ROLLO

1381

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1381

(PG)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 17.NOV.94

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1994.-

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. Nro.: 9405601

REF. A.: INUR Nº 069-B/012/030394; FS 01-01

OPERARIO/S: Sdo.1ra.S.Mello y Sdo.1ra.G.Pose.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: //////////////////////////////

PREPARACION DOCUMENTAL: //

CONTROL: PERSONAL DEL A.G.I.I.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

Sgto.

Agustín Barboza.-

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel.

Walter A. Mesa.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO Nº 1381

(PG)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 17.NOV.94

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1994.-

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. Nro.: 9405601 REF. A.: INUR Nº 069-B/012/030394; FS 01-01

OPERARIO/S: Sdo.1ra.S.Mello y Sdo.1ra.G.Pose.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: //////////////////////////////

PREPARACION DOCUMENTAL: //

CONTROL: PERSONAL DEL A.G.I.I.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

Sgto. Agustín Barboza.-

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel. Walter A. Mesa.

Documentos D.G.I.D

Año 1994

60723
Conf. ...
11.3012

INUR Nº 069-B/012/030394

PARAGUAI

- **O protesto de agricultores e o agravamento da crise político-econômica. Implicações e Perspectivas.**

Uma manifestação de cerca de 300 agricultores paraguaios foi violentamente reprimida pela polícia no Departamento de CAAGUAZÚ, a Noroeste de ASSUNCIÓN, quando, insatisfeitos com a atual política econômica, exigiam melhores preços para o algodão e mais terras para o cultivo. Os dois temas básicos da questão agrária vêm gerando, nos últimos dias, protestos de agricultores em quase todo o território do PARAGUAI.

O Presidente JUAN CARLOS WASMOSY, numa tentativa de conter os ânimos, propôs o diálogo com dirigentes da **"Cordinadora Nacional de Campesinos"** (CNC). Apesar da disposição de WASMOSY em proporcionar algumas concessões secundárias, como a autorização de venda de algodão ao BRASIL e a substituição do titular do Instituto do Bem-Estar Rural, CANCIO URBIETA, não se chegou a qualquer acordo sobre os pontos básicos reivindicados pelos agricultores.

HERMES RAFAEL SAGUIER, líder da **"Mobilización Popular Para el Cambio"** — facção do opositor Partido Liberal Radical Autêntico (PRLA) —, conclamou as forças oposicionistas a demonstrarem sua maioria no Congresso e **"impulsionar uma política econômica e social diferente daquela do Governo paraguaio"**. A posição de SAGUIER foi apresentada pouco depois de o ex-candidato presidencial do PRLA, DOMINGO LAINO, anunciar que sua agremiação abandonaria o denominado **"Pacto de Governabilidade"**, mantido com o Governo desde julho de 1993.

O Presidente do PRLA, JUAN MANUEL BENÍTEZ FLORENTÍN, procurou minimizar a ruptura de relações com o Governo, embora tenha reconhecido a negligência deste na área social. FLORENTIN, no entanto, parece favorável a debater alternativas para os problemas sociais, desde que as discussões sejam restritas ao âmbito do Conselho Social — idealizado por ele e criado pelo Presidente WASMOSY com o objetivo de arregimentar propostas viáveis de combate à crise política e social do PARAGUAI.

O descontentamento dos agricultores soma-se a outros focos de conflito na área política, como as dissensões internas na situacionista Associação Nacional Republicana (ANR, Partido **"Colorado"**) e entre o Executivo e o Legislativo, em virtude de leis polêmicas em tramitação no Congresso. O recente episódio representa, assim, um estancamento nos esforços de entendimento entre a oposição e o Governo, contribuindo para o agravamento da crise política e social enfrentada por WASMOSY. Contudo, embora não haja, a curto prazo, um risco de ruptura da ordem institucional do país, tais episódios deverão prejudicar o programa de estabilização econômica colocado em prática pelo Presidente.

* * *

01-01
940501

60723
Corr Rondes
11302

INUR Nº 069-B/012/030394

PARAGUAI

- **<u>O protesto de agricultores e o agravamento da crise político-econômica. Implicações e Perspectivas</u>.**

Uma manifestação de cerca de 300 agricultores paraguaios foi violentamente reprimida pela polícia no Departamento de CAAGUAZÚ, a Noroeste de ASSUNCIÓN, quando, insatisfeitos com a atual política econômica, exigiam melhores preços para o algodão e mais terras para o cultivo. Os dois temas básicos da questão agrária vêm gerando, nos últimos dias, protestos de agricultores em quase todo o território do PARAGUAI.

O Presidente JUAN CARLOS WASMOSY, numa tentativa de conter os ânimos, propôs o diálogo com dirigentes da **"Cordinadora Nacional de Campesinos"** (CNC). Apesar da disposição de WASMOSY em proporcionar algumas concessões secundárias, como a autorização de venda de algodão ao BRASIL e a substituição do titular do Instituto do Bem-Estar Rural, CANCIO URBIETA, não se chegou a qualquer acordo sobre os pontos básicos reivindicados pelos agricultores.

HERMES RAFAEL SAGUIER, líder da **"Mobilización Popular Para el Cambio"** — facção do opositor Partido Liberal Radical Autêntico (PRLA) —, conclamou as forças oposicionistas a demonstrarem sua maioria no Congresso e **"impulsionar uma política econômica e social diferente daquela do Governo paraguaio"**. A posição de SAGUIER foi apresentada pouco depois de o ex-candidato presidencial do PRLA, DOMINGO LAINO, anunciar que sua agremiação abandonaria o denominado **"Pacto de Governabilidade"**, mantido com o Governo desde julho de 1993.

O Presidente do PRLA, JUAN MANUEL BENÍTEZ FLORENTÍN, procurou minimizar a ruptura de relações com o Governo, embora tenha reconhecido a negligência deste na área social. FLORENTIN, no entanto, parece favorável a debater alternativas para os problemas sociais, desde que as discussões sejam restritas ao âmbito do Conselho Social — idealizado por ele e criado pelo Presidente WASMOSY com o objetivo de arregimentar propostas viáveis de combate à crise política e social do PARAGUAI.

O descontentamento dos agricultores soma-se a outros focos de conflito na área política, como as dissensões internas na situacionista Associação Nacional Republicana (ANR, Partido **"Colorado"**) e entre o Executivo e o Legislativo, em virtude de leis polêmicas em tramitação no Congresso. O recente episódio representa, assim, um estancamento nos esforços de entendimento entre a oposição e o Governo, contribuindo para o agravamento da crise política e social enfrentada por WASMOSY. Contudo, embora não haja, a curto prazo, um risco de ruptura da ordem institucional do país, tais episódios deverão prejudicar o programa de estabilização econômica colocado em prática pelo Presidente.

* * *

01-01 9405601

66723
11164
11304

INUR Nº 043-D/012/07 FEV 94

PARAGUAI

- Crise política. Possíveis desdobramentos.

[illegible]

[illegible] "wasmosistas" [illegible] JUAN CARLOS WASMOSY [illegible] "argañistas" [illegible] "Movimento Nacional Republicano" [illegible] MARÍA ARGAÑA.

[illegible] momento oportuno [illegible] A Lei da Magistratura, [illegible] Forças Armadas [illegible] derrubado pelo Congresso [illegible] ação de [illegible] WASMOSY acredita ser [illegible] estão preparando [illegible] apresentar à Câmara dos Deputados [illegible] negociações sobre o assunto [illegible] inconstitucionalidade impetrado [illegible]

[illegible] Poderes Executivo e Legislativo [illegible] ordem [illegible] PARAGUAI [illegible] do Partido Colorado [illegible] WASMOSY à Presidência [illegible] não traduz uma [illegible] partidária, mas uma reestruturação [illegible] Partido e um novo [illegible]

01-01

940562.

66960
11165
515141

INUR Nº 043-A/012/07 FEV 94

ARGENTINA

- Cisão na Confederação Geral do Trabalho (CGT). Aspectos relevantes.

Cerca de 90 sindicatos, integrantes da União Geral dos Trabalhadores em Transportes (UGTT), decidiram se afastar da CGT e anunciaram a criação de uma nova agremiação, o Movimento de Trabalhadores Argentinos (MTA), provocando uma cisão naquela central sindical.

A dissidência da UGTT — dirigida por JUAN MANUEL PALACIOS, o qual se opõe ao projeto de flexibilidade das leis trabalhistas defendido pelo Governo MENEM — deve-se ao explícito descontentamento frente à atitude dos sindicalistas da CGT, favoráveis ao Governo MENEM, de adiar uma greve nacional prevista para fins de janeiro, em protesto pela decisão governamental de reduzir as contribuições patronais para programas sociais geridos pelos sindicatos. Tal medida representa um corte de cerca de US$ 1 bilhão nos recursos do sindicalismo argentino.

A UGTT explicou, em documento oficial, que sua decisão não significa a criação de uma nova Central, mas **"um afastamento momentâneo"**, até a CGT voltar a seus objetivos originais de defesa dos direitos trabalhistas. Manifestou, ainda, o apoio aos protestos promovidos pelos aposentados e comprometeu-se a lançar um novo plano de luta contra a política econômica do Governo MENEM.

A iniciativa dos sindicalistas dissidentes assinala o agravamento da crise de identidade atravessada pela CGT, caracterizada pela falta de comando político capaz de conter a desintegração da instituição, visto estar prevista até mesmo a saída de seu dirigente máximo, SAÚL UBALDINI. Ademais, a decisão de criar o MTA ocorre no momento em que o sindicalismo local encontra-se enfraquecido e seus dirigentes bastante desprestigiados, conforme algumas pesquisas de opinião.

* * *

01-01

9405603

66 960
65709
11164
1/399

[illegible]

[illegible]

[illegible] "LAGUNA DEL DESIERTO". [illegible]

[illegible] tribunal arbitral latino-americano encarregado de julgar a disputa em torno da denominada "LAGUNA DEL DESIERTO" — território, de 500 Km2, em litígio entre a ARGENTINA e o CHILE, localizado entre o marco 62 e o monte FITZ ROY, no CHILE — [illegible] na região para analisar os aspectos geográficos e [illegible].

A [illegible] do tribunal, [illegible] pelo jurista colombiano RAFAEL [illegible] e composto por um salvadorenho, um venezuelano, um [illegible] e um chileno, foi decidida pelos presidentes CARLOS MENEM e PATRÍCIO AYLWIN, em 31 Out 91, quando, ao [illegible] o "compromisso austral", se dispuseram a solucionar os 24 pontos litigiosos fronteiriços. Por meio de negociações [illegible], 22 pontos já foram superados, restando, no momento, "LAGUNA DEL DESIERTO" — já sob arbitragem internacional — e a zona conhecida como "CAMPO DE HIELOS SUR", imediatamente ao Sul. Em "LAGUNA DEL DESIERTO" [illegible] duas linhas montanhosas, com o CHILE [illegible] que [illegible] fronteiriço [illegible] pela linha oriental, enquanto a ARGENTINA defende a divisão pelo lado [illegible].

[illegible] entendimento entre as partes, as fases do [illegible], na apresentação, pelos membros do tribunal, das conclusões [illegible] sobre a questão, a serem submetidas à [illegible]. Após a avaliação dos argumentos, das provas [illegible], o tribunal deverá apresentar [illegible], em tese, pelos litigantes, [illegible].

[illegible] dos dois países para a solução das questões fronteiriças — a despeito dos riscos de [illegible] — contribuição para o fortalecimento dos laços diplomáticos e [illegible] das tensões causadas pelos litígios territoriais que quase os levaram à guerra pelo "diferendo austral", referente às ilhas do Canal de BEAGLE, em 1978. Apesar de o Presidente AYLWIN [illegible] em 10 Mar 94, a expectativa é que seu sucessor, EDUARDO FREI, [illegible] as diretrizes de política [illegible] os [illegible] internacionais, assegurando, [illegible] nível de entendimento entre os dois países.

* * *

01-01

940564.

COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

RESERVADO

Evaluación: Copia Nº1 | Fecha: 20/5/94 | 1/7 1/13

DOCUMENTO: SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nro.027/94

ASUNTO: Se solicitan anotaciones de los siguientes ciudadanos:

De: DTOR.SERV.INF.F.AEREA.-

Para: DIREC. GRAL. DE INFORMACION Y DEFENSA.-

TEXTO:

1) AQUINO GONZALEZ,Washington Omar.(Postulante)
F.NAC.10.02.65 LUGAR:DZNO.
C.I.3.442.231-7 LUGAR:DZNO. C.C.RAA 8884
DOMICILIO:Ruta 101 Km.25.500 Aeroparque Solar 14 Manz.8.

AQUINO SISTO,Ana Karen (Hija del Postulante)
F.NAC:21.10.89 LUGAR:DZNO.
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:Barrio La loma

GONZALEZ FLORES,Celcia Eva (Madre del Postulante)
F.NAC.15.02.29 LUGAR:Florida
C.I.3.972.757-8 LUGAR:DZNO. C.C. RAB 7913
DOMICILIO:Barrio La loma

AQUINO GONZALEZ,Emilio Alberto (Hermano del Postulante)
F.NAC.09.08.53 LUGAR:DZNO.
C.I.2.519.294-6 LUGAR:DZNO. C.C: CME 2018
DOMICILIO:rUTA 101 km.25.500 Aeroparque Solar 14 Manz.8

AQUINO GONZALEZ,Francisco Ariel (Hermano del Postulante)
F.NAC.23.08.57 LUGAR:DZNO.
C.I.3.551.400-8 LUGAR:DZNO. C.C: RAA 7401
DOMICILIO:Barrio La loma.

AQUINO GONZALEZ,Miguel Angel (Hermano del Postualnte)
F.NAC.12.08.51 LUGAR:DZNO.
C:I.2.649.573-4 LUGAR:DZNO. C.C.RAA 6240
DOMICILIO:Barrio La loma

---

2) SASTRE BURGUEZ,Jorge Ramon (Postulante)
F.NAC.09.04.72 LUGAR:DZNO.
C.I.2.921.261-8 LUGAR:DZNO. C.C:HAA 15798
DOMICILIO:Brasil 1209

BURGUEZ Lola (Madre del postulante)
F.NAC.20.06.42 LUGAR:Villa del Carmen
C.I.2.948.889-9 LUGAR:DZNO. C.C.HAA 15111
DOMICILIO:Brasil 1209

SASTRE Derys Alberto (Padre del postulante)
F.NAC:28.11.36 LUGAR:Villa del Carmen
C.I.873.989-1 LUGAR:DZNO. C.C.HAA 15112
DOMICILIO:Brasil 1209

SASTRE BURGUEZ,Derys (Hermano del postulante)
F.NAC.01.11.63 LUGAR:Villa del Carmen
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

SASTRE BURGUEZ,Mario Alejandro (Hermano del postulante)
F.NAC.28.11.65 LUGAR:Villa del Carmen
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

SASTRE BURGUEZ,MAria Alejandra (Hermana del POstulante)
F.NAC.28.11.65 LUGAR:Villa del Carmen
C:I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:Brasil 1209

SASTRE BURGUEZ,Derys Giselle (Hermana del postulante)
F.NAC.01.12.62 LUGAR:Villa del Carmen
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

---

3) GONZALEZ LIMA,Ruben Alvaro (Postulante)
F.NAC.13.02.76 LUGAR:DZNO.
C:I.3.867.490-4 LUGAR:DZNO. C.C. RBD 19955
DOMICILIO:Fray Generoso Perez Villa Militar Viv.No.2.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de recibido: 3/6/94
Nº 189

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
02 JUN. 1994
Antecedentes
Nº de Orden 9405605

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 2-6-94
Pasa a 502
Nº de Identificación 9405605

001/13

RESERVADO

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Seccion Evaluacion:	Hoja Fecha:

DOCUMENTO: CONT.Sol.Ant.No.027/94

De:	Para:

TEXTO: LIMA Maria Gloria (Madre del postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I.3.867.491-0 LUGAR:DZNO. C.C.
DOMICILIO:Jose Pedro Varela 1011 Dzno.

GONZALEZ MAUTONE,Lucas (Padre del postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I.4.871.536-0 LUGAR:DZNO C.C:
DOMICILIO:Jose Pedro Varela 1011 Dzno.

GONZALEZ LIMA,Lucas Maria (Hermano del POstulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

GONZALEZ LIMA,Fabiana Ortencia (Hermana del Postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

GONZALEZ LIMA,Carmen Maria (Hermana del Postulante
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

---

4)ABALO PALLES,Fernando Gabriel (Postulante)
F.NAC.23.04.76 LUGAR:Tacuarembo
C.I.3.342.807-5 LUGAR:Tacuarembo C.C. TCA 4571
DOMICILIO:Barrio La Matutina S/N

PALLES Nelida (Madre del Postulante)
F.NAC.01.04.54 LUGAR:Tacuarembo
C.I.2.523.515-1 LUGAR:Tacuarembo C.C. TCA 2680
DOMICILIO:Barrio La Matutina

ABALO Heber Neris (Padre del postulante)
F.NAC.26.06.48 LUGAR:Tacuarembo
C.I.2.645.460-3 LUGAR:Tacuarembo C.C. TBD 1731
DOMICILIO:Barrio La Matutina

ABALO PALLES,Freddy Javier (Hermano del postulante)
F.NAC.28.04.72 LUGAR:Tacuarembo
C.I.2.616.264-6 LUGAR:Tacuarembo
DOMICILIO:

---

5)RIVERO PAIVA,Charles Gabriel (Postulante)
F.NAC.30.09.75 LUGAR:Paysandu
C.I.4.223.968-3 LUGAR:Mdeo. C.C.CMF 13533
DOMICILIO:Ruta Interb. Km. 29300 Manz.19 Solar 6B

PAIVA DE LOS SANTOS,Nelida (Madre del postulante)
F.NAC.01.04.58 LUGAR:Paysandu
C.I.4.274.501-6 LUGAR:Mdeo. C.C. BAB 25026
DOMICILIO:Ruta Interb.Km.29.300 Manz.19.Sol.6B.

RIVERO,Miguel Angel (Padre del postulante)
F.NAC.19.07.56 LUGAR:Tacuarembo
C.I.1.707.810-5 LUGAR:Mdeo. C.C.TAA 38438
DOMICILIO:Ruta Interb.Km.29.300 Manz 19 Solar6B

RIVERO PAIVA,Jacques (Hermano del postulante)
F.NAC.25.04.77 LUGAR:Paysandu
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:Ruta Interb.Km.29.300 Manz.19 Solar 6B

RIVERO PAIVA,Jonathan (Hermano del postulante)
F.NAC.24.05.83 LUGAR:Paysandu
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:Ruta Interb.Km.29.300 Manz.19 Solar 6B

RESERVADO

9405605

RESERVADO

FUERZA AEREA

COMANDO GENRAL

SERVICIO DE INFORMACION

Seccion

Evaluacion:

Hoja 2/7

Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.027/94

De:

Para:

TEXTO:

RIVERO PAIVA,Heidy (Hermana del postulante)
F.NAC.08.08.78 LUGAR:Paysandu
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:Ruta Inteb. Km.29.300 Manz.19 Solar 6B.

---

6)CASTANO ROMERO, Richard Adan (Postulante)
F.NAC.09.11.74 LUGAR:Rivera
C.I.3.724.857-6 LUGAR:Rivera C.C.HAB 48564
DOMICILIO:Ansina 961 (Rivera)

ROMERO GONZALEZ,Graciela (Madre del postulante)
F.NAC.06.11.46 LUGAR:Rivera
C.I.4.183.978-1 LUGAR:Rivera C.C: HAB 40244
DOMICILIO:Ancina 960 Rivera.

ROMERO VARGAS,Darci (padre del postulante)
F.NAC.15.04.44 LUGAR:Rivera
C.I.3.601.489-9 LUGAR:Rivera C.C HAB 40237
DOMICILIO: Ancina 960 Rievera.

CASTANO ROMERO,Mariela (Hermana del postulante)
F.NAC.15.07.67 LUGAR:Rivera
C.I.2.621.963-5 LUGAR:Rivera C.C.HAB 44453
DOMICILIO:Idem

CASTANO ROMERO,Gabriela(Hermana del postulante)
F.NAC.16.07.66 LUGAR:Rivera
C.I.4.183.972-5 LUGAR:Rivera C.C.HAQ 40232
DOMICILIO:Raul Harrys 440

CASTANO ROMERO,Normary (hermana del postulante)
F.NAC.27.04.69 LUGAR:Rivera
C.I.2.801.675-0 LUGAR:Rivera C.C: HAB 42054
DOMICILIO:Agraciada 638 Rivera

CASTANO ROMERO,Mariela (Hermana del postulante)
F.NAC.17.02.71 LUGAR:Rivera
C.I.4.142.107-3 LUGAR.
DOMICILIO:Idem

CASTANO ROMERO,Alicia (Hermana del postulante)
F.NAC.04.06.76 LUGAR:Rivera
C.I.4.131.363-4 LUGAR:
DOMICILIO:Idem

CASTANO ROMERO,Robert (Hermana del postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR:
DOMICILIO:

---

7)RODRIGUEZ GOMEZ,Richard Leonardo (Postulante)
F.NAC.08.03.74 LUGAR:DZNO.
C.I.4.140.347-3 LUGAR:DZNO. C.C. RAA 11244
DOMICILIO:Barrio Pueblo Nuevo Dzno.

GOMEZ GUERRERO,Maria Delia (madre del postulante)
F.NAC.14.04.52 LUGAR:Dzno.
C.I.4.027.500-7 LUGAR:Dzno. C.C:RAA 5626
DOMICILIO:Idem

RODRIGUEZ RODRIGUEZ,Juan Ramon (Padre del postulante)
F.NAC.07.09.32 LUGAR:Dzno.
C.I.1.291.575-0 LUGAR:Dzno. C.C.FBD 3094
DOMICILIO:Idem

RODRIGUEZ GOMEZ,Nestor Eugenio (Hermano del postulante)
F.NAC.13.10.60 LUGAR.Dzno.
C.I.3.340.196-8 LUGAR.Dzno. C.C RAA 10202
DOMICILIO: Idem.

RESERVADO

003

E9405505

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Seccion Evaluacion:	Hoja Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.No.027/94

De:

Para:

TEXTO: RODRIGUEZ GOMEZ,Ariel(Hermano del postulante)
F.NAC.05.11.79 LUGAR:Dzno.
C.I.4.316.527-1 LUGAR:Dzno. C.C:
DOMICILIO:Idem

RODRIGUEZ GOMEZ,Daniel (Hermano del postulante)
F.NAC.27.06.72 LUGAR:Dzno.
C.I.3.780.281-7 LUGAR:Dzno. C.C.RAA 11087
DOMICILIO: Idem

---

8)FERNANDEZ FERNANDEZ,Miguel Angel (Postulantes)
F.NAC.23.10.70 LUGAR:Mdeo.
C.I.4.124.158-6 LUGAR:Mdeo. C.C. CME 7341
DOMICILIO:Ruta 8 Km.26.500 Calle 1 Solar. 39 Barros Blancos

F|R

FERNANDEZ Lucy (Madre del postulante)
F.NAC.06.08.31 LUGAR:Rocha
C.I.2.010.355-3 LUGAR:Rocha C.C. BOA 7231
DOMICILIO:Idem

F|R

---

9)PARDO CASALES.Carlos Alberto (Postulante)
F.NAC.09.02.74 LUGAR:Mdeo.
C.I.2.338.203-4 LUGAR:Mdeo. C.C.CME 11078
DOMICILIO:Ruta 8 Km.26.500 Calle 1 Solar 46 Barros Blancos.

CASALES Maria Iris (Madre del postulante)
F.NAC.29.11.52 LUGAR:Mdeo.
C.I.761.97-5 LUGAR:Mdeo. C.C. CME 3024
DOMICILIO:Idem

PARDO AMORIN,Luis Alberto (Padre del postulante)
Desconoce mas datos.

---

10)REYES MARTELUNA,Oscar Dario.(Postulante)
F.NAC.04.07.74 LUGAR:Dzno.
C.I.3.732.449-5 LUGAR:Dzno. C.C.RAA 10902
DOMICILIO:Barrio Puentecito Intruciones del año 13 y Batalla Sarandi

---

MARTELUNA LAGUNA,Blanca (Madre del postulante)
F.NAC.19.03.49 LUGAR:Dzno.
C.I.3.039.750-0 LUGAR:Dzno. C.C.RAB 14179
DOMICILIO:Idem del Hijo

REYES IBARRA,Ademar (Padre del postulante)
F.NAC.15.06.47 LUGAR:Dzno.
C.I.2.582.142-0 LUGAR:Dzno. C.C. RAA 5390
DOMICILIO:Martin Salaberry Barrio Verona.

F|R

REYES MARTELUNA,Susana (Hermana del postulante)
F.NAC.03.04.78 LUGAR:Dzno.
C.I.4.216.347-6 LUGAR:Dzno
DOMICILIO:Idem de la Madre

REYES MARTELUNA,Daniel(Hermano del postulante)
F.NAC.06.06.81 LUGAR:Dzno
C.I.4.502.934-4 LUGAR:Dzno.
DOMICILIO:Idem de la Madre

---

11)BELTRAN SILVA,Robert William (Postulante)
F.NAC.25.06.74 LUGAR:Melo
C.I.3.805.805-3 LUGAR:Melo C.C. GBA 13343
DOMICILIO:Sarandi casi Tacuari S/N.

SILVA Teresa (Madre del postulante)
F.NAc.07.12.36 LUGAR:Tacuarembo
C.I.3.195.259-5 LUGAR:Mdeo. C.C.GAB 3868
DOMICILIO:Sarandi casi Tacuari.

F|R

004

RESERVADO

9405005

RESERVADO

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Seccion:

Evaluacion:

Hoja 3/7

Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SCI.ANT.No.027/94

De:

Para:

TEXTO:

BELTRAN RODRIGUEZ, KELVIN (Padre postulante)
F.NAC. 16.03.33 LUGAR: MELO
C.I.No.928.191-9 LUGAR(MELO) C.C.GEA 1206
DOMICILIO:Sarandi casi Tacuary S/N MELO

BELTRAN SILVA, Sandra Elizabeth (Hermana postulante)
F.NAC. 09.05.61 LUGAR: MELO
C.I.No.3.826.627-6 LUGAR:MELO C.C.GBA 10390
DOMICILIO:Lavalleja 1026 MELO

BELTRAN SILVA, Jorge Washington (hermano postulante)
F.NAC.22.11.64 LUGAR: MELO
C.I.No.3.021.002-3 LUGAR: MELO C.C.GBA 9349
DOMICILIO:Idem postulante

YACKSON SENA, Richard Santiago (Postulante)
F.NAC.19.04.63 LUGAR: Treinta y Tres
C.I.No. 4.005.667-5 LUGAR: Treinta y tres C.C.FAA 44.364
DOMICILIO: Barrio Gamara Juan Acosta y Tomas Gomez

SENA, Nelly Renee (Madre postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I.No. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:Barrio Mevur 3ra.Viv.6932 Rio Branco

YACKSON SENA, Nelly Lilian (Hermana postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I.No. LUGAR: C.C.
DOMICILIO: Idem de la madre

YACKSON SENA, Alicia Raquel (Hermana postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I.No. LUGAR: C.C.
DOMICILIO: idem de la madre

YACKSON SENA, Luis (Hermano postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I.No. LUGAR: C.C.
DOMICILIO: idem de la madre

12) MOLINELLI FERNANDEZ, Julio Ernesto (postulante)
F.NAC.15.12.68 LUGAR: C.LARGO
C.I.No.3.751.147-8 LUGAR: C.LARGO C.C.GDD 12756
DOMICILIO: Avellaneda 670 LUGAR: C.LARGO

FERNANDEZ FALIU, Belquis Doris (Madre postulante)
F.NAC.24.03.45 LUGAR: C.LARGO
C.I.No.3.842.462-1 LUGAR: C.LARGO C.C.GAA 3364
DOMICILIO: Idem postulante

MOLINELLI FERNANDEZ, Jannet (Hermana postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I.No.2.999.111-7 LUGAR: C.LARGO C.C.GAA 5792
DOMICILIO: Idem postulante

MOLINELLI FERNANDEZ, Jesica (Hermana postulante)
F.NAC.23.02.72 LUGAR: MELO
C.I.No.3.284.327-2 LUGAR: MELO C.C.GAA 7211
DOMICILIO: Navarette 379(MELO)

MOLINELLI FERNANDEZ, Patricia (Hermana postulante)
F.NAC. LUGAR:
C.I.No. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

SILVERA GARAY, Sara Mairlen (Esposa postulante)
F.NAC.28.08.71 LUGAR: MELO
C.I.No.3.303.357-5 LUGAR: MELO C.C.
DOMICILIO:Idem postulante
HIJO: MOLINELLI SILVERA, Enzo Fabricio F.NAC.[illegible]

9405605

RESERVADO

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Seccion: 3ra

Evaluacion:

Hoja. 4/7

Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.No.027/94

De:

Para:

TEXTO: 13)SOSA LARROSA,Enrique Marcelo (Postulante)
F.NAC.27.06.69 LUGAR:Treinta y Tres
C.I:2.598.484-9 LUGAR:Treinta y Tres C.C: ACB 10638
DOMICILIO:Asamblea Esq.Juan Jose de Herrera S/N Barrio Olano

LARROSA PEREZ,Norma Lil (Madre del Postulante)
F.NAC.02.04.45 LUGAR:Treinta y Tres
C.I:3.514.458-2 LUGAR:Treinta y Tres C.C: FAA 24941
DOMICILIO: Idem anterior

SOSA RAMIREZ,GERMAN ENRIQUE (Padre del Postulante)
F.NAC:18.06.43 LUGAR:Treinta y Tres
C.I:1.236.260-4 LUGAR:Treinta y Tres C.C. FAA 21712
DOMICILIO:Idem anterior

SOSA LARROSA,Alicia Cristina (Hermana del Postulante)
F.NAC:17.10.71 LUGAR:Treinta y Tres
C.I:3.265.914-0 LUGAR:Treinta y Tres C.C: FAA 42438
DOMICILIO:Tel.40.30.96 Apto.16

SASA LARROSA,Jackeline Beatriz (Hermana del Postulante)
F.NAC:01.03.66 LUGAR:Treinta y Tres
C.I:3.734.500-9 LUGAR:Treinta y Tres C.C. FAA 36668
DOMICILIO:Rivera

---

14)LUIS CARDOZO,Dilson Flauver (Postulante)
F.NAC:05.06.75 LUGAR:Tacuarembo
C.I:3.778.673-0 LUGAR:Tacuarembo C.C. TCA 4614
DOMICILIO:Barrio La Matutina

CARDOZO RODRIGUEZ,Ramona Cristina (Madre del Postulante)
F.NAC:03.10.56 LUGAR:Tacuarembo
C.I:4.168.711-0 LUGAR:Tacuarembo C.C. TAA 43553
DOMICILIO:Idem anterior

LUIS AYALA,Faustino (Padre del Postulante)
F.NAC:02.06.47 LUGAR:Tacuarembo
C.I:3.538.398-4 LUGAR:Tacuarembo C.C. TAA 11810
DOMICILIO:Idem anterior

LUIS CARDOZO,Deise Alejandra (Hermana del Postulante)
F.NAC:26.05.82 LUGAR:Tacuarembo
C.I.4.303.900-0 LUGAR:Tacuarembo C.C.
DOMICILIO:Idem anterior

---

15)VELAZQUEZ DA COSTA,Daniel Alfonso (Postulante)
F.NAC:29.04.73 LUGAR:Tacuarembo
C.I:2.638.369-0 LUGAR:Tacuarembo C.C TAB 7231
DOMICILIO:Fernandez Crespo S/N

DA COSTA RODRIGUEZ,Blanca Esther (Madre del Postulante)
F.NAC:12.08.41 LUGAR:Tacuarembo
C.I:2.672.352-1 LUGAR:Tacuarembo C.C TAA 25638
DOMICILIO:Idem anterior

VELAZQUEZ DO SANTOS,Alfonso Adolfo (Padre del Postulante)
F.NAC:01.10.52 LUGAR:Tacuarembo
C.I:2.638.369-0 LUGAR:Tacuarembo C.C. TAA 33376
DOMICILIO:Idem anterior

VELAZQUEZ DA COSTA,Jose Ignacio (Hermano del Postulante)
F.NAC.25.09.62 LUGAR:Mdeo.
C.C: LUGAR: C.C.
DOMICILIO:Barrio Lopez S/N

VELAZQUEZ DA COSTA,Daniela Giovana (Hermana del Postulante)
F.NAC:02.01.75 LUGAR:Tacuarembo
C.I:3.968.709-1 LUGAR:Tacuarembo C.C.
DOMICILIO:Fernandez Crespo S/N

---

008 -3405605

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENRAL SERVICIO DE INFORMACION	Seccion Evaluacion:	Hoja 4/7 Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.No.027/94

De: | **Para:**

TEXTO: VELAZQUEZ DA COSTA,Andrea Veronica (Hermana del Postulante)
F.NAC.23.06.80 LUGAR.Tacuarembo
C.I:4.396.494-4 LUGAR:Tacuarembo C.C.
DOMICILIO:Fernandez Crespo S/N

---

16)MARTINEZ TUCUNA,Jhonny Marcelo (Postulante)
F.NAC:19.05.74 LUGAR:Paso de los Toros
C.I:3.405.663-7 LUGAR:Tacuarembo C.C. TAB 7503
DOMICILIO:Barrio Vignoli Vicente Benavidez NO.36

TUCUNA CANNEN,Rosa Renee (Madre del Postulante)
F.NAC:15.04.40 LUGAR:Durazno
C.I:3.196.104-9 LUGAR:Durazno C.C. TAA 52136
DOMICILIO:Barrio Vignoli Vicente Benavidez NO.36

MARTINEZ TUCUNA,Jose Maria (Hermano del Postulante)
F.NAC: LUGAR:
C.I: LUGAR: C.C
DOMICILIO:

MARTINEZ TUCUNA,Estela Jannette (Hermana del Postulante)
F.NAC: LUGAR:
C.I: LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

MARTINEZ TUCUNA,Lilia Elizabeth (Hermana del Postulante)
F.NAC: LUGAR:
C.I: LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

---

17)BARBOZA OLIVERA,Doanel (postulante)
F.NAC.05.05.75 LUGAR:Rivera
C.I.2.56743 LUGAR:Rivera C.C.HAE 465-[illegible]
DOMICILIO:JUan Orion 946(Rivera)

SILVA MACHADO,Lia Marieta (Esposa del postulante)
F.NAC.14.11.72 LUGAR:Mdeo.
C.C.3.672.505-7 LUGAR:Mdeo. C.C.
DOMICILIO:Idem anterior

BARBOZA SILVA,Ana Laura (Hija del Postulante)
F.NAC:27.02.94 LUGAR:Rivera
C.I: LUGAR: C.C.
DOMICILIO:Idem anterior

OLIVERA ROMILIS,Elvira (Madre del Postulante)
F.NAC.19.06.46 LUGAR:Rivera
C.I.3.616.674-7 LUGAR:Rivera C.C. HAB 34038

DOMICILIO:Idem anterior

BARBOZA GOMEZ,Doianel (Padre del Postulante)
F.NAC.22.01.47 LUGAR:Cerro Largo
C.I.3.565.661-6 LUGAR:Cerro Largo C.C. HAB 32532
DOMICILIO:Idem anterior

BARBOZA OLIVERA,Celia (Hermana del Postulante)
F.NAC.12.07.70 LUGAR:Rivera
C.I.2.567.4341-7 LUGAR:Rivera C.C.
DOMICILIO:Idem anterior

BARBOZA OLIVERA,Jorge (Hermano del Postulante)
F.NAC.13.06.87 LUGAR:Rivera
C.I.3.264.672-7 LUGAR:Rivera C.C
DOMICILIO:Idem anterior

RESERVADO

0940588

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Seccion Evaluacion:	Hoja Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.No.027/94

De:	Para:

TEXTO: 18) YACKSON SENA, RICHARD SANTIAGO (POSTULANTE)
F.NAC.19.04.73 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.4.005.667-5 LUGAR:T. TRES C.C FAA 44384
DOMICILIO:BARRIO GAMARA (JUAN ACOSTA Y TOMMAS GOMEZ

SENA , NELLY RENEE (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C
DOMICILIO:BARRIO MEVUR 3ERA. VIV. 6932

YACKSON, ELSIO SANTIAGO (PADRE DEL POSTULANTE
FALLECIDO

YACKSON SENA, NELLY LILIAN (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO: CHUY

YACKSON SENA, ALICIA RAQUEL (HERMANA DEL POSTULANTE
F.NAC. LUGAR:
C.I. C.C.
DOMICILIO: IDEM A LA MADRE

YACKSON SENA, LUIS (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:Idem anterior

---

19 DOMINGUES RICARDI.Luis Eduardo Postulante
F.NAC.[illegible] LUGAR:Rocha
C.I.[illegible] LUGAR:Rocha C.C. [illegible]
DOMICILIO:Maria Albina (Comisaria Maria Albina

RICARDI ALVAREZ.Bilda (Madre del Postulante
F.NAC.21.09.47 LUGAR:Rocha
C.I.3.055.937-4 LUGAR:Rocha C.C. [illegible]
DOMICILIO:Libertad 1446 Lascano

RICARDI.[illegible] (Hermana del Postulante
F.NAC.31.07.77 LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C
DOMICILIO:

RICARDI.Virginia (Hermana del Postulante
F.NAC.15.03.39 LUGAR:
C.C. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

DOMINGUES.Eduardo Javier (Hijo del Postulante
F.NAC.27.07.89 LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

---

008 RESERVADO -0405605

FUERZA AEREA

COMANDO GENRAL

SERVICIO DE INFORMACION

Sección

Evaluación:

Hoja 5/7

Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.No.027/94.-

De:

Para:

TEXTO: 20)RODRIGUEZ MENESES,Paulino (postulante)
F.NAC.19.07.77 LUGAR:Tacuarembo
C.I.3.848780-8 LUGAR:Tacuarembo C.C.TCA 4327
DOMICILIO:Barrio Nuevo S/N Tacuarembo.

NUNEZ,Veronica Karina (Esposa del postulante9
F:NAC.23.03.79 LUGAR:Tacuarembo
C.I.4.452246-4 LUGAR:Tacuarembo C.C.
DOMICILIO:Idem anterior.

RODRIGUEZ NUNEZ,Jesica Daiana (Hija del postulante)
F.NAC.22.06.93 LUGAR:Tacuarembo
DOMICILIO:Idem anterior.

MENESES GONZALEZ,Carmela Beatriz(Madre del postulante)
F.NAC.15.05.43 LUGAR:Pso. de los Toros.
C.I.3.677608-9 LUGAR:Pso de los Toros C.C.TCA 2336
DOMICILIO:

RODRIGUEZ CAMIA,Luis Alberto(Padre del postulante)
F.NAC.15.05.49 LUGAR:Tacuarembo
C.I.3.677608-8 LUGAR:Tacuarembo C.C.TCA 2348
DOMICILIO:Idem

RODRIGUEZ MENESES,Rony Rodolfo (Hermano del postulante)
F.NAC.11.12.83 LUGAR:Tacuarembo
C.I.4.396636-2 LUGAR:Tacuarembo C.C.
DOMICILIO.Idem

RODRIGUEZ MENESES,Roberto Klevert (Hermano del postulante)
F.NAC.24.06.80 LUGAR:Tacuarembo
C.I.4.396635-6 LUGAR:Tacuarembo
DOMICILIO:Idem

RODRIGUEZ MENESES,Diver (hermano del postulante)
F.NAC.05.01.77 LUGAR:Tacuarembo
C.I.4.396213-4 LUGAR:Tacuarembo
DOMICILIO:Idem

---

21)SEGANE MONZON,Hilson Javier (Postulante)
F.NAC.20.03.72 LUGAR:Dzno.
C.I.3.677005-9 LUGAR:Dzno. C.C.RBD 13006
DOMICILIO:Aparicio Saravia No.144 (Dzno.)

MONZON SILVEIRA,Olga Beatriz(Madre del postulante)
F.NAC.21.12.43 LUGAR:Dzno
C.I.3.385493-4 LUGAR:Dzno. C.C.RBD 11642
DOMICILIO:Idem anterior.

SEGANE BALDENEGRO,Amilcar Rodrigo (Padre del postulante)
F.NAC.22.07.41 LUGAR:Dzno.
C.I.3.524258-6 LUGAR:Dzno. C.C.RBD 10271
DOMICILIO:Idem anterior.

SEGANE MONZON,Amilcar Eduardo (hermano del postulante)
F.NAC.28.12.66 LUGAR:Dzno
C.I.3.293435-4 LUGAR:Dzno. C.C:RBD 16579
DOMICILIO:Idem anterior.

SEGANE MONZON,Maria de las Mercedes (Hermana del Postulante)
F.NAC.19.01.66 LUGAR:Dzno.
C.I.3.560.146-3 LUGAR:Dzno. C.C.RBD 17714
DOMICILIO:Idem anterior

SEGANE MONZON,Fernando Gustavo (Hermano del Postulante)
F.NAC.12.02.70 LUGAR:Dzno.
C.I.3.652.523-5 LUGAR:Dzno. C.C.RBD 18359
DOMICILIO:Idem anterior

RESERVADO

FUERZA AEREA

COMANDO GENERAL

SERVICIO DE INFORMACION

Seccion

Hoja

Evaluacion:

Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.027/94

De:

Para:

TEXTO: 22) NUNEZ SANCHEZ,Juan Jose (postulante)
F.NAC.24.08.69 LUGAR:Tacuarembo
C.I.2.696047-8 LUGAR:Tacuarembo C.C.TAA 53626
DOMICILIO:Washington Beltran No.314.(Tacuarembo)

SANCHEZ MACEDO:Martaha Beatriz (Madre del postulante)
F.NAC.16.12.45 LUGAR:Tacuarembo
C.I.3.456071-1 LUGAR:Tacuarembo C.C.TAA 33716
DOMICILIO:Idem anterior.

NUNEZ SANCHEZ,MAria del Carmen(Hermana del postulante)
F.NAC.09.04.65 LUGAR:Tacuarembo
DOMICILIO:Sarandi S/N

NUNEZ SANCHEZ,Angela Norma (Hermana del postulante)
F.NAC.18.06.66 LUGAR:Tacuarembo
DOMICILIO:Beltran No.314

NUNEZ SANCHEZ,Wilfredo (Hermano del postulante)
F.NAC.24.07.67 LUGAR:Tacuarembo
DOMICILIO:Beltrame No.314.

---

23) PARDO,Luis Eduardo (Postulante)
F.NAC.05.12.71 LUGAR:Mdeo.
C.I.2.838366-4 LUGAR:Mdeo. C.C.CME 7331
DOMICILIO:Ruta 8 Km.26.500 Calle 1 Solar 46 Pueblo Juan Antonio Dpto.Canelones.

MARTINEZ GONZALEZ,Daniela Stella(Esposa del Postulante)
F.NAC.02.02.73 LUGAR:Pando
C.I.3.643842-9 LUGAR:Pando C.C.CME 7704
DOMICILIO:Idem anterior.

PARDO MARTINEZ,Jeneffer Jhoana (Hija del postulante)
F.NAC.27.10.90 LUGAR:Pando
DOMICILIO:Idem anterior.

CASALES,Maria Iris (Madre del postulante)
F.NAC.29.11.32 LUGAR:Mdeo.
DOMICILIO:

PARDO AMORIN,Luis Alberto (Padre del postulante)
F.NAC LUGAR:
C.I.1.452192-9 LUGAR:Pando
DOMICILIO:

---

24) ANDRADA GONZALEZ,William Jesus (Postulante)
F.NAC:16.08.74 LUGAR:Mdeo.
C.I.4.183.134-7 LUGAR:Mdeo. C.C. CME 8327
DOMICILIO:Ruta 3 Km.26 Calle 11 Solar 3 Manz.J. Seccional 25

GONZALEZ,Laura Elvira (Madre del Postulante)
F.NAC:18.08.44 LUGAR:Mdeo.
C.I.1.487.383-5 LUGAR:Mdeo. C.C. BBA 26024
DOMICILIO:Idem anterior

ANDRADA BRUM,Alberto (Padre del Postulante)
F.NAC.11.01.46 LUGAR:Cerro Largo
C.I.1.347.833 LUGAR:Mdeo. C.C. BDB 25542
DOMICILIO:Idem anterior

ANDRADA GONZALEZ,Blanca (Hermana del Postulante)
F.NAC:14.10.64 LUGAR:Mdeo.
C.I.2.592.072-6 LUGAR:Mdeo. C.C.
DOMICILIO:Punta de Rieles tIMON 7137

ANDRADA GONZALEZ,Maria Magdalena (Hermana del Postulante)
F.NAC.02.03.62 LUGAR:Mdeo.
C.I.3.019.451-0 LUGAR:Mdeo. C.C.
DOMICILIO:Idem anterior

RESERVADO

RESERV[illegible]

[illegible]ZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Seccion Evaluacion:	Hoja 6/7 Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.No.027/94

De:	**Para:**

TEXTO:

ANDRADA GONZALEZ,Lourdes (Hermana del Postulante)
F.NAC.23.05.71 LUGAR:Mdeo.
C.I.4.182.621-9 LUGAR.Mdeo. C.C.
DOMICILIO:Ruta 8 Km.23.

---

25)DA MOTTA SERRA,Carlos Timoteo (Postulante)
F.NAC:06.11.64 LUGAR:Colonia
C.I.3.407.515-6 LUGAR:Artigas C.C. IAC 42986
DOMICILIO:Gral.Rivera Apto.10 A.

SERRA,Secundina (Madre del Postulante)
F.NAC.08.07.41 LUGAR:Artigas
C.I.3.407.516-2 LUGAR:Artigas C.C. IAC 22234
DOMICILIO:Idem anterior

DA MOTTA,Darci (Padre del Postulante)
F.NAC.21.12.37 LUGAR:Artigas
C.I.2.617.475-0 LUGAR:Artigas C.C. IAC 18466
DOMICILIO:Idem anterior

DA MOTTA SERRA,Luis Eduardo (Hermano del Postulante)
F.NAC.14.06.74 LUGAR:Artigas
C.I.3.801.766-1 LUGAR:Artigas C.C. IAC 57078
DOMICILIO.Idem anterior

---

26)DA MOTTA SERRA,Luis Eduardo (Postulante)
F.NAC.14.06.74 LUGAR:Artigas
C.I.3.801.766-1 LUGAR:Artigas C.C. IAC 57078
DOMICILIO:Gral.Rivera Apto.10 A

SERRA,Secundina (Madre del Postulanmte)
F.NAC.08.07.41 LUGAR:Artigas
C.I.3.407.516-2 LUGAR:Artigas C.C. IAC 22234
DOMICILIO:Idem anterior

DA MOTTA,Darci (Pade del Postulante)
F.NAC:21.12.37 LUGAR:Artigas
C.I.2.617.475-0 LUGAR:Artigas C.C. IAC 18466
DOMICILIO:Idem anterior

DA MOTTA SERRA,Carlos Timoteo (Hermano del Postulante)
F.NAC.06.11.64 LUGAR:Colonia
C.I.3.407.515-6 LUGAR:Artigas C.C. IAC 42986
DOMICILIO:Idem anterior

---

27)VIERA RODRIGUEZ, JORGE (POSTULANTE)
F. NAC. 05.16.76 LUGAR: MDEO.
C.I. 4.037.348-7 LUGAR: MDEO. C.C. CMD 15.932
DOMICILIO: RUTA 101 KM. 25 AEROPARQUE

RODRIGUEZ, MARIA ESTHER (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC. 02.06.54 LUGAR: CANELONES
C.I. 1.134.789-1 LUGAR: MDEO. C.C. CMD 4366
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

VIERA, OSTIDES (PADRE DEL POSTULANTE)
F. NAC. 28.07.46 LUGAR: MDEO.
C.I. C.C. EXTRAVIO
DOMICILIO: IDEM ANTERIOR

VIERA RODRIGUEZ, MILTON (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC. 05.10.71 LUGAR: MDEO.
C.I. 3.808.561-4 LUGAR: MDEO. C.C. CME 6290
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

VIERA RODRIGUEZ, SILVIA (HERMANA DEL POSTUILANTE)
F.NAC. 29.09.75 LUGAR: MDEO.
C.I. 4.037.849-3 LUGAR: MDEO. C.C.
DOMICILIO:RUTA 101 KM.26

9405605

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Evaluación:	Hoja Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.No.027/94

De:	Para:

TEXTO: 28)SILVA MIRALLES,EDGAR DEDIERD (POSTULANTE)
F.NAC.16.11.74 LUGAR:TACUAREMBO
C:I:3.020521-8 LUGAR:TACUAREMBO C.C.IAD 7647
DOMICILIO:Barrio Ferrocarril Tacuarembo

MIRALLES PECHI.Teresa Ignacia (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.28.08.33 LUGAR:TACUAREMBO
C:I.2.540674-6 LUGAR:TACUAREMBO C.C.IDB 2996
DOMICILIO:BARRIO CENTENARIO

SILVA GULARTE,Ruben (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.01.04.41 LUGAR:TACUAREMBO
C.I.4.169.277-1 LUGAR:TACUAREMBO C.C THB 3420
DOMICILIO:BARRIO CENTENARIO

VARGAS MIRALLES.Jorge Eduardo (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.23.09.67 LUGAR:TACUAREMBO
C.I. LUGAR: C.C

SILVA ,Maria Magdalena (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.06.03.64

---

29)LARRONDA MARQUEZ ARMANDO GABRIEL (POSTULANTE)
F.NAC.12.10.72 LUGAR:ARTIGAS
C.I.3.316824-7 LUGAR:ARTIGAS C.C.OBD 6143
DOMICILIO:GRP.HAB.23 DE OCTUBRE No.117

MARQUEZ CABALLERO BLANCA AZUZENA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.22.10.43 LUGAR.ARTIGAS
C.I.3.574662-3 LUGAR:ARTIGAS C.C.IAC 19665
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

LARRONDA CARDOZO IDALINO (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.02.06.42 LUGAR:ARTIGAS
C.I.2.656612-3 LUGAR:ARTIGAS C.C.IAC 21563
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

LARRONDA MARQUEZ BLANCA SUSANA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.03.08.61 LUGAR.ARTIGAS
C.I.3.087788-3 LUGAR.ARTIGAS C.C.IAC 42939
DOMICILIO.APARICIO SARAVIA ARTIGAS

LARRONDA MARQUEZ YOLANDA BEATRIZ (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.30.10.64 LUGAR.ARTIGAS
C.I.2.588679-9 LUGAR.ARTIGAS C.C.IAC 45340
DOMICILIO.CARLOS ROXLO N. 029 ARTIGAS.

LARRONDA MARQUEZ GLORIA ROSALIA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.23.03.67 LUGAR.ARTIGAS
C.I.3.738825-7 LUGAR.ARTIGAS C.C.IAC 50503
DOMICILIO.JAVIER DE VIANA ARTIGAS

---

30)LARRONDA MARQUEZ CLAUDIO ANDRES (POSTULANTE)
F.NAC.26.08.75 LUGAR.ARTIGAS
C.I.3.316825-3 LUGAR.ARTIGAS C.C.IAC 59689
DOMICILIO.GRP.HAB.23 DE OCTUBRE N.117 ARTIGAS.

MARQUEZ CABALLERO BLANCA AZUZENA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.22.10.43 LUGAR.ARTIGAS
C.I.3.574612-3 LUGAR.ARTIGAS C.C.IAC 19665
DOMICILIO.IDEM ANTERIOR

LARRONDA CARDOZO IDALINO (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.02.06.42 LUGAR:ARTIGAS
C.I.2.656612-3 LUGAR.ARTIGAS C.C.IAC 21563
DOMICILIO.IDEM ANTERIOR

LARRONDA MARQUEZ BLANCA SUSANA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.03.08.61 LUGAR.ARTIGAS
C.I.3.087788-3 LUGAR.ARTIGAS C.C.IAC 42939

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENRAL SERVICIO DE INFORMACION	Sección Evaluación:	Hoja 7/7 Fecha: / /

DOCUMENTO: CONT.SOL.ANT.027/94.-

De: | **Para:**

TEXTO: LARRONDA MARQUEZ YOLANDA BEATRIZ (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.[illegible].10.64 LUGAR.ARTIGAS
C.I.[illegible]-5 LUGAR.ARTIGAS C.C.IAC 45340
DOMICILIO.[illegible] N.[illegible] ARTIGAS.

LARRONDA MARQUEZ [illegible] ROSALIA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.23.03.6[illegible] LUGAR.ARTIGAS
C.I.[illegible]38225-7 LUGAR.ARTIGAS C.C.IAC 50503
DOMICILIO.JAVIER DE VIANA S/N ARTIGAS.

---

31) AMARO RIVERO WASHINGTON JAVIER (POSTULANTE)
F.NAC.26.03.75 LUGAR.MDEO.
C.I.3.172665-5 LUGAR.MDEO C.C.HAB 46884
DOMICILIO.JUSTO LAFEIRA N.146 RIVERA.

RIVERO OFFILIA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.20.07.42 LUGAR.MDEO.
C.I.976947-7 LUGAR.MDEO. C.C.HAB 42947
DOMICILIO.IDEM ANTERIOR

AMARO GOMEZ WASHIGTON RAMON (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.30.11.32 LUGAR.CANELONES.
C.I.1.077863-5 LUGAR.MDEO. C.C.HAB 42946
DOMICILIO.IDEM ANTERIOR

AMARO RIVERO WILLIAM ALEXIS (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.23.05.76 LUGAR.MDEO.
C.I.3.172444-3 LUGAR.MDEO. C.C.HAB 4[illegible]

DOMICILIO.IDEM ANTERIOR.

FUERZA AEREA DIRECCION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

P/EL DIRECTOR DEL SERVICIO INFORMACION F.AEREA.
EL JEFE DE LA DIVISION INTELIGENCIA SERV.INF. F.AEREA.-
MAYOR (ST)
JUAN BALSERINI.-

RESERVADO

013 | 13

20095805

Copia Nº 1

FUERZA AEREA

COMANDO GENERAL

SERVICIO DE INFORMACION

Sección: S.I.F.A.

Hoja: 1 / 2

Evaluación:

Fecha: 24/ 5 / 94

DOCUMENTO: SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nº. 029/94.-

ASUNTO: Se solicitan antecedentes de los mencionados ciudadanos.

De: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.-

Para: DIREC. GRAL. INF. Y DEFENSA.-

TEXTO:

Nombre	CI
LORIO, Valerio	CI. 767.954-5
LOZOYA, Francisco	CI. 709783-6
LUID, Jorge	CI.1.323.879-9
MALAN, Febo	CI.2.026.571-3
MARIANI, Carlos	CI:1.497.707-8
MARTINEZ, Luis	CI:1.962.729-9
MEHR, Carlos	CI.1.822.435
MEYER, Carlos	CI.1.672.858
MEYER, Hermann	CI.1.525.399-1
MOSEQUERA, Carlos	CI: 436.906-0
NEME, Pablo	CI.3.930.723-4
NEME, Walter	CI.1.344.891-2
NIEVES, Maria	CI.1.206.622-8
NUÑEZ, Alejandro	CI.3.184.164-3
NUÑEZ, Tomasa	CI.1.076.531-7
GRANDI, German	CI.4.289.894-6
PEREZ BACCINO, Guillermo	1.922.446-7
PERTUSO, Edgardo	CI.3.173.379-9
PESCE BOTTA, Francisco L.	3.832.194-5
PIZZANO, Fernando	CI:1.873.002-1
POLA IBERTI, Alberto	CI: 855.582-1
PORTA, Maria	CI.3.664.308-4
QUARTINO, Miguel	CI: 654.066-6
REINANN DE COURIEL	CI: 944.804-3
RICCI, Gustavo	CI.1.534.206-9
RICCI, José	CI:1.534.205-9
ROSAS, Maximiliano	CI.1.732.483-7
RUCKS, Nicolas	CI:3.727.466-0
RUFF DE CABRERA, M.	CI:1798.692-6

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL ... 3/6/94 190

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL ... 02 ... Antecedentes Nº 9405607

001/3 RESERVADO

Imp. S.A.C.G. IV/92

9405607

SANGIOVANNI G. C.I. 1.530.4..
SANGUINETTI, Juan C.I. 1.678.969-4
SAMPEDRO, Alejandro C.I. 3.123.068-7
SCOTTI, Miguel C.I. 1.251.500-3
SILVA, Arsenio C.I. 832.023-2
SILVA, Horacio C.I. 1.735.576-1
SOSA. Alcides C.I. 1.356.304-1
SOSA, Ana C.I. 3.892.055-1
SOSA, Edith C.I. 1.585.919-1
SOSA, Rodrigo C.I. 3.892.024-9
DE FAGET, Teresa A. C.I. 934.215-2
TOSCANI, Alejandro C.I. 798.339
TURIELLE, Carlos C.I. 524.808-6
VIERA AMESTOY, Julio C.I. 1.417.916-4
ABAD, Diego C.I. 1.695.631-8
ACOSTA, Carlos C.I. 578.107
ALBANO, Miguel C.I. 657.359-2
ALDAMA? Alcides C.I. 752.069-9
ALFONSO, Edith C.I. 1.035.639
ALFONSO, Mario C.I. 612.689
ALVAREZ, Alejandro C.I. 1.870.323
BACCINO, Alejandro C.I. 1.616.815-3
ALVAREZ? Uleses C.I. 471.950
BEYER, Federico C.I. 668.057
BOSCH, Jaime C.I. 641.861
BULA, Mario C.I. 344.845
CABRERA, Carlos C.I. 020.829
CABRERA, Carlos N. C.I. 943.618
CABRERA, Ruit Iris C.I. 2.585.365-6
CAMILO, Carlos C.I. 1.608.726-6
CARBAJAL, Hugo C.I. 376.453
COURIEL, Gustavo C.I. 1.746.404-5
COURIEL, Jorge Nelson C.I. 1.916.652-8
COURIEL, Julio A. C.I. 679.516-0
CUEVA, Omar C.I. 1.781.413-5
DODERA DE LORIO S.
DONADINI J. Maria C.I. 1.880.222-6
DONADINI, Pedro C.I. 1.648.647-0
DONADINI, Romulo C.I. 780.800-5
DONANGELO Mario C.I. 1.048.332-9
FAGET, Ariel C.I. 479.021-5
FREIRE, Walter C.I. 826710-2
FREIRE, Walter C.I. 826.710-

RESERVADO

3405807

RESERVADO

FUERZA AEREA

COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Sección:

Evaluación:

Hoja: 2 / 2

Fecha: / /

DOCUMENTO: Cont. Sol. de Ant. Nº 029/94

De:

Para:

TEXTO:

GARCIA DE DONADINI	
GARCIA, Mario	C.I. 540.056
HENDERSON, Dario	C.I.1.747.012-3
HORTS, Carlos	C.I.1.556.558-4
INSAURRAGA, Diego	C.I.1.757.791-3
INTROINI, Alejandro	C.I.1.448.020-4
INTROINI, Norma	C.I.2.993.647-6
INTROINI, Pedro	C.I. 26.656
JUAREZ, Anahi	
KRAJCI, José	C.I.3.321.678-5
LANGENHEIM, Jorge	C.I.2.258.897
LARROSA, Marcio	C.I.1.866.579-9
LARROSA, Miguel	C.I.1.652.241-2
LEIB, Alejandro	C.I.2.022.424-0
LEIB, Enrique	C.I.2.791.036-6
LEIB, Enrique	C.I.2.791.036-1
LEIB, Frido	C.I.1.039.235-0
LEIBA, Alejandro	C.I.2.022.424-0
LORENZANI, INONINO	C.I. 542.528

P/ EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION
DE LA FUERZA AEREA.-
EL JEFE DE LA DIV. INTELIGENCIA DEL S.I.F.A..-
MAYOR.(ST)
JUAN BALSERINI.-

FUERZA AEREA DIRECCION SERV. DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

9400607

1/35.

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO.I (Int.)

E.E.I.

- Se adjunta Plan de Colección de Campo Militar Nro.1/994.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
02 JUN. 1994
ARCHIVO. Dpto. III
Nº 9405608

001|35

9405608

PLAN DE COLECCION Nro.1/994

ASUNTO: Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros)

El presente Plan de Colección pretende cubrir las necesidades de información básica de ésta División sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan.

Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales.

En una primera parte se solicita información sobre locales. En la segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos.

Citando el número de Plan de Colección se irán agregando futuros E.E.I..-

9405608

002

M.L.N.(T)

1era.PARTE

LOCALES:

Se solicita confirmación o nueva ubicación de:

ZONAL 1: Canelones 1615 (Información año 989)
ZONAL 2: Rivera y Julio César (Información año 989)

ZONAL 3: Andrés Latorre 4608 (Información año 989)

ZONAL 4: Felipe Carapé 4484 (Información año 989)

ZONAL 5: Heredia 4440 (Información año 989)

SUCURSAL DE VIDEO 44

- San Carlos (Maldonado) (Información año 990)
- Carlos María Ramírez y Tellier (Frente a Plaza 25 de Agosto) (Inf.992)
- Parque Posadas (Local 56) Cambió de nombre (Inf.94)
- Video 44 Parque del Plata - Teléfono 5919 (Inf.991)

  Según guía interior el tel. pertenece a Carlos MARTINEZ, domicilio:

  Calle R.1 entre 24 y República Argentina.
- Bolivia 2551 y Camino Carrasco (Inf.año 992)
- Calcagno y San Francisco (Shangrilá) (Inf.año 992)
- Lagomar (no se posee la dirección) (inf.año 991)
- Paso Molino- Juan Artigas 4104 esquina Emilio Romero (Inf.año 992)

F9405608

M.L.N.(T)

2da.PARTE

PERSONAS

La siguiente relación son los integrantes del Comité Central del Movimiento electos en la VI Convención Nacional (Abril-93):

Julio MARENALES SAENS

Fecha.Nac.: 9/1/30

Cónyuge: Carmen Antonia SEÑARIS VARELA

Cargos: Año 89: Responsable Zonal 3

" 90: Integra Mesa Central del Frente Sindical

" 91: Responsable Frente Interno

" 92: Integra Regional Exterior

" 91: Responsable Comisión Central de Ingresos y Comisión Central de Formación).

" 92: Dirigente Taller Nuevo Raices.

Dom.: Carlos Ma.Ramirez y Conciliación (año 92)

José MUJICA CORDANO

Fecha Nac.: 20/5/39

Cónyuge: Lucia TOPOLANSKY SAAVEDRA (concubina)

Cargos: Año 90: Responsable Zonal 5.

" 90: Integrante del Frente Territorial.

" 91: Responsable del Frente Interno.

" 92: Integrante del Regional Montevideo.

Dom.: Luis Batlle Berres 6411.

Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO

Fecha Nac.: 14/3/42

Cónyuge: Nelly Graciela JORGE PANCERA

Cargos: Año 90: Integrante de la Comisión de Relaciones Politicas.

" 90: Integrante de la Comisión Regional de Finanzas.

" 90: Integrante del Frente Social.

" 90: Comisión Aérea de Análisis.

Dom.: Manzana 66 Solar 6 Costanera (Salinas)

9405608

Jorge ZABALZA

Fecha Nac.: 30/11/43

Concubina: Patricia PEREZ (año 91)

Cargos: Año 90: Responsable Zonal 4.

" 90: Integra Comisión Zonal 4 Organización.

" 91: Integra Comisión Central de Propaganda

" 91: Integra Comisión Relaciones Politicas.

Dom.: Burdeos y Calle La Via frente al Polvorin.

Ernesto AGAZZI

Fecha Nac.: 4/9/42

Cónyuge: Iris Graciela DELFINO CASTELLINI

Cargos: Año 91: Integra Comisión Central de Ingresos.

" 91: Integra Regional Interior.

" 91: Integra Comisión Central de Formación.

" 91: Integrante del G.B. "Tito Gomensoro".

" 93: Miembro de la Mesa Coordinadora de ADUR.

Dom.: Juan Jacobo Rousseau 3892.

José Maria GONZALEZRODRIGUEZ

Fecha Nac.: 2/9/1

Cónyuge: Alicia GONZALEZ CASTRO

Cargos: Año 91: Responsable Frente Interno

" 91: Responsable Regional Interior

" 91: Integra Comisión Central de Finanzas.

Dom.: Juan Jacobo Rousseau 4692 Apto.1

Nora CASTRO NAVAJAS

Fecha Nac.: 27/2/47

Cónyuge: Joaquin Pedro VIANA ORMAECHEA

Cargos: Año 90: Responsable Frente Sindical

" 90: Grupo de Base 28 (Enseñanza) Integrante

" 91: Dirección Provisoria del Frente Sindical

" 91: Integra al Frente de Masas

" 93: Presidente de la VI Convención Nacional

Dom.: San Salvador 2002

Edison Eduardo BONOMI VARELA

Fecha Nac.: 14/10/48

Cónyuge: Alicia Noel GARCIA CROCE

Cargos: Año 90: Militante del Zonal 5

" 90: Integra el Sindicato Obreros y Empleados de PROMOPEZ

" 91: Responsable de la Comisión de Relaciones Políticas.

Dom.: Euskalerria 92 Apto.502 Block 10 (91)

Leopoldo LAFFERRANDERIE

Fecha Nac.: 14/9/39

Cónyuge: Miryam BRAGAÑA

Cargos: Año 91: Responsable Comisión Central de Finanzas

" 91: Integra la Comisión Central de Propaganda

Dom.: Asamblea 4745 Tel.36-36-47 (983)

Raúl FORNE MONTANI

Fecha Nac.: 1946

Cónyuge: Rosario GIL GELOS

Cargos: Año 90: Comisión Area Análisis (Integrante)

" 90: Integra el Grupo de Base 11

" 91: Integra el Frente de Masas

" 93: Miembro de la VI Convención Nacional

Dom.: Bartolomé Mitre 2686

Carlos CASARES MORA

Fecha Nac.:5/12/50

Cónyuge: Ana Cristina MONESTIER LASNIER

Cargos: Año 90: Militante Zonal 3

" 90: Integra Comisión Area Análisis

" 91: Integra Comisión Central de Propaganda

Dom.: José Ellauri 705 Apto.4 (91)

José LOPEZ MERCAO

Fecha Nac.: 4/5/50

Cónyugue: Graciela Margarita BARITUSSIO DA COSTA

Cargos: Año 90: Integra Comisión Area Analisis

" 91: Integra Regional Exterior

" 91: Responsable Comisión Central Propaganda

" 91: Integra Zonal 2

" 92: Vinculado a PROMOPEZ

Dom.: Avda.Centenario 3855 Apto.1 Tel.56-47-86(91)

Oscar SUAREZ MOYANO

Fecha Nac.: 21/9/45

Cónyugue: Graciela CERIANI DOMINGUEZ

Cargos: Año 90: Responsable Comisión Seguridad (Zonal1)

" 91: Responsable Regional Exterior

" 91: Integrante Frente de Masas

Dom.: San Salvador 1737 Bis (92) y Yaro 1067 (92)

Miriam Ilda ESPINOSA BETROA

Fecha Nac.: 3/12/ 51

Cónyugue: No se posee información

Cargos: Año 87: Integra Frente Sindical

" 90: Integra el Grupo de Base 25 (Antel)

Haydée D'AIUTO

Fecha Nac.: 9/12/37

Cónyugue: No se posee información

Cargos: Año 90: Integrante del Zonal 3

" 90: Integrante del Grupo de Base (FUS)

" 91: Integra el Frente de Masas

" 93: Integra la Dirección de CX 44.

Dom.: Fernández Crespo 2442 (81)

E9405608

Neri MUTTI

Fecha Nac.: 24/10/50

Cónyuge: Olga Raquel FORVAROLI MACHADO

Cargos: Año 91: Integra el Regional Interior

" 93: Miembro de la VI Convención Nacional

" 93: Integra el Comité Zona Cerro del FA (Salto)

Dom.: Zorrilla de San Martín 640 (Salto)

Graciela GARCIA VERA

Fecha Nac.: 26/11/52

Cónyuge: No se posee información.

Cargos: Año 91: Secretaria de la dirección del Regional Exterior.

Dom.: Ellauri 990 Apto.202

Carlos HALLER FERRO

Fecha Nac: 10/1/54

Cónyuge: María Emilia AGUIRRES (91)

Cargos: Año 91: Responsable Político Zonal 4

" 92: Integrante del Regional Montevideo

Dom.: Reyes 1644 esquina Atahona

Juan José DOMINGUEZ DIAZ

Fecha Nac.: 23/8/41

Cónyuge: Irma Sara BIANCHI CUCARO

Cargos: Año 87: Integrante del Frente Territorial

" 93: Integrante Mesa Política del F.A. en Paysandú.

Dom.: Benito BLanco 3371

Roberto VILLANUEVA NIEVES

Fecha Nac.: 5/3/55

Cónyuge: No se posee información

Cargos: Año 90: Responsable Zonal 3

" 91: Integrante Dirección Provisoria Frente Sindical

" 91: Responsable del Frente de Masas

" 91: Dirigente del Sindicato de Curtidores

Dom.: Galicia 1376

9405608

Amêrico ROCCO

Fecha Nac.: 25/5/44

Cónyugue: Emilia Martha CARLEVARO BOTTERO

Cargos: Año 90: Integrante del Grupo de Base YOLDI

" 91: Dirigente Frente Juvenil

" 91: Integrante Comisión Central de Fromación e Ingresos

" 92: Delegado de la Comisión de Familiares de Etarras

Dom.: San Carlos de Bolivar 6074

Julio MARTINEZ

Fecha Nac.: No se posee información

Cónyugue: No se posee información

Cargos: Año 91: Integrante del Regional Interior

" 91: Integra la Comisión Central de Ingresos y Formación.

" 92: Integra la Comisión Central de Finanzas

Dom.: No se posee información.

Jorge QUARTINO

Fecha Nac.: 23/11/44

Cónyugue: No se posee información

Cargos: Año 91: Integrante de la Comisión Relaciones Politicas.

" 92: Integra Mesa Politica del FA por el MLN

" 92: Economista del MLN.

Dom.: Ejido 1543 Apto.6

José Luis SILVA

Fecha Nac.: No se posee información

Cónyugue: No se posee información

Cargos: Año 93: Comité Central

Dom.: No se posee información

José MARTINEZ

Fecha Nac.: No se posee información

Cónyugue: No se posee información.

Cargos: Año 93: Comité Central

Socio de Graciela Jorge en la Distribuidora PEGASO.

Dom.: No se posee información

010

9405608

José MARTINEZ

Fecha Nac.: No se posee información

Cónyugue: No se posee información.

Cargos: Año 93: Comité Central

Socio de Graciela Jorge en la Distribuidora PEGASO.

Dom.: No se posee información

010

9405608

3era.Parte

OTROS REQUERIMIENTOS

- La última información que se posee de la elección del Comité Ejecutivo es la surgida en la V Convención Nacional del Movimiento (1990).

La nómina es la siguiente:

Julio MARENALES (Datos en 2da.Parte -Personas-)

Luis ROSADILLA

Fecha Nac.: 21/12/53

Cónyugue: Olga FILGUEIRAS (Concubina 991)

Cargos: Año 91: Encargado de Finanzas de la Dirección del Regional Exterior.

" 91: Integrante de la Comisión Central de Finanzas.

Dom.: Rambla Costanera 4220 Apto.205

José MUJICA (Datos en 2da.Parte -Personas-)

Mario MAZZEO

Fecha Nac.: 20/11/53

Cónyugue: No se posee información.

Cargos: Año 91: Integrante de la Comisión Central de Propaganda

" 91: Integrante del Grupo de Base 3-18

Dom.: Martín C.Martínez 246 Apto.3 (1986)

Eduardo BONOMI (Datos en 2da.Parte -Personas-)

Roberto VILLANUEVA (Datos en 2da.Parte -Personas-)

Oscar SUAREZ MOYANO (Datos en 2da.Parte -Personas-)

José GONZALEZ (Datos en 2da.Parte -Personas-)

Ricardo GARCIA

Fecha Nac.: No se posee información

Cónyugue: No se posee información

Cargos: Año 91: Integrante de la Comisión de Relaciones Políticas.

" 91: Integrante Comisión Central de Ingresos y Formación.

Dom.: Batlle y Ordoñez y Avda.Italia (90)

9405608

M.L.N.(T)

PERSONAS 2da.PARTE

- Se solicita confirmación o nuevos cargos de las personas que a continuación se detallan:

Regional Montevideo (Responsables)

José MUJICA (Datos en Plan de Colección Nro.1/94) Información Año 89

Mario MAZZEO (Datos en Plan de Colección Nro.1/94) Información Año 89

Elbio Omar ALANIZ REBAGLIATTI

Fecha Nac.: 5/6/51

Cónyugue: Elena Lucas, ROUX MARTINEZ

Dom.: Belgrano 2868 (año 90)

Cargos: Año 91: Responsable Regional Montevideo

" 91: Integra Zonal 3

" 92: Integra Zonal 4.

" 90: Grupo Base 6

Rodebel CABRERA BRITOS

Fecha Nac.: 4/1/73

Cónyugue: Silvia María DURAN ÑUNEZ

Dom.: Tels. 57-53-88 y 4-55-17 (1991)

Cargos: Año 91: Responsable Regional Montevideo

" 91: Comité Central

" 90: Grupo de Base 24 (RADIO)

Arturo Pedro DUBRA DIAZ

Fecha Nac.: 4/6/41

Cónyugue: Rosario Inés MOYANO GARCIA

Dom.: 14 de Julio 1354 (1992)

Cargos: Año 90: Responsable Regional Montevideo

" 91: Encargado Zonal Argentina y Brasil

" 91: Responsable Político Regional Exterior

" 91: Integrante Grupo de Base "Laura Raggio".

ZONAL 1

GRUPO DE BASE YOLDI (9)

INTEGRANTES SIN ENCUADRE

Walter Arturo ALZOGARAY PERDOMO

Fecha Nac.: 11/2/37

Cónyugue: Susana AMBROIS

Dom.: Lauro Muller 2012 (año 90)

Cargos: único cargo Integrante G.B. Yoldi (año 90)

María del Carmen CARBALLO ROSSETTI

Fecha Nac.: 8/11/42

Domicilio: Benito Nardone 2337 (Año 90)

Cargos: Idem anterior

María del Pilar ONEGA TIPPA

Fecha Nac.: 16/11/41

Domicilio: Durazno 1164 (Año 90)

Cargos: Idem anterior

Raquel AMARAL GONZALEZ

Fecha Nac.: 31/5/55

Cónyugue: Edison JAVIER

Domicilio: J.Anaya 986 (Año 90)

Cargos: Idem anterior

Inés Catalina DENIS LATORRE

Fecha Nac.: 9/1/50

Domicilio: Alfonso Rodríguez Castelao 3733 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Carlos ZUVALDI JACQUES

Fecha Nac.: 25/9/53

Cónyugue: Patricia ARRIAGA

Domicilio: Hipólito Hirigoyen 902 (Año 90)

Cargos: Idem anterior.

Marcos GARCIA GARCIA

Fecha Nac.: 28/5/48

Domicilio: Joaquín Requena 1257 (año 68)

Cargos: único cargo integrante del G.B. Yoldi (año 90)

María Sara LEDOUX

Fecha Nac.: 12/8/34

Cónyugue: Roberto HORNOS LINERA (año 86)

Domicilio: Durazno 2035 Apto.304 (Año 90)

Cargos: Idem anterior.

Año 83: Integrante Zonal Italia

Ruben Oscar ETCHAMENDI MEDIZA

Fecha Nac.: 24/12/58

Domicilio: Asamblea 4472 (Año 90)

Cargos: único cargo integrante del GB Yoldi (año 90)

ISIDORO INZAURRALDE WUVISCH

Fecha Nac.: 8/12/33

Domicilio: Pta.Berro 2586 (Año 90)

Cónyugue: Elba Nieves ESTABILLO DUFAU

Cargos: Idem anterior

Rosa Teresita ALMADA VARGAS

Fecha Nac.: 12/7/40

Domicilio: Charrúa 2255 Apto.101 (año 80)

Cónyugue: Juan José CRUZ GARCIA

Cargos: Idem anterior

David Alberto CAMPORA SCHWEIZER

Fecha Nac.: 11/8/34

Cónyugue: Olga Leonor MACHADO VASCONCELLOS

Domicilio: Durazno 1027 Apto.304 Tel.90-10-58 (año 91)

Cargos: Idem anterior

Américo ROCCO

Los datos de ésta persona ya fueron en el Plan No.1 (Integrante C.C.)

Marcos GARCIA GARCIA

Fecha Nac.: 28/5/48

Domicilio: Joaquín Requena 1257 (año 68)

Cargos: único cargo integrante del G.B. Yoldi (año 90)

María Sara LEDOUX

Fecha Nac.: 12/8/34

Cónyugue: Roberto HORNOS LINERA (año 86)

Domicilio: Durazno 2035 Apto.304 (Año 90)

Cargos: Idem anterior.

Año 83: Integrante Zonal Italia

Ruben Oscar ETCHAMENDI MEDIZA

Fecha Nac.: 24/12/58

Domicilio: Asamblea 4472 (Año 90)

Cargos: único cargo integrante del GB Yoldi (año 90)

ISIDORO INZAURRALDE WUVISCH

Fecha Nac.: 8/12/33

Domicilio: Pte.Berro 2586 (Año 90)

Cónyugue: Elba Nieves ESTABILLO DUFAU

Cargos: Idem anterior

Rosa Teresita ALMADA VARGAS

Fecha Nac.: 12/7/40

Domicilio: Charrúa 2255 Apto.101 (año 80)

Cónyugue: Juan José CRUZ GARCIA

Cargos: Idem anterior

David Alberto CAMPORA SCHWEIZER

Fecha Nac.: 11/8/34

Cónyugue: Olga Leonor MACHADO VASCONCELLOS

Domicilio: Durazno 1027 Apto.304 Tel.90-10-58 (año 91)

Cargos: Idem anterior

Américo ROCCO

Los datos de ésta persona ya fueron en el Plan No.1 (Integrante C.C.)

94000U8

Daniel Francisco BARREIRO LANUS

Domicilio: Carrito 726 Apto.249 (año 90)

Cargos: Único cargo integrante G.B. Yoldi (año 90)

Jorge Ruben JALUFF BARRIOS

Fecha Nac.: 25/12/57

Domicilio: Enrique Martinez 2154 apto.31 (año 83)

Cargos: Idem anterior

Gerardo RIVERO REYNOSO

Fecha Nac.: 21/11/51

Domicilio: Tel.90-31-81 (año 90)

Cónyuge: Aguada Susana, CARLA ALANIZ (concubina)

Cargos: Idem anterior

Año 83: Responsable Grupo Mafalda

"RENAN"
"PANTERA"
"ALEJANDRA"
"MARUJA"

Todos éstos alias integran el GB Yoldi, pero no se posee otra información sobre ellos.

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE AGUADA-01

INTEGRANTES SIN ENCUADRE

José Martiniano ZAPATA ACUÑA

Fecha Nac.: 27/11/38

Domicilio: Corrosales 4748 (año 90)

Cónyugue: Nahir Haydée BOTTI GONZALEZ

Cargos: Año 90: integrante del G.B. Aguada

" 92: Vinculado al Zonal 4

Mariela Raquel, CANCHINI DUARTE

Fecha Nac.: 24/3/52

Domicilio: Millán 2648 (año 90)

Cargos: Año 90: integrante GB Aguada

Hugo Santiago, CORDON TOMAS

Fecha Nac.: 3/7/54

Domicilio: Barcelona 1727 (año 90)

Cargos: Idem anterior.

Julio Roberto CABRAL BARRETO

Fecha Nac.: 11/10/54

Domicilio: Arenal Grande 1871 (año 90)

Cargos: Idem anterior.

María Cristina, RAVERA RUBI

Fecha Nac.: 15/7/47

Domicilio: Luis A. de Herrera 388 Apto.6 (Año 90)

Cargos: Idem anterior.

Luis Alberto PEYRE BIRRIEL

Fecha Nac.: 30/5/44

Domicilio: Defensa 1838 Apto.1 (año 90)

Cargos: Idem anterior.

9405608

Edith Vaczul CAFFARENA DELLA SANTA

Fecha Nac.: 16/8/41

Domicilio: Batovi 2386 (año 90)

Cargos: Año 90: integrante GB Aguada

"LOLU"

Cargos: idem anterior

No se posee ninguna otra información

017

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE 02 BARRIAL JUVENIL

INTEGRANTES SIN ENCUADRE

Marcelo L. GALLICCHIO PAGANI

Fecha Nac.: 15/8/67

Domicilio: Eduardo Acevedo 885 Apto.2

Cargos: único cargo integrante G.B. Barrial Juvenil

Antonio María RAUMAURO

Fecha Nac.: 7/7/63

Domicilio: Comercio 2468 Apto.2 (90)

Cargos: Idem anterior

Luis Manuel RODRIGUEZ ESMORIS

Fecha Nac.: Bulevar Artigas 2430 (90)

Cargos: Idem anterior

Domicilio: Bulevar Artigas 2430 (año 90)

Carlos-Ernesto-CABRERA-DE-LEON

Fecha Nac.: 04-01-60

Domicilio: Millán 4357 (año 90)

Cargos: Idem anterior.

Mariel-HERNANDEZ-ARMESTO

Fecha Nac.: 4/8/61

Domicilio: Cerrito 239 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Sandra-LABEL-BERRIEL

Fecha Nac.: 27/11/63

Domicilio: Benito Blanco 1143 Apto.2

Cargos: Idem anterior

María-Fernanda-CORE-OROZ

Fecha Nac.: 16/5/66

Domicilio: El Viejo Pancho 2542 Apto.2 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Luis-Manuel-RODRIGUEZ

No se poseen datos de dicha persona.

"ADRIANA"(No-se-posee-otra-información)

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE 03 (COFE)

INTEGRANTES SIN ENCUADRE

Carlos E. FONSALIA VARESINI

Fecha Nac.: 17/9/44

Domicilio: Calle P 3257 Apto.201 Parque Posadas

Cargos: único cargo integrante GB COFE (90)

Ana María DURAN LEVRERO

Fecha Nac.: 1/3/52

Domicilio: 20 metros y 17 metros (Atlántida) (año 90)

Cargos: Idem anterior

Rina D'ANGELO

Fecha Nac.: 6/3/55

Domicilio: Uruguayana 3194 Apto.504 (90)

Cargos: Idem anterior

Edda CHAVES CHAVES

Fecha Nac.: 24/7/45

Domiclio: H. Levisk 1726 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Liliana CANO PEREZ

Fecha Nac.: 25/12/58

Domicilio: Dr.José María Delgado 1936 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Juan FALCO PEREZ

Fecha Nac.: 9/2/47

Domicilio: San Martin 3476 (año 90)

Cargos: Idem anterior

9405608

Jorge TORRES PEREZ

Fecha Nac.: 15/10/36

Domicilio: Joaquin Requena 132 (año 81)

Cargos: Unico cargo integrante GB COFE (90)

Graciela AMARO MILAN

Fecha Nac.: 23/5/45

Domicilio: Misiones 1540 Apto.109 (año 90)

Cargos: Idem anterior

"JHONY" (no se posee ninguna información.

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE ATSS

INTEGRANTES SIN ENCUADRE

Raúl RODRIGUEZ RUIZ

Fecha Nac.: 17/12/40

Domicilio: Heredia 4188 (año 78)

Cargo: único cargo integrante del GB ATSS (90)

Jorge FERNANDEZ MAINARDI

Fecha Nac.: 29/1/48

Domicilio: Libertad 2821 (90)

Cargos: Idem anterior

Rodolfo REINO VOUTO

Fecha Nac.: 24/8/53

Domicilio: Santa Fe 1170 Apto.18 (83)

Cargos: Idem anterior

Lydia Beatriz VALLS FLORENTINO

Fecha Nac.: 18/10/58

Domicilio: Bvar.Artigas 2706 Apto.605(90)

Cargos: Idem anterior

Beatriz Rosa, JOHNSON ZABALA

Fecha Nac.: 31/10/45

Domicilio: Dr.Antonio Serratoso 3772 Apto.208 (81)

Cargos: Idem anterior

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE 06 FFOSE

INTEGRANTES SIN ENCUADRE

Daniel GONZALEZ PEREZ

Fecha Nac.: 23/6/61

Domicilio: Michigan 1571 Apto.4 (año 90)

Cargos: único cargo integrante del GB FFOSE (año 90)

Edgardo ACOSTA MORALES

Fecha Nac.: 23/3/56

Domicilio: Bolivia 251 (año 81)

Cargos: Idem anterior

Maria Josefina MIORELLI MILAN

Fecha Nac.: 26/11/40

Domicilio: Magallanes 1180 Apto.3 (año 90)

Cónyuge: Edison RODRIGUEZ

Cargos: Idem anterior.

Horacio HERNANDEZ ARMESTO

Fecha Nac.: 21/1/63

Domicilio: Esther de Locues 5584 (año 90)

Cargos: Idem anterior

José Maria PERE FRIONI

Fecha Nac.: 10/10/52

Domicilio: Cebollati 1447 Apto.506 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Humberto Eduardo SANTANGELO LEITE

Fecha Nac.: 25/12/55

Domicilio: Manzana 55 Solar 10 (El Pinar) (Canelones) (año 90)

Cargos: Idem anterior

9405608

Luis Adolfo SARUBBI SALLES

Fecha Nac.: 24/2/55

Domicilio: Rizal 3612 (año 81)

Cargos: Año 89: Secretario Propaganda Federación FOSE

" 90: Integrante GB FFOSE.

Alicia ARAUJO REFRESQUINI

Fecha Nac.: 29/12/62

Domicilio: Gracia 317 (año 90)

Cargos: Idem anterior (año 90)

"ANTONIO" (no se posee otra información)

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE REDUCTO (7)

INTEGRANTES SIN ENCUADRE

Alvaro Manuel MARTINEZ PEREZ

Fecha Nac.: 6/5/65

Domicilio: José L. Terra 3192 (año 90)

Cargos: Integrante de dicho GB año 90.

Walter Amancio SOLLIER MIRA

Fecha Nac.: 20/3/47

Domicilio: Porongos 2787

Cargos: Idem anterior

Luis Antonio PLATAS COMESAÑA

Fecha Nac.: 8/6/54

Domicilio: Democracia 2240 Apto.12 (año 90)

Cónyugue: Ana ARIAS (año 90)

Cargos: Idem anterior.

Juan Isidoro CHIRIFF TORRES

Fecha Nac.: 14/6/51

Domicilio Francisco Tajes 126 Apto.5 (año 90)

Cónyugue: Susana CARREÑO

Cargos: Año 90: Integrante GB Reducto

" 93: Integrante Comisión Barrial Aguada.

Carlos Omar BOLON LUQUEZ

Fecha Nac.: 12/9/51

Domicilio: Tomás de Tazanos 1302 (año 90)

Cargos: Integrante GB Reducto año 90

Eofelio Miguel PEREDA ALVAREZ

Fecha Nac.: 1/5/38

Cónyugue: Luz del Rosario BORDONE BREMERMAN

Domicilio: Defensa 2372 Apto.4 Tel.40-92-30 (año 91)

Cargos: Año 90: Integrante G.B. Reducto

" 91: Integrante del Regional Interior.

"COCO" No se posee información

"SILVIA" sobre éstos alias.

025

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE 10 (MEDICOS)

INTEGRANTES SIN ENCUADRE

Mario Alberto DE PENA FERNANDEZ

Fecha Nac.: 17/3/40

Cónyuge: María Rosa GOMEZ

Domicilio: Cno.Castro 469 (año 90) Tel.39-96-51 (año 91)

Cargos: Integrante del G.B. Médicos (año 90).

Hipólito Ibar BERRIEL GONZALEZ

Fecha Nac.: 1940

Cónyuge:María Julia RAMON

Domicilio: Joaquín Requena 1386 (año 87)

Cargos: Idem anterior.

Ana Iris KAMAYD ROTTA

Domicilio: Fco.Araucho 1165 esquina Baldomir (año 90)

Cargos: Idem anterior.

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE 11 SUANP

INTEGRANTES SIN ENCUADRE

Declar Daniel NOGUES PALOMEQUE

Fecha Nac.: 24/7/53

Cónyugue: Lelia HUGEMBERT

Domicilio: Aparicio Saravia 5046 (año 90)

Cargos: Integrante GB Suanp (año 90)

Walter Elias HUERTA TORRES

Fecha Nac.: 3/6/48

Domicilio: Estados Unidos 436 Solar 12 y Paraguay (El Pinar-Canelones) (año 1992)

Cargos: Idem anterior

Uruguay Edgardo NAVIA MARTINEZ

Fecha Nac.: 8/8/61

Cónyugue: Estela CARBU

Domicilio: Carlos María de Pena 5881 Apto.2 (año 90)

Cargos: Idem anterior.

Edgardo AGNESE MARQUEZ

Fecha Nac.: 17/9/47

Domicilio: Ramón Marquez 3528 Apto.1 (año 90)

Cargos: Idem anterior.

Pablo MACHADO MEDICI

Fecha Nac.: 5/5/60

Domicilio: Euskalerria P.Vecinal 4511 A (año 90)

Cargos: Idem anterior.

Carlos CUSHER GAITAN

Fecha Nac.: 20/11/46

Domicilio: Inclusa 822 (año 90)

Cargos: Idem anterior

9405608

Richard CASANOVA VIDAL

Fecha Nac.: 7/2/61

Domicilio: Emilio Reus 2497 (año 90)

Cargos: Integrante GB Suanp (año 90)

Héctor Eduardo JUAMBELTZ RODRIGUEZ

Fecha Nac.: 20/1/47

Domicilio: Galicia 1124 (año 91)

Cónyugue: Emma Edwing KUSTER SCHMIDT

Cargos: Idem anterior

Año 91: Integrante Frente de Masas

" 91: Integrante Comisión Central de Ingresos.

" 91: Integrante Comisión Central de Formación.

Héctor Agustín BRIGNONI SIBOLDI

Fecha Nac.: 6/8/55

Domicilio: Gral. Haig 4209 (año 90)

Cargos: Integrante GB Suanp (año 90)

Shubert Florencio MENDEZ OLIVER

Fecha Nac.: 22/2/56

Domicilio: Pérez Castellanos 1546 (año 92)

Cónyugue: María del Carmen QUINTANA ESPINO

Cargos: Idem anterior

Edgardo Devariano MONTERO FAA

Fecha Nac.: 6/8/50

Domicilio: Juan Acosta 4238 (año 90)

Cargos: Idem anterior.

"Baldomir" SILVA (C.I. 1.234.589-4) (No se posee otra información)

Julio HIRIGOYEN (C.I. 1.913.936-1) " " " " "

Carlos URES ó LUSCHER (C.I. 1.717.63-3) " " " " "

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE AEBU

Integrantes Sin Encuadre

Hugo Humberto PIEDRA MORALES

Fecha Nac.: 4/3/34

Domicilio: Magallanes 1787 (año 90) Tels.: 48-86-62 y 40-90-34 (año 91)

Cónyuge: María Teresa DIAZ LOPEZ

Cargos: Integrante GB AEBU (año 90)

Ricardo Alfredo CAPOTE BUENO

Fecha Nac.: 9/11/63

Domiclio: Santa María 1804 (año 90)

Carlos Horacio VILLAR ARISMENDI

Fecha Nac.: 30/9/66

Domicilio: Avda.Italia 4845 Apto.501 (año 90)

Cargos: Integrante GB AEBU (año 90)

Julio Atahualpa MENDEZ COSTA

Fecha Nac.: 27/3/41

Domicilio: Lauro Muller 1995 Apto.1 (año 90)

Cónyuge: Rosa MODERNEL

Cargos: Idem anterior

Carlos Mario AMIR PERCEL

Fecha Nac.: 9/7/43

Domicilio: Parque Posadas Block 3 Apto.308 (año 91)

Cónyuge: María Teresa CASTELAO BIDART

Cargos: Idem anterior

María Virginia GIACOIA LARRAND

Fecha Nac.: 28/1/56

Domicilio: José Serrato 3062 (año 90)

Cónyuge: Ruben BENTANCOR

Cargos: Idem anterior.

9405608

Integrantes del GB AEBU de los cuáles no se posee otra información.

"Carlos F"

"Graciela J"

"Roberto J"

Raúl "Pulpa"

"Alejandro"

"Julia"

9405608

030

ZONAL 1

GRUPO DE BASE 16 FORMACION DOCENTE

Integrantes sin encuadre

Andrea CARDELINO SOTO

Fecha Nac.: 31/9/66

Domicilio:Minas 1253 (año 90)

Cargos: Integrante GB 16 (año 90)

Claudia PORRINI BERACOCHEA

Fecha Nac.: 5/1/64

Domicilio:Guaná 2270 Apto.4 (año 90)

Cargos: Idem anterior

César Gustavo GUERRERO PALERMO

Fecha Nac.: 2/12/65

Domicilio:Silvestre Blanco 2588 Apto.15 (año 90)

Cargos: Idem anterior

María del Rosario SILVERA MENDEZ

Fecha Nac.: 23/9/67

Domicilio: Joaquín Requena 1189 Apto.3 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Marina RODRIGUEZ MALZONE

Fecha Nac.: 9/12/65

Domicilio: Cornelio Cantera 2715 Apto.1 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Judith ALTAMIN (No se posee información)

"Aldo" "

"Miguel" "

9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE MARCOS CONTERIS 18

Integrantes Sin Encuadre

José Claudio BARBOZA FRANCO

Fecha Nac.: 21/9/70

Domicilio: Asencio 1355 (año 89)

Cargos: Integrante GB Marcos Conteris

Alvaro Manuel MIRANDA MARTINEZ

Fecha Nac.: 27/2/65

Domicilio: Mena 4442 (Sayago) (año 88)

Cargos: Idem anterior

Yamandú ALVAREZ ALJAS

Fecha Nac.: 9/6/69

Domicilio: Roque Gómez 3020 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Sergio Luis REQUEL LECUONA

Fecha Nac.: 21/3/71

Domicilio: Luis Batlle Berraes 9208 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Verónica DE BERTTENCOURT CARIDE

Fecha Nac.: 5/11/69

Domicilio: Juan Ramón Gómez 3020

Cargos: Idem anterior

Ana Laura GARCIA CABALLEIRO

Fecha Nac.: 69

Domicilio: Nueva Palmira 1758 Apto.4 (año 90)

Cargos: Idem anterior

9405608

Marla Jesús BRAÑA PIPPOLO

Fecha Nac.: 21/8/62

Domicilio: Uruguay 1754 Apto.8 (año 90)

Cargos: Integrante GB Marcos Centeris (año 90)

Año 93: Directivo AFUTU

033

E9405608

ZONAL 1

GRUPO DE BASE COFITO 20

Integrantes Sin Encuadre

Alberto Artigas GONZALESZ FARRACO

Fecha Nac.: 13/10/56

Domicilio: Benito Riquet 1134 Apto.5 (año 90)

Cargos: Integrante GB Cofito

Jorge Nicolás MAZZETTI MARENALES

Fecha Nac.: 11/11/60

Domicilio: Las Heras 1926 Apto.204 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Víctor Julio RODRIGUEZ GIACOMELLI

Fecha Nac.: 27/1/51

Domicilio: 20 de Setiembre 1444 Apto.3 (año 90)

Cónyuge: Josefina CARBALLAL

Cargos: Idem anterior

Luis Alberto ROMERO MORA

Fecha Nac.: 20/8/59

Domicilio: Tajes 646 (Santa Lucía) año 90

Cargos: Idem anterior

Susana Teresita GONZALEZ GONZALEZ

Fecha Nac.: 15/10/58

Domicilio: Suecia 2085 (año 90)

Cargos: Idem anterior

Rogelio VIDARTE CUNIVES

Fecha Nac.: 4/10/40

Domicilio: Abayubá 2831 (año 91)

Cargos: Idem anterior

Carmen Graciela CORE HERNANDEZ

Fecha Nac.: 14/6/54

Domicilio: Arquímedes 1108 (año 90)

Cargos: Integrante GB Cofito

Mario RISSO IRIBARNE

Fecha Nac.: 20/2/57

Domicilio: Pinzón 4158

Cargos: Idem anterior

José Néstor DUARTE LESCANO

Fecha Nac.: 4/1/49

Domicilio: Centro América 1974 (año 81)

Cónyugue: Gladys OTERO

Cargos: Idem anterior

No se posee ninguna información

"María del Carmen"

"Sergio"

035|35

9405608

1/12

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO.I (INT.)

E.E.I.

- Se adjunta Plan de Colección de Campo Militar Nro.2/994

MINISTERIO ... PRAL
02 JUN. 1994
Archivo. Dpto. III
N° 9405609

001|12

9405609

PLAN DE COLECCION Nº 2/994

ASUNTO: Partido Comunista del Uruguay

El presente Plan de Colección pretende cubrir las necesidades de información básica de ésta División sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan.

Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales.

En una primera parte se solicita información sobre locales. En la segunda parte, información de personas y en la tercera parte otros requerimientos citando el número de Plan de Colección se irán agregando futuros E.E.I.-

002

9405609

P.C.U.

LOCALES : Se solicita confirmación o nueva ubicación de :

LOCAL CENTRAL: Agraciada 2345.

SECCIONAL CHAVES SOSA

SECCIONAL 9a.

SECCIONAL 11: 8 de octubre y Piccioli

SECCIONAL 18 - 24: 26 de Marzo y Osorio (Año 92)

SECCIONAL CHE: Av. Francisco Solano López y Nancy

SECCIONAL GRIMAU:

SECCIONAL CERRO:

SECCIONAL DI PASCUA: Av. Agraciada casi San Martín

SECCIONAL MENDIOLA:

SECCIONAL 10 Norte:

SECCIONAL 10 Sur:

SECCIONAL CHASSALLE: Julio Herrera y Obes casi Soriano

SECCIONAL CONSTRUCCION:

SECCIONAL 16:

SECCIONAL 21:

SECCIONAL 22:

SECCIONAL 17:

SECCIONAL 20: Av. Agraciada y Valentín Gómez

SECCIONAL MUNICIPALES: Río Negro 1531

SECCIONAL ROVIRA:Av. Agraciada 2345

SECCIONAL TASSINO:

SECCIONAL BALBI: Juan Paullier y Maldonado

SECCIONAL ESCUDERO:

SECCIONAL J. CORREA:

SECCIONAL GALARZA (ANCAP):

SECCIONAL SUR ARIGON: Julio Herrera y Obes casi Soriano

SECCIONAL ENSEÑANZA MEDIA:

SECCIONAL ESTE: Camino Carrasco casi Veracierto

CASA DE LA CULTURA DEL PCU: Julio Herrera y Obes 1239

SECCIONAL 14: Uruguayana y Capurro

9405609

P. C. U.

2da. PARTE

PERSONAS

La siguiente relación son los integrantes del Comité Central del Partido electos en en XXIII Congreso:

Marina ARISMENDI

Fech.Nac.: Año 49

Conyugue:

Cargo: 1er. Secretaria General

Domicilio: Canelones 946 Ap. 101(Abril 82)

Pedro BALBI

Fech.Nac.: 12-3-56

Domicilio: Luis Brandi 6731 (7/84)

Cargo: Secretaria General Colectiva ; Comité Central

Conyugue:

Carlos TUTZO

Fech.Nac.: (42)

Domicilio: Eufemio Masculino 2594/7

Cargo: Secretaria Colectiva General; Comité Central

Conyugue:

Alicia PINTOS

Fech.Nac. (51 ó 52)

Domicilio:

Cargo: Comité Central; Secretaria de Area Social en el Comité Ejecutivo.

Conyugue:

Daniel BANINA

Fech.Nac.: 12-6-43

Domicilio: Mones Roses 6195

Cargo: Comité Central

Conyugue:Eliana Maria Aguerre Viera

9405609

Eduardo VIERA

Fech.Nac.: (año 14)

Cargo: Comité Central

Domicilio: Mercedes 922

Washington PUCHETTA

Fech.Nac.: Año 46

Domicilio: Vidaurreta 969

Conyugue: Ana María OLIVERA

Cargo: Comité Central: Secretario de Asuntos Comunales en el Comité Ejecutivo

Victori CASSARTELLI

Fech.Nac.: 1º-11-20

Dirección: María Stagnero de Munar 2720

Conyugue: Ivonne Caramella D'Imperio

Cargo: Comité Central

Rulber FUMEIRO

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo:Comité Central; Comité Ejecutivo:Secretario de Organización

Ana María OLIVERA

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue: Washington PUCHETTA

Cargo: Comité Central;Comité Ejecutivo: Encargada de Unidad Política

Carlos TRINIDAD

Fech.Nac.:24-2-58

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Angel BATALLA

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Washington TREJO

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central ; Comité Ejecutivo: Secretario de Propaganda

Nelson TRIAS

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo:Comité Central

Célica CASTAÑERA

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Nelson MACEDO

Fech.Nac.:Año 57

Domicilio: Trento 3016/4

Conyugue: Zully Nery Rodriguez Aguilar

Cargo: Comité Central

Alicia SAPIN

Fech.Nac.:Año 57

Domicilio:Portugal 3166

Conyugue:

Cargo: Comité Central

9405609

Oscar BONAUDI

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

María SUAREZ

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central ; Comité Ejecutivo:Encargada de Fracción Sindical.

Ruben YAÑEZ

Fech.Nac.: Año 39

Domicilio: Burucayupi 3225 esq. Bvar. Artigas

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Beatriz ABERO

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Edgardo CLAVIJO

Fech.Nac.: Año 64

Domicilio:Acevedo Díaz 2792

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Faustino allacer RODRIGUEZ BRITOS

Fech.Nac.:

Domicilio: Cno. del Andaluz Km 0 Canelones

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Juan GIACOBONI

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Rosa DUBINSKY

Fech.Nac.:2-3-23

Domicilio: Luis Meliam Lafinur 2237

Conyugue: Guillermo Israel Harman

Cargo:Comité Central

Celia RUIZ

Fech.Nac.:

Domicilio: Cosini y Hughes (Rio Negro)

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Francisco MAIORANA

Fech.Nac.: 24-7-33

Domicilio:Juan Pérez de Marchena 5547

Conyugue: Norma RIANI AYALA

Cargo: Comité Central

Fausto PEREZ

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Alvaro PITA ALVARIZA

Fech.Nac.:

Domicilio: Joaquin de Salterain 1128(82) Molinos de Raffo 766/208

Conyugue:

Cargo:Comité Central; Comité Ejecutivo: Secretario de Finanzas

9405509

Zulma PAIS

Fech.Nac.: Año 20

Domicilio: Carpintería 4514

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Ninoska MACHADO

Fech.Nac.: Año 46

Domicilio: Panderos 4576; San Fructuoso 1584

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Hugo SACCHI

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Héctor SECO:

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Luis CAMPELO

Fech.Nac.:

Domicilio: Perna 1194; Juan A. Rodriguez 1441

Conyugue:

Cargo: Comité Central

José CORONEL

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Enrique BLANCO

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Ruiz PEREIRA FAGET

Fech.Nac.: Año 32

Domicilio: Antonio Machado 2061

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Janet ALONSO:

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Juan CORTIZA

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Clara LAROCCA

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Sonia Saracho

Fech. Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

9405609

Daniel ALBACETE PINTOS

Fech.Nac.: Año 46

Domicilio: Juan D. Jackson 1365

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Carlos FLANAGAN

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo: Comité Central

Alba RODRIGUEZ

Fech.Nac.:

Domicilio:

Conyugue:

Cargo:Comité Central

011 9405609

P. C. U.

3ra. PARTE

OTROS REQUERIMIENTOS

EMPRESAS Se solicita saber la razón social de las siguientes empresas:

- Instituto Passaro
- Brumamar LTDA. Venta de Pescado
- Duke LTDA. Bar
- Graciosi y Decaro LTDA. Bar
- Macondo Cine Video Video
- Dirsa Internacional Serv. Periodisticos
- I.P.C. LTDA. Venta de Mercaderias
- Karel SRL Industria materias primas
- Ramaros LTDA Importación y Exportación
- Administración Rocco SRL Inmobiliaria

Se solicita información acerca de la incersión del PCU a nivel gremial.

012 | 12

9405609

M.D.N.

D.G.I.D

DPTO.1

E.E.I

Se adjunta plan de colección número 3/994.

02 JUN. 1994
Archivo. Dpto. III
Nº 9405610

001 6

9405610

Plan de colección número 3/994.

Asunto:

-Partido por la victoria del pueblo, (P.V.P).

-EL presente plan de colección pretende cubrir las necesidades de información básica de esta división sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan.

-Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales

-En una primera parte se solicita información de locales.

-En la segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos.

-Citando el número de plan de colección se irán agregando futuros E.E.I.

002

9405610

P.V.P

Se solicita confirmación o nueva ubicación :

Locales.

Local Central.

Fernandez Crespo 2288, (información del año 1993).

Local la Teja.

Carlos Maria Ramirez y Carlos Tellier.

Comite de Base "Compañero".

Feliciano Rodriguez 2765.

"Guardería Globo Rojo".

Colonia 1473.

Editorial Compañero S.R.L.

Fernandez Crespo 2242.

Cotidiano Mujer.

Ana Monterroso de Lavalleja 2010.

Taller de Metalistica.

Julio Herrera y Obes 1208.

9405610

P.V.P

Personas

La siguiente relación son los integrantes principales de la dirigencia del Partido por la Victoria del Pueblo, (P.V.P).

Se solicita confirmación , o nueva dirección y confirmación de cargos y actividades .

Si se carece de foto se solicita foto de la misma.

Hugo Cores

Fecha de Nacimiento: 07/11/37, (Bs.As.).

Cargo: Secretario General del ,P.V.P, (1990).

Conyugue: Susana Nezon (1972).

Maria Salaberry (1984).

Domicilio: 14 julio 1434 (1987).

Homero de Mello Techera.

Fecha de Nacimiento:

Cargo Integrante Comité Comité Central, (P.V.P).

Conyugue:

Domicilio: Casavalle 3079, (año 1984).

Richard Read.

Fecha de Nacimiento: 26/09/53.

Cargo: Integrante Comité Central, P.V.P.

Conyugue: Inés Busero,(1986).

Domicilio:

Miguel Fernandez Galeano.

Fecha de Nacimiento: 01/12/52

Cargo: Integrante del Comité Central del P.V.P y del Secretariado Ejecutivo del mismo partido en 1990.

Conyugue: Liliana Piriz, (fallecida).

Domicilio: 21 de setiembre 2458, (1984). (

9405610

Carlos Coitiño Cebey.
Fecha de Nacimiento: 03/10/36
Conyugue: Tereza Izaguirre
Cargo: Integrante Comité Ejecutivo,P.V.P,(1989).
Domicilio: Ibirapitá 2768, (1982).
José Tuimil Vergara.
Fecha de Nacimiento: 10/12/48.
Cargo: Integrante del Secretariado ejecutivo del,P.V.P, (1988).
Conyugue: Nelly Sierra Tuimil
Domicilio: Dr. Terra 3477/AP.02.

Gerardo Riet Bustamante
Fecha de Nacimiento: 16/08/55.
Cargo: Secretariado,P.V.P, (1990).
Conyugue: Laura Gordiano.
Domicilio: Camino Corrales 3661, (1985).

Pablo Anzaloni Cantoni.
Fecha de Nacimiento: 11/07/52, (Montevideo).
Cargo: Integrante Dirección, P.V.P.
Conyugue: Elida Vazquez de Armas.
Domicilio: Mercader 1304 (1987).
Libertad 2873 /Apto 01,(1987).

Raúl Olivera Alfaro.
Fecha de Nacimiento: 10/02/44, (Montevideo).
Cargo: Secretario ejecutivo, (1990).
Conyugue: Nilda E. Rodriguez.
Domicilio: Canelones , (Las Piedras), Ecuador y Eliar Regules, (1985).

Luis Puig Carbajal.
Fecha de Nacimiento:
Cargo: Secretariado del ,P.V.P, (1990).
Conyugue: Ana María Ferreira Umpierrez.
Domicilio: Atenas 3176, (1976).

E9405610

Milton Romani Gerner
Fecha de Nacimiento: 29/10/49.
Conyugue:
Cargo: Integrante Ctê. Central, (1986).
Domicilio: Guayaquil 3386, (1985).

Gerardo Ismach Etchevanet
Fecha de Nacimiento:
Conyugue:
Cargo: Integrante Ctê. Central, P.V.P., (1987).
Domicilio:

000/6

9405610

1/6

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO. I

E.E.I.

Se adjunta plan de colección número 4/994.

02 JUN. 1994
Archivo. Dpto. III
9405611

0016

9405611

Plan de colección número 4/994.

Asunto:

-Partido Socialista de los Trabajadores, (P.S.T).

-El presente plan de colección pretende cubrir las necesidades de información básica de esta división sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan.

-Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales.

-En una primera parte se solicita información de locales.

-En la segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos.

-Citando el número de plan de colección se irán agregando futuros E.E.I.

9405611

P.S.T.

Se solicita confirmación o nueva ubicación:

Locales.

Local Central: Fernandez Crespo y Miguelete.

Impresora Pulacato: 18 JUL. 1870.

Comisión Formación: Guayabo , 1710.

003

9405611

P.S.T

Personas:

La siguiente relación de personas son integrantes de la dirigencia del Partido Socialista de los Trabajadores, (P.S.T).

Se solicita confirmación de dirección o nueva dirección y confirmacion de cargos y actividades.

Si se carece de foto se solicita foto de la misma .

Juan Berterreche Viñas.

Fecha de Nacimiento: 28/09/41

Conyugue: María del Carmen Curti Brun.

Cargo: Secretario General y miembro del Comité Ejecutivo del P.S.T

Domicilio: Nueva Palmira

Ernesto Herrera.

Fecha de Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Dirigente , P.S.T, (1992).

Domicilio:

Aldo Gili..

Fecha de Nacimiento: 20/08/55

Conyugue: Soltero.

Cargo: Integrante Comité Central , P.S.T, (1990).

Domicilio: Colorado 1826, AP/01, (1983).

Gustavo Alfredo Vazquez Quartino.

Fecha de Nacimiento: 09/03/53

Conyugue: María Bibiana Duffau Etchevaren.

Cargo: Dirigente , P.S.T, (1989).

Domicilio: Juan María Perez 2781.

9405611

PST

Nombre:Lucia Gomensoro

Ocupación:Estudiante I.A.V.A, Consejo Redacción "La Unidad".

Nombre: Enrrique Paroli Larre.

Domicilio: Anzani 2007.

Ocupación: Empleado de ANCAP, "La Unidad", (1990).

Concubina: Cecilia Duffau, y Vanina Franoni.

Nombre: María Cecilia Duffau Etchevaren.

Fecha Nacimiento: 1954.

Domicilio: Washington Beltrán 1736.

Ocupación: Propietaria Empresa Pulcayo.

Concubino: Enrique Paroli.

Padres: Olga y Enrique.

Nombre: Juan Robles

Ocupación: Articulista "La Unidad", y Asesor IV Internacional.

Nombre: Graciela Retamozo

Ocupación: IMPASA

Nombres: Luis Sanguinet Cabral.

Fecha Nacimiento: 28 10 10

Domicilio:Dionisio Coronel 680.

Casado:Lilián Zas Milian.

9405611

Brenda Silvera Rivera.

Fecha de Nacimiento:

Conyugue: Soltero.

Cargo: Dirigente.

Domicilio: Conciliación 4219, (1983).

0006

9405611

1/5

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO. I

E.E.I.

Se adjunta plan de colección número 5/994.

MINISTERIO ... NACIONAL
D...
02 JUN. 1994
Archivo. Dpto. EEI
Nº 9405612

001 | 5

9405612

Plan de colección número 5/994.

Asunto:

-Partido de los trabajadores, (P.T).

-El presente plan de colección pretende cubrir las necesidades de información básica de esta división sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan.

-Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales

-En una primera parte se solicita información de locales.

-En la segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos.

-Citando el número de plan de colección se irán agregando futuros E.E.I

002 9405612

P.T.

Se solicita confirmación o nueva ubicación:

Locales.

Local Central: Convención 1194.

Local "La Teja": Luis Batlle Berre 4112. Tel: 351550.

Local "Reducto": San Martin 2579/2. Tel: 295900.

Semanario "Tribuna": Julio Herrera y Obes 1071/101.

Local la Cruz: Calle 4, casi calle 1, Complejo Cooperativo , Zona 3 de Bolivia 2551, casi Camino Carrasco.

003

9405612

P.T.

Personas.

La siguiente relación son los integrantes principales de la dirigencia del Partido de los Trabajadores, (P.T.).

Se solicita confirmación, o nueva dirección y confirmación de cargos y actividades.

Si se carece de fotos se solicita foto de la misma.

Juan Vital Andrada Cabrera

Fecha de Nacimiento: 12/11/32.

Conyugue: Soltero.

Cargo: - Presidente del P.T. (1992).
- Dirigente del P.T. (1993).
- Responsable local "La Teja".

Domicilio: San Martin 2579 (1986).

Rafael Fernandez Rodriguez

Fecha de Nacimiento:

Cargo: - integrante del Ctê Central del P.T. (1990).
- Dirigente del P.T. (1993).
- Colum nista ocasional de "Busqueda" (1993).
- Redactor Responsable de "Tribuna".

Conyugue:

Domicilio:

Sebastian Bolloni

Fecha de Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Dirigente del P.T. (1993).

Domicilio:

Rogelio Rodriguez Soule

Fecha de Nacimiento: nacido en 1945.

Cargo: - integrante del P.T. (1984).
- integrante del Ctê. Central del P.T. (1993).

Conyugue:

Domicilio: Lima 1450. (1989).

9405612

Jose Carpelino Olivera.

Fecha de Nacimiento:

Cargo: - Dirigente del P.T. (1986).

- Integrante del Frente Sindical del P.T. (1991).

Conyugue:

Domicilio: Dr. Vicente Basagoity 4375. (1988).

Sergio Carlos Sagredo Polero.

Fecha de Nacimiento:

Cargo: - Integrante del P.T. (1984).

- Integrante de Frente Sindical del P.T. (1985).

Conyugue:

Domicilio:

Sebastián Airaldi

Fecha de Nacimiento:

Cargo: Dirigente (Información del año 1992).

Conyugue:

Domicilio:

Elbio Edilio Meyer Maquieira.

Fecha de Nacimiento:

Cargo: Dirigente,(Información del año 1992).

Conyugue:

Domicilio:

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO. I

E.E.I.

Se adjunta plan de colección número 6/994.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
02 JUN. 1994
Pase: Archivo, Dpto. I
Nº 9405613

001|5

9405613

Plan de colección número.6/994

Asunto:

Partido Comunista Revolucionario, (P.C.R).

-El presente plan de colección pretende cubrir las necesidades de información básica de esta división sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan .

-Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales.

-En una primera parte se solicita información de locales .

-En la segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos .

-Citando el número de plan de colección se irán agregando futuros E.E.I.

9405613

P.C.R.

Se solicita confirmación o nueva ubicación:

Locales.

Imprenta Valfagraf LTDA.

- Calle Alzaibar 1365.

003

9405613

P.C.R.

Personas.

La siguiente relación son los integrantes principales de la dirigencia del Partido Comunista Revolucionario, (P.C.R.).

Se solicita confirmación o nueva dirección y confirmación de cargos y actividades.

Si se carece de fotos se solicita foto de la misma.

Ricardo Cohen

Fecha de Nacimiento: 14/11/49.

Conyugue:

Cargo: Secretario Politico del P.C.R. (1992).

Domicilio: Rio Negro 1076/02.

Julio Cesar Arizaga da Silva

Fecha de Nacimiento: 01/01/30.

Conyugue:

Cargo:

Domicilio: - Av. Itália 4102/15.

- Colonia 2026.

Enrique Baubeta Garcia

Fecha de Nacimiento: 02/07/55.

Conyugue:

Cargo:

Domicilio: Millan 2936/02.

Jesus Garcia Belloso

Fecha de Nacimiento: 15/09/37.

Conyugue:

Cargo:

Domicilio: - Javier Barrios Amorin 1620/03 (1982).

- Criollos 4212 (1982).

Jorge Alfredo Pastrana

Fecha de Nacimiento:

Conyugue:

Cargo:

Domicilio: Propietario de Imprenta Valfagraf, ubicada en Alzaibar 1365.

9405613

Eduardo Bodo D'Alexandro.

Fecha de Nacimiento:

Cargo:

Conyugue:

Domicilio:

Susana Cazaban Martinez.

Fecha de Nacimiento:

Cargo:

Conyugue:

Domicilio:

Carlos Gonzalez.

Fecha de Nacimiento:

Cargo: Secretariado Politico del P.C.R.

Conyugue:

Domicilio:

005|5

9405613

-/5

M.D.N

D.G.I.D

DPTO.1

E.E.I

Se adjunta plan de colección número 7/994.

MINISTERIO ... NAL
DI...
02 JUN. 1994
Archivo. Dpto. 553
Nº ... 9405614

001 | 5

9405614

Plan de colección número 7/994.

Asunto:

-Partido Obrero Revolucionario, (P.O.R).

-El presente plan de colección pretende cubrir las necesidades de información básica de esta división sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan.

-Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales.

-En una primera parte se solicita información de locales .

-En la segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos.

-Citando el número de plan de colección se irán agregando futuros E.E.I

9405614

P.O.R

Locales:

Se solicita confirmación o nueva ubicación:

Local Central.

Daniel Muñoz 2289.

003

9405614

P.O.R.

Personas:

La siguiente relación son integrantes de la dirigencia del Partido Obrero Revolucionario, (P.O.R).

Se solicita confirmación de dirección, o nueva dirección y confirmación de cargos y actividades.

Si se carece de foto se solicita foto de las mismas.

Raúl Campanella.

Fecha de Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Secretariado General del P.O.R, (1992).

Presidente del Comité de defensa de la Revolucion Cubana, (C.D.R).

Domicilio: Charrúa 933/AP. 1, (1973).

Juan Jaime Amstrong.

Fecha de Nacimiento: 04/03/46

Conyugue: Maria del Carmen Pereira da Silva.

Cargo: Secretariado Dirección, P.O.R, (1990).

Domicilio: Cno., Tte. Galeano 4584, (1982).

Demetrio Gentile.

Fecha Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Dirigente, P.O.R, (1993).

Domicilio:

Joel Horacio

Fecha Nacimiento:

Cargo:

Conyugue:

Domicilio:

María Olga Scarabino

Fecha Nacimiento: 15/06/11

Conyugue:

Cargo:

Domicilio:

9405614

Isolina Araujo Peña

Fecha Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Integrante Dirigencia del P.O.R, (1993).

Domicilio:

0055

9405614

M.D.N

D.G.I.D

DPTO.1

E.E.I

Se adjunta plan de colección número 8/994.

MINISTE... ...CIONAL
02 JUN. 1994
Archivo. Dpto. III.
Nº 9405615

9405615

001/5

Plan de colección número 8/994.

Asunto:

-Convergencia Socialista, (C.S).

-El presente plan de colección pretende cubrir las necesidades de información básica de esta división sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan .

-Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales.

-En una primera parte se solicita información de locales.

-En una segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos .

-citando el número de plan de colección se irán agregando futuros E.E.I

9405615

C.S.

Se solicita confirmación o nueva ubicación:

Locales.

Quincenario "Palavra Socialista": - Danial Fernandez Crespo 2155.

- Pascual Costa 3741.

003

9405615

C.S.

Personas:

La siguiente relación son integrantes de la dirigencia de la Convergencia Socialista, (C.S.).

Se solicita confirmación de dirección o nueva dirección y confirmación de cargos y actividades.

Si se carece de fotografía se solicita fotografía de las mismas

Nancy Espasandín

Fecha de nacimiento:

Cargo: Comité Ejecutivo, (1988).

Domicilio:

Conyugue:

Hector Sirio

Fecha de Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Fué candidato a diputado por C.S.

Domicilio:

Romulo Molina Enciso

Fecha Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Fué candidato a diputado por C.S.

Domicilio:

Esteban Fernando Grecco

Fecha de Nacimiento:20/12/48

Cargo: Candidato a Vice-Presidente de la Republica por ,C.S., (1990).

Domicilio: Cno. Carrasco 4490 ,(1990).

Conyugue:

Cristina Ricci.

Fecha de Nacimiento:

Conyugue:

Domicilio:

Cargo: Candidato al Senado por C.S., (1990).

Carlos Ceriotti Fiori

Fecha Nacimiento: 1948

Conyugue: Ana Patricia Rona Grucci

Cargo:

Domicilio: 20 de Febrero ,2391,(1988).

Gerardo Goñi.

Fecha Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Fué candidato a la Intendencia de Montevideo , por , C.S.,(1990).

Domicilio:

Julio Alcides Louis Elsauria

Fecha de Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Dirigente de C.S.

Domicilio: Washigton Beltran 1941 (1985).

005/5 9405615

M.D.N

D.G.I.D

DPTO.1

E.E.I

Se adjunta plan de colección número 9/994.

MINISTER[illegible] [illegible]AL
02 JUN. 1994
Archivo. Dpto. III
9405616

9405616

Plan de colección número 9/994.

Asunto:

-Socialismo Revolucionario ,(S.R).

-El presente plan de colección pretende cubrir las necesidades de información básicas de esta división sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan.

-Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales.

-En una primera parte se solicita información de locales .

-En la segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos .

-Citando el número de plan de colección se irán agregando futuros E.E.I

002 9405616

Personas:

La siguiente relación son integrantes de la dirigencia del Socialismo Revolucionario,(S.R).

Se solicita confirmación de dirección ,o nueva dirección y confirmación de cargos y actividades.

Si se carece de fotografía se solicita fotografía de la misma.

Leonardo Donary.

Fecha de Nacimiento:

Cargo: - integra la Dirección.

- integra Comisión de Finanzas.

Conyugue:

Domocilio: Euskal Erria 71, torre F, apto. 308. (1988).

Juan Carlos Asencio Pigola.

Fecha de Nacimiento: 25/06/55.

Cargo:

Soltero.

Domicilio:

Walter Tomas Balda Garcia.

Fecha de Nacimiento: nacido en 1966.

Cargo:

Conyugue:

Domicilio:

Pablo Enrique Gonzalez Pombo.

Fecha de Nacimiento:

Cargo:

Conyugue:

Domicilio: San Martin 4622.

Carlos Renán Salaverry Porro.

Fecha de Nacimiento: nacido en 1968.

Cargo:

Conyugue:

Domicilio: Maipu 2040.

9405616

1/6

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO. I

E.E.I.

Se adjunta plan de colección número 10/994.

MINISTER[illegible] [illegible]NAL
Direcc[illegible] [illegible]nse
Fecha [illegible] 02 JUN. 1994
Pase a Archivo Dpto. SSI
Nº de [illegible] 9405617

001/6

9405617

Plan de colección número 10/994.

Asunto:

-Movimiento Revolucionario Oriental, (M.R.O).

-El presente plan de colección pretende cubrir las necesidades de información básica de esta división sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan.

-Abarca información táctica sobre identificación de personas y locales.

-En una primera parte se solicita información de locales.

-En la segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos.

-Citando el número de plan de colección se irán agregando futuros E.E.I.

002

9405617

M.R.O.

Se solicita confirmación o nueva ubicación:

Locales:

Local Central: Maldonado 1259

Guardería "La Gaviota" (Solimar): Calle 71, Manz. 224, Sol. 8.

Base Cordon: Emilio Frugoni 1353.

Base Casabó: Calle 14 y Holanda.

Merendero "La Vía": Calle 15, Nº 28.

Policlínica: Calle Charca, entre, Calle 10 y 11.

003

9405617

M.R.O.

Personas.
La siguiente relación son los integranres principales de la dirigencia del Movimiento Revolucionario Oriental, (M.R.O.).
Se solicita confirmación, o nueva dirección y confirmación de cargos y actividades .
Si se carece de fotos se solicita foto de la misma.

Ofatti Demetri
Fecha de Nacimiento:
Conyugue:
Cargo: Titular Junta Central del M.R.O., (1990).
Domicilio:

Siri Ofatti
Fecha de Nacimiento:
Conyugue:
Cargo: Junta Central, M.R.O., (1990).
Domicilio:

Felix Balvo
Sin Datos.

Diana Ernesti
Fecha de Nacimiento:
Conyugue:
Cargo: Titular Junta Central, M.R.O., (1990).
Domicilio:

Julio Martinez:
Sin Datos.

Luis Dalbono Carrera
Fecha de Nacimiento:
Conyugue:
Cargo:
Domicilio: Grecia 3620.

Sergio Napoli
Fecha de Nacimiento: 02/01/51
Conyugue: Diana Lubatkin.
Cargo: Dirigente del M.R.O., (1989).
Domicilio:

9405617

M.R.O.

Mario Rossi Garretano.

Fecha Nacimiento: 03/06/42

Cargo: Secretario Politico del M.R.O, (1991).

Dirigente , Partido de la Revolución, (P.R.), Información del año 1993.

Conyugue: Elena Gladis Lequio Rabela.

Domicilio: Maldonado 1259, (1993).

Marcelo Rossi

Fecha Nacimiento: 02/07/66

Cargo: Integrante ,M.R.O, (1988/1993)

Conyugue:

Domicilio: Concepción Arenal 1659, (año 1989).

Rodolfo Lares Rodriguez.

Fecha Nacimiento: 15/02/44.

Cargo: Integrante ,Fuerzas Armadas Orientales, F.A.R.O ,(año 1970).

Domicilio: Parque del Plata ,(Canelones), Manzana 18 , Solar 9.

Conyugue:

Yolanda Romero Duarte

Fecha Nacimiento: 06/03/46

Conyugue: José Manuel Maneiro.

Cargo: Integrante ,Fuerzas Armadas Orientales, F.A.R.O, (1983).

Dirigente ,Partido de la Revolución, (1993).

Domicilio: Barcelona 1758.

Oscar Onetto Tanceda.

Fecha Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Integrante Comité Central ,M.R.O, (año 1990).

Domicilio: Tomás Gomensoro 2776 ,(año 1962).

9405617

Walter Artola.

Fecha Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Secretario Organización, M.R.O, (1991).

Domicilio:

Elena Lequio

Fecha Nacimiento: 23/06/44

Conyugue: Mario Rossi Garretano, (1984).

Hector Romero Soto, (1985).

Cargo: Junta Central, M.R.O, (1990).

Dirigente ,Partido de la Revolución, (P.R.), (año 1993).

Domicilio: Concepción Arenal 1659.

006|6

9405617

M.D.N

D.G.I.D

DPTO.1

E.E.I

Se adjunta plan de colección número 11/994.

MINISTER[illegible] [illegible]IONAL
Dirección [illegible]
Fecha [illegible] 02 JUN. 1994
Pase a Archivo. Dpto. FFS
Nº [illegible] 9405618

001|5 9405618

Plan de colección número 11/994.

Asunto:

Federación Anarquista del Uruguay, (F.A.U).

El presente plan de colección pretende cubrir las necesidades de información básica de esta división sobre los diferentes blancos de inteligencia que se manejan.

Abarca información tácica sobre identificación de personas y locales

En una primera parte se solicita información de locales.

En la segunda parte información de personas y en la tercera parte otros requerimientos.

Citando el número de plan de colección se irán agregando futuros E.E.I

9405618

F.A.U.

Se solicita confirmación o nueva ubicación:
Locales.

Local Central: Magallanes 1764.
Agrupación "La Teja": Celestino Bauzá 4232.
Agrupación "Cerro": Grecia 4041.
Policlínica "Las Palomitas": Emilio Romero y Agustín Muñoz.
Comunidad del Sur:- Local Central: Martínez Trueba, 1138.
- "Casa Encuentro": Millan 4115.

Policlínica Cerro: Grecia 4003

9405618

F.A.U.

Personas.

La siguiente relación son los integrantes principales de la dirigencia de la Federación Anarquista del Uruguay, (F.A.U.).

Se solicita confirmación, o nueva dirección y confirmación de cargos y actividades.

Si se carece de foto se solicita foto de la misma.

Gerardo Caffera Morandi

Fecha de Nacimiento: 21/10/62.

Conyugue: Soltero.

Cargo: Consejo Federal, F.A.U., (1986).

Domicilio: Ejido 1209/97, (1985).

Luz Alba Nuñes

Fecha de Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Consejo Federal.

Domicilio:

Marina Barcia Rita

Fecha de Nacimiento: 19/01/55.

Conyugue: Soltera.

Cargo: Consejo Federal, F.A.U..

Domicilio: Turquia 3876, (1976).

Juan Carlos Mechoso Mendez

Fecha de Nacimiento: 24/03/35.

Conyugue: Guirnalda Haydee Bentancur Sanchez.

Cargo: Consejo Federal, F.A.U., (1986).

Domicilio: Turquia 5876, (1969).

Hector Romero Soto

Fecha de Nacimiento: 28/02/33.

Conyugue:Elena Gladys Lequio Rabela.

Cargo: Integrante Dirección de la F.A.U., (1985).

Domocilio: Menorca 1981, (1985).

Roberto Gutierrez Aparicio

Fecha Nacimiento: 24/12/35

Conyugue: María Ofelia Perez Andrada , (1983).

Nilka Gladys Reggio Hernandez, (1985).

Cargo: Integrante Dirección de la F.A.U, (1985).

Domicilio: Timote 4509 ,AP./2 , (1985).

Roberto Larrasq

Fecha Nacimiento:

Conyugue:

Cargo: Dirigente de la F.A.U, (1986).

Domicilio:

Hugo Quijano.

Fecha Nacimiento:

Cargo: Dirigente de la F.A.U, (1986).

Conyugue:

Domicilio:

1/1

FAX 910319 DNII SECRETARIA ---→ D G I D P01

.E..SONAL

P.124.-

Montevideo,1 de Junio de 1994.-

1).- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA DE LA ALIMENTACION

ONODRA:EL TRIBAL:San Martín 3270:desde el 17/V/ se encuentran en conflicto en reclamo de mejoras salariales,realizando paros de una hora y media por turno.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A:Luis.A de Herrera 3972:En el día de mañana realizarán un paro de 24 horas con la realización de una asamblea general a la hora 09.00'.-

INDIMOR:Continuan con el campamento frente a .. planta en Cno.Maldonado Km.45.500 funcionando en el lugar una olla sindical.-

DEIME:Islas Canarias 6271:Continuan de paro en reclamo del reintegro de dos operarios despedidos.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT:De acuerdo a lo resuelto en reunión de su Mesa Representativa del 24/V/ esta se encuentra en regimen de sesión abierta por los gremios que se encuentran en conflicto.El 3/VI/ se reunirá nuevamente la Mesa Representativa Ampliada.-

INDUSTRIA LACTEA

CONAPROLE:Hoy a la hora 09.00' efectuarán una camionada en defensa de las fuentes de trabajo.-

2).- INFORMACION ESTATAL

ADUR.AFUR.UTHC.FEUU.INTERGREMIAL:Desde el 25/V/ se creó una Mesa de Negociaciones,la que es integrada por el MEC,el Sector de la Universidad,Politicos,la Intergremial y el Banco República.A la hora 17.00' de hoy los funcionarios de ADUR levantan el cuarto intermedio reuniendose en asamblea general.Por su parte los funcionarios del Hospital de Clínicas efectuan paro de 10.00'a 11.00' concurriendo frente al Hospital por Avenida Italia para informar sobre la situación.-

SODRE:Prosiguen realizando huelga los integrantes del Coro en reclamo del pago a zafrales.-

A.O.D.A.MTOP:Hoy a la hora 17.30' efectuarán un Plenario de Delegados para resolver futuras movilizaciones.-

AUXILIARES JUNTA DEPARTAMENTAL:Los 56 funcionarios de dicha Junta que no fueron incluidos en la reestructura podrían comenzar una huelga,la que podría derivarse a todo el funcionariado.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 2/6/94
Pasa a SOI
Nº de Identificación 9405620

Poco leg

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
02 JUN. 1994
ARCHIVO
Nº 9405620

001/1

9405620

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada 02 JUN. 1994
Pase a Archivo - Auditor
Nº de Orden 940562

P.127.-

Montevideo, 2 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

U.N. M.R.A: En el día de hoy efectuarán un paro general de 24 hora a partir de la hora 06.00' con la realización de una asamblea a la hora 09.00' en el local sindical. El mismo se realiza en defensa de fuentes de trabajo y ante la pérdida salarial.-

INDUNOR: Prosiguen con el campamento y la olla sindical frente a la Planta en Cno. Maldonado Km. 15.500 en reclamo de fuentes de trabajo.-

DEINE: En reclamo del reintegro de dos obreros despedidos se encuentran de paro en la planta de Islas Canarias 6271.-

LEMU S.A: General Luna 1325, a raíz del despido de 5 obreros desde el 24/V/ se encuentran realizando paro.-

INDUSTRIA DE LA ALIMENTACION

EL TRIGAL: En reclamo de mejoras salariales continuan realizando una hora y media por turno.-

INDUSTRIA LACTEA

CONAPROLE: En defensa de fuentes de trabajo y en conmemoración del día del trabajador lechero, a la hora 09.30 de ayer se concentraron en Magallanes y Nueva York unas 15? personas, los que comienzan una marcha en 8 camiones, para llegar a la Plaza España donde despliegan pancartas y efectuan volanteadas, retirandose después de unos 15 minutos. Posteriormente toman por Rondeau Avda del Libertador, tomando por 18 de Julio ocupando media calzada, tomando por Fdez. Crespo para arribar a la hora 11.40 a Magallanes y Nueva York nuevamanete donde se dispersan.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

SUATT: A raíz del despido de dos operadoras de Radio Taxi en el día de hoy a partir de la hora 00.00' comenzaron un paro por 24 horas.- ORGANIZACIONES DE SALUD

ORGANIZACIONES DE SALUD

COLEGIO DE ENFERMERAS: El 10/VI/ en la sede sindical se efectuará una Asamblea General en el local sindical.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: En el día de mañana re reune la Mesa Representativa Nacional Ampliada.-

BANCA PRIVADA-OFICIAL

A.E.B.U: En el día de hoy a la hora 15.00 efectuarán paro en la zona de la Ciudad Vieja y a partir de la hora 15.30 en el resto, con asambleas informativas. A la hora 16.30 se concentrarán frente a City Bank en Cerrito 455.-

2)- INFORMACION ESTATAL

INTERGREMIAL.AFUR.ADUR.UTHC.FEUU: En el Federal efectuado por la FEUU resolvieron continuar con la huelga, efectuando en el día de hoy a la hora 18.00' una asamblea en la que participará toda la Intergremial.-

ASOC.DE FUN.DE MAGISTRADOS FISCALES DEL URUGUAY: El 4/VI/ efectuarán una asamblea general extraordinaria a raíz del malestar existente por las declaraciones del Presidente de la Suprema Corte.-

SUTEL: El 7/VI/efectuarán un paro de 24 horas en todo el país, en reclamo del pago de la cuota mutual para el grupo familiar.-

CORTE ELECTORAL: El 2/VI/realizan paro con concentracción en la puerta del Edificio de la Corte en el horario de 14.00' a 15.00' el 3/VI/ realizarán una asamblea en el locla del SUANP a la hora 13.00'. estas medidas las efectuan en reclamo del pago del 6% a partir del 1/I/94.-

///...

LICEO DAMASO LARRAÑAGA: En el día de ayer se concentraron frente al mismo unos 150 estudiantes a la hora 14.15 los que procedieron a efectuar una sentadasobre Avda Centenario ocupando ambas calzadas interrumpiendo el transito vehicular, en protesta por el Plan Piloto de Secundaria.-
SODRE: En reclamo del pago a zafrales continuan realizando huelga los funcionarios del Coro.-

3)- INFORMACIONES VARIAS
AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO
1)-1/VI/94; Obra Terminal de Tres Cruces, hora 10.30(allí se recibió una llamada telefónica anónima donde una voz del sexo masculino anunciaba: "Desalojen porque hay una Bomba". Al lugar concurrió personal de esta Dirección Nacional de la D.N.B.y de Secc.4ta.los que efectuaron la inspección conjuntamente con capataces de dicha obra resultando la misma sin novedad.-
Se hace constar que se procedió al desalojo de la misma.-

002/2 -9405621

MAS (H)

///...

LICEO DAMASO LARRAÑAGA: En el día de ayer se concentraron frente al mismo unas 150 estudiantes a la hora 14.15 los que procedieron a efectuar una sentadasobre Avda Centenario ocupando ambas calzadas interrumpiendo el transito vehicular, en protesta por el Plan Piloto de Secundaria.-
SODRE: En reclamo del pago a zafrales continuan realizando huelga los funcionarios del Coro.-

3)- INFORMACIONES VARIAS
AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO
1)-1/VI/94; Obra Terminal de Tres Cruces, hora 10.30 allí se recibió una llamada telefónica anónima donde una voz del sexo masculino anunciaba: "Desalojen porque hay una Bomba". Al lugar concurrió personal de esta Dirección Nacional de la D.N.B. y de Secc. 4ta. los que efectuaron la inspección conjuntamente con capataces de dicha obra resultando la misma sin novedad.-
Se hace constar que se procedió al desalojo de la misma.-

002/2 -9405621

MAY. (R)

SECRETO

COPIA No. 1/1

9405622

31 de mayo de 1994.-

940158

ASUNTO: MESA CUADRADA CONVOCADA POR EL SEMANARIO DIGNIDAD

REFERENCIA: Responde E.E.I. Nro. Orden 9405182

Siendo las 2030 horas dió comienzo la mesa cuadrada, en el Teatro Stella convocada por el semanario "Dignidad".

Se constató una concurrencia estimada en 55 personas aprox. la mayoría hombres entre 35 a 45 años..

Hicieron uso de la palabra: Aproximadamente 12 personas, de las cuales solo 5 se refirieron a las necesidades de la utilización / de metódos violentos.

Estos fueron: Mario ROSSI GARRETANO
Un NNM joven (detectado en los actos del MRO 23ABR94, FAU 28ABR94).
Un NNM integrante del PST.
Un NNM de Convergencia Socialista.
Una persona de nombre o sobrenombre "Tony".

Otras personas hicieron uso de la palabra: Un NNM argentino (Que hace 5 meses reside en el Uruguay).

Un NNM español (de la Coordinadora de San José, posiblemente oriundo de Madrid).

Su alocución giro en la necedidad del conocimiento de los / cambios meteorológicos y atmoféricos para la toma de decisiones.

- Ruben SASSANO
- CARRIL
- Pablo FERNANDEZ (Anarquista).
- Un NNM ex-empleado del Semanario Dignidad

Es de destacar que cuando hizo uso de la palabra un ex-emple do del semanario Dignidad se sucito una polémica entre él, otros ex- pledos y Pincus ANDERSON (Administrador de Dignidad), por un dinero / que se les adeuda, desde hace tiempo y la disconformidad de que se pr

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
03 NOV 1994
Biog. Militar
9405622

sente a este semanario como vocero de esa nueva organización. Aclarando este último que el semanario esta viviendo desde su creación un momento / critico, que se le esta adeudando a empleados, bancos y a otros más de / 50 millones y que hay compañeros que se juegam la vida muchas veces en las calles para obtener fondos para que el semanario salga.

En la mayoría de las alocuciones remarcó la falta de buenos dirigentes o conductores de las masas y que la izquierda actual (FA) no es la veverdadera, o la izquierda tradicional, pidiendo la creación de un movimiento con los verdaderos principios de la izquierda.

Entre los presentes fueron identificados :

- Gustavo SOSA (FAU - Coordinadora de Estudiantes Secundaria)
- Julio GONZANI (Coord. Est. Sec. - Sector Radical)
- Natalia MONTEALEGRE (Coord. Est. Sec. - Sector Radical)
- Rusty GALLO (Redactor responsable del Semanario Dignidad)
- Oscar ONETTO (Integrante del MRO)

Se adjunta Cassette.

IV.- **DISTRIBUCION** : Original - Sub-Director de Interior - Archivo Departamento III
Copia 1 - Jefe del Departamento I

002|2

9405622

%

021700JUN94

M E M O R A N D U M Nro.050 /...

EVALUACION: A-1

REFERENTE A: SANMARTINO BASSOBERT Jorge

TEXTO: Alias: GIORGIO

F/N: 16-06-1939 (ITALIA)

DOMICILIO: NEIPA 3865 Ap.5 (1984)

94 ∤ 20 KE

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
9405623

1/.

[illegible]
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
021715JUN94

M E M O R A N D U M Nro: 051 / 94

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A: BLANCHET PEREIRA Martín

T E X T O : C.I.: 1.990.623-1

PASAPORTE: 114.914

1985 Solicitó pasaporte para viajar con urgencia

au 6 6 KE.

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

Capitán [illegible]

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección Nacional de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
02
Archivo: Biográfico
Nº de Hoja 9408824

01 | 1

-940

RESERVADO

1/2 pm

.M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	02JUN94	HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 39/94		

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 07JUN94

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada 3/6/94
N. 191

Fecha Entrada 03 JUN 1994
Pase a Antecedentes
Nº de Orden 9405625

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV - ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.

D.E. I

FIRMA:

El Jefe del DptoII (Inf.) E.M.C. D.N.S.FF.AA.

Coronel

Franklin W.Fernández

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA. — ESTADO MAYOR — DEPARTAMENTO II — República O. del Uruguay

RESERVADO

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 2.6.94
Pase a SIDI
Nº de Identificación 9405625

0012

RESERVADO

Montevideo, 2 de junio de 1994.-

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

1.-IGLESIAS TORELLO Adriana Lilita   Técnico Anátomo Patólogo

C.I. 3.136.184-3

C.C. AXA 22.399

Domicilio: Fernández Crespo 2081/401

2.-PALASTI FOGLIENI Silvia Marian   Médico

Nacida el: 20-7-67

C.I. 1.524.045-7

C.C. BBB 39060

Estado civil: Soltera

RESERVADO

0022

9405625

Nº. DOCUMENTO 9405627

TITULO MEDIO ORIENTE (5-12 ABRIL 1994)

PROCEDENCIA 20359

FECHA DE 13-4-94

VINCULACI 11876

10195

20359

507596

01-06 9405627

S E C R E T O

13 de abril de 1994

Informe Nº: 2649

Asunto : EL CERCANO ORIENTE - Reseña informativa semanal
(5 - 12 de abril de 1994)

J O R D A N I A
==============

La cuestión del control sobre AKABA

1. Esta semana se perfiló un progreso en los contactos en torno al control sobre AKABA. Los jordanos sienten que se ha producido una evolución positiva desde su punto de vista, y tienden a moderar sus manifestaciones sobre el tema.

E L L I B A N O
=================

Postergación de la visita del Papa

2. La visita del Sumo Pontífice a EL LIBANO, que debía llevarse a cabo a fines de mayo, fue postergada para otra fecha que no ha sido fijada aún. El portavoz oficial del VATICANO anunció (11 abr.) que en vista de sucesos lamentables e inesperados que tuvieron lugar en EL LIBANO, se creó una situación inadecuada para la visita "pastoral" del Papa a ese país. Se recordará que diversos factores políticos de EL LIBANO (cristianos y musulmanes) habían expresado oposición a la visita del Jefe de la Iglesia Católica. El HIZBALLAH y elementos extremistas sostuvieron que no cabía una visita del líder cristiano.

E G I P T O
===========

Seguridad interior

3. Esta semana (9 abr.) fue asesinado un alto oficial de la poli

../2

cía en un ataque de extremistas musulmanes contra el automóvil en que viajaba por una calle céntrica de EL CAIRO. En el atentado también perdieron la vida su guardaespaldas y su chofer. El oficial, RAWAF KHIRAT, estaba a cargo de los movimientos islámicos en el Departamento de Investigaciones de la Policía y participaba activamente en la lucha contra los mismos. La organización AL-JUMAA AL-ISLAMIYAH asumió la responsabilidad por el atentado (10 abr.), jactándose de su éxito pese a las medidas de seguridad tomadas por el oficial.

A R G E L I A

Situación interior

4. El gobierno argelino encabezado por REZHA MALEK dimitió inesperadamente (11 abr.). No se indicaron las razones de la dimisión, pero se informó que se había producido como resultado de las discrepancias entre MALEK y el Presidente ZEROUAL en todo lo referente a la política del régimen con respecto a los extremistas musulmanes. El Ministro de Equipamiento, MOKHDAD SEFI, fue nombrado Primer Ministro y se comprometió a formar el nuevo gobierno en los próximos días. Asimismo, agregó que los cambios en el gobierno no serán substanciales y habrá Ministros que seguirán desempeñando sus cargos.

5. El régimen continúa su acción para eliminar y apresar fanáticos musulmanes, y según se informara, esta semana las fuerzas de seguridad dieron muerte a 36 militantes y detuvieron a otros 43. RABAH KABIR, portavoz del FIS en el exilio, sostuvo que las fuerzas de seguridad habían "asesinado" a 82 civiles en el transcurso de operaciones realizadas en la zona de BLIDA en el mes de marzo, y a otros 120 en la zona de MAFTAH y SIDI MUSA (en el centro del país). El régimen no dió una respuesta oficial a esta denuncia.

../3

6. Ante el considerable agravamiento de la situación interior, la mayoría de los países occidentales exhortaron a sus ciudadanos que se encuentran en ARGELIA y cuya presencia en el lugar no es indispensable, a salir del país.

L I B I A
=========

Decisión del Consejo de Seguridad de continuar las sanciones

7. El Consejo de Seguridad resolvió (8 abr.) proseguir las sanciones contra LIBIA, dado que "no fueron cumplidas" las condiciones para el levantamiento total o parcial de las mismas.

K U W A I T
===========

Dimisión del gobierno

8. El gobierno de KUWAIT presentó su renuncia (9 abr.) después de un discurso del Primer Ministro SAAD ABDALLAH EL-SALEM EL-SABAH (4 abr.), en el cual había señalado, entre otras cosas, que se propone aconsejar al Emir la realización de cambios personales en el gobierno a fin de reforzar la seguridad nacional, estimular la economía y elevar la moral de la población. Los Ministros seguirán desempeñando sus cargos hasta que se forme el nuevo gobierno, lo cual debe tener lugar próximamente. Se recordará que 16 Ministros desempeñan sus funciones en el gobierno desde octubre de 1992, y entre ellos figuran seis miembros del Parlamento.

A R A B I A   S A U D I T A
===========================

Privación de la ciudadanía de OSAMA BIN-LADAN

9. El Ministerio del Interior saudita publicó una declaración oficial (7 abr.) informando sobre la decisión de privar de la ciudadanía a OSAMA BIN-LADAN, acaudalado hombre de negocios y guerrillero residente en SUDAN, acusado de financiar movimientos islamistas militantes en el mundo. Esta decisión condice con la

../4

política saudita (en colaboración con EGIPTO) de luchar contra elementos islamistas extremistas y contra el terror. En este marco, el Ministerio del Interior saudita publicó el año pasado un decreto que prohibía la colecta de donaciones para fines islámicos sin la autorización de las autoridades, con lo cual confirió validez legal al control de la transferencia de fondos privados a elementos radicales fuera del país.

IRAN

Visita de RUHANI a SIRIA

10. Una delegación parlamentaria iraní encabezada por HASAN RUHANI, Vicepresidente del Parlamento y Secretario del Consejo Supremo de Seguridad Nacional, efectuó una visita a SIRIA (3-8 abr.), donde se reunió con la cúpula gobernante y con representantes de organizaciones libanesas y palestinas allegadas a IRAN. Detrás de esta visita se encontraba el deseo de los iraníes de que la conducción siria los pusiera al tanto del proceso político en el Cercano Oriente, y de aumentar la coordinación política entre ambos países, principalmente en todo lo referente a la actividad en EL LIBANO.

11. En su encuentro con representantes de las diez organizaciones opositoras palestinas (4 abr.), RUHANI manifestó que los acuerdos firmados por ARAFAT son "una auto-humillación" y que no lograrán los objetivos y los derechos del pueblo palestino. Asimismo, subrayó que IRAN considera que la única solución es la Guerra Santa. RUHANI se reunió también separadamente con HASAN NASSERALLAH, líder del HIZBALLAH; con el Jeque MAHDI CHAMS ELDIN, líder del movimiento EL-AMAL; y con SAID SHAABAN, líder del Movimiento de Unión Islámica, con los cuales discutió los acontecimientos en el Sur de EL LIBANO. RUHANI volvió a destacar el apoyo de su país a la resistencia islámica en EL LIBANO y a la lucha palestina. El parlamentario iraní exhortó a realizar un encuentro de todas las

../5

organizaciones libanesas y palestinas, a fin de encontrar nuevas vías para la lucha; asimismo, se reunió con grupos opositores iraquíes, les comunicó que su país está comprometido en el apoyo a los musulmanes iraquíes y los exhortó a desempeñar un papel más activo en el escenario internacional.

06-06 9405627.

Nº. DOCUMENTO 9405628

TITULO MEDIO ORIENTE. (12-19 ABRIL 1994)

PROCEDENCIA 20359

FECHA 20-4-94.

VINCULACIÓN 11876.-
10195.-
20359.-
507472.-
507596.-

01-08

9405628.

S E C R E T O

20 de abril de 1994

Informe Nº: rr 2755

Asunto : EL CERCANO ORIENTE - Reseña informativa semanal (12 - 19 de abril de 1994)

S I R I A

Posible adquisición de armamento en RUSIA

1. Continuando la tendencia a un acercamiento entre SIRIA y RUSIA, promovido por la segunda, el intercambio de cartas entre YELTSIN y ASSAD (enero-febrero de 1994) referentes a la necesidad de mejorar y estrechar las relaciones entre ambos países, y tras la reciente visita a DAMASCO (1º abr.) del Viceministro de Relaciones Exteriores ruso, IVANOV, se observa que RUSIA ha decidido reanudar el suministro de armas a SIRIA y próximamente incluso firmará una nueva transacción con ese país sobre el tema. Esto depende del logro de un acuerdo que solucione el problema de la deuda siria, habiéndose informado que durante la visita de IVANOV se convino en establecer una comisión de expertos que discuta la forma de hacerlo.

2. Se recordará que en marzo último, el Presidente del organismo ruso para la venta de armas, SAMUELOV, declaró que su país se propone aumentar este año las ventas de armamento, incluso a diversos países del Cercano Oriente, y explicó que la considerable disminución registrada en las ventas de pertrechos bélicos en los dos últimos años se debía a la exigencia de RUSIA de recibir el pago completo por los mismos. Con estas palabras sugería que su país está mucho más dispuesto ahora a conceder créditos a sus clientes.

../2

9405628.

J O R D A N I A
===============

Descubrimiento de una organización clandestina fundamentalista

3. El 13 de abril se informó en JORDANIA que los organismos de seguridad habían descubierto un grupo clandestino fundamentalista llamado Organización del Jihad Islámico, que trataba de socavar la estabilidad del reino. En este marco fueron detenidos 14 miembros del grupo, que había sometido durante varias semanas a un seguimiento de Inteligencia. Se informó que de esta manera, los Servicios de Seguridad completaron la detención de todos los fundamentalistas que regresaron de AFGANISTAN, que constituían un peligro para el país. Por el momento no hay pruebas que vinculen a este grupo con otros elementos fundamentalistas, acusados de las explosiones registradas en salas cinematográficas a principios de este año, o con las organizaciones del Jihad Islámico que actúan en JORDANIA, pese a la similitud del nombre.

E G I P T O
===========

Seguridad interior

4. En una conferencia de prensa efectuada esta semana (13 abr.), el Ministro del Interior egipcio, HASAN AL-ALFI, reveló que como consecuencia de allanamientos realizados recientemente en nueve escondites, los aparatos de seguridad habían desbaratado "una gran conspiración terrorista" en la que participaban 30 miembros de la organización TALAA AL-FATAH (la rama militar de la organización AL-JIHAD), encabezados por dos peligrosos dirigentes de la misma. Durante la captura de los miembros de la organización resultó muerto uno de sus dirigentes y otro fue arrestado. En poder de los detenidos se encontraron grandes cantidades de armas, una lista de personalidades que planeaban atacar, así como mapas, documentos falsos y uniformes de policías y soldados. También se encontraron métodos de comunicación entre los miembros de la organización en EGIPTO y entre éstos y la conducción de la misma en el exterior.

../3

AL-ALFI sostuvo que los miembros de este grupo habían estado implicados en una serie de actividades delictivas (como el robo de autos), habían cometido varios atentados contra figuras destacadas, entre ellas el propio AL-ALFI (agosto de 1993), y habían asesinado a un ciudadano, que era el testigo principal del atentado frustrado contra el Primer Ministro AZIZ SIDKI. AL-ALFI volvió a subrayar que la estrategia de seguridad egipcia se basa en la ampliación del círculo de la confrontación con todos los elementos terroristas, a fin de erradicarlos y eliminar a todas las fuerzas que se encuentran detrás de los mismos.

5. En el marco de la lucha contra el terrorismo se informó (17 abr.) que durante allanamientos de la policía en diversos barrios de EL CAIRO, en los últimos tres días fueron detenidas 500 personas implicadas en delitos de armas y drogas. Varios miles más fueron detenidos por no haber pagado las multas que se les impusieran. Asimismo, se informó que en los últimos dos días habían sido detenidas en ASIUT 64 personas, sospechosas de pertenecer a organizaciones extremistas.

6. A todo esto, el Consejo del Pueblo aprobó por mayoría de votos (11 abr.) un Decreto Presidencial que prorroga la Ley de Emergencia por otros tres años (hasta mayo de 1997). Esta ley confiere al régimen amplias facultades de arresto y castigo, impone limitaciones a concentraciones y reuniones públicas, y también permite apropiarse de bienes pertenecientes a elementos que atentan contra la seguridad del Estado. Esta ley fue renovada en 1981, después del asesinato de SADAT, y desde entonces se prorroga su vigencia cada tres años.

7. Esta semana, la organización AL-JUMAA AL-ISLAMIYAH asumió la responsabilidad por dos atentados: la muerte de un policía en ASIUT (11 abr.) y un ataque contra un tren cerca de ABU-TIG, en el Sur del país (16 abr.). Estas operaciones fueron definidas como

../4

parte de la lucha de la organización contra lo que ella califica de política represiva y humillante del régimen hacia los presos en las cárceles. En otro suceso que tuvo lugar en la noche del 15 de abril estalló un petardo en un edificio donde residen funcionarios del Ministerio del Interior.

A R G E L I A
=============

Nuevo gobierno

8. El nuevo Primer Ministro argelino, MOKHDAD SEFI, designado por el Presidente ZEROUAL tras la renuncia del gobierno de MALEK (11 abr.), presentó la composición del nuevo gobierno (15 abr.), que es de carácter tecnocrático con particular énfasis en el terreno económico. El gobierno está integrado por 30 Ministros y Viceministros, 17 de ellos nuevos, entre los cuales se destacan: el Ministro del Interior, ABDEL RAHMAN MAZIAN EL-SHARIF, que reemplaza a SELIM SAADI, uno de los líderes de la corriente partidaria de la línea dura; el Ministro de Finanzas, AHMED BENBITOUR, doctor en economía que se desempeñara en el gobierno anterior como Ministro de Energía; el Ministro de Asuntos Religiosos, SASI LAMOURI, ex activista del FIS que ocupara el mismo cargo en los gobiernos de SIDI AHMED GHOZALI y BELAID ABDEL SALAM. El Presidente ZEROUAL conservará la cartera de Defensa. El Canciller, MOHAMED EL-SALAH DEMBRI, permanece en su cargo, en tanto que a MURAD BENACHENHOU, ex Ministro de Economía, se le confió un nuevo Ministerio que se ocupará de la privatización de empresas del sector público y de la reorganización de las mismas. En el nuevo gobierno hay una mujer con el rango de ministro en la Oficina del Primer Ministro: LEILA ASSLAWI, encargada de temas sociales y particularmente de las familias de las víctimas del terrorismo.

9. En su primera declaración desde que asumiera sus funciones (12 abr.), SEFI anunció que el orden de prioridades será encabezado por la estabilización del gobierno en el país, el relanzamiento

../5

de la economía nacional y la promoción de la solidaridad nacional. El nuevo jefe de gobierno aseguró que cumpliría todos los compromisos del país en el plano nacional e internacional, destacando que sería respetado el acuerdo de ARGELIA con el Fondo Monetario Internacional logrado por el gobierno de MALEK dos días antes de su dimisión. El nuevo gobierno se dirigió también a sus acreedores del Club de PARIS (17 abr.), y ante todo a FRANCIA y JAPON, solicitando la consolidación de sus deudas a mediano y largo plazo, estimadas entre 11 y 13.000 millones de dólares. Las mismas forman parte de la deuda externa general de ARGELIA, que alcanza la suma de 26.000 millones de dólares.

10. El portavoz del FIS en el exterior, RABAH KABIR, acogió favorablemente la designación de MOKHDAD SEFI (14 abr.), a quien calificó de "tecnócrata moderado", en lugar "del extremista REZHA MALEK", describiendo al nombramiento como un paso positivo en el marco de los esfuerzos para encontrar un arreglo por vías de negociaciones. KABIR confirmó que continúan los contactos entre el Presidente ZEROUAL y los líderes del FIS presos.

11. Los dirigentes de los partidos laicos, y principalmente SAID SAADI, Secretario General del movimiento RCD, atacaron con severidad al nuevo gobierno tecnocrático. SAADI sostuvo que en vista de la impotencia del régimen, la población empezó a aprovisionarse de armas, a fin de defenderse del creciente terror islamista.

12. Continúa la actividad terrorista de las organizaciones islámicas y esta semana se cometieron varios atentados contra figuras púbiicas, entre las cuales se contaron: el asesinato de un periodista en la zona de CHELIF; en un suburbio de la capital se encontraron los cadáveres de un abogado y de un alto funcionario del Ministerio de Asuntos Religiosos que había sido secuestrado la semana pasada. También se informó (13 abr.) sobre un atentado frustrado contra el Gobernador de BOUIRA, que resultó levemente

../6

herido. El régimen, por su parte, intensificó su actividad contra el terror islámico y desde principios de marzo eliminó a unos 450 musulmanes extremistas. Las fuerzas de seguridad argelinas informaron (13 abr.) que habían desbaratado el plan de un grupo armado islamista, de atentar contra un importante establecimiento industrial. Se informó que durante la acción de la policía fueron muertos 20 miembros del grupo y otros 48 fueron detenidos. En la operación perecieron cinco policías.

K U W A I T

===========

Designación de un nuevo gobierno

13. El 13 de abril se estableció en KUWAIT un nuevo gobierno, en el cual la familia AL-SABAH conserva las carteras clave. En los nuevos nombramientos se destaca el intento de incorporar a elementos moderados que permitirán afrontar las críticas del Parlamento y realizar reformas en la política del gobierno. Asimismo, resalta el celo del Emir por integrar el gobierno con miembros del Parlamento, aunque el número de los mismos se redujo de seis a cinco, al parecer con el objeto de evitar críticas parlamentarias y del público.

14. La composición del nuevo gobierno podría facilitar la aprobación de leyes en su seno, ya que estaría menos sujeto a la influencia de un Parlamento opositor. Sin embargo, es probable que no esté a su alcance debilitar o limitar en forma significativa la actividad del Parlamento, que desde su creación en octubre de 1992 parece haber afirmado su posición y su poder en el Emirato.

Y E M E N

=========

Situación interior

15. En el YEMEN continúa la crisis interior y las partes siguen solicitando ayuda y apoyo a factores exteriores. Así fue como

../7

esta semana también IRAK fue incorporado al cuadro de la situación: un emisario personal del Presidente yemenita viajó a BAGDAD (16 abr.) en visita oficial de varios días, y paralelamente, el Ministro de Cultura e Información iraquí estuvo en SANA en lo que fue definido como una "visita de trabajo" (13-17 abr.). Asimismo, un emisario del Presidente enviado a los países del Maghreb se reunió esta semana con ARAFAT (14 abr.) y con KADHAFI (12 abr.). Al mismo tiempo, EGIPTO y JORDANIA prosiguen sus intentos de mediación entre las partes, y esta semana llegó nuevamente al YEMEN (17 abr.) el Ayudante del Canciller egipcio para Asuntos Arabes, BADER HAMAM, con un mensaje para el Presidente y el Vicepresidente que trata de obviar las discrepancias entre las partes. También el Jefe de la Oficina Real de JORDANIA, ZAID BEN-SHAKER, viajó al YEMEN (16 abr.) con el Comandante de los Observadores Militares jordanos apostados en ese país en el marco de la Comisión Militar Conjunta. Se informó (17 abr.) que la delegación jordana había comunicado al Presidente y al Vicepresidente el propósito de AMAN de dar por terminadas sus funciones en la Comisión Militar Conjunta (de la cual, como se recordará, se retirara recientemente OMAN).

08-08

9405628.

1/1

031030JUN94

M E N S A J E N° 052[illegible]

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A: ALBARRACIN DIAZ Hugo Luis (C/A).-

T E X T O : C.I.: 644.179-9

F/N: 16-05-32 Montevideo

HIJO DE: LUIS y SARA

DOMICILIO: DARWIN 2417 Bis Ap.3 (1979)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO [illegible]
Fecha de Entrada 03 JUN. 1994
Pase a Biografico
Nº. de Orden 0405629

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

001/1

FECHA 6/6/94 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema [illegible]

OBSERVACIONES

Nº. DOCUMENTO 9405630
TITULO MEDIO ORIENTE (19-26 ABRIL 1994).
PROCEDENCIA 20359.
FECHA DE 27-4-94
VINCULACI... 11876.
10195.
20359.
30044.
66330
507675

01-06 9405630

S E C R E T O

27 de abril de 1994

Informe Nº: LL 2959
Asunto : EL CERCANO ORIENTE - Reseña informativa semanal
(19 - 26 de abril de 1994)

J O R D A N I A
===============

El control de la navegación al puerto de AKABA

1. El 25 de abril de 1994 se acordó modificar el sistema de control de la navegación marítima al puerto de AKABA. El control se efectuará desde una base terrestre en el puerto de AKABA mediante la compañía de seguros "LLOYDS", observando rigurosamente las disposiciones actuales de las sanciones impuestas a IRAK. Como se recordará, JORDANIA ligaba la solución del problema del control de AKABA con su retorno a la mesa de las negociaciones relacionadas con el proceso de paz.

S I R I A
=========

Visita de una delegación rusa de alto nivel

2. Una nutrida delegación rusa encabezada por el Primer Viceprimer Ministro OLEG SUSKOVETZ inició (25 abr.) una visita de dos días a DAMASCO. Se trata de la primera visita de tan alto nivel efectuada a SIRIA por los rusos desde el desmembramiento de la UNION SOVIETICA, y al cabo de un prolongado período de estancamiento en las relaciones entre los dos países.

3. Las conversaciones girarán en torno a la cuestión de las deudas de los sirios a RUSIA (como heredera de la UNION SOVIETICA), que al parecer alcanzan los 11.000 millones de dólares. La solución del problema, si llegara a lograrse, dejará expedito el cami-

../2

9405630.

no para plasmar acuerdos comerciales y también permitirá concertar una nueva transacción de armas.

E L   L I B A N O

=================

Arresto del líder de las Fuerzas Libanesas, SAMIR GEAGEA

4. Las fuerzas de seguridad libanesas detuvieron el 21 de abril a SAMIR GEAGEA, líder de las Fuerzas Libanesas. El arresto constituye un intento del gobierno libanés y de los sirios de eliminar a la organización, considerada como opositora a la hegemonía siria en EL LIBANO.

5. La detención de SAMIR GEAGEA suscitó fuerte resentimiento en el seno de la comunidad cristiana, así como una sensación de persecución política. Tras la detención, el Patriarca Maronita, NASSERALLAH SUFAYR, dijo (27 abr.) que el gobierno libanés procede con parcialidad contra los cristianos, presentándolos como delincuentes. Estas aseveraciones fueron expresadas durante una manifestación realizada por partidarios de GEAGEA frente a la residencia del Patriarca.

Relaciones con IRAK: ruptura de las relaciones diplomáticas

6. El asesinato de un opositor iraquí en BEIRUT (13 abr.) y la negativa de BAGDAD a aceptar el pedido de extradición de los dos sospechosos del asesinato, que se encontraban en la Embajada iraquí en la capital libanesa, llevaron al gobierno libanés a anunciar (18 abr.) la ruptura de las relaciones diplomáticas con IRAK y la expulsión de BEIRUT de los representantes de BAGDAD. Las fuerzas de seguridad libanesas permitieron que la caravana de iraquíes saliera de la Embajada en dirección al aeropuerto, pero detuvieron a los dos diplomáticos sospechosos en el momento en que se dirigían al avión, a fin de preparar la acusación contra los mismos. Los iraquíes protestaron por la detención y la violación de las normas diplomáticas, ordenando al Encargado de Negocios libanés en BAGDAD que saliera de IRAK.

../3

A R A B I A   S A U D I T A

Organizaciones opositoras

7. Un grupo opositor saudita llamado Comité de Defensa de los Derechos Legítimos anunció (20 abr.) que había trasladado el centro de su actividad a LONDRES, a causa de las limitaciones impuestas a la libertad de expresión y a las acciones represivas del gobierno. Entre las mismas se citaron: la prohibición de viajar, despidos del trabajo, el cierre de negocios particulares, arrestos, torturas, amenazas de asesinato, etc. El anuncio enviado por fax desde LONDRES estaba firmado por dos de los fundadores del Comité, el Doctor MOHAMED EL-MISHARI y el Doctor SAAD EL-FAKIAH. Se recordará que el establishment religioso del reino había señalado que la actividad del Comité, que fuera creado en mayo de 1993 por siete sacerdotes y juristas, no era legal e inmediatamente después fueron despedidos de sus cargos profesores de la universidad vinculados con el Comité, y se retiró la licencia de los abogados que pertenecían al mismo. Asimismo, fueron detenidos varios de sus miembros.

Y E M E N

La crisis interior

8. En el YEMEN continúa la crisis interior, y los intentos de contemporizar entre las partes han llegado hasta ahora a un callejón sin salida. A raíz de la crisis, el YEMEN solicitó (24 abr.) la postergación de la nueva serie de conversaciones con ARABIA SAUDITA sobre el tema limítrofe, que debía llevarse a cabo el 25 de abril en RIAD, acordando su realización para fines de mayo. Es posible que la visita del Ministro de Educación saudita al YEMEN (20 abr.) portando una carta del Rey haya estado relacionada también con este tema.

../4

I R A N

=======

Intranquilidad y atentados terroristas

9. En el transcurso de la última semana se registraron dos atentados terroristas dentro de IRAN, cuyas razones todavía no se conocen claramente. El 19 de abril estalló una bomba en una calle muy concurrida en el centro de TEHERAN, que dejó como saldo 13 heridos. IRAN responsabilizaba a IRAK por el atentado. Sin embargo, en un comunicado a la prensa procedente de PAQUISTAN, un grupo iraní-sunita reivindicaba para sí el hecho, señalando que había sido realizado en venganza por la destrucción de una mezquita de la minoría sunita en MESHED (febrero de 1994). El grupo sostenía que representa a musulmanes sunitas, agregando que perpetraría nuevos actos de venganza. Se trata de un grupo desconocido hasta ahora, y ésta es la primera vez que trasciende su existencia.

10. Tres días más tarde (22 abr.), al concluir las plegarias del oficio del viernes en MESHED, un individuo trató de atentar contra el predicador ABAI KHORESANI. El mismo fue herido por dos tiros en la espalda, en tanto que el atacante fue detenido por las fuerzas de seguridad. Miembros de los Servicios de Seguridad iraníes acusaron a la organización de los MUJAHIDIN KHALK como autora de este intento, acusación que fue rechazada rotundamente por ésta. Si bien todavía no se conocen claramente las razones del atentado, no es descartable que haya estado vinculado con la destrucción de la mezquita sunita en MESHED hace unos dos meses.

P A L E S T I N O S

==================

Continúa la política de atentados y terrorismo

11. Voceros del HAMAS se apresuraron a aclarar el significado de la insólita declaración de MUSA ABU-MARZUK, Jefe de la Oficina Política del movimiento, quien señalara el 19 de abril que existe la posibilidad de establecer un tratado de paz o un armisticio con

../5

9405630.

ISRAEL. Portavoces del HAMAS aclararon que las manifestaciones de MARZUK habían sido tergiversadas, y que se había referido sólo a un cese del fuego, dado que el movimiento persevera en su política estratégica de no reconocer al Estado de ISRAEL. Un comunicado de la organización (21 abr.) decía también que los atentados contra ISRAEL continuarían hasta la liberación de toda la tierra palestina.

-/4

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO I (INT)
021400JUN93

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 03/A/94

I - EVALUACION: Se omite.

II - RESPONDE A: Radicalización de Grupos de Izquierda.

III - TEXTO: Se adjunta.

IV - ACCION TOMADA: Se solicita a los destinatarios, información al respecto. Así como también opiniones contrarias o que apoyen el presente análisis.

V - DISTRIBUCION: Original - Archivo/Dpto I/D.G.I.D.
Copia 1 - Sr Jefe del Dpto II/E.M.E.
Copia 2 - Sr Jefe de la Dirección de Inteligencia del C.G.A.
Copia 3 - Sr Director del Servicio de Información de la Fuerza Area.

El Sub Director de Interior

Sr Cnel.Av. Yamandú CAMACHO.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
03 JUN. 1994
Archivo
Nº. de Orden 9405635

001 4

9405635

RADICALIZACION DE GRUPOS DE IZQUIERDA

1.- POSICIONES ACTUALES DENTRO DE LA IZQUIERDA.

A grandes rasgos observamos la izquierda agrupada en torno a tres posiciones diferentes, producto de como ha variado la situación dentro del FA y de cada uno de sus partidos y sub-coaliciones.

a) Posición A

Integrantes: PDC, VA, MPP, Convocatoria, Encuentro Socialista, CP, Independientes.

Meta: Conseguir el gobierno nacional en los próximos comicios a efectos de reformar el país desde la presidencia.

Táctica: Conseguir mayoría electoral en las próximas elecciones, para lo cual están buscando alianzas con líderes - sectores que hasta ahora estaban fuera del FA, tratando de formar la llamada Macro-coalición.

b) Posición B

Integrantes: UNIR, (MRAM, CUP, Pregón, UP) PCU, PUR, FIDEL, MPP (MLN, PVP, PST).

Meta: Llegar al poder mediante un proceso que asegure una salida vanguardia, un fuerte movimiento de masas, para luego llegar a la etapa de las armas. Su instrumento principal hoy es considerado la integración de un FA que asegure los principios revolucionarios de 1971.

Táctica: Consolidar el FA tal como está, no permitir alianzas con elementos extra-frentes, buscar pesar mas en las decisiones frenteistas, en detrimento de la posición anterior y bajo ningún concepto abandonarlo.

c) Posición C

Integrantes: MRO, POR, FAU, CS, PT, Grupo del MLN-T liderado por ZABALZA, Grupo del PST.

Meta: Conseguir rapidamente el poder.

Táctica: Si bien es difícil encuadrar a los integrantes de esta posición, dada su personalidad y características, se puede decir que su ideología se nutre hoy de puntos de la teoría de Guevara (foco insurreccional) la teoría de la Trostky (revolución total)y la del MAO (revolución permanente). Esta idea, junto con el carácter violento y cortoplacista, los lleva a pensar que si el FA no mantiene su plan como hasta ahora, es necesario, romperlo y hacer otra instancia, que pueda alcanzar acciones violentas o de choque, buscando la incorporación, de las masas rápidamente. Para esta gente las condiciones objetivas para la Revolución estan dadas hoy.

2.- UNIFICACION DE LA IZQUIERDA RADICAL.

Intento de agrupar a los sectores que integran la Posición C. Siempre estuvo presente la idea, de agrupar los sectores más radicales, es así que en 1962 fué el coordinador, en 1967 fué el acuerdo acuerdo de Epoca y en 1971, la existencia de "la corriente" a nivel político y "la tendencia" a nivel sindical.

Actualmente se vuelve a evidenciar ese intento de reeditar "la corriente" y "la tendencia", siendo el más claro indicio el acto que organiza el Semanario "Dignidad", para el 31 de Mayo, donde llama a una reunión para tal fin en el Teatro "Stella".

9405635

8.- CONCLUSIONES.

Teniendo en cuenta los indicios del Anexo ALFA y las ideas de los involucrados, se concluye que:

- Existe la idea a nivel de grupos ultras, de unificar todos los grupos y sectores con esa ideología; las características de los individuos que lo integran, sus actividades anteriores, su ideología y sus manifestaciones dicen claramente que es muy probable que lleguen al acuerdo de Época o a algo similar (en el cual estuvo explícita la lucha armada).
- La existencia de un grupo ilegal y compartimentado cuyo fin sería realizar acciones armadas para financiar actividades y satisfacer la ideología revolucionaria cortoplacista, está probablemente confirmada.
- No se descartan a corto plazo incidentes entre manifestantes y fuerzas del orden donde se manifieste algún acto de desobediencia civil.

09405

ANEXO: ALFA

INDICIOS DE SUBVERSION O DE POSIBLES HECHOS VIOLENTOS

14.04.94: Mario ROSSI GARRETANO del MRO manifiesto que se mantiene vigente la idea de lucha armada, segun su opinión "hay que tener una estrategia, que contemple la insurgencia de los pueblos porque sino estamos dispuestos a asumir la violencia revolucionaria, la violencia organizada de los de abajo como alternativa de la liberación". (A-1)

23.04.94: El PT, la Convergencia Socialista y la FAU, convocan al MRO a conformar un frente combativo. El imperialismo le va dejando a los pueblos un solo camino para acceder a la justicia social: la vias violentas. (A-1)

06.94: Se confirma la idea del MRO de formar un grupo para acciones armadas llamado Partido Revolucionario. (A-2)

24.04.94: Se evidencia en el MPP y mas especificamente en la figura de ZABALZA y un grupo de base y jóvenes que lo acompañan ideas de lucha mas radicales que las de Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO. Ideas cercanas a las del MRO. (A-1)
Jóvenes del MLN-T abandonarian el MLN-T para engrosar el MRO. (B-6)
El MLN impartió órdenes para reorganizar células en Buenos Aires en función de un sistema de inteligencia, contrainteligencia y operaciones. (B-6)
Fuentes policiales han manifestado relación entre asaltos y robos e integrantes del MRO. (A-2)
A nivel sindical como consecuencia de la presión ejercida por las bases la denominada "Coordinadora" esta digitando las movilizaciones gremiales. Dicha coordinadora está integrada por los sectores ultras los que han aprovechado a copar la organización sindical. (B-2)
En reuniones de sindicalistas, los gremialistas ultras son comprometidos a individualizar a los "Carneros y Rompehuelgas" para comenzar a tomar medidas contra ellos. (B-3)

29.04.94: Acto del Partido de los Trabajadores.A traves de "Tribuna de los Trabajadores" (Año X - N???), se convoca a la creación de un Frente de Izquierda de los Trabajadores (FIT).

01.05.94: Ante la suspensión del acto del 1º de Mayo por parte de la dirigencia sindical, columnas de elementos radicales (200 personas) concurren igual al acto, produciéndose altercados entre ultras y quienes pretendian desarmar el estrado.
Es acusada la gente del PCU por parte del PCR de traidores reformistas. (A-1)

11.05.94: ROSSI GARRETANO, lidera un grupo llamado los "Soldados de ROSSI o Grupo de los Soldados", el cual está integrado por 15 personas a favor de la lucha armada. (B-6)

15.05.94: Se crearia un grupo de 15 personas aproximadamente, que responden a los grupos ultras para unificarlos siendo todos participes de la lucha armada .
Tres de ellos serian: Ricardo COHEN PAPPO (PCR), Mario ROSSI GARRETANO (MRO) y Ruben SASSANO (MLN).
Posteriormente habria una convocatoria a través de dignidad.

17.05.94: Semanario Dignidad publica una convocatoria para el Martes 31 (Hora 20) en el teatro Stella "Instrumentos de Cambio".
A efectos de poner"manos a la obra para retomar aquel hermoso espiritud del acuerdo de Epoca,de la Corriente, de la Tendencia, que hicieron posible un camino para luchar en serio".(A-1)

-940515

ARCHIVO

PERSONAL

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 06 JUN. 1994
Pasa a Archivo - Militar
Nº. de Orden 9405636

P.128.-

Montevideo,3 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

DEINE S.A: En reclamo del reintegro de dos obreros despedidos,se encuentran de paro en la planta de Islas Canarias 6271.-

LEMU: Desde el 24/V/se encuentran efectuando paro en reclamo del reintegro de 5 obreros enviados al Seguro de Paro.-

INDUNOR: Prosiguen con la olla sindical y el campamento frente a la planta en reclamo de fuentes de trabajo.-

U.N.T.M.R.A: En asamblea efectuada en el día de ayer se resolvio efectuar el día 6/VI/realizar un paro de 1 hora en la zona A que comprende Centro y Palacio Legislativo,el 7 en la zona B que comprende Paso Molino y Belvedere,el 8 la zona D que comprendeColón Sayago y General Flores e Industria.El 9/VI efectuarán un Activo de Delegados.-

INDUSTRIA DE LA ALIMENTACION

EL TRIGAL: Prosiguen con los paros de una horas y media por turno,en reclamo de mejoras salariales.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: En el día de hoy se reunirá la Mesa Representativa Nacional ampliada.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

SUATT: En reclamo del reintegro de dos operadoras despedidas se encuentran movilizados.-

U.T.C: Se declararon en estado de alerta reclamando la media hora de descanso,en caso de no lograrse la misma comenzaran con las movilizaciones.-

2)- INFORMACION ESTATAL

SUTEL: El 7/VI/ efectuarán un paro de 24 horas en todo el país distribuidos por regiones.-CORTE ELECTORAL:

CORTE ELECTORAL: Efectuarán en el día de hoy una asamblea general en el local del SUAINP,a la hora 13.00'.-

AEBU: Como estaba previsto en el día de ayer se concentraron frente al City Bank en Cerrito 455,unas 400 personas,pertenecientes a la banca privada y pública,a la hora 16.30.En el lugar realizaron una parte oratoria para posteriormente dispersarse en forma pacifica.-

LICEO NRO13: En el día de ayer unos 20 estudiantes procedieron a cortar el Transito en Avda.General Flores y Guerra a la hora 19.00 retirandose a la hora 19.45'.-

HOSPITAL DE CLINICAS: Continuan con la huelga general atendiendo emergencia urgencia e internaciones.Entre la hora 10.00' y las 11.00'realizan paro total,saliendo a Avda Italia a informar sobre la situación.-

INTERGREMIAL.ADUR.AFUR.UTHC.FEUU: A la hora 14.30 se concentrarán frente al Ministerio de Trabajo.-

3)- INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO: Mesa Central de J.P.M.allí se recibió una llamada telefónica por parte de una voz del sexo masculino que expresaba:"Voy a hacer volar la U.T.E. en 15 minutos". Al lugar concurrio personal de Secc.6ta.los que realizaron la inspección conjuntamente con el personal de Servicio de UTE con resultados negativos.-

001/1 9405636

001

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 3.6.94
Pasa a SID1
Nº de Identificación 9405636

FROM : ARMADA NACIONAL (DINTE) PHONE NO. : 95 81 39 P01

1/2

01 de 02 Ejemplares.
Página 01 de 02 Páginas

RESERVADO

DIVI... INTELIGENCIA NAVAL

... N° 081/94

25/4/94

... ANTERI...

... se remite

DIVISION INTELIGENCIA NAVAL — República O. del Uruguay

Capitán de Fragata (CG) FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la División Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 06 JUN. 1994
Pasa a Antecedentes
N°. de Orden 9405637

Doc. Poco LEGIBLE

RESERVADO

001/2

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 03.06.94
Pasa a SIDI
N° de Identificación 9405637

REFERENTE A: BORDON, JOSE MARIA

REGISTRAMOS: BORDON,,JOSE.-

LFON:ARGENTINA / /

IDEOLOGIA:PERONISTA

ANOTACIONES

10/IX/987: Gobernador electo (Elecciones 06/IX/87) por la Provincia de Mendoza, reemplaza a Santiago LLAVER de la UCR

REFERENTE A: VENTURA GARCIA, JOSE NESTOR

REGISTRAMOS: VENTURA GARCIA,,JOSE.-

C.I.:3345296-2

C.C.:SBA20340

DOM.:AVDA.VARELA 948 LAVALLEJA

FDN:06/06/60

ANOTACIONES

10/X/981 : ALTA en la Armada Nacional.-
31/VIII/985 : BAJA por: "MAL CONCEPTO, MALA CONDUCTA".-

FECHA 14/6/94 INICIAL

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

REFERENTE A: VIERA DEBALI, ALEJANDRO ANTONIO

REGISTRAMOS: VIERA DEBALI,,ALEJANDRO ANTONIO.-

C.I.:1562599-3

C.C.:BZB54792

DOM.:MACA NRO 4114(MONTEVIDEO)

LFON:MONTEVIDEO 11/02/65

ANOTACIONES

27/XI/987 : Presidente ingreso a la Armada Nacional (Año 1983).- Ingreso no producido.-

REFERENTE A: VOULMINOT IGLESIAS, MERCEDES

REGISTRAMOS: VOULMINOT IGLESIAS,,ELVIRA.-

ANOTACIONES

14/IV/983 : Esposa del Ministro de Industria y Energía (CHIARINO ROSSI, Juan Antonio).-

LAS DEMAS PERSONAS SOLICITADAS NO REGISTRAN ANOTACIONES.-

002/2 9405637

UTE

Montevideo, Mayo de 1994.

Estimado cliente:

La red de UTE, cuya extensión en esta ciudad es de 11.000 Kms., fue instalada desde la década de 1940, por tanto, su vida útil ha sido largamente superada, originando ciertos desperfectos que suelen generar interrupciones en su suministro de energía eléctrica.

A partir del año 1991, UTE intensificó el programa de reacondicionamiento de la red de energía eléctrica en Montevideo, actividad que trasciende a la opinión pública cuando se anuncia en los medios de difusión. CORTES PROGRAMADOS que facilitan las tareas de mejoramiento previstas.

Debido a que la situación había alcanzado un nivel extremadamente crítico, fue necesario acentuar y acelerar el Plan Global de Mejora de la Red y otras instalaciones. UTE se ha propuesto a través de este Plan revertir la situación planteada, evitar los indeseados "apagones" y minimizar vuestro perjuicio.

El CORTE PROGRAMADO se ha constituido pues en una herramienta esencial del Plan, ya que la interrupción se realiza a los efectos de trabajar con mayor seguridad, en procura de un mejor servicio.

El CORTE PROGRAMADO, siempre anunciado con la debida anticipación, implica en definitiva, el pequeño esfuerzo que nuestra Empresa pide al cliente con el fin de alcanzar mayor calidad y confiabilidad en el servicio.

Esta política de mejoramiento se complementa además con la decisión de Empresa de bonificar al cliente con el importe total de la factura, cada vez que una interrupción no programada, no se soluciona dentro de las 18 horas siguientes.

Pero ni la mejora de las instalaciones ni las bonificaciones alcanzan, ya que procuramos lo mejor para Ud., por eso erradicaremos definitivamente las interrupciones en el corto plazo y con tal fin seguimos trabajando.

Nuestra meta será siempre brindarle el mejor servicio en todo el ámbito de relacionamiento, por tal motivo pretendemos que conozca la actividad de UTE con total transparencia.

Al establecer este contacto directo con Ud., principal destinatario de nuestra acción, aprovechamos la oportunidad para saludarle con nuestra mayor consideración.

Cr. Carlos Pombo Ogliarusso
Gerente General

Dr. Alberto Volonté Berro
Presidente

001|1

9405638

9405638

R.E.Nº ....

ASUNTO: Contratados de la Empresa "Consorcio Piriápolis" (obras ampliación Puerto de Piriápolis)

PROCEDENCIA: DGID

EVALUACION: —

OBSERVACIONES: DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
03 JUN. 1994
Nº 9405640

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI

001/5

FECHA: 03 JUN. 1994

9405640

TEXTO:

Solicito a Usted, se sirva informar antecedentes penales y gremiales de las personas listadas, las cuales desempeñan tareas como contratados en la empresa "Consorcio Piriápolis", la que tiene a su cargo la ejecución de las obras de ampliación del Puerto de Piriápolis.

NOMBRE	C.I.
Nicolás E. BARBE	800-3306
Nestor MAZZONI	971541
Mario LARES RODRIGUEZ	4393925-2
Jorge W. FREITAS BARCELO	1212093.9
Alfredo A. ALANIS GERMAN	677369.9
Nelson E. BLANC ORTIZ	3794566-5
Roberto U. ANTELO GUTIERREZ	1757707-6
Evangelina FERREIRA BORGES	1751422-0
Ricardo Andres ROGEL	3912058-4
Carlos Olimar PEREZ SOSA	4207608-5
Henry J. GUADALUPE PAULETTE	3470366-2
Guillermo E. AVILA SILVEIRA	2969265-4
Héctor J. BALLADARES TOLEDO	3006052-9
Danubio Grosvil ROMERO VIDALES	3306476-8
Gerardo Ramon MEDAN PIRIZ	2874767-6
Miguel Angel MEDINA VALIERO	3240870-5

(Doc. Poco Legible)

9405640

002

NOMBRE	C.I.
José Enrique BENTOS INZAURRAGA	3[illegible]84-2
Antonio Raúl CORONADO	3395651-5
Carlos María LOPEZ FERNANDEZ	3499349-7
Luis Alberto MOREIRA GARCIA	3310412-4
Luis DE LOS SANTOS SUAREZ	3399341-8
Diego Fabian TRINDADE MARTINEZ	4151576-1
Miguel Angel ISAURRALDE MARTINEZ	3601[illegible]46-3
José Luis ESPINOSA BARITTE	3576789-9
Nelson Raúl RODRIGUEZ	3127447-6
Mario Braulio CORREA	3027540-5
Pablo Marcelo ISERN AVARO	3355989-0
Julio César GONZALEZ GARCIA	4118123-5
Luis PIRIZ	3663205-3
Oscar GOLARTES	3740615-4
Julio IBAÑEZ	3261542-1
Carlos CARDOZO	4020379-5
Dogomar W.RODRIGUEZ ETCHART	3191433-1
Gaston M.MARINO PARODI	3713747-0
Alejandro J.IBARRA CARDAMA	3413663-3
Carlos E. DELGADO	3142059-8
Dardo B. RONDON VIBERTI	3465376-0
Juan M.DE CANTO MENDEZ	3364223-1
Pablo Geronimo RODRIGUEZ RIVERO	3099610-6
Robinson Fredi CORREA USANO	3[illegible]0100[illegible]-3
Oscar HARTWIG MOOS	371212[illegible]-3
Juan Carlos ACUÑA ALMEIDA	3174634-0
Luis Alberto ISERN BONILLA	1141721-6
José Luis SILVA TRENA	1653753-6
Juan Ignacio RODRIGUEZ LEMES	3075755-6
Ruben LOPEZ FERREIRA	3940551-4
Ruben Dario CARRO CHEVALIER	3652510-9

Doc. Poco LEGIBLE

003

-9405640

MEMORANDUM No: 943034 FECHA: 94/06/03 PAGINA 1

REFERENTE A: MAZZONI , NESTOR
SE REGISTRA: MAZZONI FIRPO , NESTOR ALEMAR
C.C. BRB 22124
1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

REFERENTE A: BLANC ORTIZ , NELSON E.
SE REGISTRA: BLANC ORTIZ , NELSON ENRIQUE
C.C. CMF 441
1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

SE REGISTRA: BLANC ORTIZ , NELSON ENRIQUE
C.C. CMD 4461
1989 - Su serie y Nº de C.C., fue descartada por la Corte Electoral de la
lista de probables firmantes del referendum por la ley Nº 15.848
por " FALTAR LA HOJA ELECTORAL".-EVALUACION:A-2

REFERENTE A: ANTELO GUTIERREZ , ROBERTO U.
SE REGISTRA: ANTELO GUTIERREZ , ULISES ROBERTO
C.C. BCA 88459
1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

REFERENTE A: FERREIRA BORGES , EVANGELINA
SE REGISTRA: FERREIRA , EVANGELINA
C.C. BRA 7972
1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

REFERENTE A: BALLADARES TOLEDO , HECTOR J.
SE REGISTRA: BALLADARES TOLEDO , HECTOR JULIO
C.C. BCA 8233
1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

REFERENTE A: BENITOS INZAURRAGA , JOSE ENRIQUE
SE REGISTRA: BENITOS , JOSE
C.C. BRA 11441
1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

REFERENTE A: MOREIRA GARCIA , LUIS ALBERTO
SE REGISTRA: MOREIRA , LUIS ALBERTO
C.C. BCA 7442
1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

REFERENTE A: DE LOS SANTOS SUAREZ , LUIS
SE REGISTRA: DE LOS SANTOS SUAREZ , LUIS
C.C. BCA 9033
1989 - Figura en lista de probables firmantes del referendum por la ley
No. 15.848.-
06/DIC/988 - Diario Oficial No. 22.768 del Referendum por la ley
No. 15.848, convocado por la Corte Electoral a ratificar o rectificar
su adhesion a dicho recurso, no pudiendose establecer la accion tomada.
EVALUACION: A-2

REFERENTE A: ISAURRALDE MARTINEZ , MIGUEL ANGEL
SE REGISTRA: ISAURRALDE MIRANDA , MIGUEL ANGEL
C.C. BRA 33105
1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

MEMORANDUM No: 943034 FECHA: 94/06/03

* REFERENTE A: ESPINOSA BARITE , JOSE LUIS
* SE REGISTRA: ESPINOSA BARITE , JOSE LUIS
* C.C. CIA 10711
* 1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
* por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

* REFERENTE A: RODRIGUEZ , NELSON RAUL
* SE REGISTRA: RODRIGUEZ , NELSON RAUL
* C.C. CID 2825
* 1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
* por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

* REFERENTE A: GONZALEZ GARCIA, JULIO CESAR
* SE REGISTRA: GONZALEZ GARCIA , JULIO CESAR
* C.C. EVA 29581
* 1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
* por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

* REFERENTE A: PIRIZ , LUIS
* SE REGISTRA: PIRIZ ALEMAN , LUIS EDUARDO
* C.C. DEA 22919
* 1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
* por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

* REFERENTE A: OLARIES , OSCAR
* SE REGISTRA: OLARTE MARTINEZ , OSCAR FERNANDO
* C.C. BOB 31337
* 1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
* por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

* REFERENTE A: ACUÑA ALMEDA, JUAN
* SE REGISTRA: ACUÑA ALMEDA , JUAN CARLOS
* C.C. DEB 6233
* 1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
* por la ley No. 15.848, dos o mas veces.- EVALUACION: A-2

* REFERENTE A: RODRIGUEZ LEMES , JUAN IGNACIO
* SE REGISTRA: RODRIGUEZ LEMES , JUAN IGNACIO
* C.C. DLB 3938
* 1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
* por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

* REFERENTE A: LOPEZ FERREIRA, RUBEN
* SE REGISTRA: LOPEZ FERREIRA , RUBEN
* C.C. JCC 18806
* 1989 - Figura en una lista de probables firmantes del referendum
* por la ley No. 15.848.- EVALUACION: A-2

* REFERENTE A: IBAÑEZ , JULIO
* CARDOZO, CARLOS
* DELGADO, CARLOS E.
* DO CANTO, JUAN M.

* - Debido a registrarse varias personas con el mismo Nombre y Apellido,
* y con 2dos.Nombres y 2dos.Apellidos, los mismos no se remiten por
* carecerse de mayores datos.
* Asimismo se solicitan datos ampliatorios de las personas mencionadas
* a los efectos de evacuar la información solicitada.-

* NOTA: Se deja constancia que pese a la similitud de nombres de las
* personas mencionadas pueden no tratarse de las solicitadas
* - Referente a las demas personas solicitadas no se posee informacion

005/5 9405640

/1

M. D. N.

D. G. I. D.

DPTO. I(INT)

021500JUN94.

MEMORANDUM Nº 049/94

ASUNTO: Integrantes M.R.O.

EVALUACION: A-2.

ORIGEN: Campo Militar.

TEXTO: A continuación se detalla lista de integrantes del Movimiento Revolucionario Oriental sindicados como posibles.

- C. Peña.
- Hector Perdomo.
- Julio Perez Molina.
- Victor Hugo Perez Rodriguez.
- Aracelly Silvera.
- Ernesto Vasconcellos Rodriguez.
- Dario Villa.

DISTRIBUCION: - Original: Biográfico
- Copia 1 Campo Militar.

Jefe secc. Biografico/Antecedentes.
Cap.
Norberto Devincensi.

FECHA 9 6 94 INICIAL

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 03 JUN 1994
Pase a Biog. Militar
Nº. de Orden 9405641

001/1

9405641

M. D. N.

D. G. I. D.

DEPTO. I(INT).

023000JUN94.

MEMORANDUM Nº 053/94.

ASUNTO: Integrantes F.A.U.

EVALUACION: B-3.

ORIGEN: Campo Militar.

TEXTO: A continuación se detalla lista de integrantes de la Federación Anarquista del Uruguay sindicados como posibles.

- Roberto Tor, (Medico en Policlinica Vecinal Solidaria).
- Alejandra Silvera , (Frente Estudiantil de la F.A.U).

DISTRIBUCION: - Original : Biográfico

- Copia 1 Campo Militar.

Jefe Secc. Biográfico/Antecedentes.
Cap.
Norberto Davincensi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
03 JUN. 1994
Biog. Suelta
9405642

001|1

9405642

FECHA 9.6.94 INICIAL JZ

1/1

041200JUN94

MEMORANDUM Nro. 054/94

EVALUACION: A-1

REFERENTE A: ACOSTA ECHEVERRIA Mario (C/A).-

TEXTO: PROPIETARIO DE UNA EMPRESA CONSTRUCTORA

DOMICILIO: Bvar. BATLLE Y ORDOÑEZ Nº 1835 Ap. 106

CASADO: (2as. nupcias) con MIRIAM

PROGENITOR DE: ISMAEL

FECHA 9 6 94 (GM).

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biografías y Antecedentes

Capitán

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 06 JUN 1994
Pase a Biográfico
Número de Orden 0405645

001/1

0405645

PERSONAL

P.129.-

Montevideo,4 de Junio de 1994.-

---

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA METALURGICA

INDUMOR:Prosiguen con la olla sindical y el campamento frente a la planta sita en Cno.Maldonado Km.15.500,en reclamo de fuentes de trabajo.-

DELMI S.A:Continuan de paro en la planta de Islas Canarias 6271, a raís del despido de dos obreros.-

[illegible]:General Luna 1325;en reclamo del reintegro de [illegible] obreros,vienen realizando paro total.-

U.N.T.M.R.A:En reclamo de convenios que mejoren los salarios el 6/VI/ efectuarán paro de una hora en la zona A correspondiente a la zona Centro y Palacio Legislativo.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.M:En el día de hoy a la hora 09.00' se reune la Mesa Directiva del gremio,para estudiar la resolución del Directorio de CUTCSA,con respecto al horario cortado.-

---

2)- **INFORMACION ESTATAL**

INTERGREMIAL.AFUR.ADUR.[illegible].[illegible]:Como estaba previsto en el día de ayer a la hora 15.00' se concentraron en el MTSS unas 80 personas.A la hora 15.30 ingresaron al mismo 4 personas las que se entrevistaron con el Director Nacional de Trabajo,por espacio de 20 minutos en tanto que los restantes manifestantes efectuaban golpeteos de palmas y ocupaban la calzada cortando el transito por Juncal.A la hora 16.00' se dispersaron en forma pacífica.-

ASOC.DE MAG.FISCALES:Efectuaron hoy una asamblea general extraordinaria,para estudiar las declaraciones del Presidente de la Corte de Justicia.-

SUTEL:En reclamo del pago de la cuota mutual para el grupo familiar el 7/VI/ efectuaran un paro de 24 horas en todo el país distribuído por regiones.-

---

3)- **INFORMACIONES VARIAS**

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO

1)-3/VI/994,Banco La Caja Obrera,Colonia 1844,hora 15:05',allí se recibió una llamada telefonica donde una voz del sexo masculino manifestaba:"En 15 minutos va a explotar una bomba".Al lugar concurrió personal de la D.N.B. y de la Secc.3ra.los que realizaron una inspección ocular con resultados negativos.-

---

(DOC. POCO LEGIBLE)

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 6-6-94
Pasa a S.D.I.
Nº de [illegible] 9405648

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada: 06 JUN. 1994
Pasa a: Archivo - Militar
Nº de Orden 9405648

9405648

N°130.-

Montevideo,6 de Junio de 1994.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Por convenios que defiendan y mejoran los salarios contra el cierre de fabricas y los despidos masivos efectuarán hoy una hora de paro en la zona A,correspondiente a la zona Centro y Palacio Legislativo.-

INDUMOR: En reclamo de fuentes laborales continuan con la olla sindical y el campamento frente a la planta en Cno.Maldonado Km. 15.500.-

DEIMK S.A: Continuan de paro en la planta de Islas Canarias 6271, en reclamo del reintegro de dos obreros despedidos.-

LEMI S.A: Desde el 24/V/ se encuentran de paro en la planta de General Luna 1325,ante el despido de cinco obreros.-

INDUSTRIA DE LA ALIMENTACION

EL TRIGAL S.A: Prosiguen con la realización de una hora de paro por turno en reclamo de mejoras salariales.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: En asamblea efectuada el 3/VI/ se trataron el tema de las diferentes medidas gremiales a tomar por parte del sector privado fué propuesto realizar un paro de 24 horas y el sector público propuso la realización de un paro de 24 horas en distintas fechas.Estas mociones se resolverán el 10/VI/ cuando se reuna nuevamente la próxima asamblea.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C: En reclamo de la media hora de descanso se encuentran en estado de alerta.En el día de hoy realizarán un paro general durante todo el día con la realización de una asamblea general a la hora 10.00' en el local de la IASA.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

F.E.U.U: En el día de hoy a la hora 19.00' se reunen en asamblea todas las Facultades y luego se reune el Consejo Federal para resolver lo aprobado por cada Facultad.-

ADUR.AFUR: Continuan con la huelga general.A la hora 14.00' realizarán una convención en el Paraninfo de la Universidad.-

A.FU.SODRE: Continuan con la realización de una huelga los funcionarios del Coro.-

ASOC.DE FUN.MGAP: En reclamo de mejoras salariales los funcionarios de la Dirección General,servicios ganaderos y sanidad animal no realizan tareas extras.-

SUTEL: Efectuarán mañana un paro de 24 horas en todo el país,el que se distribuirá en regiones.-

INFORMACIONES VARIAS

3)- **AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO**

1)-4/VI/994:Instituto de Profesores Artigas,allí se reibió una llamada telefónica anónima donde una voz del sexo masculino expresaba:"Salga rapido de ahí que van a reventar todos".Al lugar concurrió personal de la D.N.B.y de la Secc.3ra.los que realizaron la inspeccióncon resultados negativos.Se hace constar que se desalojo el local por 24 horas como medida precautoria.-

Doc. poco ley

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
06 JUN. 1994
Archivo Militar
9405649

...///

001/2

9405649

///...

DAÑOS

1)-5/VI/994;próximo a la hora 14.00' en la intersección de Juan Acosta y Rancagua,circulaba el coche de CUTCSA Matrícula 40631, afectado al servicio de la línea 195,momentos en que desconocidos arrojaron piedras contra dicho vehículo ocasionando la rotura de un vidrio izquierdo;no produciéndose lesionados,tomando intervención la Seccional 12da.-

CLUB POLITICO

1)-5/VI/994;ACCION CIUDADANA-LISTA 2000-;Rambla República del Perú y Martí; personas desconocidas arrojaron botellas y una piedra produciendo la rotura de dos vidrios de 2.50 por 2.20cm.no registrándose lesionados.Tomo intervención la Seccional 10ma. Se hace constar que el ingreso a dicho local es por la calle Martí 3439.-

002/2 -9405649

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
6-6-94
S.D.I.
Identificación 9405649

FAX 910319 DNII SECRETARIA --- D G I D P02

1/4

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

DIVISION INTELIGENCIA NAVAL — República O. del Uruguay

Montevideo, 02 de Junio de 1994.-

OF. DINT (R) Nº 049/02/VI/94.-
AS."SOL. DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:
Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 84 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.
Saluda a usted atentamente.

Capitán de Fragata (CG) FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la División
Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 9/6/94
Nº 1??

06 JUN 1994
ANTECEDENTES
9405650

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 6-6-94
Pasa a S.D.I.
Nº de Identificación 9405650

001 | 3

9405650

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIVICA	DOMICILIO
ACOSTA MORALES	DULCINEA	70 AÑOS EN 1992			GIL 819 - MONTEVIDEO
AGUILERA BALAGUER	JULIO CESAR	JUAN LACAZE, 12-OCT-45	2.903.531	NLB10767	JUAN LACAZE
AGUILERA BALAGUER	ANTONIO LEONEL	JUAN LACAZE, 21-OCT-46	4.176.074	NLB10356	
AGUILERA BALAGUER	ABEL FRANCISCO				BS.AS. R.A.
AGUILERA BILCHE	JULIO CESAR	JUAN LACAZE, 18-AGO-64	3.360.690	NLB16379	SALTO S/N (JUAN LACAZE)
AGUILERA BILCHE	MARIA LOURDES		4.363.093		MONTEVIDEO, 04-DIC-77
AGUILERA CARRO	PATRICIO ALEJANDRO	01-ABR-77			
ARAMBILLETE	VANESA				BAYARRES 678 (LAS PIEDRAS)
BENITEZ VILLANUEVA	RUBEN DARIO				J.P.VARELA 77 (J.LACAZE)
BENTANCOUR PEREZ	ALICIA AIDA				
BILCHE QUESADA	MARIA HILDA	JUAN LACAZE, 01-OCT-43	3.741.769	NLB16846	JUAN LACAZE
BILCHE QUESADA	MARGARITA	JUAN LACAZE, 03-ABR-46	2.689.500	NLB10652	
CARRO ARIAS	NURYS MIRTA	01-OCT-47	3.689.493	NLB10805	
CASTRO CAETANO	MARIANELA				CALLEROS 256 (FLORIDA)
COLINA PRESA	HECTOR	25 AÑOS EN 1992			CERRO CHATO
COLINA PRESA	ROSARIO	26 AÑOS EN 1992			CERRO CHATO
COLLAZO GRAU	DEMIS				
CORUJO AGUIAR	MARCOS				LAVALLEJA 764 (FLORIDA)
CORUJO HERNANDEZ	MARISA				LAVALLEJA 764 (FLORIDA)
CORUJO HERNANDEZ	WASHINGTON				AVDA.SAN PABLO S/N (MALDONADO)
CORUJO HERNANDEZ	MARIO RUBEN				LAVALLEJA 764 (FLORIDA)
COTAN MENDEZ	ROXANA				CAGANCHA 2378
DEL DUCCA ESCUDERO	FLOR DE LIZ	T. Y TRES, 02-MAR-38			CALLE 7 S/N (VILLA SAN JOSE)
DIAZ VELAZCO	NESTOR ALCIDES				
DIAZ VELAZCO	NELLY ESTHER				
DOS SANTOS VIERA	ELIDA	CERRO CHATO, 24-JUN-42			L. GOMEZ S/N (CERRO CHATO)
DURAN HERNANDEZ	CARMEN MABEL				18 DE MAYO 1085 (LAS PIEDRAS)
ECHEVERRIA GONZALEZ	MARIA ELENA				
FERREIRA BUSTAMANTE	GRACIELA				JOAQUIN SUAREZ S/N (LAVALLEJA)
FERREIRA MERCADER	ROSA				JOAQUIN SUAREZ S/N (LAVALLEJA)
FERREIRA RAMOS	DOMINGO MARTIN				VAZQUEZ CORES 3195 APTO. 8
GARCIA CATALAN	NELY	46 AÑOS EN 1992			CERRO CHATO
GARCIA DUARTE	ASDRUBAL				CERRO CHATO
GRAU SALABERRY	LUIS ALBERTO				
HERNANDEZ CUSTODIO	MIRA HAIDER				LAVALLEJA 764 (FLORIDA)
LARROSA	HERIBERTO	CERRO LARGO, 05-JUN-40			MARISOL 1030V (SOLYMAR)
LARROSA PERDOMO	JHON HERIO	CANELONES, 22-MAY-71	2.010.046	CMF 5184	SAENZ PEÑA S/N (SHANGRILA)
LARROSA PERDOMO	GONZALO	MONTEVIDEO, 23-SET-74			MARISOL 1030 (SOLYMAR)
LARROSA PERDOMO	JEAN PIERRE	MONTEVIDEO, 23-DIC-78			MARISOL 1030 (SOLYMAR)
LOPEZ GALLARDO	GREGORIA	90 AÑOS EN 1992			CERRO CHATO
LOVISETTO GRAVIOLO	NESTOR RICARDO				
MARTINEZ LEAL	REINA ESTELA				
MARTINEZ PEREZ	EDUARDO DARIO				VAZQUEZ CORES 3195

002

9405650

MENDIETA CASTRO	ANA CLAUDIA				CALLEROS 256 (FLORIDA)
MENDIETA CASTRO	ELIANA				CALLEROS 256 (FLORIDA)
MENDIETA HASTSEIN	RAUL GABRIEL				LUIS E.PEREZ 321 (FLORIDA)
NOBLE MENDEZ	SAMER LORENZO	CERRO LARGO, 29-SET-39			SAENZ PEÑA S/N (SHANGRILA)
NOBLE ROCHA	ADRIANA CRISTINA	MONTEVIDEO, 23-NOV-72			SAENZ PEÑA S/N (SHANGRILA)
NOBLE ROCHA	SILVIA ELENA	MONTEVIDEO, 11-NOV-69			SAENZ PEÑA S/N (SHANGRILA)
NOGUEIRA OROFINO	JOSE MIGUEL	MONTEVIDEO, 25-SET-62			VAZQUEZ CORES 3189 AP.2
PACHECO ARAUJO	ALEJANDRO LUIS				VIÑA DEL MAR S/N (EL BOSQUE)
PACHECO ARAUJO	GONZALO JAVIER				VIÑA DEL MAR S/N (EL BOSQUE)
PAJES BILCHE	MARIANA	08-DIC-72	3.402.706		
PEÑA MELO	JUAN CARLOS	DURAZNO, 19-ABR-63			JOSE SERRATO 3085 APTO. 2
PERDOMO ACOSTA	MARIA LOURDES	RIVERA, 02-OCT-48			MARISOL 1030 (SOLYMAR)
PERDOMO ACOSTA	MIRNA LOI	48 AÑOS EN 1992			LA CORUÑA (ESPAÑA)
PERDOMO ZAPATA	CARMELO	80 AÑOS EN 1992			GIL 819 MONTEVIDEO
POOR	WAIM				APOLO 8 S/N (SOLYMAR)
PRENDES RODRIGUEZ	OLGA				
PRESA DOS SANTOS	JORGE ARAMIS	DURAZNO, 28-NOV-71	3.353.564	RRA41258	CAZQUEZ CORES 3189 AP.2
PRESA DOS SANTOS	MARCELO RAUL	CERRO CHATO, 25-ABR-63			LECKOC 1023 MONTEVIDEO
PRESA DOS SANTOS	NESTOR ANDRES	MONTEVIDEO, 29-SET-67			VAZQUEZ CORES 3189 AP. 2
PRESA DOS SANTOS	ESTELA NOEMI	CERRO CHATO, 31-JUL-65			JOSE SERRATO 3085 AP. 2
PRESA DOS SANTOS	SANDRA IRACI	CERRO CHATO, 30-JUL-64			VAZQUEZ CORES 3189 APTO. 2
PRESA GARCIA	MARIEL IVONE	19 AÑOS EN 1992			CERRO CHATO
PRESA LOPEZ	CARMELO NAURELINO	CERRO LARGO, 22-ENE-29			L.GOMEZ S/N (CERRO CHATO)
PRESA LOPEZ	MANUEL	48 AÑOS EN 1992			CERRO CHATO
ROCHA CORE	MARIA CRISTINA	MONTEVIDEO, 08-OCT-48			SAENZ PEÑA S/N (SHANGRILA)
ROCHA CORE	JOSE MARIA				SAENZ PEÑA S/N (SHANGRILA)
RODRIGUEZ BRUSTTI	JUAN FRANCISCO	DURAZNO, 18-SET-20			CALLE 7 S/N (VILLA SAN JOSE)
RODRIGUEZ DEL DUCCA	ROBERTO PEDRO	MONTEVIDEO, 02-NOV-71C	3.242.455	COH 7490	CALLE 7 S/N (VILLA SAN JOSE)
RODRIGUEZ DEL DUCCA	ROSA	MONTEVIDEO, 28-FEB-63			CALLE 7 S/N (VILLA SAN JOSE)
RODRIGUEZ DEL DUCCA	JUAN DOMINGO	MONTEVIDEO, 13-JUN-57			CALLE 7 S/N (VILLA SAN JOSE)
SOSA NOGUEIRA	JUAN ANTONIO	MONTEVIDEO, 24-ENE-61			CALLE 7 S/N (VILLA SAN JOSE)
VEIRA PERDOMO	FERNANDO	24 AÑOS EN 1992			LA CORUÑA (ESPAÑA)
VEIRA PERDOMO	MARCELO	23 AÑOS EN 1992			LA CORUÑA (ESPAÑA)
VEIRA POMBO	JOSE	45 AÑOS EN 1992			
VIDAL CARRO	STELLA MARY	JUAN LACAZE, 03-JUL-66	2.671.002	NLB15953	
VIDAL CARRO	LUIS ALBERTO	JUAN LACAZE, 31-MAY-71			BS.AS. R.A.
VIDAL CARRO	HECTOR ANDRES	JUAN LACAZE, 06-AGO-67	3.748.965	NLB170011	
VIDAL CARRO	CLAUDIA ALEJANDRA	07-OCT-68	3.748.964	NLB16954	
VIDAL CARRO	SILVIA LILIAN	19-DIC-69			
VIDAL LOPEZ	ANDRES ALFREDO	COLONIA, 23-SET-38			
VIERA MARTINEZ	ISIDRA	78 AÑOS EN 1992			CERRO CHATO

PARTES POCO LEGIBLES

003|3

R.E.Nº ....

ASUNTO: GAVROCHE (Publicación del Sindicato y Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas)

PROCEDENCIA: DGID

EVALUACION: —

OBSERVACIONES: Distribución Biográfico

FIRMA: CAP. NORBERTO BETANCENSI 001/67

9405651

GAVROCHE

SINDICATO VENDEDORES DE DIARIOS Y REVISTAS



FECHA 29. 6. 94

002

≠9405651

1869-1994-2... PASADO, PRESENTE, FUTURO

empresas punto

A quienes llevan a la gente la última declaración de Clinton, el estado del tiempo, la opinión de Maradona o las decisiones del Parlamento, nuestro saludo.



A todos los Canillas de la gente de

EL PAIS

Primero siempre

003

-9405651

GAVROCHE

MONTEVIDEO 1994
COORDINACION Y DIAGRAMACION:
RUBEN BARCOS
ISRAEL PRESA

NUESTRA TAPA

Dibujo de "hormiga" Sánchez, utilizado como símbolo del cincuentenario conmemorado por la Unión de Canillitas Sanduceros.

Por su alto valor simbólico y artístico, lo hemos hecho nuestro felicitando a su autor y a los colegas de Paysandú.



SINDICATO Y CAJA DE AUXILIO DE VENDEDORES DE DIARIOS Y REVISTAS
YI 1771 / 75
TEL: 94 14 49 / 62
QUINTA GAVROCHE
ADRIAN TROITIÑO Y TABOBA - TEL: 69 03 60





PASADO, PRESENTE Y FUTURO

"GAVROCHE" fue pensado editarlo cuando estábamos seguros, sería la inauguración de nuestro Sanatorio Propio.

Imprevistos lo impidieron.

La fecha de inauguración forzosamente hubo de ser postergada. La construcción e instalaciones están prontas. Las salas de consulta médica ya están en funciones.

Como Centro de Internación, hace falta cubrir trámites burocráticos para que el Ministerio de Salud Pública lo autorice oficialmente. Será a la brevedad. Nos inquieta. Lo deseamos y necesitamos.

Ahora, hoy, Gavroche será extraordinario.

A través de relatos, notas, reportajes, ilustraciones gráficas, procuramos reflejar los acontecimientos, los logros, las realizaciones trascendentes y, lo que será. Esto dependerá de futuras generaciones que habrán de sucedernos.

La historia indica y exige. La trayectoria de nuestro gremio, impulsado por la organización gremial que creó y orientó el Viejo Maestro Adrián Troitiño, invariablemente ha ido en sentido progresivo, ascendente.

Las pruebas están a la vista. Todo lo que durante años se ha venido disfrutando; lo que actualmente disfrutamos, y lo que habrá de disfrutarse en el futuro.

Se trata nada más que mantener con vida un doble valor: el Sindicato que defiende el trabajo del canilla y la Caja de Auxilios que vela por su salud.

004

9405651

SINDICATO DE VENDEDORES DE DIARIOS Y REVISTAS

1º DE MAYO

DIA DE LOS TRABAJADORES (1978)

[illegible] DIA DE LOS TRABAJADORES [illegible] Día histórico. El país y casi el [illegible] Los trabajadores bajan [illegible] de arado, las cosechas de recogerse, [illegible] las máquinas de produ- [illegible] enseñanza, los grandes [illegible] que sirven al proceso del [illegible] suspenden su acceso [illegible] lo que tiene que ver con [illegible] por 24 horas, hace un alto en su [illegible] que pueda echarse una mirada [illegible] de lo logrado frente a lo [illegible]

[illegible] a significar una expresión [illegible] un homenaje al trabajo [illegible] El 1º de mayo debe ser y es una [illegible] de deseos, de esperanzas de los traba- [illegible] de paz, de libertad. De una [illegible] más racional, más de acuerdo [illegible] por todos los hombres y por todos [illegible] proclamándolos como ideales para [illegible]

[illegible] diarios y revistas, en torno al Sindicato [illegible] el "gran viejo" Adrián [illegible] conmemoración de la gran fecha [illegible] hacer nuestro balance. Del 1º de mayo del 77 al de este año. Y es con satisfacción que comprobamos que, en el haber, registramos rubros verdaderamente importantes y positivos.

Las viejas conquistas, las condiciones de trabajo convenidas, han sido reafirmadas. [illegible] que no son pocos, [illegible] Sede Social, quinta Gavroche, [illegible] el agregado de haber podido "dejar a nueva" dos de ellas, Larrañaga y Cordón. Por otra parte, el año pasado, se inauguró el monumento a El Canillita. Los servicios asistenciales de Caja de Auxilios, no sólo se han mantenido, sino que se han ampliado. Ahora también los hijos de los afiliados hasta la edad de 12 años tienen derechos totales a los mismos. De 100 chicos que el año pasado asistieron a los cursos de natación, gimnasia, manualidades, idiomas, etc. que nuestra organización brinda, hemos llegado a 200 el presente año.

Otros objetivos y otras metas a alcanzar tenemos a la vista. Confiamos que el presente alto de este 1º de mayo, sirva para tonificar nuestras energías y nuestros afanes de superación de manera que nos permita proseguir la marcha dinámica y ascendente de nuestro gremio.

A los trabajadores del país y del mundo entero, ¡Salud!

p. Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas,
Secretario General.

1º DE MAYO

DIA DE LOS TRABAJADORES (1983)

[illegible] Que nunca más luchadores [illegible] por defender sus ideales [illegible] puedan ser muertos [illegible] como lo fueron los Mártires de Chicago.

Que nunca más haya locales sindicales clausurados, organizaciones obreras prohibidas.

Que nunca más haya trabajadores presos, torturados y muertos.

Que nunca más los militantes sindicales puedan ser despedidos, perseguidos.

Que nunca más, el miedo, el terror [illegible] el espíritu de los trabajadores.

Que nunca más la abyecta censura limite las posibilidades de información.

Que nunca más haya diarios, radios o publicaciones clausurados.

Que nunca más tengamos que vivir el cercenamiento de ninguna clase de libertades y derechos humanos.

Eso sí, por siempre. Por un movimiento obrero fuerte, lúcido, independiente, soberano, capaz de señalar rumbos hacia el establecimiento de una sociedad mejor, más justa, más libre, sin explotados ni explotadores, sin dominados ni dominadores.

Por un mundo nuevo que responda mejor a nuestra condición de seres civilizados. Sin niños, ni mujeres ni hombres que padezcan y mueran de hambre.

Esos son nuestros deseos. Esos fueron los ideales que animaron la vida y el pensamiento de nuestro preclaro maestro Adrián Troitiño. Son los que alentaron y tienen que continuar alentando a los trabajadores sindicalmente organizados.

A los hombres de bien.

A los que consciente o emocionalmente se sienten hermanos, iguales a sus semejantes.

A los que como nosotros, trabajadores de la calle, aspiramos a vivir en paz, en justicia y en libertad.

En este nuevo 1º de Mayo, distinto al de años atrás, con muchos problemas aún por superar, ya salariales, ya gremiales, pero habiendo recuperado el movimiento obrero, derechos y libertades que nadie nunca tuvo que usurpar, los vendedores de diarios, "mensajeros sin pausa de noticias" queremos hacer llegar nuestro más emocionado saludo proletario.

Por Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas,
Secretario General.

005

-9405651

PASADO 1869 - 1988







006

-9405651

1869-1941. ADRIAN TROITIÑO



Fechas símbolos: 3 de enero de 1869; 26 mayo de 1941; nace y muere Adrián Troitiño, maestro y guía de los vendedores de diarios.

Nace en Pontevedra, provincia de Galicia, España.

Muere en Montevideo, Uruguay. Setenta y dos gloriosos años al servicio de sus hermanos los trabajadores, por la libertad y la justicia.

Adolescente se rebeló contra la España obscurantista, monárquica y clerical. Vivió, sintió profundamente la otra, la protestaria, la de los hombres lúcidos, la de los artistas, poetas, escritores, la de los trabajadores que soñaron, lucharon y luchan por una sociedad más racional y justa.

En España debió haber cumplido con el Servicio Militar. No lo hizo. Chocaba contra sus convicciones libertarias. Prefirió abandonar su patria. Noticias de América lo seducían. Era un mundo nuevo en marcha. Un proletariado naciente enfrentaba a un capitalismo también naciente, tan rapaz como histórico. Se luchaba por la justicia, contra la avaricia explotadora y, en ese medio Troitiño se desenvolvería como pez en el agua. Rumbo a América se embarcó. Bajó en Buenos Aires. Trabajó de obrero panadero que era su oficio. No demoró en destacarse en las luchas gremiales y sociales del medio. Maduró experiencias, *sufrió persecuciones*, herido conoció las camas de hospital; también los calabozos bonaerenses y, finalmente el destierro. La oligarquía porteña no admitía extranjeros rebeldes.

Junto a Francisco Corney, Carlos Balsán y otros compañeros de ideales, *fueron embarcados rumbo a España. Pero* no llegarían. A su paso por Montevideo, informado de las circunstancias, José Batlle y Ordóñez, a la sazón Presidente de la República lo evitó. Gestiones mediantes, en gesto enaltecedor autorizó el desembarco de los desterrados afirmando: "en el Uruguay habrá siempre lugar para los luchadores sociales".

Carlos Balsán, al que *supimos* apasionado partidario de Peñarol, fue piedra angular para la construcción del Palacio Gastón Güelfi. Francisco Corney, dejó hijos que habrían de destacarse en el medio: Francisqué, en el periodismo deportivo; Liberto como gran campeón y mejor profesor de boxeo.

Troitiño cruzó la bahía y recaló en el Cerro. Vivió en una vieja casona, aún en pie, Grecia casi Centro América.

En el *Cerro* encontró terreno fértil para destacar su recia personalidad. Supo brindar su espíritu solidario y capacidad gremialista. Pronto fue secretario del Sindicato de Obreros Varaleros. (Trabajo hoy inexistente. Se trataba de tender cueros vacunos sobre armazones de hormigón llamados varales que, como los *corrales*, se extendían en los alrededores de los frigoríficos). Luego fue Secretario General del Sindicato de Oficios Varios, organización que nucleaba albañiles, pintores, carpinteros, mecánicos y tantos otros oficios de la zona.

"Como en la Argentina, conoció las listas negras patronales. Tuvo que ganarse *la vida y la de su familia, vendiendo* publicaciones ideológicas provenientes de la Argentina, España, Italia especialmente. Se le recuerda verlo con bufandas o pañuelos rojos y negro al cuello, ofreciendo sus periódicos por las cantinas de la ciudad. Diarios nacionales, comenzó a venderlos siguiendo los pasos de su hijo Palmiro. Así conoció las condiciones penosas en que los vendedores de diarios, adolescentes y niños, desempeñaban su trabajo. Y se dio a organizarlos gremialmente. Para bien de "los gorriones de una sola ala", lo logró.

En Asamblea General histórica, el 20 de febrero de 1920, nace a la vida sindical del país, el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

Todo lo que hizo en vida nuestro querido Viejo, fue fiel reflejo de su grandeza: su resistencia al Servicio Militar; su venida a América; su militancia obrera en la Argentina; en el *Cerro*; su hogar, *su compañera*, sus hijos, su conducta, todo, pero, para nosotros, seguramente pecando de egoístas, su más grande realización, fue organizar a los canillas en el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas y, por añadidura la Caja de Auxilios.

Su muerte, el 26 de mayo de 1941 no sólo conmovió a los canillitas. Lo sintió la clase trabajadora, el país entero. Así fue reconocido; en su homenaje, una calle y una plazuela en Malvín llevan su nombre.

R.B.

EL DEBATE
(27 mayo 1941).

Ha fallecido el líder de los pájaros de un ala, Adrián Troitiño. Paladín del simpático gremio de canillitas, Troitiño, elevó el espíritu del vendedor, contribuyó en todo momento para que la unión fuera efectiva y hechó las bases que ahora son estables y cada vez más fructíferas, de una institución que honra a sus componentes.

EL PLATA. — Ha muerto Adrián Troitiño. Hombre de índole afectuosa y generoso corazón, fue el luchador perseverante por el mejoramiento del gremio que le tenía por consejero e inspirador, debiéndole éste en gran parte su organización, su mejoramiento y las instituciones que lo encaminaron por las sendas de un perceptible progreso.

MONTEVIDEO. (26 de mayo de 1941). — Desaparece así, el viejo luchador, después de haber consagrado toda su existencia al supremo ideal de traer un poco más de bienestar a millares de obreros, de esos obreros de la calle, los cuales cada madrugada abre un interrogante, tanto cruja el temporal o la aurora prometa la belleza de un día maravilloso.

EL DIARIO (27 de mayo de 1941). — Ellos mismos, los canillitas, tuvieron que hacer correr la noticia en la ciudad. Ellos mismos, los canillitas, sus amigos, por los que él lo dio todo, tuvieron que anunciar su muerte, ayer, al vocear el diario en la calle.

"El Viejo Troitiño" sabía ese dolor del canilla. Porque él lo había sido. Y seguía siéndolo, ya que retirado de la venta callejera, vivió entre ellos, trabajó por ellos, vivió para ellos.

CRITICA (Buenos Aires, 26 de mayo 1941). — "Con la muerte de Troitiño, desaparece una de las figuras más populares del gremialismo obrero uruguayo. Representando a las organizaciones gremiales del país, concurrió al Congreso obrero que tuvo lugar en México.

A esa reunión continental, Troitiño llevó un plan tendiente a organizar en toda América a los difundidores de la prensa.

La guerra civil española puso en tensión las energías de Troitiño. Se destacó en la ayuda a los leales, lamentando que la edad no *le permitiese tomar un fusil para ir a luchar* contra el franquismo y la invasión fascista.

EL PAIS (27 de mayo 1941). — Es que las virtudes personales de este varón generoso infatigable en la brega por el bien, le vincularon con todos los ambientes, de nuestro país, como antes lo estuviera en su tierra, España y con los de la Argentina, de donde fue desterrado por su participación en la dirección de organismos sindicales en ocasión de duras luchas. A Troitiño le habrán combatido por sus ideas y sus sueños. Pero no le podía desconocer ni aún por los tiranos que lo condenaban, su *hombría de bien y su bondad*. Principalmente, su lealtad para con los principios esenciales de la dignidad humana.

LA TRIBUNA POPULAR (26 de mayo de 1941). — Conciliador y comprensivo, todos los conflictos hallaron en él, soluciones justas y viables. Fue el alma de la organización y el centro de sus orientaciones.

LA MAÑANA. (27 de mayo 1941). — El gremio de canillitas, nuestros compañeros en el esfuerzo de la diaria difusión pública que cumplen los órganos de la prensa, está de duelo por la pérdida de uno de sus hombres que con mayor empeño, eficiencia y acierto, supieron orientarlo por el camino de la conquista de sus legítimas aspiraciones de mejoramiento: Adrián Troitiño fallecido ayer en esta *capital* quien por espacio de más de 20 años desempeñó cargos dirigentes en el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

EL DIA (28 de mayo 1941). — Una grande y significativa demostración de pesar constituyó el sepelio de los restos de Adrián Troitiño efectuado ayer. Una multitud heterogénea, pero *cuyos* componentes se identificaban en el mismo sentimiento de pesar que, hermanaba a jóvenes y ancianos venerables, a obreros, intelectuales e industriales, llevando a pulso el féretro hasta su última morada con los despojos mortales de un hombre modesto, pero altivo y digno, que a base de esfuerzos y de luchas por el bienestar social conquistó la estimación y el respeto de sus semejantes.

MARCHA. — Adrián Troitiño, enfermo desde hace mucho tiempo, acaba de morir. Era una figura singular en el medio que le tocó desenvolverse.

La historia del incipiente movimiento obrero nacional, la organización de los canillitas, tendrá siempre un puesto de preferencia. Es tal vez única del mundo. Es, por lo menos, única en el país. Y vinculada a ella, queda, de modo indestructible, el nombre de Adrián Troitiño.

Saludamos con emoción al viejo luchador que se va y que no abandonó nunca el puesto de combate donde la vida lo había colocado.

EL PERIODISMO RINDE HOMENAJE
Al Gran Luchador

<u>1941 - 26 de Mayo - 1978</u>

Conmemorando el DIA DEL CANILLITA, nuestra organización emitió el comunicado que transcribimos

Todos los 26 de mayo, conmemoramos el Día del Canillita.

Se rinde así homenaje a la memoria de Adrián Troitiño, en el día aniversario de su desaparición física.

El homenaje no es sólo nuestro. Es de todo el diarismo del país. Salas de redacción, máquinas de escribir; talleres, linotipos, piezas tipográficas, rotativas; mostrador, sucursales, en fin, todo lo que tiene que ver con la prensa diaria, recuerdan y reverencian el fecundo paso por la vida de Adrián Troitiño y paralizan, por 24 horas, su dinámica actividad.

Es el reconocimiento general de trabajadores, gráficos, periodistas y empresarios editores, hacía la figura de un hombre extraordinario que supo querer intensamente la vida. La vida bien vivida. En justicia y en libertad. De un hombre que, identificándose con el sufrimiento de los explotados vendedores de diarios de principio de siglo, ligó su vida a la de ellos para luchar, denodada e inteligentemente, en favor de sus derechos como trabajadores y ciudadanos.

De sus definidos propósitos y de sus firmes convicciones, surgieron el Sindicato y la Caja de Auxilios de los Vendedores de Diarios y Revistas.

Organizaciones ideales para la defensa de las condiciones de trabajo y la salud física y moral del gremio.

UN SINDICATO del que, prácticamente son sus afiliados la totalidad de los que han hecho de la venta de diarios su medio de vida. Organización respetada tanto por el gremio como por las patronales. Un sindicato creado, desarrollado y mantenido según las enseñanzas y consejos de su fundador, Adrián Troitiño.

UNA CAJA DE AUXILIOS capaz de cubrir las necesidades sociales y asistenciales de sus afiliados y sus familiares, comprendidos, esposas, compañeras e hijos.

Un SINDICATO y CAJA DE AUXILIOS que se asientan sobre sabios principios de apoyo mutuo. Cada cual aporta "según sus posibilidades y recoge según sus necesidades". Aportan más, los que ganan más y menos los que ganan menos. Ello no obsta para que los derechos sean idénticos para todos. Concretándose de este modo, diaria y prácticamente, principios esenciales de solidaridad y compañerismo, ideales que signaron la vida de Adrián Troitiño.

Los vendedores de diarios, recordando cariñosa y fielmente al "gran Viejo", viviremos intensamente el Día del Canillita.

SINDICATO Y CAJA DE
AUXILIOS DE VENDEDORES
DE DIARIOS Y REVISTAS

ADRIAN TROITIÑO
1941 - 26 de Mayo - 1978



DIA DEL CANILLITA

007
-9405651
008

-9405651

1920: SINDICATO Y CAJA DE AUXILIOS DE VENDEDORES DE DIARIOS Y REVISTAS/MONTEVIDEO

El presente trabajo, no pretende ser la historia de la organización gremial de los vendedores de diarios. A lo sumo, un relato de hechos relevantes ocurridos a lo largo de sus 74 años de existencia.

Este relato, lo hemos dividido en cuatro grandes etapas: de 1920 a 1941; de 1943 a 1963; de 1964 a 1987 y, de 1988 hasta el presente.

Pretendemos sea valioso documento de consulta. Ha sido y es la vida del Sindicato y la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas, tendidos a mejor servir el trabajo, la salud y el bienestar de la familia diariera, sin omitir el sentido de solidaridad para con la clase obrera y el pueblo.

1920-1941

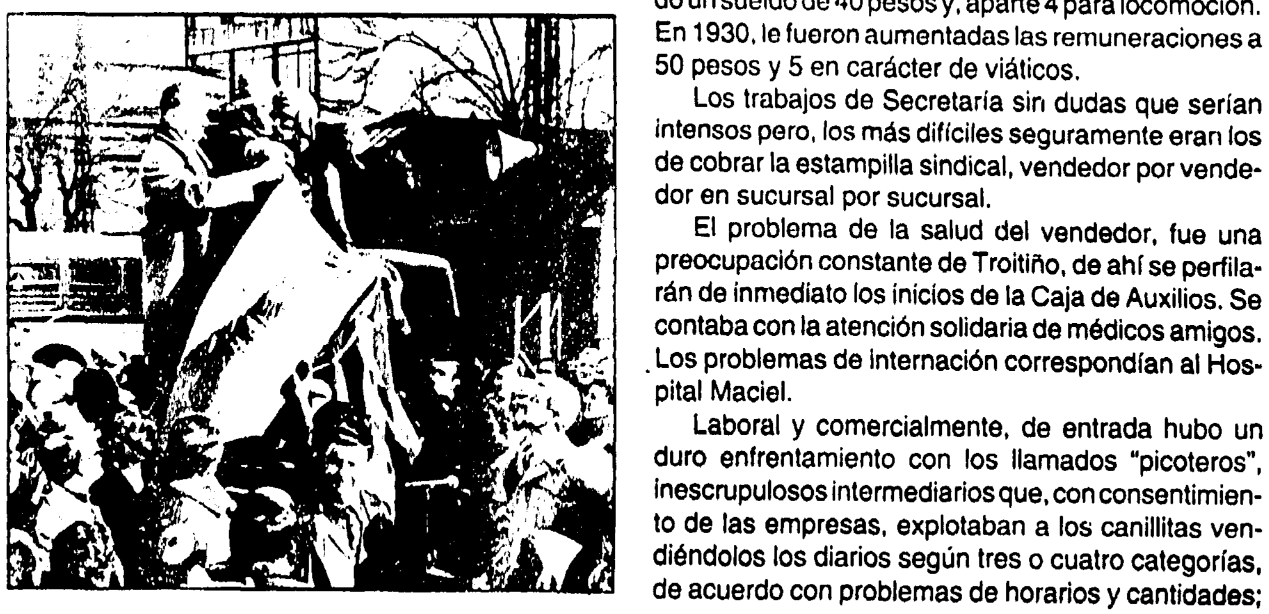
a) DECLARACION DE PRINCIPIOS
b) PRIMERAS LUCHAS
c) ELIMINACION DE LOS PICOTEROS
d) DURO Y LARGO CONFLICTO EN 1934
e) CONSOLIDACION ORGANIZACION GREMIAL
f) FALLECIMIENTO DE ADRIAN TROITIÑO

Al cabo de varias reuniones preparatorias, el 20 de FEBRERO DE 1920, Asamblea General Extraordinaria, da por constituido el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas aprobando Declaración de Principios y Estatutos. Declaración de Principios dice:

DECLARACION DE PRINCIPIOS

1º. Que la estructura de la sociedad actual basada en el principio de autoridad, y en la propiedad privada constituye la causa generatriz de la desigualdad económica y social y que por consiguiente divide a la humanidad en dos clases: una que todo lo produce y carece de lo más necesario para la vida, y otra improductiva, explotadora y parasitaria.

2º. Que la clase trabajadora, sindicalmente organizada constituye una fuerza capaz de oponerse al avance de la burguesía explotadora y a la prepotencia del capitalismo y fundamenta a la vez, la base de una sociedad justa e igualitaria, donde la tierra pertenecerá al campesino que la cultive, y las fábricas y talleres a los obreros que las hacen funcionar.



3º Para que estas bases puedan ser una realidad, mediante la acción conjunta y revolucionaria de los trabajadores conscientemente organizados, queda constituido el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas de Montevideo.

Según principios del anarcosindicalismo con el que Adrián Troitiño comulgaba, la Comisión Administrativa del Sindicato era nombrada directamente por Asamblea, al igual que el cargo de Secretario General, el de mayor representatividad y responsabilidad. Como no podía ser de otro modo, fue nombrado Adrián Troitiño. Tenía entonces 52 años de edad. Experiencia y madurez organizativa avalada por largos años de militancia en la Argentina, robustecida en sus actividades cerrenses.

Desde 1900, Troitiño vendió periódicos y revistas ideológicas. Recién en 1911 comenzó a hacerlo con diarios nacionales. Llegó a conformar, según él mismo, un reparto cuyo centro eran las oficinas de la Usina del Estado. En 1923, ya constituido el Sindicato, "a pedido de varias asambleas generales y caracterizados amigos, pasó a ser rentado como Secretario General *y cobrador en las Sucursales*". Le fue asignado un sueldo de 40 pesos y, aparte 4 para locomoción. En 1930, le fueron aumentadas las remuneraciones a 50 pesos y 5 en carácter de viáticos.

Los trabajos de Secretaría sin dudas que serían intensos pero, los más difíciles seguramente eran los de cobrar la estampilla sindical, vendedor por vendedor en sucursal por sucursal.

El problema de la salud del vendedor, fue una preocupación constante de Troitiño, de ahí se perfilarán de inmediato los inicios de la Caja de Auxilios. Se contaba con la atención solidaria de médicos amigos. Los problemas de Internación correspondían al Hospital Maciel.

Laboral y comercialmente, de entrada hubo un duro enfrentamiento con los llamados "picoteros", inescrupulosos intermediarios que, con consentimiento de las empresas, explotaban a los canillitas vendiéndolos los diarios según tres o cuatro categorías, de acuerdo con problemas de horarios y cantidades; los primeros, a 18 centésimos cada diez diarios; los segundos a 16 centésimos; más tarde 20 diarios por 30 centésimos. El precio de venta al público, era de 2 centésimos el ejemplar.

Esta despiadada explotación, no fue exclusiva de los "picoteros". Hubo administraciones de diarios que también lo hicieron.

Para enfrentarla, el Sindicato, mediante la sagacidad de Troitiño, previo fortalecimiento de la organización gremial, logró cambiar las formas de distribución de los diarios. Surgieron entonces, los Jefes de Venta y los Sucursaleros. Ambos, tenían que ser afiliados al Sindicato. Fue una forma exitosa de ir desplazando a los "picoteros" hasta que, desaparecieron definitivamente.

La integración de todos los que participan en la comercialización de los diarios, desde la distribución hasta la venta en la calle, naturalmente dio potencialidad a la organización diariera. Las exigencias de porcentajes de ganancia y mejores condiciones de trabajo tuvieron entonces un fuerte respaldo.

Otra de las reclamaciones iniciales, fue el descanso dominical. Se explica: la venta en la época demandaba más de 12 horas en la calle entre la mañana y la noche. Además los volúmenes de venta en días y cantidades eran totalmente distintas a las actuales.

El reconocimiento del Sindicato por parte de las empresas tuvo sus dificultades. No olvidemos que para muchos, el vendedor de diarios que compraba y revendía la mercadería era un comerciante y no un trabajador.

De cualquier modo, al márgen de la buena o mala voluntad de las empresas, el reconocimiento a la organización se fue paulatinamente imponiendo por su sola presencia, ayudada por la seriedad y sapiencia que se orientaba. Ello no hizo más que tonificar el espíritu solidario y de lucha de los canillitas.

No fue sorpresa entonces, en 1934, luego de largas gestiones e intermediaciones, los vendedores de diarios, reunidos en asamblea general resuelven solidarizarse con los obreros gráficos, en huelga con el diario "El Día". En contrapartida, las restantes empresas, se aliaron con el diario en conflicto, para juntas, proponerse desconocer ambos sindicatos obreros.



El gran Viejo aún jóven



Se vivía bajo la dictadura de Terra que [illegible] operando desde el cuartel de bomberos, procedió a disolver las cámaras parlamentarias.

La dictadura colaboró con las empresas [illegible] al grado de que estas le reclamaron [illegible] represivas del gobierno, inicialmente [illegible] proteger a krumiros que vendían hojas [illegible] también impresas por krumiros. [illegible] que se llamó la "ley mordaza" que, impedía [illegible] canillitas vocearan los diarios argentinos [illegible] Público" local, que no estaba en [illegible] disposiciones dieron lugar a la detención [illegible] compañeros canillitas, entre ellos el [illegible] Las empresas, reclamaron la clausura [illegible] tos en huelga y la expulsión del país de [illegible] sindicales extranjeros. Troitiño era [illegible]

Reclamos obreros y de las fuerzas [illegible] impidieron. Finalmente, al cabo de 120 días [illegible] en acuerdo de partes, se dio por concluido [illegible]

El gremio, liderado por el Gran Viejo [illegible] hizo más que cumplir con la premonición de [illegible] Sánchez: "El canillita exhibirá por las calles [illegible] dez y su hambre, pero jamás traicionará a sus [illegible] nos de clase porque la solidaridad es su [illegible] moral".

En vida, el Viejo tuvo dos preocupaciones [illegible] trabajo y la salud de sus hermanos los vendedores de diarios. Sus últimos años los vivió planificando el lograr una casa para la organización gremial y, [illegible] recuperación y esparcimiento para los canillitas.

La concreción de ambas cosas, estaban en marcha cuando lamentablemente, el 26 de mayo de [illegible] su muerte le impidió ver realizados esos, sus sueños. El gremio, fiel a sus enseñanzas, poco demoraría en hacerlas realidad.

R.B.

009

-940565

010

-9405651



1943-1963

a) INAUGURACION QUINTA GAVROCHE
b) DE LA SEDE SINDICAL
c) PROMULGACION DE LA LEY JUBILATORIA
d) ESTATUTOS Y PERSONERIA JURIDICA DE CAJA DE AUXILIOS
e) COMITE COORDINADOR DE LA INDUSTRIA PERIODISTICA
f) CASAS SUCURSAL ENRIQUECEN PATRIMONIALMENTE AL GREMIO
g) DIA DE DESCANSO MENSUAL

Tras la desaparición física del Viejo Maestro, ocupó por un breve lapso la Secretaría, el compañero, hoy también desaparecido Amelio González. En 1943, la Asamblea General del gremio procedió a designar para el cargo a Delio Troitiño, hijo de Adrián. Lo haría durante 20 años hasta 1963 en que se acogió a sus derechos jubilatorios.

No se demoró en inaugurar la reconstrucción de la Sede Sindical, Yí 1771-73 e inaugurar la Quinta de Recuperación y Esparcimiento, Gavroche. La calle que pasa a su frente, y la plazuela de su costado, como reconocimiento de la ciudadanía a sus méritos, lucen el nombre de Adrián Troitiño. Su inauguración fue todo un acontecimiento, con una asistencia que colmó todos los espacios posibles.

En la época, cada vez que las empresas aumentaban el precio de venta de los diarios, daba lugar a discusiones sobre cómo se distribuían los valores del aumento. De estas discusiones surgieron los primeros beneficios porcentuales para Caja de Auxilios. Tanto correspondía a las empresas, tanto al vendedor y, un pico pendiente, a Caja de Auxilios.

Ello fue trascendente. Hasta el momento, las únicas entradas que contaba Caja de Auxilios provelan de contribuciones de los despachantes de revistas, y el 50% de las ganancias que arrojaba la comercialización de las revistas de la editorial Atlántida.

Otros logros fundamentales: la ley de jubilaciones para el vendedor de diarios y, la otorgación de la Personería Jurídica a Caja de Auxilios por parte del Ministerio de Educación y Cultura. La jubilación para el vendedor de diarios era un derecho inalienable. La Personería Jurídica de la Caja de Auxilios, una exigencia imperiosa dado su propia evolución.

Para su concreción, conjugaron por un lado, las reclamaciones del gremio, su movilización, y el dinamismo y capacidad de Delio con la colaboración invalorable de Líber Troitiño, ambos hijos de Adrián. Líber era abogado y diputado nacional en la emergencia.

Una sabia y oportuna resolución: la constitución del Comité Coordinador de la Industria Periodística que reunía al Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas, al Sindicato de Artes Gráficas y a la Asociación de la Prensa del Uruguay.

En la historia de la organización diariera fue un hito la compra en 1959 de la Casa Sucursal del Cerro. Un hecho tremendamente positivo que corrió como reguero de pólvora. Antes de dos años, el gremio de canillitas era propietario de tantos inmuebles como Sucursales distribuidoras de diarios existen en Montevideo.

Importante fue también lograr, en acuerdo con las empresas periodísticas, el establecimiento del día de descanso mensual del vendedor.

A mediados de 1963, tras veinte años de positiva gestión acorde con las líneas y orientaciones generales de su padre, Delio Troitiño, acogiéndose a los derechos jubilatorios deja su cargo en el que se desempeñó brillantemente.

R.B.



011

-9405651

1963-1988

a) CUATRO MESES DE LUCHA EN 1967
b) FORTALECIMIENTO ORGANIZACION GREMIAL
c) MEJORAS ASISTENCIALES DE CAJA DE AUXILIOS
d) SOBREVIVENCIA ANTE EL MALON MILITAR ANTISINDICAL
e) CAMBIOS ORGANICOS SUSTANCIALES



Al jubilarse en 1963 el compañero Delio, su cargo en la Secretaría General del Sindicato fue ocupado interinamente por el compañero Oriozabala que, en el mismo año, también se jubila. La Asamblea General del gremio entonces, designa para el cargo a Rubens Barcos. Designación reiterada de acuerdo con las normas estatutarias vigentes. En 1985, modificados los estatutos, la designación es consecuencia de un acto electoral en el que estuvieron en puja dos listas. Triunfó la encabezada por Miguel A. Manera como Presidente y, la reafirmación en el cargo de la Secretaría General de Rubens Barcos. Los cambios estatutarios fueron trascendentes. Por primera vez, el Sindicato tendría presidente. El acto electoral fue supervisado por la Corte Electoral. El número de votantes fue extraordinario, un récord, el 94% de los habilitados.

De 1963 a 1988, período que corresponde a los 73 años de existencia de la organización diariera, como en los anteriores en que hemos dividido este relato histórico, ocurrieron hechos, episodios de singular importancia..

Se reafirmó la vigencia del Comité Coordinador de la Industria Periodística.

En 1967, canillitas, gráficos y periodistas, unidos por el Comité, tuvieron que enfrentar un lockaut de la patronal gráfica; Asociación de Diarios del Uruguay, que se prolongó, casualmente como el conflicto de 1934, más 120 días.

Las empresas habían usufructuado hasta entonces, un régimen de privilegio que, las exhoneraba del pago de tributos aduaneros sobre los materiales de importación: papel, tintas, cartones, etc. Tales ventajas les habían facilitado, por un lado, ofrecer los diarios a un precio bajo —un diario costaba entonces lo que un boleto de ómnibus o un pocillo de café— por el otro, acordar con canillas, gráficos y periodistas convenios que, enfrentados a una nueva realidad, los consideraron demasiados generosos. Denunciaron los tres convenios. Ante la lógica resistencia obrera, optaron por bajar las cortinas. En verdad se equivocaron. No pensaron que chocarían con las tres organizaciones obreras sólidamente unidas.

La patronal, usando indiscriminadamente los medios de comunicación disponibles, radio y televisión, se encargaron de descargar andanadas de pretendidos argumentos contra los trabajadores. De nosotros, los vendedores de diarios, llegaron a decir que eramos poco menos que parásitos, que lo único que hacíamos era poner diarios encima de un cajón o una mesa y que, ellos se vendían solos. Públicamente anunciaron también que, organizarían la venta según sus propios criterios prescindiendo de la intervención del Sindicato. Otra vez se equivocaron y feo.

Nuestros recursos, aparte la acción militante que fue intensa, fueron la salida de los diarios "Extra" y "El Popular" que no adhirieron al lockaut. A ellos agregamos el diario "Verdad", hecho único en la historia gremial del país, editado, dirigido, administrado y vendido por las tres organizaciones obreras en conflicto.

En la emergencia, nuestro gremio, como siempre estuvo a la altura de las circunstancias, en primera línea: manifestaciones, gestiones, conferencias, etc. Muchos fueron los compañeros que se sumaron a los trabajos de las comisiones. La Asamblea General del gremio, designó a los compañeros Miguel Angel Manera y Hebert Berriel para que junto con el Secretario General, Rubens Barcos, representaran a la organización en todas las circunstancias.

Cuatro meses se prolongó la lucha. Finalmente en el despacho del ministro de Trabajo, Manuel Flores Mora, las tres organizaciones firmamos el acuerdo con la patronal dando por finalizado el conflicto. Se impuso la razón y la justicia. Los tres gremios hermanos, cumplimos con lo que nos habíamos juramentado: "volvemos al trabajo juntos, o no volvemos ninguno".

Nuestra organización salió fortalecida, cualitativa y cuantitativamente. Al comienzo del conflicto serían 500 los afiliados al Sindicato. Inmediatamente de su terminación llegamos a 1500. Prácticamente todos los que han hecho de la venta de diarios y revistas, su medio de vida. Se eligieron delegados por Sucursal. Se conformó oficialmente el Cuerpo de Delegados de importancia fundamental para la tonificación de la actividad gremial.

La firma del convenio, determinó de por siempre, el 40% de ganancia para el vendedor, de manera inamovible sobre el precio de venta de los diarios.

Asambleas Generales, resolvieron aportar para la

Pasa a pág. 10

012

-9405651

Viene de pág. 9

Caja de Auxilios, el 3% de la ganancia los días hábiles y, el 5% los días domingos. Ello determinó modificar sustancialmente las posibilidades económicas y financieras de la Caja. Como lo decimos en otra parte de este relato, hasta entonces, Caja de Auxilios contaba como únicos medios de entrada, contribuciones de los despachantes de revistas, el 50% de los beneficios obtenidos por la comercialización de las revistas de la editorial Atlántida y, un mínimo porcentaje que contabilizaban y entregaban las emp[illegible]sas periodísticas.

Los [illegible]ortes por diarios vendidos de los vendedores, multiplicaron varias veces las entradas regulares de la Caja. Y, naturalmente, del mismo modo se multiplicaron las formas de atención médica. Los derechos asistenciales fueron extendidos a las esposas o compañeras de los afiliados; más tarde hasta la edad de 18 años de sus hijos. De igual manera fue ampliada la asistencia a los compañeros jubilados.

Los aportes son recogidos diariamente por los Sucursaleros que, los entregan al Jefe de Ventas quienes centralizan las recaudaciones y las vierten a Caja de Auxilios.

Permite ello que, el Sindicato y Caja de Auxilios ponga en práctica un sabio principio de solidaridad. Cada cual aporta según lo que gana y todos tienen iguales derechos. Tal vez sirva ésto para explicar lo que podemos llamar "el milagro diariero" que, en circunstancias difíciles, puede prestar un servicio social y asistencial a la altura de los mejores centros de atención médica colectiva del país.

SERVICIOS SOCIALES

a) A principios de la década del '70 se comenzó a distribuir entre los hijos de los vendedores, calzado, túnicas y útiles escolares al comenzar el año lectivo. A ello se ha agregado más recientemente, un reparto de juguetes para el Día de los Niños (Reyes).

b) Durante años se brindó un positivo servicio infantil: paseos, clases gimnásticas y de natación en las piletas de la Asociación Cristiana de Jóvenes.

c) Se creó un comedor diario, funcionando en la Sucursal Médanos, para atender dificultades que tenían que enfrentar varios viejos compañeros.

d) También nuestra organización puso en práctica un Hogar de Ancianos, donde son atendidos viejos y queridos compañeros que, por circunstancias de la vida se han encontrado en soledad. Ahora, han encontrado compañía en el calor fraternal de los compañeros del gremio.



Fines de la década del '60. Como todo el movimiento obrero, como todo el país, comenzamos a vivir los embates de un gobierno oligárquico y autoritario que, culminaría con la toma del poder por parte de las fuerzas armadas. Fue el comienzo de una larga y penosa noche uruguaya que duró 12 años. Muy pocas fueron las organizaciones que se salvaron del malón antisindical desatado sin piedad. Podemos señalar tres: las nuestras, Sindicato y Caja de Auxilios, la Federación Autónoma de la Carne y la Asociación de Bancarios del Uruguay. Una, seguramente como la Federación de la Carne, por no estar afiliada a la CNT. Los bancarios y nosotros, tal vez, por el importante servicio social que prestábamos.

En tanto duró la dictadura, nunca disimulamos nuestra presencia. Al contrario, cada circunstancia que considerábamos propicia, hacíamos pública nuestra total independencia e identificación con principios de libertad y justicia.

Hasta intencionalmente, destacábamos los servicios sociales y asistenciales de nuestra Caja de Auxilios. Creemos, significó ello un freno para que el totalitarismo imperante, no echara mano sobre nuestras organizaciones.

En su oportunidad, entendemos que inteligentemente, supimos dar un paso al costado. No con la dictadura, sino ante planteamientos de las empresas periodísticas. Ellas también habían resultado víctimas del "quiebre de la tablita". Según nos fundamentaron, consecuencia del referido quebranto se encontraban enfrentadas a una situación financiera insostenible. Solicitaron de nuestra parte, aceptáramos temporariamente, una merma mínima de nuestras ganancias porcentuales, hasta tanto mejorara la situación. Aceptamos. Ese fue el paso al costado. Pero, cuando entendimos las dificultades habían sido superadas, reclamamos Vuelto el país a la normalización constitucional, aparte medidas de rutina, nuestra organización sindical se dio a la tarea de estudiar sus estructuras orgánicas aprobadas en 1920 y aplicadas durante más de 60 años.

Parte de los estatutos fueron modificados, no así la declaración de principios. Se acordó establecer un régimen de dirección presidencial y, la elección de autoridades dejaría de ser por las asambleas, para serlo a través de actos electorales y con voto secreto.

Aplicados los cambios, la experiencia ha resultado positiva. La Comisión Directiva a partir de 1985 pasó a ser integrada de acuerdo con resultados eleccionarios.

En 1988, luego de haber cumplido más de 30 años como integrante de las Comisiones del Sindicato y Caja de Auxilios y, 25 en ejercicio de la Secretaría General de la organización diariera, el autor de estas notas, acogiéndose a los derechos jubilatorios, pasa a engrosar las filas de los compañeros jubilados, en esa condición, a la organización madre; el Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas.

Ruben Barcos

013

-9405651

CARLOS SILVA Secretario General



P. ¿Cómo ves este año '93 en relación a aquel '89 donde también te hacíamos una nota en GAVROCHE?

C. Indudable que del año '89 al '93 han habido cambios a nivel gral. del país.

La organización fundamentalmente por el lado de su Caja de Auxilios tiene los inconvenientes del caso.

El ingenio y el esfuerzo de los directivos ha sacado cosas adelante y fundamentalmente supimos mantener la escencia de lo que es el Sindicato y la Caja de Auxilios. En el área sindical le diré que no escapa a nadie que el último año hemos tenido situaciones lamentables que hemos sabido sacar adelante.

P. ¿El gremio ha salido fortalecido de todas esas situaciones?

C. Yo lo que veo en este tema es algo que va por encima de todo, es que uno ya en los casi 7 años o 8 años que está en esta lucha elegido por el gremio, suplantando a un gran compañero como fue Ruben Barcos, ve con gran satisfacción que las últimas asambleas que hemos hecho y también fundamentalmente, los últimos actos recordatorios de nuestros queridos viejos compañeros es que llego a la conclusión de que el gremio va adquiriendo madurez y credibilidad gremial. Las comisiones convocan a asamblea y vemos que el gremio responde. No hay dudas que en ese sentido han habido avances. El tema de kioskos, el del Sanatorio propio, el de los aportes de los compañeros jefes de venta; el ensanchamiento de la función sindical y social hacia Canelones son hechos positivos que hay que [illegible] por las enseñanzas y es el resultado del trabajo [illegible] del querido "[illegible]" Adúriz las dos comisiones, la del [illegible] que el trabajo y form[illegible] de la Caja de Auxilios. [illegible] vendedor de diarios seguirán

Por último, le pedimos [illegible] que corresponde.

WALTER MEDINA, UN CANILLA

Fue el 8 de julio de [illegible] Campamento. Walter Medina [illegible] por la espalda. A un representante de las fuerzas armadas [illegible] que Walter estaba escribiendo en un muro [illegible] contra el autoritarismo [illegible] en el país.

Fue un crimen alev[illegible] le recuerda con admiración y cariño. Por sus [illegible] personalidad, por todo lo que representaban [illegible] magníficos y generosos 16 años de edad.

Trabajador y estudiante. [illegible] identificado con su misión y tarea. Walter era todo un [illegible] como para él lo mejor. No [illegible] la libertad y la justicia social. Ideas y sentimient[illegible] los expresaba a través de las siguientes líneas:

"Levantaré bien alto [illegible]
me alzaré con mis hermanos
y buscaré la libertad
No quiero ser esclavo
no quiero que lo sean mis [illegible]
Que no manchen [illegible]
que sea nuestra, al igual que [illegible]
riquezas de nuestro continente".

El gremio canillita, con orgullo [illegible] hermano mártir, supo rendirle homenaje. En el hall de nuestro Sindicato, [illegible] una placa. Además una calle de Montevideo se distingue por su nombre.

Walter Medina, más que la merece. Vivió y murió tempranamente defendiendo libertades y derechos humanos. Lo proclamaba su consigna: "Consulta Popular".

H. M.

014

-9405651



Un kiosco de la Plaza Independencia con su gran pizarrón de anuncio y muchos ejemplares de nuestro número extra a la vista.



Otro kiosco que vendió a troche y moche nuestra revista. Está situado en 18 de Julio y Magallanes.



En este puesto de venta de Boulevard España y Libertad, nuestro semanario alcanzó una gran difusión.



8 de Octubre y Garibaldi también fué una esquina feliz para CINE RADIO ACTUALIDAD y sus dos vendedores de la foto.



"El Nato" voceando en pleno centro montevideano nuestra edición extraordinaria; más abajo su socio Jorge impone al público CINE RADIO ACTUALIDAD.



En Barandí y Juncal "El Porteño" hizo oír su pregón anunciando la novedad del número extra.







Un salón que también se destaca en eso de lucirse con nuestra revista: el de General Flores y Garibaldi.

NUESTRO NÚME



En Treinta y Tres entre Rincón y 25 de Mayo, el salón de la foto despachó a sus clientes y transeuntes, infinidad de ejemplares de nuestro número anterior.



En el ángulo: Alineados en simétrico orden, los ejemplares de CINE RADIO ACTUALIDAD formaron un cerco profuso en el kiosco de 21 de Setiembre y Ellauri.



En este kiosco de la Estación Reducto la carátula de nuestra revista engalanó varios metros cuadrados de pared.



Junto al Café "La Opera" un grupo de elementos que despacharon a los canillitas nuestra revista. Entre el núcleo destacan su figura Don Ernesto, Antoñito, Alejandrito, Esclavo, Martínez y otros.

CON el mejor de los éxitos fué acogido en el ambiente nuestro número extraordinario de la semana pasada.

Canillitas y vendedores instalados con kioscos, salones y otros puestos de venta en las distintas zonas de la ciudad, contribuyeron con su esfuerzo, entusiasmo e impulso dinámico, a darle una difusión por demás halagadora a CINE RADIO ACTUALIDAD, desparramándola como nunca en todos los rincones de la metrópoli.

Como un agradecimiento a nuestra revista, por el homenaje periodístico que le tributamos a los canillitas al editar nuestra edición especial, cada vocero y cada vendedor de diarios y revistas desplegó lo mejor de su actividad para corresponder con su labor callejera a nuestro gesto amigo, que halló un eco simpático en las barras bullangueras de los canillitas montevideanos.

A todos, nuestro abrazo de amigos y nuestra palabra agradecida.





En 25 de Mayo casi Misiones varios canillitas que aparecen en la foto divulgaron con entusiasmo el Extra.

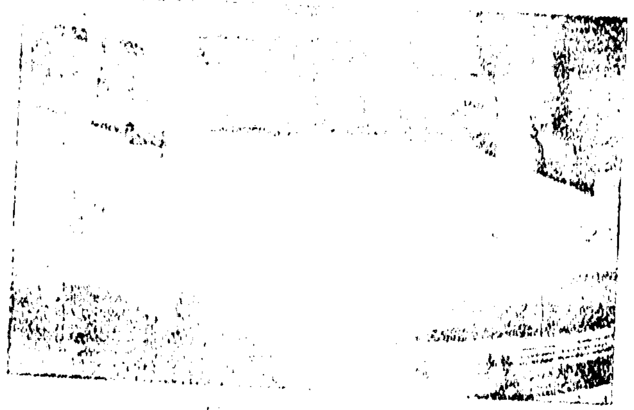


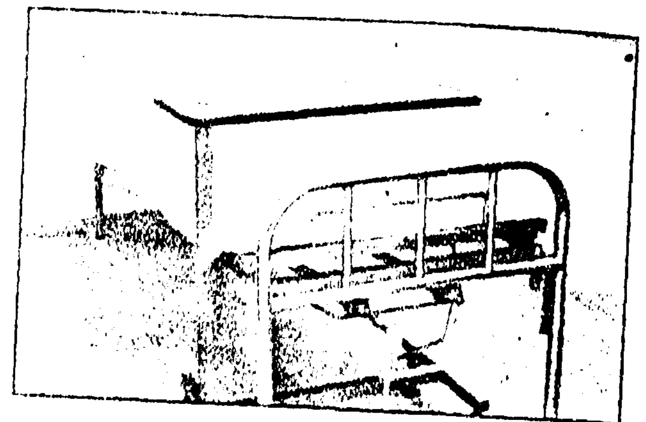
También el kiosco de la Estación Goes se engalanó con nuestros ejemplares del Extra.

-9405651

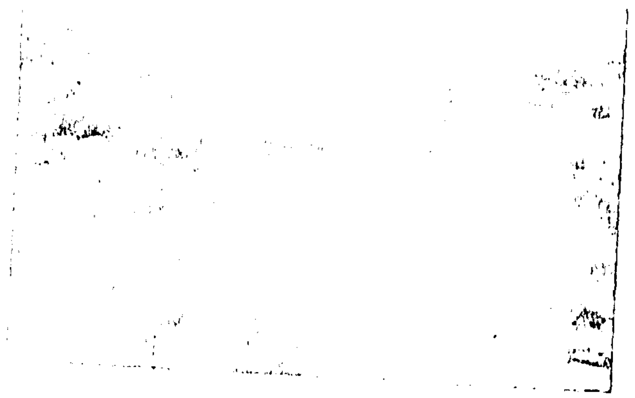
-9405651

...ENTE: 1988 - 1994



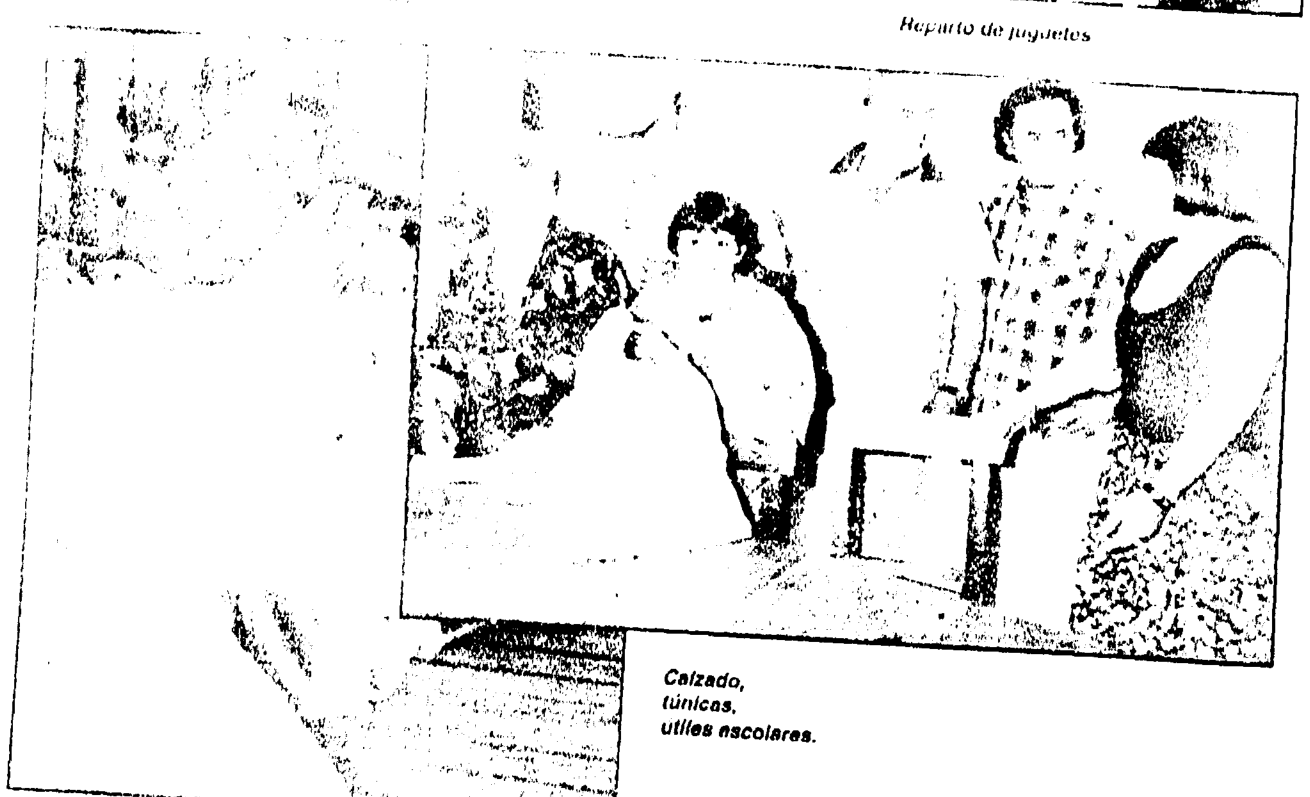


Sanatorio propio.





Reparto de juguetes



Calzado, túnicas, utiles escolares.

UNA ESCUELA DE TRABAJO

Legada de aquel extraordinario visionario Don Adrián Troitiño: decenas de compañeros siguieron sus pasos, y hoy tenemos lo que se llama unidad en torno al Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

Aprendimos a cultivar el diálogo en positivo, analizando también con espíritu constructivo las cosas negativas que nos da la vida.

Unidad fundamental para mantener las grandes conquistas, como es el actual sistema de distribución y ventas, única garantía de nuestro trabajo y salario.

Muchos se plantean cómo hemos logrado los altos niveles de militancia gremial, la respuesta para nosotros es muy simple, el trabajo constructivo permite respirar estos aires de confianza mutua.

Al tener claro los objetivos gremiales, económicos, sociales, culturales, etc. las discrepancias internas y externas, se hacen mucho más fácil superarlas.

Hemos sorteado escollos complicados, pero al superarlos, nos hemos mirado a la cara y un gesto de alegría siempre surgió; el Sindicato y la Caja de Auxilios salieron más firmes que nunca.

Respiramos las ansias de decenas de jóvenes compañeros deseosos de integrarse al trabajo gremial, adelante con ese esfuerzo que la responsabilidad por el futuro de la organización es de Uds.

I.P.



Inauguración del monumento al Canillita.

ACTIVIDAD REGULAR Y CONSTANTE UN DIA DE SESION

A los... del mes de ... del año ... siendo las 14 y 20, se reúne la Comisión Directiva de la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas, bajo la presidencia del cpro. Eddie Espert, actuando en secretaría el cpro. Juan Carlos Massa; asisten además los cpros. Lenín Pérez, José Luis Riverón, Emilio Martínez, Washington Albes, Rodolfo Benelli, el cpro. Secretario General Juan Carlos Silva, el cpro. fiscal, Luis Fonseca, el cpro. jubilado Juan Carlos Reobasco, el cpro. Coordinador Israel Presa los cpros. integrantes de la Comisión sindical: Miguel Angel Manera (presidente), Juan Carlos Sanabria (vice), Sabino Pérez, Generoso Palermo, Jorge Viana, José San Martín, Alberto Camacho, Julio Valerio; los técnicos de la Institución: Dr. Hugo Musacchio, Contador Mario Gallino y la Dra. Cecilia Tellería.

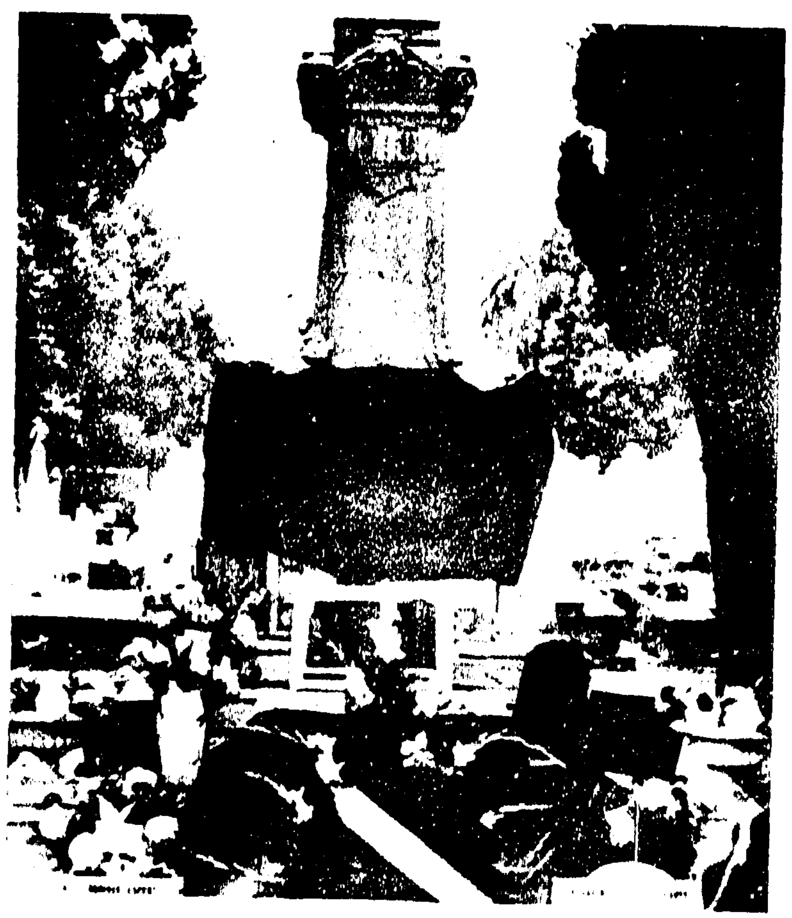
1) Se da lectura al acta anterior.

2) El Director Técnico de la Institución, Dr. Hugo Musacchio brinda un detallado informe sobre el servicio médico.

3) El Contador Mario Gallino conjuntamente con el cpro. tesorero Lenín Pérez, brindan informes sobre la situación económico-financiera.

4) La encargada del Dpto. Jurídico, Dra. Cecilia Tellería, orienta técnicamente en distintas situaciones originadas.

5) Posteriormente se escuchan distintos informes de la sub comisiones de trabajo: Sanatorio, Quioscos, Hogar de Ancianos, Comedor, Gestiones ante organismos gubernamentales y/o departamentales, Casas sucursal, Relación con Empresas Editoras, zonas de trabajo, conflictos familiares, situación social de afiliados, cultura, distribución y ventas, mejoramiento patrimonial, y decenas de grupos de trabajo que se forman en torno a situaciones no previstas.



Todos los temas son analizados, discutidos y aprobados, con intervención de todos los cpros. integrantes de la mesa. Los temas se agotan cuando se logra la unanimidad de los presentes.

1993. Se realizaron 96 sesiones conjuntas de las Comisiones de Caja de Auxilios y Sindicato, presididas indistintamente por los cpros. Espert, Manera o Sanabria.

Se presentan promedialmente de 8 a 10 cpros. en cada sesión a plantear problemas laborales, sociales, culturales, lo que totaliza más de 1.000 (mil) situaciones personales que los cpros. afiliados confían en solucionar conjuntamente con sus compañeros canillitas, elegidos democráticamente para integrar las Comisiones.

Esto se repite todos los días martes, miércoles, jueves y viernes a partir de las 14 hs. en nuestro local central de Yi 1771-75.

019

-940565 1

MIGUEL ANGEL MANERA

PRESIDENTE SINDICATOS VENDEDORES DIARIOS Y REVISTAS



Manera: hablando en acto homenaje a Troitiño

P: *¿Cómo ve la situación gremial actual?*

M: Bueno depende de muchos aspectos, ya no tenemos la ciudad de hace tiempo atrás.

Antes era un pequeño centro rodeado de numerosos barrios, donde ya existían los extensos repartos.

La cantidad de venta era mucho mayor, ya que cada núcleo familiar compraba 2 o 3 diarios por día.

Actualmente la situación económica lleva a prescindir de las cosas no elementales, esto debería ser visto por las autoridades, porque significa un atraso cultural.

P: *¿Qué significa el Sindicato en su vida?*

M: Para mí es todo, si no hubiera existido no sería lo que soy. Mi conformación social se la debo al Sindicato.

P: *¿Y la Caja de Auxilio?*

M: Un elemento valiosísimo para todo el gremio, fíjate el alcance que tiene para toda la familia.

P: *Podemos comparar el vendedor actual con el de 50 años atrás.*

M: Bueno el vendedor se ha superado, en su nivel económico, cultural, social. Tiene una familia, más estable. Yo cuando empecé a vender diarios lo hice descalzo.

P: *¿Cómo son las actuales relaciones con las empresas periodísticas?*

M: El gran trabajo del Sindicato fue, es, y seguirá siendo mantener en un nivel digno al gremio. La realidad así lo indica y es muy claro, si no existiera el Sindicato, otra sería la realidad, gremial y comercial.



Miguel A. Manera y Eddie Espert presidentes del Sindicato y Caja de auxilios respectivamente, rindiendo homenaje al prócer José G. Artigas.

P: *Existe preocupación por la anulación de la ley jubilatoria 10805 que ampara al vendedor de diarios ¿cómo ve el problema?*

M: La veo bastante difícil.

Tiene que definirlo directamente el Parlamento.

La ley 10805 de octubre de 1946, es una ley especial, fue la primera en su materia en el Instituto jubilatorio totalmente financiada con los aportes patronales de acuerdo con porcentajes derivados de las toneladas de papel importados y un razonable aporte del canillita.

P: *Por último ¿cómo ve el actual sistema de distribución de diarios y revistas?*

M: Siempre ha sido eficaz, tiene los problemas propios de toda función de trabajo. Como lo dije anteriormente, si no existiera el Sindicato las condiciones de trabajo serían otras.

El actual sistema garantiza una correcta venta.

020

-940565 1

LENIN PEREZ: "El Zar Económico"

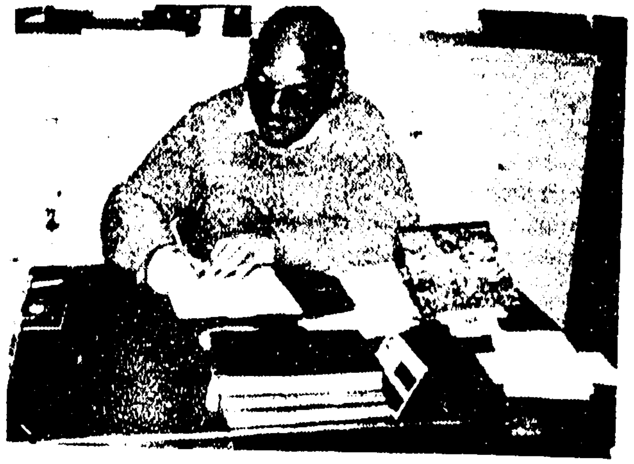
[illegible] compañero Lenin Pérez que ocupa actual- [illegible] Caja de Auxilio o un viejo vendedor de la [illegible]

[illegible] insertar la parte económica de Caja de [illegible] realidad de la salud en el Uruguay donde día [illegible] mayor cantidad de dinero para cubrir la alta [illegible]

[illegible] lugar nosotros como Caja de Auxilio en el [illegible] decir que, mediante los ingresos de [illegible] parte de la atención de todos los [illegible] parte porque venimos desde hace unos [illegible] franja de ingresos bastante estable, eso [illegible] la cantidad de diarios de la venta en total [illegible], con el aumento del precio de tapa [illegible] los ingresos; mientras los egresos en [illegible] por toda la tecnología que cada día va [illegible] una gráfica saliente, esto va a significar que [illegible] algún contratiempo, más claro, un déficit. [illegible] seguir prestando una asistencia de primera, [illegible] tecnológicas del momento, seguramente va- [illegible] creciente ascendente de egresos, tanto que [illegible] ideas que generen ingresos proporciona- [illegible] que llegar a parar. Pero confiamos en [illegible] nuestro medio y sus activistas. Y como [illegible] prioridad en la preocupación por la [illegible], haremos todos los sacrificios para [illegible] niveles alcanzados hasta ahora.

[illegible] que cuando llega el afiliado a Caja de [illegible] de atención que se brinda en relación a [illegible] colectiva. Como sabemos que hay [illegible] gastos de internación alcanzan a un 40% [illegible], nos explicamos los estudios que se [illegible] abatir esos porcentajes, sin afectar la [illegible] ¿Cómo ves la marcha de esos estudios?

[illegible] en ese 40% derivan de las camas [illegible] en el Sanatorio Español. Cuando las [illegible] el numero de esas camas, nos vemos [illegible] otros Sanatorios. Y las internaciones [illegible] son verdaderamente onerosas. Siempre [illegible] se ajusten estrictamente a lo [illegible] número de días además, significan gas- [illegible] embargo hay veces que los médicos y [illegible] obligados a prolongar las estadías del enfer- [illegible] situación socioeconómica del afiliado. Si es [illegible] prolongar su estadía porque si se le manda a [illegible] al tercer o cuarto día tiene que volver al [illegible] tenemos que instalar al compañero en una [illegible] también demanda gastos extraordinarios pero, estamos tranquilos que cuando abandona esa internación está en buenas condiciones. Cuando consideramos estos problemas, no sólo tenemos en cuenta su situación económica y de vivienda, sino también su entorno familiar. Si el entorno familiar es adecuado, damos el alta; si no lo es, Caja de Auxilios se hace cargo del enfermo por todos los días que sean necesarios. Estos estudios y consideraciones, es un trabajo de equipo que integramos con los Dres. Hugo Musacchio y Luis Larrosa; el contador Mario Gallino con participación de técnicos correspondientes a cada área.





P: Lenin, ¿cómo se coordinan los servicios sociales que presta Caja de Auxilios concretamente, el comedor en la sucursal Cordón y la vivienda en la Quinta Gavroche?

L: El compañero Palermo, se encarga de ello ayudado por el compañero Sanabria que, entre otras cosas se encargan de recoger y distribuir alimentos secos que solidariamente aporta INDA. En Sucursal Cordón hay establecido un régimen de almuerzo de lunes a sábado al cual van, no sólo los afiliados activos en condiciones precarias, sino los compañeros jubilados que perciben una jubilación verdaderamente exigua. Aparte de sus almuerzos, muchos de ellos llevan sus viandas para la noche. Aproximadamente 30 compañeros hacen uso de ese servicio. En la Casa Quinta, es diferente el servicio prestado. Los compañeros necesitados que vienen allí, se les asiste de manera total; desayuno, almuerzo, merienda y cena. Además atención médica.

P: Por último Lenin, en esta función tuya que es, tesorería y atención de servicios, en coordinación y acuerdo con los compañeros de las Comisiones de Caja de Auxilios y el Sindicato; ¿cómo sientes esta etapa de 1993 donde se están manejando un montón de proyectos en marcha y otros en vía de concretarlas?

L: Tenemos una gran satisfacción este año de poder alcanzar un sueño que hace mucho que está en la cabeza de muchos afiliados, que va a ser el funcionamiento de este Sanatorio que tenemos instalado en la sede central.

Indudablemente que va a ser un trabajo lindo ya que la parte de tesorería, los números van a cantar fríamente la cruda realidad de lo que estamos viviendo. Pensamos que con este proyecto del Sanatorio, si bien no habrá una gran economía porque aumentos de costos en la salud todos los días hay, vamos a tener la gran tranquilidad de que el afiliado acá va a estar bien atendido y por nosotros. Aparte del tema del Sanatorio, se están manejando ideas de seguir con la obra en la sede central. Instalar un CTI o unidad cardiorrespiratoria en la cual ciframos esperanzas no sólo por el funcionamiento en sí, sino por la tranquilidad de la Caja de Auxilios.

Aparte continuemos o no ocupando los cargos actuales, nos animan ideas de nuevas realizaciones sociales y desde cualquier lugar nos encontraremos, continuaremos trabajando por sus realizaciones.

021

-9405651

ARAMIS ROJAS - MIGUEL ARDUINO

CONTINUIDAD, EXPERIENCIA

P: Estamos con dos compañeros que nos vienen acompañando de varias décadas atrás y han vivido distintas etapas de la organización en puestos que entendemos claves como lo es la parte numérica. ¿Cómo ven actualmente a nuestro gremio?

R: Es un gremio muy cambiado, ha ingresado mucha gente joven y nueva. No tienen las características del viejo vendedor, y esto sin tratar de desmerecer a nadie. Son nuevos compañeros, tienen una conducta sociocultural distinta.

M: El vendedor no es tan bohemio como antes. Se preocupa más de sus cosas, como la salud, su casa.

P: En las notas que realizamos, algunos viejos compañeros tienen un cierto dejo de nostalgia de un gremio que aparentemente se nos fue. ¿Ustedes también sienten esa nostalgia?

R: Por supuesto que sí, han desaparecido compañeros que uno los trató toda la vida. Viene gente nueva que aún no las hemos conocido cabalmente. Por eso se hace más difícil.

Son compañeros, más exigentes, porque vienen de otras sociedades donde el trato es distinto y estaban acostumbrados a exigir para lograr una buena atención y hasta que no conozcan el nuevo sistema de Caja de Auxilio, se suponen que van aflojando.





M: Los nuevos compañeros tienen otra cultura, buscan superarse, no desean quedarse estancados. Quieren progresar y es lo lindo de la nueva situación.

P: ¿Cómo surge esa consideración y respeto al Sindicato·

R: El hecho que deban tramitar aquí su incorporación les permite ver la obra de la organización lo que genera el respeto a la misma.

P: ¿Cómo repercutió en ustedes el cobro de ticket y órdenes?

M: No fue difícil. La gente comprendió y aceptó el cambio. Se nota que el consumo de medicamentos disminuyó.

R: La gente cuida más los medicamentos. Se debería atender la situación muy especial de algunos compañeros jubilados.

P: ¿La nueva realidad locativa, significa un enfriamiento de las relaciones humanas aquí dentro?

M: Fundamentalmente con el cuerpo médico por un problema de distancias. El afiliado necesariamente debe pasar por aquí, lo mismo ocurre con especialistas, dirigentes, etc.

P: ¿Esto repercute en el nivel asistencial?

M: No, en absoluto, ya que el plantel médico se mantiene, es más, pienso que ha mejorado por la experiencia adquirida.

P: Observamos la presencia de una computadora, que significa para ustedes.

R: Indudablemente un gran adelanto y más con los nuevos carné y nuevas disposiciones.

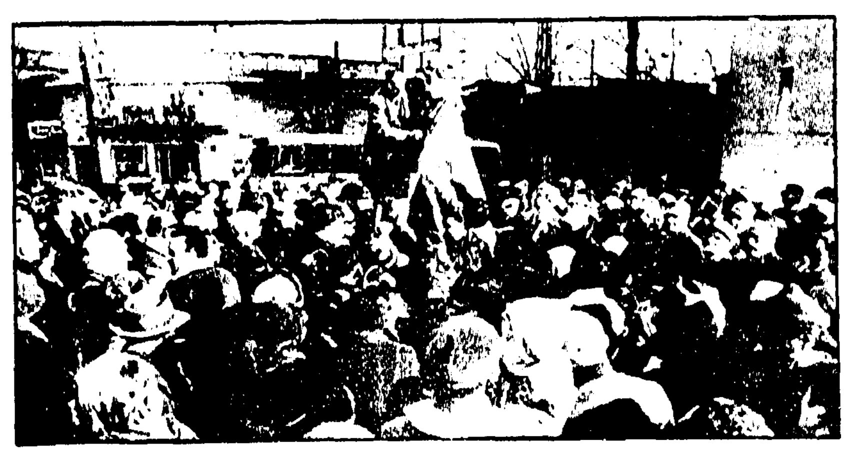
M: Cuando se instale la parte sanatorial, va a ser una enorme ventaja.

P: ¿Qué opinan del nuevo sanatorio?

M: Debemos buscar su financiamiento que puede pasar por un block quirúrgico, o arrendar espacio para ubicar una unidad cardiorrespiratoria.

P: De acuerdo con lo conversado con el Dr. Vartan, la instalación de una sala quirúrgica no es muy costosa.

P: Bueno muchachos, por hoy la dejamos acá.



022

-9405651

JUAN C. REOBASCO "El bolsa"



P: Un viejo y querido compañero muy conocido en el gremio fundamentalmente en la zona del Centro, el compañero, Juan Carlos Reobasco conocido en el gremio por el "Bolsa". Está dando una mano enorme en esta nueva etapa que vive la organización y uno a veces envidia esa capacidad de trabajo que tiene Juan. Está todos los días acá junto a nosotros y es un poco el hacedor de todo esto nuevo que hay en la organización.

¿Juan cómo vivís esta etapa de 1994 aquí en el Sindicato?

R: Bueno te podría decir conociendo lo anterior creo que en el momento actual fue lo más grande que se hizo, porque antiguamente había más posibilidades de hacer cosas y no se hicieron.

P: Juan, tu tenés una vida en el gremio y has contribuido con un gran apoyo a etapas que se fueron dando, supongamos después del conflicto del "67", cuando solamente atendíamos al afiliado, vos contribuiste a ir generando nuevos espacios, nuevas formas de atención en el servicio médico social.

De ese pasado ¿cuál fue la experiencia más rica que tuviste como trabajo?

R: De ese pasado fue lo que hemos logrado ahora, porque se ha mejorado muchísimo en cuanto a médicos, especialidades, la asistencia en el momento.

Uno viene a pedir número para cualquier especialidad y al otro día lo tiene, cosa que hablando con otras personas, en otros lados no es así, se demoran 15 días, 20 y hasta 1 mes.

P: Como experiencias de trabajo Juan, tú integraste las comisiones del Sindicato, fuiste tesorero del Sindicato, posteriormente integraste la sociedad de jubilados y ahora estás integrando este grupo de trabajo, evidentemente fueron momentos distintos.

¿Cómo ves este grupo de trabajo que hay actualmente en la organización?

R: Yo por lo que veo estamos excedidos, es una continuidad de trabajo, de denuncias de los vendedores y de quejas, son cosas que antes era mucho más tranquilo, no sé si se debe a que hay menos poder adquisitivo, que se venden menos los diarios o no sé lo que sucede.

Hay gente demasiado ambiciosa que antes no existía; lo que nosotros llamamos los "Lobos" al acecho que pelean un cliente en cualquier lado, recorren 20 cuadras para hacer un cliente invadiendo zonas de todo el mundo y nosotros sindicalmente tenemos que estar protegiendo al vendedor.

P: Yo considero Juan que el actual trabajo tuyo es fundamental para la marcha de la organización y hasta me parece, ya que hace años que nos conocemos que te sentís más cómodo en este trabajo que realizas con compañeros en defensa de la fuente de trabajo.

Porque te estás reencontrando con un montón de gente, con muchos viejos queridos compañeros en la calle, que te lleva a revivir épocas pasadas.

R: Bueno yo no tuve nunca problemas con respecto a la venta, yo creo que estoy colaborando con el vendedor, procurando que el trabajo se realice como debe. Porque si todo el mundo va a hacer lo que quiere, sería un caos.

P: Otra cosa: estás dando una mano muy grande con los quioscos.

Cómo ves este nuevo sistema de venta, que 15 años o 20 atrás era un sueño de poder tener un quiosco de chapa, ahora es una realidad. 200 colocados en la calle, que opinás, ¿el gremio ha cambiado, es el mismo, ha incidido en algo en la venta la presencia de los quioscos?

R: Sí, prácticamente cambió en algo, pero a mi modo de ver no cambió como tendría que haber cambiado.

Porque hay muchas personas, que le pusieron el quiosco y "misión cumplida" no se preocupan de vender más, ni de vender menos, se sienten demasiado cómodos. Tendrían que preocuparse de atender mejor la parada o el quiosco en sí.

Es un bienestar, esa es la prevención que buscamos en Caja de Auxilio, porque no es lo mismo estar 8 a 10 horas en la intemperie, que estar dentro de un quiosco.

P: Por último, ¿qué mensaje le darías a esos nuevos compañeros que se están integrando a la venta?

R: Tienen que tener un reconocimiento por el Sindicato, si no fuera por el Sindicato muchas de las cosas habrían desaparecido; los porcentajes, el respeto por el trabajo.

CARLOS MONZILLO "Miramar"

Una de las grandes figuras "Miramar"

Carlos Monzillo "Miramar" 81 años de edad

P: ¿Dónde empezaste a vender?

M: Alrededor de 1920 en Defensa, Rivera, allí conocí a un dirigente del Sindicato, el cual me dio un cachetazo porque como me timbié la plata de los diarios, le dije que no pagaba la cuota del Sindicato. Luego nos explicó lo que significa el Sindicato para el canillita y su familia.

"Pucha" no me acuerdo de su nombre, resultó un compañero sensacional.

P: ¿Conociste al viejo Adrián?

M: La primera vez que lo vi fue en 8 de Octubre y Patria, allí sacábamos los diarios, había un café atendido por Doña Guillermina, que nos hacía un café con leche por 6 centésimos, el diario valía 3 centésimos.

El viejo nos decía, ustedes no quieren pagar el aporte al Sindicato. No saben lo que va a ser esto en el futuro.

Mi hermano se calentaba con él y nos decía "este siempre viene a mangar". El ayudante del sucursalero de EL PAIS nos aconsejaba que pagáramos.

Ahora si viviera el viejo, qué nos diría.

Recuerdo las asambleas en el Cordón, todos lo escuchaban con sumo respeto. Siempre tenía una solución para todos los problemas; "qué tiempos aquellos".

P: Bueno no te me pongas flojo.

M: Qué querés, uno mira esta obra y lo que era esto solamente un campo baldío. El Sindicato estaba ahí enfrente. Un día el viejo me dio bruto rezongo, ya que recibía $ 9 por estar enfermo, pero el inspector del Sindicato me pescó jugando en la calle.

Allí nos reuníamos para parar a los carneros.

P: ¿Qué otros recuerdos lindos tenés Carlitos?

M: Las grandes reuniones, las comidas en los aniversarios.

Teníamos un conjunto de carnaval. "Cantores sin cartel", cantábamos gratis, algunos versos decían:

Todos los hombres tienen
escrito su destino,
pero los canillitas son
carne de cañón.
Desde su tierna infancia
es malo su camino,
pero siempre encuentran apoyo
para su salvación.
La sociedad altanera
los desprecia, los mataría al
[embrión,
porque su lucha es noble,
surge desde la rosa
con voluntad de hierro
y un sano corazón

P: Un abrazo Carlitos.

023

-9405651

JUAN C. SANABRIA

Trabajador Incansable

P: Estamos con el compañero Sanabria, vicepresidente del Sindicato, en los últimos tiempos ha actuado, por distintas razones, como presidente del mismo, además es presidente de la comisión de quioscos. Juan, has vivido como presidente o vicepresidente instancias bastante difíciles en la marcha de la organización. ¿Cómo ves la organización en esta nueva etapa de trabajo en el año 1994?



S: Bueno Pocho, yo al Sindicato lo veo muy fuerte igual que a la Caja de Auxilio; cada día progresando más, cada día cubriendo todas las áreas, quioscos, salud, en fin, todo. Es un poquito emocionante, cuando empezás a hablar, uno que vivió acá prácticamente desde niño y ver todo lo que tenemos hecho con una comisión, todos tirando parejo, esto es un sueño, un sueño que hicimos realidad empujando todos con nuestras virtudes y nuestros defectos, pero cada vez vamos a más. Cada vez le damos más al gremio de lo que nosotros soñamos darle.

P: Juan, dentro del profundo conocimiento que tienes del gremio, muchos ven en ti al estilo de los viejos cpros. desaparecidos, es decir, ven la persona dura en cuanto a que cuando es no, es no, no por capricho sino por una forma razonada, con esto no quiero decir que seas el malo de la película, simplemente tomando lo anteriormente expuesto, es la persona quizá de la comisión que actúa con mayor crudeza, con mayor realismo en cuanto a esos pedidos que a veces los afiliados hacen a su Sindicato y que lamentablemente no pueden ser correspondidos. Esa sinceridad de tu planteamiento, ¿te hace sentir incómodo o ves que detrás de ello tú estás defendiendo lo que es de todos?

S: Bueno, yo tuve la suerte o la virtud de trabajar con muchos viejos cpros. como tú has hablado. No te voy a dar nombres porque caería en un error muy grande de olvidarme de alguna personal. Pero todos maestros, todos te enseñaron que esto hay que defenderlo; es mentira eso que yo no lo tomo así, hay veces que uno tiene que tomar la resolución por el bien del gremio, de la Caja de Auxilio, del Sindicato, del vendedor, pero a veces queda apenado uno, se va amargado para la casa pensando que lesionaste a un cpro. de trabajo porque en definitiva somos una familia, hay veces que ponés la cabeza en la almohada y decís "pensar que le tuve que decir esto a este cpro., por bien de toda la organización, cosas que te apenan y te alegran porque la prueba está a la vista, cada vez esto va más arriba. Pensamos que mientras uno tenga la dicha, ya que no me rebotaron debo seguir, acá vamos a hacer lo mismo y si no, lo cuidaremos de afuera.

P: El otro gran tema Juan; hubo una asamblea allá por el año 91 la cual te denominó a ti y a 2 cpros. más como responsables de seguir la obra de instalación de los quioscos. Desde que tú asumiste la presidencia de la comisión de quioscos, hasta ahora se han colocado casi 150 y en estos días, se colocan casi 20 o 25 más, eso lleva a un promedio de casi 6 quioscos por mes. ¿Cómo ves ese trabajo que has realizado junto con otros compañeros?



S: Bueno, primero que nada te puedo decir: solo Sanabria no es, hay un equipo trabajando, el cual lo integras tu, Riverón, tenemos como secretaria a Marta, tenemos un montón de muchachos que están trabajando igual que uno. Lo que vemos es que lo llevamos adelante, la prueba está, se está dando a la vista. Alguna dificultad que hay, tratamos de sortearla de cualquier manera, llegamos y creemos que vamos a cumplir. En nombre mío y de mis cpros. tenemos una fe enorme que nosotros vamos a cumplir, siempre se traba por una cosa o por otra, pero paulatinamente te rompe los ojos que los quioscos van apareciendo en toda la ciudad de Montevideo.

El anhelo personal y de todos los cpros., sería que ya estuvieran los 800 quioscos puestos. Lamentablemente por razones que no vienen al caso por nosotros, se nos complica, o IMM, o fábrica, o propaganda, pero nosotros seguimos y creo que dentro de muy poco le diremos al gremio: tenemos tantos quioscos más para colocar.

P: Por último Juan, la situación actual de nuestra Caja de Aux., de nuestro Sindicato o la organización proyectada a un futuro llámese quioscos, Sanatorio propio, Colonia de vacaciones, llámese compra de terreno contiguo a la sede central. ¿Cómo ves el futuro de la organización, no te sentís comprometido a mayor trabajo, o es que ese compromiso es para las nuevas generaciones que se integran a la organización?

S: Justamente uno sin querer está viejo, aunque esa es una palabra que a uno mismo no le gusta que se la digan, ya tiene sus años en el gremio y tiene que venir una sabia nueva, tenemos que crearla, que tengán lo mismo que tienen muchos muchachos, como nosotros que, hablando de esto te voy a decir, tuve una discusión con una persona y le dije: mirá que a mí no me corre sangre, "me corre tinta, Caja de Aux. y Sindicato" y es lo que tenemos que defender. Tenemos que agarrar una muchachada que venga, que se arrime, que vea que esto no es Sanabria, no es Espert, no son apellidos, esto es una familia que tiene que seguir luchando, mañana serán otros Espert, otros Sanabria si hay, si no hay serán otros que quieran esto, que lo sientan, que lo lleven adentro, que se den cuenta que esto es de ellos, de todo el gremio y todo el gremio lo tiene que defender. Yo creo que si bien es una responsabilidad grande que vamos a dejar, si lo quieren no es tan grande, tienen que seguir adelante y creo firmemente que la generación que viene va a querer tanto o más que nosotros esta casa.

024

-9405651

RIVERON: "El puma"



P: Estamos con un viejo luchador que ocupa distintos frentes de trabajo dentro del Sindicato y Caja de Auxilio.

Uno de los pioneros de la Comisión de Quioscos, dirigente de Caja de Auxilio. Director de la audición oficial del gremio que se irradia los lunes y miércoles a partir de las 8.35 por CX 40 Radio Fénix.

¿Cómo estás viviendo esta nueva etapa 1994 en el Sindicato y Caja de Auxilio?

R: Son momentos dificilísimos, porque no podemos separar los servicios que brinda Caja de Auxilio de la situación económica por la que atraviesa el país.

Es un momento duro donde se templa la unidad del gremio y pienso que estamos más firmes que nunca. Me siento orgulloso de integrar esta familia y ayudarnos a impulsar todas estas obras sociales. Todavía queda mucho por hacer, necesitamos más cosas en lo social.

P: ¿Por dónde pasa la solución?

R: Primero por la unidad y la honestidad de cada uno.

En lo económico el gremio no ha tomado real conciencia, lo que significa para el futuro de la Caja de Auxilios la *publicidad ubicada* en los escaparates de ventas de diarios y revistas. Fijate que actualmente tenemos casi docientos instalados y en menos de un año llegaremos a 300. Hoy más que nunca debemos decir: párate a analizar, analicemos en profundidad. Es mucho lo que hemos logrado: mayor comodidad para trabajar y el derecho de piso. Para muchos esto era una utopía. Hoy es una realidad. Hemos logrado establecer una relación fluida con la Intendencia Municipal, con su Junta Departamental.

Estoy seguro, que el actual sistema de contrato de publicidad, nos posibilitará la formación de la Cooperativa de Consumo del gremio. Tengamos en cuenta que parte de la publicidad se paga en efectivo y gran parte en canje de productos a comercializar.

P: Esto nos hace volver al 86, o al 87 cuando el galpón o escaparate sonaba a sueño. ¿La Cooperativa de Consumo, no será más que un sueño en 1994?

R: Un sueño sí, *pero realizable*. La comercialización de la publicidad, con sus características actuales, las hacen posible. La moneda ha ido siendo sustituida por electrodomésticos, hasta automóviles, prendas de vestir, comestibles, etc.

Por otra parte, juegan a favor, la comprensión de los *compañeros* que nos ha permitido superar dificultades con la IMM.

Ahí hubieron instancias muy tensas, casi conflictivas que hoy, a través del diálogo hemos sabido superar. En ese *sentido*, nos permitimos pedir a los compañeros, tolerancia y comprensión en las relaciones con los funcionarios municipales. Hemos logrado ya, algo histórico. Nuestro derecho de piso. Ya no dependemos más de los caprichos de algunos propietarios, ni de arbitrarios inspectores. Al Sindicato se le reconoce. Se ha prestigiado. Ello nos satisface y enorgullece.

AUDICION DEL CANILLITA

CX40 - 8.35

LUNES - MIERCOLES

025

-9405651

LOS REPORTAJES QUE FALTARON

Falta de tiempo, espacio... o simplemente, luego de mucho insistirles prefirieron sumarse y apoyar las expresiones vertidas por otros compañeros.

—Eddie Esport: cpro. clave en todas las realizaciones logradas, con gran capacidad supo superar difíciles instancias internas vividas en la década del 80 y proyectó al gremio en una sólida unidad gremial.

Casi 500 cpros. se reunieron una noche en el Palacio Sud América, para compartir con él y su familia una cena-show en su homenaje y simbolizar lo que desea todo el gremio del viejo Adrián y del inolvidable "Loco Pamento" y tantos queridos compañeros suyos.

—Juan Carlos Massa: uno de los cpros. directivos más jóvenes a través de su cargo de Secretario de Caja de Auxilios, participa obligatoriamente de todas las actividades gremiales. Es el compañero que en las "bravas" nos hace colocar la pelota contra el piso.

Washington Albes "Marito" y toda una vida en el gremio con su padre "El Toto", le permiten interpretar los cambios profundos que se operan en la familia canilla. Es el que a través suyo y de su padre, muchas veces nos dan la pausa justa, para proyectarnos a más.

Rodolfo Benelli "Pinocho": su bohemia, forjada en la "vieja" escuela nos permite muchas veces enojarnos, pero finalmente reconocemos que tiene razón. Es el compañero insustituible.

Luis Fonseca: cpro. fiscal de toda la actividad gremial, su exceso de responsabilidad, lo lleva muchas veces a adoptar actitudes impulsivas, que son necesarias para el digno cargo que ocupa.



Jorge Viana: integrante de la sub comisión de trabajo del Sanatorio Propio, tiene una virtud altamente positiva, prever los pro y contra de los problemas que se nos plantean. Da la pausa justa en situaciones complejas.

José San Martín: un profundo conocedor de la vida gremial, a través de su trabajo en la Sub Comisión de afiliados. Esta particularidad muchas veces nos permite acelerar soluciones a problemas que se plantean.

Alberto Camacho: su trabajo se considera fundamental, por el amplio conocimiento de una zona de venta altamente competitiva y día a día en aumento como lo es la este de nuestro Montevideo.

Julio Valerio y Generoso Palermo: Cuando escuchamos sus informes muchas veces nos planteamos la interrogante, de donde sacan horas para atender el trabajo, la familia y todavía, lo que ellos llaman su segunda familia; los queridos viejitos del Hogar de ancianos, o los que van al comedor, o los que están en pensiones, casas de salud, etc.

Walter Rivas "Rabito": arrastra un serio problema cardíaco, le pedimos una pausa en su esfuerzo, pero es de esos compañeros que quieren cumplir. Echó sobre sus hombros nada más y nada menos que impulsar la Colonia de Vacaciones.

Seríamos tremendamente injustos de dar nombres de decenas de compañeros que apoyan a la directiva, desde las distintas sucursales o simplemente desde sus esquinas y o repartos.

Cuantas veces cuando no vemos la luz a distintos problemas que se plantean, los buscamos, nos sentamos en un café, o en su quiosco, o en la propia casa, para discutir el tema, que nos tranca. Cuantas veces nos llaman para decirnos, muchachos me parece que esto hay que "rumbearlo" así o de otra forma.

Cuantas mateadas con decenas de jubilados, de los cuales queremos seguir respirando ese gremio, que muchos dicen se nos fue.

Cuántas conversaciones con jóvenes compañeros que se reúnen para organizar un campeonato de fútbol o una excursión o para mejorar su casa sucursal.

Cuanta frescura que da la mujer COMPAÑERA VENDEDORA, que se reúne para hacer obra social para su gremio canilla.

Somos de la Escuela del viejo Adrián, acompañado por compañeros como el "Loco Pamento", "Peñarol", "Tobías", "Huesca" y tantos otros.

026

-9405651

GABRIELA: Una Gurisa Formidable



Gabriela Montes de Oca se ha incorporado a la tarea gremial, a partir de eso censo histórico que hizo el Sindicato y Caja de Auxilios tiempo atrás. Histórico porque no se había realizado algo similar anteriormente. Se hicieron varios, pero no con la profundidad y amplitud de éste.

Allí se integró al trabajo administrativo, Gabriela. Al cual tomó con una responsabilidad y dedicación que nos permite decir hoy, que tenemos una compañera más.

Su aporte es fundamental para el trabajo gremial. Es esa muchacha que le ha dado los toques finales a la fiesta de reyes y este año a la tradicional entrega de útiles escolares.

GAVROCHE: ¿Gabriela cómo vives esta etapa de trabajo con el gremio de vendedores de diarios y revistas?

GABRIELA: Es una etapa muy productiva, voy adquiriendo mucha experiencia a nivel no sólo laboral sino que también el contacto con la gente me permite conocer la problemática laboral y social del canillita.

Además se me ha permitido desarrollar otras áreas aparte de la específica para la que fui contratada, organizar el archivo, confeccionar los carnó de C. de A., trabajar adjunta a las Comisiones Directivas, etc. También me encargo de los reyes y este año me tocó los útiles escolares. Es muy productiva y muy linda, la gente que trabaja conmigo y los mismos canillitas que vienen aquí me aceptan y me hacen sentir muy cómoda. Estoy aprendiendo a conocer y querer el mundo del canillita.

G: "GABI" estás logrando cambiar el criterio, un poco machista de nuestra organización, que siempre fue un poco reacia al trabajo administrativo hecho por la mujer.

G ¿Les he ganado la partida entonces?

G: ¿Cómo comenzó su trabajo con los reyes?

G: Un día se habla de la posibilidad de hacer la fiesta de reyes, la idea a mi me gustó muchísimo, me encantan los niños, pensé que era una experiencia que había que tomarla de alguna forma y realmente me parecía un paso muy importante. Reconozco que no es una carga me encanta el hecho de buscar juguetes, ver cuáles corresponden a cada edad, qué está de moda; me siento niña nuevamente, al entrar a las jugueterías y reencontrarme con ese mundo fantástico. Así fue que cuando nació la idea por parte de las comisiones, fui la primera en ofrecerme para la tarea, dije —yo—, y bueno aquí estoy con mucha alegría.

G: ¿Cómo ves tu relación actual con el gremio?

G: Creo que me han aceptado, me lo demuestran las atenciones por parte de vendedores a los cuales les he realizado trabajos que en realidad son parte de mis funciones pero que de igual manera se sienten agradecidos. Aparte yo trato de que cuando vienen a esta oficina puedan volver con una respuesta a sus problemas hablo con ellos, si escapan a mis posibilidades para resolverlos los derivo a las comisiones directivas, les explico que existen comisiones que son las que determinan y siempre están abiertas al diálogo, cuando viene algún compañero que no entiende alguna cosa, trato de explicarle o ver si puedo darle alguna solución.

G: ¿Cómo haces para mantener el censo al día y qué datos se disponen?

G: Disponemos de todo o casi todo, que lo aporta el propio vendedor, desde lo más elemental: nombre, apellidos, direcciones, lugar de trabajo, etc. a lo más complejo como puede ser la integración familiar, su situación social, posibles proyecciones de las mismas.

Todo esto permite nutrir el trabajo diario de las comisiones.

Por ejemplo se precisó bases de estudio para otorgar derechos a los hijos mayores de 18 años y recurrimos no sólo al total de personas que ocupan esa franja sino a la proyección demográfica de la familia canilla.

Faltan aún muchas cosas, el vendedor a veces se olvida de pasar por aquí y esto es fundamental para él y su familia, tenemos algunos casos con datos incompletos.

G: Este medio es entonces una buena vía para recordarles a aquellos vendedores que aún no se han censado que están a tiempo de hacerlo. ¿Lo comprendes al gremio?

G: Sí totalmente, he descubierto que son muy bohemios. Ya es costumbre, siempre alguno llega tarde.

No tarde sin oportunidad porque las puertas siempre están abiertas, y el espíritu es de solucionar y de entender.

G: Que esa frescura y ganas de hacer las cosas, "Gaby" te duren por muchos años y por qué no toda la vida.

G: Espero que s .



027

-9405651

FIESTA: Juguetes, Alegría, Niños, Padres, Abuelos.











028

-9405651

LAS PIEDRAS: Plaza de los Canillitas: DOMINGO ESPERT



Pueblo y autoridades de Las Piedras, entendieron de justicia homenajear al "mensajero sin pausas de noticias", el diariero y, eligieron como símbolo a Domingo Espert. Para nosotros el querido "Loco Pamento". Nada más acertada la elección. Domingo Espert adolescente fue un típico muchacho de la calle. Tuvo la fortuna, con diarios bajo el brazo, conocer y establecer regulares relaciones con el Gran Viejo cuando éste luchaba a brazo partido para organizar el gremio. Había derechos del canillita a defender, dignificar su vida socialmente subestimada.

"Pamento" ligó. Pudo disfrutar de una doble enseñanza: la de los consejos e ideas del maestro Adrián y, la inefable de la calle, esa universidad tan enseñadora que tiene la virtud de saber aprovechar las condiciones nobles que puedan tener sus alumnos.

Domingo fue eso. Un aventajado alumno que, junto a otros muchachos como él, respaldaron y ayudaron a Troitiño en su titánica lucha por organizar sindicalmente a los que Frugoni llamó "gorriones de una sola ala".

Nuestra organización, el gremio todo, no dejará de expresar su reconocimiento al homenaje de la ciudad de Las Piedras al canillita y, del acierto en la elección de la figura símbolo, Domingo Espert que, lo fue y lo será por siempre.

R.B.



NOMBRES Y HOMBRES

EN LA VIDA DEL CANILLITA:

Adrián, Florencio, Pelo, Jacinto, Daniel, Domingo, Adolfo, Manuel, Huesca, Cachela, Pepino y tantos más, son nombres de hombres que, de un modo u otro, incidieron en la forma de ser y vivir del canillita.

Adrián, el Gran Viejo, fue el padre. Volcó toda su generosidad y su inteligencia en favor del bienestar y superación social del canillita.

Florencio, hermano y padrino del muchacho diariero. Amigo íntimo de un chiquillo que voceaba diarios exhibiendo sus piernas flacas y desnudas, lo llamó "canillita". Bautismo que se hizo extensivo a todos los que, en el Río de la Plata, hicieron de la venta de diarios su trabajo. Florencio Sánchez, murió en Italia. Cuando sus restos fueron repatriados, centenares de canillitas los esperaron y los trasladaron hasta el Panteón Nacional.

Jacinto, Obdulio, el Negro Jefe, el Gardel en el recuerdo y cariño popular. Fue un colega que nos enorgullece a todos. Ganador en la calle, en el fútbol, en la casa, en la vida; seguros estamos guarda un especial cariño por los que fueron sus compañeros en la sucursal y en la calle gritando los diarios.

Pelo, Julio E. Suárez, dibujante y humorista inimitable. Amigo del vendedor de diarios. Sus "muñecos" más queridos y famosos: "Peloduro", "El Pulga", "El Pulguita", "El Pileta", los hizo diarieros. "Pelo", seguramente vio en el canillita la expresión fiel del hombre pobre, solidario y bueno, como solidarios y buenos fueron sus personajes: "Peloduro", habilidoso en el fútbol, audaz, desfachatado y vivo. "El Pulga", bueno, fraterno, simple. Simpáticos, queribles, "El Pulguita", "El Pileta", "La Choronga" pareja de "Pelo", "La Porota" madre de el "Pulguita" e inefable esposa de "El Pulga".

Cachela, Pepino, Pianito, el Huesca y muchos más, símbolos indiscutidos de la ligazón del canillita con el carnaval montevideano.

Andrés Miguez, el "Príncipe de los rings"; Manuel Smoris, "El intocable"; Cartelle, "El torito de las Bóvedas" y tantos otros, figuras boxísticas de primer plano que, antes que nada fueron vendedores de "papeles con letras" al decir de Peloduro.

El loco Pamento, Domingo Espert; "Peñarol", Daniel Tambasco; "El Perro", Adolfo Domínguez; Manuel "Cabeza" Martínez; Tobías de Matteis, Infante, Careaga, "Saquito"; el Negro Bello, entre tantos más, verdaderos muchachos de la calle que, al lado del Gran Viejo, no sólo se hicieron hombres sino que, fieles intérpretes de sus ideales fueron puntales en la consolidación del Sindicato y la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas. A ellos, nuestro homenaje.

R. BARCOS

029

-9405651



1991 - 1994
CANILLA - PUEBLO - CARNAVAL

La familia diariera y sus amigos se reunieron por cuarto año consecutivo, en la casa de nuestros compañeros; EXPO 94 (Ruben Madera - Enrique Espert), a festejar el cumpleaños de la organización. 1920-1994. "Lázaro" igual estuviste con tu gente. Una programación casi perfecta, rodeada de todos los detalles necesarios, permitió reunir, invitación mediante, a casi 5.000 personas, en el espectáculo más grande que realizó el Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas, en sus 74 años de vida. La foto lo certifica.

Fue una noche de sonrisas, donde por unas horas el tema diarios y revistas, quedó de lado.

Nos conocimos más, esposas, compañeras, novias, hijos, nietos y hasta bisnietos.

Centenares de niños correteaban libremente, en un ambiente netamente familiar.

La alegría llevaba a plantear planes de futuro de los más increíbles y porqué no, realizables. En la participación de cada uno está su concreción.





¡SALUTE! GORRIONES DE CARA PINTADA

por Roberto Blanco

El Carnaval también hace su obra social —de cayetano, claro— y si no que te lo diga el Ruben Barcos, el entrañable "Piquete", sindicalista de la Escuela del "Viejo" Troitiño y periodista de raza.

La cosa fue así. Era una tarde de un frío que partía el alma. Los diarieros del Cerro veníamos carburando desde hacía tiempo el caro sueño de levantar la casa propia de los canillas. No teníamos un mango partido al medio pero rostro para todo. Y formamos la Comisión Pro-Casa del Canillita del Cerro. Salimos a manguear abierto por toda la villa. No se salvó nadie del sablazo, bandadas de gorriones de una sola ala llamando casa por casa. Bolicheros, carniceros, zapateros, tenderos, farmacéuticos, hasta a los "rusos" que vendían acolchados puerta por puerta le caímos. Instituciones deportivas, Cerro, Rampla, Holada y otras, les mangueamos partidos amistosos, veladas boxísticas, bailes a beneficio... ¡todo!... ni el padre Martín, rey de los "mangueros", se salvó de que le vendiéramos números de rifa. Todos pusieron el hombro y guita también, porque la consigna era "Los canillitas y el pueblo del Cerro levantarán su casa propia". Cuando ya no quedó nadie para manguear en la "República del Cerro" hubo que pedir ayuda al exterior. Cruzamos el "paralelo 38" y agarramos para el Centro. Pedimos colaboración a los artistas —que nos dieron flor de mano. Con las mejores figuras del espectáculo nacional organizamos terribles festivales en los cines cerrenses, Cosmópolis y Teatro Apolo.

La Comisión Pro-Casa seguía trabajando fuerte; por ahí, al "Loco Mechoso" se le encendió la lamparita... "¿y si hacemos Carnaval? ¡¡Bárbaro!!, dijo el Rubens Barcos, que era el delegado de los canillitas y un poco el enlace entre el Sindicato y nosotros. Se le encargó pedirle a los del Sindicato que nos pusieran en contacto con los directivos de DAECPU. Don Domingo Espert, el "Loco" Pamento fue el intermediario entre la gente del Carnaval y nosotros. Se enteraron los carnavaleros de que la consigna era "Entre todos levantaremos la casa del canillita del Cerro" y se engancharon con todo en la quijotesca aventura. ¡Nos dieron la tal mano! Y aquel Carnaval de 1962 se hizo en el Club de Básquetbol Verdirrojo, que también nos cedió gratuitamente sus instalaciones para que levantáramos el tablado. ¡Hicimos guita a paladas!... y todo a pulmón. Para los que no sabíamos lo que era una obra social o comisión directiva fue una experiencia formidable y para los que no sabían ni leer ni escribir y también pusieron el hombro; e ésos —justamente— fue a quienes los carnavaleros le acreditaron su mística de fe y solidaridad, su música, su candombe, su plumaje de gorrión de cara pintada.

El grito del canilla volverá a redoblar en la noche carnavalera cerrense como un canto de gratitud.

Barcos, en una de sus tantas visitas a "La Heroica", junto a compañeros canillitas sanduceros. Fue en 1970.

Miguel A. Manera y Eddie Espert, presidentes del Sindicato y Caja de Auxilios respectivamente, en nombre del gremio diariero, rinden homenaje al prócer José Artigas.



030

-9405

El "Grito del Canilla" se Hizo Coro Murguero Para "la Heroica"

escribe Goruyense

"Quiero escuchar...
el grito del canilla
quiero sentir
el hondo renacer
de su pregón..."

Y así fue, claro está, porque la voz murguera, latido de barrio y esquina rumorosa, del "Canario" Luna, asomó vibrante en la vieja y querida "Quinta del Gavroche", en Malvín, donde los jilgueros montevideanos rindieron tributo a sus compañeros de "la Heroica" Paysandú, al celebrarse el próximo 21 de setiembre el medio siglo de la creación de la Unión de Canillitas sanduceros.

Tenida de hermanos, de compañeros de oficio y vocación por encima de distancias —y de manera clave, también, de cofrades de las pasiones populares: del Carnaval y el tango, del fútbol y el box, del canto nativo, que surge de las entrañas mismas de lo telúrico, y de todo lo que tenga auténtica connotación de calle, esa universidad de aulas siempre abiertas donde la única matrícula que se cobra es la de caminar derecho.

Rubens Barcos, símbolo de la gremial capitalina y baluarte del Cerro, fue el hombre de la convocatoria y allí estaban, como un solo hombre, los amigos de Paysandú, con el pionero Justo "Chino" Sánchez a la cabeza, junto a varios de los trabajadores que llevan adelante el sindicato de Paysandú, presidido en estos momentos por Oscar Viera.

———

Encuentro de camaradas, de viejos amigos, donde no faltaron, en torno al mantel largo de los largos chamuyos compartidos, las violas bien templaditas, el canto murguero y la mano tendida fraternalmente para el saludo del reencuentro.

Grato momento que vivió EL PAIS junto a las anécdotas de Barcos y de "Pocho" Presa, a las salidas chispeantes de Ramón Anchorena —"El Diminuto", que es todo un afiche del canilla de Paysandú— a Dalton Rosas Riolfo y Carlitos Soto, al presidente de DAECPU, la gremial de los directores de Carnaval, Hugo Arturaola, a las vivencias y espontánea cordialidad de Donato Flacciatti y a las narraciones cordiales de la vieja bohemia "canillera" de "Marquitos" Hernández, de Ricardo Quiroga y de Roberto Blanco, con sus versos vibrantes de lunfardía y lirismo.

Brindis estirados con la muchachada de Paysandú, mientras "El Chino" Sánchez evocaba nombres y más nombres de pioneros del sindicato de "La Heroica", como aquel Adolfo Calderón, que fue tan vibrante pregonero de "los papeles con letras" al decir de "Peloduro", como guitarrista de los buenos, con el tango y la milonga en el alma.

El mediodía se hizo tardecita en torno al encuentro de hermanos y mientras algunos intentaban ponerse de acuerdo, sin lograrlo, sobre cual fue la mejor murga de todos los tiempos, unos versos inolvidables de Carlitos Soto, de lo primero que escribió en su vida para Carnaval el fraterno "Doble Filo", convertirían a la "Quinta del Gavroche" en un émulo del "Ramón Collazo", del Parque Rodó:

"Clarín triunfal
cascada de armonías
que hoy resuena
Canción de amor
que cálida
se esparce en la ciudad..."

GURUYENSE



En la vieja, legendaria "Quinta del Gavroche", el tributo fue para el medio siglo de la Unión de Canillitas de Paysandú. El coro murguero no podía faltar a la cita, claro...

031

-9405651

UNA ORGANIZACION EJEMPLAR

UNION CANILLITAS SANDUCEROS



Unión de Canillitas Sanduceros, al igual que el Sindicato de Montevideo son ejemplos que deben cundir. Cada ciudad del Interior debe tener su propia organización. Sabemos es difícil, pero no imposible.

En esta edición de Gavroche damos cuenta de lo realizado y por realizar en Montevideo.

Lo de Paysandú guarda estrecha relación con ello. En 1943 se organizaron; adquirieron un terreno céntrico; construyeron su amplia y cómoda Sede Social; organizaron la asistencia médica para el vendedor; para el chiquillo diariero crearon la escuela, primero de emergencia, luego oficializada con el Nº 86 por el Consejo de Enseñanza; más tarde la Academia que, bajo la dirección del Prof. Hernani Robella se dieron a centenares de jóvenes cursos de las más diversas disciplinas; finalmente adquirieron un predio de aproximadamente 6 hectáreas recostado al arroyo Sacra donde se ha instalado un Parque de Vacaciones, bautizado justicieramente Justo Sánchez.

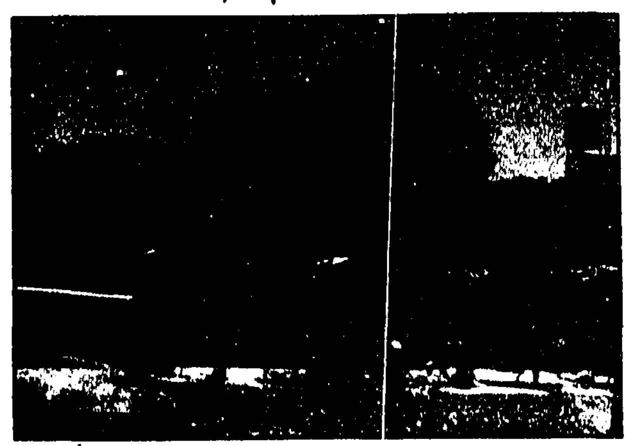
Y no para ahí la cosa. Ahora se piensa en la adquisición de más tierras con planes de futuras forestaciones. En suma; una organización no estancada, por el contrario, pensada y dirigida a mayores realizaciones. Tal como debe ser toda organización diariera.

Que estas líneas sirvan de aliento a compañeros del Interior que sabemos preocupados en ello.

EL "Chino" DIARIERO

Junio de 1928. El país entero festejaba la consagración, allá por los campos de Amsterdam, de la casaca celeste. Era la segunda. La primera había sido en 1924 en Colombes. Paysandú hacía lo propio. La gente cubría las calles, cantaba, bailaba y... compraba diarios. Ese día para certificar lo que parecía un sueño.

En la vereda, un purrete de 8 años, asombrado miraba participando de la algarabía. Era Justo Sánchez. El clima, el ambiente contagioso, seguramente que la necesidad también lo empujaron a pedir diarios por primera vez, para la venta.



Histórica decisión. De ahí en más, Sánchez ligaría su vida a la venta de diarios. El "Chino" como se le llamaba y se le llama, con diarios bajo el brazo, culminaría sus años escolares y maduraría su adolescencia.

Correteando calles de "la Heroica", al igual que las de Casa Blanca, los vecinos lo habrán oído canturrear estrofas del tango "Pajarito" que inmortalizara Gardel: "Canillita chocarrero, refranero / poeta desde el callejero corazón / mientras tu mamita vela, canta y vuela, / sólo la asiste y consuela tu canción".

(Extractado de la revista conmemorativa del cincuentenario de la Unión de Canillitas Sanduceros).

032

-9405651

JUSTO SANCHEZ - OSCAR VIERA



Pasado, presente y futuro.

Sánchez, pilar básico de la fundación de la Unión de Canillitas Sanduceros, de su consolidación y el mejoramiento de las condiciones de vida y trabajo del canillita sanducero.

Viera, en 1962 se integró al gremio de los "mensajeros sin pausas de noticias". No demoró en sumar su dinamismo y juventud a la sabiduría, experiencia y generosidad del "Chino".

Contando con la colaboración de viejos y nuevos compañeros ambos han sido capaces de conformar la vigorosa realidad de su querida Unión de Canillitas.

De a uno, el "Chino" junto a los veteranos, es el pasado: Vierita al lado de la juventud diariera, es el futuro; los dos, uno al lado del otro, simbolizan olímpicamente el magnífico presente de la Unión de Canillitas Sanduceros.

CONDUCTA, UN CURSO OBLIGADO PARA SABER SER BUEN AMIGO

Escribe: CARLOS SOTO



Aún cuando la razón no las busca, son muchas las razones que fundamentan la amistad...

No es la comunión de ideas o pensamientos, es la conjunción de almas y sentimientos quienes acercan las manos, quienes promueven el abrazo, quienes forjan la unidad más allá de la presencia o las distancias...

Ser amigo es ser espejo para que el otro se mire... y el otro debe ser eco fiel de las palabras del otro...

Como el "Chino" Sánchez y Rubens Barcos, como los integrantes de la gran troupe que los dos arrastran, como el Sindicato de la "Heroica" y la "Casa del Canillita" en el Cerro... en el éxodo que se viene de Paysandú a la gran altura de la capital y en la devolución de visita que hacen éstos... en el gran encuentro de cada año en cualquiera de las dos "Quintas", en los canillas con sus familias que vienen o salen en esa excursión que no necesita programarse porque ya es culto casi religioso y por eso ineludible...

LA BANDERA DEL...

...viejo Troitiño a todos los vientos de la obra, su conducta, sus horizontes, sus profundidades en medio del descreimiento, su lucha, sus ganas, sus logros...

Y en medio del solaz, del divertimento, de la convivencia, la guitarra o la batería murguera, el cantor de tangos o el coro de los cuplé, la indisoluble sociedad entre el canilla y el carnaval, entre aquellos voceros y estos quiosqueros, entre los pioneros y los continuadores...

Del Cerro a Paysandú... de Paysandú al Cerro... sin aspamentos, sin protocolos, sin discursos y sin medalles; tan solo el diploma máximo de las almas, de la amistad bien apretada, de los lagrimones tontos de la dicha, bajo la atenta mirada de los jóvenes que comienzan a aprender y pasar luego de alumnos a maestros prolongados y sosteniendo la misa de la amistad que los hombres tienen olvidada...

Barcos o el "Chino"... el "Chino" o Barcos... líderes sin haberlo querido, elegidos por el reconocimiento de los más por la franqueza y pulcritud de sus actitudes y una única manera de ser y como tal mostrarse...

Y la conducta es un curso obligado para saber ser amigo...

033

RESOLUCION PARLAMENTARIA TRASCENDENTE

Artículo . — Otórgase por única vez una partida de U$S 100.000 (cien mil dólares americanos) a la Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas, destinados a la compra de un montacargas con su estructura especial y equipamiento de su Sanatorio propio.

La referida institución, deberá recabar del Ministerio de Salud Pública la aprobación preliminar de las compras a efectuar y posteriormente, presentará los recaudos necesarios en el Ministerio de Economía y Finanzas.

FUNDAMENTACION

La Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas, fundada el 1º de marzo de 1920, cuenta con Personería Jurídica desde el 4 de octubre de 1940.

Esta institución tiene como objeto la atención médico-social de todos sus afiliados.

Esta atención comprende: policlínicas, enfermería, farmacia y guardería médica las 24 horas.

Cuenta además contrato con el Sanatorio Español, están afiliados al IMAE, sus afiliados tienen servicio fúnebre y una Casa de Salud para afiliados de condición precaria y una casa quinta que funciona como lugar de reposo y esparcimiento para los socios que no poseen casa ni familia.

Estas obras sociales de esta Caja de Auxilio cuentan además con: dos comedores (que reciben ayuda del INDA), al comenzar las clases reparten útiles, túnicas y zapatos y el 6 de enero reparten juguetes.

Todas estas acciones culminan con el deseo del sanatorio propio, el cual desde el punto de vista edilicio está terminado, sin haber recibido para ello ningún tipo de ayuda que no fuera el aporte de sus afiliados.

El sanatorio que va a funcionar para internaciones médicas, contará con cinco salas de internación, sala de pequeña cirugía, enfermería, cocina, etc.

Les falta para poder poner en rápido funcionamiento esta obra, una ayuda económica para la compra de un ascensor y amoblamiento.

Pensamos que el Estado se beneficia al no tener que atender ni asistir a esta población ya que lo hace su Caja de Auxilio.

Esta ayuda, por única vez, vendría a colaborar con la puesta en funcionamiento de esta importante obra social de la comunidad.

Propuesta por
el señor
Representante
Oscar Amorín Supparo

EL DIARIO FRENTEAMPLISTA Y POPULAR
LA JUVENTUD

034

-9405651

9405651

EL SANATORIO PROPIO









Cuesta creerlo pero es verdad. El Sanatorio propio. Un largo sueño que dejó de serlo. Está ahí, al alcance de la mano, pronto a servir las necesidades asistenciales del canillita enfermo.

ES la satisfacción enorme de todo un gremio, de sus militantes, de sus directivos que lo concibieron y pudieron realizar.

ES el pibe que despierta contento. Soñó haber convertido sobre la hora el gol del triunfo de su cuadro querido.

ES la emoción de los padres cuando llega el primer hijo, de los abuelos cuando su primer nieto.

ES históricamente, rememorar el triunfo de Artigas en Las Piedras; el desembarco de los Treinta y Tres en la Agraciada; la declaración de la Independencia en 1825.

ES la presencia en la cultura nacional de un José Pedro Varela, de un José Enrique Rodó, de Florencio Sánchez, Paco Espínola, Morosoli, Serafín J. García, Onetti, Galeano, Benedetti y tantos otros.

ES saber que en el periodismo vernáculo hemos tenido figuras de la talla de un Quijano, de un Frugoni, de un Real de Azúa; populares humoristas como Pupo "El Hachero", Wimpi, Julio E. Suárez "Peloduro", Roberto Barri.

ES vivir futbolísticamente los triunfos de Colombes, Amsterdam, Montevideo, Maracaná.

ES la alegría del murguista, del carnavalero cuando su conjunto se clasifica primero en el concurso oficial.

ES el delirio de la multitud burrera cuando en un Ramírez cruza el disco triunfante su pingo favorito.

ES también el orgullo del gremio cuando en el 34, vuelve al trabajo después de haber derrotado la intolerancia patronal ayudada por la dictadura terrista.

ES la satisfacción gremial cuando se inauguran la Casa Quinta de Malvín y la Sede Sindical de Yí 1771-73.

ES festejo cuando se logró que el parlamento consagrara el derecho jubilatorio del canillita; la de sabernos en determinado momento propietarios de tantos inmuebles como tantas sucursales distribuidoras de diarios existen en Montevideo.

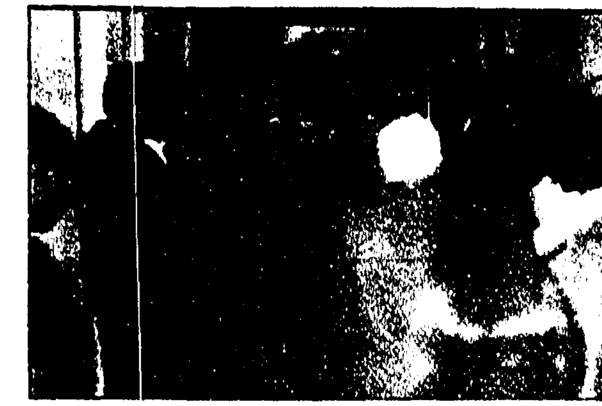
ES el triunfo en 1967. Canillitas, Gráficos y Periodistas como lo habíamos juramentado —volvemos juntos o no volvemos ninguno— cuando vencimos los designios de la patronal gráfica que pretendió desconocer convenios y cada una de nuestras organizaciones gremiales.

ES la gloria de haber salvado invictos, sin claudicaciones ni humillaciones de ninguna especie, reafirmando invariable y tozudamente principios de independencia, libertad y justicia, nuestras organizaciones, Sindicato y Caja de Auxilios, del malón antisindical desatado por la dictadura militar.

ES esto, nada más y nada menos, que la realización e inauguración del Sanatorio Propio. Un mojón más, tal vez el más luminoso de todos los que demarcan la senda gloriosa que, con amor, pero en términos de exigencia nos legara el gran viejo: Adrián Troitiño.

R.B.

La presentación de las obras de nuestro Sanatorio Propio permitieron reunir a personalidades del mundo político, social, gremial, técnico, etc. que se sumaron a la Familia Canilla.









35

-9405651

036

Impreso en "El País S.A." Depósito Legal Nº 292 548

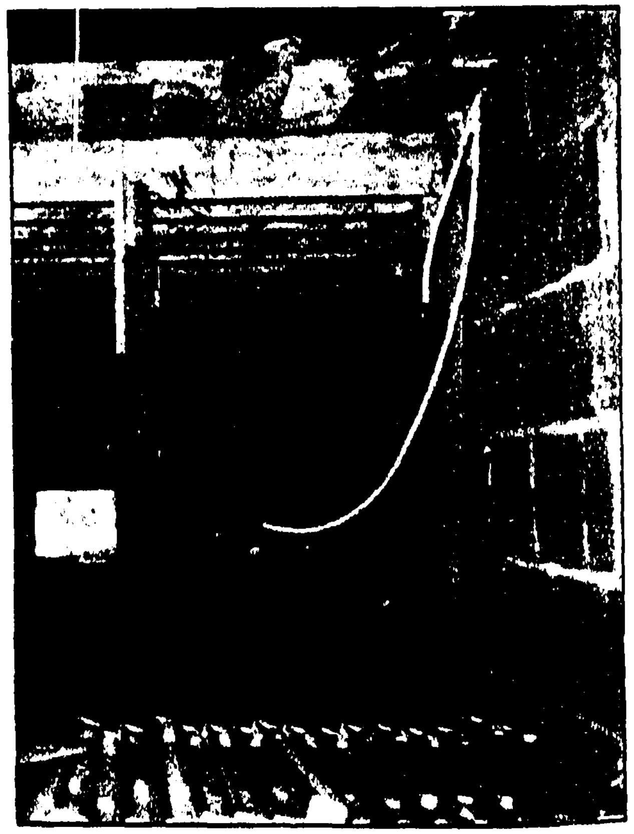
-9405651

UN SUEÑO QUE ES REALIDAD

CUANDO SE DERRUMBO LO VIEJO PARA DAR PASO A LO NUEVO









037

-9405651

FUTURO 1994-2...

El futuro de las organizaciones y el gremio diariero será venturoso como lo fue su propio desenvolvimiento histórico. Desde 1920 en que, lo característico era un chiquilín diariero de "pantalón cortito, de un solo tirador", de pata en el suelo, explotado por los intermediarios y subestimado por la sociedad, al canillita de hoy que, sin perder su clásica bohemia, es respetado y considerado, han pasado 74 años. Casi tres cuartos de siglo.

Diversos factores coadyuvaron: la tenacidad, inteligencia, generosidad del querido Adrián Troitiño; la idiosincrasia callejera del vendedor de diarios; las características muy especiales de nuestras formas de trabajo; la honradez con que se manejan; las posibilidades diversas para la obtención de recursos imprescindibles para la realización de cualquier obra que se acometa.

Espíritu de solidaridad, compañerismo, generosidad siempre sobraron. Todos han aportado y aportan. Desde el canilla callejero, al sucursalero, el jefe de ventas, el distribuidor e importador de revistas, publicidad en los kioscos, los compañeros jubilados, todos de acuerdo con sus ganancias y posibilidades para luego, disfrutar igualitariamente de los bienes y servicios que prestan nuestro Sindicato y Caja de Auxilios.

Ello explica lo que puede llamarse como el milagro diariero: Condiciones de trabajo dignas; cómoda Sede Social; Casas Sucursal en casi todos los barrios montevideanos; Casa Quinta de recuperación y esparcimiento; atención médica total a toda la familia diariera, ahora, hasta con Sanatorio propio. Son logros y disfrutes que se han logrado del año 20 hasta el presente.

Para el futuro inmediato están previstas: la Colonia de Vacaciones (ya se dispone del predio correspondiente en el balneario Guazuvirá); la Cooperativa de Consumos; la de construcción de viviendas; la instalación de kioscos pendientes. Otras iniciativas, otras necesidades habrán de presentarse. También surgirán otros obstáculos pero, como se supo superar aquéllos, también habrán de superarse éstos. La historia lo impone. Es obligación indoblegable de los futuros vendedores de diarios que habrán de sucedernos. La rebeldía innata, el espíritu generoso, solidario, realizador del gremio no será desmentido. En suma: sin falsas modestias, si hoy somos mucho y nos enorgullece, en el futuro tenemos la obligación de ser más. Y lo seremos.

La semilla sembrada al voleo por el Viejo Maestro, recogida y vuelta a sembrar por los muchachos que hace más de 70 años lo acompañaron continuará germinando y brindando flores que recogerá, la familia diariera.

R.B.

038

-9405651

CAMINO HACIA COLONIA DE VACACIONES GUAZUVIRA

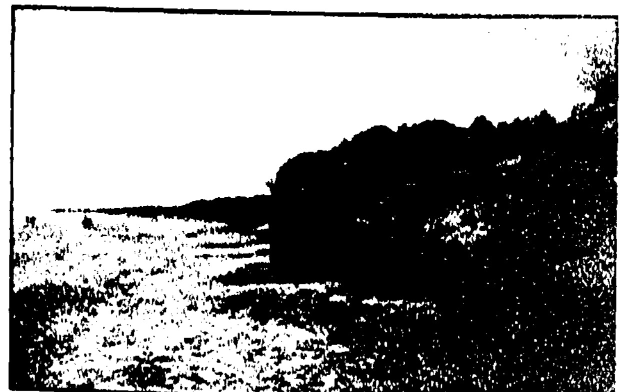


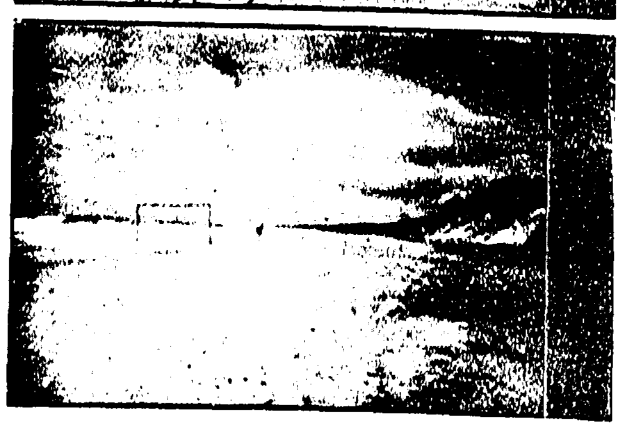














UN SUEÑO A CONCRETAR: LA VIVIENDA PROPIA

El 26 de mayo de 1993, luego de los homenajes que tradicionalmente realizamos en el Cementerio del Buceo, lanzaremos un nuevo proyecto del gremio: LA VIVIENDA PROPIA.

Distintos comunicados y nuestra audición radial (lunes, miércoles 8.35 CX 40), han informado que la Intendencia Municipal de Montevideo a través de sus delegados en la Comisión Bipartita, formada a instancias de la Junta Departamental, Comisión que trata todo lo relativo a vendedores de diarios y revistas; ofreció espacios de su cartera de tierras, para que los interesados se organicen, dentro de la órbita del Sindicato, e inicien el trabajo para lograr la vivienda propia, con el apoyo del B.H.U.

La idea está en marcha, PERO ES OBRA DE LOS PROPIOS INTERESADOS, los cuales recibirán TODO EL APOYO, necesario y posible, de su Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

A trabajar compañeros, que el techo propio puede ser una realidad.

LA COOPERATIVA DE CONSUMOS DIARIERA

Aquel hermoso sueño de decenas de compañeros, que un día se reunieron con el fin de instalar quioscos reglamentados en las distintas esquinas de Montevideo, ya es una realidad.

La falta de experiencia nos llevó a marchas, contramarchas y porqué no desavenencias entre nosotros mismos.

Lo importante es la realidad de casi 200 escaparates instalados. Aproximadamente 180 fueron instalados GRATUITAMENTE, los otros 20 aprox. fueron adquiridos por los cpros., a raíz de urgencias personales y laborales. TODOS LOS QUIOSCOS SON PROPIEDAD DEL SINDICATO.

En su momento se le devolverá a cada compañero el dinero que pusieron para comprarlo.

La publicidad instalada en varios de ellos genera nuevos fondos, que permiten adquirir nuevos escaparates e instalarlos gratuitamente.

Lograr que la publicidad se abone en efectivo se hace cada vez más difícil. Parte de ella se abona en canje; vehículos, electroméstícos, etc. Estos tuvieron que ser vendidos y/o rifados.

Las posibilidades de lograr publicidad abonándola con canje son mayores. Pero cabe una pregunta —¿hasta cuándo seguir con rifas?

¿Podremos rifar yerba, fideos, ropa, etc., si una marca de esos productos desea colocar publicidad en nuestros quioscos? Evidentemente, no.

Entonces formaremos la Cooperativa de Consumo, vendiendo esos productos a precios menores.

¿VERDAD QUE ES POSIBLE?



Una de las tantas visitas de los compañeros sanduceros, gozando frente a la Casa del Canilla del Cerro.



ASAMBLEA GENERAL: 8-12-93

Informe Gremial Brindado por el Compañero Israel "Pocho Presa"

Fecha que quedará grabada en la mejor historia sindical; ya es costumbre reunir al gremio y rendirle cuentas de todo lo realizado.

8 de diciembre de 1994, ante un Palacio Sudamérica desbordado de vendedores de diarios y revistas, con un silencio que muchas veces resultó aplastante; se escuchó durante casi dos horas distintos informes. Solamente el estruendo de los aplausos y el coro final viva el Sindicato y Caja de Auxilios, señalaron con contundencia que la unidad gremial está sellada.

INFORMES BRINDADOS

Hoy 8 de diciembre de 1993, va a quedar marcado como una fecha histórica en la vida del gremio canilla.

Una organización de trabajadores llamada SVDYR y su CAVDYR llama a sus afiliados para rendir un balance de todo lo actuado.

Podríamos haber elegido otra fecha, quizás la de junio de 1994, fecha en que expira el mandato de estas comisiones, según resolución de otra Asamblea General soberana realizada, en este mismo lugar, un año y medio atrás.

Pero los dirigentes elegidos libremente a través del voto secreto no son demagogos.

Aunque tuvieron el respaldo de casi el 100% de afiliados, porcentaje éste que nunca podemos olvidarlo, porque más allá de los números y personas, se dio un hecho que en la historia sindical del país es único.

Como respaldo masivo de un gremio a sus dirigentes.

Nos sentimos trabajadores que cultivan los ideales de un visionario llamado Adrián Troitiño. Organización creada por él, en la cual nos sentimos todos iguales porque desarrollamos la solidaridad permanentemente a través de obras como: el servicio médico-social, **el hogar de reposo y esparcimiento, las pensiones, casas de salud, servicios de comedores y viandas**, la entrega de **útiles escolares, regalos de reyes**, entrega de **8 a 10 quioscos gratuitos por mes,** proyecto de levantar nuestra **Colonia de Vacaciones**, proyectar una **gran obra junto a nuestra sede social**, proyecto de un plan de **vivienda**, crear una **cooperativa de consumos** y decenas de cosas más que se proponen.



Portalón de la Quinta Gavroche, frente que dá a la calle Adrián Troitiño.

Estas obras y proyectos nos dan la unidad necesaria para tener tranquilidad y seguridad en nuestros trabajos y garantía en los jornales que percibimos.

Cultivamos el diálogo para adentro y para afuera, pero con la fuerza y la razón que nos dan Uds.

Hemos sido tremendamente pacientes ante situaciones extremas y difíciles que se nos han planteado y ante la duda, ejercemos la democracia sindical consultando al gremio.

No somos de meternos en callejones sin salidas, ni tampoco nos dejamos arriar a ponchazos.

La vida, esta asamblea, las obras y los nuevos proyectos nos dan la razón.

El gremio ha permitido esta unidad y tranquilidad que hoy respiramos.

Vientos frescos recorren por cada reparto, esquina, quiosco.

Vientos renovadores donde nos demostramos y demostramos al resto del movimiento sindical que la unidad pasa por obras sociales.

041

-9405651

Nos duele ver gremios desarmados o peleándose por lugares a ocupar en una mesa.

En nuestro Sindicato, ese Sindicato de canillas muchas veces criticado, existen decenas de sillas ocupadas y decenas que desean ser ocupadas por compañeros que vengan a trabajar conjugando un solo verbo; unidad, unidad y solo eso.

Hemos llegado a un punto óptimo de relaciones con las empresas periodísticas, ellas con sus deseos, nosotros con los nuestros. Pero entendiendo que la armonía en el trabajo empieza por un diálogo claro y sincero entre patronales y trabajadores.

Quedan cosas a corregir, por supuesto que sí, a veces los tirajes, otras las devoluciones, pero hemos avanzado y esto costó más de 70 años de lucha.

Nos hemos enojado sí, muchas veces, pero supimos salir de esas confrontaciones sin heridas y sin ánimo de revanchas.

Las nuevas realidades de ventas, nos llevaron a grandes desafíos, como lo son los socios suscriptores, club de lectores.

Nos demostramos allí que todo lo que signifiquen mejores ventas, adelante, pero que todo pase por debajo de nuestros brazos de canillas, respetando el actual sistema de distribución y ventas.

No podemos negar que la realidad económica de nuestro gremio es otra, porque hemos sabido organizar nuestro trabajo a través de nuestras compañeras, hijos, etc.

A través de los más de 200 quioscos desparramados por la ciudad.

Adoptamos actitudes muy firmes y hasta a veces tensas por el derecho irrenunciable a nuestros lugares de trabajo, a esas baldosas que ocupamos.

Peleamos duramente contra las injusticias constatadas, donde bolicheros se creían dueños de las veredas y exigían cobro de alquileres por las mismas.



Viejos compañeros que con alegría disfrutan de las comodidades de la Quinta.

Supimos ser tremendamente pacientes ante la injusticia de la anulación de la ley jubilatoria de vendedores de diarios y revistas de 1946.

Muchas veces la bronca nos ahogaba la garganta y otros querían aprovecharla para que nos enfrentáramos a las empresas periodísticas.

Hicimos centenares de entrevistas, directores del BPS, secretarios, asesores, diputados, senadores, líderes políticos.

A todos respetuosamente le dijimos nuestra verdad de que no veíamos al canillita que recorre la cuidad con sus diarios bajo el brazo, como a un empresario.

Logramos que se nos escuchara y estamos confiados que hoy la Comisión de Seguridad social de la Cámara de Diputados, apruebe un nuevo proyecto de ley donde se considere al canillita un trabajador.

Repica aún en nuestros oídos las palabras del querido "Loco Pamento": "muchachos siempre firmes con los oídos muy abiertos, la cabeza muy fría y el corazón caliente".

Hemos sido hasta demasiado tolerantes con la crítica deshonesta de unos pocos compañeros, que no dan la cara o se escudan en tácticas de división, que el gremio las rechazan.

No hemos llamado a una Asamblea del gremio, para tratar estos temas poque esperamos que reaccionen a tiempo.

Las puertas del Sindicato están abiertas, los esperamos a construir compañeros.

Nuestro gremio canilla no quiere conflictos, no quiere división, no quiere volver a épocas de guerras, no quiere compañeros insultándose, no quiere banderas político-partidarias.

Quiere que flamee una sola bandera roja y negra, que ondea tomada por los puños cerrados de cientos de compañeros que se la jugaron por lo que hoy disfrutamos.

Seguridad y respeto por el trabajo y los jornales que recibimos.

Queda mucho por corregir.

Queda mucho por hacer.

Pero son Uds. que deben opinar, para llevar sus inquietudes personalmente o por escrito.

Organizarse en las sucursales.

Compañeros, ante los errores unidad y crítica constructiva.

Ante el trabajo mayores propuestas.

Estamos cultivando un gremio distinto, más fuerte que nunca.

Adelante que la tarea es de todos, nadie nos regalara nada.

Viva el Sindicato

Viva la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas

042

-9405651

CAJA DE AUXILIO

Iinforme Médico Técnico del Dr. Hugo Musacchio: Director Técnico

1) INTRODUCCION

Es una organización asistencial que brinda atención a sus afiliados y núcleo de familias incluyendo los hijos hasta los 18 años y los jubilados del gremio con una población beneficiaria aproximada a las 2.500 personas.

Contamos con personal Universitario Egresado de la Facultad de Medicina, Química, Odontología, Ciencias Económicas y Abogacía.

En Medicina presta atención en todas las especialidades de post-graduados dictadas por la Facultad de Medicina y autorizadas en su ejercicio por el MSP.

Contamos con personal egresado de la Escuela de Tecnología Médica de la Universidad de la República, como dietistas, laboratoristas, técnicos radiólogos, etc.

Colaboran con nosotros personal egresado de la Escuela de Tecnología Médica de la Universidad de la República, como psicólogos, psicoterapeutas, etc.

Tenemos personal egresado del MSP y escuelas afines debidamente autorizado por el MSP en el sector de enfermería.

Contamos con practicantes de Medicina.

Representa esto un staff técnico de 146 personas de excelente formación trabajando en forma centralizada en nuestro local de la calle Yi, 46 técnicos y estando a nuestra orden en forma descentralizada en sus respectivos consultorios y servicios más 10C Universitarios y Egresados de Escuelas en el área de atención de salud.

Este es un capital que no se forma de un día para el otro, que no tiene cotización en el activo o pasivo de un estado de cuentas al cierre de un ejercicio pero, sin el cual es imposible hacer prestación en Salud, función primordial de la Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas.

A este personal con el cual podemos coincidir o no en algún aspecto, que en general salvo algunas excepciones trabaja comprometido con la Institución es en conjunto nuestra seguridad y nuestro patrimonio salud.

2) CARACTERISTICAS DE LA POBLACION A LA CUAL SE DIRIGE LA ATENCION

Terminado el Censo tenemos recién editado por el Servicio de Informática algunos datos que nunca se habían manejado, correspondiente a un grupo de beneficiarios total de 2.340 personas y su distribución dentro del padrón por edades.

CUANTITATIVO

El núcleo total de afiliados es escaso modernamente para el montaje de una institución de Asistencia Médica redituable o, factible aún sin fines de lucro en su gestión.

Esto hace dificilísimo el mantenimiento, el perfeccionamiento y la incorporación de nuevos Servicios de Salud.

Administrar este grupo pequeño y por sobre todo las características especiales de una Caja de Auxilio, aseguro es un desafío diario.

CUALITATIVO

Deseo hacer un análisis de la distribución etaria de los beneficiarios, es decir, la distribución por edades la cual considero muy importante.

Total 2.370	0 - 40 a	874 36%
Afiliado	45 - 90 a	1.496 63%
	60 a	930 39%

Se dice en todas las Escuelas de Administración en Salud nacionales e internacionales que un grupo beneficiario cualquiera que tenga más de 30% de sus afiliados con edades por encima de los 60 años es difícil o imposible de administrar.



Nosotros tenemos el 39% por encima de 60 años.

Considero este ítem un **problema grave** que, por un lado significa un excelente nivel de atención pero por otro trasmite la característica de una población envejecida que tiene una clara tendencia al consumo en todos los Servicios de Salud y ocasiona enormes gastos de asistencia.

Esta tendencia se encuentra agravada por la asistencia frecuente de problemas sociales (mala vivienda, insuficiencia domiciliaria, etc.) que no nos son ajenos y que los atendemos.

A esto se debe sumar la incidencia que tiene el tabaquismo y el alcoholismo en nuestro gremio, conocida por todos que, acrecienta la morbimortalidad pero por **sobre todo los tiempos de recuperación** lo cual es frecuente y **se refleja en la enorme y prolongada utilización de servicios** de policlínicas y sanatoriales.

Se dan cuenta ustedes que si atendemos a un grupo envejecido con riesgo frecuente de enfermedad y, con incidencia alta de hábitos contrarios a la Salud, **el costo de inversión en salud es altísimo.**

Esto no es frecuente que se dé en las otras organizaciones asistenciales, constituyendo una de las características salientes de nuestro grupo que la debemos conocer y que nos exige quizá para mantenerla, un esfuerzo en nuestros aportes.

3) DATOS ESTADISTICOS

Yo podría darles una enorme cantidad de datos estadísticos sobre la Institución que fueron comenzados a elaborarse en el año 1989 por esta Dirección Técnica con serias dificultades porque no contábamos con el apoyo de una computadora ni de un programa diseñado para tal fin hasta el momento.

Con la puesta en funciones de la computadora trabajaremos con más información estadística.

En el momento actual se está llevando un programa de farmacias con stock de medicamentos, orientación de compra y salida de medicamentos por afiliado y por médico. Todos estos datos están a disposición de todos ustedes en estas planillas pero haríamos a la comunicación un monólogo técnico de datos y porcentajes que sólo sirven a nivel técnico para la toma de decisiones.

Sólo adelanto algunos datos que pueden ser y a veces son desconocidos como por ejemplo, el volumen de la demanda de servicios de los usuarios de Caja de Auxilios.

a) Pacientes vistos en el mes por médico de radio, 45.

b) Pacientes vistos en el Servicio de Emergencia, es decir en el Servicio de Puerta de nuestro local central 366 por mes.

c) Total de pacientes vistos en policlínicas, es decir en los consultorios 934 por mes. Es importante destacar que nuestra población es de 2.400 beneficiarios lo cual marca un altísimo índice de consultas de policlínica.

d) Pacientes vistos por la urgencia en domicilio da un promedio de 146 por mes.

e) Algunos datos de internaciones en sanatorio. Se estima que en las sociedades de Atención Médica deben tener una cama a disposición cada 1.000 afiliados. Bajemos este índice a la mitad y tenemos 1 cama cada 500 afiliados. Nos alcanzaría el tener 2.400 usuarios con sólo 5 camas sanatoriales. La realidad es que tenemos 9 camas y no nos alcanzan.



Nº total de días de internación:

Año 89 -	1900
Año 90 -	2128
Año 93 -	2876

Nº total de internados:

Año 90:	341
Año 91:	385
Año 93	440

Promedio anual 140 días (12 pacientes por año)

Internación CTI

Internaciones	**Días internación**
Año 90 - 17	Año 89 - 5.01 días
Año 91 - 26	Año 90 - 2.8 días
Año 92 - 7	Año 91 - 2.26 días
Año 93 - 30	Año 92 - 1.25 días
	Año 93 - 3 días

Internados fuera sector - 27 pacientes al año.

Año 93: 23 en un mes.

Días internación fuera sector

Año 90 -	74 días
Año 91 -	103 días
Año 93 -	300 días

4) CARACTERISTICAS DE LA INSTITUCION

Nuestra Institución como todas tiene aspectos que la diferencian claramente de las otras dándole perfil propio como Caja de Auxilio.

Quiero destacar de estas características

1) La comunicación y fácil relación que existe entre dirigentes técnicos y afiliados.

2) La enorme cantidad de servicios asistenciales que se brinda al usuario.

Nosotros no lo hemos abandonado nunca aún conociendo los costos asistenciales que esto significa y el tiempo de nuestra tarea que debemos dedicarle a los problemas sociales de nuestros afiliados que en otros servicios de Asistencia Médica son ignorados.

Cuando en el mundo entero se está tratando de volver al médico de familia nosotros no lo hemos abandonado nunca.

Por respecto a la enorme cantidad de servicios asistenciales y sociales que se brinda al usuario quizá nos lleve a no cumplir con la norma estricta de administración en salud, en especial con respecto a los indicadores de salud. Ejem. camas de internación, días de internación, consultas de policlínicas, etc. porque siempre estamos pensando qué pasará con este paciente cuando llegue a su casa, cuando no pueda hacer reposo porque debe trabajar, etc.

Pero les aseguro que nos seguirá interesando el propio individuo por sobre todas las cosas.

Deseo destacar de algunos servicios que nosotros brindamos y que nos diferencian de casi todas las instituciones de asistencia médica.

—Atención odontológica.

—Atención óptica.

—Atención psicológica.

—Atención ortopédica.

—Atención psiquiátrica en las formas crónicas.

—Internación en CTI para el caso que sea necesario.

—Consulta con cualquier especialista forme parte o no de la lista de técnicos.

043

-9405651

044

-9405651

—Atención podológica (aeteriopatías diabéticos).

—IMAE Por nosotros como medicina altamente especializada.

Como función social pues financiamos a un grupo de personas que les sería imposible hacerlo a través del Fondo Nacional de Recursos.

—Contratación de servicios de enfermería privado cuando el paciente lo requiere.

—Cuidadoras en sanatorio cuando el paciente no tiene familiares.

En el sector social sólo deseo destacar la obra de la casaquinta y la enorme cantidad de afiliados que tenemos actualmente viviendo en casas de salud por problemas sociales o de insuficiencia domiciliaria.

Frente a la generosa oferta de servicios, debemos ser prudentes en los requerimientos pero, por sobre todo ser honestos en su usufructo, no sacar provecho sino utilizarlo razonablemente.

5) PROBLEMAS CON LA ASISTENCIA MEDICA CONTEMPORANEA O ACTUAL

Existen múltiples problemas en estudio. De este sector me gustaría referirme brevemente a dos:

TECNOLOGIA NUEVA

Somos invadidos los médicos y pacientes por los medios de información científica y comerciales de la nueva tecnología. El propio paciente lo exige en la consulta. Pero frente a ello debería hacer 2 preguntas.

—¿ES NECESARIA SU UTILIZACION?

—¿LO PODEMOS PAGAR?

—¿CONCEPTO DE QUE ES UN PROBLEMA INTERNACIONAL?

JUICIO DE MALA PRAXIS MEDICA

—Se dan hechos algo cotidianos.

—Pueden ser una demanda con derecho por parte del paciente.

—Puede ser algo sugerido por abogados especialistas.

—Redunda en una elevación del costo de asistencia.

Ambos problemas, tecnología actual y juicios de mala PRAXIS MEDICA son los ítem que más inciden mundialmente, la sobreutilización de los recursos de salud y en la elevación de los costos que significan crisis para las instituciones que brindan atención médica.

6) CAMBIO EN NUESTRA GESTION DE DIRECCION

La Dirección debe irse adecuando a la Institución la cual varía constantemente, de acuerdo con las condiciones de mercado y, por sobre todo a las exigencias del consumidor de Salud que va cambiando y exige cada vez más tecnología.

En las empresas pequeñas como la nuestra el director suele ser o es al inicio un médico clínico por el cual sienten respeto los colegas y pacientes por su autoridad o capacidad científica y moral.

Es muy auspicioso que este sea el inicio de la Dirección pero, progresivamente esta cualidad sola no alcanza y el director debe ser alguien además con conocimiento y experiencia de administración, pues la estructura progresivamente va exigiendo al director el inicio de su gestión gerencial al igual que la de sus colaboradores más cercanos.

Debe el Director lidiar con las dos caras del mismo problema:

—Por un lado supervisar la función de sus médicos y técnicos quizá siendo esta la función más importante para los beneficiarios.

—Por otro, supervisar el funcionamiento de la Institución no comprometiendo la calidad de atención y los costos, ya sea por falta de recursos o por superextensión de la cobertura asistencial siendo ésta la función más importante para la Empresa.

En una Institución como la nuestra que continuamente plantea por sus inquietudes nuevos logros para los beneficiarios (la policlínica —el sanatorio— la emergencia, etc.) hace que la función del DT vaya cambiando aceleradamente.

Considero para este año que terminamos y el que se inicia, la prioridad en el desarrollo del área gerencial lo cual me ha llevado recientemente a elevar un plan de trabajo apoyado por la Comisión Directiva donde varía mucho las funciones de mis colaboradores inmediatos: Dr. Larrosa en el sector médico y enfermera Martha Presa en el sector de enfermería destinándolos a ambos hacia la coordinación y control en los servicios.

Esta etapa se puede cumplir pues luego de un trabajo arduo de relevamiento de información, tenemos la que necesitamos para la toma de nuestras decisiones y la fiscalización del servicio.

7) NUESTRO FUTURO

Por delante tenemos un enorme compromiso. El mantenimiento con mejoramiento de los servicios prestados. Quizá en la búsqueda debamos dejar algunos e incorporar otros para lograr un punto equilibrado.

Este año se puso en funciones el nuevo Servicio de Emergencia; las nuevas policlínicas de asistencia; el local de Farmacia y el Sector Administración y, pondremos en función el Sanatorio Social para el cual ya están en marcha las gestiones de habilitación.

Tenemos el plan luego, la Instalación del Ascensor en el 2º piso de un Sector de Tecnología de 1er. nivel por convenio con el sector privado de la cual no descontamos puede ser un sector de CTI de niños y adultos para lo cual tenemos ofertas en estudio u otro tipo de tecnología.

A los afiliados les tocará el apoyo con los aportes, pero por sobre todo el apoyo espiritual a la gestión y concreción de un logro muy importante para el gremio.

Exigir lo que cada uno de nosotros podemos y recibir lo que cada uno es capaz de dar.

Todos estamos metidos en esto. Yo tengo el honor de llevar 24 años en la institución y además, conozco por dentro varias instituciones médicas colectivizadas y me desempeño en sector público de salud como asesor ministerial. Sé claramente que nos espera un camino conjunto de sacrificios. Pero tenemos fe en los logros.

¡Caminemos juntos, apoyándonos unos con otros para poder lograrlos!

045

-9405651

Asamblea General 8/12/93.

INFORME DEL Dr. CARLOS GUARIGLIA

(Asesor Laboral, tema jubilatorio).

Un saludo a todos y, mi agradecimiento a quienes han tenido la amabilidad de solicitarme asesoramiento sobre un tema que, desde un primer momento advertí, era de gran importancia y muy caro para todo el gremio que los agrupa.

Básicamente se trata de dos temas fundamentales en los cuales desde hace algún tiempo estamos trabajando. El primero está referido a obtener la exclusión de los vendedores de diarios y revistas del régimen de la ley 16.190, ley que como todos Ud. saben, a partir de su [illegible] calificó a todos los trabajadores que realizan estas actividades, como trabajadores independientes, a la vez [illegible] un doble sistema de aportación tanto patronal como personal. En ese sentido hemos estado trabajando con todos los compañeros del Sindicato intentando encontrar soluciones que permitieran fundamentalmente encontrar una salida. En un primer momento, se pensó que podría ser administrativa a través del propio BPS, pero poco a poco se fue descartando porque la posición del BPS resultaba bastante radical y que, posteriormente derivó en diferentes planteos que se fueron realizando ante diversos organismos hasta culminar en Palacio Legislativo.

Esta gestión que se realizó ante el Parlamento, yo diría que tuvo tres etapas, la primera que se gestó en la propia Comisión de Seguridad Social de la Cámara de Diputados; una segunda orientada a tener una mayor rapidez y obtener un resultado positivo en el breve plazo que se intentó realizar el 1º de enero de 1994 y, la que hoy se está realizando que, ha significado volver a la Comisión de Seguridad Social habida cuenta que no se obtuvo la voluntad política de obtener a su vez, la incorporación de un artículo en la Rendición de Cuentas. Esa voluntad política era meramente de oportunidad por lo cual yo les quiero señalar que, no significa el hecho de que la Rendición de Cuentas no contemple esta situación y que el tema haya quedado al margen.

En la última reunión que tuvimos la semana anterior con la Comisión de Seguridad Social y varios compañeros que asistieron a la misma, entiendo que dimos un paso importante en todas estas gestiones. Se obtuvo por parte de la Comisión el compromiso de elevar al plenario de la Cámara de Diputados un proyecto de ley que hoy, [illegible] la información, en el día de ayer la propia Comisión lo hizo suyo y lo está elevando a la consideración de la Cámara de Diputados. Vale decir que, en la Comisión en que están representados todos los partidos políticos, salvo alguna excepción, se obtuvo casi la unanimidad de conformidad al proyecto y a la situación de injusticia que la ley 16.190 cometió a todo el gremio de vendedores de diarios y revistas. Para conocimiento de Uds. entonces, voy a proceder a dar lectura a los artículos que contiene ese anteproyecto de ley que, si todo marcha bien esperamos sea [illegible] sancionado en el curso del año que viene. El 15 ya comienza el receso parlamentario extendiéndose hasta el mes de marzo y, prácticamente hay que tomar en cuenta también se trata de un año electoral en el que será fundamental y necesario hacer mucha fuerza para que esto tenga un final feliz.

El texto del proyecto de ley que hemos conversado con los distintos diputados y que ha tenido su conformidad dice lo siguiente:

Art. 1º— Declárase que los vendedores de diarios y revistas que trabajen por cuenta propia y sin dependientes, no están alcanzados por las disposiciones del Art. 1º liberal b) de la ley 16 190 del 20 de junio de 1991. Tratándose de vendedores que cumplan tareas conjuntamente con su conyuge o hijos menores de edad mediando pruebas fehacientes de la Asignación Familiar no le será aplicable lo previsto por el Art. 1 literal a) de la ley 16.190 del 20 de junio de 1991.

Básicamente estos dos artículos significarían en primer lugar que, todos aquellos vendedores de diarios y revistas que trabajen solos y sin dependientes hoy son considerados patronos, quedan excluidos del régimen de ley. Pero también se trata de proteger en particular a la familia del canilla y a ello responde el inciso 2º de ese artículo cuando dice que, tratándose de vendedores que cumplan tareas con su cónyuge o hijos menores que lo que significa, obviamente el hecho de que trabajen cónyuges e hijos no los vuelven patronos por tener de alguna forma familiares que trabajen dentro del grupo canillita.

El segundo artículo está referido al aporte. El aporte personal de los vendedores de diarios y revistas al BPS que realizará de conformidad con las categorías de sueldos fictos previstos por el Art. 1º del decreto 290 del 18 de agosto de [illegible] y decreto 197/90 del 30 de abril. Esto significa que los aportes se van a realizar sobre la base de los salarios mínimos nacionales. En definitiva, el monto que arroje este cálculo es un ficto que a nosotros nos parece más conveniente.

El famoso tema del aporte patronal que había sido uno de los problemas que generó la propia ley, o el régimen anterior que regulaba el aporte patronal a través de una carga impositiva a las empresas periodísticas queda redactado de la siguiente forma: Créase una tasa única sobre el valor CIF del papel de diario importado por las empresas periodísticas y otras que se dediquen a ese tipo de importación, en carácter de complemento al aporte personal a cargo de los vendedores de diarios y revistas a que hace referencia el artículo anterior. Al hablar de complemento, estamos diciendo implícitamente que este aporte o esta tasa en sí, significa un aporte patronal.

Deliberadamente, no se ha fijado una tasa, y se ha dejado a que posteriormente con el Poder Ejecutivo en negociaciones que se puedan realizar, el monto de esa tasa se establezca por reglamentación. Y por eso se dice en el inciso 2º del Art. 3º: facúltase al PE fijar la cuantía de esa tasa la que deberá ser vertida por las empresas al BPS de acuerdo con lo que establezca la reglamentación de esta ley.

Con este tema, prácticamente, yo diría que queda solucionada toda la problemática de la inclusión de la ley 16.180 la posibilidad de que vuelvan a ser considerados en la categoría a que Uds. estaban afiliados anteriormente. No son patronos y, a su vez también se regula y se define el sistema de aportación el BPS que era lo que más preocupaba a la Comisión de Seguridad Social. Y el últi-

046

-9405651

mo artículo, está orientado a dar una solución definitiva a la situación de la Caja de Auxilio que, como Uds. saben, en más de una oportunidad ha habido, en el propio grupo de trabajo que se integró en el Banco de Previsión Social, algún tipo de sugerencias, directas o indirectas a través de las cuales se manifestaba que, la Caja de Auxilios estaba en una situación jurídica irregular en la medida en que, tampoco se efectuaban los aportes legales al sistema de Seguridad Social.

El último artículo es el 4º que establece que la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas verterá al BPS el equivalente al 1/2 por ciento del total de la recaudación que perciba con arreglo con lo establecido en el Art. 4 del decreto ley 14.407 del 22 de julio de 1975.

De esta forma, nosotros pensamos que queda solucionado el tema del relacionamiento de la Caja de Auxilios que tienen plena autonomía e independencia y, no debe estar incluida dentro del régimen de seguros convencionales o Cajas de Auxilios que regula la ley 14.407, es decir el que se aplica a todos los trabajadores de la actividad privada. Obviamente que con este aporte del 0,5% al BPS quedamos exonerados del aporte personal, es decir que no va a haber que aportar más allá del montepío limpio con lo cual se reduce considerablemente la tasa de aportación que hoy está fijada en un 29.5%.

Esto era todo lo que quería decirles. Estamos trabajando tratando de encausar todo este problema y encontrar soluciones para lo cual se necesita la colaboración de todos; y lo único que hago es afilar el lápiz y tratar de ayudar de la mejor manera. Pero se necesita del esfuerzo de todos para que esto en definitiva culmine con el éxito al cual todos esperamos poder lograr. Desde ya, muchas gracias y a la orden. (Aplausos).

ASAMBLEA GENERAL 8-12-93

INFORME DEL CR. MARIO GALLINO

Dificultades de grabación, nos han impedido brindar el informe del Cr. Gallino (Administrador de Instituciones Médicas y Caja de Auxilios) de modo completo. La síntesis que publicamos, entendemos, sin ser lo mismo, vale como ilustración del importante problema tratado.

"Al acceder al cargo en 1989 existía un déficit del 30%, 1991 se logra una consolidación económica, lo que permite tener un fondo de reserva y asumir las obras del Sanatorio Propio".

"El 85% de los ingresos provienen del aporte que realiza el vendedor.

Somos cautivos de la venta".

"Hubo que recurrir a otros ingresos; Reestructurar la distribución de las Revistas de la Editorial Atlántida.

Lograr mayores ingresos por publicidad en quioscos.

Recurrir a un aporte especial, que realizan los compañeros jefes de ventas de revistas".

—"El Sanatorio Propio, nos permitirá liberarnos parcialmente del contrato de camas con otras Instituciones".

—"El aporte extra, que realizó el gremio hasta el 10/11/93 (diez centésimos por diario), se encuentra depositado en su totalidad, como fondo de reserva".

—"Existe un proyecto a elaborar, sobre el terreno a fondos de nuestra sede central, el cual no se concretó por dificultades de sucesión de los propietarios del mismo. Ya se acordó precio".

—"Tenemos un patrimonio incrementado;
Sanatorio Propio.
Terreno Colonia Vacaciones.
Casi 200 quioscos de fibra de vidrio.
Nuevo local Sucursal Unión".

—"Económica y patrimonialmente nos encontramos bien. Financieramente tenemos algunas dificultades".

Al igual que los anteriores otro cerrado aplauso aprobó el informe.

La República
EL DIARIO PLURAL
"La verdad es el resultado que surge de la oposición de ideas"

047 -9405651

TRABAJO INTENSO: REPARAR UNA INJUSTICIA

El 18-11-92, el Directorio del Banco de Previsión, interpreta que el vendedor de diarios y revistas es una empresa. Un vendedor que tiene que levantarse a las 4 de la mañana, que deberá acomodar sus diarios que vienen en 2, 3, 4 y hasta 8 partes para luego venderlo como ejemplares, no importa el tiempo que haga, sujeto a las exigencias de sus clientes que suelen reclamar recibir los diarios a las 6, las 7, o por lo menos antes de las 8 de la mañana, bajo la amenaza de no comprar más diarios.

Lejos de ser un empresario, es apenas un doble dependiente: de los clientes que tienen derecho a exigir puntualidad y de las patronales de diarios que son las que fijan los precios de venta.

Las observaciones del Directorio del B.P.S., comienzan cuando un escaparate de ventas, particularmente de 18 de Julio, se mantiene abierto las 24 horas del día, naturalmente que lo tienen que atender más de una persona, 2 ó 3. Decíamos a la Comisión de Seguridad que ese tipo de situación no alcanza al 1% del gremio, por lo que nos resultaba arbitrario se generalizaran esa condiciones a la totalidad del gremio.

Respondiendo a ello, la Comisión Directiva de nuestro Sindicato, propone una comisión de trabajo que integran: Rubens Barcos, Hebert Berriel, Jorge Vila, Rafael Salido, "Pocho" Presa y Sabino Pérez. Esta Comisión conversa por separado con los miembros del Directorio, Sres. Da Prá, Jaurena, Romero; Murro representante de los trabajadores y Collotuzzo de los jubilados.

Por las razones expuestas, planteamos que de ninguna manera nos podemos sentir empresarios y sí, auténticos trabajadores que, a lo sumo un 10% del gremio, recurre a la ayuda de uno o dos ayudantes que, generalmente son familiares directos del vendedor.

De la consideración de estos problemas, deriva la creación de una Comisión bipartita integrada por jerarcas del Directorio: Collotuzzo y Murro por parte del B.P.S., la Sub Comisión integrada del Sindicato a la que se le suman los compañeros Manera, Espert, Silva y Viana.

En distintas reuniones, se analiza la ley de 1946, la posterior al conflicto de 1957 y varios artículos o agregados a la ley madre 10.805.

La de 1967, reconoce a gráficos, periodistas y canillitas como parte de los gremios de la prensa, habiéndose establecido porcentajes de aportes como financiación a la misma. Finalmente, la Comisión bipartita llega a la conclusión de que es necesario la sanción de una ley interpretativa.

El Sindicato entonces entrevista a los líderes políticos, Julio Mª Sanguinetti, Jorge Batlle, Líber Seregni y a los coordinadores de los Partidos Blanco, Colorado, Nuevo Espacio y Frente Amplio.

Por último se encomienda, a los Dres. Pérez Vázquez por Comisión de Seguridad Social del Parlamento y Carlos Guariglia por el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas, redactar un anteproyecto de ley sobre las bases de lo considerado en las reuniones.

El proyecto ya fue elaborado. En el informe que el Dr. Guariglia brindó a la Asamblea General del gremio, el 8/12/93, lo expone y analiza sustancialmente. En síntesis, la ley reconocerá al vendedor de diarios como trabajador a aquél que trabaje en una esquina o reparto ayudado hasta por un familiar directo y como micro empresa aquellos casos que tienen como ayudantes no familiares directos. Finalmente será una Asamblea General del gremio que resolverá si el anteproyecto sirve o no.

Conclusiones: Muchos compañeros, muchas reuniones detrás de una reparación a medidas injustas que, afectan a la mayoría del gremio que hoy sufre despojo de derechos legítimamente ganados, a un descanso después de años de dura labor.

Nombrar a todos los compañeros que colaboraron en esta instancia, sería difícil nombrarlos a todos. Dolorosamente, uno de ellos quedó por el camino, el Cro. Heber Berriel que, muchas veces con su físico disminuido, sacaba fuerzas no se sabe de dónde y habiendo estudiado a fondo el problema, presentó trabajos serios y documentados a la mesa de discusión.

Seguramente, descansa tranquilo que, como decía el poeta, el hombre nace dos veces, una al salir del vientre de la madre y otra cuando su corazón deja de latir pero renace a través de las obras realizadas. Heber, el gremio lo recordará siempre como un esforzado y leal luchador.

Otra, para el compañero Barcos; le decíamos que para el auténtico militante sindical no hay jubilación que valga. La prueba está que, cuando el gremio lo precisa, sabe responder con su presencia. Su blanca cabellera lo denunciará.

Y al gremio diariero: siempre unidos y firmes será la garantía de la defensa de nuestras conquistas. Como lo decía nuestro gran Florencio, el Canillita constantemente será ejemplo de solidaridad porque es su patrimonio moral.

SABINO "BOCHA" PEREZ



"Bocha" Pérez, ante el monumento "Canillita".

048 -9405651

[illegible]UERPO MEDICO Y SANITARIO AL SERVICIO DE LA SALUD DE LA FAMILIA DIARIERA

Director Técnico: Dr. Hugo Musacchio
Adjunto Dr. Luis A. Larrosa

Director Técnico
Dr. Hugo Musacchio
Dr. Luis A. Larrosa (adjunto)

Medicina General
Dr. Hugo Musacchio
Dr. Julio Spiess
Dr. Luis A. Larrosa
Dr. Gustavo Guadalupe
Dr. José G. Zurmendi
Dra. Mª del C. Lozano
(Servicio de urgencia)
[illegible] Gonzalo Amoroso
[illegible] Barreiro
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible] Victoria [illegible]
[illegible] Lilián Colto

Practicantes
Sr. Fernando García
[illegible] Ana Canale
[illegible] Alejandra Salaberryborda
[illegible] Karina Real
[illegible] Ingrid Helsting
[illegible]orino:
[illegible] Mauricio [illegible]
Dr. Hamlet Suárez
Dr. Luis E. Buzo

Traumatologos
Dr. Carlos Maquieira
Dr. Gonzalo Maquieira
Dr. Nery Rodríguez Peyret

Cardiólogos
Dr. Hugo Senra (consultante)
Dr. Miguel A. Otero
Dr. Juan C. Castillos
Dra. Giannina Galleno

Dermatólogos
Dra. Carmen Riveiro
Dra. Lilián Colto

Reumatólogos
Dr. Hugo Musacchio
Dra. Elena Lorenzo

Urólogos
Dr. Ruben Sierra
Dr. Gabriel Curi

Neumólogos
Dra. Beatriz Costa de Mello

Neurólogos
Dr. Mario Medici
Dr. Fernando Dalmas
Dra. Antonia Castañola
Dr. Juan C. Alcántara

Psiquiatras
Dra. Mª del C. Lozano
Dra. Virginia Bonelli
Dra. Giannella Frascá

Fisioterapeutas
Sr. Carlos Nicolás
Sra. Mª del Rosario Moreira

Cirujanos
Dr. Vartan Tcheckmedyiár
Dr. Ricardo Collstro
Dr. Roberto Delbene
Dr. Luis Ruso
Dr. Carmelo Alvarez
Dr. Daniel Varela

Neurocirujano
Dr. Atilio García Guelfi
Dr. Pablo García Podestá

Oftalmólogos
Dr. Diego Camacho
Dr. Jaime Benaderet
Dra. Carmen Campos

Prof. Raúl Rodríguez Barrios (consultante)

Odontólogos
Dr. León Myszne
Dr. Luis Murias
Dr. Jorge Friesel
Dr. Héctor Migliaro
Dr. Walter Ferro
Dr. Jorge Arcieri

Endocrinólogo
Dra. Ana Mª Jorge de Núñez
Dr. Gabriel Ulfe

Gastroenterólogos
Dr. Elbio Zeballos
Dr. Walter Mescia
Dr. Carlos Mescia
Dra. Judith Ferraz

Internistas
Dr. José G. Zurmendi
Dr. Julio Spiess

Intensivista
Dr. Julio Rappa

Nurse:
Susana Puyol

Auxiliares de enfermería:
Sra. Anabella Pereyra, Marta Kemayd, Cristina Taborda.

Coordinadora:
Sra. Martha Presa

Personal de servicio:
Sras. Marta Rodríguez, Esther Da Silva, Graciela Ibáñez y Cristina Llanes.

Chofer Ambulancia:
Sr. Ulises Reyno.

El Diario
su amigo fiel

049 —9405651

HEBERT BERRIEL

1930-1994.— Falleció el 2 de enero del 94. Este espacio, tendría que haber sido suyo. Le pedimos para "Gavroche" una nota. Acordamos en ella se reflejaría su juicio, su opinión respecto al Sindicato y Caja de Auxilos. Nos la prometió. Y nos pidió fecha de entrega.

Cuando disponíamos hacerlo, nos sacudió la infausta noticia de su fallecimiento.

Berriel tenía capacidad y autoridad para hacerlo. A él le constaba claro lo que significaron el Sindicato y la Caja de Auxilios para la vida del canillita y para el periodismo nacional.

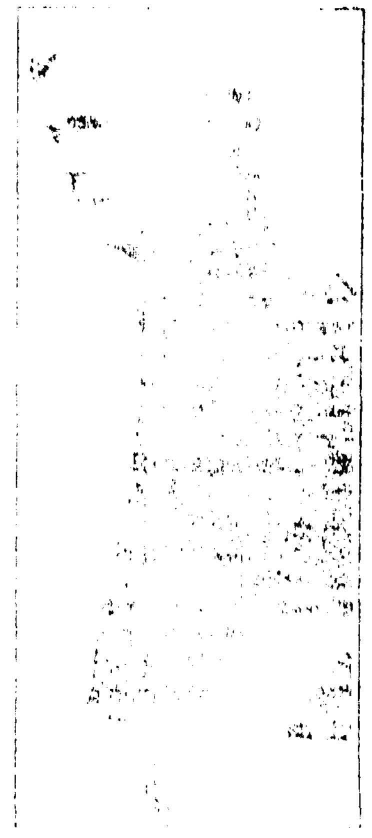
De adolescente vendió diarios en la calle. De ahí pasó a ser ayudante en la distribución para la venta de las más diversas publicaciones. Por capacidad e inteligencia llegó a ser un importante distribuidor de diarios, semanarios y revistas, reconocido por empresas editoras nacionales e internacionales.

Paralelamente fue un grande más en la evolución histórica de nuestra organización gremial. Tuvo actuación destacada cuando junto a Miguel Manera y el secretario general, asumieron por resolución de Asamblea General, la representación del gremio en todas las gestiones relativas al largo y trascendente conflicto del año 196[illegible].

Lúcido, distinguido, amable, supo hacerse querer y respetar en el medio que nos desenvolvemos, tanto por editores como por los canillitas que tuvieron oportunidad de conocerlo y tratarlo.

Lamentamos doblemente que Hebert no pudo leer este "Gavroche" en el que se relatan hechos y realizaciones de una organización que él supo querer y, en el que en muchos de ellos fue importante protagonista.

R.B.



Hechos y Comentarios Varios

HEBERT BERRIEL: Ecos de la Prensa

DE CLARIN (Buenos Aires). 4/1/94. Falleció Hebert Berriel, Primer distribuidor de Clarín en el Uruguay, casado con Carmen Bello, dos hijos, Hebert y Alicia.

Berriel se había formado al lado de Manuel Martínez, prestigioso distribuidor de diarios y revistas.

Hace poco, Berriel recordaba: "Mucha agua corrió bajo los puentes desde aquel día histórico de agosto del 45 en que distribuimos entre los kioscos de 18 de Julio, los primeros 100 ejemplares de Clarín. Manuel Martínez se había jubilado y sugirió mi nombre a las editoriales que representaba; todos aceptaron, incluido Clarín; y me acompañaban en la tarea Nery Martínez y mi hermana Sonia. "Y agregaba: "Soy un hombre que sólo terminó la escuela primaria, tuve que trabajar a los 12 años para ayudar a mi madre". Su sencillez no se perdió con los cambios que trae el tiempo. Por eso insistió siempre en mantener "una relación fraternal rica, a través de esa charla constante con los vendedores, puentes tendidos por donde pasan y se escuchaban las invalorables voces de los lectores".

DE MATE AM[illegible]
hombre de cap[illegible]
forma de su [illegible]
(que ciertamente [illegible]
que "Peloduro" [illegible]
buidor de Mate Am[illegible]
número, como ante[illegible]
alternativa [illegible]
más que eso [illegible]
integridad que [illegible]
en épocas oscuras [illegible]
amistad, su [illegible]
apoyo en momentos [illegible]
ma de todo [illegible]
y don de gentes. [illegible]
el verso machadiano [illegible]
todo "en el buen sentido [illegible]

Esa su herencia, [illegible] los que le conocieron, que [illegible]

[illegible] pág. 48

OJO! Cbo 8084.- 050

—9405651

Viene de la pág. 47

LA REPUBLICA

FALLECIO HEBER BERRIEL

Ayer a las 4.15 Hebert Berriel Spotuzzi, distribuidor de diarios y revistas, falleció.

Berriel fue también activo militante del Partido Socialista y una persona querida por el conjunto de los gremios vinculados al periodismo. Vaya a sus familiares un apretado abrazo de la dirección y del conjunto de los trabajadores de LA REPUBLICA.

"BRECHA"

Hebert Berriel, fallecido el pasado 2 de enero, era la imagen de la probidad. Lo conocimos bien. Fue el último distribuidor de Marcha y por serlo tuvo su lote de sinsabores en los tiempos difíciles. Tiempos difíciles también para el propio semanario, y entonces "el Hebert" siempre estaba allí para dar una mano.

Cuando BRECHA salió, podíamos no estar claras algunas designaciones pero el distribuidor no podía ser otro como él. A veces me llamaba los viernes: "Muy bien el número de hoy, ¿eh? Parece mentira que en la radio no lo hayan comentado". O si no: "Vas a perdonarme, pero creo que se están olvidando de tal o cual tema". Vigilante de lo que también era suyo; crítico y ayudador, generoso y limpio de alma.

El acto de la sepultura de sus restos nos dio la medida de otra dimensión suya, que viene a ser la misma: el tono humanista de su militancia gremial, su activismo sin pausa en el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas, patentizados en el dolor de sus compañeros. Hebert Berriel se iba como había vivido: querido por todos.

H.A.

GUAMBIA

EL AÑO COMENZO CON TRISTEZA

Una mala noticia nos amargó el primer fin de semana estival: don Hebert Berriel, uno de nuestros distribuidores —pero además de eso un amigo, un militante, y un tipo de primera— nos dejó para siempre. Cuando llamemos a la Distribuidora para ver cómo van las ventas, vamos a extrañar su voz cariñosa y su consejo casi paternal. No era para menos: desde que iniciamos nuestra aventura editorial, él no sólo nos alentó y respaldó en la locura. A Hebercito, al Pocho, a Sonia, a su familia, y a toda la barra, nuestro abrazo más cálido. Y a seguir vendiendo Guambias, que desde algún lado él nos va a seguir acompañando.

TUPAMAROS

BERRIEL

El pasado 2 de enero falleció Hebert Berriel, distribuidor de Tupamaros así como punto de referencia obligado de toda publicación de alternativa, incluso en los años duros, cuando la distribución de la letra y las ideas era un ejercicio de coraje. Hombre derecho formado en un oficio áspero, siempre fue garantía en la palabra y en los hechos. Tal vez con él se nos vaya algo de otro tiempo, otras formas, otros modos, otra certeza en la palabra empeñada. Gracias por todo, don Hebert, y hasta siempre.

JUVENTUD:

MURIO UN SEÑOR CANILLITA

En la mañana de ayer fueron sepultados los restos de quien fuera uno de los progenitores del Sindicato de Canillitas, Hebert Berriel.

Su figura, de luchador incansable desde sus años jóvenes, militante socialista, padre de familia, fue recordada ayer al ser sepultado.

"Los canillitas nos inclinamos ante la memoria de este soñador, de este luchador", dijo ayer Rubens Barcos, compañero de luchas de Berriel, al despedir a su amigo en el Cementerio del Norte. Recordó asimismo las luchas del Sindicato en las que participaron juntos, recordó la larga huelga de 4 meses en el 67 contra las empresas editoras en la que Berriel ocupó un lugar destacado en la búsqueda de soluciones representando al Sindicato.

En lo personal lo conocimos ya tarde, pero fue suficiente para saber que estábamos frente a un gran hombre escondido en una figura pequeña, aparentemente frágil, pero que demostraba una gran energía y vitalidad.

Cuando el diario La Juventud era un proyecto, casi disparatado, Berriel creyó en nosotros y esa muestra de confianza no se nos olvida.

Seguramente porque él sabía de arrancar desde abajo, él sabía de proyectos y de trabajo para convertirlos en realidad.

Ayer vimos a una familia dolida, a sus compañeros llorando su desaparición, sabemos que en esos momentos es difícil el consuelo, pero seguramente no hay mejor homenaje que continuar su trayectoria, que emular sus anhelos para concretarlos.

En nombre de La Juventud hacemos llegar a la familia Berriel, a su compañero Nery Martínez, a los trabajadores de la distribuidora y al Sindicato de Canillitas nuestro pésame y nuestra más sentida solidaridad.

Raúl Sendic (h)



Berriel y Espert

051

-9405651

PING PONG

MANO A MANO CON BARCOS PREGUNTAS Y RESPUESTAS: ADELANTE!!

Mano a Mano con Barcos
Preguntas y respuestas rápidas y cortas-
Adelante!!

—¿Nombre?

—Rubens Barcos

—¿Sobrenombre?

—Varios, según el barrio que en el Cerro viví.

—¿Naciste?

—En la Maternidad, pero mi madre vivía en el Cerro.

—¿Escuela?

—Tres. La Mixta, la de Varones y la del Nacional.

—¿Maestros?

—Varios. Paulina Miranda en la Mixta, López, Areosa y Marrero en la de Varones y María Gloria Forcade y Elena Nuñez Roca en el Nacional.

—La Escuela Pública.

—Algo que todos tenemos que quererla y defenderla.

—Una anécdota escolar.

—Ahí va una. La maestra Areosa, a José M. Otero "La Raposa", Aparicio Olmedo y a mí, nos invitó a su casa y con té y galletitas mediante, llorando nos pidió que nos portáramos mejor porque éramos buenos alumnos.

—¿Un juego de niños?

—El arrequebeñe que exigía mucha agilidad y la chinchirebela. Ya no se juegan más.

—Tu primer trabajo.

—Vendedor de diarios, luego aprendiz en el Varadero del Cerro, repartidor en una carnicería y en la Cajonería del Frigorífico Swift.

—Un cuento literario.

—"Qué lástima", de Paco Espínola.

—Un deporte.

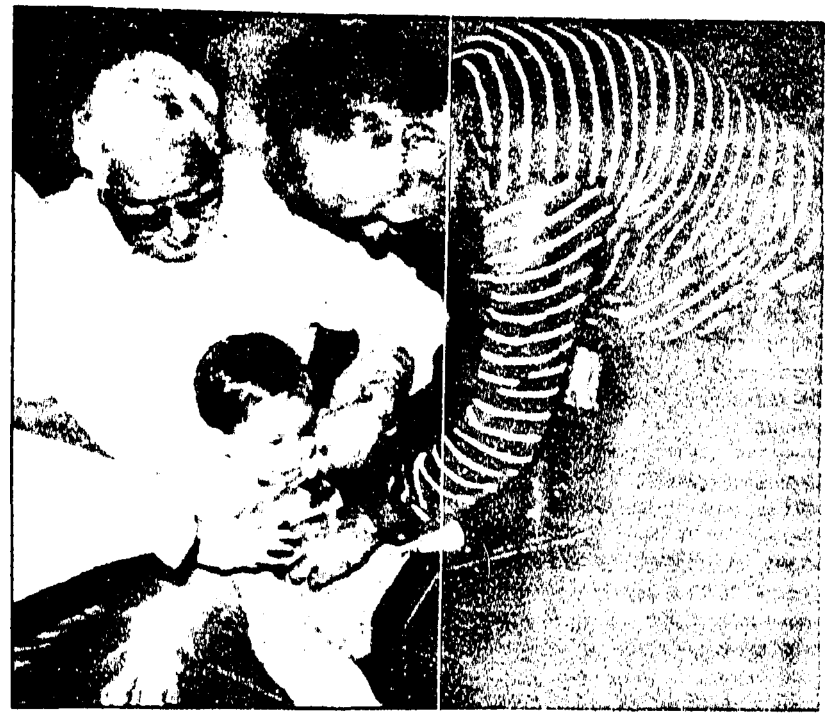
—Practiqué dos. El fútbol y el boxeo.

—¿Lograste algún título con ellos?

—Ninguno. Al fútbol fui reservista del cuadro de barrio y en el boxeo llegué a disputar una final con Celestino Santana. El que ganaba representaba al Uruguay en el Luna Park. El sueño de todo pibe de barrio pobre. Conocer Buenos Aires. Creo tuve suerte y perdí.

—Oficio.

—Ninguno. Hubiera querido ser tipógrafo. Las exigencias de la vida me impidieron trabajar como aprendiz. Pese a ello, algo aprendí. A los ponchazos y por vocación aprendí el armado de periódicos y revistas.



Presa, Barcos y Germán uno de los mandamás de la casa.

—¿Sindicato?

—Hice mis primeras armas en la Industria de la Carne. Fuimos fundadores del Sindicato Swift.

—¿Tu primera huelga?

—La de 1942. Histórica, de ella nació la Federación Autónoma de la Carne. Otra huelga para mí inolvidable, fue en 1945, la de toneleros del Swift.

—¿Integraste listas negras?

—Sí, precisamente la del Swift, a raíz de la referida huelga de toneleros. Al Swift entré y salí una sola vez. Una vez que me desvinculé de la industria, al Swift no pude entrar más.

—¿Emigraste?

—Sí, en procura de trabajo me fui a la Argentina. Allí viví 7 años y aprendí un oficio del que no me acordaba: pulidor de metales. Amigos y compañeros me ayudaron mucho. Gran parte de lo que sé y luego me sirvió para desenvolverme en el Sindicato, lo aprendí allá.

—¿Cómo te hiciste canillita?

—Lo fui desde mis inicios. Luego definitivamente en 1952, a mi regreso de la Argentina.

—¿Un sindicalista de la época?

—Varios; Adrián Troitiño a quien conocía de referencia; Galarza, Kikich y Facal de Construcciones Navales y Luis Casco de plomeros.

—¿Cuándo ingresaste al Sindicato de Vendedores de Diarios?

—Enseguida que empecé a vender diarios, por las calles del Cerro en 1952.

—¿Una figura de aquella época en el gremio?

—Muchos. Aparte Dolio que era Secretario General; Tobías de Mateis, Infante, Domingo Espert, Daniel Tambasco, Angel Genaro Huesca. Miguel A. Manera, Hebert Berriel, Miguel Maresca y otros.

—¿Adrián Troitiño?

—Supe mucho de él a través de los compañeros referidos.

Pasa a pág. 50.

052

-940565

Viene de la pág. 49.

—¿Tu ingreso a la dirigencia gremial diariera?

—Enseguida de mi afiliación. Luego de la segunda o tercera asamblea general en que participó, la misma me designó para integrar la Comisión y participar en las discusiones que por entonces se mantenían con la Patronal. Allí estuve hasta el año 1988, en que me jubilé.

—Una anécdota.

—Muchas. Elijo una. Huesca, el inefable Huesca, era amigo del Mincho. Este había delinquido y la policía lo perseguía tenazmente. Cuando fue ubicado lo rociaron despiadadamente a balazos. El Huesca fue al entierro y dijo un discurso lapidario contra el encarnecimiento que hicieron gala sus captores. Cuando Huesca se retiraba, dos tiras lo abordaron y lo invitaron a subir a un auto. Huesca contestó: Gracias yo vine en aquél. No, le dijeron, ahora vas en este. Y lo llevaron derecho a Jefatura.

—¿Una satisfacción experimentada en el gremio?

—Elijo tres: cuando la compra e inauguración en el Cerro de la primera Casa Sucursal; cuando terminamos triunfantes en 1967, los tres Sindicatos de la Industria Periodística, contra los designios patronales y ahora, la comprobación que el gremio, lejos de haber disminuido su capacidad de realización, enarbolando la bandera que un día supieron hacer flamear los viejos *compañeros* fundadores, prosigue su marcha triunfal con muchos y nuevos logros.

—¿1967?

—Vivimos la lucha del 67. El gremio supo dar una muestra de garra y madurez sindical.

—¿En 1968?

—A raíz del referido conflicto, el gremio salió fortalecido. El establecimiento de un porcentaje de ganancia inamovible, la masiva afiliación de todos los diarieros al Sindicato; el nombramiento del Cuerpo de Delegados por Sucursal; la aprobación por Asamblea de contribuir a Caja de Auxilios con un 3% de las ganancias de los días hábiles y el 5% de los domingos. Ello representó un aumento sustancial en las entradas de Caja de Auxilios; tanto como sustanciales fueron las mejoras asistenciales que Caja de Auxilios en adelante brindó al gremio.

—¿Año 1970?

—Digna conmemoración de los 50 anos de existencia de la organización diariera. Edición extraordinaria de Gavroche y almuerzo que compartimos casi 1500 comensales.

—¿Año 1975?

—Repetición de actos conmemorativos. Edición nuevamente de Gavroche y almuerzo multitudinario en la Cervecería Yatay.

—¿Año 1985?

—Cambios sustanciales en las estructuras orgánicas de la organización y emotivo recuerdo de los 65 años cumplidos por el Sindicato y Caja de Auxilios.

—¿Año 1990?

—Alegría al sabernos con 70 años de vida organizada y almuerzo multitudinario, con participación de toda la familia diariera en CAMBADU.

—¿Año 1995?

—Preparativos para conmemorar dignamente los 75 años de edad del Sindicato, de Caja de Auxilios y los míos.

—¿Adrián Troitiño, del Cerro a la Secretaría General. Rubens Barcos, del Cerro a la Secretaría General?

—Un orgullo y una gran responsabilidad a la que, durante los 35 años que estuve en los cargos dirigentes del Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas, procuré y creo haber respondido.

—Por último: ¿El Sindicato?

—Hay una sentencia que lo define: defiende el trabajo del vendedor de diarios.

—¿La Caja de Auxilios?

—Vela por la salud de la familia diariera.



Barcos en Paysandú.

053

-9405651

FLORENCIO: HERMANO Y PADRINO DEL CANILLITA



En esta revista evocativa, no podíamos dejar de recordar a quien fuera nuestro padrino, el gran Florencio Sánchez, gloria del teatro rioplatense y responsable del apelativo canillita que orgullosamente lucimos todos los vendedores de diarios de ambas márgenes del Plata.

Florencio, eterno bohemio como el más bohemio de los vendedores de diario, fue por encima de su grandeza intelectual, un hombre de pueblo, de barrio. Supo como nadie interpretar el mundo, la sociedad que lo rodeaba, con su grandeza, con sus injusticias, sus hipocrecias y traducirlo a formidables trabajos periodísticos y a geniales obras teatrales.

Nació en la Aguada en 1875. Murió en Italia en 1910. Como Jesús, como Rafael Barret, como José Pedro Varela y tantos otros grandes de la historia, dejó de existir cuando apenas había sobrepasado los treinta años de edad.

Injusta su muerte, dado su gran amor a la vida. Lo certifica en su testamento cuando dice: "Si yo muero, cosa difícil dado mi gran amor a la vida, *muero porque he resuelto morir*". Del mismo modo quiso a lo grande y lo trascendente, al igual que lo doméstico y lo cotidiano, quiso a sus obras como quiso los canastos que elaboraba con sus largas manos. Quiso a los niños, más a los que tenían que ganarse la vida en las calles. Tal vez que de ahí, se haya inspirado para bautizar al niño diariero "canillita".

Su muerte fue una traición del destino. El no fue a Italia a buscar la muerte, sino a ampliar sus conocimientos, los valores del arte. No se sabe los límites que hubiera logrado Florencio si la muerte no lo hubiera alcanzado tan prematuramente.

No obstante, fue capaz de dejar enseñanzas humanísticas como las de su famoso escrito, "Cartas de un flojo". En sus grandes obras teatrales, aparte de "Canillita", como "Mi hijo el doctor", "La pobre gente", "La gringa", "En familia", "Los muertos", "Los curdas", "El conventillo", "Nuestros hijos", "Moneda falsa", "Los derechos de la salud", "Barranca abajo" y tantas otras, imposible de memorizar.

Nos duele reconocerlo. Florencio, que tanto quiso a la vida, para nada supo cuidarla. Sus noches de bohemia, sus interminables estadas en las imprentas nocturnas, sus largas discusiones de café, ayudaron al desarrollo de su cruel enfermedad. Su muerte, terriblemente injusta, para nada fue capaz de ensombrecer todo lo que Florencio significó: el mayor dramaturgo del Río de la Plata, el gran hombre, el querido hermano y padrino del canillita.

R. B.

Estediari

054

-9405651

HOMENAJE A UN GRAN COMPAÑERO: MARTIN MASSA

Lamentablemente, hace ya varios años que el compañero Martín Massa falleció. Identificado totalmente con el Sindicato y la Caja de Auxilios diariera, dejó como testamento infinidad de apuntes, recogidos de la prensa de la época, en que hurga todo lo que tiene que ver con el diarismo montevideano y los comienzos de la organización que nos legara el "Gran Viejo" Adrián Troitiño.

En homenaje a su memoria, transcribimos algunos de sus apuntes, valiosísimos documentos que sirven al conocimiento histórico.

VENDEDORES DE DIARIOS, FESTEJAN EL "1º DE MAYO" de "EL SIGLO", mayo 4, 1915

"En 9 carros, colmados de refrescos y *comestibles trasladáronse ayer a Belvedere*, gran número de "VENDEDORES DE DIARIOS". Travesía feliz y bullanguera, atrajo la atención de los transeúntes, por su ruidosa algarabía. Inquietos como son los "canillitas" por naturaleza y costumbre, hacían más movimiento en los carros que si a la carrera hubieran ido, llevados por sus propios pies".

Ya en el lugar de los festejos —a guisa de abrirse el apetito— jugaron a cuanto juego de fuerza y destreza imaginarse pueda, hasta que los *humeantes costillares* llamó a sosiego sus incansables piernas, reconcentrándose toda su actividad.

En el batir de las mandíbulas, el "buen diente" de la muchachada liquidó por fin el gran "menú" y cuando la digestión impuso el toque de "¡silencio!" improvisados oradores con ardientes discursos dieron la fiesta "TONO DE BANQUETE", encuadrado dentro de un digno marco de corrección, jolgorio y alegría. Terminada la fiesta, los muchachos volvieron al centro satisfechos de aquel día de júbilo y fraternidad, pasado en "Belvedere".

Ya el espíritu solidario del gremio se manifestaba *en torno de "un ideal"*, al agruparse en una "gran familia", propiciando el nacer del "SINDICATO".

Debió presidir aquella fiesta, "en cuerpo y en espíritu", el que después sería —en el rotar perenne de los años— nuestro "querido viejo".

Adrián Troitiño...

HISTORIA PURA
Martín Massa
(1ª *vez* que apareció en *los diarios*, la denominación de "CANILLITAS")

MAYO = 1920 APOGEO SINDICAL

En aquel venturoso 1920 el sindicalismo, en el Uruguay, alcanzaba el máximo nivel y al llegar el **1º de mayo** todos los gremios se aprestaron a conmemorarlo. Entre la cantidad de sindicatos, centros, sociedades y federaciones obreras, figuraban los **SINDICATOS DE "VENDEDORES DE DIARIOS"**, de *choferes, confiteros* y afines, usinas del Estado, joyeros, carboneros, vidrieros, ferrocarrileros, madereros, electricistas, albañiles, yeseros, galponistas, molineros y fideleros, tranviarios, sombrereros, zapat. y zuequeros, aguas corrientes, peones de barraca, mimbreros, Unión Cosmop. de Mozos, caldereros, *pintores, ladrilleros, obrer.* del portland, cerveceros, repart. de leche, peones tamberos, herreros, bauleros y valijeros, gorreros, artes gráficas, mosaístas, mecánicos autos, bronceros, carpinteros, carniceros, aserradores, tapiceros, electricistas obras, biseladores, cerv. "Uruguaya", unión calafates, picapedreros, obr. Rambla Wilson *y tantos otros.*

CARNAVAL 1921

Próximo a iniciarse las carnestolendas aquéllas, los diarios de Montevideo, anunciaron a grandes titulares:

EL BAILE DE LOS "CANILLITAS"

"En la dirección del Teatro «Urquiza» se reunieron ayer, por el Sindicato de «Canillitas», Adrián Troitiño, Manuel Martínez, José Abelenda y Enrique García y por parte de la empresa del Teatro, los periodistas, S. Dallegri, C. Balsán y Riffau, *organizadores del baile de los «Canillitas»*, a efectuarse el próx. viernes 11".

Se tomaron las siguientes resoluciones: solicitar el concurso de varios famosos artistas, para que actúen durante el baile y efectuar una gran tómbola con grandes premios a la concurrencia, donación del comercio capitalino.

La entrada "general" ha sido fijada en $ 1.50. El "Paraíso" será ocupado por los compañeros "Canillitas" y la "Cazuela" por sus respectivas familias.

Esta hermosa iniciativa ha encontrado simpático eco en el bullanguero gremio de "Canillitas", que se apresta a conmover a "todo Montevideo" para que concurran a este festival, a beneficio puro y exclusivo de "LA CAJA DE AUXILIOS".

CONMEMORACION "DOBLE", DEL 1º DE MAYO - 1920

Luego de concentrarse en Sierra y Agraciada (Plazoleta Palacio Legislativo) la columna central de la F.O.R.U. partió encabezando el gran desfile, a la hora 15, tomando las calles Agraciada, Valparaíso, Rondeau, Plaza Libertad y 18 de Julio hasta la Plaza Independencia, desde donde hicieron uso de la palabra oradores obreros, delegados por la Federación.

EL "MITING" NOCTURNO honrando también al 1º de mayo —1920— tuvo proporciones apoteósicas: ni la severa represión de entonces, ni la interrupción momentánea del servicio tranviario impidiendo la afluencia de muchos compañeros fueron óbice, al triunfo de la clase obrera. A las 9 PM, era imponente el número de congregados en "18" y Médanos, punto inicial del gran "miting". Antes de iniciarse la marcha y escuchados varios compañeros, llegaron las otras columnas parciales aportando entusiastas contingentes, siendo recibidos con grandes aplausos.

:55

-9405651

"Peñarol" "El Hueca"

Daniel Tambasco, "Peñarol"; Angel Genaro Huesca, "Gordo Hueca", dos figuras, si no únicas, trascendentes en la vida del Sindicato y Caja de Auxilios. No los podíamos olvidar.

Un gran amigo del gremio y de ambos, Dalton Rosas Riolfo, por un impedimento físico que, seguramente será pasajero, no pudo alcanzarnos una semblanza de los compañeros que oportunamente le solicitamos.

Forzados, intentaremos, de algún modo, recordarles.

"PEÑAROL" fue de los primeros muchachos que ligaron sus vidas, vendiendo diarios, a la titánica tarea del Viejo Troitiño de organizar sindicalmente a los canillitas. "Peñarol" ayudó y aprendió. Pocos de los viejos compañeros, eran capaces de trasmitir tan profundamente, lo esencial del espíritu y el pensamiento de Troitiño. Con las limitaciones propias del muchacho de la calle, supo ser fiel a los ideales del gran Viejo.

Apasionado del fútbol, gracias a su empeño y tenacidad dio vida al Club Canillitas del Uruguay que, luciendo los colores *rojo* y negro de nuestro Sindicato, se cansó de ganar campeonatos nocturnos que se organizaban en el Barrio Olímpico. Ya en las divisiones mayores, Canillitas defendiendo dignamente su nombre y los colores de sus enseñas, supo dar al fútbol uruguayo jugadores de renombre como General Viana; la "gata" Vera; el negro Olivera, Cano, Caetano, el Lito Silva y tantos otros.

Lamentablemente los años no pasan en vano. Ellos fueron mellando energías a "Peñarol" y con ellas, lenta pero dignamente fue desapareciendo el Club de sus amores.



El "GORDO HUECA", prototipo de Canilla callejero, fue impenitentemente fiel a los ideales sindicales.

Entrañablemente amigos, el Gallego Mayo, sumando al Hueca, decía que eran "hijos del Estado" porque, juntos se habían criado en los albergues de menores.

Ambos, generosos y solidarios hasta límites increíbles. Ningún necesitado, ya para pagar la pensión o comer ese día, se vería defraudado, así se quedaron ellos sin dinero.

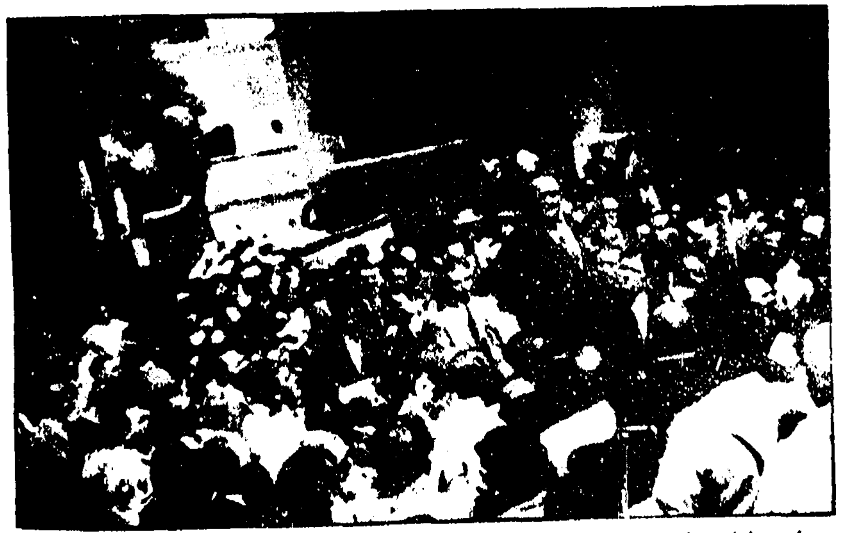
Hueca fue un apasionado propulsor de la organización de los necesitados, particularmente de los canillas del interior. Acompañó todas las delegaciones del Sindicato que con esa finalidad visitaron Paysandú, Salto, Mercedes, Durazno y otros centros de venta.

Y como no podía ser de otro modo, de la calle y diariero, también fue un carnavalero de alma. Creó y mantuvo la recordada Embajada del Buen Humor, primero murga y finalmente humoristas. Organizador de garra, fue el primer Presidente de Daecpu, entidad rectora del desenvolvimiento de todos los conjuntos carnavalescos.

Su vida fue un culto a la solidaridad con todos los perseguidos, ya políticos, gremiales o sociales. Sabía aconsejar: "Por cualquier causa que te detenga la policía, **siempre por la negativa**". Premisa a la que fue constamente fiel.

Fueron muchos los que como Peñarol y el Hueca, ayudaron a escribir la mejor historia del Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas. Los recordamos a todos.

R.B.



Huesca, a quien acompaña el compañero Espert haciendo uso de la palabra al pie del monumento de Florencio Sánchez en Buenos Aires.

056

-9405551

UN DESAFIO PERMANENTE

Atender la preferencia de nuestro amplio espectro de lectores, ofreciendo cada día de la semana un suplemento con perfil particular... ... es UN DESAFIO, que asumimos con buen gusto!.

LUNES
REVISTA DEPORTIVA
Con Carlos Muñóz y todo el equipo de Deporte Total,para informar más y mejor sobre todos los deportes.

NUMEROS EN SINTESIS
Todo lo que debe saber sobre economía.

MARTES
EL LICEAL
La revista imprescindible para los liceales, con todo el programa actual.

MIERCOLES
REVISTA SINTESIS
La más completa información de economía y empresas, en la mejor revista, con el mejor equipo de profesionales.

JUEVES
EL COLEGIAL
Acompañando el programa de primaria; a todo color!!

SABADO
PLATEA
La revista con mayor información sobre todo el mundo del espectáculo.

TV COLOR
Todo lo que Ud. desea saber sobre la programación semanal de TV.

DOMINGO
FEMENINO-MASCULINO
La mejor revista sobre moda, cocina, con las notas de mayor actualidad, para toda la familia.

TODOS LOS DIAS
DIARIO DEL INTERIOR
Con la información actual de nuestro interior hecha por por gente del interior.

La Mañana
Para los que saben elegir

057

-9405651

RECUERDOS HISTORICCS



Adrián Troitino, presidiendo un ágape conmemorativo del Sindicato y Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas.



El Gran Viejo también presidiendo un acto de homenaje de nuestra organización a uruguayos campeones de boxeo sudamericano, entre los que se encontraban vendedores de diarios, como los hermanos Juan y Pedro Umpiérrez, Arquímedes Castillos, Fidel Tricánico entre otros. Fue a comienzos de la década del '40.



Un acto de homenaje a Domingo Espert. Hace uso de la palabra, el compañero "Pocho" Presa.



Piñeiro, Domínguez, Berriel, Reobasco, Porcal, observan la emoción de una niña que recibe de nuestro Sindicato su primera túnica escolar.

058

-940565

Gracias



Juntos hemos compartido lo más importante durante 600 ediciones: el lector. Gracias por acompañarnos en esta tarea.

059



1920 - 1960 CUARENTA AÑOS DE LUCHA Y VIDA CONSTRUCTIVA











060

JULIO SOSA: El "Canillita - Cantor"

davía; pero que en sus sueños, el pibe acariciaba noche a noche, día a día, paso a paso, mientras iba formando su personalidad de hombre, de artista, de ídolo.

En propias declaraciones de "EL ZORZALITO" _mote con el que se le conocía_, explicaba porqué se hizo cantor de tangos. Y apareció allí la figura inmensa del inolvidable "mago" CARLOS, cuando en 1939 realizó aquella notable película "Luces de Buenos Aires," que Julio Sosa viera en la pantalla del viejo Cine artigas de su ciudad natal, con sus ojitos fijos, para no perder un solo gesto del mejor cantor de todos los tiempos.

Sus deseos entonces eran de crecer de un día para el otro, que las hojas de los almanaques volaran rápidamente, pero... apenas tenía 13 años y todavía le quedaba un trecho largo para recorrer.

Después de su ingreso a la marina nacional _contaba ya con 18 años_ y aburrido también de ese como de otros trabajos, retornó a Las Piedras para entrar a debutar como vocalista de un conjunto típico que sentaba sus reales en La Paz.

EN NUESTRO CAFE ATENEO

Poco tiempo actuó en aquella orquesta y se vino para Montevideo. No olvidaremos jamás sus actuaciones en el palco del Café Ateneo de la Plaza de Cagancha (Libertad), cuyo propietario era aquel bueno de Don Manuel Gil..

Había actuado primero con Epifanio Chain y subió al palco para vocalizar con la orquesta del siempre recordado Luis Caruso "Carusito", con quien grabara el tango "Sur" de Troilo y Manzi; luego con la orquesta de aquel destacado pianista Hugo Di Carlo. Con ellos talló de firme y su voz adquirió madurez. Ya "El Zorzalito" se abría paso hacia el camino de la fama, pues su pensamiento, su mira, era llegar a ser figura de primerísimo plano en la otra orilla.

Y... CONQUISTA BUENOS AIRES

Sus amigos de Las Piedras, que los tuvo de verdad, entre ellos Maggiolo "El Cacho", no sólo lo incentivaron para que viajara a Buenos Aires, sino que lo "palanquearon" para que allá la cosa fuera más llevadera.

Y el 15 de junio de 1949, JULIO marchó con la esperanza de que no sólo habría de sr figura de destaque de las primeras de cambio, sino un valor relevante del cancionero popular. Y a fé que lo consiguió. Actuó como solista en el Café "Los Andes" de Chacarita teniendo como "violas" a Cortesse y Fontana. ¡Que nenes!

Tuvo un pasaje fugaz en la orquesta de Joaquín Do Reyes, para luego tallar firme con Francil-Pontier, con quienes debutó en la boite "Pucadilly" de la calle Corrientes. ¡Paró los relojes!!

Fue figura de "primo cartello" en Radio "El Mundo". Grabó para el sello Víctor "El hijo triste", un vals que hizo a duo con Alberto Podestá. Hizo radio, televisión y con el tiempo, participó de aquel filme musical "BUENAS NOCHES, BUENOS AIRES" que todos habrán de recordar.

Se hizo estrella. Aquel gorrión que había hecho la promesa de que cuando fuera mayor se haría cantor, fué el varón mimado de los tangueros de la "Reina del Plata".

Entre sus éxitos destacados recordamos "Ivette", "Que me quiten lo bailao", "Margot", "Araca Corazón". Los mejores aciertos interpretativos los alcanzó, sin duda alguna, con los tangos románticos "Nada", "Si no me engaña el corazón", "Yo soy aquel muchacho", "La casita de mis viejos", "En esta tarde gris" y "Madame Ivonne".

Y también, fue autor de un libro de poemas que intituló "Dos horas antes del alba".

SUS OJOS SE CERRARON...

El 26 de noviembre de 1964 dejó de existir a raíz de un accidente automovilístico. Son conocidos los detalles de su trágica desaparición física que habría de enlutar a toda la familia tanguera de ambas márgenes del Plata. Cuando el cable la anunció, se vivió en todo el Uruguay una gran conmoción, la misma que vivían también nuestros hermanos argentinos.

Y... como en aquella otra tragedia de junio de 1935 cuando CARLOS GARDEL cegara su vida en Medellín, JULIO SOSA "El Zorzalito" de Las Piedras, años más tarde "El varón del tango", 29 años después cerrando sus ojos para siempre, iba a hacerle compañía en una tumba cercana a la suya en el cementerio de La Chacarita, a quien desde chico viera en él al ídolo, al hombre que le inspiró sus desos de cantor, al padre de sus viejos sueños de gorrión: CARLOS GARDEL.

ROMEO JOSE CURTO

200 KIOSCOS: REALIDAD PRESENTE
Futuro Promisorio

Escaparates instalados:
Arocena y Cambara
Arocena y M. Roses
Av. Agraciada y Asencio
A. Grande y Uruguay
Av. Agraciada y Entre Ríos
Amézaga y Requena
Br. Artigas y Miguelete
Av. Brasil y Pimienta
Buenos Aires y Alzáibar
Br. Artigas y Canelones
Cerrito y Zabala
Castro y Millán
C. M. Ramírez y M. H. y Obes
Colonia y Yaguarón
Cerrito y P. Castellanos
Colonia y Convenció
Colonia y C. Roxio
Colonia y A. Grande
Av. C. M. Ramírez y [illegible]ia
Colonia y F. Cres[illegible]
Constituyente y [illegible]
Av. 18 de Julio 851 y Andes
Av. 18 de Julio 852 y Andes
Av. 18 de Julio 894 y Convención
Av. 18 de Julio 89[illegible] y Convención
Av. 18 de Julio 907 y Convención
Av. 18 de Julio 945 y Río Branco
Av. 18 de Julio 953 y Río Branco
Av. 18 de Julio 948 y Río Branco
Av. 18 de Julio 952 y Río Branco
Av. 18 de Julio 996 y J. H. y Obes
Av. 18 de Julio 1006 y J. H. y Obes
Av. 18 de Julio 1044 y Río Negro
Av. 18 de Julio 1056 y Río Negro
Av. 18 de Julio 1057 y Río Negro
Av. 18 de Julio 1114 y Paraguay
Av. 18 de Julio 1090 y Paraguay
Frente a ONDA
Pza. Cagancha
Av. 18 de Julio 1195 y Cuareim
Av. 18 de Julio 1196 y Z. Michelini
Av. 18 de Julio 1245 y C. Quijano
Av. 18 de Julio 1244 y C. Quijano
Av. 18 de Julio 1257 y Yi
Av. 18 de Julio y Yi
Av. 18 de Julio 1299 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1300 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1301 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1302 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1345 y Ejido
Av. 18 de Julio 1350 y Ejido
Av. 18 de Julio 1357 y Ejido
Av. 18 de Julio 1445 y B. Amorín
Av. 18 de Julio 1458 y B. Amorín
Av. 18 de Julio 1503 y Vázquez
Av. 18 de Julio 1550 y Tacuarembó
Av. 18 de Julio 1553 y Tacuarembó
Av. 18 de Julio 1593 y C. Roxlo
Av. 18 de Julio 1596 y C. Roxlo
Av. Av. 18 de Julio 1605 y C. Roxlo
Av. 18 de Julio 1707 y Magallanes
Av. 18 de Julio 1708 y Magallanes
Av. 18 de Julio 1745 y Gaboto
Av. 18 de Julio 1748 y Gaboto
Av. 18 de Julio 1797 y T. Narvaja
Av. 18 de Julio 1848 y E. Acevedo
Av. 18 de Julio 1847 y E. Acevedo

Av. 18 de Julio 2000 y P. de María
Av. 18 de Julio 2002 y P. de María
Av. 18 de Julio 2003 y P. de María
Av. 18 de Julio y M. C. Martínez
Av. 18 de Julio 2143 y J. Paulier
Av. 18 de Julio 2247 y A. Díaz
Av. 18 de Julio y D. Terra
Av. 18 de Julio 842 y Andes
Av. 18 de Julio s/n B.H.U.
Ejido y Colonia
Ejido y Soriano
Ejido y Mercedes
Av. Fernández Crespo y Uruguay
Av. Gral. Flores y Guadalupe
Av. Gral. Flores y Amézaga
Av. Gral. Flores y Garibaldi
Av. Gral. Flores y Luis A. de Herrera
Av. Gral. Flores y Salari
Av. Gral. Flores y Quesada
Grecia y Rpca. Argentina
Av. Garzón y Lezica
Grecia y Prusia
Av. Garzón y Gral. Hornos
Galicia y Yaguarón
H. Yrigoyen y E. López
Av. Italia y Cooper
Av. Italia y Foresti
Av. Italia y Hospital Clínicas
Av. Italia y Sta. Mónica
Av. Italia Km. 22.500
Juncal y Sarandí
J. E. Rodó y Gaboto
Justicia y Miguelete
Av. J. B. y Ordóñez y Búrgues
Justicia y Pagola
J. B. Blanco y Barreiro
Av. Libertador y Venezuela
Larravide y 8 de Octubre
Av. L. A. de Herrera y Cádiz
Av. L. B. Berres y Tomkinson
Av. Libertador y Galicia
Fco. Solano López y Nancy
Misiones y Cerrito
Mercedes y Río Branco
Av. Millán y Raffo
Maldonado y Michelini
Mercedes y Yaguarón
Av. Millán y Vilardebó
Av. Millán y L. A. de Herrera
Mercedes y Convención
Mercedes y Andes
Av. 8 de Octubre y J. Cibils
Av. 8 de Octubre y C. Miró
Av. 8 de Octubre y Larravide
Av. 8 de Octubre y Pirineos
Av. 8 de Octubre y Centenario
Av. 8 de Octubre y Garibaldi
Av. 8 de Octubre y Piccioli
Av. 8 de Octubre y Sanguinetti
Av. 8 de Octubre y H. Militar
Av. 8 de Octubre y Villagrán
Av. 8 de Octubre y Abreu
Av. 8 de Octubre y F. Laborde
Paraguay y Rambla
Paysandú y Ejido
Paraguay y Aguilar
Piedras y Colón
Av. Rondeau y Colonia

Av. Rivera y S. Bolívar
Av. Rivera y M. Cervantes
Av. Rondeau y Paysandú
Av. Rivera y Colombes
Av. Rivera y Requena
Av. Rivera y A. Díaz
Soriano y Andes
Av. San Martín y L. A. de Herrera
Av. Suárez y [illegible]
Soriano y Yaguarón
San José y Paraguay
San José y G. Ruiz
San José y Zelmar Michelini
Sarandí y Zabala
Soriano y C. Quijano
San José y [illegible]
San José y Yaguarón
Av. Uruguay y [illegible]
Av. Uruguay y A. Grande
Av. Uruguay y Paraguay
Av. Uruguay y [illegible]
21 de Setiembre y [illegible]
Viejo Pancho y [illegible]
Jackson y [illegible]
Gral. Flores y [illegible]
ca)
Gral. Flores y [illegible]
(Vaccaro)
Avda. Brasil y Libertad
Gonzalo Ramírez y Gallo
Bulevar Artigas (Hosp. Italiano)
Colonia y [illegible]
Avda. Italia y Morales
Agraciada y San Martín
26 de Marzo y [illegible]
Andes y [illegible]
Avda. Brasil y [illegible]
Mercedes y Paraguay
Ejido y Uruguay
Bulevar España y [illegible]
Avda. Brasil y [illegible]
Ejido y Maldonado
Requena y [illegible]
Benito Blanco y [illegible]
Avda. Italia y [illegible]
Rivera y Brand[illegible]
Bvar. España y [illegible]
Garibaldi y [illegible]
Rivera y Pablo de María
Constituyente y [illegible]
Carlos Mª Ramírez y [illegible]
Fernández [illegible]
San José y Yaguarón
Agraciada y [illegible]
Anador y Propios
18 y Minas
18 y G. Barbato
Durazno y Bar[illegible]
Garibaldi y Tuy[illegible]
Avda. Italia y [illegible]
Av. Libertador y [illegible]
8 de Octubre y [illegible]
8 de Octubre y [illegible]
Soriano y Gutiérrez Ruiz
Soriano y Ciudadela
Uruguay y Fernández Crespo.

JULIO SOSA: El "Canillita - Cantor"

[illegible]

EL SUEÑO [illegible]

[illegible] cantor [illegible] lo conocieron [illegible] lo [illegible]

Y [illegible] 13 años [illegible] concurso que [illegible] a cabo en un [illegible] popular [illegible] Las Piedras [illegible] "Cuesta Ab[illegible]"

F[illegible] una cad[illegible] lo-

davia; pero que en sus sueños, el pibe acariciaba noche a noche, día a día, paso a paso, mientras iba formando su personalidad de hombre, de artista, de ídolo.

En propias declaraciones de "EL ZORZALITO" _mote con el que se le conocía_, explicaba porqué se hizo cantor de tangos. Y apareció allí la figura inmensa del inolvidable "mago" CARLOS, cuando en 1939 realizó aquella notable película "Luces de Buenos Aires" que Julio Sosa viera en la pantalla del viejo Cine artigas de su ciudad natal, con sus ojitos fijos, para no perder un solo gesto del mejor cantor de todos los tiempos.

Sus deseos entonces eran de crecer de un día para el otro, que las hojas de los almanaques volaran rápidamente pero... apenas tenía 13 años y todavía le quedaba un trecho largo para recorrer.

Después de su ingreso a la marina nacional _contaba ya con 18 años_ y aburrido también de ese como de otros trabajos, retornó a Las Piedras para entrar a debutar como vocalista de un conjunto típico que sentaba sus reales en La Paz.

EN NUESTRO CAFE ATENEO

Poco tiempo actuó en aquella orquesta y se vino para Montevideo. No olvidaremos jamás sus actuaciones en el palco del Café Ateneo de la Plaza de Cagancha (Libertad), cuyo propietario era aquel bueno de Don Manuel Gil..

Había actuado primero con Epifanio Chain y subió al palco para vocalizar con la orquesta del siempre recordado Luis Caruso "Carusito", con quien grabara el tango "Sur" de Troilo y Manzi; luego con la orquesta de aquel destacado pianista Hugo Di Carlo. Con ellos talló de firme y su voz adquirió madurez. Ya "El Zorzalito" se abría paso hacia el camino de la fama, pues su pensamiento, su mira, era llegar a ser figura de primorísimo plano en la otra orilla.

Y... CONQUISTA BUENOS AIRES

Sus amigos de Las Piedras, que los tuvo de verdad, entre ellos Maggiolo "El Cacho", no sólo lo incentivaron para que viajara a Buenos Aires, sino que lo "palanquearon" para que allá la cosa fuera más llevadera.

Y el 15 de junio de 1949, JULIO marchó con la esperanza de que no sólo habría de sr figura de destaque de las primeras de cambio, sino un valor relevante del cancionero popular. Y a fé que lo consiguió. Actuó como solista en el Café "Los Andes" de Chacarita teniendo como "violas" a Cortesse y Fontana. ¡Que nenes!

Tuvo un pasaje fugaz en la orquesta de Joaquín Do Reyes, para luego tallar firme con Francil-Pontier, con quienes debutó en la boite "Pucadilly" de la calle Corrientes. ¡Paró los relojes!!

Fue figura de "primo cartello" en Radio "El Mundo". Grabó para el sello Víctor "El hijo triste", un vals que hizo a duo con Alberto Podestá. Hizo radio, televisión y con el tiempo, participó de aquel filme musical "BUENAS NOCHES, BUENOS AIRES" que todos habrán de recordar.

Se hizo estrella. Aquel gorrión que había hecho la promesa de que cuando fuera mayor se haría cantor, fué el varón mimado de los tangueros de la "Reina del Plata".

Entre sus éxitos destacados recordamos "Ivette", "Que me quiten lo bailao", "Margot", "Araca Corazón". Los mejores aciertos interpretativos los alcanzó, sin duda alguna, con los tangos románticos "Nada", "Si no me engaña el corazón", "Yo soy aquel muchacho", "La casita de mis viejos", "En esta tarde gris" y "Madame Ivonne".

Y también, fue autor de un libro de poemas que intituló "Dos horas antes del alba".

SUS OJOS SE CERRARON...

El 26 de noviembre de 1964 dejó de existir a raíz de un accidente automovilístico. Son conocidos los detalles de su trágica desaparición física que habría de enlutar a toda la familia tanguera de ambas márgenes del Plata. Cuando el cable la anunció, se vivió en todo el Uruguay una gran conmoción, la misma que vivían también nuestros hermanos argentinos.

Y... como en aquella otra tragedia de junio de 1935 cuando CARLOS GARDEL cegara su vida en Medellín, JULIO SOSA "El Zorzalito" de Las Piedras, años más tarde "El varón del tango", 29 años después cerrando sus ojos para siempre, iba a hacerle compañía en una tumba cercana a la suya en el cementerio de La Chacarita, a quien desde chico viera en él al ídolo, al hombre que le inspiró sus deseos de cantor, al padre de sus viejos sueños de gorrión: CARLOS GARDEL.

ROMEO JOSE CURTO

061 -940565 1

200 KIOSCOS: REALIDAD PRESENTE
Futuro Promisorio

Escaparates instalados:
Arocena y Cambara
Arocena y M. Roses
Av. Agraciada y Asencio
A. Grande y Uruguay
Av. Agraciada y Entre Ríos
Amézaga y Requena
Br. Artigas y Miguelete
Av. Brasil y Pimienta
Buenos Aires y Alzáibar
Br. Artigas y Canelones
Cerrito y Zabala
Castro y Millán
C. M. Ramírez y M. H. y Obes
Colonia y Yaguarón
Cerrito y P. Castellanos
Colonia y Convención
Colonia y C. Roxlo
Colonia y A. Grande
Av. C. M. Ramírez y [illegible]ia
Colonia y F. Cres[illegible]
Constituyente y [illegible]
Av. 18 de Julio 851 , [illegible]es
Av. 18 de Julio 852 y Andes
Av. 18 de Julio 894 y Convención
Av. 18 de Julio 89[illegible] y Convención
Av. 18 de Julio 907 y Convención
Av. 18 de Julio 945 y Río Branco
Av. 18 de Julio 953 y Río Branco
Av. 18 de Julio 948 y Río Branco
Av. 18 de Julio 952 y Río Branco
Av. 18 de Julio 996 y J. H. y Obes
Av. 18 de Julio 1006 y J. H. y Obes
Av. 18 de Julio 1044 y Río Negro
Av. 18 de Julio 1056 y Río Negro
Av. 18 de Julio 1057 y Río Negro
Av. 18 de Julio 1114 y Paraguay
Av. 18 de Julio 1090 y Paraguay
Frente a ONDA
Pza. Cagancha
Av. 18 de Julio 1195 y Cuareim
Av. 18 de Julio 1196 y Z. Michelini
Av. 18 de Julio 1245 y C. Quijano
Av. 18 de Julio 1244 y C. Quijano
Av. 18 de Julio 1257 y Yí
Av. 18 de Julio y Yí
Av. 18 de Julio 1299 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1300 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1301 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1302 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1345 y Ejido
Av. 18 de Julio 1350 y Ejido
Av. 18 de Julio 1357 y Ejido
Av. 18 de Julio 1445 y B. Amorín
Av. 18 de Julio 1458 y B. Amorín
Av. 18 de Julio 1503 y Vázquez
Av. 18 de Julio 1550 y Tacuarembó
Av. 18 de Julio 1553 y Tacuarembó
Av. 18 de Julio 1593 y C. Roxlo
Av. 18 de Julio 1596 y C. Roxlo
Av. Av. 18 de Julio 1605 y C. Roxlo
Av. 18 de Julio 1707 y Magallanes
Av. 18 de Julio 1708 y Magallanes
Av. 18 de Julio 1745 y Gaboto
Av. 18 de Julio 1748 y Gaboto
Av. 18 de Julio 1797 y T. Narvaja
Av. 18 de Julio 1848 y E. Acevedo
Av. 18 de Julio 1847 y E. Acevedo
Av. 18 de Julio 2000 y P. de María
Av. 18 de Julio 2002 y P. de María
Av. 18 de Julio 2003 y P. de María
Av. 18 de Julio y M. C. Martínez
Av. 18 de Julio 2143 y J. Paulier
Av. 18 de Julio 2247 y A. Díaz
Av. 18 de Julio y D. Terra
Av. 18 de Julio 842 y Andes
Av. 18 de Julio s/n B.H.U.
Ejido y Colonia
Ejido y Soriano
Ejido y Mercedes
Av. Fernández Crespo y Uruguay
Av. Gral. Flores y Guadalupe
Av. Gral. Flores y Amézaga
Av. Gral. Flores y Garibaldi
Av. Gral. Flores y Luis A. de Herrera
Av. Gral. Flores y Salari
Av. Gral. Flores y Quesada
Grecia y Rpca. Argentina
Av. Garzón y Lezica
Grecia y Prusia
Av. Garzón y Gral. Hornos
Galicia y Yaguarón
F. Yrigoyen y E. López
Av. Italia y Cooper
Av. Italia y Foresti
Av. Italia y Hospital Clínicas
Av. Italia y Sta. Mónica
Av. Italia Km. 22.500
Juncal y Sarandí
J. E. Rodó y Gaboto
Justicia y Miguelete
Av. J. B. y Ordóñez y Burgues
Justicia y Pagola
J. B. Blanco y Barreiro
Av. Libertador y Venezuela
Larravide y 8 de Octubre
Av. L. A. de Herrera y Cádiz
Av. L. B. Berres y Tomkinson
Av. Libertador y Galicia
Fco. Solano López y Nancy
Misiones y Cerrito
Mercedes y Río Branco
Av. Millán y Raffo
Maldonado y Michelini
Mercedes y Yaguarón
Av. Millán y Vilardebó
Av. Millán y L. A. de Herrera
Mercedes y Convención
Mercedes y Andes
Av. 8 de Octubre y J. Cibils
Av. 8 de Octubre y C. Miró
Av. 8 de Octubre y Larravide
Av. 8 de Octubre y Pirineos
Av. 8 de Octubre y Centenario
Av. 8 de Octubre y Garibaldi
Av. 8 de Octubre y Piccioli
Av. 8 de Octubre y Sanguinetti
Av. 8 de Octubre y H. Militar
Av. 8 de Octubre y Villagrán
Av. 8 de Octubre y Abreu
Av. 8 de Octubre y F. Laborde
Paraguay y Rambla
Paysandú y Ejido
Paraguay y Aguilar
Piedras y Colón
Av. Rondeau y Colonia
Av. Rivera y S. Bolívar
Av. Rivera y M. Cervantes
Av. Rondeau y Paysandú
Av. Rivera y Colombes
Av. Rivera y Requena
Av. Rivera y A. Díaz
Soriano y Andes
Av. San Martín y L. A. de Herrera
Av. Suárez y Asencio
Soriano y Yaguarón
San José y Paraguay
San José y G. Ruiz
San José y Zelmar Michelini
Sarandí y Zabala
Soriano y C. Quijano
San José y Ejido
San José y Yaguarón
Av. Uruguay y [illegible]
Av. Uruguay y A. Grande
Av. Uruguay y Paraguay
Av. Uruguay y [illegible]
21 de Setiembre y [illegible]
Viejo Pancho y [illegible]
Jackson y [illegible]
Gral. Flores y [illegible]ca)
Gral. Flores y [illegible] (Vaccaro)
Avda. Brasil y Libertad
Gonzalo Ramírez y Salto
Bulevar Artigas (Hosp. Italiano)
Colonia y Tacuarembó
Avda. Italia y Morales
Agraciada y San Martín
26 de Marzo y Luis A. de Herrera
Andes y San José
Avda. Brasil y Ellauri
Mercedes y Paraguay
Ejido y Uruguay
Bulevar España y [illegible]
Avda. Brasil y [illegible]
Ejido y Maldonado
Requena y [illegible]
Benito Blanco y [illegible]
Avda. Italia y [illegible]
Rivera y Brandzen
Bvar. España y [illegible]
Garibaldi y [illegible]
Rivera y Pablo de María
Constituyente y [illegible]
Carlos Mª Ramírez y [illegible]
Fernández Cr[illegible]
San José y Yaguarón
Agraciada y Fco. Gómez
Anador y Propios
18 y Minas
18 y G. Barbato
Durazno y Bar[illegible]
Garibaldi y Tuyú
Avda. Italia y [illegible]
Av. Libertador y [illegible]
8 de Octubre y Forteza
8 de Octubre y [illegible]
Soriano y Gutiérrez Ruiz
Soriano y Ciudadela
Uruguay y Fernández Crespo.

062 -940565 1





ZONAS Y PRECIOS DE DERECHOS DE PISO PARA ESCAPARATES

1) 18 de Julio desde Pza. Independencia a Barrios Amorín
U.R. 3,5
Dentro de la zona comprendida por la Rambla Portuaria, Ciudadela, Paysandú, Fernández Crespo, Av. Rivera, Jackson, José E. Rodó, Magallanes, Soriano, Ciudadela, Río de la Plata.

2) U.R. 3
Dentro de la zona comprendida por Bahía de Montevideo, Br. Artigas, José Pedro Varela, Br. Batlle y Ordóñez, Avda. 8 de Octubre, 20 de Febrero, Camino Carrasco, Veracierto, Avda. Italia, Aº Carrasco, Río de la Plata. EXCLUIDAS LAS ZONAS ANTERIORMENTE DESCRIPTAS.

3) Sobre Plazas, Ramblas, Bulevares, Caminos o Avenidas hasta 50 metros de cruces con calles por la que circulan por lo menos 3 líneas de ómnibus.
U.R. 2,5

4) En el resto de la zona:
U.R. 2
Fuera de la zona señalada:

5) Sobre Plazas, Ramblas, Bulevares, Caminos o Avenidas hasta 50 metros de cruces con calles por la que circulan por lo menos 3 líneas de ómn bus.
U.R. 2

6) Sobre Plazas, Ramblas, Bulevares, Caminos o Avenidas.
U.R. 1,5

7) Los demás escaparates:
U.R. 1

8) Mesas o exhibidores dentro de la zona demarcada: U.R. 1.

9) Mesas o exhibidores fuera de la zona demarcada: U.R. 0,50.

063

-9405557

"JACINTO" PARA NOSOTROS, PARA EL PAIS, "EL GRAN CAPITAN" PARA LOS BRASILEÑOS "OBDULIO"



Obdulio, en bicicleta, tras los diarios y la gloria



Jacinto, con Cata, su formidable compañera, simbolizando su vida indiscutiblemente triunfal.

Para el mundo, el héroe de Maracaná. La gloriosa celeste, el no menos glorioso Uruguay, de la mano de Obdulio Varela, como antes lo había sido de la de José Nazazzi en Colombes, Amsterdam y Montevideo, por cuarta vez se consagraba
¡Campeón Mundial!

Jacinto, peón de albañil, diariero, futbolista, fue campeón mundial como lo fueron también diarieros y campeones mundiales Juan Piriz en Amsterdam y Santos Iriarte en Montevideo.

Luego, toda su grandeza, traducida en sencillés, humildad, en su culto a la amistad verdadera, lo transformaría en mito inmortal para la consideración popular.

Para nosotros, el colega que nos enorgullece, como Troitiño, como Florencio, como nuestro Sindicato y Caja de Auxilios, será eternamente grande.

GAVROCHE



Como no podía faltar, nuestro gremio, nuestro sindicato rindió homenaje al más grande cantor popular.



Compañeros jubilados, ligados como siempre a nuestra organización conmemoran uno de sus aniversarios.

064

9405561

empresas punto

A quienes llevan a la gente la última declaración de Clinton, el estado del tiempo, la opinión de Maradona o las decisiones del Parlamento, nuestro saludo.



A todos los Canillas

de la gente de

EL PAIS

Primero siempre

empresas punto

DESCUBRA POR QUE SUS MEJORES CLIENTES PERTENECEN AL MISMO CLUB

Cuando un lector habitual de El País comienza a pertenecer a Club El País, recibe su tarjeta del Club. Y -con ella- comienza a disfrutar de importantes descuentos y beneficios en más de 800 Establecimientos Adheridos, en 80 rubros en todo el país. Además participa de Avant Premiers exclusivas, sorteos especiales, y recibe entradas gratuitas o con descuentos para espectáculos de primer nivel. **¿Por qué son sus mejores clientes?** Porque, para asociarse al Club, deben adquirir todos los días el diario El País y pagarlo mensualmente por adelantado. Y, de esta manera, usted anticipa un mes su ganancia. Y como si todo esto fuera poco, usted también recibe su tarjeta de Socio, participa de sorteos especiales y disfruta de todos los beneficios que ofrece el Club. Por eso le invitamos a hacer crecer a Club El País. Porque también crece usted.



EL PAIS

Primero siempre

Hay un público que espera su mensaje...

- Suplemento deportivo
- Rock de Primera
- Salsa Noticias
- Economía & Finanzas
- TV Noticias
- Casas & Autos
- Espectáculos
- Suplementos especiales
- Su Horóscopo Mensual

ultimas noticias

El vespertino de más venta en el Uruguay

Comprobarlo es muy fácil, pregúntele al canillita más próximo.

067/67

9405651

EDITORIAL
COMPAÑERO S.R.L.
D. Fernandez Crespo 2242
(FAX) 94 25 08 Tel. 94 25 18
Montevideo
Uruguay

413

Montevideo, 28 de abril de 1994.-

De nuestra mayor consideración:

La Editorial Compañero tiene el agrado de invitar a Ud. a la presentación del libro "EL SOCIALISMO EN LOS TIEMPOS DEL COLERA", de la colección "Problemas actuales del socialismo". Reúne las siguientes ponencias, de autores latinoamericanos, presentadas en el XVIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, realizado en Cuba en 1991:

* La crisis del estado y la lucha por la democracia en América Latina, de Pablo González Casanova.
* América Latina frente a los desafíos globales, de Xabier Gorostiaga.
* El escenario latinoamericano ante el rompecabezas europeo, de Verónica Loynaz.
* La izquierda latinoamericana hacia una nueva estrategia, de Isabel Rauber.
* América Latina: Perspectivas socialistas en tiempos del cólera, de Carlos M. Vilas.

La presentación del libro se realizará en el atrio de la Intendencia Municipal de Montevideo en el marco del VII FESTIVAL DEL LIBRO NACIONAL el próximo 6 de mayo a las 19hs.

Harán uso de la palabra los licenciados Alvaro Gascue y Luis Stolovich, el profesor Hugo Cores y el Director de nuestra editora, Raúl Olivera.

Lo saluda cordialmente

Mariela Salaberry

FECHA 8/6/94 (6M)
Procesado a S...
OBSERVACIONES

001/13

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 06 JUN. 1994
Pase a Biográfico
Nº. de Orden 9405652

EDITORIAL COMPAÑERO

CATALOGO 1994

Editora Compañero S.R.L.
Editor Responsable: Raúl Olivera
Fernández Crespo 2242
Fax. 94.2508 - Tel. 94.2518
Código Postal 11800
Montevideo
Uruguay

002 9405652

Cómo estudiar la sociedad

Marta Harnecker
1986, 203 págs.

Editado originalmente en 1971 en "Cuadernos de Educación Popular", Chile, constituye un esfuerzo pedagógico que compendia las principales herramientas teóricas del marxismo leninismo aplicadas al estudio de nuestras sociedades.
Precio: $ 17,00 ; U$S 3,50

Del Moncada a la victoria: la estrategia política de Fidel

Marta Harnecker.
1986, 121 págs.

La autora analiza las grandes líneas estratégicas que culminaron con el derrocamiento del régimen de Batista y el triunfo de la Revolución Cubana. Un libro que puede ayudar a comprender los peculiares caminos de la construcción del socialismo en Cuba.
Precio: $ 17,00 ; U$S 3,50

Crisis y alternativas revolucionarias en América (I)

Pablo González Casanova, Ruy Mauro Marini, Tomás Amadeo Vasconi, Marta Harnecker.
1987, 68 págs.

Ensayos de elaboración teórica y crítica, gestados en el marco de la experiencia revolucionaria latinoamericana. Incorporando los cambios que se han producido en nuestras sociedades en los últimos años, aportan una visión no dogmática, que abre campos a una nueva y necesaria reflexión dentro de la izquierda latinoamericana.
Precio: $ 17,00; U$S 3,50

003 , -9405652

Perestroika: la revolución de las esperanzas

Marta Harnecker
1988, 152 págs.

El libro es una entrevista a Kiva Maidanik, analista y teórico soviético, estudioso de la problemática latinoamericana y, en particular, de la obra y el pensamiento del Che Guevara. Investigador del Instituto de Economía Mundial y Relaciones Internacionales de la URSS. Aborda con singular franqueza y profundidad las transformaciones que en ese año estaban ocurriendo en la URSS.
Precio: $ 25,00; U$S 5,50

Para entender la Perestroika

Alvaro Gascue
1988, 61 págs.

El sociólogo uruguayo analiza la realidad soviética en base a una amplia documentación histórica y estadística, haciendo énfasis en lo sucedido en la década del 30. Plantea una hipótesis explicativa de los avances y limitaciones de la Perestroika, rescatando la visión marxista de Isaac Deutscher acerca del fenómeno stalinista y post-stalinista.
Precio: $ 17,00 ; U$S 3,50

Recuerdos de una mirista

Carmen Rojas
1988, 100 págs.

La autora, militante del MIR chileno, relata la resistencia de tantos hombres y mujeres que, a pesar del hambre, el miedo y la soledad, resistieron sin tregua y sin claudicaciones en las cárceles de Pinochet. Se trata de un testimonio audaz, honesto y autocrítico, narrado con ternura y valentía.
Precio: $ 17,00; U$S 3,50

004 -9405652

Ultima ronda de los Consejos de Salarios: Análisis y saldos

Daniel Olesker, José Tuimil
1988, 77 págs.
Los autores analizan en profundidad la forma que asumió, bajo el gobierno de Sanguinetti, la negociación salarial en el Uruguay, a partir del estudio de algunos de los convenios laudados en ese período.
Precio: $ 17,00 ; U$S 3,50

La lucha de los gremios solidarios (1947-1952)

Hugo Cores
1989, 250 págs.
Documentado y agudo análisis del desarrollo del movimiento obrero uruguayo en el período del neo-batllismo y el auge de la industrialización en el Uruguay. Incorporando nuevos elementos a la historiografía ya existente documenta la forma en que se situaron las principales fuerzas políticas, sindicales y sociales frente a la irrupción de las grandes huelgas de los gremios solidarios de los años 51-52. Co-edición con Banda Oriental.
Precio: $35,00 ; U$S 7,50

Homenaje a Gerardo Gatti

1989, 58 págs.
Recopilación de las intervenciones de *Guillermo Chifflet, Roberto Elizalde, Mariano Arana, Jorge Irisiti, Héctor Rodríguez, Hugo Cores, Carlos María Gutiérrez y Eduardo Galeano*, realizadas en el Para-ninfo de la Universidad de la República, el 9 de junio de 1987, en homenaje a Gerardo Gatti, uno de los fundadores de la Convención Nacional de Trabajadores (CNT) y del Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). Los testimonios recogen aspectos de una larga y rica

005
-9405652

trayectoria del dirigente sindical y político, secuestrado en Argentina en 1976 y hasta hoy desaparecido.
Precio: $ 17,00 ; U$S 3,50

Los sectores populares en el Uruguay del novecientos (1907-1911)

Universindo Rodríguez
1989, 124 págs.
El trabajo destaca el protagonismo de los trabajadores en la construcción de sus herramientas de lucha y su autonomía frente al Estado así como la conformación del Uruguay moderno y su singular legislación social. Incluye los orígenes de la reorganización sindical en Montevideo y el interior y la participación de las mujeres en ese proceso.
Precio: $ 25,00; U$S 5,50

¿Ha llegado la hora de Cuba?

Marta Harnecker
1990, 87 págs.
Análisis de las interrogantes que se le plantean al proceso cubano en el momento del desmoronamiento del llamado "socialismo real". Incluye "El Futuro de nuestra patria será un eterno Baragua", documento del Comité Central del PCC, preparatorio del IV Congreso de dicho partido.
Precio: $ 25,00; U$S 5,50

Crisis del socialismo: algunas respuestas marxistas

François Graña
1991, 90 págs.
Síntesis y comentario de la obra de Charles Bettelheim, agudo

006
-9405652
-9405652

crítico marxista francés, sobre el proceso de construcción del socialismo en la URSS. Un desafío a la reflexión, el debate y el estudio.
Precio: $ 25,00; U$S 5,50

Avisa a todos los compañeros, pronto...

Ignacio Martínez
1991, 100 págs.

Reconstruye algunos aspectos de la vida y trayectoria de cada uno de los compañeros del Partido por la Victoria del Pueblo muertos o que están desaparecidos y que contribuyeron a la forja de esa organización política, desde sus dirigentes hasta sus militantes de base. Da contenido, desde una nueva dimensión, a los conocidos rostros, cuyas fotografías han aparecido en las manifestaciones y actos públicos de los últimos años. Compañeros que dieron su vida por la revolución y el socialismo.
Precio: $ 17,00; U$S 3,50

Ciudad y conflicto

Alvaro Portillo
1991, 94 págs.

Estudio acerca de la urbanización en las formaciones sociales capitalistas y, en particular, en las sociedades capitalistas dependientes latinoamericanas. Desde una perspectiva gramsciana, analiza la significación teórica de la reproducción social y las modalidades de ejercicio y distribución del poder en el ámbito específicamente urbano. Precio $ 30,00; U$S 6,50

Frente Amplio: Los desafíos de una izquierda legal

Marta Harnecker
1991, 380 págs.

Recoge un debate entre varios dirigentes políticos uruguayos

007 -9405652

acerca de la formación del Frente Amplio, movimiento político de definición popular, democrática y antiimperialista, cuya experiencia unitaria es la más prolongada de América Latina.

Aborda, de manera polémica y franca, desde el nacimiento de la coalición y los acontecimientos más importantes que le tocó enfrentar hasta temas de actualidad como la crisis de militancia, los estilos de conducción, la viabilidad de su programa, la conquista del gobierno y el poder.

Los entrevistados, pertenecientes a distintas corrientes de opinión dentro del Frente Amplio, son: *Eleuterio Fernández Huidobro*, dirigente del Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros- y del Movimiento de Participación Popular; el *Diputado Francisco Rodríguez Camusso*, del Movimiento Popular Frenteamplista; *Enrique Rubio*, dirigente de la Vertiende Artiguista; *Esteban Valenti*, ex-Secretario de Propaganda del Partido Comunista; *Juan Pablo Terra*, dirigente demócrata cristiano; *Hugo Batalla*, Senador, dirigente de la 99; *Pedro Montañez*, ex-militar, dirigente del Partido Socialista; *José Korseniak*, Senador y dirigente del P. Socialista; *Héctor Rodríguez*, veterano dirigente sindical textil, *Danilo Astori*, Senador, Vice-Presidente del Frente Amplio, *Tabaré Vázquez*, Intendente de Montevideo, *Hugo Cores*, Diputado por el Movimiento de Participación Popular y Secretario General del Partido por la Victoria del Pueblo; *Hugo Podestá y Errol Bonella*, ambos delegados de las bases en la estructura de la coalición.
Precio: $ 15,00; U$S 5,50

URSS: de la Perestroika al derrumbe

Kiva Maidanik
1991, 126 págs.

El autor retoma el análisis crítico de lo sucedido en la sociedad soviética en el curso de la Perestroika y de cómo el marxismo se fue transformado, desde años anteriores, en ideología justificadora de un

008

-9405652

orden despótico. Analizando el estancamiento económico de la URSS, abre a la reflexión de la izquierda latinoamericana una perspectiva que desafía y plantea problemas de la mayor actualidad.
Precio: $ 35,00; U$S 7,50

La lucha contra la dictadura. Documentos 1977-1984

1992, 277 págs.

Resumen de los principales documentos del Partido por la Victoria del Pueblo, definiendo sus posiciones políticas ante los principales problemas planteados al movimiento popular en ese período. Comienza con un documento autocrítico de su accionar, de 1977; define los principales ejes de lucha contra la dictadura; da su posición sobre la intervención militar de la URSS en Afganistán y los sucesos en Polonia; su apoyo al NO en el plesbiscito del 80 y al voto en blanco en 1982 y, finalmente, su posición ante los acuerdos del Club Naval. En una palabra, resume las posiciones del PVP en esos siete años de lucha.
Precio: $ 60,00; U$S 13

La rosa roja de Nissan

John Holloway
1992, 56 págs.

En el centro de la sociedad capitalista inglesa se desarrollan los hechos analizados en este libro por Jhon Holloway, donde la revolución tecnológica se instala desarticulando y cuestionando fuertemente al movimiento sindical. El impacto de la incorporación de nuevas tecnologías en las empresas, mirado desde una perspectiva uruguaya, ayuda a comprender muchos de los fenómenos que hoy se están empezando a procesar en nuestro país.
Precio: $ 25,00; U$S 5,50

009 -9405652

Leon Duarte. *Conversaciones con Alberto Márquez y Hortencia Pereira*

Rodolfo Porrini, Mariela Salaberry
Colección: Cuadernos de Memoria Popular
1993, 124 págs.

Esta colección se propone abrir una nueva línea de encuesta y documentación sobre aspectos de historia del movimiento social en el Uruguay y, en particular, el movimiento obrero, a través de testimonios personales. Testigos memoriosos, no siempre visibles, de hechos significativos que se conocen a veces sólo por sus manifestaciones públicas u organizadas, como puede ser una huelga, una manifestación o un congreso. De esos y otros hechos hablan Alberto Márquez y Hortencia Pereira, recordando la figura de León Duarte, dirigente de FUNSA y fundador del PVP hoy desaparecido, y los orígenes del sindicato de FUNSA.
Precio: $ 35,00; U$S 7,50

Revista COMPAÑERO

A partir de agosto de 1991, la editora Compañero ha publicado cuatro revistas de divulgación de temas políticos, teóricos y culturales:

Nº 1. La reforma del Estado. 44 págs, agosto-setiembre de 1991. Está centrado en un análisis del significado de las actuales propuestas neoliberales de reforma de los estados capitalistas.
Precio: $ 3,00; U$S 1

Nº 2. Mercosur. 60 págs, octubre-noviembre de 1991. Analiza las consecuencias negativas para los países involucrados (Uruguay, Paraguay, Argentina y Brasil) en el marco de las tendencias económicas principales del proceso económico mundial. Incorpora las discusiones del tema en el Frente Amplio y el movimiento sindical.

010 -9405652

Entrevistas a responsables de los Centros Comunales Zonales acerca de la experiencia del Frente Amplio en el gobierno de Montevideo y otros temas de interés sobre nuevas tecnologías y rol de la mujer en nuestra sociedad.
Precio: $ 3,50; U$S 1

Nº 3. Referendum. 52 págs. julio-agosto de 1992. Convocatoria a Referendum para doregar la Ley de Empresas Públicas. Reencuentro en la Argentina de la niña uruguaya desaparecida en 1976, Mariana Zaffaroni.
(Edición agotada).

Nº 4. A votar la blanca. 60 págs., noviembre-diciembre de 1992. Resume los principales argumentos y hechos políticos que determinaron el triunfo de la papeleta blanca en el plebiscito del 13 de diciembre de 1992 contra la ley (privatizadora) de las empresas públicas votada en el Parlamento. Análisis del tema militar en el Uruguay de hoy.
Comentarios a la obra de Foucault y análisis de Javier Diez Canseco sobre la Reunión del Foro de San Pablo.
Precio: $ 4,00; U$S 2

Nº 5. Aurora Escotto en Paraguay: "Fue cruel pero valió la pena". 60 págs., abril-mayo de 1993. Reportaje a la madre del uruguayo, Nelson Santana, desaparecido en Paraguay. Informaciones sobre su detención en Asunción aparecieron con la apertura de los archivos de la policía stronista en diciembre, en el marco de la llamada "Operación Cóndor". Amplia información sobre este tema.
Otros asuntos: la experiencia de gobierno del Frente Amplio a tres años de asumido el gobierno, la persistencia del miedo como elemento de dominación y de incorporación de pautas autoritarias a la legislación penal y militar, balance de los resultados del triunfo del plebiscito contra la ley de empresas públicas del 13 de diciembre de 1992.
Precio $ 5,00; U$S 2

911 -9405852

Nº 6. 67 pag. julio-agosto 1993. Foro de San Pablo. El caso Berríos. I.M.M:Justicia social para recaudar y para gastar. Una legislación represiva a la medida de un gobierno debil. Para organizar la resistencia. La izquierda a la búsqueda de sentido. Nefastos efectos de la ideología político-mediática. Viena: Una conferencia apenas declarativa. Nuevos tiempos. Adios a la Revolucion ?. Privatización y Reestructura en el sector teléfonico. Reportaje a Andres Rivera.
Precio $ 6.00 U$A 2.00.

EL SOCIALISMO EN LOS TIEMPOS DEL COLERA.
151 pág - 1993.
Este trabajo reune las principales ponencias presentadas en el XVIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, realizado en Cuba en 1991. En el mismo se incluyen "El escenario latinoamericano ante el rompecabezas europeo" de la Lic Verónica Loynaz Fernández; "La izquierda latinoamericana hacia una nueva estrategia" de Isabel Rauber; "América Latina frente a los desafíos globales" de Xabier Gorostiaga; "La crisis del estado y la lucha por la democracia en América Latina; "América Latina: Perspectivas socialista en tiempos de cólera" de Carlos M. Vilas.
Precio $ 35.00 U$A 8.00.

DESASTRE EN LA EDUCACION URUGUAYA ¿PODEMOS HACER ALGO?
47 Pág- 1994.
Esta publicación de la Profesora Graciela Mantaras esta integrada por una serie de artículos publicados en BRECHA, con el manifiesto propósito de iniciar un debate público acerca de la situación de la enseñanza pública en Uruguay.
Precio $ 10.00- U$A 2.50

12 -9405852

LA MANO REBELDE DEL TRABAJO.

74 Pág- 1994.

Este título de Adolfo Gilly incluye dos trabajos, "Flexibilidad, o el asalto contra el trabajo" y "La mano Rebelde del Trabajo. Crisis, proceso de trabajo capitalista y programa obrero". En esta publicacion se desarrolla un profundo analisis de problemas que afectan a los trabajadores y sus organizaciones sindicales en el marco de la ofensiva capitalista.

Precio $ 20.00 U$A 4.50.

SUSCRIPCIONES O SOLICITUDES DE LIBROS

Solicito a Ud. el envío del libro (o revista)..

.... a la siguiente dirección:

Nombre:....................................Apellido..

Dirección:..

Código Postal:.................Ciudad:..

País...

Nota: La solicitud de la publicación deberá estar acompañada de este talón. El pago deberá efectuarse mediante giro bancario a nombre de Raúl Olivera, cuenta Nº 050-093331-060-8 Banco Caja Obrera, Sucursal Goes, Monte-video - Uruguay. El solicitante deberá agregar al costo de la publicación el costo del franqueo postal, que es siguiente: Libros - Europa U$S 4 América Latina: U$S 2, EEUU 2,60. Revistas - Europa U$S 1,50, América Latina U$S 1, EEUU U$S1,50.

013/13

-9405552

ALIADOS

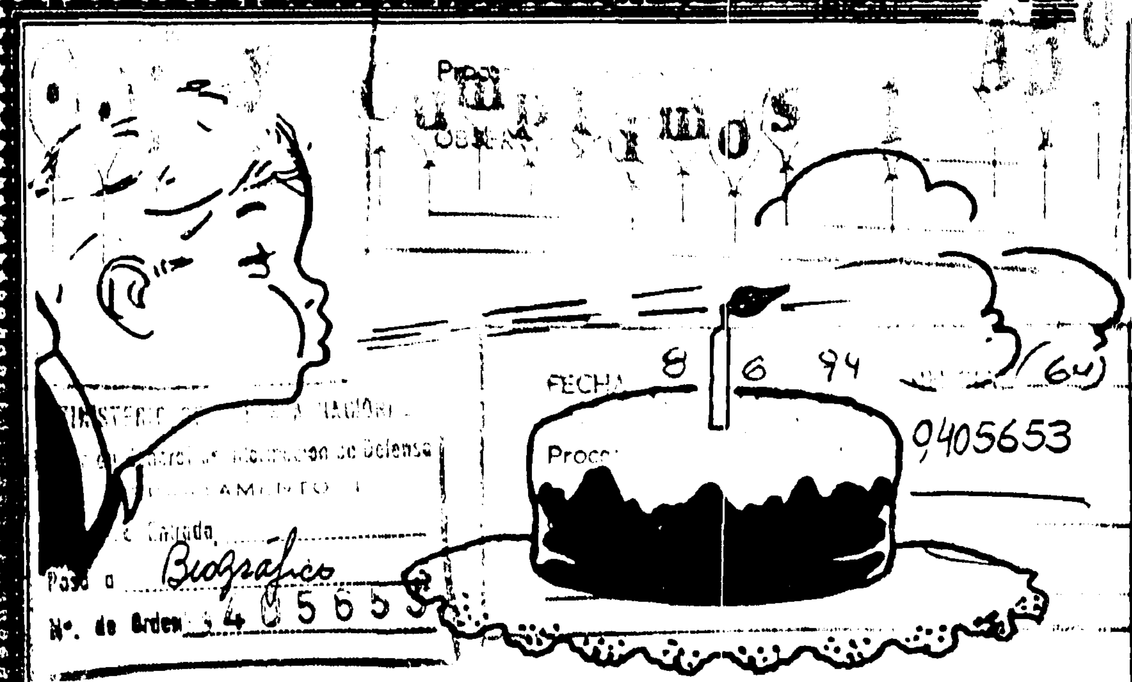
Revista del PARQUE BATLLE

AFILIADA A

Asociación de la Prensa Barrial del Uruguay

AÑO 1 - Nº 12 - JUNIO DE 1994

Barrial, mensual y gratuita



LUMILAGRO

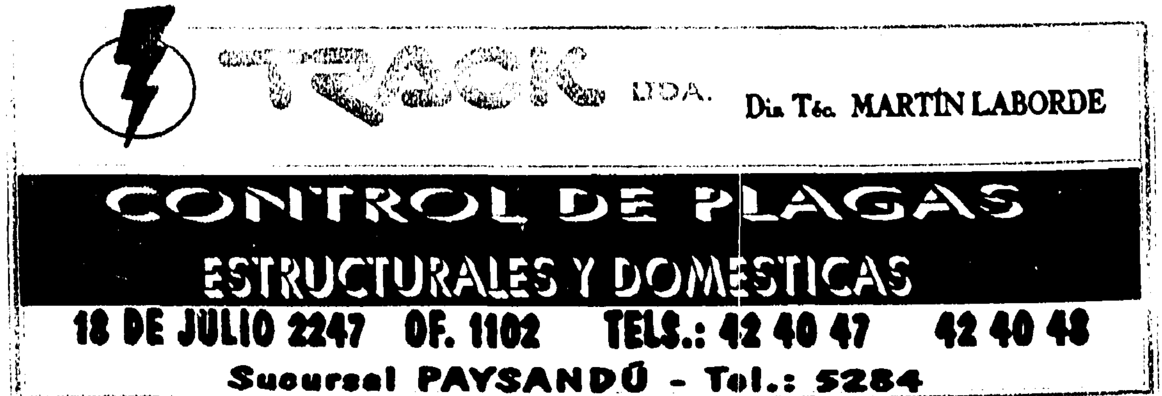
DOMINÓ LA TEMPERATURA

AGUA BIEN CALIENTE DESDE EL PRIMER MATE HASTA EL PENÚLTIMO.

El termo matero más vendido de América







002 -9405653

ALIADOS Revista del PARQUE BATLLE

Editorial

... y Cumplimos 1 Año !!!

Este es el ejemplar Nº 12 correspondiente al mes de junio de 1994.

Un año ya en forma ininterrumpida. Mes a mes estuvimos en la calle, en todos los comercios de la zona, tratando de llegar en forma gratuita a todos los hogares del Parque Batlle, Blanqueada Sur, Cordón Este, Pocitos, Villa Dolores.

ALIADOS, es una Revista Barrial, Mensual y Gratuita, tal como reza en nuestra tapa. Nuestros norte es el servicio de información, para que todos encuentren en nuestras páginas ya sea la noticia sobre actividades sociales, culturales, etc. donde, como y cuando se deben pagar tributos. Cuáles son las Farmacias y Estaciones de Servicio de turno y todo aquello que contribuya a mantener informados a los vecinos.

Hemos sido recibidos en forma excelente por los Centros Comunales Zonales Nos.4 y 5, pero de ninguna manera somos ni pretendemos ser los voceros oficiales de los mismos. Sólo recibimos información y la publicamos objetivamente como corresponde.

Eso sí, en nuestras opiniones editoriales sostenemos, porque así lo pensamos, nuestro total apoyo a la descentralización de los servcios comunales, así como también la participación de los vecinos a través de las Comisiones o Consejos Vecinales. Lo hemos alentado continuamente para que así sucediera.-

003

También tienen cabida en nuestra querida revista las notas especiales de actualidad a cargo de entrañables colaboradores, excelentes profesionales que no han dudado en colaborar con nosotros, enorgulleciéndonos al máximo, al volcar sus conocimientos y experiencias.

Y finalmente, nuestro agradecimiento a los avisadores, quienes con su aporte económico, hacen posible el mantenimiento de este medio de comunicación, pero que además, ha servido para conocernos y entablar una muy linda amistad entre nosotros, brindándonos mutuamente un servicio hasta ahora, de pleno éxito.

...Y cumplimos 1 Año !!!

Gracias a todos.

SUMARIO

9405653

LUNA NUEVA
PIZZERÍA
PARRILLADA
ROTISERÍA
WHISKYS NACIONALES E IMPORTADOS
y ahora LAS MIL MANERAS DE PREPARAR EL POLLO !!!
Envíos sin cargo por el 78.77.53
EN LA ESQUINA DE PALMAR Y PONCE

JARDÍN DE INFANTES LA CIGÜEÑA
1968 - 1993
25 años
Junto a sus hijos
AUTORIZADO Nº 24
Inscripciones abiertas Martes y Jueves de 18 a 20 hs.
Maipú 1761. 81.41.81
Anexo "CLINICAS": Av. Italia 2759. Tel. 80.33.72

Efemérides de Junio

- 01 *Nace Juan Manuel Blanes (1830)*
- 03 *Día Interamericano del Dirigente de Personal.*
- 05 *Día Mundial del Medio Ambiente.*
- 09 *Día del Fútbol Sudamericano.*
- 09 *Aniversario del Centro de Vendedores de Plaza y Viajantes del Uruguay.*
- 09 *Aniversario del Instituto Nacional de Protección a la Infancia. (1927).*
- 10 *Día Internacional de la Libertad de Prensa.*
- 12 *Aniversario del Automóvil Club del Uruguay (1918).*
- 15 *Aniversario de la Asociación Cristiana Femenina (1912).*
- 16 *Día Mundial de la Lucha contra el Cáncer.*
- 19 *Natalicio de Artigas (1764).*
- 19 *Día del Abuelo.*
- 19 *Día del Arbol.*
- 21 *Comienzo del Invierno.*
- 24 *Muere Carlos Gardel (1935).*
- 24 *Natividad de San Juan.*
- 26 *Día Internacional de la Lucha contra el uso Indebido y el Tráfico Ilícito de Drogas.*
- 29 *Día del Papa.*
- 30 *Día de la Identificación Civil.*

New Look COIFFEUR
De José Enrique y Sandra
Lunes y Martes
Descuentos Especiales
GABRIEL PEREIRA 3032 78.56.41

ACUPUNTURA
Doctora ROSARIO CAL
OBESIDAD. TABAQUISMO. DOLORES EN GRAL.
ALERGIAS. ASMA. ANSIEDAD. STRESS
Belgrano 2862/004. Tel. 80.86.84
Pida hora desde las 14.30.

AGUA PARA ENGORDAR Y AGUA PARA ADELGAZAR

Parece increíble, pero es así. Si se bebe abundantemente, sobre todo durante las comidas, se observará que en poco tiempo los vestidos quedan estrechos. En cambio, si se es más bien gruesa, el agua tomada de acuerdo con determinadas reglas ayudará a adelgazar. Por ejemplo, un vaso de agua caliente en ayunas con el zumo de medio limón, no provoca como muchos creen, estreñimiento: esta bebida, por el contrario, regula perfectamente el intestino y desintoxica el riñón. A las personas que padecen por exceso de peso, les conviene evitarla durante las comidas, pero pueden beberla una hora antes y dos o tres después. Se recomiendan, también, los baños con productos adelgazantes, por ejemplo disolviendo en la bañera sales de algas marinas. No se debe olvidar que el agua oportunamente agitada puede ser un maravilloso masaje tonificante y reductor o tensor.

6 de Junio de 1944
El día "D"

Todo fin tiene un comienzo. El día "D" es un ejemplo claro. Quizás el más importante en cuanto a lo que pudo ser y finalmente fue el destino de la Humanidad. Porque se perfilaban los más oscuros años, porque la posibilidad del triunfo nazi sobre el mundo iba a marcar pautas terribles de supremacía racista, dividiendo a los humanos, esclavizándolos, quitándoles lo más importante que han recibido de Dios: su libre albedrío, el derecho a VIVIR, al amor familiar y fraternal, el derecho a SER tal como nos ha tocado nacer sin fronteras físicas, ni étnicas, ni religiosas.

Sólo los tres líderes aliados, el británico Winston Churchill, el norteamericano Franklin D. Roosvelt y el soviético José Stalin, después de serias discrepancias, sabían cuál era el día "D", dónde y cómo sería el desembarco que marcaría el inicio de la caída de la Alemania de Adolfo Hitler.

En las playas de Normandía, el 6 de junio de 1944, al mando del General Dwight Eisenhower, una fuerza naval de 5.000 buques y más de 157.000 hombres; desembarcaron, penetrando así al Continente Europeo, abriendo un nuevo frente de lucha, primero para la liberación de Francia y después para Europa toda.

La historia ha marcado al día "D" como uno de sus más importantes hitos, y ha dado nombre a todo aquello que signifique un momento, un día especial que marque el comienzo de algo nuevo, el instante de empezar a cambiar. El día "D" puede ser en cada uno de nosotros ese famoso "Momento de Decisión" que todos tenemos en la vida.

Desembarquemos en una nueva playa, con todas nuestras fuerzas y logremos la liberación total, abriendo nuestras conciencias, borrando para siempre las sombras de la violencia, de las guerras y del odio.

El 6 de junio de 1944, a la una menos diez de la madrugada, comenzó el fin de la guerra. Busquemos nuestro día "D" personal, nuestro momento de decisión para empezar a cambiar.

Adolfo Latorre

SECUNDARIA 1er. y 2do. CICLO
INSCRIPCIONES ABIERTAS
MATEMÁTICA A, B, C
FÍSICA - QUÍMICA - FILOSOFÍA - LITERATURA - HISTORIA
SOCIOLOGÍA - BIOLOGÍA Y TODAS LAS MATERIAS
DOCENTES ESPECIALIZADOS - CLASES INDIVIDUALES - ABONOS MENSUALES
C E P Centro de Estudios Pocitos
Rivera 3216 frente al ZOO. 68 47 46

Anécdotas de Pergamino

Por el profesor Juan Carlos Laborde

Cierto día al encaminarme al Laboratorio del I.A.V.A., pasé frente a un salón en que un amigo y profesor de Filosofía muy conocido como buen profesor y también por sus bromas, me llamó para que viera lo que hacía.

- Mira que casualidad!: entre los 40 examinados hay 20 aprobados y 20 aplazados.

Llamó a los alumnos, que esperaban fuera, y les dijo muy serio:

Señores no voy a corregir esta cantidad de escritos, de manera que si están de acuerdo, aprobaremos a los impares y aplazaremos a los pares. (Previamente había alternado el orden de hojas, colocando en la pila un escrito aprobado y otro aplazado).

Los alumnos pensaron: es otra broma del Profesor, y aceptaron incrédulos. El comenzó a "cantar": El uno, impar, aprobado. El dos, par, aplazado, etc. Los alumnos se retiraron algo confusos, pero sabían que el Profesor no cometería ninguna injusticia. Cuando quedamos solos, le dije:

Pero eres loco; los alumnos no saben que pensar, y con razón protestarán el examen.

¡No!, me contestó. Los que perdieron, saben que su escrito estaba mal, y los que aprobaron no protestarán. Además el resultado del examen, es justo. Al atravesar el patio, me acerqué a un grupo de alumnos que estaban discutiendo, y los aprobados reían de la última broma del profesor.

El hombre
es hombre si sólo se prueba
a sí mismo que es un ser que vale;
pero más vale aquel que siendo alguien,
no demuestra valor oprimiendo;
sino lo demuestra sirviendo.
Godar

SI SU AVISO ESTUVIERA
AQUÍ
LO ESTARÍAN VIENDO 4000 PERSONAS DE SU BARRIO
INFÓRMESE 81.14.04

DEPILADORA
Con Cera o Glucosa
SIN DOLOR
Sra. Gladys
18 de JULIO 2196 Ap. 202
Pedir HORA por el Tel.: 41 18 91

Liorna
CALZADO FINO
Espera su visita en 18 de Julio 2182
entre Beisso y Poullier
Tel.: 41.05.40

BALANCE Y PERSPECTIVA

Por NÉSTOR GIMÉNEZ

"Los lobos de nuestras costas y su brutal Matanza"



El siguiente es el contenido (textual) de una carta recibida en nuestro programa "Calibre 22", que realizamos todas las mañanas por Universal.

Por su contenido... por su mensaje... por su dramatismo, porque aún es posible una reacción positiva, porque es necesaria su mayor difusión, es que se la dejamos aquí, para que Ud. piense, reflexione, y se está a su alcance actúe en consecuencia.

En el Este de nuestro país (zona de desprecio a la vida) como tantas en el mundo de hoy, la crueldad y la enajenación humana tienen su centro de recreo.

Maldonado y Rocha, departamentos en que, la naturaleza, mostró un derroche de creación, han pasado a ser ***centros de dolor y crueldad.***

Estamos ante una vergonzosa matanza de lobos que nacieron para ocupar, un lugar en el mundo, pero que por su piel y su aceite, un número de varios miles, en las próximas semanas perderán sus vidas.

Una piel que ya pasó de moda... (como el derecho a la vida) y un aceite obtenible por vías menos dolorosa.

Todo ello bajo la hipocresía de que pescadores de la zona, se quejan de las limitaciones de la pesca.

Rocha con sus costas bañadas por el Océano Atlántico, su zona de bañados y arroyos, está señalada como ***"Reserva Ecológica Mundial"*** *según el convenio de RAMSAR y la DECLARACIÓN DE RESERVA DE BIÓSFERA (UNESCO).*

Sin embargo allí varias especies se han extinguido y otras están en vías de extinción por obra y gracia de la mano del hombre: Cisnes de cuello negro, batracios... y sobreviviendo las nutrias, zorros, aves pequeñas, en medio de lo que fue una riquísima zona de flora y fauna, donde las aves migratorias llegadas de tierras lejanas buscan subsistir y procrear.

Este habitat, en poco tiempo más, será destruido y no habrá posibilidad de recrearlo, porque la naturaleza, no tiene capacidad de resistir tanto desprecio tanto trasfondo político, ideológico o intereses creados.

Aunque prohibida la caza del lobo en Cabo Polonio, por el gobierno, empresas japonesas clandestinas continúan realizando y aumentando, en cantidad y crueldad estas terribles matanzas.

Esto acontece en las islas frente a Punta del Diablo, a 40 Kms. de distancia, donde los lugareños, rompen de un palazo la columna vertebral de los lobos para inmovilizarlos (y vivos) porque esa es la exigencia de los compradores, se les extraen sus órganos genitales, que luego serán transformados en afrodisíacos, de que gran demanda fundamentalmente en el mundo Asiático.

Esta mercadería, por llamarla de algún modo es pagada a muy buen precio, sin importar mayormente que luego el animalito, deba ser arrojado al mar VIVO y DESTROZADO, para que se pudra inundando las costas de Rocha y Maldonado.

Las poblaciones de esos departamentos se movilizan para detener la masacre y serán las autoridades quienes deban actuar con rapidez y firmeza para impedir este atropello, tan inconcebible como repugnante.

Basta de sacos suntuosos con pieles ajenas, basta de tantas extravagancias afrodisíacas.

Hasta aquí el texto de la carta recibida. Que más se puede agregar, ante tanto horror cometido por la mano del hombre.

Quizá sólo, una frase del genial Quino, en su máxima creación Mafalda.

Paren el Mundo, me quiero bajar!!!

LUMILAGRO
DOMINÓ LA TEMPERATURA

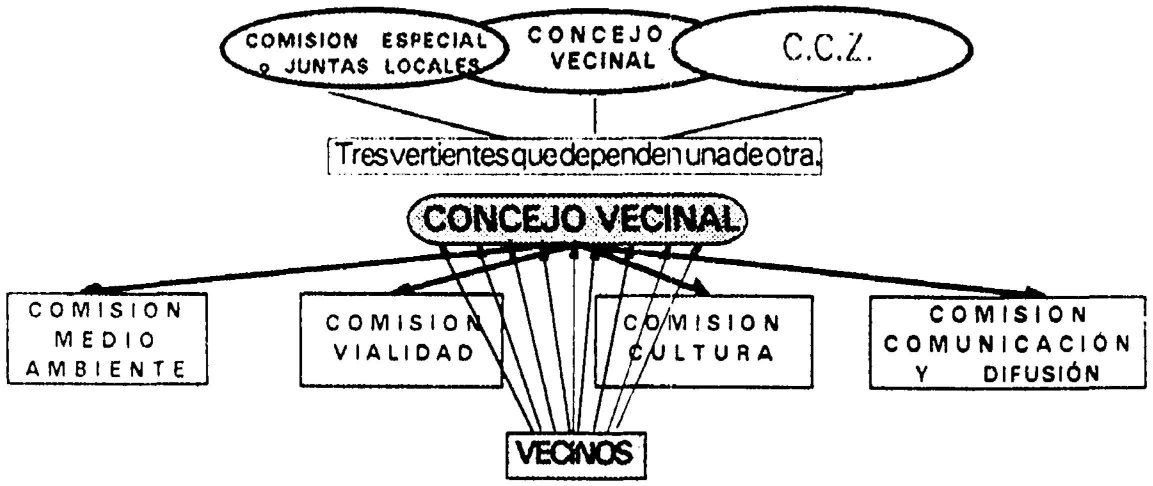
El termo matero
más vendido
de América

ALIADOS en la Información

El Concejo Vecinal del C.C.Z. Nº 4 llamó a una asamblea de vecinos, Comisiones Especiales y público en general, a los efectos de poner a consideración de los presentes, todos los temas relacionados a la zona y sobre las obras realizadas y a realizar.

La misma se llevó a cabo en el Colegio de los Padres Palottis y luego de explicar a la gente cómo es el funcionamiento de la tal mentada descentralización, su interrelación entre el Centro Comunal y los vecinos (lo mostramos en el esquema) se trataron temas tan importantes como la inminente inauguración de la Terminal Tres Cruces, su influencia en la intensificación del tránsito, en la pavimentación y el aumento, con el consiguiente peligro del tráfico pesado. También se habló de la importancia de los espacios verdes. "El Parque Batlle, uno de los parques más hermosos del mundo" y sobre el llamado a licitación de la adjudicación de espacios sobre la Av. Morquio para la explotación de locales de venta de comidas.

En cuanto a la forma que usted, vecino, pueda arrimar sus inquietudes, según el esquema, deberá hacerlo al seno del Concejo, y éste lo vierte a la Comisión que corresponda, ya que cada una de las vertientes (C.C.Z. - Concejo Vecinal - Comisión Especial o Junta Local) funcionan interrelacionadas.



Recordemos que los Concejos Vecinales tienen las siguientes atribuciones:

1 - Iniciativa y Propuesta.

2 - Asesoramiento a la Comisión Especial.

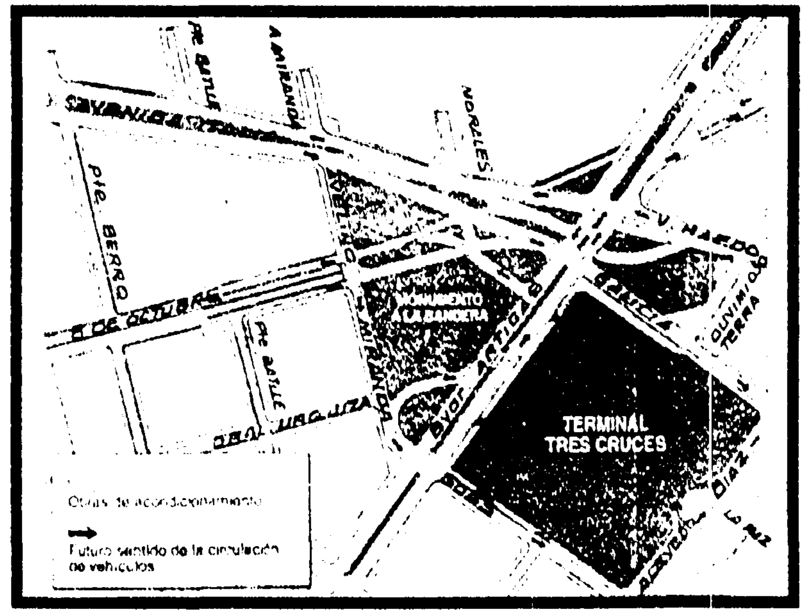
3 - Colaboración en la supervisión.

4 - Colaboración en la gestión.

Hizo uso de la palabra el Arquitecto Enrique Dalmaces, Director de la División Vialidad y Alumbrado Público, dijo que el problema de las vías de circulación está dado desde que se estableció allí la Terminal, porque según la opinión de los técnicos no era el lugar adecuado. "La situación nos la fue legada por el gobierno municipal anterior, y ahora nos encontramos con la situación de resolver los accesos en calles que no dan posibilidades de espacios suficientes".

ES UN HECHO
Estamos trabajando para brindar el mejor servicio de plaza. Realizando esta publicación, usted es testigo.
Estamos llegando
USE CORREOS
DIRECCION NACIONAL DE CORREOS

Estableció además, que el 80% del parque automotor circula por Av. Italia y naturalmente se verá ahora aumentada por ser ésta la única salida hacia el Este. Agreguemos que para salir hacia el Litoral y Norte, los pesados vehículos deberán girar por Bv. Artigas desde la calle V. Haedo, única salida de la Terminal. Los ómnibus que tomarán por 8 de Octubre, hacia Camino Maldonado, provocarán el mayor problema por el limitado espacio de giro entre las calles Haedo y Bulevar Artigas.



En otro momento de la reunión, el Director de Areas Verdes, Fernando Nopich, se refirió a la importancia de estos espacios, destacando la belleza de nuestro Parque Batlle, por su gran variedad de tipos de árboles, casi única en el mundo. "Un parque abierto en plena Ciudad, donde se puede circular por dentro hasta en horas de la noche", comparándolo con otros famosos en el mundo que se cierran durante esas horas, como el Central Park de Nueva York.

En cuanto a la licitación para la adjudicación de espacios para la explotación de restaurantes sobre la Av. Morquio (se habla de hasta 140 m2 por local) dijo, contestando a la pregunta de por qué no se consultó antes a los vecinos, que dicha licitación fue propuesta antes de concretarse el funcionamiento del sistema de descentralización, es decir, que todavía no existía la posibilidad de consulta directa con los vecinos involucrados "NO SE ESTA NADA DE ACUERDO" fue casi a coro la respuesta unánime por parte de todos los asistentes. "La licitación está congelada" terminó diciendo el Sr. Nopich. Sin embargo, hay cantidad de ideas para incorporar al Parque; más alumbrado, remodelación de los canteros, flores, gabinetes higiénicos, vigilancia nocturna, etc.

Aprovechemos el esquema, dirijamos nuestras baterías al seno del Concejo Vecinal y aprovechemos la "interrelación" mencionada.

Por último, digamos que el Concejo Vecinal del C.C.Z. Nº 4 funciona en los siguientes días y lugares: 1er. y 3er miércoles de cada mes en el Centro Comunal.

RICARDO L. MANSILLA
Traductor Público
TRADUCCIONES OFICIALES EN GENERAL
MÉNDEZ NUÑEZ 2669. Esq. Dr. Fco Soca
77.17.40

LAVADERO FAMILIAR
TENAS
HUMAITA 2710 CASI GARIBALDI
TEL. 80 11 61
... y qué precios !!!

DE INTERÉS PÚBLICO

FARMACIAS DE TURNO (Junio'94)

UNA GENTILEZA DE FARMACIA TUYUTI DE GARIBALDI 2895 E IBIRAPITA

6to. Turno, del 5 al 11
BRASILIA: Av. Centenario 2843 y Dr. Seco Illa.
RICHINO: Luis A. de Herrera 2125 y Av. Italia.
TALCAHUANO: A. Navarro 3152 y Talcahuano

1er. Turno, del 12 al 18
MARROCHE: Ayacucho 3191 y Navarro.
PONCE: Ponce 1507 y Pucy.
TUYUTI: Garibaldi 2895 e Ibirapitá.

2do Turno, del 19 al 25
CLINICA: Av. Italia 2809 y Centenario.
SAN NICOLAS: M. Albo 2750 y 8 de Octubre.

3er. Turno, del 26 al 2 de julio
DEL SOCORRO: Fco. Simón 2189 y D. Oribe
GRASSO: Luis A. de Herrera 1680 y R. Anador.
SAN SALVADOR: M. Quintela 3202 y Rep. del Salvador.

Farmacia TUYUTI
Descuentos en medicamentos y artículos de tocador
Regalos - Bijouterie
ACEPTAMOS TARJETAS DE CRÉDITO
AV. GARIBALDI 2895 ☎ 81.58.59

HOSPITALES

CLÍNICAS	47.15.15
TRAUMATOLOGÍA	47.17.09
REUMATOLOGÍA	47.03.04
PASTEUR	58.81.31
MACIEL	96.11.39 y 95.25.60
P. ROSSELL	78.66.55
SAINT BOIS	30.03.87
PIÑEYRO DEL CAMPO	58.85.45
VILARDEBÓ	23.46.41
PSIQUIÁTRICO	30.14.03
MILITAR	47.30.22
POLICIAL	56.58.05
ITALIANO	80.73.20
BRITÁNICO	47.10.20
C. GALICIA	40.11.31
CASMU	41.52.20
ESPAÑOLA	40.41.01
IMPASA	47.10.16
M. URUGUAYA	47.51.97
C. CATÓLICO	40.92.61
M.S.P. ASISTENCIA EXTERNA	40.11.11 al 13 Int. 105

¿NECESITAS AYUDA?

COMISIÓN DE APOYO A LA MUJER MALTRATADA (IMM)
Tel. 41.41.77. Todos los días las 24 horas.
AYUDA A SUICIDAS POTENCIALES
Tel. 40.20.15. Todos los días las 24 horas.
ALCOHÓLICOS ANÓNIMOS
Buenos Aires 591 Ap. 5 C.
Tels.: 95.72.41 y 96.45.14
ALCO (Gordos Anónimos).
Paraguay 1476. Tel. 98.08.36
NARCÓTICOS ANÓNIMOS
Sede Central: Duvimioso Terra 1337
Miércoles - Viernes - Sábados: 19 horas.
Domingos: 20 horas.
Martes (grupo literatura): 19 horas.
GRUPO DE APOYO A FAMILIARES DE JÓVENES DROGADICTOS
Parroquia de los Vascos. Julio H. y Obes 1331 (día jueves).

ESTACIONES DE SERVICIO TURNOS DE JUNIO'94 (de 0 a 24 hs)

2do. Turno, Domingo 5
ESSO: Av. Italia y Garibaldi.
SHELL: R. Anador y W. Beltrán.

3er. Turno, Domingo 12
ESSO: Rossell y Rius y R. Anador.
ESSO: Bv. Artigas y Rivera.
SHELL: 8 de Octubre y J. Cibils.
TEXACO: Av. Italia e Irlanda.

4to. Turno, Domingo 19
ANCAP: Av. Italia y M. Albo.
ESSO: R. Anador y Chacabuco.

5to. Turno, Domingo 26
ESSO: Av. Italia y Luis A. de Herrera.

ESSO
Servicentro PARQUE DE LOS ALIADOS
IORIO y MUSSA y Cía. S.R.L.
GOMERÍA - LAVADOS - ENGRASES
Abierto las 24 hs.
Av. GARIBALDI 2962 esq. Av. Italia. Tel. 80.43.08

Desde el 1° de junio JUBILADOS y PENSIONISTAS deberán gestionar exoneración de la CONTRIBUCIÓN INMOBILIARIA.

Los mismos deberán presentarse en cualquier C.C.Z., a efectos de tramitar el beneficio, únicamente en el período comprendido entre el 1° de junio y el 29 de julio de 1994.

El monto de los tributos no exonerables que se pagan con la Contribución Inmobiliaria se abonará durante el mes de diciembre de 1994.

Los jubilados y pensionistas cuyos ingresos, sumados a los de su cónyuge, no superen el importe de cuatro salarios mínimos ($ 1.580), estarán exonerados del 100% de la Contribución Inmobiliaria. Son requisitos además para acceder a la exoneración, que el inmueble sea la única propiedad que el beneficiario posea en el Departamento, siempre que el aforo no exceda de $ 24.221 ($ 15.845 x 1,5286) y se destine únicamente en casa habitación.

INFORMA EL C.C.Z. N° 5

A partir del jueves 2 de junio y todos los jueves de 18 a 20.30 hs. se dictarán clases de **AJEDREZ.**
Niños: mayores de 7 años de edad.
Adultos: sin límite de edad.
Inscripciones en el mismo Centro Comunal.

INAUGURAN CENTRO CULTURAL

El Centro Cultural "CUENCA DE POCITOS", que funcionará en Avenida Rivera 3190, fue inaugurado el pasado 28 de mayo. El Centro, que cuenta con una biblioteca popular, se convertirá en un punto de encuentro de los vecinos de Pocitos y Villa Dolores, cerca de donde están nuestros buenos amigos del Centro de Estudios Pocitos, frente al Zoo.

El local se encontraba en estado ruinoso y fue recuperado por la Intendencia. La gestión del Centro estará a cargo de los vecinos.

En el lugar funcionará una biblioteca popular que contará con material donado y el aporte del acervo de las bibliotecas circulantes.

PATENTE DE RODADOS

El 25 comenzó el cobro de la 2a. cuota de la Patente de Rodados en Montevideo y continúa durante todo el mes de junio.

El pago total de la 2a. y 3a. cuota tendrá un descuento del 8% sobre el importe de la 3a.

Recordamos se toma el N° de Padrón y no de Matrícula.

El cronograma de pagos es el siguiente:

PADRONES	FECHA
390.001 al final	25/05/94 al 31/05/94
360.001 al 390.000	01/06/94 al 06/06/94
310.001 al 360.000	07/06/94 al 10/06/94
270.001 al 310.000	13/06/94 al 16/06/94
210.001 al 270.000	17/06/94 al 22/06/94
1 al 210.000	23/06/94 al 28/06/94

El tributo correspondiente a los padrones automotores que no registran deudas de ejercicios anteriores será abonado en los siguientes locales:

C.C.Z. N° 1	Ciudadela 1229
C.C.Z. N° 2	Eduardo V. Haedo 2046
C.C.Z. N° 5	José Ellauri 400
C.C.Z. N° 7	Aconcagua 5082
C.C.Z. N° 8	Estadio Charrúa
C.C.Z. N° 12	Plaza Vidiella 5028
CLUB BIGUÁ	Tomás Diago 562
UNICAMBIO	Luis A. de Herrera 1351
CLUB LAURELES	Carlos M. Ramírez 1124
Agencia BROU	Gral. Flores 2551

Para padrones automotores con deudas del año 1993 y anteriores, regirá el mismo calendario, pero los locales de pago serán los que se detallan:

PALACIO MUNICIPAL	Atrio Calle Soriano
C.C.Z. N° 1	Ciudadela 1229
C.C.Z. N° 7	Aconcagua 5082
C.C.Z. N° 8	Estadio Charrúa
C.C.Z. N° 12	Plaza Vidiella 5028
CLUB BIGUÁ	Tomás Diago 562

HORARIOS: de 11.10 a 18.30hs.; BROU: horario bancario

MULTAS Y RECARGOS

La multa por el no pago dentro de los plazos estipulados será del 20% y el recargo por mora del 5.5% mensual acumulativo.

Se aceptarán pagos mediante el sistema de Débito Bancario de las siguientes instituciones: Sudamens, Boston, Pan de Azúcar, Santander y Acac. También se podrá abonar con las tarjetas de crédito Diners, Ocacard y Cabal.

TRANSPORTES ATLANTICO
DR. LUIS A. DE HERRERA 2392 Bis
☎ 81 94 13 - 81 98 35
Frente a IMPASA
CAMIONETAS - CAMIONES
REPARTOS - VIAJES AL INTERIOR
MUDANZAS - FLETES EN GENERAL
SERVICIO RADIO CONTROLADO
Servicio continuo de 06:00 a 20:00 horas



El cuidado de las Plantas

Un aporte exclusivo para Revista Aliados de la Sra. Kika Díaz.

Conozca las manías y gustos de sus Plantas.

Esta es la 1a. de mis charlas para la Revista Aliados y con gusto desearía sean muchas más, por eso elegí para hoy una Planta muy conocida como lo es "CYCLAME PERSICUM" o VIOLETA DE LOS ALPES.

Desgraciadamente la mayor parte de los Cyclame se marchitan en mitad de la temporada.

Pero si usted es cuidadosa pondrá atención para salvarla y también hacerla florecer el próximo año.

Ante todo procure comprar la plantita en otoño y no a mediados de invierno y elija una con gran cantidad de capullos, sin abrir la planta debe estar sana con follaje oscuro y vigoroso.

En pleno florecer, el riego debe efectuarse por las paredes de la maceta, o bien por inmersión, de manera que se moje lo menos posible el tubérculo. Después de la floración, las hojas también declinan.

Casi siempre son híbridos obtenidos en los viveros y se marchitan con gran rapidez, pero si tenemos paciencia, una vez perdidas las flores y las hojas vamos a mantenerlas en la maceta dos o tres meses totalmente seca en lugar sombrío.

Después es conveniente extraer el tubérculo de la maceta que tuvo lugar la anterior floración y transplantarla a otra con tierra, humus y abundante arena, se riega por inmersión y se mantiene en un lugar fresco, y ahora sí iluminado.

Con todas estas precauciones, cabe esperar que la planta florezca de nuevo, aunque no con tanta belleza como la que se obtiene a partir de semilla en los viveros.

No es difícil "intentarlo".

Por consultas, gustosamente lo atenderé por el teléfono 77.35.31

KIKA DIAZ
DECORACIÓN CON PLANTAS
ENTRADA DE EDIFICIOS
PALLIERS
NEGOCIOS
JARDINES
INTERIORES
BALCONES
CESPED
YUYOS DE LA Selva
CHUCARRO 1331 frente al CHIP
56.09.39 - 77.35.31

Profesional en Estética Integral
ELIMINACION DEFINITIVA DEL VELLO POR EL METODO DE DEPILACION ELECTRICA
Remodelación Corporal - Pedicuría
LAS HERAS 1870 entre Santiago Gadea y República del Salvador casi enfrente a Facultad de Odontología
Tel: 80.95.35

Dichosos los ojos que lo ven ! ! !
OPTICA Ruglio
LENTES DE CONTACTO
OPTICA Y FOTOGRAFIA
AV. 18 DE JULIO 2184. TEL 41.47.05 CORDON

TIA BEBA
Hago MUÑECOS de PAÑO y PELUCHE artesanalmente y a pedido
Exclusivas CANASTILLAS y MOISES para bebés
"TIA BEBA" Espera tu llamado por el 47.50.75
PRECIOS ESPECIALES PARA COMERCIOS

LOS CUENTOS DEL PROFESOR



"Un vecino del Parque"

EL PIROPO

Ella volvía a su casa todas las tardes al terminar las clases del IAVA. Cuando pasaba frente a un balcón abierto, un joven estudiante se levantaba de su asiento - que le permitía ver parte de la acera antes que ella lo enfrentara - y la miraba con cierta admiración atrevida.

La muchacha era muy bonita y esbelta, y aunque demostraba indiferencia, ¡qué remedio!, aceptaba las miradas persistentes.

Cierto día él le dijo un piropo. Ella siguió la marcha sonriendo, cuando ya no lo veía.

El piropo se convirtió en materia obligada de todos los días. En una ocasión, cuando pasó frente a su casa, el estudiante estaba comiendo un bizcocho, y sorprendido al verla, lejos de amilanarse con su aspecto poco elegante, se acercó y le dijo: hoy no le digo un piropo porque tengo la boca llena. Ella no pudo contener la risa y la simpatía mutua aumentó con este episodio. En adelante el joven la esperaba en la puerta y comenzaron a saludarse y conversar.

Así comienzan en general las grandes tragedias y las grandes aventuras. Un pequeño detalle produce la chispa incendiaria.

> "Donde caen las pisadas del maestro, los oídos de aquellos preparados para su enseñanza se abren de par en par".
>
> "Cuando los oídos del estudiante están listos para oír, entonces vienen los labios a llenarlos con sabiduría".
>
> El Kibalión

BOLSAS PARA RESIDUOS
LIMPITAS
¡¡Qué Bolsitas!!
GI GAN TES
FAB. LIMPITAS LTDA.

Este aviso lo arregla...
VIDRIERIA KEMPINSKI
ESPEJOS
BISELADOS
BLINDEX
TAPA PARA MESAS
FRENTES CRISTALES DE COLOR
CLARABOYAS
AMASILLADOS
REMASILLADOS
Presupuestos SIN CARGO
Av. ITALIA 2987 entre Los Heras y Spikerman
80.28.62 y 47.25.75

CORTINAS DE ENROLLAR
Reparación y Venta
Madera - Aluminio
Plástico - Venecianas
Aberturas de aluminio
WALTER 81.01.16

Por las Calles del Barrio

En este rincón nos reunimos con la historia.

Cada calle, cada avenida es un homenaje. Un nombre, una vida dedicada al servicio de la comunidad. Una fecha, un símbolo de sacrificio, de amor, de humanidad, de espíritu patriótico.

"Por las Calles del Barrio", recorremos esa historia, con respeto, con reverencia, con admiración.

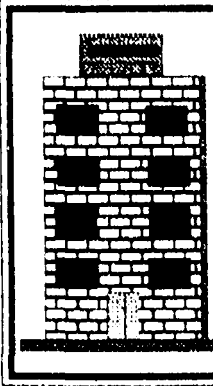
PALMAR

Región poblada de altas palmeras al Norte del Departamento de Río Negro, donde el 15 de junio de 1838 libróse un encuentro entre las fuerzas revolucionarias, al mando del general Rivera, y las gubernistas, al mando del general Ignacio Oribe.

El triunfo decidióse por las primeras, lo que provocó que pocos meses más tarde (octubre 24), el Presidente Oribe resignara el mando presidencial, embarcándose para Buenos Aires.

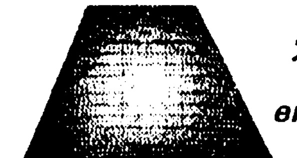
Fuente: Nomenclatura de Montevideo, de Alfredo R. Castellanos.

ACR
VENTA Y ALQUILER DE PROPIEDADES
LTDA.
SI UD. AÚN NO VENDIÓ SU PROPIEDAD CONSÚLTENOS
Tenemos pedidos concretos en la zona
Dr. Manuel Quintela 3160
Tels.: 80.71.30 47.26.06 FAX 80.83.94



MILTON RAMIREZ
ADMINISTRADOR
GASTOS COMUNES DE EDIFICIOS
4 DE JULIO 3406
☎ 62 62 40
Lunes a Viernes de 9 a 14 Hs.

PANTALLAS "LAURA"
DE NORMA CARDOZO



28 Años de experiencia en todo estilo y modelo
Nos especializamos en LAMPARAS INFANTILES
Ahora también en
MERCADO DE LOS MILAGROS
DANTE 2244 entre Acevedo Díaz y Juan Paullier
Horario de 10 a 22 horas
Por encargues: AV. ITALIA 3632/11. Pje. B - 1987
☎ 58-79-60

QUÉ SON LAS FLORES DE BACH?

Son un conjunto de 38 esencias, extraídas de flores silvestres emocionales, cuyas propiedades curativas fueron descubiertas por el Dr. Edward Bach, entre los años 1926-1934 en Gran Bretaña. Para Bach, la enfermedad era el desequilibrio en la armonía de esa unidad indivisible que es el ser humano: un cuerpo, un alma y un espíritu. Cuando se rompe esa unidad, se altera el campo energético y la consecuencia, es una "brecha", por la cual se puede generar la enfermedad.

Es un método terapéutico alternativo, creado para enfrentar los diferentes estados emocionales del hombre (angustia, miedos, incertidumbre, falta de decisión, shock, tristezas, depresión, etc.), así como patologías funcionales, liberándolo de tensiones que lo estresan.

No tienen contraindicaciones, pueden tomarlas tanto bebés, como ancianos o mujeres embarazadas.

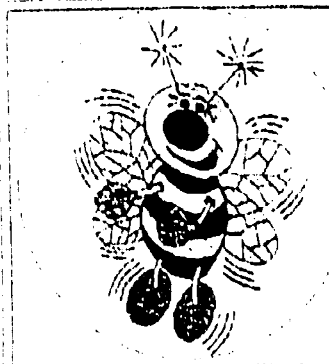
El sistema Floral Bach, ha sido aprobado por la O.M.S. (Organización Mundial de la Salud) dentro de las terapias, no convencionales y aplicada con éxito en diferentes países.

Terapeuta: Nancy Méndez

COMISION HONORARIA DE LUCHA CONTRA EL CANCER
HOY
CON UN DIAGNOSTICO PRECOZ Y TRATAMIENTOS ADECUADOS TENDREMOS MUCHOS MAÑANAS PARA DISFRUTAR DE LA VIDA
Consulta al médico periódicamente
BRANDZEN 1961, P. 12 - TELS.: 42 08 07 - 42 08 09 - por consultas llamar al 48 01 64.

16 DE JUNIO

Adhesión de REVISTA ALIADOS al Día Mundial de la Lucha contra el Cáncer.



APIARIOS
EAST HONEY WEST
Miel, Propóleos, Jalea Real, Polen
Pedro Bustamante 1912. C.P. 11600
☎ 80 61 47

Flores de Bach
Reiki
Digitopuntura
...APIAS ALTER...
Pida Hora ☏ ...68.91



YOGA INTEGRAL
PARA VIVIR EN ARMONÍA CON LA NATURALEZA Y NUESTROS SEMEJANTES, DEBEMOS APRENDER A VIVIR EN ARMONÍA CON NOSOTROS MISMOS.
LA SALUD ES RIQUEZA
EN CADA CLASE DEBES SENTIR QUE EN ESE CAMINO ESTAMOS TODOS.
Instructora: Teresita Castro
Maldonado 2234 esq. Acevedo Díaz
Tel. 68.47.46 ó
41.01.14 (Jueves y Viernes)

EN EL ÁREA CHICA

"Allí donde está el chocolate del fútbol"



Por Enrique Yannuzzi

MI CANDIDATO

Ya sé, Ud se pensó que le voy a hablar de noviembre del 94 y que voy a estar analizando algún líder político, se equivoca.

Le soy sincero que este mundial no me saca el sueño como a Ud. seguramente, no está lamentablemente Uruguay y todo da igual. Sin embargo uno es profesional y tiene el deber de meterse en el torneo.

Candidatos al título son todos aquellos que ya lograron ser en alguna oportunidad campeones, yo creo que no saldrá de ese selecto grupo el monarca.

Lo invito a repasar esa lista, empecemos con el actual No. 1:

ALEMANIA. Tres veces campeón, 54, 74, 90, busca el tetra, sinceramente no la veo. Sabe porqué? Por que no ha tenido renovación, porque nunca existieron problemas entre los jugadores y *porque se juega en América con más de* 30 grados y eso pesa mucho para los jugadores europeos que tienen un verano frío y no es un contrasentido. Ya Alemania las enfrentó en México 70 y 86 y sabe que no es tan fácil.

ITALIA: La base del Milan para otro tri- campeón , buen equipo, para mí más que el alemán, con chance de llegar arriba. Sachi armó al Milan y ahora con esa base, si bien es cierto no se transforma en favorito será peligroso para el resto.

ARGENTINA: Para mi no corre, con jugadores que no están para un mundial, caso Maradona y Ruggieri, con una selección que se parece a la uruguaya antes de las eliminatorias, con mimosos y con un entorno cercano al conventillo, no sé si pasan la primera fase.

BRASIL: mi candidato, así de sencillo. Tiene todo, talento, grandes jugadores, y un deseo enorme de reencontrarse con el éxito. Además tiene lo que le falta a los demás. Goles por donde se le mire. Romario, Bebeto, Ronaldo, Raí, Mulle, etc. Esta selección de Brasil va a jugar con la temperatura a favor, 35 grados es sinónimo de Río, de Santos, de San Pablo, es sinónimo de samba.

El tetra campeonato está cerca para los norteños.

Me voy al mundial con la expectativa de una nueva y rica experiencia periodística que espero le pueda brindar a todos mis escuchas en radio Universal y además trataré de volcar a la vuelta en ALIADOS, chau.............



SERVICIO ESPECIALIZADO
FIAT LANCIA
MECANICA - CHAPA - PINTURA
TRABAJOS BCO. DE SEGUROS
Dirección Técnica
CARLOS BISTOLFI
LUIS SAMBUCETTI 2673
Tel.: 80.78.66

SERVICIO INTEGRAL
SANITARIA EN GENERAL
Revestimiento y Pinturas
Dionisio Oribe 3144 Ap. 3 - Tel. 80.76.56
HERRERIA DE OBRA
Francisco Simón 2171 Tel. 80.19.75
PRESUPUESTO SIN CARGO

FIXTURE XV CAMPEONATO MUNDIAL DE FÚTBOL USA -94

GRUPO A

Sede				
DETROIT 18/6 12.30 hs	E.E.U.U.		SUIZA	
LOS ANGELES 18/6 20.30 hs	COLOMBIA		RUMANIA	
LOS ANGELES 22/6 20.30 hs	E.E.U.U.		COLOMBIA	
DETROIT 22/6 17 hs	SUIZA		RUMANIA	
LOS ANGELES 26/6 17 hs	E.E.U.U.		RUMANIA	
SAN FRANCISCO 26/6 17 hs	SUIZA		COLOMBIA	



E E U U — SUIZA — COLOMBIA — RUMANIA

GRUPO D

Sede				
BOSTON 21/6 13.30 hs	ARGENTINA		GRECIA	
DALLAS 21/6 20.30 hs	NIGERIA		BULGARIA	
BOSTON 25/6 17 hs	ARGENTINA		NIGERIA	
CHICAGO 26/6 13.30 hs	GRECIA		BULGARIA	
BOSTON 30/6 20.30 hs	GRECIA		NIGERIA	
DALLAS 30/6 20.30 hs	ARGENTINA		BULGARIA	



ARGENTINA — GRECIA — NIGERIA — BULGARIA

GRUPO B

Sede				
LOS ANGELES 19/6 20.30 hs	CAMERUN		SUECIA	
SAN FRANCISCO 20/6 17 hs	BRASIL		RUSIA	
SAN FRANCISCO 24/6 17 hs	BRASIL		CAMERUN	
DETROIT 24/6 20.30 hs	RUSIA		SUECIA	
SAN FRANCISCO 28/6 17 hs	RUSIA		CAMERUN	
DETROIT 28/6 17 hs	BRASIL		SUECIA	



BRASIL — RUSIA — CAMERUN — SUECIA

GRUPO E

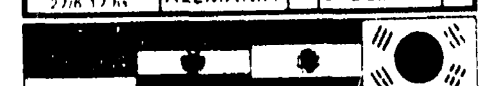
Sede				
NUEVA YORK 18/6 17 hs	ITALIA		IRLANDA	
WASHINGTON 19/6 17 hs	NORUEGA		MEXICO	
NUEVA YORK 23/6 20.30 hs	ITALIA		NORUEGA	
ORLANDO 24/6 13.30 hs	IRLANDA		MEXICO	
NUEVA YORK 28/6 13.30 hs	IRLANDA		NORUEGA	
WASHINGTON 28/6 13.30 hs	ITALIA		MEXICO	



ITALIA — IRLANDA — NORUEGA — MEXICO

GRUPO C

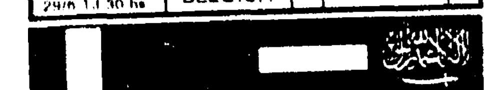
Sede				
CHICAGO 17/6 18 hs	ALEMANIA		BOLIVIA	
DALLAS 17/6 20.30 hs	ESPAÑA		C. DEL SUR	
CHICAGO 21/6 17 hs	ALEMANIA		ESPAÑA	
BOSTON 23/6 17 hs	BOLIVIA		C. DEL SUR	
CHICAGO 27/6 17 hs	BOLIVIA		ESPAÑA	
DALLAS 27/6 17 hs	ALEMANIA		C. DEL SUR	



ALEMANIA — BOLIVIA — ESPAÑA — COREA DEL SUR

GRUPO F

Sede				
ORLANDO 19/6 13.30 hs	BELGICA		MARRUECOS	
WASHINGTON 20/6 20.30 hs	HOLANDA		ARABIA S.	
NUEVA YORK 25/6 20.30 hs	MARRUECOS		ARABIA S.	
ORLANDO 25/6 13.30 hs	BELGICA		HOLANDA	
ORLANDO 29/6 13.30 hs	MARRUECOS		HOLANDA	
WASHINGTON 29/6 13.30 hs	BELGICA		ARABIA S.	



BELGICA — MARRUECOS — HOLANDA — ARABIA SAUDITA



Siempre en mi mesa...
Pastas
La Exquisita
Bolognesa
FCO. SIMÓN casi AVDA. ITALIA
Tels. 81.14.54 - 81.21.03

Revista ALIADOS / Año 1, Nº 12
Junio 1994
Afiliada a A.PRE.BA.U

Reductor Responsable
Martha Luciano
RUC 212919100013
MEC Nº 932052

Coordinador General
Adolfo Latorre

Colaboradores Permanentes
Prof. Juan Carlos Laborde
Néstor Giménez
Enrique Puig
Luciana Falcone
Enrique Yannuzzi
Alvaro Sanjurjo Toucon

Diagramación y Composición
Cecilia Latorre
Carolina Latorre
Rafael Longo

Depósito Legal 292252 Impresos en SEVENGRAPH
Brandzen 1961/304 Tel 49.88.85
Ruc. 21.301152.0013

INCREIBLE
1000 VOLANTES.....SU 134. IVA incluido
5000 VOLANTES.....SU 315. IVA incluido
100 TARJETAS PERSONALES...SU 95. IVA incluido
300 TARJETAS PERSONALES...SU 130. IVA incluido
Consulte otros precios por el 81.14.04
FOLLETOS, REVISTAS, PUBLICACIONES EN GRAL.

SI SU AVISO ESTUVIERA
AQUÍ
LO ESTARÍAN VIENDO 4000 PERSONAS DE SU BARRIO
INFÓRMESE 81.14.04

LA ÚLTIMA PÁGINA

LOS GRANDES FILÓSOFOS

La filosofía (del griego philos, amigo y sophia, ciencia) es el estudio racional del pensamiento humano desde el doble punto de vista del conocimiento y la acción. Su misión: trazar una visión de conjunto sobre el desarrollo del Universo y adaptarlo a la vida. Cada época tuvo, por lo menos, un filósofo, alguien que, con su pensamiento, elaboró teorías y doctrinas para modificar profundamente la sociedad en la que vivía.

Confucio, Buda, Platón, por citar algunos, son figuras que sabemos fundamentales en su tiempo por haber aportado ideas esenciales a toda la Humanidad.. Pero por lo general, cuáles fueron concretamente sus teorías y en qué ayudaron a cambiar el curso de la historia, son aspectos que se difuminan en nuestra mente si es que alguna vez llegaron hasta ella. Por eso, Revista Aliados les presentará en este ciclo a quienes con su pensamiento han logrado ayudar a entender el devenir del Universo: Lou Grandes Filósofos.

CONFUCIO (551-479 antes de Cristo)

Confucio, llamado K'ung-Fut-su (el filósofo Kung) por sus compratiotas, fue el filósofo más célebre de China y personifica el conjunto de la ciencia moral y política de ese país. La finalidad principal de su sistema es la dirección de las costumbres públicas para que reine el orden y con él, la paz. Este orden no puede producirse y mantenerse si los hombres no cumplen determinados deberes recíprocos que Confucio dedujo de los principios de su sistema: para que exista el orden es menester que todos los hombres, desde el emperador al último de los súbditos, colaboren con ese. Estas enseñanzas están contenidas en sus diversas obras, especialmente en la titulada "Conversaciones filosóficas".

Extractado de Enciclopedia Popular

018

-9405653

ESTAMOS A SU LADO CUANDO NOS NECESITE

Ahora los enfermos ya no son un problema...
Por una pequeña cuota mensual le brindamos a ellos el cuidado en el sanatorio y también en el domicilio, con una atención personalizada y humana.
... Y no se moleste en sacar órdenes para el médico ni en llevar o retirar análisis, nosotros nos ocupamos
Llámenos y con gusto le enviaremos un tador a su domicilio, que sin cargo alguno le informará sobre las distintas opciones y servicios que brindamos.

tel: 92.8080 línea colectiva
TORRE JARDIN: Av. 18 de Julio 1318. Esc. 703

CHAMPION AMALIE
SUSPENSION, AMORTIGUADORES Y ENCENDIDO PARA TODO TIPO DE AUTOMOTORES
CITROEN PEUGEOT FIAT VOLKSWAGEN LADA
Créditos al instante
Promotora en el local
GALICIA 1224
TEL.: 92.03.30 92.32.92
FAX: 92.13.04

-9405653

SUPERMERCADO

Carrusel

FECHA 8 / 6 / 94

Proc...

OBSERVACIONES ...

AVDA. ITALIA 2893 - Tel. 47 07 11

FRENTE AL HOSPITAL DE CLINICAS

Esperamos su visita

020 | 20

-9405653

Infórmese por el 81 14 [illegible] ... 85

SECRETO

ORIGINAL

M E M O R A N D U M Nro.940160../.Rel../FECHA 03/JUN794

I.- ASUNTO: INFORMACION SINDICAL Y POLITICA.

II.- REFERENCIA: ENTREVISTA CON AGENTE

III.- EVALUACION:

IV.- T E X T O :

000002

Se adjunta entrevista con información Política y Sindical.

07 JUN 1994

001/12

ENTREVISTA CON AGENTE 01/06/94.-

AGENTE 1 .- La directiva del SUNCA dice de lo que había pasado que como todos sabemos está metido en un informe, la persona que viene del SUNCA es GORGOROSO, falta otro compañero que se llama GALLA otro que esta en seguridad no pudo venir y quedo para mas adelante. Pero ahí hay una gran difusión jodida fea y donde el tema sale porque Rafael Fernández, que es el que llevaba una bandera del PT, una bandera política en el acto gremial había subido en el estrado y había pretendido hablar y estaba armado.
Queríamos saber si el tema de que estaba armado se confirmaba o no en realidad GORGOROSO no sabía que estaba armado pero pasa lo siguiente a GALLA le pusieron los dedos en las costillas y lo bajaron para abajo y entonces habría que ver si el puede identificar a Rafael Fernández . Aparentemente el no lo identifica, el dice que es otra persona pero el"caballo" López, del puerto, dice que el que estaba ,el considera que el lo abrazó a Rafael Fearnández y que éste estaba armado. Eso indica si lo pasamos al consejo de disciplina y si el consejo de disciplina que existe en AEBU, puede mandar buscar a los testigos de esta persona que dijeron que si, que cuando el consejo de disciplina lo desidiera ellos iban a venir.
Para pasar al consejo de disciplina la votación fué de unidad fué de 6 a 5 para pasarlo al consejo de disciplina, la 98 votó dividido el partido socialista votó dividido y la 3 votó dividido, es decir ahí el único coherente que votó en contra fué AMIR de la 1965, el LALO votó en contra, y el católico Gustavo Pérez también votó en contra, todos por distintas razones, no sabes el cochaso que tiene. Iván Cortés, fué el que disidió a favor de pasarlo a consejo directivo pero estaban empatados 5 a 5. Hubo una abstención que fué la de PIO.

ENTREV. _ Hablaron del Congreso del SUNCA.

AGENTE 1.- Vos sabes que es un misterio ... que pasó con eso del SUNCA mantiene la misma gente sino yo lo hubiera sabido, o no se hizo

ENTREV. ._ Se hizo si..

AGENTE 1.- Se hizo entonces ganaron los mismos, porque no salió nada en los diarios. Lirio dijo que si [illegible] se afiliaban al ..
Ahora me sorprendo [illegible] que hay, mirá la jugada la trajo la construcción se quedó hasta el congreso y se fué los tipos no la recorrieron por ningún lado y la tuvieron escondida me dijo el LALO que fué algo de un desaire violento.

ENTREV._ Y los otros dos que vinieron ..

AGESNTE 1.- Los otros dos que vinieron, que vinieron al congreso del SUNCA, yo no sabía que habían venido

ENTREV. .- Aparentemente

AGENTE 1.- El chileno vino, por parte de la FIET, es decir, el organismo de la FIET, que se llama, no me acuerdo como se llama

AGENTE 2.- FIET DESIAL

AGENTE 1.- El otro es un argentino, no?

000002

000002

485656

ENTREV. .- No un peruano y un chileno

AGENTE 2 .- Un peruano

AGENTE 1 .- El peruano es un comunista característico de los comunistas viejos, ortodoxos, de los viejos comunistas. Porque tengo que dar un informe sobre el Perú, que fueron los bancarios allá, al congreso de los bancarios del Perú.

ENTREV. .- Ningún otro tipo de connotación

AGENTE 1 .- No mirá que vinieron a hablar del tema de como defendemos nosotros el tema de los seguros de los obreros que se caen y todo eso, porque nosotros sobre todo en el Mercosur, la construcción en éste país supera a todas las demas en cuanto al costo de la construcción porque hay un porcentaje altísimo casi un 40% del costo que es para pagar los accidentes de trabajo que por cierto son en todos lados entonces lo que plantea el SUNCA es la prevención: ellos plantean que las empresas den de comer lo que ellos quieran y que prohiban tomar entonces vos no podes prohibir tomar sino haces una campaña para que la gente no tome y el SUNCA ESTARIA dispuesto a hacer una campaña para que la gente no tome bebidas alcoolicas en el momento de comer y otra cosa es hacer 2 turnos y que el tipo coma en la casa, y que el que venga de tarde que venga comido pero no venga mamado entonces estudiaron como cambiarle la situación al tema de riesgos pero yo muchos datos no tengo del tema. Yo lo único que oí fué hablar a GORGOROSO sobre ese esquema de que el estuvo en la Argentina pero desde luego toda esta gente que vino vinieron invitados el caso del "Peludo" vino invitado porque el peludo porque es el gremio mas combatido más organizado que existe en el Perú y ademas no se olviden que el tipo ese que mataron en la calle por el hijo era muy amigo del Uruguay y era presidente de la Central Peruana que lo mato Sendero Luminoso , porque dice que estaba haciendo pacto con las patronales y bueno este loco era muy amigo del Uruguay y se vino el segundo el tema de la invitación del peruano no vino desde el punto de vista político sino es mas bien afectivo bueno pongamoslo entre comillas pero bueno fijate que el día que lo mataron el fué al entierro, pero en definitiva Sendero Luminoso nunca lo desmintió porque bueno se hechaban las culpas unos a otros.

ENTREV._ De los cubanos entonces no hay mas nada...

AGENTE.- No hay nada los cubanos mirá pasaron como una ráfaga ya los cubanos los tienen hartos a todos y los tienen medios hechados es decir no se olviden que estamos en un período pre-electoral y que el centro de la cosa es otra y bueno la otra cosa que le quiero decir es que LALO FERNANDEZ y su mujer DAISY TOURNE y el ROLO VICTORINO que es el portero pero el que cortaba todo el bacalao fué durante muchos años quien admitía que las personas que fueran a Cuba pasaran por el registro de él y él aconsejaba en las embajadas como eran las personas el ROLO fué invitado a Cuba por la Central de Trabajadores cubanos e intimo amigo del presidente con el cual cada vez que venían aca salían juntos y demás una persona que ha venido muchas veces seguida acá al Uruguay y el da una dirección que fué la dirección de la señora que tuvo durante mucho tiempo trabajando en la embajada de Cuba , cuando el Rolo llega a Cuba lo digo textualmente porque es lo mejor para saber: el llega a Cuba a las 4 de la mañana, no había nadies esperandolo la gente del avión se fué cada uno por su lado y el se quedó en el Hall esperando que alguien fuera, oque alguien lo llamara

000002

000002

003

nadie lo llamó entonces a esa hora fué y preguntó si no había nadie de la agente cubana y le dijeron que no, y fué hasta un taximetro que habí afuera y le preguntó cuanto me cobra por llevarme a esta dirección y el tipo le dijo, a no esa dirección en primer lugar a esa dirección no lo puedo llevar lo dejo a 10 cuadras de ahí y le cobro U$S 10 y el dijo no como me va a dejar a 10 cuadras yo no conozco nada usted me tiene qu llevar hasta la puerta y no no yo hasta la puerta no lo puedo llevar porque es un lugar muy peligroso / le dijo el taximetrista, entonces volvió y estuvo esperando otro rato y vuelve al mismo taximetrista ya estaba aclarando y le dice mire yo estoy esperando gente que me iba a venir a buscar y no llego, la única dirección que yo tengo es esta usted me tiene que ayudar, y el taximetrista le dijo: bueno si esperamo que aclare mas yo lo puedo llevar hasta la puerta y le cobro U$S 15. Estaba caliente fijate que ya le había cobrado U$S 5 más y bueno subió fué hasta el lugar el dice que era un lugar como si fuera acá atras del Borro, que vivía la secretaria del Embajador que estuvo acá.. bueno entonces la mujer vivía con el marido eran ellos dos solos lo recibieron muy bien macanudo, y le dijeron mira Rolo nosotros tenemos para comer esto todos los días, la ración que son frijoles, porotos, pedazo de puerco esto lo que podemos compartir;bueno sino la otra cosa porque yo se que vos comés, claro fijate que el Rolo es un loco que tiene una barriga... y es gordo, si vos querés comer vas a tener que salir a comprar por ahí porque como en el Uruguay no vas a comer. Entonces salía en el barrio a comprar claro es barato pero no es lo mismo comprar las cosas en un almacén del estado, que en el mercado negro que todo costaba en dolares, alla mas o menos el dolar cuesta 100 pesos cubanos y el salario único son 400 pesos cubanos o sea que son U$S 4 al mes ese es el salario A la gente le dan una ración para comer todo el mundo tiene que ir y buscarse la rasión le dan no se cuanta cantidad de harina, de arroz, y una vez al mes claro, le dan una botella de Ron por persona que generalmente la negocian la venden en dólares por ahí y bueno todo cebollas, ajos paras frutas todos del mercado negro antes venía el gobierno y se toma toda la producción, ahora la gente esconde le dan una parte y esconden y dicen que les a ido mal, y esconden además ahora mucha de esa gente a recuperado sus tierras originales es decir se las dieron a las cooperativas pero muchas de esas cooperativas se fueron, por inadmición porque no tuvieron insentivo entonces quedaron los agricultores con eso y ellos salen a las orillas del pueblo en carros y venden todo en un ratito porque la gente se los saca de las manos y a precios buenos. Todo el tema es que ellos dicen que es todo muy difícil.El Lalo llega a la semana siguiente, esta es otra anécdota para escuchar, esto lo contó el Rolo, a la semana siguiente van a la casa de una uruguaya porque al Lalo lo recibieron pero el Lalo dijo yo tengo una uruguaya que hace 35 años que está en Cuba que yo te dije que era Ferre parecería que hace 1 año vino al Uruguay/

000002
000002

0005058

pero que volvió, una mujer que tiene una casa y tiene auto también, ella consiguió un auto que lo compró y alquila la casa a casi todos los uruguayos sobre todo a los familiares de los enfermos alquila en dólares y ella vive bastante bien y se maneja bastante bien, siempre todo en el mercado negro porque la nafta la tiene que pagar en el mercado negro, todo lo tiene que pagar en el mercado negro porque el gobierno le da muy poca cosa, porque la nafta, el ron, las cubiertas todo ese tipo de cosas las venden en el mercado negro todo así la gente anda entonces fué a la casa de esta muchacha y a partir de ahí lo llamó Rolo por teléfono y lo fueron a buscar después al Lalo le pusieron un auto de la CTC y dijeron bueno vamos a buscar al Rolo que está en tal lugar, el Lalo quedó asombrado del barrio porque eran todas casas de viviendas económicas muy parecidas a las nuestras pero un lugar bravísimo para entrarles y bueno subió al auto y fueron a ver al presidente de la CTC al que conocen al amigo ese y bueno lo llevo a la casa a comer , el Rolo comió, miró la casa y le dijo decime una cosa y vos como conseguistes esta casa y donde conseguis esto para comer, vos tenes todo esto porque sos dirigente , vos no has ido por los barrios la gente se está muriendo de hambre, entonces tiene razón cuando dicen que hay burocracia en los países socialistas.
Se habló en joda y en serio que al Rolo le pusieron un tipo, tanto hablaba, entonces como el Lalo le había llevado un escrito de un diario del Observador que había dicho en sus últimas páginas que decía: " en el mundo solo hay 3 personas una es Fidel Castro, otra es Kim Il Sung y el otro soy yo", los únicos 3 auténticos comunistas que existen el mundo y eso el Lalo se lo fotocopió y se lo llevó y abajo decía Rolo Victorino el que se va para Cuba. Y en determinado momento como este tipo lo seguía a todos lados, y el tipo muy callado, y entonces el le dijo hablá decí algo que me tenes que estar mirando permanentemente mira que yo no tengo armas que queres entonces en determinado momento que se tomaba una cerveza, le dió una cerveza y no quiso y el loco dice no tomas ni una cerveza nada y decime vos me vas a enseñar a ser comunista; el tipo dice no pero usted sabe yo cumplo órdenes. Pero y órdenes de que dale tomate una cerveza si vos querés tomarte una cerveza te la toma y entonces les mostraba el papel a todos mirá esto que dice acá este soy yo ves lo que dice ahí, y si no andate para tu casa que vas estar cuidandome a mi soy mas comunista que vos.
Ves si lo cuento yo capaz que decis lo que pasa es que vos le pones el sello arriba, no lo dijo el que daba la visa desde acá, te das cuenta el valor que tiene esto

AGENTE 2.- Bueno por ejemplo se encontraron con un uruguayo que tenía una hija que está paralítica Machado de Salto, que es bancario que hacía como 4 mese que esta allá y que en definitiva se viene porque a la chiquilina no se le puede hacer nada, es mongolica y no se cuanto más, y tiene un tumor en la cabeza digo es imposible llevaron nada mas porque es socialista pero es un muchacho que además le destrozaron la familia, porque el loco tiene una mujer que está riquísima y los cubanos se la------ dicen que la cubana tiene una------ metida en la cabeza y que el cubano vive meta---- pero ademas dicen que son cargosos impertinentes, que te dicen cosas...

sobre todo el de la Habana y las cubanas igual al Lalo lo mataron lo manoseaban todo de derecho viejo, adelante de todos.
Y bueno pareceria que la mujer se enamoró de un cubano, te hablo en términos despectivos, pero el loco tenía un auto porque allá para ir de un la para otro tenés que tener por lo menos 2 horas de espera porque tenés practicamente 1 hora de espera para tomar un ómnibus porque hay muy pocos ómnibus entonces nadies va a trabajar porque el tipo no puede ir a trabajar porque un tipo para ir a trabajar se tiene que levantar por lo menos a las 4 o 5 de la mañana y vuelve a las 10 u 11 de la noche, para ganar 4 dólares y esos 4 dólares se los puede ganar en el mercado negro sin ir a trabajar por día entonces nadie trabaja. el 80% de la población no trabaja.
Y viven de lo que les da el gobierno pero lo que les da el gobierno todo lo venden y lo consiguen por ahí porque compran una cosa en 1 o 1/2 dólar y la venden en 2 dólares entendés se mueven dentro de las posibilidades para comer el tipo no va a trabajar...pero todo el mundo quiere a Fidel yo te digo la última este muchacho tiene un auto, el auto era de un coronel lo paraba la policía en la calle y el policía le decía pero yo no entiendo nada como usted puede andar con este auto, un extranjero, y el tipo dice no lo que pasa es que me lo prestó porque tengo la chiquilina que está paralítica y ahí cubría la cosa, pero le cobrara el coronel U$S 15 por día, bueno la prostitución es muy barata por U$S 4 vos tenés a una mujer todo el día, muy rica, está llena la rambla está llena.
Otra cosa hay empresas mixtas, hay hoteles mixtos, es decir con capitales privados y capitales del estado, y les voy a contar otra anécdota, fueron a un lugar que hacen barcos, un astillero que trabajaban 600 cubanos, pero cuando hicieron una sociedad el astillero ese hicieron la sociedad con una empresa holandesa que opera ahí en las islas de las Antillas, y le salía muy barato arreglar los barcos ahí, entonces hicieron una empresa mixta con un gerente holandes, un gerente cubano y en la isla dirige un cubano y un gerente holandes, para dar un ejemplo para dar incentivos, claro 600 tipos nadie labura bien, el que labura bien le dan el sueldo y le dan de 25 a 40 dólares por productividad mensuales. Para insentivar para que trabajen, le dan los dólares para que ellos vallan a comprar a las bip que son unos almacenes para los turistas que son como si fuera los free-shop de acá, donde está el wisky mas caro pero se venden todas las prendas Benetton, todas, entonces los cubanos que no tienen acceso a eso porque solo se pagan en dólares, entonces son mandraque, hay tipos que los llaman los "masa", que acumulan incluso hay cubanos que han vuelto de La Habana han recuperado sus propiedades y tienen mucho mas compran incluso propiedades, porque alla no pagaban ni contribución inmobiliaria, ahora empezó a pagarse, vos comprás la casa y una vez que comprabas era tuya y listo no pagabas un peso más ahora se está empezando a pagar luz y agua, el tema es que no hay agua, luz hay muy poca , teléfono no existe en las guías no hay, entonces tienen un problema con el agua, porque no tienen contadores y no los pueden importar no hay contadores de agua, y no pueden cobrarla al agua, porque no la cobraban, y como no había contadores, y lo mismo contribución inmobiliaria recien ahora se empezó a pagar, entonces con éstas empresas mixtas, que practicamente el dólar es lo que marcha, que va a pasar, que ni RAMON DIAZ acá en el Uruguay, que lo pretende ser, allá lo pasa de largo

000002 000002 9405656

pasa de largo viste, el régimen FIDEL CASTRO anda en un Mercedez con mucha escolta, en un Mercedez, una Limusina, con mucha escolta, también le cayó muy mal a toda ésta gente, lo vieron, fueron al congreso, estuvieron arriba, lo que dice la gente es que Fidel está rodeado, está mandado por RAUL y EDUARDO, el otro hermano, que es muy parecido a FIDEL es grandote, y bueno, de los nuevos el hombre de FIDEL, es ROBAINA, pero que realmente el hombre que aparece más, que es el mas componedor, y que es el hombre que posiblemente esté hablando con el gobierno de Estados Unidos, se llama ALARCON, y otro tipo que es un médico que anda en bicicleta para todos lados, que no me acuerdo en éste momento el nombre, algo así como BENITEZ, creo que es BENITEZ de apellido, es médico, tiene mucha ascendencia y está buscado por la social Democracia, de España no.

AGEN.1:La mayoría de las empresas mixtas hay mucho capital español.

AGEN 2:SI, si, la mayoría de los hoteles son españoles, por ejemplo en BARADERO, hay como 30 hoteles nuevos, todos nuevos, y son todos españoles . Hay mucho turismo sobre todo canadiense, y todo ese tipo de cosas, están tratando en lo posible de que como decir, ni el desbloqueo lo arregla a Cuba, es imposible, y si se abre el desbloqueo lo caminan por arriba, lo caminan por arriba los capitale Cubanos, y además, el bloqueo en éste momento está planteado para los dos lados uno porque viene una abalancha de Cubanos, que vienen a hacer la guita a quedarse con todo, no, y la otra es que se van a ir en masa para el otro lado, entonces Estados Unidos, prefiere que la situación siga así,

LADO B:

G : Averiguate las vinculaciones, las reuniones que están teniendo con el FIT y con el 26 de Marzo.

AGEN 2: Pero se le está yendo hasta CLAVIJO, ya no va más CLAVIJO en nombre del parti do yo que se, me parece que hay mucho lío interno, viste, pero tá, todavía dentro de las divisiones que hay, todavía tienen divisiones internas,

G : TOdo fachada,

AGEN 2: Bueno, puede ser, ojalá, pero yo té voy a averiguar.

G: Del FIT ese no te llegó nada,

AGEN 2: De la reunión que hubo con el movimiento.

G: Con el FIT, Frente Izquierda de los trabajadores.

AGEN 2: Yo tengo al revés la cosa, por lo menos en la reunión de bancarios que yo fuí, es totalmente al revés, yo te voy a decir, para empezar la cosa, hasta ahora hubo una mesa, que también fué discutida, que se terminó desde el punto de vista sindical,se postergó la realización del paro general para el 27 para ma adelante, sin fecha, lo querían indicar para el viernes éste que creo que es pero dijeron que no , que no se cuánto, hasta San Cono salió por el tema ese, y lo dejaron sin fecha, desde luego los sectores Ultras que lidera éste APARIC o mejor dicho GUZMAN los sectores Ultras plantearon ponerle fecha, es decir postergarlo por 15 días y ponerle la fecha, el 3 o el 17, hablaban mas o meno de esas dos fechas, mañana va haber mesa otra vez, por el tema de la Universidad, y los gremios en conflicto, y el tema está planteado que GUZMAN también l planteó , en que los gremios en conflicto armaran un campamento enfrente del Palacio Legislativo,

AGEN 1: A propósito de eso, nosotros estuvimos chequeando, con el comité de base de Ge neral ELECTRIC, y ellos dicen que no, que ya no van hacer mas nada, porque ya no tienen gente, me gustaría que me confirmaras bien eso, porque a nosotros no tiene preocupado ese tema,

AGEN 2: Bueno, muy bien, está planteado para mañana se resuelve,

AGEN 1: Mañana en la mesa de mañana.

AGEN 2: SI, en la mesa de mañana, yo esta tarde voy a ir al secretariado, y te lo confirmo mejor.

AGEN 1: Claro, porque allá me dicen que no, ahora me acaban de llamar y me dicen mirá loco, que lo que vos largaste del posible campamento no hay nada, nos dicen por distintos lados que no, y bueno, mirá a mi me dicen que si,

AGEN 2: Esto está planteado en esos términos, y eso también quedó postergado,

AGEN 1: Eso lo planteó GUZMAN

AGEN 2: Eso lo plantea GUZMAN, con todos los gremios en conflicto, enfrente al Palacio, desde luego que no va hacer numeroso, pero que a travez de los distintos gremios vayan, y hagan acciones para visitar a los campamentistas, que están ahí, que una olla, y bueno, y mantener la olla y todo. Eso también salió por votación, se votó todo eso, y todas salieron en contra, desde luego, pero generalmente con mucha amplitud, no hubo necesidad de contar ni de hacerlo nominal porque la negativa era clarita.

000002

C: No fueron aprobadas todas esas

AGEN 2: No fueron, ni la postergación de los paros para mas adelante fueron rechazadas, ni la realización de ese campamento, que quedó todo postergado para la semana que viene, primero vamos a resolver el tema éste de la universidad, y todos esos temas que están planteados.

AGEN 1: O sea que el paro general también por ahora está colgado,

AGEN 2: Está colgado, es decir le digo desde ya, que los funcionarios de la universidad rechazaron la fórmula, y los profesores querían saber que opinaban las otras dos ramas,

AGEN 1: Los estudiantes dicen que ellos quieren levantar

AGEN 2: Lo resolvieron ya,

AGEN 1: SI, si, ellos dijeron que no tienen problemas, pero ellos dijeron que quienes tienen que levantar la huelga, son los docentes ,y los funcionarios. que son los que realmente tienen el problema ahora, porque ellos dicen que por parte de ellos no habría problema. Y me dijeron que en realidad lo que tenía atrás esa resolución era que quería evitar el fraccionamiento, una ruptura en el Frente Estudiantil, como consecuencia que si los estudiantes es decir aceptan levantar hay una ruptura viste con los docentes. y que además sería totalmente inutil porque los estudiantes sin los docentes sin los funcionarios, no pueden tomar clase.

AGEN 2: Yo lo único que se de los funcionarios que los funcionarios no aceptaron el 6% pero que estarían dispuestos que por intermedio de otro rubro, le den una partida similar al trimestre, es decir ellos tienen una partida por alimentación o por té, o por merienda que son 40 pesos mensuales, esa partida que la pagan trimestralmente ellos piden 150 pesos por mes, o la partida esa mensual viste. Y que con eso y alguna otra cosita levantarían, pero te podés imaginar que es muy poco lo que les corresponde, claro ellos dicen que si son 150 pesos, el aumento se le iría a un 10%, en ves de un 6% se iría a un 10% o un 12%. Eso es lo que podrían arreglar con alguna cosita, es la única. Pero eso está en el correr de éstos días. entre hoy y mañana.

000002

AGEN 1: Esto le dió plazo a los estudiantes para decidirse hasta el viernes, y ellos dijeron que no tienen ningún problema en decidir, pero que quieren que antes tomen posición clara,

AGEN 2: Esa mesa se terminó en esas condiciones, se terminó para juntar las firmas en definitiva después se juntaron las firmas, se hizo una conferencia de

prensa, en ATCS y todo el mundo salió contento, metieron las firmas, no se lo que pasa con las firmas, yo creo que los únicos que llegan es la enseñanza, porque tiene mucha firma del interior, pero además eso lleva mucho tiempo, no se en realidad no se que va a pasar con las firmas. Para mi es una incognita. La otra cosa es que sectores , es decir como si pre hubo entredichos muy fuertes, a GUZMAN la gente del medicamento lo defiende de cualquier manera, OMAR No, lo defiende de cualquier manera.

G: OMAR cuanto?

AGEN 2 : NO me acuerdo, Omar tuvo un altercado con CRISTINA, una cosa que no tení nada que ver, que era de otro lado, y de ahí surgió el tema de una ruptur política,

G: Una ruptura política donde

AGEN 2: Entre la gente , entre CRISTINA y el 26. y yo te digo, porque a CRISTINA la sale defendiendo el gordo SANCHEZ, que es del partido,

AGEN 1: JUAN OMAR es el nombre

AGEN 2: JUAN OMAR, en esa polémica que fué bastante dura, que CRISTINA con mucha altura le dijo que con él no era la cosa, y que él estaba en otro lado, en realidad quien tomó la batuta de eso, fué SANCHEZ, que es de COFE, y es del Partido, y también se tuvo duros términos. TOdo indicó , porque la cosa empezó porque GUZMAN monopolizó el uso de la palabra, hablaba uno y él le contestaba, que hablaban en contra de él y CRISTINA Le dijo, por favor GUZMAN ya has hablado tres veces, y entonces OMAR le dice, a prepo no, éstas cosas acá o se aclaran o se aclaran, y salió terciando éste compañero de COFE, que estaba en el uso de la palabra, y que GUZMAN Le había interrumpido y le dice, si pero después de todo o vamos a dialogar pero no a prepo, de que lado está el prepo.

AGEN 1: Quien dijo eso,?

AGEN 2: SANCHEZ, que GUZMAN lo interrumpió dos veces en la intervención, por eso yo digo que, incluso mas el sector 26 con el sector del Partido, por lo menos en lo que aparece en el planteo sindical, están enfrentados, pero no te olvides que CLAVIJO hace como dos o tres reuniones que no va, y aparentemen está apartado, no se si para el lado de los ULTRAS, o está apartado para ese tipo de alianzas, pero CELIA RUIZ dijo, y los compañeros bancarios del partido, dijo que si porque nos están achatando que nosotros nos estamos aliando con sectores ULTRAS. Y eso no es así, y dentro de poco van a decir que vamos a hacer alianza con la 1955 con el MLN acá adentro, y vos sabés muy bien las diferencias que tenemos. Eso me lo dijeron. la cosa viene así Ahora eso no quiere decir, que haya sectores dentro del partido, que estén en esas condiciones, no te olvides que GUZMAN se fué, y que el NEGRO DE LOS SANTOS se fué. O sea el panorama político en todos los lugares hay fracciones, entre la izquierda hay fracciones en todos los lugares. Es decir, el MPP, mas o menos está arreglando una situación interna que estaba totalmente dividida, y la pretende desde luego, los sectores moderados, vos fijate si HUGO CORES, es sector moderado, sectores moderados sediendo frente a sectores que son mas combativos, y el MLN su fractura es evidente. Yo creo que HUGO CORES se va a agarrar al ÑATO, lo que pasa que el ÑATO no quiere dejar a la otra gente en banda. NO es lo mismo juntar la gente en el PVP, que en el MLN, en el MLN es mas dificil, porque aquel que se va se va, y quien quede con la bandera del MLN, que eso es lo que realmente quiere el ÑATO, FERNANDEZ, el ÑATO se quiere quedar con la bandera del MLN.

000002
000002

y los otros dicen que no. Al final están como los partidos tradicionales, se están peleando por el lema o quien se queda con la bandera, quien se queda con los retratos de SENDIC en éste momento. Y bueno esto es lo que está planteado, esto no quiere significar que haya sectores que estén reunidos y que se reunan, desde el punto de vista de que sigan manteniendo la opinión de que acá lo único que se arregla, es con los fierros en la calle, y hay sectores que piensan eso, que son el P.T. que se mantiene alejado del Frente, y como son los sectores del M.R.O. y bueno, y con esa gente también, hay grupos de gente que están hablando. que son 50 acá, 50 allá, son grupos de 50 pero son 4, 5, o 6 grupos de 50, y también hay gente del 26 de Marzo que está en esa posición. EN el caso de AEBU, AEBU llamaba la gente, se forma en el consejo, llama a la dirección del SUNCA por los sucesos del 1ro. de Mayo.

AGEN 1: antes quería saber como ha caído la creación de asamblea Uruguay

AGEN 2: Vos viste, VALENTI le salió con todo,

G: Asamblea Uruguay 2121 que es eso?

AGEN 1: Es el grupo de ASTORI, se llama así,

AGEN 2: EL dijo Asamblea Uruguay porque es el poder a las bases, y 2121 porque entramos en el siglo 21. Entonces el dice que el Movimiento, o lo que pueda salir como partido puede ser para el siglo que viene, ahora los comentarios entre dirigentes no es de entusiasmo, es desalentador,

AGEN 1: En que sentido.

AGEN 2: EN el sentido de que el tipo es muy Yoguista, el tipo eligió a sus colaboradores,simplemente, y que el YO es muy grande. El se rodeó de dos personas, no te olvides, que él es de origen católico, el le sacó a SEREGNI a BARAIBAR y el otro que puso al lado es el Doctor CID (?), que creo que es de LAVALLEJA que fué presidente del sindicato médico, de médicos del interior. Después puso a esta muchacha SUSANA DALMAS y puso a dos mujeres mas que no se de donde son. y al otro que puso fué a PRADA, y a ENRIQUE PINTADO. DEL Movimiento Sindical. Y No permitimos a nadie mas, nosotros vamos hacer nosotros,y se acabó , nosotros somos independientes, estamos abierto a todo pero no permitimos a nadie, que eso es lo que le critica VALENTI. No se olviden que VALENTI tiene un espacio en el diario LA REPUBLICA, entonces el diario LA REPUBLICA le dió un espacio a ALVARO RICO, que era del partido, que está junto con VALENTI, y escribe un artículo fenómeno independientes pero no sectorizados pero resulta que lo primero que hacemos es hacer un sector. Entonces vamos a dejar la palabra independiente, porque acá entran los que nosotros queremos, y los que no queremos no entran , entonces volvemos a lo mismo. Y VALENTI se manda un NOQUIADA el domingo, para 500 personas, y el grupo de los SIN TECHO se llama. que metió a la JULIA MOLLER, para decir un discurso político en joda. pero eso es bien de VALENTI. Pero lo que pasa que él está quedando afuera, está quedando afuera CONVOCATORIA, está quedando afuera el grupo de los 30, que es el GALLEGO BOUZA, y ASTORI, aparentemente abajo tiene mucha juventud, mucha gente, es una nueva cosa, y como toda cosa nueva hay espectativas, alrededor de él, yo creo que hay espectativa abajo, con respecto al tema ese, pero está siendo atacado. Pero lo que él tenía que era el diario LA REPUBLICA, no aparece mas nada en LA REPUBLICA, y en el otro lado que aparecía que era BRECHA, la gente de la Vertiente al quedar también afuera, no le van a dar espacio, por consiguiente el tema de ASTORI puede quedar entre casa , con un porcentaje que en éste momento es muy alto dentro del Frente, pero se puede venir violentamente abajo,

AGEN 1: Te parece?

AGEN 2: Y yo creo que lo que pasa es que los otros sectores van a tener prensa, y de alguna manera se van a tener que agrupar, ahí anda el viejo D'ELIA tratando de agrupar todo esto,

AGEN 1: Pero eso no le servirá incluso a ASTORI,

AGEN 2: SI, claro,

AGEN 1: Para mi el Director técnico que tiene ASTORI, es JORGE BATLLE

AGEN 2: Y Porqué sabés eso vos?

AGEN 1: Porque son íntimos amigos.

AGEN 2: Los hijos

AGEN 1: Ellos, el hijo de Jorge BATLLE del primer matrimonio y el hijo de ASTORI del primer matrimonio, son amigos,

AGEN 2: Estudiaron juntos, se conocen, claro.

AGEN 1: Han hablado, además yo a ASTORI, es un tipo inteligente, pero esa misma inteligencia como político el hombre tiene que aprender un montón de cosas, y yo te pregunto a quien le vas a ir a pedirle un consejo y que te de una mano, a un buen político, y que buen político tiene dentro del Frente,

AGEN 2: RODRIGUEZ CAMUSSO nada más,

AGEN 1: Pero no puede ir a hablar con el

AGEN 2: Claro, porque está quemado,

AGEN 1: Además tiene un problema el mejor político que tenga dentro del Frente AMplio le va a condicionar el análisis o le va a condicionar la sugerenci quien es el tipo que puede aconsejarlo y que no va nada al consejo, un tipo de afuera, y quien le va a negar a Jorge BATLLE la capacidad que tiene para organizar, nadie, como político, organizando grupos y todo lo demás, y el hecho de la forma como lo largó el nombre y la tecitura que el tipo toma mirá tiene un sello, vos andá analizandolo de a poco,

AGEN 2: VOs sabés que es bueno el análisis que haces, es una posibilidad, y tiene su lógica,

AGEN 1; Y si vos lo seguía, la forma en que el tipo se mueve, como plantea las cosas, no te olvides que él llegó a esto por una necesidad, a él lo obligaron, y ahora quien le va a reprochar, ahora una pregunta que te voy hacer, los SOCIALISTAS QUE DICEN?

AGEN 2: A los Socialistas están calientes,

AGEN 1: Claro, porque los grandes enemigos de ASTORI son los Socialistas, cuantos votos sacan 14, ARANA cuanto va a sacar, no se como van hacer para remar, a mi eso no me preocupa , pero si, el caso de los socialistas porque son los que mas extructura tienen. Y que dice el LALO y esa gente?

AGEN 2: Caliente, y a partir de éste momento como saben de los que fueron al acto porque yo voy a todos los actos, pero resulta que los que fueron al acto, practicamente él me empezó a insultar, si, que andá con ASTORI, y a cada rato, medio en joda y medio en serio, pero te lo dice, si que vos estás con ASTORI, y aquel está con ASTORI y todo lo demás. Y además los Sociali tas dicen que éste fin de semana van a nombrar los candidatos, ellos le hicieron una encuesta a equipos consultores, una encuesta dentro del Fren te y de acuerdo a lo que dicen equipos consultores ellos sacarían alrededor de 7 diputados, en Montevideo, hicieron una encuesta en Montevideo. Los Socialistas sacarían 7 diputados en Montevideo, y creo que 2 Senadores con la posibilidad de sacar otro senador. ENtonces en base a ello ellos van a hacer las listas.

000002
000002

AGEN 1: Te parece?

AGEN 2: Y yo creo que lo que pasa es que los otros sectores van a tener prensa, y de alguna manera se van a tener que agrupar, ahí anda el viejo D'ELIA tratando de agrupar todo esto,

AGEN 1: Pero eso no le servirá incluso a ASTORI,

AGEN 2: SI, claro,

AGEN 1: Para mi el Director técnico que tiene ASTORI, es JORGE BATLLE

AGEN 2: Y Porqué sabés eso vos?

AGEN 1: Porque son íntimos amigos.

AGEN 2: Los hijos

AGEN 1: Ellos, el hijo de Jorge BATLLE del primer matrimonio y el hijo de ASTORI del primer matrimonio, son amigos,

AGEN 2: Estudiaron juntos, se conocen, claro.

AGEN 1: Han hablado, además yo a ASTORI, es un tipo inteligente, pero esa misma inteligencia como político el hombre tiene que aprender un montón de cosas, y yo te pregunto a quien le vas a ir a pedirle un consejo y que te de una mano, a un buen político, y que buen político tiene dentro del Frente,

AGEN 2: RODRIGUEZ CAMUSSO nada más,

AGEN 1: Pero no puede ir a hablar con el

AGEN 2: Claro, porque está quemado,

AGEN 1: Además tiene un problema el mejor político que tenga dentro del Frente AMplio le va a condicionar el análisis o le va a condicionar la sugerenci quien es el tipo que puede aconsejarlo y que no va nada al consejo, un tipo de afuera, y quien le va a negar a Jorge BATLLE la capacidad que tiene para organizar, nadie, como político, organizando grupos y todo lo demás, y el hecho de la forma como lo largó el nombre y la tecitura que el tipo toma mirá tiene un sello, vos andá analizandolo de a poco,

AGEN 2: VOs sabés que es bueno el análisis que haces, es una posibilidad, y tiene su lógica,

AGEN 1; Y si vos lo seguía, la forma en que el tipo se mueve, como plantea las cosas, no te olvides que él llegó a esto por una necesidad, a él lo obligaron, y ahora quien le va a reprochar, ahora una pregunta que te voy hacer, los SOCIALISTAS QUE DICEN?

AGEN 2: A los Socialistas están calientes,

AGEN 1: Claro, porque los grandes enemigos de ASTORI son los Socialistas, cu anto votos sacan 14, ARANA cuanto va a sacar, no se como van hacer para remar, a mi eso no me preocupa , pero si, el caso de los socialistas porque son los que mas extructura tienen. Y que dice el LALO y esa gente?

AGEN 2: Caliente, y a partir de éste momento como saben de los que fueron al acto porque yo voy a todos los actos, pero resulta que los que fueron al acto, practicamente él me empezó a insultar, si, que andá con ASTORI, y a cada rato, medio en joda y medio en serio, pero te lo dice, si que vos estás con ASTORI, y aquel está con ASTORI y todo lo demás. Y además los Sociali tas dicen que éste fin de semana van a nombrar los candidatos, ellos le hicieron una encuesta a equipos consultores, una encuesta dentro del Fren te y de acuerdo a lo que dicen equipos consultores ellos sacarían alrededor de 7 diputados, en Montevideo, hicieron una encuesta en Montevideo. Los Socialistas sacarían 7 diputados en Montevideo, y creo que 2 Senadores con la posibilidad de sacar otro senador. ENtonces en base a ello ellos van a hacer las listas.

000002
000002

desde luego van a dejar algún puesto libre para alguna alianza. Hasta ahora con la persona que tienen alianza, que yo creo que es jodida, o sea que no les lleva nada es PITA, pero dejarían abierto para alguna otra que pueda meter, y darían dos ediles para hacer alianzas uno sería MAZAROVICH, que parece que se va del partido Socialista, y el otro no se quien sería. Ellos en base a eso, es que van a hacer una lista, eso no me lo dijo a mí el LALO pero se lo dijo a otro, porque el LALO se toma dos copas y empieza a largar todo, el LALO está en la comisión electoral.

G: No te largó nada, de la guita que le trajo ARIEL COLLAZO?,

AGEN 2: NO, ARIEL COLLAZO se va el 2 de Julio, de vuelta,

G: A traer mas guita

AGEN 2: Se va de vuelta a España y dice que se va a traer todo, porque se va a radicar acá, el está jubilado, la tenía suspendida a la jubilación porque no estaba en el país, ahora la vuelve a sacar, él también tiene una jubilación como Legislador, eso me lo dijo el hermano hoy, . EL hizo mucha guita en España y está jubilado en España, la jubilación de España también es buena, entonces se trae un contenedor, y se trae hasta el auto, con eso te digo todo, y dice que le sale todo el contenedor 1800 dólares y con el auto incluido, eso me lo dijo el hermano [illegible] compró un apartamento por el centro, en el próximo les digo.

AGEN 1: Y que pasa con el M.R.O. [illegible] la dirección?

AGEN 2: NO, no, lo que se rumorea acá es que va para el partido Socialista, incluso hasta el hermano va,

G: Ahí hay dos acciones que son bien claritas, una es la canalización de la lista de la personal socialista que la va a distribuir entre el Partido Socialista , ésta es una acción clara, él puso expresa mención estaba desvinculado del M.R.O. y no quería relacionamiento, pero hay que estar atento,

AGEN 2: YO lo único que les digo es lo que oigo, ta, ese tipo de análisis lo pueden hacer ustedes con otro tipo de cosas, yo les digo cosas que le pregunté al hermano, que iba a pasar, sobre que lado está, que me interesaba cual era el tema político, si él iba a actuar en política, él dice que no, que en ésta oportunidad no va a actuar, y que la va a observar de afuera,

000002

012 | 12 9405656

SECRETO ORIGINAL

9405657

M E M O R A N D U M Nro.940161....../ReI.../FECHA 03/06/JUN

I.- ASUNTO: INFORMACION DEL MOVIMIENTO 26 DE MARZO.

II.- REFERENCIA:

III.- EVALUACION:

IV.- T E X T O:

El día Martes 31/05/94 sesionó en el Comité "MELCHOR CUENCA" el regional 10 del Movimiento 26 de Marzo, en la misma estaban presentes:

ALTAMAR RODRIGUEZ
ROLF MULETALER
GLADYS CUELLO
SOLANGE SILVA
MIGUEL CABRERA
ARMANDO ARROYO
DANIEL NOGES
"CARLOS"

000002

Los temas que se trataron fueron la Política de Alianza y el Congreso. Se ratificó los días para el Congreso del F.A. quedando para los días 1, 2 y 3 de Julio. El Movimiento 26 de Marzo fijó para los días 17, 18 y 19 de Junio hacer las asambleas en los Comite de Base y realizar las elecciones de delegados que concurrirán a dicho Congreso.

Comunicó ROLF MULETALER que el Organo de Conducción Política va a realizar la Estrategia política de que se vote en éste Organo a un extra frenteamplista y van a ganar por mayoría pero no van a dar nombre y en el Congreso van a tratar que ha dicho Organo le den facultades para decidir la Vice Presidencia y ahí va a salir el nombre NIN NOVOA.

ALTAMAR RODRIGUEZ tomó la palabra diciendo que ADRIANA GASANO la cual es analista política, hizo las bases políticas y sociales del F.A. las cuales fueron aprobadas por el MPP, UNIR y P.C.

También se están tratando temas tales como el Mercosur, el Agro y Deuda Externa.

Comunicó además que se reunió con HECTOR BAUZA (Empleado Municipal) por la adhesión de los simpatizantes Independientes, quedando a la espera de su contestación.

Es de destacar que el delegado del P.C. llegó a la sesión media hora tarde y se levanto la misma porque los dirigentes ALTAMAR RODRIGUEZ, ROLF MULETALER y DANIEL NOGES fueron a sesionar con él a otra habitación y lo único que comunicaron es que están negociando con el Partido.

En dicha sesión hubieron discusiones y fuertes insultos pero al final terminó bien.

Se supo además que el día 12/6/94 se va a realizar una reunión en el Cine Astral donde se va a analizar los temas para el Congreso; al mismo concurrirán 5 delegados por comité.

Se pudo saber que el domingo 29 pasado viajaron a Paysandú FERNANDO VAZQUEZ y SENDIC a inaugurar un Comité de Base.

Por último es de destacar que "CARLOS" GUZMAN, dirigente Sindical no es tal, sino que se llama CARLOS PEREZ y ADRIANA GASANO trabaja en la Radio 36.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
Fecha de Entrada 19 OCT. 1994
Pase a Biográfico · Pilitar
Nº de Orden 9405657

0011

9405657

SECRETO

1/2

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES

OFICINA DE: DEPARTAMENTO III

RADIOGRAMA Nro.: 382

PROCEDENCIA: DIR. NAL. INF. E INTELIGENCIA

DESTINO: DIR.GRAL. INF. DE DEFENSA
DEPARTAMENTO I

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPOSITO			HORA DE DEPOSITO	CLASIFICACION	PRECEDENCIA	Nº CORRELATIVO
		06	06	94				

VIA	EMISION	RECEPCION	FECHA			HORA	EMITIO	RECIBIO
FAX	X		7	VI	94		[illegible]	

TEXTO: Nómina de ciudadanos aspirantes a ingreso al Instituto Policial, se solicita información:

1)=AREVALO MARTINEZ; Claudia Elizabeth. C.I.1.811.652-2 =C.C.:BDB 56652 =F/Nac.:10.05.69 =Dom.: Cno.Carrasco No.5397.
2)= CASAS MAZZA; Pablo Daniel.-C.I.3.611.134=4 = C.C.: BCA 97876. F/Nac.:24.07.72.= Dom.: Comodoro Coe No.4012 Ap.6.
3)= COSTA ; Juan Marcelo.= C.I.1.895.284=7 = C.C.: BDB 63333. F/Nac.:21.02.75 = Dom: Puntas de Soto No.5326.
4)= BALADAN QUINAS ; Richard Wilson.= C.I.2.965.859=3 = C.C.: BDC 7872 =F/Nac.:10.10.74 = Dom.: Alberto Rodrgiues Mallarini 3935.
5)= BENTANCORT MARRERO; Ruben Daniel.-C.I.3.841.764-7 = C.C.: BMB 26968 =F/Nac.:27.07.69 = Dom.: Garcia Peña No.2791.
6)= CALLABA MANEIRO; José Enrique.=C.I.1.858.004-4 = C.C.:BBA 42620 F/Nac.: 10.03.75 = Dom.: Menendez y Pelayo No.3078.
7)= CAPUTTO CABRERA; Natalia Ivonne.= C.I.3.440.435-3 = C.C.: BDA 92595 = F/Nac.: 16.01.72 = Dom.: Av.Italia No.7440. Viv."A=48"
8)= FERNANDEZ DE ARMAS; Mariela Martha.= C.I.1.576.745-1 = C.C.: CDA 65035 =F/Nac.: 07.01.64 = Dom.:Pando No.2615.
9)= GARCIA BORBA; Jorge.= C.I.1.950.194=8 = C.C. CMB 9496. F/Nac.: 28.01.70 = Dom.: Juan José Severino No.7928.-
10)= MELLO MELLO; José María.-C.I.3.571.488-6 = C.C.: BBD 19825 F/Nac.: 02.01.64 = Dom.: Petrona Tuberas No.826 Ap.003(Durazno).

..//..

Dic. Poso [illegible]

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada: 8/6/94
Nº 200

07 JUN. 1994
Antecedentes
940556

[illegible] INFORMACION
SECRETARIA
Fecha 6-7-94
Pase a: S.D.I.
Nº 9405660

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES

OFICINA DE: DEPARTAMENTO III

RADIOGRAMA Nro. 382

PROCEDENCIA: DIR.NAL. INF. E INTELIGENCIA.

DESTINO: DIR.GRAL. INF. DE DEFENSA
DEPARTAMENTO I

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPOSITO			HORA DE DEPOSITO	CLASIFICACION	PRECEDENCIA	Nº CORRELATIVO
		06	06	94				

VIA	EMISION	RECEPCION	FECHA	HORA	EMITIO	RECIBIO
					[firma]	

/..=Continuación de Fax No.: FIR

TEXTO: 11)= REY MORENO : Raquel Anahi.= C.I.1.730.652-2 =C.C.:BDA 83450.
F/Nac.:01.10.59 = Dom.: Grenarde No. 3475 Ap.2.
12)= SEVERO MARIN/ Heriberto Rafael.-C.I.2.773.550-1 = C.C.: BZB 60235 = F/Nac.: 17.11.71 = Dom.: Yare No.1142 Ap.02.
13)= TEXEIRA FERNANDEZ/:Nelly.= C.I. 2.891.556-6 = C.C.:BTA 24457
F/Nac.: 02.12.72 = Dom.: Alianza No. 2341.
14)= OVIEDO FUENTES/ Joel Elder.-C.I.1.957.343-6 = C.C.: BUB 29909
F/Nac.: 10.01.71 = Dom.: Martín Berinduague No.824 Ap.008 C4
15)= MUÑOZ OVIEDO Ñ Yanira Petrona.= C.I.2.733.528-0 = C.C.: BZA 40707 = F/Nac.: 27.09.75 = Dom.: Alberto Gomez Ruano No.1180.

Saluda a Usted atentamente.
OFICIAL PRINCIPAL: [firma]
CARLOS IRRAZABAL.

002/2

9405560

FAX 010319 DNII SECRETARIA

estoy en uniplex

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES

OFICINA DE: DEPARTAMENTO III

RADIOGRAMA Nro. 388

PROCEDENCIA: DIR. NAL. INF. E INTELIGENCIA

DESTINO: DIR.GRAL. DE INF. DE DEFENSA. DEPARTAMENTO I

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPOSITO			HORA DE DEPOSITO	CLASIFICACION	PROCEDENCIA	Nº CORRELATIVO
		06	06	94				

VIA	EMISION	RECEPCION	FECHA			HORA	EMITIO	RECIBIO
[illegible]	X		7	6	94		[illegible]	

TEXTO: Nómina de ciudadanos aspirantes a ingreso al Instituto Policial, se solicita información :

1)= AMARAL OLIVERA: Leonardo Javier.-C.I.:1.934.865=9 = C.C.: BDC 8246 = F/Nac.: 28.04.75 - Dom.: Chacarita de Los Padres.

2)= ARIGON : Enrique Alfredo.= C.I.1.816.182=8 = C.C.: AMB 7085. F/Nac.: 27.06.64 = Dom.: Colonia No.1687.

3)= BIQUE FARIAS : Antonio Carlos.= C.I.3.382.401=1 = C.C.: TGE 553 F/Nac.: 19.12. .Dom.:Artilleros Orientales No.4583

4)= BOGGIA MACHADO : Sara Esther.= C.I.3.072.429=8 = C.C.:BDA 97222 F/Nac.: 23.12.72. Dom.:Cno.Andalus Km.2½ Sol.8 Bo.Villa Marina(Can.)

5)= CALLEROS CHARLO: Ricardo Danubio.=C.I.2.731.381=6 =C.C.: RAB 22588 = F/Nac.:09.07.76 =Dom: Joaquín Requena No.2065.

6)= CARDOZO PEREIRA DAS NEVES: Antonio Sebastian.=C.I.1.773.149=0 = C.C: BZA 40081 =F/Nac.:31.03.76 =Dom: Cno.Melilla 6420 Bl.10 Ap.102

7)= CORREA ROSAS : Ayton Gustavo.= C.I.1.871.021=3 = C.C.:BZB 52756 F/Nac.:03.12.62 = Dom:: Rancagua No.3858.-

8)= CIANO DA ROSA : Victor Hugo.= C.I.2.614.146=4 = C.C.:AMB 7519 F/Nac.: 25.02.71 = Dom.:Cnel.Raíz No.1759.

9)= CEJAS RIVERO: Angel.= C.I.2.635.916=2 = C.C.:BLB 39931 F/Nac.: 17.11.75 = Dom.: Honduras No.55 (Las Piedras).

10)= GUERRERO VIERA : Richard Alberto.= C.I.1.901.039=5 = C.C.:BMA 32586 =F/Nac: 23.01.76 =Dom: Ruta 6 Km.26,800 (Sauce). ../•

S. Ante

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de [illegible] 8/6/94
201

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 07 JUN 1994
Pase a Antecedentes
Nº. de Orden 940566

0013

-9405662

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES

OFICINA DE DEPARTAMENTO III

RADIOGRAMA Nro. 318

PROCEDENCIA DIR.NAL. INF. E INTELIGENCIA

DESTINO DIR.GRAL. INF. DE DEFENSA
DEPARTAMENTO I

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPOSITO			HORA DE DEPOSITO	CLASIFICACION	PRECEDENCIA	Nº CORRELATIVO
		06	06	94				

VIA	EMISION	RECEPCION	FECHA			HORA	EMITIO	RECIBIO

TEXTO: /..= Continuación de Fax No.:

11)= ETCHEGURY GONZALEZ: Washington Gabriel.= C.I.2.808.640=0 = C.C.:BDB 63245= F/Nac:21.04.74 =Dom:Marcos Salcedo No.5334.
12)= NAZAR SANTINI:Roberto Jorge.= C.I.3.029.692=4 =C.C.:BVB 49212 F/Nac.: 28.08.75 = Dom.: Santa Lucia No. 4359 Ap.9.
13)= PEDROZO CABRERA: Jesús Nicolas.=C.I.1.523.026=6 = C.C.:BDA 59722 =F/Nac:05.02.61 = Dom: Caracé No.5629.
14)= PEREIRA PAEZ: Alvaro Elgui.= C.I.3.050.257=9 = C.C.:BPB 15439 F/Nac.: 21.02.75 = Dom.: Manuel Correa No.3535.-
15)= RAMOS BONILLA: Luis Eduardo.= C.I.3.387.420=4 = C.C.:KCC 5333 F/Nac.: 25.12.70 =Dom.: Sarandi No.275 (San José).
16)=MOREIRA FERNANDEZ: Nelso Jorge.= C.I.1.966.492=8 =C.C.:BQA 19921 =F/Nac.:06.03.70 =Dom.:Venancio Benavides No.3308.
17)= LACUESTA Grisel.-C.I.2.694.375=3 = C.C.:CDA 65518. F/Nac.:13.10.61 = Dom.: Bolivia No.31 (La Paz).
18)= LARRAÑAGA AMARO: Laura Silvana.= C.I.1.598.697=4 = C.C.:BTA 12014 = F/Nac.: 04.04.59 =Dom.: Av.12 Metros No.2260.
19)= RIVERO GONZALEZ: María Cristina.=C.I.1.877.047=1 = C.C.: BOB 29783 =F/Nac.:24.10.64 =Dom.: Orestes Acquarone No.3600.-
20)= RODRIGUEZ GUARDIA: Martha Isabel.= C.I.1.865.590=6 = C.C.: CDA 81288 =F/Nac.:12.10.59 =Dom.: Municipio S/No.(Canelones.) ..//.

002 =9405662

FAX 010310 EXT1 SECRETARIA 304

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES

OFICINA DE DEPARTAMENTO III

RADIOGRAMA Nro. 388

PROCEDENCIA DIR. NAL. INF. E INTELIGENCIA

DESTINO DIR.GRAL. INF. DE DEFENSA.
DEPARTAMENTO I

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPOSITO			HORA DE DEPOSITO	CLASIFICACION	PRECEDENCIA	Nº CORRELATIVO
		06	06	94				

VIA	EMISION	RECEPCION	FECHA			HORA	EMITIO	RECIBIO

//..=Continuación de Fax No.:

TEXTO: 21)= SILVEIRA BLANCO, Fabio.= C.I.1.824.494=5 = C.C: CEA 25819 F/Nac.:13.09.74 = Dom.: José Tomas Aldabalde No.4682 c/17 mts.
22)= SUAREZ SUAREZ, Jesus Israel.= C.I.1.906.484=1 = C.C.:BOB 37015 = F/Nac.:03.01.75 =Dom.: Teniente Baleamo No.4415.
23)= ZABALETA PEREZ, Lujan Rita.= C.I.3.243.212=0 = C.C.: RVC 2958 =F/Nac.: 19.03.76 =Dom.: Av.Central No.5570 Ap.02.

Saluda a Usted atentamente.
OFICIAL PRINCIPAL: CARLOS IRRAZABAL.-

003

9405662

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 4-6-94
Pase a 5 DE
9405662

Nº. DOCUMENTO 9405664
TITULO Luis Roldan estaría en Sudamerica
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PR... 30/5/94
VINCULACIONES 11876 -
507513 -
11164 -
11426 -

El cuerpo de Carabineros de Chile desmintió ayer que el actual Subdirector General del cuerpo, General Fernando Cordero, o algún miembro de esta policía militarizada haya mantenido contacto con el ex Director General de la Guardia Civil española, Luis Roldán, prófugo de la justicia.

SANTIAGO DE CHILE/ANSA y EFE

Un comunicado oficial dado a conocer en la tarde de ayer calificó la información que el sábado publicó el matutino español ABC como falsas "especulaciones periodísticas provenientes del extranjero".

Aunque el sábado se aseguró oficiosamente que no se iba a contestar a "conjeturas periodísticas", el gabinete de prensa dijo ayer que desde que Luis Roldán cesó en sus funciones como Director de la Guardia Civil, "ningún miembro de Carabineros ha tenido contacto con el ex funcionario español".

"Por lo tanto -prosigue el comunicado- Carabineros de Chile desmiente categóricamente las tendenciosas especulaciones periodísticas que indican que, en el último tiempo, el señor Roldán hubiese recibido protección especial de Carabineros de nuestro país y se haya reunido con autoridades institucionales".

Luis Roldán es buscado por Interpol acusado de enriquecimiento ilícito en una cifra aproximada a los 3,5 millones de dólares durante sus 8 años de gestión.

Hace un par de semanas el Jefe de la Policía, Nelson Mery, aseguró que nadie con ese nombre había entrado a territorio chileno. Sin embargo, versiones periodísticas lo desmintieron.

A su vez, la Interpol dijo "tener razones" para creer que el ex Jefe de la Policía Civil española puede estar oculto en el balneario de Viña del Mar, 120 kilómetros al oeste de Santiago.

Roldán, quien está casado con la chilena Blanca Rodríguez Porto, huyó de España luego de ser acusado de "malversación de fondos y apropiación indebida de dinero", sumiendo al Gobierno de Felipe González en la peor crisis desde que los socialistas llegaron al poder en 1982.

El fugado Luis Roldán estaría en Viña del Mar según pesquisas de Interpol

LM 29/5

El corresponsal en Argentina del diario español "ABC", José Olmo y Losada, fue retenido ayer en dos ocasiones por la policía uruguaya mientras buscaba información sobre la presunta presencia en aquel país del ex director de la Guardia Civil española, Luis Roldán.

BUENOS AIRES/EFE

José Olmo dijo a EFE esta tarde en Buenos Aires que las autoridades uruguayas le trataron con corrección, pero que evidenciaron sumo interés por Roldán, que se fugó de España poco antes de ser detenido para ser procesado por diversos delitos de corrupción.

José Olmo, que ejerce la corresponsalía de ABC en el Cono Sur americano, había obtenido declaraciones de una persona que exigió no ser identificada sobre la presunta presencia de Roldán en la ciudad uruguaya de Colonia.

En la mañana de ayer se trasladó desde Buenos Aires hasta el vecino país para hacer indagaciones acerca del paradero del ex director de la Guardia Civil.

En Montevideo alquiló un taxi y se dirigió a Colonia, pero no encontró pista alguna de Luis Roldán, "pese a que pregunté en todas partes", dijo Olmo.

De regreso en la capital uruguaya, fue abordado en el puerto de Montevideo por dos policías cuando se disponía a abordar un alíscafo para viajar a Buenos Aires.



Luis Roldán, el más buscado

En la comisaría de policía fue identificado y después de una hora de interrogatorio fue dejado en libertad. José Olmo observó que sus interlocutores tenían un oficio de la Interpol pidiendo la búsqueda y captura de Luis Roldán.

De regreso en el puerto, José Olmedo fue nuevamente interceptado por un oficial de la Prefectura Naval uruguaya, que tras breve interrogatorio le permitió emprender el regreso a Buenos Aires.

La Interpol en Chile

La Interpol busca en Chile a Luis Roldán, el prófugo ex director de la Guardia Civil española acusado de enriquecimiento ilícito por al menos 3,5 millones de dólares en los ocho años de gestión.

La Interpol, que también ha despachado órdenes de captura para Roldán a Francia y Portugal, tiene razones para creer que el ex jefe policial está oculto en el balneario de Viña del Mar, ubicado a 120 kilómetros de Santiago, dijeron las autoridades.

Roldán, casado con la chilena Blanca Rodríguez-Porto, huyó de España después de ser acusado de malversación de fondos y apropiación indebida de dinero, uno de los escándalos que sumieron al gobierno de Felipe González en la peor crisis desde que los socialistas llegaron al poder en 1982.

La investigación de las actividades ilícitas de Roldán establecieron que organizó la empresa constructora "Europa Capital" para adjudicar obras arbitrariamente en la construcción de cuarteles.

También es acusado de desviar en su beneficio fondos reservados del Estado para combatir el terrorismo y financiar con recursos fiscales costosos viajes de su esposa a Suiza, donde de ambos --se descubrió-- tienen cuentas secretas. El escándalo de la fuga de Roldán en España, que ahondó la crisis de corrupción gubernamental, se hizo aún más polémico cuando el ex jefe policial amenazó --desde la clandestinidad--con hacer revelaciones que comprometen a connotados personajes de la vida política económica y social española.

01-02

9405664

ESTARIA EN COLONIA EX-DIRECTOR DE POLICIA ESPAÑOLA ACUSADO DE FRAUDE

Luis Roldan, ex director de la Guardia Civil Española, acusado de corrupción, fraude fiscal y la desviación en su beneficio de más de 40 millones de dólares propiedad del gobierno de aquel país podria estar en Colonia del Sacramento, de acuerdo con lo informado ayer por el Diario madrileño ABC. El ex jerarca, ahora en desgracia, es intensamente buscado en Chile, más específicamente en Viña del Mar, ya que la esposa y el hijo menor de Roldán tienen nacionalidad trasandina, por lo cual éste es uno de los paises en los que seria imposible para España lograr la extradición. Mientras tanto fuentes de Interpol en nuestro país, negaron más allá de la versión periodística, que exista un pedido formal de captura sobre el prófugo más célebre de toda Europa, hoy por hoy.

MADRID, 28 (EFE) — El ex director de la Guardia Civil española Luis Roldán, prófugo de la justicia, podría estar refugiado en la ciudad uruguaya de Colonia, en un chalé del embajador de un país americano en Montevideo, informó hoy sábado el diario madrileño "ABC".

Desde allí, Roldán, que está acompañado por cuatro personas, entre ellas "dos agentes de la Guardia Civil", pretende "trasladarse a Bogotá, tras pasar por Bolivia", y, finalmente, llegar a la República Dominicana.

El diario señala que anteriormente Roldán estuvo en Paraguay unos quince días. El pasado primero de mayo llegó a Asunción, donde "permaneció en el chalé de un militar de alta graduación de esta nacionalidad, llamado Eusebio, que le hizo pagos en dinero y le entregó un cheque firmado por un tal Nicolás Bo".

"ABC" añade que el militar paraguayo "había intentado pagar a Roldán con tres paquetes de droga, pero éste se negó en rotundo a aceptarlos".

Según el relato del diario, Luis Roldán "está encontrando cobertura policial por todos los lugares por los que va pasando" y también estuvo en Chile, "al parecer protegido por elementos del cuerpo de carabineros vestidos de civiles. En Santiago, el huido almorzó en casa del general de Carabineros Fernando Cordero".

Tras relatar la gira sudamericana que al parece está afectuando el hombre más buscado de España, investigado por graves delitos de corrupción, el diario de Madrid afirma que no ha podido contrastar en otras fuentes su información, que atribuye a un confidente.

En la ciudad uruguaya de Colonia del Sacramento Roldán "ocupa una finca" que, al parecer y según las informaciones recogidas por "ABC", "es propiedad del embajador de un país americano en Montevideo y está acompañado por una joven de unos 28 años, llamada Elsa o Elisa".

El prófugo y sus acompañantes viajan siempre en autobuses de línea y llevan una maleta con unos 800.000 dólares en divisas.



Luis Roldán, ayer Director de la Guardia Civil Española, hoy el prófugo más buscado de toda Europa

"Roldán aparece actualmente afeitado, pero utiliza una peluca y lleva gafas oscuras y una gorra de visera".

El objetivo del ex director de la Guardia Civil es "salir el lunes o el martes por carretera" hacia Bolivia "donde tiene previsto tomar un avión hasta la capital colombiana", para viajar después a la República Dominicana.

En Santo Domingo, el prófugo se propone alojarse en un hotel en el que trabaja una persona relacionada con el propietario del Casino de Valladolid (centro-norte de España), continúa "ABC".

Añade que Chile es uno de los países en los que Roldán podría residir sin que España lograra su extradición porque tiene un hijo menor que tiene la doble nacionalidad chilena y española. Roldán está casado con la doctora chilena Blanca Rodríguez Porto, y por ello el hijo de ambos tiene la doble nacionalidad.

Además, el ex director policial español tiene negocios, amigos y familiares políticos en Chile.

El ex director de la Guadia Civil está en paradero desconocido desde el pasado 26 de abril. El pasado primero de mayo la justicia le acusó formalmente de un delito contra la hacienda pública y ordenó su captura e ingresó en prisión.

Roldán también es investigado por una comisión parlamentaria por sospechas de corrupción, fraude fiscal y enriquecimiento ilícito durante el ejercicio de su cargo, entre 1986 y 1993.

A raíz de tal investigación y los informes de prensa que se acumulaban en su contra, Roldán se fugó.

Su huida costó el cargo al ministro del interior, Antonio Asunción, que dimitió el pasado 30 de abril, con lo que se abrió la peor crisis política que afrontaba Felipe González en su doce años en la Presidencia del gobierno español.

LO BUSCAN EN CHILE

SANTIAGO DE CHILE, 28 (EFE) — La sección de la Interpol en Chile continúa las investigacions en busca del posible paradero del ex director general de la Guardia Civil española Luis Roldán en este país y más concretamente en Viña del Mar, confirmaron hoy sábado a EFE fuentes policiales.

Roldán escapó a la justicia española cuando se le descubrieron presuntos casos de corrupción y malversación de fondos públicos realiados durante su mandato como director de la Guadia Civil.

Fuentes de la Interpol citadas hoy por el diario "El Mercurio" dijeron que a Roldán se le busca en la ciudad de Viña del Mar, situada a 125 kilómetros al oeste de Santiago.

Según la policía, la segunda esposa de Roldán, Blanca Rodríguez Porto, oriunda de Puerto Vargas, localidad situada a 1.024 kilómetros al sur de la capital chilena, tiene inversiones en el mercado inmobiliario de Santiago.

La familia Rodríguez Porto salió de Chile con destino a España a principios de la década de los años 70, donde Blanca estudió la carrera de Medicina y conoció a Luis Roldán.

Fuentes periodísticas procedentes de España informaron que Blanca Rodríguez Porto fue contratada por la Guardia Civil y tenía una sección fija de consejos en la revista de la institución.

Durante el ejercicio de su cargo, el entonces director general de la Guardia Civil española viajó varias veces a Chile.

9405664

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405665
TITULO mas implicados en el caso Banco de España
PROCEDENCIA Jur
FECHA DE PRECEDENCIA 25/5/94
VINCULACIONES 11876-
507513-
11164-
11426-

MÁS IMPLICANCIAS EN EL CASO "BANCO DE ESPAÑA"

El ex gobernador del Banco de España Mariano Rubio ocultó a Hacienda más de diez millones de pesetas (unos 75.000 dólares) en 1988, según datos aportados martes, a la comisión parlamentaria que investiga las presuntas irregularidades cometidas en el ejercicio de su cargo.

La comisión, que comenzó sus trabajos el lunes, escuchó los testimonios del ministro de Economía, Pedro Solbes, y del presidente de la Comisión Nacional del Mercado de Valores, Luis Carlos Croissier.

Según varios miembros de la comisión, Solbes y Croissier confirmaron que hay indicios de uso de información privilegiada y de tráfico de influencias por parte de Mariano Rubio, que se encuentra en libertad bajo fianza desde el pasado jueves tras haber pasado dos semanas en la cárcel.

Los parlamentarios, sin embargo, consideran que será muy difícil probar con documentos esas y otras irregularidades presuntamente cometidas por el que fuera la primera autoridad monetaria de España entre 1986 y 1992.

Rubio está acusado de haber tenido una cuenta en "dinero negro", no declarado a Hacienda, en el grupo financiero Ibercorp, cuyo máximo responsable, Manuel de la Concha, ex síndico de la Bolsa de Madrid, fue detenido junto a Rubio y continúa encarcelado en la prisión de Alcalá Meco, cercana a Madrid.

El llamado "caso Rubio", sumado a la fuga del ex director de la Guardia Civil Luis Roldán, acusado de fraude fiscal y apropiación de fondos públicos, entre otros delitos, desencadenó la crisis de Gobierno más grave desde la llegada al poder del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), en 1982.

El ministro de Economía aseguró tras su comparecencia ante la comisión Rubio que la inspección de Hacienda ha detectado que la cuota tributaria no declarada por Rubio en 1988 superó los 75.000 dólares, 12.000 más que lo calculado por el fiscal encargado del caso.

A pesar de la detallada exposición de Solbes sobre el complejo entramado de sociedades del grupo Ibercorp, algunos diputados de la comisión consideran que no es posible todavía probar las vinculaciones de estas empresas con familiares y amigos de Rubio y sus conexiones internacionales.



Mariano Rubio, ex gobernador del Banco de España, otro eslabón de la cadena de corrupción del gobierno español.

En este sentido, uno de los integrantes de la comisión señaló que el Gobierno ha investigado a fondo varias sociedades radicadas en Suiza y Luxemburgo, pero se ha encontrado con la imposibilidad de analizar las empresas con relaciones en Panamá, entre ellas Schaff Investment.

Varios miembros de la comisión coincidieron en la necesidad de acelerar la comparecencia de Rubio y De la Concha para que hagan frente a las acusaciones que pesan contra ellos.

EX GOBERNADOR DEL BANCO ESPAÑA A LA CARCEL

El ex gobernador del Banco de España Mariano Rubio y su ex agente bursátil Manuel de la Concha fueron detenidos hoy por la Policía, y acusados de fraude fiscal y falsedad de documentos, informaron fuentes del Ministerio del Interior.

Ambos detenidos fueron trasladados a los juzgados por orden del fiscal que investiga las presuntas irregularidades financieras cometidas por la sociedad "Ibercorp" de la que De la Concha, ex síndico de la Bolsa de Madrid, era responsable.

Las detenciones coincidieron con la crisis política más profunda desde la llegada al poder de los socialistas españoles, en 1982, y se producen cinco días después de la huída de la Justicia del ex director general de la Guardia Civil Luis Roldán, acusado de apropiación indebida de fondos públicos durante su mandato.

Horas antes, el ministro de Agricultura, Pesca y Alimentación, Vicente Albero, anunció su dimisión irrevocable por su relación con De la Concha, que también gestionó sus inversiones.

La dimisión hoy, miércoles, del ministro español de Agricultura, Pesca y Alimentación, Vicente Albero, es la segunda que se produce en los últimos cinco días y la quinta en los doce años de Gobierno socialista presidido por Felipe González.

Las renuncias ya aceptadas por Felipe González de Albero y del ministro del Interior Antonio Asunción, el pasado 30 de abril, han abierto la crisis política más profunda desde el acceso al poder en 1982 del Partido Socialista Obrero Español (PSOE).

Antonio Asunción presentó su dimisión un día después de conocerse que el ex director general de la Guardia Civil Luis Roldán se había fugado, tras no comparecer ante un tribunal que investigaba sus presuntas irregularidades al frente de ese cuerpo armado.

Albero, por su parte, explicó ayer en una rueda de prensa que el deseo de ser relevado de su cargo es debido a unas presuntas irregularidades fiscales.

La dimisión o renuncia de un miembro del gobierno es un hecho poco frecuente en la democracia española, ya que en los últimos dieciocho años apenas son una docena los integrantes del Ejecutivo que han renunciado a sus puestos, ya sea por escándalos financieros o políticos o por motivos personales.

Desde 1982, año en el que el PSOE obtuvo su primer triunfo electoral, se han producido cinco dimisiones, incluidas las de Asunción y la de Albero.

Los fiscales de delitos monetarios anunciaron su intención de presentar
una querella contra De la Concha y Rubio por delitos de falsedad de documentos y fraude a la Hacienda Pública.

Los delitos que se contienen en la querella contra Rubio y de la Concha están castigados con penas que pueden alcanzar hasta veinte años de prisión, informaron a EFE fuentes de la investigación.

De la Concha fue protagonista en 1992 de uno de los mayores escándalos financieros en España y sancionado con una multa de 1,5 millones de dólares por la violación de las leyes del mercado de valores durante su gestión al frente de Ibercorp.

Según el diario madrileño "El País", De la Concha tenía entre sus clientes, además de Rubio y Albero, a numerosas personalidades de la vida económica y social española, y llegó a administrar mil millones de dólares en la época del "boom" bursátil en el país, entre 1986 y 1989.

01-01
9405665

Nº. DOCUMENTO 9405666
TITULO Lider catalan condiciona apoyo al gobierno
PROCEDENCIA 24/5/94
FECHA DE F Clarín
VINCULACIONES 11876 –
507513 –
11164 –
80052

REPORTAJE AL LIDER CATALAN, JORDI PUJOL

"Sin acuerdos, al gobierno le vamos a retirar el apoyo"

BARCELONA, 23 (Por **David White**, del "Financial Times", especial para Clarín). — **Jordi Pujol**, el líder catalán, desea "acuerdos sustanciales" sobre la política económica, laboral y regional como condición para seguir apoyando al gobierno socialista de **España** que es primera minoría.

Durante el curso de una entrevista, Pujol expresó su confianza en la determinación del combatido gobierno de **Felipe González** de luchar contra la corrupción. Pero advirtió que si el gobierno no emprende acciones efectivas "tendremos que retirarle nuestro apoyo".

Pujol es quien garantiza la supervivencia del gobierno español en momentos en que González trata de superar la grave crisis producida luego de toda una serie de escándalos de corrupción que involucraron a miembros de su administración, incluyendo al ex director del **Banco Central** y a un antiguo titular de la **Guardia Civil**.



Jordi Pujol, el líder catalán, condiciona su apoyo al gobierno de Felipe González.

El líder catalán, presidente del gobierno regional de **Cataluña** y del **Partido Nacionalista Catalán, Convergencia i Unió**, hizo una estratégica jugada la semana pasada al reafirmar su apoyo a González en medio de la crisis política.

Siempre que los 17 diputados de su partido voten con los socialistas, González tiene asegurada una estrecha mayoría en el Parlamento de 350 miembros. El primer ministro español recibió también el compromiso de apoyo del **Partido Nacionalista Vasco**, que es igualmente conservador en su visión económica y cuenta con cinco bancas.

Pujol habló de cuatro prioridades específicas:

- Más medidas para apoyar a la industria y las exportaciones, a través de medidas tributarias. Esto incluiría el apoyo a investigaciones y desarrollo y una ayuda especial para las empresas pequeñas
- Desregulación laboral. Pujol dejó abierta la cuestión de si se necesitarán o no medidas adicionales depués del actual paquete de reformas laborales del gobierno, que debe ser implementado en poco tiempo. "Debemos ver cómo funciona en la práctica", admitió Pujol.
- Transferencias a Cataluña. Pujol aclaró que no deseaba renegociar el acuerdo al que se llegó el año pasado, según el cual el 15 por ciento del impuesto a las ganancias recabado normalmente por el gobierno central de Cataluña es remitido de manera directa al gobierno regional catalán. Pero sí hizo demandas específicas sobre acuerdos para financiar el sistema de salud de la región, y crear su propia fuerza policial.
- Erradicar la corrupción. Pujol reveló haber pedido que el gobierno "haga todo lo posible para controlar la corrupción", y agregó: "Creo que lo está haciendo".

Dejó en claro que a pesar de su renovado apoyo al gobierno no pensaba participar de una coalición. González declaró la semana pasada que una coalición —como la que trató de formar después de los comicios generales del año pasado— aportaría mayor estabilidad que un acuerdo parlamentario. Sin embargo, Pujol comentó que formar parte del gobierno dejaría a su partido "sin margen de maniobra".

"La verdad es que podemos ser más útiles fuera del gobierno que dentro de él", admitió.

Pujol no quiso fijar ningún límite de tiempo para su alianza con los socialistas.

Ambos partidos se enfrentarán en los comicios municipales de la próxima primavera boreal y en elecciones para el gobierno regional catalán, en 1996.

González ha garantizado, entretanto, el apoyo de su partido para ubicar a uno de sus aliados moderados, **Joaquín Almunia**, como nuevo líder parlamentario, en remplazo del ex ministro de Economía, **Carlos Solchaga**, que renunció la semana pasada.

Almunia fue ministro de Trabajo y de la Administración Pública en anteriores gobiernos socialistas.

9405666
01-02

PELIGRA LA SUPERVIVENCIA DEL GOBIERNO DE FELIPE GONZALEZ, JAQUEADO POR LA CORRUPCION

Los catalanes amenazan con retirar su respaldo parlamentario al PSOE

La oposición política española insistió ayer en reclamar la renuncia del jefe del gobierno español, Felipe González, por la huida del ex jefe de la Guardia Civil, Luis Roldán, acusado de corrupción. Los nacionalistas catalanes, principal respaldo del PSOE en el Parlamento, amenazaron con retirar su apoyo ante la gravedad de la crisis, lo que provocaría la caída del minoritario gobierno español. Roldán, quien aún no ha podido ser localizado por la policía, fue entrevistado por dos periodistas de un diario madrileño **(véase página 33).**

CRISIS POLITICA EN ESPAÑA



Felipe González, el jaqueado jefe del gobierno español, ante la presión opositora para que renuncie por corrupción.

MADRID, 2 (Por **Juan Carlos Algañaraz**, especial para **Clarín**). — Los nacionalistas catalanes, de cuyo apoyo parlamentario depende la permanencia del gobierno, plantearon hoy que para continuar con su voto de confianza **Felipe González** deberá emprender una seria acción política contra la corrupción y la crisis económica.

Jordi Pujol, líder de la coalición Convergencia y Unión, transmitió esta posición al jefe de gobierno español en una conversación telefónica y después la reiteró al vicepresidente del gobierno, **Narcís Serra**, en una reunión que mantuvieron en Barcelona.

Pero el socio político de Pujol, **Unión Democrática por Cataluña**, se mostró mucho más radical en sus exigencias al gobierno, al que reclamó una "dura y profunda" remodelación del gabinete y la dimisión de los diputados y funcionarios complicados en los escándalos de corrupción. Algunos dirigentes de este partido habrían planteado, según una versión, la necesidad de dar un plazo de entre quince días y un mes a Felipe González para que tome medidas eficaces.

Poco después de finalizada la entrevista con Pujol, Serra afirmó ante los periodistas que "el gobierno socialista cuenta con los apoyos parlamentarios necesarios para continuar su gestión".

Añadió que "el gobierno es consciente de la alarma social que ha creado la corrupción y se compromete a resolver esta crisis. Quiero tranquilizar a todos los ciudadanos asegurándoles que la actitud del gobierno será de serenidad y firmeza para conseguir poner a disposición de la Justicia a **Luis Roldán** (el prófugo ex jefe de la Guardia Civil) para llegar hasta el fondo y aclarar los casos de corrupción que preocupan a la opinión pública y para limpiar la imagen de la política".

En lo que promete ser una jornada política crispada y dramática, el renunciante ministro del Interior, **Antonio Asunción**, se presentará mañana ante una comisión parlamentaria para explicar cómo pudo fugarse el ex jefe de la Guardia Civil y la posible colaboración de policías o guardias en la huida.

Pese al amplio despliegue de las fuerzas de seguridad, a la que hoy se sumó la colaboración de los servicios de inteligencia de las FF.AA., Roldán no ha podido ser localizado aunque dos periodistas del diario "El Mundo" estuvieron cinco horas con el fugitivo en un lugar secreto donde efectuó amplias e importantes declaraciones (véase recuadro).

Fuentes de la investigación confiaron que existe "algo más que sospechas" en el sentido de que guardias civiles que habían sido subordinados de Roldán, lo ayudaron a planear y realizar su fuga de la Justicia. El ministro Antonio Asunción deberá explicar mañana a los parlamentarios si la investigación de estos hechos ha dado algún resultado concreto.

Los partidos de la oposición no solo continúan reclamando la dimisión de Felipe González sino que acusan al gobierno de haber facilitado la huida de Roldán a cambio de su silencio. Ha sido la coalición **Izquierda Unida** la que más insistió con esta gravísima acusación por medio de su líder, **Julio Anguita**, y el diputado Antonio Romero, miembro de la comisión parlamentaria que investiga el caso Roldán, quién declara que el fugitivo ha enviado importantes documentos fuera de España que "ponen muy nervioso al gobierno".

Durante todo el día el **presidente del gobierno** estuvo reunido en el Palacio de la Moncloa con sus principales colaboradores tratando de dar una respuesta a la más grave crisis política que afronta desde que llegó al poder hace doce años. González insiste en que no debe dimitir "para no hacerle el juego a la derecha" y ahora se muestra reticente a aceptar la exigencia de los partidos de oposición de que se presente ante una sesión extraordinaria del Parlamento para dar explicaciones.

Felipe González **estudia también la posibilidad de pedir el voto de confianza a las Cortes**, pero tiene que estar seguro de contar en la votación secreta con el total apoyo de su grupo parlamentario y de los nacionalistas catalanes, que suman los votos necesarios para obtener mayoría. Si llega a perder la votación tiene que dimitir ante el rey y proponer un sucesor de su propio partido (véase recuadro).

En las últimas horas de esta tarde se hizo evidente que en estos momentos de aguda inestabilidad política la suerte de González y de su gobierno están en manos del líder nacionalista catalán y presidente del gobierno de la comunidad autónoma, Jordi Pujol, y de la coalición que dirige, integrada por su partido, Convergencia por Cataluña, y Unión Democrática, de tendencia socialcristiana.

Los nacionalistas catalanes han comenzado a poner condiciones cada vez más duras para mantener su apoyo a González. Pujol declaró que no es partidario de elecciones anticipadas pero tampoco las descarta **"si así le exige la gobernabilidad del Estado"**.

Un clima pesado

MADRID, 2 (Especial para **Clarín**). — "En el Partido Socialista se vive un clima de catástrofe", explicó un dirigente a **Clarín**. El presidente de la Comunidad de Madrid, **Joaquín Leguina**, reconoció hoy públicamente que "Felipe González está tocado por estos acontecimientos" pero añadió que estaba en contra de que dimitiera.

El líder de la corriente **Izquierda Socialista, Antonio García Santesmases**, planteó en una reunión del **Comité Federal** que al presidente del gobierno y al partido sólo le quedan la posibilidad de una explicación a todo el país a través de los medios de comunicación, pedir un voto de confianza al Parlamento o dimitir y proponer al rey un candidato del PSOE que lo suceda.

Varios ministros y dirigentes socialistas han declarado que González no debe renunciar. Pero también insisten en que el presidente del grupo parlamentario socialista, **Carlos Solchaga**, debería renunciar a su puesto para asumir las responsabilidades políticas que le corresponden

02-02

9405666

Nº DOCU... 9405667
TITULO Nadie asume responsabilidad por corrupción
FUENTE L.N.
FECHA 22/5/94
VINCULACIONES 11876
507513
11164
11426

Inocente: Narcís Serra, ante el Congreso, dijo que quien designó al jefe de la Guardia Civil no fue él sino el ex ministro José Barrionuevo.

MADRID, 18.– Habitualmente es una útil simbiosis (como todas las simbiosis) de los tres monitos sabios: no oye, no ve, no habla. Esta vez habló sin embargo ante el Congreso el vicepresidente del gobierno español Narcís Serra.

Citado para informar sobre las actividades ilícitas del director de la Guardia Civil, Luis Roldán, prófugo de la Justicia, el segundo de a bordo de Felipe González y ayer insinuado delfín del líder socialista, se desembarazó con soltura de toda responsabilidad. Para Serra, quien designó a Roldán fue el ex ministro del Interior, José Barrionuevo.

El diputado del Partido Popular (la derecha opositora al gobierno con el segundo apoyo electoral del país) Luis Ramallo descargó sobre Serra las mayores andanadas espetándole: "Lo que usted tiene es miedo, miedo, miedo. Luis Roldán es una bomba andando por el mundo que nos puede caer encima a todos los españoles."

Los tres monitos sabios seguían vigentes y Serra declaró haberse enterado por la prensa de las actividades de Roldán. Por lo visto, Roldán, al frente de un cuerpo de seguridad de 70.000 hombres, hacía y deshacía a su antojo ante la ignorancia absoluta del gobierno. Si aceptamos las palabras de Serra. Aunque admitió que se equivocaron al designar a Luis Roldán. Fue un error que duró más de siete años.

Serra acusó a Ramallo de haber divulgado secretos de la comisión que investiga el caso Roldán y, como puede imaginar el lector, ambos intercambiaron sablazos a gusto.

Apartado de la arena, José Barrionuevo decía privadamente que él no se siente responsable del comportamiento de Luis Roldán, quien cada día que pasa parece haber surgido de la nada, convertido por obra y gracia de los hombres del PSOE en un ente ectoplasmático que desarrollaba su tarea en otra dimensión.

El corpulento Luis Ramallo diría luego de la sesión en el Congreso: "La designación de Roldán como director de la Guardia Civil consta en el Boletín Oficial del Estado. Fue propuesta conjuntamente por el entonces ministro del Interior, José Barrionuevo, y el también entonces ministro de Defensa, Narcís Serra. Lo que hace el señor Serra es echar responsabilidades a un lado. El no quiere tener responsabilidades por nada, él no sabe nada. Tengo además la seguridad de que hoy el señor Serra ha mentido".

Agregó algo que tendrá nuevo rebote en la cadena de escándalos que sacude al gobierno de Felipe González: "Que tomen nota de lo que ha pasado en Venezuela, de ese señor Carlos Andrés Pérez que le daba abrazos (se refiere a Felipe González, NdA) del señor Cisneros, al que le regalaron Galerías Preciados (empresario venezolano que adquirió en su momento buena parte de esos grandes almacenes españoles, NdA).

Carlos de la Torre i Lluch, que fue jefe del gabinete técnico de la Dirección General de la Guardia Civil entre 1986 y 1991 y es actualmente secretario general del Instituto Cervantes, habría afirmado a la "comisión Roldán" que el prófugo mantenía contactos personales y telefónicos frecuentes con el actual vicepresidente Narcís Serra.

Serra ha iniciado juicio al diario El Mundo porque el colega, que lleva el ariete más duro contra la administración de González, dijo que habría pagado a una empresa de investigaciones para que siguiera los pasos del banquero destronado por el caso Banesto.

Serra declaró que esa acusación era totalmente falsa y que tampoco había pedido a Roldán que investigara a Conde.

Como cualquiera puede advertir, la historia no ha terminado. Sin duda, según dijo alguien hace unos años, caídos los regímenes totalitarios el nuevo gran combate de la civilización debe ser contra la corrupción que desalienta a la gente, la hace escéptica acerca de todo y, finalmente, también la corrompe.

Imagen de España

Parece que de los 77 millones y medio de pesetas (entonces, en los años 1991-93, unos 700.000 dólares) que retiró Luis Roldán de la imprenta pro huérfanos del cuerpo de la Guardia Civil sólo han aparecido siete. Así lo informó el director de la GC, Ferrán Cardenal.

Roldán administraba personalmente esos fondos. No nos asombramos ya, a esta altura del partido, de nada. Lo que sí continúa provocándonos algún desconcierto es que el ministro de Relaciones Exteriores diga que la imagen de España no ha sido dañada.

Serra niega; Roldán escapa; Rubio no sabe

Por Rolando Rivière
(Corresponsal de LA NACION en Europa)

Incógnita: en el gobierno español nadie asume responsabilidades por el informe que compromete a Mario Conde, ex presidente de Banesto.

MADRID.– Narcís Serra, vicepresidente del gobierno, niega haber ordenado al ex director de la Guardia Civil Luis Roldán una investigación sobre el ex presidente de Banesto, Mario Conde.

Nadie dice si el informe Crillon sobre Conde es real o falso o si lo encargó Fuenteovejuna.

Serra iniciará acciones penales contra Roldán (que sigue prófugo de la Justicia) por indicarlo como motor del famoso informe.

Mariano Rubio, ex presidente del Banco de España (equivalente a nuestro Banco Central), en libertad bajo fianza por presuntas irregularidades en su gestión, asegura que el gobierno le pidió que escribiera una nota diciendo que había traicionado la confianza del presidente, que no era propietario del 4 % de Ibercorp y que tampoco tiene una cuenta en Suiza por unos 10 millones de dólares.

Mario Conde, que sigue en voluntaria hibernación, estudia la posibilidad de apelar al fiscal general o al Tribunal de Derechos Humanos por haber sido investigado.

Felipe González, desde Andalucía, en un congreso sobre los gitanos locales y europeos, dijo que si es necesario pedirá un voto de confianza al Parlamento. Está convencido de que ganará las elecciones andaluzas, a mediados de junio, dando vuelta las encuestas que hasta ahora dan triunfador al Partido Popular de José María Aznar, la segunda fuerza política del país.

En silencio

Hasta ahora no hay reacción por parte de Jacques Hachuel, de origen argentino, un intelectual financiero que posee una de las mayores fortunas de España, citado de manera comprometedora en el informe Crillon sobre Mario Conde.

Confunde, confunde, que algo queda. Izquierda Unida, el sector paracomunista (su líder, Julio Anguita, lo es), tercera fuerza parlamentaria, solicitará que el vicepresidente Narcís Serra acuda a la Comisión de Justicia del Congreso para aclarar qué responsable del gobierno encargó y pagó la investigación a Mario Conde. Una digresión: si esa investigación se realizó efectivamente no debe olvidarse que Conde tenía claras aspiraciones políticas, que estuvo en la cresta de la onda y disfrutó durante un tiempo de una imagen que nunca ha alcanzado Aznar, líder del PP. Por lo tanto habría sido hecha (siempre en el terreno de las conjeturas) para eliminar a un potencial enemigo político antes que para sacar a la luz entresijos financieros poco limpios.

Mariano Rubio dice, con su impavidez distinguida, ser una cabeza de turco. Entonces no es cierto que concediera la ficha bancaria a Ibercorp, ni que aprobara una línea de crédito del Banco de España por unos 40 millones de dólares a esa institución, de la que tampoco sería accionista y menos aún es verdad que ocultara al Parlamento la inspección del Banco de España; ni autorizara el expediente dando luz verde para la fusión de las tres sociedades del grupo Ibercorp y un absoluto dislate que se presionara tanto a Conde como a Botín (Banco de Santander, que finalmente se ha hecho con Banesto) para que evitaran la quiebra del banco del que se lo acusa de ser accionista junto con De la Concha, actualmente en la cárcel. Todos infundios, según él.

Pregunta final: ¿existe un método fiable para investigar y alcanzar la verdad en estos casos? ¿Existe un auténtico deseo de hacerlo o hay tantos metidos dentro que "peor es meneallo"? Para Xabier Arzallus, presidente del Partido Nacionalista Vasco, que hoy se refirió a la carta extorsiva de la ETA a empresarios madrileños (piden entre 50 y 100 millones de pesetas de contribución como "impuesto revolucionario", amenazando con represalias) las comisiones de investigación parlamentarias no sirven para nada.

01-02 9405667

Un escándalo en España que llega a la Argentina

Por Rolando Rivière
(Corresponsal de LA NACION en Europa)

Corrupción: un ex director de la Guardia Civil española acusó al defenestrado presidente del Banesto, Mario Conde, de lavado de dinero del narcotráfico en nuestro país.

MADRID, 20.– Un informe preparado por la agencia norteamericana Kroll para el ex director de la Guardia Civil española, Luis Roldán, prófugo de la justicia, contendría (si el informe es real y hasta ahora nadie lo desmintió) gravísimas acusaciones sobre la actividad de Mario Conde en la Argentina.

Se dice en el texto enviado por Roldán al diario El Mundo que Conde, el defenestrado presidente de Banesto, habría utilizado la banca Shaw para lavar dinero proveniente del narcotráfico y de la venta de armas. Lo relaciona con el empresario argentino Jorge Antonio y cita a Monzer Al Kassar, el comerciante sirio actualmente en libertad.

Los folios 20, 21 y 22 estarían dedicados exclusivamente al empresario Jorge Antonio, aunque el material enviado por Luis Roldán al colega El Mundo se maneja hasta ahora con una síntesis del contenido total del denominado Dossier Crillon. En el folio 23 dice literalmente que Conde habría estado comprometido en "operaciones corruptas realizadas en la Argentina en el programa de privatizaciones, apoyado por Menem".

Luis Roldán afirma que la investigación encargada a la empresa de detectives norteamericana para que siguiera los pasos de Mario Conde fue dispuesta por el vicepresidente del gobierno español, Narcís Serra, y financiada con fondos que fueron entregados por el Cesid (servicio de inteligencia de la Defensa de España) al Ministerio de Defensa quien se los trasladó a Narcís Serra quien, a su vez, se los iba entregando a Roldán para que pagara a Kroll.

Serra rectifica

En el diario El Mundo aparece una carta de rectificación del vicepresidente Narcís Serra donde dice: "Es del todo incierto y rigurosamente falso que en mi condición de vicepresidente del gobierno encomendase ninguna clase de actividad al señor Roldán para investigar a Mario Conde ni, menos aún, pagar con fondos reservados dicha supuesta y falsa actuación".

En las páginas 8 y 9 del mismo matutino, que se ha caracterizado por su constante investigación en torno de los escándalos que afectan a la administración de Felipe González, se publica una síntesis del denominado informe Crillon, por el cual, según el prófugo Luis Roldán, se habrían pagado unos 700.000 dólares de los fondos reservados de que disponía el entonces director de la Guardia Civil.

Hemos podido saber que el matutino recibió este material tal y como se ha publicado y no tiene en su poder el texto íntegro del informe. Lo que indicaría que Luis Roldán está soltando con cuentagotas un material informativo con el que claramente quiere alcanzar un pacto con el gobierno para entregarse a la Justicia.

Asumen especial dimensión en estos momentos las palabras que dirigió a Narcís Serra durante la interpelación en el Congreso el diputado Ramallo, del Partido Popular, diciéndole que tenía miedo y que Roldán era una bomba que podía caer sobre todos los españoles.

¿Estamos frente a una gigantesca invención o Roldán guarda otros datos más precisos que las generalidades de su síntesis?

El Mundo hizo analizar la firma de Roldán por el grafólogo profesor Tomás Martín Sánchez que asegura que es la del ex director de la Guardia Civil. Lo que no nos asegura de la veracidad del contenido del informe.

En el folio 5 Conde aparece considerado como un líder político en potencia en Francia y Alemania, pero "menos significativamente en nuestro país e Italia".

Venta ilegal de acciones, la pertenencia de Conde a la Logia Concordia, su vinculación la poderosa empresa francesa Euris a través de Jacques Hachuel y de Jean Louis Petriat, a quien se lo menciona con grandes influencias dentro del aparato dirigente socialista por su "antigüedad como miembro del Gran Oriente de Francia"; activos no declarados; supuestas relaciones de Conde con la sociedad de armamentos sudafricana Armscor.

Folios 43, 44 y 45. Relaciones de Conde con Kaneko SA, Union Bank of Switzerland y JP Morgan Merchant Bank. Acerca de Kaneko se señala que "Paolo Gallone y Paul Perlini son fiduciarios de Conde en Suiza", mientras se investiga otra Kaneko en Liechstenstein. Según Kroll, la Unión de Bancos Suizos le habría servido a Conde para cobrar comisiones y hacen mención de dos: 20 millones de dólares por la venta de Petromed a British Petroleum (BP) y 12 por la venta de La Unión y el Fénix a la AGF.

En los folios 47, 48 y 49 se hacen nombres de personas vinculadas "con el manejo de los activos no declarados de Conde". Citan a Mariano Gómez de Liaño, de Asesores de Derecho y asesor legal de Conde; Carlo Massimiliano Gritti Bottaco, de Pilar Corporation SA, y Andre Hintermann, del Banque Financière de la Cité, en Ginebra.

¿Calumnias, personajes elegidos al azar? Y otra cuestión, ¿qué seriedad e importancia tiene la agencia Kroll que habría, según Roldán, realizado este extenso trabajo?

Folios 58 al 62. Terminan con un capítulo dedicado a la Unión de Bancos de Uruguay. De acuerdo con el informe, el Banco Central de Uruguay concedió un préstamo no publicado a UBUR por nueve años, sin intereses y al mismo tiempo se concedió a UBUR un descubierto por 20 millones de dólares.

Especulaciones válidas

Si se confirmara parte de estas informaciones quien reaparecería en escena sería Mario Conde. Nosotros nos hemos limitado a reproducir parcialmente el extenso informe. Hasta el momento el gobierno niega haber solicitado la investigación y el vicepresidente Narcís Serra anunció esta misma tarde que emprenderá acciones legales contra Luis Roldán.

Lo grave de estos escándalos es que están propiciando una serie de especulaciones válidas y en las horas en que este informe Crillon ha circulado por Madrid no hemos sabido de otras reacciones, aparte de las anotadas, que nieguen su existencia. Si lo pidió o no Narcís Serra a Roldán, como afirma éste, o si el ex director de la Guardia Civil lo pidió por su cuenta y riesgo con otras intenciones es algo indescifrable por el momento.

Lo cierto es que la fuente del informe es un hombre prófugo de la Justicia que intenta salvarse utilizando todos los medios posibles. O, mejor dicho, arrastrar a otros en su inevitable caída.



Serra: *"Es incierto y rigurosamente falso que, como vicepresidente, encomendase ninguna clase de actividad al señor Roldán para investigar a Mario Conde, ni menos aún, que pagara eso con fondos reservados".*

02-02 94

Nº. DOCUMENTO 9405668
TITULO investigarán fondos de partidos políticos españoles
PROCEDENCIA Observador
FECHA DE P... 19/5/94
VINCULACIONES 11876
507513
11164
515432

Investigarán fondos de partidos políticos españoles

MADRID - EL CONGRESO español constituyó ayer una comisión para estudiar e investigar la financiación desde 1979 de los partidos políticos con presencia parlamentaria, casi ninguno de los cuales está libre de acusaciones por presuntas irregularidades en sus cuentas.

Este asunto, junto a la corrupción y la crisis económica del país, centró el pasado debate sobre el estado de la nación, durante el cual se acordó la creación de esta comisión, que desde ayer está integrada por siete miembros de distintas formaciones.

Alrededor de una treintena de partidos de todas las ideologías deberán someterse a la investigación de los diputados, es decir, todos los que han obtenido desde 1979 algún escaño.

Sin embargo, pese a la rigurosa legislación la mayoría de las formaciones cuentan en su historial con acusaciones sobre irregularidades en la forma en que han llenado sus arcas.

Durante la constitución de la comisión de investigación, socialistas y conservadores se enfrentaron al insistir estos últimos en que los trabajos se centren en el "caso Filesa" sobre la supuesta financiación irregular del Partido Socialista Obrero Español. ■ *(EFE)*

9405668.

01.-01

Nº. DOCUMENTO 9405670
TITULO Escándalo político: "Caso Roldán".
PROCEDENCIA OBSERVADOR ECONÓMICO
FECHA DE 14-5-94
VINCULACIÓN 11876 -
507513 -
11164 -
11426

La fuga del ex jefe de Policía acusado de corrupción provocaría la interpelación a Felipe González

Gobierno español en jaque por "caso Roldán"

El prófugo ex jefe de Policía, Luis Roldán, [illegible] ayer el virulento escándalo político que afecta al gobierno español al decir a [illegible] diario que la acusación judicial de corrupción sólo le [illegible] dos opciones: [illegible] de un futuro [illegible] todo lo que sabe.

[illegible] de revelar se[illegible] por [illegible] la Guardia Civil [illegible] inteligencia [illegible] 1986 y 1993, [illegible] el gobierno de Felipe González, en [illegible] escándalo de corrupción.

[illegible] presidente de la Generalitat [illegible] Pujol, [illegible] la [illegible] bilidad de retirar el apoyo [illegible] PSOE que le da [illegible] en las Cortes "si la situación se hiciera insostenible" [illegible] "la gobernabilidad del Estado".

España tiene un régimen parlamentario [illegible] que el presidente [illegible] gobierno [illegible] contar con [illegible] simple del Parlamento [illegible] puede caer ante [illegible] censura [illegible].

El Partido Popular viene criticando [illegible] Felipe González por los casos de corrupción [illegible] se ha abstenido hasta ahora [illegible] pedir la [illegible] de censura.

Felipe González ha declarado [illegible] que no está dispuesto a renunciar pero está dispuesto a afrontar [illegible] crisis [illegible] cuestión [illegible] del gobierno [illegible] esta semana al Parlamento para satisfacer el pedido [illegible] la oposición de que informe con toda urgencia sobre la fuga del ex director de la Guardia Civil, Luis Roldán.

El "caso Roldán" y una investigación sobre denuncias de evasión impositiva y utilización en provecho propio de datos confidenciales contra el ex gobernador del Banco de España, Mariano Rubio, han significado un duro revés para la credibilidad del oficialista Partido Socialista.

Roldán, a quien se investiga por ser sospechoso de haber utilizado su cargo de jefe de la Guardia Civil para lograr un rápido enriquecimiento personal, desapareció la semana pasada luego de no responder a una citación de un tribunal para que entregara su pasaporte, una medida cautelar dirigida a impedir que saliera del país. El viernes la Justicia española impartió una orden de captura en su contra. El 3-5

9405670.

01-04

Nº DOCUMENTO ....

TITULO ....

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA [illegible] 2-5-94

VINCULACIONES ....

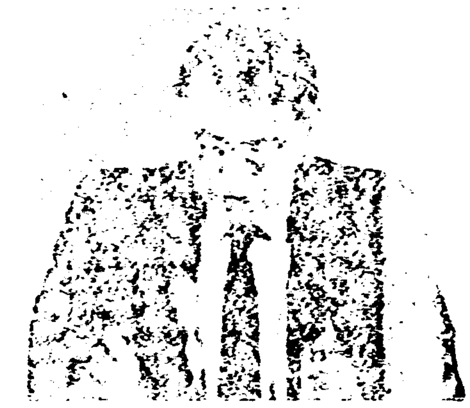
Felipe Ante Cri[illegible]is de Gravedad Ext[illegible]ma

2-5-94

MADRID (Por Daniel Beltrán [illegible]) — El presidente del Gobierno que ha dicho que no actuará "[illegible]", se reunió en la Moncloa con sus colaboradores más próximos, el vicepresidente Narcís Serra y el ministro de la presidencia Alfredo Pérez Rubalcaba, con el fin de analizar la difícil situación y encontrar alguna salida.

La mayor preocupación del Ejecutivo, además del irreparable daño a su imagen, es el caudal informativo que lleva consigo Roldán, quien conoce los más importantes secretos de Estado tras sus siete años al frente de la Guardia Civil. La [illegible] de alguno de los [illegible] sería un escándalo de dimensiones incalculables; de cualquier forma, las consecuencias de lo ocurrido son imprevisibles.

Mientras tanto la oposición reclama la renuncia de González y sostiene que la huida ha sido consentida —algo de lo que [illegible] empezó a hacerse eco el Gobierno— exigiendo la convocatoria de un pleno extraordinario para mañana martes, a fin de que comparezca González para dar las explicaciones pertinentes sobre lo ocurrido.



Felipe González el presidente del gobierno [illegible]pañol y líder del PSOE en otro momento delicado por un escándalo de proporciones, que salpica su [illegible]o

El Jefe del Ejecutivo, pese a las primeras versiones en contra, acudirá a esa cita, lo que ha motivado la suspensión del viaje que tenía previsto iniciar hoy [illegible] a Bulgaria y Rumania.

Julio Anguita, coordinador de Izquierda Unida, mostró su sospecha de que el Gobierno ha facilitado la escapada por miedo a las informaciones que Roldán pudiera revelar, acusó a González de [illegible] y negligencia y reclamó dimisiones en cadena.

José María Aznar por su parte, de viaje oficial en Portugal, pidió la dimisión de González, dijo que "la situación ha desbordado todo límite" y acordó se presente una solicitud formal para que el Presidente se presente ante el pleno del Congreso [illegible] mañana martes y explique [illegible]almente las circunstancias que han permitido la fuga.

La primera [illegible]eza en rodar fue la del [illegible]stro Antonio Asunción [illegible] presentó su dimisión [illegible] pago por lo ocurrido y con unas explicaciones que no convencieron a nadie, en especial la referida a la retirada de la custodia de Luis Roldán.

En medio de este confuso y desolador panorama, Asunción que se mantiene al frente de la cartera por [illegible] días más a pedido de González, dirige personalmente las operaciones de las Fuerzas de Seguridad del Estado en procura de localizar y detener a Roldán, sobre quien pesa [illegible] una orden de búsqueda y [illegible].

Doc. Poco LEGIBLE

9405670

02-

La fuga del ex jefe de la Guardia Civil española, Luis Roldán, acusado por la malversación de más de 3,5 millones de dólares, provocó la peor crisis de los 12 años del gobierno socialista de Felipe González. La oposición, de izquierda a derecha, pidió su renuncia 24 horas después que dimitió el ministro del Interior, Antonio Asunción. Los líderes opositores sostienen que Roldán se escapó con la complicidad de funcionarios del gobierno, que temen que pueda revelar secretos de sus propias actuaciones.

MAS INFORMACION EN LA PAGINA 30

MADRID, 1º (Por **Juan Carlos Algañaraz**, especial para Clarín). — La oposición política española en su conjunto no se conforma con la renuncia presentada ayer por el ministro del Interior, **Antonio Asunción**, y exigió hoy la dimisión del presidente del gobierno, **Felipe González**, después que las fuerzas de seguridad volvieron a fracasar en su intento de arrestar al ex director de la **Guardia Civil** y dirigente socialista, **Luis Roldán**, prófugo de la Justicia desde el viernes pasado.

Ante la gravedad de la situación, González ha suspendido el viaje oficial que debía emprender el martes a **Bulgaria** y **Rumania**, pero aclaró que no piensa presentar su renuncia a pesar de la ola de denuncias de corrupción que afectan a su gobierno.

El ex jefe de la policía militarizada es investigado por graves irregularidades registradas durante sus siete años de gestión (1986-1993) y se lo acusa por malversación de caudales públicos (véase recuadro). Roldán emprendió la huida el viernes pasado cuando debía presentarse ante la jueza **Ana Ferrer** quien lleva la instrucción del proceso.

La magistrada cambió hoy su orden de localización de Roldán por una de búsqueda y captura por lo que el ex director de la Guardia Civil ingresará en prisión en cuanto sea detenido. Algunos juristas especulaban hoy que por los cargos que se le imputan, Roldán arriesga una condena de veinte años en prisión.

Varios dirigentes de la oposición acusaron al gobierno de haber dejado escapar a Roldán a cambio de su silencio. Ante la comisión parlamentaria que investiga su gestión, **el fugitivo declaró hace pocos días, mirando fijamente a sus compañeros socialistas, que tenía conocimiento de mucha "basura", pero que no la iba a usar.**

Por su posición al frente de la Guardia Civil, el prófugo ha tenido durante siete años acceso a los más reservados secretos de Estado y a mucha información que puede resultar explosiva para el gobierno. La Guardia Civil dispone de un eficaz servicio de inteligencia que ha estado totalmente controlado por Luis Roldán.

El principal dirigente de la coalición Izquierda Unida, **Julio Anguita**, declaró ayer que esperaba 24 horas para que apareciera el prófugo y que, mientras tanto, **"mantendría bajo sospecha al gobierno por facilitar la huída de Roldán"**. Ese plazo se cumplió esta tarde y Anguita acusó al presidente del gobierno de "amparo y negligencia".

"La actitud del gobierno me induce a pensar que tiene miedo a lo que pueda decir Roldán", denunció Anguita, quien reitero su pedido de que Felipe Gonzalez dimita inmediatamente.

El diputado **Antonio Romero**, miembro de la comisión investigadora del Parlamento, declaró esta noche que Roldán **envió documentos muy imporantes fuera de España en los últimos diez días por lo que el gobierno "está muy nervioso".**

Altos dirigentes del conservador Partido **Popular**, la principal agrupación opositora, también manifestaron su temor a la existencia de un pacto de silencio con Roldán a cambio de dejarlo huir. El ahora ex ministro del Interior negó categóricamente estas acusaciones que recogen con gran despliegue los medios de comunicación y son comentadas en todos los tonos por una opinión pública altamente irritada por la fuga de Roldán.

Ante una reunión del máximo organismo directivo del PSOE, **Felipe González declaró que no dimitirá como jefe del gobierno "porque sería muy perjudicial para el país y para el Partido Socialista"**. El líder, visiblemente preocupado por el giro de los acontecimientos, proclamó ante sus correligionarios: **"Si algo no voy a hacer es actuar histéricamente"**.

González sigue atentamente la búsqueda de su antiguo colaborador y hoy habló varias veces por teléfono con el dimitido ministro Asunción, quien todavía dirige personalmente las operaciones.

Millares de efectivos de las fuerzas de seguridad se han desplegado por las fronteras, controlan los pasajes de los aviones que salen de España, organizan bloqueos en las carreteras y allanan los lugares donde pueda encontrarse el prófugo.

Según el diario "El País", Luis Roldán se comunicó telefónicamente ayer con sus familiares a quienes confió que **"no tiene la menor intención de pisar una cárcel"**. *El prófugo, informa el matutino*, amenazó con lanzar contra el gobierno "informaciones supuestamente comprometedoras".

La gran vida

MADRID, 1º (Especial para Clarín). — Cable urgente desde Madrid recibido en la sede central de la Interpol en Lyon, Francia: "Orden Internacional de búsqueda y captura de Luis Roldán Ibáñez, ciudadano español, Documento de Identidad 101760".

Así terminó la fulgurante carrera pública de un empeñoso dirigente socialista de provincias, convertido en azote de los terroristas de **ETA** primero como gobernador civil de **Navarra** y después como **director general de la Guardia Civil**. Uno de los más poderosos hombres del gobierno es ahora un fugitivo que huye a la desesperada.

Durante sus once años de gestión, Roldán organizó la construcción de obras por un importe cercano a los sesenta millones de dólares por los que habría cobrado en sobornos *una cifra cercana a* los cinco millones de dólares, según calcularon fuentes próximas a la comisión parlamentaria que investiga al prófugo.

El otrora alto funcionario no cumplía con los requisitos de licitación pública que impone la ley aduciendo "razones de seguridad". Las obras eran adjudicadas "a dedo" a una serie de empresas amigas. A veces el ex director organizaba un simulacro de competición entre empresas que terminaban siendo favorecidas en sucesivas operaciones.

Desde 1991, varias inspecciones de Hacienda advirtieron al Ministerio del Interior que Roldán efectuaba obras de manera irregular y había montado un "sistema fraudulento para adjudicar los contratos".

"Todo esto no lo podía realizar un hombre solo", reflexionó ante los parlamentarios el teniente coronel de la Guardia Civil, **Antonio Pena**. Los diputados comparten el criterio del jefe militar y ahora tratan de determinar quiénes participaban en la trama fraudulenta de Roldán.

Con el dinero que obtenía de estas operaciones ilícitas, el ex director general adquirió un extenso patrimonio de fincas, departamentos, negocios, automóviles de lujo, etc. cuya propiedad enmascaró en una serie de sociedades instrumentales manejadas por testaferros.

Fue dándose la gran vida en París, como Roldán se enteró, el 23 de noviembre de 1993, que tres periodistas de "Diario 16", informaban en la tapa del periódico que el alto funcionario tenía un patrimonio inmobiliario de tres millones de dólares.

9405670

03 -

Aniversario de la Guardia Civil española en medio de gran crisis

ENTRE CORRUPCION Y FUGADOS LA POLICIA FESTEJA

La Guardia Civil española celebró ayer viernes, los 150 años de su fundación con un desfile en Madrid presidido por el Rey Juan Carlos y marcado por la fuga de su anterior director general, Luis Roldán, acusado de enriquecimiento ilícito.

Fundada por el Duque de Ahumada con el objetivo de erradicar el bandolerismo, la Guardia Civil, único cuerpo policial español de naturaleza militar, cuenta hoy con 65.000 efectivos y cumple funciones de vigilancia fronteriza y de carreteras, de lucha contra el narcotráfico y el terrorismo, y protección de la naturaleza, entre otras.

El capote verde oliva y el tricornio de hule negro con que tradicionalmente se abrigan y tocan los agentes de la Guardia Civil, que comenzaron prestando servicio por parejas, son todo un símbolo en España.

A lo largo de su historia la Guardia Civil ha intervenido fuera de España en las campañas de Marruecos y en las luchas coloniales de Cuba, Puerto Rico y Filipinas.

El Rey Juan Carlos, que presidió junto a la Reina Sofía el desfile conmemorativo, que también presenció el presidente del Gobierno, Felipe González, dirigió un mensaje a la Guardia Civil con motivo del 150 aniversario de su fundación en el que recuerda que el «bagaje» de la Benemérita, como también es conocido este cuerpo policial, le ha permitido superar con brillantez las «más difíciles situaciones» en el pasado.

Roldán, ex jefe policial perseguido por corrupción

Los actos conmemorativos se han visto inevitablemente marcados por el escándalo protagonizado por Luis Roldán, que fue director general de la Benemérita desde 1986 a 1993.

El que fuera el primer director civil de la institución, huido de la justicia desde finales de abril y declarado en rebeldía esta misma semana, está acusado de delitos como fraude fiscal, malversación y apropiación indebida de fondos públicos.

Su huida cuando estaba siendo investigado judicial y parlamentariamente obligó a Antonio Asunción a dimitir como ministro del Interior y las posteriores revelaciones sobre su gestión al frente de la Guardia Civil hicieron perder el puesto de diputado al ex ministro del Interior José Luis Corcuera.

El actual director general de la Guardia Civil, Ferrán Cardenal, destacó ayer la «vocación de servicio» de este cuerpo y negó a los periodistas que actualmente esté falta de ánimo.

«Están ustedes obsesionados en que la moral está decaída, más que los propios guardias civiles, que tienen la moral muy en su sitio, entre otras cosas porque los 150 años de historia han hecho que asumiesen unas virtudes de forma muy profunda», señaló.

04-04 9405670.

Nº. DOCUMENTO 9405671
TITULO Líder socialista negó convocar a elecciones anticipadas.
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE PROCEDENCIA 6/5/94
VINCULACIONES 11876 507513 11426

PSOE EN EL PARLAMENTO

Felipe González: "La corrupción me abochorna pero no renunciaré"

En una conferencia de prensa convocada para hacer frente a una enorme ola de escándalos de corrupción, el presidente del gobierno español, Felipe González, descartó ayer convocar a elecciones anticipadas. El líder socialista reconoció haber "sentido bochorno" por la corrupción que sacude al país, pero insistió en que no renunciará. El actual ministro de Justicia, Juan Alberto Belloch, un jurista de brillante carrera, estará también al frente de la cartera de Interior, vacante luego que González le aceptó ayer la renuncia a Antonio Asunción.

MADRID, 5 (Por **Juan Carlos Algañaraz**, especial para Clarín). — El presidente del gobierno español, **Felipe González**, reconoció hoy haber "sentido bochorno" por los escándalos de corrupción que sacuden al país, pero insistió en que no presentará su renuncia.

En una conferencia de prensa, González aseguró que no dimite porque quiere continuar la lucha contra la corrupción, superar la crisis económica y porque cuenta con respaldo suficiente en el Parlamento para conservar la mayoría.

El máximo líder socialista proclamó que está asegurada la estabilidad de su gobierno y la gobernabilidad del Estado. También ratificó que no habrá una convocatoria anticipada de elecciones, y que tampoco cree necesario plantear una moción de confianza ante el Parlamento, debido a que cuenta con suficiente apoyo legislativo, aunque no descartó hacerlo más adelante.

Las palabras de González sobre el respaldo a su gobierno fueron ratificadas por los principales dirigentes catalanes y vascos con cuyos votos el presidente de gobierno tiene predominio en las Cortes (Cámara de Diputados). El dirigente del nacionalismo catalán, **Jordi Pujol**, anunció que consideraba positivas las medidas adoptadas por González, con quien se entrevistó antes de la conferencia de prensa que el presidente de gobierno brindó en el Palacio de la Moncloa en las primeras horas de la tarde.

Por su parte, el dirigente del Partido Nacionalista Vasco, **Javier Arzalluz**, acusó al conservador Partido Popular de propiciar un clima de inestabilidad institucional y ratificó que "en este terreno nunca contarán con nuestro apoyo".

Las bolsas reaccionaron positivamente a estas noticias, y después de una apertura en baja proliferaron los pedidos de compra y el índice en Madrid terminó ganando cuatro puntos después de haber perdido trece puntos en los dos días anteriores.

Pero González no consiguió flexibilizar la durísima oposición que ejercen tanto el Partido Popular como la coalición Izquierda Unida. Ambas agrupaciones coincidieron en que la intervención del presidente intentaba cerrar "en falso" la crisis y, por lo tanto, reiteraron su pedido de dimisión.

González informó, además, que no habrá remodelación de su gabinete más allá de los remplazos imprescindibles a los ministros dimitidos. Se crea un nuevo ministerio, de Interior y Justicia, que quedará a cargo de **Juan Alberto Belloch** (véase aparte), y asume la cartera de Agricultura, **Luis Atienza**, un economista con mucha experiencia en tareas de gobierno, vinculado con la corriente renovadora del PSOE.

El presidente de gobierno, y secretario general de los socialistas, aceptó la dimisión como diputados del ex ministro de Interior **José Luis Corcuera**, y del ex ministro de Economía y Hacienda **Carlos Solchaga**, quien pierde así su poderosa posición como presidente del grupo parlamentario del PSOE y vocero de la bancada socialista. La baja de Solchaga hace perder a González a uno de sus más preciados colaboradores.

González reconoció, con aspecto consternado, que "las circunstancias están demostrando que hemos cometido errores. Personalmente he sentido lo que sienten muchos ciudadanos, que es bochorno por lo que pasa. Es difícil concebir que haya alguien que utilice su cargo para enriquecerse. Ha habido un exceso de confianza clarísimo y también una traición a esa confianza", explicó jugueteando nerviosamente con sus anteojos.

"Todo esto tiene que haber producido un deterioro de mi imagen personal, sin duda alguna, y una merma de credibilidad cuya única superación es que sepamos clarificar los casos que se han presentado", indicó el presidente del gobierno. Afirmó también que la crisis política presente afectará negativamente a los socialistas en las elecciones europeas del 12 de junio y en los comicios para la Junta de Andalucía que se realizan ese mismo día.

NUEVO MINISTRO DE INTERIOR

Un hombre "estrella"

Juan Alberto Belloch Julve es bien conocido en España como un juez de tendencia progresista que tuvo una meteórica carrera profesional. Su nombramiento al frente del Ministerio de Interior, en remplazo del renunciante **Antonio Asunción**, fue bien recibido gracias a su impecable historial como magistrado.

Licenciado en Derecho por la Universidad de Barcelona, Belloch, de 54 años, es vocal del Consejo General del Poder Judicial desde octubre de 1992. Y fue el presidente de Cámara más joven de España desde su designación, en marzo de 1986, para dirigir la Sala Penal Segunda de la Audiencia de Bilbao.

Como ministro de Justicia, cargo que conservará, tuvo la capacidad de democratizar y limpiar esa cartera, considerada "oscura" tanto por la prensa como por los medios políticos.

Su virtud principal, sin embargo, parece hoy, cuando el gobierno de **Felipe González** pasa por uno de sus peores momentos, la de no haberse visto implicado en ningún caso de corrupción.

Belloch, quien en 1987 declaró, ante la posibilidad de ser llamado a participar del gobierno, que le seducía más la cartera de Interior que la de Justicia, surge hoy como un hombre de imagen limpia que podría aquietar las aguas en medio de la tormenta de escándalos liderada por los casos Ibercorp y Rubio.

9405671

CONFERENCIA DE PRENSA UNA SEMANA ANTES DE COMPARECER ANTE EL PARLAMENTO

Felipe González dará hoy la cara ante los españoles por los escándalos de corrupción

Mariano Rubio, ex gobernador del Banco de España, y Manuel de la Concha, quien fue titular de la Bolsa de Madrid, fueron detenidos anoche por orden de la fiscalía y para evitar su fuga, tal como sucedió con Luis Roldán, el prófugo ex jefe de la Guardia Civil. Presionado por estos escándalos, y una nueva renuncia en su gabinete, la del ministro de Agricultura, Felipe González dará hoy explicaciones al país durante una conferencia de prensa. Las principales fuerzas de la oposición, el Partido Popular e Izquierda Unida, reclamaron una vez más la renuncia del jefe de gobierno español, el que todavía cuenta con el respaldo parlamentario de los nacionalistas catalanes.

MADRID, 4 (Por **Juan Carlos Algañaraz**, especial para Clarín). — La sorpresiva dimisión del ministro de Agricultura y Pesca, **Vicente Albero**, implicado en el escándalo Ibercorp, uno de los episodios de corrupción que sacuden como un terremoto la vida política española, ha decidido a **Felipe González** a dar la cara ante el país en una conferencia de prensa que tendrá lugar mañana a mediodía.

El jefe de gobierno español tendrá también que dar explicaciones sobre la fuga del ex director de la Guardia Civil, **Luis Roldán**, prófugo desde el viernes y que sigue sin aparecer.

El clima de inestabilidad y crisis se agravó horas después cuando fueron detenidos **Mariano Rubio**, ex gobernador del Banco de España y el ex titular de la Bolsa de Madrid, **Manuel de la Concha**, ambos protagonistas de primera fila del escándalo Ibercorp (véase recuadro).

González esperaba que el dimitente ministro del Interior, **Antonio Asunción**, calmara a la oposición y a la opinión pública en su presentación de hoy ante una comisión parlamentaria para dar explicaciones oficiales sobre la fuga del ex jefe de la Guardia Civil. Los resultados de esa intervención fueron, según todos los partidos menos el socialista, una "total frustración" y así lo reflejan los medios de comunicación.

Asunción se negó a entrar en detalles sobre la fuga de Roldán y solo insistió en rechazar las acusaciones de que ha habido "complicidad o confabulación" del gobierno para dejarlo escapar. Roldán, se supo hoy en fuentes de la comisión parlamentaria que investiga su caso, había montado un servicio de inteligencia paralelo en la Guardia Civil que solo trabajaba para él y era conocido como "la pata negra".

Tanto **Izquierda Unida** como el conservador **Partido Popular** denunciaron la falta de explicaciones oficiales y reclamaron la dimisión del presidente del gobierno. En respuesta a esta petición, **Jordi Pujol**, líder de la coalición Convergencia i Unió, aliada del PSOE en el Parlamento, dijo que un gobierno socialista sin Felipe González "sería aún más frágil", aunque advirtió que un deterioro de la situación podría obligar a convocar elecciones anticipadas.

En medio de esa polémica, cayó como una bomba la noticia de la dimisión del ministro de Agricultura, Vicente Albero, quien la anunció en una conferencia de prensa convocada precipitadamente.

Albero abrió en 1982 una cuenta reservada en la empresa Ibercorp dirigida por el ex titular de la Bolsa, Manuel de la Concha, por "una cantidad insignificante", según el dimitente ministro. Se trata de cédulas hipotecarias por valor de 275.000 dólares por las cuales no rindió cuentas al fisco. Albero se enteró esta madrugada de que esos hechos estaban en conocimiento de un diario que los publicará mañana.

Todas estas noticias han provocado un profundo impacto negativo sobre la Bolsa que cayó trece puntos en dos días mientras la peseta pierde valor en los mercados internacionales. Existe una gran preocupación de los especialistas bursátiles que esperan mañana una ola de ventas de títulos tanto de inversores locales como extranjeros.

La peor crisis política que afronta Felipe González desde que llegó al poder en 1982 (véase recuadro) se ha convertido en una verdadera catástrofe desde la huida de Roldán, procesado por enriquecimiento ilícito durante sus siete años de gestión.

Además, fuentes socialistas informaron que en las próximas horas, el líder socialista aceptará las dimisiones como diputados de los ex ministros del Interior, **José Barrionuevo**, y su sucesor, **José Luis Corcuera**, ambos jefes de Roldán.

También se aceptará, según confirmó una alta fuente del PSOE, la renuncia como presidente del grupo parlamentario socialista y vocero del PSOE en el Parlamento del ex ministro de Economía, **Carlos Solchaga**, quien designó a Mariano Rubio como gobernador del Banco de España y lo defendió a capa y espada de las acusaciones por el escándalo Ibercorp.

Hasta ahora, el presidente del gobierno se mantenía recluido en su residencia del Palacio de la Moncloa sin hacer caso al clamor de los partidos políticos, incluido el socialista, y toda clase de personalidades que pedían una clarificación sobre esta crisis cada vez más profunda al líder carismático que gobierna a España desde hace doce años.

Sin embargo, solo lograron forzarlo a aceptar comparecer, el miércoles ante una sesión extraordinaria del Parlamento, las duras exigencias de los nacionalistas catalanes con cuyo apoyo parlamentario González suma la mayoría de votos que le permiten gobernar. Barrionuevo, uno de los dirigentes cuya cabeza va a rodar mañana, describió muy acertadamente la situación: **"Esto es como una inundación y tenemos que esperar a ver hasta dónde suben las aguas".**

02-

405671

Nº. D
TITUL
PROCE
FECHA
VINCU

DESPRESTIGIO DEL PSOE Y DE "FELIPILLO"

Un golpe tras otro

MADRID, 4 (Especial para Clarín). — El prestigio del gobierno socialista y de su presidente, **Felipe González**, sufrieron hoy reiterados golpes negativos un día después que los partidos españoles presentaron las campañas para las elecciones al Parlamento Europeo del 12 de junio.

Toda la estrategia de González, según fuentes próximas al Partido Socialista, está encaminada a no presentar su renuncia, dar la batalla electoral y esperar a que la tormenta amaine.

Pero los problemas no hacen sino acumularse contra el presidente de gobierno que ahora tiene comprometidas varias apariciones públicas que hasta ahora eludió. Los últimos sondeos ubicaban a González por detrás del conservador Partido Popular, liderado por **José María Aznar**, en las preferencias del electorado, mientras que el dirigente de Izquierda Unida **Julio Anguita** lo superaba como el líder más carismático.

González abandonará el silencio que mantuvo hasta ahora mañana en una conferencia de prensa que se aguarda con gran expectativa (véase crónica). El viernes, el líder socialista debe hablar en Sevilla, su ciudad, para apoyar la candidatura de **Manuel Chávez**, presidente de la Junta de Andalucía, para ser reelegido en las elecciones autonómicas que coinciden con las europeas del 12 de junio.

Los especialistas políticos no otorgan ninguna posibilidad a González de imponerse en las elecciones europeas. Muchos le auguran un sonoro fracaso que profundizaría la actual debilidad de su gobierno. Pero pase lo que pasare Felipe González tiene que triunfar en Andalucía, que es el fortín político y electoral de la dirección socialista.

La fecha electoral del 12 de junio tiene otro significado según indican dirigentes catalanes de Convergencia i Unió, la coalición dirigida por **Jordi Pujol** que le brinda a los socialistas los votos suficientes para que puedan gobernar careciendo de mayoría en el Parlamento.

Los nacionalistas catalanes quieren mantener el equilibrio cada vez más difícil de la situación pero ponen condiciones duras a González para continuar su asociación política. Pujol reiteró hoy su apoyo al gobierno insistiendo en que la única alternativa a esta actitud es la convocatoria a elecciones.

Pujol no acepta que Felipe González dimita y sea sustituido por otro dirigente del PSOE porque entiende que surgiría entonces un gobierno más débil que el actual. El líder catalán insistió en que el jefe de Gobierno debe tomar medidas profundas contra la corrupción y explicó que unas elecciones anticipadas solo podrían realizarse en setiembre o noviembre, lo cual generaría un dilatado período de inestabilidad.

Poco después causaron sensación las declaraciones del dirigente catalán **Miguel Roca**, secretario general de Convergencia Democrática de Cataluña, portavoz del partido de Pujol ante el Parlamento y una personalidad que siempre buscó un acuerdo con los socialistas. "En este momento o hay una rectificación en profundidad de la política de gobierno o vamos a unas elecciones generales", proclamó.

LOS CASOS MAS RESONANTES

Los hombres de Felipe González se vieron involucrados en numerosos casos de corrupción desde que el actual presidente del gobierno español asumió en 1982. A continuación se enumeran los principales escándalos:

- **Escándalo Flick.** 1984. El socialdemócrata alemán Peter Struck (SPD) reveló secretamente que el PSOE recibía dinero del consorcio Flick para financiar sus campañas. El caso provocó el primer gran debate sobre los ingresos irregulares de los partidos políticos en España.
- **Caso Filesa.** Las empresas Time Export y Filesa habrían realizado, en 1991, estudios "fantasmas" cuyas ganancias recaían en el oficialista Partido Socialista Obrero Español (PSOE), a través de una poderosa red ilegal de negocios.
- **Caso RENFE.** Esta empresa pública habría actuado en compraventas irregulares de terrenos para financiar la construcción de un ramal ferroviario a San Sebastián de los Reyes, en 1991. El ministro de Sanidad, Julián García Valverde, ex presidente de la RENFE, debió dimitir.
- **Caja de Ronda.** 1991. Presunto otorgamiento de créditos "dudosos" por parte de esta entidad financiera, entonces controlada por el PSOE y el Partido Andalucista.
- **Caso Alocha.** El bloque del Partido Popular en la Asamblea de Madrid acusa al gobierno del alcalde Joaquín Leguina de adjudicar en forma presuntamente irregular más de cuatro mil millones de pesetas a la empresa de construcciones Alocha. El caso, que data de 1992, aún no fue aclarado.
- **Caso Banesto.** A fin de diciembre del año pasado, el presidente del mayor banco de España, Mario Conde, es investigado después de declarar al Banesto en peligro de quiebra.
- **Caso Kio.** Supuesta financiación ilegal de diversos partidos políticos, entre ellos el PSOE, por unos 30 mil millones de pesetas. El asunto, revelado este año, está siendo investigado.
- **Caso Roldán.** El ex director de la Guardia Civil, cuya fuga, el viernes pasado, provocó la dimisión del ministro del Interior, Antonio Asunción, es investigado por un rápido enriquecimiento mediante la adjudicación fraudulenta de las obras contratadas por ese organismo de policía. Utilizó partidas de los fondos reservados del Ministerio del Interior para pagar el departamento de su novia.
- **Caso Rubio.** El ex presidente del Banco Central Mariano Rubio realizó una serie de exitosas transacciones bursátiles con la información privilegiada que obtenía por su alto cargo. Entre 1986 y 1992 logró acumular casi un millón de dólares que depositó en una cuenta de la empresa Ibercorp y que ocultó al Fisco. Anoche fue detenido junto al ex titular de la Bolsa de Madrid Manuel de la Concha, por miembros de la Brigada de Delitos Económicos.

TEMOR A QUE SE FUGUEN COMO EL EX JEFE DE LA GUARDIA CIVIL

Arrestaron a dos personajes clave del mundo financiero

MADRID, 4 (Especial para Clarín). — **Mariano Rubio**, ex gobernador del Banco de España, y **Manuel de la Concha**, ex titular de la Bolsa de Madrid y de la empresa Ibercorp, fueron detenidos esta noche por miembros de la Brigada de Delitos Económicos. El arresto de dos de los más famosos personajes del mundo financiero se produjo por pedido de un fiscal ante el temor del gobierno de que pudieran emprender la fuga como el ex jefe de la Guardia Civil **Luis Roldán**, para eludir la acción de la Justicia, según informaron fuentes del Ministerio del Interior.

Ambos detenidos son los grandes protagonistas del **"escándalo Ibercorp"**, que junto con el "caso Roldán" suman los dos episodios de corrupción que han generado una crisis política que se agrava hora tras hora en medio de un vértigo de acontecimientos que parecen haber escapado por completo al control del gobierno de **Felipe González**.

Hace pocas semanas el diario "El Mundo" reabrió el escándalo Ibercorp informando que Rubio mantenía cuentas secretas en la empresa por una cifra superior al millón de dólares, que jamás fue declarada al Fisco. Una situación parecida precipitó la renuncia de **Vicente Albero**, ministro de Agricultura, quien hoy se enteró que en su edición de mañana el diario "El País" iba a publicar que mantuvo una cuenta secreta en Ibercorp por 275.000 dólares (véase crónica).

Ibercorp, una empresa fundada por el síndico de la Bolsa de Madrid, Manuel de la Concha, es ahora sinónimo de corrupción, enriquecimiento ilícito, fraude fiscal y de oscura colaboración entre grandes financieros, políticos socialistas y funcionarios públicos de alto nivel. El escándalo de Ibercorp estalló en febrero de 1992, cuando el diario "El Mundo" publicó una serie de documentos que demostraban la existencia de informes falsos a la Comisión de Valores que controla los movimientos financieros y de la Bolsa.

Esos informes protegían la identidad, mediante torpes maniobras, de personajes muy famosos, como el ex ministro de Economía, **Miguel Boyer**, y su esposa, **Isabel Preysler**, el más notorio personaje de las revistas frívolas. El otro de los ocultos era nada menos que el todopoderoso gobernador del Banco de España Mariano Rubio. En el gran escándalo que siguió a esas revelaciones Rubio fue defendido enérgicamente por el ministro de Economía, **Carlos Solchaga**, y también por el presidente de gobierno Felipe González, que llegaron a afirmar, según muchas versiones, que "ponían las manos en el fuego por Mariano".

03-03
94 05671

9405672
Nº DOCUMENTO Felipe González
TITULO informe al parlamento sobre corrupción
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE 4/5/94
VINCULACIONES 11876 -
507513 -
11426 -

INFORME AL PARLAMENTO SOBRE CORRUPCION

El líder del PSOE tira sus últimas cartas

MADRID, 1º (Por **Juan Carlos Algañaraz**, especial para **Clarín**). — **Felipe González** está dispuesto a afrontar la seria crisis que pone en cuestión su posición como jefe del gobierno, acudiendo esta semana ante el Parlamento para satisfacer el pedido de la oposición de que informe con toda urgencia sobre la fuga del ex director de la Guardia Civil **Luis Roldán**.

Pero lo que no está dispuesto a hacer el líder del **Partido Socialista Obrero Español (PSOE)** es presentar su dimisión tal como se la reclaman el conservador **Partido Popular** y la coalición **Izquierda Unida**.

El dirigente popular, **José María Aznar**, ha declarado que por el momento no presentará una moción de censura contra González. La oposición, hasta ahora, ha hablado sobre el adelanto de las elecciones generales pero no ha hecho una reclamación formal debido a que solo han transcurrido once meses desde que González triunfó en junio de 1993. Pero, tanto Aznar como **Julio Anguita**, de Izquierda Unida, piden que González dimita de su cargo y sea elegido un nuevo presidente del gobierno.

España es una monarquía parlamentaria y de acuerdo con su Constitución, una moción de censura para derribar al jefe de gobierno requiere que quienes la presentan tengan suficiente apoyo de los diputados para consagrar una nueva mayoría a la que el rey pediría la designación de un candidato para la investidura. Los socialistas perdieron la mayoría absoluta en los últimos comicios y para gobernar necesitan del apoyo de los nacionalistas catalanes, dirigidos por **Jordi Pujol**, y a veces del de los vascos.

Por eso, González cuenta con que, para derribarlo, los conservadores no lograrán sumar los votos de la izquierda ni de los nacionalistas. Estas certezas de González comenzaron ayer a resquebrajarse, después de unas declaraciones de gran relevancia del presidente de la **Generalitat de Catalunya**, Jordi Pujol.

Aunque el líder del nacionalismo catalán se declaró contrario a una convocatoria adelantada de las elecciones, abrió las puertas a que "pudiera darse el caso", si la "situación se hiciera insostenible" y quedara comprometida la "gobernabilidad del Estado".

José María Aznar declaró en **Lisboa** que está dispuesto a un acuerdo "pragmático" con los nacionalistas catalanes y vascos para formar gobierno. También se debate la formación de un gobierno de coalición que uniría a los populares, la izquierda y los nacionalistas, quienes elegirían a una figura independiente como jefe del gobierno para impulsar la lucha contra la corrupción y llamar a elecciones en un plazo de tres meses.

Se trata de la fórmula de "catarsis" (limpieza) que utilizaron los opositores griegos para derribar al gobierno del socialista **Andreas Papandreu**, quien, después de pasar a la oposición, es otra vez primer ministro de **Grecia**.

Esta noche la diputada popular **Isabel Tocino** señaló que la gravedad de la situación hacía necesaria la constitución de un gobierno de coalición nacional en el que participaran todas las fuerzas políticas con representación parlamentaria, lo que incluiría al PSOE después de la dimisión de González.

Las circunstancias no pueden ser más desfavorables para el carismático "Felipillo", quien ganó cuatro elecciones desde 1982 y ha sido el eje de la política española en los últimos doce años. España está en medio de una seria recesión económica, que ha generado más de tres millones de desocupados, y los episodios de corrupción que han jalonado la vida del gobierno socialista han alcanzado una gravedad extraordinaria que deteriora profundamente el prestigio de González.

El PSOE está completamente desmoralizado y con unas divisiones internas cada vez más profundas.

El 12 de junio próximo habrá elecciones para el Parlamento europeo con los conservadores encabezando las preferencias populares, según indican los últimos sondeos, y el clima político cada vez más negativo para el gobierno, que podría recibir un duro castigo en las urnas.

01-02

9405672

La oposición conservadora reclamaba su comparecencia esta semana por el "caso Roldán"

En 7 días Felipe enfrenta al Congreso español

Madrid - El presidente del gobierno español, Felipe González, explicará el 11 de mayo en el Parlamento las circunstancias de la fuga del ex director general de la Guardia Civil, Luis Roldán, que continúa en paradero desconocido, tras ser acusado de varios delitos.

La oposición conservadora había exigido a González que se presentara al Parlamento esta misma semana, pero la Junta de Portavoces del Congreso de los Diputados decidió, por mayoría, que fuera la próxima.

El grupo parlamentario socialista (PSOE), con el apoyo de los nacionalistas catalanes (CIU), la coalición Izquierda Unida (IU) y otros grupos, argumentó que una comparecencia esta misma semana "crearía alarma" en la opinión pública.

El ministro del Interior, Antonio Asunción, presentó su dimisión el sábado y se hizo responsable de la fuga de Roldán, que está acusado de fraude fiscal, cobro de comisiones ilegales y apropiación indebida de fondos públicos mientras ocupó el cargo de director general de la Guardia Civil, entre 1986 y 1993.

El "caso Roldán" y otros escándalos de corrupción, como el protagonizado por el ex gobernador del Banco de España, Mariano Rubio, acusado de fraude fiscal y uso de información privilegiada, han sumido al gobierno de González en su peor crisis desde la llegada al poder de los socialistas, en 1982.

El presidente del Partido Popular (PP), José María Aznar, dijo que la actual situación "es la más grave" por la que ha pasado España desde hace mucho tiempo y, en su opinión, "peligrosa para una democracia joven como la española".

Aznar advirtió: "Cuanto más tiempo esté el presidente del gobierno, Felipe González, atrincherado, será peor para España y para la democracia".

González, quien ha afirmado en varias ocasiones que no está dispuesto a dimitir, continúa teniendo el apoyo en el Parlamento de la coalición nacionalista catalana Convergencia i Unió (CiU).

Roldán afirmó ayer en una entrevista que si va a la cárcel, no lo hará solo.

El ex director general de la Guardia Civil señaló que conserva "mucha basura" de su época en el cargo y ha amenazado reiteradamente con hacer públicos secretos de la corrupción política en España, lo que ha suscitado conjeturas sobre la posibilidad de que el gobierno lo haya ayudado a escapar del país.

"Aporten pruebas"

El portavoz de la Presidencia del gobierno, Miguel Gil, subrayó que quienes piensen que se ha dejado escapar al ex director general de la Guardia Civil lo que deben hacer es "aportar pruebas, si las tienen, y si las tienen, ir al Juzgado".

Pensar en la fuga de Roldán con el consentimiento del gobierno es, según Gil, "un supuesto fuera de lugar y un mal servicio a la confianza que buscamos de los ciudadanos con la política".

Mientras la crisis sigue su curso, Roldán parece haber planeado cuidadosamente sus movimientos. Está escribiendo "absolutamente todo" lo que sabe, que dejará a buen recaudo "por si algo me pasa a mí o a mi familia", según reveló en una entrevista.

Para Roldán el sistema político español tiene varios y serios problemas de corrupción, pero solo hay dos maneras de abordarlos: que pague sus culpas todo implicado o amnistía y "borrón y cuenta nueva".■ *(De la redacción de* El Observador *en base a EFE, Reuter y AP)*



Cautela

Anoche, finalmente el Parlamento decidió no citar a González esta misma semana para no causar "alarma" en la población

Un implicado más en el escándalo

MADRID - EL GOBIERNO español decidió en la víspera expulsar de la Guardia Civil al general Manuel Llaneras, implicado en el escándalo de corrupción protagonizado por el ex director general de ese cuerpo policial, Luis Roldán.

Llaneras participó presuntamente en la adjudicación irregular de obras en cuarteles de la Guardia Civil, según la información recabada por la comisión parlamentaria encargada de investigar el caso de Luis Roldán.

El 24 de febrero, poco después de estallar el escándalo, el general Llaneras fue cesado como responsable de la jefatura de Servicios de Apoyo de la Guardia Civil y nombrado jefe del cuerpo en la región de Cataluña.

Las últimas revelaciones de la comisión parlamentaria que investiga el "caso Roldán" han forzado a los responsables del Ministerio del Interior a destituir a Llaneras y a expulsarlo de la Guardia Civil.

El gobierno todavía no ha decidido si Llaneras será cesado por el actual director general de la Guardia Civil, Ferrán Cardenal, o si dejará el cuerpo pidiendo su pase a la reserva.■ *(EFE)*

9405672

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405673
TITULO Frente Patriótico Ruandés rechazó propuesta de ONU para reactivar misión de asistencia
PROCE... 150090
FECHA DE ... 10/5/94
VINCULACIONES - 11876 -
- 507639 -
- 501889 -
- 11833 -
- 11140 -

Continúan los combates en Ruanda

EL FRENTE RUANDES RECHAZA LA PROPUESTA DE GALI

El Frente Patriótico Ruandés (FPR), que según informes de la ONU completó ayer el cerco de Kigali, rechazó la propuesta para reactivar la Misión de Asistencia de Naciones Unidas en Ruanda (UNAMIR), que ha quedado reducida a 450 soldados.

El portavoz de la ONU, Joe Sills, informó del rechazo de los rebeldes a las propuestas del secretario general de la ONU, Butros Gali, en su carta del viernes pasado al Consejo de Seguridad, en la que pidió reconsiderar la reducción de la UNAMIR y examinar alternativas, incluido el uso de la fuerza, para restablecer la ley y el orden y terminar con las matanzas en Ruanda.

En esa carta, Gali reconoció que su recomendación requiere de recursos humanos y materiales muy superiores a los que están disponibles, pero advirtió de que no hay alternativa ante la magnitud de los sufrimientos humanos en Ruanda y sus implicaciones para la estabilidad de los países vecinos.

El Consejo aprobó el sábado una declaración en la que pidió a Gali que, en consulta con la Organización de la Unidad Africana (OUA) y con la Alta Comisaría de la ONU para Refugiados (ACNUR), informe sobre qué acciones pueden adoptarse para ayudar a restablecer la ley y el orden y facilitar la seguridad de los centenares de miles de desplazados por el conflicto.

El portavoz dijo que "la atención se concentra ahora en la sugerencia de que los países miembros de la OUA faciliten tropas, que actuarían bajo los auspicios del departamento de operaciones de paz, y cuyos gastos se cubrirían en el mecanismo correspondiente de la ONU, porque esos países no tienen recursos para sufragar la operación"

Esa operación tendría que ser aprobada por el Consejo de Seguridad, advirtió Sill, y agregó que ACNUR y las demás agencias humanitarias del sistema internacional concentran recursos en las fronteras de varios países con Ruanda, particularmente en Tanzania, para atender en lo posible a los cientos de miles de refugiados, que "parecen ser en su mayoría hutus".

Se intensifican los combates entre las fuerzas del gobierno y el Frente Patriótico Ruandés

CONTINUAN LOS COMBATES POR EL CONTROL DE KIGALI

En la se intensificaron los combates entre el Ejército gubernamental y el movimiento guerrillero Frente Patriótico Ruandés (FPR) por el control de la capital ruandesa, informaron ayer sábado, fuentes diplomáticas, que citaron comunicados militares.

La intensificación de los enfrentamientos entre ambas partes, que reanudaron la guerra civil hace un mes, coincidió con el fracaso el viernes, del último intento de la ONU para reunir en Tanzania a los delegados hutu y tutsi a fin de buscar una solución negociada al conflicto, pues el FPR se negó a negociar con un Gobierno al que calificó de «criminal e ilegal».

Las citadas fuentes indicaron que los combates se registran en los alrededores de Kigali, principalmente en la zona del aeropuerto, lo que ayer impidió descargar un avión de Naciones Unidas con medicinas y alimentos que había conseguido aterrizar.

Los bombardeos continuaban la mañana del sábado y la ONU seguía intentando negociar con las tropas gubernamentales un permiso para evacuar a 300 tutsi refugiados en un hotel del centro de la ciudad, mientras que el Ejército fue acusado de atacar el viernes a un convoy de Naciones Unidas que transportaba a 62 tutsi, algunos de los cuales resultaron heridos de gravedad.

El director del Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), Patrck Gasser, afirmó que la situación en Kigali es «muy grave» y sus intentos de distribuir la ayuda humanitaria «se han visto frustrados».

Por otra parte, las lluvias torrenciales de las últimas dos semanas en Africa Oriental convirtieron el campo de refugiados de Ngara (Tanzania) en un lodozal, en el que 300.000 ruandeses, la mayoría niños, intentan sobrevivir.

El representante de la Alta Comisaría de la ONU para Refugiados (ACNUR) en Ruanda, Sibilla Wilkes, declaró que ya se habían registrado cuatro casos de neumonía y que la mayor parte de los refugiados sufrían disentería a causa de las aguas infestadas del río Kagera.

Una delegación estadounidense, encabezada por el secretario de Estado para Asuntos Humanitarios, John Shattuck, se reúne hoy con la Organización de la Unidad Africana (OUA) en Adis Abeba para tratar de buscar una solución a la crisis ruandesa, a la que Estados Unidos asignó una ayuda de urgencia de quince millones de dólares.

01-02 9405673

La batalla por Kigali en una fase decisiva

Nairobi (AFP)
por Annie Thomas

El Frente Patriótico Ruandés (FPR) atacó ayer varios sectores estratégicos controlados por las fuerzas gubernamentales en esta capital, iniciando una fase que puede ser "decisiva" en la batalla por Kigali, según un funcionario internacional. Los combates más intensos, con armamento pesado, se concentraron por la tarde en el campamento militar de Kanombe, situado cerca del aeropuerto (sudeste de la capital), indicó por teléfono Abdul Kabia, portavoz de la Misión de las Naciones Unidas para la Ayuda a Ruanda (Minuar).

Un proyectil de mortero cayó por la mañana en la pista del aeropuerto, obligando a un avión Hercules C-130 de la ONU a rehacer camino y volver a Nairobi, tras lo cual la ONU suspendió sus vuelos hacia Kigali por segunda vez en menos de una semana.

También se libraban combates de artillería en las inmediaciones de un campamento de gendarmes y en uno de la guardia presidencial. Los disparos son intensos del lado del cuartel general del FPR en Kigali, el movimiento de la rebelión de la minoría tutsi, precisó Kabia.

Los ataques lanzados por los rebeldes parecían mucho más precisos y podrían ser más "decisivos" que los de la semana pasada, que apuntaban a sectores muy diversos, estimó un funcionario internacional en Kigali.

"Estamos reforzando nuestras posiciones e intentamos controlar las que puden ser tácticamente importantes", indicó un portavoz del FPR, interrogado por teléfono en su cuartel general de Mulindi (norte de Ruanda).

Para el FPR, que afirma controlar "la mitad del país", el aeropuerto de Kigali "es muy importante". Los rebeldes tutsis no quieren "detener la llegada de ayuda humanitaria, sino privar a las fuerzas gubernamentales de una posición estratégica", agregó.

El FPR acusa al ejército de bombardear sus posiciones, en particular su base del noroeste de la capital desde el aeropuerto.

La semana pasada ya habían caído proyectiles de mortero en el aeropuerto, hiriendo a cuatro cascos azules ganeanos. Un avión de la ONU también fue blanco de disparos, lo que incitó a la Minuar a suspender sus vuelos durante dos días.

Los violentos combates que estallaron este lunes, luego de un fin de semana relativamente calmo, hicieron volar en pedazos la esperanza de una tregua surgida de dos anuncios de alto el fuego unilaterales.

Luego de las negociaciones indirectas e infructuosas organizadas del martes al jueves último en Arusha (Tanzania), el gobierno interino ruandés, que el FPR no reconoce, anunció un alto el fuego para el sábado a medianoche. Casi simultáneamente, el FPR anunciaba desde Zaire otro alto el fuego, cuya entrada en vigor estaba prevista para la medianoche del domingo. El mismo escenario ya se planteó a fines de abril, pero una vez más, ninguno de esos compromisos fue respetado.

9405673

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405674
TITULO Duros combates entre rebeldes de Ruanda y fuerzas de gobierno.
PROCEDENCIA 81 País
FECHA 13/5/94
VINCULACIÓN - 11876 -
- 507639 -
- 11164 -
- 11830 -
- 11302 - /11140 -
- 13065 -
- 501889 -

Rebeldes de Ruanda y las Fuerzas del Gobierno en Combates Feroces

NAIROBI, 12 (Reuter). — Rebeldes ruandeses y fuerzas gubernamentales intercambiaron disparos de artillería pesada durante la noche en varias partes de la capital, Kigali, informaron hoy funcionarios de las Naciones Unidas.

"La lucha prosiguió sin amainar en varios frentes. Parece no haber respiro", indicó a Reuter por teléfono Moukhtar Gueye, de la Misión de Asistencia de la ONU en Ruanda (UNAMIR).

Guerrilleros del Frente Patriótico de Ruanda (RPF) han estado avanzando desde el fin de semana contra los cuarteles militares gubernamentales clave de Kanombe, unos pocos centenares de metros al este del aeropuerto internacional.

UNAMIR señaló previamente esta semana que los rebeldes estaban luchando por lograr el dominio del camino entre el aeropuerto controlado por el gobierno y la ciudad propiamente dicha.

Los guerrilleros dominan posiciones fuertes en escarpadas colinas que rodean Kigali y el gobierno controla sólo un camino que sale de la ciudad, que conduce a la localidad regional de Gitarama, donde tiene su sede el gobierno.

Los rebeldes han entrado sólo a ciertos sectores de Kigali hacia el este y el norte y se han concentrado en asediar los cuarteles militares gubernamentales, informan testigos.

Dirigentes rebeldes han manifestado que si bien están avanzando hacia la capital, su intención es principalmente inmovilizar fuerzas gubernamentales allí mientras capturan territorio en el sur y el oeste, fuera de Kigali.

Gueye manifestó que el jefe militar de UNAMIR, general de división Romeo Dallaire, cumplió un tercer día de idas y venidas entre los rebeldes y comandantes militares gubernamentales con nuevas propuestas sobre cese el fuego.

Ninguna de las partes ha formulado comentarios oficiales sobre propuesta del Consejo de Seguridad de la ONU que el martes propició una fuerza de intervención humanitaria de 5.500 hombres. Se estima que el viernes habrá una votación sobre la iniciativa.

El Consejo de Seguridad redujo los efectivos de UNAMIR el mes pasado desde 2.500 a 270 luego de estallar la violencia tras la muerte del presidente Juvenal Habyarimana en un ataque con cohete contra su avión el 6 de abril.

Sin embargo, el jefe militar de RPF general de división Paul Kagame ha dicho reiteradamente que rechaza una nueva intervención extranjera y culpa a UNAMIR por no hacer nada mientras la guerra se avecinaba durante meses y luego se mantuvo a la expectativa mientras morían masacradas miles de personas.

En cambio, el RPF promete someter a la justicia a los dirigentes gubernamentales y a escuadrones de la muerte de hutus extremistas que han dado muerte a unos 200.000 tutsis y a hutus opositores desde el fallecimiento de Habyarimana.

Joseph Nzirurera, secretario general del Movimiento Nacional Republicano para el Desarrollo, el partido de Habyarimana, declaró a la intransigente radio hutu RTLM el miércoles que el gobierno aceptará una fuerza "neutral" de la ONU, acusando a la actual de ser partidaria de los rebeldes.

Funcionarios de la ONU y escuchas dicen que RTLM exhorta diariamente a los hutus ruandeses a armarse y a matar a miembros de la tribu minoritaria tutsi, acusados de simpatizar con el RPF cuyas fuerzas están compuestas en gran medida por tutsis.

Trabajadores de ayuda manifestaron hoy que las evidencias recogidas indican que aún prosiguieron esta semana asesinatos en masa en las partes sureñas en poder del gobierno, donde unidades de la fuerza de intervención podrían acudir para proteger a los civiles amenazados.

Se estima que unas 1,2 millones de personas han huido de sus hogares —250.000 de ellas a países vecinos.

En Kampala, el presidente ugandés Yoweri Museveni anunció a los periodistas en las últimas horas del miércoles que había decidido convocar a conferencia de países africanos para gestionar un cese el fuego con la promesa de que las masacres serán investigadas.

9405674

02-04

Nº. DOCUMENTO 9405675
TITULO ONU posterga resolución de envío de militares a Misión a Ruanda
PROCEDENCIA Jur.
FECHA 15/5/94
VINCULACIONES - 11876 -
- 507639. -
- 501889. -
- 507293 -
- 11878 -
- 11163 -
11140 -

Ruanda

RESOLUCION POSTERGADA

Aunque prácticamente quedó finalizado el proyecto de resolución que autorizará 5.500 militares para reforzar la Misión de la ONU en Ruanda, a un costo de 115 millones de dólares para seis meses, se aplazó hasta la semana próxima la votación en el Consejo de Seguridad. Técnicamente el aplazamiento respondió a una demanda rusa de tiempo para consultar con Moscú, después de que su demanda de eliminar un par de palabras tropezara con la oposición británica y la de Ruanda a que la resolución incluya un embargo de armas.

01-01

9405675

Nº. DOCUMENTO 9405676
TITULO Fuerzas gubernamentales buscan impedir que los rebeldes tutsi se apoderen de Kigali
PROCEDENCIA R. Rep. (150023)
FECHA 15/5/94
VINCULACIONES - 11876 - 507639 - 11830 - 11464 - 11146 - 11302

Fuerzas gubernamentales buscan impedir que los rebeldes tutsi se apoderen de Kigali

"Seguiremos combatiendo hasta la muerte"

Kigali (AFP)

■ Las masacres, el despiadado éxodo y los sangrientos combates entre el Frente Patriótico Ruandés (FPR), la rebelión de la minoría tutsi y las fuerzas gubernamentales apoyadas por las milicias hutus, continuaban azotando ayer a Ruanda, donde cerca de doscientas mil personas ya perecieron en medio de una infernal situación.

El pequeño país se transformó en un verdadero infierno para ruandeses y extranjeros tras la muerte, el 6 de abril, del presidente Juvenal Habyarimana.

En la fase actual del drama, en medio de los intensos combates y el ininterrumpido éxodo, en la región de Butare (zona sur) fueron descubiertos los cadáveres de 88 ruandeses masacrados, según revelaciones hechas ayer por el portavoz de la Misión de Naciones Unidas para la Ayuda de Ruanda (Minuar), Abdul Kabia.

Sin embargo, el vocero dijo no estar en condiciones de precisar nada sobre los eventuales autores de tal masacre, descubierta por miembros de organizaciones humanitarias en la región de Butare, actualmente bajo control de las fuerzas gubernamentales.

"Pensábamos que las masacres habían terminado en la región de Butare, pero ahora nos damos cuenta que aún continúan", señaló.

Intensos combates con armas livianas, pero con tiros intermitentes de morteros, se registraron durante toda la jornada en varios barrios de Kigali, sobre todo en la ruta hacia el aeropuerto. Igualmente, el FPR y las fuerzas gubernamentales siguen enfrentándose en Ruhengeri (noroeste) y en Bugesera (sur de Kigali), precisó Kabia.

En la capital, las milicias hutus "Interahamwe" declararon a los periodistas presentes en el lugar estar "decididos a combatir hasta la muerte" para impedir apoderarse de la ciudad a la rebelión tutsi.

Centenares de ruandeses continuaban huyendo del país, según testimonios de miembros del Programa Alimenticio Mundial (PAM), con un flujo de emigrantes cada vez más intenso que el registrado en días pasados.

Las organizaciones humanitarias estimaban en varios cientos de miles el número de ruandeses que han huido a países vecinos desde el pasado 6 de abril, además del millón (a dos millones) que se han reagrupado en los campos de refugiados, donde afrontan a diario la amenaza de morir de hambre.

En Kigali, unas veinte mil personas que abandonaron sus domicilios para escapar a las masacres y a los bombardeos, viven como prisioneras amenazadas también por el hambre y el miedo. Son tres mil los desplazados que permanecen instalados en el estadio Amahoro, más de seis mil en el hospital Rey Faysal y varias centenas se encuentran en el hotel Meridien, al este y norte de la ciudad, que son sectores controlados por el FPR.

Entre los "gubernamentales" unas cinco mil personas están refugiadas en la iglesia y en la escuela de la Santa Familia, mientras que otras 550 encontraron refugio en el hotel Las Mil Colinas.

Los combates no han alejado del peligro a quienes creían estar refugiados en seguridad y varios de los ruandeses que están en Las Mil Colinas afirman haber recibido informaciones según las cuales serán "masacrados" antes del fin de semana. Las Naciones Unidas no han logrado aún encontrar respuesta a esta dramática situación y a la espera, el secretario general de la ONU, Boutros Ghali, propuso al consejero de seguridad ampliar la Minuar a 5.500 efectivos para "poner fin al genocidio".

Por su parte, el Alto Comisionado de la ONU para los Derechos Humanos, José Ayala Lasso, declaró este viernes en Ginebra (al regresar de Kigali) que la comunidad internacional "debe hacer presión para finalizar con esta tragedia humana inimaginable" que golpea actualmente a Ruanda.

"El mundo debe hacer algo para detener esta violencia", afirmó Ayala, quien en Kigali se entrevistó con dirigentes del FPR y con los jefes del ejército gubernamental para buscar una solución al conflicto.

01-01

9405676

Nº. DOCUMENTO 9405677

TITULO Hutus huyen de Kigali ante avance de tropas del F.P. Ruandés

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE P... 17/5/94

VINCULACIONES - 11276 - 507639 - 11930 - 11164 - 11140 - 11302

Rebeldes tutsis sitiaron la capital de Ruanda

Unos 60.000 hutus intentaban huir de la capital de Ruanda, Kigali, después que los rebeldes tutsis bloquearon la única vía que quedaba para abandonar la asediada ciudad.

El éxodo comenzó después que el movimiento insurgente Frente Patriótico de Ruanda asumió el control de las colinas que dominan la carretera a Gitarama, 30 kilómetros al sudoeste de Kigali.

Gitarama es sede temporal del gobierno interino dominado por los hutus.

El cierre de esa ruta significa que los insurgentes tienen rodeada a Kigali y aislada de refuerzos de baluartes del ejército.

Trabajadores de la Cruz Roja trataron ayer de entregar alimentos a miles de civiles atrapados fuera de Kigali, durante una pausa en la lucha entre rebeldes y fuerzas gubernamentales, informaron funcionarios. Indicaron que trabajadores de ayuda tratarán de hacer llegar un convoy que transporta 40 toneladas de cereal desde Kigali a Kabgayi, donde los refugiados viven en condiciones infrahumanas. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a fuentes de AP y Reuter)*

Incontenible avance de las tropas del Frente Patriótico Ruandés

Miles de hutus huyen de Kigali

Nairobi (AFP)

■ Miles de hutus, temerosos de una venganza de los rebeldes tutsis, huyeron de Kigali ante el avance aplastante de las tropas del Frente Patriótico Ruandés (FPR), que rechaza un acuerdo sobre el despliegue de cascos azules para garantizarse una victoria total.

Los civiles hutus "están seguros de que el FPR va a tomar Kigali" y no creen las promesas de los rebeldes de que se abstendrán de "vengar las masacres de tutsis perpetradas por las fuerzas armadas y las milicias hutus", indicaron fuentes humanitaarias.

Los refugiados, con sus pobres pertenencias a cuestas, emprendieron su éxodo hacia el suroeste del país, en dirección de Gitarama, una ciudad situada a 40 quilómetros al suroeste de Kigali donde se ha atrincherado el "gobierno interino" de la mayoría hutu.

Esta es por ahora la única vía de escape para los refugiados: los rebeldes controlan dos tercios del país, especialmente al norte y el este, y se registran aún intensos combates en Bugesera, al sur de Kigali, y en Ruhengeri, en el noroeste ruandés.

El mediador de la ONU Iqbal Riza, encargado de preparar el despliegue de unos 5.000 cascos azules que reforzarían a los 400 hombres ya presentes, llegó este martes a la capital ruandesa donde aguanta una frágil tregua, sólo rota por algunos disparos esporádicos. Riza se reunió con los comandantes militares gubernamentales y tiene previsto entrevistarse con el " gobierno interino" más tarde.

De todas formas, la misión del mediador parece muy comprometida desde el lunes, cuando se reunió en Mulundi (norte) con los líderes del FPR y éstos no dieron su acuerdo al despliegue de los refuerzos de cascos azules de la Misión de las Naciones Unidas para la Asistencia a Ruanda (Minuar).

Esta fuerza, según las indicaciones dadas por el secretario general de la ONU, Butros Ghali, tendría la misión de "parar el genocidio en Ruanda".

El FPR, por su parte, siempre acusó a la ONU de haberse activado muy tarde, después de haber "dejado" la vía libre a las masacres en las que murieron entre 200.000 y 500.000 personas, en su mayoría tutsis.

La negativa del FPR se debe a un desacuerdo sobre el futuro volumen de efectivos de la Minuar. El FPR considera que la misión humanitaria de la ONU no necesita más de 8.500 cascos azules, precisó el portavoz de la Minuar, Abdul Kabia.

Fuentes diplomáticas estimaron que el FPR quiere evitar a toda costa que un despliegue masivo de fuerzas de paz les arrebate la victoria total que ya está al alcance de su mano desde el domingo, cuando tomaron el aeropuerto de Kigali y el importante cuartel contiguo.

Según estas fuentes, la "victoria final del FPR podría producirse en los próximos días". Un responsable militar de la Minuar subrayó el abismo que existe entre unas tropas del FPR superiores, disciplinadas y con la moral alta y unas fuerzas gubernamentales "desmoralizadas y faltas de municiones".

En Ginebra, la Comisión de Derechos Humanos de la ONU celebró una reunión extraordinaria en la que lanzó un llamamiento urgente a la comunidad internacional para que pare "el ciclo de la violencia" en Ruanda.

9405677

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405678
TITULO Fuerzas de gobierno y los rebeldes de RUANDA acordaron tregua
PROCEDENCIA 150090
FECHA 27/5/94
VINCULACIÓN - 11876 - - 11140 -
- 507639 -
- 11164 -
- 11302 -
- 501889 -

La guerrilla captura los objetivos claves en la capital de Ruanda

Las fuerzas del gobierno y los rebeldes de Ruanda acordaron ayer una tregua que regirá a partir de hoy y que durará hasta el martes, destinada a permitir las gestiones de paz de un enviado de las Naciones Unidas. Los insurgentes del Frente Patriótico Ruandés tomaron ayer los cuarteles de Kanombe y el aeropuerto de la capital, dos de los principales bastiones del ejército. Continúan los combates por Kigali. Cadáveres mutilados de más de 40 mil ruandeses fueron encontrados en la costa ugandesa del lago Victoria.

KIGALI, 22 (Reuter, AFP y AP). — Los rebeldes ruandeses capturaron hoy los cuarteles del ejército leal en **Kigali** y el aeropuerto de la capital, que constituían el último gran obstáculo a su avance para apoderarse de la ciudad.

Las fuerzas del gobierno y los insurgentes del Frente Patriótico de Ruanda (FPR) acordaron hoy una tregua que regirá a partir de las ocho hora local de mañana (6 GMT) para permitir las gestiones de paz de un enviado especial de las **Naciones Unidas**, que arribará el lunes al país africano.

El comandante canadiense de la **Misión de Asistencia de las Naciones Unidas en Ruanda (MINUAR), general Romeo Dallaire**, expresó que las "fuerzas rebeldes y leales convinieron una tregua mientras los enviados de la ONU estén en el país. Esperemos que la acaten", señaló.

Testigos informaron que los cuarteles de **Kanombe**, lo mismo que el vecino aeropuerto de Kigali ocupado antes por el FPR, cayeron sin ofrecer mayor resistencia, dijo el vocero de la MINUAR, **Abdul Kabia**.

A una pregunta sobre cuál es el objetivo final del FPR, un oficial rebelde de alto rango dijo a la agencia británica Reuter: "La ciudad y el país todo".

Varios civiles murieron atrapados en el duelo de artillería entre el ejército gubernamental y los rebeldes durante las tres jornadas de lucha en torno del aeropuerto. Alrededor de 30 a 40 cadáveres yacían en la carretera que bordea los cuarteles.

Cientos de civiles escaparon de los distritos adyacentes hacia la relativa seguridad del aeropuerto, y allí muchos de ellos fueron víctimas de los bombardeos de la artillería.

Soldados de las Naciones Unidas procedían a desarmar a los civiles a medida que estos llegaban al aeropuerto. Luego les ordenaban sentarse en la pista, donde ya había congregados unos 600, bajo vigilancia de milicianos del FPR.

La captura de los cuarteles de Kanombe es considerada por los analistas militares como el mayor triunfo del FPR en las seis semanas de lucha que estallaron a raíz del asesinato del presidente ruandés **Juvenal Habyarimana**, muerto el 6 de abril.

Kanombe era el principal bastión militar del gobierno, defendido por la guardia presidencial leal al extinto Habyarimana, unidad que es acusada de haber desempeñado un papel decisivo en las masacres que causaron la muerte de alrededor de medio millón de personas en seis semanas.

Hay otras bases militares detrás de la fluctuante línea de batalla entre el aeropuerto y el centro de Kigali. Pero Kanombe constituía la presa más codiciada en el acceso a la capital, y su caída representa un grave golpe militar y psicológico para las tropas leales.

El comandante militar de las Naciones Unidas en Ruanda dijo en conferencia de prensa que unos 250 soldados del gobierno abandonaron durante la noche y sin combatir la terminal aérea, un punto clave dada la mediterraneidad de Ruanda.

El general Dallaire agregó que cientos de soldados leales se entregaron a la MINUAR, y que se iniciaron gestiones para obtener salvoconductos

"No puedo entender por qué las **FGR (Fuerzas del Gobierno Ruandés)** se rindieron sin combatir", manifestó el militar canadiense.

Un portavoz del gobierno dijo que las fuerzas oficialistas se habían retirado de Kanombe y de la terminal aérea a pedido de la MINUAR y dijo que hubieran sido expulsadas por los milicianos del FPR.

Testigos dijeron que proseguían los combates, acompañados de fuego de mortero, en el centro de Kigali. A su vez persistían las escaramuzas en los alrededores de Kanombe.

01 - 02

9405678

Un rayo de esperanza asoma en Ruanda mientras aumenta el éxodo

Nairobi (ANSA)

■ El jefe militar del Frente Patriótico Ruandés (FPR, de mayoría tutsi), Paul Kagame, prometió ayer que el lunes se reunirá con representantes del ejército (hutu), para tratar una tregua, mientras centenares de miles de ruandeses siguen huyendo de la capital,Kigali, donde prosiguen los cruentos combates.

El enviado de las Naciones Unidas en Ruanda, Igbal Riza, auspició que este encuentro sirva para que las partes acuerden un alto el fuego, si bien numerosos observadores —incluso de la ONU— ponen en duda la credibilidad de las promesas del FPR.

Tras su encuentro con Kagame en Byumba, bastión rebelde, unos 70 quilómetros al norte de Kigali,el enviado de la ONU partió hacia Uganda.

En los últimos días, Riza había obtenido el asentimiento del ejército y del gobierno provisorio ruandés, exilado en Gitarama, 40 quilómetros al sur de Kigali, para reunirse con los rebeldes del FPR y negociar un alto el fuego.

El enviado de la ONU logró arrancarle ayer al líder del Frente Patriótico Ruandés la promesa de participar en el encuentro, aunque éste parece decidido a imponer condiciones muy duras a sus adversarios para tratar la pacificación.

Pese a ello, en medio del escepticismo general, parecería vislumbrarse un rayo de esperanza.

Por el momento, el horror y las masacres continúan: según la Cruz Roja Internacional, una nueva ola de refugiados -casi un millón de personas- se está agolpando en estas horas a lo largo de la ruta Kigali - Gitarama, huyendo ante el decidido avance de las milicias rebeldes.

"Médicos sin fronteras" y otras organizaciones humanitarias manifestaron por su parte el temor que la intervención de la ONU —deberían llegar 550 cascos azules a este país centroafricano— sea sólo "una iniciativa de fachada", sumándose así al pedido del Vaticano, que solicitó hoy una intervención urgente de una "presencia eficaz" de la ONU.

En tanto, los rebeldes tutsis del Frente Patriótico Ruandés —que han conquistado al este del país y avanzan hacia el oeste— ocuparon un suburbio de la capital, sometida a un duro bombardeo.

9405678

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405679
TITULO Milicias y Civiles abandonan Kigali ante avance del F. P. Ruand.
PROCEDENCIA El País
FECHA DE ... 28/5/94
VINCULACIÓN -11276
-507639
-11164
-11302
-501889
-11140

Milicias y Civiles Abandonan Kigali, Capital de Ruanda

28/5 ep

NAIROBI, Kenya, 27 (AP).— Las pandillas civiles a las que se culpa de mucha de la matanza que está ocurriendo en Ruanda están huyendo de la capital, Kigali, junto con decenas de miles de civiles temerosos del avance de las fuerzas rebeldes, dijo aquí hoy un vocero de las Naciones Unidas.

La mayor parte de los civiles en fuga parecen pertenecer al grupo étnico Hutu, que es mayoritario en Ruanda. Los rebeldes son en su mayoría de la tribu Tutsi. La mayoría de los aproximadamente 200.000 muertos en Ruanda en las pasadas siete semanas son tutsis o hutus opuestos al gobierno, que está dominado por elementos hutu.

Oficiales del Frente Patriótico Ruandés han accedido a reunirse con los del ejército gubernamental en Kigali, bajo los auspicios de las Naciones Unidas, dijo hoy el vocero de la ONU Abdul Kabia.

Se escuchaban explosiones intermitentes de granadas de mortero en Kigali hoy, tras una noche de intensos combates en torno al aeropuerto, el hospital de la Cruz Roja y varias otras localidades, dijo Kabia.

Tropas rebeldes y del ejército continuaban combatiendo cerca del reducto gubernamental septentrional de Ruhengeri, y los rebeldes continuaban su avance sobre la población meridional de Gitarama, donde está basado el gobierno nacional interino.

La muerte del presidente ruandés Juvenal Habyarimana, de la tribu hutu, en un accidente de aviación el 6 de abril, fue la chispa que desató la ola de masacres y reavivó la guerra civil declarada hace tres años. Casi dos millones de personas han debido huir de sus hogares para evitar tanto los combates como las matanzas étnicas.

La mayoría de las matanzas han sido atribuidas a pandillas de civiles armadas por los partidos políticos hutu con machetes, garrotes y granadas de mano.

En Kigali las milicias han ido de casa en casa, ultimando a familias enteras. Establecieron bloqueos carreteros, sacando a la fuerza a civiles del interior de autos, matándoles y arrojando los cadáveres mutilados a la vera del camino.

"Las milicias están en retirada y abandonan sus puestos de control", dijo Kabia en informe telefónico desde Kigali.

"Notamos que la gendarmería (policía) está prácticamente en exclusivo control de puntos anteriormente detentados por la milicia", agregó.

Alrededor de 50.000 personas, mayormente hutus, abandonaron Kigali ayer y continúan atestando la carretera al sud de Gitarama. Otras, mayormente tutsis, ingresaron a predios del estadio deportivo nacional, el aeropuerto, hoteles y otros edificios que están bajo la protección de la Cruz Roja.

01-02 9405679

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA L Mañana
FECHA DE P... 28/5/94
VINCULACI...

Ruanda: avanzan los rebeldes

Las fuerzas gubernamentales ruandesas (hutus) que combaten desde hace mes y medio con los rebeldes del Frente Patriótico Ruandés (FPR, tutsis) abandonaron ayer muchas de sus posiciones en Kigali, la capital, donde las fuerzas de la ONU comenzaron a evacuar a centenares de civiles.

NAIROBI/ANSA

Mientras crece la espera por la reunión prevista para el lunes en la que se tratará de acordar un alto el fuego, se hace cada vez más dramática la situación de centenares de miles de refugiados que se aglomeran en las fronteras con Burundi y Tanzania.

El portavoz de la Misión de las Naciones Unidas en Ruanda (MINUAR), Abdul Kabia, informó ayer que los combates entre el ejército y los rebeldes fueron particularmente violentos durante la noche y prosiguieron ayer con mediana intensidad.

Según el vocero de MINUAR, las fuerzas del FPR ocuparon en las últimas horas numerosos puntos de control abandonados por el ejército gubernamental y ahora se disponen a tomar la capital.

Kabia no pudo, sin embargo, confirmar la noticia difundida por la emisora del FPR según la cual las fuerzas rebeldes habrían conquistado por la mañana un importante centro comercial en Ruhango, a unos 50 kilómetros al sur de Kigali, no lejos de Gitarama, la ciudad en la que se refugió el gobierno provisorio para escapar de la avanzada de los rebeldes.

Asimismo, el FPR declaró ayer que controlaba la mitad del país y lanzó un llamado a los soldados de las fuerzas gubernamentales a desertar y unirse al Frente.

Evacuación

Mientras las fuerzas ONU empezaron ayer a evacuar a centenares de civiles de Kigali, se suceden los informes cada vez más alarmantes que hablan de decenas de miles de personas de etnia hutu que huyen del país por el temor de la avanzada y de las venganzas de los rebeldes tutsis.

Según informó ayer el portavoz del Alto Comisionado de la ONU para los Refugiados (ACNUR) en Ginebra, Christiane Berthiaume, sólo en Tanzania ya han llegado 350.000 refugiados ruandeses y la cifra sigue aumentando.

Es cada vez más dramática la situación en Benaco, campo preparado para acoger a unas 70.000 personas, si bien ya son más de 280.000 los refugiados presentes.

Según Berthiaume, por el momento "hay suficientes víveres y agua y la media de muertos es de 15 personas al día, sobre todo por malaria o pulmonía".

La fuerza de la ONU en Ruanda, que cuenta con apenas 400 hombres, debería continuar mañana las operaciones de evacuación de los refugiados de la capital. Sin embargo, advierte el portavoz de MINUAR, "sólo si la situación lo permite".

9405679

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405680
TITULO [illegible]
PROCEDENCIA Obs.
FECHA 31/5/94
VINCULACIÓN - 11876 -
- 5076399 -
- [illegible] -
- 11302 -
- [illegible]40 -
- [illegible]30 -

Continúan las luchas y 500 mil hutus ya abandonaron la capital debido al avance rebelde

Comenzó el diálogo para una tregua en Ruanda

Kigali - Rebeldes ruandeses y enviados militares gubernamentales acordaron un principio de tregua durante sus conversaciones en la capital Kigali, donde sin embargo no cesó la lucha.

Aun así, los insurgentes reclamaron una segunda ronda de conversaciones el jueves para discutir las continuas masacres que según estimaciones han cobrado al menos 500.000 vidas en siete semanas de violencia.

La delegación del rebelde Frente Patriótico de Ruanda (FPR) urgió a los comandantes leales a que informen el jueves qué harán para detener las masacres, en su mayoría de miembros de la minoría tutsi, y de las que se responsabiliza al Ejército y a los milicianos hutu.

Los rebeldes también esperan una respuesta a su demanda de que se clausure la radio RTLM, a través de la cual los extremistas hutus han incitado a las matanzas y que ayer volvió a urgir a la población a tomar las armas tradicionales contra la etnia tutsi.

Ambas facciones accedieron a que continúe la evacuación de los [illegible]os a través de los frentes de guerra. Simultáneamente al encuentro entre los representantes de los ejércitos rebelde y gubernamental, la capital se sigue estremeciendo con continuos disparos.

Hasta ayer los guerrilleros habían logrado una clara superioridad en Kigali. El avance de los rebeldes dominados por los tutsis ha hecho que unos 500.000 hutus abandonaran la ciudad por temor a las represalias.

Ahora están aislados cerca de la localidad de Gitarama, según el Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR).

Tienen poco alimento y agua, y la situación sanitaria es muy grave.



La realidad ruandesa

Una familia tutsi espera los alimentos que serán distribuidos en el campo de refugiados a 65 km de Kigali, cerca de la frontera con Burundi

Gitarama, 40 kilómetros al sur de la capital, fue la localidad a la que huyó el autoproclamado gobierno interino cuando los rebeldes estrecharon el cerco a Kigali.

Tropas del FPR también avanzan sobre Gitarama y varios miembros del gobierno volvieron a trasladarse el fin de semana a la localidad occidental de Kibuye en las orillas del Lago Kivu, frente a Zaire oriental.

Anoche la radio rebelde informó que el Frente Patriótico había capturado el campamento Nyanza, cerca de Gitarama.

Las conversaciones en Kigali comenzaron en la mañana con el coronel Frank Mugambage como jefe del grupo del FPR.

Los rebeldes dicen que conversarán con los militares pero no con el gobierno, al que no reconocen.

Fuentes de la ONU manifestaron que al cabo de tres horas las dos partes acordaron reanudar la evacuación de civiles atrapados detrás de las líneas del frente en la capital un día después que la operación fuera suspendida debido a problemas de seguridad.

Las evacuaciones se han reanudado y centenares de civiles ya han sido trasladados al otro lado de las líneas del frente.

Convoyes de la ONU evacuaron a unas 1.500 personas entre el viernes y el domingo, lo que fue el primer avance en las gestiones de la ONU para poner fin a más de siete semanas de derramamiento de sangre en el diminuto estado centroafricano. ■ *(Reuter)*

01-01

9405680.

TITULO

PROCEDENCIA El País

FECHA 24/5/94

VINCULACION

ro. En realidad, lo que hicieron fue llevar el infierno con ellos a este país africano. Normalmente, en esta época de lluvias los ríos ruandeses bajan hinchados de rica tierra roja; ahora, bajan hinchados de cadáveres. Si las matanzas han disminuido, dicen los funcionarios de las agencias humanitarias, es porque ya no queda nadie más a quien matar.

Se calcula que entre cien mil y medio millón de ruandeses han muerto desde que se reinició la guerra civil entre hutus y tutsis hace poco más de un mes. Nadie, empero, conoce exactamente el número de víctimas. Los cadáveres flotan en los ríos y se descomponen a la vera de los caminos, lejos de la artimética de la historia. Ruanda se úne de esta manera a la larga letanía de las matanzas tribales para definir, junto con Angola, Sri Lanka, Liberia, Bosnia y Nagorno-Karabaj, lo que es el barbarismo en el siglo XX.

FRENESI DE SANGRE

A menos de que el líder sea un tirano odiado, todo país que pierde a su jefe de Estado en un acto de violencia pierde en cierta medida también la razón. Pero en Ruanda la locura ya se había aposentado mucho antes de que el 6 de abril del avión en que viajaba el presidente Juvenal Habyarimana —que iba acompañado del presidente Cyprien Ntaryamira, del vecino Burundi— fuera volado de los aires cayendo sobre los jardines del palacio presidencial de Kigali. Habyarimana era un miembro de la etnia hutu que había llegado al poder en un golpe en 1973, logrando mantenerse al frente del país desde entonces. Volvía de una conferencia de paz en Tanzania destinada a poner fin a los años de lucha sangrienta entre la minoría tutsi y los hutus gobernantes. Para los hutus no hubo dudas: los responsables del magnicidio no podían ser otros que los tutsis del Frente Patriótico de Ruanda. Apenas minutos después del atentado, los soldados hutus de la guardia presidencial desencadenaron la matanza libre de tutsis dondequiera que se encontraran.

Mientras las embajadas se apresuraban a evacuar a los residentes extranjeros, Ruanda se liraba a un verdadero frenesí asesino. Con todo, hubo cierto orden en el caos, porque primero fueron despachados los miembros moderados del gobierno hutu que propiciaban un entendimiento con los rebeldes tutsis para poner fin a la guerra civil. "Al principio la matanza no fue étnica sino política", reconoció Désiré Habiyambire, un hutu moderado que logró escapar del país con su familia. **"Yo estoy en el medio. El extremismo es mi muerte: si caigo en las manos de los extremistas hutus, me matan y si caigo en manos de los tutsis, me matan por ser hutu".** Algunos funcionarios de organizaciones humanitarias procuraban enterrar a los muertos para evitar epidemias, pero el fervor de los carniceros superó cualquier propósito. Los presos fueron sacados de las cárceles para enterrar las montañas de cadáveres en fosas comunes construidas con excavadoras. Los tutsis refugiados en el estadio local fueron bombardeaos con granadas y morteros.

La población, presa del terror, comenzó a huir despavorida en busca de las fronteras con Burundi o Tanzania. En un período de 24 horas más de 250.000 personas se instalaron en Tanzania, creando instantáneamente la segunda ciudad de ese país en número de pobladores. Observó un funcionario de las Naciones Unidas: **"Los tutsis han sido bastante moderados. No practican limpiezas étnicas en sus territorios. No están llevando a cabo las matanzas que practican las tropas gubernamentales".** En total, 1:700.000 ruandeses (de una población total de 8:100.000 personas) abandonaron sus hogares. La mayoría permanece en el país, pero viven en las condiciones más precarias en campos y caminos, procurando huir de las tropas regulares. Llevan sus posesiones a cuestas. La ONU se vio desbordada por este verdadero ejército de refugiados.

LAS TRIBUS Y EL PODER

¿Cómo es posible que se haya acumulado tanto odio en un país tan pequeño? Los historiadores podrán señalar a Ruanda como ejemplo de lo que pude ocurrir en una ex-colonia cuando las rivalidades tribales encuentran terreno para manifesarse en medio de un vacío de poder. El caso es conocido: un millón de hindúes y musulmanes murieron en luchas intercomunitarias después que en 1947 los británicos se fueron de la India; la salida belga del Congo abrió paso a salvajes luchas étnicas y regionales; el colapso de la URSS avivó la rivalidad asesina entre los abjazios y los georgianos por el control de la Georgia.

Irónicamente, el gobierno colonial belga en Ruanda fue mucho menos estricto que los regímenes coloniales de otros países africanos, pero este mismo hecho garantizaba virtualmente la violencia que siguió a la retirada de los belgas. Los europeos que llegaron hasta las colinas de Ruanda hace un siglo encontraron un país regido por los altos y delgados tutsis, criadores de ganado. Los hutus, de piel más oscura y menor estatura, atendían tareas agrícolas y servían a los tutsis. Primero los alemanes y, después de la la Guerra Mundial, los belgas, gobernaron la colonia en forma indirecta a través de los dominantes tutsis, minoritarios frente a los hutus. Algunos tutsis recibieron privilegios educativos y los mejores cargos gubernamentales. La sociedad comenzó a estratificarse y endurecerse en formas que antes no eran advertibles, desapareciendo cierta armonía existente antes del periodo colonial. En 1959 la descontenta mayoría hutu se rebeló: en algunas aldeas, munidos de machetes los hutus cortaban las piernas de los espigados tutsis para igualarlos al resto de la población. En los últimos años de su dominio, los belgas abandonaron a sus protegidos tutsis haciendo causa común con los hutus. Es así que, después de haber alimentado indirectamente el resentimiento de la mayoría hutu contra los tutsis, dejaban ahora a esa minoría a merced de las turbas. Miles de tutsis debieron optar por el exilio. En Uganda, esperaron durante 30 años la oportunidad de manifestarse a través del Frente Patriótico.

GUERRAS DEL SIGLO XXI

La catástrofe de Ruanda muestra todos los signos de ser uno de esos conflictos que los estudiosos consideran típicos de las próximas décadas. Son guerras que no comienzan por decisión de los estadistas, ni son libradas entre ejércitos regulares ni concluyen en tratados. Los enfrentamientos tribales se parecen a las guerras medievales, donde se entremezclaban confusamente aspectos étnicos, religiosos, políticos, económicos y sociales. No hay en estos conflictos de fines de siglo nada de la "higiene" característica de las guerras de alta tecnología: las armas aquí son mucho más crudas. **"En Ruanda"** dice un alto funcionario de la ONU; **"es el hombre contra el hombre, la carne contra la carne. Es una cacería humana: una persona matando a la otra con sus propias manos".** Es difícil distinguir soldados de civiles y, en definitiva, a nadie le interesa diferenciarlos. No se respetan jerarquías: un salvoconducto vale en tanto los soldados de un puesto de control quieran respetarlo. Cuando no existe disciplina, la guerra se convierte en una extensión del crimen por otros medios. El modelo sería el de las guerras entre pandilleros.

Desde Irak a las fronteras del ex-imperio soviético pasando por los Balcanes, el Estado autoritario existe como una maquinaria creada por el hombre y muy lejos de ser irrompible, con fronteras trazadas por diplomáticos ignorantes o indiferentes a los antiguos reclamos y odios tribales. *Ruanda puede ser un laboratorio para determinar qué factores importarán y cuáles no en la búsqueda de paz y seguridad con vistas al futuro.*

Un Conflicto en el que Nadie Quiere Mezclarse

Las imágenes reiteradas por la televisión internacional son pavorosas, pero a pesar de ello nadie está pidiendo una intervención directa para poner fin a la matanza en Ruanda. Por más preocupación que manifiesten ante la escala y ferocidad de los acontecimientos, la comunidad internacional ofrece poco más que expresiones de comprensión y solidaridad con las víctimas.

El interés norteamericano por emprender misiones humanitarias se vio considerablemente disminuido después de experiencias como las de Somalia. **"La lección número uno"**, dijo el presidente Clinton, **"es que no hay que meterse en situaciones como ésta creyendo que, por tratarse de un asunto humanitario, se podrá salir en un mes".** Este sentimiento es compartido por la opinión pública estadounidense, la cual en recientes encuestas se pronunció por amplia mayoría contra cualquier tipo de intervención en la crisis de Ruanda.

La horrible masacre es un ejemplo casi perfecto de guerra civil sustentada en razones étnicas que los extranjeros no están en condiciones de comprender o entienden en forma imperfecta. Por eso es que los de afuera son incapaces de proponer soluciones. En este caso, nadie sabe siquiera qué clase de esfuerzos emprender a nivel diplomático para que las facciones enfrentadas terminen con el derramamiento de sangre. La única alternativa obvia a la acción diplomática sería desplegar en Ruanda un ejército bien armado que impusiera un cese del fuego de manera drástica, pero hasta ahora nadie se ha ofrecido para enviar tal ejército al infortunado país.

La fuerza de la ONU que estaba en el lugar para controlar el acuerdo entre el gobierno hutu y los rebeldes tutsis fue reducida rápidamente de 2.600 hombres a 470 cuando las matanzas se hicieron incontrolables y diez Cascos Azules belgas fueron asesinados. Según un diplomático africano, la señal transmitida por la ONU fue **"clara: arréglense ustedes como puedan".** Se cree que en este caso las sanciones —arma favorita de las Naciones Unidas— sería totalmente inútiles.

La economía de Ruanda ya es de subsistencia y la gente lucha por su vida. El Secretario General Boutros-Ghali tenía la intención de enviar una fuerza de 8.000 hombres para imponer un cese del fuego y a tales efectos ayuda a la Organización de Unidad Africana (OAU); hasta ahora no obtuvo respuesta. Hay enviados especiales trabajando y las organizaciones humanitarias propician la creación de enclaves seguros dentro del territorio ruandés, pero la experiencia de Bosnia hace desconfiar de la utilidad de estos enclaves. Hasta ahora, la ayuda se está concentrando en los campos de refugiados en los territorios vecinos de Burundi y Tanzania. En la sede central de la ONU en Nueva York hay sólo tenues esperanzas de que pueda lograrse un cese del fuego.

Nº. DOCUMENTO 9405682
TITULO Iniciativas diplomáticas para solucionar conflicto.
PROCEDENCIA: Recopilación
FECHA DE P. 29-5-94
VINCULACIONES 11876.
507675
11164

Una propuesta de paz para Yemen

El gobierno de Yemen, presidido por Ali Abdulá Saleh, propuso cuatro puntos para lograr el alto el fuego en la guerra entre el norte y el sur del país desde hace cuatro semanas.

Saleh propuso anular la decisión tomada el 21 de este mes por el Partido Socialista Yemení (PSY), del sur, que proclamó la secesión de ese territorio. Exigió la unificación de las Fuerzas Armadas de los dos territorios, el reconocimiento de la Constitución por los dirigentes del sur y de los resultados de las elecciones generales celebradas el 27 de abril de 1993. (EFE)

El próximo martes se trata en la ONU el conflicto yemení

EL CONSEJO DE SEGURIDAD DISCUTE LA GUERRA DE YEMEN

A petición de Egipto y cinco estados del Golfo Pérsico, el Consejo de Seguridad discutirá la guerra civil en Yemen el próximo martes, segun fuentes diplomáticas.

Anoche, los embajadores de Bahrein, Kuwait, Oman, Arabia Saudi, Emiratos Arabes Unidos y Egipto pidieron en una carta escueta una reunión del organismo para «discutir la situación en Yemen», donde el conflicto se desató a principios de mes.

La ONU estará cerrada el próximo lunes debido a la fiesta estadounidense del «Memorial Day».

Oman asumirá la presidencia del máximo organo ejecutivo de la ONU el próximo 1 de junio que, este mes, ha estado en manos de Nigeria.

Los combates entre las fuerzas del Norte y del Sur decrecieron ayer en torno a la capital sureña de Aden, y sólo había disparos de artillería esporádicos, según informes procedentes de la zona.

Paralelamente a la solicitud de reunión del Consejo, empezó a circular entre sus miembros un proyecto de resolución que pide un alto el fuego inmediato y megociaciones entre los dos bandos liderados por el presidente Ali Abdulá Saleh y el líder sureño, Ali Salem al-Baidh.

El pasado día 21, al-Baidh anunció la secesión del Sur de la unión con el Norte, ocurrida en 1990, y pidió el reconocimiento internacional de su autoproclamada «República Democrática de Yemen».

Según el borrador de resolución, se instaría a todos los países a cesar de inmediato el suministro de armas y otros materiales bélicos a los dos bandos.

Y se pediría al secretario general de la ONU, Butros Gali, que, cuando lo permitan las condiciones en el terreno, envíe una misión para evaluar las perspectivas de negociación entre las partes en conflicto y esfuerzos para resolver sus diferencias.

Gali ha celebrado varias entrevistas sobre el conflicto yemení en los últimos días, por ejemplo, con el secretario general de la Liga Arabe Esmat Abdel Meguid y con el embajador saudí en Washington, el príncipe Bandar bin Sultan.

01-02 9405682

La iniciativa diplomática árabe avanza entre los Scud en Yemen

• Las dos partes mostraron disposición para una mediación de la ONU

EL CAIRO y DAMASCO/ANSA

La iniciativa diplomática de Egipto y de otros países árabes para poner fin a la guerra civil en Yemen obtuvo ayer un resultado importante, pese a las señales opuestas que llegan del frente bélico con el lanzamiento de misiles Scud sobre Adén (Sur) y sobre Sanaa (norte).

El Primer Ministro designado de la nueva república sureña, Haidar Abou Bakr al-Attas, afirmó en Damasco que Adén aceptará "toda mediación" en el conflicto yemení.

Por su parte, el "Canciller" de Sanáa, Mohamed Salen Bassandawa, quien ayer se reunió en El Cairo con el Presidente egipcio Hosni Mubarak, declaró que los yemenitas del sur están dispuestos a aceptar un alto al fuego y un debate sobre la situación ante el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, pero a condición de que los sureños revoquen la secesión proclamada el pasado 21 de mayo.

Pero en Sanaa, el Vicepresidente yemenita (norteño) Abdelwaheb al-Ansi, hablando a los embajadores de la Unión Europea, dijo que una iniciativa semejante constituiría una injerencia en los asuntos internos de Yemen.

El sábado, las autoridades noryemeníes dijeron a los mediadores árabes que no aceptarían ninguna solución que cuestione la unidad de Yemen, y también rechazaron una intervención de la ONU en el conflicto. "Toda intervención de la Liga Arabe debe fundarse en la necesidad de preservar la unidad de Yemen", dijo el Ministro yemenita de Planificación, Abdel Karin al-Iriani, por la radio de Qatar.

Resolución

Un diario de Arabia Saudita publicó ayer el texto de una resolución propuesta por Arabia Saudita, Egipto, Emiratos Arabes Unidos, Kuwait y Barhein, en el que se insta a las facciones en conflicto a "estipular un acuerdo para un cese del fuego inmediato", a debatirse el martes próximo ante el Consejo de Seguridad.

Los Estados árabes pidieron al Consejo de Seguridad de la ONU que "examine la situación en Yemen" para alcanzar un alto el fuego y evitar que la situación se siga deteriorando, declaró el Canciller egipcio Amr Mussa.

El Ministro subrayó que todos estaban de acuerdo en que hay que mantener la unidad de la nación.

Entretanto, las autoridades suryemeníes desmintieron la noticia difundida el sábado por un exponente del gobierno de Sanaa, quien afirmó que los sureños propusieron un alto el fuego incondicional.

Los dirigentes de Adén confirmaron en cambio el pedido de un retiro de las tropas norteñas hacia las posiciones que mantenían antes de la unificación en 1990 y negociaciones entre el gobierno de Sanaa y de Adén que de este modo puede obtener un implícito reconocimiento.

Misiles

En cuanto a la situación bélica, se señala que ayer de madrugada un misil lanzado por las fuerzas suryemenitas cayó en las cercanías de la capital del Norte en Sanaa sin provocar víctimas, según informaron fuentes de Yemen del Norte

Asimismo, fuentes militares sureñas afirmaron que el sábado tres misiles lanzados por fuerzas del norte cayeron sobre Adén (capital del estado secesionista del sur) y que dos de ellos estallaron. Los sureños, como respuesta a este ataque, lanzaron dos misiles hacia el norte. Por ahora se ignora si el misil que estalló cerca de Sanaa es uno ellos, y dónde cayó el segundo.

Además hubo enfrentamientos de artillería y empleo de cohetes en Al-Anad, la base militar al norte de Adén conquistada días atrás por los norteños.

Fuentes militares sureñas refirieron que lanzaron misiles tierra-tierra y que dos de ellos dieron en el blanco alcanzando a tanques de las tropas del norte, mientras se estaban concentrando para avanzar hacia Adén.

Los aviones sureños también atacaron posiciones y líneas de abastecimiento norteño, dijeron las mismas fuentes, y añadieron que dos brigadas del sur de Yemen se encuentran ya en el frente de Al-Anad, donde se prepara una contraofensiva de las tropas de Adén.

La base de Anad

A su vez, los "secesionistas" del Sur siguen intentando inutilizar la base aérea de Anad bombardeándola con misiles que están poniendo fuera de combate el sistema bélico adversario.

Las tropas sureñas están concentradas 10 kilómetros al sur de Anad y lanzan sus cohetes y disparos de mortero contra las pistas y el hangar de la base, sobre la cual vuelan los caza bombarderos del depuesto Vicepresidente sureño Salem al Baidh.

Anad es un punto estratégico que podría ser decisivo para el ataque final contra Adén, puerto y capital del sur de Yemen que los norteños ya rodearon por dos lados.

Las tropas del norte están disponiendo sus tropas para lanzar el ataque defintivo contra Adén. Sin embargo desde esta ciudad del sur se sigue desmintiendo la pérdida de la base de Anad y sólo se admite que se está combatiendo duramente.

02-02 9405682

UMENTO 9405683
TÍTULO Avance fuerzas del Norte sobre fuerzas Sudistas
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE 25-5-94
VINCULACIONES 11876 -
507675 -
11163 -

Fuerzas sudistas reconocen el avance de los noryemenitas

Adén, (AFP)

■ Los sudistas del Yemen, a la defensiva desde la conquista nordista de varios puntos estratégicos, reconocieron el avance enemigo y admitieron la propia desmoralización de sus fuerzas.

Un allegado colaborador del principal líder sudista, Alí Salem Al Baid, reconoció ante la prensa que el "avance" logrado por los nordistas en la región petrolífera oriental de Shabwa en los últimos días tuvo un impacto "psicológico" sobre las tropas suryemenitas.

"Debemos reorganizarnos, reagruparnos, replantear nuestra estrategia antes de lanzar una contraofensiva", señaló este colaborador de Al Baid en Mukalah, a 700 quilómetros al este de Adén, principal bastión sudista.

El propio Al Baid reconoció que las fuerzas nordistas efectuaron un importante avance en Shabwa, aunque señaló que no alcanzarán jamás los yacimientos petrolíferos que pretenden.

Al Baid indicó que la producción de petróleo del yacimiento de Masila, en esa provincia, continúa con "un ritmo superior a los 150.000 barriles diarios".

El viceprimer ministro de la recién proclamada República Democrática del Yemen (RDY), Mohsen Mohamed Farid, confirmó que Ataq (capital de Shabwa) y Al Neqbah han "caído" en manos de los nordistas.

Después de reconocer que esa pérdida había provocado un "efecto psicológico" en las tropas sudistas, Farid afirmó que los nordistas "reflexionarán cien veces antes de entrar en Adén, donde combatiremos calle por calle, casa por casa".

Con respecto al frente norte, el presidente Al Baid afirmó que las tropas nordistas "jamás podrán conquistar" la base militar de Al Anad, a unos 50 quilómetros al norte de Adén. "Retrocedemos y avanzamos, ésa es nuestra táctica. El tiempo no juega en favor de ellos", afirmó.

25/5 LR

9405683

01-01

Nº 9405684
TITULO Yemen del Norte rechaza propuesta de solución.
PROCEDENCIA recopilación
FECHA DE 18-5-94
VINCULACIONES 11876
507675
11164

Norteños rechazan propuesta para solucionar la crisis en Yemen

Adén (AFP)

■ Arabia Saudita hizo una propuesta ante la ONU para solucionar la crisis de Yemen, la que fue acogida en forma favorable por los sudistas, en tanto que los nordistas la rechazaron calificándola de "injerencia en los asuntos internos yemenitas", se supo anoche.

En una conferencia de prensa, Abdel Rahmane Al Jiffri, vicepresidente de la nueva República Democrática Yemenita (RYD), dio cuenta de la aceptación por Adén de la iniciativa de Ryad.

Al Jiffri subrayó sin embargo que la RDY, no reconocida internacionalmente, estaba "dispuesta tanto a hacer la paz como a sostener una larga guerra".

Paralelamente, en Sanna, los nordistas rechazaron la iniciativa saudita y el ministro de Planificación, Abdelkarim Al Iryani, declaró a la prensa que esta propuesta constituía una "injerencia en los asuntos internos" del país.

Según este responsable, Arabia Saudita se dirigió el miércoles al presidente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para reclamar que se discuta una serie de puntos con miras a poner término al conflicto que ensangrienta Yemen desde el 5 de mayo.

Ryad propuso un cese el fuego, un embargo a las armas con destino a Yemen, el envío de una misión investigadora al país, la continuación del diálogo iniciado entre Sanas y algunos dirigentes sudistas y un compromiso de las partes de renunciar el uso de la fuerza para solucionar el diferendo, dijo.

Por su lado, Al-Jiffri, que no detalló la propuesta, se ofreció como mediador: si el presidente yemenita, Ali Abdallah Saleh (nordista), "acepta reunirse conmigo en tanto que vicepresidente de la RDY, estoy dispuesto a ir a Sanaa para discutir con él", afirmó.

"Agradecemos (su gesto) a Arabia Saudita, ya que nosotros estamos a favor de la paz y contra esta guerra sucia que nosotros no hemos querido. Pero somos lo suficientemente fuertes como para defendernos y defender nuestra capital", precisó Al Jiffri.

En la noche del miércoles, el rey Fahd de Arabia Saudita dialogó por teléfono con los dirigentes de Emiratos Arabes Unidos (EAU) y Egipto, luego que Estados Unidos iniciaran contactos con Egipto, Arabia Saudita y EAU con miras a un cese el fuego en Yemen.

Tanto Egipto como EAU —junto con Jordania— están entre los principales mediadores en la crisis política de Yemen, surgida de las divergencias entre el presidente Saleh y su rival sudista Ali Salem Al Baid sobre la administración del país, reunificado en mayo de 1990.

Al Jiffri sostuvo por otro lado que, "en el plano militar, la situación está bajo control (...). Tenemos suficientes municiones, relativamente pocos heridos (...), así como la supremacía aérea y naval". Según él, "si Ali Saleh no detiene la guerra, ninguno de sus soldados podrá volver a Sanaa".

9405684

Siguen combates en Yemen; fracasó negociación de la Liga Arabe

LOS ESFUERZOS DE la Liga Arabe para lograr el alto el fuego en Yemen fracasaron, ya que el presidente, Ali Abdala Saleh, rechazó la petición del organismo panárabe de detener los combates.

La delegación de la Liga, encabezada por el secretario general adjunto para los Asuntos Militares, general Mohamed Said Berkdar, canceló su viaje a Adén para reunirse con el líder del Partido Socialista Yemení (PSY), Ali Salem al Baid, y regresó a El Cairo.

Diplomáticos en El Cairo señalan que el fracaso de la misión de la Liga Arabe demuestra la insistencia del gobierno de Saleh en derrocar militarmente a las fuerzas del sur, lo que indica que la guerra entre el sur y el norte de Yemen continuará por mucho tiempo.

Mientras tanto, ejércitos yemenitas rivales batallaban con tanques y artillería por el control de una base militar clave cuya captura es vital para la campaña militar norteña tendiente a aplastar a dirigentes sureños desafiantes en su bastión de Adén.

Fuerzas norteñas habían informado el lunes que capturaron la estratégica base de al-Anad, 60 kilómetros al norte de Adén.

Pero ayer informaron que estaban sitiando la estratégica posición defensiva sureña. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias EFE y Reuter)*

02-02

9405684

Nº. DOCUMENTO 9405685
TITULO Lucha focalizada en región petrolera
PROCEDENCIA EL OBSERV
FECHA DE P. 24-5-94
VINCULACIONES 11076 -
507675 -
11209 -
11163 -

Lucha en Yemen focalizada en rica región petrolera

MUKALLA, YEMEN - Los rivales de la guerra civil de Yemen luchaban ayer por la posesión de una provincia petrolera potencialmente lucrativa, tras avances durante el fin de semana por parte de fuerzas norteñas alrededor del estratégico bastión meridional de Adén.

Periodistas que visitaron la ciudad meridional de Mukalla vieron conscriptos sureños dirigiéndose al oeste hacia la provincia de Shabwa y aviones militares volando en dirección a sus yacimientos petrolíferos, que fuerzas norteñas afirmaron haber capturado.

Fuentes políticas sureñas informaron que se libran encarnizados combates en Shabwa pero no dieron más detalles.

Algunos residentes manifestaron que hombres de Mukalla, capital de la vecina provincia de Hadramawt, fueron reclutados para ayudar a las tropas regulares a retener el control de la provincia de Shabwa.

La conquista de la provincia, si se confirma, sería un importante aliciente para la campaña encarada hace 19 días por el presidente Ali Abdullah Saleh para aplastar a su rival y vicepresidente Ali Salem al-Baidh y privar a las fuerzas sureñas de recursos militares y económicos. ■

(Reuter)

9405685

01-01

Nº. DOCUM 9405686
TITULO Nuevo frente de guerra al nordeste de la capital yemení.
PROCEDEN LA HABANA 150090.
FECHA DE 17-5-94
VINCULACIONES 11876.
507675
11163

Nuevo frente de guerra se abrió al nordeste de la capital yemení

• El gobierno de Sanaa rechaza propuesta del cese del fuego sureña

Las fuerzas noryemeníes anunciaron ayer que abrieron un nuevo frente de guerra en la región petrolífera de Shabwah, en Yemen central, y que habían "liquidado" la vanguardia de una brigada adversaria, en el duodécimo día de hostilidades entre el sur y el norte.

NICOSIA/ANSA

Si la ofensiva contra Shabwah, situada a 240 kilómetros al nordeste de la ex capital del Yemen del sur, Adén, se confirma, constituirá la primera y principal operación militar en una zona petrolífera desde el inicio de la guerra civil en el país el pasado 4 de mayo.

Según fuentes diplomáticas árabes y occidentales del Golfo, los soldados norteños y los rebeldes sudistas estarían librando una batalla en la zona para disputarse el control de los yacimientos petrolíferos que -si bien no son tan ricos como los de la vecina Arabia Saudita- constituyen el principal recurso económico del país más pobre de la península Arábiga.

Un portavoz militar de Sanaa -citado por la agencia oficial Saba- afirmó que las unidades norteñas "liquidaron" la avanzada de la brigada sureña Mulham, y capturaron tanques, otros vehículos y armas.

Según la misma fuente, numerosos soldados adversarios habrían desertado para pasar a las filas norteñas.

Hasta el momento, ninguna fuente independiente ha confirmado estas declaraciones. En los últimos días ambas facciones en guerra habían señalado enfrentamientos en la región de Shabwah, pero se había tratado de incursiones aéreas, mientras que los de ayer, si se confirman, serían los primeros choques terrestres en la zona.

El mismo portavoz militar anunció también que las fuerzas norteñas conquistaron la principal base aérea sudista, situada en Al-Anad, y que en la zona se registran violentos combates.

Rechazan tregua

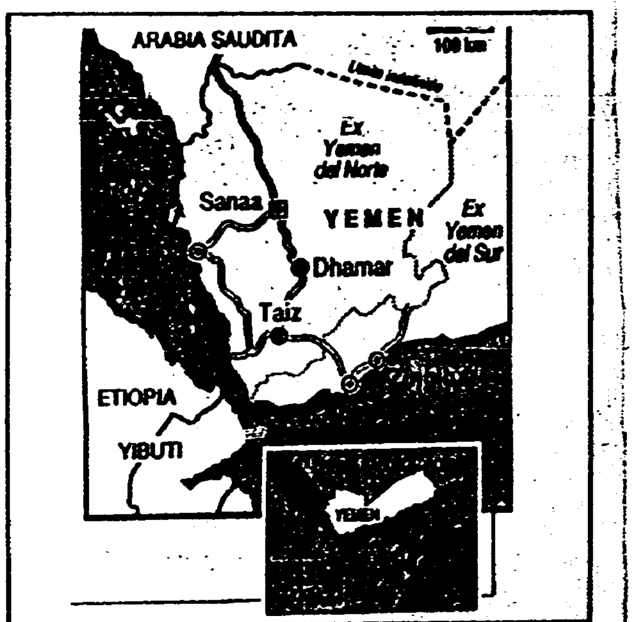
Según fuentes diplomáticas, los dos delegados de la Liga Arabe que están intentado mediar una tregua entre el Presidente Alí Abdullah Saleh -apoyado por las fuerzas norteñas- y el ex Vicepresidente Alí Salem Al-Baidh -sostenido por los sureños- dijeron que viajarán a Adén para llevar a los líderes del sur las propuestas de los del norte para concordar un cese de las hostilidades.

Sin embargo, las autoridades de Sanaa, capital de Yemen del Norte, rechazaron definitivamente ayer la nueva propuesta de cese del fuego lanzada por los rebeldes sureños entre el viernes y el sábado pasados, informó Radio Sanaa.

Al-Baid, líder del Partido Socialista del Yemen (PSY, ex partido oficialista del Yemen del Sur) presentó su "acuerdo de principio para la salvación nacional" junto a miembros de otros cinco partidos de la oposición.

La propuesta preveía, entre otras cosas, un inmediato cese el fuego, el regreso de las unidades militares al punto donde se encontraban antes del inicio de las hostilidades y la formación de un gobierno de unidad nacional.

Por su parte, el Canciller yemení, Mohammad Salem Bassendwa, afirmó en una entrevista publicada ayer por el diario egipcio Aqsharq al-Awsat que "no aceptaremos ningún cese del fuego que confiera legitimidad a los rebeldes".



Según Radio Adén, el ex Vicepresidente Al-Baidh afirmó, por su parte, que "los enemigos quieren un baño de sangre pero no lograrán conquistar el bastión sureño. Adén no es fácil de capturar".

Entregan armas a civiles

La avanzada de las tropas noryemeníes hacia Adén, sin embargo, prosigue, si bien lentamente. Así lo demostraría el hecho que en el feudo sureño comenzó ayer la distribución de las armas entre la población civil, según fuentes diplomáticas árabes en el Golfo.

Por otra parte, el General Mohamed Fawzi, ex Ministro egipcio de Defensa y ex comandante de las fuerzas armadas, afirmó ayer que los norteños no lograrán entrar en Adén y que los combates en Yemen se transformarán en una guerra de desgaste porque el equilibrio entre las fuerzas militares de ambas partes impedirá a una de ellas obtener una victoria decisiva.

En una entrevista al diario El Arabi, Fawzi afirmó que la unificación entre los dos Yemen había sido "formal" y que el término "guerra civil" no se puede aplicar al actual conflicto "porque el pueblo no participa en la guerra", sino que se trata de un "conflicto político".

01-02
9405686

Nº. DOCUMENTO
TITULO Tropas del Norte cerca de Adén
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE P. 16-5-94
VINCULACIONES 11876
507675
11163

YEMEN 175 refugiados somalíes perecieron en un campamento, víctimas de los enfrentamientos

Tropas norteñas a 20 quilómetros de Adén

*** "Los nordistas, que iniciaron el conflicto, avanzan algo en algún frente, pero sin romper nuestras líneas. Nuestra estrategia es desgastarlos", sostuvo una alta fuente militar sudista**

Las fuerzas noryemenitas anunciaron ayer que habían llegado a menos de 20 quilómetros de Adén, en el marco de una ofensiva en el frente este, mientras continuaban su progresión en el frente norte.

Sanaa (AFP)

La ofensiva noryemenita se hacía en tres frentes —norte, este y oeste— en momentos en que la comisión de mediación de la Liga Arabe, llegada el jueves a Sanaa, parecía haber fracasado en su tentativa de imponer un cese de los combates, iniciados hace once días entre norteños y sureños.

La misión se ve frenada en particular por la intransigencia de los norteños de Sanaa en aceptar un alto el fuego.

De fuente independiente sureña se indicó que hubo violentos bombardeos ayer a unos 30 quilómetros al este de Adén. Según esa fuente, los sureños desplegaron importantes medios militares, movilizando en especial la Marina y la Aviación, para tratar de rechazar el avance de las tropas fieles al presidente Ali Abdallah Saleh.

Según el coronel Alí al Jaithi, comandante de la brigada norteña al Amaliga que opera en la gobernación sureña de Abayn, sus fuerzas se hallaban "a entre 15 y 20 quilómetros al este de la gran ciudad del sur" (Adén) tras haber "liquidado" las unidades sureñas que trataban de oponerse al avance.

En el frente norte de Adén la situacion era tensa. Las tropas norteñas consiguieron tomar el pueblo estratégico de Dalah, ubicado en el eje de la carretera Sanaa-Adén, y avanzaron tres quilómetros hacia la gran base militar de Al-Anad, a unos 50 quilómetros de Adén, donde se hallan unos 20.000 soldados sudistas, sin contar los reservistas. Esa base es el último cerrojo antes de la entrada norte de Adén.

Las primeras posiciones del ejército norteño están a unos 30 quilómetros de la base de Al-anad, "pero una unidad norteña está casi en contacto con nuestras tropas", precisó a la AFP el comandante de la base de al-Anad.

En el frente oeste de la capital sureña, los combates se desarrollaban en Jaraz, cerca de Bab el Mandeb, que domina la entrada del mar Rojo. Las tropas nordistas encaran llegar a Adén por el litoral, a partir de Jaraz.

En Adén, cortada del resto del mundo, salvo por mar, no se percibía ayer ningún signo de tensión, pese a la proximidad de los combates.

El Alto Comisionado de la ONU para los Refugiados (Acnur) indicó que un balance provisorio indicaba que unos 175 refugiados somalíes murieron en el campamento de Al Jud, cerca de Adén, en el curso de bombardeos de los primeros días entre facciones rivales.

Por otra parte, en Yibuti las autoridades indicaron que entre la noche del sábado y el domingo unas 500 personas procedentes de Yemen llegaron en dos barcos a este puerto. Entre éstas hay 357 chinos y 79 rusos que trabajaban en Yemen.

UNA GUERRA DE JEFES

— "Por qué y contra quién luchamos?

Lo que tenemos que hacer es rebelarnos contra nuestros dirigentes", comenta Ahmed, indignado. Y un coro de aprobaciones subraya sus palabras en Markula, pueblo cercano a la que fue frontera entre los dos antiguos Yemen.

Son un grupo de amgios de 18 a 30 años. Proceden del norte, forman parte de una brigada sudista de 500 hombres y ninguno quiere combatir. Ahora están acantonados en una zona de montaña abandonada por su población.

El pueblo más cercano, Dalah, unos 10 quilómetros al norte, cayó el jueves en manos de las fuerzas nordistas. Pero desde entonces, el "frente" está casi en calma. De vez en cuando se oye a lo lejos el tronar de los cañones.

En Markula mismo hay pocas armas: seis tanques, un montón de casquillos de obuses. En las afueras del sur, dos cañones y dos rampas de lanzacohetes multitubos.

A unos metros del grupo de Ahmed, otros soldados se dedican a buscar "kat", hierba euforizante de gran consumo en Yemen. Aparentemente, nadie piensa en enterrar los cadáveres de siete soldados nordistas, muertos la víspera en una misión de reconocimiento.

A lo largo de los 144 quilómetros de carretera entre Dalah y Adén, la "capital" sudista, que pasan por la gran base aérea de Al Anad, casi no se advierte actividad. Ni militar, ni simplemente humana.

No pasan convoyes ni camiones. De trecho en trecho se ve alguna batería antiaérea. Y un solo cañón sin retroceso. Los pueblos del recorrido suelen estar desiertos. Los vecinos se refugiaron —por unos días, dijeron— en otros pueblos o en Adén, abarrotando las casas o apartamentos de sus familiares.

No es seguro que vayan a regresar muy pronto. El Yemen parece instalarse en una guerra que muchos —jóvenes o no— juzgan incomprensible. "Una guerra de jefes", dice un compañero de Ahmed.



Los cadáveres de siete soldados nordyemenitas, muertos durante la batalla de Dalah, yacen en una carretera sin que nadie se ocupe de enterrarlos. (Telefoto de AFP)

Incluso el coronel comandante de la base de Al Anad cree que "el conflicto será largo". "Nuestro ejército (sudista) hace una guerra defensiva. Los nordistas, que iniciaron el conflicto, avanzan algo en algún frente, pero sin romper nuestras líneas. Nuestra estrategia es desgastarlos".

La base de Al Anad abarca varios quilómetros cuadrados y está protegida por gran cantidad de baterías antiaéreas. En ella está el comando conjunto de los cinco frentes yemenitas, explica el coronel, que declina dar su nombre, pero revela que estudió en la Escuela de Guerra de la ex URSS.

Al Anad es "el escudo" de Adén, agrega. Por eso quieren tomarla los soldados de Saleh (el presidente nordista Ali Abdala Saleh)". Pero "está defendida por 20.000 soldados y podemos llamar a otros tantos reservistas".

Es cierto que el ambiente no parece de tensión ni de alarma. Unos cuantos soldados juegan al fútbol, otros hacen con calma tareas cuarteleras. Pero el coronel se niega a que los periodistas visiten las instalaciones.

Hace unas horas, los nordistas dispararon dos misiles SS-20 contra la base. Pero —bromea el coronel— "los dos cayeron en pleno desierto.

9405686

02-02

9405687
Nº. DOCU...
TITULO: Intento de mediación de la Liga Arabe.
PROCEDENCIA: La Nación/150090.
FECHA DE: 8/5
VINCULACIONES: 11876
507675
516232

Yemen

REUNION DE LIGA ARABE

Los delegados permanentes de la Liga Arabe se reunieron ayer sábado, en El Cairo para tratar de la crisis en Yemen. La reunión fue convocada a petición del ministro egipcio de Asuntos Exteriores, Amro Musa. Según fuentes oficiales, el presidente de Egipto, Hosni Mubarak, conversó hoy por teléfono con su colega yemení, Ali Abdala Saleh, quien le explicó la situación en Yemen. Mubarak pidió a Saleh que ponga fin a las operaciones militares, comience el diálogo con los representantes del sur y que adopte las «medidas necesarias para proteger los intereses del pueblo yemení».

Los dirigentes de Yemen del norte rechazaron la mediación de la Liga Arabe en el actual conflicto

FRACASA INTENTO DE MEDIACION EN YEMEN

Los dirigentes de Yemen del norte rechazaron el sábado la posible mediación de la Liga Arabe, que se reunió ayer en El Cairo en un intento de poner fin a los enfrentamientos entre el sur y el norte de Yemen.

«Nos oponemos a la reunión extraordinaria de la Liga Arabe, ya que en este caso no se trata de conflicto entre países, sino de un conflicto interior», afirmó el ministro yemení de Asuntos Exteriores, Mohamed Saleh Basandua, partidario del presidente, Ali Abdala Saleh, según informa la agencia oficial egipcia MENA.

«No se trata de la lucha entre el norte y el sur -agregó el ministro-, sino de una tentativa de acabar con la unidad del pueblo yemení».

Los delegados permanentes de la Liga Arabe se reunieron ayer en El Cairo a iniciativa de Egipto, que popuso ayer enviar tropas árabes a Yemen.

Basandúa advirtió a las fuerzas del sur contra «las consecuencias de su compló», y afirmó que estas fuerzas dispararon trece misiles tipo «Scud» contra la capital yemení, Sana, en los últimos dos días.

El ministro instó a los dirigentes del sur que pongan fin al enfrentamiento y que se entreguen a las fuerzas fieles al gobierno.

Agregó que el ejército del norte ataca Aden para obligar a los dirigentes del sur a rendirse, y afirmó que violentos combates tienen lugar actualmente en esa zona.

Esta última información no fue confirmada por fuentes independientes, mientras fuentes del sur informan que la situación en Aden está «tranquila».

01-03 9405687

Nº. DOCUMENTO
TITULO Yemen busca la mediación de países árabes
PROCEDENC. Recopilación
FECHA DE F 12-5-94
VINCULACIONES 11876
507675
11164

JUV. 12/5

Continúan los combates en Yemen mientras los líderes de ambas partes buscan un acercamiento

BUSCAN LA MEDIACION ARABE EN YEMEN

Los líderes del norte y del sur buscaban ayer miércoles, la mediación de los países árabes para poner fin a la guerra en Yemen, mientras continúan los combates en las provincias del país.

Los dirigentes de ambas partes declararon que están dispuestos a aceptar una mediación árabe para proclamar el alto el fuego en la guerra que empezó el pasado miércoles y abrir un diálogo para lograr la reconciliación.

La disposición de los políticos del norte a cualquier mediación se debe, según los observadores, a su fracaso en conseguir una victoria militar en el conflicto.

El nuevo primer ministro de Yemen, Mohamed Said al Atar, declaró que el presidente, Ali Abdala Saleh, está dispuesto a aceptar una mediación árabe para un alto el fuego.

Atar se pronunció por una acción pacífica que no implique el envío de tropas a Yemen.

"Aceptamos cualquier tipo de mediación, pero nos oponemos a que nos manden fuerzas árabes o extranjeras", dijo el Atar en una rueda de prensa en Saná, un día después de su nombramiento, en lugar de Abu Baker al Atas.

El primer ministro yemení añadió que su Gobierno está dispuesto a discutir con los líderes del sur "todas las posibilidades", pero que deberán aceptar el "principio de la unidad de Yemen, de la democracia, la legitimidad y el multipartidismo".

El ministro yemení de Planificación, Abdel Karin al Eryani, considerado uno de los principales consejeros del presidente, Ali Abdala Saleh, reiteró estas condiciones cuando dijo que "estamos dispuestos a detener el fuego a condición de que los líderes del sur cumplan con la Constitución, la legalidad y se sometan al liderazgo" de Yemen.

Eryani hablaba a los periodistas en Riad, Arabia Saudí, después de su reunión con el rey Fahd a quien entregó un mensaje del presidente Saleh sobre la situación en Yemen.

Mientras tanto, el secretario general adjunto del Partido Socialista Yemení (PSY), Salem Saleh Mohamed, dijo que su partido está dispuesto a un alto el fuego y a comenzar las conversaciones con el Gobierno de Saná para lograr una solución a la crisis.

"Hemos dicho en varias ocasiones que la guerra llevará sólo a la destrucción del país y de la unidad nacional, por eso estamos dispuestos a aceptar la mediación árabe, estadounidense o cualquiera otra", dijo Mohamed.

No obstante, varios observadores en El Cairo opinan que los líderes del sur no aceptarán las condiciones de los gobernantes del norte, calificados por ellos de "reaccionarios que quieren imponer en el país costumbres medievales".

Mientras tanto, el ministro yemení de Asuntos Exteriores, Mohamed Salem Basandua, adopta, al parecer, una actitud más intransigente.

El ministro pidió hoy en El Cairo que los líderes del PSY se rindan para ser "juzgados por sus crímenes".

El Gobierno central de Saleh rechazó con anterioridad cualquier tipo de mediación en Yemen, alegando que se trata de un conflicto interno.

Por otra parte, el primer ministro yemení confirmó que al menos 25 personas murieron cuando un cohete "Scud" cayó esta madrugada en un barrio muy poblado de Saná.

"Tenemos posibilidades militares similares, pero el Gobierno del país no las utilizará, ya que no quiere causar víctimas entre la población yemení", dijo Al Atar.

La televisión de Adén muestra diariamente [illegible] pueblos del sur destruidos por bombardeos [illegible] del norte y a numerosos heridos en los hospitales.

PARTES POCO LEGIBLES

92

9405687

Continúan los combates en Yemen

Por décimo día consecutivo, fuerzas norteñas y sureñas libraron ayer encarnizados combates en Yemen, mientras una misión de la Liga Arabe intentaba en Sanaa, la capital, imponer un alto el fuego.

NICOSIA/ANSA

Los combates más duros se libraron ayer en las inmediaciones de la ciudad yemenita de Daleh, una localidad estratégica a 90 kilómetros al norte de Adén (antigua capital sureña), que los norteños dijeron haber capturado, pese a la desmentida rival.

También se peleaba en Anad, 60 kilómetros al norte de Adén, y en la provincia de Abyan.

Fuentes diplomáticas en el Golfo dijeron que delegación de la Liga Arabe (encabezada por el subsecretario general Mohamed Said al-Bereqdar) dialogó con el Jefe de Estado, Alí Abdullah Saleh (norteño), y se aprestaba a viajar a Adén (Sur) para reunirse con el destituido Vicepresidente Alí Salem Al-Baidh. Daleh, cerca de la frontera que separaba las ex repúblicas del Norte y del Sur antes de su unificación en 1990, fue tomada por las tropas norteñas después de varios días de violentos combates, dijo el Ministro de Informaciones Ahmed Al-Lozi.

Fuentes de Adén desmintieron las informaciones y sostuvieron que las divisiones sureñas lanzaron una contraofensiva en la región de Daleh, que les permitió recuperar posiciones perdidas horas antes en manos de los norteñas.

Acusaciones

La guerra estalló el 4 de mayo al cabo de meses de disputas entre Saleh, conservador, y el Vicepresidente Baidh, socialista, por la división de los poderes entre el norte y el sur después que Yemen se unificó en 1990.

Saleh acusa a Baidh de ignorar su autoridad. Baidh acusa a Saleh de llevar a cabo una campaña para anular la influencia del sur en el gobierno.

El Gobierno de Moscú y el de Estados Unidos, en tanto, reiteraron sus llamados para hacer cesar los choques y sus ofertas de mediación.

En particular Robert Pelletreau, Subsecretario de Estado norteamericano para Medio Oriente, puso en guardia a las facciones rivales sobre el riesgo de que el conflicto degenere en una desgastante y más sangrienta guerra que provocaría más víctimas aún entre la población civil.

Ayer, hablando por radio, el Presidente egipcio, Hosni Mubarak, expresó las mismas preocupaciones y dijo que temía que de los enfrentamientos abiertos las partes en lucha pudieran pasar a la guerrilla.

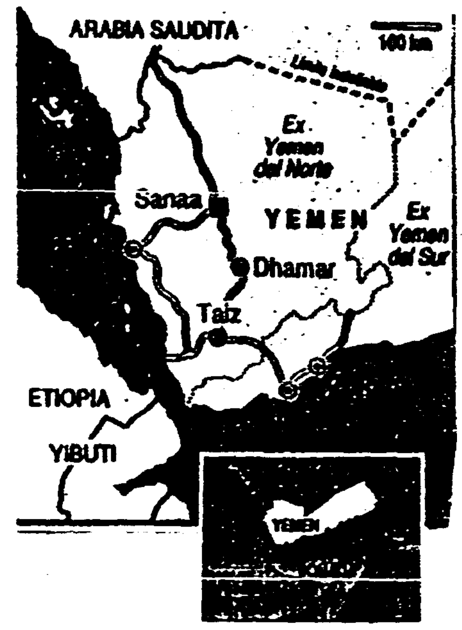
Mubarak dijo también que una eventual conquista de Adén, el bastión sureño, de parte de las tropas norteñas "no pondrá fin a la guerra ni resolverá la cuestión".

Agregó que no tiene intenciones "de enviar, en ningún caso, ni siquiera un solo soldado egipcio a Yemen", una declaración que -según fuentes diplomáticas- puso fin a recientes versiones sobre la posibilidad que Egipto tuviese intención de enviar al país tropas de interposición.

Repatriación

Egipto, en tanto, emprendió los preparativos para repatriar a los compatriotas residentes en Yemen, cuyo número se estima entre 20.000 y 25.000 personas.

Desde que comenzó la guerra civil en Yemen, unos 40 egipcios regresaron a Egipto, los últimos siete ayer a bordo de un avión de la Air Yemen proveniente de Sanaa, en el que viajaron también unos 100 yemenitas. A su regreso los egipcios declararon que sus compatriotas están



sanos y salvos y ansiosos por volver.

En tanto, el último Ministro de Petróleo yemenita, que se puso de parte de las fuerzas sureñas al estallar la guerra civil, afirmó que las tropas del sur podrían marchar sobre Sanaa y que el Presidente Saleh podría ser arrestado y procesado como "criminal de guerra" si no aceptara un cese de los combates. El ex Ministro Saleh Abu-Bakr Bin-Husaynun, que realiza una gira por las principales capitales árabes, dijo en Damasco que los dirigentes suryemenitas están dispuestos a un inmediato alto el fuego y a aceptar el despliegue en el país de una fuerza de paz interárabe si el Presidente pone fin a los combates. Husaynun, destituido días atrás por el Presidente Saleh, realiza su viaje como enviado del ex Vicepresidente yemenita, líder sudista también él destituido del cargo.

14/5

03-03

9405687

N°. DOCUMENTO: 9405688
TITULO: presidente yemenita pide rendición de tropas del sur.
PROCEDENCIA: LA REPUBLICA
FECHA DE: 8/5/94
VINCULACION: 11876
507675
11164

Pánico y terror en Adén, al ser derribados dos aparatos de la aviación norteña que pretendían atacar la residencia del líder rebelde Alí Salem

Presidente yemenita pide la rendición inmediata a las tropas rebeldes del sur

El gobierno de Yemen instalado en el norte del país exigió la rendición inmediata de los rebeldes de la región del sur, que desataron una guerra civil y derribaron ayer dos aviones norteños, según fuentes independientes.

Nicosia (ANSA)

■ Pánico y terror provocaron a su vez en los 500.000 habitantes de Aden, capital del sur, dos incursiones de la aviación norteña, al parecer para atacar la residencia del destituido vicepresidente y líder rebelde sureño Ali Salem al Baidh.

Desde Sanaa, capital norteña, el presidente Ali Abdullah Saleh pidió la rendición inmediata de las tropas sureñas y de sus jefes "separatistas".

El presidente excluyó toda posibilidad de una mediación extranjera que ponga fin a los sangrientos enfrentamientos en Yemen.

Saleh rechazó también la propuesta de desplegar una fuerza de interposición, alegando que "esta es una cuestión exclusivamente interna".

El presidente Saleh, tras la decisión del Parlamento de destituir al vicepresidente y al ministro de Defensa, destituyó ayer al ministro del Petróleo, el sureño Saleh Abu Bakr Ben Hussaynoun, acusado de suspender el abastecimiento de combustible a la refinería de Aden.

En El Cairo, la reunión convocada para ayer por la Liga Arabe para tratar de mediar entre los dos bandos yemenitas, resultó infructuosa.

Las tropas del norte, en tanto, prosiguieron avanzando hacia Aden, ciudadela de los sureños, y hacia sus vitales instalaciones petrolíferas, mientras en la misma ciudad centenares de extranjeros se embarcaron hacia Djibouti, a orillas de la costa africana del Mar Rojo.

Diplomáticos europeos estiman que son unos 1.500 los extranjeros evacuados ayer, pero que en el país quedan todavía unos cien italianos, alrededor de 900 rusos y casi 5.000 norteamericanos.

Seis ciudadanos italianos —confirmaron a ANSA fuentes diplomáticas occidentales— llegaron ayer a Djibouti a bordo de la nave militar francesa "Jules Verne", que evacuó de Aden un total de 570 extranjeros.

También las Naciones Unidas están organizando la evacuación de su personal. Pero una fuente de la ONU en Ammán evitó precisar cómo y cuándo comenzará el traslado hacia la capital jordana.

La situación en Yemen, reunificado en 1990, se precipitó en los últimos días al cabo de meses de tensión, con duros enfrentamientos entre los partidarios del presidente Sale y del vicepresidente Salem al-Beyd.

Durante la noche y hasta el alba, aviones caza sureños hicieron incursiones sobre Sanaa y lanzaron varias bombas sobre la capital norteña, repelidos por fuego antiaéreo.

Fuentes militares de Sanaa dijeron que los sureños lanzaron misiles Scud también sobre la ciudad de Taiz, además de los cinco que cayeron sobre la capital.

Se esfumó, en tanto, la posibilidad de interrumpir las hostilidades, abierta cuando el Partido Socialista de Yemen (que se identifica con los sureños), en respuesta a los llamados de varios países árabes y occidentales, había aceptado un cese del fuego.

Durante la noche, en Sanaa, los dirigentes del Congreso General del Pueblo (norteños) rechazaron cualquier posibilidad de reconciliación con los que definieron como "elementos secesionistas" y "rebeldes".

La República Yemenita, donde las fuerzas del sur se enfrentan con las del norte en una guerra sin cuartel desde hace tres días, nació de la unificación de la República Arabe de Yemen (norte) y de la República Democrática y Popular de Yemen (sur).

Los dos estados se desarrollaron históricamente en el siglo XX optando por vías diferentes.

El hecho los condujo a presentarse en el momento de la unificación con dos gobiernos y dos sistemas políticos distintos: el norte tradicionalista, con una notable presencia militar, y el sur socialista, con un sistema político inspirado en un "centralismo democrático".

Yemen del Norte, independiente desde el derrumbe del imperio otomano, escenario de una guerra civil en la década del 60 entre nasserianos y tribus respaldadas por Arabia Saudita y República desde 1962, se ha desarrollado en las últimas décadas bajo la influencia de países árabes moderados prooccidentales.

Yemen del Sur se constituyó en cambio en torno a la colonia inglesa de Aden, hasta lograr su independencia en 1967.

El Yemen unificado posee una superficie de 536.609 kilómetros cuadrados y limita con Arabia Saudita y con la sultanía de Omán. Según un censo realizado en 1986 su población es de 12.365.000 habitantes.

La capital del país unificado es Sanaa y su jefe de Estado el general Saleh, ex presidente del Estado de Yemen del Norte, que tenía como vice al ex líder de Yemen del Sur, Salem al-Baidh, destituido anoche por el Parlamento.

Los 301 diputados decidieron, según radio Sanaa, "privar a Al-Baidh y a sus secuaces de sus funciones ejecutivas y legislativas después que esta pandilla de separatistas empujó a las fuerzas armadas y a toda la nación a un baño de sangre".

01-91
9405688

Nº. DOCUM 9405689
TITULO Nueva fractura de Yemen
PROCED. LA REPUBLICA
FECHA DE 11-6-94
VINCULACION 11876
507675
11164

Más combates estallan entre fuerzas del norte y del sur en las cercanías de la ciudad portuaria de Adén, sin que haya señales de victoria

Yemen nuevamente fracturado

Intensos combates estallaron otra vez ayer entre las fuerzas yemenitas del norte y del sur en las cercanías de la sureña ciudad portuaria de Adén, pero observadores militares indicaron que ninguno de los bandos muestra señales de obtener una victoria decisiva.

Londres (UPI)
por Sajid Rizvi

■ "Los dos Yémenes pueden estar preparándose para una nueva división de facto (del país)", dijo un analista diplomático en contacto con su representación en Sanaa. En las últimas setenta y dos horas de combates ninguna de las fuerzas beligerantes logró expulsar a la otra de sus atrincheradas posiciones, agregó.

El conservador Yemen del Norte y el socialista Yemen del Sur se unificaron en mayo de 1990 pero no pudieron integrar sus estructuras militares ni las instituciones políticas debido a la desconfianza mutua y deseos de poder.

Un analista diplomático dijo que el estancamiento había creado esperanzas de que ambas partes "cansadas como lucen, puedan pedir la paz, aunque una gran cantidad de extranjeros se preparaba para abandonar hoy Yemen luego de casi una semana de evacuaciones realizadas a través de aviones y buques de occidente, árabes y asiáticos. Varios miles de personas fueron trasladadas a la seguridad de Djibuti, a través del estrecho de Bab Al-Mandab en el Mar Rojo.

Dos aviones británicos Hércules C-130 de transporte permanecían ayer en Djibuti, preparados para las próximas evacuaciones en Sanaa de ciudadanos británicos y de la Mancomunidad de Naciones.

Un vocero del Ministerio de Relaciones Exteriores dijo que a los británicos se les aconsejó salir de Yemen pero que los residentes fuera del área de Sanaa serían trasladados al final del día.

En los combates terrestres que estallaron el jueves (con la destitución formal del vicepresidente Alí Salem Al-Baidh por el presidente Alí Abdullah Saleh) las fuerzas rivales usan tanques, vehículos blindados y artillería para romper las defensas del enemigo.

Los ataques aéreos en los aeropuertos de Sanaa y Adén causaron cuantiosos daños, y los aeropuertos sólo pueden ser utilizados para vuelos militares y de evacuación.

Según informes no confirmados las fuerzas rivales del norte y el sur han sufrido muchas bajas en refriegas y han capturado a centenares de prisioneros.

Los diplomáticos en Sanaa sostuvieron que los residentes en la capital yemenita carecen de servicio eléctrico, agua y alimentos. La mayoría de las comunicaciones permanece suspendida y los caminos bloqueados. Por las noches se observa un toque de queda y eventualmente éste se ha extendido al día.

En Adén, sitiada al norte y noroeste por fuerzas de Yemen del Norte, se instalaron puestos de control para obstaculizar el paso de extraños por las sospechas de que podrían infiltrarse "espías" y sabotear la infraestructura.

"La escasez de agua y alimentos era alarmante, dijo un diplomático, pero "por tratarse de un puerto, Adén podría no sufrir la misma suerte que Sanaa".

Fuentes occidentales dieron señales de que Yemen del Sur podría no ser tan vulnerable como lo sostiene el gobierno de Sanaa.

El subsecretario de Estado para Asuntos del Oriente Cercano, Robert Pelletreau, realizó una fugaz visita la semana pasada a la ciudad, para ofrecer sus oficios de mediación.

En conferencia de prensa en Dohá, Qatar, Pelletreau dijo que "No vemos que el norte esté realizando los progresos que esperábamos. Observamos una resistencia muy fuerte y nos parece que, con esta resistencia, los combates continuarán".

El funcionario instó a una cesación inmediata de los combates porque la prolongación del conflicto alentaría "problemas por parte de los Estados que quieren tomar ventaja de la situación".

Pelletreau mencionó a Irán y a Irak entre los Estados que representan una "amenaza potencial", y pueden capitalizar la inestabilidad en la Península Arábiga.

01·01

9405689

DOCUMENTO 9405690
O La guerra perjudica la mayor reserva de petroleo
PROCEDENCIA LA JUVENTUD
FECHA DE PUB. 11-5-94
ULACIONES 11876 —
507675 —
11209 —

Países del Golfo preocupados por la extensión de la guerra en la zona

LA GUERRA EN YEMEN PERJUDICA LA MAYOR RESERVA PETROLERA

La guerra civil entre el norte y el sur de Yemen preocupa a los países del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG) -Arabia Saudí, Bahrein, Emiratos Arabes Unidos, Kuwait, Omán y Qatar- por sus posibles consecuencias negativas para la zona, donde está la mayor reserva de petróleo del mundo.

Según diplomáticos y analistas, esta preocupación se debe también a que Yemen tiene fronteras comunes con Omán y Arabia Saudí, el mayor exportador de crudo del mundo, que además tiene conflictos fronterizos con los yemeníes desde hace más de 60 años.

"Las autoridades saudíes temen que el presidente yemení, Alí Abdala Saleh, puede atacar no sólo a sus rivales del sur, sino también al vecino reino para hacerse con las zonas de Nayrán, Gizán y Asir, en la frontera entre ambos países", indicaron diversos analistas políticos.

Los observadores recordaron que durante la Guerra del Golfo circulaban rumores de que Irak tenía planes de atacar a Arabia Saudí desde el norte para permitir que Yemen recuperara las tres zonas en el sur del reino wahabí.

Desde Yemen del Sur, el Partido Socialista Yemení (PSY), liderado por Alí Salem Al Baid, declaró recientemente que sus tropas detuvieron a militares iraquíes, jordanos y sudaneses que participaban en los combates a favor de los nordistas.

"Estos datos confirman que el régimen de Irak desea que el presidente yemení acabe con el PSY, que tiene buenas relaciones con Arabia Saudí, para reclamar luego las zonas de Nayrán, Gizán y Asir", según los analistas.

Las relaciones de Arabia Saudí con el gobierno de Saleh se hicieron tensas desde la crisis del Golfo en agosto de 1990, cuando aquél apoyó la invasión de Kuwait por Irak.

En represalia, Riad expulsó a casi un millón de ciudadanos yemeníes que trabajaban en Arabia Saudí, lo que provocó una crisis en Yemen y empeoró las relaciones entre ambos países.

"El presidente yemení contestó a la expulsión de los obreros yemeníes con la puesta al día del asunto de las zonas fronterizas en litigio", indicaron las fuentes.

Yemen y Arabia Saudí celebraron negociaciones sobre el asunto en octubre de 1992, que, sin embargo, fracasaron.

Los analistas creen que el belicismo de Saleh y su insistencia en recuperar las tres zonas que, a su juicio, fueron ocupadas por Arabia Saudí en 1933, representan un peligro para la zona.

"Sin duda, Arabia Saudí está preocupada por la guerra civil y, al parecer, no quiere que Saleh salga vencedor, pero tampoco quiere un Yemen fuerte que podría ser su rival en la Península Arábiga", según diplomáticos árabes en el Golfo.

soldados resultaron heridos.

"Lamento mucho lo que pasa en Yemen, esperamos que esta guerra termine lo más pronto para que Yemen evite más destrucciones", indicó el monarca jordano.

01 - 02

9405690

Las mismas fuentes opinaron que el sistema político en Yemen refleja la influencia de numerosos tribus belicosas del norte.

Las tribus yemeníes derrotaron al Ejército egipcio enviado por el entonces presidente de Egipto, Gamal Abdel Naser, para apoyar al sistema republicano en Yemen que surgió tras la caída de la monarquía, en 1962.

Saleh pertenece a la tribu de Hashid, la más poderosa de Yemen, cuyos miembros ocupan los cargos más importantes, tanto en las Fuerzas Armadas como en el Ministerio del Interior.

Por otra parte , el rey Husein de Jordania expresó ayer martes, que está dispuesto a mediar para poner fin a la guerra civil en Yemen.

El monarca habló con los periodistas en el aeropuerto de Amán, donde aterrizaron hoy dos aviones militares jordanos que evacuaron de Yemen a unos 300 ciudadanos jordanos y de otras nacionalidades.

"Estamos dispuestos a hacer todo lo que podamos para poner fin al derramiento de sangre en Yemen", afirmó el soberano jordano.

Recibieron también a los pasajeros de los dos aviones jordanos, la esposa del rey Husein, la reina Nur, el primer ministro, Abdel Salam al Mayali, y otros altos responsables del reino.

El monarca hachemí explicó que un grupo de médicos jordanos fue enviado a Yemen, y que civiles y militares yemeníes, que resultaron heridos en los combates, han viajado a Amán.

El rey Husein patrocinó en febrero pasado una reunión del presidente de Yemen, Ali Abdala Saleh, y el vicepresidente, Ali Salem al Baid, en Amán donde los dos líderes firmaron un acuerdo de reconciliación.

Este acuerdo fue violado un día después de firmarlo por las unidades del norte y del sur, que se enfrentaron en la zona de Abyan, en el sur de Saná, donde más de quince

02-02

9405690

Nº DOCUMENTO 9405691
TITULO fuerzas nordyemenitas toman Daleh
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE P. 15-5-94
VINCULACIONES 11876 –
507675 –
11163

La aldea no sufrió daños pese a los violentos enfrentamientos de las últimas horas

Ofensiva nordyemenita toma el control de Daleh

L.R. 15/5

Divisiones nordyemenitas están avanzando nuevamente hacia el sur y tomaron el control de la estratégica localidad de Daleh, a 100 quilómetros al norte de Adén, de la cual la mayor parte de los 10 mil habitantes escapó hacia el sur, informaron fuentes diplomáticas árabes en el Golfo.

Nicosia (ANSA)

■ En tanto, un vocero oficial en Sanaa exigió nuevamente la rendición de Ali Salem Baidh, vicepresidente destituido de sus funciones, y de sus partisanos para ser procesados o su partida del país, escribió la agencia oficial Saba.

De su parte, una delegación de la Liga Arabe, desde el jueves en misión en Sanaa aún no logró reunirse con los dirigentes norteños y sigue esperando un encuentro con el presidente Ali Abdallah Saleh, informaron fuentes de la Liga.

La misión debía reunirse con el jefe del Estado y entregarle un mensaje del secretario general de la Liga, Esmat Abdel Meguid, en el cual hace un llamado a "un inmediato cese de las hostilidades". Fuentes diplomáticas árabes en El Cairo expresaron que en las circunstancias actuales será difícil para la Liga llevar adelante un papel eficaz para poner fin al mortal conflicto entre norte y sur. Tras 11 días de incesantes y divergentes boletines de guerra, de Yemen, sacudido por las hostilidades entre opuestas facciones del ejército, comienzan a filtrar efectivamente las primeras noticias atendibles sobre la situación en el frente.

La aldea de Daleh, según las declaraciones, no sufrió daños, no obstante días pasados la sureña Radio Aden había referido que tenían lugar violentos enfrentamientos.

Si bien los norteaños no encontraron resistencia para entrar en Daleh, la batalla para conquistar los alrededor de 20 quilómetros que los separaban de la localidad duró al menos 4 días.

Aún es imposible hacer un balance, pero habría varios muertos, incluso entre los civiles.

Las mismas fuentes indicaron que los sureños estarían ahora retrocediendo hacia Aden, su bastión, en una aparente retirada estratégica que tiene el objetivo de reforzar sus líneas defensivas para oponer una mayor resistencia al avance enemigo.

Mientras prosigue la ofensiva norteña en los campos de batalla, se presenta un aparente estancamiento en los esfuezos diplomáticos para llevar a una mediación y obtener la paz.

Anoche el gobierno norteño de Sanaa rechazó secamente la propuesta sudyemenita de un plan de paz en ocho puntos que, entre otras cosas, preveía un inmediato alto el fuego, el retorno de las unidades militares al punto donde se encontraban antes del comienzo de las hostilidades y la formación de un gobierno de unidad nacional.

Los norteños, encabezados por el presidente Ali Abdullah Saleh, rechazaron el ofrecimiento, pidieron la rendición incondicional de los adversarios, considerados "rebeldes y secesionistas", y dijeron que los combates continuarán hasta que los líderes sureños se rindan. Tampoco ha dado esperanzas la mediación intentada por dos delegados de la Liga Arabe que ayer en Sanaa sólo lograron conversar con funcionarios norteaño de la cancillería, como así también siguen sin ser escuchados los llamamientos al cese de las hostilidades lanzadas por EEUU, Rusia, Egipto, entre otros.

Daleh, cerca de la ex frontera que separaba las ex repúblicas del norte y del sur. Yemen antes de su unificación en 1990, fue tomada por las tropas norteñas tras varios días de violentos combates, según el ministro de Informaciones Ahmed Al-Lozi.

La guerra estalló el 4 de este mes tras meses de disputas entre Saleh, conservdor, y el vicepresidente Ali Salem al-Baidh, socialista, por la repartición de los poderes entre el norte y el sur después que Yemen se unificó en 1990.

Saleh acusa a Baidh de ignorar su autoridad. Este último acusa a Saleh de llevar a cabo una campaña para anular la influencia del sur en el gobierno.

Prosiguen en tanto las ofertas de mediación de EEUU y Rusia.

En particular Robert Pelletreau, vicesecretario de Estado norteamericano para Medio Oriente, puso en guardia a las facciones rivales sobre el riesgo de que el conflicto degenere en una deteriorante y más sangrienta guerra de posición que provocaría más víctimas aún entre la población civil.

Ayer, hablando por radio, el presidente egipcio Hosni Mubarak expresó las mismas preocupaciones, agregando que temía que de los enfrentamientos abiertos las partes en lucha puedan pasar a la guerrilla.

El presidente egipcio dijo también que una eventual conquista de Aden, el bastión sureño, por parte de las tropas norteñas "no pondrá fin a la guerra ni resolverá la cuestión".

Mubarak agregó que no tiene intenciones "de enviar, en ningún caso, ni siquiera un solo soldado egipcio a Yemen", una declaración que —según fuentes diplomáticas— pondría la palabra fin a las recientes versiones sobre la posibilidad de que Egipto tuviese intención de enviar al país tropas de interposición.

Egipto, en tanto, emprendió los preparativos para repatriar a los compatriotas residentes en Yemen, cuyo número acertado se sitúa entre 20 y 25 mil personas.

Desde que comenzó la guerra civil en Yemen unos 40 egipcios regresaron a Egipto, los últimos siete lo hicieron ayer a bordo de un avión de la Air Yemen proveniente de Sanaa, en el que viajaron también unos 100 yemenitas.

01/01

9405691

Nº. DOCUMENTO 9405692
TITULO [illegible]
PROCEDENCIA recopilación
FECHA DE 22-5-94
VINCULACIÓN 11876 - 507675 - 11164

Secesión en Yemen: el Sur formó gobierno propio.

Líder norteño rechaza la secesión de Yemen del Sur

El Presidente de Yemen, Ali Abdullah Saleh (norteño), rechazó ayer la declaración formal de secesión que hizo el Sur y se dijo decidido a ocupar Aden, la capital de las fuerzas rivales sureñas, "a cualquier precio". — NICOSIA/ANSA

Saleh afirmó que el Ejército norteño rodeaba ya Aden y que perseguiría a sus adversarios hasta Mukallah, un puerto situado a 600 kilómetros al este de Aden, donde el Al-Baid se encuentra atrincherado desde el martes.

Pero el líder sureño, el destituido Vicepresidente Ali al-Baid, proclamó la secesión del sur de Yemen y el nacimiento de la República Yemenita Democrática (RYD).

El líder norteño advirtió entonces a los países árabes que se abstuvieran de reconocer al nuevo Estado, ya que sería una flagrante intervención en los asuntos internos de Yemen y una acción hostil contra el pueblo yemenita.

Un despacho de la agencia egipcia Mena desde Sanaa informó ayer que Rusia fue el primer Estado que reconoció la instauración de la RYD, proclamada por Al-Baid.

Antes de la unificación de Yemen y de la caída de la ex Unión Soviética, Yemen del Sur -único estado marxista del mundo árabe- mantenía estrechos vínculos con Moscú.

Saleh agregó que la declaración de independencia del sur trataba de obtener el apoyo internacional para Al-Baid y los otros líderes del Partido Socialista de Yemen (PSY), el partido que gobernó Yemen del Sur hasta la unión con el norte en 1990.

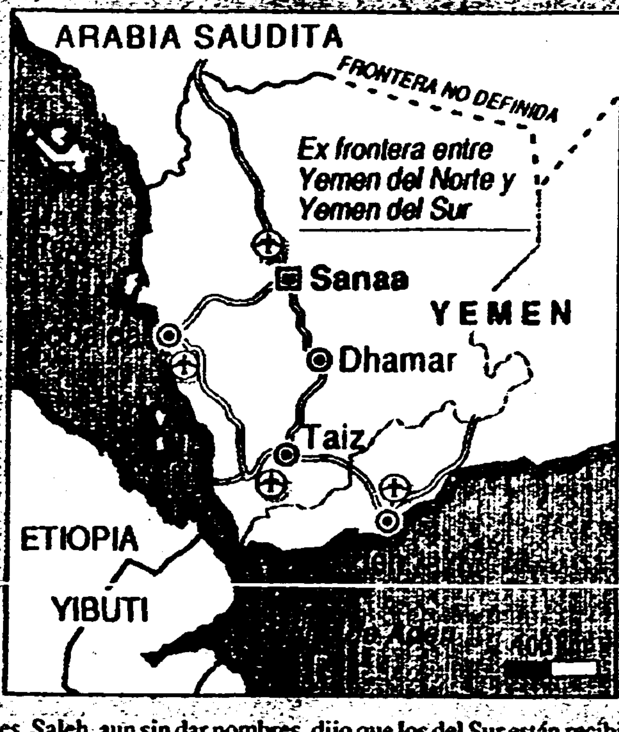
La tregua de tres días proclamada unilateralmente por el comando militar norteño en ocasión de la importante fiesta islámica del Sacrificio (Eid el-Adha) duró pocas horas.

Norteños y sureños se acusaron recíprocamente

Norteños y sureños se acusaron recíprocamente de haber disparado primero.

Por la madrugada, los adversarios reanudaron los bombardeos contra las defensas sureñas en torno a la base de al-Anad, a 50 kilómetros al norte de Aden.

Los norteños, en cambio, declararon que las fuerzas separatistas habían vuelto a disparar ayer y que se estaba combatiendo en varios



frentes. Saleh, aun sin dar nombres, dijo que los del Sur están recibiendo armas de otros países. Dos aviones Tupolev -cada uno con dos tanques a bordo- aterrizaron por la mañana de ayer en el aeropuerto de Mukalla, al este de Aden, mientras en el puerto de la misma ciudad varias naves están cargando otras armas, afirmó Saleh.

Las dos facciones yemenitas opuestas -que representan a las dos repúblicas reunidas en 1990- prosiguen con sus combates, a pesar de los llamados al cese de las hostilidades lanzados por el Presidente egipcio Hosni Mubarak, el líder palestino Yasser Arafat y otros dirigentes árabes.

Los analistas estiman que la resistencia militar que ha demostrado el Sur ante la ofensiva norteña, de lograr mantenerse, podría resultar fundamental para forzar una solución negociada del conflicto, que las autoridades de Aden han propuesto varias veces a Sanaa, utilizando también la mediación de la Liga Arabe.

Al-Baid y Saleh fueron los artífices de la reunificación del Yemen hace cuatro años, pero su alianza desembocó en una guerra civil.

Saleh se opone a la nueva secesión del Sur mientras Bahid afirma que el Gobierno de Sanaa quiere anexar el ex Yemen del Sur, más extendido pero menos poblado, a beneficio del norte.

Doc oscuro

01-04

9405692

Secesión en Yemen: el Sur formó un gobierno propio

Desafío: la decisión de los sureños produjo conmoción en las tropas del Norte que pretenden mantener la unidad a la fuerza.

ADEN, 22 (Reuter).- El estado separatista del sur de Yemen nombró hoy a sus nuevos gobernantes en desafío a las tropas norteñas que tratan de aplastarlo por la fuerza, mientras jefes sus advertían que el conflicto sólo puede resolverse por las armas.

Autoridades del Norte de Yemen dijeron que sus fuerzas avanzaron sobre el bastión meridional de Adén y capturaron la provincia de Shabwa, al sudeste, incluyendo la capital Ataq con su aeropuerto.

"Ataq fue tomada hoy", dijo un ministro yemenita, que pidió no ser identificado, en la norteña capital Sanaa. "Creo que es un avance importante, porque su campo aéreo era utilizado para reabastecer aviones de Mukalla, un puerto del este".

El Norte tiene el petróleo

Un vocero militar del Norte dijo que sus fuerzas controlan totalmente la provincia rica en petróleo.

Agregó que tropas septentrionales derribaron tres aviones MIG-21 y tomaron armas y equipos de sus rivales. Sus declaraciones no pudieron ser confirmadas.

El principal campo petrolífero del sur, Masila, todavía está en manos de Adén. La provincia oriental de Hadramawt, donde se encuentra el campo, es un bastión del ex vicepresidente de Yemen unificado y líder del Sur, AliSalem al-Baidh.

Baidh, nuevo titular

Baidh, desde hoy el presidente de la escindida República Democrática de Yemen, es el principal enemigo su colega norteño Alí Abdullah Saleh.

El Estado recientemente declarado por Baidh y sus aliados está buscando reconocimiento internacional.

Diplomáticos dijeron el fin de semana que Adén confiaba en obtener reconocimiento de Rusia, aunque Moscú pretende la unidad.

23/5 LAN.

02

9405692

La designación de Alí Salem Al Baid como presidente de la República Democrática de Yemen podría dividir también al resto del mundo árabe

Yemen volvió a fracturarse

* "Tendrán que tomar partido por uno u otro campo y ello va a ser una nueva manzana de la discordia"

La proclamación de un Estado independiente en el sur de Yemen acentúa el riesgo de regionalización de la guerra civil al implicar a otros países árabes, de los que depende la viabilidad del nuevo Estado, señalaron ayer los obervadores.

Dubai (AFP)
por Jean-Eudes Barbier

■ Al pedir a la comunidad internacional que reconozca a la República Democrática de Yemen (RDY), el líder sudista Ali Salem Al Bai —que ayer fue nombrado presidente del Consejo Presidencial— sacó fuera de las fronteras del Yemen unificado un problema que su rival nordista, el presidente Ali Abdallah Saleh, quería que fuese "estrictamente interior".

La decisión sudista coloca a la mayor parte de países de la Liga Arabe ante una opción espinosa, "que no podrán eludir por mucho tiempo", comentó para la AFP, un diplomático de la región del Golfo.

"Tendrán que tomar partido por uno u otro campo y ello va a ser una nueva manzana de discordia en el seno del mundo árabe", agregó.

En todo caso, las primeras reacciones no han tardado. El dirigente libio Muammar Kadhafi y el presidente egipcio Hosni Mubarak se declararon opuestos, en un diálogo telefónico, tanto a la secesión como al uso de la fuerza en Yemen, indicó desde Trípoli la agencia oficial libia, JANA.

Según la agencia, Kadhafi y Mubarak, que se saludaban con motivo de la fiesta musulmana del sacrificio (Al Adha), se declararon "sumamente descontentos" por la situación en Yemen.

Por su lado, el presidente nordista Saleh sostuvo que cinco de sus homólogos —los gobernantes de Arabia Saudita, Siria, Argelia, Emiratos Arabes Unidos (EAU) y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP)—, con los que habló el sábado por teléfono, también se pronunciaron "por la unidad yemenita".

Saleh es un ferviente partidario de la unidad de los dos Yemen, del Norte y del Sur, que se unificaron el 22 de mayo de 1990, y en su óptica los sudistas sólo son rebeldes a los que se debe liquidar cuanto antes.

Si bien siempre se congratularon oficialmente por el proceso unitario lanzado en Yemen, muchos países árabes —y sobre todo Arabia Saudita y Kuwait—, siguen alimentando un gran resentimiento contra Saleh, por sus oposiciones proiraquíes durante la crisis del Golfo (agosto de 1990-febrero de 1991).

Esta actitud provocó el aislamiento político y económico del régimen de Sanaa, que luego multiplicó las gestiones para intentar —sin resultado tangible— normalizar sus relaciones con las capitales vecinas.

Por lo demás, tras el inicio del conflicto fratricida en Yemen, Saleh ha sido sordo a los insistentes llamados de sus vecinos y de la liga Arabe a favor de un alto inmediato de los combates. Una vez más su intransigencia ha sido mal entendida y el presidente de Emiratos Arabes Unidos (EAU), jeque Zayed Ben Sultán Al Nahyane, ha "deplorado la obstinación" del número uno yemenita.

Al Baid, que era vicepresidente del Yemen unificado —hasta su destitución reciente por Saleh— siempre se esforzó por desmarcarse del "alineamiento pro Bagdad" de su rival nordista, calificado con frecuencia en Adén, el bastión sudista, de "pequeño Sadam" (Hussein).

El nuevo presidente del consejo presidencial sudyemenita supo en este período atar sólidos contactos con los dirigentes árabes y "no ha podido anunciar la creación de la RDY sin referirse a varios de ellos", subrayó la citada fuente diplomática.

Al anunciar el nacimiento de la RDY, sin embargo, Al Baid "introdujo un nuevo factor de división en esta región del mundo, una constatación que, por principio, es difícilmente aceptable" para los países árabes, estimó.



En Adén, los sudistas se defienden a puro fuego del cerco impuesto por las tropas nordistas. (Telefoto de AFP)

03

94 5692

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 22 de mayo de 1994

RUSIA RECONOCIO A LA NUEVA REPUBLICA

El presidente de Yemen calificó de "traición" a la independencia del sur

SANAA, 21 (Reuter y EFE). — El presidente yemení Alí Abdullah Saleh calificó hoy como traición la declaración de independencia adoptada en la noche de ayer, viernes, por sus rivales del sur en la guerra civil que enfrenta a las dos antiguas repúblicas y afirmó que capturará el bastión sureño de Adén "a cualquier costo".

"Entraremos en Adén a cualquier costo porque fue declarada capital por elementos separatistas del Partido Socialista de Yemen", declaró Saleh en conferencia de prensa. Saleh insiste en la vigencia del Estado unificado que presidió hasta ayer.

Luego de siglos de separación, la República de Yemen se formó en mayo de 1990, mediante la fusión de Yemen del Norte (conservador, con estructuras medievales y tribales) con Yemen del Sur (más desarrollado y con fuertes lazos con la ex Unión Soviética). Sin embargo, en el Yemen unificado, una de las naciones más pobres del mundo árabe, nunca se logró conciliar la conducción política entre las dos regiones.

El líder norteño advirtió hoy a los países árabes que no reconozcan al nuevo Estado y manifestó que eso sería una "flagrante intervención en los asuntos internos yemenitas y una acción hostil contra el pueblo de Yemen".

Saleh dijo que su rival del sur, el Partido Socialista de Yemen (PSY) de Alí Salem al-Baidh, ha violado el alto al fuego de tres días anunciado el viernes con motivo de la festividad musulmana de Eid al-Adha.

Los combates arrecian en todos los frentes, señaló.

Las tropas del norte, que combaten desde el 4 de mayo para conseguir la rendición o la huida de Baidh, se han estado acercando a Adén, frente a una tenaz resistencia sureña en torno de la base militar de al-Anad.

"Estamos estrechando el cerco de Adén, pero no era nuestra intención que el ejército entrara en ella", señaló Saleh.

"Sin embargo, luego de la declaración de separación y el anuncio de que Adén será la capital del país, nos vemos obligados a entrar en Adén a cualquier costo", indicó Saleh.

Saleh y Baidh, acrecentaron en los últimos meses sus divisiones sobre la forma en que se conducía la república fusionada.

Baidh anunció la secesión en la noche del viernes, afirmando que es una medida causada por el intento de Saleh de marginar a toda oposición a su autoridad.

Saleh dijo que el PSY está recibiendo armas desde lugares que no quiso mencionar.

Un despacho de la agencia egipcia Mena desde Sanaa, la capital norteña y del país fusionado, informó hoy que Rusia fue el primer Estado que reconoció la instauración de la nueva república, proclamada por al Baidh.

Antes de la unificación de Yemen y de la caída de la ex Unión Soviética, Yemen del Sur —único Estado marxista del mundo árabe— mantenía estrechos vínculos con Moscú.

"Están llegando aviones Tupolev, cada uno transportando dos tanques, y un barco de guerra se encuentra en el puerto de al-Mukalla con armas y equipo militar", afirmó el líder norteño de Yemen.

Previamente, Saleh declaró en un discurso pronunciado por la festividad musulmana: "Nunca aceptaremos, ni el pueblo yemenita ni el ejército aceptarán esta medida secesionista. Esta decisión no tiene ninguna categoría legal. Es una decisión sin valor anunciada por una persona enferma".

Agregó que la declaración de independencia del sur está destinada a conseguir apoyo internacional para él y otros dirigentes del PSY, el partido que gobernó Yemen del Sur hasta que se fusionó con el norte, en 1990.

04-04

9405692

Nº. DOCUMENTO 9405693
TITULO fuerzas del Norte no logran tomar Adén
PROCEDENCIA LA REP.
FECHA 30-5-94
VINCULACIONES 11876 —
507675 —
11163 —

YEMEN

Las fuerzas del norte no logran tomar Adén, la capital del sur

** "La guerra viene del norte, la separación del sur, y el resultado es un inmenso estrago para los yemenitas"*

**Adén (AFP)
por Henri Mamarbachi,
enviado especial de la AFP**

■ Casi un mes después de iniciar su ofensiva contra el sur, las tropas noryemenitas no lograron su objetivo de tomar Adén ni rompieron decisivamente las líneas de defensa sudistas.

Desde el comienzo del conflicto, el 5 de este mes, el presidente de Yemen, general Alí Abdallah Saleh, anunció que la toma de Adén era cuestión de días y proclamó que celebraría la fiesta musulmana de Al-Adha (21 de mayo) en la capital del sur. Veinticuatro días después, está claro que, aunque aislada y de difícil acceso, Adén no es una ciudad sitiada. El puerto sigue funcionando, aunque a ritmo lento, el aeropuerto, cerrado al tráfico civil, sigue siendo noche y día la base de los Mig de la Fuerza Aérea sudista; y la gran refinería continúa funcionando. Como el ejército, la población suryemenita —y en particular los 500.000 habitantes de Adén— se opone en general y en forma enérgica a la guerra, de la que culpan a los dirigentes de Sanaa. Pero, aunque están preocupados por la nueva independencia del sur y el desenlace de la guerra, no creen en la caída de su "capital". Pasado el primer impulso de la ofensiva nordista, la defensa de Adén se reorganizó rápidamente para resistir a un adversario superior en número. El norte de Yemen está tres veces y medio más poblado que el sur y, al estallar el conflicto, el ejército del sur perdió varias unidades basadas en el norte.

Llegados hace dos semanas a la base de El Anad, 60 quilómetros al norte de Adén, los nordistas no siguieron avanzando.

La defensa de Adén está asegurada en tres frentes: Abyan al este, Al Anad por el norte y Karaz, por el oeste, cerca del estrecho de Bab al-Mandeb, explica el coronel Mohamad Abdala, comandante de una posición del frente oriental.

"Los nordistas intentan cada día avanzar en los tres frentes, pero chocan con un muro de hierro", afirma el coronel, tránsfuga de una brigada nordista, que explica la secesión del sur por los "desvaríos" del presidente nordista: "un hijo golpeado por su padre termina por no obedecerle". Esta "rebelión contra el padre" —es decir, contra Sanaa— que venía incubándose desde la unificación se exacerbó hasta que el sur volvió a proclamar su independencia el pasado 21, víspera del cuarto aniversario de la unificación de los dos Yemen. "La guerra viene del norte, la separación del sur, y el resultado es un inmenso estrago para Yemen y los yemenitas, que tanto esperaban de la unión", afirma un miembro influyente de la oposición sudista, Omar al Jaui. La prioridad, estima, consiste en "detener la guerra que llevó a la separación, pero la crisis sólo puede resolverse anulando la declaración de independencia". Pero los dirigentes sudistas no quieren en modo alguno anular la independencia. Para el nuevo vicepresidente de la República Democrática de Yemen, Abdelrahmán al Jifri, el fin de la guerra sólo puede lograrse cuando las tropas nordistas vuelvan a sus posiciones del 22 de mayo de 1990, es decir, a las fronteras del antiguo Yemen del Norte. "Sólo después, las dos repúblicas podrán abrir negociaciones incondicionales", agrega Jifri.

Rep. 30/5

Doc. Poco LEGIBLE.

01-01

9405693

Nº. DOCUMENTO 9405694
TITULO Nordyemenitas controlan AL-ANAD.
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE ... 29-5-94
VINCULACION 11876 —
507675 —
11163 —

Un avión caza sudista lanzó tres bombas contra la entrada principal de la base que comunica la carretera hacia Adén

Los nordyemenitas controlan Al Anad

La artillería y la aviación sudistas bombardeaban la base aérea de Al Anad, a unos 60 quilómetros al norte de Adén, controlada totalmente por las tropas nordistas yemenitas, constató la AFP.

Al Anad, Yemen (AFP), por Souleiman Nimer, enviado especial

■ Cazabomberderos sudistes sobrevolaban constantemente esta gran base, que incluye una pista y un cuartel, y fueron contraatacados por la defensa antiaérea nordista, constató un periodista de la AFP que visitó la base. Un caza de la aviación sudista lanzó tres bombas contra la entrada norte de la base.

Las posiciones sudistas, situadas a unos diez quilómetros al sur de Al Anad, dispararon ráfagas de misiles Katiusha contra las tropas nordistas y un proyectil alcanzó un pequeño hangar, provocando un incendio.

La artillería y los tanques nordistas no respondieron el ataque. Oficiales indicaron que las primeras líneas nordistas se encontraban desde ahora al sur de la base.

Al Anad, que era la principal base aérea sudista, controla la carretera hacia Adén, "capital sudista" que el presidente nordista Ali Abdallah Saleh afirmó querer controlar "a cualquier precio".

Los nordistas anunciaron la caída de la base el 16 de mayo, cosa que desmintieron los sudistas en varias ocasiones, y algunas informaciones daban cuenta de combates entre los beligerantes en el interior mismo de la base.

Los periodistas fueron conducidos hasta el límite sur de Al Anad.

Un coronel nordista afirmó a la AFP que la base fue conquistada hace diez días, pero otro militar indicó que las últimas tropas sudistas la evacuaron el miércoles pasado.

En la pista, un MIG-21 sudista de fabricación soviética estaba estacionado cerca de un hangar. Los sudistas en su huida abandonaron también otro MIG-21 y un cazabombardero Sukhoi-7 al que le faltan algunas piezas.

Los sudistas, antiguos aliados de la ex URSS, disponen de 120 cazabombarderos, la mayoría MIG-23, algunos MIG-21 y unos cuantos Sukhoi.

Las esquirlas de los obuses se divisaban claramente desde la torre de control y el principal edificio colidante con la pista, que no fue dañada.

Algunos barracones de personal fueron igualmente alcanzados por los obuses.

Los oficiales nordistas no permitieron a los periodistas desplazarse hasta la ciudad de Al Hutah, más al sur, a 20 quilómetros de Adén, y afirmaron que no estaba bajo su control. En el pueblo de Rahidah, cercano a Al Anad, los periodistas vieron dos camiones que transportaban misiles tierra-tierra 21 y que se dirigían hacia el sur.



Soldados norteños se resguardan cerca de la base de Al Anad, que fue atacada por la aviación sudista sin éxito, según las primeras informaciones. (Telefoto de AFP)

01-01
9405694

Nº. DOCUMENTO 9405695
TITULO enfrentamientos en Yemen (comienzo del conflicto).
PROCEDENCIA recopilación
FECHA DE P... 6-5-94
VINCULACION 11876 –
507675 –
11163 –

Estalló una guerra civil en Yemen

Combates: tropas del norte y del sur se enfrentaron en las calles; el presidente declaró el estado de emergencia nacional.

SANA, Yemen, 5 (AP).- La república de Yemen quedó sumida hoy en una guerra civil cuando unidades de los ejércitos del norte y el sur se enfrentaron en las calles y aparatos de la fuerza aérea bombardearon las capitales rivales.

El presidente Alí Abdula Sale impuso el estado de emergencia nacional. El comando militar del sur dijo que los aviones de guerra del norte atacaron el aeropuerto de Adén y otros distritos en la antigua capital del Yemen del Sur.

Diplomáticos europeos acreditados en Sana informaron también acerca de los ataques contra Adén. La declaración del comando del sur dijo que también se desataron hostilidades en las regiones de Lahij, 30 kilómetros al norte de Adén; Abian, 50 kilómetros al este de la propia ciudad y Mukairis, en la antigua frontera entre el norte y el sur del país, que se unificó en mayo de 1990.

Verdadero caos

La radio de Sana dijo que dos aviones del sur "atacaron instalaciones públicas vitales en la capital a las 5.30". Otros aparatos fueron enviados para bombardear los aeropuertos de Taiz, al sureste de Sana, y de Hodeida, en la costa del mar Rojo, al este de la capital, pero fueron repelidos por las defensas antiaéreas.

Columnas de humo subían desde las inmediaciones del palacio presidencial, ubicado en una orilla de la dársena de Sana.

No se pudo determinar si el presidente Sale se hallaba en su interior. Yemen ha sido escenario de una intensa rivalidad política desde que el sur marxista y el norte conservador se unieron para formar la primera república demorática de la península Arábiga, que tiene 14 millones de habitantes.

Divergencias en torno de la división del poder han impedido la integración de las fuerzas armadas del norte y del sur, y han llevado a una pugna interna entre Sale y el vicepresidente Alí Salem al-Beidh, que es del sur.

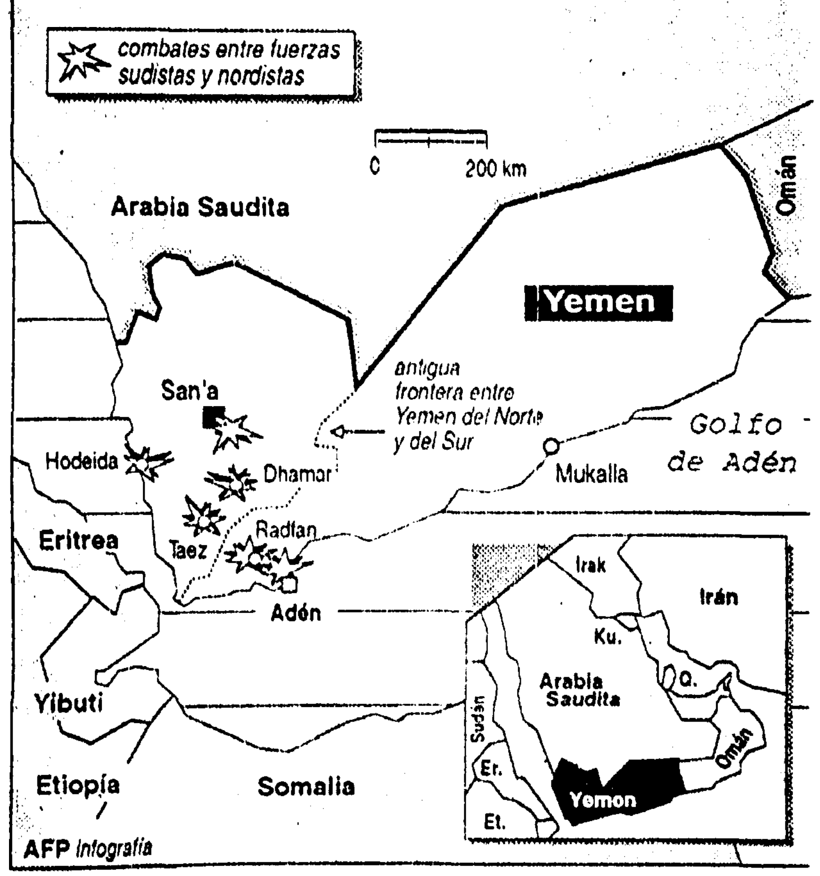
Los ataques aéreos, que han sido los primeros desde que comenzaron los enfrentamientos, indicaron la intensificación del conflicto y plantearon la posibilidad de que el país vuelva a dividirse.

Unificados

Yemen y la ex colonia británica de Yemen del Sur –que suman 10.394.000 habitantes– se unieron formalmente en un único Estado el 21 de mayo de 1990, tras dos décadas de hostilidades.

Tras su independencia en 1967 Yemen del Sur se había transformado en el primer Estado árabe marxista, lo que produjo un éxodo de 300.000 yemenitas desde el sur hacia el norte y los enfrentamientos posteriores.

Mapa de las acciones



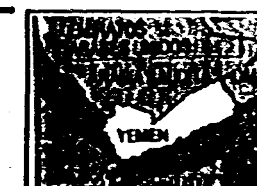
AFP Infografía

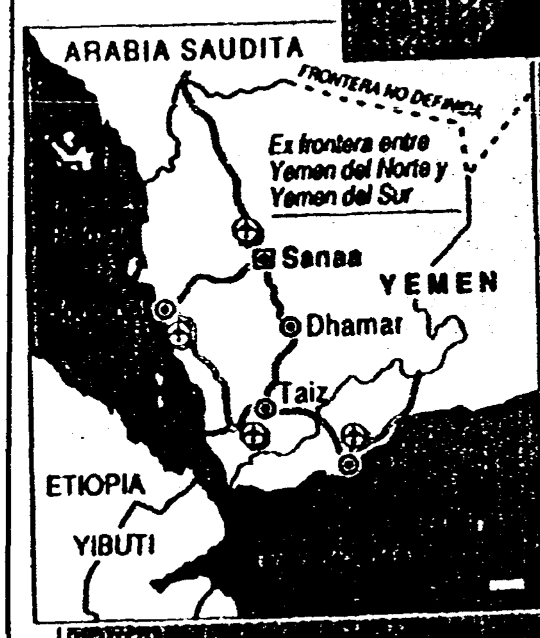
01/02

9405695

Encarnizados enfrentamientos en un caótico cuadro de guerra en Yemen

Los yemenitas del sur lanzaron misiles SCUD contra el palacio presidencial en Sanaa, mientras la radio de Aden (sureña) informa que encarnizados y violentos combates libran las fuerzas del norte y del sur en la capital yemenita. Asimismo se informó que la aviación militar derribó ayer siete aviones de las fuerzas del sur, según un comunicado del Ministerio de Defensa de Sanaa.





Enfrentamientos entre el norte y el sur se intensifican con ataques contra cuatro aeropuertos y el derribo de siete aviones de las fuerzas del sur. Tras cuatro años de paz, los militares de la zona conducen al país al borde de la guerra civil.

NICOSIA/ANSA

En el mismo comunicado se refiere que en Abyana los norteños destruyeron cuatro tanques y otros vehículos blindados de las **fuerzas "separatistas" del Partido socialista yemenita, del Vicepresidente destituido.**

Asimismo la radio Aden informó que numerosos edificios, entre los que figura el palacio presidencial, están ardiendo después del bombardeo de las fuerzas del sur.

La violencia de los enfrentamientos habría llevado a la paralización del aeropuerto y consecuentemente a la suspensión de la evacuación de extranjeros.

El ataque al palacio presidencial, según versiones no confirmadas, fue obra del comando militar del sur, que en Aden se declaró responsable del bombardeo.

La radio de Sanaa señala a su vez que tropas fieles al Presidente yemenita Ali Abdullah Saleb están marchando hacia Aden, ex capital del Yemen del sur, para conquistarla.

Esta y otras noticias sobre la trágica situación de Yemen no han sido confirmadas por fuentes independientes, pero han sido difundidas por la radio de Sanaa y captadas en Amman.

Por otro lado, extranjeros en fuga de los enfrentamientos llegaron Jibuti por vía marítima y un barco francés comenzó a evacuar a centenares de occidentales del puerto de Aden.

Preparan evacuación

Las Embajadas de Estados Unidos y de Gran Bretaña invitaron a sus ciudadanos residentes en el país (unos 5.000 norteamericanos y unos 200 británicos) a no salir de sus casas y a mantenerse listos para la evacuación, aun cuando los aeropuertos se encuentran cerrados.

Con el cierre de los aeropuertos, el país se encuentra casi totalmente aislado del resto del mundo. También las líneas telefónicas internacionales se encuentran suspendidas. El único contacto con el exterior que queda es la radio oficial de la capital Sanaa, que sigue difundiendo sus programas regularmente.

Fue justamente esta emisora, captada en los países árabes, la que ayer de mañana dio la noticia de la destitución del Gobierno del Vicepresidente Ali Salem al-Baidh y del Ministro de Defensa, Haiytham Kassen Taher, ambos del sur, reclamada por el Presidente Ali Abdullah Saleh (norteño).

La destitución del Vicepresidente fue aprobada anoche por el Parlamento al término de una sesión en la que los 301 diputados decidieron, según radio Sanaa, **"privar a al-Baidh y a sus secuaces de sus funciones ejecutivas y legislativas, después que esta pandilla de separatistas empujó a las Fuerzas Armadas y a toda la nación a un baño de sangre".**

En cuanto a las tropas del norte de Yemen en marcha hacia Aden para conquistarla, ninguna fuente independiente lo ha confirmado hasta ahora.

Mediación árabe

Mientras tanto, la diplomacia árabe se ha movilizado para encarnar un papel de mediación, que todos consideran como algo remoto. Después de un llamamiento hecho a pedido de Egipto para que cesen las hostilidades, la Liga Arabe convocó para mañana a una reunión de emergencia de los representantes de los 22 países miembro.

Desde Bruselas, el Secretario General de la ONU, Boutros Boutros-Ghali, hizo un llamamiento a los líderes políticos de Yemen **"para que se abstengan de toda acción que, con la intensificación del conflicto, ponga en peligro la unidad y la democracia del país".**

El Alto Comisariado de la ONU para los refugiados se ha declarado preocupado por la situación en los campos de refugiados de Yemen, donde viven millares de somalíes, etíopes y eritreos, al este de Aden y al sur de Sanaa.

Suba del petróleo

Por otra parte, en los mercados internacionales el petróleo acusó la preocupación causada por la agitación en el Yemen. En el mercado futuro de Nueva York, el crudo intermendio de Texas Occidental (VX) subió 43 centímetros y cerró a 17,29 dólares el barril.

En Londres, un operador señaló que **"todo conflicto en Medio Oriente es disparador de alzas en el mercado futuro, aunque el contado operó con variaciones normales".**

9405695

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405696
TITULO El presupuesto aprobado ha generado críticas y malestar.
PROCEDENCIA Juv. (150014)
FECHA DE PUBLICACIÓN 5/94
VINCULACIONES 11876 –
507294 –
11164 –
11161 –
11302 –

El parlamento ruso aprobó el presupuesto anual, con el condicionamiento del Fondo Monetario

CRITICAS Y MALESTAR POR EL PRESUPUESTO APROBADO

El presupuesto preliminarmente aprobado por la Duma, con un déficit del 9,5 por ciento del PIB tal como se lo exige el FMI a Rusia, al tiempo que continúa dramáticamente la caída de la producción, ha merecido el epíteto de "farsa" por una parte de la oposición, y tampoco ha gustado a los militares.

El diario "Kommersant" sostuvo ayer sábado, que el presupuesto ha dejado en estado de "choque" a los militares a quienes, pese a que les asignan 37.126 billones de rublos (20.000 millones de dólares), el dinero del presupuesto sólo les alcanzará para pagar salarios y alimentos por 7/8 meses lo que redundará en un "desprestigio" del ministro de defensa, pavel grachov, entre sus filas.

El presidente del comité de política económica de la Duma, cámara baja del Parlamento, Serguei Glaziev, en nombre del movimiento político "patriota" de "Alianza Popular", aseguró ayer que el presupuesto, aprobado en primera lectura, es "una farsa sin objetivo y carente de política económica".

El presupuesto, aseguró en rueda de prensa, no toma en cuenta las prioridades fijadas por el propio presidente Boris Yeltsin, de apoyo a las industrias de alta tecnología y reconversión de la industria militar y mantiene la "contradicción" entre los pronósticos del gobierno y la caída real en la producción industrial.

Según el diario "Pravda", la caída de la producción industrial en el último año es del 50 por ciento, mientras que Glaziev fijó ese descenso, en el primer semestre de este año, en el 25 por ciento, una cifra record para Rusia desde la guerra civil.

El Ministerio de Economía informó ayer que la caída de la producción continúa en Rusia prácticamente en todos los campos de la industria, incluída la de energéticos.

El presupuesto aprobado preliminarmente consagra el reparto de recursos entre los complejos energéticos y de extracción de combustible y el agroindustrial, aseguran los críticos, mientras no hay cambio alguno en el rubro de inversiones cuando el desgaste de los equipos es del 60 por ciento.

La mayor preocupación de quienes critican el presupuesto es que la caída de la producción y la falta de inversiones para revertir esta situación amenaza la "soberanía económica" de Rusia.

El presupuesto aprobado por la Cámara baja, que debe ser todavía nuevamente discutido, preve unos gastos por 193.2 billones de rublos (104.432 millones de dólares), unos ingresos de 124.5 billones de rublos (67.297 millones de dólares) y un déficit de 68.8 billones de rublos (37.189 millones de dólares).

Pero para el ministro de finanzas, Serguei Dubinin, el presupuesto refleja la política de estabilidad financiera y, el que la Duma le haya dado su visto bueno signfica que el gobierno y el parlamento pueden "trabajar fructíferamente en los problemas comunes".

El diario "Pravda", vocero de los comunistas, sin embargo destacó que Rusia siente el "ojo vigilante" del Fondo Monetario Internacional y cumplió "exactamente" con su exigencia de que el déficit no superase el 9,5 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB), so pena de no entregar el crédito de 1.500 millones de dólares que espera el Kremlin.



El presidente B. Yeltsin cumple con las indicaciones del FMI.

El diario asegura que, contra l[o] que dice el gobierno, la inflació[n] sigue galopante, y se pregunta d[e] qué monederos saldrá el dinero d[e] los ingresos del presupuesto cuan[do] las industrias no pueden paga[r] los impuestos porque se encuentra[n] casi en situación de paro y much[o] menos los trabajadores que, e[n] muchos casos, cobran parte de s[u] salario en especies en vez de efectivo.

9405696
01-01

Nº. DOCUMENTO 9405697
TITULO Rusia destina 30 mil millones a defensa
PROCEDEN... L. J. (150014)
FECHA DE ... 11/5/94
VINCULACIONES 11876
507294
11163
11332

Yeltsin incrementa los gastos militares

RUSIA DESTINA 30 MIL MILLONES A DEFENSA

El presidente de Rusia, Boris Yeltsin, aprobó la propuesta del Comité de Defensa del Legislativo de aumentar hasta 55 trillones de rublos (unos 30.000 millones de dólares) el presupuesto de gastos militares del país para 1994, informó el martes, la agencia independiente Interfax.

Los gastos destinados a la defensa representan más de la cuarta parte del proyecto de presupuesto federal para 1994, que aún debe ser aprobado por el Legislativo.

Inicialmente se había propuesto asignar a los gastos militares la suma de 37 trillones de rublos (unos 20.000 millones de dólares al tipo de cambio actual).

Durante la semana pasada representantes del Comité de Defensa del Legislativo, de los ministerios de Defensa, Economía y Finanzas, y del Consejo de Seguridad de la Presidencia rusa se reunieron para afinar el nuevo presupuesto.

01-01 9405697.

Nº. DOCUMENTO 9405698
TITULO Misiles rusos no tienen objetivos
PROCEDENCIA L. H.
FECHA DE PROCEDENCIA 31/5/94
VINCULACIONES 11876 -
507294 -
11163 -
11019 -

Misiles rusos no tienen objetivos

Los misiles estratégicos rusos ya no están apuntados contra ningún objetivo, anunció ayer el General Igor Serghieiev, Comandante de las Fuerzas Misilísticas Estratégicas.

MOSCU/ANSA

El General Serghieiev precisó que los misiles ya no están apuntados ni contra Estados Unidos ni contra Gran Bretaña, de conformidad con los acuerdos firmados este año por Rusia con estos dos países.

El pasado 14 de enero, los presidentes ruso, Boris Yeltsin, y estadounidense, Bill Clinton, firmaron durante una cumbre en Moscú un acuerdo por el que los misiles de ambos países dejarían de estar apuntados contra sus respectivos países.

Un acuerdo análogo fue firmado en febrero con Gran Bretaña.

El General Serghieiev señaló que no había recibido de Estados Unidos y Gran Bretaña comunicaciones oficiales análogas a la suya de ayer.

Por su parte, el Teniente Coronel Vladimir Krivomazov, portavoz del comando de las fuerzas estratégicas, dijo que la "desprogramación" de los misiles rusos fue efectuada no sólo con respecto a los artefactos que se hallan en Rusia sino también a aquellos situados en Bielorrusia, Kazajstán y Ucrania (todos bajo el control operativo ruso).

En un comunicado publicado ayer, el Ministerio de Exteriores ruso invitó a "las demás potencias nucleares", es decir China y Francia, a seguir el ejemplo de Rusia, EEUU y Gran Bretaña, y dejar de programar sus misiles contra objetivos de otros países.

"Esta medida refuerza la seguridad internacional y bilateral y está conforme a las nuevas relaciones de cooperación estratégica entre nuestros países y de cooperación concreta en la espera político-militar", se lee en el comunicado de la cancillería rusa.

9405698

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405699
TITULO Visita de Yeltsin a Alemania
PROCEDENCIA JUV. (150014)
FECHA DE PROCEDENCIA 11/5/94
VINCULACIONES 11876 -
507294 -
500145 -
11164 -

El presidente ruso llega hoy en visita oficial a la capital alemana

YELTSIN LLEGA EN MEDIO DE CLIMA ENRARECIDO

Los alemanes se preparan para recibir al presidente ruso, Boris Yeltsin, que llegará hoy miércoles, para una visita oficial, en medio de discusiones sobre lo que Moscú ve como despedida discriminatoria de sus tropas de Alemania.

La salida de los últimos soldados rusos de territorio germano, que se pensaba celebrar el 31 de agosto en Weimar y Berlín, separada de las restantes fuerzas anti-hitlerianas de la segunda guerra mundial, ha provocado una controversia que amenaza con ensombrecer esta visita.

Los oficiales rusos del Grupo occidental del antiguo ejército soviético han dejado claro ya que no piensan salir por la puerta de servicio, y Yeltsin exigirá durante su estancia en Bonn que "a Rusia se la trate de 'usted', ya que nuestro pueblo no aceptará de nadie otro lenguaje".

Así lo recalcó el presidente ruso en la última conmemoración del triunfo de las fuerzas soviéticas sobre la Alemania nazi, en un discurso pronunciado ante veteranos de la guerra y destinado a aplacar tanto a militares como a nacionalistas.

Yeltsin no ha aceptado todavía la invitación que le envió en su día el canciller alemán, Helmut Kohl, para presenciar conjuntamente, el 31 de agosto en Weimar y Berlín, la solemne salida del último soldado soviético de suelo alemán.

9405699

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405700
TITULO Ley Anticorrupción
PROCEDENCIA L. Juv. (150014)
FECHA DE PUBLIC. 14/5/94
VINCULACIONES 11876
507294
11426
11302

Rusia

LEY ANTICORRUPCION

La Duma (cámara baja) rusa aprobó ayer viernes, una ley de lucha contra la corrupción así como la reforma de los códigos criminal y procesal. La cuestión fue objeto de acalorados debates, pero finalmente salió adelante, en primera lectura, con la oposición de los grupos demócratas reformistas. Según Víctor Iliujin, presidente del Comité de Seguridad de la Duma, que preparó la ley, el actual marco legal ha quedado obsoleto, como demuestra el hecho de que, pese al impresionante incremento de la corrupción, el número de procesados es inferior a la media registrada durante la pasada década. Iliujin calculó que el 55 por ciento del capital en Rusia está en manos de criminales, y aseguró que éstos, aprovechándose de los vacíos legales, «influyen en la adopción de decisiones políticas».

01-01 9405700

Nº. DOCUMENTO Problemas en 9405701
TITULO ~~Barranca abajo~~ de la industria rusa
PROCEDENCIA Clarín (150024)
FECHA DE F. 17/5/94
VINCULACIONES 11876 - 507294 - 11401 -

Industria rusa: barranca abajo

Ya sufre más de dos años de recesión. Las tasas están en el 200% anual

MOSCU (AP y EFE). — **Rusia** sigue afrontando los tremendos problemas de su transición a una economía neoliberal. En abril, **su producción industrial bajó a una nueva cifra sin precedente en los últimos años y marcha un 25,4 por ciento por debajo del ritmo que tenía el año pasado**, se informó ayer oficialmente.

La producción industrial diaria promedio bajó un 3,3 por ciento el mes pasado en comparación con marzo, dice el informe del gobierno. **La producción ha caído más drásticamente en los primeros cuatro meses de 1994 que en cualquier otro período desde que las reformas comenzaron en 1992.**

Una de las medidas para combatir la retracción económica es la baja en los **tipos de interés**. Pero también en estas medidas se puede observar la distorsión de la economía rusa poscomunista: el Banco de Rusia (central) bajó 5 por ciento su tasa de interés llevándola al... **200 por ciento anual.**

Optimismo

A pesar de este cuadro, el primer ministro, **Viktor Chernomyrdin**, dijo en un artículo publicado ayer que la crisis económica de Rusia está llegando a su fin.

"**Estamos dejando atrás lo peor de la crisis económica**", expresó Chernomyrdin al diario londinense "The Financial Times".

El más reciente informe del gobierno dice también **que el producto bruto interno (PBI) durante los primeros cuatro meses de este año bajó un 17 por ciento** con relación al mismo período hace un año. Ese declive fue similar al nivel registrado en el primer trimestre.

Las cifras oficiales no incorporan gran parte de la producción del sector privado y de la industria de los servicios.

La industria pesada representa cerca de un tercio del producto nacional bruto de Rusia. La **industria de los alimentos** mostró un declive del 21 por ciento en los primeros cuatro meses del año con relación al mismo período en 1993, mientras que la de **fabricación de maquinarias** sufrió una contracción del 45 por ciento.

La producción de **artículos electrodomésticos** se contrajo un 45 por ciento. En este sector influyó la importación masiva de estos productos que se está dando en Rusia.

Otros sectores que se han visto perjudicados por la crisis económica son los del conjunto de la **industria liviana**, la **química y petroquímica** y la **extracción de petróleo**.

Demoran apoyo

En tanto, en una reunión celebrada en Bruselas, la **Unión Europea** no se puso de acuerdo en los términos de **un postergado tratado comercial y de cooperación con Rusia**, destinado a acercar a Moscú a Occidente y apoyar al presidente **Boris Yeltsin** a poner en práctica sus reformas. Las exportaciones de combustible nuclear ruso y la objeción francesa sería la principal traba.

Otra nación de la ex Unión Soviética, **Ucrania**, fue en cambio favorecida en el encuentro europeo y podría aventajar a los rusos en cuanto a un socorro financiero. El mes próximo podrían firmar un acuerdo bilateral entre la UE y los ucranianos.

01-01 9405701

Nº. DOCUMENTO 9405702

TITULO OTAN ofrece a Moscu status especial

PROCEDENCIA Clarín (150024)

FECHA DE REC. 19/5/94

VINCULACIONES 11876 -

507284 -

508062 -

Original en Organismos.

COOPERACION MILITAR CON EL EX PACTO DE VARSOVIA

La OTAN ofrece a Moscú un status de asociación especial

El ministro de Defensa ruso, Pavel Grachev, se reunirá la semana [illegible] de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) para discutir alguna forma de asociación de su país a la alianza. Los 16 embajadores permanentes de la organización ofrecieron ayer a Rusia una relación "especial", más amplia que la Asociación para la Paz pactada con los antiguos satélites de la ex URSS. La propuesta no da derecho a Rusia a vetar las decisiones [illegible] de la alianza.

BRUSELAS, 18 (AP, Reuter y EFE). — La **Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN)** anunció hoy que ofrecerá una **"asociación especial"** a Rusia más amplia que la Asociación para la Paz pactada con los países del ex Pacto de Varsovia, pero sin concederle el derecho a veto sobre las decisiones de la organización.

La OTAN intenta así superar las objeciones de Moscú a incorporarse al nuevo programa de cooperación militar que la Alianza brindó a sus antiguos socios del Pacto de Varsovia —un plan para vincular a los países de la ex órbita soviética sin admitirlos como miembros plenos— y atender los reclamos de Rusia para que sea reconocida en su papel de superpotencia militar.

La nueva fórmula ofrecida hoy por la OTAN fue considerada por el portavoz presidencial ruso, **Anatoli Kráslkov**, "un paso importante y correcto que tiene en consideración el papel especial que Rusia ocupa en el mundo".

"El resultado será la aparición de un sistema de asociación más seguro, llamado a sustituir al viejo, que se basaba en el principio de confrontación", declaró Krasikov.

La decisión de la OTAN de dar un status especial a Rusia se produce una semana antes que el ministro de Defensa ruso, **Pavel Grachev**, visite la sede de la organización. "Presentaremos nuestra propia idea sobre las futuras relaciones con Occidente", había afirmado Grachev el 6 de mayo.

Grachev visitará la OTAN el martes y el miércoles para reunirse con el ministro de defensa de Estados Unidos, **William Perry**, y otros jefes de la alianza. Además de debatir la Asociación para la Paz y recibir oficialmente la nueva propuesta, Grachev dará a los aliados una información detallada sobre la doctrina militar rusa.

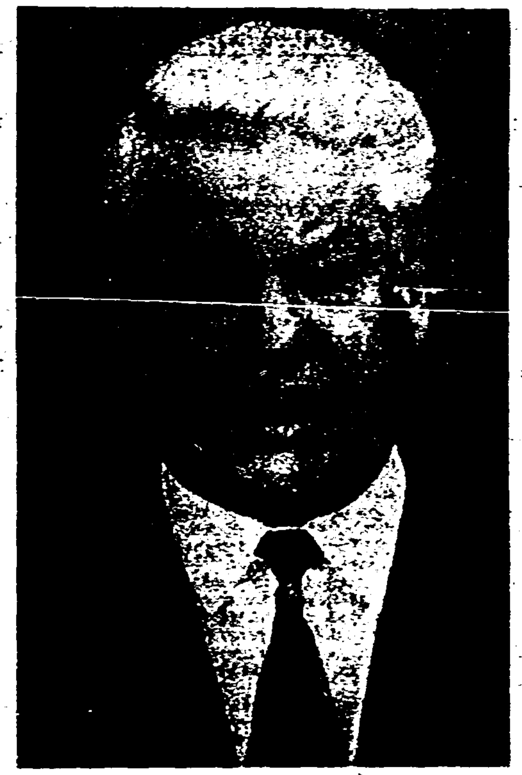
Los embajadores de las 16 naciones aliadas decidieron formular el ofrecimiento "especial" en su reunión semanal, como parte de los esfuerzos por hacer que Rusia se incorpore a la Asociación para la Paz.

Esta propuesta concederá a Moscú un poder de consulta sobre asuntos defensivos y de seguridad en Europa, a modo de relación de "dieciséis más uno", dijeron fuentes diplomáticas.

Un funcionario de la OTAN, que pidió anonimato, dijo que los embajadores convinieron en que la OTAN "debería ofrecer a Rusia una afiliación especial que tenga en cuenta que Rusia es una nación importante".

Aunque se desconocen por el momento los detalles de este acuerdo —que permitirá a Moscú sostener consultas con los aliados sobre varias cuestiones—, se aclaró que **de todos modos no se dará a Rusia poder de decisión ni de veto, es decir que no será un miembro pleno de la OTAN.**

La organización se había negado hasta el momento a otorgar a Rusia una categoría especial —dentro del programa de la Asociación— que la pusiera por encima de las otras naciones europeas orientales participantes.



Boris Yeltsin, presidente de Rusia: reclamos para que Occidente reconozca el papel de superpotencia militar de Moscú.

Si bien los funcionarios de la OTAN enfatizaron hoy que **el acuerdo mantenía la igualdad entre los participantes, la afiliación rusa será distinta del programa** Asociación para la Paz, que fue aprobado en una reunión cumbre en enero del presidente **Bill Clinton** y otros líderes de la alianza, como medio de atraer a los ex adversarios del Pacto de Varsovia.

Hasta ahora 18 naciones ex comunistas se incorporaron al proyecto, que les permitirá participar por primera vez en ejercicios militares, operaciones de mantenimiento de paz y otras actividades de la OTAN.

Temerosa de aislar a Rusia, la OTAN hasta ahora se resistió a aceptar las solicitudes de Polonia, Hungría y otras naciones que desean afiliarse plenamente a la alianza.

Mientras los estados ex comunistas alegan necesitar protección en caso de que resurja el nacionalismo ruso, el presidente **Boris Yeltsin** advirtió a la OTAN, en repetidas ocasiones, que no debe extender sus fronteras hacia el este para no crear un "desequilibrio regional".

DOC. POCO LEGIBLE

01-01 9405702

Nº. DOCUMENTO 9405703
TITULO Proclamación del jefe del Partido Socialdemócrata
PROCEDENCIA L. M.
FECHA DE [illegible] 22/5/94
VINCULACIONES 11876 -
507294 -
11164 -
80052 -
515432 -

Alexander Rutskoi fue proclamado jefe del Partido Socialdemócrata

El ex Vicepresidente ruso Alexander Rutskoi insistió ayer en reclamar elecciones anticipadas en las cuales se presentará como candidato, tras ser proclamado por amplia mayoría presidente del partido fundado por él mismo, el hasta ayer Partido Popular por la Rusia Libre y a partir de ahora Partido Socialdemócrata Ruso.

MOSCU/ANSA

Durante su intervención en el segundo congreso del partido, en el que participaron 149 delegados de 60 organizaciones regionales, Rutskoi atacó con dureza al Gobierno y al Presidente ruso, y propuso unificar la oposición bajo la bandera de un partido nacional, patriótico con posibilidades de alzarse con la victoria en las elecciones legislativas del próximo año.

El ex Vicepresidente ruso, protagonista del levantamiento de octubre de 1993 y excarcelado en febrero pasado merced a una amnistía, reiteró el reclamo de elecciones presidenciales anticipadas y dijo estar listo para candidatearse. Rutskoi condenó finalmente el "terrorismo económico" y el "régimen policial" instaurados -dijo- por los dirigentes rusos y se pronunció a favor de la "restauración del poder ruso dentro de las fronteras de la ex Unión Soviética".

01-01 9405703

Nº. DOCUMENTO 9405704
TITULO 'Yeltsin no acepta renuncia de SHAJEREI
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 20/5/94
VINCULACIONES 11876
507294
11164
11127

Yeltsin no acepta la renuncia del vicepremier ruso Shajerei

Moscú (ANSA)

El presidente ruso, Boris Yeltsin, no aceptó la dimisión que le presentó hace dos días el vicepremier Serguei Shajerei, que renunció a su cargo el pasado lunes, luego de ser sustituido en el Ministerio de las Nacionalidades, anunció el vocero oficial del Kremlin, Viaceslav Kostikov.

En una conferencia de prensa, Kostikov dijo que "los motivos ofrecidos por Shajerei en su carta de renuncia al Presidente no han sido considerados suficientes, y por lo tanto su dimisión ha sido rechazada".

El vocero agregó asimismo que según Yeltsin "Serguei Mijailovich (Shajerei) tiene una tendencia al capricho político y a la acumulación de cargos diferentes".

Shajerei, además de sus cargos de ministro de Nacionalidades y vicepremier del gobierno ruso, es miembro del Consejo de Seguridad Presidencial y de tres comisiones de coordinación gubernamentales.

Kostikov agregó asimismo que Shajerei tiene aparentemente "motivos políticos personales y planes para el futuro que no son del todo compatibles con el interés superior de nuestro país". Al anunciar su renuncia, Shajerei, dirigente del partido centrista Unidad y Reconciliación, y uno de los pocos colaboradores de Yeltsin que permanece en el gabinete ruso desde 1992, dijo que no estaba conforme con su sustitución en el Ministerio de las Nacionalidades.

En una conferencia de prensa, Shajerei dijo que "el nombramiento de un nuevo responsable de las Nacionalidades se ha llevado a cabo sin tomar en consideración mi opinión y la situación que se ha creado en la administración presidencial y el gobierno (...) no me permiten trabajar normalmente".

"Es que creo, sencillamente, que nadie puede ocuparse del tema de las nacionalidades mejor que yo", comentó el dirigente centrista.

Yeltsin sustituyó a Shajerei en el Ministerio de Nikolai Yegorov, jefe de la administración regional de Krasnodar, en el sur de la Federación Rusa.

Yegorov, de 42 años, es un economista que se ha fraguado una imagen de experto político moderado y razonable, en una zona de la Federación Rusa marcada por el complicado mapa de etnias e intereses adversos heredados de la Unión Soviética.

Según los analistas, el nombramiento de Yegorov fue causado por el rechazo de parte de las autoridades de la región autónoma de Chechenia de negociar una eventual normalización de sus relaciones con Moscú a través de Shajerei.

Shajerei advierte sobre protestas sociales

Al anunciar ayer su renuncia, el Vicepremier ruso, Serguei Shajerei, advirtió que si el Gobierno no cambia su curso económico, podría enfrentar "una nueva ola de duras protestas sociales, especialmente en el sector de la industria militar" en el próximo verano (boreal).

MOSCU/ANSA

La advertencia de Shajerei, uno de los más fieles colaboradores de Boris Yeltsin, podría ser vista como la última crítica de un dirigente descontento con el Presidente -que el día lunes lo sustituyó en el Ministerio de las Nacionalidades- si no fuera porque muchos e inquietantes datos parecen darle la razón.

Según Shajerei, el decaimiento constante de la economía rusa, particularmente sensible en lo que otrora fuera la gloria de la Unión Soviética, el complejo industrial-militar, llevará a una crisis tal que el actual Premier, Viktor Chernomyrdin, podría verse obligado a renunciar dentro de tres meses.

La producción industrial rusa disminuyó el 25,4 por ciento en los primeros cuatro meses de 1994, una cifra preocupante de por sí, que se vuelve aún más inquietante si se examina la situación sector por sector. En la industria de origen metalúrgico, la disminución de la producción llega al 45 por ciento (en las fábricas de camiones se llega a la cifra récord de 66 por ciento) en la de bienes de consumo es de 39 por ciento y en el sector químico y petroquímico es de 35 por ciento.

Desempleo sin precedentes

La profunda crisis de la industria ha llevado asimismo a un desempleo sin precedentes en la sociedad rusa, acostumbrada al pleno empleo, otrora garantizado por el poder soviético: el seis por ciento de la población laboral (4,5 millones de personas) no tiene trabajo, y a esta cifra hay que sumar otros 4,5 millones de personas que trabajan sólo "part time" o se encuentran en situación de suspensión de su empleo.

Por otra parte, según los mismos datos oficiales, el once por ciento de los rusos vive con menos del mínimo fijado como esencial por las autoridades, y que es equivalente a unos 40 dólares por mes (la mitad del salario mínimo legal).

Y si las cifras y los porcentajes pueden parecer descripciones demasiado frías del drama social ruso, dos manifestaciones callejeras que se realizaron ayer en Moscú muestran el aspecto humano de una superpotencia que, literalmente, se cae a pedazos.

Por el centro de la capital desfilaban ayer, en signo de protesta, dos asociaciones muy diferentes: el Sindicato Nacional de los Pilotos Civiles (que han convocado una huelga general a partir de hoy miércoles) y las madres de los jóvenes que mueren o resultan heridos mientras efectúan su servicio militar.

Detrás de ambas protestas se esconde el mismo reclamo, la misma realidad: el aumento de los accidentes de avión en la ex URSS y los miles de jóvenes muertos bajo las armas son claros ejemplos de cómo sectores otrora competitivos están ahora hundidos en un proceso de degradación imparable. El estado caótico del ex Ejército Rojo es también la causa del despido del Almirante Georgui Gurinov, Comandante de la flota militar rusa del Océano Pacífico, anunciado ayer por la agencia *ITAR TASS.*

01-02

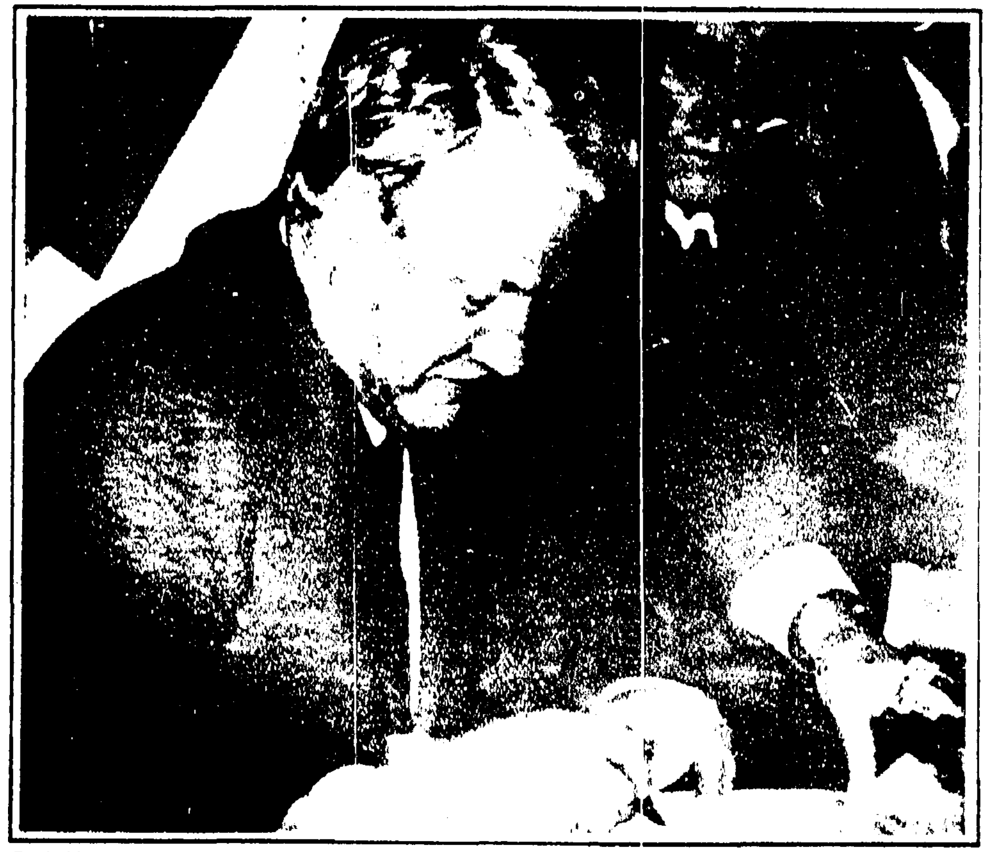
9405704

Renunció uno de los más fieles colaboradores del presidente Boris Yeltsin

Rusia, un gran acorazado sin timón

*** La producción industrial disminuyó un 25%, el PIB perdió un 13%, cerraron 5.000 fábricas, 4,5 millones de personas no tienen trabajo y el 11% de los rusos tiene que vivir con menos de 40 dólares por mes**

Al anunciar ayer su renuncia, el vicepremier ruso, Serguei Shajerei, advirtió que si el gobierno no cambia su curso económico, podría enfrentar "una nueva ola de duras protestas sociales, especialmente en el sector de la industria militar" en el próximo verano (boreal).



Boris Yeltsin enfrentado a serios problemas (Telefoto de AFP).

Moscú (ANSA)
por Marco de Angelis

■ La advertencia de Shajerei, uno de los más fieles colaboradores de Boris Yeltsin, podría ser vista como la última crítica de un dirigente descontento con el presidente —que lo sustituyó en el Ministerio de las Nacionalidades— si no fuera porque muchos e inquietantes datos parecen darle la razón.

Según Shajerei, el decaimiento constante de la economía rusa, particularmente sensible en lo que otrora fuera la gloria de la Unión Soviética —el complejo industrial militar— llevará a una crisis tal que el actual premier, Viktor Chernomyrdin, podría verse obligado a renunciar dentro de tres meses.

Y más allá de la evaluaciones que el ex vicepremier hace sobre su propio trabajo ("creo, sencillamente, que nadie puede ocuparse de las nacionalidades mejor que yo"), es indudable que su grito de alarma es del todo justificado, teniendo en cuenta una serie de recientes acontecimientos en el país.

Para comenzar, algunas cifras oficiales, publicadas ayer por el Centro Nacional de Estadísticas.

Según este informe oficial, la producción industrial rusa disminuyó el 25,4 por ciento en los primeros cuatros meses de 1994, una cifra preocupante de por sí, que se vuelve aún más inquietante si se examina la situación sector por sector.

En la industria de origen metalúrgico, la disminución de la producción llega al 45 por ciento (en las fábricas de camiones se llega a la cifra récord de 66 por ciento) en la de bienes de consumo es de 39 por ciento y en el sector químico y petroquímico es de 35 por ciento.

Esta dramática reducción de la producción contribuye a su vez a la disminución del Producto Bruto Interno (PIB), que en los últimos doce meses perdió el 13 por ciento. Como resultado de ello, más de 5.000 fábricas tuvieron que cerrar sus puertas o suspender temporalmente su trabajo.

La profunda crisis de la industria ha llevado asimismo a un desempleo sin precedentes en la sociedad rusa, acostumbrada al pleno empleo, otrora garantizado por el poder soviético: el seis por ciento de la población laboral (4,5 millones de personas) no tiene trabajo, y a esta cifra hay que sumar otros 4,5 millones de personas que trabajan sólo "part time" o se encuentran en situación de suspensión de sus empleos.

Por otra parte, según los mismos datos oficiales, el once por ciento de los rusos vive con menos del mínimo fijado como esencial por las autoridades, y que es equivalente a unos 40 dólares por mes (la mitad del salario mínimo legal).

Y si las cifras y los porcentajes pueden parecer descripciones demasiado frías del drama social ruso, dos manifestaciones callejeras que se realizaron ayer en Moscú muestran el aspecto humano de una superpotencia, que, literalmente se cae a pedazos.

Por el centro de la capital desfilaban ayer, en signo de protesta, dos asociaciones muy diferentes: el Sindicato Nacional de los Pilotos Civiles (que ha convocado a una huelga general a partir de hoy miércoles) y las madres de los jóvenes que mueren o resultan heridos mientras efectúan su servicio militar.

Detrás de ambas protestas se esconde el mismo reclamo, la misma realidad: el aumento de los accidentes de avión en la ex URSS y los miles de jóvenes muertos bajo las armas son claros ejemplos de cómo sectores otrora competitivos están ahora hundidos en un proceso de degradación imparable.

El estado caótico del ex Ejército Rojo es también la causa del despido del almirante Gueorgui Gurinov, comandante de la flota militar rusa del Océano Pacífico, anunciado por la agencia ITAR TASS. Gurinov fue destituido luego de la explosión accidental de un arsenal en las afueras de Vladivostok, base central de la flota del Pacífico, que el mismo ministro de Defensa, Pavel Grachov, ha atribuido a la falta de capacitación profesional.

En este clima de derrumbe institucional, la única actividad que parece en crecimiento constante en Rusia es la delincuencia, como lo demuestra la iniciativa del alcalde de Moscú, Yuri Luzhkov (quien, según Shajerei, es un sólido candidato al puesto de premier), que decidió crear grupos de vigilantes civiles para patrullar las calles de la capital.

Nº. DOCUMENTO 9405705
TITULO ~~Rutskoi forma~~ partido "patriótico" Ruso
PROCEDENCIA Rep.
FECHA DE PROCESO 28/5/94
VINCULACIONES 11876 -
507284 -
11164 -
515432 -

Rutskoi forma partido "Patriótico" ruso

Moscú (UPI)

■ El ex vicepresidente Alexander Rutskoi afirmó ayer que recibió ya unas 9.000 solicitudes de ingreso a su nuevo Partido Patriótico Unido, cuyo congreso de fundación se efectuará en la segunda mitad de este año y que según predijo, gobernará Rusia. Rutskoi dijo al periódico Komsomolskaya Pravda que esperaba que su partido gane mayoría de votos en las elecciones parlamentarias el año próximo y su candidato se convierta en el próximo presidente de Rusia en 1996. Desde su salida de prisión, amparado por la amnistía del Parlamento el pasado mes de febrero, Rutskoi ha aumentado sus ataques al gobierno y anunció que se postulará para presidente.

El carismático ex general de la Fuerza Aérea tuvo problemas con el fiscal ruso este mes por anunciar que la celebración el próximo año del Día de la Victoria el 9 de mayo, vería el triunfo de la oposición sobre el régimen de Yeltsin.

Rutskoi, de 46 años, detuvo las protestas diciendo que la oposición intentaba llegar al poder a través de vías puramente constitucionales, aunque ha insistido repetidamente que deberían realizarse elecciones presidenciales antes de 1995.

El ex vicepresidente fue encarcelado junto a otros líderes de la sublevación de octubre bajo cargos de inciiar a la violencia, tras exhortar a sus seguidores a irrumpir en el centro de trasmisiones de Ostankino el 3 de octubre. Desde que fue puesto en libertad ha sostenido que es inocente, aclarando que ordenó el ataque luego que los francotiradores del gobierno comenzaron a disparar a los manifestantes en el patio de la Casa Blanca de Moscú.

Rutskoi, en el mismo equipo de Boris Yeltsin en las elecciones presidenciales de 1991, pero que cambió su posición al año siguiente, relató al rotativo Komsomolskaya Pravda algunos detalles de sus cinco meses de encierro en el centro penitenciario de Lefortovo.

Rutskoi sostuvo que compartió la celda con un conjunto heterogénco de prisioneros, entre los que había contrabandistas convictos, culpables de cohecho, y traficantes de armas y drogas, con quienes mantuvo en general buenas relaciones.

POCO LEGIBLE

Rutskoi admite que promueve la remoción del actual gobierno

Moscú (UPI)
por Gregory Gransden

■ Fiscales rusos interrogaron ayer al ex vicepresidente Alexander Rutskoi por los llamamientos que el político hizo durante una manifestación antigubernamental para deponer a su antiguo jefe, el presidente Boris Yeltsin.

Yeltsin, mientras tanto, prometió tratar severamente a los dirigentes de la oposición que apelen a la violencia para derrocar al gobierno y dijo que aprendió de los errores del pasado que los actos inconstitucionales no deben quedar impunes.

"Estamos hablando sobre llamamientos velados y abiertos a la violencia política, y el presidente no tolerará esto", afirmó a los periodistas en el Kremlin el vocero de Yeltsin, Vyacheslav Kostikov.

"El presidente tiene un estado de ánimo muy decidido. No piensa repetir los errores del pasado", agregó el vocero de Yelsin.

Kostikov explicó que el fiscal general de Rusia está investigando lo que calificó en "declaraciones anticonstitucionales" de los dirigentes de la oposición.

"Habrá consecuencias" para los dirigentes opositores, advirtió Kostikov. Rutskoi fue citado a la oficina del fiscal general de Moscú para responder preguntas a la Policía sobre las declaraciones antigubernamentales que el político hizo durante manifestaciones de la oposición realizadas el 9 de mayo —donde los manifestantes quemaron una bandera rusa— y en otra demostración que tuvo lugar el 12 de mayo.

Rutskoi, acompañado de su abogado, Yuri Ivanov, estuvo reunido 90 minutos con el subjefe de la Fiscalía de Moscú, Yuri Andreyechev, pero declinó hacer comentarios a la prensa.

La agencia de noticias independiente Interfax atribuyó a Andreychev la declaración de que Rutskoi fue interrogado acerca de su llamamiento a derrocar el gobierno el 9 de mayo durante una manifestación para conmemorar el día de la victoria.

Rutskoi dijo a sus partidarios que "conmemorarán el 50 aniversario de la gran victoria sobre Alemania fascista con una victoria sobre el régimen antipopular".

Según Andreychev, Rutskoi dijo a la Policía que sus declaraciones pedían la remoción del actual gobierno mediante medios exclusivamente constitucionales.

Andreychev añadió que las autoridades estaban satisfechas con la explicación y que no tomarían ninguna acción legal contra el ex vicepresidente ruso.

Rutskoi expresó que no vio a ningún manifestante quemando la bandera rusa, lo que está considerado un delito mayor dentro del Código Penal de Rusia.

01-01 9405705

Nº. DOCUMENTO 9405706
TITULO Mayor tensión entre Ucrania y Crimea.
PROCEDENCIA L.H.
FECHA DE ... 22/5/94
VINCULACIONES 11876 –
507294 –
507355 –
11164 –
11830 –

Ultimátum: mayor tensión entre Ucrania y Crimea

•Fricción por propuesta de Constitución separatista

La fuerte tensión entre Ucrania y su república autónoma filorrusa de Crimea, palpable desde que el viernes el Parlamento crimeo restableció una Constitución separatista, se hace patente con actos legislativos y diplomáticos de las dos partes y con advertencias de parte rusa.

MOSCU/ANSA

En el ámbito legislativo, el Parlamento crimeo rechazó ayer un ultimátum que el Parlamento ucraniano le lanzó el viernes. Los diputados ucranianos, después de establecer que la decisión del Parlamento crimeo es ilegal, dieron diez días a las autoridades de Crimea para someterse de nuevo a la legalildad ucraniana.

De todos modos, los diputados crimeos decidieron ayer comenzar a negociar la semana próxima con el Parlamento ucraniano sobre el modo de aplicar la Constitución que, aprobada en 1992, nunca había estado completamente en vigor por la oposición ucraniana.

Queda claro, dijo ayer Serguey Nikulin, presidente de la comisión legislativa del Parlamento crimeo, que, al discutir con los parlamentarios ucranianos, Crimea no cambiará de posición por lo que se refiere a la validez de la Constitución restaurada el viernes pasado.

De modo análogo se expresó el presidente del Parlamento crimeo Serguey Tsekov, quien encabezará la delegación parlamentaria encargada de negociar con los diputados ucranianos sobre el modo de aplicar la Constitución restaurada. En el plano diplomático, la Cancillería ucraniana envió mensajes al Secretario General de las Naciones Unidas Boutros Boutros-Ghali, a la Conferencia de Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE) y al Secretario general de la OTAN Manfred Woerner para comunicar que la decisión "ilegal" del Parlamento crimeo amenaza la integridad de las fronteras ucranianas.

Por su parte, el Parlamento de Crimea envió un mensaje a las Naciones Unidas y a la CSCE para comunicar que los dirigentes ucranianos "adoptaron medidas para liquidar la república de Crimea y amenazan con usar la fuerza" para imponer su voluntad.

"Ucrania no usará la fuerza"

Mientras las partes directamente complicadas en el conflicto discuten, el Presidente ruso Boris Yeltsin y otras personalidades rusas las advierten seriamente invitándolas a mostrarse juiciosas.

En este sentido, el Canciller ucraniano Anatoli Zlenko, que ayer conversó con su colega ruso Andrei Kozirev, dijo que su país no usará la fuerza para resolver la cuestión de Crimea, salvo que tengan lugar provocaciones armadas. Si bien las autoridades ucranianas declaran que quieren resolver pacíficamente la cuestión, fuentes parlamentarias crimeas dijeron ayer que Ucrania mandó durante la noche del viernes al sábado 250 hombres de la guardia nacional ucraniana a la ciudad crimea de Sebastopol, donde se halla la base de la armada rusa del Mar Negro. Por otro lado, fuentes de prensa rusas, comunicaron ayer que 400 hombres de las fuerzas especiales ucranianas se hallan en el aeropuerto de Belbek y otros 500 en Jersone, cerca de Sebastopol.



Temen que Crimea sea la próxima Yugoslavia

Además de esto, las fuerzas navales ucranianas anunciaron que "próximamente, serán desplazados hacia Sebastopol un batallón de vehículos blindados reforzado y una división antiaérea".

Para tratar de reducir la tensión entre Ucrania y Crimea, dijo el Canciller ruso Andrey Kozirev, el jefe del Gobierno ruso Viktor Chernomyrdin y su colega ucraniano Efim Aviaguilski se entrevistarán el lunes en Moscú.

Kozirev, al dar esta noticia, amonestó a "no repetir en Crimea el drama yugoslavo, comenzado por una exigencia de soberanía a la que siguió el ultimátum para que se respetase la integridad del Estado".

"Nadie dijo que Crimea no debe formar parte de Ucrania" y todos deben comprender que "el uso de la fuerza no sirve para nada", agregó Kozirev.

01-07 9405706

Nº. DOCUMENTO
TITULO Ultimátum ucraniano a Crimea
PROCEDENCIA 150090
FECHA 28/5/95
VINCULACIÓN 11876
507294
507355
11164
11830

El presidente ucraniano, Leonid Kravchuk, pedirá al Parlamento poderes adicionales si las autoridades de Crimea persisten en sus intenciones separatistas, informó uno de sus asesores. Nikolai Mijailchenko, asesor de política interna, explicó que si el Parlamento de Crimea mantiene la Constitución que aprobó el viernes, que para Kiev sienta las bases de su independencia, Kravchuk reclamará los "poderes pertinentes" como garante de la Carta Magna ucraniana.

TENSION EN EL MAR NEGRO

Ultimátum ucraniano a Crimea

Un nuevo incidente político en Crimea reavivó ayer las tensiones entre Ucrania y Rusia, cuyos presidentes Leonid Kravchuk y Boris Yeltsin dialogaron telefónicamente. El Parlamento ucraniano suspendió la aplicación de la Constitución separatista de Crimea, votada pocas horas antes por la Asamblea de esa república autónoma que alberga a la Flota del Mar Negro, disputada entre Moscú y Kiev. Ucrania envió un ultimátum a los legisladores de Crimea para que en el término de diez días adecuen su normativa a las leyes vigentes en el país.

El primer paso lo dio el Parlamento de Crimea, que restableció la Constitución aprobada en mayo de 1992 por la que esta república reivindica su derecho a la autodeterminación. La Constitución había sido modificada para evitar un enfrentamiento directo con Kiev, pero ayer los legisladores revisaron esta decisión por un total de 69 votos a favor, dos en contra y dos abstenciones. El texto se apoya en un referéndum llevado a cabo en la región el 20 de enero de 1991, en el que la mayoría de la población se pronunció a favor de una república independiente, más vinculada a Rusia que a Ucrania.

Las enmiendas contemplan la doble nacionalidad ruso-ucraniana, la creación de una fuerza armada propia y el establecimiento de las relaciones entre Crimea y Ucrania exclusivamente sobre la base de un tratado. El Parlamento crimeo tiene previstó también una votación sobre un llamamiento a la Duma nacional rusa para que permita el reingreso de Crimea a la Federación.

Pocas horas después de la declaración de Sinferopol, en Kiev el Parlamento ucraniano decidió suspender la Constitución independentista de Crimea. En una moción aprobada en una sesión a puertas cerradas, los diputados dieron diez días de plazo al Parlamento de Crimea para "ponerse en conformidad con la Constitución y las leyes de Ucrania".

El conflicto de Crimea reavivó los enfrentamientos entre Ucrania y Rusia. Moscú advirtió que no toleraría una intervención militar ucraniana: "Ninguna acción de fuerza contra Crimea, en ningún caso", señaló tajantemente el presidente ruso Boris Yeltsin en diálogo telefónico con su colega ucraniano Leonid Kravchuk cuando todavía no se había producido la votación de Sinferopol. De todos modos, los dos presidentes estuvieron de acuerdo en "hacer todo lo posible" para atenuar la tensión en la república autónoma.

A su vez, el ministro ruso de Defensa, Pavel Grachov, declaró ante periodistas, tras su reunión con el canciller francés Alain Juppe, que "si en los próximos días la situación no se resuelve en la mesa de negociaciones, puede estallar un incendio en Crimea". Agregó que disponía de informaciones en el sentido de que las tropas ucranianas, entre ellas también las unidades especiales, habían sido trasladadas a Crimea.

Crimea, que eligió presidente en enero último a Yuri Meshkov, un separatista prorruso, era un territorio ruso cedido a Ucrania en 1954 por el entonces líder soviético Nikita Kruschov y luego de la disolución de la URSS pasó a ser uno de los principales temas de conflicto entre el gobierno nacionalista de Kiev y las autoridades rusas.

La disputa no es sólo por Crimea sino también por la división de la flota militar ex soviética del Mar Negro, cuya base operativa se encuentra en el puerto de Sebastopol, en Crimea. Precisamente, el mando militar (ruso) de la flota publicó ayer un comunicado en el que afirma que "no puede permanecer indiferente ante los acontecimientos que se registran en la zona".

El gobierno de Kiev, que enfrenta graves dificultades para relanzar la economía del país, aún no ha definido su compromiso con Moscú acerca de la división de la flota y presiona a las autoridades rusas para recibir indemnizaciones cuantiosas por el desmantelamiento de sus instalaciones nucleares civiles, así como la central atómica de Chernobyl.

Ucrania trama contra Crimea

La crisis política en Crimea se agudizó ayer bruscamente después de que el ministro del Interior crimeo, Valeri Kuznetsov, denunciara ante el Parlamento local lo que calificó como un intento de golpe de Estado por parte de Ucrania. Al mismo tiempo, fuentes cercanas a la Flota del Mar Negro afirmaron que Kiev había reforzado sus efectivos en Crimea con más de 1300 hombres. El Parlamento crimeo, reunido ayer a puerta cerrada en Sinferopol, la capital de la república autónoma, debatió la situación creada por el decreto del presidente ucranio, Leonid Kravchuk, por el que se elimina el Ministerio del Interior de Crimea y se crea en su lugar la Dirección General de Asuntos Interiores de Crimea, directamente supeditada al ministro del Interior de Ucrania. El decreto lo trajo en persona el viceministro del Interior ucranio, Valentin Nedrigailo, que llegó a Sinferopol en la noche del miércoles escoltado por 15 soldados de los destacamentos de choque. Kuznetsov dijo que los ucranios habían intentado apoderarse del edificio del Ministerio del Interior local, pero fueron rechazados "gracias a los esfuerzos decididos de la policía crimea".

El presidente del Parlamento de Crimea, Serguei Tsekov, propuso ayer, sábado, la reunificación de Ucrania y Rusia como salida a la crisis en su península y las permanentes disputas entre Moscú y Kiev. Tsekov, en rueda de prensa en Simferopol, la capital ucraniana, aseguró que el restablecimiento, el viernes, de una Constitución de tintes separatistas es la "variante más suave de relaciones (de Crimea) con Ucrania", según Interfax. El líder parlamentario mantuvo que en las sesiones de la cámara se escucharon propuestas mucho más duras como la celebración de un referéndum sobre el estatus de Crimea, que podría haber derivado en la proclamación de independencia. Teskov, claramente partidario de la reunificación de Crimea con Rusia, a la que perteneció hasta 1954, dijo que "la reunificación puede tener lugar junto con Ucrania".

9405706

Velada amenaza nuclear de Ucrania

Crimea: el Parlamento de la estratégica península reiteró sus aspiraciones independentistas; Kiev consideró oportuno recordar que posee armas atómicas; Moscú pidió moderación al poder central.

KIEV, 21 (Reuter).- Ucrania planteó hoy por primera vez el tema de su poderío nuclear en la disputa que sostiene por el control político sobre la península de Crimea.

"Es hora de recordar a la opinión pública mundial que Ucrania posee armas nucleares" declaró a la prensa Mikola Myjalchenko, alto colaborador del presidente Leonid Kravchuk.

"Esto debe ser tenido particularmente en cuenta por aquellos países que son garantes de la integridad territorial de Ucrania bajo el acuerdo trilateral, con Rusia y los Estados Unidos", dijo.

Crimea, que cuenta con mayoría de población rusa, decidió el viernes reducir sus vínculos con Ucrania, como primer paso hacia la secesión y el alineamiento con Rusia.

Rusia, Estados Unidos y Ucrania suscribieron un acuerdo para remover de Ucrania todos los misiles nucleares que dejó el régimen soviético. El proceso de remoción ha comenzado, pero Ucrania deberá todavía suscribir el tratado internacional de no proliferación nuclear.

Una gran cantidad de misiles nucleares permanecen en suelo ucranio, si bien bajo control técnico de Moscú. Las expresiones formuladas por el funcionario ucranio aparentemente intentan presionar a los Estados Unidos para prevenir intentos separatistas de Crimea.

Intransigencia

SIMFEROPOL, Ucrania, 21 (AP) - Los legisladores de Crimea, confiando en el respaldo ruso, continúan desafiando al gobierno central de Ucrania y se niegan a retirar una virtual declaración de independencia.

El Parlamento de Crimea acordó enviar una delegación a Kiev con la esperanza de negociar el fin de la crisis. Sin embargo, los legisladores dijeron que no derogarán la votación que restaura su Constitución.

El presidente de la Legislatura de Crimea, Sergei Tsekhov, dijo que la fecha y lugar de las negociaciones con Kiev no fueron acordadas.

El Congreso ucranio adoptó ayer una resolución que suspende la decisión de Crimea de restaurar la Constitución aprobada en mayo de 1992 pero suspendida cuatro meses después ante las presiones de Kiev.

La agencia noticiosa Itar-Tass dijo que la resolución ucrania declaró que "Crimea no tiene derecho a tratar temas que son prerrogativa de los organismos de poder ucranios".

Según la agencia, el canciller ruso, Andrei Kozyrev, dijo que el lunes se reunirá con su colega ucranio en Moscú para solucionar la crisis.

Crimea es, además, sede de la Flota del Mar Negro de la antigua Unión Soviética, integrada por más de 400 barcos cuya propiedad fue una fuente constante de fricción entre Ucrania y Rusia.

El presidente Boris Yeltsin le dijo ayer a Kravchuk que Rusia se opone al uso de la fuerza contra Crimea, que formó parte de Rusia hasta 1954.

La estratégica península, tiene "derecho a adoptar sus propias decisiones", dijo Yeltsin.

Pedido de moderación

MOSCU, 21 (AFP).- Moscú pidió hoy moderación al poder central ucranio y a los secesionistas de Crimea en el conflicto que las enfrenta, mientras informaciones confusas y hasta alarmistas indicaban que fuerzas especiales ucranias llegaron a la península en crisis.

"No hay que repetir, en Crimea, el drama yugoslavo", declaró hoy el canciller ruso, Andrei Kozyrev.

Las autoridades secesionistas de Crimea afirmaron que 250 guardias de las fuerzas especiales ucranias desembarcaron en la madrugada en Sebastopol, el puerto que es base de la Flota del Mar Negro de la ex URSS, y que otros 350 o 400 debían llegar en pocas horas.

El ministro ruso de Defensa, Pavel Grachev, afirmó disponer de informaciones sobre el envío de unidades armadas ucranias a Crimea.

Plenos poderes

Hoy el presidente ucranio, Leonid Kravchuk, anunció que pedirá "los plenos poderes" al Parlamento para "garantizar la soberanía y la integridad territorial de Ucrania".

En un mensaje al secretario general de la UN, Boutros Ghali, y a los dirigentes de otras instancias internacionales, Kiev manifestó que "se reserva el derecho de tomar todas las medidas necesarias para garantizar la integridad territorial del Estado".

Pese al tono de intimidación adoptado por Kiev, los diputados de la pequeña república autónoma con veleidades pro rusas no tienen ninguna intención de echarse atrás, indicó Serguei Nikulin, colaborador del presidente de Crimea, Yuri Meshkov.

Aumenta la tensión en el conflicto entre Ucrania y Crimea

FLOTA MILITAR FRENTE A CRIMEA

La presencia de una poderosa flota militar que se somete abiertamente a Moscú y el choque de intereses de dos potencias nucleares pueden convertir la "guerra de nervios" en torno a Crimea en el más sangriento conflicto en suelo ex soviético.

Ayer, sábado, el presidente independentista de Crimea, Yuri Meshkov, aseguró en entrevista con la televisión rusa que el conflicto ha sido montado "artificialmente" por ciertas fuerzas ucranianas, enzarzadas en un "juego político" que les interesa a falta de un mes para las elecciones presidenciales.

Meshkov dio el visto bueno a la decisión tomada el, viernes, por el Parlamento de Crimea de optar por la autodeterminación para su república, abriendo el camino para su independencia.

Para intentar un arreglo, los jefes de gobierno de Rusia y Ucrania se reunirán el lunes en Moscú, anunciaron fuentes rusas.

No obstante, Chornovil rechazó de plano de intervención de Rusia en el conflicto, a modo de "mediadora" interesada, pues no en vano la península le perteneció hasta 1954 y sus habitantes son mayoritariamente rusos.

"La influencia de Rusia sólo caldea las tensiones en Crimea" y su partipación diplomática tiene evidentemente el "objetivo de desestabilizar la situación política en los estados que están en su esfera de intereses vitales, para transformarlos en hermanas menores de su harén postsoviético", denunció Chornovil.

Lo cierto es que, pese a la prudencia manifestada hasta ahora por el Moscú oficial cuando se trataba de Crimea, hasta el presidente ruso, Boris Yeltsin, se permitió ayer asegurar que había discutido del asunto con Kravchuk y le había dicho que "en ningún caso debe haber medidas de fuerza contra Crimea".

Según Yeltsin, Crimea es "una república soberana dentro de la composición de Ucrania", justamente el término que recoge la Carta Magna que ayer aprobaron los diputados crimeanos.

El presidente ruso, que aseguró haber recibido garantías de su colega ucraniano de que no habrá ataque militar en Crimea, mantuvo que la península "tiene derecho a su propia posición política".

El ministro de Defensa de Ucrania, Vitali Radestki, aseguró que no ha enviado refuerzos militares a Crimea, aunque los rumores en ese sentido volvieron a correr hoy por la península.

Según Radestki, la principal fuente de tensiones en Crimea es la Flota del Mar Negro, la más poderosa que tenía la URSS y que hasta hoy Ucrania y Rusia no han logrado repartirse.

La comandancia de la flota no oculta que en el pulso entre Rusia y Ucrania por su posesión apuesta por la primera, y da pasos que animan a los separatistas crimeanos a seguir adelante con sus planes de secesión.

El comandante de la Flota, el almirante Eduard Baltin, por ejemplo, esta semana dijo que estaba dispuesto a acoger a todos los crimeanos que quisieran servir en la Flota, después de que las autoridades de Simferopol decidieran que sus jóvenes harán el servicio militar sólo en su suelo, y no en otras zonas de Ucrania.

La dudosa neutralidad de Baltin, nunca desautorizado por Moscú, hace recordar la contribución valiosa que el Ejército ruso ha tenido en otros conflictos en zona ex soviética, en "defensa" de los habitantes de origen ruso, opinan los observadores.

Para la prensa rusa de hoy no cabe duda de que se han sentado las bases para la repetición en Crimea de "escenarios ya conocidos" como los de Karabaj, Abjasia o Cisdnieste.

9405706

Crimea rompió lazos con Ucrania

Tensión: el Parlamento de la península aprobó una Constitución separatista, inmediatamente rechazada por el gobierno ucranio; Yeltsin advirtió que no tolerará una intervención armada contra los crimeos.

SIMFEROPOL, Ucrania, 20 (AFP).- Los diputados de Crimea, república autónoma de Ucrania que alberga la Flota del Mar Negro de la ex URSS, aprobaron hoy una Constitución separatista inmediatamente suspendida por Kiev, mientras que Moscú advirtió que no tolerará una intervención militar ucrania.

"Ninguna acción de fuerza contra Crimea, en ningún caso", señaló tajantemente el presidente ruso, Boris Yeltsin, a su colega ucranio, Leonid Kravchuk, en una conversación telefónica mantenida el jueves, antes de la aprobación de la Constitución separatista de Crimea.

"Crimea es una república soberana en el seno de Ucrania, tiene derecho a mantener su posición política y a tomar sus propias disposiciones", declaró Yeltsin.

Con su votación de hoy, los diputados de Crimea rescataron la Constitución local separatista que data de 1992, que preveía relaciones en pie de igualdad con Kiev.

Ese texto, aprobado pocos meses después de la declaración de autonomía de la república, había sido congelado hasta hoy a demanda del poder central ucranio.

Plazo perentorio

El Parlamento de Crimea también aprobó una resolución que ordena a todos los ciudadanos residentes en la península y convocados al servicio mioitar a rechazar la conscripción fuera de su territorio.

La reacción de Kiev fue inmediata. A petición del presidente ucranio, el Parlamento de Kiev aprobó una moción que suspende la Constitución de Crimea y le da diez días de plazo para "ponerse en conformidad con la Constitución y las leyes de Ucrania".

El tono severo e intervencionista empleado por Yeltsin en su advertencia contrasta con las declaraciones hechas en el pasado por las autoridades norteamericanas, que siempre manifestaron su apoyo a la "integridad territorial de Ucrania".

Numerosas consultas sobre Crimea tuvieron lugar el jueves entre Washington, Moscú, Kiev y Simferopol, indicaron fuentes presidenciales ucranias.

La crisis entre Kiev y Simferopol era latente desde la elección, en enero último, del presidente de Crimea, Yuri Meshkov, favorable a una integración de esa región a Rusia a mediano o largo plazo.

La tensión latente estalló en la plaza pública el jueves, cuando un emisario ucranio acompañado por fuerzas especiales de Kiev presentó a las autoridades crimeas un decreto de Kravchuk, que estipulaba el paso bajo control central ucranio del Ministerio de Interior de Crimea.

Esta crisis se complica aún más por el hecho que en el puerto de Sebastopol (Crimea) tiene base la poderosa Flota del Mar Negro, sobre cuyo reparto todavía no han logrado un acuerdo definitivo Rusia y Ucrania.

"La Flota del Mar Negro no podrá permanecer apartada del proceso" que tiene lugar en Crimea, indicó un comunicado del servicio de prensa de la Flota. Las tripulaciones, en su mayoría compuestas por rusos, no cesaron de manifestar su oposición a Kiev en los últimos días, sobre todo por problemas de salario y de carencia de un estatuto claro.

Moscú y Kiev han mantenido áridas negociaciones durante dos años para el reparto de esta fuerza estratégica fundada en la época de Caterina la Grande y compuesta por más de 300 navíos, 65 de ellos de gran tonelaje.

Rechazo de la NATO

BRUSELAS, 20 (EFE).- Los aliados de la NATO se mostraron hoy partidarios de que se mantenga la integridad territorial y la independencia de Ucrania.

"Es importante que Ucrania sea totalmente respetada por sus vecinos, entre ellos Rusia", señaló un importante diplomático.

Las declaraciones se produjeron después de un brusco aumento de tensión en Ucrania, donde el Parlamento de la península de Crimea, habitada mayoritariamente por rusohablantes, reinstauró la Constitución de 1992, que proclama la soberanía de Crimea frente al gobierno ucraniano de Kiev.



CRIMEA: OTRO CONFLICTO DE TEMIBLES PERSPECTIVAS

El status político-institucional de la Península de Crimea: un conflicto que genera serias tensiones entre Rusia y Ucrania es, según los analistas, uno de los conflictos potencialmente más graves dentro de los algo más de 50 "puntos calientes" del Nuevo Desorden Mundial.

Las agencias de prensa internacional han dado cuenta, en las últimas horas, de que las tendencias separatistas han logrado imponerse en el Parlamento de Crimea. El Soviet Supremo local decidió reflotar la declaración de independencia que había sido adoptada en mayo de 1992.

En aquel entonces las presiones de Ucrania hicieron dar marcha atrás al Soviet y todo se diluyó. Hoy Crimea posee una importante autonomía de decisión otorgada por Ucrania.

Recordemos que Crimea se halla bajo jusrisdicción ucraniana desde que, en 1954 y durante la administración de Nikita Krushev, fue decidida su cesión unilateral por parte de Rusia.

El cóctel de elementos de conflicto que se conjunta en Crimea asemeja el problema allí planteado a la situación de la ex-Yugoslavia, con un agravante: Ucrania posee uno de los mayores arsenales atómicos del mundo.

Vale la pena refrescar algunos elementos para el análisis del principal conflicto provocado por la desintegración de la URSS. También debe ser recordado que esa enorme área geográfica, hoy dividida en un conjunto de Estados enfrentados entre sí por cuestiones económicas, fronterizas y étnicas, es considerada unánimemente como una de las más turbulentas del mundo y, además, posee carácter de zona prioritaria para la seguridad nacional de EEUU.

LA FLOTA DEL MAR NEGRO Y EL CONTROL DEL APOSTADERO DE SEBASTOPOL

Es conocido el enfrentamiento que tiene a la Flota del Mar Negro como centro.

Este importante destacamento naval incluye unas 350 unidades: esencialmente 45 navíos de gran tonelaje, unos veinte submarinos no nucleares, 150 aviones de combate y 85 helicópteros. Alrededor de 750 mil hombres constituyen la dotación de efectivos de la Flota.

El valor real de este inmenso potencial bélico, tanto en términos monetarios como bélicos, es altamente cuestionable y hoy se pueden observar tres pabellones diferentes en esa especie de "cementerio" de hierro viejo que ha devenido la otrora orgullosa base naval de Sebastopol.

Hay navíos que exhiben la Cruz de San Andrés de la Gran Rusia, hay otros sobre los que ondea la vieja enseña de la flota soviética y, finalmente, cinco barcos de última generación que ondean la bandera de Ucrania.

En realidad, lo que importa no es la flota, cuyo valor estratégico murió junto a la Guerra Fría, sino las instalaciones de la base de Sebastopol.

Y Sebastopol se encuentra en la Península de Crimea...

ASPECTOS HISTORICOS DEL CONFLICTO RUSO-UCRANIANO EN CRIMEA Y UN COMPONENTE ETNICO TEMIBLE

Muy brevemente, es necesario precisar que esta Peninsula estuvo históricamente habitada por una etnia de origen turco instalada allí en el siglo XIII: los tártaros.

Este pueblo, directo descendiente de las "hordas bárbaras" que invadieron Europa, Crimea tuvo dos momentos de independencia. Uno, muy breve, en el siglo XV antes de ser anexada por el Imperio Otomano y el otro, entre 1774 y 1783; cuando quedó bajo dominación del Imperio Ruso.

En 1921 fue creada la República Socialista Soviética Autónoma de Crimea dentro de la cual los tártaros fueron protagonistas políticos centrales hasta 1927. Finalmente, en 1944, luego que su territorio fuera liberado de las tropas nazis, unos 200 mil tártaros fueron deportados bajo la acusación de colaboracionismo con los nazis.

Recién en 1967, se produjo la "rehabilitación" política de los tártaros de Crimea y un decreto de 1992 les restituyó el derecho a la posesión de sus tierras. Actualmente se estima que unos 50 mil tártaros regresan anualmente a la tierra de sus ancestros.

No existen datos certeros respecto al volúmen de la población tártara en Crimea. Según el censo soviético de 1989 eran unos 38 mil; 1.5% de la población. El Parlamento tártaro, por su parte los estima en 250 mil - 8% de la población de Crimea -; otro tanto se hallaría desperdigado por el resto del territorio ex-soviético.

Pero, lo fundamental es que los tártaros revindican sus derechos ancestrales como primeros habitantes de la Península frente a rusos y ucranianos que disputan entre sí el control de la zona y que han existido graves enfrentamientos provocados por lo que los tártaros interpretan como persecusión y xenofobia en su contra.

Así, la "cuestón tártara" se agrega al conflicto central entre la minoría ucraniana y la población rusa que constituye el 80% de los habitantes de la Península, mientras que las tendencias independientistas en Crimea, se apoyan en este momento en las pretensiones rusas de recuperar soberanía sobre la Península; un objetivo que unifica a las diferentes fuerzas políticas rusas.

EL CONTROL DEL ARSENAL NUCLEAR: UN FACTOR QUE OTORGA DRAMATICAS CONNOTACIONES AL CONFLICTO RUSO-UCRANIANO

El enfrentamento ruso-ucraniano por Crimea no podría comprenderse sin tomar en cuenta la cuestión del armamento nuclear; un elemento externo a ese contencioso territorial pero que se mezcla inevitablemente a él.

Ucrania posee, según estimaciones serias, 130 misiles SS-19 con 780 ojivas nucleares, 46 SS-24 (460 ojivas) y 30 bombarderos estratégicos Blackjack y Bear (416 ojivas).

Unos 2600 misiles tácticos fueron evacuados de Ucrania en 1992.

El gobierno de Ucrania, luego de haber proclamado su vocación por la desnuclearización, la neutralidad y el no-alineamiento y obtenido un rápido y unánime reconocimiento internacional, ha firmado el acuerdo "START I" y adherido al Tratado de No Proliferación.

Sin embargo, los hechos no respaldan esa supuesta voluntad de "desnuclearizar" Ucrania, actualmente poseedora del segundo mayor ejército de Europa después del ruso.

Otras cuestiones parecen más inquietantes aún. Ellas se refieren al control efectivo del armamento nuclear estacionado en Ucrania; teóricamente bajo "administración conjunta" ruso-ucraniana.

Mientras Ucrania detenta la propiedad de dicho armamento, Rusia posee el "control positivo" de su utilización.

Sin embargo, pocos dudan que Ucrania posee ya la capacidad de "control negativo" sobre estas armas y que el desarrollo de sus científicos le asegura poder alcanzar su "control positivo" con sólo proponérselo.

En resúmen; bajo la forma de un simple "reparto" del montón de "fierro viejo" estacionado en el apostadero de Sebastopol, dos grandes potencias nucleares se enfrentan por el control del pequeño territorio de la Península de Crimea. El conflicto asume características de enfrentamiento étnico. Los rusos de Crimea, esgrimen su carácter de grupo mayoritario. Los ucranianos levantan su derecho a la integridad territorial como Estado reconocido. Finalmente, los tártaros esgrimen su condición de históricos habitantes del territorio de la Península. La evolución de este conflicto provoca inquietud.

04 9405706

Crimea: negociaciones centradas en reparto de Flota del Mar Negro

MOSCÚ - LAS DOS mayores potencias nucleares sucesoras de la URSS, Rusia y Ucrania, centraron ayer sus negociaciones sobre la separatista Crimea en el asunto de fondo de la crisis: el reparto de la Flota del Mar Negro que se asienta en esa península ucraniana.

Las negociaciones iniciadas por los jefes de gobierno de Rusia, Víctor Chemomirdin, y en funciones de Ucrania, Yefim Zviaguilski, y sus respectivas delegaciones continuarán hoy martes, luego de tres horas de conversaciones a puerta cerrada.

El viceprimer ministro ucraniano, Valery Shmarov, dijo a la prensa que las partes no abordaron la situación en la propia Crimea y se limitaron, por el momento, a intercambiar opiniones sobre el reparto de la Flota.

Las negociaciones se desarrollan mientras el gobierno ucraniano ha reforzado su presencia militar en Crimea y puesto en estado de alerta a sus unidades en la región.

Las autoridades separatistas crimeas hicieron otro tanto con sus fuerzas policiales y han pedido la protección de los cosacos, cuerpos parapoliciales pro rusos.

La crisis se desencadenó debido a la decisión del Parlamento de Crimea, una república autónoma ucraniana con mayoría de población rusa y sede de la disputada Flota del Mar Negro, de restablecer la Constitución de 1992 que establece sus relaciones con Ucrania en base a acuerdos, otorga doble nacionalidad a sus habitantes y permite la creación de fuerzas militares propias.

El Parlamento ucraniano, en respuesta, anuló la disposición y el gobierno envió tropas a esa península, donde ya hubo enfrentamientos entre la Marina de Guerra ucraniana y la Flota del Mar Negro, formalmente bajo mando conjunto de los presidentes ruso, Boris Yeltsin, y el ucraniano, Leonid Kravchuk, pero que de hecho responde a Moscú.

Tras el estrepitoso fracaso de las negociaciones entre los ministros de Defensa ruso, general Pavel Grachov, y ucraniano, Vitaly Radetski, y los altos mandos de las respectivas marinas de guerra, para el reparto de la Flota, la dirección pro rusa de Crimea precipitó la crisis en esa península.

Grachov, que se fue dando un portazo, pretendía entonces que los principales puertos de Crimea, y fundamentalmente Sebastopol, pasasen a manos de Rusia. ■(EFE)

LOS PUNTOS A DISCUTIR

UNA DELEGACIÓN DEL Parlamento de Crimea viaja hoy a Kiev, para negociar con sus colegas de Ucrania un arreglo a la crisis desatada por la proclamación de la soberanía de la República de Crimea el viernes pasado.

NACIONALIDAD

● Crimea quiere que sus habitantes, además de ser ciudadanos de esa república, puedan elegir entre la nacionalidad ucraniana o rusa.

ECONOMIA

● Pretende conseguir una integración en la economía de Rusia, que podría llegar incluso a la circulación en su territorio del rublo ruso en vez del karbovanets ucraniano.

PRESENCIA MILITAR

● Plantearán que Ucrania pague por la presencia en Crimea de sus 60.000 efectivos militares en concepto de arriendo, gastos de electricidad, agua, etcétera, al igual que lo hace la Flota del Mar Negro que obedece órdenes de Moscú.

LA PUGNA POR CRIMEA (RAÍCES HISTÓRICAS)

Amenaza del conflicto entre las dos potencias nucleares de la antigua URSS: Rusia y Ucrania

La escarpada y agreste península de Crimea, una especie de apéndice de la estepa de los calmucos rodeada por el mar Negro y el de Azov, no tiene una historia ajena a las guerras y a las luchas de hegemonías de grandes potencias.

Crimea, el Queroseno Táurico de la época helénica, la provincia próspera del Rey del "Ponto Euxinos" Mitríades, el que desafió a Roma haciéndola temblar, el "Regnum Bospori" del apogeo de los Césares...

El territorio, del tamaño del departamento de Tacuarembó y poco más, fue cristianizado por el Apóstol Pablo y sus discípulos, vio desfilar a la distancia las invasiones bárbaras y en el año 1000 d.C ya estaba bajo la influencia del gran Principado de Kiev, la "Tercera Roma" de la época, fue parte de la esfera del decadente imperio bizantino hacia el año 1400 y luego de su derrumbe, Crimea fue anegada por la mítica "Horda de Oro" de las invasiones mongólicas.

Posteriormente, la dinastía tricentenaria de los Romanoff la incorporaría a su imperio, con su capital ya instalada en Sebastopol. En Livadia y otros sectores de su panorámica costa acudiría tradicionalmente la aristocracia de la época y la próspera burguesía que era uno de los puntales del imperio zarista. En el dulce clima estival de la Crimea marítima situó el novelista Anton Chejov su evanescente y romántico relato "La dama del perrito".

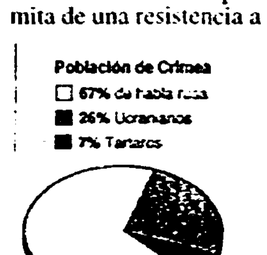
En tiempos más recientes, ya pasada la primera mitad del siglo XIX, testigo de los primeros corresponsales de guerra y de la labor de los pioneros de la fotografía, Crimea entró en la leyenda épica con nombres como Inkerman y Balaklava. Allí la infantería y la caballería británicas, más sus aliados de circunstancias, dieron jaque al expansionismo ruso de Nicolás I y tema a Tolstoi para escribir el patético relato "El sitio de Sebastopol". El nombre de Crimea ya no perdería su connotación bélica, su carácter de posición estratégica disputada, mientras su cadena costanera montañosa de más de 1500 metros de altura es testigo de los avatares de la historia.

La disgregación del imperio ruso luego de las revoluciones de 1917, generó un trance histórico no muy distinto del actual para Crimea. Compartió, al igual que su vecina Ucrania, un breve período de ocupación de las tropas del káiser, menos de dos años de autonomía local y luego, el régimen bolchevique en una República Socialista Soviética Autónoma a partir de 1921.

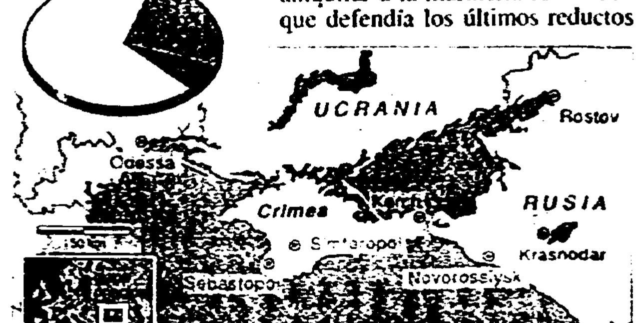
Desde los puertos de Crimea, los buques de guerra de la "Royal Navy" evacuaron a más de un millón de fugitivos, los futuros "rusos blancos" y desde la ciudad capital de Sinferopol partieron diversas ofensivas de los voluntarios anticomunistas del General Denikin.

Crimea, la numancia de la resistencia soviética

La planificación naval soviética asignó a los puertos de Crimea y sus costas adyacentes, Sebastopol y Novossik un papel preponderante como asiento y astilleros de la flota del mar Negro. Mientras las vastas llanuras de negra tierra de la Ucrania eran avasalladas, y hasta daban la bienvenida como liberadores a los ejércitos alemanes de 1941 y 1942, Crimea y sobre todo la ciudadela de Sebastopol escribían una página heroica en indómita de una resistencia a ultranza frente al invasor.



Fueron necesarias muchas semanas y la labor destructora de la aviación de los morteros gigantes de 600 mm "Dora" y "Thor" para perforar más de 30 metros de roca viva y aniquilar a la marinería fanatizada que defendía los últimos reductos de Sebastopol. Sólo después, el flamante Mariscal Erich Von Manstein pudo colocar sobre su escritorio la pieza de orfebrería con el relieve de Sebastopol y la leyenda "Al conquistador de Crimea".



Pero, una vez más en la historia de Crimea, "la gloria fue cosa del mundo", y después de poco más de dos años de ocupación alemana, Crimea fue reconquistada al tiempo que se transformaba en la tumba de otro de sus efímeros conquistadores, el XVII ejército germano. Luego, todavía en plena guerra, vendría, la cumbre de Yalta y el reparto del mundo de 1945.

Pero fue al inefable Primer Ministro ruso Nikita Kruschev al que se le ocurrió, en 1954, castigar los sentimientos antisoviéticos, más bien anticentralistas, de la población no rusa de la Crimea, especialmente los tártaros, regalándola como región dependiente ("oblost", en la jerga administrativa comunista) a Ucrania.

Este presente griego, violentado el sentir de la mayoría de los dos millones y medio de habitantes de Crimea de neta extracción rusa, operó como un bumerán en contra de Moscú. Cuando llegó la hora de la verdad, al fragmentarse la URSS en 1991, la mayoría aplastante de la población de Crimea dio las espaldas a la Rusia de Yeltsin y votó a favor de la independencia de Ucrania lisa y llanamente.

Esto naturalmente era una maniobra calculada por la "intelligentzia" crimeana para obtener en 1992 una autonomía más acusada y su primer Gobierno y Constitución propios después de mucho tiempo. No pasaría mucho hasta que Crimea lanzara a los cuatro vientos su proclamación unilateral de independencia, en mayo de 1992, pero frente al enojo del Gobierno ucraniano debió echar marcha atrás. Detrás de este tira y afloje está la disputa por la propiedad y dirección de la poderosa flota de guerra del Mar Negro, que pronto incluirá el superportaviones "Pedro el Grande".

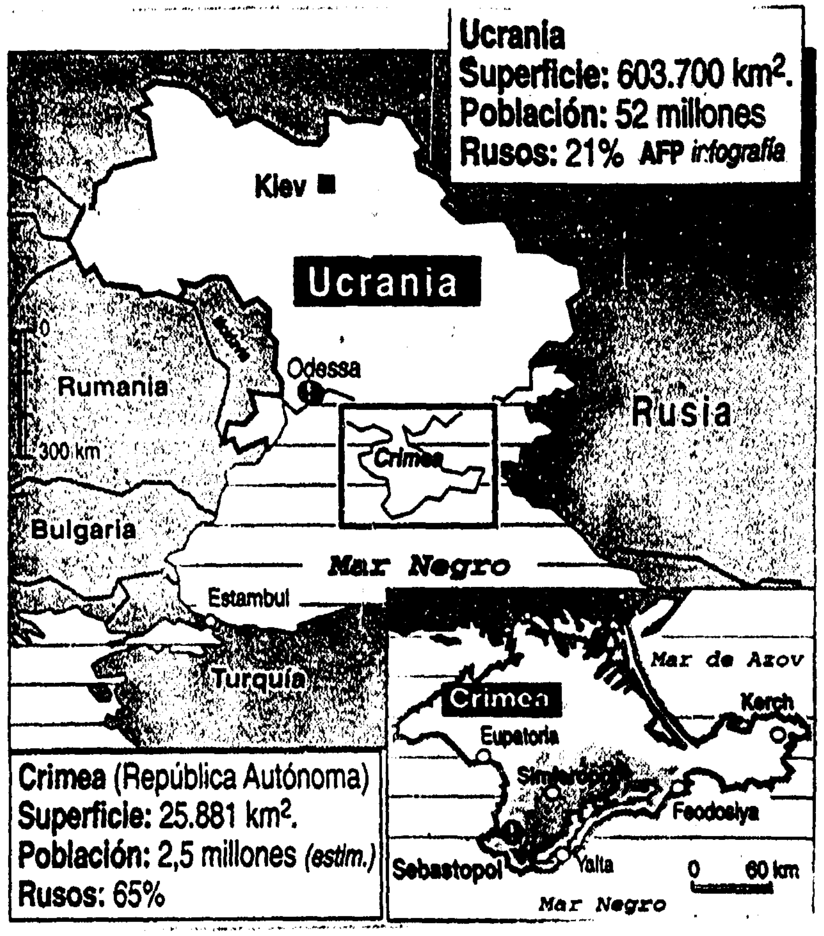
Pero todo esto ya es actualidad más que historia y merece un tratamiento por separado. Crimea se resiste a abandonar su protagonismo histórico, ahora como manzana de la discordia de las potencias nucleares y convencionales más grandes emergentes de la extinta Unión Soviética.

Alberto Christian Márquez

05 9405/06

Los efectivos ocupan posiciones en los suburbios de la capital

Tropas de Ucrania, con 29 carros blindados, irrumpieron en Crimea



Sitiada: Sinferopol se encuentra rodeada de efectivos ucranios por el conflicto desatado la semana última cuando los diputados crimeos aprobaron una Constitución que no se somete a Kiev.

MOSCU, 22 (EFE).- Tropas ucranianas en 29 carros blindados entraron hoy en la capital de Crimea, Simferopol, informó la agencia rusa Itar-Tass.

Los carros blindados, procedentes de una base en Dzhankoy, ciudad situada en el norte de la península, maniobran en los barrios septentrionales de la ciudad, afirma el corresponsal de la agencia noticiosa en esa ciudad.

Los edificios oficiales de la República de Crimea, habitada por rusos pero perteneciente a Ucrania y que el jueves último proclamó su soberanía, son custodiados por unidades de cosacos y de la policía.

Por orden del Atamán (Comandante en Jefe) de las tropas cosacas en todo el territorio de la ex URSS, Victor Rátiev, a Simferopol llegaron hoy destacamentos complementarios de voluntarios cosacos.

La Flota del Mar Negro

Casi simultáneamente con la noticia de la entrada de los carros blindados ucranianos en Simferopol el mando de la Flota del Mar Negro, que oficialmente está supeditada a los presidentes de Rusia y Ucrania pero que sólo acata órdenes de Moscú, anunció que sus unidades terrestres han iniciado maniobras "en las zonas adyacentes a Sebastopol".

Sebastopol, base principal de la FMN y también de varias unidades de desembarco, se encuentra a unos 70 kilómetros de Simferopol.

Arsenal militar

En la península rebelde los ucranianos cuentan, además de algunos destacamentos de la Guardia Nacional paramilitar, con varios regimientos acorazados y de una unidad de aviación, destacados principalmente en las regiones rurales del nortede la península, habitados en su mayoría por ucranimos.

El viernes último el presiente ruso, Borís Yeltsin, anunció que, en respuesta a sus advertencias, el líder ucraniano, Leonid Kravchuk, le "prometió" no recurrir al empleo de la fuerza en la crisis de Crimea.

Una república soberana

Al mismo tiempo, recordó que "Crimea forma parte de Ucrania como una república soberana y tiene derecho a hacer su propia política", *fórmula* que repite casi textualmente la Constitución de Crimea de 1992, cuyo restablecimiento el jueves último desató el conflicto con Ucrania.

La península de Crimea perteneció a Rusia hasta 1954, cuando el líder soviétcio Nikita Jruschov, oriundo de Ucrania, la "regaló" a esa república en ocasión del tercer centenario de la unificación ruso-ucraniana.

9405706

Tropas de Ucrania ingresan a Crimea para abortar el intento separatista

Los primeros ministros de Rusia y Ucrania iniciarán hoy en Moscú conversaciones en torno a la crisis desatada por la soberanía de la península de Crimea. Tropas ucranianas ingresaron ayer en la capital de Crimea, al mismo tiempo que unidades terrestres de la flota del Mar Negro —bajo control ruso— iniciaron maniobras militares no muy lejos del principal foco de tensión. El presidente ruso, Boris Yeltsin, dijo que su colega ucraniano prometió no resolver el conflicto por la fuerza.

MOSCU y SIMFEROPOL, 22 (EFE, AFP y Reuter). — Tropas de Ucrania entraron hoy en la capital de Crimea, dos días después que esta región se declaró virtualmente independiente del territorio ucraniano.

Según la información brindada por la agencia rusa **ITAR-TASS**, una treintena de carros blindados llegaron a **Simferopol** (la capital de la península) en la noche de hoy y de inmediato iniciaron maniobras militares en la zona norte de la ciudad.

El primer viceministro del Interior de Ucrania, **Valentin Nedryhaylo**, confirmó horas después la información de la agencia rusa. En una conversación telefónica desde la capital de Crimea, el funcionario ucraniano señaló que los vehículos blindados llegaron durante la noche del sábado y hoy avanzaron hacia una base de Simferopol.

Al mismo tiempo, **unidades terrestres de la flota del Mar Negro bajo comando ruso también comenzaron hoy maniobras en los alrededores de Sebastopol**, el puerto de Crimea donde está asentada la principal fuerza naval heredada de la desaparecida URSS, ubicado a unos 70 kilómetros de Simferopol.

Los movimientos militares acentúan los temores de un probable enfrentamiento armado entre Rusia y Ucrania por la cuestión de Crimea. Ambos países ya mantienen relaciones tirantes debido a la falta de resolución del control de las armas nucleares y del mando sobre la flota del Mar Negro.

♦ Tensión creciente

La escalada de tensión en torno a Crimea se inició el último viernes con la decisión del Parlamento de esa región de declarar su virtual independencia de Ucrania. La Legislatura (de mayoritaria tendencia pro rusa) aprobó el restablecimiento de la Constitución de 1992, que reduce los vínculos con el gobierno ucraniano.

Ucrania, decidida a mantener intactas sus fronteras, dio a la península un plazo de 10 días para que desistan de adoptar la carta magna ya aprobada. De otro modo, insinuaron la amenaza de una intervención armada que hoy habría empezado a dar sus primeros pasos.

La península de Crimea, sobre el Mar Negro, está habitada en un 70 por ciento por rusos. Posesión rusa desde 1783, en 1954 fue "regalada" a Ucrania por el entonces líder de la URSS, el ucraniano **Nikita Kruschev**.

Con la disolución de la Unión Soviética, comenzaron los primeros conflictos entre Rusia y Ucrania por esta región y fundamentalmente por la posesión de la flota del Mar Negro, estacionada en el puerto de Sebastopol.

La disputa por Crimea resulta magnificada por el fracaso de las conversaciones ruso-ucranianas sobre la división de la flota naval. Rusia insiste en ejercer un control propio sobre la fuerza militar y propuso que la armada ucraniana se retire también de Crimea.

Mañana, en Moscú, los primeros ministros de Rusia y Ucrania mantendrán una **reunión urgente** para intentar descomprimir la situación en Crimea (ver aparte).

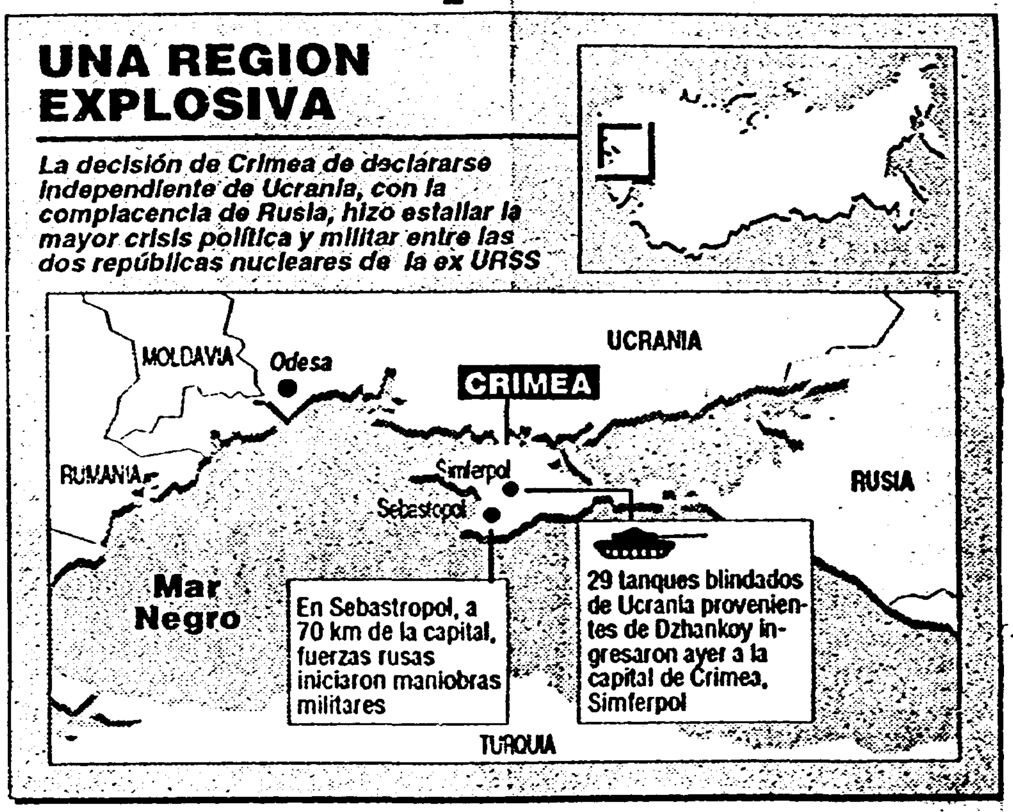
Luego de la decisión de la Legislatura de Crimea, el presidente ruso, **Boris Yeltsin**, anunció que su colega ucraniano, **Leonid Kravchuk**, le prometió no recurrir a la fuerza en la crisis de la península.

Sin embargo el principal asesor de Kravchuk, **Nikolai Mijailchenko**, advirtió horas después que "hay una línea que no puede cruzarse: la de la integridad territorial. Pero el Parlamento de Crimea la ha cruzado". El asesor ucraniano también sostuvo que "es hora de recordar a la opinión pública mundial que Ucrania todavía tiene armas nucleares".

Los habitantes de Crimea no han ahorrado demostraciones sobre sus intenciones de incorporarse a Rusia, a la que ven como su tabla de salvación económica. Ucrania desactivó ese sentimiento pro ruso en el primer mes de su independencia, al ofrecer a la región una amplia autonomía. Pero el colapso económico de la república eliminó esa opción y el gobierno ucraniano parece estar perdiendo la paciencia ante la actitud de la península.

UNA REGION EXPLOSIVA

La decisión de Crimea de declararse independiente de Ucrania, con la complacencia de Rusia, hizo estallar la mayor crisis política y militar entre las dos repúblicas nucleares de la ex URSS



Reunión en el Kremlin

MOSCU y KIEV, 22 (EFE y AFP). — Rusia y Ucrania negociarán mañana, lunes, un arreglo de la crisis de Crimea, cuyo Parlamento proclamó la soberanía de esa república el último viernes.

Las conversaciones, cuya celebración fue acordada por los presidentes de Rusia, **Boris Yeltsin**, y de Ucrania, **Leonid Kravchuk**, estarán a cargo de los primeros ministros ruso, **Viktor Chernomyrdin**, y ucraniano, **Yefim Zvieguilski**.

Casi simultáneamente se anunció la próxima celebración de negociaciones entre el Parlamento de Crimea y el Legislativo de Ucrania, cuya fecha y lugar deberán ser acordadas en los próximos días.

De este modo, **se abre el camino para solucionar la más grave crisis en territorio de la antigua URSS, pues enfrenta a dos estados que tienen armas nucleares en su territorio.**

La negociación ruso-ucraniana implica, sin duda, una victoria del Kremlin, cuyo papel de árbitro y juez en el territorio de la antigua URSS ha sido reconocido por su principal rival interno en el espacio geopolítico que compuso la Unión Soviética.

Rusia no pone en duda la integridad territorial de Ucrania y reconoce como parte integrante de ella a Crimea, que está mayoritariamente habitada por rusos. Lo que Moscú reclama para la península es un régimen jurídico especial.

C 7 - 07

4405706

Nº. DOCUMENTO 9405707
TITULO Ucrania impedirá la secesión de Crimea
PROCEDENCIA L.N.
FECHA DE 28/5/94
VINCULACIONES 11876
507294
507355
11164
11830

Ucrania impedirá la secesión de Crimea

Decisión: el mandatario Leonid Kravchuk aseguró que el Parlamento de su país podría imponer el mando presidencial directo para neutralizar los ánimos separatistas de la península.

MOSCU, 27 (EFE).– Ucrania mantuvo hoy su amenaza de imponer el mando presidencial directo para neutralizar los ánimos separatistas de la península de Crimea, habitada por una mayoría que desea la reunificación con Rusia.

Nikolai Mijailchenko, consejero de política interna del presidente de Ucrania, Leonid Kravchuk, dijo que tal decisión podría tomarse en la próxima sesión del Parlamento ucranio, el 31.

"En cualquier caso el martes que viene se tomarán decisiones bastante importantes", sostuvo el asesor presidencial.

Mencionó específicamente el mando directo, el cual supondría la disolución de todos los órganos crimeos de poder, que hasta ahora mantienen cierta independencia al tratarse de un Estado asociado.

"Sin fundamento"

"El presidente Kravchuk puede dirigirse al Parlamento para que éste adopte las decisiones pertinentes para la defensa de la soberanía de todo el territorio de Ucrania", añadió en declaraciones a la agencia Interfax.

En respuesta, el consejero de la Presidencia crimeana para asuntos militares, Piotr Chernechevich, señaló que la dirección de Kiev "carece de fundamento" para imponer el mando directo de Kravchuk en la península. "El presidente ucranio está dipuesto a exacerbar la situación en Crimea", agregó.

El Parlamento de la península aprobó la semana última una Constitución que reafirma su autonomía frente a Kiev. Esta, que había sido redactada en 1992 y luego postergada por Kiev, abre las puertas a la secesión y posterior reunificación con Rusia.

Ucrania, que aún mantiene agrias discusiones con Rusia por la posesión de la flota del Mar Negro, no tiene intenciones de aceptar la escisión de la península, donde se halla la vital base de Sebastopol.

Negociaciones

Sendas negociaciones comenzaron esta semana entre crimeos y ucranianos, por un lado, y entre rusos y ucranios, por el otro, para encontrar una salida a la tensión que invade la península.

En ambos casos, terminaron sin otro resultado que el compromiso de continuarlas en búsqueda de un compromiso que evite un choque entre Rusia y Ucrania, dos potencias nucleares.

9405707

R.E.Nº ....

ASUNTO: REUNIONES EN EL LOCAL "MELCHORA CUENCA"

PROCEDENCIA: DGID ....

EVALUACION: A-2

OBSERVACIONES: DISTRIBUCIÓN: BIOGRAFICO

FIRMA: CAP. NORBERTO ....

001/002

9405708

IV - TEXTO:

Se ha tomado conocimiento que en el Local del M26M "Melchora Cuenca", perteneciente a la Regional 10, se realizan Plenarios y otras reuniones, entre militantes del Movimiento e integarantes de UNIR. El motivo de las mismas, es la preparación del próximo Congreso del Frente Amplio a realizarse los dias 17, 18 y 19 dde junio en el Palacio Peñarol, donde pretenden llegar con el mayor número de delegados posibles al mismo.

Entre los asistentes se encontraban las siguientes personas:

Rolf MULETALER
Solange SILVA
Miguel CABRERA
Armando ARROYO
Tabaré BARBACHAN
Jaqueline GUTIERREZ
Altmar RODRIGUEZ ("Chiqui")
Rosana MULETALER
Daniel NOGUEZ
Gladys CUELLO
Juan POCH
Pedro CARRASCO
Pablo RICCIO
Mabel ABOGADRO

FECHA 15/6/94 INICIAL
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

002/002

9405708

Montevideo, 7 de junio de 1994

E.R.I.-SECTOR-GREMIAL Nº 002.

Trabajadores de la Pesquera Astra de La Paloma, cañeros de Bella Unión, Belén y Constitución y ex funcionarios de El Espinillar de Salto, llegan hoy a Montevideo en dos marchas, por reclamo de fuentes de trabajo.

A las 18 hs. se concentran en la explanada de la Universidad donde realizarán un acto. *

Se requiere:

- Cantidad y actitud de los presentes.
- Registro fotográfico de los mismos.
- Registro de parte oratoria.
- Todo otro dato que pueda resultar de interés.

* Los trabajadores acamparán en el Sindicato de Alpargatas, de la Pesca y Madereros.

... NACIONAL
... de Defensa
...
9405709

0012

Local del COA (Centro Obrero Alpargatas): Enriqueta Compte y Riquet 1275

CUTIP (Pesca): Enriqueta Compte y Riquet 1257.

SOIMA (Madera): Hocquart 1523.

002\2 405709

PERSONAL

R.1316-

Montevideo,7 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A:Efectuarán en el día de hoy una hora de paro en la zona B que comprende a Paso Molino y Belvedere,en reclamo de convenios que defiendan y mejoren los salarios.-

LEMU S.A:Desde el 24/V/ estan efectuando un paro total en la planta de General Luna 1325 en reclamo del reintegro de 5 obreros despedidos.-

DELMI:Islas Canarias 6271;continuan de paro en reclamo del reintegro de dos despedidos.-

INDUMOR:Cmo.Maldonado Km. 15.500;continuan con la olla sindical y el campamento frente a la planta en reclamo de fuentes de trabajo.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT:El 10/VI/ se efectuará una asamblea en la que se estudiará la propuesta de parte de los trabajadores privados de un paro de 24 horas en tanto que los públicos lo solicitan en distinta fecha.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C:Hoy a la hora 16.00' se concentraran frente al Directorio de la Empresa en Sarandí entre Ituzaingó y Treinta y Tres.A la hora 15.00' se efectuará una reunión Tripartita en el MTSS.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FEUU:Prosiguen con la ocupación de las Facultades de Humanidades,Ciencias,Medicina,Química,Sicología y Economía,en apoyo a AFUR y ADUR.-

A.FU.SODRE:Los integrantes del Coro continuan realizando paro.-

INTERGREMIAL UNIVERSITARIA:A la hora 21.00' de hoy se efectuará una asamblea para evaluar los resultados de las asambleas llevadas a cabo en el día de ayer en todos los Centros.-

AFUR.ADUR:A la hora 14.00 se concentraran en el Paraninfo de la Universidad.-

EL ESPINILLAR Y PESQUERA ASTRA:En el día de hoy a la hora 11.00' arriban los obreros de Astra ,por Avda Italia al Puente,siendo aguardados por una delegación del SUNTMA,pasandose a alojar en el local de Ciudadela 1417.A la hora 11.30 arriban del Espinillar alojandose en el local del Centro Obreros de Alpargatas,Enriqueta Conte y Riquez 1275,sindo el local de alternativa el del SOIMA en Hocquart 1523.A la hora 18.00' se concentraran en la Explanada de la Universidad efectuando un acto.Se entrevistaran además con autoridades de UTE y OSE,por deudas que mantiene con estas dichos obreros.-

Poco leg.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
D... Dirección de Defensa
DEPARTAMENTO I
07 JUN. 1994
ARCHIVO

001/1

DIRECCION ... INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 07.06.94
Pasa a SIDI
9405711

1/15

940 5713

DIRECTOR

001/15

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 10 JUN. 1994
Pase a ARCHIVO
Nº. de Orden 9405712

RESUMEN SEMANAL DEL 26 DE MAYO AL 02 DE JUNIO DE 1994.-

I.- EXTERIOR.

A.- MUNDIAL.

1.- COREA DEL SUR.

2.- SUDAFRICA.

3.- EX-YUGOSLAVIA.

4.- HUNGRIA.

-9405712

002

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 07.06.94
Pasa a SDI
Nº de [illegible] 9405712

5.- ESPAÑA.

B.- CONTINENTAL.

1.- CUBA.

2.- COLOMBIA.

3.- VENEZUELA.

9400712

4.- CHILE.

C.- REGIONAL.

1.- BRASIL.

9405712

2.- ARGENTINA

-9405712

D.- NARCOTRAFICO

1.- ITALIA

-9405712

2.- MEJICO

3.- PERU

4.- BRASIL

5.- ARGENTINA

-9405712

007

II. MEDIO AMBIENTE

A. CAMPO POLITICO

1. PARTIDO COLORADO.

2. PARTIDO NACIONAL

3. FRENTE AMPLIO

9405712

a V.A.

b M.P.F.

4 CONVOCATORIA

5 NUEVO ESPACIO.

a F.S.F.

6 OTROS.

9405712

I.M.M.

010

-9405712

B CAMPO SICOSOCIAL

1 SINDICAL

a

* Recolección de firmas pro-plebiscitos.

b (Sindicato Unico Nacional de la Construcción y Afines)

* Congreso

2 EDUCACION

-9405712

III FUERZAS GENERADORAS DE CONFLICTOS

A. ESPACIO RADICAL

1. U N I R

a. M 26M

[illegible]

b. C.U.F.

[illegible]

2. M.P.R.

[illegible]

9405712

013 -9405712

IV.- <u>HECHOS QUE AFECTAN A LAS FUERZAS ARMADAS</u>

* Semanario "BALUARTE"

* Centro Militar

* Armada Nacional

* Situación Carcelaria.

015 | 15

9405712

EIE

1/18

FECHA 8 / 7 / 94

Procesado a Sistema

ASUNTO - PERSONAS

07 JUN 1994

Biografía Política ...

9405773

ANALISIS DE LAS ENCUESTAS DE OPCION POLITICO-ELECTORAL AL 13 DE MAYO DE 1994

INTRODUCCION

(1) - Las encuestas de opinión pública sobre las inclinaciones político-electorales de la ciudadanía, se han ido convirtiendo, desde las elecciones de noviembre de 1984 en adelante, en un objeto permanente de atención por parte de la clase política, los medios de comunicación, etc.

Se puede decir que al día de hoy, las encuestas que son un medio válido - siempre que se hagan con rigor y objetividad - para mostrar tendencias existentes en la opinión pública, se han convertido en gran medida en generadoras de hechos políticos.

Lo anterior sucede de dos maneras. Una primera, al actuar como un elemento de presión sobre una clase política muy sensible a los vaivenes de la opinión pública. En segundo lugar, debido al impacto público que sus resultados tienen, ayudan a fortalecer o modificar tendencias de opinión ya existentes. No queremos decir con esto que una encuesta podría llegar a modificar por si sola la opinión de la ciudadanía, simplemente observamos que los resultados de las encuestas son utilizados - en forma subjetiva - por medios políticos - en los cuales incluimos algunos medios de comunicación - como instrumentos para alcanzar sus objetivos.

(2) - Una segunda observación previa que estimamos necesario es que a la luz de la experiencia de las elecciones anteriores las empresas mas serias demostraron en los hechos que sus previsiones estaban basicamente acertadas. Este fue el caso en particular de "Equipos Consultores".

Gradualmente la oferta se ha ido multiplicando y basicamente en el tema de sondeos de opinión pública sobre tendencias político-electorales hay tres empresas que son consideradas como las más importantes: **Equipos Consultores**, **Cifra** (liderada por el sociólogo Luis E. Gonzalez, anteriormente figura clave de "Equipos Consultores") y **Factum** (dirigida por Oscar Bottinelli).

(3) - La mayoría de las encuestas realizadas hasta ahora comprenden solo el país urbano, o sea las ciudades de más de 10.000 habitantes.

Las encuestas realizadas en el país urbano, capital e interior, dejan de lado cerca de un 25% del electorado constituido por votantes de ciudades menores e interior rural.

9405773

Como se sucedió en 1958 y 1989 esa porción del electorado fue de vital importancia para el triunfo electoral del Partido Nacional.

No obstante ahora comienzan a conocerse encuestas que reflejan la opinión del 100% del electorado.

4 - Tendremos en cuenta en este análisis no solo los sondeos de opinión político-electoral sino algunos otros, que tienen como propósito conocer el estado de la opinión pública en asuntos referentes a identificaciones ideológicas y a inclinaciones sobre cuestiones político y sociales que estan relacionadas intimamente con la posible inclinación del voto en noviembre de 1994.

Podemos citar al respecto tres ejemplos:

a) Las encuestas muestran que el Intendente de Montevideo, Dr. Tabaré Vázquez, tiene un grado de simpatía pública muy importante. Esto no significa que quienes lo ven positivamente vayan a votar por el F.A.. En los hechos las encuestas muestran que esto no es así. No obstante su credibilidad personal es la mejor plataforma que la coalición de izquierda tiene para romper su tradicional "techo" electoral.

b) Las encuestas (1) muestran también que el 33% de los ciudadanos estiman que en 1993 le fue economicamente bien y un 50% estima que 1994 sera mejor. Esto no determina que dichas personas vayan a votar por el "Herrerismo" pero si muestra un crecimiento de la confiabilidad en el actual gobierno que puede llegar a traducirse en un fortalecimiento de su opción electoral.

c) Otra encuesta (2) señala a su vez que en Abril p.pdo. el juicio sobre la gestión del Presidente fue el más positivo desde 1990 alcanzando un 20% aprobación. Esto no significa que ese 20% vaya a votar por el "Herrerismo" pero si esta dentro de lo posible que lo hiciera siempre que se cumplan otras condiciones que no son de recibo analizar en este informe. Cabe recordar aquí que la fórmula Lacalle-Herrera accedió al Gobierno con el 22% de los votos.

ANALISIS DE LAS ENCUESTAS DE OPCION POLITICO-ELECTORAL

Este análisis estara basado en las encuestas de opción político-electoral realizadas por las empresas "Equipos Consultores", "Cifra" y "Factum" desde fines del mes de febrero a la fines de abril, además de otras de mayor tiempo atrás. Estas encuestas no reflejan plenamente - ni aún las últimas - los cambios que han ido ocurriendo en el escenario político nacional, cambios que por otra parte aún no han llegado a madurar plenamente pudiendo esperarse otros acontecimientos importantes.

Concretamente las encuestas que serán el fundamento del presente análisis son:

- "**Factum**": a) fines de marzo representativa del 100% del electorado nacional y b) al 24 de abril idem. (3) y (4).

- "**Equipos Consultores**": a) a fines de febrero en el país urbano; b) a mediado de marzo representativa de todo el electorado y c) entre el 14 y 23 de abril en el país urbano. (5),(6) y (7).

- "**Cifra**": a) en la tercera semana de febrero en el país urbano; b) en la segunda quincena de marzo en el país urbano y c) en la tercera semana de abril en el país urbano. (8),(9) y (10).

PARTIDO COLORADO

Todas las encuestas son coincidentes en afirmar que al día de hoy el Partido Colorado lidera a nivel nacional la opción de voto. Ese liderazgo oscila entre un máximo de un **35%** que le dió **"Cifra"** en la **tercera semana de febrero** y un mínimo de **30%** que le otorgó la misma **"Cifra"** en la **tercera semana de abril** y **"Equipos Consultores"** en una encuesta de fines de febrero.

Las dos encuestas representativas de todo el electorado las de **"Factum"** en marzo y abril y la de **"Equipos Consultores"** a mediado de marzo, muestran coincidentemente al Partido Colorado con un 32%.

Las encuestan señalan también que salvo en Montevideo donde el P.Colorado va segundo adjudicandosele según las últimas encuestas entre un **27%** y un **29%**, lo que lo ubica promedialmente unos cuatro puntos por debajo del **Frente Amplio**, en el resto del país el P.Colorado encabeza las inclinaciones electorales.

La encuesta de "Equipos Consultores" de mediado de marzo describe esta situación dandole en las **grandes ciudades del interior** un **33%** frente a un **24%** del **Partido Nacional;** en las **ciudades intermedias** un **44%** frente a un **20%** del **Partido Nacional** y en el **interior rural** la encuesta muestra también un **44%** colorado frente a un **21%** de los blanco siendo llamativo este dato.

En la descripción del grado de fortaleza de la opción del voto otra encuesta de **"Equipos Consultores" del 14 al 23 de abril realizada en el país urbano,** señala que la inclinación del voto colorado se descompone, en un **19%** que esta **"completamente decidido"**, en un **6% "primariamente decidido"** y un **7% "primariamente orientado"** lo que da un **32%.** En esto también muestra al P.Colorado liderando.

-9405713

PARTIDO NACIONAL

La situación del Partido Nacional que aparecía en un lejano tercer lugar en las encuestas del año pasado y comienzos del presente ha ido modificando en forma creciente.

Por ejemplo, las dos últimas encuestas de **"Factum"** representativas del 100% dan al **Partido Nacional** recogiendo un **23%** y un **24%** de las adhesiones **empatando así** con el **Frente Amplio.**

Por su parte las últimas realizadas por **"Equipos Consultores"** tanto en lo nacional urbano como en todo el territorio nacional muestran en marzo y abril al **Partido Nacional** con el **20%** frente a un **24%** o **25%** del **Frente Amplio.**

La realizada por "Cifra" en la **tercera semana de abril** muestra al **Partido Nacional** con un **21%** frente a un **24%** del Frente Amplio.

A nivel de **Montevideo** la opción de voto por el **Partido Nacional** se ubica entre un **mínimo de 10%** a un **máximo de 16%** en la últimas semanas de **abril.** Esto muestra también un crecimiento del Partido Nacional en la capital pero aún lejos del Frente Amplio y el Partido Colorado quienes lo duplican en las opciones de voto.

En el **Interior** un ámbito que naturalmente ha sido un bastión electoral del Partido Nacional estan mostrando lo siguiente:

- Según **"Factum"** el Partido Nacional tiene, en el **interior puro en dos encuestas realizadas,** entre un **33%** y **34%** de la inclinación del voto contra un **35%** y un **36%** de los **colorados.** A nivel de **Canelones,** el segundo polo electoral en importancia, el **Partido Nacional** tiene un **26%** frente a un **38%** del **Partido Colorado.**

- De acuerdo a la encuesta realizada por **"Equipos Consultores"** a mediado de marzo el **Partido Nacional** logra en las **grandes ciudades del interior** un **21%** frente a un **33%** de los **colorados;** en las **ciudades intermedias** un **20%** frente a un **44%** de la otra colectividad política tradicional y finalmente en el **interior rural** un **21%** frente al **44%** que también en este ámbito recoge el **Partido Colorado.**

- Por último, **"Cifra"** nos muestra que en la **segunda quincena de marzo** el **Partido Nacional** tenía en el **Interior Urbano** un **20%** frente al **34%** del **Partido Colorado.** En la realizada en la **tercera semana de abril** dice que el **Partido Nacional** tiene el **25%** frente a un **33%** de los **colorados.**

Por un lado vemos que existen al respecto de la inclinación del voto nacionalista en el interior algunas

diferencias importantes entre "Factum" por un lado y "Equipos Consultores" y "Cifra" por otro. Las encuestas de estas dos empresas son bastante coincidentes en sus resultados en ubicar la opción del voto nacionalista entre un 20% y un 25% según el momento.

En el ámbito montevideano, las últimas encuestas si son coicidentes, en mostrar al Partido Nacional recogiendo un promedio de 15 puntos de adhesión.

En la descripción del compromiso de la inclinación del voto por el Partido Nacional un 10% de los encuestados por "Equipos Consultores" en abril p.pdo. dice tener su voto "completamente decidido"; un 4% "primariamente decidido" y un 6% "primariamente orientado".

FRENTE AMPLIO

Sinteticamente todas las encuestas muestran al **Frente Amplio** como **primero** en las opciones de voto en **Montevideo; tercero** en el interior urbano y rural y **segundo , solo o empatando,** en lo nacional.

En lo nacional urbano y en todo el territorio nacional el **Frente Amplio** muestra cifras bastante aproximadas entre los sondeos realizados por las tres empresas. El **Frente Amplio** recoge entre un 24% y un 26%.

En **Montevideo** el nivel de adhesión del **Frente Amplio** esta entre un 31% y un 35% según las diferentes encuestas a lo largo de los tres últimos meses.

En el **ámbito del interior** se puede apreciar - algo que ya sabemos - que cuando vamos pasando de las **mayores ciudades del interior a las ciudades intermedias y al medio rural** la inclinación del voto en favor del **Frente Amplio** disminuye dramaticamente.

Factum dice que en el interior el **Frente Amplio** esta recogiendo al 24 de abril un 15%. **Equipos Consultores** nos informa que a mediado de marzo el **Frente Amplio** recoge en las grandes ciudades del interior un 21%; en las ciudades intermedias un 14% y en el interior rural un 4%.

Esto nos muestra que pese a algunos avances en el Interior el fenómeno político del Frente Amplio sigue siendo un fenómeno basicamente urbano y especialmente fuerte en Montevideo. Con respecto a Canelones, un objetivo político importante para la coalición de izquierda, una encuesta realizada en marzo por **Factum**, nos da que el **Frente Amplio** tiene un 20% siendo casi duplicado por el **Partido Colorado.**

NUEVO ESPACIO - PARTIDO POR EL GOBIERNO DEL PUEBLO

Las encuestas que preguntaban por la opción **Nuevo Espacio** recogían sintomaticamente en el mes de **marzo** un **4%**.

En el mes de **abril** las adhesiones comenzaran a bajar hasta ubicarse en un **2%**. Esto puede atribuirse a la crisis interna del PGP y la certeza de que Batalla no constituiría una opción presidencial independiente.

Por su parte la empresa **Factum**, en dos muestras realizadas a nivel de todo el territorio nacional, separa las opciones de voto por el PGP y por el espacio "socialcristiano" (PDC-UC). En dichos sondeos realizados en los meses de **marzo** y **abril**, el **PGP** tiene un **4%**, mientras que el **PDC-UC** un **1%**.

Como se vera hay una diferencia estimable entre la muestra de **Factum** y las anteriores que daban al NE un **2%**. Esto puede atribuirse a que en unas se preguntaba por el NE y en la de **Factum** directamente por el PGP que se identifica a nivel de la opinión pública con Batalla.

La adhesión del PGP a nivel del **interior** es más baja que en **Montevideo** (**4%**) llegando a un promedio de un **2%**.

OTROS PARTIDOS POLITICOS

La única empresa que registra otros partidos políticos aparte de los ya citados es **Factum** quién ha preguntado por la opción del **Partido Verde**. El **Partido Verde** recoge a **nivel nacional** (**100%** del electorado) un **2%** en las encuestas realizadas en **marzo** y **abril**. En **Montevideo** el **Partido Verde** alcanza el **4%**.

Hay que recordar que el **Partido Verde** esta dividido en dos opciones, una liderada por Tálice y otra por Mieres. De no ser así y teniendo en cuenta estas tendencias el **Partido Verde** podría llegar a lograr - captando una porción de indecisos o insastifechos de otras opciones - un senador y por lo menos un diputado por Montevideo.

LOS QUE NO IDENTIFICAN SU OPCION ELECTORAL

En todos los sondeos muestran un porcentaje importante de personas encuestadas que no responden o dicen no tener decidido su voto. Aquí hay que hacer una distinción en esos porcentajes que lucen juntos, pero que en realidad **no todos son indecisos**. Hay quienes teniendo su voto total o primariamente decidido no lo comunican.

El porcentaje de quienes **"No opinan/No definen"** se cifra en forma distinta según las tres empresas encuestadoras referidas.

Cifras la ubica hacia fines de abril en el país urbano en un 22% (23% en Montevideo y 21% en el Interior). Equipos Consultores por su parte, en la encuesta realizada entre el 14 y 23 de abril da un 21%, pero ese 21% que "No opina/No Define", se descompone en un 4% que tiene el voto completamente decidido pero no lo comunica y un 17% que no tiene decisión aún tomada.

Por su parte Factum al 24 de abril dice que hay un 14% de quienes no comunican su voto (16% en Montevideo y un 12% en el Interior). Aunque parece haber una diferencia entre los resultados de Factum y los de las otras dos empresas en realidad lo que debe suceder que ese 14% de Factum deben ser los "indefinidos puros".

Otros dos elementos informativos a tener en cuenta acerca de los "indefinidos" son:

ESTUDIO DEL PERFIL DE LOS INDECISOS REALIZADO EN DICIEMBRE DE 1992

Un estudio realizado por Equipos Consultores a mediados del mes de diciembre de 1993 (11) nos dice que el perfil social de los indecisos es el siguiente:

CUADRO No.1
Perfil Social de los indecisos
Equipos Consultores - Dic.1993

- Un 55% son mujeres;
- Un 85% tiene más de 30 años;
- Un 48% tiene primaria completa y sólo curso primer ciclo de secundaria;
- Un 27% son jubilados o pensionistas y un 4% desocupa dos.

Con referencia al perfil de ideológico la muestra arrojaba los siguientes datos:

CUADRO Nº 2
Perfil Ideológico e inclinación política de los indecisos - Equipos Consultores Dic.1993

- Un 44% desaprueba la gestión presidencial y un 17% la aprueba;
- Un 48% se define como "centro", un 11% como "centro-derecha", un 6% de "derecha" y un 12% de "izquierda" o "centro-izquierda";
- Un 27% voto al Partido Nacional en 1989, mientras que un 5% lo hizo por los colorados, un 9% por el Frente Amplio y un 6% por el Nuevo Espacio. Hay un 39% que no contesta y un 15% de nuevo votantes.

Equipos Consultores con estos datos a la vista llegaba a ciertas conclusiones. Una primera era que el perfil actual de los indecisos se asemeja como nunca antes al del elector promedio.

También se subrayaba que era algo impensable años atrás el porcentaje de encuestados , que identificados con el **Frente Amplio** y con la izquierda, ahora se encuentran entre los indecisos. Por ejemplo, un 9% de personas que votaron al **F.A.** en 1989 hoy dudan a quien votar y tambbién están en esa condición un 17% de personas que se definen de **"izquierda"** o **"centro-izquierda"**.

En contraposición a esto entre los **indecisos** que identifican su voto en 1989 solo hay un 5% de quienes dicen haber votado al **Partido Colorado** en las últimas elecciones nacionales.

Como era dable de esperar el corrimiento más importante proviene del **Partido Nacional** con un 27%.

Aunque el porcentaje de un 39% que no identifica su voto anterior y un 23% que no da identificación ideológica son porcentajes importantes podemos afirmar que seguramente un gran porcentaje de ellos tiene una **inclinación entre el "centro"** y la **"derecha"** y otros constituyen personas que no se encasillan por diversas razones.

Acerca de la popularidad de los líderes políticos entre los indecisos la muestra arrojo los siguientes datos:

CUADRO Nº 4
Popularidad de los líderes políticos entre los indecidos - E.Consultores Dic.1993

CANDIDATO	% DE SIMPATIAS	SALDO NETO
Tabaré Vázquez	38	8
Hugo Batalla	36	8
J.M.Sanguinetti	29	-10
C.J.Pereyra	27	-10
Luis A.Lacalle	25	-25
Danilo Astori	24	-15
Líber Seregni	17	-38
Alberto Zumarán	16	-34
Jorge Batlle	15	-45
Gonzalo Aguirre	13	-40
Jorge Pacheco Areco	13	-57

Para Equipos Consultores la muestra dice "que todos los partidos - incluso la izquierda - tienen algún candidato con importante capacidad potencial de captar adhesiones entre los indecisos, lo que representa de por sí un cambio relevante".

SEMINARIO PUBLICOS 94' DE EQUIPOS CONSULTORES

La misma empresa que organizó la muestra de diciembre, llevó a cabo un seminario en donde uno de los temas analizados fue el perfil de los indecisos en estas elecciones. (12)

Agustín **CANZANI**, sociólogo y analista de **Equipos Consultores**, sostuvo que los **indecisos críticos** son un **rasgo característico** de las próximas elecciones nacionales.

Al respecto dijo, que los **indecisos desinteresados fueron mayoría en las elecciones de 1984 y 1989** y son personas que si no fuera por que el voto es **obligatorio seguramente no votarían**. Pero en 1994, sera mayoritaria la figura del **indeciso crítico o analítico**, quién **"realmente va a evaluar el conjunto de las opciones que ponen a su disposición para decidir cuál de ellas va a acompañar".**

SONDEOS DE OPINION EN SEGMENTOS SOCIALES ESPECIFICOS

JOVENES

Contamos con dos sondeos de opinión que hacen referencia a la inclinación de dos sectores del jóven. Uno, el de los jóvenes entre los 18 y 22 años (que votan por primera vez) y el otro el que contempla los comprendidos entre los 23 y 30 años, quienes votan por segunda vez.

Una encuesta realizada entre el **11 y 20 de marzo** por **Equipos Consultores** en todo el país **urbano** nos indica que un **30%** muestra simpatía por el **Partido Colorado**, el **26%** la tiene por el **Frente Amplio**, un **19%** por el **Partido Nacional** y un **4%** por el **Nuevo Espacio**. Hay un 22% que dice **no tener decisión.** (13)

Posteriormente una encuesta de **Cifra** realizada en la **tercera semana de abril** en el **país urbano** nos da los siguientes resultados (14):

CUADRO Nº 5
Intención de voto entre los 18 y 22 años
Cifra / 11-20/3/94

Partido Colorado	32%
Frente Amplio	29%
Partido Nacional	18%
Nuevo Espacio	3%
No opina	18%

-9405713

CUADRO Nº 6
Intención de voto entre los 23 y 30 años
Cifra / 11-20/3/94

Partido Colorado	24%
Frente Amplio	36%
Partido Nacional	13%
Nuevo Espacio	5%
No opina	22%

Cabe señalar que aproximadamente 1 de cada 4 electores tiene 30 años o menos de edad y que 1 de cada 10 votantes tiene entre 18 y 22 años siendo estos los que votan por primera vez.

Como apreciamos entre los que votan por primera vez podemos ver que el Partido Colorado esta como la primera opción y que junto con el Partido Nacional muestran que el 50% de esos nuevos votantes lo harían por los Partidos Tradicionales lo cuál pone en duda algunas tesis muy difundidas al respecto.

Sin embargo la situación es algo diferente en los jóvenes de más edad donde el Frente Amplio recoge mayores adhesiones que el Partido Colorado y el Partido Nacional ve disminuir su nivel de aceptación. Crece también el número de quienes no opinan.

JUBILADOS

Entre el 9 y 18 de diciembre del año pasado, la empresa Equipos Consultores realizó un sondeo de opinión entre los jubilados a nivel del país urbano. Dicha encuesta muestra que el Partido Colorado cuenta con un respaldo del 35%, el Partido Nacional un 23%, el Frente Amplio un 13% y el Nuevo Espacio tiene un 3% de adhesión. (15)

En sus conclusiones Equipos Consultores nos dice que los jubilados (1 de cada 5 votantes sera de esta categoría) han formado - en las últimas dos elecciones - parte sustancial del electorado de la opción triunfadora.

En 1984, 4 de cada 10 jubilados votaron por el Partido Colorado y en 1989 lo hicieron en la misma proporción por el Partido Nacional.

En este sentido la inclinación del voto de los jubilados parece ser un termómetro a tener en cuenta acerca de los resultados electorales.

940073

AMAS DE CASA

Este sector es muy importante porque constituye desde su hogar un punto de referencia para sus hijos y un poder muy cierto sobre la decisión de sus esposos.

El muestreo realizado por Equipos Consultores entre el 9 y 18 de diciembre p.pdo. en el país urbano nos da algunas indicaciones muy importantes. (16)

Un 43% de las encuestadas se define como de centro, un 25% de centro-derecha, un 10% de derecha, un 8% de centro-izquierda, un 2% de izquierda y un 12% sin definición. Esto muestra que este sector de la población es junto con el de los jubilados el más inclinado hacia derecha.

También el 86% de las encuestadas tiene escaso o nulo interes por la politica.

Acerca de sus simpatías político-electorales a la fecha de ese relevamiento la encuesta daba los siguientes resultados:

CUADRO Nº 7
Inclinación del voto del ama de casa
E.Consultores / 9-18/12/93

Partido Colorado	37%
Partido Nacional	14%
Frente Amplio	16%
Nuevo Espacio	5%
Sin definición	29%

Como se ve el grado de indefinidos es mayor que a nivel general y posteriores encuestas nos dicen que el 55% de los indefinidos son mujeres.

ENCUESTAS DE OPINION SOBRE LAS IDENTIFICACIONES IDEOLOGICAS

Hay dos encuestas ambas de Equipos Consultores a las que queremos hacer referencia.

Una primera realizada entre el 9 y 18 de diciembre p.pdo. en el país urbano y por la que hay una amplia descripción de inclinaciones según diferentes áreas actividad, edades, nivel de estudio, estrato social, etc. (17)

Basicamente la conclusión de Equipos Consultores es que los uruguayos se identifican con el centro con una leve inclinación hacia la derecha.

Hay una autoidentificación del 39% con el centro , mientras que el centro-derecha y la derecha recogen sumadas el 28%. Por su lado centro-izquierda e izquierda juntas estan en el 22% mientras un 12% no se define.

El nivel de crecimiento de la derecha y de declive de la izquierda es más pronunciado en el Interior.

Acerca de como se vinculan las definiciones ideológicas con las político-partidarias la encuesta nos aporta elementos de análisis importantes los que señalan matices de diferencia no menores en como se ven a si mismo y a su partido, los encuestados, a como lo ven muchas veces los observadores o sus rivales ideológicos y políticos.

CUADRO Nº 8
Vinculación entre identificación ideológica y partidaria
E.Consultores / 9-18/12/93

	P.Col.	P.Nac.	F.A.	N.Espacio
Derecha	21%	12%	3%	2%
C/Derecha	29%	29%	3%	1%
Centro	36%	43%	28%	71%
C/Izquierda	3%	5%	49%	17%
Izquierda	16%	2%	2%	0%

Entre quienes no se definen sobre opciones políticas el 48% se autoidentifica ideologicamente con el centro.

Un dato importantisimo es que comparando encuestas realizadas por Equipos Consultores en los últimos seis años muestran que no han cambiado las preferencias ciudadanas en lo que ha sus identificaciones ideologicas se refiere.

Otra encuesta realizada en el mes de octubre sondeaba las inclinaciones sobre opciones ideológicas definidas en la sociedad uruguaya como Batllismo de José Batlle y Ordoñez, Socialismo, Nacionalismo, Socialdemocracia, Batllismo Actual, Liberalismo, Neo-Liberalismo y Comunismo. (18)

Pues bien esta muestra señalaba inequivocamente que el 44% de los encuestados mostraba su adhesión al Batllismo de José Batlle y Ordoñez, adhesión que alcanzaba un 61% entre votantes del Partido Colorado, un 24% entre votantes del Partido Nacional, un 46% entre los del Nuevo Espacio, un 44% entre los frentistas y un 32% entre quienes no manifestaron identificación partidaria.

Junto con esto las ideologías con menor grado de adhesión y mayor rechazo son el comunismo y el neo-liberalismo.

ENCUESTA DE FACTUM AL 9 DE MAYO

Al cierre de este informe se conoció una encuesta de **Factum** que abarca el **100% del electorado al 9 de mayo.** La importancia de esta encuesta esta en que es la primera que se conoce donde se reflejan los cambios políticos ocurridos ultimamente (Sanguinetti-Batalla) y otros altamente factibles (Vázquez-Nin Novoa), dado que se pregunto a los encuestados por opciones que donde el P.Colorado incluía a Batalla, el Frente Amplio a Nin Novoa y el Nuevo Espacio a nuevos liderazgos como el de Rafael Michelini. (19)

CUADRO Nº
Síntesis de la encuesta de Factum al 9/5/94

	Total		Montevideo		Interior	
	9/5	25/4	9/5	24/4	9/5	24/5
P.Col.	**35%**	**32%**	**33%**	**29%**	**36%**	**36%**
P.Nac.	**25%**	**24%**	**17%**	**15%**	**33%**	**32%**
F.A.	**25%**	**24%**	**32%**	**32%**	**20%**	**17%**
P.Verde	**2%**	**2%**	**2%**	**3%**	**1%**	**1%**
N.Espacio	**1%**	**4%**	**1%**	**6%**	**1%**	**3%**
No Define	**11%**	**14%**	**15%**	**16%**	**8%**	**12%**

Brevemente se percibe una relación entre el aumento de la adhesión de voto colorado en Montevideo, un **4%** respecto a la encuesta anterior, con la caída del voto en favor de un Nuevo Espacio sin Batalla, caída que se ubica en el orden del **5%.**

En lo referente al Frente Amplio la vinculación de Nin Novoa en una fórmula con Vazquéz puede ser el elemento clave del crecimiento del **3%** en el **Interior** que se registra entre las encuestas del **24 de abril** y esta última del **9 de mayo.**

Se percibe también una disminución de quienes **No Definen** su voto. Esa disminución es mayor en el **Interior** donde se registra un porcentaje del **4%** menos de no definidos entre una encuesta y la otra. Esto podría vincularse de alguna manera al tema de la "macrocoalición", Nin Novoa y disidentes del PGP opuestos al acuerdo con el Foro Batllista, dado que el resto de los partidos no registran una modificación importante (solo el P.Nacional sube un 1%).

En síntesis esta encuesta muestra tres cosas:

- La alianza Foro Batllista - PGP tuvo un efecto benefico en la inclinación del voto en favor del P.Colorado, especialmente a nivel de Montevideo, lo que es lógico teniendo en cuenta que la mayor adhesión del voto pegepepista era capitalino. Esto desafía la posibilidad de una nueva victoria frentista a nivel de Montevideo.

• El tema de la factible alianza de Nin Novoa con el F.A. más la oposición de la mayoría del liderazgo del PGP del interior al acuerdo con el Foro Batllista parece haber traído un crecimiento de la inclinación del voto frentista en el Interior.

• Que se consolida un empate entre el P.Nacional y el Frente Amplio en la segunda lugar en lo que a adhesión del voto se refiere. Al respecto se viene registrando un crecimiento de la inclinación a favor del P.Nacional en Montevideo. De un 12% que se registra al 4 de abril se pasa a un 17% en esta encuesta. Quiere decir que en un mes hay un aumento del 5%.

Curiosamente no se registra en Montevideo una disminución dramática de los indefinidos por lo que es factible pensar - sin desconocer la posibilidad de un fénomeno compensador de entrada y salida de indefinidos - a un trasiego de una opción a otra. Esto sería claro - como ya hicimos referencia anteriormente - en el caso Foro Batllista - PGP, pero puede estar sucediendo también que el Partido Nacional este recogiendo adhesiones de votantes del PGP en 1989 que eran de orígen nacionalista (los hubo) y de votantes colorados que puedan sentirse no interpretados por el giro socialdemocrata que la hegemonía de Sanguinetti aliado con el PGP parece imprimirle al P.Colorado.

CONCLUSIONES

• El presente análisis es preliminar y no contempla un estudio de la inclinación del voto sectorial dentro de cada colectividad política. Este análisis nos daría sin duda claves muy importantes para entender que puede suceder en las elecciones nacionales de noviembre próximo. La fuerza o debilidad de algunas opciones dentro de los partidos puede ser un factor importante en la hora de definición de los indecisos.

• También es dable destacar que el actual estado de opinión sobre las inclinaciones político-electorales esta enmarcado en lo que podemos definir como etapa previa a la "gran final". Los equipos aún no están plenamente desplegados tanto en sus candidaturas como sus ofertas programáticas. Queda aún algo fundamental como es el desempeño de cada candidato en los dos últimos meses aspecto que tiene que ver con la credibilidad personal, aspecto que mostro ser fundamental en 1989.

Debemos recordar también que hasta agosto de 1989 las encuestas mostraban al Partido Colorado como ganador. No obstante esto, es bueno recordar que estudios realizados por Equipos Consultores en aquellos días aunque señalando la ventaja colorada sostenían que había indicios de que esa situación podía estar revirtiendose.

• Viendo las tendencias actuales donde el Partido Nacional parece recuperar un nivel de votación más acorde con su significación político e histórica más un crecimiento del electorado del F.A. parece que nos dirigimos a una elección que puede ser más reñida de lo esperado y donde habra tres tercios siendo uno de ellos la minoría mayor. Esto por supuesto, sumado a la fragmentación evidente en las ofertas de los PP.TT., tiene serias implicaciones para el ejercicio de gobierno de la futura administración.

• No obstante lo anterior hay que señalar que el Partido Colorado muestra hoy, de acuerdo a las últimas encuestas un porcentaje de adhesión muy importante, porcentaje que esta en el orden del 35% (se debe recordar que en agosto de 1989 el P.Colorado iba 1º en las encuestas con un 27% en el país urbano).

Según las encuestas analizadas el P.Colorado tiene un muy buen nivel de adhesión entre los nuevos votantes (jóvenes), amas de casa, jubilados, interior puro (ciudades de menos 10000 habitante y areas rurales) superando holgadamente en la captación del voto al P.Nacional. A la fecha se ubica asi en primer lugar en Montevideo e Interior.

-94 3713

• Con referencia a los indecisos los sondeos de opinión nos muestran que el casi 50% de los mismos se define como de centro. Hay que tener en cuenta que al día de hoy votantes de opciones que hemos definido como de izquierda se autodefinen como centro.

Esto sumado al hecho de los altos índices de popularidad de Vázquez entre otros segmentos electorales que no son los tradicionales de la izquierda amerita a pensar que el FA esta mejor posicionado que antes en captar el voto centrista. Visto esto parece muy claro que las referencias últimas del Intendente de Montevideo al "colectivismo" y la "socialización" constituyeron un error político de magnitud.

Otro aspecto importante referente a los indecisos es la importancia del voto femenino dado que el 55% de los indecisos son mujeres. La mujer tiene una caracteristica más pragmatica y conservadora que el hombre y eso puede beneficiar su decisión a favor de los PP.TT.

Algunos indicios permiten ver que un porcentaje de indecisos, dificil de estimar, pueden provenir de sectores que votaron por la UCB y el Batllismo Radical. Esto es una posibilidad que tiene su lógica si pensamos en la hegemonía casi absoluta del voto en favor de Sanguinetti dentro del P.Colorado. El peligro de que la candidatura de Sanguinetti se fagocite al P.Colorado es un peligro latente y que puede facilitar un flanco débil por donde pretende ganar terreno especialmente el Herrerismo.

• Observando todas las cifras no parece surgir con nitidez de que estemos ante una proceso de polarización entre el P.Colorado (Sanguinetti) y el Frente Amplio (Vázquez). Las reiteradas referencias mutuas para ayudar a esta imagen de una elección polarizada responden sin duda a estrategías bien definidas.

Entre los efectos de la "polarización" están sin duda para la candidatura de Sanguinetti el lograr atraer los indecisos que votaron al P.Nacional en 1989 y talvez lo votaron a él en 1984 y subsanar la debilidad actual de su ala "derecha".

• El Partido Nacional ha ido remontando una situación dificil en las encuestas. Su variedad de ofertas puede beneficiarlo pero a la vez la similitud programatica de al menos tres de ellas puede llevar a que finalmente solo dividan los votos de un mismo segmento electoral.

Comparando esta situación con la del P.Colorado, aunque es cierto la debilidad de Pacheco y Batlle, Sanguinetti intenta lograr armar el tradicional juego de alas bajo su candidatura. Una prueba de ello parece ser que las encuestas muestran a la Cruzada 94 con casi el mismo nivel de adhesión electoral que obtuvo en noviembre de 1994.

016

-0405713

En el Interior un tradicional baluarte blanco las encuestas lo muestran detrás en algunos casos por un porcentaje importante del P.Colorado. Esto puede ser efecto de las duras críticas que desde el área rural se le han venido haciendo al actual Gobierno.

017

REFERENCIAS

(1) - "EL PAIS", 26 de diciembre de 1993.

(2) - "EL OBSERVADOR", 4 de mayo de 1994.

(3) - "BUSQUEDA", 7 de abril de 1994.

(4) - Audición "EN PERSPECTIVA", CX-14, 5 de mayo de 1994.

(5) - "EL OBSERVADOR", 2 de marzo de 1994.

(6) - "EL OBSERVADOR", 29 de marzo de 1994.

(7) - "LA REPUBLICA", 24 de marzo de 1994.

(8) - "EL PAIS", 6 de marzo de 1994.

(9) - "EL PAIS", 3 de abril de 1994.

(10)- "EL PAIS", 8 de mayo de 1994.

(11)- "EL OBSERVADOR", 7 de enero de 1994.

(12)- "EL OBSERVADOR", 10 de mayo de 1994.

(13)- "EL OBSERVADOR", 5 de abril de 1994.

(14)- "EL PAIS", 8 de mayo de 1994.

(15)- "EL OBSERVADOR", 8 de febrero de 1994.

(16)- "EL OBSERVADOR", 9 de febrero de 1994.

(17)- "EL OBSERVADOR", 19 de enero de 1994.

(18)- "EL OBSERVADOR", 17 de noviembre de 1994.

(19)- "BUSQUEDA", 12 de mayo de 1994.

018/018

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
061230JUN94

M E M O R A N D U M Nro. 055 / 94

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A: GONZALEZ BRASA Jorge W. (C/A)

T E X T O : DIRECTOR DE LA ASOCIACION CULTURAL ORIENTAL

Dice ser DOCTOR y/o PROFESOR lo cual es FALSO

Se adjunta artículo de prensa del Diario LA MAÑANA de fecha 05-06-94

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe del Departamento I (Analistas)

J. Córdova

Diego W. Sader

FECHA 15,06,94 INICIAL SH

Procesado a Sistema

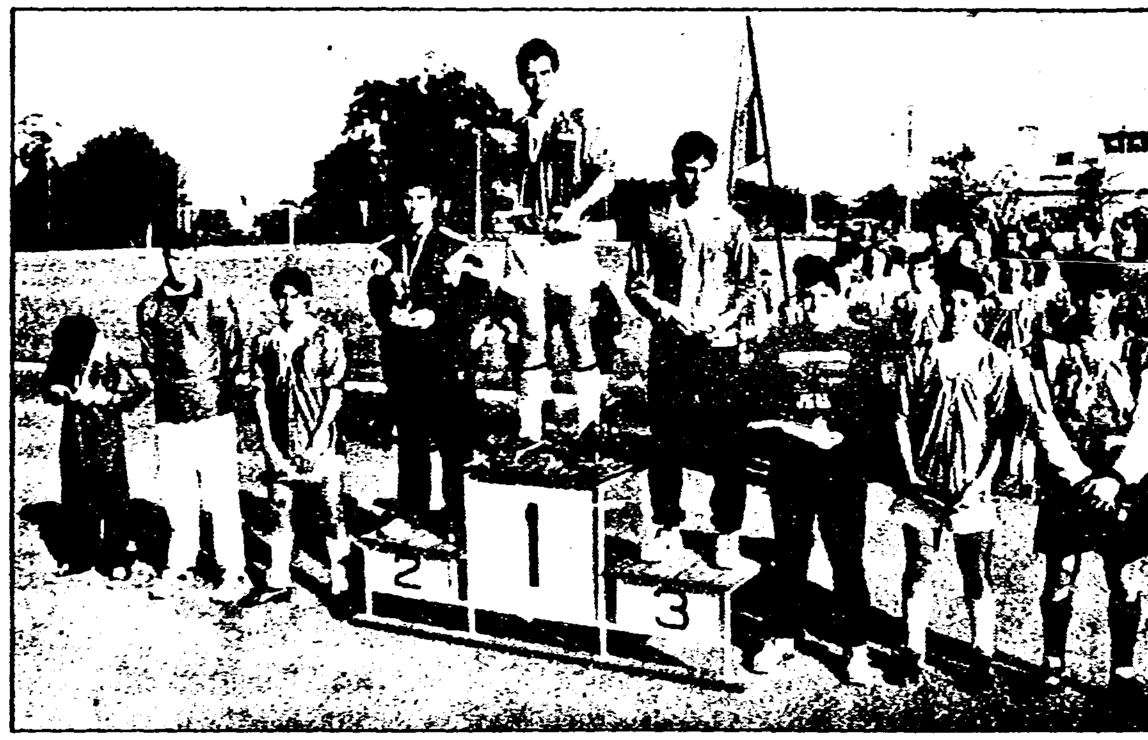
OBSERVACIONES

001/02

9405714



El Director General y Redactor Responsable de La Mañana y El Diario, Dr. Salvador Alabán Demare entrega el Trofeo "La Mañana y El Diario" al campeón, Santa Rita.



El podio de los triunfadores, con sus respectivos trofeos. La ceremonia tuvo gran brillo y aumentó los lazos de amistad entre las instituciones participantes.

Brillante culminación del Campeonato Inter-liceal

Ayer culminó de excelente forma el Campeonato Inter-liceal de Fútbol Trofeo "Asociación Cultural Oriental", disputado en el Campo de Deportes del Liceo Militar General Artigas. Se coronó campeón el Colegio y Liceo Santa Rita, subcampeón el Liceo Militar General Artigas, tercero el Liceo Bethesda y cuarto el Liceo Alemán.

El hecho deportivo contó con la presencia de destacadas personalidades.



El Ministro de Defensa Nacional, Dr. Daniel Hugo Martins hace entrega de otro trofeo al capitán de Santa Rita.



El Jefe del Cuerpo de Alumnos, Mayor Julio H. Giorgi, hace uso de la palabra en la ceremonia de clausura.



En el Palco Oficial se observa al Director General y Redactor Responsable de La Mañana y El Diario, Dr. Salvador Alabán Demare conversando con el Director de la "Asociación Cultural Oriental", Dr. Jorge González, y a su izquierda el Coronel Daniel Conti, Director del Liceo Militar General Artigas.

FECHA 15/06/94 INICIAL SH
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES
0-02-1002

1/2

1) E.E.I. No.01/94

2) Fecha - 06/06/94

3) Asunto - MLN - Comunidad Pinela

4) Referencia - Mate Amargo 01/06/94

5) Origen - Campo Militar

6) Difusión - Departamento III

7) Anexos - Se adjunta artículo de prensa

8) Información Básica Conocida -

El día sábado 11 de junio a la hora 2000 en el Club Atlético Progreso se llevará a cabo una "buseca" organizada por la Comunidad Pinela.

Se desconoce que es dicha comunidad.

Su nombre coincide con uno de los fundadores del MLN, muerto en la década del 60.

Existe una "base Pinela" del MLN en el Cerro.

Se considera de difícil acceso a la cena; no siendo necesario, dado que es un ambiente hostil y se supone conocen a todos los concurrentes.

9) Necesidades de Información - Cantidad de concurrentes.
- Identificación de concurrentes.
- Cualquier información que aporte datos sobre la Comunidad Pinela.

10) Plazo - Se omite.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DEPARTAMENTO I
Entrada 1994
D.A. III
9405715

001/002

9405715

HOY BUSECA

Bueno, hoy no, pero sí el

SABADO 11 DE JUNIO

Hora 20 - Club Atlético Progreso

La Comisión de Apoyo a la Reconstrucción de la Comunidad Pinela -cuna de los Tupamaros- invita a compañeros, simpatizantes y amigos a una cena de confraternización, recaudación de fondos e intercambio de ideas sobre la Comunidad y sobre trabajos sociales en el barrio de La Teja

Ticket: $ 20

Reservas, hasta el jueves 9, por el teléfono 37 20 08, en Video 44 de La Teja o en CX 44 Radio Panamericana

(No olvidarse de llevar cubiertos)

MATE AMARGO
01/06/94

9405715

002/002

N.º DOCUMENTO 9405716
TITULO ONU pidió a NATO aprobación de ataques aéreos contra posiciones serbios.
PROC. 15a 90
FECHA 7/2/94
VIN. 501989 507685 508062

La UN demanda atacar a los artilleros serbios

Crisis: el secretario general del organismo pidió a la NATO la aprobación de bombardeos en los alrededores de Sarajevo; Clinton no descartó acciones militares en represalia por la matanza de civiles.

SARAJEVO, 6 (AP).- Como respuesta a las masacres de civiles, el secretario general de las Naciones Unidas (UN), Boutros Ghali, pidió a la NATO la aprobación de ataques aéreos contra posiciones serbias de morteros en los alrededores de Sarajevo.

La NATO había estado a la espera de la petición de Boutros Ghali antes de autorizar las incursiones aéreas.

Los serbios bosnios han mantenido bajo sitio a Sarajevo durante casi dos años y fueron señalados por la mayoría de sus habitantes como responsables del ataque del sábado a un mercado al aire libre que dejó 68 muertos.

Un funcionario de la UN, hablando bajo condición de anonimato, dijo que "el secretario general ha enviado una carta al secretario general de la NATO, Manfred Woerner, en la que le pide tomar acciones para obtener, en el menor tiempo posible, la autorización del consejo de ese organismo para el lanzamiento de ataques aéreos contra posiciones de artillería o morteros, en Sarajevo o alrededor de ella, que han sido responsables de los ataques a objetivos civiles".

Por su parte, el presidente norteamericano, Bill Clinton, dijo hoy que "no se descarta" el uso de bombardeos aéreos contra los serbios, en represalia por el ataque de artillería contra el mercado de Sarajevo, aunque señaló que "debemos ver primero si este horrible incidente propicia un esfuerzo vigoroso hacia un acuerdo de paz".

Esta mañana Francia demandó el establecimiento, por la NATO, de un plazo para que los serbios levanten el sitio a la ciudad o que se encare una acción militar de parte de los 16 miembros de la alianza. Las autoridades francesas dijeron que los embajadores de la NATO se reunirían en Bruselas en las próximas 48 horas.

(Más Inf. en la Pág. 3)

9405716

01-11

Alistan las bases aéreas en Italia

LN 7/2

A punto: el gobierno romano confirmó que las instalaciones de la NATO en su país ya están preparadas para dar "eficaz apoyo" a un centenar de aviones de combate.

ROMA, 6 (ANSA).– El ministro de Defensa italiano, Fabio Fabbri, anunció hoy que están listas las bases aéreas de la península para dar "eficaz apoyo" al centenar de aviones de guerra de la NATO, para eventuales ataques aéreos a las fuerzas beligerantes en Bosnia.

Por su cercanía con la ex Yugoslavia, en Italia se encuentran las bases aéreas avanzadas terrestres y en el vecino mar Adriático los medios navales de la alianza, que se están concentrando.

Se estima que alrededor de 200 aviones, la mitad de apoyo, serán empleados en caso de ataques aéreos a las partes en lucha en Bosnia para facilitar la llegada de la ayuda humanitaria a las poblaciones civiles y romper el asedio a numerosas ciudades bosnias.

Francia pidió hoy que la NATO ponga un ultimátum a los beligerantes para impedir los bombardeos serbios desde las colinas que rodean Sarajevo, y la neutralización de la artillería pesada, tanto serbia como musulmana.

Alemania, Bélgica y Dinamarca pidieron ataques aéreos contra los serbios de Bosnia, que se niegan a aceptar la culpa del tiro de mortero de 122 milímetros que cayó ayer en el mercado central de la ciudad, causando la muerte de 68 personas y graves mutilaciones a otras doscientas.

El ministro Fabbri anunció que Italia "a través de su organización militar, ha asegurado siempre a la NATO el pleno sostén operativo y logístico en todas las operaciones dirigidas a poner en práctica las decisiones de las Naciones Unidas".

Fabbri agregó que "ahora, el problema que está dramáticamente delante de nuestras conciencias es como se se pueden detener las masacres en Sarajevo".

El ministro italiano dijo que "la planificación de las acciones por realizar ha sido puesta a punto hace ya tiempo".

Ayer aterrizaron en la base italiana de Aviano los cazabombarderos F16 norteamericanos de la escuadrilla 526, con sede en Ramstein, Alemania.

Aviano se encuentra cerca de la frontera con la ex Yugoslavia y desde afuera es fácil observar los aprestos militares. La base se encuentra en el segundo nivel de alerta, denominado "Bravo". El primero puede preceder el ataque.

02

9405716

Tropas de la ONU actúan en Sarajevo

SARAJEVO, 10 (AP y Reuter). — Las tropas de las **Fuerzas de Protección de la ONU (Fupronu)** destinadas en **Sarajevo**, comenzaron hoy a desplegarse en todas las posiciones previstas en torno de la capital bosnia, en cumplimiento del acuerdo logrado el miércoles por las tropas musulmanas y serbias en Bosnia.

Según testimonios en la capital bosnia, que no fueron confirmados oficialmente, obuses de artillería pesada y ráfagas de ametralladora hicieron impacto esta noche en Sarajevo, quebrando el cese del fuego mediado por la ONU.

Mientras las fuerzas de paz iniciaban su avance, el vocero militar del organismo mundial, coronel **Bill Alkman**, advirtió que **"si nos disparan, vamos a responder"**.

La Fupronu medió en el logro del más reciente cese del fuego, alcanzado el miércoles, mientras los países de la OTAN acordaban los términos de su ultimátum dado a los serbios para que levanten el asedio a Sarajevo.

De acuerdo con los términos de este cese del fuego, tanto serbios como musulmanes se comprometieron a dejar de disparar y poner sus armas pesadas bajo el control de la ONU.

Además, los serbios deberán permitir que sus cañones sean trasladados a posiciones elegidas por la Fupronu en un lapso no mayor de una semana.

El acuerdo fue seguido por una noche inusualmente tranquila.

Las seis áreas en las que incursionaron las unidades de la ONU incluyen la colina **Zuc**, **Dobrinja** y el puente de la Hermandad y Unidad, que une ambas márgenes del río **Miljacka**, en pleno centro de Sarajevo.

Miroslav Kutanovic, un policía bosnio que observaba el desplazamiento de los cascos azules de la ONU dijo a los periodistas, **"este es un gran paso para las Naciones Unidas, pero nosotros todavía estamos algo escépticos"**.

Reún 11/2

03

940576

LN 1994

El Consejo de Seguridad no resolvería aún sobre Bosnia

Tanteos: el Consejo de Seguridad se limitaría el lunes a evaluar puntos de vista; Clinton dijo sentirse mejor a raíz de su contacto telefónico con Yeltsin y opinó que éste experimentó lo mismo.

WASHINGTON, 11 (Reuter).- El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas había programado reunirse el viernes para abordar el caso de Bosnia, pero pospuso el debate para el lunes debido a la tormenta de nieve en Nueva York. Se espera que la reunión ventile puntos de vista y no resulte en alguna resolución o pronunciamiento.

"Me siento mejor"

Al hablar con periodistas en la Oficina Oval de la Casa Blanca, en el comienzo de una reunión con el primer ministro japonés, Mirohiro Hosokawa, el presidente norteamericano, Bill Clinton, dijo que su par ruso Boris Yeltsin aceptó "que nosotros dos debíamos trabajar para tratar de establecer un acuerdo" acerca de la guerra en Bosnia.

"Fue una conversación muy buena -manifestó con referencia al diálogo telefónico sostenido hoy entre ambos presidentes- y me siento mejor habiéndola tenido".

Funcionarios rusos y norteamericanos dijeron que los mandatarios norteamericano y ruso hablaron a través de intérpretes durante 30 minutos, en una conversación que se inició a las 9.15 de Washington (11.15 hora de Buenos Aires).

"Pienso que presidente Yeltsin se sintió mejor cuando enfaticé el hecho de que las armas que están quedando en el área de 20 kilómetros fuera de Sarajevo estarían bajo jurisdicción de la UN, no de la NATO", añadió Clinton.

Manifestó también que le había recordado al presidente ruso -quien estaba recuperándose de una gripe en su lugar de descanso-, que el secretario general de la UN, Boutros Ghali, pidió a la NATO tomar medidas según un mandato de 1993 que Moscú aprobó.

Agregó que él y Yeltsin bromearon acerca de la ironía de su fracaso en comunicarse durante dos días pese a las maravillas de la tecnología moderna, y dijo que Yeltsin comentó que debían asegurarse de que ese problema nunca volverá a ocurrir.

"El dijo: ¿Qué pasaría si debemos hablar acerca de una emergencia?", declaró Clinton.

Finalmente dijo que aseguró a Yeltsin que la estrategia de la NATO está de acuerdo con los esfuerzos de la UN para detener el derramamiento de sangre.

Reunión en Ginebra

Mientras los dos presidentes dialogaban las facciones en guerra en Bosnia se reunieron en Ginebra para reanudar su búsqueda de un acuerdo sobre el establecimiento de tres pequeños Estados para los musulmanes, serbios y croatas del país.

El diario The New York Times informó el viernes que el gobierno de Clinton había cambiado sus mensajes y estaba diciendo a sus aliados europeos que presionará al gobierno bosnio, encabezado por los musulmanes, para que adopte un plan de partición del país en líneas étnicas.

Preguntada acerca de esos informes, la vocera de la Casa Blanca, Dee Dee Myers, dijo que los Estados Unidos no estaban tratando de forzar a los musulmanes bosnios a aceptar el plan.

"La idea de que tratáramos de forzarlos a un acuerdo que no les fuera confortable es una total equivocación", declaró a los periodistas.

El diario, citando a funcionarios norteamericanos y europeos, dijo que en otro cambio, Washington ha indicado una disposición a levantar las sanciones contra los serbios bosnios en una base gradual.

"Bien, ésa es una opción, el que podamos levantar crecientemente las sanciones", dijo Myers al ser consultada.

Inciente aislado

Otro funcionario norteamericano dijo que Washington no había hecho propuesta formal alguna a los serbios bosnios que diga "ustedes hacen esto, y nosotros esto".

"Como parte de nuestro revitalizado papel en el proceso de paz, vamos a hablar a todas las partes, y hemos dicho en el pasado que estamos interesados en acciones sobre el terreno", dijo el funcionario.

"En la medida en que haya movimiento estaremos preparados para considerar formas de alentar más movimiento", agregó.

La Casa Blanca minimizó un bombardeo que rompió brevemente el cese de fuego en Sarajevo en la noche del jueves, diciendo que pareció ser un incidente aislado. Pero Myers advirtió que la NATO se reserva el derecho de lanzar ataques aéreos si son alcanzados blancos civiles.

04

9405716

Hay choques esporádicos en Sarajevo

SARAJEVO, 11 (AP). – El comandante de los cascos azules en Sarajevo instó a las autoridades bosnias y a los jefes militares serbios a que cesen las esporádicas violaciones al cese del fuego acordado.

El cese del fuego para Sarajevo, negociado por el comandante de la UN en Bosnia, el teniente general británico Michael Rose, entró en vigor al mediodía de ayer.

Pero hubo algunas violaciones a la tregua, y comandantes serbios se acusaron mutuamente de haber quebrado el acuerdo. Sin embargo, Rose dijo que en general estaba satisfecho con su vigencia.

Mientras tropas de la UN eran emplazadas en y alrededor de esta capital bosnia para verificar el cumplimiento de la tregua, Rose agregó que "la situación táctica se estabilizará".

La promesa serbia de cesar el fuego se produjo horas antes de que la NATO formulara un ultimatum el miércoles a la noche para que los serbios retiraran sus obuses, morteros y cañones antiaéreos, o de lo contrario enfrentarían bombardeos de la alianza.

En tanto, el portaaviones francés Foch, que podría usarse para lanzar ataques aéreos contra la artillería serbia, salió hoy del puerto de Toulon rumbo a la costa de la ex Yugoslavia, informó un vocero de la marina.

La nave, que transporta cerca de 20 cazabombarderos Super-Etendard, puede llegar a la costa de la ex Yugoslavia en 48 horas.

Por su parte las fuerzas serbias bosnias entregaron hoy las primeras piezas de artillería a la UN en su cuartel de Lukavica, un suburbio del sudoeste de Sarajevo.

Coordinación entre la UN y la NATO

NACIONES UNIDAS, 11 (EFE).– El secretario general de la UN, Boutros Ghali, informó al Consejo de Seguridad que delegó en su representante especial para la ex Yugoslavia, Yasushi Akashi, la autoridad para ordenar el bombardeo aéreo inicial en Sarajevo y su entorno en coordinación con la NATO.

Su vocero, Ahmed Fawzi, dijo que Ghali comunicó su decisión al Consejo en la carta a la que adjuntó el texto de las decisiones de la NATO anteanoche, y que informó también que dispuso que Akashi y el comandante supremo de la Unprofor, Jean Cot, que apresuren los preparativos para los bombardeos.

Recordó Fawzi que antes de la reciente decisión de la NATO, Ghali había delegado en Akashi la autoridad para disponer el apoyo aéreo cercano de la NATO para los objetivos señalados de la rotación del contingente canadiense en Srebrenica y la apertura del aeropuerto de Tuzla a la ayuda humanitaria.

05

9405716.

Los serbios comenzaron la entrega de armamento

LH 12/2

• Fuentes de la ONU confirmaron las tratativas

El ejército bosnio (musulmán) y las fuerzas irregulares serbias comenzaron ayer a entregar a las Naciones Unidas sus armas pesadas en el área de Sarajevo, mientras las conversaciones en Ginebra sobre la repartición territorial de la ex república yugoslava siguen bloqueadas.

Belgrado (Ansa)

Según fuentes de la ONU en Sarajevo, una docena de piezas de artillería y morteros fueron entregados por los serbios a los cascos azules en el cuartel de Lukavica, su cuartel general militar en el suroeste de la capital bosnia. La prensa no pudo asistir a la operación, pero fuentes de la ONU indicaron que las piezas de artillería habían sido controladas para verificar si sus números de serie correspondían con los de los cañones y morteros que se hallaban en las colinas, apuntando sobre la ciudad.

El ejército bosnio, por su parte, invitó a la prensa a la entrega de cinco morteros de 120 milímetros a los cascos azules, en el ex cuartel Tito de la ciudad, actual base de una unidad ucraniana de la Fuerza de Protección ONU (UNPROFOR).

Desde Estados Unidos, donde se encuentra en visita oficial, el Canciller británico Douglas Hurd dijo en una entrevista televisiva que "por cuanto puedo saber, los serbios y los musulmanes están poniendo sus armas pesadas bajo control de la ONU".

"Hasta ahora, todo ha ido bien, pero por supuesto falta aún mucho por hacer", acotó el jefe de la Cancillería británica.

Según Hurd, el ultimátum lanzado por la OTAN, que amenazó con llevar a cabo ataques aéreos si las partes en lucha no neutralizaban sus armas pesadas en un perímetro de 20 kilómetros alrededor de Sarajevo en un plazo de diez días, fue decisivo para llegar al resultado logrado.

"Esta vez es obvio que los serbios bosnios, pero también las otras partes en lucha, han comprendido que detrás de nuestra posición hemos puesto todo el peso de la OTAN", dijo Hurd.

Si en Sarajevo la situación parece desbloquearse -durante la jornada de hoy no se registraron bombardeos o tiroteos mayores, luego del rebrote de violencia de ayer- en la mesa de negociaciones de Ginebra las tratativas siguen sin dar resultados.

Las negociaciones tripartitas de paz sobre Bosnia están concentradas actualmente en quince zonas disputadas entre musulmanes, serbios y croatas, que deberán conformar el mapa de la nueva "Unión de la República Bosnia" prevista en el plan de paz de los mediadores internacionales.

Según esta tabla étnica, las zonas de disenso entre musulmanes y serbios son predominantes en el noreste, este y sudeste de Bosnia, mientras que las localidades disputadas entre musulmanes y croatas son las que se encuentran en el centro y Este, pero ningún progreso sensible ha sido logrado durante el día de hoy.

Mientras tanto, prosigue la polémica entre las capitales occidentales y Moscú sobre las reticencias del Gobierno ruso, tradicional aliado serbio, ante la eventualidad de una intervención directa de la OTAN en Bosnia.

El Canciller francés, Alain Juppé, cuyo país abogó en forma determinante a favor del ultimátum lanzado por la OTAN, dijo ayer que las reacciones del Gobierno ruso "no son del todo alentadoras".

"No pienso que Rusia disponga de la capacidad de paralizar el entero sistema de las Naciones Unidas, ni siquiera en el Consejo de Seguridad", agregó, sin embargo.

Moscú pidió la convocatoria del Consejo de Seguridad para examinar la situación en Bosnia, y sostuvo que sería necesaria una nueva resolución para autorizar el uso de la fuerza en la ex Yugoslavia. La reunión del Consejo, programada para hoy, fue sin embargo suspendida hasta el lunes, debido a la tormenta de nieve que se abatió sobre Nueva York.

La tesis rusa, sin embargo, no solo es rechazada por la mayor parte de los países occidentales: también un grupo creciente de países árabes y no alineados se han sumado a este punto de vista.

El Canciller egipcio, Amr Mussa, dijo ayer que su país y otras naciones islámicas "se opondrán a todo intento de posponer el bloqueo de la agresión serbia" en Bosnia Herzegovina, y que "para el uso de la fuerza contra los serbios no es necesaria una nueva discusión de parte de las Naciones Unidas".

La posición de Egipto refleja la de muchos otros países musulmanes de Africa y Asia, que consideran que Occidente no está haciendo lo suficiente para apoyar a la comunidad musulmana en Bosnia, rodeada por las milicias serbias que controlan la mayoría del territorio del país luego de 22 meses de guerra.

El Canciller paquistaní, Sadar Asseff Ahmed Ali, publicó una declaración conjunta con Irán, Malasia y Túnez, en la que se afirma que el ultimátum lanzado por la OTAN, contra los serbios bosnios, para que retiren su artillería pesada de los alrededores de Sarajevo, "es inferior a las expectativas de la comunidad internacional".

Esta interpretación de las resoluciones ONU, por otra parte, parece ser compartida por el Secretario General de la organización, Boutros Boutros-Ghali, dado que delegó hoy a su enviado especial para la ex Yugoslavia, Yasushi Akashi, la responsabilidad de ordenar el uso de la fuerza OTAN en Bosnia, cuando lo juzgue necesario.

9405716

Naciones Unidas Anuncia Masiva Entrega de Armas en Sarajevo

SARAJEVO, 17 (ANSA). — Las Naciones Unidas anunciaron hoy que los serbios bosnios comenzaron un masivo retiro de armas pesadas de los alrededores de Sarajevo, en cumplimiento del ultimátum de la OTAN.

El vocero de la UNPROFOR, Bill Aikman, dijo que se estaba produciendo un masivo desplazamiento de armas en las colinas que rodean la capital bosnia, de convoyes y equipos militares.

El comandante general de las tropas OTAN, el general británico Michael Rose, declaró en una rueda de prensa que oficiales serbios le informaron que retirarían las armas emplazadas en las colinas que rodean la capital en un plazo de 24 horas.

Aikman definió los informes sobre el retiro de las armas de los serbios bosnios como "una evolución de la situación muy alentadora".

La OTAN había amenazado con ataques aéreos a las posiciones serbio-bosnias en las colinas en caso de que no fueran retiradas las armas pesadas con las que asedian la capital bosnia desde hace casi dos años, y dieron un ultimátum de diez días, que caducará dentro de tres días, para la retirada.

Los serbios de Bosnia aceptaron hoy retirar sus armas, tras una reunión con la mediación del enviado ruso Vitali Churkin, que se llevó a cabo en Pale, capital de la autoproclamada República Serbia de Bosnia.

Rusia, por su parte, enviará a Sarajevo un contingente de 400 soldados, actualmente desplegados en Croacia en el contingente de la UNPROFOR, para garantizar la aplicación de la tregua y la seguridad de los beligerantes desarmados.

El comandante de las Fuerzas de la Alianza Atlántica en el Sur de Europa (AFSOUTH), almirante Mike Boorda, confirmó que están en marcha "movimientos para la retirada de armas" de los serbios-bosnios que sitian Sarajevo.

El comandante de la AFSOUTH, que tienen su base en Nápoles, aseguró que la Alianza Atlántica continúa trabajando con dos hipótesis, una de ellas para el caso de que los serbios-bosnios no cumplan el ultimátum de la OTAN y otra ante la eventualidad de que lo hagan.

9405716.

Masivo retiro de armas serbias lleva a creer en un punto final

14/8/92

Las Naciones Unidas anunciaron ayer que los serbios bosnios comenzaron un masivo retiro de armas pesadas de los alrededores de Sarajevo, en cumplimiento del ultimátum de la OTAN.



Radovan Karadzic aceptó el retiro del armamento, "finalmente la guerra ha terminado", dijo

Sarajevo (ANSA)

El vocero de la UNPROFOR, Bill Aikman, dijo que se estaba produciendo un masivo desplazamiento de armas en las colinas que rodean la capital bosnia, de convoyes y equipos militares.

El comandante general de las tropas OTAN, el General británico Michael Rose, declaró en una rueda de prensa que oficiales serbios le informaron que retirarían las armas emplazadas en las colinas que rodean la capital en un plazo de 24 horas.

Aikman definió los informes sobre el retiro de las armas de los serbios bosnios como **"una evolución de la situación muy alentadora"**.

La OTAN había amenazado con ataques aéreos a las posiciones serbio-bosnias en las colinas en caso de que no fueran retiradas las armas pesadas con las que asedian la capital bosnia desde hace casi dos años, y dieron un ultimátum de diez días, que caducará dentro de tres días, para la retirada.

Los serbios de Bosnia aceptaron ayer retirar sus armas, tras una reunión con la mediación del enviado ruso Vitali Churkin, que se llevó a cabo en Pale, capital de la autoproclamada República Serbia de Bosnia.

Rusia, por su parte, enviará a Sarajevo un contingente de 400 soldados, actualmente desplegados en Croacia en el contingente de la UNPROFOR, para garantizar la aplicación de la tregua y la seguridad de los beligerantes desarmados.

Los serbios de Bosnia están dispuestos a retirar sus armas pesadas de Sarajevo, anunció ayer el enviado especial ruso para la ex Yugoslavia, Vitaly Churkin, tras un encuentro con el líder serbio-bosnio Radovan Karadzic.

Durante el coloquio con Karadzic en Pale, "capital" de la autoproclamada república serbia en Bosnia, Churkin le entregó un mensaje del Presidente ruso, Boris Yeltsin, en el que apremiaba a **"detener el baño de sangre y retirar lo antes posible las armas pesadas de Sarajevo"**.

Karadzic, por su parte, dijo que **"hemos aceptado la propuesta"** rusa y añadió: **"creemos que finalmente la guerra en Sarajevo ha terminado"**.

El enviado especial del Presidente ruso aseguró también que Rusia garantizará con el envío de tropas rusas al área de Sarajevo que nadie pueda sacar ventaja del retiro de las armas pesadas de los serbios.

En Bruselas, un portavoz de la OTAN informó que la organización de la Alianza Atlántica está observando atentamente la evolución de la situación en Sarajevo, después del anuncio de la disponibilidad de los serbios bosnios de retirar sus armas de las colinas que rodean Sarajevo.

Expertos británicos

Gran Bretaña enviará un equipo de 60 expertos en radares a Sarajevo, pero no enviará nuevos batallones a Bosnia, anunció hoy el Premier John Major, al concluir una reunión de gabinete. El comandante de las fuerzas de la OTAN en Bosnia, el británico Michael Rose, había pedido que se aumentara el contingente destinado a Bosnia.

Rose había pedido otros 3.000 hombres en total para poder controlar la entrega de las armas, y esperaba que Londres mandara por lo menos 700. El contingente británico en Bosnia está compuesto por 2.400 efectivos.

Tras la reunión de gabinete, Major aclaró que dos batallones británicos desplegados en Vitez (bosnia Central) serán desplazados a Sarajevo para ayudar a controlar la entrega de las armas de los beligerantes, antes de la expiración del plazo puesto por la OTAN, el próximo domingo.

También serán enviados oficiales de enlace, observadores y sesenta hombres equipados con radares Cymbeline para la localización de los morteros.

Los equipos están en condiciones de identificar con precisión el lugar desde donde disparan los morteros y puede entrar en acción hasta a 14 kilómetros de distancia.

08

940571 6.

CINCO MESES DE GESTIONES PARA DETENER LA GUERRA

Rocío 21/2

Cronología

• **Setiembre de 1993.** Serbios y croatas alcanzan un cese del fuego como paso previo a la firma de un acuerdo de paz. Fuerzas de la ONU ocupan posiciones para garantizar su cumplimiento. Dos días después los mediadores, sir David Owen y Thorvald Stoltenberg, suspenden la reunión en la que se debía firmar el acuerdo porque "ninguna de las partes se muestra lo suficientemente flexible" como para hacerlo.

• **Noviembre de 1993.** Se realiza una reunión entre los cancilleres de la Comunidad Europea (CE) (ahora Unión Europea), los presidentes de Croacia y de las dos repúblicas que integran la nueva Yugoslavia (Serbia y Montenegro) y los jefes militares de las tres partes, y acuerdan un nuevo cese del fuego para permitir la llegada de ayuda humanitaria.

• **Diciembre de 1993.** El cese el fuego no se respeta y Bosnia soporta constantes cañoneos, inclusive en Navidad.

• **Enero de 1994.** El presidente de la ONU, Butros Ghali, dice que apoyará la utilización de la fuerza aérea de la OTAN si los responsables de las operaciones militares y humanitarias de la ONU se lo solicitan. Serbios y croatas firman en Ginebra un acuerdo de normalización de relaciones bilaterales, considerado el primer paso para acelerar una "solución final" para Bosnia. El papa Juan Pablo II convoca a "desarmar a los agresores" en Bosnia, pero no aclara a cuál de las partes en conflicto se refiere.

• **4 de febrero de 1994.** Se concreta la búsqueda de una "solución final" para Bosnia a través de un ataque conjunto de serbios y croatas. Un obús mata a 9 personas que hacían cola para recibir alimentos.

• **5 de febrero.** Explota un obús en el mercado central de Sarajevo, donde una multitud esperaba recibir ayuda humanitaria. Con un saldo de 71 muertos y más de 200 heridos se convierte en la peor masacre desde que se inició la guerra. La OTAN moviliza sus aviones apostados en Italia.

• **6 de febrero.** Bill Clinton excluye la posibilidad de ataques aéreos inmediatos e insiste con efectuar sólo bombardeos selectivos. Francia pide que se levante el cerco sobre Sarajevo y que se entreguen las armas pesadas a la ONU. Convoca además a una urgente reunión del Consejo de la OTAN. Ghali propone bombardear las posiciones serbias que rodean Sarajevo.

• **7 de febrero.** Clinton apoya la propuesta de bombardeos de Ghali. También adhiere la Unión Europea, pero no hay coincidencia en el alcance que deben tener los ataques. La postura más agresiva la presenta Francia y la más moderada Gran Bretaña. Rusia se opone expresamente a un ataque aéreo, argumentando que esa es una decisión que corresponde al Consejo de Seguridad de la ONU (donde tiene poder de veto) y no a la OTAN. Los serbios, ante la amenaza de ataque, aceptan desmilitarizar Sarajevo y negociar.

• **9 de febrero.** En una reunión de urgencia de la OTAN se decide dar un plazo de diez días a las partes intervinientes para que levanten el sitio a Sarajevo y pongan las armas pesadas bajo control de la ONU. En caso contrario, la OTAN iniciará los ataques de inmediato. Musulmanes y serbios acuerdan un nuevo cese del fuego y la admisión de tropas de la ONU como garantía.

• **10 de febrero.** Rusia reacciona ante el ultimátum de la OTAN y pide una reunión urgente del Consejo de Seguridad de la ONU. Las tropas de la ONU se despliegan en la zona.

• **13 de febrero.** Un grupo de negociadores norteamericanos llegan a Sarajevo para intentar que los musulmanes acepten una solución negociada. Ciudadanos occidentales abandonan Yugoslavia por temor a represalias. Continúa la entrega de armas pesadas serbias en Bosnia. Rusia pide mayor presión sobre los musulmanes porque los serbios "ya hicieron demasiadas concesiones".

• **14 de febrero.** El Consejo de Seguridad de la ONU, menos Rusia, respalda la realización de ataques si Sarajevo vuelve a ser bombardeada.

• **19 de febrero.** El líder serbio bosnio, Radovan Karadzic, anuncia que para la medianoche todas las armas serbias serían retiradas de los alrededores de Sarajevo. El enviado especial de la ONU, Yasushi Akashi, admite que el retiro de la artillería serbia se ve dificultada por las continuas nevadas.

• **20 de febrero.** A las 24 GMT venció el plazo otorgado por la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) para que las armas pesadas de las milicias serbias que amenazan a Sarajevo sean replegadas a 20 kilómetros de la ciudad bajo amenaza de ataques aéreos.

Agencia AFP



Refugiados musulmanos del pueblo de Srebrenica, son transportados en un camión de la ONU, en un convoy de catorce camiones con más de 100 refugiados que se alejan de la zona de conflicto.

9405716

09

François Mitterrand Propone que Sarajevo Quede Bajo el Control de Naciones Unidas

PARIS, 21 (Reuter).— Francia, que intenta aprovechar el éxito que tuvo el ultimátum de la OTAN en Sarajevo, pedirá esta semana al Consejo de Seguridad que coloque a la capital bosnia bajo gobierno de la ONU, afirmó hoy el presidente Francois Mitterrand.

En un mensaje transmitido por la televisión nacional, el Mandatario indicó que la retirada de la artillería serbio bosnia probó que mentenerse firme consigue resultados y abrió una nueva fase en la guerra.

La misma determinación debería ser usada para relevar a otras ciudades bosnias y conseguir el avance de las negociaciones, añadió.

"Habrá consultas en los próximos días y esta semana Francia pedirá al Consejo de Seguridad de la ONU que coloque a Sarajevo bajo la administración de la ONU. No cederemos en nuestros esfuerzos", señaló Mitterrand.

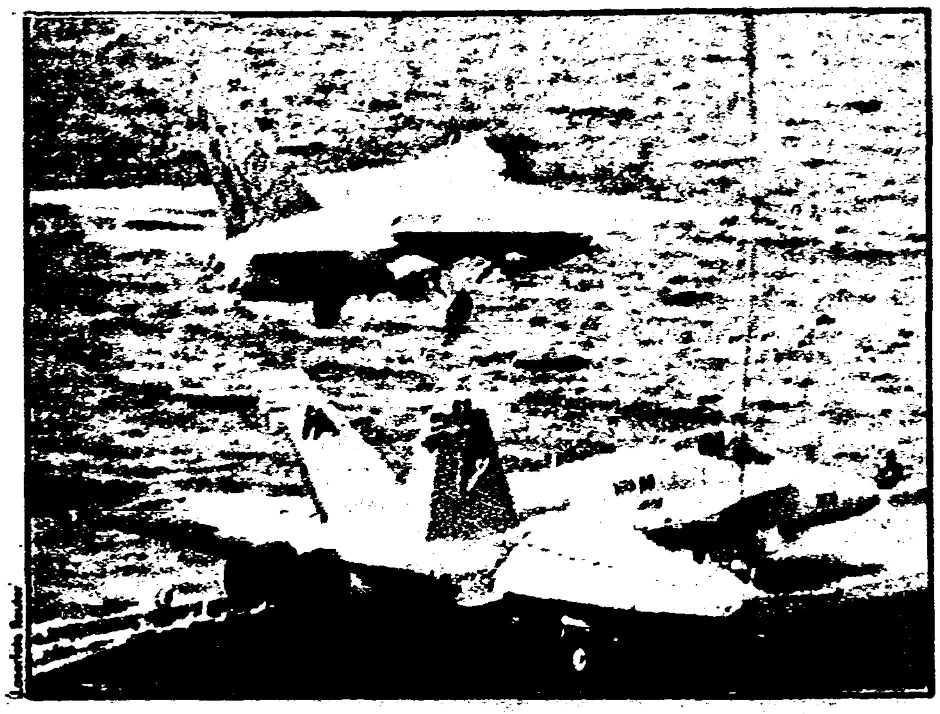
El Presidente dijo que el próximo paso es la restauración de la libertad de movimientos para los residentes de Sarajevo, mientras continúa la presión en los esfuerzos para lograr un acuerdo negociado.

"Espero que este primer triunfo de la razón sobre pasiones asesinas sea usado para aumentar la presión aliada sobre otras ciudades bosnias y otras zonas de ese país donde reina la violencia," indicó Mitterrand.

El ministro de Defensa, Francois Leotard, señaló que la OTAN mantendrá su poderío aéreo en Italia y el Adriático y castigará cualquier violación del ultimátum.

La próxima medida militar será la apertura del aeropuerto en la ciudad nordoriental de Tuzla, dentro del alcance de los cañones serbios, para vuelos de ayuda a los musulmanes sitiados.

El ministro de Relaciones Exteriores Alain Juppe, quien originalmente propuso el ultimátum de la OTAN hace dos semanas, declaró: "Es un éxito muy pequeño, un primer paso en la dirección correcta. Sigo vigilante. Las Naciones Unidas, la Alianza Atlántica han logrado un primer triunfo pero la parte esencial de la tarea queda por hacerse, la presión no debe ceder."



Un avión parte del portaaviones Saratoga, de la Armada de Estados Unidos, para realizar una misión de reconocimiento sobre Sarajevo y verificar si las fuerzas serbias realmente retiraron todas las piezas de artillería en cumplimiento del ultimatum de OTAN.

9405716

10

Italia propuso extender el ultimátum a otras zonas de la ex Yugoslavia para acelerar la paz

ONU asumió el control de armas en Sarajevo



Las fuerzas de paz de la ONU asumían ayer el control de los últimos emplazamientos de artillería en torno a Sarajevo, mientras su comandante decía que el buen resultado del ultimátum de la OTAN en levantar el sitio a la ciudad ofrecía esperanzas para el resto de Bosnia.

La alianza occidental ha dejado sin efecto su amenaza de bombardear lo que resta de la artillería serbia en las nevadas colinas que circundan la capital de Bosnia, pero aviones de la OTAN seguían patrullando el cielo de Sarajevo ayer temprano.

El presidente Bill Clinton prometió mantener la vigilancia estadounidense sobre Sarajevo, con la implícita advertencia de atacar desde el aire a los bosnios serbios que han tendido cerco a la castigada ciudad durante 22 meses.

"Todas las partes deben ser conscientes de que el ultimátum sigue en vigor", dijo Clinton.

"El plazo no ha sido extendido. Todas las armas pesadas en la zona de exclusión que no se encuentren bajo control de la ONU están, y seguirán estando, sujetas a ataques aéreos".

El comandante de la fuerza aérea de la OTAN en Bosnia, el almirante estadounidense Mike Boorda, advirtió que podría ordenar la entrada en acción de los aliados en caso de reanudarse los cañoneos a Sarajevo o si los bosnios serbios intentan retomar sus armas pesadas a distancia de tiro de la capital.

El plazo dado a los serbios para que retiren su armamento o lo entreguen a las Naciones Unidas expiró a las 12.00 GMT, cuando todavía algunas de las armas no habían sido desplazadas debido a la nieve.

La propuesta de Italia

El gobierno italiano propuso ayer que la posición de firmeza asumida por la OTAN en Sarajevo, que ayudó a levantar el asedio que mantenía la artillería serbia sobre la capital bosnia, sea aplicada en el resto de la ex república yugoslava.

"El éxito de la línea de firmeza nos ha enseñado que no tenemos que abandonar esta opción fundamental", dijo el ministro de Defensa italiano, Fabio Fabbri. "La fórmula Sarajevo, que también fue ayudada por la contribución de Rusia, debe ser ampliada a toda Bosnia", sostuvo.

"Todas las partes interesadas deben saber que la comunidad internacional no tolerará un retorno a las masacres y que va a trabajar para poner fin al conflicto en otros lugares en los que todavía hay gente que sigue luchando y muriendo", advirtió Fabbri.

Aviones de la Alianza Atlántica se mantienen en situación de alistamiento en bases instaladas en Italia y en portaaviones que navegan en aguas del mar Adriático. ■ *(De la redacción de* El Observador*, en base a información de las agencias EFE y Reuter)*

9405716.

SIDE 515075
Nº DOC 9405720
TITULO Proyecciones iniciales de las elecciones generales de 03 de octubre de 1994
PROCED.
FECHA DE 08/06/94
VINCULOS 507482
11104
11302
11304

SINTESIS: Proyecciones iniciales de las elecciones generales del 03OCT94.

A escasos 6 meses de la fecha de realización de los comicios a nivel nacional, los relevamientos de opinión permiten prever ciertos indicios de polarización entre dos candidatos que, al presente, nuclearían la mayor proporción de las preferencias electorales.

Este primer supuesto no permite afirmar categóricamente y en forma definitiva aún, la probabilidad de triunfo de uno u otro en la primera vuelta.

Las próximas elecciones contarán con la concurrencia de apróximadamente 89.820.991 votantes -cifra calculada a partir de la tasa de crecimiento (1,8%), que importa un incremento de 6.025.600 personas sobre el total de electores de 1989-, los cuales en la actualidad se inclinan preferentemente por el candidato del Partido de los Trabajadores (PT), Luiz Inacio DA SILVA "LULA".

El análisis de los relevamientos de opinión pública (ANEXOS 1 y 2), efectuados en ABR89 y MAR/ABR DE 1994, permite exponer las siguientes generalizaciones:

a) Una evidente inclinación mayoritaria de las preferencias preelectorales por "LULA".

b) Un crecimiento sostenido de la adhesión popular hacia el ex ministro CARDOSO, oficialmente contenido y respaldado por los grupos de interés decisores.

c) Una significativa disminución del apoyo a la candidatura del líder del Partido Democrático Trabalhista, Leonel BRIZOLA, atribuíble al deterioro de su imagen como resultado de su gestión pública.

d) Un estancamiento del favoritismo hacia Orestes QUERCIA, producto de la incidencia de similares factores que los expuestos para el caso de BRIZOLA y de la fragmentación del frente interno del Partido del Movimiento Democrático Brasileño.

e) Un elevado índice de electores indecisos asociado a la inestabilidad relativa de la orientación y definición de las

01-11 9405720.

preferencias de los mismos, máxime teniendo en cuenta la escasa incidencia de los factores político-ideológicos y el determinante rol que contienen los factores aleatorios, imprevistos y no deseados en la decisión de los sujetos a la hora de emitir el sufragio.

Importa recordar que, a diferencia de las actuales previsiones, en primera vuelta de las elecciones del 15NOV89, intervinieron 22 candidatos, triunfando Fernando COLLOR de MELLO (20.611.011), del Partido de la Reconstrucción Nacional (PRN), apoyado por las siguientes agrupaciones, que conformaron la coalición "BRASIL NUEVO":

- Partido Trabalhista Renovador (PTR)
- Partido Social Cristiano (PSC)
- Partido Social Trabalhista (PST)

En segundo lugar se ubicó "LULA" (11.622.673), del Partido de los Trabajadores (PT), formando la coalición "FRENTE BRASIL POPULAR", junto con el Partido Socialista Brasileño (PSB) y el Partido Comunista do Brasil (PC do B).

El tercer lugar fue para Leonel BRIZOLA (11.168.228), del Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Procede consignar que, en estas elecciones intervinieron por primera vez los analfabetos (14% del electorado) y los adolescentes (de 16 a 18 años), inscribiéndose 4.000.000 de los 6.000.000 con derecho a voto.

En virtud de que en la primera vuelta ningún candidato logró mayoría absoluta (50,1%), los dos postulantes más votados (COLLOR de MELLO y "LULA"), de acuerdo a lo establecido por la respectiva Ley Electoral, disputaron la segunda vuelta (17DIC89), triunfando COLLOR de MELLO con 35.089.998 votos contra 31.076.364 logrados por "LULA".

La reducción de la ventaja obtenida por COLLOR en la primera vuelta, se debió esencialmente al apoyo que obtuvo "LULA" en la segunda vuelta por parte del electorado del PDT de BRIZOLA.

Por su parte, COLLOR en la segunda votación logró el apoyo del Partido del Frente Liberal (PFL), Partido Democrático Social (PDS) y Partido Liberal (PL), como asimismo, la adhesión de la línea interna de derecha del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) -principal fuerza política de BRASIL-, Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB), Partido Trabalhista Brasileño (PTB), y Partido Verde (PV), entre otros.

Al presente, los partidos políticos que intervendrían en las elecciones presidenciales del 03OCT94 y sus posibles candidatos, así como las alianzas y/o coaliciones que los mismos pudieran conformar son susceptibles de sistematizar en los siguientes términos:

- Partido de los Trabajadores (PT): Su candidato, Luiz Inacio DA SILVA "LULA", a pesar de liderar las encuestas de opinión pública,

9405720

tiene apoyos poco significativos -habiendo formalizado coalición con el Partido Socialista Brasileño (PSB) y el Partido Comunista do Brasil (PC do B)-, manteniendo contactos con el Partido Popular Socialista (PPS), Partido Social Trabalhista (PST), Partido de Movilización Nacional (PMN) y Partido Verde (PV) y buscando asimismo, prioritariamente, el apoyo del ex Gobernador de RIO DE JANEIRO, Leonel Brizola, Presidente del Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Sin embargo, BRIZOLA mostró resistencia a una alianza con "LULA", ya que considera que el PT no ha sabido agradecerle el respaldo que le brindara en el segundo turno de las elecciones presidenciales de 1989.

- Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB): Su referente, Fernando Henrique CARDOSO enfrenta un complejo proceso de negociación para concretar alianzas y/o coaliciones con el Partido del Frente Liberal (PFL), Partido Trabalhista Brasileño (PTB) y Partido Progresista (PP).

El ex Gobernador de BAHIA, Carlos Magalhaes, condicionó el apoyo del PFL a la nominación de su hijo, Luis Eduardo como Vicepresidente, mientras por su parte, el Presidente de la República, Itamar FRANCO, procuraba colocar en ese cargo al ex Gobernador de MINAS GERAIS, Helio GARCIA (PTB).

CARDOSO justificó su política de acuerdos y coaliciones, durante una reunión mantenida el 21ABR94 con la cúpula de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB), en que "ningún partido está en condiciones de gobernar solo". Por lo expuesto, propuso al candidato del PT "LULA", un pacto de gobernabilidad para impedir una polarización política, facilitando de esta manera futuras alianzas en caso de que uno de ellos alcance la Primera Magistratura.

- Partido Democrático Trabalhista (PDT): Su líder, Leonel BRIZOLA debería ser el candidato obligado, aunque no se hayan concretado alianzas con otros partidos. Sin embargo es posible que el PDT apoye otra candidatura, particularmente teniendo en cuenta que tiene un pacto de no agresión con el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) de QUERCIA y que ya formalizó un acuerdo con CARDOSO para su apoyo en una eventual segunda vuelta.

- Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB): Orestes QUERCIA -ex Gobernador de SAO PAULO y ex Presidente del partido-, José SARNEY -Senador y ex Presidente de la República- y Roberto REQUIAO -ex Gobernador de PARANA-, son tres de los posibles perfiles presidenciales. La indefinición sobre quién será el candidato a la sucesión presidencial, divide al partido y coloca la búsqueda de apoyos en segundo plano, contexto en el cual QUERCIA es el que cuenta con mayores posibilidades de triunfo en la Convención Nacional, aunque tanto SARNEY como REQUIAO procurarían obtener la postulación.

El virtual triunfo de QUERCIA y su nominación como candidato del partido, podría producir deserciones y renuncias dentro del seno de la dirigencia política de este nucleamiento.

9405720

03

- Partido Progresista Renovador (PPR): La negativa del Prefecto de SAO PAULO, Paulo Salim MALUF -hasta MAR94 segundo en las encuestas para la sucesión de Itamar FRANCO-, abriría espacio al lanzamiento de una posible candidatura del Senador por el Estado de SANTA CATARINA, Esperidiao AMIN. El PPR debe reiniciar las conversaciones con el PFL para intentar una alianza, aprovechando la deserción de MALUF, que no mantiene buenas relaciones con el ex Gobernador de BAHIA, no descartándose que desista de presentar candidato propio para apoyar a CARDOSO.

- Partido del Frente Liberal (PFL): Antonio Carlos MAGALHAES -ex Gobernador de BAHIA-, defensor de la candidatura de CARDOSO, ha promovido al candidato a Vicepresidente, amenazando con presentarse independientemente si el PSDB no garantizaba dicho cargo para su partido. Con la renuncia de MALUF a la sucesión presidencial, podría intentar concretar una alianza con el PPR.

- Partido Trabalhista Brasileño (PTB): Al no tener candidato propio, estaría evaluando una alianza con el PSDB, mientras paralelamente, el Senador José Eduardo ANDRADE VIEIRA -ex Ministro de FRANCO y Presidente del partido- actuaría en dos frentes: realizando campaña como candidato presidencial y procurando una alianza con el PDT.

Apreciación

En el marco expuesto, la probable polarización de las próximas elecciones presidenciales entre "LULA" y CARDOSO, surgiría como una de las principales tendencias, originada no sólo en la situación político-partidaria de estos dos contendientes, sino del eventual comportamiento del PDT de BRIZOLA y del PMDB, como así también de otros partidos, por ejemplo el PPR y el PFL.

CARDOSO, candidato por un partido de centro-izquierda, con un cuadro directivo de relevancia pero con limitado caudal electoral propio, contaría con escasos candidatos a Gobernadores con posibilidades de triunfo exceptuando a Mario COVAS, postulante al importante Estado de SAO PAULO (SP).

La chance del PSDB en SP también se podría acrecentar por la negativa de MALUF (PPR) de presentarse a las próximas elecciones presidenciales, los numerosos integrantes del PSDB -incluso CARDOSO- que han desplegado una intensa actividad política en ese Estado, y por el actual candidato a Gobernador, Mario COVAS, que como ex candidato presidencial en 1989, logró el tercer lugar en la primera vuelta con 3.802.330 votos, detrás de COLLOR de MELLO, del Partido de la Reconstrucción Nacional (PRN) -actualmente en extinción-, con 4.085.224 votos, y MALUF del Partido Democrático Social (PDS), hoy reagrupado en el PPR, que en esa oportunidad obtuvo 3.934.324 votos.

Esta situación y el gravitante apoyo del sector empresarial impulsarían a CARDOSO a superar esta debilidad electoral a través de una alianza con el PFL, que mejoraría notoriamente sus perspectivas en el Noreste, área donde CARDOSO no contaría con una preferencia significativa.

CARDOSO, al proponer a su principal rival en la sucesión

04

9405720.

presidencial un pacto de gobernabilidad, si bien logró quitarle protagonismo al candidato del PT -respaldado por el ala progresista de la Iglesia Católica-, habría introducido un elemento de fricción en las negociaciones con los dirigentes del PFL, dada la distintiva oposición de los mismos al PT.

Por su parte el PFL, principal receptor de los políticos que abandonaron las filas del PRN, buscaría atraer a su eventual alianza con CARDOSO al PPR. Esta aproximación parecería responder más a intereses del PFL que de CARDOSO, ya que el PPR sólo es notoriamente fuerte en SP, lo cual adquiere importancia para el PFL, pues la afinidad ideológica y el origen común de ambos partidos, le aseguraría el respaldo económico de SAO PAULO, necesario para el desarrollo de los estados nordestinos.

La acentuada inclinación de CARDOSO hacia la derecha, contribuiría a obstruir una mayor aproximación con BRIZOLA (PDT), y lo expondría a perder parte del caudal electoral de izquierda con que cuenta su partido, el PSDB, hechos que reforzarían la posible polarización de las elecciones.

El PDT, aunque con un caudal electoral relativamente disminuido, continuaría siendo la principal fuerza en los Estados de RIO DE JANEIRO y RIO GRANDE do SUL.

De no concretarse la alianza con CARDOSO, y de mantenerse el rechazo a la coalición con "LULA", la única alternativa de presentarse formando alianza para las próximas elecciones del PDT estaría dada por las gestiones que habría impulsado el PMDB.

Esta alternativa podría verse obstaculizada por las desinteligencias entre QUERCIA y BRIZOLA, las acusaciones de corrupción, que recientemente han cuestionado también al PDT, y por ciertos sectores del PMDB que -aunque con un relativamente minoritario peso dentro de la estructura partidaria- son proclives a apoyar a CARDOSO.

Sin embargo, si los aspectos arriba enumerados pudiesen ser superados, la eventual alianza entre el PDT y el PMDB podría ubicarse como una opción de centro entre CARDOSO y "LULA", cuyo desempeño en la primera vuelta podría limitarse a poner en evidencia la mera fortaleza de las estructuras partidarias que los sustentan, debido a que QUERCIA y BRIZOLA se han mantenido individualmente por debajo del 10% de las preferencias del electorado brasileño, a pesar de que ninguno de ellos ha iniciado su campaña electoral.

El PMDB, actualmente el partido mayoritario en el Congreso, con una importante estructura nacional y base electoral, definirá orgánicamente el próximo 15MAY94 su candidato presidencial en internas, cuyo procedimiento fortalecería las posibilidades de QUERCIA.

Este candidato, una vez confirmado, podría mantener ese rechazo a respaldar en la primera vuelta a un candidato extra partidario, e incluso podría penalizar a aquellos dirigentes del PMDB que iniciaron conversaciones con CARDOSO.

9405720

Ambas conductas, a su vez, incentivarían las probables deserciones e incluso escisiones, que la mera nominación de QUERCIA propiciaría, lo cual debilitaría aún más al partido más cuestionado por su vinculación con hechos de corrupción.

En este marco, quien encabeza las preferencias electorales, "LULA" DA SILVA, también enfrenta aspectos que le restarían posibilidades de salir victorioso en la primera y en la segunda vuelta.

Al respecto, cabe recordar que debido al avance de las líneas más radicalizadas, se ve obligado permanentemente a actuar sobre la dirección del partido, a fin de asegurar que la estructura partidaria no reste posibilidades a su candidatura.

Asimismo, la conciencia de la relativamente endeble estructura partidaria a nivel estadual, que no aseguraría la obtención de un número de gobernaciones congruente con su preferencia electoral a nivel nacional, así como el persistente rechazo que encuentra en importantes sectores del quehacer económico-social interno quienes impulsarían incluso un frente en su contra, acentuaría la necesidad de ampliar el espectro de alianzas realizadas.

Esta línea de acción si bien vislumbrada y transitada por el candidato del Partido de los Trabajadores, aparecería en la actualidad frustrada, razón por la cual, no se podría descartar que este candidato se esté aproximando a una suerte de "meseta" de las preferencias electorales, que le podría ofrecer un buen comportamiento en la primera vuelta pero que no le asegurase la segunda.

No obstante, cabe recordar que los hechos que pudiesen ocurrir en los ámbitos político, económico y social brasileño en los próximos meses, su eventual gravitación sobre las diversas fuerzas y personalidades políticas y sobre la percepción de la opinión pública irán acentuando y disminuyendo las perspectivas de los distintos candidatos.

Además, aspectos de carácter instrumental, como la elección para las diversas autoridades -dado que son las primeras elecciones generales- por "sábanas" enteras o si se permite su corte, y determinadas características sociopolíticas, como el relativamente importante crecimiento de la base electoral, el cuestionamiento a los políticos tradicionales, etc., podrían convertirse en factores de relevante incidencia sobre los resultados electorales de OCTUBRE.

9405720.

ANEXO A

Cuadro comparativo entre las elecciones presidenciales del 15NOV-17DIC89 (1a. y 2a. vuelta) y las primeras proyecciones para el 03OCT94 (Encuestas DATAFOLHA-MAR-ABR94).

CANDIDATOS - PARTIDOS POLITICOS	1989 (%)			1994 (%)	
	Encuestas (ABR89)	1er. Turno	2do. Turno	Marzo	Abril
Luiz Inacio DA SILVA "Lula" - (PT)	14	16	44	30	36
Fernando Henrique CARDOSO - Mario COVAS - (PSDB)	7	11	-	11	20
Leonel BRIZOLA (PDT)	15	15	-	9	10
Orestes QUERCIA- Ulysses GUIMARAES (PMDB)	7	4	-	7	8
Antonio Carlos MAGALHAES-Aureliano CHAVES (PFL)	4	1	-	7	7
Fernando COLLOR DE MELLO (PRN)	17	29	50	-	-
otros *	14	18	-	15	2
Indecisos **	22	6	6	23	18

* Incluido el candidato Paulo SALIM MALUF (PPR), que desistió de disputar las elecciones presidenciales del 03OCT94.

** El porcentaje de indecisos (incluidos blancos y nulos) es del 18%, tres veces mayor al resultante del 1º y 2º turno de las elecciones del 89 (6%).

9405720

ANEXO II

.Datos complementarios sobre las elecciones presidenciales del 15NOV-17DIC89 y las previstas para el 03OCT94

"LULA" : aumentó su electorado en forma homogénea en todas las regiones del país. Estaría demostrado que tendría en cada región el doble de votos de los que obtuvo en el primer turno de las elecciones presidenciales del 15NOV89, según lo expuesto a continuación:

Norte y Centro-Oeste: actualmente es más fuerte (38%), en relación al segundo turno 89 (32%).
Nordeste: prácticamente tiene el mismo porcentaje que obtuviera en el segundo turno, 39% contra 41%.
Sudeste: actualmente cuenta con el 34%, que sería un porcentaje intermedio entre el 17% del primer turno y lo logrado en el segundo turno (47%).
Sur: en el segundo turno logró 46%, con el apoyo del PDT de BRIZOLA. Había totalizado en la primera ronda solamente el 8%. Actualmente cuenta con el 33%.

Con BRIZOLA aconteció exactamente lo contrario, la comparación de los datos de 1994 con los de 1989, muestra cómo perdió fuerza en todo el país.
Tenía en ABR89, 15% de las intenciones de voto, hoy tiene 10%.
Terminó el primer turno con el 15% y fue derrotado por "LULA", perdiendo la posibilidad de enfrentar a COLLOR de MELLO en el segundo turno por una diferencia insignificante (menos de 500.000 votos).
En la región sur, en la primera ronda de 1989 fue el candidato más votado con el 36%, ocupando el segundo lugar COLLOR de MELLO (22%).
En la actualidad, en dicha región apenas cuenta con el 20%, siendo superado por "LULA" (33%) y casi con los mismos porcentajes que CARDOSO.

"LULA" (PT), con 36% de la intenciones de voto en BRASIL tiene actualmente más del doble de los votos que obtuviera en el primer turno 89 (16%). Está apenas a ocho puntos de los votos logrados en el segundo turno (44%).

CARDOSO (PSDB), con el 20% acumula casi el doble de los logrados por Mario COVAS, candidato del partido en 1989 (11%).

QUERCIA (PMDB) -8%- y MAGALHAES (PFL) -7%-, están en mejores condiciones que los candidatos de sus respectivos partidos al final del primer turno 89. GUIMARAES (4%) y CHAVES (1%).

Solamente BRIZOLA (PDT) -10%- está debajo de su desempeño en 1989 (15%). "LULA" y CARDOSO superan actualmente lo que computaba en ABR89 el ex Presidente COLLOR de MELLO.

9405720.

BRASIL

Cuadro electoral a 130 días de las elecciones generales

La definición de las próximas elecciones generales brasileñas (03OCT94) estará dada por la respuesta de casi 90 millones de votos a las propuestas que presentan las siguientes fuerzas políticas que se mencionan a continuación.

El Partido de los Trabajadores (PT) no sólo ha ratificado la preferencia popular - entre el 38 y el 42% de la intención de voto- del líder de la línea Articulación, Luiz Inacio da Silva "LULA" en el 9no. Encuentro Nacional (01/03MAY94), sino que paralelamente aprobó un Programa de Gobierno donde se atenuaron los aspectos más irritativos para importantes sectores nacionales e internacionales.

Además ha anunciado la reedición de la fórmula presidencial de 1989 "LULA" -José Paulo BISOL -actual Senador del Partido Socialista Brasileño (PSB) por el Estado de RIO GRANDE do SUL- y ha concretado alianzas con los partidos:
- Partido Comunista do Brasil (PC do B)
- Partido Popular Socialista (PPS)
- Partido Verde (PV)
- Partido Socialista de los Trabajadores Unificados (PSTU)

Por su parte, la Convención Nacional del Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB) lanzó oficialmente el 14MAY94 la candidatura presidencial del ex Ministro de Hacienda de Itamar FRANCO, Fernando Henrique CARDOSO, quien será acompañado por el Senador del Partido del Frente Liberal (PFL), Guilherme PALMEIRA, del Estado de ALAGOAS.

Sin embargo, tanto la alianza concretada con el PFL como la nominación de PALMEIRA recibieron el rechazo de las filas del PSDB, especialmente en el Estado de BAHIA, donde dirigentes como Jutahy MAGALHAES JUNIOR -Ministro de Previsión Social en la gestión de FRANCO- amenazaron con apoyar la candidatura de "LULA"; por su parte, la incorporación del Partido Trabalhista Brasileño (PTB) a la coalición no despertó mayores comentarios.

En este marco, la principal fuerza política del país y mayoritaria en el Congreso Nacional (102 Diputados y 27 Senadores) el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) realizó el 15MAY94 elecciones internas de las que surgió como candidato presidencial el ex Gobernador de SAO PAULO y ex Presidente del PMDB, Orestes QUERCIA por 8.417 votos (79% del total).

No obstante, el contundente triunfo de QUERCIA sobre el ex Gobernador de PARANA, Roberto REQUIAO - que logró el 17,7% de los votos válidos al contabilizar 1.949 sufragios- deberá ser homologado por la Convención Nacional el 22MAY94 en BRASILIA.

Entre otros hechos de la interna partidaria que tuvieron importancia, cabe mencionar el comportamiento del ex Presidente y actual Senador José SARNEY, quien luego de renunciar a su postulación por el PMDB recurrió infructuosamente al Supremo Tribunal Federal (STF) para obtener la reapertura del plazo de afiliaciones partidarias que vence el 31MAY94. Esta autorización legal le hubiese permitido presentarse como candidato presidencial por otro partido.

Asimismo, importa señalar que sobre una base electoral partidaria restringida al 9% del total de los afiliados (250.000) sólo concurrieron a los comicios el 49,5% de los votantes habilitados, de los cuales el 1,2% habría explicitado su rechazo a los postulantes a través del voto en blanco (134) -porcentaje levemente inferior a los votos anulados, que representaron el 1,6%-. Estos datos permiten sostener que menos del 4,48% de los afiliados del PMDB convalidaron la candidatura de QUERCIA.

El Partido Democrático Trabalhista (PDT), cuyo candidato es el ex Gobernador de RIO DE JANEIRO, Leonel BRIZOLA, mantiene un exiguo lugar en las encuestas con sólo el 8% de la intención de voto.

A diferencia de las anteriores elecciones presidenciales (1989), importantes dirigentes del partido respaldarían la candidatura de CARDOSO en caso de una eventual segunda vuelta, en virtud de existir un compromiso de apoyo a CARDOSO y no a "LULA".

Dada la renuncia del actual Prefecto de SAO PAULO, Paulo Salim MALUF a ser candidato a la sucesión presidencial, el Partido Progresista Reformador (PPR) nominó al Presidente de esta agrupación y ex Gobernador de SANTA CATARINA, Esperidao AMIN como candidato del PPR, pero hasta el presente no han concretado alianzas y/o coaliciones con otros partidos a nivel nacional.

Apreciación

El notorio crecimiento sostenido que registra el candidato del PT, obedecería:
- Al trabajo de campaña que viene realizando hace poco más de un año, que le habría permitido -a través de numerosas giras proselistas internas- alcanzar un importante grado de penetración en la población, particularmente si se tiene en cuenta las concretas dificultades del candidato de acceder a los medios de comunicación masiva dado el rechazo que su figura provoca en los mismos.
- A los efectos indirectos del comportamiento de los representantes políticos y económicos de la derecha, que persistentemente han fortalecido por contraposición la imagen de "LULA".
- Al aparente privilegio de la lealtad ideológica que manifestarían los adherentes de la izquierda en general al momento de definir sus preferencias, lo cual le permitiría captar los votos de este signo que habitualmente corresponden a otros partidos, hoy relacionados con la derecha.

La ascendente preferencia electoral de "LULA" adquiere singular importancia dado que los esfuerzos partidarios para ampliar la coalición han sido relativamente infructuosos porque hasta el momento sólo han logrado sumar partidos de escaso caudal electoral.

Además, si bien la estructura partidaria continúa dominada por los sectores más radicalizados, "LULA" ha logrado obtener de ellos la necesaria moderación que le permita llegar al "gran público" lo cual, sumado a su posicionamiento como "el candidato de la izquierda", permite presuponer que podrá encauzar el eventual "descarrilamiento" que estos sectores pudieran evidenciar en los próximos meses.

Más aún, aunque las desinteligencias intrapartidarias aparecerían como una característica generalizada del espectro político brasileño, el PT se destacaría por la limitación que logra imprimir a sus discrepancias.

Cabe precisar que ninguno de sus dirigentes ha amenazado con cambiar o escindir el partido o votar por otros candidatos que no sean los partidarios, ni sufren el divorcio entre las bases y los cuadros, comportamientos que se presentan en el PMDB, PSDB, PFL y PDT.

94 05720.

Por lo expresado, no podría descartarse que, de persistir los factores que alimentarian la ascendente popularidad de "LULA", éste pudiese obtener la Presidencia de la República en la primera vuelta, lo que constituiría en estos momentos su mejor oportunidad para acceder a la Primera Magistratura en las próximas elecciones.

Por su parte, el descenso relativo (4 puntos) en la intención de voto de CARDOSO sería producto de:
- La consolidación de su alianza con el PFL -que se ubica en las antípodas ideológicas del PSDB- y con otros sectores de derecha seriamente comprometidos con hechos de corrupción, y en particular con el ex-Presidente COLLOR -como es el empresario Roberto MARINHO, propietario de la Red Globo-, habría resentido su imagen ante la opinión pública, así como la colaboración de su partido en el esfuerzo de campaña.
- Además, la evolución y los escasos resultados alcanzados hasta el momento por su plan de estabilización condicionarian incluso la implementación de las etapas estratégicas electorales de CARDOSO, restándole iniciativa y protagonismo, reforzando de esta manera la tendencia descendente mencionada.

No obstante, de concretarse las negociaciones del PFL con el PPR, éste podría sumar a la opción CARDOSO, un caudal electoral de relativa importancia, especialmente en el populoso e importante Estado de SAO PAULO.

Los pasos seguidos por SARNEY apuntarían a preservar su caudal electoral y asumir el papel de eventual "árbitro" y "reaseguro" de la derecha, fortaleciendo paralelamente las posibilidades políticas de sus hijos, especialmente su hija Roxane, potencial candidata al gobierno del Estado de MARANHAO.

Finalmente, la candidatura de QUERCIA se sustentaría en:
- Su perfil psicológico, caracterizado por una férrea voluntad para lograr sus objetivos, una desmedida ambición política y económica, una significativa ausencia de escrúpulos y un marcado personalismo.
- Su dominio de los niveles de decisión de la estructura partidaria, convalidado tanto por la organización como por los resultados de las internas partidarias.
- La disponibilidad de medios económicos y de una red de vinculaciones, que reforzarían la capacidad de QUERCIA para enfrentar ofensivamente las acciones, incluso judiciales -centralmente vinculadas con hechos de corrupción- que se despliegan en su contra, las cuales aparentemente sólo podrían detenerlo ante la inminencia de la derrota.

Este comportamiento y estas vulnerabilidades, combinadas con una baja intención popular de voto -5/7%- y con una campaña electoral que a 130 días de las elecciones todavía no fue lanzada, podrían comprometer seriamente los resultados electorales del principal partido brasileño en la primera vuelta.

Por último, de persistir la posición tanto de BRIZOLA en las encuestas, como de la dirigencia del PDT respecto a apoyar a CARDOSO en la segunda vuelta, se podría afirmar la posible emigración de esa base partidaria hacia "LULA".

9405720.

- **BRASIL**

Las exportaciones de BRASIL a CUBA están constituidas principalmente por insumos plásticos para la fabricación de embalajes, papel, pollo congelado, alimentos en general y materia prima para bebidas gaseosas.

En tanto, el 90% de las exportaciones de CUBA a BRASIL consisten esencialmente en vacunas contra la meningitis, enzimas y aparatos ortopédicos; encontrándose en estudio proyectos para aumentar este intercambio y ampliar la cooperación en áreas tales como turismo, educación, transferencia de tecnología para la explotación de caña de azúcar y otros.

Respecto a la inversión privada, el interés brasilero por emprender negocios en la Isla se encuentra en auge. A fines de MAR93 visitó LA HABANA una delegación de 35 ejecutivos de 22 empresas de las cuales CUBA espera lograr inversiones por un valor de U$S 10 millones, las cuales incluirían la construcción de un centro comercial para turistas, la venta de plantas procesadoras de cítricos brasileños, inversiones en las minas de níquel cubanas y la creación de una naviera cubano-brasileña.

Parte del acuerdo sería cubierto mediante una operación de trueque consistente en la exportación de alimentos brasileños a la Isla, así como la deducción de la deuda que CUBA tiene con dicho país (U$S 100 millones con organismos oficiales)

A fines de ENE94, ambos países firmaron un acuerdo mediante el cual CUBA exportará a BRASIL medicamentos -vitaminas, antibióticos y analgésicos, por un valor de U$S 30 millones-, las exportaciones cubanas servirán para compensar su deuda, por su parte, BRASIL pagará a la Isla -en dos partidas- los restantes U$S 20 millones. Asimismo se materializó un acuerdo de cooperación por el cual CUBA aportará tecnología para el cultivo de soja y caña de azúcar.

En los últimos años ha aumentado el comercio entre ambos países. En 1992, CUBA exportó a BRASIL productos por valor de U$S 46 millones e importó de ese país U$S 17,2 millones. En 1993, las ventas brasileñas a CUBA subieron a U$S 18,7 millones, o sea un aumento del 9,25 %.

En contraposición las cifras de las exportaciones cubanas a BRASIL para el año 93, se estiman que fueron mas bajas que las del año anterior.

N°. DOCUMENTO 9405721
TITULO Comercio entre Cuba y Brasil
PROCEDENCIA
FECHA DE 08/06/94
VINCULACION 507483
11101
11409
11399
Cuba

01-01 9405721

5D3

- BRASIL

Las exportaciones de BRASIL a CUBA están constituidas principalmente por insumos plásticos para la fabricación de embalajes, papel, pollo congelado, alimentos en general y materia prima para bebidas gaseosas.

En tanto, el 90% de las exportaciones de CUBA a BRASIL consisten esencialmente en vacunas contra la meningitis, enzimas y aparatos ortopédicos; encontrándose en estudio proyectos para aumentar este intercambio y ampliar la cooperación en áreas tales como turismo, educación, transferencia de tecnología para la explotación de caña de azúcar y otros.

Respecto a la inversión privada, el interés brasilero por emprender negocios en la Isla se encuentra en auge. A fines de MAR93 visitó LA HABANA una delegación de 35 ejecutivos de 22 empresas de las cuales CUBA espera lograr inversiones por un valor de U$S 10 millones, las cuales incluirían la construcción de un centro comercial para turistas, la venta de plantas procesadoras de cítricos brasileños, inversiones en las minas de níquel cubanas y la creación de una naviera cubano-brasileña.

Parte del acuerdo sería cubierto mediante una operación de trueque consistente en la exportación de alimentos brasileños a la Isla, así como la deducción de la deuda que CUBA tiene con dicho país (U$S 100 millones con organismos oficiales).

A fines de ENE94, ambos países firmaron un acuerdo mediante el cual CUBA exportará a BRASIL medicamentos -vitaminas, antibióticos y analgésicos, por un valor de U$S 30 millones-, las exportaciones cubanas servirán para compensar su deuda, por su parte, BRASIL pagará a la Isla -en dos partidas- los restantes U$S 20 millones. Asimismo se materializó un acuerdo de cooperación por el cual CUBA aportará tecnología para el cultivo de soja y caña de azúcar.

En los últimos años ha aumentado el comercio entre ambos países. En 1992, CUBA exportó a BRASIL productos por valor de U$S 46 millones e importó de ese país U$S 17,2 millones. En 1993, las ventas brasileñas a CUBA subieron a U$S 18,7 millones, o sea un aumento del 9,25 %.

En contraposición las cifras de las exportaciones cubanas a BRASIL para el año 93, se estiman que fueron mas bajas que las del año anterior.

Nº DOCUMENTO 9405721
TITULO Comercio entre Cuba y Brasil
PROCEDENCIA
FECHA DE 08/06/94
VINCULACION 507483
11101
11409
11399
Cuba

01-01 9405721

Nº DOCUMENTO 9405722
TITULO Interpretación de Biblia realizada por la Teología de la Liberación
PROCE. 15/03/93
FECH 17/3/94
VIA 11296
507691

El Vaticano presentó a la prensa un documento de 120 páginas para interpretar "fielmente" la Biblia

"La Teología de la Liberación es valiosa"

*** La Guía de la Pontificia Comisión Bíblica advierte contra el "feminismo tendencioso" pero la declaración tuvo votación dividida**

Rep 19/3

La interpretación de la Biblia realizada por la Teología de la Liberación latinoamericana tiene elementos de "valor indudable" pero corre riesgo de ser "unilateral" mientras la realizada por el feminismo puede ser "tendenciosa" y "discutible", según un documento presentado ayer viernes en el Vaticano.

Ciudad del Vaticano (AFP)

■ El documento, elaborado por la Pontificia Comisión Bíblica presidida por el cardenal alemán Joseph Ratzinger, verdadero ideólogo del papado de Juan Pablo II, se propone indicar los "caminos que conviene tomar" para llegar a una "interpretación" y actualización de la Biblia "tan fiel como sea posible a su carácter a la vez humano y divino".

Esta "guía" elaborada por el Vaticano proscribe toda actualización orientada en un sentido contrario a la justicia y a la caridad evangélica, como por ejemplo a quien quisiera "basar sobre textos bíblicos la segregación racial, el antisemitismo o el sexismo masculino o femenino", dijo el documento, recordando que según el Nuevo Testamento "los judíos son almas de Dios".

Entregado al pontífice el 23 de abril de 1993, el documento "La interpretación de la Biblia en la Iglesia" (120 páginas) recién fue presentado ayer, viernes, a los periodistas en una rueda de prensa.

La Teología de la Liberación tiene elementos de "valor indudable" como la "dimensión comunitaria de la fe" o "la urgencia de una praxis liberadora enraizada en la justicia y el amor", afirma.

Pero al mismo tiempo, una lectura "tan comprometida" de la Biblia comporta "riesgos". Se puede ser parcial y aunque es verdad que la interpretación de la Biblia "no puede ser neutra", debe cuidarse de no ser "unilateral", ya que el "compromiso social y político" no es la tarea directa de la exégesis (interpretación), subraya.

El texto advierte además sobre algunas interpretaciones inspiradas en "doctrinas materialistas" que han suscitado problemas sobre todo en relación "al principio marxista de la lucha de clases".

La gran crítica dirigida contra la Teología de la Liberación es que ha insistido en la "dimensión terrestre" de la Escritura en detrimento de la "trascendente".

Sobre la interpretación feminista de la Biblia, que se desarrolló en los años 70 junto al movimiento de liberación de la mujer, el documento habla de "dos criterios" usados por la investigación bíblica feminista: la "sospecha", porque "la historia ha sido escrita regularmente por los vencedores" y por eso no hay que fiarse de los textos, y el criterio "sociológico", que estudia las sociedades en los tiempos bíblicos y el papel que en ellas desempeñó la mujer.

En tanto parte de una "posición tomada", la exégesis feminista puede ser "tendenciosa" y "discutible". Suscita además cuestiones de poder dentro de la Iglesia, que son objeto de "discusión" y "confrontación".

En este sentido, la exégesis feminista "no podrá ser útil a la Iglesia sino en la medida en que no caiga en las trampas que denuncia y no pierda de vista la enseñanza evangélica sobre el poder como servicio, enseñanza dirigida por Jesús a todos sus discípulos, hombres y mujeres".



El documento del Vaticano rechaza el sexismo, masculino o femenino, y analiza numerosos métodos de interpretación bíblica.

Curiosamente, para un documento vaticano siempre presentado como unitario, a pie de página se explica que este último párrafo fue aprobado por 11 votos en la comisión bíblica contra 8 y que los que se oponían exigieron que el resultado de la votación fuera publicado, lo que de por sí habla de la profunda discusión que la cuestión del papel de la mujer provoca dentro de la Iglesia.

Entre los numerosos métodos de interpretación bíblica que analiza el documento —histórico, crítico, literario, semiótico, canónico, sociológico, antropológico cultural, psicológico, psicoanalítico, liberacionista, feminista y fundamentalista, entre otros—, el texto se inclina por el histórico-crítico al que califica de "indispensable" pero sin pretender el "monopolio".

Condena en cambio al "fundamentalista" que califica de "peligroso" "porque seduce a las personas que buscan respuestas bíblicas a sus problemas vitales".

DOCUMENTO CON PARTES POCO LEGIBLES

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9405722

C1-C1

Nº DOCUMENTO 9405723
TITULO Ultima encíclica de Juan Pablo II
PROC 150024
FE 1-3-94
VI 500777
507684

OPINION / SOCIEDAD

UN CONOCIDO JURISTA REFLEXIONA SOBRE LA ULTIMA ENCICLICA DE JUAN PABLO II

La Iglesia alienta el libre mercado

Clarín 1/3/94

A cien años de la encíclica Rerum Novarum, que perfiló definitivamente la doctrina social de la Iglesia, el papa Juan Pablo II se expidió poco tiempo atrás sobre los temas claves de este fin de milenio. Un ex ministro de la Corte Suprema de Justicia interpreta los pasajes esenciales de la reciente encíclica Centesimus Annus: el rechazo de un capitalismo indiferente e individualista, la dignificación del trabajo, la crítica a los estados asistencialistas y burocráticos y el respeto por un mercado en el que la solidaridad esté vigente.

Agencia Reuter



El papa Juan Pablo II: la riqueza de las naciones industriales se funda en la propiedad del conocimiento, de la técnica y del saber.

Por Rodolfo Carlos Barra

La desaparición del comunismo genera críticos interrogantes, no solo para los pueblos liberados y los países en vías de desarrollo —frecuentemente tentados por dicho modelo— sino también para los capitalismos desarrollados, que "corren el peligro de ver en esa caída la victoria unilateral del propio sistema económico, y por ello no se preocupan de introducir en él los debidos cambios" (56).

Juan Pablo rechaza la opción del capitalismo que conoció y criticó la "Rerum novarum", aquel del "trabajo-mercancía", del Estado indiferente, inspirado en el más crudo individualismo, en definitiva, en el "racionalismo iluminista, que concibe la realidad humana y social del hombre de manera mecanicista" (13).

tivo de las riquezas inmateriales y materiales... el principal recurso (económico-productivo) del hombre es... el hombre mismo" (32). **Y es en el trabajo donde el hombre perfecciona la obra del Creador**, se perfecciona a sí mismo y perfecciona a los demás, porque en el trabajo "están comprometidas importantes virtudes" (32) para la vida personal y social: "Hoy más que nunca, trabajar es trabajar con otros y trabajar para otros, es hacer algo para alguien" (31, 32).

El papel del Estado

También rechaza el Papa la opción de la "sociedad de bienestar o sociedad de consumo" (19) tan materialista como la comunista, que "al negar su existencia autónoma y su valor a la moral y al derecho, coincide con el marxismo en el reducir totalmente al hombre a la esfera de lo económico y a la satisfacción de las necesidades materiales" (19). En lo estrictamente económico, el "Es-

Iglesia nunca había rechazado el valor del mercado en la autónoma regulación de las relaciones económicas, nunca, tampoco, lo había afirmado tan expresamente como ahora. El "libre mercado" (34) es reconocido por el Papa como "el instrumento más eficaz para colocar los recursos y responder eficazmente a las necesidades" (34,43) también y muy especialmente en una economía globalizada como la actual. El li-

rechos fundamentales del trabajo" (40). La protección de la ecología es trascendente, sin por ello afectar la racional explotación de la riqueza, incluso la natural, y disminuir las fuentes de empleo. También el "ambiente humano" se encuentra en peligro de "destrucción irracional", de aquí que resulte de suma gravedad "salvaguardar las condiciones morales de una auténtica «ecología humana»" (38). El respeto por la

(Continúa en la PAGINA 67)

9405723.
01-02

Sin embargo, el capitalismo reconoce hoy elementos altamente positivos —en este sentido, debería llamárselo "economía de empresa", "economía de mercado" o, simplemente, "economía libre" (42)— aunque no haya podido todavía resolver los profundos problemas de marginación —"no solo económica, sino también cultural y religiosa" (57)— que es signo de una estructural injusticia en las sociedades modernas.

La opción, la "respuesta ciertamente... positiva" a la pregunta inicial, es la "economía libre", es decir el "sistema económico que reconoce el papel fundamental y positivo de la empresa, del mercado, de la propiedad privada y de la consiguiente responsabilidad para con los medios de producción, de la libre creatividad humana..." (42).

■ Revalorización del trabajo

El trabajo es uno de los medios más importantes de expresión de la personalidad. Por ello, la desnaturalización de su valor es fuente de alienación (41), e impide el desarrollo de una sociedad verdaderamente libre y democrática. "En nuestro tiempo —señala el Papa— es cada vez más importante el papel del trabajo humano en cuanto factor produc-

tado de bienestar" o "Estado asistencial" —que ya comienza a mostrar signos de fracaso en las sociedades europeas donde más se lo ha ensayado— en esencia significa un desconocimiento de la "subjetividad de la sociedad" (13) y de su consecuencia, el principio de subsidiariedad. Así, "al intervenir directamente y quitar responsabilidad a la sociedad, el Estado asistencial provoca la pérdida de energías humanas y el aumento exagerado de los aparatos públicos, dominados por lógicas burocráticas más que por la preocupación de servir a los usuarios, con enorme crecimiento de los gastos" (48). Exceso de burocratismo, inversión del papel de los aparatos públicos en la sociedad —de simples medios a principales fines— gasto público desmedido y por tanto excesivo peso tributario, disminución de la inversión privada y así de las oportunidades de empleo, exorbitancia del "Estado empresario" —que solo se justifica en "situaciones excepcionales" (48)— son las notas que caracterizan a este modelo estatal, más cercano al socialismo —si bien democrático en lo político— que al capitalismo.

■ Una clave: el mercado

Si bien la doctrina social de la

bre desenvolvimiento del mercado, que se asienta en el reconocimiento de la "libertad individual y la propiedad, además de un sistema monetario estable y servicios públicos eficientes" (48), requiere condiciones, entre ellas la seguridad jurídica en un sistema donde el núcleo del derecho sea la autonomía contractual de las partes. El exceso de regulaciones, en la medida que sustituya o anule la autonomía contractual, contradice el régimen de mercado y ahoga a la iniciativa privada. Pero el mercado requiere también de la vigencia de dos principios básicos del orden social, el de subsidiariedad y el de solidaridad que ordenan la vida social "en defensa de los más débiles" (15).

Pero la encíclica recuerda que solo corresponde al mercado aquello que es susceptible de ser vendido y solventado a través del mecanismo de formación de su precio conveniente (34). "Al hombre, porque es hombre" (34), en cambio, le es debida una especial categoría de bienes, que Juan Pablo denomina "bienes colectivos", como "el ambiente natural y el ambiente humano", por tanto, ajenos a la "lógica" del mercado (40). Es responsabilidad del Estado resguardarlos, "así como en tiempos del viejo capitalismo... tenía el deber de defender los de-

02-02

9405723

Nº DOCUMENTO 9405724
TITULO Familia es centro de atención de Iglesia Católica
PROC 150015
FECHA 9-3-94
VIN 500777
507466

La familia es este año el centro de atención de la Iglesia Católica

La Mañana 9/3/94

•Religiosos del Cono Sur en Montevideo

Los desafíos, dificultades y proyectos en torno a la situación de las familias en este Año Internacional de la Familia, y la posición de la Iglesia con respecto a las personas divorciadas, fueron algunos de los temas analizados en el reciente Encuentro de Responsables de Pastoral Familiar del Cono Sur realizado en Montevideo.

Agustín Aishemberg, Coordinador Nacional de Pastoral Familiar de nuestro país anunció a **LA MAÑANA** la próxima publicación de una importante investigación acerca de las familias uruguayas.

En el marco del Año Internacional de la Familia, el último fin de semana culminó el Tercer Encuentro de responsables de Pastoral Familiar del Cono Sur, que se realizara en Montevideo. En las reuniones, llevadas a cabo del jueves al domingo pasado en la casa de retiros Nazaret, participaron los representantes de las diferentes Comisiones de Pastoral Familiar de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, así como también el Secretario Ejecutivo del SEPAF-CELAM, y el responsable de la Pastoral Familiar de nuestro país, Mons. Orestes Nutti.

"Esta es la tercera reunión latinoamericana a nivel regional que se hace -afirmó Agustín Aishemberg, Coordinador Nacional de Pastoral Familiar de nuestro país- y en este caso a Uruguay le tocó ser la sede. Uno de los objetivos de este encuentro fue el compartir experiencias acerca de lo que se está realizando en cada país, los logros, dificultades, problemas, desafíos y proyectos, en lo referente, fundamentalmente, al Año Internacional de la Familia."

Con respecto a nuestro país indicó Aishemberg que *"en Uruguay esto se ha tomado muy en serio, y pretendemos que este año no pase inadvertido para la familia del Uruguay.* Hemos intentado dos o tres áreas básicas; por un lado pretendemos conocer la realidad de la familia del Uruguay, ya que éste es un trabajo que no se ha hecho desde hace muchos años, porque si bien hay datos estadísticos y censos que tienen que ver con el número de integrantes de la familia, no se sabe qué es lo que pasa internamente, qué es *lo que valora hoy la familia, cuáles son las dificultades, cómo se siente como tal, qué papel piensa que debe ocupar en la sociedad, qué debilidades o fortalezas tiene, etc. Esta investigación, hecha por profesionales del tema, pensamos culminarla en el correr de marzo, y va a ser un aporte importante para todo el país"*

"Pretendemos -continuó el entrevistado- que este sea un año en el que se promocione la familia, para revisar nuestra misión, para defender la vida. Queremos defender la vida frente a un proyecto que ya está presentado en el Parlamento con respecto a la despenalización del aborto, queremos participar de todos los ámbitos de discusión que haya. Queremos denunciar también algunas agresiones que está sufriendo la familia, y defender y dar a conocer sus derechos."



La familia como estructura básica de la sociedad y valores morales que la Iglesia se preocupa por preservar.

Posición de la Iglesia frente al divorcio

Otro de los temas de discusión en este encuentro regional fue la posición de la Iglesia frente a las personas divorciadas o en situaciones irregulares. "La Iglesia se propone acompañar, apoyar, discernir cada situación, porque no todas son iguales, pero fundamentalmente animar a estas personas que están viviendo situaciones irregulares a permanecer en la vida de la Iglesia. Hemos visto también como fundamental la prevención de estas situaciones; lo que hace falta hoy es decirle a la gente que es posible, a través de la oración y con la gracia del sacramento del matrimonio, superar las crisis y dificultades, las discusiones, los problemas con los hijos, la falta de trabajo, las enfermedades, etc., que es posible que en las familias se vivan los valores cristianos y que los padres seamos educadores de la fe de nuestros hijos".

ENTRADO
01-01
9405724

Nº. DOCUMENTO 9405725
TITULO PAPA. convocó cónclave. a cardenales católicos xa celebrar el 2000.
PROCEDENCIA 150024
FECHA 12-3-94
VI 500777 101982 507684. 11078

Buenos Aires, sábado 12 de marzo de 1994 ★ CLARIN

PREPARA ACTOS JUNTO A LOS CARDENALES

Convocatoria del Papa para celebrar el 2000

CIUDAD DEL VATICANO (Reuter). — El papa **Juan Pablo II** convocó a un cónclave extraordinario a todos los cardenales católicos del mundo, para preparar a la Iglesia a las celebraciones del año 2000.

La asamblea prevista para el 9 y 10 de mayo representa el quinto llamamiento formulado por el pontífice a todos los cardenales del mundo para que acudan a Roma desde su entronización en 1978.

El año 2000 es uno de los más significativos en la historia de la Iglesia, porque marca el inicio del tercer milenio de la cristiandad.

La totalidad de los 141 cardenales católicos fue invitada a la asamblea, incluyendo a los 39 cardenales a los que la jurisprudencia eclesiástica excluye de participar en un cónclave para elegir nuevo papa por tener más de 80 años.

El portavoz del Vaticano **Joaquín Navarro-Valls** dijo que los cardenales probablemente discutirán otros temas de interés para la Iglesia, aparte de las celebraciones del año 2000.

Los cardenales constituyen el cuerpo de asesores más estrechos del Papa en el Vaticano, y son sus representantes de más alto nivel en el mundo.

Fuentes de la Iglesia señalaron que el Vaticano quiere imprimir un tono serio y jubiloso a las celebraciones del fin del segundo milenio. Alrededor del año 1000, algunas sectas creían que el término del milenio coincidiría con el fin del mundo.

Las mismas fuentes indicaron que en la reunión de mayo también se discutiría cómo habría de celebrar el propio Papa el histórico aniversario.

El pontífice manifestó a la prensa en enero que, en el marco de las celebraciones del 2000, quería eslabonar en una sola gira los principales lugares sagrados del Viejo y del Nuevo Testamento.

Un viaje de esas características incluiría el **Líbano, Israel, Egipto, Siria, Jordania, Irak y Turquía.**

El Papa convocó anteriormente al Colegio de Cardenales en 1979, 1982, 1985 y 1991. Esas reuniones discutieron reformas administrativas en el Vaticano, finanzas de la Santa Sede y amenazas al catolicismo de sectas fundamentalistas.

Existen 18 vacantes en el Colegio de Cardenales para electores purpurados de menos de 80 años, y se cree que el Papa llenará estos puestos antes de fin de año.

ENTRADO
GRABADO

01 - 01 9405725.

DOCUMENTO 9405726
TITULO Consagraron en Londres primera mujer sacerdote anglicana
PROCE 15001S
FECH 13-3-94
VI... 500777
65890

Consagraron ayer en Londres a la primera mujer sacerdote anglicana

La Vanguardia 13/3/94.

Angela Berners-Wilson, casada, de 39 años, se convirtió ayer en la primera mujer sacerdote de la Iglesia de Inglaterra, seguida por otras 31 colegas llamadas a ser consagradas en orden alfabético por el Arzobispo de Bristol.

Bristol (Ansa)

Más de un millar de invitados de todo el mundo asistieron a la ceremonia en la catedral de Bristol, 460 años después de la decisión del Rey Enrique VIII de separarse de Roma y fundar la Iglesia de Inglaterra.

Pocas horas antes del rito, el primado anglicano y Arzobispo de Canterbury, George Carey, lanzó un nuevo llamamiento en favor de la unidad de su Iglesia, que en los últimos tiempos sufrió la hemorragia de centenares de párrocos y algunos miles de fieles que prefirieron el catolicismo antes que aceptar el sacerdocio femenino.

Carey subrayo junto a la segunda autoridad religiosa de la Iglesia nacional, el Arzobispo de York John Habgood, que no se trató de una decisión apurada sino que es el fruto de veinte años de debates.

Frente a la catedral, un Pastor llevaba un cartel de protesta: "La Iglesia de Inglaterra fue asesinada hoy". Un colega suyo hizo sonar a duelo las campanas. Pero la mayoría de los fieles, según todas las encuestas, están de acuerdo.

En su llamamiento de ayer el Arzobispo Carey -que es también la máxima autoridad religiosa reconocida por las iglesias autónomas diseminadas en más de cien países y que se reconocen en la Comunión anglicana- afirmó que la ordenación de mujeres "es la voluntad de Dios" y que "de ahora en adelante nuestra Iglesia será diversa, las mujeres podrán ejercer sus talentos igual que los hombres, alegrémonos".

Las 32 mujeres ordenadas - a las que seguirán más de mil en los próximos meses- tienen experiencia en la administración de parroquias y en otras actividades eclesiásticas. Todas eran diaconisas (el primer grado hacia el sacerdocio) pero a partir de ayer adquirieron tres nuevas funciones: suministrarán la comunión, darán la absolución y bendecirán en nombre de Dios. En Arzobispo de Bristol, Barry Rogerson, procedió en orden alfabético para la "imposición de las manos", es decir la ordenación. La primera, Angela Berners-Wilson, es la capellana de la universidad local y fue una de las líderes del "Movimiento para la ordenación de las mujeres sacerdote" que durante casi dos décadas luchó para obtener la ceremonia de ayer.

"Dios está más allá de las características sexuales; la tradición no debería ser estática sino dinámica", declaró Angela.

El Arzobispo de Bristol eligió, entre otros, para la solemne ceremonia en la catedral, el relato evangélico de la primera aparición de Jesucristo después de la Resurrección, que fue ante María Magdalena. La figura de la Magdalena es, efectivamente, uno de los símbolos de varios movimientos que trabajan en favor del sacerdocio femenino.

Las mujeres ordenadas ayer como sacerdotes son las primeras de la Iglesia de Inglaterra pero no dentro de la Comunión anglicana. En las diversas Iglesias autónomas, como la de Canadá, ya existían mujeres sacerdote. La primera ordenación femenina -en la comunidad anglicana china- había sido realizada en 1944.

El Vaticano reaccionó ayer enérgicamente a la ceremonia de Bristol porque -según declaraciones del vocero Joaquín Navarro Valls- el sacerdocio femenino no puede ser aceptado, porque se trata de una cuestión que tiene que ver con la "naturaleza" del sacerdocio y no con meras cuestiones de disciplina.

9405726

01-02

Polémica: la primera misa dirigida por una mujer se realizó en Bristol

La reverenda Angela Berners-Wilson y las otras 31 mujeres que recibieron la ordenación sacerdotal en la Iglesia Anglicana de Bristol, celebraron ayer la primera "misa" o rito de la Eucaristía.

La reverenda Angela, con la ayuda de su marido, abogado, distribuyó la comunión a los fieles con la emoción de los debutantes en un templo de St. Paul's, situado en un suburbio de Bristol.

Andrew, el esposo de la primera mujer que ayer recibió "la imposición de las manos", no sólo distribuyó la eucaristía con su esposa, sino que también leyó durante el rito pasajes de la Biblia. Al término del servicio religioso, la comunidad abrazó a la reverenda Angela y a su "colaborador".

"Hemos esperado por mucho tiempo la llegada de este instante. Es un momento maravilloso para todos", declaró la reverenda Angela, que tiene 39 años y que hasta ayer fuera capellana en la universidad de Bristol como simple diaconisa. El marido de la mujer-sacerdote, que está convencido de que la gente con el tiempo verá lo beneficioso que resultará el magisterio religioso ejercido por mujeres, definió este momento como "maravilloso para todos".

Pero, en realidad, el momento parece sumamente difícil, pues la ordenación de mujeres (a fines de 1994 en 35 de las 43 diócesis anglicanas prestarán servicio mujeres) corre el riesgo de provocar un cisma en la Iglesia Anglicana.

La prensa habla del peligro de que la Iglesia con la que la orgullosa Gran Bretaña se ha identificado en los últimos 500 años se convierta en una "Bosnia eclesial".

Siete obispos y 700 pastores anglicanos (en algunos casos con su entera grey) ya anunciaron su pase a la Iglesia Católica. La ruptura con el credo de sus mayores ha suscitado el clamor del director del Sunday Telegraph, Charles Moore.

En un largo artículo publicado ayer, Moore anunció su cambio de bandera y que pasará al campo "papista", porque la fe en la que fue educado vive "una crisis irremediable, está desvitalizada, anclada en un decente, razonable agnosticismo de izquierda".

La Iglesia Católica, en cambio, ha sido vigorizada por el Concilio Vaticano II y posee un alto nivel teológico y ecuménico, dijo Moore.

Las cifras, dramáticas, parecen dar razón al periodista: sólo el 2,4 por ciento de los que han recibido una educación anglicana asiste los domingos al servicio religioso.

Desde hace 460 años, desde que el Rey Enrique VIII decidió separarse de Roma y fundar la Iglesia de Inglaterra, la ordenación sacerdotal de mujeres efectuada representa para los tradicionalistas el inquietante síntoma del ocaso de una fe.

Para los progresistas, en cambio, un avance y una renovación en el ejercicio del ministerio sacerdotal.

Pero ni el temor al abandono de la fe por parte de tantos fieles ni las denuncias de los conservadores parecen detener el avance de las "hijas de Eva" en favor de lo que el obispo de Bristol, Barry Rogerson, llamó "la lucha contra las discriminaciones".

El "Movimiento para la ordenación de mujeres", el frente de las "feministas religiosas" subrayó que es preciso seguir batallando. "No todas las seculares restricciones han caído: hay que luchar para que el Sínodo General Anglicano abrogue la cláusula que niega a las mujeres-sacerdote la consagración episcopal", esto es, ser consagradas obispo. (LONDRES/ANSA)

LA MAÑANA 14/3/94

02-02

9405726

Nº DOCUMENTO 9405727

La Iglesia Anglicana ya tiene sacerdotisas

Por Graciela Iglesias
(Corresponsal de LA NACION)

Ceremonia: a pesar de los disturbios de grupos opositores, las primeras 32 mujeres fueron ordenadas en la catedral de Bristol.

BRISTOL, Inglaterra, 12. – Treinta y dos mujeres fueron ordenadas sacerdotisas del anglicanismo, en lo que se considera el paso más importante en materia religiosa desde que Enrique VIII dispuso el cisma de la Iglesia Católica en 1534.

El cielo entre nublado y soleado sobre la catedral de Bristol, escenario de la histórica ceremonia, reflejó el sentimiento de división en la Iglesia de Inglaterra al abandonar centurias de tradición.

Mientras el obispo de Bristol, reverendo Barry Rogerson, otorgaba el sacramento a las aspirantes, ataviadas con túnicas blancas sobre sotanas negras, las campanas de la cercana iglesia de San Felipe y San Jacobo entonaban una marcha fúnebre.

Pero la ceremonia siguió adelante. El momento culminante consistió en la colocación de manos sobre la cabeza de cada una de las mujeres por parte de ocho autoridades eclesiásticas transmitiendo así el Espíritu Santo. El obispo Rogerson les entregó más tarde una Biblia en señal, dijo, "de la autoridad que Dios te ha dado este día para divulgar el evangelio de Cristo y administrar los Sagrados Sacramentos."

Primera en la fila fue la diácono Angela Bernard Wilson, de 39 años. Como sus colegas, venía de haber pasado dos días de retiro y meditación previos al gran momento. A pesar del asedio periodístico de los últimos meses, la lluvia de flashes que la acompañó hasta el altar no dejó de causarle sorpresa.

Al mismo tiempo, en el centro de la ciudad, el reverendo Francis Bown, presidente del grupo de disidentes Ecclesia vociferaba: "Lo que se ha creado hoy aquí no son nuevos sacerdotes sino una orden de travestis, mujeres disfrazadas de sacerdotes".

"Cuando den la comunión, estarán dando galletas; los suyos nunca serán sacramentos y sus absoluciones serán nada más que palabras vacías", afirmaba.

Una centena de sus partidarios había colocado carteles en las calles adyacentes advirtiendo sobre "el asesinato de la Iglesia de Inglaterra" y la "difamación de las Escrituras".

Sin hacer oídos sordos a sus reclamos, la más alta autoridad teológica de la religión, el arzobispo de Canterbury, George Carey, lanzaba un llamado a la unidad.

"Invito a aquellos que no están de acuerdo con la ordenación femenina a seguir con el debate sobre la base de los evangelios. No hay razón para que se autoexcluyan –sostuvo–. Los hemos provisto de todos los medios necesarios para que se queden en nuestras filas. Les sugiero que esperen para ver qué diferencias trae el hecho de tener sacerdotisas antes de tomar cualquier resolución".

Desde que la decisión se hizo pública, en noviembre de 1992, se produjeron algunas "fugas" espectaculares hacia el catolicismo, como las de la duquesa de Kent y la del ministro de Medio Ambiente, John Gummer. No obstante, el número exacto de "potenciales desertores" parece no pasar de los 200.

Entre ellos, varios sacerdotes a quienes la institución anglicana dará compensaciones por un valor total de hasta 60 millones de libras.

Traición

En los próximos días otros obispos oficiarán servicios de ordenación femenina en masa: 25 en Southwark; 50 en Chelmsford; 60 en Oxford y 30 en Liverpool. En total se llegará este año a 1200, un 10 por ciento de la clericatura inglesa, lo que llevará a 3000 el total de sacerdotisas anglicanas en el mundo.

Porque la comunidad anglicana, con 70 millones de fieles, es una federación de "provincias" en muchas de las cuales las mujeres ya han abrazado el sacerdocio (y en algunos casos hasta el obispado), como en los Estados Unidos, Canadá, Nueva Zelanda y en la mayoría de los países africanos de habla anglosajona.

Eso no impide que la noticia haya sido recibida con desagrado por el Vaticano y con tristeza por aquellos que soñaban con una unión de las dos grandes ramas del cristianismo. Para uno de los pioneros en este terreno, el miembro del Sínodo General Roger Greenace, se trata de "una tragedia".

"Después del encuentro entre Paulo VI y el arzobispo de Canterbury en 1966, los viajes de Juan Pablo II a Gran Bretaña (1982) y la publicación del Reporte final de la comisión de diálogo internacional anglocatólica (Arcic, 1982), no había más que esperar una reconciliación", sostiene.

"Lo de hoy es una traición –asegura Greenace–. Sin duda, la vocación del anglicanismo consiste en sufrir divisiones."

Otra de las organizaciones que emprendieron la campaña antifemenina, llamada *Cost of Conscience* (Costo de la conciencia) cree poder permanecer en la Iglesia de Inglaterra siempre que se aplique un sistema de "supervisión episcopal alternativa".

Esta forma, un obispo podría declarar que una mujer no sea ordenada dentro de su diócesis y evitaría que una sacerdotisa de otra diócesis trabaje en su área. Los sacerdotes podrían a su vez pedir a un obispo de otra jurisdicción pero iguales creencias que supervise su trabajo. Para facilitar la aplicación de su propuesta, han creado un "mapa de creencias" entre las 44 diócesis obiscopales.

Sin embargo, pocos apuestan por la eficacia de de estos *flying bishops* (obispos voladores) para impedir una lenta pero dolorosa repetición del cisma ocurrido hace casi cinco siglos.

9405727

DOCUMENTO
JLO

Ordenanación de las primeras mujeres sacerdote en Londres

LH. 18/3

Mañana, en la Catedral de Bristol, 32 mujeres se convertirán en las primeras sacerdotes de la Iglesia de Inglaterra, en una histórica decisión que ha provocado encendidas polémicas, y cientos de clamorosas conversiones al catolicismo.

Londres (Ansa)

La lista original para la primera ordenación incluía a 33 candidatas, pero una de ellas estará ausente para dar a luz a su bebé.

La ceremonia, a la que seguirán varias a lo largo de este año, será oficiada por el obispo de Bristol, Barry Rogerson, un convencido partidario del sacerdocio femenino, quien está convencido de que en los próximos diez años también habrá mujeres obispos.

Rogerson esta desde ayer en retiro espiritual con las futuras sacerdotes, que tienen entre 30 y 69 años. Algunas de ellas están casadas y tienen hijos. Todas viven la memorable vigilia con emoción y alegría.

Las 32 mujeres de Bristol y las más de mil que serán ordenadas este año recorrieron un difícil camino para llegar a este momento. Todas ellas pertenecen a la Iglesia de Inglaterra, la fuente originaria y la principal de todas las iglesias autónomas que forman la comunión anglicana.

Algunas iglesias "hermanas" ya permitían la ordenación de mujeres hace años. En China, la primera anglicana fue ordenada sacerdote en 1944

El sínodo general inglés, que gobierna a la iglesia, decretó en 1975 que no había "objeciones fundamenteles" para el sacerdocio de las mujeres, pero se necesitaron otros 10 años para que las inglesas fueran admitidas al diaconado, que es el primer paso hacia el sacerdocio.

Año tras año, bajo la presión del Movimiento para la ordenación de las mujeres, y ante la resistencia de los sectores más tradicionalistas, la legislación fue superando obstáculos hasta que el 11 de noviembre de 1992 el sínodo votó a favor del sacerdocio femenino por estrecho margen.

Como la Anglicana es religión de estado, la legislación debió ser aprobada por el parlamento, y posteriormente firmada por la reina Isabel II.

Isabel es a su vez jefa de la iglesia, como lo fueron los soberanos británicos a partir de Enrique VIII, que fundó la iglesia para poder anular su casamiento con Catalina de Aragón, lo que el Papa Clemente VII le negaba.

A medida que se iba perfilando el sacerdocio para las mujeres, algunos obispos y cientos de sacerdotes anglicanos pidieron "asilo" a Roma.

La difícil negociación, conducida con las autoridades vaticanas por el primado católico inglés, cardenal Basil Hume, aún no ha sido resuelta. El mayor obstáculo para admitir a los sacerdotes anglicanos como sacerdotes católicos es que muchos de ellos están casados.

Entre los laicos anglicanos también hubo conversiones clamorosas al catolicismo, como la de la duquesa de Kent (casada con un primo de la reina Isabel II), y la del Ministro del Ambiente John Gummer.

Pero de todos modos no hubo cisma, como predecían los observadores más pesimistas, y la iglesia de Inglaterra absorbe hasta ahora bastante bien la llegada de las mujeres al altar, pero esta vez no sólo para casarse.

9405727

02

Nº. DOC MENTO
TITU
PR
FE
VI

Treinta y tres mujeres hacen temblar a la Iglesia Anglicana

Hoy serán ordenadas como sacerdotisas en la Catedral de Bristol. 750 sacerdotes anglicanos ya se han pasado al catolicismo en señal de protesta.



Entre los sacerdotes anglicanos reina la consternación.
Uno de ellos llegó decir "mataría a esas mujeres".

Página/12 EN LONDRES

Por Marcelo Justo, desde Londres) **Por primera vez en la historia de la Iglesia Anglicana, 33 mujeres serán ordenadas hoy en la Catedral de Bristol como sacerdotisas, terminando una polémica de más de dos décadas, la más compleja que ha enfrentado en sus 450 años de vida. La ceremonia, que será televisada en directo por la BBC, promete intensificar las divisiones y cismas dentro de la Iglesia que desde 1992 sufrió la deserción de 150 sacerdotes a los que pronto se sumarán otros 600 que ya han prometido lealtad a la Iglesia Católica. El ordenamiento en los próximos meses de cerca de 1200 diaconesas más pondrá a prueba la frágil unidad de los anglicanos. La evolución será seguida atentamente por la Iglesia Católica, que no vería con malos ojos la posibilidad de regresar el reloj de la historia al siglo XVI, cuando Enrique VIII decidió fundar una Iglesia nacional que no aceptaría órdenes de Roma.**

Las diaconesas cumplen funciones en muchos aspectos idénticas a los sacerdotes: celebran matrimonios, bautismos, funerales, predican y enseñan el cristianismo. Pero hasta ahora estaban vedadas del centro mismo del principal ritual cristiano. El peso simbólico de la Eucaristía, la absolución y la tradición que identifica al sacerdote con Cristo, convirtieron a la ordenación femenina en un acto de resonancia teológica que afecta a la interpretación del Nuevo Testamento y el papel de los patriarcas de la Iglesia. En muchos casos, si no en todos, la cuestión femenina toca cuerdas emocionales que van indudablemente mucho más allá de los intrincados puntos de la teología, tal coom lo ilustró esta semana el reverendo Anthony Kennedy de la parroquia anglicana de Lutton, en el centro del país, al anunciar que "mataría a esas mujeres bastardas, si pudiera hacerlo, porque una mujer no puede representar a Cristo".

Según algunos observadores de temas religiosos en Gran Bretaña, el ordenamiento de mujeres ha hecho estallar el conflicto latente que existía en la Iglesia Anglicana entre la tendencia protestante, más abierta y la procatólica, más tradicionalista. Los que han decidido convertirse al catolicismo, como el ministro del Medio Ambiente, **John Gummer**, aseguran que la Iglesia Católica "es la única que puede resistir los embates del secularismo", ya que los anglicanos se están convirtiendo en poco más que una "secta". Una de las dos máximas autoridades de los anglicanos, el arzobispo de Canterbury George Carey, insiste en que no se producirá la fragmentación que muchos vaticinan y señala que la ordenación de mujeres ha sido un éxito en los países donde se ha llevado a cabo. En Estados Unidos, Canadá y Nueva Zelandia han ido más allá que el Sínodo general británico, permitiendo que las mujeres sean obispos. "Tras la conmoción inicial las cosas se estabilizaron", asegura Sally Buckle, de la Iglesia Anglicana norteamericana, "y no se produjeron las deserciones que se predecían".

El éxodo que predice Sally Buckle dará un salto de envergadura durante las Pascuas, fecha para la que se espera la conversión al catolicismo de 2500 anglicanos. Sin embargo, Peter Stanford, coautor de ***Anatomía de la Iglesia Católica***, predice serias dificultades de adaptación. "La ordenación de las mujeres está siendo debatida con gran intensidad dentro de la Iglesia Católica británica, que está casi tan dividida como laanglicana sobre el tema", manifestó Stanford, para quien el catolicismo dista de ser el oasis ajeno a los cambios del mundo con que sueñan los conversos. No son los únicos problemas que enfrentarán los rebeldes. Por el momento, sólo una minoría de sacerdotes se ha convertido al catolicismo mientras que unos 600 apoyados por siete obispos, se limitaron a prometer lealtad al Papa como "supremo pastor" de la Iglesia universal. Este sector claramente mayoritario quiere una unión corporativa con la Iglesia Católica que le permita conservar una cierta autonomía.

Una unión de este tipo ayudaría a resolver el problema de los curas anglicanos, cuya ordenación no es reconocida por Roma (ver recuadro). **La flexibilidad que muestre la Iglesia Católica para incorporarlos puede ser un dato clave para los anglicanos que disienten con la ordenación de mujeres pero que no han decidido la conversión.**

9405727.
03-03

Nº. DOCUMENTO 9405728
TITULO Iglesia católica reafirmó su "no" a la ordenación sacerdotal femenino
PROC 150015
FE 13-3-94.
VI 500777 65890 507529

La Iglesia Católica reafirmó su "no" con respecto al caso

La Mañana 13/3/94

La Iglesia Católica reafirmó ayer -cuando en Inglaterra las primeras 32 mujeres reciben el sacramento del sacerdocio a través del Obispo anglicano de Bristol- su "no" a la ordenación sacerdotal femenina.

Ciudad del Vaticano (Ansa)

Según el Vaticano, la negativa no se basa en cuestiones de disciplina, que podrían cambiarse según los tiempos, sino en la fidelidad a las enseñanzas de Jesucristo, "que eligió a doce hombres como primeros apóstoles", según dice el nuevo catecismo de la Iglesia Católica, "y los doce hicieron lo mismo".

La cuestión del sacerdocio femenino fue la causa de las primeras grietas del "diálogo fraternal" entre católicos y anglicanos ya durante el papado de Pablo VI.

Este, poco antes de su muerte, en agosto de 1978, había expresado al primado anglicano, en una carta, que una eventual llegada de las mujeres al sacerdocio en la comunidad anglicana plantearía muchas dificultades en el camino hacia la unidad de los cristianos.

Juan Pablo II confirmó plenamente las orientaciones de sus antecesores, en particular en la primera encíclica que un pontífice romano dedicó a la mujer, la "Mulieris dignitatem" (la dignidad de la mujer) en 1988.

La Iglesia Católica, escribió el Papa Wojtyla, reconoce la plena dignidad de la mujer, hasta el punto que está considerada como cumbre de la perfección humana, más allá de cualquier hombre.

Pero, dice el Papa, la ordenación para el "servicio sacerdotal" no es un honor o una afirmación de superioridad masculina, sino una obediencia a una opción de Cristo, que eligió a doce hombres como sus apóstoles.

La ordenación de las mujeres, junto al primado del Papa por sobre todos los obispos del mundo y a su infalibilidad en materia de doctrina, fueron los puntos principales sobre los que católicos y anglicanos no se encuentran de acuerdo en la declaración conjunta que firmaron en 1991.

Mientras en el período siguiente a la declaración se comenzó a trazar una línea conjunta en materia de primacía del Papa, ningún acuerdo fue logrado sobre el sacerdocio femenino.

Para los católicos, "la cuestión del sujeto de la ordenación está vinculada a la naturaleza del sacramento", y por lo tanto no puede ser objeto de negociación.

Este concepto fue reafirmado por Juan Pablo II al Arzobispo de Canterbury, primado de la Iglesia de Inglaterra, y también en ocasión de la decisión anglicana de aceptar el sacerdocio femenino, el 11 de noviembre de 1992.

Las mujeres, dijo Juan Pablo II el 2 de julio del año pasado, nunca podrán celebrar la misa porque esto "implicaría el peligro de comprometer la misma fe cristiana".

Una cosa, dijo el Pontífice, es el respeto y la afirmación de los derechos de las mujeres, que deben constituir "un paso esencial hacia una más justa y madura sociedad", y que deben constituirse en un objetivo "hecho propio" por la Iglesia, y otra cosa es el papel de las mujeres dentro de la comunidad eclesial. "No se pueden hacer confusiones", dijo el Papa.

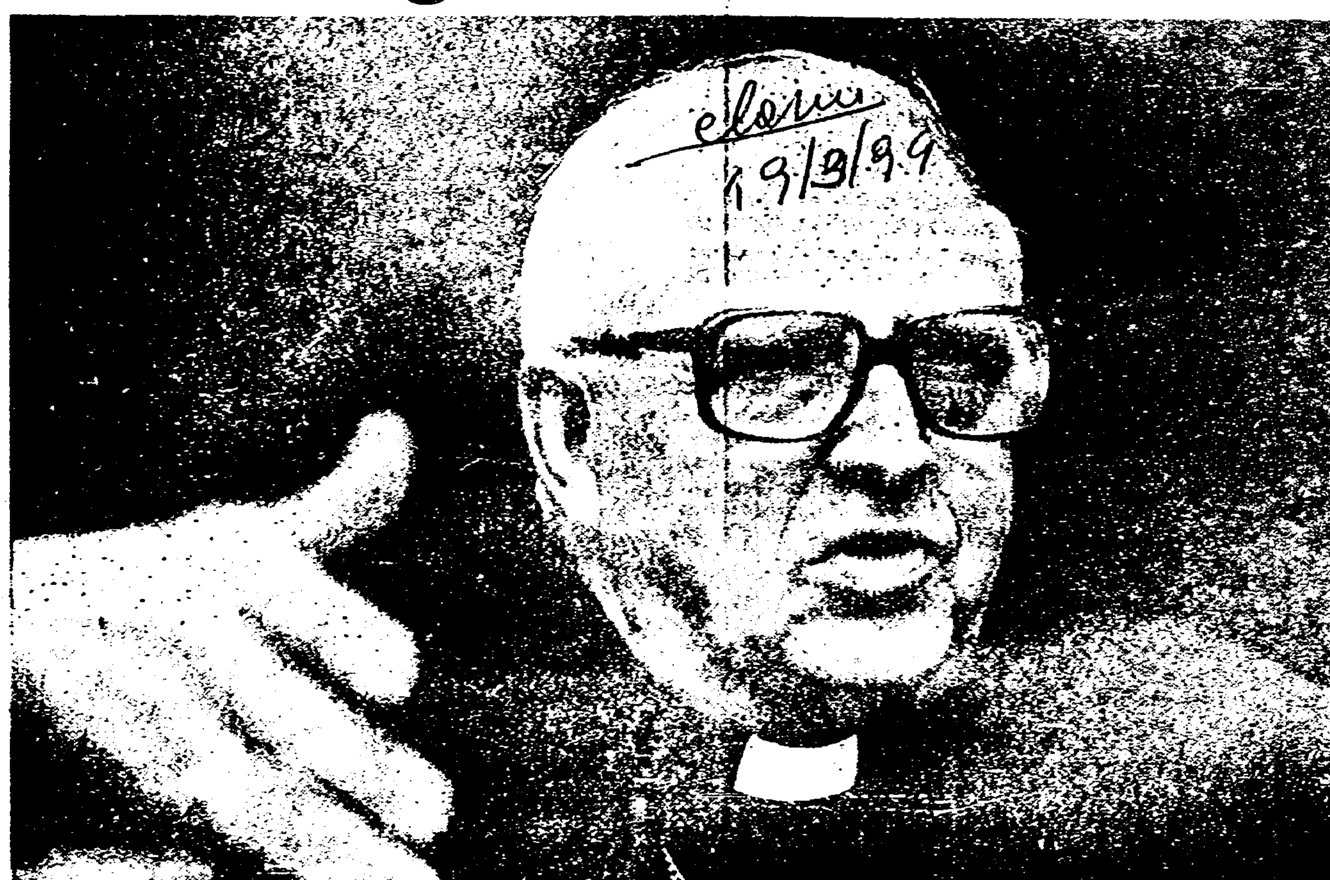
01-01 9405728.

Nº DOCUMENTO 9405729
TITULO PAPA nombró obispo arg. ...
PROC 150034
FE 19-3-94
VI 500 777
66 960
507 684

MONSEÑOR JORGE MEJIA ACCEDE A UN LUGAR CLAVE EN EL VATICANO

El Papa nombró a un obispo argentino secretario del Colegio Cardenalicio

El arzobispo argentino Jorge María Mejía (71) fue nombrado por el papa Juan Pablo II en dos cargos estratégicos dentro de la estructura de la Iglesia Católica. Mejía ocupará la secretaría de la Congregación para los Obispos y la secretaría del Colegio Cardenalicio. Estas responsabilidades anticipan la consagración del arzobispo como cardenal.



Monseñor Jorge María Mejía fue nombrado secretario del Colegio Cardenalicio, el organismo que reúne a todos los cardenales y que tiene como función la elección del nuevo Papa. A su vez, Juan Pablo II lo nombró secretario de la Congregación para los Obispos.

CIUDAD DEL VATICANO (Por **Julio A. Aranas**, especial para **Clarín**). — El papa **Juan Pablo II** nombró hoy al arzobispo argentino **Jorge María Mejía**, de 71 años, secretario del **Colegio Cardenalicio** tras haberlo designado hace dos semanas en el estratégico cargo de secretario de la **Congregación para los Obispos**.

Ambos nombramientos pontificios convierten a Mejía en el muy probable **quinto cardenal argentino**, el segundo en la Curia Romana. Es tradición que los altos prelados de la Curia que ocupan estos cargos reciban después la púrpura.

"Si algún mensaje tengo que transmitir a los argentinos es que recen por mí para que esté a la altura de la misión que me ha confiado el Santo Padre", dijo monseñor Mejía a **Clarín** poco después de anunciarse el nombramiento papal.

Hasta el sábado 5, monseñor Mejía era vicepresidente de la Pontificia Comisión de Justicia y Paz que preside el cardenal francés **Roger Etchegaray**.

Nacido en Buenos Aires el 30 de enero de 1923 y ordenado sacerdote en 1945, monseñor Mejía fue uno de los principales animadores de la revista católica argentina **Criterio**, fundada por monseñor **Franceschi**, y uno de los teólogos que trabajaron en el **Concilio Vaticano II**, entre 1962 y 1965.

Pablo VI lo llamó a la Curia Romana en los años 70 y Juan Pablo II, que lo había conocido en el Concilio, lo consagró obispo titular de **Apollonia** en abril de 1986, promoviéndolo hace poco al rango de arzobispo.

Monseñor Mejía se ocupó, en la Argentina y en la Curia Romana, de las relaciones entre los católicos y los hebreos.

Al anunciarse hoy la designación de Mejía como secretario del Colegio Cardenalicio, se informó también que el Papa había designado como arzobispo de Saint Louis, EE.UU., a monseñor **Justin Rigali**, que hasta ahora cubría ese cargo y el secretariado de la Congregación para los Obispos.

♦ Responsabilidad

"Estoy a la vez contento y consciente de la responsabilidad que significa esta misión que me ha confiado el Santo Padre", dijo Mejía a **Clarín**. "Tengo mucha confianza en la calidad moral y espiritual del cardenal presidente de la Congregación para los Obispos (el africano monseñor **Bernardin Gantin**, una de las figuras más destacadas de la Curia Romana), que tiene además una gran experiencia, y también en el equipo de gente que trabaja conmigo".

La Congregación para Los Obispos es una de las más importantes de la Curia vaticana y ser su secretario significa estar en contacto permanente con los más de cuatro mil obispos de la Iglesia Católica.

La secretaría del Colegio Cardenalicio es un trabajo de coordinación de la institución que agrupa a los **141 cardenales** que lo integran.

"Es un trabajo ordinario —explicó monseñor Mejía— mientras no se produce la sede vacante (es decir el momento que va de la muerte de un papa hasta la designación del sucesor), que esperamos que tarde muchos años en llegar".

El secretario del Sacro Colegio es el único alto prelado que entra al Cónclave, cuyas votaciones para elegir al nuevo obispo de Roma y Pontífice de Santa Romana Iglesia tienen lugar en la célebre **Capilla Sixtina**. Un raro privilegio que explica por qué Mejía está muy cerca de su consagración como cardenal.

Dos funciones estratégicas

ROMA (Especial para **Clarín**). — Monseñor Jorge Mejía acumula desde hoy dos cargos estratégicos en la Curia Romana, como secretario de la Congregación para los Obispos y del Colegio Cardenalicio, que le convierten en uno de los prelados en el que más confianza deposita el papa **Juan Pablo II**.

Prefecto de la Congregación para los Obispos es el cardenal africano **Bernardin Gantin**, considerado uno de los principales "papables" (sería el primer pontífice negro de la historia) si un Cónclave debiera ser convocado.

♦ Competencia

Monseñor Gantin es el decano del Colegio Cardenalicio y presidente de la Pontificia Comisión para la América Latina.

Este organismo fue instituido en 1588 por **Sixto V**. Tiene la competencia relativa a la elección de los obispos, el establecimiento de las diócesis y la vigilancia de su gobierno, **la administración y los estudios de los seminarios**.

En 1988 Juan Pablo II le determinó otras competencias muy importantes, esta vez sobre la constitución de las Iglesias particulares, los Ordinarios Castrenses, los Concilios Particulares y las preladuras Personales (actualmente existe solo una preladura, el **Opus Dei**).

La Congregación coordina también las visitas que grupos de obispos de cada país deben realizar cada cinco años para informar al Papa de la marcha de las diócesis que el Pontífice les ha confiado.

En cuanto al Colegio Cardenalicio hay que recordar que su origen se remonta a los presbiterios de las parroquias romanas, los diáconos regionales y los obispos que eran consejeros del Papa en los primeros siglos de la Iglesia. El Colegio fue formado en 1150, pero los cardenales eran ya los electores exclusivos del Sumo Pontífice desde 1059.

Son considerados por tradición **Príncipes** con el título de Eminencia, ciudadanos de la Ciudad del Vaticano y consejeros del Papa en el gobierno de la Iglesia.

Cuando se produce la sede vacante adquiere gran importancia el papel del secretario del Sacro Colegio. De los 141 cardenales actuales, del Cónclave en el Palacio Apostólico y a las votaciones en la Capilla Sixtina están hoy en condiciones de participar 102, que no han cumplido los 80 años de edad que los excluye de la elección del nuevo papa.

♦ Oportunidad

Monseñor **Jorge Mejía** tendrá la oportunidad de conocer a casi los miembros del Sacro Colegio dentro de poco: Juan Pablo II ha convocado a todos los cardenales para un **Consistorio Extraordinario** el 10 de mayo, con motivo de la preparación del Año Santo que será celebrado en el 2000, cuando se iniciará el **Tercer Milenio del cristianismo**.

01 - 02
9405729

Muy cerca de convertirse en cardenal

ROMA, (Especial para Clarín). — Si el Papa mantiene las tradiciones, el porteño arzobispo Jorge María Mejía será el quinto de los cardenales que tiene actualmente la Argentina. ¿Cuándo? Probablemente no en el próximo Consistorio, que el Papa anunciaría en mayo para fines de junio próximo, sino en el siguiente, dentro de tres o cuatro años.

El más anciano de los cardenales argentinos es monseñor **Juan Carlos Aramburu**, arzobispo emérito de Buenos Aires, que ha cumplido 82 años.

Por una disposición del papa **Paulo VI**, los purpurados que cumplen los 80 años son excluidos del cónclave, por lo que monseñor Aramburu no participará más en la elección de un nuevo Pontífice.

El purpurado puede sí asistir a las deliberaciones del Colegio Cardenalicio durante el delicado período de la sede vacante, en el que los príncipes de la Iglesia discuten la situación y perfilan a los principales candidatos a la cátedra de San Pedro.

Monseñor Aramburu fue ordenado cardenal por Paulo VI en el Consistorio del 24 de mayo de 1976. Ese día, otro argentino recibió el bonete cardenalicio: monseñor **Eduardo Pironio**, que a los 73 años es actualmente uno de los "ministros" del Papa como presidente del Pontificio Consejo para los Laicos.

Monseñor Pironio fue convocado a la Curia Romana por Paulo VI que lo nombró prefecto de la Congregación para los Religiosos e Institutos Seculares, cargo que ejerció también durante el actual pontificado hasta que **Juan Pablo II** le confió la cuestión de los laicos católicos.

En el Consistorio anterior al de Aramburu y Pironio, el 5 de marzo de 1973, fue elevado a la púrpura el arzobispo de Córdoba desde febrero de 1965, monseñor **Raúl Francisco Primatesta**, que el 14 de abril cumplirá 75 años.

El benjamín de los cardenales argentinos es monseñor **Antonio Quarracino**, de 70 años de edad, arzobispo de Buenos Aires y primado de la Argentina. Fue ordenado y publicado por Juan Pablo II en el Consistorio del 29 de junio de 1990.

02-02

9405729.

Muy cerca de convertirse en cardenal

ROMA, (Especial para Clarín). — Si el Papa mantiene las tradiciones, el porteño arzobispo Jorge María Mejía será el quinto de los cardenales que tiene actualmente la Argentina. ¿Cuándo? Probablemente no en el próximo Consistorio, que el Papa anunciaría en mayo para fines de junio próximo, sino en el siguiente, dentro de tres o cuatro años.

El más anciano de los cardenales argentinos es monseñor **Juan Carlos Aramburu**, arzobispo emérito de Buenos Aires, que ha cumplido 82 años.

Por una disposición del papa **Paulo VI**, los purpurados que cumplen los 80 años son excluidos del cónclave, por lo que monseñor Aramburu no participará más en la elección de un nuevo Pontífice.

El purpurado puede sí asistir a las deliberaciones del Colegio Cardenalicio durante el delicado período de la sede vacante, en el que los príncipes de la Iglesia discuten la situación y perfilan a los principales candidatos a la cátedra de San Pedro.

Monseñor Aramburu fue ordenado cardenal por Paulo VI en el Consistorio del 24 de mayo de 1976. Ese día, otro argentino recibió el bonete cardenalicio: monseñor **Eduardo Pironio**, que a los 73 años es actualmente uno de los "ministros" del Papa como presidente del Pontificio Consejo para los Laicos.

Monseñor Pironio fue convocado a la Curia Romana por Paulo VI que lo nombró prefecto de la Congregación para los Religiosos e Institutos Seculares, cargo que ejerció también durante el actual pontificado hasta que **Juan Pablo II** le confió la cuestión de los laicos católicos.

En el Consistorio anterior al de Aramburu y Pironio, el 5 de marzo de 1973, fue elevado a la púrpura el arzobispo de Córdoba desde febrero de 1965, monseñor **Raúl Francisco Primatesta**, que el 14 de abril cumplirá 75 años.

El benjamín de los cardenales argentinos es monseñor **Antonio Quarracino**, de 70 años de edad, arzobispo de Buenos Aires y primado de la Argentina. Fue ordenado y publicado por Juan Pablo II en el Consistorio del 29 de junio de 1990.

02-02

9405729.

Nº DOCUMENTO 9405730
TITULO Papa se opondrá a Nac. Un. en cumbre de Pobl. contra control de natalidad.
PROCED. 150518
FE. 19-3-94
VI. 500777
507684
11187
501889.

Ofensiva del Papa contra el control de la natalidad

Juan Pablo II advirtió a las Naciones Unidas que se opondrá a que en la próxima Cumbre de Población se recomiende a los gobiernos políticas de anticoncepción.

19/3 Pag. 12

(*Por Claudia Selser*) El papa Juan Pablo II lanzó ayer un duro ataque contra la esterilización, el aborto y los métodos anticonceptivos y advirtió a las Naciones Unidas que no prediquen a favor del control de la natalidad, en un mensaje que entregó personalmente a Nafis Sadik, secretaria general de la Conferencia Internacional 1994 sobre la Población y el Desarrollo, que se celebrará en setiembre en El Cairo, Egipto. El documento papal salió al cruce del proyecto de declaración preliminar donde las Naciones Unidas declaran que "la salud de la procreación y la planificación familiar son derechos humanos".

"Toda la propaganda y desinformación dirigidas a convencer a las parejas de que deben limitar el tamaño de su familia a uno o dos hijos debería ser evitada", dijo Juan Pablo II con un lenguaje inusualmente enfático durante una reunión de 45 minutos que mantuvo con la jefa del Fondo de las Naciones Unidas para las Actividades de Población. Según trascendió, el Papa advirtió a las Naciones Unidas que la Iglesia no aceptará programas que pretendan imponer controles sobre los nacimientos o legitimar el aborto. Simultánea y contradictoriamente dictaminó que toda política de desarrollo debe permitir que las familias decidan "libres de toda coerción legal o social, el número de hijos que quieren tener".

En defensa de la familia, "una institución fundamental que no puede causar serios daños a la materia prima y a la estabilidad de nuestra sociedad", el Sumo Pontífice declaró que el aborto es "el más infame de los delitos", que la esterilización "es absolutamente inaceptable porque viola abiertamente los derechos humanos y particularmente los derechos de la mujer, cuando se la promueve como parte de una estrategia poblacional"; y que los métodos anticonceptivos son "inmorales".

Con esta declaración papal se pone en marcha el lobby del Vaticano que ya hace diez años, en una cumbre similar realizada en México, logró que se incluyera como dictamen oficial que "en ningún caso debería promoverse el aborto como método de planeamiento familiar". Ayer, durante la reunión con la máxima representante de la próxima Cumbre de Población, Juan Pablo II se opuso al proyecto de declaración final de Naciones Unidas enfatizando la necesidad de mantener ciertos principios éticos, tales como "lo sagrado de la vida humana, desde su concepción hasta su muerte natural".

Durante la reunión de 45 minutos criticó el documento preliminar de la Cumbre porque, según consignó la agencia Reuter desde Roma, "tiende a promover un derecho internacionalmente reconocido al acceso al aborto, sin restricciones, sin considerar los derechos de los nonatos, además de presentar el sexo como algo individual y dar una visión distorsionada de la familia".

Tratando de limar los desencuentros, la secretaria general de la próxima conferencia patrocinada por Naciones Unidas restó importancia al tono duro de las declaraciones pontificias. "Nuestro punto principal de desacuerdo son los métodos anticonceptivos", dijo a la prensa. "Estuvimos de acuerdo en muchas cosas, como el hecho de que el crecimiento de la población es un problema en algunos países, y que se hace necesaria una paternidad responsable, pero en el acceso al control de la propia fertilidad disentimos", declaró Nafis Sadik.

Sin embargo, la disidencia no gira en torno de un tema menor. El documento preliminar que será discutido en Nueva York del 4 al 22 de abril otorga a la anticoncepción un valor estratégico frente a los retos que plantean la población, el desarrollo y el medio ambiente. "Sólo en 1994, la población mundial aumentará una cantidad sin precedentes de 93 millones de personas, para llegar a un total de 5700 millones de personas, casi todas ellas en los países en desarrollo. Tanto colectiva como individualmente –afirma el informe– estamos acumulando cada vez mayores presiones sobre nuestros medios de supervivencia."

ENTRADO
CRUZADO

9405730

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405731
TITULO Arzobispos latinoamericanos en lista de nuevos cardenales
PROC 150215
FE 20/3/94
VI 500777
1677

Arzobispos latinoamericanos en lista de nuevos cardenales

LH. 20/3

Los arzobispos de La Habana y de San Salvador, junto al presidente del episcopado brasileño, figuran en algunas de las listas que tratan de adivinar las posibilidades de los candidatos a convertirse en cardenales en el próximo consistorio, probablemente en junio.



CIUDAD DEL VATICANO / ANSA

Los nombres de los nuevos cardenales y la fecha de la ceremonia son tradicionalmente un secreto. Sin embargo, cuando las vacantes en el colegio cardenalicio son muchas y pasó un tiempo prudencial desde el último consistorio (en este caso tres años) los rumores empiezan a circular.

Paulo VI había establecido que los cardenales electores (que podrán elegir a un futuro papa) no deben tener más de ochenta años ni ser más de ciento veinte. Actualmente son 102 pero en junio bajarán a cien, ya que dos de ellos cumplirán ochenta años.

No está dicho que el Papa llame a un consistorio este año, pero algunas fuentes periodísticas presumen que la fecha sea el 28 de junio, para la fiesta de San Pedro y San Pablo, como hace tres años.

La libertad de elección del pontífice es soberana, pero existen algunas leyes escritas y otras no escritas que permiten las hipótesis reflejadas en las "listas" de los periodistas especializados.

Una ley escrita dice, por ejemplo, que el jefe del Supremo Tribunal de la Signatura apostólica (la Corte de Apelaciones vaticana) debe ser un cardenal. Como quien actualmente ocupa ese cargo no es aún "senador" de la Iglesia -el Arzobispo suizo Gilberto Agustoni, 71 años- se da por descontado que recibirá la púrpura en próximo consistorio.

Entre las reglas no escritas pero consolidadas por una antigua tradición figura la de dar dignidad cardenalicia a algunas grandes diócesis.

En América Latina, los arzobispos de Lima y Santiago de Chile no son en este momento cardenales, a pesar de la tradición cardenalicia de sus sedes. Por eso monseñor Augusto Vargas Alzamora figura como candidato muy probable. Un poco menos probable aparece el nombre de monseñor Carlos Oviedo para el próximo consistorio, por un motivo particular: sus dos predecesores en el arzobispado (los cardenales Raúl Silva Henríquez y Francisco Fresno) están vivos, y el nuevo purpurado elevaría a tres los cardenales en Santiago de Chile.

Fuera de esta regla no escrita hay otras hipótesis favorables a prelados latinoamericanos. Una de ellas prevé la púrpura para el arzobispo de La Habana, monseñor Jaime Lucas Ortega y Alamino, como premio a la jerarquía católica cubana.

Otra de las hipótesis que circulan en ambientes vaticanos considera probable el cardenalato para el presidente de los obispos brasileños, monseñor Luciano Mendes de Almeida.

"Don Luciano" está considerado por muchos como el más "romano" del ala progresista de la Iglesia latinoamericana y, según otros observadores, fue un gran mediador en la IV Conferencia general del Episcopado Latinoamericano en Santo Domingo (octubre de 1992).

También se considera probable un nuevo cardenal para México, que actualmente tiene uno solo (el Arzobispo de Ciudad de México, Ernesto Corripio Ahumada) después del asesinato, en mayo del año pasado, del Cardenal de Guadalajara, Juan Jesús Posadas Ocampo.

Los países latinoamericanos que hasta ahora tienen por lo menos dos cardenales electores son Brasil, Argentina, Venezuela y Colombia.

En total, los purpurados latinoamericanos que entrarían en un futuro cónclave son por el momento 17, lo que representa al 17 por ciento de los votantes (Europa cuenta con el 50 por ciento, Africa con el 13, Asia con el 9, América del Norte con el 9 y Oceanía con el 4).

01-01 9405731.

Nº. DOCUMENTO 9405732
TÍTULO Papa condenó asesinato de sacerdote Giuseppe Diana.
150015
FECHA DE ARCHIVO 21-3-94
500777
101924
5076684

Juan Pablo II condenó ayer el "vil asesinato" mafioso del sacerdote Giuseppe Diana

14/3

Juan Pablo II condenó ayer, durante el "Angelus" dominical, el "vil asesinato" del sacerdote antimafia Giuseppe Diana y calificó de "despiadados asesinos" a los dos camorristas que lo cometieron, mientras que se anunció el envío de trescientos policías y carabineros a reforzar a las fuerzas del orden en la zona de Caserta.

ROMA / ANSA

El crimen ha causado profunda impresión en Italia y el Papa dijo que sentía "un vivo dolor" por el homicidio del párroco de la iglesia de San Nicolás de Bari de Casal di Príncipe, un pueblo infestado por la camorra cuyo municipio fue disuelto hace dos años por infiltración mafiosa.

Juan Pablo II recordó que los dos sicarios de la camorra, la mafia de Nápoles, mataron con tres balazos en el rostro al padre Diana "cuando se preparaba a celebrar la santa misa".

El Pontífice invitó a la oración de los fieles para conseguir "la conversión" de los mafiosos y recordó la realidad de los "religiosos mártires de la Iglesia.

Tres obispos guiaron anoche una marcha popular por las calles de Casal di Príncipe, en un desafío al crimen organizado, que demuestra una creciente hostilidad abierta contra la Iglesia.

El 15 de setiembre fue asesinado en Palermo el padre Giuseppe Puglisi, otro "cura antimafia", cuando entraba en la iglesia de San Cayetano de la capital de Sicilia, de la que era párroco.

Juan Pablo II fue el primer Papa que condenó abiertamente a la mafia durante una peregrinación en Sicilia, en mayo de 1993. En julio, dos coches-bomba de alto poder explotaron en Roma en la basílica de San Juan de Letrán, sede episcopal del Pontífice obispo de Roma, y en la histórica basílica de San Giorgio al Velabro.

Las investigaciones acerca de los atentados terroristas producidos en aquellos meses, que causaron media docena de muertos y una treintena de heridos, se orientan a una conspiración de las mafias del sur de Italia combinadas con grupos político-criminales.

La policía de Caserta, provincia en la que se encuentra Casal di Principe, anunció que le fueron asignados trescientos agentes de refuerzo. Luciano Rosini, funcionario de la policía, se mostró contrario al empleo del ejército en la zona, como ha ocurrido en Sicilia, Nápoles y otras zonas asediadas por la mafia.

En cuanto a la investigación del crimen del sacerdote, Rosini dijo que "la pista seguida es la de la de un homicidio de la camorra, pero si emergen otras orientaciones las seguiremos a fondo".

El Ministro del Interior, Nicola Mancino, rindió esta mañana homenaje a los restos del padre Diana en el hospital de Caserta. Mancino fue recibido por los obispos Lorenzo Nogaro y Lorenzo Chiarinelli.

"Tenemos conciencia de la vasta presencia de la mala vida en el área y mañana haremos una evaluación en profundidad con las máximas autoridades de las fuerzas de policía, que serán inmediatamente potenciadas", dijo Mancino.

El Ministro dijo que el sacerdote "cayó bajo los disparos de feroces asesinos por el mensaje de fuerte esperanza que había trasmitido a la gente, en particular a las jóvenes generaciones".

01-01 9405732

Nº DOCUMENTO 9405733
TITULO Vaticano advirtió p/ Iglesia no permitiría críticos de sacerdotes
PROCEDENCIA 150024
FECHA 23-3-94
VINCULADOS 500777.
507684
507604.

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 23 de marzo de 1994

LO ADVIRTIO EL VATICANO EN UN MANUAL DE 100 PAGINAS

La Iglesia no permitirá críticas de los sacerdotes

CIUDAD DEL VATICANO (REUTER, ANSA y EFE). — A través de un manual de 100 páginas, el Vaticano advirtió ayer a todos los sacerdotes del mundo que **la Iglesia no tolerará críticas** y les recordó que **"deberán atenerse a la vestimenta clerical, no usar automóviles caros, mantenerse al margen de la política y abstenerse del sexo"**.



Juan Pablo II. El Papa recordó en un documento que la Iglesia no es una democracia sino una organización jerárquica.

La Carta Pontificia — que se hará pública el Jueves Santo— aclara que **la Iglesia no es una democracia sino una organización jerárquica** que no permitirá que se critiquen sus enseñanzas. "La llamada democratización es una grave tentación porque conduce al desconocimiento de la autoridad de Cristo", sostiene el texto firmado por el **papa Juan Pablo II**.

Sin embargo, para la Iglesia no están en discusión los valores de la democracia. De hecho, en el documento se reconocen los méritos de la cultura democrática, pero "las mentalidades existentes en algunas corrientes culturales y sociopolíticas de nuestro tiempo no son transferibles automáticamente a la Iglesia misma".

Esta especie de código de conducta clerical indica que "básicamente, debe identificarse al sacerdote por su conducta, pero también por su manera de vestir (con ropa eclesiástica adecuada)". A pesar del llamamiento del Papa (hecho también el año pasado) son muchos los sacerdotes de todo el mundo, incluso de Roma, que visten a menudo ropa que no es la eclesiástica.

Según el **"Directorio para el ministerio y la vida de los presbíteros"** —así el nombre del manual—, los sacerdotes, **"deben eliminar todo tipo de afectación y lujo, llevar una vida sencilla y evitar todo aquello que pueda relacionarse con la vanidad"**. Sugiere el texto, además, que "los religiosos deben ser amigos de los más necesitados" y **dedicar la mayor parte de su atención a los pobres.**

Consultadas ayer por **Clarín**, algunas autoridades eclesiásticas de la Argentina en relación con el contenido de este documento ninguna tuvo aún noticia alguna al respecto porque "generalmente —coincidieron— recién se hace llegar a los distintos países durante los primeros días de la Semana Santa".

En cuanto a la prohibición de participar en política, la Carta Pontificia distingue una excepción a esta regla: "Los sacerdotes podrán comprometerse en política o en sindicatos sólo si se lo piden las autoridades eclesiásticas, para favorecer la defensa de los derechos de la Iglesia y la promoción del bien común". Tras definir que las "relaciones sindicales y políticas" son buenas en sí mismas, aclara el texto que no son convenientes para los sacerdotes porque "pueden constituir un grave peligro de rotura de la comunicación eclesial".

Otras de las páginas del manual recomiendan "actuar con prudencia" al tratar con personas que podrían "amenazar su celibato" y aconsejan "evitar frecuentar lugares, asistir a espectáculos o leer material que suponga un peligro para la observancia de sus votos de castidad". Recuerda el documento que los sacerdotes "no deben disentir públicamente de las enseñanzas de la Iglesia en lo que respecta a la moral y fe" ya que "se considera que la falta de acuerdo en estos temas es grave porque produce escándalo y confusión entre los fieles".

01 - 01

9405733

Nº. DOCUMENTO 9405734

TITULO Manual del Vaticano prohibe a sacerdotes actuar en politica.

PROCEDENCIA 150033

FECHA 23/3/94

VINCULO 5007777.
5007929.
5076694

Nuevo manual del Vaticano prohíbe a los sacerdotes actuar en política

23/3

Ciudad del Vaticano (ANSA)

■ El religioso del año 2000 deberá abstenerse de participar en política, tendrá que vencer la tentación de relacionarse con partidos políticos o sindicatos, según el contenido de las cien páginas del nuevo "Directorio para el ministerio y la vida de los presbíteros". El definitivo adiós del sacerdocio a una vida pastoral politizada fue publicado ayer en la Santa Sede, y es un manual para el comportamiento de los sacerdotes de todo el mundo, según las orientaciones del Concilio Vaticano II y de un Sínodo dedicado al sacerdocio. Probablemente, la regla más significativa figura en el párrafo 33 del documento: el religioso de la Iglesia Católica no podrá tener vínculos con partidos políticos ni con asociaciones sindicales. Deberá vencer la tentación de politizar su actividad pastoral y vencer el "democraticismo", definido por el documento como "una tentación gravísima para la Iglesia, porque lleva a no reconocer la autoridad y la gracia capital de Cristo y a desnaturalizar la Iglesia". Sin embargo, para la Iglesia no están en discusión los valores de la democracia. De hecho, en el documento se reconocen los méritos de la cultura democrática, pero "las mentalidades existentes en algunas corrientes culturales y socio políticas de nuestro tiempo no son transferibles automáticamente a la Iglesia misma". La excepción más ilustre a esta regla fue la de don Luigi Sturzo, el fundador del Partido Popular Italiano, que hace casi 50 años tuvo por parte de la Santa Sede la dispensa especial, necesaria para poder desempeñarse en política. En el documento no faltan otras indicaciones, por ejemplo, sobre la "obligación del hábito sacerdotal", sobre la elección de las amistades, sobre los tiempos sabáticos (o de reposo), sobre la soledad del religioso y sobre la edad avanzada.

También hay reclamos para revalorizar la confesión, para una mejor programación de la actividad pastoral y para vivir el celibato "como novedad liberadora, particular testimonio de radicalismo en el seguimiento de Cristo". Sigue siendo fundamental la obediencia del obispo al Papa, definida como "valor sacerdotal de primera importancia".

POCO LEGIBLE

9405734.

01-01

Nº DOCUMENTO 9405735

"Minan la Identidad Cultural"

JUAN PABLO II HACE UNA CONTRA LAS SECTAS QUE



Somalia entró en una nueva etapa historica con la retirada del último soldado norteamericano y tras la firma del pacto de paz entre los dos señores de la guerra, Mohamed Aidid y Ali Madhi (Laserfoto Reuter)

CIUDAD DEL VATICANO, 25 (EFE). — El Papa Juan Pablo II reiteró hoy, su denuncia en el Vaticano contra la acción proselitista de las sectas que "mina la identidad cultural" de los pueblos iberoamericanos y "rompe la unidad familiar".

En un discurso pronunciado en una audiencia concedida a un grupo de obispos de la República Dominicana, el Papa recordó la visita que realizó a ese país el pasado 12 de octubre de 1992, y se refirió a la nueva evangelización que, manifestó, "no consiste en un nuevo evangelio", ni en el deseo de agradar a los hombres, ya que eso sería una invención humana".

Sí, en cambio, consiste "en presentar a Cristo Jesús como Redentor del hombre y de todos los hombres, de su vida personal y social, del ambiente familiar y profesional, de mundo del trabajo y de la cultura".

Señaló que los fieles y la sociedad misma esperan de los obispos una palabra esclarecedora y orientadora que ilumine a los creyentes frente al acoso de "una creciente secularización y laxitud de principios morales... de la cultura hedonista y la sociedad de consumo".

El Papa se congratuló por el aumento de las vocaciones al sacerdocio y a la vida consagrada, y subrayó la necesidad de atender prioritariamente a los seminarios y a los centros de formación religiosa y de preparación del clero.

Invitó a los obispos a continuar la tarea pastoral a favor del valor permanente de la familia, fundada en el matrimonio, "base de la edificación de la iglesia y de la sociedad".

Se refirió al llamamiento de los obispos para que toda la comunidad dominicana y los que detentan el poder político, legislativo y social 'muestren su solidaridad hacia aquellas familias particularmente afectada por la pobreza para que puedan salir de su estado de postración y ocupar el puesto que les corresponde en la sociedad".

De las sectas advirtió que su labor proselitista, "además de minar la identidad cultural del pueblo dominicano son también en no pocos casos causa

ENTRADO
CREADO

9405735

FUERTE DENUNCIA DESUNEN FAMILIAS

de ruptura de la unidad familiar".

"Sé que este es un asunto que os preocupa y que, por otra parte, ha evidenciado una evangelización no suficientemente profunda en ciertos sectores del Pueblo de Dios, en especial entre la gente sencilla", añadió.

"La Iglesia —continuó— debe preguntarse cuál es el desafío que las sectas fundamentalistas plantean a la propia acción pastoral y a la información cristiana de los fieles", para lo que es importante "instruir mediante una creciente actividad de catequesis a todo el pueblo fiel, para que conozca la verdadera doctrina de Jesucristo y las enseñanzas de la Iglesia".

El Pontífice polaco habló también de la doctrina social de la Iglesia y de las opciones y criterios que deben guiar la actividad pastoral de los obispos en la formación de las conciencias, en libertad y justicia, pues "no pocos problemas en motivaciones de orden moral".

Por ello, "la Iglesia trata de iluminarlos desde el Evangelio contribuyendo a su solución mediante su actividad pastoral, educativa y asistencial".

Juan Pablo II indicó a los obispos dominicanos que "con el debido respeto a la legítima autonomía de las instituciones y de las autoridades, vuestra acción apostólica no ha de ahorrar esfuerzos en promover todas aquellas iniciativas que sirvan a la causa del hombre, a su dignificación y progreso integral, a la defensa de la vida, y de los derechos de la persona, en el ámbito de la justicia y del respeto mutuo".

Asimismo, alentó a la Iglesia dominicana a seguir con su empeño a favor "del pueblo haitiano, para que con la ayuda de Dios y la solidaridad de los hermanos, pueda superar las graves dificultades por las que atraviesa, que son motivo de preocupación en mi solicitud pastoral por tantos hijos de la Iglesia que sufren marginación y pobreza en aquella amada nación".

02-02

9405735

Nº. DOCUMENTO 9405736
TITULO Gran Logia Regular de masonería italiana ha obtenido reconocimiento internacional.
PROCEDENCIA 150087
FECHA 18-3-84
VI... 11101
507 604

La Gran Logia Regular

MILAN, 17 (ANSA).— Nueva victoria de la recientemente creada Gran Logia Regular de la masonería italiana, que anunció hoy que ha obtenido el reconocimiento internacional de regularidad masónica por parte de la Gran Logia Nacional de Francia, la principal del país galo.

La Gran Logia Regular fue creada por el gran maestro Giuliano Di Bernardo, que abandonó con grupos de secuaces el Gran Oriente de Italia, acusada de anidar en su seno logias sospechadas de contaminación mafiosa y otras irregularidades.

La decisión de los masones franceses sigue a los reconocimientos concedidos por las grandes logias regulares de Grecia y Brasil, añade el comunicado.

Di Bernardo había anunciado que la Gran Logia Unida de Inglaterra, guiada por el duque de Kent, reconoció hace un tiempo a la nueva organización masónica después de suspender al Gran Oriente.

La masonería de Inglaterra supervisa y sanciona la regularidad de las organizaciones masónicas de todo el mundo, señala el comunicado.

El País 18/3/84

01-01 9405736

N° DOCUMENTO 9405737
TITULO Reunión religiosa Judeo-Cristiana se realizará en Abril.
PROCEDENCIA 150007
FECHA 12-3-94
VI... 11612
11078
507466

Reunión Religiosa Judeo-Cristiana se Anuncia Para Abril



E.P. 12/3

El rabino León Klenicki volverá el mes próximo a nuestro país

Una reunión internacional con participación de importantes líderes religiosos se llevará a cabo el mes próximo en nuestro país, convocada por la Confraternidad Judeo Cristiana.

Dos días después de las celebraciones pascuales —que en el corriente año tienen fechas coincidentes— de la PESAJ (pascua judía) y la Semana Santa, en la sede de la B'nai B'rith se desarrollará ese encuentro que contará con la participación de altos dignatarios religiosos judíos y cristianos. Estará presente el rabino León Klenicki, director del Departamento de Asuntos Interreligiosos de la A.D.L. de la B'nai B'rith mundial; el rabino Henry Sobel, de la comunidad paulista y uno de los más prominentes líderes judíos de Brasil; así como todos los rabinos con funciones pastorales en Uruguay. Por la parte cristiana, se contará con la presencia del Nuncio Apostólico Mons. De Nittis y los obispos que integran la Conferencia Episcopal Uruguaya, además de los representantes de las iglesias no católicas (protestantes y evangelistas) con acción pastoral en nuestro país.

La celebración será el 5 de abril a las 19 y 30 en la B'nai B'rith y a las ceremonias litúrgicas del ordenamiento ceremonial (Seder) se agregará la visión cristiana de la pascua, reflexión a cargo del sacerdote carmelita Julio Félix Barco, calificado teólogo de nuestro país.

Al acto se invitará a trescientas personas. Serán 150 cristianos y 150 judíos ubicados en mesas donde estarán mezclados, para hacer más presente la confraternidad.

Se busca en la oportunidad repetir una exitosa experiencia llevada a cabo en 1991 y aumentar los vínculos entre ambas comunidades, algo que en estos momentos tiene además del aspecto religioso, una señalada importancia política, derivada del establecimiento formal de relaciones diplomáticas entre el Vaticano y el Estado de Israel.

La Confraternidad Judeo Cristiana comienza a gestarse poco después de concluida la II Guerra Mundial y su acción ya adquiere mayor relevancia con la postura del Papa Juan XXIII a fines de la década del 50, con posterior desarrollo en el Concilio del Vaticano II que, en 1965, en la encíclica "Nostra Aetate" deplora el antisemitismo y absuelve de culpa al pueblo judío por la muerte de Jesús.

En los próximos días se darán a conocer mayores detalles de este acontecimiento que se basa en el concepto fundamental de que, al reunirse dos creyentes en estos encuentros, cada uno respeta al otro en su identidad religiosa.

01-01 9405737.

N° DOCUMENTO 9405737
TITULO Reunión religiosa Judeo-Cristiana se realizará en ABRIL.
PROCEDENCIA 150007
FECHA 12-3-94
VINCULACIONES 11612 11078 507466

Reunión Religiosa Judeo-Cristiana se Anuncia Para Abril

EP. 12/3



El rabino León Klenicki volverá el mes próximo a nuestro país

Una reunión internacional con participación de importantes líderes religiosos se llevará a cabo el mes próximo en nuestro país, convocada por la Confraternidad Judeo Cristiana.

Dos días después de las celebraciones pascuales —que en el corriente año tienen fechas coincidentes— de la PESAJ (pascua judía) y la Semana Santa, en la sede de la B'nai B'rith se desarrollará ese encuentro que contará con la participación de altos dignatarios religiosos judíos y cristianos. Estará presente el rabino León Klenicki, director del Departamento de Asuntos Interreligiosos de la A.D.L. de la B'nai B'rith mundial; el rabino Henry Sobel, de la comunidad paulista y uno de los más prominentes líderes judíos de Brasil; así como todos los rabinos con funciones pastorales en Uruguay. Por la parte cristiana, se contará con la presencia del Nuncio Apostólico Mons. De Nittis y los obispos que integran la Conferencia Episcopal Uruguaya, además de los representantes de las iglesias no católicas (protestantes y evangelistas) con acción pastoral en nuestro país.

La celebración será el 5 de abril a las 19 y 30 en la B'nai B'rith y a las ceremonias litúrgicas del ordenamiento ceremonial (Seder) se agregará la visión cristiana de la pascua, reflexión a cargo del sacerdote carmelita Julio Félix Barco, calificado teólogo de nuestro país.

Al acto se invitará a trescientas personas. Serán 150 cristianos y 150 judíos ubicados en mesas donde estarán mezclados, para hacer más presente la confraternidad.

Se busca en la oportunidad repetir una exitosa experiencia llevada a cabo en 1991 y aumentar los vínculos entre ambas comunidades, algo que en estos momentos tiene además del aspecto religioso, una señalada importancia política, derivada del establecimiento formal de relaciones diplomáticas entre el Vaticano y el Estado de Israel.

La Confraternidad Judeo Cristiana comienza a gestarse poco después de concluida la II Guerra Mundial y su acción ya adquiere mayor relevancia con la postura del Papa Juan XXIII a fines de la década del 50, con posterior desarrollo en el Concilio del Vaticano II que, en 1965, en la encíclica "Nostra Aetate" deplora el antisemitismo y absuelve de culpa al pueblo judío por la muerte de Jesús.

En los próximos días se darán a conocer mayores detalles de este acontecimiento que se basa en el concepto fundamental de que, al reunirse dos creyentes en estos encuentros, cada uno respeta al otro en su identidad religiosa.

01-01 9405737.

Nº DOCUMENTO 9405738
TITULO La Corte estudiará el caso de la secta Los Niños de Dios.
150025
FE 28/3/94
12773
66966

La Corte estudiará el caso de Los Niños de Dios

Fallo: la Cámara Federal de San Martín concedió el pedido del fiscal Quiróga para que la causa continúe su trámite en ese fuero y no en la Justicia provincial; ahora decidirá el más alto tribunal.



Dr. Pablo Quiroga

La Cámara Federal de San Martín concedió el pedido del fiscal ante ese tribunal de alzada, doctor Pablo Quiroga, para que continúe dentro de ese fuero y se profundicen las averiguaciones sobre los hechos por lo que fue investigada la Comunidad Misionera Cristiana La Familia, considerada como una continuación de la secta Los Niños de Dios.

Ahora, la decisión sobre qué fuero entenderá en el caso quedó en manos de la Corte Suprema de Justicia.

El 13 de diciembre último, cabe recordar, en un fallo mayoritario, la misma Cámara había ordenado que el caso pase al fuero ordinario y había revocado las 21 prisiones preventivas que les había dictado en primera instancia el juez federal Nº 1 de San Isidro, doctor Roberto Marquevich, por considerar que existían elementos para sospechar de varios miembros de esa comunidad sobre los delitos de corrupción de menores, reducción a servidumbre, privación ilegítima de la libertad, alteración de estado civil y falsedad ideológica de documento de identidad.

En esa ocasión, el camarista Daniel Rudi había votado en disidencia y sus fundamentos, ahora, fueron compartidos por Quiroga en su pedido al tribunal.

Por una parte, Quiroga afirmó que la anterior resolución de la Cámara para que la causa pasara al fuero ordinario resultaba violatoria de las leyes federales y contraria a la jurisprudencia de la Corte, que sostiene la competencia de la justicia federal para intervenir en aquellos casos que puedan afectar la seguridad del Estado, las instituciones o causar conmoción pública.

Fundó ese punto sobre las consideraciones ofrecidas en aquella oportunidad por el doctor Rudi, al afirmar que "la actividad de Los Niños de Dios pone en peligro la vigencia de la Constitución, al intentar sustituir el sistema democrático, representativo y republicano por otro, mediante la difusión de un programa criminal cuyos ejes son el Estado totalitario y la persecución racial y religiosa, la prostitución divina y la destrucción de la familia".

En otro tramo de sus fundamentos al tomar lo expresado por el camarista, el fiscal de Cámara sostuvo: "Se trata de una organización subversiva con un programa criminal y un proselitismo que contribuye a poner en peligro real y concreto la vigencia de nuestra Carta Magna".

Finalmente, el representante del Ministerio Público sostuvo que "la actividad de Los Niños de Dios estaba dirigida a la disolución de la familia, pilar fundamental de la sociedad, y que, en muchos de los delitos investigados, resultan víctimas menores de edad, situaciones que están contempladas en la Convención Americana sobre Derechos Humanos".

Ahora, la causa pasará al más alto tribunal de Justicia, que deberá resolver si esta investigación continuará en el fuero federal o se hará cargo la justicia provincial de San Isidro.

9405738

Nº. DOCUMENTO 9405739
TITULO Organiz. del Opus Dei - Murió su fundador
PROCED. 150030
FECHA 24-3-94.
908045

Murió Del Portillo, cabeza del Opus Dei

(*Por Washington Uranga*) El obispo español Alvaro del Portillo, la máxima autoridad mundial del Opus Dei, murió ayer en Roma a la edad de 80 años y de esta manera se abrió el proceso de sucesión en una de las instituciones más poderosas dentro de la Iglesia Católica, de perfil netamente conservador y considerada por muchos analistas eclesiásticos como uno de los pilares de la estrategia de gobierno de Juan Pablo II. Fue el papa Wojtyla quien convirtió al Opus Dei en 1982 en prelatura personal (diócesis sin territorio), dándole un estatuto privilegiado dentro de la Iglesia que lo hace depender sólo del pontífice.

Del Portillo falleció de un paro cardíaco en la madrugada del miércoles, después de regresar de un viaje a Jerusalén. En el momento de la muerte se encontraba junto al obispo el también sacerdote español Javier Echevarría, vicario general de la institución creada por José María Escrivá de Balaguer en 1928. Echevarría asumió interinamente la conducción del Opus Dei pero desde ahora se lo menciona como uno de los más firmes candidatos a suceder a Del Portillo al frente de la obra que, según datos oficiales, reúne a 77 mil miembros en todo el mundo. La mayoría de estos adherentes se encuentra en España y en América latina, en particular en México, Brasil, Colombia y la Argentina.

El prelado Del Portillo ingresó en la obra en 1935 y fue elegido el 15 de setiembre de 1975 para suceder al fundador del Opus Dei que había fallecido meses antes y de quien había sido estrecho colaborador durante cuarenta años. Durante el gobierno de Del Portillo el papa Juan Pablo II beatificó, en 1992, a Escrivá de Balaguer. El fundador del Opus Dei fue beatificado en un proceso que llevó apenas once años, un período sumamente corto para lo que normalmente demora este tipo de procesos en el Vaticano. El hecho despertó polémicas en el seno de la misma Iglesia Católica pero fue leído como un indicio del poder que los seguidores del Opus Dei tienen dentro de la Curia romana.

El período de Del Portillo en el Opus coincidió con una política de mayor apertura de la obra hacia otros sectores de la Iglesia con orientaciones ideológicas diferentes, aunque los conservadores mantuvieron la hegemonía de la institución mientras se dio continuidad a la estrategia de ubicar a sus mejores hombres en puestos clave tanto dentro de la Iglesia como en la estructura política a nivel nacional e internacional.

Durante el gobierno de Alvaro del Portillo la influencia del Opus Dei creció en la Iglesia, también el número de sus adherentes y la organización se habría constituido en veinte nuevos países, de acuerdo con fuentes extraoficiales. Joaquín Navarro Valls, el vocero oficial de la Santa Sede, es miembro del Opus Dei y la institución controla entre otros resortes la Academia de Teología de Roma y el centro de producción de televisión del Vaticano. Un miembro destacado de la obra es el embajador argentino ante la Santa Sede, Francisco Trusso.

Juan Pablo II en su telegrama de condolencia por la muerte del prelado del Opus Dei calificó a Del Portillo de "servidor bueno y fiel" de Dios, que ha dado muestras de "una vida sacerdotal llena de celo". Los funerales del obispo se celebrarán mañana viernes en Roma, en la basílica de San Eugenio, y se espera que asistan a la ceremonia altos representantes de la Curia vaticana y miembros del Opus Dei que llegarán de distintas partes del mundo.

P/12 24/3/94
01-04
9405739.

El Papa visitó la capilla ardiente y bendijo restos de monseñor del Portillo

LA MAÑANA 24-3-94

El Papa visitó la capilla ardiente y bendijo los restos mortales del Prelado del Opus Dei, monseñor Alvaro del Portillo, que murió en la madrugada de ayer a los 80 años de edad, pocas horas después de haber regresado de una peregrinación a Tierra Santa.

ROMA / ANSA

Juan Pablo II oró durante algunos minutos en la iglesia de Santa María de la Paz, que se encuentra dentro de la sede central del Opus Dei en el barrio romano de Parioli. Allí está el sepulcro del fundador de la obra, monseñor José María Escrivá de Balaguer, muerto en 1975, y del cual Alvaro del Portillo era el más estrecho colaborador y dilecto discípulo. En forma privada, el Prelado de la obra será sepultado junto a la tumba de monseñor Escrivá, que fundó el Opus Dei en Madrid en 1928. El viernes por la tarde será celebrada una misa fúnebre en la basílica de San Eugenio, vecina a la sede, que fue la primera parroquia de esta capital que el Papa confió a la obra. Entre las personalidades que visitaron la capilla ardiente se encontraban los Cardenales Eduardo Martínez Somalo, Angelo Felici, Paul Poupard y Pío Laghi, además del superior general de los jesuitas, padre Peter Hans Kolvenbach.

El Vicario general, monseñor Javier Echevarría Rodríguez, dirigirá la obra hasta que sea nombrado el sucesor. Según las previsiones, será monseñor Echevarría, que fue secretario personal del fundador, el nuevo Prelado.

Monseñor Echevarría contó que "el Padre me llamó a las cuatro de la mañana y me dijo que se sentía mal. Llamamos con urgencia un médico que hizo todo lo posible. Cuando nos dimos cuenta de la gravedad de la situación le impartimos los últimos sacramentos".

El Vicario agregó que monseñor del Portillo había regresado horas antes de Jerusalén, donde ofició la misa en el Cenáculo. En los días anteriores había visitado otros lugares santos, reviviendo la vida del Señor, desde el nacimiento hasta la muerte en la cruz. Fueron jornadas de intensa oración".

"Lo vi muy contento, feliz por haber estado en la tierra santificada por la presencia de Jesús, su gran amor", concluyó monseñor Echavarría.

02

9405739

Nº DOCUMENTO
TITUL
FE
VI

TENIA 80 AÑOS. TUVO UN INFARTO

Murió el monseñor

El Papa Juan Pablo II bendijo ayer los restos de monseñor Alvaro del Portillo, secretario general del Opus Dei, que serán sepultados hoy junto a la urna que contiene el cuerpo del beato Josemaría Escrivá de Balaguer, fundador —en 1928— de la poderosa organización católica. El Papa dialogó con monseñor Javier Echevarría Rodríguez, vicario general de la Prelatura, quien es el más probable sucesor del prelado desaparecido. Del Portillo acababa de regresar de una peregrinación a Tierra Santa.

ROMA, 23 (Especial para Clarín). — El prelado y padre del Opus Dei, monseñor Alvaro del Portillo, murió esta madrugada de un infarto a los 80 años de edad, pocas horas después de regresar de una peregrinación a Tierra Santa.

Por la tarde, el Papa oró y bendijo sus despojos mortales.

La presencia de Juan Pablo II en la iglesia de Santa María de la Paz, situada dentro de la sede de la Obra en



Foto de archivo del papa Juan Pablo II y monseñor Alvaro del Portillo en el Vaticano.

79.000 MIEMBROS EN TODO EL MUNDO

La más poderosa organización de laicos del mundo católico

ROMA, 23 (Especial para Clarín). — Considerada hoy la más poderosa organización de laicos dentro del mundo católico, el Opus Dei nació por inspiración de un joven sacerdote de 26 años, José María Escrivá de Balaguer, el 2 de octubre de 1928 en Madrid. Hoy cuenta con 79 mil miembros, de los cuales 1.500 son sacerdotes, y extiende su actividad apostólica en 57 países.

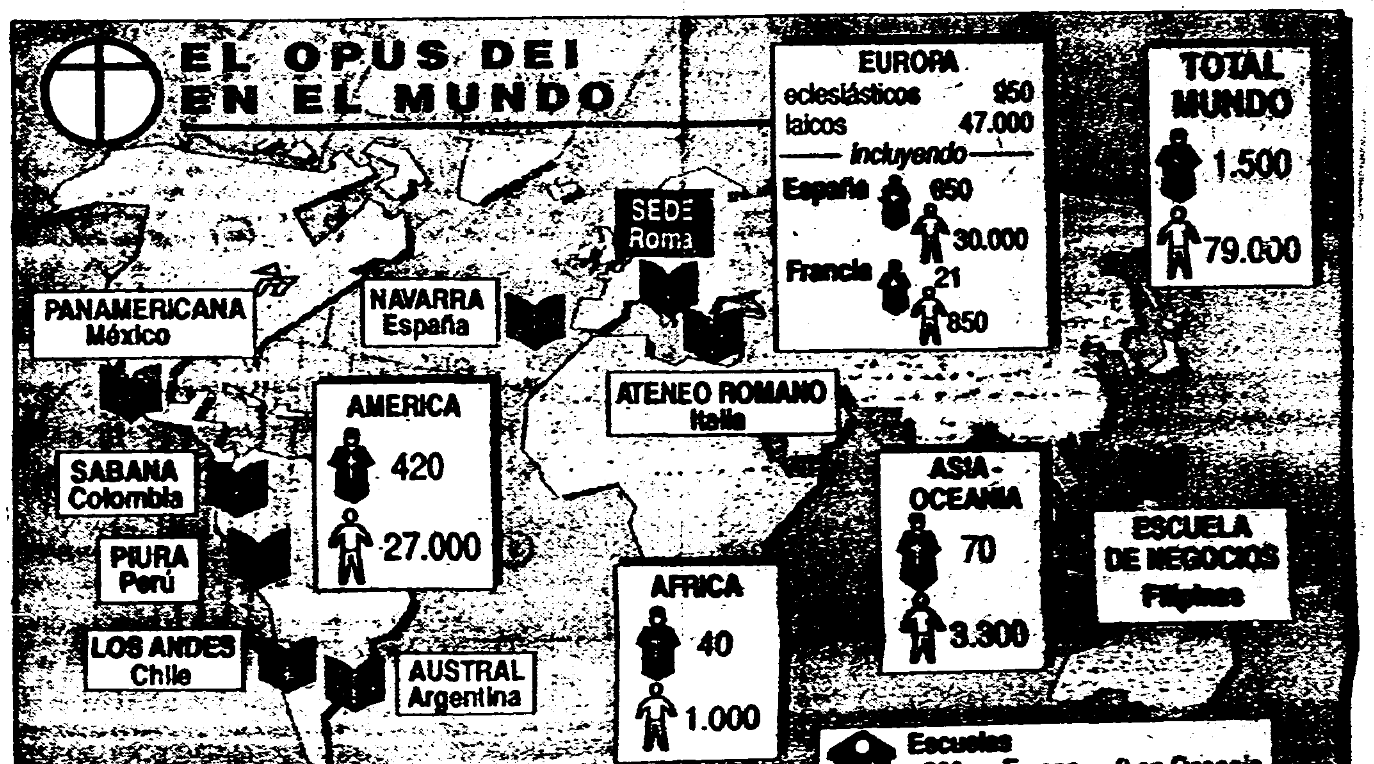
La intuición de don José María, que había decidido ocuparse especialmente de la formación de los jóvenes universitarios, fue la "santificación del trabajo ordinario" y la valorización de la presencia de los laicos en la Iglesia y el mundo.

Este "apostolado de penetración" atravesó un período terrible durante la guerra civil española, al que siguieron períodos duros. Un jesuita acusó al Opus de ser un invento de la masonería, lo que costó no pocos dolores de cabeza a su fundador. Pero en 1943 se fundó la Sociedad Sacerdotal de la Santa Cruz, inseparablemente unida a la obra, a la que se "encardinaron" los curas formados en los carismas de don José María.

En 1950, la Santa Sede, durante el reinado de Pío XII, aprobó definitivamente como instituto secular al Opus Dei. Monseñor Escrivá y don Alvaro del Portillo habían trasladado ya a Roma la sede central de la obra. Fue comprada la mansión que había albergado la Embajada de Hungría ante la Santa Sede, en viale Bruno Buozzi, ocultada por una fea y anónima construcción que constituye hoy la fachada del cuartel general de la Prelatura.

El Opus se expandió sobre todo en España, pero también se fue consolidando en América latina, Europa, Estados Unidos y, más tarde, en los otros continentes. En España fueron considerados como modernizadores del franquismo.

De una vocación siempre desmentida por el secreto y de la alta colocación de algunos de sus miembros en el poder español durante la dictadura de Franco derivan las leyendas "negras" que se constituyeron en torno del Opus Dei. "Santa mafia", "masonería blanca", fueron algunos de los motes que le adjudicaron sus adversarios.



9405739

El Opus ha sido acusado de controlar bancos, universidades, empresas y de penetrar en los medios de comunicación y en las organizaciones universitarias. También de tener una cierta vocación por los ricos y poderosos como instrumentos favoritos para el apostolado. Monseñor del Portillo respondió alguna vez: **"Nosotros llevamos el Evangelio tanto al campesino de los Andes como al banquero de Madrid"**.

Pese a sus numerosos enemigos, la expansión del Opus Dei ha sido continua y, tras la muerte de monseñor Escrivá de Balaguer, la llegada a la cátedra de San Pedro de Juan Pablo II dio un impulso aún mayor a la organización católica.

El Opus buscaba cambiar su estatuto jurídico, pasar de asociación o instituto secular católico a prelatura personal, una institución prevista por el Concilio Vaticano II pero no concretada. En 1982, el Papa promovió a prelatura a la obra, que ahora agrupa a su grey en una especie de obispado sin territorio.

Monseñor Alvaro del Portillo fue designado primer prelado y en 1991 consagrado obispo en San Pedro por Juan Pablo II. Pero el mayor momento de gloria lo vivieron los fieles del Opus Dei el 17 de mayo de 1992, cuando el fundador fue proclamado beato por el Papa. Son muchos los que creen que antes del comienzo del [illegible] 2000, Juan Pablo II canonizará al fundador.

MONSEÑOR ECHEVARRIA, EX SECRETARIO DEL FUNDADOR

El probable sucesor

ROMA, 23 (Especial para Clarín). — Fue solo una palabra, la última, un quejido al exhalar el último suspiro: **"Javi"**. La pronunció el beato **José María Escrivá de Balaguer** mientras caía en los brazos de su secretario personal, derrumbado por un infarto, el 26 de junio de 1975.

"Javi", monseñor **Javier Echevarría Rodríguez**, vicario general del Opus Dei, es el sucesor del sucesor, bajo el signo de la continuidad.

La muerte imprevista de monseñor Alvaro del Portillo, segundo padre de la Obra, pone en manos de "Javi" un enorme patrimonio espiritual y la más discutida organización católica después de la Compañía de Jesús, con la cual los opusdeístas han mantenido durante años relaciones difíciles.

Secretario personal de monseñor Escrivá, a quien asistió en sus últimos momentos, a la entrada de su despacho en la sede de la avenida Bruno Buozzi, monseñor Javier Echevarría ha sido preparado durante muchos años por el propio beato y por su sucesor, monseñor del Portillo, para afrontar este momento que hoy le toca vivir.

Designado vicario general, deberá ocurrir algún acontecimiento extraordinario para que el Congreso General de la Prelatura elija a otro sacerdote eminente de la obra —se dan tres nombres de eventuales candidatos: los españoles Francisco Vives y Joaquín Alonso, y el italiano monseñor Flavio Capucci—, o la voluntad papal prefiera nombrar a un "tapado".

Estas sorpresas no pertenecen al estilo del Opus Dei y es probable que la transición sea tranquila y preordenada.

Convocado el congreso por el vicario general, se desarrollarán dos fases: en la primera, las mujeres indican un nombre y lo comunican al congreso de los varones, que adoptarán su decisión "teniendo en cuenta" las indicaciones femeninas.

La decisión final es comunicada al Papa, a cuya voluntad corresponde la designación porque la Prelatura es una institución de la Iglesia Universal.

9405739

AL REGRESAR DE UNA PEREGRINACION A TIERRA SANTA

jefe del Opus Dei, Alvaro del Portillo

la avenida Bruno Buozzi de esta capital, fue otro signo de la creciente importancia de la poderosa organización de origen español en el mundo católico.

El Pontífice firmó también el libro de visitantes y dialogó con monseñor **Javier Echevarría Rodríguez**, vicario general de la Prelatura y **el más probable sucesor de monseñor del prelado fallecido** (véase aparte).

Mañana, en forma privada, los restos serán sepultados junto a la urna que contiene el cuerpo del beato **José María Escrivá de Balaguer**, que fundó el Opus Dei en 1928, bajo el altar de Santa María de la Paz.

El viernes se realizará la misa fúnebre en la vecina basílica de **San Eugenio**, primera parroquia confiada por el Papa al Opus Dei, que hace dos años albergó durante varios días la gran urna enchapada en plata con los restos de monseñor Escrivá de Balaguer, antes y después de las ceremonias de beatificación del fundador.

Monseñor Javier Echavarría contó que la muerte de monseñor del Portillo **"fue inesperada, repentina. Me llamó poco antes de las cuatro de la madrugada porque se sentía mal. Vino enseguida un médico que hizo todo lo posible. Cuando nos dimos cuenta de la gravedad de su situación, le impartimos los últimos sacramentos, como tanto había deseado durante toda su vida"**.

El vicario general dijo que el prelado había regresado ayer muy feliz de una peregrinación a Tierra Santa. Pocas horas antes había celebrado la misa en el **Cenáculo, en Jerusalén**.

"En los días anteriores había visitado otros lugares santos, **reviviendo la vida del Señor, del nacimiento hasta la muerte en la Cruz**. Fueron jornadas de intensa oración", agregó Echavarría.

Monseñor Alvaro del Portillo había cumplido los 80 años hace doce días. Joven estudiante de ingeniería en Madrid, su ciudad natal, se interesó en la labor pastoral que realizaba entre la juventud universitaria el sacerdote Jose María Escrivá de Balaguer y **se acercó al Opus Dei en 1935**. Nueve años más tarde fue ordenado sacerdote y fue durante los siguientes 40 años el más estrecho amigo, colaborador y discípulo del fundador.

En setiembre de 1975, tres meses después de la muerte de monseñor Escrivá, del Portillo fue elegido segundo padre de la Obra. "Ha terminado la etapa fundacional y comienza la de la continuidad", dijo entonces. Por entonces, el Opus Dei contaba con 60 mil miembros diseminados en 31 países. Casi veinte años después, las dotes de organizador del segundo padre del Opus contribuyeron a aumentar a 77 mil el número de miembros y extender la actividad de la organización a 57 países (véase aparte).

Reservado pero de temperamento férreo, monseñor del Portillo fue el primer prelado del Opus Dei cuando el Papa promovió el instituto secular a prelatura personal, una especie de obispado sin territorio. La Obra es la primera —y hasta ahora la única— organización católica que consigue este status jurídico dentro de la Iglesia.

La prelatura personal fue prevista en las decisiones del Concilio Vaticano II con el objetivo de promover la presencia del laicado en la vida de la Iglesia. Juan Pablo II, admirador del beato Escrivá, amigo del Opus Dei desde hace muchos años y gran protector de la Obra desde la cátedra de Pedro, la transformó en prelatura personal en noviembre de 1982.

Recién nueve años después, debido a sus resistencias personales, monseñor Alvaro del Portillo fue consagrado obispo en la basílica de San Pedro por el Papa. Monseñor Javier Echevarría dijo hoy que **"tenía una conciencia muy profunda del papel que Dios había confiado al fundador, como instrumento del papel confiado por Dios a la Obra"**.

Julio A. Aranas

05

9405739

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROC...
FE...
VI...

Homenaje al jefe del Opus Dei

26/3 Clarín

ROMA, 25 (Especial para Clarín). — Con la presencia del secretario de Estado vaticano, cardenal **Angelo Sodano**, y la participación de miles de fieles que desbordaron las naves de la basílica de San Eugenio, se celebró hoy la misa fúnebre en memoria del prelado del Opus Dei, monseñor **Alvaro Del Portillo**, que murió de un infarto en la madrugada del miércoles.

"Sería errado decir que con la desaparición física del primer sucesor del fundador (el beato Jose María Escrivá de Balaguer), se cierra una página irrepetible del Opus Dei", afirmó el vicario general de la Obra y probable futuro prelado, monseñor **Javier Echevarría**.

"Como decía monseñor Del Portillo en 1975, cuando recibió la herencia de nuestro fundador, comenzó entonces una etapa de continuidad y fidelidad al espíritu y a las enseñanzas del beato José María, una fase que no concluirá nunca más", agregó monseñor Echevarría.

En un clima emocionado, el vicario general, que presidió la misa fúnebre, destacó la "profunda humildad" del prelado fallecido y "su apasionado amor por la Iglesia y el Romano Pontífice".

Asistieron además el ex presidente italiano **Francesco Cossiga** y el siete veces ex primer ministro democristiano **Giulio Andreotti**, así como numerosos embajadores acreditados ante la Santa Sede.

Dentro de tres meses, el Congreso General de la Obra elegirá al sucesor de monseñor Del Portillo. Es muy probable que el nuevo prelado sea el actual vicario general, monseñor Javier Echevarría. El Papa deberá confirmar la elección.

9405739

Sepultaron al secretario general del Opus Dei

Clarín 25/3

ROMA, 24 (Especial para **Clarín**). — Los restos del prelado del Opus Dei, monseñor **Alvaro del Portillo**, fallecido ayer a los 80 años de edad, fueron sepultados esta tarde en una ceremonia privada en la cripta que albergó hasta su beatificación el cuerpo del fundador de la Obra, **José María Escrivá de Balaguer**.

La ceremonia fue privada y tuvo lugar a las 18.30 hora local (cuatro horas menos en nuestro país), en la iglesia **Prelaticia de Santa María de la Paz**, situada dentro de la sede central de la prelatura, en el viale Bruno Buozzi.

Desde su muerte en junio de 1975, hasta su beatificación, en mayo de 1992, el cuerpo de monseñor Escrivá de Balaguer estuvo en una cripta cubierta por una gran lápida de mármol negro con la simple inscripción "El Padre".

Tras la beatificación, el féretro con los restos del fundador del Opus Dei fue colocado dentro de una urna enchapada en plata bajo el altar de la iglesia prelaticia, cerca de la cripta donde desde hoy descansa el cuerpo de su más estrecho colaborador y sucesor al frente de la Obra.

Monseñor Alvaro del Portillo murió en la madrugada del miércoles de un infarto.

El gobierno de la prelatura queda ahora en manos del vicario general del Opus Dei, monseñor **Javier Echevarría**, un vasco nacido en Madrid de 61 años, ordenado sacerdote en 1955, que desde 1950 era un colaborador inmediato de monseñor Escrivá.

Monseñor Echevarría será probablemente el sucesor de monseñor del Portillo, como tercer padre y segundo prelado de la Obra. Es doctor en Derecho Canónico y en Derecho Civil, profesor de Teología y consultor de la Congregación para las Causas de los Santos

07-07 9405739

Nº. DOCUMENTO 9405740
TITULO Berlusconi era miembro de la P-2.
PROC. 150022
FEC. 31/3/94
VINC. 12557
Italia 507604

Berlusconi era miembro de la P-2

Por Rolando Rivière
(Corresponsal de LA NACION en Europa)

LN 31/3

Luigi Bettazzi: el obispo de Ivrea dijo que en la alianza del dirigente derechista se encuentran personajes notorios de la masonería.

ROMA.- Silvio Berlusconi, el gran vencedor de las elecciones italianas, estaba en la lista de la logia Propaganda 2 de Licio Gelli, quien tiene un juicio pendiente en el que se piden para el "maestro venerable" trece años de cárcel.

Monseñor Luigi Bettazzi, obispo de Ivrea, ha recordado la vinculación de la masonería con "los países de la libertad": Francia, Inglaterra y Estados Unidos.

El obispo añadió: "No es casual que en el Polo de la Libertad (la alianza de Berlusconi), hoy triunfante en Italia, se encuentren dirigentes y esté integrado por personajes notorios de la masonería, incluyendo logias polémicas como la P-2".

Mientras tanto, el Papa llamó al presidente y al secretario de la Conferencia Episcopal Italiana para analizar los resultados de las elecciones.

La desaparición de la democracia cristiana, el partido político que de varias maneras encabezó la vida institucional italiana de la posguerra, más que cercano a la Santa Sede, plantea cuestiones nuevas de convivencia entre el Estado Vaticano y el futuro huésped del Palacio Chigi: Silvio Berlusconi.

Durante toda la posguerra la presencia de masones en el Parlamento fue notable. Principalmente en los partidos socialista, socialdemócrata, republicano y liberal, aunque algunas versiones señalaban también a democristianos.

ENT.
CRT.

9405740

9405741
KGB estuvo implicado en revoluc' rumana de Dic de 1989.
150014
30/3/94
507294
11337
507293

Revelan pormenores del derrocamiento del presidente rumano

LA KGB PARTICIPO EN LA OPERACION CONTRA CEAUSESCU

El KGB (servicios secretos soviéticos) «estuvo implicado en la revolución rumana de diciembre de 1989», que derrocó a Nicolae Ceausescu, aunque sus reponsables no lo hayan reconocido, dijo el martes, en Bucarest, Virgil Magureanu, director del Servicio Rumano de Informaciones (SRI).

Magureanu evitó dar nombres, pero subrayó que quería rechazar las acusaciones que pesan sobre personas a las que los medios de comunciación han tachado de agentes del KGB.

El consejero presidencial Marin Pancea, dimitido recientemente de su cargo de secretario del Consejo Supremo de la Defensa, no es espía francés, ni trabajó nunca para los servicios secretos soviéticos, aseguró Magureanu.

Magureanu negó que existan pruebas que sustenten las acusaciones de espionaje contra el presidente de la Cámara de los Diputados y del gubernamental Partido de la Democracia Social (PDS), Adrian Nastase, y otros políticos a quienes el senador Corneliu Vadim Tudor, líder del Partido Rumanía Grande (PRG), atribuye vínculos con la CIA norteamericana.

El jefe del nuevo servicio de información rumano mencionó por primera vez que en 1990, cuando se creó el SRI, se permitió seguir trabajando a la tercera parte de los 15.000 funcionarios de la antigua Securitate, temida policía política comunista.

Recordó también que desde principios de 1991 han sido despedidos alrededor del 30 por ciento de los empleados de todas las dependencias de esos servicios, y agregó que proyecta deshacerse de otro 25 por ciento por «falta de profesionalidad y bajo rendimiento».

Los observadores políticos señalan los esfuerzos de Magureanu por rehabilitar al SRI, acusado reiteradamente en los cuatro últimos años de continuar las prácticas de la Securitate.

El SRI fue creado el 27 de marzo de 1990, tras los enfrentamientos étnicos entre rumanos y húngaros en la ciudad transilvana de Tirgu Mures, en los que murieron cuatro personas y resultaron heridas más de un centenar.

Según la Constitución, el Parlamento controla la actividad del SRI, y una ley de 1992 establece la constitución de una comisión común de las dos cámaras, para ejercer un control permanente y eficaz de ese servicio, comisión finalmente creada el pasado junio

01-01

9405741

9405742
Los escuchas de la SIDE.
150025
27/3/94
SIDE 515075
11337
66960

Los escuchas de la SIDE están a la pesca de una secretaria

LN 27/3

Iribarne: por teléfono y en su nombre, una voz femenina pide citas, exige audiencias, convoca a ministros y funcionarios y causa desconcierto.

El viceministro del Interior, Alberto Iribarne, ordenó -sin ocultar su preocupación- una investigación al comprobar que varios funcionarios del más alto nivel del Poder Ejecutivo Nacional respondían llamados a su despacho que jamás había realizado ni ordenado hacer, tras lo cual se generó su pedido de individualizar de dónde provenían esas comunicaciones telefónicas.

En la Casa Rosada pudo saberse que se está trás la pista de la "secretaria de algún funcionario que sería despedida en forma inminente", y que ésa sería la razón por la cual decidió efectuar pedidos en nombre de Iribarne. No se aclaró en qué ministerio la empleada cumple sus funciones

Obviamente, esa secretaría tiene acceso a agendas telefónicas reservadas de las figuras más encumbradas del gobierno nacional.

Menem y Caro Figueroa

Uno de esos llamados involucró nada menos que al propio presidente Carlos Menem y al ministro de Trabajo, Armando Caro Figueroa.

Fue así que, días atrás, el edecán presidencial de turno se comunicó con el viceministro del Interior, por pedido del jefe del Estado.

Palabras más, palabras menos, el edecán le preguntó por qué estaba interesado en que Menem recibiera al titular de la cartera laboral. La respuesta de Iribarne no fue otra que decirle que él no había efectuado ningún llamado.

Pero el personaje en cuestión, no conforme con el llamado a la privada del primer mandatario, ubicó a Caro Figueroa para decirle que "Iribarne le recomendaba que viese al Presidente...".

Sin perdida de tiempo, Caro Figueroa se fue a la Casa de Gobierno y encontró a Iribarne en el despacho del ministro Carlos Ruckauf. Le dijo: "Alberto, decíme, ¿para qué querés vos que yo vea al Presidente?.

Otra vez tuvo que explicar que no sabía de qué se trataba.

"Que me vea Anzorregui"

Pero otro encumbrado secretario cayó también, otro día, en el supuesto llamado de Iribarne. Fue el jefe de la SIDE, Hugo Anzorregui.

"Ché, Alberto, tengo una llamada urgente tuya. ¿Para qué me andás buscando?

"Yo no te hice llamar por nadie...", se justificó ante Anzorregui.

"Pero me dijeron que te viniese a ver enseguida", insistió el titular de la SIDE.

"Debe ser, Hugo, algún chistoso o chistosa... ¿Por qué no le decís a tus 'escuchas' si pueden descubrir quién es...?.

No hubo en las últimas horas, según funcionarios del Ministerio del Interior, ningún otro pedido "urgente" por parte de Iribarne, ahora tercero en la lista de candidatos a convencionales constituyentes por el PJ metropolitano.

Jorge Monti

01-01

9405742

9405743

Miembro del CLAT llegó a nuestro país.

150023

29/3/94

504707

507466

Miembro de la CLAT visitará hoy a Reilly

29/3 1994

■ En las últimas horas de ayer llegó a nuestro país Eduardo García, subsecretario adjunto de la Central Latinoamericana de Trabajadores (CLAT), y durante esta jornada mantendrá distintas reuniones con sectores de gobierno, sociales y sindicales del Uruguay. Voceros de Acción Sindical del Uruguay (ASU) le informaron a LA REPUBLICA que García se reúne hoy a las 14 horas con la Comisión de Legislación del Trabajo y a las 16 horas con Ricardo Reilly, ministro de Trabajo y Seguridad Social.

El dirigente de la CLAT mantendrá una entrevista mañana con el Directorio del Banco de Previsión Social (BPS) y el próximo jueves brindará una conferencia de prensa. Durante su visita García le propondrá a los actores sociales y políticos del Uruguay que participen en la "Cumbre Social Latinoamericana", encuentro que se realizará en el correr del presente año.

PROGRAMA ANUAL DE DIRIGENTES DE PERSONAL

La Comisión Directiva de la Asociación de Dirigentes de Personal del Uruguay (ADPU) realizará hoy a las 19 horas, en el salón Zafiro Room del hotel Victoria Plaza, el lanzamiento de su programa anual 1994. Durante este encuentro con los medios de comunicación se destacarán las actividades que se realizará en Montevideo los días 22 y 23 de setiembre del corriente.

01-01

9405743

9405744
Según OIT desempleo en América Latina es "desesperante".
150023
30-3-94
504913
11677

La tasa continúa más elevada que en los años '70

Desempleo en América Latina es "desesperante", según OIT

■ La tasa de ocupación en América Latina "ha mejorado algo desde mediados del decenio de 1980, pero las tasas de desempleo siguen siendo más altas que las del decenio de 1970", indica un informe de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) publicado ayer en Ginebra, informó AFP.

El informe según el resumen de prensa publicado por la OIT,destaca que: "en los países en desarrollo, donde el sector no estructurado crece con rapidez a medida que se extiende el desempleo en las zonas urbanas, la situación se hace cada vez más desesperada". En el caso de América Latina, una de las causas de esta situación es "las deficiencias de las políticas anteriores (...) por ejemplo la sustitución de importaciones", indica el informe elaborado para la cumbre mundial para el desarrollo social que tendrá lugar en marzo de 1995 en Copenhague.

Además de las deficiencias de la política económica, otras causas del alto nivel de desempleo son el descenso del crecimiento económico y los cambios estructurales en el sistema de producción mundial, destaca el texto. La tasa de desempleo en los países industrializados, añade el texto, aumentará en un 0.1% en 1994, elevándose a un 8.6% es decir unos 35 millones de personas.

"Es necesario disponder de un mecanismo reforzado de vigilancia y regulación de la protección social, de manera que la mundialización (de la economía) conlleve efectivamente más progresos y justicia social", estima el texto.

"Sólo algunas economías de fuerte crecimiento en Asia conocen el pleno empleo", destaca la OIT, señalando que para el resto del mundo "las perspectivas son muy inquietantes".

DOCUMENTO CON PARTES POCO LEGIBLES

01-03

9405744

Nº. DOCUMENTO

Buenos Aires, lunes 7 de marzo de 1994 ★ CLARIN

ES LA PEOR CRISIS DESDE 1930

El 30% del mundo

La OIT difundió ayer un informe con cifras escalofriantes: hay 820 millones de personas desocupadas o subempleadas y hay otras 1.100 millones, el 20 % de la población mundial, que no pueden vivir con lo que ganan. La OIT lo atribuye al avance tecnológico, entre otras causas. España, con una tasa del 22,7 %, figura en ese informe al tope de los países industrializados. En la Argentina la desocupación creció el 30 % en un año.

WASHINGTON, (EFE). — **Unas 820 millones de personas, el 30 % de la fuerza laboral del mundo, están desocupadas o subempleadas. La cifra fue dada a conocer ayer en Washington por la Organización Internacional del Trabajo (OIT).** El organismo dijo que ésta es **"la peor crisis mundial del empleo", desde la gran depresión de 1930.**

Para la OIT, el problema del empleo actual responde básicamente a tres factores: **el avance tecnológico, que vuelve obsoletos algunos empleos; la globalización y competitividad de la economía** (que hace sucumbir a múltiples sectores), y la aparición de **ciclos económicos recesivo...**

El documento de la OIT señala que hay unos 120 millones de desempleados registrados. Sin embargo, la cifra real, incluidos los que nunca se contabilizaron como desempleados o que simplemente desistieron de buscar nuevos trabajos, **"es mucho mayor".**

El informe aclara que

Doc. Poco LEGIBLE

9405744

02

de la fuerza laboral está sin empleo

hay otros 700 millones de trabajadores que tienen empleos cuya remuneración no les permite alcanzar un estándar de vida mínimo.

El organismo también tuvo en cuenta a las personas que viven por debajo del límite de pobreza. Es que para la OIT existe una relación directa entre pobreza y desempleo. Cerca de 1.100 millones de seres humanos, un 20 % de la población mundial, viven esta situación por la falta de empleos bien pagados.

En 1993, los ingresos promedio per cápita volvieron a caer por cuarto año consecutivo. Según el documento, esto se debe al "estancamiento en la producción mundial que ha impedido la creación de nuevos empleos".

Poco optimistas, las autoridades de la OIT consideran que tanto las naciones industrializadas como los países en vías de desarrollo están amenazados por una tendencia que puede mantenerse en el largo plazo.

"Estos datos demuestran por qué decimos que la situación del empleo es una crisis mundial, mucho más seria que los problemas económicos de los años '80", afirmó el director general de la OIT, Michel Hansenne.

Lo cierto es que la crisis del desempleo entró en la mira de los países industrializados: el norteamericano Bill Clinton convocó a los países integrantes del grupo de los siete (EE.UU., Japón, Alemania, Francia, Canadá, Gran Bretaña e Italia) a una cumbre para buscar soluciones.

En el encuentro que se llevará a cabo en Detroit los próximos 14 y 15 participarán los ministros de Trabajo, Economía, Finanzas e Industria del G7.

A pesar de la gravedad que muestran los índices, el país anfitrión parece haber salido de la espiral ascendente en materia de desocupación [illegible] Unidos, la [illegible] Federal tuvo que salir a incrementar la tasa de interés en un cuarto de punto, ante el temor de que la recuperación generara inflación.

Con un crecimiento del 7,5 % del PBI durante el último trimestre del año pasado y una caída en el índice de desempleo que lo ubicó en el 6,4 %, el gobierno norteamericano cree que la recuperación será el mejor paliativo para combatir el problema laboral.

Sin embargo, esta no es la regla general. Países tales como Canadá, Australia y Nueva Zelanda están sufriendo problemas de desempleo que antes no tenían, y Finlandia, que hace tan solo cuatro años necesitaba trabajadores, ahora tiene un 16 por ciento de desempleo, siempre según la OIT.

La Argentina también figura en el informe: la desocupación aumentó más de un 30 % entre octubre de 1992 y el mismo mes del año pasado. El índice saltó del 7 % al 9,3 %, con un pico del 9,9 % en mayo de 1993.

España, con una tasa de "parados" del 22,7 % y un tercio de su población joven sin empleo, está a la cabeza del desempleo en los países industrializados de Europa, mientras que en Irlanda la cifra toca el 20 %.

"Prácticamente, la mitad de los 35 millones de desempleados en Europa occidental ha estado en esa situación durante un año o más", afirmó Hasenne.

En Europa oriental se produjo una caída de la actividad económica y de la producción, lo que ha tenido una particular incidencia en la ex URSS, Bulgaria, la República Checa, Eslovaquia y Rumania.

La OIT indicó que en el mundo en desarrollo solo algunas naciones de Asia y América latina "han mostrado un progreso económico y laboral genuino".

LA DESOCUPACION EN EL MUNDO



Año 1993

Región	%
América del Norte	7,4
Estados Unidos	7,0
Japón	2,5
Europa Central y Occ.	10,2
Holanda	8,5
Argentina	9,3

Fuente: OCDE - Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico.

Doc. Poco LEGIBLE

03-03

9405744

Nº. DOCUMENTO 9405745
TITULO Preocupación mundial con el nivel de desempleo
PROCED 20382
FECH 11-04-94
VINCUL 20362
13597 OIT
11078
65820

01-02 9405745

INUR Nº 113/012/110494

ECONOMIA INTERNACIONAL
Preocupação mundial com o nível de desemprego.

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que o mundo possuía, no começo deste ano, 820 milhões de pessoas desempregadas e subempregadas, representando cerca de 30% da força de trabalho, na pior crise global do setor desde a grande depressão dos anos 30. Dentre as causas são destacados as melhorias tecnológicas e o avanço do neoliberalismo nos últimos 15 anos, levando os trabalhadores a terem de suportar, de maneira desproporcional, a carga dos ajustes econômicos.

Tendo em vista a relevância da questão, o G-7, a partir da reunião iniciada em 17 Mar 94, em DETROIT/EUA, passou a tratar do assunto em paralelo às conversações sobre as políticas econômicas e monetárias. Nesse sentido, confirmou o compromisso de estabelecer as bases para um plano de criação de empregos, a ser anunciado no encontro de cúpula dos Chefes de Estado e de Governo, marcado para Jun/Jul 94, em NÁPOLES/ITÁLIA.

A introdução de inovações tecnológicas não deve ser considerada como o fator de maior influência para o aumento do desemprego global — como vem sendo preconizado desde os anos 70 com a intensificação da automação industrial —, sendo apenas parcela de um quadro agravado pelo momento recessivo mundial e pela incapacidade de absorção da mão-de-obra disponível. Além disso, embora cause maior impacto nas pessoas menos qualificadas, as quais terão maior dificuldade para encontrar emprego numa conjuntura recessiva, tem um efeito compensador junto às áreas mais técnicas.

No que tange aos efeitos dos ajustamentos econômicos com base em políticas neoliberais, vale distinguir os diferentes momentos e situações nos países industrializados e no Terceiro Mundo. De fato, o desemprego tende a ser mais elevado no início desses programas. Porém, em particular na AMÉRICA LATINA, na atualidade os indicadores econômicos são mais favoráveis do que dos anos 80 e em relação à situação atual do Primeiro Mundo. Portanto, os alarmantes números sobre o desemprego mundial são mais influenciados pela recessão estrutural nos países mais ricos do que pelos fatores apontados pela OIT.

Assim, as análises da OIT continuam com um forte viés ideológico — uma característica do organismo, ao longo das últimas décadas, de acentuada influência esquerdista —, cujos teóricos quase sempre procuraram carrear ao avanço tecnológico e ao capitalismo as maiores responsabilidades pelos problemas sociais no mundo.

Desse modo, como os efeitos dos dois fatores tendem a tornar-se pouco representativos num ambiente mundial de crescimento, vislumbram-se dificuldades para a ampliação das oportunidades de emprego, pois a tendência das principais potências mundiais é persistir no processo de estagnação, de recessão e/ou de tênue recuperação econômica, pelo menos nos próximos dois anos.

* * *

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

02-02 9405745

9405746
Experto de la FAO visitó nuestro país.
150033
30/3/94.
12601
507466
11078

Calificado experto de la FAO visitará nuestro país

Brindan conferencia sobre el Codex Alimentarius en el comercio regional y mundial

■ El próximo 12 de abril, a la hora 15 y 30, se desarrollará en el salón de actos del Laboratorio Tecnológico del Uruguay (LATU), avenida Italia 6201, la conferencia: Mercosur y la importancia del Codex Alimentarius en la facilitación del comercio regional y mundial de alimentos.

La misma estará a cargo del señor Richard J. Dawson, jefe del Servicio de Calidad y Normas Alimentarias de FAO en Roma, quien en los próximos días visitará Montevideo. Este evento, que cuenta con los auspicios de los ministerios de Relaciones Exteriores, de Industria, Energía y Minería, de Ganadería, Agricultura y Pesca, y de Salud Pública, se inscribe dentro del marco de actividades que la representación de la FAO en Uruguay y el LATU vienen realizando para promover el Codex Alimentarius.

En el transcurso de la misma se abordarán temas que revisten particular interés, como ser la importancia del Codex Alimentarius en la armonización de alimentos inocuos para la salud humana y la repercusión de todos estos aspectos en la eliminación de las barreras no arancelarias en el comercio de alimentos.

El tema tiene plena vigencia para el Uruguay, en momentos en que se discuten, con creciente participación empresarial y en base a los nuevos requerimientos de la integración y del comercio internacional, la armonización de normas de alimentos a nivel de las negociaciones de los cuatro países que conforman el Mercosur. Paralelamente a esta conferencia, se inaugurará una exposición itinerante en las principales ciudades del interior, de libros y publicaciones de FAO sobre Codex Alimentarius, con el objetivo de dar amplia difusión a todo el material bibliográfico que dispone FAO sobre alimentos y normas alimentarias.

Doc. Poco LEGIBLE

ENTRADO
CRUZ

01-03

9405746

INFORME ESPECIAL

Controlarán Calidad de Productos a Nivel Global

El País 27/3/94

EXPERTA DE FAO ACONSEJA CONSUMIDORES DE ALIMENTOS

El CODEX ALIMENTARIUS es un código internacional que pretende unificar las normas que rigen a los alimentos en todo el mundo. En una era donde los plaguicidas, los conservadores alimenticios, las radiaciones y los colorantes llegan a nuestra boca en todos los alimentos que consumimos, la necesidad de este código es vital para unificar los criterios y evitar así muchas graves enfermedades que pueden, a corto y largo plazo, provocar la muerte de seres humanos.

El Poder Ejecutivo, mediante decreto del 2 de marzo pasado, aclaró que en ausencia de normas alimenticias emitidas por el Ministerio de Salud Pública, los alimentos deberán cumplir las normas del **Codex Alimentarius** de la F.A.O.

El proceso de integración del MERCOSUR no es ajeno a esta decisión. Por este motivo llegó a Uruguay la experta de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación Dra. Lourdes Costarrica por dos razones, como ella aclara: "para colaborar con los gobiernos del MERCOSUR en la armonización de normas, y para colaborar a pedido del gobierno uruguayo en la realización de un diagnóstico de situación sobre cómo está el sistema de control de calidad de alimentos a nivel global en Uruguay, para fortalecerlo a mediano plazo".

"Hay que proteger al consumidor de posibles engaños" continúa la Dra. Costarrica, "por la falsificación y adulteración de que son objeto los productos alimenticios. Tratamos de enseñar a leer las etiquetas de estos productos, vigilamos que las etiquetas sean claras para la lectura del consumidor, y también buscamos que el industrial tenga condiciones más favorables para poder comerciar con sus productos. Cabe aclarar que el **Codex Alimentarius** no sólo vigila la salud del consumidor, sino también establece normas que facilitan el comercio de los productos, unifica normas internacionalmente para que luego no haya excusas que impidan el ingreso de determinados productos a ciertos países". Por ignorancia o implementando un proteccionismo encubierto, algunos países pueden argumentar que tal o cuál producto no cumple normas sanitarias adecuadas y le impiden el ingreso, con todas las pérdidas que ello acarrea.

■ MILES DE PLAGUICIDAS

Las normas **Codex** establecen hasta el momento cerca de tres mil limitaciones de plaguicidas, especificando **qué** cantidad es tolerable por el ser humano, y a partir de **dónde** esa cantidad de plaguicida comienza a envenenarlo. También establece prohibiciones totales a un importante número de estos plaguicidas, aunque se siguen comercializando y usando en el mundo. "Este es uno de los puntos en los cuales los países deben ser muy cuidadosos, vigilando la idoneidad de los productos y cuidando el contrabando de aquellos prohibidos" agrega la experta.

En materia de aditivos alimentarios, el **Codex Alimentarius** establece también limitaciones de conservadores y colorantes. "Hoy en día la preocupación del consumidor está centrada en aquellos riesgos que no alcanza a ver. Antes, cuando algo estaba podrido, era visible a simple vista. Ahora eso casi no sucede. Lo que hay en los alimentos son residuos de plaguicidas o drogas veterinarias, la presencia de plomo y cadmio, que el consumidor no tiene medios para poder descubrirlos" aclara la Dra. Costarrica. Los resultados son graves y conocidos: intoxicaciones, envenenamientos progresivos, y a veces la muerte.

El desastre de Chernobyl planteó un desafío interesante al **Codex**. Los alimentos de muchos países del mundo se vieron contaminados por diferentes niveles de radiación que escaparon de la siniestrada central nuclear soviética. "En aquel momento no había límites de seguridad por contaminación de radionucleidos que permitieran orientar al comercio internacional. Se realizaron entonces estudios sobre los alimentos contaminados en todos los países de Europa donde la nube radiactiva llegó, y se establecieron niveles máximos de seguridad o límites permisibles en muchos planos".

El tema de la radiación no es simple, ya que a muchos alimentos se los procesa normalmente utilizando ondas radiactivas para su esterilización, ello dentro de límites tolerables para el ser humano. "Esto siempre ha dado lugar a controversias. Mucha gente se resiste a los productos procesados de esta forma. Pero a veces es inevitable, como es el caso de las especias, donde se las irradia para la eliminación de microorganismos superficiales que no se pueden eliminar por otros medios" aclara la experta de F.A.O. Es obvio: la pimienta no se puede lavar con agua y jabón. No obstante hay que ser cuidadosos. "La utilización como parte del proceso es recomendada. Lo que no se recomienda es la utilización de radiación al final del proceso, para encubrir prácticas no higiénicas durante la fabricación. No se puede producir un alimento en malas condiciones y luego irradiarlo para matar los microorganismos que se incorporaron por descuido".

■ EL EJEMPLO DE LA CARNE

Sobre la situación de Uruguay en la materia, "aquí hace falta actualizar las normas a aplicar para el control de los alimentos de consumo interno. Por ello esta solicitud del gobierno uruguayo. La normalización a nivel interno es lo más importante para ustedes, porque en materia de exportación, y especialmente la carne, Uruguay junto con Argentina es uno de los pocos países del mundo donde se han desarrollado sistemas de vigilancia y normalización muy avanzados. En este tema, entonces, hay una continua interacción con el Codex Alimentarius, cosa que no sucede con el mercado interno local" agrega la Dra. Costarrica. Se sugiere que Uruguay lleve estos sistemas de control de calidad utilizados para exportar carne y los aplique en la industrialización de alimentos y en el sector de servicios.

"Todo ésto se hace teniendo en cuenta que la tecnología de producción de alimentos en los últimos 15 años ha cambiado muchísimo, y gran cantidad de normas aplicables hace 20 años hoy ya no tienen sentido. La norma técnica tiene que tener en consideración los cambios en la tecnología de procesamiento, y que estas tecnologías no son las mismas en todo el mundo, porque algunos país están más avanzados que otros en la materia".

El CODEX ALIMENTARIUS es un foro donde no sólo participan los gobiernos, sino también los industriales, los productores y los consumidores del ámbito internacional. "Sólo así es más factible que los acuerdos a que se lleguen sean aplicables" finaliza diciendo la experta de F.A.O.

9405746

PROTEGER A ADULTERADOS



Lóurdes Costarrica: "Se debe controlar los plaguicidas, la radiación, los conservadores y colorantes alimenticios

9405746

03-03

Nº. DOCUMENTO 9405747
TITULO Australia reivindica la vigencia del Grupo Cairns.
1500/5
6/3/94
12767
507474.
510821

Australia reivindica la vigencia del Grupo Cairns

Cerrada la Ronda Uruguay del Gatt, el subsecretario de Relaciones Exteriores y Comercio de Australia, David Hawes, reivindicó en Buenos Aires la vigencia del grupo Cairns, informó la agencia IPS.

La alianza creada en el balneario australiano de Cairns está integrado por 14 países que no subsidian sus exportaciones agropecuarias y se constituyó en un importante grupo de presión en las negociaciones de la rueda Uruguay clausuradas en Ginebra en diciembre último.

El funcionario australiano, de gira por América del Sur, sostuvo que el grupo Cairns deberá "verificar" que sean cumplidos los compromisos aceptados en el acta final de la Ronda para reducir los subsidios en un plazo determinado.

También recordó que la futura organización mundial de comercio tendrá un comité agropecuario que controlará la reducción anual de los subsidios comprometidos en Ginebra, tarea en la cual puede jugar un papel importante el grupo Cairns.

Asimismo, sostuvo que el nucleamiento de países, entre los que se encuentran Argentina, Brasil, Colombia, Chile, Uruguay, Australia y Canadá, puede ser una voz fuerte a nivel internacional dando impulso a un nuevo camino hacia la apertura de los mercados y la eliminación total de las subvenciones.

Según Hawes, la Comunidad Europea, la región más reticente a rebajar los subsidios agrícolas, aceptó el compromiso de Ginebra, "por las presiones del grupo Cairns en la Ronda Uruguay".

Hawes llegó a Argentina en una gira por América del Sur destinada a intensificar los lazos comerciales en política agropecuaria con Argentina, Brasil, Chile y Venezuela. A su paso por Buenos Aires, criticó a Canadá por haber vendido 1.4 millones de toneladas de trigo a Brasil a precios subsidiados perjudicando así a Argentina, el tradicional proveedor de Brasil, que le vendía sin subsidios.

No obstante esta operación, Hawes insistió en que el grupo Cairns debe continuar, pues aún sus principios tienen vigencia.

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9405747.

Nº. DOCUMENTO 9405748
TITULO En mayo se resolverá en URUGUAY futura existencia de Grupo Cairns
1500/5
8/3/94
12767
507466
11078

En mayo se resolverá en Uruguay la futura existencia del Grupo Cairns

La Mañana 8/3/94

• Saravia: No hay ninguna autorización ni pedido de ingreso de pollos chilenos

En el próximo mes de mayo se reunirá el Grupo Cairns en Uruguay, de acuerdo a lo anunciado ayer por el Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Dr. Pedro Saravia, durante la reunión por el 3er. aniversario de la Comisión Honoraria en el área de la Juventud Rural.

En esta reunión el grupo Cairns, decidirá si debe o no seguir funcionando como lo hace actualmente y de decidirse a seguir funcionando, debemos hacer un cronograma de trabajo y los objetivos a mediano y largo plazo, para saber como son las formas que se debe tener, los principios que se van a defender y cuales son los objetivos a lograr en el grupo.

Agregó el Dr. Saravia, que "este grupo ha tenido mucha relevancia a través de lo que ha significado la lucha contra el subsidio y el proteccionismo, pero que "cuando las papas quemaron" encontramos fisuras dentro del grupo, con países que acordaron por afuera, dejando de lado principios, tratando de mantener a escondidas y en reserva algunas cláusulas que los beneficiaban, en perjuicio de los otros compañeros de grupo".

Caricom

Sobre la presencia de este grupo en nuestro país, indico que, quedo en evidencia el buen trabajo entre productores y servicios oficiales, y sobre todo la eficiencia que se ha trabajado en el tema aftósico, habiéndose llegado al actual nivel sanitario.

Esperamos, que en consecuencia de las declaraciones y lo que pudimos conversar con ellos durante su estadía, el informe sea favorable, lo que habilite rápidamente el marco sanitario, que nos permita lograr la vía del comercio con el Caricom.

Ingreso de pollos

Sobre el posible ingreso de pollos chilenos a Uruguay, el Secretario de Estado, indicó, que no hay ingreso de pollos chilenos al mercado, estamos trabajando a nivel técnico con las autoridades transandinas, para establecer cuales son las condiciones y el marco, ya que tenemos algunas reservas sanitarias sobre las condiciones de alguna enfermedad exótica para el Uruguay, y por ello estamos trabajando en ese tema.

No existe ningún ingreso de pollo chileno en este momento, no hay ninguna autorización, ni pedido de ingreso de pollo chileno al mercado uruguayo.

Comercio de carnes

Asimismo dijo el Ministro, el comercio de carne de Uruguay a Chile sigue siendo normal, se esta trabajando sobre la nueva clasificación de carnes que puso Chile a través de una ley.

Esto, ha hecho que los operadores uruguayos solucionen los cupos de embarque y el tipo de carne de acuerdo a la nueva clasificación, pero se sigue embarcando normalmente y Chile sigue siendo un comprador preferente de las carnes uruguayas.

Desde hace un mes se esta embarcado con la nueva tipificación chilena, además mantuvimos una conversación con el Ministro Figueroa sobre el tema, las carencias que tenía desde el punto de vista técnico y como serían los ajustes que se tendrían que hacer, para que realmente funcione como una verdadera tipificación, y no como una barrera pararancelaria en el algún tipo de categoría.

Cupo Hilton

Referente a la resolución de Inac, el Dr. Saravia indicó, que la aprobación de la modificación en la distribución del cupo Hilton fue muy oportuno, se esta trabajando en la línea correcta, las decisiones que se han tomado son de base, que tienen un efecto positivo.

El criterio básico, es que Hilton es una cuota país y que el país debe ser el principal beneficiado del tema, siguiendo la misma línea que la propia junta votó, si no por unanimidad, pero con un criterio muy amplio y pensando sobre todo, en lo que debe ser la distribución de cuota del país.

Expresó, que hay un proyecto sobre este punto del ministerio, pero sin perjuicio del mismo el Poder Ejecutivo tiene que tomar posición defintiva sobre el mismo, y cuando digo Poder Ejecutivo porque en el tema de carnes, es un tema de competencias compartidas, por lo que tenemos que tener el mismo punto de vista todas las partes interesadas.

Luego de ello, se va a conversar con todas las partes interesadas, sobre los puntos donde no haya tomado resolución la Junta de Inac, porque en la línea del proyecto, están estas que se han votado ahora y a posteriori se le irán agregando los elementos que puedan faltar para definir, lo que tiene que ser la cuota Hilton, la distribución y sobre todo el elemento básico, que es la competencia con los mercados internacionales, que es lo que determina la ganancia o pérdida de la cuota Hilton en el futuro.

Agregó, que desde el año 90 el ministerio esta trabajando en dos líneas, en la reestructura de la industria frigorífica, pidiéndole un acondicionamiento a lo que tiene que ser los mercados exportadores, sobre todo un ajuste económico, pero por otro lado la mayor cantidad de un valor agregado al producto que se exporta, además hemos pedido a los productores, la recomposición del stock con aumento de producción.

Todo se ha dado, los índices de la última declaración jurada, indican que el stock está recompuesto sobre base de categoría jóvenes, por lo que vamos en la línea de la calidad de la carne, el sector productor respondió y ya para el 94, sobre todo en el 95 va haber una fuerte oferta de carne, por lo que tenemos que tener preparada a la industria frigorífica, de manera que no se creen problemas.

Cítricos

Sobre el ingreso de los cítricos frescos uruguayos a la Argentina, el Ministro dijo, que se estuvo conversando con el Ing. Solá, quien reconoció que por el momento no esta utilizando ningún argumento sanitario sobre el tema, y quedamos comprometidos a una nueva reunión donde se habrá de definir, a favor o en contra, pero sin mas evasivas.

9405748

01-02

Para Saravia Cambios en Hilton "Fueron Oportunos"

EL GRUPO CAIRNS DEFINIRA SU EXISTENCIA EN URUGUAY

Los ministros de Agricultura de los 14 paises que integran el Grupo Cairns, alianza creada en el balneario australiano del mismo nombre por las naciones que no subsidian sus producciones agropecuarias, se reunirán en los próximos meses en la capital de Uruguay, Montevideo, con los objetivos de "**cuestionar su existencia, fijar un cronograma de trabajo y los objetivos a perseguir y delinear cuáles son los objetivos que se deberán defender**".

El Grupo Cairns se ha constituido en un importante núcleo de presión contra los subsidios en las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT, finalizada el año pasado, e intenta detener las prácticas desleales de comercio en un plazo determinado.

Para el titular de la Secretaria de Ganadería, Agricultura y Pesca de nuestro país Dr. Pedro Saravia, que viene ultimando todos los preparativos para recibir a sus pares, el Grupo Cairns "**ha tenido mucha relevancia a través de lo que ha significado la lucha contra el "dumping", pero que cuando las papas quemaron, encontramos fisuras dentro del mismo y algunos países acordaron por afuera y dejaron de alguna manera los principios de lado, tratando de mantener a escondidas y en reserva, algunas cláusulas que los beneficiaban en perjuicio de los restantes del grupo**".

A criterio del subsecretario de Relaciones Exteriores y Comercio de Australia, David Hawes, que realizó recientemente una gira por Sudamerica, "**el Grupo Cairns, debe continuar trabajando, pues aún sus principios tiene vigencia**".

MODIFICACION EN DISTRIBUCION DE CUPOS HILTON FUE OPORTUNA

Al abordar temas estrictamente internos, el ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Dr. Pedro Saravia calificó como "**oportunas**" las modificaciones impuestas al reglamento que rige para la distribución de los Cupos "Hilton" que anualmente otorga la ahora Unión Europea a Uruguay, recientemente votadas en la Junta del Instituto Nacional de Carnes (INAC), principal organismo rector de la política cárnica uruguaya.

En tal sentido estimó que "**se está trabajando en la línea correcta, las decisiones que se han tomado son de base, tienen un efecto definitivamente positivo, porque tienen presente el principio básico de que el Hilton es una cuota país y por eso Uruguay debe ser el principal beneficiado**".

Ese principio básico, "**va en la misma línea de lo que la Junta del INAC votó, no por unanimidad, pero con un criterio muy amplio y pensando en un futuro de lo que debe ser la distribución de cuota futura**".

El Dr. Saravia, dijo también que la Secretaria de Ganadería, Agricultura y Pesca, "**elaboró otro proyecto**", pero enfatizó en que "**sin perjuicio de eso, el Poder Ejecutivo tiene que tomar posición definitivamente, porque el tema de la carne es de competencias compartidas y, por lo tanto, tenemos que contar todas las partes interesadas con una óptica común. Inmediatamente de eso —agregó— se va a conversar con las partes interesadas en lo que no haya tomado resolución la Junta del INAC, porque en la línea del Proyecto y de las ideas que tenemos, estan éstas que se han votado la pasada semana y a posteriori, se le irán agregando los elementos que puedan faltar, para definir el nuevo concepto de la Cuota "Hilton", su distribución y sobre todo, el elemento básico que es la competencia por los mercados internacionales, que es lo que determina la ganancia o pérdida de cupos futuros**".

CITRICOS EN FRESCO PARA ARGENTINA

Uno de los tantos temas abordados en la última reunión de Ministros de Agricultura realizada hace poco tiempo atrás, en Montevideo, fue la prohibición del ingreso de los cítricos uruguayos en fresco al mercado argentino.

Hasta el momento, la principal limitante, considerada por los citricultores y autoridades uruguayas como "**irracional**" que ponen los argentinos es la existencia de Cancro Cítrico en nuestro país, al tiempo que, también ellos tienen zonas consideradas como "**endémicas**".

Dijo el Dr. Saravia que "**aunque está reconocido que las barreras impuestas no tienen fundamento**", existe el compromiso de continuar dialogando acerca de este tema con el Ing. Felipe Solá, su homónimo argentino.

En esa nueva reunión, dijo "**se definirá por sí o por no, pero por lo menos, ya sin más evasivas**".

FIDA: NADIE ESTA OBLIGADO A TOMARLO

Respondiendo al Intendente Municipal de Salto, quien hace pocas jornadas atrás afirmó que "**la aplicación del Programa FIDA en nuestro país, es venderle espejitos a los productores**", el Secretario de Estado enfatizó en que "**hay distintas formas de ver las cosas, pero nadie en este país esta obligado a tomarlo**".

Sostuvo que "**si alguien entiende que es un Programa que no le sirve, o en el caso de las Intendencias, que el Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, les brinda una participación activa, para que como organismo local, puedan ser de alguna manera los que evalúen y funcionen, haciendo un nexo con los productores, si alguna Comuna no tiene interés, simplemente no lo hace**".

Comentó que de cualquier manera en Salto, "**hay muchos productores interesados que están recurriendo directamente al FIDA, se les están armando los Proyectos y van a participar**", pero reafirmó que "**en este caso, no hay nadie que esté comprometido a tomar un Convenio que no le interese**".

Insistió el Dr. Pedro Saravia que lo más importante que se debe tener en cuenta "**que si bien podemos entender que la tasa de interés del FIDA pueda estar alta, con respecto a lo que se supone que debe ser el apoyo a la producción del pequeño productor, hay que tener en cuenta que el Proyecto puede apoyar indirectamente con muchas otras cosas, que no tienen costo, pero sí tienen un valor agregado para el mismo proyecto y que seguramente compensan con creces la parte crediticia**".

02-02

9405748

9405749
Países de G. Cairns confió en la supervivencia del bloque.
150024
2-3-94
12767

Los exportadores pequeños, ¿fiscales del GATT?

Clarín 2/3

El australiano **David Hawes**, presidente del grupo de Cairns —los 14 países que no subsidian sus exportaciones agrícolas, incluida la Argentina— confía en la supervivencia del bloque. Ahora lo postula como fiscal de los acuerdos que, en materia de reducción de subsidios, se adoptaron en el GATT.

Este grupo se armó para batallar contra los subsidios que aplican los Estados Unidos y la Comunidad Europea. Pero muchos dudaban de su continuidad después de la fumata que se logró en el GATT, donde se acordó una reducción de subsidios con cuentagotas y que va del 20 al 36% en 6 años y a partir de 1995.

Los interrogantes sobre el futuro de Cairns se intensificaron después de que Canadá, socio activo, le vendiera trigo a precio subsidiado al Brasil, cliente principal de la Argentina, otro militante fuerte del grupo.

Hawes, timonel de Cairns durante la ronda Uruguay del GATT, dijo ayer que "Canadá tendrá que someterse a la reducción de subsidios en cualquier producto que exporte. Disciplinas que debe aceptar como cualquier otro país y más aún como miembro del Grupo Cairns". Hawes, tiene rango de secretario de Estado y oficia de vicecanciller en la estructura diplomática australiana. Ayer no dejó lugar a duda sobre las dificultades que enfrenta este bloque de pequeños exportadores: "Antes de la finalización de las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT, con Canadá ya tuvimos roces".

♦ **Decepción**

Las fricciones dentro de Cairns saltan a la vista. De paso por Buenos Aires y en el transcurso de una entrevista con Clarín, Hawes destacó que resulta "decepcionante" que un negocio de un socio (en este caso Canadá) del grupo "afecte a otro".

Pero no tuvo oportunidad de hablar demasiado del tema: el titular de Agricultura, **Felipe Solá**, no estaba en el país, para incluirlo en la agenda.

Sin embargo, Hawes descartó las versiones que dudan de la supervivencia de Cairns. Dijo que hay tres razones por las cuales va a seguir en carrera:

- Todos los países tienen que presentar en Ginebra ante el GATT un proyecto detallando las medidas que van a tomar. Cairns trabajará desde ahora para que estos compromisos del acta final del acuerdo estén en sintonía con lo que ya se aprobó en la Ronda Uruguay. Esto tiene que estar listo antes de la conferencia definitiva en Marruecos, prevista para este año.
- Con el establecimiento de la Organización Mundial de Comercio, se estructurará un Comité Agropecuario, que reglamentará anualmente la rebaja comprometida en los niveles de subsidios en la Ronda Uruguay. Aquí Cairns tendrá que verificar la actuación de los países para fiscalizar que los plazos y los compromisos se cumplan.
- Cairns se ve a sí mismo como una "voz fuerte" a la hora de impulsar la apertura de los mercados y la eliminación de los subsidios a nivel internacional.

Australia es socia, pero también competidora de la Argentina en dos rubros agropecuarios: lana y carne. Se supone que este juego se hará más evidente cuando la Argentina supere la barrera de la aftosa que dificulta sus exportaciones. Australia tiene experiencia: con Nueva Zelanda compiten agresivamente a nivel mundial tanto en beef como en carne ovina, pero se dicen aliados en política económica internacional.

SUBSIDIOS AGRICOLAS: CUANTO GASTAN LOS PAISES RICOS

En dólares por hectárea cultivada



	Antes del GATT	A partir del '95*
COMUNIDAD EUROPEA	784	627
ESTADOS UNIDOS	98	78
JAPON	8.422	6.722
SUIZA	1.982	1.582

(*) Fecha en que comienza a regir el acuerdo.

01 - 01

9405749

Nº DOCUMENTO 9405750,
TITULO G. de Río se reunirá en BRASIL para considerar Cumbre con Clinton
150096
3/3/94
12764
507466,
507482
11187.

El Grupo de Río se reunirá en Brasil para considerar Cumbre con Clinton

El objetivo del Presidente de EE.UU. es lograr, en corto plazo, una asociación amplia con el TLC

LH 3/3/94

El Grupo de Río que integra Uruguay se reunirá, en el mes de marzo, en Brasil según lo convenido, y en su agenda figura en lugar prominente la invitación que cursará Estados Unidos para una "cumbre continental" propuesta por el Presidente Bill Clinton.

La mencionada "cumbre" de todos los países latinoamericanos que proyecta llevar a cabo el Gobierno de Wáshington, si bien todavía no tiene fecha, será en los Estados Unidos y tiene como finalidad concretar y definir el relacionamiento en el corto y mediano plazo, dentro del marco, del Tratado de Libre Comercio (TLC) suscrito con México y Canadá.

La cuestión fundamental es encarar una política coordinada que permita superar las notorias diferencias planteadas en el comercio mundial a partir de las normas sancionadas por la Ronda Uruguay del GATT, que a nadie conforma y menos a los países en vías de desarrollo como son la mayoría de las naciones latinoamericanas.

Argentina ya anunció su firme intención de apoyar dicha "cumbre" a la vez que manifestó que "es una señal muy clara de las intenciones de Estados Unidos hacia América latina y el Caribe", por boca de su Canciller Guido Di Tella.

También Uruguay señaló su interés en el relacionamiento de 4 + 1 con el Mercosur, y con los otros países del área y así lo destacó en su momento el propio Presidente Lacalle.

Las relaciones entre los países del subgrupo Mercosur para nada se verían afectadas y es posible, según lo han manifestado los respectivos cancilleres, compatibilizar ambos proyectos y los disímiles niveles de potencial económico de cada parte.

Di Tella: los crispidos "subsidios"

Existe una notoria y muy encontrada posición de unos y otros en cuanto al "candente tema de los subsidios" con que los Estados Unidos viene atendiendo sus exportaciones, de granos principalmente, al igual que Canadá que realizó un negocio de trigo perjudicando a la Argentina.

El Canciller Di Tella, precisamente, no ocultó en recientes declaraciones públicas que "Estados Unidos es un gran país que tiene problemas de competitividad a nivel mundial, y empeora sus posibilidades cuando sigue con un programa de subsidios que son una muestra de la esclerosis que padece".

Se mostró en cambio, partidario de apoyar el TLC porque con ese Tratado EE.UU. "mostró coraje para enfrentar los desafíos del cambio y eso implicará, sin dudas, una mejoría en la eficiencia y en la competitividad que tiene". Con ello demostró estar de acuerdo en la reunión en la "cumbre" de todos los países del continente, y particularmente con la propuesta venta de aviones "Skyhawk" a la que se opone el Gobierno de Londres aduciendo "razones de seguridad" en lo que involucra el tema de las Malvinas o Falkland Islands, como la denominan los ingleses.

Argentina declaró por boca de su Canciller, estar dispuesta a llegar en forma urgente a un acuerdo sobre el tema de las patentes y los derechos intelectuales, sin aprobación en la Ronda Uruguay del GATT, que es uno de los puntos contenciosos con Estados Unidos, tema en el cual quedarían comprometidos además, los asociados del Mercosur y por lo mismo tiene que ser materia de negociación puntual entre los cuatro países que lo integran.

Fuentes oficiales del gobierno en el edificio Libertad, no hicieron comentarios negativos respecto de que éste sea uno de los temas que esté en la agenda del Ministro del Exterior, Sergio Abreu, que permanecerá hasta el sábado en los Estados Unidos, a donde viajó para hacer un discurso ante la OEA y mantener conversaciones con altos oficiales del Gobierno estadounidense.

9405750.
01-08

Grupo de Rio: Abreu Viaja hoy Para la Reunión que Trata Cumbre Hemisférica

EL ministro de Relaciones Exteriores, Sergio Abreu, viaja hoy a Brasilia para participar de la Reunión de Cancilleres del denominado "Grupo de Rio" (bloque de 13 países latinoamericanos), que considerará la propuesta de Estados Unidos sobre una cumbre hemisférica, el relacionamiento con la Comunidad Europea y la coordinación de esfuerzos para combatir la pobreza, la marginalidad y el desempleo, entre otros temas.

El encuentro de los cancilleres de los países integrantes del Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política (Grupo de Rio) se inaugurará mañana y continuará hasta el martes a mediodía. Abreu, entretanto regresará a Montevideo el próximo miércoles.

Adicionalmente los cancilleres latinoamericanos abordarán mañana en Brasilia la apertura del diálogo con otros países, el acceso a la tecnología, la protecccón del medio ambiente, la lucha contra el narcotráfico y la composición del Consejo de Seguridad de la Organización de Naciones Unidas (ONU).

■ ACTIVIDADES DE 1994

En el intenso calendario previsto para 1994 del Grupo de Rio (Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela y dos representantes alternos por América Central y el Caribe), *figura la reunión de los* Coordinadores Nacionales, hoy en Brasilia, para preparar el encuentro de cancilleres.

Sucesivamente, tras el debate ministerial del 21 y 22 de marzo, sesionarán los Grupos de Trabajo del Grupo de Rio y la Unión Europea (San Pablo, 20 y 21 de abril), la 4ª Reunión institucionalizada de los cancilleres del Grupo de Rio y de la Unión Europea (San Pablo, 22 y 23 de abril) y la reunión de los cancilleres de la llamada "troika" del Grupo de Rio con el canciller japonés (Brasilia, semana del 11 de julio).

Más adelante se realizarán dos sesiones de los coordinadores nacionales (Brasilia, 18 y 19 de agosto y Rio de Janeiro, 6 de setiembre) para culminar con un nuevo encuentro de cancilleres (Rio de Janeiro, 8 de setiembre) y la 8ª Cumbre Presidencial del Mecanismo de Consulta y Concertación Política (Rio de Janeiro, 9 y 10 de setiembre).

9405750

Grupo de Río en Brasilia

América Latina debe reforzar su posición ante el Norte

Cada vez más, las cuestiones de política internacional se entrelazan de tal forma que conforman un conjunto de temas interdependientes en la acción exterior de cada país, que en definitiva no es otra cosa que una prolongación de la política nacional.

Cuando hoy, en Brasilia, el canciller uruguayo Sergio Abreu tome asiento en la reunión de ministros de Relaciones Exteriores del Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política (que así se llama oficialmente el "Grupo de Río") seguramente tendrá en cuenta, al considerar junto a sus colegas latinoamericanos la propuesta de Bill Clinton para convocar una cumbre hemisférica en diciembre próximo, tanto las perspectivas del país en el comercio mundial a la luz de los resultados de la última Ronda del GATT (que se firmarán en abril), como la importancia de poner en vigor el acuerdo de la Hidrovía y hacer el dragado del canal Martín García. Todo ello, rodeando al punto central, que es la política nacional de integración a través del Mercosur.

En esta reunión de Brasilia, efectivamente, los ministros tendrán sobre la mesa, entre otros asuntos, la mencionada convocatoria del presidente de los Estados Unidos a una cumbre de todos los países americanos, que por sus características plantea algunos problemas políticos delicados.

El presidente Clinton anunció el 11 de marzo que su invitación se extendería a todos los presidentes elegidos democráticamente, y que el lugar de reunión sería Miami, con lo cual puso doblemente en primer plano una intencionalidad política respecto a Cuba. La situación dictatorial en Haití no reviste las características polémicas que para América Latina ha tenido siempre el tema de Cuba en las relaciones interamericanas.

Sin embargo, la cuestión está ya sobre la mesa, y no se pueden soslayar dos aspectos: uno, la voluntad de la diplomacia norteamericana de actuar rápidamente en pos de esta idea, evidenciada por el viaje que estos mismos días —coincidiendo con la reunión del Grupo de Río en Brasilia— está realizando el vicepresidente Albert Gore a Bolivia, Argentina y Brasil, entrevistándose rápidamente con los presidentes de estos tres países, además de cumplir otros compromisos. El segundo aspecto de interés es que el único alto funcionario latinoamericano que hasta ahora ha hablado en privado con Bill Clinton sobre su invitación ha sido el presidente Lacalle, por lo cual la información uruguaya al respecto podrá considerarse de primera mano.

Sin perjuicio de la importancia de otros temas que están en la agenda de esta reunión, es evidente que el tratamiento de la invitación de la Casa Blanca para la reunión de jefes de Estado del continente adquirirá una relevancia especial, sobre todo porque el asunto central de dicha cumbre no podrá ser otro que la integración comercial.

En abril se firmará en Marrakesh el tratado que contendrá el acta final de las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT, en cuya firma estarán presentes alrededor de 120 países de todo el mundo. En él quedará delineado el futuro del comercio internacional, sus normas y su disciplina, y se creará la Organización Mundial de Comercio, que sustituirá al GATT con nuevos poderes de vigilancia, a partir de 1995.

Con esta perspectiva de multilateralidad mundial, recortada por la presencia y el peso de los grandes bloques regionales, la propuesta norteamericana colocará en el centro de la discusión la articulación de su propia zona de libre comercio con Canadá y México a través del TLC, con los procesos latinoamericanos de integración. Así retoma Clinton la Iniciativa para las Américas de George Bush en 1990; pero ahora, América Latina, con la realidad del Mercosur, que suma su potencialidad sudamericana al Pacto Andino, al Mercado Común Centroamericano y al Caricom, tiene nuevas condiciones para hablar con el mercado del norte.

9405750

Cancilleres del Grupo de Río se reúnen desde hoy

L.M. 21/3

● *Abreu destacó aspectos relevantes de la Cumbre en Brasil*

Desde hoy, el Canciller Sergio Abreu Bonilla trabajará junto a los Cancilleres de los 13 países integrantes del Grupo de Río, destacándose en la agenda abierta la convocatoria del Presidente Clinton para la Cumbre de Mandatarios de América Latina en diciembre en Miami.

El Canciller Sergio Abreu afirmó, antes de su partida a la Reunión de Cancilleres del Grupo de Río que se desarrolla en Brasil, que comenzarán a buscar los caminos para acceder a la propuesta del Presidente de los Estados Unidos, sobre una Cumbre Hemisférica. Esta propuesta para que sea aceptada por Uruguay, dijo Abreu, deberá estar pautada por conceptos de autonomía, igualdad, soberanía, cooperación y apertura de carácter comercial.

El Dr. Abreu destacó que "es una reunión de agenda abierta, que se cumple periódicamente, y en este caso va a estar basada principalmente en la propuesta del Presidente Clinton sobre la Cumbre Hemisférica de Mandatarios, y sobre los aspectos políticos de cooperación con la CE, un análisis de los distintos cronogramas de integración, y sobre todos los aspectos que significan la presencia hemisférica de los países integrantes del Grupo de Río frente a la nueva realidad del sistema interamericano."

Abreu resaltó que "todo esto marca un amplio contexto que supone la presencia de la actividad de nuestro país en varios aspectos, pero reforzando su pilar de política exterior; respeto por los principios de derecho internacional; libertad política; sustento a todos aquellos sistemas democráticos y, principalmente, todo lo referido al sistema de integración. Tratando así -dijo Abreu a LA MAÑANA- que se permita una inserción más directa y simple de nuestro sector externo en el ámbito internacional con la base de una apertura comercial y libertad de comercio cada vez más profundas y acentuadas".

Sobre la Cumbre Hemisférica, el Canciller uruguayo señaló que "este encuentro tiene un carácter político y dentro de éste tema un amplio espectro, ya que no sólo se trata de la relación y cooperación entre los países y sistemas de los Estados Interamericanos, esto también se vincula con la nueva orientación de la seguridad de la zona, especialmente en el ámbito de la Organización de Estados Americanos, Tratado de Asistencia Recíproca, y también en la faz comercial, donde el NAFTA ha orientado la economía a una apertura en esquemas de integración de países socios en la ALADI".

"Nuestra posición -ya anunciada al Presidente Clinton, por parte del Dr. Lacalle, en su reciente encuentro en Washigton (reunión que duró por espacio de 40 minutos)- es buscar una relación que complemente los sistemas de integración ya existentes, de forma que permitan una mayor apertura y agilidad en nuestra relaciones", destacó el Canciller, previamente a su partida.

04

9405750

Fue inaugurada la Cumbre de Río

Jun 22/3

LA POBREZA Y EL DESEMPLEO EN AGENDA DE CANCILLERES

La próxima cumbre americana convocada por EEUU y la erradicación de la pobreza y el desempleo centran la atención de los cancilleres y representantes gubernamentales de los trece países del Grupo de Río en la reunión inaugurada hoy en la capital brasileña.

Organizada por la Cancillería brasileña, que ostenta este año la secretaría rotatoria del principal foro de concertación política y económica de Latinoamérica, la entrevista congrega a nueve cancilleres, tres vicecancilleres y un embajador.

En la reunión participan delegados de los trece países que integran el Grupo de Río: Argentina, Brasil, Bolivia, Perú, Chile, Colombia, Venezuela, Paraguay, Uruguay, México, Ecuador, Guatemala -por Centroamérica- y Trinidad y Tobago -por el Caribe-.

El canciller anfitrión, Celso Amorim, declaró a los periodistas que el Grupo de Río buscará "una concertación" entre los gobiernos latinoamericanos sobre la cumbre continental, que se desarrollará en diciembre próximo en la ciudad de Miami (EEUU).

La unificación de posturas sobre la iniciativa de Clinton, que puede abrir nuevas posibilidades en el



El Canciller uruguayo destacó entre sus colegas, la necesidad de priorizar el tema económico.

diálogo interamericano, y la lucha contra la pobreza y el desempleo son los principales asuntos de la cita, dijo Amorim.

Las delegaciones han examinado un texto sobre "Pobreza, marginalidad y desempleo", que se convertirá en la contribución de la región en la Conferencia de la ONU sobre Desarrollo Social, que se efectuará el próximo año en Copenhague.

La preparación de la cumbre es el motivo de la breve gira latinoamericana -Bolivia, Argentina y Brasil, todos miembros del Grupo de Río- que empezó el domingo en La Paz el vicepresidente de EEUU, Albert Gore.

Después de su visita de ocho horas a Bolivia, Gore cumplió su escala en Buenos Aires y posteriormente hiso una escala de seis horas en Brasilia.

El canciller de Bolivia, Antonio Araníbar, declaró a EFE en la capital brasileña que Gore mostró disposición de conocer los puntos de vista del Gobierno de La Paz sobre los criterios que deben regir un futuro "diálogo interamericano" a partir de la cumbre de Miami.

Aunque no figura entre las cuestiones de las tres sesiones de trabajo de la reunión de 48 horas, que será clausurada mañana, ha atizado las conversaciones de pasillos en el Palacio de Itamaraty, sede de la Cancillería brasileña, la elección el próximo domingo en Washington del sustituto del brasileño Joao Baena Soares en la secretaría general de la Organización de Estados Americanos (OEA).

Uno de los tres aspirantes al cargo, el canciller de Venezuela, Miguel Angel Burelli, participa en la reunión, si bien ha recalcado que no utilizará el foro para hacer apoyo entre sus colegas del Grupo de Río.

Entre los trece gobiernos representados se encuentran los que respaldan a Burelli y a los otros dos candidatos, el presidente de Colombia, César Gaviria, y el canciller de Costa Rica, Bernd Niehaus.

En la primera sesión de trabajo fue tratada la programación para 1994, el diálogo del Grupo de Río con otros países y grupos de países, especialmente sobre la reunión semestral con los cancilleres de la Unión Europea (UE), que debe desarrollarse entre el 20 y 23 de abril en la sede del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO), en la metrópoli de Sao Paulo.

El ministro chileno de Relaciones Exteriores, Carlos Figueroa, declaró a EFE que el Grupo de Río se ha transformado en un "interlocutor privilegiado" de Latinoamérica con respecto a naciones como Japón, Rusia, China y Canadá, y bloques como la UE. Los asuntos que más le interesa al foro latinoamericano dialogar con la Unión Europea son aquellos de carácter comercial y económico, e incluso establecer un mecanismo periódico para superar dificultades de los mercados, dijo el canciller de Uruguay, Sergio Abreu. El viceministro argentino, Fernando Petrella, destacó la importancia de concertar las posturas sobre la futura cumbre de Miami y desarrollar una nueva orientación en la participación de Latinoamérica dentro del sistema político internacional.

9405750.

Grupo de Río analiza en Brasil, Ronda del Gatt y pobreza en América Latina

LM 22/3/94

● Participa el Canciller Sergio Abreu

El Grupo de Río fue creado en 1986, y está formado por los países de América del Sur, México y 2 países de América Central y del Caribe. Durante el día de hoy continua reunido en Brasilia. Están presentes diez Cancilleres y tres Viceministros latinoamericanos.

Diez Cancilleres y tres Viceministros de Relaciones Exteriores de los países latinoamericanos integrantes del Grupo de Río de Janeiro deliberarán hoy y mañana en Brasilia, para la primera de sus consultas de este año. No pudieron viajar a Brasilia por razones diversas los Cancilleres de Argentina, Colombia y Ecuador. La reunión no tiene temario predeterminado, aunque hay tres asuntos que merecerán la atención especial de los Cancilleres: la situación del comercio internacional, terminada ya la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General de Tarifas y Comercio); la cuestión del narcotráfico; la pobreza en América Latina, con vistas a la agenda de la Cumbre del Desarrollo Social, a ser realizada en 1995 en Copenhague.

Dignósticos sobre la pobreza

El Grupo de Río, creado en 1986, a partir del Grupo de Contadora que actuó en el proceso de pacificación de Nicaragua, está formado por los países de América del Sur, México y dos países de América Central y del Caribe como miembros rotativos (en el momento, por Guatemala y Trinidad-Tobago). Básicamente es un foro latinoamericano de consultas, que se reúne a nivel de Cancilleres y Presidentes. El actual secretario pro tempore es el Canciller brasileño, Celso Amorim. Además de preparar una acción común para el encuentro de abril con los Ministros del Exterior de la Comunidad Europea, los Cancilleres reunidos en Brasilia van a profundizar las consultas para la principal contribución que quieren dar a la Cumbre del Desarrollo Social de las Naciones Unidas: un documento con diagnósticos sobre la pobreza en América Latina. Los Cancilleres, también, van a recibir a Nafiz Sadik, Secretaria General de la Conferencia Internacional sobre Población, reunión convocada por las Naciones Unidas y que será realizada en noviembre en El Cairo.

BRASILIA, (ANSA)-



El Ministro de Relaciones Exteriores Sergio Abreu, está presente en tan trascendente reunión para América en su conjunto.

9405750

GRUPO DE RIO BUSCA CONSENSO PARA LA O.E.A.

Tratan de Impedir Ruptura por Competencia Entre Gaviria y Niehaus Para Ocupar Secretaría General del Organismo

BRASILIA, 21 (EFE).— Uruguay propuso hoy lunes en Brasilia la búsqueda de una candidatura de consenso para la elección del secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), que se desarrollará el próximo domingo en Washington.

El canciller uruguayo, Sergio Abreu, señaló que la iniciativa de buscar el consenso "puede parecer una respuesta vaga, pero es responsable" ante el clima de confrontación entre las candidaturas del presidente de Colombia, César Gaviria, y del canciller de Costa Rica, Bernd Niehaus.

El tercer aspirante para sustituir al diplomático brasileño Joao Baena Soares es el ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, Miguel Angel Burelli, quien participa, al igual que Abreu, en la reunión de 48 horas de los cancilleres del Grupo de Rio, que se inauguró hoy en el Palacio de Itamaraty, sede de la Cancillería de Brasil.

El canciller uruguayo consideró que la disputa entre bloques de países —Centroamérica y Caribe, por Niehaus, y Norteamérica y Suramerica, por Gaviria— puede crear una ruptura que será nociva para el próximo ejercicio de la secretaría general.

Aunque no ofreció mayores detalles sobre su iniciativa y tampoco presentó un posible nombre de consenso, Abreu dijo que su propuesta ha sido bien recibida entre las delegaciones del Grupo de Rio, sobre todo la de aquellos países que temen una ruptura entre bloques.

"La OEA no puede llegar a una elección como producto de la confrontación. Si dejamos el asunto como está, comenzaremos un nuevo ejercicio de la secretaría general con una ruptura previamente establecida", expresó Abreu.

Siete de las trece naciones del Grupo de Rio —México, Argentina, Brasil, Bolivia, Paraguay, Colombia y Perú— respaldan a Gaviria con el argumento de que su elección prestigiará la OEA al haber ocupado con éxito la Presidencia de Colombia, durante un mandato de cuatro años, que expirará en agosto próximo.

Si bien su país apoya a Gaviria, el vicecanciller de Argentina, Fernando Petrella, dijo que cree positivo debatir una fórmula de consenso.

Dentro del Grupo de Rio, Niehaus cuenta con los votos de Chile, Guatemala y Trinidad y Tobago. De Burelli sólo se conoce el respaldo de su país.

Los otros dos miembros del foro aún no han decidido su voto: Uruguay defiende la candidatura de consenso y Ecuador, que en 1993 había prometido apoyo a Niehaus, recientemente ha indicado que adoptará su decisión en el minuto anterior al escrutinio, secreto y a cargo de los embajadores de cada país en la sede de la OEA.

En caso de que Gaviria no se presente, Bolivia está dispuesta a votar por el canciller de Costa Rica, dijeron en Brasilia fuentes diplomáticas.

Preguntado por los periodistas, el canciller de Chile, Carlos Figueroa, dijo que respetará "el compromiso adquirido" de votar por Niehaus, asumido hace varios años, cuando aún Gaviria no era candidato, por el entonces presidente chileno, Patricio Aylwin.

La promesa está contenida en la declaración conjunta de una entrevista entre Aylwin y el presidente de Costa Rica, Rafael Calderón, ambos de tendencia socialcristiana.

AGENDA PARA MIAMI

El canciller anfitrión, Celso Amorim, declaró a los periodistas que el Grupo de Rio buscará "una concertación" entre los gobiernos latinoamericanos sobre la cumbre continental, que se desarrollará en diciembre próximo en la ciudad de Miami (EE.UU.).

La unificación de posturas sobre la iniciativa de Clinton, que puede abrir nuevas posibilidades en el diálogo interamericano, y la lucha contra la pobreza y el desempleo son los principales asuntos de la cita, dijo Amorim.

Las delegaciones han examinado un texto sobre "Pobreza, marginalidad y desempleo", que se convertirá en la contribución de la región en la Conferencia de la ONU sobre Desarrollo Social, que se efectuará el próximo año en Copenhague.

La preparación de la cumbre es el motivo de la breve gira latinoamericana —Bolivia, Argentina y Brasil, todos miembros del Grupo de Rio— que empezó el domingo en La Paz el vicepresidente de EE.UU., Albert Gore.

Después de su visita de ocho horas a Bolivia, Gore cumple hoy su escala en Buenos Aires y posteriormente hará una escala de seis horas en Brasilia.

El canciller de Bolivia, Antonio Araníbar, declaró hoy a EFE en la capital brasileña que Gore mostró disposición de conocer los puntos de vista del gobierno de La Paz sobre los criterios que deben regir un futuro "diálogo interamericano" a partir de la cumbre de Miami.



Joao Baena Soares, Secretario General de la OEA. La elección de su sustituto amenaza con dividir el organismo enfrentando a América del Norte y del Sur, con los estados caribeños

7
07
9405750

Durante la reunión de cancilleres realizada en Brasilia

El canciller Abreu realizó enfático llamado a terminar con la burocracia en el Grupo de Río

El canciller Sergio Abreu propuso el fin de la burocracia diplomática en el Grupo de Río a fin de recuperar la credibilidad de este foro latinoamericano de concertación política.

por Jorge Mederos
corresponsal de *El Observador* en Brasil



"QUEREMOS QUE EL grupo tenga vida, actividad, realidad y sobre todo presencia política en el tiempo y momento oportunos", dijo en declaraciones a *El Observador* en Brasilia.

Abreu participó en la capital brasileña de la reunión anual de cancilleres de los 13 países miembros, y sorprendió a sus colegas con una propuesta que, a su entender, tuvo más de autocrítica que de crítica. La receptividad, según el ministro, fue positiva.

Creado en 1986 en la ciudad de Río de Janeiro, este grupo informal sustituyó los canales tradicionales de la diplomacia por algo que intentaba ser más ágil y expeditivo en el tratamiento de los temas candentes de la región.

Sin embargo, dijo Abreu, la burocracia tomó cuenta de las discusiones y el grupo se separó de la realidad. "Nuestra lentitud de respuesta no nos hace intérpretes fieles de la situación política, por lo que perdemos credibilidad en la hora de las decisiones", afirmó.

El ministro dijo a *El Observador* que "a veces la diplomacia se ve dominada por la tendencia burocrática. Los esquemas tradicionales de grupos de coordinadores, reuniones de alto nivel, preparan documentos que después atan las posiciones de los países, restándoles flexibilidad".

El ministro propuso incentivar la actividad informal, inclusive a nivel de presidentes. Abreu dijo que algunos temas candentes que necesitan definición no son abordados por el grupo. Como ejemplo, mencionó la próxima elección del nuevo secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), que no fue siquiera tratada informalmente durante los dos días de reuniones en Brasilia.

El ministro dijo que la desburocratización del Grupo de Río permitiría separar la agenda formal de los temas candentes que necesitan respuesta rápida. De esta forma, el grupo podría pronunciarse sobre temas tales como la necesidad de articular los diferentes procesos de integración comercial, sobre la futura modificación del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, o sobre el concepto de seguridad hemisférica, porque han surgido inquietudes sobre un posible nuevo tratado de asistencia militar.

Abreu destacó como el principal resultado de la reunión de Brasilia la preocupación latinoamericana de dar contenido a la agenda de la Cumbre de las Américas convocada por el presidente norteamericano Bill Clinton, y que se realizará en diciembre en Miami.

Dijo que el grupo va a coordinar posiciones para expresar una "voz única, coherente" sobre la forma de mejorar las relaciones de cooperación, políticas y comerciales, de la región con Estados Unidos.

Los cancilleres se reunirán el próximo sábado en Washington en un almuerzo con el secretario de Estado, Warren Christopher, para discutir las dificultades de la elección de la OEA, que se realizará al día siguiente.

Más adelante, en fecha y lugar a determinar, habrá otra reunión para discutir el aporte latinoamericano a la agenda.

Abreu dijo que el consenso es muy importante para la elección del sucesor del brasileño Joao Baena Soares, porque no pueden existir enfrentamientos entre mayorías y minorías "que además de crear confrontación de candidatos, puede agravar la situación creando enfrentamientos entre bloques de países".

Dijo que eso no es bueno para la nueva OEA, con todas las demandas que tiene, debido a la nueva realidad internacional y hemisférica.

Abreu dijo que Uruguay ya declaró su apoyo a la candidatura del presidente colombiano César Gaviria, sobre la base de que ese apoyo "debe estar proyectado a un consenso que se extienda al resto de los países". ■

9405750.

Nº DOCUMENTO 9405751
TITULO IV Cumbre del G-15 en Nueva Delhi
15000
19/3/94
12774
507594
11078
66960

El Presidente viajará el [illegible] a Nueva Delhi

G-15: asistirá a la clausura de la IV cumbre del organismo que en 1995 deliberará en Buenos Aires.

El presidente de la Nación asistirá a la IV Cumbre del Grupo de los 15 (G-15), que deliberará en Nueva Delhi entre el 28 y el 31 de este mes.

Menem llegará a la capital de la India el 30 y al día siguiente hablará en la sesión de clausura; a continuación iniciará una visita bilateral de dos días y visitará Bombay.

La Argentina propondrá en el G-15 la inserción glo[illegible]da en la economía de mer[illegible] internacional y la adecuación a los principios económicos de los países industrializados (G-7).

El G-15 nació en la reunión celebrada en Belgrado, en 1988, por los No Alineados -de la Argentina se retiró [illegible]mente en 1991- ante la necesidad de contar con un grupo que busque el entendimiento con los países desarrollados por so[illegible] los dogmatismos políticos e ideológicos imperantes en el movimiento.

La primera reunión de jefes de Estado y de Gobierno se efectuó en Malasia (1990), luego en Venezuela (1991), y en Senegal (1992).

La actual cumbre debió realizarse en diciembre, pero fue prorrogada por falta de quórum.

Hasta ahora han a[illegible]ciado su participación nueve de los mandatarios de lo países que componen el G-15.

El presidente argentino será el único de los mandatarios de la región que asistirá y podría suponerse que su participación está vinculada con el hecho de que en 1995 la Argentina será la sede de la próxima cumbre.

La elección de nuestro país para ese encuentro se adoptó en la reunión de Caracas a raíz de una propuesta de M[illegible].

Componen el G-15, además de la Argentina, Brasil, Chile, Jamaica, México, Perú, Venezuela, Argelia, Egipto, Nigeria, Senegal Zimbabwe, India, Indonesia y Malasia.

Se conoció en medios locales que la propuesta de Malasia sobre un acuerdo de pagos para la promoción del comercio entre los países del Sur (en desarrollo), como la creación de un centro de datos sobre inversión, comercio y tecnología de los mismos, contará con el pleno apoyo Argentino.

Además de considerarse importantes tales propuestas, es sabido que la Argentina desea estrechar su vinculación con el país asiático, con el cual se comparten muchas posiciones económicas.

Ovidio [illegible]llando

DOCUMENTO CON PARTES POCO LEGIBLES.

9405751

01-C8

Miembros del G-15 pidieron igualdad comercial al primer mundo

Lp. 29/3

Países industrializados intentan imponer nuevas barreras proteccionistas con GATT

■ Delegados del denominado G-15, que agrupa a los más importantes países en vías de desarrollo, advirtieron ayer al iniciar su reunión anual que las naciones industrializadas intentan reemplazar antiguas barreras comerciales por nuevos esquemas proteccionistas en el GATT.

Al inaugurar la cuarta reunión del G-15 el primer ministro de India, PV Narasinha Rao dijo que el fin de la guerra fría no ha traído la paz.

Rao exigió reformas en las Naciones Unidas y la reestructuración de su Consejo de Seguridad, cuyos miembros permanentes han permanecido tolerantes ante la posesión de armas nucleares.

"Estamos totalmente convencidos de la necesidad de introducir reformas en el sistema de la ONU, y de la necesidad de expandir el Consejo de Seguridad para dar representación al mundo en desarrollo entre los miembros permanentes del Consejo", manifestó Rao.

Rao también dijo que la respuesta de las potencias más industrializadas, agrupadas en el G-7, sobre la reanudación del diálogo norte-sur, paralizado desde 1980, era positiva, "el momento es apropiado para llevar a cabo tales consultas constructivas más allá", manifestó.

Los miembros del G-15, un grupo que tuvo como modelo el que conforman los países ricos en el G-7, son: Argelia, Argentina, Brasil, Chile, Egipto, India, Indonesia, Jamaica, Malasia, México, Nigeria, Perú, Senegal, Venezuela y Zimbabwe.

Se prevé que al cabo de los tres días de la reunión cumbre se emita un comunicado conjunto solicitando protección a los intereses de los países en desarrollo que se refleje en el nuevo Acuerdo General de Aranceles y Comercio a ser puesto en vigencia próximamente, informó la agencia UPI desde Nueva Delhi.

TRABAJAR CON LOS INDUSTRIALIZADOS

En una reunión de ministros de Relaciones Exteriores para finalizar la agenda de la reunión cumbre, el canciller de India, Dinesh Singh, señaló que el Grupo G-15 podía unirse al G-7 para determinar políticas a seguir.

"Tenemos el potencial para transformarnos en socios consultativos del G-7 en lo que se refiere a problemas y políticas que afecten el ámbito internacional, para un crecimiento acelerado y un desarrollo sostenido", señaló Singh.

Los países del G-15 representan colectivamente un producto combinado de 1.4 billones de dólares y un comercio de 404.000 millones de dólares con mercados que son considerados significativamente importantes entre los países en desarrollo.

India, Malasia e Indonesia tienen mercados emergentes grandes en los cuales están interesados corporaciones de los países industrializados.

La cumbre de Nueva Delhi ha sido denominada "minicumbre" porque sólo Indonesia, Malasia, Nigeria, Senegal, Zimbabwe e India están representados por sus gobernantes, pero el presidente de Argentina, Carlos Menem, tiene previsto llegar para asistir a la clausura del encuentro.

La reunión fue pospuesta en diciembre pasado por la falta de quórum, ya que se requiere la presencia de al menos 10 países miembros.

El G-15 de países en desarrollo fue integrado durante la cumbre de países no alineados celebrada en 1989 en Belgrado.

02

9405751.

El Presidente inició el viaje a la India

El presidente Carlos Menem inició esta madrugada su viaje a la India, para participar en la cumbre del Grupo de los 15, que reúne a las naciones en vías de desarrollo. Luego realizará una gira oficial a ese país asiático. Se busca recomponer las relaciones entre Buenos Aires y Nueva Delhi.



Carlos Menem: otro periplo en busca de mostrar el modelo argentino.

El presidente **Carlos Menem** viajó anoche a la India para participar de la cuarta cumbre del llamado Grupo de los 15 (G-15), que se encuentra en crisis, y luego realizar una visita oficial a ese país asiático.

Los problemas que sufre el G-15, un foro informal integrado por países en vías de desarrollo, llevaron a que ayer comenzara la cumbre en Nueva Delhi **con solo la presencia de un reducido número** de los jefes de Estado y de gobierno de sus naciones miembros. Menem llegará el miércoles para participar de la ceremonia de clausura de la cumbre.

Desde su creación, en Belgrado en 1989 (por iniciativa del hoy destituido por denuncias de corrupción ex presidente de Venezuela **Carlos Andrés Pérez**), el G-15 no logró tener un perfil definido y menos convertirse en interlocutor del Tercer Mundo ante el poderoso Grupo de los Siete, tal como pretendía. Este está formado por los Estados Unidos, Alemania, Japón, Francia, Italia, Gran Bretaña y Canadá (ver recuadro).

En la cumbre que se inició ayer, se debatían temas como **las consecuencias para el Tercer Mundo del acuerdo que se logró en la ronda Uruguay del Acuerdo General de Tarifas y Aranceles (GATT), aunque subyacía la necesidad de redefinir el foro o archivarlo**, según las agencias de noticias internacionales.

Menem, que viajó acompañado del gobernador bonaerense, **Eduardo Duhalde**, del titular de la Casa de Moneda, **Armando Gostanian**, del empresario **Mario Falak** y del ex titular del SUPE, **Diego Ibáñez**, entre otros, realizará luego de la cumbre del G-15 una visita oficial de cuatro días a la India. El canciller **Guido Di Tella** viajó directamente desde Washington, donde participó de la elección del presidente de Colombia, **César Gaviria**, como nuevo titular de la OEA (ver Internacionales), a Nueva Delhi para sumarse a la comitiva presidencial.

Esta visita de Menem viene a reforzar las relaciones entre Buenos Aires y Nueva Delhi, luego del enfriamiento que sufrieron tras el portazo que la Argentina dio al Movimiento de No Alineados —la India es uno de los países fundadores— y los cambios en la política de no proliferación, que comenzaron con el desmantelamiento del misil Cóndor II. Durante el gobierno radical, la Argentina y la India habían integrado el Grupo de los Seis por la Paz y el Desarme que defendía el derecho de los países en vías de desarrollo a acceder a tecnologías de punta.

Llamativamente, Menem terminará su visita a la India, el 2 de abril, cuando se recordará el decimosegundo aniversario del desembarco en las Malvinas. Durante la guerra con Gran Bretaña la India, pese a ser miembro de la mancomunidad británica de naciones, apoyó los reclamos de soberanía argentinos.

Además de entrevistarse con el primer ministro y el presidente hindúes, **Narasimha Rao y Shankar Dayal Sharma**, y con empresarios, Menem colocará el jueves una ofrenda floral ante el monumento a **Mahatma Gandhi** —el líder pacifista que consiguió la independencia de Gran Bretaña— en Rajghat y visitará las cuevas prehistóricas de Elephanta, cerca de Bombay, y el Taj Majal, entre otros atractivos turísticos.

Qué es el Grupo de los 15

El **Grupo de los 15** es un foro internacional de carácter informal integrado por países en vías de desarrollo, que desde 1989 intenta sin éxito convertirse en un interlocutor del Tercer Mundo frente al Grupo de los 7, que reúne a las potencias industriales de Occidente.

Aunque nació durante la cumbre de presidentes del Movimiento de Países No Alineados de Belgrado en 1989, no todos sus miembros son no alineados como es el caso de la Argentina y el Brasil.

El Grupo de los 15 está formado por **Argelia, la Argentina, Brasil, Chile, Egipto, la India, Indonesia, Jamaica, Malasia, México, Nigeria, Perú, Senegal, Venezuela y Zimbabwe (ex Rhodesia del Sur).**

La cumbre que se inició ayer en Nueva Delhi originalmente estaba prevista para diciembre pasado, pero se suspendió por la escasa cantidad de presidentes que iban a asistir. Su primera cumbre había sido en Kuala Lumpur, a donde asistió Menem.

9405751



A contramano de la cumbre, Menem inicia su gira por la India

El presidente Menem llega hoy a la India para cerrar la cumbre de los 15 con un discurso de tono primermundista.

Página/12
EN LA INDIA

(Por Ernesto Tenembaum, desde Nueva Delhi)

El presidente Carlos Menem llegará hoy a esta ciudad para cerrar la cumbre del Grupo de los 15, países originalmente no alineados y medianamente desarrollados de América, Asia y Africa que se nuclearon en 1989 para elaborar una estrategia común frente al Norte. Menem no viene a hacer precisamente lo que más le gusta. Si en Europa, Japón y Estados Unidos es habitualmente aplaudido por sus elogios al libre mercado aquí es mirado con recelo por su claro alineamiento con Estados Unidos que es resistido en el resto de los gobiernos presentes. La presencia de Menem en Nueva Delhi, según pudo establecer este diario, fue intensamente discutida en la Cancillería, donde se analiza la posibilidad de abandonar el Grupo de los 15, luego de haber cumplido el compromiso de ser sede, a fin de año, de otra cumbre similar. Se trata del último vínculo orgánico del país con una organización de origen no alineado.

A juzgar por el rol de la delegación argentina en estos tres días, Menem tiene diferencias serias con cada uno de los jefes de Estado que lo reciben. El anfitrión es el primer ministro Narasimha Rao, cuyos diplomáticos se opusieron, junto con los brasileños, a cualquier referencia favorable al Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares en el documento final, como las que proponía la Argentina. Rao es el impulsor de la apertura económica en la India, pero mantiene serias diferencias con los norteamericanos. Los argentinos se enfrentaron con los nigerianos que pretendían alertar contra los efectos sociales de las "políticas de ajuste impuestas por el Fondo Monetario Internacional", y al resto de los países, que resiste un elogio conjunto a los acuerdos alcanzados en la Ronda Uruguay del GATT.

Una fuente argentina graficó la situación: "No estamos de acuerdo en el tono de reclamo hacia los países del Norte por nuestra situaciones internas, ni con la postura dura en términos comerciales, ni con los condicionamientos a la democratización inmediata de todos los países, ni con la relativización de los problemas de derechos humanos, ni con la resistencia a la firma del TNP". Por cada uno de los temas, o por todos juntos, la Argentina se enfrentó con el resto de los países asistentes que, con la excepción del Brasil, son africanos y asiáticos. Para ser el país que durante este año está comprometido a ejercer la presidencia, el perfil de la participación argentina fue excepcionalmente bajo. Menem llega hoy sólo para el cierre, tres días después del resto de los jefes de Estado presentes, que ayer se concentraron solos, todo el día, en una reunión a la que el argentino prefirió no asistir. Di Tella incluso aconsejó a Menem que no viniera a la India. Dado el compromiso previo de presidir el grupo durante 1994, Menem optó por confirmar la visita, pero disminuyó la cantidad de días y, por los trascendidos, pronunciará un discurso primermundista.

La posición opuesta a la Argentina es defendida sustancialmente por el gobierno local, irritado con Estados Unidos porque presionó a Rusia para que no le vendiera tecnología satelital, por el envío de una treintena de aviones de guerra norteamericanos a Pakistán y por el persistente reclamo de Washington por violaciones de los derechos humanos contra los musulmanes separatistas de Kashmir. Rao pidió, en el discurso de apertura, la ampliación del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para que entren otros países.

Una fuente diplomática reconoció las razones de la irritación india frente a las posiciones argentinas: "Conducen el segundo país en población del mundo desde hace casi medio siglo. Mantienen básicamente la misma política exterior desde entonces. Se sienten uno de los líderes del mundo subdesarrollado desde la posguerra. Y ven cómo nosotros, que tuvimos una política exterior errática, y que, a lo sumo, somos un mercado emergente, venimos como voceros del Primer Mundo. Tiene algo de lógica que no le encuentren mucho sentido".

9405751

Menem clausuró ayer la IV cumbre del G-15

14

31/3/94

La Argentina buscará "sensibilizar a los países industrializados sobre la exigencia de los países en vías de desarrollo" desde la Presidencia de turno del "Grupo de los 15" (G-15), declaró ayer el Presidente Carlos Menem, durante la clausura de la IV Cumbre de la organización.

NUEVA DELHI / ANSA

La reunión celebrada en Nueva Delhi había sido inaugurada hace dos días por el premier indio, Narasimha Rao.

La cumbre del año próximo del G-15 se realizará en Argentina, país que asumió ayer la Presidencia.

Los líderes del G-15 decidieron que sus Ministros de Comercio se reúnan en Marrakesh (Marruecos) en vísperas de la firma del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), para coordinar "la defensa de los intereses de los países en vías de desarrollo".

También participaron en la cumbre el Presidente de Indonesia Suharto, de Nigeria, Sani Abacha, de Zimbabwe, Robert Mugabe, de Senegal, Abou Diouf y el primer ministro de Malasia, Mahatir Mohammad.

Las otras naciones que integran el G-15 son Argelia, Brasil, Egipto, Jamaica, México, Perú, Venezuela y Chile.

En la conferencia de prensa conjunta celebrada al término de la cumbre, los líderes de la organización subrayaron la necesidad de una mayor colaboración entre los países del tercer mundo para com-



batir "las nuevas tendencias proteccionistas que están emergiendo en los países desarrollados".

Según el G-15 estas tendencias, "usando el pretexto de preocupaciones sociales y ecológicas, tienen como verdadero objetivo hacer vanas las ventajas comparadas de las economías del sur, como la abundancia de materias primas, estructuras sociales, clima y estructura de los salarios más favorables". Menem hablará mañana en el India International Centre, el círculo cultural más importante de la capital.

En los días siguientes, el presidente argentino se reunirá con exponentes indios sobre problemas de interés bilateral y también visitará Agra.

Menem regresará a Argentina el 2 de abril.

9405751

1500025
31/3/94
12774

El jefe del Estado instó a cooperar sin ideologías

LN 31/3

Mubarak: el presidente egipcio se reunirá con Menem en su escala de regreso en El Cairo; invitan a la madre Teresa a visitar la Argentina.

En el discurso de cierre de la cumbre del G-15, en Nueva Delhi, el presidente de la Nación manifestó su convencimiento "de que el fortalecimiento de nuestro grupo, mediante un programa de cooperación técnica depurado de contenidos ideológicos sobrevivientes de épocas ya superadas, es el mejor camino para sensibilizar a los países más desarrollados respecto de la necesidad de liberar el comercio internacional de las trabas aún vigentes".

Menem presidió el último tramo de las deliberaciones en razón de que el año próximo la Argentina será la sede de la conferencia.

En tanto, en fuentes diplomáticas se conoció que el embajador en Egipto, Albino Gómez, informó a la Cancillería que el jefe del gobierno de ese país, Hosni Mubarak, recibirá el domingo al presidente Menem en su escala de El Cairo, de regreso de la India.

Trascendió que Mubarak sugirió al mandatario argentino prolongar la escala técnica del avión que lo conduce para cambiar impresiones sobre temas internacionales de interés común.

Las fuentes diplomáticas consultadas estimaron que ambos jefes de Estado podrían analizar los resultados de la reciente reunión del G-15, a la que no asistió Mubarak, aunque Egipto es miembro, y que Menem lo comprometería a participar de la reunión del grupo del año que viene, que se hará en la Argentina.

Informó anoche la Presidencia que Menem había hablado por teléfono con la madre Teresa, que se halla en Viet Nam, y la invitó a visitar la Argentina.



Menem se dispone a ocupar la presidencia de la reunión (Foto Reuter)

Presidió Menem la deliberación final del G-15 en Nueva Delhi

Medio ambiente: para la India es uno de los pretextos de los países industrializados para anular ciertas ventajas de los países en desarrollo.

NUEVA DELHI (AFP).- La reunión cumbre del G-15 concluyó -con la presidencia del mandatario argentino, Carlos Menem- oponiéndose a que los países desarrollados incluyan una cláusula social en el acuerdo del GATT y anunciando que la próxima conferencia tendrá lugar en 1995, en la Argentina. Menem sólo asistió a la sesión de clausura.

En la declaración final, los países del G-15 abogaron por una reforma de la UN para que las naciones en vías de desarrollo puedan disponer de una representación en el Consejo de Seguridad y para que se introduzcan cambios en el Fondo Monetario Internacional y en el Banco Mundial que favorezcan a sus miembros.

Además del primer ministro indio, P. V. Narasimha Rao, sólo seis jefes de Estado y de Gobierno se desplazaron para asistir a esta cuarta cumbre.

Un desacuerdo entre los Estados Unidos y los países en desarrollo provocado por la insistencia norteamericana de incluir una cláusula sobre protección social de los trabajadores amenaza con comprometer la aplicación del acuerdo del GATT sobre comercio internacional.

En su discurso de clausura, Rao evocó esta disputa. El primer ministro indio declaró que los países en vías de desarrollo deberían desconfiar de la nueva tendencia de los países desarrollados "a utilizar el pretexto de preocupaciones sociales relativas al medio ambiente, cuyo objetivo es anular las ventajas relativas que disponen las economías de los países del Sur".

Por otra parte, el primer ministro de Malasia, Magathir Mohammad, sostuvo que el bajo costo de la mano de obra es la única ventaja de las que disponen los países en vías de desarrollo respecto de las naciones ricas.

A pesar de las programaciones oficiales reiterando la fidelidad de los 15 a su cooperación y al anuncio de las cumbres de 1995, en la Argentina, y de 1996, en Zimbabwe, la reducida participación parece traducir la pérdida de influencia de este foro, que reúne a países cuyos intereses no siempre coinciden.

06 9405751

EN LA INDIA, DIJO QUE SERVIRAN PARA DESTERRAR LA POBREZA

Menem insistió con los

El presidente Carlos Menem insistió ayer, en la India, con su idea de crear un cuerpo internacional de "cascos blancos" para tratar de "desterrar la pobreza del seno del planeta". Menem cerró la cuarta cumbre del Grupo de los 15 y, además, recibió la posta de la conducción del G-15 que le dejó el primer ministro indio, Narasimha Rao. El presidente argentino se comunicó con la madre Teresa que reside en Vietnam, y la invitó a visitar nuestro país.

Clarín 21/3

Clarín
EN LA INDIA

NUEVA DELHI (Enviado especial). — El presidente Carlos Menem reafirmó ayer el papel de la Argentina en el llamado Grupo de los Quince, ratificó a Buenos Aires como sede, en 1995, del próximo encuentro del grupo y reiteró la decisión de su gobierno de impulsar la creación de un cuerpo internacional de "cascos blancos" destinados a "procurar combatir y desterrar la pobreza del seno del planeta".

Con esas palabras, y apenas cuatro horas después de su llegada a la India, Menem cerró ayer el cuarto encuentro del G-15. En el gigantesco escenario del Palacio de Conferencias Vigyan Bhavan, escucharon el mensaje de Menem el primer ministro indio, Narasimha Rao, el de Malasia, Mohatir Mohammad y el presidente nigeriano Sani Abacha. Para entonces, el G-15 ya había acordado y firmado un comunicado conjunto en el que el grupo demanda una reestructuración y democratización de las Naciones Unidas, en especial en lo que hace a la participación de los países pobres en su Consejo de Seguridad, y reclama cambios en la política del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial con respecto a los países en desarrollo.

Menem tomó ayer, de manos del primer ministro Rao, la posta de la conducción del G-15, con vistas a la quinta reunión a realizarse en Buenos Aires. También usó un breve fragmento de su discurso para ratificar el compromiso argentino con el grupo, y acaso también para definir la óptica desde la que se asume ese compromiso: "La cooperación técnica —dijo Menem— depurada de contenidos ideológicos, una expresión de tiempos ya perimidos, es el mejor camino para sensibilizar a los países avanzados, en el sentido de que los beneficios del desarrollo económico deben distribuirse más equitativamente".

Así cayó el telón sobre un alicaído encuentro del G-15, que intenta flexibili

Agencia Reuter

07

9405751.

'cascos blancos"

zar sus reglas internas ante la imposibilidad de reunir una vez por año a los jefes de Estado de sus países miembros, que aspira a convertirse en un interlocutor válido del Grupo de los Siete, las naciones industrializadas más poderosas del planeta, y que en Delhi pareció acusar más las ausencias que las presencias de los seis países (la Argentina, la India, Indonesia, Zimbabwe, Senegal y Malasia) que sentaron a sus presidentes en el Vigyan Bhavan.

La bienvenida

Clausurado el encuentro, Menem inició su visita oficial a la India. Una visita que realmente empezó cerca del mediodía, cuando el Tango 01 llegó al aeropuerto Indira Gandhi; se inició simbólicamente cuando tres muchachas ataviadas con trajes típicos recibieron a Menem en el hall del Maurya Sheraton, le colgaron del cuello una guirnalda de flores, le dejaron en la frente una pequeña marca roja, símbolo de bienvenida, e iluminaron su paso con la luz de una vela que flotaba en aceite aromático, luz que, como se sabe, ahuyenta las sombras del mal y guía los pasos de todo homenajeado.

Tras el Presidente, encantando con el recibimiento, una comitiva algo pálida y desencajada intentaba recuperarse de veintisiete horas de viaje y dos escalas (Canarias y El Cairo), que habían dejado huellas notorias en rostros, ropas, ánimos y humores.

Menem no dio demasiado tiempo. Media hora después de llegar, cuando muchos intentaban recuperar fuerzas bajo la ducha o algo de frescura en las azules aguas de la piscina del hotel, el Presidente, remera celeste y blanca, pantalón azul oscuro, decidió salir a caminar.

Los tres asesinatos de sus máximos dirigentes (Mahatma Gandhi en 1948, Indira Gandhi, hija del Pandit Nehru, en 1984 y Rajiv Gandhi, hijo de Indira, en 1991) han colocado a las fuerzas de seguridad de la India en un estado de paranoia, acaso comprensible, aunque difícilmente justificable. Un escuadrón de la policía de Delhi, armado con ametralladoras y vestido con ropaje camuflado, más un vehículo del ejército indio abrió y cerró el paso de la caravana que acompañó a Menem a un inocente paseo por un shopping, que se vio invadido de civiles con detectores de metales y "walkie talkies". El despliegue militar impidió a Menem visitar el Fuerte Rojo, centro neurálgico de la vieja Delhi (véase aparte) y el paseo llegó rápidamente a su fin.

Alberto Amato

Copyright Clarín, 1994

Un paseo frustrado

NUEVA DELHI (Enviado especial). — La implacable seguridad que rodeó a cada uno de los jefes de Estado de los países miembros del G-15, impidió ayer que Carlos Menem visitara el Red Fort (Fuerte Rojo), símbolo de la arquitectura hindú y punto clave de la vieja Delhi. A su alrededor, pululan miles de personas, que viven, aman, comen, duermen y mueren en la calle; de su puerta principal parte la avenida Chandini Chowk, que se interna en la vieja Delhi, en sus mercados callejeros, en el tráfico de drogas, en la mafia que roba y mutila a los chicos para condenarlos a la mendicidad.

El paseo que Menem quiso hacer al fuerte se interrumpió cuando la custodia india pidió una confirmación de la visita "para enviar a doscientos policías a «limpiar» la zona y asegurar un recorrido tranquilo". La idea de visitar Red Fort quedó descartada.

El desplazamiento de las caravanas que conducen a los dignatarios extranjeros también está asegurado por la policía india mediante un original procedimiento: cortan el tránsito por las calles que atravesará el invitado oficial, desde media hora antes de su paso.

Invitación a la madre Teresa

NUEVA DELHI (Enviado especial). — El presidente Carlos Menem invitó ayer a la madre Teresa de Calcuta a visitar a la Argentina, con el objetivo de interesarla en su propuesta de crear un cuerpo internacional de "cascos blancos" para combatir la pobreza.

Menem se comunicó por teléfono con la Premio Nobel de la Paz (está residiendo en Vietnam) y, traductores mediante, le explicó su proyecto.

La madre Teresa, según las fuentes oficiales que difundieron el diálogo, se habría mostrado interesada en el tema. A renglón seguido, Menem la invitó a visitar a la Argentina.

"No creo que pueda viajar...", se excusó la madre Teresa, quien atraviesa problemas de salud.

"Quizás en otra oportunidad", completó en una aparente alusión a la posibilidad de visitar a la Argentina en "otra vida".

Menem se comprometió a hacerle llegar los fundamentos de su propuesta, contenida en un voluminoso dossier, para ponerla a consideración de la Premio Nobel.

08-08

9405751

Nº DOCUMENTO 9405752
TITULO Clinton propondrá plan común para crear empleos en reunión del G-7.
15048.3.1
14/3/94
12766.1
65890
11078

Clinton propondrá plan común para crear empleos en reunión del G-7

DETROIT - EL PRESIDENTE de EEUU, Bill Clinton, espera persuadir a los principales países industrializados del mundo en una reunión en esta ciudad para que adopten un plan común de creación de empleos.

En una entrevista con el diario Detroit Free Press, Clinton dijo que pedirá a los miembros del Grupo de los Siete países industrializados, G-7, que pongan énfasis en el empleo al estimular las economías japonesa y europeas, y los programas de reentrenamiento laboral.

Si los ministros de Trabajo de Alemania, Canadá, Francia, Italia, Japón y el Reino Unido respaldan el plan estadounidense, éste se agregaría a la agenda formal de la cumbre económica del G-7 que se celebrará en julio en Nápoles, Italia.

Los detalles de la iniciativa mundial aún eran vagos ayer, en parte porque el gobierno de Clinton trata de no crear falsas expectativas en la conferencia de los días 14 y 15 de marzo.

Clinton dijo que la conferencia necesita estar de acuerdo en que "el desempleo en un país afecta el desempleo en el otro". ●

● Funcionarios del gobierno de Clinton dijeron que la conferencia de dos días podría ser más "un intercambio de ideas" que una oportunidad para anunciar grandes medidas.

"El propósito de esta conferencia es remangarnos y hablar sobre lo que realmente está sucediendo en nuestros países, cuáles son los problemas comunes, cuáles son las soluciones comunes", dijo a los reporteros el secretario del Trabajo de EEUU, Robert Reich.

Pero al ocurrir después de la decisión del sábado de Japón de aumentar el acceso estadounidense a su industria de teléfonos celulares, se espera que la conferencia también sirva como ejemplo de la estrategia gubernamental norteamericana para mejorar la economía de los Estados Unidos por medio de programas de entrenamiento comercial y laboral.

Preguntado acerca de por qué el gobierno de Clinton eligió Detroit como el lugar de la conferencia, Reich destacó que la ciudad tiene muchas dificultades, incluyendo un alto desempleo.

"Una tercera parte de los adultos se encuentra desempleada, y aunque estamos de nuevo en el camino, aunque la gran maquinaria de empleos funciona de nuevo, todavía tenemos grandes problemas".

Clinton inaugurará hoy la conferencia de dos días con un discurso que será seguido por sesiones de trabajo sobre el problema mundial del empleo. ■ *(Reuter)*

01-01

9405752

Nº DOCUMENTO 9405753
TIT. Reunión del G-7 en DETROIT por desempleo.
1560 90
15/3/94
12766
11078
65890

CONFERENCIA SOBRE DESEMPLEO

El G-7 necesita trabajo

DOCUMENTO CON PARTES POCO LEGIBLES

(Por Victoria Caravajal, desde Detroit/ El País) El Grupo de los Siete países más industrializados del mundo se reúne desde ayer en Detroit para aportar soluciones al problema más acuciante de las economías avanzadas: el desempleo. El crecimiento económico ya no basta para paliar este problema. Estados Unidos propone que las reformas estructurales de los mercados de trabajo y los sistemas de protección social se combinen con una mejor formación de la fuerza laboral, con una reducción drástica de los tipos de interés en Europa y una política fiscal expansiva en Japón. En la apertura del encuentro, el presidente Bill Clinton pidió a los países del G-7 su cooperación para fomentar "un nuevo milagro económico" que reduzca los altos índices de desempleo. El presidente destacó que no basta con crear nuevos puestos de trabajo si eso implica una caída de los salarios: "Hoy nuestros ciudadanos trabajan más y ganan menos que hace diez años", dijo.

La conferencia, que se realiza a iniciativa de Clinton y que reúne a los ministros de Trabajo, Economía, Finanzas e Industria, se celebra en Detroit, una ciudad que simboliza la transición industrial que están atravesando las principales economías del mundo. En palabras del propio presidente; "Todo Detroit es una economía en transición, en donde la industria del automóvil está renaciendo, pero resulta ser más competitiva con menos trabajadores".

Las economías de Estados Unidos, Alemania, Francia, Reino Unido, Italia, Canadá y Japón, que integran el G-7, sufren problemas similares de desempleo, salarios bajos, una creciente competitividad exterior y la introducción de nuevas tecnologías, que dejan obsoleta la formación de los empleados.

La dificultad está en anticiparse a estos retos, según coinciden en señalar los economistas, y en buscar soluciones nuevas que acompañen a las políticas expansivas clásicas (más gasto público y rebaja de los tipos de interés), ya que, argumentan, sólo el crecimiento no es suficiente para luchar contra la desocupación.

Además de la diferencia entre el ciclo económico estadounidense (en el último trimestre de 1993 registró un crecimiento del 7,5 por ciento) y el ciclo europeo (donde las principales economías siguen en recesión), los líderes de ambos continentes se enfrentan a estos retos desde dos experiencias distintas. Mientras Europa ha mantenido una fuerte protección social y ha mejorado la calidad de vida de los trabajadores con fuertes aumentos salariales en los últimos veinte años, la reestructuración industrial en Estados Unidos se ha hecho a costa de peores empleos y de pérdida de calidad de vida. La diferencia fundamental entre estos dos modelos es que Europa creó 10 millones de puestos de trabajo en ese período frente a los 38 que se crearon en EE. UU. En la actualidad, la tasa de desempleo de la Unión Europea se acerca ya al 11 por ciento y la estadounidense asciende al 6,5 por ciento. En Japón, donde las relaciones laborales de larga duración se están viendo amenazadas ahora, la desocupación no afecta más que al 3 por ciento de la población activa.

ENTRADO
CRUZADO

01-05

9405753

G-7: Diagnósticos y Poca Solución

DETROIT, (Estados Unidos). (ANSA).— Los ministros de economía del Grupo de los Siete (G-7) discutieron hoy en Detroit, en una conferencia sin precedentes, el problema de la ocupación, en un debate rico en diagnósticos sobre la naturaleza de la cuestión, pero carente de soluciones.

El presidente estadounidense, Bill Clinton, patrocinador de la conferencia, estableció desde su discurso de apertura el tono del debate: "ninguno de nosotros –dijo– tiene la respuesta justa. Estamos todos aquí porque cada uno de nosotros tiene algo que aprender y algo que enseñar a los demás".

Estados Unidos intentó unificar el consenso de los otros seis países participantes –Japón, Alemania, Francia, Italia y Gran Bretaña– sobre algunos principios rectores, en vista de la cumbre que en julio se realizará en la ciudad italiana de Nápoles.

Clinton no dejó dudas hoy, en Detroit, sobre el alto grado de prioridad que su administración otorga a la solución del problema de la ocupación.

El presidente insistió sobre la globalidad del problema. "Una lección está clara: no existe ningún país del planeta en condiciones de expander su fuerza de trabajo y sus ingresos sin un crecimiento económico global", afirmó.

Clinton subrayó que cada nación tiene un papel para jugar en la partida mundial: Estados Unidos disminuyendo el déficit, Japón incrementando la demanda interna, Europa manteniendo lo más bajo posible sus tasas de interés.

La determinación estadounidense de abordar la cuestión de manera decidida para enfrentar la crisis de la ocupación fue reconocida en los pasillos de la conferencia incluso por los países que consideran "superflua" la creación de una "task force" para combatir la desocupación.

Por su parte, el ministro italiano de Trabajo, Gino Giugni, se mostró afectado por la determinación mostrada por el país anfitrión. "Estados Unidos –dijo el funcionario italiano al final de la jornada– se convirtió en un país cada vez más dividido entre pobres y ricos. El patrimonio del "New Deal" se ha perdido y Clinton está tratando de reconstruirlo".

Entre los temas que dominaron la primera jornada figuraron aquellos de la flexibilidad –aún cuando los delegados no terminaron de ponerse de acuerdo sobre el significado completo del término– y la formación profesional.

"Fue un intercambio intenso, a pesar de que la discusión se desarrolló a menudo en zig-zag", comentó un delegado.

Las labores de la conferencia se dividieron en tres diferentes secciones, cada una con un tema general: el problema de la ocupación, la creación de oportunidades de empleo en la economía global y la innovación tecnológica en el sector privado.

Cada sesión está presidida por un ministro estadounidense. Cada delegado tuvo a su disposición cuatro minutos para una intervención, antes de la discusión general.

La administración Clinton estuvo representada de manera poderosa, con la presencia del presidente, el vicepresidente Al Gore, y cuatro ministros del gobierno. La delegación más reducida fue la de Japón, presente sólo con su Ministro de Trabajo.

La elección de Detroit como sede había irritado a los japoneses: para ellos, la ciudad de la industria automotriz norteamericana es el símbolo de los sentimientos antinipones de los trabajadores estadounidenses, afectados por la competencia de los automóviles "made in Japan".

9405753

Llamó a las potencias a combinar "energías e ideas"

15/3

Clinton exhortó al G-7 a buscar salidas para crisis del empleo

Detroit - El presidente estadounidense Bill Clinton exhortó ayer a las potencias industriales a combinar sus "energías e ideas" para solucionar la crisis mundial del desempleo crónico y los salarios deprimidos.



Bill Clinton

Su discurso ante el Grupo de los 7 estuvo signado por la procupación ante los problemas del empleo

En su discurso ante los principales dirigentes financieros de las naciones industrializadas más ricas, dijo que cada uno de sus países enfrentaba "un problema obstinado y persistente" de cómo crear más empleos y mejor pagos.

Clinton afirmó que el problema era distinto para cada nación y que mientras Estados Unidos se veía afectado por el estancamiento de los salarios, Europa padecía altas tasas de desempleo.

"Solicité que esta conferencia aplicase las mismas energías e ideas colectivas a uno de los más grandes problemas de nuestra era", señaló. El presidente dijo también que las naciones industrializadas más avanzadas debían aprender cómo obtener y mantener crecientes niveles de vida para sus ciudadanos.

Participan en la reunión Estados Unidos, Japón, Gran Bretaña, Alemania, Francia, Italia y Canadá que integran en Grupo de los Siete, o G-7.

El mandatario siguió presionando a Europa y Japón a hacer más por poner fin a la recesión mundial estimulando la demanda interna. Dijo que Estados Unidos haría su parte continuando sus esfuerzos para reducir el déficit de su presupuesto.

Clinton también instó a las potencias industrializadas a debatir abiertamente acerca de los desafíos que enfrentan en una economía mundial de cambios vertiginosos.

"Si podemos debatir honestamente estos problemas, podremos ayudar a la gente a superar el temor al cambio", dijo Clinton. "Tenemos que hacer que nuestra gente comprenda que la productividad puede ser una fuente de ganancia y no de perjuicio".

Clinton formuló sus declaraciones al comienzo de una conferencia de dos días que espera contribuya a debatir la cuestión de los empleos con ministros de finanzas, trabajo y economía del G-7.

El presidente dijo que los participantes necesitaban tener la valentía necesaria para formular las "preguntas difíciles" como por qué el desempleo ha permanecido en altos niveles aún en períodos de expansión económica y cómo pueden equilibrarse los temores de inflación en relación con la necesidad de promover el crecimiento.

"Ninguno de nosotros puede hallar las respuestas a estas preguntas dentro de la fronteras de nuestras naciones", dijo Clinton, y exhortó a cada nación a aprender de las demás. ■ *(AP)*

C3 9405753

X Página 12 CONFERENCIA DEL G-7 16/3/94.

Sin solución para el desempleo

Los ministros de Economía y de Trabajo de las potencias que integran el Grupo de los Siete (G-7) reunidos en Detroit para discutir el problema del desempleo lograron coincidir en algunas cuestiones generales, pero a la hora de definir políticas concretas no alcanzaron acuerdos sustanciales. Entre otras cosas, definieron el actual problema de desocupación como el más grave desde la crisis de la década del 30 y estimaron que "no hay una solución única que funcione en todos los países".

Luego de dos días de deliberaciones, los ministros de Economía y de Trabajo de Estados Unidos, Canadá, Japón, Alemania, Francia, Italia y Gran Bretaña lograron algunos acuerdos defendidos sobre el final del encuentro por el secretario del Tesoro anfitrión, Lloyd Bentsen, encargado del discurso de clausura.

Como para justificar la ausencia de propuestas concretas en la declaración final, Bentsen dijo que en la reunión los ministros del G-7 habían "dado un primer paso importante, muy franco, intercambiando ideas, aprendiendo uno del otro". El funcionario norteamericano dijo luego que el debate de Detroit había servido para "formular una agenda" para la cumbre que se realizará en julio próximo en Nápoles, donde se reunirán los jefes de Estado de las siete potencias.

Entre otras coincidencias, los ministros entendieron que un mejoramiento de las condiciones económicas mundiales no será suficiente para que la mano de obra desocupada pueda reinsertarse en el aparato productivo. Coincidieron también al señalar que erigir nuevas barreras comerciales, desalentar la introducción de nueva tecnología o reducir la semana laboral no servirían para resolver el problema del desempleo.

El tema de la flexibilización laboral fue uno de los puntos en los que las potencias no pudieron ponerse de acuerdo. Estados Unidos defendió la flexibilización del mercado laboral en Europa, idea que fue rechazada por los europeos, más entusiasmados con la propuesta francesa de incluir una "cláusula social" en el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT).

Según el secretario de Trabajo de EE.UU. Robert Reich, estas diferencias surgieron cada vez que se abandonaron las líneas generales y en tren de defender la posición norteamericana sobre la flexibilización dijo que "algunos la interpretan como la libertad de despedir y reducir los salarios y otros como un medio de que los trabajadores se asuman y se formen".

Otro tema que generó polémicas fue el grado de intervención que debe tener el Estado para enfrentar el problema de la desocupación. Sin embargo, coincidieron en promover una "política activa" contra el desempleo en lugar de la "intervención pasiva con desocupación asistida", según explicó el ministro francés de Trabajo, Michel Giraud.

Por su parte, el ministro japonés en funciones de Comercio e Industria, Otohniko Endo, reconoció que en su país los contratos indefinidos de las empresas, considerados uno de los pilares de la organización industrial nipona, tendrían que revisarse a la luz de la nueva situación internacional.

Mientras que europeos y japoneses indicaban su voluntad de introducir el criterio norteamericano de "movilidad profesional", el gobierno de EE.UU. asumió como propia la necesidad de la formación y del fortalecimiento de la enseñanza, política que el presidente Bill Clinton define como "de reempleo", en lugar de denominarla como de "desempleo". Según los datos que se manejaron en Detroit, en el mundo hay 120 millones de trabajadores sin empleo, mientras que otros 700 millones ganan menos que el mínimo para mantener un adecuado nivel de vida.

04 9405753.

LM 1/7/94

El Grupo de los 7 cerró su cumbre sobre ocupación

"No existe una solución única para este problema"

La cumbre del Grupo de los Siete (G7) países más industrializados del mundo sobre ocupación concluyó ayer con un acuerdo sobre las líneas generales para combatir el desempleo, pero sin ninguna medida concreta por adoptar.

DETROIT / ANSA

El Secretario del Tesoro estadounidense, Lloyd Bentsen, dijo en una declaración final que "no existe una solución única al problema de la desocupación".

Los dos días de debate "muy franco" entre los 24 Ministros del área económica llegados a Detroit permitieron, igualmente, definir los puntos centrales de una agenda sobre desempleo para la cumbre de jefes de Estado y de Gobierno de julio, en Nápoles.

Bentsen, en su declaración final, subrayó que ninguno de los países del G7 "está satisfecho con la tasa de creación de empleo de nuestras economías".

"Las causas del problema, empero, son diversas en cada país", enfatizó.

Los Ministros coincidieron también en la importancia de promover una situación de crecimiento económico global.

"Podemos formar todo el personal altamente calificado que queramos, pero todo será inútil si no creamos el clima económico que permita sacar provecho a estas capacidades", afirma la declaración final.

> "Hay causas diversas en cada país"

Los delegados expresaron también una clara negativa tanto al proteccionismo como a los intentos de frenar la expansión de las nuevas tecnologías.

Nuevas tecnologías

"Usar las nuevas tecnologías creativamente permitirá la creación de más puestos de trabajo", sostiene el documento.

También se paso énfasis en los problemas de adiestramiento y recalificación de los trabajadores atrapados en sectores sin futuro claro y de aquellos desocupados.

"Debemos hacer las cosas de modo de ayudar a los desocupados a volver rápidamente al mundo del trabajo para impedir que se arruinen sus capacidades profesionales", agrega la declaración.

La Conferencia de Detroit fue definida por Bentsen como "un importante primer paso en la justa dirección, con un intenso intercambio de ideas, donde muchos aprendieron de las recíprocas experiencias, positivas y negativas".

"Nuestro trabajo en Detroit permitirá a nuestros líderes, en la cumbre del G7 en Nápoles, comprender más claramente cómo cada nación puede reforzar el crecimiento, crear más empleos, con mejores salarios, y reducir la desocupación", dice la declaración.

"Nuestro trabajo contribuirá a estructurar una agenda para Nápoles sobre políticas económicas necesarias para combatir la desocupación y favorecer la creación de más empleos", concluye el documento final de la primera cumbre del G7 sobre ocupación.

Doc. Poco Legible

05-05

9405753

Nº 9405754
TITULO Reunion de Ministros de M. Amb. del G-7 en Florencia
150015
14/3/94
1295
12766

La ecología puede ayudar a reactivar la economía

• Resultado del encuentro del Grupo de los Siete

LH 14/3

La reciente reunión de los Ministros de Medio Ambiente del Grupo de los Siete en Florencia, Italia concluyó que será muy importante el aporte de la ecología y el mejoramiento humano en la reactivación de las economías mundiales, sobre todo luego del ingreso de Rusia al organismo.

FLORENCIA (ANSA).- La ecología y el mejoramiento del ambiente humano deben tener un papel clave en la reactivación de las economías industrializadas, y sólo en Europa podría crear más de dos millones de empleos, constataron ayer los Ministros del Grupo de los Siete al concluir su reunión aquí.

Los Ministros del Medio Ambiente de EE.UU., Japón, Alemania, Francia, Gran Bretaña, Italia y Canadá estuvieron también de acuerdo en que la cuestión ecológica, en particular el problema de la seguridad de las instalaciones nucleares en Europa central y oriental, puede representar una de las claves para el ingreso de Rusia en el Grupo de los Siete.

En julio tendrá lugar en Nápoles la reunión cumbre de tres días del G7, a la que se incorporaría, tras la discusión de los temas económicos, el Presidente ruso Boris Yeltsin. La decisión final al respecto no ha sido aún adoptada.

El Ministro italiano del Ambiente, Valdo Spini, que resumió las deliberaciones, pues la reunión fue informal y sin comunicado final, dijo que los siete grandes puntos discutidos aquí sobre la cuestión ecológica serán tratados en julio, en Nápoles, por los líderes de las siete grandes democracias industriales.

La decisión de considerar la lucha por mejorar el ambiente como una clave para reactivar las economías y aumentar la ocupación podría llevar a la decisión de disminuir los impuestos y cargas sociales para los empleos "ecológicos" y aumentar los que sirvan para defender el ambiente, las llamadas ecotasas.

Próxima reunión será en julio, en Nápoles

Los Ministros concordaron en que la salud del planeta sigue empeorando, pese a las recomendaciones de la Conferencia de Río de Janeiro, realizada hace dos años. Aumenta el anhídrido carbónico en la atmósfera, las aguas están cada vez más contaminadas, se multiplican las basuras y se degrada, en general, el medioambiente. En cuanto a la seguridad de las instalaciones nucleares en la Europa centro-oriental, el Ministro Spini recordó que sólo en Rusia hay 27 reactores que producen 5.800 megavatios, mientras que el programa energético prevé que en los próximos años la electricidad basada en el reactor nuclear pase del 14 al 34%. El año que viene entrarán en funcionamiento tres nuevos reactores en Rusia y otros ocho serán activados entre 1996 y 2005.

El Ministro Valdo Spini dijo que "a título personal" era favorable a que el G7 se transforme en G8 en el área ambiental. "Hemos debido destacar la alarma que existe por la cuestión de la seguridad de las instalaciones nucleares en Europa central y oriental".

Una muy buena ocasión para afrontar el problema sería la reunión de julio, en Nápoles, incorporando plenamente al debate a Rusia, gracias a la presencia del Presidente Yeltsin, concluyó Spini.

01-02

9405754

Asocian ecología con mejora económica

UH 14/3

Los Ministros del Ambiente de los siete paises más industrializados (G7) se reunieron en Florencia para tratar de establecer una fórmula de desarrollo sostenido que conjugue ecologia y economia y reflexionar sobre "el tema crucial de las relaciones entre el ambiente, el progreso tecnológico y el desarrollo económico", según dijo al inaugurar la cumbre el Primer Ministro italiano, Carlo Azeglio Ciampi.

Participaron en la cumbre los Ministros de Canadá, Sheila Coops; de Francia, Michel Barnier; de Alemania, Klaus Toepfer; de Japón, Wakako Hironaka; de Gran Bretaña, John Gummer; de Italia, Valdo Spini, el Subsecretario del Departamento de Ecología norteamericano, Tim Wirth, y el Comisario Europeo para el Ambiente, Yannis Paleokrassas.

Ciampi se preguntó qué sucedería si la fórmula de desarrollo de los países industrializados fuera recibida por aquellos que están en vías de desarrollo. "Si los países en vías de desarrollo alcanzaran de modo descontrolado las mismas tasas de consumo de los nuestros, ¿cuántos otros planetas, además de la Tierra, nos harían falta", dijo el Primer Ministro italiano.

El vínculo imprescindible entre la tutela del ambiente y los procesos productivos y tecnológicos es uno de los temas principales de la cumbre ecológica. Valdo Spini, el Ministro italiano del Ambiente, señaló como prioridad el lanzamiento de un vasto programa de cooperación tecnológica que facilite la adopción de sistemas de alta tecnología para la protección del ambiente.

"Si no queremos que los países en vías de desarrollo se industrialicen según los modelos contaminantes del pasado no podemos sermonearlos sino ayudarlos a introducir nuevas tecnologías limpias", dijo Spini. El Ministro precisó luego los diversos mecanismos de subsidios y "ecotasas" que podrían financiar este nuevo desarrollo.

02-02

9405754

Nº. DOCUMENTO 9405755
TITULO La SIP informó que en 1993 asesinaron a 24 periodistas.
150025
1/3/94
126848
11078

La SIP informó que en 1993 asesinaron a 24 periodistas

MIAMI, EE. UU, 28 (EFE).– El continente americano fue escenario en 1993 de un "sorprendente grado de violencia y de acciones legales contra los periodistas", 24 de los cuales fueron asesinados, señala un informe divulgado hoy por la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP).

El documento refleja que durante el año último se registraron 24 asesinatos de periodistas, 223 agresiones físicas y 38 atentados contra medios periodísticos.

"Está claro que la democracia por sí sola no garantiza la libre expresión", indican las conclusiones de la SIP sobre el periodismo en el continente americano, aunque destaca la violencia en países sin libertad como Cuba y Haití, a los que califica de "excepciones intolerables" en el contexto democrático de América.

Once de los 24 asesinatos de periodistas ocurrieron en Colombia, cinco en México, cuatro en Venezuela, y uno, por país, en Estados Unidos, Guatemala, Haití y Ecuador, añade la información, que se refiere al período comprendido entre octubre de 1992 y noviembre de 1993.

"Las investigaciones policiales y judiciales sobre estos asesinatos han sido con frecuencia indiferentes y, en muchos casos, no ha habido acusación alguna", destaca la SIP.

Durante ese período, la Sociedad Interamericana de Prensa registró 223 agresiones físicas contra periodistas, la mayor parte cometidas en Venezuela, México, Argentina y Haití.

En el aspecto legal, el informe anual de la SIP establece que, "a pesar de los compromisos con la libertad de expresión, algunos países continúan proponiendo leyes agresivas para limitar esas prácticas".

Se cita particularmente el caso de Chile, donde se quiere imponer la colegiación obligatoria, otorgando la exclusividad del ejercicio de la profesión a quienes tengan título universitario, y la nueva legislación canadiense, que prohibe la publicación de ciertas noticias sobre las campañas electorales.

En cuanto a los medios censurados, clausurados, discriminados en la concesión de la publicidad oficial y obstaculizados en la distribución de su producción, el documento condena esas acciones particularmente en Guatemala, México, Argentina, Brasil, Nicaragua y Venezuela.

La SIP se refiere también a las reformas constitucionales que se efectúan en varios Estados de América y exige que las enmiendas "reconozcan el derecho inherente de los ciudadanos y de la prensa a la libre expresión".

ENTRADO
9405755
01-01

Nº. DOCUMENTO 9405756
TITULO Debate en la SIP sobre libertad de expresión.
150090
10/3/94
126088

Debate en la SIP sobre libertad de expresión

MEXICO, 9 (AP).– La consolidación de la democracia en el hemisferio ha creado la oportunidad para el debate sobre una acción conjunta de la comunidad de naciones acerca de la libertad de expresión.

Alejandro Junco de la Vega, director general del diario El Norte, de Monterrey, dijo que ése será el contexto de trabajo de la reunión de la Sociedad Interamericana de Prensa que empezará mañana.

"Se espera una riqueza de enfoques", dijo refiriéndose a la reunión que tendrá como sede la capital mexicana, y agregó: "Esperamos precisar con detalle a qué nos referimos cuando hablamos de libertad de expresión".

Javier Pérez de Cuéllar, ex secretario general de las Naciones Unidas, presidirá la conferencia, dijo la SIP en un comunicado.

El diplomático peruano es actualmente presidente de la comisión de cultura y desarrollo de la UNESCO.

"El propósito de la conferencia es explorar, explicar y promover la comprensión pública sobre el papel de la libertad de expresión en una democracia", agregó el organismo.

La sociedad, que agrupa unas 1400 publicaciones del hemisferio, dijo que el derecho a la libertad de expresión no debe perderse de vista como "piedra angular de la democracia".

Documento hemisférico

Junco de la Vega indicó que se espera que los participantes firmarán el viernes un documento que "tendrá un gran valor moral y un gran reconocimiento profesional."

"Será la primera declaración hemisférica completa sobre la libertad de expresión", añadió.

9405756
C1-C2

La SIP emitió declaración destacando la libertad de prensa

México Oct 18/3

La Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) emitió una declaración en la que reafirmó la validez de la libertad de prensa en tanto "derecho inalienable del pueblo", y el "afán permanente" que supone la lucha por su vigencia.

La declaración emanada de la reunión celebrada en la localidad mexicana de Chapultepec del 9 al 11 de este mes, contó con la firma de los presidentes de México, Carlos Salinas de Gortari y de Guatemala, Ramiro De León Carpio.

La comisión que trabajó durante esos tres días fue presidida por el ex secretario general de las Naciones Unidas, Javier Pérez de Cuéllar y contó con la presencia, entre otros, del presidente de la SIP, A. Roy Megarry, los escritores Octavio Paz, Pablo Antonio Cuadra, Enrique Krause y Carlos Alberto Montaner, el ex presidente de la Asociación Internacional de Radiodifusión, Andrés García Lavín, el director de Ciespal, Asdrúbal de la Torre, el director del World Press Freedom Committee, Danna Bullen, el director de Committee to Protect Journalist, James C. Goodale, y destacados juristas y periodistas del continente. El director del semanario Búsqueda, Danilo Arbilla, integró la comisión.

La declaración aprobada expresa textualmente:

"1-No hay personas ni sociedades libres sin libertad de expresión y de prensa. El ejercicio de ésta no es una concesión de las autoridades: es un derecho inalienable del pueblo.

2-Toda persona tiene el derecho a buscar y recibir información, expresar opiniones y divulgarlas libremente. Nadie puede restringir o negar estos derechos.

3-Las autoridades deben estar legalmente obligadas a poner a disposición de los ciudadanos, en forma oportuna y equitativa, la información generada por el sector público. No podrá obligarse a ningún periodista a revelar sus fuentes de información.

4-El asesinato, el terrorismo, el secuestro, las presiones, la intimidación, la prisión injusta de los periodistas, la destrucción material de los medios de comunicación, la violencia de cualquier tipo y la impunidad de los agresores, coartan severamente la libertad de expresión y de prensa. Estos actos deben ser investigados con prontitud y sancionados con severidad.

5-La censura previa, las restricciones a la circulación de los medios o a la divulgación de sus mensajes, la imposición arbitraria de información, la creación de obstáculos al libre flujo informativo y las limitaciones al libre ejercicio y movilización de los periodistas, se oponen directamente a la libertad de prensa.

6-Los medios de comunicación y los periodistas no deben ser objeto de discriminaciones o favores en razón de lo que escriban o digan.

7-Las políticas arancelarias y cambiarias, las licencias para la importación de papel o equipo periodístico, el otorgamiento de frecuencias de radio y televisión y la concesión o supresión de publicidad estatal, no deben aplicarse para premiar o castigar a medios o periodistas.

8-El carácter colegiado de periodistas, su incorporación a asociaciones profesionales o gremiales y la afiliación de los medios de comunicación a cámaras empresariales, deben ser estrictamente voluntarios.

9-La credibilidad de la prensa está ligada al compromiso con la verdad, a la búsqueda de precisión, imparcialidad y equidad, y a la clara diferenciación entre los mensajes periodísticos y los comerciales. El logro de estos fines y la observancia de los valores éticos y profesionales no deben ser impuestos. Son responsabilidad exclusiva de periodistas y medios. En una sociedad libre la opinión pública premia o castiga.

10-Ningún medio de comunicación o periodista debe ser sancionado por difundir la verdad o formular críticas o denuncias contra el poder público.

La lucha por la libertad de expresión y de prensa, por cualquier medio, no es tarea de un día: es afán. Se trata de una causa esencial para la democracia y la civilización en nuestro hemisferio. No sólo es baluarte y antídoto contra todo abuso de autoridad: es el aliento cívico de una sociedad. Defenderla día a día es honrar a nuestra historia y dominar nuestro destino. Nos comprometemos con estos principios".■

9405756

C2-C2

Nº. DOCUMENTO 9405757
TITULO La SIP y la misión de la prensa libre
PROCEDENCIA 150025
FECHA 19/3/94
VINCULO 12688

L.N. 19/3

La SIP y la misión de la prensa libre

LA Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) acaba de realizar dos reuniones de significativa importancia para la refirmación de los principios que amparan el ejercicio de la libertad de expresión y, en general, para la defensa de los ideales democráticos.

En primer término se realizó, en México, la Conferencia Hemisférica sobre Libertad de Expresión que congregó a destacadas personalidades internacionales de la cultura, del pensamiento y de la vida política. Participaron de este calificado cónclave, entre otros, Octavio Paz, el ex secretario general de las Naciones Unidas Javier Pérez de Cuéllar, los ex presidentes Belisario Betancur, de Colombia, y Rodrigo Borja, de Ecuador; el editor norteamericano James McClatchy, presidente del comité organizador, y los directores de El Norte, de Monterrey, Alejandro Junco de la Vega; de Zero Hora, de Porto Alegre, Brasil, Jayme Sirotsky; de The Manhattan Mercury, de Kansas, Edward Seaton; de La Nación, de San José de Costa Rica, Eduardo Ulibarri, y de LA NACION, de Buenos Aires, Bartolomé Mitre.

A su término, la conferencia produjo un documento –conocido ya como la Declaración de Chapultepec– en el que están enunciados, en diez puntos, los principios y garantías que toda sociedad debe observar y hacer cumplir para asegurar la vigencia plena y efectiva de la libertad de prensa. El documento fue firmado por el presidente de México, José Luis Salinas de Gortari, quien adhirió plenamente a su contenido.

Con posterioridad se desarrolló en Guatemala la reunión de medio año de la SIP, durante la cual los representantes del periodismo americano analizaron, como es ya tradicional, el estado de la libertad de prensa en los países del continente. El encuentro fue inaugurado por el presidente de Guatemala, Ramiro de León Carpio, quien también firmó el texto de la *Declaración de Chapultepec*, con cuyos principios y objetivos se manifestó identificado.

El doctor Bartolomé Mitre, en su carácter de vicepresidente regional de la Comisión de Libertad de Prensa de la SIP, tuvo a su cargo el informe sobre la Argentina. El texto se abre con el reconocimiento de que en el país *hay libertad de prensa*. El director de LA NACION señaló, sin embargo, que en los seis meses que abarca el informe se registraron hechos "que en algunos casos afectaron y en otros crearon inquietud sobre el ejercicio de esa libertad esencial".

El informe menciona con minuciosidad cada uno de esos hechos negativos y, posteriormente, llama la atención sobre la amenaza que se cierne sobre la libertad de prensa como resultado de la existencia de un proyecto de ley que, con el pretexto de establecer nuevas penas para los delitos de calumnias e injurias pretende instaurar en el país un mecanismo represivo perverso, destinado a cercenar la labor del periodismo independiente. Advierte, también, sobre la reaparición de la sombría figura delictiva del *desacato*, que tras haber sido derogada por el Congreso se ha reinstalado en la legislación argentina a través de una ley que autoriza a los jueces y tribunales colegiados a imponer sanciones a quienes cometan faltas contra "su autoridad, dignidad o decoro".

Por último, el informe se refiere a la pretensión de algunos gobiernos provinciales de aplicar el impuesto a los ingresos brutos a empresas periodísticas, lo cual crearía una discriminación tributaria indebida, contraria al espíritu de la Convención Americana sobre Derechos Humanos e impondría un *gravamen a la información* que perjudicaría, en definitiva, a todos los ciudadanos, destinatarios finales del proceso de transmisión cultural que los medios de comunicación alimentan día tras día.

Las conclusiones de la reunión de Guatemala están contenidas en un documento en el que la SIP denuncia, una vez más, que los asesinatos, las campañas de intimidación contra los profesionales del periodismo y la intervención indebida de algunos gobiernos son los principales factores que obstaculizan el desenvolvimiento de la prensa en América. Afirma, también, que desde la anterior asamblea de la entidad, realizada en San Carlos de Bariloche, "por lo menos cinco periodistas fueron asesinados en Guatemala, Colombia y Brasil". Y ratifica la condena del periodismo continental a las actividades terroristas, a la vez que reitera su apoyo a los hombres de prensa, particularmente de Perú y de Colombia, que viven y trabajan bajo sus amenazas; al mismo tiempo, se reclama de los gobiernos de ambos países que eliminen de la legislación y de las prácticas antiterroristas todo cuanto limite la libertad de expresión.

Cuba y Haití fueron señalados, como tantas otras veces, como dos países en los que no existe el menor vestigio de libertad de prensa. Pero también se la coarta o condiciona en naciones gobernadas por regímenes democráticos. Entre las amenazas a la prensa libre figuran las leyes vigentes en algunos países que imponen la colegiación obligatoria o el título profesional habilitante para el ejercicio del periodismo, así como los intentos de ciertos gobiernos por legislar en el mismo sentido.

El documento, que incluye un detallado informe de la situación vigente en cada país, concluye con la refirmación del principio de que el derecho a la libertad de expresión "es inherente a las sociedades democráticas y no un privilegio dado por ningún gobierno".

Doc. ppal. ley

9405757.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405758
TITULO Reunión de la SIP en México
PROC 1500025
FECHA 14/3/94
VINCUL 12688
11078
Guatemala

Comenzó su primera asamblea de 1994 Guatemala / N. 14/3

La SIP trató la libertad de prensa en el continente

La Argentina: el informe sobre nuestro país señaló que existe libertad de prensa, con la excepción de casos aislados de agresiones y amenazas.

GUATEMALA, 13 (AP).- La Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) inauguró hoy en esta capital su reunión de medio año con un informe del presidente de la Comisión Organizadora de la Primera Conferencia Hemisférica de Libertad de Expresión, James McClatchy, realizada el fin de semana en Ciudad de México.

"La Declaración de Chapultepec sobre libertad de expresión es el documento más importante que hemos logrado", afirmó, por su parte, A. Roy Megarry, del diario The Globe and Mail, de Toronto, Canadá, presidente de la Comisión de Libertad de Prensa e Información.

La reunión semestral de la SIP será inaugurada formalmente mañana por el presidente de Guatemala, Ramiro de León Carpio y se prolongará hasta el martes cuando se entregará el informe de la situación de la libertad de prensa en la región.

Hoy, durante la primera reunión, entregaron sus informes los delegados de Perú, Colombia, Uruguay, Paraguay, Nicaragua y Venezuela quienes, en términos generales, reconocieron que existe libertad de expresión en sus respectivos países.

Los asistentes vieron diapositivas en los que se dejaba en claro que en los últimos cinco años 132 periodistas perdieron la vida cumpliendo con su obligación de informar, principalmente en Colombia, Perú y México.

El vicepresidente regional de la SIP, Bartolomé Mitre, director de LA NACION de Buenos Aires, dijo que en Argentina existe libertad de prensa, con la excepción de casos aislados de agresiones y amenazas.

tino, el reportero gráfico Henry von Wattenberg, de la revista Gente. Los matones despojaron en un local bailable a Wattenberg de su equipo fotográfico, valuado en más de 2000 dólares, y de los films que había obtenido antes de ser golpeado.

"El diario Pregón, de la provincia de Jujuy, denunció amenazas contra su libre desenvolvimiento y la agresión sufrida por el periodista Rodolfo Cevallos, colaborador de ese diario.

"El director del periódico Crónica, de Miramar, provincia de Buenos Aires, denunció al intendente del partido de General Alvarado por pretender acallar sus críticas.

"Sigue sin resolverse la muerte misteriosa de Mario Bonino, periodista que trabajaba en la Unión de Trabajadores de Prensa de Buenos Aires (Utpba). Bonino desapareció el 11 de noviembre del año último, después de salir de su casa en dirección al trabajo.

"El cuerpo de Bonino apareció cuatro días más tarde en aguas del Riachuelo. De acuerdo con informes forenses, su muerte se produjo en circunstancias dudosas, pero, con seguridad, no por inmersión.

Investigación oficial

"Con la firma de Carlos González Warcalde, la Procuración General de la Nación hizo saber, a fines de febrero, que sobre 96 casos de amenazas anónimas denunciadas -casi todas ellas en el segundo semestre de 1993-, más de 30 habían sido esclarecidas. Al parecer, el autor habría sido un maniático que, utilizando complejos medios electrónicos, se ocupaba de atemorizar al prójimo y muy particularmente a periodistas.

todo se ha reducido a una actuación del monto de las multas pertinentes. Sin embargo, es incuestionable que el proyecto que el Congreso de la Nación aprobó a fines de año, prácticamente sin difusión alguna, constituye un retroceso con relación a la voluntad anterior de aligerar a la legislación nacional de un privilegio inadmisible en un país de ciudadanos iguales ante la ley. Ahora, ese privilegio será de los jueces.

"La ley 24.289 incrimina a abogados, procuradores, litigantes, pero también a otras personas -entre las cuales pueden estar los periodistas- que en escritos o comunicaciones de cualquier índole afecten la autoridad, la dignidad o decoro de los magistrados. Los legisladores han olvidado que las sanciones podrán ser aplicadas por el propio juez ante el cual se habrá producido el presunto agravio. Esto es, con desconocimiento de los jueces naturales, de la sustanciación de un juicio previo y de la inviolabilidad de la defensa en juicio de los derechos que son garantías que conforman el debido proceso legal previsto por el artículo 28 de la Constitución Nacional.

01-03 9405758.

El informe sobre la Argentina

El siguiente es el texto del informe presentado en la asamblea de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) por el director de LA NACION y vicepresidente regional de la Comisión de Libertad de Prensa e Información, doctor Bartolomé Mitre.

"En la Argentina hay libertad de prensa.

"Sin embargo, desde la asamblea anual de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), realizada en Bariloche, en noviembre, se han producido hechos que en algunos casos han afectado y en otros llevan inquietud respecto del ejercicio de esa libertad esencial.

"En primer lugar, están las agresiones y amenazas a periodistas y reporteros gráficos.

"Como ha sido de notoriedad internacional, el astro del fútbol Diego Maradona y personas de su intimidad atacaron con tiros de rifle de aire comprimido a representantes de medios de comunicación. Fueron lesionados Sergio Vijande, de la revista Gente, y Rafael Yohai, del diario LA NACION. Los hechos ocurrieron en las afueras de Buenos Aires, frente a la residencia de Maradona, en circunstancias en que la prensa cubría alternativas siguientes a la interrupción del contrato que ligaba a Maradona con su nuevo club.

"El secretario de redacción de La Capital, de Rosario, Alberto Carlos Vila Ortiz, lleva dieciséis meses recibiendo amenazas por las cuales se lo conmina a abandonar el ejercicio de su profesión. Se lo acusa de "pro judío y antinazi" y la situación ha llevado al ministro del Interior a declarar que se harán todos los esfuerzos necesarios para el esclarecimiento de esta singular situación.

"En Punta del Este fue agredido por la custodia de Carlos Facundo Menem, hijo del presidente argen-

Injurias y calumnias

"Cuenta con despacho favorable de la Comisión de Asuntos Penales y Regímenes Carcelarios del Senado de la Nación un proyecto de aumento de penas por los delitos de injurias y calumnias, que el Poder Ejecutivo envió al Congreso de la Nación.

"Existe coincidencia generalizada en la prensa argentina de que esa iniciativa modificatoria del Código Penal argentino, disfrazada con la voluntad de tutelar más férreamente el honor de las personas, está encaminada, en realidad, a reprimir la libre manifestación del pensamiento a través de los medios de comunicación.

"Penalizar los presuntos excesos en el ejercicio de la libertad de informar a la ciudadanía, mediante la aplicación de sanciones que superan holgadamente a las previstas para reprimir hechos de mayor gravedad social, constituirá un mecanismo perverso por el que se cercenará la actividad de la prensa independiente, su papel informativo y su función de control de la actividad pública de los gobernantes.

"Véase un ejemplo: el enriquecimiento de los funcionarios públicos tiene prevista en el Código Penal una sanción de seis meses a 2 años de prisión, pero en la escala regulada en el proyecto del Poder Ejecutivo para los delitos de injurias y calumnias se incrementan las penas hasta seis años de prisión, en el caso de las calumnias, y hasta 5 años en el de las injurias.

"Para el agravamiento se tendrá especialmente en cuenta que el hecho hubiere sido cometido de una manera que facilite su divulgación.

Desacato

"La vieja figura penal del desacato, que había sido derogada diez meses atrás, ha vuelto sorpresivamente a la legislación argentina por una ley que autoriza a jueces y tribunales colegiados a imponer apercibimientos, multas y hasta cinco días de arresto a quienes cometan faltas contra su autoridad, dignidad y decoro.

"Hay quienes dicen que esa norma regía antes de ahora y que

Voracidad fiscal

"Varios gobiernos provinciales pretenden aplicar en sus respectivas provincias el impuesto a los ingresos brutos sobre empresas periodísticas. Tales actos, con los cuales se trata de paliar la ineficiente administración de los recursos provinciales, se traduce en imponer dicho gravamen a la televisión por cable, con el riesgo de extender tal imposición a los restantes medios electrónicos de comunicación y a la prensa.

"Esa discriminación impositiva configura una restricción indebida para el desenvolvimiento de los medios de comunicación social y contraria al espíritu del artículo 13 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. Además, se trata de un gravamen que recae sobre el proceso de información y transmisión cultural que beneficia a toda la ciudadanía y que, en última instancia, deberá ser abonado por esa última como precio para no permanecer en la desinformación y la ignorancia."

Colombia y Venezuela

El subdirector del diario El Tiempo de Medellín, Enrique Santos Calderón, al leer el informe sobre Colombia, afirmó que la muerte del narcotraficante Pablo Escobar, hace cuatro meses, "significó la desaparición de una de las más siniestras amenazas que haya sufrido la libertad de prensa en Colombia en su reciente historia".

Santos dijo que Escobar y el llamado cartel de Medellín "pretendieron imponer una auténtica dictadura del terror contra los medios de información colombianos".

Sin embargo, señaló que la muerte de Escobar "no ha significado por supuesto, la desaparición de todos los problemas que afectan la libertad de expresión en Colombia".

Miguel Henrique Otero, también vicepresidente regional de la SIP, del diario El Nacional, de Caracas, señaló que en Venezuela "la situación de la libertad de expresión parece entrar en una etapa de estabilidad luego de un período de represión en el que los atropellos a periodistas y medios de comunicación estaban a la orden del día.

Eduardo Alemán, presidente del Bloque de Prensa de Venezuela, planteó ante la SIP lo que calificó de "una situación delicada" al referirse a la legislación de prensa vigente en el país y "a las amenazas de una profundización de esa legislación exclusivista, que impide el derecho a la libre expresión en los medios de comunicación masiva y restringe su acceso directo sólo a los miembros del Colegio Nacional de Periodistas".

9405758

SIP: culminó su reunión de medio año

LN 19/3

Reclaman mayor seguridad para el periodismo argentino

Documentos: el organismo condenó, en su informe final, las distintas formas de censura y coerción y exhortó a divulgar la Declaración de Chapultepec.

GUATEMALA, 18, (Especial).– En el informe final de su reunión de medio año, la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) resolvió reclamar al gobierno argentino "garantías efectivas para la seguridad de los periodistas en el ejercicio de sus funciones y proceder, conforme a la ley, contra quienes amenazan, intentan amedrentar y atacar a los periodistas".

El organismo, que se reunió del 13 al 15 del corriente en esta capital, exhortó además "a las autoridades judiciales a esclarecer con celeridad el origen de la misteriosa muerte del periodista Mario Bonino", ocurrida en noviembre del año último.

Considerando la decisión de varios gobiernos provinciales de gravar los impuestos de ingresos brutos a las empresas periodísticas, comenzando por la televisión por cable, la SIP también reclamará a aquellos que "cesen y desistan en sus planes de aumentar los impuestos a los medios de comunicación, ya sean impresos o electrónicos".

América latina

En lo que concierne a la totalidad de América latina, la SIP instó a los sectores políticos del continente a respaldar a los medios y periodistas que se han mantenido firmes ante las distintas formas de "censura sutil", entendiendo por ésta a las presiones que se ejercen de modo indirecto, "difíciles de tipicar como agresiones, pero tan negativas como aquéllas".

Considerando que "la colegiación obligatoria y la exigencia de título universitario para el ejercicio de periodismo son contrarios al principio de libertad de información", la asociación exhortó a las autoridades de los países donde está en vigencia (Costa Rica, Haití, Venezuela, Ecuador, Honduras, Bolivia y Panamá) a "que deroguen las leyes que impiden el libre ejercicio de la profesión.

También solicitó a los gobiernos de Chile, Nicaragua y Guatemala, donde existen intentos de restricciones similares, que impidan a grupos interesados la promoción de ese tipo de proyectos.

El informe final también se refirió a la necesidad de libertad e independencia periodística durante las elecciones, "cuando los ciudadanos deben tener acceso a la información y a ejercer sus derechos como electores". La SIP se comprometió a hacer lo posible para la eliminación de las regulaciones y leyes restrictivas durante las campañas electorales, cualesquiera sean los argumentos usados para justificarlas.

Un mención especial mereció también su condena a las actividades terroristas en Colombia y en Perú. Sin embargo, se resolvió pedir a ambos gobiernos "que revisen las leyes y decretos especiales para hacerle frente a las guerrillas, que eliminen las cláusulas que limitan la libertad de expresión" y "que cesen las prácticas antiterroristas que obstaculizan el trabajo de los periodistas".

Al respecto, el organismo exigirá que en el caso de detenciones y procesos contra periodistas como presuntos responsables de delitos fijados por esas leyes, se discierna con claridad entre actividades antisociales y profesionales y que, en todo caso, se les brinden todas las garantías procesales y el respeto absoluto a sus derechos humanos.

Declaración de Chapultepec

La junta de directores exhortó a todos sus miembros a que se comprometan a divulgar la Declaración de Chapultepec.

La Declaración, con fecha 11 de marzo de 1994, fue la culminación de de la Conferencia Hemisférica de Libertad de Expresión que, auspiciada por la SIP, tuvo lugar del 9 al 11 de marzo último en México.

El presidente de ese país, Carlos Salinas de Gortari, y el de Guatemala, Ramiro de León Carpio, fueron los primeros en estampar su firma en la declaración que enumera los principios fundamentales de la expresión y la libertad de prensa.

"El texto de la Declaración de Chapultepec es el fiel reflejo del pensamiento y la acción de los miembros de esta Sociedad y su contenido es de trascendental importancia para el fortalecimiento de las instituciones democráticas", dice el informe.

Las autoridades de la Sociedad Interamericana de Prensa visitarán en los próximos meses al resto de los jefes de gobierno del hemisferio para completar el proceso de adhesión.

03-03

9405758

SIP: culminó su reunión de medio año

LH 19/3

Reclaman mayor seguridad para el periodismo argentino

Documento: el organismo condenó, en su informe final, las distintas formas de censura y coerción y exhortó a divulgar la Declaración de Chapultepec.

GUATEMALA, 18, (Especial).– En el informe final de su reunión de medio año, la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) resolvió reclamar al gobierno argentino "garantías efectivas para la seguridad de los periodistas en el ejercicio de sus funciones y proceder, conforme a la ley, contra quienes amenazan, intentan amedrentar y atacar a los periodistas".

El organismo, que se reunió del 13 al 15 del corriente en esta capital, exhortó además "a las autoridades judiciales a esclarecer con celeridad el origen de la misteriosa muerte del periodista Mario Bonino", ocurrida en noviembre del año último.

Considerando la decisión de varios gobiernos provinciales de gravar los impuestos de ingresos brutos a las empresas periodísticas, comenzando por la televisión por cable, la SIP también reclamará a aquellos que "cesen y desistan en sus planes de aumentar los impuestos a los medios de comunicación, ya sean impresos o electrónicos".

América latina

En lo que concierne a la totalidad de América latina, la SIP instó a los sectores políticos del continente a respaldar a los medios y periodistas que se han mantenido firmes ante las distintas formas de "censura sutil", entendiendo por ésta a las presiones que se ejercen de modo indirecto, "difíciles de tipicar como agresiones, pero tan negativas como aquéllas".

Considerando que "la colegiación obligatoria y la exigencia de título universitario para el ejercicio de periodismo son contrarios al principio de libertad de información", la asociación exhortó a las autoridades de los países donde está en vigencia (Costa Rica, Haití, Venezuela, Ecuador, Honduras, Bolivia y Panamá) a "que deroguen las leyes que impiden el libre ejercicio de la profesión.

También solicitó a los gobiernos de Chile, Nicaragua y Guatemala, donde existen intentos de restricciones similares, que impidan a grupos interesados la promoción de ese tipo de proyectos.

El informe final también se refirió a la necesidad de libertad e independencia periodística durante las elecciones, "cuando los ciudadanos deben tener acceso a la información y a ejercer sus derechos como electores". La SIP se comprometió a hacer lo posible para la eliminación de las regulaciones y leyes restrictivas durante las campañas electorales, cualesquiera sean los argumentos usados para justificarlas.

Un mención especial mereció también su condena a las actividades terroristas en Colombia y en Perú. Sin embargo, se resolvió pedir a ambos gobiernos "que revisen las leyes y decretos especiales para hacerle frente a las guerrillas, que eliminen las cláusulas que limitan la libertad de expresión" y "que cesen las prácticas antiterroristas que obstaculizan el trabajo de los periodistas".

Al respecto, el organismo exigirá que en el caso de detenciones y procesos contra periodistas como presuntos responsables de delitos fijados por esas leyes, se discierna con claridad entre actividades antisociales y profesionales y que, en todo caso, se les brinden todas las garantías procesales y el respeto absoluto a sus derechos humanos.

Declaración de Chapultepec

La junta de directores exhortó a todos sus miembros a que se comprometan a divulgar la Declaración de Chapultepec.

La Declaración, con fecha 11 de marzo de 1994, fue la culminación de de la Conferencia Hemisférica de Libertad de Expresión que, auspiciada por la SIP, tuvo lugar del 9 al 11 de marzo último en México.

El presidente de ese país, Carlos Salinas de Gortari, y el de Guatemala, Ramiro de León Carpio, fueron los primeros en estampar su firma en la declaración que enumera los principios fundamentales de la expresión y la libertad de prensa.

"El texto de la Declaración de Chapultepec es el fiel reflejo del pensamiento y la acción de los miembros de esta Sociedad y su contenido es de trascendental importancia para el fortalecimiento de las instituciones democráticas", dice el informe.

Las autoridades de la Sociedad Interamericana de Prensa visitarán en los próximos meses al resto de los jefes de gobierno del hemisferio para completar el proceso de adhesión.

03-03

9405758

Nº. DOCUMENTO 9405759
TITULO Países de la OEA ante la reforma de la educación
PROCEDE 150094
FECHA 9/3/94
VINCUL 500889
11048
11316

COINCIDEN EN FORTALECER LA ENSEÑANZA BASICA

Los países de la OEA ante la reforma de la educación

CARTAGENA DE INDIAS (Por **Edgar Hernández, EFE**). — Los países de la **Organización de Estados Americanos** desarrollan, por separado, profundas reformas de sus sistemas educativos con las que procuran ampliar la participación de las comunidades en su administración y en la elaboración de programas, para que estos se ajusten a sus necesidades.

La educación del siglo XXI tiende, por lo tanto, a quedar en manos de las propias comunidades, y el Estado, que fue paternalista, centrará entonces su atención en grandes proyectos de apoyo, para obtener así mayor cobertura, más eficiencia y la garantía de un desarrollo con más democracia en su estructura.

Los ministros de educación de los países de la OEA, reunidos en esta ciudad para la **XXV Reunión Ordinaria del Consejo Interamericano para la Educación, la Ciencia y la Cultura (IACESC)**, presentaron sus experiencias, en las que sobresale la preocupación de ajustar los programas de estudio al medio donde se forman los chicos.

El Salvador, por ejemplo, desarrolló un programa en las regiones más pobres, con los padres de familia, quienes tienen a su cargo la contratación de los educadores y el Estado es apenas un supervisor.

La ministra salvadoreña de Educación, **Cecilia Gallardo**, también destacó la propuesta del presidente **Alfredo Cristiani** de adelantar una "política nacional para la paz" y que en el marco de esa estrategia se logró ampliar los conceptos de conservación del ambiente y el desarrollo sustentado.

La subsecretaria de Educación de los **Estados Unidos, Madeleine Kunin**, dijo que en su país **el proceso es, al contrario que en Latinoamérica, de centralización** e insistió en que el gobierno federal no puede implementar por sí solo los programas educativos, que necesitan de "una mayor participación de las personas y las empresas privadas."

La reforma estadounidense busca también pasar de una "sociedad productiva a una sociedad pensante. Si bien antes los 'desertores' no tenían problemas para emplearse, esa realidad ha cambiado, y obliga a que todos los jóvenes se preparen mejor para competir en el mercado", destacó Kunin.

Chile recalcó que el objetivo de su país es reducir el gasto público en subsidios de educación y atraer el dinero de las familias y las empresas para crear fondos compensatorios destinados a auxiliar a los niveles sociales menos favorecidos.

El ministro chileno, **Jorge Arrate**, señaló que **"no basta solo con tener derecho a la educación, sino tener una educación de calidad"** y recalcó que "el desafío chileno es conseguir el crecimiento económico con equidad social y hacer una profunda transformación productiva que permita mejorar la calidad de vida de todos."

Brasil presentó su **Plan Decenal de Educación para todos** por medio del cual **se está evaluando el sistema educativo**, en una discusión regionalizada que ha tenido la participación de alumnos, padres de familia, docentes, empresarios, líderes religiosos y también de los sindicatos.

"En los 27 estados, en los 5.000 municipios, en las 120 universidades y en todos los establecimientos educativos se analizó este plan que en el fondo, pretende no dejar a ningún niño sin escuela, preparar mejor a los profesores, cambiar los programas escolares y reducir las desigualdades", dijo el director del **Departamento de Política Educacional de Brasil, Celio da Cunha**.

El ministro de Cultura y Educación de la **Argentina, Jorge Rodríguez**, habló de la Ley Federal de Educación y dijo que por primera vez en la historia de su país hay una ley que se refiere a la totalidad del sistema educativo, "que articula estrategias de innovaciones graduales". La nueva ley argentina aumenta a diez años la escolaridad obligatoria y busca garantizar una alta calidad educativa.

ENTRADO
CRUZ DO

9405759.

Nº. DOCUMENTO 9405760
TITULO La OEA y la cuestión de la pobreza en A. Lat. y el Caribe.
PROCEDENCIA 20362
FECHA 23/2/94
VINCUL OEA 1500889
11189
20362
12612
507623
11677
01-03
9405760

INUR Nº 057/012/230294

ECONOMIA INTERNACIONAL

- A OEA e a questão da pobreza na AMÉRICA LATINA e no CARIBE.

A Assembléia Geral Extraordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA) — programada para os dias 17, 18 e 19 Fev 94, na CIDADE DO MÉXICO — reiniciou a discussão de fórmulas para combater a pobreza na AMÉRICA LATINA e no CARIBE, incluindo avaliações sobre o papel daquele Organismo no desenvolvimento regional e a prioridade na cooperação econômica interamericana.

De acordo com a OEA, o número de pessoas em estado de pobreza absoluta aumentou de 120 milhões, em 1980, para 270 milhões em 1990, após uma década de políticas econômicas de livre mercado em todo o hemisfério. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) revela que, no mesmo período, o PIB da região teve um crescimento negativo de 1,1%, contra 3,3% na década anterior. Além disso, de 1983 a 1992, a dívida externa total passou de US$ 361,4 bilhões para US$ 446,6 bilhões, mantendo sempre um valor médio anual equivalente a 48% do PIB, ou seja, aproximadamente US$ 50 bilhões.

A luta integrada contra a marginalização sócio-econômica vem-se desenvolvendo desde 1970, sendo que à época boa parte dos países latino-americanos era dominada por regimes militares. Em 1991, o tema ganhou novo impulso, quando a maioria dos governos civis já adotava orientações econômicas de livre mercado. Desde então, os esforços contra a pobreza passaram a vincular-se à defesa da democracia, ao desenvolvimento com justiça social e à própria reformulação organizacional da OEA, criando o Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral.

O encontro cresce de importância no contexto latino-americano pela oportunidade de debater formas integradas de ação em relação ao problema, considerando-se os avanços macroeconômicos alcançados pela maioria dos países da região. Ademais, ganha realce no momento em que grande parte dos governos da AMÉRICA LATINA enfrenta problemas para equacionar as demandas sociais e há necessidade de ações concretas com o objetivo de modernizar as economias regionais e buscar maior inserção da região na economia mundial.

- Contencioso comercial entre os EUA e o JAPÃO. Perspectivas.

As negociações entre os EUA e o JAPÃO, para que este amplie a abertura de seu mercado para os produtos norte-americanos, notadamente automóveis, autopeças, telecomunicações, equipamentos médicos e mercado de seguros, chegou a um impasse. Isso se deve à recusa do Primeiro-Ministro nipônico, MORIHIRO HOSOKAWA, à proposta norte-americana de definir indicadores numéricos para mensurar os progressos realizados na abertura do mercado japonês.

O Governo dos EUA considera inaceitável o superávit

japonês no comércio bilateral — em torno dos US$ 60 bilhões em 93 — e prometeu represálias, com o intuito de forçar aquele país a sair da retórica e adotar medidas concretas para a abertura do mercado.

A primeira delas é a de iniciar um processo que poderá resultar na adoção, em meados de Mar 94, de sanções comerciais contra os japoneses. A acusação é de que os nipônicos violaram um acordo de 1989 sobre a abertura do mercado aos fabricantes norte-americanos de telefones celulares, um item, aliás, não incluído nas negociações em curso.

Objetivando reduzir a tensão com os EUA, o Secretário-Geral do Governo japonês, MASAYOSHI TAKEMURA, anunciou a implantação, nos próximos dias, de medidas de emergência para abrir seus mercados e reduzir seu excedente comercial, o qual, em Jan 94, voltou a apresentar um aumento de US$ 6,1 bilhões. Elas englobariam a promoção às importações, a livre concorrência, a abertura dos mercados estatais e a liberalização da economia. O projeto foi elaborado nos ministérios do Comércio Exterior, das Finanças e das Relações Exteriores, e, em geral, atende aos objetivos norte-americanos. Ademais, está prevista a convocação de uma sessão especial do Gabinete japonês, com a finalidade de apreciar tais propostas antes da reunião dos ministros de Finanças das sete grandes potências industrializadas (G-7), prevista para 26 Fev, na ALEMANHA.

A despeito do aparente endurecimento, pressupõe-se pouco provável a ocorrência de represálias econômico-comerciais contra o JAPÃO. Isso porque os reflexos em âmbito econômico-financeiro mundial e mesmo nos EUA, influenciariam de forma negativa o próprio processo de recuperação econômica estadunidense, hoje tema de fundamental importância para a Administração CLINTON.

Em contrapartida, a delicada situação econômica japonesa e a aparente instabilidade política do Gabinete de HOSOKAWA abrem perspectivas favoráveis para a promoção de algumas medidas de abertura de seu mercado, porém conduzidas de forma lenta e pragmática pelas autoridades nipônicas.

* * *

03-03 9405760

Nº DOCUMENTO 9405761
TÍTULO Resoluções de Assem. Geral. Ext. de la OEA. Aspectos relevantes.
PROCEDENCIA 20362.
FECHA 03-03-94
VINCULACIÓN 20362.
11189
5000889
12612
507623
11677

01-02 9405761

INUR Nº 069/012/030394

ECONOMIA INTERNACIONAL

- **Resoluções da Assembléia-Geral Extraordinária da OEA. Aspectos relevantes.**

Ao final das reuniões da Assembléia-Geral Extraordinária da OEA, realizada no MÉXICO, em 17 e 18 Fev 94, foram aprovadas duas resoluções: **"compromisso para impulsionar a cooperação solidária e a superação da pobreza"** e **"marco de política geral e prioridades da cooperação para o desenvolvimento"**. A primeira resolução contém onze pontos, com destaque para o aumento do crédito à AMÉRICA LATINA, direitos humanos, paz e segurança no continente e cooperação para o desenvolvimento. A segunda resolução recomenda à OEA reorientar suas atividades na matéria, para a região obter um desenvolvimento integral, o que significa um crescimento sustentado com eqüidade nos campos econômico, social, educacional, cultural, científico e tecnológico. Foram também discutidos os conflitos armados locais, como os ocorridos na COLÔMBIA, na GUATEMALA e no Sul do MÉXICO.

Todavia, mais uma vez, parece que a OEA não aproveitou convenientemente o momento político regional e internacional para buscar uma posição mais pragmática em relação às questões abordadas, prevalecendo as discussões retóricas e um comunicado final, cuja contribuição para o equacionamento do problema não tende a ser significativa.

A impressão é de terem prevalecido, nos encontros e reuniões informais, as negociações em torno da sucessão do atual Secretário-Geral da Organização, prevista para Jun 94, onde os candidatos com maiores chances de eleição são o Presidente da COLÔMBIA, CESAR GAVIRIA, e o ministro das Relações Exteriores da COSTA RICA, BERND NIEHAUS.

* * *

Nº. DOCUMENTO 9405762
TITULO MENEM condecorado con premio Interamericano
PROCEDEN 150095
FECHA 2/3/94
VINCUL 500888
66960

Premio de la OEA LN 2/3

WASHINGTON (AFP).- El presidente argentino, Carlos Menem, será condecorado el 17 de este mes con el Premio Interamericano al Liderazgo 1994, anunció la OEA. El premio le será entregado a Menem por el Secretario General del organismo continental, Joao Baena Soares, en reconocimiento a su liderzago en la democracia, los derechos humanos y el libre comercio en el hemisferio.

ENTRADO
CRUZ
9405762

C1-01

Nº DOCUMENTO 9405763
TÍT OEA patrocinará Conf. en México por tráfico de menores.
PROC 150023
FE 3/3/94
V 508289
507683
11046

La OEA estudia medidas internacionales contra el tráfico de menores

Rep. 3/3

Washington (AFP)

■ La Organización de Estados Americanos (OEA) patrocinará dentro de dos semanas una conferencia en México para considerar medidas legales internacionales encaminadas a prevenir y sancionar el tráfico de menores en las Américas.

Un comunicado de la entidad informó que la quinta Conferencia Interamericana sobre Derecho Internacional Privado (Cidip-V), a celebrarse del 14 al 21 del corriente, se dedicará en parte al tema.

"El tráfico de menores con propósitos ilícitos es una actividad intolerable que, extendiéndose más allá de las fronteras de un estado, requiere instrumentos internacionales —hoy carentes— que lo impidan", señala un documento preparatorio de la Cidip-V.

México presentó ante el Consejo Permanente de la OEA un proyecto de Convención Interamericana sobre los aspectos penales de la sustracción, retención ilegal y tráfico de menores.

El Instituto Interamericano del Niño, organismo especializado de la OEA, presentó por su parte un proyecto similar y ambos documentos serán considerados en la reunión de México, según un comunicado de la OEA.

Otros temas que considerará la conferencia de México son la ley aplicable a la contratación internacional y aspectos jurídicos de derecho internacional privado tocantes a los contratos de transferencia de tecnología.

ENTRADO
CRUZ

9405763

01-01

Nº DOCUMENTO 9405764
TITULO Inf. de OEA sobre personas revistando en ejércitos americanos
PROC 150023
FE 17/3/93
VI 500889
30044
66960

Según un informe de la OEA hay tres millones de personas revistando en los ejércitos americanos, generando gastos cercanos a los U$S 300 mil millones al año

América en armas



Casi tres millones de personas revistan en los ejércitos de América según un informe de la OEA.

Buenos Aires (ANSA)

■ Expertos y militares de los países miembros de la Organización de Estados Americanos (OEA) siguieron debatiendo ayer en Argentina la aplicación de un nuevo modelo de seguridad regional a la luz de la pos Guerra Fría.

Las deliberaciones, abiertas el lunes, se centraron en los ejemplos de integración de Colombia con sus vecinos, de Argentina con Chile, del Mercosur y de los Estados Unidos de Europa. La reunión había sido concertada en noviembre, en Washington, por la Comisión Especial de Seguridad Hemisférica de la OEA, que preside el argentino Hernán Patiño Mayer.

En la XXIII Asamblea General de la OEA, celebrada en Managua, se había aprobado una resolución especial que convocó a expertos y militares americanos para analizar la situación de la región en "la nueva realidad internacional de la pos Guerra Fría". A la Reunión de los Expertos sobre Medidas para el Fortalecimiento de la Confianza Mutua y Mecanismos de Seguridad de la Región asisten viceministros, vicecancilleres y oficiales militares de los países miembros de la OEA. Anoche, se esperaba en Buenos Aires, para participar de la reunión, que concluirá mañana, al secretario general de la OEA, el brasileño Joao Baena Soares.

LAS CIFRAS DEL ARMAMENTISMO

En el continente americano, más de tres millones de personas revistan en el Ejército, la Marina o la Aviación y, de ellos, más de la mitad sirven bajo la bandera de Estados Unidos.

Sobre un total estimado de 703.944.000 habitantes, América tiene 3.029.420 hombres bajo las armas, de los que un 57 ***por ciento (1.729 700) revistan*** en las fuerzas armadas de Estados Unidos.

En Latinoamérica, el contingente más numeroso —296.700 hombres— pertenece a las fuerzas armadas brasileñas, en tanto que el más pequeño, de apenas 660 militares, es de Bélice.

Las cifras aparecen en un informe presentado por la Secretaría General de la Organización de los Estados Unidos (OEA) a la reunión de expertos sobre medidas de confianza y mecanismos de seguridad en la reunión que se celebra en esta ciudad. El informe no incluye información sobre Cuba, expulsada de la OEA en 1962.

El informe comprende 27 países del continente americano e incluye datos preliminares sobre gastos militares, la composición de las fuerzas armadas y el comercio de armas. Ha sido elaborado en base a información recopilada de la ONU, el International Institute for Estrategic Studies, World Military and Social Expenditures (1993) y US Arms Control and Disarmament Agency **(1990).**

En materia de gastos militares, las cifras están referidas a 1990. Ese año, los gastos en compra de armas en el continente ascendieron a 295.190 millones de dólares, de los que 283.305 millones correspondieron a América del Norte (Estados Unidos y Canadá), cifra que representaba el 5.3 por ciento del Producto Nacional Bruto de la región.

Los gastos mayores obviamente, corresponden a Estados Unidos, con 274.316 millones de dólares (5,6 por ciento del PNB, estimado en 4.872.404 billones), en tanto que los gastos de Canadá en armas llegaron a 8.989 millones (2,1 por ciento del PNB).

Los restantes 25 países, de América Latina y Caribe, gastaron en cambio 10.885 millones de dólares, equivalentes al 1,7 por ciento del Producto Nacional Bruto regional, estimado entonces en 693.452 millones de dólares.

Los gastos mayores correspondieron a Brasil, con 4.752 millones de dólares (1,7 por ciento del PNB) y los menores a Guyana, con 5 millones (1,7 por ciento del PNB).

De acuerdo al informe, los gastos de Estados Unidos en armas representaron el porcentaje mayor en relación a su PNB (5,6 por ciento). En América Latina, el porcentaje mayor correspondió a Nicaragua, que destinó en 1990 el nueve por ciento de su PNB a gastos militares. En contraposición, en cambio, Costa Rica y México destinaron sólo el 0,4 por ciento.

El informe sobre transferencias de armas indica que entre 1985 y 1989 el principal proveedor fue la Unión Soviética, seguido por Estados Unidos, Francia, Oriente Medio y Alemania Oriental.

Gastos militares de América, por país, en 1990

País	Población (miles)	FFAA (miles)	PNB (mill. U$S)	Gastos (mill. U$S)	Militares (pcl. PNB)
EEUU	249.975	2.118	4.872.404	274.316	5,6
Canadá	26.522	90	428.067	8.989	2,1
Argentina	32.293	75	69.882	1.796	2,6
Barbados	257	———	1.552	9	0,6
Bolivia	7.171	28	4.479	119	2,7
Brasil	150.368	324	276.289	4.752	1,7
Chile	13.173	96	21.428	446	[illegible]
Colombia	32.345	136	38.666	406	[illegible]
C. Rica	2.807	———	4.912	20	0,4
Ecuador	10.284	58	11.128	226	2,0
Salvador	5.213	45	4.597	132	2,9
Guatemala	9.197	43	7.719	96	1,2
Guyana	798	2	277	5	1,7
Haití	6.472	7	2.097	29	1,4
Honduras	5.105	[illegible]	4.228	306	7,2
Jamaica	2.420	3	2.907	26	0,9
México	86.154	148	148.068	637	0,4
Nicaragua	3.853	74	2.600	234	9,0
Panamá	2.418	1	4.250	118	2,8
Paraguay	4.314	16	4.277	53	1,3
Perú	21.663	120	20.599	226	1,1
Dominicana	7.074	23	4.911	29	0,6
T. Tobago	1.236	3	4.025	60	1,5
Uruguay	3.094	25	7.135	180	2,5
Venezuela	19.735	71	47.526	977	2,1

Ficha del personal militar de los países americanos

Países	En actividad	En reserva
Argentina	70.800	377.000
Bahamas	850	———
Bélice	660	———
Bolivia	33.500	———
Brasil	296.700	1.740.000
Canadá	78.100	113.400
Chile	91.800	50.000
Colombia	140.000	116.900
Costa Rica	———	———
Ecuador	58.000	100.000
El Salvador	31.120	———
Estados Unidos	1.729.700	1.314.600
Guatemala	43.900	35.200
Guyana	1.700	3.000
Haití	7.400	———
Honduras	16.800	60.000
Jamaica	3.000	———
México	175.000	300.000
Nicaragua	15.200	———
Panamá	———	———
Paraguay	16.500	45.000
Perú	115.000	188.000
Dominicana	23.200	———
Surinam	1.790	———
Trinidad y Tobago	2.000	———
Uruguay	24.700	———
Venezuela	52.200	8.000
Total	3.029.420	4.451.100

ENTRADO
CRUZ

Nº. DOCUMENTO 9405765
TITULO Entrevista a Baena Soares en Bs. As.
PROC. 150025
FECHA 19/3/94
VINCUL. 501889 66960

Entrevista de LA NACION con Baena Soares

La extrema pobreza inquieta a la OEA

LN 19/3

Prioridades: el visitante se pronunció por la revisión del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca y estimó necesario el reintegro de Cuba a la entidad que dirige.

Próximo ya a abandonar la presidencia de la OEA, cargo que ocupó durante los últimos 10 años, el embajador Joao Baena Soares expresó en un diálogo con LA NACION su preocupación ante la extrema pobreza que afecta a amplios sectores de los pueblos latinoamericanos.

De visita en Buenos Aires, donde se acaba de reunir con el presidente Carlos Menem, estimó necesario considerar el reintegro de Cuba a la organización y afirmó que la cuestión de Haití sólo tendrá solución cuando los sectores empresarios de ese país se pongan de acuerdo con los militares.

También se mostró partidario de rever el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR).

¿Medidas directas?

– ¿Se puede afirmar que hay distintas tendencias en la OEA sobre la necesidad de adoptar medidas directas en países cuya democracia sea violentada?

– Actualmente la preocupación por los temas de seguridad es de todos los países. Pero hay diferencias en cuanto a cómo se visualiza la acción de la OEA en esta materia. Algunos insisten en que cualquier acción de la organización debe estar presidida por el principio de no intervención. Otros opinan que es posible llegar a la reformulación de los textos y alcanzar un consenso que abarque todas las opiniones.

Una expresión de esa preocupación es la reunión que se está desarrollando aquí sobre confianza mutua a nivel de expertos y sobre la cual luego opinarán los gobiernos.

– Todo este movimiento ¿podría llevar a una revisión del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR)?

– Mi opinión es que si la OEA en estos diez años modificó su carta tres veces, también es necesario rever el tratado que fue firmado en circunstancias distintas de las actuales. Si hay circunstancias nuevas hay que dar respuestas nuevas. Yo no creo en la eficacia de las interpretaciones creativas en lo que se refiere a los textos de acuerdos internacionales.

"Consideración informal"

– ¿Estima usted que la readmisión de Cuba podría definirse durante la gestión del próximo secretario general?

– Cuba es un país de este hemisferio; la OEA es un organismo de este hemisferio y los años 90 no son los años 70. Yo creo que es necesario considerar el tema.

La cuestión de Cuba no está en la agenda de la Asamblea General ni en la agenda del Consejo Permanente, pero hay una consideración informal del tema en los pasillos de la organización.

> **Balance**
>
> "Haber podido participar en la construcción de la democracia en este hemisferio es la mayor compensación que me voy a llevar de la OEA. Por otro lado, considero necesario hacer muchos cambios en el terreno presupuestario y tampoco he logrado hacer una propuesta de reorganización de la carrera de nuestros funcionarios", dijo Baena Soares a modo de balance de su gestión.



"Hay que enfrentar las desigualdades sociales" (Foto de Carlos Fraga)

– ¿Qué es lo que se recoge en esos pasillos?

– Bueno, se puede decir que aquí también hay dos tendencias. Algunos gobiernos piensan que es el momento de rever la decisión ya adoptada; otros están en posición contraria porque dicen que primero se debe registrar una evolución interna en Cuba.

También debemos recordar que el gobierno cubano fue suspendido de la actividad de la organización, pero el Estado cubano sigue siendo miembro de la OEA. Esto no es una cuestión meramente semántica, sino que tiene aspectos jurídicos muy importantes.

– ¿Cuál es la posición de Estados Unidos?

– Está entre los que manifiestan la necesidad de un cambio interno en Cuba antes de reconsiderar la situación.

– En cuanto a la situación de Haití ¿cuál cree usted que es la salida?

– Hace mucho tiempo que estoy con este asunto y ya vi la película varias veces. La solución está en enfrentar las causas que provocaron el golpe militar. Es decir, la interacción de algunos representantes del sector privado con los militares. Mientras no se corte ese cordón umbilical no habrá solución.

Además, hay que cumplir lo que se decide. Hubo tres acuerdos entre los haitianos y cinco resoluciones entre los cancilleres. Pero hubo una falta de cumplimiento integral de las decisiones de la OEA.

– Desde su posición casi privilegiada para observar el panorama latinoamericano, ¿cuál es el principal problema que aqueja a estos países?

– Tenemos la persistencia de la extrema pobreza que todos debemos solidariamente enfrentar. La brecha entre los que tienen mucho y los que no tienen nada, y la desigualdad de oportunidades creo que son las cuestiones que deben ser enfrentadas para consolidar las democracias. Esa es la visión humanista de la OEA cuando habla de desarrollo integral de los pueblos, no sólo de desarrollo económico.

Por otro lado debo decir que observo en los gobiernos una conciencia creciente de este problema y una voluntad política de enfrentarlo ordenadamente.

Alfredo Vega

9405765

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405766
TITULO Baena Soares cree necesario reintegro de Cuba a la OEA.
PROCEDENCIA 150014
FECHA 20/3/94
VINCUL 500864
Cuba - 65671

Cuba sigue siendo miembro de la organización continental

BAENA SOARES : QUE CUBA REINGRESE A LA OEA

20/3 L.J.

El secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), el brasileño Joao Baena Soares, cree necesario considerar el reintegro de Cuba en ese organismo.

"La OEA es un organismo de este hemisferio" y "los años noventa no son los setenta", dijo Baena Soares respecto al caso cubano en unas declaraciones al diario bonaerense "La Nación".

"La cuestión de Cuba no está en la agenda de la Asamblea General ni en la del Consejo Permanente, pero hay una consideración informal del tema en los pasillos de la organización", agregó.

"Algunos gobiernos -explicó- piensan que es el momento de revisar la decisión ya adoptada, otros están en posición contraria porque dicen que primero se debe registrar una evolución interna en Cuba, como es el caso de Estados Unidos".

El Gobierno cubano fue suspendido de la actividad de la OEA pero el Estado cubano sigue siendo miembro de la organización, puntualizó el diplomático brasileño, quien añadió que esto no es una cuestión meramente semántica, sino que tiene aspectos jurídicos muy importantes.

Por otra parte, respecto a la crisis de Haití, Baena Soares afirmó que sólo tendrá una salida cuando los sectores empresariales de ese país se pongan de acuerdo con los militares.

En tal sentido precisó que la solución del problema radica en "enfrentar las causas que provocaron el golpe militar, es decir, la interacción de algunos representantes del sector privado con los militares. Mientras no se corte ese cordón umbilical, no habrá solución".

El secretario general de la OEA participó ayer viernes en la ceremonia de clausura en la reunión de expertos americanos en asuntos de seguridad que se llevó a cabo en Buenos Aires entre los pasados días 15 y 18.

9405766

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405767
TITULO Baena Soares no cree necesaria creación de "ejército de la OEA"
PROCEDENCIA Iscr/5
FECHA 24/3/94
VINCULO 500881

Baena Soares no cree necesaria la creación de "ejército de la OEA"

El Secretario General de la Organización de los Estados Americanos (OEA) consideró que sería un error dotar al organismo de una fuerza militar para acciones intrusivas.

WASHINGTON /ANSA

"No creo que nuestra organización debiera tener una fuerza militar. Creo que debe continuar siendo un foro político y diplomático", declaró Joao Baena Soares, orador de un almuerzo en el Club Nacional de Prensa.

Baena, quien termina en junio 10 años de mandato al frente de la organización, subrayó la importancia de que la OEA concentre sus esfuerzos en la resolución pacífica de conflictos.

La crisis en Haití desatada con el derrocamiento del Presidente Jean Bertrand Aristide, en setiembre de 1991, alentó una posición agresiva de algunas Cancillerías que avanzaban la idea de conferir poderes de intervención a la OEA, comparables a los que tiene Naciones Unidas.

Baena rechazó la idea de que la OEA fracasó en la resolución de la crisis haitiana y observó que el conflicto continúa 15 meses después de la intervención del Consejo de Seguridad de la ONU.

Dijo también que los mecanismos de defensa de la democracia aprobados en la llamada Declaración de Santiago han tenido efecto positivo sobre las crisis sucedidas en Haití, Perú y Guatemala.

"Algunos quieren llevar puntuación como si fuesen partidos de fútbol y creen que se ganó en Guatemala, se empató en Perú y se perdió en Haití... Esas son situaciones políticas que requieren soluciones políticas", observó Baena.

"Si aún tenemos un problema en Haití, debe darse crédito a la OEA... Hace años, simplemente se hubiese aceptado el golpe de Estado", agregó.

El diplomático brasileño no quiso aventurar un pronóstico sobre su sucesor, que será elegido el próximo domingo en Washington.

El Presidente colombiano, César Gaviria, y el Ministro de Relaciones exteriores de Costa Rica, Bernd Niehaus, están trabados en intensa disputa en la búsqueda de la mayoría necesaria de 18 votos entre los 34 países miembro.

Baena indicó que la definición de la interrelación con la ONU, temas comerciales, un nuevo esquema de seguridad y la continua protección de democracia y derechos humanos son los desafíos que aguardan al próximo Secretario General.

En relación a Cuba, miembro suspendido de la OEA, Baena opinó que es hora de que los países debatan la cuestión e indicó: "Los noventa no son los años sesenta".

9405767.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405768
TITULO Arg. ratificó en OEA su compromiso con la democracia.
PROCEDENCIA 1500/5
FECHA 29/3/94
VINCULO 500663
66960

Ratificación argentina

La Argentina ratificó en la OEA su compromiso con la democracia y subrayó que los regímenes democráticos en la región favorecen la solidaridad hemisférica.

"La democracia es lo que nos hace iguales, lo que ha dado vida a la OEA", dijo el canciller Guido Di Tella al depositar en la OEA la ratificación al Protocolo de Washington, de 1992, que introduce reformas en la carta, entre las que se halla la posibilidad de suspender a un miembro cuyo gobierno democráticamente constituido sea derrocado por la fuerza.

Di Tella entregó el documento al secretario ganeral de la OEA saliente, Joao Baena Soares, quien señaló la importancia de la jornada vivida en la OEA con la elección del nuevo titular, César Gaviria.

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9405768

Nº DOCUMENTO 9405769
Elección de nuevo Secretario de la OEA
150090
3-3-94
500889
65592
11078

Una lista con demasiados nombres para conducir la OEA

por Carlos Bañales Mariño
corresponsal de El Observador en EEUU

OBS. 3-3-94

DENTRO DE POCAS semanas se reunirán los cancilleres americanos para proceder a la elección de nuevo secretario general para la Organización de los Estados Americanos, al término de mandato del actual funcionario, embajador Joao Baena Soares, de Brasil.

En cada oportunidad de este "ritual" las especulaciones acerca del nuevo titular para el más alto cargo en el sistema regional son muchas, muy variadas y a veces muy complejas.

Desde hace meses se han venido barajando nombres, personalidades y posibilidades, y si esto ha ocurrido a niveles visibles para la mayoría de los observadores, detrás de los telones, detrás de conversaciones variadas y de presiones cada vez más reales, las cosas han dado la pauta de que este año la elección habrá de ser reñida, y el resultado producto de variadísimas circunstancias.

Para comenzar cabe señalar que la lista de candidatos fue aumentando y cambiando con el correr de las semanas y por distintas eventualidades ocurridas en los países socios del sistema.

Sin hacer la lista en un orden cronológico sino simplemente informativo, son de mencionar los nombres de: Ernest Niehaus, canciller de Costa Rica, Carlos Iturralde, de Bolivia, Miguel Angel Burelli Rivas, ahora ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, Dante Caputo, ex canciller de Argentina, y últimamente César Gaviria, presidente de Colombia.

Esta es simplemente una lista de nombres que se insinuaron, se mencionaron más firmemente, entraron y algunos aún quedan en la lista, pero de ninguna forma, hoy por hoy, puede señalarse a uno de ellos como seguro secretario.

Si se rehace el andar, quedaron fuera de posibilidades el argentino Caputo, mencionado en su momento tomando como base lo que era una gestión entonces exitosa en el conflicto interno en Haití, pero el punto de partida se esfumó y la candidatura nunca se concretó. El boliviano Iturralde, un intento por acceder a la Secretaría desde un país menos activo en relaciones regionales, quedó fuera de la puja por falta de apoyo. Burelli Rivas, incorporado oficialmente por Venezuela a la lista de candidatos antes de ser canciller, anunció que contaba con los votos necesarios para acceder al cargo. Poco después del anuncio, con el nuevo gobierno de Venezuela, fue designado canciller para estar en la competencia a la altura del candidato costarricense. Pero para ese tiempo, este último comenzó a cuestionar los votos comprometidos. Además un cambio de gobierno en su propio país también será de contar en el momento oportuno.

Niehaus, canciller de Costa Rica, desde hace años viene trabajando su candidatura bastante y comprometió en ese andar los votos de los países centroamericanos y del Caribe. Algunos de esos votos últimamente han abandonado el compromiso, inclinándose por otros candidatos.

Y finalmente, el último llegado, Gaviria.

Apenas anunciaba su candidatura, Venezuela reclamó la existencia de un compromiso de caballeros en el sentido de que ningún país que hubiera ocupado la Secretaría General una vez, se postularía para otro período.

En realidad, nunca existió escrito y concedido tal compromiso, y si alguna vez fue un acuerdo de caballeros, no pasó de ahí en un tiempo en que había caballeros.

Otro argumento que se ha aducido es que Gaviria será presidente de Colombia en el tiempo en que debiera, de triunfar en la elección, asumir el cargo de secretario general.

Pero aquí llegó una solución salvadora, patrocinada por Brasil, jurídicamente muy cuestionable, y que consiste en que el actual subsecretario general ejerza interinamente el cargo hasta la disponibilidad de Gaviria, al término de su presidencia.

Simplemente, que el rompecabezas está planteado y la pregunta es: ¿que ocurriría si la elección fuera hoy?

De acuerdo a lo que se dice, Argentina, Chile, Uruguay, México, Estados Unidos, Canadá, Colombia, Ecuador, Brasil, Perú y Bolivia votarían por Gaviria. Los países centroamericanos y del Caribe votarían por Niehaus. ¿Venezuela...?

Estados Unidos se ha volcado con todas sus gestiones a favor de Gaviria. Pero todo esto es teoría para la primera votación. Si esta no es la definitiva, ¿qué vuelco darán los compromisos?

Hay otro perfil de la historia que se ha querido usar, pero que no ha tenido mayor andamiento y es aquel en el cual se buscó presentar la situación como un enfrentamiento de un bloque de países pequeños contra el bloque de los poderosos.

Todos los que seguimos el paso de este juego nos formulamos preguntas, aquí en Washington y en todas las capitales americanas.

Canadá, último socio de la entidad que está interesado en participar en su quehacer, ¿hasta dónde se compromete en esta oportunidad? ■

01 - 09
9405769

En la recta final por la Secretaria de la OEA

NIEHAUS AFIRMA QUE GANARA

Jun 9/3

El canciller de Costa Rica, Bernd Niehaus, dijo ayer, martes, que ganará la Secretaría General de la Organización de Estados Americanos (OEA) si no se ejercen presiones sobre sobre los países que le apoyan, y aseguró que si esto ocurre el «gran perdedor» será el sistema interamericano.

Casi tres años después de presentar su candidatura, Niehaus insistió en que se mantiene intacto el bloque de 22 países que le apoyan, cuatro más de los votos que requiere para alcanzar la Secretaría General en la Asamblea General Extraordinaria que se celebrará en Washington el 27 de marzo.

«Está muy claro que vamos a ganar si no existen presiones, que estoy seguro no se van a dar», declaró Niehaus, pese a la intensa campaña que desarrolla el presidente colombiano, César Gaviria, apoyado por Estados Unidos y otros países considerados «grandes» del continente, como Canadá, México y Argentina. «Si se dieran presiones (de Estados Unidos) y no consiguiéramos la elección, el gran perdedor sería el sistema interamericano», opinó Niehaus.

Además de Gaviria y Niehaus, aspira a la secretaría general de la Organización de Estados Americanos (OEA) el canciller venezolano, Miguel Angel Burelli, quien cuenta con el voto de su país y Haití, según fuentes diplomáticas, mientras que Brasil y Uruguay aún no se han definido.

Las «cartas ya están echadas» y sólo falta esperar la fecha de la elección, dijo.

Estados Unidos se ha opuesto al diplomático costarricense por considerar que la OEA requiere ahora un secretario general con renombre continental, requisitos que considera reúne Gaviria, que dejará el poder en agosto próximo.

Niehaus dijo que no comparte esta visión de Estados Unidos, nunca esgrimida ante una elección de este tipo, y recordó cuando un ex presidente de Costa Rica, Otilio Ulate, perdió en 1954 la elección ante un diplomático chileno, con el voto de Washington.

«Dos veces canciller y 20 años de profesor universitario de derecho internacional es una buena carta credencial para ejercer la secretaría general de la OEA», subrayó.

Señaló que posiblemente Estados Unidos no le apoya porque teme que se forme un bloque de países pequeños que puedan manejar el sistema interamericano a su antojo al tener mayoría de votos, lo cual descartó. (efe)

9405769

Venezuela Retiraría su Candidatura a la Secretaría de la OEA

CARACAS, 16 (AP). — El canciller de Venezuela, Miguel Angel Burelli, afirmó hoy que el apoyo de Estados Unidos a la candidatura del presidente colombiano César Gaviria para dirigir la OEA, fue como una "aplanadora" que barrió con sus propias aspiraciones y las del canciller costarricense, Bernd Niehaus.

Burelli y Niehaus eran los únicos candidatos oficiales a la secretaría general de la Organización de Estados Americanos, hasta que surgió la candidatura de Gaviria a comienzos de año, con el apoyo abierto de Estados Unidos, al que se unieron Argentina, México, Brasil y Perú.

La elección del nuevo líder de la OEA, que reemplazará al actual secretario general, el brasileño Joao Baena Soares, se efectuará en Washington el 27 de este mes.

Burelli, en una conferencia de prensa, insinuó que podría abandonar su candidatura para apoyar la de Niehaus en un aparente esfuerzo por frenar la del presidente colombiano.

Con la candidatura colombiana, que Gaviria aceptó en febrero pasado, "nos cayó la aplanadora", dijo Burelli. Cuando Estados Unidos apoyó a Gaviria, un jefe de estado en ejercicio, "barrió a Niehaus, barrió a Burelli".

Agregó que habría que pedir explicaciones de "Estados Unidos (sobre) su decisión de postular a Gaviria".

Sin embargo declaró que ante la inminente elección, el 27 de marzo, la situación de los votos, "es muy fluida y cualquier cosa puede pasar".

Burelli, de 72 años, presentó en agosto pasado su postulación al máximo cargo ejecutivo del organismo de 32 miembros.

Dijo que en caso de un eventual retiro venezolano antes de la votación o después de una primera vuelta en la elección, Venezuela "apoyaría a un país que no haya tenido el cargo..." rechazando tácitamente un voto favorable a la postulación de Gaviria Trujillo.

Colombia ya ocupó la secretaría de la OEA en 1948.

Burelli dijo que Lleras contó con el voto venezolano.

"La regla de oro en la diplomacia es la reciprocidad", dijo.

Indicó que votar por otro candidato que no fuera el colombiano no afectaría las relaciones bilaterales con la vecina nación.

"Nuestras relaciones con Colombia son la primera prioridad y el interés nuestro es que sean óptimas".

Pero dijo que Venezuela ha "ayudado a todos los países con votos, con amistad, con cooperación y nunca hemos reclamado nada".

03

9405769.

Se vota mañana en Washington

Aspera puja en la OEA por la Secretaría General

Por Fernán Saguier
(Corresponsal de LA NACION en Washington)

4/ 26/3

Postulantes: los más firmes para suceder al actual jefe de la organización, Joao Baena Soares, son el presidente colombiano, César Gaviria, y el canciller costarricense, Bernd H. Nihaus.

WASHINGTON.– La vigésima-primera Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), que se realizará mañana en esta capital, promete este año apartarse de los discursos de rigor para protagonizar una disputada contienda en la elección del nuevo secretario general del organismo para los próximos cinco años.

Dos son los aspirantes a suceder al conductor actual, el brasileño Joao Baena Soares: el presidente de Colombia, César Gaviria, y el ministro de Relaciones Exteriores de Costa Rica, Bernd H. Nihaus. También se presentó el canciller venezolano, Miguel Burelli Rivas, pero se retiró a último momento al advertir que no contaba con mayores chances.

Según fuentes diplomáticas, el resultado de la votación se presenta incierto mientras que ambos bandos proclaman hallarse cerca de la mitad más uno de los votos de los treinta y cuatro Estados miembros, requisito indispensable para imponerse.

Pero, más allá de las conjeturas numéricas, lo verdaderamente interesante de este recambio en la OEA lo constituye la maraña de lobbies, contramarchas y resentimientos elucubrados en secreto con vistas a la reunión del fin de semana.

Se sabe que, desde el martes, la canciller colombiana, Noemí Sanín de Rubio, opera intensamente en Washington en procura de ganar los votos de un par de países caribeños. Al mismo tiempo, funcionarios del gobierno costarricense transpiran para mantener la cohesión de las siete naciones de América Central y de las trece del Caribe en favor de su postulante.

Si logran su propósito, Nihaus obtendrá la mayoría y accederá al cargo. Pero, según las fuentes consultadas, en este momento existe la impresión de que algunos de sus miembros mantienen profundas discrepancias hacia su figura, entre ellos Antigua, Barbuda, Dominica y Surinam.

Entre los reparos que se le atribuyen, se menciona su personalidad un tanto volátil y el hecho de representar a un gobierno recientemente perdedor en las elecciones en su país. Objetan, además, que el puesto de secretario general sea ocupado por el candidato de un conjunto de naciones cuya población total –de 34,8 millones de habitantes– no supera a la de Colombia.

Por el contrario, la figura de Gaviria no ofrece flancos débiles, destacándose por su rica experiencia y su condición de político probado.

Al recorrer los pasillos del organismo de diálogo hemisférico se barajan las más variadas especulaciones. Por ejemplo, cabe la posibilidad de que el Caribe negocie en secreto la adhesión de Nihaus a cambio de que éste no se postule a una reelección y le allane el camino a un representante de las islas.

La puja entre naciones "grandes y chicas", como la presentan algunos medios norteamericanos, en realidad no es tal. Chile, por ejemplo, respalda a Nihaus, Ecuador se mantiene aún indeciso y el voto venezolano quedó libre sólo anteayer.

Un ecuatoriano (Galo Plaza), un argentino (Alejandro Orfila) y el brasileño Baena Soares fueron los últimos tres secretarios generales de la OEA, que jamás estuvo conducida por un representante centroamericano o del Caribe.

La Argentina, tras comprometer hace dos años su voto al canciller costarricense, modificó su posición al conocer el lanzamiento de Gaviria, contramarcha que disgustó al gobierno centroamericano y cuyas heridas sólo el tiempo podrá restañar.

En su momento, nuestros funcionarios adujeron que el cambio obedecía a la condición presidencial de Gaviria, factor que emergía como una diferencia incontestable para Nihaus. Además, consideran que su prestigio le dará a la OEA un liderazgo político y realce que no ha tenido hasta ahora.

"Gaviria es, junto con Carlos Menem y Patricio Aylwin, uno de los pocos presidentes de la región que están terminando exitosamente su mandato", justificó a LA NACION el embajador argentino ante la OEA, Hernán Patiño Mayer.

Si a lo ya expuesto se le suma el resentimiento hacia los Estados Unidos imperante entre las naciones pequeñas –que hasta hace poco consideraban un hecho su acceso a la conducción del organismo– por la poderosa presión norteamericana en favor de la candidatura de Gaviria, el panorama para el domingo se complica aún más.

La embajadora de los EE. UU., Harriett Babbitt, fue clara: "Sólo Gaviria puede aportarle a la OEA las cualidades necesarias para que ésta se convierta en una verdadera fuerza hemisférica".

Muchos interpretan estas palabras como una señal de que el Tío Sam quiere hacer trascender la labor del organismo más allá de los discursos de condena, para disponer de facultades punitivas que le permitan actuar con mayor rigor.

Aunque ésa es otra historia, que dependerá en buena medida de los protagonistas en cuestión. Pasado mañana, al caer la tarde sobre Washington (en el anochecer porteño), se sabrá quién se sale con la suya.

Caputo

WASHINGTON.– ¿Qué ocurrió finalmente con la anunciada candidatura del ex canciller argentino Dante Caputo para liderar la OEA?

Los analistas lo explican con una sola palabra: Haití.

Si el presidente Arístide hubiera retomado el mando el 30 de octubre último, Caputo habría recibido un espaldarazo político que lo lanzaba a la postulación con enormes posibilidades de éxito.

04

9405769

En asamblea dividida, el derrotado Niehaus acusó a EEUU de usar su "peso político"

Gaviria electo secretario de OEA por 20 a 14

Bogotá - El presidente de Colombia, César Gaviria, fue electo ayer secretario general de la Organización de Estados Americanos en una asamblea "amargamente dividida" por las acusaciones de que Estados Unidos había usado su peso político para negarle la designación a Bernd Niehaus, el canciller de Costa Rica.



Secretario electo de la OEA

Gaviria tomará posesión del cargo el 20 de junio en reemplazo del brasileño Joao Clemente Baena Soares

El resultado de la elección fue de 20 14 a favor de Gaviria, lo que indica una ruptura del frente formado por las 13 naciones de las Antillas inglesas, que inicialmente se habían comprometido a votar por Niehaus.

La elección fue secreta, pero sobre la base de las declaraciones oficiales se desprende que Gaviria recibió el voto de Colombia, Ecuador, México, Estados Unidos, Brasil, Argentina, Uruguay, Paraguay y Bolivia.

Los otros 11 pueden haber sido Perú, Canadá y Haití, que nunca se expresaron abiertamente, además de ocho votos de las Antillas inglesas.

Niehaus tenía el respaldo formal de Chile, Costa Rica, Venezuela, Panamá, República Dominicana, Guatemala, Honduras, Nicaragua, y El Salvador.

Posiblemente logró cinco votos en las Antillas inglesas.

Las críticas sobre la influencia estadounidense fueron tan severas que el propio secretario de Estado, Warren Christopher, salió al cruce de ellas para decir que Estados Unidos "tiene sólo un voto no obstante su tamaño, poder económico o número de habitantes. Nosotros respetamos la soberanía de cada miembro de la OEA y reconocemos los derechos y necesidades de cada uno de ellos".

El canciller de Venezuela, Miguel Angel Burelli Rivas, estaba ausente en razón del retiro de su candidatura, por lo que su país llamó oficialmente la falta de "independencia" de la asamblea.

Para el periódico The Washington Post, la asamblea se reunía "amargamente dividida".

El canciller chileno, Carlos Figueroa, fue electo presidente de la asamblea por una propuesta argentina secundada por México, y de inmediato pidió la "cooperación y la solidaridad americana" de todos los miembros de la OEA.

LOS VOTOS DE LA OEA

El siguiente cuadro es el resultado de la posible votación secreta de cada país para el cargo de secretario general de la OEA, en base a declaraciones oficiales.

	Gaviria 20	Niehaus 14
1.	Argentina	Chile
2.	Bolivia	Costa Rica
3.	Brasil	El Salvador
4.	Colombia	Guatemala
5.	Ecuador	Haití
6.	México	Honduras
7.	Paraguay	Nicaragua
8.	Perú	Panamá
9.	Uruguay	R. Dominicana
10.	Canadá	Venezuela
11.	EEUU	

Niehaus confirmó los informes privados de que Estados Unidos había usado una disputa entre los países "bananeros" para separar a Costa Rica de las naciones antillanas que le habían prometido su apoyo.

El Consejo de Asuntos Hemisféricos, una agrupación privada que se ocupa de las relaciones con América Latina, había dicho antes que "las presiones desarrolladas por Estados Unidos son sorprendentes".

El grupo formado por religiosos, legisladores, académicos y sindicalistas dijo que Estados Unidos "usó una disputa de los productores del banano para distanciar a Niehaus de los votos antillanos".

Ecuador es otro de los grandes exportadores de banana.

La canciller Noemí Sanín, que representa a Gaviria, dijo que "Estados Unidos es un miembro de la OEA y como tal tiene derecho a hacer su propia campaña. La crítica que se le hace es por demás grave pues infiere que los otros miembros de la OEA no son independientes".

Niehaus llegó con el apoyo formal de Ecuador, el mayor exportador sudamericano de banano, y los 13 países de las Antillas inglesas que viven mayormente del turismo y la exportación del fruto, pero reconoció que en los últimos días se había producido una erosión en su frente.

Ecuador retiró oficialmente el apoyo a Niehaus el viernes y el voto de las Antillas inglesas se volvió enigmático. ■ *(De la redacción de El Observador, en base a fuentes de AP)*

Gaviria   Lo Sol. 29/3/94

ASPIRA A PERIODO DE CINCO AÑOS

El presidente de Colombia, César Gaviria, elegido el domingo nuevo secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), afirmó ayer que sólo aspira a dirigir el organismo por un período de cinco años. Gaviria, en declaraciones al «Noticiero del Mediodía» de televisión, manifestó que únicamente desea ausentarse del país cinco años, lo que significa que, en principio, no pretende presentarse a una posible reelección. El gobernante aseguró que la del domingo «fue una victoria de la canciller, Noemí Sanín, y todo el equipo de embajadores y cuerpo diplomático de Colombia en América», que le acompañó «en este empeño». El presidente colombiano rechazó la hipótesis de que la OEA esté «en vía de extinción», y aseguró que ésa «es una apreciación exagerada y desproporcionada».

06

9405769

Vaticinan un giro en la OEA

Suspicacias: la gestión de César Gaviria le impondría un ritmo más ágil, pero inquieta el repentino interés norteamericano en el área.

29-3-94.

WASHINGTON, 28 (Reuter).– Los comicios de ayer en la OEA dejaron dos cosas en claro: que el organismo puede convertirse en un foro mucho más ágil y que Estados Unidos intentará imponer su sello en los asuntos interamericanos en una forma mucho más activa.

Los diplomáticos coinciden en que un hombre de la estatura política de César Gaviria imprimirá a la OEA un ritmo más acelerado.

Pero también quedó en claro que en el nuevo escenario hemisférico los Estados Unidos pueden hacer y deshacer a gusto ya que muchos creen que Gaviria no hubiera ganado de no ser por la agresiva campaña que Washington montó a su favor.

"Yo no creo que los Estados Unidos deban pedir disculpas por lo que hicieron", dijo el ex secretario de Estado adjunto para asuntos interamericanos, Bernard Aronson.

La agresiva campaña en favor del presidente colombiano dejó en claro que la Casa Blanca toma a la OEA muy en serio y eso es algo positivo, agregó.

Gaviria dijo que su agenda como secretario general de la OEA por los próximos cinco años será defender la democracia, y promover el libre comercio y el respeto por los derechos humanos.

Esos son a la sazón los mismos puntos que el gobierno del presidente Bill Clinton propone para la agenda hemisférica.

¿Mera casualidad? "Lo que es bueno para los Estados Unidos es bueno para Canadá y para América latina", explicó Aronson, describiendo el nuevo escenario en el cual las antiguas disputas norte-sur han cedido paso a la cooperación hemisférica y a la búsqueda de la creación de una zona panamericana de libre comercio.

Pero no todos coinciden con ese punto de vista. La elección de Gaviria el domingo arrasó con la esperanza de los pequeños países de América Central y el Caribe de acceder por primera vez a la jefatura de la OEA.

Algunos de ellos, incluyendo el propio candidato opositor, el canciller costarricense Bernd Niehaus, percibieron presiones indebidas y una especie de concertación entre los países grandes para cerrar el paso de los más pequeños.

07

9405769

Sin sorpresas en la OEA Corr 29/3/94

Estados Unidos vuelve a imponer su candidato

Nadie puede ignorar los enormes intereses que se manejan en la elección de un cargo de tanta importancia internacional como el de secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA). Pero tampoco puede nadie afirmar que los conoce o domina totalmente, excepto quienes manejan esos intereses, y los gobernantes y diplomáticos que efectivamente están en el "ajo" de las negociaciones.

Lo primero que se pudo suponer, en el crédito del presidente de Colombia, César Gaviria, para afianzar su candidatura, ahora triunfante, fue su gestión económica y su acción contra los carteles del narcotráfico y el narcoterrorismo, en ambos campos conforme a los deseos de los Estados Unidos. A pesar de la igualdad formal de los Estados miembros, bajo el democrático principio de "un Estado, un voto", el poder norteamericano sigue predominando en la OEA para las cosas importantes, y esta votación es una demostración de que nada ha cambiado esencialmente.

Nada ha cambiado, pese a la enorme ampliación de votos por el ingreso de nuevos Estados, en aquella OEA de antaño con 21 países, ahora con 34 países, en la que destaca el número de 13 Estados de las antiguas Antillas Británicas. En los originales 21 se contaba Cuba (suspendida desde 1962), y años más tarde se incorporó Canadá.

Naturalmente, el presidente Gaviria reunía otras buenas credenciales para sostener su candidatura, que pueden ir desde sus condiciones personales hasta su juventud, pasando por la dimensión media de su país, después de haber ocupado la Secretaría, largamente, un ciudadano argentino y otro brasileño. También es lógico que concitara el apoyo de casi todos los países sudamericanos, si bien es digno de señalar que Chile y Venezuela votaran por el otro candidato, el airado canciller de Costa Rica, Bernd Niehaus.

Habría que ver cómo se explican estos dos votos, pues en términos de proyectos de integración, a los que de inmediato se refirió Gaviria como la principal tarea a acometer, no serían coherentes. Es decir: no parecen coherentes por votar contra el candidato de Estados Unidos, si esos países aspiran a ingresar al Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC). Al llegar a este alto cargo, César Gaviria sigue los pasos de otro ex presidente colombiano, Alberto Lleras Camargo, que también fue secretario general de la OEA.

El candidato opuesto a Gaviria, ministro de Relaciones Exteriores del gobierno saliente de Costa Rica, tuvo la valentía de no quedarse callado, tras perder la votación por 20 a 14, en la Asamblea. Denunció, después de una campaña personal de tres años, la influencia norteamericana en el seno de la Organización. En esto tuvo también el apoyo del representante de Venezuela, quien criticó la falta de independencia de la Asamblea, tras haber retirado la candidatura del canciller venezolano en favor del costarricense. Este detalle explica el voto venezolano por la histórica rivalidad entre los dos países bolivarianos.

En todo caso, la actitud del costarricense tiene sus raíces en la muy peculiar relación que Costa Rica mantiene con Estados Unidos desde que el histórico José Figueres montó su revolución democrática y ganó para su país una intocable independencia que otros nunca han tenido. Pronto llegará a la Presidencia un nuevo Figueres, José María, que viene con iguales aires de autonomía de criterio.

Todo está aún por verse, en esta OEA que surge dividida tras la elección de su principal jerarca. Las presiones norteamericanas, según se informa, han terminado centrándose en una oposición entre países exportadores de bananas. Por esa razón, Ecuador y ocho de los Estados de las Antillas inglesas habrían cambiado su voto para favorecer al presidente Gaviria. Esto fue lo que motivó el enojo de Niehaus, al final de una jornada de ribetes tradicionales en la vida panamericana.

940576

El P. 29/3/94

Uruguay se Mostró Satisfecho por la Elección de Gaviria al Frente de OEA

El canciller Sergio Abreu expresó la satisfacción del gobierno uruguayo por la elección del presidente de Colombia, Cesar Gaviria, como secretario general de la Organización de Estados Americanos, (OEA). Gaviria sustituirá al brasileño Joao Baena Soares, que reiteró su mandato por tercera vez por un acuerdo especial de los paises de la OEA, al no alcanzarse durante varias negociaciones un acuerdo para la sucesión.

El canciller Abreu fue designado responsable del escrutinio de la Asamblea General de la OEA celebrada en Washington, y al conocerse el resultado transmitió a su colega colombiano, Noemí Sanín de Rubio, las felicitaciones por haberse elegido al postulante, que también fue apoyado por Uruguay.

Esta elección generó una confrontación esquematizada como entre paises grandes y pequeños, ante lo cual Abreu señaló la independencia de criterio del pais.

"Uruguay es un pais de territorio pequeño, pero no se considera un país chico. Es un gran pais en la defensa del derecho internacional y se manifiesta soberanamente ausente de toda presión en la orientación de la política exterior", dijo para aseverar la posición del pais.

Dias previos a esta elección Abreu desarrolló una iniciativa diplomática para dotar a la candidatura de Gaviria del consenso básico destinado "a emprender los nuevos desafíos que tiene la OEA por delante".

Abreu sostuvo la necesidad de impulsar un sistema de libre comercio en toda la región, procurando la cooperación en el campo de ciencia y tecnología, y en el combate de la pobreza crítica.

Gaviria asumirá la secretaría general de la OEA en agosto, en tanto dejará la primera magistratura de su país en el correr de este año.

09-09

9405769

Nº DOCUMENTO 9405770
TITULO Reunión en Bs.As. de expertos en seguridad de la OEA.
PROC. 150090
FE. 5-3-94
V. 500889
66960
11078

Reunión de la OEA sobre seguridad

LN 5/3

FF. AA: para buscar la cooperación y entendimiento en el continente deliberarán en Buenos Aires altas autoridades.

Del 15 al 18 de este mes deliberará en Buenos Aires la I Reunión de Expertos en Medidas de Seguridad de los Países de la OEA para diseñar un sistema de seguridad hemisférica que se compadezca con el nuevo ordenamiento internacional.

La reunión fue convocada en la Asamblea General del organismo del año anterior y persigue el propósito de favorecer un diálogo abierto sobre temas de seguridad y cooperación de las Fuerzas Armadas.

Para ello se tomaron como ejemplos los acercamientos en temas militares entre los países europeos, luego del fin de las barreras ideológicas.

Asimismo, lo expuesto en la preparatoria de esta reunión, celebrada en Washington en noviembre, donde la Argentina y Brasil presentaron acuerdos bilaterales para el uso pacífico de la energía nuclear; Colombia y Venezuela las medidas de fomento de la confianza para superar los conflictos del pasado; Honduras, el nuevo tratado de seguridad centroamericano y los Estados Unidos, los acuerdos sobre desarme nuclear con Rusia, entre otros hechos.

Para la apertura de la conferencia vendrá el secretario general de la OEA, Joao Baena Sores, y hablarán en la sesión de apertura el canciller Guido Di Tella y el ministro de Defensa, Oscar Camilión.

Encabezarán la delegación de Chile, el subsecretario de Guerra Jorge Burgos; de los Estados Unidos, el director de la Agencia para el Control de Armamentos y Desarme, Norman Wulf; de Canadá, el director general de Seguridad Nacional, Mark Moher y de Brasil, el embajador de ese país en la OEA, J. Araujo de Castro.

01-09

9405770.

Reunión de Expertos de Seguridad de la OEA

Jun 19/3

LA POBREZA, ES EL ENEMIGO MAS PELIGROSO PARA LA PAZ

La pobreza como enemigo potencial más peligroso para la paz en América fue el centro de los discursos de clausura de la reunión de expertos en seguridad de la OEA, que se celebró durante cuatro días en Buenos Aires.

La ceremonia final de la conferencia incluyó discursos del presidente argentino, Carlos Menem, y el secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), el brasileño Joao Baena Soares, quienes coincidieron en destacar a la miseria como problema latente para mantener la paz en el continente.

«En un ambiente de mayor distensión, subsiste el compromiso de conjugar esfuerzos para enfrentar el reto de buscar nuevas formas de acción que permitan remontar el insuficiente desarrollo y la excesiva pobreza, cuyos efectos pueden amenazar la estructura institucional de nuestros países», subrayó Baena Soares.

En perfecta sintonía con esa idea, Menem señaló que es necesario «atacar el flagelo de la miseria que azota a muchas partes del continente», como estrategia indispensable para garantizar la paz.

Durante la reunión, en la que se estudiaron medidas para fomentar la confianza mutua, prevaleció entre los delegados la convicción de que América «es el continente más pacífico del planeta», a causa de la desaparición de motivos de conflicto entre sus países.

Sin embargo, la propia celebración de la asamblea coincidió con la aparición de diversos conflictos nacionales de importancia, generados en la mayoría de los casos por el descontento de los sectores populares ante el sistema de reparto de la riqueza.

Las recientes sublevaciones campesinas en Paraguay y Bolivia, el estallido social en la provincia argentina de Santiago del Estero el pasado diciembre y la rebelión de los guerrilleros zapatistas en México este año fueron alteraciones del orden destacadas en los últimos meses.

«Nuestras democracias tienen la responsabilidad de atender los reclamos de quienes, con perjuicio de su derecho de participación plena en los beneficios del desarrollo, están excluidos por la pobreza del acceso a los procesos de decisión social y a la ocasión de bienestar», advirtió el secretario general de la OEA. (EFE)

9405770.

La Habana 19-5-94

Carlos Menem y Baena Soares clausuran reunión de seguridad

El principal enemigo de la paz en América es la pobreza, coincidieron en señalar ayer en Buenos Aires el Presidente argentino, Carlos Menem, y el Secretario General de la OEA, Joao Baena Soares, al clausurar una reunión de expertos americanos en temas de seguridad.

BUENOS AIRES / ANSA

Según el Secretario General de la Organización de Estados Americanos (OEA), "en un ambiente de mayor distensión relativa", América debe conjugar esfuerzos "que permitan remontar el insuficiente desarrollo y la excesiva pobreza".

Para Baena Soares, el crecimiento de la pobreza y la marginación "pueden amenazar la estructura institucional de nuestros países".

"Nuestras democracias tienen la responsabilidad de atender los reclamos" de todos aquellos "excluidos por la pobreza del acceso a los procesos de decisión social y las oportunidades de bienestar".

Por su parte, el Presidente argentino señaló ante los participantes de la reunión --militares, diplomáticos y expertos en temas de seguridad-- que si los países del hemisferio quieren "avanzar en el terreno de la seguridad y la confianza para instalar la paz" es fundamental enfrentar el "flagelo de la pobreza".

Según los participantes, durante toda la conferencia --que concluyó hoy después de cuatro días de deliberaciones-- se recordó que el hemisferio americano es "el más pacífico del planeta".

También se destacó que desde que la ola democratizadora desplazó durante la década del ochenta a las dictaduras militares de la región, América se convirtió en el continente "donde el número de confrontaciones ha tendido a disminuir de manera sistemática".

Si bien conflictos internos como el de Chiapas, en México, el de los agricultores paraguayos y el desatado en la provincia argentina de Santiago del Estero fueron admitidos como preocupantes durante la reunión, estas explosiones sociales fueron señaladas como argumento a la hora de proponer una intensa lucha contra la pobreza.

De todas maneras, los participantes se encargaron de destacar la práctica inexistencia de conflictos armados internacionales o fronterizos en América.

Durante la resolución se decidió instrumentar mejores canales de información entre los militares de la región, para informar sobre movimientos y desplazamientos de tropas.

9405770

03

MENEM CLAUSURO EL SEMINARIO DE LA OEA

"Para afianzar la paz hay que combatir la pobreza"

Clarín 19/3

Al clausurar ayer el seminario de la OEA sobre seguridad, el presidente Carlos Menem dijo que "si queremos avanzar en el terreno de la seguridad y de la confianza, para instalar la paz, hay que avanzar sobre el flagelo de la pobreza". Menem resalto el papel de la diplomacia para evitar "enfrentamientos que pueden tornarse irreparables". Recomendaciones de los países miembros de la OEA.

El presidente **Carlos Menem** afirmó ayer que "si queremos **avanzar en el terreno de la seguridad y de la confianza** para instalar la paz, es fundamental que avancemos **sobre el flagelo de la pobreza**", al tiempo que destacó su preocupación **"por la miseria, producto de la falta de trabajo"**, al hablar en el acto de clausura de la reunión de expertos de la OEA sobre medidas de confianza y seguridad.

Menem también elogió la figura del secretario general saliente de la Organización de Estados Americanos, el brasileño **Joao Baena Soares**, quien en su discurso había subrayado la **vocación de paz** de los países de la región y destacado el ejemplo dado por la Argentina, Chile y el Brasil al suscribir acuerdos para la proscripción de armas químicas y control nuclear.

"Estos acuerdos —dijo Menem refiriéndose a los conceptos de Baena Soares— deberán servir como guía para futuros pasos que vayamos a dar en lo que hace a nuestras relaciones."

Previamente el Presidente destacó que en la integración de la región la diplomacia juega un **papel fundamental** y señaló que existe una "diplomacia cooperativa" junto con otra "preventiva" para **"evitar enfrentamientos que pueden tornarse irrecuperables e irreparables"**.

También admitió Menem que en el continente **"hay algunos pequeños conflictos, pero conflictos al fin"**, y subrayó que "debemos avanzar sobre ellos para ir solucionándolos y mencionó las recomendaciones del documento final de la reunión de la OEA, que abarca aspectos de la cultura, la educación y las fuerzas armadas como ejemplo y guía a seguir.

Recomendaciones

Las recomendaciones surgidas de las deliberaciones de los expertos fueron consideradas como "modestas", pero dentro de lo que podía esperarse, en el camino emprendido para esbozar un **nuevo sistema de seguridad para la región**, señalaron las fuentes consultadas por **Clarín**.

El documento de seis puntos expresa en el tercero que es necesario "recomendar a los estados miembros que comuniquen a las instancias competentes de la OEA, **regularmente**, la aplicación de medidas de fomento de confianza".

Este punto y sobre todo la regularidad de esas comunicaciones contiene el embrión de un sistema de consultas, señalan los expertos, que lo hacen uno de los más destacados entre los aprobados ayer.

Asimismo se insta a que la Comisión Especial de Seguridad Hemisférica de la OEA (presidida por el embajador argentino **Hernán Patiño Mayer**) continúe el examen de las medidas para el fortalecimiento de la confianza "y entre otras las relativas a la **solución pacífica de controversias** y la prevención de los conflictos".

Esto difiere de lo propuesto por la Argentina, de crear un centro permanente para la prevención de conflictos y tampoco se logró establecer un mecanismo de reunión periódica de ministros de Defensa, pero sí se aprobó una nueva reunión, a realizarse en Chile en 1995.

188102

9405770

EMBAJADOR PATIÑO MAYER

P-12 19/3

Cooperación militar en la OEA

El embajador argentino ante la Organización de Estados Americanos, Hernán Patiño Mayer, se mostró visiblemente satisfecho con los resultados del encuentro de especialistas americanos en cuestión de seguridad que se realizó en Buenos Aires. "Logramos que la reunión se realizara, que fuera buena y que se desarrollara una discusión libre, franca. Se aprobó un catálogo de medidas de confianza, de tipo militar y político, que podrían ser aplicadas de manera bilateral, de manera subregional, de manera regional. Pero lo más importante es que se ha tratado el tema militar", aseguró el diplomático a *Página/12*.

–¿Cuál fue el objetivo del seminario?

–Para nosotros esto se enmarca en un proyecto de política exterior mucho más ambicioso, que es el proyecto de la integración continental. La integración es para nosotros hoy una necesidad, no es un objetivo ideológico y tampoco un discurso político. Sin integración, ninguno de los países de la región va a poder realmente salir del estado en que se encuentra o mejorar sensiblemente su proceso de desarrollo. Entonces, un proyecto de integración económica, política y social también reclama un proceso de cooperación y confianza en el terreno militar. Es imposible integrar países, Estados, como sucede en Europa, si no hay cooperación y confianza militar. Mientras subsistan las contradicciones entre las fuerzas armadas de países vecinos es absolutamente inconducente hablar de integración.

–¿No es muy ambicioso hablar ahora de una integración regional cuando en el Mercosur estamos hablando sólo con cuatro países?

–Los objetivos siempre tienen que ser ambiciosos, los que no pueden ser ambiciosos ni exagerados son los procedimientos. Si no se tienen objetivos ambiciosos no se llega a ningún lado. Reconozco que hay dificultades, pero los objetivos se logran con contactos, no a las trompadas, no corriendo. Los objetivos del gobierno argentino en política exterior son muy ambiciosos.

–¿Se trató la posible intervención de las Fuerzas Armadas en la lucha contra el narcotráfico?

–No, no el tema. La posición argentina siempre ha sido muy clara sobre esta cuestión. Las Fuerzas Armadas, por ley de la Nación, no tienen como misión luchar contra el narcotráfico porque es un tema policial, de seguridad, no es un tema militar. Pero al mismo tiempo es claro que las Fuerzas Armadas pueden ser requeridas en algún momento para prestar apoyo logístico en una operación de lucha contra el narcotráfico de magnitud.

"El flagelo de la pobreza"

"Subsiste el compromiso de conjugar esfuerzos para enfrentar el reto de buscar nuevas formas de acción que permitan remontar el insuficiente desarrollo y la excesiva pobreza, cuyos efectos pueden amenazar la estructura institucional de nuestros países", sostuvo el secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), Joao Baena Soares, durante el acto de clausura del encuentro de expertos americanos en temas de seguridad, que se llevó a cabo en Buenos Aires a lo largo de esta semana. Concepto similar formuló el presidente Carlos Menem, quien hizo hincapié en la necesidad de avanzar "sobre este flagelo de la pobreza que afecta a muchas regiones de nuestro continente".

"Nuestras democracias tienen la responsabilidad de atender los reclamos de quienes, con perjuicio de su derecho de participación plena en las tareas y beneficios del desarrollo, están excluidos por la pobreza del acceso a los procesos de decisión social y a las oportunidades de bienestar", señaló el secretario general de la OEA ante un auditorio conformado por militares, expertos en seguridad y diplomáticos. Menem, por su parte, advirtió que "si queremos avanzar en el terreno de la seguridad y de la confianza para instalar la paz, es fundamental que avancemos sobre este flagelo de la pobreza que afecta a muchas regiones de nuestro continente".

9405770.

188101

EL SISTEMA DE SEGURIDAD COMUN EN AMERICA

¿Dónde está el enemigo?

Clarín 21/3

"**Modesto pero realista**", fue la definición con que un calificado diplomático extranjero resumió el documento final de la reunión de expertos de la Organización de Estados Americanos (OEA), punto de partida para la **reformulación del sistema de seguridad hemisférica**, que se realizó la semana pasada en Buenos Aires.

Esa modestia y ese realismo de las **seis recomendaciones**, elaboradas por diplomáticos y militares del continente, se debe al serio lastre del pasado que representó un sistema de seguridad continental diseñado en base a la existencia de la guerra fría y la división del mundo en dos bloques.

Muchas naciones del continente, especialmente los gobiernos democráticos actuales, no olvidan que en nombre del **anticomunismo** se consagró una **hegemonía intervencionista de los Estados Unidos** en la región, que no solamente apoyó a dictaduras de distinto pelaje, sino que también alentó el **golpismo militar**.

De esas décadas queda también el remanente de una visión de la OEA como simple correa de transmisión de las directivas políticas de Washington. De ahí la marcada reticencia de varias delegaciones para aprobar cualquier esquema de seguridad multilateral, que represente una disminución de su capacidad de decisión nacional.

No es un secreto para nadie que el Brasil —por ejemplo— acepta la colaboración en materia de seguridad en los planos bilateral y regional, pero se planta firmemente ante cualquier esquema que rebase esos límites.

El embajador argentino ante la OEA, **Hernán Patiño Mayer**, quien es también presidente de la Comisión Especial de Seguridad Hemisférica tuvo un papel protagónico, pero su ponencia "de máxima" fue reducida a los límites mínimos necesarios para obtener el consenso

Fue así que quedaron en el camino las propuestas para institucionalizar un sistema de reuniones periódicas de ministros de defensa del continente, convertir a la Junta Interamericana de Defensa en órgano asesor del Consejo, o la creación de un centro permanente para la resolución de conflictos.

Entre las seis recomendaciones que finalmente se aprobaron, figuran la que insta a los países miembros a que "comuniquen a las instancias competentes de la OEA, regularmente, la aplicación de medidas de fomento de confianza".

Pareció evidente que la "relación carnal" de la Argentina con los Estados Unidos puso a nuestro país en una situación especial dentro de la reunión, así como el hecho de que sus fuerzas armadas son las de mayor subordinación al poder político en toda la región.

Pero hay quienes piensan que para lograr la creación de un nuevo sistema de seguridad, falta el estímulo esencial: la existencia de una nueva amenaza común para los países americanos, un enemigo al que hoy nadie está en capacidad de definir.

Luis Gorasino

9405770

001881

É reduzido contingente militar das 3 Américas

3/4/94

Buenos Aires — No continente americano, mais de três milhões de pessoas servem no Exército, Marinha ou Aeronáutica e desses, mais da metade serve sob a bandeira dos Estados Unidos. Com um total estimado de 703 milhões 944 mil de habitantes, a América tem 3.029.420 homens sob as armas, dos quais 57 por cento (1.729.700, servem nas Forças Armadas dos Estados Unidos. Na América Latina, o contingente mais numeroso — 296.700 homens — pertence às Forças Armadas brasileiras, enquanto que o menor, de apenas 660 militares é de Belize. Estes números constam do relatório da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), apresentado à reunião de especialistas sobre medidas de confiança e mecanismos de segurança recentemente realizada em Buenos Aires. O relatório não fornece informações sobre Cuba, expulsa da OEA em 1962.

O relatório compreende 27 países do continente americano e inclui dados preliminares sobre gastos militares, a composição das forças armadas e o comércio de armas. Foi elaborado a partir de informações recompiladas da ONU, do "International Institute for Estrategic Studies", "World Military and Social Expenditures" (1993) e "US Arms Control and Disarmament Agency" (1990). Em matéria de gastos militares, os números se referem a 1990. Naquele ano, os gastos com compra de armas no continente chegaram a US$ 295 milhões 190 mil, dos quais US$ 283 milhões 305 mil correspondem à América do Norte (Estados Unidos e Canadá), cifra que representava 5,3% do Produto Nacional Bruto da região.

Os maiores gastos correspondem, obviamente, aos Estados Unidos com US$ 274.316 milhões (5.6% do PNB, estimado em 4.872.401 bilhões), enquanto que os gastos do Canadá em armas chegaram a US$ 8.989 milhões (2.1 por cento do PNB). Os outros 25 países da América Latina e do Caribe gastaram US$ 10,885 milhões, equivalentes a 1,7% do PNB regional, calculado então em US$ 693,452 milhões.

Os maiores gastos correspondem ao Brasil, com US$ 4,752 milhões (1,7% do PNB), e os menores à Guiana, com US$ 5 milhões (1,7% do PNB). Na América Latina, a maior porcentagem correspondeu à Nicaraguá, que destinou em 1990 9% de seu PNB a gastos militares. Ao contrário, a Costa Rica e México destinaram somente 0,4%. A informação sobre transferências de armas mostra que, entre 1985 e 1989, o principal fornecedor foi a União Soviética, seguida por Estados Unidos, França, Oriente Médio e Alemanha Oriental.

GASTOS EM CADA PAÍS

País	População	Gastos (Mil US$)	Militares. (% PNB).
EUA	249.975	274.316	5,6
Canadá	26.522	8.989	2,1
Argentina	32.293	1.796	2,6
Barbados	257	9	0,6
Bolívia	7.171	119	2,7
Brasil	150.368	4.752	1,7
Chile	13.173	446	2,1
Colômbia	32.345	406	1,1
C. Rica	2.807	20	0,4
Equador	10.284	226	2,0
El Salvador	5.213	132	2,9
Guatemala	9.197	96	1,2
Guiana	798	5	1,7
Haiti	6.472	29	1,4
Honduras	5.105	306	7,2
Jamaica	2.420	26	0,9
México	86.154	637	0,4
Nicarágua	3.853	234	9,0
Panamá	2.418	118	2,8
Paraguai	4.314	53	1,3
Peru	21.663	226	1,1
R. Dominicana	7.074	29	0,6
T. Tobago	1.236	60	1,5
Uruguai	3.094	180	2,5
Venezuela	19.738	977	2,1



Brasil gasta pouco em armas

9405770

COMENZO LA REUNION SOBRE SEGURIDAD CONTINENTAL

Clarín 16-4-94

La OEA vuelve a pensar en los militares

Al abrir el encuentro de la Organización de Estados Americanos que se realiza en Buenos Aires, el canciller Guido Di Tella subrayó ayer que la cooperación militar es un elemento indispensable para la integración regional. En forma privada, algunos asistentes a la reunión remarcaron que "es hora" de que el tema militar pase a formar parte de los análisis de la OEA. El viraje de la organización en esta cuestión se da al mismo tiempo en que EE.UU. presiona para que los militares latinoamericanos participen activamente en la lucha contra el narcotráfico.

La cooperación militar como elemento indispensable para la verdadera integración continental fue subrayada por el canciller Guido Di Tella en su discurso de apertura de la reunión sobre **medidas de fomento de confianza y mecanismos de seguridad**, que con los auspicios de la Organización de Estados Americanos **(OEA)**, se inició ayer en la Capital Federal.

Algunos participantes fueron aún más terminantes que Di Tella en diálogos informales, cuando sostuvieron que "la OEA, al hablar hasta ahora de seguridad, había **dejado a un lado sistemáticamente a las fuerzas armadas de sus países miembros. Es hora de que el componente militar como factor de la política de los estados pase a formar** parte de los análisis de la organización".

Di Tella, que habló ante un auditorio donde se mezclaban por igual los uniformes de las fuerzas de la mayoría de los países miembros y los atuendos civiles de los diplomáticos, enfatizó: "En tanto no seamos capaces de imponer **un nuevo ritmo en el terreno militar**, el proceso de integración carecerá de un componente indispensable para su consolidación".

Para el canciller argentino "se trata de **complementar en el aspecto militar** lo que vienen desarrollando nuestros gobiernos en los campos político económico y social".

El canciller señaló que se debe partir de los siguientes presupuestos básicos: **definición de las doctrinas militares** en base a las legítimas necesidades de la defensa; la **"transparencia"** mediante la comunicación, información, observación y verificación y **el mantenimiento del equilibrio militar subregional que llevará finalmente a la "integración funcional"**.

Este viraje que se observa entre los países miembro de la OEA se da en el mismo momento en que los Estados Unidos **presionan** para que los militares latinoamericanos se sumen, en forma más directa, a la **lucha contra el narcotráfico**.

Naturalmente que esta posición va en contra de una **vieja y arraigada desconfianza** que todavía hoy alientan los países miembro de la OEA: ven en sus fuerzas armadas un **elemento golpista** latente —por una experiencia de décadas— contra los gobiernos democráticos.

En cuanto a los objetivos posibles de la reunión, **Di Tella** señaló que la OEA puede transformarse en "el **foro natural** de discusión, concertación e implementación de las decisiones hemisféricas en materia de seguridad". Y "la posibilidad de establecer un centro regional de prevención y manejo de conflictos y controversias".

En el mismo sentido se pronunció el embajador argentino ante la OEA, **Hernán Patiño Mayer** —uno de los principales impulsores de está reunión— cuando afirmó que las fuerzas armadas de los países de la región "tienen un rol trascendente a jugar en la empresa de la integración continental".

Luis Garasino

9405770

T88095

ZERO HORA 15/3/94

ARGENTINA

Continente debate o papel dos militares

A partir de hoje, 22 países americanos analisam o que pode ser feito em conjunto para a manutenção das sociedades democráticas

Buenos Aires — O papel das forças armadas nos países democráticos da América será analisado a partir de hoje, na capital argentina, por especialistas em segurança de todo o continente. A I Reunião de Especialistas Governamentais sobre Medidas para o Fortalecimento da Confiança Mútua, nome oficial da assembléia, terá a participação de 22 países, sob o patrocínio e convocação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A criação de uma força militar neutra, com a participação de todos os países, para intervir nos casos em que a democracia estiver ameaçada, foi descartada pelo argentino Hernán Patino Mayer, presidente da Comissão Especial de Segurança da OEA. Quem primeiro falou sobre a criação dessa força foi exatamente o governo da Argentina, no ano passado.

A atual configuração política do continente, vivendo sob regimes democráticos, salvo em Cuba e no Haiti, também será tema das deliberações, como a nova ordem mundial pós-Guerra Fria. O chanceler argentino, Guido Di Tella, abrirá a reunião enquanto o encerramento será reservado para o presidente do país, Carlos Menem.

Poder Legislativo

9405770

188094

Nº. DOCUMENTO 9405771
TITULO N.O. Mundial y misión de las FFAA. uruguayas.
30050 Varios
DIC-93
501013
507466
01-05 9405771

EL NUEVO ORDEN MUNDIAL Y LA MISION DE LAS FUERZAS ARMADAS

(Extractado de «A Defesa Nacional» diciembre 1992)

EL NUEVO ORDEN MUNDIAL

El Secretario de Defensa de los Estados Unidos de América, Sr. Richard Cheney, en visita a Brasilia, en febrero último, mantuvo contacto con nuestro Presidente, con los Ministros Militares y el Jefe del Estado Mayor de las FF.AA., habiendo intercambiado opiniones sobre los problemas del Nuevo Orden Mundial, asunto sobre el que el Gobierno de Washington se viene preocupando después de la disgregación del poder de la Unión Soviética. Otras cuestiones menores fueron tratadas en los encuentros realizados, entre ellos el combate al narcotráfico.

La disgregación del bloque soviético decretó el fin de la bipolaridad en los campos de la política y la estrategia mundial.

La primera noticia que tuvimos sobre la concepción norteamericana del Nuevo Orden Mundial está contenida en una conferencia pronunciada en abril de 1991 por el ex-Secretario de Defensa Robert McNamara. En esa conferencia, realizada en el Banco Mundial, objetivando aparentemente un estudio de reducción de los presupuestos militares en los países subdesarrollados, el Sr. McNamara desarrolla la tesis de que la paz y la seguridad del mundo, después del fin de la guerra fría, deben ser aseguradas por los Estados Unidos, junto con los «grandes» (Inglaterra, Francia, Alemania, Italia, Japón y Canadá). El Sr. McNamara se refiere a ese grupo como G-7.

Como premisa básica para el funcionamiento del nuevo sistema para asegurar la paz y la seguridad en el planeta, el Sr. McNamara establece las siguientes condiciones:

- renuncia por los 7 grandes al uso de la fuerza en las disputas entre sí;
- renuncia de cada uno de los «grandes» a practicar actos de fuerza unilaterales para la solución de conflictos regionales;
- acuerdo con el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, en el sentido de que los conflictos regionales que pudieran colocar en peligro la integridad territorial de cualquier país, sean solucionados por medio de la aplicación de sanciones económicas y, si fuese necesario, de acciones militares, impuestas por decisiones colectivas y utilizando fuerzas multinacionales.

El funcionamiento de este sistema exige una Nación líder, y esta misión sería asumida por los Estados Unidos, sugiere el Sr. McNamara (como sucedió en la guerra del Golfo Pérsico).

Desde abril de 1991 hasta el presente (diciembre 199.., las ideas expuestas por el ex-Secretario de Defensa fueron discutidas en casi todos los foros internacionales relacionados con los estudios políticos y estratégicos. Sobre estas ideas ya se pronunciaron el Presidente de Francia, Mitterand, el Primer Ministro de Inglaterra, Jhon Major y el Canciller alemán, aceptando el esquema básico del Nuevo Orden propuesto por McNamara.

Vale la pena señalar que la caída del muro de Berlin y sus repercusiones en el panorama mundial, tuvo un efecto semejante a un final de la esperada tercera guerra mundial, conflicto armado que no sucedió porque uno de los contendores fue derrotado sin necesidad de decisión militar. En realidad, con el derrumbe de la estructura política y militar del socialismo soviético, el grupo occidental liderado por los

Estados Unidos, quedó en una posición histórica muy semejante a la de los vencedores de la primera guerra mundial (1914-1918) o de los triunfadores de la segunda guerra mundial (1939-1945). Los líderes de las potencias democráticas se enfrentaron a la necesidad de estructurar un orden mundial que asegurase la paz duradera para todo el planeta. Este era el compromiso moral que habían asumido delante de la humanidad.

En nombre de la paz y la seguridad fué creada, en 1919, la Liga de las Naciones, con sede en Ginebra, que sería depositaria y fiadora de los postulados contenidos en las promesas del Presidente Wilson, de Lloyd George y de Clemenceau. No cristalizaron, entonces, los deseos de paz universal y seguridad para todas las Naciones, contenidas en la Carta de la Liga de las Naciones. En el final de la década de los treinta, ya estaba el mundo nuevamente atrapado en la tela de las amenazas bélicas que finalizaron con el desencadenamiento de la segunda guerra mundial (1939). Terminada esta, los estadistas de las potencias triunfadoras, Truman (Roosevelt ya había fallecido), Churchill, Atlle y De Gaulle, se enfrentaron a la misión de cumplir sus promesas democráticas de un mundo mejor, más justo y más tranquilo. Nuevamente los principios de paz y seguridad condujeron a la creación de las Naciones Unidas (ONU). Pero una vez más se verificó que las ambiciones políticas y económicas predominaron sobre las intenciones de un mundo mejor.

De acuerdo a las estadísticas extraídas de respetables publicaciones internacionales como el Instituto de Investigación para la Paz (Estocolmo) y el Centro de Estudios Estratégicos (Londres), en el período de 47 años transcurrido desde la firma de la Carta de la ONU, cuyo propósito fue reestructurar la política y la estrategia mundial visando la paz y la seguridad universal, ocurrieron en el planeta 125 conflictos armados regionales causando 4 millones de muertos. Este es el período llamado de «paz».

He aquí porqué, ahora, vencedores sin guerra, las potencias occidentales se empeñan, nuevamente, en establecer un Orden Mundial que retome los propósitos de paz y seguridad internacionales, perseguidos, sin éxito, sucesivamente por la Liga de las Naciones y por la ONU.

El modelo que ha servido de base a los estudios de los organismos internacionales y a los institutos de investigación europeos es el señalado proyecto MacNamara, cuyos fundamentos resumimos al comienzo de este artículo.

En los Estados Unidos, también, la formulación del Nuevo Orden Mundial viene siendo objeto de estudios y análisis intensivos de parte de los órganos de gobierno e institutos académicos. Recientemente en la revista Comparative Strategy el analista Louis Huddleston, del War College, nos informa sobre las corrientes de opinión que allí se formaron en la evaluación de la política y la estrategia del país para atender a las necesidades del mundo del presente y del futuro. Según ese autor, los politólogos y estrategas norteamericanos estan divididos en dos posiciones: una que defiende el ejercicio por el país de su hegemonía sin interferencias extrañas; otra que juzga que esta hegemonía debe ser exigida en cooperación con el grupo de los «grandes», que ejerce enorme influencia en las decisiones de la ONU y de los organismos financieros internacionales (Banco Mundial, FMI, Club de París, etc).

El diario norteamericano New York Time divulgó el resumen de un documento de autoría de la Secretaría de Defensa. En éste, el Secretario de Defensa Richard Cheney, habría ya optado por la posición de hegemonía directa, sin interferencia de terceras potencias o de organizaciones internacionales. Basado en la posición de la Secretaría de Defensa dice el New York Time: «en un mundo en que los Estados Unidos desempeñan el papel de una superpotencia, por su poderío militar y por su comportamiento constructivo de más fuerte, mejor preparado y mas apto para garantizar la estabilidad y la democracia». El documento aconseja a los Estados Unidos a mantener fuerte presencia en la OTAN, a defender a los países del este europeo originarios del Pacto de Varsovia, a asegurar la protección militar de Arabia Saudita y de Kuwait y a prevenir el crecimiento de las tendencias hegemónicas regionales de parte, particularmente, del Japón y de Corea del Sur y, para ello, mantener una presencia militar de primera magnitud en la región asiática del Pacífico.

Analizando los conflictos pasados y previsibles, el analista Huddleston señala una deficiencia en la carta de la ONU que, en el caso de la propuesta MacNamara, si no fuese modificada, dificultará la intervención militar colectiva en tiempo útil, en caracter preventivo. El artículo 43 de la Carta de la ONU, capitulo VII, prevé la creación de fuerza militar de emergencia solamente para atender a situaciones específicas. No autoriza la existencia de una fuerza internacional permanente. No disponiendo el Consejo de Seguridad de una fuerza internacional permanente, su acción, dentro de la doctrina que sería creada por el «Nuevo Orden», perdería efectividad y oportunidad, pues su organización solo podría ser iniciada después del enfrentamiento bélico. Huddleston ejemplifica esta situación con el conflicto del Golfo Pérsico opinando que, si el Consejo de Seguridad dispusiese de una fuerza internacional permanente, po-

dría haberla desplegado en Kuwait a solicitud de su Gobierno, antes que Sadam Hussein hubiese concretado su amenaza militar.

No hay dudas que la estrategia política y militar que los Estados Unidos defienden para atender la concepción del Nuevo Orden tendrá repercusiones en todos los países. Obligará, a cada uno, a una reformulación de su política exterior y de su estrategia militar. Más que esto, alterará profundamente la piedra fundamental del Derecho Internacional relativo al principio de soberanía de la Nación-Estado. En este Nuevo Orden la plenitud del Derecho de autodeterminación, de auto-gobernarse, de todos los Estados estará en serio peligro.

La posición brasilera en el Nuevo Orden Mundial, ahora en análisis, basada en cualquiera de las hipótesis señaladas, con el ejercicio de un poder hegemónico mundial, sea por ación directa, sea a través de organismos internacionales, no es la que mas conviene a los intereses de nuestro país.

El Brasil, en un mundo multipolar o bipolar (después de la segunda guerra mundial), siempre tuvo su «peso estratégico», resultante de su libertad de opción política. Aún alineados en el bloque occidental, nuestra posición nunca fué automática y siempre nos sobró un margen de negociación política.

En el escenario hegemónico de un solo poder, nuestro peso estratégico se reducirá, apenas, a nuestro valor real en el concepto internacional, en términos de desarrollo tecnológico, económico y social; perdemos la capacidad de participar del juego estratégico de los poderes en confrontación.

Anuncian los estudiosos de la política y de la estrategia, que esta situación de hegemonía de poder será transitoria y que volveremos, á la brevedad, a la multipolaridad con la consolidación de cuatro o cinco bloques: América del Norte, Canadá y México (incluyendo o no a América Latina), la Comunidad Europea, uno o dos bloques asiáticos, bajo el liderazgo del Japón o Japón y China y la Comunidad Rusa (en busca de una consolidación). Así, será mejor para el Brasil.

LA MISION DE LAS FUERZAS ARMADAS

Los países afectados por la «descompresión» resultante del fin del antagonismo militar este-oeste estan revaluando la misión y estructura de sus FF.AA.

La desintegración del imperio soviético dejó disponible la enorme máquina bélica del Pacto del Atlántico fortalecida en el curso de 45 años por el antagonismo bélico contra las fuerzas del Pacto de Varsovia.

El clima de tensiones político-militares, desarrollado durante el largo período de la guerra fría, propició dos tipos de enfrentamiento: uno directo, entre dos grupos de naciones nucleadas en torno de los pactos de Varsovia y Atlántico, y otro indirecto, abarcando casi todo el llamado tercer mundo, escenario de las tentativas de irradiación ideológica del comunismo internacional. Las naciones del tercer mundo que no aceptaron la seducción de Moscú, introducida en el interior de sus fronteras, tuvieron que defenderse con medidas políticas enérgicas y aún mediante el uso de su fuerza militar.

En el transcurso de las cuatro décadas de la «guerra fría», varias estrategias de infiltración en el tercer mundo fueron inventadas por los líderes rojos, tales como «la revolución de las cien flores» de Mao Tse Tung y la táctica del dominó, intentada por el Che Guevara.

Estas tentativas de subversión interna del orden democrático obligaron a las FF.AA. de las naciones afectadas a empeñarse en la lucha por la defensa interna.

El alivio provocado por el desmembramiento del imperio soviético incidió principalmente en los países afectados por la confrontación militar directa, pero, también a aquellas que como nosotros tuvieron que desarrollar misiones de seguridad interna.

Sostener, mientras tanto que el fin de la amenaza comunista significa el fin de los conflictos militares, es una utopía sólo admisible en personas ingenuas o de mala fe.

El fenómeno de la guerra es un trazo trágico que acompaña a la humanidad desde siempre. Nunca fué posible eliminarla. Ha sido, en todas las épocas, motivo de estudio y discusiones entre filósofos y sociólogos que no encontrando como evitarla se interrogaban si la guerra era intrínseca a la naturaleza del ser humano, confirmando así la sentencia del filósofo Hobbes: «el hombre es el lobo del hombre».

Dos de las mas notorias inteligencias de este siglo, Einstein y Freud, preocupados con el fenómeno de la guerra, intercambiaron correspondencia en 1932; de esas largas cartas extractamos:

- Einstein: «¿existe alguna forma de librar a la humanidad de la amenaza de la guerra?»
- Freud: «es un principio general que los conflictos de intereses entre los hombres son resueltos por la vía de la violencia. Esto es lo que sucede en todo el reino animal del cual el hombre no tiene motivo para excluirse».

Continuando sus consideraciones el padre de la sicología concluye que «el fortalecimiento del intelecto y la internacionalización de los impulsos agresivos, gracias al proceso de civilización, podrán contener en el hombre los instintos ani-

9405771

males». (Obras completas, S. Freud, Vol. XXII).

Los estados modernos continúan sometidos al peligro de las guerras (basta dar una mirada a lo que está sucediendo en el mundo). No hay porqué, sensatamente, pensar en eliminar de la estructura estatal su componente militar. Sin éste, el Estado pierde el [illegible] en el escenario internacional delante de los demás que no dan ningún indicio de desarmarse. Vale la pena, a esta altura, que recordemos el pensamiento de Reymond Aron, «la relación entre los Estados es una relación de poder».

Las FF.AA. desempeñan en el contexto político un doble papel: de instrumento de defensa y de instrumento de disuasión. La disuasión es una prevención de defensa, es la predefensa; actúa en el sentido de desestimular aventuras políticas y militares; si no las evita, al menos les impone un precio, el precio a pagar. La estrategia de disuasión ha sido, en el transcurso de la historia, el más eficaz antídoto contra las agresiones; la agresión provoca la guerra, la disuación la contiene.

A no ser aquellos que se dejan influir por los sueños pacifistas o aquellos que están dispuestos a entregar la defensa de nuestra soberanía a otros países u organizaciones internacionales militarizadas, nadie más, con sentido común y patriotismo, podrá alimentar la idea de que el fin de la guerra fría nos aconseja reducir los efectivos de nuestras FF.AA.



La personalidad de un Estado sólo encuentra su total eficacia y completa garantía en la guerra: en la práctica, por la guerra y casi sólo por la guerra, nacen, viven y mueren los Estados; de modo que puede muy bien decirse que el Estado es la guerra, y que la paz, en su verdadero sentido, no es sino un armisticio más o menos largo, esto es, un hecho negativo.

Juan Maragall. Artículos: la beligerancia. 1-III-1[illegible] (Ed.1912)

05-05
9405771

Terminó la Gran Guerra Fría, comenzaron las "calientes y pequeñas"

NACIONALISMOS; INASIBLE "GRAN SATAN" DEL NUEVO ORDEN MUNDIAL

La auto-disolución de la URSS, la debacle del ex-Sistema Socialista y el hundimiento de los regímenes del denominado "socialismo real" en Europa Oriental, dejó al capitalismo, la "civilización occidental y cristiana" y sus organizaciones - OTAN, FMI, GATT, Banco Mundial, la Trilateral, etc... - sin enemigos visibles a la vista. Todo indica que el Nuevo Orden Mundial ya ha encontrado la "pieza" que faltaba; los nacionalismos son el nuevo "chivo expiatorio" de la era de las transnacionales.



Tras la disolución de la URSS, los enfrentamientos nacionalistas ensangrentaron el panorama político.

Mucho más difuso y diverso, bastante menos previsible que el tradicional "enemigo comunista" y absolutamente indomenable, la naciente "bestia parda" del Occidente parece bastante más difícil de combatir y vencer.

Mientras el intercambio mundial de bienes y servicios alcanza niveles absolutamente récords y, desde el punto de vista económico, podría afirmarse que las barreras geográficas y políticas han sido barridas por la revolución de las comunicaciones, el ascenso aparentemente irresistible de la "globalización", coincide con un renacimiento de sentimientos milenarios vinculados estrechamente a la tierra, la fraternidad y a la sangre.

La ciencia y la técnica, en un proceso cuyos fundamentos ideológicos podría ubicarse en el "iluminismo" de fines del siglo XVIII y en la filosofía del positivismo, ha alcanzado niveles de desarrollo que eran objeto de las novelas de ciencia ficción hasta hace sólo algunas décadas atrás.

Sin embargo, cuando el racionalismo alcanza su máximo apogeo, los nacionalismos, cuyos fundamentos se ubican en valores y principios anclados en lo "no racional", observan un notorio auge.

El Nuevo Orden Mundial, con su poderío aparente irrestible, su lógica globalizadora y una racionalidad se apoya en la confianza ciega en el desarrollo científico-técnico, convive con un auge de fuerzas difusas, contradictorias e impredecibles para los ejércitos de "expertos" que pueblan los institutos de investigación en ciencias sociales financiados por los centros de poder internacional de Occidente en los cuatro rincones del mundo.

El "peligro comunista", carcomido por sus propias debilidades, los errores y la increíble incompetencia de su elite burocrática, ha terminado en un dramático desastre para sus pueblos y llevado al fin de la etapa de la "Gran Guerra fría" al tiempo de abrir el cauce para una era signada por una miríada de pequeños pero calientes enfrentamientos locales.

Así ha aparecido el nuevo "Gran Satán".

El inconveniente es que ya no es posible focalizarlo con claridad; hora asume la forma de un Jefe de Estado árabe - Saddam Hussein -, luego se transmuta en un desconocido e inasible personaje somalí - Farah Mohammed Aidid -, ahora asoma bajo la forma de un enigmático oriental - Kim Il Sung - que supuestamente agita la amenaza nuclear, en atrevido desafío al monopolio atómico surgido durante la Guerra Fría.

Sin embargo, todo sería más sencillo para Nuevo Orden Mundial y sus fabricantes de imágenes y símbolos para consumo masivo, si los nacionalismos se concentraran en el siempre misterioso y "atrasado" Tercer Mundo.

Muy fácil sería cargar las cuentas sobre esas culturas primitivas y exóticas, resabios de antiguas creencias, destinadas a ser barridas inexorablemente de la faz de la Tierra por el progreso y la civilización. Sin embargo, los nacionalismos también afloran y lo hacen con extraordinaria virulencia en el seno mismo de la cuna de la civilización occidental o muy próximo a ella.

En el País Vasco, en Irlanda, en Córcega o Quebec, se desarrollan potentes movimientos que reivindican sus derechos culturales, políticos y religiosos cuestionando a los viejos y, supuestamente, estables Estados nacionales de la Vieja Europa. Para no hablar de lo que ocurre en la ex-Yugoeslavia, en los ex-países socialistas y la URSS o del movimiento fundamentalista en auge en Argelia o de la lucha palestina. Lo que une a todos estos fenómenos es, contradictoriamente, su diversidad. Esa que surge de los sentimientos de apego a la tierra de los ancestros y de las emociones que conforman las comunidades de sangre o afinidad en función de una historia, de una cultura, un idioma o una religión compartida.

El Imperio pretende crear conciencia contra los nacionalismos y tras de ello parece haber echado ya toda su legión de especialistas.

El problema que enfrenta no es simple. Muy fresco en la conciencia de miles de millones de individuos se encuentra el sentimiento de pertenencia a su comunidad y las luchas de sus antecesores - no siempre lejanos - por la defensa de su identidad.

Ejemplos de combates ejemplares librados por los pueblos del mundo y de cuya justicia no he duda, sobran en el pasado reciente y en la actualidad misma. Ellos han tenido como uno de sus sustratos básicos, justamente, el nacionalismo.

La historia más reciente de los pueblos del Tercer Mundo ha estado signada por las luchas de liberación nacional y, por otra parte, los grandes Estados-Nación que hoy, convertidos en potencias económicas dominantes en el mundo, sirven de palanca al avance "homogeinizador" de las transnacionales disfrazadas de agentes del progreso y la civilización, se conformaron recién durante el siglo pasado.

Resulta muy difícil, entonces, "satanizar" los nacionalismos como le sería necesario al Nuevo Orden Mundial para liquidar cualquier intento de poner barreras al desenfrenado avance globalizador de las transnacionales.

Quién podría cuestionar la justicia de la lucha antiracista del Congreso Nacional Africano de Nelson Mandela en Sudáfrica o la de la OLP por el derecho del pueblo palestino a una patria que le fue sencillamente arrebatada por decisión de la comunidad internacional.

Es imposible negar que el pueblo vasco o el irlandés conforman comunidades históricas, lingüísticas, culturales, étnicas o religiosas y poseen derecho a la autodeterminación.

Qué decir de los indígenas latinoamericanos, de los kurdos en Medio Oriente, etc, etc...

Los intentos de globalización del mercado mundial, la eliminación de molestas diferencias culturales y religiosas, el sencillo expediente de convertir al mundo en un inmenso y homogéneo mercado de consumo, constituyen peligrosas tentaciones para la paz mundial.

La lógica del dinero y su acumulación posee fuertes visos de irracionalidad, pese a su racionalidad aparente que raramente supera el corto y mediano plazo. La feroz competencia internacional por los mercados y la ley de hierro de la ganancia son más fuertes que cualquier valoración de largo plazo.

El avasallamiento de los sentimientos nacionales es, la historia lo ha demostrado hasta el cansancio, una empresa imposible.

JULIAN GONZALEZ

9405772

Nº DOCUMENTO 9405773

TITULO ARGENTINA: ARRESTAN A 16 NARCOS EN ROSARIO

PROCEDENCIA E.C. 11422

FECHA PROCEDENCIA 12/3/94

VINCULACIONES

Agencia Rosario



El operativo se realizó en la villa de emergencia La Siberia. Participó la Policía Federal, la de Rosario y la Prefectura Naval.

Arrestan a dieciséis "narcos" en Rosario

ROSARIO (De nuestra agencia). — En un espectacular operativo antidroga en el que participaron **150 policías de tres fuerzas de seguridad**, secuestraron ayer cinco kilos de droga —entre cocaína y marihuana—, siete armas de distinto calibre, una granada y tres caballos de carrera, y además se detuvo a **16 personas**.

Por primera vez, la Prefectura Naval, la Policía Federal y la provincial, participaron de un operativo de estas características, que incluyó **24 allanamientos** por orden del juez federal **Omar Di Gerónimo**, quien había iniciado la investigación.

Todo comenzó hace cuatro meses, cuando se detectó que varios coches último modelo —algunos importados— frecuentaban la villa de emergencia **La Siberia**, ubicada en la zona sur cercana al puerto.

A partir del seguimiento y tareas de inteligencia que incluyeron filmaciones y fotografías, pudieron establecer que se estaba frente a una banda de narcotraficantes dedicaba a distribuir cocaína en varios puntos de la ciudad.

El operativo comenzó ayer las 6.30 y se extendió hasta las últimas horas de la tarde, desarrollándose los primeros allanamientos en **La Siberia**, donde fueron detenidos **Humberto Bravo**, de 24 años, alias **"Julipín"** y su hermana **Victoria Bravo**, de 21 años, alias **"Vicky"**.

"Pepe Pistola"

Posteriormente, fue detenido un hombre con antecedentes penales conocido como **"Pepe Pistola"**. A medida que las fuerzas de seguridad avanzaban en las operaciones se detuvo a más personas involucradas en la banda y se secuestraron varios paquetes de cocaína y marihuana que sumados superan los cinco kilos.

El estricto secreto de sumario impuesto por el juez **Di Gerónimo**, quien meses atrás se hizo cargo del juzgado cuya titular era la doctora **Laura Inés Cosidoy**, ha impedido conocer la identidad de todos los detenidos, aunque fuentes judiciales reconocieron que uno de ellos sería una pieza clave en la banda, y estaría encargado de la conexión internacional.

La mayoría de los detenidos serían **punteros o dealers** (vendedores de cocaína) en Rosario y en localidades cercanas, entre ellas **Villa Gobernador Gálvez y Pueblo Esther**. Ocho están alojados en dependencias de Drogas Peligrosas, tres en la sede de la Prefectura Naval, tres en la Policía Federal y dos en la Policía de Menores.

Los caballos de carrera fueron secuestrados en un improvisado stud dentro de la villa **La Siberia**, y uno de ellos **está fracturado**.

De acuerdo con trascendidos, **con la compra de caballos se blanqueó dinero proveniente del narcotráfico**, y se los hacía competir en carreras cuadreras de la zona de **Albarellos y Coronel Bogado**.

En uno de los últimos allanamientos efectuados durante la tarde en **Lamadrid al 100** fueron encontrados una docena de cheques, de 100 y 50 pesos.

Pese a la espectacularidad del operativo, fuentes policiales reconocieron que **"todavía no se dio el golpe al narcotráfico de mayor importancia"**.

En la mañana de hoy comenzarán a desfilar por el juzgado del doctor **Di Gerónimo** los 16 detenidos, mientras no se descarta que se ordenen más allanamientos.

01-02

9405773

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 8/12
FECHA 12/3/94
VINCULACIONES

Operativo en Rosario

En un gigantesco operativo realizado en la villa El Puente, enclavada en el sur de la ciudad de Rosario, personal de la División Drogas Peligrosas y de la Unidad Regional II de la policía santafesina, junto con efectivos de la Prefectura Naval y de la Policía Federal, detuvieron a 16 personas -entre ellas dos menores-, se incautaron entre cuatro y cinco kilogramos de cocaína y marihuana, 4500 dólares, armamento de diverso calibre y hasta tres caballos de carrera presuntamente adquiridos con dinero proveniente del narcotráfico. Los uniformados calificaron al procedimiento como "exitoso" ya que, indicaron, "se logró desbaratar uno de los principales centros de distribución de droga de la zona". La redada fue concretada por unos 150 efectivos, quienes rodearon la villa y se dedicaron a inspeccionar cada una de las casillas. El armamento incautado incluye rifles, revólveres, una granada de mano, una moto, cheques en blanco y elementos utilizados para el fraccionamiento de la droga. El titular de la División Drogas Peligrosas de Rosario, comisario Alfredo de Félix dijo que las tareas de inteligencia habían comenzado hace cinco meses, pero reconoció que "fueron muy complejas, porque es casi imposible ingresar a una villa para investigar". Luego admitió que se llevaron muchos efectivos "para intimidar a los delincuentes y evitar que se vean involucrados personas inocentes".

9405773

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405774
TITULO
PROCEDENCIA La Voz
FECHA DE PROCEDENCIA 12-3-94
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Detuvieron en Brasil al dictador boliviano Luis García Meza

Descubierto: hacía un año que vivía en San Pablo con identidad falsa, hecho que le ha valido una acusación legal; junto con él fue capturado su amigo el coronel (r) Gualberto Rico, también boliviano.

SAN PABLO, 11 (Reuter).– El fugitivo ex gobernante boliviano, general Luis García Meza, uno de los más notorios dictadores militares latinoamericanos, fue arrestado hoy por la policía de Brasil, tras pasar un año viviendo tranquilamente en San Pablo con identidad falsa.

García Meza, de 60 años, y un amigo arrestado con él, el coronel retirado Gualberto Rico, de 56, fueron presentados a la prensa en el comando de la policía federal. Fueron detenidos esta mañana en un departamento cercano al aeropuerto Congonhas de la ciudad y acusados de falsificar documentación.

El ex dictador reaccionó con calma a la perspectiva de ser extraditado a Bolivia, donde fue sentenciado a 30 años de cárcel por violaciones a los derechos humanos y narcotráfico.

De baja estatura, con anteojos y luciendo un pequeño bigote y cabello gris ralo, dijo a los periodistas que se sentía "bien".

"Tengo la conciencia tranquila", dijo, frunciendo el entrecejo ante el brillo de las luces de la televisión.

Cuando se le preguntó cómo se sentía acerca de ser extraditado a Bolivia, se encogió de hombros y dijo: "Soy boliviano".

Funcionarios de la embajada boliviana dijeron que el gobierno de su país quiere que García Meza sea extraditado.

El ex dictador, que gobernó Bolivia en 1980-81, huyó del país tras ser depuesto por un golpe.

En 1993 la Corte Suprema lo condenó en ausencia por una serie de delitos aberrantes, incluyendo haber ordenado la muerte de opositores políticos, de violaciones a los derechos humanos, de organizar grupos paramilitares, y de traficar cocaína.

"Política, es todo política", dijo García Meza en referencia a los cargos en su contra.

Negó haber gobernado con violencia.

"Mi gobierno no fue violento. Tuvo el apoyo de la población".

También rechazó las acusaciones de que ordenó la muerte de opositores políticos.

"No es verdad. Hubo políticos que murieron por razones políticas", dijo sin agregar detalles.

Interrogado sobre lo que hizo en Brasil durante un año, García Meza dijo que "estaba acopiando data para escribir una biografía, para decir la verdad sobre la vida que he llevado".

"Me gusta Brasil. Tengo amigos aquí", dijo.

La policía brasileña dijo que había estado viviendo con una mujer de 22 años.

Autoridades del Estado dijeron que el pedido de extradición boliviano tendría que ser sometido a consideración de la Corte Suprema brasileña.

41-12 9405774

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE PROCEDENCIA 12-3-94

ENTRADO

EL GOBIERNO DE LA PAZ INICIO INMEDIATAMENTE LOS TRAMITES DE EXTRADICION

Detuvieron en Brasil al prófugo ex dictador boliviano Luis García Meza



El ex dictador boliviano Luis García Meza es conducido ayer en San Pablo, Brasil, por la policía: final para un hombre sobre el que pesa una condena global de 270 años.

Once meses después de haber sido condenado a 270 años de prisión y tras pasar cinco años en la clandestinidad, el ex dictador boliviano entre 1980 y 1981, general Luis García Meza, fue detenido ayer por la policía brasileña en la ciudad de San Pablo. Inmediatamente, el gobierno de Bolivia solicitó a Brasil la extradición del ex hombre fuerte y envió al fiscal antidrogas José Nemtala para acelerar el proceso. García Meza, quien fue apresado por portar documentos falsos a nombre de Carlos Crespo, había ingresado a Brasil ocho meses atrás proveniente de Europa con un pasaporte, también falso, a nombre de Jorge Ferraza Pino. De 64 años, el ex dictador fue apoyado por los militares argentinos en la conspiración que lo llevó al poder.

LA PAZ y SAN PABLO, 11 (EFE, AFP, Reuter, AP y DPA). — El general **Luis García Meza**, ex dictador de Bolivia entre julio de 1980 y agosto de 1981 y prófugo de la Justicia desde 1989, fue detiendo hoy por la policía brasileña en **San Pablo**, once meses después de haber sido condenado a **270 años de prisión** por graves violaciones a los derechos humanos, entre otros cargos.

El comisario **Yokio Hoshiro**, quien estuvo al frente del operativo policial, señaló que García **Meza** fue detenido a las 6.30, hora de Brasil, en un departamento ubicado en el centro de la ciudad, a unas cuadras del aeropuerto de **Congonhas**. Junto al ex dictador fueron detenidos el coronel **Waldo Rico Rasmusen**, jefe de su gabinete civil, y **María Cristina Gómez de Acevedo**, una joven de 22 años con quien el ex general mantiene una relación amorosa.

El comisario Hoshiro indicó que García Meza, de 64 años, residía en Brasil desde hace ocho meses con pasaporte falso a nombre de **Carlos Crespo** y que había ingresado al país desde Europa con documentos —también falsos— a nombre de **Jorge Ferraza Pino**.

Horas después de ser detenido, García Meza fue presentado por la policía a la prensa. "Política, es todo política", dijo el ex dictador en relación con los cargos en su contra. Con anteojos oscuros y luciendo un fino bigote militar, el ex hombre fuerte de Bolivia agregó que los políticos muertos durante su gobierno "murieron por razones políticas".

Una vez confirmada su detención, el gobierno de Bolivia ordenó inmediatamente solicitar la extradición del ex gobernante de facto. Debido a que García Meza fue detenido por portar documentación falsa, Bolivia se abstuvo de pedir la expulsión, ya que esa fórmula puede ser rechazada por la Justicia al no mediar una orden de detención expresa. El Tribunal Supremo del Brasil, de once miembros, deberá emitir un fallo en las próximas semanas.

El fiscal antidrogas de Bolivia, **José Nemtala**, debió viajar de emergencia a San Pablo para seguir de cerca el proceso de extradición. "Volveré el martes o miércoles y traeré a García Meza de vuelta al país", dijo el fiscal.

García Meza presidió, entre el 17 de julio de 1980 y el 4 de agosto de 1981, uno de los regímenes de facto más cruentos de la historia boliviana. La Corte Suprema de Justicia de Bolivia lo condenó en abril de 1993 a la máxima pena de cárcel, tras un juicio de seis años, por violar varios artículos de la Constitución y por diversos delitos de sedición, asesinato y otros de tipo económico contra el Estado.

Prófugo desde 1989, cuando el Poder Legislativo decidió juzgarlo también por el robo de los diarios de guerrilla del argentino-cubano **Ernesto "Ché" Guevara** y el cubano **Harry "Pombo" Villegas**, García Meza se convirtió en uno de los hombres más buscados por la policía, pero también el más esquivo

García Meza, nacido el 8 de agosto de 1929, fue comandante general del ejército durante quince días en el efímero gobierno del coronel **Alberto Natush Bush**, en noviembre de 1979 y uno de los que sabotearon a Natush Bush quien, sin saberlo, se habría adelantado a los propósitos golpistas del general.

Inmediatamente después que el Legislativo designó a Lidia Gueiler como presidenta de Bolivia, García Meza comenzó su conspiración, con el apoyo de militares argentinos, quienes facilitaron la presencia de "asesores", y del jefe del departamento de Informaciones (G-2), **Luis Arce Gómez** (véase aparte).

940577

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDÊNCIA FOLHA
FECHA 12-3-94
ENTRADO
CRUZADO

PF prende ex-presidente da Bolívia em SP

General Gárcia Mesa, condenado a 30 anos de prisão em seu país e foragido desde 88, é preso com documentos falsos

General nega narcotráfico

Da Reportagem Local

O general Luis Gárcia Meza disse que seu julgamento na Bolívia foi político e que é inocente. Ele afirmou não ter ligações com o narcotráfico. "Se tivesse, os americanos já teriam me prendido." Meza disse que pretendia abrir uma empresa de importação e exportação em São Paulo e que planejava escrever suas memórias.

Meza chegou ao poder na Bolívia em julho de 80 através de um golpe de estado, que impediu a posse do presidente eleito Hernan Siles Zuazo. Seu governo foi acusado pelos EUA de ligação com o tráfico de drogas. Em agosto de 81, foi derrubado. Desde então, viveu na Argentina, Europa e na Bolívia. Para sua namorada Maria Divina Gomes de Azevedo, ele dizia ser uruguaio e engenheiro civil aposentado.

MARCELO GODOY
Da Reportagem Local

A Polícia Federal prendeu ontem em São Paulo, às 6h30, o general Luis Gárcia Meza, 62, e o coronel Gualberto Rico Rasmussen, 55. Ex-presidente da Bolívia, Meza estava foragido desde 88 e foi condenado a 30 anos de prisão em seu país em 93. Os dois oficiais do Exército boliviano estariam usando documentos falsos e a polícia suspeita que eles tenham ligação com o narcotráfico.

Meza disse que não usava seu nome verdadeiro por razões de segurança (*leia texto ao lado*). Segundo o delegado Roberto Precioso Junior, da PF, o general entrou no país por Corumbá (MS), em fevereiro de 93, usando o nome de Jorge Terraza Pino. Morou em um flat em São Paulo e, depois de quatro meses, alugou um apartamento na rua Nhu-Guaçu, em Moema (zona sul de São Paulo).

Em 17 de janeiro deste ano, o coronel Rasmussen veio ao Brasil trazendo US$ 20 mil da Bolívia, mandados para Meza pela mulher do general. Chefe administrativo da Casa Civil do governo Meza (80-81), Rasmussem afirmou que ia fazer um tratamento dentário em Campinas (SP). O coronel passou a morar com o general e dizia ser irmão de Meza, que vivia com uma namorada brasileira, Maria Divina Gomes de Azevedo, 22.

A PF ficou sabendo que Meza estava em São Paulo há três semanas. Na manhã de ontem, dez agentes foram até o prédio em Moema. Quando a empregada Maria Elizabete Celestino voltou de uma padaria com pães para o general, os policiais a acompanharam e entraram no apartamento. Meza, Rasmussen e Maria Divina estavam tomando café e não resistiram.

A PF revistou o apartamento e não encontrou drogas ou armas. Em uma maleta marrom, os policiais teriam achado US$ 45,9 mil e dois passaportes bolivianos em nome de Carlos Crespo Yanguas. Um deles estava com uma fotografia de Meza e outro tinha duas fotos soltas de Rasmussen. Os dois oficiais foram levados à PF.

Segundo o delegado, a Bolívia requisitou só a extradição de Meza. O Supremo Tribunal Federal deverá julgar o caso. O general foi condenado a prisão por corrupção, homicídio, traição e por movimento armado para tomar o poder. Enquanto isso, Meza e o coronel ficarão presos no Brasil, onde deverão ser processados por causa dos documentos falsos.

940577 4

03

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Zero Hora
DATA DE PROCEDENCIA 12 · 3 · 94
VINCULACIONES
ENTRADO
CRUZADO

Um sentimento de alívio toma conta de toda a Bolívia

La Paz — Um sentimento de alívio e ampla satisfação se estendeu ontem por toda a Bolívia, após a confirmação da captura do homem mais procurado da história do país, o ex-ditador Luis García Meza, capturado ontem em São Paulo. Políticos, sindicalistas e ativistas de direitos humanos disseram que a captura do último ditador constituía uma das mais importantes conquistas da democracia boliviana. O governo se limitou a confirmar a detenção num curto comunidado. García Meza deverá cumprir uma condenação de 30 anos de prisão sem direito a indulto. Ele foi condenado em abril do ano passado após um processo que durou mais de sete anos, por delitos cometidos durante a ditadura.

Logo após a confirmação da notícia, ao meio-dia, as rádios locais alteraram suas programações e começaram a colocar no ar opinião de ouvintes que expressavam sua satisfação. Alguns pediram que o ex-ditador seja apresentado ao povo "a patadas, como um perro (cachorro)".

O presidente do senado Juan Carlos Durán afirmou que a captura de García Meza foi o acontecimento mais importante do ano. "Nos sentimos contentes, mas acreditamos que chegou a hora da lei e que a lei está sendo cumprida", disse, ao comentar o fim de cinco anos e dois meses de clandestinidade do ex-ditador.

JUSTIÇA — O presidente da Câmara de Deputados Guilherme Bedregal repetiu o velho adágio de que a justiça tarda mas chega, desta vez um ano depois da sentença da Corte Suprema. O deputado Juan del Granado, que atuou como principal advogado de acusação contra García Meza, disse que a Bolivia está fazendo cumprir uma sentença justa. Cristina de Quiroga, viúva do líder socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz, assassinado durante o golpe do 17 de julho de 1980 que levou García Meza ao poder, declarou que o ex-ditador não merece outro fim a não ser morrer na cadeia.

A Central Operária Boliviana, cuja sede foi destruída durante a ditadura, declarou "regozijo sindical" no meio de seus atuais protestos contra a política econômica governamental. A Assembléia de Direitos Humanos, exigiu do governo garantias de que García Meza não voltará a fugir.

04

9405774?

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Clarín
F. DE PROCEDENCIA 12-3-94
OBSERVACIONES

ENTRADO
CRUZADO

LO LLAMARON "EL GOLPE DE LA DROGA"

Las conexiones con la Argentina

El golpe militar del 17 de julio de 1980 en Bolivia puso al desnudo los ingredientes de un explosivo cóctel político para toda la región: por un lado una logia castrense **(Las Aguilas Negras)** llegaba al poder para usufructuar del negocio de la droga, y por el otro, la **junta militar argentina** transformaba a Bolivia en una mesa de arena donde se ponía a prueba el **"Know-how"** aquilatado en la llamada **"lucha antisubversiva"**.

Ya en la década del '60 los entonces capitanes **Luis García Meza y Luis Arce Gómez** sobresalían como figuras destacadas de la logia de Las Aguilas Negras, un grupo con fuertes lazos comerciales e incipiente participación administrativa en el gobierno del general **Alfredo Ovando Candia**. Los "dos Luises" participaban entonces en la Transmarítima Boliviana, en sociedad con el alemán **Klaus Altmann ("Barbie")**, sobre cuya cabeza aún pende una condena a muerte, dictada en ausencia por un tribunal francés por crímenes cometidos cuando estaba al frente de la Gestapo. La Transmarítima sufrió una quiebra fraudulenta, dos denunciantes fueron asesinados y Arce Gómez terminó como **sospechoso de la autoría intelectual** y, acaso, **también material**.

Por los '80, los narcotraficantes comenzaron a sentir que la presión **estadounidense amenazaba su impunidad**. El control absoluto del Estado para la continuidad del "negocio" se convirtió en la "única opción". García Meza y Arce Gómez, pilotearon el **"golpe de la coca"**, previa recaudación de los fondos necesarios. Por ejemplo: **Doria Medina**, llamado **"el mariscal de la muerte"**, entonces jefe del poderoso regimiento Tarapacá, recibió 50 mil dólares por su adhesión, según se probó en su momento. El procedimiento se convirtió luego en moneda corriente, a tal punto que la **Drug Enforcement Administration** (DEA, el organismo antidroga de los EE.UU.) reveló que solo en 1980 unos **500 millones de dólares** quedaron depositados en las cuentas de un puñado de oficiales bolivianos.

La mano argentina

Por entonces, para la presidenta interina, **Lydia Gueiler**, la situación era bien clara: el apoyo argentino al golpe de García Meza, desde su gestación, era **"la razón medular que estimulaba la asonada"**. Los helicópteros, el apoyo logístico y de inteligencia militar y sobre todo lo novedoso de las ambulancias remplazando a los tanques en el desplazamiento de los comandos de elite, resultó todo un alarde de la capacidad argentina en la materia.

Dos datos bastaron para aventar las dudas: Arce Gómez se refugió y obtuvo asilo en la Argentina y su extradición —por tráfico de drogas— fue denegada a Washington (hoy cumple una condena de 30 años que expira en 2021, cuando tenga 91 años); los familiares del asesinado líder socialista boliviano **Marcelo Quiroga Santa Cruz** denunciaron que fueron argentinos quienes lo mataron.

Parece ocioso decir que por entonces el candidato centroizquierdista **Hernán Siles Suazo**, triunfante en los comicios para suceder a Gueiler, entrañaba para conspicuos miembros del gobierno argentino la amenaza **—y el temor—** de que dirigentes "subversivos" se instalaran en el país vecino para influir en la política local.

Con la misma óptica, el entonces ministro de Economía, **José Alfredo Martínez de Hoz**, dio un crédito de **400 millones de dólares**, en lo que pareció más una postura ideológica que un respaldo a las devastadas arcas del gobierno de La Paz.

Ya en setiembre de 1980 la asfixiante situación internacional que soportaba el gobierno de García Meza —sumada al aislamiento extremo en que se encontraba la junta militar argentina— tuvo otro golpe demoledor: un trasnochado **Pacto del Cono Sur se había ido a pique en Quito**, gracias a la cuidadosa prescindencia del Brasil y las diferencias limítrofes de Chile con Bolivia y la Argentina.

Con todo, un año después, cuando García Meza había abandonado la presidencia por exigencia de los rebeldes dirigidos por **Alberto Natush Bush y Lucio Añez**, el comandante del ejército argentino, **Leopoldo Fortunato Galtieri**, seguía ordenando bajar su avión en El Alto, **para recibir los saludos del general derrocado.**

Adolfo Coronato

Copyright Clarín, 1994

940574
CS

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA CLAQ, N
13-3-94
ENTRADO
CRUZADO



Agencia P...

El ex dictador boliviano Luis García Meza en San Pablo, Brasil: "Estoy pagando por cosas que otros hicieron".

García Meza dice que paga culpas ajenas y que probará su inocencia

SAN PABLO, 12 (EFE, AFP, DPA, AP y Reuter). — El ex dictador boliviano, general **Luis García Meza**, detenido el viernes en San Pablo, afirmó estar pagando "por cosas que otros hicieron" y que probará su presunta inocencia en todos los crímenes por los que la justicia de su país lo condenó a 270 años de prisión, condena acumulada de los nueve casos en que fue hallado culpable.

Desde Washington, fuentes del Departamento de Justicia de los Estados Unidos informaron que por el momento no tienen intenciones de solicitar la extradición de García Meza, a quien se lo acusa de tráfico de drogas. "Es una decisión política del gobierno", agregaron las fuentes.

"Fui responsable por lo que aconteció entre el 17 y el 18 de julio de 1980 no como persona y sí como integrante de las Fuerzas Armadas, que no dieron un golpe sino que participaron en un proceso de carácter institucional", señaló el ex general en una entrevista con el diario "O Estado de São Paulo", publicada hoy.

García Meza dijo al diario paulista que sabe que Bolivia pidió su extradición y que conversará con sus abogados con el fin de intentar reducir las condenas.

El golpe de García Meza, que fue financiado con dinero del tráfico de drogas y que contó con el apoyo de sectores ultraconservadores de la empresa privada boliviana, estalló el 17 de julio de 1980, con asaltos simultáneos a la Casa de Gobierno, la Central Obrera Boliviana (COB) y las principales emisoras de radio de La Paz. Luego de trece meses, por el descontento militar, debió renunciar.

Prófugo desde 1989, cuando el Poder Legislativo decidió juzgarlo también por el robo de los diarios de guerrilla del argentino-cubano **Ernesto "Che" Guevara**, García Meza se convirtió en uno de los hombres más buscados por la policía, pero también el más esquivo debido a la protección que tenía en algunos círculos de poder de Bolivia.

El ex general aseguró que no pasan de ser una "leyenda" todos los cargos por violaciones a los derechos humanos y narcotráfico que provocaron su juzgamiento y condena por la Corte Suprema de su país. "Si yo fuese un gran narcotraficante, el gobierno estadounidense ya me habría localizado", sostuvo.

En otro pasaje de la entrevista, García Meza dijo que después de viajar por **Argentina, Paraguay, Uruguay y Europa** llegó a la conclusión de que "el mejor lugar para esconderse es Brasil".

García Meza confesó que no le fue difícil adquirir el documento falsificado que lo identificaba como Jorge Terraza Pino.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDE... L.M.
FEC... 13/3/94
VINCULAC...
...RADO
...ZADO

Gran expectativa por revelaciones que pueda realizar García Meza

La prensa reflejó ayer la gran expectativa que existe en la opinión pública boliviana y en círculos políticos respecto de las posibles revelaciones que pueda efectuar el ex-dictador Luis García Meza, capturado ayer en San Pablo y que será extraditado en los próximos días.

La Paz (Ansa)

Ayer, en conversaciones con periodistas brasileños, García Meza reiteró algo que había dicho antes de fugar de la Justicia: "No goberné sólo y no caeré sólo".

Varios dirigentes de por lo menos tres partidos políticos -tanto en la oposición como en el gobierno- participaron del oscuro régimen de García Meza, que gobernó el país con puño de hierro entre julio de 1980 y setiembre de 1981.

En el actual partido de gobierno, Movimiento Nacionalista Revolucionario (MIR), militan varios dirigentes que participaron directa o indirectamente de dicha dictadura. Incluso el actual ministro de Gobierno (Interior), Germán Quiroga, tuvo tareas administrativas durante ese régimen.

También en Acción Democrática Nacionalista (ADN), el mayor de la oposición, figuran varios ex miembros del régimen del ex dictador. El líder de ADN es Hugo Banzer Suárez, Presidente de facto de Bolivia entre los años 1971 y 1978. El ex-dictador fue capturado por la Policía brasileña portando pasaporte falso y en compañía de un militar que oficiaba de su ayudante.

Fue sentenciado el 21 de abril de 1993 a 30 años de prisión, tras un largo juicio de responsabilidades que se ventiló en la Corte Suprema de Justicia, que lo encontró culpable de delitos que van desde el narcotráfico hasta violaciones a los derechos humanos.

Desde 1989 García Meza era el hombre más buscado de Bolivia, que logró evitar centenares de operativos tendidos en su contra por la Policía y el Ejército del país, en cooperación con la INTERPOL, durante dos gobiernos.

La Policía y las Fuerzas Armadas de Bolivia fueron acusadas de dar protección al ex dictador, lo que logró que su detención sea siempre evitada, desde 1989 a la fecha.

9405774

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA La República

15-3-94

FECHA

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Un país convertido en un paraíso

Brasil, galería de criminales

Río de Janeiro (AFP)

■ Brasil, con su enorme territorio, su extensa y desmarcada frontera con los países productores de cocaína, sus leyes confusas que favorecen la impunidad y ciudades con grandes colonias extranjeras, es un paraíso para la delincuencia internacional, recordaron fuentes policiales de Río de Janeiro.

"El país se convirtió en terreno fértil y también en modelo para el crimen internacional, y ya no quedan dudas: las bandas organizadas están llegando en una nueva oleada", afirmó ayer el el sociólogo Guaracy Mingardi, del Núcleo de Violencia de la Universidad de Sao Paulo (USP), al comentar la reciente detención de dos importantes delincuentes, el japonés Hitoshi Tanabe y el ex dictador boliviano Luis García Meza.

Tanabe, de acuerdo con la policía brasileña, es un importante miembro de una yakuza señalada como una de las principales organizaciones criminales de Japón, y vino a Brasil para organizar y desarrollar el narcotráfico y la trata de blancas entre los dos países.

A su vez, el ex militar boliviano, detenido en Sao Paulo el 11 de marzo pasado, está también involucrado en el narcotráfico. García Meza vivía en Sao Paulo desde hacía un año, donde pasaba por ser un rico empresario.

"Estas prisiones aportaron a la policía brasileña muchas informaciones para confirmar que la presencia ostensible del crimen organizado en Brasil es una realidad terrible y una seria advertencia al gobierno", resaltó Mingardi, que estudia el desarrollo de las organizaciones criminales en Brasil. Con una extensión continental y una larga frontera con países productores de cocaína de América Latina, Brasil ya es considerado un productor de la droga, entre otras razones porque posee vastas plantaciones de "epadú", una de las especies de coca, en la Amazonia.

Además, el mestizaje y la existencia de núcleos urbanos con grandes colonias extranjeras facilitan la circulación de los extranjeros, estimó Mingardi, para agregar que las confusas leyes brasileñas facilitan también la impunidad de los delincuentes. El sociólogo de la USP dijo a este respecto que "todavía deben agregarse las condiciones políticas y sociales del país, con altas tasas de miseria, fuerte corrupción en las instituciones policiales y fragilidad, cuando no impotencia, de los organismos de seguridad". Mingardi subrayó que "juntos, estos ingredientes crean un cuadro ideal para atraer y aun estimular la presencia de delincuentes internacionales, que se ven favorecidos por la expectativa de impunidad".

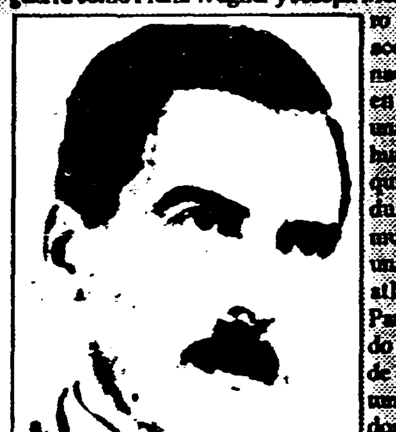
UNA RARA COLECCION

La afluencia de criminales que decidieron refugiarse en Brasil es importante desde muchos ángulos, una lista donde figura el inglés Ronald Biggs, asaltante del tren póstal Glasgow-Londres en agosto de 1963, quien llegó al país a comienzos de los años '70 y donde reside todavía, después de fracasar todos los intentos para expulsarlo porque es padre de un hijo brasileño, que dependía económicamente de sus medios. Menos espectaculares, los italianos fueron más numerosos, y entre ellos está el célebre mafioso arrepentido Tommaso Buscetta, preso dos veces en territorio brasileño y extraditado en 1963.

También vivieron en el país Umberto Ammaturo, que preso en 1987 huyó de la cárcel en 1990 antes de ser decretada su extradición, y Marcos Pugliese, preso en Río de Janeiro, donde era propietario de un sofisticado restaurante, que fue expulsado hacia su país de origen en 1991.

Pero la lista no se limita a mafiosos y otros tipos de delincuentes, porque incluye de vieja data criminales nazis de guerra como Franz Wagner y Joseph Mengele, "el carnicero de Auschwitz", acogidos como si nada hubieran hecho en Brasil. Mengele, una auténtica bestia humana, vivió tranquilamente en Brasil durante 18 años, murió ahogado en una playa del litoral atlántico de Sao Paulo y fue sepultado en el cementerio de Embú, en una tumba casi anónima donde su osamenta fue descubierta e identificada en junio de 1985.





Ex dictador boliviano Luis García Meza, jefe nazi Joseph Mengele: Brasil fue refugio para ellos y paraíso para centenares de delincuentes.

POCO LEGIBLE

940 [illegible]

C8

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Brecha

FECHA 18/3/94

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

GARCÍA MEZA

Un clavo ardiendo en prisión

Mientras los damnificados y deudos de las víctimas de la dictadura de Luis García Meza festejaban alborozados la detención del escurridizo exdictador, la clase política boliviana visualiza su eventual extradición como un nuevo dolor de cabeza.

Por lo pronto, el alto mando militar luego de una larga reunión privada con el presidente Gonzalo Sánchez de Losada, reaccionó fríamente y no abrió juicios de valor sobre la prisión de su excamarada de armas. Más aun: el vicepresidente Víctor Hugo Cárdenas informó a la prensa que un comandante de las fuerzas armadas, cuyo nombre omitió, lo había intentado presionar a través de una llamada telefónica haciendo planteos amenazantes. A lo que él había contestado, dijo, *"leyéndole los artículos de la Constitución sobre la lealtad debida de los militares al gobierno constitucional..."*.

Asimismo, denunciando la existencia de sectores comprometidos con el régimen de García Meza en las fuerzas armadas, un autodenominado "Comando de Moralización Militar" hizo público un manifiesto señalando, con nombre y cargo, a militares en actividad que participaron entonces en desmanes, asesinatos y lavado de dólares del narcotráfico. El documento, que está firmado por el mayor Juan Saldías Machicao, exige la inmediata renuncia de los implicados y excolaboradores de García Meza.

En el denominado "juicio del siglo", el exdictador García Meza y medio centenenar de sus colaboradores –civiles y militares– fueron condenados a penas que oscilaban entre 2 y 30 años de cárcel. A pesar de los fallos judiciales, sólo diez de ellos purgan sus delitos en la cárcel de alta seguridad de Chonchocoro, cerca de la ciudad de La Paz. La mayoría de los condenados son prófugos de la justicia y gozan de veladas o abiertas protecciones.



García Meza
Un enemigo que sabe mucho

Luis Arce Gómez, la mano derecha de García Meza, denominado "el ministro de la coca", fue entregado por el gobierno de Jaime Paz Zamora a las autoridades de Estados Unidos y cumple una prisión de 30 años por narcotraficante. El resto, gozando de una llamativa impunidad, circula libremente por el territorio nacional.

García Meza, a diferencia de su par Luis Arce Gómez, no fue condenado –hasta ahora– por narcotraficante. Se le condenó a 30 años de cárcel sin derecho a indulto, por múltiples y variados delitos comunes, robos, negociados, asesinatos, y una extensa lista de etcéteras.

Para muchos analistas, la extradición del exdictador –cuyos trámites pueden durar meses o años– podría provocar declaraciones que salpiquen y comprometan a cientos de personas que se beneficiaron durante su régimen y que militan hoy en casi todos los partidos. En el propio gobierno del presidente Sánchez de Losada hay muchos peces gordos con historias escabrosas. El mismísimo ministro de Gobernación (del Interior), que hoy se atribuye el éxito de la pesquisa que culminó con el arresto de García Meza, fue asesor de Arce Gómez en los momentos más represivos de la dictadura vinculada al narcotráfico y a la delincuencia. Separar la paja del trigo no es tarea fácil.

Mal momento

Para complicar más aun las cosas, la detención del exdictador se produjo en momentos que se procesa un áspero y embarazoso debate sobre la relación del MIR (el partido del expresidente Jaime Paz Zamora) con el narcotráfico. Dos connotados narcotraficantes –el excapitán del Regimiento Manchego de Santa Cruz, Iseco "Oso" Cha-

c9

940077A

JAERIA DIAZ DE MEDINA, y su compadre y colaborador [illegible] DOMINGUEZ [illegible] de la Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico (FELCN) han declarado ser afiliados del MIR, financiar sus campañas electorales y se han publicado fotografías donde aparecen junto a los principales dirigentes de ese partido, incluido el expresidente Jaime Paz Zamora.

La FELCN, que es una institución que goza de gran autonomía y estrechamente vinculada al aparato boliviano de la Drug Enforcement Agency (DEA) estadounidense, en un careo entre el Meco Domínguez y el Oso Chavarría, logró importantes y comprometedoras declaraciones que involucran a muchos dirigentes políticos. Cuando una comisión investigadora del Parlamento intentó procesar toda esa información, el presidente de la comisión fue visitado por el ministro consejero de la embajada de Estados Unidos, David Dicuhy. Al día siguiente la comisión parlamentaria informó que suspendía por quince días sus investigaciones y devolvió sus expedientes a la FELCN.

En ese convulsionado panorama, la prisión de García Meza en San Pablo aumenta el desconcierto y la inseguridad de la clase política, donde nadie está libre de verse involucrado en la "narcopolítica".

Por otra parte hay indicios claros de que la ubicación y posterior apresamiento del exdictador fue una movida de la DEA. Por lo pronto, una vez conocida la prisión de García Meza, el fiscal que entiende en los procesos por narcotráfico, José Neptala, viajó de inmediato a San Pablo manifestando que *"en tres días lo traería"* a Bolivia, cuando sabido que los trámites de extradición corresponden a la cancillería.

Mientras la "narcopolítica" continúa estremeciendo el ambiente, no se descarta que finalmente Luis García Meza sea extraditado no a Bolivia, sino a una cárcel de máxima seguridad en Estados Unidos. Con esta maniobra se privará al pueblo boliviano de la satisfacción de hacer justicia en su propia patria, y muchos personajes asegurarían de por vida su impunidad.

Desde La Paz, **Washington Estellano**

940 [illegible] 14

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA L.R.
FECHA DE PROCEDENCIA 19/3/94
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Si demora su extradición, los delitos de Luis García Meza podrían prescribir

La Paz (AFP)

■ Si los abogados del ex dictador Luis García Meza (1980-81) consiguen dilatar la extradición pedida por Bolivia a Brasil, los delitos por los cuales se le condenó a 30 años de cárcel "podrían prescribir", advirtió ayer el ahora suspendido presidente de la Corte Suprema de Justicia Edgar Oblitas Fernández.

Oblitas, en declaraciones a la prensa local, refirió que García Meza "ha contratado en Brasil los servicios de buenos abogados que, seguramente, buscarán dilatar todo trámite y proceso que deba efectuarse en el país vecino".

El magistrado, se recordó, enfrenta un juicio de responsabilidad ante el Senado, bajo cargos de presunto soborno y extorsión por lo cual ha sido suspendido en sus funciones.

Los abogados del ex dictador, según Oblitas, "seguramente apelarán al artículo tercero del Tratado de Extradición suscrito entre Bolivia y Brasil en 1938, el cual señala tácitamente que no será concedida la extradición cuando el delito sea puramente militar o político.

Al respecto, Oblitas, que en abril pasado dictaminó la condena al ex dictador, recomendó el mayor cuidado en el tratamiento legal del tema "para que no se tenga que lamentar que quien hizo tanto daño al país no purgue sus delitos en una cárcel boliviana".

Luego advirtió sobre una posibilidad de que el ex dictador reciba protección de militares brasileños encargados de su custodia en un recinto militar de la ciudad de Brasilia.

"Los militares de todo el mundo se protegen entre sí, y para este asunto delicado, esta eventual protección puede resultar altamente peligrosa", acotó.

940074

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA E CLARIN

FECHA 5/4/94

VINCULACION

EL EX DICTADOR SE ENCUENTRA DETENIDO EN UNA PRISION BRASILEÑA

Bolivia pide la extradición de García Meza

LA PAZ, 4 (AP y AFP). — El gobierno de Bolivia inició hoy los trámites judiciales para lograr la extradición de Brasil del ex dictador **Luis García Meza**, detenido el 11 de marzo en San Pablo.

Las autoridades de La Paz dispusieron para ese fin la contratación de abogados brasileños para lograr que la Justicia del Brasil posibilite la extradición de García Meza, anunciaron hoy fuentes del gobierno boliviano.

Sobre García Meza pesa un dictamen de la Corte Suprema de Justicia para que cumpla una condena de 30 años de reclusión sin derecho a indulto en el juicio de responsabilidades seguido a su régimen dictatorial.

Según el fallo de la Corte Suprema, García Meza debe ser recluido en el penal de alta seguridad de la región de Chonchocoro, a 40 kilómetros de La Paz.

El ministro de relaciones exteriores, **Antonio Araníbar**, subrayó que se había dispuesto el desembolso inicial de 200.000 dólares para contratar en Brasilia a la consultora jurídica brasileña encabezada por el abogado Antonio Carlos Osorio y de otros 100.000 dólares que cubrirán los gastos judiciales.

En la actualidad el caso está asentado en el Supremo Tribunal Federal de Brasil, cuyos magistrados esperan la entrega de todo el sumario y el dictamen de la Corte Suprema de Justicia.

García Meza y sus colaboradores fueron enjuiciados por delitos que van desde la violación de la Constitución, el robo de recursos estatales y los asesinatos de sindicalistas y políticos hasta la comercialización ilegal de los diarios del guerrillero argentino-cubano **Ernesto "Che" Guevara** a una empresa británica.

El ex dictador fugó de la Justicia en 1989 cuando el proceso estaba en la fase sumarial y recién fue capturado el 11 de marzo en San Pablo, donde había ingresado ilegalmente en febrero de 1993.

García Meza tomó el poder en 1980 en un cruento golpe para derrocar a la presidenta constitucional **Lydia Gueiler Tejada**, con un saldo de unos 50 muertos y otros tantos desaparecidos. García Meza fue derrocado por otro golpe militar institucional a los 13 meses.

Pese a que en el juicio de responsabilidades contra el régimen de García Meza no figuran delitos de narcotráfico, organismos de defensa de los derechos humanos denunciaron que el golpe de Estado fue financiado por los traficantes de droga.

El principal colaborador y ministro del interior de García Meza, **Luis Arce Gómez**, fue procesado en los Estados Unidos en 1991 por haber dado protección al narcotráfico durante su gestión ministerial y condenado a 30 años de reclusión en el estado de Florida.



Luis García Meza, el ex dictador boliviano. La Paz inició los trámites judiciales para lograr su extradición de Brasil.

Doc. Poco Legible

0405774

A2 - 2

Nº DOCUMENTO 9405775
TITULO COLOMBIA SE ENTREGÓ JULIO FABIO URDINOLA GRAJALES (C. DE CALI)
PROCEDENCIA L.M.
13/3/94
FILTRADO
CRUZADO

Se entregó jefe de cártel de Cali

● Urdinola Grajales era intensamente buscado

El multimillonario narcotraficante colombiano Julio Fabio Urdinola Grajales, uno de los principales jefes del crimen organizado de Cali y el norte del Valle del Cauca, se entregó hoy voluntariamente a la justicia, según informó la fiscalía.

Colombia (Ansa)

Urdinola Grajales, de 27 años de edad, se presentó en la cárcel de la ciudad de Palmira, a 30 kilómetros de Cali, junto con otro hombre identificado como Jesús Ancisar Porras Arcila, quien según las primeras informaciones también es miembro de las organizaciones de narcotraficantes.

Inicialmente se informó que eran tres las personas que se habían entregado, pero, al parecer, todo se debió a una confusión motivada por la presencia de un abogado.

Los dos hombres llegaron en un vehículo conducido por la esposa de Urdinola Grajales, se identificaron y solicitaron la presencia del fiscal regional de Palmira para entregarse voluntariamente a la justicia, de acuerdo con los informes oficiales.

Julio Fabio, el menor de los tres hermanos Urdinola Grajales, comprometidos con el narcotráfico, inició las negociaciones con la Fiscalía para su entrega a finales del año pasado. En su contra existen cargos por narcotráfico, enriquecimiento ilícito y concierto para delinquir.

El fiscal general de la Nación, Gustavo de Greiff, manifestó que la entrega de Urdinola Grajales es "una buena noticia para el país" y dijo que esta se cumplió "sin ninguna condición".

"Mi recomendación a todos los que están siendo investigados es que lo mejor que les puede pasar es entregarse a la justicia", afirmó el fiscal de Greiff en declaraciones a la prensa.

Interrogado respecto a recientes críticas del gobierno estadounidense, según las cuales Colombia no ha "solidificado" su lucha contra el narcotráfico, de Greiff precisó que el sometimiento de los dos integrantes de ese cartel "es una demostración de que sí (se ha solidificado)".

"Ellos no se entregan simplemente por una decisión arbitraria, sino porque comprenden que lo mejor que les puede pasar es entregarse. De lo contrario continuarán siendo buscados y finalmente el Estado triunfará sobre la delincuencia", agregó.

También declaró que "no tengo capacidad" para decir que puedan ocurrir próximamente entregas de otros miembros del Cártel de Cali.

El fiscal manifestó que "no hay nada nuevo" sobre el eventual sometimiento de Gilberto Rodríguez Orejuela, uno de los jefes de esta organización que también adelanta conversaciones con la Fiscalía.

A su vez, el Ministro de Justicia, Andrés González, afirmó que la entrega de Urdinola Grajales es "un acto positivo en la lucha contra el narcotráfico y la criminalidad, en la medida en que permite el avance de la justicia".

9-03
9405775

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA L.N.
FECHA DE PROCEDENCIA 13/3/94
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Se entregó un jefe del Cartel de Cali

BOGOTA, 12 (AP).– Julio Fabio Urdinola, que emergió de humilde carnicero a uno de los cabecillas del narcotráfico en Colombia, se entregó hoy a la Justicia.

Urdinola, de 26 años, llegó hoy a la cárcel de alta seguridad de Palmira, cerca de Cali, y se entregó a las autoridades junto con Jesús Ancizar Porras, de cuyas actividades delictivas no se tienen informes.

Urdinola había ofrecido desde el año último, a través de su abogado, entregarse a la Justicia, pero las negociaciones se habían dilatado debido a exigencias de arresto domiciliario y no ser obligado a incriminarse, que fueron rechazadas por la fiscalía.

"Urdinola se ha entregado sin ninguna condición y manifestó que se acogía a las normas de sometimiento a la Justicia", dijo el fiscal general Gustavo de Greiff.

Urdinola, hermano menor de Iván Urdinola, otro poderoso cabecilla del narcotráfico que hace un año se entregó a la justicia, está acusado de delitos relacionados con el narcotráfico, enriquecimiento ilícito y concierto para delinquir ejecutados durante los últimos diez años.

"Será juzgado y condenado dentro del debido proceso. Esta es una buena noticia para el país", agregó en un reportaje con la cadena radial Caracol.

Gilberto Rodríguez Orejuela, considerado el máximo líder del cartel de Cali, también adelanta gestiones para su entrega a la Justicia.

El Cartel de Cali es, en opinión de la DEA, la mayor organización mundial dedicada al comercio ilícito de cocaína.

02 9405775

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA E.E
FECHA DE PROCEDENCIA 13/3/94.
VINCULACIONES
CRUZADO

Colombia: se entregó un jefe "narco"

CALI, Colombia, 12 (EFE y AFP). — **Julio Fabio Urdinola Grajales**, uno de los máximos jefes del **cartel de Cali** (la organización narcotraficante actualmente más poderosa), se entregó hoy a la Justicia después de varios meses de negociar su rendición con las autoridades colombianas.

El cabecilla mafioso se acogió a la política de "sometimiento" impulsada por el gobierno del presidente **César Gaviria** desde abril del año pasado, y por la que los cabecillas del cartel de Cali pueden cumplir sus condenas con **arresto domiciliario** o reclusión dentro de su región natal del **Valle del Cauca**. Esos "beneficios" se les conceden bajo la argumentación de que **ayudaron a la policía a localizar a Pablo Escobar Gaviria**, el ya fallecido "capo" del cartel de Medellín, el más fuerte rival de la organización narcotraficante caleña.

Urdinola Grajales negociaba su rendición desde enero con la Fiscalía General de la Nación.

El jefe narcotraficante gestionaba su entrega junto con otros presuntos cabecillas del cartel de Cali, que según el Departamento Estadounidense Antidroga (DEA) maneja **el 80 por ciento del tráfico de cocaína hacia los Estados Unidos.**

Además de Urdinola Grajales, desde enero se habla de la posible entrega de **Gilberto Rodríguez Orejuela, José Santacruz Londoño** y **Elmer Herrera**, traficantes a los que la justicia estadounidense acusa de haber ordenado el asesinato de un periodista cubano.

Las negociaciones para la rendición de los mafiosos del cartel de Cali, iniciadas en secreto en abril de 1993, han recibido fuertes críticas. El propio gobierno colombiano advirtió, hace un mes, que el fiscal general **Gustavo De Greiff** podía ser engañado por los narcotraficantes.

El fiscal tuvo esta semana fuertes discrepancias con el ministro colombiano de Justicia, **Andrés González**, quien advirtió que los narcotraficantes del cartel de Cali buscan ser absueltos, dada la inexistencia de pruebas en su contra en el país, y la renuencia norteamericana a entregar elementos probatorios de sus delitos a Colombia.

03-03

9405775

Nº DOCUMENTO 94C5226
TITULO PUNTA DEL ESTE (URUGUAY) DEPORTE COMO PREVENCIÓN DEL CONSUMO DE DROGAS.
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCEDENCIA 13.3.94
VINCULACIONES
11349

Deporte como prevención del consumo de drogas

Punta del Este (De nuestro enviado especial, Freddy Bernárdez).- Otra de las exposiciones libres que se ofrecieron en Punta del Este, estuvo a cargo de Daniel Danatro, Norma Ricciardi, Mario De Pena y Carlos Cavasin.

En este caso el título del tema fue "La actividad deportiva como prevención al Consumo de Drogas".

La síntesis de la misma, es la siguiente.

El aumento del consumo de bebidas alcohólicas es un fenómeno que se verifica en todo el mundo, a lo que nuestro país no escapa de la regla.

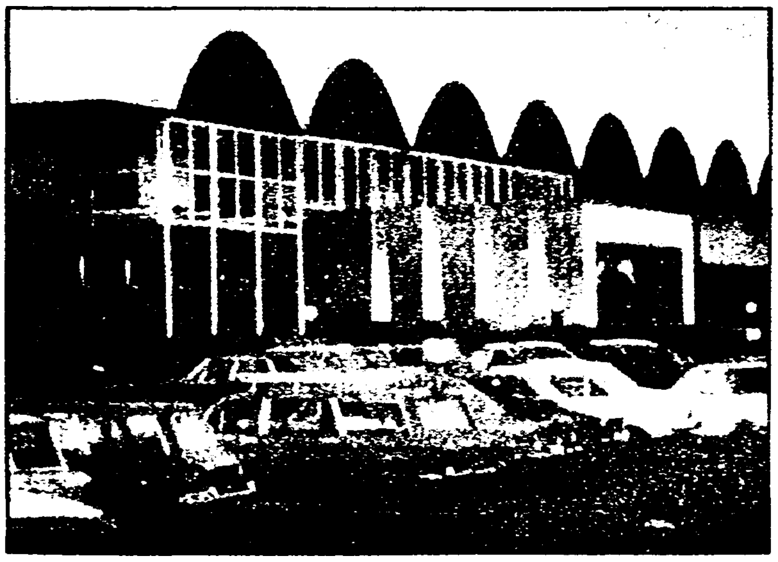
Este consumo no es un fenómeno aislado sino que muchas veces está asociado al consumo de tabaco, sicofármacos y drogas ilegales; las primeras llamadas legales, son muchas veces el preámbulo para el consumo de otras drogas, principalmente las ilegales.

En el consumo de bebidas alcohólicas se conjugan múltiples factores (personales, laborales, familiares, sociales), llevando muchas veces al individuo a la dependencia psíquica y física (alcoholismo), acompañado de trastornos de conducta que tienen repercusiones en lo deportivo, laboral, familiar, económico y social.

Salud para todos en el 2.000 es equiparable a un estado de vitalidad física, mental y social que surge del accionar del hombre frente a los conflictos y sus soluciones.

Recibimos a la actividad deportiva como un instrumento prioritario para alcanzar las metas enunciadas en la declaración de Alma Ata, en cuanto a la prevención y promoción de salud.

Las instituciones deportivas configuran un medio idóneo par las actividades de prevención del alcoholismo, así como la promoción de la salud dirigidas a sus deportistas y trabajadores, en que éstas, además de ser un ámbito de recreación también son un lugar de trabajo, donde el efecto multiplicador de la participación cobra un valor importantísimo y fundamental.



El Centro del Espectáculo. Uno de los lugares en donde se centra la actividad de este Congreso, que se viene desarrollando con gran éxito en Punta del Este.

940577 6
01-02

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA DE PROCEDENCIA 13 - 3 - 94
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Los tóxicos están vinculados al estilo de vida de todos

Punta del Este (De nuestro enviado especial, Freddy Bernárdez).- Por último la tercer ponencia que extractamos, fue la que toca el tema "El deporte comunitario en los programas locales de Salud. Una estrategia en la prevención de los Hábitos Tóxicos".

Los autores del mismo, son el Dr. Paulo Alterwin, Lic. Celia Colhay, Dr. Diana De León y Dr. Mario de Pena.

Lo más importante de la misma, es lo siguiente.

Los hábitos tóxicos se inscriben en la problemática general de salud de la comunidad y están vinculados directamente al estilo y calidad de vida.

El Programa Prioritario de Salud Inhibición de la Adquisición de Hábitos Tóxicos y Adicciones del MSP (Ministerio de Salud Pública), considera que el Deporte y la Educación Física contribuyen a mejorar la salud comunitaria.

Para lograrlo, deberán integrarse en acciones conjuntas con otros sistemas actuantes en la sociedad, los cuales aportan elementos al desarrollo intelectual, emocional y físico del ser humano.

Su presencia continuada forma parte indisoluble de una auténtica educación integral.

Los autores presentan la experiencia de 3 años de trabajo, como estrategia de abordaje en la prevención de los hábitos tóxicos y adicciones, en la línea de los SILUS (Sistemas Locales de Salud).

Se formó un equipo interdisciplinario, interinstitucional e intersectorial. El mismo fue encargado primero, de lograr la sensibilización y capacitación del personal de salud que actúa en el primer nivel, cubriendo todo el territorio nacional.

Existen actividades de autogestión comunitaria y posibilitó la formación de Programas Preventivos Locales. Se proyectaron actividades que promovieron el uso del tiempo libre, proponiendo programas recreativos, instructivos y formadores, a través de acciones innovadoras que estimulan la participación comunitaria en los aspectos organizativos y ejecutivo, siendo parte integrante de SILOS.

02.02

9405776

Nº DOCUMENTO 94(5??)
TITULO URUGUAY INCAUTAN 1 KG. DE MARIHUANA EN MELO
PROCEDENCIA La República
FECHA DE PROCEDENCIA 13.3.94
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Incautan un quilo de marihuana cuyo destino era Montevideo

La República Entera
Eduardo Silveira
MELO

■ La detención de un hombre con un quilo de marihuana por parte de personal aduanero en el paso de frontera de Río Branco parece reafirmar la tesis de que el puente Mauá que une Yaguarón con la ciudad uruguaya continúa siendo uno de los pasajes preferidos por los traficantes para ingresar drogas "livianas" a nuestro país. Según pudo saber LA REPUBLICA extraoficialmente en las últimas horas, funcionarios aduaneros apostados en el paso de frontera ubicado en las afueras de Río Branco al inspeccionar un ómnibus del transporte de pasajeros detectaron un paquete dentro de un bolso que portaba un joven, quien aparentemente viajaba solo. Se pudo constatar que se trataba de un quilo de marihuana pura que había sido adquirida en Yaguarón por una suma cercana a los 300 dólares y que sería destinada al consumo propio y distribuida entre algunos amigos.

Trascendió que esta persona ya habría realizado un viaje anterior en los últimos veinte días. Puesto a disposición de la Justicia competente, ésta decretó el procesamiento con prisión de quien resultó ser JMCR de 21 años, domiciliado en la calle Rancagua de Montevideo. Le tipificaron tráfico y consumo de drogas ilícitas, artículo 35 de la Ley 14294.

01-01 94057773

Nº DOCUMENTO 94...
TITULO BRASIL: LA GUERRA DE LOS TRAFICANTES EN PORTO ALEGRE.
PROCEDENCIA ZERO HORA 13-3-94
FECHA DE

ENTRADO
CRUZADO

DROGAS (1)

A guerra dos traficantes chega a Porto Alegre

Uma sangrenta guerra, motivada pela disputa do tráfico de cocaína entre duas quadrilhas, há dois meses faz com que os habitantes do morro Maria Degolada — oficialmente Maria da Conceição, no Partenon — respirem uma atmosfera de terror conhecida até agora somente nos morros cariocas. Tiroteios diários, traficantes revistando ônibus e torturas têm marcado o cotidiano da vila, num drama apresentado hoje e amanhã por Zero Hora.

HUMBERTO TREZZI

Sexta-feira, 25 de fevereiro, Vila Maria da Conceição, Porto Alegre. *O gráfico Vanderlei Mascarenhas, 18 anos, conhecido como Leco, abre o portão de casa às 22h com a intenção de visitar a namorada. É imobilizado por quatro homens, amarrado com cordas e arrastado morro acima sobre as britas que cobrem a rua. Bastante ferido, é despido e espancado com socos e pontapés. Ainda insatisfeitos, os agressores tentam afogar o rapaz sucessivas vezes dentro de um tanque. Não conseguem. Agarram a vítima, puxam-na pelos cabelos rua afora e lhe dão dois tiros com revólver calibre 38. Leco morre e é deixado, nu, em frente à casa de sua avó Elfídia, que reside na Rua Pedro Velho, 665.*

O assassinato de *Leco*, presenciado em silêncio por moradores aterrorizados, foi um dos últimos episódios da violenta guerra entre traficantes de drogas que começou em janeiro de 1994, causou duas mortes, vários feridos e desde então apavora os 7 mil moradores da Vila Maria da Conceição, no bairro Partenon, Zona Leste de Porto Alegre. Um conflito em que os tiroteios são diários, quadrilheiros fazem revistas em ônibus à procura de inimigos, crianças são atingidas por balas perdidas e postos de saúde estão na linha de fogo.

Guardadas as proporções, um drama com os mesmos ingredientes das convulsionadas favelas cariocas. No Partenon a guerra é travada por apenas uma dúzia de homens mal armados — contra 100 em Vigário Geral, no Rio de Janeiro. No morro gaúcho circulam por dia cerca de 70 gramas de cocaína (em Vigário Geral são 280).

ROMEU E JULIETA — A aposentada Elfídia Mascarenhas, avó de *Leco*, nada sabe, nada viu — mas garante que seu neto era um trabalhador sem tropeços com a lei e morreu numa disputa por mulher. Depoimentos colhidos e investigações realizadas pela Polícia Civil revelam que *Leco* teria sido morto simplesmente porque quebrou uma regra na vila: morava na *Baixada*, território de uma das gangues, e namorava uma menina relacionada com membros da quadrilha rival, no *Morro*. Uma versão terceiro-mundista e não menos trágica de *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare.



Leco: *torturado, afogado e morto*

Única testemunha a quebrar a lei do morro — o silêncio — a namorada de *Leco*, Ana Souza, diz que ele foi assassinado pela dupla de traficantes e irmãos *Beto* e *Alemão*, da *Baixada*, que tenta dominar o tráfico em toda a vila. Roberto (o *Beto*), que cumpriu pena três vezes por tráfico e assalto e está em liberdade condicional, é também acusado por moradores e pela Polícia como autor de homicídio. Luís Fernando Drey Rabelini (o *Alemão*) tem antecedentes policiais por tráfico, mas nunca cumpriu pena. Ambos teriam ordenado o assassinato, cometido pelos delinqüentes *Dentão* (foragido da Justiça), *Índio* (preso há uma semana por policiais da 11ª DP) e *Boy* (menor de idade).

Os irmãos Rabelini teriam ordenado a execução porque *Leco* namorava Ana Souza, irmã de um rapaz relacionado com Ivo Alves dos Santos, o *Ivinho*, dono de táxis no morro. *Ivinho* é apontado por moradores — e também por policiais e traficantes — como chefe do tráfico no *Morro*, setor mais alto (e lucrativo) da vila. Ele foi indiciado dez vezes por tráfico de drogas e esteve preso três vezes (uma delas por sete anos, no Presídio Central), mas da última vez foi solto por falta de provas.

01-05

9405778

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
VINCULACIONES

A BATALHA DA VILA MARIA DEGOLADA

QUEM É QUEM

Ivinho

Respondeu a 10 inquéritos e cumpriu pena três vezes, por tráfico de drogas. É apontado como o chefe do tráfico no *Morro*, parte alta da Vila Maria da Conceição. A sua casa, no alto da vila, é guarnecida por Luciano Silva da Silva, *Leca*, *Jeco* e *Baiano*, todos com passagem pela polícia por tráfico de drogas.

Beto Rabelini

Esteve preso por quase oito anos, por assalto e tráfico de drogas. Está em liberdade condicional e é apontado como chefe das drogas na *Baixada* (parte baixa da vila) e principal inimigo de *Ivinho*. Trabalha com *Dentão* (foragido), *Índio* e *Boy*, todos acusados de homicídio.

O FATURAMENTO

O cálculo é de que as duas quadrilhas comercializam 70 gramas e faturam, juntas, CR$ 560 mil por dia (125 papelotes de cocaína no *Morro* e 150 papelotes na *Baixada*, por dia.) Cada papelote custa CR$ 2 mil e pesa 0,25 grama.

MORTOS E FERIDOS

Leco (Vanderlei Mascarenhas), 18 anos

No dia 25 de fevereiro foi torturado, afogado e morto a tiros por quadrilheiros da *Baixada*, porque namorava a irmã de um rapaz ligado a *Ivinho*.

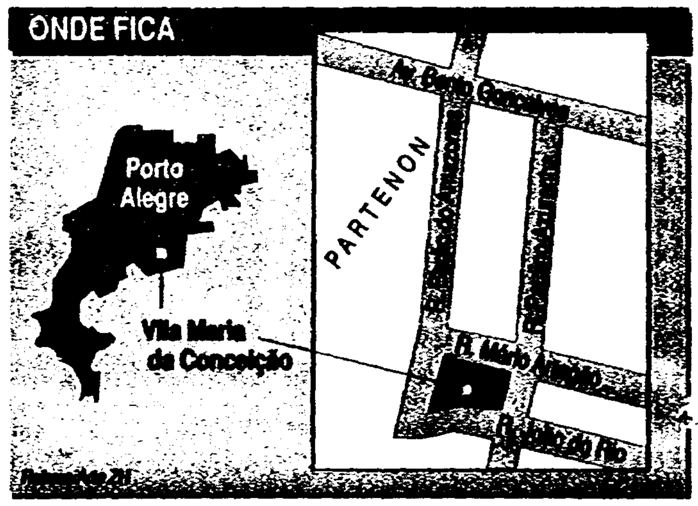
Luciano Silva da Silva, 19 anos

No dia 26 de fevereiro foi ferido com quatro tiros, disparados por Evaldo César Pereira, o *Índio*, chefe de segurança da *Baixada* e acusado de deixar paralítica uma menina de 11 anos com um tiro.

Altair Silva de Bráz, 19 anos

Trabalhava para *Ivinho* e foi baleado na cabeça e no tórax no final de fevereiro. Morreu no dia 9 de março.

ONDE FICA



Luciano levou quatro tiros e sobreviveu

Um tiroteio ocorrido no sábado, 26 de fevereiro, serviu para confirmar a versão sobre a morte de *Leco*. O jovem Luciano Silva da Silva, que acumula alguns antecedentes criminais por furto em seus 19 anos de vida, saía de um pátio próximo de casa quando levou quatro tiros, um deles no meio do peito. Ele diz que os disparos foram feitos por integrantes da quadrilha dos irmãos Rabelini.

Luciano nega, mas os rivais dizem que ele trabalha para *Ivinho*, apontado como chefão do tráfico no *Morro*. O rapaz foi baleado pelos traficantes Evaldo César Pereira, o *Índio*, e Alexandro de Souza Fabiano, o *Dentão*. Ambos são apontados pela Polícia como chefes da segurança da gangue dos Rabelini, na *Baixada* da Vila da Conceição, que disputam a área com *Ivinho*.

O próprio *Índio*, preso na semana passada após um tiroteio com soldados da Brigada Militar, garante que não trafica — mas confirma ser o autor dos tiros em Luciano Silva da Silva.

José Doval/ZH



Luciano: *recuperando-se dos tiros*

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA ZERO HORA
FECHA DE PROCEDENCIA 13-3-93
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Venda rende até CR$ 560 mil por dia

As duas gangues que disputam o controle do tráfico de cocaína na Vila Maria da Conceição faturam, juntas, cerca de CR$ 560 mil por dia. O cálculo é baseado em informações fornecidas por *Nando*, um traficante em liberdade (o nome foi trocado a pedido dele). Magro e mulato, *Nando* usa roupas coloridas e boné de *rapper* virado para trás. Ele trabalha de dia como office-boy no centro da cidade e à noite triplica os vencimentos vendendo cocaína nas esquinas do morro.

Com medo da Aids, *Nando* deixou de injetar *pó*. Agora ele só cheira. Antes da guerra assustar os fregueses, vendia cerca de 25 papelotes de cocaína por dia. Cada um deles, com 0,25 grama, custa CR$ 2 mil ao consumidor, na maioria jovens de classe média. A maconha era comercializada a CR$ 500,00 a trouxinha, mas não tem sido vendida, porque não dá tanto lucro.

Nando diz que cinco traficantes realizam o trabalho para *Ivinho* (o que significam 125 papelotes) e outros seis para os irmãos Rabelini (150 papelotes). Um faturamento bruto de cerca de CR$ 560 mil diariamente, quando a venda está boa. Ele afirma que a guerra do tráfico começou porque *Ivinho* teria interrompido o fornecimento da droga para a quadrilha dos Rabelini, varejista no tráfico. O traficante lembra que roubos na vila quase não existiam antes da guerra, uma regra no tráfico, mas os assaltos agora são diários, "até para ver quem derruba a autoridade do outro", comenta.

TOQUE DE RECOLHER — Armas não faltam na guerra dos traficantes da Maria da Conceição, mas nada que se compare à sofisticação dos seus colegas cariocas. Os quadrilheiros do Partenon circulam com espingardas de cano serrado e revólveres adquiridos em roubos a residências. A chegada de estranhos é alertada via fogos de artifício, como no Rio de Janeiro, mas sem pandorgas e bandeiras (outros estratagemas dos traficantes cariocas).

Os *vapozeiros* (entregadores da droga) e os seguranças armados são, na maioria, menores. Quando presos, não ficam na cadeia. Os traficantes possuem um acordo tácito, confirmado por *Nando*: a guerra está suspensa até as 19h, para que os trabalhadores possam retornar para casa. O que significa que a vila segue um toque de recolher extra-oficial. "Desse horário em diante, a bala *come solta*", conclui.

C3

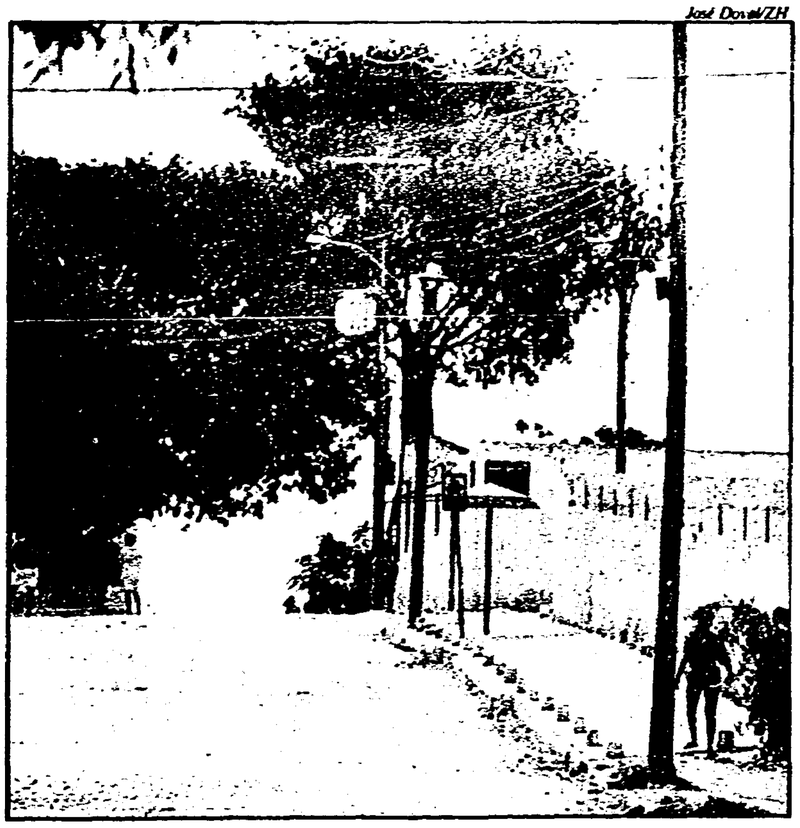
9405778

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES

ENTRADO

Líder do morro mora numa fortaleza

José Doval/ZH



Proteção: *os altos muros da casa de Ivinho, acusado de liderar o morro*

A residência de Ivo Alves dos Santos, o *Ivinho*, situada na esquina das ruas Paulino Azurenha e Mário de Artagão — ponto estratégico no alto da vila, em frente à Pequena Casa da Criança — é como uma fortaleza. Cercada com muros de três metros de altura, a casa é guarnecida por seguranças.

Apesar de apontado por moradores, quadrilheiros e policiais como chefe das drogas no morro, o ex-carroceiro e taxista *Ivinho* (dono de um Gol e um Fusca) está quites com a Justiça. Na última vez em que foi preso por tráfico, 4 de abril de 1993, ficou na prisão apenas um dia porque o flagrante não tinha embasamento.

Ivinho, 54 anos, fez fama no crime. Respondeu a 10 inquéritos por tráfico de drogas. Debutou na vida de presidiário entre junho e agosto de 1959, por comércio de entorpecentes. Voltou ao Presídio Central em novembro de 1975, pelo mesmo motivo. Em maio de

Reprodução/ZH



Ivinho: *10 inquéritos por tráfico*

1977 foi liberado para uma visita familiar e desapareceu. Foi recapturado em julho de 1980, ficando preso até julho de 1982, e novamente reconduzido à prisão em julho de 1992. "Apesar disso, nunca matou ninguém", assegura o seu advogado, Alderico Dorigon. Procurado várias vezes por **Zero Hora** para falar sobre as acusações que lhe são feitas, *Ivinho* não deu resposta.

AMANHÃ (Final): Traficantes levam a guerra para dentro dos ônibus

9405778

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Vila aplaude caçada a um suspeito

"Parado aí, que é a Polícia!". Mal é dado o berro e os quatro rapazes que conversavam no beco, de bermudas e sem camisa, saltam pelas ruelas da vila Maria da Conceição. Pulam cercas e perdem bonés pelo caminho. Os quatro agentes da 11ª Delegacia de Polícia Civil os caçam, espingardas calibre 12 na mão e um revólver em cada bolso. Os moradores se escondem. "Bota essa criançada *pra* dentro de casa, dona, o clima *tá* ruim aqui fora!", avisa um investigador.

A correria termina quando os jovens param, braços erguidos e pernas afastadas. Os perseguidos se apresentam e dão os nomes. Os policiais comemoram. Eles estavam atrás de Alexandro de Souza, o *Dentão*, foragido da Justiça. Não o encontram, mas pegam sem disparar um tiro aquele que é apontado em vários inquéritos como o chefe de uma das quadrilhas em guerra: Carlos Alberto Drey Rabelini, o *Beto* Rabelini, a quem os moradores da vila acusam de líder do tráfico na *Baixada*. Ocorrências policiais o denunciam como envolvido em dois homicídios. É o inimigo de morte de *Ivinho*, suposto chefe do tráfico no *Morro*.

AIDS — Boné dos *Raiders* na cabeça, anéis de prata nos dedos, a palavra amor tatuada em letras garrafais no braço esquerdo e uma guia vermelha e verde de Ogum presa no pescoço, *Beto* não resiste à prisão. Está em liberdade condicional até dezembro de 1998 e pretende responder em liberdade pelos crimes de que é acusado. Algemado, é conduzido pelas vielas da Conceição em meio a um coro de vozes hostis e algumas palmas. "É isso aí, chegou tua vez!", berra um rapaz, com furos de bala no peito e o braço enfaixado.

Beto está com o vírus da Aids há quatro anos. Cumpriu pena por assalto a banco e tráfico de drogas de 1987 a 1992. Assume que é um dos envolvidos na guerra no morro. "O *Ivinho* espalhou que eu *tô* doente e encomendou com 100 gramas de cocaína a morte do meu irmão, o *Alemão*", justifica *Beto*. "O meu irmão deu um tiro nas costas dele, quase matou, e depois disso a bala *corre* todo dia", resume o preso, que diz ser viciado em cocaína (injetada) e ex-assaltante de banco. Ele nega envolvimento no tráfico. Sem ordem da Justiça para prendê-lo, foi indiciado e liberado pelos policiais.

Foto Valdir Friolin/ZH



Caçada: *os policiais civis entram de surpresa no morro, correm atrás de suspeitos e os revistam em um beco*



Algemas: *Beto (E), acusado de chefiar a quadrilha da 'Baixada', não resiste*

05-08
9405778

Nº DOCUMENTO 9405779

TITULO BRASIL PROGRAMA DE PREVENCIÓN "DISQUE-DROGAS".

PROCEDENCIA FOLHA

FECHA DE PROCEDENCIA 4-3-94

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

PERSONAGEM

São Paulo lança hoje o "Disque Drogas"

Folha Imagem



A primeira-dama de São Paulo, Ika Fleury (fôto), inaugura hoje o Disque Drogas Eletrônico, um serviço do Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. O novo serviço vai oferecer ainda um banco de dados com informações relativas às atividades do programa.

9405779

01-02

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA F. S. P.
FECHA DE 15/3/94
VINCULACIONES

Instituto inaugura 'disque-droga eletrônico'

Da Reportagem Local

O Instituto de Medicina Criminológica de São Paulo (Imesc) inaugurou ontem o Disque-Drogas Eletrônico, um banco de dados acessado por microcomputador ligado à linha telefônica. O banco de dados explica aspectos histórico-culturais, efeitos físicos e psíquicos e os vários nomes das drogas. O serviço integra o Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas.

O banco de dados foi organizado por técnicos do Imesc, a partir de livros e artigos de revistas científicas e inclui informações sobre medicamentos, cigarro e álcool entre outras. Os usuários terão acesso a uma lista de instituições de atendimento e tratamento para consumidores de drogas e uma seção de cartas que esclarece dúvidas individuais através do computador.

O Disque-Drogas Eletrônico funciona 24 horas, pelos números (011) 889-7222 e 884-8800. Quem não tem microcomputador pode consultar no Imesc, rua Antônio de Godói, 88 (centro). O Imesc também oferece o Disque-Drogas telefônico —(011) 200-1042—, que opera com mensagens gravadas.

02-02

9405779

1/1

CIRCULO MILITAR

GENERAL ARTIGAS
Av. 18 DE JULIO 2143
TELEF. 41 54 45

Montevideo, 10 de Mayo de 1994.-

Nota/207/994.-
gp

Señor
Director General de Información y Defensa
Presente.-

De nuestra mayor consideración:

Habiendo solicitado su ingreso como socio a este Círculo Militar el Sr. Carlos Cesar Dell'Avo Gonzalez C.I. 1.034.353-1 C.C.A.S.A. Nro. 11063 se solicita saber si el mismo y sus familiares registran anotaciones en la Dirección a su mando.-

Saluda a Usted atentamente.-
Por la Sub-Comisión de Defensa del C.M.

Cnel. Rivera Elgue

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada: 9/6/94
N. 207

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 08.06.94
Pasa a: D/DI
Nº de Entrada: 9405780

Antecedentes
405780

1/1

CIRCULO MILITAR

GENERAL ARTIGAS
AV. 18 DE JULIO 2143
TELEF. 41 54 45

Montevideo, 30 de Mayo de 1994.-

Señor

Director General de Información y Defensa

Nota- No. 253/994.-
cvp.

P r e s e n t e. -

De nuestra mayor consideración:

Habiendo solicitado su ingreso como socio a este Círculo Militar el Sr. don Werther Pascoll Brandes, cuyos datos se adjuntan al presente oficio.-

se solicita saber si el mismo y sus familiares registran anotaciones en la Dirección a su mando.-

Saluda a Usted atentamente.-
Por la Sub-Comisión de Defensa del C.M.

Cnel. Rivera Elgue

Fecha de Entrada 9/6/94
Nº 209

DIRECCION ... INFORMACION
Fecha 08.06.94
DIDI
9405785

Antecedentes
9405785

003

Matrícula Nº

Montevideo, de 19

SR. PRESIDENTE DEL CIRCULO MILITAR "GENERAL ARTIGAS"

(Honorario - Activo)

CNEL. JULIO BROVIA

Socios de la Institución, vienen a presentar como aspirante a socio suscriptor al señor/a WERTHER PASCOLL BRANDES

(Nombres) (Apellido paterno Apellido materno)

persona de nuestro conocimiento y que por su conducta ciudadana, lo consideramos digno de ser aceptado como socio de la Institución.

Nombre del Padre: MARCOS PASCOLL (fallecido)

Nombre de la Madre: ELSA BRANDES ~~(fallecida)~~

Nacimiento Fecha 31 AGOSTO/43

Lugar MONTEVIDEO

Documentos que justifiquen su identidad: C.C. BVB 8047 C.I. 1.053.964-9

Si es extranjero, tiempo de residencia en el país

Si es socio de una Institución similar, indicarla

Estado Civil CASADO

Nombre y apellido de la esposa SUSANA MARTIN

Nombre de las hijas solteras NUTAREL

Nombre de los hijos menores WERTHER

Domicilio Civil 18 de Julio 2088 / 2 Piso

Comercial MERCEDES 873 / 1er. Piso

Profesión, ocupación, etc. ABOGADO

Unidad en que revista

Hechos que justifiquen el estar comprendido en el Art. 7º Inc. D del Estatuto

Informes Jef. Pol. Montevideo S.I.D.

Adjuntar 2 fotografías Tipo Carnet

SESION COMISION DIRECTIVA

Firma del aspirante [firma]

Firma de los socios que lo presentan:

1) [firma]

2)

Montevideo, de

002 9405785

Matrícula Nº

Montevideo, de 19

SR. PRESIDENTE DEL CIRCULO MILITAR "GENERAL ARTIGAS"

(Honorario - Activo)

Socios de la Institución, vienen a presentar como aspirante a socio suscriptor al señor/a

(Nombres) (Apellido paterno Apellino materno)

persona de nuestro conocimiento y que por su conducta ciudadana, lo consideramos digno de ser aceptado como socio de la Institución.

Nombre del Padre: (fallecido)

Nombre de la Madre: (fallecida)

Nacimiento Fecha

Lugar

Documentos que justifiquen su identidad: C.C. C.I.

Si es extranjero, tiempo de residencia en el país

Si es socio de una Institución similar, indicarla

Estado Civil

Nombre y apellido de la esposa

Nombre de las hijas solteras

Nombre de los hijos menores

Domicilio Civil

Comercial

Profesión, ocupación, etc.

Unidad en que revista

Hechos que justifiquen el estar comprendido en el Art. 7º Inc. D del Estatuto

Informes Jef. Pol. Montevideo S.I.D.

Adjuntar 2 fotografías Tipo Carnet

SESION COMISION DIRECTIVA

Firma del aspirante

Firma de los socios que lo presentan:

1)

2)

Montevideo, de

003/003 9405785

9405787

COPIA No. 1/

1/8

Hoja 1 de 2
Copia 1 de 1

Montevideo, 07 de Junio de 1994.-

M E M O R A N D U M Nro. 940162 /S.O.E.

I.- ASUNTO ACTO EXPLANADA UNIVERSIDAD

II.- REFERENCIA Responde E.E.I. Nro. Orden 9405709

III.- T E X T O

- En el día de la fecha se toma conocimiento que a la hora 11:00 aproximadamente arribarían trabajadores de la pesca de ASTRA (La Paloma), pasando a alojarse en el local de Ciudadela 1417 //// (SUNTMAR).

Para las 11:30 arribarían a esa funcionarios de El Espinillar (Salto) alojanose en Enriqueta Compte y Riquet 1275 (SOIMA), / y un grupo de cañeros procedentes de Bella Unión, Belén, y Constitución, habiéndose previsto para la hora 18:00 una concentración en la Explanada de la Universidad.

- Siendo la hora 15:00 se efectúa reconocimiento de los // locales antes mencionados detectándose en el primero (Ciudadela 1417) 6 personas en la puerta y las siguientes pancartas:

- BIENVENIDOS COMPAÑEROS.
- FOMENTAR LA MARINA MERCANTE, DEFENDER EL RECURSO PESQUERO, JUBILACIONES ESPECIALES PARA LOS MARINOS.

Fueron detectadas la siguientes matrículas: 920-801 (al cual asciende un NNM que sale del local con dos sacos de pan), 882-042, 514-928, 801-998 (Florida).

En el segundo local, Hocquart 1523, fueron detectadas las siguientes matrículas: 927-796, 862-320, Moto 83-138, 777-414.

En el tercer local (Enriqueta Compte y Riquet 1275) SOIMA, se detectaron unas 100 personas aproximadamente y la siguiente // pancarta:

- ABAJO LA RESIGNACION, ARRIBA LOS QUE LUCHAN.

Fué detectada una camioneta matrícula 632-315, con alto / parlantes.

- Siendo las 18:45 horas aproximadamente, dió comienzo el acto en la intersección de las calles 18 de Julio y Eduardo Acevedo, constatándose una concurrencia estimada en 150 personas aprox., la mayoría hombres de entre 25 a 60 años.

FECHA 13/6/94 INICIAL (GM) 008

Procesado

OBSERVACIONES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de ...
09 JUN 1994
Biog, Licolocio Hil
9405787

9405...

- Hicieron uso de la palabra **Roberto CABALLERO** en representación de General Eléctric, **Daniel CATANI** (fonético) en representación de "los vecinos y peludos" del Sindicato de SUDORA de Bella Unión y Belén, **Jacqueline** estudiante de la zona de Bella Unión leyó una proclama de los vecinos, **"Cholo" GONZALEZ**"en representación de los trabajadores cañeros de Bella Unión y finalmente hizo uso de la palabra **Jelmer ARCE** en representación del PIT-CNT.

- Se constató la presencia de los siguientes dirigentes : **Juan José BENTANCOR** (PIT-CNT), **Luis PUIG** (PIT-CNT), **Alcidez LANZA** (PIT-CNT), **Oscar LOPEZ** (PIT-CNT), **Lirio RODRIGUEZ** (PIT-CNT), **Lucas PITALUGA** (M20Mayo), **Guillermo CHIFFLET** (PS), **Helios SARTHOU** (PVP-MPP), **José Alberto LOPEZ MERCAO** (MLN-T), **Arturo DUBRA** (MLN-T), **Jorge ZABALZA** (MLN-T), **Carlos HALLER** (MLN-T), **Ruben SASSANO** (MLN-T), **Ruben GARCIA** (MLN-T).

- La seguridad y organización del acto estuvo a cargo del MLN-T destacándose a **Carlos HALLER** y 5 NNM dispuestos entre los participantes y rotando entre los mismos.

- La concurrencia alcanzó un máximo de 250 personas aproximadamente, en actitud pacífica durante todo el desarrollo del acto.

- Se pudieron apreciar banderas de las siguientes Asociaciones de Estudiantes : Agronomía, Química, Odontología y Ciencias.

- Se entonó el siguiente cántico : "SE ESCUCHA, SE ESCUCHA ARRIBA LOS QUE LUCHAN".

- Finalmente, se tomó conocimiento que el día 09 de los corrientes se realizará un festival para recaudar fondos. El mismo se llevará a cabo en el Club IASA, sito en Yatay y San Martín a partir de las 1930 horas. También se invitó a los participantes a concurrir, después de finalizado el acto, a una reunión abierta del PIT-CNT que se llevaría a cabo en el Sindicato de Alpargatas.

- El acto se dió por finalizado a las 1955 horas, retirándose los presentes en forma pacífica.

- Se adjuntan volantes y tomas fotográficas.

IV.- **DISTRIBUCION** : Original - Sub Director (Int.) - Jefe Dpto. III (Archiv
Copia 1 - Jefe del Departamento I

082 294058

-POR EL RESPETO A LA DEMOCRACIA GREMIAL Y EN DEFENSA DE NUESTRO SINDICATO.
-POR LA RESPONSABILIDAD QUE TODOS LOS TRABAJADORES DEBEMOS ASUMIR ANTE LA GRAVEDAD DE ESTOS HECHOS.
-POR UN SINDICATO SIN CAUDILLISMOS NI SECTARISMO
-PARA QUE NO NOS TRAMPEEN EL DESTINO DE NUESTRO SUNCA

CONVOCAMOS A TODOS LOS TRABAJADORES, SEAN O NO DELEGADOS, PARA IMPEDIR UNA NUEVA MANIOBRA, A LA PROXIMA SESION DEL SABADO 11 HORA 8 EN EL TEATRO ASTRAL

POR LA DIGNIDAD DE LOS QUE VERDADERAMENTE CONSTRUIMOS

AGRUPACION CLASISTA 20 DE JULIO



SUNCA ALERTA

SE INTERRUMPE EL VIII CONGRESO ¿PORQUE?

La Agrupacion Clasista 20 de Julio ,ante los hechos sucedidos en la ultima sesion plenaria **DENUNCIA:**

1)La soberbia de algunos dirigentes (ej. JoséTorres "Canario") que en una clara y deshonesta maniobra, desconocen y violan lo ya decidido en el propio Congreso, respecto a su funcionamiento,de acuerdo a los estatutos vigentes.

2)Como consecuencia de estas maniobras y actitudes el propio presidente, Lirio Rodriguez y la mayoria de la Mesa Electa para dirigir el Congreso se retiran repudiando esta situacion.

ACAMPAMOS POR TRABAJO EN

COA SOIMA SUNTMA

E. COMTE Y RIQUET 1275 HOCQUART 1624 CIUDADELA 1537

CONCENTRACION MARTES 18hs. EXPL. DE LA UNIVERSIDAD

JUEVES 9
ACTO FESTIVAL 19hs.
PALACIO SUDAMERICA

COMITE POR LA VIDA Y LA JUSTICIA

Poco legible

0405787

COPIA No. 1/1



CHOLO GONZALEZ (REPRES. CAÑEROS DE BELLA UNION)

115

09405787

COPIA No. 1/1



CHOLO GONZALEZ (REPRES. CAÑEROS DE BELLA UNION)

1 5

9405787



JACQUELINE (ESTUDIANTE DE LA ZONA DE BELLA UNION)



DANIEL CATANI (REPRES DEL SINDICATO DE SUDORA DE BELLA UNION Y BELEN)



ROBERTO CABALLERO (REPRES. DE GENERAL ELECTRIC)

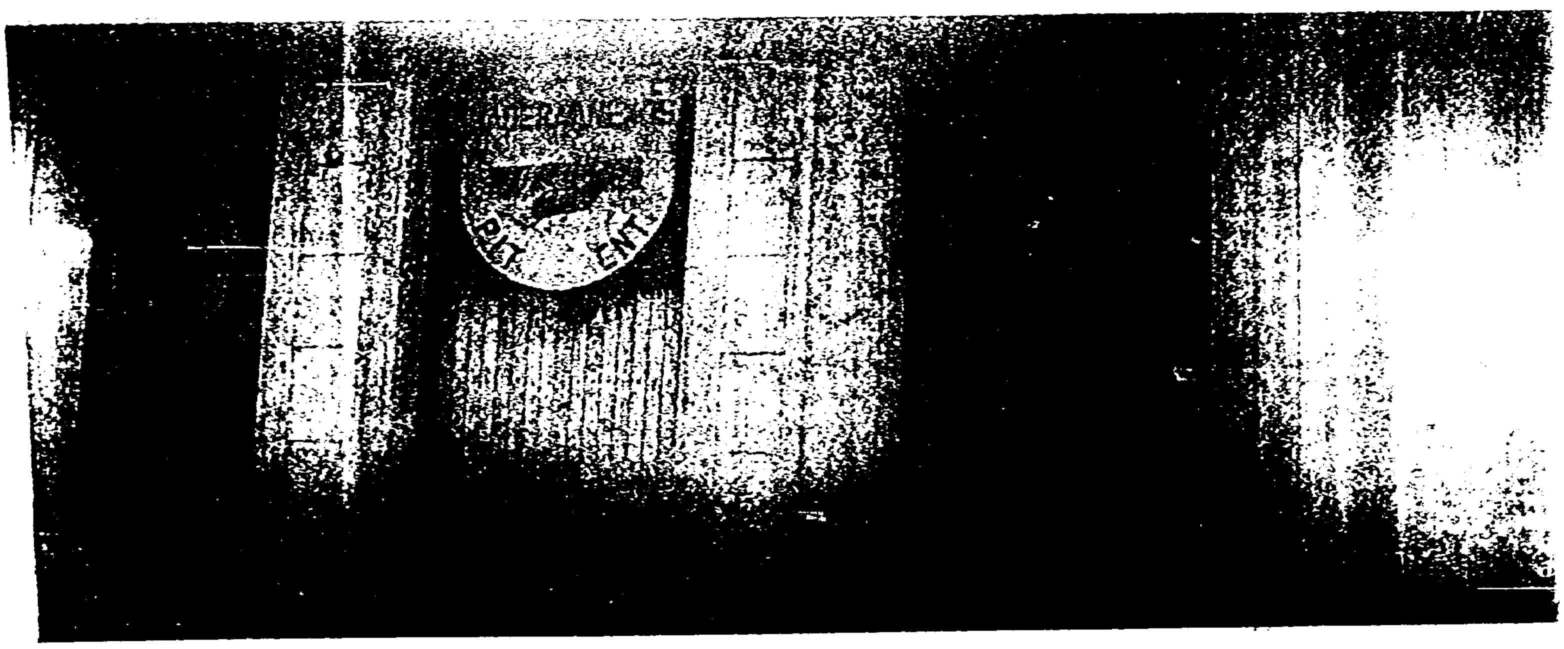


JELMER ARCE (REPRES. PIT-CNT)

111



CIUDADELA 1417



HOCQUART 1523

008/008

9405789

ORIGINAL

MEMORANDUM NRO 940163/REI/FECHA: 08.MAY.94

I - ASUNTO: GRUPO F.I.T.

II - EVALUACION:

III - REFERENCIA:

IV - T E X T O :

Se tomó conocimiento que:

- La acción explosiva contra la Empresa Alvaro Palenga fue realizada por integrantes del Grupo F.I.T..

- La razón de la acción armada sería demostrar que aún en períodos democráticos se pueden realizar pequeñas acciones desestabilizadoras que a la vez sirvan de entrenamiento.

- Actualmente dentro del F.I.T. existen dos líneas de acción:

a) Integrada por el MRO (conducida por José Maneiro) y Jorge Zabalza (MLN), partícipes de acciones Armadas pero sin involucrar ni atacar la imágen del F.A..

b) Otra línea liderada por Ricardo Cohen (PCR) que plantea una acción total.

Se confirma lo ya informado sobre que Hugo Cores (PVP) y parte del PVP pasaría a la línea de Danilo Astori, la otra parte del sector se plegaría posiblemente al F.I.T..

Asimismo sucedería con el MLN-T donde FERNANDEZ HUIDOBRO y un 80% del grupo acompañarían a Danilo Astori y el otro restante acompañaría a Jorge Zabalza.

CORREGIDO F. 10/10/94 Inic.:

FECHA 07/10/94 INICIAL (64)
Procesado a Sistema
OBSERVACIONES: Asunto y Personas

09 JUN. 1994
Biog. Militar
9405789

8-6-94
Dpto I
940430

SECRETO

001/002

V - DISTRIBUCION: Original- Sr. JEFE DEL DPTO. I

IDENTIFICACION DEL AGENTE

(r.m.)

002|002 0405789

Nº. DOCUMENTO 9405790

TITULO Aumentan agresiones de neonazistas en San Pablo

PROC 15C029

FE 1/5/94

VI 11204 fen

507482 Bc

ENTRADO HZ

CRUZADO HZ

DOC. CON PARTES ILEGIBLES

9405790

01-01

P.132.-

Montevideo, 9 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Efectuarán en el día de hoy paro de una hora en la zona D correspondiente a Colón Sayago y General Flores e Industria, en reclamo de fuentes de trabajo y de convenios que defienden y mejoren los salarios. En el día de mañana se efectuará un Activo de Delegados.-

LEMU S.A: En reclamo del reintegro de 5 obreros despedidos desde el 24/V/ se encuentran realizando paro.-

DELME S.A: Islas Canarias 6271, continuan de paro en reclamo del reintegro de dos obreros despedidos.-

INDUNOR: Cno. Maldonado 15.500, continuan con la olla sindical en frente a la planta con un campamento.-

INDUSTRIA DE LA ALIMENTACION

EL TRIGAL: En reclamo de salarios continuan de paro por una hora y media por turno.-

ORGANIZACIONES [illegible]

PIT-CNT: El 10/VI/ efectuarán una asamblea para confirmar la propuesta de un paro por 24, 36 o 48 horas para los sectores públicos o privados.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C: En reunión de la Tripartita realizada en el día de ayer no se llegó a ningun acuerdo, normalizandose la situación aunque no realizan horas extras.-

2)- INFORMACION ESTATAL

INTERGREMIAL UNIVERSITARIA: En la convención realizada en el Paraninfo de la Universidad en el día de ayer se resolvió continuar con las medidas de lucha, manteniendose la huelga. En el día de hoy a la hora 13.00 efectuarán una asamblea General en el Paraninfo de la Universidad.-

A.O.D.A.MTOP: En el día de ayer se concentraron a la hora 11.30 se concentraron en el Hall del MTOP unas 200 personas, las que a la hora 13.40 comenzan a marchar por Rincon, tomando Mercedes y Avda del Libertador hacia el Palacio Legislativo, ingresando una delegación al mismo para entrevistarse con dirigentes politicos, dispersandose a la hora 15.00.-

A.T.S.S: Se prevee para el 13/VI/ la realización de una asamblea a la hora 10.00.-

CIA. DEL GAS: Contra la privatización en el día de hoy a la hora 10.30 efectuarán un paro con posterior Asamblea General en el local de Convención y Maldonado.-

TRABAJADORES DE EL ESPINILLAR: En reclamo de fuentes laborales en el día de hoy a la hora 14.30' concurriran al Palacio Legislativo a entrevistarse con la Comisión de Legislación del Trabajo. A la hora 15.00 con la Comisión de Planeamiento y Presupuesto. A la hora 20.00' concurrirán a la Ciudad de Las Piedras donde se efectuará una Peña Folclorica, cuya entrada será de un kilo de alimentos.-

3)- INFORMACIONES VARIAS

1)-8/VI/94: En el día de ayer a la hora 13.40' en circunstancias en que el Vuelo Nro.704, de PLUNA tocaba tierra, en el Aeropuerto Internacional de Carrasco se recibió una amenaza telefónica que anunciaba la colocación de un artefacto explosivo. Personal Tecnico realizó la inspección con resultados negativos.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 09 JUN 1994
Pasa a Archivo - Militar
9405791

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 08.06.94
Pasa a DIDE
Nº de Identificación 9405791

9405791

001/001

Nº. DOCUMENTO 9405792
TÍTULO Ola de atentados de grupos protestantes em Irlanda
150 538
1/5/94
11213 JM
66196 IRL
314711 IRA
ENT MZ
CRUZ MZ

Irlanda vive onda de violência protestante

Atentados contra a minoria católica, contrária à união do país com o Reino Unido, superam os do IRA neste ano

Conflito é histórico

Do enviado especial

A violência sectária que caracteriza a história da Irlanda começou com a colonização por protestantes britânicos no século 17.

A colonização ocorreu no nordeste da ilha (Ulster), onde viviam os católicos. Em 1800, a Irlanda tornou-se parte do Reino Unido.

No século 19 surgiu um movimento pela independência, que explodiu em violência. O IRA manteve guerrilha contra os britânicos.

Em 1920, foram criados dois Parlamentos em Dublin, para 26 distritos predominantemente católicos, e em Belfast, para os outros seis, de maioria protestante.

Em 1922, os 26 distritos do sul ganharam o status de Estado Livre da Irlanda, a hoje República da Irlanda.

Com o apoio protestante, o Partido Unionista do Ulster controlou o Parlamento em Belfast, com a minoria católica fora do poder.

O aumento contínuo da tensão culminou no pacífico movimento de direitos civis do final dos anos 60.

Grupos protestantes reagiram com violência ao movimento e parte do IRA iniciou uma campanha de contra-ataques e atentados.

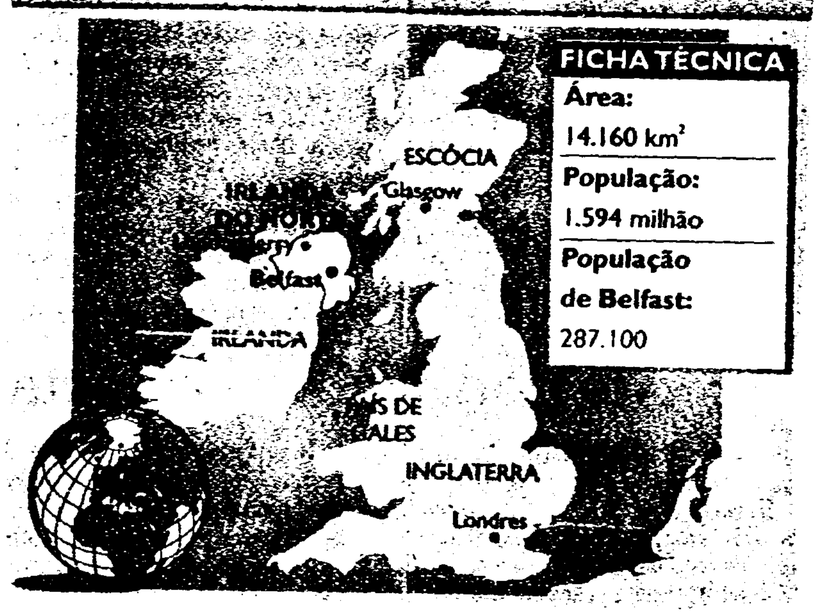
Em 1969, o Exército britânico passou a responder pela segurança no norte.

Em março de 1972, com o aumento da violência, o governo britânico assumiu a administração, dissolvendo o Parlamento em Belfast.

O IRA incrementou suas ações terroristas desde então. De 1969 até março de 1994, 3.120 pessoas morreram na Irlanda do Norte. (SM)

Editoria de Arte/Folha Imagem

A IRLANDA DA RAINHA



9405792

01-02

Presos são ligados a paramilitares

Do enviado especial

Cerca de 60% da população carcerária da Irlanda do Norte diz ter laços com paramilitares católicos ou protestantes, embora todos sejam tratados como presos comuns.

O governo britânico gasta cerca de US$ 100 mil por ano com cada um dos 2.000 presos (contra US$ 40 mil na Grã-Bretanha) por causa da segurança máxima.

Reflexo do aumento da violência paramilitar protestante, o número de terroristas protestantes presos nos últimos dois anos é maior do que o de católicos. (SM)

SÉRGIO MALBERGIER
Enviado especial à Irlanda do Norte

Com o aumento das iniciativas de paz para o conflito entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte, cresceu também a violência de grupos paramilitares protestantes contra a minoria católica (pouco mais de 40% da população).

Os grupos paramilitares católicos reagiram, causando uma espiral de violência que deixou nove mortos em oito dias terminados na última quinta. A polícia acha que a violência ainda pode aumentar.

Os grupos protestantes são conhecidos como "unionistas" e querem manter a Irlanda do Norte dentro do Reino Unido.

Seus ataques e assassinatos este ano já ultrapassam os cometidos pelo IRA (Exército Republicano Irlandês, católico, que luta pelo fim do domínio britânico e pela união da Irlanda do Norte com a católica República da Irlanda).

Segundo Terry Houston, porta-voz da polícia em Belfast, os unionistas "não têm cultura ou ideologia forte como o IRA" e costumam atacar católicos aleatoriamente, enquanto o IRA quase sempre tem como alvo membros ou pessoas ligadas ao governo britânico e seu aparato de segurança.

Enquanto o IRA tem uma estrutura militar rígida, com brigadas e batalhões, os unionistas são menos organizados e disciplinados.

Houston avalia que o IRA precisa de cerca de US$ 10 milhões por ano para financiar suas atividades, enquanto os unionistas gastariam US$ 4 milhões.

A maior parte do dinheiro vem de esquemas de extorsão parecidos com os do crime organizado, roubos e falsificação.

No caso do IRA, há também significativa contribuição da influente comunidade irlandesa nos Estados Unidos.

A polícia diz que o IRA recebe dinheiro de traficantes de drogas, por permitir que eles atuem em regiões católicas de Belfast. A organização nega veementemente.

O IRA alega que mantém os traficantes e ladrões fora das áreas sob seu domínio.

De qualquer forma, a Irlanda do Norte como um todo tem uma das menores taxas de criminalidade de toda a Europa, menor do que as da Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales e Escócia), mesmo incluindo a violência sectária.

O aumento da violência dos grupos paramilitares protestantes coloca pressão para que o IRA reaja.

Alguns católicos enxergam o grupo terrorista como seu protetor natural contra os unionistas, enquanto outros acham que o IRA é culpado por incentivar a violência.

O IRA historicamente se recusa a entrar num esquema de revanchismo automático para, segundo Houston, evitar espiral da violência de consequências imprevisíveis. As mortes da semana passada parecem indicar esta tendência.

Para o deputado protestante William Ross, do Partido Unionista do Ulster, os unionistas aumentaram seus ataques porque eles "se sentem traídos" pelo governo britânico, principalmente após a iniciativa de paz de dezembro passado pelo premiê britânico, John Major, e pelo presidente da República da Irlanda, Albert Reynolds.

A iniciativa prevê que qualquer solução para o conflito da Irlanda do Norte seja aprovada em referendo pela população da região, o que garantiria a manutenção do status atual devido à maioria de cerca de 60% de protestantes.

O que mais desagradou os unionistas foi a disposição de Londres de negociar e dar mais poder à República da Irlanda.

Mas pesquisas de opinião mostram que a maioria a favor da manutenção da Irlanda do Norte como parte do Reino Unido pode chegar a 80%, devido ao grande número de católicos (principalmente entre a classe média) que preferem manter os quase US$ 10 bilhões de investimentos anuais do governo britânico.

9405792

0202

Nº DOCUMENTO 9405793

Estado de "conmoción interior" para evitar salida de reclusos guerrilleros

150090

2/5/94

11740 sub

65592 col

MZ
42

Colombia

LEVANTAN "CONMOCION INTERIOR"

El Gobierno de Colombia levantó ayer el estado de "conmoción interior", pero, simultáneamente, prorrogó durante 90 días la emergencia judicial.

Hace dos semanas el Gobierno acudió a esas fórmulas de estado de excepción para impedir que recobrasen su libertad unos 840 presos de las cárceles de país, acusados de terrorismo, narcotráfico y acciones de guerrilla. Las dos medidas fueron notificadas por medio de un decreto del Ejecutivo en el que se explica que la prorroga de la emergencia judicial se adopta para permitir que los despachos de la justicia evacúen y resuelvan los procesos en curso. El decreto fue promulgado por la presidencia colombiana tras una reunión del jefe del Estado, César Gaviria, los ministros y las directivas de las corporaciones judiciales.

5/21 E3

Estado de Excepción

SANTAFE DE BOGOTA, 1º (EFE).— El gobierno de Colombia decretó hoy el estado de "conmoción interior" para evitar la salida, este lunes, de 8.. reclusos acusados de rebelión, terrorismo y narcotráfico y que tendrían derecho a su excarcelación por haberse vencido el plazo para ser condenados. "Se trata de evitar la impugnidad", dijo el ministro colombiano de Justicia, Andrés González, al término de un Consejo de Ministros que sesionó toda la tarde en el Palacio de Nariño y que también declaró la "emergencia judicial", que le otorga facultades especiales a los fiscales y a los jueces para agilizar los procesos.

5/21

9405793

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405794
TITULO disputas por la flota del Mar Negro.
PROCEDENCIA L. N.
FECHA DE P... 28/5/94
VINCULACIONES 11876
507294
507355
11163

La flota, una piedra de toque

Por Alvaro Sierra
(Corresponsal del Grupo de Diarios América en Moscú)

Fricción: Ucrania y Rusia llevan dos años disputándose la flota del Mar Negro, integrada por naves que rara vez zarpan, por falta de combustible.

SEBASTOPOL, 27.- Aquí, en la última ciudad cerrada de la ex-Unión Soviética, está basada la Flota del Mar Negro, que Ucrania y Rusia llevan dos años disputándose.

Una de las trece ciudades "héroes" de la URSS, Sebastopol, está llena de los monumentos que recuerdan la feroz resistencia que opuso a los nazis en la Segunda Guerra Mundial.

El puerto es chico, con un pequeña boca cerrada por una red especial contra submarinos y el viejo fuerte Konstantinovski, que todos los días a las doce dispara un cañonazo.

En Sebastopol abundan los mítines. No muy concurridos, pero frecuentes. Esta es la piedra de toque de las disputas entre Rusia y Ucrania. Ambos países se pelean por la propiedad de la flota. Pese a que los presidentes Boris Yeltsin y Leonid Kravchuk han firmado tres acuerdos en la cumbre, las divergencias siguen. En el último se acordó que Ucrania se quede con 164 barcos y Rusia con 669, 225 de los cuales deberá comprarle a Ucrania.

Pero cuando los ministros de Defensa estaban a punto de firmar los documentos la reunión se interrumpió. Rusia exige que Sebastopol sea su base exclusiva y que Ucrania se vaya de aquí. Esta ofrece basar ambas flotas en la ciudad y alquilar a Rusia su parte por 5 años.



Leonid Kravchuk

Al fondo del puerto, el objeto de la discordia. Docenas de barcos vetustos, con una edad media de 20 años, que pasan rugiendo y emitiendo humo cuando salen, ya sólo de vez en cuando por falta de combustible, al mar. Faltos de hombres, oficiales y especialistas. Como la ciudad, la flota, uno de los orgullos de la URSS, se ha venido a menos desde su disolución.

Vivir y prestar servicio aquí era un privilegio y un orgullo. Hoy los oficiales de la marina rusa se niegan a venir por las dificultades, el deficitario financiamiento.

Pero los barcos todavía están en capacidad de disparar.

No sabe, no contesta

Serguei Dolzhikov es oficial de información en el centro de prensa de la Flota del Mar Negro. Con el escudo de las Fuerzas Armadas Rusas en el hombro, es la viva imagen del tratamiento que daba a la prensa el régimen soviético.

Le solicito datos sobre la Flota: "pídalos en el Ministerio de Defensa en Moscú". Le pido una opinión sobre la pelea ruso-ucrania en torno de la Flota: "Nosotros somos militares. Nuestros asuntos son los barcos, los cañones, los disparos". Le pido entrevistar al comando: "Se necesita permiso especial de Moscú". Termina por darme un "acompañante", al cual da algunas recomendaciones al oído.

En el centro de prensa de la Flota de Guerra Ucrania ocurre todo lo contrario. El capitan Chubuk parece deseoso de hablar.

Le muestra a uno su falta de medios, le cuenta sobre los pocos barcos que tiene Ucrania, dice que toda la flota tiene en total más de 800 y los rusos, que sólo son 357.

Añade que los oficiales del otro centro de prensa son especialistas del ejército en contrainformación. Se muestra escandalizado de por la posición oficial rusa: "Hemos hecho muchas concesiones", dice.

"Pretendemos sólo el 18 % del total de la flota. Eso no es dividirla sino entregar casi todo a Rusia. Y ellos nos piden que nos vayamos de aquí. ¡Esto es territorio ucranio!". Y sentencia: "la flota es un factor de desestabilización. Pero la lucha no es alrededor de la flota sino de Crimea, si será rusa o ucrania".

La flota ucrania es mínima. "Tienen 4 barcos y 8 almirantes; risible", me dijo el ruso Dolzhikov. "Los últimos 9 meses ya no la financiamos. Para qué, si sólo se subordina a las órdenes que vienen de Moscú, pese a estar formalmente bajo el comando de los dos presidentes", me soltó amargamente el ucranio Chubuk.

En el fondo, la conducta de Rusia con relación a la flota, a Sebastopol y a Crimea, es la de un imperio frente a su enclave. La del gobierno ucranio, acosado por la crisis económica y la impopularidad, la de quien se aferra a la bandera nacional como último recurso. Y la de las autoridades locales arriesga llevar a ambos al choque: la administración de la ciudad y el Parlamento de Crimea han declarado abiertamente su opinión de que la ciudad es rusa.

Para completar, el comando de la flota no oculta su reticencia a una división y sus posiciones son claramente pro rusas. Colección de personajes que no augura nada bueno.

9405794

01-02

Nº. DOCUMENTO
TITULO La flota del Mar Negro.
PROCEDENCIA L. N.
FECHA DE ... 3/5/94
VINCULACIONES 11876
507294
507355
11163

La flota del Mar Negro

EL reparto de la flota del Mar Negro entre Rusia y Ucrania sigue siendo una cuestión de laborioso trámite y de final incierto. Tras el acuerdo de julio último, suscripto por los presidentes de ambas naciones, Boris Yeltsin y Leonid Kravchuk, que decidió la partición de la poderosa armada de la desmembrada Unión Soviética para 1995, los hechos no respondieron a lo convenido.

Hace poco, nuevos incidentes complicaron aún más la conflictiva situación, con recíprocas acusaciones de haber emprendido acciones unilaterales, en infracción de normas pactadas. Ahora, un nuevo acuerdo ha venido a ratificar la voluntad conciliadora y el propósito de superar el litigio y avanzar hacia un amplio tratado de amistad y cooperación.

La flota en cuestión, una de las mayores del mundo, está integrada por 45 cruceros, 28 submarinos y 300 buques menores, que cuentan con el apoyo de 200 aviones, y con las respectivas instalaciones portuarias y dependencias para el personal distribuidas en Sebastopol, Odesa y otras posiciones menores, sobre todo en la costa ucrania.

Este enorme potencial bélico fue el contrapeso que opuso la URSS a la VI Flota de los Estados Unidos, que operaba en el Mediterráneo en los tiempos de la guerra fría.

Producida la disociación de las repúblicas soviéticas, Ucrania demostró su vocación independentista planteando su propósito de contar con una fuerza naval propia: la flota del Mar Negro pasó a ser objeto de disputa, lo mismo que el arsenal nuclear existente en su territorio. Ambos temas fueron motivo de preocupación internacional, y Ucrania los usó al negociar beneficios compensatorios.

El Acuerdo de Desmantelamiento de las Armas Nucleares resolvió en enero el problema más inquietante, pero las conversaciones sobre el destino de la flota siguieron un curso zigzagueante. Poco después de firmado el primer acuerdo, en efecto, Kravchuk debió soportar una dura resistencia interna de los sectores nacionalistas, que no toleraban la anunciada venta de naves a Rusia.

Por su parte, el personal de los buques –70.000 hombres– reaccionó con un hecho simbólico: izó la bandera rusa de San Andrés, signo zarista y emblema –según se explicó– de una alianza válida para las dos repúblicas. Pero no todos, seguramente, lo entendieron así: Ucrania mantiene como un recuerdo irritante su anexión a la Rusia zarista en 1773, y el abrupto final de un breve paréntesis de libertad, desde 1917 hasta que en 1920 pasó forzadamente a integrar la URSS.

Ucrania sostiene ahora que, según su experiencia histórica, si no cuenta con una flota, el sur de su territorio queda indefenso. La sucesión de desinteligencias e incertidumbres ha dejado paso a un nuevo acuerdo alcanzado bajo la presión de incidentes confusos, en el que subsisten cuestiones no resueltas. Las promesas de negociaciones más amplias y cooperativas todavía parecen de problemático cumplimiento.

Están en juego viejas tradiciones imperiales y afanes nacionalistas. En el medio, una flota poderosa sin objetivos claros, millares de tripulantes desunidos (dos tercios de los cuales son ucranios), un presupuesto magro, una pertenencia incierta y un cuadro, en fin, desmoralizador, para el que no se advierte una salida fácil. En este clima, cuanto más pronto se produzcan las definiciones, mejor. La incertidumbre es mala consejera.

02-02 9405794

Nº. DOCUMENTO 9405795
TITULO tibio avance por negociaciones sobre Crimea
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE 25/5/94
VINCULACIÓN 11876
507294
507355
11164

Tibio avance sobre Crimea

MOSCU, 24 (EFE Y AFP). — Los jefes de gobierno de **Rusia y Ucrania continuarán mañana miércoles las tensas negociaciones (comenzadas el lunes en Moscú) sobre la división de la disputada Flota del Mar Negro**, problema de fondo que resurgió a partir de la crisis entre el gobierno ucraniano y las autoridades separatistas de la península de Crimea.

Con un mínimo gesto conciliador se suspendieron hoy las negociaciones entre los primeros ministros de Rusia **Viktor Chernomyrdin**, y de Ucrania, **Yefim Zviagulski**, reunión a la que se unió —por pedido de Moscú— el viceprimer ministro de Crimea **Eugueni Saburov**.

La crisis se desató la semana pasado cuando Crimea restableció su Constitución de 1992, un paso indirecto para su independencia de Ucrania.

No obstante, el verdadero conflicto entre las dos potencia nucleares ex soviéticas es el dominio de la poderosa Flota del Mar Negro estacionada en Sebastopol, Kiev y Moscú acordaron hoy en principio un reparto numérico de buques: 164 para Ucrania y 669 para Rusia, pero no se precisaron aún los detalles, como el tamaño y la clase de los navíos que pasarían a las Fuerzas Navales Ucranianas y las que quedarían en la Flota del Mar Negro de Rusia (FMNR).

Otro punto arduo que impide el avance de la discusión es el status del puerto de Sebastopol: si será una base, la principal de la flota (como quieren los rusos) o si la flota estará estacionada en Sebastopol, como ciudad ucraniana.

No obstante, las tres partes cedieron en esta reunión: Crimea se comprometió a no aplicar, hasta nueva orden, la polémica Constitución de 1992; Ucrania aceptó congelar el ultimátum en el que le daba 10 días a Crimea para reconocer la ley ucraniana y Moscú intentó dejar claro que no pretende aprovechar en su beneficio las aspiraciones independentistas de la península.

9405795

01 - 01

Nº. DOCUMENTO 9405796
TITULO Estonia: Pidió al Consejo de Europa condicione el ingreso de Rusia a este organismo...
PROCEDENCIA L.J. (ASC014)
FECHA DE P. 12/5/94
VINCULACIONES - 11.876
- 507186
- 507293
- 508078
- 11164

Estonia

PROBLEMAS CON RUSIA

El ministro estonio de Exteriores, Yuri Luik, pidió al Consejo de Europa , miércoles, que condicione el ingreso de Rusia en este organismo a la retirada definitiva de las tropas rusas de Estonia y a que Moscú renuncie a sus pretensiones de tener intereses estratégicos en el Báltico. Según la agencia Baltic News Service, Luik intervino ayer en la sede del Consejo, en Estrasburgo, para exigir que Rusia renuncie a su nueva doctrina de «extranjero cercano», como denominan en Moscú a los países surgidos de la extinta URSS. Las relaciones de Moscú con Estonia volvieron a agravarse la semana pasada cuando el ministro de Defensa de Rusia, Pável Grachov, amenazó con aumentar el contingente ruso en suelo estonio en lugar de proceder a su retirada total.

9405796

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405797
TITULO Rusia firma acuerdo con Letonia para mantener base militar.
PROCEDENCIA L.J.
FECHA DE F... 30/5/94
VINCULACIONES - 11776
- 507293
- 507184
- 11005
- 11164
- 11163
- 11399

Moscú firma acuerdo con Letonia en el terreno militar

RUSIA MANTENDRA UNA BASE MILITAR EN LETONIA

Rusia firmará hoy sábado, con Letonia un acuerdo que le permite mantener abierta una base militar en este país hasta fines de siglo, aunque se compromete a retirar el grueso de sus tropas, unas 12.000, antes de finales de agosto, informaron hoy fuentes oficiales rusas.

El acuerdo, culminado el jueves por las delegaciones de ambos países que se reunieron en Jurmala, balneario letón en la costa báltica, debe ser firmado en Moscú por el presidente ruso, Boris Yeltsin, y su colega letón, Guntis Ulmanis, informó el jefe de la delegación rusa, Serguei Zotov.

Moscú insiste en no calificar de «base militar» el radar estratégico que seguirá funcionando en Skrunda (a poco más de cien kilómetros de la capital letona, Riga) durante cuatro años tras la retirada militar, con un plazo adicional de año y medio para su desmantelamiento.

No obstante, filtraciones a la prensa de documentos del Gobierno ruso incluían a Skrunda entre las bases militares de Rusia en la antigua URSS, lo que motivó el malestar de Riga y obstaculizó la firma de los acuerdos hasta que Yeltsin se avino a aclarar el «malentendido».

Incluso el Parlamento Europeo aprobó hace una semana una resolución en la que se hacía eco del malestar letón y condicionaba las relaciones económicas europeas con Rusia a la pronta retirada de sus tropas de suelo báltico.

El documento que se suscribirá hoy sábado comprende también el compromiso de Letonia de ofrecer «garantías de seguridad» a los soldados rusos hasta que se complete su marcha, así como de los ya retirados que opten por quedarse junto a sus familias.

Este punto frustró también en varias ocasiones la firma del acuerdo, pues Moscú quería evitar que a las tropas en activo, ya difíciles de recolocar en Rusia, se sumaran todos los pensionistas y sus familias.

Ambas partes finalmente acordaron crear un fondo de ayuda a la repatriación voluntaria, contando con donaciones de otros países, explicó Zotov a la agencia Interfax.

9405797

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405798
TITULO Ucrania participa en maniobras de la OTAN.
PROCEDENCIA Jue. (1500014)
FECHA DE [illegible] 17/5/94
VINCULACIONES - 11976
- 507355
- 508062
- 11163

Maniobras militares en territorio polaco

UCRANIA PARTICIPA EN MANIOBRAS DE LA OTAN

Ucrania participará en las primeras maniobras militares en el marco del programa de la OTAN «Asociación para la paz», que se celebrarán los próximos meses de en junio y julio en territorio polaco, anunció ayer lunes, el ministro ucraniano de Defensa, Vitali Radetski.

En los ejercicios participarán unidades militares de Estados Unidos, Polonia, Hungría y Ucrania, previsiblemente una compañía motorizada por cada país, precisó el ministro en una rueda de prensa.

Radetski afirmó que ningún país tiene derecho a una situación prioritaria dentro de dicho programa, concebido como un medio de aproximación paulatina a la OTAN de los antiguos países del «campo socialista» de Europa del Este.

El programa supone una participación equitativa de todos sus integrantes, mientras que «algunos Estados pretenden tener una posición privilegiada», dijo Radetski en una crítica a Rusia, que condiciona su entrada en la Asociación a la concesión de un «estatus especial», como «gran potencia».

El presidente ucraniano, Leonid Kravchuk, declaró en alguna ocasión que Ucrania debe ser el garante de la estabilidad en el este de Europa, en previsible contrapeso a las pretensiones rusas de un mayor protagonismo entre sus antiguos satélites socialistas.

01-01 9405798

Nº. DOCUMENTO 9405799
TITULO La economía en Ucrania.
PROCEDENCIA País
FECHA 29/5/94
VINCULACIONES - 11876.
- 507355
- 11161.

Aunque antes era conocido como el "granero de Europa", Ucrania independiente tiene hoy agudos problemas y lucha por sobrevivir en medio una economía caótica y serias controversias con Rusia.

KIEV.— Tanya Solorub no ha recibido un solo pago de su reducido salario en los últimos dos meses, pero continúa trabajando siete horas al día en la fábrica textil de Vereteno.

"Nos han seguido prometiendo que nos pagarán y seguimos trabajando", dijo la obrera de 27 años de edad sin levantar la vista de la máquina de coser. "No sé qué otra cosa puedo hacer".

Toda Ucrania parece estar en la misma situación.

Una tercera parte de las fábricas del país han cerrado. La mayor parte del resto están retrasadas en el pago a sus empleados. La producción se desplomó a comienzos de este año, cuando quedó un 33 por ciento por debajo del año anterior. La inflación alcanzó un 9.000 por ciento en 1993.

Los países vecinos de Ucrania han amenazado con cortarle los suministros petroleros debido a la falta de pago.

ECONOMIA CAOTICA

En enero, el presidente Leonid Kravchuk firmó un pacto con su colega norteamericano Bill Clinton y con el ruso Boris Yeltsin para eliminar las 1.800 ojivas nucleares que Ucrania heredó de la Unión Soviética tras la desaparición de ésta en 1991.

Kravchuk fue durante largo tiempo dirigente del Partido Comunista de Ucrania, pero en 1991 se convirtió casi de la noche a la mañana en dirigente nacionalista. Tras una visita a Washington a principios de marzo, Kravchuk consiguió de la Casa Blanca promesas de ayuda de 350 millones de dólares para la desnuclearización del país, y otros 350 millones en ayuda económica.

Las elecciones realizadas en Ucrania a fines de ese mismo mes, dieron como resultado una legislatura dividida en grupos regionales, con un gran bloque izquierdista y neocomunista.

Como consecuencia de la indecisión generalizada de las autoridades, tampoco se han concretado desde entonces las reformas prometidas al sistema de economía centralizada.

"Hoy día, después de dos años de independencia, carecemos todavía de un plan concreto para las reformas económicas. Necesitamos reformas desde hace largo rato", dijo Vlatiy Melnichuk, presidente del Comité Parlamentario para la privatización de empresas estatales.

El desplome económico es una de las principales razones que han dado impulso a movimientos separatistas de dos regiones de población rusa, la Crimea y la Ucrania oriental, que desean obtener la independencia de Kiev o su reincorporación a Moscú.

Rusia, Kazajstán y los Estados bálticos han avanzado más rápidamente que Ucrania en la liberalización de precios, la venta de propiedades estatales y la libre convertibilidad de sus divisas.

PEOR QUE EN GUERRA

Las únicas ex Repúblicas soviéticas que se encuentran en peor forma son las afectadas por guerras civiles, como Georgia y Armenia.

"En Azerbaiján tienen una guerra civil, pero aún así viven mejor que nosotros en Ucrania", afirmó Vladislav Nasergino, minero de carbón de Donetsk que se declaró en huelga de hambre en febrero para reclamar tres meses de salarios atrasados.

Con sus 53 millones de habitantes, Ucrania es la segunda ex República soviética en total de población. Considerada como la despensa de la URSS, muchos ucranianos estaban convencidos de que daban más a otras Repúblicas soviéticas de lo que recibían de ellas.

No obstante, desde su independencia, Ucrania ha mantenido un intercambio comercial negativo con otras ex Repúblicas. Cuando Rusia y Turkmenistán comenzaron a cobrar precios mundiales por su petróleo y su gas natural, los ucranianos reaccionaron con consternación.

El primer paso para la adaptación de Ucrania al nuevo mundo que la rodea sería someter su industria a las fuerzas del mercado. En lugar de ello, el gobierno se ha doblegado ante un poderoso grupo de directores y gerentes de fábricas que han continuado recibiendo poderosos subsidios para mantener su producción actual y evitar la privatización.

Sólo un doce por ciento de las 6.850 empresas importantes del país han sido privatizadas. Un 65 por ciento son del Estado y un 23 por ciento pertenecen al Estado, pero son alquiladas a los trabajadores y gerentes.

Hacia mediados de año estaban anunciadas unas elecciones presidenciales pero el Presidente ha indicado que desea cancelarlas.

Pero al igual que en Rusia, los grandes beneficiarios de estas y otras elecciones podrían ser los ultranacionalistas, que confían en llegar al poder como resultado del descontento económico y el temor al separatismo.

01-04 9405799

N°. DOCUMENTO: 9405800
TITULO Negativa de Corea del Norte al OIEA para tomar muestras
PROCEDENCIA El País
FECHA DE 29/5/94
VINCULACIONES - 11876
- 507487
- 12577.
- 11892.

Corea del Norte Está Jugando con Fuego...nuclear

VIENA, 28 (EFE) — La negativa de las autoridades de Corea del Norte a permitir a los expertos del Organismo Internacional de la Energía Atómica (OEIA) tomar muestras del material irradiado de su reactor nuclear de Yongbyon parece reforzar la tesis de quienes piensan que el país comunista juega con el más peligroso de los juegos...el nuclear.

El OEIA confirmó hoy en Viena que el fracaso de sus negociaciones con Pyongyang después de que el país comunista asiático rechazase todas las propuestas de ese organismo tendientes a comprobar si ha habido allí desviación de plutonio para fines militares, como sospechan EE.UU. y otros países occidentales.

Corea del Norte comenzó recientemente la sustitución de las varillas de combustible del núcleo del reactor experimental de cinco megavatios de su complejo atómico del Yongbyon en ausencia de todo control internacional, violando así sus compromisos con el OEIA.

Aunque el OEIA envió dos equipos de inspectores después de iniciado ese proceso de recambio de combustible, que puede durar hasta dos meses, esos expertos no han podido hasta ahora hacer otra cosa en el reactor que cambiar los "cassettes" de las cámaras de video.

Ante la imposibilidad de realizar su trabajo en las condiciones debidas, parte de los inspectores regresarán hoy a Viena y sólo quedarán allí dos expertos del organismo internacional para informar sobre la evolución del asunto

El problema que tiene planteado el OEIA es que sin una inspección completa de los trabajos en el reactor, sus expertos no podrán determinar si las varillas extraídas son en realidad las instaladas originalmente en 1986 o si ha habido mientras tanto un recambio de combustible no comunicado a ese organismo internacional.

9405800

01 - 01

Nº. DOCUMENTO 9405801
TITULO Generalidades de Corea
PROCEDENCIA País del Norte
FECHA DE F... 29/5/94
VINCULACIONES -11876
-507487
-11650

NATIONAL GEOGRAPHIC

GEODATOS

¿Donde está el último sitio candente de la Guerra Fría?

La tensa Zona Desmilitarizada (ZDM) que atraviesa una franja fortificada en la península de Corea, cerca del paralelo 38, ha existido durante más de cuatro décadas y ha dividido Corea del Norte de Corea del Sur desde la guerra librada entre 1950 y 1953. En el medio de la ZDM, que es cultivada por trechos, la aldea de Panmunjon, donde se firmó la tregua, se ha convertido en una reliquia de la Guerra Fría.

Como la ahora reunificada Alemania, previamente dividida en una zona occidental y otra oriental, ambas Coreas fueron creadas por potencias extranjeras tras la segunda guerra mundial. Pero el comunismo liderado por la Unión Soviética se ha derrumbado, y Vietnam fue reunificado por la fuerza bajo un régimen comunista tras la caída de Saigón en 1975.

La comunista Corea del Norte todavía mantiene herméticamente sellada su frontera impidiendo a inspectores internacionales evaluar su capacidad militar y su armamento nuclear. A lo largo de los años, ha separado a más de 10 millones de surcoreanos de sus familias en el norte. Desde mediados de la década del setenta, los gobiernos de Corea del Sur se han mostrado alarmados por el descubrimiento de cuatro túneles cavados desde la zona norte bajo la ZDM.

Hasta el momento no se han logrado progresos significativos en conversaciones de alto nivel tendientes a lograr la reunificación coreana.





■ En Europa se derrumbó el comunismo, pero en la península coreana se mantiene la tensión del enfrentamiento de esa ideología totalitaria y la democracia. El régimen stalinista de Corea del Norte amenaza.

PANMUNJOM, Corea (AP). — A lo largo de las alambradas del púas y los campos minados que dividen a los dos Estados de la península coreana, el comunismo y la democracia libran la última batalla mundial de la "guerra fría".

Recientemente, las tensiones se han intensificado a lo largo de la Zona Desmilitarizada ante los temores de que Corea del Norte desarrolle en secreto un programa de armamentos nucleares.

La impresionante frontera que surgió de las ruinas de la guerra que se libró de 1950 a 1953 separa a Corea del Sur de la dictadura más hermética del mundo: el gobierno comunista de Pyongyang.

La "aldea de la tregua", como se conoce a Panmunjom, es el único punto de contacto entre los dos países hostiles, divididos por los 242 kilómetros de extensión de la Zona Desmilitarizada.

Y gran parte de sus instalaciones recuerdan al visitante el aspecto que presentaba Berlín antes de la caída del muro que dividió durante décadas la capital alemana, cuando era otro centro geográfico de la contienda entre el comunismo y la democracia.

En Panmunjom, formaciones de soldados norteamericanos y norcoreanos se contemplan mutuamente en silencio, entre cabañitas y estrados que recuerdan el punto de control llamado "Charlie" entre los sectores oriental y occidental de Berlín.

En una mañana reciente, al tiempo que los diplomáticos negociaban en Naciones Unidas la aplicación de sanciones si Pyongyang no permitía la inspección de sus instalaciones nucleares, vigías norteamericanos observaban con sus binoculares las heladas colinas de lado norte.

El teniente coronel John Shortal, un neoyorquino que comanda las operaciones de las Naciones Unidas en el lugar, dijo que la crisis en torno a las inspecciones no habían tenido "absolutamente ningún efecto" sobre las actividades de sus tropas.

Agregó empero que la falta de efectos no se debía a que prevaleciese la calma en el lugar, sino al hecho de que la alta tensión es la norma en la zona fronteriza.

Un grupo de médicos militares que llegó de visita debió firmar dispensas por las cuales relevaban a las autoridades de toda responsabilidad en caso de "lesiones o muerte como resultado de la acción enemiga" y prometían "no hacer gestos o expresiones que puedan ser utilizados por el Norte como propaganda".

Los términos de la guerra fría se utilizan aún en la zona desmilitarizada. Palabras tales como "el mundo libre" y "la amenaza comunista", que han desaparecido ya del léxico europeo, siguen escuchándose aquí.

En una cabaña en que suelen reunirse ambas partes para discutir entre sí, un alambre que conecta a un micrófono y pasa por encima de una mesa de conferencias marca la frontera definitiva entre ambas Coreas.

Frente a la casita, del otro lado de la frontera, un letrero en coreano dice: "¡Fuera, yanquis!". Un altavoz difunde canciones revolucionarias y odas a la gloria del dirigente comunista norcoreano Kim Il Sung.

Los sudcoreanos responden a veces con música "pop" y radionovelas.

Los hombres que están al mando del teniente coronel Shortal han sido seleccionados por su conocimiento de artes marciales y su habilidad para reaccionar con rapidez en situaciones que podrían derivar fácilmente en incidentes internacionales.

"Los norcoreanos van a juzgar la fuerza, resolución y disciplina de la República de Corea (del Sur), los Estados Unidos y las Naciones Unidas por el desempeño de los soldados que vean aquí", dijo Shortal.

Fot reducido

9405801

Nº. DOCUMENTO 9405802
TITULO Cooperación militar bilateral entre Rusia y Corea del Sur.
PROCEDENCIA Jur.
FECHA 30/5/94
VINCULACION - 11876
- 507488
- 507293
- 11005
- 11163

Corea del Sur

MOSCU Y SEUL

Rusia y Corea del Sur dieron ayer viernes, un nuevo paso en la cooperación militar bilateral durante la visita oficial a Moscú del ministro surcoreano de Defensa, Lee Biong-Tae. «Estoy satisfecho de que se le haya dado la importancia debida al apartado militar en nuestras relaciones. Ahora no nos tenemos mutuamente en el punto de mira, sino que estamos listos para cooperar en la creación de un sistema conjunto de seguridad entre nuestros Estados amigos», resaltó el ministro de Exteriores ruso, Andrei Kózirev durante su reunión con Lee Biong-Tae. El titular ruso de Defensa, Pavel Grachov, quien también se entrevistó con su colega surcoreano, declaró que los documentos de cooperación militar suscritos hoy «reflejan el deseo de ambos países de ampliar sus lazos de unión», informó la agencia oficial rusa Itar-Tass.

9405802

01-01

Nº. DOCUMENTO: 9405803
TITULO: Enfrentamientos entre Corea del Sur y del Norte sobre tema nuclear.
PROCEDENCIA: Jur.
FECHA DE: 31/5/94
VINCULACIONES: - 11876
- 507488
- 507487.
- 11892.
- 11400

Enfrentamientos entre el sur y el norte en la península coreana

EL TEMA NUCLEAR EN COREA EN « CRUCIAL ENCRUCIJADA"

El presidente surcoreano, Kim Young-sam, afirmo ayer lunes, en una reunion ministerial sobre seguridad nacional que los intentos para solucionar la crisis nuclear en la península de Corea se encuentran en estos momentos en una «crucial encrucijada».

«Los esfuerzos internacionales para resolver la disputa (nuclear) a traves del dialogo se encuentran en una crucial encrucijada», dijo el mismo.Kim aseguro que la comunista Corea del Norte se enfrenta a la posibilidad de ser castigada con sanciones punitivas por no cumplir con las condiciones del Tratado de No Proliferacion Nuclear (TPN).Pyongyang siguio adelante con el recambio de barras de combustible del reactor de una central nuclear sospechoso de desviar plutonio con fines belicos sin la presencia de los inspectores del Organismo Internacional de Energia Atomica (OIEA).Se espera que el OIEA refiera el asunto al Consejo de Seguridad de Naciones Unidas a no ser que se pueda llegar a un acuerdo antes de que el consejo se reuna el 6 de junio.

9405803

01-01

Nº. DOCUMENTO 140387
TITULO Derrota del partido conservador británico en elecciones municipales.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE ... 8/5/94
VINCULACIONES - 11876
- 505529
- 11164
- 11437

La crisis causada por los desastrosos resultados en las elecciones municipales se agudiza en las filas conservadoras británicas, donde en las últimas horas se multiplicaron los llamamientos a la unidad en torno al primer ministro, John Major.

Los llamamientos pretenden salir al paso de las voces surgidas dentro y fuera del partido inmediatamente después de publicarse los resultados de las elecciones, con un humillante 27 por ciento para los «tories», frente al 28 por ciento de los liberales demócratas y el 41 por ciento de los laboristas.

El ex primer ministro sir Edward Heath, una autoridad moral dentro del Partido Conservador, indicó a sus correligionarios que deben «dejar de engañarse» y decirse que todo está bien.

Heath instó a los conservadores a «reexaminar las políticas que han causado tantos problemas», tras unos resultados electorales «consternadores».

El político opinó, no obstante, que «es hora de que todo el mundo deje de atacar a John Major», y advirtió que una remodelación del Gobierno no resolverá los problemas de fondo, como las reformas de la educación y la sanidad, o la subida de impuestos el mes pasado.

A los llamamientos de unidad se sumó también hoy el ministro del Interior, Michael Howard, quien indicó que la unidad es «vital» para los conservadores, especialmente de cara a la nueva prueba que supondrán las elecciones europeas del próximo 9 de junio.

Los dirigentes del partido culpan del desastre electoral no a las recientes subidas de impuestos, sino a la imagen de «gallinero dividido» dada en los debates sobre cuestiones europeas tales como la moneda única o el derecho de veto a las directivas comunitarias.

El gran triunfador de las municipales, el liberal demócrata Paddy Ahsdown, aseguró el viernes que todo parece indicar que los conservadores sufrirán también una humillante derrota en las europeas, y «en ese caso la posición del Gobierno y el primer ministro será insostenible».

Saliendo al paso de las críticas, Major manifestó que se enfrentará a cualquier desafío a su liderazgo «cuando se produzca», y admitió que los resultados de su partido fueron «pobres» porque muchos simpatizantes no acudieron a votar.

El primer ministro hizó un llamamiento a la unidad al recordar que las próximas elecciones europeas hacen «imperdonable» la discordancia interna.

Major hacía referencia, entre otros, al llamamiento del diputado del ala derecha conservadora John Carlisle, quien pidió que el primer ministro asumiera responsabilidades por los resultados electorales y convocara una votación dentro del partido para designar un líder.



La actitud de firmeza del primer ministro, opinó ayer sábado, «The Daily Telegraph», parece hacer cobrar cuerpo a un desafío que podría desestabilizar el partido en lo que se apunta como unos tensos verano y otoño próximos.

En las casas de apuestas la cotización de John Major ha descendido radicalmente, y la prestigiosa «William Hill» ofrece dos contra uno a que el jefe del Gobierno habrá cesado en su cargo antes de las próximas elecciones generales.

«William Hill» ofrece cinco contra cuatro a que el sustituto de Major será el actual ministro de Economía, Kenneth Clarke, y once contra ocho a que lo será el titular de Industria y Comercio, Michael Heseltine.

Otro candidato sobre el que se ha hablado mucho en los últimos tiempos, el secretario del Tesoro, Michael Portillo, ve su candidatura cotizarse a seis contra uno en la casa de apuestas.

El primer ministro británico, John Major, hace frente a un difícil futuro tras el desastre electoral conservador de los comicios municipales de ayer y unas próximas elecciones europeas que se auguran aún más complicadas.

Tras conocerse que los conservadores, con un 27 por ciento de los votos, habían obtenido los peores resultados de su historia reciente y perdido más de 400 concejales, las voces que califican de «insostenible» la posición del primer ministro han arreciado ayer viernes, dentro y fuera del partido.

El gran triunfador de las municipales, el liberal demócrata Paddy Ahsdown, aseguró que todo parece indicar que los conservdores sufrirán también una humillante derrota en las europeas del próximo 9 de junio, y «en ese caso la posición del Gobierno y el primer ministro será insostenible».Los liberales demócratas pasan a controlar 19 municipios de los diez que lo hacían anteriormente y consiguieron incrementar en 400 el número de sus concejales, la misma cantidad que perdían los conservadores.Los laboristas, con un 41 por ciento de los votos, solamente consiguieron incrementar en 4 el número de los municipios que controlaban, unos resultados modestos, dada la gran caída del partido de John Major, que perdió el control de 17 municipios, entre ellos algunos de sus bastiones de Londres.

Los conservadores han perdido el control en algunos municipios sumamente importantes para su prestigio, sobre todo en la capital británica, dividida en 32 ayuntamientos, como el de Croydon (norte), que los «tories» habían controlado durante más de un siglo sin interrupción.Al paso de las críticas, Major indicó que se enfrentará a cualquier desafío a su liderazgo «cuando tenga lugar» y admitió que los resultados de su partido fueron «pobres», dado que muchos simpatizantes no acudieron a votar.«Ahora tenemos que luchar y eso es precisamente lo que pretendo hacer, e invito a cada conservador a unirse conmigo en esa lucha», puntualizó Major.El primer ministro lanzó un llamamiento a la unidad al recordar que las elecciones europeas, el próximo 9 de junio, hacen «imperdonable» la discordia interna.Precisamente la imagen de disensión interior que ha ofrecido el partido conservador -en especial acerca de cuestiones comunitarias- ha sido, según pone de relieve hoy la prensa británica, uno de los principales factores para la escandalosa derrota «tory».Según «The Evening Standard», los desacuerdos son tan profundos en lo relativo a cuestiones como la moneda única o el derecho de veto a las directivas comunitarias, que «la división interna puede proporcionar los servicios de una oposición dentro de las propias filas del partido».

El diputado del ala derechista conservadora George Gardiner instó ayer a Major a «talar la madera muerta», y lanzar un reajuste ministerial radical como única forma de conseguir unos mejores resultados el 9 de junio.Según Gardiner, «si continúa esta tendencia en las elecciones europeas, los conservadores serán barridos del mapa en Estrasburgo».En medio de este ambiente de desmoralización, donde



La derrota en las elecciones municipales le costaría el puesto al primer ministro Major.

incluso el habitualmente optimista presidente del grupo parlamentario conservador, Norman Fowler, ha calificado los resultados de «decepcionantes», el diputado del ala derechista John Carlisle ha pedido ya directamente la cabeza de Major y solicitado una votación interna para designar a un líder.El primer ministro, según el diputado «rebelde», debe asumir alguna responsabilidad por el desastre.Por otro lado, el líder del Partido Laborista, John Smith, calificó de «devastador» el resultado para los conservadores y añadió que la «tragedia para el país es que John Major y sus ministros no escucharán.

CA - 02

9405804

Major en la cuerda floja

Página/12 *EN GRAN BRETAÑA*

(Por Marcelo Justo, desde Londres) **Relegado a un humillante tercer lugar detrás de laboristas y liberal demócratas en la elección de más de 5000 representantes municipales en Gran Bretaña, el Partido Conservador intentaba ayer atenuar el alcance de una derrota calificada unánimemente por los medios como "catastrófica". A poco más de dos años de ganar las elecciones nacionales y a 15 de iniciado el reino conservador con Margaret Thatcher, los resultados son los peores obtenidos por los conservadores en este siglo. La debacle superó los cálculos de los pesimistas dejando al primer ministro John Major en una posición de debilidad ante los continuos embates de su propia interna partidaria. Ya, ayer, tuvo que salir a asegurar que no renunciará.**

La primera pregunta que arrojan los comicios es si el primer ministro podrá sobrevivir en su puesto hasta el año próximo. En una mañana tan tempestuosa como los resultados electorales, John Major convocó a una conferencia de prensa afuera de su residencia oficial en 10 Downing Street en la que reconoció el alcance de la derrota para enseguida reiterar que no pensaba renunciar. "Si alguien quiere postularse para mi puesto, el Partido Conservador tiene los mecanismos internos necesarios para que lo haga", dijo el primer ministro para añadir en tono de cowboy que acerca desafiante su mano a la cartuchera. "Eso sí, debe tener bien claro que deberá enfrentarse conmigo." El diputado conservador John Carlyle no necesitó ninguna invitación: hablando a la radio aproximadamente en el mismo momento en que Major daba su conferencia de prensa, confirmó que, como muchos otros colegas, "estaba pensando en postularse". Carlyle necesita el apoyo de 34 diputados conservadores para que, según la constitución partidaria, se llame a votación por el puesto de líder del partido, un mecanismo que en 1990 precipitó la caída de Margaret Thatcher.

Un terremoto en resultados

	Porcentajes	Ganó/perdió Representantes	Total	Municipios
Laboristas	41%	+88	2769	93
Conservadores	26%	-429	888	15
Liberal Demócratas	27%	+388	1098	19
Municipios sin mayoría partidaria				65

Afortunadamente para Major hace mucho que nadie en el partido conservador se pone de acuerdo sobre casi nada, de modo que no hay ninguna garantía de que Carlyle consiga el apoyo que necesita para una postulación que actuaría como catalizadora de la entrada al ruedo de los tres reales contendientes al puesto. Los 34 diputados podrían surgir, sin embargo, si el desprestigio de Major y su gobierno se vuelven insostenibles. Las elecciones para el Parlamento europeo a principios de junio pueden empujar la situación en esa dirección. Nada divide más fácilmente y más rápido a los conservadores que el tema europeo. El electorado mismo puede aprovechar aún más libremente la posibilidad del "voto castigo" ya que Europa resulta lejana mientras que el municipio en un país que no tiene gobierno provincial es una realidad que puede afectarlos en lo cotidiano.

Más allá de la incierta suerte personal de Major, la segunda pregunta que se formula con creciente frecuencia es si algo sustancial cambiará con su reemplazo e incluso, más allá, si un hipotético triunfo laborista en las distantes elecciones nacionales del '96 o '97 pueden modificar un mecanismo de poder aceitado por 15 años de gobierno conservador. Una encuesta reciente indicaba que un 30 por ciento de los británicos no creía estar viviendo en una democracia mientras que sólo un 28 por ciento pensaba que el funcionamiento democrático estaba dando resultado. Para Stuart Weir, uno de los consultores que intervino en la encuesta, los votantes no se equivocan. Comparado con otros países –Francia, Estados Unidos, Dinamarca, Alemania y Australia– el sistema democrático británico es débil y favorece el unipartidismo que permite a los conservadores gobernar con mayoría absoluta a pesar de no haber obtenido más que el 43 por ciento de los votos. Una de las consecuencias de este desequilibrio es el creciente poder de los "quangos", unas estructuras de poder designadas por el gobierno que manejan una quinta parte del presupuesto público. "No han hecho más que crecer bajo el gobierno conservador", dijo a **Página/12** Cristopher Hood, de la London School of Economics: "En ese sentido Gran Bretaña cada vez se parece más a esos estados de unipartidismo con estructuras democráticas, a la manera de Italia o Suecia, en los países del Primer Mundo. Cada vez más el acceso al poder depende de las conexiones o vínculos que los individuos tengan con el partido gobernante".

Qué se ganó y qué se perdió

(Por M.J., desde Londres) Los laboristas con un 41 por ciento de votos y los liberal demócratas con un 27 por ciento fueron los grandes triunfadores de los comicios. Los primeros, porque mantuvieron y aumentaron en casi 90 representantes los excelentes resultados que habían obtenido en las elecciones municipales de 1990. Los liberal demócratas porque además de relegar a los conservadores al tercer lugar, ganaron casi 400 representantes. Ambos partidos registraron algunas pérdidas significativas que podrían indicar un cambio en el mapa político del país. Como se esperaba, los liberal demócratas ganaron a expensas de los tories en el sur británico tradicionalmente más conservador y rico pero algo sorpresivamente también obtuvieron triunfos en zonas industriales como Sheffield. Uno de los grandes triunfos del laborismo y de las elecciones fue la victoria que obtuvo el partido en un municipio londinense, Tower Hamlets, donde no sólo desplazó a los liberal demócratas sino que hizo perder al fascista British National Party el único concejal que tenía en el país, eliminando de esta manera el riesgo de que controlaran el municipio. Con un 26 por ciento de los votos, los conservadores cosecharon la peor elección municipal de toda su historia. Viejos bastiones inconmovibles cayeron ante los desaciertos y divisiones del actual gobierno. Croydon, un municipio que durante cien años había permanecido bajo control conservador, pasó a manos laboristas. La segunda ciudad del país, Birmingham, que había sido un blanco elegido de ataque conservador, permaneció en manos laboristas. En Londres apenas retienen cinco de los 12 municipios que controlaban sobre un total de 32. En Escocia fueron relegados a un cuarto puesto, detrás de los laboristas, liberal demócratas y del Partido Nacional Escocés.

02-02

9405804

Nº. DOCUMENTO 9405805
TITULO Gran Bretaña convocará a un referéndum para integración con Europa
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE ... 10/5/94
VINCULACIONES - 11876 - - 507529 - - 11164 - - 11437 - - 11302 - - 10184

LEYES LABORALES Y UNIDAD MONETARIA

Gran Bretaña convocará a un referéndum para la integración con Europa

El Partido Conservador respaldó ayer a Michael Brown, el encargado de disciplina de la agrupación, quien renunció a su cargo tras publicarse en la prensa un supuesto romance homosexual con un estudiante de 20 años, y defendió el derecho a la privacidad. División entre los conservadores sobre la conveniencia o no de realizar un referéndum sobre la adhesión de Inglaterra a Europa y a una moneda única europea. La nueva estrella de la política británica, el liberal demócrata Paddy Ashdown, urgió al primer ministro John Major a que convoque al plebiscito para "que sea el pueblo el que decida".

LONDRES, 9 (Por **María Laura Avignolo**, especial para **Clarín**). — El referéndum donde los británicos decidirán su adhesión a **Europa** y a una moneda única europea dominará la campaña para las elecciones en el Parlamento Europeo, que se celebrarán el próximo 9 de junio en **Gran Bretaña**.

No hay fecha aún para el referéndum, que tendría carácter de mandato para el gobierno británico en la **Conferencia Intergubernamental de Maastricht** por la unión europea en 1996.

En él, los británicos deberían pronunciarse sobre si aceptan una moneda única europea y si apoyan una política social y laboral común con el resto de los países del continente asociados. Un punto más que sensible porque los conservadores no están dispuestos a que, después de la desregulación thatcherista y la sacralización del capitalismo salvaje, "los socialistas de Bruselas" les dicten su política doméstica. Mucho menos que los sindicatos y derechos de los trabajadores "vuelvan a tener un aire setentista y controlen la producción" después que **Margaret Thatcher** los destruyó.

La idea de **John Major** de convocar a un plebiscito para rehabilitar su alicaído liderazgo fue rechazada por una buena parte de los líderes conservadores, sus más peligrosos opositores.

La idea del plebiscito fue aceptada y utilizada hoy electoralmente por la nueva estrella de la política británica, el liberal demócrata **Paddy Ashdown**. Él y el jefe de la oposición laborista John Smith fueron los principales aliados de Major —y no los "tories"— cuando Gran Bretaña ratificó con retraso y dificultades el Tratado de **Maastricht** por la "unión europea".

♦ Gabinete dividido

El propio gabinete de Major está seriamente dividido y por motivaciones diferentes en torno al referéndum, nacido en las oficinas del canciller **Douglas Hurd**.

El ministro **Keneth Clarke**, posible candidato a desafiarle el liderazgo parlamentario a Major y a sucederlo como primer ministro en batalla con **Michael Heseltine**, el otro aspirante a premier, se opone. Considera que "en estos casos, la gente vota con los ojos puestos en la política doméstica y no sobre Europa. Lo usan como respuesta si no les gusta el gobierno".

Pero el secretario del Interior, **Michael Howard**, no está dispuesto a abandonar la idea de un plebiscito en torno a la moneda única europea.

♦ Paddy, el astuto

Paddy Ashdown aprovechó el terremoto interno conservador para urgir a Major a adoptar el referéndum.

En una carta pública que anticipa su "manifiesto electoral liberal demócrata" para los comicios europeos, Ashdown dijo el lunes que debía ser "la gente y no el Parlamento" la que decidiera la "actitud británica" ante la moneda única. Un asunto al que se oponen públicamente líderes "tories" como el secretario del Tesoro, Michael Portillo.

Ashdown sabe que el debate sobre el referéndum dentro del conservadorismo aumentará la fragmentación partidaria y le da a él aún más posibilidades de volver a ser la vedette de las elecciones europeas en Gran Bretaña, tras su crecimiento del 127 por ciento en los comicios municipales del miércoles pasado.

Los sondeos de opinión establecen que los "tories" sólo podrán ganar 12 de los 84 asientos en juego para Gran Bretaña para el Parlamento en Estrasburgo. Pero necesitarían mantener por lo menos 20 de los 32 asientos que ahora tienen para reconstruir su credibilidad destruida por escándalos sexuales y derrotas políticas.

El partido **Liberal Demócrata** —una escisión del laborismo en la década del 80— no tiene aún representantes en el **Parlamento Europeo**. Las encuestas estiman que podría conseguir 14 asientos y los laboristas ganar 56 diputados en los comicios, cuyos resultados se conocerán en toda Europa el domingo 12 de junio.

"Los «tories» están distorsionando los hechos sobre Europa y jugando sobre los prejuicios para conseguir un mandato que nos aísle y nos haga entrar en declinación. Nosotros no queremos que ningún líder le diga: «Usted tiene la chance de decir que no». Nosotros le decimos: «Usted tiene todo el derecho de decidir pero nosotros queremos que usted diga sí»", dijo el diputado Ashdown en su carta pública a sus votantes.

El premier John Major se aferra al referéndum para salvar su liderazgo. Cree que en medio de la catástrofe electoral del jueves pasado, los británicos optaron por una visión más europea que insular.

Líderes conservadores están tratando de convencer a Michael Heseltine de que desafíe públicamente a Major para lograr su sucesión en el otoño, tras la segunda y más que probable derrota conservadora en los comicios europeos.

Pero muchos "tories" comparten la visión del ex ministro del gabinete Sir John Nott. El afirmó que los conservadores "deben pasar a la oposición" por un tiempo para "repensar su política".

UNA HISTORIA DE ESCANDALOS

Desde que en octubre último, durante la conferencia anual del Partido Conservador, el primer ministro **John Major** lanzó su campaña de moralización **"Retorno a los valores morales básicos"**, una serie de escándalos sexuales sacudió al gobierno y a la nobleza británicas:

- **5-1-94:** Renuncia el ministro de Medio Ambiente, **Tim Yeo**, cuando se conoce la información sobre dos hijos extra matrimoniales, fruto de un romance con una concejal conservadora.
- **9-1-94:** Renuncia el ministro de Transportes, **Malcolm Caithness**, un día después del suicidio de su esposa al descubrir que su marido tenía una amante.
- **12-1-94:** Frente a las acusaciones por homosexualidad, el diputado conservador **David Ashby** se presenta ante la prensa con su esposa y afirma que en Francia compartió una misma cama con su médico nefrólogo durante las vacaciones de fin de año "para ahorrar dinero".
- **7-2-94:** Muere el influyente parlamentario conservador **Stephen Milligan** por "asfixia erótica", un método perverso para alcanzar autosatisfacción sexual introduciendo la cabeza en una bolsa plástica.
- **12-2-94:** El diputado conservador **Hartley Finch**, predicador laico metodista, casado, debió renunciar como secretario privado del ministro de canciller, **Douglas Hurd**, luego de admitir una "amistad íntima" con una estudiante de 22 años.
- **19-2-94:** El jefe del Estado Mayor del Ejército, **Peter Harding**, renuncia después de que la prensa publicó fotos y datos sobre su relación amorosa con la ex esposa del ex diputado conservador **Anthony Buck**.
- **7-5-94:** Renuncia el diputado **Michael Brown**, uno de los líderes de la bancada oficialista en la Cámara de los Comunes, luego que un diario afirmó que mantenía una relación homosexual del legislador con un joven de 20 años.

9405805

Nº. DOCUMENTO 9405806
TITULO Partido laborista británico. quedó sin líder.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA DE F. 13/5/94
VINCULACIONES - 11876 -
- 507529 -
- 515432.

Murió inesperadamente cuando su partido aventajaba a los conservadores

Laborismo británico quedó sin líder

El mundo político británico se halla "emocionado" y de luto unánime tras la muerte del líder laborista, John Smith, de un infarto ayer a los 55 años en un hospital londinense.



Otros tiempos
John Smith (izquierda) aparece con el secretario del Partido Socialista Francés, tras reunirse en Londres

El primer ministro británico, John Major, se declaró "atónito y triste" por la repentina muerte de Smith y agregó que éste había mostrado una "lealtad incondicional a su partido y una profunda preocupación por el bienestar del país".

Smith, quien esperaba llevar a su partido al poder tras 15 años en la oposición, se hizo cargo de un Partido Laborista desmoralizado tras su cuarta derrota electoral consecutiva en 1992.

Su repentina muerte abre una nueva dimensión en la política británica en momentos en que las encuestas dan ventaja al laborismo, la posición de Major parece cada vez más débil y el sueño de Smith de llegar al gobierno parecía en camino a realizarse.

Margaret Thatcher, a quien los conservadores descartaron como opción electoral en 1990, dijo: "Su valentía, humor y honestidad lo convirtieron en uno de los dirigentes políticos más queridos y respetados.

Todos lo vamos a echar de menos".

Hace una semana el laborismo registró una gran victoria sobre los conservadores en las elecciones municipales y las encuestas le daban una ventaja de 25 puntos.

Se estima que volverá a triunfar en las elecciones para el Parlamento Europeo del mes próximo.

Smith, que cosechó elogios en el Parlamento por su carácter de orador incisivo y hábil, esperaba que el laborismo pudiera finalmente conquistar el voto de la clase media británica, y obtener el cargo de primer ministro en las próximas elecciones generales, que tendrán lugar en 1997.

Se lo consideraba un posible sucesor de Major, que sorprendió en 1992 con una victoria electoral inesperada pero desde ese entonces instrumentó políticas contradictorias y debió hacer frente a rebeliones en las filas de su propio partido.■

(De la redacción de El Observador, *en base a información de las agencias Reuter y EFE)*

9405806

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405807
TITULO IRLANDA DEL NORTE decidirá su futuro político en referendum.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE ... 20/5/94
VINCULACIONES - 11876 - 66196 - 11164 - 11437 - 11302 -

Nordirlandeses decidirán su futuro en referéndum

La población de Irlanda del Norte tendrá oportunidad de manifestar su opinión sobre el futuro político de esa provincia británica mediante un referéndum, indicó ayer el Gobierno británico

LONDRES/EFE

En la respuesta a una de las 20 preguntas realizadas por el partido Sinn Fein (rama política del IRA) sobre la declaración de Downing Street sobre el futuro del Ulster, el Ministro de Irlanda del Norte, Patrick Mayhyew, señaló que los deseos de la mayoría de los habitantes del Ulster serán decididos en una votación extraordinaria.

El Ministro dejó claro en su respuesta, que fue enviada al Gobierno Irlandés, que a su vez le había transmitido las preguntas del líder del Sinn Fein, Jerry Adams, que los terroristas deben renunciar "definitivamente" a la violencia antes de poder participar en el proceso de paz junto con los otros partidos democráticos del Ulster.

En el documento se señala que solamente una de las veinte preguntas realizadas por el Sinn Fein se refiere a aclaraciones sobre el texto de la declaración de Downing Street, que para el Ministro "no necesita ninguna declaración".

Las respuestas a las preguntas formuladas por el Sinn Fein han sido calificadas por el Gobierno británico como "comentarios" a la misiva recibida del Primer Ministro irlandés, Albert Reynolds.

Comentando la pregunta del Fein sobre la definición precisa de "respetar los deseos democráticos de la mayoría de los habitantes de Irlanda del Norte", contenida la declaración de Downing Street, el gobierno se refiere, al referéndum.

"Los deseos de la mayoría serán determinados por mayoría numérica de aquellos que de forma válida voten en un referéndum convocado con este fin, previsto en la ley de 1973 sobre Irlanda del Norte "

En los comentarios sobre las otras preguntas Sinn Fein el gobierno le remite al texto de la declaración de Street firmada hace cinco meses por John Major y Albert Reynolds.

Al final del texto el Gobierno británico hace sus propias preguntas al Seinn Fein, urgiéndoles a "renunciar a la violencia de acuerdo con los deseos de los norirlandeses".

"La violencia y la democracia no pueden ser reconciliadas. Seinn Fein debe elegir. Saben perfectamente lo que tienen que hacer para de una forma efectiva realizar su mandato democrático", dice el texto gubernamental.

Más adelante añade que "el camino democrático conduce a la participación en el proceso político, un proceso en el que, tal como se ha repetido, todos los temas están abiertos a discusión y negociación. La alternativa es la exclusión, permanecer fuera mientras que todos aquellos comprometidos con la democracia dan forma a las estructuras e instituciones que determinarán las relaciones entre los pueblos de esas islas".

LA CORONA NO NEGOCIA

El gobierno británico respondió ayer jueves, a la petición de clarificaciones sobre la Declaración de Downing Street para la pacificación del Ulster, realizada por el Sinn Fein (Rama política del IRA), y señaló que esta no necesita clarificación.

Sinn Fein, hizo 20 preguntas al gobierno británico, mediante una misiva enviada al gobierno de Irlanda que la transmitió al primer ministro John Major, la pasada semana.

En el documento, que ha sido enviado al primer ministro irlandés, Albert Reynolds, el ministro británico para Irlanda del Norte, Patrick Mayhew, reafirma la postura del Reino Unido, de no negociar con el Sinn Fein mientras el IRA no renuncie "de forma definitiva a la violencia".

El ministro declaró a la cadena de televisión británica BBC, antes de que el documento fuera hecho público, que de las 20 preguntas recibidas, solamente una pedía aclaraciones a la Declaración de Downing Street y que la respuesta era que "no hace falta clarificación".

"El resto de ellas son invitaciones para negociar. No vamos a negociar. Eso ha quedado muy claro", precisó Mayhew.

Las respuestas que no han sido hechas públicas fueron enviadas al primer ministro irlandés, por haber sido él quien transmitió las preguntas.

Mayhew precisó que lo único que el Sinn Fein tiene que considerar es si se mantendrá al margen del proceso de paz o si se une a el.

"Sinn Fein tiene la llave, puede utilizarla", señaló el ministro quien añadió que no existe ninguna justificación para continuar con la violencia.



Gerry Adams, líder de Sinn Fein

Fuentes del gobierno irlandés indicaron que las respuestas recibidas por Reynolds eliminan los obstáculos referentes a la clarificación y permitirá el continuar con el proceso de paz para esa provincia británica.

Estas fuentes calificaron la respuesta británica como "positiva y de forma comprensible, tocando todos los temas en profundidad".

El líder del Sinn Fein, Gerry Adams, había indicado que se necesitaba una "mayor flexibilidad" del Reino unido para poner fin a las dudas sobre el contenido del texto de la declaración de Downing Street.

Adams no había precisado sobre que puntos concretos de la declaración, firmada hace cinco meses entre Major y Reynolds, había pedido aclaraciones.

9405807

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405808
TITULO Gobierno conservador británico privatizará el 50% del Correo
PROCEDENCIA Clarín
FECHA 25/5/94
VINCULACION - 11876 -
- 507529 -
- 11164 -
- 11302 -
- 11312 -

PIENSAN RECAUDAR U$S 1.500 MILLONES

Pese a la reina, venderán el 50% del Correo inglés

El gobierno conservador británico anunció extraoficialmente que será privatizado el 50% del Correo inglés. Sin embargo, la reina Isabel II ya había hecho saber su desacuerdo por la venta cuando era primera ministra Margaret Tatcher. El "Royal Mail" es una de las más sólidas instituciones inglesas, y sus servicios son considerados muy eficientes. Tiene 19.000 oficinas en todo el país.

Los británicos sienten como si quisieran privatizar la Corona. Inglaterra es un país completamente epistolar y donde las cartas llegan con inglesa puntualidad de un día para otro. Pero el gobierno conservador de John Major está decidido a adoptar una de las más impopulares y controvertidas medidas desde los tiempos de lady Margaret Thatcher: la privatización del tradicional y eficiente correo de "su majestad".

El 50 por ciento de las acciones del Royal Mail y el Parcel Force (este último se ocupa de la distribución de paquetes a domicilio) serán vendido al público tras las elecciones europeas de junio. Una medida que, según el sindicato, de los 160.000 trabajadores del Correo, provocará 50.000 despidos.

El Estado mantendrá el control de los mostradores y protegerá a las 19.000 pequeñas oficinas de las zonas rurales, donde el correo es vital para aliviar el aislamiento, y trabajan dos o tres personas.

La venta será anunciada en el Parlamento como parte del programa legislativo 1994-1995. Es la conquista de Michael Heseltine, el presidente del histórico "Board & Trade" británico (el equivalente al ministerio de Comercio) y aspirante a suceder a Major como líder parlamentario, tras la ya augurada derrota conservadora en las próximas elecciones europeas de junio.

Para calmar los ánimos, una fuente de la residencia del primer ministro ha dicho que "la cara de la reina Isabel seguirá impresa en las estampillas". Pero el proceso de impresión y su venta no correrá por cuenta del Estado británico.

El gobierno insistió en que se seguirá llamando "Royal Mail" (Correo real), pero para la mayoría de los ciudadanos es una "traición cultural". Todo se tramita por carta en Gran Bretaña, desde una invitación a una comida, y su respectivo agradecimiento hasta las peores noticias comunicadas por el gerente de un banco.

Paradójicamente es la soberana británica la más disgustada con la aún no anunciada (oficialmente) privatización del "Royal Mail". Este mal humor real impidió en su momento a la ahora baronesa Thatcher concretar la medida durante su gobierno. Con protocolar diplomacia, la reina hizo saber su desagrado en esa oportunidad.

Pero ahora Major debe compensar con la venta de acciones del correo en el mercado de valores las pérdidas que va a acumular el presupuesto tras los recortes de impuestos, anunciados para atraer a los votantes "tories", que parecen acercarse a los liberales demócratas en las elecciones del 9 de junio.

El legendario "Royal Mail" será el pato de la boda. Heseltine cree que obtendrá 1.500 millones de dólares con su privatización. Pero los expertos especulan con que las ganancias podrían llegar a 400 millones de dólares tras la transferencia al sector privado.

"La opinión pública y el gobierno han puesto un gran valor en la relación entre el «correo real» y la reina. Por lo tanto, nos vamos a preocupar por satisfacer a la gente en esta cuestión", dijo Heseltine en un intento de calmar los ánimos.

El funcionario puso el ejemplo de Holanda, que privatizó su correo. Sostuvo que los holandeses hacen negocios para distribuir paquetes en Gran Bretaña e ignoran al "Royal Mail".

El proyecto de privatización fue tratado y defendido por el Heseltine en una reunión del gabinete del premier Major el jueves. Douglas Hurd, el canciller británico, se opuso públicamente a una privatización total del correo, como proponía el presidente del "Board".

La reunión del gabinete se dividió entre los "radicales", que quieren las privatizaciones, y los consolidadores", que consideraban a la propuesta demasiado audaz y controvertida. Finalmente se decidió la privatización del 50 por ciento.

La legislación para evitar la competencia salvaje entre las diferentes empresas europeas que se interesarán en el negocio del correo se dictara en el Palarmento. La idea es poner un límite a las tarifas. Se trata de impedir que los privados las suban en las zonas rurales para conseguir rentabilidad o terminen con el servicio —como hicieron con decenas de pueblos británicos cuando se privatizó el transporte público en la era Thatcher— en nombre de las ganancias.

Hurd y Tony Newton, el presidente de la Cámara de los Comunes, consideran sin "timming" la propuesta de Heseltine.

Linda Evans, una cartero que cubre siete pequeñas aldeas entre Worcester y Kideminster, en el condado de Worcestershire y oficia como guía de turismo de viajeros perdidos o auxilio espiritual de granjeros aislados, está viviendo "los días más tristes" de su vida.

"¿Quién garantizará que las cartas lleguen al día siguiente, como ahora? Subirán las tarifas. Despedirán gente. No harán servicios que no sean rentables. A esta historia ya la conocemos", se queja desde su ómnibus colorado y con la corona real como signo en su puerta.

María Laura Avignolo

El costo del ajuste

Los trabajadores públicos británicos han experimentado duramente los ajustes de la privatización. No tienen muchas esperanzas de que la venta del "Royal Mail" sea diferente.

La transferencia de British Telecom, la compañía de teléfonos del Estado, a manos privadas redujo la planta de 240.000 a 155.000 personas y se esperan 15.000 despidos para este año.

Cuando British Gas fue vendida había 98.000 empleados. Pero los cálculos de sus directivos es que el personal quedará reducido a 40.500 para el fin de 1998. Un proceso similar a la privatización de la industria del acero. Alan Johnson, el secretario general del Sindicato de Trabajadorres de la Comunicación, arriesga que la privatización del Correo británico costará 50.000 empleos por la anulación del reparto de paquetes y la probable imposición del IVA sobre los precios de la correspondencia.

Pero el sindicalista cree que el efecto más devastador de la privatización es otro. "Romperá la sinergia entre los servicios de la ciudad y el papel comunitario que cumple el «Royal Post» en el campo", asegura.

9405808
01-01.

Nº. DOCUMENTO 9405809
TITULO Bajó el índice de inflación en China.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA DE F. 2/5/94
VINCULACIONES - 11876 -
- 507638 -
- 11161. -
- 11300 -
- 11302. -

Bajó la inflación en China y el gobierno es optimista en que la caída se acentúe

BEIJING - LA BAJADA del índice de inflación un 1,4% el pasado marzo en China hace que sus autoridades se muestren esperanzadas en que podrán contener la subida de los precios, aunque estos subieron el 25% en el primer trimestre.

La Oficina Estatal de Estadísticas indicó que la caída de la inflación del 25,9% de febrero al 24,5% registrada en marzo demuestra "el éxito inicial de los esfuerzos hechos por controlar los precios a nivel central y local".

Un portavoz de la oficina señaló que los precios de los servicios, las materias primas de uso industrial y productos de consumo han bajado considerablemente, mientras la inflación rural cayó un 10% respecto al 20,9% registrado en febrero.

Sin embargo, los economistas y diplomáticos occidentales opinan que es demasiado pronto para cantar victoria, ya que una ligera caída de los precios puede deberse a factores estacionales.

Dichas fuentes indican que las resoluciones a adoptar son estrechar el control sobre el dinero en circulación y las inversiones en activos fijos.

También califican de imprescindible reducir las subvenciones a las empresas estatales que se enfrentan a fuertes pérdidas, declarándolas en quiebra, política ya anunciada por Beijing pero que no aplica con el rigor necesario en aras de la estabilidad social y política.

Las autoridades chinas intentan en todo momento aminorar el impacto de la inflación en la sociedad e insisten en que las subidas de los salarios fueron suficientemente altas para cubrir la presión inflacionaria.

El hecho de que los salarios no aumenten uniformemente y que el número de parados crezca a medida que las empresas estatales intentan hacerse operativas, se presenta como importante factor desestabilizador.

El portavoz de la oficina mencionada reconoce que el actual nivel de inflación está lejos del 10% fijado por el gobierno central como media anual, y lo achaca a los fallos de comienzos de año en la implementación del macrocontrol económico y la supervisión de los precios.

Podrían ser 214 millones los desempleados chinos

El número de desempleados en China podría ser de 214 millones, de acuerdo a datos recientes del Ministerio de Trabajo y la Oficina Nacional de Estadísticas que indican que la población trabajadora asciende a 820 millones.

Para observadores independientes el índice de paro oficial no se ajusta a la realidad y la cifra exacta estaría 53 veces por encima de los datos anunciados.

Este año se prevé un fuerte aumento del desempleo debido a la puesta al día de las obsoletas empresas estatales, muchas de las cuales se verán obligadas a cerrar y otras a reducir plantillas.

La práctica inexistencia de seguros de desempleo, la fuerte inflación y la pobreza de los sistemas de seguridad laboral son factores que pueden acrecentar la inestabilidad social china.■ *(EFE)*

9405809

01 - 01

Nº. DOCUMENTO 9405810
TITULO Evolución Política y económica de China
PROCEDENCIA L.N.
FECHA DE 3/5/94
VINCULACIONES - 11876 -
- 507638 -
- 11164 -
- 11161 -

La China razonable

Por Jean-Claude Casanova

PARIS (L'Express). - El gobierno chino detesta que le hablen de moral. Francia ha vendido armas a Taiwan. Será castigada. Alemania no ha permitido la venta de submarinos. Será recompensada, quizás. Los Estados Unidos vacilan en renovarle a Pekín la cláusula de nación más favorecida, lo que facilitaría las exportaciones chinas. Al mismo tiempo, China ayuda a Paquistán para su armamento nuclear. Washington se inquieta a propósito de los derechos humanos. La visita de Warren Christopher, el secretario de Estado, se ha visto entrecortada de gestos de mal humor. Lo mismo pasó con Edouard Balladur. No hagamos caso de esta gesticulación vengativa. Reirá más el que ría último.

Las virtudes capitalistas de Asia se manifiestan cumplidamente: una tasa de ahorro elevada, espíritu de iniciativa en comercio e industria y una mano de obra diligente

Veamos, más bien, en perspectiva. En Tokio, tres peritos en cuestiones chinas han presentado ante la Comisión Trilateral un importante informe sobre la evolución de ese país. Puede resumirse así: China quiere afirmar su papel mundial; es culturalmente orgullosa, económicamente dinámica, pero socialmente inestable y políticamente indefinida.

Tres rasgos

Durante mucho tiempo se ha entendido la historia de China a partir de tres rasgos: es indiferente al mundo exterior, antepone la política a la economía y subordina las provincias marítimas al centro de la nación. El comunismo ha reforzado esos caracteres. Pero se puede pensar ahora que la historia cambia. Al optar por el capitalismo y la apertura, se arriesga a poner en tela de juicio su equilibrio y su unidad. Las tensiones que se suscitan entre lo económico, lo social y lo político lo prueban.

La tasa de crecimiento del PBN es del 7 % anual desde hace quince años. A ese ritmo, dentro de veinte años, China será tan rica como los Estados Unidos. Globalmente, por supuesto, pero no per cápita. Demasiado numerosos, los chinos seguirán siendo pobres por mucho tiempo. De cualquier manera, su país está integrado ya en el comercio internacional: importaciones y exportaciones representan el 38 % del PBN. Más que en Japón y en los Estados Unidos. ¿A qué se debe este éxito? La transición se está verificando mejor que en Rusia. La agricultura ha vuelto al mercado. Las virtudes capitalistas de Asia se manifiestan cumplidamente: una tasa de ahorro elevada, espíritu de iniciativa en comercio e industria y una mano de obra diligente. Agreguemos el papel de los chinos de ultramar: proveen el 80 % de las inversiones directas extranjeras; una cuarta parte de las importaciones pasa por Hong Kong, y 5000 empresas de Taiwan operan en el continente.

Pero las consecuencias sociales de este desarrollo no serán las mismas que en Corea. La tierra cultivada en China no representa más que el 60 % de la correspondiente en los Estados Unidos, para alimentar a una población cuatro veces superior. La productividad agrícola tendrá que continuar aumentando. De aquí a diez años, la mitad de la población se habrá concentrado en las ciudades. 100 millones lo han hecho ya desde 1980. El comunismo había suprimido las tiendas urbanas y reinstaurado la servidumbre en las zonas rurales. El terror bastaba para mantener el orden. Con 600 millones de habitantes de las ciudades y el desempleo y la inflación, la tarea será aún más difícil. El gobierno chino ha encargado 80 millones de teléfonos. ¿Cree, acaso, que ese instrumento servirá solamente para pasar operaciones de Bolsa?

Den Xiaoping

Por lo pronto, habrá que resolver la sucesión de Deng Xiaoping. Eso no es nunca fácil en el seno de un partido comunista. Después de los gerontes vendrán los encargados de aclarar las relaciones entre el ejército y los civiles, entre las ciudades y el campo, entre las provincias del interior y la costa. Habrá que dar al poder una legitimidad que arbitre en la antinomia entre las masas rurales y la clase media urbana. El número de estudiantes aumentará. Ahora bien, como dijo Jean-Luc Domenach, este país "tiene la manía de la unidad": mantenerla en pleno proceso de modernización constituirá una hazaña política sin precedentes. Se puede ver ya la dificultad de arbitrar un sistema monetario y una reglamentación impositiva.

El Occidente debe considerar esta evolución con simpatía. Pero sin una actitud cínica ni angélica. Nosotros no instauraremos la democracia parlamentaria en Pekín

El Occidente debe considerar esta evolución con simpatía. Pero sin una actitud cínica ni angélica. Nosotros no instauraremos la democracia parlamentaria en Pekín. Pero debemos decir a los chinos que su inserción en el sistema mundial no ha de ser gratuito. Ellos quieren entrar en el GATT. Pues que respeten las reglas correspondientes y que moderen sus impulsos represivos. El Reino Unido arría su bandera en Hong Kong. Y lo hace honorablemente, habiendo instalado allí instituciones democráticas. Vamos a ver si Pekín respeta el contrato que ha firmado.

China es una gran potencia razonable. Lo ha mostrado en Irak. Que lo demuestre, asimismo, en Corea del Norte, impidiendo la proliferación nuclear. No escatimemos elogios a su respecto, puesto que ha sido bastante inteligente como para desembarazarse del marxismo occidental. Su civilización es más antigua que la nuestra. Señalémosle, sin embargo, un pequeño hallazgo europeo: la libertad económica no es duraderamente eficaz si no está acompañada de la libertad política.

9405810

01 - 01

Nº DOCUM... 9405811
TITULO Clinton renovó a China "cláusula de nación más favorecida".
PROCE... L.M.
FECH... 28/5/94
VINCUL... -11876
-507638
-65890
-11161

Clinton anunció que renovó a China "cláusula de nación más favorecida"

A pocos días del quinto aniversario de la masacre de Tiananmen, Bill Clinton dio un vuelco decisivo a su política frente a Pekín y de un solo golpe abjuró de la posición que sostuvo en la campaña electoral contra George Bush y de las iniciativas asumidas frente China hace poco más de un año.

WASHINGTON/ANSA

El anuncio de la renovación de la "cláusula de nación más favorecida" al país asiático -es decir, la extensión por otro año de las más bajas tarifas aduaneras estadounidenses para los productos chinos- fue acompañado por un cambio de posición histórico.

En efecto, Clinton anunció que en el futuro no se subordinará la concesión de facilidades comerciales a los progresos mostrados por Pekín en el campo de los derechos humanos.

Después de varias semanas de duda, Clinton cedió finalmente a la lógica comercial: China es un mercado en vertiginosa expansión (sólo en infraestructura habrá inversiones por 600.000 millones de dólares hasta el 2000), y Estados Unidos no puede correr el riesgo de quedar afuera.

Justamente el jueves, con gran sentido de la oportunidad, el Wall Street Journal informaba que la Boeing está a punto de cerrar un contrato de 5.000 millones de dólares con el gobierno chino.

La comunidad empresarial estadounidense recibió con alivio la decisión del Presidente.

"Negar la cláusula de nación más favorecida a China habría dañado sólo a los exportadores de Estados Unidos, ayudando a la competencia japonesa y europea sin tener impactos positivos en el desarrollo de los derechos humanos en el país", subrayó la empresa Caterpillar, líder mundial en el sector de maquinaria para construcción.

El intercambio comercial entre Estados Unidos y China ronda los 40.000 millones de dólares (las exportaciones de Pekín a Estados Unidos llegan a 31.000 millones).

Clinton sólo limitó la importación a Estados Unidos de armas y municiones chinas, demasiado poco para sus críticos, que protestaron por el acercamiento "soft" de la Administración. El Presidente recibió ataques de parte de las organizaciones para la tutela de los disidentes, y también de algunos demócratas, como los líderes del grupo en el Senado y la Cámara de Diputados, Mitchell y Gephardt.

En 1992, Clinton había acusado a Bush de ceder ante los dictadores chinos por meros intereses comerciales; hace un año había firmado una orden ejecutiva para relacionar explícitamente cuestiones comerciales y progresos en el campo de los derechos humanos. Ayer, finalmente, anunció el comienzo de una "nueva política", que parece muy semejante a la "vieja política" de Bush.

9405811

.01-01

Nº. DOCUMENTO 9405812
TITULO Hungría: Partido Socialista vence en la primera vuelta electoral.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PRECE. 7/5/94
VINCULACIONES -11876.-
-66170-
-11164.-
-11436.-
-515432.-

Ex Comunistas Húngaros Vencen en la Primera Vuelta Electoral

BUDAPEST, 8, (EFE). — El Partido Socialista (ex comunistas) figura claramente en cabeza con un 32,77 por ciento de los votos emitidos en la primera vuelta de las elecciones del domingo en Hungría, según datos comunicados por la Oficina Nacional Electoral tras escrutarse el 85 por ciento de los votos.

Los socialistas de Gyula Hurn triplican así el resultado obtenido en 1990 cuando quedaron en cuarto lugar con sólo un 10,89 por ciento de los votos.

El gran perdedor de estas segundas elecciones de la democracia es el Foro Democrático del primer ministro Peter Boross, que ha gobernado el país durante cuatro años, y obtiene el 11,67% por ciento de los votos por listas regionales frente al 24,73 por ciento conseguido en 1990.

En segunda posición detrás de los socialistas figura la Alianza de Demócratas Libres, con un 19,22 por ciento, cifra ligeramente inferior al 21,39 por ciento registrado hace cuatro años.

Los jóvenes demócratas de la FIDESZ, que en las primeras elecciones consiguieron un 8,95 por ciento, pero que hace sólo cuatro meses aparecían como favoritos absolutos en los sondeos, alcanzan el 9,4 por ciento.

El partido de los Pequeños Propietarios Independientes, que abandonaron el pasado año la coalición gubernamental, obtiene el 8,88 por ciento de los votos frente al 11,73 por ciento de 1990.

El Partido Demócrata Cristiano, que siguió fiel a la coalición gubernamental, sube ligeramente desde el 6,46 por ciento, hace cuatro años, a un 7,53 por ciento.

En los dos extremos del espectro político húngaro, los comunistas ortodoxos que militan en el Partido Obrero consiguen un 3,38 por ciento mientras que el Partido de la Verdad y Vida Húngara, de extrema derecha nacionalista, que lidera Istvvan Csurka, sólo obtiene un 1,23 por ciento cuando el mínimo para entrar en el Parlamento es del 5 por ciento.

Por lo que se refiere a los 176 escaños para candidatos individuales del total de 386 que integran el Parlamento, los socialistas marchan claramente también en cabeza: 152 candidatos de ese partido figuran en el primer puesto por el número de votos frente a sólo 16 de la Alianza de Demócratas Libres y dos del Gubernamental Foro Democrático.

Sin embargo, al no haber conseguido la abrumadora mayoría de esos candidatos el 50 por ciento de los votos necesarios en las circunscripciones individuales para obtener automáticamente el escaño tendrán que esperar a la segunda vuelta, en la que sólo necesitarán una mayoría relativa.

La participación de esa primera vuelta, según la Oficina Nacional Electoral, tras contarse el 85 por ciento de los votos, estaba en el 68 por ciento.

Los ex comunistas aparecen como favoritos en elecciones húngaras

Budapest (especial de IPS), por Nilda Navarrete

■ Con los ex comunistas ocupando el primer lugar en la intención de voto, Hungría entró en la recta final para elegir mañana un nuevo gobierno, mientras 40 por ciento de la población aún no decide por quién votar.

"Una victoria de los socialistas (ex comunistas) desestabilizaría el país (...) y no excluyo que quieran formar una nueva 'cortina de hierro' en Europa Central", dijo a IPS Fur Lajos, presidente del Foro Democrático Húngaro (MDF), principal partido del actual gobierno de coalición.

Sin embargo, las declaraciones de Fur Lajos, un historiador y ex disidente que se desempeña como ministro de Defensa, le parecen "exageradas" a Kristof Varga, vocero de la Liberal Alianza de Demócratas Libres (SZDSZ). De acuerdo a datos difundidos anoche por la oficina electoral, la Szdsz mantiene el segundo lugar en popularidad después del Partido Socialista Húngaro (PSH), surgido tras la disolución del Partido Comunista en 1989. Nuestro punto de vista es que el Partido Socialista puede formar parte del sistema democrático, primero porque no es parte del antiguo Partido Comunista y segundo porque su programa económico es aceptable", aseveró Varga.

El periodista húngaro Peter Vass considera que la Liberal Szdsz aceptaría entrar en un gobierno de coalición con los socialistas e "incluso su candidato, Gabor Kuncze, podría ser el primer ministro de esa alianza". Sin embargo, el Partido Demócrata Cristiano, integrante del actual gobierno junto con el MDF y el Partido de los Pequeños Propietarios, afirma que la última palabra no ha sido dicha, sobre todo porque las encuestas indican que cerca de 40 por ciento de los electores todavía están indecisos sobre su voto del domingo.

Aparentemente, la campaña electoral no ha sido muy limpia, según el vocero del MDF, Herenyi Karoly, "desde hace varios meses la oposición trata de desacreditar al gobierno echándole la culpa de los problemas económicos."

Otra visión muy diferente tienen los liberales, que consideran que "el gobierno ha utilizado la radio y la televisión de una manera deshonesta, dando sólo tres minutos dos veces a la semana a la oposición, mientras sus representantes usan noticieros y espacios políticos para hacer propaganda a su favor".

En las últimas semanas "se desató una verdadera campaña contra los socialistas en la televisión húngara", admitió Katalina Toht, activista democristiana de un barrio de Budapest.

Según dijo, últimamente se presentaron documentales y programas testimoniales dirigidos principalmente "a desacreditar la persona del líder del partido socialista, Gyula Horn", a quien se intenta presentar como "un torturador de los años 56". Toht reconoció que estos métodos lo único que hicieron fue aumentar la popularidad de este polémico personaje de la política húngara, que fue ministro de Relaciones Exteriores del anterior gobierno comunista durante los años ochenta y uno de los que hicieron posible el cambio pacífico hacia la democracia.

El actual PSH, de tendencia socialdemócrata y con 35 por ciento de apoyo electoral según las últimas encuestas, nació en octubre de 1989, cuando pasó a la oposición tras perder el poder, y cuenta con 15 escaños en el Parlamento. La Szdsz tiene 17 por ciento de las simpatías electorales y participa en los comicios aliada con otras tres agrupaciones liberales: los jóvenes demócratas, con 12 por ciento de los votos según los sondeos, y los pequeños partidos de los empresarios y Unión Agraria.

Esta coalición considera que podrá obtener hasta 20 por ciento de los escaños en el Parlamento, que tiene un total de 365.

Luego esta el MDF, con 15 por ciento de simpatías electorales, y sus aliados en el gobierno: el Partido Popular Cristiano (KDNP) y los Pequeños Propietarios, ambos con ocho por ciento de adeptos, según los sondeos entre electores.

Un artículo publicado en el último número de la revista HGV dice que la pregunta sobre cuál es la razón de que la gente incline su voto hacia la izquierda tiene varias respuestas.

Existe un factor económico y otro psicológico, explica, indicando que en Hungría, al igual que en el resto de los países ex comunistas de Europa Central, los salarios se han mantenido bajos, mientras el costo de vida se ha multiplicado varias veces.

Por ejemplo, el salario medio aquí es actualmente de unos 140 dólares mensuales, pero con esta suma una familia no puede vivir.

"La oposición dice que somos culpables de esta situación, pero es necesario decir que nuestras reformas marchan bien, sólo hay que tener un poco más de paciencia", dijo Fur Lajos.

Las cifras le dan la *razón*: el año pasado, según datos del Ministerio de Finanzas, se logró detener el decrecimiento económico, se mantuvo un ritmo estable de inflación y un ritmo ascendente de inversiones extranjeras.

Pero el mismo Fur Lajos admite que esto no es suficiente. "Los últimos años de gobierno comunista fueron florecientes porque aquel partido comenzó las reformas y era la época de los subsidios y la gratuidad de los servicios".

"Era imposible mantener este ritmo en una economía de mercado, pero si detenemos el proceso ahora sería la catástrofe", previno. Este pesimismo no es compartido por el húngaro de la calle y los últimos mitines que cierran la campaña electoral son más bien una fiesta popular.

Una copa de excelente vino rojo, un poema patriótico del clásico húngaro Imre Nadach, una polka llena de gracia, sentimiento y tradición y una tibia noche junto al Danubio reúne a los húngaros con esa fuerza que les viene de sus antepasados, guerreros y conquistadores del centro de Europa.

9405812

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405813
TITULO: HUNGRÍA: Rotundo triunfo del P. Socialista en la segunda vuelta electoral.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE ... 31/5/94
VINCULACIONES -11876- -66170- -11164- -11437- -515432-

Los poscomunistas se preparan

Luego de su rotundo triunfo en la segunda vuelta de los comicios parlamentarios realizados en Hungría el domingo último, los poscomunistas del Partido Socialista (MSZP), se preparan para designar, el fin de semana próximo a quien será el nuevo primer ministro. Esta decisión condicionará la posibilidad de un gobierno de coalición con la segunda fuerza, la Alianza de los Demócratas Libres (SZDSZ), que rechaza al principal candidato de los ganadores, el ex canciller Gyula Horn.

Convertidas en las dos principales fuerzas políticas húngaras, socialistas y liberales tienen ahora que saldar sus propias internas para concretar un acuerdo que vino gestándose durante la campaña electoral. Los ex comunistas obtuvieron el 54,1 por ciento de los votos, con lo que ganaron 209 bancas. Los liberales demócraticos sumaron el 18,1 por ciento y 70 escaños. Juntos pueden reunir más de los dos tercios del Parlamento, lo que les permitiría gobernar más que cómodamente.

Apenas conocidos los resultados, el líder más importante del poscomunismo, Gyula Horn, declaró que su "socio natural" en el futuro gobierno es la Alianza de los Demócratas Libres y, al mismo tiempo, admitió que aceptaría el cargo de primer ministro si así lo decidiera el Congreso partidario que se reunirá el sábado próximo.

El problema es que los dirigentes del SZDSZ, cuyo Congreso sesionará 24 horas después que el de los socialistas, anticipó que no aceptaría integrar la eventual coalición si el premier fuera el propio Horn. El presidente del MSZP advirtió que "si el precio de la coalición (...) es que yo renuncie a la jefatura de gobierno, estoy dispuesto a hacerlo siempre y cuando el puesto lo ocupe alguien del Partido Socialista".

En cambio los liberales quieren ubicar a su propio candidato, Gabor Kuncze en ese cargo. Consideran a Horn como un remanente del antiguo comunismo y recuerdan, tal como lo hicieran durante la campaña electoral, su apoyo a la represión soviética en 1956. Los dirigentes del MSZP prefieren recordar su papel decisivo como canciller en 1989, cuando facilitó la apertura de la Cortina de Hierro para los refugiados de Alemania Democrática.

Por el momento las discusiones entre ambas fuerzas, a las que se podrían sumar en una eventual coalición los representantes de la Alianza de Jóvenes Democráticos, que con el 5,1 por ciento de los votos sumaron 20 bancas, se reducen a las cuestiones de nombres, ya que desde el punto de vista programático es más lo que los une que lo que los diferencia.

Horn se ha declarado favorable a la adhesión de Hungría a la Unión Europea, y a un acercamiento a la OTAN. También desea normalizar sus relaciones con los países vecinos en los que viven fuertes minorías húngaras (Rumania, Eslovaquia, Serbia). Además, Horn anticipó que, en caso de ser designado primer ministro, su primer viaje al exterior sería a Alemania, donde desea entrevistarse con el canciller Helmut Köhl.

En materia económica el socialismo se ha pronunciado en favor de la "economía social de mercado" con fuerte regulación estatal y una política social apoyada en una reforma impositiva.

El gran derrotado del domingo último fue el oficialista Foro Democrático, encabezado por el ex premier Joszef Antall, que obtuvo el 9,5 por ciento de los votos y con sus 37 bancas deberá repensar su espectro de alianzas para conformar un polo opositor.

Hungría: la Mayoría Absoluta Ganaron los ex Comunistas

BUDAPEST, 29 (EFE).— El Partido Socialista Húngaro logró hoy 208 escaños y con ellos rebasó la mayoría absoluta del Parlamento de 386 diputados, según los resultados comunicados por la Oficina Nacional Electoral.

La Alianza de Demócratas Libres fue el segundo partido más votado con 70 frente a los 91 conseguidos en las primeras elecciones legislativas de la democracia, hace cuatro años.

El gubernamental Foro Democrático obtuvo sólo 37 escaños tras haber conseguido 165 en los anteriores comicios de 1990.

Los Pequeños Propietarios, aliados hasta hace dos años con el Foro Democrático, bajaron de 44 a 26 escaños mientras que el Partido Demócratacristiano, socio gubernamental también del Foro, subió un escaño y logró 22.

La Federación de Jóvenes Demócratas obtuvo 20 escaños frente a los 21 que tenía en la legislatura anterior.

El Partido de los Empresarios y la Alianza Agraria consiguieron colocar cada uno a un diputado en el Parlamento.

En porcentajes, el Partido Socialista obtiene en el Parlamento el 53,89 por ciento de los escaños (1990: 10,89 por ciento), la Alianza de Demócratas Libres, el 18,13 por ciento (1990: 21,39 por ciento) y el gubernamental Foro Democrático, el 9,59 por ciento frente al 24,73 de 1990.

El último y único escaño, cuya suerte no se conocía hasta finalizar el 100 por cien del escrutinio, de la segunda vuelta electoral, también lo ganó el Partido Socialista con lo cual llevará 209 diputados al nuevo parlamento que se reunirá lo más tarde, el 29 de junio.

La lista definitiva dada a conocer por la Oficina Nacional Electoral, señala que el Partido Socialista obtuvo 209 escaños, con lo cual goza de amplia mayoría absoluta en el hemiciclo de 386 escaños.

La Alianza de Demócratas Libres sigue en el segundo lugar con 70 escaños en el parlamento, mientras que en el tercer lugar se encuentra el gran perdedor de las elecciones, el Foro Democrático, con 37 escaños.

El Partido de los Pequeños Propietarios independientes, que hasta hace dos años formaba parte de la coalición de centro derecha nacionalista, puede contar con 26 diputados en el parlamento.

9405813

01-02

Los ex comunistas retornan al gobierno en Hungría

Con la promesa de resolver los altos índices de desempleo e inflación, el Partido Socialista Húngaro (MSZP) logró ayer el 52 por ciento de los votos en la segunda vuelta electoral de los comicios legislativos. El MSZP, ex comunista y partidario de las reformas económicas, obtuvo así la mayoría absoluta en el Parlamento, y está en condiciones de formar gobierno propio. Sin embargo, ante la compleja situación de la economía, el líder socialista y ex canciller Gyula Horn, había expresado su deseo de formar un gobierno de coalición, para obtener el más amplio respaldo.

BUDAPEST, 29 (EFE, AP y AFP). — Los ex comunistas húngaros (ahora pro occidentales y de ideas democráticas) del ex canciller **Gyula Horn**, obtuvieron hoy la mayoría absoluta en los segundos comicios libres tras la caída del comunismo.

El triunfo del renovado **Partido Socialista (MSZP) en esta segunda vuelta electoral, pone fin a cuatro años de gobierno conservador, cuestionado por los húngaros a raíz de la caída del nivel de vida de la población durante la transición a la economía de mercado.**

Con el 99,93 por ciento de los votos escrutados, el MSZP obtuvo el 52,85 por ciento de los sufragios, o sea 149 escaños en el Parlamento. Estas bancas se suman a las 55 ya logradas en la primera vuelta del domingo 8, por lo cual el MSZP tiene ya por lo menos 204 de los 386 escaños en el Parlamento unicameral húngaro.

Según los mismos datos **la Alianza de los Libres Democráticos, de centro derecha, obtuvo 18 escaños, que sumados a los 28 de la primera vuelta, totalizan 46 bancas. El gobernante Foro Democrático consiguió 4 escaños más, con un total de apenas 22 entre las dos rondas electorales.**

En la primera ronda electoral los húngaros habían acudido en gran número a votar (69 por ciento del padrón), subrayando así la importancia que concedían a las segundas elecciones libres del país desde la caída del régimen comunista.

Dirigido por **Gyula Horn** -ministro de Relaciones Exteriores del último gobierno comunista-el **Partido Socialista logró en la primera vuelta triplicar sus votos con respecto a 1990, obteniendo el 33 por ciento de los sufragios.**

Horn, hombre clave en esta segunda etapa de la Hungría poscomunista que comienza hoy, es paradójicamente el único dirigente al que su partido no ha presentado aún oficialmente como candidato a primer ministro, lo que se interpreta como una maniobra socialista para no excluir de antemano ninguna posible alianza.

El ex canciller, que no pretende revertir las reformas económicas, ya había anunciado que, incluso en caso de obtener la mayoría absoluta, intentará formar una coalición de amplio consenso, preferentemente con la Alianza de los Demócratas Libres.

Esta alianza, liderada por el economista Gabor Kuncze, se mostró dispuesta a participar en el futuro gobierno junto a los socialistas, mientras el Foro Democrático, del ex primer ministro Jozsef Antall, se encuentra prácticamente resignado a pasar a la oposición después de cuatro años de gobierno.

La población responsabiliza al gobierno de centro derecha del Foro Democrático por la difícil situación económica originada en las reformas de mercado.

Pero los propios economistas del MZSP advierten que los próximos cuatro años serán para Hungría tan difíciles como los precedentes, tanto por las objetivas dificultades económicas como por algunos errores del gobierno precedente de centro derecha.

La desocupación, fenómeno desconocido durante 45 años, alcanza a más de 700.000 personas, el 12 por ciento de la población activa.

Por este motivo, la hipótesis de mayoría absoluta anunciada por los sondeos había asustado a los mismos socialistas, que expresaron en reiteradas ocasiones su deseo de no gobernar solos.

FECHAS CLAVE

Hungría fue históricamente uno de los países más reformistas en Europa oriental.

- **El régimen instaurado por Janos Kadar luego del levantamiento popular de 1956, fue el más moderado del bloque soviético. En 1987, dos años después del lanzamiento de la "perestroika" en Rusia, Kadar se pronunció a favor de la restauración del multipartidismo, y durante su gobierno se iniciaron las reformas hacia una economía de mercado.**
- **Mayo de 1988: el Partido Comunista remplazó a Kadar, de 76 años, anciano y enfermo, por Karoly Grosz, y Hungría se transformó en el país más reformista de Europa oriental.**
- **Febrero de 1989: Hungría fue el primer país socialista que aprobó el sistema multipartidista, y poco meses después, en el marco de la campaña para las elecciones legislativas de 1990, el PC anunció que ya no se consideraba ateo.**
- **Octubre de 1989: el PC renunció al comunismo y se transformó en un partido socialista de corte occidental.**
- **Marzo de 1990: en las primeras elecciones libres desde el fin de la guerra se impone el Foro Democrático Húngaro, de centro derecha, que junto a sus aliados suma el 60 por ciento de los votos.**

02-02 9405813

N°. DOCUMENTO 9405814
TITULO HOLANDA: Socialdemócrata se consolidó como principal fuerza política
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE ... 5/5/94
VINCULACIONES 11876 – 66151 – 11164 – 11437 – 515432

Holanda: triunfo socialdemócrata en legislativas

La Haya - El Partido Socialdemócrata (PvdA), dirigido por Wim Kok, se consolidó anoche como la principal fuerza política holandesa, tras haberse escrutado la mayoría de los votos de las elecciones legislativas de ayer.

El PvdA encabezará con toda probabilidad el próximo gobierno, tras la investidura de su líder Wim Kok como nuevo primer ministro de los Países Bajos.

Cerca del 80 por ciento de los 11 millones y medio de holandeses con derecho al sufragio eligieron entre 26 listas los 150 diputados de la Cámara Baja del Parlamento de La Haya.

El Partido Democristiano (CDA) de Elco Brinkman fue el gran perdedor de la jornada electoral, mientras registraron ganancias netas los dos principales partidos de la oposición: el liberal conservador VVD, y el progresista D66. Es la primera vez en 50 años que los democristianos quedan relegados a la oposición.■ *(Reuter)*

Los holandeses eligen una nueva Cámara de Diputados

Llega a su fin medio siglo de predominio demócratacristiano

La Haya (AFP)

■ Los holandeses, que eligen hoy a sus 150 diputados, cambiarán radicalmente la composición de la Cámara Baja, dominada desde hace medio siglo por los demócratas cristianos, indicaron sondeos de opinión.

En ese caso, el mayor peligro, según los analistas, es que la nueva Cámara de Diputados sea ingobernable, rompiendo con 50 años de estabilidad política holandesa.

Según las últimas encuestas, que anuncian un severo retroceso de los dos partidos en el poder (el democristiano CDA y el PVDA, laborista), la cámara estará dominada por cuatro formaciones de ideología bastante cercana: los dos partidos salientes y otros dos liberales, uno de izquierda (DGG) y el otro de derecha (VVD).

Estos cuatro partidos se repartirán unos 125 escaños y los dos salientes sumarán 60, es decir, 16 menos que la mayoría absoluta.

Siempre según los sondeos, los 25 escaños restantes se repartirán entre otras seis formaciones, algunas recién fundadas.

Una gran novedad será la aparición de varias listas de la tercera edad creadas en 1993 para oponerse a la política gubernamental de reducción del monto de las jubilaciones. Según los sondeos, los jubilados obtendrán cuatro diputados.

El Partido Verde (izquierda) ya presente en la cámara con seis escaños, ganará dos o tres, mientras que la derecha confesional y la extrema derecha pasarán respectivamente de seis a ocho o nueve escaños y de uno a cuatro.

Pese a haberse sentido más tardíamente que en otros países europeos, la crisis económica es la causa principal de la sanción anunciada contra la coalición saliente. Además, buena parte de la juventud considera anacrónico al partido democristiano, que ocupa más de un tercio de las bancas de la cámara saliente.

En cuanto a los laboristas, han perdido gran parte de sus electores, al apoyar una política social consideradas "conservadora".

Por último, la coalición CDA-PVDA también resultó perjudicada por la publicación, hace un mes, de cifras oficiales sobre el aumento de la inmigración, y más aún por el rápido aumento del desempleo: desde el 1 de enero de 1994, cada hora se convierten en demandantes de empleo 25 holandeses.

Queda ahora por ver quién se aliará con quién en una cámara que, al menos, será poco aburrida.

Holanda: Procuran Formar una Coalición

LA HAYA, 4 (Reuter).— Los políticos holandeses iniciaron hoy la búsqueda de una coalición de gobierno que resulte viable después de que los electores redibujaran el mapa político en una elección general.

La naturaleza torturosa del consenso político entre los holandeses podría determinar que pasen varios meses hasta que tome forma una nueva administración, un factor que esta mañana provocó un deslizamiento descendente en el precio de bonos y acciones.

Durante el período de transición, la actual coalición de gobierno de centro-izquierda seguirá administrando al país pero sin poder aprobar nueva legislación.

Los dos partidos de la coalición saliente —el Laborista y el Demócrata Cristiano— sufrieron una fuerte erosión en la adhesión popular en los comicios del martes, aunque se mantienen como las mayores agrupaciones con representación parlamentaria.

Pero los laboristas tienen una leve ventaja sobre los democristianos y al transformarse en el partido con la mayor bancada, su líder, el ministro de Finanzas Win Kok, se perfila como favorito para encabezar el próximo gobierno.

La Democracia Cristiana sufrió su mayor debacle electoral y podría ser desplazado a la oposición por primera vez desde la implantación del sufragio universal, en 1917.

Pero el conservador Partido Liberal y la agrupación izquierdista D66 estaban triunfantes luego de conseguir grandes avances en las urnas y consagrarse como la tercera y cuarta fuerza, respectivamente, en función de sus bancadas parlamentarias.

Dos partidos que representan a los ancianos harán su debut en el parlamento y uno de ellos surgió como el más numeroso de ocho pequeñas agrupaciones que consagraron a sus candidatos pára el parlamento de 150 miembros.

Los 12 partidos que obtuvieron representación parlamentaria no perdieron el tiempo y esta mañana iniciaron sus primeras reuniones para analizar la estrategia poselectoral.

Paliza para los democristianos

(Por Patricia Karpovich, desde Amsterdam) **Las elecciones parlamentarias celebradas ayer en Holanda abrieron perspectivas insólitas para el futuro político de los Países Bajos. Por primera vez en ochenta años, la Alianza Demócrata Cristiana (CDA) corre el riesgo de quedar fuera del gobierno. El Partido Laborista la superó ampliamente, convirtiéndose en la principal fuerza del país.**

El gobierno ahora dimisionario está conformado por los demócratas cristianos de la CDA, triunfadores en 1990, y el Partido Laborista, de tendencia socialdemócrata. Esta coalición reunía más de las dos terceras partes de los escaños. Los resultados de los comicios reflejan que ahora se requieren por lo menos 3 partidos para constituir el nuevo gobierno.

El Partido Laborista se convirtió en el partido más grande, con un total de 37 escaños, lo cual, sin embargo, significa una pérdida de 12. Para los demócratas cristianos, la debacle fue aún mayor, ya que de 54 diputados ahora sólo le quedan 34.

El descontento popular por la recesión económica y el alto índice de desempleo ha sido capitalizado por los partidos liberales opositores. El Partido Popular para la Libertad y la Democracia (VVD), liberales de derecha, ganó 9 escaños, reuniendo un total de 31. Los Demócratas 66 (D66), liberales verdes de centroizquierda, duplicaron sus bancas de 12 a 24. La alianza ecologista Izquierda Verde se mantuvo prácticamente constante. El partido de extrema derecha (neofascista), Demócratas del Centro, logró tres. Además hicieron su aparición en el firmamento político holandés el Partido Socialista, con dos diputados, y los dos partidos de los jubilados, con 7 parlamentarios.

El partido más grande recibe tradicionalmente el encargo de la reina para intentar formar un gobierno. El líder del Partido Laborista, el economista Wim Kok, anunció que intentará conformar un gobierno con un carácter fuertemente progresista, con gran énfasis en el aspecto social. Encuestas señalan que tanto el pueblo holandés como diversos partidos tienen una predilección por una "coalición violeta", color que se obtendría al mezclar el rojo de los socialdemócratas con el azul de los liberales de derecha y el verde de los liberales de centroizquierda.

9405814

01 - 01

Nº. DOCU: 9405815
TITULO: NIGERIA: Iglesia se sumó al ultimatum lanzado al Presidente para que deje el poder.
PR: LD JDV (1SC014)
FECH: 18-5-94
VINCUL: 11876 —
507628 —
11165 —
11020 —

Nigeria

ULTIMATUM ECLESIASTICO

El arzobispo de la Iglesia Anglicana de Nigeria, Abiodum Adetiloye, se sumó al ultimatum lanzado este fin de semana por la oposición de que el presidente, general Sani Abacha, entregue el poder antes del próximo día 31 al vencedor de las elecciones presidenciales del pasado mes de junio. Según una carta abierta publicada ayer, martes, Adetiloye desea que Abacha, quien sustituyó al gobierno de transición encabezado por el civil Ernest Shonekan el pasado mes de noviembre, entregue el poder al líder del Partido Social Demócrata (PSD), Moshud Abiola, considerado vencedor de las elecciones, cuyos resultados fueron anulados por el entonces presidente general Ibrahim Babangida.

Nigeria

CONGRESO CONSTITUCIONAL

El Gobierno militar de Nigeria mantiene su idea de celebrar mañana las elecciones al Congreso constitucional, pese a la creciente oposición por parte de líderes políticos y personalidades independientes, se informó el sábado. Las personalidades independientes, apoyadas por la Iglesia Anglicana, el premio Nobel de Literatura Wole Soyinka y la mayor parte de los líderes tribales rechazan tanto la celebración de las elecciones como de la conferencia contitucional, pues piden que se respeten los resultados de los comicios presidenciales de junio de 1993, que fueron anulados por el entonces presidente, general Ibrahim Babangida.

En los citados comicios resultó vencedor el líder del Partido Social Demócrata (PSD), Moshood Abiola.

9405815

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405816
TITULO ROMAN HERZOG, NUEVO PRESIDENTE DE ALEMANIA
PROCEDENCIA ... .150090
FECHA DE ... 24/5/94
VINCULACIONES - 11876 -
- 500145 -
- 11164 -
- 11437 -
- 11302 -

Herzog, del partido de Kohl, se impuso en la tercera vuelta de las elecciones

Alemania tiene nuevo presidente

El cristianodemócrata Román Herzog, presidente del Tribunal Constitucional germano, consiguió ayer, lunes, imponerse al socialdemócrata Johannes Rau, considerado el favorito de una gran parte de los alemanes según todas las encuestas, en la elección para la Presidencia del Estado alemán.

Tres votaciones por parte de más de 1.300 delegados reunidos en el histórico Reichstag berlinés fueron necesarias para que Herzog, de 60 años, consiguiese hacerse con la sucesión de su prestigioso correligionario Richard von Weizsaecker.

Aunque el político conservador se impuso también en las dos votaciones primeras, pero sin obtener la necesaria mayoría absoluta, fue preciso el apoyo final de los liberales (FDP), miembros de la coalición gubernamental en Bonn, para ver cumplido el objetivo del partido del canciller federal, Helmut Kohl.

La incógnita sobre la personalidad del nuevo máximo mandatario alemán se vio, sin embargo, resuelta ya antes de la última llamada a las urnas, cuando el FDP anunció la retirada de su candidata a la Presidencia federal, la veterana política Hildegard Hamm-Brücher, y su mayoritario respaldo a Herzog.

El presidente de los liberales y ministro federal de Exteriores, Klaus Kinkel, comunicó al término de la reunión celebrada por su grupo político entre la segunda y la tercera votación que la mayoría de sus correligionarios apoyaría a Herzog, aunque un importante número de ellos expresó sus preferencias por Rau, jefe del gobierno de Renania del Norte-Westfalia.

En la votación definitiva Roman Herzog consiguió reunir 696 votos, frente a los 605 de Rau, al que todas las encuestas señalaban como el preferido por una amplia mayoría de los alemanes.

Los liberales, el pequeño partido bisagra alemán que ha conseguido mantenerse en el poder desde hace 25 años, tuvieron, como era de esperar, la decisión final en su mano y confirmaron, con el voto a favor de Herzog, su intención de mantener la actual coalición de gobierno en Bonn, también tras los comicios generales del próximo 16 de octubre.

Respaldo para Kohl

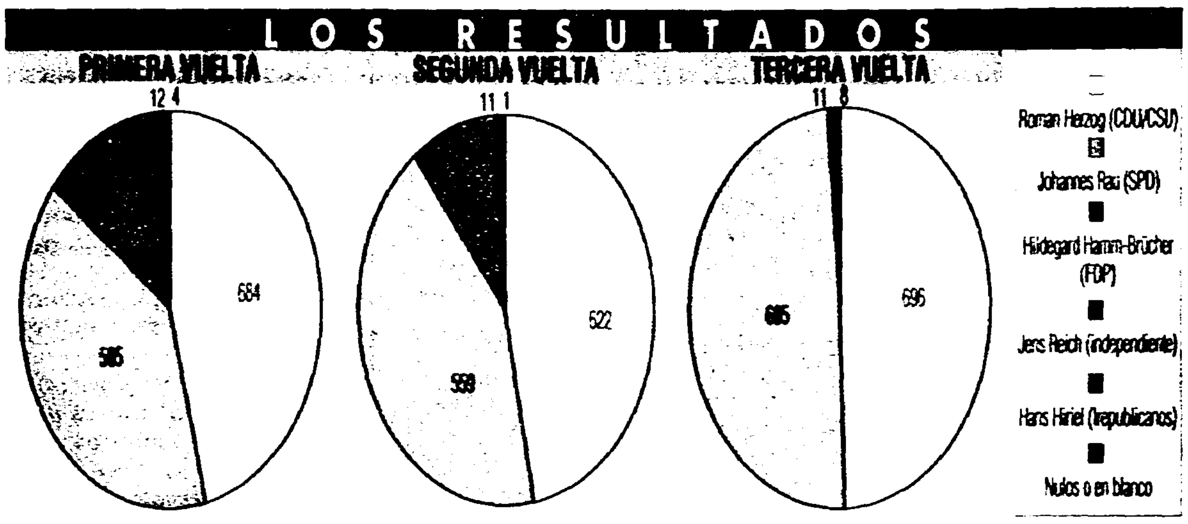
Aunque Herzog era considerado favorito para ganar la Presidencia, su victoria con el respaldo del FDP reviste importancia para Kohl como señal de unidad dentro de su coalición centroderechista.

Kohl atrajo las iras del FDP en setiembre al nominar a Stefen Heitmann, un germano oriental archiconservador que tuvo que renunciar al cabo de dos meses de controversia acerca de su enfoque del pasado nazi, de la inmigración y del trabajo de mujeres.

Herzog reemplazará el 1º de julio al aristocrático Richard von Weizsaecker, el actual presidente cuyos encendidos discursos le han valido una inmensa popularidad como vocero moral de la nación alemana.

Aunque el cargo sólo reviste carácter protocolar, le elección tuvo fuerte cariz político en una año con 19 comicios que culminarán con elecciones generales.

Kohl se ha ido acercando a su rival socialdemócrata Rudolf Scharping en los últimos sondeos de opinión y una derrota en la elección presidencial habría significado para él un revés humillante. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a fuentes de EFE y Reuter)*



PERFIL DEL NUEVO PRESIDENTE ALEMAN

El cristianodemócrata Roman Herzog fue elegido ayer lunes, nuevo presidente de la República Federal Alemana por la Asamblea Federal, frente al candidato de la oposición, el socialdemócrata Johannes Rau.

Herzog, que sustituirá en la Presidencia alemana a Richard von Weizsaecker, era hasta ahora presidente del Tribunal Consutucional alemán y nació en la ciudad de Landshut en 1934. El nuevo presidente alemán partía como favorito para el cargo, ya que los partidos de la Unión - Cristianodemócratas (CDU) y Socialcristianos (CSU)- contaban con el mayor número de votos en la Asamblea Federal, si bien no disponían de la necesaria mayoría absoluta para decidir la elección en la primera vuelta. Hijo de un director de museo, Herzog estudió Derecho y trabajó como asistente del controvertido jurista con pasado nazi Theodor Maunz. A los 30 años de edad logró una cátedra en la Universidad Libre de Berlín y más adelante en la de Espira.

Herzog inició su carrera política en 1973 de la mano del actual canciller federal y entonces jefe del Gobierno de Renania-Palatinado, Helmut Kohl, que le nombró secretario de Estado para la representación de su «Land» en Bonn. En 1978 entró a formar parte del Gobierno regional de Baden Wurttemberg, primero como ministro de Cultura y posteriormente del Interior, cargo en el que se ganó fama de duro por la severidad con que hizo frente a los manifestantes del movimiento pacifista a comienzos de la década de los años 80.

9405816

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405817
TITULO Angola: UNITA bombardea ciudad de Kuito y Aeropuerto de Malange.
PROCEDENCIA Jur.
FECHA 28/5/94
VINCULACIONES - 11876 - 11830 - 507470 - 514336 - 11302 - 13065

EL EJERCITO RETOMA POSICIONES

Las Fuerzas Armadas Angoleñas (FAA) retomaron el martes, la ciudad de Ndalatando, capital de la provincia de Cuanza Norte, confirmaron esta noche fuentes militares en Luanda. La capital de Cuanza Norte se encuentra en el estratégico camino Luanda-Uige y es importante para el control militar del Norte del país y de los accesos por el Este a Luanda. Según el portavoz militar, la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA) sufrió el asedio de tropas gubernamentales que cercaron la ciudad por el Norte y Sur, aunque la liberación de Ndalatando, rodeada de montañas, fue muy costosa.

SUSPENDEN AYUDA A MALANGE

Los vuelos de ayuda humanitaria de la ONU para la población de la asediada ciudad angoleña de Malange (norte del país) fueron suspendidos temporalmente por «razones de seguridad», afirmó el sábado, un comunicado de la organización. La suspensión se produce después de que un avión del Programa Alimentario Mundial (PAM) fuera alcanzado ayer por disparos de ametralladora pesada cuando se disponía a aterrizar en el aeropuerto de Malange. El piloto decidió suspender el aterrizaje porque cuando se encontraba sobre la pista tres obuses de mortero cayeron sobre la zona del aeropuerto.

Intensos bombardeos en Angola, de las tropas de Jonas Savimbi

LA UNITA BOMBARDEA KUITO Y EL AEROPUERTO DE MALANGE

Rebeldes de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA) dispararon hoy más de 350 obuses sobre Kuito, capital de la provincia central angoleña de Bie, causando la muerte de 38 civiles y más de 80 heridos.

Según informó anoche Radio Nacional, "la guerra continúa" con toda la intensidad en Angola al impedir hoy UNITA, con cinco disparos de mortero, el aterrizaje de aviones de la ONU con ayuda humanitaria en el aeropuerto de Malange.

Los primeros incidentes en Kuito surgieron anoche cuando UNITA sorpresivamente movilizó sus fuerzas en dirección a las posiciones defensivas de las tropas gubernamentales.

Durante la noche y el día de ayer se registraron "fuertes choques de infantería" cuando las fuerzas gubernamentales, apoyadas por elementos de la Policia Nacional y defensa civil, defendían las posiciones estratégicas en la ciudad.

El corresponsal de la radio admite la posibilidad de que el actual ataque generalizado rebelde sea el largamente anunciado "asalto final" de UNITA contra Bie, con el fin de ocupar esta ciudad asediada desde hace 14 meses por los guerrilleros de Jonas Savimbi.

El año pasado unos 18.000 habitantes de Kuito murieron o fueron heridos durante nueve meses de ataques de UNITA contra la ciudad, con cuya ocupación los rebeldes lograrían el control completo de la planicie central angoleña.

Debido al reinicio de los combates toda ayuda humanitaria para Kuito fue hoy suspendida mientras el personal de las Naciones Unidas y diferentes organizaciones humanitarias permanecen seguros en los refugios en espera de ser evacuados de la ciudad, confirmó un comunciado de la ONU emitido esta noche en Luanda.

El comunicado agrega que "a pesar de haber asegurado, tanto el Gobierno como UNITA, que existen todas las condiciones para la reanudación de la ayuda humanitaria para Malange, un avión del Programa Alimentario Mundial (PAM) no pudo aterrizar en el aeropuerto de esta ciudad cuando, en momentos de su aproximación, cinco morteros alcanzaron la pista".

El avión suspendió su aterrizaje y volvió a Luanda, tras lo cual se cancelaron todos los vuelos del PAM programados para esta norteña ciudad angoleña que alberga a 350.000 habitantes y refugiados.

Aranda Da Silva, director de la Unidad de Coordinación de la Ayuda Humanitaria (UCAH) de las Naciones Unidas para Angola, conversó el pasado día 25 con representantes del Gobierno y UNITA para que se resuelva la reciente suspensión de vuelos humanitarios para Huambo, Uige y Malange, que se debió a un ataque de la guerrilla contra un avión del PAM la pasada semana.

UNITA dio su consentimiento, en conversaciones realizadas en Huambo, para que el 25 de mayo se hubieran reanudado los vuelos para Malange y, consecuentemente, el Gobierno de Angola levantó la suspensión de los vuelos para Uige y Huambo a partir del día 26.

El comunicado de ONU confirma que, "por razones de seguridad" el Gobierno decidió hoy suspender nuevamente los vuelos humanitarios a Huambo.

Las agencias de las Naciones Unidas encargadas de la ayuda humanitaria a Angola expresaron su preocupación por la seguridad de todos sus trabajadores, al igual que por los nuevos sufrimientos que la actual suspensión de los vuelos podría causar a la población civil angoleña.

En Lusaka, según la radio, los negociadores del Gobierno y de UNITA celebraron hoy otra reunion sin la presencia de los observadores.

01-01

9405817

Nº. DOCUMENTO 9405818
TITULO: Gobierno angolano y UNITA llegaron a acuerdo sobre proceso electoral.
PROCEDENCIA: Jun.
FECHA DE P.: 29/5/94
VINCULACIONES: - 11876 - - 11164 -
- 507470 - - 11437 -
- 514336 -
- 11302 -

Pese a los bombardeos de la UNITA sobre Cuito, las autoridades angolanas esperan alcanzar la paz en uno o dos meses

CONFIANZA EN LAS CONVERSACIONES DE LUSAKA

El ministro angoleño de Asuntos Exteriores, Venancio de Moura, espera que la «paz para Angola sea alcanzada dentro de uno o dos meses gracias a las negociaciones de Lusaka».

En declaraciones a la Radio Nacional angoleña (RNA), hechas ayer sábado, después de firmar ayer en Ciudad del Cabo el establecimiento formal de las relaciones diplomáticas entre Angola y Sudáfrica, De Moura afirmó que «aquéllos que quieren la guerra en Angola pueden aprender con el ejemplo de Sudáfrica».

El jefe del Estado angoleño, Jose Eduardo dos Santos, admitió ayer en Luanda que hay progresos en las actuales conversaciones en Lusaka, aunque advirtió, sin referirse al empeoramiento de la situación en el plano militar, que hay un cierto camino aún por recorrer.

Venancio de Moura enalteció especialmente la posición del Presidente Federik de Klerk de aceptar la derrota del Partido Nacional (PN) en las elecciones sudafricanas de abril pasado y afirmó que el líder de UNITA, Jonas Savimbi, debería aceptar el resultado de las elecciones angoleñas de 1992 y participar en un nuevo Gobierno.

A pesar de que las Naciones Unidas declararon válidos los resultados de las primeras elecciones democráticas angoleñas, Savimbi alegó un «fraude generalizado» y reinició la lucha armada que hasta el momento se cobró la vida de más de medio millón de habitantes de este país africano.

Una nota de prensa publicada ayer confirma que los dos ministros «consideraron que el acto tiene un profundo significado para sus respectivos países».

«No sólo se identificaba con un elevado nivel de relaciones entre los estados -agrega el comunicado- sino que marca, principalmente, un plano superior de amistad y solidaridad entre los pueblos angoleño y sudafricano».

Después de la firma del acuerdo, según la nota, «la delegación angoleña fue ovacionada en la sala del Parlamento por los diputados que se encontraban en la sesión, destacándose el presidente Nelson Mandela».

Angola fue un firme baluarte de apoyo al Congreso Nacional Africano (CNA) durante el régimen de apartheid y, según se desveló recientemente, muchos combatientes del brazo armado de este movimiento nacionalista sudafricano adquirieron aquí sus primeros conocimientos militares prácticos al lado del ejército angoleño y cubano.

A pesar de que Angola confirm[ó] oficialmente que no pedirá a las nuevas autoridades en Pretori[a] participar en el proceso negociad[or] por la paz, fuentes de Luand[a] confirmaron que aquí se espera un «significativo apoyo indirecto» del Gobierno del CNA.

Este consistiría, principalmente, aparte del apoyo diplomático que no está en cuestión, en controlar más estrechamente cualquier posible apoyo logístico de círculos de las extrema derecha blanca desde el territorio de Sudáfrica destinados a UNITA, que pasaba en los años últimos por territorio del vecino Zaire. «Esto es lo máximo que pretendemos del CNA en esta fase de consolidación del régimen democrático en Sudáfrica», afirmó a EFE la fuente militar.

Las conversaciones de paz entre el gobierno de Angola y la UNITA se suspendieron hasta el martes

CRITICAS A EEUU EN EL PROCESO DE PAZ ANGOLANO

Las conversaciones de paz para Angola estarán «paralizadas» hasta el próximo martes debido a que la delegación de UNITA viajará a la localidad angoleña de Huambo este fin de semana para consultar con su dirección sobre algunos «asuntos calientes» que se tratan en Lusaka.

El portavoz de UNITA Jorge Valentim, que confirmó el viaje, indicó que los aspectos específicos de la reconciliación nacional y la participación del movimiento en el gobierno del país, serán los asuntos centrales de las consultas.

Los miembros de la delegación de UNITA, tendrán a su disposición un avión de la ONU para trasladarse. Valentim dijo que «las conversaciones atraviesan un momento delicado», y señaló que espera que el Comité Central del MPLA, (Movimiento Popular para la Liberación de Angola) reunido en Luanda desde el pasado jueves «dé respuestas a las muchas preguntas sobre la participación de UNITA en la gobernación del país a diferentes niveles».

En declaraciones al diario semioficial «Jornal de Angola», Valentim calificó de «solución problemática» la que el Gobierno quiere aplicar al proceso de desmovilización de los guerrilleros, a quienes pretende alejar de los centros urbanos y demográficos de importancia.

Sobre la emisora de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA0, la «Voz revolucionaria del Gallo Negro» (VORGAN), dijo que las conversaciones al respecto son complicadas, ya que el gobierno desea que deje de transmitir en onda corta y se convierta en una radio comercial de FM.

Con el argumento de que es necesario «diversificar la información en Angola», Valentim admitió que UNITA no pretende abandonar el control de su radio a través de la cual transmite instrucciones militares codificadas.

En Lusaka se notó el sábado, la ausencia del enviado especial de EEUU, el embajador Paul Hare, quien dejó ayer la capital de Zambia para supuestamente viajar a Luanda con el fin de tratar con las autoridades angoleñas sobre el proceso de paz.

En Luanda, se tiene la sensación de que en «el Departamento de Estado americano prevalecen aún ambiciones revanchistas» en relación a Angola, dijo el portavoz de la Asamblea Nacional angoleña, Elias Disengomoka.

En un artículo publicado ayer por el «Jornal» estimó que en el Departamento de Estado hay quien está «muy obsesionado» en penalizar a los «antigos marxista-leninistas de Luanda».

A pesar de que la Administración del presidente Bill Clinton desea distanciarse de las anteriores políticas estereotipadas en torno a Angola «estos pasos son aún muy tímidos», dice el autor.

El portavoz agrega que EEUU desearía imponer un escenario político de su conveniencia al gobierno salido de las primeras elecciones democráticas de 1992.

01-02 9405818

Seis meses de iniciadas las negociaciones de paz entre el gobierno angolano y UNITA

INCERTIDUMBRE POR EL FUTURO DE ANGOLA

A seis meses de las negociaciones de paz entre el Gobierno de Angola y los rebeldes de UNITA, la situación del país es una incógnita y aún no se sabe si las conversaciones de Lusaka traerán la tan deseada paz, aunque teóricamente se admite que el entendimiento está más cerca que la ruptura.

De los diez grupos de cuestiones de fondo que fueron planteados el pasado 15 de noviembre en la mesa de negociaciones por el mediador de la ONU, Aliun Blondin Beye, ya han sido resueltos ocho.

Atrás quedaron asuntos sensibles como son la participación de UNITA en la Policía, que incluía la incorporación de sus elementos en unidades especiales de «antidisturbios», cuestión que fue considerada un obstáculo difícil de solucionar y que consumió 37 días de debates.

Así mismo, se establecieron las bases para la formación de un nuevo Ejército nacional único, además de los principios generales, específicos, las modalidades y el calendario para el alto el fuego y una posible segunda vuelta de las elecciones presidenciales.

A lo largo de los seis meses de conversaciones se registraron igualmente cuatro «paralizaciones» que, en total, supusieron 45 días de retraso en la agenda.

El gobierno angoleño y la UNITA llegaron a un acuerdo

CONSENSO SOBRE PROCESO ELECTORAL EN ANGOLA

Los negociadores del Gobierno angoleño y de los rebeldes de UNITA consiguieron llegar en Lusaka a un difícil consenso sobre las modalidades de aplicación de los principios que regirán la conclusión del proceso electoral

Según fuentes fidedignas, fueron necesarias seis horas de debates, con varias intervenciones del mediador de la ONU, Aliun Blondin Beye, y de los observadores de EEUU, Rusia y Portugal, para que las dos partes alcanzaran anoche un consenso.

El punto que más discusión exigió fue el de la realización de la segunda vuelta de las elecciones presidenciales en Angola, que tendrían que disputar el presidente del país, José Eduardo Dos Santos (ganó la primera vuelta con el 49,57 por ciento de los votos), y el líder de UNITA, Jonás Savimbi (que obtuvo un 40,07 por ciento).

Las dos partes fueron unánimes en cuanto a efectuar un nuevo censo electoral cuando las condiciones lo permitan, pues debido al desplazamiento de grandes grupos de población a causa de la guerra civil el número de angoleños en edad de votar ha cambiado.

Con la definición de las modalidades terminaron las discusiones sobre la realización de electoral, y probablemente a mediados de la semana próxima se reanudará el debate sobre los principios específicos de la reconciliación nacional, suspendidos el pasado mes de marzo.

Las discusiones repercutirán, según opinan algunos observadores, en la participación de UNITA en el gobierno del país.

De acuerdo con las últimas propuestas, el Gobierno ofrece a UNITA la gobernación de tres provincias: Uige (norte), Lunda Sur (este) y Kuando Kubango (sur).

UNITA acepta dicha propuesta, pero exige también la gobernación de Huambo y Benguela, provincias centrales que abarcan zonas habitadas por la etnia ovimbundu.

Además de cuatro ministerios que el Gobierno está dispuesto a otorgar a UNITA, este movimiento exige también las subsecretarías de Finanzas, Interior y Comunicación Social.

El futuro estatuto y la seguridad de Jonás Savimbi y de otros altos dirigentes de UNITA es otro punto que se discutirá en el ámbito de la reconciliación nacional, al igual que el mandato de las Naciones Undias, el papel de los observadores y las atribuciones del órgano que sustituirá a la Comisión Conjunta Político-Militar (CCPM) [illegible] aplicación integral del Protocolo de Lusaka.

La atención está puesta en Luanda en la reunión que mantendría ayer entre el enviado especial del presidente de EEUU, el embajador Paul Hare, y Dos Santos.

Círculos próximos a la presidencia angoleña creen que Paul Hare



El gobierno de José Eduardo dos Santos aceptó una segunda vuelta de las elecciones

entregará a Dos Santos un mensaje personal del presidente estadounidense, Bill Clinton, que es en realidad la respuesta a una reciente carta del jefe del Estado angoleño a su colega norteamericano, [illegible] angoleño que muestre «flexibilidad adicional» en Lusaka, especialmente ante la petición de UNITA de que se les conceda la gobernación de las provincias de Huambo y Benguela, que Luanda rechaza categóricamente.

Círculos políticos angoleños consideran que es muy difícil que el Ejecutivo permita a UNITA que gobierne Huambo, a no ser que haya «firmes garantías» de EEUU de que ello no supondrá la posterior «desintegración» del país.

También se considera que otorgar la gobernación de esas dos [illegible] mayoritariamente por ovimbundus, sería correr el riesgo de que UNITA llevase a cabo su acariciado proyecto federalista, que derivaría en la division étnica de Angola.

Igualmente, por motivos político-militares, es difícil esperar que el Gobierno consienta que UNITA gobierne una provincia con acceso al mar.

9405818

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405819
TITULO Según Rusia, Japón tiene un programa nuclear secreto.
PROCEDENCIA Jur. (150014)
FECHA DE PU... 14/5/94
VINCULACIONES - 11876 -
- 66224 -
- 11892 -

Expertos rusos hacen referencia al programa nuclear japonés

JAPON TIENE UN PROGRAMA NUCLEAR SECRETO

Los expertos rusos en materia nuclear consideran que la aparición de 70 kilos de plutonio sin registrar en una planta nuclear japonesa demuestra que ese país alberga programas secretos de producción de bombas atómicas, informó ayer viernes, la agencia oficial rusa ITAR-TASS.

La existencia de esas reservas de material nuclear «permite poner en duda la supuesta transparencia de los programas nipones de empleo pacífico del plutonio», indicó la agencia.

Según los expertos rusos, también la reciente aparición en la prensa japonesa de denuncias sobre los presuntos planes de Moscú de crear nuevas bombas de neutrones demuestra el deseo de Tokio de «desviar la atención pública y ocultar la existencia secreta del 'relleno' atómico propio para las bombas».

Japón, cuya Constitución le obliga a estar desnuclearizado, «pretende imponer al mundo sus propias reglas del juego nuclear», lo que queda demostrado por la existencia de la materia prima suficiente para producir ocho bombas atómicas, dijo a ITAR-TASS un experto que pidió el anonimato.

Un portavoz del Ministerio ruso de Energía Atómica dijo a la agencia que «resulta difícil establecer la procedencia de tal cantidad de plutonio», y que «debe investigarse minuciosamente su aparición, que los expertos nipones presentes en Moscú no pueden explicar».

La Organización nipona de Tecnología y Ciencia reconoció esta semana la aparición del plutonio, que aparentemente se acumuló dentro del equipo de producción de combustible de la planta nuclear de Tokai-mura, a unos 114 kilómetros al noreste de Tokio.

ITAR-TASS recuerda que, según las normas del Organismo Internacional para Energía Atómica (OIEA), la existencia de ocho kilogramos de plutonio se considera suficiente para la producción de una bomba peligrosa para el régimen de No Proliferación.

9405819

01-01

1/1

08700JUN94

M E M O R A N D U M No. 056 /.

E V A L U A C I O N : A-2

R E F E R E N T E A: Integrantes del P.O.R

T E X T O : Sindicados como posibles integrantes del P.O.R :

-BLANCO Hugo.
-BIANCHI PEREZ Hugo Rafael.
-CASELLI Elena.
-CORREA Elena.
-HORACIO Joel.
-JABER Salah.
-LOCKHEAD Robert.
-NUÑEZ Orlando.
-ORTIZ Juan Carlos.
-ROMAN.

D I S T R I B U C I O N : Biografico y Militar

Capitan

FECHA 13.06.94 INICIAL

PROCESO

RESERV

Biog. Militar

Nº. DOCUMENTO 9405821
TITULO Superavit comercial de JAPON hace peligrar sist. comercio mundial.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE P... 25/5/94
VINCULACIONES - 11876 - 66224 - 65890 - 11161 - 11409

Batalla comercial suspendida

Estados Unidos y Japón pusieron fin a un costoso estancamiento de tres meses al acordar emprender un segundo intento para negociar un tratado comercial. "Estoy complacido de anunciar la reanudación de las negociaciones marco entre Estados Unidos y Japón", dijo a los reporteros el representante comercial norteamericano Mickey Kantor. "No tenemos plazos, pero está claro que ambos gobiernos están comprometidos a actuar lo más rápidamente posible", agregó.

Las negociaciones formales se rompieron durante una cumbre en febrero en la Casa Blanca, en un poco común desacuerdo público que fue considerado como el que la alianza transpacífica es lo suficientemente madura como para capear el temporal y salirse del protocolo de la cumbre. Sin embargo, ninguna de las partes podía evitar una nueva ronda de conversaciones, pues la primera ruptura provocó el alza del yen japonés y las tasas de interés en Estados Unidos, con alto costo para ambas partes. El dólar subió ligeramente contra el yen con las noticias de la ruptura del estancamiento, pero debido a la naturaleza cambiante de la situación, pocos tuvieron confianza como para comprar grandes cantidades de dólares. En el centro de la discusión está cómo reducir el superávit comercial de 131.000 millones de dólares a favor de Japón, que se considera ampliamente como una limitante para el crecimiento mundial. Ambas partes acordaron que debe cambiar el flujo comercial, pero no se han puesto de acuerdo en repetidas ocasiones sobre cómo lograrlo. Kakizawa dijo que le gustaría detener la disputa antes de la cumbre económica de los siete países más industrializados que se celebrará en julio en Nápoles, Italia, donde tienen programado reunirse Clinton y el primer ministro japonés, Tsutomu Hata.

Clinton habló por teléfono durante 14 minutos con Hata y lo felicitó por su "difícil y efectivo esfuerzo" en el atribulado frente comercial, dijo Kantor. "Esto elevará la confianza entre nuestros dos países", comentó Kantor.

"Japón pone en peligro el comercio internacional"

El ex vicepresidente y actual embajador de los EE.UU. en Tokio, Walter Mondale, afirmó que el superávit comercial japonés es una amenaza para el sistema de comercio internacional. "Exporta desempleo", indicó el diplomático. Las cifras correspondientes a abril indican que el excedente en la balanza comercial del Japón creció un 8%, totalizando 11.120 millones de dólares.

TOKIO (Por **Paul Abrahams**, de "Financial Times", especial para **Clarín**). — El superávit comercial de **Japón** frente al resto del mundo **hace peligrar el sistema del comercio mundial**, aseguró el embajador estadounidense en Tokio, **Walter Mondale**.

"Tenemos un **desequilibrio** de cuenta comercial global de **130.000 millones de dólares**. Esto amenaza al sistema comercial internacional. Exporta desempleo. **Tiene que cambiar**", manifestó el embajador.

El ataque del diplomático norteamericano se produjo poco antes que el Ministerio de Finanzas de Japón diera a conocer las cifras del mes de **abril** que mostraban un superávit en la **balanza comercial** superior a lo esperado: ascendió a la cifra **récord de 11.120 millones de dólares**, lo cual supone un **8% de aumento** en la comparación entre 1993 contra este año. Los analistas esperaban una declinación —año contra año— del 1,3%, que reduciría el excedente japonés a 10.300 millones.

El superávit del Japón **con los Estados Unidos**, fuente de un sostenido conflicto político con Washington, **aumentó un 8,9%, tocando la cifra récord de 4.380 millones**. El saldo favorable japonés frente a la **Unión Europea ascendió a 2.310 millones de dólares**, y en el comercio con Asia el excedente fue de 5.300 millones.

Diversos economistas coincidieron en atribuir estos aumentos a la sostenida **alza del yen** y la correlativa depreciación del dólar. Si bien la valorización del yen pone un freno a las exportaciones al encarecer los productos japoneses en el extranjero, **también reduce el valor dólar de las importaciones**. En términos de yenes, el superávit del comercio mundial bajó **1,6 por ciento**.

Para la próxima ronda formal de negociaciones entre Estados Unidos y Japón, y para la reunión del G-7 en Nápoles en junio, no se avizoran muchos indicios firmes de solución, dijo la firma de inversiones **Barclays** de Zoete Wedd. Barclays advirtió que el superávit sigue siendo incómodamente alto, con pocas evidencias de que los volúmenes comerciales tengan un efecto sobre los principales números en dólares. Habrá poco respiro para el yen, dijo también la firma.

Las importaciones fueron más débiles de lo esperado, ya que **aumentaron sólo un 6,6%, llegando a 21.760 millones de dólares. Las exportaciones**, entre tanto, **crecieron un 7,1%, totalizando 32.880 millones**. Pero si se contabiliza en yenes, las exportaciones bajaron **2,7%**, en tanto que las importaciones declinaron un 3,2 por ciento.

El embajador Mondale dijo que las conversaciones exploratorias celebradas entre Estados Unidos y Japón a fines de la semana pasada sugirieron que podrían producirse progresos. Esas tratativas siguieron a la quiebra de las negociaciones formales en febrero. "Sobre la base de los primeros informes que he recibido, tengo esperanzas de que haya avances. Es demasiado pronto para asegurar nada, pero existen algunos movimientos", dijo.

Los Estados Unidos **han reclamado que el gobierno nipón comprima la economía a fin de atraer más importaciones, como forma de reducir el superávit comercial**. Pero el miércoles el Banco de Japón dijo que **la economía se estaba recuperando**.

Los comentarios del Banco de Japón coincidieron con el anuncio del ministro de Industria y Comercio Internacional (MITI) de que **la producción industrial había aumentado un 4,6% en marzo**.

9405821

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405822
TITULO CAMBOYA: un país que tiende a reconstruirse.
PROCEDENCIA La Rep. (150023).
FECHA DE PROC. 3/5/94
VINCULACIONES 11876
507606
11164

Una generación de camboyanos instruidos y técnicamente calificados ha sido borrada del mapa

Camboya, un país que tiende a reconstruirse

Phnom Penh (especial de IPS) por Pamposh Dhar

■ Tras veinte años de guerra y aislamiento, Camboya abre sus puertas al mundo, aceptando ayuda internacional y fomentando la inversión extranjera en un intento por reconstruir una economía devastada.

Sólo un año atrás la súbita negativa del grupo guerrillero Jemer Rojo de cooperar y sumarse a las otras facciones políticas que habían iniciado negociaciones de paz casi hunde nuevamente a este país en la violencia.

Desde setiembre de 1993, cuando fue promulgada la Constitución y se instaló el gobierno que había sido electo en mayo, en comicios supervisados por la Organización de las Naciones Unidas, veinte países han abierto embajadas en Phnom Penh.

A pesar de la inseguridad que subsiste en algunas zonas del país, el turismo ha aumentado y se espera que duplique los niveles del año pasado. Unos doscientos mil turistas podrían llegar al país en 1994, y aún más en 1995, declarado por el gobierno "año de la visita a Camboya".

La guerra ha llevado a que cuarenta mil camboyanos hayan sufrido la amputación de algún miembro. Aún hoy, trescientas personas son heridas cada mes por minas desperdigadas por todo el territorio que no han podido ser desactivadas.

Tropas gubernamentales continúan enfrentándose a los jemeres rojos en el este del país, donde en los últimos meses el grupo guerrillero ha lanzado ataques aislados inclusive en áreas controladas por el ejército regular. Bandidos armados rondan las carreteras, algunas veces ayudados por soldados gubernamentales, que completan sus magros ingresos con asaltos y secuestros. Sólo en lo que va de abril cuatro extranjeros fueron raptados. Aún quedan resabios del sangriento régimen del Jemer Rojo, que destruyó el sistema educativo y forzó a la emigración hacia las ciudades a decenas de miles de campesinos, un fenómeno que está en el origen de las actuales carencias del país en personal especializado.

Cuando los vietnamitas invadieron Camboya en 1979 y derrocaron a los jemeres rojos, se encontraron con un país destruido, en el que cerca de un millón de personas habían muerto de inanición, enfermedades, masacres y torturas.

Una generación de camboyanos instruidos y técnicamente calificados había sido borrada del mapa.

Pero la coalición gobernante está determinada a regresar el país a la senda de la paz y a restructurar la economía.

Algunos de los intelectuales camboyanos que escaparon de la escalada de violencia de los jemeres rojos y se habían instalado en el exterior han retornado a reconstruir su país. Los que viven en ultramar, también contribuyen como pueden.

01 - 01

9405822

Nº. DOCUMENTO 9405823
TITULO Acciones de los Jemeres Rojos.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE [illegible] 31/5/94
VINCULACIONES - 11846 -
- 501606 -
- 11819 -
- 11302 -
- 11830 -

Jemer Rojo gana posiciones

Ref. 25

Aranyaprathet, Tailandia (UPI)

■ Los victoriosos guerrilleros del Jemer Rojo estrecharon ayer su control de la estratégica carretera 5 de Camboya, aislando a dos importantes pueblos y obligando a millares de civiles a huir de sus hogares.

Un vocero del grupo insurgente dijo que Pipet, a 360 quilómetros al noroeste de Pnom Penh y directamente opuesto a Aranyaprathet, podría caer en manos del Jemer Rojo en cualquier momento.

El portavoz de los extremistas, que se identificó como Long Narin, informó que las tropas del gobierno estaban rodeadas en Poipet.

Fuentes militares tailandesas en la frontera confirmaron que la carretera 5, el principal enlace por tierra entre Tailandia y Camboya, estaban completamente bloqueada por el Jemer Rojo. Una fuerza de alrededor de 500 guerrilleros del Jemer Rojo se estaba preparando para atacar Poipet desde posiciones situadas a seis quilómetros en la aldea de Pratu Chai, dijeron fuentes.

Los intensos combates a lo largo de la carretera 5 obligaron a millares del civiles a huir de sus aldeas hacia la seguridad relativa del pueblo de Sisophon o al oeste hacia la frontera con Tailandia. Andanadas de artillería y cohetes llevaron a Naciones Unidas y a otras agencias de ayuda a evacuar a sus trabajadores de Sosophon el sábado.

Tailandia, donde cientos de miles de refugiados camboyanos pidieron asilo entre 1975 y 1992, se preparaba para un nuevo influjo de camboyanos cansados ya de guerra.

Funcionarios tailandeses declararon que varios cientos de refugiados cruzaron el sábado hasta Tailandia, en Ban Aung Sila, cerca de Aranyaprathet, y recibieron refugio temporal.

Un soldado tailandés fue herido cuando alrededor de 25 rondas de artillería cayeron en el lado tailandés de la frontera.

El éxito de la ofensiva militar de dos semanas del Jemer Rojo pareció anular los esfuerzos del rey Norodom Sihanouk por lograr la celebración de conversaciones de paz entre el gobierno y el Jemer Rojo, las que debían comenzar en Pnom Penh mañana lunes.

Un informe de la radio clandestina del Jemer Rojo dijo ayer que los líderes del gobierno camboyano, Hun Sen y Chea Sim, habían visitado Vietnam recientemente para solicitar ayuda urgente para enfrentar al Jemer Rojo.

El informe radial, que no dio fuente, afirmó que los vietnamitas habían aceptado proporcionar un número no especificado de soldados para asegurar que varios pueblos, incluso Battanbang, la segunda ciudad de Camboya, no cayeran ante los insurgentes.

Jemer Rojo derriba helicóptero

[illegible], Tailandia (UPI)

■ El [illegible] Rojo afirmó que derribó un helicóptero del gobierno camboyano y que mató a sus tres tripulantes en la provincia sudoccidental de Kampot.

Una transmisión de la emisora de la facción rebelde dijo que el helicóptero fue alcanzado por disparos hechos desde tierra después que dos helicópteros del gobierno bombardearon la aldea de Pram Voar, en Kampot, 144 quilómetros al sudoeste de Pnom Penh.

Agregó que el helicóptero se estrelló en tierra y se incendió, matando a sus tres tripulantes.

El Jemer Rojo también afirmó haber matado o herido a 40 soldados del gobierno en combates librados la semana pasada cerca de Ban Udong, a sólo 24 quilómetros al noroeste de Pnom Penh.

POCO LEGIBLE

Los Jemeres Rojos negociarán sin condiciones

Los Jemeres Rojos aceptaron las negociaciones sin condiciones propuestas por el Rey de Camboya, Norodom Sihanouk, a fin de restablecer la paz en el país.

BANGKOK/ANSA y EFE

El líder jemer, Khieu Samphan, acogió el ofrecimiento del Soberano en un comunicado difundido ayer.

Las tratativas, de las que participarán también el Primer Ministro Norodom Ranariddh y su Vice, Hun Sen, se realizarán en la residencia de Sihanouk en Pyongyang, Corea del Norte, del 27 al 31 de mayo.

Entretanto, el soberano de 71 años volvió a Beijing para continuar el tratamiento a que es sometido contra el cáncer.

Sin embargo, sobre las posibilidades de éxito de las tratativas, algunas fuentes diplomáticas expresaron sus fuertes dudas. En primer lugar porque los Jemeres Rojos poseen actualmente la iniciativa militar contra las fuerzas de Phnom Penh y es improbable que puedan inclinarse a hacer concesiones. Además, Ranariddh y Hun Sen desconfían de la voluntad de paz de los guerrilleros y aceptaron la negociación sólo por respeto a Sihanouk.

Precedentes ofertas de negociaciones habían sido rechazadas por los Jemeres Rojos porque ponían como condición que antes depusieran las armas y se retiraran de las áreas ocupadas. Después de boicotear las elecciones de mayo de 1993, realizadas bajo la supervisión de la ONU, los jemeres piden ahora ingresar en el Gobierno.

C1 - C1

9405823

Nº DOCUMENTO 9405824
TITULO Vietnam: Aprueban medidas para alentar inversión nacional.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA DE PROCEDENCIA 27/5/94
VINCULACIONES -11876 -
-507674-
-11161-
-65890-

Aprueban medidas para alentar la inversión nacional

Vietnam se adapta al libre mercado



Adiós al embargo
El gobierno vietnamita espera que la normalización de relaciones con EEUU ayude a impulsar su alicaída economía

Hanoi - El viceprimer ministro Phan Van Jai, a menudo considerado el arquitecto de las reformas económicas vietnamitas, dijo ayer que esta nación comunista deberá adaptarse a los rigores del libre mercado tanto en el interior como en el extranjero.

Vietnam anticipa que su economía crecerá al menos un 8% este año y que aumentará por lo menos otro 10% en los años subsiguientes, dijo Jai en su informe a la Asamblea Nacional sobre los progresos económicos y políticos.

Durante los próximos 30 días, el cuerpo legislativo planea aprobar una nueva ley laboral que concede a los trabajadores el derecho a la huelga en procura de mejores salarios y condiciones laborales.

También espera debatir y posiblemente aprobar cinco leyes adicionales, incluyendo medidas para alentar las inversiones nacionales y regular la transferencia de los derechos a la explotación de la tierra.

Jai dijo que los bancos y negocios de Vietnam necesitan adoptar los niveles contables aceptados internacionalmente, y que los monopolios de propiedad estatal deberían ser desmantelados para impulsar un grado de "competencia saludable".

El mantenimiento del impulso económico depende de cómo el país controle la inflación, atraiga inversiones y se adapte al libre mercado, dijo Jai.

Su informe coincidió con el anuncio en Hanoi de que Vietnam y Estados Unidos establecieron misiones diplomáticas, una medida importante hacia el establecimiento de relaciones.

Vietnam empezó a adoptar reformas de tipo occidental en 1986, en un esfuerzo desesperado por resucitar la desastrosa economía socialista. Espera que la normalización de relaciones con Estados Unidos le ayude en el empeño.

El presidente norteamericano Bill Clinton levantó en febrero un embargo económico a Vietnam que duró 19 años. El embargo fue impuesto desde que concluyó la Guerra de Vietnam en 1975.

Jai dijo que Vietnam necesita contener la inflación este año a menos del 10%, y que la divisa nacional —el dong— no debe valorarse demasiado rápidamente como para perjudicar la competitividad de los exportadores vietnamitas.

El ritmo de las inversiones extranjeras en el país se ha acelerado, y el gobierno debería ayudar a que continúe la tendencia abreviando el plazo requerido para que las empresas extranjeras obtengan licencias de inversión, dijo Jai. *(AP)*

01 - 01
9405824

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Sección: SIFA
Hoja: 1
Evaluación: ----------
Fecha: 3 / 6 / 94

DOCUMENTO: SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nro.031/94.-

ASUNTO: Se solicitan anotaciones de los siguientes ciudadanos:

De: DTOR.SERV.INFORMACION F.AEREA.-

Para: DIREC.GRAL.INFORMACION DE DEFENSA.-

TEXTO:

1) MACHADO OLANO Joaquina Margarita (POSTULANTE)
F.Nac.:13.01.74 Lugar: Cerro Largo.
C.I.:3.592.258-4 C.C.: A.H.A. 11.621.
Domicilio; Simón Bolivar 1393/501.
Ultimo Trabajo:XIEDRO Ltda. (Justicia 2100)

10/6/94
212

MACHADO BEJECEZ Bonifacio Antonio (PADRE DEL POSTULANTE)
F.Nac.:27.07.51 Lugar.Cerro Largo.
C.I.:3.698.516-5 C.C.:G.A.B. 5287.
Domicilio:Mallorca 4451 Torren Ap.301.
Ultimo Trabajo: Rematador.

OLANO RODRIGUEZ Alma Dinorah (MADRE DE LA POSTULANTE)
F.Nac.:16.11.54 Lugar: Cerro Largo.
C.I.:2.641.911-2 C.C.:A.H.A. 10861
Domicilio: Simón Bolivar 1393/501.

MACHADO OLANO Bonifacio Fabricio (HERMANO DE LA POSTULANTE)
F.Nac.:11.8.72 Lugar:Cerro Largo.
C.I.:
Domicilio:Simon Bolivar 1393/501.

NICODEMI OLANO Juan Ignacio (HERMANO DE LA POSTULANTE)
F.Nac.:27.03.91 Lugar:Cerro Largo.
C.I.:4.343.584-2
Domicilio: Simón Bolivar 1393/501

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION
DE LA FUERZA AEREA.-
CORONEL(AV) GUSTAVO E.BROZIA.-

FUERZA AEREA DIRECCION SERV. INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

001/001

10 JUN. 1994
ANTECEDENTES
9405825

Imprenta S.A.S.F.A. VIII/90 (500)

RESERVADO

Formulario Tipo No. 97 (Solicitud de información) a la ... 200-5 COPIA 1

RESERVADO

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

10 JUN 1994 ANTECEDENTES 9405826

Sección: SIFA	Hoja: 1 / 5
Evaluación:	Fecha: 27 / 5 / 94

DOCUMENTO: Nº SOLICITUD DE ANTECEDENTES Nro.030/94.-

ASUNTO: Se solicitan anotaciones de los mencionados ciudadanos:

De:	Para:
DTOR.SERV.INF.F.AEREA.-	DI EC.GRAL.INF.DE DEFENSA.-

TEXTO:

1. GALLO DIAZ Enrique Cesarino. (POSTULANTE)
F.Nac. 15.NOV.975 Lugar: Montevideo.
C.I. 4.205.749-9 C.C. Serie: BOB Nro. 36.789
Domicilio: Azotea de Lima 4777.-
Ultimo trabajo: No registra.-

DIAZ Rafaela Ilda (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar:
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

GALLO RIZO Liborio (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar:
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

GALLO DIAZ Catalina del Luján (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 20.8.69 Lugar: Mdeo.
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

2. SOSA MUÑOZ Walter Ildemar. (POSTULANTE)
F.Nac.: 09.09.973 Lugar: El Carmen.- Dto. Durazno.-
C.I.: 4.038.739-5 C.C. Serie: RCB Nro1 1338.-
Domicilio: Sauce de Mariscala.- 10 Secc. Dpto. Durazno.-

10/6/94 211

Impronta S.A.S.F.A. VIII/90

RESERVADO

001 /10

9405826 1.

RESERVADO

Ultimo trabajo: Est. La Rinconada.- Sauce de Mariscala.-

MUÑOZ RODRIGUEZ Teresita (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 31.3.45 Lugar: 4ta. Secc. Dpto. Durazno.-
C.I.: 4.054.913-5 C.C. Serie: RCE Nro. 406
Domicilio: Idem anterior.-

SOSA Ermito César (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 7.8.42 Lugar: 5ta.Secc. Dpto. Durazno.-
C.I.: 4.055.442-3 C.C. Serie: RFD Nro. 852
Domicilio: Idem anterior.-

SOSA MUÑOZ Pedro César.- (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 19.6.66 Lugar: Durazno.-
C.I.: 3.192.848-7 C.C. Serie: RCE Nro. 4674
Domicilio: Tala del Yi. Dpto. Durazno.-

SOSA MUÑOZ Daniel Alvarito.(HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 6/10/70 Lugar: Durazno
C.I. Nro. 3.192.846-5 C.C. Serie: RCD Nro. 5046.-
Domicilio: Mariscala. Dpto. Durazno.-

SOSA MUÑOZ Gloria Janet (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 31.6.64 Lugar: Durazno.
C.I.: 3.192.847-1 C.C. Serie: RCD Nro. 4675.-
Domicilio: Paraje ROLON.- Dpto. Durazno.-

SOSA MUÑOZ Teresita Gisel (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 28.6.72 Lugar: Durazno.-
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Tala de Mariscala.- Dzno.-

---

3. GARCIA AVILA 002 Federico Luis (POSTULANTE)
F.Nac.: 06.09.75 Lugar: Durazno
C.I.: 3.683.709-7 C.C. Serie: RBA Nro. 3071
Domicilio: Isabel Saenz de la Peña S/N. Sta. Bernardina.-

-8405826

Ultimo trabajo: Dist. Galletitas BEAL Hnos.- Dzno.-

AVILA BERTA Irma Nelly. (MADRE POSTULANTE).
F.Nac.: 28.7.38 Lugar: Durazno
C.I.: 3.691.916-0 C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

GARCIA AVILA Alejandro Azaél. (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 16.5.64 Lugar: Durazno
C.I.: 3.605.333-6 C.C. Serie: RBO Nro. 16.723
Domicilio: Artigas 871. Dzno.-

GARCIA AVILA María Lilia. (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 14.8.62 Lugar: Durazno
C.I.: 3.560.708-7 C.C. Serie: RAB Nro. 21.592
Domicilio: Rubino C/. Bolívar.- Dzno.-

---

4. LIMA CASTAGNA Juan. (POSTULANTE)
F.Nac.: 07.10.73 Lugar: Montevideo
C.I.: 2.751.561-4 C.C. Serie: BCB Nro. 35.161
Domicilio: Arturo Scarone 4864.- Mdeo.-
Ultimo trabajo: Cartonería SOBRINO.- Mariano Soler y L.A. de Herrera.- Mdeo.-

---

CASTAGNA LOPEZ Marisa Lilian.(MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 19.6.43 Lugar: Montevideo.-
C.I.: 1.102.732-6 C.C. Serie: BLA Nrol 15.974
Domicilio: Idem anterior.-

LIMA Julio César. (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 23.9.38 Lugar: Salto
C.I.: 1.768.287-7 C.C. Serie: BDA Nro. 63.593
Domicilio: Idem anterior.-

RESERVADO

Ultimo trabajo: Dist. Galletitas BEAL Hnos.- Dzno.-

AVILA BERTA Irma Nelly. (MADRE POSTULANTE).
F.Nac.: 28.7.38 Lugar: Durazno
C.I.: 3.691.916-0 C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

GARCIA AVILA Alejandro Azaél. (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 16.5.64 Lugar: Durazno
C.I.: 3.605.333-6 C.C. Serie: RBO Nro. 16.723
Domicilio: Artigas 871. Dzno.-

GARCIA AVILA María Lilia. (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 14.8.62 Lugar: Durazno
C.I.: 3.560.708-7 C.C. Serie: RAB Nro. 21.592
Domicilio: Rubino C/. Bolívar.- Dzno.-

---

4. LIMA CASTAGNA Juan. (POSTULANTE)
F.Nac.; 07.10.73 Lugar: Montevideo
C.I.: 3.751.561-4 C.C. Serie: BCB Nro. 35.161
Domicilio: Arturo Scarone 4864.- Mdeo.-
Ultimo trabajo: Cartonería SOBRINO.- Mariano Soler y L.A. de Herrera.- Mdeo.-

---

CASTAGNA LOPEZ Marisa Lilian.(MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 19.6.43 Lugar: Montevideo.-
C.I.: 1.102.732-6 C.C. Serie: BLA Nro1 15.974
Domicilio: Idem anterior.-

LIMA Julio César. (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 23.9.38 Lugar: Salto
C.I.: 1.768.287-7 C.C. Serie: BDA Nro. 63.593
Domicilio: Idem anterior.-

B9405826

5. DA ROSA FLORES Rodrigo Eduardo.(POSTULANTE)
F.Nac.: 31.1.74 Lugar: Salto
C.I.: 4.361.995-9 C.C. Serie: CDA Nro. 87053
Domicilio: Ruta 67. K. 25.500.- Canelón Chico.-
Ultimo trabajo: Changas construcción.-

FLORES PAZ Blanca Iris (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 18.1.49 Lugar: Salto
C.I.: 2.897.659-6 C.C. Serie: GBE Nro. 3103
Domicilio: Senda 4 Nro. 4965. Viv. H.59.- San Martín.-

DA ROSA MARTINEZ Teodoro. (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 14.11.35 Lugar: Salto
C.I.: 47.284 C.C. Serie: GBE Nro. 327
Domicilio: Del postulante.-

DA ROSA FLORES Leidel Ethel. (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 6.1.69 Lugar: Salto
C.I.: 3.170.463-5 C.C. Serie: GBE Nro. 5108
Domicilio: Idem anterior.

DA ROSA FLORES María Elvira.HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 24.3.71 Lugar: Salto
C.I.: 3.170.464-1 C.C. Serie: CDA Nro. 71.625
Domicilio: Idem anterior.-

---

6. MENDEZ (Unico) Clivio Osvaldo. (POSTULANTE)
F.Nac.: 7.3.74 Lugar: Tacuarembó
C.I.: 3.658.874-9 C.C. Serie: CDA Nro. 87.738
Domicilio: Calle Salto. S/N. entre Liores y Rincón. Las Piedras.-

---

MENDEZ CORREA Celia. (MADRE POSTULANTE)
NOTA: Esta persona se encuentra radicada en Bs.As.. Hace 7 años que el postulante no la ve.- Al padre no lo conoció.- Fue criado por los abuelos.-
MENDEZ Juan Nepomuceno.(ABUELO POSTULANTE)
CORREA ~~María Luisa.~~(ABUELA POSTULANTE)

004

RESERVADO

7. GOMEZ FRANCO Julio César.(POSTULANTE).
   F.Nac.: 4.12.64 Lugar: Montevideo
   C.I.: 2.696.917-7 C.C. Serie: BNB Nro. 43.165
   Domicilio: 12 de Octubre 5473.- Mdeo.-
   Ultimo trabajo: Empresa de limpiezas MOBY DICK SRL. Magallanes Nro. 1104.-

---

FRANCO GILES Miriam Teresa(MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 13.3.49 Lugar: Mdeo.
C.I.: 992.039-8 C.C. Serie: BDC Nro. 1049
Domicilio: Espronceda 2288.- Mdeo.

GOMEZ FERREIRA Galván.- (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 14.5.... Lugar: Rivera
C.I.: 171.684-2 C.C. Serie: HBD Nro. 1154
Domicilio: Cno. Maldonado K. 12.500. Pasaje B: Nro:040.-

GOMEZ FRANCO Ana Gisel. (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 4.2.71 Lugar: Mdeo.
C.I.: 3.649.127-5 C.C. Serie: BCB Nro. 45.914
Domicilio: Idem anterior.-

DOMINGUEZ FINOCCI Gladys Nelly. (ESPOSA POSTULANTE)
F.Nac.: 07.5.56 Lugar: Soriano
C.I.: 1.842.273-5 C.C. Serie: BDB Nro. 41.586
Domicilio: Del postulante.-

---

8. LIKAI RODRIGUEZ Fabio.(POSTULANTE)
   F.Nac.: 21.5.70 Lugar: Paysandú
   C.I.: 2.837.381-5 C.C. Serie: KCB Nro. 20.964
   Domicilio: Ramón Ortiz 1069. Paysandú
   Ultimo trabajo: SORGUA. Bs. As. y Juan C. Gomez.- Mdeo.-

RODRIGUEZ DO SANTOS Nelly Ester (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 12.12.42 Lugar: Paysandú

C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

LIKAY RODRIGUEZ Fanni Beatríz(HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar: Paysandú
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

LIKAY RODRIGUEZ Denis Catalina.(HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar: Pdú.-
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

LIKAY RODRIGUEZ Yunni Trinidad.(HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 2.4.62 Lugar: Pdú.-
C.I.: 3.207.611-4 C.C. Serie: BTB Nro. 25.948
Domicilio: Idem anterior.-

---

9. CENTOMO RODRIGUEZ Juan Martín. (POSTULANTE)
F.Nac.: 16.9.71 Lugar: Bella Unión.- Artigas
C.I.: 3.294.726-4 C.C. Serie: ICD Nro. 13.685
Domicilio: Oficial 1 Nro. 4865.- Puente Batlle.- Mdeo.-
Ultimo trabajo: Panadería ARIEL. Bella Unión.-

RODRIGUEZ GOMEZ Blanca Nelly. (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 17.5.50 Lugar: Salto
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: San José 1365. Bella Unión.-

CENTOMO MARTINEZ Juan Carlos(PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar:
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

RESERVADO

C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

LIKAY RODRIGUEZ Fanni Beatríz(HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar: Paysandú
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

LIKAY RODRIGUEZ Denis Catalina.(HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar: Pdú.-
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

LIKAY RODRIGUEZ Yunni Trinidad.(HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 2.4.62 Lugar: Pdú.-
C.I.: 3.207.611-4 C.C. Serie: BTB Nro. 25.948
Domicilio: Idem anterior.-

---

9. CENTOMO RODRIGUEZ Juan Martín. (POSTULANTE)
F.Nac.: 16.9.71 Lugar: Bella Unión.- Artigas
C.I.: 3.294.726-4 C.C. Serie: ICD Nro. 13.685
Domicilio: Oficial 1 Nro. 4865.- Puente Batlle.- Mdeo.-
Ultimo trabajo: Panadería ARIEL. Bella Unión.-

RODRIGUEZ GOMEZ Blanca Nelly. (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 17.5.50 Lugar: Salto
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: San José 1365. Bella Unión.-

CENTOMO MARTINEZ Juan Carlos(PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar:
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

CENTOMO RODRIGUEZ . Tania Judith (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: (19 años) Lugar:
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio:

10.TECHERA RAMOS Javier Danilo(POSTULANTE)
F.Nac.: 19.2.73 Lugar: Montevideo
C.I.: 1.839.815-8 C.C. Serie: JCD Nro. 14.044
Domicilio: Chile 2250. Salto
Ultimo trabajo: No registra.-

RAMOS (Unico) Alba Ana. (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 15.1.46 Lugar: Treinta y Tres.-
C.I. : 1.566.951-0 C.C. Serie: JCD Nro. 12.673
Domicilio: Idem anterior.-

TECHERA TECHERA Juan Teudel.(PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 03.05.38 Lugar: Rivera
C.I.: 994.585-5 C.C. Serie: JCD Nro. 12.674
Domicilio: Idem anterior.-

TECHERA RAMOS Nancy (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 22.10.64 Lugar: Mdeo.
C.I.: 1.839.736-4 C.C. Serie: BDA Nro. 74.937
Domicilio: Cno. Andalúz K. 0.-

---

11. SILVA FONSECA Juan Carlos.(POSTULANTE)
F.Nac.: 19.8.74 Lugar: Mdeo.-
C.I.: 3.942.793-6 C.C. Serie: BOA Nro. 19.741
Domicilio: Pedro Bazán 4288. Ap. 2.- Mdeo.-
Ultimo trabajo: Changas Mercado Modelo.-

FONSECA ALVEZ Olga Ester. (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar: Artigas.
C.I.: 1.731.351-7 C.C. Serie: BOA Nro. 7158
Domicilio: Idem anterior.-

RESERVADO

SILVA RODRIGUEZ Gualberto. (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar: Tacuarembó
C.I.: 1.531.104-0 C.C. Serie: BZB Nro. 40.666
Domicilio: Idem anterior.-

SILVA FONSECA José Luis(HERMANO POSTULANTE).
F.Nac.: 5.1.76 Lugar: Montevideo
C.I.: 4.139.941-3 C.C. Serie: BOA Nrol 19.740
Domicilio: Idem anterior.-

---

12. FARINHA GALLARRETTA Roberto Carlos.(POSTULANTE)
F.Nac.: 11.3.69 Lugar: Salto
C.I.: 3.564.626-7 C.C. Serie: JCB Nro. 10.522
Domicilio: Fco. Romero 4021.- Cerrito. Mdeo.-
Ultimo trabajo: Changas varias albañil.-

GALLARRETTA DANDALUZ Marta. (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar: Salto
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Yaro S/N. C/Perú.- Salto.-

FARINHA Néstor. (PADRE POSTULANTE)
-No conoce otros datos ya que fue abandonado por éste cuando tenía 1 año de edad.-

---

FARINHA GALLARRETTA María Angélica.(HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: Lugar: Salto
C.I.: C.C. Serie:
Domicilio: Idem anterior.-

GONZALEZ (Unico) Ana Laura.(ESPOSA POSTULANTE)
F.Nac.: 16.2.74 Lugar: Mdeo.
C.I.: 3.883.149-3 C.C. Serie:
Domicilio: Del postulante.-

9400826

CONT.SOL.ANT.No.030794

13. MELO PEREZ Elido Domingo.(POSTULANTE

F.Nac.: 19.3.70 Lugar: Mdeo.

C.I.: 2.631.388-7 C.C. Serie: CDA Nro. 70.715

Domicilio: San Ramón 309. Barrio Obelisco. Las Piedras.-

Ultimo Trabajo: Casa MARTINEZ. Mueblería. Gral. Flores 728. Las Piedras.-

---

PEREZ PEREZ María Angélica.(MADRE POSTULANTE)

F.Nac.: 26.8.29 Lugar: Mdeo.

C.I.: 651.112-2 C.C. Serie: CDA Nro. 80.611

Domicilio: Idem anterior.-

---

14. VIERA SEOANE Pablo Andrés.(POSTULANTE)

F.Nac.: 4.4.76 Lugar: Bella Unión. Artigas.-

C.I.: 3.569.946-8 C.C. Serie: ICD Nro. 17.360

Domicilio: Cerro Largo 1157.- Bella Unión.-

Ultimo trabajo: Discoteca de su propiedad. Bella Unión.-

SEOANE ACOSTA Rosalina. (MADRE POSTULANTE)

F.Nac.: 18.7.55 Lugar: Mdeo.

C.I.: 3.356.932-4 C.C. Serie: ICD Nro. 9310

Domicilio: Idem anterior.-

VIERA RODRIGUEZ Pedro. (PADRE POSTULANTE)

F.Nac.: 15.1.5[illegible] Lugar: Bella Unión

C.I.: C.C. Serie:

Domicilio: Paraje FRANQUIA.- Bella Unión.-

---

15. PEDROSO DE OLIVERA Daniel Fernando. (POSTULANTE)

F.Nac.: 26.[illegible].72 Lugar: Mdeo.

C.I.: 3.449.934-5 C.C. Serie: BTA Nro. 22.030

Domicilio: [illegible] Mdeo.

Ultimo trabajo: [illegible] Montevideo.-

405826

DE OLIVERA MACHADO Zulma Isabelina. (MADRE POSTULANTE)

F.Nac.: [illegible].6.46 Lugar: Tacuarembó.-

009

RESERVADO

C.I.: 1.380.622-7 C.C. Serie: AKB Nro. 6097
Domicilio: Idem anterior.-

PEDROSO DE OLIVERA José Luis. (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 3.3.72 Lugar: Mdeo.-
C.I.: 3.449.968-9 C.C. Serie: BTA Nro. 21.990
Domicilio: Idem anterior.-

OLIVERA PIASER Mariela Yanet. (CONCUBINA POSTULANTE)
F.Nac.: 4.12.74 Lugar: Mdeo.
C.I.: 1.849.102-7 C.C. Serie: BTA Nro. 34.365
Domicilio: Idem anterior.-

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION
DE LA FUERZA AEREA.
CORONEL(AV)
GUSTAVO [illegible]BROZIA.-

010|10

9405826

[illegible] DE INFORMACION
[illegible]
SECRETARIA
9-6-94
S.D.I.
9405826

[illegible]ADO

Nº. DOCUMENTO 9405827
TITULO Turkmenistan canceló la entrega de gas natural a AZERBAIDJAN.
PROCEDENCIA 20360
FECHA DE PROCEDENCIA 23-3-94
VINCULACIONES 11876
507356
507345
30044
20360
11161
11404

01-03 9405827

VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

23 March 1994

ECONOMIC REPORT

TgbNr 0206/94 VS-NfD

Subject: Turkmenistan, Azerbaidzhan - Turkmenistan Partly Cancels Natural Gas Deliveries to Azerbaidzhan

Cutoff Date: March 1994

Evaluation: F - 3

Report:

From Turkmenian economic circles the following was learnt:

In view of significant doubts about Azerbaidzhan's ability to make adequate supplies, the Turkmenian natural gas deliveries to Azerbaidzhan in 1994 are to be reduced to 2.3 billion cu.m. on a clearing basis. Originally, the delivery of at least 3 billion cu.m. had been planned. Should Azerbaidzhan be able to fulfil its delivery obligations, Turkmenistan is prepared to deliver a total of 3.5 - 3.6 billion cu.m. of natural gas to Azerbaidzhan.

Comment:

At the beginning of the year Turkmenistan and Azerbaidzhan agreed on 1994 deliveries of at least 3 billion cu.m. of natural gas to the amount of US $270 million. The natural gas is to be cleared against the delivery of Azerbaidzhan oil and oil products as well as other products. Before the beginning of the above negotiations, Turkmenistan called for payment in hard currency like in 1993. In 1993 the two countries had agreed on the delivery of 4.2 billion cu.m. of natural gas, but Turkmenistan had delivered only just over 2 billion cu.m.. When it turned out in 1993 that Azerbaidzhan was unable to pay in hard currency, the mode of payment was converted to the delivery of Azerbaidzhan oil and oil/natural gas equipment.

03-03 9405827

Nº. DOCUMENTO 9405828
TITULO BOSNIA HERZEGOVINA: Perspectivas del Plan de Acción de GINEBRA.
PROCEDENCIA SIDE 515075
FECHA DE ... 1-6-94
VINCULACIONES - 11276
- 30044
- 515075
- B/.
- T. pol
- col. int.
- ecot. pol.
01 - 04
9405828

BOSNIA HERZEGOVINA

Perspectivas del Plan de Acción de GINEBRA.

Croatas y musulmanes suscribieron el acuerdo alcanzado en VIENA sobre la configuración cantonal y gubernamental de la futura Federación croato-musulmana.

El acuerdo asigna a dicha Federación el 58 % del territorio de BOSNIA, y establece que el mismo estará dividido en ocho cantones (de los cuales dos serán de mayoría croata, cuatro de mayoría musulmana y dos mixtos), como asi también que el primer Presidente será croata, mientras el jefe del gobierno será musulmán.

En los cantones de población mixta (el de BOSNIA CENTRAL, con centro en TRAVNIK, y el del valle del NERETVA, en torno a MOSTAR), croatas y musulmanes compartirán el poder político de la misma manera que en el nivel federal.

Los croatas y musulmanes bosnios eligieron a dos generales para encabezar las gestiones destinadas a restablecer su alianza militar contra los serbios. El Grl. croata Ante ROSO y su colega musulmán, Fikret MUSLIMOVIC, estarán al frente del comando conjunto que tendrá por finalidad coordinar una estrategia común contra los serbios.

Croatas y musulmanes comparten la preocupación por la negativa de los serbios a adherirse a este acuerdo y temen que su actitud secesionista afecte la integridad territorial de BOSNIA HERZEGOVINA que ellos desean preservar.

Los serbios han acusado a la nueva Federación croato-musulmana de ser nada más que una alianza militar que facilitaría una acción coordinada en su contra.

En consecuencia, se han intensificado los enfrentamientos entre los musulmanes y los serbios. Mientras los primeros reforzaron sus operaciones militares en la zona de BRCKO, ciudad bajo el control serbio, milicias serbias atacan la ciudad de TUZLA, de mayoría musulmana, una de las seis "zonas de seguridad" declaradas por la ONU.

El objetivo de los ataques contra BRCKO es cortar la importante vía de comunicación denominada "el corredor de POSAVINA", que une no sólo la zona oriental y occidental de la República Serbia de BOSNIA, sino también a ésta última con la República de KRAJINA (en CROACIA) y con la República de SERBIA.

Los enfrentamientos entre serbios y musulmanes tomaron nuevo impulso tras la iniciativa conjunta acordada (13MAY94) en GINEBRA por los cancilleres de EE.UU., RUSIA, GRAN BRETAÑA, FRANCIA, ALEMANIA, BELGICA y GRECIA, para la solución del conflicto que se desarrolla en BOSNIA.

El plan acordado en esta oportunidad comprende los siguientes puntos:

-Se exige a las partes beligerantes un cese de hostilidades y paralelamente , sin previos condicionamientos, se las exhorta a que inicien conversaciones orientadas a encontrar una solución política

-El acuerdo de cese del fuego debe incluir el desarme de las tropas y el retiro del armamento pesado

-Se establece que el territorio será dividido entre las partes enfrentadas en una relación del 51 % para la Federación croato-musulmana y del 49 % para los serbios. La reunión ministerial en GINEBRA optó por esta solución, dejando de lado la decisión adoptada anteriormente en las conversaciones de VIENA que, bajo la coordinación de EE.UU., concluyeron con el acuerdo de creación de la Federación croato-musulmana, a la que se asignaba el 58 % del territorio bosnio.

-Las negociaciones entre las partes beligerantes deberán comenzar dentro de dos semanas, bajo la coordinación del "Grupo de Contacto" (integrado por representantes de EE.UU., RUSIA, GRAN BRETAÑA, ALEMANIA, la ONU y la UE).

-BOSNIA HERZEGOVINA debe permanecer como un estado unitario dentro de los límites territoriales reconocidos internacionalmente, y las partes enfrentadas deberán concertar sus relaciones en dicho estado unitario.

Según la propuesta, estas condiciones deberían estar contenidas en un Acuerdo que tendrá una vigencia de cuatro meses, durante los cuales se negociaría la solución política al conflicto.

Es la primera vez que OCCIDENTE y RUSIA respaldan un plan de paz que incluye la división territorial de BOSNIA HERZEGOVINA.

Ni serbios ni musulmanes aceptaron la tregua de cuatro meses propuesta en la minicumbre de GINEBRA.

De hecho, los serbios pretenden un cese el fuego por tiempo indeterminado, ya que argumentan que un cese temporal les permitiría a los musulmanes rearmarse para reanudar los enfrentamientos.

Asimismo, teniendo bajo su control el 70 % del territorio bosnio, rehúsan replegarse a tan sólo el 49 % del mismo. También exigen un Estado separado, demanda incompatible con la preservación de las fronteras internacionales de BOSNIA; y temen renunciar a las localidades musulmanas conquistadas por la fuerza, porque ello los expondría a ser juzgados por crímenes de guerra cometidos contra civiles musulmanes en 1992.

Los musulmanes, por el contrario, no aceptan que la tregua se prolongue por más de dos meses, porque temen que un armisticio sin plazo consolide definitivamente el status quo de las conquistas territoriales logradas por los serbios. El Primer Ministro bosnio, Haris SILAJDZIC, reclamó un compromiso por parte de la comunidad internacional para que el plan aprobado en GINEBRA vaya acompañado de una amenaza de uso de la fuerza en el caso de su inobservancia, pero su pedido fue rechazado por el Secretario de Estado norteamericano, Warren CHRISTOPHER.

El gobierno bosnio musulmán insistió en que el 58 % del territorio de BOSNIA sea asignado a la Federación que integra junto con los croatas bosnios -según lo estipulado en VIENA-; que sea respetado el derecho de los refugiados musulmanes a retornar a las localidades depuradas étnicamente que están en poder de los serbios; y defendió la integridad de las fronteras nacionales bosnias.

Frente a esta situación, GRAN BRETAÑA dejó traslucir que podría retirar sus cascos azules si las partes en conflicto no llegan a un entendimiento.

Por su parte, el Ministro de Defensa francés, Francois LEOTARD anunció (17MAY) que su país está analizando retirar los 2.500 efectivos desplegados como parte de las fuerzas de paz de la ONU en el territorio de la ex-YUGOSLAVIA.

9405828

Apreciación

La implementación de una Federación croato-musulmana ha fortalecido la posición del gobierno bosnio, al eliminar uno de los dos frentes de combates -el croata, ahora aliado-, lo cual le permitiría incrementar las ofensivas contra el lado serbio. Por ello se estima que, aunque en apariencia la constitución de dicha Federación podría evaluarse como un hecho positivo tendiente a lograr un equilibrio de fuerzas en la región, en realidad no haría sino contribuir a aumentar las perspectivas de un recrudecimiento del conflicto.

Asimismo, la constitución de esta nueva Federación, como así también la resolución del Senado estadounidense que exhorta al Presidente CLINTON a levantar unilateralmente el embargo de armas que pesa sobre BOSNIA, serían interpretados por el gobierno bosnio musulmán como un respaldo a sus reclamos y es probable que, como consecuencia de ello, se asista al endurecimiento de su posición negociadora.

La división territorial propuesta para BOSNIA en GINEBRA exigirá que ambos bandos (croata-musulmán y serbio) hagan concesiones en la mesa de negociaciones. No obstante, se estima poco probable que las partes en conflicto cedan en sus posiciones en torno de este asunto, lo cual permite apreciar que en el corto plazo no se producirá un cese de hostilidades sino que por el contrario cabe prever una escalada de los enfrentamientos para afianzar el control que cada uno de los bandos ejerce sobre ciertas áreas del territorio disputado.

Es probable que el anuncio formulado por FRANCIA y GRAN BRETAÑA de que a fin de año estarían dispuestos a iniciar el repliegue de sus contingentes de cascos azules emplazados en BOSNIA, refleje una apreciación pesimista por parte de estos países acerca de las perspectivas de solución del conflicto bosnio.

04-04 9405828

Nº. DOCUMENTO 9405829
TITULO Situación actual de la República Eslovaca
PROCEDENCIA SIDE 515075
FECHA DE ING. 1-6-94
VINCULACIONES 11876
30044
515075
Rep. Eslovaca
11164
11302
????

REPUBLICA ESLOVACA

Situación Actual

Tras la caída del Primer Ministro MECIAR el 11MAR94 (como consecuencia de un voto de no confianza en el Parlamento) y su sucesión por MORAVCIK, el actual gobierno estaría dando una imagen de armonía y unidad.

El actual gabinete está integrado por figuras que han sido designadas priorizando su capacidad para el cargo, más que los resultados en las urnas. Estos ministros, considerados verdaderos especialistas, cubren la mayor parte del espectro político:

-la izquierda, representada por IZQUIERDA DEMOCRATICA (SDL), e integrada por ex miembros del antiguo PC orientados en la actualidad hacia la socialdemocracia (y fuertes vínculos con la socialdemocracia del resto de EUROPA), es la mayor fuerza de la coalición gobernante;

-el centro, encabezado por la UNION DEMOCRATICA ESLOVACA (DEUS), partido liberal creado el 24ABR94 por el actual Primer Ministro, luego de la fusión del movimiento ALTERNATIVA DEL REALISMO POLITICO y la ALIANZA DE LOS DEMOCRATAS;

-la derecha, integrada por el PARTIDO NACIONAL DEMOCRATA (NDS), el MOVIMIENTO DEMOCRATA CRISTIANO (KDH), y la ALIANZA DE DEMOCRATAS DE ESLOVAQUIA (ADSR).

Todos ellos se unieron en un "bloque de centro" para gobernar el país.

Si bien los dos partidos de la minoría húngara en la REPUBLICA ESLOVACA (el MOVIMIENTO HUNGARO CRISTIANODEMOCRATA -MKDH- y el MOVIMIENTO POLITICO COEXISTENCIA -ESWS-) no participan de la coalición, ésta cuenta con el apoyo de los mismos. Con ello alcanza a tener 83 votos en el Parlamento sobre un total de 150.

El partido de MECIAR, el MOVIMIENTO POR UNA ESLOVAQUIA DEMOCRATICA (HZDS), (que cuenta con 56 bancas en el Parlamento), sufrió últimamente una importante modificación en su composición ya que durante los dos últimos años perdió y/o expulsó a reconocidos dirigentes (entre ellos el actual Primer Ministro MORAVCIK).

Luego del HZDS y de la IZQUIERDA DEMOCRATICA (SDL), el DEUS es la tercera fuerza del país, y cuenta con el apoyo de partidos menores, entre ellos los conservadores.

La grave crisis en que quedó la REPUBLICA ESLOVACA luego de que MECIAR se viera obligado a dimitir llevó a que el actual gobierno se dedique en forma casi exclusiva a los siguientes objetivos prioritarios:

* recomponer la imagen de las instituciones, afectada por un mal manejo del gobierno anterior, a través de una política democrática consecuente;

* acabar con la corrupción que se había generalizado en todos los ámbitos gubernamentales y especialmente con las irregularidades cometidas en las privatizaciones;

* rectificar medidas económicas erróneas;

* evitar la polarización de la población a través de luchas y presiones sobre las minorías étnicas; etc.

Como sustento de tales objetivos se pretende recuperar la confianza de la ciudadanía, dando el máximo significado al respeto a los derechos ciudadanos y humanos, y eliminando toda diferenciación por criterios nacionales o étnicos.

Simultáneamente se debe encarar el tema de la seguridad interior en forma urgente debido al notorio avance de la delincuencia en todo el pais durante los últimos años y a la inactividad de los organismos de seguridad, prácticamente inoperantes durante la gestión de MECIAR.

En lo que hace al ámbito económico, a partir de la separación de la FEDERACION CHECOSLOVACA del 01ENE93, la crisis se fue profundizando en forma constante como consecuencia de una producción de bienes orientada casi exlusivamente a la industria pesada y la química, y de la abrupta disminución del intercambio comercial con la REPUBLICA CHECA. A ello se sumó la finalización de la unión monetaria (18FEB93), y serias dificultades presupuestarias, agravadas por el alto nivel de corrupción del gobierno y la imagen de inestabilidad política que afectó las relaciones de ESLOVAQUIA con el ámbito externo.

Los principales indicadores fueron un descenso del 14,4% en la producción industrial en 1993 (el sector estatal produjo un 18,2% menos que el año anterior, la empresa privada tuvo un incremento del 13,6%); el desempleo, que llega en la actualidad al 14,4%, con tendencia al aumento, como consecuencia de las privatizaciones y las presiones para racionalizar, y una inflación del 24% con un continuo descenso en el estándar de vida.

El comercio exterior eslovaco también arrojó (y sigue arrojando) un importante déficit. En tanto hubo un desarrollo positivo en el intercambio comercial con las naciones industrializadas de OCCIDENTE (con excepción del EFTA) y los países en desarrollo, hubo un saldo negativo en el comercio con las ex repúblicas socialistas (materias primas y productos energéticos). En las relaciones comerciales con la REPUBLICA CHECA se ha logrado detener del retroceso en el volumen de comercio exterior entre ambas naciones que a principios de año llegaba a casi un 40%.

Para lograr la transformación de su economía, el gobierno eslovaco espera importantes inversiones extranjeras. Entre 1989 y fines de 1993 hubo inversiones por un monto cercano a los 366 millones de dólares (procedentes en orden de importancia de AUSTRIA, ALEMANIA, EEUU, REPUBLICA CHECA y FRANCIA). Estas se concentran en las áreas de industria liviana, comercio, bancos y seguros.

Asimismo, y como consecuencia del perjuicio ocasionado a la economía por MECIAR y sus allegados, el nuevo gobierno se encuentra en la obligación de "destapar" la corrupción que creció amparada por la política de privatizaciones y la concentración de poder.

Ello va acompañado por la política del actual Ministro de Finanzas, quien intenta ir suprimiendo en forma paulatina la intervención del Estado en la política monetaria y cambiaria, y asegurar la independencia del Banco Nacional.

Apreciación

Si bien quizás en un principio las peculiaridades del pueblo eslovaco hayan promovido la aparición y el predominio de personalidades autoritarias del estilo de MECIAR, el desarrollo de los acontecimientos pareciera llevar a un reacomodamiento de los distintos factores de poder, permitiendo la incidencia de variados grupos ideológicos y económicos en el diseño futuro de las decisiones en este primer período de transición.

9405829

El escaso lapso de tiempo que queda hasta las próximas elecciones impedirá al actual gobierno la adopción de medidas de largo plazo que impliquen una reforma estructural global de la economía, pero aún así deberá dar "señales" a la población que resulten claras y evitar embarcarse en una lucha electoral que lo aparte de los actuales emprendimientos, lo que podría ser fácilmente capitalizadas por la oposición encabezada por MECIAR.

De allí que el gobierno de MORAVCIK continuaría sus esfuerzos por revertir la imagen de la administración anterior a través de un proceso de democratización, el impulso al proceso de reformas, y recuperar la confianza y la capacidad de la REPUBLICA ESLOVACA en el marco interno y en el externo.

Dentro de esta postura debe interpretarse la creación de DEUS, destinado a generar un ambiente económico interno estable y fuerte, compatible con los países de OCCIDENTE, y a limitar las pujas políticas dentro de patrones de gobernabilidad aceptables.

El logro y el mantenimiento de la estabilidad política y el impulso a las reformas económicas (aumento en el comercio exterior, reducción de la tasa inflacionaria, acelerar el proceso de privatizaciones pero bajo un estricto control legal, etc.) no sólo servirán para debilitar la oposición de MECIAR, sino que serán condición indispensable para que instituciones como el FMI accedan a ampliar las negociaciones actuales y para que el país resulte atractivo a los capitales extranjeros, considerados de una necesidad vital para el crecimiento eslovaco.

04-04 9405829

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
081100JUNIO994

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 26/A/94

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: DPTO. I / D.G.I.D.

COPIA 1 : SR. JEFE DE LA DIVISION DE INTELIGENCIA NAVAL.

COPIA 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

COPIA 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4 : DEPARTAMENTO II/E.M./D.E. I

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.

CORONEL

DIEGO W. SADER

DPTO. I INTERIOR

09 JUN 1994
ARCHIVO 9405830

SECRETO

001/002

-9405830

Angel Oroshil ORLANDER RODRIGUEZ
C.I. 3.593.746-6
C.C. BTA 15999

Zulma RODRIGUEZ SULARTE
C.I. 3.237.453-8
C.C. HBB 667

Idalina ORLANDER RODRIGUEZ
C.I. [illegible]
C.C. HBA 951

Juvenal ORLANDER RODRIGUEZ
C.I. 1.563.618-3
C.C. HBA 20836

Alcino AURELLO RODRIGUEZ
C.I. 1.793.357-1
C.C. BTA 12994

Walter Jesús ORLANDER RODRIGUEZ
C.I. 3.390.597-8
C.C. HBB 1572

Olga ORLANDER RODRIGUEZ
C.I. 3.459.651-0
C.C. HBB 2457

Silvana Rosana LEMOS BRITOS
C.I. 3.153.355-6
C.C. BZB 60161

Ariel Julio FERREIRA
C.I. 3.298.155-7
C.C. ZBZ 57851

Cipriano BERRONDO GONZALEZ
C.I. 582.950-8
C.C. BZB 14610

Francisco GUERRERO
C.I. 547.053-7
C.C. BZB 34824

002/002 9405830

1/9

RESERVADO

.M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	090694	HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 40/94		

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 16/94

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada: 10/6/94.-
N° 313.

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV - ACCION TOMADA:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 10 JUN. 1994
Pase a ANTECEDENTES
N°. de Orden 9405833

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.

D.E.I.-

FIRMA: El Jefe del Dpto. II- (Inf.)EM. D.N.S.FF.AA.

Coronel

Franklin Fernández.-

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA. ESTADO MAYOR DEPARTAMENTO República O. del Uruguay

001/009

RESERVADO

Fecha 08.06.94
Pase a SIDI
N° de 9405833

Montevideo, 6 de junio de 1994.

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

1.- AROCENA CASSARINO, GLORIA MARIA.- Nutricionista.

Fecha y lugar de nacimiento: 5-4-1972 Montevideo.-

C.I.: 3.821.914.6

C.C.: QBA 4093

Domicilio actual: Ellauri 660/802.-

Domicilio anterior: Leyenda Patria 3132/002.-

Nombre del padre: Juan José Arocena Noceti.

C.I.966.984.5. C.C. BQB 9979.- QBA 3703

Nombre de la madre: Berta María Cassarino Vilaro.-

C.I. 1.111.084/4 C.C. BQA 12.305.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

2.-CAPO CROSIGNANI, MARIA FERNANDA.- Administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 7-7-1969 Montevideo.-

C.I.: 1.894.099.8

C.C.: AZA 36.232.-

Domicilio actual: Dr. Fco. Soca 1397/603.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Hugo Elbio Capo Silveira.- Mil.(R) Bxx fich 312363 Marina

C.I. 568.342. C.C. BEA 4798.-

Nombre de la madre: Susana Crosignani Lova.

C.I.684.908. C.C. AJA 4752.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

3.-CASTILLO GRIGORIO, LAURA ELENA.- Aux. Enfermería

Fecha y lugar de nacimiento: 21-9-1972 Montevideo.-

C.I.: 1.933.114.7.-

C.C.: BUA 19.745.-

Domicilio actual: Capurro 728 Apto. 9.-

Domicilio anterior: Paraguay Manz. 250 Solar 16 (Pinar)

Nombre del padre: Mario Francisco Castillo.- FR

C.I.1.332.880.1 C.C.BAB 21.295.-

Nombre de la madre: Maria del Valle Grigorio Franco.

C.I.1.146.098. C.C. BVB 24.110.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

002 3405833

RESERVADO

4.- CHIAPPE DAVISON, MARCELO LEONARDO.- Administrativo.
Fecha y lugar de nacimiento: 28-11-1974.- Montevideo.-
C.I.: 2.758.614.2.-
C.C.: ICD 16.271.- traslado BCB 53.937.-
Domicilio actual: Erevon 1846 Apto. 2.-
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Hugo Rubens Chiappe Herrero.
C.I. 1.011.117.6 C.C. CMF 5396
Nombre de la madre: Nelly Davison Seselle.
C.I. 1.113.609.8 C.C. ICD 11.824.- BCB 51.365.-
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

5.- DA ROSA RAMAYO, ROSANA MARISOL.- Administrativa.
Fecha y lugar de nacimiento: 11-8-71 Cerro Largo.-
C.I.: 3.254.764.2 .
C.C.: GBC 16.581.- traslado BAB 53.407.-
Domicilio actual: Batlle y Ordoñez 2145.-
Domicilio anterior: Treinta y Tres 1459 (Melo)
Nombre del padre: Nidel Da Rosa Burgos.- Militar (R)
C.I. 3.364.745.7 C.C. BCA 99099.-
Nombre de la madre: Nilsa Ramayo Etchevengua.
C.I. 3.990.880.9 C.C. BAB 53.408
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

6 DE LEON ARAUJO, MARIA VIRGINIA.- Pedicura.
Fecha y lugar de nacimiento: 14.10.69.- Lavalleja.-
C.I.: 2.569.342.2.-
C.C.: DCB 7664 traslado AZA 38.241.
Domicilio actual: Luis P. Ponce 1468 Apto. 301.-
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Héctor Alfredo De Leon Cardozo.
C.I. 2.679.839.0 C.C. FAA 30.030.-
Nombre de la madre: Nubia Miriam Araujo Eguren.-
C.I. 45.430.0 C.C. DCB 8203.-
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

3405833

RESERVADO

RESERVADO

7.- DOLDAN FERNANDEZ, MARIA CRISTINA.- Administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 13.5.1973 Montevideo.-

C.I.: 1.866.839.3.

C.C.: BDA 93.456.-

Domicilio actual: Cno. Capitán Peterosse 5261.-

Domicilio anterior: Copérnico 6018/1.-

Nombre del padre: Ramón Doldan (Militar) (R)

C.I. 1.520.471.8 C.C. CIA 5211.- BDA 66596.

Nombre de la madre: Olga Brignol Fernández

C.I. 1.771.946-2 C.C. BDA 61.081.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

8- MANFREDI POLERO, ELIZABETH ROSARIO. Administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 27.8.1957.- Montevideo.-

C.I.: 1.426.628.0.

C.C.: BCA 62.679.-

Domicilio actual: Carlos Croker 2472.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Raúl Dumas Manfredi Pardo.

C.I. 600.358.1 C.C. BCA 22.099.-

Nombre de la madre: Mirta Gladys Polero Carrano (fallecida)

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge: Carlos Alvar María Furíno Schinca (Militar)

C.I. 1.412.029.8 C.C. AVA 18.359

9.- MUÑOZ ALSOGARAY, LAURA MAGALIS.- Aux. de Servicio

Fecha y lugar de nacimiento: 19.12.72 Montevideo.-

C.I.: 1.980.276.4.-

C.C.: BOA 19.638.-

Domicilio actual: Peatonal 1. 5271 -

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Guido Muñoz Ribero - Militar (R)

C.I. 1.373.210.9 C.C. BDA 43.605.-

Nombre de la madre: Ana Isabel Alsogaray Piriz.

C.I. 1.064.883.8 C.C. BDA 45.094.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

-9405833

RESERVADO

RESERVADO

10.- MUÑOZ BARRIENTOS, ELLY LISET.- Administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 3/11/69 Montevideo.-
C.I.: 1.814.163.4.
C.C.: AXA 25.231.-
Domicilio actual: Bvar. Artigas 2643 Apto. 304.-
Domicilio anterior: Simón Bolivar 1169 -
Nombre del padre: Jorge Jesús Muñoz Ellmen.
C.I. 1.638.117.7 C.C. AXA 23.000
Nombre de la madre: Santina del Carmen Barrientos De Giorgio
C.I. 1.589.409.6 C.C. AXA 2300
Nombre del cónyuge: Arturo Manuel Rosales Safari.- Militar.
C.I. 1.828.068.4 C.C. BCB 37.504.-

11.- OLIVERA MONTEIRO, MARIA INES.- Podologa.

Fecha y lugar de nacimiento: 16.09.58.- Montevideo.-
C.I.: 1.601.630.2.
C.C.: BDA 57.268.-
Domicilio actual: Juan José Castro 2441 Apto. 002.-
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Alipio Olivera.- (fallecido)
C.I. C.C.
Nombre de la madre: Diormandina Monteiro de los Santos.
C.I. 860.739.3 C.C. ATA 5340.-
Nombre del cónyuge: Ramón Evangelio Alves Hoagui.- F/R
C.I. 1.598.068.5 C.C. BSA 9881.-

12.- PEREYRA MONZILLO, ADRIANA ELSA.- Téc.Laboratorista. F/R

Fecha y lugar de nacimiento: 19.4.1957 Montevideo.-
C.I.: 1.411.415.0
C.C.: BAB 38.963.-
Domicilio actual: Brisas del Mar Manz. 7, Solar 17, Lagomar.-
Domicilio anterior: Sta. Bernardita S/N Esq. Avda. Américas (Shangrila)
Nombre del padre: Walter Loreto Pereira Alvite.
C.I. 681.951.2 C.C. BCA 14.537.-
Nombre de la madre: Elsa Gladys Monzillo Capabaire.
C.I. 1.025.625..5 C.C. BAB 28.818.-
Nombre del cónyuge: Ruy Blas Rodríguez Díaz.
C.I. 1.344.922.3 C.C.BCA 61.374.-

RESERVADO

9405833

RESERVADO

13.- PIROTTO INVERNIZZI, ANNA FIORELLA.- Téc. Laboratorio. (F I R)

Fecha y lugar de nacimiento: 12.1.1968 Salto.-

C.I.: 3.989.184..0

C.C.: JAB 7615 traslado ASA 16711.

Domicilio actual: Martín C. Martínez 1604./502.-

Domicilio anterior: Larrañaga 64/101 Salto.-

Nombre del padre: Jorge Enrique Pirotto Pizzarossa.- (F I R sist.)

C.I. 4.072.287.8 C.C. JBE 2216.-

Nombre de la madre: Anna Helena Invernizzi Migliaro.- 804104 (F I R)

C.I. 3.819.466.5 C.C. JAA 5216

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

14.-QUEIJO MILLER, HENRICH.- Aux. Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 28-5-1971 Montevideo.

C.I.: 2.715.510.7.-

C.C.: AVA 19.232.-

Domicilio actual: Av. Italia 3103 Apto. 2.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Nebel José Queijo Toriani

C.I. 696.031.9.- C.C. BBB 15.272.-

Nombre de la madre: Sonia Miller Rezende

C.I. 976.930.8 C.C. BAA 21.775.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

15. RECALDE ESPINOSA, INGRID CLAUDIA. Aux. Serv.

Fecha y lugar de nacimiento: 8.12.1974 Montevideo.-

C.I.: 1.907.236.3.-

C.C.: BBA 41.974.

Domicilio actual: Corrales 2989/2.

Domicilio anterior: Wilson RECALDE (sist.)

Nombre del padre:

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Prosperina ESPINOSA GARCIA (F I R)

C.I. 1.294.656-5 C.C. BBA 25277

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

-9405833

RESERVADO

RESERVADO

16_ REGUEIRA SOSA, ANA MARIA. Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 10-8-1971 Rivera.-
C.I.: 3.291.944-5.
C.C.: BDA 86.236.-
Domicilio actual: Punta del Este 3814 (Piedras Blancas)
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Nery Manuel Regueira Viera.- Mil (R)
C.I.1.423.828.9 C.C. HAB 18.369. Traslado BDA 6672
Nombre de la madre: María Sosa Gonzalez.-
C.I. 1.787.053.5 C.C. BTA 2632.-
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

17- SILVERA RODRIGUEZ, MAGUIDA ALEJANDRA.- Administrativa.-
Fecha y lugar de nacimiento: 31-5-1976 Montevideo.-
C.I.: 3.272.977.3.-
C.C.: BDA 97.073.-
Domicilio actual: Cno. Maldonado Km. 19 Pasaje A 9101.-
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Andrés Silvera Peña.-
C.I.1.736.397-6 C.C. GED 3914 traslado BNA 37.618.-
Nombre de la madre: María Araceli Rodriguez Meneses.- Militar H.C.FF.AA.
C.I. 1.358.825.1 C.C. BDB 35.192.-
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

18.- SUAREZ PAEZ, GABRIELA JACQUELINE.- Aux. Serv.-
Fecha y l gar de nacimiento: 22-2-1973 Montevideo.-
C.I.: 3.316.962.7.
C.C.: BUB 26.958
Domicilio actual: Tte. Galeano 4066 (Piedras Blancas)
Domicilio anterior: Baltasar Montero Vidaurreta 174/2.-
Nombre del padre: Juan Cresencio Suarez Silva.- Mil (R)
C.I.1.513.415.7 C.C. BUB 25.052.-
Nombre de la madre: Gladys Paez.
C.I.968.396-6 C.C. BUB 24.373.-
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

9405833

RESERVADO

RESERVADO

19- TAMARA GOMEZ, NAIR INES.- Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 16-4-1973 Rivera.-

C.I.: 3.150.704.7.

C.C.: HAB 46.506.-

Domicilio actual: Siripó 3404.-

Domicilio anterior: José P. Varela 652. (Rivera)

Nombre del padre: Setembrino Ruben Támara Pereira

C.I. 4.104.190.2 C.C. HAB 23.673.-

Nombre de la madre: Nair Mireya Gómez.-

C.I. 1.519.166.4 C.C. HAB 31.961.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

20- TELLECHEA ACUÑA, ALICIA ELENA. Aux. Serv.

Fecha y lugar de nacimiento: 9.8.1955 Lavalleja.-

C.I.: 2.657.030.4

C.C.: SAA 28.844.- BJA 24535 SAA 37327

Domicilio actual: Cno. Repeto 3651 Km. 16 Cno. Maldonado.-

Domicilio anterior: Lafayette 1193 (Sayago)

Nombre del padre: Alejo Tellechea Barrios (Fallecido)

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Olga Brenda Acuña Menchaca.-

C.I.4.214.257.3 C.C. SAA 11.464.-

Nombre del cónyuge: Vicente Orlando DONABLNE DI RUOCCO Militar H.C.FF.AA.

C.I.1.538.979-2 C.C. BZA 24467

21- TEXEIRA CURBELO, MARCIA VERONICA. Aux. Enf.-

Fecha y lugar de nacimiento: 4.3.1972 Salto..

C.I.: 3.307.230.7.-

C.C.: JCD 13.184.- AOB 8657

Domicilio actual: Luis Piera 1992.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Catalino Texeira Vargas

C.I. 2.526.037.6 C.C. JCB 2550.-

Nombre de la madre: Mirta Curbelo

C.I. 3.601.848.1 C.C. JBB 5621.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

94405833

RESERVADO

RESERVADO

22.- VARELA CANABARRO, GONZALO.- Administrativo

Fecha y lugar de nacimiento: 14.1.1969 Montevideo.-

C.I.: 1.514.745.-3.-

C.C.: AXB 27.284.-

Domicilio actual: Palmas y Ombues 5610.-

Domicilio anterior: Rbla. Gandhi 575 Apto. 802.-

Nombre del padre: Roberto Varela Martinez.-

C.I. 779.023.0 C.C. BLB 16.145.-

Nombre de la madre: Neiva Canabarro Eula.

C.I. 848.775.3 C.C. BAA 14329.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

23 VARELA LOPEZ, VIRGINIA RONALDA.- Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 15.6.1964 Rio Negro.

C.I.: 3.422.091.7.

C.C.: LAA 30.093 traslado BKA 14.505.

Domicilio actual: Meliton Romero 4770/4.-

Domicilio anterior: Hipólito Yrigoyen 2385 Block- E. Torre 5/210.-

Nombre del padre: Artigas Alfredo Varela Silva.-

C.I. 3.556.003.5 C.C. LAA 15.197 Mil. (R)
BKA 14.506.

Nombre de la madre: Blanca Angélica Lopez Montalbo.

C.I. 2.587.984-4 C.C. LAA 14.607. BKA 14507

Nombre del cónyuge: Juan Carlos Trinidad.- Militar.-

C.I. 3.609.073.4 C.C. HAB 38.353.-
AAB 7896

.-

Fecha y lugar de nacimiento:

C.I.:

C.C.:

Domicilio actual:

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

C.I. C.C.

Nombre de la madre:

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

RESERVADO

9405871

Nº DOCUMENTO 9405841
TITULO Arrestos por el asesinato del comisario mexicano
150025
2/5/94
11140 Sub
507623 Méx
MZ
MZ

Arrestos por el asesinato del comisario mexicano

TIJUANA, México, 1º (AP).- Siete personas fueron arrestadas ayer en conexión con el asesinato a tiros, perpetrado el jueves último, del comisario municipal de esta ciudad, José Federico Benítez López y su guardaespaldas, Ramón Alarid Cárdenas, pero las autoridades se rehusaron a identificarlas.

Benítez había puesto en duda la versión difundida por el gobierno acerca de móviles y cumplimientop del asesinato del candidato presidencial del PRI, Luis Donaldo Colosio.

"No tengo la seguridad de que (las muertes de Benítez y Cárdenas) estén relacionadas al incidente de Colosio", dijo anoche el gobernador de Baja California Ernesto Ruffo Appel, pero añadió que "hay muchas posibilidades".

Dijo que Benítez había proporcionado cierta información sobre el caso Colosio.

Benítez y su acompañante iban por la carretera cuando dos hombres, en sendos vehículos, se les aproximaron y efectuaron numerosos disparos con fusiles de asalto tipo AK-47, dijo la policía.

Un mes después del asesinato del principal candidato presidencial de México en esta ciudad fronteriza, el jefe de la policía de Tijuana, que puso en duda la versión del gobierno sobre el asesinato, fue muerto a tiros por desconocidos.

Teorías de conspiración

José Federico Benítez López, jefe de la policía municipal y su guardaespaldas fueron asesinados la noche del jueves y su muerte alentará las teorías de conspiración en una nación que fue conmovida por la muerte del político Luis Donaldo Colosio, candidato del Partido Revolucionario Institucional.

Benítez y Alarid, ambos de 42 años, fueron alcanzados por varios balazos, y si bien el jefe policial fue trasladado al Hospital de la Cruz Roja, murió poco después, dijeron la policía y un vocero del Ministerio Público.

Versión falsa

Alarid falleció en el lugar del ataque, se indicó. Benítez había ido al aeropuerto internacional de Tijuana para investigar una versión sobre una bomba, que resultó ser falsa.

La policía halló luego dos camiones que se cree fueron utilizados en el ataque, uno de los cuales tenía placas del estado norteamericano de California, dijo el diario Union-Tribune de la ciudad de San Diego, de ese Estado.

El alcalde de Tijuana, Héctor Osuna Jaimes, dijo que el ataque había sido una emboscada.

Según se indicó, tuvo lugar en el sector La Mesa de Tijuana, cerca de la frontera mexicana con el estado de California.

Benítez, abogado de la ciudad de Tecate, había iniciado una campaña para combatir la corrupción en la fuerza policial municipal, que cuenta con más de 1.700 agentes.

"Benítez López demostraba gran integridad y tenía una profunda vocación por el servicio público", dijo el alcalde Osuna.

Un informe en disidencia

En una entrevista hace dos semanas, Benítez mencionó a la AP un informe de un escuadrón especial de la policía municipal que había planteado dudas sobre la versión oficial del asesinato de Colosio.

Las autoridades federales dicen que un pistolero solitario abatió a Colosio con una pistola de calibre 38 durante un acto proselitista.

Pero el informe del grupo táctico de la policía planteó dudas sobre la cantidad de armas y sobre si el atacante actuó solo.

Muchos mexicanos opinan que se trató de una conspiración.

9405841

01-01

Nº DOCUMENTO 9405842
TITULO Vinculan arsenal del Delta a Carapintadas y al atentado contra embajada israelí.
PROCEDENCIA 150090
FECHA 2/5/94
VINCULOS 11264 xen
51457036
66960 Arg
11875 T.A.
11847 T.I.
50260315R
ENTRADO HZ
CRUZADO HZ

LO HABIAN LIBERADO EN RELACION CON EL ARSENAL DEL DELTA

Detienen otra vez a Schetino por un secuestro extorsivo

Marcelo Schetino, quien fue detenido el miércoles durante la investigación del arsenal hallado en el Delta y liberado 24 horas después por falta de mérito, **fue detenido nuevamente** por orden del juez **Vergesio**, tras ser reconocido por una de las victimas de un secuestro extorsivo.

Schetino, quien revistaba como personal civil de Inteligencia del Ejército y trabajaba como chofer del general **Jorge Rearte**, jefe de la Casa Militar de la Presidencia de la Nación, se encontraba detenido ayer en la comisaría 1ª de San Isidro, informaron voceros de la Policía.

Tras ser sometido a un reconocimiento por parte de una de sus víctimas, Schetino fue individualizado por esta "como el hombre que la había secuestrado", indicaron fuentes policiales.

El reconocimiento estuvo a cargo de **Susana Louzao**, esposa de un empresario bonaerense, quien fue secuestrada hace cuatro años en la ciudad de Castelar y liberada 48 horas después, mediante el pago de una importante suma de dinero, manifestaron voceros policiales.

El reconocimiento se realizó ante la presencia del juez Vergesio, los secretarios del juzgado y el comisario inspector **Juan Carlos Rebollo**, jefe de la división Islas del Tigre, quien estuvo a cargo de la detención.

Según la información policial, la mujer fue secuestrada en julio de 1990 en la ciudad de Castelar, provincia de Buenos Aires, a unos 20 kilómetros de la Capital, luego de ser sorprendida por un hombre, quien aprovechó el momento en que subía a su automóvil para encañonarla con un arma.

Luego, en el propio automóvil de Louzao, el secuestrador la mantuvo cautiva durante 48 horas, circulando permanentemente en el vehículo, mientras realizaba llamadas a la familia para dar a conocer sus exigencias para liberarla.

No obstante las denuncias y las investigaciones policiales, nunca se pudo localizar al autor del secuestro extorsivo, quien fue ahora reconocido en rueda de presos en la seccional 1ª de San Isidro, donde permanecía detenido.

Según trascendió en fuentes judiciales, Schetino fue detenido el último miércoles por hallarse su nombre en la agenda del terrorista de ultraderecha **Alejandro Jorge Sucksdorf**, y "liberado por falta de mérito, según la orden del juez **Roberto Marquevich**".

Sucksdorf poseía sofisticado armamento en una isla ubicada en el arroyo Antequera, a 400 metros del Paraná de las Palmas, en el Delta bonaerense.

La Policía trata de establecer ahora en qué se utilizó el dinero obtenido con el secuestro, para determinar si el caso posee tintes políticos que hasta ahora no fueron confirmados por el Gobierno.

2/5

9405842
01-08

Detuvieron de nuevo al custodio del jefe de la Casa Militar

Terrorista: Marcelo Squetino habría sido reconocido por la víctima de un secuestro en 1990; la esposa de Sucksdorf lo relacionó con el atentado a la embajada de Israel.

El chofer y custodio del jefe de la Casa Militar, general Jorge Rearte, Marcelo Squetino quedó detenido el sábado último luego de haber sido reconocido por un matrimonio que había sido víctima de un secuestro en 1990.

Squetino había sido apresado el miércoles último por su presunta vinculación con Alejandro Sucksdorf, a quien la policía secuestró un arsenal en una isla del Delta de Tigre. El asistente de Rearte fue liberado luego por el juez federal Roberto Marquevich por falta de mérito.

Como el magistrado viajó a Australia, quedó a cargo de la causa el juez federal número 2 de San Isidro, Conrado Vergesio, quien el viernes dispuso que Squetino fuera llevado compulsivamente a la sede judicial para realizar un reconocimiento.

Ana González de Lousaux fue secuestrada en 1990, en la localidad bonaerense de Castelar. Ella y su marido, Angel, fueron los encargados de reconocer si Squetino era uno de los secuestradores. Ambos no habrían dudado en señalar al custodio de Rearte como uno de los participantes del secuestro, por el cual se habría pagado un rescate de $ 500.000.

Luego del reconocimiento, el juez Vergesio dispuso que Squetino, de 30 años, quedara detenido. Su primera detención se había producido luego de que su nombre apareció en una agenda de Sucksdorf.

Squetino es un PCI (Personal Civil de Inteligencia) y en esta condición fue designado por el Ejército como chofer del jefe de la Casa Militar.

La causa por el secuestro de la señora de Lousaux está radicada en un juzgado federal de Morón.

El hallazgo del arsenal de Sucksdorf derivó hacia nuevas direcciones, pero personal del Cuerpo de Seguridad de Islas, a cargo del comisario inspector Juan Carlos Rebollo, continúa con la pesquisa original, en la que no se descarta que puedan producirse novedades.

Embajada de Israel

(Télam).– La esposa del presunto terrorista Alejandro Sucksdorf, Andrea Ramis, habría relacionado a su esposo con el atentado que destruyó hace dos años la embajada de Israel en Buenos Aires, dijeron a Télam fuentes allegadas a la investigación.

Sucksdorf fue detenido el martes último en una isla del Delta, donde se encontró un enorme arsenal.



Sucksdorf, aún detenido

En su testimonio ante la Justicia, Ramis habría afirmado que su esposo, el 17 de marzo de 1992, cuando una explosión redujo a escombros la embajada de Israel, estuvo ausente de su casa y de sus actividades, hecho que le llamó la atención por ser martes y, por lo tanto, laborable.

La mujer habría manifestado que sus sospechas no surgieron antes del atentado, pero sí le llamó la atención que unos días antes Sucksdorf estuviera manipulando material explosivo, junto con "unos hombres", sin mencionar fecha precisa.

Las fuentes agregaron que Ramis habría asegurado en su testimonio que oyó decir a su marido que "había que enorgullecerse" del trabajo, refiriéndose a los terribles resultados de la explosión, que provocó la muerte de 30 personas.

2/5

Squetino se alejó de la Casa Rosada

El jefe de la Casa Militar, general de brigada Jorge Rearte, "prescindió el viernes" de los servicios de su chofer y custodio Marcelo Squetino, quien 24 horas después fue detenido de nuevo al ser reconocido por Ana González de Lousaux como una de las personas que la habría secuestrado en 1990.

Esto fue revelado anoche a este diario por fuentes altamente confiables de la Casa de Gobierno.

Los informantes comentaron que "Squetino, sea inocente o culpable, no vuelve más a la Rosada ni disfrazada de San Francisco de Asís".

Por ahora, el general Rearte asignará a personal de la Casa Militar para que esté a cargo de su custodia.

Squetino, como se sabe, había sido puesto en libertad el jueves por "falta de méritos", según lo dispuso el juez Roberto Marquevich.

El ex custodio y chofer fue apresado por su presunta relación con Alejandro Sucksdorf, a quien la policía bonaerense secuestró un arsenal en una isla del Delta.

3/5

Sorpresa

Una sensación que oscilaba entre la sorpresa y el estupor provocó la nueva detención del custodio y chofer de la Casa Militar de la Presidencia de la Nación.

Las opiniones recogidas ayer en la Casa Rosada fueron terminantes.

No fueron pocos los se preguntaron "cómo puede ser que no hubo un chequeo sobre los antecedentes de Squetino antes de llegar a la Casa Militar, si ahora se comprueba que secuestró en 1990 a la señora de Lousaux".

Otras fuentes consultadas en Balcarce 50 dijeron, sin embargo, que cuando Squetino llegó a la Casa Militar "no contaba con ningún antecedente penal ni ninguna otra cosa que hiciera sospechar de su conducta".

3/5

A dos metros

"En la Casa Blanca, cualquier agente de seguridad más o menos es chequeado unas 50 veces al año...", comentaban algunos funcionarios, sin dejar de volver a señalar que el custodio, prácticamente, estaba casi todos los días "a dos metros" del presidente de la Nación.

El general Rearte, como jefe de la Casa Militar, acompaña a Menem en todos los actos dentro y fuera de Balcarce 50, además de acompañarlo en los viajes por el interior y el exterior.

02

9405842

Fin de semana en el Tigre a tiro de misil

El presidente Carlos Menem afirmó que Marcelo Alfredo Squetino, ex custodio de la Casa Militar de la Presidencia y uno de los detenidos en la investigación abierta por el descubrimiento de un poderoso arsenal en el Delta, "confesó o por lo menos dio a entender" que estaba relacionado con "la causa de los carapintada". El Presidente reveló que "se están investigando" las posibles conexiones de Squetino "con los responsables de la voladura de la embajada de Israel" en marzo de 1992, y dejó entrever que la declaración de Carmen Susana de Louzao, que en rueda de presos reconoció a Squetino como el hombre que la había secuestrado en 1990, le salvó la vida. Es que Menem suele pasar algunos fines de semana en la isla de Mario Falak, situada a pocos metros del islote donde se descubrió el arsenal. "A ese lugar uno llega navegando o en helicóptero, y esa gente tenía misiles, así que podían volar el barco, el helicóptero, y por supuesto al Presidente", explicó Menem.

Squetino, (a) Mario Antonio Sinagra, custodio y chofer del jefe de la Casa Militar, general Jorge Rearte, había sido apresado el miércoles último y posteriormente liberado por el juez federal Roberto Marquevich "por falta de mérito". No obstante, al ser reconocido en rueda de presos por Louzao, volvió a ser encerrado. Este hecho movió a Menem a conjeturar que el testimonio de la mujer ha servido para salvarle la vida, ya que él tiene el hábito de pasar uno que otro fin de semana en la isla de Falak, aunque su sola condición de empleado de seguridad en la Casa de Gobierno podría facilitarle la realización de un atentado.

Al decir de Menem, Squetino "confesó o dio a entender" que los recursos obtenidos mediante el secuestro de Louzao, unos 500 mil dólares, "eran para la causa, la causa de los carapintada. Creo que así viene la mano". Tras eludir cualquier comentario acerca de la notable diferencia que existe entre "confesar" y "dar a entender", añadió: "Ahora hay que investigar en profundidad porque justamente este arsenal se descubre en un arroyo donde está la casa de un amigo, Mario Falak, un lugar al que se llega navegando o en helicóptero, y si tenían misiles, vuela el barco, vuela el helicóptero y vuela el Presidente".

Convencido ya de las vinculaciones de Squetino y Sucksdorf (el otro detenido en el Delta) con los carapintada, señaló que "además se está investigando la relación de esta gente con los responsables de la voladura de la embajada de Israel, y cuando yo dije al principio de estos acontecimientos que quizás estuviesen involucrados los carapintada, casi me matan". A pesar de estas apreciaciones, la única pista que podría enlazar a los detenidos con el atentado a la embajada la ofreció Andrea Remis, esposa de Sucksdorf, quien declaró que aquel día de marzo de 1992 su marido "no estuvo en casa y cuando regresó a la noche y se enteró de la noticia comentó 'a estos h... de p... alguna vez les iba a tocar'". Pese a todo, se supo que el secretario penal de la Corte Suprema, Eduardo Morán, analizaría las publicaciones periodísticas que vinculan a los detenidos con el atentado a la embajada de Israel que dejó un saldo de 29 muertos y más de 300 heridos.

Desde el penal de Magdalena, con el propósito de replicarle a Menem, Mohamed Alí Seineldín dio a conocer un comunicado de cinco puntos. En el escrito, titulado "El arma más poderosa es la confusión", Seineldín aclara "que no tiene ninguna relación con los hechos producidos recientemente con una organización extremista" y tampoco con el "acopio de armas de guerra". 4|5

9405842

Menem vinculó a los detenidos por el arsenal con los carapintadas

Relaciones peligrosas: el Presidente sostuvo que los supuestos terroristas podrían haber participado en el atentado a la embajada de Israel.

El presidente Carlos Menem volvió ayer a definir como "carapintadas" al ex custodio de la Casa Militar de la Presidencia, Marcelo Squetino, y al ex agente de inteligencia del Ejército Alejandro Sucksdorf, detenidos tras el descubrimiento de un poderoso arsenal en una isla del Delta y mencionó su posible vinculación con los responsables del atentado contra la embajada de Israel.

Menem se refirió concretamente a Squetino, quien se encuentra detenido luego de que una mujer lo reconoció como uno de sus secuestradores hace cuatro años.

"Creo que este señor confesó o por lo menos dio a entender que él estuvo involucrado en esto y que los recursos que obtuvieron eran para la causa, la causa de los carapintadas, creo que así viene la mano", dijo el Presidente a Radio América.

Agregó que "además se está investigando quiénes son los responsables de la voladura de la embajada de Israel. Cuando yo dije al principio de estos acontecimientos que quizás estén involucrados los carapintadas, casi me matan".

El primer mandatario expresó que "espero que se investigue en profundidad porque este arsenal se descubre en un arroyo cerca de la casa de un amigo, Mario Falak, donde uno llega navegando o en helicópteros, y si este hombre (Alejandro Sucksdorf) tenía misiles, vuela el barco, vuela el helicóptero y vuela el Presidente".

A pesar de las declaraciones de Menem sobre la posibles vinculaciones de Sucksdorf o Squetino con la voladura de la embajada de Israel ocurrida el 17 de marzo de 1992, en la investigación judicial no hay un sólo indicio en ese sentido.

La única referencia que existe en la causa la hizo Andrea Remis, esposa de Alejandro Sucksdorf, quien declaró que el día del atentado su marido no estuvo en casa y que cuando regresó a la noche y se enteró de la noticia comentó "a estos h... de p... alguna vez les iba a tocar".

Empero, la Corte Suprema de Justicia, a cargo de la investigación del atentado, podría citar a Sucksdor a prestar declaración.

Seineldín niega

Con relación a las detenciones de Sucksdorf y Squetino, Mohamed Alí Seineldín dio a conocer un comunicado desde la cárcel en que cumple prisión perpetua y en el cual deslindó sus responsabilidades en esos episodios.

En el escrito enviado desde el penal de Magdalena a los medios de prensa, el cabecilla del cruento alzamiento militar del 3 de diciembre de 1990 sostuvo:

Que no tiene ninguna relación con los hechos producidos recientemente con una organización extremista y acopio de armas de guerra.

Que es intencional y malicioso involucrar a su persona con hechos de esta naturaleza.

Que actualmente paga una dura condena por haber defendido derechos de sus compañeros de armas.

Que siempre estuvo y estará al servicio de su patria.

El comunicado finaliza con la siguiente frase del ex coronel carapintada: "Sin otro particular y a la pronta espera de poder clarificar definitivamente todos estos episodios intencionales que no tienen otra finalidad que confundir a la opinión, los saludo a Uds. Atte."

La quinta que está cerca del tiro de un misil

A dos kilómetros de la isla del Delta donde la policía bonaerense encontró un arsenal con un polígono, un helipuerto y una extensa variedad y cantidad de armas y explosivos de uso militar, se encuentra la residencia Miramar.

Las primeras informaciones recogidas entre los investigadores y vecinos del lugar habían dado cuenta de que el arsenal está frente a la casa que Mario Falak -dueño del Alvear Palace Hotel y de las Galerías Pacífico- posee en el Tigre.

En realidad, la vivienda que ocupaba el ex miembro de inteligencia del Ejército, cesanteado de la institución, se encuentra sobre el arroyo Antequera, a unos 400 metros del Paraná de las Palmas.

La isla Miramar, en cambio, está situada sobre el río Toro, explicaron quienes trazan una clara diferenciación respecto del campo donde se encontró el armamento y la residencia que es propiedad de Falak.

Lo que sí es cierto es que Carlos Menem ha concurrido más de una vez a la isla Miramar, dada la estrecha amistad que tiene desde hace años con su dueño.



La quinta de Mario Falak en el Delta

En rigor, la casa de Falak -una vieja casona abandonada- fue reciclada por el empresario y puesta a todo confort.

En alguna ocasión se dijo que se la quería convertir en una suerte de Camp David, residencia oficial de los presidentes norteamericanos.

Y no sólo ha sido invitado a conocerla el Presidente, sino otras personalidades que visitan nuestro país. Por citar un ejemplo reciente, el secretario general de las Naciones Unidas, Butros Ghali, quien estuvo de visita en Buenos Aires a mediados de marzo último.

Paramilitares

Las fuentes gubernamentales dijeron, por otra parte, no tener "indicios ciertos" que el campo donde se encontró el armamento haya servido para entrenar a elementos paramilitares que, al parecer, planeaban liberar del penal de Magdalena a Mohamed Seineldín, que está condenado por el alzamiento carapintada del 3 de diciembre de 1990.

De todos modos, resulta complicado entender que haya un supuesto campo con armamentos en una ruta que el Presidente ha recorrido en más de un fin de semana.

Jorge Monti

4/5/

9405842

04

Hay prófugos por el arsenal de Tigre

Buscados: cuatro sospechosos que pertenecerían a servicios de inteligencia habrían participado en más de un secuestro.

Por lo menos cuatro hombres, que estarían vinculados con servicios de inteligencia, están siendo buscados por su relación con el poderoso arsenal hallado hace una semana en una isla de Tigre.

Altas fuentes de la investigación confiaron anoche a LA NACION que estas personas habrían tenido que ver con el secuestro de la señora Carmen Susana González de Louzau, ocurrido en 1990.

Por este hecho continúa detenido el agente de inteligencia del Ejército Marcelo Squetino, quien hasta el viernes último se desempeñaba como chofer y custodio del jefe de la Casa Militar, general de brigada Jorge Rearte.

Los investigadores no descartan que Alejandro Sucksdorf, quien hasta hace cinco meses trabajaba como personal de inteligencia civil, haya también participado en el secuestro de la señora Louzau, tal vez como entregador. Actualmente, Sucksdorf está detenido por el acopio de 25 kg de trotyl que realizaba en el Delta.

Los mismos informantes no desechan la posibilidad de que los ahora buscados hayan participado en otros secuestros, cuyos rescates, o parte de ellos, hayan engrosado los fondos de los carapintadas.

Ricardo Larrondo

(Más información en la Pág. 18)

5/5

Hay cuatro hombres en la mira de los investigadores del arsenal del Delta

Sospechosos: los pesquisas creen que los sujetos están vinculados con una banda dedicada al secuestro extorsivo.

Las declaraciones del Presidente sobre la relación de carapintadas con los detenidos por el arsenal del Delta y con el atentado a la embajada de Israel cayeron como un balde de agua fría sobre los investigadores, quienes mantenían absoluta reserva sobre este delicado caso.

Esta afirmación tendría una explicación: ahora se está tras los pasos de cuatro o cinco hombres, de quienes se sospecha que podrían tener una vinculación clara con el arsenal hallado en Tigre y con por lo menos un secuestro extorsivo en su haber, no descartándose que esos fondos, o parte de ellos, podrían haber llegado a las arcas del *carapintadismo*.

Sobre este último punto, según agregaron fuentes inobjetables a LA NACION, las afirmaciones del jefe de Estado no estaban muy alejadas de la realidad en cuanto a que el Personal Civil de Inteligencia (PCI) del Ejército Marcelo Squetino –hasta el viernes último chofer del jefe de la Casa Militar– era un carapintada.

Se sacudió el avispero

Pero también consideraron que esas declaraciones fueron lanzadas un tanto apresuradas, pues sacudieron el avispero en el que se ocultaban por los menos cinco sospechosos muy cercanos a la actividad que desarrollaban Squetino –detenido por su vinculación con un secuestro extorsivo–, y al ex PCI del Ejército Alejandro Sucksdorf –detenido por el arsenal en Tigre–.

Ayer, en el juzgado federal Nº 2 de San Isidro, a cargo del doctor Conrado Vergesio, no fueron pocos los comentarios por las afirmaciones del doctor Menem en cuanto al caso del ex chofer de la Casa Militar, pues continuaba una extensa declaración de Andrea Remis, esposa de Sucksdorf, que era considerada una pieza fundamental para la pesquisa.

Pese al mutismo que rodeó a ese juzgado, fuentes judiciales afirmaron que la mujer se mostró algo temerosa al dar conocer los movimientos que se sucedían en la isla en los últimos tiempos, como también los asiduos visitantes que recibía Sucksdorf, su esposo, entre los estaría Squetino.

También preocupa en ámbitos oficiales qué destino le iban a dar a los 23 kg de trotyl que se hallaron en la isla de Tigre junto con planos de la red de comunicaciones de todo el país. Además, se busca si estos hombres dejaron algún rastro, que por ahora no parece visible, sobre su relación con el atentado a la embajada israelí, aún sin resolver.

Pero en la cabeza de los investigadores aún ronda una incógnita especial. Un recuadro marcado sobre uno de los mapas secuestrados en la isla, en el que se señalaría un predio del Delta muy cercano a la residencia del empresario Mario Falak, un centro exclusivo de reuniones que muchas veces tiene un destacado invitado: el Presidente.

5/5 **Ricardo Larrondo**

05

9405842

Embajada de Israel: hay nuevos indicios

Pistas: la Justicia halló elementos que relacionan el arsenal del Delta con el estallido en la sede diplomática israelí; habría varios hombres, tal vez del ámbito de inteligencia, vinculados con el hecho.

La Justicia manejaría serias sospechas de que un grupo de personas vinculadas con el arsenal hallado hace más de 20 días en el Delta tendría directa relación con los autores del atentado a la embajada de Israel.

Fuentes inobjetables confiaron a LA NACION que en el juzgado federal de San Isidro, a cargo del juez federal Roberto Marquevich, se realizan activas diligencias que apuntarían a una organización delictiva conectada con el ex agente de inteligencia del Ejército Alejandro Sucksdorf, quien cumple una prisión preventiva por acopio de armamento.

Sucksdorf, según consideraron los investigadores, mostró un perfil ideológico muy peligroso, pues confesó ser un fiel seguidor de Adolfo Hitler y tener claros rasgos antisemitas. Estas *pistas habrían* sido el punto de partida de una exhaustiva pesquisa que procura reunir pruebas contra un grupo de personas, tal vez ligadas con los servicios de inteligencia, que tuvieron participación en el atentado a la embajada.

Aclaración del general Balza

En cuanto a que Sucksdorf habría sido asistente y custodio del jefe del Estado Mayor del Ejercito, tal como informó LA NACION en su edición de ayer, el teniente general Martín Balza aseguró a este diario que el ex agente de inteligencia no fue su chofer.

Agregó que "pudo haber una confusión, pues Sucksdorf sí fue custodio del departamento que poseía el Estado Mayor del Ejército, en 11 de Septiembre y La Pampa, en Belgrano, en los tiempos que lo ocupaba el entonces jefe de la fuerza, general Martín Bonnet".

Cabe recordar que ese inmueble, tal como lo informó LA NACION en su oportunidad, fue vendido por el Ejército. "Además -añadió Balza- jamás ocupé ese departamento".

(Más inf. en la Pág. 15)

LN 18/5

Entre el Delta y la embajada de Israel habría un corto trecho

Vínculos: la Justicia investiga la posible participación de los dueños del arsenal con el ataque a la sede diplomática.

De la investigación por el arsenal descubierto hace tres semanas en el Delta surgirían sólidas sospechas de la existencia de una importante organización delictiva que habría tenido activa participación en el atentado contra la embajada de Israel en nuestro país.

Fuentes inobjetables confiaron a LA NACION que en el juzgado federal de San Isidro, a cargo del doctor Roberto Marquevich, se analizan diversos elementos que, en principio, se sostendrían por las peligrosas ideas del ex agente de inteligencia del Ejército Alejandro Sucksdorf, detenido y con prisión preventiva por acopio de armamento y explosivos y promover acciones contra la seguridad común.

Según agregaron los mismos informantes, Sucksdorf dijo: "Mi líder nacional es el general Juan Perón y en el nivel internacional mi líder histórico es Adolfo Hitler. Además, éste es el pensamiento en la mayoría del Ejército".

El ex agente de inteligencia del Ejército no ocultó su identificación, que consideró solamente ideológica, con la doctrina sostenida por Mohamed Alí Seineldín.

Estos testimonios, junto con otros comprometedores elementos acopiados en la causa en las últimas dos semanas, hicieron que la investigación tomara distintos caminos, uno de los cuales podría transitar por las sospechosas actividades que vendrían realizando determinadas personas que, tal vez, hayan pertenecido a algún servicio de inteligencia.

LA NACION ya informó que son buscados por lo menos cuatro hombres que trabajaron o desempeñan funciones en organismos de inteligencia y que habrían participado con Sucksdorf y su compañero de tareas, Marcelo Squetino, en el secuestro de la señora Susana González de Louzau, por cuyo rescate se pagó 250.000 pesos y cuyos fondos habrían llegado a las arcas del *carapintadismo*.

Squetino, detenido y con prisión preventiva por dicho secuestro, trabajaba hasta abril último como chofer del jefe de la Casa Militar, general de brigada Jorge Rearte.

Según sus dichos ante la Justicia, Squetino fue asignado como agente civil de inteligencia a la seguridad del jefe del Estado Mayor del Ejército, teniente general Martín Balza, y con anterioridad sostuvo que fue custodio del ex presidente teniente general Juan Carlos Onganía, durante su retiro.

Las mismas fuentes no descartaron que los investigadores inicien en los próximos días distintas diligencias que apunten a recabar más elementos de prueba como también a ubicar a determinados sospechosos que podrían estar vinculados con esta organización y con el atentado a la embajada israelí.

Ricardo Larrondo

LN 18/5

Atentado: la Corte citó a Sucksdorf

18/5

6 de junio: el alto tribunal dispuso que el ex agente de inteligencia del Ejército declare en la causa que se instruye por el atentado.

La Corte Suprema de Justicia citó para el 6 de junio a una declaración informativa a Alejandro Sucksdorf, ex integrante del servicio de Inteligencia del Ejército, en la causa en la que se investiga el atentado cometido contra la embajada de Israel.

El 17 de marzo de 1992, una explosión destruyó el edificio de la sede diplomática, situado en Arroyo y Suipacha, y mató a 30 personas.

La Corte Suprema, que tiene competencia originaria en asuntos diplomáticos, asumió la instrucción del sumario penal. Si bien los peritajes permitieron determinar, con relativa certeza, cómo ocurrieron los hechos, nunca se pudo hallar a los autores.

Pero el mes último, la policía bonaerense descubrió un arsenal y bibliografía antisemita en una isla del Tigre y arrestó al dueño del campo donde fue encontrado, Sucksdorf, y que fue procesado por el juez federal de San Isidro doctor Roberto Marquevich por tenencia de armas de guerra y promover acciones contra la seguridad común.

Conexiones peligrosas

Tal como lo anticipó en exclusiva LA NACION, el citado juzgado manejaría serias sospechas de que un grupo de personas vinculado con ese arsenal -habría por lo menos cuatro buscados- tendría directa relación con los autores del atentado.

Se sospecha que el citado ex agente de inteligencia del Ejército podría estar vinculado con quienes concretaron el ataque, que -según los investigadores- también se habrían desempeñado como integrantes de alguno de los servicios de inteligencia del Estado.

Además, los 23 kilogramos de trotyl secuestrado en el Delta, serían de la misma calidad de los explosivos utilizados para volar la embajada israelí.

El alto tribunal también citó a declarar en esa misma causa a otra persona, cuya identidad no trascendió, que habría suministrado los datos de dos etarras que habrían participado en el atentado.

9405842

06

DEL TIGRE A LA EMBAJADA ISRAELI

El trotyl de Sucksdorf

(*Por Mercedes Korín*) El juez federal de San Isidro, Roberto Marquevich, intenta determinar si los dos ex agentes de inteligencia del Ejército Marcelo Squetino y Jorge Sucksdorf actuaron como apoyo logístico del grupo terrorista que atentó hace dos años contra la embajada de Israel. La esposa de Sucksdorf, Andrea Silvia Ramis, acercó a Marquevich la primera pista sobre la presunta participación de los dos agentes en la preparación del ataque a la sede diplomática, pero fue una serie de medidas procesales la que permite suponer ahora una conexión entre los espías y la explosión de la embajada. Entre las pesquisas ordenadas por Marquevich aparece un oficio girado a la Corte Suprema para que informe acerca del material explosivo utilizado en el ataque, una evidencia que servirá para confirmar o descartar las suposiciones que se manejaban anoche en los tribunales federales. En la isla de Sucksdorf fueron hallados varios panes de trotyl y Marquevich quiere saber oficialmente si este material fue usado para el atentado.

En la declaración que efectuó ante Marquevich, además de vincular a su marido y a Squetino con Seineldín, Ramis aseguró que a partir del último levantamiento militar Sucksdorf "se dedicó a almacenar parte de los armamentos (robados en la rebelión, según confesó el ex agente) y a trasladar otros a una parrilla para que de allí los retirara (Andrés) Pirosi (secretario de Seineldín)". Ramis dijo no saber cuál era el destino de ese material explosivo pero recordó que poco tiempo antes del atentado a la embajada su marido "llevó dos paquetes de entre veinte y treinta panes de trotyl a Pirosi". La mujer agregó que el día en que explotó la sede diplomática él "no estuvo en casa" y que, al regresar, opinó: "A estos judíos hijos de puta algún día les iba a tocar".

Hace diez días, Mohamed Alí Seineldín envió desde la cárcel a los medios de comunicación una gacetilla en la que negaba cualquier vinculación con Squetino, hasta ese momento uno de sus discípulos preferidos. Sin embargo, esta declaración quedó desvirtuada con una serie de documentos incautados por la policía e incorporados a la causa que instruye Marquevich.

A todo color, como si fueran un equipo de fútbol de barrio, aparecen juntos en una foto familiar Squetino (de cuclillas) y Seineldín (parado atrás de él) sonriendo para la posteridad. Además, para confirmar que el líder nacionalista actuaba como un "maestro" del ex chofer del jefe de la Casa Militar se encontró un libro, *Seineldín: El Ejército traicionado, la patria vencida*, con una dedicatoria escrita con letra menuda y rápida: "Querido y apreciado Marcelo, con un fuerte abrazo reciba todo mi afecto por su valioso apoyo. Dios y Patria o muerte. M. Alí Seineldín, Coronel".

Pero parece, según constancias del expediente judicial, que Squetino no sólo había atado buenas relaciones con la cúpula carapintada del Ejército. El ex agente de inteligencia, cuyo nombre de guerra era Marcelo Sinagra, también había logrado buenas relaciones con la jefatura del Ejército. En este contexto, Squetino (a) Sinagra fue designado a la custodia del ex dictador chileno Augusto Pinochet.

La policía bonaerense encontró en la casa de Squetino una foto periodística que terminó por bloquear la estrategia de defensa del Ejército, basada en desconocer la trayectoria de su ex agente de inteligencia: serio, flanqueando a Pinochet, aparece Squetino con su legendario bigote y un auricular de seguridad.

Servicios de todo el mundo

A más de dos años del atentado contra la embajada de Israel, y pese a las investigaciones realizadas por servicios de inteligencia de seis países, no existen datos concretos sobre quiénes fueron sus autores. Tampoco hay un criterio unánime sobre la forma en que fue cometido. Lo único concreto es que se utilizó una camioneta Ford, patente B 1.275.871, comprada por un sujeto con acento portugués en la avenida Juan B. Justo.

Un amplio abanico de hipótesis se abrió en el mismo momento de la explosión, pero casi ninguna fue confirmada. Esa tarde, Menem dijo que podrían haber sido carapintadas o grupos afectados por la apertura de los archivos sobre criminales de guerra nazi.

Pero al otro día, la Jihad Islámica –brazo armado del grupo libanés Hezbollah– se adjudicó el atentado a través de un llamado telefónico a una agencia de noticias extranjera. Entonces, se dijo también que un argentino convertido al islamismo –de nombre Abbu Yasser– se había inmolado conduciendo el coche bomba contra la embajada. Sin embargo, al día siguiente la misma organización desmintió su participación mediante otro comunicado, pero su posible intervención nunca fue descartada totalmente: muchos sospechan que el atentado fue una venganza por la muerte del líder del Hezbollah, Abbas Musawi, durante un ataque realizado por la aviación israelí el 16 de febrero de 1992 en el sur del Líbano.

El primer paso concreto en la pesquisa fue la detención de cuatro paquistaníes denunciados por un taxista, que poco después fueron liberados por falta de méritos. Aunque formalmente en la causa instruida por la Corte Suprema existía un prófugo de la misma nacionalidad, el ex valet de la embajada de Pakistán, Mohamed Malik, la supuesta "conexión paquistaní" también fue descartada.

Todas las investigaciones coinciden en la identificación de la camioneta empleada. La Corte tomó por válido el informe de Gendarmería donde se sostiene que la camioneta estaba cargada con "unos 60 kilos de explosivos a base de exógeno".

9405842

N°. DOCUMENTO

TITULO

PROC 15C 318

FE 31.5.94

Marcelo Schetino, custodio de la Casa Militar de Presid[...] detenido por su relación con la banda del arsenal del De[...] haber participado en el secuestro de la mujer de [...]

(Por Mercedes Korin) La causa abierta por el descubrimiento de un poderoso arsenal en el Delta y por la que se detuvo a un ex servicio de inteligencia del Ejército vuelve a golpear en la jerarquía militar. Marcelo Alfredo Schetino (a) Mario Antonio Sinagra, custodio y chofer del Jefe de la Casa Militar, general Jorge Rearte, quien fue apresado el miércoles pasado y liberado por el juez federal Roberto Marquevich "por falta de méritos", fue detenido nuevamente al ser reconocido por Carmen Susana de Louzao y su esposo, el empresario y despachante de Aduanas Angel Louzao, como el secuestrador de la mujer. El juez Conrado Vergesio, a cargo de la causa mientras Marquevich está de viaje, debe determinar ahora si le dicta la prisión preventiva.

Al ver el rostro de Schetino en una rueda de presos, Angel Louzao y Carmen Susana González de Louzao no dudaron: él era quien la tuvo secuestrada durante dos días en agosto de 1990 y quien, según fuentes policiales, había recibido unos 250.000 dólares de rescate. Carmen relató lo ocurrido ante el juez Marquevich el día en que la policía incautó las armas en la isla de Alejandro Jorge Sucksdorf.

"La voy a secuestrar"

González de Louzao estaba por bajarse de su Peugeot 505 gris para entrar a una perfumería de Castelar, cercana a su casa, cuando un hombre –el sábado pasado supo que era Schetino– se metió en el auto y la amenazó con un revólver, indicándole que fuera hasta General Rodríguez. En el trayecto le avisó: "Señora Susana, no le voy a robar el auto; la voy a secuestrar". Una vez allí, en una arboleda, le hizo detener el auto y le sacó todas sus cosas de la cartera.

Trató de tranquilizarla, aunque llegó a decirle que si no pagaban por ella, él no tendría problema en matarla. Después comenzó a preguntarle sobre sus bienes, los del marido y del resto de la familia, demostrándole que tenía muchos datos acerca de su vida. Le habló, por ejemplo, de un Renault 18 azul, un Fiat 147 de su hija Valeria, un BMW (que ya había vendido), un Mercedes Benz de su marido y una camioneta Peugeot 504 blanca. Sobre esta última, como ella le dijo que no sabía que su esposo tuviera una así, él le contestó que estaba en el campo.



La casa del Delta donde Schetino habría mantenido secues[...]

El custodio del jefe de la Casa Militar fue nuevamente detenido

Horas más tarde el hombre se comunicó con Angel Louzao. "Este es un negocio, tómelo como tal. Esto es un mal negocio; usted gana mucho, no haga una denuncia a la policía ni haga intervenir a nadie", le advirtió.

Louzao llevó un maletín con el dinero a un lugar que habían convenido. Schetino, a cara descubierta, entregó a la mujer y les dijo que compraran un bidón de nafta para incendiar el auto. Así lo hicieron y luego dieron aviso a la policía del robo del auto pero no del secuestro. Después de unos días, Schetino llamó para decirles que pensaba que alguien lo perseguía porque lo habían delatado.

Sucksdorf el amable

Carmen dijo que enseguida sospecharon –aunque nunca se animaron a denunciarlo– de Sucksdorf, el hombre amable que siempre estuvo dispuesto a ayudarlos con las tareas de la casa que tenían en el Tigre. El principal motivo: una vez liberada la mujer, Sucksdorf, en forma espontánea, le dijo a Louzao "lamento lo de su señora", siendo que ellos no habían contado a nadie lo ocurrido.

En su declaración, la mujer especificó que la única persona que sabía que su marido tenía una camioneta Peugeot 504 blanca y que desapareció después de su secuestro era Jorge –así llama ella al ex agente de inteli[...] La mujer contó ante el juez q[...] relación mantenían con Suck[...] conocieron en 1987 cuando [...] empleado de una inmobiliari[...] dió una casa de fin de sem[...] arroyo Rama Negra. Ese día [...] ció sus servicios para cortar [...] hacer el mantenimiento de la [...] de su esposa para limpiar la [...] da vez que el matrimonio iba [...] ba con su lancha para ver cóm[...] traban todo y se quedaba un ra[...] pre mostrándose interesado [...] Louzao le presentara a sus an[...] ra poder ofrecer propiedades [...] na que estaban en venta.

Alrededor de nueve [...] de personas que utili[...] ma del autotransporte [...] etropolitana padecier[...] ebut oficial del sist[...] rohíbe a los choferes d[...] os cortar boletos y cob[...] s. Las empresas sacaro[...], en promedio, el 70 p[...] sus unidades –algunas [...] n con el 50 por ciento d[...] des y otras, las menos, [...] idad de sus vehículo[...] rma se tradujo en te[...] ras en las paradas, co[...] nables en las estacione[...] s y retrasos en los rec[...] sta una hora en los m[...] dos con máquinas val[...] monedas. Desde tem[...] obierno insistió en su [...] sancionar a las empre[...] cción. "Los que haga[...] tronal van a perder las [...] ra prestar ese servici[...] ministro de Economía [...] Cavallo. Pero a la no[...] primer síntoma de fl[...] ón: Edmundo Soria, [...] ansporte, les permitió [...] esarios llevar las vieja[...] s por si fallan las máqu[...] resolver transitoriam[...] ación, unos 16.000 de[...] s han sido convocados [...] sterio de Trabajo para [...] a semana, comiencen [...] cortando boletos, hast[...] mpañías terminen de [...] máquinas lectoras de [...]

Las empresas del autot[...] optaron ayer distintas [...] directa relación con la [...] máquinas que tenían i[...] radójicamente, las que [...] yores demoras en sus r[...] ron las que tenían casi [...] dades con lectoras de [...] no en el caso de la líne[...] de Constitución a San[...]

9405842

Nº. DOCUMENTO
TIT
PROC KC 318
FE 3/5/94
V

Marcelo Schetino, custodio de la Casa Militar de Presidencia, fue nuevamente detenido por su relación con la banda del arsenal del Delta, bajo la sospecha de haber participado en el secuestro de la mujer de un empresario.

(Por Mercedes Korin) La causa abierta por el descubrimiento de un poderoso arsenal en el Delta y por la que se detuvo a un ex servicio de inteligencia del Ejército vuelve a golpear en la jerarquía militar. Marcelo Alfredo Schetino (a) Mario Antonio Sinagra, custodio y chofer del Jefe de la Casa Militar, general Jorge Rearte, quien fue apresado el miércoles pasado y liberado por el juez federal Roberto Marquevich "por falta de méritos", fue detenido nuevamente al ser reconocido por Carmen Susana de Louzao y su esposo, el empresario y despachante de Aduanas Angel Louzao, como el secuestrador de la mujer. El juez Conrado Vergesio, a cargo de la causa mientras Marquevich está de viaje, debe determinar ahora si le dicta la prisión preventiva.

Al ver el rostro de Schetino en una rueda de presos, Angel Louzao y Carmen Susana González de Louzao no dudaron: él era quien la tuvo secuestrada durante dos días en agosto de 1990 y quien, según fuentes policiales, había recibido unos 250.000 dólares de rescate. Carmen relató lo ocurrido ante el juez Marquevich el día en que la policía incautó las armas en la isla de Alejandro Jorge Sucksdorf.

T. Valdez



La casa del Delta donde Schetino habría mantenido secuestrada a la mujer del empresario.
El custodio del jefe de la Casa Militar fue nuevamente detenido por orden de la Justicia.

"La voy a secuestrar"

González de Louzao estaba por bajarse de su Peugeot 505 gris para entrar a una perfumería de Castelar, cercana a su casa, cuando un hombre –el sábado pasado supo que era Schetino– se metió en el auto y la amenazó con un revólver, indicándole que fuera hasta General Rodríguez. En el trayecto le avisó: "Señora Susana, no le voy a robar el auto; la voy a secuestrar". Una vez allí, en una arboleda, le hizo detener el auto y le sacó todas sus cosas de la cartera.

Trató de tranquilizarla, aunque llegó a decirle que si no pagaban por ella, él no tendría problema en matarla. Después comenzó a preguntarle sobre sus bienes, los del marido y del resto de la familia, demostrándole que tenía muchos datos acerca de su vida. Le habló, por ejemplo, de un Renault 18 azul, un Fiat 147 de su hija Valeria, un BMW (que ya había vendido), un Mercedes Benz de su marido y una camioneta Peugeot 504 blanca. Sobre esta última, como ella le dijo que no sabía que su esposo tuviera una así, él le contestó que estaba en el campo.

Horas más tarde el hombre se comunicó con Angel Louzao. "Este es un negocio, tómelo como tal. Esto es un mal negocio; usted gana mucho, no haga una denuncia a la policía ni haga intervenir a nadie", le advirtió.

Louzao llevó un maletín con el dinero a un lugar que habían convenido. Schetino, a cara descubierta, entregó a la mujer y les dijo que compraran un bidón de nafta para incendiar el auto. Así lo hicieron y luego dieron aviso a la policía del robo del auto pero no del secuestro. Después de unos días, Schetino llamó para decirles que pensaba que alguien lo perseguía porque lo habían delatado.

Sucksdorf el amable

Carmen dijo que enseguida sospecharon –aunque nunca se animaron a denunciarlo– de Sucksdorf, el hombre amable que siempre estuvo dispuesto a ayudarlos con las tareas de la casa que tenían en el Tigre. El principal motivo: una vez liberada la mujer, Sucksdorf, en forma espontánea, le dijo a Louzao "lamento lo de su señora", siendo que ellos no habían contado a nadie lo ocurrido.

En su declaración, la mujer especificó que la única persona que sabía que su marido tenía una camioneta Peugeot 504 blanca y que desapareció después de su secuestro era Jorge –así llama ella al ex agente de inteligencia–. La mujer contó ante el juez qué tipo de relación mantenían con Sucksdorf. Lo conocieron en 1987 cuando él, como empleado de una inmobiliaria, les vendió una casa de fin de semana en el arroyo Rama Negra. Ese día les ofreció sus servicios para cortar el pasto y hacer el mantenimiento de la isla, y los de su esposa para limpiar la casa. Cada vez que el matrimonio iba, él pasaba con su lancha para ver cómo encontraban todo y se quedaba un rato, siempre mostrándose interesado en que Louzao le presentara a sus amigos para poder ofrecer propiedades de la zona que estaban en venta.

Todos los fines de mes iba a la oficina de su marido a cobrar su trabajo. En una oportunidad en que escuchó que Louzao estaba preocupado porque se metían intrusos en su campo de Venado Tuerto, él se ofreció a cuidarle el campo hasta que encontrara un encargado. Louzao dispuso que se quedara con la camioneta Peugeot 504 blanca para que pudiera tener mayor movilidad y que le dieran una escopeta para que se sintiera más seguro. Cuando un empleado del despachante de Aduanas le dijo a Sucksdorf lo de la escopeta, él, riendo, le contestó que no la necesitaba porque tenía "fierros propios".

9405842
08.08

Nº. DOCUMENTO 9405843
TITULO Atentados guerrilleros del MQM de Pakistan.
PROC 15C015
FE 3/5/94
V 11847 II
507636 PAK.

ENTRADO HZ
CRUZ

DPTO. II (EXTERIOR) 10/6/94 MZ FICHADO

Karachi en llamas ante ofensiva lanzada por grupo guerrillero

Veinte muertos, decenas de heridos, francotiradores instalados en las esquinas y autobuses incendiados es el cuadro que, desde hace cinco días, presenta Karachi.

ISLAMABAD/ANSA

La más grande ciudad de Paquistán se encuentra sacudida por las acciones de guerrilla del Mohajir Quami Movement (MQM, Movimiento de Liberación de los Inmigrados) contra el Ejército de Islamabad.

El MQM acusa a los militares de reprimir brutalmente el movimiento que representa a los inmigrados de India en la época de la independencia.

Por ahora se trata de acciones esporádicas, pero si el MQM decidiese oponerse con las armas al Ejército, la ciudad podría volverse ingobernable y con graves consecuencias para todo el país, dado que Karachi es la ciudad más industrializada y el único puerto comercial de Paquistán.

El 29 abril, el Ejército abrió el fuego sobre una multitud de activistas del MQM durante una manifestación y mató a cinco personas.

Al día siguiente, jóvenes cubiertos con máscaras dispararon contra autobuses y negocios que no habían adherido a la huelga general de protesta lanzada por el MQM y atacaron patrullas de militares.

Ayer, según testimonios, choques esporádicos tuvieron lugar en varios puntos de la ciudad. También se verificaron incidentes.

El MQM fue fundado a comienzos de la década del ochenta por un grupo de estudiantes de la Universidad de Karachi, encabezados por Altaf Hussein.

Perseguido por una orden de captura por asociación para delinquir, Hussein vive desde hace dos años exiliado en Londres. En una entrevista acusó al gobierno de Benazir Bhutto de las "peores violaciones de los derechos humanos" de sus ciudadanos.

En tanto, por el momento no hay evidencia de conversaciones a nivel alguno entre el MQM y el gobierno.

El MQM, acusado de ser un movimiento violento y totalitario, goza de la simpatía de la grande mayoría de los "mohajir" (inmigrados), que aún hoy se sienten discriminados por los habitantes originarios de Sindg, la provincia sureña de Paquistán de la cual Karachi es la capital.

Los once millones de habitantes de Karachi son en su mayoría "mohajir". Desde mayo de 1992 el Ejército paquistaní ocupó Karachi y otras zonas de Sindh para combatir el bandolerismo que sacudía la provincia.

La situación de orden público mejoró. pero según el MQM la "operación anticrimen" no es más que una "cobertura" para la liquidación del movimiento por la fuerza.

9405843

01 01

Nº. DOCUMENTO 9405844
TITULO Voceros islámicos prometen dejar lucha armada a cambio de retirada israelí
PROC... 150083
FECH 3/5/94
VINCUL 11847 I·I
[illegible]
11831 I·C
5014407 Ham
5076031SL
EN... MZ
CRUZ... MZ

Por primera vez, voceros islámicos prometen dejar la lucha armada a cambio de la retirada israelí de los territorios ocupados

Arafat a un paso de Jericó





ESPECIAL PARA LA REPUBLICA

De nuestro corresponsal en ISRAEL, Carlos Lewenhoff

"Escoltado por una seria fuerza policial local, entre un mar de banderas palestinas y el éxtasis de miles de habitantes de Jericó, arribó a la pequeña localidad cercana al mar Muerto el líder de la OLP Yasser Arafat". Teóricamente podría ser éste el texto de un cable de UPI o ANSA fechado el próximo jueves 5, en el caso de firmarse el día anterior en El Cairo —el histórico 4 de mayo de 1994— el acuerdo definitivo sobre el autogobierno palestino en Gaza y Jericó, primer paso concreto hacia el régimen de autonomía de cinco años para los territorios palestinos ocupados a partir de junio de 1967.

■ La administración palestina contará con policía propia (unos 9.000), un sistema impositivo y aduanero limitados, código telefónico especial para la comunicación internacional y control autónomo sobre la economía, la educación, la cultura y la salud, incluida la impresión de estampillas postales y pasaportes (de hecho solo cartas de tránsito) válidos por tres años. Un Consejo Administrativo estará compuesto por 24 "ministros" (12 locales y 12 de exilio) presididos por el propio Arafat.

Meses de duras negociaciones dieron a luz a una compleja y detallada —y sobre todo problemática— serie de documentos pormenorizando lo acordado en lo referente a seguridad externa e interna, economía y leyes. La mini-cumbre del pasado fin de semana entre Arafat y el canciller israelí Shimon Peres, "apadrinados" por el presidente egipcio Hosni Mubarak y el secretario de Estado de los EEUU Warren Christopher, permitió salvar los más duros obstáculos y fijar la fecha definitiva para comenzar a implementar "en el terreno" lo que hasta ahora era sólo "papel y más papel".

Si no pasa nada demasiado dramático, mañana miércoles firmarán el acuerdo el premier israelí Isaac Rabin y Yasser Arafat (al que su pueblo llama ya hace años "presidente de Palestina"), luego de acordar "tete a tete" sobre dos cuestiones no resueltas hasta el momento: el tamaño definitivo del enclave de Jericó y el status del agente policial palestino en el puente Allenby (sobre el río Jordan), la frontera entre Jordania y la zona autónoma palestina. Recuérdese que según la Declaración de Principios de Oslo, la defensa y las relaciones exteriores de las zonas autónomas (ocupadas) en esta etapa son prerrogativas israelíes.

UNA RETIRADA HISTORICA

Una vez estampadas las firmas en una festiva ceremonia en la capital egipcia, ante miles de invitados de más de 40 países, comenzará la rápida retirada israelí de Jericó y Gaza. De hecho, las fuerzas militares israelíes seguirán dominando un poco más del tercio de la franja de Gaza, en la parte de los asentamientos judíos, hasta que un acuerdo de paz definitivo decida sobre el destino de estos.

Como puede intuirse, cada parte tiene la posibilidad de tomar como punto de referencia lo que hay o lo que no hay en lo acordado. La oposición palestina clama porque no se trata del fin de la ocupación y por ser las atribuciones del régimen de "autogobierno" limitadas, a la vez que todos los asentamientos israelíes seguirán en pie (con una población aproximada de 120 mil almas en zonas donde viven cerca de dos millones de palestinos).

Los que pegan el grito en el cielo en la parte israelí hablan del "gérmen de un Estado terrorista de la OLP", y que en lugar de salir de Gaza (sobre lo que hay una especie de consenso nacional) "Rabin nos trae a Gaza a Tel-Aviv", insinuando consecuencias funestas de la existencia de cuatro carreteras "abiertas" en territorio israelí para el pasaje entre la franja de Gaza y Jericó. Los políticos de la derecha están manipulando a los familiares de las víctimas de los atentados palestinos y aquellos cuyos seres queridos todavía están declarados como soldados "desaparecidos" (en el Líbano), para impedir que Israel libere a miles de detenidos y presos árabes en un proceso gradual a comenzar a la brevedad. El gobierno declaró que sólo liberará a quienes apoyen el proceso de paz, dejando a los integristas musulmanes detrás de las rejas junto a quienes hayan participado en hechos de sangre contra israelíes. Según fuentes diversas, se está agudizando una discusión interna en el seno del movimiento fundamentalista Hamas, la fuerza de oposición más seria a Arafat en los territorios (y responsable de casi todos los duros atentados de sangre contra soldados y ciudadanos israelíes). Por un lado se situarían los intransigentes, aliados al fanático Jihad Islámico, que proclaman seguir la lucha "hasta liberar toda Palestina (y borrar a Israel del mapa), y por el otro los que insinúan que están dispuestos a tomar responsabilidades en el régimen autónomo, quizás a cambio de cierto cese de fuego con los israelíes. Aunque todavía parece tratarse sólo de una discusión táctica, por primera vez voceros islámicos hablaron públicamene de dejar la lucha armada a cambio de "la retirada israelí de todas las zonas ocupadas y el desmantelamiento de los asentamientos". Voceros gubernamentales insinuaron que están abiertos al diálogo también con el Hamas, si estos cambian de posición. Hay constantes contactos entre activistas islámicos y altos oficiales israelíes, sobre todo en Gaza. En este clima de expectativas contenidas, incertidumbre, y temores, se avanza pues por un inmenso campo de minas, simbolizadas según todos los observadores, sobre todo por la "coexistencia" impuesta entre la autonomía y los asentamientos. Shimon Peres, indudablemente el arquitecto de los acuerdos de Oslo, definió esta nueva etapa como "el dominio palestino sobre una porción de la realidad". Y pocos dudan de que esa realidad termine convirtiéndose en una "porción" de soberanía. No es de extrañar que el titular de Turismo Uzi Daram, portavoz de los ministros "palomas", exigiera al gobierno a llamar a las cosas por su nombre, para preparar a la opinión pública y quitar municiones ("gobierno mentiroso") a la oposición de derechas, declarando "debemos reconocer con valentía que marchamos hacia la independencia palestina...".

Aunque es improbable que Arafat llegue este jueves a Jericó, la implementación de "Gaza y Jericó" parece irreversible, una experiencia inédita sobre cuyo futuro es imposible profetizar nada. Y de esto pasaremos inmediatamente, "Christopher's service" mediante, a la batalla diplomática por un acuerdo con el presidente sirio Hafez Assad, que según todos los observadores será dirigida en forma personal por el propio Rabin.

Arafat en las horas previas a la firma con Rabin en El Cairo. (Telefoto de archivo de AFP)

9405844

01-01

Nº DOCUMENTO 9405845
TITULO Xenofobia en Alemania
PR 150014
F 3/5/94
V 11204 xen
500145A1

MZ
MZ

Alemania

RACISMO

Una delegación de miembros del Congreso Mundial Judío expuso ayer lunes al canciller federal, Helmut Kohl, su gran preocupación por el incremento del racismo y la xenofobia en Alemania y en toda Europa, informó el portavoz gubernamental, Dieter Volgel. Kohl, que los recibió en la cancillería de Bonn, les informó de que el Gobierno alemán, así como los estados federados, están haciendo todo lo que está en su mano para acabar con el incremento de los actos xenófobos en el país.

Kohl anunció también a los representante judíos que Alemania, durante su presidencia de la Unión Europea el próximo julio, lanzará una iniciativa europea contra el extremismo y la xenofobia.

9405845

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405846

TITULO Pacificación tras la firma de la autonomía palestina

PROCEDE... 150023

FECH... 4/5/94

VINCUL... 218477 I
500868 OLP
507603 ISR
514407 Ham

01-03

ENT... MZ
CRUZ... MZ

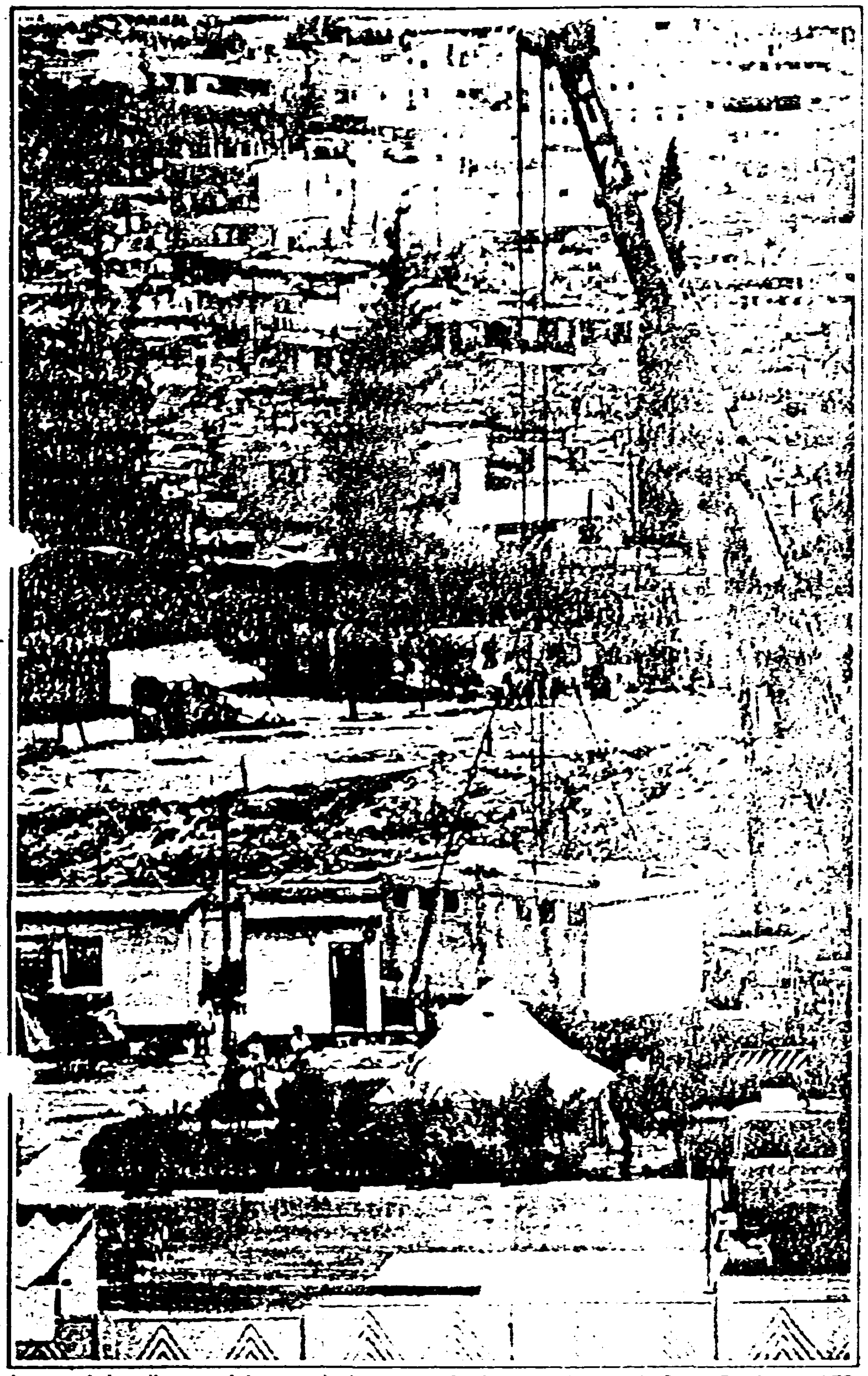
9405846

ACUERDO DE PAZ

El atormentado camino pacificador parece llegar a su destino palestina en los territorios ocupados

Los extremistas de Hamas se preparan

* La organización islámica se compromete a suspender durante 30 días las ejecuciones de palestinos sospechosos de colaborar con las autoridades israelíes
* Exiliados palestinos cruzan la frontera y 5.000 prisioneros deben ser liberados en las próximas tres semanas



La armada israelí apoya el desmontaje de casas prefabricadas en la zona de Gaza. (Telefoto de AFP)

Los niños todavía juegan descalzos en las calles por las que corren aguas residuales, y los carros tirados por burros aún son el principal modo de transporte en esta pequeña franja mediterránea, pero empiezan a construirse nuevos edificios y algunas calles son pavimentadas. El auge de la construcción refleja las esperanzas de paz, mientras los palestinos se preparan para firmar el acuerdo con los israelíes que les otorgará autonomía en los territorios de Gaza y Jericó, ocupados por Israel.

Ciudad de Gaza (Especial de IPS) por Deborah Horan

■ Yasser Arafat, presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), y el primer ministro de Israel, Isaac Rabin, se reunirán mañana en El Cairo para, según se ha previsto, cerrar el acuerdo de paz.

La firma del acuerdo pondrá fin a 27 años de ocupación militar israelí en los territorios de Gaza y Jericó, y trasladará allí las nuevas oficinas de la OLP.

Previniendo lo inevitable, la organización fundamentalista islámica Hamas, el más fuerte y militante de los grupos opositores, realizó maniobras para evitar quedar fuera de los próximos cambios.

Hamas llegó a acuerdos de palabra con la principal facción de la OLP, Al Fatah, en especial para evitar enfrentamientos entre ambos grupos, y anunció que participará en las elecciones locales.

Además, Hamas se comprometió a suspender durante 30 días las ejecuciones de palestinos sospechosos de colaborar con las autoridades israelíes, en los últimos dos meses, 19 palestinos fueron asesinados de ese modo por otros palestinos.

La OLP cree que 30 días serán suficientes para acceder al poder y establecer medios legales de disponer de aquellos considerados traidores.

Nadim Mseis, politólogo de la Universidad de Belén, sostuvo que Hamas pretende que su rechazo al proceso de paz no le deje fuera de la toma de decisiones locales, porque tiene perspectivas de ser aceptado a nivel popular.

Mseis afirmó que Hamas tiene buenas probabilidades de constituir una base de poder en las elecciones locales, debido a su reputación de manejar honestamente las finanzas de las

Los principales puntos de la autonomía palestina

El Cairo (AFP)

■ El acuerdo sobre la autonomía palestina en la franja de Gaza y Jericó, está compuesto por un acuerdo general y por cinco anexos principales (Seguridad, Poderes civiles, Jurisdicción, Economía y Medidas de confianza).

De una validez máxima de cinco años, el acuerdo también incluirá algunos anexos secundarios respecto a las frecuencias radiales, los compromisos de la administración civil israelí y el uso del agua por los colonos.

El acuerdo también incluirá un intercambio de cartas entre la OLP e Israel en virtud del cual la Organización para la Liberación de Palestina se comprometa a anular las disposiciones de su carta fundamental contrarias a la Declaración de Principios firmada en Washington el 13 de setiembre pasado, en tanto Israel se compromete a iniciar inmediatamente las negociaciones acerca de la próxima etapa, es decir el acuerdo de autonomía para el conjunto de Cisjordania y Gaza. En esas cartas, el Estado hebreo también se compromete a iniciar, lo más pronto posibl, las negociaciones acerca de la fase final que establecerá el estatuto definitivo de los territorios ocupados, y que deben comenzar a más tardar a comienzos del tercer año de autonomía.

Además de los textos, el acuerdo incluirá mapas y fotos satélites.

Los anexos estipulan principalmente:

1) Seguridad: planes de retiro del ejército israelí y de despliegue de 9.000 policías palestinos. Arreglos de seguridad incluyendo patrullas conjuntas, que reservan al ejército israelí el control exclusivo de las colonias (11 % del territorio), y precisan las regiones en las que Israel tendrá la supremacía en materia de seguridad. Los israelíes tendrán la última palabra en el control de las entradas y salidas de las "fronteras" de la entidad autónoma.

2) Poderes civiles: designación de un Consejo de Autonomía palestino que reemplazará la administración israelí para dirigir los asuntos palestinos, en espera de las elecciones generales, probablemente en el último trimestre de este año.

3) Jurisdicción: los palestinos tendrán jurisdicción sobre el conjunto de Gaza y Jericó, con excepción de las colonias y de los ciudadanos israelíes. Pero Israel logró que toda persona detenida, incluso palestina, en las regiones en las que tendrá la supremacía en materia de seguridad, será interrogada por los israelíes, pudiendo ser luego entregado a los palestinos.

4) Economía: acuerdo logrado la semana pasada en París que establece las relaciones económicas entre ambas partes, en base a fronteras abiertas.

5) Medidas de confianza: cinco mil presos palestinos serán liberados a más tardar tres semanas después de la firma del acuerdo. Todos los demás detenidos (aproximadamente otros 5.000) serán integrados en calendarios de liberación por negociar siempre que se comprometan a seguir el mismo camino que la OLP.

El acuerdo no incluye aspectos que permanecerán bajo la autoridad exclusiva de Israel, principalmente Defensa, Relaciones Exteriores y seguridad de los israelíes.

Dos puntos deberán ser resueltos por el jefe de la OLP Yasser Arafat y el primer ministro israelí Isaac Rabin antes de la firma del acuerdo: la extensión de la región de Jericó que estará sometida a la autoridad autónoma, y la presencia de un guarda palestino en el puente Allenby que une Jordania y Cisjordania.

Finalmente, los últimos puntos en los que los negociadores no alcanzarán a lograr un acuerdo, serán transmitidos a los dos dirigentes para el arbitraje final durante su reunión de este martes.

El Banco Mundial tiene su plan económico para Gaza y Jericó

Washington (ANSA)

■ Inversiones en la construcción, transportes, educación y obras de infraestructura de base, realización de las estructuras físicas que hospedarán al "gobierno" de Gaza y Jericó, iniciativas diversificadas para estimular el flujo de capitales privados en los sectores de la industria, la agricultura y las telecomunicaciones.

Son esos los pilares del plan económico trienal de 1.200 millones de dólares, predispuesto por el Banco Mundial y por los expertos económicos de la OLP, en apoyo del acuerdo sobre la autonomía de Gaza y Jericó que será firmado hoy en El Cairo por el primer ministro de Israel, Isaac Rabin, y por el líder de la OLP, Yasser Arafat. El programa fue puesto a punto después de la conferencia de octubre pasado en Washington en la cual alrededor de 40 países se comprometieron a aportar los 2.400 millones de dólares a favor de los palestinos en el próximo quinquenio. Entre los mayores donantes se destacan la Unión Europea (600 millones de dólares), Estados Unidos (500), Japón (200), Noruega (150), Arabia Saudita (100), e Italia (80).

Las "promesas" de los distintos contribuyentes a la reconstrucción palestina fueron organizadas en un proyecto coherente por el Banco Mundial y los economistas de Arafat, que ahora definieron las prioridades y la utilización por alrededor del 50 por ciento de las reservas financieras totales a disposición.

"La esperanza de un buen resultado del proceso de paz — declaró el vicepresidente del Banco Mundial para Medio Oriente y el norte de Africa, Caio Koch-Weser— están relacionados con un rápido mejoramiento de los estándar de vida de los palestinos. El plan y los fondos que lo financian están destinados a aliviar las necesidades esenciales y a crear nuevas infraestructuras sociales y materiales".

Bautizado "Programa de Asistencia para los Territorios Ocupados", el plan está compuesto por cuatro capítulos fundamentales:

1) Inversiones infraestructurales: Es la cuota más grande de las intervenciones (600 millones de dólares), concentradas en edificación, telecomunicaciones, red hídrica, de caminos y de electricidad. A la West Bank irán alrededor de 336 millones y a Gaza 234.

2) Estructuras institucionales: Los costos para la puesta en marcha de las instituciones que administrarán la autonomía palestina están estimados en alrededor de 225 millones de dólares.

3) Estímulo inversiones privadas: Alrededor de 300 millones de dólares serán utilizados para crear una suerte de banco central palestino y para construir el establecimiento legal y reglamentar la tutela de los capitales privados en grandes obras de infraestructura.

4) Asistencia tecnológica: Para una serie de intervenciones de consultoría especializada y varios proyectos de factibilidad, se dispusieron 75 millones de dólares.

9405846

con la firma entre Israel y la OLP del documento sobre la autonomía

para presentarse en las elecciones de Gaza

instituciones sociales.

Por el contrario, la OLP "nunca administró el dinero límpiamente", aseguró.

La participación de Hamas en las elecciones municipales puede incitar a hacer lo propio a las otras facciones opositoras al proceso de paz.

Esto tendría efectos positivos en la política palestina, ya que los grupos radicales adoptarían posturas más centristas por la vía de los hechos, dijo el analista.

No obstante, afirmó que algunos miembros de Al Fatah critican severamente la forma en que Arafat condujo las negociaciones con Israel, y podrían sumarse al bando opositor al acuerdo.

Muchos palestinos no emiten su juicio todavía, a la espera de los cambios que traerá la paz.

Los palestinos esperan que la paz mejore sus condiciones de vida, empeoradas desde la firma del acuerdo en setiembre, y en especial desde la masacre de Hebrón, en la que 29 de ellos fueron asesinados por un extremista israelí, el 25 de febrero.

Al menos 41 palestinos fueron ejecutados por el ejército israelí tras la masacre. La cifra incluye seis seguidores de Al Fatah, muertos en la franja de Gaza, en lo que Israel consideró luego un error. En el mismo período murieron 18 israelíes.

Israel impuso a los palestinos un toque de queda de 24 horas después de la masacre, permitiendo que los residentes dejaran sus casas para comprar alimentos por unas horas, cada pocos días.

Además, Rabin cerró el paso a Cisjordania y la franja de Gaza, evitando que los palestinos trabajen en Israel.

Un año atrás, alrededor de 120.000 palestinos ocupaban puestos de trabajo en Israel, hoy son sólo 10.000.

Pero la OLP confía en que los palestinos apoyarán el acuerdo y al nuevo gobierno a medida que perciban los beneficios que el mismo producirá.

Mientras tanto, los cambios empiezan a vislumbrarse, exiliados palestinos cruzan la frontera y 5.000 prisioneros deben ser liberados en las tres semanas posteriores a la firma del acuerdo.

El dinero prometido por países donantes comienza a llegar, para financiar parte de 1.400 proyectos que el Banco Mundial elaboró para construir infraestructuras y viviendas en Cisjordania.

Pero la OLP sabe que los recursos financieros serán esenciales para el futuro gobierno autónomo.

La mejora económica será el indicador en el que se basará la gente para brindar o no su apoyo al gobierno, dijo Sufian Abu Zayda, miembro de la dirección de la OLP.

Pero ése no será el único barómetro de los palestinos, Ahmed Sa'ati, de la Universidad de Al-Azhar, afirmó que "la dignidad y la libertad son muy importantes", y agregó que si no se desmantelan los campos de refugiados, la gente "no se sentirá libre".

9405846

03-03

Nº DOCUMENTO 9405847
TITULO Desarticulan comando de la ETA
PROCESO 150023
FECHA 4/5/94
VI 11213 T.H.
507513 ESP
501410 ETA

H2
H2
(EXTERIOR) 10.6.94 H2 FICHADO

Desarticulan comando de la ETA

Barcelona, España (AFP)

■ El hallazgo de un tercer piso franco utilizado como refugio por terroristas de la organización separatista vasca ETA, permitió ayer a la Policía anunciar la desarticulación del Comando Barcelona, acaso uno de los más sanguinarios de los que operan en España.

Junto con el hallazgo de un tercer piso alquilado por miembros de la ETA —ubicado a sólo 200 metros de la Jefatura Superior de Policía— y la identificación de otros dos miembros, se anunció que entre éstos figura una alemana, Gabriela Emilie Kanze, nacida en Stuttgart (Alemania) el 12/7/56.

Después de la detención del presunto cerebro de este comando barcelonés el 26 de abril pasado, Felipe San Epifanio San Pedro, alias "Pipe", la Policía había hallado dos pisos en dos calles céntricas de Barcelona, donde la banda terrorista almacenaba más de 50 quilos de explosivos, suficientes para cometer más atentados o cargar tres coches bombas.

En el tercer piso hallado vivían Benjamín Ramos Vega y Gabrielle Emilie Kanze, considerados por la Policía como aquellos que daban apoyo a los terroristas pues sólo se halló documentación diversa, extractos bancarios y otros efectos.

"Se ha conseguido la desarticulación del comando que actuaba en Barcelona, siendo detenido su miembro principal, descubierta su infraestructura e incautadas armas, municiones y abundante material explosivo", dijo hoy la Policía que explicó además que fueron identificados los miembros del comando y las dos personas que les facilitaban la infraestructura y que se "ha evitado la comisión de numerosos atentados".

Con esta desarticulación desaparece uno de los más sanguinarios comandos, para el cual siempre la ETA destinó a sus hombres más expertos en sembrar el terror en Barcelona y en Cataluña.

La detención de San Epifanio en un bar de la Barceloneta, impidió la reconstrucción de una estructura que había dejado un tendal de víctimas y que intentó una escalada en los prolegómenos de los Juegos Olímpicos de 1992 y que retomó en febrero de 1994 con el asesinato de un coronel en plena calle, a plena luz del día y con dos tiros en la nuca.

La macabra cuenta progresiva de víctimas en la ciudad de Barcelona comenzó en 1986 cuando un coche bomba en la Plaza España causó un muerto y 13 heridos y siguió, con idéntico procedimiento en marzo de 1987, causando un muerto en el puerto barcelonés. Pero fue en junio de 1987 cuando se advirtió que ETA incluía en su estrategia de horror y muerte a la capital catalana con el estallido de un coche bomba en el aparcamiento del supermercado Hipercor, que causó 21 muertos y 45 heridos.

El comando volvió a manifestar su voluntad sanguinaria a fines de 1990 cuando estalló un coche bomba contra un transporte policial que se dirigía a un partido de fútbol en Sabadell, en los alrededores de Barcelona y que causó seis muertos y diez heridos y luego en abril de 1991 con otro coche bomba, lanzado contra un cuartel de la Guardia Civil de Vic —a 50 quilómetros al norte de aquí— que causó nueve muertos, entre ellos cinco niños.

Poco antes de los Juegos Olímpicos de Barcelona, el 16 de enero de 1992, dos policías fueron ametrallados en pleno centro.

Concluidos los Juegos, la ETA volvió al ataque en agosto de 1993, cuando estallaron dos bombas escondidas en sendos restaurantes del Puerto Olímpico causando cinco heridos, cuando pudo ser una masacre en un puerto convertido en el punto de atracción de barceloneses y turistas en las noches veraniegas.

En octubre de 1993, fue hallado un coche bomba en el aparcamiento de la Estación de Sants, en el centro de Barcelona, pero no causó daños personales al haber sido advertido antes.

Los disparos a la nuca de un teniente coronel en febrero pasado hizo pensar en una escalada de la ETA en Barcelona: las fuerzas antiterroristas fueron puestas en alerta, pero no pudo impedir que el 18 de abril pasado desde un coche cargado de explosivos se lanzaron cuatro granadas al cuartel general del Ejército, causando la muerte de un peatón.

9405847

DOCUMENTO 9405848

TITULO Ex Jefe de Policía español negoció con mafiosos franceses para acabar con la ETA.

PROCEDENCIA L.R 150023

5/5/94

VINCULACIONES 11213

50751BESP

501410ETA

65963 FRAN

11846 MAF

ENTRADO	MZ
CRUZADO	MZ

El ex jefe de la policía española negoció con mafiosos franceses para acabar con la ETA

Madrid (UPI)
por Iñaki Goicoechea

El ex director general de la Guardia Civil español, Luis Roldán, cuyo paradero se desconoce desde la semana pasada, creó un grupo especial de información, llamado "pata negra", al margen del servicio especial que existía en su corporación, dijo el general de ese cuerpo, Pascual Navarro, ante la comisión que investiga el "caso Roldán".

La red de investigación "pata negra" facilitó a Roldán datos comprometedores que, según los miembros de la comisión, el ex director de la Guardia Civil utiliza ahora de forma amenazadora desde su escondite.

El grupo de investigación estaba integrado por cuatro oficiales instruidos por el Servicio de Información Secreta del Ejército, (Cesid), y [illegible] a Roldán información [illegible], pero fundamentalmente [illegible].

Roldán, fugado de la justicia española, está acusado de haber utilizado el cargo de director general en beneficio propio y de haber aumentado su patrimonio en más de 3,7 millones de dólares, así como de [illegible] fraude a la Hacienda por más de 150.000 dólares. Tras hacer caso omiso a dos requerimientos judiciales, la jueza encargada del caso, Ana María Ferrer, dictó una orden de búsqueda, captura e ingreso en prisión para Roldán. Días atrás, la jueza también ordenó que se confiscaran los pasaportes de Roldán para evitar su huida al extranjero, algo que no pudo llevarse a cabo ante la fuga del acusado. el martes, la esposa de Roldán, Blanca Rodríguez, entregó a la jueza dos pasaportes y tres armas de fuego que estaban en posesión del anterior jefe de la Guardia Civil.

El fiscal general del Estado, Eligio Hernández, ordenó el bloqueo de las cuentas bancarias de Roldán, y el embargo de sus bienes en España y el extranjero.

Por su parte, el diputado del derechista y opositor Partido Popular (PP), y miembro de la Comisión de Investigación del "caso Roldán", Rogelio Baón, afirmó que en 1988 el ministerio del Interior disponía de 15 millones de dólares de fondos reservados, pero empleaba sólo una pequeña parte para pagar a confidentes en la lucha contra la droga.

Todavía está por aclarar qué sucedió con el resto, "aquí puede estar una de las fuentes del enriquecimiento injusto del señor Roldán", afirmó Baón. Versiones de prensa indicaron hoy que Roldán negoció con mafiosos franceses para detectar actividades de la organización separatista vasca ETA, entre marzo y julio de 1991. Cuando todavía era director general de ese cuerpo policial, Roldán permitió que agentes de la Unidad de Servicios Especiales (USE) —dos tenientes entre ellos— mantuvieron contactos con miembros de una red mafiosa francesa dedicada al blanqueo de dinero a gran escala para proceder a la detención de la dirección de la organización armada vasca.

Los mafiosos requerían a cambio de su colaboración un trato especial para la compra a precios muy bajos de edificios de propiedad pública en Madrid.

Según dijo el diario El País, los contactos se iniciaron en marzo de 1991, cuando un mafioso francés, que se identificó como Jean Claude, informó a la Guardia Civil española que su organización había recibido una propuesta de ETA para blanquear una cantidad de dinero [illegible] los [illegible] millones de dólares.

01-01 9405848

Nº. DOCUMENTO 9405849
TITULO Gobierno argentino expresa satisfacción por acuerdo de paz entre OLP e Israel.
PRO 150518
F 5/5/94
V 11847 I.I
500668 OLP
66960 ARG
507603 ISR.

ENTRADO MZ
CRUZADO MZ

Argentina

El gobierno argentino expresó ayer su "profunda satisfacción" por el acuerdo entre Israel y la OLP sobre la autonomía palestina en Gaza y Jericó, firmado el miércoles en El Cairo.

A través de un comunicado la Cancillería señaló que "este nuevo acuerdo, junto al firmado en París el pasado 29 de abril, constituyen pasos fundamentales para la definitiva implementación de los históricos acuerdos alcanzados en la ciudad de Washington el 13 de setiembre de 1993".

Por su parte, Suhail Hani Daher Akel, representante de la delegación de la OLP en Buenos Aires, expresó su "profundo agrado" por los acuerdos y señaló que "una vez más y por sobre el dolor de tantos años de enfrentamientos, la sensatez superó a la intolerancia y el diálogo primó ante la violencia".

El delegado palestino dijo que estos acuerdos permitirán que su pueblo recorra el camino de la independencia y auguró un futuro de paz para palestinos, israelíes y todos los pueblos de la región.

9405849

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405850

TITULO Salinas: "Ley sin tregua" contra la violencia.

PAG 150015

F 6/5/94

V 1140 Sub

507093 Méx

515945 Ezw

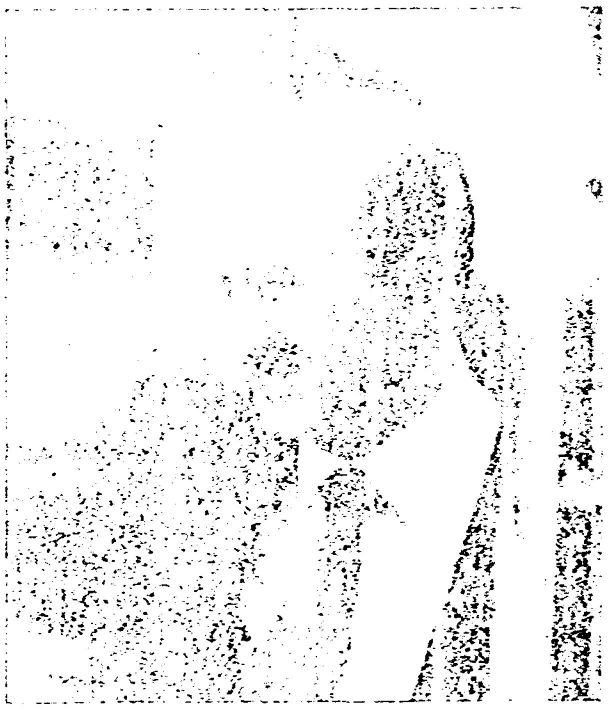
ENTRADA MZ

CRUZ MZ

Salinas prometió "Ley sin tregua" contra la violencia

Crimen de Colosio no quedará impune

El Presidente Carlos Salinas de Gortari se comprometió a combatir la violencia que azota al país "con la ley y sin tregua", sostuvo que el crimen de Luis Donaldo Colosio "no quedará impune", y enunció que ofrecerá todo su apoyo a Manuel Camacho Solís, su comisionado personal para la paz en el sureño estado de Chiapas.



MÉXICO / AFSA

Al dirigir [illegible] mensaje [illegible] el Mandatario Salinas expresó [illegible] su compromiso de combatir el [illegible] "uno de los [illegible] reprobables de la violencia", en alusión directa a Alfredo Harp Helú y Ángel Losada Moreno, [illegible] hombres de negocios que permanecen en cautiverio desde el 14 de marzo y 25 de abril, respectivamente.

"Frente a las circunstancias difíciles [illegible] y se redoblará el paso. Esa será nuestra respuesta frente a los intentos de obstaculizar el avance de México. Que no se dude de la firme voluntad que nos asiste de hacer cumplir la ley frente a delincuentes y bandas", señaló Salinas.

Llenos de tristeza

Al inicio de su mensaje, el Mandatario [illegible] aludió a los hechos delictivos que ha enfrentado México en los últimos meses, de los cuales destacan el asesinato del Cardenal José Juan Posadas Ocampo, el 24 de mayo de 1993 en el aeropuerto internacional de Guadalajara, el crimen contra el ex candidato presidencial oficialista Donaldo Colosio el 23 de marzo en Tijuana, y los secuestros de los dos hombres de negocios.

Hechos que, aceptó Salinas, "nos han lastimado y nos han llenado de tristeza e indignación".

Dijo que frente a los hechos [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] y [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] sin embargo [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] "es [illegible] que [illegible] la violencia".

Por ello, señaló Salinas, "la respuesta nuestra debe ser clara, firme y comprometida", y [illegible] que "[illegible] la serenidad y la ley, frente al rumor y el desconcierto [illegible] de poner la verdad y más información".

Insurgencia al diálogo

La insurgencia zapatista expresó ayer su voluntad política de realizar las consultas con sus comunidades indígenas, para dar paso a la segunda fase del diálogo [illegible] con el Comisionado presidencial para la paz, Manuel Camacho Solís.

Así lo hizo saber en un comunicado conjunto suscrito por la Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), el Obispo de San Cristóbal de las Casas, Monseñor Samuel Ruiz -mediador en el conflicto- y el propio Camacho.

"En unos días más" el EZLN tendrá las respuestas que hará llegar al Comisionado presidencial, a través del mediador Ruiz, para iniciar la segunda fase del proceso pacificador, suspendido de hecho luego del asesinato del ex candidato presidencial oficialista, Luis Donaldo Colosio, el 23 de marzo en Tijuana, [illegible]

El punto clave

"El punto clave [illegible], dijo Camacho Solís, es una [illegible] de paz en Chiapas que dé tranquilidad a todo el país".

Monseñor Ruiz hizo pública su preocupación por "acontecimientos que podrían representar obstáculos" para el proceso de paz, que no explicó, pero [illegible] porque "la voluntad de diálogo [illegible], sino que se [illegible], en función de buscar una democracia fundada en la justicia".

El Comisionado presidencial indicó que se tiene "todo preparado" para iniciar de inmediato la segunda fase del diálogo. El comunicado conjunto fue dado tras la visita que Camacho Solís hizo ayer a la selva Lacandona, donde se reunió durante más de 5 horas con los representantes del EZLN, entre ellos el Subcomandante Insurgente Marcos, el jefe guerrillero más conocido.

POCO LEGIBLE

9405850

01-01

Nº DOCUMENTO 9405851

TITULO Atentado contra director de radio en Haití.

PROCEDENCIA 150025

FECHA 6/5/94

VINCULACION 11140 sob

66123 Haití

ENTRADO MZ
CALIFICADO MZ

Ametrallado

[illegible]ERTO PRINCIPE, 5 (ANSA). Jean Verdi Bas[illegible], director de una radio [illegible] Puerto Príncipe, murió [illegible]noche, en un atentado [per]petrado en esta capital, [por] un grupo de hombres [ar]mados que lo ametralló.

Verdi era director de Radio Celeste. Según los [pri]meros informes, murió [ame]trallado dentro de su [illegible]. Su guardaespaldas [re]sultó herido.

[Ha]sta el momento, nin[gún] grupo se hizo respon[sa]ble del atentado.

9405851

01 - 01

Nº DOCUMENTO 9405852
TITULO Marcha por etarras en Uruguay
PROC 150090
FE 7/5/94
VI 11213 T.M
507513 ESP
501410 ETD
507466 URU
ENT H2
CRUZ H2

Comisión por el Asilo a los Vascos anuncia la realización de una marcha para el 13/5

EL 13 A EXIGIR LIBERTAD Y ASILO PARA LOS VASCOS

La Comisión Uruguaya por el Asilo Político a los Ciudadanos Vascos convoca a una concentración con posterior marcha para el viernes 13 de mayo a las 19 horas, al pie del monumento al Gaucho, 18 de Julio y Constituyente.

A través de un primer comunicado, especialmente dirigido a partidos políticos y organizaciones sociales y sindicales, la Comisión comienza publicamente la preparación de esta marcha, de manera que esta convocatoria sea llevada y conocida en todos los rincones del país. A dos años de la detención de los tres ciudadanos vascos que aún permanecen encerrados se impone exigir para ellos el derecho de asilo y el fin de la persecución.



DE LA COMISION URUGUAYA POR EL ASILO A LOS CIUDADANOS VASCOS

Al cumplirse 2 años de la detención de 13 ciudadanos vascos en nuestro país y agotadas ya las instancias judiciales en materia de extradición, la Comisión Pro Asilo a Ciudadanos Vascos convoca a la concentración y marcha a realizarse el viernes 13 de mayo, a las 19.00 horas, al pie del monumento al Gaucho, en reclamo de Asilo político para los ciudadnos vascos y la inmediata liberación de los 3 que aún continúan en prisión. En virtud de que dicho encarcelamiento es ilegal e inconstitucional, es que nos dirigimos a partidos políticos, organizaciones sociales y sindicales para que se sumen a nuestros esfuerzos, a fin de exigir la inmediata liberación de los 3 presos vascos y en defensa de nuestra más noble tradición de asilo a los perseguidos políticos.

9405852

01-02

Marcha por los Etarras

Con total normalidad se cumplió anoche la marcha en solidaridad con los etarras detenidos en nuestro país, a quienes la Justicia concedió la extradición solicitada por el Gobierno Español.

Pese a la férrea custodia montada en torno a la Jefatura de Policía en prevención de posibles incidentes, la cual impidió a los manifestantes acercarse al edificio de San José y Carlos Quijano, la marcha se desarrolló sin ningún inconveniente.

Más de 300 personas partieron después de las ocho de la noche desde El Gaucho y transitaron por la Avenida 18 de Julio, para luego tomar por Yaguarón y apostarse en la calle San José, a unos treinta metros de la Jefatura, donde se encontraron con un doble cordón formado por efectivos policiales de la Dirección de Seguridad y la Guardia Metropolitana.

Detras de la barrera, un vehículo policial con el motor acelerado a toda su potencia, procuraba presumiblemente impedir que los cantos de los manifestantes fueran escuchados desde el edificio, sin embargo luego de algunos minutos el motor se apagó.

Mientras tanto los manifestantes permanecieron unos diez minutos cantando su reclamo por la libertad de los etarras que aún se encuentran detenidos y expresando su solidaridad con éstos. Como se recordará, de los trece ciudadanos vascos detenidos en nuestro país acusados de pertenecer a la organización separatista ETA, la Justicia concedió la extradición en tres casos, los de Jesús Goitia, Luis Sigarralde y Mikel Ibáñez.

De acuerdo con la legislación vigente, los procesados deben cumplir primero su condena en nuestro país y recién después ser trasladados a declarar ante su similar de la madre patria.

Sin embargo, los sectores convocantes a la manifestación, además de rechazar la concesión de la extradición, manifiestan que la pena por el delito del cual son acusados en Uruguay (utilización de documento falso) se cumple sin prisión, en virtud de lo cual su actual detención sería ilegal.



Pese al férreo control policial colocado en forma preventiva, la manifestación se cumplió en forma totalmente normal.

02 02

9405852

Nº. DOCUMENTO 9405853

TITULO Contactos políticos entre el IRA y la ETA

PROCEDENC 150025

FECH 8/5/94

VINC 112135 T.M.
50/410 ETA
514711 IRA

ENTRADO MZ
CRUZADO MZ

Contactos políticos del IRA y la ETA

Por Graciela Iglesias

(Corresponsal de LA NACION)

Encuentro: el líder de Sinn Fein, Gerry Adams, viajó a Bilbao para apoyar la campaña de Herri Batasuna en las elecciones europeas; amistad de años.

LONDRES, 7 – El presidente de Sinn Fein (brazo político del IRA), Gerry Adams, llegó hoy a Bilbao, procedente del aeropuerto de esta ciudad, para apoyar la campaña del partido nacionalista vasco Herri Batasuna en las elecciones europeas de junio.

Las fuerzas de seguridad españolas estaban al tanto del viaje de Adams desde hace semanas, por cuanto el ala política del ETA había solicitado disponer del salón de autoridades del aeropuerto local para acoger a su huésped.

Esta primera visita pública del dirigente irlandés (que extrañamente empleó pasaporte británico) ilustra las buenas relaciones existentes entre ETA y el IRA. Y ocurre a menos de una semana de que el diario londinense The Independent revelara que en noviembre pasado tuvo lugar en la embajada iraní una reunión de representantes de los grupos terroristas griego 17 de Noviembre, IRA Y ETA, con el jefe de operaciones especiales del servicio secreto iraní.

La noticia motivó una protesta formal del Foreign Office ante el gobierno de Teherán.

Las relaciones exteriores del movimiento paramilitar irlandés se remonta a su gestación en la década de los setenta. Porque, en realidad, no habría que hablar del IRA (nombre heredado del movimiento fundado hacia 1914 que contribuyó a la independencia de la República de Irlanda) sino del PIRA (Provisional IRA) y del INLA (Ejército Nacional Irlandés de Liberación).

En 1969, la rama histórica se dividió en la "Representación oficial" del IRA que prefirió dejar la lucha armada y estar representada por el Partido de los Trabajadores; el PIRA o actual IRA, acompañada por el tradicional Sinn Fein; y el INLA, brazo armado del marxista Partido Socialista Republicano Irlandés.

De acuerdo con varios expertos, entre ellos Claire Sterling (autor del libro "The Terror Network", Weidenfeld and Nicolson, Londres, 1989), el PIRA comenzó a recibir cooperación de grupos terroristas internacionales, y específicamente del ETA, hace 23 años.

"En 1971, cuando no teníamos prácticamente nada, el ETA fue una bendición –le aseguró María McGuire, una ex miembro del PIRA–. Nos ofrecieron unos 50 revólveres por unas cuantas lecciones sobre cómo manejar explosivos."

La modesta oferta se transformó pronto en [illegible] mentalmente las fábricas de armas de la entonces Checoslovaquia. Los embarques eran transportados de Praga a La Habana y de allí al aeropuerto irlandés de Shannon, donde una célula del PIRA se encargó, durante años, de facilitarle la salida.

Hacia finales de 1972, los terroristas irlandeses ya habían mantenido contactos con líderes de la IV Internacional trotskista, colegas palestinos, tupamaros, ultraizquierdistas alemanes, italianos del "Potere Operaio" y "Lotta Continua", anarquistas suizos y separatistas bretones.

En mayo de ese año, el Frente Palestino de George Habash y Wadi Haddad llevó a los "provisionales" (tal el nombre de los terroristas del actual IRA) a la cumbre terrorista de Baddawi, en el Líbano. Dos meses más tarde, en París, los palestinos firmaban una "Declaración de apoyo" a sus "hermanos irlandeses", suscripto más tarde por otras 20 organizaciones terroristas.

Poco después, el líder libio coronel Kaddafi decidía transformarse en su benefactor, entregándoles dinero y armas. Cuando el actual IRA destruyó el londinense Olympia Exhibition Hall, en 1976, el periódico libio Al-Fajr al-Jadid sostenía: "Esas bombas que han convulsionado a Gran Bretaña, rompiendo su espíritu, son las bombas del pueblo de Libia. Nosotros las hemos enviado a los revolucionarios irlandeses para que los británicos paguen por sus pecados del pasado".

[illegible]

En los últimos años, el terrorismo irlandés amplió aún más sus vínculos y operaciones en el extranjero.

Una veintena de atentados contra bases británicas en Alemania dejaron numerosos heridos y un bebe muerto, pero el más conocido de sus operativos en el exterior ocurrió en mayo de 1990, en Roermond, Holanda, donde por error asesinaron a dos turistas australianos a quienes confundieron con soldados británicos no uniformados.

Sterling sostiene que con todos estos actos el PIRA no hizo más que cumplir al pie de la letra el Mini Manual para la Guerrilla Urbana del tupamaro uruguayo Carlos Marighella, que ellos han tomado como "Biblia propia".

De acuerdo con él, "Es necesario provocar el latente fascismo en la sociedad, intensificar la represión, transformar la situación política en una militar y así la gente nos mirará en busca de liderazgo. Por eso, al rechazar la así llamada "solución política" –continúa el "credo" tupamaro–, la guerrilla urbana debe tornarse más agresiva y violenta para así obligar a que el gobierno actúe".

Esta podría no ser la única señal de una "conexión latinoamericana". En su sede central de Andersonstown Road, Alex Maskey, consejero municipal por Sinn Fein en Belfast, dijo hace no mucho tiempo a LA NACION que mantenía sus contactos con "colegas sandinistas" y que todavía tenía "muchos y buenos amigos en Nicaragua, El Salvador, así como otros países sudamericanos, que prefiero no mencionar pero que siempre han sido solidarios".

9405853

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405854
TITULO Grupos armados haitianos resistem
PROCESSO 15C538
FECHA 9/5/94
VINCUL 11405.. 66123 Haiti

ENTRADO MZ
CRUZADO MZ

10/6/94 MZ

Grupos armados haitianos resistem

NEWTON CARLOS
Da equipe de articulistas

A situação no Haiti tornou-se mais violenta e complicada com a aparição de grupos armados em oposição ao regime que depôs o presidente Jean-Bertrand Aristide.

Há registros de combate sobretudo em Cap-Haitien, segunda maior cidade do país, 60 km ao sul de Porto Príncipe, a capital do país.

Vários soldados teriam sido mortos, confirmam-se deslocamentos de tropas e fala-se da execução de parte da guarda presidencial, consequência de divisões entre os militares haitianos, donos reais do poder.

O "Haiti Observateur", jornal haitiano publicado nos Estados Unidos, afirma que o racha é verdadeiro.

Porta-voz do Exército acusou Aristide de pretender "desestabilizar o poder" e de estar "por trás dos focos de luta armada", contribuindo para confirmar a existência de populares em armas.

Apesar do envio de tropas, os rebeldes estariam assumindo o controle de áreas florestais em duas montanhas separadas por um rio, possivelmente um futuro foco guerrilheiro.

Seu líder seria Marc Lamour, funcionário público em Cap-Haitien durante o governo de Aristide.

Diante das manifestações de resistência, a repressão fica ainda mais brutal.

A chamada "Plataforma Haitiana", reunindo entidades de defesa dos direitos humanos, diz que cem pessoas foram mortas sumariamente em fevereiro e março, outras 162 foram espancadas ou alvejadas a bala e 153 receberam ordens ilegais de prisão.

Como maior responsável é citada a Frente para o Avanço e Progresso do Haiti, organização paramilitar acobertada pelo Exército.

Foram seus pistoleiros, conhecidos como "attachés", que impediram o desembarque de militares dos Estados Unidos durante a fracassada operação de volta de Aristide.

O presidente do Haiti tem estado em contato frequente com Anthony Lake, do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, e Strod Talbot, subsecretário de Estado.

01-01

9405854

Nº DOCUMENTO 9405855
Atentados guerrilleros en Colombia
1 Sa 30
10/5/94
1114C
6552 Col
5/459 3 FARC

ENT 42

Atentado dinamitero en Medellín: 5 muertos

MEDELLIN, Colombia, 22 (AP, DPA y Reuter). — **Cinco policías murieron como consecuencia de la explosión de una carga de dinamita activada al paso del automóvil en que se desplazaban, esta tarde, por una céntrica avenida de esta ciudad del norte de Colombia, confirmaron fuentes oficiales.**

La bomba fue oculta bajo una alcantarilla y activada a control remoto, comentó una fuente policial de Medellín que reclamó el anonimato.

La explosión despedazó el vehículo policial. Tres agentes murieron en el acto y otros dos fallecieron cuando recibían atención médica en un hospital local.

Otros dos policías que se trasladaban en el mismo vehículo atacado resultaron heridos de gravedad, y hasta esta noche su pronóstico era reservado.

La explosión, de alrededor de 20 kilos de dinamita, abrió un hueco en la calle y causó daños en edificios y viviendas aledañas, según el informe oficial de la policía metropolitana de Medellín.

No se pudo establecer de inmediato el origen del atentado terrorista, aunque podría tratarse de una acción de la guerrilla que adelanta una campaña intimidatoria para evitar la movilización de los electores el domingo próximo durante las elecciones presidenciales.

La policía dijo que otra bomba de 20 kilos de dinamita fue desactivada en La Estrella, municipio que forma parte de la zona metropolitana de Medellín.

El ataque se produjo pocos minutos después que terminara un partido de fútbol entre la selección de Colombia y el equipo Eintracht Frankfurt, de Alemania. Según informes radiales, la explosión fue relativamente cerca del estadio Atanasio Girardot, donde se realizó la competencia deportiva.

La patrulla policial regresaba a su cuartel justamente después de haber prestado servicios de seguridad en ese estadio.

Se indicó que ningún deportista sufrió daños en el atentado, que causó pánico entre los residentes y transeúntes, situación que fue rápidamente controlada.

Sin embargo el ataque, cometido a las 18:40 locales, provocó heridas de gravedad a cuatro civiles que se desplazaban por el lugar.

Las autoridades militares y de policía de Medellín, 250 kilómetros al noroeste de Bogotá, fueron puestas en estado de máxima alerta.

cl 23/5

COLOMBIA

Ataque de la guerrilla

BOGOTA, 9 (Reuter y AFP). — La guerrilla colombiana lanzó una ofensiva que incluyó emboscadas a patrullas militares y ataques a poblaciones y dejó un saldo de cuatro militares y ocho sediciosos muertos, informó hoy el Ministerio de Defensa.

La escalada de las acciones guerrilleras se registra cuando faltan veinte días para las elecciones presidenciales, que se llevarán a cabo el domingo 29.

Guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) tomaron ayer el municipio de Cachalá, en el departamento de Cundinamarca, donde mataron a un policía e hirieron a otro, dijo un vocero militar.

cl 10/5

• Santafé de Bogotá - Cinco policías murieron y varios más sufrieron heridas en un atentado con dinamita perpetrado contra una patrulla de esa institución en Medellín, informaron fuentes periodísticas.

La dinamita estaba cerca del río Medellín, y al paso del vehículo se accionó e impactó contra los policías, uno de ellos un suboficial. *(EFE)*

24/5 E O

Alarma por aislados atentados

Bogotá (AFP)

■ Tres acciones guerrilleras que dejaron seis muertos entre militares y subversivos se registraron en diferentes regiones del país, a menos de 24 horas de iniciarse la jornada electoral para elegir presidente, informó el Ministerio de Defensa. Además, en 20 corregimientos de la costa caribeña debieron suprimirse los comicios ante las amenazas de los alzados en armas, que impidieron que los funcionarios encargados de la realización de la jornada electoral llegaran hasta esas apartadas zonas. Aparte de estas dos situaciones, las autoridades civiles y militares reportaron normalidad, y aseguraron que todo está listo para que hoy los 17 millones de potenciales electores acudan a las urnas a elegir al sucesor del presidente César Gaviria.

29/5 LR

9405855

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405856
TITULO Grupo ultraderechista sudafricano renuncia al terrorismo
PROC. 150014
FECH 10/5/94
VINCU 11204xen
5076635A
MZ
MZ

Sudáfrica

RENUNCIAN AL TERRORISMO

El grupo ultraderechista blanco sudafricano Frente para el Estado Afrikaner (FEA) se comprometió ayer lunes, a renunciar al terrorismo para apoyar al Frente de la Libertad (FL), el sector moderado de la misma ideología, que encabeza el general retirado Constand Viljoen.

En un comunicado publicado por la agencia sudafricana de noticias (SAPA), el líder del FEA, Dries Kriel, reconoció que su organización ha actuado en la clandestinidad desde hace años, durante los cuales cometió varios actos de terrorismo para atraer la atención de la opinión en su lucha por la autodeterminación de los afrikaners (blancos de origen holandés).

9405856

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405857
TITULO Justicia española solicita a Uruguay que se interrogue a etarras.
150483
FECHA 10/5/94
VINCULADOS 112137 IN
507466 URU
507513 ESP
501410 ETA
ENTRADO MZ
CRUZADO MZ

Petitorio abarca también a quienes no fueron extraditados y en un caso ya fue resuelto favorablemente

Justicia española solicitó que se interrogue a etarras por hechos ocurridos en su país

Una solicitud remitida por la Justicia española, para que los vascos detenidos sean interrogados por jueces uruguayos sobre hechos vinculados a las causas que motivaron los pedidos de extradición, determinó una nueva controversia a nivel del Poder Judicial.

por Enrique Piñeyro
de la redacción de *El Observador*



Federico Gutiérrez

Gustavo Puig
El defensor de los vascos consideró que la solicitud española viola la Constitución

Los exhortos correspondientes llegados desde España, plantean que dichos interrogatorios deben abarcar a todos los ciudadanos vascos acusados de pertenecer a la ETA, se les haya o no concedido la extradición

El pedido fue acogido favorablemente en un caso, lo que provocó la oposición de la defensa de los involucrados. El abogado Gustavo Puig interpuso los recursos de apelación y nulidad, por lo que la cuestión legal deberá dilucidarse ahora en el Tribunal de Apelaciones en lo Penal de 3er Turno.

En su alegato, el abogado defensor consideró que la petición de la justicia española tiene "serios inconvenientes de orden constitucional" para que pueda ser llevada a cabo.

Puig sostuvo que en primer lugar viola el precepto constitucional que impide tramitar un proceso penal en rebeldía del imputado (artículo 21 de la Constitución). Al respecto, observó que en el exhorto se afirma que "el 15/5/92 las autoridades de la República Oriental del Uruguay detienen a N.N., quien se encuentra procesado y rebelde en el presente sumario (...), en este Juzgado se sigue sumario por delito de asesinato contra N.N., habiendo sido declarado rebelde el procesado citado".

Estas citas, a juicio del abogado, son concluyentes, dado que "el interrogatorio del imputado y procesado, implica la prosecución del proceso penal, y ello viola el orden público nacional, lo que de por sí sólo deberá determinar el rechazo de esta prueba".

Otro aspecto abordado por Puig para fundamentar su rechazo es el relativo a la presencia del abogado defensor. "Esa garantía de orden constitucional (artículo 16) se convertiría en meramente formal (...), porque este defensor que le asiste en el Uruguay no sabe, ni tiene por qué saber derecho español, (...) no ha tenido más acceso al expediente español que el que se permite por estos autos de procesamiento agregados a los exhortos".

Consideró que por todo ello "no sería un defensor, sino un mero 'fantoche' con cuya presencia se quiere legitimar la garantía procesal que se vulnera".

Según el abogado, la solicitud española tampoco "contempla lo establecido en el artículo 79 del Código del Proceso Penal", que establece que "el defensor tiene todas las atribuciones que le permitan el control de las pretensiones (...), cuando —sostuvo Puig— las pretensiones se están ejerciendo, en todo caso, desde España".

Asimismo recordó que el Tratado de extradición con España, "sólo habilita el interrogatorio de testigos, pero no el de imputados, indagados o procesados".

En cuanto a la legislación española, el abogado recuerda que "también en España está prohibido el juicio criminal en rebeldía, con rango de norma constitucional". También anotó que en ese país "la ley de enjuiciamiento criminal establece precisamente que, cuando un procesado es ausente será declarado rebelde, paralizándose las actuaciones a su respecto".

Por último, trajo a colación lo ocurrido en plena tramitación de los juicios de extradición, cuando varios magistrados españoles vinieron a Uruguay con la intención de interrogar a los vascos. En esa oportunidad la Justicia permitió que se indagara a los vascos detenidos, quienes no respondieron las preguntas que se les formulara, actitud que fue respetada por el juez uruguayo. ■

9405857
01 01

Nº. DOCUMENTO 9405858
TITU Propietarios de tierras acusan al obispo Ruiz de incitar a la violencia
PROC. 150014
F. 11/5/94
V. 1140 sub. 507023 Méx 515945 EZLN
ENT. MZ
CRUZ. MZ

Propietarios de tierras en Chiapas acusan al obispo Samuel Ruiz de incitar a la violencia

EL "PELIGRO" DE LA TEOLOGIA DE LA LIBERACION

Un grupo de propietarios de tierras de la ciudad de San Cristóbal de las Casas, en el estado de Chiapas, acusó ayer al obispo Samuel Ruiz de alentar la lucha armada mediante su "teología de la liberación".

En un comunicado difundido ayer en esa ciudad chiapaneca, el Frente Regional de los Altos y la Selva por la Paz, integrado por pequeños propietarios de haciendas en el estado, exigió que el obispo respete los derechos de los católicos.

Según los propietarios, Ruiz y la mayor parte de los sacerdotes que pertenecen a su diócesis promueven en sus sermones la teología de la liberación "que acepta la lucha armada y alienta todo tipo de desórdenes como las invasiones de tierras", que han hecho miles de indígenas en los últimos cuatro meses.

Además, dijeron que con sus teorías sólo han acrecentado la miseria de la población más pobre del estado, "que es -agregaron- a quien ustedes quieren ayudar para que se libere de la pobreza, misma que ustedes han venido a multiplicar entre los pobres".

Comentaron que las clausuras de las iglesias que ellos han efectuado en las últimas semanas es "para que ellos (los sacerdotes) no sigan engañándonos y traten de inducirnos a doctrinas extrañas como la teología de la liberación".

"Defenderemos a nuestra ciudad del abuso de quienes pretenden hacernos violencia en nuestros bienes y personas", advirtieron los propietarios de tierras al señalar que desean que se respeten los derechos de todos los ciudadanos.

Los hacendados, que se han caracterizado por su oposición a las negociaciones de paz entre el gobierno y el rebelde Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), porque consideran que afectarán sus intereses económicos, alentaron a ambas partes a que firmen pronto los acuerdos de paz.

Acusaron a Ruiz de utilizar "prácticas dilatorias para que no se haga realidad el mandato pontificio de abandonar esta diócesis, porque tienen múltiples intereses que lo ligan a estas tierras del sureste mexicano".



Las acusaciones de los males en Chiapas caen sobre el obispo Samuel Ruiz.

El nuncio apostólico de México, el italiano Girolamo Prigione, acusó el año pasado a Ruiz de incurrir en fallas doctrinales durante su labor como obispo, desde hace 34 años, y exigió su renuncia, aunque el obispo remitió el caso a un tribunal del Vaticano, que actualmente analiza su labor.

Ruiz se encuentra actualmente en El Vaticano, en su visita Ad Limina, en la que explicará a las altas autoridades religiosas su papel de mediador en el conflicto armado entre el gobierno y el EZLN, iniciado el 1 de enero pasado.

01-01
9405858

Nº. DOCUMENTO 9405859
TITULO Aviones israelíes bombardean posiciones del FPLP
PROCEDENCIA 150023
FECHA 11/5/94
VINCULO 11847 T.I.
507603 IRL
514271 FPLP
11831 T.O.

0.11 (EXTERIOR) 16/5/94 MZ FICHADO

ENTRADO MZ
CRUZADO MZ

Aviones israelíes bombardean base palestina al sur de Beirut

Saida, Líbano (UPI)

■ Aviones de guerra israelíes bombardearon ayer posiciones del comando general del Frente Popular de Liberación de Palestina al sur de Beirut, en una acción que dejó al menos tres heridos y daños de consideración, informaron fuentes de la policía y del grupo árabe.

En una hora, cuatro jets israelíes en cuatro incursiones consecutivas arrojaron al menos 13 cohetes a una base de los comandos guerrilleros de Ahmed Jibril, en la ciudad costera de Naameh, 16 quilómetros al sur de Beirut, dijeron las fuentes.

Nubes de humo negro se alzaron sobre las posiciones que sirvieron de objetivo, mientras las ambulancias acudían prontamente para evacuar a las víctimas, agregaron.

Abou Khaled, un oficial del comando general del Frente Popular de Liberación de Palestina, en el sur del Líbano, declaró a United Press International que el ataque israelí hizo blanco en la oficina administrativa y dispensario del grupo.

El oficial aseveró que los guerrilleros evacuaron y cerraron el túnel utilizado como base en Naameh en 1991.

Una mujer resultó herida y fue trasladada a un hospital en la ciudad portuaria del sur del Líbano, para ser atendida allí, informó Khaled.

Según fuentes policiales, tres personas, incluyendo dos civiles, fueron heridos, el dispensario y la entrada a la base del túnel quedaron completamente destruidos.

En Jerusalén, un vocero del ejército israelí confirmó el ataque aéreo y dijo que "pilotos dieron informes de blancos precisos en sus objetivos, y todas las naves regresaron en buena condición a la base".

El vocero aseveró que el área atacada era "usada como bases de entrenamiento y puntos de lanzamiento de ataques" en la "zona de seguridad" ocupada por Israel en el sur del Líbano.

Tropas del ejército libanés estacionadas en el área dispararon ametralladoras antiaéreas contra los aviones asaltantes, dieron a conocer fuentes de la policía.

Los aviones caza israelíes se dejaron sentir sobre Beirut, al romper la barrera del sonido, dijeron testigos.

Este es el noveno ataque aéreo israelí al Líbano, y el tercero a Naameh en lo que va del año.

El grupo Jibril es una de las 10 facciones palestinas opuestas al acuerdo de paz ente la Organización para la Liberación de Palestina e Israel, y prometió mantener la lucha armada contra el Estado judío para liberar a Palestina.

Doc. oscuro

9405859

Nº. DOCUMENTO 9405860
TITULO Atentado contra ómnibus israelí en Territorios Ocupados.
PROCEDENCIA 150024
FECHA 11/5/94
VI. 11847 I.O
507603 ISR
11831 T.O

ENTRADO MZ
CRUZ MZ

Atentado

JERUSALEN, 10 (Reuter y EFE). — Un grupo de hombres abrió hoy fuego con armas automáticas contra un ómnibus israelí que circulaba por el territorio ocupado de Cisjordania, informó un vocero de los colonos judíos de la región.

Dos de los pasajeros del transporte público quedaron heridos y fueron trasladados a hospitales para ser atendidos, mientras algunas otras de las personas que se encontraban en el ómnibus sufrieron lesiones leves, agregó el portavoz.

El atentado se registró en un punto ubicado cinco kilómetros al norte de **Beit El**, un asentamiento judío próximo a la ciudad de **Ramallah**.

Los ataques contra vehículos israelíes en los territorios fueron frecuentes desde el comienzo de la **intifada**, rebelión palestina contra los israelíes que ocuparon la región durante la Guerra de los Seis Días (1967).

Hasta el momento ninguna organización reivindicó el atentado.

01-01

9405860

Nº. DOCUMENTO 9405861
TITULO Secuestros de la guerrilla colombiana
Secha 65356
13/5/94
1140506
514573 FARC
65592 COL
ENTRA MZ
CRUZ MZ

SECUESTROS EN COLOMBIA

Conviviendo con el enemigo

Más de diez mil colombianos se ven obligados a compartir sus días en humildes viviendas campesinas, estrechos apartamentos rurales o pequeños pozos. Retenidos por la guerrilla o el narcotráfico, esperan que alguien les pague la libertad.

El psicólogo Jorge Alba Pinilla vivió dos décadas en Uruguay y desde hace tres años volvió a Colombia donde trabaja en el área educativa, difundiendo el psicodrama, y en lo relacionado con los derechos humanos. Durante un año ocupó la dirección del Servicio de Asistencia Psicológica de la fundación País Libre, una institución creada en 1992 para atender a los liberados de secuestros y a sus familiares. Allí se les brinda asistencia jurídica y psicológica.

—¿Cuántos secuestros hay por año en Colombia?

—Es muy difícil precisar el número real, ya que la propia policía afirma conocer sólo seis de cada diez que se realizan. A pesar de esas dificultades, se puede afirmar que los denunciados son cerca de cuatro mil por año. En 1992 se denunciaron seis mil, por lo que se deduce que el cálculo oficial llevaría la suma real a unos diez mil.

—¿Dentro de qué situación de los derechos humanos se produce el auge de esta modalidad?

—Se estima que Colombia es el primer muy sutiles. Identificar los casos en los que actúa la guerrilla resulta relativamente fácil. A las pocas semanas del secuestro se hacen responsables del mismo y solicitan cantidades enormes de dinero. Durante tres o cuatro meses se mantienen en contacto con los familiares a través de llamadas esporádicas. Al comenzar el período de negociación pasan el rescate a pesos y las cifras comienzan a ser más manejables. En términos relativos podría decirse que a las personas las tratan muy bien y se podría hablar de una "ética" frente a los secuestrados. Tienen normas que intentan evitarles los maltratos, que a las mujeres no las toquen y las propias damnificadas frecuentemente recuerdan que sus cuidadores recibieron una dura advertencia sobre las condiciones en las que debería transcurrir su cautiverio. Eso no siempre se cumple, ya que en la convivencia entre personas en plazos de cuatro, cinco meses o más, las cosas pueden cambiar mucho.

—¿Qué medidas se han intentado para frenar este fenómeno?

—Otro de los objetivos de País Libre era conseguir una legislación que impidiera que



Jorge Alba
La situación de los derechos humanos es crítica

ficada con los captores y de esa manera se multiplican los desencuentros. A veces esta barrera de incomprensión se convierte en definitiva y sobrevienen rompimientos.

—Un año o seis meses de convivencia estrecha generan vínculos entre captores y secuestrados. ¿Cómo son esos vínculos?

—Es muy conocido el síndrome de Estocolomo. En un robo a un banco, en la década del 50, en Estocolmo, se tomó una cantidad de rehenes. Todos esperaban que los secuestrados se rebelaran contra sus captores, que habían exigido dinero y otras garantías a cambio de la libertad de esos funcionarios. Pero al momento de salir de esa situación, todos salen del brazo y demuestran gran simpatía e identificación con los captores. Por su anormalidad, a esta reacción se la denominó síndrome de Estocolomo. A partir del trabajo directo con personas que estuvieron secuestradas se recaba esta experiencia. Eso sorprende por el desconocimiento que uno tiene sobre lo sucedido. A los pocos días del secuestro comienza un tipo de convivencia estrecha. Muy fácilmente se generan fenómenos de solidaridad humana. Además, para el secuestrador, su cautivo es una mercancía que debe cuidar. Por esa razón se preocupa de evitarle enfermedades, de alimentarlo, etcétera. Todo lo que para el secuestrador es el cuidado de una mercancía que le va a dar dinero, para el secuestrado que está alienado de su medio, solo y aislado, es vivido como un gesto humanitario. En el caso de los guerrilleros que tienen la responsabilidad de la custodia de los secuestrados, se trata de personas de un nivel cultural extraordinariamente bajo, mayoritariamente analfabetos. Ningún exsecuestrado habla bien de los autores intelectuales de su secuestro, pero sí de las personas con las que vivió esa peripecia y eso no es sindromático; es absolutamente natural.

—¿Cómo son los secuestradores de la guerrilla?

01-02

9405861

país en América en cuanto a la violación de los derechos humanos. El Comité Interamericano de Derechos Humanos ha votado siete sanciones por violación de esos derechos. En la Corte Interamericana se está procesando una denuncia que seguramente lleve directamente a la imposición de sanciones por esa causa. Desde 1989 se han documentado 1.030 casos de desaparición y en el último año el promedio subió hasta llegar a 11 personas por día. Esto es un fenómeno colateral al secuestro. El panorama en materia de derechos humanos es realmente monstruoso.

—¿Quiénes son los secuestradores?

—En realidad se podrían diferenciar varios grupos que utilizan este método de presión y recolección de finanzas. En primer lugar está la guerrilla y las diferentes organizaciones del narcotráfico. Un tercer grupo son las fuerzas paramilitares y por último los grupos de delincuencia común. La guerrilla, que ya no es un grupo que ponga el principal acento en lo ideológico, es el principal agente de secuestros. Este es un movimiento de personas muy numeroso –sólo las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) tienen más de cuarenta frentes– que desde hace cuatro décadas vive en el monte, generando incluso un estilo de vida. En la modalidad del secuestro, la operatividad es realmente asombrosa, demostrando un alto grado de entrenamiento y preparación.

—¿También secuestran los particulares?

—En Colombia hoy se está secuestrando hasta por un "mercado", como aquí le llamamos a un surtido. Es un lenguaje de presión en diversos ámbitos. Se sabe que las fuerzas armadas también son responsables de desapariciones y secuestros, y los grandes terratenientes en las zonas ganaderas, que son los que han alentado y financiado la aparición de grupos paramilitares y de autodefensa, también lo utilizan por motivos económicos.

—¿Hay algún punto de contacto entre todos quienes practican esta modalidad?

—En términos generales se podría decir que la mayoría absoluta de los secuestros tiene motivos económicos.

—¿Por la forma de ejecución, existe alguna diferencia entre los diferentes grupos?

—Mientras se trabaja con exsecuestrados se pueden descubrir algunas diferencias el secuestro siguiera siendo negocio. A fines de 1992 se dictó la ley 40 que obligaba a los familiares a denunciar un secuestro y prohibía las negociaciones con los secuestradores. Para cuidar la efectividad de la ley, se controlaban los bienes de esa familia, tratando de evitar grandes movimientos no justificados. Ni bien se sancionó la ley, se anunció un descenso abrupto de los secuestros. El presidente de la república salió a la prensa anunciando que la ley antisecuestros había dado resultados, cuando lo que en realidad había bajado era la cantidad de denuncias. Las familias se sentían muy presionadas por el Estado y los secuestradores, y rápidamente todo el andamiaje quedó sin el más mínimo respaldo.

—En los frecuentes diálogos de paz entre la guerrilla y el gobierno ¿nunca se trató el tema de los secuestros?

—En este momento la Corriente de Renovación Socialista (CRS), un grupo escindido de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar y que está a punto de acogerse a la amnistía, tiene esa piedra en el zapato. Ya está todo convenido: los lugares de reinserción, el dinero que los exguerrilleros percibirán, etcétera. Pero el gobierno exige que quienes hayan participado en secuestros vayan a la cárcel. El CRS afirma que tiene que darse una amnistía general, y que si se los reconoce como grupo guerrillero con motivaciones políticas, debería incluirse a los secuestros que realizaron.

—Esconder miles de personas no puede ser fácil. ¿Cómo es la estructura que permite el mantenimiento de ese número de secuestrados?

—Muchos excautivos afirman haber estado en contacto con otros retenidos. A veces un grupo de 50 o 60 guerrilleros puede mantener a diez o quince personas. De todas maneras la cantidad de gente involucrada es muy alta. Hay una organización muy compleja: desde la persona que lo concibe hasta quienes contratan a quienes lo llevan a la práctica y hacen la captura, los que hacen el traslado hasta donde pasan a quedar en manos de quienes los cuidan, y por último los cuidadores, que se hacen cargo de los secuestrados.

—¿Cuidadores?

—Esto es algo relativamente común. Los responsables del secuestro generan una cadena de contrataciones que en última instancia contrata a una familia campesina que cuida al secuestrado como a un huésped más. Cada tanto los secuestradores pasan a supervisar la situación.

—¿Cuánto tiempo puede pasar una persona en manos de sus captores?

—Eso es bien variable. Desde una hora en los casos relámpago hasta más de dos años. Para los familiares algunos casos nunca terminan: es el caso de las desapariciones. Pero en los casos más frecuentes se puede estar retenido entre tres meses y un año. También se dan casos en que se ha pagado el rescate dos o tres veces y la persona no aparece o aparece muerta.

—¿Cuáles son las secuelas personales que deja una experiencia de este tipo?

—Los exsecuestrados, recordando que existen muy diversas características personales, mantienen rasgos comunes. Las personas quedan con una desconfianza extraordinaria hacia el entorno, y es común que alteren sus sistemas de valores. Integrantes del gobierno terminan criticándolo, personas muy creyentes salen escépticas de cualquier creencia, ya que no conciben que un dios los deje pasar por esa situación. Luego de salir de allí se producen discursos que parecen delirantes, flashbacks con imágenes vívidas de situaciones pasadas que generan en la persona la idea de estar enloqueciendo. Ese extrañamiento que la persona siente frente a sus propias reacciones sí es altamente patógeno. En realidad son reacciones comunes en este tipo de situación y completamente reversibles si reciben apoyo profesional.

—¿Cuál es el efecto social de esta plaga de secuestros?

—Los dos polos de la situación, los familiares y el propio secuestrado, están viviendo la misma contingencia pero de dos maneras totalmente diferentes. Cuando se reencuentran y cuando se supone que comenzó el final, no hay tal. El secuestrado empieza con las reacciones que expliqué antes y la familia comienza a interpretarlo de una manera diferente a lo que realmente es. Creen que la persona se queda callada porque ya no siente cariño por los suyos, porque se sintió identi-

—En general son muchachos muy jóvenes, de los pueblos. Participan en la guerrilla convencidos por los postulados, pero más seducidos por la fuerza, el poder que tienen las organizaciones armadas. En docenas de municipios el poder, la autoridad, está en manos de los guerrilleros. La autoridad oficial no tiene protagonismo alguno. El ingreso a la guerrilla es un camino para acercarse a ese mundo. Hay una anécdota que me parece realmente estremecedora: un grupo de ingenieros de una empresa petrolera fue secuestrado en los llanos orientales, en la frontera con Venezuela. Ocho meses después de su liberación, cuando vinieron a consulta, uno de ellos me comentó sobre la ignorancia de estos muchachos. No conocen el dinero, nunca han ido a un cine, viven de lo que les dan en los pueblos. Uno de los cuidadores del ingeniero tuvo un permiso de salida para ir al pueblo. Al volver le contó su experiencia y le dijo que había una feria en el pueblo, con rifas y juegos de azar. Allí había visto que un montón de personas estaban pendientes de unas personas chiquiticas que hablaban y se perseguían entre ellos. El, que nunca había visto personas tan pequeñas, se acercó, preocupado por tratar de entender. Notó que no abrían la boca para hablar y decidió investigar, ya que toda la gente parecía convencida de que eran personas. Como él era un miliciano de la guerrilla, un hombre con sutileza y perspicacia, se fue por detrás de una tiendita donde estaban aquellos hombrecitos. Se dio cuenta de que eran unos tipos que trampeaban a la gente: en realidad sostenían a unos muñecos y los que hablaban eran ellos y hacían creer a todos que los que hablaban eran los hombrecitos. El joven estaba indignado por la forma en que se engañaba a la gente. Esa era la razón por la cual los guerrilleros debían desenmascarar a los tramposos. El ingeniero le dijo: "Lo que usted vio entonces era una función de títeres" y el guerrillero le contestó: "Eso, títeres, así le llamaban. Pero yo les descubrí". Esta es la base que está participando en la guerrilla. Gente con una ingenuidad muy grande, con manejo de conceptos políticos muy elaborados, pero sin mucha encarnadura en la realidad.

Roberto Elissalde

9405861

02 02

Nº. DOCUMENTO 9405862
TITULO Argelia: Rechazan integrismo y estado policiaco.
PROC 150014
F. 13/5/94
118477 I.
507472 Arg.
514664 FIS

ENTRADA ME
CRUZADO HZ

El Frente de Fuerzas Socialistas argelino rechaza una república

ARGELIA: RECHAZAN INTEGRISMO Y ESTADO POLICIACO

El secretario general del Frente de Fuerzas Socialistas (FFS), Hamid Lunauci, reiteró que «rechaza el advenimiento de una República integrista con la misma firmeza que la persistencia de un Estado policíaco» en Argelia.

El FFS está acaudillado por el ex dirigente histórico del Frente de Liberación Nacional (FLN), Hocin Ait-Ahmed, exiliado en Suiza porque, según él, teme por su vida si regresa a Argelia.

En nombre del FSS, Lunauci insiste en las declaciones que publica la prensa argelina de que su formación sigue siendo partidaria del «diálogo» para salir de la crisis.

«Pero cuando hablamos de diálogo está claro que se trata de tener como objetivo la edificación de una Argelia democrática, algo que no consideramos negociable...», agrega.

Niega que existan diferencias de puntos de vista entre la dirección política del FFS y el exiliado Ait-Ahmed, y precisa que «todas las decisiones importantes que tomamos se hacen de pleno acuerdo entre nosotros, aunque hay que tener en cuenta que Ait-Ahmed es también un «histórico» de la revolución....»

9405862

01-01

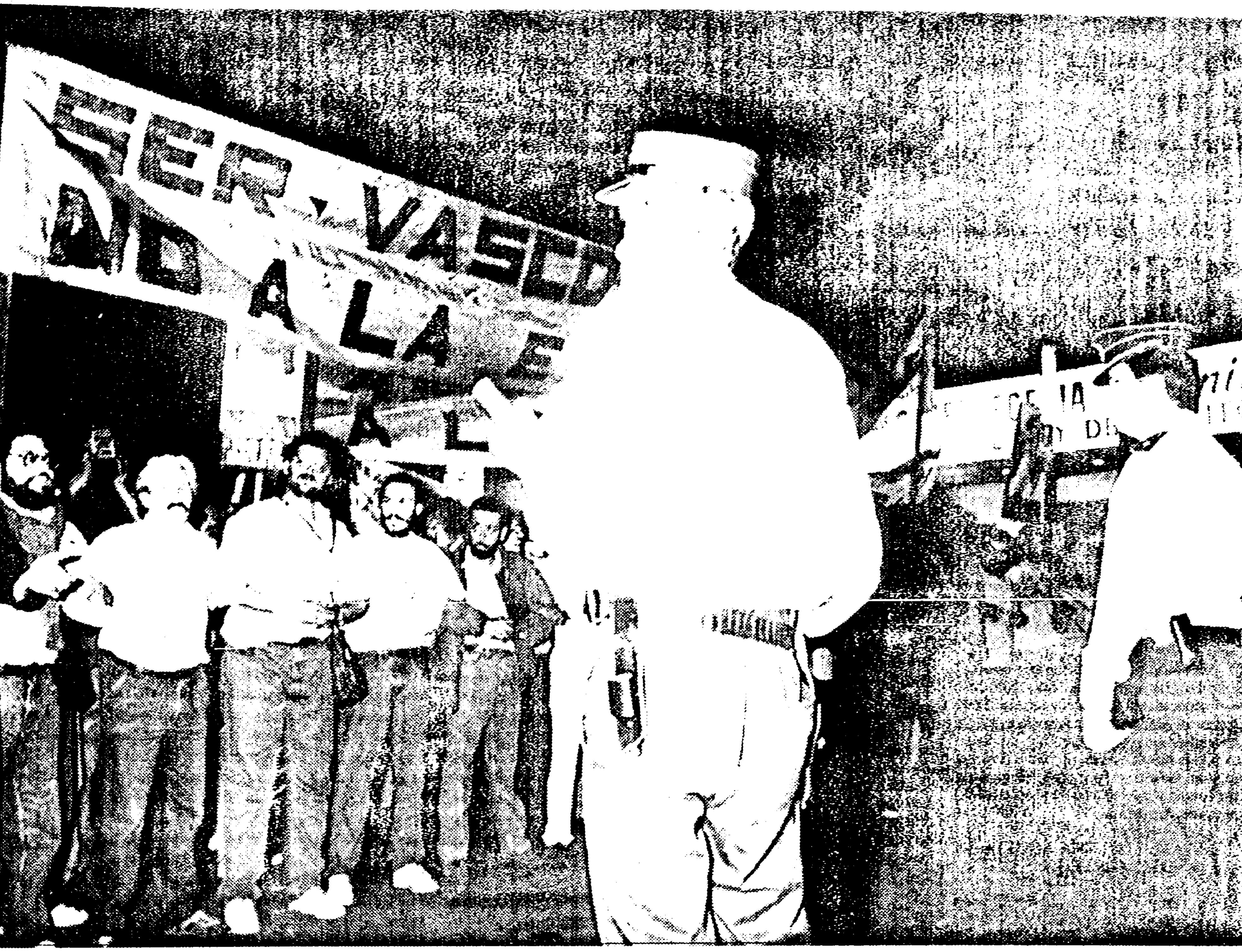
Nº. DOCUMENTO 9405863 Juventud "Sobre
TITULO Informe de la situación Vasca en Uruguay
PROCE[illegible] 150014
FE[illegible] 13/5/94
VI[illegible] 11213 T.M
507466 URU
507513 ESP
501410 ETA

ENTRADO MZ
CRUZ MZ

d-05

9405863

RETOMANDO EL TEMA DE LA NEGOCIACION Y EL DIALOGO



En su reciente visita a nuestro país el diputado vasco del Herri Batasuna, Jon Idigoras, planteó durante una mesa redonda en el Palacio Legislativo, ante representantes nacionales y medios, una gran pregunta ¿hacia dónde va el conflicto entre el pueblo vasco y el Estado español?

En esa ocasión, acompañado en el uso de la palabra por Josu Varela -Gestoras por la Amnistía- hizo un llamado al Ejecutivo uruguayo para que mantenga la neutralidad en este conflicto, como forma de contribuir a la negociación y el diálogo entre las partes. Josu Varela retomó para La Juventud este tema.

ES NECESARIO ABRIR UNA VIA DE DIALOGO PARA DEFENDER UN PROCESO DE AUTENTICA DEMOCRACIA

«Podemos destacar que por parte del movimiento de resistencia política vaca y muy especialmente de la ETA, una vez más como reiteradamente ha referido y publicitado, su disposición de sustituir las expresiones de violencia de ambas partes por mecanismos de diálogo y negociación».

«ETA una vez más ha mostrado esta disposición, ha recordado que no trata de imponer -y esto es importante- una opción política determinada, que de lo que se trata es que un derecho democrático que nos corresponde sea reconocido. El derecho a la libre determinación es esencial y democrático y debe ser reconocido y ejercido. No se trata de un diálogo y una negociación entre dos partes: ETA y Estado español. Se trata de que en dicho diálogo tiene que participar el conjunto del pueblo vasco, todas las fuerzas políticas vascas, todos los movimientos sociales, el conjunto de la ciudadanía vasca, residente en el País Vasco».

«La actitud del gobierno español, ante esta disposición, una vez más sigue siendo la de enfrentar lo que llaman «problema vasco», lo que denominan «terrorismo» por vía de la represión. Evidentemente esta posición es motivo de preocupación para la ciudadanía en el País Vasco». «Especialmente para aquellos que trabajamos en el ámbito de los Derechos Humanos, en el ámbito de la Paz, de la vida social y política del país. Porque entendemos que, lamentablemente, este tipo de posiciones no van a conducir sino a un incremento de una situación antidemocrática, de sufrimiento, de víctimas, de muerte para ambas partes».

URUGUAY NO DEBE APARECER HERMANADO CON ESPAÑA EN LA REPRESION

«Y es en este punto donde queremos hacer una reflexión referida a la situación en Uruguay. Al margen de que, porque son militantes políticos los ciudadanos aquí detenidos, tienen derecho al asilo, al margen de esta cuestión, que repito es de derecho. Y al margen de que, de concretarse la entrega de estos ciudadanos a España, sus vidas serían puestas en peligro, su seguridad estará en riesgo, dada la vulneración de Derechos Humanos que se da allá. Al margen de esto, de darse la extradición el gobierno español presentaría a Uruguay como un hermano que se enfrenta a la resistencia, a la disidencia política vasca».

«Es decir que preferimos y deseamos, ya no solo por el bien de Uruguay y su tradición de solidaridad tan profunda, deseamos también que esto no se produzca en beneficio del pueblo vasco y del pueblo español».

9405363

É

Informe especial

Por la inmediata liberación de los tres vascos presos y por el asilo político para ellos

URUGUAY NO DEBE SER COMPLICE DE PERSECUCION CONTRA VASCOS

El día 15 de Mayo se cumplen dos años de la detención de 13 ciudadanos vascos en nuestro país. A tres de ellos se les ha concedido la extradición, es decir, que en esa materia el tema ya ha salido de la órbita de la Justicia. Sin embargo continúan detenidos hasta tanto no termine la causa uruguaya por uso de documento falso, delito que según nuestra legislación no requiere detención preventiva, por lo tanto esta medida es inconstitucional, ilegal y arbitraria.

No obstante la inconstitucionalidad de este arresto administrativo y como agravante la fiscalía uruguaya solicitó al Estado español que se pronunciaran acerca de sí los años cumplidos aquí serían restados a los que en el futuro podría dictaminar la justicia española, cuando aún no han sido juzgados ni condenados por dicha justicia.

Ante esto nos preguntamos:

¿Qué pasa con la presunción de inocencia?

¿Quién y de qué manera pagaría por los años que la Justicia uruguaya le quitó a estos ciudadanos vascos si el Estado español no encuentra las pruebas suficientes para condenarlos?

En este país que presume de tener un Poder Judicial totalmente independiente, se han sucedido una serie de presiones e injerencias, ya desde el comienzo, con la llegada de fuerzas policiales españolas para montar junto a las uruguayas el operativo que culminó con la detención de los ciudadanos vascos, pasando por la visita anunciada de los reyes del estado español, la visita secreta del director Gneral de Policía Carlos Conde Duque, una carta enviada por intermedio de la Embajada que amenazaba con una ruptura de relaciones entre el Uruguay y el Estado español, más patrulleros y ambulancias que llegaron de «regalo» y los préstamos que se obtuvieron a un aparente muy bajo costo, que de varias maneras parcializaron el tema.

Por su parte y contribuyendo a las presiones sufridas por el Poder Judicial, el Poder Ejecutivo uruguayo, desde el inicio, ha tomado una posición muy clara respecto a ese asunto que se confirma hoy con la permanencia en prisión de estos tres ciudadanos vascos.

Ante este cúmulo de injerencias cabe preguntarse si habría sido igual el tratamiento de este tema si no hubiesen sido vascos, y si no existiera un conflicto entre el pueblo vasco y el Estado español.

¿No será con la entrega de estos tres ciudadanos vascos que se pagan los préstamos y los supuestos regalos?

Como uruguayos queremos para nuestro país una verdadera soberanía. No aceptamos y repudiamos las presiones que cualquier estado, como en este caso el español, acusado por las Naciones Unidas y Amnistía Internacional como violador permanente de los Derechos Humanos y como uno de los lugares donde más se tortura en el mundo, ejerza sobre nuestro país.

No podemos ser cómplices, ni de romper con una de las más nobles tradiciones del Uruguay como es el otorgar asilo político, ni del envío de estos tres ciudadanos vascos donde sabemos que no existen garantías para que reciban un trato justo, digno y humano.

94 05863



«SIGO PENSANDO IGUAL Y APOYO EL ASILO PARA LOS VASCOS»

26 DE MARZO DEFIENDE CLARAMENTE EL DERECHO DE ASILO

La Juventud conversó también con Fernando Vázquez, miembro de la Dirección Nacional del 26 de Marzo, quien fundamentó la necesidad de mantener la tradición de asilo en Uruguay y especialmente en este caso, donde se trata -dice Vázquez- de una cuestión netamente política.

LA CUESTION VASCA ES NETAMENTE POLITICA

«La posición del 26 de Marzo ha sido muy clara en este tema, desde el principio, somos partidarios del mantenimiento del derecho de asilo de los vascos en nuestro país en la medida en que este es un asunto netamente político».

«Además, en nuestro país ha habido una gran amplitud en la aplicación del derecho de asilo que debe defenderse como una de las cuestiones jurídicas internacionales que han caracterizado al país».

«En relación al último pedido de las autoridades españolas, para permitir el interrogatorio de los ciudadanos vascos en nuestro país, entendemos que viola la propia legislación uruguaya, por lo tanto somos categóricos en rechazar este pedido y esperemos que el gobierno uruguayo, así como todos los sectores políticos del país, no avalen una situación que viola claramente la legislación uruguaya».

«Se debe entender que ya no hay delito dentro del país, y que acá el problema vasco es un problema político. La reivindicación de autodeterminación del pueblo vasco es un problema netamente político, y nosotros en ese sentido respetamos la necesidad del derecho de asilo para los vascos en nuestro país».



La Juventud se comunicó con Gregorio Martirena, reconocido médico. El Dr. Martirena fue presidente de la Federación Médica del Interior e integró el Tribunal de Etica Médica del Uruguay. Fue hasta hace poco militante del Partido Nacional que integró durante 30 años y defensor del Voto Verde. Consultado por nosotros reiteró las declaraciones que, en conferencia de prensa hiciera junto a la Dra. Alba Roballo, durante la huelga de hambre que los vascos presos protagonizaron en Octubre-noviembre del año pasado.

«Estas personas que buscaron en el Uruguay un país protector, ya que no pueden ingresar al suyo, deben permanecer aquí. Uruguay está esencialmente formado por descendientes de emigrantes que han venido de países europeos y encontrado en esta tierra la posibilidad de desarrollar sus familias y su trabajo».

«Ya hay un amplio movimiento de uruguayos de distintas esferas políticas y distintos centros de influencia social y de distintas profesiones, que estamos exigiéndole al Uruguay que siga vigilando lo que ha sido una bandera principal, la de abrir nuestras tierras a todo aquel que quisiera acogerse a ella». «Yo considero que este es un problema eminentemente político, es un problema que tiene resolución política, y creo que el gobierno ha sido omiso, y está en estos momentos obligando a un grupo de gente a vivir con desesperación el lograr un lugar donde vivir, una sociedad donde integrarse».

«Y sobre todas las cosas no ser sometidos a las profundas violaciones de derechos humanos, como se ha demostrado que existen en las cárceles españolas para con los presos vascos».

LOS CIUDADANOS VASCOS FUERON DETENIDOS BAJO LA PRESION ESPAÑOLA

Consultado por La Juventud, el diputado José Bayardi, integrante de la Dirección Nacional de la Vertiente Artiguista, valoró la necesidad de que el Poder Ejecutivo actúe con eficiencia y otorgue el asilo político a los ciudadanos vascos residentes en el país.

«Estamos -declara Bayardi- justamente conmemorando los dos años de la detención de los ciudadanos vascos residentes en Uruguay. Esto, sin duda, se está transformando en un punto crítico de la historia uruguaya en materia de refugiados políticos. Un tema en el que siempre ha quedado la sensación, en el conjunto de la sociedad, de que en las altas esferas gubernamentales se conocía la existencia de estos ciudadanos y también su ,digamos, procedencia. Y que a raíz de presiones llegadas desde España se procede a su detención en circunstancias poco claras. Incluso se permite al gobierno español que intente llevar adelante interrogatorios».

EL EJECUTIVO URUGUAYO YA TENDRIA QUE HABER OTORGADO EL ASILO

«Posteriormente se ha entrado en una etapa de mucha inestablidad sobre esta situación. Sin referirnos a la etapa procesal que lleva adelante la Justicia, el gobierno uruguayo hubiera debido proseguir determinando el problema de manera mucho más eficaz . «Primero no debiera haberlos detenido, salvo que hubieran cometido algún delito que afectara el marco legal del Uruguay. Segundo, el Poder Ejecutivo ya tendria que haber otorgado el asilo político, esto hubiera dado por finalizado el tema. Y aunque seguramente esto crearía una situación tirante con España, se estaría defendiendo lo que han sido las tradiciones del Uruguay en materia de derecho de asilo y en materia de convivencia pacífica interna, en tanto no se agrede el marco legal penal del país».

Entrevistada por La Juventud durante la huelga de hambre, la Dra. Adela Reta, reconocida como una autoridad en materia jurídica, fue favorable a la tesis del asilo político.

ASILO, TRADICION URUGUAYA EN MATERIA JURIDICA

El 18 de noviembre de 1993, la Dra. Adela Reta declaraba a nuestro diario su apoyo a la tesis del asilo político para los vascos.

«El Uruguay ha tenido siempre en materia de delincuencia política y aún de delincuencia político-social, un criterio muy amplio que tiene sus raíces en la actitud de los gobernantes uruguayos frente a conductas cumplidas en el propio país». (...)

«Es decir, se ha considerado siempre que la delincuencia política es una delincuencia que no responde a móviles egoístas y que merece un tratamiento penal de carácter extraordinario».(...)

«Pensamos que el Uruguay siempre ha tomado gran precaución frente a aquellos pedidos (de extradición) que puedan ser inspirados por una motivación también de carácter político y no por el propósito de castigar una conducta delictiva que tenga una relevancia en todo ordenamiento jurídico del país en que se trata. Es decir ha protegido de aquellos pedidos en que se ha disfrazado el pedido (de extradición) de delito común y cuando en el fondo se está persiguiendo por una motivación política». (...)

«Desconozco los hechos en todos sus detalles, lo que puedo decir es que la preocupación que puede existir en estos momentos es la preocupación que surge de algunas, diríamos, denuncias que ha hecho Amnesty International y que podrían generar la duda acerca de cual es efectivamente el tratamiento que están recibiendo los vascos en España y si se corresponde con las normas internacionales en la materia».

«De manera que frente a estas circunstancias y en atención a estas especialidades del caso en cuestión debería, por lo menos, examinarse la posibilidad de un asilo político».

940586



ALGO HUELE A PODRIDO EN EL REINO DE ESPAÑA

Para comprender mejor alguna de las cuestiones que la detención de los vascos en nuestro país, y los pedidos de extradición, así como las indebidas injerencias y presiones de la policía española han puesto en el tapete, conversamos con Josu Varela, representante de la organización humanitaria Gestoras por la Amnistía. Retomando las reiteradas denuncias de corrupción que comienzan a ver la luz en el Estado español y son repercutidas en estos lares por la prensa.

LA CORRUPCION COMO UN MECANISMO MAS DEL ESTADO PARA DESARROLLAR SU POLITICA

«En principio hablar de corrupción en el Estado español es, en cierta forma erróneo, pues no se debe identificar con determinados nombres que hoy son públicos, llámense Luis Roldán Director General de la Guardia Civil o Mariano Rubio ex-Gobernador del Banco de España. Más erróneo identificarla con personajes de la vida pública. Y pensamos que es un error porque la corrupción y los niveles que ha realmente alcanzado aún no ha sido en absoluto develada, descubierta».

«Porque afecta al conjunto del Estado y a Instituciones representativas de este Estado. Porque ha sido y es norma de conducta de la mayoría de las fuerzas políticas españolas».

«Ahora parece que el tema de la corrupción está polarizado sobre una fuerza política y algunas personas. Nosotros decimos, por el contrario, que es mucho más importante pues afecta a todo el sistema. Afecta al Partido Socialista Obrero Español en su globalidad y por igual a Convergencia y Unión de Cataluña y al Partido Nacionalista Vasco que también tienen una serie de «affaires» y de problemas graves».

UN BOTON DE MUESTRA PARA EMPEZAR A ENTENDER LA DIMENSION DEL ESCANDALO

«Tomemos el caso de Luis Roldán, este no es un villano que ha lucrado con un dinero público. Luis Roldán es el Director General de la Guardia Civil, máximo responsable de un cuerpo represivo de negra historia en el pasado no tan remoto de España. Este cuerpo represivo de carácter militar es el que ha tenido el mayor apoyo y recibido carta blanca durante el gobierno de Felipe González, sobre todo para enfrentar por todos los medios y muchos de ellos ilegales, el movimiento de resistencia político. Luis Roldán habría lucrado con «fondos reservados», dineros imposibles de controlar que escapan hasta al Parlamento. Miles y miles de pesetas destinadas al combate político».

FELIPE GONZALEZ DESDE LAS CLOACAS DEL ESTADO

«Es sabido que cuando en la Audiencia Nacional uno de sus Jueces, ante la detención de dos policías en relación a su actuación en los Grupos de Antiterroristas de Liberación que asesinaron a 26 personas en Francia (20 de ellas refugiados políticos vascos) quiso



investigar qué había detras de todo eso aparecieron los «fondos reservados».

«El propio Jefe de Estado Felipe González negó la posibilidad, en declaraciones públicas, la posibilidad de investigar dichos foondos, reconociendo su existencia. Es sabido que estos dos policías, así como otros mercenarios detenidos sobre todo en el Estado francés, reconocieron ante las autoridades estar «trabajando» a las ordenes del Ministerio del Interior español».

«Felipe González, cuando esto fue denunciado por la prensa y solamente desde los ámbitos periodísticos, llegó a decir que la democracia también se defiende en y desde las cloacas del Estado. Negando así y justificando la utilización de la guerra sucia e infinidad de medidas que hemos sufrido, en especial el pueblo vasco y el movimiento de resistencia y oposición política, como el GRAPO y los insumisos».

«A trascendido que un subordinado de Luis Roldán, el mando responsable de la lucha antiterrorista en el País Vasco, vió pasar por sus manos 15 millones de dólares de «fondos reservados». Esta persona fue investigada por un Fiscal de una Audiencia de San Sebastian, existe un informe de ese Fiscal Luis Navajas que desde instancias gubernamentales y partidarias, se ha enterrado para que no llegue a la fase procesal. Allí hay informaciones de una gravedad inquietante, pues habla de la financiación de la represión a través del narcotráfico»

«Insisto, desde esferas oficiales y partidarias se ha intentado que esa investigación prospere, porque...con la Guardia Civil hemos topado...!»

UNIDAD EN LA DEFENSA DE LOS PRESOS

La Asociación de familiares de presos, deportados y refugiados políticos vascos SENIDEAK nació hace dos años.

Empujada por la necesidad de aunar esfuerzos en la defensa de más de 600 presos políticos.

LA DISPERSION DE LOS PRESOS, UNA DE LAS MAS CRUELES MEDIDAS

El año anterior finalizó en el País Vasco con una ayuno masivo, protagonizado por más de 700 personas reunidas en el Seminario de Arantzazu, en defensa de los preso políticos, por su reagrupamiento en Euskal Herría, su tierra, ayuno del que La Juventud informara en su momento.

«Una de las primeras actividades de SENIDEAK -nos cuenta Blanca- fue recoger las firmas de más de 6.000 familiares pidiendo que los presos sean reagrupados», comienza explicando Blanca Kalzakorta.

«Nosotros pedimos que sean reagrupados en Euskal Herria, porque así por lo menos se cumple con uno de los derechos más elementales, que es ser visitados por sus familias».

«La campaña comenzada con la recopilación de firmas fue seguida, este año, por una movilización callejera. Se llenó un polideportivo con unas 30.000 personas movilizadas en apoyo a los presos. Luego los que trabajamos en función de los derechos de nuestros familiares presos organizamos una gran manifestación, que culmina esta iniciativa de trabajo conjunto».



«Hoy no sabría decir cual va a ser la próxima movilización, pero la iniciativa está en la calle, pues hay un compromiso de la gente de seguir unidos defendiendo a los presos».

A NIVEL INTERNACIONAL ESPAÑA ES DENUNCIADA POR VIOLAR DERECHOS HUMANOS

Además de los informes desfavorables de Amnisty Internacional y del Comité para la Prevención de la Tortura del Consejo de Europa, «existe el informe del Relator Especial Contra la Tortura, de la ONU, realizado en el '93 y presentado en el marco de la Comisión de Derechos Humanos de Naciones Unidas. En este caso lo que ha hecho el Estado español, en la medida en que no podía ocultar el informe, fue engañar y mentirle al propio Relator. Este informe enumera 27 casos de personas detenidas que habrían sufrido torturas y se menciona también la situación en concreto de una de las cárceles, que está en las Islas Canarias, a 2.000 kilómetros del País Vasco.

En relación a una de esas personas nombradas en el informe, cuando la Comisión de la ONU solicita información complementaria, el gobierno español niega en concreto las torturas sobre el preso Juan Ramón Rojo. Argumentando que «es una táctica habitual de las organizaciones terroristas denunciar torturas, etc. para deslegitimar las fuerzas de orden público». Y afirma que en los informes forenses «no hay constancia de dichos malos tratos o torturas». Pues bien, resulta que justamente en el caso de Juan Ramón Rojo había constancia del forense, de lesiones provocadas por torturas y malos tratos. Es decir el gobierno mintió deliberadamente al Relator de la ONU»

El diario oficialista madrileño El País, del 10 de diciembre del '93, que obra en nuestro poder, informa que:

«Se da la circunstancia de que junto a Rojo, la Guardia Civil detuvo a otro presunto etarra, quien también denunció malos tratos y torturas».

«En su testimonio ante el Juez de Cádiz, Urra manifestó: Fui trasladado a La Salve (centro de detención de la Guardia Civil en Bilbao). Me llevaron entre cuatro a una gran sala en la que había un semicírculo formado por gente encapuchada. Allí me dieron golpes en todo el cuerpo y los testículos. Me volvieron a poner una bolsa en la cabeza y me ahogaban. Me metieron en una celda y me dieron patadas en los riñones. Luego vino el médico forense y me llevaron al Hospital».

94 05863

Nº. DOCUMENTO 9405864

TITULO Irán entregó armas a Bosnios y Croatas.

150025

14/5/94

11875 T.A

507597 IRAN

507697 Bos

65658 Croacia

Armamento

WASHINGTON, 13 (AFP).- Irán entregó a primeros de mayo a bosnios y croatas 60 toneladas de armamento, mientras que armas de asalto de fabricación brasileña y antitanque de fabricación chilena circulan en Bosnia, informó hoy el diario Washington Post.

Las armas iraníes fueron transportadas en un Boeing 747 cargo que aterrizó en Zagreb el 4 de mayo, con 40 contenedores consignados como "ayuda humanitaria", pero que encerraban detonadores, explosivos y municiones.

A estas armas se añaden otras, como fusiles de asalto brasileños o armas antitanque chilenas, cuya procedencia se desconoce.

9405864

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405865
TITULO Presencia de nazis en Bariloche
PROC. 150090
FECHA 14/5/94
VOL. 11204
66960 Arg.
MZ
MZ

LA PRESENCIA DE ERICH PRIEBKE RECUERDA QUE ALLI SE REFUGIARON OTROS CRIMINALES

Los nazis en Bariloche

El caso de Erich Priebke reflotó la poco agradable condición de Bariloche de haber sido uno de los principales refugios nazis de la Argentina. Por allí pasaron criminales de la talla de Joseph Mengele o Martin Bormann (el delfín político de Adolfo Hitler). Pero también otros de menos renombre, pero similar currículum, como Ludwig Freude, Ronald Richter o Reinhard Koops, quien todavía vive allí y acaba de volver a la notoriedad por haber denunciado la presencia de Priebke en Bariloche.

SAN CARLOS DE BARILOCHE (Enviado especial). — La presencia del criminal de guerra nazi **Erich Priebke** ha vuelto a centrar la atención de los investigadores en esta hermosa ciudad cordillerana, tan parecida a las tranquilas aldeas de Suiza o de la Selva Negra alemana.

Pero la lupa de las pesquisas volvió a centrarse sobre Bariloche no solo por Priebke (hasta ahora, el último eslabón de la cadena) sino por la quizá bien ganada fama de **"centro nazi"** que tiene la ciudad. Las sospechas abiertas sobre este pueblo y algunos de sus habitantes se remontan por lo menos hasta el período **1947-1950.**

Más allá de las leyendas y de los relatos incomprobables sobre ancianos que festejan **los cumpleaños de Adolfo Hitler** en lustrosos uniformes de la SS, las sospechas se basan en algunos hechos concretos.

♦ Los pioneros

El primer nazi en frecuentar Bariloche fue **Ludwig Freude**, un próspero empresario alemán amigo de **Perón**, a quien el gobierno norteamericano y el "The New York Times" llamaron por años "el nazi número uno de la Argentina". Las denuncias que llovieron sobre él obligaron al gobierno a someterlo a una "investigación", que concluyó con un decreto firmado por el presidente Perón donde se aseguraba que Freude no era nazi. Dueño de una residencia en las afueras de esta ciudad, Freude fue reiteradamente acusado de ser el administrador del mítico "tesoro nazi".

Después de Freude, en marzo de 1950, llegó a Bariloche un extraño personaje. Se llamaba **Ronald Richter**, era doctor en física y se instaló en la **isla Huemul** para hacer sus experimentos. Richter, austríaco de nacimiento, había trabajado para el gobierno alemán durante la guerra y había sido traído al país por **Kurt Tank**, un ingeniero aeronáutico empleado por Perón. Los experimentos de Richter, financiados por el gobierno argentino, fueron un **fracaso.**

También en 1950 ya andaba por la ciudad **Hans Ulrich Rudel**. Coronel de la aviación alemana, había sido el piloto más condecorado por el propio Hitler, pero sus hazañas estrictamente militares no fueron garantía de desnazificación. Con dos pedidos de extradición a sus espaldas, Rudel se hizo socio del **Club Andino Bariloche** y participó en sus competencias de esquí. Aunque había ingresado al país como **"Pedro Matthies"**, cuando estuvo en Bariloche ya había vuelto a su verdadera identidad y con documentos argentinos viajaba a Europa, donde participaba de reuniones con ex oficiales nazis. Dos años después de su llegada aquí, en 1952, fue elegido "Nuevo Führer" y dirigió durante algún tiempo los destinos de lo que quedaba del nazismo.

En 1955, tras la caída de Perón, fue detenido y expulsado del país. Siguieron viéndose durante el exilio de ambos en Centroamérica y en España. En 1974 volvió a Buenos Aires y se fotografió con su amigo en la quinta presidencial de Olivos.

♦ Peces gordos

Erich Priebke, cuya historia ahora es más conocida, llegó a Bariloche en 1953 y tres años más tarde ya era miembro de la comisión directiva de la **Asociación Cultural Germano Argentina.** Por la misma época llegó **Reinhard Koops**, un ex oficial de inteligencia del ejército alemán que se hacía llamar **Juan Maler.**

Con ese nombre vive aquí todavía, desde donde edita libros **que denuncian a la masonería y la conspiración judeo-marxista internacional.** Sus argumentos parecen inagotables: ya ha escrito catorce obras y no parece haber esperanzas de que pare.

Su trabajo de escritor no le quita tiempo, sin embargo, para **colaborar financieramente con los grupos neonazis europeos y para delatar a ex colegas: a Priebke lo denunció él.**

Pero la presencia más significativa entre los nazis en Bariloche ha sido seguramente la de **Joseph Mengele**, el médico del campo de exterminio de **Auschwitz, responsable de la muerte de 600.000 personas.** Vivió aquí desde febrero a julio de 1960, donde usó alternativamente dos nombres: **Gregorio Gregori o Friedrich Edler von Britenbach.**

Cuando llegó venía huyendo de un pedido de extradición gestionado por Alemania; y, aunque el gobierno argentino lo aceptó, nunca pudo ser detenido. Según una denuncia no comprobada, en Bariloche ordenó cometer un homicidio (véase recuadro).

El otro peso pesado que fue visto en esta ciudad fue **Martin Bormann. Heredero político de Hitler, segundo en la** jerarquía del partido, Bormann no pudo ser encontrado al fin de la guerra, y su suerte todavía sigue siendo un misterio. Aunque algunos lo dan por muerto, hay profundas sospechas de su paso por la Argentina, y en Bariloche fue aparentemente visto **cuatro veces:** en 1957, en 1959, en 1962 y en 1967. Este último año habría muerto de cáncer de estómago en el hospital público y **habría sido enterrado con honores militares en el cementerio local.**

Con semejantes antecedentes, Bariloche estuvo siempre en la mira de los investigadores y los "cazadores" de nazis. El capítulo Priebke no es más que otra vuelta de tuerca a la misma historia, y hasta es posible que no sea la última.

Jorge Camarasa

SAN CARLOS DE BARILOCHE (Enviado especial). — Según relata **Simón Wiesenthal** en sus memorias. "Los asesinos entre nosotros", en febrero de **1960 Joseph Mengele habría hecho asesinar a una mujer en Bariloche.**

La mujer, **Nurit Eldar**, habría sido agente de inteligencia del gobierno israelí y estaba tras la pista del médico de Auschwitz para lograr su captura.

El trabajo de Eldar, según Wiesenthal, era parte de la fase preoperativa del **secuestro de Adolf Eichmann**, realizado en las afueras de Buenos Aires en mayo de 1960.

De acuerdo con el relato, la agente siguió a Mengele hasta Bariloche, y por razones que no se explican el nazi la descubrió.

Al día siguiente, su cadáver habría aparecido en las inmediaciones del cerro Otto, a donde habría llegado la mujer con dos guardaespaldas del médico.

De esta historia no quedan rastros en la ciudad.

01-04
9405865

LO PIDIO EL PROPIO ABOGADO DE PRIEBKE · 4/5

Al final, la marcha no se hizo

SAN CARLOS DE BARILOCHE (Enviado especial). — Al final, privó la cordura y la marcha no se hizo.

El mérito puede atribuirse a Pedro Bianchi, el abogado defensor del criminal de guerra Erich Priebke, quien hizo hasta el mediodía de ayer un trabajo de "lobby" con la comunidad alemana, las autoridades del colegio Primo Capraro y hasta con los padres de los alumnos, para evitar una concentración en favor del detenido.

Ayer por la tarde, a las 15.30 en punto, una veintena de periodistas aguardó inútilmente bajo una llovizna helada que algunos manifestantes se acercaran hasta la casa del fusilador de las Fosas Ardeatinas.

Una sola persona (se identificó como Manuel Muñoz) llegó hasta el lugar y dio públicamente su apoyo al nazi. Muñoz (70 años, pelo blanco y ojos celestes) dijo que se solidarizaba con Priebke porque en Bariloche había sido "un hombre correcto" y había cargado durante cincuenta años en su conciencia con los fusilamientos. "Me parece un castigo suficiente", dijo, y al ver que no había marcha se fue por donde había venido.

Los dos policías italianos, mientras tanto, parecen invisibles. Solo se sabe que se llaman Palazzo y Ferrari; que son capitán y coronel de carabineros, respectivamente, y que se alojan en el hotel Edelweiss, donde han pedido que se rechace a los periodistas que preguntan por ellos. Ayer se reunieron brevemente con el juez federal Leonidas Moldes, quien ordenó la detención de Priebke, y se interesaron por las condiciones de ese arresto.

El abogado Bianchi, preventivamente, había ingresado al juzgado una nota en la que pedía que los italianos no visitaran a su defendido.

Bianchi confirmó a la agencia DyN que le pidió al vicecónsul italiano en Bariloche, Carlo Bottazzi, "una carta de recomendación" para las autoridades de ese país, adonde viajará el lunes para buscar documentación que apoye su defensa.

Asimismo, Bianchi estimó que para que se produzca una primera sentencia a favor o en contra del pedido de extradición de su defendido "deberán pasar, por lo menos, 8 meses".

"La postura oficial"

El consejero de la Embajada de Italia, Ricardo Manara, informó ayer que "tenemos 45 días para hacer el pedido formal de extradición" de Erich Priebke.

"Vamos a tomarnos todo ese tiempo para esperar la documentación que hemos solicitado al Ministerio de Justicia de Italia para resolver qué hacemos", dijo el funcionario.

Manara explicó que "una vez que recibamos la documentación de Italia se la vamos a presentar al Ministerio de Relaciones Exteriores de Argentina. Con todos esos papeles en la mano y los trámites correspondientes vamos a decidir". Pese a que no quiso manifestarse sobre casos —como el del consulado en Bariloche— que serían partidarios de un perdón a Priebke, Manara aludió a esas posturas afirmando que la que transmite la Embajada "es la postura oficial".

Priebke: es inminente la llegada del pedido de extradición

15/5

Búsqueda: la jornada transcurrió entre versiones que indicaban que Reinhard Kops se había refugiado en Chile.

SAN CARLOS DE BARILOCHE.- En tanto fuentes diplomáticas estimaron que en los primeros días de la semana que comienza mañana ingresaría en la Cancillería el pedido formal de extradición de Italia, el ex capitán nazi Erich Priebke continúa detenido en su domicilio sin atender, por decisión propia y ya no de su abogado, la requisitoria periodística.

No obstante, en los últimos días fue visitado, entre otros, por el cónsul alemán, Jorge Bochert, y el vicecónsul italiano, Carlos Botazzi.

Otro de los ex oficiales de Hitler que reside en Bariloche, el misterioso anciano de doble identidad Reinhard Kops-Juan Maler, parecería tener la intención de querer convencer a la opinión pública de que habría viajado a Chile tras la trascendencia que tuvo el caso Priebke. En ese sentido, se dijo que estaría en Osorno, localidad trasandina cercana a este enclave turístico argentino.

Esta versión fue sostenida por Pedro Bianchi, defensor de Priebke y negada por la Interpol chilena.

No obstante, si bien su teléfono sólo es atendido por un contestador automático y en su casa nadie responde a los llamados, todo señala que Kops, que como oficial alemán de inteligencia habría operado en Albania, aún se encuentra en su domicilio de la calle Tucumán, frente al 515.

Para el simple observador, es evidente que la vivienda, sin chapa numérica, se halla habitada por estos días. Se trata de una misteriosa casa, cuya entrada la constituyen un portón metálico de garaje, que no posee timbre ni llamador, seguido de un frente de pared y alambrado que deja entrever un parque donde la abundancia de pinos sólo permite ver una precaria y aparentemente desusada casilla de madera y un viejo tanque de agua, sostenido por una suerte de mangrullo.

Maler prácticamente desapareció de la vista de los barilochenses luego de que se conociera la información que sobre Priebke emitió un canal norteamericano, a cuyos cronistas el ex agente secreto alemán orientó hacia el hoy detenido ex SS.

Pacto de silencio

Si bien se sabe que el obispo austríaco Alois Hudal se vanaglorió por haber ayudado a nazis a encontrar refugio en la Argentina y en otros países tras la Segunda Guerra Mundial, a Kops también se lo relaciona con el éxodo europeo de ex oficiales del Führer.

El pacto de silencio que parece haber tenido la comunidad germana vernácula sobre lo que podría reavivar el fuego de la historia local del nazismo, y posiblemente acerca de subrepticias actividades actuales vinculadas con ese signo político y con Maler, es respetado por no pocos lugareños ajenos a la inmigración alemana.

El mismo Priebke reconocía en 1989, según el libro "El pintor de la Suiza argentina", citado ayer en esta columna, que "acá nunca se pronunció una palabra sobre política; es completamente tabú y así se comportan los nuestros". Tal vez su mayor error haya sido haber roto con esa tácita consigna. De no haber hablado ante la televisión norteamericana, su situación hoy sería otra.

9405865

Nazis en el Sur y cuatro décadas de memoria

Resulta imposible para quienes -como quien esto escribe- hayan cumplido 40 años de visitas continuas a Bariloche no acopiar relatos sobre nazis o de combatientes alemanes -y de otras nacionalidades- de la Segunda Guerra Mundial, que rehicieron sus vidas en ese lugar.

La mayoría, es cierto, fueron simples soldados que poco tuvieron que ver con atrocidades y genocidios. Plegaron sus uniformes y retomaron oficios diversos. Los que no pudieron olvidar, padecieron ellos mismos cruentas experiencias, guardaron un fervor faccioso o debían defender el propio crimen de guerra.

Conozco a Priebke desde los años 50, sólo como cliente en vacaciones de invierno y de verano de su fiambrería "La Viena" que mantuvo más de 20 años frente al Club Andino.

Siempre lo vi erguido, atildado y ceremonioso. Lucía una chaqueta de cirujano y cortaba el fiambre como un vitrolero de élite. Su tic reiterado -rascarse una de sus pobladas cejas- surgía en el momento del pesaje de las rodajas relucientes.

Imposible imaginarlo joven y disparando su arma en las Fosas Ardeatinas, y ahora recordarlo cuando despachaba a don Jorge Wolker, vecino de la guerra varó en el Río de la Plata cuando evacuó como marinero el Graf Spee, para anclar luego en la ciudad cordillerana donde fue excelente profesor de esquí hasta hace 6 años. Por entonces, claro, la cara negra de la historia de Priebke era sólo un secreto.

Pero es cierto que muchos "peces grandes" pasaron por Bariloche en busca de refugio y sólo lo consiguieron transitoriamente. Estuvo Eichman -de incógnito-, claro en el Hotel Parque según testimonio del ya fallecido- en el hospital de Ñorquinco cocinero y también buscador de oro, el chileno Ramón Riquelme, Y hay quienes vieron fotos de visitantes indeseables como Martin Bormann y el buscadísmo médico Mengele.

Hoy viven en Bariloche pocos sobrevivientes de aquella guerra y sólo unos pocos con nostalgia de ideologías y rencores lejanos, para quienes la guerra es ahora su gran anécdota, casi una pequeñez al lado de más recientes e indultadas atrocidades autóctonas. Aquel oficial tanquista, o ese motorista correo, o este otro civil que no combatió pero armó paciente su sueño-archivo contra la Mossad.

Abundaron algunos relatores de proezas, como los aviadores germanos. Simpáticos y deportivos -escaladores, casi todos- como el desaparecido aviador de la SGM German Wölf, que fue dueño de la barilochense hostería El Jabalí y aterrizaba con su avioneta junto a los costillares clavados en los asadores de la estancia cordillerana de Carl Fogel, la ahora fraccionada Lago Hermoso.

Ellos compusieron el folklore lugareño. "¿Qué otra cosa que pelear y horrorizarnos fue para nosostros la guerra?", me dijo hace casi veinte años Hörst Wize, acodado en el también desaparecido bar El Quijote, mientras yo reprochaba la barbarie nazi. Hörst fue piloto de la Lüftwaffe pero en el cordillerano se ahogaba en el alcohol y conducía milagrosamente su automóvil Masserschmit. Se salvó de los combates y se alivió en un episodio equívoco donde fue asesinado en la misma estancia donde Wölf aterrizaba sobre las brasas.

Quizás los peores años de estas historias barilochenses hayan sido las de algunos veranos de fines de los cincuenta. Pasé una noche en el viejo refugio del cerro López, desbordante de gente. Bajé sólo al día siguiente, horas antes que se desbarrancara una chica judía; el expediente de su muerte dudosa parece que desapareció. Algunos recopilaron la historia. Si es cierto que aquella noche agentes de la Mossad estuvieron bajo el mismo techo que un grupo de ex nazis. Se desataba al parecer una lucha para detectar los movimientos de Eichman que huía de la implacable búsqueda. Aquietado luego en su casa de la calle de los suburbios de San Fernando, cuando creyó haber despistado a la saga, fue atrapado para siempre.

Es cierto que muchos criminales de guerra circularon por la Argentina. Algunos disimulados como simples bebedores de cerveza en las ya inexistentes Munich, o en el subterráneo El Jabalí de la calle San Martín de Buenos Aires. Otros urgidos y en permanente fuga por los sigilosos itinerarios que llevaban a Misiones, el Paraguay o el Brasil -donde murió Mengele- y ese apreciado escondite de la selva que les pareció el paraíso. Pero nunca alcanzaron la paz.

Francisco N. Juárez

Criminales nazis en la Argentina



Walter Kutschmann (SS)

Detenido en Vicente López en noviembre de 1985. Tenía 73 años. Estaba acusado de haber asesinado a 2500 judíos en Polonia, en 1941. Mientras se tramitaba su extradición a Alemania, falleció por un problema cardíaco en el hospital Fernández, en agosto del 1986.



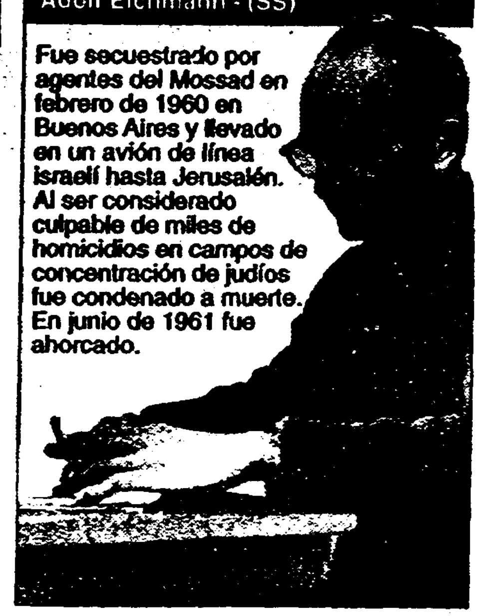
Franz Schwammberger (SS)

Fue detenido en noviembre de 1987, en Huerta Grande, Córdoba, lo extraditaron a Alemania en mayo de 1990. Fue condenado en la ciudad de Stuttgart a cadena perpetua por asesinato de 650 personas en Polonia.

Abraham Kipp - (SS)

En 1988 fue visto por dos periodistas en una casa en Boulogne. Nunca se conoció si existió una orden de captura. Nunca fue detenido. Se lo acusa de la muerte de cientos de judíos durante la ocupación nazi en Holanda.

Adolf Eichmann - (SS)



Fue secuestrado por agentes del Mossad en febrero de 1960 en Buenos Aires y llevado en un avión de línea israelí hasta Jerusalén. Al ser considerado culpable de miles de homicidios en campos de concentración de judíos fue condenado a muerte. En junio de 1961 fue ahorcado.

Jan Oly Hottentot - (SS)

El diario Het Parool, de Amsterdam, mantuvo una entrevista telefónica con él, desde su domicilio en Isidro Casanova, en diciembre de 1988. Poco después fue detenido y extraditado a Holanda. Allí fue condenado por torturas y crímenes de guerra en Europa.

Gerhard Bohme (abogado alemán)

Detenido en noviembre de 1965. Fue extraditado a Alemania en agosto de 1966. Se lo acusó de haber participado en la matanza de 60.000 enfermos mentales en las cámaras de gas, entre 1939 y 1940, en Alemania.

9405865

Italia por pedir extradición

Bariloche, un nido de nazis

Bariloche, Argentina (AFP)

■ Tres ex oficiales de las 'SS' alemanas, compañeros del detenido ex nazi alemán Erich Priebke, cuya extradición Italia reclamó a la Argentina, residen sin inconvenientes en Bariloche, se reveló ayer.

Se trata de Max Christopher Naumann, Ernest Hamann y Oskar Otto Berger —un nombre posiblemente falso, todos ex oficiales de las Schutzstaffel convertidos en comerciantes prósperos y ampliamente conocidos.

La residencia de los ex jefes nazis en este ciudad, ubicada a 1.450 km al sur de Buenos Aires, fue denunciada la semana pasada al gobierno de Italia por el ex profesor de la escuela alemana local, Karl Ugel, reportó el diario Clarín.

Agregó que la información ya había sido entregada a Roma en 1989 por el "cazador de nazis" Arno Klarsfeld, hijo de Serge Klarsfeld y su esposa Beate.

El matrimonio Klarsfeld logró hace unos años que Bolivia extraditara al criminal de guerra nazi alemán Klaus Barbie, quien se hacía llamar Klaus Altmann y era más conocido como "el carnicero de Lyon".

Según la denuncia de Ugel, también residieron en Bariloche los fallecidos Federico Lantschner, ex gobernador del Tirol austríaco, y Wolf Schroppe, cuya hija es directora del colegio Primo Capraro, propiedad de la Asociación Cultural Germano Argentina de Bariloche.

La escuela alemana, Deutschen Schule, de la que Ugel fue despedido por "transmitir una visión distorsionada de la historia de Alemania", pertenece al Colegio Primo Capraro. La Asociación Cultural Germano Argentina "es sólo un sello que encubre a un grupo de sociedades dedicadas a la protección de los criminales de guerra" nazis, según la denuncia formulada ante el gobierno italiano.

23/5

27/5

DOS NAZIS EN ARGENTINA

"La mano de Dios nos dijo vengan"

Abraham Kipp, un teniente de la Gestapo en Holanda, y Wilhem Sassen, quien redactara las memorias de Adolf Eichmann –responsable de la deportación y el exterminio de millones de personas–, aparecieron anoche en la televisión argentina en el marco de una investigación periodística sobre la presencia de los nazis en el país. Utilizando la famosa frase de Maradona, Sassen sintetizó las facilidades que los hombres del Tercer Reich encontraron en estas playas: "Fue como la mano de Dios, que nos dijo vengan y entren".

Kipp fue condenado a muerte en Holanda por su participación en la entrega a la Gestapo de numerosos compatriotas, 20 de los cuales fueron asesinados. En 1988 un diario holandés denunció su presencia en la Argentina, pero la justicia denegó su extradición por "haber prescripto la causa". A partir de la dirección en la que Kipp fue detectado en 1988 -ahora vive allí uno de sus hijos–, el equipo de "Edición Plus" de Telefé, hizo un seguimiento de la esposa del ex policía nazi y finalmente dio con su actual vivienda en la localidad bonaerense de José León Suárez. En breve diálogo con uno de los periodistas, el holandés aceptó que es el hombre buscado por la justicia de su país, pero dijo que "está todo liquidado". A pesar de los dichos del ex hombre de la Gestapo, el Centro Simón Wiesenthal pidió a las autoridades holandesas que reiteren el pedido de extradición contra Kipp.

Más extensa fue la entrevista con Sassen, quien actuó en el Ministerio de Propaganda nazi, a las órdenes de Josef Goebbels. Estas son algunas de sus afirmaciones: "Eichmann era un burócrata. Yo le dije que sus memorias debían titularse *El contador de la muerte*. Efectivamente fui también amigo de Mengele –el médico que hacía experimentos siniestros con los prisioneros del campo de concentración de Auschwitz–. Era un académico, un hombre exquisito por sus conocimientos y por su amor a la música. Después, se inventaron muchas cosas, pero sus escritos científicos se guardan en Estados Unidos. Martin Bormann, segundo en la jerarquía nazi, sobrevivió a la guerra, pero ya murió. Fue hace veinte años en Alemania. En el gobierno argentino mantuve relaciones con Perón, pero, en un determinado momento, publiqué algo que no le gustó y dos hombres grandotes como un ropero me quitaron el grabador. Mi enemiga fue la increíble Evita".

94 J5865

04-04

Nº. DOCUMENTO 9405866
TITULO Atentados del IRA en IRLANDA
PROCEDENCIA 150023
FECHA 16/5/94
VINCULO 112137.N
514711 IRA
66196 IRL

EDICIÓN MZ
ORIGEN MZ

Un soldado muerto en ataque del IRA

Belfast, Irlanda del Norte (UPI)

■ Las autoridades investigaban ayer cómo pudo el proscrito Ejército Republicano Irlandés poner una bomba que mató a un soldado en un puesto de control de seguridad, informó la Real Guardia Civil de Ulster.

El soldado murió cerca de la medianoche del sábado víctima de un proyectil de mortero en el punto de control permanente de vehículos en Keady, unos 68 quilómetros al sur de Belfast.

Otro soldado sufrió un agudo ataque de shock.

Una voz de una persona que se identificó como miembro del IRA llamó por teléfono a un periódico local para informar del ataque.

El proyectil Mark-15 de mortero fue disparado en forma horizontal desde un vehículo detenido a 100 metros del lugar, para un impacto directo, dijo un vocero de la Real Guardia Civil de Ulster.

El proyectil hizo impacto en un punto supervisado por una muy fortificada estación de policía, en el mismo lugar en que un ataque similar mató el año pasado a un trabajador civil.

Los puntos permanentes de control tienen protección ininterrumpida, con sofisticados equipos de video que penetran la noche y tropas de turno en todo momento.

Un concejal local que condenó el ataque, instó al IRA a deponer las armas.

"Por el favor de Dios, demuestren al pueblo que ustedes representan un llamado a la misericordia", dijo Tommy Castle, del Partido Laborista Social Demócrata. "Este no ha sido un simple ataque a las Fuerzas de Seguridad, sino a la población en general".

Numerosos residentes sobresaltados, tuvieron que ser evacuados de sus hogares a medida que se organizaba un gran operativo de seguridad.

Mientras tanto, sir Patrick Mayhew, el secretario de Estado de Irlanda del Norte, era advertido de su promesa de responder preguntas provenientes del Sinn Fein, el ala política del IRA, que aclarasen secciones de la declaración de paz anglo-irlandesa.

Mayhew reveló que el gobierno británico había recibido las preguntas y que él mismo les daría "cuidadosa consideración".

Su respuesta es el mejor indicio de que el gobierno británico ha cedido ante las demandas del IRA. Protestantes unionistas de Irlanda del Norte se mostraron indignados por los contactos británicos con el IRA. 1615

Nuevo atentado del IRA

Belfast (UPI)

■ Un hombre murió y su esposa y dos hijos resultaron gravemente heridos ayer, cuando un cochebomba del Ejército Republicano Irlandés estalló cerca del automóvil de la familia frente a una iglesia en el condado de Armagh, en la localidad de Lurgan.

Un vocero de la real Policía de Ulster dijo que la familia se encontraba en su automóvil cerca de la iglesia presbiteriana del pueblo, 32 quilómetros al sudoeste de Belfast, cuando ocurrió la explosión. Presumiblemente la bomba estaba colocada debajo del coche.

El Ejército Republicano Irlandés (IRA) dijo que realizó el ataque contra Frederick Anthony, de 38 años, quien se desempeñaba como empleado de limpieza de la estación de policía de la localidad.

"Ese hombre no representaba una amenaza política, militar ni intelectual al IRA, ni a ninguna otra agrupación de Irlanda del Norte", dijo el superintendente en jefe de la Real Policía de Ulster (RUC), Tim Lewis.

La explosión ocurrió entre informaciones de un potencial nuevo avance en la iniciativa de paz anglo-irlandesa, la cual fue firmada hace cinco meses por el primer ministro británico John Major y su contraparte irlandés Albert Reynolds. 1916

POCO LEGIBLE

9405866

0102

Un muerto en atentado en Dublín

Dublín (AFP)

■ El atentado contra un pub de Dublín que causó un muerto y un herido grave la noche del sábado sembró la duda sobre las intenciones de las milicias paramilitares protestantes que en un momento parecieron "considerar seriamente" el abandono de la violencia.

Tres hombres trataron de entrar, según testigos, en un pub del centro de Dublín en el momento del cierre hacia las 23h00 (22h00 GMT) cuando se celebraba una reunión del Sin Fein, ala política del Ejército Republicano Irlandés (IRA) destinado a juntar fondos para los presos republicanos de Ulster.

El grupo disparó contra la persona que vigilaba la entrada y que les había negado el acceso. De adentro, otro hombre logró cerrar la puerta, impidiendo que los atacantes lanzaran una bomba que llevaban con ellos, pero el comando disparó a través de la puerta y lo hirió.

Antes de huir, los asaltantes lanzaron la bomba, pero no explotó. Uno de los heridos murió poco después y el otro seguía ayer de mañana en un estado "grave pero estable".

El atentado de anteanoche es el primero de importancia en Irlanda luego de los dos atentados con explosivos perpetrados por los paramilitares protestantes en Dublín y Monaghan el 17 de mayo de 1974 y que causaron 33 muertos y más de 300 heridos.

El viernes pasado, el líder de los unionistas moderados del UUP (Partido Unionista de Ulster) James Molyneaux, había lanzado un llamado a las milicias paramilitares protestantes para que suspendieran de inmediato sus actos de violencia.

Para Molyneaux, la declaración anglo-irlandesa sobre la paz en Ulster no establecía distinciones entre organizaciones republicanas y protestantes con respecto a la posibilidad de entablar un diálogo político tras un cese de la violencia.

Incluso admitió que se habían establecido contactos entre representantes de su partido y "gentes allegadas a los paramilitares protestantes".

Al día siguiente The Guardian afirmaba que fuentes allegadas a las milicias protestantes habían indicado que "estudiaban seriamente" el llamado lanzado por Molyneaux.

Otras fuentes aludían a la posibilidad de un alto el fuego temporal.

Y, en un desarrollo inhabitual, el IRA afirmó en un comunicado difundido ayer por la tarde en Dublín, que recibía favorablemente "indicaciones" según las cuales las milicias protestantes encaraban poner fin a sus ataques contra los nacionalistas.

FOT. ESCUIS

9405866

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405867

TITULO Pretenden identificar al Subcomandate Marcos

PROCESO 150090

FECHA 15/5/94

VI 11140 Sub

507623 Méx

515945 EZLN

ENTRADO MZ

CRUZADO MZ

9405867

01-04

Desde Tijuana afirman que el líder zapatista es en realidad el sacerdote
versión que fue inmediatamente

El periódico Summa pretende identidad del subcomandante

* La Compañía de Jesús sostiene que "es muy poco profesional provocar difamación e inseguridad a partir de noticias falsas, sin señalar a los responsables de la información"

En su edición del viernes 8 de abril, el periódico Summa, que dirige José Antonio Pérez Stuart y preside Jacobo Zabludovsky, difundió en su encabezado principal que el subcomandante Marcos es un jesuita de nombre Jerónimo. La versión fue rotundamente desmentida ese mismo día por la Compañía de Jesús.

■ *Según la nota enviada desde Tijuana, BC, por el enviado de Summa, Ernesto Esparza,* "un grupo especial del gobierno federal, que tiene su centro de operaciones en el estado de Chiapas", habría logrado desentrañar que el subcomandante insurgente Marcos es en realidad el sacerdote jesuita Jerónimo Hernández López.

El descubrimiento se habría logrado mediante estudios de computadora, fotografías, grabaciones de voz, parecido físico y videos que revelan una gran similitud entre el vocero del EZLN y el sacerdote jesuita de 36 años. Inclusive se mencionan coincidencias, como "la cicatriz por viruela o lunar que ambos tienen entre la comisura de la ceja y el párpado del ojo derecho; la nariz aguileña y robusta; el color de la piel; los rasgos y el color café claro de los ojos; la forma de la boca; el ancho de la frente; la voz y los movimientos de las manos".

Esparza, remitiéndose a "información confidencial", expone que Hernández López fue enviado hace cuatro años a Chiapas, pero que "desde hace más de dos años se desconoce en qué comunidad se encuentra".

El descubrimiento se habría logrado mediante un operativo bautizado como "Identidad", para el cual —revela Esparza— fue necesario "infiltrar a un agente especial en el seno del EZLN", el cual, además de seguir todos los movimientos tácticos de los insurgentes, informó que se asegura que "tras la máscara que (Marcos) siempre lleva puesta cuando habla ante las cámaras de televisión y fotográficas, existe un padre jesuita que aparece en ocasiones oficiando misa, vestido de blanco y sin capucha".

Especula sobre si dicha información será divulgada cuando se reinicien las negociaciones en Chiapas y se cura en salud al señalar que "por lo pronto Summa la revela no tratando de crear una confusión sobre la personalidad real del subcomandante Marcos, sino únicamente para dar veracidad a esta información de interés nacional e internacional. De esta forma, reiteramos una vez más nuestro anhelo de ir a la vanguardia periodística, con el propósito de servir a nuestros lectores".

Horas después, la provincia mexicana de la Compañía de Jesús emitió un comunicado oficial firmado por Carlos Morfín Otero, socio del provincial, en el que desmiente categóricamente que el padre jesuita Jerónimo Alberto López Hernández sea el subcomandante Marcos.

Se aclara que desde el 5 de agosto de 1992 hasta el 5 de abril de 1994 el padre Hernández López fue destinado a la atención pastoral de los refugiados guatemaltecos en el estado de Campeche. "Estos datos han sido completamente públicos y del conocimiento de las autoridades del país, pues son datos exigidos para todo aquel que quiere trabajar directamente con los refugiados".

A partir de la última fecha, "el padre Jerónimo Hernández recibió la misión de colaborar en nuestro proyecto de Bachajón-Arena en el estado de Chiapas. De esto fueron informados, a su debido tiempo, el licenciado Diego Valadés, de la Procuraduría General de la República, y el doctor Jorge Carpizo, secretario de Gobernación".

Además de estos datos, el comunicado de los jesuitas revela que en los últimos días Jerónimo Hernández fue entrevistado y fotografiado por agentes de Seguridad Nacional de la delegación del estado de Campeche, supuestamente para confirmar su ubicación y el trabajo que desarrolla entre los refugiados. A estos agentes —subraya— se les proporcionó la información que solicitaron.

Y concluye: "Condenamos enérgicamente esta información del periódico Summa. Es muy poco profesional provocar difamación e inseguridad a partir de noticias falsas, sin señalar a los responsables de la investigación aludida. Es muy grave involucrar, en general, al gobierno federal. Esta nota viene a añadirse a una larga lista de informaciones falsas, orquestadas en algunos medios.

La opinión pública necesita verdades. Las opiniones falsas fomentan, en la delicada situación del país, difamación, violencia, inestabilidad e inseguridad".

QUERELLA POR DIFAMACION

Campeche, (CAMP).- Mientras que la Compañía de Jesús presentó una querella penal contra el periódico Summa, debido a que afirmó que el jesuita, Jerónimo Hernández era el subcomandante Marcos, con base en una supuesta investigación hecha por "un grupo especial del gobierno federal", Valdemar Góngora, encargado gubernamental de armar el expediente del religioso, desmintió las afirmaciones del periódico de Televisa.

"El padre es más chaparro y más flaco que Marcos, no tiene los ojos claros; sólo se parecen en la nariz y en cómo mueven las manos al hablar"".

Agente de la delegación en Campeche del Centro de Investigación y Seguridad Nacional (Cisen), Valdemar Góngora añade:

"Si alguien más hubiera investigado al padre, nosotros seríamos los primeros en saberlo".

Desmiente también las declaraciones del periódico que dirige José Antonio Pérez Stuart, en el sentido de que se desconocía el paradero del jesuita:

"Desde que el padre llegó a Campeche, en 1992, lo hemos visitado, platicado con él. Fuimos a verlo trabajar en los campamentos de refugiados guatemaltecos o cuando había repatriaciones.

Le tomamos fotografías. No sé cómo se le pudo vincular con Marcos".

Detalla la vida cotidiana de quien a principios de 1992 encabezó la marcha indígena Xi-Nich, que de Palenque partió a la Ciudad de México: generalmente los fines de semana visitaba los campamentos de refugiados, donde oficiaba misas, bodas, bautizos e impartía la doctrina cristiana. Entre semana se le podía encontrar en la casa de los jesuitas, ubicada inclusive a pocos metros de la soficinas del Cisen, en el barrio de San Román.



Marcos no es Jerónimo. (Telefotos de archivo de AFP)

El investigador social Enrique Dussel asegura que el pasamontañas es

"Marcos es un traductor porque sabe decir

■ Las palabras, desde el primero de enero, también cambiaron. Enrique Dussell analiza esa cuestión. La tesis central de su examen es: "El diálogo en San Cristóbal alcanza una importancia similar al sucedido hace 500 años durante el 'Coloquio de los 12' entre tlamatinimes y franciscanos". Este diálogo de ahora es por el reconocimiento del otro, que es por el respeto a la dignidad del otro, que es por el establecimiento de las autonomías dentro de un Estado plurinacional. Este diálogo sucede entonces alrededor de la existencia, de la ética y de la política.

Desde hace cinco años, Dussel participa en una polémica con el filósofo alemán Karl Otto Apel acerca justamente del diálogo y sus posibilidades. Esos debates han sido rescatados bajo diferentes títulos, el primero de ellos **Fundamentación de la ética y filosofía de la liberación** (Siglo XXI Editores). En el "Intermezo" de ese libro Dussel ejemplificó sus tesis precisamente con los indígenas tojolabales. En la estructura de su lengua está implícito el reconocimiento de que todas las cosas son personas: yo, el otro, la nube, los antepasados.

El filósofo enmarca el debate en Chiapas en el espacio filosófico mundial pues lo que sucede tiene tales alcances: "El trasfondo teórico de los sucesos es el problema de la comunicabilidad —explica Dussell—. Los posmodernos establecen que las diferencias entre los mundos y los lenguajes hacen la comunicación imposible. Rorty, por ejemplo, defiende la inconmensurabilidad de un mundo con otro. En tanto que los de la Escuela de Francfort —Appel y Habermas— son optimistas. La comunicación no sólo es posible sino fácil. Ellos defienden la nacionalidad como posibilidad del diálogo y el acuerdo.

"Por su parte, una filosofía latinoamericana tendría que establecer que el diálogo es posible pero difícil. Y es difícil porque es asimétrico —uno domina al otro, uno está abajo y otro está arriba—. Esa situación asimétrica hace que el poderoso no le ceda la palabra al que no lo es. Entonces el de abajo, habiendo agotado los medios justos, un día dice '¡Ya basta!', como sucedió en Chiapas. En ese momento, la asimetría se convirtió en una razonable simetría donde le fue concedida la palabra al indígena porque eran mejores las palabras que los tiros".

PALABRA Y VERDAD

Dussel analiza dos textos. El primero, publicado el 20 de febrero. "La palabra de verdad que viene desde lo más hondo de nuestra historia, desde nuestro dolor, de los muertos que con nosotros viven (...) En nuestra voz irá la voz de los demás, de los que nada tienen, de los condenados al silencio, de los arrojados de su tierra y de su historia por la soberanía de los poderosos, de todos los hombres y mujeres buenos, que caminan estos mundos de dolor y rabia, de los niños y los ancianos muertos de soledad y abandono, de las mujeres humilladas, de los hombres pequeños. Por nuestra voz hablarán los muertos, tan solos y olvidados, tan muertos, y sin embargo tan vivos en nuestra voz y en nuestros pasos".

En este pasaje Dussel localiza una concepción del mundo, punto de partida para unir la existencia con la ética, con la política.

"En el mundo náhuatl-maya, la definición de la persona es flor y canto. La flor es lo perecedero, el canto es la palabra. La palabra es el ser humano que se expresa, su realidad misma. Ese ser pasa del interior al exterior para comunicarse en público. Esta palabra tiene una peculiaridad: es palabra de verdad. Nezahualcóyotl se preguntó si era posible vivir precisamente en la verdad. Verdadero es lo que está apoyado sobre los fundamentos del universo, lo que tiene fundamento. 'Palabra de verdad' entonces quiere decir: expresamos el ser humano en aquello que tiene de eterno. Por eso afirman que la palabra de verdad viene desde lo más hondo de su dolor, su historia y sus muertos".

COSMOS Y POLIS

Lo anterior expresa para Dussel "la unidad entre la vida cotidiana y la vida pública, la vida ética y la vida política. Es una visión cosmopolita en el sentido que la vida forma parte del cosmos. Las palabras de los políticos son cháchara en la que los indígenas no creen. Las palabras de estos indios son palabras de verdad. En esas palabras de verdad hablan los arrojados de su tierra y de su historia. En esas palabras viven los niños y los ancianos, las mujeres; los hombres pequeños —expresión maya: los humildes— y los mismos muertos —en los que reside la memoria de los pueblos—".

Lo ha explicado López Austin, recuerda Dussel: el indígena vive en distintos tiempos y espacios —El espacio y el tiempo real, y el mítico del pasado y del futuro—. "Por eso en la supervivencia de sus muertos está de por medio su historia. Los muertos sólo mueren cuando se les olvida. Los occidentales recordamos líderes y episodios históricos, pero olvidamos la historia del pueblo. El pueblo no la olvida. En las casas pobres de México encontramos siempre un altar con las fotos de los abuelos, los nietos, la Virgen de Guadalupe. Es el lugar del recuerdo. El lugar donde viven".

EL OTRO, LO DIGNO

Esa concepción del mundo y de la existencia implica a su vez dos categorías: la de los dominadores, y la de los dominados —los otros, los invisibles—. Dussel tiende un puente entre el texto anterior y las declaraciones del delegado Juan del 25 de febrero. En varias ocasiones Juan repite que, aparte de las necesidades concretas, los indígenas tomaron las armas para pelear por su dignidad que no ha sido respetada desde hace siglos.

Esta es su lectura en la que anuda la existencia con la ética y con la política:

"El respeto de la dignidad es el reconocimiento de la dignidad". Ese reconocimiento que es ético, es el comienzo de toda entidad jurídica, de todo derecho humano, de todo orden legal, que es político. En este contexto, Marcos es una figura ambigua: la sociedad ládina y blanca lo scepta como mediador porque sigue sin aceptar al indígena. Pero lo fundamental es que este debate tiene también una gran actualidad filosófica. Un pensador alemán, Alex Honneth, tituló un libro justamente así, La lucha por el reconocimiento, refiriéndose a los iguales de la sociedad de la comunicación. El indígena de Chiapas va más allá: habla del respeto a la dignidad del que no es igual, del no reconocido ni en la historia ni en las leyes. Eso sucede en la cultura de México, Latinoamérica y de cualquier parte del mundo que la modernidad avasalló. Por ello su impacto internacional. Los periódicos alemanes, por ejemplo, hablaron de la rebelión maya".

La palabra dignidad tiene una peculiaridad. "Sólo aparece cuando ha sido negada de antemano. Esa dignidad se respeta no sólo de palabra. Lo que se necesitan son actos concretos. En América Latina las constituciones no han hecho del indio un sujeto. La colombiana lo hizo recientemente. El Estado se declara una entidad, no de muchas etnias sino de muchas naciones. Luego de los sucesos de Chiapas, de pronto advertimos que el Estado nacional no ha existido ni en Francia, ni en Alemania, ni en España ni en ninguna parte del mundo. El Estado nacional es el resultado de la imposición de una nación sobre las demás. El Estado nacional moderno tiene una identidad exclusiva: el que no es como el Estado, es expulsado. Quizá el único Estado nacional sea el de un país que no tiene nación: Estados Unidos. Los indígenas están diciendo: yo no soy un ciudadano abstracto, yo soy el miembro de una nación que tiene lengua, historia y modos específicos de ejercer la política y que por lo tanto debe ser reconocida en los municipios, los estados y la Constitución. Los indios no están pidiendos ser incluidos en el Estado como ciudadanos abstractos; están pidiendo ser ellos mismos. No debe confundirse la nación ladino-blanca que tiene por gran líder a Hidalgo, con la gran nación maya que tiene otros líderes, como Canek. Pues además los indígenas no son minorías. Son muchísimo más de los que se hablan. En una encuesta un indio con saco y corbata responde: 'soy ladino'. Pero no es así. Hay más de 20 millones".

EL YO, LO AUTONOMO

El respeto a la dignidad es el reconocimiento del indígena y es entonces el planteamiento de la autonomía. "En una de sus declaraciones los indígenas plantean la esencia de su democracia: la participación en las decisiones de cada uno de los individuos de carne y hueso. Lo dejaron claro los delegados en las negociaciones: tenemos que ir a los pueblos para ratificar o no los acuerdos. No es una propuesta surgida de una facultad de ciencias políticas. Es la manera maya de tomar decisiones en la

02

LR 15/5

9405867

jesuita Jerónimo Hernández López, desmentida

desentrañar la Marcos



Jerónimo no es Marcos.

Las declaraciones de Góngora se convierten así en el primer desmentido del supuesto operativo "Identidad" que, según Summa, efectuó el "gobierno federal" para desentrañar quien se esconde tras el pasamontañas del más conocido dirigente del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

La Compañía de Jesús, por su parte, presentó una querella penal contra Summa, por difamación, el jueves 21.

Fue presentada ante la Procuraduría General de Justicia del Distrito Federal (Pgjdf). Los hechos quedaron asentados en la Averiguación Previa SC/4570/94-4.

Los acusados: José Antonio Pérez Stuart, director del periódico; Jacobo Zabludovsky, director de la casa editorial y del programa 24 Horas y Ernesto Esparza, el reportero que escribió la información.

Gerardo Soria Gutiérrez, el abogado de la Compañía de Jesús, dijo:

"Esta querella por difamación se puede ampliar a calumnia, que es cuando se dice que alguien cometió un delito. En este caso no se dijo directamente, aunque se puede derivar esa consecuencia. La sanción dependerá del fallo del juez".

En su edición del 8 de abril, Summa difundió en su encabezado principal que el subcomandante era Jerónimo Hernández. En una nota enviada desde Tijuana, el reportero Esparza dijo que "un grupo especial del gobierno federal, que tiene su centro de operaciones en el estado de Chiapas" había logrado detectar, mediante un operativo bautizado como "Identidad" que el subcomandante era Jerónimo Hernández, mediante estudios de computadora, fotografías, grabaciones de voz parecido físico y videos.

La Compañía de Jesús inmediatamente envió un desmentido, en el que afirmaba que "es muy poco profesional provocar difamación e inseguridad a partir de noticias falsas, sin señalar a los responsables de la investigación aludida.

Es muy grave involucrar, en general, al gobierno federal".

Sin embargo, cuatro días después, el 12 de abril y ahora en Ovaciones, se volvió a arremeter contra la Compañía de Jesús, esta vez se acusó al jesuita Eugenio Maurer, de 66 años, de ser el subcomandante Marcos.

La información se dio en una nota informativa sin firma, de cuatro párrafos, y hecha resaltar por cuatro fotografías de Marcos y el dibujo de un sacerdote con alzacuellos y sin rostro.

Bajo el encabezado "Marcos. Otra hipótesis de Identidad", el diario que dirige Jacobo Zabludovsky argumentó:

"Ex simpatizantes del obispo Samuel Ruíz García afirman que es un sacerdote, jesuita, poblano. 'Marcos' aseguran, es Eugenio Maurer".

Eugenio Maurer efectivamente es jesuita, pero tiene 66 años de edad y desde hace dos convalece de un accidente automovilístico (por acuerdo con la revista Proceso)

¿Sembrando pistas falsas o divirtiéndose?

■ En declaraciones a un diario californiano, el subcomandante y vocero de la insurgencia zapatista hizo confesiones que por el contenido y el tono parecen una broma o un intento de sembrar pistas falsas sobre su identidad.

El 10 de abril, aniversario de la muerte de Zapata, el subcomandante Marcos estaba con el ánimo ligero. Por eso, quizá le tomó el pelo a Trina Kleist, enviada del diario San Francisco Chronicle, al hacer una descripción de su pasado que el propio periódico llamó "colorida", al publicarla el 16 de abril.

La periodista norteamericana y Marcos conversaron al cabo de un día de celebraciones, y mientras los zapatistas bailaban cumbias y música ranchera. "A juzgar por su manera de expresarse —dice Kleist— y sus frecuentes alusiones literarias e históricas, Marcos parece ser el clásico universitario, hijo de una familia próspera. Sin embargo, él se describe a sí mismo como alguien que ha llevado una vida azarosa tanto en México como en EEUU, incluyendo el área de la Bahía" de San Francisco. Este último dato es lo que conduce a tomar con un grano de sal las informaciones autobiográficas de Marcos, que más parecía estar pensando en el mercado de los lectores del Chronicle que en la verdad histórica. Como quiera que sea, esto es lo que reporta la periodista californiana:

"Comienza diciendo que alguna vez vivió en la estación de autobuses de la ciudad de Monterrey, donde vendía ropa usada en las calles y pasaba las tardes viendo películas porno. Después, continúa con una rápida descripción de sus diversos empleos en los EEUU: 'Viví en San Diego. Fui taxista en Santa Bárbara. Trabajé en un restaurante en San Francisco, hasta que fui despedido por ser homosexual. (I got fired for being gay, dice el original en inglés). Trabajé en una tienda de artículos pornográficos (sexshop) donde hacía demostraciones para los clientes con muñecas inflables, de plástico. Viví bajo el puente Golden Gate'.

Luego se trasladó a la costa este, y continúa Marcos: 'Trabajé en la oficina de Conservación en Nueva Orleans. Fui agente de seguridad en una sala de masajes. Y fui corredor en una sala de masajes. Y fui corredor en el mercado de valores en Wall Street'".

La reportera del San Francisco Chronicle preguntó cómo se integró a un movimiento mayoritariamente compuesto por indígenas. Y tras haberle contestado con la historia anterior, que parece el guión de una película de Scorsese, Marcos refiere que llegó a la zona "por accidente, en 1983": "Estaba borracho, tomé un autobús para ir a Acapulco, pero me equivoqué y terminé en Ocosingo".

Luego, aventura la eventual causa de la confusión: "Cerca de aquí hay un lago llamado Miramar. Al preguntar por mar, los indígenas se confundieron y me mandaron a las montañas, de donde nunca volví a salir".

La reportera concluye esta porción de su nota: "Cuenta Marcos que cuando se relacionó con los rebeldes éstos se burlaban de él porque leía el Quijote y la poesía de Pablo Neruda, en lugar de temas políticos: 'Se burlaban de mí, pero se alegraban cuando les leía historias por las noches', dice Marcos".

Advertida de que quizá Marcos estaba jugando, la periodista establece el contrapunto: "Sin embargo, es bastante serio acerca del movimiento zapatista, que ha capturado la atención de muchos mexicanos. En sus discursos y en su estrategia, Marcos se apoya en los héroes de la Revolución de 1910. Así como en otras figuras nacionales. Marcos describe su compromiso personal hacia la rebelión con un fervor casi religioso: Si usted supiera que va a morir el día de mañana, ¿sería usted falso? o en cambio ¿mostraría usted todo lo que trae dentro? Sólo aquél que se encuentra en el filo de la navaja puede actuar de esta manera".

La enviada del diario californiano presenció en un poblado zapatista la celebración del 10 de abril. Vio a trescientos guerrilleros precedidos por un letrero rojo y negro que los identificaba: "Tercer Regimiento. Guardia y Corazón del Pueblo". Surgieron ordenadamente de la selva, con toda clase de armas, y uniformados rigurosamente. Ante esa tropa y "cientos de mujeres ataviadas con vistosos colores", entre las que "las solteras mostraban su disposición para el matrimonio luciendo prendedores de plata en el chongo formado por su pelo negro", una banda de música tocó el Himno nacional y el himno zapatista.

"una cuestión de seguridad"

a los blancos las necesidades de los indígenas"

que todo se consulta con todos"

"En la democracia maya el voto tiene que ser unánime. Si alguno no está de acuerdo pueden pasar horas y días para convencerlo.

No es asunto de mayorías sino de unanimidad. Es una democracia muy estricta. Por ello cuando hablan de justicia, democracia y libertad, no están refiriéndose a los conceptos occidentales y modernos sino muy antiguos y de los cuales tenemos mucho que aprender".

1525, 1994

En 1525 ocurrió quizá el único diálogo en México entre blancos e indios, recordó Dussel. Los interlocutores fueron un grupo de tlamantinimes y franciscanos. Fue el "Coloquio de los 12" y hablaron cerca de una semana, como lo han hecho ahora los zapatistas con Camacho. En ese 1525, los sabios de tierras mesoamericanas explicaron a los franciscanos: "con temor y temblor, extraeremos lo que tenemos oculto en nuestros recipientes para ponerlo en las manos del traductor".

"Ellos hablaban de la imposibilidad de expresarse porque no tenían traductores. El diálogo tuvo que hacerse en castellano. Lo mismo sucede en Chiapas. Igual que el de ahora, el problema de la traducción es nada menos que hacerle vivir al otro un mundo otro. Y Marcos, en la medida en que lo puede ser, siendo un pequeño burgués, blanco, en Chiapas, es un traductor, pues pasó 10 años viviendo con ellos. Marcos puso su cuerpo en el lugar del oprimido. Ahí aprendió a comer, a dormir, empezó a pensar, y empezó a hablar de ellos. No se sabe si Marcos domina sus lenguas. Parece que más bien escucha cómo se expresan los indios en castellano y, con una gran sensibilidad, repite aquello. Eso es distinto a saber la lengua, como Samuel Ruiz, que conoce dos".

MARCOS Y MOISES

Pero de todas maneras, afirma Dussel, Marcos es un traductor porque sabe decir a los blancos las necesidades de los indígenas. Y al mismo tiempo, sabe decirle al mundo blanco los niveles nacionales del debate que sobrepasan el horizonte concreto de las necesidades de un pueblo indígena. Eso es muy importante. Ellos pueden pedir que les edifiquen hospitales y escuelas pero después se van a sentir exactamente igual porque no habrían sido reformadas leyes ni instituciones para que el reconocimiento sea irreversible. Y para hacer eso hay que conocer el sistema".

Dussel compara en este punto, y estrictamente en el nivel metafórico, a Marcos con Moisés. "En los pasajes de la liberación de los esclavos de Egipto se dice que Moisés era hijo del faraón. Seguramente no fue así. Pero de esa manera se hacía notar que él servía de líder y traductor porque conocía los mecanismos del sistema, pues de no haber sido así, su traducción hubiera sido inadecuada. La traducción entonces no es problema lingüístico, como creen los filósofos abstractos, sino un problema político. Las palabras tienen un sentido ético y político. Por eso Marcos, expresando lo que los zapatistas quieren decir y que ninguno de ellos podría hacerlo puesto que desconocen el sistema en conjunto, ha logrado tener impacto entre los blancos. Marcos ha tenido una actividad de mediación, Marcos ha hecho comunicables dos mundos incomunicados".

COMPASION COMPRENDIDA

En la sociedad civil ha sido enorme el impacto de la rebelión zapatista. Eso se debe, explica Dussel, a que ellos mismos se saben dominados. "La sociedad civil también ha sido hecha ninguna —la han ninguneado—. De pronto, esa sociedad se da cuenta que hay otros que también lo han sido, y que hasta son más antiguos. Es una especie de compasión comprendida. La sociedad civil se identifica con los indígenas porque ya está sufriendo situaciones parecidas. Pero los indígenas, a diferencia de la sociedad civil, tiene su lengua, tienen su historia y una enorme personalidad cultural. La sociedad civil no sabemos quiénes somos. Estamos confundidos como aquella señora mexicana que viajó a Estados Unidos y dijo: Oh, aquí también se toma Coca Cola".

El pasamontañas también tiene una significación, afirma finalmente Dussel. "En principio es una cuestión de seguridad. Pero se ha hecho un símbolo. En el fondo es verdad que el del indígena es un rostro desconocido. Si uno visita Africa ve a todos negros sin reconocer a nadie en particular. Todos parecen iguales. A ellos les pasa lo mismo con nosotros. Cuando uno va a Chiapas como turista no ve los rostros individuales de los indígenas. Ellos no tienen rostro, y con el pasamontañas están diciendo: nosotros los sin rostro. El pasamontañas enmarca de manera implícita que no se tiene rostro, lo cual es ya tener alguno. Antes, sin pasamontañas, tenían menos. El taparse la cara es empezar ya a tener cara. El pasamontañas es un modo de aparecer sin rostro". (Proceso)

03 9405867

México, a punto de identificar al rebelde "Marcos"

El gobierno tendría el nombre del líder zapatista



El misterioso "subcomandante Marcos", de la guerrilla zapatista.

MIAMI, 26 (EFE y AP). — Los servicios de inteligencia mexicanos lograron **reducir a dos el número de personas sospechosas de ser el "subcomandante Marcos"**, pero momentáneamente suspendieron la investigación sobre la identidad del líder zapatista para no entorpecer las negociaciones de paz en el sureño estado de Chiapas, aseguró hoy el diario "The Miami Herald".

En una información fechada en la capital mexicana, el enviado especial del diario estadounidense, **Andrés Oppenheimer**, reveló que los expertos se han basado en el estudio de **llamadas telefónicas interceptadas** y cientos de **huellas digitales** recogidas en la catedral de San Cristóbal de las Casas, donde se realizó el diálogo de paz entre el gobierno y los rebeldes del **Ejército Zapatista de Liberación Nacional** (EZLN), en febrero pasado.

Uno de los sospechosos procede de la localidad mexicana de Ciudad Obregón, y estuvo preso por actividades izquierdistas. Estudió después ingeniería en la Universidad Nacional Autónoma de México y llegó a Chiapas como trabajador de un programa de desarrollo rural patrocinado por el gobierno, de acuerdo con las fuentes de Oppenheimer.

El otro, nacido en el estado de Coahuila, también llegó a Chiapas a principos de los años 80 como parte de un programa de desarrollo agrícola, y tuvo actividad en política como trabajador laico en la Iglesia Católica, según "funcionarios del gobierno" que el periodista mantiene en el anonimato.

Los informantes revelaron que un equipo de investigadores viajó a Lima para verificar posibles contactos del enmascarado "subcomandante Marcos" con el grupo guérrillero **Sendero Luminoso**, pero regresaron **sin evidencias sólidas**.

El "Miami Herald" también señaló que el gobierno del presidente **Carlos Salinas de Gortari** suspendió temporalmente la investigación sobre la identidad de Marcos, y retiró a casi 200 agentes secretos del estado de Chiapas en un gesto de buena voluntad, para ayudar a que se logre un tratado de paz con los rebeldes.

"Si hemos de firmar un tratado de paz y Marcos ha de mostrar su cara, no tiene sentido seguir tratando de establecer su verdadera identidad". El encomillado corresponde a un funcionario mexicano que reclamó el anonimato, según el artículo del diario.

9405867

04-04

Nº DOCUMENTO 9405868
Título Cárdenas se reúne con cúpula del EZLN
1500
15/5/94
1140 Sub
507623 Mex.
515945 EZLN
ENTRADO MZ
CRUZ MZ

Cuauhtémoc Cárdenas se reúne con la cúpula del ejército zapatista

México (ANSA)

Cuauhtémoc Cárdenas, candidato centroizquierdista a la presidencia de México, se entrevistará hoy con la cúpula del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), que se levantó en armas el 1º de enero de este año.

Cárdenas, que realiza una visita por el sureño estado de Chiapas, se reunirá entre las 12.00 y las 13.00 horas locales con los dirigentes de la insurgencia en algún lugar de la zona bajo su control, en la Selva Lacandona, según señaló el propio aspirante del Partido de la Revolución Democrática (PRD).

Se trata del primer aspirante presidencial mexicano que habrá de dialogar directamente con el liderazgo zapatista, que se ha rehusado hasta ahora a hablar con otros candidatos que le solicitaron una entrevista.

El propio EZLN solicitó reunirse con Cárdenas.

Durante su estancia en Chiapas, estado fronterizo con Guatemala adonde llegó anteayer, Cárdenas se reunió con el gobernador interino Javier López Moreno, así como con empresarios, a quienes exhortó a mantener inversiones para reducir las presiones sociales en la región.

También se entrevistó con indígenas expulsados por razones políticas y religiosas de la zona conocida como San Juan Chamula, en el área del conflicto rebelde, cerca de San Cristóbal de las Casas.

Al mediodía de ayer Cárdenas llegó a San Cristóbal, donde también tenía programado hablar con dirigentes campesinos e indígenas, así como con dirigentes de organismos no gubernamentales.

Interrogado por la prensa, Cárdenas dijo que no sabe si en su entrevista con la dirigencia zapatista estará el subcomandante Marcos, el dirigente más notorio de los insurrectos, pero indicó que supone que sí estará presente.

Hasta ahora son varios los candidatos presidenciales que han visitado Chiapas, incluyendo el área de Los Altos, ocupada inicialmente al estallar la rebelión zapatista



El candidato centroizquierdista a la presidencia de México, Cuauhtémoc Cárdenas, se reúne hoy con la cúpula del EZLN. (Telefoto de archivo de AFP)

9405868

MEXICO El candidato presidencial Cuauhtémoc Cárdenas se reunió en la selva lacandona con la dirigencia del Ejército Zapatista de Liberación Nacional

Encuentro en Chiapas

*** "Cárdenas, Cárdenas, trabaja, trabaja, porque si te apendejas la guerra te alcanza", corearon centenares de guerrilleros * Marcos apareció de improviso, montando un caballo, fumando su pipa, en medio de una escolta que llevaba la bandera de México**



Marcos, Cárdenas, periodistas: el candidato opositor se reúne con los mandos guerrilleros. (Telefoto de AFP)

En un montaje cinematográfico, arrinconados en la selva lacandona y con un viejo armamento, los guerrilleros zapatistas aseguran que están dispuestos a "pelear hasta la última bala" para conseguir sus objetivos, bajo el mando del enigmático subcomandante Marcos.

Guadalupe Tepeyac, México (AFP) por Antonio Ortega

■ En una escenografía montada para recibir el domingo al candidato presidencial centroizquierdista Cuauhtémoc Cárdenas, unos tres centenares de indígenas, armados mayoritariamente con rifles 22 y otras viejas armas, realizaron una exhibición militar en la selva.

Un recorrido de cien quilómetros de la ciudad de Comitán a Guadalupe Tepeyac, en el sureño estado mexicano de Chiapas, antecedió la cita de Cárdenas con la comandancia del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), guerrilla que surgió el 1º de enero pasado.

Medio millar de indígenas tzeltales, tzotziles y choles, mujeres, hombres y niños, fueron reunidos por el EZLN para "conocer por primera vez a un candidato" y expresarle que "tenemos esperanza, pero no confianza" y advertirle con coros "Cárdenas, Cárdenas, trabaja, trabaja, porque si te apendejas la guerra te alcanza".

La rebelión zapatista reclama educación, salud, tierra, respeto a las culturas indígenas y democracia, entre otras cosas, que son sus banderas en el diálogo de paz que sostiene con el gobierno y que ha entrado en una etapa de empantanamiento.

Los jefes guerrilleros, con el rostro cubierto y guardando en el misterio sus nombres, incluso los de guerra, no dudaron en afirmar que si Cárdenas u otro candidato llega a la presidencia y no cumple sus promesas "seguiremos peleando" y llevaremos la batalla "hasta Los Pinos, la casa del presidente".

En un acto espectacular y mientras los líderes indígenas hablan, Marcos —el único blanco visible en la guerrilla— apareció montado a caballo y fumando pipa, en medio de una escolta que llevaba la bandera mexicana.

A una orden, desde los montes que rodean la hondonada —cercana a Guadalupe Tepeyac— donde se efectuó el acto, centenares de guerrilleros bajaron en formación de ataque para alinearse en posición militar.

Rostros de jóvenes indígenas cubiertos, manos morenas con armas precarias e incluso palos de entrenamiento que simulan fusiles o pistolas de bajo calibre, reflejan la miseria y marginación que reinan entre las comunidades indias de Chiapas.

Marcos sigue cada uno de los movimientos, estudia todo y con un excelente manejo de sus gestos, realiza solemne un acto de honor a la bandera, para ser captado por las cámaras y seguido por nubes compactas de periodistas que le piden "dos minutos o unas palabras".

En sus dominios, el subcomandante y sus fieles guerrilleros deciden quién traspasa la frontera zapatista y no dan explicaciones de por qué muchos periodistas se quedan en la carretera de tierra, esperando una señal que no llega.

Algunos indígenas reunidos en la hondonada, provenientes de distintas comunidades cercanas y lejanas, dicen que "queremos justicia y no engaños, que nos den salud y comida, casa y tierra", pero hay duda cuando afirman que "estamos aquí (con los zapatistas) en esta lucha".

En el acto, los indígenas aseguran que "somos un chingo (muchos) y seremos más", y en las consignas aseguran que "no conocemos la inmensidad" de los miembros del EZLN, pero nadie sabe, pues la selva resguarda la verdad.

Nadie sabe si hay más zapatistas en la selva y montañas de Chiapas o si disponen de mejor armamento del exhibido.

Todo es un misterio que sigue bajo el pasamontañas de Marcos, un hombre joven que siempre lleva la cara cubierta con un lienzo negro, fuma pipa y sorprende por su elocuencia cuando expone las ideas de su movimiento.

CARDENAS Y EL PRD

Cárdenas fue el primer aspirante a la presidencia que acude a una cita con los rebeldes alzados en armas desde el primero de enero pasado, en un encuentro que se efectuó en la selva lacandona y en medio de estrictas medidas de seguridad por parte de los zapatistas. Marcos censuró severamente al Partido de la Revolución Democrática (PRD), que postula a Cárdenas, porque no es la alternativa para el tránsito a la democracia.

Indicó que el PRD "tiende a repetir lo que envenena al Partido Revolucionario Institucional (PRI, gobernante), la intriga palaciega, traición, grupos de poder" y olvido de las bases, además de no ofrecer un proyecto político para la mayoría de los mexicanos.

El guerrillero afirmó que el EZLN hace una diferencia entre Cárdenas y el PRD, pero criticó que en la campaña perredista se intente "retomar el proyecto de los poderosos".

El 21 de agosto próximo, cerca de 50 millones de electores mexicanos son llamados a escoger al nuevo presidente de México entre nueve candidatos. Cárdenas se reunió con la comandancia general del EZLN, en un acto considerado como "histórico" por las partes y tuvo dos prolongadas charlas privadas con Marcos, en una reunión especial de la guerrilla, montada en las cercanías de Guadalupe Tepeyac. El candidato presidencial, en un mensaje a unos 200 representantes de comunidades zapatistas, dijo que comparte, "junto con muchos mexicanos", las demandas de los rebeldes, sobre todo las referentes a democracia y justicia social. En una improvisada rueda de prensa, Cárdenas indicó que de llegar a la presidencia respetaría cualquier acuerdo que alcance el actual gobierno y el EZLN y explicó que en caso contrario buscaría una solución pacífica al conflicto, "dentro de los marcos de la ley".





Miembros del Ejército Zapatista realizan una demostración militar en plena selva, a la llegada de Cuauhtémoc Cárdenas. (Telefoto de AFP)

POCO LEGIBLE

9405868

Brecha 26/8/94

ENCUENTRO EN LA SELVA LACANDONA

Cuauhtémoc y Marcos cara a capucha

El líder de la izquierda política mexicana y el subcomandante guerrillero jugaron sus cartas ante decenas de periodistas. Después, cara a cara, buscaron los puntos de encuentro entre la estrategia del PRD y el Ejército Zapatista.

Fue un encuentro difícil, por momentos tenso el de La Realidad. Cargado de simbolismo. Riesgoso, de cara a los tiempos del país; pero necesario. Un encontronazo de dos vías: la armada y la legal. Con reclamos y advertencias. Encontronazo, pero no desencuentro.

Atardecía el domingo 15, cuando la comitiva del candidato a la presidencia del Partido de la Revolución Democrática (PRD), Cuauthémoc Cárdenas, llegó a Guadalupe Tepeyac, el bastión del municipio Las Margaritas controlado por los zapatistas.

Habían quedado atrás cinco retenes insurgentes y todavía faltaba un trecho corto, de poco más de un quilómetro, para entrar en contacto con los miembros del Comité Clandestino Revolucionario Indígena (CCRI), que se produciría finalmente en un claro de la selva. Tierra de indios tojolabales, fronteriza con el Ixcán guatemalteco.

Fue un encuentro en el filo de la navaja. No era, lo que se dice, una gira proselitista. El 21 de agosto no habrá votaciones en estas tierras bajo control guerrillero. Pero el Ejército Zapatista de Liberación Nacional había invitado a Cárdenas y allí estaba el perredista.

Tuvo que haber sido difícil la decisión de



En la selva no hubo serpentinas para Cárdenas

Hubo un templete para los invitados, baile al son de una marimba y hasta un desfile-show militar del EZLN. También mantas con consignas zapatistas y jaramillistas.

Después vendrían las palabras. Duras, severas, críticas en la voz del subcomandante Marcos, cuando acusó al PRD de repetir en su seno aquellos "vicios" que envenenaron desde su nacimiento al partido en el poder (el PRI) y de practicar en su interior *"la intriga palaciega, el acuerdo de cúpula, la mentira y el peor ajuste de cuentas: la traición"*.

Cárdenas –con su anticarisma– estaba impenetrable. Inexpresivo, tirando al mal humor. *"Si no hay vía pacífica en el tránsito cumple, tendremos muchos primeros de enero"*. Quedó claro que el EZLN estará en pie de guerra hasta el 21 de agosto y aun después. Que el acuerdo de paz que se "cocina" en las tistas y perredistas y un tête a tête estrictamente privado entre Marcos y Cárdenas, en la misma cabaña donde el CCRI se reunió con el comisionado Camacho. Allí, en corto, el vocero zapatista le diría al candidato del PRD que *"si no se termina con el régimen de partido de Estado, no habrá paz"*. Y le pronosticó que el reciente debate televisivo entre los candidatos (Zedillo, Fernández y Cárdenas), *"es el punto de arranque de una campaña de desprestigio contra su persona"*. Como esa misma visita. Y coincidió con Cárdenas: el gobierno se prepara para el fraude.

Pero el conocido profesional de la violencia le dijo también al hijo de Lázaro Cárdenas: *"No se va a arrepentir de haber venido. No están solos. Usted convoca una serie de figuras y movimientos que nosotros respetamos. No es lo que forzosamente llamamos nuestro candidato, pero ha sido una persona consecuente con sus ideas"*.

Afuera seguía la bailanta. Evolucionaban las cumbias a ritmo de marimba, órgano y guitarra. Ya entrada la noche se sirvió la cena, bajo los *flashazos* de las luciérnagas: carne de res, frijoles y muchas tortillas. Pasadas las 10 de la noche, la comitiva cardenista emprendió el regreso por el camino de brecha, en medio de una polvareda.

La Realidad quedaba atrás. Cárdenas había sido confrontado y emplazado a ensayar una nueva forma de hacer política. A dejar a un lado los *"métodos antidemocráticos"* de su partido.

"Fue duro. Pero real", comentó a bordo del camión de ganado que lo sacó de la Selva Lacandona.

9405868

03

Tuvo que haber sido difícil la decisión de Cárdenas de asistir al llamado de la insurgencia. A priori podía adivinarse que su visita a la tierra de los hombres que hablan con la palabra recta excitaría a los plumíferos del sistema. Tendría costo político. La maquinaria de propaganda oficial no tardaría en pasarle la factura. Se podían adivinar, incluso, los argumentos del priismo en base a dos ejes: Cárdenas oportunista, Cárdenas violentista. Lo que, en un marco general de endurecimiento del régimen y de unos comicios competidísimos, son dos buenos condimentos para una campaña de propaganda negra. ¿Dividendos? Alguno debería haber y pesó en la decisión de la dirigencia perredista. No cabe duda.

Vivir La Realidad

"Cuauhtémoc, Cuauhtémoc/Ya ponte a trabajar/Porque si te apendejas/La guerra te va a alcanzar", le gritaron a la cara a modo de saludo provocativo, el puño en alto y los rostros cubiertos, los miembros del comité de recepción clandestino que lo aguardaba en el lugar.

La primera reacción de Cárdenas fue de estupor. De asombro. Avanzaba entre gente armada de coraje y hambre y de unos viejos fusiles, mientras el pool de periodistas que había sido admitido por los anfitriones -previo y riguroso chequeo- disparaba sus cámaras intentando captarlo todo.

Imágenes que darían pie a que los fatalistas de siempre vociferaran: *"El PRD, frente político del EZLN"*. Instantáneas registradas, listas para ser manipuladas; la prueba de la infamia. Tal vez pensaba en ello Cárdenas. ¿Sería alguien tan ciego como para destruir con esas imágenes, la única salida pacífica que le queda a millones de mexicanos?

Unas dos mil personas contemplaron el encuentro entre 18 miembros del CCRI y una decena de dirigentes del PRD. Una muchedumbre de gente joven. Niños y mujeres de la selva. Muchachos campesinos jodidos, de rostros empasamontañados o semicubiertos por paliacates. *a la democracia hay ya, de nuestra parte, de los hombres y mujeres sin rostro, otra vía, la de la guerra"*, decía con su voz parsimoniosa y baja Marcos. Afirmó que ese mensaje (la visita) lo iban a entender *"los que valen la pena, los que nunca han tenido nada, los que como nosotros no tienen voz ni rostro"*.

Discurso escrito el de Marcos. Y con una explicitación clara: el CCRI *"hace una diferencia entre Cuauhtémoc Cárdenas y el PRD. No nos engañan las coyunturas electorales. Ni* (Manuel) *Camacho. No queremos aquí la palabra del PRD, queremos la de Cuauhtémoc Cárdenas"*.

Las críticas, pues, fueron para el PRD como partido. *"Hay gente dispuesta a dar la vida por un proyecto partidario, pero, ¿qué democracia, libertad y justicia nos ofrece el PRD?, ¿la que practica con la selección interna de candidatos y lo lleva a descalificar por decreto a todas las fuerzas políticas que no son del PRD, o que no aceptan sujetarse a él?*

¿Las que lo llevan a practicar el mimetismo político y en nada diferenciarse, en práctica y proyecto, al partido del poder? ¿Las que lo hacen ejercitar el malabarismo político y aparecer ayer en la izquierda, hoy en el centro? ¿Mañana dónde?

¿Las que lo llevan a congraciarse con los poderosos, llevando la bandera de un proyecto económico que tanto costara y costará al país?

¿Cuál es la diferencia entre el PRD, el PAN y el PRI? ¿No ofrecen el mismo proyecto económico? ¿No practican la misma democracia interna?"

Escuchaba al encapuchado la dirigencia perredista. Muñoz Ledo, Heberto Castillo, Mario Saucedo... Las distintas tendencias del PRD. También Cárdenas y su rostro endurecido. Otros zapatistas hablaron en el antimitin. Bruce Lee, El Míster, El Saqueo y Comandante Tacho. Dijeron palabras de resistencia. De desconfianza hacia los políticos. Como: *"Si usted gana, le pedimos que ponga su pensamiento en lo que está pasando, en lo que estamos diciendo. Pero si no* oficinas del comisionado Manuel Camacho no está precisamente a la vuelta de la esquina.

Música, maestro

A su turno, Cárdenas, expresión de la izquierda mexicana realmente existente, reafirmó que el voto *"es el instrumento fundamental para cambiar al país"*. Y que en caso de un fraude electoral defenderá al sufragio *"con los instrumentos que la Constitución y las leyes ponen en nuestras manos"*.

Reivindicó para su organización la vía pacífica. Dijo: *"Nos la vamos a jugar con la gente"*. Pero aclaró que no van confiados a las elecciones. Que no ven "limpieza" ni "transparencia" por parte del gobierno. Que se está montando un fraude como el del 88; con otras técnicas más sofisticadas. Pero que se van a jugar el todo por el todo por la vía de los votos. Y si hay fraude, vendrá la resistencia civil, la acción política. Una movilización ciudadana nacional.

Cuauhtémoc Cárdenas dejó amarrado un compromiso personal: hacer suyos los 10 puntos de la declaración zapatista de la Selva Lacandona.

Terminó su intervención el siempre severo líder del PRD. Y sólo sonrió cuando el maestro de ceremonias rompió la creciente tensión: *"Música, por favor. También queremos alegría, para que se relaje. O sea que sí; nos da gusto que usted esté aquí"*. Y sorprendió a la concurrencia el perredista, cuando sacó al ruedo, con una gracia a la antigua, a la tenaz luchadora por los derechos humanos y excandidata presidencial Rosario Ibarra. Fue la primera ocasión que se recuerde un gesto así de Cuauhtémoc, en dos campañas políticas. *"Baila bien"*, opinó sin ambages la diputada federal Rosalbina Garabito, también presente.

Después siguieron un par de encuentros entre dirigentes zapatistas y perredistas. Sin el autoritarismo ni el facilismo de siempre, cada quien explicó sus razones políticas. No se trataba de convencer al otro. Aunque usaron las armas de la crítica y la crítica de las armas. Unos propugnaron la vía civil electoral; los otros la guerra. Ambos pelean por un cambio que se quiere democrático.

Los zapatistas no le tendieron un cheque en blanco a Cárdenas. Distinguieron entre él y su partido. Pero le reconocieron autoridad moral y política. Lo calificaron como una figura necesaria para la transición democrática. ¿Erosionará eso los esfuerzos del PRD por ganarse el centro político? El tiempo dirá.

Como también demostrará si Cuauhtémoc Cárdenas es capaz de nuclear a su alrededor a los millones de mexicanos que, como los zapatistas, están desencantados de la política y los políticos.

Cuando la espesura de la selva y de la noche se tragó a los cardenistas, la sentencia de Marcos quedó flotando en el ambiente: en el futuro inmediato de México *"hay transición democrática o guerra"*. Y el país entero habrá de decidir cuál de esas dos puertas quiere abrir para caminar el día de mañana.

Desde México, Carlos Fazio

9405868

04-04

Nº DOCUMENTO 9405869
Facción Senderistas continúa la guerra
150015
5/5/94
11/40 sub
66817 Perú
516442 S.R.

ENTRADA MZ
MZ

Facción de senderistas sigue la guerra

A pesar del operativo militar y policial desplegado en Lima para neutralizar acciones terroristas, una facción del grupo Sendero Luminoso continúa atacando, en claro desconocimiento de la propuesta de negociar la paz que hizo el fundador del movimiento, Abimael Guzmán Reinoso.

LIMA / ANSA

Miembros de la facción, denominada por la Policía "Sendero Rojo", incendiaron la noche del viernes seis ómnibus en el interior de un taller mecánico situado en la periferia este de Lima, sin causar víctimas pero sí daños materiales de consideración.

El ataque se produjo 24 horas después que senderistas atacaran con cargas explosivas seis bancos en diversos puntos de Lima.

El Ejército, la Marina y la Policía de Perú se encuentran en estado de "máxima alerta" para contrarrestar las acciones que, según fuentes de inteligencia, programó Sendero Luminoso para conmemorar el decimocuarto aniversario del inicio de su lucha armada, el 17 de mayo.

Según datos de la prensa local, esta facción del grupo terrorista llama a sus dirigentes "grupillo negro capitulador", en diversos documentos incautados por la Policía.

"Sendero Rojo", liderado por Oscar Ramírez Durand, hijo de un General del Ejército peruano en retiro, desconoce la propuesta de paz y cese a la violencia armada que hizo Guzmán Reinoso desde su prisión en la base naval del Callao, donde purga cadena perpetua por el delito de traición a la patria.

Guzmán, conocido por sus huestes como el "Presidente Gonzalo", propuso al Presidente Alberto Fujimori, en dos cartas enviadas desde la base naval, la negociación de un acuerdo de paz para poner fin a más de una década de muerte y destrucción, que ha causado 30.000 muertos.

10/6/94
MZ

9405869

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405870
TITULO Estados Unidos Financia actividades de la policía palestina
PROCEDE 150014
FE 15/5/94
VI. 11847TI
50888OLP
11831IO
65890E

ENT. MZ
CRUZADO MZ

El Cairo

ESTADOS UNIDOS-OLP

La Embajada de Estados Unidos en El Cairo entregó un cheque de cinco millones de dólares a la OLP para financiar las actividades de la policía palestina en Gaza y Jericó. Según fuentes diplomáticas estadounidenses, el cheque fue entregado a Nabil Chaat, miembro del futuro «gobierno» palestino y consejero del presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yaser Arafat. Las fuentes señalaron que con este dinero se pagará el salario de los policías que ya se encuentran en las dos zonas de la autonomía palestina, en Gaza y Jericó, tras la firma el pasado 4 de mayo del acuerdo sobre la aplicación de esta autononía.

Este dinero es también para pagar la vivienda, gasolina, comida, uniformes y no será utilizado para comprar armas, según las mismas fuentes.

9405870

N° documento: 9405871
Título: La ORP niega atentado
Periódico: 160023
Fecha: 16/5/94
Vi: 11140 Sub
66960 Arg
508504 ORP

47
M7

La ORP argentina se comunicó con LA REPUBLICA para negar atentado

■ La Organización Revolucionaria del Pueblo (ORP) de Argentina se comunicó con la Redacción de LA REPUBLICA para negar toda participación en el atentado con una bomba lacrimógena en la Embajada de Japón en Buenos Aires. Raúl Martínez, miembro del Secretariado Político de la ORP, se contactó telefónicamente para asegurar que "ni el método ni el objetivo político del atentado corresponden a nuestra praxis o ideario político. El episodio es un mamarracho. Nunca pondríamos en riesgo a nuestros militantes para hacer una operación tan absurda, en uno de los emplazamientos más custodiados de Buenos Aires".

El atentado se produjo el viernes 13 del corriente, y se interpretó como una represalia por la negativa del gobierno japonés a proporcionar visa de ingreso al jugador Diego Armando Maradona, que debía viajar a ese país a participar en un partido de fútbol de la selección argentina.

La prensa del país vecino ha recogido versiones en los últimos días que responsabilizan a la ORP del atentado. La Organización envió a los distintos medios de ese país varios comunicados rechazando cualquier participación en el hecho, pero no fueron publicados ni emitidos en los medios electrónicos. "Estamos bloqueados, y nos quieren hacer pagar el pato a nosotros", dijo Martínez.

9405871

Nº DOCUMENTO 9405872
TITULO Atentado neonazi en Alemania
PROCE 150023
FECHA 16/5/94
VINCUL 11204
500145
ENTRADO HZ
CRUZ HZ

Cincuenta neonazis detenidos y liberados de inmediato

Sociedad alemana conmovida por los actos xenófobos de Magdeburgo

**** Después de desfilar saludando con la mano derecha en alto, un grupo de jóvenes se lanzó a la caza de refugiados negros***

Berlín (ANSA)

La indignación por la "caza al negro" ocurrida el viernes pasado en Magdeburgo recorrió la sociedad alemana de pies a cabeza, y provocó expresiones de condena del presidente de la República, Richard von Weizsaecker, y de su probable sucesor.

El jefe de Estado criticó indirectamente a las autoridades de la capital de Sajonia-Anhalt (ex Alemania del Este) por su actitud respecto de los "skinhead" (cabezas rapadas) y jóvenes xenófobos.

De los 49 jóvenes demorados al término de la "caza" a cinco refugiados africanos realizada en el centro histórico de la ciudad, ninguno de ellos terminó en la cárcel.

La fiscalía informó que ninguno fue detenido porque no existían suficientes indicios para establecer responsabilidades individuales.

Ayer la policía anunció el arresto de un vándalo de 19 años, pero luego el juez competente postergó para hoy cualquier decisión sobre una eventual custodia cautelar del joven.

La cuestión jurídica es seguida con atención por los medios de difusión y se está transformando en una prueba crucial sobre el comportamiento del Estado respecto de los violentos de extrema derecha.

"Es difícil comprender cómo los vándalos o los neonazis pueden circular por una gran ciudad y perseguir a las personas", dijo Weizsaecker por la televisión.

"Luego se detiene a 50 personas y por la noche se nos informa que fueron todos liberados. ¿Quizás deben volver a comenzar al día siguiente?", preguntó el presidente.

El candidato designado por la mayoría para suceder a Weizsaecker este mes, el jurista Roman Herzog, definió a los desórdenes de Magdeburgo como una "atrocidad".

Las estaciones de TV siguieron difundiendo ayer las imágenes de los jóvenes que después de desfilar con el saludo nazi se lanzaron a la frenética caza de los refugiados, con el único argumento de que eran negros.

Los heridos "oficiales" son tres o cuatro alemanes, uno de ellos en coma, alcanzados con toda evidencia por los cuchillos de turcos que defendieron a los cinco africanos.

Pero el consulado turco de Lipsia informó que también hay heridos, no denunciados oficialmente, entre los turcos.

Ayer el ministro de Exteriores, Klaus Kinkel, había dicho en público que por Magdeburgo "tenemos de nuevo motivo para avergonzarnos" y a las numerosas tomas de posición hechas por otros políticos agregó la suya.

Para detener la violencia xenófoba algunos dirigentes, entre ellos Herzog, pidieron una aplicación dura de las leyes existentes.

Pero las mismas leyes, a juicio de la Iglesia Evangélica y de la Católica, se vuelven también contra extranjeros no culpables, como los refugiados amenazados de expulsión.

En declarado contraste con el Ministerio del Interior federal, unas 200 comunidades evangélicas y parroquias católicas se declararon listas a dar protección a refugiados buscados por la policía, la que aplica la ley que desde el año pasado limita fuertemente el derecho de asilo.

9405872

01-01

9405873
Manifestación de neonazis en Italia
15-5-90
16/5/94
11204
507604
MZ
MZ

Italia prohibió manifestaciones de neofascistas

ITALIA HA PROHIBIDO manifestaciones de elementos neofascistas o neonazis denominados "cabezas rapadas", anunció el jefe de la Policía nacional Vicenzo Parisi.

Parisi justificó la medida en la "preocupación por el orden público", diciendo que en adelante no podrán realizarse concentraciones o marchas como la realizada el sábado en Vicenza.

Los neonazis italianos tomaron el pasado fin de semana las calles de la norteña ciudad de Vicenza al amparo de las autoridades, en una manifestación sin precedentes.

Hubo en la ciudad representaciones de Roma, Milán, Bologna y otras localidades, quienes hicieron el saludo fascista con el brazo extendido como lo hiciera Benito Mussolini.

El ministro italiano del Interior, el liguista Roberto Maroni, destituyó al gobernador civil y al jefe de Policía de Vicenza, tras la manifestación de los 300 neonazis.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a AP y EFE)*

Horrorizados con Neonazis, Pero Pidieron Abolir Ley Antifascista

ROMA, 16 (EFE).— La manifestación de los neonazis italianos en Vicenza (*norte de Italia*), el pasado sábado, al amparo de las autoridades locales, ha sido definida como "un hecho horrible y estremecedor" por parte de todas las fuerzas políticas.

El líder de la Liga Norte, Umberto Bossi, subrayó su "profundo rechazo" y "absoluta indignación" por esta manifestación y afirmó que sorprende que cuando está todavía en vigor la XII norma de la Constitución que prohibe la reorganización del Partido Fascista, se haya asistido a semejante espectáculo".

Bossi, líder de la federalista Liga Norte, "Forza Italia" de Silvio Berlusconi y "Alianza Nacional", encabezada por Gianfranco Fini, secretario general del Movimiento Social Italiano (MSI), partido neofascista, forman en este momento la coalición que sostiene al Gobierno que, hoy, lunes, se ha presentado al Senado para pedir su confianza.

Las declaraciones de Bossi llamaron la atención, por su virulencia antifascista, y porque al recordar la XII norma constitucional, el líder liguista parecía ignorar que el pasado 27 de abril, sus socios de Alianza Nacional en la coalición presentaron al Parlamento una propuesta de ley constitucional para abolir dicha norma.

Las normas XII y XIII de la Constitución italiana prohiben la *refundación del partido Fascista* y el regreso de los herederos de la monarquía de los Saboya.

La propuesta de ley constitucional lleva la firma de Gianfranco Fini, del subsecretario de Asuntos exteriores, Vicenzo Trantino, del vicepresidente del Gobierno y ministro de Correos y Telecomunicaciones Giuseppe Tatarella.

Firmaron también esta propuesta los ministros de Transportes, Publio Fiori, de Agricultura, Adriana Poli Bortoni, el presidente del Comité Central del MSI y portavoz de Fini, Francesco Storace, así como el subsecretario de Defensa, Guido Lo Porto y Maurizio Gasparri, subsecretario del interior.

Sin embargo, Fini declaró hoy que "si existe esta propuesta de ley, o tengo ningún problema en *hacerla retirar*", como si no la hubiera firmado, o la hubiera firmado sin saber que era, tal como afirmó Tatarella en el Senado, tras el discurso de Berlusconi.

Fini abundó en la cuestión y señaló que "*puede suceder* que alguna propuesta de ley se presente en bloque con otras, al comienzo de la legislatura. Si ha sido así, la haremos retirar y asunto concluido".

Por su parte, durante el discurso pronunciado hoy ante el Senado, Berlusconi afirmó que el Estado "no tiene otra ideología que la tolerancia y el rechazo de cualquier forma de *racismo, antisemitismo* y de xenofobia", principios y valores "que reafirmamos y a los cuales nos adherimos con profunda convicción".

También el diputado de Alianza Nacional, Gustavo Selva, condenó la manifestación de Vicenza, pidiendo al Gobierno "que sea implacable respecto de los neonazis", y Fini subrayó que "no tengo ningún problema en decir que la manifestación ha sido inoportuna, pero no quiero condenar al Gobernador Civil" que la ha autorizado, Romano Argenio.

El ministro del Interior, el liguista Roberto Maroni declaró haber dado disposiciones para que "a partir de hoy manifestaciones de este tipo sean prohibidas", y señaló que el Gobernador Civil la autorizó sin pedir conformidad a su ministerio.

17/5
Poco LEGIBLE

Cabezapeladas italianos manifiestan en Vicenza

Vicenza (ANSA)

■ Una manifestación nacional de "skinheads" (cabezas rapadas) tuvo lugar ayer en la ciudad véneta de Vicenza (norte de Italia), durante la cual se gritó contra la República y los medios de información y se reiteró la fidelidad a "las ideas y al estilo fascista".

Una columna de algunos centenares de participantes con las cabezas rapadas y camisas negras, procedentes de Milán, Roma, Bolonia y otras ciudades de la región Véneto, desfiló por las calles de la ciudad con grandes carteles y gritando consignas contra la República y contra los medios de comunicación.

Entre los participantes estuvo Piero Puschiavo, presidente del Frente Véneto Skinheads, investigado por la fiscalía de Vicenza por reorganización del disuelto partido fascista.

En una plaza del centro se realizó la concentración, y uno de los jefes del movimiento romano, Maurizio Boccacci, reiteró la fidelidad de la organización "a las ideas y al estilo fascista".

La manifestación, la primera de este tipo que tiene lugar en Italia, fue vigilada por la policía que, por otra parte, mantuvo a distancia una "concentración antinazi" de grupos autónomos.

Véneto parece ser la región elegida para las reuniones de los "skinheads". Se remonta a hace unos cuatro años la primera manifestación internacional de este tipo: se realizó en Bassano del Grappa (Véneto) con intervención de simpatizantes a nivel europeo.

15/5

Italia

25/5

"CABEZAS RAPADAS»

Un grupo de neonazis «cabezas rapadas» asaltó anoche el centro social «Alce nella città» (Alicia en la ciudad) romano y causó heridas a dos personas, informó ayer, la policía. La fuente dijo que al menos unos quince jóvenes con la cabeza rapada, cazadoras de cuero negras y armados de barras de hierro, atacaron y golpearon a las personas que se encontraban cenando en el centro social situado en el barrio de monte Mario. Dos personas resultaron heridas y una de ellas, Alberto De Medici Carle, de 18 años, tuvo que ser atendida en el hospital San Carlo di Nancy de una gran herida en la cabeza. Este asalto se une a otras acciones de los «cabeza rapadas» que se han producido en los últimos meses en Italia, si bien en las anteriores las víctimas fueron inmigrantes de países africanos.

9405873
01-01

DOCUMENTO 9405874
TÍTULO Sector Jordano contra la paz con Israel
PROC. 150483
FECHA 16/5/94
VINC. 11847 I
507603 ISR
507605

ENTRADO MZ
CRUZADO MZ

Sector jordano contra la paz

AMMAN, JORDANIA - Ocho partidos izquierdistas y fundamentalistas anunciaron ayer la formación de una alianza para resistir la formalización de relaciones con Israel y amenazaron con boicotear a quienes tengan lazos con el Estado judío.

La medida es un desafío a la política de paz del rey Hussein, que respaldó el proceso de paz árabe-israelí.

El monarca dijo que Jordania está decidida a negociar la paz con Israel.

El rey, el monarca árabe de mayor permanencia en el trono, dijo que no se opondrá a la normalización de relaciones con Israel dentro de una solución negociada que considere todos los aspectos del conflicto árabe-israelí. (AP)

Poco legible

9405874

01-01.

Nº. DOCUMENTO 9405875
TITULO Secuestran y asesinan a abogado en Argelia
PROCEDENCIA 150023
FECHA 16/5/94
VINCULACION 11847 II
507492 A03

ENTRADO HZ
CRUZADO HZ

Secuestran y asesinan a abogado en Argelia

Argel (ANSA)

■ Un abogado argelino, Laid Grine, presidente de la Reagrupación Arabe Islámica (RAI), fue secuestrado y luego asesinado por sus secuestradores en Reghaia, unos 60 quilómetros al sudeste de aquí, refirió ayer la prensa argelina.

La víctima, de 49 años, abogado, casado y padre de siete hijos, fue secuestrado, el viernes por la noche, de su vivienda en Reghaia y luego fue degollado por los secuestradores.

El cadáver de Grine fue hallado el sábado en las inmediaciones de Reghaia.

Presidente de la RAI desde agosto de 1991, Grine había defendido a numerosos integristas islámicos acusados de terrorismo y procesados por la Corte Especial de Argel.

La prensa argelina refirió también que el Grupo Islámico Armado (GIA) reivindicó el atentado contra dos religiosos franceses, Henri Verges y Paulo-Hélène Saint-Raymond, asesinados el 8 de mayo en Argel.

En el último número de su boletín semanal, El-Ansar, publicado en Polonia y enviado el sábado a algunos órganos de prensa, el GIA afirma que los religiosos asesinados eran dos "cruzados que habían transcurrido muchos años propagando el mal" y que el atentado forma parte de la "política de liquidación de los judíos, los cristianos y los infieles de la tierra musulmana de Argelia".

POCO LEGIBLE

01-01

9405875

Nº. DOCUMENTO 9405876
TITULO Acuerdo de paz entre judíos y Palestinos
15CC41
16/5/94
1847
ENTRADA MZ
CRUCE MZ
9405876
01-04



¡Shalom, Palestina!

El Cairo ha visto cómo tomaba cuerpo el acuerdo entre judíos y palestinos. Gaza y Jericó, la región de la nueva autonomía palestina, ya tienen su administración, su Policía y hasta su código telefónico. Quizá en pocos años tengan su propio Estado

DANIEL MERMELSTEIN, enviado especial

Abraham Meimis sabe lo que es la guerra con los árabes. Sobre una estantería en el *kibutz* (granja comunal) de Kisufim tiene una colección de objetos que se lo recuerdan diariamente: dos minas desactivadas, un proyectil de mortero que no estalló, varias granadas de mano y otros objetos que durante 44 años sus vecinos han utilizado para hacerles la vida imposible. Con la vista puesta sobre los campos de su *kibutz*, que acaban justo en la frontera de Israel con Gaza, dice: «Nosotros [la gente de los *kibutz*] dimos nuestros votos al primer ministro Isaac Rabin en las elecciones porque queremos la paz con los palestinos».

Ahora Meimis sólo puede esperar, como el resto de Israel, los resultados del proceso que se puso en marcha el pasado 4 de mayo con la firma en El Cairo del tratado de paz entre Israel y los palestinos. Hasta el último momento ambas partes negociaron el documento. Durante la ceremonia en El Cairo, frente a las cámaras de televisión, el líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, se negó a estampar su firma sobre unos mapas. Sólo después de una fuerte presión por parte del presidente egipcio, Hosni Mubarak, y del secretario de Estado estadounidense, Warren Christopher, de la que fue testigo el mundo entero, accedió Arafat a firmar los documentos.

La autonomía de Gaza y Jericó es el embrión de lo que podría ser en pocos años un Estado palestino (ver recuadro), pero en Israel las opiniones sobre la conveniencia de este acuerdo siguen estando divididas.

Mientras Meimis y el resto del país observan desde fuera, en la franja de Gaza el Ejército israelí lleva varias semanas preparando su salida. En la población de Khan Yunis, la segunda más grande de la franja, el cuartel general de la brigada que controlaba la zona sur está prácticamente vacío. Sólo quedan algunos teléfonos en el suelo y los catres y equipos de los soldados del único batallón que aún permanece allí. Los soldados matan el tiempo entre patrullas fumando y con videojuegos. El edificio sirvió como cuartel de la Policía británica durante su mandato en la zona (1917-1948) y pasó a manos del Ejército israelí después de la Guerra de los Seis Días en 1967. Pronto podría hospedar a otra fuerza de orden público: la Policía palestina.

En las últimas semanas no se han producido manifestaciones ni ataques con piedras dentro de Gaza, pero el grupo terrorista Hamas ha continuado su presión para descarrilar el proceso de paz. Dos días antes de la ceremonia en El Cairo cuatro soldados israelíes resultaron heridos cuando su patrulla fue emboscada por una célula de Hamas, el violento grupo integrista palestino. Otro fue heri-

9405876
02



Miembros de las milicias palestinas pasarán a formar parte de la nueva Policía, que deberá controlar a los radicales.



do al día siguiente. La recién creada Autoridad Nacional Palestina (ANP) recibirá de manos israelíes el control de toda la administración civil y militar de Gaza y Jericó durante las próximas semanas.

En Jericó se ha designado un área de unos 62 kilómetros cuadrados en la cual los palestinos tendrán autonomía. Para los israelíes se ha abierto al uso civil una antigua carretera militar que evita tener que cruzar la zona en automóvil. En la franja de Gaza la situación es mucho más complicada. Hay 16 asentamientos judíos con casi 5.000 habitantes que seguirán bajo jurisdicción israelí. Para protegerlos, el Ejército judío tendrá acceso a la franja a través de cuatro carreteras, una de norte a sur y tres de este a oeste. Una de esas carreteras pasa por el *kibutz* Kisufim, donde el Ejército ya ha instalado equipos de radar y puntos de observación. Además, Israel está construyendo alrededor de Gaza una frontera parecida a la que tienen con el resto de sus vecinos: un alambrado eléctrico que hace saltar una alarma cuando alguien lo toca y una franja de arena de cinco o seis metros que registra las huellas de cualquiera que logre cruzar. El acuerdo de El Cairo no ha borrado décadas de suspicacia.

Durante las próximas semanas se puede dar un peligroso vacío de poder en las nuevas zonas autónomas. Los palestinos tendrán que asumir prácticamente solos todas las tareas burocráticas, de recogida de impuestos, coordinación de obras y demás servicios públicos. Los primeros efectivos de la Policía ya han entrado en los territorios, pero pasarán varias semanas antes de que puedan tener control total sobre el terreno.

Para el líder de la derecha judía, «el acuerdo sólo ha traido más muertos»

Paradójicamente, son los habitantes de *kibutz* como Kisufim los más optimistas acerca del proceso de paz, a pesar de ser quienes más cerca están de un posible ataque árabe. Alrededor de Gaza hay una docena de *kibutz* fundados poco después de la independencia de Israel con la intención específica de poblar y proteger las fronteras del país. Cuando Abraham Meimis llegó de Chile en 1950 con otros 110 colonos judíos de todo el mundo, Kisufim era un gran campo pedregoso. Hoy en día, el *kibutz* tiene más de 400 habitantes, alrededor de 10.000 hectáreas de terreno cultivado y una fábrica de monturas de gafas que se exportan a Estados Unidos. Sus habitantes más antiguos han sido testigos de tres guerras contra Egipto y del deterioro progresivo de



Para algunos judíos, el acuerdo va contra la seguridad del Estado y la herencia que Dios les dejó.

la franja de Gaza. «Fue un error tomar Gaza», dice Meimis, quien no puede ocultar su felicidad porque su país finalmente entregue el territorio.

Lo que recibe la OLP es un territorio de 365 kilómetros cuadrados en el que viven 700.000 personas, el 70 por ciento de ellos refugiados. El 55 por ciento de la población de los territorios ocupados (Gaza y Cisjordania) tiene menos de 15 años y la tasa de natalidad es del 5 por ciento anual, una de las más altas del mundo. El reto para la nueva autoridad palestina es darle un futuro a esa masa de gente. Para ayudarlos, el Banco Mundial (BM) ha aprobado créditos de 1.200 millones de dólares para la nueva autonomía palestina, que serán desembolsados a lo largo de tres años. En total, el BM otorgará créditos por valor de 2.400 millones de dólares en los próximos cinco años para proyectos de infraestructura, entre ellos un puerto marítimo, carreteras y obras de tratamiento de aguas tanto en Gaza como en Jericó. Hasta ahora, la mayoría de los habitantes de Gaza han buscado trabajo en Israel y cada vez que la frontera se cerraba por razones de seguridad la economía de la zona recibía un duro golpe. «Muchos cruzan de noche y vienen a los *kibutz* a robar. No les queda otra alternativa», dice Meimis.

Pero no todos los israelíes comparten el optimismo de los colonos como Meimis. La Conferencia de Rabinos Sionistas de Israel explicó en un comunicado que el Gobierno no tenía poder «por ley o tradición para entregar los derechos del pueblo judío sobre la tierra de Israel», y que por lo tanto el pueblo judío no tenía la obligación de reconocer el acuerdo de autonomía.

Benjamin Netanyahu, el líder del principal partido de oposición, el derechista Likud, también ha denunciado el acuerdo. «Desde que se firmó la declaración de principios en septiembre ha muerto más gente que en cualquier otro periodo de tiempo similar en la historia de Israel», dijo recientemente. Netanyahu también afirmó que la relación entre la OLP y Hamas es más estrecha que nunca y que esta última se había convertido en una suerte de brazo armado de la OLP. «Ambos tienen el mismo objetivo: la destrucción de Israel», dijo.

A pesar de todo, el paso ya se ha dado. El proceso se ha movido tan rápido que las imágenes de Isaac Rabin dándose la mano con Yasser Arafat, impensables hace menos de un año, ya empiezan a aburrir a los televidentes del mundo. Las palabras del ministro de Exteriores israelí, Simon Peres, durante la ceremonia en El Cairo, «gobierna a los tuyos, pero no domines a otros», podrían ser realidad para palestinos e israelíes antes de lo que jamás se habría podido creer. A sus 65 años, Abraham Meimis ha sido testigo de tres guerras con los árabes. Lo único que quiere es no tener que ver otra más. ■

LOS PUNTOS DEL ACUERDO

El documento firmado entre Israel y la OLP tiene 250 páginas y trata sobre temas de seguridad, administración civil, administración de justicia y economía. Estos son los principales puntos:

- Los palestinos reciben el control de toda la franja de Gaza, excluidos los asentamientos judíos, y de un área de 62 kilómetros cuadrados alrededor de Jericó, en Cisjordania.
- Israel tiene tres semanas para entregar el control civil y militar de las zonas.
- La nueva autonomía emitirá sus propios sellos de correo, documentos de viaje y probablemente tendrá un código telefónico, todos símbolos importantes de un Estado.
- Se prevé la celebración de elecciones antes de un año para el Concejo Autonómico que gobernará la región. El Concejo tendrá 24 representantes, la mitad provenientes de los territorios ocupados y el resto miembros de la OLP en el exilio. Entretanto, los miembros del Concejo serán nombrados por Yasser Arafat. El hecho de que Arafat sea líder tanto del Concejo como de la Agencia Palestina de Desarrollo Económico —cuya función es canalizar toda la ayuda económica que llegará a la región— no ha sido bien recibido por muchos palestinos, que acusan al líder de la OLP de ocupar los puestos de responsabilidad con gente bajo su influencia.
- La Policía palestina, la mayoría antiguos miembros del Ejército de Liberación de Palestina, tendrá 8.000 efectivos y estará equipada con armas cortas, dos helicópteros, un pequeño avión y algunos vehículos todo-terreno. Su autoridad se extiende a todo el área de la autonomía, excepto los israelíes y sus pertenencias dentro de los territorios.
- El Ejército israelí podrá perseguir a sospechosos que se refugien dentro de la zona palestina.
- Las fronteras con Jordania y Egipto siguen siendo responsabilidad exclusiva de Israel. Los palestinos tendrán derecho a patrullar hasta tres millas náuticas de la costa de Gaza.
- Israel ha accedido a liberar a 5.000 prisioneros palestinos en las próximas tres semanas.

04-04 94 5876

Nº. DOCUMENTO 9405877
TITULO Estalló una bomba en Georgia.
PROCEDENCIA 150025
FECHA 16/5/94
VINCULO 11213 I.M.
507357 Georgia

MZ
MZ

Bomba en un teatro

TIFLIS, Georgia, 15 (Reuter).– Un niño murió y otras 16 personas resultaron heridas al producirse hoy una poderosa explosión que destruyó parte de un Teatro Dramático de Armenia, en Tiflis, la capital de Georgia, poco antes de iniciarse una representación dedicada a la gente menuda.

Una portavoz del Ministerio del Interior dijo que otroniño está en grave estado.

Un periodista de la agencia noticiosa rusa Interfax dijo que se había colocado un artefacto explosivo en el fondo de la sala pero las autoridades no dieron una explicación sobre el origen de la fuerte detonación.

El estallido causó graves heridas a otras siete personas.

Un vocero del líder georgiano Eduard Shevardnadze dijo que la presencia de éste en el lugar –contrariamente a lo que se creyó en un principio– se produjo luego de la explosión.

0101
9405877

9405878
Persistirá en Sudáfrica la violencia neonazi
150023
17/5/94
11264 XEN.
507663 S.A
MZ
MZ

Persistirá en Sudáfrica la violencia neonazi

Ciudad del Cabo (ANSA)

■ Las acciones terroristas de la extrema derecha blanca seguirán a ritmo sostenido si los 32 miembros del movimiento neonazi "de defensa afrikaaner" (AWB), que se presentaron ayer en tribunales, son liberados provisoriamente bajo caución, dijo el general Cornelius van Wyk, jefe de los servicios de seguridad de la región Pretoria - Johannesburgo.

Van Wyk declaró a favor de la acusación de homicidio múltiple e intento de homicidio, presentada por el estado a raíz de la serie de atentados realizados por miembros del AWB en los días precedentes a las elecciones multirraciales en Sudáfrica, que causaron 20 muertes y 191 heridos.

El coronel reveló que las detenciones evitaron "un espectacular atentado el 10 de mayo pasado, día de la consagración de Nelson Mandela como presidente de la nueva Sudáfrica".

"Impedimos que lo menos tres toneladas de explosivo fueran colocadas en el aeropuerto internacional de Johannesburgo", dijo Van Wyk.

"Según los extremistas, la ola de atentados debe continuar", dijo el coronel durante su testimonio, precisando que tras el arresto de las 32 personas —entre ellos miembros del Ystergaard, la llamada "guarda selecta" del AWB— la policía secuestró toneladas de explosivos, 30.000 proyectiles y gran número de armas de fuego en factorías situadas entre Rustenburg y Ventersdorp, fortalezas del movimiento neonazi en la provincia de Transvaal.

9405878
(01-K1)

Nº. DOCUMENTO 9405879
TITULO Hamas anuncia suspensión de ataques a civiles israelíes
PROCEDENCIA 150090
FECHA 17/5/94
VINCULO 1184 TI.
118311 T.O.
507603 ISR
514407 Ham
500808 OLP
ENTRADA MZ
CRUZ MZ

El portavoz del grupo integrista HAMAS y la administración palestina 17/5

HAMAS NO ATACARA MAS A CIVILES ISRAELIES

El portavoz del grupo integrista palestino Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS), Ibrahim Goshe, declaró que su grupo no atacará más a civiles israelíes como lo hizo el pasado abril en Afula y Hadera, donde murieron doce israelíes y decenas resultaron heridos.

«Las operaciones de Afula y Hadera eran sólo para vengar la matanza de Hebrón, en la que murieron 30 palestinos a manos de un colono apoyado por los militares israelíes», dijo Goshe.

Goshe añadió que «respetará» la administración palestina en Gaza y Jericó, si ésta respeta a los grupos que se oponen a la paz con Israel, y afirmó que continuará la lucha contra los colonos y militares israelíes.

«Respetaremos y hasta cooperaremos en cierto modo con las fuerzas nacionales de seguridad (policía palestina) si éstas respetan a todos los palestinos independientemente de su afiliación política», declaró a EFE el portavoz de HAMAS en Jordania.



Ahmed Mohamed Sahati dirigente del movimiento Hamas

HAMAS considera que la policía palestina es una fuerza que debe proteger a todos los palestinos, aunque, según el movimiento, el Consejo Palestino («gobierno»), formado por el presidente de la OLP, Yaser Arafat, para administrar Gaza y Jericó, está controlado por Al Fatah, principal integrante de la OLP.

«Las fuerzas nacionales de seguridad son una fuerza que representa a todos los palestinos, ya que cualquier miembro de estas fuerzas tiene un hermano o un primo que es miembro de HAMAS o de otros grupos que rechazan el acuerdo con Israel», dijo Goshe.

«Por lo tanto esta fuerza de policía es también nuestra», agregó el portavoz.

Goshe pronosticó el fracaso del proceso de paz entre la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) e Israel porque «no responde a las aspiraciones del pueblo palestino».

«No participamos en el Consejo o en la fuerza policial porque no queremos compartir la responsabilidad de este experimento», añadió.

«El fracaso de este experimento obligará al pueblo a volver a la resistencia armada, único camino para liberar nuestro territorio ocupado», agregó.

HAMAS insiste en la destrucción de Israel, ya que «Palestina es la tierra sagrada del Islam».

«Continuaremos nuestra lucha armada contra la ocupación israelí y los colonos judíos», afirmó Goshe.

Agregó que su movimiento no reconocerá al Consejo Legislativo de la Autonomía, que será elegido este año en Gaza y Jericó, aunque candidatos de HAMAS participarán en las elecciones municipales y sindicales en las zonas de autonomía y en los demás territorios ocupados.

El gobierno del rey Husein de Jordania prohibió las actividades de HAMAS en el reino hashemí a petición del primer ministro israelí, Isaac Rabin.

9405879

01-02

Tres secuestros, dos asesinatos y un enrarecido clima con arrestos y comunicados

Hamas respalda a la policía palestina

El movimiento integrista Hamas distribuyó ayer en Gaza un documento en el que anuncia haber suspendido las ejecuciones de colaboracionistas "para permitir a la policía palestina actuar decididamente contra los enemigos del pueblo".

Tel Aviv (ANSA)

■ El anuncio tuvo lugar luego de que en Gaza había aumentado fuertemente la tensión entre la policía palestina y Hamas, tras la detención de un dirigente de la Jihad islámica y el hallazgo en la franja de dos palestinos muertos por emisarios de la organización islámica, episodio criticado duramente por los comandos militares palestinos.

El arresto de un dirigente de la Jihad islámica y el asesinato de dos presuntos colaboracionistas por parte de otro grupo fundamentalista, Hamas, había creado una fuerte tensión, que se temía derivara en graves enfrentamientos.

La Jihad islámica emitió ayer desde Damasco un comunicado en el que exige la liberación de Hani Abed; uno de sus militantes que fue detenido la semana pasada por la policía autónoma palestina en la franja de Gaza, en el territorio palestino autónomo.

En el mismo documento la Jihad (Guerra Santa), que pertenece a una asociación de 10 grupos con base en Siria que se oponen al acuerdo de paz entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), instó a la población palestina a "unirse en su lucha contra las fuerzas de seguridad de las autoridades autónomas, que cumplen las órdenes del ocupante".

Por otra parte, el miércoles pasado Hamas secuestró en Gaza a tres palestinos acusados de haber colaborado con los israelíes: dos días después, dos de ellos fueron hallados muertos, colgando de un poste de la luz.

El jefe de la policía autónoma palestina, general Nasr Yussif, exigió a los militantes de Hamas que entreguen la tercera persona secuestrada, y subrayó que el modo en que los grupos islámicos trataron el problema de los presuntos colaboracionistas debe cambiar sustancialmente.

Durante los seis años de la Intifada, la revuelta de las piedras lanzadas por los grupos palestinos en los territorios ocupados contra la ocupación, más de mil personas fueron asesinadas ("ejecutadas clandestinamente", según palabras de los comunicados oficiales de prensa) tras haber sido acusadas de trabajar para los israelíes.

Fuentes del Ministerio israelí de Defensa, sin embargo, afirman que a lo sumo 40 por ciento de estas personas estaban efectivamente en contacto con sus aparatos de inteligencia, y en numerosos casos las "ejecuciones" eran llevadas a cabo contra comerciantes del mercado negro, traficantes de droga, homosexuales y otras personas consideradas contrarias a la ley islámica.

Yussif, por su parte, subrayó que "la ley coránica proscribe la pena de muerte excepto en dos casos: los asesinos y los apóstatas", y agregó que los colaboracionistas deben ser arrestados y juzgados, pero no condenados a muerte.

"No se puede ser a la vez el juez, el fiscal, el abogado, el jurado y el verdugo", dijo el jefe de la policía autónoma palestina.

Antes de asumir el control de la seguridad en Gaza y la ciudad de Jericó, en aplicación de los acuerdos sobre la autonomía palestina lanzados por el histórico tratado de Washington del pasado 13 de setiembre, la OLP dio un mes de tiempo a quienes colaboraban con el ex ocupante para "suspender sus actividades con la inteligencia del enemigo".

Este plazo venció hace dos días, y el gesto de Hamas —que secuestró a los tres presuntos colaboracionistas el mismo día— demuestra que los radicales islámicos están decididos a desafiar a la nueva autoridad autónoma palestina. 3015

9405879

0209

Nº. DOCUMENTO 9405880
TITULO Diálogo entre el Gob. Británico y el IRA.
PROC. 150014
FE 17/5/94
112137 M
507529 GB
314711
MZ
MZ

Reino Unido

DIALOGO CON EL IRA

Diputados unionistas advirtieron ayer lunes, al Gobierno británico del «peligro» de negociar con el IRA, en respuesta a las solicitudes del Sinn Fein, brazo político de dicha organización terrorista, para que se aclaren algunos puntos de la declaración de paz de «Downing Street». El Sinn Fein envió el pasado viernes al Gobierno irlandés un documento en el que detalla una serie de preguntas sobre el acuerdo de paz firmado el pasado diciembre. Dicho cuestionario, considerado «substancial», fue remitido posteriormente al Gobierno de Londres, que se muestra dispuesto a responder a las solicitudes.

0101

9405880

Nº. DOCUMENTO 9405881
TITULO Condenas por atentado xenófobos en Bolonia.
PROCE 15OC24
FE 17/5/94
VI. 11204 xen. 507604 IT.
ENTR MZ
CRUZ MZ
16.6.94 MZ

CONDENAS POR LA MASACRE DE BOLONIA

"Terrorismo en los trenes"



Licio Gelli, el "maestro" de la P-2, condenado por la masacre en Bolonia.

ROMA, 16 (Especial para **Clarín**). — Tres terroristas de extrema derecha fueron hoy condenados a cadena perpetua y el "Maestro Venerable" de la logia masónica P2, **Licio Gelli**, a diez años de cárcel, a raíz de la masacre del 2 de agosto de 1980 en la estación de trenes de Bolonia, cuando una bomba mató a 85 personas y mutiló a otras 200.

El Tribunal de Apelaciones de Bolonia ratificó las sentencias de primer grado, que condenó ocho años después del estrago a **Valerio Fioravanti**, su esposa **Francesca Mambro** y **Sergio Picciafuoco** a cadena perpetua como autores materiales de la masacre.

Fioravanti y Mambro eran dirigentes del grupo terrorista neofascista NAR (Núcleos Armados Revolucionarios)

La sentencia en primer grado de 1988 se transformó en una absolución general de los principales acusados dos años más tarde por un tribunal de apelaciones. Pero esta decisión fue anulada por la Corte de Casación, que ordenó una nueva sentencia, formulada hoy.

Gelli fue condenado hoy a diez años de cárcel por "calumnia agravada", lo mismo que el general **Pietro Musumeci** y el coronel **Giuseppe Belmonte**.

Según la sentencia, Musumeci y Belmonte en complicidad con Gelli y otros miembros de los "servicios desviados" a las órdenes de la P2, urdieron un plan llamado "terrorismo en los trenes" para despistar las investigaciones de la masacre de Bolonia.

El 13 de enero de 1981, Musumeci y Belmonte hicieron encontrar en la estación ferroviaria de Bolonia, en un baño del rápido Taranto-Milán, una valija llena de armas, documentos y explosivos similares a los utilizados para confeccionar la bomba de la masacre de agosto de 1980.

El objetivo era desviar las investigaciones hacia una falsa pista extranjera de extremistas franceses y alemanes. Pero el plan fue descubierto.

9405881
01-01

Nº. DOCUMENTO 9405882
TITULO Arafat habría lanzado un llamado a la guerra santa.
PROCE 150015
FECH 18/5/94
11847 T.I
ENTRADO M7
CRUZ JO M7

Arafat habría lanzado un llamado a la guerra santa

• Difunden discurso pronunciado en Johanesburgo

Un llamado a la "guerra santa" lanzado por Yasser Arafat para liberar Jerusalén provocó una dura polémica entre el Primer Ministro israelí Yitzhak Rabin y el líder palestino, con un nuevo atentado contra colonos israelíes en Hebrón, echaron ayer una sombra de peligro sobre el proceso de Paz en Medio Oriente.

JERUSALEN/ANSA y EFE

El Presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, hizo un llamamiento a la Jihad (guerra santa) para liberar Jerusalén, y afirmó que tiene una carta del Gobierno israelí en la que dice que el futuro de la ciudad será negociado tres años después de la firma del acuerdo de autonomía palestina.

El líder de la OLP se pronunció así en un discurso el pasado día 10 en la mezquita de Johanesburgo, en un acto cerrado a la prensa, pero que fue grabado en una cinta magnetofónica.

Un miembro de la colectividad judía de esa ciudad sudafricana envió una copia de dicha grabación a la radio estatal israelí que la irradió ayer.

Arafat dice en la cinta que hasta ese día no había revelado la existencia de la carta, y la relaciona con su negativa a firmar en cierto momento en El Cairo el acuerdo de autonomía palestina para la franja de Gaza y la ciudad cisjordana de Jericó.

Añade que accedió finalmente a firmar el acuerdo cuando los israelíes le entregaron la carta, que también rubricaron los jefes de la diplomacia de Estados Unidos y Rusia -Warren Christopher y Andrei Kozirev, respectivamente-, así como el Presidente egipcio, Honsi Mubarak.

En su discurso, pronunciado en inglés, Arafat declaró que "la Guerra Santa continuará", e hizo un llamamiento a todos los musulmanes para que participen en la liberación de Jerusalén, "que será parte del Estado palestino".

"Jerusalén no es sólo de los palestinos sino de toda la nación musulmana, nuestra principal batalla atañe a Jerusalén", afirmó Arafat en su discurso.

Niegan existencia de la carta

Pero el Ministro israelí de Medio Ambiente, Josi Sarid, desmintió tajantemente ayer que el Presidente de la OLP posea una carta secreta del Gobierno de su país.

"Arafat no tiene ninguna carta o documento que no se haya dado a conocer al Gobierno, al Parlamento o a la opinión pública israelíes", aseguró Sarid, que el pasado día 4 participó en el acto de la firma de El Cairo.

"Respecto a Jerusalén, los gobernantes israelíes jamás le dijeron a Arafat nada que no figure en la Declaración de Principios, y ésta fue publicada íntegramente", manifestó Sarid.

"La declaración de Arafat no tiene sentido, y es una pena que la haya hecho", agregó el Ministro israelí de Medio Ambiente.

En la Declaración de Principios, del 13 de setiembre de 1993, Israel y la OLP acordaron el establecimiento de la autonomía palestina en Gaza y Jericó, así como que el futuro de Jerusalén se determinará a los tres años de ese período provisional de autonomía, es decir, cuando se negocie el estatuto definitivo o la soberanía sobre Cisjordania y Gaza.

En Jerusalén oriental, conquistado por Israel en la Guerra de los Seis Días, en 1967, y anexionado poco después, los palestinos aspiran a establecer la capital de su futuro Estado independiente.

Rabin advierte

"Si verdaderamente Arafat ha invocado la Jihad se trata de una grave violación de los compromisos asumidos", fue la dura reacción de Yitzhak Rabin.

El Primer Ministro israelí advirtió a Arafat que su llamado era "inconciliable" con los acuerdos de reconocimiento recíproco alcanzados por Israel y la OLP el pasado setiembre, y que ponía en peligro las negociaciones entre israelíes y palestinos.

Por su parte, el Ministro israelí de Relaciones Exteriores, Shimon Peres, dijo: "no tenemos conocimiento de estas supuestas declaraciones pero lo investigaremos, y si todo esto fuese cierto, el Gobierno reaccionará enérgicamente".

El Canciller israelí pedirá hoy explicaciones a Arafat cuando ambos se reúnan en Oslo.

9405882

01-01

DOCUMENTO 9405883

TITULO Enfrentamientos entre rebeldes kurdos y el Ejército turco.

150014

18/5/94

112137 .M.

507672 TUR

ENTRA: MZ

MZ

Turquía

EMBOSCADA A REBELDES KURDOS

Cinco gendarmes turcos murieron en una emboscada de la guerrilla kurda en la provincia de Bingol (sudeste de Turquía), informaron ayer, martes, fuentes oficiales. Los rebeldes del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) emboscaron a una patrulla de gendarmes en un área rural situada a tres kilómetros de la localidad de Elmali, en el distrito de Yedisu. Según las fuentes, cinco gendarmes murieron en el transcurso del ataque, y las fuerzas de seguridad turcas comenzaron inmediatamente después una operación para capturar a los rebeldes. 18/5

Turquía

AVIACION BOMBARDEA CAMPAMENTO

Aviones turcos bombardearon ayer un campamento de los rebeldes del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) en Zaleh (norte de Irak), informaron fuentes militares en Ankara. Diecinueve cazas participaron en los ocho ataques efectuados sobre Zaleh, según un comunicado emitido por la oficina de prensa del Estado Mayor del Ejército turco.

Los aviones destruyeron los objetivos planeados y regresaron a sus bases sin que se registrara ningún contratiempo en la operación, según el comunicado. 19/5

9405883

01-01

Nº DOCUMENTO 9405884
TITULO Congreso nacional de la OLP se celebrará en Jericó
PROC. 150014
FECHA 19/5/94
VICO 118471-1
118317.0
500868.0?
ENTRADA H2
CRUZ-DO H7

Por primera vez en territorio palestino

EL CONGRESO NACIONAL DE LA OLP SE CELEBRARA EN JERICO

La próxima reunión del Consejo Nacional de la OLP (Parlamento en el exilio) se celebrará en Jericó, según anunció su presidente, Yaser Arafat, en la apertura de la asamblea del Consejo Revolucionario de Al-Fatah, informa el diario tunecino «Ray al-Am».

Esta decisión, señala el periódico, tiene la aprobación del secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher.

El Consejo Revolucionario de Al-Fatah, la principal organización de la OLP, se reunió en Túnez los pasados días 16 y 17 para estudiar su nueva estrategia ahora que Israel se ha retirado de Gaza y Jericó.

Arafat añadió, en respuesta a los que continúan en contra de la firma del tratado, que el acuerdo con Israel ha sido «la mejor de las posibilidades, en la peor de las condiciones».

Faruk Kaddumi, jefe del Departamento Político (Asuntos Exteriores) de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), aseguró que en su opinión la central palestina debería continuar siendo el marco de la lucha de su pueblo.

Kaddumi no participará en la Autoridad Nacional Palestina, ya que prefiere permanecer en el extranjero.

Otro de los participantes en la asamblea fue Nabil Chaat, jefe de la delegación palestina en las negociaciones para la autonomía de Gaza y Jericó en El Cairo, quien manifestó que «por fin hemos dado el primer paso para la construcción de un Estado palestino independiente».

Chaat agregó que dentro de tres meses se reanudarán las conversaciones con Israel sobre los puntos que aún no se han aclarado, como el asunto de los prisioneros, Jerusalén, la superficie de Jericó y los colaboradores palestinos con los israelíes.

NO DESCARTAN QUE



Yaser Arafat, Presidente de la OLP.

ARAFAT APELE A LA «GUERRA SANTA»

Pese al mutismo que mantiene la OLP sobre el supuesto llamamiento a la «guerra santa», para «liberar Jerusalén», hecho por Yaser Arafat la semana pasada, los medios palestinos de Túnez no descartan que ello sucediera realmente dada la controvertida personalidad del líder palestino.

Hasta ahora, todos los intentos hechos por los periodistas en el cuartel general de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) para obtener un desmentido o una confirmación de este llamamiento han resultado vanos.

Según la radio israelí, el presidente de la OLP aprovechó su presencia en Sudáfrica, donde asistió a la investidura del presidente Nelson Mandela, para reunirse en una mezquita de Johanesburgo con representantes de la comunidad musulmana.

Convencido de que no le estaban grabando sus palabras, después de haber exigido que no se permitiera la entrada a los periodistas, Arafat lanzó una de sus habituales proclamas afirmando: «teneis que venir conmigo a participar en la guerra santa para liberar Jerusalén...»

La radio israelí emitió ayer el discurso de Arafat, en inglés, tras haber obtenido una grabación del mismo, que habría sido hecha sin que el líder palestino se diera cuenta de ello. No es de extrañar que la cinta magnetofónica exista porque a Arafat le han pasado cosas peores, como el descubrimiento de micrófonos disimulados por los servicios secretos israelíes en la propia sede central de la OLP en Túnez.

9405884

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405885
TITULO Atentado en Grecia
PROCEDENCIA 150014
FECHA 19/5/94
VINCULACIONES 11213TH
66080GX

ENTRADO MZ
CRUZADO MZ

Grecia

BOMBA CONTRA OFICINAS DE LA IBM

Las oficinas centrales de la compañía multinacional de ordenadores IBM en Atenas resultaron parcialmente destruidas por un atentado con lanzagranadas en la madrugada de ayer, miércoles, cuya autoría se atribuyó el grupo «17 de noviembre».

Las autoridades estiman que el atentado forma parte de la cadena de ataques que el grupo «17 de noviembre» inició el pasado 11 de abril, con atentados con lanzagranadas contra las compañías de seguros norteamericana ALICO y la holandesa Nationale Nederlande, y es el cuarto atentado en un mes y medio.

El grupo «17 de noviembre» surgió en 1975 y hasta ahora sus atentados han causado 14 muertes de ciudadanos griegos, norteamericanos y un turco.

9405885

01-01-

Nº. DOCUMENTO 9405886
TITULO Atentado de Protestantes en Irlanda del Norte.
PROC 150090
FECH 19/5/94
VINC 11213 J.M
66196 LR
515262 IVU
514711 LRA

EP MZ
OR MZ

Irlanda

ATENTADO

Un hombre resultó muerto y otras dos personas heridas por los disparos de un desconocido en una oficina en Irlanda del Norte, informó la Policía británica. Al parecer, un hombre armado irrumpió en las oficinas de la compañía «A&B» de taxis en Armagh, sureste del Ulster, y abrió fuego. Según la Policía, la acción tienen todas las características de haber sido un atentado cometido por protestantes.

Un total de 29 personas han muerto en Irlanda del Norte en lo que va de año 19/5

• *Belfast - La organización terrorista protestante Fuerza de voluntarios del Ulster se atribuyó ayer, lunes el atentado perpetrado el domingo en un bar de Dublín, en el que un hombre resultó muerto y otro herido.*

En un comunicado difundido en Belfast, Irlanda del Norte, los terroristas responzabilizaban del hecho, "que golpea el corazón mismo del movimiento republicano en su propio terreno".

Con esta acción se pretende "advertir al IRA y al gobierno de Dublín de que el pueblo del Ulster no se dejará coaccionar o persuadir, y continuará rigiendo sus propios destinos". (EFE) 24/5

9405886

Nº DOCUMENTO 9405887
Nuevos atentados contra integrantes del FMLN
(50014)
20/5/94
11140506
507511 E.S.
501170 FMLN
HZ
HZ

Nuevos atentados contra integrantes del F.M.L.N en El Salvador

OTRO ATENTADO CONTRA "NIDIA DIAZ", DIPUTADA NACIONAL

La ex comandante guerrillera y ahora diputada María Marta Valladares cree que el nuevo y fallido atentado contra su vida, ocurrido hoy jueves en la capital salvadoreña, constituye un desafío al "Grupo Conjunto", la comisión especial que investiga a los "escuadrones de la muerte".

Dicha comisión, formada a sugerencia de la ONU en diciembre pasado, investiga catorce casos, entre ellos un fallido atentado contra Valladares, el pasado 24 de febrero, y, según declaró ayer la ex comandante guerrillera, "la falta de respuestas, de señalamientos de personas ha permitido este nuevo acto".

En una operación que parece "calcada" de la perpetrada el pasado 24 de febrero, cuatro desconocidos ametrallaron el vehículo de Valladares, que, como en la anterior ocasión, no viajaba dentro.

En ambos hechos, ocurridos a primeras horas de la mañana en las cercanías de la residencia de la dirigente izquierdista, resultó herido su guardaespaldas, Elmer Cruz Pineda, también agente de la Policía Nacional Civil (PNC).

Valladares, de 42 años, es dirigente del Partido Revolucionario de los Trabajadores Centroamericanos (PRTC), uno de los cinco grupos que integran el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), legalizado el 14 de diciembre de 1992.

Más conocida por su nombre de guerra, "Nidia Díaz", Valladares fue electa diputada de la Asamblea Legislativa en los comicios generales del pasado 20 de marzo.

Visiblemente afectada por el nuevo atentado, María Marta Valladares explicó que Cruz Pineda salió de su casa hacia las 6:30 de la mañana (12:30 GMT), cuando a pocos metros fue atacado con una ráfaga de ametralladora, a la vez que una granada explotó cerca del lugar.

Cruz Pinada resultó herido de gravedad en un brazo y el tórax por varias esquirlas del artefacto explosivo y, según dijo Valladares, recibe atención en un centro hospitalario de San Salvador.

La diputada izquierdista insistió en que la "falta de respuestas" en las investigaciones de la Comisión de Hechos Delictivos y del Grupo Conjunto sobre el primer atentado ha permitido la ejecución del segundo, lo que a su juicio fortalece la impunidad.

"Yo presenté la denuncia al Grupo Conjunto que es el que investiga a los grupos armados con motivaciones políticas, he conversado dos veces con ellos y no ha habido ninguna respuesta, he hablado con la Comisión de Hechos Delictivos y no hay respuestas que lleguen a sentar un precedente para que termine la impunidad y la tolerancia", expresó la diputada.

El director de la División de Derechos Humanos de la Misión de Observadores de las Naciones Unidas en El Salvador (ONUSAL), el peruano Diego García-Sayán, expresó hoy su "alarma y preocupación" por el nuevo atentado contra Valladares, y condenó que aún existan personas que "hagan uso de la violencia como forma de expresar sus discrepancias".

Ante el nuevo atentado, el funcionario de la ONU se manifestó incapacitado para sacar conclusiones antes de que se realicen las investigaciones tanto por parte de ONUSAL como del "Grupo Conjunto" lo que, apuntó, "no excluyen las que corresponden a las autoridades", principalmente la nueva Policía Nacional Civil.

El general retirado y ex subjefe del Estado Mayor de la Fuerza Armada, Mauricio Ernesto Vargas, calificó de "lamentables, rechazables y condenables" los atentados sufridos por Valladares, ya que, agregó, "no podemos permitir que la violencia y la Ley del Talión sea lo que prive en esta sociedad".



La ex comandante guerrillera y actual diputada, Nidia Díaz, fue objeto de otro atentado

01-01
9405887

Nº. DOCUMENTO 9405888
TITULO Atentado contra militares rusos en Argelia.
PROCED 15CCC7
FE 20/5/94
VI 11847 T.I
507472.4
50729 E.R.
DPTO. II (EXTERIOR) FICHADO MZ
MZ

Once Militares Argelinos y Tres Rusos, Asesinados

ARGEL, 19 (Agencia EFE).— Integristas terroristas protagonizaron el miércoles una de sus acciones más audaces al atacar un autobús con 25 ciudadanos rusos a bordo, de los que dieron muerte a tres, otros cinco resultaron heridos, y asimismo asesinaron a once argelinos de escolta.

El ataque terrorista tuvo lugar en la región montañosa de Yiyel (a unos 360 kilómetros al oeste de Argel) y fue dado a conocer hoy en Moscú por el portavoz del Ministerio ruso de Asuntos Exteriores, Grigori Karasin, quien expresó la preocupación de su gobierno.

La embajada rusa de Argel declinó comentar los hechos en espera de un comunicado oficial de los servicios de seguridad argelinos.

Hasta el momento las autoridades argelinas mantienen el silencio sobre este atentado.

Los residentes rusos asesinados ayer (de los que el Ministerio ruso de Asuntos Exteriores sólo dio sus apellidos: Baturin, Pietkevich y Chenchikov) eran ingenieros y técnicos y formaban parte de un grupo de cooperantes que trabajan en las instalaciones de una central termoeléctrica de Yiyel.

Esta región, debido a su carácter escarpado y montañoso, sirve de refugio a varios grupos de extremistas armados, que no vacilan incluso en cometer atentados en pleno día.

Viajeros que han recorrido la región y otros testigos oculares afirman que los grupos armados, que visten uniforme militar, no vacilan en instalar vallas en la carretera y detienen a los vehículos y controlan a sus ocupantes.

El autobús se dirigía hacia el aeropuerto de la capital argelina, donde sus ocupantes debían tomar un vuelo regular hacia Moscú y, al parecer, fue ametrallado en las cercanías de la localidad de Ziam por un número indeterminado de personas que estaban apostadas a ambos lados de la carretera.

Según las informaciones dadas en Moscú, la escolta pudo repeler el ataque y logró abatir a "un gran número de terroristas", aunque los once militares argelinos también perdieron la vida.

El asesinato de los tres ciudadanos rusos eleva a 37 el número de extranjeros que han perdido la vida en Argelia en actos terroristas.

En octubre pasado, el Grupo Islámico Armado (GIA) dio un mes de plazo a los extranjeros para abandonar el país, pues de lo contrario amenazaba con matarlos.

Además de los tres ingenieros muertos ayer en Yiyel, otros cuatro rusos han sido asesinados desde octubre de 1993: Valery Valenji y Alexander Orlov, dos militares instructores de una base aérea, el 16 de octubre pasado; Larisa Ayada, una rusa casada con un argelino, el 5 de diciembre, y Konstantin Kikuchkin, un chofer de la embajada rusa, el 28 de marzo.

En esta misma región resultó asesinado hace dos meses aproximadamente otro ciudadano ruso, según fuentes diplomáticas occidentales, aunque su muerte tampoco ha sido reflejada en los comunicados oficiales.

Debido a ello, se calcula que el número real de extranjeros que han sido asesinados en Argelia desde octubre del año pasado rondaría los 40.

La región de Yiyel es considerada como uno de los "feudos" del Movimiento Islámico Armado (MIA), uno de los grupos armados más importantes, fundado en 1982 por el precursor de la lucha armada islámica en Argelia, un antiguo guerrillero llamado Mustafá Buiali.

20/5 GP

9405888

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405889
TITULO Hamas llama a "diálogo político"
PROC 1500014
FE 20/5/94
VI 11847 T.I
11851 T.O.
514407 Ham
500868 OLP

ENT MZ
CRUZ MZ

DPTO. II (EXTERIOR) 13/6/94 MZ FICHADO

Medio Oriente

HAMAS LLAMA A «DIALOGO POLITICO»

A fin de «prevenir lucha internas», uno de los dirigentes del Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS), de la franja autónoma de Gaza, Jalid Hindi, hizo el jueves, un llamamiento a un «diálogo entre todas las fuerzas politicas». Hindi declaró que, ahora que la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) ha tomado el control en Gaza y en Jericó, «debe garantizarse la democracia y la libertad de expresión». «La lucha de los últimos años fue por la libertad y el pueblo palestino jamás aceptará vivir bajo leyes de emergencia», afirmó a la prensa el dirigente de HAMAS, que no está afiliado a la OLP.

9405889

01-01

Nº DOCUMENTO 9405890
TITULO Atentados ponen en peligro los acuerdos de paz entre Israel y la OLP
150023
24/5/94
9405890

Dos militares israelíes murieron y dos colonos resultaron heridos en nuevos episodios, que volvieron a encender la mecha de la violencia en la franja de Gaza

Radicales islámicos hacen trastabillar los acuerdos de paz entre Israel y la OLP

Los movimientos radicales islámicos pusieron a prueba la resistencia de los acuerdos entre Israel y la OLP al cometer ayer dos atentados en Gaza, pocos días después del despliegue en la franja de algunos miles de agentes palestinos

Tel Aviv (ANSA)

■ El asesinato de dos soldados en el paso de Erez (a un quilómetro del territorio israelí) fue reivindicado por la Jihad Islámica.

A la vez, los dos colonos heridos en el sector sur de la franja fueron probablemente atacados por militantes de Hamas, si bien en Damasco la paternidad de la operación fue asumida por el Frente Democrático de Nayef Hawatmeh, que también se opone a las tratativas con Israel.

Frente a la ofensiva, el ejército israelí se abstuvo a realizar persecuciones dentro de la zona de autonomía palestina, pero trató de presionar a la población de la franja ordenando el cierre por diez días de los dos principales pasos de acceso a Gaza en Israel, Erez y Nahal Oz.

En el terreno, la reacción de los oficiales israelíes fue controlada, al reconocer que la policía palestina no tuvo tiempo de organizarse.

Pero algunos dirigentes laboristas se lamentaron de que el líder palestino Yasser Arafat aún no haya ordenado a los palestinos un inequívoco "cese del fuego".

El jueves, en las mezquitas de Gaza los fundamentalistas islámicos de Hamas habían hecho circular un documento en el que ponían en guardia a la dirigencia laica de la OLP de provocar en Gaza una situación de tipo "egipcio o argelino", oponiéndose al movimiento islámico. Entre líneas Hamas hacía entender que no se dejará desarmar.

En la madrugada de ayer, los militantes de Qassam -brazo armado de la Jihad Islámica- pusieron a prueba a los cuadros dirigentes de la policía palestina atacando un puesto de control del ejército israelí y matando con ametralladoras a dos reservistas.

"Nuestros hombres regresaron indemnes a la base", afirmó un comunicado de la Jihad.

En efecto, nadie los persiguió: ni las patrullas israelíes (que tienen las manos atadas por los acuerdos de El Cairo con la OLP) ni las palestinas obstaculizadas por graves problemas logísticas.

Pocas horas después ocurrió un nuevo atentado en el sur de la franja. Desde un auto a gran velocidad dispararon con ametralladoras que hirieron a dos pasajeros de un camión israelí. Los agresores llegaron sin ser molestados a la cercana Khann Yunes, en la zona autónoma palestina.



El jefe palestino de los negociadores, Nabil Shaat (a la derecha), llega a Gaza con fondos para pagar gastos de la fiesta islámica de Id el Adha. (Telefoto de AFP)

Según el subjefe de estado mayor, general Amnon Lipkin-Shahak, en la franja se está creando el caos y la policía palestina aún no demostró que sabe controlar la situación.

Ayer Shahak habló de esto en Erez con el jefe palestino de los negociadores, Nabil Shaat, que llegó a Gaza para llevar a la policía palestina los fondos necesarios para pagar a los agentes en ocasión de la fiesta islámica de Id el Adha. En esta reunión Shaat fue acompañado por Mohammed Dahlan (responsable de los servicios secretos) y por el jefe de la policía, general Nasser Yussuf. Shahak y Shaat también hablaron de la liberación de activistas palestinos detenidos en Israel, en el marco de los acuerdos de El Cairo sobre el autogobierno palestino. Pero en el clima político que se creó en Israel a raíz de los atentados casi cotidianos (hace tres días militantes de Hamas mataron a dos colonos judíos en Hebrón) es poco probable que el premier Isaac Rabin pueda ordenar liberaciones masivas.

Hasta un conocido "blando", el ministro del Ambiente, Yossi Sarid (Meretz, izquierda sionista), estuvo de acuerdo en que el autogobierno palestino "tuvo una pésima partida".

Sarid renovó las críticas a Arafat por el reciente llamado a la Jihad (guerra santa) que según el jefe de la OLP no fue comprendido en su justo significado.

"Si Arafat pronuncia de nuevo la palabra 'Jihad' -advirtió el ministro- terminará su carrera política como intendente de Jericó y la experiencia de la autonomía palestina no irá más allá".

9405890

01 -01

DOCUMENTO 9405891
TÍTULO Secuestro de dirigente militar del Hezbollah
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE 22/5/94
4847 T.I
1831 T.S
66330 LIB
514402 HEZ
504605 ISR
ENTRADO M.T.
CRUZADO M.T.

Secuestran en Líbano a un importante dirigente militar islamita pro iraní

El misterio de Ron Arad

DPTO. 11 (EXTERIOR) 13.6.94 MT FICHADO

Beirut (AFP)

■ El espectacular secuestro en el Líbano, por un comando israelí, de un importante dirigente militar islamita pro iraní va a permitir tal vez a los israelíes descubrir el misterio que rodea el destino del navegante Ron Arad, el único de sus seis soldados desaparecidos en el Líbano que se presume aún con vida.

Un comando israelí llegado en dos helicópteros secuestró en su domicilio, en el pueblo de Qsarnabaa, en plena llanura de la Bekaa libanesa bajo control sirio, a Mustapha Dirani, quien había capturado a Ron Arad hace más de siete años.

Además de la afrenta infligida a las autoridades libanesas y sirias, este secuestro audaz pone de manifiesto el precio considerable que atribuye al destino de este aviador un Estado de Israel que multiplica, desde hace años, las tratativas tendientes a obtener garantías sobre su liberación.

¿Muerto o vivo? ¿Detenido dónde y por quién? Desde el 16 de octubre de 1986, día en el que su Phantom F-14 había sido derribado en el cielo de Líbano sur, nadie sabe con precisión lo que le ocurrió a Ron Arad.

Cuando efectuaba una incursión contra el campamento de refugiados palestinos de Ain Helue, cercado entonces por la milicia chiita libanesa Amal (pro siria), el avión de Ron Arad había sido derribado por la defensa antiaérea palestina, pero el navegante, que pudo utilizar el asiento eyectable, fue hecho prisionero por Amal.

En agosto de 1991, el jefe del movimiento Amal, Nabih Berri, hoy presidente del Parlamento libanés, había revelado un episodio rocambolesco: Ron Arad, había afirmado, fue "vendido a los iraníes por medio millón de dólares", por Mustapha Dirani.

Dirani era el jefe de los servicios de seguridad de Amal en el momento de la captura de Arad, pero se separó en 1988 para unirse a la organización rival del Hezbollah pro iraní.

La única semicerteza actual es que Ron Arad sigue con vida, aun cuando ninguna prueba tangible (foto, video) haya sido suministrada por sus secuestradores.

El misterio y la confusión siguen reinando sobre su suerte. Al parecer, ha pasado por diversos servicios de inteligencia de la región.

A fines de 1993, varias declaraciones de responsables libaneses y árabes dieron a entender que el navegante seguía vivo, pero aumentaron aún más el misterio sobre su lugar de detención.

En diciembre, el embajador de Egipto en Israel, Mohammad Basiumni, afirmó que el navegante estaba detenido en el Líbano. Unas semanas antes, en una entrevista al diario israelí Haaretz, Nizar Amar, responsable de la seguridad de Al Fatah de Yasser Arafat, declaraba que "el navegante estaba detenido en Siria y no había sido transferido a Irán".

Por último, un dirigente integrista libanés había asegurado a la AFP que Ron Arad estaba detenido "por los servicios de inteligencia sirios o iraníes". 22/5/94

9405891
01-02

OPERACION SECUESTRO

Comandos israelíes secuestraron a Mustafa al-Dirani, líder del grupo proiraní Resistencia Fiel, a quien responsabilizan por la suerte del piloto israelí Ron Arad, quien fue hecho prisionero en 1986

En un espectacular operativo comando, una patrulla de 20 soldados israelíes helitransportados secuestró en el valle libanés de Bekaa, controlado por Siria, a Mustafa al-Dirani, uno de los líderes integristas proiraníes. El premier Yitzhak Rabin explicó que su objetivo es averiguar el paradero del aviador judío Ron Arad, capturado en 1986 por un grupo liderado por Dirani, quien según algunas versiones lo habría vendido a otros integristas por 300.000 dólares. Los fundamentalistas de Hezbollah prometieron incrementar los operativos terroristas antiisraelíes.

"Irrumpieron en la casa rompiendo la puerta con un hacha, me desperté y vi a un soldado que me apuntaba a la cabeza con una pistola y me preguntaba algo sobre armas", relató Alí, de 11 años, hijo mayor de Mustafa al-Dirani, de 46 años, líder proiraní del Líbano secuestrado en la madrugada de ayer mientras dormía en su propio domicilio.

Según trascendió, los 20 efectivos israelíes llegaron al valle de Bekaa, una zona del Líbano donde se encuentran asentados 40.000 soldados del ejército sirio, en dos helicópteros artillados. Desde el lugar del aterrizaje, a unos cinco kilómetros al oeste de Kasernaba, dos camiones del ejército los llevaron hasta unos 500 metros de la aldea, donde se les unió un hombre no identificado, de quien se sospecha podría ser un residente local que actuó como entregador.

Los comandos caminaron entonces hasta la aldea, capturaron a Dirani y regresaron por donde habían llegado. Luego la radio estatal de Beirut informaría que tropas libanesas y sirias habían abierto fuego contra los helicópteros israelíes mientras sobrevolaban Kasernaba, ubicada a 15 kilómetros al oeste de la frontera con Siria.

Los helicópteros aterrizaron a la medianoche y tres horas después estaban huyendo hacia Israel con su presa a bordo, pero el operativo dentro de la casa no duró más de 7 minutos, según informó la esposa de Dirani, Umm Ali. "Pregunté a los soldados que entraron a la casa: ¿quiénes son ustedes? y me contestaron: somos israelíes", declaró la mujer de Dirani.

Tanto el hijo como la esposa del líder integrista coincidieron en señalar que los soldados israelíes buscaban documentos y armas. "Llamándonos por nuestros nombres de pila, trajeron a mi padre, mi madre y mi tío y los esposaron. Luego registraron la casa, sacaron papeles y se llevaron a mi padre", dijo Alí.

La de ayer fue la tercera incursión helitransportada que los israelíes realizan exitosamente en territorio libanés. Otro operativo relacionado con el caso del aviador Ron Arad fue el secuestro, en 1989, del jeque Abdul Karim Obeid, líder de Hezbollah. Los israelíes esperaban obtener datos sobre Arad, el único de los seis militares secuestrados por los guerrilleros libaneses de quien se sospecha todavía que puede estar con vida. Sin embargo, el secuestro fue inútil y el jeque sigue preso en Israel.

En una emboscada que realizaron a comienzos de 1992, efectivos israelíes asesinaron al jefe de Hezbollah, jeque Abbas Musawi, quien murió junto a su familia. Sin embargo, tiempo después trascendió que en realidad el operativo había fracasado porque la intención de los israelíes era secuestrarlo y no matarlo.

Apenas conocida la información del secuestro de Dirani, la organización Hezbollah, a la que adhiere Resistencia de los Fieles, prometió represalias. "El enemigo ha recurrido a la opción de expandir el alcance del enfrentamiento", declaró el jefe del politburó de Hezbollah, Hussein Khalil. "Nosotros no entendemos ese idioma, no ganarán nada", agregó Hussein Musawi, otro dirigente proiraní, quien enfatizó que los israelíes no podrían utilizar a Dirani como prenda de negociación para recuperar a Arad.

Sin embargo el premier Yitzhak Rabin declaró que el objetivo de Israel no es utilizar al dirigente integrista "como moneda de cambio" sino únicamente para "obtener informaciones sobre la suerte del aviador que fue capturado por los hombres de Diranj".

Rabin reconoció que en 1989, cuando era ministro de Defensa, había decidido el secuestro del jeque Abdel Karim Obeid "con la esperanza de que nos sirviera para recuperar a Ron Arad" y explicó que "hoy no, no nos hacemos tales ilusiones".

Dirani era encargado de seguridad del movimiento chiita de Amal cuando fue secuestrado Arad. Luego, el jefe integrista abandonó la organización y fundó su actual grupo, conocido como Resistencia de los Fieles. Según algunas versiones, en 1989 Dirani habría vendido a Arad a un contingente de las Guardias Revolucionarias iraníes a cambio de 300.000 dólares, información que el gobierno de Irán ha desmentido en varias ocasiones.

9405891

02-02

Nº. DOCUMENTO 9405892
TITULO Enfrentamientos entre el Hezbollah y el ejército israelí
PP 150090
FE 29/5/94
11867 T 1
5176031
S144C2 Hez
11831 T C
ENTRADA HZ
CRUZ HZ

Golpe a Hezbollah, un enemigo jurado

De todos los grupos fundamentalistas de Oriente Medio, el **Hezbollah** libanés (o Partido de Dios) es el que más decididamente se opone a la existencia del Estado de Israel. Se opone también, por consiguiente, a las negociaciones de paz.

El grupo surgió —y creció— durante la guerra civil libanesa. Sus combatientes, que actualmente son alrededor de 10.000, fueron entrenados a partir de 1982 por los "pasdaran" iraníes, también conocidos como "guardianes de la revolución".

La organización es exclusivamente chiíta, al igual que **Amal** (Esperanza), otro grupo fundamentalista que fue muy activo, pero que desapareció en 1989 como fuerza militar. Los chiítas, concentrados en el sur del Líbano, constituían una fuerza marginada y minoritaria al comenzar la guerra civil, pero su fuerte crecimiento demográfico, la poderosa influencia del ayatollah **Ruhollah Khomeini** y su papel de fuerza "nacional" tras la invasión israelí terminaron por darles lo que nunca habían tenido: una parte importante del poder.

Los acuerdos celebrados en 1989 en Taif, Arabia Saudita, pusieron fin a la guerra civil del Líbano. Fue elegido en las urnas un Parlamento unicameral y las antiguas milicias se desarmaron voluntariamente. Se hizo una excepción con Hezbollah, al que se permitió retener su armamento (y sus bases, sus lugares de entrenamiento, su radio y su cadena de TV) con un propósito obvio: mantener la presión sobre la frontera israelí.

Con la tolerancia siria, que tiene en el Líbano 35.000 soldados, la dirección colegiada de Hezbollah (el "maylis shura") ha transformado esa presión en una guerra privada con Israel con el declarado propósito de recuperar la "franja de seguridad". Sus activistas han cometido un número impresionante de atentados terroristas —se les atribuye también la destrucción de la Embajada israelí en Buenos Aires— y han convertido en una rutina el bombardeo al norte de Israel. Pero el costo de esa lucha ha sido muy alto.

En julio de 1989 comandos israelíes secuestraron al guía espiritual de Hezbollah, **Abdel Karim Obeid**, que desde entonces permanece detenido en Israel. Y en febrero de 1992 el secretario general de la organización, **Abbas Musawi**, fue asesinado en una emboscada en el sur del Líbano.

El secuestro de **Mustafá Dirani**, de 46 años, es otro capítulo de esa guerra. También conocido como "Abú Alí", Dirani integró hasta 1988 el grupo Amal, fundó en seguida la **Organización de la Resistencia de los Creyentes** y terminó por integrarse al Hezbollah, donde es ahora una importante figura del aparato militar.

En 1986 Dirani comandó la unidad guerrillera que capturó al piloto israelí Ron Arad, cuyo paradero sigue siendo un misterio. Israel dice que quiere aclarar el caso y así justifica el secuestro.

Ataques israelíes contra Hezbollah

Saida, Líbano (AFP)

● La aviación israelí efectuó ayer siete ataques en menos de media hora contra posiciones del Hezbollah proiraní en el sudeste de Saida, capital de Líbano sur, anunció la policía libanesa sin proporcionar datos sobre eventuales víctimas.

Dos cazabombarderos lanzaron a partir de las 08:00 (05:00 GMT), en siete sobrevuelos, unos 20 misiles aire-tierra contra bases integristas en el macizo de Iqlim at-Tuffa, frente al sector central de la zona ocupada por Israel en el Líbano sur.

Ataque israelí en Líbano

SIDON, 24 (AFP y Reuter). — Aviones de combate israelíes atacaron hoy bases del movimiento pro iraní **Hezbollah** en el sur del Líbano, provocando heridas a por lo menos dos guerrilleros, dijeron fuentes de seguridad libanesas.

En siete incursiones en menos de media hora, dos aviones dispararon cohetes contra las colinas **Jabal Safi**, en **Iqlim al Tufah**, una zona montañosa 40 kilómetros al sur de **Beirut**, agregaron las fuentes.

Algunos testigos indicaron que columnas de humo se alzaban desde la zona, y que los guerrilleros dispararon varios cohetes antiaéreos SAM 7 contra los aviones atacantes, aunque no dieron en el blanco.

Las colinas son usadas por guerrilleros de **Hezbollah**, opuestos a los acuerdos de paz árabe-israelíes, para lanzar ataques contra la zona ocupada por Israel en el sur libanés.

El sábado un comando israelí transportado en helicóptero secuestró en el centro del Líbano, en la llanura de la Bekaá bajo control sirio, a un importante dirigente integrista para interrogarlo sobre la suerte del aviador israelí **Ron Arad**, capturado en 1986 en el sur del Líbano.

POCO LEGIBLE

9405892

Nº DOCUMENTO 9405893
TITULO ETA amenaza a empresarios para que paguen "impuestos revolucionarios".
PROCEDENCIA 150024
FECHA 22/5/94
11243T-1
5075135S1
501410 ETA-
HZ
HZ

EL TERRORISMO VASCO EXIGE A SUS VICTIMAS ENTRE 350.000 Y 750.000 DOLARES

ETA amenaza a empresarios para que paguen un "impuesto revolucionario"

El presidente del gobierno español, Felipe González, no excluyó ayer la posibilidad de plantear en junio un voto de confianza ante el Parlamento si los socialistas tienen un mal desempeño en las elecciones regionales y del Parlamento Europeo. La policía española reveló la existencia de una red extorsiva de la organización terrorista vasca ETA en Madrid. Un centenar de empresarios recibió cartas amenazantes de ETA, en las que se les exigió el pago de un "impuesto revolucionario" de hasta 750.000 dólares.

MADRID, 21 (Reuter, EFE y AFP). — La policía española reveló hoy que la organización independentista vasca ETA envió cartas amenazantes a un centenar de empresarios e industriales madrileños para exigirles el pago de un "impuesto revolucionario" de entre 350.000 y 750.000 dólares.

Segun la policía, solo 14 de más de un centenar de amenazados denunciaron el intento de chantaje exhibiendo las cartas de la ETA (Patria Vasca y Libertad).

"La clase económica y política a la que usted pertenece continúa amasando beneficios, promocionando la corrupción y hambreando al pueblo vasco", dice el texto de las misivas enviadas por ETA.

En un estilo tajante y seco, la organización terrorista exigió a los empresarios **"una primera devolución de 100 millones de pesetas (730.000 dólares), ínfima parte, dicho sea de paso, de lo que usted ha sustraído a Euskal Herría (País Vasco)"**.

La información, aparecida primero en los diarios ABC y El País y confirmada luego por la policía, indicaba que entre 100 y 150 empresarios conocidas, la mayor parte madrileños, recibieron cartas en las que se los intimaba a ponerse en contacto con ETA y pagar las mencionadas sumas.

ETA acusó a los empresarios de **"descarada connivencia con los diferentes sectores políticos en el poder y sectores de la burguesía regional vasca para arrojar sin escrúpulo alguno al desempleo y a la miseria a miles de ciudadanos vascos, dejando sin futuro a amplios sectores de la sociedad y, en especial, a la juventud"**.

Los destinatarios, como en casi todos los casos anteriores, fueron amenazados con "medidas extremas" en caso de no pagar.

El hecho de que por primera vez ETA haya trasladado sus actividades de extorsión del país vasco a la capital española indica que la organización tiene problemas financieros, indicó el diario "El País", que citó la opinión de fuentes antiterroristas.

La policía vasca, desmanteló el año pasado dos redes extorsivas en esa región del norte, y empresarios vascos que durante años habían pagado a ETA en silencio se animaron a negarse abiertamente a continuar con esa práctica.

Los industriales vascos reaccionaron en contra del pago del "impuesto revolucionario" particularmente después del secuestro del empresario vasco **Julio Iglesias Zamora**, retenido durante 117 días por un comando de la organización terrorista y liberado a cambio del pago de un importante rescate.

ETA lleva a cabo una campaña terrorista en favor de la independencia vasca desde hace 25 años, pero sus actividades declinaron en los últimos años como consecuencia de la detención de muchos de sus dirigentes.

Desde que en marzo de 1992 la policía francesa arrestó a la dirección de la ETA, se sucedieron una tras otras las derrotas militares y políticas de la organización. Poco a poco fueron cayendo los comandos y los grupos de apoyo, a uno y otro lado de la frontera, y Herri Batasuna, el movimiento político que apoya a la ETA, sufrió la humillación de retroceder en votos y número de representantes elegidos.

La actitud de **Francia**, que fue ambigua en años anteriores, se transformó desde fines de 1991 en decidida colaboración con las fuerzas de seguridad españolas.

Sin embargo a ETA le queda una estructura de militantes violentos, muy reducida, pero que está en condiciones de provocar mucho daño, según informes de la policía española.

01-01
9405893

Nº. DOCUMENTO 9405894
TITULO Bomba en Nápoles frente a consulado P Argentino.
PROCEDENCIA 150024
FECHA 22/5/94
VINCUL. 11204 xxx
507604 ITALIA
669600 Arg.

ENTRADO MZ
MZ

DPTO. II (EXTERIOR) 14/6/94 MZ FICHADO

Bomba en Nápoles

NAPOLES (EFE y ANSA). — La policía arrestó ayer a **Pasquale Monti**, de 35 años, quien poco antes de la medianoche del viernes tiró una bomba incendiaria frente al edificio donde está el Consulado argentino, ubicado en Via Medina 40, en el centro de Nápoles.

Al parecer, hace unos días Monti habría llamado por teléfono al Consulado y habría amenazado "con represalias" si no se cumplía el pedido del gobierno italiano de extraditar al criminal de guerra nazi **Erich Priebke.**

Monti tiene antecedentes penales y en los años 70 militó en los Núcleos Armados Proletarios (NAP). También estuvo internado en centros psiquiátricos.

9405894

01-01

Nº. 94058 95
Senderistas detenidos
150090
23/5/94
1114050
66817 Peru
501173 SL
514678 MRTA

MZ
MZ

DPTO. II (EXTERIOR)
14/6/94
MZ
FICHADO

Fueron detenidos en Perú 23 guerrilleros senderistas

LIMA, 22 (EFE).- Un total de 23 guerrilleros de Sendero Luminoso y uno del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA) fueron capturados por un batallón del ejército en la zona andina del departamento peruano de Ancash.

Los senderistas detenidos en diversos poblados de las provincias ancashinas de Pomabamba y Sihuas formaban parte del llamado "batallón Mar Rojo", desarticulado por la ofensiva militar antiterrorista emprendida el 5 de abril último en el vecino departamento de Huanuco.

Los capturados habían escapado de la zona selvática de la provincia huanuqueña de Leoncio Prado, donde todavía se desarrolla la afensiva antiguerrillera.

Fue decomisado abundante armamento, explosivos y material de propaganda. Hermenegildo Murillo, uno de los principales dirigentes guerrilleros, se cuenta entre los detenidos.

Las organizaciones terroristas han sufrido duros golpes en los dos últimos años y fuentes oficiales consideran que el 95 por ciento de sus jefes se encuentran en prisión.

Sendero

La policía peruana detuvo a uno de los pocos miembros del "comité central" del grupo terrorista Sendero Luminoso que quedaba libre tras la captura del cabecilla máximo de la organización, Abimael Guzmán, y todo su "estado mayor" en setiembre de 1992, se informó ayer en Lima. Fuentes de la policía antiterrorista citadas por la prensa local precisaron que se trata de Felipe Tenorio, quien fue capturado en la localidad de Barranca, 185 kilómetros al norte de Lima, el miércoles. (EFE)

23/5 Cl.

Senderista a cadena perpetua

Lima (AFP)

● Un miembro del Comité Central de Sendero Luminoso, que fue presentado ayer a la prensa imputándosele una treintena de "crímenes" desde 1986 hasta su reciente captura, se encuentra incurso en el delito de traición a la patria y puede esperarle la pena de cadena perpetua, informó la Dirección Nacional Contra el Terrorismo (Dincote). Felipe Tenorio Barbarán "Camarada Albino", que aparece bailando la danza Zorba El Griego al lado de Guzmán, entre otros miembros de su cúpula, en el video incautado en febrero de 1991, había dirigido, entre otros 30 atentados, los asesinatos de tres funcionarios japoneses en Huaral, 60 quilómetros al norte de aquí, en julio del mismo año indicado, según la fuente.

LR 23/5

9405895

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405896
TITULO Atentados contra cementerios judíos en Argentina
PRC 150010
FE 23/5/94
VI 11204 XEN
66960 ASG

HZ
HZ

Ataque en un cementerio judío

MAR DEL PLATA.– Quince lápidas y diecisiete placas identificatorias fueron arrancadas y esparcidas en un área de varios metros en el cementerio judío de esta ciudad.

El nuevo atentado ocurrió el sábado por la noche, pero los daños se descubrieron ayer a las 10.

Hasta allí concurrió personal policial a las órdenes del jefe de la Unidad Regional IV de Policía, comisario mayor Adolfo Hugo Vitelli. El funcionario explicó a LA NACION que "luego de efectuar una recorrida por el predio para corroborar el alcance de los desmanes, se procedió a dar parte al juez en lo criminal José Antonio Martinelli, quien se ha hecho cargo de la causa".

Vitelli expresó su "más profundo repudio ante este hecho" y señaló que "se está realizando una minuciosa investigación para identificar y detener a los responsables".

El jefe policial citó para hoy a los titulares de la Delegación de Asociaciones Israelitas (DAIA) de Mar del Plata y de la Sociedad Unión Israelita Marplatense (SUIM), con el objeto de brindar las explicaciones que se requieran y ponerse a disposición de la colectividad judía local. 23/5

31/5

Profanan tumbas en Córdoba

Córdoba, Argentina (AFP)

■ Siete tumbas de los cementerios israelita y armenio de la ciudad argentina de Córdoba (centro) fueron profanadas durante la madrugada del lunes, informó la policía. Testigos observaron a tres jóvenes cometer los destrozos y darse a la fuga ante la aparición de personal de custodia, según la versión oficial.

Las tumbas pertenecen a las necrópolis "El Salvador", de la comunidad israelita, y "Armenio", ubicadas ambas en el barrio periférico Alberdi, de la ciudad de Córdoba, a 700 quilómetros al noroeste de Buenos Aires. Los profanadores no llegaron a violar los ataúdes, aunque destruyeron lápidas y cubiertas de las sepulturas, dijo la policía.

9405896

01 - 01

Nº. DOCUMENTO 9405897
TITULO Infracción en los acuerdos de paz entre OLP e ISRAEL
PROCEDE 150090
FECHA 23/5/94
VINCUL 11847 T.I.
11831 T.C.
500868 OLP
507605 ISR.
ENTRADA MZ
CRUZ MZ

Arafat Dice que Acuerdos con Israel Serán Violados

JERUSALEN, 22. (Nota fuentes AP, EFE, Reuter y ANSA). — El líder palestino Yaser Arafat ha vuelto al banquillo de los acusados en Israel ayer domingo por haber insinuado que sus acuerdos para la paz con este país serán violados como el pacto del profeta Mahoma con los Ikureish.

La insinuación fue hecha por el presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) el pasado martes 10, en una mezquita de Johannesburgo, Sudáfrica, donde también afirmó que "continuará la guerra santa (yihad)" contra Israel, informó hoy la radio estatal, que obtuvo la grabación de su discurso.

Arafat dijo a los feligreses reunidos en la mezquita que sus acuerdos con el primer ministro israelí, Isaac Rabin, incluido el del pasado día 4 para la autonomía de los palestinos en Gaza y Jericó, correrá la misma suerte que el de Mahoma con los Kureish.

El catedrático israelí Moshé Sharón, especialista en asuntos del Islám, indicó a la emisora que en el siglo VIII Mahoma concertó un pacto de no agresión con la tribu de los Kureish, que dominaba en La Meca, y al cabo de dos años mató a su líder.

"Las declaraciones de Arafat en Johannesburgo son otra prueba de que los acuerdos firmados por el Gobierno de Rabin con la OLP no valen ni el papel en el que constan sus textos", anunció esta tarde el bloque Likud, el principal de la oposición israelí.

Ante las enérgicas protestas de Israel por el llamamiento a una "guerra santa para liberar Jerusalén", el líder palestino explicó recientemente en Oslo —donde se negoció la Declaración de Principios (DdP) para alcanzar la paz— que se refirió a "una guerra en el plano religioso y político, no en el militar".

"Estamos ansiosos ahora por conocer la interpretación en profundidad que hará Arafat acerca de la semejanza entre el pacto de Mahoma con los Kureish, y sus acuerdos con Israel", agrega en su comunicado el bloque nacionalista Likud.

Tropas israelíes armadas con cohetes antitanques irrumpieron hoy en un escondite de extremistas islámicos, mataron a uno y demolieron varias casas, dijeron versiones de la radio y los testigos desde Hebrón, Cisjordania.

Las tropas descubrieron el cadáver del activista muerto entre las ruinas de una de las casas demolidas, dijo la emisora.

Otros dos palestinos fueron capturados en la acción en Hebrón, dijo la radio y las fuerzas registraban los escombros en busca de un cuarto palestino que se presume muerto.

El ejército confirmó que hubo un incidente en Hebron, pero no dio detalles. Los periodistas fueron mantenidos a tres kilómetros del sitio donde ocurrió la acción y el sector fue declarado zona militar cerrada.

Los testigos dijeron que cohetes antitanques destruyeron dos casas por lo menos. Una niveladora del ejército fue vista cuando barría con los restos de una casa, mientras que un helicóptero sobrevolaba el lugar.

El primer ministro Yitzhak Rabin espera que el secuestro de un jefe guerrillero musulmán cometido por el comando israelí no afecte las conversaciones de paz para Medio Oriente ni la frágil tregua en el Líbano.

Una fuerza helitransportada israelí capturó el sábado a Mustafá al-Dirani, jefe del grupo pro iraní Resistencia Creyente, en el Líbano cerca de Siria.

"La operación no tiene nada que ver con el proceso de paz con Siria y Líbano y no debería afectarlos", declaró hoy a Reuter el vocero de Rabin, Gded Ben-Ami.

23/5



Esto es en Hebrón. Soldados israelíes entran a una casa para capturar terroristas islámicos. (Reuter)

El secretario de Estado estadounidense Warren Christopher no consiguió zanjar en su gira diplomática la semana pasada, diferencias entre Israel y Siria en torno a la paz y el futuro de las Alturas del Golán, en poder de Israel desde 1967.

Ben-Ami dijo que Dirani será interrogado sobre el paradero del aviador israelí Ron Arad. El piloto estuvo en manos de Dirani durante más de dos años a partir de 1986 antes de ser entregado a otro grupo.

Fuentes de Defensa israelíes, señalaron que la operación comando se realizó según lineamientos del acuerdo de tregua pactado con el grupo pro iraní Hizbola, que puso fin en julio de 1993 a una ofensiva aérea israelí, la más cruenta represalia desde que el estado judío creó una zona de seguridad en el sur del Líbano en 1985.

"Estamos hablando de la paz en el Líbano, pero al mismo tiempo hemos dejado en claro que haremos todo lo posible para combatir el terrorismo y recuperar a nuestros efectivos desaparecidos", afirmó Ben-Ami.

Fuentes pro iraníes sostienen que Arad fue entregado a fuerzas sirias en Líbano. Israel cree que está en manos de pro iraníes en el Líbano o incluso en Teherán, versión que Irán niega.

Fuentes integristas del Líbano dijeron ayer que militantes musulmanes chiítas preparan represalias por la incursión comando y podrían atacar blancos israelíes no especificados.

Diplomáticos israelíes en el exterior recibieron avisos de alerta ante la posibilidad de represalias de los guerrilleros, señaló Radio Israel.

Después que los israelíes ultimaron al jefe del Hizbola, jeque Abbas Musawi, su mujer y su hijo en una emboscada con helicópteros en febrero de 1992, guerrilleros del Hizbola lanzaron centenares de cohetes Katyusha contra el norte de Israel.

Al mes siguiente, el grupo islámico Jihad se adjudicó el atentado contra la embajada de Israel en Argentina, que causó la muerte de decenas de personas, como represalia por el asesinato de Musawi.

Arad, en pos de cuya liberación se ha formado un amplio movimiento en Israel, es el único de los seis efectivos israelíes desaparecidos en el Líbano que se cree estaría vivo.

9405897
01-02

El líder de la OLP anula las disposiciones militares israelíes en las regiones autónomas de Gaza y Jericó, originándose inmediatas reacciones en Tel Aviv

Rabin advierte a Arafat que los compromisos deben ser respetados



El premier israelí Isaac Rabin advierte a Arafat sobre las ordenanzas militares israelíes. (Telefoto de archivo de AFP)

Un aviso en los diarios de Jerusalén oriental, en el cual el líder de la OLP, Yasser Arafat informaba que desde ayer fueron anuladas las ordenanzas militares israelíes emitidas desde el 6 de junio en Gaza y Jericó desató un nuevo temporal en el gobierno de Israel.

Tel Aviv (ANSA)

■ La reacción israelí no se hizo esperar. "Si la noticia es verdadera —dijo Yoel Singer, experto legal de la cancillería israelí— se trata de una clara infracción de los acuerdos", firmados con los palestinos para la autonomía de Gaza y Jericó. Ayer después de una visita a Gaza, el premier Isaac Rabin lanzó una nueva advertencia a Arafat: "Los compromisos asumidos deben ser respetados. Si una de las partes cometiera infracciones sustanciales de los acuerdos, no quedarán sin respuesta".

Y el vicejefe de estado mayor, general Amnon Lipkin-Shahak informó a la Knesset (Parlamento) que las fuerzas armadas israelíes recibieron instrucciones de preparar planes "para restablecer en los territorios la situación en su estado precedente" en el caso de que los palestinos no cumplieran con los compromisos asumidos. En los últimos días, las polémicas se centraron sobre un discurso pronunciado por Arafat en Johannesburgo (Sudáfrica, mientras visitaba el país en ocasión de la asunción de Nelson Mandela), en el que el líder de la OLP habló de "Jihad" (guerra santa) por Jerusalén, y comparó los acuerdos firmados en El Cairo con los del 628 D. C. entre Mahomma y la tribu de Qoraish, que fracasaron inmediatamente.

"A partir de la fecha —se lee en el comunicado aparecido en la prensa de Jerusalén oriental, firmado por Arafat en su calidad de jefe de la autoridad nacional palestina— los palestinos deben respetar las leyes, ordenanzas y reglamentos que estaban en vigor el 5 de junio de 1967", es decir antes de la Guerra de los seis días".

"En base a los acuerdos, la facultad de anular la legislación en los territorios corresponde a la futura autoridad palestina, una vez que asuma el cargo en Gaza y Jericó. Aún entonces, deberá coordinar sus acciones con nosotros", declaró Singer en una entrevista a la radio, recordando que Arafat no tiene ninguna facultad para anular la legislación en los territorios.

Durante la mañana, antes de que estallara la nueva polémica sobre la legislación en Gaza y Jericó, Rabin se había esforzado por bajar el tono de la polémica con los palestinos: había hecho saber que renunciaba al pedido de recibir de Arafat "por escrito" la confirmación de su adhesión a los acuerdos firmados en El Cairo el 4 de mayo y dijo que se sentía "alentado" por lo que vio en Gaza después de la primera inspección, tras el repliegue de las fuerzas israelíes. Según el premier, la coordinación operativa entre las fuerzas israelíes y las palestinas están atravesando una fase de instrumentación que da lugar a optimismo. Pero la cooperación operativa no es nada fácil. Después de los malentendidos de ayer (cinco colonos judíos fueron desarmados por amenazadores agentes palestinos que después les devolvieron las armas), el general Ilan Biran, comandante de la zona militar central, ordenó el cierre del enclave palestino durante 24 horas.

Con esta medida, los palestinos de Jericó no podrán ir a Cisjordania y los de los territorios no podrán entrar a la zona autónoma palestina.

"En dicho lapso —explicó un vocero militar— los comandantes militares palestinos podrán dar instrucciones más detalladas a sus agentes, sobre la base de los acuerdos de El Cairo".

02-02.

9405897

9405898
La URNG rechazó el alto el fuego, continúan negociaciones de paz
150090
24/5/94

La insurgencia no aceptó el planteo de los empresarios guatemaltecos

LA URNG RECHAZO EL ALTO EL FUEGO

La guerrillera Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) rechazó ayer aceptar el alto el fuego inmediato que solicitaron los empresarios del país a los rebeldes y al Gobierno.

El Comité de Asociaciones Comerciales, Industriales y Financieras (CACIF), la principal organización empresarial guatemalteca, planteó hace ocho días el alto el fuego para propiciar un clima de estabilidad y seguridad, mientras duren las negociaciones de paz entre el Gobierno y la URNG.

El calendario de negociaciones suscrito entre el Gobierno y la guerrilla el 29 de marzo pasado en México prevé que el alto el fuego entre en vigor en septiembre próximo y se firme la paz definitiva en diciembre.

Ambas partes comenzarán el próximo día 21 en Oslo las primeras negociaciones para discutir la creación de la "Comisión de la Verdad", que deberá investigar las violaciones de los derechos humanos desde que comenzó el conflicto en 1960.

Posteriormente, del 24 al 30 de junio, el Gobierno y la URNG comenzarán, en la capital mexicana, a discutir el reasentamiento de los cientos de miles de desplazados por la guerra.

Ante estas previsiones, la comandancia rebelde sostiene en un comunicado que insertó en la prensa local que la petición de los empresarios "se contrapone al espíritu y letra" de los acuerdos suscritos entre el Gobierno y la guerrilla, con la participación de la ONU, para negociar la paz.

"Plantear un alto el fuego para después negociar no es más que la nítida expresión de las posiciones que han pretendido que la negociación no tenga ningún contenido político, económico y social y que ésta se acomode a una simple deposición de armas por parte de la URNG", agrega el documento de la guerrilla.

La URNG insta a la organización empresarial a que, si desea la paz, debe participar de forma activa en la búsqueda de la solución a los grandes problemas nacionales y plantear iniciativas que contribuyan al avance de la negociación.

La guerrilla también critica en el documento las declaraciones del ministro de Defensa, general Mario René Enríquez, quien propuso un cese de hostilidades en las áreas donde se reasientan comunidades de repatriados.

La "comandacia" rebelde, que tiene su sede en México, asegura que los problemas que sufre la mayoría de la población en las zonas de conflicto son por el "acoso, persecución y las operaciones del ejército".

"No es con una declaración de un alto al fuego, en este momento, como se va a resolver esa problemática" y la forma eficaz "es cumpliendo rigurosa y completamente el acuerdo global de derechos humanos", dice la URNG en su comunicado.

9405898

01-02

Guatemala

AVANZAN CONVERSACIONES DE PAZ

La reunión que celebran la guerrilla y el Gobierno guatemaltecos en México ha entrado en una etapa de acercamiento entre ambas partes para firmar un acuerdo de paz que ponga fin a 34 años de conflicto armado, según fuentes próximas a la negociación. La ronda de diálogo que empezó el pasado sábado y concluirá hoy martes tiene como escenario la ciudad de Puebla, 125 kilómetros al este de la capital mexicana, y como protagonistas a los representantes gubernamentales de Guatemala y los de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG). Los negociaciores analizan el problema de los desplazados a causa de una guerra que ha causado al menos 175.000 víctimas. 24/5

Guatemala

PROCESO DE PAZ

El Ministerio Público guatemalteco acordó no procesar, en aras de la paz, a los comandantes de la guerrilla de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) acusados de cometer varios delitos por el sector empresarial. El jefe de la Fiscalía, Ramsés Cuestas, declaró a la prensa que el proceso judicial podría ser utilizado por los dirigentes rebeldes como un pretexto para suspender el diálogo, lo que obstaculizaría las negociaciones. «En este momento, no es conveniente ni oportuno fijarse en cuestiones pequeñas que podrían poner en riesgo el posible logro de la paz para Guatemala», indicó el funcionario, que asumió el cargo este mes. 29/5

Se reúnen el gobierno y la guerrilla guatemalteca

Guatemala (AFP)

■ El gobierno y la comandancia guerrillera de este país volverán a la mesa de conversaciones el 1º y 2 de junio en México y del 11 al 18 en Oslo, Noruega, para tratar sobre la creación de una comisión que investigue las violaciones a los derechos humanos del pasado, informaron fuentes gubernamentales ayer lunes.

El presidente de la Comisión de la Paz (Copaz), Héctor Rosada, dijo que hay "una enorme posibilidad" de alcanzar un acuerdo sobre los desarraigados por el conflicto armado, tema de la agenda que no pudo agotarse en la última reunión en Puebla, México, lo que obligó a retrasar el cronograma establecido con anterioridad.

Decenas de miles de desplazados por el conflicto armado de tres décadas en Guatemala, radicados sobre todo en áreas fronterizas de México, desean su retorno, pero temen al Ejército y a la violencia imperante aún en sus lugares de origen.

"Es lógico que los retornados guatemaltecos teman ubicarse en una zona donde hay enfrentamientos armados y por eso replanteamos el cese el fuego en las áreas de conflicto", dijo Rosada.

Mientras tanto, el presidente Ramiro De León Carpio lanzó un llamado público en los medios de prensa para que el sector empresarial, representado por el Comité de Asociaciones Agrícolas, Comerciales, Industriales y Financieras (Cacif) se integre a la Asamblea de la Sociedad Civil (ASC) y por su medio al diálogo de paz.

La ASC discute previamente cada uno de los puntos que se tocarán en las conversaciones entre el gobierno y la guerrilla, y sus propuestas son consideradas por las partes, tras ser recibidas por el mediador de la Organización de las Naciones Unidas, el francés Jean Arnault. 31/5

POCO LEGIBLE

9405898

02-02

EJ10_9405899
Buscan en Brasil a Gorriarán Merlo.
150025
24/5/94
11140506
66960 Arg
504482 Bras.
502703 MTP
14/6/94
FICHADO
MZ
MZ

Buscan en Brasil a Gorriarán Merlo

Cacería: el terrorista que lideró el copamiento del regimiento de La Tablada en enero de 1989 podría ocultarse en los estados de Sao Pablo, Rio Grande do Sul o Paraná, según lo informó la policía.

RIO DE JANEIRO, 23 (EFE).- La policía brasileña ha sido alertada sobre la posible presencia del terrorista argentino Enrique Gorriarán Merlo, que dirigió el ataque al cuartel de La Tablada en 1989, informó hoy el diario O Estado de Sao Paulo.

La información de que Gorriarán, máximo jefe del Movimiento Todos por la Patria (MTP), habría entrado clandestinamente en Brasil, fue pasada a los federales brasileños a través del Interpol, por la Canadian Security Information Service (CSIS), el servicio de inteligencia del gobierno canadiense.

Según las informaciones recibidas, Gorriarán, un técnico en electrónica y especialista en manipulación de explosivos, podría encontrarse en los Estados de Sao Paulo, Paraná o Rio Grande do Sul, al sur del país y en la frontera con la Argentina.

El terrorista argentino es señalado como el jefe del comando que, en enero de 1989, atacó el cuartel militar de La Tablada, en los alrededores de Buenos Aires, y que concluyó con la muerte de 28 de los atacantes y 11 militares.

Gorriarán también estaría vinculado con una gran organización subversiva con ramificaciones en 12 países latinoamericanos y cuya existencia fue descubierta el 23 de mayo del año pasado, cuando hizo explosión un arsenal clandestino en Nicaragua.

El depósito, en el que se encontraron planos para secuestros de empresarios de todo el continente -algunos ocurridos en Brasil- y acciones subversivas en varios países, servía de base a una organización supuestamente comandada por el argentino y por el terrorista vasco Miguel Larios.

El argentino, además, estaría vinculado con doce atentados ocurridos en Europa y el asesinato del ex dictador nicaragüense Anastasio Somoza, ocurrido en la ciudad paraguaya de Asunción.

La información de que Gorriarán habría ingresado en Brasil también fue recibida por la agencia Kroll Associates, la mayor empresa de investigaciones privadas en el mundo y que ha sido contratada para casos famosos, como la localización de cuentas bancarias secretas del líder iraquí Saddam Hussein y del ex presidente brasileño, Fernando Collor.

Según las informaciones recibidas por la policía federal brasileña, Gorriarán habría anunciado su separación temporal del MTP en 1994 para dedicarse a defenderse de las acusaciones en su contra en todo el mundo.

Pese a que no se establecieron las razones por las cuales el terrorista argentino habría ingresado en Brasil, se sabe que por lo menos una brasileña, la nutricionista Aldira Pereira Nunes, de 30 años, habría tenido contacto directo con Gorriarán hace varios años.

Pereira Nunes, esposa del argentino Juan Manuel Morua -uno de los comandantes del subversivo Ejército Revolucionario del Pueblo argentino- fue una de las 28 terroristas que murieron durante la toma de La Tablada.

01-01
9405899

Nº. DOCUMENTO 9405900
TITULO Policía colombiana investiga a narcoterroristas.
PROC 150015
FE 24/5/94
VI 11512 NT.
65512

ENTR... HZ
CRUZ... HZ

Investigan a narcoterroristas

La Policía colombiana investiga la posibilidad de que terroristas vinculados a la familia del extinto narcotraficante Pablo Escobar Gaviria, fueran quienes hicieron estallar ayer una bomba como protesta por la presencia de un equipo de fútbol alemán, enfrentando a la selección colombiana en Medellín.

MEDELLIN / ANSA

El comandante de la Policía de Medellín, Luis Ernesto Gilliberd Vargas, no descartó la posibilidad de que el narcotráfico esté vinculado a este atentado dinamitero en el que murieron seis policías, que habían estado de vigilancia en el estadio donde se jugó el partido entre Colombia y el Eintracht Frankfort de Alemania.

Alemania le negó la visa de ingreso a la familia de Escobar Gaviria cuando buscó refugio en ese país en momentos en que era buscada para ser eliminada por organizaciones rivales.

El comandante Gilliberd Vargas afirmó que es "prematuro atribuir el hecho a una u otra organización delictiva", pero agregó que hubo amenazas para el equipo alemán por parte de personas vinculadas a la familia de Escobar Gaviria.

Descartó la posibilidad de que el acto terrorista tuviera relación con el proceso electoral que culminará el domingo con las elecciones presidenciales.

La Policía también maneja la hipótesis de que la bomba haya sido manipulada por algún grupo guerrillero.

LN 24/5

9405900

Nº. DOCUMENTO 9405901
TITULO Abolición de artículos de la Carta Nacional palestina
PROCEDENCIA 150014
FECHA 24/5/94
VINCULACION 11847 T.I
11831 I.O
66.708 Pal
500868 OLP
507603 ISR
ENTRADO 42
CRUZADO 42

Medio Oriente

ABOLICION

Los artículos de la Carta Nacional palestina, que niegan la existencia del pueblo judío y abogan por la lucha armada para destruir el Estado de Israel, serán abolidos próximamente por el Consejo Nacional Palestino, que será convocado para reunirse en la zona autónoma de Gaza.

Así lo afirmó el asesor del líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yaser Arafat, para asuntos de Israel, Ahmed Tibi, que participó en un programa político de la televisión estatal.

Tibi no aclaró para qué fecha será convocado el Consejo Nacional Palestino, también conocido como Parlamento Palestino en el exilio, que es el único organismo de la OLP con capacidad para modificar la Carta fundamental aprobada en 1964 en Jerusalén Oriental y modificada en 1968 en El Cairo.

01-01. 9405901

Nº. DOCUMENTO 9405902
TITULO Atentados de la ETA, del IRA y Grupos protestantes irlandeses
PROC 150090
FE 24/5/94
VI 1213 T.M
507513 ESP
501410 ETA
507529 GB
514711 IRA

Nuevos atentados de terroristas en Europa

24/5

Los ola de violencia desatada por grupos terroristas en Europa parece no tener fin. En las últimas 48 horas se produjeron varios atentados que dejaron como saldo tres muertos y seis heridos, uno de ellos de gravedad.

MADRID y LONDRES/Redacción, ANSA y EFE

Un Teniente del Ejército español resultó muerto ayer al estallar el automóvil en el que viajaba, sobre la ruta número 5, en las afueras de Madrid, acción de la que ningún grupo se hizo responsable hasta el momento, pero que la policía atribuyó a la organización terrorista vasca ETA.

Según fuentes policiales, el atentado ocurrió poco después de las 6.30 GMT. El Teniente Miguel Peralta Ultera, de 47 años, del cuerpo de ingenieros militares, viajaba del centro de Madrid hacia un cuartel que se encuentra en la ruta hacia Extremadura, cuando la bomba estalló.

El vehículo en el que viajaba el militar fue totalmente destruido por la violencia de la explosión, y la policía tuvo que bloquear la ruta, lo que causó graves problemas durante la hora de tránsito más intenso.

Las primeras investigaciones sobre el atentado efectuadas por la policía indican que probablemente la carga explosiva fue instalada debajo de la carrocería por los terroristas para que explotara cuando el Teniente Peralta Ultera subió a su vehículo, pero a causa de un defecto técnico funcionó más tarde.

El Ministro español del Interior, Juan Alberto Belloch, quien visitó el lugar del atentado durante la mañana, declaró por su parte a la prensa que "al acercarse la campaña electoral, sabemos que los terroristas están acostumbrados a participar de este modo en los acontecimientos políticos, dejando su carta de visita".

En Irlanda y el Ulster

En el conflictivo Ulster se vivió una nueva jornada de violencia, mientras los gobiernos del Reino Unido y de la República de Irlanda discuten sobre problemas de seguridad en la violenta provincia británica.

Ayer, una fuerte explosión sacudió el municipio de Belfast, en lo que al parecer fue una bomba de los terroristas unionistas contra la oficina que utilizan los consejeros comunales del Sinn Fein. Hubo cuatro heridos, uno de ellos de gravedad.

Poco antes, en Belfast un comando del IRA disparó contra un protestante, guardia de seguridad en una gran tienda. El hombre, herido gravemente, murió luego en el hospital.

El último episodio de violencia fue una bomba del IRA frente a un cuartel del ejército en Londonderry, que provocó heridas a un soldado británico.

En tanto, en un pueblo en la frontera entre las dos Irlandas se reunieron ayer el Ministro británico Patrick Mayhew y el vice Primer Ministro irlandés Dick Spring, para discutir las implicancias del ataque cometido el domingo por los terroristas protestantes del UFF contra un pub de Dublín mientras se realizaba una reunión del Sinn Fein (brazo político de los separatistas católicos del IRA), que provocó un muerto y un herido.

9405902

01-02

MURIO UN INGENIERO MILITAR

Una bomba de la ETA en Madrid

Un ingeniero militar del ejército español, el teniente Miguel Peralta Utrera, murió ayer al estallar su automóvil a la salida de Madrid, en la carretera nacional 5. El atentado, ocurrido poco después de las 8 de la mañana, no fue reivindicado de inmediato, pero la policía lo atribuyó a la organización separatista vasca ETA.

El oficial, de 47 años, acababa de abandonar su domicilio en el barrio militar de Virgen del Puerto, donde ya se han producido varios atentados de la ETA, y se dirigía hacia un cuartel de transmisiones cercano. De acuerdo con las primeras investigaciones, el atentado fue cometido con un artefacto explosivo colocado bajo la carrocería. Los investigadores policiales estiman que la bomba habría sido programada para estallar en el momento en que el teniente subía al auto, una técnica empleada por la ETA, pero que estalló minutos después debido a problemas técnicos, en el Paseo de Extremadura, cuando el teniente estaba detenido en una gasolinera.

El ministro de Interior y Justicia, Juan Alberto Belloch, estimó que "al acercarse una campaña electoral, desafortunadamente sabemos que los terroristas tienen la costumbre de colaborar en este tipo de acontecimientos políticos con sus acostumbradas tarjetas de visita".

El atentado se produjo cuando la ETA ha enviado más de cien cartas a empresarios e industriales exigiendo el pago de un "impuesto revolucionario", que oscila entre 50 y 100 millones de pesetas (370.000 a 730.000 dólares), según informaciones confirmadas por el ministro Belloch. 24/5

Dos bombas estallan en País Vasco: 3 heridos

• *Las autoridades responsabilizan a la ETA* 30/5

Las autoridades españolas atribuyeron a la banda terrorista ETA las dos explosiones registradas ayer en el País Vasco que hirieron de gravedad a tres personas.

BILBAO/ANSA y EFE

Dos bombas estallaron ayer cerca de la ciudad vasca de Bilbao, norte de España, hiriendo a tres personas, informaron fuentes oficiales.

La primera bomba explotó por la mañana en la playa de la Arena, localidad marinera cerca de Bilbao, y a causa del estallido resultaron heridas una mujer y su hija.

Ambas daban un paseo por la playa cuando encontraron tirado un bolso de mano que estalló cuando la mujer intentó abrirlo.

A consecuencia de la explosión, la señora sufrió la amputación traumática de una mano y su hija resultó afectada por la metralla en todo el cuerpo.

Al cabo de pocos minutos, se produjo otro estallido, cuando un anciano tomó una bolsa que le explotó en las manos, hiriéndolo de gravedad.

Este segundo hecho se registró en un jardín del monte Artxanda, a unos 20 kilómetros de Musquiz y a consecuencia del mismo el anciano perdió sus manos. La policía desalojó todas las playas del litoral vasco y las inspeccionó ante la posibilidad de que pudiera haber más artefactos explosivos de esa naturaleza, al tiempo que se rastreaban los alrededores de la zona de Artxanda.

Inicialmente ningún grupo se adjudicó los atentados, pero la policía cree que se trata de dos acciones de la ETA, la organización separatista vasca.

En opinión del Gobernador civil de Vizcaya, Daniel Arranz, las dos explosiones pueden suponer una "nueva oleada de violencia indiscriminada por parte de ETA". Agregó que la organización terrorista vasca puede haber sustituido "la bomba personal por la bomba impersonal".

Tras señalar que la ETA "está hundiendo el país", el Gobernador pidió a los ciudadanos que no recojan ningún paquete o bolsa sospechosa y avisen a las fuerzas de seguridad para que se hagan cargo del mismo.

9405902

02-02

DOCUMENTO 9405903
Acciones de la URNG
150014
25/5/94
11140Sub.
66097 Guat.
500099 URNG

ENT: MZ
CR: MZ

Guatemala 25/5 LJ

ACCIONES DE LA URNG

El ejército guatemalteco reconoció ayer haber sufrido catorce bajas, entre muertos y heridos, en emboscadas perpetradas por la guerrilla entre el 19 y 22 de mayo en el noroccidente y costa sur del país.

La portavoz del Departamento de Información y Divulgación del Ejército (DIDE), mayor Edith Vargas, restó importancia a un informe de la agencia "Cerigua", de la guerrilla, que asegura que las filas castrenses tuvieron 16 bajas en combates.

Vargas explicó a la prensa que el 19 de mayo la guerrilla mató a un soldado y que durante los siguientes dos días otros diez militares resultaron heridos en emboscadas rebeldes con minas del tipo "claymore".

Mientras, el 22 de mayo un oficial y dos soldados murieron en otra emboscada, precisó.

Las acciones de la guerrilla se perpetraron, en su mayoría, en el departamento noroccidental del Quiché y en la costa sur.

9405903

01-01

Nº DOCUMENTO 9405904
TIT. Soldados alemanes acusados de xenófobos.
P. 15cc 24
F. 25/5/94
V. 11204 xen
5cc14561.
ENT. HZ
HE

BORRACHOS, GRITARON CONSIGNAS CONTRA LOS JUDIOS Y LOS EXTRANJEROS

Siete soldados de elite alemanes, acusados por conducta racista

La fiscalía de Bonn abrió ayer una investigación contra varios miembros del batallón del ejército alemán encargado de rendir honores militares durante las visitas de jefes de Estado extranjeros. Siete soldados de ese cuerpo, ebrios y vestidos de civil, protagonizaron el lunes por la noche un incidente en un colectivo, cuando agredieron a un pasajero y gritaron consignas xenófobas y nazis. La noche anterior, un africano fue atacado por neonazis en la ciudad oriental de Halle. Hay dudas sobre la actuación de la policía tanto en este atentado como en el ataque contra un albergue de inmigrantes en Magdeburgo, producido el jueves pasado.

BONN, 24 (AFP, EFE y DPA). — Siete soldados de un batallón del ejército alemán (Bundeswehr) encargado de rendir honores militares durante las visitas de los jefes de Estado extranjeros, gritaron públicamente consignas nazis y racistas y provocaron una revuelta, anunció hoy la policía en Bonn.

Los siete soldados, vestidos de civil y ebrios, gritaron consignas antisemitas del tipo "**gases para los judíos**" y "**extranjeros fuera de Alemania**", cuando viajaban anoche en un colectivo en Siegburg, cerca de Bonn, donde está ubicado su asentamiento.

Luego los militares golpearon a un pasajero y mantuvieron atemorizado al resto del pasaje con amenazas diversas. El conductor del colectivo cerró las puertas y llamó a la policía.

La Fiscalía de Bonn confirmó hoy que se abrió una investigación judicial contra varios miembros del Bundeswehr, por "incitación al odio racial y heridas corporales". La policía los detuvo, registró sus nombres y el comisario de Bonn se hizo cargo del caso.

Se trata de un incidente escabroso especialmente porque los implicados pertenecen a la guardia de honor del ejército. Pero aún no hubo una reacción oficial.

Las únicas declaraciones, no oficiales, provinieron hoy del Ministerio de Defensa. Un alto funcionario —quien no quiso identificarse— estimó que a pesar de esos "lamentables incidentes", no existía peligro de influencia extremista en el ejército alemán, que tiene unos 370.000 hombres.

Otro portavoz de ese ministerio afirmó por su parte que esos soldados tendrán que "atenerse a las consecuencias penales que se deriven del caso".

"El ejército alemán persigue toda clase de xenofobia dentro de sus fuerzas y da todos los pasos disciplinarios necesarios para evitar ese tipo de escándalos, que no son representativos de la realidad de las fuerzas armadas", añadió.

Durante los últimos años se produjeron varios incidentes que empañaron la imagen de las fuerzas armadas alemanas. En 1992, al menos tres personas fueron asesinadas por soldados alemanes implicados en ataques violentos de la extrema derecha. El año pasado, varios suboficiales y soldados fueron implicados en un ataque contra una residencia de refugiados en el oeste de Alemania.

Ayer, un negro africano fue atacado por neonazis en la ciudad de Halle, en la Alemania oriental. Los extremistas de derecha lo persiguieron, lo apedrearon y lo apalearon. También atacaron a una joven de 23 años que acudió en su defensa. Ambos están hoy internados en el hospital local, con graves heridas.

El jueves pasado, una corrida neonazi se produjo en la ciudad de Magdeburgo, también en el este alemán. Un grupo de inmigrantes africanos y árabes fueron agredidos en su albergue por los neonazis, que los persiguieron durante varias horas por la ciudad.

9405904

01-02

Resabios xenófobos

P 5/92

Son una minoría, que no representa a la sociedad ni encarna sus valores. Son grupos clandestinos, incontrolables. Así hablan hoy muchos funcionarios alemanes a propósito de los protagonistas de los atentados neonazis.

Pero esta vez **la violencia no vino de un grupo marginal sinó de siete soldados de la guardia de honor del ejército alemán**, encargada de acompañar a los mandatarios extranjeros que visitan Bonn. Los soldados lanzaron consignas del tipo "gases a los judíos" y "fuera los inmigrantes". Ningún vocero oficial hizo declaraciones inmediatas en repudio a este hecho.

¿Por qué? "Es un tema demasiado urticante para el gobierno, por tratarse del ejército. Mañana (por hoy) seguramente saldrán a calmar los ánimos", confió a **Clarín** una fuente periodística cercana al gobierno.

Mientras la oposición acusa a la dirigencia liderada por el canciller **Helmut Kohl** de combatir con mayor firmeza al extremismo de izquierda que al de derecha, la prensa pone en tela de juicio la conducta de las fuerzas de seguridad frente a los atentados xenófobos, que en 1992 sumaron 2.584.

Cuando el jueves pasado un grupo de jóvenes neonazis atacó durante horas un albergue de inmigrantes en Magdeburgo, varios testigos afirmaron que "la policía no solo se mantuvo inactiva sino que insultó y provocó con gestos obscenos a los extranjeros".

Esta actitud no fue desmentida. El jefe de la policía de Magdeburgo y **Antonius Stockmann**, relativizó la gravedad del ataque, sostuvo que "se debió más al sol y al alcohol que al odio racial".

Los reproches de la oposición socialdemócrata al nuevo presidente electo, el democristiano **Roman Herzog**, por no haberse referido a la xenofobia en su alocución frente a la Asamblea Federal, resultan así insuficientes. Hace falta mucho más que un discurso y una condena para combatir los resabios del odio. Los neonazis siguen estando ahí, y muchos inmigrantes comenzaron a "armarse para defenderse".

Araceli Viceconte

9405904

0202

DOCUMENTO 9405905
Repercusiones del discurso de Arafat.
1500023
25/5/94
118477 I.
5oc868ccP
5o760315
118317 C.
ENTRADO 172
CRUZADO 472

"Jihad": ¿es una expresión de paz o de guerra?

por Carlos Lowenroff, corresponsal de LA REPUBLICA en Israel

■ Según reconocen los profesionales en relaciones públicas de la derecha, éstos ya tendrían todos los elementos para llevar a cabo una contundente campaña electoral contra el gobierno de Isaac Rabin. La "estrella", sería el líder de la OLP Yasser Arafat, que con su discurso en una mezquita de Johannesburgo (con motivo de la visita a Sudáfrica para asistir a la histórica ceremonia de asunción de Nelson Mandela a la presidencia) no sólo regaló pólvora a la oposición israelí, sino que ante todo sembró de heridos y confusos al amplio abanico de partidarios del actual proceso de "Gaza y Jericó primero".

El llamado a los fieles musulmanes del mundo "a luchar, a comenzar el Jihad para la liberación de Jerusalén..." y la proclama que "el tratado con Israel no vale más que el acuerdo firmado por nuestro profeta Muhamed con la tribu Kureish", son las citas más jugosas de una grabación de su citado discurso. Como el "Jihad" es comunmente conocido como "guerra santa contra los infieles" y el "acuerdo de Judaibiah" —en el año 628 entre Muhamed y la tribu Kureish que tenía en sus manos a la ciudad santa de La Meca, tratado que fuera roto por el profeta de. Islam a los dos años, para conquistar por la fuerza a esta ciudad— es fácil de comprender el tumulto causado en Israel.

Para la derecha no fue más que otra demostración de lo que ellos denominan "el gran engaño ante un Rabin incapaz de volver atrás". Comenzó una polémica entre orientalistas y expertos del Islam (judíos), que varía según la tendencia política: los oponentes al proceso de paz dicen que hay que tomar lo dicho por Arafat literalmente, o sea que llama a una guerra santa contra el Estado judío y que dentro de dos años violará, amparándose en el antecedente famoso de la tradición musulmana, lo acordado en Oslo y El Cairo. Los moderados ponen el énfasis en señalar la diferencia del contexto histórico, las relaciones de fuerza existentes en el terreno y el sentido, sobre todo retórico, de lo dicho por Arafat, que necesita ampararse en la tradición para responder a las duras críticas por sus renuncias en la negociación.

Según Shimon Shamir, uno de los orientalistas de más prestigio, también el presidente Anuar Sadat se basó en el citado Acuerdo de Judaibiali para legitimizar el acuerdo de paz con una entidad no musulmana (Israel). Según Shamir, los que hoy claman contra Arafat "son los mismos que en 1979 profetizaban que la paz con Egipto duraría 'dos a lo máximo, diez años'... Ya pasaron dieciséis y acá estamos".

Fuentes palestinas argumentaron que el concepto "Jihad", según la tradición islámica, no es sólo un concepto guerrero, sino que tiene también una acepción pacífica —luchar en aras de una meta social y económica—, incluso superarse personalmente es una forma de Jihad". El premier Rabin dijo que se trataba de argumentos "poco convincentes", mientras que el canciller Peres, después de un encuentro con el propio Arafat en Oslo, en el que éste repitió su compromiso político con los israelíes, declaró que había que aceptar la explicación.

Después de saberse la cita sobre el tratado de Muhamed con la tribu de Kureish, declaró Peres desde New York "hay que tomar en cuenta los hechos, no las declaraciones. Arafat hace lo debido y declara lo indebido... Se trata del primer líder palestino del siglo XX que aceptó una negociación con mutuas renuncias... Tratamos con el pueblo palestino, no sólo con Arafat". Las reacciones de las fuerzas "palomas" en Israel han sido menos comprensivas que las del "mago de Oslo" (así denominan algunos a Peres) y exigen del líder palestino retractarse nuevamente. En caso contrario, "no habrá más que Gaza y Jericó"...

Ahmed Tibi, el consejero especial (árabe israelí) de Arafat, intentó salir al paso en una conferencia especial en Jerusalén Este. Tibi aconsejó a Rabin que busque en los libros de historia islámicos el verdadero sentido del Acuerdo de Judaibiah, acuerdo que fue transgredido, según él, a raíz de actos de violencia de los aliados de Kureish, "cosa sabida por cualquier musulmán de 12 años". Tibi además alertó contra la tendencia de sacar conclusiones sobre la seriedad de los árabes respecto a tratados "en tiendas de orientalistas de la extrema derecha". El consejero declaró que no hay necesidad que el propio Arafat explique sus palabras "cada vez que sus declaraciones son sacadas de su contexto por los israelíes".

Las cosas con Arafat ya traían "cola". Con su negativa —el 5 de mayo pasado en la capital egipcia— a firmar en el acto todos los documentos de los acuerdos de El Cairo, en una festiva ceremonia ante un público de miles y millones de telespectadores, ahondó el de por sí denso clima de desconfianza en la opinión pública israelí. Aunque terminó adosando su nombre, luego de una inédita negociación con Shimon Peres, Husni Mubarak, Christopher y Kozirev ante los ojos de una atónita teleaudiencia, agregando con su puño y letra cuáles eran los puntos todavía sin acuerdo, Arafat aguó la fiesta. Junto a un helado Rabin a punto de bajar del estrado y las caídas facciones del presidente egipcio, el secretario de Estado de EEUU y el canciller ruso, sólo una elegante salida de Peres devolvió las sonrisas a los primeros actores de este increíble drama diplomático: "Ustedes vieron un nacimiento delante de las cámaras. Nos faltaron cinco minutos para concluir la negociación. Antes teníamos un sueño y nos faltaba un mapa (aludiendo a los límites del enclave de Jericó, sobre el cual todavía no hay acuerdo definitivo). Ahora tenemos tanto un sueño como un mapa!".

Y el comienzo de ese sueño (con o sin comillas) se hizo realidad estos días: las fuerzas militares israelíes se retiraron de la mayor parte de la Franja de Gaza —salvo la zona de los asentamientos— y de la ciudad de Jericó y sus alrededores.

Cuando con apretones de manos entre altos oficiales israelíes y los comandantes de la "policía" palestina (de hecho soldados-guerrilleros venidos del exilio en Irak, Egipto, Túnez, Sudán y Jordania) se hizo el traspaso de atribuciones, por fin estalló en esas zonas "soberanas" una alegría contenida desde la ceremonia de setiembre en Washington. Sobre todo en la Franja de Gaza: terminó el toque de queda de años, se cerraron las cárceles y el gobierno civil quedó en manos locales. Ese lugar casi imposible que es "la Franja" —zona de mayor densidad de población del mundo, con enormes penurias económico-sociales—, dependerá desde ahora de la capacidad administrativa de la OLP, el apoyo de la población y la ingente ayuda internacional (que llega con cuentagotas).

Cuando la atención debería centrarse básicamente en la implementación del autogobierno de Gaza y Jericó, en vistas hacia la autonomía en todos los territorios ocupados, la "crisis del Jihad" amenaza con congelar el proceso y dejar a Arafat fuera de "su" tierra Prometida.

Sin la venia de Rabin, que ya declaró que no habrán "transgresiones unilaterales" (de parte de los palestinos), ni el "mago" Shimon Peres podrá salvar este escollo.

C1-ol
9405905

9405906
Condena a terroristas musulmanes en Estados Unidos
15009094
25/5/94
11847 I.I
65890 E.U.
DPTO. IT (EXTERIOR) 14/6/94 HZ FICHADO
ENT HZ
CRUZ HZ



De izquierda a derecha: Ahmad Ajaj, Mohammed Salameh, Nahmoud Abuhalima y Nidal Ayad, los cuatro terroristas islámicos condenados ayer a 240 años de cárcel por atentar contra el World Trade Center de Nueva York en 1993.

EL ATENTADO CONTRA EL WORLD TRADE CENTER EN 1993

Condena a 240 años de cárcel para 4 terroristas musulmanes

NUEVA YORK, 24 (Reuter y EFE).— Los **cuatro musulmanes fundamentalistas** acusados por el atentado explosivo contra el **World Trade Center**, en febrero de 1993, fueron sentenciados hoy a **240 años de prisión** cada uno por un juez federal norteamericano.

El ataque del 26 de febrero de 1993 contra las torres gemelas neoyorquinas de 110 pisos, el segundo edificio más alto del mundo, causó la **muerte de seis personas** y dejó **más de 1000 heridos**. Además, causó daños materiales valuados en cientos de millones de dólares.

La sentencia emitida por el juez federal **Kevin Duffy** culmina un juicio que duró más de cinco meses e involucró más de 200 testigos y más de 1000 piezas de evidencia.

El magistrado dijo que de las sentencias de 240 años a cada uno de los acusados, 180 años se basan en la expectativa de vida de las seis personas que murieron en el atentado.

Las sentencias alcanzaron al jordano de ascendencia palestina **Mohamed Salameh**, de 26 años, al kuwaití (también de origen palestino) **Nidal Ayad** (26), al egipcio **Mahmoud Abuhalima** (34), y al palestino nacido en Jerusalén **Ahmad Mohamed Ajaj** (28).

Salameh había sido el primero en ser detenido, pocas horas después del atentado, al intentar que le rembolsaran 400 dólares que había dejado en depósito por el alquiler de una camioneta en la que fueron transportados los explosivos.

Nidal Ayad, ingeniero químico con un prometedor empleo en una empresa de Nueva Jersey, fue hallado culpable de participar en la conspiración y concretamente en contribuir a la fabricación de la bomba.

Mahamoud Abuhalima, que trabajaba como taxista en Nueva York, fue detenido en Egipto pocos días después del atentado y traído de vuelta a EE.UU. por agentes de la Oficina Federal de Investigaciones (FBI).

Abuhalima había trabajado para el líder integrista musulmán (también egipcio) **Omar Abdel Rahman**, encarcelado en EE.UU. a la espera de que se celebre el juicio en el que afrontará cargos de participar en un compló que presuntamente planeaba varios ataques terroristas en Nueva York y el asesinato del presidente egipcio Hosni Mubarak.

La sesión de emisión de sentencias, en una sala repleta de público y periodistas y bajo una fuerte protección policial que incluyó las calles adyacentes al tribunal, tuvo momentos de gran dramatismo.

Al recordar a las víctimas del atentado tomó la palabra **Ed Smith** para hablar de su esposa, **Mónica Smith**, que murió en el ataque terrorista estando embarazada. "Nunca tendré la oportunidad de verlo crecer", dijo el hombre para referirse al hijo que no llegó a nacer, y culpó de su tragedia a los "cuatro hombres que querían hacer volar edificios emblemáticos en Nueva York".

El propio juez Duffy fue particularmente duro al anunciar su sentencia contra Salameh: "Mi intención es que se quede en la cárcel el resto de su vida", le dijo al acusado.

El estallido en el World Trade Center consternó a los Estados Unidos, al poner en evidencia que su territorio no quedaba exento de ataques terroristas vinculados con la política exterior orientada por Washington, en este caso en Oriente Medio.

Incluso los fiscales alegan que la explosión fue solo una pequeña parte de una enorme conspiración acaudillada por Abdel Rahman. El jeque está acusado de inspirar a sus seguidores a "emprender una guerra de terrorismo urbano" en los Estados Unidos.

9405906
01-01

Nº DOCUMENTO 9405907
TITULO Esposa de Arafat involucrada en maniobras financieras de la OLP.
PROC. 150023
FE. 25/5/93
V. 11847 T.I
500 RE ROLP

ENT. 42
CR. MZ

DPTO. II (EXTERIOR) 14/6/94 MZ FICHADO

La mujer de Arafat involucrada en maniobras financieras: se divorciaron

Tel Aviv (ANSA)

■ Yasser Arafat se divorció de su esposa Soha Taawil, porque la mujer estaba implicada, junto a algunos de sus familiares, en maniobras financieras poco claras que generaron ingentes gastos, dijeron a ANSA fuentes palestinas allegadas al líder de la OLP, sin que haya confirmación oficial. Según las fuentes, Arafat se divorció de Soha porque está profundamente irritado con algunas iniciativas financieras poco claras tomadas por su esposa y por George Tawil, tío de Soha. También ayer fuentes no oficiales dijeron que Arafat hizo viajar de urgencia de Londres a Trípoli al tío de Soha, y luego lo hizo arrestar. Hasta ahora no se habían revelado las razones de esta decisión de Arafat.

Las mismas fuentes palestinas, que dijeron no saber exactamente cuándo se separó Arafat, subrayaron que "los creyentes musulmanes de los territorios ocupados nunca vieron con buenos ojos el matrimonio de Arafat".

Esos musulmanes, agregaron las fuentes, "consideraban a la familia de Soha, y en particular a su madre, Raimonda, gente que no respeta las normas de la tradición coránica en lo que respecta, por ejemplo: al alcohol".

01-01 9405907

Nº DOCUMENTO 9405908
TITULO Mandela estudiará amnistía para ultraderechistas blancos.
PROC 150025
FE 26/5/94
VI U 11204xen
507k63 S.A.
ENTRADO MZ
CRUZ-DO MZ

Mandela estudiará amnistiar a los terroristas blancos

CIUDAD DEL CABO, Sudáfrica, 25 (AP)- El presidente Nelson Mandela se reunió hoy con un líder derechista y dijo que consideraría la posibilidad de una amnistía para extremistas blancos convictos de delitos políticos, como ser las explosiones de bombas que mataron a 21 personas este año.

Mandela, el primer presidente negro de Sudáfrica, ha resaltado su interés en zanjar las divisiones raciales después de décadas de segregación. Su reunión con Ferdi Hartzenberg, líder del Partido Conservador, prosegregacionista, reveló que desea mantener las líneas abiertas con los blancos que se oponen al gobierno negro.

Después de las conversaciones, Mandela dijo que estaba dispuesto a reunirse nuevamente con Hartzenberg y con Eugene TerreBlanche, líder del Movimiento Afrikaner de Resistencia, neonazi, comprometido a la lucha contra el gobierno encabezado por negros.

"Es nuestro deber sentarnos a resolver nuestros problemas de un modo que sea satisfactorio para todos", dijo Mandela en una breve conferencia de prensa.

Hartzenberg y TerreBlanche desean un territorio dominado por los blancos en el que sus partidarios puedan vivir libres del gobierno negro. Ambos grupos boicotearon las elecciones del mes pasado abiertas a todas las razas, y por lo tanto no desempeñan papel alguno en el primer gobierno posterior al levantamiento de la segregación racial.

Treinta y dos miembros del grupo de TerreBlanche, conocido por sus iniciales AWB, fueron liberados bajo fianza la semana pasada después de haber sido arrestados en relación con las bombas que estallaron durante las elecciones.

Los ataques dinamiteros, incluyendo uno cerca de la sede central del Congreso Nacional Africano en el centro de Johanesburgo, mataron a 21 personas e hirieron a veintenas, pero no lograron descarrilar las elecciones.

9405908

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405909
TITULO Condenan al jefe del grupo naziskin
PR 150023
F 27/5/94
V 11204 Xen
500145 Al

EN MZ
CL MZ

Condenado jefe de banda naziskin

Berlín (ANSA)

● El jefe de un grupo de naziskin (jóvenes nazis) fue condenado ayer en Kiel (norte de Alemania) a tres años y nueve meses de cárcel para menores, por haber agredido a un estudiante sudanés y haber herido a un conductor de autobús alemán.

El joven extremista, de 20 años, con antecedentes penales y declaradamente neonazi, había herido el pasado febrero al conductor de un autobús que había salido en defensa de un joven africano al que había agredido.

27/5

9405909

01-01

DOCUMENTO 9405910
Arafat no podrá visitar Jerusalén sin invitación sostuvo el gob israelí
150015
27/5/94
11847.7.I
SOC868 OLP 11831 T.O.
SC7603.ISR
ENTRADO
CRUZADO

Arafat no podrá visitar Jerusalén sin invitación

El líder palestino, Yasser Arafat, no podrá visitar Jerusalén sin una invitación expresa del Gobierno de Israel, sostuvo ayer el Ministro de Policía, Moshe Shahal.

JERUSALEN/ANSA

Días atrás Arafat dio a entender que, después de establecerse en el territorio autónomo de Jericó (lo que puede tener lugar a finales de junio próximo), visitará Jerusalén para orar en los lugares santos del Islam, entre ellos la mezquita de Al Aqsa.

"Por lo que me consta -dijo Shahal hablando por radio- ninguna personalidad política puede visitar un Estado extranjero si no se la invita oficialmente".

El Gobierno israelí, agregó el Ministro, aún no discutió sobre una posible visita de Arafat a Jerusalén y, en estos momentos, probablemente, no invitará al líder palestino.

Pese a esas palabras, el Vicecanciller israelí, Yosi Beilin, hablando también por radio, afirmó que "si se plantea el problema de una visita de Arafat a Jerusalén, habrá que examinarlo".

"De todos modos, agregó el Vicecanciller, el Gobierno israelí tiene problemas más urgentes en la mesa, como por ejemplo el buen funcionamiento de las instituciones autónomas palestinas, sobre todo la Policía".

Administración de Gaza y Jericó

En tanto se informó que Hanan Ashrawi, portavoz de la delegación palestina en las negociaciones de Washington con Israel, aceptó presidir la futura autoridad palestina que administrará los territorios autónomos de Gaza y Jericó.

La noticia fue dada ayer en Túnez por Samir Ghoshe, uno de los



Yasser Arafat

asesores políticos de Yasser Arafat.

Por otro lado, Hasán Asfur, alto funcionario de la OLP, comunicó que 20 de los 24 miembros de la autoridad palestina ya fueron elegidos y aceptaron el cargo. Con algunos de ellos, dijo, Arafat discutirá en Túnez sobre los poderes de la autoridad.

En cambio, según noticias procedentes de Damasco, el movimiento integrista islámico palestino Hamas rechazó la oferta de Arafat para que participe en la administración de la autonomía parcial y preliminar en Gaza y Jericó.

Hamas, que se opone a los acuerdos entre la OLP e Israel, dijo en un comunicado que no tiene la intención de entrar en un Gobierno de una autonomía determinada por una "humillante negociación", rechazada por el mismo Hamas y otros nueve grupos y organizaciones palestinos.

Pese a los acuerdos estipulados en 4 de mayo en El Cairo por Arafat y el jefe del gobierno israelí, Yitzhak Rabin, Hamas siguió atacando colonos y soldados israelíes en los territorios que Israel ocupó en 1967.

Bombas de neutrones

En otro orden, desde Moscú se informa que un empresario palestino residente en Rusia y enemigo de Yasser Arafat dijo haber comprado dos bombas de neutrones, una de las cuales está supuestamente en Jordania y otra en el Líbano, prontas para ser usadas contra Israel, en particular contra Tel Aviv y contra la zona occidental de Jerusalén.

La singular afirmación es de Shaaban Hafez Shaaban, un hombre de negocios palestino que vive en Rusia, en un diario en lengua rusa que él mismo publica en Moscú, llamado Al-Kods.

Hafez Shaaban afirma que pagó 6 millones de dólares por las dos bombas, aunque no informa dónde las adquirió.

Respondiendo a preguntas del diario Izvestia, Shaaban declaró que aprecia "los intereses de Rusia" y que, por ese motivo, "también apoya a los nacionalistas nostálgicos de la URSS, como Alexandr Rutskoi, en su lucha contra el Presidente ruso Boris Yeltsin".

01-01
9405910

Nº 9405911
La OLP no estaría en condiciones de mantener a la policía palestina.
PF 150023
F: 27/5/94
ENTRADO MZ
CRUZ-DO MZ

El mantenimiento de una fuerza de casi 90.000 agentes palestinos en Gaza y Jericó tendrá un costo anual de 105 millones de dólares

La OLP con las arcas vacías

La Organización para la Liberación de Palestina (OLP) tiene las arcas vacías y no parece estar actualmente en condiciones de pagar los sueldos ni de la policía ni de los empleados de la autoridad autónoma palestina en Gaza y Jericó.

Jerusalén (ANSA) por Giorgio Raccah

■ Según fuentes informadas, hasta el momento no se materializaron las ayudas financieras internacionales prometidas para la autonomía debido a los intentos del líder de la OLP, Yasser Arafat, de obtener un pleno control de los fondos, que son a la vez un instrumento esencial del poder.

Los países que se comprometieron a invertir 2.400 millones de dólares, destinados al desarrollo económico en los primeros cinco años de autonomía, insisten en cambio en un rígido control del empleo de los fondos.

El tema es motivo de creciente nerviosismo entre los responsables palestinos en Gaza y Jericó, quienes están buscando medidas de emergencia para afrontar la situación.

La semana pasada Nabil Shaat, jefe de la delegación de la OLP en las negociaciones con Israel, realizó una visita de un día a Gaza y, según fuentes palestinas, llevó una valija llena de dinero (unos 70.000 dólares) para afrontar los gastos más inmediatos de la autoridad autónoma.

Según estimaciones occidentales y palestinas, sólo el mantenimiento de una fuerza de casi 90.000 agentes en Gaza y Jericó tendrá un costo anual de unos 105 millones de dólares para el primer año de actividad.

Los países donantes, que el pasado mes de octubre se habían comprometido a aportar 2.400 millones de dólares para la autonomía, habían establecido que los fondos serían canalizados a través de un comité constituido por ellos y presidido por un economista del Banco Mundial.

Estos países habían aportado unos 400 millones de dólares para el primer año, pero por distintos motivos el dinero permanece todavía bloqueado.

Primero, porque el comité quiso la constitución de un ente de desarrollo y reconstrucción económica palestino al que transferir las ayudas, previa presentación de los proyectos de inversión.

Luego, porque se quiso esperar la firma del acuerdo sobre Gaza y Jericó entre Israel y la OLP, concretado el 4 de mayo pasado en El Cairo.

Después de la firma, sin embargo, el comité subordinó el descongelamiento de los fondos al nombramiento de un revisor de cuentas extranjero, para garantizar la total transparencia de los balances de la autoridad autónoma.

El martes pasado, la OLP anunció en Túnez que había confiado el encargo a una compañía extranjera. Sin embargo, parece que el dinero



Problemas para la OLP por las dificultades económicas que padece la organización para pagar sueldos a policías empleados en Gaza y Jericó. (Telefoto de AFP -

todavía no llegó a manos palestinas.

El abogado de Gaza, Freih Abu Medin, miembro de la autoridad autónoma, calificó como muy seria la crisis financiera, "que pronto nos llevará a problemas muy graves".

"No podemos pedir a la policía palestina que cumpla sus funciones al 100 por ciento si no tiene dinero suficiente ni siquiera para pagar el combustible de sus autos", dijo a ANSA Abu Medin, agregando que sospecha que el retardo en la llegada de las ayudas financieras exteriores "se debe a cálculos políticos de EEUU e Israel".

El prestigioso periodista israelí Sever Plozker escribió, en una investigación publicada por el diario Yediot Aharonot, que Arafat está "furibundo" por el rechazo de los países donantes a canalizar las ayudas por su intermedio.

Según Plozker, Arafat está tratando desesperadamente de reunir dinero por otros medios.

El mes pasado, por ejemplo, se habría encontrado con dirigentes de una gran empresa europea, prometiéndoles la exclusiva para diversos proyectos en los territorios autónomos a cambio de un soborno del 20 por ciento (a pagar en un fondo secreto a su nombre), pero habría obtenido respuestas negativas.

Según una fuente palestina citada por Plozker, "Arafat está furioso porque sabe que desde el momento en que los empleados de la autoridad autónoma comiencen a recibir regularmente los sueldos de los países donantes, su dependencia de Arafat se debilitará hasta desaparecer por completo".

Arafat, según esta perspectiva, sólo quedará como figura representativa pero privada de poder verdadero.

01-01
940...11

Nº DOCUMENTO 9405912
TÍTULO Arrestan a otro Jefe senderista
150025
28/5/94
11140 Sub
66817 Perú
501173 S.L.
ENTRADO 42
CRUZ DO MZ
DPTO. ... FICHADO 15/6/94 MZ

Apresaron a otro jefe senderista

Número dos: Felipe Tenorio fue detenido gracias a un video capturado por la policía en 1991, donde se lo veía junto a otros líderes de la organización.

LIMA, 27 (EFE).– El video incautado en 1991 donde se veía al cabecilla de Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, es aún mortal para el grupo terrorista y ha colaborado en la captura del actual "número dos" de la organización, Felipe Tenorio.

En febrero de 1991 la policía halló un video en una casa de Lima, donde se suponía que se ocultaba Guzmán, en el que se veía a éste bailar la danza del film "Zorba, el griego".

En la película aparecían también los principales jefes senderistas más cercanos a Guzmán, entre ellos Felipe Tenorio Barbarán, alias "Augusto", que también bailaba con su jefe, el "presidente Gonzalo", como lo llaman sus seguidores.

Tenorio fue presentado el jueves último públicamente por la policía peruana con el traje a rayas de los terroristas detenidos y encara con toda probabilidad una sentencia de cadena perpetua.

El número dos

"Augusto" era, según la policía, el "número dos" del nuevo comité central del Partido Comunista de Perú, verdadero nombre de la banda maoísta, sólo por debajo de Oscar Ramírez Durand, alias "Feliciano", el líder actual.

Este último intenta recomponer el senderismo tras la captura de Abimael Guzmán en Lima, el 12 de septiembre de 1992, y su posterior sentencia a cadena perpetua.

"Feliciano" ha rechazado tácitamente la petición de Guzmán al gobierno peruano para un acuerdo de paz, así como su orden de cesar los atentados y asesinatos.

Esta petición ha sido hecha por Guzmán en dos cartas dirigidas al presidente de Perú, Alberto Fujimori, en 1993, según fuentes oficiales.

La policía considera a Felipe Tenorio Barbarán un hombre peligroso y sanguinario y lo responsabiliza del asesinato directo u ordenado por él de un centenar de personas, entre militares, policías y civiles.

Según las informaciones oficiales "Augusto" fue quien ordenó el asesinato de los sacerdotes polacos Miguel Tomaszec y Zbigniew Stralkowski, ocurrido el 9 de agosto de 1991, en la localidad de Pueblo Viejo, en el departamento norandino de Ancash.

También se lo acusa de ordenar la muerte del mayor general de la fuerza aérea peruana, Julián Rafael Olivera, el 12 de julio de 1991.

07-01 9405912

DOCUMENTO 9405913
Atentados contra judíos en Alemania
150 090
28/5/94
11204 xer
S00145A1

ENTRADO HZ
SALIDA MZ

Antisemitismo

BERLIN, 29 (ANSA).— Un cementerio judío fue profanado la noche del viernes al sábado en Beerfelden, en Essen, al oeste de Alemania, informaron hoy fuentes oficiales.

Los autores del ataque, que no fueron identificados, derribaron la verja del cementerio, abatieron once lápidas y dañaron algunos monumentos fúnebres.

El año pasado tuvieron [illegible] 72 actos de violencia anti[illegible]ta en Alemania, siete m[illegible] en 1992.

30/5

Crescem ataques contra os judeus na Alemanha

Das agências internacionais

O ministro do Interior da Alemanha, Manfred Kanther, informou ontem que cresceu o número de ataques contra judeus desde 1992 no país.

O número de crimes anti-semitas, como um ataque incendiário contra uma sinagoga de Luebeck, cresceu de 65 em 1992 para 72 no ano passado.

O número total de ataques motivados por ódio aos judeus, como a pichação de suásticas (símbolo nazista) em cemitérios, cresceu de 562 para 656.

Kanther estima que 8.000 extremistas, entre eles 1.500 neonazistas e 5.600 skinheads, fazem campanha para negar a culpa da Alemanha no Holocausto (assassinato de 6 milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial).

Segundo Kanther, grupos de extrema direita estão trocando a violência contra estrangeiros por ataques anti-semitas.

Ainda assim, os ataques representam a maior parte da violência dos grupos de extrema direita no ano passado. Dos 2.200 crimes dos extremistas, 1.600 foram cometidos contra estrangeiros.

28/5 FSP

9405913

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405914
TITULO Donaciones del gobierno español por detención de vascos.
PRO 150023
FE 28/5/94
VI 118137 H
507513 ESP
501410 ETA
507466 URU
ENTRADA HZ
CRUCE MZ

La publicación Herria Eginez denuncia préstamos blandos por U$S 80 millones, que fueron congelados tras negarse extradiciones

Revista española confirma donaciones del gobierno español por detención de vascos

"Uruguay, como tantas otras veces el Estado francés, accedió a las pretensiones españolas sobre las detenciones de vascos en el marco de las diversos acuerdos económicos, entre los que se encontraban varios créditos blandos y la dotación de material policial.

En los doce meses siguientes, Madrid prestó a Uruguay, a bajo interés, hasta 8.000 millones de pesetas" (unos 80 millones de dólares), que luego fueron "congelados", por la liberación de varios de los vascos detenidos, denuncia la publicación de Euskadi Herria Eginez.

En un extenso dossier, la mencionada publicación da cuenta de "la operación combinada entre la policía española y la uruguaya", en la cual eran detenidas "una treintena de personas —hombres mujeres y niños—, entre ellas 13 refugiados políticos vascos".

Según el informe, "las detenciones en Uruguay habían estado precedidas de un intento de modificar la situación de los refugiados vascos en otro país americano, México", aunque allí las autoridades mexicanas denegaron la extradición del vasco Esteban Murillo.

La revista indica que "Rafael Vera, en compañía de Nicolás Martín Cinto, antes portavoz del gobierno para los contactos con la ETA en Santo Domingo, Jesús Martínez Torres y el juez Carlos Bueren, viajaron a Uruguay en una crónica diplomática destinada a introducir elementos distorsionantes en una sociedad largamente identificada con el derecho de asilo".

Agrega la publicación de Euskadi que "poco a poco se fue demostrando la inconsistencia de las acusaciones y la gran mayoría de ellos fue saliendo de prisión salvo tres" y afirma que por ello "el orgullo hispano se sintió tremendamente dolido y se mandaron notas verbales a la Embajada uruguaya, se les recordó que contravenían el tratado de cooperación entre los países y se congelaban los préstamos".

LOS REYES Y UNA VISITA FRUSTRADA

También señala que estuvo de "visita" en Uruguay el director general de la policía española, Carlos Conde Duque, a fines de febrero del presente año, para presionar, lo cual se completó con "el aplazamiento de la visita de los reyes de España".

El extenso análisis de la revista vasca afirma que "la llegada a Montevideo del presidente de la Xunta de Galicia, Manuel Fraga Iribarne, y la realización de numerosas declaraciones acabaron de completar un cuadro que mezcla presiones, chantaje e injerencia directa en la vida interna de otro país y en la independencia de la Justicia".

En opinión de la publicación del país vasco, "el Ejecutivo español tiene interés en reabrir una ofensiva de guerra sucia contra la izquierda abertzale" en países como "Bélgica, Uruguay, México", entre otros.

Denuncian que en esta campaña se inscriben amenazas de bomba en nombre de la ETA en estos países.

9405914

01-01

9405915
150023
29/5/94
ENT. HZ
CRUZ. HZ

El subcomandante Marcos no descarta que atrás del asesinato de Colosio esté la mano de Córdoba Montoya, quien se opone a la solución política del conflicto en Chiapas

"Se están abriendo las puertas de la guerra civil"

● **El jefe guerrillero zapatista rechazó la existencia de una alianza con el comisionado para la paz, Manuel Camacho Solís**

El pasamontañas no oculta la impresión del subcomandante Marcos cuando el mayor Mario le informa: "acaba de morir". Son casi las once de la noche del miércoles 23 de marzo. Tras recibir la noticia, el jefe guerrillero habla de Luis Donaldo Colosio.

San Miguel, Chiapas.

■ "Siempre fue un hombre prudente. Nosotros nada tenemos que ver con su muerte. En todo caso hubiéramos atentado contra José Córdoba Montoya o Carlos Salinas de Gortari. Lo de Colosio, más bien se trata de un *ajuste de cuentas interno*, una provocación para el endurecimiento".

Sin su famoso chuj y chamarra negros, lo que lo hace ver algo delgado; con una gorra militar de campaña con tres estrellas rojas, sobre el pasamontañas, Marcos no descarta que atrás del asesinato de Colosio esté la mano de Córdoba Montoya quien, según él, *representa* a la línea dura que siempre se ha opuesto a la solución política del conflicto en Chiapas.

La entrevista se realizó un día antes de que el Comité Clandestino Revolucionario Indígena (CCRI) acordara suspender la consulta en las comunidades indígenas encaminada a concretar la firma o no del acuerdo de paz con el gobierno mexicano. Según el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), el ejército mexicano rompió el cese el fuego, por lo que se declaró en "alerta rojo" y ya no dejó entrar a periodistas a las zonas bajo su control.

El subcomandante Marcos advirtió que con el asesinato de Colosio "se están abriendo las puertas de la guerra civil".

El encuentro con los reporteros de Proceso se realizó en una brecha en las inmediaciones de la zona franca de San Miguel, una de las entradas a la selva Lacandona. A la luz de la luna, recostado sobre la hierba, el subcomandante Marcos asegura que lo sucedido en Tijuana perjudica, principalmente, al comisionado para la paz, Manuel Camacho Solís; al intermediario, el obispo Samuel Ruiz, y al EZLN, porque daña las negociaciones.

Tajante, dice que en los últimos días se han producido coincidencias que buscan "consolidar la dictadura en México. Sin embargo, nosotros vamos a darle su espacio a las palabras y no a los tiros; la frágil tregua se puede *romper en cualquier momento*".

CAMACHO PACIFICADOR

—¿El asesinato de Luis Donaldo Colosio, qué cambios puede provocar en las negociaciones para la paz?

—Ese es el problema, me acabo de enterar y no he consultado con el CCRI. Pero la primera reflexión es que ese hecho perjudica la línea negociadora del gobierno definitivamente. Si alguien sale perjudicado por el asesinato del candidato del PRI a la Presidencia de la República, aparte del propio PRI, es el grupo negociador. En este caso, Manuel Camacho Solís.

—Antes del asesinato se produjo el secuestro del banquero Alfredo Harp Helú. Se insiste en que hay fuerzas oscuras que buscan desestabilizar el país. ¿Qué tan cierto puede ser que haya conexión entre lo que sucedió en Tijuana, el secuestro y lo de Chiapas?

—Más bien entre lo que sucedió en Tijuana, el secuestro y lo que se trata de que no haya en Chiapas, ¿no? Finalmente hay dos formas de resolver el problema del EZLN: aceptar a una insurgencia armada negociando con ellos, estableciendo el diálogo; o recurrir a la solución militar. Digamos que Camacho representa la opción política, sabiendo lo que significaría en costo social para el país la opción militar.

Cuando empezamos a ver que lo de los finqueros estaba fuera de control y que había complicidad, no del gobierno en su totalidad, pero sí de ciertos sectores gubernamentales que veían con beneplácito la agresividad de los ganaderos y de los comerciantes, notamos la intención de provocar un enfrentamiento que rompiera el cese el fuego.

Han sido muy agresivos en sus declaraciones y en ciertas acciones represivas, que *militarmente* no tienen ningún valor, pero que son una provocación, buscando obtener una respuesta militar zapatista, que le ahorre al gobierno el costo político de tomar la iniciativa de romper el cese e fuego.

CORDOBA MONTOYA Y FUJIMORI

—¿A quién beneficia lo que pasó en Tijuana?

—No sé, hay muchos intereses ahí, pero si hay a algo que no beneficia es el proceso del diálogo: ni al EZLN ni a todos los que están en ese proceso, ni a Camacho ni a su grupo, ni al mediador ni a nosotros. Puede ser que José Córdoba Montoya tenga metidas las manos. No sé si a ese nivel lleguen, a tal grado de estupidez, de hacer un autoatentado para recuperar prestigio o desviar la atención a costa de desatar fuerzas más grandes. Pero si hay un grupo dentro del gobierno que se beneficia con ese atentado, es el que está clamando por ahogar en sangre no sólo al EZLN sino cualquier intento democratizador.

—¿Podría ser más concreto?

—No sé, pero hay varias coincidencias. Desde el inicio del diálogo nosotros le dijimos a Camacho que el gobierno tenía que dar una señal en el sentido de que *haría* algo por los intereses del pueblo. Se comprometió a hacerlo después de que acabara la primera ronda de negociaciones. Pero se ve, como digo, que hay una aprobación del gobierno hacia los ganaderos, una complicidad, porque incluso a la Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH) la atacaron. O sea, una parte del sector gubernamental está de acuerdo con esa tendencia.

—¿Qué papel desempeñan en todo esto los militares? ¿Podrían dar un golpe de Estado?

—No, a mí me parece más bien que les faltan elementos. Se necesitaría un ejército más poderoso para controlar al país. Con capacidades administrativas, que sí tienen, pero ya para dirigir toda la estructura del país no. Se me hace que va *más* por el lado de Fujimori, o sea civiles, que sean ellos los que den un golpe de Estado.

—¿Apoyados por el ejército?

—¡Claro! Tendría que haber la complicidad del ejército. Por ejemplo, suspender las elecciones de agosto, correrlas indefinidamente, puesto que no hay garantías. Ingobernabilidad del país, necesidad de un endurecimiento, y entonces sí reformas a la Constitución para darles más manga ancha al ejército y a la policía.

COLOSIO, REELECCION Y DICTADURA

Pienso que lo que se pretende no es una reelección directa, sino el alargamiento del sexenio más allá del 1º de diciembre de este año. Se podría declarar la desaparición de poderes en varias regiones, incluido Chiapas. Y extender la ingobernabilidad al resto del país; por lo tanto, no hay condiciones para llevar a cabo las elecciones, se posponen y sigue el mismo presidente.

—¿Cuál es su opinión sobre Colosio? crítica o de la Revolución?

—Estamos más cerca de la formalización de la dictadura, porque ya estamos en lo que es la dictadura. Eso es lo que nosotros decimos. Te voy a poner el ejemplo de Yucatán: ahí dicen que el PRI *sí ganó en Mérida*, pero mediante una cesión o concertacesión; *no sé cómo le dicen ahora*, le dan el triunfo al PAN, o sea, el mismo PRI de Salinas hace que el PRI pierda. Ya no se trata de que un partido político gane, sino que ese partido político también depende del capricho o del proyecto político del Presidente de la República. Y eso crea descontento dentro del mismo PRI, por supuesto. ¿Por qué sacrifican sus victorias legítimas? ¿Por qué consideran que son legítimas las elecciones locales a cambio de un proyecto nacional, que no nos toma en cuenta para decidir el candidato a la Presidencia de la República? Ahí empezamos a detectar que se hacía *más* y *más* claro el poder unipersonal de Salinas. Que las decisiones ya no las tomaba el partido, sino él y el grupo que representa.

—¿Considera que si hubiera la necesidad de sustituir a Colosio (todavía con vida en este momento de la entrevista), Camacho facilitaría las cosas?

—Nosotros somos muy torpes para el análisis de lo que ocurre dentro de los grupos del gobierno. No tenemos mucha información. Lo que sabemos es que Camacho aparece ante nosotros como preocupado sinceramente por buscar la salida política, no militar. Que cuando él se compromete a buscar esas soluciones... lucha por el poder siempre han existido traiciones, asesinatos, una guerra a muerte. No descarta que, en la actualidad, el grupo salinista se esté tratando de esta manera:

—Se me hace el momento más inconveniente para hacerlo. Cuando más efervescencia social y descontento hay contra el gobierno. Esto significaría prácticamente su suicidio político y ahora sí un llamado más consensado que el de la selva Lacandona a la guerra civil, que lanzaría el gobierno federal con ese autogolpe de Estado.

El jefe guerrillero rechaza la existencia de una alianza con Camacho Solís. Dice:

—Quienes nos conocen se han dado cuenta de que en realidad la decisión de la guerra sí viene de esa gente que no sabe leer ni escribir, que no toma en cuenta ni la coyuntura internacional ni nacional, sino sus necesidades inmediatas y su proceso cultural previo. Lo que quiero decir es que entrando ahí, pasando un tiempo, te das cuenta que no es posible engañar a tanta gente *tanto tiempo para servir a* un interés oscuro.

Les digo que ahora sería Camacho, antes Ross Perot, antier Fidel Castro, antes de antier éste Gonzalo, el de Sendero Luminoso. Y así pues. Pero ya estando dentro de EZLN, ves que no es posible hacer eso. En el dado caso de que hubiera la posibilidad de infiltrarte ahí diez años antes, organízalos, engáñalos, alza a miles de hombres que no hablan tu dialecto, que no tienen tu cosmovisión ni nada de eso. Y en una fecha determinada,

9405915

—El Colosio que estaba en campaña fue muy prudente al manejarse con el EZLN. Nunca se refirió a nosotros como transgresores de la ley ni profesionales de la violencia, ni utilizó todos los calificativos que se estuvieron diciendo. Empezaba, según mi manera de ver, a tomar distancia del discurso salinista, trataba de marcar su propia línea; comenzaba a reconocer que sí había problemas sociales profundos y que eran necesarias reformas democráticas de fondo. Al anunciarse que él sería el candidato del PRI, sí veíamos una continuidad. O sea, el nombre de Salinas en la imagen de Colosio. El mismo proyecto económico, con las mismas adecuaciones políticas y los mismos costos sociales.

Así parecía hasta enero de este año. Finalmente Colosio era la garantía de esta reelección de que hablé antes. Eventualmente, se podría inducir a Colosio para que reformara la Constitución, con el fin de que Salinas pudiera ser candidato a la Presidencia en el 2000, dejando un período de transición, que sería Colosio.

Nosotros veíamos que el de 1994 al 2000 era un sexenio de transición para la formalización de la dictadura o para transitar definitivamente a una apertura democrática profunda, o sea una revolución que es lo que estamos planteando nosotros. Y así parecía. Los zapatistas pusimos en crisis no sólo la campaña de Colosio, sino las de todos los partidos, los cuales tienen que redefinirse. Hasta donde yo sé - los periódicos me llegan con retraso- Colosio sí había comenzando a cambiar su discurso. Pero también lo hicieron Cárdenas, Fernández de Ceballos y Cecilia Soto. Eso es lo que veíamos nosotros.

—¿En estos momentos México está más cerca de la dictadura, de una paz democrática ... ciones que respalden las propuestas de San Cristóbal, lo hace francamente. Y trata de controlar, de aplacar o por lo menos de atrasar las embestidas de los ganaderos y los comerciantes.

Pero la actitud de Camacho choca con la de otro grupo, probablemente el de José Córdoba Montoya. O sea, que Camacho ya no se está enfrentando a Jorge Lescieur Talavera (el presidente municipal de San Cristóbal) o a Constantino Kanter (el dirigente ganadero de Altamirano) o a las asociaciones ganaderas regionales, sino a otro poder.

Ahí ya no estoy tan seguro de si la propuesta del otro grupo sea la solución militar, o sólo buscan sacar a Camacho de la jugada. ¿Cómo? Haciendo que fracase en las negociaciones con el EZLN. El problema es que en las pláticas con los zapatistas se ve que hay un entendimiento, que hay diálogo entre Camacho y el EZLN. Y lo primero que hay que hacer es romperlo. Si no se puede, entonces meter a otro elemento.

CAMACHO-EZLN

—¿Pero Camacho como candidato a la Presidencia sí favorecería a la causa zapatista?

—Sí. Faltarían muchas cosas por definir todavía. Se inclinaría por la salida política, no la militar. Eso sí estaría claro. Aunque faltarían muchas cosas por definir: derechos, demandas de carácter nacional, sobre todo con respecto a la cuestión indígena, que pensamos que no está agotada, que no satisface la respuesta que da el gobierno. Hay muchas cosas que ya están viendo los compañeros que faltan.

HISTORIA DE TRAICIONES

El subcomandante Marcos reconoce que en la historia de la ... previa del período electoral, te alzas en armas. No checa pues.

—Se dice que se ha incrementado la presencia militar. ¿Esto y lo de Colosio los pone en guardia?

—Ya estamos en guardia. En alerta rojo. Desde el domingo empezamos con el alerta rojo y volvimos a minar todos los accesos a nuestro territorio.

Seguramente no lancen una operación de aniquilamiento, pero sí buscarán sacarnos de las posiciones en la carretera y aventarnos a mero adentro de la selva.

—En síntesis ¿podría decirse que el conflicto se encuentra en el punto más delicado o igual que el 1º de enero?

—Estamos en el 12 de enero otra vez, cuando se decreta el cese el fuego, pero como si no hubiera habido pláticas, como si existiera una tregua que se puede romper en cualquier momento.

—¿Se puede decir que este diálogo, si es que todavía existe, es con muy pocas esperanzas?

—Pues con la única esperanza que hay ahora, prácticamente de que se mantengan, ya no ni siquiera de que avance el diálogo, sino de que se creen las condiciones para que no se rompa, que se mantenga todavía la puerta abierta. Vamos a hablar, aunque no estemos todavía de acuerdo en nada, pero vamos a darle su espacio a las palabras y no a los tiros. Esa es la única esperanza que tiene ahora el país frente a la otra opción, que es la guerra civil, que con el atentado a Colosio es la otra puerta que se está abriendo; la no solución pacífica y democrática de los conflictos.

En ese momento se acerca el mayor Mario y le dice: "Acaba de morir".

-¿A qué hora?

-Al 10 para las once.

De la revista Proceso

02.02.

9405915

Nº. DOCUMENTO 9405916
TITULO Zapatistas se niegan a reunirse con senador norteamericano
PROC. 15C023
FECHA 29/5/94
VINCUL. 11140 Sob
507693 Méx
565945 EZLN
ENTRADO ME
NZ

Candidato opositor a la gobernación de Chiapas y dueño del diario El Tiempo se disculpó por no poder recibir tampoco al congresista norteamericano

Los zapatistas se niegan a reunirse con Torricelli

El senador llegó a San Cristóbal con el fin de conocer los motivos que llevaron al EZLN a levantarse en armas con demandas sociales, políticas y económicas

Amado Avendaño, candidato opositor a la gobernación de Chiapas y dueño del diario local El Tiempo, se disculpó ayer ante el congresista estadounidense Robert Torricelli por no poder recibirlo hoy en las instalaciones del diario, como estaba programado. "Nos llamaron de Guadalajara para aceptar un premio por nuestro destacado trabajo periodístico, por lo que tenemos que viajar hoy a la ciudad de México y de allí a Guadalajara", explicó Amado Avendaño a través de las páginas de su diario.

(ANSA)

■ Avendaño recibirá mañana lunes una mención especial del premio "Manuel Buendía", que otorga cada año la fundación que lleva el mismo nombre en honor del destacado periodista asesinado en Ciudad de México hace una década.

La disculpa ocurre luego de saberse que el rebelde Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), levantado en armas el 1º de enero de este año, se habría negado ayer a aceptar una visita del diputado norteamericano a territorio zapatista, según publicó el diario La Jornada.

La candidatura de Amado Avendaño fue lanzada por la sociedad civil de ese convulsionado estado del sudeste mexicano luego de que Cuauhtémoc Cárdenas, candidato presidencial por el opositor Partido de la Revolución Democrática (PRD), se entrevistó la semana pasada con el subcomandante insurgente Marcos en la selva Lacandona. De hecho, el PRD aceptó ya la precandidatura de Avendaño y podría avalarla en los próximos días.

Avendaño es dueño del diario El Tiempo, un modesto periódico que alcanzó la fama internacional con la cobertura del alzamiento armado del EZLN.

Ayer, en medio de un total hermetismo por parte de la delegación estadunidense, que llegó a esta ciudad el viernes, el congresista Robert Torricelli habría viajado al poblado de San Miguel, conocido como "la puerta de entrada" a la selva Lacandona, donde se encuentran los insurgentes mexicanos.

El diputado intentaría cruzar hacia territorio controlado para entrevistarse con el subcomandante insurgente Marcos, a quien previamente le envió una carta para concretar el encuentro.

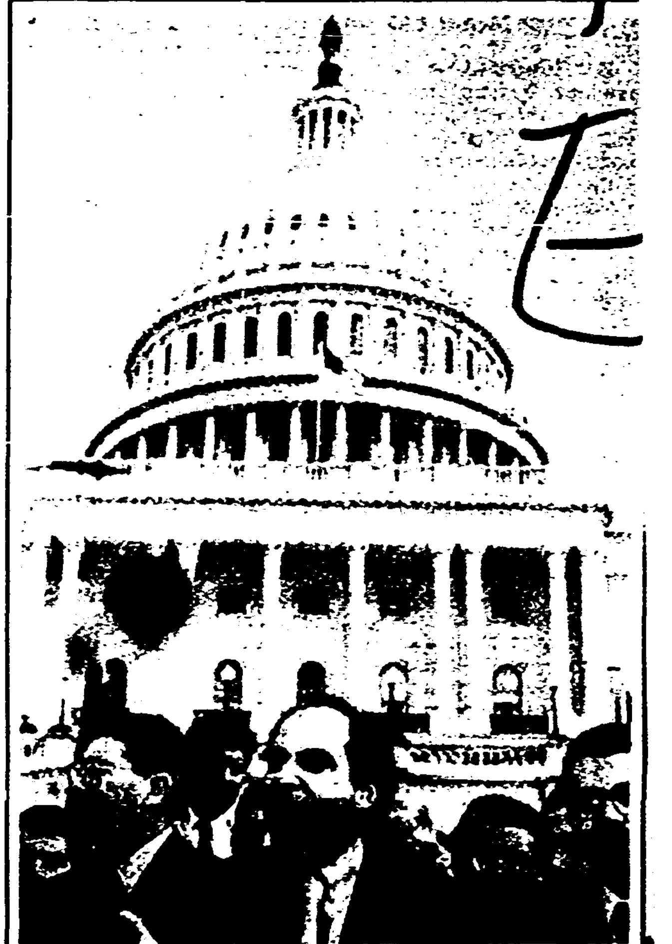
Sin embargo, según las versiones periodísticas, como única respuesta a la petición, la comandancia general del EZLN quemó la misiva. "Bastó un cerillo", relató el enviado de La Jornada en un despacho enviado desde la selva Lacandona.

El viernes luego de sostener una conversación a puertas cerradas con monseñor Samuel Ruiz, obispo de la diócesis de San Cristóbal de las Casas, Robert Torricelli consideró que las repercusiones del conflicto armado de Chiapas "van más allá de México", y calificó de "natural" la preocupación que existe en EEUU por la insurrección ante el Tratado de Libre Comercio (TLC).

Torricelli llegó a San Cristóbal con el fin de conocer de cerca los motivos que llevaron al EZLN a levantarse en armas el 1º de enero de este año, con demandas sociales, políticas, económicas y culturales.

"En mi papel de 'chairman' tengo la especial responsabilidad de informar al Congreso (estadounidense) sobre los acontecimientos en México. El levantamiento armado en Chiapas y el asesinato del candidato del PRI (Partido Revolucionario Institucional, oficialista), Colosio (Luis Donaldo), han generado preocupación en el Congreso acerca del desarrollo económico y político de México", decía Torricelli en su carta al subcomandante Marcos. Al término de la reunión con el obispo Samuel Ruiz, el legislador indicó que México, al igual que otros países, ha avanzado económicamente, "pero su sistema político y social se ha estancado". Consultado expresamente, Torricelli señaló que su presencia en la zona de conflicto "no viola la soberanía mexicana" e insistió en que México "necesita dirigentes con confianza que no utilicen acusaciones falsas de su soberanía para rebotar con preocupaciones legítimas de justicia social".

También expresó su interés por el proceso electoral mexicano, que finalizará el 21 de agosto próximo, cuando se elija al sucesor de Carlos Salinas de Gortari para ocupar la presidencia durante los últimos seis años del siglo.



Robert Torricelli; su presencia en México no ha sido bien acogida. (Telefoto de archivo de AFP)

9405916
01-01

Nº DOCUMENTO 9405917
TITULO Ultraderechistas blancos reclaman autodeterminación.
150014
29/5/94
4204 Sen.
507663 SA
MZ
MZ

Sudáfrica

ULTRADERECHISTAS

Los ultraderechistas afrikaners, blancos descendientes de los primeros colonos holandeses que se establecieron en Sudáfrica, reclaman su autodeterminación alegando que su situación es comparable a la de los palestinos, ya que, con las reformas políticas, han perdido su libertad y su territorio. Así lo señaló el sábado, el líder del Partido Conservador y

de la coalición ultraderechista Frente Popular Afrikaner (FPA), Ferdi Harrzenberg, quien señaló que es partidario de la búsqueda de una solución pacífica para lograr su autodeterminación, en vez de recurrir a la violencia.

9405917

01-01.

Nº DOCU... 9405918
TITULO El resurgimiento del nazifascismo en Europa.
PR... 1500.23
F... 24/5/94
V... 11204 XEN.
SC7604 ITA.
10184 EUR.
M2
M7

Ministros fascistas en el gabinete de Berlusconi, manifestaciones de "camisas negras" y declaraciones xenófobas provocan rechazo de los sectores republicanos y alarma

Un fantasma recorre Europa: el

Notas de viaje de Niko Schvarz

■ La seria advertencia del presidente François Mitterrand sobre el peligro de recidiva del nazifascismo en Europa, no es la única. Ha sido precedida por un alerta análogo de parte de fuerzas políticas y sociales europeas en un arco muy amplio, particularmente en relación con las elecciones al Parlamento comunitario del 12 de junio.

Estas legítimas aprensiones están dictadas por el ingreso de elementos fascistas en el gabinete de Berlusconi. Y la posibilidad de que ganen posiciones en el próximo Parlamento Europeo, que se elige por voto universal en los 12 países miembros.

El mandatario francés aludió al caso italiano y a la posibilidad de que se extienda como una mancha de aceite por el viejo mundo. "Existen en Europa —manifestó— fuerzas que querían rehabilitar lo más reprensible que he conocido en mi juventud: el fascismo, el nazismo, el franquismo...". Ejemplos no faltan, por cierto: desde los neonazis redivivos, skinheads y otras variedades, que cometen atentados a la vez que ganan posiciones por vía electoral, en Alemania como en Australia, hasta los fascistas netos que desfilaron, brazo en alto, en la pequeña ciudad véneta de Vicenza, el 15 de mayo. Dos días antes, en Magdeburgo, fueron neonazis los que manifestaron y luego se dedicaron a la caza de los negros.

"AUN ES FERTIL EL VIENTRE..."

Casualmente, en este mismo momento se está efectuando en París una "reprise" de "La resistible ascensión de Arturo Ui", de Bertolt Brecht, en una puesta del famoso TNP (Teatro Nacional Popular) que en su época dirigiera Jean Vilar, bien conocido por los teatristas uruguayos. Quizá en otro momento la comentemos. Pero aquí importa destacar la fervorosa adhesión del público al mensaje explícito de esta parodia en clave gangsteril del ascenso del nazismo. Cuando el protagonista recita el epílogo, y culmina diciendo que "aún es fértil el vientre que parió esta fiera", el público —mayoritariamente integrado por jóvenes, hecho destacable— tributa una prolongada ovación. La obra sale al encuentro de una preocupación tremendamente actual, muy vivaz en la conciencia colectiva.

Aunque algo dijimos sobre esto en nuestras notas de corresponsal itinerante, conviene insistir sobre las peculiaridades del fenómeno italiano. Algunos lectores podrán pensar que cuando hablamos de fascismo, estamos aludiendo a un sector político de extrema derecha, xenófobo y racista. Pero en verdad se trata de un partido abiertamente fascista, que reivindica la figura de Mussolini como "el gobernante más grande que ha tenido Italia en este siglo", según dijo el líder de la sureña Alianza Nacional Gianfranco Fini. Alianza Nacional, por otra parte, es una denominación camuflada del Movimiento Social Italiano, MSI, catalogado por todos como neofascista.

Mitterrand: "Hay fuerzas que buscan rehabilitar el nazifascismo"

Una de sus dirigentes es la diputada Alessandra Mussolini, electa en Nápoles por una coalición de fascistas, monárquicos y grupos de extrema derecha, nieta de Mussolini que reivindica abiertamente la memoria de su abuelo. Cuando, el 25 de abril, el pueblo democrático italiano celebraba el 49º aniversario de la gesta liberadora antifascista, ella concurrió ostensiblemente a visitar la tumba de "il duce". La oímos, ese día, interrumpir groseramente un debate televisado desde Milán, (donde se realizó una gigantesca concentración conmemorativa, frente al Duomo) en el que participaba el líder del Partido Democrático de la Izquierda (PDS), Achille Occhetto, con un discurso definidamente fascista, en su tono y contenido, y en su rabioso anticomunismo. Ese mismo día, Fine organizó una misa en Roma con el membrete de la "reconciliación", en la cual participaron grupos organizados de "camisas negras", que reiteraron rituales fascistas.

Pero hay más. Como se sabe, en el norte tiene importante gravitación la Liga del Norte de Umberto Bossi. Esta es un movimiento de extrema derecha, con una fortísima connotación secesionista. Su xenofobia se dirige no sólo contra los extranjeros (sean turcos o africanos, también duramente discriminados en otros países europeos) sino contra los propios italianos del sur, considerados como gente de segunda o tercera categoría. El objetivo declarado de la Liga, y la base de su campaña electoral, consiste en crear una República del Norte, separada y autónoma. En sus forcejeadas negociaciones con Berlusconi por el reparto del poder, la Liga logró imponer a su candidata, Irene Pivetti, como presidenta de la Cámara de Diputados. Apenas asumió el cargo, ésta conmocionó Italia con la siguiente declaración: "Le cose migliore per le donne e la famiglia le ha fatte Mussolini e dopo non è stato fatto più nulla". O sea: lo mejor que se hizo (en Italia) por la mujer y la familia fue obra de Mussolini, y después no se hizo más nada.

En la réplica a esta declaración que abarcó todas las fuerzas republicanas, incluidas las organizaciones femeninas, se recordó documentadamente la regresión que significó el fascismo para la legislación social italiana, en particular para los derechos de las mujeres y la protección social a la familia. Pero quedaba evidenciado que en la Liga del Norte pervive una componente declaradamente promussoliniana. En el caso de la Pivetti se trata, por añadidura, de una persona que lleva sobre el pecho la Croix de Vendés, emblema del sector ultraderechista del campesinado francés, que se opuso con las armas a la Revolución Francesa.

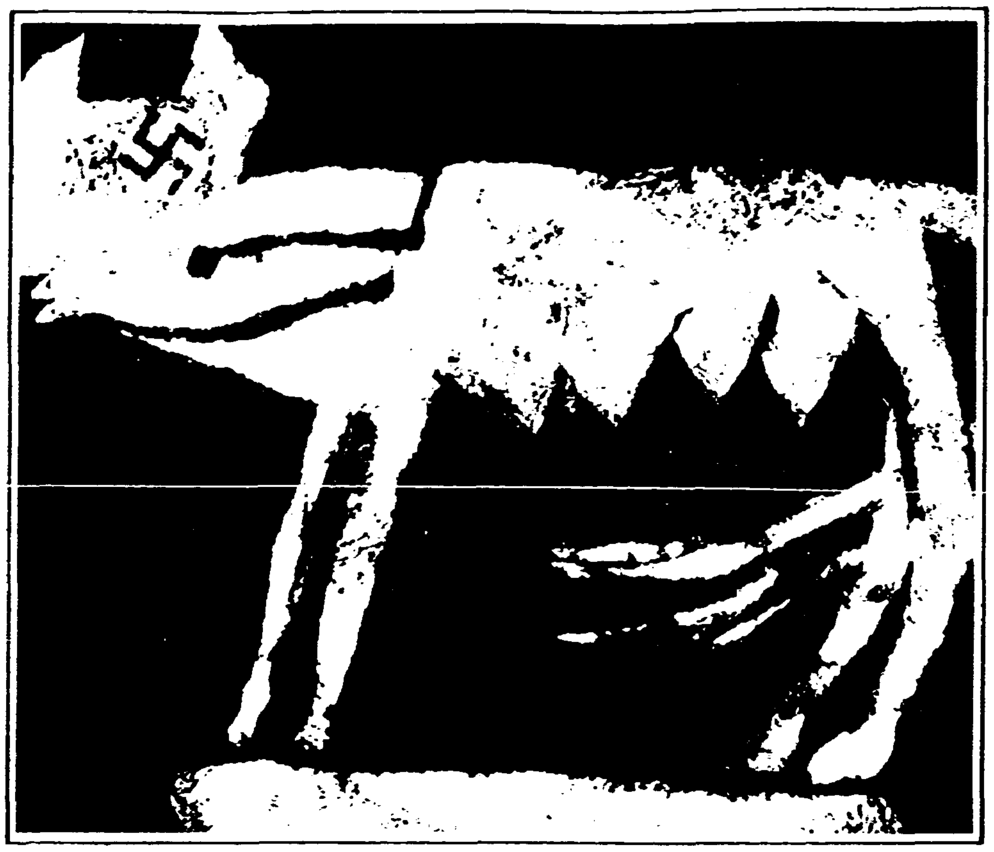
Según Gianfranco Fini "Mussolini fue el mayor estadista del siglo XX"

FASCISTAS EN EL GOBIERNO

Silvio Berlusconi llegó a primer ministro, por el apoyo de estos partidos. Correlativamente, negoció con ellos el reparte de

con el brazo en alto, reivindicación abierta de Mussolini en los países de la Comunidad

resurgimiento del nazifascismo



los cargos fundamentales de gobierno. Así Alianza Nacional y la Liga del Norte se llevan las dos vicepresidencias del Consejo de Ministros: la primera en la persona de Giuseppe Tatarella, a la vez ministro de Comunicaciones y Correos, y la segunda por parte de Roberto Maroni, número dos de la Liga, brazo derecho de Bossi y que recibió además nada menos que el Ministerio del Interior.

En esas manos está el pandero. Agréguese que los 5 ministerios otorgados a Alianza Nacional incluyen también el de Bienes Culturales para Doménico Fisichella (pudo ser peor, ya que aspiraban al Ministerio de Eduación); y entre los 5 ministerios para la Liga del Norte se hallan, además del Interior, los de reformas institucionales (tema muy importante, ya que se proyectan reformas constitucionales) y el relacionado con la política comunitaria europea.

Berlusconi se reservó 8 ministerios para su grupo, Forza Italia, y completó la nómina de 25 aplicando reglas estrictas de reparto matemático (lo que se conoce en Italia como el manual del ingeniero Cencelli). Los demás cargos fueron para los restos de la desfalleciente Democracia Cristiana (que cambió de nombre y se dividió en cuanto a la participación en el gobierno, que a Berlusconi le resultaba vital para lograr, por estrechísimo margen, el voto de confianza en el Senado), los liberales y algunos independientes, con el agregado del ex representante de Italia ante el FMI. Para completar el cuadro, quien pasó a desempeñarse como secretario del Palacio Chigi, sede del gobierno, era hasta unas semanas el vicepresidente del emporio financiero de Berlusconi, la Fininvest.

LA DECLARACION DEL PARLAMENTO EUROPEO

Racismo y saludo fascista en manifestación de Vicenza

Una expresión característica del temor que suscita en las fuerzas democráticas del contienente el retorno de los fascistas al gobierno italiano, 50 años después, lo otorga la declaración aprobada en mayoría por el Parlamento Europeo en los días en que se estaba tramitando el gabinete de Berlusconi, y que dice a la letra:

"El Parlamento Europeo... exige que los miembros de la Unión Europea hagan saber muy claramente al presidente de la República Italiana que su gobierno deberá permanecer fiel a los valores fundamentales que han presidido, después de los horrores del fascismo y del nazismo, la fundación de la Comunidad Europea".

Un planteo de este tipo —que motivó reacciones de los involucrados, lo mismo que acontece ahora con la declaración de Mitterrand no conoce antecedentes. Tampoco la démarche del presidente italiano Oscar Luigi Scalfaro, quien se dirigió en esos días de tensión política a Berlusconi mediante una carta que se hizo pública reclamándole que tomara en cuenta, para la designación del gabinete, tres factores: la política comunitaria, la unidad del país y las políticas sociales en relación al desempleo. Estos pasos estaban dictados por idéntica preocupación.

LA JUDICATURA HONRA A ITALIA

Este proceso de integración del gobierno estuvo marcado por otro episodio relevante. A cierta altura, Berlusconi le propuso el Ministerio del Interior al juez Antonio di Pietro, quien encabezó la investigación de la Tangentópolis o sea, de las maniobras fraudulentas perpetradas por dirigentes connotados de varios partidos políticos (particularmente de la Democracia Cristiana y el líder del PSI, Bettino Craxi) con fondos provenientes de las grandes empresas. De esa suerte, proyectaba ganar el concurso de un personalidad intachable, de solvencia indiscutible y de reconocido prestigio por su labor persistente en el operativo también denominado "mani pulite" (manos limpias); y alejaba toda sospecha en esa materia sobre su propio partido, Forza Italia, formado caudalosamente en dos meses, en base a su propia figura y a sus recursos financieros, y que procuraba aparecer como algo ajeno a las trapisondas de los viejos partidos. Forza Italia está a tal punto entremezclada con el aparato financiero de Berlusconi, que al efectuarse en esos días ciertas reuniones en su villa principesca de Arcore, no se sabía a ciencia cierta si los concurrentes eran miembros del staff de la Fininvest o integrantes del futuro gobierno. Forza Italia es un partido-compañía, como dijo Occhetto.

El juez Di Pietro rechazó el ofrecimiento, señalando que su misión consistía en dedicarse por entero, hasta culminarla, a la investigación de los escándalos político-financieros. Seguía el ejemplo de los jueces Giovanni Falcone y Paolo Borsellino, que ofrendaron la vida en la lucha contra la mafia. Al mismo tiempo, se generó un clamor de protesta, al filtrarse la noticia de que sería designado para el Ministerio de Justicia el principal abogado de la Fininvest, Cesare Previti, lo que se consideró como una declaración de guerra a toda la judicatura, la cual había sido blanco de ataques desaforados del mencionado abogado-empresario.

En la disyuntiva, y ante la eventualidad de volver a comenzar desde cero las trabajosas tentativas, Berlusconi confirmó a Maroni, renunció a llevar a su hombre a la cartera de Justicia y lo desplazó a Defensa. En medio de esta convulsión se supo que Previti tenía listo un proyecto para amnistiar a la totalidad de los políticos acusados por las maniobras de la Tangentópolis. Además de los casos ya citados, se cuenta el ex ministro de Salud Pública, Francesco di Lorenzo, quien fue a parar tras las rejas, tras verse obligado a devolver —por añadidura— sumas millonarias en dólares equivalentes a sus defraudaciones al Estado, en connivencia con las grandes empresas del medicamento. Ahora está sobre el tapete un proyecto del gobierno para modificar la legislación sobre arrepentidos de la mafia, que recibió el apoyo expreso del jefe mafioso Totó Riina.

EL IMPERIO FINANCIERO DE LA FININVEST

La mencionada investigación judicial de "mani pulite" contribuyó a trastocar totalmente el cuadro político italiano. Hizo trizas a la Democracia Cristiana, eje de todos los gobiernos en el medio siglo de posguerra, y al PSI que formaba parte de los esquemas pentapartitos de coalición. Los únicos partidos que quedaron limpios fueron los surgidos del tronco del PCI (el Partido Democrático de la Izquierda, PDS, y Refundazione comunista), los de La Rete, con figuras surgidas en la lucha contra la mafia, los verdes y otras formaciones, sobre todo locales. Estas fuerzas alcanzaron una gravitación notable en las elecciones municipales del invierno de 1993, y se perfilaban para ganar las elecciones nacionales del 27 y 28 de marzo pasados. Es en esas condiciones que surgió el fenómeno Berlusconi, con la creación de Forza Italia al amparo del aparato de la Fininvest. En dos meses de campaña, revirtió totalmente el panorama político. Colocó bajo su ala a todos los partidos de la derecha, y se atrajo los restos de la democracia cristiana, prometiendo bajo cuerda amnistiar a los culpables de las maniobras fraudulentas. Eso se hizo utilizando una ley electoral que otorga 75% de los cargos legislativos por representación uninominal, y solamente a 25% por representación proporcional. La derecha ganó la mayoría de los primeros, coaligando candidatos de Forza Italia, Alianza Nacional y la Liga del Norte. En cambio, la izquierda alcanzó numerosos cargos por representación proporcional, que fueron a candidatos del PDS, Refundazione Comunista, el llamado Pacto de Mario Segni (ex DC), los verdes, socialistas y algunos partidos regionales. En conjunto, el que más avanzó fue el PDS. Están en estudio propuestas de crear una federación entre los partidos de izquierda, para actuar eficazmente contra los planes de la derecha desde el gobierno, inaugurados con la promoción de privatizaciones que desde los seguros, las telecomunicaciones y la energía eléctrica, llegan hasta el prestigioso ente de los hidrocarburos, el ENI. Pero además, y fundamentalmente, en la base de la victoria electoral de la derecha está el dominio del gran capital, de la mayor fortuna de Italia, que asumió el gobierno sin intermediarios.

Forza Italia: partido-compañía y monopolio de la TV

En ese sentido se destaca el monopolio de la televisión privada en manos de Berlusconi. Por eso Il Manifesto, un diario independiente de izquierda, titulaba así al día siguiente de la presentación del gabinete, sobre un fondo enlutado: "Un gobierno negro y compacto de la extrema derecha que posee tres canales de TV nacionales, muchos diarios y que controlará la RAI". El comunista L'Unita expresó sobriamente: "Pentapartito Fininvest" y sostiene que ha nacido un nuevo pentapartito que se asemeja "como una gota de agua" a la vieja y desprestigiada estructura cuyo eje era la democracia cristiana.

El gran gurú de la politología, Alvin Toffler (que hace unos meses estuvo en nuestro país), comparaba la paciente labor de Antonio Gramsci (que tiene su nombre en calles y plazas de todas las ciudades) y del periódico L'Unita, con la fulgurante carrera política de Berlusconi y su uso electoral de la televisión, para ilustrar la velocidad de los cambios. Fue precisamente en este aspecto que insistió Mitterrand en las declaraciones arriba citadas. "Es necesario que la información llegue a los ciudadanos de una manera igual y justa para todos", dijo, para concluir que el triunfo de Berlusconi se produjo "en condiciones equívocas", en virtud de su predominio sobre los medios informativos, en condiciones de virtual monopolio. Como se ve, las mismas habas se cuecen en todas partes.

02 02

9405918

Nº DOCUMENTO 9405919

TITULO OLP podría proclamar Jerusalén capital de Palestina

PROC... 150007

FE... 29/5/94

VI... 11847 I.I

66708 ...

11831 I-O

500868 OLP

507603 ISR

ENTRADO MZ

CRUZADO MZ

Rabín Denunció "Nueva Provocación" de Arafat

TENSION: OLP PODRIA PROCLAMAR JERUSALEN CAPITAL DE PALESTINA

JERUSALEN, 28 (EFE y AP). — Como una "nueva provocación" calificó hoy el primer ministro de Israel, Isaac Rabin, la posible proclamación de Jerusalén *como* "capital de Palestina" por la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) en Túnez, como aseguran medios israelíes.

La proclamación de Jerusalén como capital palestina, según la televisión estatal israelí, *es una de las cláusulas de la* Constitución Nacional que se propone aprobar hoy o mañana el comité ejecutivo de la OLP mienstras su líder, Yaser Arafat, delibera con los miembros de la Autoridad Nacional Palestina para las zonas autónomas de Gaza y Jericó.

Desde el punto de vista nacional palestino Jerusalén Oriental y la ciudadela antigua, que Israel anexó tras la Guerra de los Seis Días, de 1967, forma parte integral del territorio de Cisjordania.

En 1981, el Parlamento israelí, sin embargo, aprobó una ley por la que declara que "Jerusalén, indivisible, es la capital eterna del estado de Israel y del pueblo judío", aunque en su distrito residen 160.000 vecinos palestinos que no son ciudadanos israelíes.

Por su parte, fuentes de los medios de seguridad israelíes han informado que el gobierno de Rabin descubrió un plan reservado de la OLP para establecer en Jerusalén Oriental varios organismos, entre ellos los económicos, para regir la autonomía en Gaza y el enclave de Jericó, que en los próximos meses debe extenderse a toda Cisjordania.

Mientras tanto, el presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, emprendió hoy un esfuerzo de última hora para incorporar sus rivales al Consejo Palestino que administrará la región autónoma de Jericó y Gaza.

Fuentes de la OLP dijeron que Arafat despachó a Damasco a Abbas Zaki, miembro del Comité Central de Fatah, el principal grupo de intransigentes radicados en Siria.

Las fuentes, que hablaron con la condición de no ser identificadas, dijeron que Zaki tratará de convencer al Frente Popular para la Liberación de Palestina (FPLP), la segunda facción palestina en tamaño, para que se incorpore al gobierno autónomo denominado Autoridad Nacional de Palestina, que Arafat encabezará.

El FPLP, de tendencia marxista, encabezado por el veterano líder guerrillero George Habash, se ha opuesto al acuerdo de autonomía concertado entre la OLP e Israel, firmado en Washington en setiembre.

La jefatura de FPLP estaba contemplando empero incorporarse a la autoridad para continuar su oposición a la política de Arafat desde dentro. **Una delegación de Hamas, la facción fundamentalista islámica principal, rival de la OLP en la Franja de Gaza, tiene previsto viajar a Túnez este fin de semana.**

Aunque Hamas ha prometido echar por tierra el acuerdo de gobierno propio, ha mantenido contactos secretos con Arafat y demandó cinco escaños en la Autoridad Nacional. Arafat sólo le ofreció dos, dijeron las fuentes.

En virtud del acuerdo de implementación firmado con Israel en el Cairo el cuatro de mayo, el organismo administrativo abarca 24 miembros además de Arafat. Tendrá poderes legislativos, ejecutivos y judiciales en la franja de Gaza y la ciudad de Cisjordania y Jericó.

Arafat ha seleccionado hasta ahora a 19 miembros del consejo, incluso dos mujeres. Se trata fundamentalmente de activistas de la OLP de los territorios autónomos y de otros sitios, además de algunos tecnócratas.

De los restantes miembros, 14 fueron los encargados de determinadas carteras en una reunión el viernes.

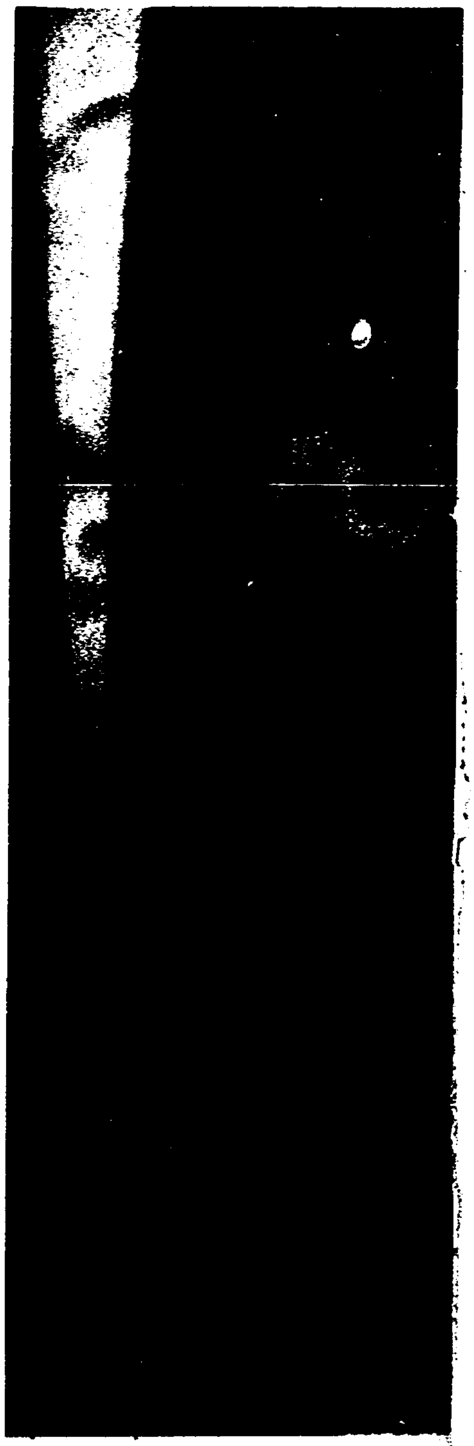
9405919

Nº DOCUMENTO 9405920
TITULO YASSER ARAFAT DE TERRORISTA A LIDER DE LA PAZ EN TIERRA SANTA
15C024
29/5/94
11847 TJ
94 05920

LN 29/5/94

YASSER ARAFAT

De terrorista a líder de la paz en Tierra Santa



Los cambios producidos en la política de Medio Oriente han hecho que el dirigente palestino, hasta hace poco perseguido por los servicios secretos israelíes, sea hoy una de las personalidades cuya seguridad es más importante precisamente para el Estado de Israel. Arafat se encuentra en un momento crucial: debe dejar su papel de trágico rebelde para afrontar las tareas de máximo representante de un pequeño país del Tercer Mundo, al que se supone tendrá que convertir en una moderna democracia. Ha llegado el momento en que la prosaica sensatez debe primar sobre la temeridad

Para muchos, fue el nacimiento de una nación. El 11 de mayo último, cuando Israel entregó una base militar en la franja de Gaza a 157 policías palestinos, pareció por primera vez que los reclamos de una patria palestina liberada empezaban a ser satisfechos. Millares de personas eufóricas celebraban el acontecimiento que tenía, a la vez, un valor simbólico y real:

Unos días antes, el 4 de mayo, el primer ministro israelí Yitzhak Rabin y el dirigente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, habían firmado un acuerdo según el cual se daba por finalizada la ocupación militar israelí en la franja de Gaza y Jericó en la margen occidental. Al mismo tiempo, se reconocía el derecho de los palestinos de tener un gobierno autónomo.

Ese final feliz estuvo a punto de frustrarse cuando, hace unos meses, el doctor Baruch Goldstein, nacido en Brooklyn, Nueva York, mató a 30 fieles musulmanes en la mezquita de Hebrón. La masacre hizo peligrar la declaración que habían sellado, el 13 de septiembre de 1993, Rabin y Arafat en la Casa Blanca.

El protagonista de esta historia de violencia, patriotismo y diplomacia ha sido, sin duda, Yasser Arafat, un hombre que alcanzó en el último cuarto de siglo la categoría de *icono*. Su imagen se hizo tan popular y característica como la de otros líderes, no siempre democráticos, pero sí carismáticos (Lenin, Castro, *Che* Guevara), hasta el punto de que se la utilizó para ilustrar remeras *divertidas*. Esa curiosa vuelta de tuerca, teñida de un dudoso humorismo, no dejaba de ocultar el hecho de que durante muchos años Arafat y la OLP fueron los representantes más destacados de cierto tipo de terrorismo.

Arafat pudo haber sido un *playboy* de Medio Oriente. En su juventud llegó a tener todos los atributos necesarios, menos uno: era rico, aventurero, decidido, pero lamentablemente también feo.

El padre de Arafat fue un comerciante afortunado, con negocios en Jerusalén y El Cairo. En esta última ciudad, nació su hijo Yasser. Eso explica el fuerte acento egipcio del líder palestino cuando habla árabe, sobre todo si está excitado o enojado. Por razones de imagen, sin embargo, Arafat dice que nació en la zona ocupada de la franja de Gaza.

En 1949, Arafat fue admitido en la Universidad de Texas a los 19 años. Esperó durante varias meses que le otorgaran su visa de estudiante, pero como no lo hacían tuvo tiempo de cambiar de proyecto. Se inscribió en la Universidad de El Cairo para estudiar inge-

9405920



niería. Entonces comenzó su carrera política. Fue elegido presidente de la Unión de Estudiantes Palestinos. En pocos meses, Yasser convirtió esa organización, que hasta entonces servía para discutir temas de actualidad alrededor de una mesa de café, en una entidad comprometida en actividades que iban desde el otorgamiento de becas hasta el entrenamiento militar de sus socios.

El idealismo de Arafat tiene un lado eminentemente práctico. De joven soñaba con lanzar un movimiento nacionalista que le devolviera la patria a los palestinos, pero se dio cuenta de que para eso necesitaba fondos. Una vez recibido de ingeniero, Arafat se radicó en Kuwait e hizo allí una enorme fortuna en el negocio de la construcción. Era la época del primer *boom* petrolero y se podía ganar mucho dinero levantando casas, autopistas y *shopping centers*.

No debe creerse que Arafat fue un mártir de su destino patriótico. En cuanto consideró que tenía suficiente dinero, vendió su negocio y se dedicó a viajar por Europa y el Cercano Oriente. Llevaba una vida regalada, en la que no faltaban las diversiones, los coches de lujo ni tampoco los encuentros secretos no precisamente de tipo político, que esparcieron más tarde la leyenda de un vida privada misteriosa e insospechada, capaz de sumir en el asombro y el temor a quienes llegaron a intuir la verdadera naturaleza de sus relaciones. Algo de todo eso puede atisbarse en una entrevista que Oriana Fallaci le hizo a Arafat hace ya muchos años.

El joven Arafat formaba parte de un grupo de muchachos ricos, nacionalistas, que se juramentaron para lograr la liberación de Palestina. Crearon el Fatah. Desde entonces, Arafat debió luchar no sólo contra los israelíes, sino también contra las facciones árabes. Baste decir que conoció las prisiones del Líbano, Siria, Egipto, pero no de Israel. Fueron los sirios, no los israelíes, quienes casi lo matan en 1983.

A pesar de esos años de juventud dorada, Arafat no siente ninguna atracción por el lujo, ni siquiera por el confort, si bien como máximo dirigente de la OLP controla un presupuesto anual de 200 millones de dólares; y jets, barcos, palacios y cuentas secretas están a su disposición. Durante el larguísimo período en que debió llevar la existencia de un nómada para evitar posibles atentados, Arafat dormía y comía donde podía. Cambiaba todas las noches de casa, muchas veces de ciudad o de país. Había clasificado a las naciones en tres clases, de acuerdo con el lapso

9405920

que las autoridades locales necesitaban para preparar su llegada y brindarle una seguridad adecuada: las de una semana, las de tres horas y sin espera.

Cuando Arafat se convirtió en el jefe de la OLP, su personalidad cambió profundamente. Dejó a un lado todo lo que era accesorio en su vida y abrazó la causa palestina hasta identificarse por completo con ella. En primer lugar, abandonó su nombre verdadero, Mohamed, por el de Yasser (apodo de juventud); además, adoptó el de Abu Ammar para la guerrilla. Hoy sus adeptos, a sus espaldas, lo llaman simplemente *el Viejo*. Y él lo sabe.

La imagen de violencia que se asocia con Arafat refleja tan sólo un aspecto de su estrategia. Si utilizó técnicas terroristas, lo hizo para acelerar ciertos procesos. El cambio que se fue produciendo en él y en su política desconcertó a muchos, sobre todo a sus partidarios: sus enemigos acérrimos se encuentran más bien entre los árabes que entre los israelíes.

Dentro del Consejo Nacional Palestino hay todavía marxistas, así como fundamentalistas islámicos: Arafat

"En el bolsillo de su camisa guarda un tesoro: su diario, que contiene las negociaciones secretas..."



ha tenido que tratar con todos ellos y convencerlos democráticamente de la necesidad de lograr la paz con Israel. En ese sentido, nadie debe engañarse: Arafat tiene poco de un político atado a los principios. Su objetivo es hacer de Palestina una nación con un territorio propio. Para hacerlo realidad, no ha dudado en hablar con Reagan, Clinton, Rabin (ni el israelí ni el palestino se tienen simpatía) y, por cierto, con el ministro Peres (Arafat y Peres se aprecian porque a los dos les encanta criticar a Rabin).

Arafat es mucho más amplio desde el punto de vista político y personal de lo que se supone: es amigo personal de sacerdotes católicos, judíos ortodoxos antisionistas, billonarios, reyes, artistas, científicos. Como entretenimiento, le gusta mirar dibujos animados (Bugs Bunny, Tom y Jerry), le encantaba cabalgar, no fuma, no bebe alcohol y, si bien es musulmán, muy rara vez cumple con las cinco plegarias diarias que ordena el Corán. Entre sus consejeros cuenta con agnósticos, luteranos, cristianos, capitalistas, algún socialdemócrata; en cambio, se mantiene alejado de los fundamentalistas musulmanes y los marxistas.

El compromiso de Arafat con la causa palestina lo llevó durante mucho tiempo a no tener una vida privada. Daba las mismas razones que Hitler para no casarse: se debía al pueblo, a su misión. Nada debía distraerlo de sus objetivos. Cuando algún periodista le preguntaba sobre sus sentimientos amorosos no sólo se incomodaba, como suele hacerlo el príncipe Alberto de Mónaco, más bien se enfurecía. De todos modos, se le atribuyeron dos grandes pasiones. Una, en el Líbano, con Nada Yashruti, joven viuda de un ingeniero que murió en un accidente de construcción. En 1972, fue asesinada. La mataron para herir a Arafat. También se dice que tuvo una relación con Aliya al-Sulh, hija del primer ministro del Líbano: fue un vínculo romántico, pero también político.

Su casamiento relativamente reciente con Suha Tawil ha servido especialmente para acallar las preguntas sobre su vida afectiva. Para muchos, es una perfecta pantalla.

En su condición de líder,

04 9405920





Arafat pudo haber sido un *playboy* de Medio Oriente, pero su patriotismo lo llevó a arriesgar su vida por una causa. No hace mucho se unió a Suha Tawil: la única relación sentimental de carácter oficial que se le conoce. La foto de la derecha lo muestra dándole la mano al primer ministro israelí Yitzhak Rabin, mientras Bill Clinton los observa. Rabin y Arafat se tienen una antipatía mutua que dificultó las conversaciones de paz

Arafat ha cuidado de un modo muy especial su imagen. Muchos suponen que los palestinos se visten como Yasser. No es así; mientras Arafat luce siempre un uniforme verde oliva, sus guardaespaldas llevan trajes de Givenchy y corbatas de Saint-Laurent. Más aún, quizás algunos de sus guardaespaldas ni siquiera sean palestinos, como aquel rubio, con porte de modelo, que le llamó la atención a Oriana Fallaci cuando hizo una de sus famosas "entrevistas con la Historia".

Si Arafat nunca se deja fotografiar sin su *kaffiyeh* (esa especie de chal con que se envuelve la cabeza), no lo hace como acatamiento a una costumbre de su pueblo, sino porque de ese modo oculta su calvicie total (sólo tiene una franja de pelo gris en la nuca). No se afeita porque de esa manera se ahorra siete horas al mes, según aclaró. Normalmente emplearía quince minutos diarios en rasurarse: la eficiencia lo lleva a dejarse la barba. De todos modos, es un hombre extremadamente prolijo. Sus pantalones, sus chaquetas, sus camisas están perfectamente planchados. El bolsillo de su camisa de turno guarda un tesoro considerable: su diario en el que ha anotado todas las negociaciones secretas en que ha intervenido. Varios gobiernos podrían caer si el contenido de ese cuadernillo llegara a publicarse.

La meticulosidad es un rasgo de espíritu de Arafat, que se advierte tanto en su arreglo personal como en la actitud con que enfrenta la firma de un acuerdo. Ese carácter obsesivo y empeñoso es el que retrasó en varias oportunidades las conversaciones que mantuvo con las autoridades israelíes. Desde los acuerdos de Oslo y Washington transcurrieron varios meses. Ninguna de las tratativas conformaba al líder palestino, siempre encontraba un detalle que debía corregirse. Esa demora permitió que se produjera un incidente tan trágico y peligroso como la masacre de Hebrón. Muchos interpretaron los obstáculos interpuestos por Arafat como una manera de retrasar el momento en que deba abandonar su condición de héroe rebelde para convertirse simplemente en un político más, en lo que muchos, con cierta sorna, llaman *el nuevo alcalde de Jericó*.

"Si bien es musulmán, rara vez cumple con las cinco plegarias diarias que ordena el Corán..."

Y, en verdad, Arafat debe encarar ahora una difícil transición. Ya no se trata de jugarse a todo o nada, sino de administrar una vida cotidiana *normal*. Esa transformación se nota en algunos aspectos de la nueva existencia del dirigente palestino. Desde hace ya bastante tiempo, quien quiera entrevistarse con *el Viejo* no está obligado a rastrearlo de un modo clandestino, le basta con dirigirse a las oficinas de la OLP en Túnez, en un viejo edificio Art Déco, decorado con tejas moriscas. Y, si bien Arafat no permite que nadie se entrometa en su intimidad, todos saben que tiene una pequeña *villa* en las afueras de Túnez donde lo espera su esposa, Suha Tawil.

Otro de los aspectos irónicos de la actual situación de Arafat es su seguridad: el servicio de inteligencia de Israel, el Shin Bet, ya no lo persigue para averiguar con quién complota, sino para protegerlo.

De todos modos, los riesgos no han desaparecido y pueden provenir particularmente de los mismos árabes. Arafat lo sabe y por eso su custodia personal está integrada por hombres que darían *de verdad* su

9405920[11]

vida por él. Algunos de quienes lo rodeaban en el pasado dieron prueba de ello y murieron por el símbolo de lo que consideraban la causa palestina: *el Viejo*.

El episodio más terrible que Arafat debió enfrentar ocurrió hace dos años cuando su aeroplano se quedó sin combustible sobre el desierto de Libia. La única manera de salvar a los pasajeros, es decir, a Arafat, era que los pilotos estrellaran primero la nariz del aparato, lo que significaba la muerte para ellos. Arafat trató de impedirles que se sacrificaran por él, pero sus guardaespaldas lo redujeron, lo obligaron a tirarse al suelo, lo ataron, lo arrastraron a la parte posterior del jet y lo envolvieron en frazadas. En el accidente murieron los pilotos y un técnico rumano. Arafat sobrevivió, aunque salió despedido por el impacto.

Las aventuras de Arafat pueden servir como argumento para varias películas de Hollywood y para numerosas miniseries de televisión. Pero es muy probable que en un futuro no muy lejano se convierta en el presidente de un pequeño país del Tercer Mundo.

Sin embargo, después de la matanza de Hebrón, muchos de sus seguidores se rebelaron contra él y contra la continuidad de las negociaciones de paz con Israel. Arafat, una vez más, demostró que no tenía ningún reparo en dar la cara por sus convicciones. Podría haber evitado visitar a los deudos de las víctimas de Hebrón, pero no lo hizo. Habló con las madres, las esposas y los niños de quienes habían muerto en esa masacre. Ellos sólo pedían venganza.

Pero Arafat no retrocedió. Siguió adelante con sus proyectos de paz. Quienes han debido tratar con él saben que es tozudo y que jamás le arrancarán un sí de no estar plenamente convencido. Por eso fracasó el primer encuentro de El Cairo, el 12 de diciembre de 1993. Ese día, Arafat y Rabin iban a dar una conferencia de prensa conjunta tras los acuerdos que iban a iniciar la retirada de Israel de las zonas en disputa. Pero, a pesar de que todo estaba preparado, de que retirarse de la reunión equivalía a dejar plantada a una novia frente al altar, Arafat no firmó nada. Todo debió posponerse "una semana". En realidad, se pospuso varios meses durante los cuales se buscó una fórmula apropiada que satisficiera a Arafat. Los israelíes estaban dispuestos a conceder todo. Pero se habían dado cuenta de que la desconfianza y antipatía recíprocas de Rabin y Arafat eran una dificultad considerable para un final feliz.

Como Arafat no cesaba de oponer impedimentos, Rabin empezó a ponerse duro. Los palestinos, por su parte, comenzaron a pensar que Arafat no quería llegar a un acuerdo, justo cuando ellos deseaban hacerlo. La matanza de Hebrón interpuso una valla imprevista y, en ese instante, todo cambió de signo. El pueblo palestino tomó ese crimen como una demostración de que era inútil negociar con los israelíes y reclamaron sangre. Por el contrario, Arafat se dio cuenta de que el lapso para crear problemas se había terminado y trató de acelerar las conversaciones de paz. Finalmente, se llegó a un arreglo.

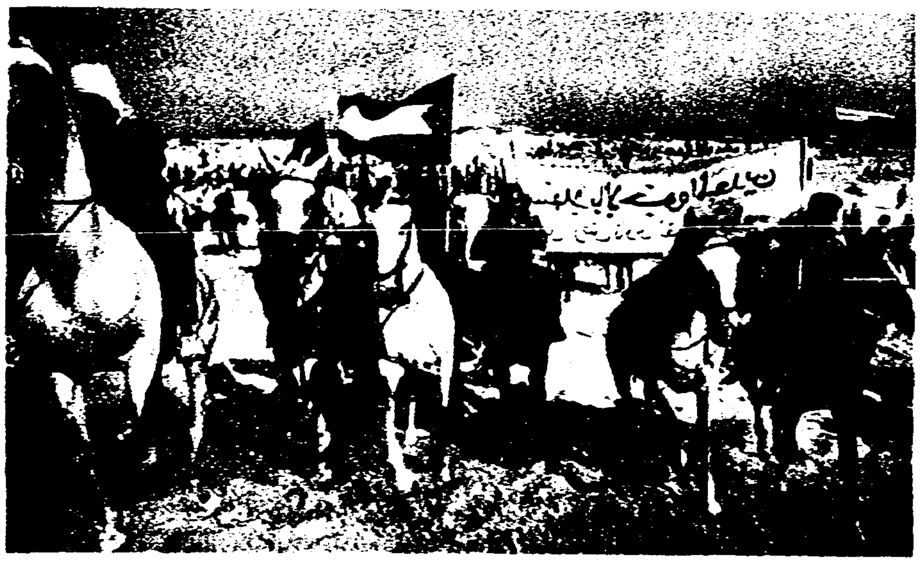
Pero aun en el histórico 4 de mayo en El Cairo, en el último minuto, hubo un instante de incertidumbre. Se iba a firmar el acuerdo que otorgaba autonomía limitada a la franja de Gaza y Jericó, y pluma en mano, frente a tres gruesos libros negros y una pila de carpetas, Arafat hizo una señal de negación con la cabeza, y se retiró. No lo convencían ciertos detalles de unos mapas. Salió acompañado del presidente egipcio, Hosni Mubarak, y el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, dejando plantado al primer ministro israelí, Rabin. Minutos más tarde, los tres regresaron y Arafat firmó lo que antes se había negado a rubricar, pero no dejó de hacer anotaciones suplementarias en los documentos. En ellas, aclaró que todavía no se había llegado a una coincidencia sobre ciertas áreas.

De todos modos, parece que el diálogo prevalecerá sobre la fuerza. Falta saber si Arafat, tras su pasado de violencia, será capaz de una nueva metamorfosis que lo convierta en un líder de la paz, falta saber si palestinos e israelíes harán honor a sus palabras. Si eso ocurre, será uno de los pocos y peligrosos ejemplos de la historia en que el fin justificó los medios.

Hugo Beccacece

(c) LA NACION







Hasta hace poco, las fuerzas israelíes en la franja de Gaza y Jericó eran asaltadas por jóvenes y niños con piedras. Después de la masacre de Hebrón, los habitantes de esas zonas no querían ningún acuerdo de paz. Tan sólo aceptaban la sangre de la venganza

06-06 9405920

Nº DOCUMENTO 94 05921
TIT: Movimiento Sin Tierra traficaría armas desde Paraguay
PROC: 150538
FE: 30/5/94
VI: 41875 T.A.
507482 B.C
505596 S.T.
667232 R.I.
ENTRADA M2
CRUZ M2

Movimento arma arsenal para invasões

Armas viriam do Paraguai, segundo a SAE; sem-terra têm apoio do PT e dizem usar apenas foices e facões

GUSTAVO KRIEGER
Da Sucursal de Brasília

Dois relatórios sigilosos de órgãos de informação oficiais afirmam que o MST (Movimento dos Sem-Terra) estaria acumulando armas de fogo para usar em invasões de terra.

O primeiro relatório sobre as armas dos sem-terra foi elaborado pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), órgão vinculado à presidência da República.

O documento afirma que os sem-terra estariam contrabandeando armas através do Paraguai.

As armas estariam passando em pequenas quantidades por Foz do Iguaçu (PR) e estocadas em acampamentos e assentamentos de sem-terra nas áreas de conflito.

O segundo relatório foi elaborado pelo serviço secreto da Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

A **Folha** teve acesso a este relatório. Ele aponta o uso de armas de fogo em uma invasão dos sem-terra.

O relatório diz que os sem-terra teriam escondido "pelo menos 50 armas", entre fuzis e pistolas, no acampamento da Fazenda Santa Rita, em Lagoa Vermelha (RS).

O MST nega possuir armas de fogo. A direção do movimento diz que os sem-terra usam apenas foices e facões "para sua defesa, durante as ocupações de terra".

Na invasão de Lagoa Vermelha, o líder do acampamento, Getúlio Vargas, afirmou que "nenhuma arma de fogo foi usada".

A PM gaúcha pretendia revistar os sem-terra em busca destas armas na última terça-feira, quando os cerca de 600 sem-terra que tinham invadido a Fazenda Santa Rita foram desalojados.

O MST recusou-se a aceitar a revista e ameaçou reagir com violência. O impasse quase anulou o acordo para desocupação pacífica da área. A PM cancelou a revista.

A possibilidade de confronto entre militares e sem-terra não se limita à questão das armas. O MST planeja invadir 15 mil hectares em áreas das Forças Armadas se Luiz Inácio Lula da Silva (PT), for eleito presidente.

A invasão de áreas militares é um antigo projeto dos sem-terra. Eles reivindicam o assentamento em terras onde o Exército treina tiros, no Rio Grande do Sul.

Apoio do PT

O Movimento dos Sem-Terra) recebe apoio de setores do PT e da CUT para as invasões de terra. A invasão da Fazenda Santa Rita, em Lagoa Vermelha (RS), deixou claro esse apoio.

A invasão começou a ser preparada em novembro de 1993, quando o MST convocou um Congresso Estadual sobre Reforma Agrária, realizado em uma área de 40 hectares, em Lagoa Vermelha.

A área pertence a Arquimedes Sassi, que é um dos coordenadores da campanha de Lula na região.

Após o congresso, cerca de 600 pessoas ficaram na área, com a permissão de Sassi, para preparar a invasão que ocorreria seis meses depois.

O PT deu apoio político aberto à invasão. Um dia antes da desocupação da fazenda, o deputado federal Adão Pretto (PT-RS) e os deputados estaduais Ivar Pavan (PT), Antonio Marangon (PT) e Jussara Cony (PC do B) estiveram no local, apoiando os sem-terra.

30/5 FSP

9405921

01-C1

No. DOC 9405922
ENTRADA 42
CRUZ 117

El obispo Samuel Ruiz prevé una "línea dura" en el horizonte político mexicano

La guerrilla zapatista concluyó la consulta a sus bases sobre las respuestas del gobierno

*** No se conoce aún la posición de las comunidades indígenas sobre el documento del gobierno, que responde a 32 de las 34 demandas formuladas**

San Cristóbal, México (AFP)

La guerrilla zapatista concluyó las consultas sobre las ofertas del gobierno para terminar el conflicto armado en el sureño estado mexicano de Chiapas, pero todavía no decide si las acepta, informó ayer lunes un comunicado rebelde.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), que se alzó en armas el 1 de enero pasado, indicó que los indígenas "han analizado, discutido y expresado su decisión respecto a las 32 respuestas del gobierno federal a las 34 demandas del pliego zapatista".

El diálogo entre gobierno y guerrilla se suspendió de común acuerdo el 2 de marzo pasado para permitir al EZLN consultar a sus bases sobre las propuestas oficiales. Desde esta fecha el diálogo permanecía empantanado.

DECLARACIONES DEL OBISPO DE SAN CRISTOBAL

El obispo de San Cristóbal, Samuel Ruiz, advirtió que en México "hay claras señales en el horizonte de que estamos entrando en un espacio social de línea dura, esquema en que quedará justificada la represión y la violencia terrorista", informó ayer lunes la prensa.

Al encabezar en la ciudad de México, junto con el obispo de Tapachula, Felipe Arizmendi, una peregrinación de gente originaria del sureño estado de Chiapas, Ruiz explicó que "si no hay una contención ciudadana para la paz, va a haber un terrorismo que ya va en marcha y una justificada represión".

El domingo pasado, Ruiz no se refirió directamente a las "señales en el horizonte", pero en lo que va de 1992 México ha vivido el alzamiento guerrillero en Chiapas, tras décadas sin problemas de ese tipo, el asesinato del candidato oficial a la presidencia, Luis Donaldo Colosio, y una ola de secuestros y sangrientos enfrentamientos entre narcotraficantes por el control de rutas.

El prelado indicó que se dice que el 21 de agosto, cuando se celebren elecciones presidenciales, "podríamos dar un avance hacia lo que se ha dado en llamar 'democracia basada en la justicia y la paz'".

Pero, auguró que "ningún partido obtendría un consenso nacional que le diera la conducción del país" y de "ser así sería caótico para el país", además de que "la sociedad civil no tiene capacidad ni de aglutinamiento ni la unificación para trascender los comicios y para acompañar el cumplimiento de los acuerdos".

Asimismo, Ruiz se refirió a la situación del diálogo de paz en el sureño estado de Chiapas, donde el 1 de enero se alzó en armas el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), que actualmente se encuentra empantanado.



El subcomandante Marcos, del EZLN, que terminó de recoger las opiniones de las comunidades indígenas de Chiapas sobre las respuestas del gobierno a sus 34 demandas. En la foto, fuma su pipa mientras observa un acto del candidato a la presidencia por el PRD, Cuauhtémoc Cárdenas, en un campamento guerrillero en Guadalupe de Tepeyac, Chiapas.

El obispo de San Cristóbal, mediador en las negociaciones entre guerrilla y gobierno, comentó que en la medida que se acercan los comicios presidenciales se "cierra el espacio para que la sociedad civil se manifieste con el vigor y la fuerza que se necesite".

Indicó que el EZLN ha indicado que la firma de unos acuerdos de paz no tendrían ahora la relevancia y trascendencia que habrían tenido hace dos meses.

"El papel se puede firmar mañana, pero eso no es la paz", subrayó Ruiz.

9405922

Nº DOCUMENTO 9405923
TITULO Atentan en Estados Unidos contra líder negro
PROCED. 150023
FECHA 31/5/94
VINCUL. 11204 Xen.
65890 E.U.
ENT. 47
CRUZ. 47

Atentan en Nueva York contra un líder negro del movimiento Nación del Islam

Revive el caso de Malcolm X

Nueva York (ANSA)

■ Estados Unidos vio revivir el caso del líder negro Malcom X con el atentado en el cual fue herido hoy el ex vocero del movimiento Nación del Islam, Khallid Abdul Muhammad, que dejó en grave estado a tres custodios.

Muhammad fue alcanzado en una pierna a la salida del auditorio de la Universidad de California, en Riverside, tras finalizar un discurso.

El dirigente negro fue llevado de urgencia a un hospital donde se señaló que su vida no corría peligro, pero sus custodios se encuentran graves.

El agresor, un joven de unos 20 años vestido con ropas afroamericanas, se acercó al líder negro y abrió fuego: "Quería asesinarlo y alcanzar a cualquiera que se cruzara en la calle", comentó Gress Weissman, un reportero de una televisión local que presenció los hechos.

La multitud se lanzó contra el fallido asesino y lo agredió ferozmente. "Mátenlo", gritó alguno, "trabaja para los judíos", dijo otro.

El agresor fue salvado por la intervención policial.

Junto al líder de la Nación del Islam se encontraba su hijo Farrakhan, de 9 años, quien fue apartado ileso por algunos de los colaboradores.

El atentado levantó una profunda consternación en toda la comunidad afroamericana a casi 30 años del asesinato de Malcom X.

Muhammad, de 48 años, era considerado hasta hace pocos meses el brazo derecho y sucesor de Louis Farrakhan, el indiscutido jefe del movimiento de los musulmanes negros.

Empero, fue públicamente denunciado y suspendido de todos los cargos en noviembre último, tras un controvertido discurso en una universidad de Nueva Jersey, donde definió a los hebreos como "sanguijuelas de la comunidad negra" y al Papa como "un blanco bueno para nada".

La difusión de un discurso generó una montaña de polémicas que culminaron con una denuncia del presidente Clinton y una condena de todo el Capitolio.

Asimismo, el propio Farrakhan definió como "repugnantes" las afirmaciones de Khalid aunque admitió que el discurso tuvo algunas "verdades".

CRITICAS AL PRESIDENTE

"Vuelve a Oxford, traidor y emboscado" le gritó un hombre al presidente Bill Clinton durante una solemne ceremonia por el Memorial Day, la fiesta noreamericana que conmemora a los caídos. La agresión, que se produjo en el cementerio de Arlington, sorprendió al presidente y lo hizo tropezar en el renglón siguiente de su discurso.

Clinton honró a los caídos estadounidenses con una corona, que depositó en el célebre cementerio militar. La ceremonia tiene un significado especial, en vísperas de la partida del presidente hacia Europa, donde recordará los 50 años del desembarco aliado en Normandía.

"En este mundo incierto, debemos permanecer vigilantes contra nuevas amenazas. Nuestras tropas están hoy en guardia, como garantía y defensa de la libertad", dijo Clinton en su discurso.

"Estas tumbas a nuestro alrededor son la advertencia más clara de lo alto que puede ser el precio de la libertad", agregó el presidente. En su interrupción, el hombre que gritó contra Clinton hizo referencia a la decisión del presidente cuando era joven de estudiar en Inglaterra, evitando el servicio militar en los años de la guerra de Vietnam.



La imagen del líder negro Malcolm X, asesinado en Estados Unidos hace casi 30 años, revive ante un nuevo atentado a un líder del movimiento islámico negro.

9405923

Nº. DOCUMENTO 9405924
TITULO Grupos palestinos no entregan las armas a la policía
PROCEDE 150014
FECHA 31/5/94
VI. 118471 I
507603 ISR 1183 T.O
514271 FPLP
514396 FDLP
514407 HAM
66708 POL

ENTRADO MZ
CRUZ MZ

«Continuaremos la lucha contra la ocupación israelí» manifestaron representantes del FPLP y del FDLP.

GRUPOS PALESTINOS NO ENTREGAN LAS ARMAS A LA POLICIA



Los grupos opositores al proceso de paz con Israel reiteraron ayer lunes, que no entregarán sus armas a la Policía palestina en Gaza y Jericó y continuarán «la lucha contra la ocupación israelí».

Varios de los líderes de la oposición palestina en Amán, entre ellos el portavoz del grupo integrista Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS), dijeron hoy a EFE que el líder de la OLP, Yaser Arafat, fracasó en su intento de convencer a la oposición palestina de que participe en el «Gobierno» de la autonomía en Gaza y Jericó.

«HAMAS no entregará sus armas mientras continúe la ocupación israelí», dijo el portavoz en alusión a la petición que en tal sentido hizo la Policía palestina en Gaza tras la muerte de dos presuntos colaboradores palestinos.

Según fuentes palestinas, HAMAS tiene unos 15.000 militantes en la franja de Gaza.

El portavoz de HAMAS añadió que Arafat intenta convencer a la oposición palestina de que participe en el proceso de autonomía para «dar la impresión de que ya se ha acabado la oposición al proceso de paz».

Arafat «utiliza la política del palo y la zanahoria, ya que después del rechazo por HAMAS de que cuatro de sus miembros participen en el gobierno de la autonomía, intenta convencer a antiguos líderes» del grupo integrista, señaló el portavoz, que subrayó que «no es lógico que nosotros entreguemos nuestras armas mientras se permite que los colonos judíos vayan armados».

Por su parte, Abdel Rahim Maluh, uno de los dirigentes del Frente Popular para la Liberación de Palestina (FPLP), afirmó que «haremos caso omiso de cualquier petición» relativa a entregar las armas.

«Queremos que la Policía

DPTO. II (EXTERIOR) 14/6/94 MZ FICHADO

9405924

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405925
TITULO OLP busca convertir Gaza en "Singapur de Medio Oriente" un estado de independencia económica
PROCED. 150483
FECHA 31/5/94
VINCULADO 4847 LI
500868 OLP
11831 TO
507603 ISR
ENTRADO MZ
CRUZADO MZ

OLP busca convertir a Gaza en la "Singapur de Medio Oriente"

DESPUÉS DE CONSEGUIR la autonomía para Gaza y Jericó en los territorios aún bajo control israelí, la OLP aspira a una independencia económica con la mirada puesta en un estado soberano, pero ese proceso puede ser la ruina de muchos.

A diferencia de los técnicos en economía, los políticos de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), ansiosos por convertir a Gaza en "la Singapur del Oriente Medio", instan a los empresarios a cancelar los contratos con compañías israelíes, pero no será fácil cortar el cordón umbilical con Israel. Sin contar a unos 20.000 trabajadores que se ganan la vida en este país por falta de puestos de trabajo en Gaza, varios miles de familias, una especie de "Tercer Mundo" de Israel, viven de prestarle servicios.

Entre tanto, nadie sabe quién pagará los salarios de junio a los 8.000 empleados administrativos, maestros y médicos entre otros funcionarios públicos de Gaza, ni el de sus policías o el mísero ingreso de unos 16.000 obreros que perdieron su trabajo en Israel y son ocupados en tareas municipales.*(EFE)*

9405925

01-01

Nº DOCUMENTO 9405926
TÍTULO Atentan contra el ex primer ministro de Japón.
PRO 150023
FE 31/5/94.
VI 11213T.H
66224 Japón

ENTRADO MZ
CRUZ MZ

El autor del atentado pertenece al movimiento de la extrema derecha japonesa "Gran Viento"

Intentan asesinar a Hosokawa

Tokio (ANSA)

■ Un militante de la extrema derecha japonesa intentó asesinar ayer al ex premier Morihiro Hosokawa, disparando un balazo al primer dirigente nipón que expresó arrepentimiento por la conducta de su país durante la Segunda Guerra Mundial. Hosokawa se salvó de ser alcanzado por un balazo, solamente porque uno de sus guardaespaldas desvió el brazo del atacante, mientras el líder político salía del Hotel Keio Palza, en el centro de Tokio, donde había participado de una reunión de su grupo político, el Partido de la Renovación Japonesa (PRJ). La policía detuvo inmediatamente al hombre que disparó contra el ex premier, y lo identificó luego como Masakatsu Nozoe, de 52 años. Nozoe, aparentemente miembro del grupo extremista "Gran Viento", declaró, tras ser arrestado, que quería protestar contra la actitud asumida por Hosokawa respecto de la historia japonesa y denunciar los episodios de corrupción que, dijo, mancharon el honor del dirigente. Hosokawa es descendiente de una familia japonesa de alta alcurnia, cuyas raíces se remontan a la tradición medieval de los "samurai", nobles combatientes conocidos por su rigor ético y su disciplina en la guerra.

Ex responsable del Partido Liberal Democrático (PLD), el partido que monopolizó el poder en Japón desde la posguerra, Hosokawa abandonó el partido en 1992 y fundó el PRJ junto a un grupo de disidentes. Lanzó una campaña política dominada por la lucha a la corrupción política, que alcanzó los niveles más altos del poder nipón.

Luego de las elecciones de julio de 1993, que marcaron la derrota histórica del PLD, Hosokawa fue nombrado premier a la cabeza de una titubeante mayoría centrista apoyada por el Partido Socialista, opositor tradicional del PLD. El día después de su llegada al poder en agosto del año pasado, Hosokawa, en una iniciativa sin precedentes en la historia contemporánea japonesa, pidió formalmente perdón a los países asiáticos que habían sufrido del expansionismo nipón durante los años 30 y 40 y afirmó que la actitud de Tokio había sido "agresiva e injustificada".

Hosokawa renunció al cargo de jefe de gobierno japonés el pasado 8 de abril, luego de haber sido implicado en una serie de escándalos financieros, acusaciones que resultan aún más graves, teniendo en cuenta que el dirigente había puesto la lucha contra la corrupción en el centro de su programa político.

DOC. II (EXTERIOR) 14.6.94 MZ FICHADO

9405926

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405927
TITULO Se reabre la polémica sobre Jerusalén este.
PROCEDENCIA 15CO15
FECHA 31/5/94
VI. 11847 I.I
500868 O.P.
514395 A.F.
11831 T.O
ENTRADA MZ
CRUZ MZ

Se reabre la polémica sobre Jerusalén este

Husseini advierte que peligran las negociaciones

A pesar que el domingo por la noche un soldado israelí murió en un tiroteo provocado por un comando palestino en los límites con Gaza, Israel liberó ayer algunos centenares de detenidos palestinos. En tanto, uno de los máximos dirigentes de la OLP advirtió ayer que obstaculizar las actividades políticas palestinas en Jerusalén este pondría en peligro las negociaciones.

JERUSALEN/ANSA

Faisal Husseini, el más alto exponente de Al Fatah (principal componente de la OLP) en Cisjordania, reabrió ayer la polémica sobre Jerusalén Este.

En los últimos días, el Primer Ministro israelí, Yitzhak Rabin, dijo que las instituciones de la autoridad palestina de las zonas autónomas de Gaza y Jericó deberán tener sede en esta última y no en Jerusalén oriental, donde se encuentra la "Orient House", el más importante centro palestino de la ciudad.

Ayer Husseini recordó a Rabin que si Israel busca obstaculizar las actividades de la "Orient House", entonces "el acuerdo con la OLP no podrá seguir adelante".

Bajo esta polémica, en filigrana, está el temor de los israelíes de que la OLP avance en sus pretensiones sobre la ciudad y -por parte de los palestinos- de no abandonar al menos el "statu quo" de su modesta presencia allí.

La batalla comenzó

"La batalla por Jerusalén ya comenzó", afirmó Husseini y acusó al Estado judío de haber abierto un "frente" de choque al impedir la libertad de tránsito entre Jerusalén Este y Cisjordania, y al limitar las actividades políticas de los palestinos en la parte árabe de la ciudad.

"Los israelíes olvidan quizás que somos un pueblo que vive en su tierra, que somos una realidad presente en la región", dijo Husseini.

Recordó asimismo que según los acuerdos firmados por la OLP e Israel en El Cairo el pasado 4 de mayo, los palestinos tienen el derecho de mantener en Jerusalén este las instituciones abiertas en los últimos años, entre ellas la oficina de la "Orient House".

Faisal Husseini será el responsable de las cuestiones de Jerusalén Este en la nueva administración palestina de los Territorios Ocupados, bajo régimen de autonomía.

Israel conquistó Jerusalén en junio de 1967, y en 1980 la Knesset (Parlamento) proclamó la ciudad "capital eterna e indivisible" del país. Una decisión nunca aceptada por la comunidad internacional ni por la OLP, que pretende que la parte oriental de Jerusalén sea la capital de una futura Palestina.

En cuanto a las negociaciones de paz en Medio Oriente, el domingo Rabin recibió a Viktor Possovaliuk, enviado del Presidente ruso, Boris Yeltsin.

El mensajero dijo haber constatado, con satisfacción, que el Primer Ministro "comprende" la necesidad de una buena coordinación entre Rusia y Estados Unidos, los copatrocinadores de la conferencia de paz para Medio Oriente.

Liberan detenidos

En tanto, pese a la tensión provocada por la muerte de un soldado el domingo por la noche, las autoridades israelíes liberaron ayer entre doscientos y trescientos (el número no fue precisado) detenidos palestinos, para cumplir con los acuerdos de El Cairo.

En los acuerdos Israel se comprometió a liberar, en el lapso de cinco semanas, a cinco mil detenidos palestinos. En efecto, inmediatamente después de la firma fueron liberados cerca de dos mil.

Hacia la medianoche del domingo una patrulla de seis militares fue tomada como blanco por un comando palestino, cerca de Nahal Oz. Los soldados respondieron al fuego.

Sobre el terreno quedó, muerto, el sargento Shlomo Shitrit, de 25 años de edad. En un primer momento se dijo que habría sido alcanzado por las balas de los palestinos, pero después -según radio Jerusalén- se habría advertido que, probablemente, el soldado fue muerto por error, a causa de la oscuridad, por uno de sus compañeros.

Aun cuando ningún grupo se adjudicó el ataque a los soldados, fuentes de Gaza se mostraron convencidas de que se trata de una nueva incursión de los fundamentalistas de Hamas. En la misma zona de Nahal Oz, pocos días atrás el movimiento islámico asesinó a dos soldados.

9405927
01-01

9405928

PERSONAL

P.111.-

A.-

Montevideo, 9 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: A la hora 18.30 de hoy se efectuará una Activo de Delegados en el local sindical de Luis A de Herrera 3972.-

INDUNOR: Continuan con el campamento y la olla sindical frente a la planta en Cno. Maldonado Km. 15.500. A la hora 17.00 apoyarán la marcha de los obreros de El Espinillar desde la Plaza Cagancha a la IASA.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

SUATT: A partir de la hora 00.00' comenzaran un paro de 24 horas, con la realización de una asamblea a la hora 10.00 en el local de la UNTMRA, por el despido de dos Operadores de Radio Taxi Patronal.-

U.T.C: No se encuentran efectuando horas extras y posiblemente comiencen con los paros sorpresivos en reclamo de la media hora de descanso.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: El 10/VI/ efectuarán una asamblea, para tratar la propuesta de un paro, para los sectores publicos y privados.-

2)- INFORMACION ESTATAL

A.OD.A.MTOP: En el día de hoy a la hora 08.00 el sector obrero de Vialidad efectuará un campamento frente al Palacio Legislativo, en el marco de una reunión de la Comisión Laboral integrada por las Camaras de Senadores y Diputados. El sector Administrativo de este Ministerio detendra sus tareas a partir de la hora 12.00' en forma total.-

INTERGREMIAL UNIVERSITARIA: A la hora 08.00' efectuarán una asamblea general en el Paraninfo de la Universidad para decidir si se levanta el conflicto. A la hora 18.00 se concentraran y marcharan desde la Universidad hasta la Plaza Cagancha, trasladando el nylon que cubre la Universidad hasta dicha Plaza.-

EL ESPINILLAR: A la hora 17.00' de hoy se concentraran en la Explanada de la Universidad, para marchar desde allí a la Plaza Cagancha, desde esta marcharán al local de la IASA donde a las 19.15' se efectuará una marcha de despedida.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... de Defensa
Fecha 10 JUN 1994
Pase Archivo
Nº ... 9405928

9405928

Nº. DOCUMENTO 9405929
TITULO Se extiende la lucha por tierras en el campo Paraguayo
PROCEDENCIA Brecha
FECHA DE 23-2-94
VINCULACIONES 66723 -
11164 -
11165 - 11414

El síndrome de Chiapas

La lucha por la tierra se extiende en el campo paraguayo. Lo que comenzó como una pacífica ocupación de tierras en el norteño departamento de San Pedro, se extendió a los de Concepción y Misiones. Los enfrentamientos con la Policía amenazan con desestabilizar al gobierno de Wasmosy, mientras los campesinos reciben el apoyo de la Iglesia Católica.

La «Colonia Navidad» fue el epicentro de la revuelta campesina. Unos 400 agricultores cortaron la Ruta 3, aislando todo el Norte paraguayo, invadieron propiedades y se enfrentaron a la Policía, que detuvo a 53 personas. Las tierras pertenecen a Blas Riquelme, ex Presidente del Partido Colorado. Un campesino murió en los enfrentamientos y 12 resultaron heridos. *«Ante el egoísmo terrible de los poderosos terratenientes, la única alternativa es ocupar»*, dijo José Luis Caravias, sacerdote español que había sido expulsado del país por la dictadura de Stroessner. Como los rebeldes de Chiapas, el religioso insistió en que para los campesinos es mejor ir presos que ir a engrosar las filas de los miles que viven hacinados *«en condiciones infrahumanas en los bañados de Asunción o las villas miseria de Buenos Aires»*.

Los enfrentamientos se extendieron luego al vecino departamento de Concepción y los campesinos sin tierra advirtieron que en los próximos días podrían cortar la Ruta Internacional 1, que enlaza Asunción con Argentina. El conflicto se inició cuando los ranchos de los cultivadores fueron arrasados por topadoras y sus familias expulsadas por la Policía de las tierras de Riquelme. La Iglesia Católica coincide en la necesidad de expropiar esas tierras, a las que considera malhabidas.

Los problemas de los campesinos sin tierra coinciden con los reclamos de los cultivadores de algodón, uno de los principales rubros de exportación, quienes sufren la sequía que asuela la región y el aumento de los precios que reciben por el producto. Expulsados del Congreso por el Presidente de la Cámara de Diputados, los algodoneros advirtieron que llegarían a la quema de camiones y la [illegible] de puentes si no se [illegible]. Reclaman un aumento [illegible] en los precios del algodón o la venta libre a Brasil.

La situación en Paraguay tiende a agravarse con el llamado de la dirigencia sindical a unir las luchas de campesinos sin tierra y algodoneros, lo que podría desembocar en un estallido social de imprevisibles consecuencias, según afirmó Luis Argaña, miembro del Partido Colorado, opositor a Wasmosy. Por su parte, el Presidente amenazó con la intervención de las Fuerzas Armadas para solucionar el conflicto y el Presidente de Diputados, Francisco de Vargas, afirmó que las reivindicaciones campesinas *«están dando la justificación a los gorilas para romper la transición»*.

El problema de los campesinos sin tierra afecta a unas 40.000 familias, pero el 70 por ciento de los habitantes de las zonas rurales vive en la pobreza. Las autoridades informaron la pasada semana que los campesinos de San Pedro están armados y el Obispo de la localidad de Caacupé aseguró que se marcha hacia una explosión social, ya que *«los campesinos pueden levantarse porque están organizándose y les entusiasma la organización»*. Y advirtió que los trabajadores del campo *«ya no quieren oír ni la voz de la Iglesia, que predica contra la violencia»*. El Ministro del Interior insinuó la intervención de sacerdotes católicos como promotores de las demandas de los campesinos de San Pedro, cuestión que no fue ni afirmada ni desmentida por la jerarquía de la Iglesia Católica, que se limitó a calificar de *«justas»* las reivindicaciones [illegible].

En un intento de tender [illegible] para resolver la situación, Wasmosy visitó la sede del Episcopado en Asunción. El Obispo de San Pedro, Oscar Páez, se desmarcó de las acciones violentas, pero insistió en su opción preferencial por los pobres y afirmó que la Iglesia paraguaya apoya *«las justas reivindicaciones sociales»*. El presidente paraguayo anunció la creación de un «Consejo de Desarrollo Social», que administrará fondos para atender las necesidades sociales más urgentes, pero informó que las primeras ayudas recién se recibirían en mayo.

Las luchas campesinas estuvieron soterradas durante los 35 años de dictadura y los trabajadores rurales recibían ayuda sólo de algunos sacerdotes católicos y grupos eclesiales de base. Desde la caída del dictador, la organización campesina fue creciendo y ahora se disparan todos los problemas contenidos mediante la represión. Para el débil gobierno de coalición de Wasmosy, éste es un verdadero bautismo de fuego, ya que se mueve entre los estrechos márgenes de la siempre amenazante presión de los partidarios de Stroessner -que esperan agazapados su oportunidad- y la creciente oleada de reclamos sociales. Como sucede desde que comenzara la transición, después de la caída de Stroessner en 1989, la última palabra siguen teniéndola los militares.


Los agricultores paraguayos perdieron la paciencia y llegaron a ocupar incluso propiedades del ex Presidente del oficialista Partido Colorado: la represión policial fue feroz. En la foto, un grupo de campesinos heridos aguarda frente al Congreso por una entrevista con parlamentarios

Daniel Montoya

- POCO LEGIBLE -

IX

01-01

9405929

Nº. DOCUMENTO 9405930
TITULO Huelga general en Paraguay
PROCEDENCIA La Razón 150025
FECHA DE P. 3-4-94
VINCULACIONES 66723
111164
11302
11165
11414

Un muerto en la primera huelga general paraguaya

Reclamos: mayores salarios, suspensión de las privatizaciones y abandono del Mercosur fueron las reivindicaciones pretendidas por esta acción sin antecedente en 35 años; tanques en la calle.

ASUNCION, 2 (AFP).- Un campesino murió y otras 20 personas fueron hospitalizadas, entre ellas un periodista herido de bala, al chocar sindicalistas con fuerzas policiales durante la huelga general de 24 horas declarada hoy, informaron fuentes oficiales, radiales y de la oposición.

Tanques del ejército fueron desplazados de sus bases hacia los centros de disturbios, en apoyo de la policía, para impedir las marchas callejeras convocadas por las centrales obreras, informó la radio Primero de Marzo (privada).

Radio Cardinal (privada) reportó la muerte de un trabajador agrícola, no identificado, durante enfrentamientos en la localidad de Tacuara, a unos 350 km al norte de la ciudad de Asunción.

El periodista del diario ABC Color (independiente), Mariano Godoy, recibió un balazo y fue llevado a un centro hospitalario, donde se comprobó que su vida no corre peligro, añadió la emisora.

La policía no suministró información sobre ninguno de estos dos casos, pero dijo que 4 miembros de la fuerza sufrieron heridas leves.

Otras 16 personas, que participaban de una manifestación en reclamo de aumentos de salarios, también resultaron heridas, aunque ninguna de ellas de gravedad, según fuentes de sanidad y gremiales.

Control con tanques

La jornada de protesta estuvo organizada por las mayoritarias Central Unitaria de Trabajadores (CUT) y Central Nacional de Trabajadores (CNT).

El coronel Carlos Medina Monjagata, director de Comunicaciones de las Fuerzas Armadas, pidió "tranquilidad" a la ciudadanía, al señalar que el desplazamiento de tanques "sólo intentó asegurar el control de la situación".

El paro activo fue organizado para demandar un incremento salarial del 40 %, el congelamiento de las privatizaciones y el retiro de Paraguay del Mercado Común del Cono Sur (Mercosur), iniciativa de libre comercio compartida con Brasil, Argentina y Uruguay.

"La huelga general fue un rotundo éxito", indicaron la CUT, en un comunicado, pero voceros del gobierno del presidente Juan Carlos Wasmosy dijeron que la medida representó "un total fracaso".

Numerosos centros industriales, comerciales y de servicios se mantuvieron paralizados, según reportes coincidentes de las radios y la TV.

Alan Flores, presidente de la CUT, lanzó un llamamiento radial para que los trabajadores "se concentren en las bases de la huelga", alrededor de los sindicatos.

Las radios de Asunción describieron con lujo de detalles los momentos de tensión vividos en las calles y los lugares de trabajo.

Desmanes

Manifestantes gremiales destrozaron parabrisas de vehículos del transporte público en las avenidas de acceso a la capital, reveló Juan Wenninger, viceministro de Transporte (gobierno).

La policía dispersó a los sindicalistas lanzando agua desde camiones hidrantes y en ciertos casos tuvo que disparar al aire, señalaron las emisoras.

La radio privada Primero de Marzo informó que una dotación de 25 tanques del ejército abandonó por la mañana la Unidad de Caballería de Cerrito, a 40 km al norte de Asunción, y se dirigió hacia la ciudad.

Castigos ejemplares

"Es obligación del Gobierno restablecer el orden y los autores de los delitos serán ejemplarmente castigados", afirmó el ministro de Defensa, Hugo Espagarribia.

El ministro del Interior (gobierno), Carlos Podestá, precisó que "los agresores serán procesados" y reveló que la policía "filmó las escenas de agresión sindica".

En cambio, Gregorio Ojeda, presidente de la CNT, denunció "una brutal represión" y responsabilizó al presidente Wasmosy "por las consecuencias de los enfrentamientos".

Radio Ñandutí (privada) dijo que dos desconocidos interceptaron un transporte público y le dispararon dos balazos, sin que se registraran heridos.

Podestá también dijo que "las fuerzas del orden usarán las armas de reglamento, para contener las manifestaciones".

01-01 9405930

Nº DOCUM. 9405931
TITULO campesinos paraguayos en conflicto.
PROC. El Mercurio. 150493
FECHA 6-4-94.
VINCUL. 66723
11164
11165
11413

Paraguay: levantan bloqueo y liberan a cuatro rehenes

ASUNCIÓN - LA BARRERA puesta ayer por unos 300 agricultores paraguayos en una carretera del noreste del país fue levantada y liberaron a los cuatro rehenes que mantenían, después que el Instituto de Bienestar Rural (IBR) firmara un acuerdo de asistencia inmediata a los campesinos sin tierra del lugar.

El compromiso asumido por el IBR, organismo encargado de la reforma agraria, permitió también la liberación de los cuatro funcionarios de esa institución que el lunes fueron tomados como rehenes por los campesinos.

El tráfico en la zona fue interrumpido debido a que los campesinos cerraron la Ruta III, a unos 300 kilómetros al norte de Asunción.

El presidente del IBR, Hugo Halley Merlo, debió trasladarse a la zona en conflicto, donde unas 530 familias rurales esperan desde hace tiempo su reasentamiento en una nueva colonia de 6.700 hectáreas.

Halley confirmó que las medidas de fuerza fueron levantadas, y que el IBR se comprometió a completar la mensura de las tierras en un plazo de diez días, así como a gestionar la ampliación del asentamiento. (EFE)

01-01 9405931

Nº. DOCU... 9405932
TITULO El costo de vida en Paraguay está en franco retroceso.
PROCEDENCIA La Mañana - 150015
FECHA DE 7-4-94
VINCULACIONES 66723
11161
11300

Disminuyó en un 1,9 % el costo de vida en Paraguay

El costo de vida está en franco retroceso en Paraguay, al situarse en el 1,9 por ciento en marzo, informó el Gobierno del presidente Juan Carlos Wasmosy. En efecto, tras el 3,1 por ciento de enero y 2,9 por ciento en febrero, la tendencia declinante del costo de vida en marzo ubicó en el 8 por ciento la inflación en los tres primeros meses de este año.

Según la estimación divulgada por el Banco Central de Paraguay, encargado de procesar los índices estadísticos y de inflación de este país, un estricto control del programa monetario y la política de ajustes impulsada por el Gobierno, comienzan a mostrar sus primeras señales positivas sobre la espiral inflacionaria.

De mantenerse la tendencia, según el Banco Central, será factible acercarse en los próximos meses a la meta anual del 15 por ciento de inflación.

En los últimos doce meses, el costo de vida creció 22,4 por ciento.

ASUNCION, (ANSA).

9405932

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405933
TITULO Paraguay campesinos lanzan advertencia.
PROCEDENCIA El País. 150007
FECHA DE P. 8-4-94
VINCULACIONES 66723
11164
11165
11414

Paraguay Hacia Lucha de Clases: Campesinos Lanzan Advertencia

ASUNCION, 7 (EFE).— Las organizaciones campesinas de Paraguay, enfrentadas al Gobierno desde hace dos meses, advirtieron en las últimas horas que el país se dirige hacia una lucha de clases a causa de la insensibilidad oficial ante los problemas rurales.

Las relaciones entre los agricultores y el Ejecutivo habían entrado en una etapa de relativa calma después de que el jefe del Estado, Juan Carlos Wasmosy, creara el mes pasado el Consejo de Desarrollo Social, una institución de diálogo abierta a todos los sectores económicos y sociales de la nación.

Todo indicaba que las negociaciones en el Consejo terminarían en un acuerdo, cuya firma, incluso, ya había sido anunciada para el pasado martes, pero ese mismo día el Senado aprobó una decisión gubernamental que impide la condonación de una parte de las deudas de los productores con el Crédito Agrícola de Habilitación (CAH), lo que avivó la ira de los campesinos.

Los dirigentes rurales se retiraron temporalmente de la mesa de diálogo y comunicaron, posteriormente, que consideraban una burla la posición asumida por el Ejecutivo y el Legislativo, y que en estas circunstancias no estaban dispuestos a acordar nada.

"La decisión de los senadores es una afrenta a los campesinos, un atentado que agravará la situación de pobreza", dijo Alfonso Cohene, de la Federación Nacional Campesina (FNC), al afirmar que ellos no están en condiciones de pagar todas sus deudas debido a los bajos precios que reciben por sus productos.

Para la Organización Nacional Campesina (ONAC), con sede en Coronel Oviedo, capital del departamento de Caaguazú, en el centro del país, la actitud del Ejecutivo y el Congreso constituye una ofensa para los labriegos y pone en peligro el futuro de más de 250.000 familias dedicadas al cultivo del algodón.

"Es una peligrosa provocación y los resultados de este tipo de decisiones están a la vista, pues el país tiene una mayoría pobre cada día más pobre y una minoría de ricos cada vez más ricos", dijo a EFE Adolfo Ortiz, quien puso como ejemplo lo ocurrido a principios de semana en la colonia Yby Pé, departamento de San Pedro, unos 300 kilómetros al norte de Asunción.

En dicho lugar un grupo de familias sin tierra cortaron una carretera y tomaron como rehenes durante 24 horas a cuatro funcionarios del Instituto de Bienestar Rural (IBR) para forzar una reunión con las autoridades de este organismo oficial encargado de la reforma agraria.

9405933

01-01

Nº. DOC: 9405934
TITULO: Advertencia campesina
PROCEDENCIA: La Juventud - 150014
FECHA: 8-4-94
VINCULADOS: 66723
11164
11302
11165
11413

Paraguay

25-3/4

ADVERTENCIA CAMPESINA

Las organizaciones campesinas de Paraguay, enfrentadas al Gobierno desde hace dos meses, advirtieron en las últimas horas que el país se dirige hacia una lucha de clases a causa de la insensibilidad oficial ante los problemas rurales.

Las relaciones entre los agricultores y el Ejecutivo habían entrado en una etapa de relativa calma después de que el Jefe del Estado, Juan Carlos Wasmosy, creara el mes pasado el Consejo de Desarrollo Social, una institución de diálogo abierta a todos los sectores económicos y sociales de la nación.

El Senado aprobó una decisión gubernamental que impide la condonación de una parte de las deudas de los productores con el Crédito Agrícola de Habilitación (CAH), lo que avivó la ira de los campesinos.

Los dirigentes rurales se retiraron temporalmente de la mesa de diálogo y comunicaron, posteriormente, que consideraban una burla la posición asumida por el Ejecutivo y el Legislativo, y que en estas circunstancias no estaban dispuestos a acordar nada.

01-01

9405934

Nº. DOCUMENTO 9405935
TITULO Paraguay no desea establecer relaciones con Cuba.
PROCEDENCIA La Juventud - 15001
FECHA DE 12-4-94
VINCULACIONES 66723
65671
11164
11399

Paraguay

NO A LAS RELACIONES CON CUBA

El Gobierno de Paraguay no desea establecer relaciones diplomáticas con Cuba y sólo escuchará planteamientos comerciales de su canciller, Roberto Robaina, quien llegará a Asunción el próximo día 15, declaró ayer el ministro paraguayo de Relaciones Exteriores, Luis Ramírez Boettner. "Nuestra posición sigue siendo la misma, ya que hasta este momento no hay un cambio en la política paraguaya con respecto a Cuba", afirmó Ramírez Boettner, quien no podrá recibir a su colega cubano, pues en esos días estará fuera del país.

9405935 IX

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405936
TITULO Central hidroeléctrica de Itaipu está cancelando su deuda en Asunción.
PROCEDE La Juventud - 150014
FECHA DE 12-4-94
VINCULACIONES 66723
507482
11164
11399

Paraguay

ITAIPU: ABONO 78 MILLONES DE DOLARES

La central hidroeléctrica paraguayo-brasileña de Itaipú pagó al Gobierno de Asunción 78,2 millones de dólares en el primer trimestre del año, con lo que la deuda de la entidad con Paraguay se redujo a 22,8 millones de dólares, informaron fuentes locales de la represa.

La deuda, que en algunos momentos llegó a alcanzar los 200 millones de dólares, comenzó a ser regularizada en agosto del año pasado y se espera que en mayo próximo sea cancelada en su totalidad.

Las mismas fuentes señalaron que este mes está previsto el pago de nueve millones de dólares y en mayo de los 13,8 millones restantes.

01-01

9405936 4

Nº. DOCUMENTO 9405937

TITULO El presidente Wasmosy no aceptará ninguna presión para disolver el Congreso [illegible]

PROCEDENCIA La Mañana - 150015

FECHA DE PROCES.: 14-4-94

VINCULACIONES 66723

11164

11302

El Presidente Wasmosy dijo que no aceptará ninguna presión

El Presidente de Paraguay, Juan Carlos Wasmosy, insistió en que no aceptará presión alguna para la disolución del Congreso Nacional.

ASUNCION / ANSA

Wasmosy dio su opinión a la prensa cuando se le consultó sobre la opinión de un notorio jurista, Julio César Vasconcellos, quien sostuvo que la posibilidad de un juicio político a la Corte Suprema es una afrenta a la independencia de poderes, lo cual llevaría a una anarquía que justifique la disolución del Parlamento.

El Presidente paraguayo también afirmó que pondrá todo de su parte para que el proceso democrático en Paraguay se consolide. "No creo que clausurando el Congreso se consolide el proceso democrático", señaló el Primer Mandatario.

Por su parte, el General de División Lino César Oviedo, Comandante del Ejército, indicó que no vislumbra la posibilidad de un autogolpe en Paraguay y descartó cualquier intento de violar la Constitución Nacional.

El alto jefe militar señaló que desecha la posibilidad de prestarse a avalar un "fujimorazo" en Paraguay y añadió que él y los demás jefes militares acompañarán las decisiones de Wasmosy, siempre que el Gobierno se maneje en base a lo que dispone la Constitución.

01-01

9405937

Nº. DOCUMENTO 9405938
TITULO Declaraciones de Wasmosy
PROCEDENCIA La Nación - 150015 -
FECHA DE PROCE 15-4-94
VINCULACIONES 66723 - Francia
11164
11302 - 11399
12781

"No hay democracia sin pan" aseveró Juan Carlos Wasmosy

•*"El Mercosur nos ayudará a crecer juntos"*

"No hay democracia sin pan. Con apoyo podremos consolidar la democracia en América Latina", dijo ayer el Presidente del Paraguay, Juan Carlos Wasmosy, a su salida del Palacio del Elíseo, donde se entrevistó con el Presidente Francois Mitterrand, del que recibió la promesa de una intervención para el reescalonamiento de la deuda externa paraguaya.

PARIS / ANSA

"El Presidente ofreció ser un buen abogado frente al Club de París", señaló el mandatario sudamericano. Francia, con 500 millones de dólares a su favor, es el mayor acreedor del Paraguay.

"Nosotros no pedimos ninguna exención de pago, lo que solicitamos es alargar los plazos", declaró Wasmosy durante una conferencia de prensa celebrada en el Hotel Crillón en la que explicó que el excedente presupuestal podría ser utilizado de esa manera en inversiones sociales. El Paraguay, con mil doscientos millones de dólares de deuda, es uno de los países menos endeudados de América Latina.

Presente en París por menos de 24 horas, Wasmosy calificó su visita europea de "exitosa" por los acuerdos de asistencia técnica, social, educativa y de intercambio empresarial logrados en la Unión Europea y en Francia, a través del Ministerio de Transporte, comprometido en el plan de rehabilitación del sistema ferroviario del Paraguay.

Una misión francesa visitará "pronto" Paraguay, para conocer las necesidades de ese plan que incluirá, según informó el Presidente paraguayo, tres etapas: La puesta en marcha de un ferrocarril de gran velocidad, TGV, para comunicar Asunción con ciudades satélites alejadas de los centros urbanos: "Buscamos, dijo, potenciar las zonas rurales como dormitorios". La rehabilitación del ferrocarril de carga y la creación de la línea del este que comunica a través de esclusas navales, el lago de Itaipú con el Atlántico. "Con dos salidas al mar, a través del Río de la Plata y el Brasil, los exportadores podrán bajar los precios y tener mayor competitividad", precisó. Paraguay, espera para este proyecto, como para otros de interés privado, financiación del Banco Europeo de Reconstrucción y Desarrollo (BERD), que abrió recientemente el 10 por ciento de sus recursos para inversiones en América Latina.

La entrevista de Wasmosy con Mitterrand realizada a fines de la tarde de ayer, fue seguida a través de las cámaras de la televisión francesa, que registraban la visita, señalando la normalidad en la que se encuentra el Palacio del Elíseo, escenario anoche del suicidio de uno de los más estrechos colaboradores del Presidente francés, quien se quitó la vida a pocos pasos del despacho presidencial.

Finalmente, en lo regional, el Presidente paraguayo defendió el proceso de integración con Argentina, Brasil y Uruguay. "Eso nos ayuda a crecer juntos", y afirmó que el Mercosur "es una obsesión" en su país, ya que constituye "la oportunidad de capacitarnos y educarnos".

Admirador ferviente del liberalismo, Wasmosy afirmó que si por él fuera "privatizaría hasta el palacio presidencial"

9405938
01-01

Nº. DOCUMENTO 9405939
TITULO Organizaciones campesinas abandonan el diálogo
PROCEDENCIA La Jornada - 15/04/94
FECHA DE P. 15-4-94
VINCULACIONES 66723
11164
113802
11165
11413

Las condiciones de vida deficientes y la falta de voluntad demostrada por el gobierno, lleva a los campesinos a tomar nuevas medidas

LAS ORGANIZACIONES CAMPESINAS ABANDONAN EL DIALOGO

LJ 15/4

Las organizaciones campesinas de Paraguay abandonaron las negociaciones que celebraban desde marzo pasado con el Gobierno, descontentos por la actitud oficial ante la pobreza extrema que afecta a la mayoría de las familias rurales, informó ayer la coordinadora de estas organizaciones.

Según Alfonso Cohene, de la Coordinadora Interdepartamental de Organizaciones Campesinas (CIOC), en 40 días de diálogo el Poder Ejecutivo "no mostró el más mínimo indicio de voluntad para firmar un acuerdo que ayude a superar los problemas que agobian al campo, como la falta de tierra y precios justos para sus productos".

En esa situación era imposible seguir las negociaciones, porque el objetivo gubernamental es "desgastar y desmovilizar al campesinado con tácticas dilatorias, como la supuesta mesa de diálogo, en la que han intentado chantajear a las organizaciones rurales", dijo Cohene.

El Gobierno ha condicionado la firma de un convenio con la CIOC a la participación permanente de los delegados campesinos en el Consejo Nacional de Desarrollo Social, organismo presidido por el jefe de Estado paraguayo, Juan Carlos Wasmosy.

Además, exige que los agricultores se comprometan a no repetir algunas medidas de fuerza, principalmente el cierre de carreteras, que en los dos últimos meses ha paralizado temporalmente y en numerosas ocasiones el tráfico en varias regiones del país.

Tras el fracaso de las negociaciones, el viceministro del Interior, Rubén Villalba Cataldi, afirmó que la retirada de los delegados campesinos demuestra "que éstos no quieren una solución sino solamente desestabilizar el proceso político".

El conflicto entre el Gobierno y las organizaciones campesinas llegaron a su mayor nivel de tensión el pasado 15 de marzo, cuando miles de agricultores marcharon sobre Asunción para protestar contra la política económica de Wasmosy y reclamar más atención a los problemas sociales del país.

9405939 IX

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405939
TITULO Organizaciones campesinas abandonan el diálogo
PROCEDENCIA La Jornada. 15/04.
FECHA 15-4-94
VINCULACIONES 66723
11164
113002
11165
11413

Las condiciones de vida deficientes y la falta de voluntad demostrada por el gobierno, lleva a los campesinos a tomar nuevas medidas

LAS ORGANIZACIONES CAMPESINAS ABANDONAN EL DIALOGO

LJ 15/4

Las organizaciones campesinas de Paraguay abandonaron las negociaciones que celebraban desde marzo pasado con el Gobierno, descontentos por la actitud oficial ante la pobreza extrema que afecta a la mayoría de las familias rurales, informó ayer la coordinadora de estas organizaciones.

Según Alfonso Cohene, de la Coordinadora Interdepartamental de Organizaciones Campesinas (CIOC), en 40 días de diálogo el Poder Ejecutivo "no mostró el más mínimo indicio de voluntad para firmar un acuerdo que ayude a superar los problemas que agobian al campo, como la falta de tierra y precios justos para sus productos".

En esa situación era imposible seguir las negociaciones, porque el objetivo gubernamental es "desgastar y desmovilizar al campesinado con tácticas dilatorias, como la supuesta mesa de diálogo, en la que han intentado chantajear a las organizaciones rurales", dijo Cohene.

El Gobierno ha condicionado la firma de un convenio con la CIOC a la participación permanente de los delegados campesinos en el Consejo Nacional de Desarrollo Social, organismo presidido por el jefe de Estado paraguayo, Juan Carlos Wasmosy.

Además, exige que los agricultores se comprometan a no repetir algunas medidas de fuerza, principalmente el cierre de carreteras, que en los dos últimos meses ha paralizado temporalmente y en numerosas ocasiones el tráfico en varias regiones del país.

Tras el fracaso de las negociaciones, el viceministro del Interior, Rubén Villalba Cataldi, afirmó que la retirada de los delegados campesinos demuestra "que éstos no quieren una solución sino solamente desestabilizar el proceso político".

El conflicto entre el Gobierno y las organizaciones campesinas llegaron a su mayor nivel de tensión el pasado 15 de marzo, cuando miles de agricultores marcharon sobre Asunción para protestar contra la política económica de Wasmosy y reclamar más atención a los problemas sociales del país.

9405939 IX

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405940
TITULO Gobierno paraguayo recibe al canciller de Cuba.
PROCEDENCIA La Juventud - 1500/14
FECHA DE 16-4-94
VINCULACIONES 66723
65671
11164
11399

El canciller cubano llegó a Paraguay en visita de cortesía

EL GOBIERNO PARAGUAYO RECIBE AL CANCILLER DE CUBA

El canciller cubano, Roberto Robaina, llegó ayer a Asunción en una visita de cortesía de 24 horas durante la cual se reunirá con el viceministro paraguayo de Relaciones Exteriores, Oscar Cabello, y dirigentes de la oposición.

Robaina explicó a la prensa que su visita forma parte de una gira por varios países suramericanos, y en particular por las naciones del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), que asocia a Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

«Tenemos interés en tener un mayor conocimiento de dicha actividad (la integración regional), pues mi país necesita aprender y saber cómo trabaja el MERCOSUR y cómo cada uno de los países socios afrontan sus respectivos problemas en el ámbito de la integración», agregó el canciller cubano.

Para Robaina, el hecho de que su visita no tenga un carácter oficial no pierde méritos, pues el propósito es «contribuir a abrir un camino hacia el conocimiento mutuo entre ambas naciones, pues creo -acotó- que puede ser interesante para el pueblo y la prensa de Paraguay saber más sobre la realidad de Cuba».

«No hay un intento de que la visita sea oficial y el hecho de que se establezca o no relaciones diplomáticas entre Paraguay y Cuba no es ahora lo más importante, pues existe buena comunicación y también visitas en el marco de la cortesía» entre ambos países, subrayó Robaina, poco después de llegar a Asunción.

Paraguay y Cuba no mantienen relaciones diplomáticas, y recientemente el Gobierno de Asunción aclaró que no tiene interés en establecerlas.

En el aeropuerto internacional asunceño, Robaina fue recibido por el presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado, Carlos Alberto González, y dirigentes del Partido Comunista Paraguayo (PCP) y otros grupos de oposición. LJ 16/4

01-01 9405940 X

Nº. DOCUMENTO 9405941
TITULO Canciller cubano se reunió con políticos e industriales
PROCEDENCIA La Juventud. 1500/14
FECHA DE P 17-4-94
VINCULACIONES 66723
65671
11164
11399

Roberto Robaina se reunió con políticos e industriales paraguayos

EL CANCILLER CUBANO SE REUNIO CON ANDRES RODRIGUEZ

El canciller cubano, Roberto Robaina, se reunió ayer en la última jornada de su visita de cortesía de 24 horas a Asunción, con un grupo de empresarios y con el ex presidente paraguayo Andrés Rodríguez (1989-1984).

Rodríguez, que el 15 de agosto pasado entregó el poder al ingeniero Juan Carlos Wasmosy y se retiró de la milicia con el grado de general de Ejército, informó de que Robaina le transmitió los saludos del presidente de Cuba, Fidel Castro.

Castro y el ex gobernante paraguayo habían conversado de manera informal en varias ocasiones sobre el futuro político de Cuba, principalmente durante las cumbres celebradas en los últimos años por los jefes de Estado de América Latina.

Rodríguez siempre recuerda que en uno de esos encuentros invitó a Castro a cambiar el uniforme militar por uno civil, por "el traje de la democracia", como lo había hecho él.

Tras la reunión con Robaina, Rodríguez dijo que "en aquella ocasión no hice otra cosa que transmitirle (a Castro) el interés de los países latinoamericanos en que también Cuba camine con nosotros hacia un sistema democrático".

"Hay que respetar -agregó- el sistema de gobierno que rige en cada país, pero sin dejar de demostrar el interés por la democracia como principal requisito para mejorar las relaciones bilaterales".

"La apertura económica no es suficiente para establecer relaciones diplomáticas", afirmó Rodríguez al opinar sobre la posibilidad de que Paraguay y Cuba reanuden a corto plazo los contactos oficiales, cortados en 1962 tras la expulsión del país caribeño de la Organización de Estados Americanos (OEA).

X
01-01
9405941

Nº. DOCUM 9405942
TITULO Choque entre policías y huelguistas en la primera huelga general después de 36 años
PROCEDENCIA El Observador - 150483
FECHA DE P. 3-5-94
VINCULACIONES 66723
11164
11165
11414

Enfrentamientos en la primera huelga general en 36 años dejaron un muerto y varios heridos

Paraguay: choque entre policías y huelguistas

Asunción - Paraguay enfrentó ayer la primera huelga general en 36 años convocada por las principales centrales obreras que reclaman mejoras salariales, reforma agraria, política de empleo, y contra la decisión oficial de privatizar empresas estatales.



Medida de fuerza
La última vez que los asalariados adoptaron una actitud de este tipo fue en agosto de 1958

Enfrentamientos entre manifestantes que bloqueban una ruta de acceso a la capital y fuerzas de seguridad dejaron un muerto y varios heridos de bala.

Tiendas, casas de cambio, bancos privados y supermercados del centro de Asunción permanecieron cerrados, mientras las oficinas públicas atendieron casi normalmente.

La protesta contra el gobierno del presidente Juan Carlos Wasmosy contó con el respaldo de todos los partidos de la oposición política, organizaciones campesinas, gremios estudiantiles, periodistas, educadores y el Comité de Iglesias del Paraguay.

El gobernante Partido Colorado expresó su desacuerdo con la manifestación obrera, y le pidió a sus afiliados que concurrieran a sus puestos de trabajo.

La protesta sindical apunta a conseguir un incremento salarial del 40% sobre un sueldo mínimo vigente de US$ 183 mensuales.

El Poder Ejecutivo de Paraguay señaló que no cederá a las demandas de los trabajadores y anunció que dejaba abierta la posibilidad de continuar el diálogo con los sectores vinculados a la clase trabajadora.

Un informe presentado por el Ministerio de Hacienda (Economía) estimó que las pérdidas económicas ocasionadas por la huelga general serían de US$ 13 millones, lo que representa US$ 13,4 per cápita de pérdida para cada trabajador.

En las primeras horas de la mañana de ayer, campesinos y obreros bloquearon un acceso a 20 kilómetros al noreste de la capital y fueron dispersados por las fuerzas del orden tras mostrar a los manifestantes la orden judicial correspondiente.

El reparto de tierras

En Paraguay existen unas 250.000 familias sin tierras, mientras que el 1% de los propietarios acaparan el 77% de las propiedades; alrededor de 10 millones de hectáreas están en poder de 351 personas.

El área total del país es de 406.750 km².

Con sus ingresos actuales, al obrero le resulta difícil cubrir sus necesidades habitacionales.

Según cálculos oficiales se estima que hay un déficit de unas 300.000 viviendas en el país.

Las organizaciones sindicales reclaman también al gobierno la puesta en marcha de un plan contra la corrupción que, según los sindicatos, existe tanto en el sector público como en el privado y atenta contra la radicación de inversiones externas en el país.

El gobierno calificó el paro como "un error" y manifestó su decisión de no otorgar a corto plazo ningún aumento salarial, "que lejos de favorecerlos, les devoraría el sueldo con una inflación galopante", según explicó el presidente Wasmosy.

Por su parte, en la tarde de ayer el ministro de Justicia y Trabajo, Juan Manuel Morales, dijo en una conferencia de prensa que el paro se desarrolló con normalidad y que algunos pequeños problemas que surgieron fueron solucionados y destacó la importancia de que los huelguistas respetaron el deseo de trabajar de los obreros que no se adhirieron al paro.

El gobernante Partido Colorado afrontó la última huelga general el 27 de agosto de 1958, contra la dictadura del general Alfredo Stroessner, que gobernó desde 1954 hasta 1989.

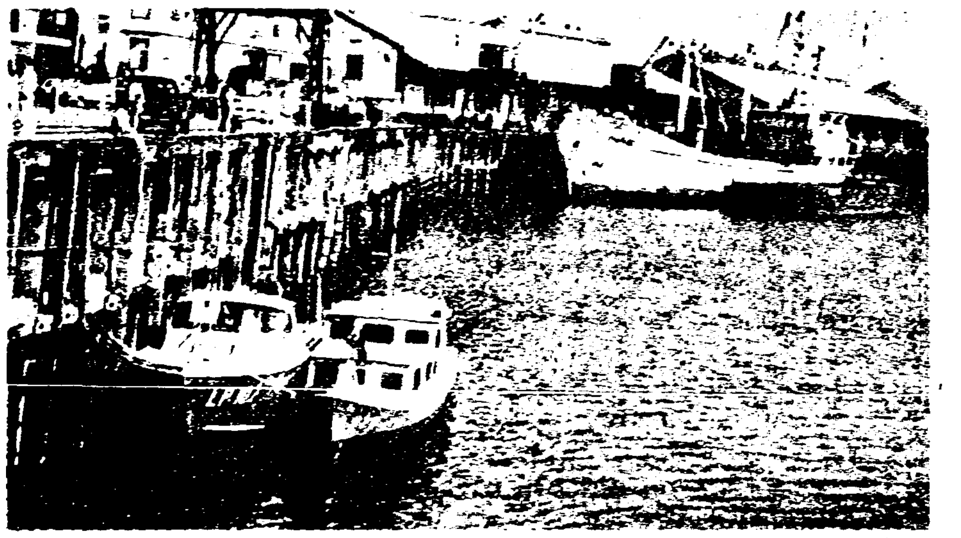
La medida determinó el exilio de los dirigentes sindicales a Montevideo.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias Reuter y EFE)*

9405942

Nº. DOCUMENTO 9405943
TITULO ......
PROCEDENCIA El País - 150003
FECHA DE ... 23-4-94
VINCULACIONES 66723
66960

Argentina y Paraguay Trabajan Juntos Para Mejorar la Hidrovía

Aunque tardío se ha hecho un magnífico trabajo conjunto entre Argentina y Paraguay al dragar un tramo del Río Paraguay al sur de Asunción donde fueron despejados varios pasos difíciles desde Confluencia hasta el puerto de Asunción y eso ha traído algunas soluciones. De ese tema dimos amplia información en ediciones anteriores. Vemos también con satisfacción que la ANNP (Paraguay) en conjunción con Vías Navegables y Obras Portuarias de la Argentina estén llevando a cabo esta labor de dragado hacia el norte e incluso llegar hasta el Canal Tamengo en acuerdos con Bolivia. Son actos positivos que cuestan mucho esfuerzo económico pero que muestran la voluntad de los países de hacer operable ya una parte de la Hidrovía Paraguay-Paraná en situaciones críticas como la actual causada por la enorme bajante que se está operando en el río Paraguay desde el año pasado y que amenaza agravarse como resultado de las escasas lluvias que se han registrado en los últimos meses. Sin duda según se afirma llegarán tiempos aún más difíciles para esta vía fluvial y eso hace que sea necesario realizar obras de dragado y balizamiento para que el flujo comercial de los países mediterráneos de Sudamérica no se detenga.



Esta es una parte del muelle de Asunción y, como puede verse, ese no es el nivel ideal de las aguas del río para una fluida navegación de las embarcaciones. Las perspectivas de un crecimiento no son halagüeñas por lo que se imponen algunas obras mínimas de dragado en ciertos pasos entre Asunción y el río Apa, incluido Canal Tamengo, en Bolivia, donde está Puerto Aguirre.

Todo esto absorbe muchos recursos económicos y uno se pregunta que bueno sería que el BID participara en este esfuerzo, que en definitiva es de integración, para coadyuvar a la voluntad de cinco países para consolidar esta vía fluvial y hacerla operable todo el año. Pero la realidad es que a pesar de la voluntad del BID por ayudar a todo el mundo que lo necesita, en la Hidrovía es casi nula y sólo se extiende para estudios cuando con un poco de mejor voluntad algunos miles de dólares podrían de pronto cambiar muy benéficamente la fachada de esta vía fluvial en favor del comercio de los cinco países. Y nos referimos a trabajos de dragado de algunos pasos y colocación de pantallas señalizadoras sin mayores exigencias económicas. Esto es simplemente para que los barcos fluviales puedan tener tres o cuatro pies más de agua para superar ésta persistente bajante del río Paraguay a partir de Corumbá hacia el Sur.

De este tema el empresario paraguayo Dr. Juan Carlos Muñoz Mena, director de TransOcean de Asunción, a quien entrevistamos días pasados sabe mucho y tiene además una valiosa visión de las cosas que están ocurriendo alrededor del proyecto de las Hidrovías y de medios de transporte. Estos fueron sus comentarios:

"Este esfuerzo binacional (Argentino/Paraguay) y la nueva draga adquirida por la ANNP del Paraguay es lo único que tenemos para salir de esta crítica situación que estamos sufriendo por la bajante del río cuya situación por otra parte este año no mejorará sus niveles para implementar nuestra Hidrovía mientras los organismos internacionales no muestran sensibilidad por nuestro proyecto en los hechos prácticos.

Y bueno —dice el Dr. Muñoz— lo haremos solos y con esa draga que hemos adquirido en el exterior más la argentina y otros aportes la mandaremos a donde sea necesario para abrirnos el camino fluvial aunque esto sea insuficiente y nos exija tan enorme esfuerzo.

El apoyo del BID según tenemos entendido (aún no desembolsado) es para solventar estudios que harán las consultorías pero que los hechos confirman desde 1989 a 1994 han habido hermosas reuniones que en definitiva lo único concreto que se sacó en estos seis años fue el Acuerdo de Transporte Fluvial aún no aprobado por dos países, Argentina y Brasil que esperamos lo ratifiquen a breve plazo. Pero en cuanto a obras físicas no se puso ni se sacó nada del Río.

¿Qué puede dar la Hidrovía?

"La Hidrovía sin duda le puede dar muchísimo a los cinco países además de llegar a la integración física, económica, cultural, social; es cosa de imaginar y crear las situaciones para que los resultados no se hagan esperar. Por ejemplo —dice el Dr. Muñoz— estoy pensando en algo que no existe, y es un servicio rápido flúvial de pasajeros entre ciudades cercanas a Asunción me refiero a ciudades de 150 kilómetros de distancia que a veces la comunicación por caminos internos se hace harto difícil y que de existir tiene costos elevados de mantenimiento que paga el contribuyente. Por qué no hay un servicio de lanchas expresas entre localidades paraguayas —se pregunta nuestro entrevistado— y eso no existe porque no hay un canal seguro de navegación que me permita al inversor poner dos o tres lanchas rápidas como las que existen en el Misisipí para transportar pasajeros en la seguridad que en todo tiempo durante el año voy a tener buena profundidad y buena señalización y voy a poder llegar a salvo con mis pasajeros. Y esto es un tema muy espontáneo y accidental, pero es en definitiva un servicio que el río no presta, y esto es desarrollo del turismo.

CON LA ECOLOGIA

Indudablemente que el Río es la vía de comunicación natural —dice el Dr. Muñoz Mena respondiendo a otras preguntas— y eso es histórico, es presente y es futuro.

Yo creo que si al río lo sabemos cuidar y explotar racionalmente con prudencia y hacerlo navegable respetando a la parte ecológica, no atacarlo y llenarlo de basura o maltratarlo con imprudencias, yo creo que la expansión de las fronteras agrícolas del interior del continente y estamos hablando de Brasil, de Bolivia, del chaco paraguayo va a ser muy importante. Y va a ser también el vehículo por el cual productores de bienes de capital situados en el litoral del Río Uruguay y del Río Paraná van a poder acceder con sus productos. Porque es una fuente vinculante que nos va a permitir, conectarnos y comerciar. Que un señor que vive en Nueva Palmira pueda tomar un buque y llegar hasta Cáceres para hacer turismo por ejemplo o comercio.

HIDROVIA ES INTEGRACION

Yo desde hace años estoy siguiendo este proyecto y le veo mucho futuro, un futuro comercial, de adentro hacia afuera y a su vez hacia adentro de nuestro continente. Estamos hablando del centro productor agrícola y mineral quizás más importante de toda América Latina.

¿Es una herramienta integradora?

"Yo creo que es en este momento la mejor herramienta integradora y creo que es el primer paso para la integración leal, fluida, sin cortapisas. El MERCOSUR es una necesidad comercial histórica a la cual no podemos despreciar pero pienso que a través de la Hidrovía los desbalances son menos, la integración es más rápida, el conocimiento de la gente es mucho más fluido y a la hora de ver lo que puede ofrecer uno y otro percibo ventajas en favor de la hidrovía.

Tenemos países por ejemplo como Uruguay que no tienen flota en la Hidrovía como el caso de Bolivia pero que de ratificarse el acuerdo sin duda la van a tener. Yo creo que ambas banderas van a navegar la Hidrovía dentro de un marco en donde estas se sientan seguras no solamente de brindar una asistencia a su comercio sino una expansión de su propio país, y de la comunidad mediterránea americana.

La inversión funciona de muchas formas y el primer factor es la ganancia comercial pero hay que dar seguridad que la bandera va a ser una bandera de la Hidrovía y eso se va a lograr en función que este proyecto camine.

Con la hidrovía por delante yo creo que vamos a afianzar el MERCOSUR con sus grandes objetivos".

EMILIO ...

01-01

9405943

Nº. DOCUMENTO 9405944
TITULO Afirmaciones del Arzobispo de Córdoba. cardenal Raul Primatesta.
PROCEDENCIA Clarín - [illegible]
FECHA 13-4-94
VINCULACIÓN 66960
11165
11020
11164
11437

LA IGLESIA Y LAS ELECCIONES DEL DOMINGO

Para Primatesta, no todos están de acuerdo con el pacto

En la primera opinión pública sobre el resultado electoral del domingo pasado, la Iglesia Católica admitió ayer que no toda la ciudadanía está de acuerdo con el pacto de Olivos firmado por Carlos Menem y Raúl Alfonsín. El arzobispo de Córdoba, cardenal Raúl Primatesta, fue el encargado de poner en palabras el pensamiento de la Iglesia, tras la segunda sesión de deliberaciones de la Asamblea Episcopal. Primatesta también se refirió a la candidatura del obispo emérito de Neuquén, monseñor Jaime De Nevares, y dijo que se trataba de una decisión personal, que no está al margen de la legislación eclesiástica.



El cardenal Antonio Quarracino durante las deliberaciones de la Asamblea Episcopal. La Iglesia juzgó ayer que no toda la ciudadanía ve con buenos ojos el pacto de Olivos.

El arzobispo de Córdoba, monseñor **Raúl Primatesta**, afirmó ayer que el resultado de las elecciones del domingo "**demuestra que no todos están a favor del pacto**" de Olivos que firmaron el presidente **Carlos Menem** y su antecesor radical **Raúl Alfonsín**.

Al hablar como vocero de la Asamblea Episcopal, que se realiza en la casa de Ejercicios espirituales de San Miguel, el prelado cordobés dijo que "también se podría hacer una sublectura (del resultado de los comicios) y **se diría que no todos están de acuerdo con las tendencias de su propio partido** y, entonces, se distribuyeron los votos".

La opinión de Primatesta se convirtió en la primera interpretación de la Iglesia sobre los resultados electorales del domingo que, en la Capital Federal, dieron como ganador por amplio margen a la coalición de izquierda Frente Grande.

En una conferencia de prensa, brindada tras el segundo día de deliberaciones del plenario de obispos argentinos, Primatesta dijo que la participación en política del obispo emérito de Neuquén monseñor **Jaime de Nevares**, "es una posición personal que **no está al margen** de la legislación eclesiástica". Como candidato del Frente Grande, monseñor De Nevares ganó las elecciones del domingo en su provincia.

El mes pasado, en un adelanto de ese documento, la Iglesia Católica había pedido que en la reforma constitucional se respetara la división de poderes y se dieran plenas garantías a la vida humana desde la concepción. La Iglesia está contra el aborto y la eutanasia.

Al adelantar algunas ideas que podrían estar en el documento definitivo sobre la reforma constitucional que los obispos darán a conocer el viernes, Primatesta también manifestó estas otras ideas:

- **Resultado de las elecciones**: "Creo que los resultados demuestran que no todos están de acuerdo con el pacto y lo han expresado de diversas maneras".
- **La corrupción**: "Pienso que nos abarca a todos, por silencio o por acción, porque aparecen acá y allá hechos de corrupción y no solo de corrupción económica, que es también moral, porque hay otras formas de corrupción".
- **Candidatura a constituyente de monseñor De Nevares**: "Es una opción personal de él y la tomó sobre su propia responsabilidad. No es lo mismo hacer política que presentarse con un partido. En su posición de sacerdote, debe respetar su puesto y la libertad de sus fieles".
- **Pedido a los constituyentes**: "Quiero que respeten el espíritu de la actual Constitución sobre la educación y la familia".

En la sesión matutina del plenario de obispos expusieron **Primatesta**, los sacerdotes **Domingo Basso** y **Antonio Rant** y el médico **Hugo Bibilo**, miembro de la Pontificia Academia para la Vida, recientemente creada por el papa **Juan Pablo II**.

0,1 C1

9405944

Nº. DOCUM... 9405945
TITULO La Chucha fabricación
PROCED... Clarín - 150024
FECHA DE 17-4-94
VINCULACI... 66960
11165
11327

4

01-03

9405945

LA NUEVA

En apenas quince días todos los trabajadores tendrán que definir su opción: jubilación privada o jubilación estatal. *Clarín* viene ofreciendo en sucesivos trabajos las características esenciales de uno y otro régimen. En esta oportunidad se analizan ambos sistemas por separado, pero abordando los puntos de carácter más general. En el caso privado se tratan las cuestiones asociadas a la seguridad que brindan las AFJP, las rentas que ofrecerán y los peligros de que fracasaran sus inversiones. También las prestaciones que darán a los futuros jubilados. En la nota dedicada al sistema estatal se analizan, entre otras cosas, el significado de las distintas partes en que consistirá la futura asistencia y la posibilidad del retiro anticipado. Para brindarle al lector un contexto, en una infografía, por separado, se presentan brevemente las características generales que deben ser tenidas en cuenta.

Texto de Alejandro Matvejczuk

PUNTOS PARA NO OLVIDAR

- Una AFJP es una empresa con dos objetivos: administrar un fondo de jubilaciones y pensiones y otorgar las prestaciones y beneficios establecidos en la ley. La única administradora totalmente pública será la creada por el Banco Nación.
- Parte del aporte que realice el trabajador está destinado a pagar las comisiones de las AFJP y el resto pasará a engrosar su cuenta particular. Las comisiones tienen dos destinos: seguro por muerte e invalidez y la ganancia de la administradora.
- Las comisiones que cobran las AFJP son libres y estarán expresadas en una suma fija o en porcentajes sobre el 11 % de aporte.
- Con los fondos de las cuentas particulares, las AFJP realizarán inversiones, cuya renta también se sumará al fondo. Hay establecidas condiciones de rentabilidad mínima y reaseguros para el caso de que no se cumplan con los requisitos.
- El público puede exigir a la AFJP la siguiente información: esquema e importe de las comisiones vigentes; la composición de la cartera de inversiones; nombres de las entidades que custodian los valores del fondo; balance general del último ejercicio; valor del fondo de jubilación; antecedentes de la institución con indicación del nombre y apellido de sus directores, administradores, gerentes y síndicos.
- Para inscribirse en las AFJP existen tres formas de hacerlo. 1) informar la elección directamente al empleador o la ANSeS (en el caso de los autónomos). 2) Firmar la solicitud de una AFJP que se encargará de informar de la adhesión al empleador o la ANSeS. 3) No firmar nada, con lo cual el empleador quedará obligado a afiliar al trabajador a aquella AFJP que mayores adherentes tenga dentro de la empresa.
- Las AFJP pueden cambiar cada tres meses el valor de las comisiones. Para hacerlo deben notificarlo con noventa días de antelación a la superintendencia de AFJP. Después de un mes de entrar en vigencia la modificación deberá ser informada a través de una cartelera ubicada en sus oficinas.
- Si un trabajador no está conforme con la AFJP puede cambiarse a otra. Puede realizar dos cambios por año.
- El AMPO —referencia que se usará en los dos sistemas para diversos cálculos— es una unidad de valor actualizable cada seis meses (marzo y setiembre de cada año) a través de la cual se regirá la prestación básica universal (PBU).

Sistema estatal

1 ¿Cuánto me pagarán al momento de jubilarme?

Quien elija el régimen estatal recibirá una jubilación equivalente a la suma de tres beneficios: la Prestación Básica Universal (PBU), la Prestación Compensatoria (PC) y la Prestación Adicional por Permanencia (PAP).

La PBU será equivalente a 2,5 veces el AMPO (una unidad de valor variable, fijada inicialmente en 61 pesos) para quienes acrediten 30 años de servicios, más el 1% de esa suma por cada año adicional de aportes.

La PC será equivalente a 1,5% del salario (promedio de los diez años anteriores a la jubilación, sujeto a aportes), por cada año aportado al viejo régimen previsional.

La PAP será equivalente al 0,85% del salario (calculado igual que la PC) por cada año aportado al nuevo sistema previsional.

2 ¿Cómo se calculará el beneficio reconocido por haber aportado al viejo régimen?

Si todos los aportes se hicieron en relación de dependencia, la Prestación Compensatoria será equivalente al 1,5% por cada año de servicios, o fracción mayor de seis meses, hasta un máximo de 35 años, calculado sobre el promedio de remuneraciones (actualizadas, sujetas a aportes y contribuciones) percibidas durante los 10 años inmediatos anteriores a la cesación de servicios.

Si todos los aportes se hubieran realizado como autónomos, el cálculo será análogo, solo que variará la base. No se considerarán los "ingresos presuntos" de los 10 últimos años, sino la totalidad de los aportes. Se tomarán los montos actualizados de las distintas categorías con las que aportó afiliado, y se las ponderará por el tiempo que revistó en cada una de ellas.

Si los servicios fueren en relación de dependencia y en autónomos, sucesiva o simultáneamente, se hará una proporción.

3 ¿Qué pasará si, después del 1° de julio, me quedo durante más de seis meses en el sistema estatal?

En ese caso, pese a haberse aportado menos de un año al sistema estatal, se tendrá derecho a una PAP completa. El Poder Ejecutivo, sin embargo, analiza la promulgación de un decreto que apunta a pulverizar este beneficio.

4 ¿Podrá recibir alguien el 70% o el 82% con el nuevo régimen jubilatorio?

Se sabe que la nueva ley deroga el sistema de prestaciones conocido como del 70% y 82% móvil. Sin embargo, en los hechos algunos trabajadores igualmente podrán aspirar a recibir estos porcentajes considerando las remuneraciones agregadas por PBU, PC y PAP.

Por ejemplo actualmente, dado que un AMPO equivale a 61 pesos, las personas con 53 años de edad (que comenzaron a trabajar a los 18 años) pueden aspirar al 70% móvil si el salario no supera los 2.402 pesos. En cambio, para percibir el 82%, el salario al momento de jubilarse debería ser inferior a 908,65 pesos.

5 En el ejemplo anterior, ¿qué compensación económica se reconocerá por los aportes realizados al viejo régimen?

Dependerá del momento en que los aportantes comenzaron a trabajar. La Prestación Compensatoria (PC) reconoce, como máximo, 35 años de aportes. Por eso, aquellos trabajadores que vienen aportando desde los 18 años y que hoy tienen más de 53 años, se verán perjudicados con el nuevo sistema, porque el Estado no les compensará de ninguna manera los aportes en exceso ingresados a las cajas.

6 ¿Por qué los menores de 18 años están obligados a aportar?

Lo están por una interpretación de la ley hecha por el Poder Ejecutivo a través del decreto 138/94.

La ley establece que están obligadas a aportar solo "las personas físicas mayores de 18 años". En cambio el decreto 138/94, que reglamenta parcialmente la ley, estable que:

- Sin importar la edad, los trabajadores en relación de dependencia deberán aportar obligatoriamente el 11% de su salario.
- Solo los menores a 18 años que trabajen en forma independiente tendrán la posibilidad de optar entre aportar o no aportar al régimen de autónomos, hasta que cumplan los 18 años. A partir de entonces, también ellos estarán obligados a aportar como mínimo, en su caso, el 27% de su "ingreso presunto" determinado para las distintas categorías.

7 ¿Cuánto me pagarán en concepto de aguinaldo?

Dos veces al año, durante los meses de junio y diciembre, se pagará "medio aguinaldo". Será equivalente al 50% de la PBU, la PC, la PAP y de cualquiera de las jubilaciones abonadas en concepto de retiro por invalidez y pensión de fallecimiento. Cuando se hubiera tenido derecho a percibir de las prestaciones solo durante parte de un semestre, el monto del aguinaldo se determinará proporcionalmente al tiempo en que se originaron los haberes.

8 ¿Cuál será mi beneficio si decido anticipar o postergar mi retiro?

Los afiliados a una AFJP que decidan anticipar su retiro, no tendrán derecho a las prestaciones estatales (PBU, PC, PAP) hasta que cumplan con la edades mínimas para jubilarse.

En el caso de que un trabajador decida postergar su retiro, mientras se encuentre en actividad tampoco cobrará las prestaciones estatales hasta que envíe el telegrama de cese.

9 ¿Puedo quedarme en el viejo sistema estatal?

Nadie puede continuar aportando al viejo régimen estatal que promete una jubilación del 70% o del 82% móvil: desde el 15 de julio comenzará a regir un nuevo sistema previsional, integrado por un régimen público y por uno "privado".

Quien se decida por continuar aportando al nuevo régimen público, sea un trabajador en relación de dependencia o autónomo, deberá expresarlo por escrito ante su empleador o a la ANSeS antes del 30 de junio.

10 ¿Cómo quedará mi jubilación si el Gobierno decide eliminar la contribución patronal?

El dato es importante, porque el aporte patronal suma para determinar el "Aporte Medio Previsional Obligatorio" (o AMPO). Por eso, si se elimina la contribución del 16% a cargo del empleador, el AMPO se reducirá, y con este, disminuirá la PBU (2,5 veces el AMPO), la PC y la PAP (que no pueden superar a una vez el AMPO por cada año de servicios).

El sistema prevé expresamente esta posibilidad. A los jubilados hasta ese momento, no se les reducirán sus haberes; "solo" se los congelarán, hasta que aumente el AMPO nominal. Los jubilados futuros, en cambio, quedarán condenados a recibir un haber estatal inferior.

11 ¿Qué sucederá si quedo incapacitado para trabajar o fallezco?

Sea cual fuere el sistema jubilatorio escogido, las prestaciones serán las mismas. Si se incapacita para trabajar, el aportante tendrá derecho a percibir:

- El 70% del promedio de ingresos de los últimos cinco años, si realizaba aportes en forma periódica.
- El 50% del promedio de los ingresos de los últimos cinco años, si al momento del accidente no venía realizando aportes periódicos.

Frente al caso de fallecimiento, los herederos con derecho a percibir, recibirán:

- El 70% del haber promedio de los últimos cinco años, si el trabajador estaba jubilado.
- El 49% del ingreso promedio sujeto a aportes del trabajador activo calculado en base a los últimos 5 años.
- El 35% del promedio los últimos ingresos sujetos a aportes (percibidos durante cinco años) del trabajador activo que, al momento del siniestro, no estaba aportando.

12 ¿Podré confiar en que, después de esta reforma, los gobiernos pagarán lo establecido por la ley sin un juicio previo?

Nadie puede garantizarlo. Pese a que, tal como en la vieja ley, el régimen jubilatorio puede financiarse con "rentas generales" no existe ninguna seguridad de que algún gobierno decida incumplir con las prestaciones establecidas por la ley.

02

9405945

JUBILACION

Sistema privado

1 ¿Qué seguridad tengo sobre los fondos que deposito en una AFJP?
Un fondo de jubilaciones y pensiones es un patrimonio independiente y distinto al patrimonio de la AFJP. Pertenece a los afiliados de una AFJP, que no tiene derecho de propiedad alguno sobre él. Los títulos representativos de las inversiones de cada fondo y el encaje que debe integrar una AFJP deberán ser depositados en una caja de valores o en una entidad bancaria especialmente autorizada. Es decir, que aun cuando una AFJP quiebre por cualquier causa los fondos de sus afiliados permanecerán intactos.

2 ¿Puedo realizar aportes adicionales para obtener una jubilación privada superior?
Sí. Hay dos formas de hacerlo:
- A través de las "imposiciones voluntarias" (efectuadas por el trabajador, en cualquier momento, y por cualquier monto).
- Por medio de los "depósitos convenidos" (montos únicos o periódicos, convenidos con la AFJP a través de un contrato).

Estos depósitos sirven para aumentar el haber de la jubilación ordinaria o para anticipar la fecha de su percepción. Para esto último, es necesario acumular en la cuenta los fondos necesarios para percibir una jubilación igual o mayor al 50% del haber promedio de los cinco años anteriores (llamado "base jubilatoria"), que además debe ser igual o mayor a dos veces el importe equivalente a la máxima PBU.

3 ¿Cómo participo de los resultados financieros de la AFJP?
La rentabilidad obtenida por la administración del dinero queda en el fondo que le dio origen, por pertenecer al conjunto de sus afiliados. La AFJP no podrá participar de esa rentabilidad.
A pesar de eso, las administradoras de fondos serán responsables de que la rentabilidad no sea inferior al 70% de la rentabilidad promedio del sistema o, a la rentabilidad promedio del sistema menos 2 puntos porcentuales cada año. Quien no obtenga ese mínimo, deberá acreditarlo igualmente utilizando un fondo especial (llamado fondo de fluctuación) o, en su defecto, aportando más capital. Esta exigencia de rentabilidad mínima **no será de aplicación para las administradoras que cuenten con menos de 12 meses de funcionamiento.**

4 ¿Qué jubilación puedo recibir luego de alcanzar los 65 años?
La jubilación privada estará integrada por una porción originada en la acumulación que cada trabajador haga en las AFJP y por otros componentes que provendrán del Estado. La primera parte será proporcional al dinero capitalizado (aportes menos comisiones, más rentas) en la cuenta individual de cada afiliado. El haber dependerá además, entre otras cosas, de la edad del afiliado y de la composición de su grupo familiar. De todos modos, a modo de referencia conviene tener presente que, para recibir 100 pesos será necesario tener integrados unos 16.000 pesos.
La parte del Estado estará compuesta por la prestación básica universal (la cobrará todo el mundo) y la prestación compensatoria (solo para quienes estuvieron aportando hasta ahora al viejo sistema jubilatorio). Esta porción dependerá de los años de aporte.

5 ¿Qué sucederá si pierdo o abandono mi empleo?
Todo cambio en las condiciones laborales no afectará el saldo capitalizado en la cuenta del trabajador, ni alguno de sus derechos frente a la AFJP. En otras palabras, no se perderá lo acumulado en las cuentas. Cuando el trabajador consiga otro empleo (o se independice), podrá quedarse en la misma AFJP o destinar sus aportes a alguna otra, sin costo alguno.

6 ¿Qué pasa con mis ahorros si la AFJP realiza malas inversiones?
La AFJP está obligada a acreditar una rentabilidad mínima (véase punto 3). Pero más allá de eso, si una AFJP le brinda una rentabilidad insatisfactoria a un afiliado, este tendrá dos veces al año posibilidad de transferir su dinero a un fondo manejado por una administradora más eficiente. El traspaso, sin costo alguno, podrá realizarse luego de aportar al menos durante cuatro meses en la entidad abandonada.

7 ¿Qué sucederá si las inversiones de todas las AFJP registran pérdidas?
En este caso la renta promedio del sistema será negativa, por lo cual, los afiliados perderán parte de sus ahorros. Pero cuidado: se trata de un caso extremo difícilmente verificable en la práctica.

8 ¿Puedo jubilarme antes de los 65 años?
Los afiliados a una AFJP pueden jubilarse antes de cumplir la edad mínima exigida por la ley. Para ello, el aspirante a jubilado debe reunir dos requisitos:
- Tener acumulado en la cuenta el dinero suficiente para tener derecho a una jubilación privada igual o superior al 50% de una suma denominada "base jubilatoria". Esa base jubilatoria se calcula considerando el promedio mensual de remuneraciones percibidas durante los 5 años anteriores al mes en que un afiliado opte por la correspondiente prestación.
- Tener derecho a una jubilación igual o mayor a 2 veces el importe equivalente a la máxima PBU es decir, por lo menos 5,75 veces el AMPO (actualmente 350,75 pesos).

El afiliado que opte por retirarse anticipadamente no recibirá las prestaciones del Estado hasta cumplimentar el requisito de la edad mínima.

9 ¿Podré acceder de alguna manera a mi dinero ahorrado en una AFJP?
Una vez ingresado, hay solo tres formas de retirar el dinero de una AFJP. Se llaman:
- Renta vitalicia previsional (es decir una "jubilación privada" contratada con una compañía de seguros de retiro).
- Retiro programado (es decir, una "jubilación privada" por ciertos montos contratados con alguna AFJP, con un fuerte retiro inicial).
- Retiro fraccionario (una "jubilación privada" con sumas de retiros acordadas con una AFJP, que es una variante financiera del retiro programado, solo que en este caso no hay ningún "retiro inicial").

Para acceder a cualquiera de ellos, primero hay que cumplir con los requisitos para obtener una jubilación.

10 ¿A través de qué tipo de instituciones puedo realizar mis aportes voluntarios?
El sistema prevé dos posibilidades: una AFJP o una compañía de seguros de retiro. Ambas competirán en otorgar rentas y beneficios a sus afiliados.

11 ¿Qué sucederá en caso de fallecimiento o si quedo incapacitado para el trabajo?
Las prestaciones serán análogas en el sistema estatal y en el privado (véase sistema estatal). Lo que varían son las fuentes de financiamiento. En el sistema estatal, las prestaciones se pagarán con los ingresos al sistema y con rentas generales. En el sistema privado, los beneficios serán solventados por una compañía de seguros y, en el caso de que esta no pague, entonces se utilizarán los fondos propios de las AFJP.

12 ¿Existe una garantía estatal para los afiliados a las AFJP?
El Estado asegura básicamente tres cosas:
- El cumplimiento de la garantía de rentabilidad mínima cuando una AFJP no pueda cumplir con esta obligación, hasta que los afiliados transfieran sus fondos a otra AFJP.
- El pago del retiro transitorio por invalidez, si quiebran la AFJP y la compañía de seguros de vida.
- El pago de las jubilaciones privadas a cargo de las compañías de seguros de retiro, por hasta 5 veces el equivalente a la máxima PBU.

03-03
9405945

Nº. DOCUMENTO 9405946
TITULO Acuerdan modificar proyecto oficial de ley laboral.
PROCEDENCIA Clarín
FECHA
VINCULADOS

—ACUERDAN MODIFICAR EL PROYECTO OFICIAL DE LEY LABORAL—

La CGT consiguió el sí de los senadores del PJ para la reforma

Los senadores justicialistas acordaron respaldar **las modificaciones** propuestas por la CGT al proyecto de reforma laboral que, según fuentes gremiales, puede llegar a convertirse en ley durante el mes de julio.

No bien se eligió al actual consejo directivo liderado por el petrolero **Antonio Cassia**, la CGT se puso al frente de la negociación con los empresarios, el Gobierno y los bloques parlamentarios, con el objetivo de **modificar** el proyecto oficial.

Siguiendo **una estrategia previamente trazada**, la Comisión de Legislación del Trabajo que preside el sindicalista del caucho **Osvaldo Borda** y en la que predominan los diputados de origen gremial, **paralizó** el debate con los otros bloques, hasta tanto la CGT iniciara una ronda de negociaciones para **consensuar las reformas**.

Ya en febrero, los diputados de origen gremial **Roberto Digón, José Rodríguez**, el nombrado Borda y otros advirtieron que así como estaba, ese proyecto **"no salía"**. Transcurrido este tiempo, voceros sindicales aseguraron ayer que la CGT y los diputados peronistas que integran la comisión se pusieron de acuerdo en el **"80 por ciento"** de los artículos.

También ayer, el consejo directivo de la CGT se entrevistó con el bloque de senadores justicialistas y, de ese cónclave, los dirigentes sindicales **se llevaron el apoyo de los legisladores oficialistas a las modificaciones propuestas por la CGT**.

Para hacer explícita la solidaridad de los senadores oficialistas, **Antonio Cafiero** señaló —en representación de todo el bloque— que la Cámara alta aprobará un proyecto de reforma laboral que **"no afecte los derechos adquiridos de los trabajadores"** y que no se aplique en forma retroactiva a los empleados ya ocupados, sino a los **"nuevos trabajadores que se incorporen al mercado"**.

A su turno, Cassia dijo que la reunión había sido **"muy positiva"** y que había coincidencia con los senadores en aprobar un proyecto que **"ayude a generar empleo, pero que no abarate el despido y provoque mayor desempleo"**.

Pero no todas fueron rosas para los caciques sindicales en el Congreso ya que debieron sortear sin chistar un reto del veterano senador **Oraldo Britos**, quien se quejó porque hasta ayer, los senadores peronistas no **habían sido consultados** sobre la reforma laboral.

Para evitar este tipo de **malentendidos, es que** el petrolero Cassia **sugirió** ayer que se forme un **grupo de trabajo** entre sindicalistas, senadores y diputados.

Haciéndose eco del apuro que tiene el ministro Domingo Cavallo, el secretario de Trabajo **Carlos Etala** afirmó, **también ayer, que el Gobierno promoverá la aceleración** del tratamiento legislativo de la reforma laboral.

QUE ES LA REFORMA

- **Vacaciones**. No podrán ser menor a los 14 días corridos. Pero se podrá modificar en cualquier sentido la extensión y requisito del goce de las vacaciones.
- **Contrato de Trabajo**. Las empresas pueden contratar trabajadores por un mínimo de 6 meses y un máximo de dos años. Los trabajadores gozarán de todos los beneficios sociales mientras dure el contrato. Finalizado éste, no tendrán derecho a ninguna indemnización.
- **Período de prueba**. Las empresas podrán incorporar trabajadores "a prueba" por un período de tres meses.
- **Jornada de Trabajo**. La jornada máxima legal se establecerá en 1.950 horas anuales. En ningún caso la jornada diaria podrá superar las 12 horas.
- **Despidos**. Se unifica en 40 días el plazo de preaviso ordinario. Se suprime el mínimo indemnizatorio vigente (promedio de las dos mejores remuneraciones), quedando como única indemnización para los despidos sin causa la de un mes de sueldo por año trabajado.
- **Suspensiones por razones económicas**. Las empresas podrán suspender —**sin goce de** sueldo— a sus empleados por más de 90 días.
- **Descanso semanal**. Las empresas, si lo creen necesario, pueden pedirle al trabajador que suspenda su descanso de fin de semana.

9405946

N°. DOCUMENTO 9405947
TITULO La CGT tiene un plan para pelear por las obras sociales
FECHA 22-4-94
VINCULACI. 66360
11165
515141
11164
11302

La CGT tiene un plan para pelear con Cavallo por las obras sociales

Luego de haber perdido la batalla por la reducción de aportes patronales a las obras sociales, la CGT no quiere repetir la derrota a la hora de su demorada desregulación. Para enfrentar el plan de Domingo Cavallo, han trazado una estrategia que acepta la libertad de opción de los afiliados pero rechaza de plano la posibilidad de que los prepagos médicos ingresen a un mercado hasta ahora cautivo.

De acuerdo con a los planes trazados por **Domingo Cavallo**, la demorada desregulación de las obras sociales —resistida por el sindicalismo— se iniciará en el **segundo semestre** de este año, cuando el Gobierno disponga de un **registro fidedigno** de los beneficiarios del sistema.

Entre otros puntos, la desregulación del sistema de salud —dispuesta a través de un decreto que ya lleva 15 meses de vigencia— propone **la libertad de los afiliados a elegir su obra social y la libre competencia entre esas entidades de salud.** Se podrá optar por una sola obra social una vez por año y el grupo familiar deberá unificar sus aportes en una sola entidad.

Sin embargo, la gran **sospecha** de la dirigencia gremial es que el Gobierno —a través de iniciativas motorizadas por Economía— busque **la incorporación, en esa libre competencia, de las entidades de medicina prepaga.**

En función de ese cuadro de situación y de los plazos anunciados, el sindicalismo dejó en despachos oficiales un documento, elaborado en la Administración Nacional del Seguro de Salud (ANSSAL), en el que se alienta la **libertad de opción** de los afiliados. Pero **rechaza de plano** la posibilidad de que los prepagos médicos ingresen en un mercado hasta ahora cautivo.

"En países como Estados Unidos, donde el sistema se deja en manos del libre mercado sin regulación de entidades gremiales, ni regulación estatal, se fracasó en la prestación de los servicios de salud, porque 57 millones de personas no tienen acceso a las prestaciones de salud mínimas", indica la propuesta.

Con la mira puesta en los cambios de la reglamentación del decreto desregulador, la iniciativa levantada por la CGT —a la que tuvo acceso **Clarín**— sugiere los siguientes puntos:

- El ejercicio de la **libertad de opción** involucra a todas las obras sociales
- Desaconseja la reducción de aportes patronales a las obras sociales.
- Incorporación de los **hospitales de autogestión** y la facultad de contratación en forma directa con ellos, por parte de las obras sociales del sistema.
- Incorpora un **Programa Nacional de Garantía de Calidad de la Atención Médica**, de cumplimiento obligatorio.
- Promueve **la fusión, federación o unión** o cualquier forma de integración total o parcial de las obras sociales.
- Sugiere mecanismos para **regular las condiciones de inscripción de los prestadores médicos.**
- Mantiene en pie la existencia de la **ANSSAL como ente de compensación**, con el propósito de acudir en socorro de aquellas obras sociales que requieran ayuda económica.
- Los trabajadores **autónomos podrían adherirse a la obra social que elijan.** En relación con la cápita (suma o monto fijo) que los autónomos pagarían por el servicio de salud que reciban, se propone que esos aportes sean controlados por la obra social en forma directa, y luego denunciados a la DGI.

LA SALUD EN NUMEROS

Sistema	Cantidad de beneficiarios	Presupuesto anual (mill. de $)	Media por benefic.
Prepagas	1.700.000	2.040	$ 100
PAMI	4.150.000	2.400	$ 48,2
Obras sociales	11.275.000	2.350	$ 17,3
Obras sociales estatales	4.000.000	1.040	$ 20
Hospital público	11.875.000	2.387	$ 16,7
Otros gastos públicos		550	
TOTAL	33.000.000	10.767	

Fuente: ANSSAL

800 millones en juego

Según los números que manejan en la ANSSAL, la reducción de aportes patronales a las obras sociales significará una **pérdida de 800 millones de dólares** respecto de la recaudación total de esas entidades de salud (3.150 millones de pesos), en 1993.

Tras la tormenta que provocó el anuncio del recorte, en diciembre, **Carlos Menem** prometió a la CGT que las posibles pérdidas serían compensadas con fondos del Tesoro.

Sin embargo, el Gobierno no instrumentó aún, ningún **mecanismo compensador**, pese a que el jefe de la ANSSAL, **José Luis Lingieri**, anunció una merma de 13 millones. Teniendo en cuenta que el servicio brindado **"se atiende con el menor aporte por beneficiario"**, el sindicalismo opina que la disminución de los ingresos del sistema representará una caída de la prestación que "se trasladará, como mayor gasto" hacia el hospital público.

Carlos Sarral

9405947

01-04

Nº DOCUM 9405948
TITULO Las dos caras del sindicalismo
PROCED Clarín /150024
FECHA 22/4/94
VINCULACI 66960
11165
515141
partes ilegibles

Las dos caras del sindicalismo

¿Cuál es el sindicalismo que viene? ¿El de los dirigentes que aspiran a liderar el negocio de la jubilación privada en asociación con grandes bancos o empresas trasnacionales? ¿O el de los gremialistas combativos que –no sin cierta cuota de violencia– contribuyeron al derrocamiento del gobernador jujeño y que ahora amenazan con regionalizar el conflicto tomando como eje al noroeste argentino?

Probablemente no sean las dos únicas alternativas que se discuten dentro del sindicalismo. Pero son los dos modelos que se divisan con mayor claridad en el confuso panorama que se abrió desde el momento en que el gremialismo dejó de ser la tradicional columna vertebral del Partido Justicialista.

Todo tiempo pasado fue mejor

Pese a sus notables diferencias, uno y otro modelo tienen cosas en común: ambos sectores reconocen que todo tiempo pasado fue mejor. Y luchan –cada uno a su modo– por preservar viejas *conquistas*.

Representantes de ambos grupos admiten que ni el poder político ni el económico ni el social que supieron tener los sindicalistas es hoy el mismo.

Actualmente, carecen de la influencia política que les confería su numerosa representación en los ámbitos parlamentarios; ya no tienen la fuerza social que les otorgaba el modelo completamente centralizado de negociación colectiva, y su principal fuente de poder económico –las obras sociales– aparece amenazado ante la proyectada desregulación del sistema.

Cada sector ha optado por un camino distinto para recuperar el espacio perdido

Frente a esta situación, agravada por el descrédito social que, según las encuestas, acosa a la dirigencia sindical, cada sector ha optado por un camino distinto para recuperar el espacio perdido.

El sindicalismo empresario

El llamado *sindicalismo empresario* intenta reconstruir un poder económico que le devuelva al gremialismo su tradicional fuerza como grupo de presión. Las huelgas, los paros *salvajes* y las grandes movilizaciones hacia la Plaza de Mayo son reemplazados por los *lobbies*.

En los últimos tiempos, este sector ha demostrado una creciente vocación por negocios no tradicionales. Las empresas estatales en proceso de privatización, tales como algunas centrales energéticas ahora conducidas por la Federación de Trabajadores de Luz y Fuerza, y las flamantes administradoras de fondos de jubilaciones y pensiones (AFJP), son el mejor indicador.



Carlos "Perro" Santillán

Son varios los gremios que participan en estas últimas sociedades:

- La Federación de Trabajadores de Sanidad, que lidera Carlos West Ocampo, y la Unión Obrera de la Construcción, que encabeza Gerardo Martínez, participan junto a Mastellone, Cénit y Reliance National en la sociedad Claridad.
- La Federación de Trabajadores de Luz y Fuerza, que preside el flamante titular del PAMI, Carlos Alderete; el Sindicato del Seguro, de Ramón Valle, y la Federación de Trabajadores de Obras Sanitarias, de Rubén Pereyra, integran con el Unibanco el consorcio Futura.
- El gremio gastronómico de Luis Barrionuevo encabeza junto al sindicato de los trabajadores químicos, de Reynaldo Hermoso, y al de los petroquímicos, la empresa San José.

Las AFJP habrían abierto para algunos gremios una válvula de escape frente a su delicada situación financiera y a sus deudas con la DGI.

Pero esto último también es un tema que podrían tener en cuenta los ciudadanos a la hora de adherir a una u otra administradora.

El negocio de la jubilación privada no será para todos los gremios. Voceros sindicales reconocen que no pocas entidades pueden quedarse afuera ante el desprestigio de sus conductores en la opinión pública, especialmente luego de informaciones que divulgaban su presunto patrimonio personal.

Sin embargo, quienes no participarán directamente en ninguna AFJP igualmente están embarcados en negociaciones con las administradoras existentes, ya que no pocos sindicalistas están convencidos de que podrán ofrecer a sus afiliados como una clientela cautiva.

Este proceso ya habría desatado, según trascendió, alguna puja entre la cúpula de un importante gremio industrial y sus delegados de fábrica, a raíz de las discrepancias a la hora de determinar quién se quedará con los premios que se les habrían prometido desde una AFJP, por cada trabajador que confíe sus aportes previsionales a esa sociedad.

El gremialismo combativo

La estrategia de las grandes organizaciones que hoy lideran la CGT parece pasar, entonces, por la consolidación de una estructura económica desde la cual recuperar a mediano plazo protagonismo político.

El gremialismo sin saco ni corbata, como se llama a los combativos del Congreso de los Trabajadores Argentinos (CTA), a [illegible] que se sumó recientemente el "Perro" Carlos Nolasco Santillán, t[illegible] un discurso diferenciado, que [illegible] de la defensa del Estado su pi[illegible]pal bandera.

"La situación socioec[illegible]ica no tolera más palabras. Al[illegible] hablarán los hechos en este [illegible]po de resistencia", expresó el dirigente estatal jujeño durante [illegible] reciente congreso de trabajadores realizado en Santiago del E[illegible]o.

Su próxima prueba de fuego será este miércoles, para cuando está previsto un paro general en [illegible] lo el noroeste, aunque en la mente de no pocos de sus dirigentes ya [illegible]uran como objetivo las elecc[illegible]s de 1995, especialmente a part[illegible] sus lazos con el Frente Grande.

Fernando L[illegible]rda

9405948

Nº. DOCU: 9405949
TITULO: Desocupación, inmigración los grandes pesos en el Gob. de Menem
PROCEDENCIA: /15005
FECHA: 24/1/94
VINCULACI: 66960
11165
11322
11164
11302

Desocupación, madre de cierta xenofobia

NOA: el noroeste argentino suma a los conflictos con los gremios del Estado una señal de alarma por la inmigración.

El noroeste argentino (NOA) está en punto de hervor no sólo por los conflictos gremiales y las anémicas economías regionales (dos gruesas espinas en el corazón del gobierno nacional), sino también por lo que es otra brasa en la mano de la administración Menem: la inmigración masiva desde países limítrofes.

No se trata de una apreciación nacida en una fría mirada porteña de las estadísticas; cualquier observación de datos de la realidad de las provincias del NOA (Salta, Jujuy, Catamarca, La Rioja, Santiago de Estero, Tucumán) permitirá apreciar que los "hermanos de otros países" son cada vez menos bienvenidos.

Se los relaciona, directamente, con la fantasmagórica figura de la desocupación lisa y llana, que amaga con crecer a límites insospechados en cuanto se efectúen los ajustes que las finanzas regionales reclaman a gritos y que esas mismas economías parecen no poder soportar.

La encuesta que acompaña esta nota (ver cuadro) no deja lugar a dudas sobre la visión del tema que tienen los que están inmersos en esa problemática: más del 40 por ciento de los habitantes del NOA consultados entiende, por ejemplo, que la inmigración provocará intolerancia social y racial.

Más allá de los aspectos sociológicos, la amenaza de no conseguir empleo está relacionada directamente con esa presunción.

En ese sentido, fuentes parlamentarias jujeñas aseguraron a LA NACION que "la provincia de Jujuy, al ser periférica y estar ubicada en una región de tradicional carencia, sufrió particularmente las consecuencias del plan de convertibilidad, con una caída del producto geográfico del 26 % en los últimos años y un serio aumento de desocupados".

Y es precisamente en esas circunstancias, por seguir con el ejemplo jujeño, en las que la inmigración se convierte en un vértice de ese triángulo equilátero que completan el desempleo y los conflictos gremiales.

En Jujuy se estima que, sobre una población económicamente activa de 220.000 personas, 5200 están desocupadas; 18.000, subocupadas, y más de 40.000 son empleados estatales o municipales con sueldos promedio inferiores a los 270 pesos.



Fuente: Telam / Cenai.

Es decir que casi el 30 por ciento de los trabajadores no gana nada o gana menos de nueve pesos por día.

El tema de temas

Con un cuadro similar extendido a todo el NOA, la desocupación comienza a ocupar el centro de la escena, firmemente enlazada con los bajísimos salarios y los consecuentes conflictos gremiales.

En el orden nacional, la cuestión de la falta de trabajo preocupa seriamente al Gobierno. Un encumbrado senador oficialista y un muy destacado diputado justicialista le aseguraron a LA NACION, por separado, que "ese tema es nuestra máxima preocupación. Nos daríamos por satisfechos si pudiéramos mantener el índice en el 10 %, como está ahora".

Desde el punto de vista de las alicaídas economías regionales, el problema adquiere, entonces, una mayor dimensión.

El principio de regionalización del conflicto de los gremios ha venido a sonar como una alarma en sordina para el tema de la inmigración, que, muy posiblemente en el mediano plazo, provoque severas restricciones que estudia la cartera política.

Amilcar Antognoni

01-01 9405949

N°. DOCU... 9405949
TITULO Desocupación, inmigración dos grandes pesos en el Gob. de Menem.
PROCEDENCIA ... /150055
FECHA DE 27/1/97
VINCULACI... 66900
11165
11322
11164
11302

Desocupación, madre de cierta xenofobia

NOA: el noroeste argentino suma a los conflictos con los gremios del Estado una señal de alarma por la inmigración.

El *noroeste argentino* (NOA) está en punto de hervor no sólo por los conflictos gremiales y las anémicas economías regionales (dos gruesas espinas en el corazón del gobierno nacional), sino también por lo que es otra brasa en la mano de la administración Menem: la inmigración masiva desde países limítrofes.

No se trata de una apreciación nacida en una fría mirada porteña de las estadísticas; cualquier observación de datos de la realidad de las provincias del NOA (Salta, Jujuy, Catamarca, La Rioja, Santiago de Estero, Tucumán) permitirá apreciar que los "hermanos de otros países" son cada vez menos bienvenidos.

Se los relaciona, directamente, con la fantasmagórica figura de la desocupación lisa y llana, que amaga con crecer a límites insospechados en cuanto se efectúen los ajustes que las finanzas regionales reclaman a gritos y que esas mismas economías parecen no poder soportar.

La encuesta que acompaña esta nota (ver cuadro) no deja lugar a dudas sobre la visión del tema que tienen los que están inmersos en esa problemática: más del 40 por ciento de los habitantes del NOA consultados entiende, por ejemplo, que la inmigración provocará intolerancia social y racial.

Más allá de los aspectos sociológicos, la amenaza de no conseguir empleo está relacionada directamente con esa presunción.

En ese sentido, fuentes parlamentarias jujeñas aseguraron a LA NACION que "la provincia de Jujuy, al ser periférica y estar ubicada en una región de tradicional carencia, sufrió particularmente las consecuencias del plan de convertibilidad, con una caída del producto geográfico del 26 % en los últimos años y un serio aumento de desocupados".

Y es precisamente en esas circunstancias, por seguir con el ejemplo jujeño, en las que la inmigración se convierte en un vértice de ese triángulo equilátero que completan el desempleo y los conflictos gremiales.

En Jujuy se estima que, sobre una población económicamente activa de 220.000 personas, 5200 están desocupadas; 18.000, subocupadas, y más de 40.000 son empleados estatales o municipales con sueldos promedio inferiores a los 270 pesos.



Fuente: Telam / Conai.

Es decir que casi el 30 por ciento de los trabajadores no gana nada o gana menos de nueve pesos por día.

El tema de temas

Con un cuadro similar extendido a todo el NOA, la desocupación comienza a ocupar el centro de la escena, firmemente enlazada con los bajísimos salarios y los consecuentes conflictos gremiales.

En el orden nacional, la cuestión de la falta de trabajo preocupa seriamente al Gobierno. Un encumbrado senador oficialista y un muy destacado diputado justicialista le aseguraron a LA NACION , por separado, que "ese tema es nuestra máxima preocupación. Nos daríamos por satisfechos si pudiéramos mantener el índice en el 10 %, como está ahora".

Desde el punto de vista de las alicaídas economías regionales, el problema adquiere, entonces, una mayor dimensión.

El principio de regionalización del conflicto de los gremios ha venido a sonar como una alarma en sordina para el tema de la inmigración, que, muy posiblemente en el mediano plazo, provoque severas restricciones que estudia la cartera política.

Amílcar Antognoni

01-01 9405949

EL GOBIERNO YA PIENSA EN EL '95

REAPARICION GREMIAL EN LAS TERTULIAS DE OLIVOS

Los sindicalistas volvieron una noche

Daniel Rodríguez



Una foto de fines del '89, con los mismos protagonistas que se reencontraron estos días en Olivos: el presidente Menem y a sus lados, Diego Ibáñez y Lorenzo Miguel.

De la mano de Diego Ibáñez, la dirigencia sindical recuperó un espacio alrededor de Carlos Menem. La consagración de Carlos Alderete como titular del PAMI marcó el punto más alto de un reencuentro que, en principio, mostraría la vocación del Presidente por cerrar filas preparándose para la batalla electoral por la reelección.

Carlos Menem lucía despreocupado y ninguno de los cinco sindicalistas convocados en Olivos —diez días atrás— se animaba a deslizar algún comentario político. Durante la cena, las **bondades del picante** en las comidas y el recuerdo de **viejas glorias del fútbol** dominaron la charla. Para colmo, a la hora del café, la televisión sepultó la chance de una sobremesa.

Al final, a duras penas, el metalúrgico **Lorenzo Miguel** y el lucifuercista **Oscar Lescano** rompieron el molde por el que trascurría el encuentro y recitaron ante Menem las penas financieras de las obras sociales que controlan sus gremios. Tras la promesa de derivar la cuestión a **Domingo Cavallo**, el Presidente dio las buenas noches a los jefes gremiales, que se fueron con la sensación de haber pasado **un buen rato entre amigos, pero intrascendente en términos políticos.**

En ese momento, mientras ganaban con sus coches una despoblada avenida Maipú, no imaginaron que un puñado de horas después Menem anunciaría la designación del titular de la Federación de Luz y Fuerza, **Carlos Alderete** —uno de los comensales de aquella noche— como interventor en el PAMI, en remplazo de **Matilde Menéndez.**

Tras el **toque de perplejidad** que produjo el anuncio, la dirigencia gremial interpretó que la proyección de Alderete estaba marcando, al fin, **un camino de reencuentro entre el Presidente y sus viejos compañeros de ruta de la CGT.**

Y, al mismo tiempo, comenzaron a tomar más en serio el consejo machacón que imparte el ex sindicalista petrolero **Diego Ibáñez** —principal interlocutor gremial de Menem y organizador de aquella cena en Olivos— a cuanto dirigente cegetista se le cruza en el camino: **"Muchachos, hay que acercarse al poder".**

♦ ¿Qué busca Menem?

¿El Presidente está buscando, realmente, reeditar una alianza con el sindicalismo peronista?

La primera lectura, después del bajón electoral del 10 de este mes y con la mirada puesta en la pelea presidencial del '95, es que Menem intenta **cerrar potenciales frentes de conflicto** hacia el interior del peronismo, y al mismo tiempo **tener contentos** a quienes —aun con un desgaste creciente— aseguran que siguen estando en condiciones de **contener la protesta social.**

Así, a juzgar por algunas señales que emitió en los últimos tiempos, parece estar claro que Menem, si no quiere una sociedad, al menos concedería a los gremios alguna **cuota de protagonismo** en el diseño de las políticas laborales.

La elección del supermenemista petrolero **Antonio Cassia** —ahijado gremial de Diego Ibáñez— como jefe de la CGT, en marzo, agradó a Menem, que lo tenía como favorito.

"Si yo te tengo que hacer un paro a vos, me voy de la CGT", prometió Cassia al estrenar, en la Casa Rosada, su traje de mandamás cegetista.

"Coco, vos no podés desestimar un arma gremial como el paro", respondió sonriendo ese día el Presidente.

De ese encuentro, la CGT se llevó **la promesa** de ser escuchada en el proyecto de **flexibilización laboral**. Menem los remitió a una mesa de diálogo piloteada por **Eduardo Bauzá y Carlos Ruckauf.**

"Ahora no pueden decir que nosotros somos los plantavotos", susurran los líderes cegetistas con una pizca de satisfacción por la derrota electoral del oficialismo en Capital y el terreno perdido a nivel nacional.

El resultado de la elección, y sobre todo la **vuelta a las tertulias en Olivos**, parece servirles de **premio consuelo** a una realidad contundente: no hay ningún gremialista del peronismo entre los convencionales que reformarán la Constitución.

Al ofrecer su capital político a la administración menemista, los hombres de la CGT proclaman que un lugar para ellos en el primer plano de las decisiones significará una **muralla de contención** a las diversas demandas sociales que trajo consigo la **"economía popular de mercado"**.

Aunque en rigor el sindicalismo también dejó un lugar para la sospecha con el nombramiento de Alderete: **"¿No nos habrán tirado una brasa caliente para quemarnos?"**, temen algunos, como si nunca hubieran pasado por la hoguera política.

Para otros, en cambio, la movida del Presidente apuntó a **"descolocar a Cavallo"**, quien al reclamar la desregulación del sistema de salud, dijo que las obras sociales eran una **"fuente de corrupción"**.

Escaldados por otros castigos, los gremialistas no dejan de anotar un hecho que los mantiene prevenidos en este aparente reverdecer del romance con Menem: **desde hace unos días los sabuesos de la DGI están metiendo mano en la investigación del patrimonio personal de los jerarcas gremiales**, tal como había prometido en enero el secretario de Ingresos Públicos, **Carlos Tacchi.**

Ricardo Ríos

Otra vez la mano de Diego

Sin ganas de afrontar el tramo decisivo de la reestructuración de YPF, **Diego Mariano Ibáñez** optó por dejar en manos de su delfín **Antonio "Coco" Cassia** las riendas del Sindicato Unidos Petroleros del Estado (SUPE), hace dos años. Tras dar ese paso al costado, Ibáñez pasó a militar activamente en el "staff" presidencial, desplazando al gastronómico **Luis Barrionuevo** como interlocutor gremial favorito de **Carlos Menem.**

Algunas de las actuales frases de cabecera del ex petrolero (**"Hay que ayudar si queremos que nos ayuden"** o **"Menem se merece la reelección"**) dan cuenta de su alineamiento, que le permitió jugar un papel decisivo en la designación de Cassia como jefe de la CGT.

Organizador excluyente de los últimos encuentros gastronómicos de Menem con los sindicalistas, Ibáñez fue el encargado de sentar a la mesa de Olivos —la noche previa al desplazamiento de **Matilde Menéndez** en el PAMI— a Cassia, el jefe de la UOM, **Lorenzo Miguel** y a los lucifuercistas **Oscar Lescano** y **Carlos Alderete**, finalmente designado como interventor en la obra social de los jubilados.

"Vamos viejo, larguen de una vez", animó Ibáñez a sus pares, para que dejaran de contar viejas anécdotas y pasaran al grano. Pero Alderete, que había llegado a Olivos para reclamar a Menem que el Gobierno apure el traspaso de Yacimientos Carboníferos Fiscales a manos de Luz y Fuerza, optó por evitar el pedido frontal y eligió un mensaje entrelíneas: **"¿Carlos, vas a venir al acto de traspaso?"**

Esa misma noche y sin quererlo, Ibáñez metió en un *lío a Cassia: cuando se conoció la designación de* Alderete en el PAMI, los jefes del club de amigos sindicales del Gobierno pensaron que aquella velada en Olivos, con pizzas picantes, fideos y pollo, a la que **no estuvieron invitados**, había sido una **operación** de los caciques de los grandes gremios para poner a Alderete en el control de la obra social de los jubilados.

Cuando llevaron esa certeza a la siguiente reunión de la conducción cegetista, hizo falta un **amague de renuncia de Cassia** para convencerlos que todo había sido una **carambola.**

Nº. DOCUM. 9405951
TITULO La iglesia católica analiza la alianza del Frente Grande
PROC. Clarín 150024
FECHA 24/10/94
VINCULADO 16766
11165
11020
11164
11304

UN DEBATE INCIPIENTE TRAS LA IRRUPCION ELECTORAL DE LA ALIANZA DE CENTROIZQUIERDA

También los obispos hablan del Frente

Con monseñor Jaime De Nevares como candidato extrapartidario, el Frente Grande ganó la elección de constituyentes en Neuquén. Esto, más el hecho de tener dos millones de votos en todo el país, hizo de la alianza de centroizquierda un motivo de análisis para la cúpula de la Iglesia Católica. Allí las opiniones están divididas, desde quienes dicen que al Frente se lo votó como rechazo a la corrupción, hasta los que alertan sobre la defensa del aborto que atribuyen a la dirigencia frentista.

"El escorpión ataca, esa es su naturaleza, no controla su aguijón." El obispo no hablaba del octavo signo del Zodíaco que el Sol recorre al promedio la primavera sino del **heterogéneo perfil del Frente Grande.**

Se refería también al papel que, en algunas zonas del país, jugaron adherentes y votantes católicos en favor del resonante desempeño de la alianza de centroizquierda en la elección de constituyentes. Que además produjo un hecho inédito, al llevar a un obispo como candidato extrapartidario. Y ese obispo, **Jaime de Nevares**, no solo fue candidato sino que ganó en su provincia, Neuquén.

Al prelado no le gustan algunos compañeros de ruta de los católicos en el Frente Grande y usó para nombrarlos la fábula del sapo que salvó al escorpión del agua. Este, recordó, **no pudo con su "naturaleza" y lo aguijoneó hasta matarlo, aunque así se ahogaron ambos.**

El obispo, cercano al cardenal **Antonio Quarracino**, diagnosticó el sentimiento que habita en un sector de la cúpula eclesiástica. Pero no de todos, porque la temperatura interna de la Iglesia tiene su gradación.

En otra vertiente del mismo Episcopado un obispo aseguró con ironía: **"Hicimos campaña por el Frente, pero todavía no nos agradecieron".**

Para este obispo, el Frente Grande aparece como una **mayoría "circunstancial"** en algunos distritos, porque se trata de una **"cachetada a los dirigentes, frente a la corrupción"** y a la forma en que se negoció la reforma constitucional.

En la misma línea, el jesuita **Joaquín Piña**, obispo de Iguazú, calificó los dos millones de votos frentistas como el producto de **"mucha gente que probablemente no votó al Frente Grande sino contra el Gobierno".**

De esta visión del mundo social y político participa el cardenal **Raúl Primatesta**, un piloto de tormentas dentro de la Iglesia, que suele manejar tan bien sus palabras como sus silencios.

El cardenal cordobés fue quien sostuvo que el avance del Frente Grande significa que **"mucha gente no estuvo de acuerdo con el pacto".** En realidad, antes de las elecciones, la Iglesia hizo público su **disgusto** por la negociación que desembocó en la ley de necesidad de reforma de la Constitución.

Juan Carlos Maccarone, uno de los redactores del documento católico sobre la reforma constitucional, dijo que la comisión de obispos está abierta a todos los que quieran consultar a la Iglesia Católica. De hecho ya han recibido llamados de todo el arco ideológico y político.

Tres tendencias

En el Episcopado se observan **tres tendencias** claramente definidas ante el fenómeno de la aparición, estallido electoral y futuro desarrollo del Frente Grande.

- **El núcleo crítico**, que observa la conjunción de fuerzas del Frente como un **coctel peligroso** para los intereses de la Iglesia. En su mayoría **amigos del menemismo**, tienen que con el frentismo crezcan las propuestas favorables al **aborto, la eutanasia y la validez legal de parejas homosexuales.**
- Los que piensan que **"el aborto no quirúrgico de los que tienen hambre"** es el más preocupante ahora. Son los obispos que miran preocupados la desocupación, la pobreza y el deterioro social en las provincias periféricas.
- No menor que el anterior, es el sector de los obispos que **admiran el compromiso evangélico de Jaime De Nevares** y no están para nada preocupados por el Frente Grande. Por el contrario, consideran que los dos millones de votos que consiguió en todo el país son una **"seria advertencia para el Gobierno"** y un **"cachetazo para la corrupción y el pacto a espaldas de la gente".**

Pero los que más rápido se movieron son los que sacaron el asunto del horizonte comarcano y lo ubicaron en el contexto universal. Esa es la mirada de Roma y de los que sintonizan todos los matices de las partituras del Vaticano y del papa **Juan Pablo II.**

El Pontífice está en plena batalla contra lo que considera graves peligros para la constitución tradicional de la familia. En ese frente, combate contra un proyecto para permitir la legalización de parejas del mismo sexo y las iniciativas en favor del aborto.

El propio diputado **Carlos "Chacho" Alvarez** vio de cerca el precipicio ante tres periodistas que conducen el programa católico de televisión por cable **Signos**, que buscaron infructuosamente una **declaración antiabortista** de su parte.

El video de ese programa ya viajó a todas las diócesis argentinas, porque allí "Chacho" admitió que en el Frente Grande hay **"quienes quieren discutir el aborto desde el punto de vista social".**

La jugada se completa con la advertencia del obispo de Mercedes-Luján, **Emilio Ogñénovich**, quien dijo antes de las elecciones que **"no puede cometer un católico un gravísimo pecado de omisión como es el de apoyar con su voto a quienes pretenden defender el aborto".**

Patricio Downes

X
01-01 9405951

Nº. DOCUMENTO 9405952
TITULO Hubo una jornada de huelgas y marchas callejeras en protesta contra el ajuste
PROCEDENCIA Clarín - 15C024
FECHA DE 29-4-94
VINCULACION 66960
11165
11103

MAS DE 7 MIL TRABAJADORES PROTESTARON CONTRA EL AJUSTE

Hubo huelgas y marchas de los estatales del Noroeste

El noroeste argentino, la región más castigada del país por la pobreza y la desocupación, vivió ayer una **jornada de huelgas y marchas callejeras de trabajadores estatales.**

En total, **más de siete mil empleados públicos** participaron de paros por turno, asambleas y movilizaciones en las provincias de Jujuy, Salta, La Rioja, Chaco y Tucumán, donde se vienen produciendo masivos reclamos sociales.

El clima de protesta también se hizo escuchar, aunque en menor medida, en Catamarca y Santiago del Estero, donde los gobiernos locales **—estratégicamente— concedieron asueto administrativo** a sus plantas de personal.

En Córdoba, provincia que no pertenece al NOA, se produjeron **incidentes cuando docenas de huevos y tomates impactaron contra la sede del Ministerio de Trabajo**, durante una movilización de médicos y agentes de la administración pública. Un manifestante rompió una puerta de una patada y fue internado con heridas.

El presidente **Carlos Menem** sobrevoló **la región** mientras iba hacia Catamarca. **Pero ni el jefe del Estado ni los gobernadores de las provincias en conflicto opinaron públicamente sobre las protestas.** Sólo el gobernador jujeño, **Oscar Perassi**, habló para criticar la regionalización del conflicto y anunciar que "muy probablemente" se concrete **una reunión de gobernadores** para analizar la situación.

El silencio oficial no pasó desapercibido entre los dirigentes gremiales del NOA, que anunciaron para el próximo domingo a la tarde —con motivo de celebrarse el Día del Trabajador— la realización conjunta de la **Primera Marcha de la Resistencia** en Jujuy.

Si, como prevén los gremialistas, esa demostración no es oída, los trabajadores públicos concretarán una **"Marcha Federal" desde el NOA hasta la Capital Federal o bien hacia Santa Fe y Paraná, donde próximamente funcionará la Asamblea Constituyente.**

En Jujuy, unos tres mil estatales se concentraron frente a la Casa de Gobierno, en tanto que la Policía montó guardias especiales en los edificios públicos y de entidades empresariales. Los manifestantes **quemaron** un muñeco de Menem y otro del ministro de Economía, **Domingo Cavallo**. El dirigente **Carlos "Perro" Santillán**, líder de la protesta, anunció la aplicación de nuevas medidas de fuerza "todos los días".

En Tucumán, jubilados, y municipales acompañaron a los casi dos mil estatales de la provincia en su reclamo por aumentos salariales contra la transferencia del sistema de previsión social a la Nación.

En el Chaco, un millar de afiliados a la Unión del Personal Civil de la Provincia se llegaron hasta la sede del Poder Ejecutivo para exigir la reincorporación de mil trabajadores contratados "que fueron dejados cesantes".

En La Rioja, se ratificó el "estado de alerta y movilización" del sector y en Salta, los docentes adhirieron a la protesta durante las últimas dos horas de clase.

01-01
9405952

Nº DOCU... 9405953
TITULO: Invitación indirecta pero clara del presidente a que la gente ingrese a la jubilación privada.
PROCEDENCIA: Clarín
FECHA: 30/4/94
VINCULACION: 66960
11165
11327

Buenos Aires, sábado 30 de abril de 1994 ★ CLARIN

Menem invitó a la gente a ingresar en la jubilación privada

Con citas que recordaron referencias descalificadoras del antiguo sistema previsional, Carlos Menem inauguró una jornada de capacitación sobre la jubilación privada que se dictó para funcionarios estatales. El Presidente, en forma indirecta pero clara, invitó a adherirse al sistema privado.

Una invitación, indirecta pero clara, para que los aportantes al sistema previsional **se inclinen por la jubilación privada** en lugar del sistema de reparto estatal, formuló ayer el presidente **Carlos Menem**.

Si bien hacia el final de su mensaje dijo que no iba a hacer referencia a cuál de los sistemas conviene, **en varias ocasiones elogió al régimen de capitalización y dedicó duros recuerdos al de reparto.**

Con media hora de retraso sobre el horario previsto arribó el titular del Ejecutivo al Teatro Nacional Cervantes, donde se desarrollaba una **jornada de capacitación sobre la reforma previsional para funcionarios del Estado**, organizada por la secretaria de la Función Pública, **Claudia Bello.**

En la calle, una concentración del Partido Obrero atronaba con cánticos contrarios a la jubilación privada, pero había más policías de custodia que manifestantes. El ministro de Trabajo, **Armando Caro Figueroa**, que arribó a pie, fue insultado por los activistas. Después, durante su discurso, el Presidente lo confortó diciéndole: "No afloje: ladran Sancho, señal que cabalgamos". Como Menem se fue inmediatamente después de terminar de hablar, no pudieron exponer, como se tenía programado, el ministro de Trabajo ni el de Economía, **Domingo Cavallo.**

Empezó el jefe de Estado recordando que en 1944/45, durante el gobierno del general **Juan Perón**, cuando se puso en marcha el régimen jubilatorio que ahora va a ser remplazado, las cosas funcionaban bien, las cajas tenían recursos y las jubilaciones se pagaban en término. Pero después hubo un empeoramiento en el que incidieron **la baja edad para jubilarse, moratorias generosas, aumento de longevidad de la población, jubilaciones de privilegio y fraudes en la documentación.** Con la ley jubilatoria de 1969, un millón de trabajadores se jubilaron con dos o tres meses de aportes, o sin aportes. **Al final, se llegó a una situación en que hay 1,5 trabajadores activos por cada jubilado.**

"En 1987 tuvimos que hacernos cargo del gobierno y recibimos una herencia desastrosa", dijo, confundido con 1989. Relató el trámite de creación y aprobación parlamentaria de la nueva ley previsional y refirmó que ahora, en los próximos dos meses, la gente va a tener que "elegir u optar entre el **viejo sistema que todo el mundo conoce**, o el nuevo, que tan excelente resultado da en Chile". Y más adelante planteó que "hay algo nuevo, una ley totalmente actualizada, y **algo viejo, que ha llevado a la destrucción que todos conocemos**".

Los fondos de capitalización, subrayó Menem, posibilitan que crezca el ahorro interno para bajar las tasas de interés, construir viviendas y apoyar a la pequeña y mediana empresa, **"y así superar rápidamente esta suerte de desequilibrio en la balanza comercial que tenemos".** Pero el titular del Gobierno no dejó de acusar a los medios de comunicación: "no son importaciones de artículos **suntuarios**, situación que no explican algunos medios para que nuestros hermanos argentinos entiendan", sino importaciones de bienes de capital (las que predominan en el total de importaciones).

Finalmente acusó a un diputado nacional "demagógico", a quien no nombró (asistentes a la reunión dijeron que era el justicialista **González Gaviola**), por repartir folletos "para crear confusión", referentes al nuevo sistema jubilatorio.

Carlos Rivero



El presidente Carlos Menem y el ministro Domingo Cavallo durante la jornada de capacitación sobre la jubilación privada.

Lo que hay que saber

Al anticipo dado anteayer por el secretario de Seguridad Social **Walter Schulthess**, de que se revisaría la prohibición de trabajar para los jubilados, se agregaron ayer varios anuncios sobre medidas que **se estudian en relación al nuevo régimen jubilatorio.** Uno de ellos lo efectuó el titular del ANSeS (Administración Nacional de la Seguridad Social) **Arnaldo Cisilino**, apoyado en el análisis técnico del consultor privado **Daniel Marcu** en la jornada del Cervantes, organizada por el Instituto Nacional de la Administración Pública y la firma Market & Business.

Quizás el tema más importante que se estudia es la posibilidad de **reglamentar el cese de actividad laboral antes y no necesariamente cuando se alcance la edad tope** (que irá siendo elevada progresivamente hasta 65 años para hombres en el 2001).

Eso significa, por ejemplo, que una persona que **dejó de trabajar a los 62 años y no volvió a hacerlo hasta cumplir los 65**, se podría jubilar según el promedio de las remuneraciones **ganadas entre los 53 y los 62 años.**

Una interpretación literal de la ley sugeriría que siempre se deben tomar los 10 años **anteriores a los 65 de edad**, aunque en ese período no se haya trabajado todo el tiempo, lo que reduce dramáticamente los coeficientes del beneficio a recibir. Esto apunta a paliar el grave problema derivado de que muchas personas **pierdan su trabajo en los 10 años previos a la edad jubilatoria** y por lo tanto sus haberes se reduzcan hasta el nivel de la prestación básica universal (PBU) de 170 pesos, o poco más.

Otras clarificaciones realizadas por los especialistas incluyeron:

- Este sistema de reparto no es lo mismo que el anterior: que el público no se confunda. El Estado se desprende de su papel paternalista y apunta a proteger solamente a la gente de menores ingresos. A los pudientes se les liberó de cargas sociales a una gran parte de su haber (porque se hacen aportes solamente hasta 60 AMPO, es decir, 3.780 pesos mensuales). A cambio, tendrán que decidir entre ahorrar más para obtener una mejor jubilación, u obtener un porcentaje muy menor con respecto a su salario. Marcu calculó que en casos de sueldos de 10.000 pesos, podrían llegar a jubilarse con el 15% de ese importe.
- Al hablarse de garantía estatal, tanto para el régimen de reparto como el de capitalización, no debe pensarse en una garantía como antes (el 82% móvil) que no se cumplía, sino que se otorgarán las prestaciones básica y complementaria para ambos sistemas, la adicional por permanencia para el sistema público y las diversas garantías de rentabilidad mínima y protección de los fondos contra quiebras y liquidaciones de las AFJP, en el sistema privado. **Pero nadie puede saber de antemano con cuánto se jubilará, porque eso depende de lo que ganó más adelante y del rendimiento que tengan los fondos invertidos;** todos los cálculos que se hagan ahora son estimativos.
- En particular, **no hay una garantía del Estado contra el deterioro de la moneda**, salvo en el caso del **Banco Nación** (cláusula dólar que Marcu calificó de "verdadero privilegio") y que se mantiene. Pero la movilidad a través de la fijación semestral del AMPO significa un resguardo para la estabilidad de los haberes, porque refleja, según explicó Cisilino, el valor del salario medio que efectúa aportes.
- El ANSeS, a partir de los meses de setiembre y octubre, empezará a informar a todos los aportantes, empezando por los de mayor edad, **cuál es su situación en materia de aportes hechos a través de los años, ya sea autónomamente o por sus empleadores.** Los casos en que las empresas en que hayan trabajado desaparecieron y no se depositaron en las excajas los aportes retenidos al personal, o no se entregaron las declaraciones juradas, **serán objeto de consideración especial, para lo cual los aportantes que tengan esos problemas tendrán que acercarse a la sede del organismo.** Esto es especialmente importante porque hay que **superar los 30 años de aportes demostrables** para tener derecho a los beneficios plenos.
- A través del mecanismo de las **AFJP**, quien efectúe aportes adicionales y esté en condiciones de integrar un fondo que le signifique una jubilación del 50% de su sueldo actual, **podrá retirarse en forma anticipada.** Pero en ese caso, solo cobrará el retiro programado por capitalización, mientras que la prestación básica y la complementaria **deberán esperar** hasta que cumpla la edad reglamentaria.
- Para las mujeres, la ventaja de jubilarse cinco años antes puede ser un inconveniente porque al ser su expectativa de vida mayor, su pensión es menor.

9405953

Nº. DOCUMENTO 9405954
TITULO Déficit fiscal de 3.500 millones de dólares y desocupación 2.5 millones de argentinos
PROCEDENCIA La Mañana - 16.915
FECHA 3-4-94
VINCULACION 4960
1161

Menem festejó los tres años del Plan de Convertibilidad con inflación 0

• Se prevé un déficit fiscal de U$S 3.500 millones
• Desocupación afecta a 2.5 millones de argentinos
• Según Menem "estamos mal, pero vamos bien"

Al cabo de tres años, el Plan de Convertibilidad elaborado por el Ministro Cavallo, refleja las contradicciones del mismo modelo que se aplica en la gran mayoría de los países de América Latina: cifras macroeconómicas elogiables pero deterioro de la vida cotidiana para muchos de sus habitantes.



El Presidente Menem y Cavallo lograron que la inflación en los últimos tres meses sea cero.

El "Plan de Convertibilidad", con el que el gobierno del Presidente Carlos Menem redujo drásticamente la inflación y estabilizó la economía, aunque a un "costo social" que preocupa incluso a los organismos multilaterales de crédito, cumplió tres años y los festejó con tres meses de inflación cero.

Al cabo de tres años, el plan elaborado por el vehemente Ministro de Economía Domingo Cavallo, refleja las contradicciones del mismo modelo que se aplica en la gran mayoría de los países latinoamericanos: cifras macroeconómicas elogiables pero deterioro de la vida cotidiana para muchos habitantes. El Plan de Convertibilidad fijó por ley de la Nación la paridad dólar-peso y prohíbe expresamente la indexación. En teoría, por cada peso que circula existe un dólar de respaldo. Más allá de variaciones "técnicas", la moneda norteamericana vale un peso desde mediados de 1991.

Inflación más baja de las últimas décadas

Uno de los más influyentes colaboradores del Ministro Cavallo, el Secretario de Programación Económica, Juan Llach, consideró hoy que luego de tres años, el balance del plan es positivo.

El plan "ha servido para estabilizar la economía a niveles que eran impensables a principios de 1991, haciendo caer la inflación a guarismos tan bajos que no se registraban desde hace muchas décadas".

Llach identificó luego las tres "asignaturas pendientes" que aún tiene la política económica argentina: aumentar las exportaciones, reducir la desocupación, y reactivar las economías regionales.

Este año se prevé un déficit comercial de 3.500 millones de dólares, derivado de la apertura comercial que aplica el país. La desocupación supera el 10 por ciento de la población, y varias provincias viven crisis económicas profundas que, en algunos casos, han generado conatos de explosión social. El Banco Mundial, que en sus últimos informes advierte sobre el costo social de las reformas económicas en marcha en América Latina, otorgó en los últimos días un préstamo por 750 millones de dólares para aliviar la pobreza rural, y tiene previstos otros 500 para asistir a las provincias con problemas sociales.

Es el mayor logro de Menem

Encuestas y elecciones de estos últimos tres años demuestran que el abatimiento de la inflación es la carta fundamental del gobierno del Presidente Menem: hasta sus más encendidos opositores deben reconocerle el logro, especialmente luego de la hiperinflación de 1989 y su secuela de saqueos. En los 36 meses que lleva el Plan de Convertibilidad, el costo de vida aumentó un 53 por ciento, prácticamente la misma cifra que Brasil, vecino y socio del MERCOSUR, acumuló sólo en marzo pasado.

Pero por debajo de las cifras oficiales, algunos rubros han experimentado aumentos mayores, como los impuestos, que han aumentado entre un 50 y 200 por ciento, mientas que las tarifas de servicios públicos, en su mayoría privatizados, crecieron hasta un 77 por ciento.

La bonanza económica que permitió que cientos de miles de argentinos de clase media inundaran las playas de Brasil, Chile, Uruguay y hasta el Caribe, no alcanzó a todos: la desocupación y subocupación afectan ahora por los menos 2,5 millones de personas, y el poder adquisitivo del salario real cayó, desde diciembre de 1992, entre un 8 y un 18 por ciento. El Presidente Menem suele resumir este distanciamiento entre las cifras macroeconómicas y la vida cotidiana de la gente con una de sus frases más célebres: "estamos mal, pero vamos bien". BUENOS AIRES, (ANSA).

01-01 9405954

Nº. DOCUMENTO 9405955
TITULO Balance mirando al futuro después de tres años del plan de convertibilidad.
PROCEDENCIA El País 150007
FECHA 4-4-94
VINCULACION 66960
1116A

A tres años del plan de convertibilidad de Cavallo: balance mirando al futuro

Buenos Aires, mar 30.- A tres años del inicio del Plan de Convertibilidad que logró una espectacular reducción de la inflación y niveles muy importantes de crecimiento de la economía, el ministro Domingo Cavallo y su equipo parecen más preocupados por despejar nubarrones del futuro que de disfrutar de sus conquistas. Aunque el equipo no lo admita públicamente, la tarea en la que está empeñado, apunta a tratar de levantar varios puntos pendientes y a aventar los riesgos de una suba aún más pronunciada de las tasas de interés internacionales mejorando la competitividad de la producción local, lo que redundaría de paso en una reducción del déficit de balanza y mejoraría el empleo.

Cavallo demostró desde el inicio de su gestión que es cualquier cosamenos un liberal dogmático, y varios de los planes que tiene en carpeta apuntan a corregir falencias señaladas por algunos de sus críticos, aunque por supuesto él no lo presenta de esa manera.

El gran detalle es que ese financiamiento irá a quienes venden bienes de capital en el mercado interno, que estarían -planes de reconversión de por medio- en condiciones de tapar al menos una parte del bache del comercio externo.

La posición de Cavallo es simple: lo que se busca es ayudar a la producción local a que aumente su productividad, fabricando mejores bienes a precios más bajos. Pero si bien el ministro no es un fundamentalista del mercado, tampoco es un sustituidor de importaciones según las viejas doctrinas de la CEPAL.

Los planes que se delinean en Economía no contemplan ni por asomo las protecciones a la vieja usanza. Según el propio Cavallo, permitir el ingreso de capitales pero no de bienes extranjeros (con barreras arancelarias) generaría un "crecimiento empobrecedor", al estilo de Brasil en los 80. Entonces la ecuación aparece de la siguiente forma en la cabeza de los "mediterráneos": una suba de las tasas de interés internacionales hija de una reactivación de los países del verdadero Primer Mundo crearía algunas desventajas, pero mejoraría las posibilidades de las exportaciones locales.

Luego del decreto desregulador de 1991 en el ámbito federal las comisiones treparon del 3 al 5 por ciento, y hay quienes piden 6 o 7, sin que la enorme competencia supuestamente existente consiga que al menos una empresa cobre siquiera los mismos valores de cuando existía la regulación. En cambio las políticas de empleo parecen tener perfiles contradictorios con el resto de la política.

La prioridad es la baja de costos de las empresas -otro medio de no tener que devaluar- aunque funcionarios de la máxima confianza de Cavallo creen que "alguna vez" habrá que plantear en la Argentina reformas al estilo de Alemania, con reducción de horarios de trabajo sin tocar demasiado los sueldos.

4/4 (DyN)

9405955

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405956
TITULO Cavallo anuncia cambios que vendrán en la economía
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA 7-4-94
VINCULACIÓN 66960
111.61

HABLO DE LOS CAMBIOS ANTE EMPRESARIOS

Cavallo descartó pero aseguró que

Los empresarios escucharon azorados ayer cómo Domingo Cavallo desgranaba ordenadamente los cambios que vendrán en la economía. El ministro asumió que el contexto internacional ya no juega a favor y que los dólares habrá que conseguirlos con mayores exportaciones. Pero aseguró que no habrá devaluación y el Gobierno se limitará —sin recesión— a estimular el ahorro y la disminución del consumo, tanto público como privado.

Palos para la Bolsa

Durante el almuerzo de **FORO**, la exposición del **ministro Cavallo** se caracterizó por el buen tono. Pero no duró mucho. Solo hasta que un empresario le preguntó si había nuevas medidas para el desarrollo del mercado de capitales.

En ese momento se despachó contra los operadores del mercado primero y luego arremetió contra el presidente de la Bolsa de Comercio: **"Cómo puede ser que el señor Jorge Berardi por criticar las comisiones que cobran los bancos por la venta de las acciones de YPF, haya descalificado toda la operación. Cómo puede lograrse un desarrollo del mercado de capitales con semejante calidad de opiniones".**

Lo que no explicó Cavallo fueron las razones por las que se permitió que esos bancos **cobraran el 3,75% de comisiones** por la venta anticipada de las acciones de los jubilados. Anoche el Ministerio de Economía canceló la operación (véase más información en página 14).

Pero a los operadores del mercado de capitales los acusó de falta de profesionalismo y conocimiento: "Todos los que recomendaban que la colocación anticipada de las acciones de YPF no era conveniente **demostraron una ignorancia fenomenal y hubiesen perjudicado a los jubilados porque, si individualmente todos los jubilados hubiesen decidido vender simultáneamente en la misma fecha, eso hubiera** provocado una sobreoferta en el mercado y una reducción de los precios y una pérdida para esos jubilados".

Fotocopias con ajustes para ideas

01-03

9405956

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULACION

una devaluación, bajará el consumo

Domingo Cavallo advirtió ayer a los empresarios que se vienen tiempos de menor consumo. El martes, en una exposición académica, lo había hecho frente al gabinete nacional en pleno. Esta vez el ámbito fue más abierto: el almuerzo que congregó a casi medio centenar de empresarios de primer nivel, un encuentro convocado por **FORO, Ciencia, Política y Empresa.**

Lo que dijo el ministro al gabinete lo había adelantado en exclusiva **Clarín** en su edición de ayer.

El núcleo del mensaje es que **el cambio de escenario económico internacional** a partir de la suba de las tasas de interés en los Estados Unidos, **tendrá efecto sobre la Argentina.**

Cavallo, a diferencia de otras disertaciones, fue muy claro a la hora de explicar lo que le espera a la economía del país. Sintetizó su exposición en los siguientes conceptos:

- **De aquí en más, es probable que los capitales no fluyan tanto a la Argentina.**
- Debemos adaptarnos a los cambios en la econòmía internacional.
- **Será más difícil conseguir dólares en los mercados financieros.**
- Las exportaciones deberían crecer para financiar la caída de ingresos de capitales desde el exterior. Con el mayor nivel de actividad en las economías industriales será más sencillo obtener dólares por las exportaciones de productos argentinos.
- **Así como hace tres años la coyuntura internacional nos ayudó a salir de la crisis acercando mayores porciones de capital, ahora las cosas se han revertido y los capitales no fluirán tanto.**
- El consumo no va a poder crecer tanto como lo hizo hasta ahora.
- **Las economías de los Estados Unidos, la Comunidad Económica Europea y el Japón se recuperarán hacia fin de año, por lo que la Argentina debería aprovechar las circunstancias para colocar sus productos en esos mercados.**
- De ahora en más no hay que esperar grandes medidas ni paquetes y solo algunas resoluciones correctivas.
- **Lo único que va a hacer el Gobierno será controlar estrictamente el consumo y favorecer las exportaciones.**
- Hay que generar más saldos exportables. *No se nos ocurre generar una depresión en la economía interna.*
- **Vamos a atenuar el ritmo del consumo con más ahorro interno público y privado.**
- Desde el sector público vamos a ser más cuidadosos a la hora de gastar. Pero también induciremos a la gente a que ahorre más.
- **No vamos a devaluar para corregir el saldo de las cuentas externas.**
- Admitió que solo en un caso extremo de falta de control político, o para provocar la recesión, podría devaluarse.
- **Para nosotros no es solo importante la estabilidad monetaria y económica sino que es más importante la estabilidad institucional.**
- Gracias a que en estos tres años organizamos la economía y reestructuramos la deuda externa, pudimos acceder al crédito internacional.
- **Como hubo inversión tenemos una mayor capacidad de producción.**
- En la segunda etapa de la instrumentación del Pacto Fiscal vamos a rebajar los aportes patronales sin esperar a que las provincias deroguen el impuesto a los ingresos brutos.
- **No creo que el presidente Menem piense en pedirme la renuncia ni tampoco yo voy a presentarla.**
- Si yo no estuviera en el ministerio, quien me suceda no va tirar por la borda todo lo que hicimos.
- **Si los radicales ganaran las próximas elecciones van a armar un equipo mejor o igual que este y van a hacer lo mismo que nosotros.**

02

9405956

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE
VINCULACION

MENOS DINERO

Cuál es el significado del cambio de rumbo

Frente al cambio de viento que anunció el ministro Cavallo, un hombre que hasta ahora se había **atornillado** a los pronósticos más optimistas, la gente común, el trabajador, el pequeño ahorrista o el consumidor, se preguntan **cuál va a ser su destino o en qué va a cambiar su perspectiva.**

¿Qué significan, en la vida diaria, frases como "va a aumentar el ahorro, van a subir las exportaciones y el consumo no va a crecer tanto como antes"? La principal herramienta que tiene a mano el gobernante es el manejo del crédito. Si lo desea, puede hacer subir las tasas de interés a través de distintos mecanismos. Pero además, el Gobierno puede recurrir al ajuste de los instrumentos impositivos para aumentar la recaudación y disminuir la cantidad de dinero.

Una política de **dinero duro** puede traducirse en la forma de un aumento de las tasas que pagan los bancos por los depósitos, y un encarecimiento del crédito para consumo.

Cuando las tasas de interés sean más altas, el público sentirá más atractivo en volver a los plazos fijos que en comprar bienes de consumo durable como los autos, los televisores, etc. Eso enfriará el consumo.

El peligro es que tal esquema puede desembocar fácilmente en un coletazo recesivo, aunque no sea intención del Gobierno castigar al sector productivo. Pero la restricción del crédito suele tener efectos indiscriminados. La experiencia demuestra que toda vez que se proclamó la prioridad de enfriar el consumo quienes en realidad recibieron el latigazo fueron las empresas y las fuentes de trabajo.

Puede pensarse también en un sistema de crédito direccionado para favorecer proyectos de exportaciones, pero eso sería contrario a la filosofía seguida hasta ahora, de que únicamente el mercado fija las prioridades. Y el mercado no se inclinó precisamente por la exportación.

03-03

9405956

Nº. DOCUMENTO 9405957
TITULO Gobierno argentino reconoce y enfrenta puntos débiles de su plan económico
PROCEDENCIA La República - 150023
FECHA DE 7-4-94
VINCULACIONES 4960
11161

"Se vienen días de mayor esfuerzo, mayor ahorro y menor consumo", anunció Cavallo

Gobierno argentino reconoce críticas y enfrenta los puntos débiles de su plan económico

■ El gobierno argentino se hizo eco de críticas de sus opositores y prepara una ofensiva para contrarrestar el déficit comercial y promover el desarrollo de las economías provinciales, las dos patas flojas de la llamada estabilidad económica, reportó IPS desde Buenos Aires.

Con una explicación que hasta la víspera era un argumento exclusivo de sus opositores políticos y de los economistas más críticos al plan, el ministro de Economía, Domingo Cavallo, advirtió al presidente Carlos Menem que llegó, inexorable, la hora de estimular las exportaciones.

"A partir de ahora tenemos que abocarnos a conseguir un dólar comercial, que se genera básicamente a partir del incremento de las exportaciones", subrayó el ministro, quien solía minimizar los resultados deficitarios de la balanza comercial de los últimos años.

Las nuevas condiciones internacionales, signadas por el aumento en las tasas de interés de Estados Unidos y la consecuente crisis de los mercados emergentes latinoamericanos, obligan a dar un fuerte impulso a la economía local, explicó.

"Se vienen días de mayor esfuerzo, mayor ahorro y menor consumo", vaticinó Cavallo, quien destacó no obstante que la reactivación de las economías desarrolladas ofrece una oportunidad para que el salto argentino no sea hacia el vacío.

MEDIDAS RECESIVAS

Según diversos analistas, las medidas posibles para contrarrestar el déficit comercial, que en 1993 alcanzó los 3.700 millones de dólares, son muchas, pero casi todas recesivas.

El gobierno se inclinará por dar la batalla en el campo legislativo, a fin de conseguir la sanción de una postergada reforma laboral que permitiría reducir costos empresariales, pronostican esos comentaristas.

En cuanto a la crisis de las economías provinciales, que ya provocó estallidos sociales en Santiago del Estero, Tucumán y Jujuy, el gobierno dispondrá de un plan de inversiones en infraestructura y aliento a las pequeñas y medianas empresas por un monto de 100 millones de dólares.

El total del fondo autorizado está destinado principalmente a las provincias del noroeste, cuyas economías se fueron apagando junto con el grifo que hacía fluir los subsidios a las industrias privadas y el achicamiento de las estructuras estatales generadoras de empleo.

Menem manifestó a Cavallo su preocupación por la crisis que atraviesan los sectores agropecuarios, especialmente los pequeños y medianos propietarios rurales, que arrastran fuertes endeudamientos.

Este será otro de los desafíos del equipo económico del ministro que acompaña al presidente desde 1991, y que se declaró dispuesto a continuar a su lado si el actual mandatario consigue su reelección.

01-01

9405957

Nº. DOCUMENTO 9405958
TITULO El FMI recomienda a Argentina que aumente exportaciones
PROCEDENCIA La República 150023
FECHA 10-4-94
VINCULO 66960
1101

Mejorar su productividad es vital para el sostenimiento de la recuperación económica

El FMI le recomendó a Argentina que aumente las exportaciones y dependa menos de los capitales

■ La notable transformación económica que ha experimentado Argentina dede el final de los años ochenta se debe a la adopción de medidas de amplio alcance para reducir la inflación y fomentar un crecimiento sostenido. El país ha controlado la inflación eliminando el déficit fiscal, conteniendo el crédito del Banco Central y vinculando el tipo de cambio. Estas medidas, junto con reformas estructurales de amplio alcance y la reanudación del servicio de la deuda interna y externa, han reforzado la confianza y han producido una gran afluencia de capital y una sólida recuperación de la actividad. Para consolidar estos logros, las autoridades están centrando su atención en reformas estructurales encaminadas a elevar el ahorro interno, fomentar el empleo y aumentar la competitividad y el crecimiento de las exportaciones.

LA RECUPERACION

En 1991-93, la autoridades intensificaron el ajuste fiscal y las reformas, estructurales, y vincularon el peso con el dólar de EEUU, en el marco de la Ley de Convertibilidad. Se eliminó el déficit fiscal, se modernizó el sistema tributario, se racionalizó el gasto público, se amplió el programa de privatizaciones, y se restableció la solvencia del país. También se aplicaron otras medidas estructurales, entre ellas la desregulación y la liberalización del comercio internacional, y se puso en marcha la reforma de los mercados financieros, el sistema de seguridad social y las finanzas de los gobiernos provinciales.

LA LEY DE CONVERTIBILIDAD

Esta ley, aprobada en marzo de 1991, establece la convertibilidad del peso a una paridad fija con el dólar de EEUU y el uso de las reservas internaciones brutas del Banco Central para respaldar la base monetaria, y prohíbe la indexación de los contratos en moneda nacional.

El requisito de que las reservas internacionales brutas respalden la base monetaria ha limitado las principales fuentes de creación de dinero utilizadas anteriormente: el financiamiento del sector público por parte del Banco Central y los redescuentos a los bancos provinciales para financiar los déficit de lo gobiernos provinciales. La prohibición de la indexación, incluso de los salarios y las jubilaciones, contribuyó a reducir la inflación y eliminó la presión sobre las finanzas públicas.

LAS FINANZAS PUBLICAS

La política económica contemplaba un aumento del superávit primario (excluidos los ingresos provenientes de las privatizaciones) hasta un nivel que permitiera hacer frente a los pagos netos de intereses del sector público no financiero y del Banco Central.

En este contexto, el saldo combinado del sector público no financiero y del Banco Central (excluidos los ingresos provenientes de la privatizaciones) pasó de un déficit del 2,7% del PIB en 1990 a un superávit del 0,7% del PIB en 1993. Este cambio de tendencia tuvo su origen en un fuerte aumento del ingreso tributario. Como consecuencia de las reformas estructurales aumentó el gasto no correspondiente a intereses. Dicho aumento se compensó, no obstante, con el descenso de los pagos netos de intereses resultante de la ooperaciones de reducción de la deuda, el aumento de los ingresos y el descenso de las tasa de interés internacionales. Entre 1990 y 1993, el ingreso tributario aumentó 4 puntos porcentuales del PIB, debido a la mejora de la administración tributaria, a la ampliación de la base imponible y a la aplicación de una tasa más alta para el IVA, que pasó del 15,6% en 1990 al 18% en 1992.

Argentina amplió también su base imponible haciendo extensivo el IVA a algunos servicios y a la agricultura.

Con respecto a los gastos, las reformas administrativas redujeron el empleo en la administración nacional en más de 100.000 personas en 1991-93 (un descenso del 15% frente a los niveles de 1990). Al aumentar el ingreso de las provincias se transfirieron a los gobiernos provinciales a otros 280.000 maestros y trabajadores del sector de la salud. El ahorro obtenido con estas medidas se destinó al reajuste de las escalas de sueldos para mantener y atraer personal calificado y aumentar la eficiencia.

PRIVATIZACIONES Y DEUDA

El plan de estabilización se respaldó con un programa de privatizaciones masivas que atrajo nuevas entradas de capital, permitió un respiro fiscal muy valioso y redujo la deuda externa. Dicho programa contribuyó a aumentar la eficiencia suprimiendo la intervención del Estado en la actividad económica y estimulando la inversión. La compañía telefónica estatal y las aerolíneas nacionales fueron privatizadas en 1990 y en 1991-93 se privatizaron otros sectores, como la energía, los puertos, los sistemas de abastecimiento de agua y alcantarillado, los productos petroquímicos y las autopistas de peaje. Como resultado, en 1990-93 la deuda pública se redujo en más de U$S 16.000 millones por medio de amortizaciones en efectivo, operaciones de capitalización y transferencias de deuda. La privatización generó ingresos anuales equivalentes en promedio a más del 1% del PIB en 1991-93.

Con la ejecución de este audaz programa y la consiguiente mejora de la situación macroeconómica, Argentina logró un sólido apoyo financiero de los acreedores oficiales y pudo regularizar la situación de su deuda externa. Los desembolsos provenientes de las instituciones financieras internacionales y de otros acreedores oficiales aumentaron significativamente y, en junio de 1992, los acreedores oficiales del Club de París respaldaron el programa del país con una reprogramación multianual de sus obligaciones. En abril de 1993, Argentina acordó con los acreedores bancarios privados una operación de reducción global de la deuda y de su servicio. De esta forma, se redujo la deuda externa en otros U$S 2.400 millones y se reestructuraron los U$S 25.000 millones restantes, incluidos los atrasos.

El gobierno redujo la mayoría de lo atrasos internos —más de U$S 18.000 millones al final de 1991— mediante la emisión de bonos a largo plazo con capitalización de los intereses, operaciones de capitalización de la deuda y pagos directos con el producto de las privatizaciones (más de U$S 3.000 millones).

EL ESTADO ACTUAL

Con estas medidas se ha dado un vuelco a la situación económica. Financiada por la fuerte afluencia de capital privado, la inversión real repuntó con firmeza, y el consumo real creció rápidamente en 1991-93 impulsado por la demanda de bienes duraderos. El PIB real creció a una tasa media anual del 7% durante 1991-93.



El ministro de Economía argentino, Domingo Cavallo, fue quien instrumentó las medidas del plan de estabilización. (Foto de archivo)

El empleo creció a una tasa del 2% anual, pese a la pérdida de puestos de trabajo en el sector público. Sin embargo, el desempleo subió del 7% en 1990 al 9% en 1993, debido al aumento de la participación en el mercado de trabajo.

Entre 1990 y 1993 la exportación registró un crecimiento moderado, y la importación se triplicó (debido a las importaciones de bienes de capital), mientras que el déficit en cuenta corriente de la balanza de pagos, que se había situado en promedio por encima de U$S 8.000 millones al año en 1992-93 (3 1/2% del PIB) se transformó en un superávit de casi U$S 2.000 millones (1 1/3% del PIB) en 1990. La afluencia de capital hizo que, en 1991-93, aujmentaran en más de U$S 8.000 millones las reservas internacionales brutas del Banco Central que ascendieron a más de U$S 15.000 millones (equivalentes a 10 meses de importaciones). La afluencia de capital se debió a un aumento de la confianza, a las elevadas tasas de rentabilidad relativas, a la privatización de las empresas públicas y a la regularización de la situación con respecto a la deuda.

La inflación, medida por los precios al consumidor, bajó súbitamente al 80% durante 1991 y alcanzó la convergencia con las tasas registradas por los países industriales a finales de 1993. Esta drástica caída tuvo su origen en la interrupción del financiamiento monetario de los déficit del sector público, al tiempo que el tipo de cambio fijo y la liberalización de las importaciones mantuvieron la presión a la baja sobre los precios del sector de bienes comerciables.

El aumento de los precios al consumidor en 1991-93 se debió, en gran medida, a la fuerte demanda interna ante las limitaciones de la oferta de los sectores de bienes no comerciables y dio lugar a una significativa apreciación del tipo de cambio efectivo real de peso. Sin embargo, las medidas tributarias, comerciales, y de desregulación y lo aumentos de la productividad relativa han contrarrestado significativamente dicha apreciación.

RECOMENDACIONES

Para que la recuperación económica se consolide, habrá que aplicar medidas de contención de la demanda, aumentar la competitividad y hacer que la economía dependa menos de la afluencia de capital. El programa económico para 1994 contempla las siguientes medidas:

- Aumento del ahorro y logro de un superávit adecuado en el sector público.
- Políticas monetarias prudentes.
- Reducción de los impuestos para abaratar el costo interno de producción, elevar el nivel de empleo, el ahorro privado y la competitividad internacional.
- Reformas estructurales en las finanzas provinciales, la seguridad social, los sistemas financieros y de salud y el mercado de trabajo.

Las autoridades se han fijado el objetivo de mantener baja la inflación y lograr un crecimiento real moderado del PIB. El gobierno prevé que aumente el ahorro nacional de manera que permita una mayor inversión interna, reduciendo al mismo tiempo el déficit en cuenta corriente de la balanza de pagos. En suma, la reformas estructurales, el aumento de la inversión y el fortalecimiento de la economía mundial habrán de mejorar las perspectivas para las exportaciones argentinas.

01-01
9405958

Nº. DOCUMENTO 9405959
TITULO control sobre gasto público
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA 13-4-94
66960
11161

Llegan tiempos de austeridad

Los economistas **Manuel Solanet, Daniel Artana y Adalberto Rodríguez Giavarini** dieron a **Clarín** su opinión sobre por qué se sancionó el decreto para controlar la ejecución presupuestaria y contener el gasto público.

Solanet hace hincapié en las consecuencias que puede traer el intento de **reelección presidencial, es decir, las concesiones** que deberá realizar Menem para lograr ese objetivo. Para Artana, en cambio, es inevitable acomodarse a una realidad internacional más dura y hacerse a la idea de que **enfrentaremos "años de austeridad"**. Rodríguez Giavarini pone el acento en la **lucha contra la corrupción**.

"No hay una excesiva preocupación por un desborde presupuestario, pero sí es necesaria una contención", sostiene Manuel Solanet, ex secretario de Hacienda y consultor privado. "Hoy tenemos un control presupuestario efectivo, pero pueden haberse superado las metas de gastos trimestrales y es necesario compensarlas."

"Es sugerente que se haya concentrado en Gutiérrez y Llach el control de la ejecución presupuestaria. No se puede descartar —según la óptica de Solanet— que esto tenga que ver con un futuro desdoblamiento del Ministerio de Economía", donde la cartera de Gutiérrez encajaría perfectamente con el Ministerio de Hacienda.

La cartera de Llach (programación económica) no encaja con un posible Ministerio de la Producción, pero no se debe olvidar que **Llach tiene a su cargo la aprobación de inversiones públicas**, según el artículo 13 de la ley permanente de presupuesto. Llach puso esa tarea a cargo de **Luis Rotaeche**.

En un marco más general, Solanet no prevé sacudimientos en el programa económico, pero sí le preocupa todo lo que tendrá que negociar Menem para salir reelecto; por eso le sugiere —al presidente de la Nación— seguir adelante con la reforma constitucional, pero ceder en su empeño reeleccionista y seguir afirmando medidas coherentes para que el programa sea de estabilidad con crecimiento.

Daniel Artana, economista jefe de FIEL, sostiene que las medidas de control presupuestario tienen su lógica, porque **la economía del país por fuerza tiene que adaptarse a las nuevas condiciones de la economía internacional, signadas por el alza de las tasas de interés**. Así, el país necesita un mayor ahorro, tanto público como privado, pero en la parte que corresponde al sector público todo esfuerzo que se haga para una restricción y un mejoramiento del gasto estatal es bienvenido, porque **"la Argentina —enfatiza Artana— debe acostumbrarse a varios años de austeridad**. Es una pena que esta austeridad no se haya proclamado en los años 1992 y 93".

Adalberto Rodríguez Giavarini, economista radical delarruista, vinculó la aparición del decreto de contralor y contención del gasto público **con el resultado de las elecciones y lo que se venía preparando desde días antes de los comicios**. Según su razonamiento, lo prioritario es **mejorar la eficiencia del gasto social**.

"No se puede gastar en cualquier cosa y menos tolerar cohechos", proclama Rodríguez Giavarini, y revelan que tres días antes de las elecciones Cavallo había ordenado cubrir esos huecos de ineficiencia.

Lo que sucedió en el caso del PAMI y Matilde Menéndez es sintomático, explica, porque la SIGEN, Sindicatura General de la Nación, intervino, pero sucedió que solo podía realizar un control formal que resultaba completamente ineficaz, cuando lo que se necesita es un aparato de contralor mucho más eficiente y es una buena medida concentrar ese contralor en dos funcionarios honestos y capaces como Gutiérrez y Llach, sostiene Rodríguez Giavarini. Sin embargo, no basta con dictar un decreto, sino que hace falta que se cumpla estrictamente.

Pablo Kandel

LLACH Y GUTIERREZ, A CARGO

Acentúan

El Gobierno lanzó ayer, a través de un decreto, medidas para controlar el gasto público. Lo hizo unos días después que Cavallo adelantó que se vienen tiempos de austeridad. El control estará a cargo de Ricardo Gutiérrez y de Juan José Llach, pero el Presidente será quien decida: podrá bajar el gasto en una jurisdicción y destinar el dinero a otro organismo que lo necesite. Las dependencias que tengan dinero sin gastar del ejercicio anterior deberán devolverlo antes del 30 de abril. Tres economistas analizan la medida.



CA-02
9405959

el control sobre el gasto

El equipo económico busca hacer más eficiente el gasto público. En lugar de limitar cuantitativamente las erogaciones, como lo hizo el año anterior, ahora trata de evitar los gastos malos. Con una fuerte concentración de las decisiones en manos del presidente Carlos Menem, los gastos podrán reasignarse entre distintas jurisdicciones, de acuerdo con las prioridades que fije el Jefe del Estado.

A través del decreto 502/94, publicado ayer en el Boletín Oficial, se exigirán mayores requisitos a la hora de gastar a todas las dependencias públicas. La medida fue firmada el viernes, antes de las elecciones.

El primer artículo del decreto es el que pone mayores restricciones al gasto, al señalar que todo aumento de gastos en una repartición deberá compensarse con un ahorro propio o bien será el Presidente quien determine en qué otra jurisdicción se deberá bajar el gasto. Esto significa que aunque haya recursos, no se podrán afectar mayores gastos. Pero si un ministerio necesitara realizar mayores erogaciones y no cuenta con recursos, el Presidente podrá bajar el gasto en otra jurisdicción y afectarlo al ministerio que necesite esos fondos.

Esta facultad que tiene el Poder Ejecutivo observa, sin embargo, una limitación demarcada por el mantenimiento de la finalidad del gasto.

Esta regla tiene una excepción y está dada por los recursos propios. Si la jurisdicción cuenta con recursos propios deberá pedir autorización expresa al PEN para poder gastar más allá de lo autorizado en el Presupuesto.

Otro punto que limita el gasto total está dado por la obligatoriedad, para todas las dependencias, de reintegrar al Tesoro Nacional antes del 30 de abril próximo todos los fondos remanentes que hayan quedado sin gastar del ejercicio anterior.

También se obliga que todos los pagos superiores a los 50.000 pesos o dólares deberán estár acompañados de una copia del gasto respectivo, excepto las erogaciones en personal y las cajas chicas. Al mismo tiempo, la Secretaría de Hacienda frenará todos los pagos de las reparticiones que no informen cómo se ejecutó el gasto, al finalizar cada trimestre. La primera información deberán entregarla el 15 de julio.

Dentro de esta gama de restricciones, se limitaron todos los gastos que se imputan en las cuentas "gastos reservados, ceremonial, vigilancia y otros". En este último punto, el límite también requiere que se informe "cuáles" son los "otros" gastos.

Con este decreto, el PEN le devolvió al Presupuesto una mayor flexibilidad del gasto, al permitir que las partidas que fueron reducidas en algún momento puedan ser aumentadas nuevamente hasta el máximo autorizado. El control de los gastos oficiales estará a cargo del secretario de Hacienda, Ricardo Gutiérrez, y los proyectos de inversión pública serán autorizados por el secretario de Programación Económica, Juan José Llach.

El subsecretario de Presupuesto, Marcos Makon, señaló que hasta el momento se había ejecutado el 80% de los gastos autorizados para el primer trimestre del año, sólo en la administración central, es decir sin contabilizar los organismos descentralizados y la seguridad social. Mientras que el Presupuesto ejecutado durante el año pasado llegó al 89.8% del total autorizado, con lo cual "se cumplió el ahorro del 10% dispuesto a mediados de 1993".

Un capítulo aparte merece el tema de la inversión pública. A partir de este decreto, la Secretaría de Programación Económica podrá autorizar los nuevos proyectos de inversión siempre que guarden criterios de rentabilidad social. La medida rige también para los proyectos de inversión incluidos en el Presupuesto '94 y está previsto que cada proyecto será revisado.

Pero también aparece en medio de las restricciones presupuestarias y financieras un dato que explica en gran medida el ahorro producido en el sector público en 1993. Sólo se ejecutó el 60% de la inversión pública prevista para el año anterior, es decir se redujo la inversión, pero no el gasto.

Miguel Angel Rouco

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
02-02
9405959

N° DOCUMENTO 9405960
TITULO El ministro de economía no le teme al déficit fiscal
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA 14-4-94
VINCULACIONES 66960
11161

FRENO A LOS BIENES DE CONSUMO

Economía no le teme al déficit comercial

El secretario de Programación Económica, **Juan Llach reiteró** ayer que en el Palacio de Hacienda **no existe preocupación por el déficit de la balanza comercial, que en enero llegó a los 585,6 millones de pesos.** Aseguró que la mayor parte de las importaciones corresponden a bienes de capital y **adelantó una caída en el consumo de productos importados debido a un mayor control fiscal.**

De esta forma, Llach —el tercero en la escala jerárquica del equipo económico— volvió a **proclamar** —extramuros de Economía— algo que forma parte del dogma de la convertibilidad: **para ellos el déficit comercial no es preocupante.**

Para el funcionario, el desequilibrio en las cuentas externas se produce "porque está entrando capital" y destacó que "si se compran maquinarias por **500 millones de dólares es evidente que está habiendo una inversión muy importante en el país".**

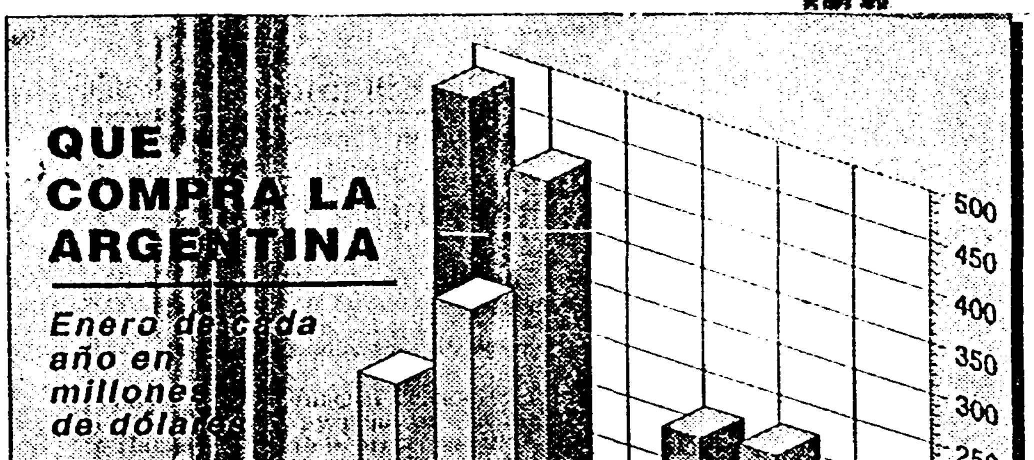
Sin embargo, el concepto **"bienes de capital" que maneja el equipo económico es, por lo menos, discutible para algunos especialistas** (véase aparte), **mientras que el ingreso de capitales hasta ahora solo forma parte de las esperanzas para los financistas locales.**

Las cifras del déficit de enero representan un aumento de casi el 329% respecto al mismo mes de 1993 y equivalen, por sí solas, al déficit de los cinco primeros meses del año pasado. Los números dados a conocer por el INDEC indican que durante enero las exportaciones llegaron a **946,6 millones de pesos, contra importaciones por 1.532,1 millones.**

En el desagregado por países, la lista de los que vendieron más de lo que compraron aquí **está encabezada por los Estados Unidos con un desbalance de 302,1 millones**, mientras que el segundo lugar es ocupado **por el Brasil, con el que el país tuvo un "rojo" comercial de 96,4 millones de dólares.**

Pese a todo, **Llach aseguró que los datos del comercio exterior "son muy promisorios" ya que aumentaron las importaciones de bienes de capital "en casi el 100%"** respecto de enero de 1993. Desde la óptica oficial **este es un indicador positivo** pues "el grueso del aumento en las importaciones está vinculado al alto nivel de actividad económica".

Luego de descartar cualquier tipo de medida arancelaria ("solo hay que esperar los controles permanentes y eventuales medidas antidúmping"), **Llach atribuyó el incremento del déficit a razones** "circunstanciales", **como la caída del 26% en la ventas externas de productos primarios (atribuidas a "factores climáticos y a algún diferimiento") y pronosticó un aumento del 10% en las exportaciones para el resto del año.**



9405960

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405961
TITULO Déficit fiscal argentino se cuatriplica en enero de 1994 con respecto a enero de 1993
PROCEDENCIA El Observador 150483
FECHA 14-4-94
VINCULO 66960
11161

Déficit comercial argentino se cuatriplica

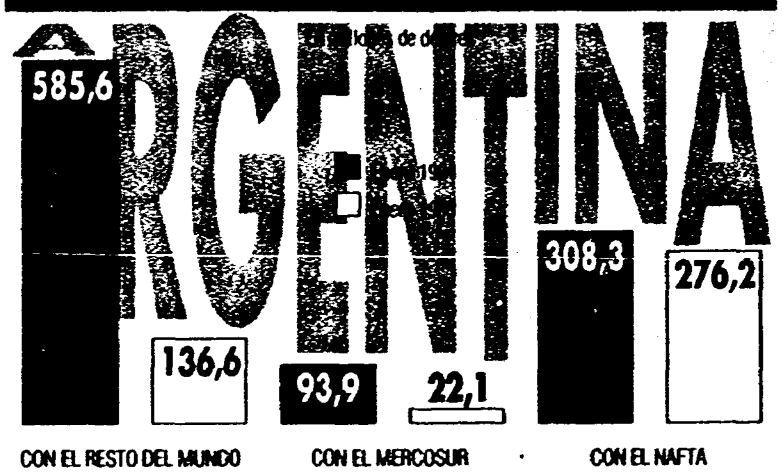
El déficit comercial argentino se cuatriplicó en enero de 1994, respecto al mismo mes del año anterior.

Argentina importó mercaderías por valor de US$ 1.532 millones en el primer mes, 48% más que en enero de 1993, mientras exportó US$ 946 millones, apenas 5% más que el año precedente. De esta forma, el déficit comercial argentino trepó a US$ 586 millones, 328% mayor que en enero de 1993.

Los principales clientes argentinos fueron la Unión Europea con 31,6% de las ventas, en tanto al Mercosur se dirigió el 27,5% del valor de la mercadería exportada.

Los principales proveedores, en tanto, fueron EEUU con US$ 410 millones, Brasil con US$ 285 millones y Alemania, de donde se importaron US$ 113,4 millones.

EL DEFICIT DE LA BALANZA COMERCIAL



El saldo comercial con los socios del Mercosur volvió a ser negativo en enero por US$ 94 millones, debido al déficit comercial con Brasil de más de US$ 96 millones.

Cayeron las ventas al exterior de animales vivos, en tanto crecieron las exportaciones de manufacturas agropecuarias, carnes y las de origen industrial.■ *(En base a información de los diarios La Nación y Clarín)*

EO 14/4

9405961

01-01

Nº. DOCUMENTO 940596 2
TITULO Informe sobre la pobreza
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA 16-4-94
66960
11161

EL 20% DE LOS ARGENTINOS, POR DEBAJO DE LA LINEA DE SUBSISTENCIA

Crítico informe sobre la pobreza

Según un informe distribuido por el INDEC, 16 de cada 100 habitantes del área metropolitana (Capital y Gran Buenos Aires) viven en condiciones de extrema pobreza, según la definición internacional que contempla las condiciones sanitarias, el hacinamiento en viviendas precarias y la educación. Algunos barrios de la Capital figuran entre las zonas más pobres del país.

LOS MAS POBRES

Distritos del Area Metropolitana con niveles más altos de pobreza extrema

PARTIDO	TOTAL DE HABITANTES	TOTAL EN POB. EXTREMA	%
Moreno	286.922	81.836	28,5
Esteban Echeverría	273.740	72.323	26,4
General Sarmiento	648.268	170.227	26,3
Capital Federal (San Telmo, Boca y Barracas)	88.656	23.288	26,3
Tigre	256.349	66.276	25,9
Merlo	390.194	100.888	25,9
San Fernando	143.450	31.958	22,3
Berazategui	244.405	53.127	21,7
La Matanza	1.117.319	238.848	21,4
Quilmes	508.114	107.859	21,2
Almirante Brown	447.805	92.732	20,7
Capital Federal (Pompeya y P. Patricios)	89.306	18.151	20,3
Lomas de Zamora	570.457	112.712	19,8
Capital Federal (Villa Lugano)	91.870	16.442	17,9

El 16,1% de la población del área metropolitana se encuentra viviendo en condiciones de pobreza extrema, mientras que la cifra trepa a casi el 20% si se considera a toda la población nacional, de acuerdo con los índices oficiales suministrados por el **Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC)**.

Los datos corresponden al último informe sobre el Estudio de la Pobreza en la Argentina y se refieren a la cantidad de personas que **no alcanzan a cubrir un número mínimo de necesidad básicas**, medido por el concepto internacional de **Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI)**.

Este indicador permite observar qué parte de la población no satisface estándares mínimos de subsistencia. El NBI permite distinguir a la población que habita en hogares con alguna de las siguientes condiciones:

- **Hacinamiento** (más de tres personas por cuarto).
- **Vivienda precaria** (pieza de inquilinato, albergues).
- **Condiciones sanitarias** (hogares sin retrete con descarga de agua).
- **Asistencia escolar** (hijos en edad escolar 6-12 años que no asisten a la escuela).

Este mapa de la pobreza de la Argentina expone con crudeza no sólo la permanencia de bolsones de población que viven con escasísimos recursos, sino también que porciones considerables de los habitantes subsisten en condiciones miserables.

Las características más salientes del informe son las siguientes:

- **Chaco, Formosa, Salta y Santiago del Estero** son las provincias que tienen el mayor número de habitantes en esa condición.
- En promedio, más de un tercio de la población total de estos cuatro estados, no cubre las necesidades mínimas.
- Las cuatro provincias son las que reúnen la mayor cantidad de población aborigen.
- De las 6.650 personas que viven en el departamento de **Ramón Lista**, en el oeste formoseño, 6.211 habitan en la pobreza, es decir el 93,4 por ciento.
- Tal es el impacto de la miseria que el 99,9% de su población habita en ranchos, casillas o viviendas precarias, sin provisión de agua, sin retrete y con piso de tierra.
- El mayor índice de deserción escolar primaria se registra en **O'Higgins** y en **Fray Justo Santa María de Oro (Chaco). Uno de cada cuatro chicos no asisten a la escuela.**
- Las condiciones de miseria se registran con más intensidad en el norte del país y disminuyen hacia el sur.
- Aun así, en la **Patagonia, el 21% de la población** no alcanza a cubrir las condiciones mínimas de vida.
- **La Pampa** es la provincia con menores problemas de pobreza.
- **La Matanza**, debido a su elevada densidad demográfica, es el municipio que reúne la mayor marginalidad. Casi 239.000 personas viven con necesidades básicas insatisfechas a escasos minutos de la Capital Federal.
- **Rosario**, con más de 175.000 personas en estado de pobreza es la ciudad del interior que registra estos problemas con mayor intensidad. El distrito de **Córdoba** (capital) le sigue a la zaga con casi 164.000 personas en las mismas condiciones.
- **En la Capital Federal**, en promedio, **el 7% de su población total, es decir** más de 200.000 personas viven en la miseria.
- **Las zonas más afectadas corresponden a la zona sur de la ciudad de Buenos Aires, es decir a los barrios de Villa Lugano, Nueva Pompeya, Villa Soldati, Parque Patricios, Barracas, La Boca y San Telmo.**
- Los barrios de **Villa Real y Monte Castro** registran la menor proporción de pobreza, solo el 2,6 por ciento.
- **En el interior, Puán** (Bs. As.) es el municipio con menor tasa de población con problemas de pobreza, apenas el 3,7 por ciento.
- **La mayor densidad de población con problemas de pobreza se registra en los grandes conlomerados urbanos, siendo menor esa incidencia en las regiones rurales.**

M.A.R.

Ushuaia, la capital con más pobreza relativa

La ciudad de **Córdoba** es la capital del interior que reúne a la mayor cantidad de personas con problemas de pobreza. Unos 164.000 habitantes no cubren condiciones mínimas de subsistencia.

Sin embargo, en **Ushuaia**, 1 de cada 3 habitantes vive con NBI, y es la mayor proporción del país.

Los grandes conglomerados urbanos en los últimos años han recibido a las principales corrientes migratorias internas que conforman los centros de mayor pobreza.

Otras capitales con altos porcentajes de la población en niveles de pobreza son:

Jujuy, 28,6%; **Formosa**, 27,2%; **Chaco**, 22,7%; **Posadas** 24,2%; **Corrientes**, 23,6%; **Salta**, 23,2%; **Tucumán**, 20,4%; **Chubut**, **La Rioja**; 20%, **Catamarca**, 19,4%; **San Luis**, 19,3%; **Santiago del Estero**, 17,3%; **Santa Fe y Neuquén**, 16,9%; **Paraná**, 15,4; **Río Gallegos y Viedma**, 15,1%; **Córdoba**, 14,1%; **La Plata**, 12,8%; **Santa Rosa y San Juan**, 12,5%; **Mendoza**, 12%.

01-01
9405962

Nº. DOCUMENTO 9405963
TITULO Dilema exportador
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA 17-4-94
VINCULACION 66960
11161

CRECER EN UN MUNDO COMPETITIVO

El dilema exportador

Hasta ahora la Argentina tuvo fácil acceso a los "dólares financieros". De ahora en adelante **habrá que conseguir (y en gran cantidad) "dólares comerciales"**. En estas frases, en estas descripciones, lanzadas por las autoridades económicas, se resume la política oficial pasada y la estrategia que se pretende instrumentar para el futuro.

Esta distinción entre el "dólar financiero" y el "dólar comercial" no es simplemente un juego de palabras. Porque marca la **diferencia entre "dólares prestados" y "dólares genuinos"**.

Hasta ahora, los dólares que ingresaron al país, admitido a nivel oficial, fueron financieros, prestados, que se acercaron a estas geografías por el mayor atractivo de los rendimientos financieros que ofrecía la Argentina. Por eso, a pesar de la existencia del Plan Brady y a pesar del cancelamiento de deudas con privatizaciones (como las efectuadas en los últimos años), **el endeudamiento total del país es superior al de tres años atrás**.

Como resultado de este mayor endeudamiento, el incremento de las tasas de interés internacionales repercute directamente sobre la Argentina. En estos días hay que pagar mayores intereses por una deuda mayor, inclusive por "la deuda vieja", porque en su mayor parte está navegando sobre tasas flotantes.

Por cada punto que aumenta la tasa de interés, la Argentina tiene que abonar unos 800 millones de dólares más, de los cuales la mitad se recuestan sobre las espaldas del Tesoro Nacional.

Para enfrentar estas mayores obligaciones, el país deberá contraer (es la ley lógica) una nueva deuda, mediante la colocación de nuevos títulos o bonos, a un costo también superior. En consecuencia, el costo adicional superaría los 1.000 millones de dólares anuales.

Comercialmente, los números tampoco favorecen a la Argentina, porque la nación registró en 1993 un déficit comercial de 3.700 millones de dólares. Sumados estos a todos los otros conceptos (intereses, royalties, remisión de utilidades, etc.) **la Argentina necesitaría en 1994, para poder caminar sin dificultades, unos 11.000 millones de dólares.**

La Argentina ingresa, entonces, al nuevo escenario económico internacional en condiciones inferiores (financiera y comercialmente hablando) al pasado.

♦ Peor que antes

Es esta contundencia de los números lo que llevó al Palacio de Hacienda a plantear la necesidad de conseguir con rapidez "dólares comerciales", mediante una mayor y más eficiente corriente exportadora, por los "dólares financieros", que no solo ahora son mucho más caros, sino también más difíciles de conseguir.

Pese a todo, la experiencia de las naciones demuestra que los "**dólares comerciales" no se consiguen de la noche a la mañana**. Los contratos de exportación son, por su propia naturaleza, de mediano plazo. Se exportará en 1994 todo aquello que los exportadores consiguieron como promesas de ventas ya celebradas pero en 1993, en 1992 y en 1991. La Argentina está en este punto bastante retrasada. Es que sus condiciones de exportación no solo fueron dañadas por la sobrevalorización de la moneda (el atraso del tipo de cambio), sino también por el desmantelamiento de ciertas industrias y de algunos sectores que eligieron dedicarse a la importación, total o parcial, ante las mayores rentabilidades que ofrecía el negocio de "traer de afuera" (sin importación quizá muchas no hubieran podido ni siquiera sobrevivir).

Decirle a un industrial que durante los últimos tres años sustituyó la producción nacional por la producción importada, que ahora tiene que exportar, puede ser muy plausible, pero cumplir con ese objetivo le llevará —evidentemente— un tiempo largo.

De todas maneras no se trata solo de plazos. Las condiciones generales del país siguen siendo favorables para la importación. Es tan así que la mayoría de los analistas prevé que **el déficit comercial, en 1994, se elevará en relación con el abultado desequilibrio de 3.700 millones de dólares que mostró en 1993.**

Por último, todos los países en condiciones, en el mundo, quieren y necesitan exportar porque en todas partes y, en especial en el Primer Mundo, la teoría de que los "déficit comerciales" son positivos (aquí hay muchos que lo proclaman) es solo un producto, una definición "for export". Los Estados Unidos están en plena guerra comercial con el Japón y con China porque el intercambio bilateral con esos países asiáticos es deficitario para Washington. Un país que tiene déficit comercial es porque gasta más de lo que produce y eso va a contramano del encuentro de soluciones.

Exportar a los mercados internacionales, fuertemente competitivos, en condiciones en que muchos países atraviesan por ciclos recesivos, es mucho más que una expresión de deseos. Se requiere un esfuerzo mayúsculo, más complejo que en otras instancias históricas.

Daniel Muchnik

Copyright Clarín, 1994

01-01

9405963

Nº. DOCUMENTO 9405964
TITULO Argentina subiría aranceles para productos alimenticios.
PROCEDENCIA La República. 150083
FECHA 15-4-94
VINCULO 66960
11161

"Juegan a la apertura", apreciaron con preocupación los industriales uruguayos

Argentina subiría aranceles para productos alimenticios

■ Los industriales uruguayos de productos alimenticios reaccionaron con preocupación ante la eventualidad de un ascenso en las tarifas a la importación que evalúan -al más alto nivel- las autoridades argentinas, procurando reducir su importante déficit en la balanza comercial, según pudo saber LA REPUBLICA.

Paralelamente al impulso al sector exportador anunciado días pasados por el ministro de Economía de Argentina, Domingo Cavallo, el equipo de gobierno del vecino país del Plata tiene a estudio el incremento de los aranceles para los bienes de consumo no durables, que básicamente afectaría a la importación de alimentos.

La medida tendría un carácter general y no exceptuaría, por tanto, a los productos provenientes de Uruguay al amparo del acuerdo comercial bilateral -el Convenio Argentino-Uruguayo de Complementación Económica (Cauce)- y a aquellos que ingresan por los canales arancelarios generales.

El incremento arancelario para alimentos, -especialmente conservas, bebidas, galletitas y golosinas- sería incrementado hasta una equiparación de éstos con las tarifas aplicadas a los bienes de consumo durables, que pagan actualmente 20%, confirmaron fuentes diplomáticas argentinas.

Esta estrategia del gobierno de Carlos Menem, se inscribe dentro de un "juego a la apertura" que realiza ese país, opinó un empresario uruguayo del rubro de los alimentos enlatados sin esconder su malestar.

VACILANTE APERTURA

Por su parte, la exportación de golosinas y chocolates uruguayos con destino al mercado argentino -que son encabezadas por tres empresas- superaron el millón de dólares el pasado año y las previsiones para éste serían aún más alentadoras "si no fuera porque el cupo negociado en el marco del Cauce no se hubiera agotado ya", sentenció un industrial del sector. Asimismo, sobre estos productos recae la tasa estadística del 10%, lo que lleva a la tarifa final a pagar en torno al 12.5% para aquellos rubros que no gozan de los beneficios arancelarios negociados en el marco del Cauce. "Este incremento cerrará definitivamente las puertas a un mercado que, si bien es pequeño, procuramos conquistar con años de esfuerzo", comentó una fuente de la Cámara Industrial de Alimentos Envasados. Con este nuevo paso al costado en una "vacilante" política de apertura del vecino país del Plata -acotó un jerarca de la Dirección de Comercio Exterior al ser consultado por este matutino-, el gobierno argentino espera disminuir en parte el déficit comercial que en el '93 fue de más de U$S 3.600 millones y en enero pasado acumuló ya 585 millones de esa moneda. Según trascendió de fuentes argentinas, todo el sector alimentario está en estudio, incluidas las importaciones de pollo y de leche en polvo. Sin embargo, el equipo económico no tiene a consideración extender el aumento de protección para alimentos a otros sectores, por entender que se trata éste de "un tema puntual", aseguraron en la oficina de Comercio Exterior argentina.

LR 16/4

01-01 9405964

Nº. DOCUMENTO 9405966
TITULO Registró suba récord la producción industrial.
PROCEDENCIA La Nación - 150025
FECHA 18-4-94
66360
11161

Lunes 18 de abril de 1994 — La Nación

Registró una suba récord la producción industrial

Actividad: fue superior en un 4,9 % respecto de igual período del año anterior y un 5,5 % en relación con 1992.

La actividad industrial durante el primer trimestre marca no sólo un récord para el plan de convertibilidad, sino también para los últimos diez años.

Los tres primeros meses de este año muestran un aumento en la producción industrial del 4,9 % respecto de igual período del año anterior y un 5,5 % en relación con el primer trimestre de 1992, según datos de FIEL.

Es indudable para los especialistas que el sostenido crecimiento de la producción industrial tiene como fundamentos el fuerte ingreso de capitales que financió, por último, el elevado nivel de consumo que hoy el jefe del Palacio de Hacienda critica.

Quienes siguen de cerca la marcha de la economía sostienen que el esquema tributario está sustentado en gravámenes al consumo, es decir, que una baja en la demanda tendría naturales consecuencias fiscales, que impedirían al Gobierno conseguir superávit primarios, tal como están acordados en el memorandum de entendimiento con el FMI.

Mejores y peores

Un análisis desagregado del trabajo de FIEL muestra un comportamiento disímil según las ramas industriales; en efecto, los sectores que lideran este nivel de actividad siguen siendo, el automotor, el de hierro y acero, el petroquímico, insumos plásticos y caucho, tractores, cemento, cigarrillos y alimentos y bebidas.

Entre los sectores que cayeron aparecen químicos minerales; insumos textiles, papel y celulosa; cocinas, calefones; heladeras y aire acondicionado; aluminio e insumos y bienes de capital.

Dos puntos centrales, la rentabilidad y nivel de ventas fueron encuestadas frente a un grupo de empresarios por el Instituto Argentino de Ejecutivos de Finanzas. Los resultados evidencian un marcado oprtimismo para este año. Así las cosas, el 51 % de los encuestados señaló que esperan, en materia de rentabilidad, un moderado incremento, mientras que un 32 % señaló que no estimaba cambios.

Respecto del nivel de ventas esperado para el segundo trimestre, la encuesta sostiene que el 49 % espera un moderado incremento.

Hoy por hoy, el anuncio del ministro Cavallo sobre la entrada en la segunda etapa del plan de convertibilidad agrega un dato de incertidumbre en el planeamiento empresarial, que deberá adaptarse a una reducción en el ingreso de capitales que, a lo largo de los tres años del corriente plan de estabilización, posibilitó altos niveles de consumo.

César Pradines

9405966
01-02

LN - 18-4-94

Aumentó 4,9 por ciento la producción industrial

Récord: durante los tres primeros meses de este año la actividad fabril registró el mayor nivel desde la convertibilidad y se constituyó en el máximo producido en los últimos diez años.

[L]a actividad industrial, durante [el] primer trimestre de este año, marcó un récord no sólo desde la vigencia del plan de convertibilidad sino también en la última década.

Según datos de la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL), los tres primeros meses de 1994 arrojaron un aumento en la producción industrial del 4,9 por ciento respecto de igual período de 1993 y de un 5,5 por ciento en relación con el primer trimestre de 1992.

"Tamaño crecimiento tiene como fundamentos el fuerte ingreso de capitales", sostienen especialistas.

Un análisis desagregado del trabajo de investigación de FIEL muestra un comportamiento disímil según las ramas industriales.

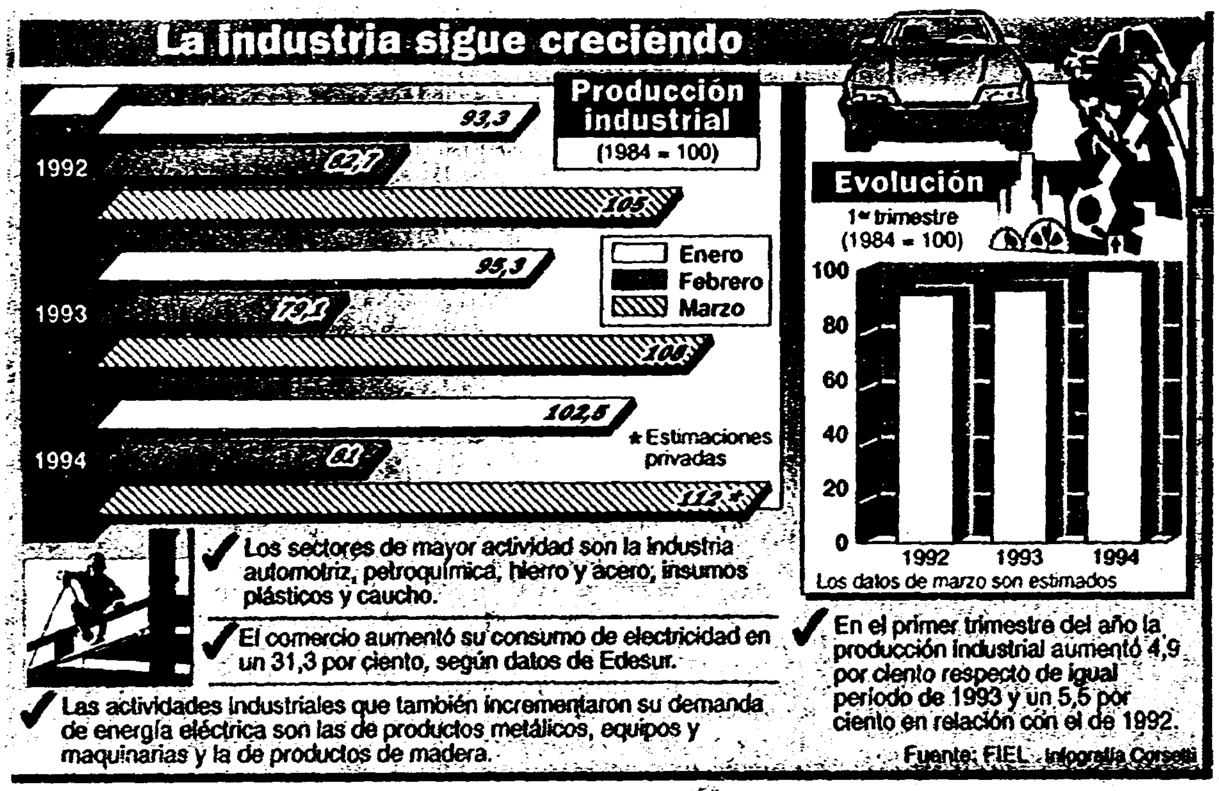
Los sectores que lideraron el nivel de actividad fueron, entre otros, el automotor, el de hierro y acero, el petroquímico, insumos plásticos y [cau]cho, tractores, cemento, cigarri[llos] y alimentos.

Consumo de energía

Semejante récord en la producción fabril estuvo acompañado por un incremento del 9,9 %, respecto del mismo período del año anterior, en el consumo de energía eléctrica en la industria y el comercio.

Según datos de la empresa Edesur, un análisis diferenciado del mayor consumo demostró que el sector que mayor aumento registró fue el comercio, con un 31,3 %.

César Pradines



La Argentina, 16a. en economía

Imagen: el país es escuchado en el mundo porque tiene una política económica seria, sostuvo el canciller Guido Di Tella.

MARRAKECH, Marruecos (Télam).- El canciller Guido Di Tella sostuvo aquí que la Argentina es escuchada en el mundo porque "está alineada claramente, tiene una política económica seria, estable y es la economía número 16 en el mundo".

Luego de la firma del acta final de la Ronda Uruguay del GATT, el ministro aseguró que la única posibilidad de ingresar en el Nafta es aprobando la ley de patentes.

"Si no, no. No hay ninguna alternativa a eso", enfatizó el canciller al explicar las posibilidades de la Argentina de sumarse al acuerdo de libre comercio formado por los Estados Unidos, Canadá y México.

"La Argentina no puede seguir con una ley de patentes del siglo pasado, menos si quiere atraer y desarrollar alta tecnología. La ley que está en el Congreso sintetiza nuestros intereses y no la hacemos para nadie sino para el pueblo", dijo Di Tella.

Con referencia al GATT, el canciller consideró que en las negociaciones "se ha hecho poco, demorado e insuficiente", y aunque señaló que se trató de "modestos avances", sostuvo que "el fracaso" de la Ronda Uruguay "habría sido una catástrofe".

9405966

02 02

N° DOCUMENTO 9405967
TITULO Primero de mayo Menem anunciará paquete de medidas de impulso a economías regionales.
PROCEDENCIA El Observador 150483
FECHA 30-4-94
66960
11161

El 1º de mayo anunciará una batería de medidas

Menem pretende impulsar las economías regionales para mejorar competitividad

Buenos Aires.- El presidente de Argentina, Carlos Menem, anunciará el 1º de mayo un paquete de medidas de impulso a las economías regionales actualmente en elaboración que, en una primera etapa, se aplicarán en el norte del país, anunció el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá.

El objetivo del programa es llevar la producción nacional a niveles de competitividad equiparables a los internacionales, lo que permitiría no sólo alentar las exportaciones sino también sustituir importaciones y equilibrar la balanza comercial.

Bauzá dijo que "se está dialogando con los gobernadores para ver sus contraprestaciones para medidas de promoción a las exportaciones, acelerando los pasos de comunicación con Chile, caminos, estructuras ferroviarias y servicios".

Señaló que también se discute "el estricto cumplimiento del Pacto Fiscal" y que las medidas de estímulo serán aplicadas en el resto del país en una etapa posterior.

Las medidas enumeradas por Bauzá, considerado la mano derecha de Menem, se basan en cuatro decretos elaborados por el Comité de la Producción encabezado por el viceministro de Economía, Carlos Sánchez, que incluyen ayudas a las economías regionales, aliento a la producción nacional e incentivos a la reconversación productiva.

El paquete de medidas abarcará el Plan Nacional de Proveedores, la instrumentación de los Polos Productivos provinciales —que ya se encuentra en marcha— y los pasos para que la producción local pueda certificar en el país estándares internacionales.

Menem anunciaría también en su discurso que la economía creció en 1993 más de un 6%, de acuerdo a las cifras que maneja el Palacio de Hacienda y explicaría que a ello se debe que las exportaciones e importaciones hayan crecido más de lo calculado.

En su mensaje del 1º de mayo Menem incluiría el anuncio de planes de reconversión en el sector salud, que no sólo abarcarían la desregulación de las obras sociales, sino también una reforma integral del sistema de seguro de salud y de financiamiento de los hospitales públicos.



Medidas de estímulo a la producción

Entre las medidas de estímulo a la producción se destaca la instrumentación de un Plan Nacional de Proveedores mediante el cual 100 pequeñas y medianas industrias recibirían asesoramiento estatal para reconvertir su producción y contarían con empresas auspiciantes que la comprarían. Planes similares se diseñarán para el sector turístico, el minero y el agrícola.

Se buscará estimular la reconversión con financiamiento por US$ 400 millones mediante líneas de crédito ya en marcha y cédulas hipotecarias para productores de bienes de capital.

Con el objetivo de sustituir importaciones que permitan equilibrar la balanza comercial se tratará de llevar la producción nacional a estándares internaciones para lo cual se crearán laboratorios de certificación de normas.

Para alentar las economías regionales, sobre todo las de las provincias del noroeste, se buscará la reforma urgente de los sectores públicos para así liberar recursos para la actividad privada.

Cambios en el sistema de salud

Buscando mejorar la calidad y cantidad de las prestaciones sin aumentar el gasto global se diseñará un nuevo plan de financiamiento de hospitales públicos. Las obras sociales deberán pagar los hospitales cuando sus beneficiarios se atiendan en esas instituciones; la gratuidad seguirá existiendo únicamente para las personas sin recursos.

En caso de que la atención en un hospital se deba a un accidente de trabajo el costo deberá estar a cargo del seguro o del empleador.

Aunque se instrumentará más adelante la libre elección de su obra social por parte de los trabajadores es también parte de las reformas que se planifican.■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de la agencia DyN)*

01-01

9405967

3/1

Nº. DOCUMENTO 9405968
TITULO Cavallo estima que el PBI argentino crecerá 7% durante 1994
PROCEDENCIA El Observador 150433
FECHA DE PROCEDENCIA 25-4-94
VINCULACIONES 66960
11161

Minimizó efectos negativos de menor ingreso de capitales

Cavallo estimó que PBI argentino crecerá 7%

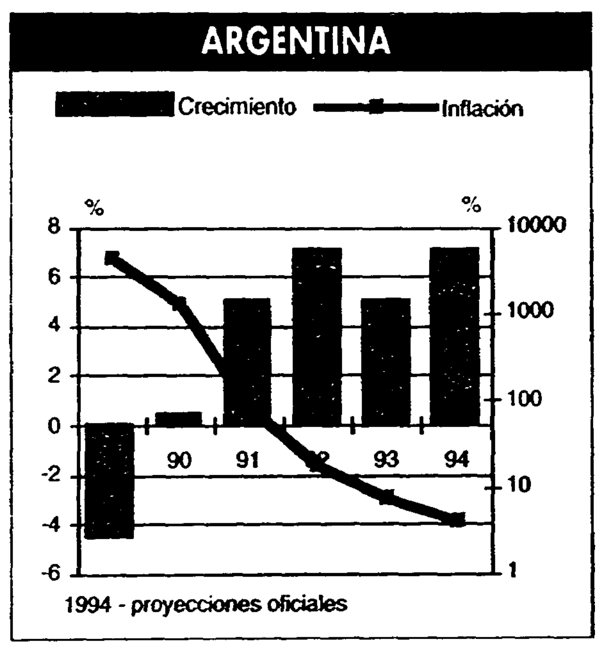
Buenos Aires- El Producto Interior Bruto (PIB) de Argentina crecerá el 7% durante 1994, año en que la inflación será inferior al 4% anual, afirmó el ministro argentino de Economía, Domingo Cavallo.

Argentina "va a seguir creciendo a un ritmo acelerado por muchos otros años más", añadió Cavallo en unas declaraciones públicas.

El PIB argentino creció a un ritmo del 7% anual desde que Cavallo puso en marcha el plan de ajuste económico en vigor, en abril de 1991.

El ministro restó importancia a los "efectos negativos" que puede causar al país la menor entrada de capitales que se atribuye a la subida de los tipos de interés en Estados Unidos.

Los cambios en las finanzas internacionales "tendrán un lado positivo, porque demandarán más bienes producidos en Argentina y eso lo podemos aprovechar si hacemos las cosas bien", subrayó.



Durante 1993, Argentina recibió capitales del exterior por unos US$ 11.700 millones, lo cual equilibró la balanza de pagos exteriores del país, que es deficitaria, coinciden los expertos.

La subida de los tipos de interés estadounidenses también encareció los pagos de la deuda exterior de Argentina con la banca privada, que fue refinanciada dentro del Plan Brady del ex secretario del Tesoro estadounidense, Nicholas Brady.

La semana pasada, el presidente argentino, Carlos Menem, ordenó aumentar el control del gasto público en previsión de un menor crecimiento económico.

Menem subrayó, en un decreto presidencial, que "es aconsejable" una nueva distribución de algunos gastos previstos por el presupuesto de este año "con el propósito de atender demandas adicionales" en el área social.

"La economía argentina crecerá un 6% y yo me animo a decir el 7% este año y a un ritmo acelerado durante varios años más", aseguró, sin embargo, Cavallo.

El ministro de Economía expresó que el aumento del desempleo que creció del 7 al 9,5% desde 1992, se debe a que "se incorporó más gente con voluntad de trabajar".

También destacó que Argentina logrará este año un índice de inflación menor al 4%, que es similar al de los países más desarrollados, algo que no ocurría desde hace 50 años.■ *(EFE)*

01-01

9405968

3/n

Nº. DOCUMENTO 9405968
TITULO Cavallo estima que el PBI argentino crecerá 7% durante 1994
PROCEDENCIA El Observador 150433
FECHA DE PUBLICACIÓN 25-4-94
VINCULACIONES 64960
11161

Minimizó efectos negativos de menor ingreso de capitales

Cavallo estimó que PBI argentino crecerá 7%

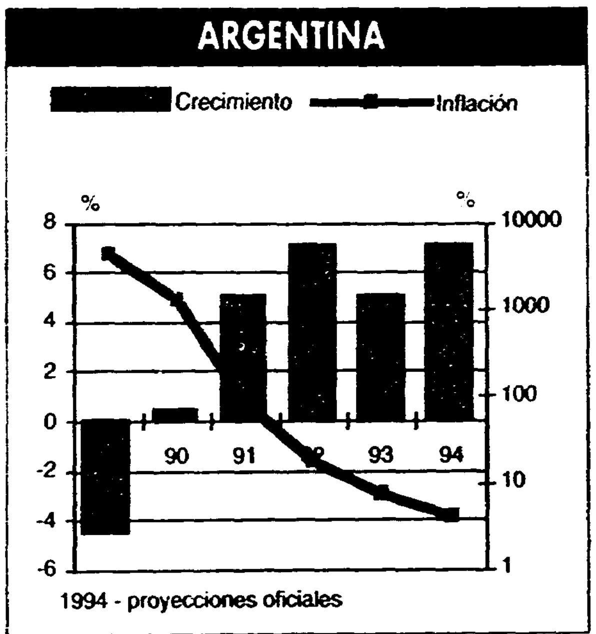
Buenos Aires- El Producto Interior Bruto (PIB) de Argentina crecerá el 7% durante 1994, año en que la inflación será inferior al 4% anual, afirmó el ministro argentino de Economía, Domingo Cavallo.

Argentina "va a seguir creciendo a un ritmo acelerado por muchos otros años más", añadió Cavallo en unas declaraciones públicas.

El PIB argentino creció a un ritmo del 7% anual desde que Cavallo puso en marcha el plan de ajuste económico en vigor, en abril de 1991.

El ministro restó importancia a los "efectos negativos" que puede causar al país la menor entrada de capitales que se atribuye a la subida de los tipos de interés en Estados Unidos.

Los cambios en las finanzas internacionales "tendrán un lado positivo, porque demandarán más bienes producidos en Argentina y eso lo podemos aprovechar si hacemos las cosas bien", subrayó.



Durante 1993, Argentina recibió capitales del exterior por unos US$ 11.700 millones, lo cual equilibró la balanza de pagos exteriores del país, que es deficitaria, coinciden los expertos.

La subida de los tipos de interés estadounidenses también encareció los pagos de la deuda exterior de Argentina con la banca privada, que fue refinanciada dentro del Plan Brady del ex secretario del Tesoro estadounidense, Nicholas Brady.

La semana pasada, el presidente argentino, Carlos Menem, ordenó aumentar el control del gasto público en previsión de un menor crecimiento económico.

Menem subrayó, en un decreto presidencial, que "es aconsejable" una nueva distribución de algunos gastos previstos por el presupuesto de este año "con el propósito de atender demandas adicionales" en el área social.

"La economía argentina crecerá un 6% y yo me animo a decir el 7% este año y a un ritmo acelerado durante varios años más", aseguró, sin embargo, Cavallo.

El ministro de Economía expresó que el aumento del desempleo que creció del 7 al 9,5% desde 1992, se debe a que "se incorporó más gente con voluntad de trabajar".

También destacó que Argentina logrará este año un índice de inflación menor al 4%, que es similar al de los países más desarrollados, algo que no ocurría desde hace 50 años.■ *(EFE)*

01-01

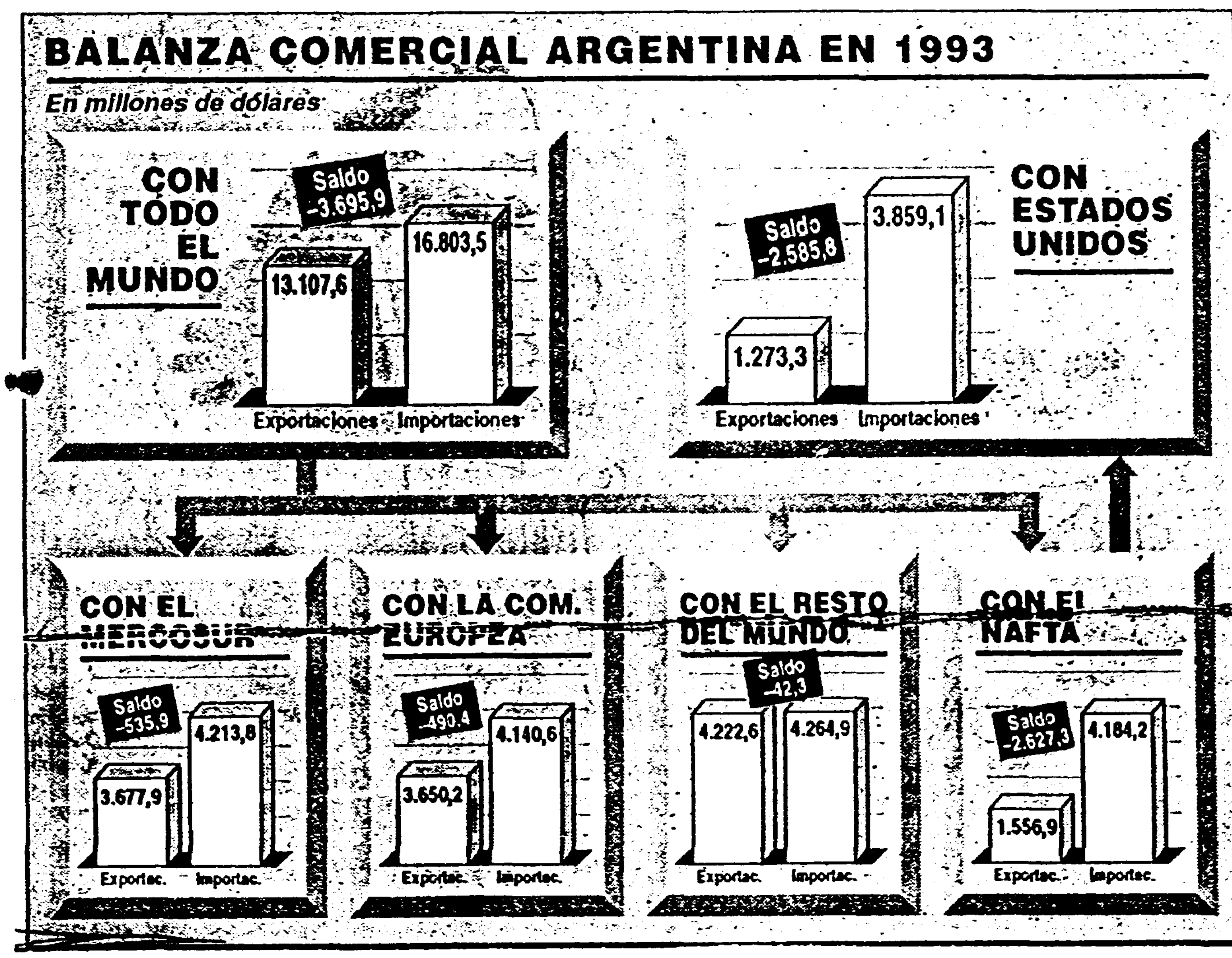
9405968

Nº. DOCUMENTO 9405969
TITULO Presidente Menem no teme a sanciones de EE.UU.
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA DE PUBLICACION 28-4-94
VINCULACION 66960
11161

"EL PAIS NO VA A DEJAR DE FUNCIONAR"

Menem no teme a sanciones de EE.UU.

El presidente Carlos Menem lamentó que los Estados Unidos decidan implementar sanciones comerciales contra la Argentina porque el Congreso no aprobó la ley de patentes. De todos modos, advirtió que por esas medidas "el país no va a dejar de funcionar, ni mucho menos". El 70% de lo que perdió la Argentina en su balanza comercial de 1993 fue a parar a EE.UU. Cómo funcionan las sanciones norteamericanas.



El presidente Carlos Menem afirmó ayer que si los Estados Unidos sancionan a la Argentina por su demora en aprobar una nueva ley de patentes, el país "no va a dejar de funcionar, ni mucho menos".

"El mundo no es tan solo los Estados Unidos, el mundo no es tan solo el NAFTA, el mundo es también la Comunidad Europea" y el Mercosur, dijo el Presidente, aunque admitió que "algún problema van a traer" las represalias comerciales, de ser aplicadas.

El representante comercial de Washington, Micky Kantor, anticipó el martes a Domingo Cavallo la decisión norteamericana de colocar a la Argentina en la lista de países pasibles de sanciones comerciales, por no haber cumplido con la aprobación de un nuevo régimen de patentes. Según indicaron fuentes del Departamento de Comercio norteamericano, dicha medida sería efectivizada el próximo sábado.

En declaraciones a La Red, Menem restó importancia al alcance de las sanciones: "Por supuesto que le puede ocasionar algún tipo de problema a la República Argentina. Mala suerte, nosotros hicimos lo que nos corresponde hacer, enviamos el proyecto de ley correspondiente al Parlamento de la Nación. Está en ese ámbito el tratamiento del tema", dijo.

Aunque el Presidente no profundizó sobre la relación comercial con los Estados Unidos, los números parecen fundamentar su postura. Durante 1993, la Argentina compró a la Unión mucho más de lo que le vendió: el desquilibrio trepó a 2.585 millones de dólares, nada menos que 70% de todo el déficit comercial de la Argentina (ver infografía).

La inclusión de la Argentina en la "lista negra" fue solicitada por la cámara que agrupa a los laboratorios norteamericanos (PMA) en una carta que a principios de febrero envió a Kantor.

Pese a las represalias comerciales que se apresta a adoptar Washington, el presidente Menem sostuvo ayer que "tenemos excelentes relaciones con los Estados Unidos, nunca las tuvimos tan buenas, y una medida de esta naturaleza no las va a entorpecer".

Menem remarcó que "si se establecen sanciones en contra de Argentina lo vamos a lamentar, pero la Argentina no va a dejar de funcionar, ni mucho menos", desestimando las amenazas de los Estados Unidos.

Si bien destacó los "excelentes" vínculos que Buenos Aires mantiene con la administración Clinton, Menem dijo que "el mundo no es tan solo los Estados Unidos, el mundo no es tan solo el NAFTA, el mundo también es la Comunidad Europea y los otros bloques que se han formado en otros continentes".

El Presidente remató su pensamiento: "Argentina y el Mercosur están en condiciones de establecer situaciones similares a la del NAFTA con esos bloques que se han formado en otras partes del planeta".

01-02 9405969

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE P[illegible]
VINCULACIONES

COMO SON LAS REPRESALIAS

Donde más duele

El gobierno de los **Estados Unidos decidió** incluir a la **Argentina** en la lista de países que podrían recibir **sanciones comerciales** por demorar la aprobación de una **ley de patentes**. Pero esto no significa que las represalias vayan a ser de aplicación inmediata. De todos modos, el 1º de mayo se producirá un indicio importante para medir el grado de enojo de los norteamericanos: se difundirá **la nómina de candidatos (países elegibles) a sumarse al NAFTA**. Si la Argentina no aparece entre los postulantes habrá que tomarlo como **una muy mala señal**, sostienen los expertos en comercio exterior.

El origen del conflicto no es nuevo. **Se remonta un par de años atrás, cuando todavía gobernaba Ronald Reagan y su** representante comercial era **Carla Hills**. Ante esta funcionaria se sentó a negociar **Domingo Cavallo**. Y el ministro de Economía negoció con la única arma que tenía a mano: prometió que pronto saldría la ley de protección a la propiedad intelectual que reclamaban los norteamericanos.

Sin embargo, esa norma aún es un proyecto de ley que va de comisión en comisión dentro del **Congreso**, sin que el **Poder Ejecutivo** logre su aprobación parlamentaria. Los norteamericanos esperaron un tiempo y ahora volvieron a la carga. **"La Argentina no demostró progresos sustanciales respecto de los compromisos asumidos"**, recordó la **United States Trade Represetantive (USTR)**, manejada ahora por **Michael Kantor**, el sucesor de la Hills.

En rigor, Kantor **no tiene facultades** para decidir cuáles serán las sanciones, ni el momento de su aplicación. Su función se limita a **señalar** a los países que, según su particular punto de vista, están en infracción respecto de los compromisos comerciales asumidos con los Estados Unidos.

Por eso, ahora se abre una **instancia de negociación entre Washington y Buenos Aires**. Al no haber plazos prefijados, las sanciones pueden caer en cualquier momento. Según indica la experiencia, siempre pegan allí **donde más duele** a cada país. A **China** la obligaron a revisar su política de "dúmping social"; al **Japón** le cuotificaron el ingreso de autos al mercado norteamericano; y a la **Comunidad Económica Europea** trataron de derribarle las barreras proteccionistas.

¿Adónde pueden apuntar en el caso argentino? Nadie se atreve a señalar un sector en particular. Pero todos coinciden en que seguramente habrá más **restricciones** para las exportaciones locales. La **siderurgia, el cuero, las oleaginosas**, podrían quedar en la mira de los norteamericanos.

A pesar de lo que dijo Cavallo, en este caso poco o nada pueden hacer las normas del **GATT**. Los Estados **Unidos sostienen siempre la supremacía** de sus leyes **nacionales** por encima de las normas internacionales. A menos que estas tengan ratificación del **Capitolio**. Y eso no ocurrió con las reglas de juego del GATT.

Por eso, cuando Kantor advierte que un socio incumple los pactos bilaterales, lo coloca a la puerta del cadalso, para que se lo ejecute mediante la aplicación de la temida **Ley 301**, que es la **herramienta** con que cuenta la **Casa Blanca** para imponer sanciones comerciales a las víctimas sugeridas por la USTR. No importa lo que digan las normas del GATT. Los Estados Unidos imponen su propio derecho sin mirar a los costados. Como suelen hacerlo todos los poderosos.

02-02

9405969

Nº. DOCUMENTO 9405971
TITULO Conclusiones del informe que presentó la comisión oficial creada para investigar muertes en Malvinas.
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA DE PUBLICACION 2-4-94
VINCULACIONES 66960
12756

REVELACIONES DEL INFORME QUE PRESENTO LA COMISION OFICIAL CREADA PARA

Confirman que hubo, por nueve casos de fusilamientos

9405971
01 (P)

Hoy hace doce años empezaba la guerra de Malvinas, con la ocupación de las islas por fuerzas argentinas. Esta semana, la comisión creada por el Gobierno para investigar las denuncias de fusilamientos entregó su informe: allí constan testimonios sobre nueve casos, además de otras violaciones a las leyes sobre trato a prisioneros de guerra. Ahora, el Gobierno debe decidir si reclama o no ante los organismos internacionales.

A doce años de la guerra de Malvinas, las conclusiones de la comisión argentina creada por el Ministerio de Defensa para investigar denuncias sobre crímenes de guerra, establecen que existieron **al menos nueve muertes de soldados argentinos causadas por violaciones flagrantes a las convenciones de Ginebra** sobre trato de prisioneros, por parte de los británicos.

Por primera vez, en el informe ya entregado a las autoridades y al que tuvo acceso exclusivo **Clarín**, se consignan los casos de **fusilamientos de soldados argentinos heridos, registrados con nombres y apellidos**. Estas revelaciones ponen al Gobierno ante la decisión política de reclamar o no ante organismos internacionales.

La cuestión plantea una difícil disyuntiva para la Cancillería, que se esmera en pulir las relaciones con el Reino Unido —congelada la discusión sobre soberanía—, mientras el titular del Foreign Office, **Douglas Hurd**, se apresta a aterrizar por primera vez en Malvinas, el próximo martes.

En el informe oficial quedan documentados y encuadrados los siguientes delitos: **intento de homicidio, homicidio, tareas peligrosas de prisioneros, utilización de armas prohibidas y fusilamiento de heridos en combate.**

La comisión argentina, presidida por el obispo castrense **Norberto Martina** e integrada por funcionarios del Ministerio de Defensa junto a la vicepresidenta de la Asociación de Voluntarios, **Julia Solanas Pacheco**, recogió el año pasado durante cuatro meses los testimonios de excombatientes.

Las denuncias coinciden con las revelaciones realizadas por el ex cabo inglés **Vincent Bramley**, quien en su libro "Excursión al infierno", publicado en Londres en 1991, estableció por primera vez públicamente los excesos cometidos por el ejército británico durante la guerra en el Atlántico sur.

♦ El caso Carrizo

Uno de los primeros casos probados en la comisión es el del cabo **José Oscar Carrizo**, quien en setiembre de 1992 narró en exclusiva a **Clarín** cómo había sido "fusilado" tras la batalla de Monte Longdon, y cómo milagrosamente sobrevivió a la ráfaga de metralla.

Su testimonio y el de **Santiago Lionel Mambrín**, testigo del episodio, coincidieron en apuntar que "**los soldados británicos le habrían disparado a la cabeza con la clara intención de provocar su muerte, encontrándose prisionero, desarmado y sin ninguna actitud ofensiva**".

LO QUE NO SE CONOCIA

Con nombre y apellido

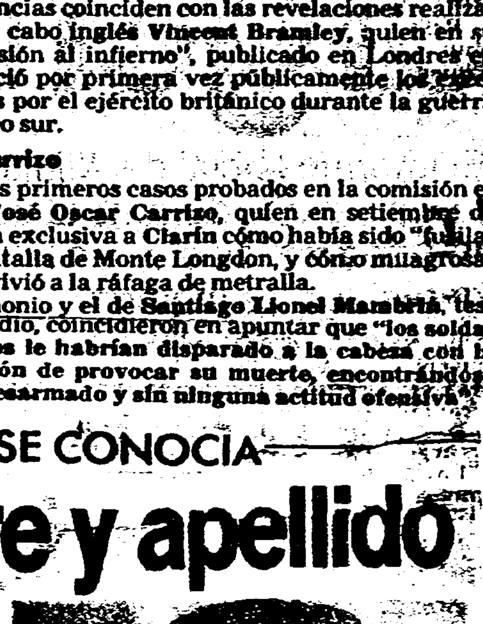
01 02

Varios de los casos mencionados en el informe oficial argentino constituyen **una novedad** respecto de las denuncias ya conocidas.

● Sobre la batalla de Monte Longdon, testimonios de dos excombatientes "**de distintas unidades y ubicados en distintas posiciones son coincidentes hasta en los detalles en cuanto al asesinato de soldados heridos en combate**", dice el informe. El soldado Néstor Flores presenció cómo soldados ingleses mataban con una ráfaga de ametralladora al soldado **Quintana**, herido y desarmado. También relató cómo soldados ingleses remataron al soldado **Gramissi** con una estocada de bayoneta y luego tiraron una granada al pozo donde estaba también el soldado **Delgado**.

El cabo **Gustavo Osvaldo Pedemonte** amplió detalles de cómo le dispararon al soldado **Ferreyra**, herido y fuera de combate, y observó cómo fueron ametrallados los soldados **Ronconi, Petruccelli y Maldana**.

● Según el informe, el suboficial **Félix Artuso** murió a bordo del submarino **Santa Fe**, capturado por los ingleses en las islas Georgias. Un capitán de navío británico ordenó que una reducida tripulación de argentinos trasladara la nave averiada de un amarradero a otro.



El cabo Carrizo muestra la herida que le dejó el fusilamiento en Malvinas.

● El acopio y traslado de material bélico al que fueron obligados los prisioneros argentinos produjo una explosión en la que murieron Martín Flores,

nueve casos de fusilamientos

Hoy hace doce años empezaba la guerra de Malvinas, con la ocupación de las islas por fuerzas argentinas. Esta semana, la comisión creada por el Gobierno para investigar las denuncias de fusilamientos entregó su informe: allí constan testimonios sobre nueve casos, además de otras violaciones a las leyes sobre trato a prisioneros de guerra. Ahora, el Gobierno debe decidir si reclama o no ante los organismos internacionales.

A doce años de la guerra de Malvinas, las conclusiones de la comisión argentina creada por el Ministerio de Defensa para investigar denuncias sobre crímenes de guerra, establecen que existieron **al menos nueve muertes de soldados argentinos causadas por violaciones flagrantes a las convenciones de Ginebra** sobre trato de prisioneros, por parte de los británicos.

Por primera vez, en el informe ya entregado a las autoridades y al que tuvo acceso exclusivo **Clarín**, se consignan los casos de fusilamientos de soldados argentinos heridos, **registrados con nombres y apellidos**. Estas revelaciones ponen al Gobierno ante la decisión política de reclamar o no ante organismos internacionales.

La cuestión plantea una difícil disyuntiva para la Cancillería, que se esmera en pulir las relaciones con el Reino Unido —congelada la discusión sobre soberanía—, mientras el titular del Foreign Office, **Douglas Hurd**, se apresta a aterrizar por primera vez en Malvinas, el próximo martes.

En el informe oficial quedan documentados y encuadrados los siguientes delitos: **intento de homicidio, homicidio, tareas peligrosas de prisioneros, utilización de armas prohibidas y fusilamiento de heridos en combate.**

La comisión argentina, presidida por el obispo castrense **Norberto Martina** e integrada por funcionarios del Ministerio de Defensa junto a la vicepresidenta de la Asociación de Voluntarios, **Julia Solanas Pacheco**, recogió el año pasado durante cuatro meses los testimonios de excombatientes.

Las denuncias coinciden con las revelaciones realizadas por el ex cabo inglés **Vincent Bramley**, quien en su libro "Excursión al infierno", publicado en Londres en 1991, estableció por primera vez públicamente los excesos cometidos por el ejército británico durante la guerra en el Atlántico sur.

♦ **El caso Carrizo**

Uno de los primeros casos probados en la comisión es el del cabo **José Oscar Carrizo**, quien en setiembre de 1992 narró en exclusiva a **Clarín** cómo había sido "fusilado" tras la batalla de Monte Longdon, y cómo milagrosamente sobrevivió a la ráfaga de metralla.

Su testimonio y el de **Santiago Lionel Mambrín**, testigo del episodio, coincidieron en apuntar que **"los soldados británicos le habrían disparado a la cabeza con la clara intención de provocar su muerte, encontrándose prisionero, desarmado y sin ninguna actitud ofensiva"**.

LO QUE NO SE CONOCIA

Con nombre y apellido

Varios de los casos mencionados en el informe oficial argentino constituyen **una novedad** respecto de las denuncias ya conocidas.

• Sobre la batalla de Monte Longdon, testimonios de dos excombatientes **"de distintas unidades y ubicados en distintas posiciones son coincidentes hasta en los detalles en cuanto al asesinato de soldados heridos en combate"**, dice el informe. El soldado **Néstor Flores** presenció cómo soldados ingleses mataban con una ráfaga de ametralladora al soldado **Quintana**, herido y desarmado. También relató cómo soldados ingleses remataron al soldado **Gramissi** con una estocada de bayoneta y luego tiraron una granada al pozo donde estaba también el soldado **Delgado**.

El cabo **Gustavo Osvaldo Pedemonte** amplió detalles de cómo le dispararon al soldado **Ferreyra**, herido y fuera de combate, y observó cómo fueron ametrallados los soldados **Ronconi, Petruccelli y Maldana**.



El cabo Carrizo muestra la herida que le dejó el fusilamiento en Malvinas.

• Según el informe, el suboficial **Félix Artuso** murió a bordo del submarino **Santa Fe**, capturado por los ingleses en las islas Georgias. Un capitán de navío británico ordenó que una reducida tripulación de argentinos trasladara la nave averiada de un amarradero a otro. El oficial inglés apostó centinelas armados detrás de quienes hacían las maniobras y dio ordenes —no transmitidas a la tripulación— de que si se tocaban ciertos dispositivos, que él creía destinados a inundar el submarino, se disparase sin contemplaciones. **Artuso intentó manipular unas válvulas para corregir la escora del Santa Fe y fue muerto** en el acto por el centinela que lo custodiaba.

• El acopio y traslado de material bélico al que fueron obligados los prisioneros argentinos produjo una **explosión en la que murieron Martín Flores, José Ramón Ferrau y Rafael Barrios** y fueron heridos de gravedad **Leonardo Durán, Angel Antonio Urban, Ricardo Daniel Jakimczuk, Raúl Américo Vallejos, Ricardo José Pinatti, Gerardo Fernández, Francisco Ocampo y Luis Lerger**. Luego de la explosión, el subteniente **Marcelo Abel Colombo** vio cómo un soldado inglés hacia fuego contra un soldado argentino que estaba tirado en el suelo.

9405971 01(A)
01-02
01(B)
9405971

INVESTIGAR LAS DENUNCIAS

lo menos, en Malvinas

El capitán de fragata (RE) **Horacio Alberto Bicain**, ex comandante del submarino Santa Fe, narró a la comisión el asesinato del suboficial de marina **Félix Oscar Artusó**, registrado en un sumario que realizaron por entonces los ingleses y reconocido **"por parte de la oficialidad inglesa"**, según Bicain (véase aparte).

Luego del combate de Darwin, dice el informe, prisioneros argentinos fueron **"obligados por sus captores"** a **"recoger del campo de batalla armas, municiones, granadas, balas de mortero y minas"**. Se consigna entonces que **"a causa del manipuleo y traslado de dichos elementos se produjo una explosión que termina con la vida de los soldados Martín Flores, José Ramón Ferrau y Rafael Barrios"**, y se causaron heridas a varios más. Ferrau, quien yacía gravemente herido fue **ejecutado** por las fuerzas británicas.

"Es de resaltar —apunta el dictamen— que los testimonios, así como la documentación, son total y absolutamente coincidentes, tanto respecto del lugar donde ocurrió el hecho, de las tareas peligrosas encomendadas y del resultado de la explosión, como así también lo referente a los **disparos sobre el cuerpo con vida de Ferrau**".

El documento final de la comisión consigna testimonios que certifican los **fusilamientos de al menos otros cinco soldados argentinos**, quienes fueron ametrallados, rematados con bayoneta y hasta con una granada, luego de ser heridos en combate.

Dos soldados argentinos atestiguaron también sobre el lanzamiento de bombas de fragmentación tipo beluga por parte de aviones Sea Harrier, prohibidas expresamente por la Convención de Ginebra.

Para concluir, el informe argentino señala que hubo denuncias de otros hechos violatorios de las leyes y usos de guerra pero que **"no se han logrado reunir elementos de convicción suficientes para tipificar algunas de las infracciones o actos previstos como ilícitos en dicha normativa legal"**.

Luis Garasino



Los ingleses dicen otra cosa

Después de investigar tanto en Londres como en Buenos Aires la denuncia hecha en 1991 por el ex cabo británico **Vincent Bramley**, la comisión policial inglesa de **Scotland Yard** concluyó en que durante la guerra de Malvinas hubo **"asesinatos pero no fusilamientos"** de soldados argentinos.

Los británicos no solo llegaron a una conclusión opuesta a la que arribó la comisión argentina, sino que, a pesar de tener **"evidencias suficientes"** para juzgar a los involucrados en dichos asesinatos, **recomendaron que no haya juzgamiento a los mismos**.

Argumentaron que se trataba de **hechos propios de situaciones de guerra**, que no pueden medirse con las mismas pautas que en tiempos de paz.

Scotland Yard comenzó a investigar el 20 de agosto de 1992, envió dos misiones a Buenos Aires y concluyó su trabajo en febrero de este año. La búsqueda **se centró únicamente en la batalla de Monte Longdon**, que se produjo el 12 de junio de 1982, una de las más sangrientas de la guerra de Malvinas, en la que se llegó a **combatir cuerpo a cuerpo**.

Los actos, el lunes

El lunes se evocará el duodécimo aniversario del inicio de la guerra de Malvinas. El acto oficial será presidido por **Carlos Menem** en el regimiento 1 de Infantería Patricios, mientras los veteranos de guerra organizaron una caravana que saldrá de La Plata y culminará en Retiro.

La ceremonia oficial se llevará a cabo a partir de las 18. El presidente Menem dirigirá un mensaje a los veteranos de guerra acompañado por el ministro de Defensa, **Oscar Camilión**, y por el jefe del Estado Mayor Conjunto, teniente general **Mario Cándido Díaz**.

Por su parte, la Federación de Veteranos de Guerra organizó una "Caravana Malvinera" que se iniciará en la Legislatura platense el lunes a las 9, con la presencia de **Eduardo Duhalde**, gobernador bonaerense.

02-02

9405971

Nº. DOCUMENTO 9405972
TITULO Reunión en Mendoza de malvinenses y ex funcionario londinense
PROCEDENCIA La Nación - 150025
FECHA DE PUBLICACIÓN 2-4-94
VINCULACIONES 66960
12756

Malvinenses en una reunión que se hará en Mendoza

Objetivo: superar las aristas emergentes del conflicto es la intención del organismo binacional no gubernamental que se reúne una vez por año.

Tres malvinenses y un ex funcionario londinense con larga residencia en las islas llegarán pasado mañana para participar de una nueva reunión de la Comisión Argentino Británica que deliberará en Mendoza entre el miércoles y el viernes.

Se trata del organismo no gubernamental en el que nuestro país está representado por el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), que analiza las acciones tendientes a la superación de las aristas político-sociales como consecuencia de la Guerra de las Malvinas.

Para esta reunión, que hace unos años deliberó en Bariloche, vendrán destacadas personalidades británicas vinculadas con la política, la cultura, la economía y la religión y, con sus pares argentinos, cambiarán impresiones y propondrán emprender las gestiones que se consensúen con el fin propuesto.

Los integrantes del organismo se reúnen anualmente en uno y otro país y, a través de intercambios de experiencias, consideran la posibilidad de ir eliminando los disensos para reanudar un diálogo fluido con el que se muestran irreductible los habitantes de las Malvinas.

La reunión de Mendoza coincide con el viaje del titular del Foreign Office, Douglas Hurd, a las islas, donde, según informaciones provenientes de Londres, transmitidas por agencias internacionales, trataría de persuadir a sus habitantes sobre la participación argentina en el caso de que debiese emprenderse la explotación de petróleo en áreas marítimas de las Malvinas.

En un principio, Hurd iba a llegar a las islas el lunes, día en que se cumple el 12º aniversario del arribo de las fuerzas nacionales, pero postergó su viaje en un gesto que se interpretó en los ambientes diplomáticos como destinado a no sumar diferencias.

El organismo, cuyas conclusiones no tienen carácter obligatorio, precisamente por no poseer sus integrantes representatividad gubernamental, fue creado antes de la reanudación de las relaciones diplomáticas entre la Argentina y Gran Bretaña, sobre la base del entendimiento entre británicos y alemanes después de la Segunda Guerra Mundial.

El embajador británico y lady Hall ofrecerán el martes una recepción a los integrantes de la comisión que al día siguiente viajarán a Mendoza.

Ovidio Bellando

9405972
01-01

Nº. DOCUMENTO 9405973
TITULO Defensa aguarda el informe de crimenes de las Malvinas
PROCEDENCIA La Nación 150025
FECHA DE RECEPCION 5-4-94
VINCULACIONES 66960
12756

Defensa aguarda el informe de los crímenes de las Malvinas

Después del 10: sería elevado al ministro Camilión con la opinión de la Auditoría General de las Fuerzas Armadas.

El ministro de Defensa, Oscar Camilión, dijo que si las denuncias sobre el fusilamiento de soldados argentinos durante la Guerra de las Malvinas son probadas "de manera jurídicamente satisfactoria, estaríamos ante homicidios, lisa y llanamente, y no fusilamientos".

En diálogo con Radio América, el ministro manifestó que no recibió "el dictamen de arbitraje general de las Fuerzas Armadas, que se iba a producir en este mes de abril" sobre los fusilamientos que investigó una comisión presidida por el obispo castrense Norberto Martina.

Horas más tarde, medios oficiales que pidieron no ser identificados dijeron que la Auditoría General de las Fuerzas Armadas enviaría la semana próxima al ministerio el comentado informe. "A partir de ese momento -agregaron esos medios- el gobierno de Menem estaría en condiciones de pedir a Gran Bretaña que juzgue a los culpables de violaciones a la convención de Ginebra y si la respuesta es negativa podría recurrir a la Corte Internacional de la Haya", lo que por ahora no parece probable.

Con nombres y apellidos

El ministro en su conversación por radio aclaró que no se puede hablar de fusilamiento, "porque estamos empleando un término que puede tener una connotación de tipo jurídico".

El informe del obispo Martina señala que por lo menos nueve soldados heridos fueron fusilados y aporta nombres y apellidos.

"En relación con los hechos mismos no voy a emitir ningún juicio, puesto que como ya lo he venido expresando, las actuaciones que en ese momento se produjeron están esperando el dictamen del arbitraje general de las Fuerzas Armadas", agregó Camilión.

Estimó que ese dictamen estaba previsto para este mes y que "puede ser en esta semana o la próxima y ahí vamos a ver qué es lo que vale la pena decir entonces y qué hacer con esos elementos".

Admitió que había leído el documento a consideración por la Auditoría y dijo que "algunos testimonios que allí se presentan tienen carácter de novela". Entonces se preguntó por qué no fueron presentados antes.

También, "por qué aparecen ahora esos testimonios después de tanto tiempo... habiendo habido tantas oportunidades y habiendo pasado tanta autoridad a cargo que hubiera podido recabar ese testimonio".

El ministro expresó su convicción de que "lo mejor es esperar unos días más para tener una evaluación correcta y sobre todo que permita sacar las consecuencias prácticas, si tenemos elementos para movilizar otras instancias del Estado".

En tanto ayer, el secretario de Coordinación de la Cancillería, Andrés Cisneros, como antes lo había hecho el vicecanciller Fernando Petrella, sostuvo que nunca conocieron el documento. "Tan pronto como el ministro haga suyo el informe, es decir, después del dictamen de la Auditoría de las Fuerzas Armadas, la Cancillería obrará de acuerdo con lo que corresponde".

Cisneros insistió en que la Cancillería no tiene ningún tipo de conocimiento oficial sobre el tema y dijo no tener la respuesta cuando se le preguntó por el hecho de que la diplomacia haya sido mencionada en esta cuestión antes de que las autoridades nacionales conozcan los resultados de la investigación.

Partes Poco legibles

01-01
9405973

Nº. DOCUMENTO 9405974
TITULO Acordarían con Gran Bretaña la explotación petrolera malvinense
PROCEDENCIA La Nación - Bs.As.
FECHA DE PUBLICACION 20-4-94
VINCULACIONES 66960
12756

Acordarían con Gran Bretaña la explotación petrolera malvinense

En 60 días: quedaría definida la cooperación argentino-británica por los yacimientos en el mar próximo a las islas.

La Argentina y Gran Bretaña podrían anunciar en un plazo no mayor de 60 días un acuerdo sobre la explotación de petróleo en el mar próximo a las islas Malvinas.

Ello pudo conocerse en medios diplomáticos donde, sin embargo, se guardó reserva sobre las acciones que habrían dado ese resultado.

El canciller Guido Di Tella, de paso por Londres, desde donde ayer emprendió el regreso a Buenos Aires -llegará hoy, a las 7-, habría sido quien definió tales acciones y, a la vez, su ejecutor más decidido.

Por eso ayer se pensaba en la Cancillería que después de informar al presidente de la Nación, Di Tella hará conocer a la prensa los resultados de las gestiones sobre la cooperación argentino-británica para la explotación petrolera.

Sería, siempre según los trascendidos, el anuncio de un principio de acuerdo que se analizaría en mayo, en Buenos Aires, en una reunión sobre aspectos tanto jurídicos como técnicos.

Esta reunión fue acordada el año último, aunque sin fecha exacta.

El aspecto jurídico

En la Argentina no existe unanimidad de criterio sobre la existencia de hidrocarburos en la zona.

Según se afirma en medios oficiales, la opinión de YPF es positiva sobre los yacimientos, aunque no habría consenso sobre la importancia de esas riquezas.

Sin embargo, hay otros sectores que concuerdan con la opinión del presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara de Diputados, Florencio Aceñolaza, respecto de que no habría petróleo.

De todos modos, se conoció que el gobierno de Buenos Aires expresó en estamentos del Foreign Office y ante enviados de varios sectores del Reino Unido, a través del canciller Di Tella, del vicecanciller Fernando Petrella y del subsecretario de Política de la Cancillería, Rogelio Pfirter, que "la Argentina atiende en especial la faz jurídica" y no solamente la cooperación en la explotación económica.

Este sería el aspecto principal en el cual nuestro país habría hecho hincapié en las negociaciones que se llevarían a cabo dentro de los próximos 60 días.

Ovidio Bellando

Fugaz visita de Di Tella a Londres

Por Graciela Iglesias
(Corresponsal de LA NACION)

Intercambios: el canciller argentino dijo haber mantenido un "diálogo informativo" con parlamentarios británicos sobre la aceptación de los isleños de tratar temas de petróleo y de pesca.

ESTRASBURGO.- El ministro de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, realizó una visita fugaz -menos de 18 horas- a Londres y, específicamente, a la Casa de los Comunes.

Di Tella, en diálogo telefónico con LA NACION, dijo que habló con parlamentarios conservadores de tendencia dura (aunque se excusó, por "discreción", de dar sus nombres) sobre petróleo, pesca y soberanía en Malvinas.

"La novedad para ellos es que hace cuatro años la posición isleña era no querer negociar con la Argentina bajo ningún tema. Ahora, aceptan discutir sobre petróleo y pesca. Yo creo que es un cambio muy grande", sostuvo.

"En el caso de pesca hemos podido concretar un acuerdo; en el caso del petróleo, veremos", puntualizó el ministro.

Di Tella tendrá ocasión de profundizar estos temas con el subsecretario de Relaciones Exteriores británico, David Heathcoat-Amory, durante el encuentro de la conferencia ministerial del Grupo de Río con el Consejo y el Parlamento Europeo, que comenzará en San Pablo el viernes próximo.

Sobre otra cuestión, la controvertida muerte de un soldado en Neuquén, Di Tella dijo que charló sobre el tema con otros colegas del gabinete, por haber estado fuera del país desde hace dos semanas para asistir, entre otras cosas, a la firma de los acuerdos del GATT, en Marruecos.

"Es un acontecimiento penoso que necesita una investigación a fondo como la que se proponen hacer las Fuerzas Armadas", concluyó.

01-01 9405974

N°. DOCUMENTO 9405975
TITULO Gran operativo de seguridad en Jujuy
PROCEDENCIA El País - 150007
FECHA DE P... 4-4-94
VINCULACION 66960
11352

Para Evitar más Desbordes Sociales

GRAN OPERATIVO DE SEGURIDAD EN JUJUY

SAN SALVADOR DE JUJUY, 3 (DYN).— Un importante operativo de seguridad se terminó de organizar esta noche aqui para contener posibles disturbios en la nueva marcha que los estatales jujeños realizarán mañana, en coincidencia con la inauguración de las sesiones ordinarias de la Legislatura que encabezará el cuestionado gobernador José Ficoseco.

Las expectativas sobre lo que pueda ocurrir mañana por la tarde se centran en el posible anuncio, por parte del mandatario provincial, de su veto o aprobación a la ley de recomposición salarial para los empleados públicos.

Efectivos de las policías provincial y federal y de gendarmería compondrán el dispositivo de seguridad que procurará evitar que se repitan los actos de violencia ocurridos en la manifestación de los estatales y docentes del pasado martes.

En el transcurso de la jornada llegaron al aeropuerto de esta capital vuelos procedentes de distintos puntos del pais y de la provincia transportando a los federales y gendarmes que trabajarán mañana cuando a las 17 se concentren una vez más los combativos trabajadores estatales jujeños para reclamar una recomposición de sus caídos salarios.

Si bien todas las fuerzas coincidieron en manejarse de forma reservada respecto del operativo de mañana, trascendió que, solamente de gendarmería, participarían unos 300 efectivos, sumándose así a los 120 previstos por la policía provincial y un número no precisado de la federal.

Esta última fuerza ordenó el traslado de efectivos desde Salta, La Rioja, Catamarca y Tucumán, que llegaron junto con una importante cantidad de vehículos y de armamentos.

Desde la gobernación se confirmó esta noche que el mandatario José Ficoseco asistirá a la inauguración de las sesiones ordinarias de la Legislatura, dejando de lado la posibilidad de no asistir y enviar, a cambio, su discurso por escrito.

La larga disputa entre gobierno provincial y empleados públicos, quienes tienen sus sueldos congelados desde hace tres años, tendrá otro capítulo mañana cuando los estatales salgan una vez más a la calle a pedir mejoras salariales.

El mandatario provincial dará comienzo formalmente, como es habitual, a las sesiones ordinarias de la Legislatura, donde deberá pronunciar un discurso que este año puede ser decisivo.

Ficoseco aún puede arrepentirse de ir al Parlamento, tal vez para evitar disturbios dentro del recinto, donde mantiene turbias relaciones hasta con la propia bancada oficialista, y fuera del edificio, donde estarán a la expectativa de sus palabras miles de trabajadores estatales.

Los empleados del Estado aguardan, para mañana mismo, una definición del Mandatario sobre la ley de recomposición salarial sancionada por la Legislatura donde se autoriza el aumento del 60 por ciento para sus sueldos, muchos de los cuales rondan apenas los 130 pesos.

Ficoseco intenta desde días atrás convencer a los dirigentes gremiales de que acepten un aumento de 80 pesos, pero éstos insisten en que el Mandatario dé vía libre a la ley de recomposición salarial.

Esta disconformidad generó la dura marcha del martes pasado que culminó con una batalla campal entre policías y manifestantes.

9405975

01-01

Nº. DOCUMENTO 9405976
TITULO Incidentes en capital Jujeña
PROCEDENCIA La Nación - 150025
FECHA DE PUBLICACION 5-4-94
VINCUL. CLAVES 66960
11859

Serios incidentes en la capital jujeña

Enfrentamientos: por lo menos, fueron quince los heridos por los choques entre manifestantes y personal policial en inmediaciones de la Legislatura provincial.

SAN SALVADOR DE JUJUY.- No menos de 15 heridos -10 civiles y 5 policías-, entre ellos un periodista de una radio local, Waldo Mercado; una chica de 17 años con un balazo de goma en la espalda y el propietario de un comercio de la terminal de ómnibus de esta capital fue el saldo del feroz enfrentamiento entre grupos de manifestantes y la policía, que tuvo como epicentro los alrededores de la Legislatura provincial.

A las 20.30, la policía montada y el grupo antimotines continuó su recorrida por distintos puntos de la ciudad con el propósito de detener a los manifestantes.

Estratégicamente dispersados en grupos, algunos enfrentamientos se concretaron en Mariano Moreno, un barrio de clase baja de las afueras de la ciudad; otros se produjeron en la terminal de ómnibus, donde fueron saqueados negocios e incendiado el destacamento policial allí ubicado, generando corridas y ataques de histeria de quienes esperaban sus micros para viajar.

El propietario de uno de esos negocios fue duramente golpeado por un manifestante, al punto de que casi perdió su ojo derecho.

A pocas cuadras de allí, otro grupo de manifestantes intentó copar la casa del gobernador jujeño, José Ficoseco, pero fue rápidamente dispersado por policías apostados en los techos.

Por momentos, San Salvador de Jujuy se convirtió en un campo de batalla, donde largas columnas de humo y el estruendo de disparos de bombas de gases coparon la ciudad. Las sirenas de las ambulancias dominaron rápidamente el ambiente y las calles quedaron prácticamente vacías.

La tranquilidad se instaló aquí alrededor de las 21, sin que se conocieran anuncios oficiales sobre detenciones.

De la suerte del dirigente gremial Carlos Santillán nadie dio detalles, mientras que del sindicalista Fernando Acosta sí se supo que está detenido y con lesiones.

Como una ciudad en estado de sitio, las patrullas policiales y los carros de asalto continuaron, pasadas las 22, recorriendo las calles en prevención de nuevos brotes de violencia.

Piden el juicio político

SAN SALVADOR DE JUJUY.- El gobernador de la provincia, José Carlos Ficoseco, tuvo que reducir ostensiblemente su mensaje ante los graves disturbios que se precipitaron ayer a pocos metros de la Legislatura, donde estaba inaugurando el 133º período de sesiones.

Ficoseco terminó su mensaje y se retiró de la Casa de las Leyes en un móvil policial. Los incidentes continuaban horas después de haber finalizado la sesión. Además, se informó que los bloques de la UCR y del MPJ presentaron sendos pedidos de juicio político contra el mandatario provincial.

El diputado Martín Jorge, del Movimento Popular Jujeño, dijo a LA NACION que "los que apuestan al caos y a la violencia son pequeños grupos, socios del gobernador, incapaz de conducir nada, que buscan la intervención a la provincia". Por su parte, Gerardo Morales, presidente de la UCR, culpó de los desmanes "al gobernador Ficoseco, quien debería haber distendido la situación".

Agustín Perassi, titular del bloque justicialista, opinó sobre los incidentes y estimó que éstos "fueron provocados por políticos disfrazados de gremialistas, que utilizan las necesidades de los trabajadores con objetivos alejados de los intereses de los empleados públicos".

Poco antes del reducido mensaje del gobernador, se supo que éste había vetado una ley de recomposición salarial y había firmado un decreto, dando $ 80 de aumento a los estatales.

La Legislatura dio estado parlamentario a los pedidos de juicio político y citó para hoy a la Sala Acusadora para analizar su tratamiento.

Más gases

El enviado especial del Partido Justicialista a Jujuy, Luis Martínez, hizo saber ayer al Ministerio del Interior que la policía provincial necesita un aumento en la provisión de gases lacrimógenos.

Los episodios de ayer podrían repetirse hoy, según una evaluación de inteligencia.

9405976

01-04

Nº. DOCUME
TITULO ....
PROCEDENC
FECH
VINCUL

Desarrollo de la crisis jujeña



1º de junio de 1993

El vicegobernador, José Carlos Ficoseco, asume como gobernador luego de que la Legislatura aceptó la renuncia de Roberto Domínguez que, en opinión casi unánime, fue motivada por presiones de los propios legisladores.

14 de septiembre de 1993

Primera movilización estatal por reclamos salariales. El gobierno paga deudas correspondientes a 1991 y promete un aumento de 200 pesos, que nunca concretó.

23 de septiembre de 1993

Segunda movilización estatal. Ficoseco promete paritarias y la Legislatura las aprueba. El Ejecutivo paga 300 pesos por única vez. Coincidentemente, los propios legisladores justicialistas, sumados a los opositores, exigen un plan de gobierno concreto y efectivo, recambio ministerial y mayor transparencia en el uso de los fondos públicos.

14 de marzo de 1994

Tercera manifestación estatal, a la que se agregan los docentes, con Mary Sánchez a la cabeza.

29 de marzo de 1994

Cuarta manifestación estatal. La más grave de todas. Son atacadas la Legislatura y la casa del gobernador. Ficoseco ofrece 80 pesos de aumento no remunerativo. Los gremios endurecen su posición y exigen una recomposición salarial de todos los sectores.

30 de marzo de 1994

Como consecuencia de los graves incidentes durante la última manifestación, renuncia el ministro de Gobierno Antonio Paleari. Legisladores del Movimiento Popular Jujeño promueven el juicio político a Ficoseco.

Ficoseco, por un acceso inusual, y en medio de un gran operativo

Por Jorge Palomar
(Enviado especial de LA NACION)

Seguridad: el gobernador fue un invitado no deseado en la inauguración del período ordinario de sesiones de la Legislatura.

SAN SALVADOR DE JUJUY.– El gobernador de Jujuy, José Carlos Ficoseco, ingreso en el edificio de la Legislatura por una puerta secundaria trasera en medio de un operativo de seguridad rara vez visto en esta ciudad, que incluía, además de los efectivos locales, a gendarmes enviados desde Salta y Córdoba, un grupo especial de inteligencia, policía montada y policía antimotines.

No sólo Ficoseco se presentó así, sino que debió soportar el hecho de no haber sido invitado protocolarmente a la inauguración del 133º período ordinario de sesiones. Según ordena el protocolo, una comisión integrada por los presidentes de todos los partidos con representación parlamentaria acude al despacho del gobernador para invitarlo a presidir la ceremonia. Eso no ocurrió.

Por eso no extrañó cuando por los altavoces el secretario de la Legislatura dijo: "Sabiendo que está el gobernador en el salón, se lo invita a presidir la ceremonia".

Ficoseco arrancó diciendo que el período se iniciaba en momentos difíciles para la provincia.

Minutos más tarde, cuando la voz y el mensaje del gobernador se diluía por los altavoces instalados en la calle, la columna de obreros municipales encabezados por Carlos Santillán irrumpió vociferando: "Paso, paso, paso, se viene el jujeñazo".

A las 18.30 de un atardecer tenso y lluvioso, las frases monocordes del gobernador caían como hojas al suelo tapadas por las bombas de estruendo lanzadas por los manifestantes, y por las granadas de gas lacrimógeno y vomitivo con que repelía la brigada antimotines y los cañonazos secos de las itakas con sus balas de goma.

Los hechos se fueron sucediendo como se suponía. Estratégicamente ubicados, los centenares de policías rodearon no sólo la Legislatura sino también la Casa de Gobierno.

La quema de gomas y cubiertas, una lluvia de piedras, bolitas de vidrio y una represión por momentos arrolladora, daban un marco lamentable a un episodio que, normalmente, tiene que ser una fiesta.

Cerca del anochecer, la policía había tomado el puente sobre el río Chico -un cauce de agua que divide a San Salvador de Jujuy en dos- y, desde allí, se hizo fuerte para obligar a retroceder a los cada vez más dispersos manifestantes.

La suerte está echada

Cerca de las 19.30, otros grupos de manifestantes enrolados en el gremio estatal observaban desde la plaza donde se levanta la gobernación los hechos que se sucedían un par de cuadras más adelante. En ningún momento esos grupos lograron cruzar la montaña de policías que, con orgullo, había anunciado el gobernador que se dispondría.

Previamente, el secretario general del gremio que agrupa a losprofesores de la enseñanza media y superior, Federico Medrano, aseguró a este redactor que el gobernador se jactaba entre él de lo que iba a ocurrir por la tarde. Textualmente, Ficoseco le dijo al dirigente gremial: "Ya todo está en manos de Gendarmería y la Federal, ya no es asunto mío, así que si van a la plaza los van a reca... a palos".

El día clave había llegado. Lo que la gente no imaginaba era que un operativo policial de esta magnitud podía desarrollarse en los alrededores del edificio de la democracia. Alguien, mientras lagrimeaba y mostraba los ojos enrojecidos por los gases, lo pintó de este modo: "Esto es una escalera de dos peldaños. Está el de abajo, que es el pueblo, y en el de arriba, que es la Legislatura, están los mismos diputados que lo pusieron a Ficoseco hace menos de un año, y que ahora lo quieren voltear".

La banda de música de la policía provincial no tocó; la alfombra roja que debió pisar el gobernador fue aplastada por las botas de los gendarmes; la calle Gorriti, por donde se ingresa en la Legislatura, quedó cubierta de cápsulas de balas de goma, piedras, cubiertas quemadas y estiércol.

62

9405976

Nº. DOCUMENTO
TITULO Nuevos choques entre manifestantes y policías en Jujuy
PROCEDENCIA Página 12 - 15 05 18
FECHA DE PROCESO 5-4-94
VINCULACIONES 66960
11352

NUEVOS CHOQUES ENTRE MANIFESTANTES Y POLICIAS

Piedras, fuego y disparos en Jujuy

Una veintena de heridos y numerosos detenidos fue el saldo de los choques entre manifestantes y policías en Jujuy.

(*Por Héctor Alí, desde Jujuy*) "Creo que nunca se han juntado tantas desgracias para los jujeños." El gobernador José Carlos Ficoseco acababa de enunciar en la Legislatura una larga lista de males que sacuden a la provincia, cuando a pocos metros del edificio comenzaban los violentos enfrentamientos entre la policía y un millar de manifestantes del Frente de Gremios Estatales, que provocaron casi una veintena de heridos, entre ellos el secretario general de ATE, Fernando Acosta, y continuaban anoche con esporádicos encontronazos en varios sectores de la ciudad. A última hora no se conocía el número exacto de detenidos, pero se presumía que muchos manifestantes habían sido capturados por la policía en las redadas que siguieron a los enfrentamientos y que se habrían extendido durante la madrugada. Anoche, en Buenos Aires, el ministro Carlos Ruckauf negaba la posibilidad de intervenir la provincia.

las escalinatas de la Casa de Gobierno. "Este aumento que quieren darnos -gritó Santillán- es una burla, porque teníamos una ley que nos daba el 60 por ciento de recomposición salarial, que fue vetada y ahora pretenden arreglarnos con mercadería como si fuéramos animalitos." Otros oradores aludieron al dispositivo de seguridad montado en la provincia y aseguraron que "nos quieren asustar, pero los estatales le demostramos a este gobierno que no tenemos miedo".

A partir de allí se inició la marcha alrededor de la Plaza Belgrano, mientras en algunos edificios vecinos podían verse policías armados en posición de tiro. Cuando la manifestación pasó por detrás de la Casa de Gobierno, pareció que allí se provocaría el primer choque, pero no fue así. Una mujer solitaria se desprendió de la columna y encaró a los policías para preguntarles, con suma inocencia, "cómo pueden reprimir al pueblo si ustedes ganan tan poco como nosotros".

TELAM



Jujuy vivió ayer una nueva jornada de violencia que dejó una veintena de heridos.

Los estatales rechazaron el aumento de 80 pesos anunciado por el gobernador Ficoseco.

de casi 250 mil habitantes, pero no intervino en los desmanes. A esa hora, el gobernador brindaba su discurso ante los legisladores, que también en ese momento se aprestaban a receptar sendos pedidos de destitución del primer mandatario, a través del juicio político. Anoche, reunidos en sus respectivas sedes, los dirigentes del Frente Estatal anunciaron la continuidad de las medidas de fuerza y su resistencia total a los ofrecimientos del gobierno.

9405976

03

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES

El gobierno provincial había montado desde temprano un impresionante operativo de seguridad, con más de 2000 hombres, incluyendo los refuerzos de Gendarmería y de la Policía Federal, enviados la semana pasada por el Ministerio del Interior. La tensión que pudo palparse en cada esquina de San Salvador durante toda la jornada explotó cuando la vanguardia de la manifestación, encabezada por el líder municipal Carlos "Perro" Santillán, pretendió traspasar un cordón policial que custodiaba la Legislatura. La policía reprimió con gases lacrimógenos y balas de goma, provocando el desbande generalizado en medio de la humareda que emanaba de las gomas incendiadas por los manifestantes. Los estatales habían rechazado un aumento de 80 pesos, decretado por el gobernador, que en la misma norma anunció el veto de la ley de recomposición salarial sancionada anteriormente por la Legislatura. A última hora, anunciaron la aplicación de medidas de fuerza, con paros con asistencia, desde hoy. Ayer, mientras Ficoseco se lamentaba ante los legisladores por las desgracias políticas y sociales que sacuden a esta provincia, los bloques opositores pedían su destitución por juicio político.

A la hora prevista para la movilización, Jujuy aparecía como una ciudad sitiada. Las fuerzas de Gendarmería, provistas de chalecos antibalas, pistolas lanzagases, granadas de mano y bastones, rodeaban la Casa de Gobierno, mientras que la Policía Federal se repartía en la custodia de delegaciones nacionales. La montada y la sección perros merodeaban las plazas y formaban un círculo alrededor de la Legislatura. La calma era demasiado tensa para perdurar. Durante todo el fin de semana el ambiente se había recalentado con los anuncios de los sindicalistas sobre el rechazo de la oferta salarial del gobierno. Los primeros en llegar a la Plaza Belgrano fueron los docentes. Pero nuevamente el tono beligerante lopusieron los municipales con sus cargas de bombas de estruendo y estribillos de guerra.

Eran las seis de la tarde, cuando los dirigentes del Frente ocuparon

El primer choque se produjo en la esquina de Gorriti y 19 de Abril. La policía había dispuesto un cordón de agentes desarmados para contener a los manifestantes. La primera línea de estatales se lanzó al grito de "queremos pasar" y allí comenzaron los empujones y algunos golpes. No se sabe quién dio la orden, pero de pronto la retaguardia de policía comenzó a disparar gases lacrimógenos y balas de goma y el desbande fue total. Un disparo hirió en una pierna al dirigente Fernando Acosta, de ATE, mientras que un periodista de una FM local recibió otro impacto en el tórax. La pelea dio lugar a que los cronistas de la televisión relataran agitadamente lo que sus cámaras mostraban. El humo de las explosiones y las cubiertas incendiadas elevándose hacia el cielo cubierto daban un aspecto dantesco y dramático. Los pasacalles de publicidad política por las elecciones del 10 de abril parecían una burla sin sentido frente a las corridas de la gente.

Los enfrentamientos continuaron en varios sectores, sobre todo en la zona de la terminal de ómnibus, donde un grupo de manifestantes se había atrincherado para resistir los embates policiales. Un pelotón de Gendarmería abandonó la Casa de Gobierno para cubrir los puentes del río Chico, que dividen esta ciudad

9405976

04-04

Nº. DOCUMENTO 9405977
TITULO Menem atribuye disturbios en Salta y Jujuy a [illegible]
PROCEDENCIA Página 12 - 150513
FECHA DE PROCEDENCIA 6-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

MENEM

"SON

El presidente Menem señaló a integrantes del movimiento Patria Libre por los incidentes en Salta: "Estuvieron prácticamente en todas las tomas de regimientos que hubo en la Argentina, tienen profundas conexiones, levantan la figura del Che Guevara", señaló. El jefe de Estado también defendió la detención de Carlos "el Perro" Santillán, el líder de los trabajadores municipales jujeños. Los maestros salteños llamaron a ocupar las escuelas de la provincia junto con los padres de los alumnos.

El presidente Carlos Menem atribuyó ayer los incidentes ocurridos en la provincia de Salta a "agitadores" pertenecientes a la Corriente Nacional Patria Libre. "¿Quiénes eran? Creo que casi ninguno era maestro. Todos eran de un movimiento que ya conocemos: Patria Libre. Estuvieron prácticamente en todas las tomas de regimientos que hubo en la Argentina. Tienen profundas conexiones, levantan la figura del Che Guevara... andan con figuras del Che Guevara por todas partes y, bueno, estuvieron ahí provocando este pequeño disturbio en la provincia de Salta. Creo que hay 4 detenidos", acusó el Presidente. Pocas horas después, el gobernador salteño, Roberto Augusto Ulloa, también habló de activistas, pero relativizó las

Jujuy marchó en calma

(*Desde Jujuy*) Una columna de un millar de personas abrazó ayer con una enorme bandera argentina la Plaza Belgrano, donde el lunes y martes pasado fueron reprimidos los manifestantes del Frente de Gremios Estatales. A diferencia de entonces, la Jefatura de Policía ubicada en una de las calles laterales, entrecerró sus puertas, donde ubicó agentes femeninos. Lo mismo ocurrió en los portones de la Casa de Gobierno, donde los gendarmes con equipo de combate se replegaron a la parte trasera. Con nudos en la garganta [illegible] "el Perro" Santillán y los dirigentes de los trabajadores del Estado anunciaron una tregua en su huelga por una semana, pidieron la renuncia del gobernador menemista Carlos Ficoseco y se manifestaron en contra de una eventual intervención federal.

A 36 horas de las elecciones del domingo, en que Ficoseco encabeza la lista del atomizado PJ jujeño, los manifestantes silenciosos terminaron colocando las flores que llevaban al pie del monumento al creador de la bandera. El acto se sumó a un pronunciamiento de todos los bloques de la Legislatura contrario a que el gobierno de Carlos Menem disuelva los poderes locales para terciar en la crisis política y social de la provincia.

La multitud se desplazó sin cánticos por las mismas calles donde a comienzos de semana hubo graves incidentes. En la explanada de la sede gubernamental, la docente María Ferrín anunció el cese del paro de los estatales por una semana, una forma de acompañar gestiones negociadoras, en cuya primera fase intervino ya el obispo Raúl Casado y representantes de las fuerzas políticas y el gobierno. Con los ojos llenos de lágrimas, el dirigente de los profesores Federico Medrano dijo que "los gobiernos no deben gastar más en armas y aparatos represivos sino en solucionar los problemas de la gente". Reputado como uno de los dirigentes profundos del Frente, Nando Acosta (de ATE) reafirmó la idea de "regio[illegible]". Pero fue Santillán, de gran predicamento entre los estamentos más bajos de trabajadores, quien dijo lo que todos querían oír: "Este gobernador se tiene que ir pero no a su casa, sino preso por corrupto". Fue aclamado.

La intervención federal parece atada en alguna medida a los resultados del domingo, donde crece el enigma de si habrá un "efecto Santillán". El dirigente, que ayer reemplazó su habitual vincha de rugbier por una tira celeste y blanca, llamó a votar en blanco pero los restantes dirigentes guardaron silencio. En la provincia no existe una fuerza política similar al Frente Grande donde, naturalmente, confluirían en otros puntos del país los disconformes con el ajuste. Hay quienes suponen por ello que el partido provincial de Cristina Guzmán (MPJ) puede canalizar también parte del descontento.

9405977
01-02

ACUSO POR LOS INCIDENTES EN SALTA Y JUJUY

"GRUPOS SUBVERSIVOS"

especulaciones de Menem. En una apreciación menos directa que la del jefe de Estado, Ulloa precisó que "no sé de dónde sacaron que hay detenidos", y agregó que no podía confirmar que los agitadores pertenecieran a Patria Libre, "porque nosotros no tenemos el registro ideológico de los ciudadanos".

Menem hizo estas declaraciones a Radio Municipal media hora antes de que comenzara a regir la veda política, y responsabilizó de los incidentes a "grupos subversivos que gracias a Dios son minúsculos en la Argentina, y que nos han llevado a situaciones difíciles". Anteayer, pocas horas después de los incidentes el ministro del Interior, Carlos Ruckauf, había dicho que "treinta o cuarenta personas que tiran piedras incurren en un acto de provocación y ello obliga a una respuesta de las fuerzas de seguridad".

Las autoridades provinciales dieron un informe diferente de la situación. Ulloa coincidió con Menem en afirmar que "cualquiera que conozca el medio sabe que la mayor parte de los docentes estaba al otro lado de la calle", pero desmintió que se hubieran producido detenciones. "Yo personalmente no podría afirmarlo", dijo Ulloa tajante cuando se le consultó sobre la filiación política de los supuestos activistas. "Si pertenecen a Patria Libre, al MTP o a cualquier otra organización de ese tipo, yo no lo puedo afirmar –amplió–, porque nosotros no tenemos el registro ideológico de los ciudadanos."

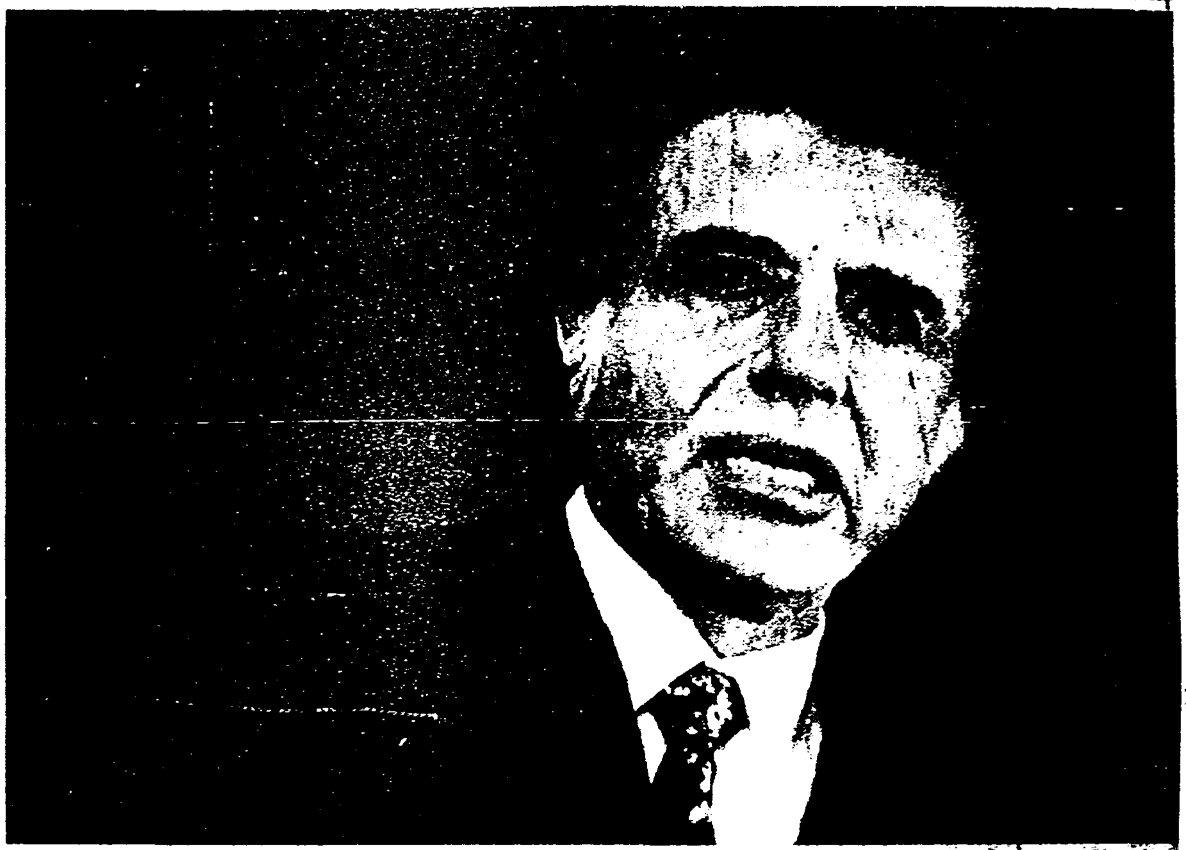
El jefe de Estado también se refirió, con el mismo tono, al estallido de Jujuy, adonde una manifestación convocada por el Frente de Gremios Estatales del lunes derivó en cinco días seguidos de enfrentamientos con las fuerzas de seguridad. Menem responsabilizó a Carlos "el Perro" Santillán –quien fue liberado el jueves tras dos días de detención– por la organización de los incidentes. Menem defendió "la detención de quien ya tenía orden de captura por causas similares en estos últimos años, hace 12 años que está en lo mismo" y sostuvo que "la justicia jujeña va a seguir con los procesos en contra de los que han creado esta situación de violencia".

La agrupación Patria Libre salió ayer a contestar las acusaciones del presidente Menem. En un comunicado firmado por Humberto Tumini, los responsables de la agrupación dijeron que "desde el Gobierno se piensa en montar una provocación alrededor de Patria Libre". "Ahora no tiene nada mejor que decir que adjudicarle a nuestra corriente la autoría de lo sucedido en Salta. ¿Y en Santiago, La Rioja, Jujuy y Tucumán también estábamos nosotros apedreando las casas de gobierno y legislaturas", se preguntan en el comunicado.

Los incidentes en Salta comenzaron el jueves durante una marcha de docentes en reclamo de mejoras salariales y en defensa de la escuela pública. Tras los discursos de los dirigentes sindicales en la plaza 9 de Julio, la columna de manifestantes se dirigió hacia la sede de la CGT. Tras encontrar vacío el edificio de la central obrera, los trabajadores se dirigieron a la Legislatura provincial, donde algunos manifestantes comenzaron a romper vidrios de oficinas laterales y a sacar muebles y expedientes a la calle, para luego prenderles fuego.

La policía provincial que custodiaba el edificio se mantuvo pasiva hasta que recibió una lluvia de piedras. Los uniformados lanzaron una andanada de gases lacrimógenos y balas de goma contra la multitud, a menos de 20 metros de distancia.

A. Ande



El presidente Menem acusó a "grupos subversivos" por los incidentes en Salta y Jujuy.
"Levantan la figura del Che Guevara... andan con figuras del Che Guevara por todas partes."

02-02

9405977

Nº. DOCUM 9405978
TITULO Situación en Jujuy
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE
VINCULACIÓN

LAS ENCUESTAS DICEN QUE EL MOVIMIENTO POPULAR JUJEÑO PUEDE GANAR EL DOMINGO

Jujuy: el estallido se sentirá en las urnas

En Jujuy, la dirigencia política se desvela con un interrogante: hasta qué punto el último estallido de violencia hará sentir sus consecuencias en las urnas, el próximo domingo. Por de pronto, la situación electoral del gobernador peronista José Ficoseco se ha complicado y las encuestas pronostican que pude ganar María Cristina Guzmán, del Movimiento Popular Jujeño.

Ricardo Cárcova



El sindicalista municipal José "Perro" Santillán, jefe de la protesta gremial en Jujuy, sale de la cárcel donde estaba detenido: dijo que seguirá la pelea.

SAN SALVADOR DE JUJUY (Enviado especial). — Mientras a las cinco de la tarde de ayer era liberado el líder de la revuelta gremial jujeña, el municipal **Carlos "Perro" Santillán**, los partidos políticos hacen cuentas y piensan en la elección del domingo, crucial para la suerte del peronismo.

La pregunta obvia es: en qué medida influirá electoralmente el "sacudón" sindical que en las últimas semanas le movió el piso al gobierno del peronista **José Carlos Ficoseco**, un joven médico que, siendo vicegobernador, remplazó en junio al entonces gobernador **Roberto Domínguez**.

Coincidiendo con la liberación de Santillán, ayer la Cámara de Diputados aprobó un proyecto del Poder Ejecutivo que promueve el cambio de destino de dos partidas presupuestarias para ser destinadas al pago de la "recomposición salarial" que reclaman los trabajadores

La decisión de la Cámara tuvo que ver con los ánimos apaciguadores que trajo a Jujuy el secretario general del PJ, **Alberto Kohan**, quien arribó el miércoles a esta provincia con la intención de "congelar" la crisis por lo menos hasta el 10 de abril.

Kohan, también, intentó disciplinar a las huestes peronistas, divididas, en una feroz lucha intestina. Logró, apenas, una tregua que durará hasta el domingo. Entonces comenzará otra historia.

Si bien el gobierno nacional dice que ha descartado la intervención, aquí casi nadie duda de que llegará más temprano que tarde. Si el PJ obtiene una magra victoria en la elección del domingo, la intervención está todavía más cerca y abarcaría los tres poderes.

El gobernador Ficoseco ha perdido el apoyo de sus viejos seguidores, que lentamente lo han ido abandonando. En la Cámara de Diputados, integrada por 48 miembros, 24 pertenecen al justicialismo, pero los hombres que siguen fieles a Ficoseco son una minoría.

Una fuente allegada al ex gobernador Domínguez (que es tercer candidato a convencional para la elección del domingo), sostuvo ante **Clarín** que "es muy difícil que su jefe obtenga su banca. Después de casi un año de gobierno de Ficoseco —apuntó con saña—, en donde imperó la práctica del clientelismo y la mayor corrupción, era casi lógico que se llegara a esta situación de violencia. El efecto «Santillán» se hará sentir en las urnas". Si el peronismo no consigue por lo menos tres bancas, "es probable que el partido estalle en mil pedazos". Se refería al último estallido de violencia que fue reprimido con gases vomitivos, lacrimógenos y con balas de goma por la Policía.

El diputado **Martín Jorge**, del Movimiento Popular Jujeño, augura un triunfo de **María Cristina Guzmán** —que encabeza la nómina de convencionales por su partido en San Salvador de Jujuy—, y cree que "haremos una buena elección". Enseguida enumera los males de su provincia: sobre una población de 530.000 personas, "más de 70.000 tienen problemas de empleo". Jorge, además, subraya que "en los últimos 3 años, se han perdido 15.000 puestos de trabajo". Las últimas encuestas pronostican aquí el triunfo de la Guzmán.

El diputado del MPJ habla, también, de "la desnutrición de la gente, y del alto índice de mortalidad infantil". Y con ironía, señala: "Ficoseco es un gobernador inédito, porque todos los días tiene una actitud distinta. Yo dije hace poco que este gobierno era una simple formalidad, ahora sostengo que ya ha dejado de existir".

El legislador del MPJ preside una comisión parlamentaria que ha pedido el juicio político a Ficoseco, acusándolo de "incapacidad para el desempeño de su cargo, e incumplimiento de sus funciones públicas".

Clarín 9-4-94

9405978

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Clarín - 15002 4
FECHA DE PROCEDENCIA 7-4-94
VINCULACIONES 16960
11352

MENEM DIJO QUE ACTUARON AGITADORES

En Jujuy pasó la violencia y ahora vuelve la política

La calma volvió a Jujuy y regresó la política. El Gobierno envió a Alberto Kohan para disciplinar al PJ y apuntalar al jaqueado gobernador Carlos José Ficoseco. El presidente Carlos Menem dijo que los últimos incidentes fueron promovidos por agitadores y descalificó al gremialista Carlos Santillán, la cabeza visible de los disturbios, que ayer continuaba detenido. Cómo vienen los pronósticos para los comicios del domingo.

JUJUY (Enviado especial). — Con la ciudad cercada por la Policía y manifestaciones pacíficas aunque constantes en reclamo de la liberación del dirigente gremial **Carlos "Perro" Santillán**, tras varios días de violencia San Salvador de Jujuy recuperó algo de su calma perdida.

La posibilidad de un estallido de violencia similar a los registrados en la última semana rondaba, sin embargo, frente a la Unidad Penal I —a unas quince cuadras del centro— donde hasta anoche continuaba detenido Santillán. Medio millar de personas reclamaron pacíficamente por su libertad, en tanto otros manifestaron frente a la Casa de Gobierno. **Anoche las 15 personas detenidas ya habían sido liberadas y se esperaba que la Policía hiciera lo propio con Santillán en las próximas horas.**

El presidente **Carlos Menem** opinó ayer, en vuelo a Santiago del Estero, que los violentos enfrentamientos entre las fuerzas de seguridad provinciales y los manifestantes —reprimidos con balas de gomas y gases lacrimógenos y vomitivos— se debieron **"a los agitadores de siempre". Al referirse en particular a Santillán, lo acusó de participar "desde hace 10 o 12 años en este tipo de manifestaciones"**, y advirtió que el Gobierno "va a ser inflexible con quienes alteren el orden público o causen daño a personas y a la propiedad".

Además de quinientos gendarmes, el Gobierno envió ayer al secretario general del PJ, **Alberto Kohan**, para disciplinar a las huestes del justicialismo jujeño y frenar la seguidilla de pedidos de juicio político al gobernador **Carlos José Ficoseco**, quien es primer candidato de la lista de convencionales constituyentes del oficialismo.

♦ **Intervención**

Desde Buenos Aires, el ministro del Interior, **Carlos Ruckauf**, relativizó las versiones de una inminente intervención federal a los tres poderes. El ministro sostuvo que por ahora "no están dadas las condiciones", pero también aclaró que "no me gusta negar terminantemente algo cuando hay convulsión por tres días consecutivos".

Ficoseco, en tanto, ha optado por refugiarse detrás de una muralla policial: la Casa de Gobierno se ha transformado en un búnker custodiado por fuerzas de Gerdarmería. **Cuando el mandatario tiene que trasladarse por las calles, prefiere hacerlo a bordo de un patrullero.**

"En Jujuy, votemos por el futuro. Roberto Domínguez, María Mayans y José Ficoseco", se puede leer en algunos afiches pegados alrededor de la Casa de Gobierno y la Legislatura. Junto a los rostros de los tres candidatos justicialistas aparece la imagen del presidente Menem.

Las encuestas locales, sin embargo, ubican a **María Cristina Guzmán**, del Movimiento Popular Jujeño, como la probable ganadora en la elección del domingo. Titular de la lista de su partido, se dice que la votarán "los jubilados y los docentes".

Hasta poco antes de la explosión social jujeña, Ficoseco se perfilaba como el seguro candidato a disputar el primer puesto en las elecciones del domingo. En cambio, ahora, los radicales confían que será su hombre, **Humberto Salum**, quien ocupe el segundo lugar en la preferencia de los votantes.

Alberto González Toro

Ricardo Cárcova



El sindicalista Carlos "Perro" Santillán, en el calabozo: detrás de las rejas dice que lo maltrataron y que seguirá en la protesta.

Entre rejas

SAN SALVADOR DE JUJUY (Enviado especial). — **"Temí por mi vida"**, confesó **Carlos "Perro" Santillán**, secretario general de los municipales de Jujuy. Demacrado, fatigado, "sin tener noción del tiempo", el gremialista detenido en la Unidad Penal 1 —situada a pocos kilómetros del centro de la ciudad—, contó las "terribles horas" que pasó el martes cuando fue secuestrado en plena calle, introducido en una Trafic, y llevado a un lugar desconocido.

"Se trató de un secuestro como los que se hacían en la década del 70", dijo a Clarín la esposa de Santillán, y agregó: "Lo encapucharon, le ataron las manos, lo metieron en un auto sin identificar, y lo amenazaron. Los secuestradores le decían a mi marido que lo estaban llevando a Salta".

Los periodistas pudieron hablar con el dirigente sindical en el pabellón 1 de la Unidad Penal de Jujuy, autorizados por el juez Mario González.

"Hay que seguir en la lucha", repetía Santillán, mientras escuchaba el eco de bombos y clarinetes que tocaban sus partidarios, agrupados frente a la penitenciaría.

Santillán fue detenido a las 12 del martes, y recién a las 17.20 fue recluido en una celda de la Unidad Penal 1. **"Aquí no ingresó encapuchado"**, afirmó el inspector general **Juan Carlos Lucero**, director de la unidad carcelaria. Lucero dijo, también, que Santillán fue revisado por el servicio médico de la unidad. **"El señor Carlos Nolasco Santillán no presentaba ningún golpe"**, informó Lucero.

9405978

02

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La Nación - 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 6-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

Por Jorge Palomar

(Enviado especial de LA NACION)

SAN SALVADOR DE JUJUY.– El enfrentamiento entre manifestantes y fuerzas policiales volvió a caracterizar otra jornada tensa en la capital jujeña, después de una tregua impuesta por el silencio de una madrugada lluviosa.

Cuando llegó la mañana, todo fue igual que anteayer, aunque agravado por la evidencia de que el conflicto planteado no decrece.

Esquivando la orden de captura impuesta por el juez de instrucción Humberto González, uno de los líderes del Frente de Gremios Estatales, Carlos "Perro" Santillán, volvió sobre sus pasos apuntalado por centenares de manifestantes en busca de la Casa de Gobierno. Luego, sería apresado.

Desde otros sectores de la ciudad, los dirigentes frentistas Fernando Acosta (estatal) y Federico Medrano (profesores) se las ingeniaban para alcanzar similar objetivo.

A las 10, mientras se ordenaba la evacuación de la Gobernación y se reforzaba aún más la custodia de la Legislatura, comenzaron a oírse los primeros disparos y las primeras descargas de bombas de estruendo que, tal como ocurrió anteayer, eran lanzadas por los manifestantes desde distintos puntos.

Palos, piedras y balas

Repentinamente, las calles se colmaron de personas que, como parte de una estrategia, corrían de un lugar a otro tratando de ingresar en la plaza principal.

Los enfrentamientos se endurecieron. Las inmediaciones de la plaza se convirtieron en un campo de batalla en el que la lluvia de palos y piedras era respondida con balas de goma y gases lacrimógenos.

A escasos cien metros de allí, en segunda fila, una decena de perros de la policía absolutamente excitados ("los tenemos en ayuna para que cuando tengan que morder, muerdan con ganas", se ufanó un cabo de la policía local) y una veintena de gendarmes montados sobre sus caballos y con las máscaras antigases y sus armas preparadas, aguardaba la orden de su comandante para iniciar la represión.

"El gas que usamos –dijo el comandante a LA NACION– está permitido. Lo que pasa es que cuando se inhala demasiado también produce vómitos."

Sólo por la tarde retornó la calma. Con Santillán preso y sin la participación del Poder Ejecutivo, los legisladores y el obispo de Jujuy comenzaron sus gestiones con los estatales para intentar la desactivación del grave conflicto.

03
9405978

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La Nacion 150518
FECHA 6-4-94
VINCULACION 66960
11557

"¡Chape el teléfono rojo y llame a Buenos Aires, gobernador!"

Por Jorge Palomar

(Enviado especial de LA NACION)

Personalidad: diferentes sectores de la provincia definen a Ficoseco como dueño de un carácter ubicado entre el absurdo y la extroversión total.



Fiel imagen de la actual situación jujeña (Gentileza de El Pregón)

SAN SALVADOR DE JUJUY.– José Carlos Ficoseco tiene una costumbre que, acaso, demuestre dramáticamente a que distancia se encuentra de la situación social jujeña. Cada vez que alguien le extiende la mano para saludarlo –habitualmente ocurre con legisladores y miembros de su gabinete– el gobernador exclama ¡osssoooo!, ante el estupor de los presentes.

Tiene otra costumbre: besar cabezas con pronunciada calvicie. En ocasiones, además, toma más tiempo en narrar sus conflictos sentimentales que en analizar cuestiones de Estado.

"El es así", dijo a LA NACION, con envidiable poder de síntesis, el presidente del bloque de diputados de la UCR, Gerardo Rubén Morales, uno de los promotores, junto con una fracción del Movimiento Popular Jujeño, del juicio político a Ficoseco.

Hijo de tabacaleros, Ficoseco es un médico alergista con escasos antecedentes políticos y una personalidad que lo ubica entre el absurdo y la extroversión total.

Calificaciones

La gente de antes diría que es un "dicharachero". Los chicos de hoy no dudarían en llamarlo "zarpado". Para los sindicalistas, es un "loco liviano", y no pocos políticos, eufemísticamente, dicen que "el saco le sobra por todos lados". Los partidarios, que en la Legislatura no son mayoría absoluta, se esfuerzan en explicar que "es un hombre joven, nuevo en política, con mucho impulso pero con una visión muy estrecha de las necesidades de la provincia", según describió a LA NACION el vicepresidente primero a cargo de la presidencia de la Legislatura, el justicialista Fernando Arnedo.

Masca hojas de coca como cualquier jujeño que se precie de tal, y resulta casi kafkiana la imagen de triunfador que ofrece por televisión cuando se promociona su figura para las próximas elecciones de convencionales constituyentes. "Por el bien de todos –reza el slogan– vote a José Carlos Ficoseco". Pero detrás de ese rostro fresco y hasta confiable emerge la cara monstruosa de la pobreza, la desesperanza y hasta el hartazgo. Esa cara multiplicada por miles que, por segundo día consecutivo, copan las calles en busca de una señal que les haga pensar en un futuro mejor.

Partidarios a medias

Es cierto que los diputados del partido gobernante acusan a algunos sectores de la oposición y a algunos gremialistas en crear un caldo de cultivo para una probable intervención. Por eso se cuidan de no echar toda la responsabilidad en el gobernador Ficoseco.

Pero también es un secreto a voces que si el pedido de juicio político prospera, esos mismos legisladores que comparten la lista de candidatos con Ficoseco no dudarían un instante en bajar el pulgar que mande al destierro al gobernador que se divierte haciendo osssooo.

Rodeado de policías, de gendarmes y de agentes de inteligencia, el gobernador parece acorralado aunque se esfuerce en demostrar que todo está bajo control.

Sin embargo, el hombre es débil. Con la provincia plagada de conflictos gremiales, con los estatales en huelga, con los maestros que no acuden a las escuelas, con los municipales en permanente choque con las fuerzas de seguridad, Jujuy es hoy un caos con impredecible final.

Entrevista forzada

Y como si algo faltara para completar este panorama desolador, una marcha de obreros despedidos de Altos Hornos Zapla (suman casi 4000, pero se concentraron alrededor de 400 frente a la casa de gobierno) forzó una entrevista con Ficoseco que, en principio, iba a ser a puertas cerradas.

Empujado literalmente por una veintena de periodistas hacia el interior de su propio despacho, Ficoseco atendió a los delegados metalúrgicos. Uno de ellos le dijo: "Nuestras familias pasan hambre, estamos sin cobrar lo que nos corresponde por los despidos, en total se nos están debiendo diez millones de pesos... Gobernador, ¡chape el teléfono rojo y hable a Buenos Aires, haga algo de una vez!

Ficoseco respondió: "Bueno, como verá, aquí no hay ningún teléfono rojo y no crea que es tan fácil; no tengo una línea tan abierta como ustedes creen".

04-04 9405978

Nº. DOCUMENTO 9405979
TITULO Situación en Salta y Jujuy
PROCEDENCIA Página 12 - 150518
FECHA DE [illegible] 8-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

01-04 9405979



Carlos "el Perro" Santillán, abrazado por sus compañeros, al recuperar su libertad.
"Yo llamo a votar en blanco", anunció el dirigente de los estatales jujeños.

Distensión en Jujuy con la libertad de Santillán

(Por Rubén Furman, desde Jujuy) **Con la liberación de Carlos "El Perro" Santillán, el carismático dirigente de los estatales de la provincia, el gobierno jujeño concretó ayer la distensión indispensable para que este domingo se vote. Tras dos días de refriegas con los empleados públicos, con dos pedidos de juicio político y una amenaza de intervención federal aún incierta, el gobernador Carlos Ficoseco –que además es primer candidato a constituyente del menemismo– quedó tambaleando. Sin embargo, confiado en el peso de su aparato político, el peronismo asegura que en pocas horas más volverá a ganar. La peor conclusión sería suponer, además, que aquí no ha pasado nada.**

Los problemas de Ficoseco no tienen fin. La tercera jornada de paro que ayer cumplieron los 40 mil agentes estatales por la libertad de sus presos alcanzó un alto porcentaje en la tesorería. Ello impide que desde hoy se liquiden los 80 pesos de aumento fijo prometidos a comienzos de semana. También retrasó la distribución de mercaderías almacenadas en depósitos oficiales entre los habitantes de los barrios pobres, que es la forma común de hacer política social en vísperas de comicios. Si no fuera por esos condimentos, se diría que las campañas para las elecciones del domingo han transcurrido virtualmente por la televisión, aunque con la gente haciendo zapping.

La segunda candidata menemista, Susana Mayana, pidió hace algunos días la renuncia del gobernador y votó a favor de la ley que les aumentaba un 60 por ciento a los estatales, cuya derogación está en la génesis del estallido de comienzos de semana. El tercer candidato del PJ es Roberto Domínguez, que cuando fue destituido como gobernador hace un año fue reemplazado por Ficoseco. Anoche, los 57 jefes de intendencias dominadas por el peronismo (sobre 60) se reunieron en Libertador, la segunda ciudad de la provincia, pero excluyeron al gobernador del acto. Son botones de muestra de las pujas sangrientas que dividen al oficialismo desde que rige la Ley de Lemas: es posible pelearse todo el tiempo para terminar sumando los votos, para volver a pelearse pero desde el gobierno.

En Libertador el tema de la gente es la crisis por la reconversión del ingenio Ledesma y la crisis del azúcar. En Palpalá, donde el peronismo siempre ha tenido un baluarte, los dirigentes de los Altos Hornos Zapla amenazaron con indicar el voto en blanco de sus afiliados si no se les paga una deuda global de 10 millones de pesos a los obreros despedidos cuando la privatización de las empresas. Con salarios estatales de menos de 300 pesos como promedio, el comercio y la noche de la capital jujeña son una lágrima.

Los radicales, que dominan la intendencia capitalina –con casi el 40 por ciento de los votos–, denuncian que en las últimas semanas se están distribuyendo masivamente harina, azúcar y chapas fuera de sus dominios. El intendente, Hugo Conde, se pelea con sus municipales pero ayer puso a su abogado a que defienda al Perro Santillán y a otros obreros detenidos y procesados desde comienzos de semana. En campaña todo vale.

María Cristina Guzmán pidió por radio a la gente que vote, saliendo así al cruce de una tendencia posible ante el desencanto con los políticos: el votoblanquismo. "Esa es la forma de protestar, porque si uno pone el voto equivocado después no puede quejarse", dijo, coincidiendo con la Iglesia. La hija del fallecido caudillo y varias veces gobernador Horacio Guzmán cree que en este clima de desesperanza pública, el Movimiento Popular Jujeño puede emerger del tercer puesto en el que ha quedado relegado en los últimos años. Pero advirtió que por falta de fiscales en el interior, el fraude es posible.

El peronismo insiste que a pesar de todo va a ganar y que no habrá "efecto Santillán". Si tiene encuestas que lo prueben, las oculta. Ficoseco supone que un triunfo lo convalidará en el mando de la provincia. Los intendentes, que son el verdadero poder de los punteros y el aparato, prefirieron tomar distancia. Los veedores del Ministerio del Interior, Carlos García Olaya y Luis Quito Martínez, guardan silencio. Una lectura triunfalista los llevaría a suponer que si no tiene traducción electoral, la disconformidad social es sólo marginal. La posibilidad de una intervención sigue latente aunque todo el arco político y social la rechace.

"Yo voto en blanco"

(Desde Jujuy) "Mientras haya injusticia social, niños en la calle, hambre y miseria, ahí vamos a estar nosotros", dijo el Perro Santillán al abandonar ayer la prisión tras 50 horas de detención. El dirigente anticipó, además, ante medio millar de trabajadores eufóricos que lo aguardaban en la puerta de la cárcel –ubicada a unas 20 cuadras del centro– su apuesta fuerte para este domingo: "Yo voto en blanco".

Santillán, que parecía un gigante entre la multitud que pugnaba por abrazarlo, seguirá procesado por una decena de delitos que se le imputan por los incidentes del lunes pasado, así como por otras causas anteriores, siempre vinculadas con la protesta social en la provincia. "Soy un trabajador: si ellos sufren, yo sufro", dijo. Transportado en ambulancia al frente de una manifestación que cruzó la ciudad, pero evitando cuidadosamente aproximarse a los edificios públicos, el jefe del gremio municipal se trasladó de inmediato a la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE), donde lo aguardaban los dirigentes Nando Acosta (herido el lunes por una bala de goma) y Federico Medrano de los profesores, ambos con pedido de captura.

FUEGO

Al grito de "pongan huevos, como hicieron en Santiago del Estero", una manifestación de más de mil docentes salteños terminó con pedradas y naranjazos contra la policía y la destrucción de parte del mobiliario de la Legislatura provincial. Los uniformados contestaron con gases y balas de goma, produciendo varios heridos. Los gremios docentes ratificaron el paro por tiempo indeterminado y llamaron al corte de rutas y la toma pacífica de las escuelas por parte de los alumnos y sus padres. En Jujuy, la liberación del Perro Santillán trajo algo de calma, pero el dirigente de los estatales llamó a una reunión para regionalizar el conflicto.

(Por Héctor Alí, desde Salta) **La habitual pachorra salteña pareció despabilarse definitivamente ayer, cuando una manifestación de docentes que marcharon en reclamo de mejoras salariales y en defensa de la escuela pública terminó en violentos incidentes con la policía frente a la Legislatura provincial. A la rotura de vidrios y la quema de muebles y expedientes en las escalinatas del edificio siguió una andanada de piedras y naranjazos contra la policía, que fue reprimida con gases y balas de gomas. Los disturbios llevaron a punto de ebullición un conflicto que ya lleva cinco semanas de paro, con elevados índices de acatamiento en toda la provincia y que amenaza con extenderse aún más, debido al rechazo de las tibias ofertas salariales del gobierno y la endeblez de una mediación encarada por el Ministerio de Trabajo de la Nación. Ayer, en una asamblea que reunió a un millar de maestros (ver recuadro), los docentes decidieron continuar con el paro y otras medidas como los cortes de ruta y la toma pacífica de escuelas.**

"Pongan huevos/pongan huevos/como hicieron, en Santiago del Estero"; "Se siente/se siente/Jujuy está presente"; "Paso, paso, paso/se viene el salteñazo", cantaban ayer los docentes salteños, como para cerrar el cerco geográfico de reclamos sociales que acucia al noroeste argentino. La manifestación (unas 1200 personas según cifras oficiales) se había nutrido de delegaciones que llegaron del interior de la provincia, donde los porcentajes de acatamiento son totales, según contaron los maestros. "Allí únicamente están funcionando algunas escuelitas rurales que además funcionan como albergues porque no se les puede cortar el alimento a los chicos de la zona", contaron.

La vehemencia de las medidas adoptadas por el gremio comenzó a vislumbrarse desde el fin de semana

Paro y toma de escuelas

(Por H.A., desde Salta) "Esta oferta hay que rechazarla porque es una canallada y una nueva provocación del gobierno". Una multitudinaria asamblea de maestros salteños rechazó ayer en esos términos y por unanimidad, una oferta salarial del gobierno provincial, que incluía el pago de 100 pesos por única vez, sólo para maestros de grado, y la formación de una comisión para replantear el presupuesto educativo. La respuesta de los maestros, además del rechazo a la propuesta oficial, incluyó la profundización de las medidas de fuerza con la continuidad del paro que llevan desde hace cinco semanas, la toma pacífica de escuelas entre padres y docentes, el llamado a una nueva concentración para el martes 12 y la búsqueda del consenso con el resto de los gremios estatales para llegar al "paro general".

La oferta oficial fue planteada en una reunión realizada en la sede local del Ministerio de Trabajo, por Oscar Andrés, enviado de la Subsecretaría de Relaciones Laborales de esa cartera, y Luis Laxi, presidente del Consejo de Educación de la provincia. "Con ese aumento sólo alcanzamos a compensar el descuento de los días de huelga", dijo Virgilio Choque, secretario general de la Agremiación Docente Provincial, quien tuvo la tarea de llevar la infausta nueva a la asamblea realizada en el abarrotado salón de actos de la escuela Alberdi.

"El ministro de Educación, Jorge Rodríguez, es un florero", había dicho este fin de semana, el vicegobernador Ricardo Gómez Diez, en medio del discurso anticentralista encarado en las últimas semanas por los funcionarios locales, como parte de la batalla preelectoral con el justicialismo. Pero a pesar de esa virulencia verbal, los recurrentes fracasos en la gestión de fondos extras ante el Ministerio de Economía de la Nación, llevó al gobernador Roberto Augusto Ulloa y a su ministro Julio César Loutaif, a plantear la oferta mencionada. Para los docentes se trata de "una nueva provocación que intenta dividir nuestra lucha, pero nosotros no podemos volver sobre nuestros pasos y tirar por la borda una lucha que es histórica para la docencia salteña".

La asamblea docente, entre cánticos y aplausos, aprobó además la intensificación de los reclamos "con la concientización, casa por casa si es preciso, de toda la población" y el repudio a la represión ejercida por la policía en los incidentes del mediodía. Del mismo modo impulsó la unidad con los reclamos de los otros gremios estatales hasta llegar al "paro general".

02

9405979

SALTA SE SUMO A LA OLA DE ESTALLIDOS

EN EL NOROESTE

"Un acto de provocación"

El ministro del Interior, Carlos Ruckauf, calificó ayer como "un acto de provocación" los hechos de violencia registrados en Salta durante la marcha de los docentes provinciales. Ruckauf intentó ayer tomar distancia de los disturbios en las provincias del noroeste señalando que "son los gobernadores quienes deben intervenir directamente en estos casos" y que la cartera a su cargo "actúa sólo cuando se lo solicitan". También volvió a descartar "por el momento" la intervención federal a Jujuy.

"Treinta o cuarenta personas que tiran piedras incurren en un acto de provocación y ello obliga a una respuesta de las fuerzas de seguridad", manifestó Ruckauf con relación a los disturbios ocurridos en Salta. El ministro admitió que "hay sectores en el país que todavía sufren", aunque destacó que "hay que trabajar para que esto pueda revertirse y no empezar a las pedradas". También reconoció que el Ministerio del Interior ha comprado "equipamientos antidisturbios", pero dijo que lo hizo para hacer más eficiente "la lucha contra el delito" y no como consecuencia de los actos de violencia registrados en varias provincias.

Gentileza El Tribuno, de Salta



Los manifestantes arrojan al fuego más muebles de la Legislatura provincial.

03

9405979

con sorpresivos cortes de ruta en toda la provincia y la toma pacífica de escuelas, con la participación activa de padres y alumnos. Los maestros salteños que están entre los peor pagos del país, con un sueldo inicial de 290 pesos, vienen reclamando un aumento que lleve sus haberes a 450 pesos, que el gobierno dice no estar en condiciones de afrontar.

Ayer, una columna de casi 1500 personas recorrió el perímetro de la céntrica plaza 9 de Julio. En un alto de los discursos, un representante de la comisión de padres en defensa de la escuela pública informó sobre la decisión de presentar un recurso de amparo para que se garantice la prestación del servicio educativo y gestionar el juicio político al gobernador, Roberto Augusto Ulloa, por incumplimiento de los deberes de funcionario público.

"Salta, salta, salta, pequeña langosta, Menem y Ulloa son la misma bosta", fue la respuesta de la multitud. Tras los discursos, la columna se encaminó hacia la sede de la CGT, pero el reclamo de un "paro general" que partió de los manifestantes fue receptado por un edificio vacío. La ausencia de los jerarcas cegetistas, de reconocido cuño menemista, enardeció a algunos manifestantes quienes arrancaron una bandera del local y arrojaron volantes en el interior de la casa. Algunos memoriosos recordaron las marchas realizadas durante la huelga organizada por el disuelto Frente de Gremios Estatales salteños, en marzo de 1991. Aquella vez, la pasividad de la CGT local frente al reclamo estatal motivó que su titular, el gastronómico Gino Durán, casi fuera arrojado por los balcones del edificio y luego fuera obligado a "encabezar" la protesta, golpeando un bombo entre insultos y escupitajos.

Desde la CGT, impedidos de llegar hasta el Centro Cívico, sede del gobierno provincial, ubicado a más de seis kilómetros del centro en un descampado del barrio Grand Bour, los maestros recorrieron la seis cuadras que los separaban de la Legislatura provincial. Un grupo pretendió ingresar al edificio, pero se topó con la custodia policial y los portones cerrados por orden del presidente del cuerpo, el justicialista Eduardo Paesani. Fue en ese momento, cuando algunos manifestantes comenzaron a romper los vidrios de las oficinas laterales y a sacar muebles y expedientes a la calle, ante la llamativa pasividad policial. Bastó que alguien acercara un fósforo para que esos elementos se transformaran en una pira gigantesca. "Aguantar insultos, escupitajos y naranjazos, pero no pedradas", había sido la orden del comisario Luis Gabriel Giménez, jefe de la policía provincial.

La lluvia de proyectiles que cayó sobre los uniformados activó la reacción con una andanada de gases y balas de goma arrojadas a menos de 20 metros contra la multitud. El desbande fue generalizado. En las corridas, cayeron varias personas alcanzadas por los proyectiles, sangrando profusamente. Quince minutos después, se recuperó la calma. Los manifestantes comenzaron a reagruparse frente al edificio, mientras que la policía cercaba la entrada varios metros más adelante.

Una comisión de docentes fue autorizada a ingresar y ya en el interior de la casa se reunió con los diputados peronistas Francisco Cornejo y Febo Mazzaglia. La intención de los dirigentes no era precisamente dialogar con los legisladores sino reclamar por la libertad de los manifestantes que, según se presumía, habían sido capturados en la refriega. Cuando se confirmó que no se habían producido detenciones finalizó la reunión, sin que los diputados pudieran hacer escuchar su propuesta de revisar el presupuesto educativo.

"Acá hubo agitadores, gente desconocida", aseveró el diputado Cornejo, coincidiendo con la apreciación posterior de la policía. "Acá lo único que ocurre es que la gente está desesperada y ya no aguanta más", contestaron los maestros, mientras los restos calcinados de armarios y escritorios seguían humeando frente a la Legislatura.

Regionalizar el conflicto

Con los recientes enfrentamientos en Jujuy y Salta como telón de fondo, los representantes de todos los sindicatos de empleados públicos de las provincias del noroeste argentino se reunirán entre el martes y jueves próximos para definir "un plan de reivindicaciones comunes". El encuentro fue convocado por el Frente de Gremios Estatales de Jujuy y durante su desarrollo podrían resolver también medidas de lucha conjuntas.

La convocatoria a una reunión de todos los sindicatos estatales del noroeste, que tendrá lugar en Jujuy, fue lanzada ayer por Carlos "El Perro" Santillán, Fernando Acosta y Federico Medrano, entre otros, durante una conferencia de prensa desarrollada en la sede local de ATE. Los dirigentes jujeños revelaron su intención de "regionalizar" la lucha que mantienen en esa provincia y que "es similar a los reclamos de nuestros compañeros de Tucumán, Salta, La Rioja, Santiago del Estero y Catamarca", explicaron. La propuesta apunta a aglutinar las acciones, hasta ahora dispersas, que docentes y empleados públicos llevan a cabo en las provincias del noroeste desde el año pasado.

04-04

9405979

Nº. DOCUMENTO 9405980
TITULO Movilizaciones gremiales en Salta.
PROCEDENCIA Clarín 150275
FECHA DE PUBLICACION 10-4-94
VINCUL-CLAVES 66960
11352

Salta ante otra semana con movilizaciones gremiales

Ocupación de escuelas: prometieron los gremialistas docentes tras rechazar un ofrecimiento de mejoras salariales y disponer la continuidad del paro; adhesión de empleados previsionales.

SALTA.– Un panorama conflictivo presenta la provincia, donde mañana se iniciará la sexta semana con un paro docente que se mantiene desde la fecha en que debieron comenzar las clases, el 7 de marzo, y que ya motivó dos movilizaciones, una de las cuales terminó con serios disturbios en la Legislatura.

Un problema adicional es la situación de la Caja de Previsión Social de la provincia, cuya sede se encuentra frente a la plaza 9 de Julio, el principal paseo salteño, que está ocupada en forma pacífica por su personal para evitar el traspaso a la Nación. El gremio se sumó a la protesta de los educadores.

Conforme lo dispuesto por la asamblea de la Agremiación Docente Provincial, mañana se iniciará la toma de escuelas por parte de docentes y padres de alumnos, pero el gobernador, Roberto Augusto Ulloa, en conferencia de prensa, advirtió que "no se permitirá" esa ocupación y que el gobierno "garantizará la libertad de trabajo, de enseñar y de aprender", y agregó que se dispondrán medidas de vigilancia.

Una sola escuela ocupada

Hasta ahora un solo establecimiento, la escuela Justo José de Urquiza, en el sector céntrico de la ciudad, fue ocupada por los padres, pero la desalojaron el jueves por la noche para no entorpecer los comicios de hoy.

Voceros docentes, sin embargo, advirtieron que hoy, apenas concluida la elección, se hará una caravana de protesta.

Mientras los dirigentes docentes hablan de un acatamiento al paro en el orden del 90 por ciento, las autoridades lo estiman en un 50 por ciento.

Los reclamos son: pago de haberes en término, un básico de 500 pesos, entrega de material didáctico, ayuda escolar primaria de 130 pesos (actualmente es de 30), y aulas para 25 alumnos.

Ofrecimiento rechazado

Funcionarios del Ministerio de Trabajo de la Nación llegaron a Salta para mediar y el gobierno hizo su ofrecimiento: 100 pesos por única vez para maestros y profesores al frente de grado, la equiparación salarial de docentes transferidos a partir de marzo de 1993 y la creación de una comisión para analizar la política salarial educativa y su financiamiento.

Una nutrida asamblea rechazó de plano el ofrecimiento y propuso profundizar el conflicto.

Al preguntársele a Ulloa, en la conferencia de prensa, cuál podría ser la salida, contestó: "Espero que prime la sensatez y la responsabilidad de los docentes".

La misma pregunta fue formulada a los gremialistas y tampoco tuvo una respuesta contundente: "No sé adónde vamos a llegar, pero será hasta las últimas consecuencias. La oferta del gobierno es una burla".

Plazo hasta el miércoles

Hasta el miércoles próximo, el gobierno va a esperar, por cuanto ése es el plazo fijado por la mediación, mas el gobernador no quiso especificar si se declararía ilegal el paro, si se llamaría masivamente a docentes interinos y si se producirían cesantías, como tampoco si está resuelto el descuento de los días de huelga.

La agremiación todo lo resuelve por asamblea, de manera que la dirigencia no tiene un margen de maniobra como para resolver una negociación.

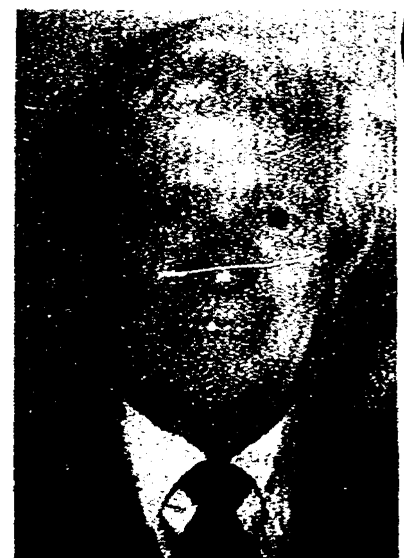
Por su parte, la legislatura, blanco de los ataques que tuvieron repercusión nacional el jueves último, no se mantiene ajena y tanto senadores como diputados provinciales procuran dialogar con docentes, padres de alumnos y con el gobierno.

Más conflictos

Mientras hay posibilidades de nuevos conflictos, el gobernador negó que un eventual nucleamiento de gremios estatales pueda llegar a situaciones como las de Santiago del Estero o Jujuy.

Más aún, la CGT regional, cuya sede fue atacada el jueves, puso distancia frente a la marcha de ese día advirtiendo la presencia de "agitadores".

Salvo el gremio de la Caja de Previsión Social que está ocupando la sede y que amenazó con profundizar la toma a partir de mañana, y de ATE y Apsade, los otros sindicatos del área provincial prefieren no mezclarse y el gremio del personal legislativo, mediante un comunicado, aclaró que el jueves no participó de la marcha.



Gobernador Ulloa

Después de hoy, ¿qué?

Pasado los comicios de hoy, quedará entonces ver qué ocurre en la previsible confrontación; osea, si el gobierno adopta mano dura, que se espera que así sea, vencidos los plazos de una espera prudencial para agotar el diálogo. Según un alto funcionario, habrá que ver cuál será la reacción docente, ya que el apoyo de los padres es relativo, tanto por la cantidad que participa en este respaldo como por el real interés de que sus hijos tengan clases.

El martes, Mary Sánchez y los secretarios de la Ctera estarán en Salta y se producirán nuevas exteriorizaciones durante la semana. Seguramente no serán pacíficas, luego del "éxito", en cuanto a repercusión nacional, que tuvieron los acontecimientos del jueves.

Por si acaso, los responsables, algo más de veinte, ya están individualizados y sus nombres ya los conoce el juez de instrucción Jorge Sosa Vallejo. Algunos quieren ver en esto una clara advertencia.

Carlos Pastrana Padilla

01-03

9405980

Nº. DOCUMENTO
TITULO En Salta protesta docente por reclamos salariales.
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA DE EMISIÓN 9-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

SE PROFUNDIZA LA PROTESTA DOCENTE POR RECLAMOS SALARIALES

En Salta anuncian que desde el lunes tomarán las escuelas

Los docentes salteños anunciaron ayer que, por sexta semana consecutiva, a partir del lunes continuará la huelga y que ella será con "ocupación pacífica" de las escuelas. El gobernador Roberto Ulloa aseguró que garantizaría el dictado normal de clases. Al tiempo, negó saber si en los incidentes del jueves habían participado "infiltrados" del movimiento Patria Libre, como aseguró el presidente Carlos Menem.

En una **profundización de la huelga** que ya entra en su sexta semana, los docentes salteños decidieron iniciar a partir del lunes una **toma pacífica** de las escuelas ubicadas en ciudades cabecera y de los principales departamentos de la provincia junto con cortes de ruta de una hora de duración.

El anuncio lo hizo **Angélica Díaz López**, secretaria general de la Asociación de Docentes Provinciales (ADP), quien reveló que el sindicato rechazó el ofrecimiento del gobierno de abonar una suma fija de 100 pesos por única vez, como un intento de solución al conflicto.

Puesto en conocimiento de la protesta programada por el gremio docente, el gobernador **Roberto Ulloa** aseguró que **se va a garantizar el dictado de clases y que colocará vigilancia policial en cada escuela para impedir que sean tomadas.**

Ulloa dijo anoche que no estaba en condiciones de asegurar que en la manifestación del jueves, que culminó con graves incidentes, había "infiltrados" pertenecientes al Movimiento Patria Libre, como aseguró ayer el presidente **Carlos Menem**.

En ese sentido, Ulloa argumentó que si bien ya tienen identificados **"unos veinte agitadores"** que participaron de los incidentes, **no conoce cuál es su filiación política** dado que **"no tenemos el registro ideológico de los ciudadanos".**

El jueves, la ADP realizó una marcha que terminó cuando una columna se desprendió del grueso de la que intentó tomar la sede de la Legislatura provincial. Esto provocó una violenta represión policial que dejó un tendal de diez heridos por balas de goma.

♦ Preparativos

Por otra parte, la dirigente docente Díaz López anticipó que el jueves próximo repetirán la marcha junto a padres de los alumnos y a trabajadores de otros gremios. Ayer, unos mil maestros de toda la provincia ratificaron en una asamblea que continuarán con la protesta hasta tanto el gobierno no dé respuesta a la demanda de un sueldo básico de 500 pesos, en lugar de los 155 que ganan actualmente.

También ayer, **Mariel Gigena** —dirigente de ADP— fustigó a quienes **"se filtraron y empañaron nuestra manifestación donde violentaron despachos de la Legislatura e incendieron todo. Ahora, si el jueves los gremios nos quieren volver a acompañar, primero vamos a tener que conversar".**

También el jefe de la Policía salteña, **Luis Giménez**, dio su punto de vista acerca de la filiación de quienes provocaron los disturbios. Según afirmó, **"los activistas son locales"** y entre ellos **"hay varios docentes".**

En cambio, según aseguró haber comprobado gracias a los videos que se filmaron durante la marcha, para Ulloa **"la mayoría de los docentes estaban ajenos (a los episodios de violencia) y permanecieron del otro lado de los incidentes".**

Los docentes presienten que esta semana se abrirá un nueve frente de conflicto **"porque Ulloa va a querer descontarnos los días de huelga"**, según confesó a Clarín Gigena.

Al respecto, trascendió que el **Gobierno estaría estudiando la posibilidad de declarar la huelga ilegal.**

Como anticipo de la situación que se vivirá esta semana, padres de alumnos ya tomaron la escuela Urquiza, ubicada a tres cuadras de la plaza 9 de Julio, aunque no interrumpen el dictado de clases.

En el cronograma de actividades para el lunes, se tomarán en la capital salteña las escuelas Sarmiento, Zorrilla y Alberdi, mientras que los cortes de ruta se efectivizarán en Salvador Mazza (en el norte), Metán (en el sur), Güemes (en la bifurcación de caminos hacia Jujuy y Tucumán) y Cerrillos y Rosario de Lerma.

03 9405980

Nº. DOCUMENTO
TITULO
P. Clarín /50024
Fecha 30/4/94
VINCULO

Fracasó el paro de la CGT salteña

SALTA (De nuestra agencia). — El paro general convocado para ayer por la CGT de esta provincia fracasó porque los trabajadores de los más diversos sectores retacearon su adhesión como una "venganza" porque la central sindical no apoyó el paro de siete semanas que los docentes llevaron adelante desde el comienzo de las clases hasta el 25 de abril.

La CGT regional dio a conocer anoche un comunicado en el que dice que la adhesión a la medida de fuerza llegó al 60 por ciento. Sin embargo, la actividad en la capital salteña fue normal tanto en bancos oficiales y privados, transporte automotor, comercio y administración pública. También hubo clases en establecimientos privados y públicos. Fuentes gubernamentales informaron que la medida de fuerza tuvo un acatamiento del 10 por ciento.

Las diferencias entre la CGT y los docentes se evidenciaron en las declaraciones que, tras comprobarse la escasa adhesión a la huelga de ayer, hizo la dirigente de la Agremiación Docente Provincial, **Angélica de Lópes**: "Toda la docencia trabajó normalmente —dijo—. A un paro general no se lo convoca de una día para otro, pero además los trabajadores no sabemos a quién apoya la CGT, si al gobernador (Roberto) **Ulloa** o a nosotros".

Uno de los dirigentes de la CGT local, el cervecero **Roberto Catum**, cuando con el avance de la jornada se comprobaba que el paro no había "prendido" dijo que "aunque haya parado un solo empleado para nosotros ya es un éxito. Tenemos entendido que hubo amenazas contra los trabajadores y lo vamos a analizar. Esta actitud de crear miedo pudo influir en el acatamiento".

A su vez, el dirigente de la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE) **Vicente Martí**, enfrentado a la conducción cegetista, dijo que "todos vimos que se trabajó normalmente. Es que la CGT tiene un discurso poco claro y la gente no se ve representada en ellos".

03 03 9405980

Nº. DOCUMENTO 9405981

TITULO Resultados de elecciones provinciales en todo el país - (provincia x provincia)

PROCEDENCIA Clarín - 150024

FECHA DE [illegible] 12-4-94

VINCULACIONES 66960

11852

4

01-03

9405981

Los resultados

Los resultados finales, según el recuento oficial, dicen que el PJ se impuso en La Rioja, Santa Fe, Santiago del Estero, Chaco, La Pampa, Entre Ríos, Formosa, Mendoza, Santa Cruz, Tierra del Fuego, San Luis y San Juan. Los radicales se quedaron con Córdoba, Río Negro y Chubut. El Pacto Autonomista Liberal, con una propuesta antipactista, arrasó en Corrientes. El Partido Renovador se quedó con Salta, el Movimiento Popular Jujeño con Jujuy y el Frente Grande con Neuquén.

El Frente Grande ganó en París

Por 500 votos de diferencia, **el peronismo se impuso al radicalismo en las elecciones, que por segunda vez en la historia, se realizan entre la comunidad de argentinos radicados en el exterior.** No obstante, en algunas importantes capitales como **París**, el Frente Grande le arrebató la victoria.

El resultado de estas elecciones en las embajadas y consulados argentinos fue una especie de **revancha** ya que el año pasado el radicalismo le había ganado al peronismo. Se trata de un sistema de voto optativo para aquellos argentinos que están radicados fronteras afuera.

El escrutinio provisional de los votos, realizado por el coordinador del operativo que comanda la Cancillería, **Carlos Foradori (dependiente del subsecretario de Relaciones Institucionales Daniel Castruccio)**, dio un total de 1.843 votos al PJ; de 1.306 a la UCR; y de 617 al Frente Grande.

Anoche solo faltaban computar algunas mesas de Montevideo, entre otras ciudades. Estaban en condiciones de votar unas 12 mil personas, pero solo lo hicieron **menos de la mitad. El voto no es obligatorio en el exterior.**

El resto de los partidos conquistó las siguientes cifras: MODIN, 92; UCeDé, 247; Demócrata Progresista, 69; Fuerza Republicana, 70; Unidad Socialista, 142; y otros partidos de orden provincial, 366, según la información suministrada a Clarín por fuentes de la Cancillería.

La derrota más emblemática del peronismo fue en París, centro de intelectuales por excelencia, donde el Frente Grande se impuso por 33 votos a favor por sobre 21 del PJ y 19 de la UCR.

En cambio, **Washington**, Nueva York y sobre todo Miami se mostraron como bastiones del peronismo.

Por su parte en Chile, el triunfo también fue para el justicialismo. Según las cifras dadas por el cónsul general **Guillermo Del Bosco**, el PJ obtuvo el 44,8 por ciento de los sufragios, con 134 votos; la UCR el 30,1 por ciento, con 90 votos; el Frente Grande con 9 por ciento (27 votos) y el Centro Liberal, con 5,4 por ciento y 16 votos.

De este modo, **Del Bosco** dijo que la voluntad de reformar la Constitución Nacional fue respaldada por el 75 por ciento de los residentes argentinos en suelo chileno. Agregó que de los 343 votos emitidos el domingo, 240 se registraron en el consultado y el resto en los de Antofagasta, Concepción, Punta Arenas, Puerto Montt y Valparaíso.

Los sufragios emitidos en el exterior se sumarán ahora al escrutinio de las ciudades argentinas de donde provienen los votantes.

MISIONES

■ Se eligen: 9 convencionales nacionales

Mesas: 1.668 — Padrón: 458.509

Escrutadas: 1.666 mesas

	Votos	%	Conv.
Justicialista	141.408	44,5	5
Comunista	2.302	0,7	-
MAS	2.663	0,8	-
MODIN	43.684	13,7	1
Nac. Constitucional	2.002	0,6	-
Socialista Popular	3.895	1,2	-
UCR	111.056	35,0	3
UCeDé	10.463	3,3	-
En blanco	9.325	2,8	-
Anulados/Impugnados	3.305	1,0	

LA RIOJA

■ Se eligen: 7 convencionales nacionales

Mesas: 643 — Padrón: 142.947

Escrutadas: 643 mesas

	Votos	%	Conv.
Justicialista	60.633	57,0	5
Demócrata Cristiano	1.900	1,8	-
Intransigente	4.289	4,0	-
MODIN	3.375	3,1	-
Socialista de los Trab.	1.717	1,6	-
UCR	34.485	32,4	2
En blanco	4.639	4,1	-
Anulados/Impugnados	1.476	1,3	-

SANTA FE

■ Se eligen: 21 convencionales nacionales

Mesas: 7.564 — Padrón: 1.962.362

Escrutadas: 7.502 mesas

	Votos	%	Conv.
Frente Grande	145.380	10,2	2
Honestidad, Trabajo y Efic.	112.836	7,9	1
Mov. Pop. Santafesino	–	–	–
Blanco de los Jubilados	15.249	1,0	–
Demócrata Cristiano	15.835	1,1	–
Demócrata Progresista	218.521	15,3	3
Justicialista	516.403	36,1	9
MAS	13.457	0,9	–
MODIN	134.010	9,4	2
Solidaridad	12.516	0,8	–
UCR	172.023	12,0	3
UCeDé	71.595	5,0	1
En blanco	85.926	5,6	–
Anulados/Impugnados	25.162	1,6	–

SGO. DEL ESTERO

■ Se eligen: 9 convencionales nacionales

Mesas: 1.770 — Padrón: 440.891

Escrutadas: 1.697 mesas

	Votos	%	Conv.
Justicialista	130.068	52,9	5
Unidad Socialista	3.825	1,5	–
Memoria y Participación	933	0,4	–
MAS	2.533	1,0	–
MODIN	9.004	3,7	–
UCR	99.358	40,4	4
En blanco	21.058	7,8	–
Anulados/Impugnados	2.980	1,1	–

SANTA CRUZ

■ Se eligen: 7 convencionales nacionales

Mesas: 363 — Padrón: 88.513

Escrutadas: 381 mesas

	Votos	%	Conv.
Fte. de Unidad Trabajadora	6.041	9.8	--
Justicialista	34.587	56.0	4
UCR	21.052	34.1	3
En blanco	3.984	5.9	--
Anulados/Impugnados	1.689	2.4	--

CORDOBA

■ Se eligen: 20 convencionales nacionales

Mesas: 7.239 — Padrón: 1.950.991

Escrutadas: 7.239 mesas

	Votos	%	Conv.
Frente Grande	81.104	5,7	1
Justicialista	464.096	32,6	7
Demócrata Cristiano	19.045	1,3	--
MODIN	63.798	4,5	1
Mov. Reformador Indep.	17.750	1,2	--
Socialista de los Trabaj.	10.726	0,7	--
Solidaridad	7.347	0,5	--
UCR	606.698	42,6	9
UCeDé	151.970	10,7	2
En blanco	81.489	5,3	--
Anulados/Impugnados	20.876	1,3	--

CORRIENTES

■ Se eligen: 9 convencionales nacionales

Mesas: 2.062 — Padrón: 528.189

Escrutadas: 1.974 mesas

	Votos	%	Conv.
Justicialista	99.500	28,2	3
Autonomista Liberal (1)	179.677	50,9	5
Comunista	2.134	0,6	-
Demócrata Cristiano	5.765	1,6	-
Humanista	30	0,0	-
MID	5.106	1,4	-
MODIN	22.945	6,5	-
Nac. Constitucional	1.611	0,4	-
Obrero	1.520	0,4	-
UCR	34.536	9,8	1
Verde	42	0,0	-
En blanco	14.394	3,9	-
Anulados/Impugnados	3.927	1,0	-

(1) Alianza que incluye al Pacto Autonomista Liberal, Demócrata Progresista Mov. Línea Popular, UCeDé, Acción Correntina.

T. DEL FUEGO

■ Se eligen: 7 convencionales nacionales

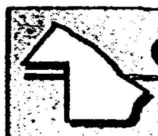
Mesas: 171 — Padrón: 46.620

Escrutadas: 171 mesas

	Votos	%	Conv.
Frente Grande	1.556	5,1	--
Unidad Socialista	675	2,2	--
Humanista	--	--	--
Justicialista	11.430	37,6	3
MAS	564	1,8	--
Mov. Popular Fueguino	9.775	32,2	3
MODIN	2.020	6,6	--
Nacionalista Constitucional	175	0,6	--
UCR	4.186	13,8	1
Verde			
En blanco	998	3,1	--
Anulados/Impugnados	971	3,0	--

02 9405981

en todo el país



CHACO

■ Se eligen: 9 convencionales nacionales

Mesas: 1.907 Padrón: 543.043

Escrutadas: 1.887 mesas

	Votos	%	Conv.
Fte. Grande	16.862	5,4	-
Justicialista	131.150	41,9	4
Acción Chaqueña	66.799	21,3	2
MODIN	11.517	3,7	-
Nacionalista Constitucional	4.167	1,3	-
UCR	82.266	26,3	3
En blanco	32.516	9,3	-
Anulados/Impugnados	4.848	1,3	-



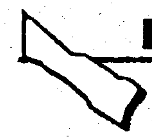
ENTRE RIOS

■ Se eligen: 11 convencionales nacionales

Mesas: 2.760 Padrón: 708.529

Escrutadas: 2.760 mesas

	Votos	%	Conv.
Frente Grande	68.031	12,4	1
Justicialista	226.142	41,4	5
MID	11.504	2,1	-
MODIN	94.384	17,3	2
Socialista Popular	14.623	2,7	-
UCR	131.822	24,1	3
En blanco	26.836	4,6	-
Anulados/Impugnados	7.340	1,2	-



FORMOSA

■ Se eligen: 7 convencionales nacionales

Mesas: 940 Padrón: 234.964

Escrutadas: 934 mesas

	Votos	%	Conv.
Justicialista	88.206	55,5	5
Demócrata Cristiano	5.480	3,4	--
Mov. de la Esperanza	2.468	1,5	--
MODIN	12.978	8,1	--
UCR	49.744	31,3	2
En blanco	6.731	4,0	--
Anulados/Impugnados	2.118	1,2	--



RIO NEGRO

■ Se eligen: 7 convencionales nacionales

Mesas: 1.017 Padrón: 274.187

Escrutadas: 1.017 mesas

	Votos	%	Conv.
Frente Grande	19.201	9,7	-
UCR	83.968	42,7	4
Justicialista	60.829	30,9	3
MAS	2.802	1,4	-
Mov. Patagónico Popular	14.369	7,3	-
MODIN	15.568	7,9	-
En blanco	10.141	4,8	-
Anulados/Impugnados	4.897	2,3	-



MENDOZA

■ Se eligen: 12 convencionales nacionales

Mesas: 3.287 Padrón: 904.469

Escrutadas: 2.858 mesas

	Votos	%	Conv.
Demócrata	187.328	31,2	4
Federal	4.653	0,7	-
Justicialista	229.328	38,2	5
MAS	7.857	1,3	-
Mov. Patr. de Liberación	4.990	0,8	-
MODIN	47.426	7,9	1
Socialista de la Particip.	15.015	2,5	-
UCR	103.340	17,2	2
En blanco	22.870	3,6	-
Anulados/Impugnados	13.755	2,1	-



SALTA

■ Se eligen: 9 convencionales nacionales

Mesas: 2.251 Padrón: 519.903

Escrutadas: 2.156 mesas

	Votos	%	Conv.
Justicialista	126.412	38,8	4
Unidad Socialista	8.685	2,7	-
Autonomista	2.192	0,7	-
Demócrata Cristiano	7.413	2,3	-
MODIN	51.852	15,9	1
Mov. Regional Salteño	2.891	0,9	-
Renovador de Salta	91.394	28,0	3
UCR	35.082	10,7	1
En blanco	11.427	3,2	-
Anulados/Impugnados	13.659	3,9	-



NEUQUEN

■ Se eligen: 7 convencionales nacionales

Mesas: 908 Padrón: 224.971

Escrutadas: 907 mesas

	Votos	%	Conv.
Frente Grande	49.694	29,2	2
Justicialista	40.698	23,9	2
MID	4.632	2,7	--
Mov. Popular Neuquino	47.062	27,6	2
Socialista de los Trab.	6.017	3,5	--
UCR	22.111	13,0	1
Verde	3	0,0	--
En blanco	8.979	4,9	--
Anulados/Impugnados	4.630	2,5	--



JUJUY

■ Se eligen: 8 convencionales nacionales

Mesas: 1.219 Padrón: 293.091

Escrutadas: 1.141 mesas

	Votos	%	Conv.
Justicialista	39.363	21,9	2
Fuerza Republicana	42.588	23,7	2
Mov. Popular Jujeño	56.116	31,2	2
UCR	41.453	23,1	2
En blanco	8.213	4,3	--
Anulados/Impugnados	4.891	2,5	--



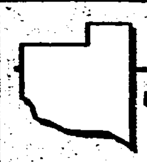
SAN JUAN

■ Se eligen: 8 convencionales nacionales

Mesas: 1.335 Padrón: 345.619

Escrutadas: 1.335 mesas

	Votos	%	Conv.
Fte. de la Esperanza	94.899	35,6	3
Justicialista	48.636	18,2	1
Bloquista	33.579	12,6	1
Cruzada Renovadora	74.902	28,1	3
UCR	14.326	5,3	--
En blanco	11.464	4,0	--
Anulados/Impugnados	4.995	1,7	--



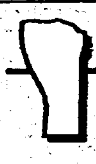
LA PAMPA

■ Se eligen: 7 convencionales nacionales

Mesas: 737 Padrón: 182.794

Escrutadas: 737 mesas

	Votos	%	Conv.
Frente Grande	11.386	7,6	-
Unidad Socialista	2.475	1,6	-
Convocatoria Indep.	10.129	6,8	-
Justicialista	62.701	42,0	4
MID	2.592	1,7	-
MODIN	16.062	10,7	1
UCR	35.273	23,6	2
Verde	10	0,0	-
En blanco	7.032	4,7	-
Anulados/Impugnados	1.598	1,0	-



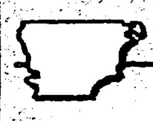
SAN LUIS

■ Se eligen: 7 convencionales nacionales

Mesas: 728 Padrón: 192.058

Escrutadas: 726 mesas

	Votos	%	Conv.
Justicialista	72.921	53,0	5
UCR	33.649	24,5	2
Nueva Opción	10.392	7,5	-
Demócrata Popular	4.009	2,9	-
Democracia Cristiana	2.023	1,5	-
Mov. de Acción Cívica	3.023	2,2	-
MODIN	8.854	6,4	-
Obrero	2.516	1,8	-
En blanco	10.539	7,0	
Anulados/Impugnados	2.280	1,5	



CHUBUT

■ Se eligen: 7 convencionales nacionales

Mesas: 809 Padrón: 212.651

Escrutadas: 809 mesas

	Votos	%	Conv.
Acción Chubutense	9.455	6,4	-
Intransigente	10.421	7,5	-
Justicialista	57.110	38,7	3
MID	1.605	1,1	-
Nacionalista Constitucional	1.802	1,2	-
Socialista Democrático	2.679	1,8	-
UCR	64.525	43,7	4
Verde	51	0,0	-
En blanco	9.795	6,0	-
Anulados/Impugnados	5.301	3,2	-

9405981

03-03

N°. DOCUM. 9405982
TITULO En Tucumán culpan a los radicales por la derrota-
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA DE P. 12-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

POR LA DERROTA ANTE BUSSI

culpan a los radicales

"Quiero ser gobernador"

TUCUMAN (De nuestra agencia). — Después de los festejos que lo hicieron trasnochar, pero siempre sonriente y feliz, el diputado nacional y general **Antonio Domingo Bussi**, adjudicó el triunfo de Fuerza Republicana en los comicios de convencionales constituyentes a que **"esto es el resultado de una provincia y de sus habitantes que quieren el cambio y que están cansados de propaganda, mentiras y promesas".**

Todavía emocionado, Bussi le pidió al gobernador **Ramón "Palito" Ortega** que **"se deje de soñar, porque es el momento en que tiene que gobernar".** Aquí —insistió— **"se pinchó el globo, se evanecieron lo sueños y lo único que queremos hoy todos los republicanos y los tucumanos es que Ortega se deje de viajar, se quede en la provincia y se ponga a trabajar".**

Siempre acompañado por el intendente de San Miguel de Tucumán y también electo constituyente, **Rafael Bulacio**, el ex jefe militar que combatió a la subversión en Tucumán en la década del 70, expresó que en la Asamblea Constituyente **"vamos a poner una muralla al afán reformador que solo apunta a la reelección y no contempla a la gente".** "Porque aquí debe quedar claro que este es un proyecto que no se compadece con los tiempos", agregó.

En este sentido, Bussi remarcó que Fuerza Republicana (obtuvo cinco constituyentes por Tucumán, dos por Jujuy) va a plantear que **"los dineros sirvan para gobernar bien, con una política que contemple al hombre y a la familia".**

TUCUMAN

■ Se eligen: 11 convencionales nacionales

Mesas: 2.771 — Padrón: 745.071

Escrutadas: 2.762 mesas

	Votos	%	Conv.
Justicialista	200.219	39,0	5
Frente Grande	18.621	3,6	–
Bandera Blanca	–	–	–
Demócrata Cristiano	8.334	1,6	–
Fuerza Republicana	233.398	45,5	5
Humanista	–	–	–
Nuevo Partido	5.633	1,1	–
Socialista Popular	5.594	1,1	–
UCR	41.365	8,0	1
En blanco	16.562	3,0	–
Anulados/Impugnados	7.496	1,4	–

4

01-02

9405982

PALITO ORTEGA BUSCA UN CHIVO EXPIATORIO

En Tucumán, todos

El día después de los comicios, todos sacan cuentas en Tucumán. Aunque el gobernador Ramón "Palito" Ortega trató de bajar el voltaje de la derrota del justicialismo a manos del bussismo, asegurando que no se "plebiscitaba su gestión", en las filas de su gobierno se piensa que la culpa del traspié electoral la tiene el radicalismo. En tanto, Bussi ya se prueba la ropa para ser, como dice, gobernador en el '95.

TUCUMAN (De nuestra agencia). — Sonriente y eufórico como pocas veces se lo vio, el diputado nacional y general **Antonio Domingo Bussi** repartió abrazos y saludos hasta bien entrada la madrugada, al confirmarse el triunfo electoral de Fuerza Republicana sobre el Frente de la Esperanza en los comicios de convencionales constituyentes.

Según los últimos cómputos, el **bussismo obtuvo 233.396** votos (45,48 por ciento) **contra 200.519** (39,01 por ciento) de la agrupación que llevó como estandarte a **Ramón Bautista Ortega**, y ante **41.303 votos** (8,06 por ciento) que obtuvo el **menguado radicalismo.**

Aunque republicanos y justicialistas se repartieron cinco bancas de convencionales cada una (la UCR logró apuntarse la restante), es generalizada la impresión aquí que con esta victoria el ex gobernador militar de Tucumán entre 1976 y 1977, y actual diputado nacional, **retomó el oxígeno político necesario como para volver a aspirar dentro de un año a llegar al Salón de Lucas Córdoba, por la vía del apoyo popular que no le fue suficiente en 1987 y 1991.**

Favorecido por su **tajante negativa a reformar la Constitución de 1853,** sostenido por una campaña de respuesta simple (**"la reforma no va a solucionar nada"**, decía uno de sus eslóganes), **capitalizando el descontento social** de la población (sobre todo del interior, donde ganó en varios departamentos, Monteros, por ejemplo) y beneficiado por la **movilidad de un voto** que algunas veces fue para los radicales, otras veces para Ortega (en 1991, esos independientes le ayudaron a ganar a "Palito"), **Bussi consiguió capitalizar todo el rechazo al menemismo-orteguismo**.

Para el ministro de Gobierno, Educación y Justicia, **José Ricardo Falú**, el triunfo de Fuerza Republicana se debió a que **"el radicalismo no puso en la palestra a sus mejores figuras" y esa "fuerte merma del caudal electoral también tiene que ver con el pacto de Olivos, que terminó capitalizando Bussi".**

También **Jorge Yoma**, interventor del justicialismo tucumano, señaló que el resultado electoral **"tiene que ver con la sensible caída de la UCR, que perdió más del 10 por ciento de los votos que obtuvo el 3 de octubre y que concentró toda la oposición en un solo partido".**

El propio gobernador Ortega también adjudicó el triunfo de **Fuerza Republicana "a la sensible reducción del caudal de votos del radicalismo"**, ya que "yo entiendo que aquí no hubo ningún error porque lo que tenemos que evaluar es que no se plebiscitó la reforma", sostuvo.



El general Antonio Bussi y el gobernador Ramón Ortega: ganador y vencido en las constituyentes tucumanas del domingo.

Ortega relativiza su derrota

TUCUMAN (De nuestra agencia). — El gobernador **Ramón "Palito" Ortega** tratò de **quitarle dramatismo** al adverso resultado electoral del domingo, pero lo cierto es que la victoria de Fuerza Republicana en los comicios constituyentes no solo puede **complicarle sus aspiraciones políticas,** sino que además **ha operado como un detonante de la situación interna del justicialismo tucumano** (intervenido desde hace casi tres años) que ingresó en virtual estado de debate para buscar explicaciones por la caída.

"La gestión del gobierno no fue plebiscitada, porque aquí se votó por el sí o por el no a la reforma de la Constitución. Por eso creo que el resultado no tiene ninguna incidencia para el '95. Lo que estaba en juego no era la carrera política de un hombre, sino la cantidad de convencionales que cada partido podía conseguir. Además yo nunca jugué a fortalecer esa posibilidad, porque nunca sufrí de apetencias personales sino de una proyección nacional dada por las encuestas", dijo el gobernador un poco más sereno y tras el domingo "negro".

En cambio, para el presidente subrogante de la Legislatura, **Mario Saracho, "la derrota está relacionada con los dramas económicos de mucha gente, porque hubo muchos votos de bronca contra el justicialismo"**, dijo el legislador y ex intendente de la ciudad de Concepción, en el sur de la provincia.

"Para mí —insistió— estos datos son un llamado de atención que nos tiene que preocupar y que debe llevar también a la normalización del partido."

Antonio Guerrero, actual funcionario del gobierno de Ortega y ex diputado nacional y electo convencional constituyente, habló con un poco de rabia ante los periodistas. **"Yo creo que el gobernador tendrá que reflexionar sobre lo que está pasando**, sin que esto implique presiones para que modifique su gabinete, pero es lógico el enojo de los peronistas, porque es la primera vez que perdemos una elección importante en 10 años de democracia."

02-02

9405982

Nº. DOCUMENTO 9405983
TITULO Los provinciales buscarán romper el pacto - Menem - Alfonsín.
PROCEDENCIA 15-4-94
FECHA La Nación - 150075
VINCULACIONES 66960
11852

Buscarán romper el pacto los provinciales

Contactos: aunque aún no está claro que los convencionales de las fuerzas del interior se manejen en bloque, sí coinciden en intentar quebrar el acuerdo Menem-Alfonsín.

Los partidos provinciales, que consiguieron cerca de 40 bancas en la Convención Constituyente, piensan impulsar la ruptura del paquete denominado Núcleo de Coincidencias Básicas, el que, conforme la ley de llamado a la reforma, debería ser votado por sí o por no, sin discusión.

Ese punto es la única coincidencia absoluta que mantiene este grupo considerable de miembros mayoritariamente opuesto al pacto.

Numéricamente será, sin dudas, la tercera fuerza de la Convención, ya que el ascendente Frente Grande aportará 31 miembros y el Modín, 20.

Sin embargo, no está claro por estas horas que esos 40 representantes vayan a trabajar en bloque, más allá de su oposición ante el núcleo cerrado.

¿Qué pasaría en caso de desatarse el paquete? ¿Votarían todos igual?

Esas dos preguntas comenzaron a ser evaluadas anteayer durante una reunión del denominado Grupo Provincial de la Cámara baja, del que participan representantes del Partido Renovador Salteño (PRS), Acción Chaqueña (ACH), Movimiento Popular Fueguino (Mopof), Movimiento Popular Neuquino (MPN) y uno de los dos diputados del Movimiento Popular Jujeño (MPJ).

Lo que aparece claro a esta altura de los contactos es que no habrá una sola alianza, sino varias y no sólo entre los provinciales. Las conversaciones podrían incluir a los opositores Frente Grande y Modín.

Cabe esperar, inclusive, que algunas fuerzas de distrito negocien también con el oficialismo o con los radicales que se estima podrían rechazar el pacto como consecuencia del magro resultado obtenido durante los comicios.

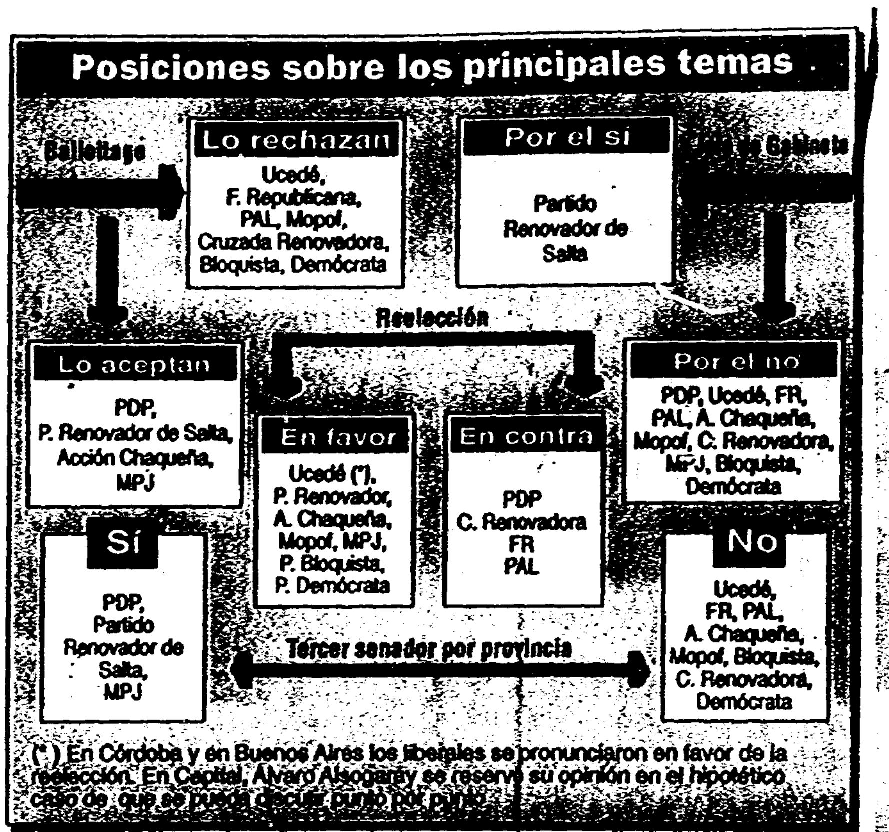
"Hay radicales dispuestos a eso", sostuvo el demoprogresista santafecino Alberto Natale en diálogo con LA NACION.

"Escucharíamos al oficialismo. Compartimos el proyecto de Menem", dijo por su parte el chaqueño José David Ruiz Palacios.

El bloquista sanjuanino Leopoldo Bravo, cuyo voto en favor del proyecto del PJ destrabó decididamente la primera discusión de la reforma en el Senado –aunque finalmente el oficialismo terminó desoyendo algunas de sus condiciones– insistió en que en la Convención sostendrá su postura reeleccionista, aunque adelantó que no resignará su intención de que los senadores sigan siendo elegidos por las legislaturas.

Contactos

Los teléfonos del autonomista correntino José Antonio Romero Feris ya se comunicaron con los de los demócratas mendocinos y con el de Alfredo Avelín, de Cruzada Renovadora (CR), de San Juan y, según asegura el dirigente, ya hay llamadas pedidas con el tucumano Antonio Domingo Bussi y con el demoprogresista porteño Rafael Martínez Raymonda.



Desde Tucumán, Bussi informó a este diario que sus siete convencionales "participarán en todas las sociedades políticas dispuestas a rechazar la reforma y la reelección", frase que reiteró textualmente y en un tono de voz más alto cuando se le preguntó si ello incluye al Modín de Aldo Rico, aunque aclaró que se trata, en todos los casos, de alianzas "de coyuntura, en defensa de la Constitución de 1853".

Fuerza Republicana, de Bussi, el PAL y la Cruzada Renovadora son las tres fuerzas que mantienen un no rotundo a cualquier modificación de la Carta Magna.

En tanto, el ballottage –aunque por más del 50 por ciento de los votos– es aceptado por el PDP, los renovadores salteños, Acción Chaqueña y el MPJ.

Sólo acepta la figura del jefe de gabinete el Partido Renovador salteño, mientras que están en favor del tercer senador por provincia el PDP, el PRS y el MPJ.

Un dato interesante, especialmente para las intenciones de Carlos Menem, es que la Ucedé cordobesa (Alsogaray se reservó su opinión durante un debate organizado por LA NACION), el PRS, Acción Chaqueña, el Mopof, el MPJ, el bloquismo y los demócratas aceptan la reelección por un período consecutivo.

Graciela Guadalupe

01-01

9405983

Nº. DOCUMENTO 9405984
TITULO Renunció el gobernador de Jujuy y nombran a Oscar Perassi como nuevo Gob.
PROCEDENCIA La Juventud - 150014
FECHA DE 17-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

Después de los incidentes entre trabajadores y el gobierno, la provincia de Jujuy tiene un nuevo gobernador

LJ 17/4

RENUNCIO EL GOBERNADOR DE JUJUY

La Legislatura de la norteña provincia argentina de Jujuy, donde desde principios de este mes se produjeron graves disturbios por reclamaciones salariales, aceptó hoy la dimisión del gobernador José Carlos Ficoseco.

Los trabajadores estatales jujeños se manifestaron en dos ocasiones la semana pasada para reclamar la puesta en vigencia de una ley de la Legislatura, después vetada por Ficoseco, según la cual se les concedía un aumento de salarios del 60 por ciento.

La protesta efectuada el día 5 terminó con serios disturbios provocados por choques entre manifestantes y la policía, razón por la cual el gobierno de Buenos Aires envió a Jujuy a unos 1.500 agentes de la policía federal y la gendarmería (policía de fronteras) para reforzar las fuerzas de seguridad locales.

El descontento popular por la acción de gobierno de Ficoseco provocó la derrota del gobernante Partido Justicialista (PJ, peronista) en esa provincia, en las elecciones constituyentes del domingo último.

Ficoseco expresó en su dimisión que, notificado de la apertura de una demanda judicial en su contra por la supuesta compra de insumos a precios superiores de los del mercado, que se alejaba de su cargo para ponerse en manos de la justicia.

Tras la dimisión de Ficoseco la Legislatura designó como gobernador a Oscar Perassi, hasta ahora presidente del grupo de legisladores justicialistas de ese cuerpo.

Los trabajadores estatales jujeños anunciaron que volverán a manifestarse el próximo lunes en el caso de que el gobierno provincial no aplique el aumento del 60 por ciento aprobado recientemente por la Legislatura.

01-02

9405984 IX

Nº. DOCUMENTO
TITULO Nuevo Gobernador en Jujuy
PROCEDENCIA Clarín - 15024
FECHA DE PUBLICACIÓN 16-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

PERASSI QUIERE DESCOMPRIMIR LA PROTESTA

La crisis jujeña tiene un nuevo gobernador

En una carrera contra el reloj, la Legislatura jujeña tomó ayer el juramento de nuevo gobernador al diputado peronista Oscar Perassi, quien se puso a trabajar inmediatamente para formar un gabinete que enfrente la crisis social y económica que padece la provincia. El lunes, Perassi debe enfrentar el ultimátum dado por los estatales que amenazan con nuevos paros y marchas.

JUJUY (Especial). — En una carrera contra el reloj, la Legislatura local aceptó ayer la renuncia del desgastado gobernador peronista **José Ficoseco** y nombró en su remplazo al diputado de la misma extracción **Oscar Perassi**.

Ficoseco renunció, luego de dos horas de debate, tal como se había acordado a mediados de semana en Buenos Aires, y frente a un pedido de desafuero presentado por el juez **Mario González**, en una causa en la que se investiga el supuesto pago de sobreprecios en la compra de 900 letrinas.

Casi sin aliento, Perassi, luego de jurar como nuevo gobernador, **se abocó a la formación de su gabinete y a la preparación de medidas para tratar de descomprimir la crítica situación social**. El flamante mandatario tiene que lograr algún respiro político antes del lunes, cuando venza el ultimátum del Frente de Gremios Estatales.

El Frente, liderado por el dirigente municipal **Carlos "Perro" Santillán**, amenaza con volver a realizar paros y marchas, que la semana pasada habían dejado un grave saldo de heridos y detenidos. Los estatales reclaman un aumento salarial del 60 por ciento. Con este incremento pasarían a cobrar 220 pesos.

Para el lunes está previsto, si antes no hay un acuerdo, **una nueva movilización de los estatales, que esta vez contarán con el apoyo de gremios del sector público del Noroeste y del Nordeste**, y de la flamante coordinadora regional formada ayer en Río Hondo, a instancias de la Central de Trabajadores Argentinos (CTA), de la que participan trabajadores y miembros de la pequeña y mediana empresa (véase aparte).

Pero esa solo es la primera de una serie de medidas. En un plenario realizado el jueves a la noche con la presencia de Santillán y los titulares de la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE), **Víctor De Gennaro**, del Movimiento de Trabajadores Argentinos (MTA), **Juan Manuel Palacios** y del líder cervecero **Saúl Ubaldini**, se decidió realizar un paro de 20 días a fin de mes, si antes no hay un acuerdo con el gobierno local. La medida sería acompañada de una "marcha federal" de varios sindicatos provinciales sobre la plaza de Mayo en Buenos Aires.

En una breve declaración, Perassi afirmó que **"vamos a priorizar el diálogo hasta las últimas consecuencias"** con los sindicatos estatales, cuyos miembros tienen congelados los sueldos desde hace tres años en 135 pesos.

Con la crisis social irresuelta y la derrota electoral del peronismo local en las elecciones del domingo (salió último), el nuevo gobernador, junto a los legisladores locales del PJ, podría viajar el lunes a Buenos Aires para recibir la bendición del presidente **Carlos Menem**. Su designación evitó que Menem dispusiera la intervención federal de la provincia y ahora espera un espaldarazo presidencial.

Desde el retorno de la democracia en 1983, Jujuy ya tuvo seis gobernadores, en lugar de los tres que habrían correspondido, por las crisis recurrentes que sufre.

Apoyo a estatales del NOA

Quedó constituida ayer en Río Hondo una "**coordinadora regional de apoyo**" al **paro regional de 24 horas de estatales y docentes de las provincias del Noroeste**, decidido para el miércoles 27.

La huelga había sido definida en una reunión de gremios estatales realizada el jueves en Jujuy, con la participación de los titulares de los gremios docentes y de los dirigentes del Frente de Gremios Estatales jujeños que encabezaron las protestas de las últimas semanas, el municipal **Carlos "Perro" Santillán** y **Fernando Acosta** de ATE.

La coordinadora de apoyo fue definida ayer entre los cerca de **500** participantes del "Congreso del Trabajo y la Producción".

Víctor De Gennaro, secretario general de ATE; **Rubén Manusovich**, de Fedecámaras; **Jacobo Lacks**, de las cooperativas santiagueñas, y **Claudio Coppola**, director de la Cámara de Comerciantes de la provincia, encabezaron el encuentro en el que se decidió participar del paro del 27 en la región y, además, preparar, todavía sin fecha, una **marcha federal de trabajadores y pequeños y medianos empresarios**.

02-02

9405984

Nº DOCUMENTO 9405985
TITULO 5.000 personas en marcha del silencio pidiendo justicia por asesinato de Carrasco -
PROCEDENCIA Clarín - 15002 4
FECHA 20-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

5.000 PERSONAS EN OTRA MARCHA DEL SILENCIO

Los vecinos de Zapala volvieron a pedir justicia

ZAPALA (Enviada especial). — **Alrededor de 5.000 personas —la sexta parte de los habitantes de Zapala—** participaron ayer por la tarde en **la primera marcha del silencio** organizada en esta ciudad, y **la tercera en la zona en los últimos cuatro días.**

Tras una enorme pancarta que decía: **"Omar Octavio Carrasco. No a la impunidad. Sí a la vida"**, se encolumnaron madres y padres de conscriptos incorporados al GA 161. Tras ellos, una multitud nunca vista en Zapala, donde la convivencia de civiles y militares —cuya presencia aviva en parte la debilitada economía de la ciudad—, hizo dudar a todos de la adhesión masiva de la población.

Como en las marchas anteriores en **Plaza Huincul** y en **Cutral-Có**, los soldaditos se quedaron en casa escuchando la transmisión en directo a través de las radios locales.

También, como en las otras manifestaciones, **no hubo ninguna pancarta que identificara a partidos políticos, agrupaciones gremiales, centros de estudiantes o siquiera centros vecinales.** Caminaron todos juntos a lo largo de veinte cuadras, pobladores y concejales, el intendente **Edgardo Sapag** y funcionarios de su gabinete; militantes de organismos de derechos humanos y algunas Madres de Plaza de Mayo de Neuquén.

Un gran letrero indicó la presencia de 50 vecinos de **Mariano Moreno**, pueblito de 1.800 habitantes situado a 20 km de Zapala. **"Tenemos el regimiento a un kilómetro"**, explicó a **Clarín** una madre flanqueada por sus hijos, aludiendo al **Regimiento de Infantería de Montaña 10 de Covunco.**

"Exigimos que funcionen los derechos humanos en los cuarteles argentinos", pedía un letrero escrito a las apuradas. "Omar Carrasco, no quedarás en el olvido. Lucharemos para que se haga justicia", prometía otra cartulina, con la fota del soldado asesinado.

Fueron muy pocas las pancartas preparadas para la marcha: apenas una docena. **La inmensa mayoría de la gente fue por su cuenta.**

El paso de la multitud frente a las puertas del cuartel fue totalmente pacífico: los organizadores, con una cinta celeste y blanca en el brazo, formaron un cordón para desviar la marcha a unos 40 metros de la entrada. Allí, la guardia no fue reforzada; a pedido de los padres **no hubo soldados, sino oficiales y suboficiales** que se **habían quitado la identificación de grado.**

La columna regresó hasta el **Monumento a la Madre**, cerca del edificio comunal, de donde había partido. Rodeando en semicírculo la estatua, los padres prefirieron no leer las numerosas adhesiones recibidas y entonar el Himno Nacional. A pesar de que solo 14 chicos de Zapala tendrán que ir hoy al batallón, cientos de personas colmaron el salón municipal para decidir los pasos a seguir. Cinco días antes, cuando los vecinos se reunieron por primera vez, no había más de treinta.

Sibila Camps

01-01
9405985

Nº. DOCU... 9405986
TITULO
FECHA

Comprarán armamento antimotín

El Gobierno gastará unos 7.500.000 dólares en armamento antimotín para equipar a una "fuerza de despliegue rápido" que actuará en la represión de "estallidos sociales". Se quieren adquirir cascos, chalecos antibalas, escudos, balas de goma, gases lacrimógenos, carros de asalto y un carro hidrante equipado con una cámara filmadora y visión nocturna.

El Gobierno decidió gastar unos 7.500.000 dólares, en una primera etapa, para **reequipar** a la Gendarmería y a la Policía Federal con **armamento antimotines** y concretar así la formación de una **"fuerza de despliegue rápido"** que pueda trasladarse a las provincias en que se produzcan lo que las voces oficiales definen como **"estallido social"**.

Cascos, chalecos antibalas, escudos, balas de goma, gases lacrimógenos, carros de asalto, helicópteros y hasta un carro hidrante con cámara de filmación y aparatos de visión nocturna son parte del paquete que el Gobierno quiere comprar.

Ayer, por ejemplo, se firmó la orden de compra para reponer **gases lacrimógenos y balas de goma**, materiales **agotados** en la represión de, principalmente, los estatales de Jujuy.

Esta operación de compra de armas y pertrechos es la primera manifestación concreta —en el terreno policial— de la Casa Rosada ante los episodios de Santiago del Estero, la marcha de los jubilados y los incidentes en Jujuy.

Justamente, luego que a mediados de diciembre del año pasado se produjo el estallido social en Santiago —quemaron los edificios de la Casa de Gobierno, la Legislatura y los Tribunales—, el presidente **Carlos Menem** comenzó a exteriorizar su preocupación por los temas de seguridad.

Menem no solo se preocupó por lo que podía pasar en la Argentina: el **levantamiento armado en la localidad mexicana de Chiapas de principios de año fue, en rigor, el primer episodio que desató la reacción presidencial.**

Después de Chiapas y Santiago, Menem convocó a la residencia de Olivos a ministros, secretarios de Estado, legisladores y jefes militares para poner **en alerta a los servicios de inteligencia** con el objetivo de detectar cualquier "brote de estallido".

Gentileza "El Tribuno de Jujuy"



Numerosos efectivos policiales y de Gendarmería custodian las calles de Jujuy. Ahora, el Gobierno gastará 7,5 millones de pesos para reequiparlos.

Luego se produjeron los incidentes frente a la Casa Rosada, el 2 de marzo, cuando finalizó una marcha de los jubilados y un grupo de manifestantes **atacó a piedrazos** a los policías que custodiaban la sede del Gobierno.

Y, desde la semana pasada, los enfrentamientos entre los empleados estatales y la Policía jujeña terminaron de **"convencer"** a los hombres de Gobierno de que era **"necesario apurar el reequipamiento y la creación de la fuerza de despliegue rápido"**.

El Ministerio de Economía, a través del secretario de Hacienda, **Ricardo Gutiérrez**, autorizó el desembolso de unos 7.500.000 dólares y los colaboradores de Ruckauf decidieron **"invertirlos"** en el reequipamiento de Gendarmería y Policía Federal.

♦ Las compras

Una misión del Ministerio del Interior viajó a Europa —ya retornaron y brindaron un minucioso informe— para averiguar precios y condiciones entre los comerciantes de este tipo de armamento. La primera conclusión que esa delegación pudo procesar es que en el **exterior, los precios se reducen a la mitad de lo que se pide en la Argentina.**

"Esa diferencia nos permite comprar más de lo que pensamos", dijo una fuente de la Casa de Gobierno a **Clarín**, más entusiasmado con esta posibilidad que con explicar las razones del alto costo argentino.

Los hombres del ministro **Carlos Ruckauf** también volvieron de Europa con otra certeza: **el armamento "tiene" que ser español o israelí.**

"En esos países se fabrican los mejores equipos. Inclusive, detectamos que otras naciones europeas recurren a ellos cuando quieren reequipar a sus fuerzas policiales", agregó la fuente oficial.

01-01

9405986

Nº DOCU... 9405986
TITULO: Comprarán armamento antimotín para equipar una fuerza de despliegue rápido
FECHA

Buenos Aires, miércoles 6 de abril de 1994 ★ CLARIN

Comprarán armamento antimotín

El Gobierno gastará unos 7.500.000 dólares en armamento antimotín para equipar a una "fuerza de despliegue rápido" que actuará en la represión de "estallidos sociales". Se quieren adquirir cascos, chalecos antibalas, escudos, balas de goma, gases lacrimógenos, carros de asalto y un carro hidrante equipado con una cámara filmadora y visión nocturna.

El Gobierno decidió gastar unos 7.500.000 dólares, en una primera etapa, para **reequipar a la Gendarmería y a la Policía Federal con armamento antimotines** y concretar así la formación de una **"fuerza de despliegue rápido"** que pueda trasladarse a las provincias en que se produzcan lo que las voces oficiales definen como **"estallido social"**.

Cascos, chalecos antibalas, escudos, balas de goma, gases lacrimógenos, carros de asalto, helicópteros y hasta un carro hidrante con cámara de filmación y aparatos de visión nocturna son parte del paquete que el Gobierno quiere comprar.

Ayer, por ejemplo, se firmó la orden de compra para reponer **gases lacrimógenos y balas de goma**, materiales **agotados** en la represión de, principalmente, los estatales de Jujuy.

Esta operación de compra de armas y pertrechos es la primera manifestación concreta —en el terreno policial— de la Casa Rosada ante los episodios de Santiago del Estero, la marcha de los jubilados y los incidentes en Jujuy.

Justamente, luego que a mediados de diciembre del año pasado se produjo el estallido social en Santiago —quemaron los edificios de la Casa de Gobierno, la Legislatura y los Tribunales—, el presidente **Carlos Menem** comenzó a exteriorizar su preocupación por los temas de seguridad.

Menem no solo se preocupó por lo que podía pasar en la Argentina: **el levantamiento armado en la localidad mexicana de Chiapas de principios de año fue, en rigor, el primer episodio que desató la reacción presidencial.**

Después de Chiapas y Santiago, Menem convocó a la residencia de Olivos a ministros, secretarios de Estado, legisladores y jefes militares para **poner en alerta a los servicios de inteligencia** con el objetivo de detectar cualquier "brote de estallido".

Gentileza "El Tribuno de Jujuy"



Numerosos efectivos policiales y de Gendarmería custodian las calles de Jujuy. Ahora, el Gobierno gastará 7,5 millones de pesos para reequiparlos.

Luego se produjeron los incidentes frente a la Casa Rosada, el 2 de marzo, cuando finalizó una marcha de los jubilados y un grupo de manifestantes **atacó a piedrazos** a los policías que custodiaban la sede del Gobierno.

Y, desde la semana pasada, los enfrentamientos entre los empleados estatales y la Policía jujeña terminaron de "convencer" a los hombres de Gobierno de que era **"necesario apurar el reequipamiento y la creación de la fuerza de despliegue rápido"**.

El Ministerio de Economía, a través del secretario de Hacienda, **Ricardo Gutiérrez**, autorizó el desembolso de unos 7.500.000 dólares y los colaboradores de Ruckauf decidieron **"invertirlos"** en el reequipamiento de Gendarmería y Policía Federal

♦ Las compras

Una misión del Ministerio del Interior viajó a Europa —ya retornaron y brindaron un minucioso informe— para averiguar precios y condiciones entre los comerciantes de este tipo de armamento. La primera conclusión que esa delegación pudo procesar es que **en el exterior, los precios se reducen a la mitad de lo que se pide en la Argentina.**

"Esa diferencia nos permite comprar más de lo que pensamos", dijo una fuente de la Casa de Gobierno a **Clarín**, más entusiasmado con esta posibilidad que con explicar las razones del alto costo argentino.

Los hombres del ministro **Carlos Ruckauf** también volvieron de Europa con otra certeza: **el armamento "tiene" que ser español o israelí.**

"En esos países se fabrican los mejores equipos. Inclusive, detectamos que otras naciones europeas recurren a ellos cuando quieren reequipar a sus fuerzas policiales", agregó la fuente oficial.

01-01
9405986

Nº. DOCUMENTO
TITULO 9405987
PROCEDENC
FECHA DE 7-4-94
VINCULACIONES 66960
11163 - 11019
OTAN
11164

Armas de la OTAN para la Argentina

Los Estados Unidos no **descartan la posibilidad de entregar armamento moderno** para la compañía de militares argentinos que el Gobierno quiere mandar a Bosnia a fin de integrar una nueva fuerza de paz de las Naciones Unidas en esa castigada zona de la ex Yugoslavia. Además, desean que la fragata argentina que participa del bloqueo que la ONU realiza contra Haití con el objetivo de restablecer la democracia **no abandone esa operación.**

La posición norteamericana ante esos dos sensibles temas fue expuesta ayer en una conferencia de prensa por la embajadora de la administración Clinton, **Madeleine Albright**, quien realiza una visita a la Argentina durante la cual se entrevistó con el presidente **Carlos Menem** y los ministros de Relaciones Exteriores **Guido Di Tella** y de Defensa **Oscar Camilión** para tratar, entre otras, esas cuestiones.

"Apreciamos enormemente la oferta argentina (de mandar 150 soldados a Bosnia) y en lo que respecta a los armamentos necesarios **todavía estamos estudiando la posibilidad**", dijo la diplomática, que además es miembro del gabinete de Clinton y del Consejo de Seguridad. La diplomática respuesta guarda **una predisposición positiva a que EE.UU. preste equipos como misiles tierra-aire de corto alcance, visores nocturnos y equipos de comunicaciones** para la compañía que irá a Bosnia, el más sangriento escenario de la guerra de la ex Yugoslavia. De concretarse la entrega de estas armas se diluiría el bloqueo militar que Gran Bretaña mantiene contra nuestro país desde la guerra de las Malvinas.

01-01

9405987

4

Nº. DOCUMENTO
TITULO 9405987
PROCEDENCI La Nación - 150023
FECHA DE 7-4-94
VINCULACIONES 66960
11163 - 11019
OTAN
11164

Armas de la OTAN para la Argentina

Los Estados Unidos **no descartan la posibilidad de entregar armamento moderno** para la compañía de militares argentinos que el Gobierno quiere mandar a Bosnia a fin de integrar una nueva fuerza de paz de las Naciones Unidas en esa castigada zona de la ex Yugoslavia. Además, desean que la fragata argentina que participa del bloqueo que la ONU realiza contra Haití con el objetivo de restablecer la democracia **no abandone esa operación.**

La posición norteamericana ante esos dos sensibles temas fue expuesta ayer en una conferencia de prensa por la embajadora de la administración Clinton, **Madeleine Albright**, quien realiza una visita a la Argentina durante la cual se entrevistó con el presidente **Carlos Menem** y los ministros de Relaciones Exteriores **Guido Di Tella** y de Defensa **Oscar Camillón** para tratar, entre otras, esas cuestiones.

"Apreciamos enormemente la oferta argentina (de mandar 150 soldados a Bosnia) y en lo que respecta a los armamentos necesarios **todavía estamos estudiando la posibilidad**", dijo la diplomática, que además es miembro del gabinete de Clinton y del Consejo de Seguridad. La diplomática respuesta guarda **una predisposición positiva a que EE.UU. preste equipos como misiles tierra-aire de corto alcance, visores nocturnos y equipos de comunicaciones** para la compañía que irá a Bosnia, el más sangriento escenario de la guerra de la ex Yugoslavia. De concretarse la entrega de estas armas se diluiría el bloqueo militar que Gran Bretaña mantiene contra nuestro país desde la guerra de las Malvinas.

01-01

9405987

4

Nº. DOCUMENTO 9405988
TITULO ¿De qué deben ocuparse los militares?
PROCEDENCIA Clarín 15602
FECHA DE PF 7-4-94
VINCULACIONES

OPINION / POLITICA

LA SEGURIDAD INTERIOR NO ES MISION PROPIA DE LAS FUERZAS ARMADAS, SEGUN UN ESPECIALISTA

¿De qué deben ocuparse los militares?

Un par de leyes y varios decretos —tanto del gobierno de Raúl Alfonsín como del de Carlos Menem— han buscado definir con precisión la participación de los militares en la seguridad interna del país. Sin embargo, en las últimas semanas se han reavivado las polémicas acerca de si son legítimas las acciones de las Fuerzas Armadas en el terreno de la inteligencia o de las operaciones concretas. El autor de la nota, especialista en el tema, juzga que el cuerpo legal existente es suficientemente claro.

Por Rosendo Fraga

LUEGO de la experiencia de la "guerra sucia" en la Argentina, el tema de la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad interna, ya sea a nivel de inteligencia o en el terreno de las operaciones, es polémico y conflictivo.

Durante el gobierno de Raúl Alfonsín predominó una política definida, tendiente a impedir en cualquier circunstancia la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad interior. En el marco de esta política fue sancionada en 1988 la ley 23.554 de Defensa Nacional, con el voto de los dos partidos mayoritarios. En el título I "Principios básicos" del artículo 4 de dicha ley, se especifica que "para dilucidar las cuestiones atinentes a la defensa nacional, se deberá tener permanentemente en cuenta la diferencia fundamental que separa a la defensa nacional de la seguridad interior". El mismo artículo agrega: "La seguridad interior será regida por una ley especial".

Pese a esta clara definición, **el ataque terrorista al Regimiento 3 de Infantería de la Tablada del 23 de enero de 1989 llevó a Alfonsín a contradecir su propia doctrina, ya que creó el** nización y distribución según las necesidades de la Nación".

Por este decreto se ratificó la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad interior, al decir: "Establécense las bases orgánicas y funcionales para la preparación, ejecución y control de las medidas tendientes a prevenir y conjurar la formación o actividad de grupos armados que tengan aptitud de poner en peligro la vigencia de la Constitución Nacional, o atentar contra la vida, la libertad, la propiedad...". Se agregó además que el Consejo de Defensa Nacional creado por la ley 23.554 "asesorará al presidente de la Nación en la formulación de las medidas señaladas en el artículo precedente". También el decreto ratifica la existencia de un Comité de Seguridad Interior, que puede convocar a sus sesiones a cualquier autoridad, para "confeccionar planes que compatibilicen las eventuales acciones conjuntas de las fuerzas policiales, fuerzas de seguridad y Fuerzas Armadas". A los mismos fines, se "podrá requerir la colaboración de los organismos integrantes del Sistema Nacional de Inteligencia".

Sobre la base de este decreto, hoy vigente, en enero de este año, el presidente Menem convocó a los jefes de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas para analizar temas referidos a la seguridad interior.

En una situación de emergencia —como el ataque a la Tablada o los hechos de violencia social que acompañaron ambas hiperinflaciones—, el presidente tiene atribuciones para utilizar el poder militar.

01-02
9405988

Nº. DOCUMENTO 9405988
TITULO ¿De qué deben ocuparse los militares?
PROCEDENCIA Clarín - 15021
FECHA DE P. 7-4-94
VINCULACIONES 6930
Tablada 11163
FF.AA.
11164
11301

OPINION / POLITICA

LA SEGURIDAD INTERIOR NO ES MISION PROPIA DE LAS FUERZAS ARMADAS, SEGUN UN ESPECIALISTA

¿De qué deben ocuparse los militares?

Un par de leyes y varios decretos —tanto del gobierno de Raúl Alfonsín como del de Carlos Menem— han buscado definir con precisión la participación de los militares en la seguridad interna del país. Sin embargo, en las últimas semanas se han reavivado las polémicas acerca de si son legítimas las acciones de las Fuerzas Armadas en el terreno de la inteligencia o de las operaciones concretas. El autor de la nota, especialista en el tema, juzga que el cuerpo legal existente es suficientemente claro.

Por Rosendo Fraga

LUEGO de la experiencia de la "guerra sucia" en la Argentina, el tema de la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad interna, ya sea a nivel de inteligencia o en el terreno de las operaciones, es polémico y conflictivo.

Durante el gobierno de Raúl Alfonsín predominó una política definida, tendiente a impedir en cualquier circunstancia la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad interior. En el marco de esta política fue sancionada en 1988 la ley 23.554 de Defensa Nacional, con el voto de los dos partidos mayoritarios. En el título I "Principios básicos" del artículo 4 de dicha ley, se especifica que "para dilucidar las cuestiones atinentes a la defensa nacional, se deberá tener permanentemente en cuenta la diferencia fundamental que separa a la defensa nacional de la seguridad interior". El mismo artículo agrega: "La seguridad interior será regida por una ley especial".

Pese a esta clara definición, **el ataque terrorista al Regimiento 3 de Infantería de la Tablada del 23 de enero de 1989 llevó a Alfonsín a contradecir su propia doctrina, ya que creó el** [...]nización y distribución según las necesidades de la Nación".

Por este decreto se ratificó la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad interior, al decir: "Establécense las bases orgánicas y funcionales para la preparación, ejecución y control de las medidas tendientes a prevenir y conjurar la formación o actividad de grupos armados que tengan aptitud de poner en peligro la vigencia de la Constitución Nacional, o atentar contra la vida, la libertad, la propiedad...". Se agregó además que el Consejo de Defensa Nacional creado por la ley 23.554 "asesorará al presidente de la Nación en la formulación de las medidas señaladas en el artículo precedente". También el decreto ratifica la existencia de un Comité de Seguridad Interior, que puede convocar a sus sesiones a cualquier autoridad, para "confeccionar planes que compatibilicen las eventuales acciones conjuntas de las fuerzas policiales, fuerzas de seguridad y Fuerzas Armadas". A los mismos fines, se "podrá requerir la colaboración de los organismos integrantes del Sistema Nacional de Inteligencia".

Sobre la base de este decreto, hoy vigente, en enero de este año, el presidente Menem convocó a los jefes de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas para analizar temas referidos a la seguridad interior.

En una situación de emergencia —como el ataque a la Tablada o los hechos de violencia social que acompañaron ambas hiperinflaciones—, el presidente tiene atribuciones para utilizar el poder militar.

01-02
9405988

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDE
FECHA DE
VINCULACIONES

Consejo de Seguridad por medio del decreto 89 del 31 de enero de ese año. El Consejo quedaba integrado por los ministros de Interior, Defensa, Relaciones Exteriores y Culto, el secretario de Inteligencia de Estado y los jefes del Estado Mayor Conjunto y de los Estados Mayores Generales de las Fuerzas Armadas. Este Consejo tenía por misión asesor al presidente en temas como: "a) la estrategia para la acción antisubversiva; b) la articulación de los mecanismos de seguridad para lograr la mayor eficacia en su accionar; c) la articulación de los temas de inteligencia operativa; d) la coordinación de las acciones con los diversos gobiernos provinciales". **Indudablemente este decreto contemplaba la participación de las Fuerzas Armadas en los temas de seguridad interior.**

Por el decreto 327 del 10 de marzo de 1989, se designó a un oficial superior retirado de las Fuerzas Armadas como secretario del Consejo de Seguridad. Esta secretaría tuvo poca vida, ya que el decreto 1573 del 27 de diciembre de 1989, del presidente Carlos Menem, lo disolvió.

Pero dos meses después, el 26 de febrero de 1990, en el contexto generado por los saqueos durante el brote hiperinflacionario que tuvo lugar al comenzar el gobierno de Carlos Menem, el Presidente firmó el decreto 392, fundamentándose en el artículo 86, incisos 15 y 17 de la Constitución Nacional, que establecen respectivamente que el presidente es "comandante en Jefe de todas las fuerzas de mar y de tierra de la Nación" y "dispone de las fuerzas militares marítimas y terrestres, y corre con su orga-

A su vez, la Ley de Seguridad Interior 24.059, promulgada el 18 de diciembre de 1991, además de ratificar la existencia del Comité de Seguridad Interior —del cual forman parte con carácter permanente el ministro de Defensa y el jefe del Estado Mayor Conjunto— en sus artículos 28, 29, 30, 31 y 32, establece las características que debe tener la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad interior, estableciendo que "el presidente de la Nación, en uso de las atribuciones contenidas en el art. 86, inc. 17, de la Constitución Nacional, dispondrá el empleo de elementos de combate de las Fuerzas Armadas para el restablecimiento de la normal situación de seguridad interior, previa declaración del estado de sitio".

Esta facultad impone también la de disponer la preparación pertinente de las Fuerzas Armadas para una emergencia de este tipo.

No son misión propia de las Fuerzas Armadas las actividades vinculadas a la seguridad interior, ya sea en el campo de la inteligencia o de las operaciones. Pero en una situación de emergencia —como lo fue el ataque a La Tablada o pudieron serlo los hechos de violencia social que acompañaron las dos experiencias hiperinflacionarias—, o en el caso de desborde, el presidente tiene atribuciones para utilizar el poder militar de acuerdo a las "necesidades de la Nación", tal como lo establece la Constitución Nacional y como lo entendieron, por otra parte, los respectivos decretos de Alfonsín y Menem que acabamos de mencionar.

Rosendo Fraga es director del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría.

02-02

9405988

Nº. DOCUMENTO 9405989
TITULO La Armada pide fondos para rehabilitar sus naves
PROCEDENCIA Clarín - 1500/24
FECHA DE P. 12-04-94
VINCULACIONES 66360
11163
11328
11332

La Marina pide fondos

La Armada efectuó ayer un pedido de fondos al Ministerio de Defensa para rehabilitar las naves que integran la flota de mar, entre las que se encuentra la que fue nave insignia, el portaaviones "25 de Mayo".

El ministro de Defensa, **Oscar Camilión**, escuchó ayer una exposición en el edificio **Libertad**, sede del Estado Mayor naval, en el que se efectuó un detallado informe acerca del estado de varias naves de guerra, entre las que se encuentran destructores del tipo "Meko", que no pueden utilizarse por falta de prespuesto necesario para ponerlas en condiciones.

Fuentes castrenses informaron que para poner nuevamente en uso al portaaviones "25 de Mayo" hacen falta 105 millones de pesos.

La exposición estuvo a cargo del comandante de Operaciones Navales, almirante **Carlos Frash**, quien al referirse a las necesidades financieras para volver a poner en funciones al portaaviones señaló que con solo setenta millones de pesos el "25 de Mayo" podría volver a navegar.

9405989

01-04

Nº. DOCUMENTO 9405990
TITULO Impulsan ley contra "hechos aberrantes" en cuarteles.
PROCEDENCIA La Juventud - 15/04
FECHA 13-4-94
VINCULACION 11960 - 11163 - 13065 - 11328 - 11164 - 11302 -

IMPULSAN LEY CONTRA «HECHOS ABERRANTES» EN CUARTELES

LJ 15/4

La Cámara de Diputados argentina decidió promover una ley que evite los «hechos aberrantes» en los cuarteles tras confirmarse que un soldado murió por una paliza aparentemente propinada por sus jefes, informaron fuentes periodísticas.

Los legisladores reclamaron al presidente argentino, Carlos Menem, que permita el debate de esa ley en las actuales sesiones extraordinarias del Parlamento, que sólo están destinadas a tratar proyectos del Ejecutivo.

El jefe del Ejército, general Martín Balza, concedió el miércoles una licencia especial al centenar de soldados que cumplen el servicio militar obligatorio en el Batallón 161 de Zapala, 1.800 kilómetros al sur de Buenos Aires, donde ocurrieron los hechos.

Peritos judiciales confirmaron que el soldado Oscar Carrasco, a quien se había declarado desertor y cuyo cadáver fue hallado enterrado en los alrededores del cuartel, murió debido a una fuerte paliza.

El general Balza separó de sus puestos al jefe y a otros cinco oficiales y suboficiales del cuartel, todos ellos sospechosos de ser responsables del homicidio de Carrasco y de la ocultación de ese delito.

Los militares implicados permanecen recluídos en el cuartel mientras se realizan investigaciones que están en manos del juez federal Rubén Caro, quien citó a posibles testigos de los hechos.

Los padres de los soldados exigieron que sus hijos no vuelvan al cuartel hasta que se aclare el homicidio y las autoridades garanticen la seguridad de quienes presenten testimonios contra los militares inculpados.

La muerte de Carrasco desencadenó miles de denuncias sobre presuntos casos de abusos de autoridad y castigos físicos contra los soldados argentinos.

El asunto mantiene en vilo a la opinión pública argentina y puso en tela de juicio la ley de servicio militar obligatorio, que data de comienzos de siglo.

Los soldados argentinos, que son reclutados a los 18 años de edad, reciben el socarrón mote de «colimbas», una palabra formada por las primeras sílabas de los verbos corre, limpia y barre para describir las tareas que ordenan los militares a los civiles que cumplen el servicio obligatorio.

01-01

9405990 α

Nº. DOCUMENTO 9405991
TITULO Muerte del soldado Omar Carrasco
PROCEDENC
FECHA DE
VINCULACIONES 66760
11163
13065
11328

Mientras la jefatura del Ejército no da respuestas a los familiares del soldado asesinado, Omar Carrasco, 47 conscriptos de Cutral Có se niegan a volver a su unidad de artillería

La rebelión de los colimbas

En un hecho que no tiene precedentes en este país, 45 de los 47 coscriptos compañeros del soldado asesinado Omar Carrasco, un caso con ecos nacionales, no se presentaron ayer al cuartel donde cumplen servicio, en una unidad de Artillería de Cutral Có, en la provincia de Neuquén, respaldados por un juez federal que atendió un recurso de amparo por que consideran que corren peligro si retoman a esa unidad militar.

ESPECIAL PARA LA REPUBLICA



De nuestro corresponsal en ARGENTINA, Isidoro Gilbert

■ El Ejército comunicó, a más de un mes del crimen, que en relación al hecho, estaban detenidos a disposición de la justicia militar, un subteniente, un suboficial y dos soldados. Sin embargo, no se los acusó del homicidio, por ahora, sino por abusos. Entre los detenidos está el sargento Carlos Ricardo Sánchez, un nombre que trascendió a la prensa cinco días atrás, después que el hermanastro de Carrasco, Sergio Mardones, dijera que el asesino "fue el suboficial de semana". El día del crimen, esa función la ocupaba el sargento Sánchez.

Mardones, que luego de su denuncia fue objeto de amenazas, dijo que su hermanastro era "evangelista y militante pacifista" y fue objeto de vejámenes por el citado suboficial que le colocó en su espalda dos mochilas de 25 quilogramos cada una y con las manos cruzadas detrás de la cabeza, obligándolo a hacer saltos de rana hasta agotarlo. Ahí el suboficial le dio patadas en el pecho que dejaron a Carrasco sin respiración".

El hermanastro del infortunado conscripto reconstruyó el hecho con evidentes testimonios de soldados de la unidad militar: "el sargento lo reventó y después se asustó. Y en lugar de llamar a una ambulancia que podría haber salvado la vida de Carrasco, Sánchez lo ocultó en diversos lugares del Regimento, hasta que un fin de semana fue dejado a 700 metros dentro de un campo de la unidad militar".

El martes por la noche, el jefe del Estado Mayor del Ejército, teniente general Martín Balza, afirmó que "aún no se sabía quienes era lo asesinos" y resulta llamativo que solamente pocas horas después, se informara sobre los detenidos. Balza y otros altos oficiales del Ejército, recibieron ayer a una delegación de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, una entidad pluripartidista y pluriconfesional que surgió en vísperas del golpe de Estado de 1976 para enfrentar al terrorismo de Estado.

Los soldados que se negaron a reintegrarse a su cuartel, fueron apoyados por dos grandes manifestaciones populares en Zapala, en las cercanías de Cutral Có. El martes, más de 3.500 personas (la ciudad tiene 29.000 habitantes) marcharon sin carteles políticos y en silencio. Las pancartas reclamaba el cese de la impunidad. El respaldo legal a los conscriptos y a los padres de Carrasco, fue tomado por el Colegio de Abogados de Cutral-Có y ad honorem.

Aunque los militares detenidos están a disposición de la justicia castrense, la causa igualmente continúa en el fuero civil (federal). Además, las modificaciones que se introdujeron en 1984 al Código de Justicia Militar, obligan a la Cámara Federal de Apelaciones a actuar como instancia revisora, en todos los casos.

Esa enmienda fue introducida entonces para evitar que la justicia militar absolviera a los jefes y oficiales acusados por violaciones a los derechos humanos. En el caso actual, la enmienda vuelve a actuar como un reaseguro ante cualquier intento de "tapar" el homicidio.

01-06 9405991

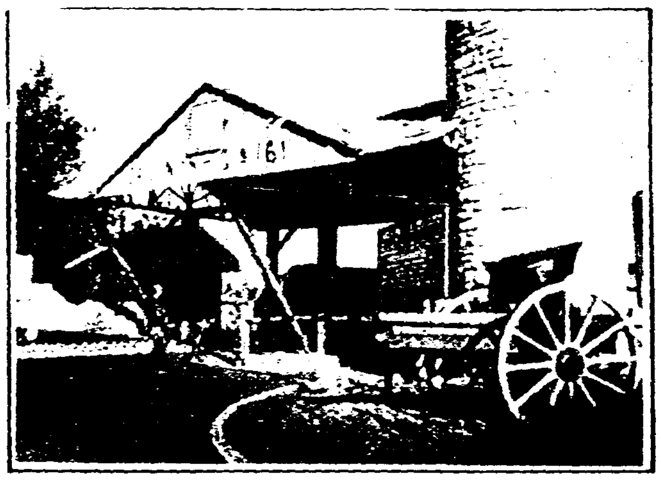
Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENC
FECHA DE
VINCULACIONES

El crimen del joven soldado puso al desnudo muchas contradicciones, entre ellas la obsolecencia de la actual ley sobre servicio militar obligatorio o los remanentes de una cultura autoritaria en diversos niveles de las Fuerzas Armadas. Pero sobre todo vuelve a mostrar que la sociedad argentina parece cada vez más dispuesta a no tolerar la impunidad en ningún nivel. La movilización de los padres y del pueblo de Zapala; el respaldo que le brindó a los jóvenes el ex obispo de Neuquén, Jaime de Nevares, elegido días atrás diputado constituyente por el Frente Grande ("no vuelvan a los cuarteles", le dijo a los conscriptos) o el suceso electoral de esa coalición en grandes centros poblados del país, triunfo donde lo ético y el sentimiento anticorrupción surgieron como sus principales mensajes, revelan que la impunidad es fuertemente resistida y que los gobernantes deberán tener muy en cuenta en el futuro esas exigencias ciudadanas.

UN NUEVO ESCENARIO

La firmeza de los padres de los conscriptos compañeros de Carrasco, de los vecinos y la repercusión nacional del crimen, donde la prensa volvió a jugar un papel relevante, han creado un nuevo escenario para las relaciones entre la sociedad y las Fuerzas Armadas que repercutirán hondamente en las filas castrenses. Por lo pronto, desató una ola de denuncias sobre torturas y asesinatos en varios cuarteles en los años recientes. Voceros del gobierno han destacado que su mayor preocupación frente al crimen era que se genere "un nuevo distanciamiento entre la sociedad civil y la militar".

Los conscriptos que se han negado a retornar a los cuarteles, han tenido el "paraguas" de una ciudadanía movilizada. A pesar de que todo es muy claro en este campo, el presidente Carlos Menem volvió a juzgar como un acto conspirativo contra su gobierno, los amplios reclamos por el esclarecimiento del crimen de Carrasco y de otros soldados, y la demanda por otro sistema militar de reclutamiento.



El frente del Batallón de Artillería 161 de Zapala, lugar donde fue asesinado el conscripto Omar Carrasco. (Foto de Ambito Financiero)

Menem pareció el domingo, cuando recibió a padres de soldados de la pequeña unidad militar del sur, que estaba dispuesto a encontrar alguna medida de distensión, como una prolongación del licenciamiento de los conscriptos, temerosos de retornar a un lugar donde los superiores (o algunos de ellos) pueden ser los autores del crimen. Pero el alto mando militar parece haber presionado para que el gobierno no otorgara la baja (o un licenciamiento prolongado) más influido por viejos resabios verticalistas que atendiendo a una necesidad política muy especial.

El general Balza, que tiene buena imagen en la opinión pública, es un héroe de la guerra de las Malvinas y el oficial que más respetan (y temen) los sectores "carapintadas" del Ejército. Con todo, el jefe del Ejército no pareció tener fuerzas suficientes como para ser coherente con sus propias afirmaciones en favor de un profundo esclarecimiento del homicidio. Por ejemplo, Balza ordenó el pase a disponibilidad de los oficiales superiores del Regimiento de Artillería, para proteger la claridad de procedimientos y la investigación, según dijo. Los reemplazó por otros que vinieron de distintos cuarteles. Pero no manejó con igual criterio la situación de los 47 soldados para quienes bien pudo haber ordenado la baja, o al menos, un licenciamiento sine die, para que pudieran declarar sin temores ante el juez civil. No parece difícil poder reemplazar ese número de conscriptos.

Esta dualidad de criterios se debe tal vez a la inercia de los más arcaicos preceptos sobre la verticalidad castrense o al fuerte sentimiento por preservar a la corporación. Seguramente el alto mando (y junto al ministro de Defensa, Oscar Camilion y el propio Menem), no han medido que no manejan los tiempos a sus necesidades ni la profunda voluntad de los vecinos de Zapala y de la opinión política nacional. Se han movido detrás de los acontecimientos sin alcanzar a percibir que la sociedad "no come vidrio" y que se resiste a ser manipulada.

Todo esto sin olvidar que es difícil comprender como el jefe del Ejército se enteró por la prensa de lo ocurrido en una unidad militar. O el servicio de inteligencia del Ejército es inoperante (lo que no se cree) o no informa como corresponde al jefe de Estado Mayor. Y esto sería otro hecho grave.

PROCED.: Clarín 140024
FECHA: 15/4/94
VINCULACION: 11360
11163

VARIOS MILITARES DE BAJA GRADUACION ESTARIAN INVOLUCRADOS

Investigarían sobre una pista firme

El Gobierno y la conducción del Ejército siguieron ayer con especial atención el curso de la investigación para esclarecer el asesinato del conscripto **Omar Carrasco**, ocurrido en Zapala. Parte de ese seguimiento incluyó un encuentro entre el presidente **Carlos Menem** y el jefe del Ejército, teniente general **Martín Balza**.

Fuentes oficiales señalaron a **Clarín** que, de acuerdo con la información disponible, la investigación en Neuquén estaría encaminada sobre una pista firme: **habría indicios que involucrarían a varios militares de baja graduación en la muerte de Carrasco.**

Uno de los soldados que encontró el cuerpo de Carrasco, en terrenos del Grupo de Artillería 161 de Zapala, y los abogados de la familia del conscripto, dijeron que el cuerpo estaba **"con la ropa limpia y no tenía picaduras de insectos ni mordeduras de animales"**. Esto refuerza la hipótesis de que Carrasco no murió donde lo encontraron, sino que su cuerpo habría sido mantenido en algún lugar bajo techo, para luego ser dejado a la intemperie.

Mientras, el ataúd de Carrasco permanece en un depósito del cementerio de Cutral Có— con una foto del soldado y una inscripción que dice "Está muerto. El cuerpo apareció vestido, con borceguíes, y en avanzado estado de descomposición. Se ignoran las causas del fallecimiento"—, ahora el caso se trasladó a Buenos Aires.

Ayer llegaron **Francisco Carrasco**, padre de Omar, su hermana Sara y el abogado de la familia, **Carlos Segovia**. Vinieron para entrevistarse con **Mariano Castex**, el experto forense que hará una nueva autopsia. Todos están convencidos que el análisis de los órganos del soldado va a **indicar el día que murió, cómo murió y si fue torturado antes de morir.**

Carrasco padre es contundente. Piensa que a su hijo le aplicaron la picana eléctrica, desmintió que el crimen haya sido porque Omar era evangelista —"Hay otros soldados que tienen la misma religión"— **y asegura que no estaba de novio.** Para este albañil que se sostiene en su fe en Dios, a su hijo **lo mataron entre varias personas porque si no se hubiera podido defender:** "Omar era un chico muy fuerte, trabajaba conmigo en la construcción".

Carlos Segovia confía en que aparecerán testigos oculares del hecho, que arrojen pruebas para incriminar a alguien. Porque **si el crimen ocurrió dentro del cuartel "es imposible que nadie haya visto nada."** Los abogados de la familia no descartan que **los posibles testigos sean soldados que hoy tienen miedo de hablar y que sólo lo harían si les garantizan la baja.**

El relato de Francisco Carrasco plantea muchas incógnitas que tendrán que ir develándose. Dejó a su hijo en la puerta del Grupo de Artillería 161 de Zapala el día 3 de marzo. Nunca lo volvió a ver. Cuando fue a visitarlo el día 20 le dijeron que Omar había desertado. El cuerpo del soldado fue encontrado en la misma unidad militar el 6 de abril, un mes después de la supuesta deserción.

Ante la desaparición de Omar, los dos hermanos le dijeron al principal **López** que si el soldado había sido golpeado, estaba preso o estaba en el hospital que les dijera la verdad, que ellos estaban preparados para todo. A este pedido —dicen ahora— Lopez contestó: "Nosotros no nos prestamos a estas cosas. Y más cómo está la situación".

Gentileza diario "Río Negro"



Los familiares del conscripto Carrasco, ayer en Buenos Aires, junto a Hebe de Bonafini en la ronda de los jueves de las Madres de Plaza de Mayo.

Apoyo a Balza

El presidente **Carlos Menem** le brindó ayer su **pleno respaldo** al jefe del Ejército, **Martín Balza**, para que tome las medidas necesarias para facilitar la investigación judicial del asesinato del conscripto **Omar Carrasco.**

Fuentes del Gobierno como del Ejército confirmaron a Clarín que el Presidente le dio carta blanca al general para disponer relevos o producir los cambios que él considere "necesarios" para que la justicia **federal de Zapala**, donde está ubicado el cuartel en el que estaba destinado Carrasco, ahonde la investigación.

Menem recibió a Balza ayer por la tarde en la residencia de Olivos. El Presidente habló con el jefe militar a la mañana, antes de la reunión de gabinete, pero **Balza** a esa hora todavía estaba en su residencia de Campo de Mayo.

Aunque suele llegar a su despacho antes de la siete de la mañana, el jefe del Ejército se comunicó ayer con sus colaboradores y anunció que **"llegaría un poco más tarde"**.

El general había llegado el miércoles a la tarde desde Zapala y no **había podido "pegar un ojo"**.

A las siete y media, **Carlos Menem** pidió verlo antes de la reunión de gabinete. Pero le dijeron que Balza estaba en Campo de Mayo y no podría llegar a horario a la Capital.

03 9405991

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENC
FECHA DE
VINCULACIONES

LO ADMITIO EL GENERAL MARTIN BALZA

"Estamos frente a un homicidio"

NEUQUEN (Enviada especial). — El jefe del Estado Mayor del Ejército, general Martín Balza, fue tajante: **"Estamos frente a un homicidio".** Sabe que la muerte del conscripto **Omar Carrasco** en terrenos del **Grupo de Artillería 161 de Zapala** pone en tela de juicio un tema sobre el que cada tanto hay reclamos de la sociedad argentina —el servicio militar obligatorio—, y vino preparado para que la mitad de las preguntas de la prensa apuntaran hacia allí.

"¿Cómo no voy a estar hoy (por ayer) en Zapala, ante este hecho grave para el Ejército y para la sociedad?", se preguntó en conferencia de prensa realizada en el aeropuerto de Neuquén, minutos después de su arribo. "Si la gente tiene miedo de hablar, hoy va hablar conmigo", garantizó.

Balza eludió pronunciarse respecto de que los conscriptos de Zapala hayan sido "baillados", y manifestó no haber recibido denuncias en ese sentido. Prefirió definir que las "dimensiones del baile" solo pueden llegar "hasta la realización de movimientos referidos al combate, aplicándolos a la rutina del cuartel. No es maltrato —buscó aclarar—. Significa haber realizado un movimiento no reglamentario de orden cerrado. **Aun cuando no es necesario, no es maltrato**", reiteró.

Sin embargo, un rato antes, en charla informal con **Clarín** había admitido que, **pese a que no están permitidos, los "bailes" existen.** De todos modos, públicamente **señaló que quien hace realizar estos "movimientos aplicatorios al combate como castigo, están violando la reglamentación militar".**

Para el jefe del Ejército, **las sanciones pueden ir "desde arrestos hasta una prisión mayor o reclusión por tiempo indeterminado, y si entra en la Justicia militar, la baja"**. De todas formas, Balza descartó que el Ejército vaya a tratar de sacar el caso de la Justicia federal para tratarlo en la militar.

Sin embargo **descartó que se vayan a dar de baja a todos los conscriptos que están haciendo el servicio militar en Zapala** (véase nota central), porque "no corresponde; acá, lo que hay que hacer es aclarar las circunstancias", indicó. En ese sentido insistió con que el relevo de la primera plana de la unidad "no significa asignar responsabilidad penal al personal. **La medida responde a que expresas disposiciones que yo impartí el año pasado y este año sobre supervisión y control de ciertas tareas y actividades, particularmente con la clase nueva incorporada, no fueron cumplidas como yo ordené.** El otro motivo es tratar de dar transparencia a la investigación que se está realizando, y facilitar la tarea del juez federal, para que en cualquier actividad que tenga que realizar en la unidad, él no tiene que entenderse con los mandos que estaban cuando sucedió el hecho. Y también para que los soldados tengan más libertad para expresarse".

Vestido con uniforme de fajina (boina incluida), el general Balza vino preparado: sus asistentes trajeron una carpeta con la historia clínica, en fax, del caso de Héctor Recondo (clase '73), cuyo padre denunció el lunes que se lo entregaron "mudo y paralítico", presuntamente tras haber sido golpeado. "El soldado se está haciendo atender en el hospital de Campo de Mayo —consignó—. No está paralítico. Hoy (por ayer), si el padre quiere notificar la denuncia conmigo, voy a tomar intervención en este caso. Esto va a ser investigado ya mismo".

Balza precisó que "a Recondo no se le da la baja porque el Ejército asume la responsabilidad de su atención médica. Es un caso de neurosis de reconversión o conversión histérica. Esto se manifiesta cuando un sujeto está sometido a tensión. Es imposible detectarlo en una revisión previa", expresó, poniendo en duda la posibilidad de que el joven haya enfermado como consecuencia de malos tratos.

9405991

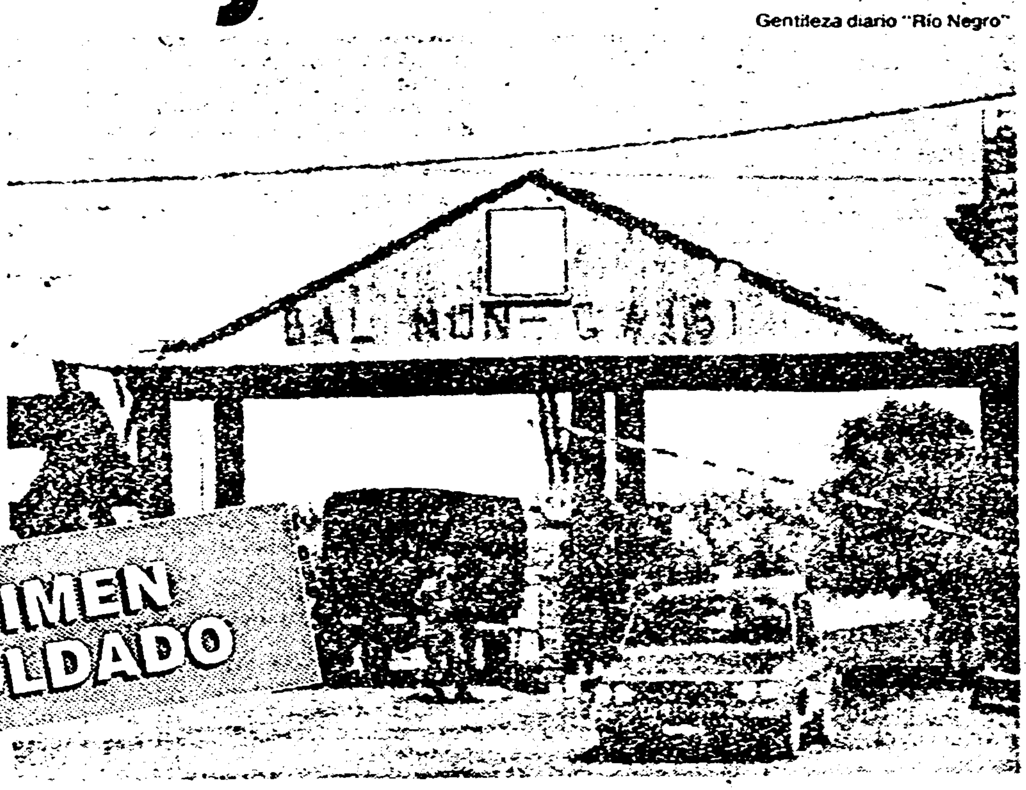
Nº ...
TI... Crimen del Soldado Omar Carrasco -
P... 15:024
FE... 12/04/94
VINCUL... 66760
11163
13065

Mientras el juez piensa en definir como "homicidio" la muerte del soldado Omar Carrasco, los padres de un centenar de conscriptos quieren que les den licencia a sus hijos hasta que se aclare el caso. El general Martín Balza viaja hoy a la unidad de Zapala para recibir las denuncias de los padres. Ayer se conoció otro caso: el de un conscripto que quedó mudo y paralítico por los golpes recibidos en esa unidad.

EL JUEZ PROCESARIA A LOS 6 MILITARES SEPARADOS PREVENTIVAMENTE. EL GENERAL

Cien padres se niegan a hijos vuelvan al cuartel

EL CRIMEN DEL SOLDADO



Gentileza diario "Río Negro"

En el Grupo de Artillería 161 de Zapala ya habría ocurrido otro caso de un soldado "bailado" hasta quedar mudo y paralítico.



Gentileza diario "Río Negro"

Omar Carrasco tenía 18 años. Su cadáver golpeado apareció en los terrenos del cuartel. Antes lo habían dado por desertor.

OTRA DENUNCIA

"Me lo dieron mudo y paralítico"

NEUQUEN (De nuestra agencia). — "Yo llevé a mi hijo sano al **Grupo de Artillería 161 de Zapala** el 31 de marzo de 1992, y en setiembre **me lo devolvieron paralítico y mudo.** Ahora camina y habla, pero todavía no le pueden dar la baja. Sé que está mal. El domingo nos acompañó a votar y cuando vio a los soldados en la puerta se puso a transpirar. **Tiene miedo cuando ve un uniforme porque allá lo «bailaron» y dicen que lo golpearon".**

Quien lo cuenta es **Eloy Recondo**, padre de una familia afincada desde hace varias generaciones en **Plaza Huincul**, vecina a **Cutral Có**. El mismo relato telefónico que hizo a **Clarín** lo efectuó ayer por la mañana, en una reunión de padres de conscriptos incorporados a la unidad de Zapala, quienes reclaman que sus hijos tengan licencia hasta que el asesinato del soldado **Omar Carrasco** sea esclarecido.

"Hasta aquí me las aguanté solo, el problema y los gastos de atención de mi hijo. Pero creo que es necesario plantear el caso públicamente a los otros padres, porque **los chicos van allá indefensos y tenemos que tener la seguridad de que no serán maltratados"**, señaló Recondo, al explicar su presencia en la reunión realizada en Cutral Có.

El soldado **Héctor Eloy Recondo** (clase 73), quien ahora tiene 21 años, fue incorporado el 31 de marzo de 1992. "En el primer franco vino muy bien. Incluso hablaba de hacer trámites para quedarse en el Ejército —recordó su padre—. Pero el 4 de setiembre me avisaron (yo estaba en Buenos Aires) que volviera, porque estaba internado. **El Ejército informaba que tenía una fuerte gripe, pero otros soldados les dijeron a mis parientes que lo habían «bailado» y golpeado muy feo".**

"A mí también me dijeron lo mismo otros soldados, en el hospital de Neuquén, cuando lo vi luego del problema —continuó Recondo—. **De allí lo llevé a Campo de Mayo por mi cuenta, y desde diciembre está en casa esperando que le den la baja."**

El padre de Héctor señaló que se habían iniciado actuaciones dentro del Ejército. **Agregó que en esa oportunidad, "mi hijo dijo lo poco que se acordaba de lo que pasó, porque es como si su mente quisiera borrar aquello. Solo recuerda sombras y golpes, porque al parecer, lo tuvieron encerrado".**

Recondo contó también que tanto su hijo como él han recibido presiones: "En Zapala alguien le dijo que el **sargento Palma (con él fue el problema) se le va a aparecer en cualquier momento en la puerta de la casa** —reveló—. A mí incluso me hablaban por teléfono y me decían: «En cualquier momento hay noticias». **Ahora recibo llamadas y nadie habla del otro lado".**

05
9405991

BALZA VIAJA AL LUGAR

que sus de Zapala



Los padres del soldado muerto en la reunión que se hizo ayer en Cutral Co. Los otros padres no quieren que sus hijos vuelvan al cuartel. Hoy los recibirá el general Balza para escuchar sus denuncias. Ya relevó a la cúpula de la unidad.

NEUQUEN (De nuestra agencia). — Un centenar de padres de conscriptos del **Grupo de Artillería 161** de **Zapala se niegan a que sus hijos sean reincorporados mañana a la unidad, y exigen que les den licencia hasta** que sea resuelto el asesinato del soldado **Omar Carrasco,** cuyo cuerpo apareció en terrenos de ese cuartel tras haber sido declarado desertor.

En una reunión realizada ayer en el edificio comunal de **Cutral Co** —de donde procede la mitad de los jóvenes que hacen el servicio militar en Zapala—, los padres de los conscriptos formaron una comisión y encomendaron al intendente **Adolfo Grittini** que realizara contactos con autoridades judiciales y militares. "No damos los nombres de los integrantes de la comisión, por razones de seguridad", justificaron.

A pesar de que el domingo se conoció en **Neuquén** la decisión del Estado Mayor del Ejército de relevar de su cargo a los jefes del Grupo de Artillería y a otros militares que tenían a su cargo la dependencia donde estaba Carrasco el día de su desaparición, los familiares continúan reclamando licencia para sus hijos hasta que el caso sea esclarecido.

La reunión tuvo un momento dramático cuando llegaron los padres del soldado Carrasco y relataron lo sucedido con su hijo. La tensión aumentó aun más cuando se presentó **Eloy Recondo** y contó que **su hijo, incorporado en 1992, "entró sano al regimiento y me lo devolvieron mudo y paralítico"** (véase aparte).

Tras hacerse eco del pedido de los padres, el intendente de Cutral Co explicó a **Clarín** que, al tener dificultades para conseguir respuestas, llevó el planteo al gobernador **Jorge Sobisch.** Este se comunicó por teléfono con el jefe del Estado Mayor del Ejército, general **Martín Balza,** para plantearle la situación.

Grittini indicó que el propio Balza lo llamó a su domicilio particular para anunciarle que **hoy viajará a Zapala y que no tiene problemas en recibir a los padres de los conscriptos.** El intendente anticipó que ya contrató ómnibus para que todos los familiares de los conscriptos puedan viajar hasta la unidad.

♦ Podrían procesar a militares

En relación con el trámite judicial, a cargo del Juzgado Federal de Zapala, se esperan cambios de importancia para las próximas horas. Uno está referido a la carátula, en un principio catalogada como "Omar Octavio Carrasco s/ denuncia": **Dadas las evidencias de muerte violenta, se aguarda que sea modificada por la de "homicidio".**

Ayer, el juez subrogante **Rubén Caro** no atendió a la prensa, por lo que no se pudo determinar si ya se produjo este cambio. Al cierre de esta edición tampoco existía notificación para los abogados que representan a la familia Carrasco. Sin embargo, se supo que el juez podría procesar a los militares declarados en disponibilidad por el Ejército.

Se sabe que el juez trabaja intensamente en el expediente, según las informaciones que se brindaron en su despacho. Caro habría permanecido durante todo el día en el juzgado, lo que indicaría que finalizó la primera parte de investigaciones dentro de la unidad militar y la toma de testimonios a soldados y a personal del Ejército. El cambio de carátula implicará la iniciación del proceso propiamente dicho, ya que hasta el momento se está en la etapa de investigación.

Por otra parte, los abogados de las organizaciones de derechos humanos que asisten a la familia Carrasco esperan los datos precisos sobre las partes del cuerpo que fueron enviadas a Buenos Aires para su análisis, para nombrar al perito de parte. En ese aspecto se aseguró que tendrán asegurada la asistencia de un prestigioso profesional del departamento de Antropología Forense.

Como viene informando **Clarín**, Carrasco ingresó a la unidad de Zapala para cumplir el servicio militar el 3 de marzo, y tres días después se lo dio por desaparecido. Entonces se indicó que había pedido permiso para ir al baño y nunca más volvió, por lo que el 12 de marzo se lo declaró desertor. Sin embargo el 6 de abril apareció muerto en terrenos del cuartel.

Las pericias médicas demostraron que su muerte fue violenta: el cuerpo no tenía rigidez cadavérica sino espasmo, lo que indica que era consciente de que lo estaban matando. "El cerebro le estaba diciendo «peligro, peligro» cuando ocurrió el deceso, y afortunadamente para resolver el caso, eso quedó expreso en el cuerpo", explicó el experto **Enrique Prueggar.**

La autopsia reveló que tenía tres costillas rotas y que había líquido hepático en el pulmón, lo que según los médicos sucede cuando hay fuertes golpes que producen derrame de sangre en tórax y hemitórax.

Osvaldo Ortiz

06-06

A PESAR DE LA AUTOPSIA

Para Camilión, hay que esperar

"Si realmente se pudiera reconstruir un hecho como el que describe, **estaríamos eventualmente ante un homicidio**", admitió ayer el ministro de Defensa, **Oscar Camilión, en relación con el asesinato del conscripto Omar Carrasco.**

En declaraciones formuladas al noticiero de Telefé, Camilión no quiso aventurar ninguna hipótesis sobre el modo como fue muerto Carrasco, ni siquiera a partir de haberse conocido los resultados de la autopsia.

El ministro señaló que desde su cartera "estamos tratando de ayudar en lo que sea posible a la investigación que está haciendo el Juzgado Federal de Zapala". En ese sentido recalcó que el Ejército "dispuso una medida que no es habitual" al relevar a cuatro oficiales y dos suboficiales que componían la primera plana de la unidad, y anticipó que el comandante en jefe del Ejército, general **Martín Balza,** viajará hoy a Zapala.

Al ser consultado sobre otra denuncia, formulada ayer por el padre de **Héctor Recondo,** a quien en setiembre de 1992 —según dijo el hombre— "me lo devolvieron mudo y paralítico" (véase aparte), **Camilión dijo desconocer el caso, sobre el cual se labraron actuaciones en el Ejército.**

9405971

Nº DOCUMENTO 9405992
TITULO Estudian reducir y obligatoriedad del Servicio Militar.
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA 21/04
VINCULACION 66960
11163
13065
11328
11164
11302

OPINION / SOCIEDAD

UN ESPECIALISTA DICE QUE LOS JOVENES PUEDEN OPTAR ENTRE ASUMIR TAREAS EN HOSPITALES, ESCUELAS O CUARTELES

Servicio, pero no solo militar

La polémica desatada acerca de las características y la efectividad del Servicio Militar Obligatorio se inserta, según el autor de la nota, dentro del debate general de las funciones del Estado. Las tareas que él prevé para todos los jóvenes del país —y no solo un porcentaje de ellos— podrían desarrollarse en el área de la Justicia, la salud o la educación, y no solo dentro de los cuarteles. Su propuesta, señala, acabaría con la oposición de los objetores de conciencia.



Por Rosendo Fraga

La crisis del servicio militar obligatorio, que ha estallado a raíz de los hechos de Zapala, plantea la **necesidad de una drástica revisión de esta institución.** Ya hace dos años, desde la Comisión de Defensa Nacional del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, presentamos una propuesta alternativa, sobre la cual creemos necesario volver.

La reducida incorporación de ciudadanos al servicio militar obligatorio hace que menos del 10% de los jóvenes cumplan anualmente con dicha obligación. Ello está creando una notoria desigualdad, que genera un **cuestionamiento ético sobre este deber cívico.** Paralelamente, se producen situaciones de abusos con conscriptos, lo que contribuye a alimentar un estado de opinión adverso hacia el servicio militar en amplios sectores de la sociedad. Por último, en el Congreso surgen proyectos tendientes a reducir a seis meses el tiempo de duración del servicio y que acentúan el debate sobre el tema.

En este marco, pareciera conveniente plantear algunas pautas para **una efectiva modernización del servicio militar obligatorio, sin que ello afecte la capacidad necesaria que debe tener el país para su defensa nacional.**

La modernización del servicio militar obligatorio debe insertarse en el modelo global de reforma del Estado, dado que ante todo las Fuerzas Armadas son un área esencial del mismo. Se hace conveniente entonces la **propuesta de un servicio nacional, dentro del cual un capítulo específico debiera ser el servicio militar.**

Aproximadamente 250.000 ciudadanos están anualmente en condiciones de realizar el servicio de las armas. De acuerdo con un principio ético, **todos ellos deberían dar un año de trabajo al Estado en forma personal.** Sobre esta idea es que debería establecerse que el requisito para ingresar en la administración pública en sus diversas áreas y funciones fuera el de haber prestado un año de servicios en la que correspondiera. Es el tradicional ejemplo de los empleados "meritorios" en el Poder Judicial. De esta forma, se comenzaría a profesionalizar el empleo público y las personas se incorporarían al mismo, después de haber sido calificadas para esa función específica.

Esto permitiría **que cada ciudadano pudiese prestar sus servicios al Estado, en el área o función donde sus capacidades, aptitudes e inclinaciones fuesen más útiles.** De esta forma, el sector público contaría con una mano de obra adicional, que ahorraría gastos y mejoraría la calidad y eficiencia de las distintas funciones y servicios. Un ejemplo reciente es el convenio firmado por el Ejército con la Biblioteca Nacional, por el cual los

En el caso del servicio militar, sería necesario establecer que para poder incorporarse a las fuerzas de seguridad (Gendarmería y Prefectura), a las policiales (Federal y provinciales), penitenciarias (Federal y provinciales) y para ser suboficiales de las Fuerzas Armadas, **el aspirante debería haber cumplido antes con un año de servicio militar.** Lo mismo valdría para las otras áreas del Estado (Educación, Salud, Justicia, etcétera). Esto permitiría contar anualmente con una cantidad de entre 20.000 y 25.000 ciudadanos que optarían voluntariamente por el servicio militar, los que después de un año se incorporarían como personal subalterno de las distintas instituciones del sistema de Defensa y de Seguridad, con la instrucción militar básica ya cumplida y con una calificación que permitiría verificar sus aptitudes antes de dicha incorporación.

La cantidad de ciudadanos en el servicio militar podría aumentarse por sorteo si los riesgos de la defensa nacional así lo hicieren necesario, pudiendo elevarse a 40.000 o 50.000 el número de ciudadanos incorporados al servicio militar. En esas circunstancias, el sorteo se realizaría entre aquellos que no hubiesen acreditado antecedentes que los mostrasen aptos para desempeñarse en un área específica del Estado, como sería el caso de los maestros en el sistema educativo, o el de los estudiantes de medicina en el sistema de salud.

No acuartelados

Además del servicio militar anual voluntario y por sorteo de acuerdo a las circunstancias, sería conveniente crear la opción de un servicio militar no acuartelado, el que debería tener como mínimo dos años de duración. Este servicio se prestaría los días sábado, con el compromiso, además, de realizar treinta días de campaña al año y de prestarse este a no más de 30 kilómetros del domicilio. Quienes optaran por esta alternativa **no verían interrumpida su actividad laboral normal,** a cambio de lo cual tendrían un servicio más prolongado. Militarmente, este servicio no acuartelado tendría como objetivo formar la reservas y las bases de las unidades territoriales o de retaguardia en caso de un conflicto.

En el marco de este servicio nacional, **la participación de las mujeres debería ser optativa y no obligatoria.** El requisito para incorporarse a cualquier área del Estado sería el de haber prestado un año de servicios en él, permitiendo que muchas de ellas lo hiciesen voluntariamente y quedando abierto también para aquellas mujeres que desearan ingresar como personal permanente de las Fuerzas Armadas.

Al alcanzar el servicio nacional a todos los jóvenes, se podría cumplir con las demandas de la salud, ya que al revisarse a la totalidad de los mismos, se detectarían las enfermedades para luego atenderlas, posibilitando a

fuese de servicio militar o de servicio civil, les permitiría completar su educación básica.

Por último, **esta propuesta resuelve el tema de los objetores de conciencia,** quienes por convicciones personales no aceptan cumplir con el servicio militar. De este modo, ellos podrían optar por el servicio nacional.

Desde el punto de vista de la defensa nacional, **un servicio militar de seis meses no resulta suficiente, ni para las necesidades de instrucción ni tampoco para la necesidad de contar con tropa permanente en las Fuerzas Armadas,** dada la dificultad económica de incorporar soldados profesionales en forma masiva. **Un servicio militar de un año de duración con una cantidad importante de ciudadanos que voluntariamente optasen por él, con la posibilidad de completar dicha cantidad por sorteo en casos críticos y con la opción complementaria de un servicio no acuartelado que durase un mínimo de dos años, no afectaría las necesidades defensivas del país sino que las potenciaría.**

Rosendo Fraga es director del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría.

9405992

OPINION / SOCIEDAD

UN ESPECIALISTA DICE QUE LOS JOVENES PUEDEN OPTAR ENTRE ASUMIR TAREAS EN HOSPITALES, ESCUELAS O CUARTELES

Servicio, pero no solo militar

La polémica desatada acerca de las características y la efectividad del Servicio Militar Obligatorio se inserta, según el autor de la nota, dentro del debate general de las funciones del Estado. Las tareas que él prevé para todos los jóvenes del país —y no solo un porcentaje de ellos— podrían desarrollarse en el área de la Justicia, la salud o la educación, y no solo dentro de los cuarteles. Su propuesta, señala, acabaría con la oposición de los objetores de conciencia.


HORACIO FIDEL CARDO

Por Rosendo Fraga

La crisis del servicio militar obligatorio, que ha estallado a raíz de los hechos de Zapala, plantea la **necesidad de una drástica revisión de esta institución**. Ya hace dos años, desde la Comisión de Defensa Nacional del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, presentamos una propuesta alternativa, sobre la cual creemos necesario volver.

La reducida incorporación de ciudadanos al servicio militar obligatorio **hace que menos del 10% de los jóvenes cumplan anualmente con dicha obligación**. Ello está creando una notoria desigualdad, que genera un **cuestionamiento ético sobre este deber cívico**. Paralelamente, se producen situaciones de abusos con conscriptos, lo que contribuye a alimentar un estado de opinión adverso hacia el servicio militar en amplios sectores de la sociedad. Por último, en el Congreso surgen proyectos tendientes a reducir a seis meses el tiempo de duración del servicio y que acentúan el debate sobre el tema.

En este marco, pareciera conveniente plantear algunas pautas para **una efectiva modernización del servicio militar obligatorio, sin que ello afecte la capacidad necesaria que debe tener el país para su defensa nacional.**

La modernización del servicio militar obligatorio debe insertarse en el modelo global de reforma del Estado, dado que ante todo las Fuerzas Armadas son un área esencial del mismo. Se hace conveniente entonces la propuesta de un **servicio nacional, dentro del cual un capítulo específico debiera ser el servicio militar.**

Aproximadamente 250.000 ciudadanos están anualmente en condiciones de realizar el servicio de las armas. De acuerdo con un principio ético, **todos ellos deberían dar un año de trabajo al Estado en forma personal.** Sobre esta idea es que debería establecerse que el requisito para ingresar en la administración pública en sus diversas áreas y funciones fuera el de haber prestado un año de servicios en la que correspondiera. Es el tradicional ejemplo de los empleados "meritorios" en el Poder Judicial. De esta forma, se comenzaría a profesionalizar el empleo público y las personas se incorporarían al mismo, después de haber sido calificadas para esa función específica.

Esto permitiría que **cada ciudadano pudiese prestar sus servicios al Estado, en el área o función donde sus capacidades, aptitudes e inclinaciones fuesen más útiles.** De esta forma, el sector público contaría con una mano de obra adicional, que ahorraría gastos y mejoraría la calidad y eficiencia de las distintas funciones y servicios. Un ejemplo reciente es el convenio firmado por el Ejército con la Biblioteca Nacional, por el cual los conscriptos con conocimientos en materia de bibliotecología pasaron a prestar servicios en dicho lugar, realizando tareas imprescindibles para las cuales no hay personal permanente.

En el caso del servicio militar, sería necesario establecer que para poder incorporarse a las fuerzas de seguridad (Gendarmería y Prefectura), a las policiales (Federal y provinciales), penitenciarias (Federal y provinciales) y para ser suboficiales de las Fuerzas Armadas, **el aspirante debería haber cumplido antes con un año de servicio militar.** Lo mismo valdría para las otras áreas del Estado (Educación, Salud, Justicia, etcétera). Esto permitiría contar anualmente con una cantidad de entre 20.000 y 25.000 ciudadanos que optarían voluntariamente por el servicio militar, los que después de un año se incorporarían como personal subalterno de las distintas instituciones del sistema de Defensa y de Seguridad, con la instrucción militar básica ya cumplida y con una calificación que permitiría verificar sus aptitudes antes de dicha incorporación.

La cantidad de ciudadanos en el servicio militar podría aumentarse por sorteo si los riesgos de la defensa nacional así lo hicieren necesario, pudiendo elevarse a 40.000 o 50.000 el número de ciudadanos incorporados al servicio militar. En esas circunstancias, el sorteo se realizaría entre aquellos que no hubiesen acreditado antecedentes que los mostrasen aptos para desempeñarse en un área específica del Estado, como sería el caso de los maestros en el sistema educativo, o el de los estudiantes de medicina en el sistema de salud.

No acuartelados

Además del servicio militar anual voluntario y por sorteo de acuerdo a las circunstancias, sería conveniente crear la opción de un servicio militar no acuartelado, el que debería tener como mínimo dos años de duración. Este servicio se prestaría los días sábado, con el compromiso, además, de realizar treinta días de campaña al año y de prestarse este a no más de 30 kilómetros del domicilio. Quienes optaran por esta alternativa **no verían interrumpida su actividad laboral normal**, a cambio de lo cual tendrían un servicio más prolongado. Militarmente, este servicio no acuartelado tendría como objetivo formar la reservas y las bases de las unidades territoriales o de retaguardia en caso de un conflicto.

En el marco de este servicio nacional, **la participación de las mujeres debería ser optativa y no obligatoria.** El requisito para incorporarse a cualquier área del Estado sería el de haber prestado un año de servicios en él, permitiendo que muchas de ellas lo hiciesen voluntariamente y quedando abierto también para aquellas mujeres que desearan ingresar como personal permanente de las Fuerzas Armadas.

Al alcanzar el servicio nacional a todos los jóvenes, se podría cumplir con las demandas de la salud, ya que al revisarse a la totalidad de los mismos, se detectarían las enfermedades para luego atenderlas, posibilitando a la vez un diagnóstico actualizado sobre la situación de salud y de las necesidades de la educación, ya que los analfabetos y semianalfabetos en su totalidad, al cumplir los dieciocho años, entrarían en un sistema que, ya fuese de servicio militar o de servicio civil, les permitiría completar su educación básica.

Por último, **esta propuesta resuelve el tema de los objetores de conciencia,** quienes por convicciones personales no aceptan cumplir con *el* servicio militar. De este modo, ellos podrían optar por el servicio nacional.

Desde el punto de vista de la defensa nacional, **un servicio militar de seis meses no resulta suficiente, ni para las necesidades de instrucción ni tampoco para la necesidad de contar con tropa permanente en las Fuerzas Armadas**, dada la dificultad económica de incorporar soldados profesionales en forma masiva. Un servicio militar de un año de duración con una cantidad importante de ciudadanos que voluntariamente optasen por *él, con la posibilidad de completar* dicha cantidad por sorteo en casos críticos y con la opción complementaria de un servicio no acuartelado que durase un mínimo de dos años, no afectaría las necesidades defensivas del país sino que las potenciaría.

Rosendo Fraga es director del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría.

Nº. DOCU
TITU
PER: La Nación - 150025
FE: 13-4-94
VINCUL: 66960
11163

El servicio militar obligatorio

Por Néstor J. Cruces (*)

El servicio militar obligatorio argentino enfrenta en estos días fuertes cuestionamientos. ¿Es esta crisis necesariamente perjudicial y negativa para la defensa nacional? Seguramente no, si se enfrenta la misma como un desafío superable y una oportunidad de cambio refundacional.

A la hora de renovar y mejorar convendría tener en cuenta -entre otros conocidos elementos de juicio- los hechos y conceptos que se mencionan a continuación.

- En los últimos 20 años fueron incorporados como conscriptos a nuestras FF. AA. un millón y medio de ciudadanos. Cuando se generalizan reprobables y lamentables episodios puntuales conviene ubicar como telón de fondo este número referencial.
- Tiene servicio militar obligatorio casi un centenar de países. Entre otros: Alemania, Bélgica, Francia, Holanda, Italia, España, Noruega, Suecia, Suiza, Israel, Brasil, Austria, Chile y Perú, con duraciones que van desde seis meses hasta tres años en las filas.
- Incorporan solamente soldados profesionales (sistema puro) Estados Unidos, Gran Bretaña, y algunas ex colonias de esta última, mientras que otros países, como Canadá, Turquía, Grecia y Venezuela, utilizan un sistema mixto donde coexisten los soldados conscriptos con los profesionales.
- Los soldados voluntarios pueden potencialmente brindar un servicio con mayor calidad y continuidad, pero deben ser remunerados adecuadamente si se pretende cubrir con ellos puestos de combate de significativo contenido técnico. Habría que considerar también que fuerzas armadas integradas exclusivamente por profesionales (oficiales y suboficiales, más soldados contratados) podrían agudizar su condición de isla sociológica, aislándose más de la comunidad.
- Un soldado conscripto cuesta aparentemente mucho menos que otro contratado. Sin embargo, el lucro cesante que origina su ausencia de puestos de trabajo donde podría ser mucho más productivo para la sociedad -sumado al costo de eventuales deterioros que en sofisticados equipos militares podría producir la inexperiencia de renovadas camadas de novatos- invitan a considerar estas alternativas no con la óptica restringida de una contabilidad presupuestaria, sino con otra más amplia y macroeconómica.
- La conscripción es fuertemente educadora para el ciudadano democrático, ese laico de la defensa que transita un año por los cuarteles. La formación militar de un grupo de hombres -de heterogénea extracción socioeconómica- que se capacitan igualitaria y reciamente para defender un ideal que los trasciende es una experiencia humana única. Ella deja en sus espíritus semillas de integración nacional y austeridad republicana, que algún día germinarán para bien de la sociedad.
- Una incorporación mixta -con pocos voluntarios inicialmente dadas las actuales restricciones presupuestarias, junto a conscriptos que recibiesen un intensivo, moderno y acortado entrenamiento militar- abre la posibilidad de armonizar las ventajas de ambos sistemas puros. La conscripción podría también flexibilizarse, realizándose para quienes lo soliciten en sucesivos períodos de vacaciones universitarias durante dos o tres años. Los soldados voluntarios, por su parte, podrían ser estudiantes que recibiesen su paga como una beca para facilitar la continuación de su carrera universitaria, a cambio de servicios prestados en los cuarteles con carácter part-time. En tiempos de maniobras militares su dedicación, obviamente, sería full-time.

Una total transparencia

Los fuertes cuestionamientos que hoy debe enfrentar el Ejército y que se multiplicaron con notable virulencia a partir de la trágica y hasta ahora no esclarecida muerte del soldado Carrasco en Neuquén tendrán una resultante muy dependiente del espíritu con que el poder político y las autoridades militares asuman el presente desafío. Estas últimas han dado hasta ahora un claro y positivo mensaje a la sociedad: *queremos una total transparencia y colaboramos activamente con la Justicia para que descubra la verdad y sancione a los responsables.* Nada más correcto para quienes tienen sobre sus hombros la responsabilidad de defender el prestigio del Ejército.

Las instituciones se deprecian cuando por un mal entendido espíritu de cuerpo protegen a alguno de sus miembros que no son dignos de ellas. En estos casos, el descrédito y la sanción que no recaen sobre alguien con nombre y apellido se expanden colectivamente sobre la inmensa mayoría de sus integrantes que cumplen honradamente con el deber profesional. En el contexto de una Argentina con fuertes tradiciones corporativas en diversos sectores de su tejido social, la actitud de transparencia del Ejército y la serenidad con que soporta tradicionales prejuicios antimilitares constituyen un ejemplo por destacar.

(c) LA NACION

(*) Autor de los libros "70 años para 7 días", Planeta, 1993, y "Hacia otro Ejército posible", Planeta, 1992.

02

9405992

Nº. DOCUM...
TITULO ...
PROCESO · La Manana 150015
FECHA DE 18/4/94
VINCULACI... 66960
11163

Argentina: reformas en servicio militar

El titular de la Comisión de Defensa del Senado argentino, Eduardo Vaca, aseguró ayer que el servicio militar seguirá siendo obligatorio, aunque remarcó que se efectuarán algunas reformas tendientes a mejorar sus actuales condiciones.

BUENOS AIRES/EFE

"Como ocurre en los países republicanos y democráticos, los ciudadanos seguirán prestando el servicio militar, con carácter obligatorio, aunque seguramente se aplicarán una serie de modificaciones", sostuvo Vaca en declaraciones a una emisora de esta capital.

Consultado sobre la posibilidad de crear en el país un Ejército totalmente profesional, el Senador manifestó que las condiciones presupuestarias de Argentina lo impiden.

"En estos momentos los presupuestos que estamos manejando nos impiden la profesionalización total de las Fuerzas Armadas, aunque como señalé anteriormente, es posible hacer algunos cambios", manifestó el legislador.

Vaca explicó que se establecería un rango de duración del servicio militar, para que los soldados queden bajo bandera de 3 a 12 meses, según las necesidades de su capacitación.

Otra de las reformas que se efectuarían estaría destinada a los "objetores de conciencia", y señalaría que quienes no puedan portar armas por cuestiones religiosas o filosóficas puedan desempeñar otras tareas.

Además se aplicará una primera etapa de instrucción a cargo de oficiales que, entre otros requisitos, deberán cumplir con el de ser padres y conocer el trato con adolescentes.

La polémica en torno a las Fuerzas Armadas se desató a principios de la semana pasada, cuando se dio a conocer el caso del soldado Omar Carrasco, quien desapareció los primeros días de marzo del regimiento donde cumplía el servicio militar.

03
9405992

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCI La Nacion - 150024
FECHA DE 16-4-94
VINCULACIONES 66360
11163

El proyecto en marcha

El proyecto aprobado por Diputados y que aguarda su debate en la Cámara de Senadores dispone lo siguiente en sus puntos principales:

- Se establece la capacitación militar y un servicio social sustitutivo.
- La capacitación militar será de siete meses.
- El servicio sustitutivo durará doce meses y está destinado a los objetores de conciencia, quienes por razones religiosas o filosóficas se nieguen a utilizar armas.
- Esta condición debe ser declarada antes del sorteo y probada fehacientemente.
- Los objetores de conciencia realizarán actividades de protección y defensa civil, servicios sanitarios o sociales, conservación del medio ambiente y trabajos rurales.
- Los conscriptos podrán optar por incorporarse a los 18 años o a los 21 y tendrán la posibilidad de elegir la región del país donde quieran realizar el servicio militar.
- Los estudiantes podrán pedir prórrogas hasta los 26 años.
- Se contempla la incorporación voluntaria de las mujeres a partir de la creación de un escalafón femenino.
- Se declara la inviolabilidad de la dignidad y de los derechos personales de los conscriptos, quienes gozarán de las garantías que les otorgan las leyes y los acuerdos militares.

04

9405992

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE
VINCULACIONES

El Senado pondría paños fríos al apuro presidencial por reducir el servicio militar

Vaca: el titular de la Comisión de Defensa de la Cámara alta no está de acuerdo con la disminución a siete meses, tal como salió de Diputados.

El Senado sería un obstáculo inmediato para la indicación presidencial de que el proyecto que reduce el período de servicio militar a siete meses se apruebe rápidamente.

En principio, porque un sondeo entre los legisladores de las distintas bancas indicó ayer que el texto de Miguel Angel Toma, ya aprobado por Diputados, volvería a ese cuerpo con modificaciones. Especialmente por la posición del titular de la Comisión de Defensa del Senado, el justicialista Eduardo Vaca, quien no está de acuerdo con que el servicio se reduzca a siete meses en todos los casos.

Vaca propone, en cambio, que la reducción sea a seis meses para los conscriptos que sólo reciban instrucción militar general y que se mantenga en un año para quienes sean destinados a áreas en las que se requiera especialización.

Esta modificación sustancial del proyecto de Toma da un indicio de que el dictamen final de la comisión le bajará el pulgar a algunas de sus disposiciones.

El texto se encuentra en el organismo de estudio desde el 29 de septiembre de 1992 y no está en las previsiones para el actual período de sesiones extraordinarias, dado que no figura en la lista de temas habilitados por el Poder Ejecutivo.

Este hecho les sugiere a algunos senadores de la oposición que el Gobierno busca un golpe de efecto para salir al cruce de la misteriosa muerte del soldado Omar Carrasco, rescatando un proyecto que parecía destinado al olvido, como los 30 restantes que se presentaron sobre el tema desde 1983 hasta la fecha.

Por otra parte, en los despachos senatoriales se hizo hincapié en que nada tiene que ver la reducción del servicio con la violencia de que fue objeto el conscripto Carrasco.

Así piensa el senador correntino José Antonio Romero Feris, quien dijo a LA NACION que "en lugar de responder a los hechos en forma simplista y efectista con propuestas de servicio militar de mayor o menor extensión, el Gobierno debería elaborar, como es su deber, un verdadero plan para la defensa nacional, que la adecue a las necesidades de la sociedad en que vivimos".

Opinión calificada

Su comprovinciano, el liberal Juan Ramón Aguirre Lanari, introdujo otra posibilidad sobre el debate, aunque admitió que aún no tiene una posición tomada sobre el proyecto de marras.

Dijo que es imprescindible requerir la opinión de los sectores calificados en el tema "para evaluar la repercusión o el impacto" que podría tener en la seguridad nacional la reducción proyectada.

Los radicales, por su parte, coinciden en que debe modificarse la situación actual mediante un acortamiento de la conscripción, aunque apuntan a la conveniencia de avanzar hacia la profesionalización de las Fuerzas Armadas.

El chaqueño Luis León, quien forma parte de la Comisión de Defensa, opina que la extensión del servicio debe reducirse "mientras en las Fuerzas Armadas se haga lo que hasta hoy, tener a los soldados para la limpieza y los mandados".

Expresó que en términos globales está de acuerdo con el proyecto, "pero debe formar parte de una estrategia completa para el área".

Terminar con el "baile"

Pedro Villarroel, radical por Catamarca, no está conforme con el período de siete meses y sostiene que cuatro son suficientes para impartir una instrucción adecuada.

"Pero fundamentalmente, hay que terminar con el «baile» –puntualizó–, y para esto hay que erradicar cierto espíritu de cuerpo que todavía subsiste en las Fuerzas Armadas".

Cuando llegue el momento de debatir el tema en el recinto, Alfredo Avelín (Cruzada Renovadora-San Juan) aceptará los siete meses propuestos, pero impulsará que se agregue una cláusula que permita extender el período de instrucción en caso de que algún conflicto lo requiera.

Avelín tocó también la cuestión de los objetores de conciencia. Sostiene que la ley "debe ser igual para todos, aunque se podrían contemplar estos casos permitiendo que los conscriptos no utilicen armas, aunque sin perder su condición de soldados ni dejar de utilizar el uniforme".

Daniel Ponce

05-05

9405992

Nº. DOCUMENTO 9405993
TITULO Argentina es el país con menos soldados de sudamérica
PROCEDENC
FECHA DE
VINCULACIONES 11760
11163
13065
11301

ARGENTINA, EL ULTIMO DE LA FILA EN SUDAMERICA

El país con menos soldados

En el tema del servicio militar, Argentina no desentona con lo que sucede en el resto de América del Sur. Como una marca en el orillo, los países de la región parecen preferir un sistema de conscripción obligatorio que, en varios casos, puede extenderse a dos años de servicio bajo bandera.

Un informe realizado por el Centro de Estudios para la Nueva Mayoría —que dirige **Rosendo Fraga**, partidario de mantener la conscripción pero como opción dentro de un servicio social obligatorio— reveló que **nueve de los diez países más importantes de Sudamérica optaron por el servicio militar obligatorio.**

El recuento tiende a demostrar, además, que en la decisión sobre este tema pesa, sobre todo, el **factor económico**. Es más: algunos especialistas aseguran que **los países en vías de desarrollo no se pueden dar el lujo de financiar fuerzas armadas profesionales.**

Según fuentes del Ministerio de Defensa, cambiar el sistema de conscripción por uno optativo significaría **quintuplicar** los gastos.

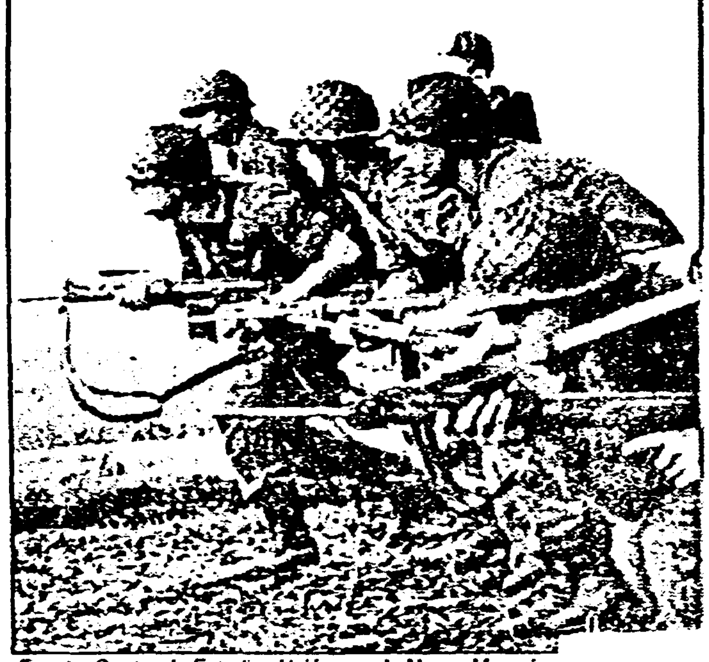
La Argentina, según destaca el informe, es el país que menos soldados conscriptos tiene en la región y el Uruguay es el único que tiene servicio militar voluntario.

El informe fue difundido en momentos en que a raíz del asesinato del soldado **Omar Carrasco** se puso bajo la lupa la ley del Servicio Militar Obligatorio. La muerte de Carrasco reactualizó la polémica sobre si debe, o no, suprimirse el servicio militar obligatorio, que fue creado a principios de siglo, cuando hubo una carrera armamentista con Chile que casi llevó a la guerra por problemas limítrofes.

El informe precisa que solo la Argentina (que tiene 33 millones de habitantes), el Brasil, Bolivia y el Ecuador poseen servicios militares de un año de duración. En cambio, **Venezuela, el Perú, Chile, el Paraguay y Colombia dan una instrucción de dos años a sus soldados conscriptos.**

BAJO BANDERA

La conscripción en América latina



Países	Población	Servicio militar	Total FF.AA.	Cant. de volunt.	Conscriptos
ARGENTINA	33.000.000	Obligatorio 12 meses	67.000	47.000	20.000
BOLIVIA	6.350.000	Obligatorio selectivo, 12 meses	28.600	10.800	17.800
BRASIL	136.000.000	Obligatorio 12 meses	276.000	138.300	137.700
COLOMBIA	20.120.000	Obligatorio 2 años	67.000	41.100	25.900
CHILE	12.100.000	Obligatorio ejército y armada, 2 años	101.000	69.000	32.000
ECUADOR	10.000.000	Obligatorio 12 meses	42.500	14.970	30.030
PARAGUAY	3.387.000	Obligatorio ejército y armada, 2 años	14.370	4.570	9.800
PERU	19.800.000	Obligatorio selectivo 2 años	128.000	86.000	42.000
URUGUAY	3.004.000	Voluntario 1 a 2 años mínimo	31.900	31.900	---
VENEZUELA	18.352.000	Obligatorio selectivo 2 años	49.000	31.000	18.000

Fuente: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría

9405993

Nº. DOCUMENTO 9405994
TITULO Piden ayuda a la SIDE por el robo de secretos del Pampa -
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA DE 24/04/94
VINCULACION 66360
11163
13065
SIDE

Buenos Aires, domingo 24 de abril de 1994 ★ CLARIN

DECLARARA EL PERSONAL DE LA FABRICA CORDOBESA

Piden ayuda a la SIDE por el robo de secretos del Pampa

La Justicia cordobesa pedirá ayuda a la SIDE para tratar de descubrir quiénes fueron los autores del robo de secretos del avión Pampa. Gustavo Becerra Ferrer, juez de la causa, también decidió citar a declarar a todo el personal, con acceso al lugar violentado, de la fábrica militar de Córdoba.

CORDOBA (De nuestra agencia). — El juez federal **Gustavo Becerra Ferrer**, que investiga el robo de archivos con información secreta sobre los costos industriales del avión **Pampa** de la fábrica militar de Córdoba, **pedirá colaboración al titular de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE), Hugo Anzorreguy**, lo que dará al caso una **proyección nacional**.

La intención del juez también parece tender a que el gobierno de **Carlos Menem** tome cartas en el asunto, más allá de las interpretaciones del Ministerio de Defensa, que intentó minimizar las consecuencias del robo.

En lo estrictamente judicial, Becerra Ferrer llamará a declarar la semana próxima al personal de la empresa con acceso al sector violentado, según indicaron a Clarín fuentes ligadas a la investigación del tribunal.

Hasta el momento, la única persona convocada por el tribunal fue el presidente del Consejo de Administración del Area Material Córdoba, el ingeniero aeronáutico **Francisco Luciano**.

En la intimidad, el magistrado expresó sus **"dudas"** a la hora de evaluar las posibilidades de reconstruir con certeza el contenido de los discos de computación que fueron robados.

La denuncia que formuló Luciano el 2 de febrero ante la Policía Federal indicaba que había información **"reservada"**, relacionada a los costos de fabricación del avión Pampa.

Cuando Becerra Ferrer pidió los archivos de resguardo (back up), que contienen copias del material, Luciano explicó que habían sido **"parcialmente sustraídos", junto a los cinco discos fijos de las computadoras abiertas, además de papelería de escritorio y otros elementos de computación.**

El directivo de la fábrica sostuvo ante el juez que el robo, ocurrido a fines de enero (cuando el personal de la planta estaba de vacaciones), **no había sido de gravedad** y que aludía a los costos de mano de obra para la producción de piezas puntuales del Pampa.

Las planillas de cálculo sustraídas fueron elaboradas a pedido de la firma norteamericana Vought asociada a la fábrica militar de Córdoba, para una licitación de la fuerza Aérea de Estados Unidos, denominada Joint Primary Aircraft Training Sistem (JPATS).

La pérdida de esa información podría perjudicar al Area Material Córdoba en esa licitación internacional para la compra de 700 aviones de entrenamiento, destinados a un programa conjunto de la Fuerza Aérea y la armada de los Estados Unidos, que se abrirá el 12 de mayo, si cayera en manos de la empresas competidoras de Norteamerica, Italia, Brasil y Suiza.

Pero el robo de información no parece merecer la misma evaluación de parte del poder político y militar. Según el ministro de Defensa, **Oscar Camilión**, y el jefe de la Fuerza Aérea, brigadier general **Juan Paulik**, la pérdida no perjudicará la operación de venta de los Pampa a Estados Unidos. El gobernador cordobés, **Eduardo Angeloz**, en cambio, dijo que el episodio podría tener un **"efecto dantesco"**.

"No se ha robado ningún secreto, ningún plano, ningún proceso de fabricación", juró Camilión. "(Lo robado) no tiene valor estratégico o militar", apoyó Paulik.

El gobierno argentino estaba especialmente interesado en poder colocar los aviones Pampa, no solo por participar en un negocio valuado entre los cinco y los siete mil millones de dólares sino por la seguridad de que la elección de los Estados Unidos provocaría un "efecto cascada" que sería imitado por otros países a la hora de equiparse.

01-01
9405994

Nº 9405995
LN - 24-4-94
9405995



El servicio militar obligatorio, bajo la lupa de especialistas

Modificaciones: Fraga, López Aufranc y Cruces coinciden en la necesidad de cambios en la conscripción, aunque difieren en las alternativas para mejorarla.

La conveniencia de modificar el actual régimen de servicio militar obligatorio en la Argentina, cuestionado por la misteriosa muerte del soldado Omar Carrasco, encuentra coincidencia en especialistas en temas castrenses.

Aunque acuerdan en la idea de cambio, las propuestas de Rosendo Fraga, Alcides López Aufranc y Néstor Cruces, descriptas a LA NACION, difieren.

Si bien López Aufranc exaltó la ventaja de poseer tropas profesionales, entiende que la coyuntura económica nacional –"el factor fundamental", subrayó– aconseja mantener el sistema en vigor, sin descartar la inclusión de algunos enclaves militares remunerados, como prueba piloto, para perfeccionar lo que ya existe.

Entretanto, Fraga y Cruces arrojaron iniciativas de carácter "mixto", que supondrían cambiar de cuajo la práctica de la comúnmente denominada "colimba".

Fraga ideó la instrumentación de un "servicio nacional", obligatorio, pero optativo respecto de las áreas del Estado por ocupar: salud, educación, justicia y seguridad. Estima conveniente que el enrolamiento en las Fuerzas Armadas opere como un "capítulo específico", elegido por el individuo entre otras opciones.

"Como requisito para ingresar en las diversas áreas de la administración pública se deberá prestar un año de servicios en la función que correspondiera", puntualizó el experto, como modo de "profesionalizar el empleo público" y explotar al máximo "las capacidades o inclinaciones".

Para el caso de que los voluntarios resultaran insuficientes, Fraga prevé un sistema de sorteos entre quienes no demuestren interés o capacidad para desenvolverse en salud, educación o justicia.

Se complementaría con un escalafón intermedio, también optativo, el "servicio militar no acuartelado": dos años de tareas, sólo los días sábado, con una instrucción ("campaña") de 30 días cada 12 meses y a no más de 30 kilómetros del hogar.

Penurias económicas

Para el general (R) López Aufranc, los impedimentos económicos ocupan el centro del problema. "Hasta que la Argentina no tenga capacidad de financiamiento, se debe continuar con lo que hay. ¿Vamos a crear nuevos impuestos?", se interrogó el militar, quien no niega que las fuerzas armadas profesionales son un ideal "sólo posible en países de real poder económico".

Sí está convencido de que "la cuestión se debe estudiar profundamente", y no por impulsos "emocionales". "Si mañana violan a un niño en una escuela, no vamos a suspender la educación...", comparó.

Parece abierto a cambios. No descarta, por lo tanto, la aplicación de un mecanismo de contratación para ciertas unidades militares, como "prueba piloto", o de un régimen de reposición de conscriptos por tandas periódicas, que aumentarían la capacidad operativa en un eventual conflicto armado.

Conscripción de mil horas

El teniente coronel (R) Cruces concibió una "conscripción muy breve y profesional", a la que también denominó "de las 1000 horas". Aquí conviven profesionalismo y obligatoriedad. Por un lado, los conscriptos realizarían una instrucción de cinco meses, tras los cuales se los evaluaría. Si aprueban el examen, pasarían a una reserva bajo bandera, con libertad para retomar sus tareas habituales de ciudadano. Si el soldado reprueba, permanecería afectado un mes más.

A los mejores calificados –"un grupo mínimo", enfatizó– se les ofrecería una continuidad remunerada con un contrato de uno o dos años renovable y becas de estudios. Cruces reconoce así las limitaciones económicas.

Los voluntarios de marras cumplirían tareas de mantenimiento en los cuarteles, por tiempo limitado, y asistirían a maniobras militares que exigirían tiempo completo. "Además –puntualizó Cruces– se los adiestraría para el manejo de artefactos sofisticados y valiosos que requieren especialización y que, en manos de un novato, se deterioran".

Mariano Obarrio

Nº. DOCUMENTO 9405996
TITULO El jefe del Comando Sur del ejército de EE.UU llega de visita a Argentina.
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA DE 30-4-93
VINCULACIONES 66960 = EE.UU
11163-
11328-
13065-

BARRY MC CAFFREY, JEFE DEL COMANDO SUR

EE.UU. manda a un general

El jefe del Comando Sur del ejército de los Estados Unidos, general **Barry Mc Caffrey**, llegará el lunes para reunirse con la jefatura del Ejército y recorrer distintas unidades de las Fuerzas Armadas.

Mc Caffrey tiene a su cargo un comando norteamericano con asiento en Panamá y —en su carácter de jefe militar del más alto rango— representa al secretario de Defensa, **William Perry**, y al propio presidente, **Bill Clinton**, en América latina.

El propósito de su viaje es informarse acerca de la opinión de las autoridades argentinas sobre temas de seguridad regional y **"robustecer la relación profesional entre las fuerzas armadas de ambos países así como también ratificar el apoyo de los Estados Unidos a la Argentina"**, según informó la Embajada norteamericana.

El general estadounidense asumió sus funciones el 17 de febrero de este año y su visita no es un dato menor, dado que es el responsable de todas las actividades militares de los Estados Unidos en América latina, con excepción de México y el Caribe, y de la puesta en ejecución de la política y estrategia de seguridad nacional que instrumenta el país del Norte en esta región.

En la agenda de Mc Caffrey está estipulado su arribo al aeroparque Jorge Newbery a las 17 del lunes, en donde será recibido por el jefe del Estado Mayor Conjunto, teniente general **Mario Cándido Díaz**, y posteriormente viajará hasta el Ministerio de Defensa para entrevistarse con su titular, **Oscar Camilión**.

El martes se reunirá con los titulares del Ejército, teniente general **Martín Balza**; de la Armada, almirante **Enrique Molina Pico**, y el de la Fuerza Aérea, brigadier **Juan Paulik**.

En el caso de Balza, el del martes será el **segundo encuentro personal** que mantendrá con el general norteamericano, dado que ya se reunió con él durante la visita que en marzo realizó a los Estados Unidos.

X

01-01 9405996

Nº. DOCUMENTO 9405997
TITULO Roban información secreta sobre el avión Pampa en fábrica militar de Córdoba.
PROCEDENCIA La Prensa - 150015
FECHA DE 22-4-94
VINCULACIONES 46960
11163
508225

Roban información de Fuerza Aérea argentina

La principal fábrica de la Fuerza Aérea argentina sufrió el robo de información reservada sobre sus proyectos aeronáuticos, en favor de una empresa estadounidense, según informes de prensa que citaron fuentes judiciales.

BUENOS AIRES / ANSA

La versión del robo, ocurrido al parecer en enero, fue difundida por un canal de la provincia de Córdoba, donde funciona el Area Material Córdoba, y confirmada después por voceros del juzgado que investiga el caso a otros medios periodísticos.

En el Area Material Córdoba se diseñaron los aviones de entrenamiento Pampa 2000, uno de los varios modelos que la Marina estadounidense estudia comprar e incorporar a sus filas.

Según la denuncia, se robaron de la fábrica discos rígidos de computadoras con detallada información sobre los diseños desarrollados en la planta aeronáutica militar. El espionaje, precisamente, beneficiará -según la versión del canal 12 de Córdoba- a una compañía estadounidense de la que sólo se dijo que compite con la Fuerza Aérea argentina por la venta de 900 aviones de entrenamiento.

La licitación para la compra de los aviones se abrirá en febrero de 1995 y la Fuerza Aérea acordó presentarse junto con la Lockheed de Estados Unidos. Otra empresa norteamericana, la Smith, se perfila como principal competidora de aquella sociedad.

El Gobierno argentino, decidido a reactivar el Area Material Córdoba, estudia paralelamente el acondicionamiento de 36 aviones caza Skyhawk norteamericanos, munidos al menos la mitad de poderosos radares, una venta ya aprobada por Estados Unidos.

La producción en serie para Estados Unidos de aviones Pampa 2000 de entrenamiento se co[illegible]aría con la adecuación de los cazas Skyhawk para dar un enorme impulso a la planta, muy activa tres décadas atrás.

9405997

01-03

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La Nación - 15445
FECHA DE 22-1-94
VINCULACIONES 4342
11163

Robaron en Córdoba material informático sobre el Pampa

Ningún secreto: ha desaparecido, dijo un funcionario que aseguró que hay copia de todo lo sustraído; el hecho ocurrió en enero y hay versiones que acusan a un oficial con rango de mayor.

CORDOBA.- Se restó importancia a un robo de materiales de informática relativos al proyecto del avión Pampa, que tiene posibilidades de colocación en los Estados Unidos.

En algunos sectores se había dicho que el robo era trascendente porque sería de valor para las empresas competidoras de la aeronave argentina.

De acuerdo con versiones que circularon, se trataba de una amplísima información sobre el aparato, pero el director del Area Material Córdoba, Jorge Luciani, señaló que "no se han robado ningún secreto, ningún plano, ningún proceso de fabricación", sino cálculos de costos y presupuestos, documentos que contienen cotizaciones "de cuánto saldría la fabricación de determinados componentes del avión", que se estaba preparando para intervenir en la licitación que se hará en los Estados Unidos.

El robo ocurrió en enero y sólo se conoció ayer, después de que el funcionario concurrió al Juzgado Federal, a cargo del doctor Gustavo Becerra Ferrer, quien se excusó de revelar detalles del hecho.

Donde ocurrió

Luciano aclaró que no había ocurrido en el centro de cómputos del centro aeronáutico, sino en una oficina donde se procesan los presupuestos en computadoras personales que en sus discos de memoria tenían almacenados archivos con aquel tipo de material. "Se llevaron la parte cara de la computadora, dejaron el chasis y los teclados, porque son difíciles de sacar del establecimiento", agregó.

El funcionario aseguró que la pérdida no afecta en absoluto la posición del Pampa en la licitación norteamericana y señaló que existe copia de toda la documentación sustraida.

Las versiones señalaban que se trataba de espionaje industrial y que se sospechaba de un oficial con el rango de mayor que prestó servicio en el área.

Sin embargo, Luciano desestimó lo del espionaje y respecto del sospechoso dijo no conocer a nadie que estuviera trabajando en el lugar.

De todos modos admitió que en diciembre la fábrica estaba en manos de militares, algunos de los cuales tenían rango de mayor.

El director de la empresa reafirmó que el hecho se circunscribe a una cuestión de poca relevancia e insistió que "lo sustraido no es información de tipo técnico, ni se han robado ningún secreto". Agregó que "lo único que quiénes se llevaron el material podrían llegar a interpretar es cuánto cuesta fabricar".

En la posible colocación del Pampa -serían varias decenas que podrían adquirir los Estados Unidos para operaciones de instrucción- se depositaron las expectativas de reactivación y privatización de la ex Fábrica Militar de Aviones.

El gobierno nacional se encuentra actualmente en gestiones con compañías internacionales, entre ellas la Lochheed, para lograr un programa de reactivación del establecimiento.

9405997

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENC
FECHA DE
VINCULACIONES

EXPERTOS EN COMPUTACION SE LLEVARON DATOS SOBRE COSTOS DE FABRICACION

Roban información secreta sobre el avión Pampa en la fábrica militar de Córdoba

Información secreta sobre costos de fabricación del avión Pampa fue robada hace más de dos meses de la Fábrica Militar de Aviones en Córdoba. Investiga la Justicia. El Pampa competirá el mes que viene en una licitación internacional en los Estados Unidos, que comprará 700 aviones y 100 simuladores de vuelo por un presupuesto estimado entre 5.000 y 7.000 millones de dólares.

CORDOBA (De nuestra agencia). — La Fábrica Militar de Aviones denunció **el robo de información sobre costos de fabricación del avión Pampa**, una aeronave de entrenamiento que intenta ser vendida a los Estados Unidos.

El hecho provocó hondas diferencias de criterio entre las **autoridades de la empresa estatal** (que consideraron que los datos no perjudicarán los planes de venta a los Estados Unidos) y **fuentes ligadas a la justicia federal** (para quienes se trata de un típico caso de "espionaje industrial").

El secretario de Planeamiento del Ministerio de Defensa, **Guillermo Etchechoury**, dijo anoche a **Clarín** que el robo se habría producido "la noche del 31 de enero al 1º de febrero", y que se comprobó **la falta de "discos rígidos de computadoras de la sección Presupuestos"** de la fábrica de aviones.

Asimismo, aseguró que el robo "**no afecta en nada la presentación que se hará en la licitación internacional del 12 de mayo**" en los Estados Unidos.

En la licitación internacional del 12 de mayo, **los Estados Unidos definirán la compra de 700 aviones de entrenamiento, con un presupuesto calculado entre 5.000 y 7.000 millones de dólares** (véase aparte).

El robo de información sobre costos del Pampa puede colocar a la Argentina en posición desventajosa frente a sus competidores **(empresas de los Estados Unidos, Italia, el Brasil y Suiza) de cara a la licitación internacional.**

Fuentes judiciales dijeron anoche a **Clarín** que el gobierno nacional enviará **personal de inteligencia** para colaborar en la investigación. Las mismas fuentes dijeron que **el robo debió ser cometido por alguien con acceso a esa oficina.**

El robo se produjo cuando el personal de la Fábrica Militar de Aviones se encontraba de vacaciones, en una oficina del departamento "**JPATS**", sector que recibió esa denominación por estar afectado directamente al llamado a licitación de la fuerza aérea de los Estados Unidos, denominado **Joint Primary Aircraft Training Sistem (JPATS)**, por el cual se prevé un programa conjunto de entrenamiento para la fuerza aérea y la armada de ese país.

En la denuncia que el presidente del Consejo Administrativo del Area Material Córdoba, ingeniero aeronáutico **Francisco Luciano**, realizó ante la Policía Federal el 2 febrero de este año, estimó que el monto de lo robado oscilaba en los diez mil dólares y que incluía: una impresora láser Hewlett Packard, un mouse, un CD-Rom, disquetes, papelería de escritorio, material de software y un scanner.

A principios de marzo, el juzgado federal dos, a cargo de **Gustavo Becerra Ferrer**, estaba a punto de archivar la denuncia de una carilla, cuando decidió preguntar sobre el contenido de **cinco discos rígidos que habían sido sustraídos** junto al equipamiento, para lo cual convocó a Luciano a declarar.

El directivo explicó que los discos contenían información relacionada a ciertos costos puntuales de mano de obra para la producción del Pampa, que había sido solicitada por la empresa **Vought**, de Dallas, a la cual la fábrica cordobesa se unió para presentarse en la licitación "JPATS".

Se tuvo en cuenta en **la investigación que sacar un disco duro de una computadora lleva por lo menos dos horas de un trabajo profesional**, que no puede realizar un técnico ordinario. De este modo, el desarme de cinco computadoras llevó al menos **diez horas de trabajo**. Pero en las **pericias dactilares se detectó que no había siquiera una huella digital.**

Según estas fuentes, recuperar el trabajo robado **demandaría más de cien días** y ello complicaría **la participación argentina en la licitación**, dado que el 12 de mayo es la presentación, el 12 de julio el plazo para presentar las propuestas y en febrero de 1995 la adjudicación.

Pero el ingeniero Luciano estima que esos cálculos de funcionarios judiciales son exagerados. "**Es cierto que cualquier información es útil para un competidor, pero los costos de mano de obra no hacen a la propuesta económica que definirá únicamente el presidente de la Vought, en los Estados Unidos.**"

Martha Gurvich



El avión argentino Pampa, para entrenamiento. Compite en la licitación internacional de los Estados Unidos con máquinas de otros cinco países.

En Defensa le bajan el tono

CORDOBA (De nuestra agencia). — "**No sabemos nada. De todos modos no nos importa, porque el Pampa se construirá integralmente en los Estados Unidos**", respondió **Jorge Baeza**, secretario de Asuntos Militares del Ministerio de Defensa, a la consulta realizada anoche por **Clarín**, acerca de **la importancia de la información robada del Area Material Córdoba.**

En cambio, el titular de la fábrica, **Francisco Luciano**, indicó que se realizará un sumario entre el personal con acceso a esa oficina, pese a que también minimizó la importancia del robo.

"**La información secreta sobre la tecnología del Pampa** —referida a los planos y proyectos— **está en el Centro de Cómputos, bajo muy estrictas medidas de seguridad, y en esa oficina del Area Material donde solo había información sobre costos**", dijo Luciano.

Un negocio de 5 mil millones

El robo en la fábrica militar de aviones de Córdoba, que recién tomó estado público ayer, tiene su lógica si se toma en cuenta que **lo que está en juego es un negocio de entre 5 mil y 7 mil millones de dólares.**

El avión Pampa es hasta ahora el **favorito entre siete modelos de avión de entrenamiento militar**, que compiten **en la licitación que realizarán los Estados Unidos para comprar 700 máquinas de este tipo y también unos 100 simuladores de vuelo.**

La Fuerza Aérea Argentina, asociada con la firma texana **Vought**, compite con modelos de las empresas **Augusta (Italia), Pilatus (Suiza), Aeromacchi (Italia), Dasa (Alemania), Embraer (Brasil) y All (norteamericana).**

La cifra en juego aumenta si se tiene en cuenta que el modelo ganador también va a ser comprado por los países que dependen de la tecnología militar de los Estados Unidos.

9405997

Nº. DOC: 9405998
TITULO: Apuran ley de inteligencia.
P: 150024
FECHA: 7/4/94
VI: 66960
11164
11337
11164
11302

LA TRATAN EN EL PERIODO DE SESIONES ORDINARIAS

Apuran la ley de inteligencia

El proyecto de ley de Inteligencia Nacional, que entre sus aspectos principales dispone el control obligatorio del Congreso sobre los servicios de informaciones, sería tratado en el próximo período ordinario de sesiones.

La iniciativa recibió dictamen favorable en el Senado de las cinco comisiones encargadas de analizarlo.

Todo ocurre en momentos en que el Gobierno considera la puesta en marcha de una estrategia para prevenir estallidos sociales como en los casos de Santiago del Estero o Jujuy. Y para la que no descarta tareas de inteligencia a realizar en el marco de una legislación acorde a las necesidades.

Por caso, el Gobierno ya dispuso gastar siete millones y medio de dólares para reequipar a la Gendarmería y a la Policía Federal con elementos antimotines. Concretaría, de paso, la creación de una fuerza de despliegue rápido que pueda trasladarse a lugares conflictivos.

La propuesta elaborada por el senador justicialista Eduardo Vaca considera como inviolables las comunicaciones telefónicas, postales, de telégrafo, facsímil o cualquier otro sistema de transmisión de cosas, imágenes, voces o paquetes de datos, así como los registros y documentos.

Dispone la centralización de los organismos del área en un Sistema Nacional de Inteligencia y la participación del Congreso en la elaboración de sus políticas, a cuyo cargo quedará el control de su presupuesto.

En ese sentido, se especifica que cuando se trate de investigaciones inherentes a la seguridad del Estado, los servicios de inteligencia solicitarán autorización para efectuar esas averiguaciones ante la justicia federal.

El proyecto consiguió el visto bueno de las comisiones de Defensa, Interior y Justicia, Asuntos Constitucionales, Derechos y Garantías, y Asuntos Administrativos y Municipales.

Pese al despacho favorable, la iniciativa recién podrá ser debatida por la Cámara alta despúes del primero de mayo próximo, ya que no se encuentra incluido en el listado de temas habilitado por el Poder Ejecutivo para las actuales sesiones extraordinarias.

La norma proyectada prevé la protección de los derechos de los ciudadanos mediante la prohibición, a que estarán sujetos los organismos de inteligencia, de revelar toda información relativa a cualquier habitante u organización del país y de cumplir de por sí funciones policiales.

Sin embargo, el texto hace la salvedad de que si "como consecuencia" de las actividades de inteligencia se estableciere la posible comisión de delitos, "deberá concurrir" a los organismos jurisdiccionales.

01-01

9405998

Nº. DOCUMENTO 9405999
TITULO Acto del Trotskismo
P Página 12 - 150515
FECHA 6/4/94
VINCUL 66960
11164
11304

ACTO DEL TROTSKISMO

El FIS al aire libre

"Hoy hubo un jujeñazo y un salteñazo, y éste es el camino para terminar con el hambre, la entrega y la reforma laboral", dijo ayer Luis Zamora, con el tono enérgico que lo caracteriza, en el cierre de campaña del Frente de Izquierda Socialista (FIS) en Plaza Once. El ex legislador trotskista habló junto a Carlos Altamira y Nora Ciapponi fente a más de tres mil personas, en el único acto al aire libre que se celebró durante esta campaña electoral.

Los oradores del FIS –que integran el Movimiento al Socialismo, el Movimiento Socialista de los Trabajadores y el Partido Obrero– centraron su fuerza contra el proyecto de reforma laboral, al Pacto de Olivos y el Frente Grande. "El proyecto de reforma laboral convertirá a los trabajadores en esclavos y estará al servicio del robo de la jubilación privada, con socios como Mary Sánchez", sintetizó Ciapponi en una parte de su discurso.

Los trotskistas prepararon un final con batucada, en medio de una lluvia de fuegos artificiales. Luego, los dirigentes del MST afirmaron que preparan otro acto para el 1º de Mayo "en el que convocaremos a gente como Saúl Ubaldini y Víctor De Gennaro para reventar la Plaza".

En la provincia de Buenos Aires, el FIS cuenta con el "apoyo crítico" del Partido de los Trabajadores por el Socialismo (PTS), la única agrupación trotskista que quedó fuera de la alianza, y que en la Capital Federal lleva una lista encabezada por Susana Sacci.

01-01 9405999

Nº
TITU
VINC

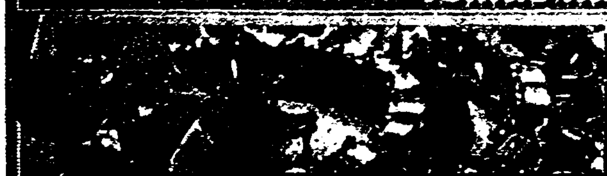
LOS SEIS TEMAS CLAVES

	PARTIDO JUSTICIALISTA	UNION CIVICA RADICAL	FRENTE GRANDE	UNIDAD SOCIALISTA	MODIN
Reelección del presidente	***A favor***, porque la reforma moderniza la Constitución y permite a Menem concretar su proyecto de presentarse para la relección en 1995.	***A favor*** debido a que acorta el mandato a cuatro años y "elimina la posibilidad de trampas, suprimiendo el Colegio Electoral".	***Se opone*** a que Menem pueda ser reelecto, pero acepta la reelección "(4 más 4) si se reducen y controlan los poderes presidenciales" para el próximo período.	***En contra*** del pacto de Olivos. Sin embargo, acepta que el presidente pueda ser reelegido por única vez y por cuatro años pero después del actual período.	***En contra*** de la reelección de Menem, pero apoya que el presidente, después de este período, gobierne 4 años y pueda presentarse solo para otro mandato consecutivo de 4 años.
Jefe de gabinete	***A favor***, porque "el presidente delegará la función administrativa en el jefe de gabinete y se concentrará en sus funciones políticas, agilizándose así su tarea".	***A favor*** porque "atenúa el presidencialismo" ya que el jefe de gabinete debe rendir cuentas públicas mensualmente ante el Congreso.	***En contra***. Propone crear, en cambio, un primer ministro "con reales atribuciones y nombrado y removido por el Parlamento".	***En contra***. Propicia un primer ministro que pueda ser removido con mayoría simple de la Cámara de Diputados en el marco de un sistema semipresidencialista.	***En contra***, porque "no reduce el poder del presidente sino que lo acentúa" y se trata de "una figura híbrida" desde el punto de vista jurídico.
Elección directa del intendente de Bs. As.	***A favor***, porque con la elección directa (hasta ahora es un delegado del presidente), el intendente "pasará a ser el representante de la voluntad popular de los porteños".	***A favor***, porque "la única forma de solucionar los problemas es dándoles a los vecinos la posibilidad de elegirlo y cambiarlo cuando no cumpla con sus obligaciones".	***A favor***. Pero "con un gobierno elegido por los ciudadanos de Buenos Aires, con Constitución, leyes, Justicia y policía propia".	***A favor***, pero con una "autonomía real" para la ciudad que no afecte los principios federales de la Constitución y que sea determinada por una asamblea constituyente porteña.	***A favor***, pero sostiene que la elección directa "se puede realizar con la Constitución vigente". El texto acordado sobre este punto "es un disparate jurídico".
Tercer senador por provincia	***A favor***, porque este sistema asegurará en todas las provincias y en la Capital Federal "la representación de las minorías en el Senado".	***A favor***, porque se eligen en forma directa (2 por mayoría y 1 por minoría) para que "defiendan en serio el interés provincial".	***En contra***. Propone "la creación de un sistema unicameral y una mayor participación de las provincias en el gobierno nacional".	***Acepta*** la elección de un tercer senador pero con mandato de 4 años y que la reglamentación de este punto sea "una real apertura" para los partidos minoritarios.	***En contra***, porque "solo aumenta la burocracia e incrementa los gastos del Estado en cien millones de pesos más por año".
Sistema para elección de jueces	***A favor***, porque esta medida "reforzará la independencia de la Justicia con jueces más capacitados, seleccionados por el consejo de la magistratura".	***A favor***, porque "quita el poder de elección de jueces al gobierno y crea un cuerpo con amplia participación y capacidad de decisión".	***En contra***. Propicia la elección de jueces por concurso de antecedentes y la creación de "un tribunal constitucional democrático y no partidizado".	***En contra***. Quiere que los jueces sean designados por concurso público y controlados por un organismo descentralizado dependiente del Congreso.	***En contra***. En cambio, propone que "el Poder Judicial sea un organismo autárquico" del gobierno nacional y del poder legislativo.
Limitación de los decretos de necesidad y urgencia	***A favor***, porque "el gobierno limitará su facultad de emitir decretos de este tipo, y cuando sean necesarios deberá contar con la aprobación del Congreso".	***A favor***, porque a partir de la reforma "el presidente no podrá firmar decretazos en materia penal, ni crear nuevos impuestos ni modificar las reglas del juego político".	***En contra***. Propicia la prohibición lisa y llana de estos decretos y una revalorización del papel del Congreso como control de los actos del gobierno.	***En contra***. Propicia que los decretos sean limitados para casos explícitos de emergencia nacional, como las guerras, y con control del Congreso.	***En contra***. Niega "en absoluto la delegación de facultades legislativas al gobierno" porque "importa destruir el régimen republicano de gobierno".

9406000

Nº. DOCUMENTO 9406001
TITULO Temas habilitados por el Congreso para el debate por la Convención
P... 150025
FE... 10-4-94
VINCUL... 66960
11164
11202
11437

Temas habilitados



Temas habilitados por el Congreso para el debate por la Convención Constituyente: en un conjunto de reformas abiertas al análisis del cuerpo reformador. Cada partido político llevará sus propias propuestas.

- A) Fortalecimiento del régimen federal.
- B) Autonomía municipal.
- C) Institución de mecanismos de democracia semidirecta.
- D) Acuerdo del Senado para funcionarios de organismos de control y del Banco Central. Se excluye la Auditoría General de la Nación.
- E) Actualización de las atribuciones del Congreso y del Poder Ejecutivo.
- F) Establecimiento del defensor del pueblo.
- G) Ministerio público como órgano extrapoder.
- H) Facultades del Congreso respecto de pedidos de informes, interpelación y comisiones de investigación.
- I) Institutos para la integración y jerarquía de los tratados internacionales.
- J) Garantías para la regulación constitucional de los partidos políticos, sistema electoral y defensa del orden constitucional.
- K) Preservación del medio ambiente.
- L) Creación de un consejo económico y social con carácter constitucional.
- M) Garantizar la identidad étnica y cultural de los pueblos indígenas.
- N) Defensa de la competencia del usuario y del consumidor.
- O) Consagración expresa del hábeas corpus y del amparo.
- P) Unificar la iniciación de todos los mandatos electivos en una misma fecha.

Lo que discutirá la Asamblea Constituyente

Además del núcleo de coincidencias básicas, la Asamblea Constituyente puede debatir sobre quince asuntos, sólo acordados en sus enunciados por el justicialismo y los radicales y habilitados por la ley de convocatoria aprobada por el Congreso.

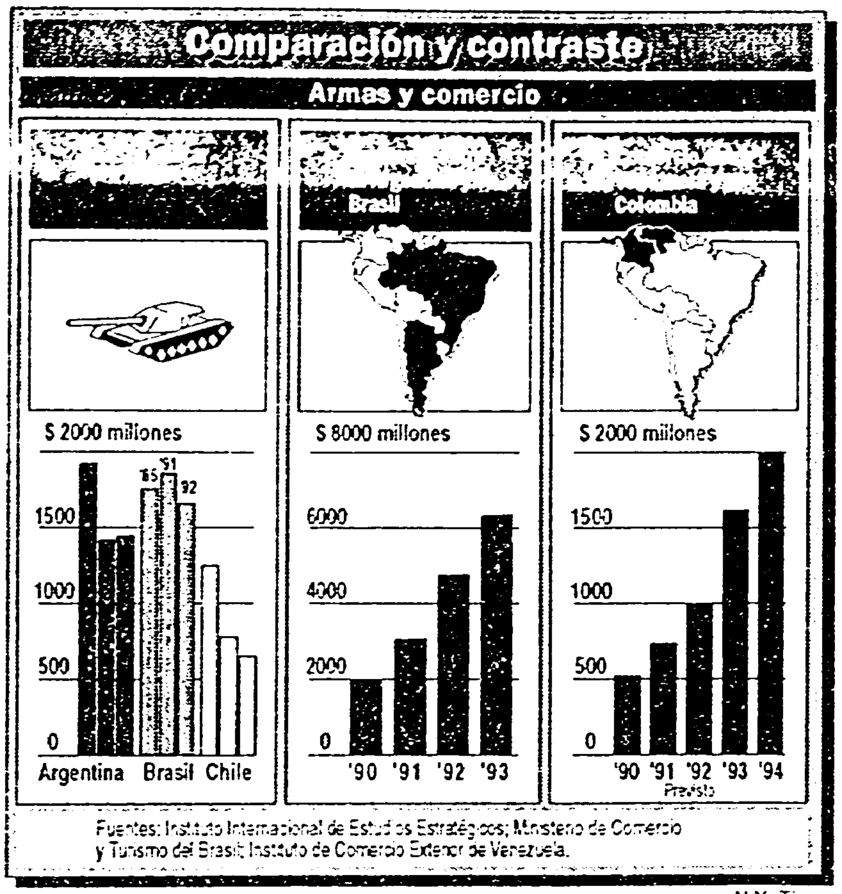
En la infografía se detallan esos temas. Como se sabe, el núcleo deberá ser votado en conjunto. Incluye, entre otros puntos pactados por Alfonsín y Menem, la reelección presidencial, el ministro jefe de gabinete la creación del Consejo de la Magistratura, la elección directa del intendente porteño y la incorporación de un representante de la oposición en el cargo de auditor general de la Nación.

Los artículos restantes de la Constitución no podrán ser abordados en las deliberaciones de los convencionales, que se realizarán en Santa Fe y en Paraná dentro de no más de sesenta días.

01-01

9406001

Nº. DOCUMENTO 9406002
TITULO Argentina, Chile y Brasil multiplican negocios conjuntos y recortan gastos militares
150025
FECHA 10-4-94
VINCULACI 66960-65709-507482
11164
11302
11163
13065



N.Y. Times

Antiguos

[illegible] con la llegada de gobiernos civiles, Chile, Brasil y la Argentina multiplicaron sus negocios conjuntos y recortaron el gasto militar.

RIO DE JANEIRO (NYT).– Hace años, la Argentina, Brasil y Chile eran gobernados por regímenes militares que inflaban los presupuestos de defensa y agudizaban las tensiones nacionalistas y proteccionistas.

Ahora que se encuentran bajo gobiernos civiles, descubrieron que los antiguos enemigos pueden convertirse en buenos socios comerciales.

Las barreras militares caen y nuevas redes de pactos de libre comercio, de carreteras y vías fluviales y de conductos de petróleo están uniendo rápidamente a América del Sur como nunca antes.

"Los países de la región son tan interdependientes que se reduce la posibilidad de un estallido", Jerry

Resultados en los que todos miden ganancias

Estas son algunas de las claves de la integración:

- Los ingenieros brasileños elaboran planes para construir una autopista de 2500 kilómetros para trasladar productos entre San Pablo y Buenos Aires.
- En marzo, el Banco Interamericano de Desarrollo aceptó financiar casi la mitad de un proyecto de 718 millones de dólares para mejorar los vínculos terrestres y fluviales entre la Argentina y sus vecinos.
- Para fin de esta década, los países del Mercosur esperan completar la hidrovía, una ruta fluvial a través de cinco naciones que permitirá a las embarcaciones recorrer 3400 kilómetros por los ríos Paraguay y Paraná.
- Desde 1991 la inversión chilena en la Argentina se disparó de aproximadamente de 100 millones a 2000 millones de dólares.
- Desde hace unas semanas, la Argentina provee petróleo a Chile por el oleoducto trasandino. Y comienzan ahora los estudios para construir un ferrocarril eléctrico a través de la cordillera.

01-02

9406002

Nº. DOCUM...
TITULO
PRO...
FECH...
VINCULACI...

enemigos, ahora socios

Haar, investigador del Centro Norte-Sur en la Universidad de Miami.

Lazos estratégicos

En la Argentina, al diluirse los recuerdos de los preparativos efectuados en 1977 contra apagones provocados por posibles ataques aéreos por parte de Chile, los ingenieros extienden un túnel ferroviario y un oleoducto a través de los Andes.

Inaugurado en febrero, el ducto provee hoy la mitad del petróleo de las necesidades de Chile.

Libre comercio

Brasil negocia la creación de un Area Sudamericana de Libre Comercio, que entraría en vigor a partir de 1995. "Siguiendo el ejemplo norteamericano, deseamos abolir las tarifas en el 80 por ciento del comercio regional sudamericano en los próximos 10 años", señala Amorim.

Con el advenimiento del gobierno civil en los tres países más grandes del Cono Sur –la Argentina, Brasil y Chile–, el gasto anual militar se redujo en una cuarta parte, de 4900 millones de dólares en 1985 a 3700 millones en 1992, según el Instituto Internacional de Estudios Estratégicos.

Desde 1990 el comercio entre la Argentina y Brasil llegó a más que triplicarse, y ascendió a 6300 millones de dólares el año último, convirtiendo a Brasil en el mayor socio comercial de la Argentina.

¿Contra qué clase de barcos argentinos dispararían hoy los cañones de la bahía de Río? Ciertamente no contra los buquestanques, ahora que la Argentina es la segunda fuente de petróleo importado de Brasil.

Se espera que el comercio regional crezca aún más a partir del primero de enero próximo, día en que cuatro vecinos –la Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay– establezcan el comercio sin tarifas bajo un mercado común conocido como Mercosur.



16 de febrero, Alwyn y Menem inauguran el oleducto trasandino.

"Toda hipótesis de una guerra entre la Argentina y Brasil fue abandonada. No creo que nadie entre los militares aún vea a la otra parte como una amenaza potencial", asevera Thomas O'Keefe, presidente del Grupo Consultor para el Mercosur, firma asesora de Nueva York.

En los últimos 100 años, la Argentina y Brasil construyeron sus vías férreas con diferente medida entre las vías para impedir una invasión enemiga por tren.

Hoy, la integración es la orden del día.

02-02 9406002

Nº DOCUM. 9406003
TITULO Cuarta Conferencia Argentina - Británica
F. Clarín/150024
FECHA 10/4/94
VINC. 66960- 509589
11164
11393

Los kelpers aceptarían un intercambio estudiantil

Saldos al concluir la IV Conferencia Argentina Británica en Mendoza, la presencia de malvinenses resultó lo más destacado.

MENDOZA.– El presidente de la delegación del Reino Unido que participó en la IV Conferencia Argentina Británica, visconde Montgomery del Alamein, se mostró optimista para que "en el futuro disminuyan las controversias entre los isleños" respecto del diálogo y acercamientos con la Argentina.

Es por ello que, atado a esa declaración, la mayoría de los asistentes a la reunión no dudaron en destacar que el dato más significativo del cónclave, que se clausuró ayer, fue la presencia de kelpers.

El director de la entidad organizadora, el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), José María LLadós, señaló que, durante el desarrollo de los debates, los malvinenses –fueron cuatro los que llegaron a la capital mendocina– se mostraron proclives a "compartir algún proceso de formación conjunta con jóvenes de colegios secundarios". Agregó que los kelpers "no tuvieron resistencia y vieron con interés la posibilidad de explorar ese tipo de acercamiento en el nivel humano".

Lladós, al leer el comunicado final al periodismo, indicó que "aunque la Conferencia no intenta minimizar las diferencias existentes entre Gran Bretaña y la Argentina, las discusiones han motivado que, con natural buena voluntad, esas diferencias no tengan que privarnos de los beneficios de una cooperación amistosa. En este contacto –prosiguió–, la participación de cuatro isleños dio una oportunidad valiosa para mejorar el conocimiento y el respeto mutuo".

Lord Montgomery había reconocido que entre los malvinenses "lamentablemente hay resistencias, pero las controversias se superan con el diálogo y yo seré un catalizador para que haya más diálogo". También instó a ambos países a incrementar el intercambio comercial, cultural y tecnológico como una forma de concretar el acercamiento.

Consultado sobre la participación en la reunión de habitantes de las Malvinas, estimó que "es magnífico porque favorece el diálogo con el fin de que haya mayor comprensión de los problemas de ambas partes; su participación evita que llegue información de segunda mano", puntualizó.

En tanto, el presidente de la delegación nacional, embajador Carlos Muñiz, que coincidió con lord Montgomery en que es necesario que los isleños tengan un conocimiento acabado del pensamiento argentino y de las posibilidades de nuestro país, dijo que hubo una reacción positiva de los delegados de las islas.

Un participante de la reunión confió a LA NACION que "no se pueden esperar más que pequeños avances" y destacó que, de las dos partes, el mayor rédito es de los británicos, "que salen a exhibir una voluntad de diálogo y apertura contrastante con la actitud cerrada y belicista de Margaret Thatcher".

Desde su primera realización, en 1990, en Streatley on Thames, en las afueras de Londres, la Conferencia se ha convertido en un foro no oficial para el intercambio de puntos de vista entre empresarios, legisladores, universitarios y hombre de la cultura argentinos y británicos.

Esta vez se analizó también la importancia del trabajo conjunto para "la conservación de los recursos pesqueros en el Atlántico sur" y el "deseo de cooperación futura la explotación potencial de sus recursos petroleros".

Luis Gregorio

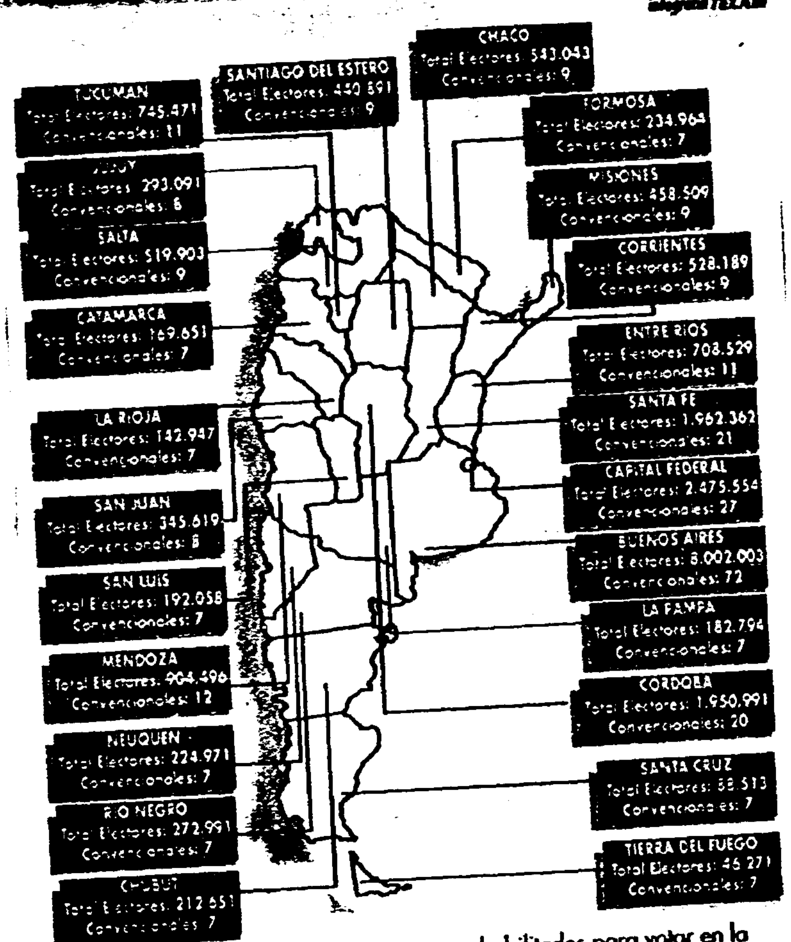
9406003 4

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406004
TITULO Elección de convencionales nacionales.
PROCEDENCI Página 12 : 150518
FECHA DE 10-4-94
VINCULACIONES 66960
11164
11304
11437

ELECCION DE CONVENCIONALES NACIONALES

infografía TELAM



Un total de 21.646.435 argentinos estan habilitados para votar en la elección de **305** convencionales nacionales.

9406004

01-01

Nº. DOC: 9406005
TITULO: Así quedó la constituyente
P: 150024
FECHA: 11/4/
VINC.: 66960
11164
11354

NO CONSIGUIO MAYORIA ABSOLUTA

El justicialismo necesitará alianzas en la Convención

La victoria de ayer no le alcanzó al oficialismo para quedar con mayoría propia en la Convención Constituyente que comenzará a sesionar el mes próximo en Santa Fe y Paraná. El PJ necesitará mantener su acuerdo con el radicalismo para sostener la reforma constitucional bajo control. Pero en la UCR hay voces que insinúan la posibilidad de entendimientos con el Frente Grande en algunos temas conflictivos.

Así funcionará la Constituyente

El funcionamiento de la Convención Constituyente será equivalente al del Congreso, en particular al de la Cámara de Diputados, cuyo reglamento adoptará para iniciar sus deliberaciones.

Los 305 convencionales funcionarán ordenados en bloques, siguiendo una centenaria costumbre pese a que no hay referencia alguna a ellos —como tampoco a los partidos políticos— en la Constitución de 1853, lo cual transfiere una gran expectativa acerca de quiénes serán los respectivos presidentes de bancada.

Se descarta que el radicalismo será conducido por **Raúl Alfonsín**, del mismo modo que **Chacho Alvarez** lo hará con el Frente Grande, **Alvaro Alsogaray** con el sector liberal, **Aldo Rico** con el bloque del MODIN y **José Romero Feris** con las fuerzas provinciales.

La conducción del oficialismo estará en manos de **Eduardo Duhalde** pero la condición de gobernador de la principal provincia argentina supone no abandonar tampoco la atención de los asuntos en La Plata, lo cual transfiere especial interés al nombre del vicepresidente primero de la bancada, que oficiará de virtual conductor.

Cada tema en los que se desdoblen los puntos comprendidos en la ley de declaración de necesidad de la reforma, que el Congreso votó en diciembre pasado, será remitido a estudio en las comisiones por crearse —tal como sucede en el Parlamento— y que tendrán equivalente conformación al número de legisladores por partido.

El justicialismo no alcanzó el suficiente número de constituyentes para controlar por las suyas el quórum de la Convención Constituyente, que dentro de un mes comenzará a funcionar en Santa Fe y Paraná. Esto, como primera lectura, indica que el PJ estará sujeto a la conformación de **alianzas para mantener la reforma constitucional bajo control, comenzando por el radicalismo, su socio en el pacto de Olivos.**

El presidente **Carlos Menem admitió anoche esta** necesidad de buscar alianzas, cuando dijo que los convencionales peronistas sumarían unos **140, sobre el total de 305** que integran la Convención. Pero Menem aseguró también que con el apoyo de los liberales ucedeístas y del Movimiento Popular Jujeño alcanzarían esa barrera.

Voceros gubernamentales, manejando proyecciones extraoficiales, decían anoche que el número de convencionales justicialistas rondaría los **148**, cinco menos que los 153 que se requieren para tener mayoría absoluta en la Convención.

Los voceros de la Casa Rosada colocaban en segundo lugar al **radicalismo** con **78** representantes, en tanto que el **Frente Grande**, con su inesperadamente buena elección en todo el país, oscilaría en unos **30** diputados constituyentes propios. El MODIN, siempre según esos números no oficiales, tendría **11** constituyentes.

El impacto del resultado general, particularmente en la Capital Federal e, incluso, en la provincia de Buenos Aires, **debilitó la alianza estratégica entre peronistas y radicales en favor del Frente Grande**, que se erige en el tercer bloque en importancia en la futura Convención.

La corriente que lidera el porteño **Chacho Alvarez** no tiene número como para gravitar en las decisiones fundamentales de la Constituyente, **si funciona el pacto peronista-radical**. Pero aparece como un **factor político**, representando en buena parte al voto de quienes rechazan el acuerdo suscripto por Menem y Alfonsín.

Este fenómeno puede repetirse con más fuerza aún en aquellos temas en los que **no hay acuerdo previo** entre el PJ y la UCR.

En este plano, el **peronismo necesita vigorizar su entendimiento con el radicalismo**, en tanto que el partido tutelado —por lo menos hasta ahora— por **Raúl Alfonsín** se encuentra sujeto a una doble función. Por un lado, participar de acuerdos con el oficialismo y, por otro, alejarse para preservar un perfil de independencia lesionado, según la primera lectura de los datos de la elección de ayer.

El control del quórum en la Convención solo será factible con la participación de peronistas y radicales, lo cual desecha en principio los riesgos de **maniobras ajenas al espíritu del pacto de Olivos, que eran temidas por parte del alfonsinismo.**

Claro que en la UCR no todos piensan lo mismo: ayer, el candidato electo porteño **Jesús Rodríguez** mostró, en sus primeras declaraciones tras la elección, **disposición a entendimientos con el Frente Grande contra el menemismo.**

Las discusiones pendientes se dividen en dos partes: una, para el detalle de los acuerdos entre peronistas y radicales, y otra para quince artículos abiertos sin gravitación en ellos de los alcances del pacto.

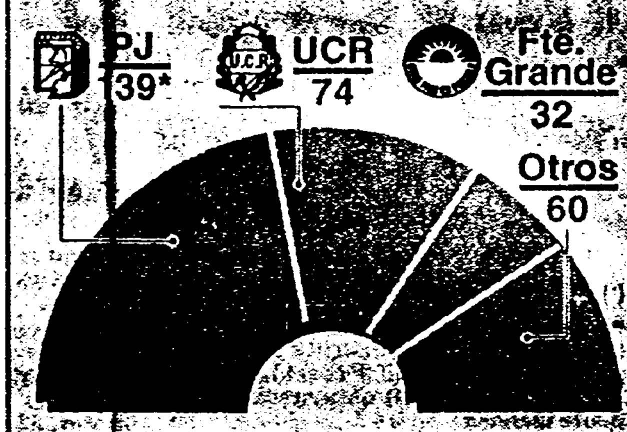
Para definir la tarea pendiente entre los partidos mayoritarios se aguarda que desde ahora se pongan a trabajar los candidatos constituyentes electos que formaron parte de aquella comisión que redactó el texto firmado por Menem y Alfonsín el 14 de noviembre.

Carlos Corach y Alberto García Lema, por el peronismo, y los radicales **Antonio Berhongaray y Enrique Paixao**, junto con los no constituyentes **Ricardo Gil Lavedra y Arnoldo Kleiner**, también del principal partido opositor, serán algunos de los que volverán a trabajar desde ahora para que llegado el momento de deliberar en Santa Fe la tarea se vea aligerada.

Armando Vidal

Copyright Clarín, 1994

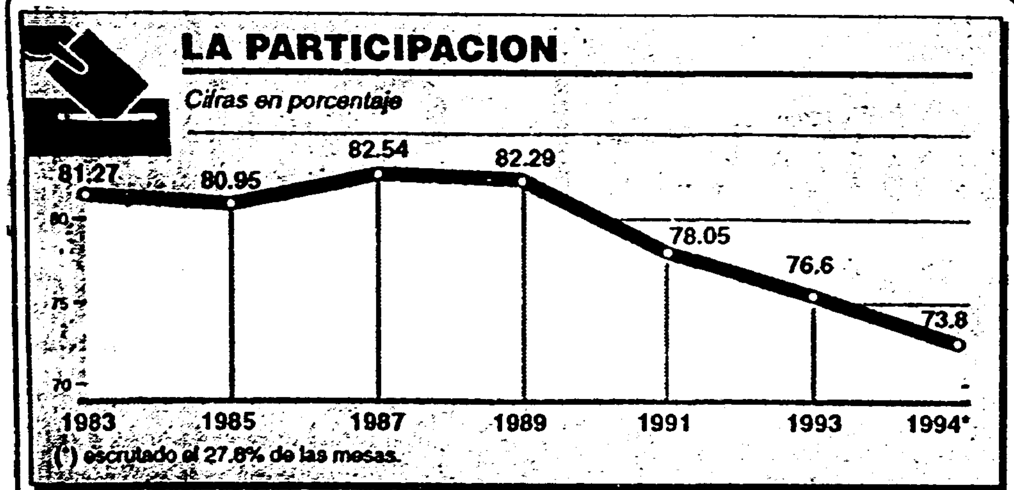
ASI QUEDO LA CONSTITUYENTE



	Constituyentes nacionales
Partido Justicialista	139*
UCR	74
Frente Grande	32
MODIN	18
Fuerza Republicana	7
Pacto Autonomista Liberal	5
UCeDé	4
Partido Demócrata (Mza.)	4
Unidad Socialista	3
Partido Renovador (Sta.)	3
Cruzada Renovadora (S. Juan)	3
Demócrata Progresista	3
Movimiento Popular Fueguino	3
Acción Chaqueña	2
Movimiento Popular Jujeño	2
Movimiento Popular Neuquino	2
Partido Bloquista (S. Juan)	1
Total	305

(*) Incluye 3 convencionales del Frente de la Esperanza de San Juan.

9406005



LA CIFRA MAS BAJA DESDE EL '83

La concurrencia a las urnas siguió bajando

El proyecto de reforma constitucional surgido del pacto de Olivos sufrió ayer un efecto de erosión política, con el marcado descenso de la participación ciudadana.

Cálculos oficiales, manejados anoche por el Ministerio del Interior, indicaban que solamente el 73,8 por ciento del padrón concurrió a las urnas. Es decir que estuvieron ausentes cerca de siete millones de personas que estaban habilitadas para votar.

El porcentaje de votantes es el menor desde el retorno de la democracia, en 1983. Y marca una continuidad en el porcentaje decreciente que ya se había evidenciado en octubre.

A esta lectura se suma además el alto grado de votos en blanco, interpretado en la actual coyuntura como una forma de cuestionamiento a la legitimidad política del acuerdo firmado por Carlos Menem y Raúl Alfonsín.

Juntos, peronistas y radicales obtuvieron alrededor del 65 por ciento del total de votos. Aunque políticamente no representan lo mismo, si se sumaran en otra columna los votos a los demás partidos, los votos en blanco y los ausentes, los reformistas y los antirreformistas quedarían prácticamente a mano.

La cuestión no pasó inadvertida en ámbitos oficiales. Ante la previsión de una fuerte abstención electoral, el propio presidente Menem pidió que la gente fuera a votar, al salir él mismo del cuarto oscuro en La Rioja.

Más enérgica fue la secretaria de Asuntos Institucionales del Ministerio del Interior, Liliana Gurdulich de Correa, quien advirtió que se iban a aplicar multas de entre 50 y 500 pesos a votantes y autoridades de mesa ausentes.

Sin embargo, la apatía ciudadana le hizo una burla: en la mesa que la funcionaria votó —en la ciudad de Rosario— había un sólo fiscal y, para colmo, no era ni peronista ni radical, sino socialista.

EL SUBE Y BAJA NACIONAL

Comparación de los porcentajes de votos en todo el país entre la elección de ayer y la del 3 de octubre pasado.

	1993	1994	
PJ	43,1	37,7	↓
UCR	30,2	19,9	↓
Frente Grande	3,6	12,7	↑
MODIN	5,8	9,1	↑
Unidad Socialista	2,7	2,0	↓
PDP	1,3	1,7	↑
UCeDé	2,6	1,6	↓

Los cambios en la geografía electoral

El pronunciado descenso del caudal de votos de la Unión Cívica Radical y el crecimiento del Frente Grande son dos de los datos fundamentales que cambiaron la geografía electoral.

El radicalismo vio menguar su número de votantes a partir de sus bajas actuaciones en la Capital Federal y en las provincias de Buenos Aires y de Santa Fe. En esos distritos que concentran gran parte del padrón nacional parecen haberse sumado los votos castigo hacia el radicalismo. Una buena porción de sus sufragantes de otrora le retiraron su apoyo disconformes con el pacto de Olivos que firmó Alfonsín. La UCR cayó así del 30,2 por ciento que consiguió en octubre a una cifra que ronda el 20 por ciento.

El Frente Grande, en cambio, triplicó su presencia nacional, apoyado fundamentalmente en su victoria porteña, en una empinada actuación en la provincia de Buenos Aires, donde le pelea el segundo puesto al radicalismo y también en las cifras inesperadas con las que se alzó en Neuquén.

El MODIN, a su vez, incrementó levemente su presencia en el plano nacional, pero eso no le sirvió para mantenerse como tercera fuerza nacional, podio del que fue desplazado por el Frente Grande.

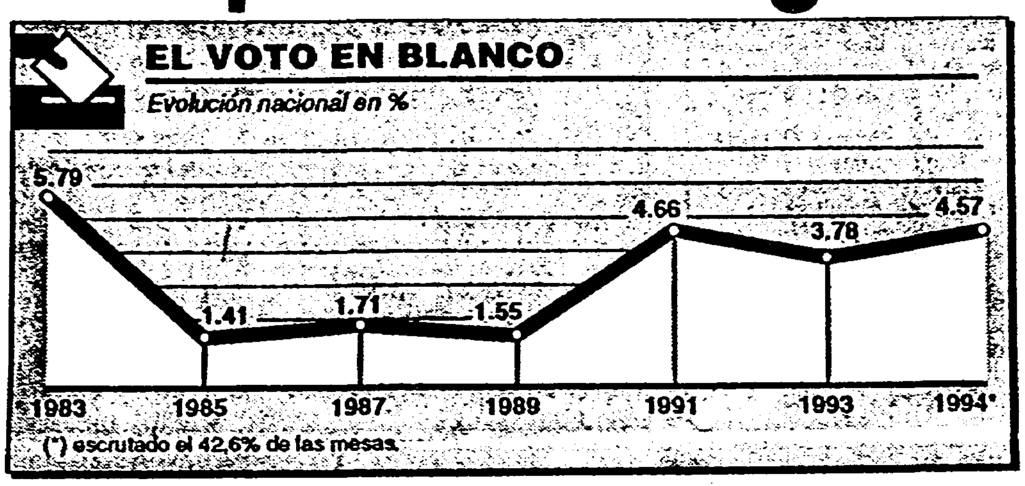
El justicialismo consiguió mantenerse cerca de su nivel de octubre del año pasado, pero sin embargo no pudo capitalizar la rotunda pérdida de votos radicales. La conservación de sus niveles históricos se debió a una pronunciada dispersión del voto opositor que desde ayer comparten el radicalismo, el Frente Grande y en menor medida el MODIN, entre las fuerzas políticas de representación nacional.

CRECIMIENTO DE LOS VOTOS EN BLANCO

Los que no quieren a ninguno

Con picos en las provincias más pobres y con protestas sociales, como en Santiago del Estero, Chaco, Salta y Jujuy, el voto en blanco también dijo presente en la elección de constituyentes.

Según proyecciones nacionales de última hora, dejaron el sobre vacío, en promedio, un 4,57 por ciento del total de votantes.



Récord santiagueño

El récord lo ostentaba anoche la provincia de Santiago del Estero, donde la dirigencia política sigue cuestionada por la sociedad luego del estallido social de diciembre. En la capital provincial y en la localidad de La Banda, los sufragios en blanco alcanzaron el 21 por ciento.

En el Chaco, el voto en blanco creció un 500 por ciento. Prácticamente uno de cada 10 chaqueños lo utilizó.

Esta forma de manifestación antipactista se registró también en Salta (7 por ciento), Santa Fe (5.4 por ciento), Jujuy (4,4 por ciento) y Neuquén (4,96 por ciento).

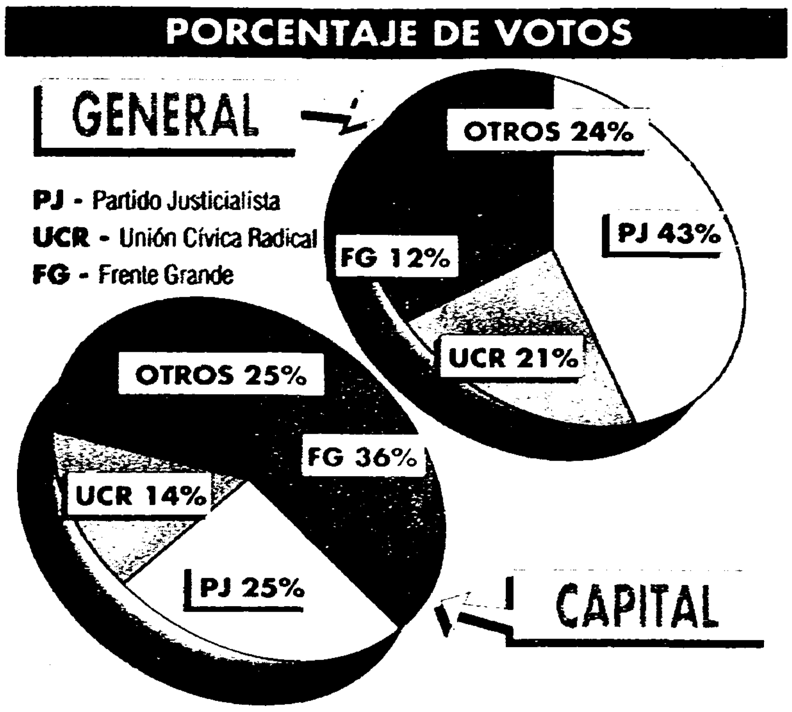
En la provincia de Buenos Aires tampoco estuvo ausente. En La Plata superó el 7,5 por ciento y en el Gran Buenos Aires se acercó al 4 por ciento.

El voto en blanco no tiene un dueño ideológico, ya que fue impulsado, por ejemplo, tanto por los guevaristas de Patria Libre, los humanistas y el Partido Federal bonaerense, como por el ex diputado peronista disidente Moisés Fontela.

Nº. DOCUMENTO 9406006
TITULO
PROCEDENCIA El Observador - 130453
FECHA DE 11-4-94
VINCULACIONES 66960
11164
11304
11432

Al peronismo sólo le faltarían 5 bancas para lograr quórum propio en la Asamblea Constituyente

Contundente victoria oficialista en Argentina





Reafirmación

Alfonsín dice no estar arrepentido del resultado porque "hemos logrado la paz política" para el país

El Partido Justicialista en el gobierno dio anoche un nuevo paso al consolidar una amplia victoria en las elecciones constituyentes, lo que habilitará al presidente Carlos Menem a aspirar a un nuevo mandato en las elecciones de 1995 en Argentina.

El oficialismo, sin embargo, perdió en la capital a manos de una coalición de centroizquierda, el Frente Grande.

Tras los comicios, la Asamblea Constituyente de 305 miembros, quedaría conformada por 148 justicialistas, sólo le faltan 5 para lograr quórum, la UCR con 78 y el Frente Grande con 29 convencionales. Otros partidos completarían las 50 restantes.

Sobre la base de encuestas a la salida de los centros de votación, el justicialismo del presidente Carlos Menem alcanzaba en todo el país el 43% de los votos, seguido por la Unión Cívica Radical (UCR) con el 21% y el Frente Grande con el 12%.

El Frente Grande, sin embargo, se adjudicó la victoria en la capital de acuerdo a las proyecciones que le daban el 36%, contra el 25% del justicialismo y el 14% del radicalismo.

Las proyecciones indicaban que el oficialismo tendría mayoría propia en la Asamblea Constituyente de 305 miembros, la que deberá instalarse a fines de mayo o principios de junio en la ciudad de Paraná, Entre Ríos.

La asamblea considerará el proyecto de reforma de la actual Constitución, vigente desde 1853, que incluye especialmente la reducción del mandato presidencial de seis a cuatro años, con posibilidad de reelección por un período.

El presidente Menem, de esta forma, podrá presentarse para un nuevo mandato en los comicios de 1995, lo que le impedía la actual legislación.

El peronismo mantuvo su caudal electoral nacional, pero perdió en la capital donde había ganado en octubre de 1993 con el 32%, frente al 29,9% del radicalismo y 13,6% del Frente Grande.

La Capital Federal ha sido tradicionalmente un bastión del radicalismo que perdió por primera vez en 1993 a manos del peronismo.

Este fue vencido esta vez por el Frente Grande, que basó su campaña en denuncias de corrupción contra el gobierno.

En la provincia de Buenos Aires, la más grande del país, que aporta 72 convencionales, las proyecciones le daban al justicialismo el 43%.

El radicalismo tenía el 15% y el Frente Grande el 14%.

En Córdoba, el gobernador radical Eduardo Angeloz, llevó nuevamente a la victoria al radicalismo frente al peronismo.

El ex presidente radical Raúl Alfonsín reconoció la victoria del justicialismo en la provincia de Buenos Aires, pero defendió el denominado "Pacto de Olivos" que firmó con Menem para llevar adelante la reforma constitucional. Alfonsín dijo que con ese pacto "hemos salvado la paz política en la Argentina". "Vamos a perfeccionar la democracia desde el punto de vista constitucional", dijo Alfonsín.

Los radicales lograron que el gobierno incluya en la reforma la figura del denominado jefe de gabinete, que tendrá funciones de contralor, así como también la creación del Consejo de la Magistratura para la designación y control de los jueces.

Carlos Corach, candidato del oficialismo en la capital, reconoció la derrota ante el Frente Grande y manifestó a los periodistas que "seguramente no alcanzamos (los peronistas) a trasmitir un mensaje claro. Pero la victoria ha sido amplia en el resto del país", dijo.

Alfonsín y el futuro

Alfonsín afirmó, a pocas horas de conocerse la derrota de su partido, que no renunciará a la conducción del radicalismo y reiteró su llamado a la "consolidación de una gran fuerza política progresista para enfrentar a los neoconservadores" en 1995.

El líder radical señaló que su partido mantendrá su línea política y que seguirá conversando con otras fuerzas, inclusive con dirigentes con los que "hoy estamos encontrados", para oponerse juntos en las elecciones de 1995 a las "políticas neoconservadoras" del gobierno de Menem, en una clara alusión a una eventual alianza con el Frente Grande.■

Ultimo test electoral antes de 1995

Un total de 21.646.435 de argentinos estaban habilitados para elegir ayer a los 305 convencionales constituyentes que entre mayo y junio deberán debatir unas reformas de la Carta Magna, entre las que destaca la que permitirá la reelección del presidente.

Las 80.099 mesas de votación estaban dispuestas en 24 distritos electorales de 23 provincias y de la capital federal, Buenos Aires, informaron las autoridades comiciales.

Esta fue la tercera vez en este siglo en que los argentinos tienen la oportunidad de asistir a un proceso de reforma de la Constitución, aunque las anteriores de 1949 y 1957 fueron anuladas posteriormente, por lo que quedó vigente la actual, sancionada en 1853.

La atípica elección, de carácter obligatorio, llegó precedida de una breve campaña electoral que no alcanzó a disipar la evidente apatía de los electores, según resulta claro del análisis de las encuestas difundidas en los últimos días.

La elección constituye, entre otras cosas, el último "test electoral" previo a las elecciones presidenciales de 1995, donde se consagrará al nuevo presidente.■ *(EFE)*

01-01
9406006

Nº. DOCUM... 9406007
TITULO: Duhalde no pudo asegurar su reelección
PROCED.: [illegible] 150024
FECHA DE: 15-1-94
VINCULACI...: 11164
11302
11304
11437

Duhalde no pudo asegurar su reelección

A Eduardo Duhalde le están faltando cinco representantes para asegurarse la mayoría simple en la Convención provincial que reformará la Constitución bonaerense. Esa convención debe decidir si lo habilita o no para una reelección, a partir del año que viene.

LA PLATA (De nuestra agencia). — **Eduardo Duhalde** no tuvo un festejo completo: le faltan cinco convencionales para que, con mayoría simple, la Convención provincial que deberá reforma la Constitución bonaerense lo habilite para conseguir su reelección.

Para lograr eso, necesita 70 de los 138 constituyentes bonaerenses que sesionarán en La Plata en año que viene. El domingo, el Frente Justicialista Federal (Frejupe) obtuvo 65 convencionales..

Al cierre del escrutinio provisional en la provincia, el oficialismo alcanzó el 42,36 de los votos. Esta **pérdida de seis puntos** en relación a las legislativas del 3 de octubre pone una luz de alerta para Duhalde y sus aspiraciones de conseguir un nuevo período de gobierno provincial.

En un opaco segundo puesto se instaló la UCR, con el 16.15 por ciento. Sin la contundencia lograda en Capital Federal, el Frente Grande tuvo una trepada electoral hasta el 16, 05 por ciento. Para el MODIN correspondió el 13,69 por ciento.

Cuando se reúna la Convención Constituyente provincial, el 16 de mayo, **el PJ sentará en sus bancas 65 representantes, la UCR 30, el Frente Grande 23 y el MODIN 20**, según los números que maneja el duhaldismo en base a los datos oficiales.

Duhalde no tiene posibilidades de alianzas dispersas. Los tres bloques fuera del PJ se oponen a reformar el artículo 110 de la Constitución bonaerense que inhibe al gobernador y al vice de seguir hasta 1999.

LA CONSTITUYENTE BONAERENSE

Mayoría simple: 70 convencionales

Partido	Convencionales
Partido Justicialista	65 conv.
UCR	30 conv.
Frente Grande	23 conv.
MODIN	20 conv.
TOTAL	138 conv.

A diferencia del acuerdo firmado entre **Raúl Alfonsín y Carlos Menem**, que aprueba la reelección presidencial, el radicalismo de la provincia de Buenos Aires se opone a dar la posibilidad a Duhalde de que intente un segundo mandato. Cuando se reúna la Convención, en el Pasaje Dardo Rocha de La Plata, propondrá que esa cláusula se levante recién en 1999. El Frente Grande tiene un criterio similar y los seguidores de **Aldo Rico** (MODIN) también se oponen a la reelección.

El oficialismo considera que cinco convencionales no es un obstáculo insalvable. No obstante, mucho depende de la interna radical que se viene. Si el sector de la Convergencia Radical (CON) liderada por el ex ministro de Trabajo, **Juan Manuel Casella**, y el diputado nacional **Federico Storani**, empuja al alfonsinismo hasta la otra orilla, el gobernador se quedaría sin aliados.

"No todo está perdido...", dicen en la Gobernación. Apelan a una interpretación constitucional que permite que la mayoría simple se alcance sobre los convencionales presentes y no con la totalidad del cuerpo legislativo (138). Este gambito político desataría una polémica similar a la que en su momento puso en vilo al Congreso de la Nación.

Duhalde fue electo como primer convencional del Frejufe en comicios donde él aportó los votos necesarios para que el peronismo hiciera diferencia a nivel nacional sobre la UCR y el Frente Grande.

Está latente la posibilidad de que Duhalde sea el número dos de Menem en la fórmula presidencial del oficialismo para el '95, pero hasta ahora el gobernador viene insistiendo en que su objetivo es lograr un segundo mandato y quedarse por otros cuatro años en el principal despacho de La Plata.

En ese marco, Duhalde anunció que asistirá a las seis o siete sesiones constituyentes que están previstas en Santa Fe y que no pedirá licencia en el cargo. Por lo tanto, le quedan tres meses de tiempo político para conseguir el recurso que lo habilite para su reelección.

Ya empezó a preparar el escenario. El presidente de la Cámara de Diputados bonaerense sería el titular de la Convención quien empezaría a tender un puente de plata con el radicalismo.

Rodolfo Lara

01-01

9406007

Nº. DOCUMENTO 9406008

TITULO El programa ... en los 19 distritos

PROCEDENCIA Clarín - 130024

FECHA DE ... 12-4-94

VINCULACIONES 11164

11304

11437

GANO EN LOS 19 DISTRITOS. EN VICENTE LOPEZ Y SAN ISIDRO LA UCR QUEDO TERCERA

Conurbano: el PJ revalidó su hegemonía

El peronismo convalidó el domingo su hegemonía electoral en el conurbano bonaerense, al imponerse holgadamente en los 19 partidos. En términos globales, el PJ apenas se vio superado por la suma de los votos del Frente Grande, la UCR y el MODIN. El radicalismo quedó cuarto, sobrepasado por el Frente y el MODIN. En Vicente López, un tradicional baluarte de la UCR, Raúl Alfonsín fue tercero y allí fue donde Pino Solanas hizo su mejor elección en el Gran Buenos Aires. En San Isidro, el bastión del radical Melchor Posse, se impuso el PJ y la UCR fue relegada al tercer lugar.

Igual que en elecciones anteriores, el peronismo edificó el domingo buena parte del triunfo electoral —a nivel nacional—, en la holgada victoria conseguida por la lista encabezada por el gobernador **Eduardo Duhalde en el estratégico conurbano bonaerense.** Allí, votan casi 5 millones de personas.

Triunfante en los 19 distritos del Gran Buenos Aires, el PJ concentró —según datos oficiales— el **43,60 por ciento** de los votos, dejando muy atrás al Frente Grande (**el 17,53**), el MODIN (**el 14,55**) y el radicalismo (**el 13,03**), sus

EL GRAN BUENOS AIRES

Total de votos en los 19 distritos que componen el conurbano bonaerense.

Mesas: 16.675 — Padrón: 4.778.704

Escrutadas: 16.399 mesas

	Votos	%
Justicialista	1.552.889	43,6
Frente Grande	624.283	17,5
MODIN	518.455	14,5
UCR	464.059	13,0
Unidad Socialista	108.019	3,0
Alianza Por el No	79.345	2,2
Alianza de Centro	63.694	1,8
Mov. Cristiano Indep.	56.268	1,6
Fte. Izquierda Socialista	55.119	1,5
Demócrata Progresista	19.924	0,5
Solidaridad	18.151	0,5
Humanista	734	0,0
Votos en blanco	130.237	3,5
Anulados/Impugnados	40.082	1,1

ASI SE VOTO EN EL GRAN BUENOS AIRES

Distrito / Partido	%
• Almirante Brown	
PJ	45,9
Frente Grande	16,1
MODIN	14,7
UCR	12,9
• Avellaneda	
PJ	37,1
Frente Grande	23,5
UCR	16,9
MODIN	11,4
• Berazategui	
PJ	45,6
Frente Grande	16,5
MODIN	15,7
UCR	11,8
• Esteban Echeverría	
PJ	48,8
MODIN	16,0
Frente Grande	13,2
UCR	12,3
• Florencio Varela	
PJ	51,7
MODIN	16,5
Frente Grande	11,8
UCR	10,1
• San Martín	
PJ	41,2
Frente Grande	19,4
MODIN	15,0
UCR	13,0
• General Sarmiento	
PJ	47,9
MODIN	20,8
Frente Grande	11,7
UCR	9,9
• Lanús	
PJ	41,6
Frente Grande	20,7
UCR	13,9
MODIN	12,4
• Lomas de Zamora	
PJ	43,4
Frente Grande	18,8
UCR	13,3
MODIN	12,8
• La Matanza	
PJ	48,9
Frente Grande	15,6
MODIN	15,1
UCR	10,5
• Merlo	
PJ	51,6
MODIN	15,3
Frente Grande	13,5
UCR	10,8
• Moreno	
PJ	52,1
MODIN	15,3
Frente Grande	12,0
UCR	10,5
• Morón	
PJ	38,5
Frente Grande	21,4
MODIN	14,2
UCR	13,9
• Quilmes	
PJ	41,2
Frente Grande	19,1
MODIN	14,5
UCR	14,4
• San Fernando	
PJ	44,1
Frente Grande	15,8
UCR	13,9
MODIN	13,3
• San Isidro	
PJ	34,7
Frente Grande	20,1
UCR	16,6
MODIN	16,1
• Tigre	
PJ	45,5
MODIN	16,5
Frente Grande	13,7
UCR	12,7
• Tres de Febrero	
PJ	40,6
Frente Grande	20,1
MODIN	14,6
UCR	13,3
• Vicente López	
PJ	30,5
Frente Grande	23,9
UCR	19,7
MODIN	9,7

01-02

9406008

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDEN
FECHA DE
VINCULACION

más inmediatos perseguidores. **Visto desde otro ángulo, el peronismo apenas se vio superado por la suma de los votos de esas tres fuerzas opositoras.**

Si bien el resultado final de la reciente elección de convencionales constituyentes, ratificó a todas luces la condición de bastión que tiene el conurbano para la suerte electoral del peronismo, Duhalde no vio plasmada en las urnas su explícita ambición de **establecer una línea ascendente**, respecto de los votos conseguidos en los comicios del 3 de octubre.

En aquella ocasión, el primer candidato a diputado y principal delfín duhaldista, **Alberto Pierri**, totalizó en el Gran Buenos Aires casi el 50 por ciento de los votos (el 49,8), muy adelante de la UCR (el 22,1), el MODIN (el 12,1) y el Frente Grande (el 4,9).

No obstante, la cosecha conseguida anteayer por Duhalde le sirvió para renovar, largamente, su condición de **"número dos" de Carlos Menem** y convertirlo, **además, en el principal proveedor de convencionales de signo oficialista** que se encargarán de reformar la Constitución Nacional.

Y si bien estaba descontado que el PJ haría pie con holgura en el distrito electoral más numeroso del país, **la dramática caída por el tobogán de la UCR —que realizó la peor elección de su historia— dibujó un nuevo mapa electoral en la provincia**, a favor de los intereses políticos del Frente Grande, que representó **Fernando "Pino" Solanas** y del **MODIN** del ex militar **Aldo Rico.**

El repaso de los distritos del conurbano señalan que **la mejor elección del Frejufe fue en el partido de Moreno**. En los pagos del intendente supermenemista **Julio Assef**, el PJ conquistó el 52,14 por ciento, por delante del MODIN (el 15,28), el Frente Grande (el 11,97) y la UCR (el 10,49). El PJ también **superó la barrera del 50 por ciento en Merlo** (el 51,61) y en **Florencio Varela** (el 51,72).

En cuanto a la **cosecha menor**, paradójicamente, el peronismo se dio un **gusto grande en Vicente López**: con el 30,50 por ciento de los votos, a la lista de Duhalde le bastó para conquistar una plaza que, hasta el domingo, parecía atada a las consignas del radicalismo.

Pero hay más, la Comuna gobernada por el radical **Enrique "Japonés" García**, dio lugar a varias **combinaciones curiosas. Aunque el radicalismo realizó en Vicente López su elección más fructífera (el 19,72), esto no le alcanzó para quedarse con el consuelo de un segundo lugar, perdido a manos del Frente Grande (el 23,89), el porcentaje más alto conseguido por Solanas en el conurbano. Mientras, el MODIN consiguió en ese distrito la menor cantidad de adeptos (el 9,66).**

Para disgusto de otro intendente radical (en este caso, **Melchor Posse**), el triunfo también quedó para el PJ en **San Isidro** (el 34,70), en tanto la UCR se colocó tercera (el 16,78), detrás del Frente Grande (el 20,09).

En **Lomas de Zamora**, el distrito de Duhalde, el PJ ganó ampliamente con el 43,37, seguido por el Frente (el 18,81), la UCR (el 13,29) y el MODIN (el 12,85). Allí, la Unidad Socialista rozó el cuatro por ciento.

El frentismo **—que cuadriplicó el porcentaje conseguido en las elecciones de octubre—** tuvo también una **buena performance en Lanús** (el 20,72) y en **Morón** (el 21,38), pese a las **prédicas oficialistas de Juan Carlos Rousselot**, que debió contentarse con el 38,56 obtenido por el PJ. **Avellaneda** fue otra de las plazas que sonrió a las propuestas del Frente (véase aparte).

Herminio dio una manito

El distrito de Avellaneda registró un comportamiento *muy singular* en los comicios del domingo. Fue el único lugar de Buenos Aires donde el justicialismo aumentó ligeramente sus votos, medidos en por ciento, con relación a las elecciones de octubre pasado.

Pero curiosamente, allí también aumentaron su caudal no solo el Frente Grande y el MODIN, sino los blancos. En total las tres tendencias juntaron alrededor de 40 mil votos más que en el '93.

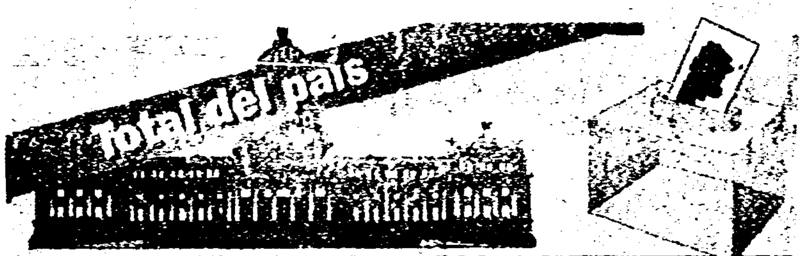
¿Que pasó? El Frejufe (peronismo y aliados) lograron el año pasado el 35,64 por ciento de los sufragios, mientras que ahora trepó al 37,09.

Está claro que el Frente Grande, el MODIN y los votos en blanco crecieron ahora a expensas del justicialismo. Pero a su vez, este acaparó para sí los que aportó la otrora Unión Vecinal de Avellaneda, cuyos simpatizantes responden a las directivas de **Herminio Iglesias.**

De ese modo, el menemismo equilibró la pérdida de los votantes que se siguieron las consignas de **Fernando "Pino" Solanas y Aldo Rico.** Otro detalle es que el Frente Grande incrementó sus votos en el centro de Avellaneda y Wilde, donde pisa fuerte el sacerdote **Eliseo Morales**. En tanto que en las zonas de Piñeiro y Castellino el Frejufe recibió el aporte de las huestes de Herminio.

02-02 9406008

Nº. DOCUMENTO 9406009
TITULO Convencionales que tiene cada partido
PROCEDEN La Nación - 15025
FECHA DE 12-4-94
VINCULACION 66960
11164
11304
11437



Partido	Votos	%	Convencionales
Frente Justicialista	5.849.991	37,74	136
Unión Cívica Radical	3.067.758	19,79	75
Frente Grande	1.902.455	12,70	32
Modín	1.422.179	9,17	20
Fuerza Republicana	276.348	1,78	7
Demócrata Progresista	255.599	1,64	3
Ucedé	235.891	1,52	3
Demócrata	215.750	1,30	4
Pacto Autonomista Liberal	179.757	1,22	5
Alianza Honestidad	112.836	0,70	1
Frente de la Esperanza	94.899	0,60	3
Renovador	91.596	0,50	3
Cruzada Renovadora	74.902	0,55	3
Acción Chaqueña	66.799	0,30	2
Demócrata Cristiano	64.724	0,43	–
Movimiento Popular Jujeño	57.056	0,30	2
Mov. Popular Neuquino	47.062	0,30	2
Bloquista	33.579	0,20	1
MO. PO. FU.	9.775	0,00	3

4

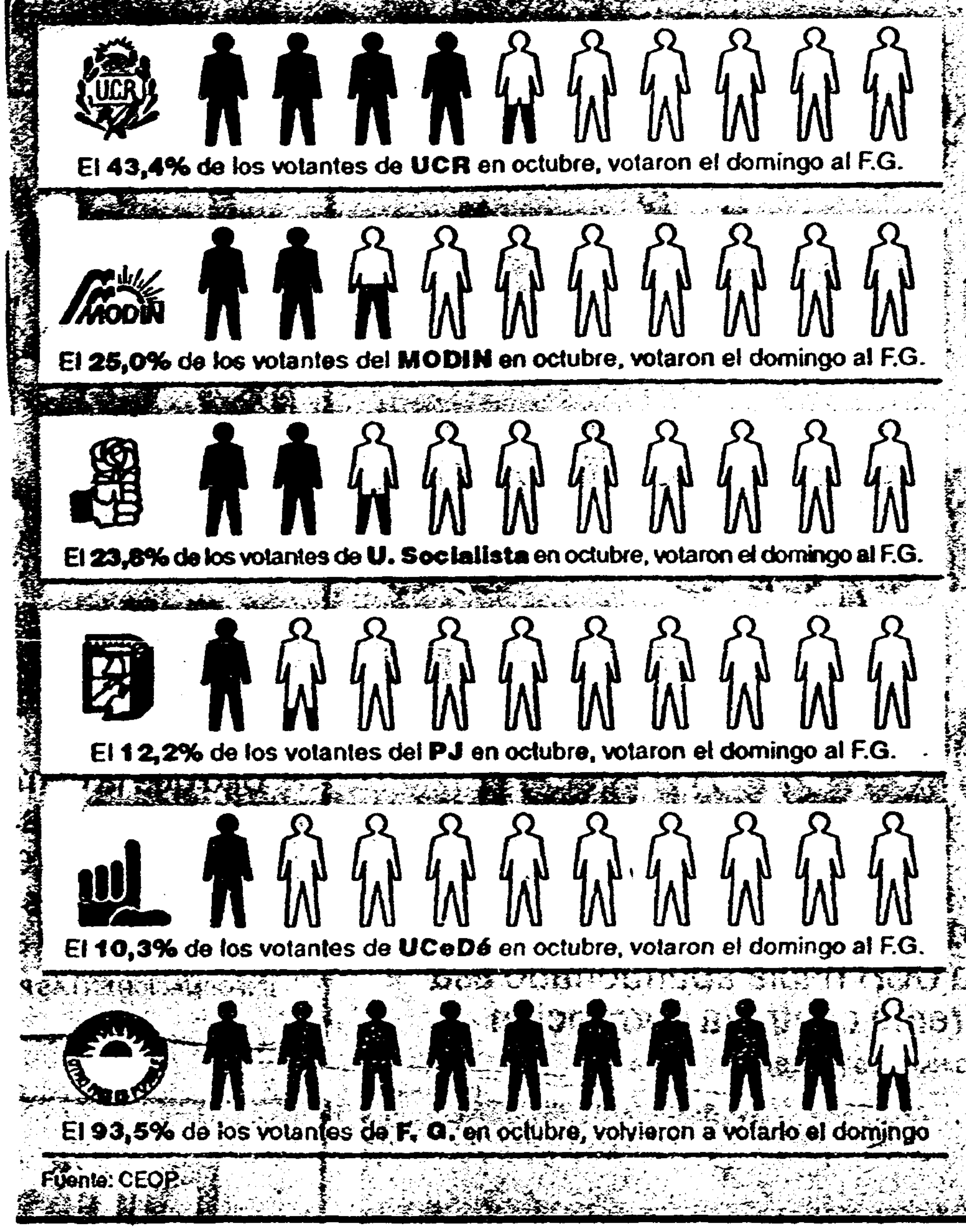
01-01

9406009

TITULO ... Clarín
PROCE... 130024
FECHA 12-4-94
VINCULAC. 11960
11301
11437

DE DONDE SALIERON LOS VOTOS DEL FRENTE GRANDE

Cómo cambiaron su voto los electores de la Capital Federal.



LAS RAZONES QUE LLEVARON A

Votaron al lo vio como

La imagen de oposición y las denuncias de corrupción pusieron al Frente Grande al tope de la preferencia de los porteños. La lista de "Chacho" Alvarez juntó votos sobre todo en la clase media. Al PJ lo votaron en defensa de la estabilidad económica y a la UCR por tradición partidaria. De ahora en adelante, la elección en todo el país dejó abierto el juego político. Cavallo embistió contra Matilde Menéndez acusándola de la derrota en Capital y los opositores internos a Alfonsín se preparan para disputarle la conducción radical.

MAS INFORMACION EN LAS PAGINAS 4 A 31

Se decidieron sobre la hora

El 30 por ciento de los electores del Frente Grande decidieron su voto en la última semana de campaña. Incluso la mitad de esos votantes del final —exactamente el 14,7 por ciento del total— lo hizo el mismo día de los comicios, según determina el sondeo realizado por el CEOP.

Esta espectacular suma de voluntades en el último tramo de la campaña electoral parece la cosecha de una intensa siembra de los candidatos frentistas, con sus denuncias sobre coimas en el PAMI y el golpe directo que eso significó para **Matilde Menéndez**, segunda candidata del PJ y titular de ese cuestionado organismo. La siembra frentista en la campaña también incluyó una fuerte argumentación acerca de que **el PJ y los radicales "son lo mismo"** a partir del pacto Menem-Alfonsín.

Esa masiva decisión final en favor del Frente no podía, obviamente, ser detectada por ninguna de las encuestas realizadas antes de los comicios. Recién pudo evidenciarse en los **boca de urna** realizados ese mismo día, que anticiparon en algunas horas **la sorpresiva diferencia a favor** lograda por la lista de "Chacho" **Alvarez**.

En total, apenas poco más de la mitad de los votantes (52,9%) estuvo seguro de su elección con más de un mes de anticipación. El resto fue despejando sus dudas durante los últimos días, llegando hasta el 11,7 por ciento que se decidió a último momento.

También la lista radical capturó un 14,6 por ciento de sus votantes el mismo domingo, mientras que el 55,3 de los que optaron por **Jesús Rodríguez** ya lo tenía decidido desde hacía tiempo.

Bastante distinto fue el caso del PJ. El 61,1 por ciento de los electores de **Carlos Corach** decidió su voto hace más de un mes, lo que indica a las claras que fue una opción en apoyo al modelo económico y la reelección de Carlos Menem.

Hay juego abierto

Parecía una elección tranquila, un paseo menemista con una previsible baja radical y cierto florecimiento de fuerzas opositoras a izquierda y derecha.

Y fue una elección tranquila: la gente fue y tranquilamente votó lo que tenía ganas.

Las urnas mostraron que cada vez hay menos votos remachados. Sobre todo en una elección **sin drama** como ésta.

Para la gente, después del domingo pocas cosas cambiaron: el plan económico sigue siendo el mismo y el poder político sigue en manos de quien fue elegido para ejercerlo hasta el año que viene.

Pero las cosas cambiaron para los políticos:

- En el PJ **están buscando cabezas para hacer rodar.** Matilde Menéndez no debe estar muy tranquila después que Domingo Cavallo le pegó un mazazo a distancia, acusándola anoche desde México por la derrota en la Capital. Y hay otras preocupaciones: Duhalde no tiene asegurada su reelección en la provincia porque —igual que Menem a nivel nacional— no consiguió mayoría propia en la Constituyente bonaerense.
- En la UCR, **Alfonsín cree que no le fue tan mal.** Pero sus opositores internos se atropellan para empujarlo afuera de la conducción partidaria y de paso acomodarse para la carrera presidencial del '95.
- El Frente Grande, en cuanto termine de despertarse de su sueño, tendrá que buscar la forma de ponerle **un ancla a los votos** que le llovieron en todo el país (más de dos millones), para que no se le escapen cuando se elija una jefatura política y un programa económico.

Para los políticos cambió todo: en un año habrá que volver a convencer al electorado para que ponga la boleta que quiere el candidato. Y parece que **con el sello y el escudito ya no se ganan elecciones.**

Julio Blanck

Copyright Clarín, 1994

01-02
94060/0

TRIUNFO A LA LISTA DE CHACHO ALVAREZ EN LA CAPITAL

Frente Grande porque se "la única oposición"

El domingo, el Frente Grande ganó en la Capital porque los porteños lo eligieron para ocupar el espacio opositor que —a su juicio— dejó vacante la UCR. La alianza de centroizquierda que lidera el diputado **Chacho Alvarez logró triplicar los votos que había obtenido el 3 de octubre** (pasó de 13,6 a 37,8 por ciento) gracias al favor de los opositores del oficialismo y del pacto sellado por **Carlos Menem y Raúl Alfonsín.**

A la hora de meter la boleta en las urnas, **fueron los radicales desencantados los que más contribuyeron al batacazo de Alvarez.** Sin embargo, **no faltaron** peronistas disconformes, ni socialistas ni riquistas que no se pasaran con armas y bagajes a las filas frentistas, al menos en esta elección en la que no estaban en juego **ni el poder político ni el programa económico.**

La encuesta exclusiva para **Clarín**, realizada por el Centro de Estudios de la Opinión Pública (CEOP) el 10 de abril en boca de urna, confirma que **4 de cada 10 ex votantes radicales del 3 de octubre optaron por los candidatos a convencionales constituyentes del Frente Grande. Y que así lo hicieron también uno de cada 10 ex votantes peronistas, 2 de cada 10 socialistas y 2 de cada 10 riquistas.**

Lo cierto es que, por primera vez en el siglo, los porteños eligieron a una fuerza de centroizquierda para que sea la principal oposición política en la Capital. El radicalismo **fue castigado como nunca antes en este distrito, descendiendo también por primera vez al tercer lugar,** y respaldado solo por quienes defendieron la **tradición partidaria.**

También el menemismo, abandonado por el 25 por ciento de sus votantes recientes, fue sometido a un **test político.** En mayor medida, **conservó el voto de aquellos que en octubre avalaron la gestión de Menem y la continuidad del modelo económico,** cuyo mayor trofeo es la estabilidad.

Los votantes frentistas no pusieron su boleta pensando en la propuesta sobre la reforma constitucional. La mayoría lo hizo porque cree que el Frente Grande **encarna la verdadera oposición al Gobierno, al pacto de Olivos y a la corrupción.**

Ahora, con la incredulidad de las cifras en la mano, los frentistas se enfrentan a varios desafíos. El más importante es cómo lograr que este caudal de votos no se escurra entre las manos camino del '95, cuando se debata quién se queda con el gobierno de la Capital y se vuelva a poner en cuestión el modelo económico.

Mario Seoane

Copyright Clarín, 1994

POR QUE VOTARON AL FRENTE GRANDE

	%
Por ser la única alternativa de oposición al Gobierno y al pacto Menem-Alfonsín	55,3
Por sus propuestas y la coherencia de su discurso	16,8
Porque son los más éticos/honestos	10,3
Por la figura de "Chacho" Alvarez	7,3
Estoy en contra de la reelección	6,7
El partido al que voté siempre me defraudó	5,9
Para combatir la corrupción	3,6
Por descarte	2,9
Porque el gobierno es autoritario	1,7
Otros	0,4
NS/NC	1,0

FUENTE: CEOP

POR QUE VOTARON A LA UCR

	%
Por tradición radical	52,6
Por la honestidad de sus dirigentes	26,0
Acuerdo con el pacto Menem-Alfonsín	13,3
Por descarte	3,6
Otros	8,2
NS/NC	0,5

FUENTE: CEOP

POR QUE VOTARON AL JUSTICIALISMO

	%
Para defender la estabilidad y el plan económico	39,5
Por su acción de gobierno	34,7
Porque siempre fue justicialista	19,3
Estoy de acuerdo con el pacto Menem-Alfonsín	11,9
Por descarte	1,4
Otros	0,9
NS/NC	2,3

FUENTE: CEOP

FICHA TECNICA

- **Empresa ejecutora:** CEOP (Centro de Estudios de Opinión Pública).
- **Tipo de estudio:** encuesta en boca de comicios.
- **Instrumento de recolección:** cuestionario estructurado.
- **Tipo de preguntas:** alternativas fijas y abiertas.
- **Diseño muestral:** bietápico, según distribución de lugares de votación por conglomerado geográficos (circunscripciones electorales) y selección de entrevistado definitivo por cuotas de sexo y edad.
- **Tamaño de la muestra:** 850 casos efectivos, con un error de +/−3,42 (95,5% de confianza).
- **Area de investigación:** Capital Federal.
- **Fecha de realización:** 10 de abril de 1994.

El bolsillo no pesó

El origen del voto que le permitió obtener un sorprendente triunfo al Frente Grande en las elecciones del domingo fue **parejo por sexos y por edad hasta llegar al límite de los 50 años,** aunque en todos los segmentos sociales la lista **de Chacho Alvarez** tuvo su **principal clientela** entre los electores **más jóvenes.**

Como era de esperar, **el grueso del electorado del Frente pertenece a la clase media. Pero la alianza centroizquierdista también ascendió claramente su inserción entre los ricos y, en menor medida, en los sectores de menores ingresos,** según los datos aportados por el CEOP.

Como contrapartida, **resultó sustancial para la derrota del PJ el quite de apoyo de los votantes de mayor poder adquisitivo** que lo habían respaldado casi sin fisuras en las elecciones legislativas de octubre. **Al no estar en juego el modelo económico y la estabilidad, los sectores altos se inclinaron por una opción que se presentaba como "anticorrupción".**

El apoyo a **Carlos Corach fue fundamental**mente masculino, impulsado por los mayores de 35 años y de nivel económico bajo.

A la Unión Cívica Radical también la votaron los mayores de 35 **pero, en este caso, algo más las mujeres** que los hombres. La lista encabezada por **Jesús Rodríguez** solo pudo retener el apoyo de una porción de la clase media.

C2-02

9406010

N°. DOCUMENTO 94060/11
TITULO En Capital el Frente Grande ...
FUENTE Clarín ...
FECHA 12-4-94
VINCULACION 11760
11164 - 11152
11304

EN CAPITAL, ALVAREZ GANO EN TODOS LOS BARRIOS. LA UCR PERDIO APOYO EN SECTORES MEDIOS

El Frente sumó un amplio espectro social

En sectores de clase alta como Recoleta y Barrio Norte; en barrios populares, como Lugano y Soldati y, sobre todo, en los amplios enclaves de clase media, el Frente Grande dominó con comodidad la geografía electoral de la Capital Federal. El radicalismo descendió abruptamente en la clase media y en ningún barrio consiguió siquiera el segundo puesto.

La pérdida del apoyo de los sectores medios de la Capital Federal fue el principal factor de la debacle radical del domingo pasado, según surge de una primera lectura política del resultado de las elecciones barrio por barrio. Como prueba inconstrastable, el radicalismo no logró el segundo puesto en el ránking político de ninguna de las 28 seccionales en que estaba dividida la ciudad de Buenos Aires.

Como dato curioso, el Frente Grande se impuso hasta en los barrios de clase alta como Barrio Norte y Recoleta, que eran bastiones históricos de la UCeDé, lo que señala que en estos casos se trató de **un voto contra del Gobierno** por las denuncias de supuestos casos de corrupción que pesan en su contra, fundamentalmente por el PAMI. La Alianza de Centro Liberal (encabezada por **Alvaro Alsogaray**) se resignó allí a un tercer y segundo puesto, respectivamente.

Pero como el fenómeno electoral del Frente Grande es heterogéneo, también se observó que ganó en barrios populares como Villa Lugano y Villa Soldati, donde hasta ahora había hegemonía peronista.

Alejandro Gómez

CAPITAL FEDERAL



■ Se eligen: 27 convencionales nacionales

Mesas: 8.748 — Padrón: 2.475.554

Escrutadas: 8.693 mesas

	Votos	%	Conv.
Al. del Centro Liberal	109.919	5,9	1
Frente Grande	692.416	37,6	12
Unidad Socialista	142.804	7,7	2
Blanco de Jubilados	38.031	2,0	--
Trab. por el Socialismo	10.062	0,5	--
Humanista	71	0,0	--
Justicialista	452.306	24,5	7
MODIN	91.314	4,9	1
Nac. Constitucional	3.703	0,2	--
Obrero	9.275	0,5	--
Orden y Justicia	6.892	0,4	--
UCR	280.296	15,2	4
Solidaridad	5.261	0,3	--
En blanco	70.221	3,6	--
Anulados/Impugnados	18.432	0,9	--

Aunque en estos dos barrios el FG ganó por poco al peronismo, el resultado final está demostrando que también **hubo cierto voto que reclama una mejor situación social**. Es decir, que la victoria de esta fuerza de centroizquierda no solo se debe al apoyo de los sectores sociales medios bien informados que siguen con atención las denuncias sobre poca transparencia en el Gobierno.

Resultó sorprendente que el partido que lidera **"Chacho" Alvarez** haya ganado por casi el 41 por ciento de los votos en Villa del Parque, un barrio de clase media que había demostrado lealtad al radicalismo desde 1983.

Más llamativo fue aún que la UCR haya perdido en la sección V (Flores), que era un barrio "de fierro" para los seguidores del partido fundado por Alem. Allí el FG conquistó casi el 40 por ciento de los votos frente al 17% de la lista de candidatos que encabezaba **Jesús Rodríguez**. El mismo fenómeno se registró en la sección VII (Almagro y Caballito).

En cambio, la mejor elección del radicalismo la hizo en la XI (Once), donde cosechó el 19,2 por ciento de los votos, lo que le permitió exhibir un tercer lugar.

Por su parte, el MODIN logró hacer pie en la sección XIII (San Telmo) y en la XXII (Lugano), dos barrios que concentran sectores empobrecidos de la Capital Federal.

01-01

ASI SE VOTO EN LOS BARRIOS PORTEÑOS

• Liniers-Floresta (1°)
Frente Grande 38,8
PJ 24,2
UCR 16,1
US 8,7

• Parque Patricios (2°)
Frente Grande 37,0
PJ 28,4
UCR 14,6
US 6,8

• Barracas (3°)
Frente Grande 36.9
PJ 24.9
UCR 16,8
US 7,8

• La Boca (4°)
Frente Grande 34,0
PJ 28,0
UCR 16,3
US 7,6

• Flores (5°)
Frente Grande 39,6
PJ 22,1
UCR 16,7
US 8,8

• Boedo (6°)
Frente Grande 38,8
PJ 21,8
UCR 17,0
US 9,4

• Almagro-Caballito (7°)
Frente Grande 41,9
PJ 20,1
UCR 16,8
US 9,6

• San Cristóbal (8°)
Frente Grande 38,5
PJ 25,5
UCR 15,2
US 7,4

• Abasto (9°)
Frente Grande 38,8
PJ 24,5
UCR 16,2
US 7,5

• Congreso (10°)
Frente Grande 37,3
PJ 24,5
UCR 16,7
US 7,6

• Once (11°)
Frente Grande 37,7
PJ 22,8
UCR 19,2
US 7,5

• Monserrat (12°)
Frente Grande 37,6
PJ 24,5
UCR 16,2
US 7,6

• San Telmo (13°)
Frente Grande 33,7
PJ 28,1
UCR 14,7
MODIN 9.1

• Tribunales (14°)
Frente Grande 34,7
PJ 26,3
UCR 15,6
Al. de Centro 7,0

• Paternal (15°)
Frente Grande 40,8
PJ 22,8
UCR 15,6
US 9,7

• Belgrano (16°)
Frente Grande 36,8
PJ 23,1
UCR 15,8
Al. de Centro 8,9

• Colegiales (17°)
Frente Grande 35,9
PJ 24,1
UCR [illegible]
Al. de Centro 10,9

• Palermo (18°)
Frente Grande 39,1
PJ 22,4
UCR 14,4
Al. de Centro 9,0

• Barrio Norte (19°)
Frente Grande 34,8
PJ 22,1
Al. de Centro 15,7
UCR 13,9

• Recoleta (20°)
Frente Grande 26,3
Al. de Centro 25,7
PJ 25,0
UCR 11,0

• Mataderos (21°)
Frente Grande 37,6
PJ 27,2
UCR 14,5
US 7,5

• Villa Lugano (22°)
Frente Grande 34,9
PJ 33,2
UCR 12,0
MODIN 7,6

• Villa Soldati (23°)
Frente Grande 35,7
PJ 29,1
UCR 15,0
US 7,6

• Versailles (24°)
Frente Grande 39,6
PJ 24,9
UCR 14,7
US 8,7

• Villa Devoto (25°)
Frente Grande 39,6
PJ 23,2
UCR 16,0
US 8,5

• Villa del Parque (26°)
Frente Grande 40,9
PJ 23,3
UCR 15,4
US 9,2

• Villa Urquiza (27°)
Frente Grande 39,2
PJ 25,3
UCR 15,4
US 8,2

• Saavedra (28°)
Frente Grande 37,9
PJ 23,8
UCR 15,1
US 8,2

94060/11

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE 12-4-94
VINCULACION

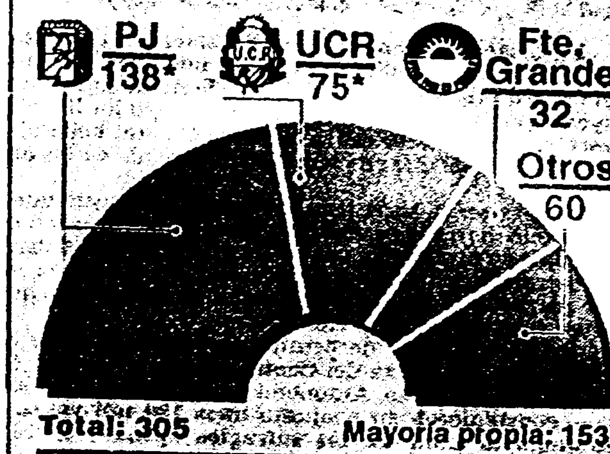
RESULTADOS GENERALES

Escrutadas 78.233 mesas sobre un total de 80.325 (97,4 %)
Porcentaje de votantes: 75,35%

	Votos	Porcentaje	Conv.
PJ	5.957.335	38,8	138
UCR	3.154.446	20,5	75
Frente Grande	2.089.580	13,6	32
MODIN	1.409.357	9,2	18
Unidad Socialista	491.807	3,2	3
UCeDé	459.442	3,0	4
Fuerza Republicana	275.986	1,8	7
PDP	255.357	1,7	3
En blanco	735.390	4,5	

Dirigentes políticos, militares, gobernadores, sindicalistas y hasta un obispo integrarán la Convención Constituyente. La mayoría de los peso pesado de cada distrito dirá presente en la asamblea reformadora. Pero además, participarán dos ex integrantes de la Corte Suprema y un ex presidente de la Nación.

ASI QUEDO LA CONSTITUYENTE



Constituyentes nacionales	
Partido Justicialista	138*
UCR	75*
Frente Grande	32
MODIN	18
Fuerza Republicana	7
Pacto Autonomista Liberal	5
UCeDé - Al. de Centro	4
Partido Demócrata (Mza.)	4
Unidad Socialista	3
Partido Renovador (Sta.)	3
Cruzada Renovadora (S. Juan)	3
Demócrata Progresista	3
Movimiento Popular Fueguino	3
Acción Chaqueña	2
Movimiento Popular Jujeño	2
Movimiento Popular Neuquino	2
Partido Bloquista (S. Juan)	1
Total	305

(*) El PJ suma los convencionales del Frente de la Esperanza de San Juan y la UCR los del Frente por San Luis.

DIRIGENTES, GOBERNADORES, CURAS Y MILITARES

Las bancas constituyentes ya tienen nombre y apellido

Las 305 bancas de la Convención Constituyente ya tienen dueño con nombre y apellido. Luego de los conteos finales de los votos emitidos el domingo, se confirmó que la Asamblea Reformadora tendrá **una heterogénea composición**.

Habrá **militares, gobernadores, sindicalistas, funcionarios y hasta un obispo, Jaime De Nevares,** quien sorprendió con una victoria en las urnas neuquinas.

En una primera línea se ubicarán los dirigentes de mayor peso político propio dentro de sus partidos. Allí se anotan el gobernador bonaerense **Eduardo Duhalde**, el jefe del radicalismo, **Raúl Alfonsín**, el robustecido diputado frentista **Carlos "Chacho" Alvarez**, los presidentes de las dos cámaras legislativas, **Eduardo Menem y Alberto Pierri**, y el titular del MODIN, **Aldo Rico**, ex líder carapintada.

También "entraron" a la Convención los doce gobernadores que se habían postulado, aunque algunos lo hicieron con la sonrisa de la victoria y otros con la preocupación de la derrota. En el primer pelotón están **Duhalde, Mario Moine** (Entre Ríos), **Carlos Reutemann** (Santa Fe), **Horacio Massaccesi** (Río Negro), **Ruben Marín** (La Pampa), **Ramón Puerta** (Misiones), **Adolfo Rodríguez Saá** (San Luis), **Néstor Kirchner** (Santa Cruz) y **Carlos Maestro** (Chubut). En el segundo, **Ramón Ortega** (Tucumán), **Juan Carlos Ficoseco** (Jujuy) y **José Estabillo** (Tierra del Fuego).

De todos, el más herido fue el mandatario tucumano, quien, a pesar de haber llevado como segunda en la lista del Frente de la Esperanza a su esposa, **Evangelina Salazar**, de buena imagen según las encuestas, perdió votos y terreno político a manos del ex gobernador de facto y actual diputado nacional, **Antonio Domingo Bussi**.

Los senadores electos como convencionales son tantos que hasta les convendría trasladar la Cámara alta cerca de Santa Fe o Paraná. Van, por ejemplo, los justicialistas **Antonio Cafiero, Augusto Alasino, Eduardo Menem, Oraldo Britos y Pedro Molina**, el autonomista liberal **José Antonio Romero Feris** y el bloquista sanjuanino **Leopoldo Bravo**. Este último legislador fue decisivo para el oficialismo a la hora de aprobar el proyecto de ley declarativa de la necesidad de la reforma en la Cámara alta.

Entre los diputados elegidos figuran "Chacho" Alvarez, el radical porteño **Jesús Rodríguez**, el liberal cordobés **Germán Kammerath**, los socialistas **Alfredo Bravo y Guillermo Estevez Boero**, el ucedeísta **Alvaro Alsogaray** y la frentista **Graciela Fernández Meijide**, entre otros.

Otros convencionales no tendrán que repasar la lección a la hora de abordar oficialmente la problemática constitucional. Se trata fundamentalmente del justicialista **Alberto García Lema** y el radical **Enrique Paixao**, quienes participaron de las comisiones que le sacaron punta al pacto de Olivos y lo transformaron en el Núcleo de Coincidencias Básicas. También de los dos ex ministros de la Corte Suprema de Justicia, **Rodolfo Barra y Mariano Cavagna Martínez**, y del titular de la Auditoría General de la Nación, **Héctor Masnatta**, futuro integrante del máximo tribunal.

Es la primera vez en este siglo que un ex presidente, Alfonsín, pasa a convertirse en constituyente. **Italo Luder** había sido convencional en 1949, es decir, antes de ocupar brevemente la jefatura del Estado durante el tercer gobierno peronista, en la década del 70.

Los caudillos provinciales también se hicieron un lugar. Se anotaron, por ejemplo, el gobernador puntano **Alberto Rodríguez Saá** —que estuvo precedido por el escándalo de su presunto secuestro—, el veterano "pope" salteño **Juan Carlos Romero**, el radical santiagueño **José Zavalía**, y el alfonsinista santafesino **Luis "Changui" Cáceres** —fundador de la Junta Coordinadora—, aunque estos dos últimos lo hicieron con una derrota partidaria sobre sus espaldas.

Se frenó la CGT

"Después de lo que pasó el domingo, ahora no es negocio sacarnos una foto con (Raúl) Alfonsín." El pragmático diagnóstico político —construido en base a la abrupta caída electoral del radicalismo en todo el país, y de su presidente en particular—, fue deslizado ayer por un influyente cacique cegetista, dejando entrever que **la promagrada reunión, para mañana, entre la CGT y el jefe de la UCR, podría ser cancelada hasta mejor oportunidad.**

El objetivo del encuentro de Alfonsín con la dirigencia gremial —confirmado la semana pasada por el jefe de la CGT, el petrolero **Antonio "Coco" Cassia**— fue presentado con un argumento unívoco: **la búsqueda de coincidencias en materia de reforma laboral.**

Conocida la resistencia de Alfonsín a la versión del proyecto flexibilizador que aguarda turno en el Congreso, el sindicalismo apunta a consolidar una posición común con los legisladores radicales y, de este modo, ensanchar el espectro opositor a los actuales términos que plantea la iniciativa laboral.

Sin embargo, el duro traspié de Alfonsín en las urnas puso en dudas a algunos sindicalistas respecto de la "conveniencia" de concurrir a la cita con el líder radical. No obstante, la decisión final es un resorte que manejará, mañana a las 10, el consejo directivo cegetista.

94-04
9406012

Nº. DOCUM. 940613
TITULO La OLP en Buenos Aires
P. Clarín / 100024
FECHA 13/4/94
VINCUL. 66960 - 500868
11164
11399

La OLP en Buenos Aires

La Organización para la Liberación de Palestina (OLP) abrirá **"una oficina de intereses"** en **Buenos Aires** en los próximos meses, según acordaron ayer en Túnez el canciller **Guido Di Tella** y el líder palestino **Yaser Arafat**, informaron a **Clarín** fuentes de la Cancillería.

Cuando la OLP se convierta en un Estado, gracias a los históricos acuerdos de paz entre israelíes y palestinos, la oficina podrá convertirse **en una embajada con todos los poderes correspondientes**, de acuerdo a lo conversado ayer entre Di Tella y Arafat.

La creación de la "oficina de intereses", un status diplomático menor al de una embajada, es un viejo deseo de la comunidad árabe radicada en la Argentina, que desde que el presidente **Carlos Menem** —de origen sirio— asumió el poder en 1989, renovó su pedido a favor de esa medida.

Hasta ahora Menem no había aceptado la idea e incluso se convirtió, hace dos años, en el primer presidente argentino que realizó una visita oficial a Israel. Pero después de los acuerdos de paz entre la OLP e Israel, cambió la situación internacional y la Cancillería busca ahora normalizar las relaciones con los palestinos.

Históricamente, la Argentina había apoyado los derechos del pueblo palestino a la autodeterminación, a la vez que hacía lo mismo con el derecho del Estado de Israel a ser reconocido como tal, cualidad que le niegan algunas naciones árabes.

Di Tella se entrevistó con Arafat (fue el segundo encuentro del año), durante una visita a Túnez en la que se reunió con todos los embajadores argentinos acreditados ante países árabes para coordinar la política exterior.

4

01-01

9406013

Nº. DOCUMENTO 940014
TITULO El Frente dibuja su futuro
P... 5.0024/Clarín
FE... 13.4.94
VINCUL 66260
11164
11304

¿INTERNA ENTRE "CHACHO" ALVAREZ Y PINO SOLANAS POR LA CANDIDATURA PRESIDENCIAL?

El Frente dibuja su futuro

Extender la presencia a todo el país, definir un programa mínimo, apurar las negociaciones con los socialistas para unir al centroizquierda y abrir la posibilidad de un entendimiento con los radicales en la Convención Constituyente son los puntos iniciales del rumbo político que fijaron los principales dirigentes del Frente Grande.

El espectacular triunfo en la Capital y en Neuquén, el no menos importante segundo puesto en la provincia de Buenos Aires, la buena performance en Santa Fe, Entre Ríos y en otros distritos, obligaron ya a la dirigencia del **Frente Grande** a definir con rapidez sus objetivos políticos inmediatos. Pero, al mismo tiempo, empezó a instalarse la competencia por la candidatura presidencial entre **Pino Solanas** y **"Chacho" Alvarez**.

De acuerdo con los primeros análisis, las prioridades del Frente son:

● Ya desde la misma noche del domingo, **Alvarez, Solanas, Mary Sánchez** y **Carlos Auyero**, entre otros dirigentes, comenzaron a reclamar que se **"desate el paquete"** anudado por el pacto de **Menem-Alfonsín**, para que se pueda discutir **"punto por punto"** la reforma constitucional.

● Hay coincidencia sobre la necesidad de **extender la presencia de esta alianza a todos los distritos del país**, que hasta ahora está representada en 15 provincias y la Capital.

● Además de la extensión territorial, el Frente apurará la elaboración de un **programa mínimo**. Al respecto, "Chacho" Alvarez advirtió que es **"imprescindible consolidar la estructura para que el Frente no sea una sumatoria de partidos en desuso"**, lo que promete futuros **reacomodamientos** en esta alianza de centroizquierda. Auyero dijo que el Frente debe tener un **"eje firme y fronteras abiertas"**.

● El Frente ya hizo pública su oferta a la **Unidad Socialista** de formar una **alianza electoral para el '95**. Para no malograr la posibilidad de un entendimiento, se proponen cambiar la táctica seguida hasta el momento: en lugar de dialogar con dirigentes socialistas (como **Alfredo Bravo**) lo harán con las conducciones orgánicas. Pero el Frente reclamará un cronograma de entrevistas para definir **cuanto antes este asunto**, porque desconfía de la verdadera vocación de los socialistas por unir al centroizquierda.

● Aunque hay algunos dirigentes frentistas que prefieren aguardar un tiempo para adoptar una decisión, la gran mayoría de los referentes nacionales **no parece dispuesto a establecer alianza alguna con el radicalismo para el '95**. En cambio, están dispuestos a **entenderse con los radicales en la Convención Constituyente**, para enfrentar al menemismo.

● Alvarez, Solanas, Mary Sánchez y otros suponen que el Frente tiene una **"inmejorable oportunidad"** para ocupar, **junto a la Unidad Socialista, el espacio de oposición que dejó vacante la UCR**. Auyero en cambio, si bien no descarta esta posibilidad para convertir el **"sueño de Menem a la reelección en una pesadilla"**, dice que hay que estar atento al reclamo de la sociedad para **"no dividir a la oposición"**.

♦ **La queja de Pino**

En los conciliábulos de estos días también se ha escuchado el **rezongo de Solanas**, que llamó la atención sobre su segundo puesto en Buenos Aires, el casi **millón de votos** —la mitad de los obtenidos por el Frente— y su **triunfo sobre Raúl Alfonsín**, uno de los firmantes del pacto.

Esto remite directamente a un tema espinoso que asoma en el Frente Grande: **las candidaturas para el '95**.

"Chacho" Alvarez prefiere esperar a organizar el Frente y a definir la política de alianzas. Pino Solanas, por su parte, recordó el acuerdo del año pasado por el cual él iba como candidato a presidente y "Chacho" como aspirante a la Intendencia porteña en el '95.

Hay quienes dicen que a la luz de los números del domingo, la precandidatura de Pino se convirtió en una **cuestión abstracta**. La cuestión es que la disputa está **instalada** y la preocupación de los dirigentes que rodean a los principales líderes frentistas es que **la pelea no se salga de madre** y perjudique el crecimiento de la alianza.

♦ **Los porqués del domingo**

A la hora de analizar el resultado electoral, los dirigentes del Frente atribuyen la muy buena actuación a varios motivos concurrentes. Según ellos:

● La gente eligió al Frente para **protestar contra el** pacto Menem-Alfonsín o contra el modelo económico del Gobierno.

● Pesó mucho el **"efecto Chacho"**. La vitalidad y popularidad de su candidatura fue considerada fundamental para la amplia victoria en Capital, pero —aseguran— también **traccionó votos** en el conurbano y el resto del país.

● Fue importante la integración al Frente de las "organizaciones sociales" como **CTERA**, sectores de **ATE**; los metalúrgicos de **Alberto Piccinini**, la pequeña y mediana empresa, sectores de la **Federación Agraria** y otros.

● Estiman que al presidente Menem **"le salió mal intentar asustar con el cuco del comunismo"** y suponen que su denuncia produjo el efecto contrario y en vez de espantar, sumó votos.

Atilio Bleta

01-01
9406014

Nº DOCUMENTO 9406015
TITULO Canciller cubano visita Argentina y se entrevista con Menem
P 150024
FECHA 13/5/94
VI... 66960 - 65671
11164
11399

LLEGA EL CANCILLER ROBAINA. SE ENTREVISTARA CON MENEM

Cuba busca romper el hielo

Con una agenda recargada, que incluye entrevistas con el presidente **Carlos Menem**, el líder radical **Raúl Alfonsín** y la cúpula del Frente Grande, el canciller cubano **Roberto Robaina** inicia hoy una visita oficial a la Argentina, la primera de un alto funcionario del gobierno cubano en los últimos cinco años.

De los dos días de actividades en Buenos Aires, sin lugar a dudas el encuentro con Menem, de media hora, **es la clave de la visita**. Los sectores anticastristas del gobierno habían presionado para que esa entrevista no se concretara. Si bien se trata de una reunión a agenda abierta, en fuentes argentinas consultadas por **Clarín** se admitió que se tratarían, entre otros, los siguientes puntos que podrían permitir un deshielo de las relaciones bilaterales:

- **Posibilidad de una reunión entre Menem y Fidel Castro** en la cumbre iberoamericana del mes que viene en Cartagena de Indias. Después que el año pasado se frustró una reunión en la cumbre iberoamericana de Bahía, la Cancillería quiere ahora seguridades de que no habrá "otro equívoco".
- La situación hemisférica, que incluirá probablemente el embargo contra Cuba que los Estados Unidos mantienen desde 1961 y que la Argentina rechaza.
- El problema de la deuda de más de mil millones de dólares que La Habana mantiene con Buenos Aires, y que la Cancillería quiere cambiar por locaciones hoteleras, ya que los cubanos no tienen efectivo.

Robaina, quien se entrevistó el viernes con su colega **Guido Di Tella**, que estaba ayer en Túnez (véase aparte), será declarado visitante ilustre por el Concejo Deliberante de Buenos Aires, cuando llegue hoy proveniente de Santiago de Chile.

Su primera actividad de hoy será un almuerzo con el titular del Senado, **Eduardo Menem**, quien también preside la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara alta; después recibirá la distinción del Concejo Deliberante y más tarde, acompañado por el vicecanciller **Fernando Petrella**, se entrevistará con Menem en la Casa Rosada.

Más tarde, Robaina se reunirá con empresarios argentinos, a quienes **alentará a invertir en la isla** en el marco de la nueva política de apertura al capital extranjero, y finalmente con la mesa directiva del Frente Grande, el triunfador de las elecciones del domingo pasado en la Capital Federal. Robaina, en una entrevista exclusiva con **Clarín** opinó el sábado pasado que existe "un resurgimiento de la izquierda en algunos países de América latina".

01-01
9406015

Nº. DOCUMENTO 9406016
TITULO Bordón largó la campaña para la interna presidencial.
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA DE F. 14-4-94
VINCULACIONES 66960
11164
11304
90052

LARGO LA CAMPAÑA PARA LA INTERNA PRESIDENCIAL

Bordón salió a la cancha

Demasiadas similitudes para pensar en casualidades. Tras las elecciones de 1987 que marcaron el inicio del derrumbe del gobierno de **Raúl Alfonsín, Carlos Menem** había "primereado" a **Antonio Cafiero** con los carteles que decían **"Ahora, Menem"**. Desde el martes, tras los comicios que el domingo señalaron por lo menos **un toque de atención al menemismo**, comenzó formalmente la campaña del otro precandidato del justicialismo para 1995, **José Octavio Bordón**, con una solicitada que se inicia con la frase **"Ahora sí, Menem o Bordón"**.

Este lanzamiento viene acompañado por un marco poselectoral en el que Bordón y su gente **vive virtualmente como propio el éxito alcanzado** en varios distritos por el Frente Grande, e imaginan ya, aunque no se diga públicamente, **alguna variante de convergencia con las huestes de Carlos "Chacho" Alvarez**.

El eje inicial de la campaña bordonista consiste en la exigencia de **internas abiertas** para elegir al candidato presidencial del justicialismo, una vez que la Asamblea Constituyente otorgue a Menem la facultad de aspirar a la reelección.

Como primera respuesta, el gobierno nacional dejó trascender ayer que la promesa de **internas abiertas en el PJ porteño para la candidatura justicialista a intendente metropolitano** efectuada el lunes por **Carlos Ruckauf** —está por asumir la titularidad del partido en la Capital— es un gesto de demostración de que **"no se le teme a Bordón"**.

Está claro, sin embargo, que no es precisamente la interna abierta en el peronismo de la Capital —a la que recurre el Gobierno como un remedio a la persistente crisis del partido en el distrito— lo que pide el senador por Mendoza, sino la presidencial.

En rigor, ese mismo lunes, los operadores del Gobierno sostenían en diálogos oficiosos que "sería **ideal una interna con Bordón**, porque **no hay manera de que gane y permitiría legitimar ante la gente la nueva candidatura de Menem**". Y aclaraban, inmediatamente, que estaban hablando de una **interna** cerrada clásica.

La lógica bordonista juega con la menemista. Si el menemismo, hegemónico en el control del aparato nacional del PJ, **no acepta una interna abierta para la fórmula presidencial** —y es aún menos probable que, tras los resultados del domingo, se preste a correr el riesgo—, daría a Bordón la **excusa perfecta para salir "por afuera" del PJ y consumar una alianza con el emergente Frente Grande y otras fuerzas, tal vez surgidas incluso de la UCR**.

Tras los comicios del domingo —en los que el peronismo mendocino también sufrió merma de votos— "Chacho" Alvarez y Bordón **se habían cruzado alabanzas públicas**.

Alvarez había dicho que era imaginable algún acuerdo político con el senador **siempre y cuando abandone el PJ**, mientras que Bordón sostuvo que lo unían a "Chacho" **una historia y una visión común de la realidad presente**, y que solo discrepan, precisamente, en que para él **todavía es tiempo de dar la pelea en el "adentro" de la estructura formal del peronismo**.

01-01

9406016

Nº. DOCUM. 9406017
TITULO Alberto Mazza nuevo ministro de salud, no tiene antecedentes políticos en el justicialismo
153025
FECHA 14/4/94
VINCULO 66960
11164
11302

DPTO. II (EXTERIOR)
FICHADO

Un técnico sin militancia

Alberto Mazza es el séptimo ministro de Salud y Acción Social de la administración Menem, pero, a diferencia de los que lo precedieron, no tiene antecedentes políticos en el justicialismo.

Sus referencias profesionales están vinculadas a la ciencia médica orientada hacia los centros de salud de las obras sociales.

Durante su gestión, como secretario de Salud, junto al entonces ministro Julio César Aráoz, Mazza impuso un perfil técnico a su acción y se preocupó por la permanente divulgación y por la promoción de temas sanitarios.

Antes de alcanzar la codiciada cartera de Salud, Mazza se desempeñó como director médico del Instituto Social del Seguro y de la Obra Social de la Universidad de Buenos Aires (Dosuba) y como gerente del Instituto de Servicios Sociales Ferroviarios.

Tambien fué presidente de la Asociación de Entidades de Medicina Prepaga de la Argentina.

Mazza es un médico de 55 años con una sólida formación profesional. En su momento, su designación frente a la cartera de Salud sirvió para apagar la controvertida gestión política de su predecesór Aráoz, y para darle continuidad a iniciativas tales como el Plan Social.

01-01

9406017

Nº. DOCUMENTO 940601/8
TITULO ¿Una nueva etapa en el plan de convertibilidad?
15/4/94
150007
VINCULACI 66960
11164
11302
11161
11332

ARGENTINA

¿Una nueva etapa del plan de Convertibilidad?

A TRES años de su implementación, el plan de estabilización de la economía argentina, basado en la convertibilidad, ha logrado su primer objetivo: reducir la tasa de inflación. La tasa anual de crecimiento de precios al consumidor bajó ya en forma drástica a niveles del 80% en 1991, luego de haber registrado cifras superiores al 1.300% en 1990. La tasa acumulada en los últimos doce meses registra un aumento del índice de precios al consumo del 5,2%. Los precios mayoristas, por su parte, crecieron tan solo el 1,3% en igual período. Más relevante aún, en los últimos cinco meses, la combinación de ambos índices muestra que Argentina ha alcanzado una estabilidad casi absoluta de los precios. La excepción son los servicios, que registran un aumento acumulado del 3,2% entre noviembre de 1993 y marzo de este año.

Sin embargo, para resolver los problemas de elevado desempleo y el bajo crecimiento de sus exportaciones, el gobierno ha tomado nota que las condiciones de la economía internacional han cambiado en los primeros meses de 1994.

Mientras los Estados Unidos ingresaban a una etapa de recesión a partir de 1989 y las tasas de interés se situaban en niveles bajos, los países en desarrollo implementaban o consolidaban programas de ajuste y de rápidas reformas. Ya en los noventa, las dificultades financieras japonesas y la disminución del crecimiento en los países europeos, convirtieron a los países en desarrollo (Asia, América Latina) en una opción atractiva y de alta rentabilidad. Las políticas de privatizaciones, apertura financiera y comercial y de desregulaciones y el diferencial en las tasas de interés entre los llamados "mercados emergentes" y los países industriales, favorecieron el ingreso de capitales a la región. En el caso de Argentina, se ha estimado que desde el comienzo del plan de convertibilidad hasta fines de 1993, habían ingresado fondos externos por unos U$S 32.000 millones.

Esto fue, en buena medida, lo que hizo posible que Argentina registrara un crecimiento del orden del 20% entre 1991 y 1993. Según el consultor Miguel A. Broda, citado por el semanario "El Economista" de Buenos Aires, la mitad del crecimiento del producto puede explicarse por la entrada de capitales.

Pero desde comienzos de este año, los mercados financieros internacionales han estado marcados por la incertidumbre. Un elemento determinante ha sido la recuperación económica de los Estados Unidos. Esto ha generado una política monetaria más restrictiva y un alza en las tasas de interés de corto plazo, con el objetivo de prevenir la existencia de posibles presiones inflacionarias asociadas a esta recuperación. Aunque en términos absolutos el aumento no ha sido de una magnitud sorprendente, ha marcado un punto de inflexión en su tendencia descendente de los últimos años.

Lo cierto es que el cambio en la política del Sistema de Reserva Federal de Estados Unidos ha vuelto inestables a los mercados. Los inversores, al desprenderse de los bonos y acciones de los países emergentes provocaron el aumento de la tasa de interés de largo plazo. Esto hizo caer sus precios y bajar los índices de las bolsas internacionales.

La idea de que ha aumentado el riesgo de las inversiones en los mercados emergentes, como el argentino, se ha visto reforzada por los acontecimientos mexicanos y la situación económica de Venezuela.

Ante este nuevo contexto internacional, con la perspectiva de menor ingreso de capitales, se hace necesario implementar nuevas medidas. Para compensar la caída del ahorro externo recibido hasta ahora, se vuelve necesario incrementar el ahorro interno, reducir el ritmo de crecimiento del consumo e incrementar las exportaciones. Las autoridades ya han previsto un mayor control de la evasión impositiva y se han establecido límites para el aumento del gasto público. La mayoría de los analistas no creen que el plan de convertibilidad esté en peligro. Muchos creen que la tasa de crecimiento de la economía se verá necesariamente reducida en 1994, pero sin llegar a una recesión. Pero casi todos están de acuerdo, incluído el equipo económico, en que deben profundizarse las reformas pendientes que permitan bajar los costos internos e incentivar las exportaciones.

01-01 94 06018

Nº. DOCUMENTO 9406019
TITULO Se cuestiona el liderazgo histórico de la UCR
PROCEDEN. La República - 150023
FECHA DE I 15-4-94
VINCULACIONES 66960
11164
11304

Debacle en el radicalismo: todos quieren la cabeza de Alfonsín, todos quieren ser presidente

Cuesta abajo

* La derrota sufrida en Buenos Aires a manos del Frente Grande ha cuestionado el liderazgo histórico de la UCR

¿Cuál será el futuro de la Unión Cívica Radical, que es aún el principal partido de la oposición? El liderazgo, ejercido por el ex presidente Raúl Alfonsín, está fuertemente cuestionado por gran parte de los principales referentes partidarios debido a la debacle que sufrió la más que centenaria agrupación el último domingo. Entonces la UCR hizo la peor elección desde que en la Argentina se vota según la ley de sufragio secreto y obligatorio vigente desde 1912.



■ Con menos de 20% de los votos, los radicales comunes no pueden creer que hayan perdido otra vez en su baluarte porteño y nada menos que en base a una nueva coalición, el Frente Grande; o que este agrupamiento de los progresistas, haya desplazado a la UCR del segundo lugar, en un distrito tan clave como la provincia de Buenos Aires, a pesar de que la lista de candidatos a constituyentes estuvo encabezada por el mismísimo Raúl Alfonsín. En ese distrito, la UCR tiene un millón cien mil afiliados; sacó menos votos que adherentes orgánicos: 870.000. Es peor aún: en casi todo el gran Buenos Aires, ese viejo impenetrable para el viejo partido argentino, allí donde moran trabajadores, villeros, pero también capas medias acomodadas, al radicalismo le fue tan mal que el Modin del ex teniente coronel Aldo Rico, lo superó en la mayoría de los barrios.

"Es como si la ciudadanía hubiera votado en favor de la rebelión de Pascuas", exageró el gobernador de Córdoba, Eduardo Angeloz, ahora enemigo mortal de Alfonsín, luego de haber respaldado el pacto entre éste y Carlos Menem.

Las Pascuas que rememora el cordobés fueron las del alzamiento "carapintada" liderado por Rico en abril de 1987 y que acotó al gobierno radical en su espacio político. Desde entonces, entró en picada. Los principales referentes, excepto Angeloz, habían enfrentado el Pacto de Olivos. En los más grandes distritos, los dirigentes partidarios únicamente aceptaron darle al ex presidente la oportunidad de que sólo él y sus incondicionales utilizaran la sigla partidaria para probar fuerzas con el peronismo. No sólo le fue mal con Menem; inopinadamente para ellos, lo superó en varios distritos el Frente Grande y al radicalismo le fue tan mal en algunas provincias que hoy quedaron en estado de extinción. En Rosario, la segunda ciudad argentina, la UCR quedó sexta, cuando en los años 80 dominaba cómodamente el distrito. Primero tímidamente y ahora con mayor virulencia, los antipactistas le piden a Alfonsín que deje en otras manos la conducción partidaria. No le han perdido el respeto a quien condujo la transición democrática del país, pero no quieren que siga al frente del partido. "Se debe ir sin que se dé cuenta", murmuran unos; "hay que ofrecerle un puente de plata", sostienen otros. Alfonsín ha propuesto que la cuestión se dirima orgánicamente. El próximo 6 de mayo, dice, se debe reunir el comité nacional del partido, integrado por 96 miembros, cuatro por cada distrito (23 provincias y la Capital Federal). "Presentaré allí mi informe, si es rechazado, yo renuncio", dijo a los periodistas. ¿Se irá entonces el líder radical? El alfonsinismo no es una corriente cualquiera dentro de la UCR; al lealtad de sus miembros con su jefe es enorme. Y en el comité nacional hasta ahora, la mayoría (aunque no abrumadora) respaldó el año pasado el Pacto de Olivos. ¿Puede desdecirse ahora que vino el tiempo de derrota? Todo es posible: Angeloz quien apoyó entusiastamente el acuerdo Menem-Alfonsín, es ahora el principal verdugo de esta operación "desplazamiento" y quiere que su ex aliado, se vaya a su pueblo, Chascomús y no muestre su rostro ni hable en el momento de definir, dentro de no mucho tiempo, las candidaturas presidenciales de 1995.

LA SOMBRA DE LA DIVISION

En 1957, la UCR se partió en dos. Una fracción se fue con Arturo Frondizi, que ganó el gobierno en 1958 y fue derrocado por los militares "gorilas" en marzo de 1962. La otra, siguió un camino de oposición sistemática al frondicismo y llegó finalmente, en octubre de 1963, al gobierno con tan sólo 25% de los sufragios y una oleada de votos en blanco del peronismo y el comunismo entonces proscriptos.

En junio de 1966, los militares volvieron al poder. Pero esos radicales, sobrevivieron, remontaron la adversidad y en 1983, de la mano de Alfonsín, fueron otra vez gobierno con 52% de los votos ciudadanos.

Los frondicistas pasaron al olvido. Es difícil que Alfonsín se vaya del partido si la presión se hace insostenible. El tiene un nombre registrado para hacer política afuera de la UCR, el Modeso (Movimiento de Solidaridad), pero la sigla estuvo pensada para una estrategia de retorno al gobierno que hoy quedó sepultada. En realidad, la futura baja estará entre los que hoy apuran una definición de reclutamiento. Uno de los protagonistas es el gobernador Angeloz, quien el domingo, a caballo de su triunfo en 1995. Antes, cuando parecía que Menem sería invencible en la reelección, miraba únicamente un curul en el Senado nacional. Pero como todo cambió el 10 de abril, nada hoy le asegura a Menem su reelección, las pretensiones del cordobés se renovaron. Angeloz es la vertiente radical del plan Cavallo con una ética supuestamente superior.

El condicionamiento está basado en las denuncias sobre corrupción que se hicieron en Córdoba. Un diputado provincial de la intimidad del gobernador, está preso porque quiso venderle la cárcel de Córdoba a un alemán, para que se instalara allí un casino.

El ala renovadora tiene en Federico Stoeani su máximo exponente. En el pasado, él hizo alianzas con el gobernador, pero hoy el sendero se bifurca. "Dentro de nuestro proyecto no entran ni Angeloz, ni De la Rúa (Fernando, senador por esta capital), ni Uzandizaga (ex intendente de Rosario) ni León (Luis, senador por el Chaco)".

Es decir los "moderados". Cree Storani que "una vez que recuperemos el partido, podemos aparecer con una coincidencia programática y política con el Frente Grande y hasta se podría ver el mecanismo de propuestas de elecciones internas abiertas para la integración de listas, que pudiera conformar un verdadero polo de oposición el proyecto menemista en 1995".

Son dos proyectos contrapuestos. Difícil de hacerlos congeniar en una sola agrupación. La sombra de la escisión comenzó a bajar sobre el viejo partido de Alem e Yrigoyen. No los divide Alfonsín, los desunen las diferentes perspectivas programáticas. Storani también quiere ser presidente. Habrá que ver si es consecuente con su planteo programático y qué actitud asume si pierde la interna partidaria.



Muchos opinan ya que Raúl Alfonsín "se debe ir sin que se dé cuenta". (Telefoto de archivo de AFP)

01-01

9406019

Nº. DOCUMENTO 9406020
TITULO Después de las elecciones el centro se prepara para ...
PR... 150024
FECHA 17-4-94
VINCULO 66960
11164
11304
11437

DESPUES DE

El centro se

Con una cosecha de casi 1.200.000 votos,

EL CENTRO Y LOS PROVINCIALES

Votos obtenidos en las elecciones del 10 de abril

Partido	Votos
UCeDé	459.442
Fuerza Republicana	275.986
P. Demócrata Progresista	255.357
P. Demócrata (Mendoza)	187.328
Pacto Autonomista Liberal	179.577
P. Renovador (Salta)	91.394
Cruzada Renovadora (San Juan)	74.902
Acción Chaqueña	66.799
Mov. Popular Jujeño	56.116
Mov. Popular Neuquino	47.062
P. Bloquista (San Juan)	33.579
Mov. Patagónico Pop. (R.Negro)	14.369
Convergencia Indep. (La Pampa)	10.129
Mov. Popular Fueguino	9.775
Acción Chubutense	9.455
Total	**1.171.270**

Con el resultado electoral del domingo a la vista, en las **fuerzas centristas y provinciales** comenzó a dibujarse la **estrategia** para los comicios del año próximo.

Las cuentas dicen a las claras que la cosecha de votos fue **desigual** para ambos sectores. En unos afloró el **optimismo** y sus dirigentes se disponen a avanzar confiados, hacia las presidenciales del '95. En otros, la **desazón** se huele a distancia, aunque quedan algunos afiliados que se niegan a bajar del todo los brazos.

A los partidos que fueron con un "no" rotundo a la reforma de la Constitución, les fue mejor que a aquellos con mensaje ambiguo. Es el caso del **Pacto Autonomista Liberal** de Corrientes, de la **Fuerza Republicana** de Tucumán, el **Partido Demócrata** de Mendoza y el **Partido Demócrata Progresista** de Santa Fe. En el mismo lote se incluye el **Movimiento Popular Jujeño** que se opuso al pacto de Olivos, a pesar de apoyar algunos aspectos de la reforma.

Los malos negocios corrieron por cuenta de la **Alianza del Centro Liberal**, que en el distrito porteño no pudo

Segunda vuelta

La inclusión de la **doble vuelta** para elegir presidente y vicepresidente de la Nación **potenciaría** la importancia de los partidos centristas y provinciales. Alzarse con esas adhesiones será en el futuro una necesidad insoslayable para los partidos que vayan al "ballottage".

En ese arco político hay expectativas crecientes por el posible fin del bipartidismo, a través de una reforma de la Constitución que imponga la segunda vuelta.

El senador **Juan Aguirre Lanari**, del Partido Liberal de Corrientes, dice que la elección del domingo pasado muestra a las claras que el "artificial bipartidismo de las últimas décadas va cediendo, en una suerte de lo que Vico llamaba el «corsi et ricorsi», ante el avance de las esperanzas y frustraciones experimentadas por los votantes".

Aguirre Lanari asegura que con todo el pueblo mantiene un núcleo de antiguas lealtades. **"Pero junto con ellas emerge una cada vez más numerosa y sólida opinión pública desligada de compromisos previos, con premios y castigos".**

01-02

9406020

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULO

LAS ELECCIONES

prepara para lo que viene

centristas y provinciales comenzaron a dibujar su estrategia para las elecciones del '95

calar hondo con su mensaje antirreformista, y de los partidos **Renovador de Salta y Acción Chaqueña**. A la UCeDé de Córdoba no le fue del todo mal, pero perdió dos puntos con relación a los comicios del año pasado. El bajón electoral afectó, en menor grado, a los movimientos **Popular Neuquino y Popular Fueguino**.

Pero la elección de convencionales ya pasó. Ahora todos los dirigentes del arco centrista y de fuerzas provinciales miran hacia donde orientar el voto que viene. En ese marco, lleva la delantera el autonomista **José Antonio Romero Feris**.

El autonomismo, en el orden nacional, ya proclamó a Romero Feris como candidato a las presidenciales del '95. Desde su despacho en el Senado, el cacique autonomista convocó a los referentes de otras fuerzas afines para acordar una alianza. En ese marco dialogó con el retirado general **Antonio Bussi**, quien con Fuerza Republicana ganó en Tucumán e hizo roncha en Jujuy.

Romero Feris tiene buena llegada a los demócratas mendocinos, que desplazaron a los radicales del segundo lugar, y también con el secretario del Partido Demócrata Progresista, **Rafael Martínez Raymonda**, una vía para "ablandar" a **Alberto Natale**, que logró un resonante segundo puesto en Santa Fe.

♦ UCeDé, en picada

El resultado de los comicios volcó aún más a la UCeDé hacia el estado de disolución. Sus dirigentes debaten hoy si les conviene seguir como están, unificar fuerzas con el Partido Demócrata o enrolarse en el autonomismo. El ucedeísta **Julio Crespo Campos** está entre los que sostienen la candidatura de Romero Feris.

En las filas del liberalismo no todos piensan igual. Por de pronto, podría producirse la reaparición de **Jorge Pereyra de Olazábal** con aspiraciones a cargos directivos.

Pereyra de Olazábal, de quien se dice que podría promover el desembarco de **María Julia Alsogaray**, no ve con buenos ojos al dirigente autonomista.

Acción Chaqueña sufrió un duro golpe al abrirse la urnas el domingo pasado. En el partido que preside **José David Ruiz Palacios** se registró un importante drenaje de votos y ahora parece haber llegado la hora de pasar facturas. La relación entre Ruiz Palacios y el gobernador **Rolando Tauguinas** dista de ser buena. Tampoco le fue bien a los renovadores de Salta, aunque allí hubo fuga de votos de todos los partidos hacia el MODIN.

Queda por ver qué estrategia llevará adelante **Cristina Guzmán** si es que con el Movimiento Popular Jujeño se juega por la gobernación de la provincia. En ese caso no podría soslayar la importancia de Bussi, quien con sus huestes de Fuerza Republicana consiguió el segundo lugar.

Enrique Medeot

Copyright Clarín, 1994

02-02

9406020

Nº. DOCUMENTO 940621
TITULO El Frente Grande ...
PROCEDENCIA Clarín 150624
FECHA ...
VINCULO 66960
11164
11304
11437

El Frente, radiografía de una sorpresa

Con dos millones de votos en la bolsa, el Frente Grande se propone ahora formalizar su estructura y definir un programa de alternativa a menemistas y radicales, para afrontar las elecciones del '95. Cada uno de los pasos que se den ahora apuntarán a consolidar la base electoral de la alianza centroizquierdista.



El festejo del domingo que nadie soñó: Pino Solanas y Chacho Alvarez a pura sonrisa, con dos millones de votos en la bolsa del Frente Grande.

En el **Frente Grande** hay una mezcla rara de **alegría** por la elección del domingo pasado, y de temor por no corresponder a la expectativa favorable que se ha creado en una parte de la sociedad.

La alegría está vinculada a los **más de dos millones de votos (casi cuatro veces más que en la elección anterior)** que respaldaron a esta alianza en todo el país: la **victoria por 13 puntos de ventaja en la Capital**; el casi **millón de votos** en la provincia de Buenos Aires, el **29,2 por ciento en Neuquén (en octubre sacó el 1,9 por ciento)** y el muy buen desempeño en **Entre Ríos** (trepó del 2,4 al 12,4 por ciento), **Chaco** (del 0,4 al 5,4 por ciento), **Tierra del Fuego** (del 1,6 al 5,1 por ciento), **Santa Fe** (del 1,3 al 10,2 por ciento) y **Córdoba** (del 0,3 al 5,7 por ciento).

Pero también existen motivos para la **preocupación** ya que en muy pocos meses la alianza centroizquierdista debe:

- organizar su institucionalización
- extender su presencia a todo el país
- resolver su política de alianzas
- diseñar una propuesta alternativa de gobierno

♦ ¿Quiénes están?

El Frente Grande nació hace un año de la unión del **Frente del Sur**, hegemonizado por Fernando "Pino" Solanas (con ese sello consiguió el 8 por ciento en la elección de senador porteño de 1992) y del **Fredejuso**, orientado por Carlos "Chacho" Alvarez.

Luego de los buenos resultados del 3 de octubre, el Frente comenzó un proceso de reagrupamiento para transformarse en algo más que un conjunto de **"partidos en desuso"**, según lo definió "Chacho" Alvarez.

Debido a la prédica de **Carlos Auyero**, varios partidos (Izquierda Democrática y Popular, Intransigencia Popular, Democracia Popular y Movimiento 29 de Mayo) formaron un nuevo partido, el **Nuevo Espacio Progresista**.

Por el influjo de Alvarez, el Fredejuso (donde conviven peronistas disidentes, dos corrientes del Partido Intransigente y Protagonismo Popular, un desprendimiento del comunismo, ya funciona como un partido político.

Y además integran el Frente una segunda vertiente del peronismo disidente agrupado en Propuesta Sur, al comando de Pino Solanas, el Encuentro Popular (la mayoría viene del peronismo disidente de **Luis Brunati**), el Partido Comunista y lo que denominan el **"espacio social"**, representado por los sindicatos y otras entidades intermedias.

Para los comicios del domingo, esta alianza consiguió que se hablara del Frente y no de los partidos que lo componen. Pero como saben que así **"no se puede seguir"**, en una reunión de la mesa nacional del jueves último, resolvieron apurar el proceso de institucionalización y apoyar una **"identidad nueva y superadora"**.

Los dirigentes quieren **que el Frente se convierta en un partido político con carta orgánica, un programa y un sistema de elección de candidatos**, que bien podría ser el de las **internas abiertas**.

Pero a la hora de concretar la reorganización hay **matices distintos:**

- Para "Chacho" Alvarez y quienes lo rodean, la nueva identidad debe conseguirse en la discusión del programa y la táctica para el '95. No les gusta mucho la idea de institucionalizar corrientes porque dicen que sería como **"alambrar las disidencias"**.
- Auyero y **Graciela Fernández Meijide** prefieren **fundirse en un solo partido** con la gente de Alvarez y Solanas, para conformar un **núcleo de conducción** de la alianza.
- Brunati también apuesta a consolidar el Frente como un partido, pero imagina a fuertes corrientes conviviendo dentro del mismo.
- El PC proyecta su transformación en una **"nueva fuerza política"** para jugar "con todo" en favor del Frente.
- Otra cuestión a resolver es el **espacio institucional** que deben tener las **organizaciones sociales**. La elección del domingo consagró convencionales constituyentes a los sindicalistas **Mary Sánchez** (CTERA-Buenos Aires) y **Alberto Piccinini** (UOM-Santa Fe).
- Además, la mesa nacional del Frente resolvió **postergar para después de la institucionalización el debate sobre candidaturas**, aunque ya están instaladas las de "Chacho" Alvarez y Pino Solanas para encabezar la fórmula presidencial.

Atilio Bleta

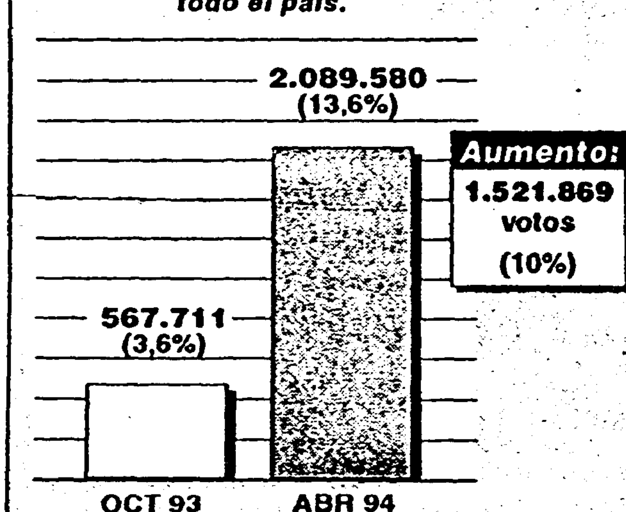
Copyright Clarín, 1994

La izquierda posible

Chacho Alvarez, Pino Solanas, Patricio Echegaray, Alfredo Bravo, Roberto Alemann, Juan Manuel Casella y Eduardo Vaca hablan del Frente Grande, que pareció sumarse a un fenómeno extendido: "con un discurso que ya no propugna el cambio del sistema político, apenas busca atenuar los efectos de la economía de mercado y hace eje en la lucha contra la corrupción, la izquierda aparece aquí y en el mundo como factible" **(Más información en la Segunda Sección)**.

EL CRECIMIENTO

Los votos del Frente Grande en las últimas dos elecciones, en todo el país.



LOS MEJORES RESULTADOS

En las elecciones constituyentes del 10 de abril

	Votos	%
Buenos Aires	962.214	16,3
Capital Federal	692.416	37,6
Santa Fe	145.380	10,2
Córdoba	81.104	5,7
Entre Ríos	68.031	12,4

Una mesa de siete

La conducción formal del **Frente Grande** descansa en la **"mesa nacional"**, hoy integrada por **Chacho Alvarez, Pino Solanas, Aníbal Ibarra, Carlos Auyero, Patricio Echegaray, Luis Brunati y Marcelo Vensentini.**

Los tres primeros y Brunatti vienen del PJ disidente, Echegaray es el jefe del PC, Auyero creó el Nuevo Espacio Progresista tras alejarse de la DC y Vensentini viene del PI-Capital. Este ámbito aparece como el poder formal. Pero el poder real está en el peso que tienen Chacho Alvarez (quien suele escuchar a Auyero) y Pino Solanas.

De todos modos en el Frente no encuentran, aún, otra fórmula para conducir la alianza: en los próximos días se **agrandará** la mesa nacional al **incorporarse representantes** del interior, de CTERA, sectores de ATE y de la pequeña y mediana empresa.

Solanas: "Hay que regar la semilla"

—Solanas, dénos su versión sobre los comicios del domingo.

—Creo que hicimos una elección estupenda en todo el país. Sacamos casi cuatro veces más de votos que en octubre y tenemos el respaldo de más de dos millones de ciudadanos. Y ojo que esta alianza aún no tiene un año de vida.

—¿Está satisfecho con su desempeño en Buenos Aires?

—Y qué le parece? Pasamos de 260.000 votos a casi un millón, y además el Frente le ganó a Raúl Alfonsín prácticamente sin recursos. Y en Capital fue espectacular lo de "Chacho" Alvarez, y también lo de monseñor De Nevares en Neuquén y en todos los distritos donde nos presentamos. Ya está la semilla, ahora hay que regarla.

—Pero hay que saber regar la semilla porque puede malograrse.

—Por lo pronto debemos continuar en nuestro papel de firme oposición a este modelo y seguir siendo consecuentes con las ideas y las conductas. Además hay que seguir ensanchando el Frente para que se convierta en el espacio de todas las fuerzas sociales, de la ciudad, del campo, de la producción y la cultura.

—¿Habrá en el Frente una fusión de partidos en "desuso" como pronosticó "Chacho" Alvarez?

—Soy un frentegrandista y lógicamente apuntalaré toda expresión o iniciativa que sirva para unificar las fuerzas que conviven en el Frente. Pero cuidaremos mucho de no cerrar la tranquera: la nuestra es una casa abierta y el que esté de acuerdo con nuestra propuesta puede entrar a ella.

—Las críticas que ya asoman desde el oficialismo es que ustedes no tienen propuesta.

—Lo que pasa es que los más de dos millones de votos fueron como un golpe en el medio del pecho y están sin aliento. El duhaldismo descendió del 48 al 42 por ciento y Carlos Menem ya no tiene asegurada la reelección.

—¿Y cuál es la propuesta?

—Queremos un país distinto del que nos toca vivir, más justo, con una más equitativa distribución de la riqueza. Somos alternativa a este modelo neoconservador y vamos a definir claramente un programa para la elección del '95, junto al Congreso de los Trabajadores Argentinos, la Federación Agraria y la pequeña y mediana empresa.

—¿Usted competirá con "Chacho" Alvarez por la candidatura a presidente?

—Por favor, no empecemos a crear problemas donde no los hay.

—Es que la elección del domingo los instaló a ambos como candidatos.

—Hemos acordado con la dirigencia del Frente que se respeten los tiempos que tenemos y las candidaturas, todas, hasta las de concejales, recién las discutiremos al final.

—¿Usted no va a ser candidato a presidente?

—Puedo llegar a serlo, o no. Eso lo resolveremos entre todos [illegible]

940621

Nº. DOCUMENTO 9406022
TITULO La movida contra Alfonsín.
PROCEDENCIA La Nación 150035
FECHA DE F... 17.4.94
VINCULACIONES 66960
11164
11304
11437
30052

LA MOVIDA CONTRA ALFONSIN

EDUARDO ANGELOZ quiere ponerle plazo fijo al liderazgo de Alfonsín. Pretende mayor poder partidario para aceptar la candidatura presidencial. Hoy desembarca en Buenos Aires con la idea de convertirse en el componedor de la disputa interna.

FERNANDO DE LA RUA aspira a encabezar el bloque antialfonsinista, junto con otros caudillos que se opusieron al pacto, tales como Montiel, Usandizaga, Losada y León —con quienes se reunirá hoy— para empujar al ex presidente fuera del Comité Nacional lo más rápido posible.

FEDERICO STORANI-JUAN MANUEL CASELLA preparan el lanzamiento de una corriente nacional, de estilo "progresista", para sentar las bases del posalfonsinismo. Piden internas anticipadas para pelear la conducción partidaria antes de fin de año.

4

01-01 9406022

Nº. DOCUMENTO 9406023
TITULO Despues de las elecciones el ballotage.
PROCEDENCIA Clarin - 150024
FECHA DE 17-4-94
VINCULACIONES 66960
11164
11302
11437

DESPUES DE LAS ELECCIONES

El pacto de Olivos le impone a la reforma constitucional el "ballottage" para la elección presidencial, si ningún candidato llega al 45 por ciento de los votos. En la elección de constituyentes el PJ no llegó al 39 por ciento y la hipótesis de la segunda vuelta para el año próximo comenzó a crecer en los laboratorios menemistas. Ya se menciona la posibilidad de un "partido transversal", que para esa segunda vuelta agrupe a sectores críticos del PJ, al alfonsinismo reagrupado y al Frente Grande en pleno. Frente a esa amenaza, desde la Casa Rosada se imaginan un acercamiento a los sectores antialfonsinistas de la UCR.

La matemática del "ballottage"

Es el conjunto de la ciencia matemática lo que se colocó frente al Gobierno, como la asignatura para aprobar en 1995, tras las elecciones del 10 de abril. Tiene un problema de la rama de la aritmética: para ganar las presidenciales, desde el **37 por ciento** del domingo debe llegar al **45 por ciento, para evitar una segunda vuelta**, so pena de empantanarse en la rama de la geometría. Esto es, enfrentarse en esa segunda vuelta con un sólido **"partido transversal"**.

Tal es, en todo caso, la categoría de análisis pergeñada por algunos de los operadores de **Carlos Menem**, como metáfora de la sensación de temor e inseguridad con la que comienzan a vislumbrar el objetivo de la reelección, que hasta ahora —y mucho más después de los comicios legislativos del 3 de octubre— daban como descontado en la medida en que saliera la reforma constitucional.

Lo de "partido transversal" quiere decir, ni más ni menos, que si se piensa en las figuras de por lo menos tres planos sucesivos y de superficies decrecientes —uno **a** o Partido Justicialista, otro **b** o Unión Cívica Radical y el tercero **c** o Frente Grande—, se podría imaginar también un plano tranversal **d** que contuviera dentro de sí a todo el **c**, una parte del **b** y otra del **a**.

En el viaje de la geometría a la política, la inquietante prospectiva de estos analistas del Gobierno **contempla un eventual partido de oposición al menemismo** —o "partido transversal"— **formado por una alianza entre el Frente Grande y presumiblemente las otras fuerzas de centroizquierda como la Unidad Socialista, una porción generada por la crisis interna de la UCR y el antimenemismo peronista que no había abandonado el PJ.**

Para el caso del radicalismo, los operadores de Menem creen que el proceso del **ocaso de Raúl Alfonsín** que se inicia de aquí en más es capaz de producir —desde la **oposición** como factor de identidad política y el discurso de **centroizquierda** como factor de identidad ideológica— una suerte de **reagrupamiento de los sectores históricos del alfonsinismo**, divididos hoy a partir de sus alineamientos a favor o en contra del pacto de Olivos.

Se trataría de un **"alfonsinismo sin Alfonsín"** —conjeturan—, que implicaría a un tiempo a **Leopoldo Moreau y a Federico Storani**, a **José Manuel Casella** y a **Jesús Rodríguez**, a **Víctor Fayad** y a **Rodolfo Terragno**.

En el peronismo, no tienen casi dudas de que la franja absorbida por el "partido transversal" coincidirá con la que hoy se reconoce —de manera explícita o todavía sólo en la intimidad— con el flamante "Cambio Justicialista", la corriente con la que ya lanzó su precandidatura presidencial **José Octavio Bordón**.

"Está esperando que no le demos las internas abiertas para la designación de la fórmula presidencial como excusa para salir del partido y aliarse con el Frente", dicen en la Casa Rosada, en una especulación que coincide casi como un calco con lo que sostienen dirigentes del segundo escalón de la agrupación bordonista.

Para la hipótesis del "partido transversal", lo del peronismo está claro y, en todo caso, faltaría medir, con lo que se supone que es el "promedio" de interpretación del pronunciamiento electoral del domingo, **cuánto "ocupa" hacia adentro, después de los comicios**, un discurso crítico como el de Bordón.

En la lógica de la hipótesis oficial, queda menos claro **cómo jugaría el radicalismo no alfonsinista**, o incluso algún alfonsinista como **Horacio Massaccesi**. Porque, por ejemplo, **Fernando de la Rúa, Sergio Montiel u Horacio Usandizaga**, vienen expresando **identidad política** —la oposición— respecto del eventual "partido tranversal", pero **no identidad ideológica** —la postura de centroizquierda—. Y, en el caso de Massaccesi, **podría haber identidad ideológica**, pero también se muestra una **distinta actitud política**, en general **complaciente con Carlos Menem**.

Lo cierto es que, expresamente, ante la hipótesis de la conformación del "partido transversal" los hombres de Menem piensan en **responder con una traslación paralela en el espacio**. Sueñan, concretamente, con **atraer hacia el polo oficialista a Eduardo Angeloz** —¿quizás con un lugar en la fórmula?—, con quien, como parecía mucho más claro en las primeras épocas del gobierno menemista, creen tener **zonas de contacto políticas e ideológicas**.

Carlos Eichelbaum

Copyright Clarín, 1994

CONFIDENCIA **Por Landrú**



01-01

9406023

Nº. DOCUMENTO 9406024
TITULO El Frente Grande busca un espejo en el Frente Amplio Uruguayo
P 150023.
F. 17/4/94
VI... 66960
507466
11164
11399
11402

Busca el Frente Grande un espejo en el Uruguay

Crecimiento: tras el resonante triunfo en la Capital, Chacho Alvarez y su gente aspiran lograr un acuerdo con el socialismo; las negociaciones están en marcha.

El Frente Amplio uruguayo es un modelo que intentarían repetir en la Argentina los creadores del Frente Grande y los socialistas.

El diputado socialista democrático Alfredo Bravo llevó la propuesta a su partido y fue aceptada ayer. La agrupación ratificó también su alianza en la Unidad Socialista con el socialismo popular.

En tanto, distintos sectores del radicalismo podrían intentar futuros acercamientos con ese frente, aunque desde distintos ángulos. Por caso, el delarruismo lo haría tangencialmente por aspectos propios de la Capital o en contra de la reelección de Menem, en tanto que el alfonsinismo apoyaría a su líder en el intento de tomar la conducción de ese frente opositor, como se informa por separado.

Tras una estructura

El Frente Grande necesita ensamblar una estructura básica. "Nos falta casi todo", sintetizó uno de sus convencionales consagrados en las recientes elecciones. En principio, deben preparar un programa económico. Para eso -dijeron- trabajarán con algunos especialistas como Claudio Lozano -actual asesor de la Asociación de Trabajadores del Estado-, algunos empresarios y prepararán una intensiva serie de foros.

Cuando los socialistas se incorporen a esa alianza, aportarán al economista Alejandro Roffman, con su equipo, que intentará delinear un programa que acentuará la importancia en el área social.

Para muchos, el Frente Grande es apenas un grupo de partidos menores que crecieron por la imagen carismática de Carlos "Chacho" Alvarez y la decisión radical de [illegible] con el justicialismo. Pero Fernando Solanas no cree que haya dificultades en el futuro: "Si estuvimos juntos en las malas -dijo a LA NACION-, ¿por qué nos vamos a separar en las buenas?".

Mas allá de la estructura básica que deberá preparar para el futuro, el Frente Grande considera que no todo será bonanza para el justicialismo y el radicalismo en la Convención Constituyente.

Al margen de reconocer la importancia de la estabilidad alcanzada por el Gobierno, los frentistas no cederán su papel de oposición y Chacho Alvarez y Bravo insistirán con los dos pedidos de interpelación al ministro de Economía. "La estabilidad no está en juego; queremos que venga para que explique la negociación por Aerolíneas Argentinas y sus acusaciones a Martín Redrado de utilizar fondos de la Comisión Nacional de Valores en la campaña oficial".

El claro vencedor en el distrito porteño, Carlos Alvarez, trabaja reiteradamente con Bravo en proyectos legislativos y desea incorporar el socialismo al Frente Grande. Por eso insistió con su intención de repetir en la Argentina el Frente Amplio del uruguayo Líber Seregni. Algunos radicales piensan igual. Pero no orgánicamente.

01-01 9406024

Nº. DOCUMENTO 9406025
TITULO
F 17/4/94
VINCUL

Sitiado, Alfonsín prepara la defensa

Resistencia: el ex presidente está dispuesto a dar pelea frente a los embates que preparan distintos sectores luego del desastre electoral.

La situación de Raúl Alfonsín se parece a la de una diligencia rodeada. La diferencia con la escena habitual de las películas del Oeste es que los caciques sitiadores no se ponen todavía de acuerdo sobre cuándo lanzar la primera flecha y dejan que los del carro organicen tranquilamente su defensa.

Lejos de la imaginación de Alfonsín está la posibilidad de renunciar a la presidencia del comité nacional. Al contrario, convocó a una reunión plenaria que, detrás de la consigna de examinar la estrategia electoral para 1995, esconde un propósito de fondo: conseguir un aval para garantizar su continuidad.

Para volver a la pantalla, se diría que el vaquero ha cargado rápidamente el Winchester, listo para disparar antes que sus rivales. Pocas horas después del contraste en los últimos comicios, anunció la mencionada cumbre para el 27 de este mismo mes.

La decisión causó estupor y -también es cierto- parálisis en el sector opuesto. Sólo el ex ministro Juan Manuel Casella reaccionó y pidió una postergación. Le fue concedida, aunque no de modo generoso: nada más que hasta el 6 de mayo.

Alfonsín está convencido de que puede ganar en ese plenario, de cuatro delegados por distrito que no incluyen a los dirigentes más fuertes y representativos. En ese mismo escenario, impuso en diciembre su pacto con Menem.

"Escapar corriendo hacia adelante." Así definió el gobernador Eduardo Angeloz la estrategia alfonsinista. Por eso, porque no quiere saber nada con el episodio en cuestión, el cordobés dijo que para el 6 de mayo "todavía falta una eternidad".

Cinco grupos

Trazar un mapa del radicalismo es, hoy, un desafío a la claridad. El siguiente es un intento sujeto a las variaciones de una situación sumamente volátil.

- Alfonsín prepara su resistencia rodeado por un puñado de fieles a toda prueba, como Leopoldo Moreau, Enrique "Coti" Nosiglia, el catamarqueño Oscar Castillo y el ex socialista y actual vocero Simón Lázara. Sobre el punto de la continuidad que Alfonsín no está dispuesto a ceder, este núcleo batalla, prácticamente, contra el resto del radicalismo.
- Angeloz quiere una reorganización total y su objetivo es ser el sucesor de Alfonsín como titular de la UCR. Pero quiere llegar sin prepotencias. Primero, busca persuadir al ex mandatario de que dé un paso al costado (o varios, hasta Chascomús) después de la Convención Constituyente. Si el diálogo no alcanza, se apoyará en métodos más contundentes, restando un apoyo que hasta ahora fue vital para Alfonsín. Angeloz tiene en Córdoba un partido unido, más allá de las líneas, y amigos en otros distritos, como Juan Gauna y el riojano Raúl Galván.
- El tercer grupo no está de acuerdo con darle a Alfonsín plazo alguno. Se trata de la Convergencia, cuyo número uno es Federico Storani. Junto con Casella, Víctor Fayad, Osvaldo Alvarez Guerrero y, muy posiblemente, el senador misionero Mario Losada, lanza un movimiento interno que se fijará plazos para quedarse en el partido o para irse, si no hay relevos urgentes. "No tenemos margen. Son los propios militantes los que exigen que nos apuremos", dijo Storani a LA NACION.
- Una postura hasta cierto punto similar sustentan Fernando de la Rúa y los que quedan en el ya marchito "Grupo de los 44", por la cantidad de delegados que se opuso al pacto en diciembre. Ya no están allí sino como virtuales aliados ni Angeloz ni Storani. Siguen, además del legislador nombrado, el entrerriano Sergio Montiel, el santafecino Horacio Usandizaga y el chaqueño Luis León.
- Menos definida es la posición del gobernador rionegrino, Horacio Massaccesi, al frente de los patagónicos. Massaccesi, actual número dos del comité nacional, negó que haya pedido que se vaya Alfonsín. "De ninguna manera", dijo, contrariando una información aparecida en Clarín. Hilando más fino, se puede determinar lo que está sugiriendo el gobernador: que se dé una licencia a Alfonsín hasta después de la Constituyente, para que tenga tiempo completo en la consumación de su obra reformista. Mientras tanto, al frente de la UCR quedaría un hombre que va por su segundo período en Río Negro y que podría buscar un tercero si no integra la fórmula presidencial: un tal Massaccesi.
- Por último, como en las encuestas, está la corriente de los indecisos. No han pensado aún, no han tenido el tiempo suficiente, si es posible, conveniente o necesario que Alfonsín siga manejando el primer partido de la oposición. O, simplemente, no han hecho pública todavía su decisión. En este casillero podrían inscribirse, entre otros, Jesús Rodríguez, el precandidato presidencial Rodolfo Terragno y el riojano Gastón Mercado Luna. Como en los estudios sociológicos, habrá que "proyectar" los votos probables de estos dirigentes si se quiere completar el cuadro del radicalismo en crisis.

Hugo Caligaris



9406025

17/4/94
11360
11164
11304
11437

El MODIN marcha a paso redoblado

El MODIN consiguió, hace una semana, medio millón de votos más que en las elecciones legislativas de octubre pasado. Ahora, Aldo Rico piensa terminar de armar su partido en todo el país y sueña con salir segundo en las elecciones presidenciales del '95. En el camino hacia un mayor crecimiento, los riquistas tendrán que resolver algunos problemas internos que aparecen en el horizonte, sobre todo en la Capital.

"Somos el único partido que tiene una alternativa al proyecto económico menemista", se cansó de repetir en la última semana el líder del MODIN, **Aldo Rico**. Y agregaba: **"Ya dejamos de ser un partido de protesta; ahora somos un partido de propuesta."**

Según Rico, el MODIN ya tiene **"un electorado propio que sabe muy bien"** por qué lo vota . El domingo 10 de abril, el riquismo se presentó en 17 distritos —de los 24 en que está dividido electoralmente el país— y cosechó más de 1.400.000 votos, **medio millón más** que en las elecciones legislativas del 3 de octubre de 1993.

Orgullosos, los riquistas exhiben cifras que muestran su crecimiento. En **Salta**, por ejemplo, obtuvieron el domingo pasado 51.852 votos, cuando el 3 de octubre sólo habían sacado 15.721. Pero son las provincias litoraleñas las que más entusiasman a la gente del MODIN: en **Corrientes**, el partido creció de 3.206 votos a 22.945; en **Entre Ríos**, de 39.223 a 94.384; en **Santa Fe**, de 42.251 a 134.010; en **Misiones** rozó los 44.000 votos, una cifra impensada aun para los más optimistas seguidores de Rico.

El diputado nacional y secretario general del MODIN, el ex capitán del Ejército **Emilio Morello**, subraya ante **Clarín** que su partido fue reconocido en Misiones hace apenas tres meses. Y destaca, complacido: "En Corrientes, también somos nuevitos; nos reconocieron un mes antes de la elección del 3 de octubre."

En cambio, no satisfizo del todo el resultado en la provincia de Buenos Aires. En el mayor distrito electoral del país, el MODIN arañó los 800.000 votos, 142.000 más que el 3 de octubre. Pero muchos dirigentes **esperaban superar el millón**, con Rico al frente de la lista.

Los cálculos no fallaron en la ciudad correntina de Monte Caseros, donde el MODIN superó el 35 por ciento de los votos. Fue Monte Caseros, en enero de 1988, el lugar que el entonces teniente coronel carapintada eligió para atrincherarse cuando se sublevó por segunda vez contra el ex presidente **Raúl Alfonsín**.

♦ Ahora, la presidencial

Mañana, con estos números todavía frescos, Rico empezará su campaña con vistas a la elección presidencial.

El jefe del MODIN cree que puede salir segundo en esa elección y pronostica que su partido ganará varias intendencias. Su intención es "implantar" al MODIN hasta en el último pueblo de la Argentina.

"Desde que fundamos el partido lo hicimos todo a pulmón. Caminamos por todo el país. Llegábamos a una ciudad o un pueblito, íbamos a una radio FM, y le decíamos a la gente: «Vamos a estar en el café tal a una hora determinada. El que quiere venir, que venga...» Y la gente se acercaba. Así fuimos montando nuestra estructura partidaria", cuenta Morello.

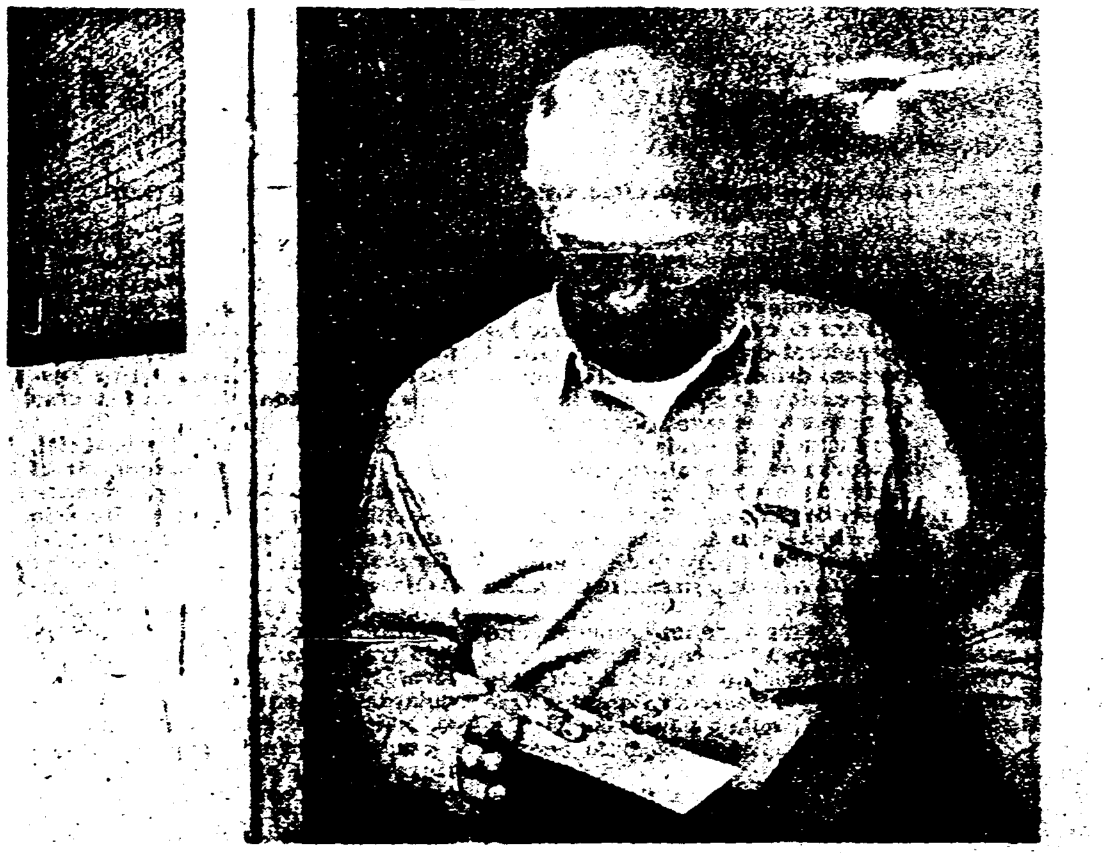
El MODIN está reconocido en 22 de los 24 distritos del país. Le falta, todavía, el reconocimiento electoral en San Juan y Tucumán, pero Morello estima que "en tres meses más" ya lo tendrán.

¿Por qué se presentaron esta vez en solo 17 de los 22 distritos donde están reconocidos?: Porque Rico consideró que todavía no estaba en condiciones de competir en Catamarca, Chubut y Santa Cruz.

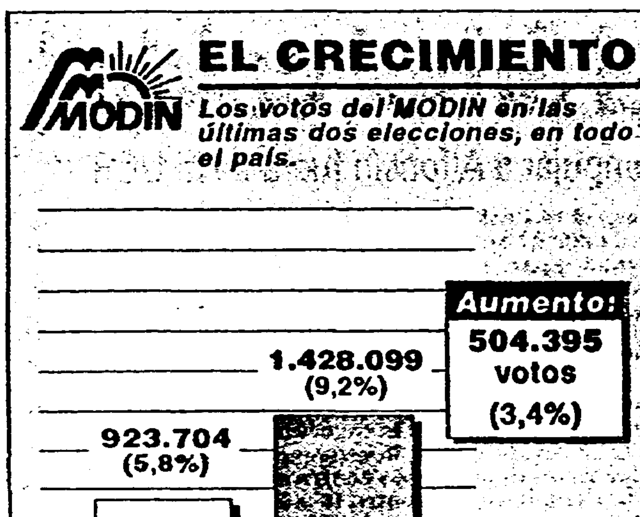
El MODIN tampoco se presentó en Jujuy y Neuquén, pero en estas dos provincias las causas son distintas. En Jujuy, el presidente del MODIN local, **René Versellone**, decidió no presentar lista, sin consultar a la Junta Nacional. Esta actitud enfureció a Rico, que posiblemente esta semana se entrevistará con él **"para ajustar cuentas"**, según comentan sus allegados.

En Neuquén, en cambio, la no presentación del MODIN tuvo que ver con un error burocrático: el juez rechazó la lista del riquismo porque el nombre del cuarto candidato a convencional no coincidía con el que figuraba en otra lista presentada 15 días antes.

Alberto González Toro



Aldo Rico, con el sobre en la mano, sale del cuarto oscuro el domingo pasado. Como él, más de 1.400.000 argentinos votaron al MODIN.



LOS MEJORES RESULTADOS

En las elecciones constituyentes del 10 de abril

	Votos	%
Buenos Aires	799.308	13,6
Santa Fe	134.010	9,4
Entre Ríos	94.384	17,3
Capital Federal	91.314	4,9
Salta	51.852	15,9

01-01

Pelea porteña

La Capital Federal es el distrito más esquivo para el MODIN. Si bien el 10 de abril el riquismo metropolitano creció un 15 por ciento (de 78.000 votos el 3 de octubre de 1993, a 91.314 el domingo), la cifra es exigua comparada con las de los otros distritos.

El ex teniente coronel **Angel Luis León** es el titular del MODIN porteño. En marzo, el ex militar escribió en "MODIN porteño", órgano de su partido, que si **"Menem es reelegido por mayoría absoluta, se instalará en la Argentina un despotismo omnipotente, sin oposición válida"**, y si Menem es reelegido **"sin mayoría absoluta"**, se impondrá un **"despotismo temeroso y represor"**.

Ese "despotismo temeroso y represor", según León, deberá lidiar con el **"Frente del Rencor"**, dirigido por la alianza **"Chacho-alfonsinista y el reparto sería integrado por progresistas, socialdemócratas, bolches y todos los activistas infiltrados en los sindicatos y comunidades eclesiales de base"**.

Cuando **Clarín** le preguntó a León si creía que la violencia de los años setenta podría retornar a la Argentina, el presidente del MODIN porteño respondió que **"no descartaba esa posibilidad"**.

Estas ideas le generaron a León una fuerte corriente de oposición interna, acrecentada tras el resultado electoral.

Hay quienes aseguran que **Rico ya le pidió a León la renuncia a la jefatura porteña** y que el favorito para remplazarlo sería ***Alejandro Montiel***, el único concejal riquista de la Capital.

Los amigos de León, en cambio, identifican a **Enrique Rodríguez Day** y al diputado y ex capitán **Emilio Morello** como cabecillas de la movida en su contra. Y no tienen empacho en vincularlos con "sectores del menemismo". **La pelea está abierta.**

Dos en carrera

Aldo **Rico** ya tiene en mente a dos posibles candidatos a gobernador de la provincia de Buenos Aires para las elecciones de 1995: el ex teniente coronel y actual diputado nacional **Luis Nicolás Polo**, y el diputado provincial y segundo convencional bonaerense **Roberto Etchenique**.

Intimo amigo de Rico —se conocen desde la adolescencia—, Polo preside el MODIN del mayor distrito electoral del país, lo cual le permite contar con las mejores posibilidades. El diputado Etchenique —proviene del Partido de la Independencia— es un hombre de Morón, y se precia de ser un "gran conocedor" de la provincia de Buenos Aires.

"Para estas elecciones de constituyentes —dijo Etchenique a **Clarín**— he caminado más de 14.000 kilómetros. Y el resultado de este peregrinaje se ha visto en las urnas".

El 10 de abril, el MODIN ralizó una buena elección en zonas agrícolas, como Pergamino, Olavarría y Azul, lugares donde hasta ahora no había podido hacer pie.

El espectacular crecimiento del Frente Grande en la provincia de Buenos Aires (sobre todo en el conurbano) no inquieta a Etchenique. "Nosotros tenemos votos propios. Vamos a ver cuántos les quedan al Frente [illegible]", desafía.

9406026

Nº DOCUMENTO 940627
TITULO Luces en el radicalismo
PRECIO 150024
FECHA 13-4-94
VARIOS 66360
11164
11304

Esta semana el jefe del radicalismo debe definir si da batalla contra la avanzada sobre su conducción o si negocia alguna salida con los oponentes internos. Sus aliados hasta aquí cumplirán un rol fundamental: si le retiran el apoyo definirán su caída de la presidencia partidaria. Ocho dirigentes del espectro partidario hacen sus propuestas para revitalizar a la UCR luego de la sonora derrota electoral.

Propuestas para

Horacio Massaccesi

Río Negro. Pactista



• La derrota electoral tiene que servir como un disparador para alcanzar rápidamente la unidad partidaria.

• Es necesario superar la virulencia internista para recuperar la credibilidad con un acuerdo con mayúsculas que permita la reasignación de roles dentro de la UCR.

• Hay que garantizar una buena Constitución y diseñar sin demoras las propuestas y la fórmula que vamos a sostener en 1995, aliándonos con todos los sectores que se oponen a este modelo de concentración económica".

Luis Cáceres

Santa Fe. Pactista



• La campaña electoral giró sobre ejes falsos y los enfrentamientos internos dañaron la imagen del partido. La prueba es que donde se presentó unido sacó buenos resultados.

• Acá todo el mundo se necesita y seguir pasando facturas solo conducirá a la fractura de la UCR. Las diferencias se saldan a través de los cuerpos orgánicos.

• Nadie cambia de piloto en medio de la tormenta. Alfonsín tiene sobre sus espaldas la responsabilidad de garantizar la mejor Constitución.

Alfredo Orgaz

Córdoba. Pactista

• Lo ideal sería que todos los sectores nos sentemos a hacer una autocrítica correctiva.



• No es cuestión de cortar cabezas, sino de dar paso a la reorganización partidaria, sin exclusiones. Los bloques de diputados y senadores pueden funcionar como puentes para el entendimiento.

• Nos alejamos de la gente y la solución pasa por acertar en el rumbo, porque el bajón que también sufrió el oficialismo nos abre posibilidad de derrotarlo en 1995.

Jesús Rodríguez

Capital. Pactista



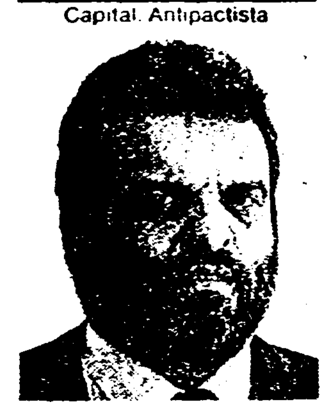
• Las elecciones mostraron que la idea de que el menemismo desnaturaliza el sistema institucional, que la UCR trató de imponer desde el '89, finalmente hizo carne en la sociedad, pero no supimos canalizar esa protesta.

• La conducción no puede aislarse, aunque algunos de los ataques que reciba no se justifiquen. Tiene la misión de integrar a todos los sectores.

• La reforma constitucional, un programa alternativo y una alianza con los que se oponen al modelo de exclusión constituye el trípode para desbancar a Menem en el '95.

Rafael Pascual

Capital. Antipactista



• Alfonsín tiene una misión histórica, con la que se comprometió, de garantizar el pacto con Menem. No puede seguir al frente del partido. Debería tomar licencia y adelantar las elecciones internas.

• Ese período podría ser cubierto por un interinato donde todas las corrientes formen parte de la conducción y se encargaría de formular la plataforma electoral del '95 con el acuerdo de todos los precandidatos presidenciales.

Federico Storani

Bs.As. Antipactista

• Los principales responsables del fracaso de la estrategia electoral son quienes la impusieron a sangre y fuego. Lograron el efecto contrario al que decían apuntar: el control y equilibrio del poder.

• La conducción tiene en sus manos facilitar la reestructuración partidaria, para evitar que se

01-03

940627

DOCUM...
TITULO ...
PERIOD...
FECHA ...
VINCULAC...

Alfonsín, la salida



profundice la anarquía, mediante su alejamiento en pleno y no solo el de Alfonsín.

Víctor Fayad

Mendoza. Antipactista



● El proceso de recomposición partidaria pasa por admitir que el partido asumió una estrategia electoral equivocada al defender el pacto y cada cual debe asumir el grado de responsabilidad que le corresponde por el papel que le tocó cumplir.

● Se requieren gestos desde la cúpula partidaria que demuestren que se recibió el mensaje de las urnas.

● Para que el radicalismo pueda reconciliarse con la gente tenemos que volver a actuar con transparencia y abrir canales para un debate racional, al que no pienso rehuir aunque quede en minoría.

Sergio Montiel

Entre Ríos. Antipactista



● El golpe que sufrimos en las elecciones fue tan fuerte que no nos queda mucho tiempo para revertir la grave situación

● Alfonsín fue el gran perdedor y tiene que reconocer que su etapa al frente del partido ya pasó. No se trata de echar a nadie, sino de dejar paso a los dirigentes que están en condiciones de cambiar la imagen del partido.

● Si no se permite el debate amplio, la UCR se desbarranca. Una vez que se superen los conflictos, habrá llegado el momento de analizar nuevos métodos, como las internas abiertas.

"Un gesto"

El senador radical **Fernando de la Rúa, en lo que se consideró un claro mensaje hacia el titular partidario Raúl Alfonsín**, afirmó que es "necesario" que haya **"gestos políticos y actitudes de grandeza"**, al tiempo que reiteró la necesidad de "prontos cambios en la conducción nacional que ha quedado fuertemente cuestionada tras la derrota del domingo".

De la Rúa sostuvo también que la UCR "no se va a dividir ni a disolver" y admitió que, para la elección de la fórmula presidencial para 1995, "existen conversaciones sobre la posibilidad de realizar internas primarias y abiertas".

El senador nacional, en declaraciones formuladas en oportunidad del Segundo Seminario de Capacitación para Mujeres en Actividad Política, que se llevó a cabo en el centro cultural del diario "Los Andes" de Mendoza, reconoció que su partido hizo una "pésima elección" el domingo 10 y eso motivó un "retroceso del radicalismo".

Dijo, además, que los comicios para convencionales constituyentes fueron "una advertencia en las urnas para el Gobierno, un freno a las tentaciones hegemónicas, a la soberbia y al desprejuicio, ya que no obtuvo los votos que esperaba.

02

9406027

RADICALISMO

cercado, define su futuro

A una semana de que el radicalismo sufriera la peor derrota de su historia, la imagen de **Raúl Alfonsín** se emparienta con la de un general atrapado en su propio laberinto.

Atrincherado en la sede del Comité Nacional, el ex presidente resiste a pie firme el cerco tendido por sus **máximos enemigos**, al que se acoplaron algunos de **sus aliados fundamentales**, como **Eduardo Angeloz, Horacio Massaccesi** y **Melchor Posse**. Tirios y troyanos coinciden en la necesidad de empujarlo fuera de la jefatura partidaria: los **primeros a hondazos**, y los **otros construyendo "puentes de plata"**.

Se espera que Alfonsín **defina** esta semana si seguirá dando batalla ó accederá a negociar con los rebeldes, luego de comprobar el grado de **fidelidad** que conserva entre la tropa que ayudó a encumbrarlo, reclutada mayoritariamente en provincias **de escaso peso electoral**.

Hace cinco meses, el ex presidente retomó el control de la UCR por estrecha mayoría y si **desertan** algunos soldados no podrá cumplir con el objetivo de **plebiscitar** su gestión en el **plenario** del Comité Nacional que convocó para el 6 de mayo.

Mientras tanto, los referentes de los principales distritos aceleran la elaboración de sus diferentes planes para **desplazar a Alfonsín**, como si esa movida **exorcizara** automáticamente las consecuencias de la debacle electoral (véase reportajes).

- **Eduardo Angeloz** propuso una reorganización partidaria, que pasaría por la designación de una conducción provisoria hasta que se llame a internas. Bajó a Buenos Aires con la camiseta de candidato presidencial, tras el triunfo en Córdoba, para coordinar las movidas con sectores del antialfonsinismo.
- **Fernando de la Rúa** reforzó su ofensiva contra Alfonsín al arrepentirse de la moderación con la que reaccionó tras la derrota. Como líder del antipactismo, consensuó el pedido de renuncia inmediata de la conducción en pleno con **Sergio Montiel, Mario Losada** y la Convergencia de **Juan Manuel Casella** y **Federico Storani**. También se reunió con Angeloz y accedería a cualquier alternativa que incluya un paso al costado del ex presidente.
- **Horacio Massaccesi**, número dos de la conducción radical, reveló que está dispuesto a presionar con el peso decisivo de los delegados que le responden para obligar a Alfonsín a aceptar una salida elegante. Luego salió a desmentir la maniobra por **miedo a aparecer saltando el cerco**, justo cuando aspiraba a convencer al ex presidente durante el viaje a Jujuy que compartieron ayer.
- **Raúl Galván** y **José Genoud**, jefes de los bloques de diputados y senadores de la UCR —que respaldaron el pacto—, accedieron a jugar el papel de mediadores que les recomendó Angeloz, para instar a Alfonsín a negociar su alejamiento con el menor costo posible.

Con este panorama, en el bando de Alfonsín no quedaría ninguno de los grandes caudillos provinciales, ya que en la lista de los que proponen movimientos a plazo fijo en la conducción se suman el santafesino **Horacio Usandizaga**, el mendocino **Víctor Fayad** y el chaqueño **Luis León**.

Desde la vereda de enfrente le recomiendan a Alfonsín que destrabe el conflicto tomándose una **licencia sin retorno**, para abocarse exclusivamente a dirigir el **bloque de convencionales** radicales en la Constituyente.

Pero el ex presidente guarda bajo la manga un argumento de hierro para negarse: si lo echan del partido, la UCR se quedará **sin poder de negociación** a la hora de redactar el nuevo texto constitucional y le abrirá el camino al **menemismo** para **desvirtuar** las modificaciones que más benefician al que —pese a todo— continúa siendo el principal partido de la oposición.

Marcelo Helfgot

03-03

940627

Nº. DOCUMENTO 9406028
TITULO Promueven cambios en la UCEDÉ porteña
P 15.025
F 16.11.94
V 66960
11164
11304
11437

Promueven càmbios en la Ucedé porteña

Pereyra de Olazábal: el aún asesor presidencial tendría el apoyo de la juventud liberal para reemplazar a Balestra en la conducción del distrito.

En tanto el titular interino de la Ucedé porteña, Juan "Cancho" Balestra, aseguró que asume "la responsabilidad, como jefe de partido, por los desastrosos resultados de las elecciones del domingo", el ex secretario de Producción para la Defensa del actual gobierno Jorge Pereyra de Olazábal aseguró a LA NACION que un grupo de liberales le ofreció la presidencia del distrito.

"Yo sé que soy representativo para la Ucedé y quiero que el partido tenga vida, por lo que estoy pensando en esa posibilidad", dijo el dirigente, quien recordó que no ha dejado de ser "un hombre de la «Casa Alsogaray»", no obstante lo cual desechó las versiones que indicaban una supuesta operación de María Julia Alsogaray en su favor.

Sin embargo, no fueron los alsogaraístas militantes quienes fueron a buscarlo, sino el sector de jóvenes liderado por Enrique Braun (h.) y, según pudo saberse, ya mantuvo contactos telefónicos con representantes de peso en el distrito. "No creo en la Ucedé de groseras luchas internas. Sí acepto es porque puedo ser prenda de unidad", dijo el ex funcionario que aún se mantiene como asesor de la Presidencia de la Nación.

Las razones de "Cancho"

Balestra, por su parte, fundamentó la derrota liberal del 10 del actual en la falta de vigor en el mensaje partidario. "Debimos darle un no rotundo a la reelección y no lo hicimos", dijo quien asegura haber luchado vanamente para arrancar esa determinación en el partido.

Paralelamente, negó que se hubieran registrado irregularidades con el manejo de los fondos, responsabilidad que compartió con Felipe Crespo, tesorero de la fuerza hasta la última reunión de junta de gobierno, cuando la conducción en pleno renunció a sus cargos.

"Giramos 60.000 dólares a la alianza (del centro porteña) y 40.000 utilizamos para gastos de la propia campaña", dijo Balestra, al tiempo que negó haber tenido dificultades para librar esos fondos de parte de Crespo, tal como trascendió.

Este último coincidió con Balestra en la "transparencia de las operaciones realizadas" y ambos volvieron a enfrentarse con quien el martes último desató una nueva puja en la Ucedé al dar a conocer su disconformidad "con la distribución que se hizo del dinero" partidario.

Esos tres dirigentes, junto con Braun (h.) y el bustelista Antonio de Marco mantuvieron en LA NACION un cruce de opiniones que podrían resumirse de la siguiente forma.

- "También contribuyó a la derrota el descarnado internismo partidario que nos caracteriza" (Balestra).
- "Esto no es internismo. Son dos proyectos enfrentados: el de «la familia» (por los Alsogaray) y el de quienes queremos un partido que no pierda más elecciones" (Crespo Campos).
- "Todo lo que se hizo fue votado por el partido" (Braun).
- "Yo siempre me negué terminantemente a dejar la plata en la oficina de Alsogaray. La campaña no debió manejarla un solo hombre" (Crespo Campos).
- "La alianza tenía un comité ejecutivo de cinco personas y eso fue avalado por todos" (Balestra).
- "Sí, pero en la Ucedé, Alsogaray sólo se valió de su gente, más administrativa que política" (Crespo Campos).

Graciela Guadalupe

01-01
9406028

Nº DOCUMENTO 9406029
TITULO 'Chacho' Alvarez lidera 1ª [illegible]
PROC. 150538
FOLHA 16/4/94.
VIN. 66960
11164
11304
30052

DOPA II (EXTERIOR) FILMADO

'Lula do Prata' rompe monopólio menemista

"Chacho" Alvarez lidera 1ª derrota do peronismo após a estabilidade, criticando corrupção do governo

MARCO CHIARETTI
Enviado especial a Buenos Aires

Carlos "Chacho" Alvarez é o primeiro homem a derrotar o presidente argentino Carlos Menem desde que o Plano Cavallo devolveu uma moeda estável ao país, em abril de 91.

Nas eleições do dia 10 de abril, a Frente Grande (FG) fez 37,7% dos votos em Buenos Aires, deixando o governo em segundo. Prefere Lula a FHC, a quem compara a Cavallo e Menem.

"Chacho" é deputado federal desde 89. Foi eleito pela primeira vez pelo peronismo. Largou o partido em 91, por causa do indulto presidencial aos generais do golpe militar de 76.

Professor de história, editor de revistas, ex-contínuo de livraria, o novo líder da esquerda argentina acha que a eleição do dia 10 de abril para a Assembléia Constituinte é só um primeiro aviso, e não quer dizer que Menem vá perder sua reeleição.

"Viemos de muitas derrotas", diz, "e eu não gosto de triunfalismos", em uma entrevista nos corredores do Congresso argentino, ou em um bar próximo, interrompida por vários desconhecidos, que queriam abraçar o vencedor. O dono do bar não cobrou o chá.

"Chacho", casado três vezes, sofre de asma desde criança, mas fuma de quando em quando. Joga futebol com os amigos, como zagueiro. Torce para o Racing, um time perdedor. Acha que ganhou porque não mudou nada quando virou político: "Moro no mesmo apartamento de dois quartos e meio, e os eleitores sabem disso".

Folha - Porque a FG ganhou?

Alvarez - A FG nasceu de uma perspectiva política oposta a do governo. E é uma oposição diferente daquela realizada pela Unión Cívica Radical (UCR), conciliadora. A política no país estava virando um bipartidarismo na base da troca de favores. Ser contra isso é o forte da FG até hoje. Agora é preciso articulá-la como uma proposta política alternativa, com uma força institucional, com um programa do ponto de vista econômico-social que seja visto como viável. Fomos forçados, a partir do dia dez, a ter uma perspectiva de governo. Temos que superar, ou complementar, a cultura da impugnação moral, por uma cultura de governo. É um salto difícil, porque a FG é composta por forças distintas, e algumas delas ainda estão muito presas ao passado, olham a política com alguma nostalgia.

Folha - No dia nove o sr. achava possível o que aconteceu dia dez?

Alvarez - Achava. No começo de março, as pesquisas já nos colocavam em segundo lugar na capital. Fizemos uma caravana pela cidade e percebemos que já estávamos na primeira divisão. Nas últimas duas semanas, o crescimento foi espetacular e o governo viu que não podia mais deixar-nos de lado. Tentaram algumas jogadas sujas. Menem disse que eu era marxista, comunista, trotskista —o que me tornaria no único homem do mundo capaz de juntar tudo isso. E aqui chamar alguém de comunista é colocar alguém fora do mundo. Os comunistas fazem parte da FG, mas eu não sou comunista. No sábado à noite, um dos pesquisadores que trabalham para o governo me ligou e disse que íamos ganhar. No meio-dia do domingo, a boca-de-

01-03

9406029

"Fernando Henrique está muito mais próximo de Cavallo e Menem. Ele seria um Felipe Gonzalez latino-americano, mas isso não resolve problemas sociais. Eu o vejo como uma fórmula muito social-democrática, que acaba apelando a um plano de ajuste neo-liberal"

uma já dizia que havíamos vencido. Aí o governo começou a mudar o discurso, para exaltar a vitória nacional e esconder a derrota na capital.

Folha - Como o sr. vê a reação do governo à sua vitória?

Alvarez - O presidente não sabe perder: um dia, nos acusou de comunistas e no outro dia disse que tínhamos as portas abertas no peronismo para voltar. A FG ganhar na capital é como se um time de terceira divisão ganhasse do Palmeiras por seis a zero jogando em São Paulo. E olhe que eu torço para o Racing, que há décadas não ganha.

Folha - Muda a política argentina?

Alvarez - Nosso triunfo muda em parte o panorama político do país, mas não totalmente. A Argentina é um país bi-partidário há décadas. Tivemos dois milhões de votos, mas ainda não temos um partido.

Folha - Como definir a FG?

Alvarez - A FG é uma coalisão de centro-esquerda democrática, criada pouco antes das eleições parlamentares do ano passado. Há quatro partidos, incluindo o meu, o Fredejuso, e o Partido Comunista, entre outros.

Folha - Como é sua biografia política?

Alvarez - Fui peronista de 67 até 91 quando o indulto e a conversão do peronismo em um instrumento das políticas mais conservadoras, me afastou do partido. Um grupo de oito deputados nacionais saiu junto e começou tudo de novo. Depois, veio a FG.

Folha - Sua vitória vai contra a estabilidade?

Alvarez - Não. A Bolsa não caiu quando ganhamos. Subiu. O FG é um voto de advertência ao modelo atual, ao ajuste, que não está fechando. Este modelo teve uma grande vantagem, o fracasso do outro, do radicalismo. Cavallo discute sempre para trás. Até que chegue alguém que proponha uma discussão para o futuro. Vamos discutir estratégias de desenvolvimento produtivo, políticas sociais, o tema do emprego, das economias regionais, se a economia argentina tem de continuar com tanto déficit comercial. Ninguém podia discutir isso com Cavallo, porque a UCR não pode fazê-lo e os outros críticos são mais ultra-liberais do que ele. Isso faz com que os buracos negros desse plano fiquem dissimulados porque não há forças políticas que mantenham um discurso alternativo.

Folha - E agora?

Alvarez - Este voto está inaugurar uma nova etapa, se nós soubermos aproveitá-lo. Para a sociedade a vitória da FG na capital foi uma cota de alívio, foi um sinal de que algo pode mudar. Se Menem levantasse a mão de seus candidatos, isso aqui estaria morto. Há também a capitalização de um refluxo no modelo neo-liberal na América Latina. Agora Cavallo e Menem terão de enfrentar um adversário sem fracassos atrás dele. Teremos de fazer o que faz Lula agora, um programa responsável e viável para os brasileiros. Mesmo que estejamos muito mais longe do poder do que Lula.

Folha - O sr. participou da renovação do peronismo, no fim do regime militar?

Alvarez - Se eu não tivesse me dedicado à política gostaria de ter sido um historiador, na linha de Braudel, de Le Goff. Em 1982, fui um dos editores de uma revista que alimentou a renovação teórica do peronismo, chamada "Unidos". Isso durou até ser eleito deputado em 1989. Nosso grupo tentou uma renovação, mas a enchente menemista levou tudo de roldão. O fracasso da gestão de Raúl Alfonsín fez triunfar o caudilho populista, aplaudido das janelas dos apartamentos dos bairros ricos. A sociedade argentina precisa sempre renovar suas expectativas. Hoje, o clima que sinto contra Menem na capital é o mesmo que sentia contra o alfonsinismo em 89. Os jovens votaram em mim.

Folha - A Constituinte pode ser um início de mudança?

Alvarez - Não será fácil. Eu propus que as cláusulas do Pacto fossem discutidas uma por uma, mas não será simples. É provável que em cinco minutos termine a Constituinte.

Folha - O sr. é candidato a algo no ano que vem?

Alvarez - Um peronista e um radical podem pensar seu lugar porque contam com partidos fortes e reconhecidos, implantados, com governadores, base de votos. Podem pensar em sua situação pessoal. Conosco é ao contrário. Temos que pensar como construir nossa força, e onde fica cada um. Não me preocupo com minha candidatura. Em termos pessoais, seria fácil para mim ser candidato à prefeitura de Buenos Aires ano que vem, como Luiza Erundina em São Paulo. Serei candidato a prefeito ou a presidente. Depende do que seja melhor para a FG.

O sr. é mais parecido a Fernando Henrique Cardoso ou a Lula?

A base eleitoral da FG é muito mais parecida à do PT. E como Lula, eu também aposto na institucionalidade do partido. E Fernando Henrique, como eu o vejo hoje, está muito mais próximo de Cavallo e Menem. Ele seria uma espécie de Felipe Gonzalez (primeiro-ministro espanhol) latino-americano, mas isso não resolve os problemas sociais, do desemprego. Eu o vejo como uma fórmula muito social-democrática, que acaba apelando a um plano de ajuste neo-liberal. Eu acho que Lula tem de encher o espaço livre em nosso continente da democracia aliada à justiça social. Indicadores macroeconômicos positivos não significam que as pessoas vivam bem.

9406029

Nº. DOCUMENTO
TITULO
P.
FECHA
VINCULO

RAIO X

Nome: Carlos Alberto Alvarez
Apelido: "Chacho"
Data de nascimento: 26.dez.1948
Estado civil: casado (três vezes)
Atual mulher: Liliana Chernaskosky, com quem vive há 12 anos
Filhos: Ramiro (23), Maria (17), Dolores (16), Lucia (9), Paola (22, filha de Liliana e assessora de "Chacho")
Cidade natal: Buenos Aires
Time do coração: Racing
Religião: Católica (não praticante)
Partido: Fredejuso, integrante da Frente Grande
Sede partidária: Confeitaria Del Molino, em frente ao Congresso Nacional
Origem: Peronista
Primeiro emprego: Contínuo de uma livraria; foi vendedor de remédios e dono de banca
Cargos políticos: Deputado nacional, eleito no dia 3.out.1993, e delegado constituinte
Profissão: Professor universitário de história argentina contemporânea
Música: Rock argentino contemporâneo
Borges ou Cortázar: Cortázar, quando jovem
Lula ou FHC: Lula
Palavra de ordem: Abaixo a corrupção e a "menemização" da política

03-03

9406029

Nº. DOCUMENTO 9406030
TITULO Crisis en el gobierno de la capital.
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE F 21-4-94
VINCULACIONES 66960
11164
11302
11304

CRISIS EN EL GOBIERNO

Renunció todo el gabinete

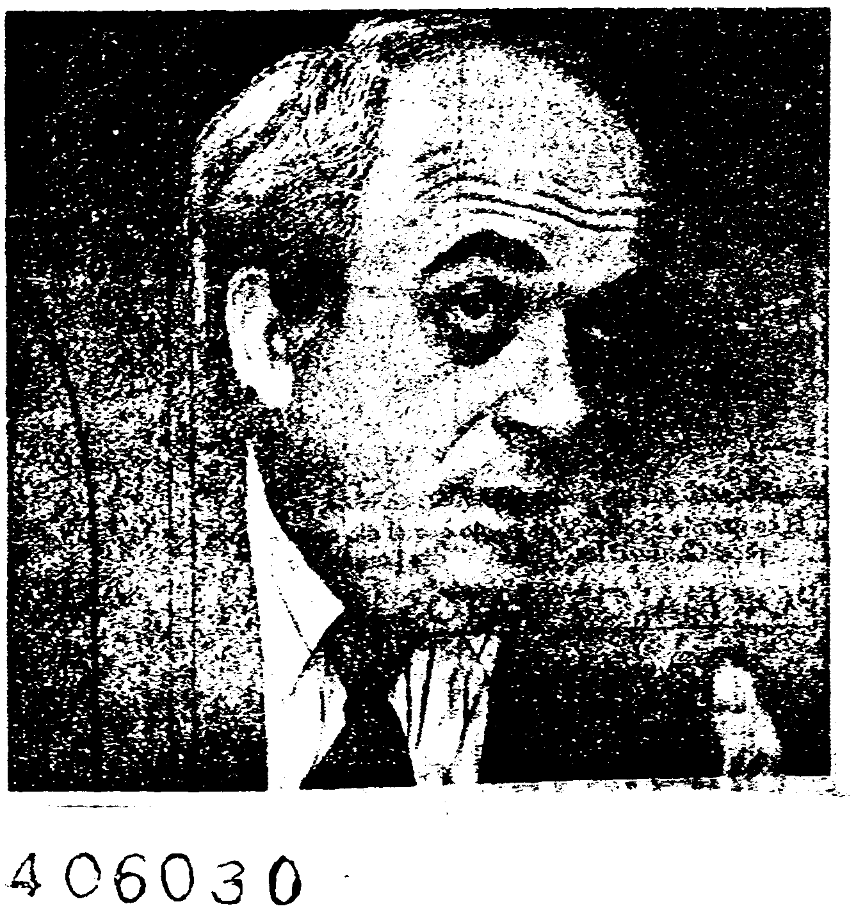
Los seis secretarios que integran el gabinete de Saúl Bouer presentaron ayer sus renuncias y ahora el intendente tratará caso por caso. Hay varias versiones sobre los motivos que desencadenaron esta crisis en el gobierno de la Capital Federal, a 10 días de que el peronismo fuera derrotado en las urnas por el Frente Grande. Hace dos años, cuando Carlos Grosso era el jefe de la ciudad, se produjo una situación similar, que fue el comienzo de la pendiente en que cayó el ex intendente peronista. En ese tiempo, su secretario de Hacienda era Bouer.

En la tarde de ayer, durante una agitada reunión de gabinete, estalló una crisis en el gobierno municipal que terminó con los seis secretarios del intendente Saúl Bouer presentando su renuncia. Ahora, el intendente se tomará "unos días" para considerar caso por caso y ver si rehace el equipo que conduce el Municipio más importante del país.

El vocero de Bouer intentó bajar decibeles a la crisis y —extrañado por la repercusión del conflicto— dijo anoche que "se trata de una situación normal. El intendente tiene ahora las manos limpias para rehacer su gabinete".

El terremoto político en el gobierno de la ciudad de Buenos Aires se produce diez días después de la derrota del peronismo en las elecciones para Constituyentes, a manos del Frente Grande. La administración Bouer venía siendo ya fuertemente cuestionada dentro y fuera del Gobierno, pero las críticas recrudecieron —como un verdadero "pase de facturas"— luego del 10 de octubre.

Hasta anoche, no existía una sola versión sobre el estallido en el gabinete de Bouer y las explicaciones variaban según las fuentes que se consultaran. Una versión decía que los dos secretarios fuertes de la Intendencia, **Julio César Aguilar**, de Hacienda y **Libertad Fernández de Porelli**, de Producción y Servicios, habrían



Intendente Saúl Bouer: en un momento crítico.

Con Grosso pasó algo igual

En agosto de 1992, dos meses antes de la renuncia del entonces intendente **Carlos Grosso**, un decreto convirtió al secretario de Hacienda municipal, **Saúl Bouer**, en virtual primer ministro del Municipio, al otorgarle plenos poderes para decidir la suspensión de los gastos y de los pagos que debía hacer la Comuna.

La finalidad del decreto fue contener las finanzas municipales, que estaban en virtual cesación de pagos, mientras en las calles de la ciudad se amontonaba la basura —como consecuencia del conflicto con Manliba— y crecía el fastidio de la gente.

Como hace dos años, ahora la historia se repite. El decreto 460, vigente desde hace pocos días, le otorga al secretario de Hacienda y mano derecha del intendente Bouer, **Julio César Aguilar**, plenos poderes para decidir fuertes recortes presupuestarios y contener el gasto municipal. Salvo las partidas para pagar sueldos del personal y las deudas ya contraídas, el decreto reduce en un 40 por ciento los gastos de administración.

El decreto fija un cupo mensual para hacer los pagos pendientes y dispone que en 30 días un comité ejecutivo para la reforma municipal deberá elevar un proyecto para reducir la cantidad de empleados del Municipio, ya sea a través de suspensiones o de la reestructuración del escalafón. Además, dispone que desde este mes no se deberá afrontar ningún nuevo gasto, aunque ya esté pautado en el presupuesto vigente.

Si se traza un paralelo entre ambas situaciones, para llegar a igual desenlace que en la gestión Grosso, ahora Aguilar debería continuar administrando las finanzas municipales, contrariamente a las versiones que indican que dejará el cargo (véase crónica adjunta), tras la crisis de gabinete desatada ayer.

La UCR se quebró en el Concejo

Los 24 ediles porteños que conforman el bloque de la UCR quedará reducido a 18 miembros ya que seis concejales de ese partido, decidieron desconocer la conducción del titular del bloque, Arturo López Santos, y conformar una nueva bancada dentro del Concejo Deliberante.

La medida fue promovida por los ediles del Ateneo del Centenario (**Alejandro Ruiz Laprida, Eduardo Pacheco, Rubén Gabrielle y Roberto Larrosa**) a los que se sumaron **Gabriela González Gass** —quien por la mañana comunicó su decisión de apartarse del bloque— y **Osvaldo Martínez.**

La edil González Gass fundamentó la decisión debido a "las diferencias políticas" que mantiene con la conducción de su partido en el Concejo Deliberante, y por la "falta de seriedad y el mal funcionamiento de ese bloque ante la crisis que atraviesa la ciudad de Buenos Aires", dijo.

La decisión adoptada por estos ediles es también un reflejo de la derrota que sufrió la UCR en la Capital Federal, donde quedó tercera en las elecciones para constituyentes, y donde el oficialismo representado por el senador Fernando de la Rúa "escamoteó" su participación en la campaña "por estar en desacuerdo con el pacto de Olivos", opinó Ruiz Laprida.

01-02 9406030

DE LA CAPITAL

de Bouer

organizado una maniobra —renunciar ellos y arrastrar tras de sí a los demás secretarios— **para que Bouer pueda salvar su cabeza.** Esto es, continuar al frente de la Intendencia con un nuevo equipo de colaboradores e iniciar otro capítulo en su gestión de gobierno, tratando de mejorar dos problemas crónicos de la ciudad: **la falta de limpieza y las inundaciones.**

Aguilar es la mano derecha de Bouer y nunca pudo disimular su fastidio cuando **Jorge Porolli**, esposo de Libertad, desembarcó en la subsecretaría de Hacienda. Jorge y Libertad Porolli responden políticamente al secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá.**

Esta semana, la Comuna fue noticia por las actualizaciones en las valuaciones oficiales de las viviendas de muchos vecinos, que provocaron aumentos en el impuesto inmobiliario. Esa situación puso sobre el tapete otra arista del problema: **la crisis económica.** Las finanzas municipales están virtualmente quebradas. El rojo sería de 500 millones de pesos, y el martes, durante una reunión, el presidente Menem le habría pedido a Bouer **que no aumente los impuestos.**

Otras fuentes municipales daban una interpretación diferente de los hechos. Decían que los dos secretarios que "manejan" la Comuna, Aguilar y Porolli, presentaron su renuncia con carácter indeclinable, luego de un acalorado debate del gabinete a puertas cerradas. La gota que derramó el vaso —según el relato de esas fuentes— fue un comentario que habría hecho el periodista **Bernardo Neustadt** por Radio América, dando a entender que antes de que se abrieran los sobres de una licitación para el mantenimiento urbano, la secretaria Porolli ya sabría quién era el ganador.

Ese hecho habría generado un agrio cruce de palabras entre los secretarios reunidos en la Comuna, que culminó con la decisión de presentar las renuncias.

Una tercera versión decía que la movida se hizo para allanarle el desembarco a la Municipalidad a **Adelina Dalesio de Viola**, candidata del presidente **Carlos Menem** para llegar al principal despacho de la Municipalidad, que maneja el **tercer presupuesto del país.**

Esa interpretación dice que Bouer ahora realizaría el "trabajo sucio" de ajustar las cuentas y la indomable burocracia del personal municipal, para que Adelina luego entre en juego con el terreno ya desmalezado, en el intento del menemismo por reuperar la primacía electoral en la Capital. El martes, Bouer había tenido una larga conversación con Menem, de la que poco se conoció.

Durante el año pasado y hasta los primeros días de marzo, el gobierno municipal no sufrió serios contratiempos. La victoria del 3 de octubre del candidato oficial, **Erman González**, fue interpretada como que la gestión "iba por el buen camino". Pero el 15 de marzo un temporal inundó media ciudad, y empezó la crisis. Bouer estaba de visita oficial en Israel y desde el mismo Gobierno llovieron las quejas.

Días antes, Bouer había amenazado con renunciar, tras una polémica con el economista **Miguel Angel Broda** (véase aparte).

LOS PUNTOS CRITICOS DE LA GESTION

LIMPIEZA

La ciudad está muy sucia porque persiste el mismo sistema de recolección que cuando se arrojaban 970 gramos diarios de basura por día por persona. Hoy se arrojan 1,3 kilogramo.

INUNDACIONES

Cada vez que llueve quedan miles de usuarios sin luz y semáforos inhabilitados. **Más de mil kilómetros de desagües están tapados.**

BACHES

A mediados del 92 había 80.000 pozos. Durante 1993 las empresas de servicios públicos abrieron otros 67.000 en calles y veredas.

TRANSITO

Por día circulan más de un millón de autos, diez mil colectivos y 35.000 taxis. Se anunciaron planes para limitar la circulación pero aún no se pusieron en marcha.

HOSPITALES

En los 33 hospitales municipales se atiende un 33 por ciento más de gente que hace diez años. Según la Asociación de Médicos Municipales "la situación es caótica por falta de recursos".

FINANZAS

Desde que el ministro **Domingo Cavallo** recortó 150 millones de ingresos brutos a principios de año se acentuó el rojo en las finanzas.

CONFLICTOS POLITICOS

Tras la derrota del PJ, el 10 de abril, sectores del Gobierno acusan a la Municipalidad de no haber colaborado en la campaña y de no haber dado una "imagen de cambio" que sí tuvo durante la campaña que favoreció a **Erman González** el 3 de octubre del '93. Además, en el gabinete municipal hubo conflictos entre el secretario de Hacienda **Julio Aguilar** y su subsecretario **Jorge Porolli.**

CRISIS DE GESTION

Los baches políticos

Cualquiera que transite diariamente por las calles de Buenos Aires puede enumerar, sin necesidad de ser un especialista, los problemas que padece la ciudad.

Pero no son solo los síntomas obvios los que terminaron con la actual crisis del gabinete municipal: el estado de las finanzas y las rencillas internas entre varios de los colaboradores del intendente **Saúl Bouer** antes y después de las últimas elecciones, también contribuyeron al actual replanteo del elenco.

Muchas versiones poblaron ayer los pasillos del Palacio Municipal y alcanzaron para dejar en el aire la sensación de cambios. Después de la reunión de gabinete que presidió Bouer, el rumor que hablaba de inminentes modificaciones ganó todos los despachos.

El llamado sistema político del PJ Capital —conformado por las distintas agrupaciones porteñas— se movilizó al instante: el actual equilibrio de fuerzas interno de la Intendencia estaba en juego y muchos hombres de diversas agrupaciones ocupan cargos en el Municipio.

A la hora de las explicaciones no fueron pocos los que apuntaron a los últimos capítulos de las rencillas internas: "**Julio Aguilar** (el secretario de Hacienda) tuvo conflictos con **Jorge Porolli** (su segundo) y amenazó con renunciar; ese fue el inicio", dijeron desde el PJ.

En los chispazos entre los miembros del equipo económico municipal no estuvo ausente el recorte presupuestario (150 millones) al que fue sometida la Comuna por determinación de **Domingo Cavallo.**

Cavallo y Bouer ya se habían cruzado en febrero cuando el ministro reveló que Bouer, en los tiempos en que fue secretario de Hacienda, había filtrado información al consultor de la "City" **Miguel Angel Broda**, originando así una corrida cambiaria. El reflotamiento de esa historia lo tuvo a Bouer al borde de la renuncia.

Los números de la derrota capitalina del PJ en la última elección fueron, obviamente, el disparador más fuerte que tuvo la crisis. Los allegados al candidato **Carlos Corach** insinuaron que en la última campaña electoral el aparato municipal no ayudó de la misma manera que en octubre, cuando **Erman González** se alzó con la victoria en el distrito.

Claro que a las razones financiero-políticas no escapó el cuadro de situación social y edilicia de la ciudad: la suciedad de las calles que llegó a ser tema de debate en el gabinete nacional, el cúmulo de desechos hospitalarios que suma día a día residuos peligrosos sin tratamiento, los problemas de desagüe que llegaron a su pico con las últimas inundaciones.

También pesan los innumerables baches —los tradicionales, más los que se sumaron con el trabajo de las empresas de servicio privatizadas—, el caos en el tránsito y hasta los problemas en la iluminación, hicieron que, a la hora de hacer el balance, el intendente presintiera que la única manera de salir del pozo era cambiando el plantel y la imagen con las elecciones del '95 ya en el horizonte.

02-02

940630

Nº. DOCUMENTO 9406031
TITULO Fabricas militares serán 'empresas mixtas' Argentina - Israelí
P. 150014
FECHA 21-4-94
VINCUL. 66960
507103
11164
11399
11163

Fábricas militares serán ahora "empresas mixtas"

ARGENTINA LE DA EMPLEO A ISRAEL

Argentina e Israel pueden cooperar para el reciclaje de la moderna tecnología militar, entre otros en la fabricación de automóviles, declaró ayer el diputado y ex-ministro de Defensa argentino Antonio Erman González.

"Hacemos estudios de diagnóstico para aplicar la tecnología militar a la vida civil", declaró el diputado por el Partido Justicialista en una rueda de prensa al ser interrogado por una visita que hizo esta semana a la industria castrense de Israel.

González, que llegó el domingo pasado para una visita oficial de siete días con la diputada Ana Raquel de Kessler, que le secundó en la cartera de Defensa, negó categóricamente que se hubiesen interesado en la adquisición de armamento de este país.

Los viejos litigios fronterizos entre Argentina y sus vecinos están a un paso de solucionarse "y de la hipótesis de conflicto hemos pasado a una hipótesis de cooperación", afirmó.

Los legisladores invitaron al director de la Industria Militar de Israel (IMI), general Dan Shomron, a visitar su país, donde aún quedan sin privatizar pequeñas fábricas militares que pueden ser recicladas con tecnología israelí en empresas mixtas.

"La propuesta de crear empresas mixtas ha tenido muy buena acogida", afirmó González, que se refirió a la posibilidad de fabricar componentes de vehículos.

Israel, cuyas industrias militares se han visto obligadas a despedir a miles de técnicos y obreros por la crisis mundial, ha tenido experiencias en la adaptación de tecnología militar a la vida civil en países del este europeo.

Ante una pregunta de si los países más ricos transferirán su tecnología avanzada a los menos desarrollados, Kessler aseguró que "los países centrales tendrán que hacerlo, y lo cobrarán, pero es lo que podrán vender en el siglo próximo".

"Israel está en excelentes condiciones de hacerlo y anticiparse a esos países", comentó la diputada justicialista, y como González miembro de la Comisión para Asuntos de Defensa.



Menem le dará una manito a la desocupada industria militar israelí

Argentina, agregó, también puede beneficiarse de sus relaciones económicas con Israel pues por medio de empresas mixtas accederá a los mercados de la Unión Europea, de la que Israel es Estado asociado, y de Estados Unidos, con el cual goza de libre comercio.

0101

9406031

Nº. DOCUMENTO 9406032
TITULO Los socialistas apuran trámite por alianza con el Frente
P. 12 150518
FECHA 21/4/94
VINCULADO 66960
11164
11304

Los socialistas apuran el trámite

Los tres partidos de la US crearán una mesa nacional de la alianza para avanzar en las negociaciones con el Frente Grande.

Con el Partido Socialista Democrático a la cabeza, la Unidad Socialista avanzará en los próximos días en sus negociaciones con el Frente Grande. El martes próximo, los tres partidos de la US darán vida a una mesa nacional de la alianza –inexistente hasta el momento–, y el viernes 29 se reunirán con el FG para fijar el cronograma de las negociaciones, formalizarán los contactos en todos los distritos del país y crearán media docena de equipos técnicos conjuntos para elaborar una "propuesta de gobierno" para 1995. Mientras tanto, Norberto La Porta, Alfredo Bravo, Guillermo Estévez Boero y el ombudsman de la ciudad de Buenos Aires, Antonio Cartañá, ya figuran entre quienes quieren integrar las listas del '95.

Conducido por Héctor Bravo, el PSD informará a las otras fuerzas de la US sobre las negociaciones que se llevan adelante con la mesa nacional del Frente Grande, y las invitarán a participar de la reunión del viernes. Para esa fecha, el socialismo democrático espera que esté funcionando la mesa nacional de la US, "porque no queremos que piensen que nos estamos cortando solos". Los socialistas discutirán, además, la integración formal a la alianza del Frente por la Democracia Avanzada, que encabeza Atilio Borón, para la cual no habría ningún inconveniente.

Si bien dentro de la Unidad Socialista no se discutió formalmente ninguna candidatura, cada sector ya está pensando su propia propuesta. Los socialistas populares tienen como máxima ambición colocar a un hombre suyo como candidato a gobernador de Santa Fe. Si bien la lista del FG, encabezada por el dirigente gremial Alberto Piccinini, los superó en la última elección, los hombres de Guillermo Estévez Boero creen que la historia del PSP en la provincia pesará más que los resultados del 10 de abril.

En la Capital Federal, los socialistas democráticos tienen diversas posiciones. Según sus seguidores, Norberto La Porta es quien tiene "mejor perfil para la ciudad" y por esa razón se han encargado algunos estudios sobre imagen. Pero el concejal tiene competencia. Entusiasmados por el viraje que está dando la US, los hombres cercanos a Alfredo Bravo dicen que "a Chacho lo vemos más como candidato a intendente que a presidente". De todos modos, el grupo Alternativa Socialista –liderado por el diputado Bravo– está dispuesto a apoyar la candidatura que elija Alvarez. Si el diputado del FG va para presidente, postularán como intendente al ombudsman de la ciudad de Buenos Aires, Antonio Cartañá. El funcionario estuvo en el exterior, y el mismo día de su llegada se acercó al despacho de Alvarez para felicitarlo por las elecciones del domingo. "Hablamos más adelante", dijeron, en relación con posibles candidaturas.

01-01

9406032

Nº. DOCUMENTO 9406033
TITULO Izquierda argentina busca ordenar sus propuestas.
PROCED. 150023
FECHA 22-4-94
VINCULADO 66960
11164
11304

ESPECIAL PARA LA REPUBLICA

Tras el triunfo electoral del Frente Grande la izquierda argentina busca ordenar sus propuestas



De nuestro corresponsal en ARGENTINA, Isidoro Gilbert

■ La reconstrucción de una fuerza política de contenido progresista y que además reconozca las mejores tradiciones de la lucha socialista en este país, parece hoy más factible luego del triunfo que consiguió en las elecciones del 10 de abril la coalición Frente Grande, cuyos líderes ya han acordado un principio de entendimiento con el Partido Socialista Democrático, la principal de las agrupaciones de esa tendencia. Las bases de ese acuerdo aún no están definidas y se perfilan básicamente para las elecciones presidenciales de 1995.

Los socialistas se habían negado hasta ahora a aportar en algún entendimiento con otras fuerzas, aun las progresistas, ganados por la idea de que mantener pura la identidad partidaria, cuyo periódico, La Vanguardia, acaba de cumplir nada menos que un siglo de vida, era el mejor camino para transformarse en una fuerza alternativa.

El 10 de abril, si bien la suerte no le fue grela al socialismo, los resultados estuvieron por debajo de sus expectativas. En rigor el "socialismo" constituye una alianza entre el PS Democrático, el PS Auténtico y el PS Popular. De las filas de este último partido es el intendente de Rosario, la segunda ciudad argentina, Héctor Caballero, pero en las últimas elecciones, el PSP sufrió un grave revés, consiguiendo un apagado cuarto lugar en esa urbe y donde fue superado por el Frente Grande, que virtualmente debutaba en esta experienmcia de ir a conquistar el voto de la gente. El PS Auténtico es el más pequeño de la Alianza y, teóricamente, el más radicalizado: sus dirigentes se declararon leninistas, curiosamente a los pocos días que se centrifugaba la Unión Soviética. Los pilares son con todo, el PSD y el PSP. Además, a esa Alianza se incorporó recientemente Democracia Avanzada, liderada por el ex vicerrector de la Universidad de Buenos Aires, el sociólogo Atilio Borón. Es una pequeña agrupación que reúne a importantes intelectuales.

El 10 de abril, en la Capital Federal, el FG conquistó el 37,5% de los sufragios, en tanto que la Unidad Socialista alcanzó casi el 8%. Una coalición de ambas agrupaciones, podría conquistar en 1995 la Intendencia de la ciudad de Buenos Aires, lo que afirmaría la tendencia del electorado sudamericano en confiar a los progresistas la administración de las grandes ciudades, proceso que comenzó el Frente Amplio en Montevideo y siguió más tarde, por intermedio de fuerzas afines (aunque no iguales), en Asunción, San Pablo y Caracas.

El paso que dio el FG con el socialismo es lo poco indiscutible dentro de la coalición de centroizquierda, cuyos líderes no salen aún de su asombro por su suceso electoral que les significó, en los 17 distritos en que se presentaron (el total es 24), más de dos millones de sufragios. Ahora el FG debe pensar cómo organizar su institucionalización, extender su presencia en todo el país, diseñar una alternativa de gobierno, resolver su política de alianzas.

El FG nació hace poco más de un año de la unión del Frente del Sur con el Frente de Justicia Social (Fredejuso). El Frente del Sur es una alianza que integran ex peronistas, independientes, el PC, y una vertiente de origen peronista, Encuentro Popular, con militantes de movimientos sociales, bajo el liderazgo del director cinematográfico, Fernando "Pino" Solanas. En el otro componente de peso, bajo la conducción del diputado Carlos "Chacho" Alvarez, la gran figura de las últimas elecciones, conviven ex peronistas, dos corrientes de lo que queda del Partido Intransigente y Protagonismo Popular, un desprendimiento del PC cuyo dirigente más conocido es Eduardo Sigal; el Fredejuso, de hecho, ya funcionaba como partido político y cosas de la vida, pudo muy poco, cuando se presentó a las elecciones legislativas de 1991.

¿HACIA UNA NUEVA IDENTIDAD?

Hasta el 10 de abril, el debate de las institucionalización del FG quedó congelado. Ahora, se trata de una necesidad. ¿Qué camino seguir? Algunos líderes, como el propio Alvarez, se inclinarían por conformar una nueva identidad política, que desde la diversidad, conforme una superación del pasado de, al menos, varias corrientes que hoy están en el FG. Alvarez quiere que "dejemos la cultura de los partidos residuales", concepto donde engloba tanto a ex peronistas como al PC. No le gusta el modelo del PT brasileño, que permite institucionalizar las corrientes disidentes porque, a su juicio, sería como "alambrar las disidencias". La idea del PT o una forma semejante a la del Frente Amplio uruguayo, está en la mente de otros destacados "frentistas".

El debate interno que se avecina en el FG es crucial. Difícil porque está en discusión la alternativa económica a proponer y el grado de disciplina que debe prevalecer en esta nueva fuerza política. Durante la campaña electoral, Alvarez se mostró disgustado con algunos planteos públicos de candidatos comunistas, que se diferenciaban notablemente con su propio discurso, enderezado a cuestionar la corrupción y dejando de lado el tema económico o asuntos como la deuda externa para el futuro, los que prevaleciern en las arengas del PC. ¿Fueron cortocircuitos que avizoran disidencias más profundas? Por ahora lo real es que el semanario del PC, Propuesta, escrito con lenguaje clásico y de singular dureza, criticó elípticamente a "Chacho" Alvarez en varias cuestiones cuando aún en las calles se escuchaban los ecos de la victoria electoral.

El asunto del discurso y del qué se dice hacia afuera es algo que los frentistas aún no han terminado por definir. Pero de todos modos, Alvarez cree que el discurso "petardista" es inadecuado para la coalición. Y para mostrar la necesidad de más adherentes se propone ir este fin de semana a la provincia de Mendoza para tratar de poner en "caja" al grupo del FG surgido allí por la concurrencia casi única de partidos de tendencia izquierdista.

Aunque el debate sobre las candidaturas ha quedado suspendido, el FG no podrá eludir por mucho tiempo como se parará en este tema en 1995. Hasta antes del 10 de abril, los frentistas solamente aspiraban a comenzar a probar su capacidad de gestión en la comuna porteña. Pero la historia golpeó antes que nunca las puertas de la coalición. No son pocos los obervadores que creen que el FG será la gran sorpresa de 1995, el verdadero contrincante de Carlos Menem. Alvarez y Solanas han descartado alianzas con el radicalismo. Pero dejaron entrever que si dirigentes como Federico Storani salen de los rígidos moldes de la UCR, la actitud sería diferente. Storani lanzó ayer su corriente interna para luchar por controlar al viejo partido de Alem e Yrigoyen. Radicales progresistas, el peronista que le quiere disputar a Menem la presidencia, José Octavio "Pilo" Bordon, y el FG, por ahora únicamente tienen en común que todos ellos demandan que los candidatos para cualquier cargo deberán surgir de "internas abiertas". Algo es algo.

01-01
9406033

Nº. DOCUMENTO 9406034
TITULO Se aprueba acuerdo pesquero entre Argentina y Galicia
PROCEDENCIA La Industria 1500/4
FECHA 22/9/94
VINCULACI. 66960
50751З
11164
11393

Se aprobó acuerdo pesquero entre Argentina y Galicia

BARCOS GALLEGOS PESCARAN EN EL ATLANTICO SUR

El Parlamento de Argentina aprobó la ley que ratifica el acuerdo de este país con la Unión Europea (UE) para faenar 250.000 toneladas anuales de pescado en el Atlántico Sur por un plazo de cinco años, lo cual beneficia a la flota de Vigo (Galicia, noroeste de España).

El convenio, que necesitó más de nueve años de negociaciones entre Argentina y la antigua Comunidad Europea, se pondrá en marcha en los próximos días, una vez que la ley sea promulgada por el Gobierno del presidente argentino, Carlos Menem.

Argentina concederá licencias a pesqueros comunitarios para faenar dentro de la jurisdicción de 200 millas marinas que el país suramericano ejerce en el mar austral.

El acuerdo, rubricado por las partes en noviembre pasado y aprobado a comienzos de este año por el Senado argentino, fue confirmado anoche con el voto a favor de 119 miembros de la Cámara de Diputados y 66 votos en contra.

Dentro del cupo anual de pesca se autorizó la captura de 120.000 toneladas de merluza «hubbsi», una de las especies de mayor valor comercial.

La UE aplicará una reducción del 50 por ciento, en promedio de los niveles arancelarios que aplica para el ingreso de productos pesqueros al territorio comunitario.

Se calcula que el acuerdo permitirá aumentar en 120 millones de dólares las exportaciones anuales de Argentina, que en 1993 llegaron a los 700 millones de la moneda estadounidense.

Las partes se comprometieron a promover la conservación y explotación de la fauna marina, fomentar la cooperación económica, comercial, científica y técnica en el renglón pesquero, una de las actividades que tratarán de promover las autoridades argentinas.

En este sentido, se impulsará la asociación de armadores argentinos y de países comunitarios, con el fin de que estos últimos transfieran conocimientos y tecnología en materia de pesca, señalaron fuentes gubernamentales.

La flota española que acuda a faenar en aguas argentinas contará con ayudas cercanas a los 153 millones de dólares.

El compromiso permite faenar a unos 70 barcos de la UE en aguas del mar austral argentino, aunque 50 de ellos llevarán el pabellón argentino mediante la creación de empresas mixtas.

Las fuentes consultadas señalaron que los armadores gallegos, que atraviesan una crisis por falta de caladeros, serán los más beneficiados por el acuerdo.

Los distintos tipos de sociedades pesqueras que se creen gozarán de ayuda financiera de la UE, según una serie de medidas fijadas en el acuerdo.

Además de las rebajas arancelarias, Argentina se beneficiará con subvenciones de la UE por valor de 4.500 millones de ecus para programas de investigación pesquera, entre ellos para la mejora de instalaciones portuarias y la formación profesional.

La negociación del acuerdo de pesca entre Argentina y la UE se trabó en varias ocasiones debido a que el Reino Unido se oponía por considerar que podría dañar sus derechos de soberanía sobre las aguas de las islas Malvinas, que están en disputa con los argentinos.

FOTOCOPIA CON PARTES ILEGIBLES

9406034

01-01

Nº. DOCUM... 9406035
TITULO: Acuerdo argentino-boliviano-paraguayo-
PROC: 150518
FECHA: 27-4-94
VINCULACI: 66960 - 507480 - 66723
11164
11399

ACUERDO ARGENTINO-BOLIVIANO-PARAGUAYO

El Pilcomayo pasó a comisión

El presidente Carlos Menem firmó ayer un acuerdo para poner paños fríos en el conflicto desatado con el Paraguay por la cuenca del río Pilcomayo. El documento que suscribió junto a sus colegas paraguayo, Juan Carlos Wasmosy, y boliviano, Gonzalo Sánchez de Losada, expresa la necesidad de distribuir en forma "equitativa" las aguas del río entre ambos países. Las relaciones bilaterales habían atravesado su momento pico de tensión en 1993, cuando el canal construido del lado argentino desvió la mayor parte de las aguas hacia Formosa y provocó una aguda sequía del lado paraguayo.

Si bien las consecuencias de los desmadres del río se hicieron sentir del lado paraguayo y las quejas diplomáticas se dirigieron hacia la Argentina, ambas partes decidieron incluir en la solución a Bolivia, el país donde se origina el río.

Las tres partes anunciaron ayer la creación de una comisión para el desarrollo de la cuenca del río Pilcomayo. Las tareas correctivas serán financiadas con un crédito de la Comunidad Europea, según se anunció en el comunicado conjunto.

Los tres presidentes se reunieron ayer en Formosa y dieron a conocer el documento después de deliberar a puertas cerradas. En una conferencia de prensa, los tres mandatarios coincidieron en destacar la "firme voluntad política" de concretar "en un plazo prudencial" las obras para reencauzar el curso del río.

Los estudios realizados determinaron la necesidad de construir un canal interceptor en el curso superior del río Pilcomayo, en territorio boliviano, para encauzar en forma definitiva al río y controlar la sedimentación que se produjo en el sector medio e inferior. En sus últimos 500 kilómetros, el río marca la frontera entre la Argentina y Paraguay.

Pero la línea azul que representa al río en los mapas ya no se condice con la realidad. Las aguas corren ahora por dos canales –uno construido del lado argentino y otro del paraguayo– situados a 600 kilómetros de la desembocadura del Pilcomayo.

El canal argentino terminó por perjudicar al Paraguay, porque desvió hacia la provincia de Formosa casi el 90 por ciento del caudal del río y generó una gran sequía del otro lado de la frontera.

Después de firmar el acuerdo en Formosa, Menem rechazó en forma tajante la posibilidad de una compensación económica al Paraguay. El Presidente afirmó que las cosas "no se hicieron bien", pero negó que la responsabilidad por los daños fuera argentina, la versión difundida por los medios paraguayos. Menem hizo referencia al clima que se vivió en Paraguay el año pasado y dijo que los medios de comunicación habían reflejado allí un "exacerbado nacionalismo". Con el acuerdo en sus manos, concluyó: "Nunca las relaciones entre la Argentina y el Paraguay estuvieron en un nivel como el de ahora".

01-01 9406035

Nº. DOC 9406036
TIT Menem acusa a la izquierda de intentar desprestigiar a los militares
P 30/4/94
150024
11164 - 66960
11507 -
11163 -
11165 -
11414

ACUSO A LA IZQUIERDA DE INTENTAR DESPRESTIGIAR A LOS MILITARES

Menem dijo que hay sectores que están incitando a la "lucha de clases"

El presidente Carlos Menem acusó ayer a la izquierda de intentar "dividir a las Fuerzas Armadas del pueblo", por el asesinato del soldado Omar Carrasco y por reclamar la derogación del servicio militar obligatorio. Menem, sin embargo, no identificó a los sectores que eran el blanco de su crítica.

El presidente **Carlos Menem** denunció ayer un supuesto intento de **"dividir a las Fuerzas Armadas del pueblo"** impulsado por sectores izquierdistas que no identificó, pero que dijo critican a los militares por el asesinato del soldado **Omar Carrasco** y reclaman la derogación del servicio militar obligatorio.

En un discurso en el que aludió al fantasma de la subversión y del marxismo, Menem también comparó a esos grupos con los Montoneros, afirmó que también **"están incitando a la lucha de clases"** y señaló que los jóvenes que adhieren a esas consignas están haciendo "el papel de **idiotas útiles**".

Después de manifestar su dolor por la muerte de Carrasco, y señalar los esfuerzos del Gobierno para que se esclarezca el caso, subrayó que "estos que destilan odio **no dijeron una sola palabra en defensa de los pobres soldados que fueron abatidos (por el Movimiento Todos por la Patria) en el copamiento de La Tablada**" en 1989. En este ataque murieron 4 soldados, junto a 2 oficiales, 2 suboficiales y 2 policías.

Menem no dio nombres pero probablemente se haya referido a los líderes del Frente Grande **Chacho Alvarez** y **Pino Solanas** y a la presidenta de las Madres de Plaza de Mayo **Hebe Bonafini**, entre otros, quienes participaron de las marchas de silencio que se realizan en Neuquén en reclamo del esclarecimiento del asesinato.

Clarín intentó ayer consultar con la Secretaría de Medios de la Presidencia, con su secretario **Raúl Burzaco**, para que se hicieran precisiones oficiales a cerca de la identidad de las personas que el Presidente señalaba en sus palabras. Pero no hubo respuesta oficial.

En cuanto a la situación judicial de ese caso, el ministro de Defensa **Oscar Camilión** dio a entender ayer que su cartera no **apelará** la decisión de la Cámara Federal de Neuquén que avaló la sentencia de primera instancia que permite a 52 conscriptos del Grupo de Artillería 601 no volver al cuartel hasta que se esclarezca el caso (véase aparte).

Menem habló primero en Radio Municipal y después en el acto de bienvenida a la corbeta **ARA Granville** que regresó después de haber participado, durante seis meses, del bloqueo de las Naciones Unidas a Haití.

En compañía del jefe de la Armada, almirante **Enrique Molina Pico**, Menem comentó que **"de nuevo aparecen las pancartas, los afiches, los odios y los personajes que hicieron de la lucha armada una constante en esta parte del continente"**, en alusión a las marchas.

"Muchos de esos pocos jóvenes (que participan de las movilizaciones) hacen el papel de **idiotas útiles, impulsados por los ideólogos de turno**, que es la única forma que entienden las cosas o pretenden imponer ideas a partir de la violencia", agregó. Si bien "son pocos —continuó— son el caldo de cultivo de lo que puede venir **si no paramos la mano (de los reclamos) a tiempo**".

Comparó a esos "jóvenes y otros que no lo son tanto con aquellos que con distintos nombres y distinta generación, el general (Juan Domingo) Perón expulsó en una ocasión de la Plaza de Mayo", en alusión a los Montoneros. (véase aparte)

Después de acusarlos de "incitar a la lucha de clases, que es una cuestión que no pasa por la cabeza de los argentinos", comentó que "si se les pregunta a esos que andan por la calle, que felizmente son pocos, **no saben quién ha sido el Che Guevara**".

"Conocen su figura, su estilo personal, su look, como se dice, pero en lo que hace a la cuestión ideológica, **no saben absolutamente nada**", aseguró Menem.

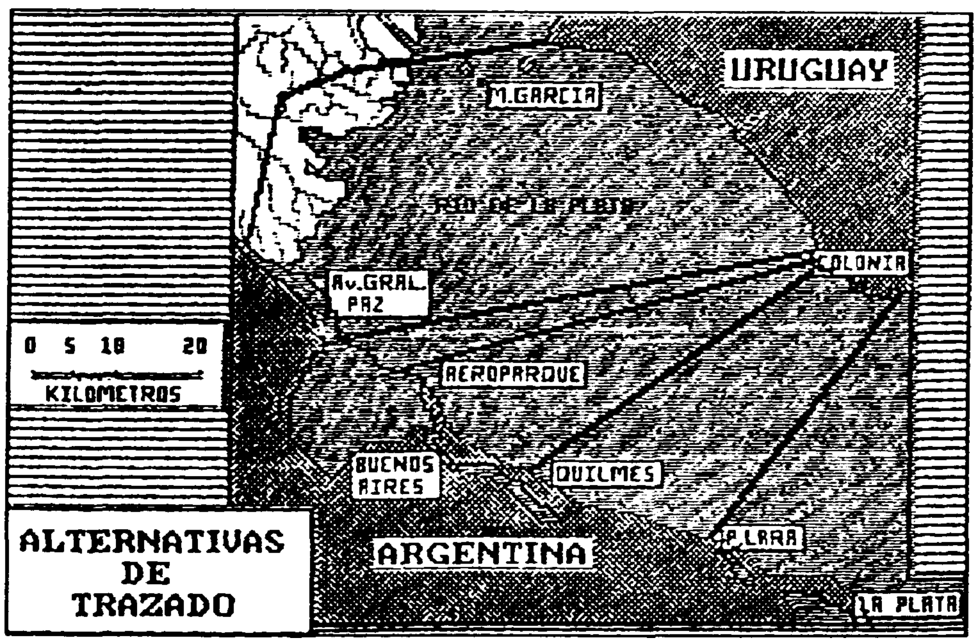
En la parte de su mensaje en que fue más explícito sobre los destinarios de sus críticas, precisó que "hicieron manifestaciones en el Sur y firmaron un manifiesto que, en vez de convocar a la paz, **convoca al odio** a partir de torpes y absurdas mentiras".

9406036

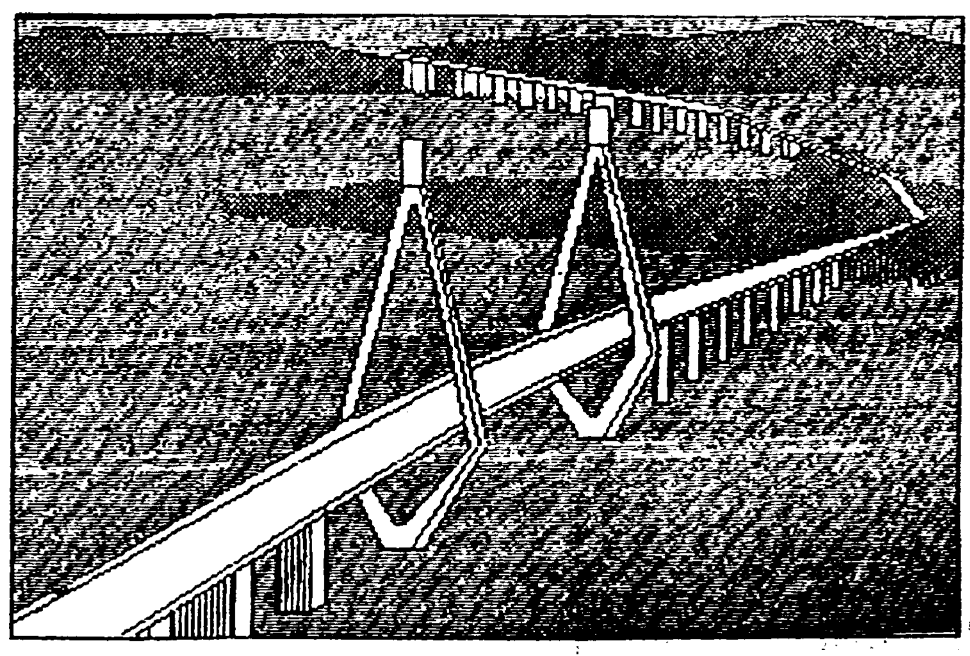
Nº. DOC. 9406037
20/4/94

Firman contrato de consultoría para estudios de puente Colonia-Bs. Aires

● *El primer informe sobre la viabilidad estará pronto dentro de seis meses*



ALTERNATIVAS DE TRAZADO



En el día de hoy, a las 15 horas, se firmará en el Edificio Libertad el contrato de consultoría para la realización de los estudios básicos para las obras del puente Buenos Aires - Colonia.

El contrato binacional con la consultora seleccionada implica un hito importante en la concreción del proyecto de la construcción de una unión fija entre los dos países.

El contrato será firmado por el Ing. Carlos Cat como presidente de la Comisión Nacional Coordinadora para los Estudios del Puente y del Eje Vial quien representa al Poder Ejecutivo nacional y por el Dr. Wilyam Otrera Secretario de Obras Públicas y Comunicaciones, quien representa a la República Argentina.

El grupo consultor seleccionado para efectuar los estudios básicos, luego de un cuidadoso proceso, es el formado por Louis Berger International; Bear Stearns & Co. y Latham Watkins, participando también la Administración de Caminos Federales de los Estados Unidos y los Ministerios de Transporte y de Ordenamiento Territorial de Francia, entre otras firmas internacionales, además de firmas consultoras locales de la República Oriental del Uruguay y de la República Argentina, siendo el grupo liderado por la primera firma mencionada.

Los estudios que se realizarán bajo la supervisión de la Comisión Binacional se desarrollarán en 2 etapas; la primera etapa contempla que a los 6 meses sea entregado el informe sobre la viabilidad de la ejecución de las obras por el sistema de concesión de obra pública, mediante capital privado de riesgo.

Se continuaría luego con la segunda etapa, incluyendo un informe final con los análisis económicos, sociales y financieros, de tránsito, legales y de impacto ambiental; culminando los estudios con la elaboración de todos los documentos legales, incluyendo la documentación necesaria a firmar entre los dos países y el futuro concesionario.

Como se recuerda, en setiembre de 1992, se realizó en Buenos Aires la convocatoria a formular "Expresiones de Interés" por el proyecto; 127 representantes de los distintos sectores empresariales provenientes de 10 países concurrieron a la convocatoria, percibiéndose un acusado interés por la propuesta de un cruce fijo.

El clima de inversiones en la región ha mejorado notoriamente en los últimos años, en un proceso gradual que se está consolidando en una perspectiva de largo plazo, facilitando el emprendimiento de proyectos de infraestructura con financiamiento privado como es el puente entre Buenos Aires y Colonia.

La Comisión Binacional, de resultar positivo el resultado de la primera etapa y finalizados los estudios básicos, habrá logrado fortalecer su posición negociadora con el sector privado interesado en el emprendimiento, predisponer positivamente a los futuros inversores y al mismo tiempo dotar a los concesionarios potenciales de una información sólida y documentada para la preparación de sus propuestas.

El grupo consultor, liderado por Louis Berger International e integrado con firmas nacionales, realizará en síntesis las siguientes tareas: análisis del sistema actual de transporte; proyección de la demanda de tránsito del proyecto; estudio de distintos alineamientos alternativos con sus correspondientes conexiones; definición de las características y costos de las instalaciones; análisis de los proyectos complementarios; análisis del impacto ambiental; análisis económico y social; análisis financiero y de riesgo; convenios contractuales con el concesionario; institución para la administración del proyecto; convenios internacionales, promoción y marketing del proyecto.

01-03
9406037

El grupo consultor está integrado por firmas extranjeras asociadas a empresas nacionales

Se firmó contrato con consultora para estudios sobre obras en puente Colonia-Buenos Aires

*** *En seis meses entregarán el primer informe sobre la viabilidad de ejecución del proyecto mediante concesión de obra pública con capital privado de riesgo***

■ En el día de ayer a las 15 horas, se firmó en el Edificio Libertad el contrato de consultoría para la realización de los estudios básicos para las obras del puente Buenos Aires-Colonia.

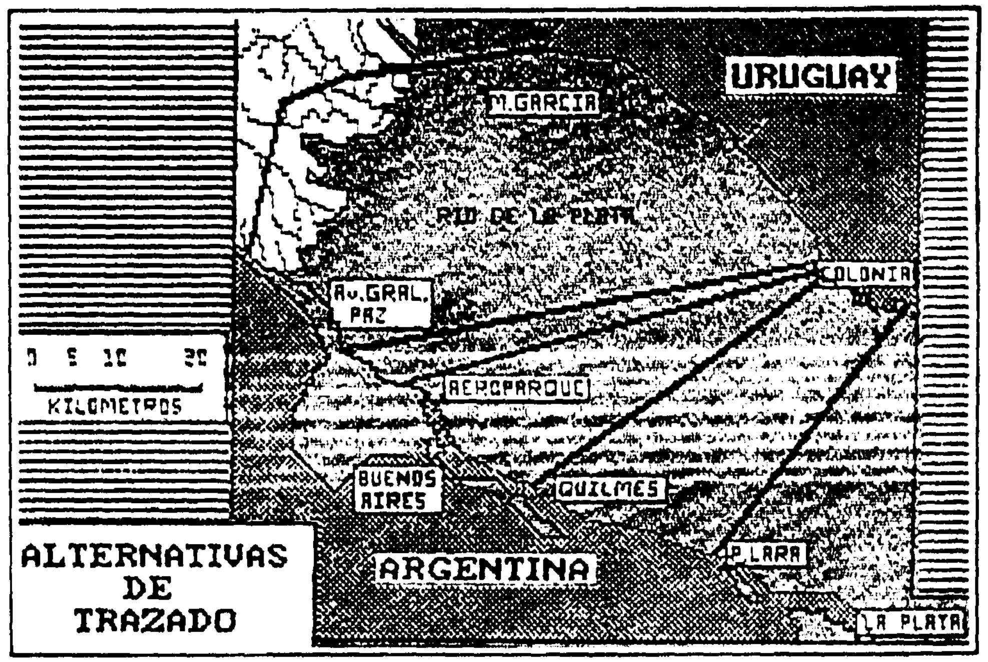
El contrato binacional con la consultora seleccionada implica un hito importante en la concreción del proyecto de la construcción de una unión fija entre los dos países.

El contrato fue firmado por el ingeniero Carlos Cat como presidente de la Comisión Nacional Coordinadora para los Estudios del Puente y del Eje Vial, quien representa al Poder Ejecutivo, y por el doctor Wilyam Otrera secretario de Obras Públicas y Comunicaciones, que representa a la República Argentina.

El grupo consultor seleccionado para efectuar los estudios básicos, luego de un cuidadoso proceso, es el formado por Louis Berger International; Bear Stearns & Co. y Latham Watkins, participando también la Administración de Caminos Federales de los Estados Unidos y los ministerios de Transporte y de Ordenamiento Territorial de Francia, entre otras firmas internacionales, además de firmas consultoras locales de la República Oriental del Uruguay y de la República Argentina, siendo liderado el grupo por la primera firma mencionada.

Los estudios que se realizarán bajo la supervisión de la Comisión Binacional se desarrollarán en dos etapas; la primera contempla que a los 6 meses sea entregado el informe sobre la viabilidad de la ejecución de las obras por el sistema de concesión de obra pública mediante capital privado de riesgo.

Se continuaría luego con la segunda etapa incluyendo un informe final con los análisis económicos, sociales y financieros, de tránsito, legales y de impacto ambiental; culminan los estudios con la elaboración de todos los documentos legales incluyendo la documentación necesaria a firmar entre los dos países y el futuro concesionario.



La gráfica muestra las alternativas de trazado del puente Colonia - Buenos Aires.

Como se recuerda en setiembre de 1992 se realizó en Buenos Aires la convocatoria a formular "expresiones de interés" por el proyecto; 127 representantes de los distintos sectores empresariales provenientes de 10 países concurrieron a la convocatoria, percibiéndose un acusado interés por la propuesta de un cruce fijo.

El clima de inversiones en la región ha mejorado notablemente en los últimos años, en un proceso gradual que se está consolidando en una perspectiva de largo plazo, facilitando el emprendimiento privado como es el puente entre Buenos Aires y Colonia

La Comisión Binacional, de ser positivo el resultado de la primera etapa, finalizados los estudios básicos, habrá logrado fortalecer su posición negociadora con el sector privado interesado en el emprendimiento, predisponer positivamente a los futuros inversores y al mismo tiempo dotar a los concesionarios potenciales de una información sólida y documentada para la preparación de sus propuestas.

El grupo consultor, liderado por Louis Berger International e integrado con firmas nacionales, realizará en síntesis las siguientes tareas: análisis del sistema actual de transporte; proyección de la demanda de tránsito del proyecto; estudio de distintos alineamientos alternativos con sus correspondientes conexiones; definición de las características y costos de las instalaciones; análisis de los proyectos complementarios; análisis del impacto ambiental; análisis económico y social; análisis financiero y de riesgo; convenios contractuales con el concesionario; institución para la administración del proyecto; convenios internacionales; y promoción y marketing del proyecto.

02

9406037

Firman Contrato Para Estudios Básicos

PUENTE COLONIA-BUENOS AIRES: HOY CUMPLEN IMPORTANTE HITO

En el día de hoy a las 15 horas se firmará en el Edificio Libertad, el contrato de consultoría para la realización de los Estudios Básicos para las obras del Puente Buenos Aires-Colonia, superándose de esta manera un importante hito en la concreción del proyecto que unirá por otra vía fija los dos países del Plata.

El contrato será firmado por el **Ingeniero Carlos Cat** como **Presidente de la Comisión Nacional Coordinadora para los Estudios del Puente y el Eje Vial, representando al Poder Ejecutivo** y por el **Dr. Wilyam Otrera, Secretario de Obras Públicas y Comunicaciones, representando a la República Argentina.**

El grupo consultor seleccionado para efectuar los Estudios Básicos, luego de un cuidadoso proceso, es el formado por **Louis Berger International; Bear Stearn & Co. y Latham Watkins**, participando también la **Administración de Caminos Federales de los Estados Unidos** y los **Ministerios de Transporte y Ordenamiento Territorial de Francia**, entre otras firmas internacionales, además de firmas consultoras locales de Uruguay y la Argentina, siendo el grupo liderado por la primer firma mencionada.

PRIMER INFORME EN SEIS MESES

Los estudios que se realizarán bajo la supervisión de la Comisión Binacional se desarrollarán en dos etapas; la primera de ellas contempla que a los 6 meses sea entregado el informe sobre la viabilidad de la ejecución de las obras por el sistema de concesión de Obra Pública mediante capital privado de riesgo.

Se continuará luego con la segunda etapa incluyendo un informe final con los análisis económicos, sociales y financieros, de tránsito, legales y de impacto ambiental, culminando los estudios con la elaboración de todos los documentos legales incluyendo la documentación necesaria a firmar entre los dos países y el futuro concesionario.

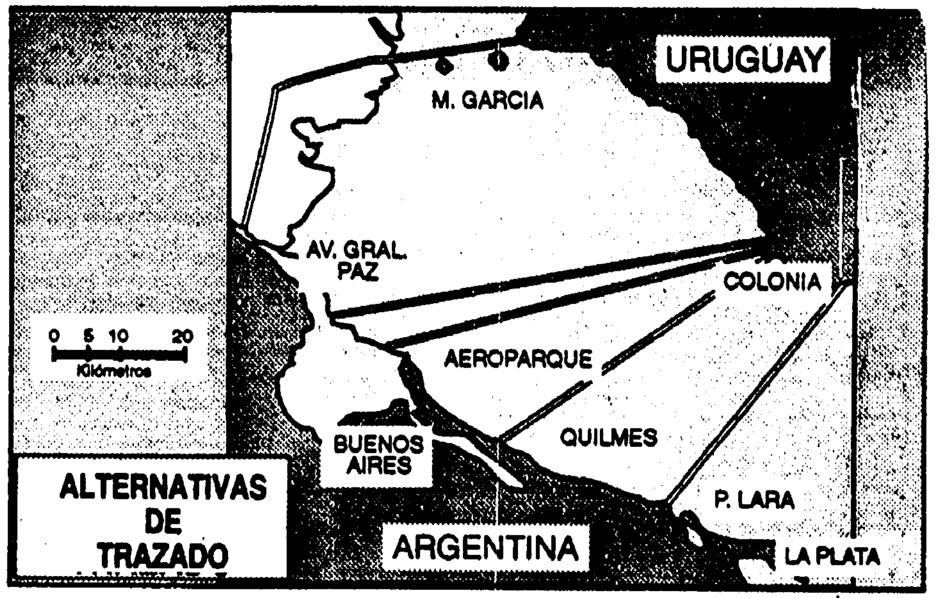
Como se recordará en setiembre de 1992 se realizó en Buenos Aires la convocatoria a formular "Expresiones de Interés" por el proyecto; 127 representantes de los distintos sectores empresariales provenientes de 10 países concurrieron a la convocatoria percibiéndose un acusado interés por la propuesta de un cruce fijo.

Se ha detectado por parte de los técnicos que estudian el proyecto que el clima de inversiones en la región ha mejorado notoriamente en los últimos años, en un proceso gradual que se está consolidando en una perspectiva de largo plazo, facilitando el emprendimiento de proyectos de infraestructura con financimiento privado como lo es el Puente que unirá Colonia con Buenos Aires.

EL FUTURO PROXIMO

La Comisión Binacional anunció que, de resultar positivo el resultado de la primera etapa, finalizados los estudios básicos, habrá logrado fortalecer su posición negociadora con el sector privado interesado en el emprendimiento, predisponer positivamente a los futuros inversores y al mismo tiempo dotar a los concesionarios potenciales de una información sólida y documentada para la preparación de sus propuestas.

En síntesis se indicó que el grupo consultor liderado por Louis Berger International e integrado por firmas nacionales realizará las siguientes tareas: Análisis del sistema actual de transporte; Proyección de la demanda de tránsito del proyecto; Estudio de los distintos alineamientos alternativos con sus correspondientes conexiones; Definición de las características y costos de las instalaciones; Análisis del impacto ambiental; análisis económico y social; Análisis financiero y de riesgo; Convenios contractuales con el concesionario; Institución para la administración del proyecto; Convenios Internacionales y Promoción y Marketing del Proyecto.



Las opciones para el trazado definitivo del puente. Uno de los puntos más importantes para dilucidar

03-03

9406037

1/2

0539401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

DIVISION INTELIGENCIA NAVAL
Republica O. de Uruguay

Montevideo, 08 de junio de 1994.-

Of.DINTE (R)Nro.053/08/ VI /94.-
As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 44 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.

Saluda a Usted atentamente.-

(DR/gri)

Capitán de Corbeta (CG)
OSCAR DOURRON
P/S/A/M Jefe de la División
Inteligencia Naval

0539401 a 02.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de entrada 13/6/94
Nº 215

MINISTERIO ... NACIONAL
10
Antecedentes
Nº 9406038

9406038

001/002

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 16-6-94
Pasa a SDI
9406038

03836

0539402

Page No. 1
06/09/94

APELLIDO	NOMBRES	LFDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
ARBELO [illegible]ARRECHE	AMADEO	140[illegible] DUR.	[illegible].735.991-3	RIA [illegible]6531	PLAYA PASCUAL PARADAZ
ARBELO FERAZA	DOMINGO ALEJANDRO	230166 S.J.	4.205.091-8	DEI 5000	
BARCELLOS	ELIDA ROSANA	010764 SAL.	1.[illegible].105-0	ASB 1[illegible]	PONTEVEDRA 35[illegible]
BARCELLOS FAGUNDEZ	EUGENIA	260545 SAL.	1.736.618-8	AZA 30366	E.CASTELAR 4440 BLOCK 5D
BRUNO	ANTONIO [illegible]	[illegible] BS.AS.			REP.ARGENTINA
BRUNO GOMEZ	CLAUDIO ANTONIO	060469 COL.	4.115.[illegible]-9	NAB 16656	APARICIO SARAVIA 910(COL)
CENTURION [illegible]	REINALDO	R.NEGRO			MELO 3012 (F.BENTOS)
CENTURION LOITEY	JUAN RAMON	210575 R.NEGRO	3.545.956-9	LBC 9638	MELO 3012 (F.BENTOS)
CERVINI FERNANDEZ	RUBEN JOSE	1[illegible]0674 ART.	4.[illegible]	ICF 1[illegible]	MONES QUINTELA 3[illegible](ART)
CERVINI SILVEIRA	GABRIEL	170256 ART.	2.[illegible].957-1		MONES QUINTELA 3276(ART)
DA ROSA [illegible]	[illegible]	[illegible] ART.	[illegible]	IRI [illegible]	URUGUAY 1608 AP.301
DA ROSA VENTANCOURTE	MARY SOLANGE	150669 ART.	2.900.863-1	YAC 30051	URUGUAY 1608 AP.301
DA SILVEIRA SILVERA	WASHINGTON	100171 MDEO.	[illegible]	CFA [illegible]	SANTIAGO FIGUEREDO 4[illegible]
DAGLIO FUMEAU	GERMAN DIMAS	[illegible]	3.[illegible].959-5		CERRITO Y CALLE 3(PDU)
DAGLIO GARCIA	MARCELO RAUL	[illegible] PDU.	[illegible]	KCA 10665	CERRITO Y CALLE 3(PDU)
DALL ORTO MOYANO	JORGE ORESTES	160252 MDEO.			PANAME S/N EL PINAR
DALL ORTO PIREZ	FABIAN MARTIN	[illegible]0575 MDEO.	[illegible].[illegible].679-0	CMF [illegible]	PANAME S/N EL PINAR
DE VARGAS FAGUNDEZ	RUBEN ARIEL	261274 ART.	4.188.051-4	IAC 55634	LA PALOMA 1794
DE VARGAS PEREYRA	RUBEN RAMON	[illegible] ART.	[illegible].154.062-6	IAC [illegible]	A.CHEVESTE [illegible](ART)
DIAZ	RAFAEL MELO	140133 T.T.	3.[illegible].800-9	FEC 1032	CARMELO COLMAN 1529(T.T)
DIAZ [illegible]	CESAR GABRIEL	030476 T.T.	[illegible]	FAA 46113	CARMELO COLMAN 1[illegible](T.T)
FAGUNDEZ VARGAS	MIRYAN SONIA	040357 ART.	3.[illegible].640-0	IAC 33037	A.CHEVESTE 992(ART)
FERNANDEZ	MARIA LOURDES	170957 ART.	[illegible]		MONES QUINTELA [illegible](ART)
FIGUEREDO RIVERO	WASHINGTON DANIEL	290964 MDEO.	1.[illegible].361-	BKB 13194	ITACUMBU 3986 AP.2
GARABEDIAN SILVA	MARIA DEL ROSARIO	[illegible] MDEO.	[illegible]-5	BPA 19284	SOLIS GRANDE 910
GARCIA BARRIOS	ELENA MARCELINA	110138 TBO.			CERRITO Y CALLE 3(PDU)
GOMEZ	MARIA SILVIA	[illegible] MDEO.			YUGOSLAVIA 775 BIS
GOMEZ	HILDA NELYS	180133 COL.	3.601.479-0	NKC 5387	APARICIO SARAVIA 910(COL)
GOMEZ [illegible]	FREDY DANIEL	1[illegible]659 ROCHA	1.84[illegible]	BTF 45552	PONTEVEDRA 3573
IZQUIERDO [illegible]	JUAN JOSE	230233 MDEO.	[illegible].796.407-9	AGB 5370	PEDRO VIDAL 2564 AP.6
IZQUIERDO VAZ	GRISEL ROXANA	[illegible] MDEO.	[illegible]-4	SFB 9797	ITACUMBU 3986 AP.2
LOITEY LOITEY	HELEL ELIZABETH	R.NEGRO			MELO 3012 (F.BENTOS)
MALDONADO [illegible]	JULIA	040425 MAL.	3.707.[illegible]-6	OAA 25468	4 DE OCTUBRE S/N(SAN CARLOS)
MOSQUEIRA BENITEZ	STELLA MARY	210571 PDU.	[illegible].856.774-[illegible]		SANTIAGO FIGUEREDO 42[illegible]
MUÑOZ [illegible]	RAMON AMADO	180[illegible] MDEO.	1.871.[illegible]	CDA 60364	YUGOSLAVIA 775 BIS
PARDO BRUM	ALFREDO	241224 MDEO.	.[illegible].623-8	DAB 8726	LA ALJABA 1632
PARDO RODRIGUEZ	NURIA INES	091171 MDEO.	[illegible]	BDD 5417	CALLES 4 Y 7(TOLEDO)
PERAZA	ESMILZE	140632 S.J.	3.279.744-4	OGA 5325	PLAYA PASCUAL PARADAZ
PEREZ DE PEÑA	MARIA DEL CARMEN	190551 MDEO.	1.[illegible].247-1	BCA 53970	PANAME S/N EL PINAR
RODRIGUEZ BRUM	JUANA MARIA	260932 T.T.	.715.767-6	BDB 25733	LA ALJABA 1632
VAZ PEREIRA	IRMA	[illegible]0634 MDEO.	1.[illegible].794-5	BOB 11851	PEDRO VIDAL 2564 AP.6
VELAZCO	SEBASTIAN	CANELONES	3.338.567-1	NBD 10273	CARMELO 2317(TARARIRAS)
VELAZCO PEREZ	MARIA MARILS	270551 COL.	2.722.767-5	NBD 10080	CARMELO 2317(TARARIRAS)
VENTANCOURTE	ESTELA	190246 ART.	3.634.572-9	IAC 26376	PTE. BERRETA 749 (ARTIGAS)

NRO 59.

9406038

002/002

4.

DEPTO. MONTEVIDEO

101200JUN94

M E M O R A N D U M Nro.057 / 94

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A: LOPEZ CAGGIANI Miryam Elba (Fr.)

T E X T O : C.I.: 1.113.693-9

C.C.: Serie BBB Nº15667

MAESTRA (Colegio CORAZON DE MARIA)

DOMICILIO: CANSTANT Nº3232 (PROPIOS Y TRENTO)

FECHA 15,06 94 SH

Procesado a S.

OBSERVACIONES

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes

Capitán

Norberto ...

...0039

001/001

400039

06/10/1994 17:11 FROM SECRETARIA GRAL.- TO P.01

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES

OFICINA DE SECRETARIA GENERAL
TELEGRAMA Nº 400/94
PROCEDENCIA DIR. NAL. DE INF. E INTELIGENCIA
DESTINO DIR. GRAL. DE INFORMACION DE DEFENSA

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPOSITO	HORA DE DEPOSITO	CLASIFICACION	PRECEDENCIA	Nº CORRELATIVO
		10 06 94				

TEXTO: HEMOS RECIBIDO DE LA OCN BOGOTA RADIOGRAMA Nº019 DE ESTA DATA HACIENDONOS SABER QUE ENTRE LOS DIAS 11 y 16 DE LOS CORRIENTES SE REALIZARA EN CARTAGENA LA IV CUMBRE IBEROAMERICANA DE JEFES DE ESTADO Y DE GOBIERNO. SOLICITANDONOS A SU VEZ SE LE INFORME SOBRE GRUPOS TERRORISTAS CON CAPACIDAD DE EJECUTAR ACTOS EN PERJUICIO DE LOS DIGNATARIOS / QUE CONCURRIRAN.-

EN MERITO AL CORTO PLAZO PARA EL INICIO DE LA ACTIVIDADES Y LA IMPORTANCIA DE LA INFORMACION; SOLICITO EN LO POSIBLE QUE LA RESPUESTA SEA CURSADA EN FORMA "URGENTE", AUN EN CASO NEGATIVO./

SALUDA A USTED ATENTAMENTE.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 10.06.94
Pase a SIDI
Nº de Identificación 9406041

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada 10 JUN 1994
Pase a ARCHIVO
Nº de Orden 9406041

VIA	emisión	recepción	FECHA	HORA	EMITIO	RECIBIO

OBSERVACIONES:

Form. 3 - 100.000 - INTER

001 Contestado x telefono 9406041 LA VICTORIA

P.134.-

Montevideo, junio 10 de 1994

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA METALURGICA

INDUNOR:Cno.Maldonado Km. 15.500;Se mantiene el campamento y una olla sindical frente a la Planta.-

U.N.T.M.R.A.:El 13/VI/ está prevista una Asamblea de la Dirección Nacional ampliada.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

P.I.T.-CNT: En la fecha la Mesa Representativa en hora a confirmar realizará una reunión, donde se tratará los paros de 24 - 36 y/o 48 horas, para los sectores Públicos y Privados.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

UNION DE TRABAJADORES DE [illegible]:No se realizan horas extras, exigiendo la posibilidad de paros sorpresivos.-

SIND UNICO AUTONOMO DE TRABAJADORES CON TAXIMETROS;CONSTANCIA; En la Asamblea efectuada en el día de ayer, a la hora 10.00' se resolvió realizar una marcha partiendo del local de la UNTMRA., previamente la Mesa Directiva del SUNTMA., resolvió enviar una nota a la Central Obrera sobre los hechos ocurridos el pasado 7/VI/ en la movilización efectuada por los trabajadores de El Espinillar y ASTRA, donde la Fuerza Pública tomo los datos filiatorios de un dirigente gremial. Posteriormente a la hora 16.40' se inicia una marcha por la Avda. de El Libertador , ocupándose media calzada, arribando a la intersección de la Avda. 18 de Julio y Rio Negro unas 80 personas, asi como varios taximetros los cuales hacían sonar sus bocinas; A continuación se dirigen hasta el local de la Emisora CX 44 Radio Panamericana, pasando luego por frente al local del Ministerio de Economía y Finanzas . Se hace constar que próximo a la hora 17.50' se producen incidentes entre los manifestantes y obreros de taximetros que se encontraban trabajando,ocasionándose daños materiales en algunas vehículos, en total cinco así como un herido por disparo de un arma de fuego. Siendo la hora 18.30 unas 150 personas ingresan al local de la I.A.S.A., donde se realiza un festival, el que finaliza en la fecha próximo a la hora 03.00' sin que se registraran novedades.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

ASOC. DE OBREROS DE ARQUITECTURA DEL M.T.O.P.: En el día de ayer se realizó una concentracion en las inmediaciones del Palacio Legislativo, por parte de unas 150 personas, donde se realizaó una exposición sobre la situación que atraviesan ,"dado que se les adeuda dos reajustes y cuatro meses de compensaciones". Posteriormente a la hora 12.55' se efectúa otra oratoria, en la cual "el gremio mantendría su postura y que se estudiarán los pasos a seguir", retirándose los presentes a la hora 13.15'.-

ENSEÑANZA- INTERGREMIAL;Próximo a la hora 19.30' se concentraron en la explanada de la Universidad unos 300 estudiantes de distintas facultades, los que comenzaron a retirar el naylon que se encontraba al alcanse de sus manos. Posteriormente inician una marcha hacia la Plaza de Cagancha y con el naylos que retiraron cubren el pedestal de la estatua de la Libertad, permaneneciendo hasta la hora 20.30' en que se retiran en distintas direcciones. Resta señalar que las clases se reinician el próximo 13/VI/.-

//

//-//////////-

001/001

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 13 JUN. 1994
Pase a Archivo
Nº. de Entrada 9400050

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 10.06.94
Pase a SIDI
9406050

9400050

Nº. DOCUMENTO 9406052
TITULO Colonos acusan al MST de prácticas irregulares en los asentamientos.
PROCEDENCIA Zero Hora
FECHA DE 30-4-94
VINCULACIONES 507482
505596

SEM-TERRA

Colonos denunciam a deputados desmandos praticados pelo MST

A Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembléia Legislativa vai investigar a partir da próxima semana as denúncias dos agricultores Naldo José Leoblein, e Germano Telles dos Santos contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em depoimento prestado ontem à comissão, os dois colonos, que foram expulsos do acampamento de sem-terra de Eldorado do Sul, acusaram os dirigentes do MST de praticar uma série de irregularidades dentro dos assentamentos.

O presidente da comissão, deputado Gleí Santana (PDT), classificou as denúncias como "gravíssimas" e prometeu entregar ao Ministério Público, na próxima semana, a ata e as fitas com o depoimento dos colonos. Entre outras acusações, Leoblein e Santos, que circularam por vários acampamentos antes de chegar a Eldorado do Sul, disseram que o MST adota uma política di[illegible]inatória na distribuição dos lotes [illegible] preferência aos solteiros. S[illegible]do eles, isso ocorre porque, n[illegible]ndo mulheres e crianças nos [illegible]pamentos, o MST tem mai[illegible]der para sensibilizar as autoridades. Também afirmaram que [illegible]eres do MST cerceiam a li[illegible]de dos acampados, favorecem [illegible]rostituição, a corrupção de menores e o trabalho escravo e tro[illegible] dólares por cruzeiros.

O MST negou todas [illegible]usações e garantiu que elas n[illegible]ssam da tentativa de alguns de[illegible]os de se utilizar dos colonos c[illegible]assa de manobra para dividir e [illegible]aquecer o MST, além de jogar [illegible]ciedade contra o movimento. [illegible]ST também vai pedir que as [illegible]ssões de Agricultura e de Direi[illegible]umanos da Assembléia visitem [illegible] acampamentos.

DOCUMENTO CON PARTES ILEGIBLES.

01-01 9406052.

Nº. DOCUMENTO 9406053
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE
VINCULACION

ELEIÇÕES 94

PFL gaúcho acerta aliança com o PMDB

□O acordo garante mais tempo no rádio e na TV para Britto e favorece os dois partidos na formação de bancada federal e estadual

SANDRA HAHN

O PMDB e o PFL selaram ontem uma união para disputar o governo do Estado. Os peemedebistas resolveram ignorar as pressões contra o entendimento com o PFL, vindas de seus aliados tucanos, rendendo-se aos atrativos dos pefelistas. Com o segundo tempo no horário eleitoral gratuito (6 minutos e 56 segundos para a majoritária) e um dos principais puxadores de votos da nominata proporcional, o vereador Jair Soares (candidato a deputado federal), o PFL apresentou credenciais mais do que suficientes para participar da aliança.

As negociações entre PFL e PMDB foram conduzidas numa reunião sigilosa que os dois partidos realizaram segunda-feira, às 16h, no escritório do vereador Jair Soares. Durante a tarde de segunda-feira, contudo, o PMDB não se sentia apto a dar uma resposta definitiva ao PFL, pois iria consolidar a já esperada aliança com o PSDB somente à noite. O PFL propôs, então, que a resposta fosse dada até hoje pela manhã, quando será realizada uma última reunião entre os líderes dos dois partidos.

A preocupação do PMDB era compatibilizar os interesses de seus dois aliados, PFL e PSDB. Como o PFL não reivindica participação na chapa majoritária — e deixou isso claro durante as negociações —, ficou mais fácil entregar a vaga de vice-governador ao PSDB. A prioridade para o PFL é formar uma bancada federal e estadual. A campanha nas duas frentes vai se basear na dobradinha Jair-Bonow (deputado estadual Germano Bonow, presidente regional do partido) e na experiência de ambos na área da saúde. Para o PFL, a união é vantajosa porque dificilmente o partido atingiria quociente eleitoral (número mínimo de votos para ter direito a uma vaga) sem coligação.

ULTIMATO — A exigência de uma resposta rápida por parte do PFL teve um motivo muito simples: na sexta-feira está marcada uma reunião com o PPR, na qual os pefelistas teriam de dar a palavra final na coligação. Os pefelistas quebraram a última barreira interna ontem, na reunião em Xangrilá, litoral norte do Estado. A executiva realizou uma rodada de encontros com as coordenadorias, visando deixar para o diretório a decisão sobre os destinos do PFL. Uma pesquisa interna apurou praticamente um empate técnico entre as preferências dos filiados sobre o PMDB e PPR. Depois que o comando obteve a licença para tomar a decisão, o PMDB virou favorito, pois o apoio à união com os peemedebistas é majoritário entre a cúpula.



Articulações: *o candidato do PMDB, Antônio Britto (E), e Jair Soares durante reunião no final de março*

9406053

C1-01

Nº. DOCUMENTO 9406054
TITULO PMDB e PSDB
PROCESO Jornal
FECHA 19-4-94
VINCULACI

ELEIÇÕES 94

PMDB e PSDB gaúchos devem fechar aliança

□Os tucanos marcaram para o dia 1º de maio uma pré-convenção, na qual tomarão a decisão final sobre coligações

94

Os tucanos e os peemedebistas gaúchos estão a um passo da formalização de uma aliança para a disputa das eleições de outubro, depois da reunião realizada ontem, no final da tarde, no diretório regional do PMDB. A negociação da vaga de candidato a vice-governador atende aos interesses dos dois partidos. Os peemedebistas já estavam comprometidos com as indicações de José Fogaça e Cézar Schirmer para o Senado e, no PSDB, segundo o presidente regional, Adroaldo Streck, 90% dos filiados prefere a vaga de vice. Nessa quinta-feira, as cúpulas dos dois partidos voltam a se reunir. O PMDB vai esboçar o perfil do companheiro de chapa de Antônio Britto e, depois, o PSDB vai discutir que nome encaixa nas características citadas. "Temos de escolher quem melhor possa compor com o perfil do Britto", confirmou Streck.

Logo depois de sair da reunião com o PMDB, os tucanos reuniram-se com o candidato do PT, Olívio Dutra, e o presidente regional do partido, Ronaldo Zulke. Em tom mais formal, ouviram novamente dos petistas a disposição de abrir vaga para o vice-governador João Gilberto Lucas Coelho na disputa ao Senado, mesmo no caso do senador José Paulo Bisol (PSB) concorrer à reeleição. Um novo encontro só vai ocorrer em maio. Uma reunião da executiva do PSDB decidiu, na manhã de ontem, fazer uma pré-convenção no dia 1º de maio, para deliberar se o partido vai lançar candidatura própria ou optar pela coligação e, neste caso, com quem vai compor. Embora afirme não considerar a indicação de Éden Pedroso para vice de Olívio um impedimento para uma aliança com o PSDB, Zulke disse que tentaria convencer os tucanos do acerto da escolha.

SEM PFL — Só há uma sombra no acordo cada vez mais definido entre PMDB e PSDB no Estado: uma eventual coligação dos peemedebistas com o PFL. Embora os pefelistas estejam praticamente acertados com o PPR, segundo os peemedebistas existiriam integrantes do partido descontentes com o arranjo. Como os tucanos gaúchos combatem a aliança com o PFL no âmbito nacional, teriam dificuldades de explicar uma composição estadual que envolvesse o partido. Além do PFL, os peemedebistas fazem reuniões, nesta semana, com pequenos partidos como o PP (do vereador Luiz Negrinho) e o PL (do ex-candidato a prefeito Onix Lorenzoni). O PMDB está interessado em caracterizar Britto como candidato de uma coligação, não apenas de um partido. O fato será usado como mais um argumento para não apoiar o provável candidato do PMDB à Presidência da República, Orestes Quércia.



Negociações: *observado por Yeda Crusius, o peemedebista André Forster (E) cumprimenta João Gilberto*

9406054.

SM /P 9406055.
Nº. DOCUM.
TITULO Projeto ... / Ministro teme reflexo ...
PROCED. Folha de São Paulo
FECHA 7-4-94
VINCULACIÓN 507982
505536

Ministro teme reflexo eleitoral das invasões

Da Agência Folha, em Recife

O ministro da Agricultura, Sinval Guazelli, teme a ocorrência de conflitos numa eventual disseminação de invasões de propriedades rurais pelo interior do Brasil.

Ele afirmou que esses conflitos entre proprietários rurais e sem-terra teriam reflexos nas campanhas eleitorais e gerariam "intrigas na opinião pública".

A **Folha** revelou na edição da última segunda-feira que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) está programando um número recorde de invasões de propriedades rurais para este ano.

Segundo Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do MST, os sem-terra querem triplicar o número de ocupações em 94 para pressionar o governo a executar a reforma agrária. Em 93, os sem-terra invadiram 55 fazendas.

Guazelli diz que já recomendou agilidade ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marcos Lins, para executar o plano de reforma agrária do governo.

"Pedi a ele que procure terras públicas inaproveitadas e particulares improdutivas" para fazer desapropriações, afirmou.

O Incra é o órgão responsável pela política agrária federal e é ligado ao Ministério da Agricultura.

Orçamento

O ministro diz que o dinheiro para a reforma agrária está incluído no Orçamento da União, que ainda não foi votado pelo Congresso Nacional.

Segundo ele, o orçamento do Incra este ano é de US$ 1 bilhão. Guazelli não soube dizer quanto seria destinado à reforma agraria.

Ele não soube dizer também qual a meta de assentamento do ministério para este ano. "Quanto mais melhor", afirmou.

O ministro esteve em Recife para participar da abertura de um seminário sobre a modernização do setor primário no Nordeste.

Fazenda é invadida no Paraná

Da Reportagem Local e da Agência Folha, em Recife

Cerca de 2.300 famílias invadiram há dez dias uma fazenda na cidade de Paranapuema, no Paraná, perto da divisa com o Estado de São Paulo, segundo o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Desde o começo da invasão, os sem-terra já araram cerca de 40 alqueires de terra. Na próxima semana, pretendem começar o plantio na fazenda, considerada por eles como sendo improdutiva.

Segundo a coordenação do MST, vários prefeitos de cidades próximas a Paranapuema estão dando apoio à invasão.

Em Pernambuco, o MST está organizando para este semestre uma invasão de mil famílias em uma fazenda na zona da mata.

O anúncio foi feito ontem em Recife pelo secretário regional da entidade, Carlos Augusto da Silva.

Silva não quis revelar qual a propriedade a ser invadida. Afirmou apenas que a área tem pelo menos 3.000 hectares (30 milhões de metros quadrados, equivalente a 3.125 campos de futebol oficiais).

Disse que, como parte da organização, o MST tem procurado o apoio de igrejas e sindicatos rurais e urbanos. Para transportar os colonos das regiões mais distantes, afirmou, caminhões e ônibus deverão ser alugados.

A invasão, segundo o secretário, faz parte de uma mobilização nacional em favor da agilização do processo de reforma agrária.

Editoria de Arte/Folha Imagem

O MAPA DAS INVASÕES

N.º de fazendas invadidas pelos sem-terra por Estado em 93

Estado	Nº
PERNAMBUCO	12
MATO GROSSO DO SUL	5
PARANÁ	4
SÃO PAULO	4
BAHIA	4
GOIÁS	4
RIO GRANDE DO SUL	3
RIO GRANDE DO NORTE	3
PIAUÍ	3
SANTA CATARINA	2
PARAÍBA	2
SERGIPE	2
MARANHÃO	2
MINAS GERAIS	2
PARÁ	1
RONDÔNIA	1
CEARÁ	1

Fonte: Movimento Sem Terra

MST não tem projeto econômico para reforma

AMÉRICO MARTINS
Da Reportagem Local

O plano de reforma agrária que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vai enviar aos candidatos à Presidência não apresenta nenhuma proposta concreta para viabilizar economicamente as desapropriações.

O projeto dos sem-terra foi transformado no documento "A Reforma Agrária que Queremos", aprovado no 7º Encontro Nacional do MST, realizado em dezembro.

Os sem-terra querem desapropriar, prioritariamente, "os maiores latifúndios em cada Estado, as terras das multinacionais, bancos e grupos econômicos".

Além disso, eles pedem que as "terras férteis" das Forças Armadas também sejam destinadas à reforma agrária. Como compensação, sugerem que os militares fiquem com áreas não-produtivas, "para utilização em exercícios".

No documento, os sem-terra enumeram 87 exigências e propostas para a reforma agrária. Eles pedem, por exemplo, distribuição gratuita de sementes por três anos aos novos assentamentos, além de "estímulo para a implantação de projetos de irrigação", mas não dizem quem vai pagar a conta.

O MST "exige" uma reforma agrária que garanta "metas mínimas de 500 mil famílias assentadas por ano". Segundo o ex-ministro da Agricultura Antônio Cabrera, "não se assenta uma família por menos de US$ 10 mil".

Cabrera afirma que esse dado foi obtido através de um levantamento feito pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e pelo próprio Ministério da Agricultura.

Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do MST, reconhece que o documento não apresenta nenhuma proposta econômica para viabilizar a reforma agrária. Segundo ele, o documento é "mais uma pauta de reivindicação". Mauro afirma que o MST "não tem discutido suficientemente as propostas econômicas para saber de onde sairá o dinheiro para fazer a reforma agrária".

9406055.
01-01

SM
Nº. DOCUMENTO 9406056
TITULO MST Triplicare invasiones em 1994
PROCEDENCIA Folha de São Paulo
FECHA 4-4-94
VINCULACION 507482
505596

Movimento sem terra quer mais invasões

4/4 FSP

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra quer triplicar o número de invasões de propriedades rurais este ano, informa **Américo Martins**. Segundo o MST, em 93 foram realizadas 55 invasões. O coordenador nacional do movimento, Gilmar Mauro, disse que o principal incentivo para o aumento das invasões é a realização da eleição presidencial. Os sem-terra querem dar uma demonstração de força para que o próximo governo dê mais atenção à reforma agrária. O MST apóia a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência. Mauro disse que os sem-terra vão "entrar na campanha". O presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Roosevelt Roque dos Santos, acusa o MST de usar sem-terra como "massa de manobra" em anos eleitorais. PÁG. 1-7

Lula Marques/Folha Imagem

01-03

9406056.

CONFLITO NO CAMPO

Sem-terra querem triplicar invasões este ano

Mais de 150 fazendas podem ser invadidas; líder diz que objetivo é pressionar futuro governo a fazer reforma agrária

NO BRASIL EXISTEM

12

milhões de trabalhadores sem-terra

DESSE TOTAL

122.599

famílias estão assentadas de f[illegible] regularizada e

20

mil famílias estão alojadas em áreas invadidas

HÁ NO BRASIL

250

milhões de hectares em áreas devolutas do Estado e

285

milhões de hectares em latifúndios, além de

179

mil hectares de propriedade da

Jorge Araujo/Folha Imagem



O coordenador do Movimento dos Sem-Terra, Gilmar Mauro

AMÉRICO MARTINS
Da Reportagem Local

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vai promover um número recorde de invasões de propriedades rurais durante este ano.

No ano passado, segundo a própria entidade, 55 fazendas foram invadidas pelos sem-terra. "Este ano, o MST vai trabalhar para fazer pelo menos o triplo de ocupações", diz Gilmar Mauro, coordenador nacional do MST.

O principal incentivo para a mobilização dos sem-terra é a realização das eleições para presidente da República.

Na avaliação dos sem-terra, invadir propriedades rurais é a forma mais eficiente de pressionar o governo pela realização de uma reforma agrária.

Como os presidentes Fernando Collor de Mello e Itamar Franco fizeram poucas desapropriações, o movimento julga que é importante dar uma demonstração de força para que o próximo governo dê mais atenção ao tema.

Os sem-terra pretendem fazer invasões "massivas", segundo Mauro. Eles querem mobilizar entre 500 e 5.000 famílias a cada operação. O MST aposta que o resto da sociedade também vai fazer grandes manifestações.

'Ensaios'

Além das invasões, o MST está organizando manifestações de rua e ocupações de prédios de órgãos públicos ligados à reforma agrária —como o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e as representações do Ministério da Agricultural.

Organiza também o seu congresso nacional, que será realizado no início de 95. "Vão acontecer grandes mobilizações em 94. Os ensaios que estamos vendo dão a imagem do que serão os próximos meses", diz Mauro.

Para ele, as invasões "espontâneas" —que não são organizadas pelo MST— também devem crescer. "O povo vai mesmo, porque é a única alternativa que tem", diz.

Além da proximidade das eleições, os sem-terra acham que outro fator faz com que a conjuntura seja favorável às invasões: uma mudança na posição da sociedade sobre a reforma agrária.

Eles acreditam que conseguiram "desideologizar" a reforma agrária. "A sociedade, de uma forma geral, já não vê mais o tema como coisa de comunista", diz Mauro.

Para conseguir realizar seu plano, o MST vai contar com a ajuda de outros setores da sociedade.

CUT

Segundo Mauro, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Igreja e algumas organizações não-governamentais (ONGs) colaboram financeiramente com os sem-terra.

As próprias famílias assentadas em locais desapropriados para a reforma agrária contribuem, se quiserem e tiverem condições, doando 1% da produção para o MST.

Mauro afirma que algumas prefeituras —"até do PFL"— também ajudam o movimento, emprestando ônibus para as manifestações pacíficas.

Mão-de-obra

Os sem-terra também se organizaram em outras áreas. Eles mantêm escolas, fazem cursos técnicos (para formação de administradores de cooperativas e técnicos em tecnologias agrícolas) e jornais.

A finalidade, segundo o Movimento dos Sem-Terra, é criar uma mão-de-obra que possa garantir a viabilidade dos assentamentos.

UDR vê táticas de guerrilha

Da Reportagem Local

O presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Roosevelt Roque dos Santos, acusa o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de usar os sem-terra como "massa de manobra" em anos eleitorais.

Segundo ele, o número de invasões cresce em épocas de eleição. Santos afirma que o MST aproveita essas ocasiões para "aparecer para a mídia e mostrar que existe a necessidade de se fazer a reforma agrária".

Na avaliação dele, "o povo sente dó e cai na pregação deles". O presidente da UDR diz que o MST adota táticas de guerrilha em sua

O deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), ex-presidente da UDR, acha que o PT não vai conseguir fazer a reforma agrária e isto pode aumentar a violência no campo.

Antônio Cabrera, ex-ministro da Agricultura e presidente do PFL paulista, acredita que uma vitória do candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva, "não vai estimular as invasões".

No entanto, ele teme que Lula não consiga segurar os setores mais radicais do partido, o que também pode gerar mais violência no campo. "Toda invasão é estimulada pelo PT, ou é protegida pelo partido", afirma o ex-ministro da Agricultura.

O presidente da UDR concorda

Movimento vai apoiar a candidatura Lula

Da Reportagem Local

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vai apoiar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência.

Segundo Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais da entidade, os sem-terra vão "entrar na campanha" e "fazer todo o possível" para eleger Lula.

O programa de governo do PT propõe a realização de uma reforma agrária, mas não estabelece o número de famílias a serem assentadas.

Mauro afirma que Lula tem mais conhecimento e sensibilidade para o problema do que os outros candidatos à Presidência.

Ele reconhece que "seria ingenuidade" acreditar que o PT resolveria o problema fundiário do país em um mandato.

Segundo o líder dos sem-terra, o fato do MST priorizar as invasões não vai atrapalhar a campanha de Lula.

Na avaliação de Mauro, o candidato do PT deveria se identificar ainda mais com movimentos como o MST, visitando e fazendo campanha nas fazendas invadidas.

Ele não teme que setores da classe média desistam de votar no PT por causa dos vínculos do partido com as invasões.

Os sem-terra vão apresentar sua proposta de reforma agrária a todos os candidatos à Presidência. O programa foi aprovado pelo 7º Encontro Nacional do MST, realizado em dezembro, em Salvador.

Na proposta, o MST "exige" o assentamento de pelo menos 500 mil famílias por ano. Segundo Mauro, esta meta é viável mesmo com as dificuldades financeiras do governo.

Ele alega que é possível começar a fazer uma reforma agrária nos 250 milhões de hectares de terra pertencentes ao Estado.

Os sem-terra pedem, entre outras coisas, a revisão de todas as concessões, doações e vendas de terras públicas feitas a partir de 62; expropriação de áreas griladas; e um limite máximo de área para as propriedades rurais. (AM)

9406056

Igreja

JÁ MORRERAM

1.200

pessoas em conflitos fundiários pelo país

estratégia de ação, elaborando inclusive cartilhas que mostram como deve ser feita uma invasão de propriedade.

Para o coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, a afirmação de Santos é "uma mentira". Para ele, as alegações dos proprietários rurais mostram que o setor está "atrasado".

Temor

Além do aumento do número de invasões, os proprietários rurais temem uma possível vitória do PT nas próximas eleições.

com Cabrera. Para Santos, a consequência do possível aumento da violência vai levar a uma "reação" dos fazendeiros e pode gerar uma "tragédia".

Ele afirma que já alertou várias vezes o Ministério da Justiça sobre a situação no campo, mas diz que nada foi feito até agora.

Hoje, a UDR tem aproximadamente 80 mil filiados, segundo Santos. Na época do Congresso constituinte, quando realizava leilões de gado pelo país, a entidade chegou a ter 300 mil associados.

(AM)

03-03 9406056

N°. DOCUMENTO 9406057
TITULO SAE presenta programa de protección de la Amazonía.
PROCEDE La Juventud
FECHA DE 17/4/94
VINCULADO 507462
1163
SAE
11653

partes poco legibles

Los indígenas amazónicos rechazan planes de militarización y colonización

MAS PAN Y SALUD Y MENOS RADARES MILITARES

Un millón de indios amazónicos de Perú, Colombia, Venezuela, Ecuador, Guyana, Brasil, Bolivia, Guyana Francesa y Surinam rechazaron un proyecto del Gobierno brasileño para vigilar con radares esa región selvática, porque creen que es un plan de militarización y colonización.

La Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA) pidió al Gobierno de Brasil, en un comunicado emitido esta semana en Quito, que los mil millones de dólares de ese plan mejor los destine a la construcción de hospitales, escuelas y centros de salud.

El ministro de Asuntos Estratégicos del Gobierno brasileño, almirante Mario César Flores, presentó la semana pasada el programa para la «protección y explotación de recursos naturales, protección de áreas indígenas y represión de actos ilícitos», con la ayuda de radares en la Amazonía.

Flores invitó a los restantes países amazónicos a sumarse al proyecto, dijo que Colombia y Venezuela ya han mostrado interés en él, y advirtió que se trata de «un sistema de protección y no de defensa militar», pero los indígenas no lo creen.

«No necesitamos de militares que nos protejan. Muchas gracias de todos modos. Lo que necesitamos es que nos dejen en paz, que se reconozcan nuestros territorios y el derecho a una parte sustancial de lo que en ellos se produce», anota la COICA.

«Sabemos de la intención de militarizar una franja de por lo menos veinte kilómetros de ancho a todo lo largo de miles de kilómetros de selva, buena parte de los cuales es territorio indígena», agrega el comunicado.

«Si los mil millones que van a gastar en 'protegernos' los dividimos en un millón de indígenas que allí vivimos, nos da mil dólares por persona», afirma la COICA.

Al momento de la llegada de los españoles a América, la Amazonia estaba ocupada por no menos de dos mil pueblos indígenas y se estima que su población sobrepasaba los siete millones.

Pero sólo sobreviven unas cuatrocientas étnias, la mayoría en Perú (300.000 indios amazónicos), Brasil (213.000), Bolivia (172.000), Ecuador (95.000) y Colombia (70.000).

En la selva viven -de la caza, la pesca y la recolección- otros grupos humanos no indígenas, cuya población total es difícil de calcular y que, en su mayoría, son descendientes de colonos, caucheros y mineros. Por otro lado están cuatro millones de campesinos que malviven de la agricultura y la ganadería.

Entre el 50 y el 60 por ciento de los amazónicos residen en ciudades y pueblos, algunos fundados durante la colonia o en e siglo pasado, durante el «boom» del caucho, agrega el informe del TCA, que fue redactado por varios ex presidentes de la región y el Premio Nobel de Literatura colombiano Gabriel García Márquez.

Las principales ciudades son las brasileñas Manaos y Belén, con poblaciones millonarias; Iquitos y Pucallpa, en Perú; Santa Cruz, en Bolivia, y Leticia, en Colombia.

Más de siete millones de kilómetros cuadrados, la mitad del patrimonio biológico global, uno de cada cinco litros de agua dulce del planeta e innumerables leyendas conforman la Amazonia.

Sobre su riqueza biológica, el TCA anota que «en una sola hectárea viven tantas especies de hormigas como todas las de Inglaterra. Se calcula que hay 750.000 especies de insectos, 40.000 de vertebrados, 250.000 de plantas y 360.000 de microbios.

En la corona de un sólo árbol que emerge de la selva en Madre de Dios (Perú) se encontraron hace pocos años 5.000 especimenes distintos de insectos, de los cuales 4.000 eran hasta entonces nuevos para la ciencia.

DOCUMENTO CON PARTES ILEGIBLES.

01-01

9406057

Nº. DOCUMENTO 9406058

TITULO Ex Comandante de PM de Alagoas Nilton Rocha será processado.

PROCEDENCIA ZH

FECHA DE 6/4/94

VINCULACI 507482

1163

11326

11333

Ex-comandante da PM de AL será processado

O Tribunal de Justiça de Alagoas aceitou por unanimidade denúncia contra o ex-comandante da PM do Estado, coronel da reserva Nilton Rocha. Ele é acusado de ser responsável por lesão corporal de 600 trabalhadores sem-terra, num conflito ocorrido em janeiro de 91. ZH 6/4

9406058

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406059
TITULO Prensa Aérea [illegible] Bolivia
P. 34
FECHA 23/4/94
VINCULO 2007483
11163
500037
Bolivia

AVIAÇÃO

Brasil cede aeronave para a Bolívia

Brasília — O governo brasileiro vai doar à Força Aérea Boliviana 15 aviões Uirapuru — modelo T-23, tipo Aerotec A-122-A, utilizados em treinamento militar. A doação foi autorizada ontem pelo presidente Itamar Franco, que assinou um decreto informando que as aeronaves encontram-se recolhidas em aeroclubes brasileiros.

O Ministério da Aeronáutica foi encarregado de localizar e identificar essas aeronaves para serem colocadas à disposição do governo boliviano. O decreto do presidente Itamarpegou alguns assessores do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélio Viana Lôbo, de surpresa. "Isso deve ser algum convênio ou acordo firmado com o governo boliviano que foi estabelecido em determinado momento. Não sei se é a troco de nada", informou um oficial superior, assessor próximo do ministro da Aeronáutica. De acordo com esse assessor, essas aeronaves estão ultrapassadas e hoje são sucatas.

Os aviões Uirapuru foram utilizados pela Força Aérea Brasileira (FAB) para treinamento básico. "Era o primeiro avião em que o cadete voava depois de aprovado na escola de oficiais da Aeronáutica",afirmou o assessor do ministro Lélio Lobo.

ACIDENTE — A primeira história triste da aeronave Uirapuru ocorreu logo após sua fabricação pela Aerotec. Durante o ano de 1968 as aeronaves estavam em teste e foi num desses ensaios que o major José Mariotto Ferreira perdeu a vida. O Uirapuru que pilotava entrou em parafuso. O piloto saltou de pára-quedas, mas foi, instantes depois, atingido pelo leme do avião. De acordo com especialistas, a aeronave tinha a tendência de entrar em parafuso chato.

Numa tentativa de solucionar o problema, diretores da fábrica viajaram para a França, para testes em túneis aerodinâmicos. O Instituto de Mécanique des Fluides chegou à conclusão de que a aeronave entrava em parafuso por insuficiência de superfície no leme vertical. Recomendaram que todos os exemplares recebessem uma aleta adicional fixa sob a cauda. Essas aletas foram rapidamente adaptadas. ZH 23/4

9406059.
01-01

Nº. DOCUM. 9406060
TITULO militares tienen un importante papel en los asuntos del Estado
PROC. 150007
FECHA 15/4/94
VINCUL. 507462
1103
13065
1302

Brasil: a Treinta Años del Golpe aun Gravitan las Fuerzas Armadas

EP 15/4

RIO DE JANEIRO, 14 (Reuter). — Cuando las fuerzas armadas brasileñas lanzaron un incruento golpe de estado hace 30 años, pocos pensaban, incluso en las filas militares, que su control sobre el país iba a durar tanto.

Ahora, apenas nueve años después que el último general presidente abandonó el cargo, los máximos oficiales militares brasileños continúan teniendo un importante —algunos dicen que demasiado— papel en los asuntos del Estado.

"Las fuerzas armadas brasileñas están subordinadas al estado, declaró Luiz Carlos de Alburquerque Santos, un capitán retirado de la marina quien es profesor de política en el Colegio Nacional de Guerra de Río de Janeiro.

"Pero cuando los poderes de Estado actúan de manera tal que generan una protesta nacional, entonces los militares se consideran autorizados a pronunciarse, como voceros de la nación", agregó.

Teniendo en cuenta la reciente seguidilla de escándalos y crisis en Brasil, desde el juicio al ex presidente Fernando Collor hasta revelaciones de corrupción generalizada entre legisladores, ha habido mucho acerca dé lo cual pronunciarse.

El ministro de Asuntos Estratégicos, almirante Mario César Flores —uno de una docena de oficiales del gabinete brasileño o a cargo de empresas estatales claves— recientemente fustigó a la Corte Suprema y al Congreso por planes de asignarse aumentos salariales, en los precisos momentos en que las reformas económicas encaradas por el país están entrando en vigencia.

"Los militares no pueden aceptar que otras instituciones estén autorizadas a violar las reglas", manifestó Flores al diario Estado de Sao Paulo. El periódico consignó que oficiales de rango intermedio habían proyectado realizar "una maniobra ostensible" cerca del Congreso para protestar por los aumentos salariales aunque no llegaron a concretar su amenaza.

Otro importante oficial militar, quien no fue identificado, dijo al Jornal Do Brasil que la opinión pública respaldaría al ejército si rodeara al Congreso con tanques.

Los oficiales gustan contrastar el caos actual con la estabilidad de la "Revolución" de 1964-85. Para ellos, el "milagro económico" de un crecimiento medido en dos dígitos durante seis años consecutivos antes de la crisis petrolera de 1974 más que compensó la suspensión de la democracia y la represión de la oposición organizada, a veces armada.

Si no hubieran intervenido en 1964, cuando el presidente Joao Goulart abrazó la izquierda con propuestas de reforma agraria y una mayor participación de los sindicatos, Brasil habría sido dominado por el comunismo como Cuba y ahora estaría igual que la isla de Caribe, argumentan.

"La revolución —y precisamente porque fue una revolución y no un simple golpe de Estado— estableció un gobierno que fue fuerte por necesidad, capaz de resistir la subversión y restaurar el orden", escribió recientemente en el Jornal do Brasil, Armando Falcao, un prominente ministro de Justicia durante el régimeh castrense.

Pero críticos de los militares atribuyen el origen de la actual inestabilidad política de Brasil precisamente al régimen de los uniformados.

"Nunca hubo mucho respecto por las instituciones de Brasil ni por las reglas del juego pero 1964 empeoró mucho las cosas".

Al centralizar el poder en la figura del presidente, el régimen allanó el camino de la apatía, y hasta la corrupción, del Congreso actual, señaló Raposo.

"El único factor de legitimación para que los militares se aferraran al poder fue el crecimiento económico. Cuando perdieron esa ligitimación tuvieron que avanzar hacia la democracia", agregó.

Además, al tomar préstamos cuantiosos de bancos extranjeros para alimentar su milagro, los generales acumularon la mayor deuda externa del Tercer Mundo, estimada en 120 mil millones de dólares.

El sociólogo Hebert de Souza, propuesto para el Premio Nobel de la Paz de este año por su campaña contra el hambre endémica en Brasil, pasó seis años como oponente clandestino del régimen antes de exiliarse en 1971.

01-01

9406060

Nº. DOCUMENTO 9406061
TITULO Helicópteros Patrulham a Amazônia
PROCED. 150536
FECHA 16/4/94
VINCULACION \507482
111853
11329

Helicópteros fazem patrulha da Amazônia

ANDRÉ LOZANO
Da Agência Folha, em Manaus

Os rios da Amazônia estão sendo patrulhados desde ontem por helicópteros Esquilo, da Marinha, equipados com metralhadoras.

Eles farão o policiamento naval para combater contrabando, tráfico de drogas e invasão de fronteiras, além de auxiliar moradores à beira de rios.

O recém-instalado 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral da Marinha —primeiro a funcionar fora do Rio de Janeiro nos últimos trinta anos— contará inicialmente com cinco helicópteros.

Segundo o comando da Flotilha (frota naval) do Amazonas, o esquadrão chegará a 12 helicópteros.

O comandante da Flotilha, capitão-de-mar-e-guerra Napoleão Bonaparte Gomes, disse que o novo grupamento militar é importante para o crescimento da presença da Marinha na região —considerada por ele "muito vulnerável".

01-01

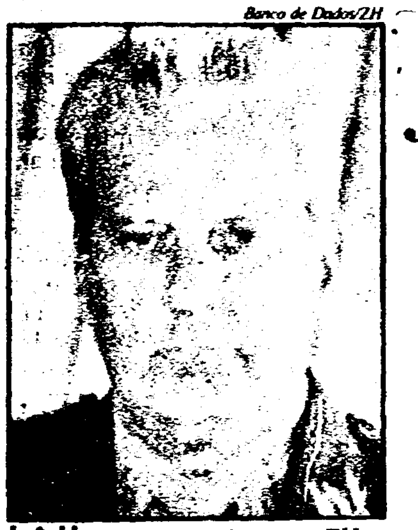
9406061.

Nº. DOCUMENTO 9406062
TITULO Ex-ministro do Exército propõe ... anti-Lula
PROCESSO 24
FECHA 7/4/94
VINCULADO 9307462
11163
11328
11304

ELEIÇÕES 94

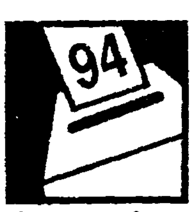
Ex-ministro do Exército prega frente anti-Lula

Banco de Dados/ZH



Leônidas: *elogios a Sarney e FH*

□Leônidas Pires Gonçalves disse que os conservadores devem formar uma ampla coligação para poder enfrentar o candidato do PT



Brasília — O ex-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves propôs ontem uma ampla aliança partidária para enfrentar o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera todas as pesquisas sobre a sucessão de Itamar Franco. "Os conservadores devem se unir para derrotar o Lula", disse Leônidas, após a solenidade de saudação aos coronéis promovidos a generais, realizada no Clube do Exército, em Brasília.

Segundo o ex-ministro, as forças conservadoras que derrotaram o petista na eleição de 1989 não foram bem sucedidas por terem defendido um candidato ruim: o ex-presidente Fernando Collor. "Agora, porém, poderemos contar com um excelente candidato", afirmou, citando especificamente o tucano Fernando Henrique Cardoso e o ex-presidente José Sarney, um dos pré-candidatos do PMDB à sucessão. Leônidas passou para a reserva depois de deixar o Ministério do Exército, no final do governo Sarney. Como militar da reserva, ele não é impedido de fazer comentários políticos.

SEGUNDO TURNO — O ex-ministro disse que um dos pontos favoráveis a Sarney é a sua colocação nas pesquisas eleitorais, à frente do ex-governador paulista Orestes Quércia, também postulante à candidatura pelo PMDB. O ex-ministro admitiu, entretanto, que o ex-presidente terá dificuldades para vencer as prévias do partido, principalmente por causa da força de Quércia em São Paulo. "Se passar por este obstáculo, terá todas as condições de chegar ao segundo turno", apostou.

Para Leônidas, a aliança negociada entre o PSDB e o PFL pode ser considerada o início da frente anti-Lula, mas argumentou que ela deveria ser ampliada para outros partidos. "Todos que forem necessários", enfatizou.

01-01 9406062

Nº. DOCUMENTO 9406063
TITULO Diferencias entre Argentina y Brasil por política nuclear [illegible]
PROCEDENCIA Clarín
FECHA 17-1-94
VINCULACIONES [illegible]

Los países de mayor peso en el Mercosur, Argentina y Brasil, registran ciertas desavenencias en el campo nuclear. Buenos Aires ya firmó el Tratado de Tlatelolco, que crea una zona libre de armas atómicas en América latina, pero Brasilia aún no logró que el Congreso de aquel país suscriba ese compromiso. Ambos países habían combinado la firma conjunta del Tratado. Las desavenencias en el Mercosur también vinieron del lado paraguayo: se quejaron de que las decisiones importantes fueron tomadas, en forma secreta, por argentinos y brasileños.

Diferencias entre Argentina y Brasil por la política nuclear

COLONIA (Enviado especial). — La relación política entre Buenos Aires y Brasilia sigue siendo el eje más fuerte del Mercosur, aunque en las últimas semanas **se registraron algunas desavenencias en el campo nuclear (fundamentalmente por la ratificación del Tratado de Tlatelolco).**

Consciente de esta situación, el canciller brasileño **Celso Amorín** renovó ante **Clarín** el compromiso de su gobierno de continuar propiciando ante el Congreso la ratificación de Tlatelolco, que crea una zona libre de armas nucleares en América latina.

"El problema es el Senado (brasileño)", puntualizó para justificar la mora de su país en ratificar ese acuerdo internacional, que se había convenido hacerlo en forma conjunta con la Argentina. Este, precisamente, fue el argumento en que se apoyó el radicalismo para votar en contra de la ratificación, que estaba pendiente desde hacía 25 años.

La discrepancia quedará aún más marcada cuando esta semana el gobierno argentino entregue formalmente la ratificación del acuerdo de Tlatelolco ante el gobierno depositario del instrumento: México.

Parecería que en este campo, los caminos, **des**pués de años de acercamientos, se comienzan a bifurcar.

Desde 1985 hasta la fecha, la Argentina y el Brasil habían comenzando un **camino conjunto** para controlar que el otro no estuviera embarcado en una carrera nuclear con fines militares, la más peligrosa de las rivalidades que habían separado a los dos grandes países de la Cuenca del Plata.

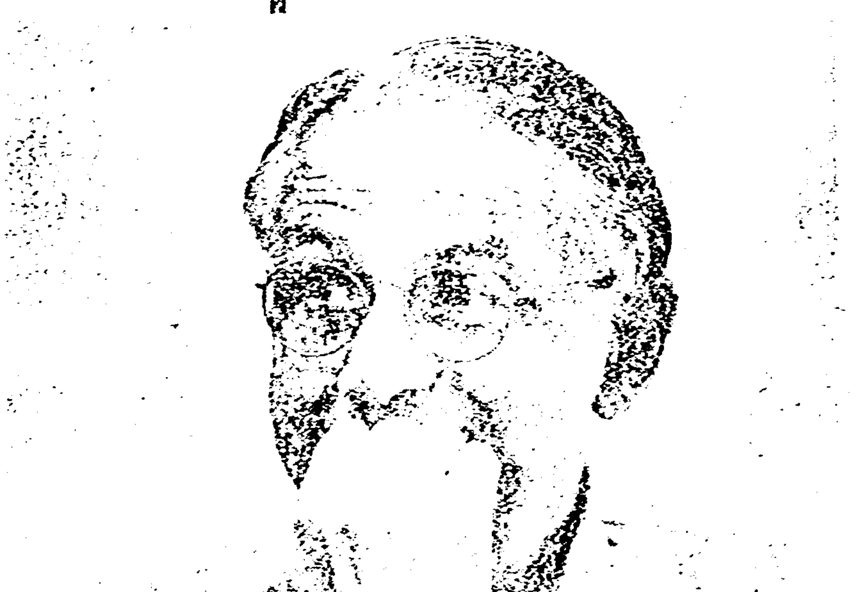
En ese camino de cooperación, un país abrió al otro sus instalaciones nucleares secretas y el Brasil terminó cerrando las famosas minas de Cachimbo, donde los militares tenían un programa atómico secreto.

La confianza fue más allá y se plasmó en una **agencia bilateral de control de materiales sensibles** y en un acuerdo entre esta, los dos países y la Organización **Internacional** de Energía Atómica. El Congreso brasileño tampoco ratificó aún este acuerdo de carácter **cuatripartito**.

La duda es si detendrá, o no, este proceso de bifurcación. Sobre todo cuando el canciller **Guido Di Tella** sigue preocupándose por ser **la vanguardia de la desnuclearización en América latina, mirando** más a Washington que a Brasilia.

Di Tella se comprometió a enviar este año al Congreso el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) —**aquel que nuestro país siempre resistió** por propiciar "el desarme de los desarmados"—, a pesar de que los **tiempos políticos del socio más importante de la Argentina** todavía no le hayan permitido digerir Tlatelolco ni el acuerdo cuatripartito.

D. S.



Canciller Guido Di Tella: roces entre Argentina y Brasil por la política nuclear.

DOCUMENTO POCO LEGIBLE
01-01
9406063.

Nº. DOCUMENTO 9406064

TITULO Senado ratifica acuerdo de control nuclear

PROCEDENCIA Página 12 [illegible]

FECHA DE 10-2-94

VINCULACIONES 1507182

11606

11295

~~11302~~

11333

Brasil bajo control nuclear

El Senado brasileño ratificó ayer el acuerdo de control nuclear firmado en 1992 con la Argentina, la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA) y la Asociación Binacional de Control Nuclear. La entrada en vigencia del acuerdo –prevista para los próximos días– someterá al Brasil por primera vez a controles de sus instalaciones atómicas, pero le permitirá continuación con la estrecha cooperación nuclear con Alemania, que iniciara en 1975, ya que el gobierno germano había exigido esta ratificación del acuerdo cuatripartito para continuar con la cooperación. La insistencia alemana se debe a que en el pasado hubo rumores sobre la posibilidad de que los brasileños estuvieran fabricando una bomba atómica, cosa que había inquietado a los países vecinos, incluida la Argentina, y el acuerdo prohíbe expresamente la instalación de armas nucleares.

DOCUMENTO POCO LEGIBLE

01-01

9406064

Nº. DOCUMENTO 9406065
TITULO PT defiende proyecto nuclear y presencia de militares en frontera
PROCED. El País
FECHA D. 1-2-94
VINCULACIONES 5507482
11164
11304
PT
V-11895
11163

Brasil: PT Defiende el Proyecto Nuclear

RIO DE JANEIRO, 31 (ANSA).— El Partido de los Trabajadores (PT) de Luis Ignácio Lula da Silva defendería los proyectos nucleares y la presencia militar en las fronteras nacionales en caso de que triunfe en las elecciones presidenciales que se celebrarán este año en Brasil.

Así lo afirmó Geraldo Cavagnari, el coronel de reserva del Ejército que elabora las propuestas militares del programa de gobierno del PT, en una entrevista publicada por el diario Fulha de Sao Paulo.

Cavagnari opinó también que en el caso de que Lula asuma el próximo gobierno, debería aumentar entre un 0,5 y un 2 por ciento la participación del área militar en el Producto Interno Bruto (PIB).

"Consideramos el actual índice del 0,5 por ciento del PIB como insuficiente para mantener la fuerza militar con capacidad operacional satisfactoria. Para llevar adelante la reestructuración tecnológica de las fuerzas armadas, ese índice deberá aumentar, si es posible, hasta el límite deseable de 2 por ciento del PIB, de manera progresiva en cinco años y sin atropellar las prioridades sociales", afirmó Cavagnari.

El coronel sostuvo que todos los programas en curso en el área militar continuarán siendo desarrollados en un eventual gobierno de Lula, aún los dos más polémicos: el Calha Norte, de ocupación militar de las fronteras, y el proyecto nuclear.

"El proyecto nuclear es polémico por su propia naturaleza y por la construcción de un submarino nuclear, mientras que el Calha Norte (también), porque aumenta la presencia militar en una área sensible a los ambientalistas, pero ambos son necesarios al Brasil, explicó Cavagnari.

"Además, también deberá tener continuidad el desarrollo del programa espacial, de construcción del caza AMX (en cooperación con Italia), y de presencia en la Antártida", añadió.

Cavagnari defendió los dos proyectos polémicos porque "además de desarrollar la capacidad científico-tecnológica, el programa nuclear proporcionará al país la adquisición de un medio (submarino nuclear) que dará mayor eficacia en la defensa marítima".

9406065
01-01

Nº. DOCUM... 9406066.

TITULO ... Fin de experimentos nucleares será en 1995.

PROCEDEN... La Mañana

FECHA DE ... 11-1-94

VINCULACIÓN ... 507482

1166

11695

11892

Fin de los experimentos nucleares

El cese de todos los experimentos nucleares es un "objetivo alcanzable" para 1995, dijo ayer en Ginebra, tras una jornada de debates, el Embajador brasileño Marcos Castrito de Azambuja, Presidente del Comité consultivo de la ONU para el problema del desarme.

Ginebra (ANSA)

El Comité, que reúne a 20 expertos internacionales, tuvo como tema central de las discusiones el problema del desarme nuclear y la no proliferación de armas clásicas.

En la mañana de ayer participó en el debate también el Secretario General de la ONU, Boutros Boutros Ghali, quien destacó "los peligros en que vive el mundo".

"Toda una serie de nuevas amenazas se presentan en muchos países, entre ellas los conflictos étnicos y religiosos, la degradación del ambiente, el empobrecimiento y la inestabilidad en los países menos desarrollados, particularmente en Africa", dijo.

Agregó que todo ello sucede "en un mundo en el que persiste la amenaza de las armas nucleares, químicas, biológicas y clásicas". "En muchos países -recordó también Boutros Ghali- los gastos militares siguen desviando recursos indispensables para satisfacer las necesidades reales de la población".

01-01

9406066.

Nº. DOCUMENTO 9406067
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE 12/94
VINCULACION

Armas de alta tecnología

RIO DE JANEIRO (AP). – Las fuerzas armadas brasileñas pueden sentirse inquietas con los recortes de gastos y los problemas que afectan la economía de su país, pero eso no se refleja en su lista de adquisiciones.

Un sistema VLS de guía de cohetes, que se vende a un precio de 150 millones de dólares; 79 reactores subsónicos de combate AMX, al precio de 15 millones de dólares por unidad, y un multimillonario programa para construir submarinos nucleares son sólo algunos de los proyectos que han permanecido incólumes en las listas militares, no obstante los tiempos austeros.

"Los programas de alta tecnología continuarán a pesar de las dificultades económicas", dijo Walter de Goes, un conocido especialista en asuntos de defensa. "Se trata de hijos predilectos de los militares."

Dos de esos programas –los cohetes y el programa nuclear– son ya fuente de problemas políticos entre Brasil y los Estados Unidos.

Durante años el Departamento de Estado ha negado a Brasil los componentes de un sistema de cohetes teledirigidos porque algunos expertos sostienen que con ellos se ayudaría a Brasil a desarrollar misiles de largo alcance.

Los Estados Unidos no olvidan

El gobierno dice que el cohete se integra a un proyecto civil para ingresar en el negocio de los satélites comerciales. Los Estados Unidos, que no olvidan las ventas militares de Brasil a Irak y su negativa a suscribir los acuerdos de no proliferación nuclear, han bloqueado repetidamente tales ventas.

Para eludir el embargo norteamericano, empero, funcionarios brasileños negocian con Rusia y China en procura de los sistemas de guía misilística, helicópteros artillados y cohetes ultramodernos.

José Eduardo Andrade Vieira, ex ministro de Industria y Comercio, recorrió el 3 de diciembre una planta de cohetes SS-19 en Moscú y anunció un protocolo para intercambiar armas rusas por café, soja y cacao de Brasil.

El general Zenildo Lucena visitó Moscú recientemente para negociar la transferencia de tecnología rusa para cazas de combate MIG-29, helicópteros MI-26 y cohetes SS-19. Colnsub, el fabricante de la armada, envió después a dos especialistas para estudiar los submarinos nucleares rusos.

China, que en 1988 acordó ayudar a Brasil en el lanzamiento de dos satélites de observación en 1996, también parece receptiva a las demandas brasileñas.

El presidente chino Jian Zemin visitó el Instituto de Estudios Especiales en San José dos Campos, donde se realizan trabajos con el sistema VLS de guía de cohetes.

Según informes, los militares continúan sus programas de enriquecimiento de uranio y desarrollo de submarinos atómicos en el Centro Nuclear Aramar, al sur de Brasil, a pesar de acuerdos con la Argentina para limitar la energía atómica a usos pacíficos.

Aguijoneado por sus ministros militares, el presidente Itamar Franco ordenó el año último la conclusión de la planta nuclear Angra II, 75 por ciento ya construida, en su costa del sudeste atlántico. (c) La Nacion

T. L.

9406067.

01-01

Nº. DOCUM. 9406068-
TITULO Tropas do Exército intervieram em nome da lei
PROCEDEN Folha de São Paulo
FECHA 12-5-94
VINCULACI
11163
11338
SAE
11413

TENSÃO EM BRASÍLIA - 3

Planalto vê articulação com fins eleitorais

Itamar decidiu usar as tropas do Exército na terça-feira após receber relatos dos serviços de informações do governo

JOSIAS DE SOUZA
Diretor-executivo da Sucursal de Brasília

A decisão do presidente Itamar Franco de convocar tropas do Exército para combater grevistas da Polícia Federal foi influenciada por relatórios dos serviços de informações do governo.

Os documentos foram preparados pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) e pelo setor de informações do Exército.

Os textos, apresentados ao presidente sob a classificação de "confidencial", levantam a suspeita de que a CUT, braço sindical do PT, estaria promovendo uma suposta articulação nacional, com objetivos eleitorais.

Os relatórios do governo registram a simultaneidade de várias greves em São Paulo (sete até ontem), a paralisação nacional da Polícia Federal e a movimentação dos sem terra, que organizaram para ontem manifestações que chamaram de "Grito da Terra".

No final da tarde, Itamar foi informado de que os sem terra invadiram ou tentaram invadir o Ministério da Fazenda em Brasília e as delegacias da Fazenda em São Paulo, Maceió e Porto Alegre.

A organização da ação militar foi cercada de cuidados. Em reunião convocada por Itamar, na última terça-feira, com a presença dos ministros militares, mencionou-se a necessidade de evitar o "efeito Volta Redonda", numa referência a episódio ocorrido em 88.

Naquele ano, pouco antes das eleições municipais, operários da CSN (Cia Siderúrgica Nacional) foram mortos por soldados do Exército, convocados para coibir grevistas que ocupavam a fábrica e ameaçavam desligar os fornos.

Em viagem aos Estados Unidos, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência, foi informado por parlamentares petistas sobre a ação do Exército.

Lula manifestou preocupação quanto à possibilidade de exploração política do episódio. À noite, informado sobre as suspeitas do governo, o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), reagiu com indignação.

POLÍCIA FEDERAL TEM

4.200

agentes em todo o Brasil

SEGUNDO O COMANDO DA GREVE

4.000

agentes estão paralisados

"Essa é uma avaliação irresponsável. As greves são um problema sindical, que deve ser tratado pelo Ministério do Trabalho. Isso não é assunto militar", afirmou Mercadante.

Para refutar a tese de articulação da CUT, Mercadante lembrou que, durante a gestão de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo, os condutores de ônibus urbanos fizeram greve sete dias antes da eleição.

"Se querem ajudar a candidatura oficial, do Fernando Henrique, tudo bem. Mas não venham com teses absurdas. As greves são motivadas pela inflação de 45%".

A decisão de pôr as tropas na rua foi tomada na reunião do Planalto, na terça-feira. O presidente comunicou a decisão, na noite da mesma terça-feira, aos presidentes da Câmara, Inocêncio Oliveira, e do Senado, Humberto Lucena.

Na conversa com os dois, mencionou apenas a necessidade de "restaurar a lei e a ordem", referindo-se à greve da Polícia Federal. Ontem, após almoço no Itamaraty, Itamar chamou Inocêncio e Lucena para uma rápida conversa privada.

Disse a ambos que, na sua avaliação, a ação do Exército havia demonstrado que "o governo não perdeu sua autoridade".

01-01

9406068.

Nº. DOCUMENTO 9406069
TITULO Brasil tem 39,2 milhões de pobres
PROCEDENCIA F.S.P.
FECHA 28-4-94
VINCULACION 507462
11163
11325

Brasil tem 39,2 milhões de pobres

FSP 28/4

Do enviado especial ao Rio

O Brasil tem 39,2 milhões de pobres, dos quais 21,7 milhões (ou 55%) concentram-se no Nordeste.

Nas três regiões metropolitanas do Sudeste (São Paulo, Rio e Belo Horizonte), há 3,1 milhões de pobres, ou 8% do total.

Esses dados constam de pesquisa apresentada ontem no Fórum pelo professor Roberto Cavalcanti de Albuquerque, do Instituto Nacional de Altos Estudos.

A pesquisa, observou o cientista político Sérgio Abranches, elimina algumas idéias, como a de que a pobreza é fenômeno das grandes metrópoles. E elimina especialmente a idéia de que o Brasil está sendo engolfado pela pobreza.

Se o problema da pobreza atinge 27% da população, então é um problema solucionável. O estudo de Albuquerque considera pobre a pessoa que vive em família com renda per capita abaixo de US$ 35 mensais (em valores de 1990).

A pesquisa deixou claro que há diferentes tipos de pobreza, exigindo-se políticas diferentes para combatê-la. A retomada do crescimento econômico, por exemplo, reduzirá fortemente a pobreza no Sudeste. Mas terá efeito menor no Nordeste rural.

Na região metropolitana está o que Sérgio Abranches chamou de pobreza conjuntural —pessoas que perderam emprego e renda na crise dos anos 80. Segundo Cavalcanti de Albuquerque, um crescimento de 0,7% na renda do Sudeste basta para acabar com a pobreza crítica.

No Nordeste rural, a renda precisaria crescer improváveis 34%.

O número de pobres aumentou na América Latina nos anos 80, mas as condições de vida e os indicadores sociais melhoraram. É o que se conclui de números apresentados pelo economista Norman Hicks, do Banco Mundial.

Os pobres aumentaram de 26,5% da população em 1980 para 32% em 1989. É pobre, nessa pesquisa, quem vive em família com renda per capita inferior a US$ 60 por mês (valores de 1985).

De outro lado, as pessoas vivem em condições melhores em 1989. Isso significa que, apesar da crise da década passada, os países latino-americanos conseguiram manter um certo nível de investimentos sociais em infra-estrutura.

A distribuição de renda piorou, significando que a crise prejudicou mais os pobres. Em 1980, os 20% mais pobres tinham 4,6% da renda. Em 1989, tinham 4%.

As conclusões são as mesmas que valem para o Brasil. O combate à pobreza passa primeiro pela retomada do crescimento e, depois, por investimentos sociais.

01-01 9406069

Nº. DOCUMENTO 9406070
TITULO Surge nueva central sindical con 253 sindicatos en 4 Estados.
PROCED. FSP
FECHA D: 27-4-91
VINCULACION: 507482
11165
514326

SINDICALISMO

Surge nova central com 253 sindicatos em 4 Estados

AURÉLIO ALONSO
Da Folha Norte

Uma nova central sindical, composta de sindicatos do interior de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, foi fundada em São José do Rio Preto.

A CSTI (Central Sindical dos Trabalhadores Independentes) é liderada por Daniel Caldeira, 39, presidente do Sindicato dos Motoristas da Região de São José do Rio Preto (SP).

Já aderiram à entidade, segundo ele, 253 sindicatos do interior do Estado, um no Paraná, um no Mato Grosso do Sul e um em Minas.

Caldeira afirma que pode comandar cerca de 1 milhão de trabalhadores. A CUT, maior central do país, tem 4 milhões no Estado e 19 milhões no Brasil.

Caldeira diz que em três pontos principais a CSTI contraria o pensamento das outras centrais.

Ele defende a unicidade sindical, ou seja, cada região deve ter um sindicato de cada categoria. As outras centrais defendem vários sindicatos por categoria.

A CSTI também quer a extinção da CLT (Consolidação das Leis do Travalho) e alterações no contrato coletivo de trabalho. CUT, CGT e Força Sindical são contra.

01-01 9406070.

Nº. DOCUMENTO 9406071
TITULO Encuesta de opinión ... [illegible]
PROCEDENCIA Prensa
FECHA DE ... 21-4-94
VINCULACIONES ... 11324 ... 11404

POLÍTICA

ELEIÇÕES 94

Lula e FH lideram pesquisa do Ibope

☐O candidato do PT está com o dobro das intenções de voto do segundo colocado, mas o senador tucano tem o menor índice de rejeição

O petista Luiz Inácio Lula da Silva tem o dobro das intenções de voto de seu principal concorrente na sucessão presidencial, o tucano Fernando Henrique Cardoso. De acordo com a última pesquisa do Ibope, divulgada ontem, Lula tem 34% das preferências e FH, 17%. A seguir vêm Leonel Brizola (PDT), com 9%, Orestes Quércia (PMDB), com 6%, Esperidião Amin (PPR), com 3%, e Flávio Rocha (PL), com 2%. O candidato do PT é o líder em todas as regiões do país.

Na simulação de voto em que o nome de Quércia é substituído pelo do ex-presidente José Sarney (PMDB), Lula cai três pontos percentuais, ficando com 31%. Sarney, com 13%, tira o terceiro lugar de Brizola, que cai para 8%. Apesar de ser o candidato do PMDB com maior número de simpatizantes, o ex-presidente tem poucas chances de vencer Quércia nas prévias e ser lançado pelo partido.

INDECISOS — Na pesquisa espontânea, em que os eleitores informam em quem votarão sem receber um cartão com os nomes dos candidatos, Lula e FH também lideram, com 13% e 6%, respectivamente. Nenhum dos outros candidatos têm intenção de voto superior a 2%. Nesta modalidade, 50% dos pesquisados responderam que ainda não decidiram em quem votar.

O candidato com maior índice de rejeição é Brizola: 49% dos consultados não votariam no ex-governador do Rio em hipótese alguma. A seguir vem Orestes Quércia, com 34%. Empatados em terceiro estão Lula e o candidato do PL, Flávio Rocha, com 31%. Fernando Henrique Cardoso é o menos rejeitado entre todos: apenas 21% não admitem a possibilidade de optar por sua candidatura.

EMPATE — De acordo com o Ibope, o candidato do PT também venceria todos os seus adversários no segundo turno. Contra FH, teria doze pontos de vantagem (44% a 32%). No Nordeste, região em que Lula obtém seus melhores índices, a diferença chegaria a 27 pontos (53% a 26%). No Sul, porém, o petista e o tucano empatariam em 37%. Contra Quércia, a vitória seria mais folgada: 51% a 19%. Sarney, por sua vez, perderia por 44% a 31%.

A pesquisa foi realizada entre os dias 13 e 17 deste mês. Foram entrevistados 2 mil eleitores, em municípios de pequeno, médio e grande porte de todo o país. A margem de erro neste tipo de levantamento é de três pontos para mais ou para menos.

INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE

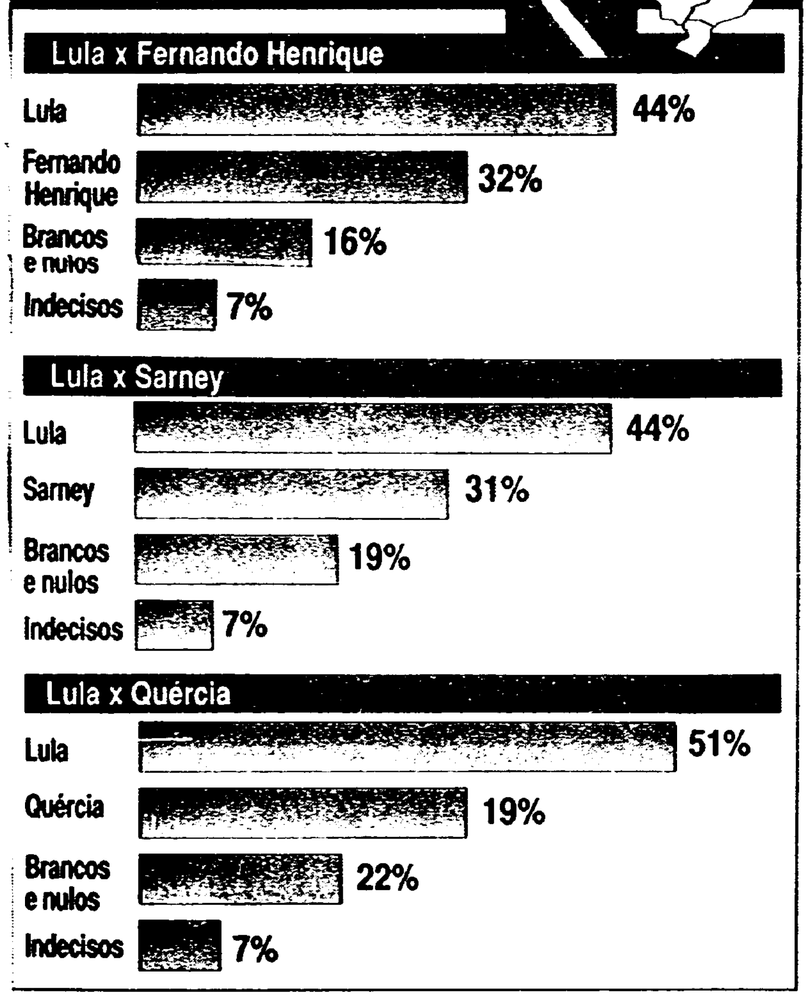
Se as eleições fossem hoje, e os candidatos fossem estes, em quem você votaria?

Em %

SITUAÇÃO 1	Total	Regiões			
		Sudeste	Sul	Nordeste	Norte Centro-Oeste
Lula (PT)	34	30	27	42	37
Fernando Henrique (PSDB)	17	18	16	13	21
Leonel Brizola (PDT)	9	8	12	9	7
Orestes Quércia (PMDB)	6	8	4	3	5
Esperidião Amim (PPR)	3	2	12	0	1
Flávio Rocha (PL)	2	1	1	3	1
Branco/nulo/nenhum	20	23	21	18	13
Não sabe	11	10	8	13	15

SITUAÇÃO 2	Total	Regiões			
		Sudeste	Sul	Nordeste	Norte Centro-Oeste
Lula (PT)	31	30	26	35	33
Fernando Henrique (PSDB)	16	18	17	11	17
José Sarney (PMDB)	13	9	9	18	17
Leonel Brizola (PDT)	8	7	10	7	7
Esperidião Amim (PPR)	3	2	10	1	1
Flávio Rocha (PL)	2	1	2	3	0
Branco/nulo/nenhum	19	22	20	14	13
Não sabe	10	10	7	10	13

SEGUNDO TURNO



Candidato e PSDB baiano chegam a acordo



AJB/ZH

Reunião: *FH (D) e Jutahy (E) negociaram a formalização da dissidência baiana*

Brasília — Uma conversa franca, conduzida durante cinco horas pelo líder do PSDB na Câmara, Artur da Távola (RJ), estabeleceu ontem um "divórcio amigável" entre o candidato do PSDB à Presidência, Fernando Henrique Cardoso, e os tucanos da Bahia. O candidato e a bancada baiana acertaram que, uma vez selada oficialmente a aliança PSDB-PFL, cada parte tomará o seu rumo sem retaliações. "Cada um vai compreender a decisão tomada pelo outro", resumiu o deputado Jutahy Magalhães Júnior (BA). O PSDB da Bahia — adversário histórico do ex-governador Antônio Carlos Magalhães (PFL) — oferecerá seu palanque ao candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Fernando Henrique negou que o acordo com o PFL em apoio a sua candidatura já esteja fechado. Comprometeu-se a informar a bancada baiana sobre o assunto, dentro de dez dias, em primeira mão, quando imagina ter concluído a engenharia política para a composição de uma frente. O deputado Waldir Pires (BA), porém, saiu certo de que está tudo decidido: "A aliança está consumada, e nós não podemos apoiá-la".

EXPULSÃO — O clima tenso inicial — devido às declarações do ministro do Planejamento, Beni Veras (CE), propondo o expurgo dos dissidentes — foi driblado por Artur da Távola, que abriu a conversa analisando a situação do país e o plano FH. Quando o assunto Beni Veras entrou em pauta, o próprio candidato, àquela altura mais relaxado, deu o tom: "Isso de expulsão não existe. A posição de Beni seguramente não é a minha, nem acredito que seja posição do partido punir companheiros por divergências".

A bancada baiana insistiu na opinião de que a aliança com o PFL é um mau negócio político e eleitoral. Para eles, é mais seguro deixar a polarização ideológica para o segundo turno.

01-02
9406071

N°. DOCUM
TITULO
PROCE
FECHA
VINCULACI

Brasil

LULA ENCABEZA ENCUESTAS

El candidato Luiz Inacio Lula da Silva, del Partido de los Trabajadores, continúa en primer lugar en las intenciones de voto en las elecciones presidenciales de octubre próximo, según un sodeo del Instituto Brasileño de Opinión Pública y Estadística (IBOPE), divulgado hoy.

La encuesta del IBOPE indica que Lula da Silva es el preferido por el 34 por ciento de los encuestados, seguido con el 17 por ciento por el ex ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, del Partido Social Demócrata Brasileño (PSDB), y con el 9 por ciento del ex gobernador del Río de Janeiro, Leonel Brizola, del Partido Laborista Democrático (PDT).

Estos resultados corresponden al sondeo de opinión cuando el candidadato del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileños (PMDB) es el ex gobernador de Sao Paulo, Orestes Quercia, que ocupa el cuarto lugar con el seis por ciento de las intenciones de votos.

9406071.

02-02

Nº. DOCUM... 9406072.
TITULO Habitantes de Amazonas destruyen alcaldía
PROCEDEN... El Observador
FECHA D: 20-4-94
VINCULACION: 507482
11165
11414
11953

MIRADAS

MEDIO MILLAR DE habitantes de la población amazónica brasileña de São Sebastião de Uatum destruyó las sedes de la alcaldía y de la Cámara de Representantes locales, en protesta por la negativa de los concejales de someter a juicio político a su alcalde (intendente), informaron ayer las autoridades.

El levantamiento de los vecinos de esa poblaión obligó además alto funcionario y a varios de los miembros comunales de la corporación a buscar refugio en las localidades vecinas, donde fueron trasladados bajo protección militar.

Según el comando de la Policía Militar del estado del Amazonas prporionado a la prensa, la protesta comenzó cuando la Cámara desistió de someter a votación la solicitud de enjuiciamiento político del alcalde, Carlos Carroso, del Partido Laborista Brasileño, presentada por una asociación de vecinos.

Carroso ha sido acusado por los ciudadanos de desviar fondos por lo menos de 75 millones de cruzeiros reales (equivalentes s unos 69 mil dólares) de recursos públicos federales.

Los habitantes irrumpieron en la sede de la alcaldía y rompieron muebles y objetos de dotación de los distintos despachos; luego fueron al edificio de la Cámara y —aún dispuestos a mostrar su enojo— lo prendieron fuego. ■

9406072.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406073.
TITULO Iglesia insta a votar contra el liberalismo
PROCEDENCIA La Nación
FECHA 21-4-94
VINCULACION 5074RZ
1105
11020

Jueves 21 de abril de 1994

La Iglesia de Brasil insta a votar contra el liberalismo

Efecto: la decisión de los obispos, que alientan el apoyo a los "candidatos de causas populares", perjudicaría las aspiraciones presidenciales del ministro de Economía, Fernando Henrique Cardoso.

RIO DE JANEIRO, 20 (EFE).- La Iglesia Católica de Brasil prepara un documento para divulgar antes de las elecciones de octubre, en el que recomienda a los fieles votar "conscientemente" por candidatos libres de los escándalos de corrupción, defensores de las causas populares y enemigos del "neoliberalismo".

El documento, cuyas directrices trascendieron hoy y que deberá ser aprobado el viernes, cuando concluirá la 32a. Asamblea General de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNOB), también recomendará en contra de los partidos políticos que negocian coaliciones con otros grupos políticos sin ningún criterio.

"Será un texto corto, pero vigoroso", afirmó el obispo de Imperatriz, monseñor Alfonso Gregory, al divulgar partes del documento que será votado por la asamblea general de la CNOB.

Las recomendaciones de la Iglesia podrían perjudicar la candidatura a la presidencia del ex ministro de Hacienda Fernando Henrique Cardoso, líder del Partido Social Demócrata Brasileño y quien negocia una coalición con un partido ideológicamente opuesto, el Partido de Frente Liberal, defensor de las políticas económicas "neoliberales".



Lula, el favorito

Con su documento la Iglesia puede favorecer, en cambio, la candidatura del socialista Luiz Inacio "Lula" da Silva, presidente del Partido de los Trabajadores y quien lidera todas las encuestas sobre intención de voto.

Lula es un enemigo declarado del "neoliberalismo" y defensor de las llamadas causas populares.

Neoliberalismo y privatizaciones

El texto que los obispos discuten en el municipio paulista de Indaiatuba, donde están reunidos desde hace una semana, ya logró un amplio consenso entre los miembros de la CNOB en cuanto a las condenas no sólo de las políticas "neoliberales" sino también de los procesos de privatización de empresas estatales.

"Los mismos líderes que exprimieron al Estado defienden ahora las privatizaciones sin criterio, presionadas por las exigencias del nuevo orden internacional y sus voceros, el Banco Mundial y el FMI", dice un apartado del documento que analizan los obispos.

"La política neoliberal parece más interesada en acabar con los pobres que en acabar con la pobreza", aseguró, al justificar el contenido del documento, el padre José Ernane Pinheiro, asesor del Sector de Laicos de la CNOB y quien presentó el texto a votación.

De acuerdo con el documento, la importancia del voto debe ser recuperada debido a que "el descrédito en las instituciones y en los políticos principalmente está provocando un clima de apatía y llevando a la gente a pensar que no vale la pena votar".

En el documento se recomienda a los electores que examinen cuidadosamente el pasado de los candidatos y su responsabilidad frente a los recursos públicos.

01-01 9406073.

Nº. DOCUMENTO 9406074

TITULO Retrato do mercado do trabalho em 1993

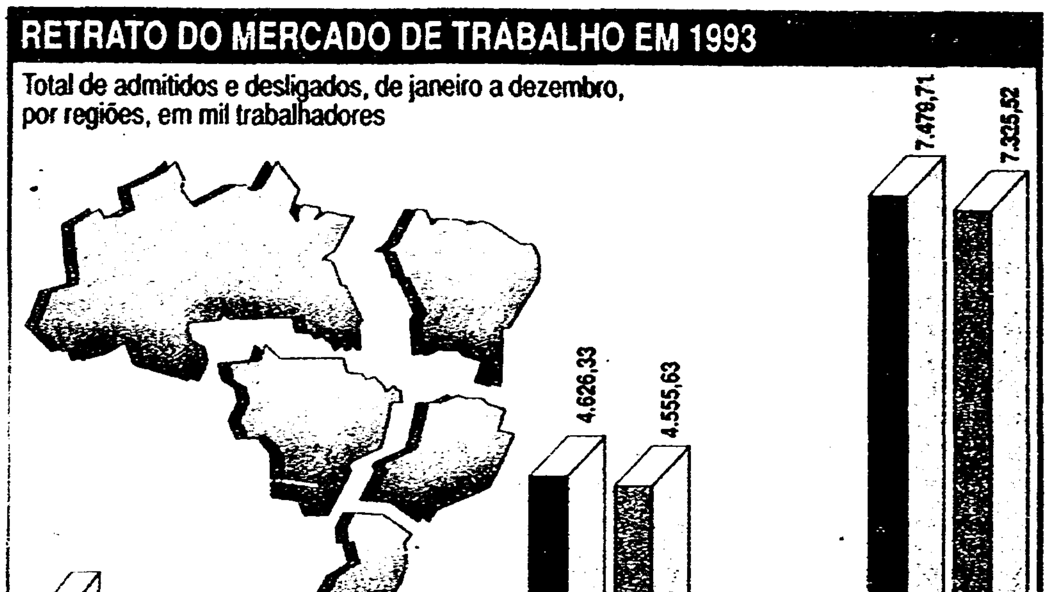
PROCEDENCIA [illegible]

FECHA DE 17-4-9[illegible]

VINCULACION 507482

11165

11322



01-01

9406074.

Nº. DOCUM... 9406075
TITULO: Brasil ...
PROCEDEN... Zero Hora
FECHA ... 13-4-94
VINCULACIÓN ... 507482

ESTATÍSTICA

Brasil tem mais de 4 milhões de favelados

Uma pesquisa divulgada pelo IBGE traça o perfil das favelas do país, propõe algumas mudanças e diz que São Paulo supera o Rio

Rio — Mais de um milhão de domicílios brasileiros estão localizados nas 3.471 favelas existentes no país, o que representa uma aglomeração mínima de 4 milhões de habitantes, se cada domicílio for habitado por quatro pessoas, segundo pesquisa da geógrafa Helena Maria Mesquita Balassiano, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o primeiro estudo oficial sobre a situação das favelas do país. O contingente de favelados brasileiros é maior do que a população do Paraguai.

As regiões metropolitanas respondem por 75% das favelas, das quais 66% localizadas no eixo São Paulo-Rio. A capital paulista lidera o número de favelas (1.257) em relação ao Rio (661), mas perde em quantidade de domicílios. No Rio, e... em 235.572 domicílios nas favelas, enquanto em São Paulo é de 207.521.

De acordo com o estudo, apenas nos Estados do Acre, Roraima e Mato Grosso não há favelas — que se constituem, para efeito técnico, de aglomerados com mais de 51 domicílios em regime de ocupação e com construções mantendo o caráter de provisoriedade ou em fase de transformação. Uma situação diferente da verificada no Rio e São Paulo, onde a maioria dos domicílios é de alvenaria.

O favelado do Rio se organiza em grupos que competem entre si: a escola de samba, o terreiro de umbanda, as igrejas evangélicas, o time de futebol e as quadrilhas de traficantes. A geógrafa propõe soluções, como a urbanização. Em alguns casos, os custos das obras tornam inviável qualquer iniciativa pública.

Segundo Helena, entre as regiões, o fenômeno da favelização se apresenta de maneira bastante diferenciada. Em Belém, por exemplo, 74% das favelas estão no centro e apenas 26% na periferia. O Nordeste registra forte presença de aglomerados fora de suas regiões metropolitanas. Nas regiões Sul e Sudeste esta concentração ocorre em torno de indústrias e locais de grande fluxo de transporte urbano.

Para a pesquisadora, as favelas apresentam concentração de todos os efeitos ambientais nocivos, como devastação e erosão, que provocam desmoronamentos e inundações.

PERFIL — Em São Paulo, 75% das favelas não têm rede de esgoto e cerca de 30% não têm abastecimento de água. O quadro, apesar de sua gravidade, é um dos melhores do país. Nos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará e Distrito Federal as favelas não têm escoamento sanitário. Nos Estados do Espírito Santo, Rondônia, Tocantins e Sergipe os moradores de favelas não contam com abastecimento de água.

O estudo de Helena é parte integrante do documento *Geografia e Questão Ambiental*, que revela ainda que a poluição industrial é o que mais afeta o Sudeste e o maior problema do Norte é o desmatamento. A questão do desmatamento também atingiu em cheio o Estado de Mato Grosso, onde nos últimos nove anos, 15% da região foi devastada para que as áreas fossem incorporadas ao plantio. No Nordeste, um em cada dois domicílios não é abastecido por água de rede geral. Além disso, a metade dos estabelecimentos agropecuários com mais de 10 mil hectares estão na Amazônia.

Arivaldo Chaves, Banco de Dados ZH — 1.12.93



Miséria e riqueza: *há uma metrópole clandestina que cresce cinco vezes mais que a Porto Alegre considerada oficial*

O PAÍS MALTRATADO



Número de favelas	3.471
Domicílios	1 milhão
População	Mais de 4 milhões
Eixo Rio-SP	66% das favelas
São Paulo	1.257 favelas (207.521 domicílios)
Rio de Janeiro	661 favelas (235.572 domicílios)
Grande Porto Alegre	
Número de vilas	212
Barracos	98.104
População favelada	380.956 pessoas

Fonte: IBGE

9406075.

Nº. DOCU... 9406076
TITULO ...
PROCED... F.S.P.
FECHA ... 10-4-94
VINCULACI...

ELEIÇÕES 94

Lula e FH se distanciam dos adversários

A pesquisa do DataFolha confirma a polarização entre os candidatos do PT e do PSDB. Brizola detém o maior índice de rejeição

O candidato do PSDB à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, foi o principal beneficiado pela desistência de Paulo Maluf (PPR) de concorrer. Conforme a última pesquisa do instituto DataFolha, Fernando Henrique está em segundo lugar, com 19% a 21% das intenções de voto — estava em terceiro no levantamento realizado há um mês, com 11%. Com esse resultado, o tucano praticamente assegura sua passagem para o segundo turno da eleição, juntamente com o petista Luiz Inácio Lula da Silva, que também teve um crescimento expressivo desde a última pesquisa, passando de 30% para 37%. O terceiro colocado na disputa, Leonel Brizola (PDT), teve uma oscilação de apenas um ponto, passando de 9% para 10%.

O DataFolha apresentou aos eleitores três situações hipotéticas de voto, alternando Orestes Quércia e José Sarney como candidatos do PMDB e incluindo ou não as candidaturas de Esperidião Amin (PPR) e Antônio Carlos Magalhães (PFL). No PMDB, o melhor colocado foi Sarney, com 10%. Amin, que ainda não confirmou oficialmente sua intenção de concorrer pelo PPR, obteve apenas 3% das intenções de voto.

ALIANÇA — Na pesquisa espontânea, em que os eleitores respondem em quem votarão sem consultar a lista de candidatos, Lula alcançou 20%, crescendo sete pontos em relação ao último levantamento. Nessa modalidade, FH também obteve o segundo lugar, passando de 2% para 7%.

Entre os oito nomes apresentados aos pesquisados, Brizola é o candidato com a maior taxa de rejeição: 43% dos brasileiros não votariam nele em hipótese alguma. No outro extremo, FH é o menos rejeitado, com uma taxa de apenas 14%. Lula, por sua vez, tem a antipatia de 23% dos eleitores.

O DataFolha também verificou a reação do eleitorado diante da provável aliança entre o PSDB e o PFL. Entre os simpatizantes de Fernando Henrique, 90% manteriam seu voto caso o candidato tucano tivesse um vice pefelista. Os 10% restantes escolheriam outros candidatos ou anulariam o voto. Entre os eleitores de Antônio Carlos Magalhães, 65% votariam em FH se o pefelista não concorresse e apoiasse o candidato do PSDB.

SEGUNDO TURNO — Lula venceria qualquer adversário no segundo turno se a eleição fosse hoje. Se o concorrente fosse Orestes Quércia, ganharia com 32 pontos de vantagem (55% a 23%). Já contra Fernando Henrique a disputa seria mais acirrada: 49% a 36%. Na pesquisa anterior, as taxas de Lula e de FH eram de 47% e 31%, respectivamente. Na hipótese de o segundo turno ser disputado por Quércia e FH, o candidato tucano teria uma vitória folgada: 49% a 21%.

A pesquisa DataFolha foi realizada nos dias 4 e 5 de abril. Foram entrevistados 5.427 eleitores em 306 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro do levantamento é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Se a eleição fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria?

Resposta estimulada com cartão e única (em %)

SITUAÇÃO I	Total	Região			
		Sudeste	Sul	Nordeste	Norte Centro-Oeste
Lula (PT)	37	34	33	44	37
Fernando Henrique (PSDB)	21	26	14	15	25
Leonel Brizola (PDT)	10	9	19	8	9
Orestes Quércia (PMDB)	8	10	4	7	6
José Eduardo Andrade Vieira (PTB)	3	2	6	2	4
Esperidião Amin (PPR)	3	2	10	1	1
Em branco/nulo/nenhum	12	13	8	13	12
Não sabe	7	5	6	11	7

SITUAÇÃO II	Total	Região			
		Sudeste	Sul	Nordeste	Norte Centro-Oeste
Lula (PT)	33	33	30	35	33
Fernando Henrique (PSDB)	19	24	17	10	22
Leonel Brizola (PDT)	12	11	11	13	12
José Sarney (PMDB)	10	9	20	7	8
Antônio Carlos Magalhães (PFL)	7	4	2	16	5
José Eduardo Andrade Vieira (PTB)	2	1	5	1	2
Em branco/nulo/nenhum	11	12	10	8	11
Não sabe	7	5	6	10	7

SITUAÇÃO III	Total	Região			
		Sudeste	Sul	Nordeste	Norte Centro-Oeste
Lula (PT)	36	34	33	39	38
Fernando Henrique (PSDB)	20	24	18	12	23
Leonel Brizola (PDT)	10	8	20	7	7
Orestes Quércia (PMDB)	8	11	4	6	7
Antônio Carlos Magalhães (PFL)	7	4	2	16	2
José Eduardo Andrade Vieira (PTB)	2	1	5	1	3
Em branco/nulo/nenhum	11	13	11	8	12
Não sabe	7	5	6	11	8

Fonte: DataFolha

REJEIÇÃO

Em quais destes nomes você não votaria para presidente de jeito nenhum?

Resposta estimulada com cartão e múltipla (em %)

	Total	Região			
		Sudeste	Sul	Nordeste	Norte Centro-Oeste
Leonel Brizola (PDT)	43	48	38	36	45
José Sarney (PMDB)	34	35	35	30	34
Orestes Quércia (PMDB)	26	29	27	22	26
Esperidião Amin (PPR)	25	22	25	28	31
Antônio Carlos Magalhães (PFL)	24	24	26	21	30
José Eduardo Andrade Vieira (PTB)	23	19	27	26	28
Lula (PT)	23	25	24	16	38
Fernando Henrique (PSDB)	14	14	13	15	16
Não votaria em nenhum	4	4	3	6	3
Votaria em qualquer um	4	4	3	6	2
Não sabe	7	5	7	12	6

Fonte: DataFolha

SEGUNDO TURNO – LULA x FERNANDO HENRIQUE

Se o segundo turno fosse hoje e a disputa ficasse apenas entre Lula e Fernando Henrique, em quem você votaria?

Resposta estimulada com cartão e única (em %)

	Total	Região			
		Sudeste	Sul	Nordeste	Norte Centro-Oeste
Lula (PT)	49	45	52	56	46
Fernando Henrique (PSDB)	36	41	[illegible]	27	41
Em branco/nulo/nenhum	10	11	[illegible]	10	8
Não sabe	5	4	[illegible]	8	[illegible]

Fonte: DataFolha

9406076

Nº. DOC
TITULO
PROCED F.S.P.
FECHA 10-4-94

PESQUISA DATAFOLHA

Lula sobe e FHC consolida o 2º lugar

Com a desistência de Maluf, petista oscila entre 33% e 37% das intenções de voto; ex-ministro fica entre 19% e 21%

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

ELEIÇÕES GERAIS

A saída do prefeito paulista no Paulo Maluf (PPR) da disputa presidencial tende a transformar a sucessão de Itamar Franco em uma batalha bipolar entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB). É o que sugere pesquisa do Datafolha feita nos dias 4 e 5, a primeira após a desistência de Maluf. Ela revela que Lula voltou a subir e que FHC consolidou-se no segundo lugar.

Nas pesquisas anteriores, o segundo lugar era disputado pelo próprio FHC mais Antônio Britto (PMDB), José Sarney (PMDB) e Maluf.

Agora, Lula supera a barreira 33%, seu teto anterior, atingido em novembro, e vai a 36% (com Orestes Quércia, do PMDB) ou 37% (com Esperidião Amin, do PPR, no lugar de Antônio Carlos Magalhães, do PFL).

O virtual candidato do PT só estaciona nos 33% quando se troca Quércia por Sarney como candidato do PMDB. Na pesquisa anterior, em março, Lula tinha 30%.

FHC dá um salto ainda maior e oscila entre 19% e 21%. Mesmo na situação menos favorável para o ex-ministro da Fazenda, sua vantagem sobre o terceiro colocado (no caso, Sarney) é de sete pontos percentuais (19% a 12%).

A diferença está fora da margem de erro, que é de dois pontos percentuais em cada candidatura, para mais ou para menos.

Também a pesquisa espontânea (sem que se exiba um cartão com nomes de candidatos), a tendência para a bipolarização aparece nitidamente. Lula salta de 13% para 20% e FHC vai de 2% para 7%. Só a soma dos três seguintes dá os mesmos 7%: Leonel Brizola (3%), Maluf (2%) e ACM (2%).

Mais um dado que aponta na mesma direção de uma disputa a dois surge das hipóteses de segundo turno. Quando se pesquisa um turno final entre Lula e FHC, a diferença a favor do petista é de 13 pontos percentuais (49% a 36%).

Mas, se o segundo turno fosse entre Lula e Quércia, a vantagem de Lula explodiria para 32 pontos (55% x 23%).

Por fim, a rejeição a cada potencial candidato também favorece Lula e FHC, exatamente os dois menos rejeitados (Lula com 25% e, FHC, com apenas 14%). O campeão da rejeição segue sendo Brizola (43%), seguido de Sarney (34%) e Quércia (26%).

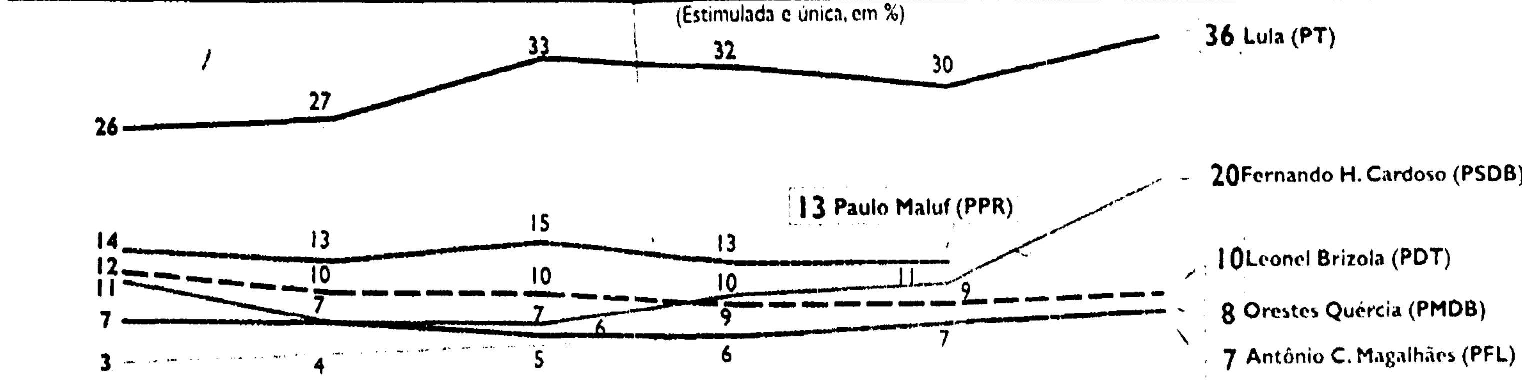
A pesquisa indica que Sarney, que disputa com Quércia a indicação do PMDB, é no momento mais forte do que o seu rival. Na situação em que seu nome aparece, o ex-presidente é o terceiro colocado, com 12% ou 50% mais do que os 8% obtidos por Quércia nas situações em que este é colocado.

Se cresceu no conjunto do país, FHC cresceu mais ainda no Estado de São Paulo, a ponto de ficar apenas dois ou três pontos atrás de Lula. Em São Paulo, aliás, FHC ganharia um hipotético segundo turno contra Lula (46% x 42%).

Editoria de Arte/Folha Imagem

A INTENÇÃO DE VOTO

COM QUÉRCIA E ACM
(Estimulada e única, em %)



	Junho/93 (*)	Agosto/93 (**)	Novembro/93	Dezembro/93	Março/94	Abril/94 (***)
Em branco/nulo/nenhum	16	20	20	21	15	11
Não sabe	6	6	5	4	8	7

(*) Inclui ainda Hélio Garcia (3%) e Joaquim Francisco (2%) (**) Inclui ainda Hélio Garcia (4%) e Joaquim Francisco (2%) (***) Inclui ainda Andrade Vieira (PTB), com 2%

COM SARNEY E ACM
(Estimulada e única, em %)

Candidatos	%
Lula (PT)	33
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	19
José Sarney (PMDB)	12
Leonel Brizola (PDT)	10
Antônio Carlos Magalhães (PFL)	7
José Eduardo Andrade Vieira (PTB)	2
Em branco/nulo/nenhum	11
Não sabe	7

COM QUÉRCIA E AMIN
(Estimulada e única, em %)

Candidatos	%
Lula (PT)	37
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	21
Leonel Brizola (PDT)	10
Orestes Quércia (PMDB)	8
José Eduardo Andrade Vieira (PTB)	3
Esperidião Amin (PPR)	3
Em branco/nulo/nenhum	12
Não sabe	7

COM QUÉRCIA E AMIN
(Estimulada e única, em %)

02
9406076.

Nº. DOCU...
TITULO ...
PROCEDEN...
FECHA ...
VINCULACI...

Editoria de Arte Folha Imagem

COMO VOTARÁ O ELEITOR DE FHC SE O VICE FOR DO PFL

Posição	Total (em %)
Manterá o voto em FHC	90
Não votará em FHC	10
Votará em Lula (PT)	3
Votará em Orestes Quércia (PMDB)	1
Votará em Leonel Brizola (PDT)	1
Votará em José Eduardo Andrade Vieira (PTB)	0
Votará em branco, nulo ou em nenhum dos nomes apresentados	1
Não sabe	3

SE ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES APOIAR A CANDIDATURA DE FHC

35%

de seu eleitores não votariam no candidato tucano

ENTRE OS ELEITORES DE ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

65%

votariam em FHC se o governador da Bahia indicar o vice

Aliança tira votos de FHC

Da Reportagem Local

A pesquisa realizada pelo Datafolha mostra que 10% dos eleitores dispostos a votar em Fernando Henrique Cardoso mudariam de opinião se o candidato a vice-presidente fosse do PFL.

A consulta foi feita exclusivamente aos pesquisados que manifestaram previamente a intenção de votar em Fernando Henrique Cardoso. Noventa por cento manteriam a intenção mesmo com um vice do PFL.

Dos demais, 3% migrariam para Lula, 1% para Quércia, 1% para Brizola e os restantes ficariam entre o voto branco ou nulo e a indefinição.

FHC ganhará, em contrapartida, dois terços (65%) dos eleitores de Antônio Carlos Magalhães, do PFL, se o ex-governador baiano não for mesmo candidato. Como ACM está estacionado em 7% das intenções de votos, esses 65% representam, portanto, 4,55 pontos percentuais a mais para FHC —menos do que os 10 que potencialmente perde.

Dos 35% de eleitores de ACM que não iriam para Fernando Henrique Cardoso, 8% preferem o virtual candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. (CR)

LEIA MAIS

Sobre a pesquisa ... pág. 1-12

03 9406076

Candidatos	REGIÃO Sudeste	Sul	Nordetse	Norte/ Centro Oeste	NAT. DO MUNICÍPIO Capital	Interior	PORTE DO MUNICÍPIO Grande	Médio	Pequeno
Lula (PT)	34	33	44	37	38	36	36	39	35
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	26	14	15	25	21	21	24	19	19
Leonel Brizola (PDT)	9	19	8	9	11	10	11	11	9
Orestes Quércia (PMDB)	10	4	7	6	6	9	7	6	10
José Eduardo Andrade Vieira (PTB)	2	6	2	4	2	3	2	3	3
Esperidião Amin (PPR)	2	10	1	1	2	3	2	3	3
Em branco/nulo/nenhum	13	8	13	12	15	10	14	11	10
Não sabe	5	6	11	7	5	8	4	7	11

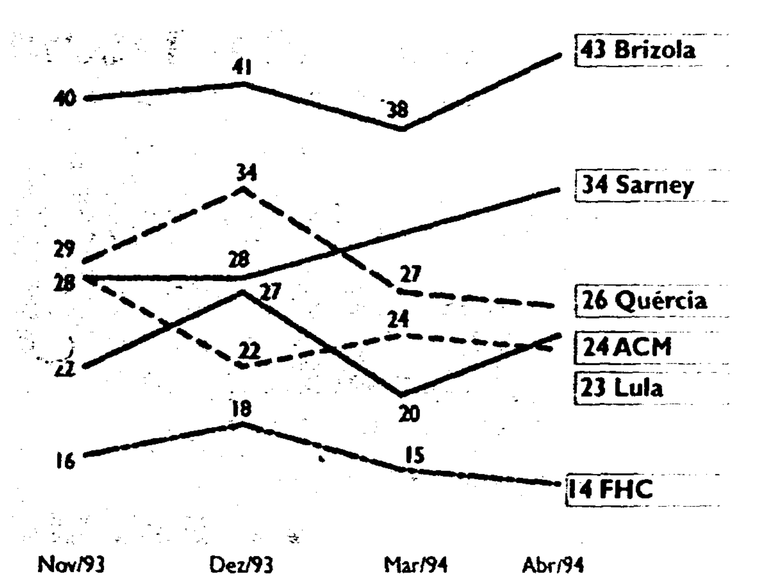
COM QUÉRCIA E AMIN

(Estimulada e única, em %)

Candidatos	ESCOLARIDADE Até 1º grau	Até 2º grau	Superior	RENDA FAMILIAR MENSAL Até 5 S.M.	Mais de 5 S.M. a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	SEXO Masc.	Fem.	IDADE De 16 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 59 anos	60 anos ou mais
Lula (PT)	36	41	35	36	41	34	39	34	43	40	34	32	25
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	18	24	35	18	22	29	22	19	21	19	20	22	23
Leonel Brizola (PDT)	12	7	7	11	10	8	10	10	10	12	10	10	9
Orestes Quércia (PMDB)	8	7	4	8	6	8	7	8	8	7	8	8	7
José Eduardo Andrade Vieira (PTB)	3	2	1	4	1	2	2	3	2	3	3	2	4
Esperidião Amin (PPR)	3	2	4	3	3	3	3	3	2	3	4	2	2
Em branco/nulo/nenhum	12	14	12	11	13	13	12	12	7	11	16	15	14
Não sabe	9	3	2	9	4	2	4	10	6	5	6	9	16

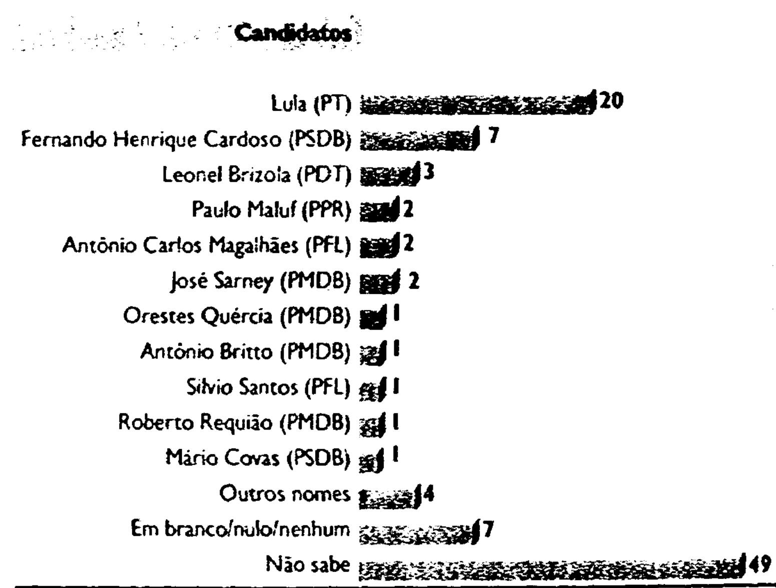
REJEIÇÃO

(Estimulada e múltipla, em %)



INTENÇÃO DE VOTO ESPONTÂNEA

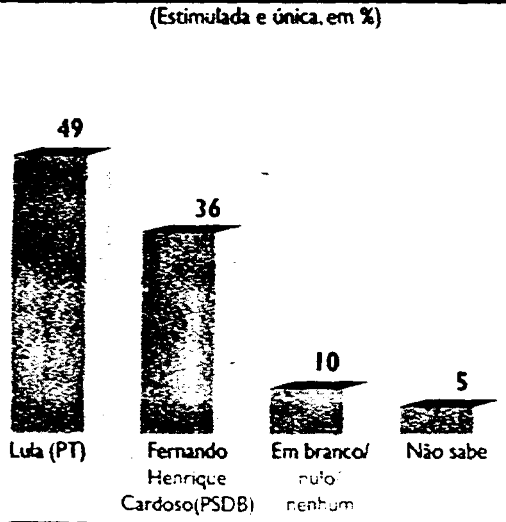
(Resposta única, em %)



2º TURNO

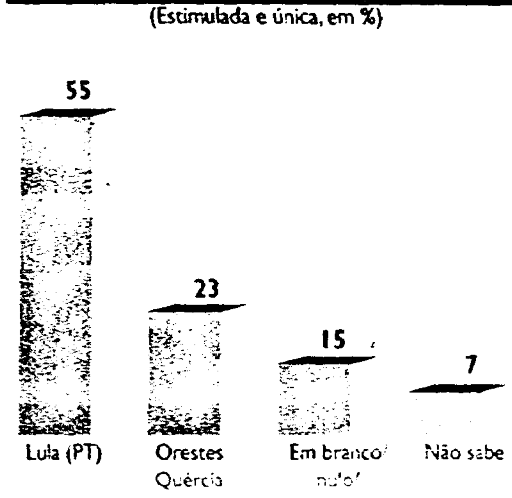
LULA X FHC

(Estimulada e única, em %)



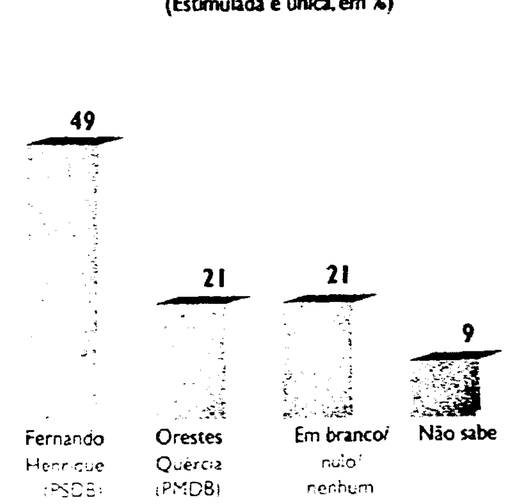
LULA X QUÉRCIA

(Estimulada e única, em %)



FHC X QUÉRCIA

(Estimulada e única, em %)



Fonte: Datafolha

04-04 9400076

Nº. DOCUMENTO: 9406077
TITULO: Franco decide militarizar elaboración del presupuesto
PROCEDENCIA: La Jornada
FECHA DE: 9-4-94
VINCULACIONES: 1507463
11161
11332
11163
11302

HUELGA

LJ 9/4

El presidente de Brasil, Itamar Franco, ha militarizado la elaboración del presupuesto nacional para hacer frente una huelga de los empleados civiles del sector que comenzó hace treinta días, informaron ayer fuentes oficiales.

Los técnicos de las Fuerzas Armadas que se encargarán de las tareas presupuestarias estarán a cargo del coronel Edneide Resende Moura, designado secretario del Presupuesto, departamento adscrito al Ministerio de Hacienda.

Resende Moura ha sido el responsable de planificación y programación presupuestaria del Ejército.

Franco decidió militarizar la confección del presupuesto después de una reunión que sostuvo con los ministros de Hacienda, Rubens Ricupero; de Planificación, Beni Veras; y de la Casa Civil presidencial, Henrique Hargreaves, y los portavoces gubernamentales en el Congreso.

01-01

9406077

Nº. DOCUMENTO 94C6078
TITULO Aliança PFL PSDB / Resistência no interior do PSDB a aliança
PF. 324
FECHA 14/4/94
VINCULAÇ. 507482
11164
11304

14/4 ZH

ELEIÇÕES 94

FH tenta driblar resistências à aliança

☐O candidato do PSDB à Presidência iniciou uma série de conversas com tucanos contrário à coligação com o PFL, como Jutahy Júnior

ANTÔNIO CARLOS CAMPOS

Brasília — O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) iniciou pessoalmente uma operação para reverter as resistências existentes no partido, nos Estados com bancadas maiores — como São Paulo, Bahia e Ceará —, contra a aliança com o PFL. Com esse objetivo, ele jantou na última terça-feira com o deputado Jutahy Júnior e conversou ontem de manhã com o senador Mário Covas, respectivamente candidatos aos governos da Bahia e São Paulo, e dois dos principais críticos da coligação com o PFL. Fernando Henrique se mostrava animado com os primeiros resultados dessa operação. Hoje ele almoça com a bancada cearense, e, na próxima semana, recebe paulistas e baianos para discutir o problema.

Contrastando com o otimismo do candidato, que confia na redução e até na eliminação dos bolsões de resistência à aliança com o PFL, Jutahy Júnior declarou: "Eu acredito no Senhor do Bonfim e espero que ele ajude o Fernando Henrique a evitar a burrice que seria essa coligação". O deputado ameaçou aliar-se ao PT caso se concretize a aliança com o partido do rival político Antônio Carlos Magalhães.

Para assessores de Fernando Henrique, o discurso de dissidente de Jutahy Júnior seria apenas para efeito externo. O senador, porém, já discute uma forma de composição que não prejudique seus objetivos políticos na Bahia. A idéia do candidato tucano à Presidência seria costurar as coligações com o PFL, PTB e PP apenas no âmbito nacional, preservando a autonomia do PSDB em nível regional.



AE/ZH

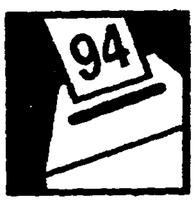
Em campanha: *Fernando Henrique Cardoso (E) se encontrou ontem com o presidente do PSDB, Tasso Jereissati*

9406078

01-02J

Resistências de tucanos ao PFL irritam FH

□O candidato do PSDB, que está tentando montar uma aliança para outubro, fez um desabafo e disse estar cansado de partidos



Brasília — O senador Fernando Henrique Cardoso, candidato do PSDB à sucessão presidencial, deu mostras ontem de estar profundamente irritado com os protestos de parlamentares tucanos contra uma eventual coligação com o PFL. "Essa discussãozinha me irrita, politiquice me cansa", afirmou o ex-ministro da Fazenda. Ele disse que deseja apenas saber "qual é o caminho" e se tem "condições de chegar lá".

Fernando Henrique atribui as resistências à parceria com o PFL a problemas locais. Na sua avaliação, o resultado do pleito registrará uma forte fragmentação do eleitorado. O candidato do PSDB fez uma crítica genérica às outras siglas. "Os partidos não estão conseguindo aglutinar todo mundo em todos os Estados", disse. "Infelizmente, é assim mesmo. Estou cansado de partido."

NEGOCIAÇÕES — Desabafos à parte, Fernando Henrique prepara-se para retomar na próxima semana a seqüência de negociações em busca de uma aliança em torno de sua candidatura à Presidência da República. Ele considera praticamente fechado o acordo com o apoio do PTB e negocia uma aliança com o PP. A perspectiva de apoio dos dois partidos agradou ao ex-ministro e atrapalhou os planos do PFL, que pressiona pela indicação imediata do vice de FH. Alheio à polêmica, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, deu o acordo como fechado e assegurou que o vice será o deputado Luís Eduardo Magalhães (BA).

A ampliação do leque interpartidário liderado pelo PSDB muda o rumo das negociações em torno do programa de governo. Em vez de uma agenda mínima com diretrizes de um programa comum com o PFL, o PSDB decidiu redigir um programa próprio que será apresentado aos partidos interessados para consideração.

PARANÁ — A aliança PSDB-PTB deverá ser formalizada na próxima terça-feira, quando Fernando Henrique se encontrará com o senador José Eduardo Andrade Vieira (PR), que desistiria da sua candidatura à Presidência para disputar o governo do Paraná. O acerto com o PTB depende apenas de um arranjo paranaense. Para aliar-se a FH, Vieira reivindica o apoio tucano à sua candidatura ao governo.

O obstáculo para a aliança estadual está no PP do ex-governador Álvaro Dias, também candidato a governador. Dias conversou ontem por telefone com o candidato do PSDB e acertou um encontro para a mesma terça-feira. O senador considerou as negociações com o PP "bem avançadas". Na quinta-feira, o senador saiu exultante de um encontro com a cúpula do PSDB na casa do senador José Richa (PR), peça-chave para um acordo no Paraná.



Leque: *Fernando Henrique quer atrair também o apoio do PPS, sucedâneo do extinto Partido Comunista Brasileiro*

Fernando Henrique tenta ainda atrair o apoio do PPS, sucedâneo do extinto Partido Comunista Brasileiro. Embora eleitoralmente o PPS represente pouco, integrantes da cúpula tucana, como o líder no Senado, Almir Gabriel (PA), consideram que o apoio dos ex-comunistas pode ser politicamente importante para caracterizar que o PSDB não se desviou do ideário social-democrata. Ontem, FH almoçou com o deputado Roberto Freire (PPS-PE), que lidera no PPS a tendência favorável a uma coligação com o PT. O presidente do PPS, deputado Sérgio Arouca (RJ), porém, inclina-se a favor dos tucanos.

9406078

02-02

Nº. DOCUMENTO 9406079
TITULO Ato público selará aliança PSDB-PFL
PROCEDÊNCIA ZH
FECHA 28/4/94
VINCULACIÓN 507482
1164
30A

Ato público selará aliança PSDB-PFL

Brasília — O PSDB e o PFL formalizarão durante esta semana o acordo entre os dois partidos para a disputa da sucessão presidencial. "Na quarta ou na quinta-feira, patrocinaremos um ato público para mostrar que a aliança está selada", adiantou o líder do PFL no Senado, Marco Maciel (PE). Maciel afirmou que a candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) será lançada provavelmente em Brasília, com a participação dos nomes mais representativos das duas legendas.

A chapa poderá ser completada pelo deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães (PFL). A candidatura do parlamentar baiano a vice-presidente está ameaçada pelo fato de ele ter votado contra o impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992. "Esse episódio poderá ser explicado ao eleitor para mostrar que o Luís Eduardo sempre foi um deputado firme e coerente", afirmou ontem Maciel. O nome do deputado federal Roberto Magalhães (PFL-PE) está sendo cotado para substituí-lo.



Lançamento: *a candidatura de FH deve ser oficializada em Brasília*

PROGRAMA — Hoje, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, terá um encontro com o vice-presidente do PSDB, Pimenta da Veiga, para definir detalhes sobre o lançamento da coligação. À noite, Bornhausen se reunirá com Luís Eduardo Magalhães e Marco Maciel para relatar as últimas conversas com os tucanos. Nesta reunião, os três pretendem revisar o programa de governo a ser submetido ao PSDB. A aliança apresentará, durante a campanha eleitoral, um programa de governo comum.

Para fortalecer a unidade da aliança, o PFL vai propor aos tucanos que as convenções nacionais dos dois partidos sejam realizadas conjuntamente, no dia 14 de maio. "Isso dará mais destaque para os candidatos", acredita Marco Maciel.

O senador, um dos principais articuladores do seu partido, descreveu uma reunião que teve com o candidato pelo PSDB ao governo de São Paulo, Mário Covas. "Foi um diálogo muito bom", garantiu. Covas foi um dos primeiros tucanos a alertar para as inconveniências eleitorais da coligação. "Vamos incentivar as coligações regionais, a começar por São Paulo", disse Maciel ao candidato.

01-01 9406079

Nº 9406080
TITULO: Itamar Franco apoia candidatura de Fernando Henrique Cardoso
PROC: 150536
FECH: 20/4/94
VINCUL: 507492
111.64
113.2

Itamar pressiona por apoio a FHC

Presidente não quer que membros do governo se comprometam com outros candidatos ao Planalto

O presidente Itamar Franco poderá afastar do governo quem não apoiar a candidatura de Fernando Henrique. Políticos próximos ao presidente acreditam que, depois que ele declarar apoio formal a FHC, será impossível a permanência no governo de pessoas comprometidas com outros candidatos.

O grupo de Juiz de Fora espera apenas a confirmação da aliança entre PSDB e PFL para começar a fazer campanha por Fernando Henrique.

O presidente anunciará apoio irrestrito a FHC assim que seu nome for oficializado pela convenção do PSDB, em 21 e 22 de maio. Itamar admite até mesmo fazer campanha para o candidato tucano. PÁG. 1-6

Itamar pode tirar quem não apoiar FHC

Presidente admite até subir em palanque; grupo palaciano não vê espaço para adeptos de outros candidatos

EDIANA BALLERONI
Coordenadora de Economia da Sucursal de Brasília

ELEIÇÕES GERAIS

O apoio de Itamar Franco à candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República poderá desencadear novas mudanças ministeriais e em escalões inferiores.

O grupo palaciano —que colabora na articulação da aliança PSDB-PFL— não vê espaço para a permanência no governo de apoiadores de outros candidatos.

O presidente Itamar dará apoio irrestrito a FHC assim que o sua candidatura for oficializada pela convenção do PSDB. Isso deve ocorrer nos dias 21 e 22 de maio.

Itamar abandonará a posição de "árbitro" em relação à sua sucessão e admite até mesmo subir ao palanque de FHC na campanha.

Após a definição do presidente, o grupo palaciano acredita ser incompatível a coexistência no governo de apoiadores de outras candidaturas.

Quem não concordar em, ao menos, manter-se neutro, poderá ser afastado. É o caso do presidente da Embratel, Renato Archer, que não tem escondido sua predileção pelo nome que venha a ser escolhido pelo PMDB.

O grupo palaciano também está atento à conduta do ministro da Agricultura, Synval Guazzelli (PMDB). Próximo do senador Pedro Simon e do ex-ministro Antônio Britto, a tendência de Guazzelli seria não apoiar uma eventual candidatura Quércia, mas o Planalto quer ver sinais explícitos disso.

Até a Convenção Nacional do PSDB, o partido espera ter eliminado as resistências internas à virtual aliança com o PFL.

Os pefelistas deverão indicar o vice na chapa de FHC e, com isso, garantir o empenho do grupo de Juiz de Fora, formado por amigos e colaboradores de Itamar, em favor do candidato tucano.

Na avaliação de assessores presidenciais, a aliança com o PFL será inevitável e irá assegurar o sucesso da candidatura FHC no Nordeste —onde o PSDB, à exceção do Ceará, tem pouca penetração.

9406080

Nº. DOCUM... 9406081
TITULO Cancilleres de Uruguay y Brasil firmarán acuerdos ambientales
PERIÓDICO La República
FECHA 16/4/94
VINCULACIÓN \507483
11164
11399
Uruguay
11651

Será en la ciudad de Pelotas el jueves 28

Cancilleres de Uruguay y Argentina firmarán importantes acuerdos

Río Grande del Sur, por nuestro corresponsal Martín Correa

■ Los ministros de Relaciones Exteriores de Uruguay y Brasil, doctores Sergio Abreu y Celso Amorim, habrán de firmar sendos acuerdos ambientales en Pelotas, entre los que figuran el control de la calidad de aguas de la Laguna Merín y la eliminación de factores de contaminación del arroyo Chuy. En efecto, de acuerdo a las informaciones oficiales, reveladas por intermedio del doctor Antonio César Borges, rector de la Universidad Federal de Pelotas, el próximo jueves 28, los cancilleres de Uruguay y Brasil se reunirán con esa finalidad, para abordar tópicos relativos al Mercosur y pautas del desarrollo regional. Mientras tanto, el presidente de la Comisión de la Laguna Merín y miembro del Ministerio de Integración Regional del municipio de Pelotas, profesor Manuel de Souza Viana, subrayó además que se firmará el acuerdo concerniente a la construcción de un puente en la localidad de Paso Centurión, que habrá de disminuir la distancia con la ciudad de Melo, departamento de Cerro Largo, en alrededor de cien quilómetros. A su vez, ambos secretarios de Estado incluirán también en sus agendas la eliminación de la contaminación del arroyo Chuy, cuyas aguas desembocan en el Océano Altántico dañando sus playas. Agregó Viana que será construida oportunamente una red sanitaria cloacal en la periferia del Chuy. Paralelamente, quedará conformado un nuevo estatuto de la Comisión de la Laguna Merín. En tal sentido, explicó que la idea consiste en controlar la calidad de las aguas del mayor manantial hídrico binacional y, a la vez, desarrollar el sector de pesca regional fundamentalmente en la localidad de Santa Isabel, en el distrito de Pedro Osorio. Borges concluyó afirmando que por primera vez se consolidarán acuerdos bilaterales de esta naturaleza junto con las universidades de las regiones fronterizas.

Posteriormente, Abreu y Amorim visitarán la represa de San Gonzalo, de la que se suministra el abastecimiento a la ciudad de Río Grande. A todo esto, el presidente del Consejo Legislativo Internacional (unión de ediles de Livramento y Rivera) invitará en dicha oportunidad a los doctores Abreu y Amorim para que visiten estas ciudades. El doctor Zulmir Rasch dijo que tiempo atrás acompañado por el ex presidente de la Junta Departamental de Rivera, doctor Ernesto López Ortiz, invitaron al canciller Abreu a visitar Rivera y que el mismo aceptó, restando únicamente la fijación de fecha, la que será confirmada en los próximos días. Con esa finalidad, el vicepresidente de la Junta Departamental de Rivera, doctor Ramón Salmantón, se trasladará al Palacio Santos en el transcurso de la próxima semana acompañado del representante brasileño doctor Zulmir Rasch

LR 16/4

9406081.

Nº. DOCUMENTO 9406082.
TITULO CPI del Presupuesto.
PROCEDENCIA 150090
FECHA 29/4/94
VINCULACIONES 1507482
11164
11302

CPI comprovou existência de uma quadrilha no Congresso

ANTONIO CARLOS CAMPOS

Brasília — Três meses se passaram desde que foi lido o relatório final da CPI do Orçamento, a mais ampla investigação já deflagrada pelo Legislativo sobre os seus próprios integrantes. Apesar de a CPI ter comprovado a existência de uma quadrilha de parlamentares corruptos, o único envolvido no escândalo que acabou preso foi o economista José Carlos Alves dos Santos. Assim mesmo, por causa de outro crime: o assassinato de sua mulher, Ana Elizabeth.

Dos 43 parlamentares denunciados por José Carlos, apenas 18 tiveram a cassação proposta pela CPI. Quatro deles — inclusive João Alves (sem partido-BA), chefe da máfia dos anões — conseguiram escapar da punição ao renunciar aos seus mandatos. Outros quatro foram cassados e um — o deputado Aníbal Teixeira (PP-MG) — acabou absolvido. Os nove restantes ainda aguardam o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que poderá pedir a perda de seus mandatos por falta de decoro.

STF — Enquanto o Congresso prossegue na faxina interna, o Ministério Público investiga todos os 54 ouvidos pela CPI como suspeitos de desviar verbas públicas. Além dos 43 parlamentares, há três governadores e mais doze pessoas, entre elas o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, e os ex-ministros Margarida Procópio e Carlos Chiarelli.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, determinou diligências sobre todos os investigados pela CPI para decidir se apresenta ou não denúncias contra eles ao Supremo Tribunal Federal. "Não posso oferecer denúncias que venham a ser consideradas inconsistentes pelo STF, nem pedir o arquivamento desses casos sem esgotar antes todas as diligências possíveis", explicou o procurador. A maioria dos envolvidos é suspeita de corrupção passiva, crime que, segundo o artigo 317 do Código Penal, pode ser punido com um a oito anos de prisão.

LISTA DO ORÇAMENTO

Esta é a situação de cada um dos acusados no relatório final da CPI do Orçamento:

Deputados cassados
Carlos Benevides (PMDB-CE)
Raquel Cândido (PTB-RO)
Fábio Raunheitti (PTB-RJ)
Feres Nader (suplente/PTB-RJ)
Renunciaram
João Alves (sem partido-BA)
Genebaldo Correia (PMDB-BA)
Cid Carvalho (PMDB-MA)
Manoel Moreira (PMDB-SP)
Absolvido
Aníbal Teixeira (PP-MG)
Aguardam parecer da Comissão de Constituição e Justiça
Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)
José Geraldo (PMDB-MG)
Ézio Ferreira (PFL-AM)
Daniel Silva (PPR-MA)
Flávio Derzi (PP-MS)
Paulo Portugal (PP-RJ)
Ricardo Fiúza (PFL-PE)
João de Deus Antunes (PPR-RS)
Aguarda julgamento
Senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO)

01-02

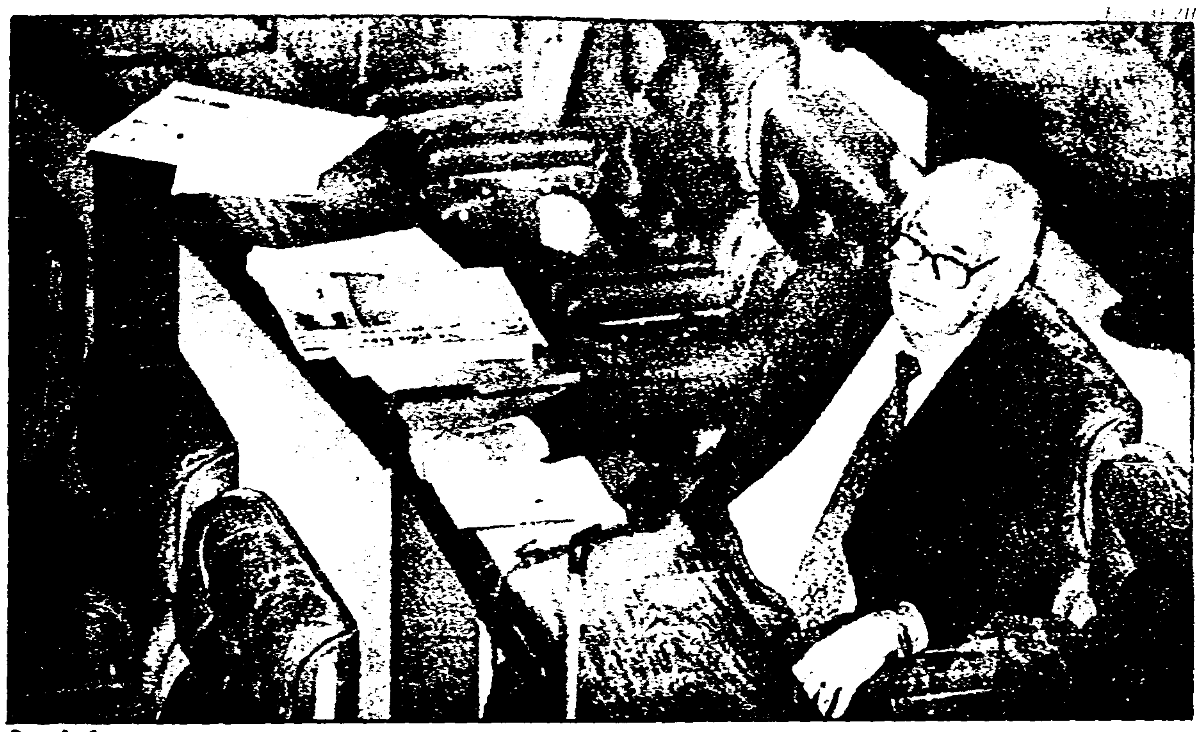
9406082.

Câmara pune mais dois com a cassação

☐Raquel Cândido e Fábio Raunheitti perderam o mandato por terem desviado recursos públicos, conforme provou a CPI do Orçamento

Brasília — O plenário da Câmara aprovou ontem a cassação de mais dois parlamentares incriminados pela CPI do Orçamento, os deputados Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e Raquel Cândido (PTB-RO). Raunheitti bateu o recorde de votos favoráveis à cassação: 329. Apenas 26 deputados votaram contra, 12 se abstiveram e quatro votaram em branco. Raquel teve 326 votos a favor da cassação, 28 contra, 22 abstenções e 8 em branco.

Raunheitti foi o primeiro anão do orçamento a cair atirando. Inconformado com a perda do mandato por ter desviado US$ 14,9 milhões dos cofres públicos, o ex-deputado disse que foi usado como "bode expiatório" de outros parlamentares dispostos a limpar a própria imagem. Ele chegou a concordar com a afirmação do candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, de que existem no Congresso 300 "picaretas".



Desabafo: *Fábio Raunheitti acusou seus colegas de serem 'picaretas' e disse ter sido usado como bode expiatório*

"Vários membros da CPI constavam da lista da Odebrecht e outros tantos parlamentares têm rabo preso com as empreiteiras", acusou Rauinheitti. "Há deputados que julgam estar a salvo cassando o meu mandato, mas o povo não é bobo e sabe que essa não é uma casa de santos."

Raunheitti se defendeu pessoalmente. Primeiro, tentou sensibilizar os colegas com muitas lamentações. "Talvez essa seja a minha última fala, mas vejo nos olhos de alguns companheiros um fio de esperança de que não me cassarão", afirmou, depois de ler trechos da peça *Tartufo*, de Molière. Depois, partiu para o ataque: "Se precisarem usar o meu sangue para lavar a honra do Congresso, ressaltou, em tom dramático.

Considerada culpada por um desvio de US$ 800 mil do orçamento em favor da Fundação Eva Cândido, fundada e dirigida por ela, e já condenada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Raquel Cândido estava tão certa da perda do mandato que sequer compareceu ao julgamento.

Raquel foi representada pelo advogado Leite Chaves, que fez uma defesa patética para um plenário desinteressado e propenso a acompanhar o relator do processo, deputado Tourinho Dantas (PFL-BA), recheado de provas contra a deputada. Leite Chaves argumentou que houve parcialidade e perseguição política no julgamento na CCJ. Tentou apresentar a cliente como vítima da violência que domina Rondônia, onde foi estuprada seis vezes, exerceu profissões de alto risco e por pouco não tornou-se prostituta. Chaves disse que Raquel corre risco de vida por ter enfrentado o narcotráfico e outras máfias. "Com a cassação, os senhores entregam a deputada aos algozes", afirmou. Além da perda do mandato, Raquel será processada para ressarcimento dos danos causados ao erário.

Dos 18 parlamentares listados no relatório final da CPI, já haviam sido cassados o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE) e o suplente Feres Nader (PTB-RJ). Quatro renunciaram para escapar da punição: João Alves (sem partido-BA), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Manoel Moreira (PMDB-SP).

Siguen rodando cabezas por la corrupción en Brasil

LJ 15/4

TERCER DIPUTADO DESTITUIDO EN 48 HORAS

La diputada conservadora brasileña Raquel Cándido fue destituida ayer por la comisión del Congreso encargada de investigar la trama de corrupción por la manipulación del presupuesto nacional, que se suma a otros dos legisladores apartados de sus cargos en las últimas 48 horas.

Cándido, de 42 años y perteneciente al Partido Trabalhista Brasileño (PTB), fue condenada en un escrutinio en la comisión de Constitución y Justicia de la Cámara Baja, que debe ser ratificado en una próxima sesión por el pleno de la Cámara de Diputados.

El pleno ha destituido en los dos últimos días al centrista Carlos Benevides -hijo del poderoso senador Mauro Benevides- y al conservador Feres Nader, tras las resoluciones anteriores de la comisión, que les halló culpables.

Los tres diputados destituidos figuran en una lista de 18 parlamentarios a quienes investiga la comisión.

Los parlamentarios fueron denunciados de haberse enriquecido con la manipulación del presupuesto nacional entre 1988 y 1993, al aprobar partidas para entidades filantrópicas controladas por ellos y financiar, a cambio de comisiones ilegales, proyectos públicos contratados por constructoras.

Cándido fue denunciada de haberse enriquecido mediante el uso personal de más de 800.000 dólares entre 1988 y 1993 con recursos financieros oficiales destinados a programas sociales en Rondonia, mediante una entidad filantrópica controlada por ella y que llevaba el nombre de su madre, Eva Cándido.

En las próximas semanas la comisión de Constitución y Justicia y el pleno de la Cámara Baja determinarán la suerte de otros 12 diputados acusados - afiliados a cinco formaciones políticas distintas-, y el Senado hará lo mismo con el único senador implicado, el centrista Ronaldo Aragao.

02-02

DESTITUYEN DIPUTADO

El pleno de la Cámara de Diputados de Brasil destituyó a uno de sus integrantes, el conservador Feres Nader, uno de los 18 parlamentarios acusados de haber participado en una trama de manipulación del presupuesto nacional.

Nader, quien es suplente de diputado y ya ha ocupado la titularidad del cargo, es el primer congresista condenado a la pérdida del mandato por el pleno de la Cámara de Diputados como consecuencia del escándalo.

Además de la pérdida del mandato, Nader, del Partido Laborista Brasileño (PTB), fue inhabilitado políticamente hasta abril de 1997 y, por lo tanto, no podrá ser candidato en los comicios generales de octubre próximo.

Nader es acusado de haberse apropiado de 6,7 millones de dólares de las arcas oficiales mediante transferencias para sus cuentas personales de las partidas presupuestarias para escuelas y entidades filantrópicas controladas por él en el estado de Río de Janeiro.

9406082

Nº. DOCUM. 9406083
TITULO Quércia defende afastamento do PMDB do governo Itamar
PROCED. 50333
FECHA 21/4/94
VINCULACIONES 507462
1164
1304

deixe o governo

de tomar partido' da candidatura FHC

Quércia quer que PMDB

Ex-governador diz que o presidente Itamar não tinha 'o direito

LUCIO VAZ
Da Sucursal de Brasília

ELEIÇÕES GERAIS

O ex-governador paulista Orestes Quércia (SP) defendeu ontem o afastamento do PMDB do governo Itamar Franco se ele for o candidato do partido a presidente da República.

"Quero que meu partido jogue longe do governo", disse Quércia. Ele afirmou que Itamar "pela natureza do seu mandato, não tinha o direito de tomar partido por uma candidatura. Isso coloca o PMDB numa situação difícil".

Informado de que Itamar pediu o apoio dos membros do seu governo a Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Quércia disse: "Colocar a máquina do governo a serviço do seu candidato é de uma ética discutível".

Quércia participa no dia 15 de maio da prévia do PMDB que vai indicar o candidato do partido à Presidência. Seus adversários são o ex-presidente e senador José Sarney (AP) e o ex-governador do Roberto Requião (PR).

O ex-governador de São Paulo propõe que o partido discuta a partir do dia 16 a sua relação com o governo federal. A decisão seria tomada pelo Conselho Nacional.

Na opinião de Quércia, a bancada do PMDB no Congresso deveria continuar apoiando os projetos do Executivo que interessam ao país. Mas todos os membros do partido deixariam os cargos que ocupam no governo.

Estados

O ex-governador conversou sobre este assunto com o líder do PMDB na Câmara, Tarcísio Delgado (MG), ontem pela manhã, no hotel Carlton, em Brasília. Ele recebeu parlamentartes e prefeitos do PMDB.

Quércia afirmou que tem situação tranquila em Minas Gerais e em Pernambuco, mas admite dificuldades no Rio Grande do Sul.

Rejeitado pelo PMDB de Porto Alegre, deverá visitar Pelotas no dia 6 de maio, a convite do prefeito Irajá Rodrigues.

Segundo levantamento feito por Rodrigues, 115 dos 1.667 prefeitos gaúchos já apóiam Quércia. "Confio na lealdade das bases do partido", comentou Quércia.

Ele rejeitou qualquer punição aos dissidentes. "Quero a unidade do partido", disse.

Perguntado sobre as declarações de Brizola sobre o caso Vasp (Brizola quer explicações sobre a privatização da Vasp), Quércia afirmou: "Eu já expliquei isso em conversas. Se ele quiser eu mando por escrito".

Quércia acrescentou que este fato não deverá prejudicar a aliança entre o PMDB e o PDT. "Eu também tenho críticas em relação ao governo do Brizola. Isso é normal", afirmou.

FHC

Interrogado sobre a boa posição do candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, nas pesquisas de opinião, comentou: "O Fernando Henrique não tem experiência. Não administrou nem carrinho de pipoca". Quércia já tinha usado o mesmo exemplo para Luiz Inácio Lula da Silva.

O ex-governador afirmou que "caso Israel" (denúncia de superfaturamento na importação de armas e computadores) não deverá abalar a sua candidatura.

"É um caso político. Pode haver desgaste, como querem meus adversários, mas vou responder tudo", afirmou.

9406083

01-01

Nº. DOCUM. 9406084.
TITULO Revisión Constitucional
PROCEDENCIA 150090
FECHA 26/4/94
VINCULACION 507482
11164
11302

Jobim

Lista do relator

submete 21 propostas a partidos

inclui nova votação para reeleição presidencial e pequenas mudanças no sistema tributário

Da Sucursal de Brasília

RECONSTITUINTE

O relator do Congresso revisor, Nelson Jobim (PMDB-RS), submete hoje aos líderes dos partidos favoráveis e contrários à revisão uma lista com 21 temas para serem votados até 31 de maio.

Em busca do consenso, Jobim abandonou a idéia de uma ampla reforma tributária e propõe apenas um "remendo" em sete itens da Constituição.

O relator propõe também nova votação para a emenda que estabelece a reeleição do presidente, que foi rejeitada.

Pelo menos seis tópicos da lista de Nelson Jobim são considerados "problemáticos" pelos "contras".

PT, PDT e os demais partidos em obstrução se reúnem separadamente para decidir quantos pontos aceitam da lista.

Os itens da reforma constitucional propostos pelo PSDB (regime único para o funcionalismo e diferenciação entre servidores civis e militares) devem ser rejeitados.

Também será difícil estabelecer consenso nos tópicos da ordem econômica. "Isso não pode entrar numa lista de consenso", diz o líder do PT, José Fortunati (RS).

Os temas mais polêmicos da revisão, como o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações e a reforma da previdência social, estão excluídos.

O relator não propõe uma reforma tributária, já que não há consenso em torno do seu conteúdo, mas incluiu sete emendas alterando alguns pontos do atual sistema tributário nacional.

Se houver acordo em torno da pauta de votações, o líder do PFL no Senado, Marco Maciel (PE), vai insistir na sua proposta de prorrogar o Congresso revisor até 30 de junho. Os "contras" defendem a manutenção do prazo atual, de 31 de maio.

Editoria de Arte/Folha Imagem

PROVÁVEIS VOTAÇÕES ATÉ 31 DE MAIO

Alguns dos temas que Jobim deve incluir na lista de consenso

1 Conceito de empresa brasileira (art. 171): devem ser retiradas da Constituição restrições ao capital estrangeiro

2 Exploração do subsolo - Pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento de potenciais de energia hidráulica (parágrafo 1º, art. 176): Pesquisa e exploração deixariam de ser exclusividade da União

3 Mudança nas regras de edição de medida provisória (art. 62): emissão de medida provisória deve ser limitada

4 Imunidade parlamentar (art. 53): processos contra parlamentares podem ser facilitados

5 Infidelidade partidária (arts. 14 e 17): proposta cria mais dificuldades para troca de partidos

6 Finanças públicas e Orçamento (arts. 99, 163 a 169 e 35 a 38 das Disposições Transitórias): emenda propõe melhor definição da autonomia do Judiciário no que se refere ao dinheiro do Tesouro, numa tentativa de evitar problemas como a recente crise entre os Poderes

7 Distribuição de gás canalizado (parágrafo 2º, art. 25): União deve ter exclusividade

8 Permissão para que universidades e institutos de pesquisas contratem pesquisadores estrangeiros (art. 207)

9 Novas regras de reformas da Constituição (art. 60): Jobim propõe reformas de cinco em cinco anos, com facilidades em relação a quórum

10 Parte do sistema tributário (art. 145 a 162): propõe-se a redução do número de impostos

11 Concessão de serviços públicos (art. 175): deve-se abrir a exploração de serviços como o fornecimento de água e luz e coleta de lixo, por exemplo

Temas da revisão aprovados em 1º turno e que devem ser votados em 2º turno:
- Renúncia de parlamentar não suspende processo de cassação de mandato (art. 55)
- Redução do mandato do presidente da República de cinco para quatro anos (art. 82)

Editoria de Arte/Folha Imagem

AS NEGOCIAÇÕES DE ÚLTIMA HORA

"Contras" e parte do PFL e PPR

Os partidos contrários à revisão fizeram acordo com algumas lideranças do PFL e do PPR que concordam em abrir mão de votar os monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações. Os "contras" aceitaram discutir uma pauta de votações e suspender a obstrução das sessões, desde que a questão dos monopólios não entre.

Líderes do PFL e PPR

Existe um acordo informal entre os líderes do PFL e do PPR na Câmara, deputados Luís Eduardo Magalhães (BA) e Marcelino Romano (SP), respectivamente. Eles representam as facções dos dois partidos que não querem acordo com os "contras" e insistem na votação da quebra dos monopólios.

Líderes e relator

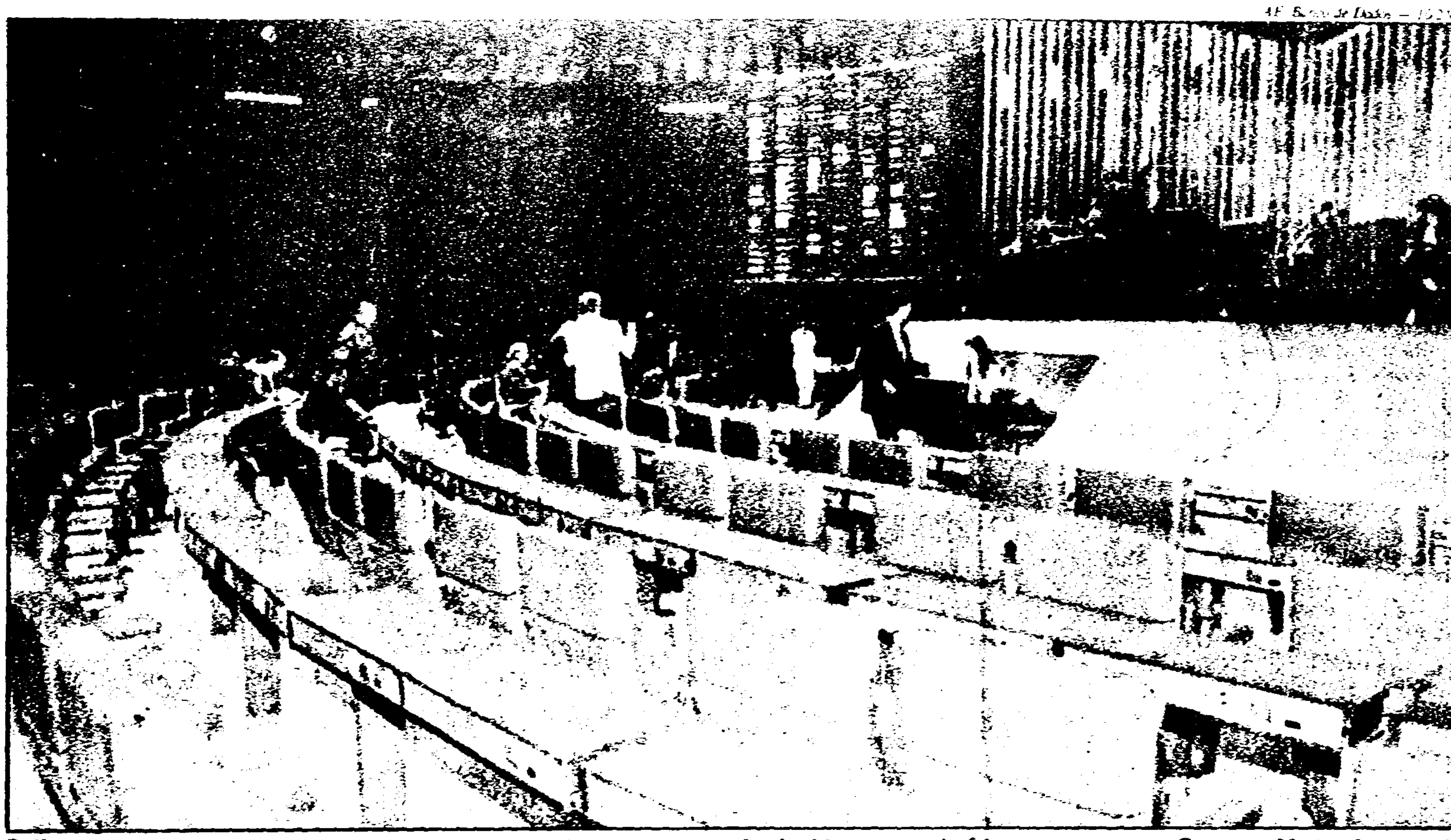
Nelson Jobim obteve dos líderes apoio para a aprovação de uma emenda que possibilite novas reformas constitucionais. Em troca, Jobim concordou em fazer uma lista de temas que considera possível votar até 31 de maio. A lista será submetida hoje aos líderes. O relator adiou para amanhã sua decisão de propor antecipação do término da revisão, se não houver acordo.

01-02
9406084.

CONSTITUIÇÃO

Defensores da revisão assimilam derrota

☐Os líderes partidários procuram agora garantir mudanças futuras na Carta, mas ainda acham possível votar a ordem econômica



Rotina: *desde outubro, quando começaram os trabalhos da revisão, a cena do plenário quase vazio foi uma constante no Congresso Nacional*

Brasília — Convencidos de que a revisão constitucional acabou, os partidos favoráveis à reforma aceleraram as articulações para garantir mudanças futuras na Carta. A principal idéia até agora, apresentada pelo relator, deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), é a de tornar mais fácil a aprovação de emendas constitucionais. Pela proposta de Jobim, poderiam ser alteradas inclusive as chamadas cláusulas pétreas — como a que garante a unidade da Federação —, criando uma espécie de revisão permanente.

Ontem, porém, surgiram as primeiras reações contrárias à idéia. "Tenho medo de que a Constituição se torne algo volátil, incapaz de assegurar os direitos dos cidadãos", disse o procurador-geral da República, Aristides Junqueira. Ele admitiu que não há, em tese, empecilhos jurídicos à idéia. Segundo o procurador-geral, o Legislativo tem poderes para modificar as regras que a Assembléia Constituinte de 1988 (poder originário) fixou para mudar a Constituição.

Ontem, 191 dias após o início dos trabalhos da revisão, voltou a faltar quórum para a sessão. Poucos parlamentares registraram presença em plenário, como tem sido a regra nos últimos meses. Com a atenção desviada por assuntos como o escândalo do orçamento e as próximas eleições (*veja quadros*), os deputados federais e senadores conseguiram aprovar apenas 5 emendas desde 6 de outubro — uma média baixíssima de uma mudança a cada 38 dias.

BASTIDORES — Até o dia 31 de maio, data final da revisão, o PPR, o PFL e outras siglas pró-reforma vão tentar ainda votar algumas questões do capítulo da Ordem Econômica. O deputado Marcelino Romano (SP), líder do PPR na Câmara, afirmou ontem que já conversou com os outros líderes de partidos para garantir uma ampla presença no Congresso nos dias 3, 4 e 5 de maio. "Se for preciso, nós vamos dormir aqui dentro do Congresso para conseguir o quórum. Podemos perder na votação, mas não nos bastidores", disse Marcelino. Ele conversou demoradamente com o deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), líder do PFL, que garantiu apoio irrestrito a essa mobilização. Conforme um levantamento do PPR, cerca de 389 parlamentares estariam dispostos a pelo menos discutir a ordem econômica — que inclui pontos como o monopólio estatal no setor petrolífero.

Alguns dos temas não discutidos durante a revisão poderão ser retomados durante a campanha presidencial. O candidato do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), defende, por exemplo, a reforma tributária, com a simplificação dos impostos e sua progressividade. O ex-ministro da Fazenda também se preocupa com a crise na Previdência Social e propõe uma reforma estrutural do setor. O candidato tucano sempre foi um dos maiores defensores da revisão constitucional. Como ministro, FH apresentou ao Congresso Revisor a única emenda promulgada até agora: a que criou o Fundo Social de Emergência (FSE).

A REVISÃO EM NÚMEROS

Tempo decorrido	191 dias
Mudanças aprovadas	5
Emendas promulgadas	1
Emendas rejeitadas	11
Tempo restante	46 dias

POR QUE A REVISÃO NÃO ANDA:

☐ O início dos trabalhos coincidiu com a descoberta da máfia do Orçamento. As investigações da CPI paralisaram o Congresso Revisor.

☐ Quando acabou a CPI, começou a discussão do plano econômico do governo.

☐ Falta vontade política aos líderes dos partidos para deslanchar os trabalhos. O governo só se empenhou em aprovar o Fundo Social de Emergência.

☐ Quase nunca há quórum para as sessões. A maioria dos parlamentares só trabalha de terça a quinta-feira. Só há quórum garantido às quartas. Para aprovar qualquer proposta, são necessários 293 votos.

☐ Desde o início da semana, há um novo complicador: o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), reservou as quartas-feiras para o julgamento em plenário dos acusados pela CPI do Orçamento.

☐ A proximidade das eleições também atrapalha. A maioria dos congressistas está mais preocupada em tentar se reeleger e participar das articulações da sucessão presidencial.

O RETRATO DO FRACASSO

As mudanças aprovadas

☐ FSE — O Fundo Social de Emergência retém 20% dos impostos arrecadados pelo governo federal para programas emergenciais. Parte do plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso, o FSE foi criado por emenda, a única que já está em vigor.

☐ **Mandato presidencial** — O mandato do presidente da República foi reduzido de cinco para quatro anos. A emenda ainda precisa ser aprovada em segundo turno e deverá valer para o sucessor de Itamar Franco.

☐ **Convocação de ministros** — Além de ministros, o Congresso também pode convocar diretores e presidentes de órgãos públicos para prestar esclarecimentos sobre a administração federal.

☐ **Nacionalidade** — Permite a dupla nacionalidade para brasileiros e facilita a conquista da cidadania brasileira para estrangeiros que vivem no Brasil.

☐ **Inelegibilidades** — A emenda aprovada permite que, numa futura lei complementar, sejam considerados inelegíveis políticos envolvidos em corrupção. A regra atual só pune acusados de abuso do poder econômico e uso indevido do cargo público.

O que ficou de fora:

☐ **Monopólios** — Não chegaram ao plenário os pareceres abrindo à iniciativa privada a participação nas áreas de telecomunicações e petróleo, hoje atividades exclusivas da União.

☐ **Sistema tributário** — Os parlamentares queriam reduzir o número de tributos e a carga tributária. Nada mudou. A União continua repassando grande parte dos recursos a Estados e municípios, que não têm encargos correspondentes.

☐ **Previdência** — Não saíram do papel as propostas de fixar idade mínima para aposentadoria e transferir para a iniciativa privada a complementação dos benefícios — iniciativas necessárias, segundo o governo, para acabar com o rombo da Previdência

☐ **Funcionalismo** — União, Estados e municípios são responsáveis hoje pelo emprego de 8 milhões de pessoas, muitas com estabilidade. Por força da Constituição, não podem cortar excessos de pessoal. O dispositivo continua valendo.

☐ **Sistema eleitoral** — A adoção do voto distrital misto não foi discutida pelos parlamentares. Também foi esquecida a discussão sobre a proporcionalidade das representações estaduais na Câmara, hoje distorcidas.

02-02

9406084

Nº. DOCUM. 9406085.
TITULO Da Silva inicia gira por EE UU y China.
PROCED. La Jornada
FECHA 9/4/94
VINCULAC. 1507182
11164
11304
501060

LULA INICIA GIRA POR EEUU Y CHINA

El aspirante presidencial por el socialista Partido de los Trabajadores (PT) de Brasil, Luis Inacio «Lula» da Silva, comenzará por Estados Unidos y China una vasta ofensiva exterior en favor de su candidatura, anunció ayer la dirección de su formación política en Río de Janeiro.

El comité dijo que la campaña internacional del líder político será abierta a principios de mayo, en Nueva York, y tendrá como segunda etapa al país asiático, que visitará a fines del mismo mes.

Da Silva, que desde hace un año está a la cabeza de las encuestas de popularidad, viajará a Estados Unidos el 7 u 8 de mayo, y en su agenda aparece como primer compromiso una entrevista con el secretario general de la Organización de Nacional Unidas, Butros Gali. Durante su estancia allí, el candidato dictará una conferencia en la Universidad de Harvard y también tendrá una audiencia con la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado estadounidense.

El PT de Río de Janeiro agregó que Da Silva irá a China a finales de mayo, invitado por el empresario Shuen Ming Ling.

El programa del político brasileño en el país comunista es preparado por el propio empresario, que según portavoces del PT es propietario de una fábrica de tejidos sintéticos cuyo patrimonio está calculado en 100 millones de dólares.

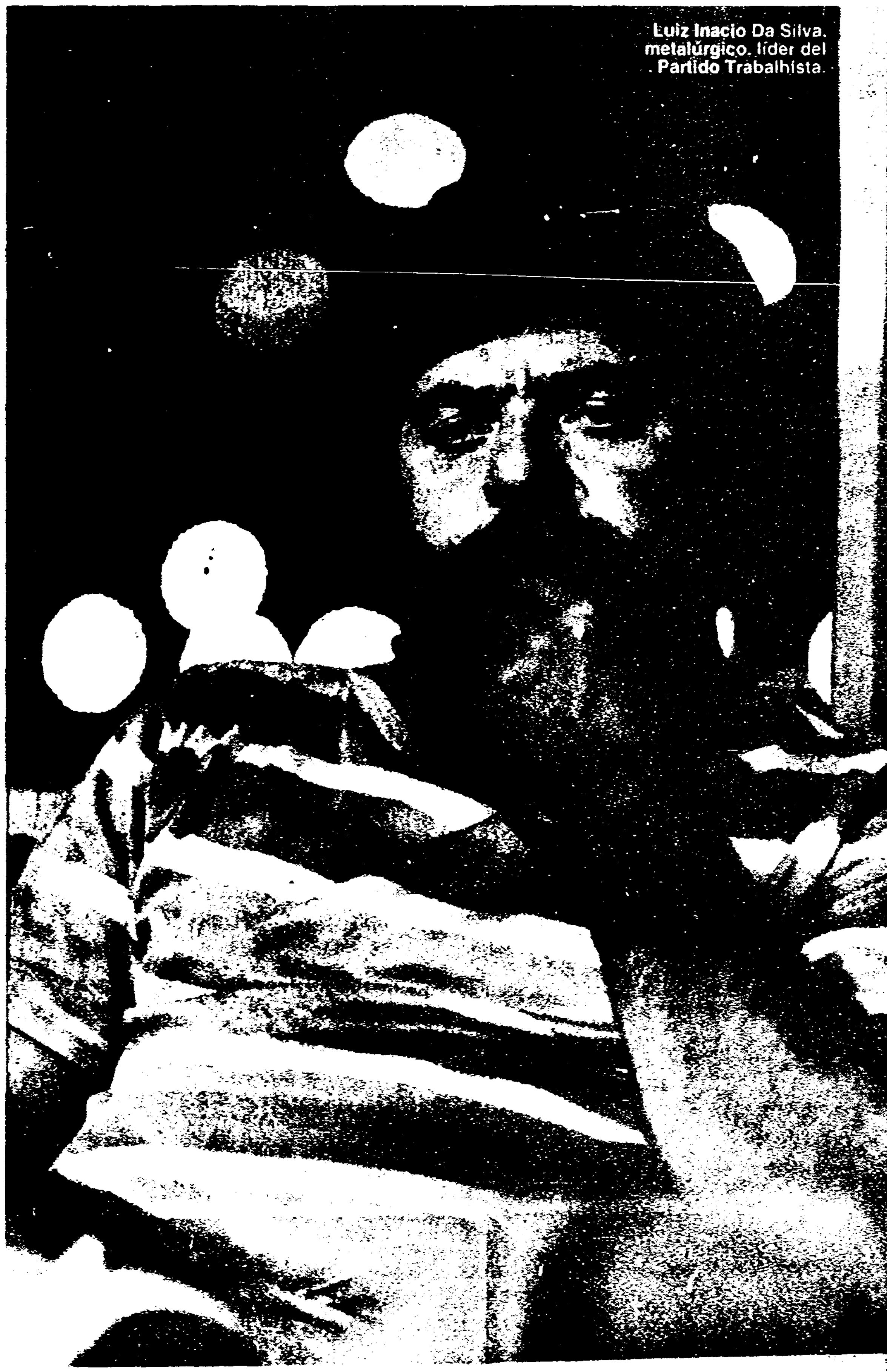
Da Silva es hasta ahora el candidato más opcionado para suceder al presidente, Itamar Franco, en las elecciones de octubre.

01-01 9406085.

Nº. DOCU. 9406086
TITULO Principales puntos del programa de gobierno del PT
PROCED. P.12
FECHA 20/4/94
VINCULACION 507493
11164
11304 / 501066

PEQUEÑO LULA ILUSTRADO

Luiz Inacio Da Silva, Lula, sigue primero en las encuestas sobre intención de voto para las elecciones presidenciales brasileñas. Su partido, el Trabalhista, se asemeja más a un frente político y social que a una agrupación política clásica. Lo que sigue es una serie de puntos tomados de ese proyecto.



Luiz Inacio Da Silva, metalúrgico, líder del Partido Trabalhista.

Fruto de la heterogeneidad interna, donde se combinan aportes marxistas y cristianos de base con un fuerte componente gremial, es el proyecto de programa que el PT elaboró en marzo y discutirá el mes que viene. A continuación se detallan los puntos más destacados:

Punto 6: La victoria del PT en 1994 es un paso en la revolución democrática:

El programa democrático y popular de reformas que defendemos, sin ser el del socialismo, se articula con los objetivos estratégicos socialistas del Partido dos Trabalhadores.

Son compatibles con nuestra concepción de sociedad –un concepto de socialismo en construcción– la reformulación que proponemos para el sector estatal de la economía (socialmente controlado), la constitución de un sector público (no estatal) del sistema productivo y de servicios, el estímulo a las formas cooperativas de producción y servicios, la diseminación de la propiedad simultáneamente con nuestras propuestas antimonopólicas y antioligopólicas.

En el plano político, igualmente, se puede constatar el lazo entre los objetivos estratégicos socialistas y las propuestas de este programa democrático y popular.

Punto 7: La participación popular como forma de universalización ciudadana:

El propósito de radicalizar la democracia hace que el PT coloque la participación popular como un elemento tan importante como los mecanismos de democracia representativa.

La participación popular será fundamentalmente el resultado de la autoorganización de la sociedad. Tendrá, por tanto, la marca de la autonomía.

La Constitución viabiliza la práctica del plebiscito, del referéndum y de la iniciativa popular en la proposición de las leyes. La reglamentación de estos ítems puede permitir que la participación popular se haga más efectiva en la democracia brasileña.

Punto 17: Las reformas políticas e institucionales:

Las reformas propuestas son elementos indispensables para que la administración democrática y popular llegue a ser gobernable.

Para ello, además de contar con un amplio apoyo popular y suficiente base parlamentaria, la administración deberá vencer los obstáculos del viejo orden institucional, que tenderán a paralizar la acción del gobierno, impidiendo realizar su programa de reformas.

El bloqueo de la administración democrática y popular por la burocracia –judicial o administrativa– puede ser vencido:

- Por el fortalecimiento y radicalización de la democracia, con la extensión de la ciudadanía y un mayor control del Estado por la sociedad.

Punto 27: Queremos una modernidad ética, una modernidad de los fines.

Proponemos:

- Consolidar las instituciones democráticas, en un sistema político cada vez más abierto a los derechos emergentes y a una creciente participación popular en todos los niveles.
- Buscar una nueva racionalidad económica y social que concilie producción, distribución y protección al ambiente y al patrimonio natural. Queremos, en fin, una modernidad de los fines, basada en soluciones originales y en un contrato social verdaderamente nuevo, y no aquella definida con base en un concepto supuestamente técnico, alejado de las necesidades reales de una mayoría de desheredados.

Punto 35: Se trata de reestructurar la propia estructura productiva:

La formación del mercado de masas no se dará sólo a partir de políticas redistributivas, sino –principalmente– de una reestructuración gradual de la propia estructura productiva, con la elevación de los patrones de productividad, especialmente en aquellos sectores que tengan mayores efectos multiplicadores sobre el empleo y el resto de la economía. Además de la inversión en infraestructura, el proyecto exige políticas específicas, que prioricen la elevación de la productividad media en nuestra sociedad, sin perder de vista los objetivos estratégicos de preservación y creación de empleos, de calificación de la mano de obra y de nuevas relaciones de trabajo, que nos permitan avanzar sin contratiempos en la dirección de la así llamada tercera revolución industrial.

bos. La competitividad y la capacidad de exportar de nuestra economía estarán íntimamente relacionadas en la próxima década a la expansión del mercado interno, en el rumbo de la incorporación de más de cien millones de personas todavía excluidas.

Así, no pensamos a Brasil como una plataforma exportadora, ni deseamos políticas de generación de mega superavits comerciales permanentes y a cualquier costo, pero pretenbienestar de la sociedad, pudiendo ayudar a racionalizar el proceso de formación de precios. Expandir exportaciones e importaciones es, por tanto, uno de nuestros objetivos.

Punto 48: Defendemos una política industrial clara y estable:

La política neoliberal implementó una apertura unilateral y desordenada, sin contrapartidas, a contramano de los modernos mecanismos de proceso sustitutivo de bienes fabricados internamente por bienes importados (sean productos finales o componentes y subconjuntos utilizados en su fabricación) y dirigidos a productos de mayor sofisticación y complejidad tecnológica, configurando un proceso de "especialización" perverso.

- Fragilidad de la estructura industrial brasileña, desestructurando las redes de abastecimiento previamen-

9406086

• Por la creación de condiciones políticas e institucionales para que el gobierno consolide el apoyo de la sociedad a su programa y construya una amplia coalición de fuerzas sociales y políticas que le permita gobernar y avanzar en dirección de objetivos más amplios.

• Por el combate a la corrupción y a la privatización del Estado por los intereses de las elites o de grupos corporativos, en conflicto con los intereses nacionales.

Punto 37: Nuestros intereses económicos están en todo el mundo:

La formación de un mercado interno de masas, como se ve, no entra en conflicto con el desarrollo del mercado exterior. Detentor de una pauta comercial extremadamente diversificada, el Brasil tiene intereses económicos en todo el mundo. Como ocurre con todos los países del continente, su comercio exterior es subsidiario del mercado interno, pero no hay contradicción entre ambos. Queremos que nuestro modelo genere efectos de encadenamiento que eleven el crecimiento del comercio exterior. Esto no es ningún freno al motor de desarrollo, pero sí un elemento auxiliar y complementario, muy importante, inclusive para la estabilización. El crecimiento de las exportaciones genera empleos, permite mayor eficiencia y confiere divisas internacionales al país. El aumento de las importaciones, a su vez, también permite aumentar la eficiencia y el protección efectivos aplicados en los países desarrollados. En un contexto recesivo, esto acarreó, en el parque productivo brasileño, un ajuste extremadamente negativo para el empleo. La respuesta empresarial al imperativo de competitividad a corto plazo, impuesto por esa apertura, dio como resultado políticas de racionalización perversas, en las siguientes direcciones:

• Regresión tecnológica de la industria, una vez que se produjo el te instaladas y acelerando los efectos de encadenamientos generados por la actividad productiva.

• Creación de focos de desempleo industrial, en particular en las áreas de montaje y en aquellas en que la frontera tecnológica definida en el plano internacional cambia con mayor rapidez, sea en función de la sustitución de productos fabricados internamente por importados, sea en paso a la pérdida de valor agregado por la industria nacional.

02-02 9406086

Nº. DOCUM. 9406087.
TITULO Lula comienza a convocar a capas más pobres
PROC. 15048.3
FECHA 14/4/94
VINCULACI. 1507482
11169
11304
1501066

Encuestas le dan un 20% contra 7% de Cardoso, quien depende de la gestión económica de gobierno

Lula comienza a convocar a capas más pobres

En abril de 1989, una revista semanal publicó en primera plana una de las mayores sorpresas de la historia política brasileña reciente. En primer lugar, en las encuestas sobre intenciones de voto, aparecía Fernando Collor de Mello, gobernador de Alagoas, uno de los estados más pobres del país.

por Jorge Mederos
corresponsal

Cinco años después tenemos elecciones nuevamente y la novedad es que no hay novedades. Las encuestas apuntan en primer lugar al candidato del Partido de los Trabajadores (PT) de izquierda, Luiz Inacio Lula da Silva, con 37 por ciento de los votos, quien nunca dejó de hacer campaña desde que fue derrotado por Collor de Mello.

En segundo lugar, y creciendo, aparece Fernando Henrique Cardoso con 21 por ciento, opción de la llamada "tercera vía" (desde hace un tiempo identificado como una **alternativa entre derecha e izquierda), que puede** convertirse en segunda. Atrás aparecen figuras veteranas de la política brasileña como Leonel Brizola, Orestes Quercia, José Sarney y Antonio Carlos Magalhaes.



Mejor que ayer

El nuevo Lula

La última encuesta mostró que el Lula de hoy es diferente.

El candidato del PT aumentó considerablemente su índice de intención de voto entre los menos instruidos, que representan el grueso del electorado brasileño. Además, tiene una tasa de rechazo bastante baja: apenas 23 por ciento declaró que no votaría a Lula de ninguna manera. Pero el PT, según encuestas, es junto al PMDB el partido más rechazado del país.

O sea, Lula tiene más votos donde existen más votos e indecisos: la capa menos instruida de la población.

En 1989, Collor de Mello fue el candidato de los menos instruidos, y tuvo gran dificultad para conquistar a los más cultos. Lula, a su vez, contagió a los más cultos pero fue rechazado por los menos instruidos. Esta vez, el perfil del petista parece más homogéneo: su preferencia entre los más o menos instruidos es prácticamente igual.

Lula también cambió el perfil geográfico de sus votos. En 1989, Collor de Mello era el candidato de las zonas bajas y Lula tenía un buen desempeño en las zonas más urbanizadas. En aquella elección Lula derrotó a Collor de Mello en las diez capitales brasileñas más importantes. Hoy, mientras tanto, el **candidato del PT tiene penetración en los municipios pequeños.**

Al analizarse las encuestas queda claro que Lula colma las expectativas más importantes del electorado, principalmente en lo que tiene que ver con la demanda de honestidad y de políticos que defiendan a los pobres. Pero tiene problemas con el radicalismo de su partido, con su inexperiencia política y con el hecho de no ser exactamente un político nuevo.

No existe todavía en la cabeza del electorado brasileño una alternativa definida a Lula. Aunque todo parece indicar que Fernando Henrique Cardoso puede convertirse en su rival más fuerte, representando una alianza de centroizquierda con aportes de la derecha moderada, en la mención espontánea Lula aparece en las encuestas con 20 por ciento y Cardoso con sólo 7 por ciento.

Los analistas coinciden que ésta será una campaña sucia, como todas. Cardoso puede ser blanco de ataques y rumores, como algunos que ya fueron publicados sugiriendo que evadió impuestos en la compra de una hacienda, o que tiene un hijo de una relación extramatrimonial.

Lula afirma que no tiene esqueletos escondidos en el ropero, aunque una ex novia prometió publicar un libro con revelaciones que lo harían descarrilar. ■

01-01 9406087.

Nº. DOCUMENTO 9406088
TITULO Posible alianza PMDB-PDT
PROCE. 150090
FECHA 19/4/94
VINCULACION 1507482
11164
11304

divide o PMDB

e a direção peemedebista querem o acordo

DISPUTA INTERNA

Aliança com brizolismo

O ex-presidente Sarney se opõe à coligação com o PDT; Quérci

LUCIO VAZ
Da Sucursal de Brasília

ELEIÇÕES GERAIS

O ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou ontem ser impossível uma aliança entre o PMDB e o PDT. "O PMDB terá candidato próprio. E o Brizola é candidato. Isso inviabiliza um entendimento", disse Sarney.

A declaração mostra que Sarney está, pelo menos neste ponto, fora de sintonia com a cúpula partidária. O presidente nacional do PMDB, deputado Luiz Henrique (SC), negocia uma aliança com Brizola desde fevereiro.

Ontem, ele disse que espera um contato com o líder do PDT na Câmara, Luiz Salomão (RJ), para agendar um novo encontro com Brizola.

Pelo lado do PDT, a eventual aliança só será possível caso o candidato peemedebista seja o ex-governador de São Paulo. Orestes Quércia.

"Com Sarney as divergências são muitas", disse Roberto D'Ávila, assessor de Brizola. "Ele fez um péssimo governo", afirmou.

Quércia, ao contrário de Sarney, tem defendido publicamente a aliança com o PDT. Ele autorizou seus auxiliares a conversarem com o PDT e aguarda o resultado da prévia do PMDB para agendar um encontro com Brizola.

Sarney, Quércia e o ex-governador Roberto Requião (PR) disputam no dia 15 de maio a prévia que vai indicar o candidato do partido à Presidência.

No domingo, Brizola discutiu os termos da possível aliança com o presidente do PMDB paulista, deputado Roberto Rollemberg.

A aliança seria feita em três tempos. Inicialmente, os dois candidatos pretendem colocar publicamente o interesse em um entendimento ainda no primeiro turno.

O segundo passo seria dado após as prévias do PMDB, quando os partidos elaborariam um programa mínimo comum. Finalmente, em setembro o candidato que apresentar o pior desempenho eleitoral renuncia a favor do outro.

O PMDB deseja contar com um candidato a vice- presidente do PDT, preferencialmente o ex-prefeito Jaime Lerner.

A inclusão de Lerner e o apoio de Brizola reforçaria a candidatura do PMDB no Rio, Rio Grande do Sul e Paraná.

O PDT, que deseja manter a candidatura de Brizola, conta com o enfraquecimento do candidato do PMDB. Com um acordo fechado previamente, Brizola acabaria contando com o apoio do PMDB em São Paulo, Minas e em outros Estados onde tem pouca penetração.

Campanha

Amanhã, Sarney inicia um roteiro de visitas à região Norte. Até sábado, terá encontros com líderes do PMDB em Cuiaba (MT), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Manaus (AM) e Belém (PA).

Quércia já está em campanha. Amanhã ele irá a Brasília, onde conversará com a bancada peemedebista.

Quercia invita a Brizola a secundar su candidatura

El ex gobernador paulista Orestes Quercia, del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), ofreció al gobernador carioca, Leonel Brizola, integrar una fórmula presidencial para las elecciones de octubre próximo.

RIO DE JANEIRO / ANSA

Quercia ofreció la vicepresidencia de la fórmula a Brizola, del laborista Partido Democrático Trabalhista (PDT), quien hasta ahora no contestó. Los observadores políticos consideran que rechazará el ofrecimiento.

Hasta ahora las encuestas para las elecciones son encabezadas por el izquierdista Luiz Inacio Lula da Silva, del Partido de los Trabajadores (PT), seguido por el ex Ministro de Hacienda Fernando Henrique Cardoso, candidato del oficialismo.

Quercia debe disputar las elecciones internas del PMDB junto con el ex Presidente José Sarney.

9406088.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406089.
TITULO Gobierno Nacional: presupuesto a ministerios
PROCEDENCIA 15053e
FECHA D. 1-/4/94
VINCULACION \507462
11164
11302
11161
11332

cortes para ministérios

interessa a Itamar; Saúde deve ganhar mais US$ 5 bilhões

Governo recua em

Vai ser ressuscitado programa de irrigação que

MÔNICA IZAGUIRRE
Da Sucursal de Brasília

Pelo menos quatro ministérios deverão ter suas verbas aumentadas na nova revisão do projeto de Orçamento da União para 1994.

Segundo o ministro da Integração Regional, Aluízio Alves, o ministro do Planejamento, Beni Veras, lhe disse ontem estar "preparado" para atender os pedidos de quatro ministérios.

Além da Integração Regional constam da lista Saúde, Transporte e Bem-Estar Social.

Só o da Saúde quer a mais US$ 5 bilhões —isso aumentaria de US$ 9 bilhões para US$ 14 bilhões os gastos totais previstos para a área no projeto que será revisado.

Os quatro ministros reclamaram ao presidente Itamar Franco que a falta de verbas paralisaria serviços essenciais a partir de junho.

Aluízio Alves foi o mais beneficiado porque o próprio Itamar quer lançar um programa de irrigação no Nordeste, que envolve mais de US$ 100 milhões.

O aumento significa um recuo em relação à proposta apresentada em dezembro passado ao Congresso. Na ocasião, foram cortados aproximadamente US$ 20 bilhões sobre o projeto encaminhado em julho, "zerando" o déficit previsto.

Os que mais sofreram cortes na ocasião foram os ministérios da Integração Regional e do Bem-Estar Social. Eles iam ser extintos. Por isso previu-se na época um mínimo de verbas só para que eles pudessem transferir aos poucos a outros órgãos as suas atribuições.

Diante da necessidade de manter apoio parlamentar para aprovar um plano econômico em pleno ano eleitoral, o governo concluiu que seria inconveniente a extinção dos dois ministérios. E agora terá de recompor os seus orçamentos.

O MIR está pedindo um adicional equivalente a cerca de US$ 352 milhões em investimentos. No atual projeto, ele detém para cerca de US$ 197 milhões.

Ainda que quase triplicadas, as verbas para investimento do ministério mal vão dar para concluir obras paradas quase no final, reclamou Aluízio Alves.

Obras novas, nem pensar, disse o ministro. Henrique Santillo, da Saúde, também esteve ontem com Beni Veras, do Planejamento, para reclamar. Disse que estão faltando recursos até para medicamentos básicos.

9406089.
01-01

Nº. DOCU. 9406090
TITULO Lula promete
PROCEDEN 150538
FECHA 14/4/94
VINCULACION 501482
1164
1130

Lula promete manter programa espacial

Promessa agrada os militares: em Ribeirão Preto (SP), Câmara aprova protesto contra o candidato petista

ABNOR GONDIN
Da Agência Folha, em Alcântara

ELEIÇÕES GERAIS

Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, disse ontem no Maranhão, ao visitar o Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara, disse que, se eleito, apoiará o Programa Espacial Brasileiro.

"O Brasil tem que adquirir essa tecnologia de lançamento de foguetes e satélites para ficar menos dependente dos países desenvolvidos", afirmou.

O discurso do virtual candidato petista à Presidência agrada aos militares. O Centro de Alcântara é dirigido pela Aeronáutica.

Segundo o comandante do centro, coronel Celso Lauande, o Programa Espacial tem fins puramente pacíficos.

Lula manteve seu apoio ao programa, apesar de críticas feitas por petistas contra o Ministério da Aeronáutica, porque teria cometido erros no remanejamento de moradores em razão de obras do centro.

Em Alcântara, o candidato visitou o prefeito Airton Viégas que foi expulso do seu partido há três semanas. Viégas foi comunicado anteontem de sua expulsão do PT.

O prefeito foi expulso sob a acusação de nepotismo (empregar parentes). Ele era o único dirigente municipal petista no Maranhão.

Viégas disse a Lula ter sido vítima dos radicais do partido. O candidato evitou comentar a crise no PT de Alcântara.

Ao discursar na agrovila do Marudá, Lula disse: "Estamos de parabéns em Alcântara porque conseguimos vencer em 89 nos dois turnos da disputa presidencial e elegemos o prefeito pelo PT."

O prefeito disse ter afirmado a Lula que continua apoiando a sua candidatura à Presidência.

"Estou brigado com o P do PT, não com o T porque sempre fui trabalhador e estou sendo vítima dos radicais do partido", afirmou.

Viégas afirmou à **Folha** que empregou dois filhos, Ricardo, 29, e Juscelino, 32, e a mulher, Maria José, 56, em cargo de confiança de sua administração.

"Não seria justo que depois que tudo o que eles fizeram na minha campanha eu os abandonasse agora na prefeitura. Causaria até a desagregação com a família", disse.

Outro motivo apontado pelo diretório para sua expulsão foi a falta de transparência da administração.

"Nossos balancetes eram fixados na porta da prefeitura. Mais transparência que isso, só chá de vidro", disse.

Ribeirão Preto

Em Ribeirão Preto (interior de São Paulo), a Câmara Municipal aprovou ontem um requerimento de repúdio contra suposto descaso demonstrado por Lula em sua rápida visita a cidade, na quinta-feira passada.

O candidato permaneceu em Ribeirão por dez minutos, depois de visitar Franca e São Joaquim da Barra. Ele foi vaiado por um grupo de manifestantes, que protestavam contra o PT e a administração petista na cidade, do prefeito Antônio Palocci Filho.

O requerimento, de autoria do vereador Fernando Chiarelli (PPR), foi aprovado por unanimidade pelos 18 vereadores presentes à sessão de anteontem, durante votação simbólica.

Joana Leal Garcia, única vereadora do PT na Câmara, não votou contra o requerimento. Segundo ela, o requerimento apenas protesta contra a rápida visita de Lula e não tem nada contra o candidato.

Colaborou a Folha Nordeste

Candidato joga com impasse dos grupos do PT

CARLOS EDUARDO ALVES
Da Reportagem Local

Nenhum grupo interno do PT deve chegar ao Encontro Nacional do partido com maioria para impor o tom do programa de governo de Lula. A necessidade de negociação reforça o cacife de Lula.

Até agora, já foram escolhidos 54% dos delegados ao encontro. O grupo de Lula, o "Unidade na Luta" (que fica no "centro" político da legenda), cresceu em Estados importantes como o Rio Grande do Sul.

Em compensação, a extrema-esquerda petista ("Na Luta PT"), avançou em grandes colégios internos do PT. É o caso, por exemplo, de Minas. Lá, os radicais elegeram 25% dos delegados.

O encontro, que começa no final deste mês e termina em 1 de maio, vai votar a versão definitiva do programa de governo que será defendido por Lula na campanha eleitoral.

Lula está articulando um acordo entre o seu grupo e a "Opção de Esquerda" (esquerda no espectro político petista) para chegar ao evento com uma maioria sólida.

Editoria de Arte Folha Imagem

DELEGADOS AO ENCONTRO DO PT

TENDÊNCIAS	PRINCIPAIS LÍDERES	Nº DE DELEGADOS
Unidade na Luta ("centro" do PT)	Luiz Inácio Lula da Silva e Olívio Dutra	106 (37,4%)
Opção de Esquerda ("esquerda")	Rui Falcão	88 (31,1%)
Na Luta PT ("extrema-esquerda")	Luiz Eduardo Greenhalgh	48 (17%)
Democracia Radical ("direita")	José Genoino e Eduardo Jorge	22 (7,8%)
Independentes	-	19 (6,7%)
* esse número equivale a 54% dos delegados		Total: 283*



Ainda faltam definir delegados de Estados como Rio, Bahia, Ceará e Pernambuco. Mas é dado como certo no PT que é impossível qualquer reversão que permita a um grupo sozinho obter mais da metade dos delegados.

Com a constatação de que ninguém poderá passar o rolo compressor no encontro, Lula está preparando um discurso para a abertura da reunião em que jogará o destino de sua candidatura no bom senso partidário.

Lula pensa em argumentar que está começando a campanha, tocada até agora basicamente por ele e seu grupo mais próximo, com 36% das intenções de voto, segundo o Datafolha.

Por isso, a responsabilidade de não permitir a queda passará, na ótica de Lula, pela obrigatoriedade de evitar a radicalização.

01-01
9406090

Nº. DOCU 9406091
TITULO
PROCE
FECHA 21/4/94
VINCULACI

Brizola negocia aliança com Quércia

□Depois de um encontro com o provável candidato peemedebista, o deputado Vivaldo Barbosa admitiu que a coligação é possível

Brasília — Adversário ferrenho do ex-governador Orestes Quércia na CPI da Vasp, o deputado federal Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) recebeu seu antigo desafeto ontem, para uma conversa de quarenta minutos sobre sucessão presidencial. Embora os dois tenham definido o encontro como "de caráter social", Quércia e Vivaldo discutiram o que há um ano seria considerada uma heresia pelos seguidores de Leonel Brizola: uma aliança entre PDT e PMDB. O pré-candidato do PMDB à Presidência e o deputado pedetista saíram do encontro dizendo que existem grandes possibilidades de os dois partidos firmarem um pacto de não-agressão — na verdade, já em vigor — no primeiro turno ou mesmo disputarem coligados a sucessão de Itamar Franco.



AJB/ZH

Peregrinação: *Quércia (na foto com o deputado Gonzaga Mota) foi a Brasília buscar apoio a sua candidatura*

Quércia reafirmou que gostaria de conversar com Brizola, mas lamentou não haver data para um encontro entre os dois. "As bases e a cúpula dos partidos estão em entendimento", disse Quércia, referindo-se às conversas semanais do presidente do PMDB, deputado Luiz Henrique, com o líder do PDT na Câmara, Luiz Salomão (RJ), e aos acordos já fechados entre os dois partidos nos Estados. "Existem afinidades ideológicas entre os partidos", afirmou Quércia, disposto até a dar explicações sobre a privatização da Vasp, que tantas críticas sofreu de Brizola. "Eu também tenho algumas restrições a Brizola, mas agora nem me lembro quais são", brincou Quércia.

PRIVATIZAÇÃO — Tentando apagar um princípio de incêndio, Vivaldo Barbosa justificou que Brizola fez a afirmação em caráter ideológico e não pessoal. "O que o Brizola quis dizer é que o PMDB deve explicar bem a privatização da Vasp ao PDT, que é um partido contrário a privatizações", explicou Vivaldo. Segundo o deputado Luiz Salomão, Barbosa conversou com Quércia em caráter pessoal, porque não tem mandato para negociar em nome do partido.

O possível acordo entre Brizola e Quércia prevê que os dois se lançarão candidatos à Presidência. Em agosto, quem estiver melhor nas pesquisas desiste para apoiar o outro. As pesquisas serão acompanhadas por auditores do PDT e PMDB para evitar dúvidas. Alguns pontos do acordo PMDB-PDT já vêm sendo cumpridos, como o pacto de não-agressão entre Brizola e Quércia, que incluía Paulo Maluf, do PPR (antes do prefeito de São Paulo desistir da candidatura a presidente da República).

9406091.
01-01

Nº. DOC. 9406092.
TÍTULO
PROCED. ZH
FECHA 16/4/94
VINCULAC. 9749
1109
1302

Brizola faz violento ataque aos petistas

O ex-governador do Rio descartou uma aliança com o PT em âmbito nacional ou no Rio Grande do Sul em entrevista concedida ontem

O ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola (PDT) disse ontem que o PT usa práticas nazistas para negociar alianças, chamou de medíocre o deputado Éden Pedroso (PT-RS), candidato a vice-governador na chapa de Olívio Dutra — egresso do PDT —, e rechaçou qualquer entendimento entre seu partido e os petistas. Em declarações iradas, concedidas à *Rádio Gaúcha* pela manhã, Brizola afastou qualquer possibilidade de o ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner integrar a chapa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República. "Não existe nem condição jurídica de isso acontecer", afirmou. Como o candidato do PT prometeu responder com "pétalas" a cada espinho de Brizola, o líder do PDT reagiu, indignado: "Gente de vergonha nunca fica quieta quando questionada".

O tom do ex-governador e líder nacional do PDT visa esfriar o movimento de aproximação com o partido que o PT empreende em nível nacional. Tanto o candidato à Presidência quanto o postulante ao Piratini planejam ganhar votos dos pedetistas. No Estado, o PT vai enviar uma carta aberta ao PDT explicando suas intenções. O PDT gaúcho já havia reagido à iniciativa do PT. Faltava só a resposta da cúpula nacional.

Irônico, Brizola também assegurou que "o PT não vai conseguir atrair nenhum militante do PDT". A razão é simples: "O PT não tem diálogo com nenhuma área de nosso partido", considerou. "Pode apenas procurar alguma ovelha desgarrada, como foi esse Éden Pedroso", criticou.

Apesar do entusiasmo dos petistas gaúchos em relação aos PDT, a direção nacional do PT não está empolgada. Reunida ontem no Hotel Comodoro, em São Paulo, a executiva nacional analisou o quadro de alianças do PT e considerou "difícil" uma aproximação com o PDT no Rio Grande do Sul.

ESPECULAÇÃO — Nacionalmente, a situação é outra, segundo o secretário-geral, Gilberto Carvalho. Em entrevista a Zero Hora, ele lembrou que PT e PDT disputarão juntos as eleições no Maranhão, em Sergipe, em Mato Grosso, em Santa Catarina e talvez no Paraná. Neste último Estado, em especial, o objetivo é apoiar Jaime Lerner e não trazê-lo para ser vice de Lula, garantiu ele. Carvalho confirmou que a intenção de fazer um acordo com o PDT é antiga — existe desde 1993 —, mas foi tornada pública e intensificada há um mês.

Sobre as constantes referências que Brizola faz à "traição" do PT após o segundo turno das eleições de 1989, quando apoiou Lula e não obteve em contrapartida o suporte do PT no Rio, Carvalho considerou que "o PT não pode pagar por um erro do diretório fluminense". A determinação do diretório nacional foi a de que PT e PDT tivessem um bom relacionamento no Rio, "mas a seção estadual se negou a apoiar Brizola", justificou.

Ronaldo Bernardi, Banco de Dados ZH



Irritação: *para Brizola, o PT usa práticas nazistas para negociar coligações*

9406092.
01-01

Nº. DOCUM. 9406093
TITULO PT pensa oferecer vicepresidencia ao PDT
PROCED. ZH
FECHA 5/4/94
VINCULACI. 5007AB2
1164 → PT
1304

Lula pensa em oferecer vaga de vice ao PDT



Brizola: *aliança descartada*

ZH 5/4

□O ex-governador do Rio e candidato Leonel Brizola descartou ontem, porém, uma aliança com o PT, mesmo no segundo turno

São Paulo — O PT está disposto a ceder ao PDT a vaga de vice na sua chapa à Presidência da República em troca do apoio do ex-governador do Rio Leonel Brizola (PDT). O partido quer tentar vencer a eleição presidencial no primeiro turno e, com o PDT, enfrentar a ampla aliança que se esboça em torno da candidatura do ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB). "Tínhamos compromisso com o PSB, mas se o PDT entrar na frente, vamos rediscutir", admitiu Luiz Inácio Lula da Silva.

Esta possível aliança foi o principal tema das reuniões da executiva nacional do PT e da coordenação da campanha de Lula, realizadas ontem em São Paulo. Assustados, os petistas não perdem tempo: querem montar hoje — no encontro do PT com os partidos aliados, em Brasília — uma comissão encabeçada por Lula e pelo presidente do PSB, Miguel Arraes, para conversar com Brizola.

"Queremos o PDT no bloco popular, que não será composto para se contrapor ao Fernando Henrique, mas para ganhar a eleição", explicou Lula. Apesar da disposição do PT, Brizola, também candidato a presidente, descartou ontem qualquer possibilidade de aliança com o partido no primeiro ou no segundo turno da eleição. "É inviável qualquer acordo com essa cúpula do PT", disse.

01-01

9406093.

Nº. DOCU... 9406094
TITULO Congreso del PT define programa de gobierno
PROCEDE... 150090
FECHA DE 30/4/94
VINCULACIO... 507402
1164A
1130A
501060

Página/12 EN BRASIL

APRENDIENDO A GOBERNAR CON LULA

Con los argentinos del Frente Grande sentados en primera fila empezó el congreso donde el PT brasileño definirá su programa de gobierno.

(Por Raúl Kollmann, desde Brasilia) **Tim Langford y Mark Caudill recibieron los escasos silbidos con resignación. Estaban sentados en la fila de los invitados y sus credenciales, en azul, llevan la leyenda: Departamento de Estado, Washington. Ambos son enviados oficiales del gobierno norteamericano a este congreso del Partido de los Trabajadores, seguramente la fuerza de izquierda latinoamericana con más chances de llegar al poder. Una fila más adelante, los dos hombres que mandó la embajada argentina –uno de ellos el nacionalista Mario Granero– no tuvieron que soportar ni silbidos ni aplausos; fueron recibidos por los delegados simplemente con respeto. Por último, siguiendo con el aplausómetro, la mayor ovación para los invitados la recibió el Frente Grande –hace rato que la izquierda argentina no consigue un aplauso fuerte en un congreso internacional–, presentado por el locutor como "los que han logrado un éxito sorprendente que nos permite alentar nuevas expectativas de cambio en el continente". Los invitados argentinos entraron así con el pie derecho en un congreso donde el PT aprobará su programa de gobierno, va a proclamar la candidatura presidencial de Luiz Inacio "Lula" Da Silva e intentará avanzar en su política de alianzas.**

En su breve discurso inaugural, Lula pidió a los delegados "no confundir un programa con una larga lista de quiero, quiero, quiero y quiero. Ante cada quiero, habrá que decir de dónde salen los fondos y cómo lo vamos a hacer". Con esta sencilla frase, el candidato presidencial ratificó que se inclina por un programa moderado, aunque hizo una reivindicación de la democracia interna del PT: "Aquí nos matamos por una coma y eso está bien, es el signo distintivo de nuestro partido".

En esta primera jornada, lo que más impactó a los invitados argentinos –hombres de la Unidad Socialista y el Frente Grande– fue el nivel del debate, la organización y la creatividad del PT. Aquí llegaron un total de 470 delegados, que fueron elegidos por casi 54.000 militantes; hay representantes de los pueblos más aislados de este inmenso Brasil; el proyecto de programa es un texto de 112 páginas y se presentaron 289 propuestas de reforma, explicitadas en 124 páginas más; en los pasillos se escuchan polémicas sobre todo lo imaginable y en la ceremonia de apertura el PT se dio el lujo de colar algo de su propuesta moderada a través de su poeta oficial: "Nosotros somos los que impulsamos la revolución, pero la revolución faltó. Ahora impulsamos la vida, tenemos que ganar para que esta vez no falte".

A punto de iniciarse el debate, Página/12 dialogó con más de 30 delegados de los distintos estados brasileños. Este es un resumen de las ideas que parecen prevalecer:

- "No podemos ir a las elecciones con un programa revolucionario, pero tenemos que tener un programa de cambios en serio."
- "En el tema de la reforma agraria, estamos planteando que se van a expropiar las tierras improductivas. Hay muchos que nos piden que también se incluyan las grandes propiedades que sólo están al servicio de la familia o un dueño."
- "Lo de la moratoria de la deuda y la ruptura con el FMI es inviable. La fórmula actual es suficiente: la auditoría sobre todo lo que se debe y la facultad del gobierno de tomar decisiones unilaterales en caso de emergencia."
- "El programa ubica muy bien a los adversarios: el capital financiero, los especuladores y los oligopolios. También identifica bien nuestro objetivo económico central: desarrollar el mercado interno, desarrollar la producción."
- "En materia de privatizaciones, hay que revisar las anteriores para ver si hubo ilícitos. Deben quedar en manos del Estado el petróleo, las comunicaciones y la energía."
- "En el programa no debe decir nada de los homosexuales. Es un tema muy difícil para la sociedad."
- "La gente está más bien en contra de que se legalice el aborto. La fórmula que se plantea –atender a las mujeres que llegan a los hospitales por hemorragias o infecciones producidas por una interrupción del embarazo– parece suficiente."
- "Debe mantenerse firme la organización de comités populares, aunque algunos digan que son como los soviets de la Revolución Rusa. Estamos administrando 120 ciudades del Brasil y en todas ha funcionado bien la organización autónoma de la gente."

9406094

Nº. DOCU...
TITULO
PROCEDE 7.12
FECHA D. 29/4/94
VINCULACI...

BRASIL Y LA IZQUIERDA LATINOAMERICANA

El PT prepara el gobierno

29/4

Página/12 EN BRASIL

(Por Roberto Bardini, desde Río de Janeiro) **Luiz Inacio "Lula" Da Silva, virtual candidato presidencial del Partido de los Trabajadores (PT), se apronta para un complicado "tira y afloje" de 72 horas entre las diversas corrientes internas que componen esa organización. Desde hoy y hasta el 1º de mayo, el PT realizará en Brasilia su 9º Encuentro Nacional y discutirá su futuro programa de gobierno, antes de iniciar oficialmente su campaña electoral para los comicios generales del 3 de octubre.**

El Encuentro Nacional del PT ha generado expectativas a nivel internacional: toda la cúpula del Frente Grande de la Argentina estará en San Pablo. Carlos "Chacho" Alvarez, Fernando "Pino" Solanas, Graciela Fernández Meijide y Patricio Echegaray serán observadores del congreso del PT. Los dirigentes del FG tienen la mira puesta sobre cuál será el programa de gobierno del partido de Lula, y sobre los mecanismos que utilizan para zanjar sus duras luchas internas.

Aunque el ex sindicalista metalúrgico de 48 años adquirió un innegable "pulso político" desde que se lanzó a la actividad pública en 1978, los tres días que le esperan no serán nada fáciles. La correlación de fuerzas entre las tendencias del PT –en la que se mueven desde ultras hasta moderados– es decisiva para definir el rumbo de la campaña.

La línea que encabeza Lula, denominada Unidad en la Lucha, tiene el mayor número de delegados al encuentro –150 de un total de casi 500– pero depende de las alianzas con otras corrientes para conseguir la decisiva mayoría en el plenario. Y, aunque resulte paradójico, el ex dirigente obrero tendrá que dedicar sus mayores esfuerzos a imponerse sobre los que se autoubican políticamente a su izquierda.

La segunda fuerza de peso en la reunión del PT será la radical Opción de Izquierda, que cuenta con 108 miembros. Le sigue la aún más radical En la Lucha, conocida en voz baja como la "tendencia chiita", en alusión a su fundamentalismo izquierdista, con 76 delegados.

Lula –quien, según varias encuestas, mantiene un estratégico 30 por ciento de aceptación entre el electorado– también deberá lidiar con 40 delegados de una tendencia situada a su derecha, la Democracia Radical, liderada por el diputado por San Pablo, José Genoíno. Hay también otros 59 asistentes cuyo voto es imprevisible.

Existen por lo menos doce puntos polémicos del futuro programa de gobierno y el resultado de la pugna que finalizará pasado mañana definirá su radicalización o su moderación. Pero, especialmente, hay dos temas que prometen varios rounds que concluirán –se espera desde ya– por knock out técnico: el aborto y el matrimonio entre homosexuales, reivindicaciones de los sectores más ultras del PT, que ya colocaron contra las cuerdas a Lula. El aspirante presidencial garantizó a la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil que esas dos cuestiones no constarían en su programa de gobierno. Sin embargo, hay ocho enmiendas sobre el tema del aborto: desde las que impulsan la atención médica en los hospitales públicos para las embarazadas contra su voluntad en casos previstos en la ley (estupro y riesgo de vida para la madre) hasta las que establecen el derecho a la interrupción de la gravidez y, consecuentemente, la despenalización del aborto en Brasil.

Los delegados al 9º Encuentro Nacional del PT también tienen en su agenda de discusiones otros temas sobre los que no existe consenso: la deuda externa, las formas de participación popular, el combate a la inflación, el papel de las fuerzas armadas.

En lo que se refiere a la deuda externa brasileña –más de 115 mil millones de dólares–, el PT oscila entre la propuesta más extremista de la moratoria y la idea de promover una auditoría para definir exactamente cuánto debe el país y lo que puede pagar.

En cuanto a la definición del tipo de participación popular, la discusión girará en torno de si el gobierno adoptará o no una orientación socialista. La propuesta izquierdista es la creación de "consejos populares" como primera instancia de decisión del gobierno, y sería una versión modernizada de los soviets creados por la Revolución Rusa. Contra esa postura, otros sectores impulsan la creación de "comités de ciudadanos", que funcionarían como órganos de debate y de sugerencias para el gobierno.

02
9406094.

Nº DOCU
TITULO
PROCEDENCIA 150538
FECHA 29/4/94
VINCULACI

Lula vai pedir "bom senso" ao partido

Virtual candidato manda recado às correntes radicais e tenta assegurar maioria nos temas polêmicos do programa

CARLOS EDUARDO ALVES
Enviado especial a Brasília

ELEIÇÕES GERAIS

Luiz Inácio Lula da Silva abre o 9º Encontro Nacional do PT hoje em Brasília com um olho no eleitorado e outro no próprio partido.

"Nós estamos cheio de bom senso para votar coisas boas", disse Lula ontem ao responder sobre se via disposição no PT para não radicalizar o seu programa de governo.

O apelo ao "bom senso" seria feito mais diretamente aos líderes das correntes petistas em reuniões ontem à noite. Lula não quer evitar a votação em plenário de temas polêmicos, mas quer assegurar uma maioria nas questões polêmicas.

O virtual candidato do PT à Presidência da República admitiu que comandará a tentativa de costurar uma maioria nos temas que mais lhe interessam, como não-priorizar a moratória na abordagem da dívida externa.

"Se não houve acordo ainda, nós vamos construí-lo", afirmou Lula.

O Encontro Nacional do PT, que é a convenção que oficializará a candidatura de Lula à Presidência, definirá o programa de governo de Lula e as alianças do partido nas alianças estaduais.

Moratória

Rui Falcão, vice-presidente nacional do PT e líder da corrente "Opção de Esquerda", admitiu que Lula "tem peso decisivo no partido". Falcão se disse disposto a negociar com Lula até a questão da moratória.

Falcão ainda quer que o pagamento da dívida seja suspenso enquanto durar a auditoria sobre ela num eventual governo petista. "Mas podemos chegar a uma posição intermediária", disse Falcão.

O texto do programa preliminar, que é defendido por Lula, contempla claramente a possibilidade de adoção da moratória, mas para acalmar investidores estrangeiros e empresários privilegia a retórica da renegociação com os países credores.

Uma parte da ala liderada por Falcão deve votar com o grupo de Lula, o "Unidade na Luta", para manter o texto preliminar. Isso só não ocorrerá se Lula não se empenhar diretamente para conseguir o acordo.

Confiante no acordo com o grupo de Falcão, ou mesmo nas dissidências nas áreas majoritárias de esquerda e extrema esquerda do partido, o deputado Aloizio Mercadante, do grupo ligado a Lula, disse ser impossível um acordo que coloque claramente a moratória como princípio para a dívida externa.

"A ênfase é a negociação e fora dela não tem acordo", declarou Mercadante.

Lula pensa em dizer, no discurso que fará na abertura do encontro, que a crise do país exige do PT um comportamento firme mas sem sectarismo na campanha eleitoral. Insistirá também que quer um programa de governo factível.

Editoria de Arte/Folha Imagem

9406094

ENTENDA O ENCONTRO NACIONAL DO PT

Quando
- O 9º Encontro Nacional do PT começa hoje, às 11h, no Auditório Petrônio Portella (Senado) e se encerra no domingo, às 16h, na rampa do Congresso Nacional.

O que será decidido
- O programa de governo do PT;
- A homologação da candidatura de Lula à Presidência.

Quem decide
- 470 delegados escolhidos nos encontros estaduais do partido.

Quem mais participa
- 50 pessoas na organização
- 72 visitantes inscritos até ontem (poderão acompanhar do lado de fora, por telão)
- 50 convidados (coordenadores da campanha e personalidades)
- 115 observadores (membros do Diretório Nacional, deputados federais, senadores, lideranças estaduais. Os que não forem delegados não têm direito a voto)
- 70 convidados internacionais, confirmados até ontem.

PROGRAMAÇÃO

Hoje

9h/12h - Abertura
14h/19h - Debate sobre programa de governo
20h/23h - Continuação do debate sobre o programa

Amanhã

9h/12h - Debate sobre eleições
14h/19h - Votação sobre programa de governo
20h/23h - Votação sobre eleições

Domingo, 1º de maio

9h/12h - Debate e votação de emendas ao estatuto. Análise de assuntos gerais e pendentes.

14h - Apresentação e proclamação de candidaturas

16h - Encerramento

04/04

9406094.

Nº.
TITULO
PROCESO
FECHA
VINCUL.
9406095

Lula tenta amenizar programa de governo

Virtual candidato pede aos grupos do partido mapeamento das divergências e vai negociar pontos polêmicos

CARLOS EDUARDO ALVES
Da Reportagem Local

ELEIÇÕES GERAIS

Luiz Inácio Lula da Silva começará no próximo fim-de-semana a negociar com os grupos petistas os pontos polêmicos de seu programa de governo. Lula pediu aos líderes das correntes internas o mapeamento das divergências.

"Na volta da viagem, Lula vai começar a negociar os pontos", disse Rui Falcão, vice-presidente nacional do PT. Lula, que está percorrendo o Maranhão em caravana eleitoral, quer evitar a radicalização de seu programa.

O texto final do documento será votado no Encontro Nacional do PT, nos dias 29 e 30 deste mês, em Brasília. Falcão, líder do grupo ortodoxo que manterá a maioria política do partido, já dá sinais de que aceitará a ponderação de Lula.

"Nós necessitamos ver o que dará mais credibilidade e governabilidade a Lula", disse Falcão. O dirigente evitou, no entanto, precisar o que entende por credibilidade e governabilidade.

O virtual candidato petista tem insistido que quer um programa factível. Um dos pontos que permanece polêmico no partido é a questão da adoção ou não da moratória para a dívida externa.

Falcão defende uma nova formulação para o capítulo da dívida. O texto atual admite a moratória, desde que fracasse a renegociação e seja diagnosticada "intransigência" dos credores.

"Acho que cabe colocar mais claramente a questão da suspensão do pagamento", declarou Falcão. A dívida deve ser a mais difícil negociação interna de Lula, que diz preferir rediscutir o problema politicamente com os países credores.

Alianças estaduais

A Executiva do PT (instância de decisão inferior somente ao Encontro Nacional e ao Diretório Nacional) vetou ontem uma coligação com o PSDB na eleição para o governo do Ceará.

O alvo da decisão foi o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, provável candidato tucano no Ceará. Lula havia negociado recentemente com o governador Ciro Gomes (PSDB) a coligação dos dois partidos naquele Estado.

"O curso à direita da cúpula do PSDB impede a aliança", disse Falcão. O petista acrescentou que a aliança do PFL com os tucanos foi a causa do veto. "Foi o Tasso quem patrocinou a ida do filho de Antônio Carlos Magalhães (deputado Luís Eduardo Magalhães) para vice do PSDB", acha.

A política de coligações mais amplas nos Estados, que é defendida por Lula, sofreu duas derrotas ontem na Executiva. O PT ameaça retirar o apoio a Jackson Barreto (PDT), candidato a governador de Sergipe.

O PP entrou na coligação que apóia Barreto e o PT não aceita a participação desse partido na frente. No Rio Grande do Norte, o pré-candidato petista, Fernando Mineiro, não quer retirar sua postulação para apoiar Vilma Faria (PSB).

A Executiva ainda tentará convencer Mineiro a desistir, como quer Lula. Na Bahia, permanece a possibilidade de apoio ao PSDB, desde que os tucanos locais fiquem com Lula desde o primeiro turno.

"Preferíamos que o candidato fosse Waldir Pires, mas não vetamos Jutahy Magalhães Jr.", disse Falcão sobre os dois possíveis candidatos tucanos na Bahia.

9406095
01-01

Nº. 9406096
TITULO
PROCEDE 150538
FECHA 21/4/94
VINCULACI 1507482
11104
11304
PT

Radicais detêm maioria de delegados petistas

CARLOS EDUARDO ALVES
Da Reportagem Local

Somados, os grupos de esquerda e extrema esquerda do espectro do PT conseguiram manter a hegemonia política no partido. O conjunto da ala ortodoxa elegeu até agora 54,1% dos delegados ao Encontro Nacional do PT.

O encontro, que começa no dia 29 em Brasília, definirá o programa de governo que será defendido por Luiz Inácio Lula da Silva na campanha eleitoral. Decidirá também sobre alianças estaduais polêmicas na legenda.

Já foram escolhidos 87,6% dos delegados ao encontro. A fatia que falta para preencher o universo não vai alterar o quadro atual. Em relação ao ano passado, quando houve a inflexão à esquerda no partido, as mudanças são irrelevantes.

A corrente "Opção de Esquerda" continua sendo a de maior peso interno, mesmo caindo de 36,4% dos votos internos em 93 para os atuais 33%. Não há acordo sobre programa ou aliança que dispense o aval desse setor.

A "Opção de Esquerda", que reúne a "Articulação de Esquerda" e "Democracia Socialista", situa-se na esquerda do campo petista e às vezes alia-se ao "Na Luta PT", de extrema esquerda.

O "Na Luta PT" foi o setor que mais cresceu, ao pular de 19,1% para 21,1%. A junção dos grupos ortodoxos soma agora 54,1% dos votos, contra 55,5% em 93.

O grupo de Lula, o "Unidade na Luta", apostava em crescimento acentuado para retomar o eixo político do partido. Não foi o que ocorreu. O pequeno avanço da ala em São Paulo foi seguido de derrotas em Minas Gerais e Pernambuco, por exemplo.

Lula vai tentar, na próxima semana, costurar um acordo entre seu grupo e a "Opção de Esquerda" para evitar a radicalização do seu programa de governo.

Rui Falcão, líder da "Opção de Esquerda", não descarta a possibilidade de entendimento. Quase impossível é a inclusão da corrente do deputado José Genoino no "acordão".

Genoino é vetado pela maioria do setor ligado a Falcão. A inclusão do deputado na costura é defendida, ainda que discretamente, pelo deputado Aloizio Mercadante, ligado a Lula.

A comissão que elaborou a versão preliminar do programa de governo de Lula reúne-se hoje em São Paulo para mapear as divergências. Lula pediu o levantamento para em cima dele tentar o acordo antes do encontro.

Editoria de Arte Folha Imagem

AS FORÇAS PETISTAS

Tendências	Delegados em 93 (em %)	Delegados em 94 (em %)*
Democracia Radical	11,5	10,9
Unidade na Luta	29,3	31,0
Opção de Esquerda	36,4	33,0
Na Luta PT	19,1	21,1
Independentes	3,4	3,8

QUEM É QUEM NO PT

Tendência	Posição ideológica **	Principais líderes
Democracia Radical	'Direita'	José Genoino e Eduardo Jorge
Unidade na Luta	'Centro'	Lula e Olívio Dutra
Opção de Esquerda	'Esquerda'	Rui Falcão e João Machado
Na Luta PT	'Extrema esquerda'	Markus Sokol e Ivan Valente
Independentes	Grupos regionais dispersos	Não têm líderes expressivos

*Os 412 delegados já eleitos para o Encontro Nacional representam 87,6% do total esperado de 470.
**Conforme classificação interna do partido.

9406096

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406097
TITULO Lula promete gobierno de coalición
PROCEDENCIA EO/150483
FECHA DE 26/4/94
VINCULACIONES 507462
M64
P304
501066

Lula promete gobierno de coalición

SAN PABLO - EL candidato que está primero en las encuestas y considerado como favorito para ganar las elecciones presidenciales de Brasil, Luiz Inacio "Lula" da Silva dijo que su izquierdista Partido de los Trabajadores (PT) tratará de formar un gobierno de coalición si gana en los comicios de octubre.

"Cuando las elecciones hayan terminado trataremos de formar un gobierno de coalición", dijo Lula en una entrevista. "Buscaremos fuerzas políticas que quieran colaborar con nuestro programa de gobierno", agregó.

La propuesta del PT de renegociar la deuda externa de Brasil, mantener los sectores estratégicos de petróleo, telecomunicaciones y energía en manos del Estado y detener el actual proceso de privatización, fue duramente criticada por rivales electorales de Lula y por muchos empresarios.

Lula surge de las encuestas de opinión como el candidato más firme para suceder al presidente Itamar Franco en los comicios del 3 de octubre.

La última encuesta le da al líder del PT el 34% de apoyo, seguido por el ex ministro de Economía Fernando Henrique Cardoso, del Partido Social Demócrata de Brasil con 17%. ■ *(Reuter)*

9406097.

Nº. DOCUMENTO 9406098
TITULO Líder de la industria paulista afirma que "Lula" va hacia la derecha
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA DE 15/4/94
VINCULACIONES 507482
11169
11304
501060

Líder de la industria paulista afirma que "Lula" da Silva va hacia la derecha

Mario Amato, quien acaba de retornar a la presidencia de la poderosa Confederación Nacional de la Industria (CNI) paulista, sostiene que el candidato presidencial socialista Luis Inacio "Lula" da Silva "camina hacia la derecha, inclusive de una forma bastante rápida".

SAN PABLO / ANSA

Amato, de 75 años, dijo al diario Folha de Sao Paulo que "la derecha y la izquierda se están fundiendo, ya que la izquierda está yendo hacia la derecha y la derecha está yendo hacia la izquierda, y se van a encontrar, en algún momento ideal".

El empresario opinó que Lula está enfrentando a los sectores izquierdistas del Partido de los Trabajadores (PT), por el que es candidato a presidente en las elecciones de octubre y noviembre.

Según Amato, en el PT "hay personas de bien" e hizo notar que de los parlamentarios envueltos en corrupción no hay ninguno de ese partido.

Lula y Amato tuvieron un significativo desentendimiento cuando la campaña presidencial en 1989, en que Amato llegó a advertir que si Lula llegase al sillón presidencial habría una "fuga de empresarios" de Brasil.

15/4 LM

9406098
01-01

SECRETO

ORIGINAL

1/40

9406099

M E M O R A N D U M Nro.940164..../R:e:I/FECHA .09/JUN/94...

I.- ASUNTO: DOCUMENTACION.

II.- REFERENCIA:

III.- EVALUACION:

IV.- T E X T O:

Se adjunta Documentacion sobre el "CONGRESO" DEL FRENTE AMPLIO.

000002

001/040

9406099

FECHA 6/7/94 INICIAL (GM)

Procesado

OBSERVAC. ASUNTO

V.- DISTRIBUCION: Original: Señor Jefe del Departamentc I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE:
(m.a.)

CONGRESO FRENTE AMPLIO

1. OBJETIVOS

La Comisión Nacional de Programa, en mandato del Organo de Conducción Política, ha redactado y estructurado el documento que se presenta.

El mismo tiene como objetivo central servir de base para las discusiones del Congreso del Frente Amplio, previsto para los dias 1, 2 y 3 de julio.

No pretende, por lo tanto, ser un material definitivo. Luego de discutido su contenido en el Congreso, se elaborará, en base a lo que allí se resuelva, el Documento del Congreso del Frente Amplio y su Plataforma Electoral.

2. METODOLOGIA

Recibido del Organo de Conducción Política el documento "Marco Global", la Comisión Nacional de Programa es mandatada para elaborar, conjuntamente con las sub-comisiones, las críticas y aportes al mismo.

Con un plazo de un mes y medio aproximadamente, las diversas comisiones entregan sus aportes sectoriales, basados tanto en los ya existentes como en las nuevas exigencias, creándose comisiones allí donde el tema lo exige.

La Comisión de Programa forma entonces las comisiones para los temas globales y se encarga de estructurar los diversos documentos, reformando ligeramente algunos y ordenandolos luego.

Se ha intentado seguir el criterio de no reformar los documentos consensuados en la Comisión de Programa, siempre que ello fuera posible y no estuviera incluído en otro documento.

Se presentan, además, como anexo al documento central, todos los documentos presentados por las sub-comisiones respectivas.

Cuando ello no fue posible, se deja expresa constancia de la existencia de dos posiciones, y de los grupos que manifestaron su apoyo a cada opción.

Los documentos en los que existen dos posiciones son (en orden de figuracion del indice)

I-1.Política Internacional; documento central con dos agregados:
Agregado A, apoyado por MPP, PCU y UNIR
Agregado B, apoyado por Artiguismo y Unidad. C.P.,IDI, P.S. y Presidencia.

I-3. Defensa Nacional, dos documentos distintos.
Documento A: Apoyado por MPP, PCU y UNIR.
Documento B: Apoyado por AyU, C.P., IDI, P.S. y Presidencia

II-Aspectos generales de la economía
II-1-b. Sistema financiero y deuda externa, dos documentos distintos.
Documento A.: Apoyado por MPP, PCU y UNIR.

000002

6 7 94 (64)

-003

Asunto

Documento B Apoyado por AyU. C.P., IDI, P.S. y Presidencia.

II-1-d. Salarios y empleo. dos docmuentos distintos
Documento A Apoyado por MPP, PCU y UNIR.
Documento B: Apoyado por AyU, C.P., IDI, P.S. y Presidencia.

II-2-a. Politicas de industria, documento central con dos agregados distintos: Agregado A: Apoyado por MPP, PCU y UNIR; Agregado B: Apoyado por AyU,C.P.,IDI,P.S. y Presidencia.

INDICE

NOTA: Los documentos en los que figura (*) no aparecen ni en el documento central ni en los anexos; por razomnes de entrega; los mismos seran entregados mas tarde y anexados al documento central.

I. ASPECTOS POLITICOS GENERALES

1.- POLITICA INTERNACIONAL

ORIENTACIONES GENERALES

La Política Internacional del país debe estar profundamente relacionada con las medidas programáticas que se propugnan para el proyecto nacional.Las relaciones exteriores son la aplicación en el ámbito internacional, de los principios políticos, económicos y sociales que resolverán nuestra profunda crisis estructural interna.

Por lo tanto, es a partir de nuestra concreta situación dentro del contexto latinoamericano, y considerando nuestra situación de dependencia y la creciente extranjerización de la economía, así como otros aspectos de la sociedad uruguaya (vigilancia militar, frustación social y entrega financiera), que debe establecerse una política internacional para nuestro país.

A partir de estas características, la política internacional estará basada en los siguiente principios y objetivos:

a.- **Política exterior independiente.**– Es decir, plena y total autonomía en el manejo de las relaciones internacionales y afirmación de una independencia irrestricta en las decisiones que Uruguay tome como nación. Como corolario, el país deberá mantener relaciones diplomáticas y comerciales con todos los países, cualquiera sea su sistema político.

b.– **No alineamiento.**– Se pretende luchar por una política de total independencia de las alianzas políticas y militares existentes o que pudieran crearse bajo la hegemonía de las grandes potencias o sus bloques, procurando organizar un acuerdo amplio para luchar en conjunto por la paz y un nuevo orden mundial.

c.–**Defensa de la soberanía.**– La defensa de la soberanía en su concepto global –y no sólo en el sentido tradicional de la defensa del territorio nacional– es indispensable para que un país pueda aplicar en forma realmente independiente sus recursos propios para el logro de las transformaciones de fondo que recuperen el control nacional en lo político, económico y social.

d.– **Antiimperialismo.**– La lucha antiimperialista y de rechazo al colonialismo se impulsará a través de una actitud vigilante y de denuncia del mismo a nivel regional y mundial. Se llevará una política de solidaridad activa con los pueblos y naciones que sufran distintos tipos de agresiones o discriminaciones por obra del imperialismo. Simultáneamente se procurará desarrollar a nivel internacional los espacios necesarios para construir un nuevo orden internacional liberador, que impulse la ruptura de la dependencia para emprender el camino de un desarrollo autónomo e independiente.

e.– **No intervención.**– Para los países dependientes la única salvaguarda de su libre destino y de la voluntad soberana de sus pueblos, es la consolidación de mecanismos que impidan toda ingerencia extranjera en sus asuntos internos.

f.– **La lucha por la paz y el principio de solución pacífica de las controversias** que imponen la solución de los diferendos entre los Estados a través de la aplicación y respeto del derecho internacional, por la vía pacífica prevista en las convenciones internacionales, rechazando la guerra y la carrera armamentista.

g.– **Autodeterminación de los pueblos** interpretada como el máximo respeto al ejercicio de la soberanía de nuestros pueblos en

000022 000022

la determinación de sus formas políticas, instituciones culturales, sociales, acordes con la defensa de sus intereses nacionales.

h.– Defensa de los Derechos Humanos.– Se llevará adelante una política de defensa de estos derechos, con inclusión de la eliminación de la pena de muerte, de acuerdo a nuestra práctica histórica. Tanto en los aspectos generales de los mismos como en los específicos del Derecho Internacional (derecho al asilo y refugio político), deberá asegurarse el cumplimiento de los acuerdos suscritos en la materia por el Uruguay.

i.– Defensa del Medio Ambiente en toda su amplitud propendiendo a la salvaguarda de nuestro planeta como legado imprescindible de la comunidad internacional hacia todos los pueblos.

j.– La democratización de los organismos internacionales, en especial de la Organización de las Naciones Unidas, con ajuste de sus normas orgánicas; con la ampliación y diversificación del Consejo de Seguridad, con la eliminación del veto, que atenta contra la igualdad de las naciones, y con la jerarquización del rol de la Asamblea General y de la Secretaría General.

k.– La creación de un frente de deudores para encarar el problema de la deuda externa y el del intercambio desigual.

l.– La lucha por la equiparación de los mecanismos de información y comunicación a nivel mundial debe constituirse en pauta rectora de la acción exterior del país

m.– La revisión de los tratados militares regionales se hará en consonancia con nuestras definiciones en materia de defensa nacional y defensa de la soberanía.

n.– La reforma del servicio exterior, para que sirva eficazmente a los intereses de la nación, exige convertir a nuestra diplomacia en medio apto para la realización de los objetivos antes señalados y para jugar un papel fundamental en el desarrollo del comercio exterior, difusión de nuestra cultura y de los valores nacionales, así como en el impulso al turismo.

o.- *

---

* EXISTEN DOS PROPUESTAS DE REDACCION PARA ESTE PUNTO:

> A) Se rechaza el proyecto imperialista denominado "Iniciativa de las Américas", así como todo proyecto o tratado que se realice de acuerdo con sus criterios, como lo es el denominado "Tratado 4+1". (Propuesta del MLN-T, PVP, PCU y UNIR)
>
> B) Ante la propuesta de integración en el ámbito internacional (Tratado 4+1, de libre comercio con Estados Unidos y otros), el FA se apronuncia a favor de aquellos procesos que se desarrollan en el ámbito latinoamericano. (Propuesta del PCU, apoyado por AyU, CP, IDI, PS, PRESIDENCIA)

RESERVA DEL MPF

El Movimiento Popular Frenteamplista sólo adhiere al contenido- en esta materia- del Marco Global Programático, aprobado oportunamente y por unanimidad por el órgano de Conducción Política.

Como propuesta de la Comisión de RRII se eleva esta definición de relacionamiento internacional del FA que no corresponde incluir en el Programa de Gobierno.

RELACIONAMIENTO INTERNACIONAL

1.– El Frente Amplio buscará mantener relaciones con todas las organizaciones políticas democráticas, especialmente con las de Latinoamérica y nuestra región.

2.– Es de especial importancia la vinculación con las fuerzas antiimperialistas y progresistas de América Latina para la defensa de los procesos de liberación nacional, el intercambio de experiencias y la búsqueda conjunta de soluciones a los problemas comunes a todos nuestros pueblos.

3.– En el marco del proceso de integración acordado en Asunción (MERCOSUR), debe priorizarse la discusión con todas las fuerzas políticas, en especial, las afines de los países involucrados, acerca de las formas de defender los intereses populares en ese proceso.

4.– Sin perjuicio de lo anterior, interesa remarcar que la incorporación formal del Frente Amplio a instituciones de carácter internacional, requiere acuerdo político.

2.- SISTEMA DEMOCRATICO

EN EL TEMA, CP, PS, PRESIDENCIA, IDI, AyU, HACEN SUYO INTEGRAMENTE EL TEXTO INCLUIDO EN EL DOCUMENTO DE MARCO GLOBAL QUE SE TRANSCRIBE A CONTINUACION:

Para el Frente Amplio la profundización de la democracia es sustancial y un fin en sí misma, como un estilo de vida en el que deben confluir simultáneamente la libertad, la justicia y la participación efectiva de la población.

Ello implica la decisión de actuar en cada caso dentro de lo que las normas aplicables autoricen, afirmar la plena vigencia de los derechos individuales y sociales, sostener la libre expresión y difusión de todas las concepciones ideológicas.

Es necesario respetar estrictamente la independencia del Poder Judicial jerarquizando sus funciones en el equilibrio institucional del país.

El Frente Amplio promoverá la plena y definitiva integración de las Fuerzas Armadas a la total normalidad institucional, afianzando esa integración en el marco de los objetivos específicos de dicha institución. Propiciará la profesionalización de las Fuerzas

000002
000002
005
0026033

Armadas, la modificación de su Ley Orgánica, la transformación del sistema de formación y la redimensión de las Fuerzas Armadas.

Se preservará y estimulará la prestación de servicios de interés social en el marco de un adecuado relacionamiento, todo ello de acuerdo con el concepto de Defensa Nacional. Para el Frente Amplio, Defensa Nacional significa el conjunto de actividades que tienden a preservar la soberanía y la independencia del Uruguay, a conservar la integridad de nuestro territorio, a consolidar la paz y el respeto de la Constitución y las leyes. Las Fuerzas Armadas deben estar efectivamente subordinamdas al poder civil.

EN EL TEMA DEFENSA NACIONAL, EL MPP, PCU Y UNIR HACEN SUYO INTEGRAMENTE EL DOCUMENTO PRESENTADO AL PLENARIO NACIONAL DEL 19.4.94 POR LA COMISION DE DEFENSA NACIONAL PRESIDIDA POR EL GRAL. LICANDRO, QUE SE TRANSCRIBE A CONTINUACION:

Teniendo presente el capítulo "4.10 FFAA" de los Doc. II Congreso 1991 y lo analizado por Licandro, se plantea como bases para la CEDN/FA

a) se entiende de total vigencia lo del II Congreso

b) ello servirá de marco para la propuesta electoral y el plan de gobierno

c) la CEDN/FA dará énfasis resaltando los puntos que suponen

1) Discutir la nueva ley orgánica de las FFAA, en la cual se muestre claramente que las mismas estarán para la defensa nacional (Defensa Militar de la Nación) ante ataque armado desde el exterior

2) El "orden interno", la "seguridad interna" o "seguridad de los habitantes" será responsabilidad de las policías dependientes del Ministerio del Interior

3) Las FFAA serán excepcionalmente empleadas en casos de conmoción interior (calamidades, inundaciones) y solamente se hará efectiva previa autorización legislativa otorgada por mayoría especial

4) Las FFAA no serán empleadas en :"Planes de desarrollo" ni de " acción cívica" que juegan en la concepción estratégica del "sistema militar panamericano"; tareas que normalmente se regulan en el marco de la legislación laboral civil, aunque se les denomine de apoyo la comunidad o de servicios de interés social; otras que no sean las específicas señaladas en 1) y 3) precedente ; interferencia en el mercado de trabajo

5) Se impulsará la ley sobre "jurisdicción militar" ya presentada por el Frente Amplio en el Parlamento Nacional y eventualmente en la reforma de la Constitución, para que la "justicia militar" esté en manos de jueces ordinarios, con competencia específica, dentro de la órbita del Poder Judicial

6) La enseñanza militar separada se limitará a lo técnico-profesional, y se buscará la integración al resto de la sociedad con una efectiva actividad compartida

7) Se revisarán los criterios sobre "obediencia debida" compatibilizando con los derechos que emanan de la Constitución de la República, las leyes, los Derechos Humanos o la dignidad personal

8) Se impulsarán normas que establezcan que si el militar no está en servicio activo tenga todos los derechos de un ciudadano común

9) Reparará a los militares destituídos por el gobierno de facto.

10) La CEDN/FA hará propuestas para ajustar los textos de otros capítulos del MC que se entienda tienen relación con los específicos de la defensa nacional y de las fuerzas armadas del Uruguay.

Ello comprenderá: la vocación latinoamericana de la Nación; las relaciones internacionales que excluyan la práctica denominada "diplomacia militar paralela"; el marco jurídico de los tratados internacionales para excluir el compromiso de empleo de sus FFAA fuera del territorio nacional, que no sean específicamente en misiones fundamentales de la defensa nacional; la estabilidad institucional democrática constitucional dependerá del correcto relacionamiento que exista entre los Poderes del Estado y de éstos con el Soberano; las FFAA es un órgano que debe estar efectivamente subordinando a los Poderes del Estado; se desalentará el empleo de las FFAA en la militarización de la sociedad

3.- DERECHOS HUMANOS

II.- ASPECTOS GENERALES DE LA ECONOMIA

1.- <u>POLITICAS GLOBALES</u>

A) POLITICA ECONOMICA

El FA impulsará los mecanismos para que la sociedad uruguaya alcance un desarrollo económico que abarque a todos los sectores sociales, en especial a los más carenciados.

El proyecto económico del FA está integrado, en un todo inseparable, a su proyecto social y político. Por lo tanto el crecimiento y la distribución del ingreso serán los objetivos privilegiados de sus iniciativas políticas como real alternativa al modelo neoliberal.

La tarea será muy compleja y sus resultados difícilmente inmediatos, lo que debe ser comprendido por la población que siente que con el FA hay una opción de esperanza y realidad para cambiar este Uruguay. Esto se sustenta en la potencialidad que tiene el país para aprovechar sus propios recursos, tanto humanos como materiales, articulándolos con los externos de los cuales carecemos.

Producir más y distribuir más equitativamente son los objetivos fundamentales de nuestra política económica. Para aproximarnos a estos objetivos son necesarios un aumento del nivel de la INVERSION que dinamice el mercado interno, una activa INSERCION INTERNACIONAL de la forma más adecuada a los intereses nacionales, y una profunda atención sobre el desenvolvimiento de los EQUILIBRIOS BASICOS de la economía.

- Aumentar en cantidad y calidad del nivel de INVERSION tanto pública como privada es indispensable para el proceso de desarrollo económico. Con tasas de inversión que giran en el entorno del 10% del PBI, no es posible un crecimiento sostenido cuando el proceso productivo nacional requiere ser modernizado y reconvertido. Por ello reviste especial importancia el acceso a los fondos de financiamiento de origen tanto nacional como internacional. La inversión extranajera puede ser importante, y hasta deseable en determinadas áreas de la economía, siempre que no contradiga los objetivos fundamentales de la política económica.

- Para lograr una INSERCION INTERNACIONAL más dinámica es necesario no sólo definir una nueva estrategia exportadora, planificada y selectiva que aliente un alto nivel de competitividad, sino también desarrollar una activa política comercial de captación de mercados. La competitividad está estrechamente ligada a la modernización del aparato productivo, y de los procesos de gestión empresarial, para lo cual la incorporación de innovaciones en ambos aspectos constituirán herramientas indispensables. Para ello el FA impulsará las políticas destinadas a promover la investigación, la extensión y la adopción de nuevos conocimientos, técnicas y procedimientos.

Pero el proceso de modernización y reconversión para alcanzar mejores niveles de competitividad no puede sustentarse en la rebaja del salario, sino en un relanzamiento de la producción nacional de bienes y servicios con un alto contenido de valor agregado. En ese sentido se tomarán en cuenta las opciones estratégicas desde el punto de vista del empleo y se promoverá el cambio de las estructuras caducas en las que se asienta el poder de los sectores conservadores, respetando la actividad privada pero jerarquizando la función social de la producción.

Por otra parte un nivel adecuado de apertura al exterior requiere de una estructura arancelaria que sin alentar ineficiencias por exceso de protección, permita a la vez el nacimiento y fortalecimiento de actividades productivas que puedan llegar a ser competitivas.

A pesar de que nuestro pequeño país no tiene capacidad de incidir en el mercado internacional, la integración regional nos abre la posibilidad de tener otra ingerencia en el ordenamiento del comercio internacional. Es por ello que los países perjudicados por el actual orden, debemos aunar esfuerzos para mejorar nuestro posicionamiento en el concierto internacional.

- En relación a los EQUILIBRIOS BASICOS de la economía debemos reafirmar que nuestros objetivos se centran en el crecimiento y su distribución más equitativa. Para el FA el primer desequilibrio no deseable es que la reconversión, regida por las leyes del mercado, margine a sectores de la población. Paralelamente los instrumentos específicos de la política económica serán utilizados de forma tal que no generen [illegible] sociales y monetarios que distorsionen los resultados perseguidos; por el contrario se enfrentará la inflación, porque [illegible] promueve una distribución regresiva de la renta nacional, en perjuico de los sectores de ingresos fijos, y desvaloriza la credibilidad de la política económica generando incertidumbres que limitan el proceso de inversión.

El desafío es recomenzar un proceso de satisfacción de las demandas sociales, sin generar un proceso de inestabilidad económica que afecte negativamente los objetivos buscados.

Para alcanzar los objetivos ya definidos se requiere de un Estado activo, que asuma la responsabilidad de orientación del proceso de desarrollo económico y social, fomentando la generación de riqueza y su redistribución más equitativa.

En el marco de las políticas referidas, el Fa estimulará los emprendimientos asociativos (cooperativos, autogestionarios, etc.) y tenderá a viabilizar la instalación y el fortalecimiento de micro, pequeñas y medianas empresas.

El proceso de tranformaciones que impulsa del FA exigirá cambios en la estructura de poder en favor de lo nacional y de lo popular. En ese marco deben procurarse acuerdos entre el Gobierno, los empresarios y los asalariados, con participación de los partidos políticos y organizaciones sociales. En especial con éstas últimas, el FA continuará manteniendo estrechas relaciones, pero preservando siempre su independencia con respecto a cada una de ellas.

B.-

PROPUESTA SOBRE SISTEMA FINANCIERO

(Jorge Quartino) MPP

En los últimos años el FA ha venido analizando y proponiendo diversas acciones en el marco de su proyecto democrático, nacional y popular. El sector financiero ha formado parte de dichos análisis y propuestas. En tal sentido son muy adecuadas y actuales las bases de la platatorma electoral de 1989 (Documento 7 del FA) y las resoluciones del segundo congreso de agosto de 1991 que se refieren lógicamente ha dicho sector. Sin prejuicios de hacerle a las mismas los ajustes que sean pertinentes, esas resoluciones deben ser ratificadas por el congreso del FA a realizarse del 1 al 3 de ju[illegible]

LA VIGENCIA DCE UN ANALISIS Y LA PROPUESTA DEL FA SOBRE NACIONALIZACION DEL SISTEMA FINANCIERO.

Por lo tanto ratificamos plenamente que "Desde su propio nacimiento en 1971 el Frente Amplio identificó en la banca privada una traba para el desarrollo económico, y sostuvo la necesidad de su nacionalización para poner el ahorro, el crédito y las divisas al servicio de los intereses del país. Lo sucedido hasta la actualidad ha confirmado la necesidad de esta medida, ya que la banca privada fue una de las principales causas del empobrecimiento de los uruguayos y del enriquecimiento de un minúsculo grupo, así como de problemas actuales de la producción derivados del endeudamiento interno y externo ...... Los 18 años transcurridos desde que el Frente Amplio propusiera nacionalizarla, han demostrado definitivamente que [illegible] medida es imprescindible;... Nacionalizar los bancos significa someterlos a los intereses económicos nacionales. El gobierno no los nacionalizó sino que se hizo cargo, por medio del Banco República de instituciones insolventes con carteras de deudores incobrables; el Estado, es decir toda la población soporta mes a mes sus millonarias pérdidas. La nueva solución que propone el gobierno consiste en capitalizar esos bancos fundidos con nueva deuda externa que pagará toda la población; y una vez saneados, privatizarlos nuevamente, es decir venderlos a capitalistas extranjeros. El resultado de la operación es coherente con la política del gobierno y de la gobernabilidad de modernizar a Uruguay por achicamiento, mayor deuda externa y mayor presencia de la banca extranjera en nuestra plaza. Es necesario impedir que se repitan en el futuro nuevos vaciamientos, nuevas compras de carteras o de bancos

0000 002
0000 002
CA 060
007

fundidos, que la banca extranjera aumente su control sobre el sistema financiero uruguayo y que crezca la deuda externa."

No continuamos extrayendo el texto de la plataforma electoral de 1989 para no abundar, pero es indudable que el mismo se ha ido cumpliendo y verificando prácticamente en la totalidad de sus afirmaciones, para desgracia de los intereses de la gran mayoría de los uruguayos. La reprivatización del Banco Comercial durante el actual gobierno lacallista es el mejor ejemplo de ello. Los intentos por hacer algo similar con los otros bancos "gestionados" no hacen más que ratificar otra vez más esa política.

El proceso de extranjerización y transnacionalización de la economía uruguaya ha tenido precisamente en el sistema financiero y su liberalización y apertura externa uno de los ejes de su avance y ello no es para nada producto solamente de la dictadura militar (que sin duda lo aceleró en grado muy considerable), sino que viene produciéndose en el Uruguay desde fines de la década de los 50 y principio de los 60. El propio Vivian Trías (además de otros connotados y políticos de la izquierda uruguaya como Don Carlos Quijano) así lo afirmaron desde esos tiempos, mediante innumerables trabajos, artículos periodísticos, discursos y planteos políticos y parlamentarios, investigaciones, libros, etc

LA ESTRUCTURA DE UN SISTEMA FINANCIERO NACIONALIZADO.

En consecuencia, el pernicioso avance neoliberal ha extranjerizado de hecho el sistema financiero uruguayo, excepto esos bancos ge[stio]nados y los públicos. Pero la banca privada nacional ha desaparecido. Y la realidad económica nacional, regional y mundial segura que es imposible pensar en una banca privada nacional. A lo sumo puede suceder que algunos uruguayos o alguna empresa de origen uruguayo sea socio o cara legal de una banca transnacional en el país. De ahí que la nacionalización del sistema financiero tenga como única posibilidad real su paulatina estatización junto a su necesaria restructura.

Esta medida es esencial para que desde el Estado se pueda disponer de los recursos financieros que se requieran para transformar la actual economía especulativo-financiera en una realmente productiva al servicio de todos quienes efectivamente crean la riqueza nacional. O sea que el papel del nuevo y nacionalizado sistema financiero en el plan de defensa productivo es determinante, si realmente lo queremos hacer efectivo. "El FA lanzará su plan o proyecto de defensa de la producción nacional, alternativo al plan o proyecto neoliberal de la gran banca internacional, entrelazada a los grandes monopolios internacionales y nacionales: el capital fir[nan]ciero." (pág 30 del Documento del II Congreso del FA).

Este proceso de nacionalización, vía la estatización financiera, debe ser entendido fundamentalmente como la dirección y el control de la política financiera del país en manos del Estado mediante sus instituciones, sin perjuicio de la existencia de banca extranjera. Su objetivo es también nacionalizar el ahorro y el crédito para que éstos estén en función de las necesidades del país y sus grandes mayorías populares y no de los intereses privados de las transnacionales extranjeras. Forma parte ineludible del ejercicio concreto de la soberanía en el ámbito nada más y nada menos tan esencial de los recursos financieros. Por ejemplo, la misma deberá concretarse en el cobro de los grandes deudores del sistema bancario público (producto de la famosa estafa de las carteras incobrable hecha durante la dictadura militar)habilitando el pago con sus bienes; en caso de tierras, volcando las mismas al Instituto Nacional de Colonización para aplicarlas a objetivos productivos.

La restructura financiera significa en primer lugar disponer de bancos especializados, públicos o incluso mixtos si fuese posible, que cumplan con sus funciones, eficaces; así, deberán existir distintos bancos que estimulen en ahorro y el consumo popular; la producción y la inversión con avance tecnológico real de pequeños y medianos productores, de cooperativas o empresas autogestionarias o de gestión con líneas de créditos especiales promoviendo la inversión y la exportación; el comercio exterior que centralice en el Estado esta importante actividad económica, que buenas divisas proporciona al país, etc. Bancos que por su especialidad no compitan entre sí, sino que tengan tareas y áreas particulares.

A su vez, el mantenimiento y consolidación de la actual banca pública, reforzando su papel ya sea ligado al fomento de la producción (BROU), a lo monetario (BCU), a la vivienda (BHU), a los seguros (BSE), buscando revertir su proceso de privatización de muchas funciones de estos bancos o simplemente de convertirlos en otros meros bancos comerciales más.

En ese sentido, el FA debe promover una ley de intermediación financiera que, además de contener dicha restructura, le de al Estado el control de esta actividad y elimine el secreto bancario y diversas medidas hoy vigentes que han liberalizado el sistema y exonerado de impuestos a las empresas financieras. Conjuntamente con ello, dicho control debe significar el combate al banqueo de capitales por el narcotráfico, conytrabando de oro y otras formas delictivas del capital, que tanto daño causan.

A su vez, el FA no debe apoyar la actual propuesta de Carta Orgánica del BCU, que está en la Cámara de Diputados, por la cual este banco queda prácticamente libre del Poder ejecutivo, sin control estatal, de acuerdo a normas monetaristas y neoliberales banco-centralistas. Dicha Carta debe ser coherente con una nueva normativa de intermediación financiera que fija en el Estado ladirección y control de la misma.

Con respecto a las filiales de bancos extranjeros, su funcionamiento será determinado (como afirma la plataforma electoral de 1989) "por la programación financiera, que limitará su captación de ahorro interno, el cual estará garantizado por la casa matriz; no podrán actuar como banca de inversión ni banca "off-shore". Su inhabilitación para funcionar en nuestra plaza sera una medida a la cual se recurrirá en caso necesario. Por su parte, los bancos del capital mayoritariamente extranjeros deberán garantizar sus depósitos, o pasarán a la órbita estatal con el correspondiente reparto de los costos que ocasione tal operación. Su estatización será una medida a la que se recurrirá en caso necesario, sin perjuicio de investigar su gestión y la autenticidad de sus activos y pasivos."

En suma, el cambio profundo del actual sistema financiero regido por una concepción monetarista y neoliberal por otro realmente alternativo debe ser regido teniendo en cuenta que "las herramientas y medidas de corto plazo deberán estar en función de objetivos de mediano y largo plazo. De ahí que un gobierno que lleve adelante el proyecto nacional, popular y democrático que levante el FA deberá instaurar en el país una nueva política económica acorde a dicho proyecto."(pág 30 del Documento del II Congreso del FA). Y agregamos nosotros: la nueva política financiera y monetaria debe cumplir las mismas condiciones como parte que es (y esencial, sin duda) de esa nueva política económica a impulsar.

EL INELUDIBLE TEMA DE LA DEUDA EXTERNA

Parece difícil poderse referir al sistema financiero sin hacerlo al polémico tema de la deuda externa. Sin querer entrar de fondo en este último, si resulta básico afirmar que el FA debe mantener su clara línea trazada hasta ahora, también en las instancias ya mencio-

000002
20099
008

nadas, como a continuación transcribimos:

"El Frente Amplio considera que gran parte de la Deuda externa es ilegítima y promoverá que este aspecto sea puesto en evidencia ante la opinión pública nacional e internacional...y planteará a la banca extranjera que la carga por intereses no puede relegar el desarrollo económico del país ni el bienestar de la población. Eliminar la carga de los intereses es un objetivo fundamental para poder realizar el proyecto nacional y popular del Frente; es una condición necesaria para el cumplimiento de sus proyectos sociales. Con el fin de evitar el pago de dichos intereses, el Frente Amplio propiciará la constitución de un frente de países deudores que acuerden llevar adelante el objetivo indicado y un proyecto nacional su política será acorde con el mismo fin. Pero aún más importante que cortar esa sangría de nuestra riqueza, es atacar las causas que generaron la deuda externa, para evitar que el problema se repita ...es necesario evitar las fugas de capitales que limitan nuestra capacidad de inversión y nos obligan a recurrir al crédito externo y financiar los desequilibrios presupuestales con títulos en moneda extranjera."

Esta posición fue también ratificada por el segundo Congreso. Con el gobierno lacallista la situación ha empeorado, pues la renegociación que se hizo de la deuda estuvo encuadrada en los marcos del denominado plan Brady. Una de las consecuencias de esta nefasta política neoliberal de Lacalle es que desde 1991 el país viene pagando no sólo intereses sino también una parte considerable de amortización de la deuda, incluyendo los nuevos préstamos que el gobierno tuvo que contraer para cumplir las condiciones de renegociación. En suma el Uruguay está pagando alrededor de 700 millones de dólares por concepto de servicios de la deuda. Algo así como alrededor de dos millones de dólares diarios. Es una exacción demasiado grande para una país que requiere urgentemente inversiones productivas.

Por consiguiente, este empeoramiento debe conducir a que el FA impulse el no pago ya planteado anteriormente ahora no sólo a los intereses, sino a los servicios. De ahíu que debe concretar una moratoria de la deuda por un plazo de aproximadamente 3 años, a la vez que la fijación de una auditoría internacional de la misma, cuyo estudio implique analizar la legitimidad de sus distintos componentes. Y a la vez, continuar propiciando la creación del frente de países deudores, en particular del Cono Sur.

Propuesta sobre sistema financiero y deuda, presentada por Jorge Quartino.(MPP)

Respaldo del Partido Comunista con las siguientes precisiones:

Sobre Deuda: De acuerdo a las decisiones de nuestro XIII Congreso: "Suspención de los servicios de la deuda externa, los recursos que se obtengan por la misma será para la reconversión industrial, la enseñanza técnica y el pago de la "deuda social".

Sobre sistema financiero:"El gobierno nacional, popular y democrático adoptará decisiones para que el ahorro y el crédito sirvan a los intereses nacionales y populares, ejerciendo la dirección y el control del sistema financiero y mediante medidas que conduzcan a la nacionalización de la banca y con una banca pública que cambie la actual orientación neoliberal."

SISTEMA FINANCIERO

Desde la fundación del Frente Amplio en 1971 se sostuvo la necesidad de que el ahorro, el crédito y las divisas debían ser puestas al servicio de los intereses nacionales.

Sin embargo, la acción política del Frente ha debido enfrentar políticas financieras que no atendieron dichos intereses.

Desde la apertura financiera en 1974, con Végh Villegas ministro de la dictadura, se ha privilegiado el funcionamiento de la plaza financiera, asumiéndose por parte del Estado los costos que fueran necesarios. Si bien con anterioridad las crisis bancarias también fueron paliadas por el Estado, más recientemente se quebró la lógica del modelo asumido de no intervencionismo estatal, procediéndose al salvataje de los bancos a través de diversos procedimientos, (entre otros: compra de carteras y bancos gestionados). La consecuencia de estas acciones fue la llamada " privatización de ganancias y socialización de las perdidas" que muestra cómo unos pocos se fueron con las ganancias sin asumir sus responsabilidades y los más soportamos todas las pérdidas.

Por otra parte del sector productivo requiere una profunda reconversión siendo los recursos financieros un aspecto crucial. En los últimos años, el rol del Banco República como banco de fomento se ha ido diluyendo, y a pesar de que en América Latina existen fuertes y exitosos bancos de desarrollo, en nuestro país se desprecia por parte de algunos sectores como altenativa válida. Con un sector cooperativo pujante pero con poco peso relativo en el total, una banca privada que no se proyecta en el financiamiento de largo plazo, y un mercado de valores aún muy retrasado, el costo y la oportunidad del crédito son limitantes al buen funcionamiento de la economía.

Este estado de situación debe revertirse para que finalmente la "banca" esté realmente al servicio del país, como un instrumento de la producción y de los ciudadanos. Debemos entender al sistema financiero en su concepto más amplio, es decir incluyendo a todos los agentes que desarrollan actividad financiera (instituciones de intermediación financiera, casas financieras, bolsas de valores, tarjetas de crédito, fondos de inversión, etc.).

Pero esta reversión no puede implicar costos que el país no pueda soportar. La realidad del sistema financiero internacional muestra una gran interconexión que no es posible desconocer ni obviar porque necesitamos más recursos de los que somos capaces de generar con el ahorro interno.

Dadas estas condicionantes, el FA asignará especial importancia a los siguientes aspectos:

1. Las crisis financieras deben ser evitadas so riesgo de desencadenar un profundo caos en la economía en general, para lo cual el Banco Central tiene un importante rol a cumplir en la vigilancia y cuidado del sistema financiero. Pero la seguridad del mismo no debe estar asentada en la socialización de las pérdidas como hasta ahora, a través de una protección del Estado como garante último de los negociados y fracasos de los agentes financieros privados.

Los aspectos vinculados a la regulación deben también atender a la transparencia del funcionamiento financiero y a la defensa del usuario.

En este sentido se propugna:

1.1. co-responsabilidad del sector privado en el costo de la seguridad del sistema, asumido a través de la participación de todas las institucions para respaldar a las que estén en crisis. En este sentido hay experiencias internacionales que muestran lo acertado de estas políticas

programa

1.2. establecimiento de sistemas de seguros de depósitos

1.3. dados los avances en la negociación sectorial del Mercosur que tienden a la libre localización de instituciones financieras, establecer una estricta vigilancia de la calidad y antecedentes internacionales de las que pretendan ingresar a la plaza, de modo de contribuir a la estabilidad del sistema aunque sin favorecer un oligopolio

1.4. extensión de la supervisión y regulación del mercado financiero en general, tanto en el área bancaria tradicional como en el mercado de cambios, de valores, de seguros y de tarjetas de crédito, dada la tendencia hacia la interconexión de estas actividades en el mundo financiero

1.5. alentar una mayor transparencia de la actividad financiera en general, a través de más y mejor información, (balances y resultados de gestión, tasas de interés reales, etc.), para favorecer al usuario ya sea oferente o demandante de fondos de inversión, crédito al consumo o servicios financieros en general

1.6. Es necesario revisar el criterio vigente de secreto bancario reforzando los mecanismos acordados a nivel internacional para luchar contra el narcotráfico y otras formas delictivas del capital, así, como para permitir la fiscalización de los organismos recaudadores del Estado

2. Revertir las dificultades de acceso a fondos prestables por parte de las unidades productivas mejorando los plazos, costos, condiciones de garantía, etc.
En este sentido se plantea:

2.1. en relación a los bancos oficiales:

- redefinición del rol de dichos bancos de acuerdo al papel que el FA y la ciudadanía asignan al Estado en general. Esto implica defender su carácter público y que por tal razón, además de la eficiencia operativa que deben tener, son instrumentos del poder político para llevar adelante políticas concretas. Dicho posicionamiento político debe ser discutido democráticamente por toda la sociedad en los ámbitos apropiados a tal fin, lo que no significa establecer una política de subsidios sin control de destino y sin evaluación posterior de los créditos concedidos

- reestructura de los bancos oficiales para que mejoren su capacidad de gestión, abandonando las prácticas clientelísticas de reclutamiento del personal y de concesión de créditos y servicios que lamentablemente siguen vigentes, capacitando a sus funcionarios y dotando a las instituciones de los adelantos tecnológicos de manera racional a sus fines

- potenciación de su rol de articuladores y coordinadores de fondos de financiamiento tanto internos como externos, estableciéndose además los mecanismos adecuados para que pueda constituirse una demanda de fondos a partir de proyectos de inversión viables

2.2. co-responsabilidad de las instituciones privadas en el financiamiento para el desarrollo del país, asumiendo líneas de crédito especiales para empresas y proyectos promovidos como estratégicos

2.3. cambios en la normativa vigente a efectos de alentar la innovación en la oferta de negocios financieros (nuevos productos financieros) y facilitar el acceso a fondos prestables por el mecanismo de oferta pública respetuosos de la transparencia del mercado

2.4. utilización de los instrumentos necesarios y disponibles por parte de la autoridad monetaria en relación a los fines explicitados anteriormente, especialmente respecto a la evolución de las tasas de interés

3. Fortalecimiento de la seguridad jurídica a través de varias acciones, como por ejemplo:

3.1. política de recuperación definitiva de lo adeudado por grandes empresas en carteras compradas por el Estado

3.2. evaluación técnica de las sucesivas refinanciaciones en paralelo con una reasignación de roles de la Corporación Nacional para el Desarrollo

3.3. cambios normativos en el sistema procesal por juicios económicos

DEUDA EXTERNA

El tratamiento del problema de la deuda externa debe articularse con las otras definiciones de política social, en especial con el pago de la deuda social, así como con la política económica, en especial, el mantenimiento de relaciones diplomáticas, comerciales y financieras con todos los países.

Es necesario definir que el dato relevante es el endeudamiento del sector público, que es lo que pagamos todos, ya que los acreedores pueden ser tanto residentes como no residentes. Dicho endeudamiento no es calificable de bueno o malo de por sí, sino que dependerá del uso que se haga de él. Por lo tanto el tema de la deuda tiene la característica de ser dinámico ya que el país sigue demandando fondos en la medida que el ahorro interno no es suficiente para cubrir sus necesidades, por lo tanto es de nuestro interés mantener abiertas las posibilidades de financiamiento externo.

La posición actual del FA en relación al tema de la deuda debe reflejar los cambios del contexto internacional, que incluyen cambios en la estructura de los acreedores y las características de dicha deuda. El tipo de acreedor determina también, de acuerdo a la experiencia anterior, condicionamientos o restricciones diferentes y en consecuencia la capacidad de negociación que tendrá el gobierno.

Las posibilidades del no pago de la deuda por decisión unilateral, son en la práctica muy endebles por las consecuencias negativas inmediatas que tendría: presiones internas y externas que cuestionarían las posibilidades de crédito para planes de desarrollo y el propio relacionamiento internacional. De todas maneras ningún país puede renunciar a su derecho de hacerlo en caso de condiciones extremas.

Por lo tanto el FA pondrá en práctica la siguiente estrategia en relación a la deuda:

- promover la conducta colectiva de los deudores a los efectos de disponer de mayor poder negociador, en especial en el ámbito del Mercosur, a efectos de revertir la imposición de condicionamientos por parte de los organismos internacionales y bancos acreedores externos

- renegociar los compromisos de la deuda con la finalidad de reducir la carga que representa el servicio de la misma, en consonancia con la evolución de la condiciones internacionales

C.-PROPUESTA DE LA SUBCOMISIÓN DE INTEGRACION

INTRODUCCIÓN

El Frente Amplio reafirma su vocación integradora como un medio para superar estructuras obsoletas y dependientes, que determinan la subordinación de nuestras naciones a un orden internacional injusto.

Ante el panorama internacional actualmente existente, el Frente Amplio reconoce entonces la necesidad de impulsar procesos integracionistas que, privilegiando nuestras relaciones con los pueblos hermanos latinoamericanos, permitan al Uruguay y a la región una sensible mejoría de las condiciones de vida de nuestros ciudadanos a la vez que una mejor inserción internacional que permita disminuir nuestra dependencia externa y nos de una mayor incidencia en los problemas globales del ámbito internacional. Por ello, el Frente Amplio plantea que es necesario adoptar un conjunto de medidas que permitan la corrección del proceso de integración regional, para así transformarlo en un verdadero dinamizador del desarrollo económico y social de los países signatorios del Tratado de Asunción.

POLÍTICA NACIONAL DE INTEGRACIÓN

La integración regional, tanto por lo que implica en términos políticos, económicos y sociales como en cuanto a la existencia misma de nuestra nación, obliga a la adopción de una política nacional de integración, donde participen activamente los diferentes actores sociales, de modo de modificar las actuales orientaciones neoliberales y rechazar los condicionamientos externos que imposibiliten alcanzar los objetivos de nuestro Programa. Por ello, es imprescindible democratizar realmente la toma de decisiones, permitiendo la participación en la misma de representantes de todos los actores sociales y políticos nacionales involucrados.

La integración deberá favorecer el desarrollo nacional posibilitando el crecimiento y la modernización económica y un mejor nivel de vida para el conjunto de la población en el marco de una acción cooperativa y solidaria con los pueblos de nuestros asociados.

En el caso de la inversión extranjera, ésta puede ser importante en determinadas áreas de la economía, siempre que no contradiga los objetivos globales priorizados aquí por el Frente Amplio. Los sectores considerados estratégicos serán resguardados de los monopolios privados, especialmente de aquellos extrarregionales. Por ello, el Frente Amplio bregará porque estos conceptos sean patrimonio común dentro del marco regional.

Para lograr estos objetivos el Estado deberá asumir un rol activo, formulando y orientando las políticas globales y sectoriales en consulta con los distintos sectores económicos y sociales afectados por las decisiones. En este sentido, se procederá a renegociar los acuerdos que se consideren negativos para el interés nacional. Asimismo, el Estado impulsará la coordinación de políticas macroeconómicas entre los países firmantes del Tratado de Asunción, debiéndose prever la adopción de medidas compensatorias en caso de incumplimiento de los acuerdos por parte de alguna de las partes.

Necesidad de una política comercial común

Existe la necesidad de la creación de instrumentos destinados a permitir, por una parte, tener una voz común en los ámbitos de negociaciones internacionales y, por otra, el desarrollo de acuerdos preferenciales y una política común destinada a defender a la producción regional de las prácticas de comercio desleal que puedan realizar terceros países (o alguno de los países miembros).

Será necesario crear mecanismos de penalización frente al no cumplimiento de los términos del Tratado en lo referente al espíritu de los acuerdos .

Se deberán establecer también normas destinadas a trasladar este tipo de penalidades a aquellos productos que contengan menos de un determinado porcentaje del valor agregado producido en la región.

Respecto a las medidas no tarifarias, deberían tenerse en cuenta las normas de acceso a los mercados, y a las licitaciones públicas, el establecimiento de normas fitosanitarias comunes y realización de normas con especificaciones técnicas propias comunes a los países integrantes; reconocimientos mutuos de las certificaciones de productos que ingresen a los países miembros.

Deberá contemplarse la protección de sectores económica o socialmente sensibles de la región teniendo en cuenta la preservación de las fuentes de trabajo.

Será necesario también la adopción de medidas compensatorias para los desequilibrios comerciales (globales y sectoriales).

Política arancelaria

Se deberá revisar el programa de desgravación progresiva, lineal y automática tal como se esta dando en la actualidad, teniendo en cuenta la importancia estratégica de los sectores involucrados.

El arancel externo común deberá ser suficientemente alto como para defender la producción y las fuentes de trabajo de la región sin generar ineficiencias que terminen siendo gravosas para la población de los cuatro países.

Este Arancel externo común debería ser diferenciado según productos teniendo en cuenta la importancia estratégica desde el punto de vista económico y social.

En tal sentido la duración de dichos niveles arancelarios deberá renegociarse periódicamente según los casos.

Fondos de compensación y reconversión

000002
000002
011

El aumento de la competencia que se produce con el proceso integracionista agrava la situación de los productores instalados en los sectores menos competitivos. Por esta razón es fundamental llevar adelante negociaciones que permitan establecer medidas compensatorias para los sectores económicos, sociales y/o regionales afectados.

Dentro de estas medidas compensatorias se negociará la creación de instrumentos financieros tendientes a reforzar la coherencia económica y social del espacio ampliado que permitan.

El apoyo a las regiones económicamente más desfavorecidas

La reconversión industrial en las zonas más afectadas

La readecuación de la estructura de la producción, transformación y comercialización en el sector agrícola, de forma tal que permita el desarrollo de complementariedades y seguridad alimentaria.

La elaboración de programas de capacitación y de formación profesional acordes con la nueva realidad.

El desarrollo de obras comunes de infraestructura necesarias para la mejora de la región (telecomunicaciones, energéticas, viales, ferroviarias, etc.)

Política social

En el plano social, el Frente Amplio apoya la Carta de derechos fundamentales redactada por las centrales sindicales de Uruguay, Brasil, Argentina y Paraguay en salvaguardia de los derechos sindicales y de una mayor participación de los trabajadores en la gestión del Mercosur, como también reclamando que el proceso de integración no se limite a las normas de comercialización y a la libre circulación de mercaderías y capitales, sino que se desarrollen los aspectos sociales, laborales, culturales, humanos y políticos inspirados en la solidaridad y auténtica cooperación regional.

Se debe lograr el compromiso de los países signatarios del Tratado de la firma de los convenios de la OIT y su estricta aplicación

En la medida en que el proceso integracionista se profundice se hará necesaria una política más intervencionista por parte del Estado.

En ese sentido, se deberá buscar la garantía de los derechos sociales, los que deberán ser "nivelados por lo alto" en puntos tales como: el derecho a sindicalización, la prohibición del trabajo de niños, la fijación de una duración máxima de la jornada laboral, el cumplimiento de normas de seguridad, la igualdad hombre / mujer en el acceso, condiciones y remuneración del trabajo, el derecho a la jubilación, etc.

Política regulatoria de las empresas de interés público

Se propondrá un marco regulatorio común y planes de desarrollo conjunto para las empresas de interés público (telecomunicaciones, energéticas, comunicaciones, etc.)

El marco regulatorio común se centrará en aquellos aspectos tendientes a aportar mejoras a los usuarios.

El desarrollo conjunto implica la necesidad de un cambio de lógica que implique que los servicios y el tendido de las redes se fijen pensando en el espacio ampliado y no con la lógica del espacio nacional, buscando un equilibrio regional adecuado. Esto determinará la necesidad de compatibilización de normas (transmisión eléctrica, o telecomunicaciones, por ejemplo) y de planificación del tendido de redes de acuerdo a la nueva realidad.

Seguridad alimentaria

Desarrollo de una política de seguridad alimentaria que pase por la elaboración de una política agrícola común capaz de asegurar un crecimiento del sector, lo que será fundamental para asegurar el autoaprovisionamiento alimentario regional y lograr una estabilización de los mercados e ingresos razonables para los productores.

En tal sentido será necesario establecer principios: de preferencia para los países miembros del acuerdo de integración.

Protección del medio ambiente

Se desarrollará una política activa tendiente a establecer una acción común en la defensa del medio ambiente en los sectores más sensibles como pueden ser: la contaminación del aire, aguas y suelos; la conservación de la especies y el respeto al medio donde se desarrollan.

Es decir entonces, que esa política deberá centrarse en controles a la producción agrícola, industrial, energética, etc.

Para el logro de este tipo de objetivos se buscará la adopción de normas de biodegradabilidad y la adopción conjunta de resolución con respecto a pesticidas y otros productos químicos susceptibles de ser contaminantes.

Se propondrán normas para regular la gestión de los desechos (industriales o domésticos) procurando al máximo su reciclado y eliminando el resto en forma segura y no contaminante.

También se propondrán normas tendientes a frenar la creciente polución atmosférica estableciendo controles fundamentalmente en los gases producidos por las industrias.

D.- SALARIOS Y EMPLEO

POLÍTICA DE INGRESOS

Los trabajadores han sido los *principales* "financiadores" de la reestructura del capitalismo dependiente uruguayo y de sus crisis periódicas. La política económica neoliberal vigente desde los años 70 ha considerado permanentemente a los trabajadores como marginales a la hora del reparto, y como imprescindibles a la hora de pagar cuentas ajenas o de resolver competitividades.

Durante el período dictatorial se consolidó el modelo exportador, turístico y de plaza financiera al cual se ligó estructuralmente un nivel general de salarios inferior en más del 40% al de 1971, transformándolo de una variable que tenía su importancia como

000002

0099

demanda interna a un costo más de producción. Hoy, con ciertas intermitencias, el nivel del salario real se mantiene en aquellos niveles, manteniendo vigente las estrategias de sobrevivencia que diversos sectores populares han encontrado para paliar las consecuencias de las políticas neoliberales: multiempleo, trabajo infantil, horas extras, trabajo informal, mantenimiento del trabajo hasta la edad límite, etc.

Hoy se reconoce una "deuda social" con los que fueron castigados por aquellos procesos de reestructuración y ajuste: los trabajadores, los jubilados y los pequeños productores. El pago de esa deuda implica una traslación de ingresos de signo contrario a aquella que la generó, por lo cual nuestra propuesta se basa en una recuperación de los salarios en un breve plazo, que establezca un "piso salarial" capaz de satisfacer las necesidades básicas (salario mínimo igual 50% de la canasta familiar básica). De esta manera se comienza a recuperar al salario como una fuente importante de demanda interna, de tal forma que el avance productivo no continúe consolidando una distribución injusta del ingreso ni el actual desigual patrón de consumo.

De ahí en adelante, se tomarán medidas para el mantenimiento de ese poder adquisitivo, en particular alentando la mayor productividad en la producción de los bienes y servicios que determinan el costo de la canasta de consumo familiar. Se pone en práctica así uno de los más importantes instrumentos hacia la instauración de una economía realmente productiva y generadora de empleo, que sustituya la lógica especulativa que ha caracterizado al Uruguay en las últimas décadas.

Además, en una primera etapa será necesario un estricto control de esos precios y del abastecimiento como parte de un plan nacional de alimentación, en el marco de las políticas sociyales que impulse el FA y que por ejemplo comprenda también tarifas especiales de servicios públicos para determinados ingresos familiares mínimos. Sin perjuicio de estos lineamientos centrales, deberán existir aumentos salariales en casos de constatarse mayor productividad, priorizando el hecho de que aún en el caso de inversiones tecnológicas en todo aumento producido o en la calidad de la producción, invariablemente participa la fuerza de trabajo.

POLITICA DE EMPLEO

A nivel de la estructura económica, la superación de la desocupación apoyará también al mantenimiento del nivel de salarios. Se impulsarán entonces políticas de empleo y de defensa de las fuentes de trabajo, con alternativas de selección tecnológica sectorial en función del destino de la producción (mercado interno o externo), tipo de bien (salarial o competitivo), formas de producción y de gestión, tamaño de las unidades económicas.

La política de empleo debe tener por un lado una dimensión general vinculada al crecimiento del producto y la reconversión, y por otro atender situaciones específicas de poblaciones particularmente afectadas por el desempleo o subempleo. A su vez, el marco de integración internacional deberá ser funcional a los objetivos de crecimiento, empleo e ingresos, para lo cual se orientarán los recursos humanos y materiales entre las diferentes ramas de la producción y dentro de una rama entre las empresas. En este sentido, la competitividad se debe considerar en términos globales del país, como resultado de un balance entre sectores altamente competitivos, capaces de trasladar ingresos hacia los demás sectores mientras madure su capacidad competitiva o porque por razones sociales o políticas sea necesario apoyar.

Para delinear una política de empleo que tenga en cuenta la plen utilización de los recursos humanos y el mejoramiento de lo ingresos, se pueden manejar diversos instrumentos, entre los qu cabe destacar: políticas fiscales, de crédito, de recalificación de l mano de obra (subocupados, informales) de estímulos para e mantenimiento del empleo.

Los "paquetes tecnológicos" actuales desarrollan a tal nivel l productividad que el incremento del producto es muy superior a l creación de empleo.Después de la revolución informática de lo años 80, un problema central a resolver es la brecha entre inversió y empleo, incontrolable con las políticas tradicionales dirigida exclusivamente a maximizar ganancias y expulsar trabajadores Una masa de productos cada vez más diversificados, son comprado por sectores sociales cada vez más minoritarios. El rsultado carac teriza la esencia de gran parte de las relaciones sociales entre lo uruguayos hoy: los grupos económicos dominantes necesitan cad vez menos trabajadores y opinan que mucho ayuda a la acumulació de riqueza quien no estorba, y es hora de marginar, segregar, exclui

El FA no lo cree así. Todos los uruguayos en edad de trabaja tenemos un lugar activo, y juntos podemos transformar la econo mía. Tanto recomendaciones de organismos internacionales espe cializados en el empleo como el análisis crítico de las estadística nacionales, demuestran la viabilidad de formular una política labo ral en el marco global de la política económica del FA, atendiend a la realidad de los principales sectores con problemas.

El derecho al trabajo, consagrado en el artículo 7 de la Constitució de la República, no es respetado. Una parte muy significativa de lo trabajadores uruguayos han sido considerados por las política tradicionales como "trabajadores familiares no remunerados" o "inactivos", excluyéndolos por la vía normativa del Derecho al trabajo, pero beneficiándose de su producto. La población labora incluye de hecho amas de casa dedicadas exclusivamente a genera servicios indispensables a la reproducción del resto de los trabaja dores y sin los cuales la economía del país se paralizaría. Deberá establecerse programas de incorporación progresiva de estos secto res a las actividades remuneradas, lo que aumentará la productivi dad de su trabajo.

Otro sector excluído del mercado laboral es el de los "trabajadore por cuenta propia", que constituyen una de las formas de desemple encubierto y el caso más asumido de informalidad, para el cual s implementarán programas de inserción a las actividades producti vas prioritarias, sobre la base de medidas tales como la racionaliza ción de la capacidad actualmente ociosa en diversas unidade productivas.

No debemos limitarnos a buscar soluciones solamente en el marc de las formas asalariadas de empleo, en las cuales siempre choca mos con la decisión individual del empresario sobre el uso de los medios de producción que posee. En la búsqueda de formas no asalariadas de empleo está de por medio una cierta distribución d la riqueza, de medios de producción, tal como las tierras improduc tivas (también deudores incobrables), recursos del mar inexplota dos, formas de autogestión de empresas vaciadas, conformación de empresas mixtas (trabajadores y estado). En suma, desarrollar un proceso de democratización de la propiedad y la distribución de la riqueza y el ingreso, en los cuales el Estado debe cumplir un papel dinamizador.

En los últimos años el país ha comenzado a recorrer un proceso de desindustrialización como producto de las políticas de apertura externa sin restricciones, lo que también ha dado cauce para la aplicación de mecanismos tendientes a la flexibilidad laboral. Por esto, el FA debe encarar también la defensa de las fuentes de trabajo amenazadas por el cierre incesante de fábricas y por el desconocimiento creciente de los derechos de los trabajadores.

Se plantea entonces legislar para garantizar la estabilidad en el contrato de trabajo (por ej. despidos no fundados), reorganización legal de los Consejos de Salarios y su instalación para los trabajadores rurales, reconociéndoles la jornada de 8 horas, reestructura del Seguro de Paro.

La defensa del derecho de todos los compatriotas al trabajo es prueba inequívoca de la vocación solidaria del FA. No levantamos banderas para algunos o muchos, sino para todo el pueblo. También es la clara demostración de la confianza de los frenteamplistas en sus fuerzas profundamente transformadoras.

POLITICA DE EMPLEO Y SALARIOS

(PROUESTA PRESENTADA POR: AyU, CP, IDI, PS, PRESIDENCIA)

La economía uruguaya ha venido enfrentando un proceso de apertura externa, tanto a nivel mundial como, particularmente en el ámbito regional. Por lo que el empleo y los ingresos de los trabajadores lo ubicamos como un problema a resolver en el nuevo contexto de internacionalización de la economía mundial. El principal compromiso del Gobierno del Frente Amplio será impulsar una política de alternativa al neoliberalismo que procure, simultaneamente, mejorar la calidad de vida de los trabajadores y fortalecer la inserción
de nuestros productos en los mercados internacionales.

Sin dudas existirán dificultades para mejorar los salarios y lograr que la aplicación de técnicas que incrementen la productividad del trabajo no tenga como resultado la pérdida global de puestos de trabajo. Estas dificultades sólo podremos superarlas a través de un aumento de la producción que asegure la absorción de esa cesantía potencial que - a partir del aumento de la productividad - se generaría en otras condiciones.

Aumentar la producción, requiere dinamizar la inversión pero también promover aquellos emprendimientos con posibilidades de encontrar mercados internos o externos.

La política de empleo y salarios que promoverá el FA estará basada en una estrategia de aumento de la producción y del aumento de la competitividad e inspirada en una concepción solidaria. Se adoptarán, entonces, medidas para promover el crecimiento y para contrarestar la desigualdad de oportunidades y de ingresos que existe en nuestro país.

Un objetivo que orientará la política de empleo será el logro de un aumento de los puestos de trabajo, de tal forma, de hacer efectivo el derecho de todos los uruguayos a tener un trabajo para sustentar a su familia.

El Frente Amplio destaca, en este sentido, la necesidad de reivindicar la protección como un instrumento apto - provisoria o excepcionalmente- para apoyar industrias que estén realizando procesos de aprendizaje y para salvaguardar las condiciones de vida de los trabajadores cuando no existan fuentes de trabajo alternativas.

Las políticas de reconversión, empleo e ingresos se articularán al resto de las políticas económicas, las que le darán sustento y viabilidad. En particular éstas estarán presentes en las políticas tributarias, de gasto público, promoción de la inversión, créditos y de promoción de una política de ciencia y tecnología.

La política de empleo se basará en:

* la implementación de políticas sociales tendientes a elevar la calificación de los recursos humanos con los que cuenta el país. El Estado tendrá como cometido desarrollar programas de salud, vivienda, formación, capacitación y recalificación, garantizando la igualdad de acceso de todos los trabajadores a los mismos.
* una política de estímulo a la inversión que dé prioridad a los emprendimientos que generen - con el mismo gasto - más puestos de trabajo o ataquen el flagelo del subempleo y la informalidad
* se fomentarán también aquellas inversiones que impidan el desarriago de los trabajadores de su zona o localidad.
* políticas tributarias que disminuyan la elevada carga fiscal que existe actualmente a la contratación de trabajadores.
* políticas de empleo específicas para los más afectados por el problema del desempleo; las mujeres y los jóvenes. En este sentido se recurrirá a:
  - exoneraciones fiscales u otros incentivos que premien a las empresas que contraten jóvenes o mujeres desempleados
  - convenios dentro o fuera del Estado para la realización de la primera experiencia laboral
  - dinamización y ampliación de las funciones de la Junta Nacional del Empleo
* promover el desarrollo de la productividad de los trabajadores del sector público
* propugnar por el aumento de la productividad de las pequeñas y medianas empresas
* proteger la salud de los trabajadores a través del aumento y la mejoría de las condiciones de seguridad y salubridad en el trabajo. Esto implicará un incremento de los controles, especialmente en las actividades de riesgo tales como la construcción, el trabajo rural y los insalubres
* se volcarán recursos desde la órbita del Estado para la promoción de fuentes de empleo en actividades autogestionarias y cooperativas

La política salarial consistirá en:

* realizar una profunda revisión de los mecanismos actuales tanto de fijación como de reajuste del salario, de manera que se comience a pagar la deuda social que el país tiene con los trabajadores
* procurar la inmediata recuperación del salario de aquellos trabajadores que pertenezcan a sectores sumergidos o a ramas en las que el salario real haya sufrido algún tipo de deterioro en los última década
* impulsar un plan de ajustes salariales que tendrá como objetivo

lograr que en el mediano plazo todas las familias trabajadoras cuenten - como mínimo - con lo necesario para cubrir la canasta familiar.

- promover la reducción de los precios de la canasta familiar, a través de medidas diversas (las tributarias entre ellas)

- contribuir a estimular la productividad y a atenuar los marcados desniveles entre los salarios de trabajadores que realizan iguales funciones, hasta que estos desniveles desaparezcan

- estimular los acuerdos sociales necesarios para habilitar el mejoramiento sostenido de los salarios y dar estabilidad a las relaciones laborales

- generar incentivos salariales que eviten la pérdida de recursos humanos, especialmente los calificados o altamente calificados

- no aceptar políticas de reconversión que se basen en la reducción del salario de los trabajadores.

- promover técnicas que compatibilicen el aumento de los salarios con la mejoría en la competitividad, a través de la reducción de los costos por unidad de producto o de un aumento de la calidad que aumente su precio

- en la medida en que se aumente la productividad como producto de mejores equipamientos, una tecnología más apropiada, una mejoría en el desempeño de los trabajadores o cualquier otra razon, el FA defenderá el derecho de los trabajadores a beneficiarse con una cuota-parte de lo producido por esa mejoría.

E.- REFORMA DEL ESTADO: PRINCIPIOS - PROGRAMA

1) ROL DEL ESTADO

El Estado es un producto histórico que refleja las contradicciones de la sociedad y de la economía, la hegemonía y relación de fuerzas entre los grupos sociales, condicionadas por las relaciones internacionales y por los propios aparatos que lo componen.

El cometido central del Estado es garantizar la reproducción o continuación del proceso económico y social para lo cual arbitra las demandas sectoriales. El Estado es un lugar privilegiado de la organización social donde se consolidan y a su vez desarrollan las relaciones de poder. La diferente capacidad de acceso al poder de los grupos sociales se expresa en los gobiernos [illegible] políticas que implementan, así como en su presencia [illegible] influencia en los diversos aparatos estatales.

No se trata entonces, de un instrumento neutral con que cualquier gobierno pueda cumplir cualquier política. El Estado es funcional a las políticas: la propuesta del FA de reforma del Estado debe estar vinculada a un modelo de desarrollo económico y social impulsado por relaciones sociales y políticas hegemonizadas por las grandes mayorías nacionales. El desafío no es defender el "status quo" en la cuestión estatal en contraposición al achicamiento neoliberal sino plantear nosotros una reforma que priorice el interés social y no el de las minorías.

La reforma del Estado debe apoyarse en un gran entend[imiento] nacional que visualice la necesidad y urgencia de empre[n]derla para el desarrollo democrático, económico y social del país. [El] motor y la garantía de este proceso debe ser la gente, para lo cual s[e] requiere del esclarecimiento de la opinión pública, de formas d[e] movilización y participación y de metas realistas de corto plazo e[n] dirección a los grandes objetivos. En este sentido, por ejemplo, e[s] necesario priorizar, en los 5 años, el cambio en la gestión respect[o] de las reformas estructurales que también habrá que emprender.

Se debe considerar una estrategia política para la reform[a] del

Estado que abarcará:

a - las diversas dimensiones estructurales del Estado com[o] generador de políticas; como administrador y productor de servi[cios]; y como empresario, tanto en lo nacional como en lo depart[a]mental.

b - la reforma de la gestión del Estado en todos los ámbito[s] señalados en el punto anterior.

c - la reforma del sistema político: régimen de gobiern[o] (parlamentarización, descentralización, mecanismos de democra[cia] directa, etc.); estatuto de los partidos y sistema electoral (transparencia, democratización, eliminar doble voto y cooperativa electoral, etc.).

En relación con el Estado como generador de políticas e[s] fundamental la cuestión de los objetivos, instrumentos, prioridade[s], criterios de selectividad y medidas en el marco de un proyecto d[e] desarrollo para la creación y distribución de la riqueza, etc.

Lo central es fijar los objetivos en atención a los plane[s] globales y sus metas, destacándose:

- conducción macroeconómica, desarrollo productiv[o] regulación de mercados.

- redistribución de la riqueza: crecimiento con justic[ia] (salud, vivienda, educación, etc.).

- políticas de integración compatibles con el proyect[o] nacional.

- políticas de Estado para la ciencia y la tecnología.

- privilegiar lo ecológico; desarrollo económico compat[i]ble con el necesario respeto al medio ambiente.

- búsqueda de acuerdos y participación con los movimien[tos] sociales en todos los espacios, apostando a lo productivo y l[o] redistributivo.

- evaluación permanente de la ejecución de las polític[as] definidas, lo que debería ser uno de los instrumentos principales d[e] la gestión pública.

- [r]esponsabilidad de los servicios y los agentes sobre l[a] ejecución, funcionamiento administrativo, utilización de créditos gestión de personal, cumplimiento de los proyectos, etc.

- el cambio de la acción pública debería centrarse en l[a] capacidad de estar a la escucha de la sociedad, hacer emerge[r] proyectos colectivos tomando en cuenta el largo plazo mediando [y] asociándose a aquellos desarrollos que tengan mayor importanci[a] para impulsar la igualdad ciudadana en el respeto de las diferencias.

- búsqueda de acuerdos-contrapartidas con las empresa[s] nacionales y extranjeras.

000002
000002

- promoción de lo público no estatal, intervención de la sociedad civil en actividades con fines públicos.

- lucha contra la corrupción.

En relación a la reforma de la gestión es necesaria en todos los ámbitos del Estado (nacionales, departamentales, Entes) pero se diferencia en cada uno de ellos. Sin embargo, deben hacerse consideraciones generales en cuanto a la lógica de la gestión pública.

En la actividad privada la rentabilidad es el componente central de la empresa y puede ser incompatible con el interés social o aún con la eficiencia.

La lógica pública se estructura en torno al interés social, y subordina a él la rentabilidad. Se puede admitir que haya actividades públicas rentables y no rentables.

Lo que el Frente Amplio no debe admitir es que haya actividades públicas ineficaces (que no alcancen sus objetivos) o ineficientes (que se desarrollen con una deficiente utilización de los recursos disponibles).

Debe mantenerse un equilibrio global en las cuentas en el marco del plan de desarrollo pero algunas actividades superavitarias pueden subsidiar otras.

La descentralización y la participación de la gente y de los funcionarios son elementos claves para la reforma de la gestión. Si no hay eficacia en la gestión, se pierde legitimidad política y no se estimula la participación.

Un aspecto importante de la gestión estatal es la política de compras. Dado que el Estado uruguayo es un importante consumidor de bienes y servicios, una política de compras racional y coordinada le dará un importante poder en el mercado.

Su abastecimiento debe ser, en todo lo posible, de bienes y servicios nacionales, lo cual contribuirá al desarrollo de la industria, se abrirán nuevos espacios a las empresas y a las actividades profesionales y técnicas.

2) ALGUNOS INSTRUMENTOS PARA LOS CAMBIOS

Para llevar adelante el necesario proceso de cambio, el Estado debe hacer un uso eficaz y eficiente de un variado conjunto de instrumentos. A esos fines, y siempre teniendo muy en cuenta no confundir la lógica de la función pública con la de función privada, es necesario superar las rigideces de la actual administración que no han permitido una evolución de las técnicas de gestión tan rápida como es el caso de la gestión privada; es de primera importancia recuperar el rezago en que se encuentra la administración pública.

En resumen, una reforma del Estado implica sí una modernización, pero esta no pasa solamente por la introducción de nuevas tecnologías y cambios en la organización, sino también por la participación y la adhesión creciente e informada de los funcionarios, los sindicatos y sobre todo de los usuarios a las nuevas formas de gestión.

Para ello es necesario, una comunicación del Estado con los usuarios. Sobre todos mediante el funcionamiento de un sistema de información de los derechos y deberes de los consumidores de los bienes y servicios que provee el Estado.

En el marco de estas consideraciones, enumeramos a continuación algunos de los principales instrumentos para el cambio.

2.1 - REMUNERACIONES

El salario real del sector público ha sufrido un deterioro secular muy considerable, al punto que su valor actual es muy poco superior a la mitad del que tenía a principios de la década de los setenta; es pues de primera importancia iniciar un proceso gradual pero intenso, que lleve a revertir esta situación.

En segundo lugar las remuneraciones deben reflejar el principio de "a igual función, en iguales condiciones de trabajo, igual remuneración".

En tercer lugar, dicho sistema de remuneración debe tener una total transparencia que destierre el clientelismo como forma de fijarlas.

En cuarto lugar, los ingresos de los funcionarios serán objeto de una política de estímulos sobre su eficiencia y productividad.

2.2 - EL PROCESO DE CAMBIOS PERMANENTES

Tal como se señaló anteriormente, la "reforma del Estado" propuesta se identifica con un proceso de cambios permanentes, acordes a la estrategia de desarrollo escogida.

Dado las diferencias existentes entre los distintos sectores que integran el aparato estatal, el proceso referido deberá incluir un cuidadoso análisis de cada realidad, complementando las propuestas vinculadas a la problemática común con otras que contemplen la diversidad mencionada. En ese sentido puede establecerse que, siendo necesario instrumentar reformas tendientes a mejorar el funcionamiento general de la administración pública, ningún proceso de cambios podrá considerarse suficiente si no considera las particularidades de cada organismo o actividad estatal.

Otro criterio a aplicar dentro de la estrategia gradualista ya mencionada, complementario del anterior, es el de la "focalidad": deben priorizarse en el tiempo las reformas que lleven a la creación de "focos" de eficacia operativa, en especial dentro de los sectores con mayor capacidad de movilización del mecanismo socioeconómico.

2.3 - PERFECCIONAMIENTO DE LAS FORMAS DE GESTION Y DIRECCION

Será necesario incrementar la productividad de todos los factores, impulsando propuestas vinculadas a los siguientes aspectos:

2.3.1 - ORGANISMOS DE DIRECCION

a) órganos de dirección: deberán promoverse mecanismos tendientes al perfeccionamiento de las formas de dirección de los organismos públicos, ocupando los cargos de mayor responsabilidad con personas que posean la versación y condiciones requeridas. Para la designación de los directorios de los Entes Autónomos y

000002 000002

servicios descentralizados se propone:

- el procedimiento de designación se realizará conforme a lo establecido en el inciso 1° del artículo 187 de la Constitución, ajustando los mecanismos existentes para la consideración de solicitudes de venias de forma que, antes de cualquier pronunciamiento, el órgano legislativo pueda formarse opinión sobre la pertinencia de la postulación realizada por el Poder Ejecutivo (por ejemplo, encargando a una comisión especial de la Cámara de Senadores la realización de audiencias con los nominados para integrar cargos de dirección).

- asegurará la participación de un n[illegible] seleccionado del personal en los directorios de que se trate.

- reglamentación de los artículos 192 y 193 de la Constitución, que disponen la obligación que tienen todos los directores de rendir cuentas de su gestión al Poder Ejecutivo, previo dictamen del Tribunal de Cuentas (obligación que hasta el momento ha tenido muy poco cumplimiento práctico).

b) Desconcentración de la gestión de los directorios: resulta conveniente liberar a los directorios de las decisiones que sean puramente de gestión u operativas, "despolitizando" algunas resoluciones que hasta el momento han sido utilizadas con fines proselitistas.

A tales efectos se deberá regular la competencia de los órganos de nivel gerencial, estableciendo sus atribuciones y el estatuto jurídico de quienes hayan de desempeñarse en esa escala funcional.

2.3.2 - RECURSOS HUMANOS

a) Régimen de ascensos e ingresos: deberán modificarse las normas de ingresos, que se realizarán sólo por concurso, pudiéndose recurrir al sorteo en los casos en que el cargo no requiriese ningún conocimiento especial.

Los ascensos se regularán de forma que se consideren la antigüedad y la idoneidad demostrada en el desempeño de las funciones, mediante concurso para promociones instrumentados a través de tribunales que reúnan todas las garantías.

La evaluación del desempeño de los funcionarios se efectuará a través de normas claras, objetivas y confiables, vinculada a un sistema de estímulos y medición de resultados.

b) Capacitación: resulta imprescindible desarrollar en forma permanente la capacitación para un amplio espectro de funciones, atendiendo a los cambios tecnológicos y con vistas al interés social, por medio de becas o cursos ad-hoc.

La capacitación a todos los niveles será entendida no como una vía para proporcionar habilidades específicas y acotadas, sino como un instrumento para el desarrollo de capacidades en función de la prospectiva de la organización y de un crecimiento permanente del individuo.

En estrecha conexión con lo anterior:

- Deberá disponerse en cada área del número de funcionarios necesarios, instrumentando procedimientos de redistribución que no lesione la fuente de empleo y consideren la capacitación de cada trabajador.

- Es indispensable tecnificar la administración, proveyéndola de sistemas, métodos e instrumentos modernos, expandiendo los recursos informáticos y capacitando a todos los niveles sobre su adecuada utilización.

c) Participación de los funcionarios: todo el proceso de cambios proyectado deberá incluir, de manera relevante, la activ[illegible] participación de los funcionarios.

2.3.3 - FORMAS DE GESTION

a) Descentralización territorial en materia económica y social: es necesario involucrar en los planes de desarrollo de es[illegible] naturaleza al gobierno central, gobiernos departamentales, Ente[s] Autónomos y servicios descentralizados.

Con esa finalidad deberán promoverse las comisione[s] sectoriales, que constitucionalmente pueden formarse en la órbit[a] de la Presidencia de la República, integrándolas con todos lo[s] actores que tengan vinculación directa con los temas en considera[ción]. A través de estas u otras vías deberá implementarse un fuert[e] proceso de descentralización y desconcentración, para contrarresta[r] el centralismo burocrático y como estímulo para la participación d[e] la gente en el manejo de los asuntos públicos.

b) Defensoría de usuarios y consumidores: el Frent[e] Amplio postula la creación de la figura del defensor de usuarios [y] consumidores, que tal como ocurre en muchos países, institucion[a]lice una suerte de "representante de la sociedad civil", con funcion[es] de control sobre los actos y la gestión de los organismos público[s].

Entre sus cometidos se incluirá la asistencia y asesora[miento] al Poder Legislativo, Poder Ejecutivo y Tribunal de Cue[n]tas, en el cumplimiento de los cometidos de control sobre los Ent[es] Autónomos y servicios descentralizados.

Complementando esta iniciativa deberán promovers[e] todas las disposiciones que sean necesarias a fin de tutelar [el] derecho de todos los habitantes a recibir correctamente la prestació[n] de los servicios públicos, así como la facultad de conocer cuale[s]quiera documentos o actuaciones de la administración que pued[a] afectar sus derechos o intereses legítimos.

c) Planeamiento y control de la gestión: será necesari[o] establecer normas vinculadas a los presupuestos de los entes indu[s]triales y comerciales del Estado, disponiendo que su proyección [y] aprobación se realice con la estructura que para el presupue[sto] nacional prevé el artículo 214 de la Constitución, incluyendo [el] balance de ejecución presupuestal del ejercicio anterior.

Se entiende conveniente que los presupuestos de los En[tes] deban estar aprobados antes del comienzo del ejercicio económi[co] correspondiente, así como que la Oficina de Planeamiento y Pres[u]puesto asista al Pode Ejecutivo en la formalicen de políticas sect[o]riales, planes y programas a ejecutar por los Entes y servici[os] mediante la formación de comisiones sectoriales en las que existi[rá] representación de los organismos de que se trate, de las organizaci[o]nes más representativas de sus funcionarios y de los destinatarios [de] los servicios.

d) Concesión de servicios públicos: deberá regularse es[te] aspecto implementando una serie de controles racionales sobre [la] administración, partiendo de la base de que en actividades que l[as] leyes asignan expresamente a los organismos estatales es preci[so] que los actos de permiso o concesión sean expresamente autori[za]dos por la ley en cada caso.

[3].- APUNTES SOBRE LOS ASPECTOS TRIBUTARI[OS] DEL DOCUMENTO DE MARCO GLOBAL

1.- El equilibrio presupuestal será una de las metas principales. [El] financiamiento de los gastos debe basarse en un sistema tributa[rio]

programa

-9406939

que grave progresivamente la capacidad contributiva, que incentive el aumento de la producción y que apoye la distribución progresiva del ingreso y de la riqueza nacionales, que castigue los consumos suntuarios y la especulación.
El IVA disminuirá su gravitación en el sistema tributario. Se incorporarán nuevas bases de imposición, en particular el Impuesto a la Renta a las Personas Físicas.

Enpárrafo anterior se resumen las principales modificaciones en el sistema tributario nacional, establecidas en el documento de Marco Global para el Plan de Gobierno 1995-2000 del Frente Amplio.

Un sistema tributario no es algo estático, sufre modificaciones de acuerdo a las ideas dominantes en una sociedad y tiempo determinados.

2.–La propuesta del Frente Amplio aporta al actual sistema vigente cinco ideas fuerza:

I) El sistema tributario debe seguir cinco principios rectores que son: A) Progresividad, B) Finalismo, C) Generalidad, D) Equidad y E) Coherencia.

II) Los objetivos perseguidos por estos principios se alcanzan por medio de estrategias tales como: la reducción de tasas (como en el IVA), laprogresividad de las tasas (como en el Impuesto a la Renta de las Personas Físicas), gravando ciertas actividades financieras de carácter especulativo, gravando los consumos suntuarios y la concentración de riqueza.

Desarrollo de los principios rectores.

A) Progresividad.– En nuestro actual sistema tributario no existen instrumentos para incrementar la progresividad. No existe el impuesto a la renta de las personas físicas (en adelante IRPF), ni un impuesto a las herencias (IH). El Impuesto al Patrimonio (IP) y el Impuesto
a la Renta de la Industria y el Comercio (IRIC) tienen escasa significación y magnitud recaudatoria. En cambio, el Impuesto al Valor Agregado (IVA), el Impuesto Específico Interno (IMESI) y las Contribuciones Especiales a la Seguridad Social (CESS), reconocidos tributos regresivos (por opuesto a progresivos) ostentan alta incidencia, soportando el mayor peso en la recaudación.

B) Finalismo.– Además de la función recaudatoria de ingresos estatales para cubrir las necesidades públicas, el sistema tributario deberá incentivar el aumento de la producción, mediante diversos instrumentos (regímenes especiales de promoción, exoneraciones y demás desgravaciones) y apoyar la distribución progresiva del ingreso y de la riqueza nacionales (modificando la incidencia de la carga tributaria; disminuyendo el peso de la imposición indirecta en la recaudación total de la DGI, mediante su sustitución por impuestos directos como el IRPF y el IH). La regresividad del IVA se puede atenuar por dos caminos simultáneos: mediante la rebaja gradual de sus tasas, en la medida que la recaudación de los impuestos sustitutivos directos lo permita.; y por el establecimiento de por lo menos tres tasas diferenciales, que
permitan incorporar ciertos aspectos de personalización en el impuesto.En la tributación de los combustibles (sea por el IMESI o trasladándola finalmente al IVA) deberá tenerse presente la incidencia de la ecología y la protección del medio ambiente. Es decir, que no solamente se debe atender a los aspectos relacionados con la recaudación, sino que se debe
estimular, desde el punto de vista tributario, el consumo de los combustibles con menor daño ecológico.

C) Generalidad.– Se propenderá a gravar todas las manifestaciones de capacidad contributiva, propugnando porque todos los sectores de actividad contribuyan con las cargas públicas.

Se procurará que los diversos factores de produción distribuyan la carga de acuerdo a sus posibilidades reales. Como el sistema tributario actual, grava más al trabajo que al capital, se procurará adaptar su incidencia a la magnitud de capacidad contributiva de cada factor. Se mantendrá el IMESI, gravando además los consumos suntuarios y se establecerán tributos que graven la especulación, como algunas situaciones gravadas en el presente proyecto por el IP en la categoría financiera y en la categoría mobiliaria del IRPF.

D) Equidad.– La distribución de la carga tributaria debe adecuarse a la modalidad de la distribución de los ingresos en nuestra sociedad, y ella debe ser sentida como justa por las mayorías nacionales, revirtiendo la situación actual, donde se constata precisamente lo contrario. La equidad debe ser intentada tanto en los impuestos directos, mediante la utilización de tasas progresionales como en los indirectos, caso del IVA, mediante el establecimiento de por lo menos, tres tasas diferenciales. Debe atenderse a lograr un equilibrio entre las diferentes bases impositivas y entre los diversos impuestos del sistema, que balancée adecuadamente la distribución de la carga tributaria entre los diferentes sectores de actividad, y finalmente que atenúen los efectos regresivos sobre aquellos sectores que carece o que revelan, muy escasa capacidad contributiva.

E) Coherencia.– Se debe lograr un sistema tributario coherente, que elimine las distorsiones en el tratamiento tributario de los hechos imponibles, que no contenga situaciones de doble o múltiple imposición, que armonice dentro del escenario instaurado por el MERCOSUR, y que estructure los impuestos de modo tal que unos sirvan para controlar o fiscalizar a otros.

3.–Otras características adicionales.

La propuesta programática del Frente Amplio debe resaltar, por su actual carencia o ausencia del sistema tributario nacional vigente, otros atributos que parcialmente pueden hallarse actualmente como la simplicidad, que deberá acentuarse si se pretende elevar el nivel de la recaudación y obtener el aumento de las inversiones privadas. Y teniendo en cuentalos costos mínimos de recaudación,desarrollar una profunda reforma administrativa de los organismos recaudadores, estableciendo instrumentos imprescindibles para asegurar el cumplimiento generalizado de las obligaciones tributarias, como el catastro
personalizado nacional,(que permita conocer quien es el titular de cada in-mueble); la derogación del secreto bancario para las fiscalizaciones de la DGI dispuesta por resolución de los jueces; obligación registral de inscribir los Contratos de Arrendamiento sea cual fuere el destino pactado; Balances y Estados de Responsabilidad presentados a todos los Bancos deberán ser intervenidos por la DGI; en algunos casos, como puede ser en el Impuesto a la Renta de las Personas Físicas o en el Impuesto al Patrimonio,se complementarán estos controles con la exigencia de presentar declaración jurada negativa por quienes no estén gravados, o no alcancen los mínimos no imponibles.Se deberá impulsar la formalización de las actividades económicas especialmente en la documentación de las operaciones gravadas, coordinando las actuaciones de los distintos orga- nismos del Estado.

4.–Ritmo, enfasis y extensión de las Reformas Impositivas.

Se debe tener presente que toda reforma tributaria global, inevitablemente hace caer en el corto plazo los volúmenes recaudatorios. En el documento de Marco Global se establece que "el equilibrio presupuestal será una de las metas principales", lo que deberá ser armonizado con los objetivos a
alcanzarse con las reformas aludidas. Por ello la disminución de las tasas del IVA se propone que se implemente gradualmente a efectos de que la disminución de la recaudación se vaya compensando con

000002

el mayor rendimiento que se produzca por los ajustes que se introducen en ciertos impuestos existentes, así como por el que se logre en virtud de los nuevos gravámenes que se proponen. Será necesaria la utilización de una verdadera batería de recursos que provendrán: de la extensión del IVA a los juegos de azar (dentro de los límites constitucionales), a las actividades financieras hoy exentas, a través del Impuesto al Patrimonio y del Impuesto a la Renta
de las Personas Físicas, aumentando las tasas del IMESI, del Impuesto a las Sociedades Financieras, del Impuesto a la Constitución de las Sociedades 3) Anónimas, y del Impuesto a las Transmisiones Patrimoniales;implantando el Impto.a la Concentración de Tierras y el aplicable a los artículos suntuarios.

Con lo que queda expresado y en un proceso paulatino a desarrollar durante el período de gobierno, se pretende lograr disminuir el peso de la tributación indirecta en el volumen total de la recaudación.

5.–Aplicación de los principios expuestos al Sistema Tributario proyectado

A)Impuesto a la Renta de las Personas Físicas

–El IRPF tendrá cinco *categorías*, en las que se graduará el peso de la imposición, por la vía de mayores o menores exenciones. Se procurará de esta forma que la renta proveniente del sector financiero sea la que soporte un mayor peso relativo de imposición y la proveniente del trabajo personal el menor.
Una novedad importante en el impuesto es la inclusión dentro de la enta gravada a la producida por los valores emitidos por el Estado y la producida por los depósitos bancarios de cualquier naturaleza. En el momento de establecer las rentas exentas, se puso extremo cuidado en no olvidar las situaciones especiales, como el caso de las utilidades distribuídas por las cooperativas de consumo, las de las empresas declaradas de interés nacional, etc.

B)Impuesto al Patrimonio

– Su hecho generador es el Patrimonio neto, pudiéndose deducir los pasivos comprobables, en contrario del sistema vigente donde algunos contribuyentes, no pueden deducir prácticamente pasivo alguno.
Si bien se mantiene la progresividad de las tasas, a los efectos de diferenciar netamente el gravamen sobre el capital financiero y el produc–tivo,se establecen dos categorías:la general y lafinanciera, las que son gravadas con tasas distintas.

C) Impuesto a las Herencias

– Se amplía el actual Impuesto a las Transmiciones Patrimoniales, peradas por el modo sucesorio, a todo el patrimonio del causante. Se trata de un impuesto cuya función principales [illegible], sin perjuicio de su volumen recaudatorio.El impuesto grava las herencias, legados, donaciones y similares. Son sujetos pasivos los herederos y legatarios. Se establecen exoneraciones para Instituciones Culturales y Docentes, Entidades benéficas y para no videntes, asícomo para las sucesiones cuyo patrimonio no exeda cierto límite. Se permite deducir deudas, gastos funerarios y judiciales.
Las escales contienen bajos coeficientes para familiares directos, incrementándose según la lejanía del parentesco.

D)Impuesto a la Renta de la Industria y el Comercio

– Las modificaciones principales de este impuesto atienden a: 1)ampliación del régimen de reinversiones, con la incorporación de la construcción o mejora de los inmuebles destinados a asiento de la actividad industrial y/o comercial; 2) fomentar el financiamiento de la inversión productiva y específicamente tecnológica, mediante incentivos tales como: a)permitir su deducción como pasivo por una vez y media y no por su monto real como en el régimen vigente, b)la admisión como gasto del interés de los préstamos efectivos del dueño o socio o accionista a la empresa,c) ampliación de los beneficios otorgados por la reciente Ley 16.470 a la emisión de debentures, con el objeto de financiar inversiones concretas en la producción y en la investigación tecnológica aplicable directamente a la cadena productiva. 3) fomento de la actividad exportadora,mediante incentivos tales como: eliminación de la facultad de la Administración para limitar el monto real de los gastos de movilidad, y de aquellos gastos realizados en el extranjero durante la asistencia y participación en ferias internacionales, o de los provenientes del desarrollo de campañas publicitarias en el exterior para la promoción de productos nacionales de la empresa. 3) fomento de la inversión en investigación tecnológica por parte de fundaciones, asociaciones civiles con personería jurídica, e instituciones universitarias mediante la deducción de las donaciones comprobadas de los contribuyentes, sea como 4) gasto en la liquidación de la renta neta o incluso como pago a cuenta del impuesto, tal como sucede actualmente con las Escuelas Públicas y la Universidad. 4) fomento del empleo de jóvenes sin anterior experiencia laboral, mediante una imputación preferencial en la deducibilidad de los gastos para obtener o conservar la fuente de renta, lo que podrá complementarse con similar tratamiento preferencial, en cuanto a los aportes a la previsión social. 4) fomento de las empresas que consideren el resultado ecológico en su producción, permitiéndoles deducir como gasto el doble del monto real invertido con el fin de proteger el medio ambiente.
Además: a) se disminuye la tasa, b)la cuota individual (IRIC) que abona el contribuyente será deducible de la respectiva categoría del Impto. a la Renta de las Personas Físicas, c)se procura gravar algunas actividades hoy no comprendidas en la ley, d) si bien seconsidera un avance la inclusión de los entes *autónomos* y servicios descentralizados con respecto al régimen instaurado por el gobierno de facto, se entiende que el objetivo prioritario es la disminución de los precios y tarifas públicas.

E)Impuesto a la producción agropecuaria

– Se establece el *principio* de gravar la renta ficta, se mantienen como índices de valuación los valores Coneat; la canasta de productos estará constituída por lana y carne; el Poder Ejecutivo, fijará anualmente el costo de la productividad media por hectárea . El costo de la producción pecuaria ficto fijado por el Poder Ejecutivo se aplicará exclusivamente para aquellas explotaciones cuya extención noexceda las 2.500 has. Cuando se supere esa cifra, el costo de producción a deducir será el real, debidamente documentado. Se amplían las reinversiones; no se gravan a los titulares de explotaciones cuyo ingreso neto no supere el correspondiente a las 200 has. de producción básica media.
Se podrá deducir el IVA debidamente documentado, correspondiente al costo de los rubros que integran las deducciones y las reinversiones, cumpliendo con determinadas condiciones establecidas.

F) Impuesto al Valor Agregado

El primer objetivo es la reducción progresiva de las tasas, priorizando la disminución de los gravámenes sobre los productos de la canasta familiar, en la misma medida en que la recaudación de otros impuestos directos que no se encuentran vigentes (IRPF e IH) lo permita sin afectar el equilibrio fiscal. El segundo objetivo será extender el IVA a algunas operaciones hoy exentas, para lograr un tratamiento igualitario entre los distintos sectores productivos, obtener nuevos recursos y controlar eficazmente la recaudación de la imposición directa sobre la renta. El tercer objetivo será el

438089

establecimiento de tres tasas que permita atenuar la regresividad y que permita una mejor distribución de los artículos gravados en las tres tasas. Así tendríamos, una tasa básica, una tasa intermedia y una tasa mínima en la que se incluirían los bienes de la canasta familiar.

G) Impuesto específico interno

- *Procurar* el traslado de la tributación a la energía eléctrica y a los combustibles del IMESI AL IVA, de forma de evitar su traslado a los precios internos. Deberán tenerse en cuenta los aspectos ecológicos en el manejo de las alícuotas del impuesto. Se modificarán las tasas que gravan los demás productos, incrementándose las aplicables a los vehículos de paseo con alto valor de aforo, incluyéndose además los artículos suntuarios tales como pieles, alhajas, joyas, bijouterie en general, y yates de alto valor.

6.–Otrasconsideraciones A) Fomento de la microempresa, especialmente de aquellas empresas unipersonales o sociedades integradas por jóvenes, las que deberán recibir un tratamiento (en el Impto a la Renta de la Industria y el Comercio, tributación agropecuaria, y contribuciones especiales a la seguridad social) preferente, durante los primeros años de instalación de su empresa, como incentivo a su formación, desarrollo y consolidación en el mercado.

5)
B)Con respecto a los tax free shop se deberá legalizar el régimen, modificando aspectos escenciales de su fiscalización, que permiten que los uruguayos sean los principales consumidores. El régimen debe ser encarado como un fomento al turismo,limitando suutilización exclusivamente a los turistas extranjeros. C)En lo relacionado con las zonas francas, deberá modificarse tanto el régimen que las reglamenta como la fiscalización de las mismas.

2.- POLITICAS SECTORIALES

A.- AGRO

B.-POLITICA INDUSTRIAL

FUNDAMENTOS DE LA POLITICA INDUSTRIAL

El F.A. considera a la industria como uno de los puntuales del desarrollo económico y al aumento sostenido de la productividad como la base sobre la cual esa actividad contribuirá con el bienestar de los habitantes del país.

El F.A. está dispuesto a impulsar desde el Gobierno los cambios orientados al desarrollo de cadenas productivas existentes o al impulso de otras que puedan alcanzar niveles de competitividad razonables y contribuir al crecimiento de la productividad y los ingresos.

Para alcanzar esos objetivos es imprescindible perfeccionar la formación de recursos humanos, acelerar el ritmo de innovaciones tecnológicas y en la gestion y desarrollar la infraestructura y los sectores relacionados con la industria al mismo tiempo. Tales cambios requieren un aumento significativo de las inversiones orientadas al sector, principalmente por parte del sector privado, complementadas con otras del sector público.

Desde el Gobierno, el F.A., inspirado en el interes nacional, impulsará una nueva política económica e industrial y estimulará a las empresas, a los trabajadores, a los técnicos y a las organizaciones que los representan a que encuentren soluciones al desarrollo de la Industria Nacional.

Esa política económica e industrial no sería viable ni tendría los efectos positivos esperados si, al mismo tiempo, no se lograran nuevas relaciones y conductas:

- Una relación de cooperación entre empresas nacionales tendiendo a hacerlas más competitivas mediante acciones conjuntas en materia tecnológica, comercial, de calidad, servicio u otros.

- Relaciones laborales que, respetando intereses diferentes de las partes, contribuyan a evitar los costos sociales y hacer viable la reestructura de una parte importante de la industria y, en conjunto, a proyectarla en un sendero de crecimiento con equidad social.

- Una cooperación entre el Estado y el empresario basada en reglas generales y transparentes por parte de los organismos de Gobierno y en el compromiso efectivo por ambas partes. La existencia efectiva de este tipo de reglas favorecerá a las empresas pequeñas y medianas. La permanente violación de estas reglas en función de consideraciones particulares o intereses políticos menores ha constituido una traba importante para el desarrollo de la industria y en particular de las pequeñas y medianas empresas.

- Un ambiente laboral que estimule la creatividad en las empresas y en los trabajadores.

Orientaciones de política

Un primer grupo de acciones y políticas se orientarán a reforzar o a crear capacidad destinada a:

- a formación técnico-profesional en el ampiio cambiante espectro de necesidades de la industria y de los sectores conexos.

- el fomento de las innovaciones tecnológicas y en la gestión de la calidad, stocks y en la administración.

- mejorar la capacidad exportadora de la insdustria.

- la promoción de un marco apropiado para las relaciones laborales.

- facilitar la cooperación entre empresas nacionales e impulsar los acuerdos de complementación en el marco de la Región.

En este tipo de actividades, decisivas para el futuro de la industria, es imprescindible que el Estado tenga una activa participación.

Un segudo grupo de política se orientará al fomento de cadenas produtivas, involucrando tanto actividades industriales como de sectores conexos. Las cadenas y dentro de ellas los segmentos que se fomentarán serán estrictamente seleccionadas de acuerdo a criterios generales. Los incentivos que se otorguen mediante estas políticas se sostendrán por lapsos en general definidos.

Los beneficiarios de las políticas específicas deberán comprometerse a conductas y resultados para evitar los costos sociales desmedidos y la continuidad de los apoyos sin retorno para la sociedad. La demostración de las conductas y los resultados previstos y alcanzados será de la responsabilidad de las empresas.

En los programas de apoyo a la industria tendrán cabida todos los tipos de empresa legalmente constituídas en el Uruguay, en la medida en que cumplan los criterios establecidos. En particular, cuando las condiciones hagan conveniente que el Estado asuma riesgos importantes con fondos públicos, se implementarán acciones para su participación en el capital y en el directorio de las empresas. *

*** EXISTEN DOS POSICIONES SOBRE ESTE PUNTO:**

A) Esa participación se podrá enajenar o no, una vez superada la situación original. Esto implica que el Estado se reserva el derecho de continuar participando en caso de no producirse un paso a nuevas formas de gestión o si así lo considera conveniente.
(Redacción apoyada por MLN-T, PVP,PCU, UNIR)

B) Normalmente esa participación se podrá enajenar en las mejores condiciones una vez superada la situación original.
(Redacción proveniente de la sub-comisión y apoyada por AyU, CP, IDI, PS, PRESIDENCIA)

Estas operaciones de riesgo compartido tendrán como uno de sus objetivos comprometer al sector privado y al público en iniciativas de reestructura o en nuevo sectores o productos.

Para implementar una política de desarrollo industrial será imprescindible reforzar o crear instituciones competentes. En general se promoverá una cooperación efectiva entre las instituciones públicas y el sector privado, así como las asociaciones de empresas que procuren soluciones a la tecnología, capacitaión y la comercializacion externa.

Se desarrollarán instituciones y especificarán políticas que permitan a las cooperativas y a las pequeñas y medianas empreas nacionales que permitan el asceso a la información tecnología, credito y otros instrumentos de la política.

Políticas para el corto plazo.

Esa situación determina que, junto con las medidas de política de desarrollo el F.A. propugne medidas de rápido impacto en materia financiera, cambiaria, comercial y de estímulo directo al empleo.

1. La situación financiera es particularmente grave en muchas grandes empresas, en particular en el sector agroindustrial. El Bco. República y la banca gestionada, han asumido un alto riesgo con esas empresas y son su única fuente de fondos y de avales.

El F.A. impulsará -cuando corresponda- una refinanciación de deudas y, una ampliación de apoyo financiero, basada en principios diferentes a los del pasado y en una administración transparente de los fondos estatales.

2. En materia de política comercial se impulsará negociaciones en el marco del MERCOSUR en relación con el arancel común, las cláusulas de salvaguardia, las políticas antidumping y la lista de exepciones, los acuerdos que permitan la complementación e incentiven el comercio intraindustrial.

3. Rever la estructura arancelaria en busqueda de un nivel más adecuado de protección.

4. Se estimulará directamente el empleo productivo en la industria buscando revertir la tendencia actual a la pérdida de empleo en la industria.

C.- SERVICIOS

La composición y evolución de este sector de la economía son muy heterogéneas. Generalmente se incluyen en él todas las actividades que no son parte del sector agropecuario, la industria ni la minería.

Los servicios más tradicionales incluyen las actividades ligadas a:

* la infraestructura, como ser el transporte, comunicaciones, energía,

* servicios comunales, sociales y personales como la administración pública, la educación, salud, esparcimiento, servicios domésticos y personales diversos.

* comercio, sistema financiero, turismo, etc.

Los servicios nuevos o tradicionales, agrupan un conjunto de actividades de servicios al productor o a la producción, estrechamente vinculadas a la introducción de nuevas tecnologías, y que se caracterizan por su gran dinamismo, como las consultorías en ingeniería , auditoría y de gestión, publicidad, marketing e informática.

La composición del PBI y de la ocupación muestra la importancia que tiene en nuestro país el sector servicios (más del 60%). Sin embargo es importante considerar el impacto de los servicios en la producción de bienes y en su comercialización nacional o internacional.

Como la eficiencia en la producción depende cada vez más de la interconexión entre las diversas actividades, el crecimiento y la reconversión del aparato productivo tiene como protagonista también al sector servicios desde dos puntos de vista: desde el propio sector, en la medida que se desarrollen las actividades de servicios con alto valor agregado, y en relación a la producción de otros bienes a efectos de convertirse en un instrumento fundamental para enfrentar una competencia cada vez más aguda.

Una de las características de los servicios es la simultaneidad entre la producción y el consumo. El desarrollo de las Nuevas Tecnologías, en especial el de la informática y las telecomunicaciones hoy hacen posible que algunos servicios comiencen a ser almacenados, por lo tanto transportados y por ende exportados.

Por otra parte, una importante característica de buena parte de los servicios está relacionada con la alta intervención del factor humano en su producción, de ahí su capacidad como generador de empleo. Asimismo, el criterio tradicional de la baja eficiencia o menor productividad de los servicios está cambiando sustancialmente.

En términos generales es necesario diseñar políticas específicas para alentar y desarrollar el sector servicios de acuerdo a los objetivos de desarrollo nacional, para lo cual la educación juega un rol fundamental

Dada la heterogeneidad de sus componentes, no se puede pensar en el sector como un bloque. Es importante analizar cada actividad en concreto. Dado que muchos de ellos han sido presentados en otros puntos de este documentos, nos limitaremos aquí al tema transporte y turismo.

i.- *LINEAMIENTOS DE TRANSPORTE*

El sector Transporte representa un 6% del PBI, su mayor importancia proviene de su posible incidencia en la instrumentación de políticas básicas, tales como la reactivación productiva, la descentralización, la integración, el ahorro de energía, la preservación del medio ambiente, la concepción estratégica del país en la región.

El sector requiere de fuertes inversiones en infraestructura, vehículos y equipos, por lo que normalmente se recurre al financiamiento de organismos internacionales que plantean determinados condicionamientos para los proyectos. El endeudamiento resultante, sumados a diversos intereses económicos, tienen una incidencia negativa en el desarrollo del sector.

El gobierno del F.A. planteará para el sector una estrategia integral para revertir estos procesos en el marco de los objetivos nacionales y de integración de los pueblos de la región, armonizando las soluciones a las necesidades económicas con las sociales.

CORTO PLAZO

El FA entiende imprescindible la planificación del Transporte como un todo, utilizando para ello un Plan Nacional de Transporte. Ello implicará medios y tiempo, por lo tanto hay que analizar cuidadosamente la transición entre la situación actual y los plantes a largo plazo.

Las primeras acciones serán en la caminería rural, interconectada a las carreteras principales y estaciones de F.C.; mediante convenios con las Intendencias y mejoramiento de las técnicas de construcción y mantenimiento. La construcción de esta caminería es hoy el instrumento adecuado para penetración en tierras.

El F.C. será reactivado en sus funciones básicas de apoyo a productores y poblaciones de campaña y ciudades dormitorio, mediante el transporte de pasajeros, pequeñas cargas, encomiendas y pasajeros, con los medios que aún restan y evaluando las situaciones de vaciamiento, taperas y pueblos fantasmas que aún se puedan solucionar, luego de la supresión y privatización total de esos transportes llevada a cabo por la administración Sanguinetti. Se revisarán las grandes obras en carreteras, evitando el despilfarro de recursos y la presión de los grupos de interés que allí actúan. Se afectarán recursos al mejoramiento de las condiciones de circulación en las carreteras existentes para la disminución de la peligrosidad actual (2 muertos y 14 lesionados por día, incluidas las ciudades), pintando sendas, eliminando puentes angostos y problemas geométricos localizados.

LARGO PLAZO

Se llevarán a la realidad criterios de coordinación y desarrollo armónico de medios de pasajeros y cargas, priorización de inversiones, contenerización de cargas para transportes multimodales, y reactivación del cabotaje, etc., en función de políticas a nivel nacional.

-concepción regional del país, siendo quizás la más apropiada la de cuencas hidrográficas, que permite una unidad de gestión abarcando todos los aspectos de la producción: demografía, radicación de industrias y emprendimientos agropecuarios, contaminación, protección de recursos, erosión, transporte;

-Los emprendimientos fronterizos públicos o privados con los países vecinos en conjunto con el transporte propiciarán procesos de afincamiento de nacionales en las tierras de fronteras.

-polos regionales agroindustriales (arroz, azúcar, madera, granos, citrus, horticultura, leche, carne, lana, primor), extractivos (cemento, pesca), de turismo, etc.;

-terminar con la centralización nacional y departamental;

-emprendimientos demográficos en correspondencia con la reforma de la tenencia de la tierra que se adopte;

-generación de energía en central bulbo (nacionales y binacionales) y eólicas;

-solución a los problemas metropolitanos;

-protección de recursos naturales: tierras, bañados y lagunas, dunas costeras, islas, monte indígena, y valorización de patrimonio histórico.

También se considera en casos de inversiones importantes en renovación de vías férreas, material rodante, y otras, el aporte de las grandes empresas generadoras de carga masiva.

INTEGRACION

Están planteadas hoy 3 obras importantes:

-El puente Colonia-Buenos Aires, tal como está planteado, es una obra centralizadora y desequilibrante. Ha perdido uno de sus fundamentos: la complementación portuaria al quedar en evidencia que la concepción estratégica de Argentina no se corresponde con nuestros intereses.

- El "eje vial" Buenos Aires-San Pablo, ya está contruído desde hace 20 años: es el puente Paysandú-Colón y Ruta 26 hasta Río Branco, y Ruta 5 desde Tacuarembó. Nunca funcionó para la integración. Puede que con la simplificación de trámites aduaneros que traerá el Mercosur, comience a funcionar y de elementos de juicio sobre las otras obras.

-En relación al canal del Rio de la Plata, la Rep. Argentina está llamando a licitación para conceder a empresas privadas, canales de aguas comunes del Río de la Plata, y que luego se prolongan en aguas exclusivas y penetran en la Hidrovía Paraná-Paraguay, de modo de hacer en sus puertos el trasbordo fluvial-marítimo.

PREMETRO

Se mencionaron antes los problemas metropolitanos. El del Transporte es uno de ellos. El FA tiene una iniciativa bastante elaborada con respecto a la construcción de un Premetro: tren liviano electrificado, en la región metropolitana de Montevideo, entre Progreso y El Pinar atravesando el Centro de Montevideo.

Este sistema utilizaría las vías férreas existentes entre Progreso y Central, luego, en el tramo Central-Tres Cruces tenemos dos variantes: por superficie, calles La Paz y Galicia, accionando semáforos a su paso y por un túnel debajo del Centro con estaciones en Intendencia y Caja de Jubilaciones. Luego de atravesar Bvar.

00002

Artigas toma el cantero central de Av. Italia y el lateral de Av. Giannatasio. El sistema se complementa con micros describiendo circuitos en los barrios desde las estaciones del Perímetro y vendiendo boletos de combinación.

Los estudios realizados permiten prever notorias mejorías en calidad de viajes, costos de pasajes, índices de contaminación y ahorro de combustible.

AEREO

En materia de permisos de tráfico, aplicaremos una política de "*concesión por reciprocidad*", que b[illegible]cará el equilibrio entre las libertades y facilidades que nos da y d[illegible], [illegible]dando el interés nacional.

En tema Mercosur bregaremos por el [illegible]eso [illegible] mism[illegible] de esta materia y por el desarrollo de una política común hacia a[illegible] de la región y una integración de los espacios aéreos del interior, sin renunciar a las soberanías nacionales.

Sobre PLUNA sostenemos (con la adecuación correspondiente) su factibilidad económica y la conveniencia estratégica de su status de Empresa Pública (Proyecto de Ley FA 1992). Si se consumara la privatización debemos buscar y emplear todos los mecanismos que habilite esta nueva situación, para defender el interés nacional.

En el transporte aéreo interno el Estado deberá instrumentar los apoyos necesarios de aquellas líneas que no sean rentables y que sean convenientes por razones de interés social y/o económico.

En infraestructura aeronáutica, racionalizar inversiones. No hubiéramos priorizado Laguna del Sauce, sino Carrasco (ancho y largo de la pista) etc..

LA OBRA PUBLICA

1.- Definición:

Se concibe la OBRA PUBLICA como todo trabajo de construcción modificación, reparación, conservación, mantenimiento o demolición de un bien inmueble, sea que integre el dominio Público o privado del Estado, y que tiene como fin último el bien común.

Para que esta definición pueda concretarse en la realidad se estima deben impulsarse una serie de medidas que contemplen el ámbito correcto en el proceso de gestión.

a) Elaboración de un Plan Nacional de la Obra Pública

El concepto de planificación aplicada a cada período de gobierno parece inevitable para asegurar una distribución racional y democrática de los recursos que siempre son escasos. Consecuentemente, con la participación de todos los involucrados, es necesaria una planificación precedida de diagnósticos de necesidades, confección de programas y evaluación de costos, los que se tramitarán en lo fundamental en dos escalas:

-ámbito departamental
-ámbito nacional

A nivel nacional se entiende que debe presentarse un PLAN NACIONAL DE OBRAS PUBLICAS.

b) Racionalización de la Gestión

Gestión a nivel Nacional - Reafirmar la vigencia del MTOP como referente ineludible a la gestión de ejecución de la Obra Pública, funamentalmente en el área de Viabilidad y Arquitectura. Las últimas administraciones han propiciado la creación de nuevos organismos para la gestión con recursos de Organismos Internacionales (PRIS) desconociendo la existencia de Oficinas Ejecutoras totalmente integradas como la Dirección Nacional de Arquitectura del MTOP.

También es necesario hacer énfasis en la Descentralización de Organismos de Ejecución, estructurando una regionalización del territorio nacional con una modulación adeucada a las características geográficas y socio-económicas.

Gestión a nivel Departamental - A la escala correspondiente resolver la gestión de la Obra Pública con los mismo criterios, asegurando a las Intendencias que los Organismos a nivel Nacional colaborarán dentro del marco del Plan General para asegurar la consecución de sus metas.

c) Distribución de Recursos

Arbitrar mecanismos que aseguren la real aplicación de los recursos aprobados en los Planes de Obras. Se entiende necesario crear un Fondo de Obras Públicas, el que administrado por el MTOP comprometa la aplicación de los mismos. El MTOP será también el organismo supervisor del programa de Obras Públicas.

ii.- -TURISMO-

INTRODUCCION

- En nuestro país, entre las actividades englobadas dentro del Sector Servicios, el Turismo ha ido evolucionando de manera muy significativa. En especial para el turismo receptivo, durante la década de los cincuenta ingresaban al país 200.000 turistas por año, ya en los setentas se alcanzaron los 600.000, mientras que en los noventas se está en torno a 2 millones de ingresos anuales, esperándose para fin de siglo un turista por habitante, es decir 3 millones. Para el quinquenio 1986-90 el ingreso anual de divisas por el Turismo, en promedio, se ubicó en tercer lugar luego de la lana y carne en el total de exportaciones.

- Esta realidad está modificando los recursos productivos del país: la mano de obra y su asentamiento geográfico, las inversiones en infraestructura tanto de capitales nacionales como internacionales (construcción de torres y complejos hoteleros de cinco estrellas, áreas de recreación, etc.). Pero también introducen cambios en el equilibrio ambiental y paisajístico, y en la conducta y forma de vida de los uruguayos que a veces es muy resistida. A vía de ejemplo se puede citar la discusión sobre la construcción del puente Buenos Aires-Colonia o el de la laguna Garzón que permitiría el ingreso por una ruta a las playas de Rocha desde la costa de Maldonado.

- El resultado de todas estas fuerzas a veces es muy contradictorio dada la explotación masiva del Turismo enfrentada a su falta de planificación y la excesiva concentración de la oferta:

La falta de un proyecto global para el desarrollo turístico del país, a pesar de los avances en ciertas áreas realizado por el Ministerio de

Turismo, tiene su contracara en el disgregamiento de responsabilidades a nivel nacional y departamental, entre diversos organismos e instituciones, que mina los esfuerzos que se pudieran hacer para una acción coordinada. Entre los operadores privados tampoco existe una línea de acción definida a la hora de establecer una política turística de largo aliento.

PROPUESTAS

1. El balance final luego de esta apretada síntesis indica que el desarrollo turístico del país requiere:

* A nivel institucional:

- una importante coordinación de esfuerzos del sector público (nacional y departamental) y privado a partir de una institución representativa de los diversos intereses de los actores (URUTUR) que organice y promueva la propuesta turística del país, afianzando la etiqueta de calidad: "Uruguay, país natural".

- una adecuada asignación de responsabilidad a cada sector.

- un esfuerzo institucional de capacitación especializada

* A nivel de definición de objetivos:

A partir de un proyecto de largo plazo que fije los ejes de desarrollo del sector atendiendo no rebasar la capacidad de sustentación ecológica urbana y ambiental de los recursos.

- diversificar la oferta turística tanto desde el punto de vista geográfico como temporal, evitando que las inversiones tengan como consecuencia única la uniformización. Un hotel de 5 estrellas o una cadena internacional de comida rápida es igual en cualquier parte del mundo, por lo tanto el público no queda "cautivo" de éstos, sino de lo "otro" que un país pueda ofrecer.

- promocionar y organizar un nuevo tipo de turismo orientado a la calidad de vida y a un más activo contacto con las distintas bellezas naturales que el país ofrece y que a veces son desconocidas hasta para los propios uruguayos.

- orientar los esfuerzos hacia el descubrimiento y revalorización de la "diversidad" del país, entendida como el conjunto de los recursos reales o potenciales, tanto naturales como culturales, sociales e históricos.

- coordinar los proyectos de desarrollo turístico con una visión global del país y con la propia planificación estratégica del resto de la economía, teniendo presente la localización de polos productivos dentro del ordenamiento territorial. Asimismo coordinar con proyectos de desarrollo de otras actividades que sean articulables con el Turismo, ejemplo: prestación de servicios médicos de alta especialización para pacientes del exterior.

- promover el turismo de modo que su desarrollo sea integral con las percepciones y aspiraciones de la sociedad local, que en definitiva va a ser el agente activo en la recepción del turista.

* A nivel de instrumentos:

a) Capacitación

- generar las condiciones adecuadas de capacitación de la población para la atención del turista en especial a los profesionales dedicados a la variada gama de actividades que se involucran

- desarrollar la profesión de "Guía Nacional de Turismo" con los niveles de exigencia requeridos, alentando a los operadores privados a su contratación. Este aspecto es muy relevante en la medida que la oferta turística del país avance más allá de la oferta de "playa" tradicional, hacia propuestas que requieran una valorización de la cultura, fauna y flora, e historia nacional y local. Coordinar este aspecto con los programas dedicados a promover el trabajo juvenil.

b) Investigación

- promover el estudio de la "diversidad" en cada región del país a efectos de proponer proyectos, con el apoyo estatal y departamental, tanto a capitales interesados en inversión turística como a pequeñas y medianas empresas que puedan encontrar su "nicho" de mercado.

- promover trabajos de investigación sobre el pasado histórico y cultural de las zonas (a impulsar turísticamente) para proveer de material a los guías turísticos y orientar la definición de proyectos, en coordinación con la Universidad de la República y otras instituciones. Asimismo se deberá promover el estudio de los cambios que el turismo puede provocar en las condiciones ambientales y viceversa, el del impacto en el turismo por cambios en el ecosistema.

c) Adecuación normativa

- adecuar las disposiciones existentes de promoción a la actividad, tanto a nivel nacional como departamental, de tipo impositivo, reglamentario, etc.,

- coordinar el seguimiento del cumplimiento de normas relativas a los servicios provistos a los turistas con los conceptos y regulaciones atinentes a la defensa del consumidor que deberán ser establecidos a nivel nacional,

d) Promoción

- promover el turismo interno coordinándolo por regiones (a vía de ejemplo, coordianar fecha de vacaciones)

- promover el turismo social con la participación de organizaciones sociales estimulando el turismo de trabajadores, estudiantes y jubilados

- promover la oferta turística nacional en el exterior de manera planificada y coordinada hacia segmentos pre-establecidos del mercado (rol de URUTUR) con los grandes operadores internacionales (tanto turísticos como aéreos) y también atendiendo el nuevo escenario del Mercosur

- alentar a los agentes privados en la distribución (gratuita u onerosa) de guías especializadas sobre Uruguay como parte de la promoción de las distintas zonas

- profundizar y consolidar la imagen del país con un marketing agresivo en el exterior pero que tenga como contrapartida un control

estricto de calidad y de calificación con standares internacionales (categorización de hoteles, restaurantes, etc.)

III.- POLITICAS SOCIALES

I.- POLITICAS SOCIALES

I. CRITERIOS BASICOS

1. Se entiende por **Políticas Sociales** al conjunto de estrategias y acciones tendientes a organizar los recursos materiales y humanos, a favor de la satisfacción de las necesidades básicas de la población.

2. Se propone un enfoque integrador que articule coordinadamente los esfuerzos públicos y privados, tanto a nivel nacional como departamental; que se guíe por principios de solidaridad; que coloque al ser humano como meta primordial, ante las injusticias de un sistema de mercado, sometido a las fuerzas económicas fundadas exclusivamente en el lucro.

3. Dado el creciente desentendimiento de los gobiernos nacionales hacia las áreas sociales, se destaca el **rol fundamental del Estado**, buscando fortalecer y expandir su rectoría, y poniendo la gestión pública al servicio de la población, y no de los intereses particulares de los sectores dominantes.

4. En esta perspectiva se propone:

a) Incrementar los **recursos económicos** disponibles y readecuar el **gasto social**, privilegiando a los grupos de menores ingresos sin olvidar que las políticas involucran a toda la población.

b) Redefinir el papel de la **función pública** así como desarrollar la formación de los funcionarios, a los efectos de poder asumir una nueva perspectiva.

c) Profundizar la **descentralización** en sus diversos aspectos de desconcentración administrativa, distribución del poder político, y construcción de una nueva socialidad, basada en el protagonismo de la sociedad civil a través de sus múltiples expresiones organizadas.

d) Estimular la creciente **participación** de amplios sectores, con un enfoque educativo que incentive y promueva especialmente la organización de la población de menores recursos.

e) Utilizar los **medios de comunicación**, informando y estimulando la construcción de un **nuevo proyecto cultural** que dé los **fundamentos éticos** de la sociedad que queremos.

5. Por último, se resalta que el objetivo fundamental de las **políticas económicas** no puede ser otro que el de mejorar la calidad de vida de la población.

II. PLAN DE JUSTICIA SOCIAL Y CALIDAD DE VIDA

A partir de estos criterios básicos, se cree que es fundamental elaborar un Plan tendiente a enfrentar las situaciones de pobreza, en vistas a su superación.

1. Se entiende la **pobreza** como un fenómeno pluricausal, que tiene su origen en el modelo de desarrollo y en el sistema económico imperante en nuestra sociedad. En todos los casos y en grados variables, la pobreza supone:

* marginación económica, política y social;
* ingresos insuficientes para cubrir los requerimientos familiares normales y que llegan a afectar la misma subsistencia;
* carencia de insumos básicos de alimentación, salud, vivienda, servicios básicos (luz, agua, saneamiento);
* deterioro global de las condiciones y calidad de vida;
* descaecimiento de la salud física y psicológica del individuo, afectando su desarrollo personal.

2. Para el **tratamiento del problema** se propone los siguientes criterios generales:

a) Un enfoque integral del problema requiere: políticas tendientes a la **creación de empleo** y **estímulo al sector productivo**; **políticas fiscales** destinadas a una redistribución más equitativa del ingreso; **políticas selectivas del Gasto Público**, incluyendo la Seguridad Social; políticas de **participación popular** y **democratización** de la sociedad.

b) Se necesitan **cambios culturales** tanto en la población involucrada como en los ejecutores de los programas.

c) **Políticas compensatorias** de efecto inmediato, para corregir las injusticias más graves de la actualidad.

3. El **programa de soluciones** que debe aplicarse de inmediato, comprende principalmente:

3.1. **Atención social, psicológica, sanitaria y cultural** de carácter sistemático y permanente, mediante equipos interdisciplinarios integrados a nivel barrial (o local) a través de actividades comunitarias.

3.2. **Potenciación al máximo** de todos los esfuerzos públicos y privados, nacionales y departamentales, en favor de los sectores de menores ingresos de la sociedad, en materia de **alimentación, salud, vivienda, deportes, recreación y seguridad social.**

3.3. Transformación de Centros Docentes de las zonas pobres en **Institutos de enseñanza integral y permanente.**

3.4. Utilización de los **medios de comunicación** para programas educativos y sanitarios destinados a la población en general, y en particular a los sectores pobres.

3.5. Fijación de una **compensación monetaria** como **"salario familiar"** cuyo monto estará directamente relacionado con el tamaño del grupo familiar y su nivel de ingresos, y condicionado a la participación de los niños y adolescentes en el sistema de enseñanza, hasta completar el ciclo básico.

4. Todas las acciones y planes integrarán un programa presupuestal de ejecución descentralizada.

Comenzará a implementarse desde el **primer año** de gobierno y la **financiación** será cubierta por Rentas Generales pudiendo complementarse con fondos nacionales (provenientes de Fundaciones o donaciones) y colaboraciones internacionales (de organismos gubernamentales y no gubernamentales).

III. LOS CENTROS DE GESTION SOCIAL BARRIAL

1. La implementación del Plan de Justicia Social y Calidad de Vida, jerarquizará -tal como se ha mencionado- su acción a nivel barrial o local, tanto en Montevideo como en el Interior. Para ello consideramos como un instrumento privilegiado la creación de Centros con las características que a continuación se enumeran.

2. Los Centros de Gestión Social Barrial son unidades operativas en el territorio en el que se presta de forma integral un conjunto de programas sociales, a efectos de potenciarlos desde su integralidad.

3. Su gestión debe necesariamente efectuarse con los usuarios directos y el entorno comunitario en general. Esta cogestión debe estar dirigida a que la definición particularizada -en cada Centro- del uso y destino de los recursos disponibles, se efectúe conjuntamente entre los responsables técnicos y la comunidad. Esta participación en ningún momento sustituye las obligaciones y responsabilidades estatales y municipales.

4. La coordinación de los Centros corresponderá a los gobiernos municipales, por ser la instancia más apropiada, sin perjuicio de las orientaciones definidas centralmente (sistema nacional de educación, seguridad social, políticas de salud, etc.).

5. El asiento físico de los Centros, serán las instalaciones estatales y municipales existentes y subutilizadas, incluyendo los centros de educación formal (escuelas, liceos, locales universitarios, UTU). En los casos en que no exista ninguna instalación, se exigirán las edificaciones que se requieran.

6. Los objetivos abarcan las siguientes áreas:

* atención en salud
* atención a la infancia
* atención alimentaria y educación nutricional
* recreación
* educación no formal
* capacitación laboral

7. La población destinataria es la de niños, jóvenes menores de 18 años, mujeres, y adultos mayores, priorizando a los sectores de menores recursos.

8. Entre las líneas programáticas posibles destacamos las siguientes:

* Guarderías comunitarias
* Centros recreativos infantiles para niños de edad escolar
* Hogares diurnos para adultos mayores
* Merenderos y comedores populares
* Policlínicas
* Programas de educación no formal (sexualidad, educación alimentaria, educación ambiental)
* Capacitación laboral (computación, oficios)
* Programas recreativos (deporte comunitario, teatro, biblioteca y videoteca, fiestas populares).

IV. RECREACION

La involución sufrida por la sociedad uruguaya ha extendido entre su gente la desesperanza, la frustración, y el escepticismo. Sin perjuicio de las ineludibles y trascendentes transformaciones estructurales que corresponde a efectos de revertir esta involución, es factible e imperativo reconsiderar la cultura cotidiana del pueblo uruguayo, con el objetivo de alentar nuevas formas de convivir.

El rescate de la solidaridad, la alegría, y la esperanza, supone -entre otras cosas- prácticas concretas que lo hagan posible. La recreación, ocupando el tiempo libre de las grandes mayorías, debe estar sustentada en acciones específicas y concretas alentadas desde las instancias estatales. El generalizado acceso mercantil a la recreación, progresivamente ha marginado a cada vez más uruguayos.

A estos efectos, se señalan tres líneas de actuación que -sin ser excluyentes- persiguen concretar un compromiso traducido en propuestas concretas.

1. El apoyo al deporte comunitario.

El deporte es una aspiración de la mayoría de la población, particularmente de los jóvenes. Las actuales estructuras le ofrecen esa posibilidad solamente a una minoría, básicamente a través de un precio a pagar. Se trata de alentar el deporte comunitario, generando múltiples espacios para ello, equipándolo con los requerimientos básicos y promoviendo su uso.

2. Espacios culturales comunitarios.

Se trata de generar espacios cerrados, a escala comunitaria (barrial, local) que permitan el despliegue de actividades reunitivas: teatro, cine, video, bailes, celebraciones, carnaval, etc.

Desde las instancias estatales, ello es posible fundamentalmente en la colaboración con la producción de los espacios, su equipamiento y el apoyo a las actividades a definir por la propia comunidad.

3. Redefinición de los medios masivos de comunicación, tomando en cuenta su importancia en el uso del tiempo libre de la población.

Las ondas radiofónicas y televisivas son propiedad de la Nación. Corresponde comenzar a intervenir en los contenidos y la orientación que por dichas ondas se expanden.

0006

2.- *SEGURIDAD SOCIAL*

I- CONCEPCION GENERAL.

Para el Frente Amplio la seguridad social representa uno de los más poderosos instrumentos de que dispone una comunidad, a los efectos de lograr la justicia social. Su ejecución debe de considerarse como uno de los fines esenciales del Estado, y sus alcances deben ser mejorados y fortalecidos a efectos de lograr una mejor calidad de vida de los integrantes de nuestra sociedad.-

El FA considera que se deberá defender a ultranza el concepto de Seguridad Social acuñado por nuestra ciudadanía y del cual que se derivan principios entrañablemente sentidos por ella. Pero también deberá propiciar transformaciones que encuadren en dichos principios y que tiendan a superar la crítica situación en que se encuentra el sistema, producto de malas administraciones anteriores y por factores estructurales que requieren atención.

En oposición al individualismo, la seguridad social tiene su basamento en el principio de la solidaridad, único que da razón de ser a la vida en comunidad y que como valor debe ser defendido y fortalecido por lo que representa.

Solidaridad significa que todos los habitantes de la República participarán en el financiamento del Sistema a través de una tributación progresiva.

Debe seguir aplicándose, por el momento, la solidaridad intergeneracional implícita en el sistema de reparto. Este último es un procedimiento solidario pero no por contar con ese elevado valor, es necesariamente el mejor procedimiento. Sería conveniente que el sistema de seguridad social fuese un sistema de acumulación de capital. En nuestro pais no lo es porque los recursos iniciales aportados por los trabajadores fueron despilfarrados, lo que constituyó una traslación de ingresos totalmente regresiva. Sería altamente deseable contar con el capital ahorrado por los trabajadores de ayer, para que reproduzca y su rendimiento sea capaz de financiar total o parcialmente las prestaciones de hoy. Esto nos conduce a incluir en la reforma que impulsaremos el criterio de incorporar recursos para la capitalización global del sistema.

Siendo fieles a este principio la reforma es urgente. Porque un sistema que contiene alarmante disparidades entre los sectores, que ambienta y tolera la evasión, con su secuela de desfinanciamiento, distorsión e inequidad, es la antítesis de un sistema solidario.

II) PRINCIPIOS RECTORES DE LA REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL

a) Universalidad, en mérito al cual el régimen abarcará a todos los habitantes de la República.-

b) Igualdad, mediante el cual se tenderá a la unificación de las coberturas, sin más diferenciación que las que surjan de las particularidades de las actividades abarcadas.-

c) Integralidad, por el cual el monto de las prestaciones deberá cubrir en forma adecuada las reales necesidades de los beneficiarios.-

d) Imperatividad, lo que implicará la obligatoriedad del sistema para todos los incluidos en él.-

e) Protección, principio en virtud del cual las disposiciones legales del sistema de seguridad social tendrán un carácter tuitivo en favor de los beneficiarios.-

III) BASES PARA LA REFORMA DEL SISTEMA

1) EL PROBLEMA ETICO.

En nuestro concepto, la seguridad social no debe considerarse una carga ni una asistencia, sino que debe ser el reflejo del estado actual de la lucha histórica por ubicar al ser humano en el centro de la organización social. Hay un primer principio ético según el cual es inaceptabale que se desconozcan derechos, se discrimine y se margine a un sector de la población. En tal sentido, las prestaciones de la seguridad social nunca deberán considerarse como la válvula de ajuste de determinada situación económica. Desgraciadamente así ocurrió en nuestro pais hasta que la reforma constitucional de 1989 puso fin a la brutal pérdida de poder adquisitivo de las pasividades. Bajo esta óptica, convocamos a defender realmente dicha reforma y esto pasa por introducir profundos cambios en el financiamiento de las jubilaciones y pensiones.

2) EL FINANCIAMIENTO DEBE SER GENUINO

Abogaremos por un financiamiento genuino de dichas prestaciones. El traslado de recursos desde Rentas Generales, no debe entenderse de otra manera que una redistribución de ingresos, tal como se realiza para financiar otras actividades básicas del Estado (salud pública, educación, obras públicas, etc)
Por lo tranto, no es deseable que el gobierno emita dinero para asistir a la seguridad social. Ello termina siendo una de las formas mas regresivas de financiamientro, porque exonera a los que ganan mas para descargar sobre los que ganan menos, ya que se alimenta la inflación que perjudica mucho mas a los sectores de ingresos fijos. Este mecanismo de financiamiento pretende eludir el problema pero en rigor lo resuelve de la peor forma.

El financiamiento de las prestaciones será necesariamente tripartito. Se propenderá a que la contribución de la comunidad se brinde a través de la afectación específica de impuestos directos a la renta, al patrimonio y a las herencias, y otras formas impositivas que supongan una tributación progresiva.-

000002
000002

3) CONTEMPLAR LA EQUIDAD INDIVIDUAL

En un segundo nivel. debe figurar el principio de la equidad individual. Ningún sistema de seguridad social puede albergar jubilación de privilegio. so pena de ir contra su esencia. Pero al mismpo tiempo. no se puede desconocer la inequidad que significa un desajuste desproporcionado entre lo que se aporta y la prestación que se va a recibir. El principio supremo de la solidaridad justifica un cambio hacia tasas progresivas. de tal forma que el que gana mas aporte mas. Pero no es justo que se exija aportación sobre un nivel salarial y al momento de la juabilación se reconozca uno sensiblemente menor. Este fundamento conduce a la necesidad de adecuar los topes jubilatorios. Estos se podrán mantener ligados al Salario Mínimo Nacioanl o bien establecer una cifra un unidades reajustables. El FA impulsará la adecuación del SMN, pero sin perjuicio de ello. de una forma u otra. establecerá mecanismos para que los topes jubilatorios no operen en forma confiscatoria.

4) QUE EL SISTEMA TENGA CREDIBILIDAD

Es indispensable que la sociedad recupere la confianza en el sistema, sobre todo que los jóvenes crean en él. Surge la importancia de la historia laboral como instrumento de control y también como mecanismo que. en un futuro. permita incorporar como un factor mas. el de la regularidad del aporte a efectos de incidir en el nivel de las prestaciones que se otorgen.
La historia laboral debe ser confeccionada en base a la aportación del trabajador debidamente probada. no en base a la aportación efectivamente realizada por el empleador. Para el FA es inadmisible que se perjudique al trabajador por la actuación del empleador como agente de retención. Si éste no vierte los aportes debe afrontar su responsabilidad ante el Estado. A los efectos del cumplimiento cabal de este principio es vital instalar el sistema informático que permita conocer la historia laboral y la aportación efectiva por parte del empleador.

5) CAMBIOS CON CRITERIO FINALISTA

El pais debe adoptar medidas en el area de la seguridad social, dada su incidencia en la problemática de la desocupación juvenil y en la competitivida en el Mercosur.
Ello lleva a una consideración sobre el aporte patronal, que en los hechos opera como un impuesto al empleo. Si bien. la contribución del empleador está claramente justificada en cuanto al apuntalamiento de la salud del trabajador y a cubrir el riesgo del desempleo, no lo está por la parte que supera esos conceptos. Porque además, el empleador traslada a los precios esta contribución y entonces opera igual que el IVA. o sea lo termina pagando el consumidor final. Cuando ello no es posible por la competencia con el exterior, tal impuesto agrava la situación y termina atentando contra la fuente de empleo. En consecuencia el FA instrumentará los mecanismos para sustituir gradualmente esta aportación hasta un límite razonable. acorde con la reducción de la evasión.

6) IMPLANTAR LA DESCENTRALIZACION EN EL BPS

La descentralización que propugnamos es una respuesta a los profundos problemas administrativos y de gestión que conspiran contra la eficiencia y la eficacia del sistema. A esos efectos, en el menor tiempo posible se propondrán medidas para desactivar ese enorme monstruo burocrático que es el Banco de Previsión Social.

A) LA ORGANIZACION Y ADMINISTRACION DEL SISTEMA

Prioritariamente se adoptarán medidas para descentralizar y hacer funcionar con autonomía los programas de prestaciones de pasividad por un lado y de actividad por otro. En cada uno de ellos se crearán órganos específicos, con competencia decisoria y técnica, para que administren cada uno de los sub programas que lo integran. Así en el area jubilatoria deberán funcionar independientemente órganos de gestión de los sectores de industria y comercio, civiles, rurales, del servicio doméstico y, también separadamente, de pensiones a la vejez e invalidez. En el area de activos esos órganos administrarán separadamente los sub programas de seguro de desempleo, asignaciones familiares, seguro de salud, etc..-

La dirección de estas unidades de gestión intermedias que se crearán serán necesariamente tripartitas,con representación de los sectores sociales involucrados.

El Directorio del Banco de Previsión Social coordinará adecuadamente el funcionamiento de cada area, reservando su competencia a sus tareas constitucionales específicas, o sea las de organizar la Seguridad Social y coordinar los servicios estatales de previsión social (art. 195 de la Constitución).-

B) LA DIRECCION DE LOS ORGANISMOS Y UNIDADES DE GESTION.

Se establecerán precisas garantías para que quienes ocupen los cargos de dirección, tanto en el Directorio del BPS como en las distintas Unidades de Gestión, acrediten idoneidad y capacidad específica, acorde con la trascendencia de las funciones a desarrollar. Por todos es conocido el que históricamente estos cargos fueron llenados con criterio clientelístico, circunstancia que de no revertirse compromete necesariamente toda la gestión de la seguridad social. Tratándose de un tema de tanta importancia en el país, la venia para la designación de los Directores del Banco de Previsión Social, así como los requisitos para la designación de los Directores de las Unidades de Gestión, solo podrá otorgarse a quienes justifiquen esta capacidad.

C) LA ORGANIZACION ADMINISTRATIVA DEL BANCO DE PREVISION SOCIAL.

La descentralización operativa profunda que se propone, contribuirá por si misma a una simplificación, rapidez, y tratamiento más personal y humanizado de todas las gestiones a su cargo.-

Además se impulsarán en plazos breves, y en cada una de las areas que corresponde a la gestión del BPS, transformaciones profundas que eliminen todas las trabas burocráticas hoy existentes priorizando en forma absoluta el interés del usuario de los servicios (patronos, empleados, jubilados, pensionistas) para que en el menor tiempo posible reciban las resoluciones a los trámites que presentan.-

Merecerán especial atención los siguientes aspectos:

a) Tramitaciones jubilatorias. Al efecto se concretará definitivamente la implementación de la historia laboral de cada uno de los beneficiarios, tendiendo a la consagración con ello de la jubilación automática.-

b) Inscripción y tramitación de empresas. Se simplificarán al máximo posible todas las gestiones que tengan que ver con este aspecto, de modo de lograr la mayor economía de tiempo en las tramitaciones.-

c) Se descentralizará el pago de aportes de manera que los mismos puedan realizarse sin ningún tipo de demoras.

d) Capacitación del personal. Se implementarán cursos permanentes, se reformularán los mecanismos de ascensos y se tenderá a determinar criterios de productividad y eficiencia del Instituto.-

e) Informática. Se potencializará la aplicación de este instrumento, que deberá estar íntegramente al servicio de las modificaciones e innovaciones a implementar en cada una de las areas precedentemente indicadas.-

f) En los ámbitos departamentales se crearan comisiones representativas tripartitas, de afiliados activos, pasivos y empresas contribuyentes, a los efectos de ejercitar el contralor de los procedimientos de gestión, con facultades de denuncia en defensa de los afiliados.-

IV) OTRAS MEDIDAS

1) El Gobierno del FA respetará estrictamente que los recursos que la Ley establece para el Fondo de Viviendas de los Jubilados, sean aplicados a tal fin así como establecerá un estricto control sobre los procedimientos para la adjudicación de viviendas a los beneficiarios.

2) Se extenderá el sistema de Disse a los pasivos que no estén cubiertos por otro sistema. En tal sentido se implantará un sistema de aportación especial acorde con las necesidades de fortalecimiento de la infraestructura mutural de forma de garantizar un buen nivel asistencial.

3) Se contemplará la iniciación de actividades unipersonales y/o el primer empleo de los jóvenes, con deducciones de aportes por períodos a determinar.

4) Además de las aportaciones de los trabajadores, pasivos, empleadores y las transferencias por subsidios cruzados, los recursos genuinos del sistema se obtendrán de rentas de inversiones públicas administradas por organismos especializados del sector público. Para la recapitalización inicial del sistema se recurrirá a formas de captación de ahorro interno o externo, fundamentalmente en base a la colocación de títulos públicos, así como a un gravamen por única vez a las expresiones notorias de riqueza.

5) Se establecerán tasas progresivas en relación al valor de los salarios, que se implementarán en forma gradual y con límites razonables, según franjas, luego de los cuales la tasa será invariable.-

6) Se controlará eficazmente la versión de aportes, ejecutándose medidas para controlar la evasión, bajo la estrategia tanto de perseguir el cobro de lo adeudado, como de premiar, con medidas de diversa naturaleza, a quienes mantengan aportación regular.-

7) Se controlaran las maniobras relativas al incremento irregular de remuneraciones durante el período último de actividad, por vía de comparar las anteriores y exigir para el caso de distorsiones significativas, prueba absolutamente fehaciente del mayor valor de los salarios.-

8) Las prestaciones por vejez, por atención a los niños y a la maternidad no serán contributivas, financiándose en base a impuestos específicos recaudados por el gobierno central y transferidos al Banco de Previsión Social. Estas aportaciones no se considerarán asistencia financiera.-

9) Una vez efectuadas las mejoras de recaudación que surjan de estas determinaciones, se propiciará la rebaja de las aportaciones patronales y obreras como manera de fortalecer el mercado de empleo y favorecer la producción.-

Merecerán especial atención los siguientes aspectos:

a) Tramitaciones jubilatorias. Al efecto se concretará definitivamente la implementación de la historia laboral de cada uno de los beneficiarios, tendiendo a la consagración con ello de la jubilación automática.-

b) Inscripción y tramitación de empresas. Se simplificarán al máximo posible todas las gestiones que tengan que ver con este aspecto, de modo de lograr la mayor economía de tiempo en las tramitaciones.-

c) Se descentralizará el pago de aportes de manera que los mismos puedan realizarse sin ningún tipo de demoras.

d) Capacitación del personal. Se implementarán cursos permanentes, se reformularán los mecanismos de ascensos y se tenderá a determinar criterios de productividad y eficiencia del Instituto.-

e) Informática. Se potencializará la aplicación de este instrumento, que deberá estar íntegramente al servicio de las modificaciones e innovaciones a implementar en cada una de las areas precedentemente indicadas.-

f) En los ámbitos departamentales se crearan comisiones representativas tripartitas, de afiliados activos, pasivos y empresas contribuyentes, a los efectos de ejercitar el contralor de los procedimientos de gestión, con facultades de denuncia en defensa de los afiliados.-

IV) OTRAS MEDIDAS

1) El Gobierno del FA respetará estrictamente que los recursos que la Ley establece para el Fondo de Viviendas de los Jubilados, sean aplicados a tal fin así como establecerá un estricto control sobre los procedimientos para la adjudicación de viviendas a los beneficiarios.

2) Se extenderá el sistema de Disse a los pasivos que no estén cubiertos por otro sistema. En tal sentido se implantará un sistema de aportación especial acorde con las necesidades de fortalecimiento de la infraestructura mutural de forma de garantizar un buen nivel asistencial.

3) Se contemplará la iniciación de actividades unipersonales y/o el primer empleo de los jóvenes, con deducciones de aportes por períodos a determinar.

4) Además de las aportaciones de los trabajadores, pasivos, empleadores y las transferencias por subsidios cruzados, los recursos genuinos del sistema se obtendrán de rentas de inversiones públicas administradas por organismos especializados del sector público. Para la recapitalización inicial del sistema se recurrirá a formas de captación de ahorro interno o externo, fundamentalmente en base a la colocación de títulos públicos, así como a un gravamen por única vez a las expresiones notorias de riqueza.

5) Se establecerán tasas progresivas en relación al valor de los salarios, que se implementarán en forma gradual y con límites razonables, según franjas, luego de los cuales la tasa será invariable.-

6) Se controlará eficazmente la versión de aportes, ejecutándose medidas para controlar la evasión, bajo la estrategia tanto de perseguir el cobro de lo adeudado, como de premiar, con medidas de diversa naturaleza, a quienes mantengan aportación regular.-

7) Se controlaran las maniobras relativas al incremento irregular de remuneraciones durante el período último de actividad, por vía de comparar las anteriores y exigir para el caso de distorsiones significativas, prueba absolutamente fehaciente del mayor valor de los salarios.-

8) Las prestaciones por vejez, por atención a los niños y a la maternidad no serán contributivas, financiándose en base a impuestos específicos recaudados por el gobierno central y transferidos al Banco de Previsión Social. Estas aportaciones no se considerarán asistencia financiera.-

9) Una vez efectuadas las mejoras de recaudación que surjan de estas determinaciones, se propiciará la rebaja de las aportaciones patronales y obreras como manera de fortalecer el mercado de empleo y favorecer la producción.-

ANEXO

<u>Sistema actual de la Seguridad Social</u>

Rota abruptamente por decisión del Gobierno la Ronda Multisectorial de la Seguridad Social, y fracasado un intento de Ley de Urgencia, en forma inconstitucional se aprobó en la Rendición de Cuentas, con los votos del Partido Colorado, reformas jubilatorias y del seguro de enfermedad.
Como resultado de ellas:

000002 000002

1) Se estableció un régimen de aportación rural al seguro de enfermedad, totalmente inaplicable.

2) Se rebajaron los beneficios jubilatorios al llevar a 10 años el período básico y rebajar los porcentajes para determinar la asignación de jubilación.

Pero, además, se rebajan los porcentajes de jubilación obtenidas por imposibilidad física y se impide obtener jubilaciones por edad avanzada.

Se introduce, por vía de la Cuenta Personal, condiciones inaplicables para el BPS y exigencias imposibles de cumplir por partes de los trabajadores para obtener sus beneficios.

3.- Vivienda

La situción en materia de vivienda presenta las siguientes carencias: un déficit global que sigue rondando las cien mil viviendas; un estoc crecientemente envejecido y deteriorado; carencias de servicios elementales como saneamiento, agua o luz -carencias que afectan de una forma u otra a casi el cincuenta por ciento de la población-; alquileres desmedidos que representan una proporción más y más grande del salario de los arrendatarios; cada vez más cantegriles, cada vez más soluciones precarias como inquilinatos, seudopensiones, invasión de viviendas desocupadas o, directamente, la agregación.

Es indudable que este panorama no podrá superarse sin una reactivación económica general, que multiplique las fuentes de empleo y permita a los trabajadores acceder a remuneraciones con las que puedan cubrir sus necesidades básicas. Sin perjuicio de ello, sostenemos que es posible llevar a cabo acciones que contribuyan a la solución del problema, comenzando por los sectores con más carencias pero sin por ello olvidar que el problema abarca a casi todas las capas de población.

Qué Hacer:
Un gran Plan de Construcción y Reciclaje de viviendas

-El país en su conjunto dispuso históricamente hasta un cinco por ciento de su Producto Bruto Interno para la inversión en vivienda. El gobierno del Frente Amplio realizará un esfuerzo sostenido para alcanzar ese nivel histórico, aumentando inversión pública y privada, lo que permitiría llevar adelante un masivo plan de construcción de viviendas de interés social. Este esfuerzo nacional, al par de comenzar a dar solución a los graves problemas actuales en materia de vivienda, actuará como un poderoso motor en la reactivación de la economía. La inversión citada permitirá cubrir la demanda primaria del quinquenio (necesidades de reposición y por crecimiento de hogares), así como iniciar el abatimiento del déficit absoluto de alrededor de cien mil viviendas que hoy sufre el país.

-En materia de gestión se adoptarán todas las medidas administrativas y legales necesarias para asegurar la eficacia y operatividad de este esfuerzo, particularmente en lo que refiere a plazos y costos.

-El referido Plan priorizará la rehabilitación urbana, a través de programas de reciclaje, recuperación y mejoramiento del estoc existente, así como también de construcción de vivienda nueva.

-En materia de sistemas de producción se dará prioridad a la construcción por Cooperativas de Ayuda Mutua y Ahorro Previo, Fondos Sociales y otras formas de asociación y organización de los destinatarios, sin desmedro de la construcción por empresas privadas a través del Sistema Público.

-En estos programas las soluciones mínimas de tipo evolutivo sólo serán utilizadas en situaciones de real urgencia social, y aún así mejorando sus condiciones actuales, de manera de asegurar su efectiva evolución hasta llegar a cumplir las condiciones establecidas por la Ley Nacional de Vivienda, así como de proveer un mínimo inicial decoroso desde el punto de vista funcional y constructivo y cuya superficie inicial contemple las necesidades elementales del núcleo familiar. Sin perjuicio de ello se apoyarán todos los programas que contemplen el mejoramiento progresivo de la vivienda.

-En todos los programas -y especialmente en los de viviendas de tipo evolutivo que deban realizarse- se dará una especial importancia al trabajo social con los grupos destinatarios para apoyar su organización y consolidación. Se tendrá asimismo un especial cuidado en la ubicación en que se implanten los programas, para hacer mínimos los problemas de desarraigo de los destinatarios de los mismos.

Con qué:
La inversión y los recursos

-Para asegurar la inversión señalada anteriormente, el Estado asumirá inicialmente un rol protagónico, volcando recursos extraordinarios al sector. Al mismo tiempo se tomarán medidas para estimular la inversión privada, de modo que dentro del quinquenio ésta llegue a ser un porcentaje significativo del total. Esto sin perjuicio del mantenimiento de la actuación reguladora del Estado sobre dichas inversiones que velará, en particular, por que ella alcance a los sectores de ingresos medios y bajos.

-Las inversiones a realizar se harán de manera gradual y planificada, a efectos de no producir distorsiones en los costos y precios, al tiempo que se utilizarán todos los instrumentos que tiene el Estado para controlar éstos.

-Los recursos para sostener este esfuerzo provendrán de la devolución al Fondo Nacional de Vivienda del producido del Impuesto a las Remuneraciones Personales ("el dos por ciento"), del producido de impuestos a las viviendas y otras construcciones desocupadas y terrenos baldíos, así como a la construcción y alquiler de viviendas de tipo suntuario, del ahorro público captado a través del Banco Hipotecario, de los retornos por cuotas de préstamos para vivienda e, inicialmente, de aportes extraordinarios de Rentas Generales. Se podrá recurrir asimismo al financiamiento externo en la medida que éste ofrezca condiciones convenientes para el país en materia de moneda, plazos y tipos de vivienda a construir y no imponga condicionamientos políticos o institucionales.

061

Como necesidad básica que es, la vivienda no debe ser gravada 'or ninguna carga o tributo que no sean estrictamente los que e destinan a quienes trabajan en su construcción. Por ello el 'rente Amplio adoptará las medidas necesarias para exonerar la producción de vivienda de interés social de esos gravámenes. En particular se las eximirá del pago de I.V.A. mediante el ecanismo de devolución de impuestos. Se racionalizará asi- 'ismo el cálculo de los aportes al B.P.S., eliminando todas las ırgas al propietario que no integren directamente el salario de s trabajadores de la industria de la construcción.

e intensificarán asimismo los esfuerzos en la investigación de :evas técnicas y materiales para la construcción de viviendas interés social, así como en los procedimientos de gestión ·blica y privada para el mismo fin. Para ello se realizarán nvenios de trabajo conjunto con la Universidad de la República.

ra quiénes:
acceso y la adjudicación

ıra posibilitar el acceso de toda la población a las diferentes uciones se pondrá en práctica una política de subsidios, con :riterio de amparar más a las familias en situación más protegida, para lo cual se tendrá en cuenta no solamente el reso sino también la integración del núcleo familiar. El ncipio será que nadie deba pagar por su vivienda una tidad desmedida en relación a su ingreso y sus necesidades iliares ("Ley de franjas", cuyo proyecto ya fue presentado el FA en el Parlamento). Los recursos para solventar estos sidios provendrán de la Cuenta "Subsidios" del Fondo ional de Vivienda.

procederá asimismo a una revisión de la forma de fijar el ır de la Unidad Reajustable, de manera que ella contemple mente la evolución de los ingresos de la masa de deudores. perjuicio de implementar mecanismos que estimulen el ·ro para vivienda y permitan conservar su valor al momen- : construir.

relación a los "Colgamentos", el principio será que no esponde su cobro a quienes tienen derecho a subsidio de rdo a las leyes en vigencia, salvo en la parte que excediera ho subsidio. En los demás casos los "colgamentos" deberán agados, otorgándose las facilidades necesarias, puesto que ata de recursos que corresponden al Fondo Nacional de ·nda y que deben destinarse a construir nuevas unidades.

·djudicación de las viviendas será pública y se rodeará de · las garantías que aseguren su absoluta transparencia. Se izará a las familias con mayores carencias, así como a los itos en el RAVE y planes de vivienda y a los ahorristas del o Hipotecario del Uruguay. A igualdad de condiciones se asimismo particular atención -tanto en la planificación en la prioridad para la adjudicación- a situaciones socia- :peciales, como el caso de las mujeres solas jefes de hogar, nas de la tercera edad, pasivos, discapacitados, matrimo- óvenes, etc. La adjudicación podrá hacerse en propiedad idual o cooperativa, arrendamiento, usufructo, tenencia, ecurriéndose en cada caso a la modalidad que resulte más ·niente de acuerdo a las posibilidades y necesidades de los licatarios.

Medidas de urgencia

-En tanto se implementa este programa, se pondrá en marcha un Plan de Urgencia de construcción y reciclaje de cinco mil viviendas, que permita volcar urgentemente al mercado un número importante de viviendas; este Plan de Urgencia se basará fundamentalmente en la ejecución de viviendas por el Sistema Público, a través de la coordinación Ministerio de Vivienda-Banco Hipotecario-Intendencias, en la escrituración de los préstamos a las Cooperativas que tienen ya sus proyectos presentados en el Ministerio y/o BHU y en la finalización de los programas en ejecución y comprometidos al 1.3.95.

-Mientras se obtienen resultados de este Plan de Urgencia, se suspenderán los lanzamientos de las familias de bajos ingresos que habitan viviendas económicas, sin perjuicio de contemplar situaciones especiales y de compensar económicamente a los pequeños propietarios que puedan verse perjudicados por esta medida.

-Se arbitrarán asimismo medidas de emergencia para mejorar la calidad de vida de las familias que habitan en viviendas precarias (provisión de servicios de infraestructura física y sociales, mejoramiento de las viviendas, etc.).

Las dificultades:

El acceso a la tierra

-Se efectivizará una importante Cartera Nacional de Tierras para Vivienda, integrando a ella los predios privados que se compren o expropien, así como los baldíos fiscales urbanizados, que podrán ser objeto de compra o permuta. Las tierras integrantes de esta Cartera servirán para la ejecución de los diferentes programas de vivienda, pudiendo otorgarse en uso o propiedad, de acuerdo a las conveniencias y necesidades de los destinatarios. La Cartera de Tierras para Vivienda será un eje central de las políticas de desarrollo territorial de los Gobiernos Departamentales, que ejercerán su administración descentralizada. Dentro de sus cometidos estará el de la regularización de las situaciones de ocupación de tierras públicas o privadas con fines de habitación.

El problema del medio rural

-Para el medio rural se pondrán en práctica soluciones que contemplan no solamente la vivienda nucleada -aprovechando la experiencia de MEVIR- sino también la problemática de la vivienda dispersa, que se encarará mediante programas de asesoramiento para la autoconstrucción y créditos para adquisición de materiales. En todos estos casos la regulación de los pagos se hará de acuerdo a las modalidades de ingresos de los destinatarios, creándose una especie de "U.R. rural".

Asesoramiento y materiales

-Se implementarán asimismo programas de asesoramiento técnico y créditos para adquisición de materiales para familias de modestos recursos de las zonas urbanas, buscando apuntalar todos los esfuerzos -individuales y colectivos, estimulando especialmente éstos- que apunten tanto a la construción de vivienda nueva como a la ampliación o mejoramiento de las existentes.

0002 0002 0002

Los recursos desaprovechados:

Viviendas desocupadas y terrenos baldíos

-En relación a las viviendas y edificaciones desocupadas, se estimulará su rehabilitación e ingreso al mercado a través de préstamos para refacciones y reciclajes, exenciones tributarias, etc., y al mismo tiempo se gravará fuerte y progresivamente a las que permanezcan desocupadas. Esto, al tiempo que actuará como un desestímulo para el mantenimiento de esa situación, aportará recursos para la producción de nuevas unidades.

-Una política simmilar se aplicará en relación a las tierras baldías de zonas urbanizadas.

El marco institucional y legal:

Organización institucional

-La política de vivienda será responsabilidad del Ministerio correspondiente, sin perjuicio de la responsabilidad concurrente de los Gobiernos Departamentales en sus ámbitos de competencia y en especial en el de la planificación del desarrollo urbano y territorial.

-La ejecución de la política de vivienda será descentralizada; para ello se procederá a la descentralización de los recursos, reimplantando, en particular, la disposición del Art. 121 de la Ley Nacional de Vivienda (derogada en 1991), que consagraba el derecho de los Gobiernos Departamentales a obtener recursos del Plan Nacional de Vivienda, siempre que aporten los programas respectivos, la tierra urbanizada y los proyectos correspondientes.

-Se implementará, en correspondencia con lo anterior, una política de desarrollo urbano y territorial, a través de los Gobiernos Departamentales, que facilite el acceso a la tierra urbanizada, evitando la extensión desmedida de las ciudades y la implantación de viviendas en zonas que carecen de servicios, y optimizando al mismo tiempo el uso de las tierras que ya los poseen a través de programas de reciclajes, construcción de conjuntos, etc.

Política de arrendamientos

-Para las viviendas de tipo económico se sustituirá el sistema de libre contratación por el de fijaciones de precio mediante mecanismos periciales o similares cuando las partes lo requieran, y ajuste de los arrendamientos de acuerdo a los aumentos salariales.

-Para dichas viviendas se eliminará asimismo la causal de desalojo por vencimiento de plazo, salvo para casos excepcionales en los que el arrendador tenga un motivo legítimo, como por ejemplo el de única propiedad destinada a vivienda para sí o para familiares con consanguineidad de primer grado.

-Se facilitará la obtención de garantías mediante un sistema de seguros de base solidaria, con las debidas garantías para asegurar los repagos a dicho Fondo.

-La legislación sobre arrendamientos se extenderá efectivamente a las pensiones e inquilinatos, sobre cuyo funcionamiento se ejercerá un estricto control.

-Se instrumentarán medidas para perfeccionar el sistema del RAVE, a efectos de lograr una mayor transparencia y eficacia del mismo.

4.- EDUCACION
1 - MARCO GLOBAL

El Frente Amplio, como fuerza política popular y participativa, asume el compromiso de promover y tomar como propio el gran proyecto educativo que implícita y explícitamente se ha ido elaborando -a lo largo de los años anteriores- en innumerables discusiones, diagnósticos, documentos, etc., aportados por docentes, padres, alumnos y trabajadores. Es por esa razón, que este proyecto puede alcanzar un alto grado de consenso social.

Las soluciones populares, objetivamente, se anteponen por su origen y se oponen por principio, al proyecto regresivo que sustentan otras fuerzas electorales del país, en función de los interes políticos y económicos que las mueven y comprometen.

Los principios consagrados históricamente en las bases programáticas del Frente, en cuanto a *laicidad, obligatoriedad, gratuidad, autonomía, participación, asistencialidad*, que deben servir de base a la Educación Pública, formarán el núcleo principal de la profunda transformación del sistema que estamos proponiendo, garantizando así el derecho fundamental de los seres humanos a la educación. El Estado deberá ser el responsable principal de la educación permanente de la comunidad; como tal deberá asumir sus compromisos ineludibles en esa área y tendrá como preocupación fundamental que la enseñanza pública en todas sus niveles sea la de más alta calidad y no una enseñanza inferior destinada a los sectores carenciados de la sociedad.

El sistema educativo procurará recuperar el sentido de identidad nacional, el cual adquiere en el día de hoy una especial dimensión en el marco de la integración regional. Esto exigirá privilegiar lo que significó en la vida del país durante todo este siglo, la alta valoración dada a la enseñanza pública; la misma deberá desarrollarse desde ya, en el marco de una total democratización en sus contenidos, estructura y gestión.

Las transformaciones propuestas, en tanto manifestación y práctica de la vida social, se deberán llevar adelante con el protagonismo del conjunto de la sociedad, como *expresión superior* de verdadera conducta democrática. El gobierno democrático de la enseñanza implicará por un lado una *administración cristalina*, y por otro una *descentralización* del sistema.

MARCO INSTITUCIONAL.

Se adecuará el actual ordenamiento institucional para lograr una mejor coordinación de planes de estudios entre los distintos niveles y cursos. La estructura y funcionamiento del sistema se organizará con mecanismos y procedimientos que aseguren articulaciones de gran flexibilidad -tanto horizontal como vertical- de acuerdo a los intereses de los educandos y a la necesidad de respuestas rápidas coyunturales que respondan a la movilidad del campo laboral.

Se creará un *Sistema Nacional de Educación (SNE)*, autónomo, con mecanismos de participación y co-gestión a todos los niveles, desde cada centro docente hasta los propios Consejo Directivos. El SNE se coordinará a través de un *Consejo Coordinador* integrado por representantes de los *Consejos Directivos* autónomos de cada uno de los niveles o sectores (incluida la Universidad de la República) más un representante del Ministerio de Educación y Cultura.

Los *Consejo Directivos* autónomos de cada nivel o sector se integrarán con representantes de los docentes, de los padres, de los alumnos cuando corresponda, de los trabajadores, de los empresarios, en la forma que la ley determine; todos ellos elegidos en forma directa por sus respectivos órdenes. El *Consejo Coordinador* y los *Consejo Directivos* contarán para su gestión con el asesoramiento de las *Asambleas Técnico-docentes*, el cual será preceptivo en temas curriculares y metodológicos.

El actual *COCAP*, así como los institutos de enseñanza que dependen actualmente del Ministerio de Educación y Cultura o de otros ministerios, pasarán a la órbita del SNE.

Los institutos privados de educación primaria y media obtendrán habilitación sólo para el dictado de los mismos cursos que se impartan en los institutos públicos, con las condiciones, planes y programas y/o modificaciones que el SNE establezca.

Se creará una vasta red de *Centros de Asistencia Integral* para niños y jóvenes de tres meses a quince años de edad, con al finalidad de atender el problema de los menores cuyos padres trabajan (alimentación, atención médico-odontológica, recreación, educación física, estudios dirigidos, técnicas de estudio, segundo idioma, etc.). El SNE coordinará las actividades y funcionamiento de estos centros con las Intendencias Departamentales, la Dirección de Educación Física, el Instituto Nacional del menor u otras dependencias sociales que se estimen pertinentes.

3 - ORIENTACION DE LA EDUCACION.

La acción educacional que lleven a cabo los organismos públicos tenderán a desarrollar en los educandos la capacidad para vivir en un mundo cambiante, dinámico, con aceleradas transformaciones culturales (técnicas, ideológicas, políticas), incidiendo en ese mundo con creatividad y responsabilidad, siendo capaces tanto de promover cambios como de resistirlos cuando estos afecten los valores esenciales (aquellos que hacen a la solidaridad, la libertad, la cooperación, el respeto a la individualidad).

Se tenderá a eliminar las diferencias sociales surgidas de preconceptos respecto al valor relativo de lo intelectual y lo manual, enalteciendo el trabajo en tanto actividad creadora de bienes comunes. La educación será integral, considerando al ser humano como una unidad en la que no cabe desglosar la mente del cuerpo: inteligencia, afectividad, destrezas físicas, deben desarrollarse paralela y conjuntamente, estén o no cargo de educadores distintos. La noción de **cultura productora** será una guía firme de la enseñanza pública; ella implicará que todos sus educandos aprendan a trabajar *pensando* y a *pensar trabajando*, más allá de aquellos que puedan recibir una formación específica en las escuelas técnicas.

Considerando que los jóvenes esperan con urgencia una respuesta del sistema educativo que les permita insertarse rápidamente en el campo laboral, la reforma propuesta será particularmente notable en la educación básica, cuyo objetivo será brindar salida a opciones variadas y flexibles y a diplomas profesionales desde los 16 años, continuada con bloques de perfeccionamiento, de carácter acumulativo, hasta la formación de nivel universitario.

a) **La educación inicial:** se procurará su universalización, enfatizando en sus valores propios, como factor generador de una personalidad armoniosa, integrada y libre, y no sólo como fase "preparatoria" de la escolarización. En una primera etapa la obligatoriedad escolar se hará extensiva a partir de los 5 años de edad. Se buscará la coordinación con instituciones públicas (Intendencias, etc.), así como se brindará apoyo a la familia en su acción educadora.

b) **La educación científico-técnica:** se promoverá una educación que integre las habilidades intelectuales y las prácticas tecnológicas, que capacite para una sociedad con gran desarrollo científico-técnico, que habilite para integrarse al campo laboral, pero sin convertir la educación en una mera "servidora" del mercado; se enfatizará la formación integral del educando, no como mero "especialista" limitado a una tarea concreta. En la reestructura del sistema se propondrá la constitución de una ***Universidad Tecnológica*** que brinde formación científico-técnica a nivel medio-superior.

c) **La educación no-formal:** considerando los acelerados cambios sociales y culturales, se promoverán múltiples experiencias de educación no-formal que faciliten la permanente actualización de conocimientos por parte de la población: conferencias públicas, talleres, cursillos, centros de documentación accesibles y dinámicos, etc. coordinando el Estado con los medios de comunicación para el mejor cumplimiento de esos fines.

d) **La investigación y experimentación educacional** será impulsada como forma de sustentar sólidamente la acción educativa, evitando la improvisación en la instrumentación de planes de estudio, metodologías educativas, etc. Las actividades de investigación se coordinarán con las que lleve a cabo la Universidad de la República.

e) **La Universidad de la República:** se reafirmará la vigencia de los principios sustanciales de su organización institucional y se brindará apoyo a su desarrollo regional, así como al cumplimiento armónico desus fines de: formación profesional, investigación, extensión, estudio de los grandes temas nacionales y expresión de su opinión sobre los mismos.

f) **La educación física** será atendida ampliamente, dejando de considerarla como un "agregado" a los planes de estudio; en ese sentido se integrará armónicamente a todos los niveles educacionales.

g) **La educación especial:** se impulsará la reestructura con verdadero sentido integrador, habilitando a las escuelas especiales como centros de recursos, atendiendo al niño o a la persona discapacitada en su ambiente natural, junto a sus pares normales, instrumentando el apoyo familiar, y el apoyo técnico al docente por medio de maestros especializados.

4 - RECURSOS HUMANOS.

Se llevará adelante una política de mejoramiento de los recursos humanos que responda a la necesaria dignificación de la tarea educativa. En ese sentido, las actividades incluirán tanto al personal docente (maestros, profesores, directores, etc.) como al no docente (funcionarios administrativos, de servicio, etc.) en el entendido que todos ellos tienen responsabilidad sobre la formación de los educandos de su respectiva institución. Por ese motivo se instrumentarán actividades de: formación básica, especialización, actualización de conocimientos, etc. dentro de una óptica de *educación permanente* de manera de contar siempre con un cuerpo técnico permanentemente capacitado y actualizado.

Se tenderá a que la formación básica del cuerpo docente se realice a nivel de licenciatura, coordinándose dentro de lo posible con la Universidad de la República. La especialización de los docentes en campos específicos o para niveles de dirección, supervisión, administración, se procurará instrumentarla como nivel de posgrado (maestría o doctorado). Por otra parte todos los docentes tendrán el derecho y la obligación de acceder a una permanente actualización de conocimientos. Una preocupación especial tendrá la situación de aquellos docentes que al momento actual no estén adecuadamente capacitados (posean o no título habilitante) para los cuales se realizarán actividades de perfeccionamiento y actualización tanto en cuanto metodología pedagógica como en conocimientos específicos de su campo.

5 - RECURSOS ECONOMICOS.

La educación pública será atendida de manera prioritaria en el Presupuesto Gral. de Gastos, tendiendo a alcanzar una suma histórica equivalente al 27% de dicho presupuesto, o al 4,5% del PBI, de acuerdo a ejemplos internacionales. Estos recursos se destinarán a cubrir adecuadamente las necesidades derivadas de:

-inversión en locales y equipos para cubrir los déficits actuales en esos rubros y para sustentar una expansión del sistema,

-remuneraciones dignas para los funcionarios docentes y no docentes, tendiendo a alcanzar al 50% de la canasta familiar,

-apoyo económico a los educandos que lo necesiten, mediante sistemas de becas, salarios estudiantiles, etc.

-apoyo económico a los docentes para posibilitar su perfeccionamiento.

La provisión suficiente de recursos para la educación será complementada con la racionalización administrativa, evitando la duplicación o superposición de servicios, obteniendo mejores precios en la adquisición de bienes y servicios, etc.

6 - LA EDUCACION PRIVADA Y EL ESTADO.

Dentro del marco constitucional que establece la libertad de enseñanza (Art.68), los organismos responsables de la educación pública ejercerán un efectivo contralor de las instituciones privadas de enseñanza, tendiendo a que se cumplan en ellos todas las normativas legales, especialmente aquellas que resguardan los derechos del educando, sea éste niño o joven: derecho a un desarrollo libre y saludable, con conciencia social y cívica.

Las instituciones privadas no recibirán más subvención por parte del Estado, que la establecida en la Constitución (Art.69)

Las instituciones que soliciten habilitación, deberán ajustarse a las normas que establezcan las autoridades educacionales, relativas a programas, planes, etc.

5.- CRITERIOS GENERALES PARA UN PROGRAMA DE INFANCIA Y ADOLESCENCIA

Dentro de las instituciones dedicadas a la infancia el INAME tiene un rol destacado. Actualmente 14.000 niños y adolescentes dependen del mismo.

El perfil del INAME debe ser pensado y proyectado como formador e impulsor de <u>todos</u> los niños, y <u>no</u> como carcel, <u>no</u> como institución de encierro, penalizante y represiva.

Debe desarrollar todos los aspectos rescatables del Código del Niño, e impulsar los aspectos ideológicos de la Declaración Internacional de los Derechos del Niño, coordinando con el INJU y el Instituto de la Mujer y la Familia, en el marco de un trabajo de promoción familiar y su diferentes integrantes.

Debe asimismo coordinar acciones con el Poder Judicial para <u>atender</u> mas y mejor a las demandas, necesidades y problemas de la población, evitando la duplicidad de servicios y contando con una Ley Orgánica inspirada en lo pertinente en la Universidad en cuanto a autonomía y cogobierno se refiera.

B) PROPUESTAS SECTORIALES

En concordancia con las propuestas sugeridas desde el ámbito de la <u>Educación</u>, es imprescindible abordar un programa de atención materno-infantil, seguido de otro para la atención de niños de 0 a 4 años de edad, así como para la regulación, organización y fiscalización de jardines y guarderías, como instrumentos en la Educación Inicial.

En el concepto <u>jurídico</u> creemos necesario abordar su resolución desde tres ángulos distintos:

*<u>lo legislativo</u>, como el documento de reforma procesal del Código del Niño elaborado en 1989 por este grupo de trabajo,

la derogación de las figuras "filiación legitima y natural",

la prohibición que afecta a los menores de 21 años de reconocer a los hijos naturales que han tenido, etc.

*<u>lo administrativo</u>, como la creación de hogares para tratamiento y amparo de menores drogadictos, con problemas psiquiátricos y de menores que conviven con adultos problematizados.

*<u>lo judicial</u>, como reducir la competencia de los Juzgados de Menores esclusivamente a los casos de menores infractores;

la transformación de algunos Juzgados de Familia en Juzgados Tutelares con competencia en los casos de menores no infractores y apuntando a la desjudicialización progresiva en proceso:

la creación de equipos técnicos interdisciplinarios con funciones asesoras del Poder Judicial en la materia:

la reafirmación de las garantías del debido proceso;

la ampliación de las asesorías jurídicas barriales

ANEXO 2-3

la centralización de las detenciones de menores en la Comisaría de Menores;

la prohibición explícita de detener menores salvo en le caso de fragante delito u orden de Juez Competente;

la creación de centros especiales en el Interior dependientes del INAME para menores infractores. ANEXO 7

En lo relativo al problema "ADICCION" debido a su complejidad y articulación social se abordará desde la prevención, de la asistencia y la rehabilitación, ocn un equipo interdisciplinario, sin perder de vista la aplicación de técnicas no convencionales. ANEXO 4

Vinculado con el instituto de la ADOPCION, este debe ser pensado para la satisfacción de las necesidades e intereses del menor a través de un marco institucional y un equipo interdisciplinario, con asesoramiento técnico-profesional en todo el proceso. Esa política debe ser coherente y unificada a nivel nacional, con entrega del menor previa autorización judicial y reafirmando el derecho del menor a conocer su identidad. ANEXO 5

En cuanto a Familia, o mejor dicho, al sistema familiar, debe ser entendido como el destinatario de las actuaciones y políticas del Estado, atendiendo fundamentalmente a los sistemas familiares en situación de riesgo potencial o real en su ámbito natural.

La propuesta reconoce como premisas el fomento de la autogestión y cogobierno (a nivel de Centros Comunitarios) y el uso de técnicas recreativas y de dinámica grupal. ANEXO 6

Por último, pero no menos importante, desde el punto de vista del gasto, todas las propuestas de este documento están orientadas por el criterio de "no gastar más, sino gastar bien"

6.- SALUD

7.- CONDICION DE LA MUJER

Por detrás de la igualdad jurídica entre hombres y mujeres que consagran la constitución y las leyes, la práctica social evidencia una clara discriminación en contra de las mujeres uruguayas.

El aporte económico y social de las mujeres uruguayas es muy importante, las mujeres constituyen el 42% de la población económicamente activa; la cuarta parte de los hogares uruguayos son mantenidos por mujeres y, dentro de estas familias la mitad de ellas se encuentra en la condición de extrema pobreza.

En especial la mujer del campo, sufre esta marginación, a la que se agrega el aislamiento y las carencias que el sistema y el medio le impone.

PROPUESTAS

Participación política y pública

(La propuesta de cuotificación es apoyada por C.P. y PS)

La evolución de la participación de la mujer en la sociedad moderna ha sido dispar. Mientras que en la esfera cultural, social, económica y laboral ha ganado posiciones, su participación pública es mucho menor a su capacidad potencial y a su esfuerzo.

La mujer siempre ha tenido participación en la vida política del país, pero no ha existido un correlato con la ubicación en los cargos de Dirección de los Partidos, electivos o de gobierno.

Por eso es necesario poner en práctica acciones de discriminación positiva, a efectos de equilibrar su punto de partida obviamente desigual con el del hombre.

Las dificultades mayores al respecto son:

- el no reconocimiento de la situación de desigualdad aún por parte de las propias mujeres

- la no existencia de una solución ideal

- la resistencia de la mayoría de los hombres a resignar puestos de poder

Es necesario impulsar acciones que promuevan :

- una mayor visibilidad de las mujeres y su capacidad en el ejercicio de funciones políticas y de representación

- el aumento de la participación de la mujer en las direcciones de las organizaciones sociales y en los órganos legislativos y ejecutivos a partir de la cuotificación de la integración de las listas electorales y otros mecanismos.

La violencia contra la mujer

La violencia es un tema insoslayable hoy en la sociedad. La toma de conciencia de este fenómeno fundamental, es el paso necesario para implementar acciones efectivas para su erradicación.

Se entiende por violencia doméstica cualquier tipo de agresión sicológica, emocional, física o sexual realizada en el ámbito de los hogares.

El Frente Amplio propone:

Legislación sobre los efectos de la violencia doméstica

- aprobación y reglamentación de leyes relacionadas con la situación de las mujeres en general y en particular con las víctimas de la violencia doméstica (proyecto de ley presentado en la Cámara de Representantes y firmado por la Bancada de FA y el Dip. Diaz Maynard).

- modificación del Código Penal para incluir el delito de la violencia doméstica, sancionando los casos de abuso físico, sicológico, económico, legal y sexual que afectan a las mujeres.

000002 000002

- intrumentación de medidas para preservar la seguridad personal de las mujeres en situación de riesgo doméstico:

* creación de casas refugios para la mujer y sus hijos víctimas de la violencia
* abrir posibilidades de independencia y autonomía económica a las mujeres

- difusión e información sobre los derechos de la mujer

Aborto

La práctica del aborto es actualmente un hecho social y no puede ser negado o desconocido.

Actualmente en nuestro país el aborto esta penalizado. No siempre fue así: cuando se sancionó el Código de 1934, que es el que continúa vigente, sólo se penalizaba el aborto sin consentimiento de la mujer.

La actual regulación es una fuente de discriminación social y jurídica. Entendemos que la legislación debe incluir además de la despenalización la previsión de la infraestructura asistencial médica adecuada Estatal y mutual, proporcionando a la mujer en forma obligatoria información sobre embarazo y medios de prevención, planificación familiar y posibles secuelas del aborto.

Cualquier proyecto de ley sobre el tema deberá contar con la opinión y el acuerdo de la protagonista principal: la mujer, a través de sus organizaciones específicas.

Mujer y Trabajo

El salario de la mujer sigue siendo considerado como complementario: esto además de constituir una injusticia básica miente sobre la realidad de los hogares, muchos de los cuáles son mantenidos por mujeres solas.

Por otra parte hay una presencia masiva de las mujeres en el mercado de trabajo, que se encuentra en un franco proceso de precarización e informalización, cierre de fuentes de trabajo que sufren en forma particular las mujeres porque cuando se trata de reducir personal son las primeras en ser despedidas.

El Frente Amplio propone:

- la efectivización del cumplimiento de las normas laborales que establecen que " a igual trabajo igual remuneración " sin distinción de sexos.

- la ratificación de los convenios de la OIT 111 y 156.

- la revalorización de los trabajos especializados realizados por mujeres considerados hasta ahora como "habilidades naturales".

- acondicionamiento de los centros de trabajo de los servicios y la infraestructura adecuada para atender las necesidades de las mujeres en el período de gestación y lactancia

- estimulará la revalorización social y económica del aporte que realice la mujer en el medio rural en la producción agrícola

- impulsar en el medio rural el apoyo a proyectos que fomenten la producción y la comercialización de productos artesanales, promoviendo que las mujeres sean parte activa en la administración y supervisión de los mismos, evitando la sobre-explotación de la que hoy son objeto.

Mujer y Educación

El Frente Amplio propone la revisión de los textos que se utilizan en la educación formal (hoy sexista) y promueve un cambio profundo en los valores (también sexistas) que todos los uruguayos tenemos incorporados.

Mujer y Tercera Edad

El Frente Amplio propone para cambiar la situación injusta que enfrentan las mujeres de la Tercera Edad:

- el control a través del Ministerio de Salud Pública del Estado sanitario de los establecimientos destinados a la Tercera Edad

- el desarrollo de programas especiales de educación para adultas/os tanto en la educación formal como informal

8.- JUVENTUD

IV.- CULTURA, COMUNICACIONES Y MEDIO AMBIENTE

1.- CULTURA

2.- COMUNICACIONES

Para el desarrollo integral del país y su gente resulta imprescindible democratizar las comunicaciones en toda su dimensión: como acceso a la cultura y a la educación, al derecho de información y al reconocimiento de las distintas maneras de pensar y sentir en una sociedad.

Una auténtica comunicación entre los uruguayos requiere la difusión de experiencias novedosas, la expresión de los diferentes sectores sociales y políticos, la discusión de temáticas de interés colectivo, el cultivo de valores humanistas, la divulgación de avances científicos y tecnológicos, la valoración de nuestra identidad cultural, la difusión de experiencias solidarias, la presencia de artistas nacionales y de productos culturales creados en el país.

El Estado tiene también un rol muy importante como optimizador de la acción de los distintos actores sociales; para ello debe ser un articulador de políticas públicas, un impulsor de proyectos complejos y un garante de la seriedad y equidad de las operaciones. El Estado también debe ser un gestor puntual de políticas públicas a través de organismos idóneos: por esto es necesario trasladar el Servicio de Comunicaciones del Ministerio de Defensa al Ministerio de Cultura.

El derecho de acceso a la información como fuente principal de conocimiento exige discutir, entre otros, los criterios de la discrecionalidad del Poder Ejecutivo para conceder el uso de la Cadena Nacional de Televisión, así como la pluralidad de acceso a las ondas de radio, tv y tv cable.
También debe asegurarse el derecho a la participación de todos los sectores que forman nuestra sociedad en los diferentes medios de comunicación, adjudicando la concesión a la Universidad de la República de un canal de TV autónomo.

000002 000002

3.- MEDIO AMBIENTE

MARCO GLOBAL

La protección y mejoramiento del ambiente tiene por finalidad la defensa de la vida en todas sus formas, la búsqueda de las condiciones que permitan mejorar la calidad de vida de la población en armonía con el entorno. Todo ello sobre la base de un uso y aprovechamiento inteligente y prudente de la naturaleza que respete las diversidades culturales y naturales de la comunidad, atendiendo a una modalidad de ocupación del territorio que la satisfaga.

La problemática ambiental no es, estrictamente, ni una cuestión ecológica ni una cuestión tecnológica: se inserta en el ámbito de las relaciones Sociedad–Naturaleza, y éstas están mediadas social y políticamente por los estilos de desarrollo dominante. En consecuencia, el campo de actuación de lo ambiental no comprende sólo los ecosistemas naturales, sino también, cómo éstos son modificados por la actividad humana mediante la tecnología y cómo socialmente se determinan dichas modificaciones.

En síntesis, la posibilidad de revertir nuestra crítica realidad ambiental, pasará por enfrentar y cambiar el modelo económico y social. La política neo liberal, propiciada por los sectores dominantes, genera y profundiza los problemas ambientales. Sin embargo el logro de relaciones armónicas entre Sociedad y Naturaleza, demandará cambios profundos en nuestras actitudes y comportamientos, individuales y colectivos, a fin de transformar los valores y objetivos del modo social de producir y de consumir

PRINCIPIOS DE LA POLITICA

Por todo lo antes expresado, la política ambiental que guiará la acción de gobierno del Frente Amplio, y por lo tanto, que será observada en la definición de otras políticas sectoriales (producción, salud, vivienda, educación, energía, transporte, ciencia y tecnología, etc) se apoyará en los siguientes principios:

1.– "ES POSIBLE COMPATIBILIZAR EL DESARROLLO ECONOMICO CON LA CONSERVACION Y MEJORAMIENTO DEL MEDIO AMBIENTE"

2.– "LOS RECURSOS AMBIENTALES, NATURALES Y CULTURALES CONSTITUYEN PARTE VITAL DEL PATRIMONIO NACIONAL"

3.– "ES IMPRESCINDIBLE LA PARTICIPACION DE LA POBLACION PARA ALCANZAR LOS OBJETIVOS DE PROTECCION AMBIENTAL."

4.– "LAS CAUSAS Y CONSECUENCIAS DE LOS PROBLEMAS AMBIENTALES NO RECONOCEN FRONTERAS POLITICO ADMINISTRATIVAS."

INSTRUMENTOS

Los instrumentos van indisolublemente ligados al proceso mismo de gestión y no constituyen un fin en sí mismo; son un medio para alcanzar los objetivos de esa política.

Para desarrollar la política ambiental en la perspectiva de una distribución de población, recursos y actividades económicas en todo el territorio nacional, aprovechando regionalmente las potencialidades existentes, se utilizarán los siguientes instrumentos relevantes:

1. EL MARCO NORMATIVO

Todo el proceso de gestión ambiental y territorial, deberá ser realizado con sujeción a un cuerpo normativo que otorgue legalidad institucional a la organización y demás instrumentos necesarios para el cumplimiento de los objetivos.

2. EL PLAN AMBIENTAL Y DE ORDENAMIENTO TERRITORIAL

Es imprescindible contar con un Plan Ambiental y de Ordenamiento Territorial, para recoger y articular los planes sectoriales que lo complementan y desarrollan. A ese fin se impulsará la aprobación de una Ley Nacional de Ordenamiento Territorial que viabilice la gestión ambiental descentralizada.

Ese Plan permitirá concretar las inversiones de capital en ciertas actividades, evitando la duplicación de inversiones en obras, la anarquía en el uso de la tierra y de otros recursos naturales o construídos.

3. LA ORGANIZACION ADMINISTRATIVA DE GESTION

Estará conformada por todo el sistema de órganos con responsabilidad en las funciones de investigación, planificación, administración y en general de la gestión global del Plan, articulados y coordinados por mecanismos y modalidades expresamente definidos en el marco de aquel proceso.

PLATAFORMA ELECTORAL.

1.- Gestión Institucional.

1.1.- Adoptando planes que regulen el uso y ocupación del territorio, que apunten a la descentralización política, económica y administrativa, a nivel nacional y local, destinados a mantener sano el ambiente natural y humano.

1.2.- Aplicando en forma inmediata y estricta la normativa legal vigente en materia de contaminación y deterioro de los recursos, reglamentando las leyes y ordenanzas que aun no lo están y creando aquellas que permitan una gestión acorde a las necesidades de la comunidad.

1.3 Promoviendo a nivel del MVOTMA la creación de una única Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, transfiriendo a su órbita las Direcciones Nacionales que en otros Ministerios atienden las temáticas de Recursos Naturales.

1.4.- Instrumentando los mecanismos para hacer cumplir los acuerdos internacionales suscritos, así como forta-

leciendo la posición del país en los programas mundiales y regionales de medio ambiente. En tal sentido, a nivel del relacionamiento internacional del país se promoverá:

a) El desarrollo de la dimensión ambiental en los acuerdos de integración, asumiendo iniciativas fundamentalmente en el MERCOSUR.

b) La realización de estudios de impacto socioeconómico-ambiental de los proyectos en marcha, a vía de ejemplo, el Puente Colonia-Bs.As., Gasoducto, Hidrovía, Eje vial.

c) La generación de instancias de coordinación con los países vecinos para la eliminación y control de las fuentes de contaminación transfronterizas que afectan a nuestro país (por ejemplo la Usina de Candiotta, Atucha 1 y 2, valle del Río Uruguay).

1.5.- Sistematizando el monitoreo de aire, suelo, agua y alimentos, controlando el nivel de tóxicos incorporados generando información periódica a la comunidad, como forma de democratizarla. Instrumentando medidas correctivas y preventivas a cargo de los organismos especializados, con el fin de preservar la salud de la población.

1.6.- Exigiendo los estudios de impacto ambiental en todos los nuevos proyectos de desarrollo productivos, de infraestructura y servicios que se realicen dentro del territorio nacional.

1.7.- Privilegiando y reforzando los transportes de uso público en general, promoviendo el tren, el transporte colectivo eléctrico, desestimulando el uso del automóvil particular en áreas urbanas. Estimulando el uso de bicicletas, promoviendo normas que amparen los derechos de los peatones y ciclistas en el uso y disfrute de los espacios públicos.

1.8.- Propiciando la formación de grupos de interrelación de trabajo para la fiscalización y contralor de las agresiones ambientales que en las diferentes zonas del país se están realizando, teniendo en cuenta para esta tarea a grupos no gubernamentales relacionados al tema.

2.- <u>Educación, investigación y participación</u>.

2.1.- Estimulando e incentivando el desarrollo del enfoque ambiental en el sistema educativo.

2.2.- Fomentando la formación y capacitación de recursos humanos en temas ambientales.

2.3.- Promoviendo campañas de sensibilización sobre la temática ambiental, y garantizando una creciente participación de la comunidad.

2.4.- Diseñando e implementando políticas públicas que propicien estilos de vida sanos, con el fin de detener el consumo innecesario de recursos naturales y limitar las consecuencias adversas para el medio ambiente.

2.5.- Promoviendo y estimulando la incorporación de la dimensión ambiental en el desarrollo científico y tecnológico, desde la misma concepción de las investigaciones.

3.- <u>Protección de Recursos Naturales</u>.

3.1.- Prohibiendo el uso de la tecnología nuclear con excepción de los fines de diagnóstico o tratamiento e investigación médica.

3.2.- Propiciando políticas de saneamiento con tecnologías ambientalmente apropiadas, a cada realidad urbana.

3.3.- Creando la conciencia del uso de la basura como un recurso. Minimizando el vertido de dichos residuos a través de programas de clasificación previa, reciclaje y producción de abono compuesto. Adoptando medidas para la gestión de residuos que optimicen la salud humana y minimicen los efectos ambientales adversos.

Exigiendo la responsabilidad en el transporte y disposición final de los residuos industriales y peligrosos, a quienes lo generen, siendo responsabilidad de las instituciones el control de aquellos procesos.

3.4.- Protegiendo los ecosistemas nacionales autóctonos, garantizando la biodiversidad, otorgando la protección jurídica necesaria para la misma, en especial los humedales del este, montes del Queguay, islas del Río Uruguay, entre otros.

3.5.- Propiciando y generando estudios sobre la presencia de tetractilo de plomo en las naftas, sus consecuencias en la salud y la posibilidad de imponer su progresiva eliminación.

3.6.- Posibilitando a la población el acceso libre al disfrute de los recursos paisajísticos y turísticos del país, atendiendo particularmente los casos del turismo ecológico y social.

4.- <u>Producción.</u>

4.1.- Promoviendo el manejo ambientalmente sustentable de los recursos naturales, evitando la contaminación y deterioro del aire, agua, suelo y la costa, como también el riesgo de desaparición de las especies de la fauna y la flora.

4.2.- Propiciando la aplicación de políticas tributarias y crediticias con el fin de promover y estimular modelos de producción, agropecuarios, industriales, turísticos, ambientalmente apropiados.

4.3.- Promoviendo medidas para la protección de áreas rurales productivas, a través de planes de ordenamiento, uso y manejo, acordes a las potencialidades y restricciones de los ecosistemas.

4.4.- Promoviendo una política de empleo a nivel comunitario, con emprendimientos locales de tecnología apropiada.

4.5.- Prohibiendo el uso en el territorio nacional de productos químicos tóxicos cuyo uso no fue recomendado por los organismos internacionales competentes (medicamentos, agroquímicos, industriales, higiénico-sanitarios, aditivos de los alimentos).

FINANZAS PUBLICAS

1. La política fiscal constituye una herramienta de singular importancia tanto para dinamizar la economía y favorecer la producción, como para la concreción de políticas sociales y redistributivas en fabor de los más carenciados.

2. El F.A. propone que el gasto público debe atender a las finalidades de redistribución social y a las necesidades del desarrollo económico .

3. La demanda del sector público debe jugar un papel importante en el incremento de los niveles de actividad, para lo cual debe privilegiar la producción nacional, lo cual influirá positivamente en el nivel de empleo.

4. La inversión pública no seráconsiderada una variable de ajuste como en los últimos gobiernos; pasará a asumir un rol dinamizador de la economía, sobre todo en aspectos vinculados al desarrollo tecnológico,la creación de infraestructuras formación de recursos humanos.

5. El financiamiento de los gastos debe basarse en un sistema tributario que grave progresivamente la capacidad contributiva personal, que insentive el aumento de la producción y que apoye la distribución progresiva del ingreso y la riquesa nacional, que desaliente los consumos suntuarios y la especulación.

6. El objetivo principal de la política fiscal será el logro de resultados controlables; y que su financiamioento no genereimpactos adversos sobre el nivel de actividad ni sobre la distribución del ingreso.

FE DE ERRATAS:

pág. 2.- Agragar 1113 - propuesta sobre cuotificación política apoyada por C.P. y P.S.
Despenalización del aborto no es apoyada por AyU.
Pág. 5.- SISTEME FINANCIERO Y DEUDA EXTERNA
pág. 5.- PROPUESTA SOBRE SISTEME FINANCIERO Agregar (A)
Agregar: Propuesta presentada por, M.P.P, P.C.U, UNIR.
pág. 6.- Ineludible tema de la deuda externa Agregar (A)
Agregar propuesta presentada por, MPP, PCU, UNIR
pág. 7.- SISTEMA FINANCIERO- Agregar (B)
Agregar : propuesta presentada por, AyU, CP, IDI, PS y Presidencia.
pág. 8.- DEUDA EXTERNA - Agregar (B)
Agregar: Agregar propuesta presentada por: AyU, CP, IDI, PS y Presidencia.
pág. 10.-POLITICA DE INGRESOS - Agregar (A)
Agregar: propuesta presentada por: MPP, PCU, UNIR.
pág. 11.-POLITICA DE EMPLEO -Agregar (A)
Agregar: propuesta presentada por: MPP, PCU, UNIR.
pág. 12.-POLITICA DE EMPLEO Y SALARIOS- Agregar (B).

EDITADO POR LA
COMISION NACIONAL DE PROPAGANDA
Junio 1994

000002
040/040

9406100

SECRETO ORIGINAL

M E M O R A N D U M Nro 940166/REI/FECHA: 09.06.94

I - ASUNTO: IFORMACION DEL MOVIMIENTO 26 DE MARZO

II - EVALUACION:

III - REFERENCIA:

IV - T E X T O :

Se ha tomado conocimiento que la Casa de la Amistad y el Albergue de la Juventud serían propiedad del Mov. 26 de Marzo. En la Casa de la Amistad se hospedan los extranjeros que visitan el país y se ignora su Dirección.

En otro orden de cosas se ha podido saber que el Mov. 26 de Marzo apoyaría el plebiscito de la Mini-reforma Electoral y la realización ~~de la legalización~~ antes de las elecciones. Pero no apoyaría dicha reforma.

El sábado 11 a las 15.00hs. se realizará un Plenario Dptal. del Mov. 26 de Marzo en la Sede Central.

Los temas a tratar son sobre el Encuentro Nacional a realizarse en el Cine Astral el domingo 12/JUN de 0900 a 1800 hs. .

El domigo 12/JUN se realizará en la C. SAN JOSE un Plenario Nacional de Lecheros, sabiéndose que al mismo concurrirá el Gral. Seregni.

Referente a la candidatura de Helios SARTHOU a la Vice-Presidencia se ha tomado conocimiento que fue propuesto en la Coordinadora "J" por los Comités pertenecientes al M.P.P..

MINISTERIO ... NACIONAL
Dirección ...
Fecha ... 19 OCT. 1994
Pase a Biográfico - Militar
Nº. de Orden 9406100

9406100

1/1

ORIGINAL

9406101

MEMORANDUM NRO 9400167 /REI/FECHA: 09/06/94

I - **ASUNTO:** INFORMACION MOVIMIENTO 26 DE MARZO

II - **EVALUACION:**

III - **REFERENCIA:**

IV - **TEXTO:**

- Se ha tomado conocimiento de la siguiente lista de adherentes del Regional 10, MELCHOA CUENCA del Mov. 26 de Marzo.

- WASHINGTON FERNANDEZ		SMIDEL 2871	CP (12000)
- MARGARITA BERMUDES		SMIDEL 2871	CP (12000)
- SYRLEY BARDALLO		SAINT ROSAS 4647	CP (12100)
- SEBASTIAN LABRICA		RAMON CASTRIZ	CP (12000)
- CARLOS OLIVERA		CHAGAS 4587	CP (12000)
- RAQUEL SILVA		BARROS ARANA 5008	CP (12000)
- GLADYS CUELLO MARTINEZ		BAHIA BLANCA 2554	CP (12000)
- RODRIGUEZ JUENITA		SAN TOME	CP (12000)
- LUIS BARRIOS		JOSE DE BEJAR 2715	CP (12100)
- LOURDES RODRIGUEZ	T: 588126	PQUE. GUARANI	CP (12000)
- NESTOR FERNANDEZ		CHAYOS 4587	CP (12000)
- FERNANDO VALS	T: 542300	JOSE SHOW	CP (12000)
- RITA BOEQUE		OFICIAL 5 3174	CP (12000)
- ALEJANDRO MAGGI	T:575388	8 DE OCTUBRE 4259 APTO. 107	CP (12000)
- MARIA TERESA BENTOS		SEBASTOPOOL 5481	CP (12100)
- DORIS CUELLO MARTINEZ	T: 806273	CIUDAD DE BAHIA BLANCA 2554	CP (11600)
- MARISEL CORBO		ALFEREZ REAL 2582	CP (12000)
- PINO MAGGI		8 de Octubre 4239	CP (12000)
- DANIEL	T: 912795	(Profesor liceo 45)	CP (12000)

(Según Guía: 912795: Pascual DELUCHI - Soriano 1063)

- MAIA MAGGI	T: 574544	8 de Octubre 4259 Apto. 107	CP (12000)

(Según Guía: 574544: LUISA AULISO DE BENEVICIUS - 8 de Octubre 4259/Apto. 107)

- RICHARD	T: 587909		CP (12000)

(Según Guía: 587909: JUAN BOVEDA - LARRAÑAGA 3502)

- T: 534373 (no figura en guía inversa)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ...
Fecha 19 OCT. 1994
Pase a Biográfico - Militar
Nº. de Orden 9406101

000002

001/001

ORIGINAL

940610 2

SECRETO

M E M O R A N D U M Nro.940165../REI../FECHA.09/JUN/94...

1/2

I.- ASUNTO: ASALTO A C.C.Z. DE LA TEJA.

II.- REFERENCIA:

III.- EVALUACION:

IV.- T E X T O:

Se toma conocimiento de que integrantes del grupo liderado por Rúben SASSANO DEL RIO habrían sido los que asaltaron el C.C.Z. de La Teja el día lro. de Junio del corriente año.

000002

13/7/94

001|001

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 13 1994
Pasa a Brig.
Nº 9406102

SECRETO

COPIA No. 1/1

9406103

Hoja 1 de 1
Copia 1 de 1

Montevideo, 11 de JUNIO de 1994.-

M E M O R A N D U M Nro. 940168 /S.O.E.

I.- ASUNTO MLN-T, COMUNIDAD PINELA

II.- REFERENCIA Responde E.E.I. Nro. Orden 9405715

III.- T E X T O

-En el día de la fecha, se instala vigilancia en la intersección de Carlos Ma. Ramirez y Ascasubi(Club Progreso),donde se llevaría a cabo a la hora 20:00, una Buseca organizada por la "Comunidad Pinela" (MLN-T).

-A la hora 20:20, fueron detectadas ingresando al local por el acceso de Ascasubi unas 15 personas aproximadamente.

-Desde la hora 20:30 a la hora 21:05 ingresaron alrededor de unas 45 a 50 personas, dentro de los cuáles se pudo identificar Julio Marenales (MLN-T) y Eleuterio Fernandez Huidobro(MLN-T).

-Fueron detectados 2 NNM como seguridad dispuestos en la puerta de entrada.

-Se detectaron las siguientes matrículas: 883-215, 771-452, 726-581, 879-212, 477-891, 828-323, 551-671.

IV.- DISTRIBUCION: Original- Sub-Director de Interior; Archivo Dpto. III
Copia 1 - Jefe Departamento I.-

MINISTERIO DE ... NACIONAL
Dirección ...
13 JUN 1994
Brig. - Militar
9406103

04 07 94 2(64)

001/001

9406103

Nº. DOCUMENTO 9406104
TITULO Situacion de cada partido en las negociaciones para (la) campaña a la Presidencia
PROCEDENCIA [illegible]
FECHA DE [illegible] 9/4/94
VINCULACIONES 5007463
11164
11304

O CACIFE DOS PARTIDOS NA CORRIDA AO PLANALTO

A situação de cada partido nas negociações para a campanha à Presidência

PT

Situação - Candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva definida. É o favorito nas pesquisas.
Aliança - Com o PSB, o PPS e o PC do B.
Vice - Falta definir o nome que será do PSB
Dificuldades - Lula quer o senador José Paulo Bisol, seu vice na eleição passada. O presidente do PSB, o deputado Miguel Arraes (PE), não gosta de Bisol. Lula tem dificuldade em controlar os "radicais" do partido que tentam impor um programa de governo que mantém a interferência do Estado na economia.

[illegible]

Situação - Candidatura de Fernando Henrique Cardoso definida. É o segundo colocado nas pesquisas, com menor índice de rejeição e, por isso, maior potencial de crescimento.
Alianças - Praticamente fechadas com o PFL e o PTB. Expectativas de trazer ainda o PP, o PL e o PPR para a coligação.
Vice - Falta confirmar oficialmente se o filho de ACM e líder do PFL na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (BA), será o vice.
Dificuldades - A chamada "ala esquerda" do partido, principalmente a bancada baiana, não aceita essas alianças.

[illegible]

Situação - Três nomes vão disputar a vaga de candidato em uma prévia eleitoral no dia 15 de maio: os ex-governadores Orestes Quércia, de São Paulo, e Roberto Requião, do Paraná, e o ex-presidente José Sarney.
Dificuldades - Nenhum dos três candidatos une o partido depois da prévia.
Alianças - Desde a semana passada a direção do partido conversa com o PDT de Leonel Brizola.

[illegible]

Situação - Candidatura de Leonel Brizola.
Dificuldades - A candidatura de Brizola começa a fraquejar. Ocupa o 3º. lugar nas pesquisas, mas tem o maior índice de rejeição e não conseguiu ultrapassar os 10% de intenção de voto.
Alianças - Brizola tentou o apoio de Quércia e do prefeito Paulo Maluf, de São Paulo, mas até agora não conseguiu. Conversa agora com a direção do PMDB.

[illegible]

Situação - Com a desistência de Maluf de concorrer, o presidente do partido, senador Esperidião Amin (SC), se tornou o mais cotado candidato da legenda, seguido pelo ex-presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PA).
Dificuldades - Amin e Passarinho estão com com candidaturas lançadas ao governo de seus Estados, em alianças com outros partidos.
Alianças - O PFL já articula a inclusão do PPR na aliança com o PSDB.

[illegible]

Situação - Aposta todas as fichas na aliança com o PSDB em torno da candidatura FHC.
Alianças - Torce para a entrada do PPR na coligação.
Dificuldades - Indicou Luís Eduardo Magalhães para vice da aliança, mas, filho do governador da Bahia, seu nome aumenta as resistências da chamada "ala esquerda" do PSDB. E o próprio Luís Eduardo dá sinais de preferir se candidatar à reeleição para tentar ser presidente da Câmara.

[illegible]

Situação - O ex-governador do Paraná Álvaro Dias, presidente do partido, não conseguiu emplacar sua candidatura.
Alianças - A maioria do partido quer apoiar a candidatura FHC, mas Dias cobra, para entrar na aliança, o apoio dos tucanos à sua candidatura ao governo do Paraná.
Dificuldades - O PSDB já está praticamente fechado com o PTB, cujo presidente nacional, senador José Eduardo Andrade Vieira, também será candidato a governador do Paraná. Outro complicador é que o PSDB local já havia se comprometido a apoiar o candidato do PDT ao governo, Jaime Lerner.

[illegible]

Situação - O partido se definiu pela candidatura do deputado Flávio Rocha, autor do projeto de criação do chamado "imposto único".
Dificuldades - Rocha permanece em último lugar nas pesquisas eleitorais.
Alianças - Por ser o partido mais fiel ao governo no Congresso, o PSDB dá como certa sua entrada na aliança.

01-01

9406104

Nº. DOC: 9406105.
TITULO: PL oficializa candidatura de Flávio Rocha e descarta alianças.
PROC.: 150332
FECHA: 11/4/94
VINCULACI: 507482
1.104
1.304

CONVENÇÃO FSP 10/4

PL lança hoje candidatura de Flávio Rocha

Da Sucursal de Brasília

O PL (Partido Liberal) faz hoje sua convenção nacional para ratificar o nome do deputado federal Flávio Rocha (RN) como candidato do partido à Presidência.

Rocha venceu a prévia interna do partido disputando a indicação com o brigadeiro da reserva Ivan Frota. O deputado teve mais de 80% dos votos do partido.

O PL é o primeiro partido a lançar, oficialmente, um candidato à disputa presidencial. Rocha disse ontem que descarta qualquer aliança com a virtual candidatura presidencial do ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

CONVENÇÃO FSP 11/4

PL oficializa a candidatura de Flávio Rocha e descarta alianças

Da Sucursal de Brasília

O PL (Partido Liberal) oficializou ontem, em convenção realizada em Brasília, o nome do deputado Flávio Rocha (RN) para disputar a Presidência. Defensor do imposto único, o deputado já havia vencido o brigadeiro Ivan Frota nas prévias no partido.

O PL descarta a possibilidade de alianças para apoiar outro candidato. Em seu discurso, Rocha atacou o virtual candidato pelo PSDB, Fernando Henrique Cardoso: "É inadmissível que tenham transformado a luta contra a inflação em trampolim eleitoral."

Autor da emenda constitucional que institui o Imposto Único, Rocha disse que essa será sua grande base para campanha. Outra arma para a eleição, diz ele, é o fato de o PL ser um dos únicos partidos que não foi envolvido nos casos de corrupção investigados pela CPI do Orçamento.

O nome do vice deve sair até o final da semana. Estão cotados o delegado da Polícia Federal Romeu Tuma e o ex-vice-governador de Minas Gerais João Marques.

A convenção do PL levou a Brasília 1.500 pessoas de nove diferentes Estados. O partido fretou mais de 50 ônibus. Também foram comprados 450 kg de carne, 400 litros de chope e outros 500 de refrigerante para o almoço depois da convenção. A assessoria do PL não soube informar o valor dos gastos.

9406105.

01-01

Nº DE ... 9406106
TITULO Rubens Ricupero
LA NACION
FECHA 7/4/94
VINCULO 507482
11164
11302

Ricúpero, nombre y prestigio

Por Carlos M. Reymundo Roberts
(Corresponsal de LA NACION en América latina)

LN. 7/4/94

BRASILIA.– Notable cambio el de Rubens Ricúpero, flamante ministro de Economía del Brasil: el cargo que asumió anteayer es el mismo que había rechazado en octubre de 1992 con el argumento de que sinceramente no se sentía capacitado para ejercerlo.

Considerado como uno de los más brillantes diplomáticos de Itamaraty, Ricúpero –57 años– ocupaba la embajada en Washington cuando recibió una inesperada llamada de Itamar Franco para ofrecerle la conducción de la cartera económica en su primer gabinete.

El embajador, que estaba almorzando con colegas latinoamericanos, se sintió más sorprendido que halagado. Con muchísimo gusto hubiese aceptado la cancillería, pero ¿Economía? Tan luego él, que apenas se veía como un aficionado del rubro.

Su contestación de que lo iba a pensar fue sólo una cuestión de cortesía, una forma de no desairar al hombre que cargaba con la tarea de recuperar la confianza de un país convulsionado por la traumática renuncia de Collor de Mello.

Profesional riguroso, pensaba que estar actualizado en materia económica era algo bien distinto de ser una persona competente en la materia. Mucho menos en momentos en que la economía brasileña se consumía en el fuego de una inflación desbocada.

A las pocas horas de recibir el ofrecimiento pidió a Fernando Henrique Cardoso (que ya había aceptado la Cancillería) y al ex presidente José Sarney, entonces operador del nuevo gobierno, que lo excusacen ante Franco.

"El cree que sería irresponsable de su parte aceptar un cargo para el que no se considera calificado", explicó Sarney.

El primer traspié

Rechazar tamaño convite con la admisión de su incapacidad fue visto como un gesto de humildad y seriedad nada habitual.

Se lo consideró también el primer traspié de Itamar. La respuesta del embajador –que trascendió a través de la siempre bien informada revista Veja– puso en ridículo el ofrecimiento.

> Hubo un cambio fundamental: desde diciembre Brasil tiene un plan económico y seguirá en el ministerio la gente que lo elaboró (con asesoramiento de Buenos Aires, se sostiene).

Pero el presidente no aprendió la lección. Tras la negativa de Ricúpero convocó al diputado pernambucano Gustavo Krause, poco conocido fuera de su región y ciertamente un desconocido en el mundo de las finanzas.

La experiencia terminó con estrépito. Krause y su ladero Paulo Haddad, ministro de Planeamiento, riñieron a menudo con Franco y unas semanas después ya no estaban en sus puestos.

Cambio fundamental

¿Qué pasó ahora para que Ricúpero acepte el trabajo que antes había rechazado?

Hubo un cambio fundamental: desde diciembre Brasil tiene un plan económico y seguirá en el ministerio la gente que lo elaboró (con asesoramiento de Buenos Aires, se sostiene).

El trabajo grueso –reunir un equipo de especialistas, diagramar el programa, buscar apoyo político y, sobre todo, convencer a Franco– ya fue hecho por Fernando Henrique Cardoso antes de renunciar y lanzar su candidatura a la presidencia.

Ricúpero simplemente prestará su nombre y su prestigio, tan indiscutido como el de su antecesor, que tampoco es economista, para que al frente del grupo de técnicos y en el puesto más difícil del gabinete haya un hombre de peso.

Cardoso, suerte de primer ministro en el gobierno de Franco, empezó a preparar su sucesión (y a cuidar sus espaldas de candidato) cuando en septiembre pasado hizo repatriar a Ricúpero para que ocupase la cartera de Medio Ambiente y Amazonia.

Si el 3 de octubre (o en la segunda vuelta de diciembre) gana las elecciones, Cardoso podrá retribuirlo con lo que el nuevo ministro realmente espera: Itamaraty. (c) LA NACION

9406106.
01-01

9406107
VINCULACIONES 507482
11164
302
11392

Ricúpero apela a Lula en pos de la estabilidad para Brasil

por Jorge Mederos
corresponsal de *El Observador* en Brasil

La sinceridad ha sido la principal característica presentada hasta el momento por el discreto nuevo ministro de Hacienda de Brasil, embajador Rubens Ricúpero, en el terreno nervioso de la economía.

Con una tranquilidad que exaspera a muchos, el ministro no parece impresionado con la excitación que se ve en la prensa o en los mercados. Dice lo que piensa, y por lo expresado hasta el momento parece más duro que su antecesor Fernando Henrique Cardoso en la defensa del plan económico.

Dijo, por ejemplo, en una entrevista reciente que el Partido de los Trabajadores (PT) de Luiz Inácio "Lula" da Silva, el candidato que encabeza las encuestas para las elecciones de octubre, tendría que trabajar en favor de la aprobación del plan de estabilización en el Congreso.

Ricúpero apeló al PT con la esperanza de encontrar allí algún tipo de compromiso con la estabilidad del país, dejando de lado el hecho de que Cardoso fue el autor del plan y que es el adversario que podría derrotar a Lula en el camino hacia el Palacio del Planalto.

La vigencia del plan, aprobado como medida provisoria que necesita ratificación legislativa, será hasta fin de abril. Si no hay ratificación, el gobierno sabe que a fin de mes morirán las expectativas de una solución ortodoxa —aunque creativa— para la locura económica del país. El sincero Ricúpero ya dio a entender que no tiene compromisos con otra propuesta diferente a la que heredó de Cardoso, y lo dijo con todas las letras en su primer encuentro con los parlamentarios encargados del trámite de la medida provisoria.

Traducción libre: modificaciones que comprometan el objetivo del plan, de equilibrar las finanzas públicas, serán respondidas con la salida del ministro. Tan tranquilamente como fue su entrada al gobierno.

El embajador Ricúpero ha probado su habilidad en muchas tareas, pero no se encarga de misiones imposibles como debería ser administrar la economía brasileña sin un plan y sin un gobierno capaz de atraer a la sociedad alrededor de otra esperanza en el poco tiempo que le queda.

De parte de Lula existen señales de que el candidato izquierdista intentaría equilibrar su base obrera y reivindicante con la necesidad de dar alguna estabilidad al país hasta el cambio de poder el primero de enero de 1995.

Sin embargo, preocupa la falta de compromiso de otros postulantes con fuerza por el momento, como los ex gobernadores Leonel Brizola del Partido Democrático Laborista (PDT), y Orestes Quercia, del Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB).

A esta altura del calendario, la voz de mando en el Congreso no es más la de los jefes de bancada, sino la de los candidatos, y tanto Brizola como Quercia parecen empujar a sus bancadas hacia el desafío del plan económico del adversario que está segundo en las encuestas, Fernando Henrique Cardoso.

La apuesta en el caos puede rendirles a ambos el voto de la desesperación, sin dudas. Brizola puede citar un antecedente histórico: su combate al Plan Cruzado de José Sarney (1986) que, desde el primer momento, le valió una distinción de coherencia. Quercia, al contrario, se convirtió en gobernador de Sao Paulo con la influencia de un plan económico que tenía los días contados, y él lo sabía.

Cardoso debe responder al desafío de sus adversarios, que lo acusan de haber convertido sus diez meses al frente del Ministerio de Hacienda en una plataforma electoral. Es por eso que se pide a los candidatos un poco de la sinceridad de Ricúpero, para que el combate por la presidencia no sea librado con el sacrificio de lo poco que queda de gobierno en Brasil. ■

01-01 9406107

O anti-Lula e a esperteza das elites

JOSÉ GENOINO e JOSÉ FORTUNATI

Aqueles que no PT, no PSDB e fora destes dois partidos vêm defendendo uma aliança entre esquerda e centro-esquerda nas eleições deste ano avaliam que, no quadro político atual, este é o melhor caminho para tornar possíveis as reformas que o país exige. As opções adotadas por PSDB e PT praticamente inviabilizaram esta alternativa, transformando aliados potenciais em adversários prováveis. Tudo indica que até mesmo a hipótese de uma coligação no segundo turno deverá ser descartada. Caso se confirme, a candidatura Fernando Henrique será a mais credenciada para disputar com Lula na rodada decisiva do pleito.

Nesta eventualidade, a aplicação de um programa de mudanças ficaria ainda mais dificultada, qualquer que fosse o resultado da eleição. No caso de uma Presidência de Lula, esta maior dificuldade decorreria do estreitamento da base política, face à ausência dos tucanos num bloco para governar. Na hipótese de um governo Fernando Henrique, porque em aliança com o PFL, o próprio programa de mudanças estaria em questão.

Entre a sensibilidade do PSDB para o imperativo da distribuição de renda e o elitismo empresarial do PFL, qual iria prevalecer? Entre os compromissos tucanos com a modernização das instituições políticas e o fisiologismo pefelista, qual iria sobrar?

Supor que, passada a eleição, PT e PSDB poderiam se recompor para o exercício do governo é não considerar o processo de distanciamento programático que a própria disputa eleitoral provocaria entre os dois partidos, sob as vistas do conjunto do eleitorado. Este dificilmente iria entender uma tal recomposição, dificultada ainda mais pelas sequelas inevitáveis que uma acirrada disputa de segundo turno deixaria.

Nada melhor para as velhas elites nacionais, que carecem de candidato competitivo próprio e sofrem a ameaça de perder seu domínio secular sobre o poder. O cálculo dos seus representantes políticos mais espertos é simples: ou a transformação do PSDB em força auxiliar do conservadorismo ou a eleição de um adversário de esquerda politicamente enfraquecido. Uma coisa, pelo menos, ACM já conseguiu distanciar ainda mais dois partidos que já deviam estar juntos.

Por termos defendido a aliança PT-PSDB, sentimo-nos à vontade para afirmar que uma parceria PSDB-PFL e outros partidos de centro-direita, afora representar uma renúncia dos tucanos ao ideário social-democrata, significaria também a busca de um atalho enganoso para a superação da crise nacional.



Não há solução para esta crise fora de um pacto social que equacione o problema do crescimento, da distribuição de renda e do combate à exclusão social. Sem um pacto, a saída da crise tende a se dar pela via mais perversa, resultando, quase certamente, no aprofundamento da miséria e na configuração plena do apartheid social. Mas se é para isto, nem haveria necessidade de o PSDB (ou do PT): o PFL e o PPR saberiam fazê-lo melhor do que ninguém. A idéia do pacto só tem sentido para os partidos democráticos, reformadores, que desejam tirar poder e riqueza de quem os detém para melhor distribuí-los.

> *Mais do que poder, está em jogo a possibilidade de mudar o destino da sociedade brasileira*

Mas como viabilizar um pacto hoje no Brasil sem o PT, com toda a enorme base social que este partido representa? Por tudo isso é que ousamos reiterar que a chave da solução política para o nosso impasse é uma aliança de esquerda e centro-esquerda, com base num programa de reformas democráticas negociado, tendo como núcleo PT e PSDB.

O PFL, em que pese a presença nele de algumas figuras respeitáveis, é um típico partido da elite tradicional que sempre governou o Brasil. Uma elite que desdenha a necessidade de se instituir uma esfera pública democrática mediadora dos conflitos sociais e capaz de promover um equilíbrio razoável entre os vários grupos que compõem a sociedade. Elite que privatizou o Estado, transformando-o num distribuidor de privilégios para poucos e instrumento da acumulação privada de capitais.

Decorre daí a precariedade do jogo político democrático no Estado e a insuficiência de mediação por meio das instituições da sociedade e dos partidos.

A busca de um anti-Lula, seja Fernando Henrique ou qualquer outro, revela a dificuldade que certos setores da direita têm para aceitar o livre jogo político-partidário e a alternância democrática no poder. Querem impedir a qualquer custo que as forças de esquerda ponham fim a um ciclo de dominação excludente e iniciem um processo de reformas capaz de mudar as injustas relações sociais existentes, em parceria com outros segmentos políticos.

Aglutinar um bloco de forças em torno de um anti-Lula revela também a fragilidade programática dessas forças, pois não se unem em torno de um programa positivo de solução dos problemas da sociedade. Por mais maquiado que um programa do arco de alianças PSDB-PFL-PMDB (ou variante) possa mostrar-se, ele não passará de uma repactuação conservadora. Este caminho é sobretudo perigoso porque é capaz de abrir um processo de radicalização que se estenderia da campanha até o próximo governo.

Esta aliança contudo encontrará grande dificuldade para se viabilizar. Primeiro, porque espera-se que os setores mais à esquerda (e o eleitorado) do PSDB ofereçam uma forte resistência à sua concretização. E segundo porque uma aliança com essas características ficaria muito vulnerável na campanha eleitoral.

De qualquer forma, o que está em jogo neste momento é o destino dos setores de centro-esquerda que se formaram recentemente no espectro político-partidário brasileiro. Ou eles afirmam a sua vocação no sentido de apostar nas mudanças e nas reformas e por isso vêem no PT um aliado natural, ou se desfazem desse propósito e se abandonam ao leito comum da tradição anti-reformista e conservadora.

O PT, por sua vez, não pode reagir de forma irada face às escolhas que os setores de centro-esquerda venham a fazer. Mais do que o poder, está em jogo o destino da sociedade e uma chance, que provavelmente não se repetirá, de mudar o curso da nossa história. E por mais legítimas que sejam as aspirações pessoais e partidárias de quem quer que seja, amanhã serão cobradas as responsabilidades dos protagonistas políticos do presente.

JOSÉ GENOINO NETO, 47, é deputado federal pelo PT de São Paulo. Foi líder do partido na Câmara dos Deputados (1991).
JOSÉ FORTUNATI, 38, é deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul e líder do partido na Câmara dos Deputados.

9406108

Nº DOCUMENTO 9406109
TÍTULO Esperidião Amin será candidato à presidência da PPR
PÁGINA 2
FECHA 12/4/94
30/482
164
34
212

Candidato do PPR sai em 15 dias

SANDRA CARVALHO

Brasília — Os principais líderes do PPR, reunidos ontem durante todo o dia em Brasília, decidiram que o partido terá candidato próprio à sucessão presidencial, e adiaram por 15 dias o anúncio do nome que disputará a eleição de outubro. Durante este período, a busca de alianças será feita em conjunto pelos senadores Esperidião Amin (SC), Jarbas Passarinho (PA) e o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Na pesquisa realizada entre os participantes do encontro nacional, 48% apontaram Amin como o melhor candidato, enquanto 33% preferiram Passarinho. O candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo PPR, Luiz Carlos Mandelli defendeu a candidatura de Amin, destacando que seu nome "mexe com os sentimentos da população do Sul do país".



Acordo: *Maluf (D) vai auxiliar Amin (E) e Passarinho na busca de alianças*

A sucessão presidencial, debatida de forma genérica durante o encontro, foi analisada detalhadamente durante almoço na casa do senador Epitácio Cafeteira (MA), com a presença de sete convidados: Maluf, o líder do partido na Câmara, Marcelino Romano (SP), os vice-presidentes da executiva, deputados Victor Faccioni (RS) e Siqueira Campos (TO), os deputados Roberto Campos (RJ) e Francisco Dornelles (RJ) e o senador Affonso Camargo (PR). Durante duas horas de conversa, os participantes decidiram pela candidatura própria sob o argumento de que o partido tem nomes de peso para isto. Destacaram também que Maluf é peça fundamental na campanha, devendo percorrer todo o país ao lado do candidato do partido.

Na casa de Cafeteira, Faccioni afirmou que se o plano econômico do governo não der certo antes do primeiro turno das eleições e o PPR não tiver um nome à altura de Fernando Henrique Cardoso, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, se apresentará como única alternativa, sem concorrentes. Roberto Campos disse que o plano econômico era feito de fogos de artifício, rebatido por Dornelles, para quem a equipe de Fernando Henrique tem condições de administrar os resultados deste plano até as eleições, repetindo o fenômeno do Plano Cruzado.

Maluf, ao final do almoço, recebeu a incumbência de conversar separadamente com Amin e Passarinho para saber qual dos dois estaria mais disposto a disputar as eleições presidenciais. Nestes encontros privados, Passarinho manifestou-se interessado, mas destacou as dificuldades que teria no Pará, onde a coligação do PPR com o PMDB foi feita em torno de seu nome para a sucessão estadual. Amin, ao contrário, manifestou-se interessado na candidatura, apesar de ter praticamente garantida a eleição ao governo de Santa Catarina.

01-02

9406109

Amin confirma sua candidatura

☐A decisão do senador catarinense será anunciada oficialmente na reunião da executiva nacional do PPR, marcada para o dia 19

MAURO RUTKOWSKI

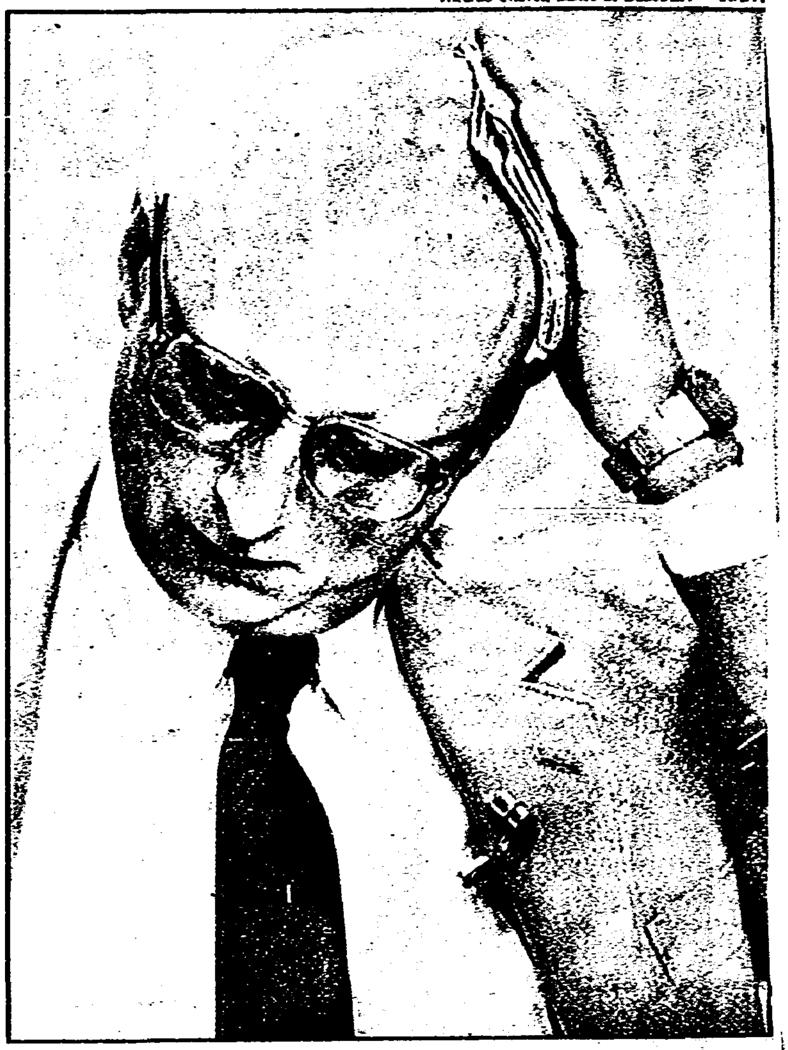
Brasília — O senador Esperidião Amin (SC) confirmou ontem sua candidatura à Presidência da República pelo PPR, em decisão a ser anunciada oficialmente na reunião da executiva nacional do partido, marcada para dia 19. Amin lembrou que o PPR tinha um candidato natural, o prefeito paulistano, Paulo Maluf, e dois possíveis candidatos, ele próprio e o senador Jarbas Passarinho (PA). "Mas só um deles, eu mesmo, está disposto a ser candidato à Presidência", afirmou.

Antes de anunciar sua decisão à imprensa, Amin conversou por 25 minutos com Passarinho, que reafirmou seu desejo de disputar o governo do Pará e não a sucessão de Itamar Franco. "Não sou candidato à Presidência, nunca quis ser candidato e de forma alguma vou disputar a convenção para definir o nosso candidato", assegurou o senador. Passarinho entende que o PPR tem todo o direito de ter candidato próprio porque dispõe de um manancial de votos em São Paulo chamado Paulo Maluf. "Não nos sentimos diminuídos sem uma aliança com o PFL porque temos nossos próprios trunfos", garantiu.

Pela manhã, o senador esteve com Maluf, de quem recebeu o apoio para sua candidatura. Amin respondeu com evasivas às perguntas sobre possíveis coligações em nível nacional e assegurou que o acordo PFL-PSDB para a Presidência da República não ameaça a coligação PPR-PFL em Santa Catarina. "A coligação entre PPR e PFL está consolidada em Santa Catarina", garantiu, sem revelar os motivos de sua convicção.

Para o senador, antes de conversar sobre alianças ou coligações no primeiro turno, é preciso que o PPR escolha seu candidato. Ele acha melhor que o partido negocie com um nome para a Presidência definido e descarta a hipótese de ser candidato a vice-presidência em coligação com qualquer outra sigla. "Não quero ser candidato a vice", assegura Amin, que tem 63% da preferência dos catarinenses nas pesquisas para o governo do Estado. O senador deixou em aberto a possibilidade de voltar atrás e concorrer ao governo do Estado. "Em política tudo é possível", afirmou.

Ricardo Chaves, Banco de Dados/ZH — 25/2/94



Decisão: *Amin aceita coligações mas avisa que não será candidato a vice*

9406109.

02-02

Nº DOCUMENTO 9406110
TITULO Brasil terá acordo de extradição com o Reino Unido
PROCEDÊNCIA ZH
FECHA 10/4/94
VINCULADO 507462
ZH
11393
507529

DIPLOMACIA

ZH 10/4

Brasil terá acordo de extradição com o Reino Unido

☐Pelo protocolo a ser firmado entre os dois países, Ronald Biggs continuará livre porque o seu crime prescreveu

Reuter, Banco de Dados/ZH



Biggs: *garantia de vida tranqüila*

Brasília — O Brasil e o Reino Unido assinam nesta semana um acordo de extradição. A informação é do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, depois de um encontro com o chanceler da Grã-Bretanha, Douglas Hurd, que encerrou sexta-feira sua visita oficial ao Brasil. O chanceler Amorim informou que o acordo de extradição só não foi assinado na semana passada porque o *Home Office*, o Ministério do Interior britânico, entendeu que havia problemas de linguagem e de burocracia.

O ministro acredita que o impasse será solucionado nos próximos dias e o acordo será firmado por meio da troca de notas diplomáticas. O acordo de extradição está sendo negociado entre o Brasil e o Reino Unido há muito tempo. E, portanto, não foi gerado pelo caso Paulo Cesar Farias que, foragido da Justiça brasileira, escapou para Londres.

Ronald Biggs, o famoso assaltante do trem pagador inglês que se refugiou e tem um filho no Brasil, não será extraditado para a Inglaterra com a assinatura do acordo. O seu crime já prescreveu há algum tempo na Inglaterra. No encontro com o chanceler do Reino Unido também foram tratadas questões de intercâmbio bilateral, relacionadas com a área econômica. Empresários e o governo ingleses estão interessados em manter negócios no Brasil, especialmente na área de pequenas e médias empresas.

9406110.

01-01

Nº DOC: 9406111
TÍTULO: Governo realizará obra contra a seca em o Nordeste
PROC: 50538
FE: 28/4/94
VINC: 507482
11104
11302
11653
11303

Nordeste ganha obra faraônica contra a seca

SP 8/4

Da Sucursal de Brasília

O governo Itamar ainda não enviou o Orçamento deste ano ao Congresso Nacional, mas já decidiu pela realização de uma obra faraônica contra a seca do Nordeste. Até já marcou data para inaugurar.

Com US$ 2,1 bilhões de empréstimos externos, a obra vai levar água do rio São Francisco para o Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

O empreendimento foi anunciado ontem pelo ministro Aluizio Alves, da Integração Regional, depois de audiência com o presidente Itamar Franco. Ele disse que o presidente está "entusiasmado" com a inauguração da primeira etapa da obra, até 31 de dezembro.

O ministro negou que a obra vise influenciar na sucessão presidencial. "Não acredito que se use verbas em troca de votos, mas acredito que o trabalho vai trazer muito voto, apoio e aplauso de eleitores e não eleitores ao governo que vai realizá-lo", disse.

Para a primeira etapa, bancos europeus e japoneses já teriam assegurado US$ 600 milhões. Com estes recursos, seriam construídos 240 quilômetros de canais e quatro estações elevatórias.

O restante da obra depende de US$ 1,5 bilhão do Banco Mundial. O ministro disse que espera concluir em três meses as negociações. Somente após esta etapa, a água chegaria a Pernambuco.

O projeto de transposição de água do rio São Francisco ainda precisa de avaliação do Ministério da Fazenda sobre capacidade de pagamento. Os empréstimos terão três anos de carência e sete anos de prazo para pagar.

O ministro Aluizio Alves disse que o governo Itamar não precisará destinar recursos. A contrapartida brasileira será assegurada pelos empréstimos do Banco do Nordeste, para a primeira etapa.

Segundo Aluizio Alves, o projeto vai fornecer 50 metros cúbicos de água por segundo, na primeira etapa, e 250 metros cúbicos, na segunda. Em seis meses de obra da primeira etapa, empregaria 50 mil trabalhadores. A obra permitiria irrigação de 1,6 milhão de hectares.

9406111

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406112
TITULO Franco y Pte. del STF se encuentran después de la "crisis entre poderes"
PROCEDENCIA 15053E
FECHA 20/4/94
15074823
11169
11302

Itamar Franco e presidente do STF voltam a se encontrar após a crise

Da Sucursal de Brasília

A visita do primeiro-ministro da República Tcheca, Vaclav Klaus, ao Palácio do Planalto promoveu ontem o primeiro encontro do presidente Itamar Franco com o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Octávio Gallotti, depois da crise, mês passado, entre o Executivo e o Judiciário.

Os dois se cumprimentaram formalmente e acabaram se encontrando uma segunda vez, no Itamaraty, onde participaram de almoço em homenagem ao visitante.

A conversão dos salários à URV, em março, colocou os dois poderes em pé-de-guerra: o STF converteu os salários com base no dia 20 dos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro.

Itamar queria a conversão com base no último dia de cada mês. A solução da briga ainda depende do julgamento de ação que corre no Supremo.

9406112.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406113
TITULO Contribuição de Fernando H. Cardoso
EP
FECHA 10/4/94
VINCULACION 5.1/1182 11164 11304 PSDB 11302

Primero, el Desafío Inflacionario; Ahora, el de Candidato Presidencial

FINANCIAL TIMES

■ El plan de lucha contra la devoradora inflación de Brasil es el primero que suscita credibilidad y confianza. Pero, el ministro Fernando Cardoso optó por la postulación a la Presidencia y su plan quedó en duda.

9406113·
01-02

BRASILIA.— A Fernando Henrique Cardoso le preguntaron en fecha reciente cómo consideraba el cargo de Ministro de Economía de Brasil, una dura tarea en un país distorsionado por la hiperinflación y por gobiernos desacreditados. "No es el peor empleo de Brasil", respondió Cardoso. "Es el peor del mundo".

Después de un año en el cargo —es una suerte de récord para un Ministro de Economía en estos tiempos en Brasil— Cardoso decidió abandonar la difícil tarea para abordar otro enorme desafío: postularse a la Presidencia de la República en las elecciones que se celebrarán en octubre del corriente año.

No hay duda que fue una decisión muy complicada de tomar. El cuidadoso plan estructurado por Cardoso para abatir la desorbitada inflación, que se sitúa actualmente en 2.500 por ciento anual, todavía no está plenamente en vigor. Los economistas coinciden en señalar que es el mecanismo más prometedor que se ha propuesto en muchos años. Pero, elemento clave, como es el equilibrio presupuestal, permanecen vulnerables en un año de elecciones, que siempre deriva en mayores erogaciones.

En un gobierno que no se caracteriza por la firmeza, Cardoso es visto como el único político capaz de resistir los intentos de incrementar el gasto. Aunque eligiera a su sucesor en el Ministerio de Economía, el programa que ha diseñado igual quedaría en duda.

Su Partido Social Demócrata Brasileño (PSDB) es pequeño y hasta el momento ha fracasado en su intento de forjar una alianza con movimientos de mayor tamaño. Ello obedece, en parte, a la incertidumbre sobre la futura aplicación del programa económico, lo que es considerado crucial para las posibilidades electorales de Cardoso.

Pero, la inflación seguramente declinará recién cuando tenga vigencia la última fase del programa, que incluye la introducción de una nueva moneda. Ello podría ocurrir en el próximo mes. Cardoso se ha decidido a abordar la lucha electoral, sin saber si ha hecho lo suficiente para tener esperanzas sólidas de victoria.

"Ha estado bajo tremenda presión de todos lados", indicó un integrante del equipo económico que encabezó Cardoso. "El partido siempre quiso que se postulara, pese a que ello puede dañar seriamente el programa que constituye la primera oportunidad verdadera de abatir la inflación".

DESTACADO PROFESOR

Cardoso, quien cumplirá 63 años en junio, es uno de los brasileños más destacados de su generación. Nacido en una familia de militares, se graduó en Sociología y luego fue catedrático en las Universidades de California y Cambridge. Sus mejores trabajos exploraron la "dependencia", una teoría que buscó explicar el subdesarrollo de Latinoamérica como consecuencia de la dependencia del continente, del capital y la tecnología de Estados Unidos y Europa.

Sus vínculos con la izquierda suscitaron la ira de los militares brasileños a mediados de la década de los años setenta, y se le prohibió dictar clases en la Universidad de São Paulo.

Cuando retornó la democracia en 1984, Cardoso pasó del ámbito universitario de Estados Unidos a la política de su país. Después que perdió las elecciones a la Gobernación de São Paulo, fue elegido senador en 1986. Dos años después ayudó a fundar el PSDB.

Aunque resulte sorprendente en Brasil, Cardoso y el PSDB tienen una actuación transparente y han ganado prestigio como ejemplo de rectitud en la función pública. Su posición está apenas a la izquierda del centro, e incluye reforma de la seguridad social y redistribución del ingreso. Pero, más que la ideología, la personalidad es la que hace ganar elecciones en Brasil. Los partidarios de Cardoso sostienen que él solo puede atraer apoyo popular, tanto de la izquierda como de la derecha.

DESAFIO PARA LULA

Los observadores políticos coinciden en estimar que la atractiva candidatura de Cardoso constituye un fuerte desafío a la postulación de Luiz Inacio "Lula" Da Silva, del izquierdista Partido de los Trabajadores (PT), y también para el candidato de derecha, el alcalde de São Paulo, Paulo Maluf.

Su fortaleza política deriva de su experiencia y prestigio en el Parlamento. En su condición de Ministro de Economía, convenció al Parlamento de que respaldara su política económica, pese a que el gobierno depende del apoyo de una débil coalición. Hasta el momento, logró convencer a los legisladores de la necesidad de mantener el equilibrio presupuestal como instrumento fundamental para luchar contra la inflación.

"Cardoso tiene gran capacidad de persuasión. Es la primera persona que ha logrado convencer a la ciudadanía brasileña de la importancia del déficit", apuntó Antonio Delfim Netto, quien fue ministro de Planeamiento durante el régimen militar, y cuyos enfoques habitualmente no coinciden con los de Cardoso.

Su otra ventaja es que, como integrante de la élite del país, tiene natural atractivo para la clase media de Brasil, así como al aparecer en los diarios, televisión y radios. Cardoso también se ganó el respaldo de algunos empresarios de São Paulo, pese a que éstos habitualmente son recelosos de enfoques con suave matiz izquierdista y de origen en los sectores intelectuales.

La candidatura de Cardoso igual plantea grandes interrogantes. La más importante en sí, como intelectual y miembro de una élite, puede concitar apoyo suficiente entre los trabajadores. Pese a que tiene buena presencia en televisión, no es un orador natural y se siente incómodo ante la multitud. En fecha reciente apareció en un programa de televisión popular, del que participaban amas de casa, y demostró que no estaba en sintonía con ese público.

Este punto negativo puede ser especialmente agudo en las zonas Norte y Noreste de Brasil, que son las más atrasadas del país, desde el punto de vista económico, y donde vive el 33 por ciento de los 90 millones de votantes. Según las últimas encuestas de opinión pública, Cardoso perdería ante Lula en esos estados. En el ámbito nacional, Cardoso tiene 31 por ciento, contra 47 por ciento de Lula. En grandes estados del Noreste, como es el caso de Bahía, el apoyo a Cardoso se reduce al 21 por ciento.

Francisco Weffort, analista político y adherente al PT, describe a Cardoso como, "un político del más alto nivel, con una visión de modernización. Pero, no sabe cómo vincularse emocionalmente a la ciudadanía, lo que en este país es importante".

02-02 9406113.

940614
TITULO TCU vai investigar 10 mil autoridades
FECHA 10/5/94

DEVASSA

TCU vai investigar 10 mil autoridades

□Os dirigentes dos três poderes terão de enviar ao Tribunal de Contas cópias de suas declarações de bens e de rendimentos

SYLVIO COSTA

Brasília — Numa ação inédita, o Tribunal de Contas da União (TCU) começa este mês a examinar as declarações do Imposto de Renda (IR) das principais autoridades federais do país. Cerca de 10 mil pessoas estão obrigadas a fornecer ao TCU cópia das declarações de bens e rendimentos relativas a 1993. A lista inclui, entre outros, o presidente Itamar Franco e seus ministros e os deputados federais e senadores (*veja tabela*).

Por determinação da lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, a partir deste ano todas essas autoridades deverão remeter ao TCU as declarações para o tribunal "proceder o levantamento da evolução patrimonial do seu titular e o exame de sua compatibilização com os recursos e as disponibilidades declarados". A lei dá ao tribunal poderes para investigar e, "se for o caso, representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados".

A Receita Federal já se comprometeu a dar aos inspetores do TCU cobertura técnica para a operação. Em reunião realizada terça-feira, ficou acertado que a Receita fornecerá ao tribunal cópias das declarações que lhe forem entregues para serem confrontadas com os documentos encaminhados diretamente ao TCU. Se for necessário, a equipe de inspetores do TCU poderá ser reforçada por fiscais da Receita.

IMPEACHMENT — De acordo com a lei 8.730, quem não enviar as declarações ao TCU incorre em crime de responsabilidade, ficando sujeito, portanto, a impeachment. Essa ameaça, respeitando os limites previstos na Constituição, recai sobre o presidente da República, os ministros de Estado, o procurador-geral da República, ministros do Supremo Tribunal Federal e demais tribunais superiores e sobre o advogado-geral da União.

O TCU estabeleceu, através da instrução normativa 005/94, do último dia 10 de março, que os servidores devem entregar suas declarações de renda ao tribunal "até 15 dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal para a apresentação da declaração de bens e rendimentos para fins de Imposto de Renda". Esse prazo, portanto, de acordo com a nova data fixada pela Receita, vai até o dia 31 de maio.

Pela lei, as informações constantes das declarações estão sob sigilo, mas podem ser obtidas por deputados e senadores através de solicitação por escrito ou "por qualquer cidadão, para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou à moralidade administrativa".

QUEM SERÁ INVESTIGADO

- □ Presidente da República
- □ Ministros de Estado
- □ Deputados federais
- □ Senadores
- □ Ministros dos tribunais superiores
- □ Juízes federais
- □ Advogado-geral da União
- □ Procuradores da República
- □ Diretores de estatais e autarquias
- □ Gestores de despesas dos três poderes

9406114.
01-01

Nº. DOCU... 9406115.
TITULO Politicos envueltos en escandalo de soborno por juego clandestino
PROCE... 150090
FECHA 22/4/94
VINCULACI... 1507182
11164
11302
Corrupcion.

PARA ENTENDER O ESCÂNDALO

30/03
Operação que envolveu dez promotores do Ministério Público e PMs apreendeu em escritório de Castor de Andrade livros, folhas de papel soltas e cerca de 100 disquetes com a suposta contabilidade do bicheiro. Há relação de policiais que teriam recebido propinas e de políticos que tiveram ajuda eleitoral em 89.

01/04
A Procuradoria de Justiça do Rio diz que vai pedir a quebra do sigilo bancário e telefônico dos nomes relacionados na lista.

03/04
O procurador Antonio Carlos Biscaia diz que os nomes do governador Nilo Batista, e do prefeito carioca do Rio, Cesar Maia, estão na lista. Ambos negam a informação.

05/04
Um dos citados nas listas apreendidas, o secretário de Polícia Civil do Rio, Jorge Gomes, pede demissão.

08/04
Biscaia diz que o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PPR), e o ex-presidente Collor estão na lista e teriam recebido ajuda eleitoral na campanha presidencial de 89.

09/04
Procuradoria determina quebra do sigilo bancário de oito contas, que serviriam para o pagamento de propinas a policiais.

13/04
Biscaia rejeita a hipótese de uma perícia que comprovasse a autenticidade dos documentos apreendidos. O colunista da Folha Janio de Freitas revelara, através da análise dos documentos, que eles poderiam ter sido adulterados.

14/04
A Justiça no Rio quebra sigilo bancário de cinco [illegible].

15/04
Os documentos apreendidos apontam que políticos do PRN, PDT, PDS e PL teriam recebido dinheiro na campanha de 89.

17/04
Polícia "estoura" fortaleza em São Paulo e prende três funcionários do bicheiro conhecido como Vicente do Capão Redondo

18/04
O comando da PM no Rio exonera o tenente-coronel Walmir Brum da 1ª Delegacia Judiciária. Ele é acusado de ter vazado informações à imprensa. Para o lugar de Brum, o comando põe o tente-coronel Francisco de Paula Araújo.

19/04
Menos de 24 horas depois de assumir a delegacia, Araújo é transferido para a chefia do serviço secreto da PM. O comando da PM diz que vai determinar a prisão de Brum.

20/04
O procurador Biscaia diz que vai denunciar à Justiça entre cem e 120 pessoas citadas na lista. Ele ataca manobras para afastá-lo das investigações.

01-02

9406115.

A LISTA DO CASTOR

Bicheiros deram dinheiro a Collor e Maluf

☐Os livros-caixa dos contraventores revelam que as contribuições foram feitas em 1989, durante a campanha presidencial

ZH 6/4



Rio — No primeiro comunicado oficial sobre a lista de propinas do bicheiro Castor de Andrade, o procurador-geral de Justiça do Rio, Antônio Carlos Biscaia, revelou que o ex-presidente Fernando Collor, o ex-prefeito do Rio Marcello Alencar (PSDB) e o prefeito de São Paulo (PPR), Paulo Maluf, receberam dinheiro da contravenção. Biscaia também confirmou que estão nas listas os nomes do prefeito do Rio, César Maia (PMDB), e do governador Nilo Batista (PDT). Segundo o procurador, o Ministério Público vai pedir à Justiça Eleitoral a impugnação da candidatura de todos os envolvidos que pretendam disputar as eleições deste ano. O principal atingido, nesse caso, seria Marcello Alencar, candidato favorito ao governo do Estado.

Nilo Batista aparece na Lista do Castor como beneficiário de três pagamentos, em julho, agosto e setembro de **1990**. **César Maia** também aparece **três vezes**, em julho de 1992 (US$ 15 mil), outubro de 1992 (US$ 10 mil) e em outra referência sem data (US$ 15 mil). Na época o peemedebista estava em campanha pela prefeitura. O pagamento a Marcello Alencar, feito sob o item "despesa politica", foi feito em 1988.

A contribuição a Paulo Maluf, feita durante a campanha eleitoral de 1989, é descrita em um disquete de computador da **seguinte** maneira: "Novembro-89, comicio Maluf, pagar conta aluguel palanque, motos, ônibus, carro de som, banda, iluminação, segurança, passistas da Mocidade e lanche". Segundo Biscaia, o nome de Collor aparece apenas ao lado de "despesa política". Tanto o prefeito como o ex-presidente negaram veementemente qualquer envolvimento com os contraventores.

Fotos AE/ZH



Lista oficial: *o procurador Antônio Carlos Biscaia lê os nomes dos beneficiários de propinas de contraventores*

ATAQUE — Maluf não ofereceu explicação para o fato de seu nome constar nos disquetes e limitou-se a atacar ferozmente Antônio Carlos Biscaia. "Esse procurador é um pirralho, é um moleque, irresponsável, leviano e exibicionista histérico", afirmou. O prefeito anunciou que contratará o advogado Ênio de Barros Bastos para interpelar judicialmente Biscaia e provar que suas acusações são falsas.

O ex-presidente Collor divulgou uma nota à imprensa quando soube do anúncio de Biscaia. Collor argumentou que, nas eleições presidenciais de 1989, o Rio foi um dos poucos Estados em que sua candidatura não obteve sucesso. "Todas as investigações sobre recursos recebidos na campanha já foram feitas", alegou o ex-presidente, numa **referência indireta à CPI do caso PC**. Collor está em Maceió desde o dia 2 de abril, hospedado na mansão de uma amiga. Deveria voltar a Brasília na quarta-feira, mas resolveu ficar mais alguns dias.

Políticos brasileños envueltos en grave escándalo de soborno por juego clandestino

4/2/4

Río de Janeiro (UPI)

■ Un disquete de computadora encontrado en un casino clandestino involucró ayer a importantes políticos de la ciudad de Río de Janeiro en la recepción de sobornos provenientes del juego clandestino, en un escándalo que ya afectó también a altos jefes policiales.

El disquete de computadora había sido hallado el miércoles en la noche junto a 17 libros de caja en un casino ilegal, durante una operación reservada ejecutada por la policía militarizada y el ministerio público, aunque sólo pudo ser decodificado hoy por un grupo de analistas.

Según los especialistas, entre los nombres citados como receptores de pagos, costosos regalos y "ayudas de campaña" se incluyen el vicegobernador de Río de Janeiro, Nilo Batista, y el alcalde de la ciudad, César Maia.

El alcalde de Río de Janeiro habría recibido, según la lista, casi 100.000 dólares para su campaña electoral.

En la lista de políticos y jefes policiales aparecen también varios diputados electos por Río de Janeiro —José Vicente, Cidinha Campos, José Guilherme Goodinho, Emir Larangeira y Agnaldo Timoteo— además de periodistas y comisarios cuyos nombres aún no fueron divulgados por las autoridades.

El hallazgo de los 17 libros de caja ya había desatado un escándalo el jueves, cuando se conoció que los cuatro mayores jefes de la Policía Militarizada de Río de Janeiro aparecían en las listas como beneficiarios de los "favores" del juego clandestino.

Maia afirmó enfáticamente ayer que jamás recibió dinero del juego ilegal para la campaña electoral que lo transformó en alcalde de Río de Janeiro, y pidió que se investigue con rigor la forma en que su nombre fue incluido en la lista contenida en el disquete.

Batista, por su parte, emitió un escueto comunicado donde sostiene que la inclusión de su nombre y los de altos jefes policiales es un fraude cometido por los administradores del juego ilegal para desprestigiar a las autoridades.

"En las investigaciones de este caso debemos ser firmes y prudentes, pero pongo mis propias manos en el fuego por mis asesores próximos.

La revelación de los nombres de los acusados sin una investigación comprobatoria fue un acto precipitado, policialesco e inmaduro", afirmó Batista.

Sin embargo, Timoteo admitió que recibió dinero del juego clandestino para su campaña electoral a diputado y agregó que "siempre que preciso a los 'banqueros' solicito su ayuda, especialmente cuando estoy enfermo, y ellos saben que siempre contarán con mi ayuda y apoyo".

02-02 9406115

Nº. DOCUM. 9406116
TITULO PSDB assume perfil mais conservador
PROCED.
FECHA 24/04/94
VINCULACION 507482
11164
11304
PSDB

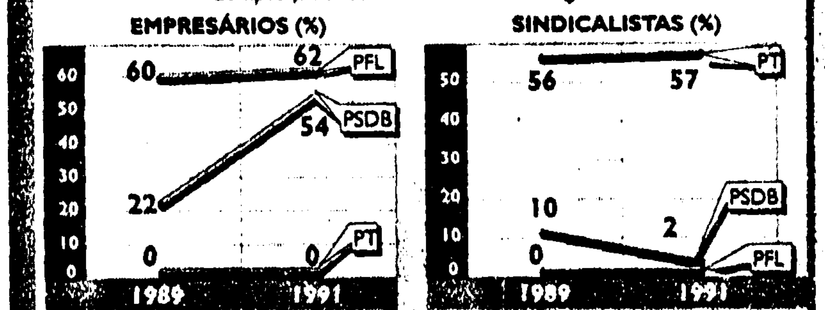
PSDB sofre processo de 'arenização'

Diminui a proporção de ex-emedebistas na bancada e partido assume perfil mais conservador

Editoria de Arte/Folha Imagem

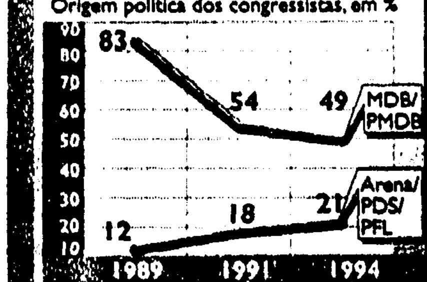
RADIOGRAFIA DO PARTIDO

PERFIL DO PARTIDO MUDOU APÓS A ELEIÇÃO DE 1990
Composição social das bancadas no Congresso

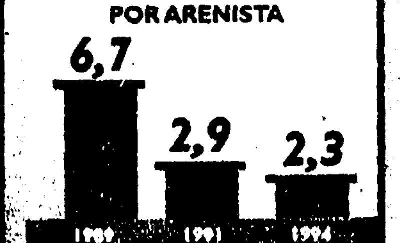


Fontes: "Anuário Parlamentar Brasileiro 1989" (Editora Três/Semprel), "Perfil Parlamentar Brasileiro" (Editora Três/Arko Advice), "Quem foi Quem na Constituinte" (Cortez/Oboré), "Quem é Quem na Constituinte" (Oesp/Maltese), Repertórios Biográficos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Banco de Dados

CRESCE PROPORÇÃO DE ARENISTAS NA BANCADA
Origem política dos congressistas, em %



NÚMEROS DE EMEDEBISTAS POR ARENISTA



Obs.: Foram desconsiderados, nesse levantamento, os partidos anteriores ao sistema bipartidário. O levantamento só levou em conta os chamados deputados efetivos.

O PT HERDOU O ELEITORADO DA ESQUERDA DO PSDB

Estados	Deputados do MDB/PSDB 89	Deputados do MDB/PSDB 91	Deputados do PT 89	Deputados do PT 91
Bahia	1	0	0	2
Distrito Federal	1	1	0	2
Minas Gerais (*)	1	0	3	6
Paraná	1	0	0	3
Rio de Janeiro	1	0	2	3
Rio Grande do Sul	2	0	2	4
Santa Catarina	1	0	0	1

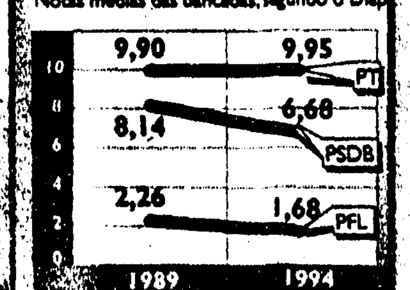
(*) O deputado se transferiu para o PSB

EM 1988, PSDB E PFL ESTAVAM EM LADOS OPOSTOS
Posição dos partidos com base nas votações do Congresso constituinte

	PFL	PSDB	PT
Governismo (pró-Sarney)	7,9	0,4	0,0
Conservadorismo	7,2	1,4	0,5
Nacionalismo	2,1	7,7	10,0
Oposição aos bancos privados	1,4	8,4	10,0

Fonte: Maria D'Alva Gil Kinzo, "De Geisel a Collor: o Balanço da Transição" (Idesp)

COMO OS SINDICATOS AVALIARAM OS PARTIDOS
Notas médias das bancadas, segundo o Diap



EM 89, NO GOVERNO SARNEY, O PFL TINHA

4

ministros. Na época o PSDB fazia oposição ao governo e não tinha nenhum ministério

EM 92, O PSDB AINDA ERA OPOSIÇÃO, MAS

2

de seus membros ocupavam cargos no ministério; o PFL tinha três pastas na época

NO GOVERNO ITAMAR, O PSDB OCUPOU

4

ministérios. O partido passou a conviver com o PFL, que ocupava três pastas no Executivo.

MAURICIO PULS
Da Redação

ELEIÇÕES GERAIS

O PSDB está sofrendo um processo de "arenização". A quantidade de membros da extinta Arena na bancada tucana vem crescendo em termos absolutos e relativos: em 89 havia 6,7 emedebistas por arenista; em 91 a proporção era de 2,9; hoje é de 2,3.

Em 1988, quando foi fundado, o PSDB admitiu poucos parlamentares da Arena (partido que apoiava o regime militar) e dos partidos que a sucederam —PDS e PFL.

Eram eles: o senador Afonso Arinos (RJ); os deputados Caio Pompeu de Toledo (SP), Jorge Hage (BA), Maria de Lourdes Abadia (DF), Saulo Queiroz (MS) e Jayme Santana (MA) —este último ainda está no Congresso.

Somavam 12% da bancada. Hoje são 21%, enquanto o número de emedebistas caiu de 83% a 49%.

Muitas críticas feitas à aliança PSDB-PFL partem do princípio de que os tucanos não deveriam se aliar a um partido conservador. Esse pressuposto é falso, porque hoje os conservadores não estão apenas fora do partido (no PFL): eles já estão dentro do próprio PSDB.

A "arenização" do partido não se restringe ao Congresso. O único governador do PSDB, Ciro Gomes (CE), foi da Arena, assim como seu vice, Lúcio Alcântara; seu líder do PSDB no Legislativo cearense, Júlio Rego; e o deputado federal Ubiratan Aguiar.

Em Minas Gerais, aderiram ao PSDB o ex-vice-presidente Aureliano Chaves, os deputados federais Paulino Cícero e Saulo Coelho, e os ex-deputados federais José Monteiro de Castro, Fagundes Neto e José Machado. O secretário-geral do PSDB no Estado, Baldonedo Napoleão, foi arenista.

O senador Jutahy Magalhães (BA) e o deputado Jutahy Júnior, não só foram do PDS como votaram em Maluf no colégio eleitoral em 85. Também foi da Arena o ex-governador Roberto Santos.

Em São Paulo, o prefeito de Piracicaba, Antonio Carlos Mendes Thame, pertenceu ao PFL. Também tem origem arenista o ex-deputado federal Nelson Seixas.

No Rio Grande do Norte, foram da Arena/PDS/PFL o deputado federal João Faustino, o ex-governador Geraldo Melo e o ex-prefeito de Natal Marcos Formiga.

No Mato Grosso do Sul, o atual candidato do partido ao governo do Estado, Lúdio Coelho (ex-prefeito de Campo Grande), foi da Arena, assim como o ex-prefeito de Miranda Roberto Almeida. No Mato Grosso, também era arenista o ex-senador Vicente Vuolo.

O senador paraense Almir Gabriel começou sua carreira política como secretário da Saúde do governador Alacid Nunes.

Em Sergipe, mudaram para o PSDB o senador Albano Franco (presidente da Confederação Nacional da Indústria) e o deputado federal Djenal Gonçalves.

Em Pernambuco, foi da Arena o deputado federal Wilson Campos. No Rio, o deputado federal Flávio Palmier também era arenista.

01-01

9406116.

TÍTULO: [illegible]
PROC.: 150536
FECH.: 3/4/94
VINCUL.: 507482 11164 11302

27.05.94 FICHADO

OS NOVOS MINISTROS DE ITAMAR

Foto: Correio Braziliense — Foto: Folha Imagem



RUBENS RICUPERO

Assume a principal pasta do governo Itamar depois de ocupar durante sete meses o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Ricupero, 57, é casado e tem quatro filhos. Graduado pela Faculdade de Direito da USP, fez carreira como diplomata. Representou o país junto ao Gatt e foi embaixador em Washington



HENRIQUE BRANDÃO

O novo ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal é engenheiro civil e ocupava o cargo de secretário de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal. Cavalcanti foi secretário-geral do Ministério das Minas e Energia entre 67 e 69 e do Ministério do Interior de 69 a 74. Representou o Brasil na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo em 72



ALEXANDRE DUPEYRAT

O sucessor de Maurício Corrêa no Ministério da Justiça é especialista em direito econômico. Fez carreira como consultor jurídico do Senado, onde conheceu o então senador Itamar Franco, para quem elaborou diversos projetos de lei. No governo Itamar, foi consultor-geral da União e, depois, advogado-geral da União. Deixou esse cargo em 93 para assumir a assessoria jurídica especial do Planalto

TODAS AS MUDANÇAS NO MINISTÉRIO

[illegible]	Entrou em	Saiu em
[illegible]		
Lélio Viana Lobo	08/10/92	permanece no cargo
[illegible]		
Lázaro Barbosa	09/10/92	19/05/93
Nuri Andraus	05/06/93	15/06/93
José Antônio de Barros Munhoz	16/06/93	31/08/93
Dejandir Dalpasquale	13/10/93	20/12/93
Sinval Guazelli	13/01/94	permanece no cargo
[illegible]		
Jutahy Magalhães Jr.	8/10/92	20/12/93
Leonor Barreto Franco	07/03/94	permanece no cargo
[illegible]		
José Israel Vargas	23/10/92	permanece no cargo
[illegible]		
Hugo Napoleão	02/10/92	27/12/93
Djalma Barros de Morais	07/03/94	permanece no cargo
[illegible]		
Antonio Houaiss	10/11/92	02/09/93
José Jerônimo Moscardo de Souza	02/09/93	8/11/93
Luís Roberto do Nascimento e Silva	15/12/93	permanece no cargo
[illegible]		
Murílio Hingel	01/10/92	permanece no cargo
[illegible]		
Zenildo de Lucena	8/10/92	permanece no cargo
[illegible]		
Gustavo Krause	05/10/92	16/12/92
Paulo Haddad	18/01/93	01/03/93
Eliseu Resende	01/03/93	21/05/93
Fernando Henrique Cardoso	21/05/93	29/03/94
Rubens Ricupero	ainda não assumiu	
Indústria, Comércio e [illegible]		
José Eduado Andrade Vieira	15/10/92	27/12/93
Élcio Álvares	13/01/94	permanece no cargo
Integração Regional		
Alexandre Costa	08/10/92	20/12/93
Aluízio Alves	08/03/94	permanece no cargo
Justiça		
Maurício Corrêa	05/10/92	29/03/94
Alexandre Dupeyrat	ainda não assumiu	
Marinha		
Ivan Serpa	08/10/92	permanece no cargo
Meio Ambiente - (virou Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal em 30 de agosto de 1993)		
Coutinho Jorge	15/10/92	13/09/93
Rubens Ricúpero	15/09/93	29/03/94
Henrique Brandão Cavalcanti	ainda não assumiu	
[illegible]		
Paulino Cícero	08/10/92	27/12/93
José Israel Vargas	interino	
Alexis Stepanenko	08/03/94	permanece no cargo
[illegible]		
Paulo Haddad	05/10/92	28/01/93
Yeda Crusius	01/02/93	07/05/93
Alexis Stepanenko	11/05/93	08/03/94
Beni Veras	08/03/94	permanece no cargo
[illegible]		
Antônio Britto	14/10/92	08/12/93
Sergio Cutolo	14/12/93	permanece no cargo
[illegible]		
Fernando Henrique Cardoso	05/10/92	21/05/93
Celso Amorim	31/08/93	permanece no cargo
[illegible]		
Jamil Haddad	08/10/92	18/08/93
Henrique Santillo	31/08/93	permanece no cargo
[illegible]		
Walter Barelli	08/10/92	29/03/94 * o novo ministro ainda não foi escolhido
Transportes		
Alberto Goldman	15/10/92	21/12/93
Margarida Coimbra do Nascimento	21/12/93	07/03/94
Rubens Bayma Denys	08/03/94	permanece no cargo

B. Secretarias com status de Ministério	Entrou em	Saiu em
[illegible]		
Henrique Hargreaves	05/10/92	(reassumiu o cargo em 08/02/94)
Administração Federal		
Luiza Erundina	01/02/93	19/05/93
Romildo Canhim	21/05/93	permanece no cargo
EMFA		
Antônio Luiz da Rocha Veneu	19/04/91	16/09/93
Arnaldo Leite Pereira	16/09/93	permanece no cargo
Secretaria-Geral da Presidência		
Mauro Durante	05/10/92	permanece no cargo
Secretaria de Assuntos Estratégicos		
Mario Cesar Flores	12/10/92	permanece no cargo

01-01

9406117

94C6118
Assumem ministros de Justiça e Amazônia Legal.
150338
4/4/94
507482
11164
11302
27/5/94
FICHADO

Mais dois ministros assumem os cargos

FSP 4/4
Da Sucursal de Brasília

Além do novo ministro da Fazenda, tomam posse amanhã mais dois ministros: Alexandre Dupeyrat (Justiça) e Henrique Brandão Cavalcanti (Amazônia Legal). A posse será realizada no Palácio do Planalto, às 10h.

Ainda não está definido quem ocupará o lugar de Walter Barelli, no Ministério do Trabalho. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, quer um nome do PFL.

Hargreaves quer dar o ministério a um pefelista para consolidar uma base de apoio ao governo no Congresso. Outros três nomes são cotados para o Trabalho: Denise Paiva, amiga pessoal e assessora do presidente Itamar Franco, Franco Montoro, ex-governador de São Paulo, e o ex-ministro Almir Pazzianotto.

Caso deseje adiar a indicação, Itamar pode recorrer ao ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Mauro Durante.

9406118
01-01

Nº. DOCUMENTO 9406119
TITULO Ricupero nega perda salarial mas aceita discutir reposição salarial
.50538
13/4/94
.507462

Ricupero nega perda salarial mas aceita discutir reposição

Ministro da Fazenda diz que governo pode conceder abono para o mínimo

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, disse ontem que aceita discutir com o Congresso a reposição de eventuais perdas salariais, desde que não seja feita pelo pico do rendimento dos trabalhadores.

Ele afirmou que o governo pode conceder um abono para o salário mínimo, como forma de compensar o não-cumprimento da promessa de se elevar o seu valor em 50% até o final do governo.

Essa proposta fora discutida anteontem em reunião ministerial.

O abono não seria estendido aos benefícios da Previdência, evitando o impacto negativo nas despesas da União com essa conta.

O ministro esteve ontem reunido com o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, com quem conversou sobre a votação do plano econômico.

Ricupero afirmou não estar convencido de que a conversão dos salários para a URV, pela média, tenha provocado perdas. Disse aceitar discutir propostas desde que seja provado que houve perdas.

Ricupero disse que o salário mínimo não poderá ser elevado para US$ 100 até o final do governo. Se isso ocorrer, o déficit da Previdência será elevado de US$ 1,6 bilhão para US$ 8 bilhões, acrescentou.

O ministro recusa a reposição pelo pico —momento em que os salários têm o seu valor mais alto, como no primeiro dia de cada mês— porque, segundo ele, isso inviabilizaria o plano.

"Eu vou aceitar ouvir as propostas concretas, que terão de provar que houve perdas. A partir disso encontraremos uma fórmula que não comprometa o plano", disse.

O ministro foi mais preciso em sua definição: "O nosso critério de perdas é pela média. Nós tentamos uma vez, no Plano Cruzado, recompor a perda pelo pico e acabou em um desastre".

E alertou: "Aprovar um Quasimodo, um monstrego, não interessa. Não queremos um aborto. Queremos um plano que funcione."

Ricupero lembrou que o Congresso aprovou todos os demais planos de governos anteriores e agora precisa dar um voto de confiança ao atual programa discutido democraticamente pela sociedade.

O equilíbrio das contas públicas foi lembrado por Ricupero como a condição básica na sua negociação com o Congresso. "A minha disposição é só aceitar idéias que aperfeiçoem o programa", disse ele.

O assessor especial da Fazenda, Edmar Bacha, foi autorizado ontem por Ricupero a discutir com líderes do Congresso alterações nas regras dos contratos sem que venham a comprometer o plano.



Sergio Lima/Folha Imagem

Ricupero abraça Delfim Netto, ontem no Congresso

Negociação

A Folha apurou que a proposta de reposição de eventuais perdas salariais vem sendo discutida dentro da equipe econômica como maneira de garantir a aprovação da MP sem desfigurar o plano de estabilização econômica.

Se aprovada por Ricupero, será apresentada antes da votação da MP na comissão especial.

São considerados pontos inegociáveis pela equipe econômica o aumento do salário mínimo e reposição de perdas passadas, inclusive no momento de conversão dos salários de cruzeiros reais para URV.

A reposição de eventuais perdas quando for criado o real não é uma posição consensual na equipe econômica. O presidente do BNDES, Pérsio Arida, por exemplo, é contra qualquer tipo de reposição por entender que prejudica o plano econômico.

O deputado Neuto de Conto (PMDB-SC), relator da MP, já avisou a integrantes da equipe econômica que a votação do plano é política é que devem ser feitas mudanças pelo Congresso.

Mesmo que o ministro diga que o plano não provoca perdas, os técnicos estudam uma proposta porque consideram que é preferível ceder um pouco do que arriscar uma derrota na comissão ou plenário do Congresso.

01-01

9406119

9406120
FECHA: 18/4/94
VINCULAÇÃO: SS07162

REFORMA AGRÁRIA

Guazzelli estuda desapropriação de terras

O ministro da Agricultura ouviu as reivindicações dos representantes dos colonos sem terra e determinou a compra de áreas no Estado

O ministro da Agricultura, Synval Guazzelli, está estudando a possibilidade de desapropriar uma nova área de terra no sul do Estado para o assentamento dos colonos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estão aguardando terras no território gaúcho 930 famílias, e há 318 assentadas. "Tenho uma área em vista, é boa e bem maior do que a da Embrapa em Bagé (onde há um acampamento de 40 famílias de colonos)", disse Guazzelli.

Os representantes da direção do MST gaúcho levaram ontem uma pauta de reivindicações ao ministro e ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marcos Corrêa Lins, num encontro realizado em Porto Alegre. "Se não houver agilidade por parte do governo federal, vamos ter de fazer pressão, e a única forma é a ocupação de terra", ameaçou Dionilson Marcon, da direção do MST.

A possibilidade de o movimento triplicar o número de invasões de terra — em 1993 foram invadidas 55 fazendas — já havia sido anunciada em São Paulo pelo coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro. O presidente do Incra disse que não teme iniciativas de ocupações de terra, pois o órgão está preparado para enfrentar esta situação. "Recomendei ao presidente do Incra caminhar sempre na frente da demanda e procurar áreas disponíveis no Estado", comentou Guazzelli.

ACORDO — Os sem-terra pediram o cumprimento do acordo feito há um ano com o presidente Itamar Franco, prevendo o assentamento de 1.400 famílias até o final de 1993. Eles solicitaram a oficialização dos assentamentos de cem famílias na Embrapa em Capão de Leão, em Não-Me-Toque e na área da Embrapa em Bagé. "O problema de Bagé vai entrar na pauta das novas aquisições", respondeu Guazzelli, que prometeu também apressar a ação do setor jurídico na solução da área de Não-Me-Toque.

O presidente do Incra se comprometeu a dar apoio para atender às necessidades das 930 famílias acampadas no Estado. Ele também vai estudar a possibilidade de remanejar técnicos de outras superintendências do Incra para atuarem no Estado, com o objetivo de fazer as vistorias e elaborar processos para decretos. Atualmente, apenas dois técnicos estão fazendo este trabalho sede regional do órgão. Na pauta de negociação dos sem-terra estavam ainda a liberação das áreas penhoradas pelo Banco do Brasil para fins de assentamento e recursos para investimentos em melhorias sociais nas areas de reforma agrária no Estado.

9406120

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406121
TITULO Malan negocia empréstimo para garantir acordo
PROC. 29/4/94
FECH 150530
VINCULADO 5007-182
11161
1314

DÍVIDA EXTERNA

Malan negocia empréstimo para garantir acordo

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Banco Central, Pedro Malan, participa de reunião hoje, em Washington, para negociar o apoio do Bird (Banco Mundial) à compra de garantias para o acordo da dívida externa fechado recentemente pelo Brasil com os credores internacionais.

O governo precisa adquirir, nos próximos dois anos, US$ 1,8 bilhão em garantias para o acordo, que são títulos do Tesouro norte-americano a serem entregues aos bancos credores do exterior.

Para isso, Malan negocia empréstimos junto a organismos financeiros internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Bird.

Os empréstimos evitarão que o dinheiro saia das reservas do Banco Central.

01-02 9406121

Nº. DOCUMENTO
TITULO
P... FSP
FECHA 27/..
VINCULACION

ACORDO DA DÍVIDA

Malan nega pedido de empréstimo de garantia

De Washington FSP 27/4

O presidente do Banco Central, Pedro Malan, disse ontem não ter negociado em Washington a concessão de empréstimos-garantia para o acordo da dívida do Brasil com os bancos credores.

Segundo ele, o custo total das garantias previstas no acordo é de US$ 3,8 bilhões, dos quais o Brasil já pagou US$ 2,8 bilhões. O restante será pago em dois anos.

Malan, que retornou ontem ao Brasil, afirmou que sua viagem foi apenas para participar da reunião semestral do Fundo Monetário Internacional.

Ele negou também ter negociado um acordo com o FMI, o que só acontecerá depois da definição da data da entrada em vigor da nova moeda brasileira.

Essa data, disse, ainda não está definida. "O fato de ela não poder ser anterior a 1º de julho não significa que vá ser 1º de julho".

Sobre as negociações do país com a família Dart, único credor privado com quem o Brasil ainda não se entendeu, Malan afirmou não haver novidade.

Sobre o programa econômico do governo, ele disse estar "indo bem, sem grandes surpresas".

02-02
9406121

Nº. DOCU... 9406122
TITULO Dívida do governo é recorde
PROC... 150938 ... Gastos públicos
FECH... 21/04/94
VINCUL... 507482
143

desde Sarney

dezembro para US$ 50,57 bi em março

GASTOS PÚBLICOS

Dívida do governo é recorde

Política de juros altos eleva total de débitos em títulos de US$ 43,7 bi em

GUSTAVO PATÚ
Da Sucursal de Brasília

Os juros altos praticados pelo Banco Central elevaram a dívida interna em títulos (mobiliária) do governo para US$ 50,57 bilhões em março. É o maior valor desde o final do governo Sarney.

O crescimento da dívida tem impactos negativos sobre as contas públicas e reduz a possibilidade de chegar ao final do ano sem déficit, conforme promete o plano econômico do governo.

Segundo a **Folha** apurou, o governo terá de prever mais recursos para o pagamento de juros da dívida interna no Orçamento para 1994, no momento em reformulação, devido à alta dos juros iniciada no final do ano passado.

No final de 1993, a dívida registrava US$ 43,7 bilhões, e passou a crescer em termos reais desde janeiro. O principal motivo é a alta dos juros, que chegaram a 34% ao ano acima da inflação.

Segundo o BC, a base monetária (volume de dinheiro em circulação e nas reservas dos bancos junto ao BC) teve expansão de 34% em março, na comparação do final de março com o final de fevereiro.

Pelo critério dos volumes médios diários, a base cresceu ainda menos que a inflação: 22%. A diferença entre os dois índices acontece porque o último dia útil de março foi feriado, provocando saques de dinheiro nos bancos.

O valor atual da dívida mobiliária é relativamente pequeno —representa 8,8% do PIB (Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos no país), enquanto em países como a Itália esse percentual chega a 70%.

O problema é que o débito tem prazos curtos e juros elevados. A maior parte dos títulos que compõem a dívida são trocados a cada 28 dias, dificultando a administração do fluxo de pagamentos.

A dívida mobiliária chegou a representar 16% do PIB no final do governo Sarney, devido à inflação e aos juros altos. Ao assumir, em 1990, o governo Collor bloqueou os pagamentos da dívida.

Segundo o BC, a dívida também cresceu devido à entrada de dólares no país. É que o BC emite títulos para retirar o dinheiro em circulação na economia, inflado pela entrada dos dólares. Os recursos externos são atraídos pelos juros praticados no país.

Em março, US$ 1,7 bilhão ingressou no país, a menor quantia desde setembro passado. Nas operações financeiras (excluindo exportações e importações) houve fuga de recursos, de US$ 640 milhões.

Reservas crescem

As reservas internacionais —volume de moeda forte acumulada pelo Banco Central— voltaram a registrar recorde no final do mês de fevereiro. Elas somaram US$ 36,542 bilhões.

Para disponibilidade imediata, o BC conta com US$ 30,525 bilhões. Os valores do final de janeiro, recorde anterior, eram de US$ 35,39 bilhões (total) e US$ 29,138 bilhões (a curto prazo).

As reservas terão papel decisivo no plano econômico do governo. Elas servirão para controlar o valor do dólar, através de intervenções do BC no mercado, e como garantia da futura moeda, o real.

A avaliação da equipe econômica é que as reservas continuarão em crescimento esse ano. Isso porque os juros altos continuarão atraindo recursos externos, que ingressam no país em busca da rentabilidade das aplicações financeiras.

01-01 9406122

Nº. DOCUMENTO 9406123
TITULO Ministérios ultrapassam limites ...
PROC. 30538
FECHA 20/4/94
VINCULADO 5074832
11161
11332
11302

Governo

Deputado faz levantamento e

CONTAS PÚBLICAS

ultrapassa limite de gastos

diz que despesas extraordinárias de US$ 3,8 tri desrespeitam lei orçamentária

FERNANDO GODINHO
Da Sucursal de Brasília

Os gastos do governo nos três primeiros meses de 1994 ultrapassaram os limites determinados pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para este ano. As despesas extraordinárias somam cerca de CR$ 3,8 trilhões.

A LDO determina que, sem ter um Orçamento aprovado e atualizado financeiramente pelo Congresso, o governo só pode gastar mensalmente um doze avos das dotações orçamentárias originais.

De acordo com um levantamento feito pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR) nos computadores do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), a Presidência da República e 16 ministérios estão gastando além dos limites explicitados na LDO.

"Este descontrole de gastos compromete a idéia de que o Orçamento terá um déficit zero", analisa o deputado Paulo Bernardo.

O levantamento reúne não só os gastos já realizados como também as despesas empenhadas pelos ministérios.

Segundo ele, estas despesas são feitas sem que o dinheiro esteja efetivamente à disposição dos ministérios. "Mas há o compromisso de que serão pagas", afirma.

Em dezembro do ano passado, o governo editou uma MP (medida provisória) que alterou a LDO para 1994. A MP foi reeditada três vezes e uma das mudanças tornou mais flexível o limite de um doze avos.

De acordo com a MP, ficam de fora deste limite as despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários e serviço da dívida, bolsas de estudo, despesas no exterior do Itamaraty, livro didático e benefícios ao servidor público, inclusive assistência médica e odontológica.

As despesas financiadas com recursos oriundos de operações de crédito externas e respectivas contrapartidas também ficam de fora.

"O levantamento já exclui estas exceções", afirma Paulo Bernardo, que vai encaminhar ao governo um pedido de informações a respeito dos gastos extraordinários.

Outro lado

O secretário do Tesouro, Murilo Portugal, determinou uma investigação interna para apurar se as denúncias feitas pelo deputado Paulo Bernardo são procedentes.

Portugal informou pela assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda que só poderá falar sobre o assunto depois de comprovadas ou não as denúncias.

Portugal lembrou que a responsabilidade legal pelo controle das liberações dos recursos e as observações dos limites de gastos é da SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças) do Ministério do Planejamento.

Em conversa com o deputado petista, Portugal teria questionado o critério usado pelo parlamentar, que levou em consideração despesas empenhadas (previsão de gastos), mas não realizadas.

Editoria de Arte/Folha Imagem

GASTOS DO GOVERNO

Despesas em desacordo com a regra do duodécimo

Órgão	Valor	Órgão	Valor
Ministério da Fazenda	CR$$ 3,7 trilhões	Ministério da Saúde	CR$ 1,2 bilhão
Ministério da Previdência	CR$ 97,9 bilhões	Ministério da Aeronáutica	CR$ 1,1 bilhão
Ministério da Educação	CR$ 24,9 bilhões	Presidência da República	CR$ 549 milhões
Ministério da Agricultura	CR$ 15,2 bilhões	Ministério dos Transportes	CR$ 362 milhões
Ministério da Marinha	CR$ 9,4 bilhões	Ministério das Minas e Energia	CR$ 277 milhões
Ministério da Indústria e Comércio	CR$ 3,9 bilhões	Ministério da Integração Regional	CR$ 255 milhões
Ministério do Exército	CR$ 3,7 bilhões	Ministério do Meio Ambiente	CR$ 122 milhões
Secretaria de Assuntos Estratégicos	CR$ 3 bilhões	Ministério da Justiça	CR$ 1,8 milhão
Ministério da Ciência e Tecnologia	CR$ 2,7 bilhões	Total	CR$ 3,8 trilhões

9406123

01-02

Nº. DOCUMENTO 9406123
TITULO Ministérios ultrapassam limites
PROC. 50538
FECHA 20/4/94
VINCUL. 507483
11161
11332
11302

Governo

Deputado faz levantamento e

CONTAS PÚBLICAS

ultrapassa limite de gastos

diz que despesas extraordinárias de US$ 3,8 tri desrespeitam lei orçamentária

FERNANDO GODINHO
Da Sucursal de Brasília

Os gastos do governo nos três primeiros meses de 1994 ultrapassaram os limites determinados pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para este ano. As despesas extraordinárias somam cerca de CR$ 3,8 trilhões.

A LDO determina que, sem ter um Orçamento aprovado e atualizado financeiramente pelo Congresso, o governo só pode gastar mensalmente um doze avos das dotações orçamentárias originais.

De acordo com um levantamento feito pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR) nos computadores do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), a Presidência da República e 16 ministérios estão gastando além dos limites explicitados na LDO.

"Este descontrole de gastos compromete a idéia de que o Orçamento terá um déficit zero", analisa o deputado Paulo Bernardo.

O levantamento reúne não só os gastos já realizados como também as despesas empenhadas pelos ministérios.

Segundo ele, estas despesas são feitas sem que o dinheiro esteja efetivamente à disposição dos ministérios. "Mas há o compromisso de que serão pagas", afirma.

Em dezembro do ano passado, o governo editou uma MP (medida provisória) que alterou a LDO para 1994. A MP foi reeditada três vezes e uma das mudanças tornou mais flexível o limite de um doze avos.

De acordo com a MP, ficam de fora deste limite as despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários e serviço da dívida, bolsas de estudo, despesas no exterior do Itamaraty, livro didático e benefícios ao servidor público, inclusive assistência médica e odontológica.

As despesas financiadas com recursos oriundos de operações de crédito externas e respectivas contrapartidas também ficam de fora.

"O levantamento já exclui estas exceções", afirma Paulo Bernardo, que vai encaminhar ao governo um pedido de informações a respeito dos gastos extraordinários.

GASTOS DO GOVERNO

Despesas em desacordo com a regra do duodécimo

Ministério da Fazenda CR$$ 3,7 trilhões	Ministério da Saúde CR$ 1,2 bilhão
Ministério da Previdência CR$ 97,9 bilhões	Ministério da Aeronáutica CR$ 1,1 bilhão
Ministério da Educação CR$ 24,9 bilhões	Presidência da República CR$ 549 milhões
Ministério da Agricultura CR$ 15,2 bilhões	Ministério dos Transportes CR$ 362 milhões
Ministério da Marinha CR$ 9,4 bilhões	Ministério das Minas e Energia CR$ 277 milhões
Ministério da Indústria e Comércio CR$ 3,9 bilhões	Ministério da Integração Regional CR$ 255 milhões
Ministério do Exército CR$ 3,7 bilhões	Ministério do Meio Ambiente CR$ 122 milhões
Secretaria de Assuntos Estratégicos CR$ 3 bilhões	Ministério da Justiça CR$ 1,8 milhão
Ministério da Ciência e Tecnologia CR$ 2,7 bilhões	Total CR$ 3,8 trilhões

Editoria de Arte/Folha Imagem

Outro lado

O secretário do Tesouro, Murilo Portugal, determinou uma investigação interna para apurar se as denúncias feitas pelo deputado Paulo Bernardo são procedentes.

Portugal informou pela assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda que só poderá falar sobre o assunto depois de comprovadas ou não as denúncias.

Portugal lembrou que a responsabilidade legal pelo controle das liberações dos recursos e as observações dos limites de gastos é da SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças) do Ministério do Planejamento.

Em conversa com o deputado petista, Portugal teria questionado o critério usado pelo parlamentar, que levou em consideração despesas empenhadas (previsão de gastos), mas não realizadas.

9406123

01-02

Orçamento prevê aumento de verbas

MÔNICA IZAGUIRRE
Da Sucursal de Brasília

Pelo menos quatro ministérios deverão ter suas verbas aumentadas na nova revisão do projeto de Orçamento da União para 1994. Segundo o ministro da Integração Regional, Aloízio Alves, o ministro do Planejamento, Beni Veras, disse ontem que está "preparado" para atender os pedidos feitos por ele e outros três ministros.

Além do MIR (Integração Regional) constam da lista os ministérios da Saúde, da Educação e do Bem-Estar Social. Só o da Saúde quer a mais o equivalente a US$ 5 bilhões —isso aumentaria de US$ 9 bilhões para US$ 14 bilhões os gastos totais do ministério.

Os quatro ministros reclamaram junto ao presidente Itamar que a falta de verbas paralisaria serviços essenciais a partir de junho.

Aluísio Alves foi o mais beneficiado porque o próprio Itamar quer lançar um programa de irrigação no Nordeste, que envolve mais de US$ 100 milhões.

O aumento das dotações orçamentárias significa um recuo em relação à proposta apresentada em dezembro passado ao Congresso. Na ocasião, foram cortados aproximadamente US$ 20 bilhões sobre o projeto original encaminhado em julho, "zerando" o déficit.

Os que mais sofreram cortes na ocasião foram MIR e MBES (Bem-Estar Social). Eles iam ser extintos. Por isso previu-se na época um mínimo de verbas.

Diante da necessidade de manter apoio parlamentar para aprovar um plano econômico em pleno ano eleitoral, o governo concluiu que seria inconveniente a extinção dos dois ministérios. E agora terá de recompor os seus orçamentos.

O MIR está pedindo um adicional equivalente a cerca de US$ 352 milhões em investimentos. No atual projeto, ele detém cerca de US$ 197 milhões.

Henrique Santillo, da Saúde, também esteve ontem com Beni Veras, do Planejamento, para reclamar. Segundo ele, estão faltando recursos até programas prioritários, como compra de medicamentos básicos. Só para a manutenção de hospitais, a Saúde quer quase US$ 3 bilhões a mais.

O ministro da Integração Regional quer ainda a inclusão no Orçamento de uma autorização para tomar um empréstimo de US$ 500 milhões junto ao BNB (Banco do Nordeste). O objetivo é começar a colocar em prática ainda este ano o Programa de Transposição de Águas do Rio São Francisco.

O projeto prevê bombeamento de águas do São Francisco para outros rios do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí.

940123
9406123
02-02

Nº. DOCUMENTO 9406124

TITULO Situación de la economía durante la gestión de F. Henrique Cardoso.

PRENSA ZH

FECHA 5/4/99

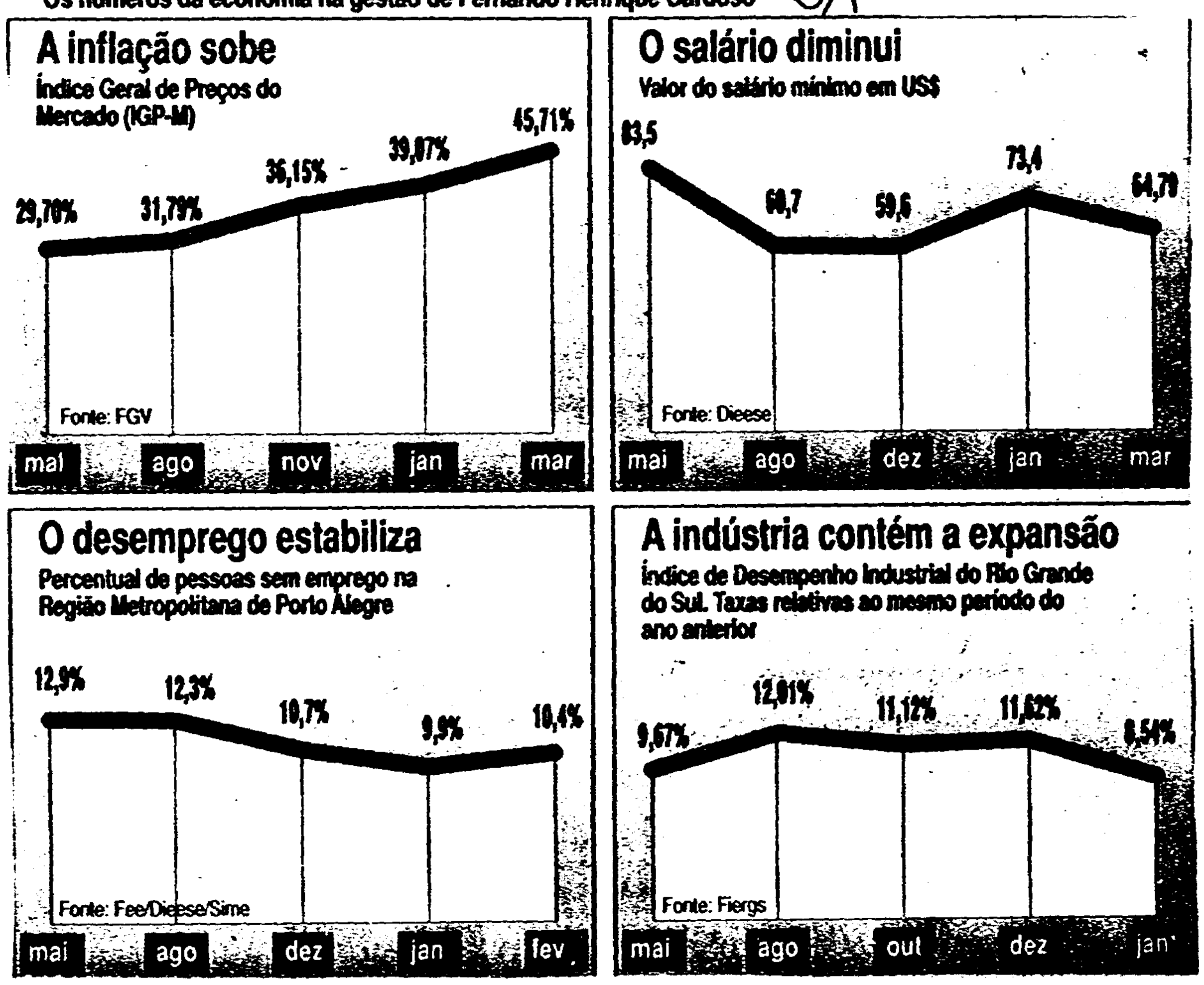
VINCULACION 507482

11161

11302

A HERANÇA DO MINISTRO

Os números da economia na gestão de Fernando Henrique Cardoso 5/4



9406124

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406125
TITULO Brasil compra petróleo argentino
P. Z4
FECHA 15/4/94
VINCUL 507482
11161
1404
06360

Brasil compra mais petróleo argentino

☐A Petrobrás decide diversificar os seus fornecedores e opta pela importação em países mais próximos

HAMILTON ALMEIDA Z4 15/4
Agência RBS

Buenos Aires — Até o final do ano, o Brasil deverá importar mais de US$ 600 milhões em petróleo da Argentina, o que representará um acréscimo de pelo menos 16% nas compras efetuadas em 1993. A Argentina é o segundo maior fornecedor de petróleo do Brasil (o primeiro é a Arábia Saudita), respondendo por 20% a 25% das importações totais do país. "A Petrobrás decidiu diversificar as suas compras de petróleo", disse ontem o presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó.

Rennó explicou que a ênfase que o Brasil está dando à Argentina no item petróleo deve-se à qualidade do produto, à necessidade de equilibrar a balança comercial entre os dois países, que também são sócios na construção do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e à distância geográfica. O transporte de petróleo árabe demora 14 dias em comparação com sete do argentino. Rennó disse também que o Brasil já adquire 35% das suas necessidades de petróleo em países da América Latina.

GÁS — Como interessa à Petrobrás ter outro fornecedor confiável de gás natural, além da Bolívia, Rennó revelou que começaram as conversações com as empresas argentinas sucessoras da estatal Gas del Estado. Esse futuro gasoduto poderá ser interligado ao ramal boliviano ou entrar no país pelo Rio Grande do Sul, admitiu.

O projeto de engenharia financeira para a construção do gasoduto entre a Bolívia e o Brasil será concluído no próximo mês. Rennó adiantou que há empresas dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Austrália e até do Japão examinando a possibilidade de entrar como sócios na empreitada.

9406125

01-01

Nº DOCUMENTO 9406126
TITULO Preocupa déficit fiscal (243 mi de dólares en 1er trimestre)
P 150090
FECHA 18/4/94
VINCULACION 150492
11161
11463

Preocupa déficit fiscal

El déficit de 250 millones de dólares que registraron las cuentas públicas durante el primer trimestre se ha convertido en la gran preocupación del Gobierno de Brasil porque amenaza con una gran crisis fiscal que pondría en riesgo el plan de ajuste, trascendió ayer en Río de Janeiro.

RIO DE JANEIRO/EFE

El temor ha adquirido mayores dimensiones debido a que el desequilibrio fiscal no se corresponde con el importante crecimiento en los ingresos por impuestos.

La Renta Federal de Brasil ha informado que la recaudación mensual de este año ha superado en 1.000 millones de dólares el promedio registrado en el transcurso de 1993.

Campaña contra la especulación

Pero la prensa del país publica ayer que el alza en las tasas de interés que se presenta desde el pasado diciembre ha obligado al Tesoro brasileño a destinar 1.100 millones de dólares a la campaña contra la especulación en los precios.

Este desembolso, que para similar período en 1993 fue de 540 millones de dólares, provocó un déficit de 250 millones de dólares al término del primer trimestre de este año.

Temen crisis fiscal

Las versiones periodísticas advierten de que es creciente el temor entre el equipo económico del Presidente, Itamar Franco, por la eventualidad de una crisis fiscal.

Nueva moneda

La crisis sobrevendría en momentos en que Brasil se apresta a colocar en circulación una nueva moneda, el real, como último paso del plan de ajuste económico puesto en marcha en diciembre por el hoy ex Ministro de Hacienda y actual candidato a la Presidencia, Fernando Henrique Cardoso.

La unidad monetaria reemplazará al depreciado cruzeiro real, y se constituirá en el cierre del programa de normalización económica, que busca borrar un déficit público calculado en 22.100 millones de dólares y derrotar la inflación, que crece a tasas mensuales del 45 por ciento.

La continuación del plan quedó en manos del diplomático de carrera Rubens Ricupero, que asumió el Ministerio de Hacienda tras la retirada de Cardoso.

Según las versiones, los economistas del Gobierno temen que el Fondo Social de Emergencia, que como pieza clave del programa de ajuste asumirá toda la inversión pública en los próximos dos años, no aleje la amenaza de la crisis fiscal.

01-02 9406126

Nº. DOCUM
TITULO
PROC
FECH
VINCUL
Z4
14/4/94

CONTAS PÚBLICAS

Déficit do Tesouro no trimestre chega a US$ 243 milhões

☐O esforço de arrecadação da Receita Federal não foi suficiente para garantir a cobertura dos gastos da União

SYLVIO COSTA

Brasília — Nem os sucessivos recordes de arrecadação superados pela Receita Federal nem o fato de o governo estar executando apenas uma pequena parte do orçamento impediram que o Tesouro Nacional encerrasse no vermelho o primeiro trimestre. O déficit acumulado de janeiro a março foi de Cr$ 186,9 bilhões (US$ 243 milhões).

Este é o resultado de caixa — a diferença entre o que entrou e o que saiu do caixa do Tesouro. Pelo conceito primário, no qual são excluídos os juros da dívida pública, houve superávit de CR$ 1,3 trilhão, ou seja, US$ 1,7 bilhão. Esses números foram divulgados ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, por determinação do ministro da Fazenda, Rubens Ricupero.

Terça-feira, Ricupero manifestou surpresa ao saber, pelos jornalistas, que há quatro meses o Tesouro vinha fazendo segredo sobre as suas contas. A divulgação põe fim ao sigilo, mas aumenta a inquietação quanto à situação das finanças públicas. No ano passado, a receita de impostos cresceu 28% em termos reais. Em março último, segundo dados divulgados ontem pelo secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, a arrecadação foi 33,7% maior do que em março de 1993. Mesmo assim, continua difícil equilibrar as contas do Tesouro — condição indispensável para que o plano econômico funcione, segundo diagnóstico da própria equipe econômica. Portugal procurou atenuar o significado dos resultados negativos dos últimos meses, enfatizando os superávits primários.

02-02

9406126

Nº. DOCUMENTO 9406127
TÍTULO Saldo da Balança Comercial em março foi de 1,03 bi de dólares
P. 150590
FECHA 28/4/94
VINCULACIÓN 1509463
1161
11409

COMERCIO EXTERIOR

Saldo da balança comercial cai em março

O DESEMPENHO DO COMÉRCIO EXTERIOR

O saldo da balança comercial brasileira
Em US$

$$$$$

Mês	Saldo
Outubro	1,14 bilhão
Novembro	1,02 bilhão
Dezembro	630 milhões
Janeiro	983 milhões
Fevereiro	746 milhões
Março	1,03 bilhão

Fonte: Secex

□O resultado do mês foi de US$ 1,03 bilhão e ficou 31,97% abaixo de março de 1993. As importações cresceram

Brasília — O saldo da balança comercial em março foi de US$ 1,03 bilhão, 31,97% inferior ao registrado em março de 1993. O secretário executivo do Ministério da Indústria e Comércio, Ailton Barcellos, informou ontem que houve queda de 4,67% nas exportações em relação a março de 1993. O total no mês passado foi de US$ 3,351 bilhões. Houve um aumento de 15,99% nas importações, que atingiram US$ 2,321 bilhões.

"É sadio, estamos modernizando o nosso parque industrial", disse Barcellos, explicando que o país está importando principalmente máquinas e equipamentos. Os investimentos na indústria melhorarão a competitividade dos produtos brasileiros no Exterior, opinou.

CALÇADOS — O secretário executivo também disse que, apesar da queda, as exportações de março deste ano obtiveram o segundo melhor resultado do período em relação a outros anos. Só foi superado pela venda de produtos para o Exterior feita em março de 1993, que somou US$ 3,515 bilhões. Produtos básicos, como café, farelo de soja, frango, minérios de ferro e de alumínio, foram os principais responsáveis pela queda de 10,37% nas exportações em março último, comparado março de 1993.

Com o Japão, caiu 31,14% o volume de negócios em março passado, comparados com março de 1993. Houve também um "expressivo decréscimo" nas vendas para a Alemanha, principalmente de calçados, que caíram 46,26%.

Entre os produtos que se destacaram nas exportações de março deste ano, na comparação com março de 1993, está a carne bovina. Só para os Países Baixos o Brasil melhorou as vendas em 243,16%. A venda de peças de carros e tratores para a Itália cresceu 448,50%. E também aumentou em 142,26% a venda de cigarros para a Bélgica.

9406127

01-02

Nº. DOCUM...
TITULO ...
P: 150538
FECH: 28/4/94
VINCUL...

Saldo comercial continua em queda
pela 3ª vez no ano

Diferença entre exportações e importações cai 31,9% em março e declina

Da Sucursal de Brasília

Pelo terceiro mês consecutivo neste ano, diminuiu o saldo entre o que o Brasil exportou e importou. Em março, as vendas brasileiras ao exterior superaram as compras em US$ 1,03 bilhão.

Isso representa uma queda de 31,9% em relação a março de 1993. O aumento das compras externas foi o principal responsável pela redução do superávit da balança comercial no mês passado.

As importações voltaram a subir em março, totalizando US$ 2,321 bilhões. Isso representa um crescimento de 15,9% em relação a março do ano passado. As importações vêm subindo desde meados de 1993.

Já as exportações totalizaram US$ 3,351 bilhões, uma queda de 4,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. A corrente de comércio (exportações mais importações) somou US$ 5,672 bilhões, o que representa um aumento de 2,8% em relação a março de 1993.

Para o governo, o aumento das importações reflete a retomada do crescimento da atividade econômica e a modernização do parque industrial. Entre os principais produtos importados destacam-se bens de capital, intermediários e matérias-primas.

"Não estamos queimando reservas", afirmou o secretário-executivo do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, Afllton Barcellos, ao comentar o crescimento das importações. Segundo ele, o aumento das compras de máquinas e equipamentos, por exemplo, se refletirá num crescimento futuro das exportações.

O governo ainda não fixou uma meta para a balança comercial neste ano, mas Barcellos admite que a tendência é de um aumento maior das importações em relação às exportações. Ou seja, o saldo deste ano dificilmente chegará aos US$ 13,049 bilhões obtidos em 1993.

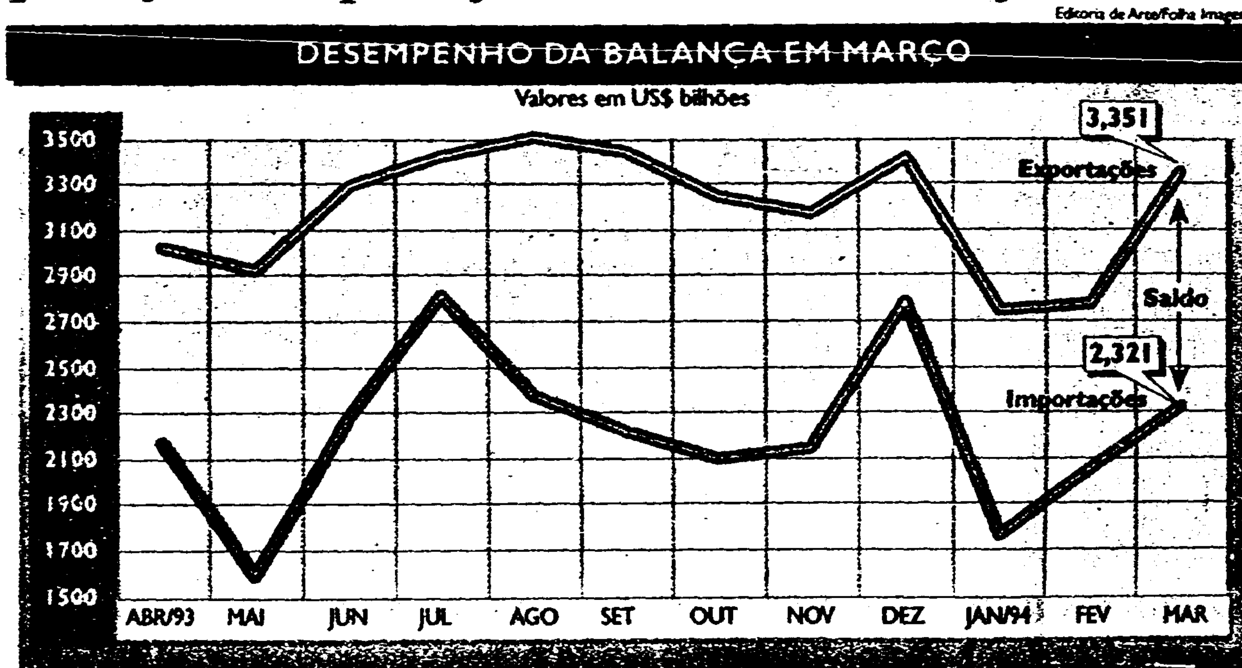
A queda de 4,7% nas exportações deveu-se basicamente à diminuição das vendas de produtos básicos, que caíram 10,4% em relação a março do ano passado. As exportações de manufaturados, entre eles calçados e laminados planos, caíram menos: 2,2%.

No caso dos calçados, há pelo menos três meses vem sendo registrada uma queda nas vendas do produto para a Alemanha. No primeiro trimestre, as exportações de calçados para aquele mercado caíram 58,2% em relação a igual período do ano passado.

Os destaques na pauta de exportação em março ficaram por conta de soja em grão e carne bovina. Entre os principais produtos exportados estão minério de ferro, farelo de soja (básicos) e calçados.

Com o resultado de março, o saldo da balança comercial acumulado no ano sobe para US$ 2,759 bilhões. As exportações acumuladas somam US$ 8,879 bilhões e as importações, US$ 6,120 bilhões. A corrente de comércio acumulada soma US$ 14,999 bilhões.

Editoria de Arte/Folha Imagem



02-02

9406127

Nº. DOCUM. 9406128
TÍTULO Seg. privatização Arafértil
PROC. 100538
FECHA 16/4/94
VINCUL. 557482
1161
11312

Ipiranga e Bunge compram Arafértil

FSP 16/4

FRANCISCO SANTOS
Da Sucursal do Rio

Com a venda ontem, na Bolsa do Rio, dos 33,3% do capital da Arafértil S/A que pertenciam à Petrofértil (grupo Petrobrás), o governo completou a privatização no setor de fertilizantes.

A participação estatal na Arafértil foi vendida por US$ 10,74 milhões para as empresas Quimbrasil (grupo Bunge, da Argentina) e Fertisul (grupo Ipiranga), que dividiam com a Petrofértil o controle da empresa.

A venda da Arafértil marcou a retomada dos leilões de privatização após três adiamentos sucessivos (Caraíba Mineração, Lloyd Brasileiro e Cobra Computadores).

A ação de um investidor solitário, que comprou 407 ações no leilão, impediu que a empresa fosse vendida pelo preço mínimo, gerando um ágio de 0,011% e fazendo com que o leilão demorasse 13 minutos para ser concluído.

As 407 ações compradas pelo investidor não devem ficar com ele. A Quimbrasil e a Fertisul têm sete dias úteis para exercer o direito de preferência que lhes garante o estatuto da Arafértil e ficar com elas pelo preço de leilão.



Luciana Whitaker/Folha Imagem

O leiloeiro Danilo Ferreira (fundo), na venda da Arafértil

O preço mínimo da empresa era de US$ 16,20 milhões, mas dele foi descontada uma dívida de US$ 5,5 milhões que a Petrofértil tinha com a Arafértil.

Além da Arafértil, foram privatizadas também no setor de fertilizantes as empresas Fosfértil, Goiasfértil, Ultrafértil e Indag.

O grupo Ipiranga, terceiro maior do país no setor de distribuição de combustíveis (é dono também da Atlantic), têm no setor de fertilizantes outra área de interesse, controlando a Fosfértil e Ultrafértil.

O governo decidiu liquidar os bens da ICC (Indústria Carboquímica Catarinense), parada há um ano, e a Nitrofértil, passou a ser uma unidade da Petrobrás.

Além do setor de fertilizantes, o governo já concluiu também a venda do setor siderúrgico, com a privatização de oito empresas.

O presidente da Comissão Diretora do programa de privatização, André Franco Montoro Filho, disse que após os leilões marcados para maio, começará a divulgar os editais de venda das empresas do Pólo de Camaçari, na Bahia.

Montoro disse que espera vender em agosto a Light e a Escelsa, as duas empresas federais de distribuição de energia elétrica.

Na próxima segunda-feira, em Brasília, técnicos do governo vão se reunir para fazer um balanço das participações minoritárias de estatais em empresas privadas.

Ontem também o governo conseguiu ontem vender o último lote de ações da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), remanescente do leilão realizado em abril de 93.

Por US$ 86,5 milhões, foram vendidos 3,9% do capital da empresa para a Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e para o Banco BBI, de capital alemão.

A BB DTVM ficou com US$ 69,2 milhões e o BBI, com US$ 13,3 milhões. Representantes das duas empresas informaram que as ações serão repassadas a clientes que não foram identificados.

01-01
9406128

Nº. DOCUMENTO 9406129
TITULO Acuerdo de refinanciación de deuda con bancos acreedores
PROCE... Ro. Nacional
FECHA 17/4/94
VINCULA... 507182
111161
11314

,rasil, con bonos Brady

Acuerdo: el gobierno refinanció 49.000 millones de dólares con 750 bancos acreedores; para William Rhodes, es un "momento histórico".

NUEVA YORK (AP) – Brasil llegó a a un acuerdo con 750 bancos acreedores para la refinanciación de 49.000 millones de dólares, parte de sus 120.000 millones de deuda externa.

"Brasil marcó hoy un importante hito en la continuación de su programa de reforma económica", dijo su ministro de Hacienda, Rubens Ricupero, en una declaración de prensa. El vicepresidente del Citibank, William Rhodes, un negociador clave en el proceso que llevó al acuerdo, consideró el desenlace "un día histórico para Brasil al permitir la normalización de las relaciones con sus acreedores extranjeros y dar un mayor impulso a su programa de apertura y reforma económica".

Bonos con garantía

El acuerdo, logrado anoche en Nueva York, es un vestigio de la enorme deuda contraída por el Tercer Mundo, que sacudió el sistema financiero mundial al principio de la década de los ochenta, cuando creó la denominada "década perdida" de estancamiento en América latina y causó grandes pérdidas a los bancos norteamericanos y de otras naciones desarrolladas.

Conforme con el novedoso acuerdo elaborado por el ex secretario del Tesoro Nicholas Brady, Brasil devolverá gran parte de lo que queda de su deuda a los bancos en bonos especiales, con el respaldo de bonos del Tesoro norteamericano como garantía real.

Esos bonos especiales, denominados bonos Brady, fueron utilizados por México y la Argentina para facilitar el pago de sus onerosas deudas. Los bonos Brady son considerados parcialmente responsables por el resurgimiento económico de esas naciones.

Brasil, que ostenta la deuda externa del mundo en desarrollo, debe a sus acreedores aproximadamente 120.000 millones de dólares. La magnitud de la deuda y la imposibilidad de Brasil para pagarla complicaron los esfuerzos del país en la lucha contra la galopante inflación y constituye la principal razón por la que Brasil carece de acceso a un mayor capital extranjero muchos bancos se han negado a prestarles más dinero.

Un fuerte acreedor

Citibank, el mayor banco norteamericano y principal negociador de la reestructuración de la deuda, es adeudado por 2500 millones de dólares por Brasil.

El acuerdo básico para la reestructuración de la deuda fue logrado el 29 de noviembre último pero fue demorado debido a algunos acreedores recalcitrantes y a las dificultades que tuvo Brasil en completar un acuerdo para su reforma económica con el Fondo Monetario Internacional.

El acuerdo se complicó después por los recientes altibajos del mercado de bonos norteamericano, que causó la caída de los precios de los bonos Brady.

Los bancos tenían interés en completar el pacto antes del 3 de octubre, fecha de las elecciones presidenciales en Brasil. Existieron temores de que uno de los candidatos punteros, el izquierdista Luis Ignacio Lula da Silva, del Partido de los Trabajadores, trate de renegociarlo.

El ex ministro de Hacienda brasileño Fernando Henrique Cardoso, que realizó intensas gestiones para lograr el nuevo acuerdo, renunció el mes último con el objeto de postularse a la presidencia. Sigue a Lula en las más recientes encuestas de opinión.

El comité asesor bancario encabezado por Citibank incluye a Morgan Guaranty Trust Company; Lloyd's Bank; Arab Banking Corp.; Banco Portugues do Atlantico; Bank of America; Bank of Montreal; The Bank of Tokyo, Ltd.; Bankers Trust Co.; The Chase Manhattan Bank; Chemical Bank; Commerzbank Aktiengesellschaft; Credit Lyonnais; Deustche Bank AG; Midland Bank; The Mitsubishi Bank; Société Générale; Swiss Bank Corp. y Union Bank de Suiza.

9406129

01-04

Nº. DOCU...
TITULO ...
PROCES... 150090
FECH... 19/4/94
VINCUL...

Acordo permite redução de US$ 9 bilhões

GUSTAVO PATÚ
Da Sucursal de Brasília

O governo calcula em US$ 9 bilhões o desconto obtido sobre a dívida externa, a partir do acordo fechado na última sexta. O valor é menor que o estimado no início das negociações com os credores.

O cálculo consta de um documento elaborado pelo Banco Central. A estimativa é que o valor original da dívida renegociada, de US$ 35 bilhões, caia em 25,7% nos próximos 30 anos.

Quando foram assinados os termos do acordo, em 1992, o governo Collor anunciou que o desconto seria de 35%. Esse argumento foi utilizado para que as condições fossem aprovadas pelo Senado.

O desconto previsto pelo BC é baseado nas características dos cinco novos títulos da dívida brasileira. Quatro deles oferecem algum tipo de abatimento, reduzindo o débito ou tabelando os juros.

De imediato, a dívida cairá em US$ 4 bilhões, devido ao abatimento representado pelos bônus de desconto. Esses papéis representam 34,7% do total renegociado com os bancos credores externos.

Os bônus ao par, "flirbs" e bônus de capitalização —papéis que representam cerca de 60% da dívida— têm juros tabelados abaixo das previsões para as taxas internacionais futuras, o que abateria em US$ 5 bilhões a dívida.

Essas vantagens têm levado o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, a declarar que o acordo da dívida possibilitará a retomada do crescimento econômico. Já sua equipe avalia que resultados desse tipo, só a longo prazo.



Folha Imagem

Pedro Malan, presidente do Banco Central, que calcula em US$ 9 bi o desconto da dívida externa

O principal desdobramento favorável do acordo é a redução dos juros cobrados de empresas brasileiras no exterior, abrindo caminho para a queda das taxas internas.

O governo não cogita, porém, reduzir os juros até que haja uma estabilização efetiva da inflação. A intenção é manter as taxas em alta, para inibir o consumo que tende a crescer com a queda da inflação.

Outra consequência anunciada pelo governo, a normalização das relações externas do país, dependerá de um acerto com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

As negociações com o Fundo estão na dependência da definição da data de criação da futura moeda, o real. Os compromissos a serem assumidos com o FMI dependem das projeções de inflação.

A normalização das relações financeiras internacionais favorecerá a obtenção de mais empréstimos internacionais. Na verdade, esses empréstimos vêm crescendo desde 1992, quando começaram as negociações do acordo.

FSP 19/4

9406129

02J

Brasil refinanció con banca comercial sin aval del FMI

Brasilia.- El acuerdo definitivo de refinanciación de la deuda brasileña con la banca comercial acreedora entró el viernes en vigor, después de once años de negociaciones y sin el aval del Fondo Monetario Internacional (FMI).

Con la firma del pacto de refinanciación por treinta años de débitos por unos 52.000 millones de dólares, dentro de las reglas del denominado "Plan Brady", Brasil logrará un ahorro de 4.300 millones, correspondientes a una reducción de la deuda, un plazo prolongado para los pagos y tipos de interés bancario menores.

La suscripción del acuerdo se efectuó en Nueva York a cargo de Pedro Malán, presidente del Banco Central de Brasil -rector de la política monetaria- y el titular del Comité Asesor de los bancos acreedores y vicepresidente del principal de ellos, el Citybank, William Rhodes.

A diferencia de otros acuerdos de la banca comercial con diversos países, el pacto no cuenta con el aval del FMI, que debía conceder un crédito para costear las garantías, que han sido cubiertas con las reservas de divisas de Brasil, que suman la marca histórica de 35.000 millones de dólares.

SIN AVAL

El FMI se abstuvo de firmar por el momento un acuerdo de derecho de giro, ya que el plan de estabilización económica de Brasil se encuentra a medias y aún no ha sido fijada una fecha para la puesta en circulación de una nueva moneda, el real, que anulará, en una primera fase, la inflación -del 45,7 por ciento mensual.

El arreglo representará en la práctica la sustitución de los bonos actuales de la deuda por otros nuevos en los más de 900 bancos comerciales acreedores de Brasil, la nación en desarrollo m s endeudada, con un total 135.400 millones de dólares entre entidades privadas, oficiales y multilaterales.

Los seis tipos de bonos nuevos -descuento, a la par, capitalización, dinero nuevo, reducción temporal de intereses y papeles con plazo de quince años- cubrirán los títulos por 35.000 millones de dólares.

Los restantes 17.000 millones también forman parte del total de la refinanciación, aunque no están sujetos al intercambio de bonos y corresponden a débitos del Estado con la banca brasileña en el exterior (6.000 millones), préstamos concedidos por los acreedores a partir de 1988 (4.000 millones) y tipos de interés bancario acumulados (7.000 millones).

Con el acuerdo definitivo se concluye una negociación de once años, con varias interrupciones, proyectos de arreglo fracasados y tres moratorias unilaterales, entre Brasil y la banca comercial acreedora, y se ha normalizado el proceso de amortización de los débitos.

El jefe del departamento de deuda exterior del Banco Central brasileño, Linaldo Aguiar, expresó su confianza de que una próxima operación de cálculo de la deuda refinanciada indique que su monto es menor a los 52.000 millones de dólares y puede situarse en los 49.000 millones.

La expectativa se debe a la adquisición reciente por inversores de títulos de la deuda para comprar acciones en las subastas de compañías brasileñas que han sido privatizadas.

Además de los títulos de garantía por 2.800 millones de dólares, el Gobierno brasileño deberá comprar otros por 1.600 millones, en cuatro transacciones y en un plazo de dos años. (EFE)

Luego de once años Brasil logró acuerdo por su deuda

● *La negociación ha causado sorpresa en los medios financieros internacionales*

Tomado de O'Globo Brasil

Chico



Después de 11 años de negociaciones, Brasil cerró con sus bancos acreedores privados un acuerdo de reestructuración de casi la mitad de su deuda externa de 100.000 millones de dólares según los términos del Plan Brady.

BRASILIA / ANSA

El acuerdo convertirá en siete nuevos títulos públicos 49.000 millones de dólares adeudados, que se cancelarán en un plazo de 30 años, se confirmó oficialmente ayer en Brasilia.

El documento fue firmado anoche en Nueva York por el titular del Comité de Bancos Acreedores y el Presidente del Banco Central de Brasil, Williams Rodhes y Pedro Malán, respectivamente.

El convenio, a la vez que invalida cuatro anteriores acuerdos, permite que los nuevos títulos, en parte, sean utilizados para el mecanismo de "capitalización" en la privatización de empresas brasileñas y también en inversiones directas.

Los acreedores externos convertirán 32.400 millones de deuda "antigua" por 28.500 millones en nuevos bonos, con un beneficio para el país de unos 4.000 millones de dólares.

Historia de negociaciones

La historia de las negociaciones brasileñas con los bancos acreedores privados internacionales comenzó en 1982, después de tres crisis sucesivas que ampliaron en más de ocho veces el nivel de endeudamiento externo del país.

La deuda registrada en el Banco Central era de 12.600 millones en 1973. Se elevó a 43.500 millones en 1977, a 83.300 millones en 1982 y a 91.632 millones de dólares a fines de 1983. Desde entonces se mantuvo en torno de los 100.000 millones.

Para la firma del nuevo acuerdo, cerca de 700 bancos acreedores que representan el universo de 97 por ciento del total, prestaron su adhesión para refinanciar 49.000 millones de dólares.

Quedaron fuera 1.400 millones de dólares adeudados a la familia estadounidense Dart, que no coincidió con las propuestas presentadas por el gobierno brasileño y debe decidir aún cómo renegociará.

Según algunos analistas, Brasil obtuvo en la renegociación de la deuda, además de restablecer las relaciones financieras internacionales, una concesión inédita: el pago en cuotas de las garantías exigidas, cláusula hasta hoy no alcanzada por otro país.

También logró un descuento de 4.000 millones de dólares, que podrá alcanzar a 7.000 millones, de acuerdo a la evolución de las tasas de intereses internacionales.

El acuerdo firmado por Brasil ha causado sorpresa en los medios financieros internacionales, porque es la primera vez que un gran deudor como es este país culminó la reestructuración de su deuda sin el respaldo ni el monitoreo del Fondo Monetario Internacional (FMI).

03

9406129

Brasil assina acordo com credores privados

Folha Imagem. Banco de Dados/ZH — 23/5/93



Coordenador: *Malan está em Nova York para o ato final da negociação*

□Será oficializado hoje, em Nova York, o acerto de reestruturação do débito de US$ 52 bilhões com bancos internacionais

Washington — Um esforço de quase três anos de árduas negociações, realizadas em meio às turbulências do governo Fernando Collor e cinco trocas de ministro da Fazenda, será coroado hoje, em Nova York, com a efetivação de um acordo de redução e reestruturação da dívida externa privada brasileira. O Brasil deve aos bancos privados US$ 52 bilhões. O valor está dividido em US$ 35 bilhões de dívida contraída antes de 1983, mais US$ 3,8 bilhões dos financiamentos recebidos em 1988, outros US$ 6,2 bilhões com bancos brasileiros que têm agências no Exterior e US$ 7 bilhões em juros.

A assinatura do acordo encerrará um capítulo de quase 12 anos de frustrações e desentendimentos entre o Brasil e a comunidade financeira internacional privada. O presidente do Banco Central (BC), Pedro Malan, que formulou a estratégia com os bancos e comandou sua execução, estará em Nova York para supervisionar o ato que colocará o acordo em vigor, a troca dos instrumentos da dívida velha pelos da dívida renegociada.

PORTAS ABERTAS — Fontes oficiais brasileiras e do comitê de bancos credores disseram ontem não acreditar que o especulador norte-americano Kenneth Dart, dono de 3,5% da dívida, tente bloquear a conclusão do acordo. Se ele fizer isso, observaram, provocará uma queda ainda maior de seus aproximadamente US$ 1,4 bilhão em títulos brasileiros.

O Banco Central continua com as portas abertas para os Dart, indicou Malan em Guadalajara, onde representou o Brasil na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Mas está preparado para responder se ele atacar.

Dart comprou os papéis brasileiros com deságio de mais de 70%. Seu grupo se recusa há meses a aceitar os termos finais da renegociação, subscritos pelos demais credores (mais de 750). Todos concordaram em fazer uma segunda opção, prevista nos contratos. Martin London, advogado de Dart em Nova York, foi lacônico: "Nenhum comentário", disse ele.

Acordo com credores sai na sexta-feira

Marco Prado - 7 abr 94/Folha Imagem

Da Sucursal de Brasília

O governo vai concluir na próxima sexta-feira acordo que renegocia US$ 35 bilhões da dívida externa junto aos credores privados.

O acordo significa que os atuais títulos da dívida brasileira, chamados de Mydfa, serão trocados por seis novos tipos de papéis, com condições diferentes de juros e prazos.

A dívida receberá um abatimento inicial de US$ 4,3 bilhões e seus pagamentos serão estendidos até o ano 2024. Em compensação, o país passará a pagar os juros integralmente (hoje paga 50%).

Com o acordo, fica praticamente toda renegociada a dívida brasileira chamada registrada, ou seja, a que foi contraída até 1982 e não pôde ser honrada pelo país.

Essa dívida soma cerca de US$ 98 bilhões e está quase toda incluída em acordos como o que será fechado. Os acordos incluem, além dos credores privados, o Clube de Paris (países credores).

Após o acordo com os bancos credores, restará uma parcela residual da dívida com o Clube de Paris, de cerca de US$ 2 bilhões, a ser renegociada.

04-04

9406129

Nº. DOCU... 9406130
TITULO Los desafios de Ricupero
PROC. 150536
FECHA 6/4/94
VINCUL. 507482
111601
1392

OS DESAFIOS DE RICUPERO

INFLAÇÃO
Conter a alta de preços, que em março atingiu 45,71% pelo IGP-M. Resistir às pressões do Planalto para adotar medidas de força contra empresários acusados de aumentar abusivamente os preços

ORÇAMENTO
Conseguir a aprovação do Orçamento de 94 pelo Congresso e contornar a greve dos funcionário da SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças). Já se está no quarto mês do ano sem que a União tenha Orçamento definido

AJUSTE FISCAL
Segurar gastos e contornar as reivindicações por mais verbas feitas pelos ministérios

URV
Conseguir que o Congresso aprove sem alterações a medida provisória que criou o novo indexador. Converter as tarifas e os contratos públicos para a URV

REAL
Introduzir a terceira fase do plano econômico, substituindo o cruzeiro real pelo real. Definir a garantia de que a moeda não vai se desvalorizar (o lastro do real) e sua relação com o dólar

DÍVIDA EXTERNA
Fechar o acordo com os credores privados, marcado para o dia 15 de abril. Conseguir um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), que aguarda maiores definições sobre a estabilização da economia

01-01

9406130

Nº. DOCUMENTO 9406131
TÍTULO Governo corta US$ 1,8 bi das estatais
FECHA 28/4/94
VINCULACIONES 507482 11161 11312 11332

ORÇAMENTO

Governo corta US$ 1,8 bi das estatais

Para Raul Jungmann, essa é a contribuição das empresas públicas para o programa de ajuste e estabilização

Da Sucursal de Brasília

As empresas estatais federais vão sofrer um corte de aproximadamente US$ 1,83 bilhão ou cerca de 17,4% no valor de investimentos programado para 1994.

A redução dos tetos para investimento das empresas será encaminhada ao Congresso junto com a proposta de nova revisão do projeto de Orçamento da União para 94.

Já comunicada às estatais, a decisão foi anunciada ontem pelo secretário-executivo do Planejamento, Raul Jungmann.

"Essa é uma contribuição que tem que ser dada pelas estatais para o programa de ajuste no setor público e de estabilização da economia", justificou ele.

Até então, as estatais vinham sendo poupadas na discussão do ajuste. Na revisão feita em dezembro passado, só a administração direta sofreu cortes, em valor equivalente a cerca de US$ 20 bilhões.

A atual versão do projeto em tramitação autoriza as estatais a investirem em 1994 o equivalente a cerca de US$ 10,5 bilhões.

O corte será todo concentrado nas estatais do setor produtivo, como Petrobrás e Telebrás.

Já as estatais do setor financeiro terão seu limite de investimentos preservado em aproxidamente US$ 603 milhões.

Não haverá cortes no grupo de estatais classificado como empresas típicas de governo (Embrapa, por exemplo).

Entre as do setor produtivo, todas serão atingidas. No grupo Petrobrás, o teto cairá de US$ 2,24 bilhões para US$ 2,14 bilhões. No grupo Eletrobrás, de US$ 1,96 bilhão para US$ 1,4 bilhão.

No grupo Telebrás, a redução é de US$ 3,2 bilhões para US$ 2,95 bilhões. Outro exemplo é o grupo Vale do Rio Doce, cujo limite passará de US$ 639 milhões para US$ 236 milhões.

Envio

Uma nova revisão do projeto de Orçamento deve ser enviado amanhã pelo governo ao Congresso.

O adicional apurado na reestimativa da arrecadação tributária vai permitir um recuo de US$ 3 bilhões nos cortes de US$ 20 bilhões realizados na revisão de dezembro.

Ontem, o presidente Itamar Franco recebeu a proposta elaborada pela área econômica.

Da verba adicional de US$ 3 bilhões, cerca da metade deverá ficar com o Ministério da Saúde.

01-01 9406131

Nº. DOCUMENTO 9406132
TITULO Recomposicion ...
FECHA 13/4/94
VINCULACION

PLANO FH

Recomposição de salário começa em julho

□ A comissão que avaliou a medida provisória recua e aceita as regras do governo para repor as perdas dos trabalhadores

Brasília — A comissão especial do Congresso aprovou ontem o projeto de conversão da Medida Provisória 457, que criou a Unidade Real de Valor (URV). A proposta estabelece mecanismos para a reposição das perdas dos trabalhadores na conversão dos salários para a URV. Ficou estabelecido que as perdas serão repostas na data-base de cada categoria profissional, a partir de 1° de julho. A base para apuração de eventuais perdas é a comparação entre a soma, em URVs, dos valores dos salários nos meses de março a junho, com a soma dos salários, também em URVs, levando-se em conta a lei salarial anterior.

A inflação ocorrida após a entrada em vigor do real será automaticamente repassada para os salários, a partir da segunda data-base de cada categoria. A inflação será medida por um novo índice, o Índice de Preços ao Consumidor, série R, IPCR, a ser apurado pelo IBGE, com base nos gastos de uma família com rendimento de até oito salários mínimos. Essas regras valerão também para os servidores públicos.

A comissão queria garantir regras mais abrangentes para a reposição das perdas salariais, mas o relator Neuto de Conto (PMDB-SC) recuou porque as perdas não foram comprovadas. Para compensar, o relator suprimiu o parágrafo 9° do artigo 18 da MP, que tornava sem eficácia as cláusulas que assegurem correção ou reajuste de salários em prazo inferior a um ano, depois da conversão dos salários em URV.

Elaborado pelo deputado Neuto de Conto, o projeto teve total aprovação do governo e recebeu na comissão oito votos favoráveis contra um, mantendo inalterada a essência do programa de estabilização econômica. O relator fez 59 alterações para atender as reivindicações de diversos setores, inclusive a bancada ruralista, mas terminou cedendo aos apelos do Executivo no que diz respeito aos salários.

CONTRATOS — O projeto de conversão estabelece que os critérios de cálculo da correção monetária, quando da implantação do real, serão definidos em projeto de lei, e não por decreto, como determinava a MP 457. Esse projeto vai detalhar a aplicação do polêmico artigo 36 da medida provisória, que determina a criação de um vetor, para evitar que a inflação do cruzeiro real contamine a nova moeda no momento da sua criação.

O relatório que será votado no planário do Congresso, manteve as regras para os contratos celebrados em URV a partir de 1° de março. Será permitido estipular cláusula de reajuste de valor por índice de preços ou por índice que reflita a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados, desde que a aplicação da mesma (da cláusula de reajuste) fique suspensa pelo prazo de um ano. O projeto introduziu uma mudança. O Poder Executivo poderá autorizar a alteração dos prazos de suspensão da aplicação do reajuste.

O Poder Executivo encaminhará ao Congresso, em 30 dias, um projeto de lei dispondo sobre a elevação do salário mínimo e as medidas necessárias ao financiamento não inflacionário dos efeitos da elevação do piso sobre as contas públicas, especialmente sobre a Previdência Social.



Prazo: *Odacyr Soares (E) e Neuto de Conto (D) deram 30 dias para o governo elaborar um projeto que estabeleça o aumento do salário mínimo*

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

□ **Salários/URV** — Fica assegurada a reposição das perdas salariais ocorridas no momento da conversão em URV, na data-base de cada categoria profissional, a partir de 1° de julho. A base para apuração de eventuais perdas é a comparação entre a soma, em URVs, dos valores dos salários nos meses de março a junho, com a soma dos salários, também em URVs, levando-se em conta a lei salarial anterior

□ **Salários/real** — A inflação ocorrida após a entrada em vigor do real será automaticamente repassada para os salários, a partir da segunda data-base de cada categoria. A inflação será medida por um novo índice, o IPCR, a ser apurado pelo IBGE, com base nos gastos de uma família com rendimento de até oito salários mínimos

□ **Salário mínimo** — Em um mês o governo apresenta um projeto definindo um cronograma de aumentos para o mínimo, desde que não comprometa os gastos da Previdência

□ **Contratos** — Os contratos firmados depois de 1° de março podem conter cláusulas de reajuste de valor por índices de preços que reflitam a variação de custos e insumos do setor. Na versão anterior da MP, o prazo de reajustes não podia ser menor a 12 meses. No novo texto, o governo fica autorizado a permitir reajustes em prazos inferiores a um ano

□ **Artigo 36** — Os critérios para o expurgo da correção monetária dos 15 dias que antecederem a implantação do real serão definidos em projeto de lei e não por decreto, como determinava a MP. O expurgo, previsto nesse artigo, criou uma forte polêmica, principalmente dentro do setor financeiro, um dos mais atingidos pela medida — pois carrega um grande volume de títulos públicos com correção monetária

□ **Crédito agrícola** — Na regulamentação das operações de crédito rural, será assegurado o equilíbrio econômico financeiro entre a atualização monetária dos contratos e a dos preços mínimos dos produtos agrícolas. O objetivo é evitar o descasamento entre as duas contas, que abriu um rombo financeiro no setor agrícola

Novo índice vai medir a inflação mensal do real

Brasília — O governo vai criar um novo índice para medir a inflação a partir da criação do real: O índice de Preços ao Consumidor, série R, já batizado de IPCR. Calculado pelo Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na variação mensal do custo de vida das famílias com renda até oito salários mínimos — 518,32 Unidades Reais de Valor (URVs) — O IPCR será divulgado até o último dia útil de cada mês.

A criação do novo índice foi incluída ontem no projeto de conversão à Medida Provisória 457, que cria a Unidade Real de Valor, por sugestão da área econômica do governo. Pelo projeto, que ainda será submetido ao plenário do Congresso Nacional, caberá aos Ministérios da Fazenda e Planejamento definir os critérios de apuração do índice, inclusive o período de coleta dos preços.

METODOLOGIA — Ficou estabelecido, porém, que a coleta deverá abranger pelos menos os Estados que já são utilizados para cálculo dos demais índices do IBGE. A inflação apurada pelo IPCR será incorporada ao salário do trabalhador na data-base de cada categoria profissional.

No caso dos servidores públicos federais, o repasse da inflação ocorrerá em janeiro de cada ano. Para os aposentados e pensionistas da Previdência, o IPCR acumulado será incorporado aos benefícios sempre no mês de maio.

01-01
9406132

Nº 9406133

Sai a nova medida provisória da URV

□O governo mantém a reposição das perdas salariais e o expurgo da correção monetária sugeridos pelo Congresso

ROSALVA NUNES DA ROSA



Compromisso: *Itamar (E) e Ricupero aceitam divulgar a data de circulação do real com 35 dias de antecedência*

Brasília — O presidente Itamar Franco reeditou ontem, pela segunda vez, a Medida Provisória que instituiu a Unidade Real de Valor (URV), incorporando apenas duas das modificações propostas no relatório do deputado Neuto de Conto (PMDB-SC). A nova MP, de número 482, determina que, a partir de julho, os trabalhadores terão direito, na data-base de cada categoria, à reposição das perdas salariais ocorridas na conversão para URV. O critério para apuração das perdas é a comparação da média dos salários em URV no quadrimestre março/junho com os valores, também pela média, que os salários teriam pela política anterior.

O governo também aceitou a sugestão do relator de estabelecer em lei, e não por simples decreto, o expurgo da correção monetária nos dois primeiros meses de vigência do real. Assim, a correção monetária de títulos e contratos em geral será calculada, naquele período, tomando por base os preços em real, o equivalente em URV dos preços em cruzeiros reais, e os preços nominados ou convertidos em URV dos meses imediatamente anteriores. Com tal critério, a variação da correção monetária será praticamente nula. O objetivo é evitar que os índices de preços carreguem inflação dos cruzeiros reais para a nova moeda.

REAL — Na reedição, a equipe econômica resolveu não incorporar ao texto um item do relatório que obrigava o governo a submeter ao Congresso as regras de emissão do real. A determinação de que a data da primeira emissão da nova moeda seja divulgada com antecedência mínima de 35 dias foi mantida.

A nova MP, cujo texto foi discutido ontem à tarde pelo ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, e o presidente Itamar Franco, também deixou de incorporar ao texto a proposta que previa a reposição, aos salários, da inflação que ocorrer em reais. O projeto de conversão previa que a inflação em real, para efeitos da reposição dos salários, seria medida pelo Índice de Preços ao Consumidor série R (IPC-R). Outra modificação prevista no projeto, que o governo não incorporou à MP, foi a obrigatoriedade de ser enviado ao Congresso, em 30 dias, um projeto estabelecendo o cronograma de reajustes do salário mínimo.

ESTATAIS — O governo decidiu reforçar o controle sobre os gastos das empresas estatais e dos Ministérios e órgãos públicos. Ontem, o presidente Itamar Franco encaminhou ao Congresso a Medida Provisória 480, que cria a Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Sest) e a Secretaria Federal de Controle.

As contas das estatais serão vasculhadas por um "núcleo de inteligência" composto por funcionários altamente especializados. A estrutura de controle das estatais será composta, também, do Comitê de Coordenação e Controle (CCE), que terá suas funções ampliadas. Serão criados, ainda, alguns subcomitês para analisar questões específicas como política salarial, de investimento e medidas para reduzir custos das empresas governamentais.

O SALÁRIO PELA LEI ATUAL E ANTERIOR

Estimativa com base num valor hipotético de 100 URVs num cenário de inflação ascendente

	Valor da URV	Salário em CR$	Inflação
Março	647,50	64.750,00	43,08%
[illegible]	[illegible]	93.106,00	[illegible]
Maio	1.340,71*	134.071,00	45,00%*
[illegible]	1.944,03*	194.403,00	46,00%*
Lei atual			
Julho	2.838,28	283.828,00	–
Lei anterior**			
Julho	–	282.433,03	–



* Projeção ** Hipótese com INPC acumulado no quadrimestre de 336,19%
[illegible] usada em março [illegible] do INPC

9406133

01-01

Nº 9406134
TIT. Governo estuda medidas para resolver endividamento agrícola
150028
FECH 23/4/94
VINC. 1507482
1101
1402
1302

CRÉDITO RURAL

Técnicos começam a rever a posição sobre as dívidas

A idéia é dividir em três o rombo do Plano Colllor: Tesouro, Banco do Brasil e produtores, que deixariam de receber parte do total

MAURÍCIO SAMPAIO DINIZ

Brasília — O Ministério da Fazenda resistiu até o último momento em conceder ao setor agrícola a restituição dos prejuízos causados pelo Plano Collor, em março de 1990, e estimados pelo Banco do Brasil em US$ 947 milhões. Porém, diante da disposição demonstrada pela bancada ruralista de obstruir a votação no Congresso Nacional da Medida Provisória que cria a URV enquanto o governo não definir uma solução para o endividamento rural, a Fazenda começou a rever sua posição sobre o assunto.

Ontem, durante reunião entre técnicos dos ministérios da Agricultura e da Fazenda, do Banco do Brasil, Tesouro e de entidades ligadas ao setor agrícola foi proposta uma restituição parcial aos agricultores dos prejuízos causados pelo plano Collor. A idéia — que partiu dos técnicos da Fazenda — é de que cada um dos segmentos envolvidos na questão pague uma parte desse rombo. Assim, o Tesouro e o Banco do Brasil arcariam, cada um, com um terço dos prejuízos e os agricultores, por sua vez, deixariam de receber um terço dos US$ 947 milhões que lhes foram cobrados a mais no Plano Collor.

COMPENSAÇÃO — A parte do Tesouro seria coberta por títulos públicos e, pela proposta da Fazenda, seriam beneficiados também os produtores que já quitaram suas dívidas com o BB. Esses agricultores obteriam sua compensação em contratos futuros de financiamento rural. Essa proposta, contudo, está longe de ser conclusiva e ainda será discutida, na próxima segunda-feira, com os ministros da Fazenda, Rubens Ricupero, e da Agricultura, Synval Guazzelli, e também com os parlamentares da bancada ruralista.

Ao contrário da polêmica questão envolvendo os prejuízos gerados pelo Plano Collor, o pagamento aos agricultores das indenizações atrasadas do Proagro (seguro rural) e a eliminação de multas e juros de inadimplência não implicaria a liberação de recursos extraordinários pelo Tesouro. Essas pendências podem ser cobertas com recursos do Orçamento da União. Em 1992, a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi alterada de modo a permitir a alocação de recursos no orçamento para equalizar taxas de juros do crédito rural.

Itamar se reúne com ministros para analisar dívida agrícola

Winston Fritsch tem encontro também hoje com técnicos e parlamentares para estudar a solução para o endividamento

ZH 19/4

MAURÍCIO SAMPAIO DINIZ

Brasília — Sob a pressão da bancada ruralista, o governo começa a estudar as medidas a serem adotadas para resolver o endividamento agrícola. O assunto será discutido hoje à tarde numa reunião entre os ministros da Fazenda, Rubens Ricupero, e da Agricultura, Synval Guazzelli, com o presidente Itamar Franco. Paralelamente, o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, terá um encontro com técnicos do Ministério da Agricultura, Banco Central, Banco do Brasil e parlamentares ligados ao setor rural para estudar uma solução para o problema.

Ricupero deveria comparecer hoje à Comissão de Agricultura da Câmara para explicar sua posição sobre o endividamento agrícola. Num almoço com o presidente da Comissão, deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), o ministro pediu o adiamento de sua convocação para a próxima terça-feira, alegando que precisaria de mais tempo para acertar com Guazzelli e Itamar as medidas a serem adotadas. Marquezelli concordou, mas foi categórico: "Não adianta o governo colocar em votação a Medida Provisória que cria a URV, pois a matéria será rejeitada pela bancada ruralista (composta por 206 parlamentares) enquanto o governo não anunciar soluções para o endividamento agrícola." "Não arredamos um pé dessa posição. Chega de adiamentos", disse Marquezelli ao ministro.

MEDIDAS — Ricupero, segundo Marquezelli, teria respondido que não pretende "empurrar o problema com a barriga" e marcou a reunião dos parlamentares com Winston Fritsch. Da reunião devem participar também parlamentares da bancada ruralista como o deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT), Victor Faccioni (PPR-RS), Odacir Klein (PMDB-RS), Ronaldo Caiado (PSD), além do próprio Nelson Marquezelli e do coordenador do Fórum dos Secretários Estaduais de Agricultura, Alysson Paulinelli, secretário de Agricultura de Minas Gerais.

A equipe técnica analisará a viabilidade de se adotar as medidas que vinham sendo negociadas entre Guazzelli e o ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que passam pela restituição aos produtores dos prejuízos causados pelo plano Collor I, redução de juros e eliminação dos encargos de inadimplência no crédito rural, além do pagamento das indenizações atrasadas do Proagro (seguro rural).

9406134
01-01

Nº. DOCUMENTO 9406135
TITULO Ricupero confía en erradicar la inflación en Brasil
PROCEDENCIA 150483
FECHA 15/4/94
VINCULACION 507482
11161
11300
11332

Ricupero confía en poder erradicar la inflación en Brasil

BRASILIA - BRASIL ATRAVIESA un momento determinante para erradicar la inflación, dijo el ministro brasileño de Hacienda, Rubens Ricupero, quien solicitó al Congreso bicameral que asuma su responsabilidad en el proceso de estabilización económica.

En referencia a la resistencia en el Poder Legislativo a ratificar sin modificaciones un decreto presidencial sobre el programa de estabilización, señaló que "los brasileños no aceptarán que intereses menores perjudiquen la iniciativa en estas semanas decisivas".

La inflación resultará anulada con la puesta en circulación, en una fecha aún no fijada, de la nueva unidad monetaria, el real, dijo Ricupero, un diplomático de 57 años que asumió hace una semana, en un pronunciamiento de diez minutos mediante una cadena nacional de radio y televisión.

"A los líderes políticos, a los candidatos en las elecciones generales de octubre, a los miembros del Congreso, al Poder Judicial, hago una nueva apelación para que comprendan la necesidad de mantener el programa de estabilización: den una oportunidad al programa", solicitó el ministro.

Recordó a los parlamentarios que en ocasiones anteriores el Congreso ha avalado proyectos económicos antidemocráticos fundamentados en medidas de choque, congelación de precios y salarios, feriado bancario y en el embargo de los depósitos de ahorro.

"Sería una enorme injusticia que el primer plan económico realmente democrático, sin choque, sin sorpresas y sin violencia no merezca el mismo voto de confianza", indicó.

La inflación alcanza el 45,7% mensual y ha acumulado en lo que va del año el 185%, de acuerdo al instituto "Getulio Vargas".

Los trabajadores se han visto beneficiados

El ministro dijo que la Unidad Real de Valor (URV), indicador monetario con fluctuación similar al dólar y que se transformará —posiblemente en julio o agosto próximo— en la nueva moneda, se está diseminando sin dificultades en las diversas transacciones.

Además indicó que los trabajadores han resultado beneficiados con la conversión de sus salarios del cruzeiro real a la URV, que es corregida a diario según el índice de inflación y que el mecanismo les permite hacer frente al alza de los precios.

No obstante advirtió que está dispuesto a controlar la subida desorbitada de los precios. "Es necesario parar esa carrera de precios, pues sólo algunos privilegiados ganan con ella", añadió.

Mientras tanto Citicorp, que actúa como agente de cierre de un acuerdo para reprogramar una deuda comercial de Brasil de US$ 51.000 millones, comenzó a enviar comunicados a los bancos acreedores antes de la fecha límite fijada para el 15 de abril, dijeron funcionarios del Banco Central brasileño.

Cada uno de los 700 bancos involucrados en el acuerdo recibirá un documento detallando las opcions en Bonos que han escogido, explicaron los funcionarios.

La cifra total de la deuda había sido fijada previamente en US$ 52.000 millones, pero nuevos cálculos la colocaron en US$ 51.000 millones.

Brasil adeuda a los bancos extranjeros US$ 35.000 millones de préstamos efectuados antes del 31 de diciembre de 1982, como también US$ 38.000 millones en créditos otorgados después de 1988. También debe hacer frente a US$ 6.200 millones en deuda pre-1983 a bancos locales.

Brasil presentará US$ 4.600 millones en reservas incluyendo US$ 2.800 millones que se presentarán el viernes.

Los otros dos US$ 1.800 millones se cubrirán con bonos *phase ik*, a ser presentados en dos años. ■(EFE)

01-01 9406135

Nº. DOCUMENTO 9406136
TITULO Inflação de abril/94
PROCEDENCIA 1500029
FECHA DE 29/4/94
VINCULACION 507182
1161
320

Índices mostram divergências sobre a inflação

Rio — A inflação de abril medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) registrou alta de 40,91%, taxa inferior aos 45,71% apurados em março, divulgou ontem a Fundação Getúlio Vargas. O IGP-M é um dos três índices usados para calcular a Unidade Real de Valor (URV).

Em **São Paulo**, entretanto, a prévia da terceira quadrissemana deste mês, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), outro indicador utilizado para o cálculo da URV, aponta a aceleração dos preços. O IPC subiu 45,43% nas últimas quatro semanas, 0,69 ponto percentual acima do período anterior. A diferença entre as taxas da Fipe e da FGV se deve ao período de coleta dos preços que formam os índices. ZH 29/4

A EVOLUÇÃO DA TAXA

Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)

Mês	Taxa
Janeiro	39,07%
Fevereiro	40,78%
Março	45,71%
Abril	40,91%

Fonte: FGV

9406136

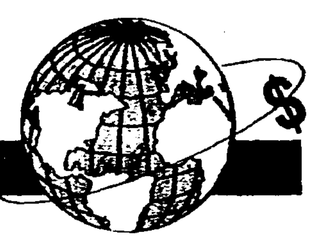
01-01

Nº. DOCUMENTO 9406137.
TITULO FMI prevê crescimento do Brasil em 1994 —
PROCEDENCIA 24/50023
FECHA DE P. 21/4/94
VINCULACIONES 507482
11161
11311
11412
FMI/508501

POLÍTICA ECONÔMICA

FMI prevê que o Brasil crescerá menos em 1994

☐O balanço semestral do Fundo, divulgado ontem, aponta que o crescimento brasileiro este ano não deverá ser superior a 2%



PREVISÕES OTIMISTAS

As estimativas do FMI para a economia

Produto Interno Bruto	1993	1994	1995
No mundo	2,3%	3%	3,7%
Países industrializados	1,2%	2,4%	2,6%
Países em desenvolvimento	6,1%	5,5%	5,8%
Leste Europeu	-8,8%	-6,1%	1,4%
Inflação	**1993**	**1994**	**1995**
Países industrializados	2,9%	2,5%	2,6%
Países em desenvolvimento	45,9%	40,9%	12,7%
Leste Europeu	1.226,3%	457,4%	83,2%

Fonte: FMI

Washington — A implementação do plano de estabilização previsto para meados do ano no Brasil deve reduzir os desequilíbrios domésticos e melhorar as perspectivas de médio prazo, mas pode causar um declínio temporário do crescimento a curto prazo. Esta é a previsão do *World Economic Outlook* (WEO), o balanço semestral da economia mundial que o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou ontem. O crescimento brasileiro, que atingiu 5% em 1993, deve ficar em 2% este ano, estimou o FMI.

Recuo semelhante é previsto para todas as economias importantes da América Latina, com exceção do México, que praticamente não cresceu no ano passado e pode aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) em 3% em 1994. De acordo com o WEO, Chile e Argentina registrarão crescimento de 4,5%, ou 1,5% menos do que em 1993, e a Venezuela, que exibiu taxas espetaculares no início da década, terá seu segundo ano de recessão aberta.

PROJEÇÕES — As projeções do FMI indicam que a Ásia, com uma expansão de 7,5%, continuará a puxar o crescimento entre os países em desenvolvimento em 1994. Nos países industrializados, o ritmo da expansão, estimado em 2,4% este ano e 2,6% em 1995, será dado pelos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá. Embora haja sinais de que o Japão e a Alemanha passaram o pior da atual recessão, os resultados da retomada nos dois países só será visível em meados do ano que vem.

Há outros elementos positivos operando a favor da continuação do crescimento mundial, que o FMI projeta em 3% em 1994, e 3,7% em 1995. A conclusão da Rodada Uruguai, a consolidação fiscal em vários países importantes, como os Estados Unidos, a queda das taxas de juros na Europa e a continuação das reformas econômicas nos países em desenvolvimento são citados pelo WEO.

9406137

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406138
TITULO Variables económicas
PROCEDENCIA 150463
FECHA DE F 16/4/94
VINCULACIONES 1507462
11161
1320

BRASIL EN CIFRAS

- Inflación en 1993: 2.545,3%.
- Salario promedio mensual en dólares (diciembre de 1993): 111,17.
- Indice salarial (1993): −7,9%.
- Desempleo en San Pablo, capital económica del país (enero de 1994): 13,6%.
- Caída en las ventas internas (diciembre 1989-diciembre 1993): 28,7%.
- Producto Bruto Interno (1993, en millones de dólares): 325.496.
- Ingreso anual per cápita: 2.227,07 dólares.
- Balance comercial (1993, en millones de dólares).
- Exportaciones: 38.792.
- Importaciones: 25.579.
- Saldo comercial: + 13.213.

01-01

9406138

1/1

P.136.-

Montevideo, junio 13 de 1994

//

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.:Desde el 28/III/ en conflicto, "por convenios que defien dan y mejoren sus salarios. En la fecha está prevista una Asamblea / de la Dirección Nacional Ampliada, en su local sindical de la Avda. / Dr. Luis A. de Herrera Nro.3972. Por otra parte el 16/VI/ Asamblea // general con paralización de actividades a partir de la hora 14.00'.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

P.I.T.-CNT.:En la fecha se entrevistan con el Sr. Pdte. de la Corte / Electoral, a fin de solicitar la presencia de Delegados en las mesas de votación para el 28/VIII/.; El 17/VI/ se reunen para decidir los detalles de la jornada a realizar el próximo 27/VI/94.-

S.U.A.T.T.:Continúan en pre-conflicto, realizando el 14/VI/ a partir de la hora 02.00' un Plenario Sindical. Por otra parte entre las // 14.00' y las 22.00' horas, no reportan los viajes de Radio Taxi.- Medidas que tienen relación con el despido de dos operarias.-

S.O.A.G.E.:Sind. Obreros y Adm. de Gral.Electric; Se continúa con el campamento y la olla sindical en el Sindicato.-

//

2)- INFORMACION ESTATAL

ASOC. DE TRABAJADORES DE LA SEG. SOCIAL:En la fecha a partir de la // hora 10.00', Asamblea general en el local de la Avda. Daniel Fernández Nro.1780.-

C.O.F.E.: En conflicto desde el 10/VI/, estando prevista uja reunión con los gremios a fin de elevar una propuesta a la Mesa Representativa del PIT.CNT. Se hace constar que entre el 24 y 21 25/VI/ se efectuará el Congreso Nacional.-

CONSTANCIA

CORTE ELECTORAL; Este sector reclama un reajuste salarial retroactivo al 1/I/94 así como una partida fija, habiendo fijado como fecha límite el 27/VII/ para que el Ejecutivo solucione el diferendo, en caso contrario se iría a la huelga.-

//
//////////////////////////////////

//

DIRECCION G... DE INFORMACION
SECR... A
Fecha 13-6-94
Pasa a 6 I E
Nº de Identificación 9406139

MINISTE... ...RIONAL
Dirección ... ...fensa
Fecha ... 13 JUN. 1994
Pase a Archivo
Nº. de Orden 9406139

Nº. DOCUMENTO 9406140
TITULO Informe sobre la censura de prensa y DDHH en Isla de Cuba.
PROC... 15cc15
FECH... 19/2/94
VINCUL... 3044
65671
11245

Informe sobre la censura de prensa y DDHH en la isla de Cuba

Mientras que los medios de comunicación oficiales están sangrando hasta la última gota por la retirada soviética y el embargo americano, la represión continúa golpeando a los disidentes de todas opiniones, insultados o encarcelados. Varios periodistas extranjeros han sido expulsados o golpeados.

1. La muerte, última censura.

Si la pena capital no se aplica contra los periodistas desviacionistas o "contrarrevolucionarios", los disidentes del interior -progresistas o conservadores- deben sufrir las vejaciones permanentes de los "destacamentos populares de respuesta rápida" (DPRR, comúnmente llamados "Brigadas de Respuesta Rápida"), con espontaneidad controlada, que manifiestan con fuertes gritos, incluso violentamente, delante de sus domicilios, donde han cortado luz, gas y electricidad... cuando no son interrogados en la "Villa Marista", el lugar de detención de la Seguridad del Estado, o llevados ante un tribunal.

2. La prisión y la tortura para hacer callar.

Por lo menos cuatro periodistas se encuentran en prisión: Indamiro Restano Díaz, Fernando Velázquez Medina, Pablo Reyes Martínez y Ceipo Borrego.

Antiguo periodista de la estación de Estadio Radio Rebelde, Indamiro Restano Díaz es el presidente fundador del grupo clandestino pacifista demócrata-cristiano "Movimiento para la Armonía" (MAR, parte integrante de la Convergencia Democrática Cubana, oposición democrática), y el vicepresidente de la Asociación de los Periodistas Independientes de Cuba (APIC, no reconocida). Es condenado el 26 de mayo de 1992 a diez años de cárcel por "preparación de material impreso, con objeto de incitar a la desobediencia civil y a acciones contra la sociedad socialista", de hecho el primer número del periódico clandestino "La Opinión" (retirado de la imprenta antes de su distribución a finales de junio de 1991). Comparece igualmente ante el Tribunal Popular de La Habana bajo la acusación de "desviacionismo" y "atentado contra la seguridad del Estado". Arrestado el 20 de diciembre de 1991, Indamiro se encuentra detenido, desde mediados de enero de 1992, en la prisión de Guanajay (provincia de La Habana). Según ciertas fuentes, las autoridades cubanas le habrían propuesto la libertad... a condición de abandonar el país. Lo que habría rechazado.

En lo que concierne al antiguo periodista Pablo Reyes Martínez, miembro del grupo Unión Cívica Nacional (UCN, oposición clandestina simpatizante con la Coalición Democrática Cubana, con sede en Miami), fue arrestado el 5 de abril de 1992 en su domicilio de Alamar, (en las afueras, al este de La Habana). Ceipo Borrego, director del programa de televisión "Joven, joven", fue detenido el 12 de diciembre, mientras lanzaba octavillas antigu-bernamentales desde los lavabos del inmueble de la radiotelevisión cubana.

3. Retirar de la circulación y prohibir los medios de comunicación que molestan.

El conjunto de los medios de comunicación cubanos está bajo el control, sea del Estado, sea del Partido, sea de las organizaciones de juventud, sindicales, de mujeres o del Ejército. Los raros intentos conocidos para crear periódicos independientes y por naturaleza clandestinos (como La Opinión) se vieron abortados inmediatamente.

4. Censura económica y legislación sobre la prensa.

El artículo 52 "reconoce la libertad de expresión y de prensa conforme con los objetivos de la sociedad socialista". Sin embargo, la ley limita el ejercicio de esas libertades, y el Código Penal prevé sanciones para el autor de incitaciones contra el orden social o el Estado socialista. Como el resto de la economía cubana, la prensa oficial sufre la repercusión de la retirada soviética y, sobre todo, de la política de embargo decretada por los Estados Unidos. Formato y paginación se reducen como piel de zapa mientras que la radio y televisión se inmiscuye en los pocos momentos en que la electricidad está presente.

5. Cuando la mirada ajena molesta.

Mientras causa estragos la batalla de las ondas entre Washington y La Habana, y el Gobierno cubano continúa regularmente sus interferencias en Tele-Martí, costosa ofensiva hertziana de los Estados Unidos, los corresponsales extranjeros siguen siendo objeto de expulsiones arbitrarias, incluso de palizas en regla, si se atreven a hablar con los disidentes o trabajar sin autorización. El corresponsal del periódico español "El Mundo fue arrestado en enero de 1992 en La Habana, cuando terminaba de publicar una entrevista de la madre de Eduardo Díaz Bentancourt (fusilado el día 20 de enero por haber entrado a Cuba ilegalmente y armado el 29 de diciembre de 1991 para "efectuar sabotajes", según la acusación).

Acusado de "vincularse con los contrarrevolucionarios" y de publicación de artículos "falsos e injuriosos", se embarca al periodista en un avión con dirección a México después de haber sido, al parecer, golpeado en el aeropuerto por un policía que deseaba saber quién había "preparado" esa entrevista.

6. Palabras para decirlo.

"En nuestro programa es vital que discutamos, que haya debate y que pensemos en las alternativas, pero no hay cabida para las alternativas del enemigo", decía Carlos Adana, entonces número tres del régimen, en un discurso pronunciado el 14 de marzo de 1992 ante dos mil periodistas cubanos, durante la Primera Jornada de la Prensa Cubana.

En julio de 1992, Reporteros sin Fronteras lanza un llamamiento, firmado por trece directores de periódicos latinoamericanos y españoles, en pro de la puesta en libertad del periodista Indamiro Restano Díaz. Asimismo, la organización ha protestado varias veces contra la agresión y la expulsión de periodistas extranjeros.

01-01 9406140

Nº DOCUMENTO 9406141
TITULO Según CEPAL, A. Latina continúa recuperándose lentamente.
15000?
FECHA 10/3/94
510827
A Latina.

América Latina continúa recuperándose lentamente

Washington, 9 mar. - El nivel de actividad económica de la América Latina subió en un 3,2 por ciento en 1993 "prolongando la moderada recuperación que comenzó en 1991", según los primeros datos completos reunidos por la Comisión Económica para la América Latina.

El análisis que acompaña a las cifras elevadas por la CEPAL a las entidades de desarrollo con sede aquí señalan empero que hay dos factores encubiertos:

—La producción en 1993 fue sólo un 24 por ciento superior de la de 1980, vísperas de la crisis de la deuda externa, por lo que el ingreso per cápita regional permaneció un 5 por ciento por debajo de lo de ese año, es decir, se mantuvo a los niveles de 1978.

—Debido al crecimiento de la población, el índice per cápita de 1993 fue superior a un 3 por ciento en en Perú, Chile, Panamá, Argentina y Costa Rica, pero en otros ocho países que no se nombran subió sólo de 1 a un 3 por ciento. En el resto descendió o no creció significativamente.

Las cifras más detalladas corresponden al total del producto nacional indicándose que las más altas tasas de expansión correspondieron a los procesos de recuperación del Perú y la Argentina; al sostenido crecimiento de Chile y Costa Rica, y a una intensificación de la actividad en Bolivia, Colombia y Paraguay. El crecimiento siguió siendo significativo en El Salvador, Guatemala y Honduras.

"Los niveles de actividad en el Brasil mostraron una recuperación parcial en medio de la inestabilidad", se agrega.

Los más bajos niveles de expansión coincidieron con la desaceleración del crecimiento en Ecuador, México y Uruguay, señala la CEPAL.

(AP)

Crecimiento en América Latina

País	%
Perú	6,5
Chile	6,0
Colombia	4,5
Honduras	3,5
Bolivia	3,0
Ecuador	1,5
Venezuela	-1,0

9406141

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406142
TITULO Aladi tratará ingreso de México al Nafta a fines de marzo en Brasilia
PROCEDENCIA
FECHA 1/3/94
VINCULADO

Considerarán suspensión de obligaciones con el organismo latinoamericano

Aladi tratará ingreso de México al Nafta a fines de marzo en Brasilia

La reunión de los cancilleres de Aladi convocada a solicitud de la representación uruguaya en el organismo multilateral, para tratar la situación de México a raíz de su participación en el Tratado de Libre Comercio (TLC) de América del Norte, podría ser el 22 o 23 de marzo en Brasilia, aseguraron a El Observador *fuentes oficiales.*

Días atrás, el ministro de Relaciones Exteriores, Sergio Abreu, dio instrucciones al representante de Uruguay, Nelson Cosentino, para que se convocara a una reunión extraordinaria de cancilleres a los efectos de definir la compatibilización de la pertenencia de México a la asociación y su ingreso al TLC.

Uruguay tomó la iniciativa intentando aclarar la situación de México en la Aladi, dado que el gobierno entiende que la resolución adoptada el 11 de febrero en Montevideo por el Consejo de Ministros del organismo de posponer una decisión en ese sentido, "es violatoria del Tratado de Montevideo de 1980".

El único punto de la agenda de los cancilleres será la aprobación de un mecanismo que permita a un país miembro del organismo latinoamericano, suspender temporariamente sus obligaciones con los demás integrantes y asociarse con un país de extrazona.

La iniciativa uruguaya responde a que la simultánea pertenencia de México a Aladi y al TLC, sin que se hayan cumplido los preceptos establecidos en el artículo 44 —la extensión automática de las concesiones acordadas con terceros países a los restantes miembros— "es una situación anómala" que debe tener una solución, según lo declaró Abreu.

Al respecto el canciller uruguayo sostuvo que los países no se pueden poner "de espaldas a una realidad política y económica como es el TLC y tampoco se puede decir que la estructura de Aladi no da cabida a esta situación y por lo tanto, México tiene que estar afuera".

El 11 de febrero no hubo acuerdo entre Brasil y México, —cuando este país pidió un "waiver"— sobre las compensaciones a realizar y si se debían hacer antes o después de conceder la suspensión del cumplimiento de las obligaciones. ■

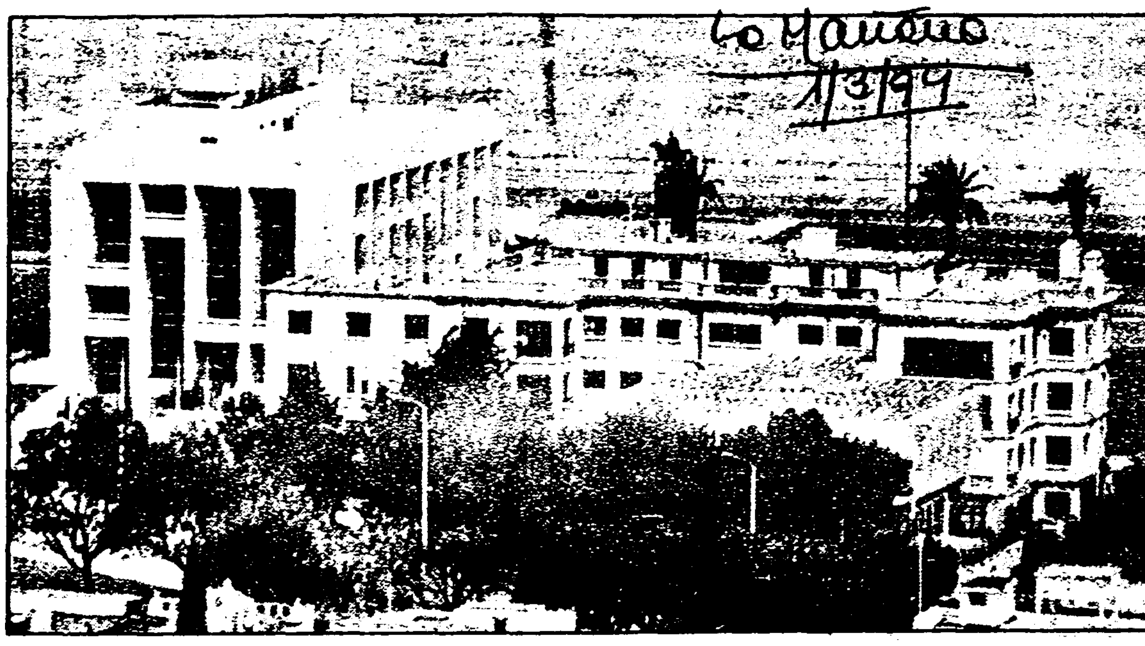
ENTRADO
CRUZADO

01-04 9406142.

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDE
FECH
VINCUL

Uruguay pedirá ante la Aladi que se considere la situación de México

Néstor Consentino, representante uruguayo ante al ALADI, pedirá a los países representantes del organismo, que se convoque para la primera quincena de marzo una reunión extraordinaria de Cancilleres, con el propósito de estudiar la situación de México.



La sede de ALADI será esta mañana, nuevamente, testigo de una nueva reunión de representantes de los 11 países.

En la mañana de hoy, a través del representante uruguayo ante ALADI, Néstor Cosentino, se convocará al Comite de Representantes para que formalice una reunión extraordinaria de Cancilleres en la segunda quincena de marzo, previo al Encuentro de Río.

El representante uruguayo, a pedido expreso del Canciller Abreu, formalizará un encuentro de Cancilleres, a los efectos de definir la compatibilidad del país mexicano dentro de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) y su permanencia en el Tratado de Libre Comercio (TLC).

El Gobierno entiende que la resolución adoptada el 11 de febrero en la VIII Cumbre de Cancilleres de "postergar tal decisión en tal sentido" es contradictoria con el Tratado de Montevideo de 1980.

Según las fuentes, nuestro país pretende "la aprobación de un mecanismo que permita que cualquier país de ALADI suspenda, por un tiempo indeterminado, sus obligaciones con lo demás integrantes de la Asociación", debido a que el articulo 44 del Tratado de Montevideo establece que todos los países miembro están obligados a extender a los demás socios los beneficios que logren con países de extrazona.

Qué pasó el 11 de febrero

La VIII Reunión del Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores realizada el viernes 11 del mes pasado finalizó con la resolución de encomendar al Comité de Representantes de poner a punto un protocolo modificativo del artículo 44 del organismo, que lo flexibilice.

Esto permitirá a México integrarse al Tratado de libre Comercio, con Estados Unidos y Canadá, sin perder su condición de miembro de la ALADI, compatibilizando también varias iniciativas subregionales de integración, y solucionando la situación de los países como Chile y Argentina, que se han colocado en "la lista de espera" para ingresar al NAFTA.

Como ya lo informar LA MAÑANA, al finalizar la reunión de Ministros, el Canciller Sergio Abreu nos decía que para citar una reunión extraordinaria de Cancilleres "no serán necesarias reuniones de carácter técnico, ya que quedan muy pocos elementos pendientes".

En la reunión, que dio lugar a un intenso debate, se confrontaron las aspiraciones de México, de que en la misma se resolviese la suspensión temporaria del artículo 44 para ingresar sin trabas al NAFTA, con una fuerte posición contraria de Brasil, que especialistas calificaron de "veto", pero que en definitiva revelaron la necesidad de una puesta al día en el aspecto jurídico de la institución, dada la complejidad y extremo dinamismo que están adquiriendo los procesos de integración en el continente, durante largos años adormecidos.

Tensión mexicana

Durante la reunión, en varios momentos quedó plasmado en el ambiente la posibilidad de que México se viese obligado a retirarse de ALADI para poder ingresar al NAFTA.

Sin embargo, en esa oportunidad, aventando categóricamente toda duda, el secretario General de ALADI le informó a LA MAÑANA que "todos quieren que México continúe en ALADI y México también", agregando que la reunión había sido extremadamente importante en avances de carácter político para compatibilizar todos los procesos de integración en marcha.

ENTRADO
CRUZ

02

9406142

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDE
FECH
VI

Uruguay convocó reunión de Aladi por situación de México

LA REPRESENTANCIÓN DE Uruguay ante la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) solicitó ayer al Comité de Representantes que convoque en la segunda quincena de marzo una reunión de ministros de Relaciones Exteriores para definir la situación de México en el sistema, tras su integración plena al Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC).

El embajador uruguayo, Néstor Cosentino, en representación del canciller Sergio Abreu, propuso que la reunión se celebre en Brasilia, previo al encuentro del Grupo de Río.

Uruguay entiende que "postergar la decisión" como ocurrió el pasado 11 de febrero, no permite compatibilizar la presencia de México en la Aladi y el TLC y es, por lo tanto, contradictoria con el Tratado de Montevideo de 1980.

Una drástica posición de Brasil, contraria a una interpretación amplia del Tratado fundacional de la Aladi, impidió al Consejo de Ministros definir el asunto cuando se reunieron en Montevideo.

México está en una incómoda posición dentro de la Aladi, debido a que debe transferir a los otros diez socios del sistema latinoamericano las ventajas comerciales acordadas en el TLC o dejar la organización si no se logran coordinar los dos tratados. Abreu dijo, el pasado día 11, que para una nueva reunión de cancilleres no era necesario convocar a un encuentro de expertos, debido a que los asuntos pendientes son pocos.■

ENT
CRUZ

9406142

Nº DOCUMENTO
TITULO Aladi: situación de México será discutida en mayo
PROCEDENCIA 035 EC 150483
FECHA 25-3-94
VINCULO 513072

Aladi: situación de México será discutida en mayo

El diferendo planteado en la Aladi por el ingreso de México al Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC) deberá quedar definitivamente resuelto en la reunión de funcionarios gubernamentales de alto nivel que se realizará los próximos 2 y 3 de mayo, dijeron a *El Observador* funcionarios del organismo.

El tema fue pospuesto el pasado 11 de febrero, cuando sorpresivamente las diferencias entre Brasil y México impidieron un acuerdo que en los días previos se consideraba un hecho.

Los funcionarios consultados señalaron que en la reunión de mayo próximo los delegados tendrán amplias potestades para negociar, y que se espera que en esta oportunidad sí pueda resolverse definitivamente el tema.

La base de la discusión es la forma de conciliar la permanencia simultánea de México en Aladi y en el TLC, ya que, según el estatuto de Aladi, la nación azteca debería conceder a sus socios latinoamericanos los mismos beneficios de apertura comercial que otorga a Estados Unidos y Canadá.

Las fuentes dijeron que desde el impasse de las negociaciones los gobiernos brasileño y mexicano han mantenido contactos bilaterales, a fin de superar sus discrepancias y posibilitar que la situación de México en la Aladi vuelva a los carriles institucionales. ■

El OBS 25/3/94

ENTRADO
CRUZADO

04-04

9406142

Nº. DOCUMENTO 9406143
TITULO China solicitó ser observador en Aladi
PROCEDENCIA
FECHA
VIA

China solicitó ser observador en Aladi

LA REPÚBLICA POPULAR China presentó una solicitud para ser admitida como miembro observador en la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi), se informó en ámbitos diplomáticos.

La nación asiática se suma así a países que recientemente se han interesado por seguir de cerca la evolución de la integración latinoamericana.

La solicitud deberá ser examinada por los órganos de dirección de la asociación, aunque se descarta que la respuesta será positiva, debido a la creciente importancia de China en la economía mundial y a su nueva política de apertura comercial.

El último país en ser aceptado como observador fue Rusia, lugar que ocupa desde el año pasado.■

ENTRADO
CRUZADO

9406143

Nº DOCUMENTO 9406144
TITULO
PROCEDE
FECHA
VI

Nuevo observador entró a ALADI

Se incorporó recientemente como observador en la ALADI, el representante de Rumania, Radu Urzica, quien fuera recibido por el Comité de Representantes de la Asociación Latinoamericana de Integración.

Es la segunda nación de Europa Oriental que se integró como país observador al mencionado organismo con sede en Montevideo, de acuerdo a lo informado por la Secretaría General de la ALADI.

ENTRADO
CRUZ

01-01 9406144

Nº DOCUMENTO 9406145

TITULO

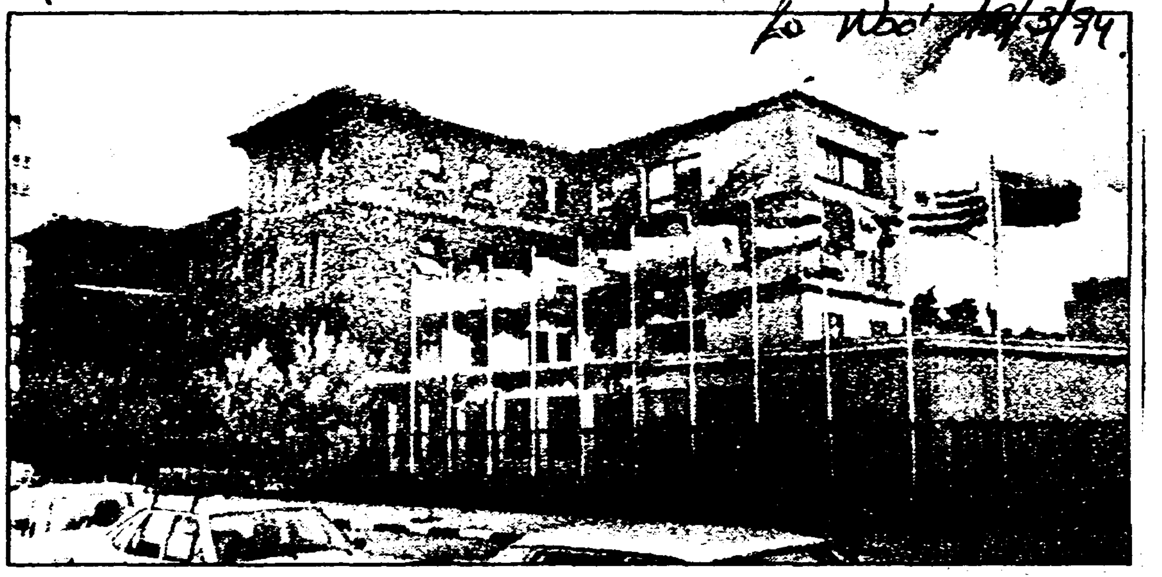
PROCE...

FECH...

VI...

ALADI: estudian el lunes modelo Uniforme de Convenio de Pagos

La Mañana 19/3/94.



La Comisión Asesora de Asuntos Financieros y Monetarios de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) compuesta por altos funcionarios de los Bancos Centrales de la región, sesionará en Montevideo a partir del próximo lunes.

El objetivo del encuentro es perfeccionar el funcionamiento del Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos, instrumento que facilita y garantiza el financiamiento del comercio entre los 11 países miembros de la ALADI y la República Dominicana.

Según la información del departamento de prensa, proporcionado a **LA MAÑANA**, este sistema de pagos registró durante el año 1993 operaciones por 12.800 millones de dólares, de las cuales 73,1% correspondieron a la compensación entre deudas y créditos, y sólo un 26,9 % correspondió a pagos en efectivos.

Modelo Uniforme de Pagos

En el temario de la reunión se destaca el estudio de la posible incorporación al Sistema de Pagos de un mecanismo de solución de controversias que pueden suscitarse entre los miembros: la adopción de un Modelo Uniforme de Convenio de Pagos para uso de los países miembro como base de negociación para la eventual celebración de acuerdos de este tipo con terceros países y otros referidos al perfeccionamiento operativo del Convenio.

Los resultados de la reunión, que finalizará el viernes 25 serán sometidos, en mayo de este año, a la decisión del Consejo para Asuntos Financieros y Monetarios, que es el órgano de gobierno del Sistema de Pagos.

ENTR...
CRU...

9406145.

Nº. DOCUMENTO 9406146
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
513673

OBS 24/3/94

Uruguay está dispuesto a aumentar su participación

Países de Aladi comienzan a discutir hoy un incremento de aportes para el ejercicio 1995

Está previsto para hoy el inicio de las negociaciones sobre la ampliación del presupuesto de la Asociación Latinoamericana de Integración para el ejercicio 1995, con la perspectiva de que los países que actualmente realizan las mayores contribuciones se pronuncien a favor de un mayor equilibrio en el monto de los aportes de cada uno de los países miembros, confiaron a** El Observador **fuentes del organismo.



Marcelo Ferraro

Néstor Cosentino

El gobierno uruguayo se mostró dispuesto a contribuir con un mayor aporte económico que el que actualmente se vierte al organismo

Las conversaciones en la comisión de presupuesto del organismo deberán estar terminadas antes del 31 de mayo y su resultado será elevado a consideración de los cancilleres.

Según una estimación efectuada por Aladi, el presupuesto —que actualmente asciende a 4.200.000 dólares— debería incrementarse en una cifra de entre un millón y un millón y medio de dólares, como consecuencia de las nuevas tareas que debe asumir ia institución.

Algunos países aprovecharon el inicio de las discusiones para insinuar que sería conveniente replantear todo el esquema de aportes. En el sistema vigente, que fue definido en 1980, cada país aporta según su grado de desarrollo relativo, lo que determina por ejemplo que Brasil contribuya con el 21% del presupuesto, Chile con el 8% y Bolivia con el 1,3%.

La discusión sobre el aumento del presupuesto podría dar lugar a propuestas en el sentido de que los aportes deban equipararse, dijeron los informantes. El representante nacional ante Aladi, Néstor Cosentino, indicó que Uruguay es uno de los principales impulsores de un incremento en los recursos con que cuenta la asociación. Señaló que existe el convencimiento de que la nueva situación regional "impone la necesidad de que Aladi cumpla un rol más activo de coordinación entre los países socios y que asuma nuevas funciones, para lo cual los actuales recursos resultan insuficientes".

En ese sentido, el gobierno uruguayo se mostró dispuesto a contribuir con un mayor aporte económico que el que actualmente se vierte a la institución, el gobierno uruguayo se mostró dispuesto a contribuir con un mayor aporte económico que el que actualmente se vierte a la institución, que asciende a 130.000 dólares anuales, sostuvo.

Respecto a la posibilidad de que fuera modificado el porcentaje con que cada país contribuye al presupuesto de Aladi, Cosentino señaló que el gobierno uruguayo "no tiene una posición previa" al respecto y que "esperará a que haya alguna propuesta concreta en ese sentido para pronunciarse".

Sobre la eventualidad de que Uruguay esté siendo impulsado por otros países para aumentar su actual porcentaje de aporte, Cosentino dijo que no hubo comunicación oficial alguna al respecto. Sin embargo, en conversaciones informales "algunos representantes insinuaron que, por ser el país sede de la Aladi, Uruguay debería hacer una contribución mayor que la que le correspondería en otra situación", dijo el representante uruguayo.■

ENTRADO
CRUZADO

9406146

9406147
15005
1/3/94
504198
507406

Internacional Socialista mira bien eventual alianza del PGP y el Foro

•A Felipe González le saca "un peso de encima", indicaron fuentes del PSOE

La Internacional Socialista ve con buenos ojos una posible alianza entre dos personalidades como Julio María Sanguinetti y Hugo Batalla, con las que mantiene relaciones fluidas y a los que tiene en muy alta estima. Estas son las conclusiones que se desprenden de los ecos de las conversaciones mantenidas por el Diputado Yamandú Fau con altas autoridades de la socialdemocracia europea, la semana pasada.

La Internacional Socialista (IS) "sin buscar tener ninguna injerencia en la vida política uruguaya, sigue muy de cerca la problemática nacional", señaló a **LA MAÑANA** el Diputado pegepista Yamandú Fau, que acaba de mantener un fluido intercambio de información en París con el Secretario General de la misma, el Dr. Luis Ayala, y con varios dirigentes socialdemócratas europeos vinculados al ex Primer Ministro francés, Pierre Mauroy y al Presidente del Gobierno español, Felipe González.

El Diputado Yamandú Fau, miembro del Comité Ejecutivo del Partido por el Gobierno del Pueblo (PGP) puntualizó que la cultura de Gobierno que tienen los partidos socialdemócratas europeos "que están en el Gobierno, lo estuvieron o lo volverán a estar", ven con particular atención cuando algunos de sus integrantes como lo es el PGP, tienen la posibilidad de ejercer o participar en una administración gubernamental.

Frente al ofrecimiento de un Partido y un sector que lidera las encuestas en el Uruguay, como es el caso del Foro Batllista, al PGP para integrar una fórmula común, es lógico, dijo Fau, que se intercambie información con la dirección de la IS, lo que es además, precisó, "una cuestión de estilo" entre los Partidos integrantes de la misma.

Si bien todavía el PGP no se ha pronunciado sobre una eventual alianza electoral con el Foro Batllista, lo está discutiendo y llevará un tiempo dilucidarlo, aclaró Fau, es natural el interés revelado por el Dr. Luis Ayala, "un conocedor de la realidad uruguaya", observó Fau, por la eventual alianza.

De lo expresado por el Diputado Fau, se infiere que el Secretario General de la IS, vio con buenos ojos que la misma se produzca, aunque obviamente no se pronunció sobre el hecho.

El ex Presidente Julio María Sanguinetti había sido invitado a la reunión de Berlín de la IS, en la que se votó el ingreso del PGP como miembro pleno, puntualizó Fau. En esa reunión participó como observador delegado por el Foro Batllista, el Senador Walter Belvisi y las relaciones de la dirección de la IS con Sanguinetti son fluidas y es considerado, junto con su sector, una personalidad muy afín con la socialdemocracia, como lo expresó el ex Ministro francés Pierre Mauroy, cuando estuvo en Montevideo, indicó Fau.

Actualmente el PGP está discutiendo aspectos programáticos de Gobierno con el Foro Batllista, explicó Fau, si los mismos dan frutos y se llega a coincidencias de fondo, se entrará en una eventual etapa de dilucidación de candidaturas, que por ahora no están planteadas, confirmó Fau. Es de conocimiento público que el PGP está en pleno proceso de discusión interno, cuyos plazos de dilucidación no están aún fijados.

Ecos españoles de fórmula Sanguinetti-Batalla

De fuentes españolas de la Comisión de asuntos internacionales del PSOE, luego de las conversaciones mantenidas con el Diputado Yamandú Fau, **LA MAÑANA** pudo saber que la posibilidad de una fórmula Julio María Sanguinetti-Hugo Batalla le "quita un gran problema de encima al Presidente Felipe González". Es bien sabido, señalaron la fuentes del PSOE, que el Presidente González tiene un altísimo concepto sobre el ex Presidente Sanguinetti como estadista y una gran coincidencia en el plano de las ideas. Igualmente el Senador Hugo Batalla es una de las personalidades uruguayas más apreciadas por Felipe González. "Por lo tanto -nos indicaron- será un motivo de alegría y se sentirá muy complacido de un acercamiento político entre ambos".

9406147

9406148

Será ratificado en 2 semanas lo acordado en R. URUGUAY

15002/3

30-3-94

510831

507466

En dos semanas será ratificado lo acordado en la Ronda Uruguay

Rep 30/3

GATT liberalizará un 40% de los acuerdos en comercio mundial

■ Las negociaciones comerciales de la Ronda Uruguay del GATT van a desembocar en un recorte de aranceles para las mercancías de un 40%, superior a lo previsto inicialmente, indicaron ayer diplomáticos acreditados en Ginebra.

Este porcentaje supera en siete puntos el 33% de recorte previsto inicialmente en esta Ronda del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT), cuyas negociaciones de apertura de mercados deben finalizar en dos semanas, a tiempo para la conferencia ministerial de Marrakech (Marruecos) del 12 al 15 de abril, informó AFP desde Ginebra.

La cifra del 40% de reducción será anunciada formalmente en una declaración que será aprobada en Marruecos por los ministros de los aproximadamente 120 países participantes en la Ronda.

Negociadores comerciales indicaron que el recorte de aranceles fue ultimado el lunes en Ginebra, cuando un número significativo de países depositó sus ofertas de apertura de mercado definitivas.

Contactado por teléfono desde París, el embajador colombiano ante el GATT, Luis Alberto González, indicó que su país saldó satisfactoriamente cinco puntos conflictivos con la Unión Europea (UE) en la apertura respectiva de mercados.

Estos acuerdos sobre apertura de mercados se producen tras intensivas negociaciones bilaterales (de país a país) que tuvieron lugar después de la aprobación del acta final de la Ronda Uruguay en Ginebra el 15 de diciembre pasado.

Un negociador norteamericano, por su parte, explicó que "Estados Unidos ha cerrado todas las cuestiones con todos los países, excepto Corea del Sur". Añadió que las cuestiones pendientes, que no precisó, podrán ser fácilmente solventadas tras la firma del acta final en Marruecos.

01-01

9406148.

9406149

Peligra el nacimiento del org. heredero del GATT.

15003

31-3-94.

510821

507466

Peligra el nacimiento del organismo heredero del GATT

EEUU amenaza: no firmará declaración sobre Ronda Uruguay sin cláusula social

■ La futura Organización Mundial del Comercio (OMC), heredera del GATT para supervisar el comercio mundial del siglo XXI, corre el riesgo de no entrar oficialmente en vigencia dentro de dos semanas, reportaron nuestros agencias.

A quince días de la conferencia ministerial de Marruecos para la firma del acta final de la Ronda Uruguay, la tratativa del GATT para la renovación de las reglas del comercio internacional, Estados Unidos reafirmó ayer sus amenazas de no firmar.

Washington advirtió que no firmará la declaración política de Marruecos si el examen de los lazos entre el comercio y el respeto a las normas del trabajo (la llamada "cláusula social") no es claramente incluido en la agenda de la OMC que, con la entrada en vigencia de la ronda, en 1995, sustituirá al GATT.

El pedido norteamericano, resistido por los países en vías de desarrollo, que temen que la cláusula social sea una nueva forma de proteccionismo, bloqueó la aprobación del texto de la declaración ministerial de Marruecos.

Sin embargo, las objeciones de Washington no impidieron la finalización del acto final de la ronda, y de las 20 mil páginas de anexos de los acuerdos relativos a la apertura de los mercados nacionales en el sector de productos y servicios.

Además, los negociadores aprobaron una declaración sobre las relaciones entre comecio y ambiente, y el texto del acuerdo sobre la OMC.

ENFRENTAMIENTO NORTE SUR

La amenaza norteamericana de no firmar la declaración ministerial, pese a no poner en peligro la Ronda Uruguay, puede encender los debates de la conferencia de Marruecos, trazando una línea de contraposición norte-sur.

"Sería un pecado si la conferencia que debería celebrar la feliz conclusión de los siete años de arduas tratativas de la Ronda Uruguay culminara en un choque político entre países industrializados y en vías de desarrollo", dijo ayer un negociador occidental.

Para resolver el problema de la cláusula social, el director general del GATT, Peter Sutherland, podría convocar a una nueva reunión de los jefes de delegación, la semana próxima en Ginebra.

Según Sutherland, es "auspiciable que la cuestión pueda ser resuelta antes de la reunión de Marruecos, o en el curso de ésta, porque es importante que no haya diferencias sobre el futuro.

Mientras tanto la cumbre del GIS concluyó ayer bajo la presidencia del mandatario argentino Carlos Menem oponiéndose a que los países desarrollados incluyan esta cláusula social en el acuerdo del GATT y anunciando que la próxima conferencia tendrá lugar en 1995 en Argentina.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9406149

9406150
ARG apelará al GATT por restricciones norteamericanas e importación de TABACO.
150023
6-3-94.
510821
66960 -
65890

Domingo 6 de marzo de 1994 **La Republica**

Argentina apelará al GATT por restricciones norteamericanas e importación de tabacos

■ Argentina pedirá la constitución de un grupo especial de controversia (panel) a nivel del GATT para que resuelva sobre restricciones impuestas por Estados Unidos a la industrialización de tabaco importado, informó el viernes la Secretaría de Agricultura a la agencia AFP en Buenos Aires.

El gobierno norteamericano incluyó una cláusula de "compre nacional" en la ley de Presupuesto, que obliga a todos los cigarrillos manufacturados en ese país tengan un mínimo de 75% de materia prima nacional, más del doble del que utiliza actualmente. La medida afecta a la Argentina que le vende a los Estados Unidos la mitad de sus exportaciones de tabaco. La secretaría de Agricultura instruyó a la delegación argentina en Ginebra para que integre la constitución del panel en el marco del GATT (Acuerdo General de Tarifas y Aranceles). En setiembre, Brasil realizó consultas ante el GATT en representación de Colombia, El Salvador, Guatemala, Tailandia, Venezuela y Zimbabwe -apoyados por Argentina, Canadá y Chile- y luego de las conversaciones, estos exportadores de tabaco, pidieron que se resolviera por un grupo especial la situación perjudicial para los productores.

01-01

9406150

Nº DOCUMENTO 9406151
Rep CHINA quiere integrarse en el '95 al GATT.
150015
19-3-94.
510831.
507638

Repúbiica China quiere integrarse en el 95 al GATT

China intenta figurar entre los países fundadores de la futura Organización Mundial de Comercio (WTO), institución destinada a suceder al GATT (el acuerdo que regla los intercambios internacionales) en 1995.

Así lo informó hoy el Viceministro de Economía china, Gu Yong Jiang, en Ginebra, al término de la reunión del grupo de trabajo del GATT sobre la adhesión de China.

El auspicio de Pekín es compartido por numerosos miembros del GATT --entre ellos, los de la Unión Europea--, que se congratularon por las nuevas ofertas de apertura de mercado presentadas por China, para el sector de los bienes industriales y de los productos agrícolas. La más importante, es la reducción hasta un máximo del 40 por ciento de las tarifas aduaneras por un total de 2.000 productos industriales y 500 productos agrícolas. Menos satisfactoria, en cambio --destacaron los representantes de Estados Unidos-- es la lista de esfuerzos realizados para la apertura de los servicios financieros. La próxima reunión del grupo sobre la adhesión de China se llevará a cabo en Ginebra, a mediados de mayo. Las negociaciones para la adhesión de China están en curso desde hace 8 años, las más largas en la historia del GATT, debido a la complejidad de la materia y a la interrupción de los trabajos entre 1989 y 1993, tras los incidentes de la plaza Tiananmen.

China estuvo entre los fundadores del GATT, en 1948. Abandonó la organización en 1950 y luego pidió adherir a ella nuevamente en 1986. Para estar entre los miembros fundadores del WTO, Pekín deberá haber firmado el protocolo de adhesión al GATT antes de fin de año y, además, deberá haber suscrito los proyectos definitivos sobre la apertura de los mercados de bienes y servicios. La creación del WTO está prevista por el acuerdo de la ronda Uruguay del GATT, y será firmada en el curso de la conferencia ministerial de Marrakesh, el 15 de abril.

Según los observadores, China --que en calidad de país candidato al GATT participó en las negociaciones de la ronda de Uruguay-- tiene buenas posibilidades de figurar entre los primeros países signatarios del WTO.

GINEBRA, (ANSA)

La Mañana 19-3-94

DOCUMENTO CON PARTES POCO LEGIBLES

01-02

9406151.

China de cara al GATT con primera ley de exportación

LH 7/3

De cara al reingreso chino en el Acuerdo General de Aranceles y Comercio (Gatt) y a la próxima reunión de la Ronda Uruguay, que se celebrará en abril en Marruecos, China anunciará su primera ley de comercio exterior, destinada a unificar las políticas de los Gobiernos nacional y locales en dicha materia, informaron ayer, fuentes oficiales.

Pekín (EFE)

La nueva ley, que será aprobada por la Asamblea Popular Nacional (APN, Parlamento), que se reúne la semana que viene en Pekín, tiene como finalidad "crear un ambiente de competencia justa para las empresas y unificar la política sobrecomercio internacional e inversiones", afirman dichas fuentes.

Esta ley impedirá que, como hasta ahora, algunos gobiernos locales, para atraer inversiones extranjeras a gran escala, eximieran del pago de impuestos u ofrecieran impuestos blandos a empresas extranjeras. Sin embargo, aún se desconoce si estas nuevas regulaciones serán un paso previo para ofrecer a los inversores extranjeros el mismo trato que a los nacionales, tal y como requiere el GATT, o si se permitirá a individuos chinos no pertenecientes a empresas llevar a cabo comercio internacional.

El Gobierno prefiere no comentar estos dos puntos, pero en contrapartida promete permitir a un mayor número de empresas e instituciones científicas chinas llevar a cabo transacciones de comercio exterior.

Este año también serán revisadas las regulaciones sobre la utilización de las inversiones de capital extranjero, tema que se está discutiendo en estos momentos en una reunión nacional que finalizará en Pekín mañana lunes, y de cual podrían salir regulaciones más favorables para los inversores extranjeros. China planea abrir más algunos sectores como la banca o los transportes al capital extranjero, así como intentar derivar dichas inversiones desde las desarrolladas zonas costeras hacia las más atrasadas del interior del país.

02-02

9406151.

Nº DOCUMENTO 9406152
TITULO Japón no apelará ante el GATT por medidas de EEUU.
PROCESO 150483
FECHA 7-3-94
VINCUL 570821
66224
65890

Japón no apelará ante el GATT por medidas de EEUU

LA DECISIÓN NORTEAMERICANA de reimplantar su táctica comercial más impopular, la ley que individualiza las naciones que pueden ser blanco de represalias, causó más incertidumbre que inquietud en los círculos políticos y comerciales japoneses.

A la vez, la tibia reacción en los mercados financieros de Tokio reflejó un optimismo subyacente de que Japón logre adoptar medidas convincentes para abrir sus mercados antes de que se concrete cualquier posibilidad de represalias comerciales de Estados Unidos.

El presidente norteamericano Bill Clinton reactivó la ley "Super 301", que había expirado, y que le autoriza a tomar represalias si alguna nación incurre en prácticas comerciales que considera injustas. Fue una vuelta de tuerca más en la política estadounidense después que fracasaron las conversaciones comerciales entre Estados Unidos y Japón.

Sin referirse específicamente a la medida de Clinton, el primer ministro Morihiro Hosokawa calificó el viernes de "muy lamentable" que ambas naciones siguieran sin llegar a un acuerdo acerca de cómo reducir el saldo comercial favorable nipón de casi 60.000 millones de dólares con Estados Unidos.

Clinton dijo que para el 30 de setiembre, Estados Unidos enumeraría las naciones que hayan erigido las barreras más perjudiciales al flujo de bienes y servicios norteamericanos. Si las negociaciones no logran levantar esos obstáculos, el gobierno de Clinton podría imponer tarifas punitivas de hasta el 100% contra las exportaciones de dichas naciones. La cifra equivaldría a las ventas perdidas por los productores norteamericanos.

El ministro de Comercio Hiroshi Kumagai dijo que Tokio no planea apelar inmediatamente a toda posible sanción ante el Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT), el árbitro mundial sobre las reglas del libre comercio. "Un intercambio de ataques solamente agravaría al problema", explicó.

Mensajero presidencial

A todo esto, el secretario de Estado estadounidense, Warren Christopher, comenzó el viernes una gira de once días por Asia, llevando enérgicos mensajes del presidente Clinton a Japón, China y Rusia, según fuentes oficiales.

La gira tiene por objeto dar a conocer a los japoneses las decisiones de Clinton para lograr la apertura del mercado nipón a los productos norteamericanos.

Cristopher informará a Tokio de la reactivación de la normativa que permite a Estados Unidos aplicar fuertes sanciones comerciales a los países que, como Japón, ponen obstáculos a las importaciones estadounidenses. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a informaciones de AP y EFE)*

ENTRADO
CRUZ

01-01 9406152.

9406153
Comercio creció 12% durante las negociaciones por Ronda del GATT.
150483
23/3/94.
510821.

Comercio creció 12% durante las negociaciones por Ronda del GATT

El comercio mundial creció en un 12% en los últimos ocho años, período en que se han llevado a cabo las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio), dijo ayer el director de la división de información del GATT, David Woods. El funcionario presentó en Rabat lo que será la firma de los acuerdos de la Ronda Uruguay el próximo 12 de abril en la ciudad marroquí de Marrakech.

La reunión supondrá la "confirmación política" de los acuerdos, que han sido "los de mayor magnitud mundial en términos de participantes, de sectores afectados y de número de resoluciones adoptadas.

Ministros de los 117 países miembros del GATT y de varios de los países candidatos a miembros (una veintena) estarán presentes en Marrakech.

Woods recordó que varios de los países que el próximo mes estarán en Marrakech firmarán los acuerdos de la Ronda Uruguay "con reservas de ratificación", ya que los parlamentos de estos países deben dar su visto bueno a los acuerdos.■ *(EFE)*

01-01

9406153

Nº DOCUMENTO 9406154
TITULO Informe sobre comercio de carne bovina según el GATT.
PROCEDENCIA 0. 1500 83
FECHA 14-3-94
VINCUL 570 821
30044

Subieron los valores de la manufactura exportada desde países libres de fiebre aftosa

Aumentará de precio la carne bovina a nivel mundial, informó el GATT

i Rep. 14/3

* Uruguay fue signatario del pacto que regulará el comercio de los productos cárnicos dentro del GATT

La evolución de los mercados de la Comunidad Europea (CE) hace probable un aumento de los precios mundiales de la carne de bovino, según un informe sobre el comercio de este producto en 1993 divulgado por el GATT, consigna IPS.

El documento examina las tendencias en la producción, consumo y comercio de carne de bovino (incluida la ternera) y resume la evolución de los sectores de la de porcino, ovino y aves de corral.

El informe presenta las perspectivas para 1994, detallando las políticas del sector cárnico de los países signatarios del acuerdo de la carne de bovino, los cuales en 1993 produjeron 34 millones de toneladas, casi las dos terceras partes de la producción mundial total de carne.

El acuerdo de la carne de bovino, negociado en la Ronda Tokio del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT), se firmó en enero de 1980 y fue suscrito por 27 países que se comprometieron a promover la expansión y liberalización del comercio de carne y ganado vivo.

Los signatarios del pacto son Argentina, Australia, Austria, Belice, Brasil, Bulgaria, Canalá, Colombia, la CE, Egipto, Estados Unidos, Finlandia, Guatemala, Hungría, Japón, Nigeria, Hoeuega, Nueva Zelanda, Paraguay, Polonia, Rumania, Sudáfrica, Suecia, Suiza, Túnez, Uruguay y Yugoslavia.

La producción mundial de carne de vaca y de ternera disminuyó aproximadamente en uno por ciento en 1993, sobre todo en la CE, Europa central y oriental y la Comunidad de Estados Independientes (CEI), precisa el informe.

Pese a las señales de recuperación en algunos países del norte de Europa, el consumo de carne de vaca y ternera se redujo en el continente y en América del Norte, al mismo tiempo que la demanda de carne de bovino aumentó en los mercados asiáticos, añade.

Según el GATT, las exportaciones mundiales de carne de bovino se contrajeron en más del cuatro por ciento el año pasado, porque disminuyeron los envíos de los principales países vendedores.

La organización estima que en 1994 la producción mundial se recuperará ligeramente, pero prevé que las exportaciones de carne de bovino mayor y menor sigan reduciéndose aun más.

El descenso de la producción de carne de vaca y ternera en la CE provocó una caída del 45 por ciento en las existencias de carne de bovino, lo cual ocasionaría la reducción de exportaciones y que las existencias alcancen el nivel más alto de los últimos 10 años.

Por otro lado, el GATT indica que el acceso de carne de bovino a los mercados norteamericanos se restringió una vez más en 1993, al imponer Estados Unidos acuerdos de limitación voluntaria de exportaciones a Australia y Nueva Zelanda por tercer año consecutivo.

Esto hizo que Australia y Nueva Zelanda dirigieran sus ventas hacia Asia septentrional y Canadá, país este último que debió imponer un arancel adicional del 25 por ciento a las importaciones que sobrepasaran un determinado contingente, si no procedían de Estados Unidos, añade el informe.

Estados Unidos restringirá aun más el acceso a sus mercados en 1994, puesto que negoció acuerdos de limitación voluntaria más bajos con los países de Oceanía, mientras que Canadá volvió a introducir un contingente de importación para este año, apunta.

En 1993 se liberalizaron importantes mercados de carne de bovino en Asia, destacándose el aumento de los contingentes de importación en Corea y la puesta en práctica por parte de Japón de la última reducción de su arancel de importación para la carne de bovino, estima al GATT.

Por otro lado, el organismo considera que las oscilaciones en los tipos de cambio también desempeñaron un papel importante en la evolución de los mercados el año pasado, dada la depreciación de algunas monedas nacionales de exportadores de carne ante el yen japonés o el dólar estadounidense.

Destaca que los precios de exportación de carne de vacuno para manufactura en la zona exenta de fiebre aftosa (América del Norte, Oceanía y Japón) se fortalecieron en 1993, porque los precios del ganado vacuno en Estados Unidos fueron más elevados de lo previsto.

En la zona de fiebre aftosa, los precios de la carne de vacuno para manufactura disminuyeron el año pasado en respuesta a la atonía de la demanda de importaciones, agrega el estudio.

En cuanto a la carne de porcino, el GATT calcula que la producción mundial aumentó menos del uno por ciento en 1993, siendo los países en desarrollo y en particular China los que dieron ese impulso, pese a que bajó la producción en los países de la CEI.

En este marco, advierte una disminución de las exportaciones mundiales de carne de porcino, que no representan más del dos por ciento de la producción mundial, la cual, por otra parte, debería incrementarse en 1994 entre el uno y dos por ciento.

La producción mundial de carne de aves de corral aumentó en 1993, dado un incremento de su consumo a expensas de la bovina —mucho más cara—, y seguirá aumentando en 1994, dice el estudio.

Las exportaciones de esas carnes, que aumentaron cinco por ciento en 1993, seguirán incrementándose en 1994, acota.

En cambio, según el GATT, la producción mundial de carne de ovino y caprino disminuyó en 1993, mostrando que el principal productor mundial —China— acrecentó su producción en ocho por ciento, tendencia que no se registró en la exportación de carne de ovinc que bajó cuatro por ciento.

DOCUMENTO POCO LEGIBLE.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9406154.
01-01

Nº. DOCUMENTO 9406155
TITULO China afirmó q' ha satisfecho demandas para afiliación al GATT.
PROCEDENCIA 150483
FECHA 3-3-94
VINCULO 510821
507293
507294

China: todas las demandas del GATT virtualmente cumplidas

BEIJING - CHINA AFIRMÓ ayer que ha satisfecho virtualmente todas las demandas para afiliación al Acuerdo General sober Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), insistiendo en que debe ser tratada como una nación en vías de desarrollo y no como un país industrializado.

El ministro de Comercio Exterior y Cooperación Económica dijo que Beijing debe acelerar los preparativos para reincorporarse al GATT, a fin de que China pueda convertirse en miembro fundador de la nueva Organización Comercial Mundial (OCM), sucesora del GATT, el año próximo.

China fue miembro fundador del GATT pero se separó después que los comunistas tomaron el poder en Beijing en 1949. Solicitó originalmente su readmisión en 1986.

Wu asistirá a una reunión de la comisión conjunta sino-CE sobre comercio y cooperación económica el lunes, que incluirá discusión de la readmisión de China al GATT por primera vez. La delegación de la Comisión Ejecutiva Europea (CE) es encabezada por el comisionado Leon Brittan.

Una declaración de la embajada de la Comunidad Europea en Beijing consignó que ha acogido con satisfacción inequívoca las solicitudes de China y Taiwán de ser aceptadas por el GATT.

Taiwán, al que Beijing considera como una provincia renegada, solicitó incorporarse en 1990 y dice que espera ser miembro del GATT para fines de este año.■ *(Reuter)*

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9406155

Nº. DOCUMENTO 9406156
TITULO Presiones de EEUU para que se acepten patentes medicinales en GATT.
PROCEDENC Clarín
FECHA 2-4-94
VINCULO 570821
65880

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

LATINOAMERICA

Presiones de se acepten

En abril, el GATT dejará asentado un estándar mínimo de protección para la industria farmacéutica, en la reunión final de la Ronda Uruguay. Estados Unidos presiona sobre los países latinoamericanos para lograr legislaciones más favorables al patentamiento, que superen el piso que impondrá el Acuerdo General de Tarifas y Comercio.

Las apariciones públicas de los embajadores de Estados Unidos en la Argentina —ahora James Cheek, antes Terence Todman— pidiendo una ley de patentes medicinales tienen poco parangón en América latina. Pero la disputa entre los laboratorios multinacionales estadounidenses y los de capital nacional goza de buena salud en la región. Por carriles más sutiles que las declaraciones estridentes de los embajadores, los "sabuesos" de la representación comercial de EE.UU. (USTR) y lobbistas del sector actúan día y noche y, ahora, con un apuro especial.

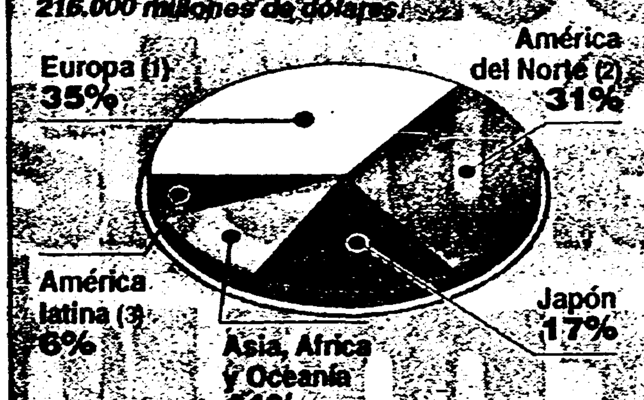
En abril, el GATT (Acuerdo General de Tarifas y Comercio, que nuclea a casi todos los países del mundo) firmará en Marruecos el acta final de la Ronda Uruguay, aprobada en diciembre. Allí se dispuso, en cuanto a patentes, un estándar mínimo de protección. Una legislación nacional podrá ir más allá de lo indicado por el GATT, pero no más acá. Y debería haber también una mayor homogeneidad planetaria en la materia.

Por eso, un esquema más "proteccionista" para las patentes de las multinacionales que se consiga antes de Marruecos será mayor garantía para ellas, ya que imponerlo después insumiría superior costo político: ¿cómo justificar sanciones comerciales unilaterales?

Los países latinoamericanos (que nuclean el 6% del mercado farmacéutico mundial) han sido escenario de fuertes presiones en torno al patentamiento, la obligato-

DISTRIBUCION DEL MERCADO MUNDIAL

En 1992 las ventas totalizaron 216.000 millones de dólares.



(1) Alemania con 9% y Francia con 6,6%, son los mayores. (2) Estados Unidos posee 29,5%. (3) Brasil, con 1,5%, es el décimo mercado del mundo y el mayor de América latina.

Fuente: Interfarma (Brasil) y Centro de Estudios para el Desarrollo de la Industria Química-Farmacéutica Argentina.

NACIONALES Y MULTIS

Países	LABORATORIOS Nacionales	Multinac.
Argentina	56%	44%
Chile	[illegible]6%	44%
Uruguay	50%	50%
Guatemala	40%	60%
Rep. Dominicana	37%	63%
México	35%	65%
Brasil	20%	80%

Fuente: Clarín sobre datos de la Asociación Latinoamericana de la Industria Farmacéutica, 1992.

MEXICO

Quedan deberes pendientes

México dio varios pasos previos para facilitar su ingreso al Tratado de Libre Comercio con los EE.UU. y Canadá (NAFTA). En rigor ya los venía dando desde 1986, cuando ingresó al GATT, después de un gran debate nacional. Antes de esa decisión —y de que estallara la crisis de su deuda externa—, México afrontaba un interesante proceso de reconversión industrial. Se pensaba que una apertura, al menos, la demoraría.

En 1989 legisló sobre inversión extranjera y aunque dejó en manos del Estado el petróleo, la petroquímica básica, la electricidad, el correo y los ferrocarriles, entre otros, ello significó un avance para los capitales externos. En 1991 aprobó la Ley de Fomento y Protección de la Propiedad Intelectual.

Desde ese año, dicen las multinacionales, en México la inversión sumó en el primer trienio lo mismo que en los 25 años anteriores. En 1993 se formó una comisión intersecretarial para la vigilancia de los derechos de propiedad intelectual. Y también se sancionó una nueva Ley de Comercio.

México ingresó al NAFTA, pero todavía no se ha reglamentado efectivamente lo legislado sobre patentes medicinales. Y no hay señales de apuro. Con todo, EE.UU. tiene en la región, a partir de ahora, un socio importante para lograr sus objetivos. Aunque el NAFTA tiene perfil similar al GATT, los EE.UU. poseen un mayor peso relativo.

01-02

9406156.

EN LA MIRA

Estados Unidos para que las patentes medicinales

riedad o no del pago de regalías o la retroactividad o no que debería tener una disposición de patentamiento (es decir, recompensar por el tiempo que un producto —sin vigencia de patentes— fue copiado.

Pero detrás del debate sobre cuestiones éticas en torno de la propiedad intelectual y el conocimiento, sobre el esfuerzo en investigación y desarrollo (I&D, que por su volumen referiría, en todo caso, más a una política estatal que a la iniciativa privada, aunque esta cuente) o sobre la salud humana, se juegan intereses menos etéreos.

La industria farmacéutica de EE.UU. es una de las más poderosas en ese país. Por la falta de patentamiento en la Argentina dejó de ganar 200 millones de dólares, según denunció Cheek. En el Brasil, entre 1979 y 1986 dejó de ganar **160 millones** y la **Asociación de Productores Farmacéuticos de los EE.UU.** (la poderosa PMA) pidió al gobierno que sancionara al Brasil porque **"es una externalidad negativa para el mundo"**, ya que al ser un gran mercado puede generar un efecto de imitación en otros países.

Para las multinacionales, las patentes deben existir como protección al derecho de propiedad y premiar la I&D. A regañadientes han debido aceptar, como plantea el GATT, **la no retroactividad.**

Tampoco quieren licencias compulsivas, sino voluntarias y contractuales, salvo excepciones por emergencia nacional o casos de abusos "comprobados judicialmente".

En cuanto a **precios**, los norteamericanos dicen que el patentamiento no los aumentará; **los de capital nacional dicen que sí.**

Estos no aceptan la exclusividad de un producto como plantea el GATT, y plantean, como compensación el pago de **regalías**. También sostienen que debe haber obligatoriedad de elegir **un socio local**, ya que en caso contrario los laboratorios locales podrían optar por **cerrar fábricas y convertirse en meros importadores.**

En su última asamblea, la **Asociación Latinoamericana de Industrias Farmacéuticas (ALIFAR)** declaró su **"más enérgico rechazo a la continuidad de la intervención del gobierno de los EE.UU. que procura imponer, en nuestros países, monopolios absolutos para la comercialización y producción de bienes esenciales para la salud y el bienestar de nuestros pueblos".**

El GATT **acepta la exclusividad**, pero plantea que los países de la región tendrán, **en un primer escalón, 5 años de transición para aplicar patentes** (y en ese lapso montar una oficina de patentes y un esquema jurídico y técnico-administrativo para hacer efectiva esa tarea). **Al entrar en vigencia el 1° de enero de 1995, teóricamente para el 2000 debería haber leyes nacionales que contemplen el patentamiento.**

Pero la finalización de la Ronda Uruguay del GATT fue tan compleja que la redacción del texto es muy híbrida **(también se habla de otro escalón transicional, de 5 años más) como para prestarse a malos entendidos, o a interpretaciones libres que, generalmente, suelen torcer en su favor los sectores más poderosos.** Como quiera que sea, si el nuevo marco del comercio mundial entra en vigor el año próximo, de entrada las multinacionales podrán solicitar patentamiento de sus productos, apenas comience, al país donde se comercien sus medicamentos.

9406156.

02-02

Nº. DOCUMENTO 9406157
TITULO Amnistía Int. denuncia torturas en ISRAEL.
PROCEDENCIA 150023
FECHA 23/4/94
VINCULACION 500572
504603

Algunos de los "métodos" incluyen capuchas con bolsas sucias, golpes en los genitales y confinamiento en celdas donde cabe una sola persona

Amnistía Internacional denuncia torturas en Israel

*** La organización de derechos humanos hizo un llamado para poner en práctica nueve nuevas medidas de protección contra las violaciones**

La organización de defensa de los derechos humanos Amnistía Internacional (AI) dijo que la tortura es frecuentemente utilizada en los interrogatorios en Israel, e incluso es aprobada por una guía secreta sobre interrogatorios del servicio general de seguridad israelí.

Londres (IPS)
por Lucy Johnson

■ Amnistía Internacional señaló que la guía secreta sobre interrogatorios valida las "bofetadas en la cara o las amenazas a un sospechoso".

El manual, elaborado por la Comisión Landau de Información en 1987 como compendio de la política oficial de Israel sobre técnicas de interrogación, rechaza la "tortura física", pero permite el "ejercicio de una presión física moderada".

Creemos, sostuvo AI en su informe sobre la tortura en Israel, que "la guía oficial sobre interrogatorios en última instancia valida la tortura o el maltrato, o que los funcionarios israelíes violaron amplia e impunemente esa guía".

"Se hacen necesarias medidas urgentes o reestructuras", añadió.

La semana entrante, el Comité de las Naciones Unidas Contra la Tortura, un organismo de expertos de 10 miembros creado para supervisar el cumplimiento de la convención de Naciones Unidas sobre tortura, examinará un informe sobre el caso de Israel.

El informe, que debió ser entregado en noviembre de 1992, fue recibido por el Comité recién en febrero de 1994, Israel ratificó la convención en octubre de 1991.

"Mientras se desarrolla el proceso de paz entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), la situación de derechos humanos en Israel y los territorios ocupados de Gaza y Cisjordania debe ser vigilada de cerca", afirmó Amnistía en una declaración de prensa que acompañó al informe.

"El respeto a los derechos humanos es fundamental en cualquier paz justa y duradera. Por lo tanto la reunión del Comité de la ONU Contra la Tortura para examinar el tratamiento que Israel da a los detenidos, se realizará en un momento propicio", añadió.

En un informe que será presentado al Comité de la ONU, Amnistía detalló la experiencia de siete personas en un interrogatorio. Cinco murieron en circunstancias que sugieren que hubo tortura, afirmó la organización.

El informe detalla métodos de tortura que incluyen "capuchas" con bolsas sucias y privación prolongada del sueño, que se logra atando al detenido en una silla de poco tamaño o forzándolo a permanecer esposado contra la pared.

Otros métodos descriptos por el informe, incluyen golpes en todo el cuerpo, a veces concentrados en áreas sensibles como los genitales, y confinamiento prolongado en celdas en que apenas cabe una persona.

El riesgo de tortura de los detenidos en los territorios ocupados de Gaza y Cisjordania, aumenta con la práctica de la detención incomunicada prolongada. Los detenidos políticos adultos acusados de faltas graves, en general son retenidos sin acceso a un juez por el máximo legal de 18 días. El informe señala que el acceso a abogados y familiares les es negado por más tiempo.

En 1991, el Ejército, el Servicio General de Seguridad y el Ministerio de Justicia realizaron al menos dos investigaciones oficiales sobre acusaciones de maltrato a los detenidos.

Aunque en ese año las autoridades dijeron que se tomarían medidas contra algunos interrogatorios, Amnistía Internacional afirmó que las investigaciones y sus resultados fueron "encubiertos en el silencio".

En febrero, las autoridades israelíes elaboraron nuevas leyes para habilitar a la Policía y al Ministerio de Justicia a realizar investigaciones sobre quejas contra el servicio de seguridad, pero Amnistía indicó que las investigaciones han sido lentas y secretas.

"Hasta ahora, las investigaciones sobre las quejas individuales de tortura o maltrato no cumplen con los niveles de exigencia de las normas internacionales", dijo Amnistía.

La organización de defensa de los derechos humanos hizo un llamado a las autoridades israelíes para que pongan en práctica nueve nuevas medidas de protección contra las violaciones a los derechos humanos.

Las medidas incluyen la revisión de la guía de la Comisión Landau de información para prohibir cualquier forma de "presión física" y otro tipo de coerción.

Además los detenidos deben tener acceso inmediato a los jueces, abogados, doctores y familiares, y todas la acusaciones de tortura deben ser investigadas.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9406157.

Nº. DOCUMENTO 9406158
TITULO UCRANIA envía a RUSIA un primer contingente de 60 cabezas nucleares
PROCE... 150034
FE... 6-3-94
VINCUL... 507293
507355
11019
507994

Buenos Aires, domingo 6 de marzo de 1994 ★ CLARIN

COMENZARAN A SER DESMANTELADAS EN BREVE

Ucrania envía a Rusia un primer contingente de 60 cabezas nucleares

El presidente de los EE.UU., Bill Clinton, aseguró que su decisión de duplicar la ayuda monetaria a Ucrania no está supeditada a la firma, por parte de ese país, del Tratado de No Proliferación Nuclear de 1968. De visita en Washington, el presidente ucraniano, Leonid Kravchuk, afirmó que esa incorporación se dará a la brevedad. Ucrania envió ayer sábado a Rusia un primer contingente de 60 cabezas nucleares para su desmantelamiento.

MOSCU, 5 (Reuter, AFP y AP).— Un tren con 60 ojivas nucleares heredadas por Ucrania de la ex Unión Soviética partió anoche hacia Rusia, informó hoy el vocero del ministerio de Defensa ruso, **Yuri Solomatenko**, citado por la agencia rusa Interfax.

Se trata del primer lote de cargas nucleares que Ucrania envía a Rusia para ser desmanteladas en cumplimiento del tratado tripartito de desnuclearización firmado en enero pasado en Moscú por los presidentes de los Estados Unidos, **Bill Clinton**, de Rusia, **Boris Yeltsin** y de Ucrania, **Leonid Kravchuk**, que se comprometió entonces a destruir las 1.600 cabezas nucleares de la URSS que quedaron en suelo ucraniano.

Las primeras ojivas salieron ayer en tren desde la estación de Pervomaisk (sur de Ucrania) con destino a los Urales, donde serán desmontadas. Antes de fin de mes partirá otro convoy desde la ciudad de Jmelnitsky (oeste de Ucrania), informó el vocero ruso, hacia la región de Sverdovsk, en Rusia central. A cambio de estas entregas, Rusia se comprometió a suministrar combustible para las plantas nucleares ucranianas.

Los funcionarios ucranianos se mostraron hoy reticentes a dar información sobre las operaciones de desarme. El vocero del ministerio de Defensa, **Anatoli Murhanovsky**, no quiso confirmar ni negar la información sobre la entrega de ojivas, y sólo apuntó que "la liquidación del material nuclear se realizará de acuerdo con lo pactado".

Los detalles de la operación son "secretos militares y de Estado", declaró el vocero, que se vio sorprendido de que la prensa rusa publicara información sobre desnuclearización

La entrega de las ojivas fue conocida poco después de la visita de ayer del presidente Kravchuk a Washington, durante la cual Bill Clinton anunció que se duplicará la ayuda monetaria de los Estados Unidos a Ucrania —a 700 millones de dólares—, como compensación por su desarme nuclear y sus reformas económicas hacia el capitalismo.

Ucrania debe concretar aún su promesa de unirse al Tratado de No Proliferación Nuclear de 1968 como país libre de armas atómicas. Kravchuk aseguró ayer que lo hará en breve, pero Clinton apuntó que la ayuda norteamericana no está supeditada a esa incorporación.

El presidente ucraniano deberá sortear, para hacer que su país ingrese a ese tratado, la resistencia del Parlamento, que hasta enero pasado se opuso a la entrega de las ojivas nucleares a Rusia

ENTRADO ...
CRUZADO ...
d-02
9406158

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCE...
FE...
VI...

Ojivas nucleares ucranias llegan a Rusia para ser desmanteladas

Desarme: el cargamento es parte del acuerdo tripartito, impulsado por los Estados Unidos, para la eliminación de armas de destrucción masiva.

MOSCU, 6 (Reuter).- Un tren cargado con ojivas nucleares llegó este fin de semana a Rusia como parte de un acuerdo trilateral firmado con los Estados Unidos para eliminar las armas mortíferas en suelo ucranio.

Expertos nucleares de alto rango citados por la agencia de noticias Itar-Tass afirmaron que las ojivas serán desmanteladas por firmas rusas.

Funcionarios del ministerio de ferrocarriles indicaron que la ruta seguida por el tren fuertemente vigilado será mantenida en secreto.

Ucrania heredó unas 1600 ojivas en su territorio cuando se derrumbó la Unión Soviética en 1991, y aceptó enviarlas a Rusia para su destrucción, por un acuerdo firmado cuando el presidente norteamericano Bill Clinton visitó a Rusia y Ucrania, en enero último.

Pero el presidente Leonid Kravchuk, en una entrevista transmitida desde Washington, sugirió el sábado que Ucrania tiene problemas más urgentes que el desarme nuclear.

"El cumplimiento de todos los acuerdos, incluidos los acuerdos sobre compromisos nucleares, es posible sólo si funciona la economía", declaró a la televisión de la Mancomunidad de Estados Independientes.

"Si mañana las fábricas se detienen en Ucrania, y eso es una realidad si no hay gas, ¿de qué cumplimiento hablaremos?", agregó.

Rusia, que alega que Kiev debe 900 millones de dólares por el suministro de gas, ha reducido las entregas a Ucrania desde el comienzo del mes para obligar a que el país cumpla con sus pagos. Este fin de semana redujo nuevamente el suministro diario, lo que disminuyó las entregas a una cuarta parte del nivel normal.

El acuerdo de desarme firmado en enero ofreció a Kiev dinero en efectivo y uranio enriquecido para hacer funcionar sus usinas nucleares a cambio de la entrega de las ojivas.

Ucrania prometió transferir al menos 200 ojivas nucleares a Rusia en un plazo de 10 meses y entregar el resto de su arsenal nuclear en el período de tiempo más corto posible.

Además, los 46 misiles SS-24 de Ucrania -los más peligrosos en el arsenal- deberán ser desactivados en 10 meses.

En Kiev, el viceprimer ministro Valery Shmarov, que encabeza el proceso de desarme, dijo que la primera transferencia consistió en el envío de 60 ojivas a Rusia.

Precisó que un segundo embarque está siendo preparado. "Será despachado si vemos la adecuada actividad del lado ruso", declaró, en referencia al compromiso de suministrar combustible nuclear a Kiev.

El ministro de energía de Rusia informó que la primera carga de combustible para la central nuclear de Chernobyl ya ha partido. Aparentemente, el gobierno tomó la decisión de enviar el combustible nuclear a Ucrania sin esperar las ojivas nucleares, indicó un vocero del ministerio. No hubo confirmación de que el combustible haya llegado a Ucrania.

ENT...
CRU...

02-02

9406158

Nº DOCUMENTO 9406159
TITULO CUBA en feria internacional de armamentos (FIDAE)
PROCEDENCIA La Juventud
FECHA 12-3-94
VISTO armam. 11019
507284

MERCADO LATINO DE ARMAS

Rusia pretende convertir su participación en la próxima feria internacional de armamentos (FIDAE), en Santiago de Chile, en el primer paso hacia la conquista del mercado latinoamericano de armas.Las armas rusas ya son conocidas en Latinoamérica, pero si en 1987 la URSS suministró sólo a Cuba y Nicaragua en concepto de "ayuda" armamentos por valor de 2.000 millones de dólares, en su informe a la ONU de junio de 1993 Moscú no pudo mencionar ni un sólo cliente latinoamericano de su industria militar. La grave crisis ha obligado a Moscú a revisar su política de exportación de armas y a sustituir las prioridades ideológicas de antaño por los beneficios económicos.

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9406159.

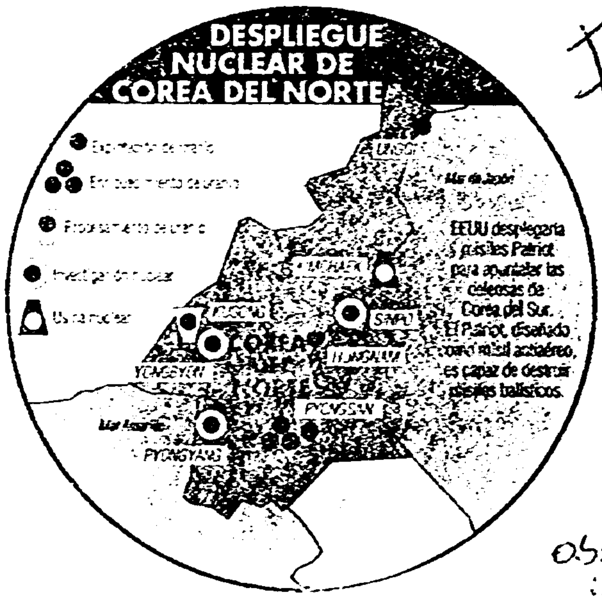
Nº. DOCUMENTO 9406160
TITULO Ubicación de instalaciones nucleares en Corea del Norte.
PROCEDENCIA 150483
FECHA 23/3/94.
VINCULACION 11019
507487

Ubicación de las instalaciones nucleares en Corea del Norte

El presidente surcoreano Kim Young-sam impartió directivas a los jefes del ejército, la armada y la fuerza aérea para que redoblen las medidas defensivas, ante la creciente tensión desatada por la negativa norcoreana a permitir la inspección de todas sus instalaciones nucleares.

"La orden dada por el presidente Bill Clinton de desplegar misiles Patriot en Corea del Sur representa una grave amenaza para nosotros. Ello pone de manifiesto que EEUU está conduciendo la península coreana a la situación de guerra", dijo un vocero oficial.

Los Patriot serán desplegados alrededor de Seúl, a 48 kilómetros de la frontera con el Norte.



ENTRADO
CRUZ

01-01 9406160.

Nº. DOCUMENTO 9406161

TITULO EEUU. enviará armas de tecnología avanzada a Corea del Sur.

PROCEDENCIA 150014

FECHA 26-3-94

VINCULO 11019 65890 507880

Corea

EEUU ENVIARA ARMAS

El Gobierno de Estados Unidos planea enviar armas de tecnología avanzada a Corea del Sur para que pueda defenderse contra un posible ataque de Corea del Norte, informó el secretario norteamericano de Defensa, William Perry, que en abril viajará a Seúl para ultimar los detalles. De lo que se trata, indicó Perry, es de reforzar la posición de los 37.000 soldados estadounidenses que están destacados en Corea del Sur. Los equipos que se prevé enviar comprenden artillería y aparatos de ataque a tierra, como los helicópteros «Apache», precisó el secretario. A principios de semana, EEUU anunció que iba a enviar misiles «Patriot» a Corea del Sur, y realizar próximamente maniobras militares con el Ejército de ese país.

ENT

CF

9406161.

01-01

Nº DOCUMENTO 940162
TITULO C. del N. acusó a EEUU de aumentar su contingente militar
PROC 150023
FE 28.3.94
VI 11019
507487
65810

La República Lunes 28 de marzo de 1994

El ejército del Norte suma un millón de hombres; el del Sur, 650.000, a los que se agregan 38.000 soldados norteamericanos apostados en sus bases

Corea del Norte denuncia aumento bélico de EEUU en sus instalaciones surcoreanas

Corea del Norte acusó ayer a Estados Unidos de aumentar su contingente militar en la frontera que divide al país de Corea del Sur. A través de un despacho de la agencia noticiosa oficial de Corea del Norte (KCNA), recibido en Tokio, el gobierno de Pyonyang dijo que Estados Unidos estaba realizando una serie de "maniobras de provocación bélica".

■ "Los imperialistas de Estados Unidos trajeron el 26 de marzo aviones de transporte C-141 y C-130 de sus bases de ultramar repletos para agregarlos a los militares que hay en las bases norteamericanas existentes en Corea del Sur, dijo la agencia.

En otra declaración, KCNA fustigó al secretario de Defensa estadounidense, William Perry, por anunciar, el 25 de marzo, "una serie de imprudentes planes operacionales para el despacho de fuerzas militares norteamericanas y equipo bélico adicionales a Corea del Sur".

Perry había anunciado en Washington que Estados Unidos iba a incrementar su armamento en Corea del Sur como precaución contra un posible ataque de Corea del Norte.

El sábado en Tokio, el presidente de Corea del Sur, Kim Young San, hizo un llamado a Japón para que se una a sus esfuerzos a fin de persuadir a Corea del Norte a que abandone sus ambiciones nucleares y dijo que no deseaba que el país, con un gobierno comunista, quedara internacionalmente aislado.

En una conferencia de prensa conjunta con el primer ministro japonés Morihiro Hosokawa, después de una visita de tres días a Japón, Kim y Hosokawa se comprometieron a una cooperación más estrecha en lo que respecta al problema del sospechado programa de desarrollo de armas nucleares de Corea del Norte.

"Compartimos el punto de vista de que es importante resolver este problema mediante una estrecha cooperación entre nuestros dos países, China, Estados Unidos y otras naciones", dijo Hosokawa.

Posteriormente, Kim partió hacia China para sostener conversaciones con las autoridades chinas.

"El asunto está ahora en manos de los norcoreanos, pero debemos tratar de no aislar a Corea del Norte de la comunidad internacional", manifestó Kim.

Corea del Norte ha provocado alarma internacional debido a su negativa a permitir una inspección completa de sus instalaciones nucleares, aumentando los temores de occidente de que pueda estar desarrollando una bomba atómica.

Las tensiones han aumentado desde que la Agencia Internacional de Energía Atómica informó la semana pasada que las autoridades norcoreanas no habían permitido a su equipo de investigadores inspeccionar sus instalaciones nucleares para determinar claramente si los materiales nucleares empleados no estaban siendo utilizados para propósitos militares.

Corea del Norte ha insistido en que no autorizará un mayor número de inspecciones hasta que se produzca la tercera ronda de conversaciones con Estados Unidos, que han sido suspendidas por decisión de Washington.

Fuentes militares consideran que Corea del Norte tiene un ejército de cerca de un millón de efectivos, mientras que las tropas de Corea del Sur suman 650.000 soldados, además de los 38.000 efectivos estadounidenses estacionados en ese país.

Washington ha estado enviando misiles Patriot a Corea del Sur y este país, conjuntamente con Estados Unidos, planean también realizar una serie de maniobras militares conjuntas.

ENTRADO

9406162

01-01

Nº DOCUMENTO 9406163
TITULO Pte. de Conferencia de Desarme habló sobre prohibición de pruebas atómica.
PROC 150483
FECHA 31-3-94
VI 11293.
501889.
11046

Desarme - El presidente de la comisión negociadora de la Conferencia de Desarme, el mexicano Miguel Marín Bosch, dijo ayer a la prensa que existía amplio respaldo en la comunidad internacional para la aprobación de un tratado que prohibiese totalmente las pruebas atómicas.

Marín Bosch preside la Comisión para la [illegible]ibición de Pruebas Nucleares de la conferencia integrada por 38 países.

La comisión comenzará a examinar en mayo propuestas concretas para poner en vigor la medida.(AP) OBS 31/3/94

DOCUMENTO CON PARTES ILEGIBLES

ENTRADA
CRUZ

01-01

9406163

Nº DOCUMENTO 9406164
Ctes. de la armada americana iniciaron reunión en P. del Este.
150090
22/3/94
11046 cong.
507466
65890.

Comandantes de las Armadas Americanas Iniciaron Reunión en Punta del Este

EP 22/3

PUNTA DEL ESTE (por Alexis Cadimar, corresponsal).— Las máximas autoridades navales del continente se encuentran reunidas desde ayer lunes en el Hotel San Rafael en el marco de la 17ma Conferencia Interamericana Naval, a la cual asisten 18 delegaciones.

Se destaca la presencia de jerarquía de la marina de los Estados Unidos. En la oportunidad se vienen analizando diferentes puntos vinculados a su labor especifica labor que se cumplió por la mañana, mientras que por la tarde en dependencia de El Faro de Punta del Este el Comandante en Jefe de la Armada Uruguaya, Vice Almirante James Coates se reunió con algunos de sus colegas de las Armadas de otros países.

En torno a la reunión que se cumplirá hasta el próximo fin de semana aquí en nuestro principal balneario el comandate en jefe de la Armada uruguaya señaló que se tratan aspectos referentes a los juegos de guerra navales interamericanos, lo que configura un tema técnico pero existen otros que también destacó el jerarca.

Al respecto indicó que "Uruguay por primera vez es sede coordinador del área marítima del Atlántico Sur, que es una organización de control de tráfico marítimo en la región, que funciona desde hace un tiempo con Argentina y Brasil".

Manifestó que "el tema es muy importante para todas las armadas debido a que es un ejemplo único en el mundo de la cooperación entre las marinas de diferentes países, que si bien es un tema mlitar tiene otras connotaciones y va mucho más allá del aspecto militar..."

Señaló que se controla la contaminación marítima, el derrame de petróleo, control de acción de depredación de pesca, como así también el contrabando de armas y estupefacientes, entre otros puntos.

El Presidente de la República Dr. Luis Alberto Lacalle se estará reuniendo el próximo jueves aquí en Punta del Este en horas del mediodía con todos los jerarcas de las armadas que participan de esta conferencia, según quedó confirmado por altas fuentes navales.

9406164.

01-03

Lacalle participó de la XVII Conferencia Naval en Punta del Este

Las armadas americanas reafirman operaciones Unitas

dos 25/3/94

Mientras la XVII Conferencia Naval Interamericana resolverá continuar con las operaciones Unitas, los comandantes de las marinas de guerra de América reunidos en Punta del Este coincidieron en que, si bien "la amenaza de una guerra es menor, los conflictos regionales van a aumentar y serán los que van a marcar la pauta en materia de defensa".

para el Uruguay, ya que somos una nación que tiene casi tanto territorio en el mar como en tierra firme".

Sostuvo que "nosotros hemos procurado desde el gobierno darle empuje a la presencia marítima de la República. Durante nuestro período se han incorporado más de seis unidades, estamos cumpliendo labores de patrullaje, labores de custodia de los recursos naturales, las eventuales de defensa que uno espera que no se cumplan".

En sus declaraciones a *El Observador*, Coates explicó que "la razón de estos encuentros es intercambiar ideas, opiniones y presentar trabajos sobre lo que es común a las armadas del continente". Dijo que "los temas que más se trataron en esta conferencia en particular son los nuevos roles de las armadas, visto el nuevo orden mundial".

Señaló que en las reuniones de trabajo ha habido "un intercambio de información en el rol de policía que cumplen las armadas como, por ejemplo combate al tráfico de droga".

Coates dijo que un punto en común expuesto por los países intervinientes es que "todos sienten que los gobiernos se han distendido, que la amenaza de una guerra se ve como menor, que los conflictos regionales van a aumentar y a ser los que van a marcar la pauta en materia de defensa".

Además de Uruguay, participan de la conferencia que culminará este fin de semana **Argentina, Bolivia, Brasil, Canadá, Colombia, Chile, Ecuador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Paraguay, Perú, Venezuela y una delegación de la Junta Interamericana de Defensa.** ■



Conferencia Naval

Lacalle junto al comandante Coates, ayer, durante la reunión de Punta del Este

OZ

9406164.

Custodia de los Recursos Naturales

El País 25/3/84

URUGUAY IMPULSA PRESENCIA MARITIMA, AFIRMO LACALLE

PUNTA DEL ESTE (por Alexis Cadimar, corresponsal). — El presidente de la República Dr. Luis Alberto Lacalle se reunió aquí con los Comandantes en Jefe de las Armadas de los 18 países que han venido participando de la 17ª Conferencia Interamericana Naval con quienes compartió un almuerzo en la víspera en el Yacht Club de nuestro principal balneario.

El Dr. Lacalle destacó en la oportunidad la importancia que reviste esta reunión para Uruguay, señalando que "el tema naval es sumamente importante, ya que somos una nación que tiene tanto territorio en el mar como tierra firme"

Agregó que "desde el Gobierno hemos procurado darle empuje a la presencia marítima de la República. Durante nuestro período se han incorporado más de 6 unidades, se están realizando labores de custodia de los recursos naturales y eventuales de Defensa que uno siempre espera que no se cumplan..."

El presidente de la República señaló también que "ha sido una reunión muy importante desde el punto de vista técnico y político".

Por su parte el Comandante en Jefe de la Armada Vice Almirante James Coates aseguró que esta reunión "ha sido un desafío para el Uruguay".

Explicó que durante su desarrollo se analizaron aspectos técnicos. Señaló que esta reunión se fijó hace dos años en Chile, donde se aceptó a Uruguay como sede de la misma.

Nuestro país por primera vez ha sido sede coordinador del área marítima del Atlántico Sur, que es una organización de control de tráfico marítimo en la región, que funciona desde hace un tiempo con Argentina, Brasil y Paraguay.

La autoridad naval uruguaya enfatizó que "este tema es muy importante para todas las Armadas debido a que es un ejemplo único en la cooperación entre las marinas de diferentes países".

Se indicó que durante el desarrollo de la reunión se analizaron los aspectos vinculados a los contralores de contaminación marítima, derrame de petróleo, control de acción de depredación de la pesca y también el contrabando de armas y estupefacientes, entre otros puntos.



Dr. Luis A. Lacalle.



V/A James Coates.

03-03

9406164.

Nº DOCUMENTO 9406165
TITULO Em NOV 95 Bariloche será sede de cumbre de ctes. de ejército.
PROC. 150090
FE. 20-3-94
VI. 500239 (CEO) 1046 66960

Los ejércitos irán a Bariloche

La Argentina será la próxima sede de la Conferencia de Ejércitos Americanos, que tendrá lugar en San Carlos de Bariloche en noviembre del año que viene. Los militares brasileños traspasaron la secretaría general del organismo a sus pares argentinos en una ceremonia celebrada el viernes pasado en el Edificio Libertador, en la Capital Federal.

El ministro de Defensa, Oscar Camilión, destacó en la ocasión que las fuerzas armadas de toda América latina "están acompañando la consolidación institucional de los países americanos y que el punto inicial de *la presencia militar en estos países*, que es el cumplimiento de los anhelos de la humanidad, no es posible sin sus presencias". Lo escuchaba con beneplácito el secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), Joao Baena Soares.

A su vez, el jefe del Ejército argentino, teniente general Martín Balza, concedió la Orden de los Servicios Distinguidos al Mérito Militar al general Sylvio Da Gama Imbuzeiro, representante del Brasil. Acto seguido, puso en posesión de la secretaría general de la Conferencia de Ejércitos Americanos (CEA) al coronel Carlos González, quien reemplazará al coronel brasileño Filho Xavier.

La CEA delibera cada dos años y entre los temas en discusión –que se tratan en sesiones secretas– figuran todos los tópicos que hacen a la seguridad continental desde la perspectiva castrense: la situación política mundial y regional, la cooperación militar, el terrorismo, el narcotráfico y el equilibrio de armamentos.

Fue la última actividad del ministro Camilión antes de partir hacia Santiago de Chile, adonde voló ayer. Camilión asistirá a la VIII Feria Internacional Aeronáutica y Espacial, que se inaugurará hoy y estará abierta hasta el 28 de este mes.

La nueva cumbre de Ejércitos

El Ejército argentino ejerce desde el viernes la Secretaría Ejecutiva Permanente de la Conferencia de Ejércitos Americanos, y tendrá a su cargo, en julio de 1995, la reunión preparatoria de la Conferencia de Comandantes de la región, cuyo evento cumbre se realizará en Bariloche en noviembre de ese año.

El viernes último tuvo lugar en el edificio Libertador, sede del Estador Mayor del Ejército, la ceremonia de traspaso por parte de Brasil a la Argentina de la citada Secretaría permanente que vincula a los Ejércitos de América Latina. El ministro de Defensa, **Oscar Camilión**, presidió el acto, al que asistieron el secretario general de la OEA, **Joao Baena Soares**.

El titular del Ejército, teniente general **Martín Antonio Balza**, puso en posesión del cargo, como nuevo secretario ejecutivo del ente permanente en remplazo del coronel brasileño **Filho Xavier**, al coronel **Carlos González Menecier**.

En su discurso, Balza dijo que el futuro "señala una peculiar complejidad de los problemas mundiales, y evidentemente, ellos no pueden ser resueltos por un actor, ni por un grupo de países. Por ello, **las soluciones requerirán del consenso y del trabajo de la comunidad internacional**", enfatizando que en ese contexto **"se insertarán las acciones de los ejércitos del continente para contribuir a la toma de decisiones de los gobiernos"**.

Estas reflexiones del jefe militar estuvieron referidas al tema obligatorio que deberá debatir el ciclo de la XXI Conferencia de Ejércitos Americanos.

ENT.
CRUZ

01-02

9406165

Bariloche será sede de cumbre de comandantes de ejércitos regionales

EN NOVIEMBRE DE 1995 se realizará en Bariloche una cumbre de comandantes en jefe de los ejércitos de todo el continente.

La fuerza de tierra de Argentina fue elegida para ejercer la Secretaría Ejecutiva Permanente de la Conferencia de Ejércitos Americanos, la cual tendrá a su cargo la preparación de la cumbre.

La semana pasada tuvo lugar en el edificio Libertador, sede del Estado Mayor del Ejército argentino, la ceremonia de traspaso por parte de Brasil al vecino país de la mencionada Secretaría que vincula a los ejércitos de América Latina.

El ministro de Defensa, Oscar Camilión, presidió el acto, al que asistieron entre otros el secretario general de la OEA, João Baena Soares.

Por su parte el titular del Ejército, teniente general Martín Balza, puso en posesión del cargo, como nuevo secretario ejecutivo del ente permanente al coronel Carlos González Meneclier, quien sustituyó al coronel brasileño Filho Xavier.

Balza destacó en su discurso que "el futuro señala una peculiar cumplejidad de los problemas mundiales y evidentemente ellos no pueden ser resueltos por un actor, ni por un grupo de países".

Añadió que "las soluciones requerirán del consenso y del trabajo de la comunidad internacional". Consignó que en ese contexto "se insertarán las acciones de los ejércitos del continente para contribuir a la toma de decisiones de los gobiernos". ■

EL OBS 30-9-94

02-02

9406165

M. B. C.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
[illegible]
101400JUN94

M E M O R A N D U M Nro.058/94

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A: Miryam Campos.

T E X T O : A continuación se hace saber que la persona antes referida, fué identificada, distribuyendo bonos colaboración para el comedor y merendero "La Vía", el cual se sabe, atiende parte de la financiaión de las acciones del Movimiento Revolucionario Oriental.
El referido merendero fue creado y es patrocinado por el M.R.O.,con un fin social y de finanzas.-
La causante se encuentra vinculada al M.R.O.,NO pudiéndose precisar si es simpatizante o militante político del citado Movimiento.-

D I S T R I B U C I O N : ORIGINAL: BIOGRAFICO
COPIA : CAMPO MILITAR

El Jefe de la Sección [illegible]
Capitán
Norberto [illegible]

001/001

MINISTERIO [illegible] NACIONAL
Direc. [illegible]
Fch. 13 JUN. 1994
Para: Biog - Militar
Nº. de Cons. 9406166

FECHA 15/06/94 INICIAL SH
Procesado a Sistema DDX
OBSERVACIONES

Nº. DOCUMENTO 9406167
TITULO Cumbre de las Américas convocado x Clinton se hará en DIC en MIAMI.
15009O
11/3/94
11167
65890

La cumbre americana convocada por Clinton se hará en diciembre

11/3 LRep.

■ La cumbre hemisférica convocada por el presidente estadounidense, Bill Clinton, se realizará en diciembre en la ciudad de Miami, revelaron fuentes diplomáticas.

Miami, uno de los ejes comerciales y financieros más importantes entre América Latina y Estados Unidos, fue elegido por la Casa Blanca para una cita, que se espera que esté dominada por temas comerciales.

El anuncio formal lo hará Clinton mañana en la Casa Blanca, informó la agencia ANSA.

San Diego, Los Angeles y Chicago eran las otras ciudades consideradas "finalistas" para la primera cumbre de Clinton con líderes latinoamericanos.

Miami era objetada en algunos círculos diplomáticos, por la posibilidad de que el tema de Cuba domine la reunión, dado el alto grado de activismo político de la comunidad cubano-americana.

Pero el intenso "lobby" del gobernador de Florida, Lawton Chiles, y el interés de la Casa Blanca en cimentar los avances del oficialismo en un estado tradicionalmente republicano fueron factores de peso, como así también el clima benigno, teniendo en cuenta que la reunión se hace cerca del invierno boreal, y la relativa cercanía para los visitantes. La reunión será abierta sólo a líderes democráticos, por lo que Washington excluirá a Fidel Castro, y no se ha decidido aún sobre Haití y el exiliado presidente Jean Bertrand Aristide. El acceso de otros países latinoamericanos al Tratado Norteamericano de Libre Comercio (TLC o Nafta) en vigor entre Estados Unidos, México y Canadá será tema central de la reunión.

01-05
9406167

Clinton y Lacalle estudian "Cumbre de las Américas"

Hoy el Presidente recibe distinción a "persona del año"

Washington (EFE). Los Presidentes de Estados Unidos y de Uruguay, Bill Clinton, y Luis Alberto Lacalle, respectivamente, analizarán mañana domingo en Washington algunos aspectos de la celebración de la recién convocada "Cumbre de las Américas", se informó ayer.

De esta forma, el Presidente Lacalle se convertirá en el primer dignatario latinoamericano en compartir con Clinton sus inquietudes respecto a la celebración de esta "cumbre" hemisférica convocada por Estados Unidos para principios del próximo mes de diciembre en Miami (EE.UU.).





Luis Alberto Lacalle será el primer dignatario latinoamericano que mañana compartirá, con Bill Clinton, el análisis sobre "cumbre hemisférica"

El Presidente Lacalle se traslada hoy a Washington en visita privada para recibir las distinciones de las que le ha hecho objeto este año el AIPAC, una asociación americana que aboga a favor de Israel y que anualmente premia la actitud especialmente favorable de una persona hacia Israel y hacia los judíos.

Toby Dreshowitz, portavoz de esta asociación que el domingo por la noche distinguirá como "persona del año" a Lacalle, indicó que se ha escogido al Presidente uruguayo por su lucha personal contra las dictaduras y porque siempre "ha tenido una mano de amistad a Israel y a la comunidad judía".

AIPAC (Comité Americano-Israelí de Asuntos Públicos) es una organización profesional que trabaja a favor de Israel en Estados Unidos y que cuenta con 55.000 miembros en todo su territorio.

La recepción de estas distinciones dará oportunidad a Lacalle de entrevistarse con Clinton en un momento en el que, precisamente, las relaciones de EE.UU., con América latina han recibido un nuevo impulso con la convocatoria de la "cumbre" de Jefe de Estado y de Gobierno del continente americano.

El Presidente de EE.UU., Bill Clinton, ayer con toda solemnidad participó de la "Cumbre de las Américas", una reunión al más alto nivel que tendrá como objetivo el fortalecimiento de la democracia y el estímulo al desarrollo económico.

En palabras de Clinton, la "cumbre" estudiará, "primero, cómo promover el crecimiento económico mientras se avanza en una estrategia de desarrollo sostenido que proteja el medio ambiente y que alivie la pobreza".

Al convocar esta reunión, el Presidente Clinton destacó que el momento actual está lleno de "grandes promesas y grandes esperanzas para el hemisferio occidental", sobre todo porque "los valores democráticos están en alza" y las economías del continente "están creciendo de forma interrelacionada a través del comercio y de la inversión".

Precisamente, según indicaron a EFE fuentes diplomáticas uruguayas, los procesos de integración continentales serán también objeto de repaso en la conversación entre los citados gobernantes.

Salvo en lo que respecta a su entrevista con Clinton, la visita del Presidente Lacalle a Washington tendrá un carácter estrictamente privado.

Lacalle, que viaja acompañado de su esposa, Julia Pou, tiene previsto, entre sus actividades privadas en Washington, visitar el recientemente inaugurado Museo del Holocausto, y regresará a Uruguay el mismo domingo por la noche.

El Presidente Lacalle llega hoy a Estados Unidos procedente de Santiago de Chile donde asistió ayer a la toma de posesión del nuevo Presidente del país, Eduardo Frei T-gle.

14/12/94

02

9406167.

* Sin Castro, Pero Concurrirá Aristide
* Abordará Fortalecimiento Democrático

WASHINGTON, 11 (EFE). — El presidente de EEUU, Bill Clinton, convocó hoy solemnemente, la Cumbre de las Américas, que se celebrará en Miami (Florida) a primeros de diciembre próximo y que excluye al presidente de Cuba, Fidel Castro, e incluye al presidente haitiano en el exilio, Jean-Bertrand Aristide.

Clinton resumió en dos aspectos fundamentales el objetivo último del encuentro que reunirá a los jefes de Estado de 35 países del continente americano: el fortalecimiento de la democracia y el estímulo al desarrollo económico.

En sus propias palabras, la Cumbre estudiará "primero, cómo fortalecer nuestras democracias, defenderlas de una manera colectiva y mejorar nuestros sistemas de gobierno; y segundo, cómo promover el crecimiento económico mientras se avanza en una estrategia de desarrollo sostenido que protege el medio ambiente y que alivie la pobreza".

Estados Unidos, organizador de esta reunión, primera desde la que se celebró en 1967 en punta del Este (Uruguay), no ha previsto ninguna coordinación específica con la cumbre Iberoamericana, cuya cuarta edición se celebrará en julio próximo en Cartagena de Indias (Colombia), comentó a EFE un alto funcionario que trabaja en la agenda de Miami.

Bill Clinton destacó hoy que el momento actual está lleno de "grandes promesas y grandes esperanzas para el hemisferio occidental", sobre todo porque "los valores democráticos están en alza" y las economías del continente "están creciendo de forma interrelacionada a través del comercio y de la inversión".

El presidente destacó que las exportaciones de EEUU a Latinoamérica y el Caribe, "se han más que duplicado en los últimos siete años, para llegar a casi 80.000 millones de dólares en 1993.

Los organizadores de la Cumbre de las Américas consideran que la reunión en sí puede durar dos días a la luz de una agenda que será consultada con los organismos interamericanos y con los gobiernos de los países huéspedes.

Las consultas empezarán con el viaje que el vicepresidente de Estados Unidos, Albert Gore, hará en Bolivia, Argentina y Brasil, dentro de diez días.

Gore, convertido ya en el hombre escogido por Clinton para reforzar las relaciones de EEUU con América Latina, hará una segunda gira continental dentro de unas tres semanas.

La Cumbre de las Américas, tendrá en principio, dos ausentes: el presidente de Cuba, Fidel Castro, y el general Raúl Cedrás, que gobierna Haití desde el golpe de Estado de septiembre de 1991.

Sí ha sido invitado el presidente de Haití en el exilio, Jean Bertrand Aristide, aún cuando sus relaciones con Washington para encontrar una solución a la crisis haitiana, van de mal en peor.

La iniciativa de convocar esta Cumbre de las Américas, fue presentada por primera vez en México, a finales de diciembre de 1993, cuando el vicepresidente Gore, viajó al gran vecino del sur para celebrar la aprobación del Tratado de Libre Comercio (TLC).

Tres meses después de aquella idea fue aireada por Gore, casi de improviso, el presidente Clinton, se dedicó a darle, hoy mismo la solemnidad que corresponde a que las grandes ocasiones.

El presidente de EEUU se hizo acompañar por buena parte de los miembros del Gabinete, una representación del Congreso y una audiencia en la que no faltaron algunos embajadores de América Latina.

En un salón de la Casa Blanca, con toda la escenografía oficial al uso, Clinton, se presentó con Gore, con los delegados de la Organización de Estados Americanos (OEA) y del Banco



William Clinton.



Albert Gore.



Carlos Menem.



Itamar Franco.

Interamericano de Desarrollo (BID), con la Embajadora de EEUU ante la OEA, Harriet Babbit, y con el gobernador de Florida, Lawton Chiles.

Por la OEA intervino brevemente el "numero dos" de esta organización, Christopher Thomas, sustituto -aunque olvidó citarlo- del secretario general, Joao Clemente Baena Soares, de viaje en Chile para asistir a la toma de posesión del presidente Eduardo Frei.

La representante del BID, Muni Figueres, disculpó a su presidente, Enrique Iglesias (también en Santiago de Chile) y —como hiciera Thomas— ofreció la colaboración de banco para el buen desarrollo de la Cumbre.

Según un experto latinoamericano consultado por EFE, la Cumbre de las Américas "pretende ser una iniciativa que dé cuerpo a la relación entre Estados Unidos y sus vecinos del norte —Canadá—y del sur—América Latina y el Caribe—".

Clinton pues, quiere dejar su huella en las relaciones interamericanas, como lo hicieron Franklin Roosevelt (1993—1945) con su política del "Buen vecino"; John Kennedy (1961—1963), con su "Alianza para el progreso" o más recientemente, George Bush (1989—1992), con su "Iniciativa para las Américas".

9406167

Clinton y la Cumbre de las Américas

Era 1967 y era Lyndon Johnson el presidente, también del Partido Demócrata. Después de aquella reunión de jefes de Estado de la OEA en Punta del Este, no ha habido otra cumbre continental.

La acaba de proponer el nuevo presidente demócrata de los Estados Unidos, Bill Clinton. No se puede comenzar a pensar en la naturaleza e intenciones de este llamado sin recordar el antecedente de la propuesta llamada Iniciativa para las Américas, que formuló el presidente Bush en 1990, dirigida a la formación de una zona de libre comercio de sur a norte de todo el continente americano.

El tema de la integración económica estará con seguridad en la temática de la conferencia que ahora propone el nuevo jefe de la Casa Blanca, pero en un contexto muy diferente, a la vista de las nuevas realidades que suponen el Mercosur y el Tratado de Libre Comercio de América del Norte.

Lo que importa más, sin embargo, en esta convocatoria, es el cariz político que abiertamente desea imprimir al encuentro el presidente demócrata. Entre los temas propuestos está la integración, en primer lugar, pero también están la defensa de la democracia, la lucha contra la pobreza, el combate al tráfico de drogas y la delincuencia organizada.

La propuesta se politiza más, no obstante, al apreciarse otras condicionantes formales, ajenas a la agenda. El lugar elegido para la cita es Miami, y la credencial que los jefes de Estado deben exhibir para ser invitados, es la de haber sido elegidos democráticamente. Con esto quedarán fuera de la cumbre Fidel Castro y el dictador haitiano, general Raoul Cedras.

Bill Clinton no ha elegido otra ciudad de los Estados Unidos que Miami, para ubicar el altísimo cónclave.

Y no lo ha propuesto a la OEA sino que él mismo realiza la convocatoria. Ayer mismo, el presidente Lacalle se reunió con él, siendo así el primer presidente latinoamericano que ha tenido ocasión de tocar el punto con el invitante.

El tema es de la mayor importancia y no ha hecho más que empezar.

04

9406167

Cumbre de Miami deberá analizar una zona sudamericana de libre comercio

La República 18/3/94.

■ El presidente boliviano, Gonzalo Sánchez de Lozada, afirmó ayer que la propuesta brasileña de crear una zona sudamericana de libre comercio debe ser uno de los temas prioritarios de la cumbre americana convocada por Bill Clinton para diciembre.

"Creemos que se está abriendo la perspectiva hacia el mercado común o área de libre comercio para toda Sudamérica... esto puede ser positivo y, obviamente, creemos que esos temas deben formar parte de la agenda de la cumbre que se reunirá en diciembre en Miami", afirmó Sánchez de Lozada en una entrevista con ANSA.

"Parte de la agenda (de la cumbre) debe ser: ¿Qué vamos a hacer con la integración? ¿Vamos a hacer un gran mercado en el hemisferio? ¿Vamos a unir el Mercosur con el Pacto Andino? ¿Va a ser un mercado sudamericano por un lado y un Nafta por el otro? añadió el gobernante boliviano, quien ayer cumplió su segundo día de visita oficial a la Argentina.

Sánchez de Lozada llegó a Buenos Aires con la mira puesta en un proyecto de integración energética bilateral, en el marco de un creciente proceso de aproximación de Bolivia al Mercosur.

"Se trata más que todo de un acercamiento al Mercosur para conocernos. Es muy difícil que nos incorporemos a él siendo miembros del Pacto Andino, pero estamos tratando de hacer un puente entre los dos pactos. Queremos estar cerca de todos", explicó el presidente boliviano.

En tono risueño, Sánchez de Lozada comentó esa posición boliviana de "estar cerca de todos" en contraposición a la de Chile, "que no es parte de ninguno de esos pactos y prefiere buscar una solución propia. Puede ser que dos estrategias diferentes nos lleven a un buen término... muchos caminos llevan a Roma", dijo.

BOLIVIA CON LA MIRA EN EL TLC

En ese mismo contexto reveló el interés boliviano de una aproximación al Tratado norteamericano de Libre Comercio (TLC) en que están empeñados Estados Unidos, Canadá y México.

Sánchez de Lozada dijo que ese será "uno de los temas" que analizará con el vicepresidente de Estados Unidos, Al Gore, durante la visita que éste realizará a Bolivia en los próximos días.

Según Sánchez de Lozada, "Bolivia cumple algunas condiciones que entendemos que son requisitos". Citó la vigencia de un sistema democrático pluralista, una política hacia el desarrollo sostenible y de defensa del medio ambiente, la reorganización administrativa de Bolivia y el respeto a los derechos humanos y sindicales.

"Creemos que llenamos esas condiciones... y aún sin tener una economía de gran peso específico y de algunos problemas como el narcotráfico... creemos que tenemos un aspecto bastante importante, que deberíaç ser tomado en cuenta", expresó.

La estrategia internacional boliviana, de acuerdo a las explicaciones de Sánchez de Lozada, se encuadra en el interés de su país en fortalecer todos los organismos internacionales.

"Quisiéramos que tengan mayor rol. Apoyamos activamente que esos foros o mecanismos de consulta colectiva sean reforzados. A un país pequeño le interesa que se institucionalice el diálogo, porque en la relación bilateral está en desventaja", señaló.

Con ese criterio, anunció que Bolivia respaldará la candidatura del presidente colombiano, César Gaviria, a la secretaría general de la OEA.

"Creemos que el presidente Gaviria reúne las condiciones necesarias. Mucho depende del liderazgo que tengan las instituciones. A veces, los hombres hacen su cargo y creemos que Gaviria es un hombre joven, activo, muy vinculado y puede ser un gran aporte para que la OEA salga adelante, sin subestimar las otras candidaturas, que también son muy respetables", concluyó.

05-05

9406167

Nº. DOCUMENTO 9406168
TÍTULO Cumbre Iberoamericana de Cartagena de Indias se hará en junio.
PR 15004
FE 24/3/94
V 11187
65592

España

CUMBRE IBEROAMERICANA

Expertos iberoamericanos pedirán a los jefes de Estado y de Gobierno que se reúnan en la IV Cumbre Iberoamericana de Cartagena de Indias el próximo mes de junio, que reconozcan la importancia de los movimientos sociales. Esta es la idea central del documento que se elaboró en la «Tribuna de los Movimientos Sociales en Iberoamérica», que reunió en Madrid bajo el lema «¿Integración o Marginación?» a expertos sociales de América y España la última semana del mes de febrero. La Tribuna, tras analizar «la profunda crisis del sistema y modelo de desarrollo tanto en el ámbito nacional como internacional», elaboró un documento, hecho público hoy, miércoles, con propuestas basadas en que «los movimientos sociales y populares constituyen hoy día una auténtica riqueza que ningún Gobierno puede ignorar».

ENT

E1-01

9406168

Nº. DOCUMENTO 9406169
TITULO Reunión de grupos ambientalistas en Redes del 13 al 22/3/94
1500 03
11/3/94
30087
11078
507466

Reunión de grupos ambientalistas

■ Ecologistas de todo el mundo se darán cita en Montevideo, del 13 al 22 de marzo de 1994, con motivo del seminario internacional "Bases para una sociedad ecológica", que organiza Redes, Amigos de la Tierra. Este encuentro tiene como objetivo definir orientaciones y planes comunes de acción para la próxima década, desde la perspectiva de la ecología social.

Entre otros temas, se abordarán: lo político y la política en una sociedad ecológica; urbanismo y planificación ambiental; acción social y ecologismo; economía y ecología, los costos ecológicos y sociales en un nuevo modelo de desarrollo. Este seminario tendrá lugar en Casa Nazareth, finalizando con una actividad abierta al público, a cargo del reconocido economista y sociólogo catalán Joan Martínez Alier, el día 22 de marzo a las 19 horas en la sala Maggiolo de la Universidad de la República.

Auspician este acontecimiento:

Global Village Action Network, Falls Brooks Center, EDSP, Canadá, EcoComunidad Uruguay, Pacto Acción Ecológica de América Latina y el Caribe, Red de Centros de Acción Ambiental Taigo, Uruguay; Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Uruguay.

9406169.

Nº. DOCUMENTO 9406170

TITULO ARG y BRASIL someterán sus instalaciones nucleares a control de OIEA.

PROCEDENCIA 1500.25

FECHA 30-3-94

VINCULACIONES OIEA
66960
507482

Control de la OIEA LN 30/3

BONN (DPA).- La Argentina y Brasil someterán sus instalaciones nucleares al control de la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA), informó el portavoz del organismo David Kyd. Agregó que las primeras inspecciones se harán a mediados de este año.

ENTRADO

CRUZADO

9406170.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406171

TITULO EEUU inició diálogo con Corea del Norte

PROCEDENCIA 1500 8.3

FECHA 22/3/94.

VINCULACION 65890.

507487

12577

Corea del Norte: diálogo abierto

Estados Unidos anunció ayer el reinicio del diálogo con Corea del Norte, previsto para el 21 de marzo próximo en Ginebra, mediante una nota del departamento de estado.

Washington(ANSA)

La decisión fue motivada por la llegada a Pyongyang de los expertos internaciones encargados de inspeccionar las siete instalaciones nucleares declaradas por Corea del Norte.

"El objetivo de los coloquios será la resolución de las cuestiones que dividen a Corea del Norte de Estados Unidos y del resto de la comunidad internacional, en principio la cuestión nuclear", dijo el portavoz Mike McCurry.

La delegación norteamericana será guiada por el subsecretario de estado para los asuntos políticos y militares, Robert Gallucci.

El portavoz reafirmó las condiciones de la reanudación del diálogo y de la suspensión de las maniobras militares conjuntas entre Estados Unidos y Corea del Sur, acordada la semana pasada en Nueva York.

"Estas decisiones se basan en el presupuesto de que la Agencia Internacional para la Energía Atómica pueda efectuar las inspecciones, y que el diálogo entre el Norte y el Sur siga a través del intercambio de enviados especiales", dijo McCurry.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9406171.

La Agencia Internacional de Energía Atómica dio un ultimátum

Crecen las tensiones y las sospechas



Presidente de Corea del Sur, Kim Young-Sam, anunció las maniobras militares conjuntas con EEUU, que Corea del Norte considera como una provocación y ensayo general de invasión. (Telefoto de archivo de AFP).

Viena (ANSA), por Flaminia Bussotti

El Consejo de Gobernadores de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA) reunido ayer en Viena en sesión especial, dio una última oportunidad a Corea del Norte para que abra sus plantas a una completa inspección de la AIEA, y advirtió que en caso contrario deberá enfrentar la perspectiva de sanciones a nivel internacional.

El Consejo decidió también llevar el rechazo nordcoreano a la consideración del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, que tiene el poder de ordenar sanciones si llega a la conclusión de que el país asiático está violando flagrantemente el Tratado de no Proliferación Nuclear, del cual Pyongyang amenazó hoy nuevamente con la posibilidad de retirarse.

Una mayoría de 25 países sobre un total de 35 miembros del Consejo de Gobernadores aprobó la resolución en la cual se pide nuevamente a Corea del Norte que dé marcha atrás en su actitud "intransigente" y que abra sus plantas a la inspección de la AIEA.

Afirma además que "Corea del Norte agravó la situación", impidiendo a los inspectores de la AIEA llevar a cabo las "inspecciones indispensables".

Votó en contra Libia y se abstuvieron Brasil, China, India, Indonesia y Líbano.

El Consejo de Gobernadores de la organización aprobó en efecto un llamado a Corea del Norte para que "autorice inmediatamente a la AIEA a completar la inspección de sus instalaciones nucleares y cumpla con los acuerdos establecidos", sin mayores aplazamientos.

En su informe al Consejo de Gobernadores, el director general de la AIEA, Hans Blix, dijo que las inspecciones en seis de las siete instalaciones declaradas por Corea del Norte fueron satisfactorias. En cambio, en un laboratorio radioquímico considerado entre los más "sensibles" por posible uso con objetivos militares, los inspectores fueron bloqueados en su trabajo.

El delegado nordcoreano Hojin Yun aseguró al Consejo, por su parte, que el programa nuclear de su país tiene únicamente objetivos civiles.

Las siete plantas inspeccionadas se encuentran una en la capital y las otras seis en Yongnyong. Allí se encuentran también otras dos plantas no declaradas, que no pudieron ser visitadas y en las cuales Occidente sospecha que se está trabajando para construir la bomba atómica.

La disputa de la AIEA con Corea del Norte se fue cargando de nueva tensión luego que ese país mostró una actitud de no cooperación con los inspectores de la Agencia. Tras una misión de la AIEA del 1 al 15 de marzo que encontró la resistencia de las autoridades nordcoreanas, la agencia hizo saber que no podía excluir que Corea del Norte, como sospechado por Occidente, esté trabajando en la bomba atómica, dado que las investigaciones de los inspectores encaminadas a verificar este peligro fueron prohibidas durante la visita. El boicot al trabajo de los inspectores de la AIEA tuvo como inmediata reacción la suspensión de las conversaciones previstas para hoy entre Estados Unidos y Corea del Norte sobre la cuestión nuclear.

9406172

DOCUMENTO 9406173
TITULO OIEA critica actitud de Corea del Norte.
PROC. 150014
FECHA 22/3/94
VI. 12577 12574 11078

Intentos de sancionar a la RPDC por el tema nuclear.

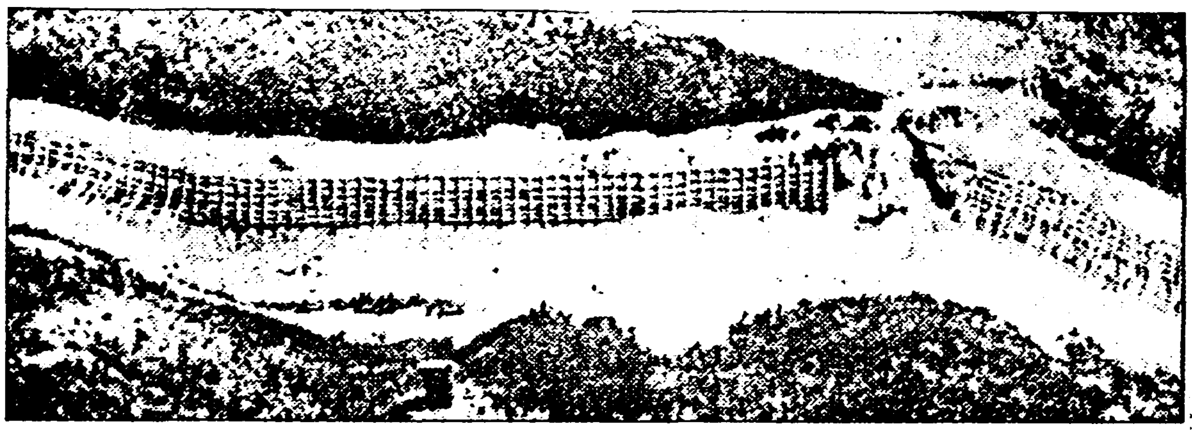
LA OEIA CRITICA ACTITUD DE COREA DEL NORTE

El Organismo Internacional de la Energía Atómica decidió el lunes, en Viena presentar su contencioso nuclear con Corea del Norte al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, donde podría decidirse la aplicación de sanciones contra el país asiático aunque el OEIA no las mencione expresamente.

En una resolución adoptada en la Junta de Gobernadores del organismo por 26 votos a favor, uno en contra (Libia) y cinco abstenciones, se critica la actitud de Corea del Norte al no haber autorizado a expertos de ese organismo 'completar las inspecciones previamente acordadas y se hace un nuevo llamamiento a Pyongyang para que las permita.

«Corea del Norte sigue incumpliendo el acuerdo de salvaguardias (con el OEIA) y ha agravado la situación al no permitir a inspectores del OEIA llevar a cabo las actividades de inspección imndispensables», señala la resolución.

El OEIA alude así a la negativa norcoreana a autorizar a un equipo de inspectores realizar ciertas pruebas en un centro de reprocesamiento de material nuclear en el complejo de Yongbyon, que los norcoreanos califican de «laboratorio radioquímico».



Un nuevo intento de violar la soberanía de la RPDC. En la foto el muro levantado a fines de los años 50 por el gobierno de Seúl.

«Este Organismo no puede garantizar el que no haya habido desvío o reprocesamiento de material nuclear en el laboratorioradioquímico desde febrero de 1993» (fecha en la que se realizó la anterior inspección de expertos) para su eventual utilización en «la producción de armas atómicas o de otros ingenios explosivos nucleares», dice el OEIA.El OEIA pide a su director general, Hans Blix, que transmita la resolución y el informe «a todos lo miembros del Organismo, al Consejo de Seguridad y a la Asamblea General de las Naciones Unidas».

Anteriormente, Blix había informado a los gobernadores en sesión a puerta cerrada de los obstáculos puestos por Corea del Norte a la completa inspección de una de sus siete plantas nucleares oficialmente declaradas.

Según explicó Blix, esa planta, en la que hay un centro de reprocesamiento de material rediactivo, es la más idónea para la producción de plutonio destinado a un eventual programa nuclear de tipo militar, vedado a Corea del Norte como signataria del Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP).

Blix dijo que el obstruccionismo norcoreano impidió al equipo de expertos de la OEIA que visitaron las plantas nucleares del primero al 15 de marzo determinar si desde febrero de 1993, cuando se hizo la última inspección, se produjo algún desvío de plutonio para fines militares.El director general del OEIA dijo que el organismo estaba dispuesto a reanudar sus inspecciones, aunque las autoridades de Pyongyang debían garantizar que se permitirían a los inspectores todas las actividades necesarias para verificar las afirmaciones de Pyongyang de que en el laboratorio en cuestión no se habían desarrollado operaciones no autorizadas por el TNP.Por su parte, el consejero de la embajada de Corea del Norte ante la ONU en Viena, Ho Jin Yu, afirmó una vez más que su país se dedicaba exclusivamente al uso pacífico de la energía nuclear.

9406173.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406174
TITULO El desafío nuclear de Corea del Norte (Editorial)
PROC. A50035
FE 28-3-94
VI 12577
507487

El desafío nuclear de Corea del Norte

LN. 28/3

CON tropas en estado de alerta a uno y otro lado de la frontera, las perspectivas de un progresivo acercamiento entre Corea del Norte y Corea del Sur, dos Estados divididos por una gruesa barrera ideológica, parecen casi tan lejanas como antes del fin de la guerra fría. La actitud del gobierno de Pyongyang con respecto al ingreso de inspectores internacionales en sus instalaciones nucleares para verificar el cumplimiento de acuerdos multilaterales sobre armamentos, ha puesto un nuevo obstáculo a las relaciones con Seúl y con toda la comunidad de naciones.

Después de haber aceptado, en principio, aunque con alguna reticencia, la visita de los inspectores, Corea del Norte se mostró intransigente en cuanto a los límites fijados a su recorrido, y amenazó con retirarse del Tratado de No Proliferación Nuclear si el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas le impone sanciones. Al anuncio del envío de misiles Patriot de los Estados Unidos a Corea del Sur y la realización de maniobras militares conjuntas de los dos países, Pyongyang respondió poniendo en estado de alerta a sus tropas.

Washington y Seúl se abstuvieron de presionar por la adopción urgente de sanciones internacionales. Esta cautela está basada en la convicción de que la prudencia ofrece ventajas. En primer lugar, es conveniente dar a Corea del Norte tiempo para reflexionar y evitar así la conmoción que provocaría la aplicación de medidas punitivas. Segundo, es dudosa la eficacia que un bloqueo comercial podría tener sobre un país que para su subsistencia depende sólo en pequeña medida de su comercio con el exterior y entre cuyos principales proveedores se cuentan China e Irán, dos naciones que, por diferentes razones, es muy poco probable que se sumen al bloqueo. Tercero, el enfrentamiento con el mundo exterior y, en especial, con una gran potencia como los Estados Unidos, es para los líderes norcoreanos un buen recurso para distraer la atención de sus compatriotas, desviándola de los fracasos del régimen en el frente interno. Finalmente, a pesar de su agresividad y de su considerable poderío, las posibilidades del régimen de Pyongyang de llevar a cabo una agresión contra su vecino son muy limitadas. En las condiciones de aislamiento en que se encuentra ahora, aun respecto de los que fueron sus aliados tradicionales, iniciar un ataque equivaldría a un deliberado suicidio.

La solución del entredicho deberá venir a través de las Naciones Unidas, y sólo será posible con la participación activa de China. Así como fue necesaria una decisión de Rusia para hacer efectiva la intervención internacional en la desmembrada Yugoslavia, no se puede pensar en una medida para forzar un cambio de actitud en Corea del Norte sin la cooperación de su poderoso vecino. La visita del presidente de Corea del Sur a China, a continuación de su viaje a Japón, puede ser la mejor oportunidad para coordinar esfuerzos.

En las últimas semanas las manifestaciones y actitudes del gobierno norcoreano fueron irritantes e implicaron un desafío. La forma prudente en que respondieron sus vecinos y la comunidad internacional señala el camino para obtener, a la larga, buenos resultados. El último gobierno stalinista que sobrevive al fin de la guerra fría tendrá que comprender que su solitario emprendimiento nuclear es una pobre compensación para las fallas de su sistema y que su empeño belicista no encuentra lugar en un mundo que ha dejado atrás los enfrentamientos ideológicos.

01-01

9406174

Nº. DOCUMENTO 9406175
TITULO NORCOREA: Mayor Poderío Nuclear.
PROCED. 150007
FECHA 29-3-94
VINCULACION 12577
507487

Norcorea: Mayor Poderío Nuclear

VIENA y BEIJING, China, 23 (AP). — Corea del Norte podría completar su segundo reactor nuclear este año, dijo hoy un vocero de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA) con sede aquí.

Pero el verdadero problema con lo que se sospecha que es el programa nuclear de ese país comunista es lo que haya sucedido con el combustible del pequeño reactor de 5 megavatios que los norcoreanos operan desde 1987, dijo el vocero David Kyd.

Corea del Norte impidió a principios de mes que inspectores de la AIEA, agencia de la Organización de las Naciones Unidas, ingresaran en una planta de reprocesamiento nuclear, frustrando así un esfuerzo para determinar si ese país de régimen stalonista tiene un programa secreto sobre armas nucleares.

En caso de desarrollar tal programa Corea del Norte estaría utilizando plutonio, extraído de combustible usado, para su pequeño reactor en la *instalación nuclear en Yongbyon, al norte de su* capital, Pyongyang.

En Yongbyon se está construyendo un segundo reactor, con una producción de 50 megavatios y que podría quedar completado por antes de fin de año, dijo Kyd. Hay un tercer reactor, de 200 megavatios, que se construye en la remota área de Taechon, pero es poco probable que pueda estar en funcionamiento antes de principios de 1996, agregó.

Inspectores de AIEA han recorrido el lugar donde se construye el segundo reactor y han visto los planos correspondientes, indicó Kyd. Pero aun si el reactor queda completado para este año, se necesitarían seis meses para cargar y poner a prueba su combustible de uranio natural antes que pueda operar plenamente, señaló.

Sólo cuando el combustible ha estado dentro de un reactor activo durante varios meses puede producir plutonio que puede se extraído, lavando el combustible usado con ácido nítrico, explicó el vocero.

Autoridades norcoreanas han admitido haber producido algunos gramos de plutonio, pero "nosotros decimos que tenemos una fuerte sensación... de que debe haber más", dijo Kyd.

El País 29-3-94

01-01

9406175

Nº DOCUMENTO 9406176
TITULO Corea del Sur insta a la del Norte a acatar a la ONU.
PROCEDENCIA 150007
FECHA 26-MAR-94
VI... 507487
507488
501889
12577

Corea del Sur Insta a la del Norte a Acatar a la ONU

QUIEREN EVITAR UN HOLOCAUSTO NUCLEAR

El País 26/MAR/94

TOKIO Y NUEVA YORK 25 (Reporte de Agencia ANSA).– El presidente de Corea del Sur, Kim Young-sam, invitó hoy a las autoridades de Corea del Norte a aceptar los controles de los inspectores de la Agencia Internacional para la Energía Atómica (AIEA), para evitar "la amenaza de un holocausto nuclear".

Kim, quien llegó ayer a Japón en el ámbito de una gira regional para buscar apoyo político en la crisis actual con Corea del Norte, afirmó en un discurso ante un grupo de estudiantes que "los jóvenes deben liderar un movimiento para obtener un mundo liberado de la amenaza nuclear".

Mientras tanto, en Corea del Norte el gobierno anunció que sus Fuerzas Armadas fueron puestas en estado de máxima alerta, en respuesta a una medida análoga tomada por Seúl el jueves pasado, en vísperas de la gira del presidente Kim.

La tensión entre los dos países llegó a su punto máximo en los últimos días, cuando Seúl y Washington anunciaron que llevarán a cabo sus maniobras militares comunes "Team Spirit", luego de acusar a Pyongyang de negarse a aceptar la inspección de la AIEA a todas sus instalaciones nucleares.

Hace tres días, la agencia de prensa oficial de Pyongyang, la KCNA, difundió un comentario en el que se afirma que esta decisión representa "una provocación militar".

"La orden del presidente Bill Clinton representa una pesada amenaza para la República Democrática de Corea del Norte y demuestra que los Estados Unidos están decididos en llevar a la península coreana al borde del abismo de la guerra", afirmó el comunicado.

La AIEA se declaró disconforme con la acción de las autoridades coreanas ante la visita de los inspectores, e informó formalmente al respecto al Consejo de Seguridad de la ONU, que se reunirá en Nueva York para escuchar un informe que presentará personalmente Hans Blix, el director de la agencia.

Seúl y Washington, ante lo que califican como "intransigencia" de Corea del Norte, no sólo decidieron seguir adelante con sus planes de maniobras militares, sino que incluyeron en ellas a las baterías de misiles anti-misiles Patriot, que Estados Unidos decidió enviar a sus aliados surcoreanos.

El ministro de Defensa surcoreano, Rhee Byoung-tae, declaró ante el Parlamento de Seúl que "en el momento presente, no veo ninguna señal de provocación militar de parte de Corea del Norte en el futuro cercano, pero no puedo excluir la posibilidad de tales provocaciones si las Naciones Unidas prosiguen en el camino de las sanciones de todas formas, estamos listos para enfrentar cualquier situación".

Los analistas diplomáticos, estiman que el Consejo de Seguridad puede decidir adoptar una resolución formal de advertencia contra Corea del Norte, exigiendo que permita la inspección de la AIEA a todas sus instalaciones nucleares, pero juzgan poco probable que se tomen sanciones en su contra, por lo menos en un primer momento.

China, tradicional aliado del régimen comunista de Corea del Norte, al que apoyó durante la guerra que llevó a la división de la península sobre el paralelo 38, es miembro permanente de Consejo de Seguridad de la ONU y por lo tanto dispone del derecho de veto.

Las autoridades de Pekín han declarado recientemente que son favorables a las inspecciones de la AIEA en Corea del Norte, pero se oponen a toda presión internacional sobre el gobierno de Pyongyang.

En Nueva York la amenaza atómica norcoreana sigue ocupando al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

A examen de los "quince" integrantes del Consejo se halla la resolución propuesta por Estados Unidos, en la cual se solicita a Pyongyang que permita las inspecciones de sus instalaciones nucleares.

Las consultas deberían allanar el camino al voto, previsto para la próxima semana. El texto en estudio no prevé sanciones, precisó la embajadora norteamericana, Madeleine Albright: amenaza con genéricas iniciativas, si los inspectores no llegan a completar su misión.

Corea del Norte, hizo saber en todos los modos posibles que eventuales sanciones podrían precipitar la situación.

"Serían tomadas como una declaración de guerra", proclamó ayer radio Pyongyang.

Un embargo, por otra parte, recibiría el veto inmediato de China, aliada de los norcoreanos.

Retórica aparte, varios países aumentaron sus esfuerzos en las últimas horas para llegar a una solución en la ya larga pulseada.

Decidida a recuperar terreno en sus antiguas áreas de influencia, Rusia propuso una conferencia mundial que incluya, además de Moscú, a las dos Coreas, a Estados Unidos, a Japón y a los representantes de la AIEA (la Agencia Internacional de la Energía Atómica). Washington reaccionó con frialdad: "La ONU –dijo el Departamento de Estado– es el foro apropiado para resolver la disputa".

DOCUMENTO ILEGIBLE

01 - 01

9406176

Nº DOCUMENTO 9406177
TITULO Reestructuración la CNEA para privatizar centrales nucleares.
PROCEDENCIA 1500241
FECHA 27-3-94
VI... 66960
501033
11078

Reestructurarán la CNEA para privatizar centrales nucleares

Economía y la Comisión Nacional de Energía Atómica acordaron que el Estado mantendrá la tarea de regulación y control del sector y que la generación de energía sea realizada por sociedades anónimas que será total o parcialmente privatizada. Se fijó un año de plazo para reestructurar la Comisión, crear las instituciones reguladoras y las empresas operadoras.

Con la atenta supervisión de Eduardo Bauzá, **Manuel Mondino y Carlos Bastos iniciaron el camino para la reestructuración de la Comisión Nacional de Energía Atómica y encarar, después, su privatización.**

La reunión fue el martes en el despacho del secretario general de la Presidencia. Allí el presidente de la Comisión Nacional de Energía Atómica y el secretario de Energía coincidieron en los aspectos fundamentales. Por lo menos definieron **tres puntos esenciales:**

- **El Estado** creará una institución que comprenda **la regulación del licenciamiento** para la operación de nuevas centrales, la aplicación de las **cláusulas de salvaguarda** para la seguridad de operación, **la investigación básica y el cumplimiento de los acuerdos internacionales** en la materia.
- Se conformará **una (o varias) sociedad anónima** encargada de **la operación de las centrales nucleares** y de las demás **actividades** productivas que hoy realiza la CNEA. En un principio será ciento por ciento estatal, pero **Economía estudia la forma para encarar su privatización.** Y el modelo que más seduce a los hombres de Cavallo es el utilizado con YPF.
- También quedará para el **Estado la responsabilidad por el daño nuclear, y la solución de los problemas que generan** los residuos radiactivos y el desmantelamiento de los centrales cerradas. Para la financiación de los costos que estas actividades implican se prevé el cobro de tasas y la obligación por parte de los operadores privados de nombrar al Estado como beneficiario en determinadas pólizas de seguros.

Hasta el momento, la Comisión conducida por Mondino monopoliza la totalidad de la actividad nuclear, tanto en lo que se refiere a la investigación y desarrollo como a la generación de energía. Ahora será una comisión integrada por hombres de la Secretaría de Energía (Economía) y la CNEA los encargados de evaluar las diferentes alternativas para conformar la estructura del sector y organización empresarial.

Tienen un año para terminar la reestructuración y hasta el momento solo está decidido que las centrales nucleares y las actividades productivas que realiza la CNEA se administren de acuerdo con derecho privado, con capitales privados, en franca competencia con el resto de las empresas que generan y venden energía en el mercado.

Pero resta definir aún si será una sola sociedad anónima que maneje todo el negocio o varias divididas por centrales o actividad. Por ejemplo, una posibilidad es **licitar rápidamente la venta de combustible nuclear.** La CNEA ya mantuvo conversaciones con empresas del exterior interesadas en la compra del combustible y es posible que existan interesados en adquirirla.

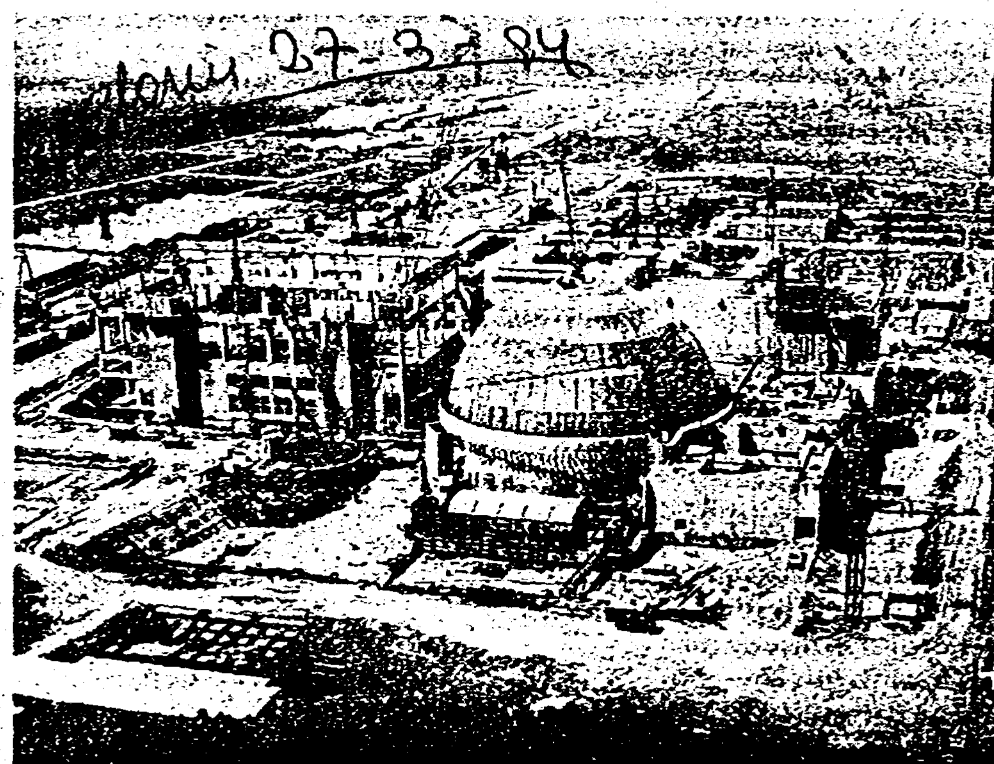
Otros interrogantes que alimentan estas indecisiones están vinculados sobre cuál será la disponibilidad de los potenciales interesados. ¿Habrá empresas que tengan la intención de operar las centrales Atucha I o Embalse con 12 y 20 años de antigüedad cada una de ellas?, ¿la privatización de la producción de combustible nuclear como una unidad de negocio no le quita atractivos al resto? O hasta qué punto los eventuales operadores privados no querrán tener de "partenaire" local al Estado Nacional con los hombres de la CNEA que hoy operan las centrales. De la respuesta en que obtengan a estos interrogantes surgirá la forma que pasarán a manos particulares.

De lo que **si existe certeza es en que las próximas centrales nucleares que se licencien serán íntegramente de capital privado y que, más tarde o más temprano, las que ya están funcionando tendrán participación privada.**

Esta definición que alcanzaron los dos funcionarios parecería carecer de importancia porque hoy no se construyen centrales nucleares en el mundo (salvo Atucha II). Pero las proyecciones que manejan los hombres de negocios del sector indican que durante **los primeros años del 2000 habrá un florecimiento del negocio nuclear.** Y ellos quieren tener el camino libre para cuando llegue el momento.

Otra ratificación importante es que Atucha II se termina en dos años con el aporte de fondos previstos en el presupuesto nacional.

Con la reunión del martes se puso fin a una dura etapa que enfrentó al Ministerio de Economía con la CNEA por la conducción del sector. Una disputa que escondía el control de un presupuesto de más de 1.000 millones de dólares y sobre los que Cavallo no tenía, casi ni la posibilidad de leer cómo se distribuían. Y, al mismo tiempo, estaba en juego el liderazgo de la única actividad productiva que se salvó del naufragio del Estado.



Ni la energía nuclear se salva de la ola privatizadora. Después de la reestructuración de la CNEA, las centrales pasarán a manos privadas.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓
DOCUMENTO ILEGIBLE
9406177
01-01

Nº. DOCUMENTO 9406178

TITULO OPEP presiona xa q productos independientes limiten pr. ducc.

PROC. 150007

FECHA 6-3-94

VINC. 12636 / 11078 / 507471

OPEP Presiona Independientes Para que Limiten Producción

EP. 6/3

YIDA, Arabia Saudi, 5 (AP).— Mientras se reunía el Consejo de Cooperación del Golfo, arreciaban las presiones para que los productores petroleros independientes reduzcan su producción.

"Esperamos que los productores que no son miembros de la OPEP demuestren la suficiente cooperación para apoyar los precios del petróleo y para asegurar la estabilidad del mercado petrolero", dijo Ahmed Saeed al-Badi, ministro petrolero interino de los Emiratos Arabes Unidos, al salir del Abu Dhabi rumbo a Yida.

El Consejo agrupa a Arabia Saudi, el miembro dominante en la Organización de Países Exportadores de Petróleo, además de otros cuatro miembros de la OPEP: Kuwait, Katar y los Emiratos Arabes Unidos. Los otros dos miembros son Bahrein y Omán.

El consejo ministerial de la OPEP debe reunirse en Ginebra el 25 de marzo para debatir los niveles de producción para el segundo trimestre del año. Los precios del petróleo fluctúan entre 12 y 14 dólares el barril, siete dólares por debajo del objetivo de la OPEP de 21 dólares.

La OPEP deberá decidir si reducirá su tope de producción de 24,52 millones de barriles diarios, que se aplica desde octubre, o si mantendrá el nivel actual. Arabia, que tiene una cuota de 8 millones de barriles diarios, no ha dado indicación alguna de lo que prefiere.

Los líderes de los seis estados del Consejo dijeron, en su reunión anual en diciembre, que estaban dispuestos a reducir sus niveles de producción como parte de un plan amplio siempre que también cooperasen los productores que no son miembros de la OPEP.

ENTRADO ✓
CRUZ ✓

01-01

9406178

Nº. DOCUMENTO 9406179
TITULO Fluctuaciones de precios del petróleo durante los años de la OPEP.
PROCED 15000 7
FECHA 15-3-94
VINCUL 12636

Fluctuaciones de los precios del petróleo durante los años de la O.P.E.P.

EP. 16/3

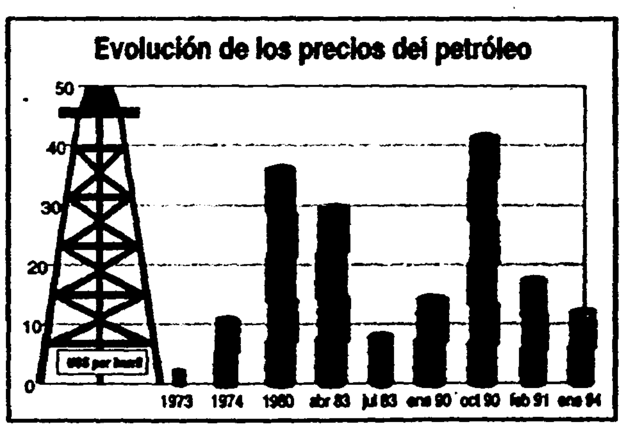
Londres, mar 14.- El precio del petróleo figura de nuevo en las noticias, esta vez porque está en baja en lugar de por estar subiendo.

Introduciendo correcciones por efectos inflacionarios, el crudo está ahora a 13 U$S el barril, o sea escasamente un poco más de lo que estaba hace 33 años cuando los productores crearon la Organizacion de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para tratar de lograr una mejor posición en el mercado.

La cotización del crudo ha oscilado a merced de la política del Medio Oriente o de recurrentes excesos de oferta. Cuando la OPEP fue fundada en 1960 por Irán, Irak, Kuwait, Arabia Saudita y Venezuela, el precio del petróleo basado en el crudo liviano saudita, una variedad de densidad media que se convirtió en el patrón de referencia mundial para los precios de los hidrocarburos hasta 1980, estaba a apoximadamente 2 U$S el barril.

Ello equivaldría a unos 11,5 U$S actualmente. El precio del viernes en el mercado a término para el actual patrón, la Mezcla Brent del Mar del Norte, fue de poco más de 13 U$S y los comerciantes ven el riesgo de un nivel de 10 U$S el barril cuando la demanda se debilite en los próximos meses por factores estacionales. El trastorno de los suministros provocado por el embargo petrolero árabe tras la guerra del Medio Oriente en 1973 causó pánico y una fiebre de compras.

La OPEP pudo arrebatar el control de precios a las empresas multinacionales occidentales y las cotizaciones en la primera "convulsion petrolera" ascendieron desde aproximadamente 2,50 U$S el barril en enero de 1973 a 11,50 U$S en 1974. La revolución en Irán, el mayor exportador de la OPEP después de Arabia Saudita, a fines de la década de 1970, creó el "segundo shock petrolero". Los suministros nunca



escasearon pero compradores japoneses, temerosos de que pudiera darse esa alternativa, promovieron nuevas compras de pánico para acumualr réservas en los tanques de almacenaje. Ello hizo subir el precio del Liviano Arabe a alrededor de 36 U$S el barril para enero de 1980.

El nuevo patrón de referencia de Forties inició su cuenta en mayo de 1980 a 37 U$S el barril, con una prima de un dólar sobre el Liviano Arabe.

Para fines de año después que estalló la guerra entre Irak e Irán el Forties se mantenía en una nueva cifra elevada de 40 U$S, un máximo que no ha sido excedido en 10 años. Pero durante el decenio de 1980, la recesión y economía de combustible en respuesta al elevado costo del petróleo amenguó la demanda y creó un exceso de oferta. Un nuevo crudo del Mar del Norte, el Brent, símilar al de Forties, había surgido hacia 1983 como patrón de referencia y sigue siendo el precio sobre el cual se alinean la mayoría de los contratos en el decenio de 1990. En abril de 1983 se cotizaba a 30 U$S el barril.

La OPEP finalmente abandonó su estructura de precios fijos basada en el Liviano de Arabia Saudita y redujo los precios para tratar de recuperar presencia en el mercado. Arabia Saudita optó brevemente por un sistma de precios por el cual el precio del crudo era negociado sobre la base del valor previsto de los productos refinados obtenidos del crudo y el Brent cayó en julio a un nivel de 8,75 U$S el barril — la cotización más baja del petróleo desde 1973.

Para mediados de 1990 los precios habían descendido hasta 15 U$S el barril antes que la invasión iraquí contra Kuwait y una nueva Guerra del el Golfo Pérsico los hiciera subir hasta un m ximo de 41,90 U$S el barril en octubre de 1990.

Los precios habían descendido a aproximadamente 18 U$S el barril para febrero de 1991 al liquidar los comerciantes sus existencias sobrantes acumuladas al comienzo del conflicto con Irak. Y las entregas de la Mezcla Brent a término comenzaron 1994 descendiendo a 12,90 U$S el barril, la menor cifra en cinco años. El petróleo abunda a pesar de que las exportaciones iraquíes están bloqueadas por el embargo aplicado por las Naciones Unidas. Los miembros de la OPEP, reducidos de 13 a 12 por el retiro de Ecuador en 1993, adoptaron en 1993 un nuevo sistema de cuotas.

(Reuter)

9406179

01-01

Nº DOCUMENTO 9406180
TITULO Países de OPEP discuten reducir la producción de crudo.
PROCEDE 150983
FECHA 25-3-94.
VINCUL 12636
67228
11078

Con el objetivo de "mantener el orden en el mercado"

25/3/94 OBS

Los países de la OPEP discuten reducir la producción de crudo

Ginebra - Desde hoy los ministros de Petróleo de los doce países miembros de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) intentarán decidir el techo de producción conjunta de los próximos meses y elegir a un nuevo secretario general de la organización, dos importantes desafíos en medio de la crisis de los precios.



AP

Subroto y Jean Ping

El secretario general de la OPEP, junto a su presidente en la foto, finalizará su mandato de seis años en junio

El techo de 24,52 millones de barriles diarios fijado en noviembre expira el 31 de marzo y los ministros deberán, según estima el secretariado de la organización, reducir la producción en un millón de barriles diarios durante los dos próximos trimestres si desean verdaderamente recuperar los precios.

El informe de la secretaría de la OPEP, publicado el 15 de marzo, estimó en 23,24 millones durante el segundo trimestre y en 23,79 millones durante el tercero la producción conjunta que permitiría "mantener el orden en el mercado" (es decir, aportar estabilidad sin hablar de recuperar los precios).

En la semana previa al 22 de marzo, el precio del barril de crudo Brent, punto de referencia inevitablemente y actualmente en US$ 13,8, llegó a bajar en lo que va del año a menos de US$ 13, algo que no sucedía en el último quinquenio.

Irán, el segundo productor de la Organización de Países Exportadores de Petróleo, se ha pronunciado a favor de que la producción del grupo sea reducida con el fin de hacer subir los precios.

Sin embargo, los analistas coinciden en dudar de que entre las 12 naciones que integran el cartel haya suficiente apoyo a la propuesta de reducir considerablemente la producción y así evitar excesiva oferta de petróleo en los mercados.

En cambio, pronostican que en la reunión que hoy comienza la OPEP decidirá mantener sus niveles de producción durante el trimestre abril-junio, lo que contribuiría a debilitar los precios aun más.

"Resulta crítico que hagamos algo", dijo el ministro de petróleo libio Abdallá Salem El Badri. "Todos los países tienen que hacer algo sobre esto".

La principal razón de los bajos precios del crudo ha sido un exceso de producción, de acuerdo a la opinión generalizada.

La OPEP produce anualmente alrededor de 24,8 millones de barriles diarios, no muchos más de los 24,5 millones en que fue fijado su tope para el otoño e invierno en el hemisferio norte.

Sin embargo, países que no integran la OPEP, como Gran Bretaña y Noruega, están produciendo más que lo previsto y así hacen aumentar el total de crudos en los mercados.

Enfrentados con precios tan bajos, los ministros de la OPEP podrían restringir parte de la producción a fin de neutralizar durante esta temporada de primavera parte del exceso en la oferta.

Los expertos calculan que en el segundo trimestre la demanda de crudo de la OPEP será de alrededor de 23,2 millones de barriles diarios.

La reunión ministerial incluye también en su orden del día la elección del sucesor del actual secretario general, el indonesio Subroto, que concluirá en junio su mandato de seis años.

Dos candidatos aspiran al cargo: el venezolano Alirio Parra, ministro de Energía y Minas en los dos anteriores gobiernos de su país y el iraní Hosseein Ardebeli Kazanpour, ex viceministro de Petróleo de Irán y actual embajador en Japón. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a fuentes de AP y EFE)*

ENTRADO
CRUZ
9406180.

N°. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULACION

Los ministros de la OPEP quieren frenar la caída de precios

Lo Nv. 07/3/94

NEGOCIAN REBAJA DE LA PRODUCCION PETROLERA

Los ministros de Petróleo de los doce países de la OPEP continuarán durante todo el fin de semana negociando sobre el volumen de su producción desde el segundo trimestre del año, en un clima enrarecido por la debilidad de los precios.

Desde que la reunión del Comité Ministerial de Control de Mercado se inició, los ministros no hicieron declaraciones oficiales sobre la marcha de las discusiones, que según el titular de Arabia Saudí, Hisham Nasser, son "muy animadas".

Los doce países deben pronunciarse sobre el mantenimiento de la producción actual, lo que supondría renovar el acuerdo alcanzado también en Ginebra en septiembre de 1993 y que fijó el techo de producción en 24,52 millones de barriles diarios, o sobre su reducción para fortalecer los precios, actualmente débiles en torno a los 13,5 dólares por barril.

Pero, aunque no existen propuestas oficiales sobre la mesa, sí surgieron ya diversas opciones para el caso en que se renueve el acuerdo, basadas principalmente en las excepciones que algunos países solicitan.

Según delegados participantes en la reunión, Arabia Saudí, Kuwait y los Emiratos Arabes Unidos (EUA), partidarios en principio de mantener el actual nivel de producción, solicitaron que se les excluya de reducir la suya en el caso de que se acuerde la disminución.

Cada uno alega diferentes motivos para creerse con derecho a la excepción de reducir la producción.

Kuwait alude que aceptó en septiembre de 1993 que le fijaran una cuota oficial de "solamente" dos millones de barriles diarios con la condición -que consta por escrito en el acuerdo de la reunión- de que si en el futuro se bajaba la producción la cuota Kuwaití se calcularía desde los 2,160 millones que el país considera "justo" poseer.

Arabia Saudí y los EAU afirman por su parte que deben ser excluídos de la reducción, porque en septiembre de 1993 fueron los únicos países que no incrementaron porcentaje de producción cuando la mayoría de los demás países sí lo hicieron.

Irán, el otro gran productor del Golfo, que defiende el recorte de la producción al menos en un millón de barriles diarios para fortalecer el precio, se opone rotundamente a la idea de "tratamiento especial" o excepción para país alguno, y así lo ha manifestado a sus colegas su ministro Gholamreza Aghazadeh.

Aunque algunos países como Nigeria -acusado por la Agencia Internacional de la Energía (AIE) de ser el principal violador de cuota bajo el último acuerdo elevando su producción hasta dos millones de barriles frente a los 1,8 que tiene asignados- se pronuncian por el recorte, la realidad es que ninguno quiere llevar el mayor peso.

De momento, la elección del nuevo secretario general de la OPEP, que se encuentra en el orden del día de la reunión y cargo al que aspiran el venezolano Alirio Parra y el iraní Hossein Ardebeii Kazanpour, no ha sido tratada a pesar de que quedan tres meses para el fin del mandato del actual, el indonesio Subroto.

02-02

9406180.

Nº DOCUMENTO 9406182
TITULO En reunión OPEP decidió congelar cuotas de producc.
150483
28-3-94
12636
11078
67228

Recién dentro de unos meses se afirmarían los precios

OPEP decidió congelar cuotas de producción hasta fin de año

Ginebra - Una dividida Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidió el sábado congelar sus cuotas y prolongar el techo de 24,52 millones de barriles diarios hasta fin de año, ante la imposibilidad de llegar a un acuerdo para recortar la producción y dar un mayor impulso a los alicaídos precios del petróleo.



Hisham Nazer

"Era lo mejor que podíamos hacer" dijo el ministro de Arabia Saudí, al comentar el acuerdo alcanzado en la OPEP

Esta decisión implica que Arabia Saudí, que no quería bajar las cuotas, prevaleció finalmente sobre Irán, que propugnaba un recorte de producción.

Los expertos estiman que los precios, que retrocedieron un 20% en 1993, podrían seguir bajando cuando los mercados vuelvan a operar hoy lunes. Sin embargo, como el congelamiento es más largo que lo usual e incluye el cuarto trimestre —en el que la demanda suele aumentar— algunos opinan que podrían afirmarse, aunque dentro de algunos meses.

"Era lo mejor que podíamos hacer en estas circunstancias", dijo el ministro Hisham Nazer de Arabia Saudí, el país más fuerte de la OPEP y principal exportador de petróleo del mundo.

Las conversaciones se vieron empañadas por la acrimonia entre Arabia y su tradicional rival del Golfo Pérsico, Irán. El ministro de Petróleo iraní Gholamreza Aqazadeh dijo que el acuerdo fue "algo que nos vimos obligados a aceptar".

En una conferencia de prensa, Aqazadeh revivió la disputa con los saudíes al decir que Nazar tenía órdenes de Riad para que no consintieran ningún acuerdo que implicara reducir la cuota del reino.

Agregó que Irán está perdiendo 3.500 millones de dólares cada seis meses debido a la debilidad de los precios del petróleo, y responsabilizó por ello a "los que no contribuyen".

El precio del barril de petróleo, que oscila en torno a los 14 dólares, es apenas mejor en términos reales que antes del embargo árabe de 1973, en el que la OPEP arrebató el control del mercado a las multinacionales de Occidente.

La OPEP confía en que los compradores preverán un ajuste en la oferta hacia fin de año, período de mayor demanda estacional debido al invierno en el hemisferio norte.

Peter Gignoux, jefe de la mesa de energía en la casa de bolsa Barney Shearson de Londres, dijo que el acuerdo de la OPEP era "difícilmente sorprendente. Creo que los precios bajarán un poco, pero no es motivo para un derrumbe".

Nauman Barakat, vicepresidente de futuros de energía de Merrill Lynch, opinó que precios algo más débiles "podrían ser la reacción inmediata del mercado. Pero creo que los precios subirán en la segunda mitad del año".

El acuerdo mantuvo el techo de producción de la OPEP en los 24,52 millones de barriles por día convenidos en setiembre pasado, con lo que los saudíes conservaron su celosamente guardada cuota de ocho millones de barriles diarios.

Leo Drollas, economista jefe del Centro de Estudios Mundiales sobre Energía, dijo que la demanda de petróleo de la OPEP para fin de año fluctuará entre 25,5 y 25,9 millones de barriles por día, cifra superior al techo establecido, por lo que los precios podrían subir un dólar.■ (*De la redacción de* El Observador *en base a información de Reuter y EFE*).

01-01
9406182

Nº. DOCUMENTO 9406183
TITULO MERCOSUR: Uruguay exige reconocimiento de zonas francas.
PROCE... 150483
FE... 1/3/94
VIS... 118561
507466
127817

Mercosur: Uruguay exige reconocimiento de zonas francas

TIEMPOS DIFÍCILES SON los que se avecinan en los próximos meses para las zonas francas de nuestro país en lo que hace al reconocimiento de las industrias instaladas en las mismas, en el marco de Mercosur. Actualmente existen discrepancias sustanciales entre lo que nuestro país pretende y entre lo que pretenden nuestros vecinos. Brasil y Argentina no quieren aceptar la existencia de nuestras zonas francas, mientras que nuestro gobierno, en la voz del presidente de la República, ha manifestado que se exigirá el pleno reconocimiento de las zonas francas uruguayas. Es muy reconfortante para los inversores, y así se reconoce, observar la coherencia de nuestro gobierno. Los capitales que ya se han instalado con importantes industrias en nuestro país, podrán mañana decir que nuestro país cumple, que defiende las inversiones y que se esfuerza por crearles el mayor mercado posible, para que puedan desarrollarse y contar su buena experiencia en nuestro país. Seguramente en el próximo mes de marzo recibiremos delegaciones de Brasil, Argentina y Paraguay, quienes visitaran las zonas francas de nuestro país, donde podrán comprobar la importancia de las industrias ya radicadas. Podrán ver los completos procesos industriales que en ellas se producen, y que no se trata de meras fachadas, sino de industrias serias, con emprendimientos muy importantes, que jerarquizan con su presencia al sistema de zonas francas de nuestro país, y al país en su totalidad. ■

9406183.

01-01

Nº DOCUMENTO 9406184
TITULO Z. F. de Nueva Palmira, quieren privatizarla, el G.G. no emite opinión.
PROCED. 15d483
FECHA 1/3/94
VI 11856
507466

Ovalle tiene una posición "pragmática" y no "dogmática" sobre las privatizaciones

¿Privatizar Nueva Palmira? Gobierno prefiere evaluar la de Colonia y luego emitir opinión

038 1/3/94

La Zona Franca de Nueva Palmira es un lugar de enorme trascendencia. Pero estaban haciendo falta muchos servicios. Algunos proponen que se privatice y el gobierno a priori no emite opinión a favor ni en contra.

El director de Zonas Francas, contador José Luis Ovalle, dijo que el gobierno no tiene posición acerca de la eventual privatización de la Zona Franca de Nueva Palmira, pero destacó que en estos momentos la dirección a su cargo está invirtiendo más de un millón y medio de dólares en distintas obras de infraestructura en esa zona franca.

En declaraciones a *El Observador*, Ovalle dijo que el gobierno tiene una posición "pragmática" sobre las privatizaciones de las zonas francas. "No sabemos cómo va a ser la gestión y los resultados en Colonia. Queremos ver cómo van las cosas y después evaluar esos resultados. No es privatizar porque sí. Hoy sobre Nueva Palmira, ni sí ni no", dijo Ovalle.

En la última edición de la revista Zonas Francas, Mercosur e Hidrovía, el empresario Jorge Milburn propuso también privatizar Nueva Palmira porque ese régimen le otorga "la flexibilidad suficiente como para suministrarle al inversor los servicios que necesita".

Milburn, que posee una fábrica de cámaras y cubiertas de bicicletas en Nueva Palmira, dijo que "el Estado, por su propia estructura, a veces es lento y pesado para solucionar las necesidades que el inversor está precisando". "Como empresario y como individuo creo en la administración privada", manifestó Milburn.

Según los especialistas, la Zona Franca de Nueva Palmira está ubicada en un punto excepcional, dada su proximidad al puerto del mismo nombre y su estrecha vinculación con la Hidrovía.

Cuando asumió Ovalle —el 5 de marzo del año pasado— la Asociación de Usuarios de Zonas Francas el Uruguay le planteó, entre un gran conjunto de preocupaciones, la situación que atravesaba Nueva Palmira.

Milburn por su parte observa esa zona desde otra vertiente. "No hay que olvidar el impacto del futuro puente de Buenos Aires-Colonia; es sabido que dentro de las alternativas que se manejan, la cabecera de puente estaría localizada en lo que viene a ser la ruta 21, que une Colonia con Carmelo, a pocos kilómetros de Palmira.



Ovalle
"Queremos ver cómo van las cosas en Colonia y después evaluar esos resultados"

Todo eso le va a dar una potencia muy importante a la región, le va a dar una energía muy particular y puede constituirse en un genuino polo de desarrollo", explicó.

Levantando Nueva Palmira

Cuando asumió Ovalle —el 5 de marzo del año pasado— la Asociación de Usuarios de las Zonas Francas del Uruguay planteó al flamante director su preocupación por la falta de apoyo del Estado al desarrollo de Nueva Palmira.

Ovalle manifestó su voluntad de atender el reclamo y varios meses después hubo respuesta concreta: se llamó a licitación para la realización de distintas obras y las mismas ya se están realizando.

Actualmente la Dirección Nacional de Zonas Francas está ajustando contactos con UTE y con OSE para dotar a esa zona de mayores servicios y fomentar allí la instalación de nuevos usuarios.

"Tal vez la evaluación sobre la gestión de la administración privada de la de Colonia no la culmine este gobierno, por lo que sin duda será para el que asuma en el 95 la responsabilidad de ponderar adecuadamente lo hecho. Nosotros creemos en lo que hicimos, pero no es una posición dogmática sino pragmática", respondió Ovalle. ■

ENTRADO
CRUZADO
9406184.

01-02

Sostenido movimiento en Zona Franca de Nueva Palmira

LAS OBRAS DE infraestructura en la Zona Franca de Nueva Palmira avanzan a buen ritmo, ante lo dispuesto por la Dirección de Vialidad del MTOP en acuerdo con la Dirección Nacional de Zonas Francas.

El proyecto de caminería básica recayó en la empresa Obraciv y responde —según lo ha dicho el director de Zonas Francas, contador José Luis Ovalle— a una política de potenciación del citado lugar. Se observa desde esa repartición del Ministerio de Economía y Finanzas y desde el MTOP que es necesario fortalecer la inversión en virtud de la privilegiada posición geográfica. Está ubicada en la cabecera de la futura hidrovía Paraguay-Paraná y está llamada a convertirse en un polo de desarrollo de verdadera trascendencia para los intereses de la economía nacional, con derivaciones inmediatas para el progreso de esta zona.

Las obras avanzan además pues en los predios de Nueva Palmira, entran y salen los camiones de la empresa Antisonit SA, proveedora de los 50 mil metros cuadrados de pavimentos destinados a calles y estacionamientos de la zona franca, según la licitación convocada por el MTOP y que fue adjudicada meses atrás.

Desde la Dirección de Zonas Francas se espera que en función del buen ritmo de las obras, pronto se las habiliten aunque faltan otros trabajos relacionados con UTE y con OSE. ■

OBS. 22-8-94

02-02

9406184

Nº. DOCUMENTO 9406185
TITULO Será firmada acta final de traspaso de Z.F. Colonia a manos privadas
PROCEDENCIA 150483
FECHA 1/3/94
VINCULACIONES 11856
507466

Veintidós hectáreas, 199 usuarios y 70 mil metros cuadrados construidos

Esperan relanzamiento de Zona Franca de Colonia a partir de su privatización

OBS 1/3/94

Un proceso iniciado hace cerca de dos años concluirá por estos días, cuando se firme el acta final de traspaso de la Zona Franca de Colonia a manos privadas.

Con la mirada puesta en Buenos Aires y recostada al Río de la Plata, la Zona Franca de Colonia será transferida a manos privadas, una vez se firme el acta final de traspaso del Estado al Grupo Continental que ganó la licitación el año pasado.

Al cierre de esta sección se aseguró a *El Observador* que el último acto para que dicha zona sea administrada por privados tendrá lugar en el transcurso de esta semana.

A la fecha ya casi concluyeron todos los pasos administrativos para que el Grupo Continental ingrese con plenos poderes a la zona. Todos los usuarios entregaron sus inventarios —presentados bajo declaración jurada— y a su vez la empresa que ganó la licitación ya ingresó todos esos datos al sistema de computación que habrá de garantizar cada paso de entrada y salida de los productos que pasen por la zona franca.

La Dirección Nacional de Zonas Francas a su vez también entregó todo lo relacionado con el inventario estatal que pasa, entre otros elementos, por el Estado en que entrega las instalaciones, la cantidad de mobiliario, metros de cable de alumbrado, etcétera.

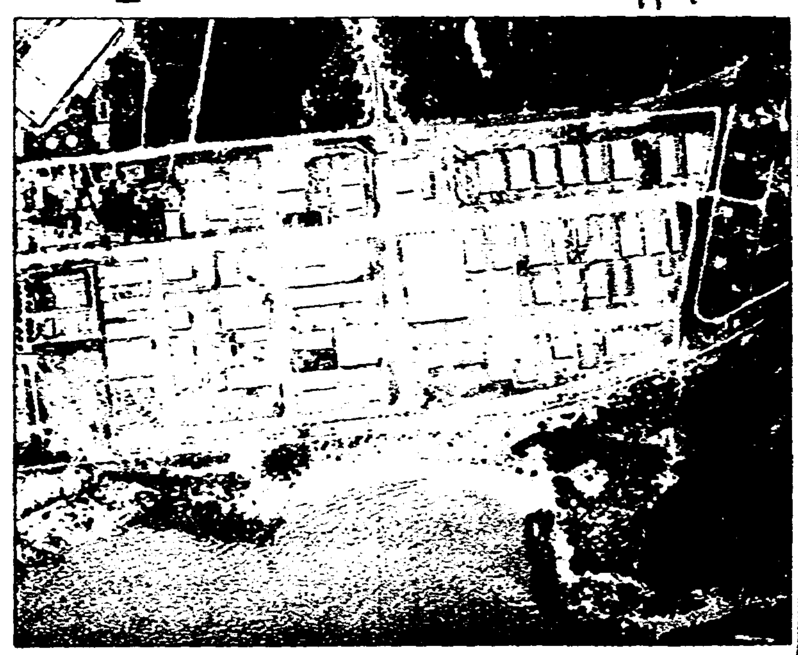
Ayer lunes 28 se dieron los últimos retoques en la Dirección de Zonas Francas para hacer entrega de la zona. En ámbitos oficiales y privados se espera un relanzamiento de esta zona franca que carecía de múltiples servicios. Según los argumentos esgrimidos por el gobierno, el Estado no tenía los recursos suficientes como para responder los reclamos de usuarios e inversores.

El largo y polémico proceso

De esta manera concluye un largo proceso iniciado en 1992 cuando el gobierno manifestó la intención de pasar a manos privadas la administración de la Zona Franca de Colonia.

Fue el contador Daniel Azzini quien lo llevó adelante desde la titularidad de la Dirección de Zonas Francas. Inmediatamente surgieron opiniones contrarias tanto a nivel de algunos usuarios como del ambiente político. En Colonia la movilización fue muy importante y en el seno de la Junta Departamental se votó en contra de la concesión, incluso con votos del oficialismo herrerista. A nivel parlamentario el diputado frenteamplista Thelman Borges logró la adhesión de otros sectores políticos y, mientras el Ministerio de Economía y Finanzas avanzaba con la privatización, la Cámara de Diputados aprobó un proyecto de ley que impide la privatización. Tras esa aprobación, el gobierno firmó el contrato con el Grupo Continental. La iniciativa de la Cámara de Representantes está ahora en el Senado, en donde faltan los votos del Movimiento Nacional de Rocha para que sea aprobada finalmente. Es probable que la zona pase a manos privadas por 20 años, sin que el Senado considere el proyecto de ley que llegó con sanción de la Cámara de Representantes.

Con el proceso de privatización concluido es factible que no termine la polémica en los ámbitos políticos, ya sea nacionales o departamentales.



Zona Franca de Colonia
De la administración estatal a la privada

En Colonia hay 199 usuarios

En las 22 hectáreas que ocupa la Zona Franca de Colonia hay decenas de depósitos —unos 70 mil metros cuadrados construidos— y decenas de usuarios que trabajan allí desde hace mucho tiempo. De los datos entregados al Grupo Continental surge que operan 59 usuarios directos y 140 indirectos.

Cerca de 10 son industriales. La gran mayoría son comerciales.■

ENTRADO
CRUZADO
01-01
9406185.

Nº. DOCUMENTO 9406186
TITULO Niegan … en ZF uruguayas hayan operaciones vinculadas al narcotráfico
1504183
3/3/94
11856
507466
501889

Niegan Vinculación del Narcotráfico a Operaciones en las Zonas Francas

"En ningún momento se han constatado en las zonas francas uruguayas operaciones vinculadas al narcotráfico".

Así lo sentenció el presidente de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay, Walter Papantonakis, aludiendo a un informe de Naciones Unidas en el que se indicaba que las deficiencias de controles tornaban a las zonas francas uruguayas como instrumentos apropiados para maniobras vinculadas al tráfico internacional de drogas.

Papantonakis apuntó que "sería interesante puntualizar a que se refiere ese informe cuando habla de falta de control en nuestras zonas francas, porque los controles existen, están previstos por la ley y los correspondientes decretos reglamentarios y la Dirección Nacional de Zonas Francas, que es el organismo que regula la actividad del sector, hace cumplir estrictamente las reglamentaciones vigentes".

Estimó que "no debe ser muy necesario utilizar como sistema algo tan remoto como el Uruguay, cuando todos los días vemos en los medios de información el descubrimiento de tráfico de drogas de las formas más inverosímiles".

Si aún en los países más desarrollados no han podido evitar el tráfico de drogas, nadie puede asegurar que está libre de que esto le suceda en sus propias narices", acotó.

"Pero de ahí a afirmar que nuestras zonas francas podrían ser utilizadas para este fin, media un abismo; con respecto a la utilización de las zonas francas uruguayas, hasta el momento jamás se ha sabido de ninguna operación de este tipo".

Papantonakis observó luego que "si esta gente quisiera recurrir a las zonas francas, existen en el mundo muchas otras mejor ubicadas que las nuestras y con mucho mayor movimiento que las de nuestro país, donde estas actividades pasarían más desapercibidas".

"Es claro que nadie puede asegurar que esto no suceda, pero si sucediese sería una excepción y no podría hablarse de las zonas francas sino de alguien en particular; cuando un contador es culpado de tráfico de drogas no se pone en tela de juicio a la Facultad de Ciencias Económicas y lo que se hace es tomar medidas con quien comete el delito, sin tenerse en cuenta su profesión".

"Nosotros, los usuarios, pensamos que este tipo de delitos no acontecen en nuestras zonas francas y si un día ocurriese debieran tomarse medidas ejemplarizantes con el infractor. Pero de ninguna manera debiera hablarse del sistema".

Finalmente Papantonakis sentenció que "la actividad de zonas francas en nuestro país es totalmente transparente, todas las actividades que en ellas se realizan están enmarcadas dentro de la ley vigente y las multimillonarias inversiones que allí se constatan así lo certifican".



Walter Papantonakis

9406186

Nº. DOCUMENTO 9406187 (San José)
TITULO Z. Franca LIBERTAD se concretará próximamente.
PROCEDENCIA 150890
FECHA 5/3/94
VINCULACION 11856
507466

"Zona Franca Libertad será una realidad en el futuro inmediato

El Intendente Municipal de San José, Juan Chiruchi, manifestó que la Zona Franca de Libertad se concretará próximamente ya que la Comisión Especial del Ministerio de Economía y Finanzas está analizando el caso y espera un pronunciamiento favorable.

El Intendente Municipal de San José, Juan Chiruchi, aseguró que "en poco tiempo la Zona Franca Libertad va a ser una realidad", mostrándose altamente satisfecho por la concreción de este nuevo emprendimiento industrial y comercial.

"Sabemos que en estos días la Comisión Especial (asesora del Ministerio de Economía y Finanzas en materia de zonas francas) se reunirá para analizar el proyecto de la Zona Franca Libertad. Nosotros hemos estado en este tema desde el inicio, cuando los inversores, los propietarios de la futura zona franca, pensaron instalarse al Sur del departamento de San José, más concretamente en Rincón de la Bolsa".

Recordó el Jefe comunal que en aquel momento aseguró su apoyo siempre y cuando la zona franca se emplazara en las inmediaciones de la ciudad de Libertad. Y explicó que "en Rincón de la Bolsa ya existe un gran número de industrias instaladas, mientras que en Libertad tenemos una muy importante cantidad de mano de obra ociosa".

"Por tanto, expresamos nuestra disposición a trabajar en procura de lograr voluntad política para llevar adelante la idea; los propietarios compraron un amplio terreno, luego elaboraron el proyecto y nosotros tuvimos conversaciones en varias oportunidades con el Presidente Luis Alberto Lacalle, con el Ministro de Economía y Finanzas Ignacio de Posadas y con algunos integrantes de la Comisión Especial, particularmente nuestro amigo y coterráneo Humberto Capote".

Chiruchi aseguró que ha estado permanentemente auspiciando la materialización de esta zona franca, precisando que "existe voluntad política" para llevarla adelante.

"He estado hablando hace pocos días con el Presidente Lacalle, con el Ministro de Posadas y creo que la Zona Franca Libertad en poco tiempo va a ser una realidad", sentenció.

Parque Industrial

El Intendente maragato significó que lo importante del proyecto es que no se trata de una zona franca para depósito de mercaderías, sino que está pensada como un gran parque industrial "con gran ocupación de mano de obra local y con posibilidades de aprovechamiento de materias primas de la región".

"Creemos que a través de esta zona franca se instalará un verdadero polo de desarrollo en la región, muy vinculado a Montevideo, muy cercano al puerto capitalino y muy cercano al futuro puente Colonia-Buenos Aires; el lugar es estratégico, fundamentalmente si se toma en cuenta el nuevo trazado de la ruta 1".

Chiruchi estimó, finalmente, que la operativa de Zona Franca Libertad será importante no sólo para el departamento sino para el país en su conjunto, "porque he visto en los responsables del proyecto una voluntad de trabajo, un tesón muy interesante que llama la atención y nos obliga a nosotros a respaldarnos políticamente".

"Espero poder inaugurar la zona franca en mi calidad de Intendente; tengo esperanza que en pocas horas la Comisión se expida y en forma inmediata el Poder Ejecutivo de a conocer el decreto de autorización, para así en poco tiempo cristalice esta zona franca que, en definitiva, será un logro más de los maragatos".



Intendente Chiruchi se mostró optimista respecto a la Zona Franca de Libertad.

9406187

Ayer fue aprobado el proyecto de creación de Zona Franca Libertad

14 11/3

El Diputado nacionalista Jorge Chapper anunció ayer que el Presidente Luis Alberto Lacalle le comunicó en las últimas horas que la comisión asesora en materia de zonas francas aprobó en forma unánime el proyecto de la Zona Franca Libertad, por lo que se aguarda que en el correr de estos días el Poder Ejecutivo libre el decreto correspondiente.

Subrayó el legislador que la noticia "nos ha llenado de mucha alegría dado que desde el primer momento que tomamos contacto con el tema le hemos puesto todo el calor que merece" fundamentalmente porque "como representante del departamento de San José estamos permanente bregando, como en este caso, por nuevos emprendimientos que redundan en mayor ocupación de mano de obra y por ende, en mejor calidad de vida".

Aseguró que desde que se lanzó la idea no hemos descansado un solo día de hablar con las autoridades vinculadas al proyecto, tanto en la Dirección Nacional de Zonas Francas, cuyo Director José Luis Ovalle sabe perfectamente que hemos estado diariamente ocupándonos del asunto, como en el Ministerio de Economía y Finanzas".

También le planteamos al Presidente de la República que, como Diputado de San José, queríamos que en este período parlamentario la Zona Franca Libertad fuera una realidad y constituyera el mayor trabajo en nuestra legislatura. El Presidente lo entendió así, al punto que en las oportunidades en que estuvimos en contacto hablamos del tema y cuando se enteró que la comisión había dado el visto bueno me llamó para informarme. Lacalle me llamó el viernes y de inmediato me puse en contacto con la prensa de mi departamento para decirle que la Zona Franca Libertad ya era una realidad".

El legislador maragato estimó que la ZFL no sólo beneficiará al departamento -ni que hablar de la ciudad de Libertad- sino al país en su conjunto. "Hay pocas zonas francas que tengan un estudio tan bien hecho como este. La empresa no ha escatimado esfuerzos, ha buscado asesores y ha hecho un relevamiento muy importante".

Chapper afirmó que a nivel nacional va a cambiar la estructura de las zonas francas puesto que "no será un área de depósito sino por el contrario, se convertirá en un área fabril, de trabajo, con grandes industrias y nuevas tecnologías".

Recordó el Diputado que en la campaña electoral "decíamos a los jóvenes que no se fueran a otro país, a hablar otro idioma, a cantar otro himno, les dijimos que íbamos a hacer todo lo posible para que el capital viniera a nuestra tierra, para que la familia no se disgregara y pudiera francamente desarrollarse como nosotros queremos".

"Creo que esto que en su momento postulamos es hoy una realidad", apuntó.

Destacó luego que el principal beneficiado será el departamento de San José ya que dinamizará una vasta región y permitirá que mejore la calidad de vida de todos sus pobladores". A partir de ahora, San José se va a conocer no sólo por temas vinculados a sus productos tradicionales, como la leche, sino por el tema de su zona franca".

Por último, Chapper estimó que la zona franca comenzará a operar en poco tiempo. "Hoy hablé con el Presidente y me anunció que en pocos días más va a estar firmada la resolución correspondiente. Al mismo tiempo, la empresa ha asegurado que está en condiciones de iniciar las obras de inmediato, por lo que todo lleva a pensar que, sumando las voluntades, la Zona Franca Libertad estará en funcionamiento antes de la finalización del presente año".

9406187

Sólo falta la firma de Lacalle para que sea realidad Zona Franca Libertad

AUNQUE FALTA TODAVÍA la firma del Presidente de la República, se considera un hecho el otorgamiento a Lideral SA del permiso para explotar la Zona Franca de Libertad, en el departamento de San José.

El proyecto impulsado por Laureano Agra —un experimentado operador de zonas francas— contempla la explotación de un predio de 31 hectáreas ubicado exactamente en el kilómetro 31 de la ruta 1. La iniciativa presentada al Estado establece una inversión de 1.700 mil dólares en una primera fase y el desarrollo de toda la infraestructura en 18 hectáreas.

La Comisión Especial Asesora del Ministerio de Economía y Finanzas estuvo analizando la propuesta de Lideral S A y el pasado martes 8 la aprobó. Según las fuentes consultadas por *El Observador* ahora se está a la espera de que los cinco integrantes de la citada comisión firmen el acta final de resolución. Luego la misma pasará a consideración del ministro Ignacio de Posadas y finalmente para la firma del Presidente Luis Alberto Lacalle.

El pasado viernes 11, en el matutino La Mañana, el diputado herrerista Jorge Chapper, dijo que el jueves 10 había estado con el mandatario y que le había prometido "que en pocos días más va a estar firmada la resolución correspondiente".

Chapper —que representa a San José— aseguró que desde que se lanzó la idea "no hemos descansado un solo día de hablar con las autoridades, vinculadas al proyecto tanto en la Dirección de Zonas Francas, cuyo director José Luis Ovalle, sabe perfectamente que hemos estado diariamente ocupándonos del asunto, como en el Ministerio de Economía y Finanzas". ■ OBS 15/3/94

03-03

9406187

Nº. DOCUMENTO 9406188
TITULO Expectativas de Z.F. uruguayas con respecto a su inserción en MERCOSUR
PROCEDE: 1Sc483
FECHA: 8/3/94
VISTO: 11856
507466
12781

¿Zonas francas en Mercosur o en zona de libre comercio?

Marzo aparece como un mes muy importante para las expectativas que tienen las zonas francas uruguayas con respecto a su inserción en el Mercosur.

El interés brasileño de crear una zona de libre comercio, de la cual formarían parte también otros países además de Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay, es visto con mucha cautela por los demás países integrantes del Mercosur.

Es notoria la predisposición brasileña a no transar con posiciones que puedan no serle favorables. Es claro que el Arancel Externo Común (AEC) bajo no sirve a sus intereses y es más que difícil que se les pueda convencer de una solución que satisfaga a todos.

La alternativa de la zona de libre comercio aparece muy atractiva para Brasil, que tiene importante actividad industrial y que mediante la caída de las fronteras arancelarias tendría vía libre para entrar en los mercados de la región sin ninguna traba, mientras que sus competidores de extra zona deberían pagar los aranceles que cada país establezca.

Con respecto al Mercosur, los cancilleres y los ministros de Economía que se reunirán en marzo para tratar estos importantes temas, seguramente encararán también la política a seguir con respecto a las trabas extraarancelarias que cada uno de ellos utiliza, llámense precios mínimos de exportación, precios de referencia, comisiones bancarias, derechos específicos, tasa de estadística o cualquier otro nombre. ■ OBS 8/3/94

ENTRADO
CRUZADO
9406188.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406189
TITULO Según Nac. Unidas Z.F. uruguayos sirven para lavado de dinero
PROCED. 150483
FECHA 8/3/94
VI 11856
501889
507466

¿Las zonas francas uruguayas sirven para el lavado de dinero?

Banco Central y usuarios responden a fuerte acusación de Naciones Unidas

Tanto el Banco Central como los usuarios respondieron a las acusaciones vertidas en un informe de la ONU, en el cual se afirma que el sistema de las zonas francas del Uruguay permite actividades delictivas con dinero procedente del narcotráfico.

La versión surgida en Nueva York —de que la ONU entiende que las zonas francas uruguayas posibilitan maniobras conexas con el narcotráfico— provocó una rápida respuesta del gobierno y del representante de usuarios.

El informe de las Naciones Unidas fue difundido en la ciudad norteamericana el lunes 28 y apareció en la prensa uruguaya el lunes 1° de marzo.

Allí se sostiene que las deficiencias de controles tornaban a las zonas francas como instrumentos apropiados para operaciones de lavado de dinero procedente del narcotráfico.

Inmediatamente hubo respuesta de parte del Banco Central, como entidad rectora de todo lo relacionado con lo financiero. En declaraciones formuladas al informativo de El Espectador el pasado martes, el vicepresidente del Banco Central, Julio Dalla Rosa, señaló que la ONU se pronunció "sin conocimiento" de los controles que efectúa el Banco Central. "Aparentemente se ha hecho un juicio sin conocimiento, ya que el Banco Central, a través de la Superintendencia (de Bancos) ha dado disposiciones claras y concretas respecto del ingreso de dinero o movimiento de dinero que proceda del exterior", declaró Dalla Rosa.

"No veo claro el porqué de una acusación de ese tipo", declaró el jerarca del Banco Central.

El Banco Central ha aumentado los controles sobre el sistema financiero y eso es bien observado por autoridades internacionales que hacen un seguimiento de todo lo relacionado con el narcotráfico. La DEA —agencia norteamericana que lucha con este tipo de delitos— tiene un permanente contacto con las autoridades uruguayas, comentó a *El Observador* una fuente del sistema financiero. Dalla Rosa, a su vez señaló: "Los controles que se realizan son realmente bien precisos y las disposiciones para los controles también. Además atañen a todo el sistema financiero. Atañen a casas de cambios, bancos, todos los que operan con capitales que vienen del exterior o con ingresos que provienen del exterior. Tienen disposiciones bien precisas en cuanto al control de montos superiores a los 10 mil dólares".



Dallia Rosa

"Los controles que se realizan son realmente bien precisos"

Respuesta de usuarios

El informe provocó alarma entre los usuarios y en la Dirección de Zonas Francas. En esta oficina no se pudo obtener información. Mientras tanto desde usuarios hubo una rápida respuesta. "Nunca jamás se ha encontrado un delito de ese tenor en las zonas francas uruguayas", declaró Walter Papantonakis, presidente de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay. El empresario añadió que hay clara normativa en Uruguay y que la Dirección de Zonas Francas controla eficazmente. "No debe ser muy necesario utilizar como sistema algo tan remoto como el Uruguay, cuando todos los días vemos en los medios de información el descubrimiento de tráfico de drogas, en las formas más inverosímiles", agregó. ■

9406189.

Nº. DOCUMENTO 9406190
TITULO Análisis de Cuba sobre Z.F. de America
PROCEDENCIA 150483
FE 8/3/94
VI 11856
65671

No obstante "constituyen centros importantes de generación de empleos y divisas"

Visión crítica de Cuba sobre zonas francas: "Modesto aporte al Producto Bruto Interno"

Cuba está desarrollando una múltiple tarea para captar divisas y generar empleo. Las experiencias de las zonas francas en América Latina son observadas con atención y de ese estudio surge este análisis.

por Amalio Rey García (*)
especial para El Observador

A partir de los años sesenta, numerosos países del Tercer Mundo incorporaron las zonas francas al arsenal de los instrumentos de política económica que esgrimen en su lucha contra el desempleo, el estancamiento de las exportaciones, la insuficiente disponibilidad de divisas, las desigualdades regionales, el retraso tecnológico y otros males.

Desde entonces a la fecha estos enclaves se multiplicaron y diversificaron, lo que explica la existencia de zonas francas de distintos tipos (Comerciales, Industriales, para la Prestación de Servicios, etc.) en más de cincuenta países.

Se calcula que en el mundo subdesarrollado existen no menos de 200 entidades identificadas con el nombre genérico de zonas francas, algunas de las cuales funcionan exitosamente (p. ej. las Industriales de la República Dominicana y la Comercial de Curaçao) pero no pocas defraudan las expectativas de sus patrocinadores. Las primeras constituyen centros importantes de generación de empleos y divisas de los países anfitriones, no obstante su modesto aporte al Producto Bruto Interno, hecho que se demuestra más adelante. Los antecedentes disponibles indican que los países interesados en constituir una zona franca y atraer capitales extranjeros deben proceder a: 1) Localizarla en un área con amplias posibilidades de acceso para carretera y ferrocarril, a puertos y aeropuertos dotados con las facilidades que exige el transporte internacional de carga. 2) Construir una infraestructura adecuada consistente en edificios, naves, vías, telecomunicaciones, acueducto, alcantarillado, iluminación pública y cuantas otras facilidades materiales se requieran para satisfacer las necesidades de los inversionistas. 3) Garantizar la oportuna prestación de diversos servicios tales como el suministro de agua y electricidad, la recolección de basura, la construcción y mantenimiento de edificaciones y vías, la asistencia médica y jurídica y los de aduana dentro del perímetro zonal. 4) Adoptar medidas fiscales, monetarias, crediticias, bancarias, arancelarias, laborales, administrativas, etc., destinadas a ofrecer generosos incentivos a los inversionistas extranjeros y crear un entorno económico favorable. El paquete de medidas contempla la exención total o parcial, temporal o indefinida, de impuestos y gravámenes, incluidos los derechos de aduana y la libre disposición y transferencia de divisas. Si bien los incentivos recién mencionados entrañan beneficios significativos para el capital extranjero, su relevancia ha menguado en el contexto de la creciente apertura y liberalización de la economía de los países subdesarrollados.

En efecto, la experiencia reciente demuestra que las firmas foráneas no necesitan establecerse en zonas francas para disfrutar beneficios similares a los que éstas otorgan, pues otros mecanismos de promoción de las exportaciones como los programas de maquila, resultan igualmente generosos en materia fiscal, aduanera, monetaria y de otra índole. Se puede afirmar que dichos incentivos y ventajas tienen por sí solos escaso poder movilizativo en el ámbito internacional. Por otra parte, los países anfitriones condenan sus zonas francas al fracaso si no las aseguran oportunamente. Dicho de otra forma, la adecuada localización geográfica, la creación de la infraestructura material, el aseguramiento de los servicios y la concesión de los incentivos a que se ha hecho referencia, unido a la disponibilidad de fuerza de trabajo barata constituyen, de conjunto, la condición necesaria pero no suficiente para atraer a los inversionistas foráneos, quienes valoran el acceso a uno o varios mercados importantes preferiblemente en condiciones privilegiadas, como la máxima y decisiva atracción de las zonas francas.

El mercado norteamericano

En el contexto caribeño, la alta concentración de las exportaciones de sus Zonas Francas Industriales a Estados Unidos indica que la razón básica de su existencia y su objetivo primordial consiste en exportar a esa nación. De acuerdo con la información disponible, ninguna zona de ese tipo en la región dirige el grueso de sus ventas a otro mercado que no sea el norteamericano. Las zonas francas pueden tener un impacto económico significativo en las naciones anfitrionas al interrelacionarse por diversas vías con la economía interna, no obstante el funcionamiento independiente que las caracteriza. En sentido general, se les atribuye cierta importancia en la promoción de prácticas modernas de administración de empresas y de nuevos métodos de organización del trabajo.

Las Zonas Francas Comerciales contribuyen a rebajar el costo de los productos importados al disminuir los gastos de transporte así como los de distribución, vigilancia y almacenamiento de los mismos. Al mismo tiempo, permiten la difusión de nuevos productos y tecnologías atemperados a los requerimientos de los usuarios, la reducción de los plazos de entrega de las mercancías y la familiarización rápida y directa de las empresas locales con las nuevas ofertas. Las de carácter industrial pueden convertirse, como ya se dijo, en un vehículo eficaz para la generación de empleos y subsidiariamente para la captación de divisas, sobre todo, las situadas en países con buena localización geográfica y ventajas de acceso a mercados importantes. Ahora bien, estudios realizados evidencian la pobre contribución de estas últimas al desarrollo de los países anfitriones debido a su condición de enclaves con casi ninguna vinculación con la economía local. En la generalidad de los casos, su aporte se limita exclusivamente a la creación de puestos de trabajo dado que su beneficio neto suele ser modesto en otros aspectos.

Finalmente, cabe señalar que aun en las Zonas Francas Industriales de mayor éxito, persisten las bases endebles y de perspectiva incierta consustanciales a ese régimen, a saber, la fuerte dependencia de sus exportaciones a unos pocos mercados, la extrema movilidad internacional de las empresas radicadas y el atraso tecnológico de las industrias dominantes.■

(*) El licenciado Amalio Rey García integra la vicepresidencia de la Corporación Cimex, que controla un conjunto de empresas estatales de Cuba..

9406190.

Nº. DOCUMENTO 9406190
TITULO Análisis de Cuba sobre Z.F. de America
PROCEDENCIA 150483
FECHA 8/3/94
VI 11856
65671

No obstante "constituyen centros importantes de generación de empleos y divisas"

Visión crítica de Cuba sobre zonas francas: "Modesto aporte al Producto Bruto Interno"

Cuba está desarrollando una múltiple tarea para captar divisas y generar empleo. Las experiencias de las zonas francas en América Latina son observadas con atención y de ese estudio surge este análisis.

por Amalio Rey García (*)
especial para *El Observador*

A partir de los años sesenta, numerosos países del Tercer Mundo incorporaron las zonas francas al arsenal de los instrumentos de política económica que esgrimen en su lucha contra el desempleo, el estancamiento de las exportaciones, la insuficiente disponibilidad de divisas, las desigualdades regionales, el retraso tecnológico y otros males.

Desde entonces a la fecha estos enclaves se multiplicaron y diversificaron, lo que explica la existencia de zonas francas de distintos tipos (Comerciales, Industriales, para la Prestación de Servicios, etc.) en más de cincuenta países.

Se calcula que en el mundo subdesarrollado existen no menos de 200 entidades identificadas con el nombre genérico de zonas francas, algunas de las cuales funcionan exitosamente (p. ej. las Industriales de la República Dominicana y la Comercial de Curaçao) pero no pocas defraudan las expectativas de sus patrocinadores. Las primeras constituyen centros importantes de generación de empleos y divisas de los países anfitriones, no obstante su modesto aporte al Producto Bruto Interno, hecho que se demuestra más adelante. Los antecedentes disponibles indican que los países interesados en constituir una zona franca y atraer capitales extranjeros deben proceder a: 1) Localizarla en un área con amplias posibilidades de acceso para carretera y ferrocarril, a puertos y aeropuertos dotados con las facilidades que exige el transporte internacional de carga. 2) Construir una infraestructura adecuada consistente en edificios, naves, vías, telecomunicaciones, acueducto, alcantarillado, iluminación pública y cuantas otras facilidades materiales se requieran para satisfacer las necesidades de los inversionistas. 3) Garantizar la oportuna prestación de diversos servicios tales como el suministro de agua y electricidad, la recolección de basura, la construcción y mantenimiento de edificaciones y vías, la asistencia médica y jurídica y los de aduana dentro del perímetro zonal. 4) Adoptar medidas fiscales, monetarias, crediticias, bancarias, arancelarias, laborales, administrativas, etc., destinadas a ofrecer generosos incentivos a los inversionistas extranjeros y crear un entorno económico favorable. El paquete de medidas contempla la exención total o parcial, temporal o indefinida, de impuestos y gravámenes, incluidos los derechos de aduana y la libre disposición y transferencia de divisas. Si bien los incentivos recién mencionados entrañan beneficios significativos para el capital extranjero, su relevancia ha menguado en el contexto de la creciente apertura y liberalización de la economía de los países subdesarrollados.

En efecto, la experiencia reciente demuestra que las firmas foráneas no necesitan establecerse en zonas francas para disfrutar beneficios similares a los que éstas otorgan, pues otros mecanismos de promoción de las exportaciones como los programas de maquila, resultan igualmente generosos en materia fiscal, aduanera, monetaria y de otra índole. Se puede afirmar que dichos incentivos y ventajas tienen por sí solos escaso poder movilizativo en el ámbito internacional. Por otra parte, los países anfitriones condenan sus zonas francas al fracaso si no las aseguran oportunamente. Dicho de otra forma, la adecuada localización geográfica, la creación de la infraestructura material, el aseguramiento de los servicios y la concesión de los incentivos a que se ha hecho referencia, unido a la disponibilidad de fuerza de trabajo barata constituyen, de conjunto, la condición necesaria pero no suficiente para atraer a los inversionistas foráneos, quienes valoran el acceso a uno o varios mercados importantes preferiblemente en condiciones privilegiadas, como la máxima y decisiva atracción de las zonas francas.

El mercado norteamericano

En el contexto caribeño, la alta concentración de las exportaciones de sus Zonas Francas Industriales a Estados Unidos indica que la razón básica de su existencia y su objetivo primordial consiste en exportar a esa nación. De acuerdo con la información disponible, ninguna zona de ese tipo en la región dirige el grueso de sus ventas a otro mercado que no sea el norteamericano. Las zonas francas pueden tener un impacto económico significativo en las naciones anfitrionas al interrelacionarse por diversas vías con la economía interna, no obstante el funcionamiento independiente que las caracteriza. En sentido general, se les atribuye cierta importancia en la promoción de prácticas modernas de administración de empresas y de nuevos métodos de organización del trabajo.

Las Zonas Francas Comerciales contribuyen a rebajar el costo de los productos importados al disminuir los gastos de transporte así como los de distribución, vigilancia y almacenamiento de los mismos. Al mismo tiempo, permiten la difusión de nuevos productos y tecnologías atemperados a los requerimientos de los usuarios, la reducción de los plazos de entrega de las mercancías y la familiarización rápida y directa de las empresas locales con las nuevas ofertas. Las de carácter industrial pueden convertirse, como ya se dijo, en un vehículo eficaz para la generación de empleos y subsidiariamente para la captación de divisas, sobre todo, las situadas en países con buena localización geográfica y ventajas de acceso a mercados importantes. Ahora bien, estudios realizados evidencian la pobre contribución de estas últimas al desarrollo de los países anfitriones debido a su condición de enclaves con casi ninguna vinculación con la economía local. En la generalidad de los casos, su aporte se limita exclusivamente a la creación de puestos de trabajo dado que su beneficio neto suele ser modesto en otros aspectos.

Finalmente, cabe señalar que aun en las Zonas Francas Industriales de mayor éxito, persisten las bases endebles y de perspectiva incierta consustanciales a ese régimen, a saber, la fuerte dependencia de sus exportaciones a unos pocos mercados, la extrema movilidad internacional de las empresas radicadas y el atraso tecnológico de las industrias dominantes.■

(*) El licenciado Amalio Rey García integra la vicepresidencia de la Corporación Cimex, que controla un conjunto de empresas estatales de Cuba..

01-01

9406190.

Nº. DOCUMENTO 9406191
TITULO Z.F. de RIVERA amplió instalaciones.
PROCEDE 150463
FECHA 11/3/94
VINCUL 11856
507466

De este modo la inversión total de la empresa asciende a US$ 5 millones

Insertada en punto estratégico del Mercosur Zona Franca Rivera ampliará instalaciones

A ocho meses de haber iniciado sus operaciones Zona Franca Rivera se amplía a 53 hectáreas con la construcción de instalaciones en 4.000 metros cuadrados adicionales con depósitos techados informó a El Observador *Enrique Garbino, gerente general de la empresa.*



Zona Franca Rivera
Juan Seré, Luis Alberto Heber, Jorge Seré, Enrique Garbino, Luis Alberto Damboriarena, José Luis Ovalle

La inversión requerida para este emprendimiento asciende a US$ 2 millones, los que sumados a los US$ 3 millones invertidos inicialmente superan los US$ 4 millones que exige el Poder Ejecutivo para poner en marcha una iniciativa de este tipo.

"Zona Franca está ubicada en una zona privilegiada para la región ya que ocupa el corazón del Mercosur", dijo Garbino.

Por ese motivo, la empresa considera que invertir en Zona Franca Rivera será una oferta atractiva para todos los mercados de la región.

A las dieciséis empresas instaladas en Zona Franca Rivera, se le suman tres nuevas industrias.

Con una muy significativa inversión Madin SA —perteneciente a un conglomerado brasileño— instalará una fábrica de madera compensada (medium Density Fiberboard)

También iniciarán operaciones en esta zona franca Loristar SA, también de origen brasileño, que se dedica a la comercialización de casas prefabricadas y, por último, una fábrica que producirá materia prima de caucho.

Por otro lado, ya comenzaron a construir sus instalaciones en la zona franca tres fábricas dentro de un grupo de trece usuarios directos.

Una empresa chilena levantó una planta de 900 m² para fabricar zapatos y comenzará a exportar el 1° de abril. Además en setiembre próximo la empresa planea ampliar su planta a 1.800 m² en la segunda fase que se instrumentará en setiembre de este año.

Actualmente operan con 30 personas a tres turnos y la ampliación generará fuente de trabajo para otras 25 personas. Empiezan a exportar el 1° de abril.

Además están instaladas una fábrica de envases resistente a altas temperaturas y una empresa dedicada al ensamblaje de antenas parabólicas.

"Nosotros hemos definido a Brasil como nuestro mercado objetivo habiendo ya realizado una gira por distintas ciudades brasileñas para explicar las características del producto" señaló Garbino.

Además, "la ciudad de Rivera ofrece abundante mano de obra y la instalación de Zona Franca Rivera viene a solucionar en parte el problema de desocupación que actualmente enfrenta el departamento".

Hasta el momento, la construcción de la obra ha requerido la contratación de 80 personas. Aunque a partir de este momento se inicia la contratación de mano de obra para todo lo que es movimiento de mercadería y producción en las fábricas, y "estimamos que la ocupación llegará a las 150 personas", concluyó Garbino. ■

ENTRADO
CRUZADO
9406191.

Nº. DOCUMENTO 9406192

TITULO Z.F. del puerto de Concepc. del Uruguay será lanzado internacionalmente en junio.

PROC. 150025

FE. 14/3/94

VI. 11856 E66960.

Zona franca

LN 14/3

PARANA (Télam).– La zona franca del puerto de Concepción del Uruguay tendrá un lanzamiento internacional en junio próximo, luego de que se difundan sus ventajas en todo el territorio nacional, los países limítrofes, Estados Unidos, Canadá y la Comunidad Europea, anunció un informe oficial.

El informe señaló que están a punto de concluir los estudios encargados a una consultora, de modo que a fines de este mes se dará a conocer el calendario de la licitación pública internacional por la que se adjudicará la administración de la zona franca a un concesionario.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9406192.

Nº. DOCUMENTO 9406193
TITULO Integrantes del Mercosur visitan las 2 francas uruguayas.
PROC 150493
FE 15/3/94
VI 118536
507466
12781

Coincidirá con reunión de Subgrupo 7 del Mercosur

OBS. 15/3/94. 7

Delegación de funcionarios y empresarios de países integrantes del Mercosur visitan las zonas francas

Una calificada comitiva —integrada por experimentados funcionarios e influyentes empresarios— inicia mañana en Montevideo una visita calificada como "trascendente" para el futuro de las zonas francas en el proceso integracionista.

Una gran lupa se ubicará encima de todas las zonas francas uruguayas a partir de mañana miércoles, cuando una delegación de empresarios y funcionarios de los gobiernos de los países del Mercosur comience a visitarlas.

La exploración fue acordada en la reunión de Tierra del Fuego —en octubre del año pasado— cuando se analizó las diversas alternativas que se podían presentar para contemplar la realidad de las zonas francas en el proceso integrador que vive esta región. Esta visita coincide con la reunión del Subgrupo de Trabajo 7 del Mercosur que tiene previsto avanzar esta semana en el diseño de un calendario de temas a ser definidos antes del 15 de abril. Las negociaciones en el citado grupo se iniciaron ayer lunes y tienen previsto que se extienda hasta el viernes. El jueves se realizaría un plenario para agrupar los temas, oír las diferencias y tratar de alcanzar los acuerdos necesarios para arribar al 15 de abril con la agenda de discusión terminada.

Las visitas

Mañana miércoles las delegaciones visitarán las zonas francas de Montevideo y Colonia, para observar el desarrollo de las mismas. La Dirección de Zonas Francas no oculta su ansiedad para que se produzcan las visitas. Ayer el contador José Luis Ovalle —que define los últimos detalles el traspaso de la Zona Franca de Colonia a manos privadas— se reunió con sus asesores, mientras mantenía contactos con la delegación uruguaya en las negociaciones del Mercosur y con la Cancillería.

"Todo va a salir bien", comentó a *El Observador* una fuente del Ministerio de Relaciones Exteriores. Allí se percibe optimismo frente a las negociaciones iniciadas. ■

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9406193

Nº. DOCUMENTO 9406194
TITULO Pepsi invirtió U$S 35: en Z.F. Colonia.
PROCEDENCIA 150015
FECHA 15/3/94
VINCULO 11826
507466

Pepsi invirtió U$S 35: en Zona Franca Colonia

Para fines de este año Pepsi Cola habrá invertido en la zona franca de la ciudad de Colonia una cifra cercana a los treinta y cinco millones de dólares.

La corporación opera allí sus plantas de concentrado de bebida y preforma de envases, incorporando ahora nuevas áreas para el desarrollo de sus actividades.

Manuel Ferreira y Carlos Pijuán, Director Regional de Pepsi Cola Manufacturing y Vicepresidente de Pepsi Cola Manufacturing of Uruguay, respectivamente, suscribieron, en las últimas horas, los contratos correspondientes para ampliar sus instalaciones, accediendo a otros 1.800 metros cuadrados para llegar así a un área global de aproximadamente 14.000 metros cuadrados.

"Estamos frente a un hecho concreto, otra etapa, que en sí la misma significa no sólo agregar espacios físicos a nuestra planta, sino que representa un aumento operativo sustancial de nuestras actividades y producción con destino al exterior", destacó Ferreira.

Una respuesta al Mercosur

"Esta es una respuesta concreta al Mercosur -agregó- con la cual nos estamos integrando con toda nuestra resolución desde la zona franca de Colonia".

El jerarca regional afirmó que "lo de Pepsi apuesta y Uruguay gana" no es una frase meramente promocional y, por el contrario "sigue siendo una realidad que puede ser medible, y reconocida en toda su extensión".

Los ejecutivos de Pepsi Cola firmaron los contratos respectivos con el Director Nacional de Zonas Francas, José Luis Ovalle, y el Subdirector de dicha repartición, Luis Loustau.

Se trata de 1.800 metros cuadrados que serán destinados como "áreas de servicio para atender el aumento de la demanda de producción de concentrados e inyección de preformas de envases".

La corporación cuenta en la zona franca de Colonia con una de las mayores plantas de concentrado del mundo, operando para exportar a la región y a mercados remotos de Asia y Africa. Asimismo, incorporó una segunda planta, para la producción de preformas de envases, también tendiente a la exportación, con equipamiento de última tecnología.

Según lo subrayaron, la ampliación operativa de Pepsi Cola cuenta con el visto bueno del "Grupo Continental", futuro administrador de la zona franca.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓
9406194
01-01

Nº. DOCUMENTO 9406195
TITULO ZF Colonia es el centro de una denuncia sobre un contrabando.
PROCED. 150483
FECHA 22/3/94
VINCUL. 119556
507466

Ovalle: "Si existe indicio de delito" se investigará

OBS - 22 - 3 - 94

ZF Colonia es el centro de una denuncia sobre un contrabando que no se concretó

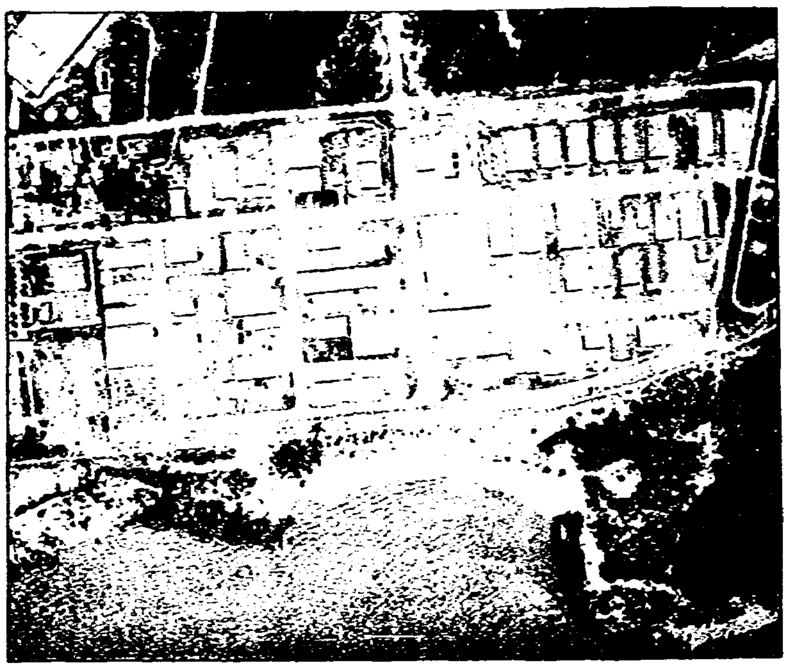
Un edil parece haber propuesto a un usuario contrabandear whisky de la zona franca. El hecho toma un sesgo policial, pero hay inocultables derivaciones políticas en el departamento.

Si existe alguna denuncia, indicio de delito o cualquier cosa eventualmente irregular, está toda la voluntad para investigar y la Dirección de Zonas Francas no escatimará esfuerzos", dijo a *El Observador* el contador José Luis Ovalle, director de la mencionada oficina.

Así abordó Ovalle las denuncias conocidas el sábado último acerca de la presunta propuesta de un edil suplente —que pertenece al Partido Colorado de Colonia— de contrabandear botellas de whisky desde la zona franca de ese departamento.

El hecho tiene ribetes policiales, pero —al parecer— tiene connotaciones políticas hacia la interna colorada. El rumor sobre el presunto delito surgió el pasado viernes en Colonia y el domingo estalló desde las páginas del diario La República cuando se publicaron las palabras de César Díaz, usuario de la zona franca. Díaz —que además es presidente de la Asociación de Usuarios de Zona Franca Colonia y uno de los dos candidatos del Foro Batllista a la Intendencia local— denunció que el edil Alejandro Wasilewski, que responde al Batllismo Radical, le había propuesto sacar ilegalmente whisky de la zona franca.

Díaz denunció el hecho ante la Policía, lo que provocó en el ambiente político coloniense una suerte de terremoto.



Zona Franca de Colonia
Centro de una severa denuncia

Algunos intentan minimizar el hecho; otros —como el propio denunciante— no escatiman esfuerzos para plantear el tema en los medios. Ayer lunes dijo en una emisora que poseía la grabación de lo conversado con Wasilewski y que el casete se lo entregó a la Policía.

Desde el Partido Colorado se dan algunas pistas para interpretar este episodio. Amílcar Rivoir, ingeniero agrónomo y el otro candidato del Foro Batllista a la comuna coloniense, declaró: es un problema de "ellos".

La edila Cloe Charbonnier de Mondón —que pertenece al Foro Batllista y coordina la bancada colorada de la Junta Departamental— dijo que existía la intención de escuchar a Wasilewski pero aclaró dos cosas: que el implicado es un "edil suplente" y que Díaz "no es el candidato oficial del Foro Batllista" a la Intendencia de Colonia. La Policía investiga y al cierre de esta sección no había detenidos.■

ENTRADO
CRUZADO
9406195

Nº. DOCUMENTO 9406196
TITULO Brasil, Arg. y Paraguay visitaron Z.F. uruguayas.
PROCEDENCIA 158483
FECHA 29/3/94
VINCULOS 11856
507466
66960
507482
66723

GBS. 22/3/94

Brasil, Argentina y Paraguay visitaron zonas francas

La semana pasada una delegación de empresarios y funcionarios de los gobiernos de Argentina, Brasil y Paraguay visitaron algunas de las zonas francas de nuestro país.

Junto con autoridades de la Dirección Nacional de Zonas Francas, de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay, y del Ministerio de Economía y Finanzas de nuestro país, alrededor de cuarenta representantes extranjeros se hicieron presentes en las Zonas Francas de Montevideo y Colonia.

Allí visitaron varias industrias, pudiendo comprobar que la realidad de nuestras zonas francas es mucho más fuerte que todo lo que pudieran haber escuchado.

Luego de haber visto personalmente los importantes procesos industriales que en estas zonas se realizan, no dudamos que los visitantes habrán quedado pensando en la seriedad de lo que Uruguay está realizando, en la potencialidad que ofrece nuestro régimen, y en que las inversiones ya realizadas y las que están en marcha merecen ser tenidas en cuenta.

La postura de Brasil y Argentina en cuanto a que las únicas zonas francas que debieran ser reconocidas en el Tratado de Asunción serían las de Manaos y Tierra del Fuego, no tiene ningún asidero, tal como los visitantes pudieron comprobar. Nuestras zonas francas son emprendimientos serios, y su inserción en el Mercosur debe ser aceptada sin ninguna restricción. ■

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-02

9406196.

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 150483
FECHA 23/3/94
11856

Los visitantes

OBS. 23/3/94

Paula Lorenzi*
especial para *El Observador*

CON PALABRAS EN portugués, algunos tonos guaraníes y bastante idioma español, representantes de gobiernos y empresarios privados de los países que integran el Tratado de Asunción recorrieron el pasado miércoles 16 las zonas francas de Montevideo y Colonia.

A cada paso de la larga recorrida, que comenzó muy temprano, los delegados de Brasil y Argentina dieron claras muestras de una enorme coincidencia: Manaos y Tierra del Fuego se encuentran en desventaja geográfica con respecto a las zonas francas uruguayas y por lo tanto merecen un tratamiento más favorable.

La calificada delegación —integrada con fuerte presencia de influyentes empresarios de Brasil y Argentina— puso énfasis también en la forma que se otorga el certificado de origen a los productos que se elaboran en las zonas francas.

En la mañana de ese día la comitiva visitó la Zona Franca de Montevideo. Allí fueron recibidos por Orlando Dovat y Carlos Mari —representantes de la zona— quienes explicaron el grado de desarrollo de la misma. Luego recorrieron dos de las industrias allí instaladas —York International y Mimo Uruguay, fabricantes de equipos de aire acondicionado y de pañales desechables— así como el depósito comercial de Costa Oriental. Los gerentes de estas empresas dieron explicaciones precisas de los emprendimientos empresariales que encabezan.

En la Zona Franca de Colonia visitaron la planta de Pepsi Cola Interamericana donde se fabrica concentrado y preformas de envase. También se visitó la fábrica de asientos Selle San Marco Pepsi ofreció un almuerzo a los visitantes.

Interés y desconocimiento

Nuestros socios del Mercosur pudieron constatar que en las zonas francas de Uruguay no solamente existen depósitos comerciales que almacenan una importante diversidad de artículos que poseen los orígenes y destinos más variados. Existen también industrias de gran envergadura —de alta tecnología— que están siendo encaradas con total seriedad. Los visitantes quedaron impresionados por las modernas maquinarias que se están utilizando en las tres fábricas visitadas. Se mostraron muy interesados en la mano de obra que ocupan las mismas, en el volumen de producción y en la cantidad de divisas que representan sus exportaciones.

Se pudo observar en la mayoría de los visitantes un desconocimiento profundo de la legislación uruguaya en materia de zonas francas. No obstante no ahorraron críticas a la misma al decir que es "extremadamente permisiva" y que "no es suficientemente controlada por el Estado".

El esfuerzo realizado en esta visita tanto por el sector público como por el privado uruguayo ha contribuido favorablemente a respaldar la posición negociadora de nuestro país, que persigue el pleno reconocimiento de las mismas. Además se trabaja en una línea que permita lograr un beneficioso acuerdo entre las partes. ■

** Paula Lorenzi es licenciada en Relaciones Internacionales y acompañó la comitiva que visitó las dos zonas francas uruguayas.*

9406196

Nº. DOCUMENTO 9406197
TITULO OVALLE mantuvo encuentros con agentes de la DEA y func. de emb. de EEUU.
PROC. 150423
FECH. 09/3/94
VIN. 11856
507466
65890

Ovalle y la DEA

DOS ENCUENTROS MANTUVO el director de Zonas Francas, José Luis Ovalle, con agentes de la DEA y funcionarios de la embajada de Estados Unidos en Uruguay, con el objetivo de comenzar a definir eventuales entendimientos para combatir un tema de preocupación compartida: el narcotráfico.

Uno de los encuentros tuvo lugar antes de que la ONU difundiera el polémico documento sobre las zonas francas uruguayas. Ovalle dijo a *El Observador* que la idea es lograr acuerdos para lograr mayor control y evitar así que las zonas francas puedan ser utilizadas en este tipo de negocios ilegales. "Estados Unidos es el país de mayor consumo de droga y por eso entendemos que tienen el suficiente conocimiento como para colaborar con nosotros en este tema", explicó el jerarca.

Los funcionarios de la DEA escucharon atentamente las informaciones que proporcionó Ovalle, quien informó que los controles que realiza el Banco Central sobre el dinero que ingresa al sistema financiero tienden a impedir el lavado de dinero. ■

DOC PARTES ILEGIBLES.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9406197.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406198
TITULO Panamá y el desarrollo de la zona libre de colon.
PROCEDE 130483
FECHA 29/3/94
VINCULO 11856
66718

Panamá y el desarrollo de la zona libre de Colón

EL NOTABLE DESARROLLO que ha tenido la Zona Libre de Colón, en Panamá, es un claro ejemplo de lo que puede llegar a conseguirse con ideas modernas, de mercados abiertos, progresistas.

Países como Panamá, que tienen real interés en fomentar la utilización de su zona franca, que creen sinceramente que esta importante herramienta del Comercio Exterior es beneficiosa para los mejores intereses de sus habitantes, aplican políticas coherentes, que coinciden con las políticas de los demás países de esa región.

Panamá predica con el ejemplo, practica una política aperturista, no aplica una estrategia proteccionista, y fomenta así, en su área de influencia, la libertad de los mercados.

Sería muy difícil para Panamá promover la utilización de su zona franca, teniendo para dentro de sus fronteras una política proteccionista. Esto no sería coherente y le quitaría credibilidad al sistema. Las más de mil quinientas empresas de capitales extranjeros que están allí radicadas son muestra más que elocuente de cómo Panamá ha sabido granjearse la confianza de los inversionistas.

No fueron necesarios acuerdos con nombres grandilocuentes, ni pomposas declaraciones; sólo fue necesario ejecutar en los hechos lo que se dijo de palabra. Por algo será que la Zona Libre de Colón, Panamá, es la zona franca más grande del mundo. ■

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9406198.

Nº. DOCUMENTO 9406199
TITULO Z.F. COLONIA ya está en manos del GRUPO CONTINENTAL q' ganó la licitación
PROCEDEN. 150483
FECHA 29/3/94
VINC. 11856
50146

Prevén la instalación de un banco en territorio franco; Juncadella fue contratada para su vigilancia

Zona Franca Colonia ya está en manos del Grupo Continental; se espera fuerte empuje

Con presencia de autoridades nacionales y departamentales, el Estado traspasó el jueves 24 la Zona Franca Colonia al grupo que ganó la licitación internacional. Fin de una historia y comienzo de otra.

Veintidós hectáreas, 199 usuarios y 70 mil metros cuadrados construidos pasaron a ser administrados desde el pasado jueves 24 por una empresa privada que ganó la licitación internacional convocada por el Ministerio de Economía el año pasado.

Tras ganar el llamado, el Grupo Continental tuvo que llenar una serie de requisitos, algunos de los cuales tuvo que ver, por ejemplo, con los avales bancarios que se ofrecían. Al concluir esa fase el Estado tuvo que cumplir con otro elemento que estaba en el preacuerdo: entregar, en forma auditada, el inventario de todos los elementos que estaban en la zona franca (Ver *El Observador* del 15 de marzo). Esto concluyó la semana pasada e inmediatamente la Dirección de Zonas Francas procedió a la entrega de la zona. Ahora la Dirección de Zonas Francas solamente administra la Zona Franca de Nueva Palmira, que está recibiendo de parte del Estado una fuerte inversión para mejorar su infraestructura.

Red informática para mejorar los servicios

Tras la presentación de los nuevos administradores, el contador José Luis Ovalle —director de Zonas Francas— explicó las esperanzas que tenía el gobierno y señaló la necesidad de que la Zona Franca Colonia adquiere un fuerte protagonismo en la región.

En forma inmediata el Grupo Continental —integrado por el Grupo Praff, con capitales paraguayos y libaneses y el Grupo M & M, con capitales españoles y uruguayos— adoptó decisiones que todos entendían necesarias. En primer lugar ajustó una primera etapa de la red informática y organizó la presencia del Grupo Juncadella que con cinco funcionarios por turno vigilará durante las 24 horas toda la zona.

Una primera fase de los trabajos estará dirigida a satisfacer la demanda de limpieza, mejoras de cierta infraestructura básica y la vigilancia. Pero la tarea del Grupo Continental —según fuentes de la empresa consultadas por *El Observador*— no se detiene en esto. La intención es fomentar la instalación de industrias, al tiempo que se promocionará en el exterior las bondades de trabajar con la Zona Franca de Colonia. En este sentido se prevé una coordinación efectiva entre la empresa y la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay.

En declaraciones a la publicación La Colonia, Manuel Miyar —uno de los directores de la empresa— destacó que las condiciones contractuales de los usuarios no se variará. "Ellos tienen contratos firmados que serán respetados en su totalidad. Para ellos, este cambio, no insumirá nada", añadió. Otro de los empresarios, el doctor Amir Abou Saleh, señaló que "el grupo se propone incluir la informática en la administración. Hacerlos en forma global, brindando un servicio al usuario. Inclusive además, previendo la instalación de un banco dentro del predio".

Relanzamiento en el exterior

El empresario libanés señaló que es necesario "mantener una presencia de la zona franca en el exterior" y lograr competir en forma eficaz con Iquique. "Comenzaremos con contactos con delegaciones y embajadas de los países del Mercosur y conversaremos con los usuarios para establecer un bloque para tener una gran presencia y así vender nuestros productos", dijo Amir Abou Saleh. ■

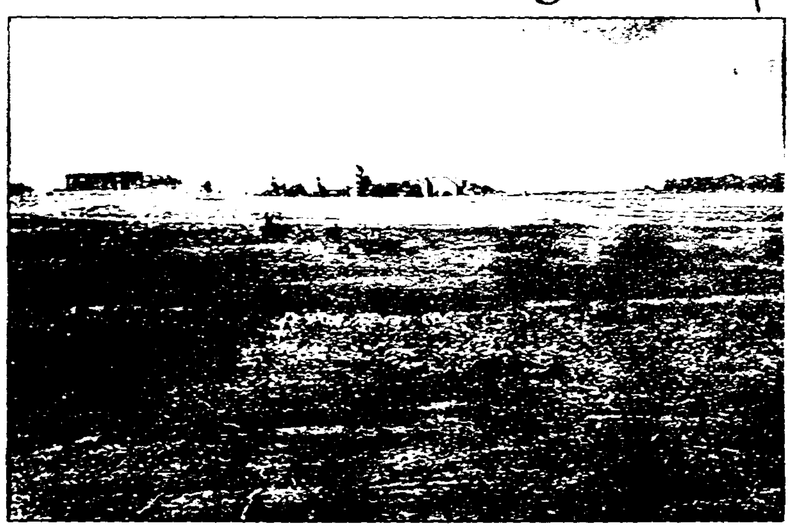
ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9406199

Nº. DOCUMENTO 9406200
TITULO Editoriales Trabajos de nivelación y cercado en Z.F. Río Negro.
PROCEDENCIA 150483
FECHA 29/3/94
VINCUL 11856
507466

Trabajos de nivelación y cercado en Zona Franca Río Negro



Un puente a la vista

Pronto la ZF Río Negro estará habilitada en un estratégico punto de Uruguay

CONTINÚAN LOS TRABAJOS de nivelación y cercado del predio de la Zona Franca de Río Negro adquirida por el Grupo Mega, compuesto por capitales de Hong Kong, Canadá y Uruguay. El predio —ubicado en la cabecera del puente Fray Bentos-Puerto Unzué— viene siendo trabajado, desmalezando casi la totalidad del área asignada al proyecto. Ya se colocaron los postes de hormigón que servirán para el cercado del mismo. Representantes de la Zona Franca de Río Negro dijeron a *El Observador* que se espera que los trabajos concluyan en la primera semana de abril. ■

ENTRADO
CRUZADO

91-01

9406200.

Nº. DOCUMENTO 9406201
TITULO Grupo español asumió x 20 años administración de Z.F. de COLONIA.
PROC 150023
FECHA 29/3/94
VI 11852
507466

Grupo español asumió por 20 años la administración de zona franca de Colonia

La República Entera
Ricardo Aranda
COLONIA

El jueves 24 de marzo la administración de la Zona Franca de Colonia pasó a manos del grupo continental, que ganó la licitación internacional el año pasado. Luis Loustou, vicepresidente de la Asociación Nacional de Zonas Francas, informó a **LA REPUBLICA** que en el correr de la semana pasada la Comisión Nacional de Hacienda terminó de auditar todas las empresas de ZFC y el jueves se procedió a la entrega formal de la administración al grupo empresarial. El dirigente del Batllismo Radical intentó dejar en claro que las zonas francas siguen siendo estatales y lo que se privatizó es el servicio de administración.

Durante 1993 los usuarios locales dirigidos por César Díaz y apoyados por los diputados Thelman Borges, Baltasar Prieto y Guillermo Stirling, dieron una dura batalla parlamentaria para impedir pasar a manos privadas un negocio que le reportaba al Estado más de 1.000.000 de dólares anuales con muy escasa inversión. En el departamento varias movilizaciones y la expresión de la Junta Departamental y el propio intendente doctor Mario Gayol favorables a la presencia del Estado en el área pusieron la polémica al rojo vivo.

CONCESION POR 20 AÑOS

No obstante, el proyecto del Poder Ejecutivo nacional siguió adelante y el jueves se plasmó en 20 años de concesión para el grupo empresarial español.

Para Luis Loustou —oriundo de Colonia— el Estado debe ocuparse de la salud, educación, seguridad, de la justicia, pero no de administrar una zona franca. "Siento que con esta decisión la sociedad va a ganar en su conjunto", expresó. El dirigente colorado restó trascendencia a la oposición que el hecho generó en vastos sectores de la sociedad coloniense e incluso recordó que la Asociación Nacional de Usuarios de Zonas Francas los ayudó en este objetivo. "Soy absolutamente optimista al respecto", afirmó por último Loustou.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Nº. DOCUMENTO 9406202
TITULO Abreu Negó vinculación de Z. F. uruguayas con narcotráfico
PROCEDE 150483
FECHA 31/3/94
VIA 11856
507466

Abreu negó ayer vinculación de zonas francas con narcotráfico

EL CANCILLER SERGIO Abreu negó ayer la posibilidad de que Uruguay, a través de sus zonas francas, esté vinculado al lavado de dólares provenientes del narcotráfico. "Nunca existe la seguridad de que puedan existir comentarios que nos quieran perjudicar intencionalmente" dijo Abreu a su regreso de Washington, en respuesta a un documento de las Naciones Unidades divulgado en el exterior que vincula a Uruguay con el narcotráfico a través de sus zonas francas. El director nacional de Zonas Francas, José Luis Ovalle, también negó cualquier vinculación del narcotráfico con Uruguay a través de las zonas francas. Ovalle solicitó hace unos días a la Cancillería uruguaya información sobre el documento de Naciones Unidas. ■

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9406202.

Nº. DOCUMENTO 9406203
TITULO Inf. de ONU de 1993 sobre tráfico de drogas.
PROCE 15024
FECH 1/3/94
VINCUL. 50884
30044
65201

EN SU INFORME DE 1993 ADVIERTE SOBRE LAS TRABAS QUE SOPORTA EL CONTROL INTERNACIONAL

La ONU dice que el tráfico de drogas crece por la corrupción de funcionarios

El informe anual de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes de la ONU, que se conoció ayer en Viena, asegura que el control internacional sobre la producción, tráfico y distribución de la droga se ve amenazado por la corrupción de funcionarios del Estado y de la Justicia de muchos países. El documento señala también que hay pruebas del aumento del consumo de drogas en todo el mundo y que queda mucho por hacer para evitar el blanqueo de capitales del narcotráfico.

VIENA (EFE). — **El control internacional sobre la producción, tráfico y distribución de la droga está amenazado por la corrupción de funcionarios del Estado y de la Justicia en muchos países**, advierte la ONU en el informe de 1993 de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE) que fue dado a conocer ayer en Viena —donde tiene la sede— y en otras capitales del mundo.

"La corrupción es un problema del que no se libra ninguna sociedad, independientemente de su nivel de desarrollo", indica el informe y señala que esta situación **"merma la eficacia del sistema de fiscalización internacional de drogas"**.

El documento de la JIFE afirma que **"hay pruebas concluyentes del aumento del uso indebido de estimulantes en todas las regiones del mundo"** y que todavía queda mucho por hacer para evitar el blanqueo de capitales procedentes del tráfico de drogas.

Los narcotraficantes mejoraron sus tácticas para blanquear dinero: "Buscan países y territorios **con bancos centrales débiles, prácticas de secreto bancario restrictivas y controles limitados de divisas extranjeras**", dice el informe.

En este tema, la JIFE destaca el caso de Uruguay, país donde todavía no se considera delito el blanqueo de capitales, y advierte que los narcotraficantes podrían aprovechar las deficiencias en el control de los puertos francos para llevar allí sus operaciones dado que son regiones con mínimos riesgos.

Sin embargo, el informe reconoce que ni siquiera en los países con leyes contra el blanqueo de capitales procedentes del narcotráfico desapareció esta actividad porque "es probable que esas leyes sean **ineficaces sin una modificación de las disposiciones relativas a los secretos bancarios, empresariales y oficiales**, con las garantías apropiadas".

Diferenciación sin sentido

Para la Junta, la diferenciación que se hace entre países consumidores, proveedores o de tránsito ya no tiene sentido porque **los consumidores se están convirtiendo en proveedores y viceversa, mientras que los de tránsito se convierten rápidamente en consumidores y pueden llegar a ser proveedores.**

"Ya tampoco resulta válida —señala el informe— la idea simplista de que la supresión de la producción ilícita de drogas en algunos «países proveedores» y la reducción de la demanda ilícita de drogas en los «países consumidores» llevará automáticamente a la solución del problema de la droga."

"Es necesario tener en cuenta que los esfuerzos de reducción de la demanda no pueden tener éxito sin una reducción sustancial de la oferta ilícita: si las drogas circulan y son fáciles de obtener, nuevos toxicómanos remplazarán rápidamente a los antiguos", agrega.

Sobre la situación general de Sudamérica, la JIFE reconoce que en varios países de la región **"la producción, fabricación, tráfico y uso ilícito de drogas son consecuencia y, al mismo tiempo, causa de problemas económicos y sociales fundamentales"**.

La Junta destaca a **Perú y Bolivia** como los principales productores de hoja de coca y que participan cada vez más, junto con **Brasil**, en la fabricación de cocaína, aunque **Colombia** sigue siendo el mayor abastecedor mundial de esa droga.

DOCUMENTO POCO LEGIBLE

ENTRADO

9406203

01-02

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCE... 15004
FECH... 1/3/94
VINCUL... 501889

El desmantelamiento del Ejército Sandinista impide el control de los narcotraficantes

ONU CRITICA LA SITUACION EN CENTROAMERICA

El tráfico de cocaína sigue siendo el mayor problema relacionado con las drogas en Centroamérica y el Caribe, donde el aumento del desempleo ha propiciado "un incremento de la delincuencia en gran parte relacionada con las drogas", asegura un informe de la ONU. En Nicaragua, tras el desmantelamiento de gran parte del Ejército Popular Sandinista y de las milicias populares, "se ha reducido la capacidad del Gobierno para ejercer una política de control de drogas efectiva". Esa es la conclusión a la que llegó la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes de la ONU, durante su misión al país centroamericano en julio de 1993 expuesta en el informe sobre el pasado año, que presenta públicamente en varias capitales europeas, entre ellas, Viena, donde tiene su sede. En los últimos años, "ha aumentado sobremanera en Nicaragua el tráfico ilícito de cocaína y el número de delitos relacionados con las drogas", algo que ha explicado el Gobierno de Managua por el proceso de transición que vive el país tras más de una década de dirección sandinista y guerra civil. Aunque la falta de recursos oficiales en Nicaragua ha agravado aún más la situación, en 1993 se estableció el Consejo Nacional de Drogas, órgano principal de planificación y coordinación de la política nacional, a lo que se suma la preparación de una nueva legislación sobre fiscalización de estupefacientes. De acuerdo con el estudio, en Guatemala ha [illegible] el cultivo de [illegible] [illegible] últimos cinco años, pero "parece que el consumo indebido de opiáceos se limita a casos aislados en algunos países de la región".

Costa Rica, por su parte, "se convierte cada vez más en un punto de tránsito de las rutas del tráfico ilícito de drogas que van del Sur al Norte del continente americano y a Europa", como demuestran las incautaciones efectuadas en este país.

En Costa Rica, se mantiene el cultivo ilícito de cannabis en zonas aisladas, "pese a los esfuerzos policiales de erradicación".

Esta droga es la de mayor consumo indebido en el país; en los últimos dos años éste se ha duplicado, mientras que el de cocaína se ha triplicado. A la Junta le preocupa la "evidente falta de coordinación entre los organismos del Gobierno costarricense encargados de controlar el comercio lícito e ilícito de estupefacientes, substancias psicotrópicas y precursores" -productos químicos necesarios para la elaboración de ciertas drogas. La situación geográfica estratégica de los países del Caribe "sirve a los propósitos de los narcotraficantes para transportar cantidades considerables de cannabis y cocaína a America del Norte y en menor medida a Europa", asevera el informe. En el Caribe, el uso indebido de "crack", droga de diseño derivada de la cocaína, "se ha hecho más frecuente".

DOCUMENTO POCO LEGIBLE -

9406203

N°. DOCUMENTO 9406204
TITULO ONU hará pagos a soldados q' participó de la Misión en CAMBOYA.
PR 15ex95
FE 5/3/94
VI 501809
507606.
507466

ONU hará pagos a los soldados

LM. 5/3

LA MAÑANA, pudo confirmar que próximamente (aún no se ha fijado fecha), la Organización de Naciones Unidas entregará la partida que resta para el pago adeudado al contingente que participó de la Misión de Paz en Camboya.

Voceros militares a nuestro matutino que si bien no se ha confirmado una fecha para la paga correspondiente por parte del organismo internacional, al Ejército Nacional para cumplir con los compromisos contraídos con los integrantes de la Misión, se ha anunciado que la cifra que se sitúa alrededor del millón de dólares habrá de hacerse efectiva.

También indicaron las fuentes que los adeudos serán soldados a nivel de todos los escalafones, sin distinción de éstos, versión que había sido distorsionada, según nos destacaron las fuentes, al confirmar el anuncio de Naciones Unidas; de la entrega de la partida mencionada.

De esta forma se habrá dado por culminado con las diferencias que habían surgido en algunos ámbitos, respecto al cumplimiento del pago correspondiente a cada uno de los integrantes de la referida Misión de Paz.

ENTRADO
CRUZ

9406204

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406205
TITULO Com. de DDHH de ONU condena al antisemitismo.
PROCEDENCIA 15a. 90
FECHA 10/3/94
VINCULO 501894 / 11245

COMISION DE DERECHOS HUMANOS

Formal condena de la ONU al antisemitismo

GINEBRA, 9 (Reuter y EFE). — La **Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas** se convirtió hoy en el primer organismo de la **ONU** que emite una formal condena al antisemitismo, en un dictamen que activistas judíos calificaron como **"el golpe final asestado contra Adolf Hitler"**.

Los 53 miembros de la Comisión —en la que no participa **Israel**— incluyeron la condena en una extensa resolución que fustiga también toda forma de racismo.

El dictamen fue aprobado luego de semanas de disputas entre los **Estados Unidos** (principal aliado de Israel) y **Siria**, representante de los países árabes de línea dura.

En su redacción definitiva, la resolución, propiciada por **Turquía**, condena no sólo al antisemitismo sino también las discriminaciones contra negros, árabes, musulmanes y la **"negrofobia"** (el odio a los negros) en general.

"Esta es una victoria histórica en una batalla que se viene librando desde hace 2.500 años", dijo **Morris Abram**, un ex embajador norteamericano ante la comisión y titular de la organización no gubernamental **United Nations Watch**.

Abram, abogado judío y activista por los derechos humanos, había propuesto infructuosamente en 1975 una resolución similar en nombre de los Estados Unidos.

"Para nosotros, esto es el golpe final contra Adolf Hitler", afirmó Abram, quien también se desempeñó como abogado en el juicio de **Nuremberg** contra los criminales de guerra nazis.

En los 50 años que pasaron desde que seis millones de judíos fueron exterminados por los nazis durante la Segunda Guerra Mundial, la ONU jamás había definido al antisemitismo, o a discriminaciones antijudías, como un mal.

Pero la comisión sí aprobó, en ese tiempo, varias resoluciones contrarias a las acciones de Israel en los territorios que ocupó en 1967: la **franja de Gaza**, **Cisjordania**, las **alturas del Golan** y la **península del Sinaí** (devuelta a **Egipto** en 1979).

Una resolución de la Asamblea General que en 1975 equiparó al sionismo con el racismo y que motivó la indignada protesta de todas las organizaciones judías, fue anulada recién en 1991.

La Comisión decidió, el mes pasado, aceptar los tramos de esa resolución que expresan preocupación por el hecho de que el racismo y el antisemitismo siguen teniendo vigencia, aunque "continuamente adoptan nuevas formas", según afirmó.

Delegados de diversos países ante el organismo dijeron que Turquía actuó de mediadora en las casi dos semanas de negociaciones, durante las cuales discutieron acaloradamente los representantes de los Estados Unidos y Siria.

ENTRADO
CRUZADO

9406205

01-02

La UN dictó una histórica condena del antisemitismo

Beneplácito: el pronunciamiento de la organización internacional fue calificado por activistas judíos como "el golpe final asestado a Adolfo Hitler".

GINEBRA, 9 (Reuter).- La Comisión de Derechos Humanos de la UN se convirtió hoy en el primer organismo de las Naciones Unidas que expide una formal condena del antisemitismo, en un dictamen que activistas judíos calificaron como "el golpe final asestado a Adolf Hitler".

Hasta el presente, dicha comisión se había concentrado en denunciar violaciones de derechos humanos practicadas por Israel.

Ha aprobado resoluciones, todos los años, contrarias a acciones de Israel en territorios palestinos ocupados.

Los 53 miembros de la comisión -de la que Israel no es integrante- incluyeron la condena en una extensa resolución, que fustiga toda forma de racismo, concretada al cabo de semanas de disputas entre bastidores en que los Estados Unidos se enfrentaron con Siria.

Propiciada por Turquía

En su redacción definitiva, la resolución, propiciada por Turquía, condena no sólo el antisemitismo sino también las discriminaciones contra negros, árabes, musulmanes, y la "negrofobia" (odio a los negros).

"Esta es una victoria histórica en una batalla que se viene librando desde hace 2500 años", dijo el ex embajador norteamericano Morris Abram, un abogado judío activista en derechos humanos, quien había propuesto infructuosamente en 1975 una similar resolución en nombre de los Estados Unidos.

"Para nosotros, esto es el golpe final contra Adolf Hitler", agregó Abram, quien se desempeñó como abogado en los juicios de Nuremberg contra criminales de guerra nazis.

Durante el transcurso de los 50 años que se sucedieron desde el holocausto nazi de la Segunda Guerra Mundial, el organismo mundial jamás definió el antisemitismo o las discriminaciones antijudías como un mal.

La resolución de la Asamblea General que en 1975 equiparó sionismo con racismo, particularmente indignante para los judíos, fue anulada sólo en 1991.

La comisión decidió el mes último aceptar tramos de la resolución que expresan preocupación por el hecho de que el racismo y el anti semitismo siguen persistiendo, y "continuamente adoptan nuevas formas".

Antagonismos

Delegados ante el cónclave dijeron que Turquía actuó de mediadora durante más de dos semanas de negociaciones entre bambalinas en las que estuvieron antagonizados los Estados Unidos -principal aliado de Israel en la comisión- y países árabes de línea dura tales como Siria.

Bajo una fórmula de compromiso propuesta por los turcos se solicitó al encargado de racismo en la comisión que indague no sólo antisemitismo sino también discriminaciones contra "negros, árabes y musulmanes". Nigeria impulsó una enmienda pidiendo al investigador de la comisión -que deberá rendir informe sobre racismo ante la 51 asamblea anual que se celebrará el año próximo- que examine también "negrofobia".

Críticas renovadas

GINEBRA, 9 (AP).- La Comisión de Derechos Humanos de la UN renovó hoy sus críticas por los abusos y la supresión de las libertades políticas y civiles en Cuba.

La Comisión, integrada por 53 países, demandó que el gobierno de Fidel Castro "ponga fin a todas las violaciones de los derechos humanos, incluso especialmente a la detención y encarcelamiento de defensores de los derechos humanos y de otros enfrascados en el ejercicio pacífico de sus derechos".

Cuba dijo que "no tomaría en consideración" la resolución.

La comisión votó en favor de renovar el mandato del veedor especial Carl Johan-Groth por otro año. En su último informe, el diplomático sueco dijo que decenas de personas fueron encarceladas en condiciones pasmosas por acusaciones sin fundamento, pero criticó también el bloqueo económico de Estados Unidos por obstaculizar las reformas políticas y económicas de Castro.

La Habana prohibió la entrada de Groth en Cuba. La propuesta auspiciada por Estados Unidos fue aprobada por 24 votos en favor y nueve en contra.

Rusia y otros antiguos países comunistas se unieron a Occidente en criticar a su antiguo aliado.

Defensa y abstenciones

China, Libia, la India y Sudán votaron en defensa de Cuba. Hubo 20 abstenciones, incluso Brasil, Colombia, México, Perú y los países africanos.

"El gobierno de Cuba continúa negando a su pueblo los derechos fundamentales, incluso el de libertad de asociación, de asamblea, de expresión, de religión y de una prensa libre", dijo la jefa de la delegación norteamericana, Geraldine Ferraro.

"La vida en Cuba está dominada por el poder del gobierno en cada nivel de la sociedad, incluso en la policía secreta y en las organizaciones del partido".

Ferraro dijo que en el último incidente hace algunos días, Sebastián Arcos, uno de los más respetados activistas en defensa de los derechos humanos en Cuba, fue fuertemente golpeado en la cárcel y no ha sido visto desde entonces.

El delegado cubano, José Pertez Novoa, calificó la resolución de "manipulación inmoral de las cuestiones de derechos humanos".

Pertez Novoa acusó a Estados Unidos de dejar que los cubanos "perezcan de hambre" a través del bloqueo económico, al tiempo que lanzan "acusaciones infundadas" contra el gobierno cubano.

Cuba figura en una corta lista de países que tienen, según la comisión, los peores antecedentes en el campo de los derechos humanos. Otros son Birmania, Irak, Irán y Sudán.

9406205.

Nº. DOCUMENTO 9406206
TITULO Datos sobre BOUTROS GHALI
PROCEDENCIA 150024
FECHA 13/3/94
VINCULADO 501884

CLARIN 13-3-94.

Le dicen "El faraón"

NUEVA YORK (Enviada especial). — En el edificio de las Naciones Unidas le dicen **"El faraón"**, por su origen egipcio y por el estilo firme con que dirige —desde 1991 y por cinco años— el máximo organismo internacional.

Ese estilo y su costumbre de hablar directamente con los jefes de Estado, saltando por sobre instancias intermedias, le han hecho ganar más enemigos de los que conviene tener.

Boutros Ghali fue viceprimer ministro y canciller de su país, y participó directamente de los históricos acuerdos de Camp David, con Israel, en 1977.

Ghali tiene fama de hombre muy culto e inteligente y agradable en el trato. Con esa misma elegancia se manejaron sus asesores cuando, en los preparativos de la visita a la Argentina, le hicieron saber que el presidente **Carlos Menem** quería compartir con Ghali una sesión de pesca. Los funcionarios de la ONU dijeron que a su jefe le encantaría ir de pesca, pero que nunca lo había hecho en su vida. La invitación, entonces, se cambió por un paseo en el Delta, que se hará el martes en el barco de **Mario Falak**, amigo de Menem y dueño del hotel Alvear.

FICHA

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9406206.

01-01

Nº DOCUMENTO 9406207
TITULO Rusia solicitó reunión del Cons de Seg para condenar matanza de Hebrón
PRO 50518
FE 13/3/94
VI 501889
12574
507294
507293

Hebrón en la ONU

Rusia solicitó ayer una reunión de urgencia del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para votar un proyecto de resolución en el que se condena la matanza de Hebrón, cometida el pasado 25 de febrero, y propicia la protección internacional de los palestinos de los territorios ocupados por Israel.

Según los informes difundidos por fuentes diplomáticas, la reunión fue convocada para la noche de ayer, pero se daba por sentado que habría atrasos. Estados Unidos juzgó prematura la demanda, presentada en una reunión de atmósfera tensa, y amenazó con oponer su veto si Rusia pretende presentarlo a toda costa durante la noche del sábado al domingo, refirieron fuentes de la ONU.

La iniciativa rusa se produce al día siguiente de la visita a Túnez del canciller ruso Andrei Kozirev, quien anunció la buena disposición del líder de la OLP Yasser Arafat a reanudar el diálogo con Israel.

ENTRADO ✓
CRUZ ✓

9406207.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406208
TITULO ONU posterga resolución de condena sobre masacre
PROC. Fortín
FE 15/3/94
VINCUL. 5012 89
507603
12579
11078

Intensas Negociaciones Sobre el Texto

ONU POSTERGA NUEVAMENTE RESOLUCION DE CONDENA SOBRE MASACRE DE HEBRON

NUEVA YORK, 14 (ANSA).– El Consejo de Seguridad postergó hoy, in extremis, una reunión en la que debía analizar una resolución de condena de la ONU por la masacre de palestinos en la mezquita de Hebrón, el 25 de febrero.

El texto de la resolución fue ya objeto de intensas negociaciones a lo largo de las últimas semanas, particularmente entre Estados Unidos y la Organización para la Liberación de Palestina, tanto en el marco de la ONU como entre Washington, Moscú y el cuartel general de Yasser Arafat, en Túnez.

Según observadores locales, habría ya un acuerdo de máxima respecto al texto y sobre los procedimientos que permitirían a Estados Unidos abstenerse de emitir un pronunciamiento sobre los párrafos en los que existe controversia.

Los norteamericanos insisten todavía para que una rápida aprobación de la resolución sea seguida por el retorno de los palestinos a la mesa de negociaciones con Israel, abandonada después de la masacre que costó más de 50 víctimas.

"La resolución no es una entidad aislada. Forma parte de un proceso para una pronta reanudación de las negociaciones", dijo un alto funcionario de los Estados Unidos que pidió el anonimato.

La OLP, por su parte, se mantiene en una posición rígida. Antes de retornar a las negociaciones con Israel desea que se apruebe un párrafo clave en la resolución, disponiendo "una presencia temporal extranjera o internacional" para garantizar la seguridad de los palestinos que residen en los territorios ocupados.

Para complicar la ya difícil tarea de los negociadores norteamericanos se sumó ayer un pronunciamiento de la comunidad judía en Estados Unidos, que criticó a la administración Clinton por las "demasiadas" concesiones hechas a Arafat.

La comunidad judía está particularmente irritada por un párrafo de la Resolución que hace referencia a Jerusalén como parte de los territorios ocupados por Israel.

Durante su campaña electoral, Clinton, había asegurado a sus seguidores de origen judío que el estatuto jurídico actual de Jerusalén es intocable. En coherencia con esa posición, hasta ahora, Estados Unidos se había negado a aceptar que se mencione a la Ciudad Santa en documento alguno de la ONU.

Esta vez, sin embargo, en el intento de aproximarse a la OLP, los diplomáticos norteamericanos habrían aceptado un compromiso: habrían dado luz verde a la inclusión de Jerusalén en el texto de la Resolución, a condición de que el párrafo pueda ser votado por separado. De ese modo, los delegados de Estados Unidos podrían abstenerse.

Los republicanos norteamericanos –asumiéndose como portavoces de la comunidad judía de su país– solicitaron al presidente Clinton que niegue el voto a una resolución de condena de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) sobre la masacre de Hebrón.

La piedra del escándalo es el párrafo donde se hace referencia a Jerusalén como parte de los territorios ocupados. "El Consejo de Seguridad no tiene ningún derecho de tomar una posición sobre Jerusalén, desde el momento en que el status de Jersualén es objeto de negociaciones directas entre Israel y la OLP", proclamó el número dos de los republicanos en el Parlamento, Newt Gingrich.

Gingrich agregó que Clinton "asumió la misma posición durante su campaña electoral".

Hasta ahora, Estados Unidos se negó a votar documentos de la ONU en los que se menciona a Jerusalén.

Sin embargo, esta vez, en su intención de cuidar sus relaciones con la OLP, los diplomáticos norteamericanos habrían aceptado el compromiso de dar luz verde a la inclusión de Jerusalén en el texto, con la condición de que el párrafo pueda ser votado separadamente. De esta manera, Estados Unidos podría abstenerse.

9406208.

Nº DOCUMENTO 9406209
TITULO Entrevista al Sec. Gral de las Naciones Unidas (ONU)
PROCEDE 150025
FECHA 17/3/94
VINCULO 66960

Entrevista con el secretario general de las Naciones Unidas

Boutros Ghali: el gran problema

Por Germán Sopeña


Boutros Ghali, un optimista moderado

Es unas Naciones Unidas por sí mismo

Arabe pero de religión cristiana (copto); casado con una mujer judía; educado en su Egipto natal pero también en Francia; parlamentario en su país y luego funcionario internacional; políglota ("Aunque llegué tarde para aprender bien el castellano"); consciente de las necesidades económicas que condicionan siempre los objetivos más ideales; defensor del acuerdo negociado para superar las tragedias que desencadenan los nacionalismos a ultranza, a los que define como el gran problema de este tiempo para la comunidad internacional.

Boutros Boutros Ghali (lleva también como nombre su apellido materno) es, además, un moderado optimista.

Conserva la esperanza de un organismo supranacional que permita progresos para la humanidad en su conjunto. No está cansado de la idea original que dio nacimiento a la UN. Y elige mantener los pies en la tierra con un reclamo permanente: se necesitan más fondos para que esto funcione. Así respondió desde el comienzo, casi provocativamente, durante el diálogo que mantuvo ayer con LA NACION en el cual precisó conceptos como los siguientes:

- La Argentina aumentará su presencia en la política internacional por medio de las Naciones Unidas, según se lo confirmó el presidente Carlos Menem.
- El gran problema cotidiano de las Naciones Unidas es su dificultad para conseguir el financiamiento necesario.
- La intervención de fuerzas multilaterales en Irak fue un éxito porque impidió una anexión que Boutros Ghali comparó con la de Austria por Alemania durante el nazismo.
- Aunque se fracase algunas veces, hay que intervenir en situaciones de conflicto con la paciencia necesaria para un proceso que puede llevar muchos años, como en el Medio Oriente.

Las prioridades, hoy

-¿Cuál es su lista de prioridades entre las preocupaciones actuales de las Naciones Unidas?

-Mi preocupación principal actual no es la guerra, ni la pobreza, ni el auge de los diversos fundamentalismos. Mi preocupación es el financiamiento de las Naciones Unidas. Porque, sin dinero, las Naciones Unidas no podrá tener ningún éxito en tratar de combatir esos problemas. En este momento no recibimos las contribuciones comprometidas por cada nación y eso es una grave distorsión para nuestra tarea cotidiana. Puede ser que los países no nos presten atención, o que la opinión pública mundial no se interese o que, como pasa en las familias, nadie quiera asumir el papel de decir que no alcanza el dinero. Pero alguien lo tiene que hacer.

-¿No teme que lo consideren un simple administrador?

-No me molesta. Alguien tiene que hacerlo.

-¿No serán demasiado costosos los objetivos que se propone la UN?

-No. ¿Cuánto se gasta para la limpieza de Buenos Aires? Seguramente, millones de dólares por día. Es una cuestión de mentalidad sobre las prioridades. Y la contribución para las Naciones Unidas sigue sin ser una prioridad para las naciones.

-¿No suena extraño, de todos modos, que una entidad como las Naciones Unidas aparezca preocupada, en primer lugar, por la supervivencia más que por sus grandes objetivos iniciales?

-No es así. Una cosa es mi preocupación personal como secretario general de la UN. Otra son las prioridades de la institución que siguen siendo las de siempre: mantener la paz, tratar de superar los conflictos que crea el auge del nacionalismo o el fundamentalismo, contribuir al desarrollo, ayudar a combatir la pobreza. Y, lamentablemente, hay una distorsión de la prensa que refleja siempre los casos de fracasos y muy poco lo que se hace con éxito.

Nacionalismos extremos

-¿Cuál es el riesgo de la resurrección de los nacionalismos en el mundo de la pos Guerra Fría?

-Hay una suerte de nacionalismo extremo que se ha desarrollado desde el final de la Guerra Fría, en gran parte porque desapareció la figura de un gran enemigo común, fuera el que fuera. Y creo, también, que el nacionalismo ha resurgido como una salida natural ante el temor que produce la globalización. Ante la idea de una aldea global, el hombre busca refugio en la idea nacional. O en sus convicciones religiosas, como en los casos de fundamentalismo en Irán, en Argelia, en la India.

-¿Estamos ante una oleada nacionalista de largo plazo?

-Es difícil de asegurar. Es como si hubiéramos preguntado en los años 70 si el comunismo era una tendencia de largo plazo. ¿Quién hubiera previsto lo que pasó en la década siguiente? Mi sensación depende del éxito que puedan tener los distintos gobiernos en controlar las eventuales situaciones de extremismo que se pro-

9406209.

es el nacionalismo extremo

duzcan. Si un país tiene éxito en controlar los peligros del nacionalismo extremo, otros países vecinos pueden verse influidos. Pero si hay un fracaso, quizá nos encontremos ante una ola de largo plazo. Es temprano aún para una conclusión.

–¿Qué balance ha hecho las Naciones Unidas de la intervención multitaleral en Irak cuando la Guerra del Golfo?

–El balance ha sido positivo porque fue la única manera de hacer evidente que ningún país puede ya practicar la política del Anschluss (anexión) que hizo Hitler con Austria en 1939 o Italia con Etiopía en los años 30. El hecho de haber restablecido la independencia de Kuwait lo más rápido posible ha sido una lección importante para todos los miembros de la comunidad internacional.

La Argentina acepta

–¿Qué espera de la Argentina en su participación en las Naciones Unidas?

–Yo espero que aumente su papel en la comunidad internacional. Si queremos realmente una democratización de la comunidad internacional, precisamos que países como la Argentina o Brasil aumenten su participación en las Naciones Unidas. América latina es una región que aportó grandes innovacioneas en la comunidad internacional, mucho antes que la UN existiera. Yo creo que América latina subestima un poco lo que ha aportado al derecho internacional.

–¿Por qué cree que se ha subestimado ese papel?

–Porque estuvieron muchos años concentrados en problemas internos.

–¿Qué le pidió al presidente Menem en esta visita para que la Argentina aumente su participación internacional?

–Simplemente eso: que aumente su presencia internacional. No le pedí nada específico. Sólo le pedí que preste mayor atención y mayor apoyo a las Naciones Unidas. Y Menem aceptó, como ya lo hizo en años recientes con grandes contribuciones. Ha sido una gran contribución participar en misiones de paz, ha sido otra gran contribución designar al señor Dante Caputo para buscar una solución en Haití, es otro aporte colaborar en el entrenamiento de las fuerzas de la UN, ha presentado una propuesta de un cuerpo especial, los cascos blancos, que estudiamos con atención, ha sido el primero en aceptar participar en una gran conferencia internacional el año que viene en Copenhague. Eso es lo que pedimos.

Después de la Guerra Fría

–¿Cuál ha sido el cambio sustancial de las relaciones internacionales tras el fin de la Guerra Fría?

–Lo más importante es que las dos grandes potencias, por distintas razones, han decidido usar las posibilidades de las Naciones Unidas. Le doy un simple ejemplo: si por alguna razón es necesario enviar tropas a Mozambique, es difícil que la opinión pública de un país apruebe esa decisión. Pero es muy distinto si se envían tropas de las Naciones Unidas, que es el único foro conocido, hasta ahora, para tratar de resolver problemas internacionales que cada vez son más interdependientes. El problema es que durante la Guerra Fría se aceptaba gastar millones de dólares por día en equipamiento militar; después de la Guerra Fría, en cambio, nadie acepta gastar un millón por año en tareas de paz. Esa es la gran distorsión que tratamos de combatir.

–¿Es un fracaso la intervención de las Naciones Unidas en la ex Yugoslavia?

–Tres respuestas a esa pregunta. La primera es que toda intervención corre el riesgo del fracaso, pero a veces hay que intentarlo igual. Es como el hombre que debe internarse en un hospital y a lo mejor muere, pero tenía que probar esa alternativa. Segundo: hemos perdido la noción de la paciencia. Estamos siempre apurados por resultados inmediatos. La solución de un problema internacional puede tomar años y no podemos cansarnos. Tercero: es cierto que hay un conflicto muy grave en Bosnia, pero también es cierto que la intervención de fuerzas de la UN ha tenido éxito en mantener la paz en Macedonia, en la frontera entre Serbia y Croacia, en distribuir asistencia a dos millones de personas y a miles de refugiados. Y lo más importante: hemos tenido éxito en evitar que la guerra en el interior de la ex Yugoslavia se traslade, por contagio, a otros países de la región. También hay que medir eso para hacer el verdadero balance de la acción de las Naciones Unidas.

–En su impresión personal, ¿es más factible hoy un proceso de paz entre Israel y la OLP que entre las etnias opuestas en Yugoslavia?

–Yo recuerdo todavía, como egipcio, cuando fuimos en noviembre de 1977 a Jerusalén para iniciar el proceso de paz. Estamos en 1994 y aún trabajamos en ese sentido. Yugoslavia, en cambio, apenas está en el comienzo de un proceso. Quizá la guerra en Yugoslavia tiene hoy más impacto en Europa porque es un problema más cercano. Pero no conviene comparar un conflicto con otro sino tratar de actuar en forma permanente para encontrar una solución.

–¿Cree que hubo una gran esperanza, acaso utópica, en la creación de las Naciones Unidas al finalizar la Segunda Guerra Mundial y que hoy predomina, en cambio, cierta sensación de escepticismo sobre lo que puede obtener realmente la UN como organismo internacional?

–Hubo una gran crisis de credibilidad durante la Guerra Fría, que siguió a una gran credibilidad inicial. Pero hoy hemos llegado a una conclusión según la cual sabemos que la UN no puede solucionar cada problema del mundo pero que sigue siendo la única institución que puede enfrentar con éxito la aparición de un problema tan grave como el del nacionalismo extremista.

Y ése es el gran problema que enfrentamos hoy en día.

(c) La Nación

9406209.
02-02

Nº. DOCUMENTO 9406210
TITULO Visita de Boutros Ghali a Argentina.
PROC. 150025
FECHA 1/3/93
VINCUL. 501889
66960

La visita de Boutros Ghali

DURANTE tres días, el secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, consideró con el gobierno nacional cuestiones relativas a las relaciones de la Argentina con el organismo, que adquieren particular trascendencia por el hecho de que una de las líneas definitorias de la política exterior de nuestro país en los últimos años es, precisamente, la determinación de asumir un papel activo en la ejecución de las decisiones que la comunidad internacional confía a la acción de la UN.

Esta circunstancia –expresamente señalada aquí por el visitante en sus declaraciones públicas– llevará a nuestro país, muy probablemente, a enviar un nuevo contingente militar a la desmembrada Yugoslavia, con la específica misión de operar en Bosnia, teatro de los más graves enfrentamientos. Boutros Ghali se ha referido, al respecto, a un "pedido, en el que queda a la decisión del gobierno que acuerda remitir efectivos determinar dónde se estacionarán"; pero tanto el presidente Menem como el canciller, Guido Di Tella, anticiparon que, en efecto, la intención oficial es que las tropas argentinas acudan a esa zona de agudo conflicto.

Otras misiones argentinas de *cascos azules* se hallan, también bajo la bandera de la UN, en distintos lugares del mundo, y está en danza, a la vez, una propuesta formulada por el gobierno nacional –la de los *cascos blancos*– recibida en su momento con beneplácito por el secretario general de la UN, que tuvo ocasión de exponer personalmente ahora, al gobierno de Menem, su satisfacción por la iniciativa. La idea consiste, como es sabido, en crear cuerpos no militarizados para atender emergencias en áreas de extrema hambruna.

La necesidad de llevar adelante programas de auxilio solidarios –ciertamente imprescindibles en no pocos lugares del mundo– son muchas, y sería de desear que la comunidad de naciones adopte una posición firme y humanitaria en ese sentido. El claro apoyo a la idea, sin embargo, no impidió al distinguido visitante requerir mayores precisiones para dar forma práctica al proyecto. En esta columna se sostuvo, cuando la idea fue lanzada por el Presidente, que sería necesario coordinarla con algunas definiciones básicas respecto del comercio internacional de alimentos.

Es menester, entretanto, tener presente que no todo es cuestión de buena voluntad: esas misiones –las actuales, de carácter militar, y las propuestas que podrían desempeñar cuerpos civiles– cuestan dinero y, por el momento, su costo recae, en buena medida, sobre los países que proporcionan el personal. Boutros Ghali ha dicho que las Naciones Unidas –cuya honda crisis presupuestaria es conocida– deben dinero a la Argentina, en alusión, precisamente, a las sumas prometidas para el pago de las misiones militares efectuadas, y nuestro país adeuda a la UN, por su parte, aportes atrasados, lo que reclamaría algún mecanismo de compensación. Aunque tangencial, el tema merece atenta consideración, y tanto más si, como todo lo hace suponer, la Argentina intensificará su participación en las actividades y funciones de las Naciones Unidas: elementales razones administrativas y diplomáticas aconsejan prudencia en esta materia, para evitar consecuencias indeseables, inclusive para la confiabilidad que debe acompañar estas acciones.

La visita de Boutros Ghali ha permitido al gobierno argentino ratificar la decisión de mantener la alineación del país detrás de los objetivos de la comunidad internacional, y de obrar en consecuencia, dejando atrás el pertinaz aislamiento de otros tiempos, que sólo trajo atraso y desprestigio a la República.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9406210.

Nº. DOCUMENTO 9406911

TITULO ONU condena masacre de Hebrón

PROC... 150023

FE 19/3/94

VINCUL... 504889
507603

En tres días, la OLP e Israel reanudarán las tratativas de paz

La ONU condenó la masacre de Hebrón

*** *Siria, Jordania y Líbano anunciaron también el reinicio de las negociaciones con Israel***

El Consejo de Seguridad aprobó ayer una firme condena por la masacre de palestinos que oraban en una mezquita de Hebrón, causada por un colono israelí el 25 de febrero. El Consejo autorizó, asimismo, el envío de una fuerza de paz internacional provisoria para asegurar la protección de los habitantes de los territorios ocupados por los israelíes.

Washington (ANSA)

■ Poco después de conocerse la decisión del Consejo de Seguridad, Siria, Jordania y El Líbano anunciaron que reanudarán las negociaciones de paz con Israel.

La resolución de condena fue adoptada por unanimidad con los 15 votos de los integrantes del Consejo de Seguridad, después que Estados Unidos se abstuvo de votar en dos párrafos, comprendido aquel que incluía a Jerusalén entre los territorios ocupados por Israel.

La resolución , que lleva el número 904, dice, en su parte medular, textualmente : (La ONU) "1. Condena con fuerza la masacre de Hebrón y sus repercusiones, que costaron la vida a más de 50 civiles palestins y heridas a centenares. 2. Pide a Israel, potencia ocupante, continuar adoptando y aplicando medidas, incluídas, entre otras, la confiscación de armas, con el objeto de prevenir actos ilegales de violencia por parte de los colonos israelíes. 3. Pide que sean adoptadas medidas para garantizar la seguridad y la protección de los civiles palestinos en todo ei territorio ocupado, incluido, entre otras, una presencia tempral internacional o extranjera, que estaba prevista en la declaración de principios, en el contexto del proceso de paz en curso."La adopción de la resolución después de tres semanas de nerviosas consultas, reabre el camino a las negociaciones de paz entre los palestinos de la OLP y los israelíes para el cumplimiento de los acuerdos firmados entre las dos partes en setiembre pasado en Washington, en vista de una limitada autonomía palestina.

La resolución no indica cuál será la fuerza internacional, pero seguramente no será un contingente armado por la ONU, como pidió la OLP, por cuanto para ello sería necesario el consentimiento de Israel. La decisión de los gobiernos de Siria, Jordania y El Líbano de reiniciar sus conversaciones de paz con Israel fue conocida en Washington a través de la embajadora estadounidense ante la ONU Madeleine Albright.

La embajadora dijo que también Israel y la OLP decidieron reanudar las tratativas de paz a nivel de altos funcionarios.

Anoche se informó que, tras una conversación telefónica, el premier israelí Yitzhak Shamir y el presidente de la OLP, Yasser Arafat, decidieron mantener un encuentro a alto nivel entre las dos partes dentro de tres días .

La resolución fue objeto de intensas negociaciones en las últimas semanas en particular entre Estados Unidos y la OLP, tanto en la ONU como en Washington, Moscú o el cuartel general de la organización de Yasser Arafat en Túnez.



Yasser Arafat, el líder de la OLP, quién había condicionado la reanudación del diálogo a la condena de la ONU anunciada hoy.

C1-C1

9406211.

Nº DOCUMENTO 9406212
TITULO GHALI y fuerzas de paz de ONU.
PROCE... [illegible]
FE... 30/3/94
VINCUL... 501880

Boutros Boutros Ghali y las Fuerzas de Paz de ONU

EN LOS BALCANES

SANTIAGO.— Boutros Boutros-Ghali considera que Naciones Unidas tuvo éxito en varios aspectos de la guerra que desangra a la región de los Balcanes, aunque precisa que fracasó en el drama de la ciudad de Sarajevo y en lograr un plan para Bosnia Herzegovina. Estos son los conceptos que expuso:

—Desde que estableció la Agenda para la Paz, los cascos azules han sido despachados a tres lugares conflictivos: Yugoslavia, Somalia y Camboya. Usted ha insistido en que las organizaciones regionales deberían tener un papel destacado en la solución de los conflictos. En vista de las operaciones en Yugoslavia con la Unión Europea, y en Haití con la OEA, ¿cuál es el balance?

—La importancia de las organizaciones regionales es en primer término que le den apoyo político a las operaciones de ONU. Si yo voy a los países miembros y digo que necesito dinero para una operación en Burundi, me van a decir que si a los países africanos no les interesa, por qué les va a importar a ellos. Pero si digo que la Organización de Unidad Africana, OUA, está ahí, eso facilitaría el envío de ayuda. La segunda ventaja es que se puede contar con un grupo de países amigos. Eso pasa, por ejemplo, en Salvador y en Haití.

Están en cierta medida contribuyendo a la democratización de Naciones Unidas porque las decisiones no las toman sólo los 15 miembros del Consejo de Seguridad sino éste ampliado. Cuando enviamos a Dante Caputo a Haití, él no sólo representa a la ONU sino también a la OEA.

—¿Enviaría cascos azules al Medio Oriente tras los acontecimientos de Hebrón?

—Envié una carta al Primer Ministro de Israel diciendo que estamos listos para contribuir con la presencia de ONU en Hebrón y Gaza, pero no podemos enviar fuerzas sin el consentimiento tanto de Israel como de los palestinos. Todavía no recibo una respuesta.

■ PANTANO YUGOSLAVO

—¿No teme que en el caso de Yugoslavia la ONU quede empantanada y no pueda solucionar el problema para el cual fueron enviadas las tropas?

—Eso es una simplificación. En Yugoslavia hemos tenido éxito, primero, en mantener la paz en Macedonia, donde tenemos tropas por primera vez en operaciones de diplomacia preventiva. Segundo, hemos controlado el cese del fuego entre Croacia y Serbia, tercero: hemos podido proveer miles y miles de toneladas de ayuda y asistencia a Sarajevo; cuarto: hemos podido proteger a dos millones de refugiados; quinto: hemos podido evitar la internacionalización del conflicto. Todos esos son elementos positivos. No hemos tenido éxito en Sarajevo ni en los distintos planes para la solución de Bosnia-Herzegovina. Hay que aceptar una regla muy importante: no se puede siempre tener éxito.

—¿Tiene esperanzas entonces de resolver el problema en Yugoslavia?

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9406212.

01-02

SE LOGRO UN EXITO PARCIAL

—Por supuesto, un buen doctor siempre tiene esperanzas.

—Dicen que usted es un trabajador infatigable; que no toma vacaciones y sale apenas los fines de semana. ¿No está cansado en su cargo?

—¿Fue mi mujer la que reclamó? Yo creo que usted tiene algún canal de comunicación con mi mujer porque ella está siempre diciéndome que no tengo imaginación; que creo que todo en el mundo se paralizaría si yo no estoy, ella dice que si desaparezco mañana todo continuaría igual. Suele decir que un "asno vivo es mejor que un león muerto".

—Entonces es verdad. ¿Estaría dispuesto a ir a la reelección?

—Mire, yo cumpliré 74 años. No sé si tendré resistencia física. De la manera que estoy trabajando creo que no la tendré para postular a la reelección. Es una cuestión nada más que de resistencia física; estamos trabajando mucho, viajando mucho. Cinco años es suficiente. Además, me gusta escribir y espero publicar uno o dos libros todavía.

0202

9406212.

Nº. DOCUMENTO 9406213
TITULO GHALI visita CHILE en marzo
PROC... 150001
FE... 20/3/94
VI... 501889
65709

28 PAIS

EL SECRETARIO GENERAL REVOLUCIONARIA "AGENDA

SANTIAGO (por Tamara Avetkian de "El Mercurio" para Grupo de Diarios América).— Hace dos años había prometido venir, y recién esta semana pudo cumplir su palabra. Llegó en un inmejorable momento a saludar al flamante mandatario chileno. "Soy la primera visita extranjera del nuevo gobierno", señaló Boutros Boutros-Ghali, Secretario General de Naciones Unidas, en entrevista exclusiva con este diario antes de culminar su visita de tres días.

Boutros Ghali, de nacionalidad egipcia, lleva dos años en el cargo y desde que asumió ha desarrollado una intensa actividad diplomática para conseguir que las Naciones Unidas desempeñen un papel protagónico en la solución de los conflictos internacionales.

"Hemos tenido que enfrentar nuevos desafíos. El periodo de posguerra fría trae nuevas demandas y la ONU debe jugar un nuevo papel. Esta es la ocasión única para cumplir con todas esas demandas: a pesar de la crisis financiera y de que no tenemos suficiente gente lo estamos consiguiendo". Tan es así que en este momento hay 17 misiones de paz de ONU en cuatro continentes, incluida la ex Yugoslavia, Somalia y El Salvador, donde hoy se desarrollan elecciones generales.

Una de las incógnitas que surgen cuando se habla del Secretario General es el origen de su curioso nombre. Boutros significa Pedro, y Boutros Ghali se llamaba su abuelo, el último Primer Ministro egipcio cristiano, quien murió asesinado en 1910. Luego de su muerte la familia adoptó el nombre completo; así Boutros corresponde al nombre de pila y Boutros-Ghali sería el apellido compuesto.

Una persona afable, muy llana y que trasunta el entusiasmo por su trabajo, Boutros Ghali contó de su entrevista con el presidente Frei, con los ministros de Defensa y Educación y con el presidente del Senado. También, sobre la reunión que mantuvo en la Academia diplomática, donde dictó una conferencia sobre "los éxitos y frustraciones de la ONU", y pidió disculpas "al gobierno y al pueblo chileno por no haber podido asistir a la ceremonia de cambio de mando".

Y como primicia, adelantó que está preparando una propuesta revolucionaria: la "Agenda para el Desarrollo", en la que hace un análisis de la relación directa entre paz, desarrollo y democracia.

—Señor Boutros-Ghali, ¿le pidió al presidente Frei una mayor participación de Chile en las fuerzas de paz de Naciones Unidas?

—Visité al presidente Frei (el jueves) en la mañana con quien tuve una muy positiva y constructiva conversación que continuó durante el almuerzo. Le dije al Presidente que dado el peso de Chile y la madurez política del país, era importante que jugara un papel destacado en los asunto internacionales. Necesitamos que los países de mayor importancia participen activamente.

—¿De qué manera?

—Cada país miembro debe decidir cuánto participa. Un país puede participar en el desarrollo social: otro puede ofrecer asistencia técnica, otros pueden enviar soldados para las operaciones de mantenimiento de la paz. Yo no puedo decir a los estados miembros que contribuyen con tal o cual cosa. Entonces mi solicitud a Chile y a todos los países miembros es: "Por favor, pongan más atención a Naciones Unidas; jueguen un papel más destacado porque ONU es el único foro que puede ayudar a la comunidad internacional a solucionar todos los problemas. Cada vez habrá más problemas globales y no podrán ser resueltos por un país aislado o por dos: se necesita la comunidad internacional. Y la ONU es el único foro donde todos los países están representados.

—¿Cuál es su opinión sobre el proceso de transición a la democracia en Chile, que culminó con este nuevo gobierno?

—Quiero felicitar a Chile. He seguido con gran atención este proceso porque he observado con mucho interés procesos similares en otros partes del mundo. Ahora estoy preparando una propuesta que se llama "Agenda para el desarrollo". En este documento he mencionado que uno de los elementos del desarrollo es la democracia. Esta es una idea revolucionaria. Digo que se puede tener desarrollo sin democracia, pero que no se puede tener un desarrollo sostenido y sustentable sin democracia. Porque cuando una sociedad ha alcanzado cierto grado de desarrollo quiere libertad y participación. Y cuando un país alcanza cierto grado de desarrollo económico necesita comerciar con otros países del mundo: y sólo una sociedad abierta puede hacerlo.

■ PRIMERO LA PAZ

—Mi teoría es entonces que primero se necesita la paz que

ENTRADO ✓
CRUZ ✓

01-02

9406213.

DE ONU PREPARA UNA PARA EL DESARROLLO"

produce el desarrollo pero se necesita como tercera etapa la democracia. Por lo que hay un vínculo entre paz, desarrollo y democracia y democracia, desarrollo y paz.

—Pero no se pueden hacer estas tres cosas al mismo tiempo. ¿Cuál debe ser la prioridad? En otras palabras: ¿Pueden los estados miembros poner condicionantes y decir "ustedes deben tener un gobierno democrático"?

—Le duré el ejemplo del Congo. Allí había un sistema de un solo partido, una economía centralizada y una sociedad cerrada. Se le pidió que abriera la economía, creara un sistema democrático y un sistema multipartidista. El resultado es que todo se derrumbó. Congo no fue capaz de hacer las tres operaciones al mismo tiempo. ¡Eso fue mucho pedirle!

—En Chile el proceso fue gradual, primero fue un cambio económico y después llegó la democracia...

—Yo estoy de acuerdo con eso. Ese es un muy interesante ejemplo. Las prioridades deben ser decididas por el estado miembro y no deben ser impuestas por la organización internacional. Esto es lo que yo estoy tratando de presentar en el documento que me fue pedido por la Asamblea General y que espero terminar en las próximas semanas.



Boutros-Boutros Ghali sostiene que entre paz, desarrollo y democracia existe un vínculo que las Naciones Unidas deben reconocer expresamente. Un inminente documento planteará la cuestión.

¿Qué relación tiene este documento con la Conferencia de Desarrollo Social que se realizará en marzo próximo en Copenhague y que Chile está ayudando a organizar?

—No tiene relación con esta Conferencia. Así como el Consejo de Seguridad me pidio que elaborara la "Agenda para la Paz", que fue un trabajo relativamente fácil —porque yo me había dedicado durante treinta años a enseñar esta materias— ahora la Asamblea General me ha solicitado lo mismo sobre el Desarrollo.

¿La Conferencia de Copenhague tiene su propia pauta?

—Sí, la Conferencia tiene su propia agenda. Yo estaba esperando esta visita a Santiago para comenzar a hacer los contactos. El presidente Frei se comprometió a asistir a la cumbre, lo mismo hizo el presidente Menem durante mi visita a Buenos Aires. Espero una gran participación, que lleguen unos 80 a 100 jefes de Estado.

—Algo parecido a la cumbre de Río, donde estuvieron presentes 120 líderes mundiales.

—Queremos hacer algo parecido a lo de Río.

—En 1992 usted dijo a este diario que a pesar de que Estados Unidos era la única potencia no temía que dominara el nuevo sistema internacional. ¿Sostiene todavía esa afirmación?

—Estados Unidos no dominará el sistema si los otros países participan activamente. Si esto no ocurre, por supuesto que Estados Unidos lo dominará. Yo sé que es difícil porque la opinión pública de los países no tiene interés en los asuntos externos. Yo fui durante 14 años Ministro de Relaciones Exteriores de mi país y cuando proponía algo, los otros miembros del gabinete decían: "Ohhh, Boutros, vamos atengámonos a los problemas reales".

—¿Cómo ha podido Naciones Unidas cumplir su rol internacional si no cuenta con los fondos necesarios?— Estamos haciendo gara-gara (bromea). Hay un problema, existe una crisis financiera y estamos en dificultades. En agosto pasaso estuve telefoneando a los ministros para cobrarles sus deudas: "Por favor envíeme el dinero, nos debe 80.000.. Hice algo así como una colecta. Eso no es normal.

—Esta actitud le ha llevado a cierta confrontación con Estados Unidos?

—Ha habido mucha exageración. Han habido puntos de vista diferentes no sólo con Estados Unidos sino también con otros Estados miembros. Y esto es saludable porque demuestra que el Secretario General es independiente y está respetando la Carta. Después de todo discutimos porque el de ONU es un sistema parlamentario democrático, en el que se pueden plantear diferentes puntos de vista y después obtener un compromiso. No se puede decir sí, sí, sí.

—Estados Unidos, ¿se ha puesto al día con su deuda?

—¡No, están muy atrasados!

—Usted habló de democratización de Naciones Unidas. Se esperaba que para el 50° Aniversario, en 1995, se pudiera ampliar el Consejo de Seguridad con la presencia de Japón, Alemania y de otros miembros no permanentes. Al parecer no va a materializarse.

—De acuerdo con el artículo 108 esa decisión debe tomarla la Asamblea General. Por ahora hemos enviado una encuesta a todos los países miembros y están a favor de una modificación del Consejo de Seguridad, pero puede tomar tiempo. Algunos creen que podría decidirse antes del 50° Aniversario. Yo no lo creo posible.

02-02

9406213.

Nº. DOCUMENTO 9406214
TITULO Cons. de Seg. prepara informe para votación en Sahara Occ.
PROCEDENCIA ABC/94
FECHA 27-3-94
VINCULA... 515804
501889

Sahara

LE DUV. 27/3/94

PROYECTO EN CONTRA DEL POLISARIO

El Consejo de Seguridad de la ONU prepara una resolución que apoya los criterios del secretario general, Butros Gali, para identificar a los votantes en el referéndum de autodeterminación del Sahara Occidental, suscritos por Marruecos y rechazados por el Frente Polisario.

En ese proyecto de resolución -cuyo contenido fue divulgado oficialmente en Rabat, ayer, sábado-, se fija también hasta el próximo 30 de junio como plazo máximo para que concluya el proceso de identificación de los votantes, y comience su inscripción.

Posteriormente, Gali deberá presentar antes del 15 de julio un nuevo informe al Consejo de Seguridad, que adoptará los pasos a seguir a partir de entonces en el proceso referendario.

Los criterios de Gali para identificar a los votantes en la consulta están basados en la pertenencia de los eventuales votantes a alguna de las tribus representadas en el censo español de 1974 (compuesto por algo más de 70.000 personas), aunque ellos mismos no figuren en esa relación. La aplicación de estos criterios supone así una larga ampliación del cuerpo referendario.

Suscritos por Rabat, esos criterios están siendo aplicados desde el pasado enero en El Aiun (capital del territorio bajo administración marroquí), en un proceso que sin embargo no ha podido aún dar comienzo en Tinduf (sede del Frente Polisario, en territorio argelino), debido a su rechazo por parte del movimiento indepentista saharaui.

Según la información oficial divulgada en Rabat, este proyecto de resolución fue elaborado por un «grupo de trabajo» de los estados miembros del Consejo de Seguridad (que no se identifica), y deberá ser analizado el lunes antes de ser adoptado posiblemente el próximo martes o miércoles.

ENTRADA
ORDEN

9406214

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406215
TITULO Visita oficial del Secretario Gral de la ONU, Boutros Ghali, en la Argentina
PROC 150096
FE 5/3/94
VINC 501889
66960

Butros Ghali en Argentina

P12 5/3

El secretario general de las Naciones Unidas, Butros Ghali, llegará el próximo 14 de marzo en visita oficial a la Argentina, invitado especialmente por el presidente Carlos Menem. Muchos son los lazos que unen a esta administración con el organismo internacional: no sólo el alineamiento con la nueva política del Consejo de Seguridad –que llevó a las tropas argentinas a oficiar de cascos azules en varios lugares del mundo (ver esta misma página)–, sino una serie de proyectos argentinos con mira en la ONU. El más agitado en estos días por el propio Menem es el de crear un cuerpo de cascos blancos que se dediquen a la lucha contra el hambre y la miseria en el mundo. El Presidente no ha dejado de propagandizar su propuesta en cada contacto internacional que tuvo en los últimos meses y será uno de los puntos de la reunión que mantendrá con Ghali. Por otra parte, la Argentina espera estrenar este año un centro de entrenamiento para cascos azules en los cuarteles del Ejército en Campo de Mayo, en principio destinado a las tropas nacionales, pero adonde se invitará a los demás países de la región. No es único: también Uruguay estaba interesado en desarrollar una iniciativa de este tipo.

ENTRADO
CRUZ

9406215.

01-12

Mañana llega a Buenos Aires el Secretario General de la ONU

BUTROS GALI VISITA POR TRES DIAS A MENEM

El secretario general de la ONU, Butros Gali, llega mañana domingo a Buenos Aires para una visita oficial de tres días a Argentina que incluye una entrevista con el presidente de este país, Carlos Menem.

Gali y Menem firmarán el lunes próximo un convenio entre Argentina y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y pasarán revista a las misiones de paz de la ONU.

El presidente argentino ofrecerá un almuerzo a Gali después de un paseo en barco por el Tigre, como se llama al delta del río Paraná, a las afueras de Buenos Aires.



Argentina envió tropas para la misión de los "cascos azules" de la ONU en la antigua Yugoslavia, mientras que el ex canciller argentino Dante Caputo ofició de mediador en la crisis de Haití tras el golpe militar que destituyó a Jean-Bertrand Aristide de la jefatura del Estado del país caribeño.

El secretario general de la ONU también conversará de esos temas con los ministros argentinos de Defensa, Oscar Camilión, y de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella.

Además, se reunirá con los presidentes de la Cámara de Diputados, Alberto Pierri; y del Senado, Eduardo Menem. Butros Gali disertará ante el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI) y concluirá su visita el próximo día 16.

9406215.

Butros Ghali llega a la Argentina para pedirle a Menem que envíe otro batallón a la ex Yugoslavia.

Mañana llega al país el secretario general de la ONU, Butros Ghali, quien le pedirá personalmente al presidente Menem que la Argentina envíe tropas a la conflictiva zona de Bosnia: "Me gustaría llevarles dinero a mis amigos, Menem y Cavallo, pero las naciones están atrasadas en sus pagos".


AFP

Butros Ghali: "Me complacería que la Argentina envíe otro batallón"

Página/12 EN EE.UU.

(Por Mónica Flores Correa, desde Nueva York) El secretario general de las Naciones Unidas, Butros Ghali, sostuvo que el objetivo principal de su viaje a la Argentina y Chile, que comienza mañana, consistirá en "mostrar la importancia que los países latinoamericanos tienen para la ONU" e invitar a ambas naciones a que participen "más activamente" en el organismo internacional "en el área que ellos decidan, ya sea en el de las fuerzas de paz o en el clampo del desarrollo social". El secretario general afirmó también que llegaré a la Argentina "para agradecer la enorme cantidad de tropas con las que participa en las operaciones de paz", mencionando entre ellas a Chipre, Yugoslavia, Kuwait, El Salvador y Mozambique. Con respecto a la posibilidad de aumentar las fuerzas de operaciones en Bosnia, dijo: "Me complacería que la Argentina envíe otro batallón" (ver nota aparte).

Estas declaraciones fueron hechas ayer en una reunión de Butros Ghali con periodistas de habla hispana, en ocasión de su viaje a los dos países sudamericanos. Sonriente y distendido, pese a que reconoció que estaba padeciendo un problema circulatorio que afecta una de sus piernas, y escoltado por el asesor político Alvaro de Soto, el secretario se refirió, entre varios temas relacionados con la región, a algunas propuestas hechas por la Argentina como la oferta del entrenamiento de las fuerzas de paz en su territorio y la creación de una fuerza de cascos blancos para combatir la pobreza.

Sobre el entrenamiento de "peace-keepers", Butros Ghali indicó que "favorecía mucho" la idea y que pensaba discutir el tema con el presidente Carlos Menem, pero reconoció que también discutiría lo mismo con Brasil y Uruguay, que han hecho ofrecimientos similares, sin pronunciarse sobre ninguna decisión final. También manifestó que consideraba importante contar con una fuerza de paz hemisférica que aceleraría el envío de tropas en caso de necesidad.

La oferta de creación de una fuerza de cascos blancos no pareció provocarle el mismo entusiasmo, señalando que también era una cuestión a discutir con el canciller Guido Di Tella y que esperaba "sugerencias" acerca de cómo este proyecto podía implementarse. Comentó que esperaba recibir una información documentada del ministro sobre la posible integración de esa fuerza en los otros organismos que integran la ONU y que ya desarrollan operaciones de asistencia contra la pobreza.

Señalando con una sonrisa que el desafío más grande que encuentra en su actividad es "el dinero", es decir las dificultades económicas por las que atraviesa la ONU, Butros Ghali aseguró que hay atrasos en los pagos de reembolsos a los países que aportan tropas. "La paradoja es que la Argentina me está prestando plata debido a que otros no pagan, y éste es un préstamo sin interés", dijo. También comentó: "Me gustaría llevarlesdinero a mis amigos, el presidente Menem y el ministro (Domingo) Cavallo, pero las naciones están atrasadas en sus pagos".

El egipcio Butros Ghali ha tenido varias fricciones con Estados Unidos, debido a sus iniciativas particularmente en lo que respecta a las fuerzas de paz y a su actitud demasiado autónoma para la superpotencia. Interrogado acerca de estos conflictos, Butros Ghali prefirió evitar encarar directamente el tema, aunque subrayó: "Yo puedo estar en desacuerdo con muchos miembros, pero estimo que esto es saludable. Defiendo, eso sí, la independencia de la organización".

Sobre el rol de Latinoamérica en la era post Guerra Fría, sostuvo que no era necesariamente distinto al de otras regiones del orbe. "Lo que me importa es la voluntad política de los países de cooperar internacionalmente. Las naciones tienden a preocuparse casi exclusivamente por su realidad interna y dejan de lado su misión internacional", subrayó.

El funcionario, nacido en Egipto, será recibido con honores por el gobierno argentino durante los cuatro días de su visita oficial al país y se entrevistará con autoridades legislativas, judiciales y del Poder Ejecutivo. Butros Ghali, de 72 años, llegará mañana por la mañana, alrededor de las 9.35, y al mediodía participará de una comida que le ofrecerá el canciller Guido Di Tella. El lunes será recibido por el presidente Carlos Menem durante una audiencia en la Casa de Gobierno prevista para las 11. Luego de ese encuentro, ambos firmarán un convenio de asistencia para la infancia. El martes a las 13, Butros Ghali y el presidente Menem compartirán un paseo por la zona del Delta bonaerense, luego el almuerzo y, por la noche, asistirán a una función especial en el Teatro Colón.

940621 5.

Exclusivo

"Queremos que la Argentina juegue un rol mayor en las Naciones Unidas", dijo en Nueva York **Boutros Ghali**, en una entrevista exclusiva con **Clarín** antes de viajar a Buenos Aires. El diplomático egipcio señaló también que las grandes potencias **"gastaban mil millones por día durante la guerra fría y ahora no quieren gastar mil millones al año para mantener la paz"**. Además, habló de algunos argentinos que conoce: **Carlos Menem, Domingo Cavallo y Dante Caputo** (véanse páginas 20 y 21).

BOUTROS GHALI INICIA UNA VISITA OFICIAL DE CUATRO DIAS

Llega el secretario de la ONU y pedirá más fuerzas para Bosnia

Boutros Ghali, el diplomático egipcio que desde 1991 es secretario general de las Naciones Unidas, inicia esta mañana una visita oficial de cuatro días a la Argentina. Firmará convenios para un programa materno infantil y pedirá al gobierno de nuestro país que refuerce la dotación militar en Bosnia. Allí, unos 900 soldados argentinos forman parte de las fuerzas de paz de la ONU. El nuevo contingente podría ser destinado a zonas donde se combate, en la ex Yugoslavia, lo que podría requerir aprobación del Congreso para su envío.

NUEVA YORK (Enviada especial). — Con el secretario general de las Naciones Unidas, **Boutros Ghali**, en Buenos Aires, podría definirse en estos días si un contingente de **alrededor de 150 soldados argentinos viajará a Bosnia-Herzegovina** para participar como cascos azules de la operación de mantenimiento de la paz que la ONU tiene en la ex Yugoslavia.

En cambio, ya es casi un hecho que entre 4 y 9 **meteorólogos de la Fuerza Aérea** serán enviados, a más tardar en dos semanas, a la ex Yugoslavia para participar de la reapertura del aeropuerto de **Tuzla**.

Hasta ahora participaban de la fuerza de paz un batallón de más de **900 hombres** —el BEA— asentados en Croacia. Sin embargo, la decisión de enviar hombres a Bosnia, o incluso —como también se estudia, desplazar una parte de los de Croacia—, supone asumir una **decisión más complicada que la económica.**

Emplazar tropas en Bosnia podría requerir, si se tiene en cuenta el riesgo de una **zona caliente**, la necesidad de conseguir **autorización del Congreso** para el envío de soldados.

La Argentina recibió el pedido el lunes, en la misión británica ante la ONU, adonde el embajador inglés y miembro permanente del Consejo de Seguridad citó a los principales países aportantes de tropas de misiones de paz.

A excepción de los **españoles**, que ya se han comprometido con **1.100 hombres** y de los propios **británicos**, que aportarían **2.000**, las respuestas de quienes estaban sentados alrededor de la mesa fueron bastante frías y los **argentinos**, pese al hermetismo que guardan los diplomáticos de la misión ante la ONU, se comprometieron solo a **"estudiar el pedido"**, que ahora está a decisión del presidente **Carlos Menem.**

Hay varios elementos que jugarán a la hora de decidir, además de la eventual necesidad de una autorización parlamentaria. Por un lado, la propuesta coincide con la visita oficial de **Boutros Ghali, quien arriba hoy a Buenos Aires**. Por otro, la Argentina necesita tener garantías de que **la ONU se pondrá al día con los pagos de viáticos** que impone el envío de tropas. Por último, una ampliación sustancial de las actuales tropas comprometidas en operaciones de paz, obligaría a revisar los gastos que corren exclusivamente por cuenta de la Argentina a la hora de **pagar sueldos.**

Al respecto, las aguas están divididas. Hay quienes consignan que los gastos para participación en operaciones de paz solo se llevan el **1 por ciento del presupuesto asignado a Defensa** y, como contrapartida, señalan el prestigio que le reditúa al país.

De otro lado de las cosas están los que sienten que la Argentina **ya alcanzó su techo** y además plantean que no es necesario involucrarse aún más, y para el caso citan el **costo político** que podría tener internamente si se llegan a sufrir **bajas de cascos azules argentinos**.

Por eso, aunque es muy posible que una compañía sea destinada finalmente a Bosnia, gran parte de las reuniones de trabajo, planeadas para esta visita de Boutros Ghali a la Argentina, tendrán que definir los detalles de tal decisión. El secretario general de la ONU llega preparado para ejercer **toda la presión política necesaria.**

María Luisa Mac Kay

Copyright Clarín, 1994

04 9406215.

Boutros Ghali y Menem analizarán la creación de los "cascos blancos"

LN 12/3

Visita: el secretario general de las Naciones Unidas llega hoy al país; además de dos encuentros con el Presidente, se reunirá con Di Tella y Camilión.

Hoy llega a Buenos Aires, invitado por el gobierno nacional que lo recibirá con los honores de jefe de Estado, el secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, quien viaja en compañía de su esposa y una delegación de ocho altos funcionarios del organismo internacional.

El ilustre visitante se reunirá en dos ocasiones con Menem y en otras tantas con el canciller Guido Di Tella, y mantendrá una conferencia con el ministro de Defensa, Oscar Camilión, a quien acompañarán los jefes de estados mayores de las tres fuerzas.

Su antecesor en la UN, el peruano Javier Pérez de Cuéllar también visitó la Argentina durante su gestión. Fue en el gobierno radical.

Combatir la pobreza

Boutros Ghali considerará con Menem la propuesta de éste de crear un organismo de "cascos blancos" destinados a enfrentar los casos de extrema pobreza en el mundo y la posibilidad de que efectivos del contingente argentino, actualmente en Croacia, integrando los cascos azules, se desplacen a Bosnia.

Esta posibilidad fue adelantada el jueves por LA NACION.

El secretario general de la UN llegará a las 9.30 a Ezeiza, y a las 21 participará de una comida ofrecida por el canciller Guido Di Tella y su esposa, en su residencia de Belgrano.

La actividad oficial comenzará el lunes por la mañana, en que el visitante rendirá homenaje a San Martín, y a las 11 será recibido por el jefe del Estado en la Casa de Gobierno, donde se suscribirá un acuerdo sobre ayuda materno infantil con el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD).

También se reunirá con el presidente provisional del Senado, Eduardo Menem, y con el presidente de la Corte Suprema de Justicia, Julio Nazareno.

Disertación

Por la tarde, en su alojamiento del Alvear Palace Hotel, Boutros Ghali mantendrá una conversación con el canciller Di Tella y a las 18.30 hablará, en uno de los salones del establecimiento, sobre "Las Naciones Unidas en un mundo en transición", conferencia que ha sido organizada por el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI).

Al día siguiente Boutros Ghali saludará al presidente de la Cámara de Diputados, Alberto Pierri, y se reunirá, en Campo de Mayo, con el ministro de Defensa, Oscar Camilión, y los jefes de los estados mayores de las tres fuerzas. A las 13, el presidente Menem le ofrecerá un almuerzo durante un paseo en barco por el Delta y a la noche asistirá a una función en el Teatro Colón.

El miércoles, antes de su partida a Chile, prevista para el mediodía, ofrecerá una conferencia de prensa en el centro de informaciones de la UN.

El perfil

Boutros Ghali nació en Egipto en 1922, es copto católico -la mayoría de los coptos son eutiquianos: cristianos no católicos-, y está casado con una judía. 72 años

El primer día de 1992 asumió sus funciones como secretario general de la UN, por un período de cinco años, en reemplazó del peruano Pérez de Cuéllar, quien dirigió el foro mundial entre 1982 y 1991.

Como diplomático, jurista y estudioso, Boutros Ghali se hallaba vinculado desde su juventud con los asuntos internacionales y hasta el momento de su designación era viceprimer ministro de Egipto para los Asuntos Exteriores.

Desde su asunción en la UN, Ghali ha emprendido una amplia reforma en el organismo, acorde con el momento por el que transita el mundo. Algunos sectores de opinión mundial estiman que quiere dar al organismo un mayor protagonismo, dotarlo de gran capacidad de acción y, acaso, de mayor compromiso, por lo que hay cierta prevención aunque, de todos modos, existe consenso para una transformación del foro.

• Ovidio Bellando

05

9406215.

"La Argentina debe jugar un papel mayor en las Naciones Unidas"

Por María Luisa Mac Kay

EN los últimos dos años, la brecha entre las expectativas creadas por la posguerra fría sobre la ONU y los resultados obtenidos se ha hecho cada vez más profunda. ¿Cómo se resuelve esto?

—Estoy de acuerdo con usted en que durante la guerra fría hubo una crisis de credibilidad acerca de las Naciones Unidas. Luego de la guerra fría, hubo una nueva crisis: demasiada credibilidad en la organización. Dos años después, descubren que la ONU no puede jugar un rol mayor a menos que existan dos prerrequisitos: uno, los países deben pagar sus contribuciones y no lo están haciendo; dos, deben aceptar mandar más tropas de mantenimiento de la paz.

■ Eso suena a callejón sin salida. ¿Cómo planea resolverlo?

—No, no creo que sea un callejón sin salida. Todavía estamos en un período de transición. Los países miembros gastaban durante la guerra fría más de mil millones de dólares todos los días en defensa y ahora no están listos para pagar mil millones por año.

■ Prominentes países miembros como los Estados Unidos tienen la mayor deuda con la ONU. Además, están restringiendo su apoyo a operaciones de mantenimiento de la paz...

—Eso no es cierto, porque estamos involucrados en 17 operaciones alrededor del mundo. La imagen es que si uno de los países que participan se retira de una de las 17 operaciones de mantenimiento —como es el caso de Somalia— pasa lo mismo en otras partes del mundo en otras operaciones. Pero no es así. Esta mañana estuve discutiendo con el presidente Eduard Schevarnatze para una nueva operación (en Georgia). La semana pasada obtuvimos una resolución enviando 1.600 observadores a Sudáfrica. Así que no es cierto que exista un retiro o retraimiento.

■ Sin embargo, los Estados Unidos, para tomar un caso, son renuentes a enviar más tropas.

—Permítame ser muy objetivo. No sucede solo con los americanos...

■ Lo menciono porque se trata de un país poderoso.

—Estoy de acuerdo, pero somos capaces de convencer a todos los países miembros de que deben participar. Fui al Japón dos veces, fui a Alemania... Estaré en la Argentina para convencer a su gente, para pedirle que mande aún más tropas.

■ ¿Ese es el objetivo de su visita?

—No les pediremos tanto que envíen más tropas como que queremos que la Argentina juegue un rol mayor en las Naciones Unidas. La relación es muy fuerte, pero queremos que sea más intensa. Es como la relación en una pareja. Usted quiere más.

■ ¿Qué significa eso?

—Que cualquier cosa que ustedes decidan, nosotros lo aceptaremos. Ustedes pueden poner más atención en asistencia técnica, en el problema del medio ambiente. Su presidente tiene un proyecto para combatir el hambre...

■ Y en el tema de la iniciativa de Menem acerca de los cascos blancos, ¿cómo puede implementarse eso ahora?

—Vamos a discutirla, pero debemos evitar hacerlo rápidamente. Tenemos que ser cuidadosos para ver cómo podría funcionar, cómo se integraría con otros programas similares que tenemos para ayudar a combatir el hambre, como los de la FAO, el PNUD y otros. Hay que estudiarlo muy bien.

■ Parece complicado de integrar, ¿no se superpone con esos programas?

—No es complicado insertarlo, pero debemos saber cuáles son los detalles que tiene en mente el presidente Menem.

■ ¿Podría ser probado en la Argentina?

—Podría ser... o podría ser en otro lugar, digamos en Mozambique. Hay que discutirlo y no puedo decir nada antes. Recibí la idea, pero no los detalles del plan.

■ El Consejo de Seguridad atiende muchas crisis. ¿Es justa la forma en que elige entre ellos, a cuáles se presta atención y a cuáles no? ¿Qué criterio se aplica?

—El CS es un cuerpo político. Esto significa que depende de la forma en que los países miembros traten de convencerlo. Si tienen un deseo político de lograr la paz, entonces podemos ayudarlos. Pero si no lo tienen es muy difícil, porque no podemos imponer la paz. Le doy un ejemplo: usted va a un médico y él le indica que tiene que tomar estos y aquellos medicamentos y hacer tal régimen. Si usted lo hace, el médico continuará ayudándolo, pero si usted dice que no quiere hacer lo que le indica, le dirá: Bueno, vea a otro doctor. Y en este caso es lo mismo. ¿Sobre qué bases elegimos? Mi punto de vista es que deberíamos atender todas las situaciones al mismo nivel.

■ En varias oportunidades usted llama la atención al Consejo sobre determinado conflicto.

—Sí, lo hago en el caso de que la situación sea difícil, pero lo hago con todos los países, y el Consejo de Seguridad es el que tiene que decidir. ¿Por qué? Porque es el que pone el dinero, son los que enviarán las tropas de mantenimiento de la paz, y sus miembros compartirán la responsabilidad sobre la implementación de la resolución.

■ Me refería a las situaciones no resueltas y cuando, por una razón o por otra, no se toma ninguna medida.

—No tengo manera de imponer mis deseos al Consejo de Seguridad. Supongamos que ellos no están interesados en una situación por una cuestión política. ¿Qué puedo hacer?

■ ¿Se siente impotente a veces?

—No, pero uno se siente a veces frustrado. Sin embargo, debe aceptarlo porque ese es el rol del secretario general.

■ ¿Planea presentarse para otro período?

—Cumpliré 74 años, si me siento con buena salud tal vez podría pensarlo. Aún no lo he decidido y todavía faltan dos años. Renuncié como parlamentario y presidente de importantes organizaciones internacionales. Si dejo este puesto, tendré mucho trabajo y responsabilidades. ¡A los 74 años, quiero casarme con una joven bonita! (Se ríe.)

■ El Consejo de Seguridad es a menudo considerado una suerte de minigobierno mundial. Y en estos días muchos miembros discuten la composición del cuerpo para volverlo más democrático. ¿Cuál es su postura al respecto?

—De acuerdo con el artículo 108 de la Carta, esta es una decisión de la Asamblea General...

■ No me cite la Carta, necesito su opinión.

—Tengo demasiados problemas, tengo que ser mental (se ríe). Mi opinión es: uno, estoy a favor de un cambio en la composición del Consejo de Seguridad. Dos: que ese cambio debe ser limitado, porque si el CS ha de funcionar, debe ser limitado en número.

■ No son muchas precisiones. ¿Está de acuerdo con que ingresen dos miembros más, como el Japón y Alemania?

—Tal vez tres... No le diré más. Mi opinión no ayudaría a conseguir el consenso. Lo que no quiero es que las disputas acerca de la composición del Consejo de Seguridad creen distorsiones y distracciones y todo el mundo gaste tiempo discutiendo sobre esto a costa de otros problemas. Para mí, lo importante es que tengamos Consejo de Seguridad fuerte y no tener un miembro que no esté interesado en las operaciones de paz o en los procesos de paz. ¿Por qué? Porque usted no necesita ser una superpotencia para estar interesado, solo tiene que tener el deseo político.

■ Eso puede sonar fantástico a los oídos argentinos.

—Le puedo dar un ejemplo político. Yugoslavia, un país pequeño dividido en cinco o seis grupos, desde

940621 5

BOUTROS GHALI, QUIEN LLEGA HOY AL PAIS

setiembre del 61, cuando fue el primer encuentro de los No Alineados, hasta la muerte de Tito, estuvo jugando un rol de gran potencia. Cuba, en la misma época, había enviado 5.000 médicos a Africa, tenía presencia militar en Angola, en Etiopía. Entonces, si uno tiene el deseo político de jugar un rol, eso es lo importante.

■ Siendo un experimentado diplomático ¿cuál ha sido su decisión más difícil?.

—Encontrar una solución al problema financiero. Sí, porque los miembros no pagan y eso crea muchos problemas.

■ Pero entonces, ¿cómo planea forzar a pagar a los Estados Unidos, que es el mayor deudor de Naciones Unidas?

—No diría que no pagan sino que pagan tarde y esto crea dificultades. Hemos creado un comité y estamos trabajando con el Congreso norteamericano para resolverlo. Pero el problema es mayor. Rusia no paga, Ucrania no paga. De los 184 miembros, 160 están retrasados. Está bien, cada uno no paga demasiado, pero todos juntos representan una enorme cantidad de dinero. ¿Sabe cuál es el problema? No les estamos pagando a los contribuyentes de tropas de paz. En otras palabras, estamos tomando prestado dinero de su país. Así que ¿por qué no reclaman que pague la deuda a los americanos?

■ ¿Y qué me dice de los problemas étnicos?

—El primer problema étnico es, justamente, por qué se ocupa de tal situación y no presta atención a la otra. El segundo es cuando queda en una posición en la que es acusado por dos protagonistas de la disputa. Dirán que favorece a A o a B y uno tiene que aceptar eso.

■ Se dice que usted es un secretario general con alto perfil.

—No es cierto. Son las situaciones las que requieren tener un alto perfil. El fin de la guerra fría le dio un nuevo rol a la ONU. Si hubiera sido secretario general hace diez años yo habría sido alguien con alto perfil.

■ ¿Acorde con el papel que le toca ahora a la ONU?

—En los próximos diez años, el mundo tendrá más y más problemas mundiales. Y los problemas mundiales no pueden ser resueltos por un país, sino por la comunidad internacional. El único foro con un acercamiento global es la ONU. Desde las drogas y el medio ambiente (la Conferencia de Río) hasta el terrorismo, las guerras étnicas, los problemas de comunicaciones, el desarrollo social, la inmigración...

■ Demasiados asuntos. ¿No le parece?

—No digo que las Naciones Unidas vayan a resolver todos esos problemas, pero crearán la conciencia, que llevará a los países a resolver estos problemas. La ONU tiene un punto de vista moral y tiene un valor político porque es la única organización que puede sentar a 100 jefes de Estado alrededor de la mesa. Este es un elemento importante.

C4

9406215.

■ Se acusa a la ONU de gastar enormes cantidades de dinero en grandes cumbres, en vez de invertirlo en las causas humanitarias.

—Son maníes en comparación con el precio de un bombardero. ¿Qué es más importante? ¿Hablar, y tal vez, luego, obtener un consenso? ¿O tener un nuevo tanque o bombardero,o más aviones?

■ No planteo esa disyuntiva.

—¡Pero tenemos que hablar! ¿Por qué? Porque tenemos que obtener el consenso de 184 miembros. Tenemos que emplear el día para convencerlo a usted, para convencer a otros países de atender determinado asunto.

■ ¿Y esto no crea demasiada burocracia?

—Nuestra burocracia no tiene comparación con la de cualquier país miembro. Yo serví a mi país durante 50 años. Fui ministro de Relaciones Exteriores durante 14 años. La burocracia en todo el mundo es la misma... Y además, no es fácil manejar una organización que contiene a 184 nacionalidades. Cada miembro quiere estar representado. Entonces, por definición, si usted quiere ser universal, tiene que tener una gran burocracia. Hay una suerte de contradicción cuando se critica que tengo una gran burocracia. Tengo una gran burocracia porque 184 miembros quieren estar aquí. Estoy manejando programas en todo el mundo. Tengo una oficina en Viena, una en Ginebra, comisiones en Santiago, otra en Bangkok, la universidad de la ONU en Tokio, entonces ¡vamos! No se puede hablar de burocracia cuando se está tratando con todo esto.

■ Muchos de los países a los que les pidió que participaran en esta iniciativa de las "stand by forces" lo han rechazado.

—Muchos han aceptado y es una solución que podrá ayudarnos. Es mejor hacer un acuerdo anticipado para reunir ciertas fuerzas o, cuando las necesito, preguntar: "¿Están listos para enviarlas o no?"

■ Conozco el concepto, pero muchos opinan que es la definitiva militarización de la ONU.

—¡No! Lo máximo que tendríamos serían 40 ó 50 mil soldados. ¡Es nada si lo compara con cualquier ejército nacional! Y si piensa en el presupuesto, no es ni siquera el que se usa para limpiar las calles de Nueva Jersey o Brooklyn. ¡Vamos! Todo el mundo exagera cuando presenta a la ONU como una superpotencia y acerca de que el secretario general representa una especie de presidente internacional. Eso no es cierto.

■ Está el caso de los norteamericanos que no acceden a ceder el comando de sus tropas. Si se observa el caso de Somalia, ¿no se han creado más problemas que soluciones?

—Si los americanos tienen problemas para enviarnos tropas, entonces quizá puedan ayudarnos con el transporte de tropas u otras cosas. No necesariamente en mantenimiento de la paz.

■ Sus opiniones acerca de que el concepto de soberanía absoluta, como se entendió en el pasado, ya no existe, suena amenazador o temible para los países pequeños o débiles. ¿Cuál es el límite para esto?

—Cada vez hay más legislación internacional y esto va a determinar, por definición, más límites a la soberanía de los países. Le puedo dar cientos de pequeños ejemplos acerca de por qué la soberanía de los países está limitada. El precio de su moneda está ligado al precio del yen en Tokio.

■ ¿Pero no le parece que es diferente cuando se trata de tropas que desembarcan en un país, como ocurrió en el caso de Somalia?

—Si ha desaparecido el gobierno, ¿cuál ha de ser su actitud? ¿Va a dejar que la población siga muriendo o hablará de la soberanía? Un Estado está compuesto de tres elementos: gobierno, población y territorio, y la combinación de los tres elementos crea la soberanía. Si uno de los tres elementos desaparece no hay más soberanía. ¿Cómo puedo hablar con Somalia si no hay gobierno?

■ Pero podría haber casos no tan claros: ¿no sienta esto un precedente contra el concepto de la no intervención?

—En casos no claros, por supuesto no podrá intervenir. El Consejo de Seguridad no es un solo país sino 15. No es fácil obtener el consentimiento de todos.

■ Viendo las crisis de Bosnia o Somalia, ¿quién define la fina línea entre la "real-politik" y lo que se supone son los principios de la ONU? A veces parecen opuestos.

—Todos los países deben defender los principios de la ONU. Eso es lo que debe ser. Pero al mismo tiempo tenemos que considerar ciertas realidades en el terreno. Por ejemplo, podríamos decir que no queremos tener en una operación países que son vecinos. No podemos recibir, en Bosnia, tropas de Austria, o no podemos en Somalia, tropas de Djibouti. Ese es el principio, pero a veces ocurre que no tenemos otra cosa más que eso y tenemos que avanzar y ser realistas.

■ En el caso de Haití, Aristide, y los militares han rechazado el plan parlamentario. ¿Cómo observa que se podría romper esta impasse?

—Confío en que habrá más negociaciones. Acordé con Aristide el sábado pasado, que habría otro encuentro y que continuarían las negociaciones. No podemos tener una solución final al asunto sin el acuerdo de todas las partes interesadas, y si continuamos negociando podríamos persuadir a los militares, al Parlamento a todos para encontrar la solución, pero toma tiempo.

■ ¿Cómo evalúa el desempeño de Dante Caputo?

—Quiero expresar mi gratitud al gobierno de la Argentina por haber aceptado enviar a Caputo. Ha hecho un maravilloso trabajo. Es un negociador de primera clase y lo veo muy a menudo y sus consejos son muy útiles para mí.

■ ¿No es un fracaso su actual mala relación con Aristide?

—No. El es un mediador, en el caso de que la operación no tenga éxito será acusado por las dos partes. En el caso de que tenga éxito, ellos dirán "nosotros lo hicimos". Hay que aceptar eso.

■ En la Argentina, más allá de la voluntad política, hay problemas presupuestarios, en especial con los atrasos de la ONU en pagar. Para un país como la Argentina eso es determinante.

—Sí, pero eso no es lo importante, porque si la ONU es prioridad número uno en la Argentina, van a superar esos problemas.

■ ¿Tiene confianza en los oficios de Menem para autorizar más participación?

—¡Por supuesto! (Se ríe.) Y la mayor de las admiraciones. Lo conozco muy bien y lo vi en varias conferencias internacionales. También al ministro de Economía, Cavallo, que antes era de Relaciones Exteriores, y es un buen amigo mío. El actual ministro de Defensa, Camilión, que estuvo trabajando aquí con nosotros, y el embajador Muñiz, que fue presidente de conferencias internacionales. Es una visita de amistad y reconocimiento del rol que la Argentina juega en las Naciones Unidas.

■ Entonces el principal problema sigue siendo económico.

—¿Cuánto es 20, 30 millones?

■ Para la Argentina es mucho dinero.

—¡O no! Yo conozco el presupuesto de la Argentina y eso son maníes. Cuarenta millones de dólares por año, al 10 por ciento de interés, representan 4 millones. Seis meses representan dos millones, así que, cuando en efecto les paguemos 40 millones luego de seis meses, ustedes no habrán regalado 2 millones. ¿Cuánto es eso? ¡Vamos!, ustedes son millonarios, pueden darnos dos millones como un regalo.

9406215.

Clarín 17/3/94

ARGENTINA Y LAS

Butros Ghali se fue con las manos llenas

"Con miembros como la Argentina, la ONU se está convirtiendo en un nuevo instrumento de la paz y la cooperación entre las naciones", afirmó ayer el secretario general de las Naciones Unidas, **Butros Ghali**, en la conferencia de prensa con la que concluyó su visita de casi cuatro días a Buenos Aires.

La abundancia de elogios por parte de Ghali sonó como una **devolución de atenciones por la receptividad del gobierno** argentino a los pedidos sutiles o expresos que formuló durante su estadía, en su rol de promotor de la organización.

La visita, la primera que realiza al país en su calidad de secretario general de la ONU, apuntaba a conseguir un mayor compromiso de la Argentina con el organismo, tanto en materia de tropas de mantenimiento de la paz como en el rubro financiero. Podría decirse que **Ghali se fue con las manos llenas.**

Sobre las misiones de paz, obtuvo el compromiso argentino de aportar un **contingente extra en Bosnia** y la posibilidad de seguir manteniendo presencia en otras operaciones o de aumentarla, en la medida en que el presupuesto nacional lo permita.

En cuanto a los aportes financieros, recibió la semipromesa de que una vez que queden redefinidas las categorías en las que se clasifica económicamente a los países miembros, la Argentina ascendería en la escala accediendo a pagar una **cuota anual mayor de contribuciones.**

"Como suelo decir, pueden hacer preguntas no diplomáticas y les prometo que contestaré de una manera no diplomática", comentó, irónico, Ghali al comenzar la rueda de preguntas, que respondió con soltura.

El secretario general comenzó destacando la calidad de la Argentina como miembro fundador de la ONU y el hecho de que hoy es el **mayor contribuyente de tropas de paz de Latinoamérica**, con hombres comprometidos en ocho diferentes operaciones.

También señaló que la Argentina **"siempre mostró un fuerte compromiso con la ONU"**, pero destacó, en particular, el incremento registrado a partir de 1989, en obvia alusión a la asunción de **Carlos Menem.**

Tras todas esas palmadas, Ghali solo se sintió descolocado cuando le consultaron qué opinaba de las denuncias del diputado radical **Antonio Berhongaray sobre la presunta venta de armas argentinas y chilenas a Croacia**, mediante una operación de triangulación con Liberia. **"No estoy al tanto de eso"**, comentó, y enseguida **apuntó que la organización mantenía el criterio de sostener el embargo de venta de armas a todos los miembros de esa región.**

De todos modos, al volver a referirse a la **Argentina, señaló que la participación en misiones de paz es solo uno de los aspectos en los que puede colaborar el país como miembro de la organización y destacó que en la actualidad era miembro del Consejo de Seguridad.**

Sin embargo, el secretario general desplegó toda su cintura política a la hora de las definiciones. Por caso, al citar la propuesta del presidente Menem de crear un cuerpo de cascos blancos, para combatir el hambre y la pobreza, apuntó que el mandatario le había confirmado su presencia en la próxima cumbre de desarrollo social de Copenhague, donde podría discutirse la iniciativa. Tampoco dejó de opinar que **"el presidente Menem está muy comprometido con las cuestiones sociales".**

9406215.

NACIONES UNIDAS

Un "paraguas" para las fuerzas de paz

Como una medida de precaución, el Gobierno intentará buscar un "paraguas" parlamentario para el envío de las tropas a Bosnia. La gestión está prevista para después de las elecciones de abril y es adoptada pese a que ese respaldo no es necesario por no tratarse de tropas beligerantes, sino de una misión de paz. En tanto, se fortalece la idea de enviar a ese punto de la ex Yugoslavia a una compañía extra y no a una parte del batallón que se encuentra en Croacia.

El Gobierno ya decidió que, luego de las elecciones de constituyentes, podría buscar un **apoyo genérico** del Congreso hacia toda la política de participación argentina en operaciones de mantenimiento de la paz, como adelantó ayer **Clarín**.

Aunque la Constitución no lo exige, ya que no se trata de participar como parte beligerante en un conflicto, la gestión es una medida de **precaución**, que comenzó a gestarse con la reciente decisión de enviar una compañía de 150 hombres a Bosnia-Herzegovina, el foco más crítico de la guerra en la ex Yugoslavia.

"Sí, es una zona de riesgo, **pero nosotros sabemos que nuestros militares se preparan para eso, y además no van en forma obligada, como ocurre con cascos azules de otras partes del mundo**, donde envían no solo oficiales y suboficiales sino también soldados en forma compulsiva", comentó ayer el presidente **Carlos Menem**, por Radio América, al ser consultado sobre el envío.

Según fuentes del gabinete, el respaldo parlamentario serviría como un **paraguas político** ante enventuales contratiempos o bajas que pudieran sufrir los cascos azules argentinos, desplegados actualmente en ocho diferentes operaciones de la ONU.

"No estaría de más que el Congreso sirva como un escenario amplio de debate de la política argentina sobre estos temas de seguridad internacional", comentó una de las fuentes consultadas.

De todos modos, las posiciones oficiales no son uniformes. Hasta ahora, al menos públicamente, el canciller **Guido Di Tella** ha sostenido que la autorización parlamentaria para estas misiones —incluido el envío a Bosnia— **no es necesaria** porque se trata de operaciones de mantenimiento de la paz. Al señalársele los riesgos que implicaría, de todos modos, instalarse en los alrededores de Sarajevo, apuntó que **"no se puede tener un cuerpo de bomberos que le tenga miedo al fuego"**.

En tanto, según pudo saber **Clarín**, se fortalece cada vez más la idea de mandar una compañía extra a Bosnia y no desplazar a parte de los hombres del Batallón de Ejército Argentino (BEA V) que actualmente se encuentra en Croacia.

El envío costaría entre **3 y 4 millones** de pesos que partirían del presupuesto de Cancillería. **El visto bueno de Domingo Cavallo**, quien el lunes por la noche se reunió reservadamente con **Butros Ghali**, secretario general de la ONU, fue definitorio para avanzar en el compromiso.

Por supuesto, la iniciativa parlamentaria no se pondrá en marcha sino hasta después de **las elecciones fijadas para el 10 de abril, para evitar que la cuestión se convierta en un tema de confrontación electoral.**

Hasta ahora el Gobierno solo ha recurrido al Congreso cuando decidió enviar las tropas al Golfo, una misión que tenía mandato de la ONU, pero que fue comandada y organizada por los norteamericanos, quienes la bautizaron Tormenta del Desierto, y que por cierto no fue una misión de mantenimiento de la paz.

El martes, cuando Ghali se reunió con los veteranos argentinos de varias misiones de la ONU, estaban allí también los marinos que navegaron en las dos fragatas que la Argentina cedió a los aliados.

En su agenda, además, se incluyeron también entrevistas con los titulares de ambas cámaras, el senador Eduardo Menem y el diputado Alberto Pierri.

Menem, premiado

Carlos Menem se convertirá mañana en el líder interamericano. El Presidente recibirá el **Premio Interamericano Liderazgo 1993** de manos del secretario general de la Organización de Estados Americanos y titular de la Fundación Panamericana para el Desarrollo, **Joao Baena Soares**, en un acto que se celebrará al mediodía en el Alvear Palace Hotel.

Menem se trasladará al Alvear después de la reunión de gabinete. Pero en el hotel de su amigo **Mario Falak**, Menem no solo recibirá la distinción internacional; también participará del almuerzo que en su honor brindará el presidente de Bolivia, **Gonzalo Sánchez de Lozada**.

Por la noche, será Menem el anfitrión de la cena en la quinta de Olivos. Allí agasajará al financista norteamericano presidente del Chase Manhattan Bank, **David Rockefeller** y a su señora esposa.

9406215.

1c

LAS TROPAS QUE

BALAS

El canciller Di Tella solicitó a Butros Ghali que las tropas argentinas que viajen como cascos azules al sangriento escenario bélico de Bosnia reciban -en calidad de préstamo o alquiler- armamento británico. Respecto de los 10 millones de dólares, la Argentina los pondría siempre y cuando hagan lo propio "los diez países más importantes del mundo". Otro round de la pelea entre el canciller y el ministro Camilión: el primero quiere que vaya a Bosnia el contingente que ya está en Croacia y el titular de Defensa quiere enviar uno nuevo.

(*Por María O'Donnell*) Para enviar cascos azules a Bosnia, el escenario más sangriento de la guerra en la ex Yugoslavia, el Gobierno impuso como única condición que alguno de los países involucrados en la misión de paz de las Naciones Unidas provea a los soldados argentinos con el equipamiento adecuado. Según confió a *Página/12* una alta fuente diplomática, el canciller Guido Di Tella le transmitió al secretario general de las Naciones Unidas, Butros Ghali, que la Argentina aspira a equipar a sus cascos azules con material británico, con el objetivo de perforar el veto decretado por Gran Bretaña a la Argentina después de la guerra de las Malvinas, en 1982.

El canciller Di Tella se comprometió a estudiar el envío de una compañía de Infantería a Bosnia ante Butros Ghali, quien se encuentra en Buenos Aires desde el lunes y partirá hoy al mediodía rumbo a Santiago de Chile (ver recuadro). Ghali solicitó aquí la presencia de 150 efectivos argentinos en Bosnia, el epicentro de los enfrentamientos entre serbios, croatas y musulmanes donde las Naciones Unidas quiere reunir entre 10 y 15 mil cascos azules.

Según fuentes de la Cancillería, el pedido de Ghali contó antes con la aprobación de Gran Bretaña, que está dispuesta a aumentar su presencia en la zona con unos 800 hombres. Ante el secretario general, **Di Tella** impuso como única condición para la participación argentina que alguno de los países involucrados en la misión de mantenimiento de la paz en Bos-

9406215

IRAN A BOSNIA USARIAN ARMAMENTO BRITANICO

EN PRESTAMO

nia preste o alquile sus equipamientos a los cascos azules argentinos. La decisión deberá tomarse en el marco del Consejo de Seguridad de la ONU. Pero sin mencionar a España ni a Francia, Di Tella dejó sentado que aspira a recibir el préstamo de manos inglesas.

La compañía de Infantería que el gobierno argentino pretende enviar a Bosnia debería estar equipada con armas pesadas, antitanques, fusiles y pistolas de última tecnología, según reseñó Emilio Cárdenas. En resumen, un armamento acorde con el riesgo de la misión y con el que las Fuerzas Armadas argentinas no cuentan. El embajador explicó ayer que es probable que los cascos azules tengan a su cargo "el control del corredor de la costa que lleva a Sarajevo" y que compartan responsabilidades con un batallón español. "En este caso, el idioma ayuda mucho", dijo Cárdenas.

De todos modos, sería la primera vez que cascos azules argentinos y británicos coinciden en una misión de paz encarada por la ONU, advirtió un funcionario del Ministerio de Defensa. En Chipre –explicó– "estamos físicamente cerca: ellos tienen una base y nosotros cascos azules". La fuente consignó que "es lógico que todos los soldados utilicen materiales compatibles" y recordó que la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) ha homogeneizado los suyos para encarar misiones conjuntas.

El pedido argentino de contar con equipos prestados –siguió el funcionario de Defensa– se explica porque es la forma de evitar que se produzcan problemas logísticos entre los cascos azules de diferentes nacionalidades. "Eso abarca la parte sanitaria, las raciones de comida, el sistema de comunicación y el armamento", agregó.

El deseo de la Cancillería de equipar a los cascos azules con material británico reconoce como único antecedente lo sucedido durante la guerra del Golfo, cuando buques argentinos fueron reparados con repuestos ingleses. "Fue un breve paréntesis en el veto", concluyó la fuente de Defensa. El veto que rige desde la guerra de Malvinas incluyó, entre otras cosas, una gestión inglesa fracasada para evitar que Estados Unidos vendiera a la Argentina radares para 36 aviones Skyhawks.

Aunque todavía no está claro si el equipamiento de los cascos azules argentinos que podrían viajar a Bosnia será otorgado en alquiler o como préstamo, el ministro de Defensa, Oscar Camilión, señaló ayer que "lo que se nos pide no es desmesurado, el envío de 150 hombres no es un costo que esté más allá de nuestras posibilidades".

Además de solicitar el envío de un contingente argentino a Bosnia, Butros Ghali aprovechó su visita a Buenos Aires para pedir un aporte voluntario extraordinario de 10 millones de dólares para el presupuesto que financia las operaciones de mantenimiento de la paz. Según una alta fuente diplomática, el canciller respondió que la Argentina hará el pago si hacen lo propio "los diez países más importantes del mundo".

Hasta ahora, la Argentina se sumó a ocho misiones de paz y desplegó un total de 5300 cascos azules. Y ningún ministro le reclamó a Ghali el pago de los viáticos que las Naciones Unidas adeuda a la Argentina. La cifra, según Di Tella es de 3,5 millones de dólares. Según Camilión oscila entre los 8 y 10 millones.

Ghali partirá hoy con la promesa argentina de enviar cascos azules a Bosnia, pero –según aclaró ayer Camilión– la decisión recién será definitiva cuando la anuncie el presidente Menem.



Butros Ghali paseó con Menem por el Delta e insistió con el envío de tropas argentinas a Bosnia.

El canciller Di Tella le respondió que sí, pero quiere que las armas se las presten los británicos.

Ghali, de paseo por el Delta

El secretario general de las Naciones Unidas, Butros Ghali, elogió el trabajo realizado por los cascos azules argentinos desplegados en diferentes partes del planeta, durante una ceremonia realizada en el Palacio San Martín ayer al mediodía ante una formación de militares que cumplieron misiones de paz. Luego de este acto, el titular del organismo internacional habría aprovechado un encuentro extraoficial con el presidente Carlos Menem para solicitarle formalmente el envío de otros 150 efectivos militares argentinos como fuerzas de paz de la ONU.

Luego del acto con los efectivos argentinos que cumplieron misiones de paz de la ONU, Butros Ghali se trasladó hacia el Tigre para compartir un almuerzo con Menem a bordo del yate del empresario Mario Falak. Durante ese encuentro, que se prolongó en un paseo por el Delta a pesar del día tormentoso, Butros Ghali habría realizado la gestión formal para obtener de la Argentina el compromiso de enviar más efectivos como fuerza de paz y, se desprende, habrá escuchado los argumentos del jefe del Estado en favor de su propuesta de crear los Cascos Blancos para combatir el hambre en el mundo. En este sentido, el titular de la Cámara de Diputados, Alberto Pierri, anticipó ayer por la mañana –luego de recibir a Ghali en su despacho– que la ONU "considerará" la propuesta argentina para la formación del cuerpo especial.

12-12 9406215.

Nº. DOCUMENTO 9406916
TITULO Diplomático arg. renunció a ONU y volvió a ser contratado por org.
PROC 15
FE 7/3/94
VI 50888
66-962

LUIS MARIA GOMEZ REGRESA

El argentino volvió a ser

Clarín 7/3

El argentino que debió renunciar a su alto cargo en las Naciones Unidas luego de ser encontrado culpable de acuso sexual contra una dactilógrafa, volvió a ser contratado por la organización internacional. Cobrará un sueldo simbólico de un dólar por año, pero viáticos de 200 dólares diarios.

Un hombre tenaz

"Es un funcionario de altísima competencia técnica. Manejó los fondos de las Naciones Unidas con una impecabilidad absoluta". La frase la dijo el vicecanciller argentino, **Fernando Petrella**, para definir a **Luis María Gómez**. "Hizó una carrera brillante, y llegó a tan importante cargo sin necesidad de apoyos políticos", agregó el vicecanciller.

Defenestrado a principios de febrero después de haber sido acusado por acoso sexual; y reivindicado ahora por la ONU que ha vuelto a contratarlo, Gómez ostenta una excelente carrera en la diplomacia, que comenzó en 1961; cuando se convirtió en representante en Ecuador del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. De hecho, fue el diplomático argentino que más alto llegó en la jerarquía de Naciones Unidas.

En 1973 fue nombrado titular de la Oficina Regional para América Latina. Inteligente, trabajador, con amigos influyentes, este abogado porteño logró su ascenso más notorio durante la gestión del peruano **Javier Pérez de Cuellar** al frente de la Secretaría General de la ONU.

Pero su debilidad siempre fueron las mujeres, de acuerdo a lo que dicen quienes lo frecuentaron. Era frecuente verlo tomando tragos en el Hotel UN Plaza, acompañado por bellas damas. Gastaba mucho dinero, y hacía ostentación de su buen pasar económico.

ENT
CRUZ

01-04 9406216

COMO ASESOR PRINCIPAL, LUEGO DEL ESCANDALO

culpable de acoso sexual contratado por la ONU

Luis María Gómez, el diplomático argentino de 59 años que fue encontrado culpable de acoso sexual y que por ese motivo renunció a principios de febrero a su alto cargo en las Naciones Unidas, volvió a la organización internacional, contratado por el Programa Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD).

Una vocera de este organismo de la ONU reveló que Gómez trabajará ad honórem durante cuatro meses con un sueldo simbólico de **un dólar al año**. Gómez será "asesor principal" del administrador del PNUD, **James Gustave Speth**.

Pero si bien el sueldo simbólico es irrisorio, existen otros recursos para obtener un buen pasar. Según los reglamentos de la ONU, un "asesor principal" tiene derecho a percibir hasta **200 dólares diarios de viáticos**, libres de impuestos.

Además, como corresponde a todos los empleados de las Naciones Unidas, luego de varios años de servicio, Gómez tiene derecho a una jubilación muy importante, más una suma considerable que el fondo de retiros paga en el momento de la renuncia.

Después de su renuncia y de la lapidaria frase de su jefe directo, Speth —**"Gómez ha completado su misión"**—, se suponía que la carrera del argentino estaba terminada. Gómez fue el argentino que en toda la historia de la ONU escaló más alto en la organización internacional.

Después de su renuncia, obligado por la presión de un fallo judicial que lo encontró culpable, se esperaba que regresara a la Argentina: los reglamentos dicen que los funcionarios que dejan de trabajar en las Naciones Unidas deben volver a sus países de origen.

Amigo de las fiestas, audaz con las mujeres —según los distintos testimonios—, el diplomático era "un pez gordo de la ONU", como lo definió un diario de Nueva York. Número dos del PNUD, la oficina del argentino manejaba un presupuesto anual de mil millones de dólares.

Una dactilógrafa norteamericana, **Catherine Claxton**, lo denunció en 1992, tres semanas después que el titular de las Naciones Unidas, **Butros Ghali**, anunciara procedimientos oficiales para los casos de acoso sexual.

Pero la historia, en realidad, se había iniciado el 5 de mayo de 1988. Ese día, recordó Claxton ante la Justicia, el diplomático la besó en la boca, la acarició "de arriba abajo" e intentó levantarle la pollera. La dactilógrafa dijo que ella rechazó, indignada, los requerimientos amorosos de Gómez.

♦ Le negó un ascenso

Su actitud de rechazo hizo que Gómez le negara un ascenso en el PNUD, pero la dactilógrafa optó por el silencio, pues en ese momento no se sentía protegida. Recién cuatro años más tarde, ante la actitud de Butros Ghali de encontrar procedimientos legales que reprimieran los casos de acoso sexual en la ONU, se animó a realizar la denuncia.

Según la demanda presentada por la dactilógrafa (que en el momento del acoso tenía 41 años), Gómez también "le hizo comentarios inusualmente agresivos y explícitamente sexuales".

Gómez negó todo y consideró que la denuncia de Claxton era una fantasía. Sus amigos dijeron que la dactilógrafa intentó chantajearlo para conseguir un ascenso. En los corrillos diplomáticos latinoamericanos hasta se le dio crédito a una versión que aseguraba que la denuncia formaba parte de una venganza religiosa: Claxton es un miembro importante de la secta del gurú hindú Sri Chinmoy, a quien Gómez le habría impedido el uso de la sala de conferencias para celebrar sus ritos.

El caso Claxton contra Gómez fue un dolor de cabeza para la ONU, pues no hay tribunal en el mundo que tenga jurisdicción sobre la organización. Ni siquiera los Estados Unidos, el país huésped. Por eso, Butros Ghali terminó creando un "procedimiento especial" para los casos de acoso sexual dentro de la organización.

940621б·

ORDENAN QUE NINGUN FUNCIONARIO COMENTE EL CASO DEL DIPLOMATICO ARGENTINO

Acoso en la ONU: nadie puede hablar

Clarín 8/3

El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, ordenó ayer a todos los funcionarios del organismo que no emitan declaraciones públicas sobre el caso de acoso sexual por el que fue denunciado un diplomático argentino. Según el diario "The New York Times", en el informe judicial del caso "hay evidencias claras y convicentes" de que se produjo acoso contra una empleada de la ONU.

El secretario general de las Naciones Unidas, **Boutros Boutros Ghali**, ordenó ayer que ningún funcionario del organismo se refiera públicamente al caso del diplomático argentino, **Luis María Gómez**, quien, acusado de abuso sexual tuvo que renunciar a principios de febrero. Gómez acaba de ser recontratado por la ONU como asesor por un período de cuatro meses sin salario, pero con viáticos de 200 dólares por día.

Como los funcionarios de la ONU gozan de inmunidad diplomática, Ghali encargó a una jueza internacional —la irlandesa **Mella Carroll**— que investigara la denuncia. La jueza encontró culpable a Gómez de haber acosado sexualmente a la dactilógrafa norteamericana **Catherine Claxton**, quien además denunció que el funcionario argentino la "perjudicó" en el trabajo debido a que ella se negó a sus requerimientos.

Ayer, el vicecanciller **Fernando Petrella** dijo que el Ministerio de Relaciones Exteriores **no recibió ninguna comunicación** sobre la reincorporación de Gómez, por cuanto se trata de un funcionario que no depende del gobierno argentino.

Petrella opinó, sin embargo, que "no sería extraño" que le hubieran ofrecido a Gómez otra función de responsabilidad en las Naciones Unidas porque **"ha tenido una actuación relevante que le permitió ascender por su capacidad y esfuerzo".**

La negativa de Ghali de que se conozca el informe elaborado por la jueza, provocó la ira de la feminista **Ciceil Gross**, del Grupo para la Igualdad de Derechos de las Mujeres en la ONU.

"Mañana (por hoy) es el Día Internacional de la Mujer, que será celebrado en la ONU por una asamblea en la que hablará su secretario general —enfatizó Gross—. **Sin duda, en esta ocasión, las promesas de trato igualitario a las mujeres volverán a ser repetidas. Las mujeres en esta casa se preguntan cuánto tiempo más habrá que esperar para que estas promesas se hagan realidad".**

El informe, sin embargo, llegó a la redacción del diario "The New York Times", que ha hecho trascender que **"hay evidencias claras y convincentes"** del acoso sexual.

"El secretario general de la ONU ha declinado comentar sobre el caso, y ha amenazado con una acción disciplinaria contra miembros del staff que hablen sobre el informe", señaló el diario neoyorquino.

El diplomático, desde un primer momento, alegó inocencia. Ahora solo ha declarado que, "siguiendo instrucciones de Ghali, no puede discutir el caso públicamente". Pero ha trascendido que Gómez objetó el proceso que lo declaró culpable, señalando que no había normas claras establecidas para definir qué es "hostigamiento sexual".

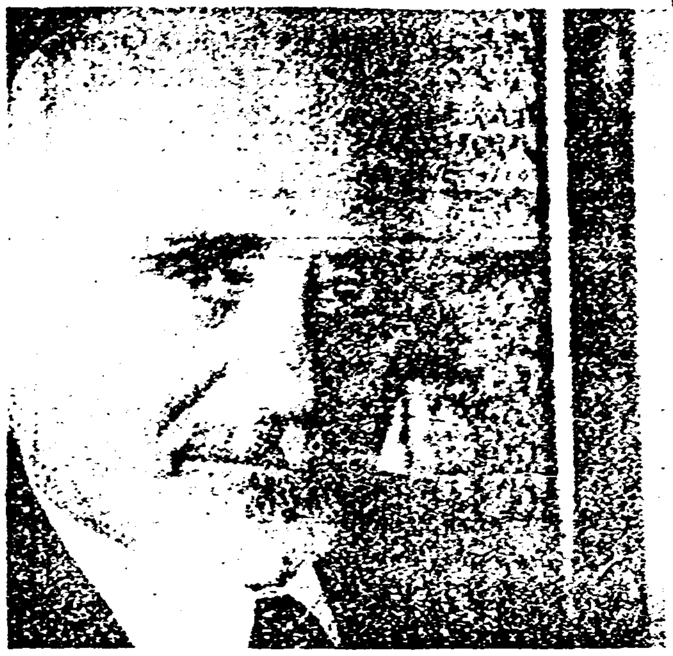
"The New York Times" informó que varios funcionarios del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo(PNUD) —que desconocían el informe de la jueza— apoyan a Gómez

9406216.

C3

NO RECONTRATO AL ARGENTINO LUIS GOMEZ, POR PRESION DE LAS ORGANIZACIONES FEMENINAS

Al final, la ONU dejó afuera al acosador



Luis María Gómez, el argentino acusado de abuso sexual: lo ONU lo dejó afuera por presiones de la prensa y las organizaciones femeninas.

Luis María Gómez, el argentino encontrado culpable de acoso sexual contra una subordinada, finalmente fue dejado afuera de las Naciones Unidas. Por la presión hecha por las organizaciones femeninas y por la prensa norteamericana, la organización internacional resolvió anular la decisión de contratar nuevamente a Gómez en el Programa para el Desarrollo. La ONU cedió a las presiones que se dieron en el marco del Día Internacional de la Mujer.

NACIONES UNIDAS (Especial). — Bajo la presión de organizaciones femeninas y la prensa de los Estados Unidos, el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) decidió prescindir, finalmente, de los servicios de **Luis María Gómez**, el argentino que fue encontrado culpable de acoso sexual contra una de sus empleadas.

Gómez renunció como administrador adjunto del PNUD en febrero, luego que la jueza irlandesa **Mella Carroll** decidiera que hubo **"clara y convincente evidencia"** de que el argentino **"asaltó sexualmente a Catherine Claxton en su oficina"** en 1988. El diario "The New York Times", que tuvo acceso al secreto informe de la magistrada, escribió que "luego que Claxton se quejó a Gómez por el incidente, trató de obligarla a bandonar su trabajo".

Tras su renuncia, el titular del PNUD, **James Gustave Speth**, decidió recontratar a Gómez por un período de cuatro meses para manejar los programas de asistencia para Somalia y Palestina, con un sueldo simbólico de un dólar anual.

Pero la historia del nuevo contrato de Gómez fue duramente fustigada por la prensa norteamericana, que remarcó que el nuevo nombramiento se produjo en vísperas del Día Internacional de la Mujer.

Speth decidió prescindir de Gómez para evitar el desprestigio frente a la opinión pública, en un tema tan delicado como es el del avance de la mujer y sus posibilidades de igualdad dentro y fuera del sistema de la ONU.

En una declaración oficial, Speth señaló su **"preocupación y tristeza"** porque la retención de Gómez en el PNUD haya sido tomada por algunos como un acto de "insensibilidad".

Indicó que volvió a pedir los servicios de Gómez porque había mostrado eficiencia en el manejo de los programas del PNUD en una de las zonas más difíciles y complicadas del planeta, incluyendo Somalia y los territorios ocupados.

"Estoy sorprendido de que este contrato haya sido tan mal interpretado. Pero las percepciones son importantes en cuestiones como esta", indicó Speth.

De esta manera se cierra el último episodio de la traumática partida del argentino del PNUD. Gómez llegó más lejos que ningún otro compatriota dentro del sistema de la ONU, lo que le brindó amigos y enemigos en sus 30 años de ascendente carrera.

Luego que se conoció la primera renuncia de Gómez, sus partidarios dentro del PNUD distribuyeron botones con el emblema **Yo quiero a Luis**. Pero, cuando se supo sobre el nuevo contrato del argentino, otras mujeres expresaron su descontento.

"La ONU no se toma en serio los casos de acoso sexual", dijo una empleada de la organización, que pidió no ser identificada, bajo riesgo de perder su trabajo. "Lo sacaron del puesto para ponerlo en otro. Por lo menos le hubieran quitado la pensión, porque no hubo ninguna sanción, a pesar de haber sido condenado", dijo.

Mientras tanto, Claxton continúa en su puesto, en una oficina que —paradójicamente— se encarga de atender quejas de los empleados de la ONU. Tanto los partidarios de Gómez como los de Claxton quieren que el secretario general, **Butros Ghali**, autorice la publicación del secreto veredicto. Ambas partes tienen prohibido hablar públicamente del tema, según lo establecen los reglamentos internos de la Organización Mundial.

Mientras todo esto ocurría, el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo desmintió oficialmente que Gómez tuviera viáticos de **200 dólares diarios** por su contrato como asesor para Somalia y Palestina, como señaló "The New York Times". En un comunicado, el PNUD sostuvo que Gómez "no iba a recibir ningún viático ni ninguna otra remuneración como resultado de su arreglo laboral, a menos que viajara en una misión en nombre de Speth". Como subsecretario general de la ONU, Gómez percibía un sueldo de aproximadamente **137.000 dólares brutos al año**. La suma total de su retiro dobla más de una vez esa cifra.

Marina G. Aizen

9406216

04-04

Nº. DOCUMENTO 9406217
TITULO Invitación británica para enviar cascos azules argentinos a Bosnia
PRO 150025
FECH 10/3/94
VINCUL 501889
66960
507685
507599

Invitación británica para enviar cascos azules argentinos a Bosnia

Embargo de armas: un indicio del levantamiento es la propuesta para participar en el área más conflictiva de los balcanes.

El secretario de Coordinación de la Cancillería, Andrés Cisneros, dijo ayer a LA NACION que los indicios existentes permiten prever que la decisión británica de levantar el embargo de armas a nuestro país "estaría muy próxima".

De esta manera respondió al pedido de precisiones formulado por LA NACION a raíz de declaraciones del canciller Guido Di Tella sobre el tema.

Desde hace tiempo la Cancillería realiza gestiones para destrabar la venta de repuestos para unidades militares de origen británico.

El Reino Unido llegó a impedir hasta la provisión de llantas para las ruedas de los aviones.

Se podría pensar que el levantamiento de la prohibición es una consecuencia de la actitud similar de los Estados Unidos y del convencimiento sobre las intenciones de nuestro país.

Uno de los indicios a los que se refirió Cisneros -aunque sin enumerarlos-, sería la sugerencia de la Marina británica para que en el próximo viaje de la fragata Libertad se incluya un puerto de ese país.

Sin embargo, la señal más importante podría ser la invitación a que soldados argentinos integren, con los británicos, los Cascos Azules que operan en Bosnia, una de las regiones donde hacen falta armas y pertrechos de alta tecnología que no forman parte del equipo usual del Ejército.

Lógicamente, éste debería ser similar al que poseen los efectivos de los demás países, que las fuentes informantes a las que se tuvo acceso, aseguran que son de origen inglés, o sea que la Argentina debería proveerse de esos elementos.

Ovidio Bellando

9406217

Nº 9406218
TITULO Para Boutros Ghali las perspectivas de paz mejoran en la ex Yugoslavia
PRO 15 ce 25
FE 17/3/94
VI 5e 14 419
6c 467
5e 7685

La ONU ampliará el Consejo de Seguridad llevándolo de 15 a 18 miembros

Para Boutros Ghali las perspectivas de paz mejoran en la ex Yugoslavia

El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, afirmó ayer aquí que las perspectivas de paz en la ex Yugoslavia parecen ahora más concretas y elogió la decisión argentina de enviar un nuevo contingente militar a Bosnia.

Buenos Aires (ANSA)

■ "Las perspectivas de alcanzar la paz son mucho mejores que las que existían hace un mes...", dijo Boutros Ghali en una conferencia de prensa, al concluir ayer una visita de cuatro días a la Argentina. Boutros Ghali se refirió también a la activa participación de Estados Unidos y Rusia en la búsqueda de una solución para el conflicto, destacando como positivas todas las iniciativas de paz.

"Nosotros tenemos en el terreno todavía un negociador (Thorn Stoltenberg) y la Unión Europea tiene otro (David Owen).

No existe una contradicción en sus tareas con la iniciativa ruso-estadounidense. Si descubrimos un día que uno de los canales no sirve más lo cerraremos, sin dudas. La ONU no pretendió jamás tener el monopolio de la solución pacífica del conflicto", afirmó, al negar que la búsqueda de una solución se haya reducido ahora sólo a las iniciativas de rusos y norteamericanos.

En ese contexto, Boutros Ghali se refirió a la necesidad de democratizar la ONU mediante la activa participación de todos sus miembros y destacó la decisión argentina de enviar un nuevo contingente militar.

"Argentina —dijo el secretario general— es el país latinoamericano que mayor participación tiene en los esfuerzos de paz", en referencia al nuevo contingente militar que enviará este país para sumarse a los 9.000 cascos azules que operan actualmente en la ex Yugoslavia.

Aunque la decisión del gobierno de Buenos Aires ya fue anunciada, la misión que cumplirán las nuevas tropas debe definirse todavía, de acuerdo a declaraciones he-

C1-C2

9406218

chas por Carlos Menem. "Estamos aún conversando, estamos definiendo los medios, sin que exista todavía una decisión sobre la cuestión", dijo el presidente argentino.

Boutros Ghali reconoció hoy que corresponde "únicamente al gobierno argentino decidir el tipo de tarea" que cumplirán esas tropas. "Nosotros, como Naciones Unidas, tenemos la tarea de coordinar todas las ayudas. A veces, un país da los hombres, otro las armas y otro, incluso, el apoyo logístico. Nosotros debemos posibilitar los contactos entre todos, en función del objetivo propuesto", explicó.

Al margen del tema yugoslavo, Boutros Ghali reveló que una consulta efectuada por la Secretaría General entre todos los países miembros de la organización señala el interés en ampliar el Consejo de Seguridad.

"La mayoría de los países es favorable a ampliar el Consejo", afirmó, aunque destacó que ese consenso se refiere sólo a ese tema. Existen discrepancias profundas, en cambio, en cuanto al número de asientos que deben crearse en el Consejo y, sobre todo, en definir a qué país corresponderá el derecho de tener representación permanente.

"Cuando fue creado el Consejo, la ONU tenía 60 miembros. Ahora tiene 184. Creo que sería posible ampliarlo, pero en forma paulatina, llevando de 15 a 18 sus miembros", dijo Boutros Ghali.

Esas discrepancias, a su juicio, impedirán que la ampliación pueda concretarse hasta 1995, en que la organización cumplirá 50 años. El secretario general habló, también, de las dificultades financieras de la ONU. "En tiempos de la guerra fría se gastaban 1.000 millones de dólares al día en la confrontación entre las grandes potencias. Si hubiésemos podido contar con el dinero gastado en sólo uno de esos días, habríamos resuelto nuestro problema financiero", señaló.

En ese sentido hizo un llamado a los países miembros para que cumplan con sus obligaciones financieras con la organización. "Pagar la cuota—afirmó Boutros Ghali—es importante no sólo por el dinero, sino por su significado, porque revela la prioridad que se da a la organización. Al fin y al cabo, la cuota no representa nada más que el 0,1 por ciento del presupuesto de cada país".



Boutros Ghali, secretario general de las Naciones Unidas, entiende que la paz entre musulmanes y serbios está más cerca que hace un mes.



9406218

1/1

CAMPO SICOSOCIAL
JOVENES

PARA ANOTARSE CON ANTELACIÓN

Taller de Sexualidad para jóvenes

Rocha, por Magela Altier. Organizado por la Oficina Municipal de la Juventud el sábado 2 de julio se realizará un Taller de Sexualidad para los jóvenes de 14 a 29 años.

Los temas propuestos tales como homosexualidad, sida, embarazo precoz, masturbación, enfermedades de transmisión sexual, comunicación con los padres, métodos anticonceptivos, aborto, cambios en la adolescencia, maternidad-paternidad responsable, anatomía femenina y masculina serán elegidos de acuerdo a las prioridades establecidas por los jóvenes que, al inscribirse, deberán llenar un formulario indicando qué temas les interesa tratar.

Es por este motivo que las inscripciones, de carácter gratuito, se deberán realizar en la Oficina Municipal de la Juventud con la suficiente antelación para permitir que diez días antes estén prontas la planillas con todos los datos necesarios. El desarrollo del taller estará a cargo de la psicóloga Susana Araújo, especialista en sexualidad y juventud del INJU.

Está previsto además, otro taller, en fecha a confirmar, sobre Orientación Vocacional y Laboral a cargo de la psicóloga Marisa Martínez.

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

ESTE DIARIO
06/JUN/94

24 P 94

OBSERV...

002

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 13 JUN. 1994
Nº de Orden 9406219

001/001

-9406219

Nº DOCUMENTO 9406223
TITULO Lacalle afirmó que A.E.C. del Merc. debe definirse en junio
PRO 150007
FE 2.1.94
Merc 12781
Econ 11161
ST 11403
Urug 302466

LACALLE: ARANCEL EXTERNO DARA CERTEZA DEL MERCOSUR AL MUNDO

Sostuvo que Debe Resolverse en Junio Para Definir Alcance de Integración

VARSOVIA, Polonia (Por Enrique Etchevarren).— El presidente Luis A. Lacalle ratificó que el arancel externo común de los países del MERCOSUR debe definirse el próximo junio a fin de dar señales ciertas a los agentes económicos y políticos del resto del mundo.

Por otra parte el mandatario señaló que el proyecto de la Hidrovía, que consideró fundamental para la región, depende de la aprobación del marco jurídico por Paraguay, Argentina y Brasil más que de las obras de infraestructura que deban realizarse.

Lacalle dijo a los periodistas paraguayos que lo entrevistaron en el vuelo que el arancel externo común y por ende el alcance que va a tener la integración entre los países del MERCOSUR, debe resolverse para el próximo mes de junio porque "si bien el proceso ha avanzado y la desgravación arancelaria está funcionando, tenemos que dar una certeza a los agentes económicos y a los agentes políticos del resto del mundo acerca de qué relacionamiento vamos a tener".

Consultado sobre la vinculación entre la iniciativa de integración del MERCOSUR y el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (NAFTA), Lacalle ratificó que "la primera prioridad" del Uruguay es el marco regional para luego de su consolidación iniciar contactos entre ambos bloques.

Lacalle llamó a no dejarse ganar por lo que calificó de "ansiedad histórica" en cuanto a los plazos para el establecimiento de acuerdos con el NAFTA, señalando que el MERCOSUR es la tarea que se ha propuesto Uruguay en esta generación. "Lo que tenemos entre manos es convertirnos en una de las grandes potencias económicas. Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay sumados son un mercado de más de 200 millones de habitantes", dijo el Presidente señalando que para Uruguay no hay prioridad mayor que el MERCOSUR.

Con respecto al proyecto de la Hidrovía, Lacalle recordó que "está pendiente la aprobación por el Parlamento de Asunción, de Brasil y Argentina". "Apenas lo aprueben dos países más entra en plena vigencia ese proyecto que es tan importante para Uruguay y para Paraguay".

El Presidente afirmó que mucho más que la infraestructura lo que importa es el marco jurídico, agregando que los operadores de los países de la región quieren tener seguridad en los costos y regímenes de carga, practicaje y formalidades de Aduana.

"Los canales, los dragados y las boyas s[illegible] actos materiales"

01-01

9406223

DOCUMENTO 9406224
Siguen las asimetrías macroeconómicas en el Merc.
150023
2.4.94
Merc 12781
Econ 11161
Pol Econ 11332

Mientras Argentina en marzo registró inflación cero y Uruguay en torno al 2,8%, Brasil oscilará en el 45%

Asimetrías macroeconómicas del Mercosur siguen en el debe a nueve meses de 1995

■ Las asimetrías de las macroeconomías de los países del Mercosur parecen incambiadas cuando restan escasos nueve meses para la plena vigencia de lo acordado en el Tratado de Asunción y pese a los reiterados intentos brasileños por aproximar sus números al de los restantes miembros del bloque comercial del Cono Sur.

Mientras el crecimiento de los precios en Brasil fue del 45,71 por ciento durante marzo y de acuerdo al índice general de precios de mercado elaborado por la privada Fundación Getulio Vargas, la inflación argentina en el mismo período volvió a ubicarse en cero por ciento y "probablemente en los próximos meses se registre deflación", vaticinó ayer el viceministro de Economía de aquel país, Carlos Sánchez. "En bienes hay muchos productos en los que se viene registrando sistemáticamente deflación, pero hay servicios que ponen la parte de la variación positiva y hacen que el índice sea cero", explicó el funcionario argentino sin ocultar su satisfacción. En tanto, la evolución de los precios de los países menores del Mercosur, Paraguay y Uruguay, ascenderán a un ritmo más próximo al cero de Argentina que a la aún incontenible inflación norteña, que se situará en márgenes inferiores a los señalados por el grupo privado pero igualmente superará el 40 %, reconocen funcionarios del Ministerio de Hacienda. El programa antiinflacionario impulsado por el recientemente renunciante ministro de Hacienda de Brasil, Fernando H. Cardoso y quien será sustituido por el diplomático Rubens Ricupero, habría sin embargo comenzado a provocar un descenso en los precios de la canasta básica de alimentos, según las estimaciones del gobierno. Desbarrancando estas optimistas previsiones oficialistas, la prestigiosa Fundación Getulio Vargas proyectó una inflación acumulada en los últimos doce meses de 3.392,27 % y de 185,27 % en lo que va del año. Las proyecciones privadas advierten que el costo de vida en el presente mes para nuestro país se ubicará en el orden del 2,8 por ciento, ascendiendo respecto a los guarismos de los primeros dos meses de 1994

001/001
9406224

Existe principio de acuerdo para productos petroquímicos

Retoman discusiones por arancel del Mercosur

Los gobiernos del Mercosur llegaron a un principio de acuerdo sobre qué protección arancelaria tendrán los productos químicos y petroquímicos en la futura unión aduanera y esta semana reanudarán las discusiones para fijar el arancel de los bienes de capital y de una serie de rubros conflictivos.

De esta manera, se reanudan las negociaciones tras el impasse generado por las discrepancias de los cuatro países en cuanto a qué arancel debería regir para los productos que los gobiernos consideran "sensibles" o "estratégicos".

Los presidentes de los cuatro países, en la reunión mantenida en enero pasado, habían fijado un nuevo cronograma de negociaciones, que pone como plazo máximo el mes de junio para que el arancel externo del Mercosur quede definitivamente fijado.

El arancel debe comenzar a regir el 1° de enero de 1995, aunque para algunos rubros, como bienes de capital, podría posponerse hasta el año 2001, e incluso hasta el 2006 para los más problemáticos, como los productos de informática.

Los capítulos de la nómina arancelaria analizados en la última reunión técnica corresponden a los productos químicos orgánicos, los productos farmacéuticos, los abonos y productos diversos de la industria química.

En todos estos rubros, Brasil tiene niveles de protección en torno al 20%, claramente superiores a los niveles de los otros tres países socios, que no llegan al 10%.

Esta semana las negociaciones se reanudarán, con el análisis de los aranceles para bienes de capital y equipamientos industriales. Según trascendió, en este punto se podría llegar a un arancel en el entorno del 12%, al cual los cuatro países convergerían gradualmente en un plazo de seis años.

También se analizará una larga serie de rubros, especialmente vinculados con materias primas y producción agroindustrial, en los cuales el gobierno paraguayo objetó los niveles tarifarios propuestos por los otros tres países.

Los funcionarios consultados dijeron que existen buenas perspectivas de que esta vez sí se llegue a un acuerdo, por lo que el mandato de los presidentes podrá ser efectivamente cumplido y la nómina arancelaria del Mercosur se aprobará formalmente en julio próximo. ■

9406225

9406226
Cooperación técnica para Mercosur
150023
4.4.94
Mer 12781
Ftecn 11166

Programa Bolívar dispondrá en abril cooperación técnica para Mercosur

■ En la próxima reunión del directorio del programa Bolívar prevista para este mes, en Guadalajara, se discutirá la creación de instrumentos para atender las necesidades de cooperación técnica en el marco del Mercosur, que integran Argentina, Brasil, Paraguay y nuestro país.

El programa de cooperación e integración tecnológica en el que participan 16 países latinoamericanos, tiene "la intención de crear un Fondo de Garantía Regional que pueda ofrecer líneas de crédito a corto y largo plazo con períodos de gracia de tres años", explicó el presidente de la comisión brasileña, Israel Mahler. La mayoría de las propuestas -explicó Mahler- ser refieren a asociación tecnológico-productiva entre empresas e intituciones de investigación, sobre todo en los sectores agropecuarios, de alimentos, informática, telecomunicaciones, salud y electrónica.

"Apenas 14% de las propuestas ya recibidas requieren recursos financieros para desarrollar los proyectos, el restante 86% son las propias empresas que financian los mismos", afirmó, agregando que las dificultades encontradas por las empresas que desean invertir en estos proyectos no son sólo financieras.

9406226

01-01

9406227
B.I.D impulsará creación de Pymes en Merc.
1S0483
4.4.94
Merc 12781
Y Econ 11161
S.I. 11401

BID impulsará creación de PyMEs en el Mercosur

El Banco Interamericano de Desarrollo podría definir en los próximos meses el otorgamiento de un préstamo para financiar un programa de promoción a las pequeñas y medianas empresas del Mercosur, dijeron a *El Observador* funcionarios que participan en las negociaciones regionales.

El tema está siendo negociado por el BID y los cuatro gobiernos en el ámbito del subgrupo de trabajo número 7, que se ocupa de las políticas industriales y tecnológicas en el futuro mercado común.

Durante la última reunión de este subgrupo, el consultor principal del proyecto realizó una exposición sobre la propuesta final y entregó un borrador del programa, cuyo contenido será analizado por los gobiernos. El próximo 2 de mayo habrá una nueva reunión de la comisión encargada de la pequeña y mediana empresa en el subgrupo 7.

El programa del BID prevé un plan de información sobre oportunidades de negocios y promoción para la concreción de acuerdos entre pequeñas empresas de los cuatro países. También habrá asistencia a las empresas, principalmente en cuanto a capacitación y acceso a nuevas tecnologías de producción, informaron los funcionarios consultados.

No habría asistencia financiera directa a las empresas en este programa, ya que el proyecto se centra en la información y capacitación.

El monto de la ayuda aún no ha sido determinado, ya que ello dependerá del alcance y la modalidad del programa que finalmente los gobiernos y el organismo internacional aprueben. ■

9406227

01-01

9406228
Reunión de Cancilleres del Mercosur en mayo en Bs. As. por AEC
150023
S 454
Merc 12781
Reunión 11078
Ara 56560
Fecha 1161
ST 11203

Presidentes analizarán a fin de mes el Alcsa

Cancilleres del Mercosur se reunirán en mayo en Buenos Aires por arancel

■ Los cancilleres de los cuatro países miembros del Mercosur analizarán el próximo 6 de mayo los avances que, a nivel técnico, han tenido las negociaciones en cuanto al arancel externo que el bloque dispondrá para aquellos países de extrazona y que había atravesado un impasse desde que los presidentes acordaran un cronograma de convergencia arancelaria en enero pasado.

Hace un par de semanas el propio ministro de Economía argentino, Domingo Cavallo, había puesto en duda la aprobación del arancel externo común del Mercosur para fines de este año y el mismo podría ser pospuesto de no superarse los obstáculos existentes, pese a que la última reunión de presidentes comprometió en Colonia tener un acuerdo en junio de este año.

Ahora en lo que será un encuentro de carácter extraordinario (fuera de cronograma) del Consejo del Mercosur, los titulares de Relaciones Exteriores de Argentina, Brasil, Paraguay y nuestro país evaluarán las instancias técnicas que los negociadores vienen desarrollando esta semana en Montevideo. Según las fuentes del Mercosur existe un 80% de ítems compatibilizados, restando establecer con claridad las bandas en que se ubicarán los mismos, que van del 0% al 20% de arancel.

Las negociaciones, tendientes a definir el arancel externo común que regirá para los países del Mercosur frente a aquellos externos al bloque, fueron retomadas ayer por los negociadores subgrupos técnicos Nº 2 y 10 del Mercosur y las posiciones lograron aproximarse en algunos rubros considerados conflictivos, comentaron fuentes diplomáticas uruguayas.

LOS PRESIDENTES ANALIZAN ALCSA

Mientras tanto, la propuesta brasileña de crear una zona de libre comercio a nivel sudamericano será debatida a nivel de los primeros mandatarios de los cuatro socios del Mercosur, en un encuentro a celebrarse en las ciudades de Brasilia o Río de Janeiro —aún no está definido— en los últimos días de este mes. La denominada Area de Libre Comercio Sudamericana (Alcsa) que lanzara el presidente brasileño, Itamar Franco, a fines del pasado año, habría encontrado cierta reticencia por parte de Uruguay, por entender que la idea interfiere con el proceso de integración en el Mercosur.

Cabe recordar que la propuesta brasileña, sin decirlo, lo que está provocando es la salida de México y la pérdida de preferencias arancelarias de los aztecas con el resto de Sudamérica. La medida es una respuesta al ingreso mexicano al Tratado de Libre Comercio del norte de América (TLC) que dio preferencias especiales a sus socios —Estados Unidos y Canadá— perjudicando las exportaciones brasileñas.



Sergio Abreu, canciller uruguayo, se reunirá con sus pares del Mercosur en forma extraordinaria para analizar avances sobre el arancel externo común.

01-01
9406228

9406229
Analizarán en Brasil la construcción de ruta del Mercosur
150023
5 4 94
Merc 12701
Brz 507482
CEEcon 11161
Com y Trz 11411

Autoridades brasileñas analizarán la construcción de la ruta del Mercosur

La República en Rivera — Martín Correa — RIVERA

■ "El Consejo Parlamentario de la Región Sur de Brasil, realizará su próxima reunión en Santa Ana do Livramento, en el transcurso del primer semestre de este año para abordar lo concerniente a la ruta del Mercosur que unirá a San Pablo con Buenos Aires". Así inició sus declaraciones exclusivas a **LA REPUBLICA**, el doctor Zulmir Rasch, presidente del Consejo Legislativo Internacional (Unión de ediles de Rivera y Livramento). Rasch subrayó que esta primera institución, está integrada por los presidentes de las Asambleas Legislativas de Río Grande, Santa Catarina, Paraná y Mato Grosso do Sul. En tal sentido, este tema ha sido analizado por los ediles de Rivera y Livramento, quienes oportunamente realizarán el próximo viernes ocho, una nueva reunión al respecto, a los efectos de ultimar detalles acerca de esta futura jornada y a la vez, se estructurará un documento conjunto que será elevado en el mes de junio a las autoridades del Consejo Parlamentario de la región Sur. Basado en su posición geográfica, dijo Rash, las ciudades de Livramento y Rivera desempeñan un rol fundamental en materia de integración y en consecuencia utilizaremos en la emergencia argumentos relativos a esta incidencia. Estas instancias se encuentran en realidad muy adelantadas, y nosotros los legisladores regionales, procurando el desarrollo regional fronterizo, seguimos atentos a estas circunstancias previstas oportunamente.

Entre tanto, continuando con estas consideraciones, el vereador (edil) Rasch, manifestó que se realizarán en la segunda quincena de abril, nuevos contactos con el doctor Avelino Collet, titular del Consejo Estadual del Desarrollo e Integración de Frontera, sobre la instalación en Santa do Livramento de una representación oficial del Ministerio Extraordinario para asuntos de Integración. Solicitando además, la transferencia del complejo ferroviario de la red Ferroviaria Federal, localizado en la zona urbana de Livramento para el Paso de Frontera, sobre la línea divisoria y próximo al distrito industrial local, transformándolos, en una terminal ferroviaria que permitirá la concretización de un enlace ferroviario con AFE. A este respecto, concluyó Rasch, la Junta Departamental de Rivera cursó invitación al directorio de AFE en Montevideo, para reunirse en la sede del legislativo riverense lo que fue aceptado oficialmente, restando únicamente la fijación de fechas, probablemente, para la segunda quincena de abril.

"Finalmente, el presidente de la Asociación Comercial e Industrial de Santa Ana do Livramento, Oreste Rosa Ilha, se hizo solidario con las manifestaciones del vereador Rasch en torno al desarrollo regional, expresando además que habría que otorgarles a las mismas el carácter de binacional, lo que de hecho se constituyen y son en realidad".

01-01
9406229

DOCUMENTO 9406230
TITULO Uruguay ratificó oposición a controles de origen en Mercosur
PROCEDENCIA 150483
FECHA 5.4.94
VI Merc 12781
Uru 507466
Econ 1161
S Con 11407
Ind 12195

Por entender que es incompatible con una unión aduanera

Uruguay ratificó su oposición a controles de origen en Mercosur

El gobierno uruguayo ratificó frente a sus socios del Mercosur su posición contraria al establecimiento de controles de origen dentro de la unión aduanera entre los cuatro países, en una abierta oposición a las posturas que mantienen en ese sentido los gobiernos de Argentina y Brasil.

En la última reunión del subgrupo de trabajo número 7 (que se encarga de coordinar las políticas industriales), la delegación uruguaya hizo constar en el acta que "es incompatible establecer requisitos de origen en el marco de una unión aduanera".

Los requisitos de origen son mecanismos de contralor de que un producto fue efectivamente fabricado en un país del bloque, y que no hubo una "triangulación" desde un país de extrazona. Los industriales brasileños se han manifestado particularmente preocupados por la posibilidad de que ingresen a su mercado mercaderías provenientes de extrazona, sin que paguen el correspondiente arancel.

En el mismo documento del subgrupo 7, las delegaciones de Argentina y Brasil indicaron que dicho control de origen para todos los productos de la nómina arancelaria resultará "esencial" a partir del 1° de enero de 1995 y hasta la vigencia de una unión aduanera plena en el año 2006.

Agregan las delegaciones brasileña y argentina que "las reglas a ser establecidas deberán prever un régimen general de origen, tanto como el establecimiento de requisitos específicos para sectores determinados o regímenes especiales".

Paraguay, en tanto, no fijó aún una posición oficial sobre el tema, y comunicó que está preparando un documento al respecto.

Certificados contra "triangulación"

La posición del gobierno uruguayo contraria al establecimiento de requisitos de origen está basada en una concepción teórica, según la cual no tiene sentido el establecimiento de controles dentro de un bloque económico cuando existe un arancel externo común y cuando están eliminadas las barreras arancelarias internas, explicó a *El Observador* un funcionario que participa en las negociaciones.

Indicó que únicamente para los productos que sean incluidos en la lista de excepción al arancel externo común cabría la eventualidad de establecer normas de origen.

En cuanto a las garantías contra la "triangulación" de productos provenientes de extrazona, señaló que el gobierno uruguayo propicia que cada país del Mercosur mantenga un sistema de certificados, con la supervisión de las agremiaciones empresariales. De esa manera, agregó, se podría establecer en qué medida los productos elaborados a partir de insumos importados tienen un grado de valor agregado local.

Dirigentes empresariales uruguayos indicaron que existe el temor de que, a través de los requisitos de origen, pueda verse restringida la libre circulación de mercaderías dentro de la unión aduanera.

Según el cronograma de negociaciones del Mercosur, el tema deberá quedar resuelto antes de julio próximo, cuando se establezca el arancel externo común, aunque los funcionarios consultados indicaron que no hay perspectivas claras de un entendimiento en el corto plazo. ■

9406230

01-01

Sin acuerdo en Mercosur por ZF

A NIVEL TÉCNICO ya no se discute respecto al estatus que tendrán las zonas francas en el Mercosur, ante la evidencia de que no es posible llegar a un acuerdo entre los cuatro países, y se está a la espera de que haya una negociación de nivel político para resolver el tema antes de julio próximo, dijeron a *El Observador* funcionarios del gobierno uruguayo.

Luego de constatar que las posiciones entre los países estaban demasiado distantes como para acercarlas en el ámbito técnico, los delegados solicitaron instrucciones al Grupo Mercado Común, que es el órgano de decisión política del Mercosur.

A pesar de la solicitud no ha habido aún una respuesta, por lo que no se ha podido avanzar en el tema y no se avizora un entendimiento en el corto plazo.

Paralelamente, trascendió que el tema está siendo tratado en contactos entre jerarcas de los gobiernos, pero sin que hasta el momento haya surgido una posibilidad de acuerdo.

Según el cronograma de negociaciones que fijaron los presidentes de los cuatro países socios, los delegados que negocian la política industrial del Mercosur tienen aproximadamente tres meses para resolver el diferendo.

La discrepancia fundamental respecto a este tema radica en cómo debe considerarse a las importaciones procedentes de las zonas francas.

Paraguay y Uruguay abogan porque las zonas francas sean consideradas como territorio del Mercosur, es decir, que las mercaderías allí producidas gocen de libre circulación y comercialización en todo el mercado común. Brasil y Argentina, en cambio, mantienen la tesis de que las zonas francas deben ser consideradas como extrazona y que, por lo tanto, sus mercaderías deban pagar el Arancel Externo Común.

Los dos socios mayores del Mercosur sólo reconocen como parte de éste a las zonas francas de Manaus (en el norte de Brasil) y de Tierra del Fuego (en el sur argentino). Ello motivó protestas de los otros dos países, que denuncian un intento de trato discriminatorio. ■

9406231

9406232
Acuerdos sobre protección arancelaria en Mercosur
IS0015
6.4.94
Merc 12781
Ec. 11005
Econ 11161
STim 4403

Mercosur: países llegaron a principios de acuerdos

LM 6/4

Los países del Mercosur llegaron a un principio de acuerdo sobre la protección arancelaria de los productos químicos y petroquímicos en la futura unión aduanera. En la tarde de ayer se reanudaron las negociaciones, con el objetivo de fijar los aranceles de los bienes de capital y otros sectores considerados conflictivos.

La negociaciones habían quedado suspendida debido a las discrepancias surgidas entre los socios sobre cuál debería ser el arancel para los productos que los gobiernos consideran sensibles o estratégicos.

Los Presidentes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, en la reunión celebrada el pasado enero en el departamento de Colonia, fijaron un nuevo cronograma de negociaciones que pone como plazo máximo el mes de junio para que el arancel externo quede definitivamente fijado, según señalarón a **LA MAÑANA** portavoces de la Secretaría del Mercosur.

Regir el 1º de enero del 95

El Arancel debe comenzar a regir desde el primero de enero del 95 aunque para algunos rubros, como los bienes de capital, podrían posponerse hasta el año 2001 e incluso hasta el 2006 para aquellos productos más sensibles, como lo del sector informático.

En la última reunión técnica se analizó la nómina arancelaria relativa a productos químicos orgánicos, productos farmacéuticos, abonos y productos diversos de la industria química.

En estos rubros Brasil tiene niveles de protección próximos al 20%, mientras que los restantes países socios del Mercosur, incluido Uruguay no llegan al 10%.

Las negociaciones del Subgrupo 10, encargadas de fijar el arancel externo, se reanudaron en el día de ayer con el propósito de analizar la fijación de los aranceles para bienes de capital y equipamientos industriales, en lo que habría un principio de acuerdo según lo consultado por **LA MAÑANA** para fijar un arancel del 12%. En lo que los cuatro países convergerían gradualmente en un plazo de unos 6 años, indicaron.

Paraguay objetó

En las negociaciones se analizarán otros rubros relacionados con materias primas y producción agroindustrial, en los cuales Paraguay objetó los niveles tarifarios propuesto por los otros tres países.

Existen buenas perspectivas para que se llegue a un acuerdo, y se pueda cumplir con el cronograma fijados por los presidentes y la nómina arancelaria del Mercosur quede aprobado el próximo julio, enfatizaron las fuentes.

9406232

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406233
TITULO Economía en América Latina.
PROCEDENCIA 15000+
FECHA 5/5/94
VINCULACION 11677
1161
11410
11403

ARGENTINA

La economía argentina creció en 1993 un 6.7 por ciento, prosiguiendo con una tendencia iniciada dos años antes.

Sin embargo, para 1994 se prevé una disminución del ritmo de crecimiento, ubicándose alrededor del 4 por ciento.

La inflación acumulada el año pasado alcanzó el 7.4 por ciento y se estima que en 1994 no supere el 5 por ciento.

Las reservas internacionales alcanzaron en 1993 los 15 mil 280 millones de dólares, manteniéndose inalterable la paridad cambiaria de un peso por un dólar.

La afluencia de capitales del exterior permitió seguir financiando una balanza comercial deficitaria, misma que registró un saldo negativo de 3 mil 680 millones de dólares en 1993.

La tasa de desempleo llegó al 9.3 por ciento en el último año, razón por la cual se estudian programas para estimular la construcción, sector donde se aprecia un panorama promisorio.

BRASIL

El Producto Interno Bruto de Brasil creció 4.96 por ciento en términos reales durante 1993, luego de haber caído 0.8 por ciento un año antes.

Aunque se recupera el crecimiento, el país sigue sufriendo hiperinflación.

El año pasado, los precios crecieron 2 mil 490 por ciento y la inflación sigue acelerándose en los primeros meses de este año.

Con tasas mensuales de más de 40 por ciento, la inflación anual alcanzó en marzo el nivel de 3 mil 473 por ciento.

Para abatir la inflación, el Ministro de Hacienda puso en marcha un programa de estabilización que se basa en la desindización de la economía en un marco de concertación entre los sectores económicos.

Con el anuncio de la candidatura a la presidencia del Ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, se espera que siga en marcha dicho plan.

CHILE

El Producto Interno Bruto de Chile creció [illegible] y alcanzó los 43 mil millones de dólares.

La tasa de ahorro internacional llegó a 21.3 por ciento del PIB, en tanto que la tasa de inversión en capital fijo representó un 27.4 por ciento del producto.

La inflación apenas descendió respecto del año anterior, alcanzando durante 1993 un 12.2 por ciento.

En el sector externo las cifras fueron peores que en años anteriores, pero se espera que mejoren este año.

Las proyecciones oficiales son que en el ámbito de la balanza comercial seguirá habiendo un déficit.

Las buenas noticias vinieron por el lado de la cuenta de capitales, la cual arrojó un superávit de 2 mil 764 millones de dólares.

El saldo de la cuenta corriente mostró un déficit de 2 mil 092 millones de dólares, producto principalmente del déficit de la balanza comercial de 979 millones de dólares.

En el ámbito inflacionario, la meta oficial está en un rango de entre 9 y 11 por ciento.

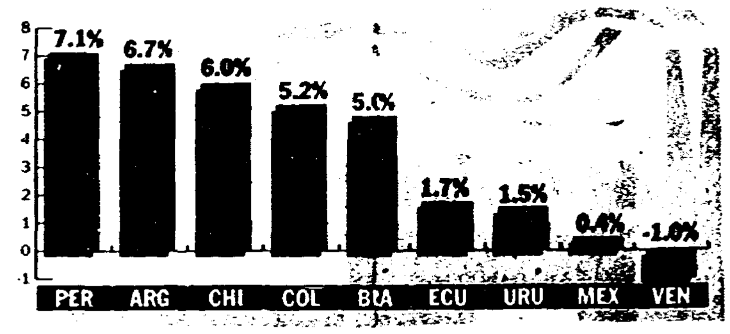
Las proyecciones en cuanto a crecimiento del producto para el año 1994 fluctúan entre 4 y 4.5 por ciento.

Indices de actividad

PIB per cápita
(Dólares anuales)

1993	
ARGENTINA	$7,565
MEXICO	$3,842
URUGUAY	$3,644
CHILE	$3,288
VENEZUELA	$2,957
BRASIL	$2,792
PERU	$2,147
COLOMBIA	$1,436
ECUADOR	$1,151

Crecimiento del PIB
(Variación real anual del PIB en 1993)



Venta de autos
(Unidades)

1993	
MEXICO	603,067
ARGENTINA	[illegible]
COLOMBIA	137,115
CHILE	[illegible]
VENEZUELA	105,112
URUGUAY	[illegible]
ECUADOR	21,000
PERU	[illegible]
BRASIL	N.D.

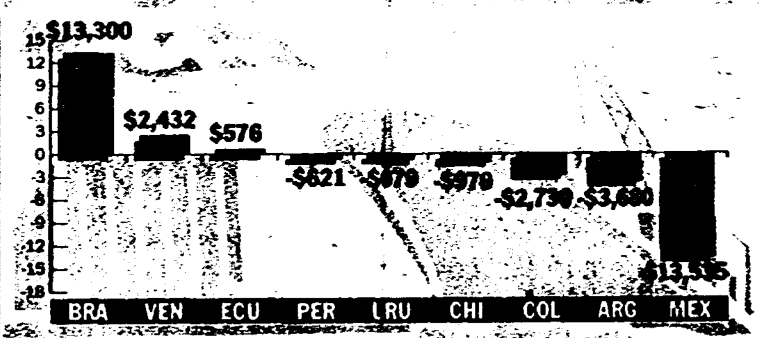
No incluye ventas de exportación

Comercio exterior

Exportaciones
(Tasa de crecimiento anual)

1993	
MEXICO	12.2%
BRASIL	7.7%
ARGENTINA	7.0%
ECUADOR	3.4%
COLOMBIA	2.9%
PERU	0.0%
URUGUAY	-3.4%
VENEZUELA	-5.7%
CHILE	-7.8%

Balanza Comercial
(Saldo en millones de dólares durante 1993)

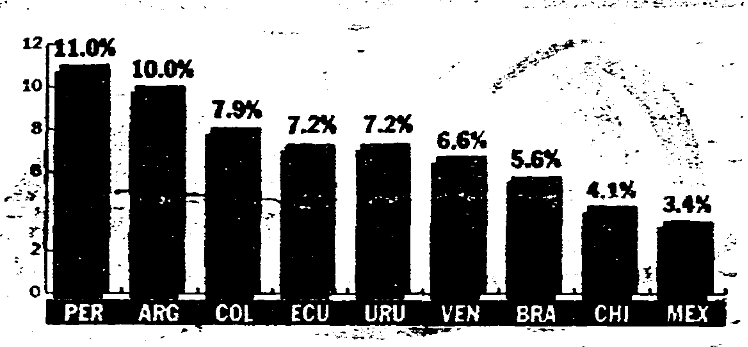


Importaciones
(Tasa de crecimiento anual)

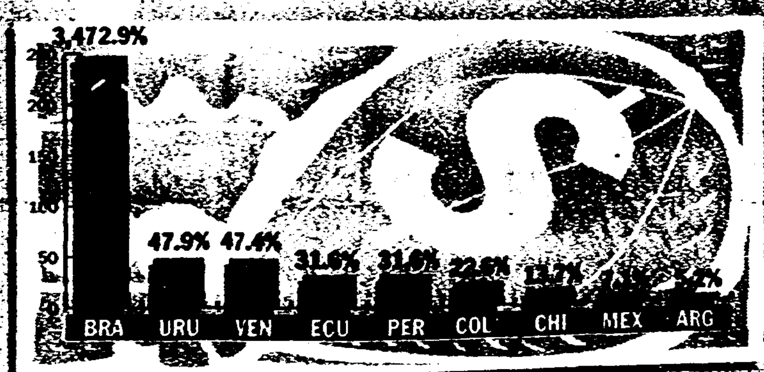
1993	
COLOMBIA	51.1%
URUGUAY	[illegible]
BRASIL	23.4%
ARGENTINA	[illegible]
ECUADOR	12.5%
CHILE	[illegible]
MEXICO	5.2%
PERU	[illegible]
VENEZUELA	-13.7%

Desempleo y precios

Tasa de desempleo
(Porcentaje anual en 1993)



Inflación
(Variación anual del índice de precios al consumidor en marzo de 1994)



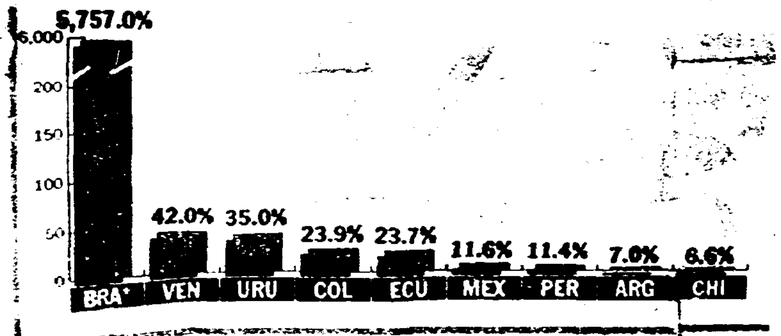
*1993

Mercado financiero

Tipo de cambio
(Respecto al dólar estadounidense)

30 MARZO 1994	
MEX	N$3.36 Nuevo Peso
ARG	$0.99 Peso
CHI	$415.65 Peso
COL	$823.15 Peso
VEN	$114.5 Bolivar
PER	$2.12 Sol
URU	$4.69 Peso
ECU	$2,091.00 Sucre
BRA	$893.75 Cruzeiro Real

Tasas de interés
(Tasa anual al cierre de marzo de 1994)



*1993

Tasa de interés reales*
(Al cierre de marzo)

MARZO 1993	
BRASIL	226.1%
MEXICO	4.2%
ARGENTINA	1.7%
COLOMBIA	1.1%
VENEZUELA	-3.7%
ECUADOR	[illegible]
CHILE	-6.2%
URUGUAY	-8.7%
PERU	-15.3%

* Descontando inflación.

94062333
01-02

Nº. DOCUMENTO ....

TITULO ....

PROC ....

FECHA DE ....

VINCULACI ....

Mercado accionario

COLOMBIA

Durante 1993 la economía de Colombia creció 5.16 por ciento, una tasa mayor a la observada un año antes, con lo que el PIB per cápita aumento 3.2 por ciento.

Este crecimiento se debió principalmente al dinamismo que observaron los sectores de la construcción, comercio y transporte.

El mayor dinamismo de la actividad económica se tradujo en menores tasas de desempleo, que por primera vez en 12 años se situaron por debajo del 9 por ciento.

Sin embargo, la apertura comercial, acompañada de una apreciación de la moneda significó un deterioro de las cuentas externas el año pasado.

Mientras que las importaciones avanzaron 51 por ciento, las ventas al exterior crecieron 2.9 por ciento.

ECUADOR

Después de un proceso de ajuste que comenzó en septiembre de 1992, los principales indicadores macroeconómicos se han recuperado y muestran una cierta estabilidad.

Se espera para 1994 un crecimiento de 3 por ciento en el PIB y un descenso en la inflación a niveles de 20 a 25 por ciento.

Las reservas monetarias internacionales muestran una notable recuperación y ascienden a unos mil 300 millones de dólares, equivalentes a casi el 45 por ciento de las importaciones.

La tasa de cambio de la moneda nacional, el sucre, con respecto al dólar, ha mantenido una estabilidad mayor que en el pasado.

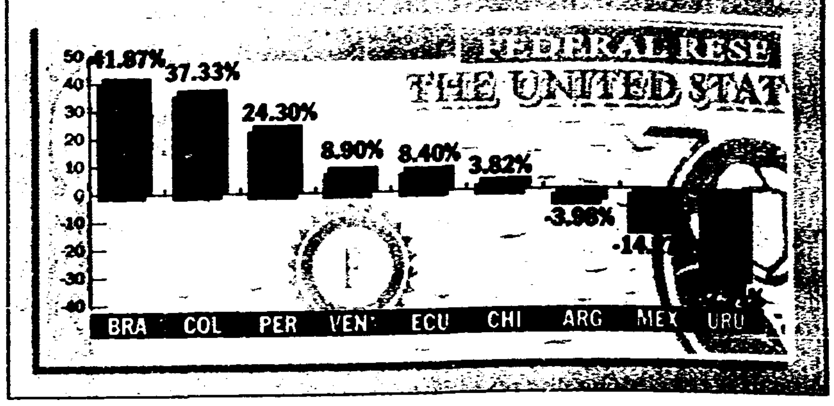
No obstante esta recuperación, la tasa de desempleo continua alta, más del 10 por ciento de la población activa, y la utilización de capacidad productiva instalada esta bastante por debajo del óptimo en la mayoría de las industrias.

El Gobierno ha logrado mantener una severa política fiscal, con lo que se ha disminuido notablemente su incidencia en la tasa de inflación, aunque paralelamente se ha contraído la inversión pública.

Volúmen negociado
(Prom. diario en miles de dólares)

I / 1994	
MEXICO	$356,809
ARGENTINA	$25,221
CHILE	$17,400
VENEZUELA	$8,000
ECUADOR	$5,310
URUGUAY	$414
PERU	$322
BRASIL	N.D.
COLOMBIA	N.D.

Rendimientos
(Variación del índice en dólares durante el primer trimestre de 1994)



ADR's más rentables

I / 1994	
Papel Simao (Bra)	89.0%
[illegible] (Ven)	59.7%
Banco Ganadero (Col)	58.8%
[illegible] (Col)	55.5%
Copene (Bra)	47.4%
C. Carabobo (Ven)	44.5%
Ceso (Bra)	42.9%
[illegible] (Bra)	40.6%

MEXICO

Durante 1993, la economía mexicana registró un crecimiento de apenas 0.4 por ciento, nivel inferior al 2.8 por ciento del año anterior.

La disminución en producción y ventas, ocasionada por la baja demanda, significó descensos en los niveles de empleo.

En 1993, la tasa de desempleo abierto llegó a 3.4 por ciento, el nivel más alto de los últimos cinco años.

Sin embargo, en 1993 y por primera vez desde 1972, la inflación anual fue menor al 10 por ciento.

El sector externo también observó un comportamiento favorable durante 1993, al disminuir en 15 por ciento el déficit comercial.

En el transcurso del año se elevó el ritmo de crecimiento de las exportaciones, mientras que el de las importaciones disminuyó.

Para 1994, las expectativas de crecimiento se han visto afectadas por los eventos políticos y sociales que se suscitaron en México desde que se inició el año: el surgimiento de un movimiento de insurrección en el estado de Chiapas, el secuestro de empresarios y el asesinato de Luis Donaldo Colosio, candidato del PRI a la presidencia del país.

Dichos sucesos han afectado significativamente al sector financiero mexicano.

PERU

En 1993 la economía peruana continuó con su proceso de estabilización y saneamiento de las finanzas públicas.

Logro importante fue la drástica reducción de la inflación después de un largo período hiperinflacionario.

Sin embargo, las presiones inflacionarias se mantienen pese a la política monetaria restrictiva.

Si bien la economía se encuentra dentro de los que se denomina de mercado, aún hay problemas o distorsiones sobre las cuales es preciso trabajar más.

Durante 1993 la privatización continuó su marcha, con lo que el estado ha obtenido importantes recursos extras.

Las perspectivas de 1994 son alentadoras, pero los resultados estarán en directa relación con el respeto de los lineamientos generales del programa económico y con el buen uso de los ingresos por privatización.

Se espera que el PIB se incremente en 6 por ciento durante este año.

URUGUAY

Las características principales de la economía de Uruguay en 1993, fueron la continuación del proceso de apertura comercial, el descenso del ritmo de crecimiento económico y el incremento del déficit comercial.

También se caracterizó por el lento ritmo de descenso de la inflación y el mantenimiento de la tasa de cambio a un ritmo del 2 por ciento mensual, que provoca una elevada inflación en dólares.

El gobierno mantuvo la disciplina fiscal con un déficit global del sector público inferior al 1 por ciento del PIB.

La balanza de pagos cerró con un saldo positivo de 135 millones de dólares. El ingreso de capitales y el turismo superaron el déficit en cuenta corriente.

Para 1994, año de elecciones nacionales generales se espera una inflación del 35 a 40 por ciento anual y un aumento del déficit fiscal superior al de 1994.

El gobierno prevé un crecimiento del PIB del 2 por ciento para 1994 y el mantenimiento del actual ritmo de las principales variables económicas, pese al efecto de las elecciones del 27 de noviembre próximo.

VENEZUELA

Durante 1993 la economía venezolana vino arrastrando una serie de efectos negativos originados por la incertidumbre política, producto de las dos intentos golpistas de 1992.

El año pasado hubo tres presidentes, consecuencia de cuestionamiento social y político.

En 1993 se pudo apreciar un marcado descenso de la inversión extranjera, un aumento inflacionario y se acentuó la devaluación, debido al incierto panorama.

Tal situación se mantiene hasta la actualidad, con un cuadro complicado por el déficit y la crisis del sistema financiero que ha obligado a estatizar 40 por ciento del sector.

Al mismo tiempo, a pocos días de haber asumido Rafael Caldera la Presidencia de la República, no se ha presentado una política económica completa, sino una primera fase concentrada en un plan tributario.

Caldera acaba de obtener del Congreso Nacional poderes especiales a fin de instrumentar sus medidas económicas a corto plazo, pero los analistas estiman que la inconsistencia de las mismas no permitirán registrar resultados positivos en el año.

COORDINADOR EDITORIAL: Casimiro García. COORDINACIÓN GDA: Guillermo Canales. DISEÑO: Alejandro Banuet

9406233

02-02

Nº. DOCUM. 9406234

TITULO: Humberto Ortega (Jefe del Ejército) anuncia su retiro para febrero.

PROCEDENCIA: 150023

FECHA DE: 5|5|94

VINCULACION: 66603

11163

11328

● **Managua** - La presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro, dirigirá el miércoles un mensaje al país en el que anunciará la fecha del retiro de la Jefatura del Ejército del general Humberto Ortega.

Además, la gobernante anunciará el nombre del sucesor del general que nadie duda será el actual jefe del Estado Mayor del Ejército, mayor general Joaquín Cuadra Lacayo. (EFE)

El Diar. 16/5

Humberto Ortega avisa su retiro para febrero

5|5|94

Managua (AFP)

■ El jefe del Ejército nicaragüense, general Humberto Ortega, dejará la institución armada el próximo 21 de febrero, fecha en que traspasará el mando a su sucesor, aseguraron ayer los medios de prensa locales.

El pro sandinista matutino Barricada indicó que la fecha para la separación de Ortega fue acordada el martes entre el Ejecutivo, el Parlamento y altos jefes militares, incluido Ortega, en una reunión celebrada en el centro de Convenciones Olof Palme y sin presencia periodística.

El anuncio oficial para el retiro de Ortega será hecho por la presidenta Violeta Chamorro en una fecha aún no determinada, pero que podría ser después que el Parlamento apruebe la ley de organización militar, que el Ejecutivo piensa presentar en los próximos días.

Ortega, cuya separación de la jefatura militar es exigida por sectores antisandinistas y del gobierno de Estados Unidos, inicialmente se había opuesto a una decisión unilateral de Chamorro, que el pasado 2 de setiembre anunció su destitución para este año.

Según Barricada, Ortega confirmó la realización de la reunión, pero restó importancia al asunto de su remoción y señaló que en el encuentro se trataron temas generales para "afinar" el contenido de la ley militar.

El objetivo de la cita era que una vez que la iniciativa pase al Parlamento, sea aprobada con "el consenso" entre los tres poderes del Estado, en un tiempo "muy prudente", según el jerarca militar.

La agenda legislativa contempla la promulgación de dicha ley en los próximos dos meses y consignará la subordinación de los militares al poder civil, los cargos y plazos de permanencia de los jefes, además del carácter apartidista de las Fuerzas Armadas.

Además, le será incorporado un artículo transitorio para la separación de Ortega de la jefatura del Ejército, así como el nombre de su sucesor.

9406234

01-01

Nº. DOCUM... 9406235
TITULO Nicaragua solicitó ayuda económica a la comunidad internacional.
PROC... 150014
FECHA DE 17/5/94
VINCULACION 66603
11161
11412

Nicaragua

SOLICITAN AYUDA ECONOMICA

17/5/94

Nicaragua solicitó ayer a la comunidad internacional una ayuda adicional de 180 millones de dólares, durante los próximos tres años, para aumentar los índices de crecimiento de la economía y afianzar la democracia.

El ministro de la Presidencia, Antonio Lacayo, que formuló la petición, puntualizó que esta ayuda adicional "garantizaría la irreversibilidad del proceso democrático en Nicaragua".

La solicitud se hizo en la reunión que representantes del Gobierno y la comunidad de países cooperantes mantuvieron ayer en Managua para discutir la reactivación económica y la ayuda exterior.

También se trató sobre la cita que el próximo 16 de junio mantendrá una delegación niacaraguense, en París, con el Grupo Consultivo del Banco Mundial (BM) y el Fondo Monetario Internacional (FIM).

A la reunión asisten embajadores, jefes de agencias de cooperación y de organismos internacionales acreditados en la nación centroamericana.

9406235

01-01

Nº. DOCU: 9406236

TITULO: Dos candidatos se disputan secretaría del FSLN: Daniel Ortega y Henry Ruiz.

PRO: 150023

FECHA: 17/5/94

VINCULAC: 66603
11164
11304
11653

Egocéntrico, ingenuo, torpe, burgués, proimperialista, verticalista, ortodoxo, radical...

Más adjetivos que decisiones de cara al congreso sandinista

* *Dos candidatos se disputan la Secretaría General del FSLN: Daniel Ortega y Henry Ruiz, apoyado por Sergio Ramírez*

17/5 CR

Managua (AFP)
por Julia Ríos

■ Una violenta campaña verbal en los medios de comunicación nicaragüenses ha agudizado las pugnas internas en el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) por el control de ese partido, a sólo tres días de la celebración de un congreso extraordinario en el que definirá su futuro político.

Mientras el FSLN se prepara para el congreso que realizará del 20 al 22 de mayo, los enfrentamientos verbales entre su alta dirigencia cultivaron este fin de semana el germen de la división del partido más grande y mejor organizado de Nicaragua, que encara una seria crisis interna desde que perdió las elecciones en febrero de 1990 frente a Violeta Chamorro.

Una serie de mensajes audiovisuales y escritos entre dirigentes sandinistas estremecieron este fin de semana a la militancia del partido, en tanto que algunos sectores de la agrupación política insistentemente llaman a mantener la unidad del FSLN, que gobernó Nicaragua entre 1979 y 1990.

La profundización de las diferencias entre la alta dirigencia del FSLN fue provocada por la postulación del líder sandinista Henry Ruiz a la candidatura para la secretaría general del partido, ocupada actualmente por el ex presidente Daniel Ortega, quien espera ser reelegido en ese cargo durante el Congreso.

Ortega y Ruiz, ambos miembros del directorio sandinista, son los únicos candidatos que disputan la secretaría general del FSLN —que por primera vez será designada con voto secreto—, por lo que representan las dos corrientes, respectivamente, de mantener el "purismo" de izquierda o "modernizar" el partido.

Egocéntrico, ingenuo, torpe, burgués, proimperialista, verticalista, ortodoxo, radical, son algunos de los calificativos que se atribuyen mutuamente los candidatos y sus seguidores, con lo que, según críticos del FSLN, han violado la ética, el respeto, la mística y la disciplina partidaria en un afán por atraer simpatizantes a sus filas.

Las agresiones verbales más virulentas proceden de la corriente que se autodenomina "izquierda democrática", encabezada por Ortega, que domina dos emisoras y un canal de televisión del país. "Algunos compañeros ya están olvidando sus raíces del FSLN, que son populares y se están dejando atraer por el dulce encanto de la burguesía", dijo Ortega, al referirse claramente a Ruiz, quien oficializó su candidatura el pasado sábado con el respaldo del ex vicepresidente Sergio Ramírez.

Al aludir a Ruiz, el también miembro de la Dirección Nacional del FSLN, Tomás Borge, dijo que "sentiría vergüenza de ser candidato a cualquier cargo dentro del partido, si recibiera el apoyo de la ultraderecha de Nicaragua".

Borge, único sobreviviente de los fundadores del FSLN y que respalda la candidatura de Ortega, dijo en un acto público que "ahora las cosas están muy claras: por un lado están los revolucionarios diáfanos y por el otro lado están los vacilantes".

Por otro lado, el sector que propugna la modernización del FSLN, autoconsiderado "de las mayorías", acusa a Ortega de "verticalista y radical" en sus estilos de dirección del partido y en sus métodos para confrontar las políticas gubernamentales. Los seguidores de Ruiz también acusan a Ortega de ser el promotor de la violencia en las protestas que los sectores sociales han emprendido en diversas ocasiones contra el gobierno de Chamorro.

DOCUMENTO OSCURO

9406236

01-02

Nº. DOCU
TITULO
PROCED. 1500/4
FECHA 18/5/94
VINCUL. 66603

Disputas internas en el Frente Sandinista previo a su congreso extraordinario

B 18/5 LT

POLEMICA EN TORNO A LA SECRETARIA GENERAL DEL FSLN

La polémica sobre los candidatos a la secretaría general del Frente Sandinista se agudiza pocos días antes del congreso extraordinario que ese partido de izquierda nicaraguense celebrará para renovar sus cuadros.

Hasta la semana pasada, el único candidato para ocupar la secretaría general del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) era el ex presidente Daniel Ortega, quien ocupa el cargo desde 1979, cuando los sandinistas llegaron al poder por las armas.

No obstante, el fin de semana último, otro líder sandinista, Henry Ruiz, anunció por sorpresa su aceptación de la candidatura a la secretaría general, que recibió de inmediato el respaldo de un sector del paretido así como el rechazo de los que apoyan a Ortega.

El ex presidente Ortega, que encabeza la facción ortodoxa del FSLN, trató a toda costa de no tener contrincantes en la elección del secretario general, que se hará durante la celebración del congreso, los próximos días 20, 21 y 22 de mayo.

La pugna interna del sandinismo, que había enfrentado a los defensores de la renovación y modernización del partido con los que desean mantener la pureza revolucionaria, se ha transformado en una disputa entre las candidaturas de Ortega y Ruiz al máximo cargo del FSLN.

Aunque los líderes sandinistas han dicho que no hay peligro de división en el FSLN, los comentaristas políticos no descartan esa posiblidad, por la tensión con que se ha desarrollado el debate interno.

"Yo quiero ver un FSLN unido y sería trágico si la discusión y las posiciones excluyentes (en lo interno del partido) nos llevan a la división", advirtió hoy el ex vicepresidente Sergio Ramírez, que lidera la corriente pragmática del sandinismo y respalda la candidatura de Henry Ruiz a la secretaría general.

Ramírez, uno de los nueve miembros del directorio sandinista, ha sido duramente criticado por el sector ortodoxo que se opone a cambios en el programa y la estrategia política del partido.

Incluso, el ex vicepresidente Ramírez ha sido acusado de "vendido" y "aliado" de la derecha y de "torpedear" la unidad del sandinismo, que afronta una de sus peores crisis internas desde que perdieron las elecciones en febrero de 1990.

Los resultados del próximo congreso sandinista, tanto en su definición estratégica política como en la elección de sus nuevos dirigentes serán determinantes para el futuro de toda la nación, según consideran los comentaristas locales.

"Traería muchos problemas al país y sería un retroceso si se dividen los sandinistas", comentó a la prensa el ex presidente de la Cámara de Comercio de Nicaragua Gilberto Serrano, del Consejo Superior de la Empresa Privada (COSEP).

La sociedad nicaraguense espera con cierto escepticismo los resultados del congreso del FSLN, que ya anticipa su fortalecimiento o la división en sus filas.

9406236

02-02

Nº. DOCUMENTO 9406237
TITULO Daniel Ortega fue ratificado en el cargo de Secretario Gral del FSLN.
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE [illegible] 25/5/94
VINCULACIONES 66603
11164
11304
11653

El ex presidente Daniel Ortega fue ratificado en el cargo de secretario general del FSLN

Victoria ortodoxa en el sandinismo

✱ Analistas sostienen que con estas elecciones internas "se avecina otra crisis que tendrá repercusión nacional"

Una nueva crisis se abrió ayer en el sandinismo, la principal fuerza política de Nicaragua, al hacerse su ala radical con los principales cargos de dirección, en la clausura del segundo congreso, convocado para definir su futuro político con miras a las elecciones de 1996.

24/5/94
LA REPÚBLICA

Managua (AFP)

■ En el cierre del congreso extraordinario, el ex presidente de Nicaragua Daniel Ortega fue ratificado como secretario general del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) y el único sobreviviente de los fundadores del partido, el ex ministro del Interior, Tomás Borge, vicesecretario de la agrupación para un período de tres años.

Ortega y Borge defienden la esencia revolucionaria que inspiró el nacimiento del FSLN y abogan por la continuación de los mecanismos tradicionales de lucha del partido.

El ex presidente considera que el partido debe apoyar las protestas populares aunque degeneren en violencia, lo que ha provocado críticas de los moderados.

La corriente reformista, encabezada por el ex vicepresidente Sergio Ramírez, no pudo culminar su aspiración de impulsar la modernización del FSLN, al ser derrotado en la elección de secretario general el legendario dirigente Henry Ruiz, cuya candidatura exacerbó los ánimos dentro del partido.

El propio Ramírez, jefe de la fracción parlamentaria sandinista que propugna una renovación, quedó fuera del directorio del FSLN, cuyo número de miembros fue elevado de nueve a 15.

Los denominados "ortodoxos" obtuvieron once de los cargos de la Dirección Nacional y el 60% de los 135 asientos de la Asamblea Sandinista, principal órgano de consulta.

En la Dirección Nacional fueron reelegidos Ortega, Borge, Ruiz, Bayardo Arce, Luis Carrión, René Núñez y Víctor Tirado y se incorporan Mónica Baltodano, Lumberto Campbell, Benigna Mendiola, Dora María Téllez, René Vivas, Dorotea Wilson, Mirna Cunigham y Víctor Hugo Tinoco.

El proceso electoral para designar los principales cargos de dirección del partido "no es democrático. Ciertos sectores del ala conservadora querían sacarme de la Dirección Nacional y lo han conseguido en un acto de voluntad bien calculado y muy efectivo", denunció Ramírez.

Por su parte, Ortega dijo a la prensa que la elección "es una expresión del proceso democrático" y que con ella el FSLN "está fortaleciendo la democracia y la unidad", aunque no explicó por qué sólo cuatro de los 15 miembros del directorio representan a la otra corriente.

El diputado Carlos Gallo declaró a la AFP que con estas elecciones "se avecina otra crisis que tendrá repercusión nacional", porque el FSLN es una fuerza política que incide en los principales acontecimientos del país.



Daniel Ortega celebra junto a Tomás Borge su ratificación en el cargo de secretario general del FSLN. (Telefoto de AFP)

A su vez, el ex diputado Onofre Guevara comentó que ésta es una dirigencia "devaluada", por cuanto —a su juicio— resultaron elegidos sandinistas que se destacan por sus discursos, pero no por sus acciones.

El FSLN, que nació como movimiento guerrillero en la década del sesenta, entró en una crisis interna tras su derrota electoral de 1990 frente a Violeta Chamorro, luego de haber gobernado de 1979 a 1990.

01-02

9406237

Nº. DOCU...
TITULO
PROCE...
FECHA
VINCULACI...

CONGRESO DEL SANDINISMO

Ortega consigue la reelección

Luego de cuatro días de intensos discursos y deliberaciones en el centro de convenciones Olof Palme, el ex presidente nicaragüense Daniel Ortega se impuso a los sectores *duros* y ultramoderados del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) y consiguió ser reelecto como secretario general del partido. Su corriente moderada se impuso a la reformista -representada por el ex vicepresidente Sergio Ramírez, quien fue alejado de la conducción–, y a la falange dura –encabezada por el ex ministro del Interior Tomás Borge–, en la composición del principal cuerpo colegiado partidario.

Pese a los rumores que anunciaban su desplazamiento, Daniel Ortega consiguió imponerse a los sectores más reformistas del Frente Sandinista de Liberación Nacional y fue reelecto como secretario general.



Daniel Ortega y Tomás Borge integran la nueva dupla sandinista.

Henry Ruiz era el principal candidato para desplazar a Ortega de la dirección

La elección marcó un triunfo fundamental para Ortega, ya que será el principal encargado de definir la estrategia del FSLN con vistas a las elecciones presidenciales que se realizarán a mediados de 1996 para suceder a Chamorro. Tomás Borge, el único fundador sobreviviente del movimiento sandinista logró resistir el embate de la corriente ultrarreformista y acompañará a Ortega desde la subsecretaría general, el segundo cargo interno en importancia. La designación del ex ministro del Interior, impulsor del sector más duro y radicalizado, fue sorpresiva ya que el domingo había sufrido un importante traspié al fracasar en su intento para que se vote la creación del cargo de presidente vitalicio del partido que pretendía ocupar.

En la última votación del Segundo Congreso Extraordinario partidario, Ortega consiguió el respaldo de 287 de los 500 congresales y se impuso al representante del ala más reformista, Henry Ruiz. De esta manera, el líder sandinista estará al frente del Comité Ejecutivo, –el más importante órgano de decisión partidario– por otros tres años.

El símbolo del poder logrado por el sector de Ortega no está dado sólo por su triunfo personal y la elección mayoritaria de sus dirigentes para la Asamblea Sandinista y el Comité Ejecutivo sino también por el desplazamiento del ultramoderado Sergio Ramírez de este último órgano. Ramírez es el actual titular de la bancada parlamentaria y fue vicepresidente de Ortega durante el período 1984-1990.

Ortega es el máximo representante del sector moderado del FSLN, que busca mantener la pureza revolucionaria que primero rigió a la organización guerrillera desde su surgimiento en 1961 y después en los seis años que gobernó luego de derrocar al régimen del dictador Anastasio Somoza, aunque con una opción menos radicalizada y extrema. Los "ultra" blandos, liderados por Ramírez, reclaman en cambio modificaciones en el programa y en la estrategia política del Frente.

Pese a las profundas diferencias entre los principales dirigentes de las líneas, el Congreso Extraordinario transcurrió en un clima tranquilo y por momentos festivo. Algunos delegados, en varios momentos de las deliberaciones, llegaron a bailar y en otros a juguetear con globos improvisados con preservativos. Sin embargo, luego de la elección de Ortega los ánimos cambiaron.

"El ala radical del sandinismo tiene control del partido. No es democrática. Ciertos sectores querían sacarme de la Dirección Nacional y lo han conseguido en un acto de voluntad bien calculado y muy efectivo", atacó el desplazado Ramírez. El máximo referente de la corriente "Por un Sandinismo que vuelva hacia las mayorías" se retiró del recinto de deliberaciones aun antes del cierre del Congreso y de la designación de Ortega. La respuesta del reelecto secretario general no tardó en llegar: "¿Qué cosa es la democracia? Es cuando en la política se elige a sus líderes. Entonces yo creo que lo antidemocrático sería pensar que sólo cuando uno gana es democrático. Hay que saber perder y eso es democrático".

Al reasumir su cargo Ortega cuestionó en seguida al gobierno y declaró que el FSLN debe prepararse para "ganar las elecciones generales de 1996 mediante la vinculación con amplios sectores sociales y económicos" que permitan "solucionar los problemas de "la falta de empleo, la garantía de la propiedad, el financiamiento para la producción agropecuaria y la política neoliberal en general que impulsa Chamorro".

9406237

Nº DOCUMENTO 9406238
TITULO Disputa comercial entre EE.UU. - Japón -
1SCC90
FECHA 14/2/94
VINCULACION 65840.
1164
1388
66224

Japón y USA no logran el acuerdo comercial



Primer ministro japonés, Morihiro Hosokawa.

Washington, 11 feb. - El presidente estadounidense, Bill Clinton, confirmó la inexistencia de acuerdo comercial con Japón y con ello la persistencia de las difíciles relaciones bilaterales, pero optó por seguir negociando y dejar de lado, por ahora, las sanciones.

"Lamentablemente no hemos podido llegar a un acuerdo en ninguna de las cuatro áereas identificadas en julio pasado", afirmó Clinton en rueda de prensa conjunta con el primer ministro japonés, Morihiro Hosokawa, tras la reunión de ambos en la Casa Blanca que se prolongó una hora más de lo previsto.

El Presidente norteamericano aseguró que pese a la firma de más de treinta tratados comerciales con Japón desde 1980, este "sigue siendo menos abierto a las importaciones que otra nación del Grupo de los Siete" países más industrializados del mundo.

Clinton dijo que las puertas de Estados Unidos "siguen abiertas" para la negociación con Japón, pero señaló que el resultado, al final, es que el mercado japonés "deberá abrirse".

Estados Unidos, que tiene un déficit comercial con Japón que ya se acerca a 60.000 millones de dólares, acusó repetidamente a ese país de tener una estructura económica que pone impedimentos constantes a la libre importación de productos extranjeros.

Clinton corrigió las críticas niponas diciendo que el problema no es cuestión de números, ni una pretensión de dirigismo económico, sino de lo que constituye en sí la apertura de mercados.

El presidente estadounidense se dijo comprender la postura de Japón, pero dijo que su país quiere "progreso en la apertura del mercado (japonés) con base a los criterios objetivos" acordados en la cumbre del G-7 en julio de 1993 en Tokio.

En el mercado de las telecomunicaciones por ejemplo, hay una penetración extranjera de sólo un cinco por ciento en Japón, cuando en las otras seis naciones del G-7 (Estados Unidos, Alemania, Francia, Gran Bretaña, Canadá e Italia) es del 25 por ciento.

Esto ha hecho que el superávit de Japón con el resto del mundo se acerque a 140.000 millones de dólares, lo cual, según el subsecretario del Tesoro estadounidense, Roger Altman, está restando crecimiento y puestos de trabajo a los otros países. (EFE)

9406238

01-08

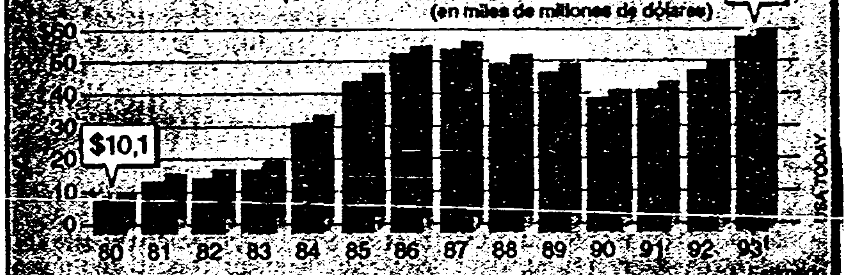
Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCESO 16/2/94
VINCULACIONES 65880

Controversia Estados Unidos-Japón

Principales exportaciones de los EE. UU. al Japón	(% del total)	Principales importaciones de los EE. UU. desde el Japón	(% del total)
Alimentos	16	Automóviles y camio[illegible]	[illegible]
Materias primas	13	Máquinas para oficinas	14
Diversos productos manufacturados	11	Dispositivos y máquinas eléctricas	10
Productos químicos	11	Telecomunicaciones y equipos de grabación	10

Deficit comercial con el Japón

Después de un pico máximo en 1987, el déficit comercial de los EE.UU. con el Japón disminuyó durante tres años consecutivos. Luego comenzó a aumentar nuevamente, hasta alcanzar un nuevo récord el año pasado;



Habría sanciones comerciales de los EE. UU. al Japón

LN. 16/2

Amenaza: el gobierno de Clinton exige que se cumplan los tratados bilaterales; el dólar tuvo un retroceso de 3,67 puntos frente al yen.

WASHINGTON (AP).– El gobierno de los Estados Unidos aplicaría sanciones comerciales al Japón, si no se resuelve una disputa originada en el incumplimiento de un acuerdo comercial de 1989. En él, Japón se comprometió a abrir su mercado de teléfonos portátiles.

El representante comercial del gobierno de Bill Clinton, Mickey Kantor, dijo que en el término de un mes publicará una lista con propuestas de sanciones comerciales contra Japón, lo que provocó el inmediato rechazo de las autoridades de este país.

Para desalentar cualquier medida unilateral, Ichiro Ozawa, uno de los principales estrategos del gobierno japonés, declaró que todas las cuestiones deben resolverse por medio del diálogo.

El dólar en caída libre

TOKIO (EFE).-En los últimos dos días, la paridad del dólar ha caído a 6,23 yens o el 5,8 % de su valor a raíz del fracaso de las negociaciones entre el presidente norteamericano y el primer ministro japonés.

Los empresarios japoneses reaccionaron con pánico frente al avance del yen.

9406238

02

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCESO 130015
FECHA DE 17/2/94
VINCULACIONES 65970

Estados Unidos dejará caer todo su peso sobre la isla nipona

LM 17/2

Estados proteccionistas quedan afuera con cláusula legal "Super 301"



Después de denunciar la violación del acuerdo sobre telefonía celular de 1989, Bill Clinton aumenta su presión sobre Japón para obligarlo a abrir su mercado a los productos norteamericanos, y trae nuevamente a la luz la "Super 301", una cláusula legislativa que amplía notablemente sus poderes de represalia frente a economías demasiado proteccionistas.



Bill Clinton (izquierda) con bases legislativas dispone de armas suficientes para que el gobierno nipón sea obligado a la apertura de mercados, Morihiro Hosokawa (derecha) no acepta la "filosofía" occidental, la guerra comercial comienza.

Washington (ANSA)

La reutilización de la "Super 301", cláusula que no rige desde hace unos años, es la segunda carta presentada por la Casa Blanca en su arriesgado juego con Tokio.

La peligrosa apuesta de Clinton consiste en obligar a los japoneses a aceptar la "filosofía" de Washington, partidario de indicadores cuantitativos y cualitativos que midan concretamente la apertura de los mercados nipones, sin desencadenar una guerra comercial abierta ni dañar irreparablemente las relaciones bilaterales.

La dura estrategia contra Tokio, que hace parecer lejano el optimismo reinante en 1993, durante la firma de un acuerdo con Japón, cuenta con muchos partidarios en el Congreso, tanto demócratas como republicanos.

Después del anuncio hecho ayer sobre las posibles sanciones norteamericanas a Japón por la batalla de la telefonía celular, el líder opositor del Senado, Bob Dole, manifestó su aprecio por la posición de Clinton afirmando que "ahora se trata de demostrar que Estados Unidos sabe ir más allá de las amenazas".

A pesar de los duros mensajes enviados a la otra orilla del Pacífico, la Casa Blanca intenta lograr una solución incruenta del conflicto.

En la nueva etapa de tensiones con Japón, existe una paradoja de la que Clinton es muy consciente: Morihiro Hosokawa, el "enemigo" de hoy, es el primer líder del gobierno japonés que, después de años de inmovilidad, encarna esperanzas concretas de desmantelar las barreras proteccionistas niponas.

Clinton está convencido de que Hosokawa puede ser el verdadero agente de cambio, y un interlocutor capaz de hacer avanzar el diálogo entre ambas potencias económicas mundiales. Sin embargo, tal objetivo podrá ser alcanzado sólo a mediano o largo plazo, ya que ambos líderes necesitan ganar posiciones en sus respectivos frentes internos, sin inclinar la cabeza ante el adversario.

Mientras presiona a Tokio, Washington usa otra arma que puede tener efectos más importantes que las sanciones: la alta cotización del yen. Después de la fracasada cumbre entre Clinton y Hosokawa, la moneda japonesa alcanzó su máxima cotización frente al dólar.

"El gobierno de Estados Unidos considera que el tiempo trabaja a su favor, por el impacto que un yen alto puede tener sobre la economía japonesa. Esta situación reduce la competitividad de los productos nipones, induce el incremento de las importaciones y hace bajar los beneficios", dijo Robert Hormats, vicepresidente de la Goldman Sachs International.

"En consecuencia, creo que Washington puede permitirse el lujo de esperar y dejar que el yen hable en su lugar, sin tener que recurrir a nuevas sanciones", concluyó Hormats.

El primer objetivo de Clinton --obtener una significativa reducción del plus de casi 60.000 millones de dólares establecido por Japón para Estados Unidos-- se enfrenta también con el peligro de que una guerra abierta dañe las exportaciones de las empresas norteamericanas. La explosión de un conflicto basado en represalias mutuas permanece todavía como una posibilidad remota, pero no imposible. "No queremos luchar a toda costa, pero sería irresponsable que sigamos aceptando esta situación", dijo el Secretario de Comercio, Ron Brown.

9406238

c 3

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 150025
FECHA 18/2/94
VINCULO 65880

LN 18/2

Disputa comercial en el Pacífico

La reunión entre el presidente norteamericano y el primer ministro japonés no consiguió resolver el sistemático superávit comercial nipón con los Estados Unidos y dejó como saldo el anuncio de represalias comerciales que Washington dispondrá el mes próximo. La magnitud de la disputa comercial creó incertidumbre, proyectó inestabilidad sobre los mercados financieros y fortaleció nuevamente al yen con respecto al dólar.

Desde hace años, los Estados Unidos presionan a Japón para que reduzca el desequilibrio del comercio bilateral de bienes, que superó los 50.000 millones de dólares en 1993; habida cuenta del crecimiento norteamericano y la debilidad de la economía japonesa, el desnivel sería mayor aún en 1994.

En sesiones anteriores de este mismo juego de presiones, Washington obtuvo concesiones comerciales de diversa naturaleza; por ejemplo, la apertura del mercado japonés para las industrias alimentaria y automotriz. Ahora reclama una reducción acordada del déficit norteamericano y el cumplimiento de un compromiso anterior para la expansión de la telefonía celular, que según el criterio norteamericano no se ha cumplido.

El primer ministro japonés confía en los efectos del programa de expansión de la economía de su país –un paquete de medidas que insuflarán 140.000 millones de dólares en forma de reducción de impuestos y expansión monetaria–, sobre el comercio bilateral. Esta inyección de fondos proyectaría un crecimiento de entre 1 y 2 por ciento en la economía japonesa, con un efecto equilibrante sobre el intercambio con los Estados Unidos. Japón se niega, en cambio a un compromiso sobre el déficit bilateral futuro, lo que demandaría adoptar fórmulas de comercio *administrado*.

El anuncio de Clinton incluye represalias comerciales sobre las exportaciones japonesas más sensibles, presumiblemente productos informáticos; y no constituye una orientación saludable en tanto se funda en el desequilibrio comercial existente. Otra cosa sería aplicar esas mismas represalias en casos concretos, como respuesta a prácticas de dumping, subsidios o barreras no arancelarias debidamente probadas. Al parecer, Washington utilizaría la famosa sección *super 301* de su ley de comercio exterior, que le permite aplicar sanciones unilaterales en caso de que, a su juicio, existan actos de comercio que sean "injustificables", "no razonables" o "discriminatorios" en perjuicio del país.

El fuerte déficit del comercio de los Estados Unidos con el exterior es un problema estructural de la economía norteamericana –e internacional–, consecuencia de muy diversos factores macroeconómicos. Por eso, si se acotan las importaciones desde Japón, lo probable es que el déficit se traslade en favor de otros países, con el mismo resultado global. Algo parecido ocurre, en todo caso, en nuestro país.

Por otra parte, el balance negativo del comercio de bienes de los Estados Unidos, con ser importante, no lo es hoy tanto como en el pasado: los servicios comerciales, que integran también la cuenta corriente, dejan un saldo positivo que se estima en unos 50.000 millones de dólares anuales en su relación con el mundo. Y los intercambios financieros, por su parte, representan, como consecuencia de la expansión y globalización de los mercados, un monto que superaría quince veces el valor de las transacciones de bienes.

Esto lleva a pensar en la subyacencia de factores de raíz política en esta sistemática presión norteamericana sobre Japón. Fuerzas proteccionistas que el presidente Clinton pudo controlar tanto en la campaña por la aprobación del Nafta como en las negociaciones de la Rueda Uruguay, parecen más vigorosas y difíciles de contener, en cambio, en el caso del intercambio con Japón. El déficit bilateral resulta irritante políticamente, y desencadena decisiones contrarias a los principios del GATT, en cuyo desenvolvimiento los Estados Unidos han tenido tanta influencia.

En Japón, los factores políticos tienen también un fuerte influjo. La intrincada coalición gobernante no puede ceder a la presión de Washington sin comprometer su futuro, y esto explica la renuencia a reiterar la flexibilidad manifestada en situaciones similares del pasado.

Inmediatamente al anuncio del fracaso de las conversaciones Clinton-Hosokawa, los mercados mostraron un nuevo fortalecimiento del yen frente al dólar y, en menor medida, ante otras monedas. Aunque el país que recibiría las futuras sanciones sea Japón, y a pesar de la reducción del déficit fiscal norteamericano y del crecimiento de las tasas de interés en dólares, los mercados arbitraron en favor del yen; el mundo financiero tuvo su propia interpretación, en un contexto de alta volatilidad, siempre peligrosa.

Los Estados Unidos y Japón representan el 20 % del tráfico mundial de bienes y el 21 % de los mercados de servicios, y tienen una gravitación mucho mayor aún en los mercados financieros. La alianza política de ambas naciones es, desde el fin de la Segunda Guerra Mundial, un elemento estratégico central en el este asiático, donde se concentran una proporción importante de la población mundial y un creciente poderío económico. Por eso, un desacuerdo profundo, que lleve a episodios de guerra comercial, sería grave para ambos contendientes y, en términos más amplios, para el mundo entero. Lo más razonable sería dirimir las controversias en el ámbito del GATT, donde ambos acaban de estampar su firma al pie de un trascendente acuerdo que costó siete años de negociaciones.

04
9406238

Nº. DOCUM...
TITULO ...
PROCEDENCIA ... 150004.
FECHA DE ... 24/2/94
VINCULACION ... 65840.

Japón vs. EE.UU., una guerra de productos, dinero y liderazgos

Japón y Estados Unidos se han trenzado en una lucha de fin incierto en la que se enarbolan y se entrecruzan, en ambos bandos, las banderas del proteccionismo y el libre comercio: es una guerra de productos y de dinero; de liderazgos mundiales y de liderazgos internos.

Cuarenta y seis años después de constituido el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT) para "liberalizar el comercio internacional" con el fin de lograr el "crecimiento económico, desarrollo y bienestar de la población mundial", dos de las principales potencias económicas mundiales hacen aflorar una confrontación precedida a miles de escaramuzas más o menos soterradas.

El conflicto comercial entre ambos países se agravó el viernes 11 de febrero, cuando las conversaciones entre el presidente norteamericano, Bill Clinton y el primer ministro japonés, Morihiro Hosokawa realizadas en Washington concluyeron sin llegar a ningún acuerdo.

En esa cumbre, Clinton pretendía convencer a Hosokawa de que abriera más sus mercados a los productos norteamericanos, para paliar los efectos del abultado déficit comercial que su país mantiene con Japón. Reclamó la apertura en automóviles y repuestos, telecomunicaciones, equipos médicos y seguros, que representan las tres cuartas partes de ese déficit. La propuesta fue la de fijar objetivos numéricos, con compromisos de compras en cifras concretas por parte de Japón.

Japón sostuvo que era inadmisible la exigencia de cuotas de importación, y sostuvo que la verdadera causa de su superávit comercial es la amplia superioridad de sus productos en cuanto a calidad y precio.

Observadores europeos coinciden en que la exigencia norteamericana es muy dura y contraviene los principios de libre comercio. Sin embargo, la Unión Europea terció en el diferendo apoyando la idea de que el mercado japonés debe abrirse, pues también mantiene un saldo negativo con ese país de US$ 40.000 millones.

El viernes 18 el Departamento de Comercio norteamericano informó que el déficit de la balanza comercial de los EE.UU. en 1993 fue de casi US$ 116.000 millones, el mayor de los últimos cinco años, y, en particular, el saldo comercial con Japón arrojó un déficit de US$ 60.000 millones, récord histórico de las relaciones mercantiles entre ambas potencias.

● **Guerra monetaria.** Ante la negativa de Hosokawa, el gobierno estadounidense desató inmediatamente una dura ofensiva. El mismo viernes 11 y antes de que culminara la cumbre entre los mandatarios, el secretario de Comercio norteamericano, Ron Brown, declaró que era posible la intervención de su país en el mercado cambiario para revaluar el yen, frenando así las exportaciones niponas y estimulando sus importaciones.

Los operadores de los principales mercados de cambio mundiales se adelantaron; compraron yens y vendieron dólares, provocando un rápido derrumbe del dólar frente a todas las monedas, pero principalmente frente a la moneda japonesa.

El lunes siguiente Clinton anunció que no descartaba ninguna medida en represalia a la actitud de Hosokawa. Al otro día, el representante de Comercio Exterior de EE.UU., Mickey Kantor, comunicó la decisión de esperar 30 días para determinar las sanciones comerciales que aplicarían, que podrían ser el aumento de los aranceles a sus importaciones.

Para justificar las sanciones, EE.UU. acusó a Japón de haber violado un acuerdo realizado en 1989 por el cual se comprometía a abrir su mercado de teléfonos celulares a la empresa estadounidense Motorola.

● **Japón se mueve.** Hosokawa, que impulsa con fuertes resistencias internas medidas de apertura en Japón, fue recibido en Tokio "bajo palio", como un héroe nacional que con firmeza de samurai defendió a su país ante la potencia extranjera.

Sin embargo, emitió algunas señales para detener las represalias. El primer ministro comunicó el viernes 18 el paquete de medidas, que llamó "voluntarias", y reiteró que no acepta las presiones norteamericanas.

El plan contiene medidas de desregulación de algunas áreas de la economía para permitir un ingreso más fluido a las inversiones extranjeras; el fortalecimiento de la legislación antimonopólica, que dé mayor equidad al tratamiento de las empresas extranjeras; modificaciones legislativas en las compras del gobierno, para permitir un aumento en las adquisiciones de productos extranjeros; y la promoción de importaciones.

● **En los mercados.** La guerra comercial entre ambas potencias repercutió de inmediato en los mercados internacionales: hubo una gran revaluación del yen frente al dólar (5% en tres días), que luego se detuvo y fue absorbida en parte por la intervención del Banco del Japón.

A su vez, el viernes 4 la Reserva Federal de EE.UU. había aumentado de 3% a 3,25% la tasa de los fondos federales que afecta las tasas en dólares a corto plazo en todos los mercados. Paralelamente, el jueves 17 el Bundesbank alemán hizo lo contrario y redujo la tasa de interés de 5,75% a 5,25%. Estas dos variaciones debieron provocar un fortalecimiento del dólar frente al marco, ya que los intereses por colocaciones en dólares subieron y en marcos bajaron. Pero el conflicto comercial con Japón evitó esta circunstancia y la moneda norteamericana se debilitó frente a las principales monedas.

● **Otro round.** El martes 22 Japón manifestó su voluntad de reanudar el diálogo comercial con EE.UU. a través de su ministro de Finanzas, Hirohisa Fujii. El encuentro se realizará durante la reunión del grupo de los siete países más industrializados a celebrarse pasado mañana —sábado 26— en Frankfort.

05

05

9406238

Nº. DOCUM
TITULO
PROC 150483
FECHA 3/3/94
VINCULACI 65810.

Mientras Japón se prepara para liberalizar la comercialización de telefonía celular

313 E.O.

EEUU estudia fijar mecanismo legal para aumentar aranceles a productos japoneses

Washington - Estados Unidos estudia la posibilidad de establecer un mecanismo legal para aumentar los aranceles a la importación de productos japoneses, en represalia por el cierre de los mercados nipones, informó ayer la prensa estadounidense.

En tanto, las autoridades japonesas se preparan para liberalizar la comercialización de la telefonía celular en abril para popularizar y abaratar las aparatos portátiles y servicios telefónicos, con el propósito de disminuir la tensión en la "guerra" comercial con EEUU.

Según fuentes del gobierno y del Congreso estadounidense citadas por el diario Los Angeles Times, el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, tiene previsto recurrir esta misma semana a la ley comercial conocida como "Super 301", que tiene como fin sancionar a los países que mantienen barreras arancelerias en sus mercados.

Los gobiernos de los presidentes George Bush y Ronald Reagan se opusieron a esta norma, recogida en las leyes comerciales estadounidenses, que estuvo en activo a finales de la pasada década y que ahora, según el New York Times, Clinton "resucitará" a través de una orden ejecutiva.

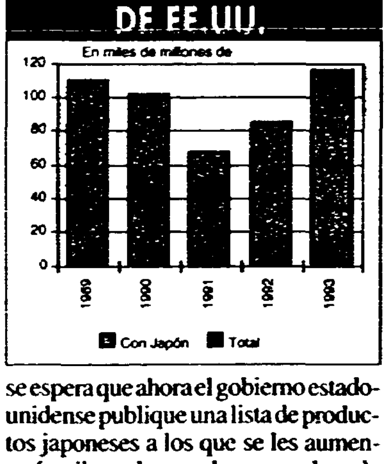
Los Angeles Times precisa que los responsables comerciales de la Casa Blanca comenzaron a estudiar la posibilidad de recurrir a esta norma después de que las conversaciones entre EEUU y Japón para lograr la apertura de los mercados nipones fracasaran el pasado mes. Las conversaciones se dieron por fracasadas después de una reunión que mantuvieron a mediados de febrero en la Casa Blanca el presidente Clinton y el primer ministro japonés, Morihiro Hosokawa.

El gobierno de EEUU ya ha anunciado que va a imponer sanciones comerciales por valor de varios cientos de millones de dólares en represalia por las barreras que Japón tiene sobre la comercialización de los teléfonos portátiles de la marca Motorola.

Ahora, según el diario neoyorquino, Clinton ha escuchado la recomendación de sus asesores económicos para que rescate esta norma y recupere sus poderes legales para imponer sanciones comerciales.

El rotativo californiano afirmó que se espera que ahora el gobierno estadounidense publique una lista de productos japoneses a los que se les aumentará unilateralmente los aranceles a la importación, lo que encarecerá su precio en este país y los hará menos competitivos respecto a los de EEUU.

DEFICIT COMERCIAL DE EE.UU.



Japón ha advertido que una medida de este tipo supondría el comienzo de una escalada en la confrontación comercial existente entre Washington y Tokio.

El gobierno de Clinton espera que el simple reflotamiento de la norma comercial "Super 301" sirva para que las autoridades niponas suavicen su postura y accedan a abrir sus mercados, antes de que se plasmen por escrito los cambios que han de efectuar para que luego se revoquen las sanciones que se impongan.

Desde su campaña electoral Clinton ha prometido la adopción de fuertes medidas para lograr un equilibrio en la balanza comercial con Japón, país con el que Estados Unidos tiene un déficit de alrededor de US$ 50.000 millones.

Liberalización de telefonía celular

El gobierno de coalición de Morihiro Hosokawa se prepara para liberalizar la telefonía celular en abril, popularizar y abaratar los aparatos portátiles y servicios telefónicos, además de disminuir la tensión en la "guerra" comercial con EEUU.

El Ministerio de Correos y Telecomunicaciones calcula que con la liberalización de este sector, en dos años crecerá hasta los 7,5 millones el número de abonados de los teléfonos de bolsillo utilizables desde cualquier punto, en comparación con los dos millones de la actualidad. Desde abril, las empresas de teléfonos celulares podrán vender sus propias líneas telefónicas, cuya cobertura nacional está aún hoy reservada al gigante NTT, la empresa de telecomunicaciones más grande del mundo, que fue privatizada hace pocos años.

En las manos de la NTT están hoy 980.000 teléfonos celulares y otros 260.000 aparatos para el automóvil, equivalente a una cuota del mercado nipón del 60%, muy por delante de sus inmediatos competidores que esperan la liberalización para recortar distancias. Otras dos firmas, DDI e IDO, tienen una actuación restringida, pues la primera alcanza a todo el país salvo Tokio, mientras que la segunda está centrada en el corredor Tokio-Nagoya, que cuenta con una población de 56 millones de habitantes.

Los usuarios podrán adquirir libremente el aparato que deseen entre una amplia gama de modelos que la propia liberalización favorece, con precios de US$ 600 a US$ 1.100, aunque está todavía por ver si se podrán utilizar modelos importados que en Estados Unidos apenas cuestan US$ 200.

El brillante futuro pronosticado para el negocio de la telefonía celular ha animado al nacimiento de otras dos nuevas empresas, Digital Phone y Tsuka, filiales de otros grandes grupos Nissan y los ferrocarriles JR. Estados Unidos también quiere beneficiarse del rico pastel celular nipón y ha amenazado con establecer tarifas del 100% a los teléfonos fabricados en Japón y exportados a su país, si los japoneses no compran más aparatos de la marca estadounidense Motorola.

Frente a las protestas de Washington, porque Motorola sólo ha podido vender 10.000 teléfonos, la industria nipona ha respondido que la venta es una cuestión de demanda y de gusto del consumidor. ***(De la redacción de*** **El Observador,** ***en base a informaciones de AP y EFE)***

9406238

06

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA 150024

FECHA 3/3/94

VINCULACIONES 65890

CLINTON ANALIZA LAS REPRESALIAS ECONOMICAS

3/3EC.

Creció el déficit comercial de EE.UU.: amenazan a Japón

El rojo de la balanza comercial estadounidense creció 38% el último año y pasó, con holgura, la barrera de los 100.000 millones de dólares. El grueso se explica en el intercambio con el Japón, altamente deficitario para Washington. Clinton admitió que estudian aplicar represalias comerciales para obligarlos a abrir más sus puertas a las exportaciones norteamericanas.



Bill Clinton. Estados Unidos podría recurrir a la ley de represalias comerciales.

WASHINGTON y NUEVA YORK (EFE y ANSA). — **El déficit comercial estadounidense volvió a dispararse en 1993 y llegó a unos de los escalones históricos más altos: 132.000 millones de dólares.**

Las cifras difundidas ayer por el Departamento de Comercio muestran que el déficit comercial aumentó el año pasado **37,9 %** respecto de **1992**. La noticia cayó como balde de agua fría: desde que el rojo de la balanza comercial estadounidense había alcanzado el récord de 159.000 millones de dólares en 1987, las cosas habían mejorado. Desde 1990 ese déficit siempre estuvo por debajo de la barrrera de los 100.000 millones.

Este significativo repunte del bache comercial coincide con la decisión política del gobierno de **Bill Clinton de tomar drásticas sanciones comerciales contra el Japón.** Se explica: Washington tiene con Tokio la mayor parte de su déficit. Son **60.400 millones de dólares.** En 1993 el comercio con Japón fue altamente deficitario para los Estados Unidos. Alcanzó otro nivel récord tras aumentar un 25 % con respecto a 1992.

A sólo tres semanas de la ruptura de las negociaciones comerciales con Tokio, el presidente norteamericano se mostró dispuesto a recurrir a las normas legales más duras que están en vigencia para **castigar la negativa nipona de abrir su mercado a las exportaciones estadounidenses.**

Según indicaron los periódicos locales, la Casa Blanca podría anunciar en las próximas horas la renovación por decreto de la ley "Súper 301" que prevé represalias comerciales contra los países que mantienen "injustas e injustificadas" barreras contra las exportaciones norteamericanas.

Al comentar las versiones del "New York Times" y del "Wall Street Journal", el presidente Clinton aseguró que "aún no hemos llegado a una decisión definitiva sobre la estrategia a seguir con el Japón, pero estamos analizando las opciones más convenientes".

Sin embargo, el representante comercial norteamericano, **Mickey Kantor**, —encargado de aplicar las sanciones de la Súper 301— reconoció que "**algunas decisiones ya se han tomado para presionar al gobierno japonés**".

9406238

07

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PAG. 150007.
FECHA 4/3/94
VINCULACI 65890.

EE.UU. restablece poder para invocar medida de sanción comercial Super 301

Washington, mar 3 - Los Estados Unidos anunciaron hoy la puesta en vigencia de la llamada orden "Super 301", que puede ser utilizada para represálias comerciales, en un esfuerzo por presionar a Japón a abrir sus mercados a las exportaciones norteamericanas.

"Esta acción nos ayudará a alcanzar nuestro objetivo; abrir mercados que crearán mejores empleos e incrementarán los salarios en el país y en el exterior", señaló el presidente Bill Clinton en un comunicado.

Al anunciar la acción, a la que Tokio se opone duramente, el representante de Comercio, Mickey Kantor, dijo que ninguna nación en particular estaba siendo señalada de inmediato como blanco e hizo notar que la amenaza a largo plazo de represalias comerciales podría ser usada para abrir mercados también en Europa y China.

Pero la reactivación de la autoridad para utilizar la Super 301, que había cesado en 1990, fue impulsada por las tensiones comerciales entre los Estados Unidos y Japón, que se hicieron patentes cuando Clinton y el primer ministro japonés, Morihiro Hosokawa, no pudieron resolver viejas disputas en su reunión cumbre del 11 de febrero.

Respondiendo a una pregunta en una conferencia de prensa, Kantor reconoció ese hecho, diciendo; "Japón es el único entre las naciones desarrollados en mantener mercados cerrados".

Pero insistió en que el mensaje estaba destinado a "cualquier país cuyas prácticas constituyan una barrera grave" y añadió, "por lo tanto, este mecanismo procesal conocido como Super 301 podría tener un impacto no sólo con Japón, sino también con otras naciones".

Citó el largo apoyo de Clinton para la Super 301 y la promesa electoral del presidente de restablecer la herramienta comercial. "Con la acción de hoy, lo estamos haciendo", señaló Kantor.

Dijo que el poder, que Clinton puede invocar por propia autoridad, fue restablecido por dos años. La medida no conduce automáticamente a sanciones, pero permite a los Estados Unidos identificar lo que considera graves prácticas comerciales injustas, sujetas a represalias. Utilizando la Super 301, los Estados Unidos deben emitir el 31 de marzo una lista preliminar de las que consideran barreras comerciales inaceptables y para el 30 de septiembre una lista final sujeta a investigación.

Kantor puso en claro que Washington esperaba que esta presión fuera suficiente para no recurrir a sanciones concretas. "Nuestra meta es eliminar las principales barreras comerciales en el mundo que bloquean el acceso para nuestros productos y servicios", señaló, "si podemos hacer eso sin identificar (barreras extranjeras específicas) bajo la Super 301, habremos logrado nuestro objetivo". "Pero nadie debe dudar de nuestro compromiso para seguir avanzando en la apertura de mercados y en la expansión comercial", añadió.

(Reuter)

9406238

08-08.

Nº. DOCUMENTO: 9406239 ✓

TITULO: EEUU-Canadá examinaron posibilidad de enviar tropas de ambos países a Haití

PROCED.: 150025

FECHA: 18/5/94

VINCULACIONES: 65880.
1164
11398
65456
66123

EE. UU. y Canadá apuntan sobre el régimen de Haití

18/5 LN

Ambigüedad: hablan de enviar tropas de paz; no obstante, el ministro de Defensa canadiense advirtió que su país no contribuirá al derrocamiento del presidente de facto Jonassaint.



Los generales Cedras, a la izquierda, y Duperval, el día que convirtieron en dictador a Jonassaint (Reuter)

OTTAWA, 17 (AFP).- Los ministros de Defensa de Canadá y los Estados Unidos examinaron este martes en Ottawa el envío de fuerzas de paz de ambos países a Haití una vez que el presidente Jean-Bertrand Aristide haya regresado al poder.

No obstante, el ministro de Defensa canadiense, David Collenette, resaltó que su país no contribuirá a una invasión destinada a derrocar el actual régimen de facto en Haití.

Intransigencia

Collenette afirmó, tras reunirse con el secretario de Defensa norteamericano, que "ciertamente, examinaremos el formar parte de una fuerza de mantenimiento de la paz", pero añadió que "Canadá no formará parte de ninguna fuerza para restaurar al presidente Aristide".

Perry indicó a los periodistas que había hablado con Collenette sobre una eventual fuerza de mantenimiento de la paz, pero no detalló la posible composición ni el contingente que la conformaría.

"Si se forma una fuerza de mantenimiento de la paz (...) podemos esperar que los Estados Unidos contribuyan, al igual que Canadá", señaló.

"Será algo que deberá ser negociado", añadió.

Nº. DOCUMENTO 9406240
TITULO El mercado de los misiles en EEUU.
PROCESO 150025
FECHA 20/5/94
VINCULACION 65890
11163
110.19

El mercado de los misiles

Por Carol Reed

WASHINGTON (Jane's Defence). – De los 80.000 millones de dólares que el Pentágono gasta en armas de fabricación norteamericana, por lo menos 10.000 millones de dólares son asignados a misiles y a sistemas de defensa antimisiles.

Dentro de ese mercado, unas 10 firmas compiten entre sí con Hughes Aircraft Co. y Raytheon Corp. a la cabeza, y cada una de ellas obtiene ingresos del orden de los 2000 a 2500 millones de dólares anuales.

Pero hacia fines de esta década, la industria podría quedar reducida a dos gigantes: Hughes y Raytheon.

Durante los años ochenta, los fabricantes de misiles norteamericanos prosperaron con los contratos de la era de la guerra fría relacionados con la Iniciativa de Defensa Estratégica –o guerra de las galaxias– y sus interceptores estacionados en el espacio, y también con el desarrollo de los misiles Stinger, Sparrow, Standard y Tomahawk.

Presupuestos bajos

Pero, a principios de los años noventa, con severas restricciones presupuestarias en materia de defensa, la industria comenzó a achicarse.

Raytheon, la empresa de Massachusetts fabricante de los misiles Patriot, fue una competidora tan feroz en los proyectos de los misiles Standard, Sparrow y Stinger, y del misil Crucero Avanzado, que hizo abandonar a la firma General Dynamics, nada menos.

En 1992, la unidad de misiles de General Dynamics fue adquirida por Hughes Aircraft por 450 millones de dólares, en un intento por bloquear la participación de Raytheon.

El número de operarios en el área de misiles en Hughes y General Dynamics, que era del orden de los 17.000 en mayo de 1992, mermó hasta 9000 actualmente y se espera que esa tendencia continúe hasta llegar a 7500.

Hughes ya estaba recibiendo pedidos al contado para sus misiles antitanque TOW y sus misiles aire-aire Phoenix y Amraam.

Después de la fusión obtuvo los misiles Standard y Tomahawk, de General Dynamics, que eran fabricados en las instalaciones de Carden, Estado de Arkansas, y en las plantas californianas de San Diego, Pomona y Rancho Cucamonga.

Las instalaciones de General Dynamics fueron clausuradas en lo qué se consideró un muy duro golpe a la economía de California, y se transformaron en una sola y renovada planta de Hughes en Tucson, Estado de Arizona.

Aunar esfuerzos

Para que las fusiones tengan éxito, "las dos compañías deben estar dispuestas a consolidarse. En otras palabras, racionalizar las instalaciones y a la gente", señaló Mike Smith, presidente de Hughes Missile Systems Co.

"Por ahora –agregó Smith–, la planta de Hughes opera al 90 o 95 por ciento de su capacidad, con costos de producción reducidos por lo menos en un 30 por ciento."

> **El 9 de julio y el 15 de septiembre próximos, en sendos vuelos de prueba correspondientes al programa de defensa de misiles balísticos de la marina de los Estados Unidos, un interceptor de sistemas de la Rockwell Space será confrontado con el Kinetic Kill Vehicle (KKV), de Hughes. El sistema que gane podría ser utilizado, en 1998, en los destructores y cruceros Aegis de la marina norteamericana**

Actualmente, la marina de los Estados Unidos tiene intenciones de comprar, de aquí al 2000, más de 4100 misiles crucero Tomahawk, capaces de volar a baja altura y eludir la acción del radar.

El 9 de julio y el 15 de septiembre próximos, en sendos vuelos de prueba correspondientes al programa de defensa de misiles balísticos de la marina de los Estados Unidos, un interceptor de sistemas de la Rockwell Space será confrontado con el Kinetic Kill Vehicle (KKV), de Hughes. El sistema que gane podría ser utilizado, en 1998, en los destructores y cruceros Aegis de la marina norteamericana.

Cambio de planes

El año pasado, McDonnell Douglas anunció planes para abandonar sus actividades en el campo de los misiles, principalmente el Tomahawk y el Harpoon.

Pero ahora le está dando batalla a la Hughes para obtener un contrato del Pentágono, el denominado Programa de Mejoramiento de Base del Tomahawk, para aumentar la capacidad de precisión de ese misil y desarrollar una nueva versión para el siglo XXI.

La obtención de ese contrato colocaría a McDonnell Douglas nuevamente en el negocio de los misiles a largo plazo como el tercer principal contratista del país.

En 1992, Hughes también rivalizó con Martin Marietta para adquirir la empresa LTV Missiles and Electronics, de Dallas, pero ambos perdieron frente a Loral.

Este ya era un abastecedor clave de equipos electrónicos para los misiles Sidewinder y Tomahawk, y para el sistema Thaad, correspondiente a la Defensa Aérea del Teatro de Elevada Altitud.

Absorber la actividad de misiles de LTV extendió la tecnología de Loral más allá de su dominio en el campo de los sistemas electrónicos.

Revisionismo

Ciertamente, en febrero, el ejército norteamericano seleccionó la Tecnología de Intercepción de Radio Extendido (Erint), de Loral, que destruye objetivos chocando contra ellos, en lugar de elegir la versión prfeccionada del misil Patriot, fabricado por Raytheon.

De manera similar, la absorción de GE Aerospace por parte de Martín Marietta colocó a este gigante de la industria electrónica para la defensa en una posición para intervenir en importantes proyectos como el sistema de combate Aegis.

Mientras tanto, el rendimiento de los misiles Patriot durante la Guerra del Golfo fue analizado a fondo, y los oficiales del ejército norteamericano admiten hoy que derribaron menos Scud iraquíes que lo que alguna vez aseguraron, es decir, tan sólo el 40 por ciento de los misiles Scud disparados contra Israel y el 70 por ciento de los que fueron lanzados contra Arabia Saudita. (c) LA NACION

(Traducción de Luis Hugo Pressenda)

9406240

Nº. DOCUM 9406241

TITULO Tribunal Supremo de EEUU rechazó demanda contra el cierre de bases militares.

PROCE 150014

FECHA 24/5/94

VINCULAC 65880.
11164
11302
11163

El Tribunal Supremo de EEUU rechazó demanda contra el cierre de bases militares

24/5/95

ESTADOS UNIDOS CIERRA BASES MILITARES

El Tribunal Supremo de EEUU rechazó el lunes, una demanda judicial contra el cierre de bases militares en este país, lo que supuso una gran victoria política para el Pentágono.

En su decisión unánime, los nueve jueces del Tribunal Supremo afirmaron que el poder judicial no puede revisar decisiones del Gobierno sobre el cierre de bases militares innecesarias.

Esta decisión supone un espaldarazo para los planes del Pentágono de seguir cerrando decenas de bases militares de este país que considera que no son necesarias tras la conclusión de la +guerra fría+, y que además no puede costear con su presupuesto.

La demanda había sido presentada por un grupo encabezado por el senador republicano Arlen Specter quien, a través de este proceso judicial, pretendían la suspensión del cierre de los astilleros que la Marina norteamericana tiene en Filadelfia (Pensilvania).

Un juez federal ya había rechazado esta demanda por considerar que el poder judicial no tiene potestad sobre casos meramente políticos, pero un tribunal de apelaciones dictaminó lo contrario y el caso acabó en el Supremo, que dio la razón al magistrado.

01-01

9406241

Nº D. CI: 9406242
TITU: Incidentes entre Marina de EEUU y embarcaciones q' no respetan embargo a Haití
PROCE: 150023
FECHA: 25/5/94
VINCULAC: 65880
11164
11388
66123
11163
11328

Incidentes entre Marina de EEUU y embarcaciones que no respetan el embargo a Haití

Disparos en el Caribe

25/5 LA

Washington (AFP)

La Marina norteamericana realizó en dos oportunidades disparos de advertencia, el domingo y el lunes, contra dos cargueros que ignoraban las órdenes de sus navíos para hacer respetar el embargo de la ONU, y uno de ellos logró no obstante llegar a Haití, anunció ayer el Pentágono.

Los dos incidentes implicaban a navíos registrados en las Bahamas, el "Sea Search", y en Panamá, el "Leonese", precisó un vocero del Departamento de Defensa, Dennis Boxx, añadiendo que la inspección del "Leonese" estaba aún en curso en el momento en que él hablaba.

Ocho navíos norteamericanos, así como dos fragatas, una argentina y otra canadiense, están encargadas de hacer respetar el embargo, precisó el vocero.

Desde el 21 de mayo, 14 embarcaciones fueron desviadas por la Marina norteamericana, que por el contrario, autorizó 10 a pasar.

Según Boxx, el "Sea Search" ignoró el domingo la orden de detenerse que le daba un navío. Este persistió en su negativa a detenerse y se dirigió hacia la costa", declaró el vocero. Precisó que se había adoptado la decisión de no abrir fuego contra el navío porque estaba demasiado cerca de la costa y se podría poner en peligro la vida de civiles.

El otro incidente se produjo tarde el lunes de noche en la costa norte de Haití. El "Leonese" se detuvo después de disparos de advertencia, indicó Boxx.

Al hacer el balance de la acción de la Marina norteamericana desde octubre de 1993, cuando entró en vigencia un primer embargo de la ONU sobre el petróleo y las armas con destino a Haití, Boxx indicó que 1.005 navíos habían sido interceptados y su carga inspeccionada, o fueron desviados. En total, la Marina norteamericana procedió en cuatro oportunidades a disparos de advertencia. Un embargo comercial casi total decretado por la ONU contra Haití, entró en vigor el domingo a las 03h59 GMT para obligar a los militares a abandonar el poder.

01-01

9406242

Nº DOCUMENTO 9406243
TITULO EEUU-Japón logran acuerdo comercial.
P. 150007
FECHA 25/5/94
65880.
41164
11388
66224

EEUU y Japón logran acuerdo que aleja sombra de guerra comercial

25/5 EP.

Washington, 24 mayo - Estados Unidos anunció hoy un principio de acuerdo con Japón que desbloquea sus conversaciones destinadas a reducir el déficit comercial norteamericano y aleja el peligro de una guerra comercial entre ambas potencias económicas.

El representante de Comercio Exterior de EEUU, Michael Kantor, anunció en una rueda de prensa ofrecida en la Casa Blanca que el acuerdo fue alcanzado la pasada madrugada tras intensas conversaciones mantenidas por los negociadores desde el jueves.

Kantor indicó que el presidente de EEUU, Bill Clinton, y el primer ministro de Japón, Tsutomu Hata, hablaron hoy durante catorce minutos para felicitarse por el logro de este acuerdo, que desbloquea las "negociaciones marco" interrumpidas en febrero, lo que suscitó el temor a una nueva guerra comercial bilateral.

Este acuerdo "impulsará la confianza entre los dos países para avanzar en la dirección adecuada", dijo Kantor, quien indicó que el acuerdo alcanzado hoy supone "un compromiso firme para (lograr) un consenso orientado a (obtener) resultados". Con estas negociaciones, EEUU desea lograr



Representante de Comercio Exterior de EEUU, Michael Kantor.

una apertura de los mercados japoneses para algunos de sus productos de exportación, de modo que pueda reducir el déficit de 60.000 millones de dólares anuales que tiene en sus relaciones comerciales con Japón.

Pero el Gobierno japonés se ha negado en todo momento a aceptar las pretensiones de Washington de fijar un calendario para lograr metas de reducción de ese déficit, por considerar que ello suponía un intento de EEUU de acaparar parte de sus mercados comerciales, sin que sean éstos los que fijen su penetración.

Al renunciar EEUU a estas pretensiones, los negociadores de ambas partes podrán ahora reanudar las conversaciones comenzadas en julio del pasado año y que el 11 de febrero último quedaron interrumpidas abruptamente durante una reunión entre Clinton y el entonces primer ministro japonés, Morihiro Hosokawa. El motivo de esa ruptura de la anterior ronda de negociaciones comerciales fue precisamente la insistencia de Washington en querer fijar un calendario para la reducción del déficit comercial en fases, algo a lo que se ha venido negando Tokio.

Los sectores comerciales en los que Estados Unidos está pidiendo un acceso más amplio de sus productos a los mercados japoneses son, sobre todo, el agrícola, el forestal, el de las telecomunicaciones, el automotriz, el de equipos médicos, así como las licitaciones de las administraciones locales y estatales.

Este acuerdo de principio permitirá a Clinton y a Hata reunirse en julio próximo en Nápoles (Italia) con motivo de la cumbre presidencial del Grupo de los Siete (G-7), sin que dicha cita se vea empañada por la sombra del conflicto comercial, como ocurrió en febrero en la reunión entre el presidente estadounidense y el anterior primer ministro japonés. (EFE)

9406243

Nº 9406244 ✓
EEUU reanudó contactos con Corea del Norte.
150014
24/5/94
65880.
11164
11399
N 507487
S 507488

Tratan de superar entredicho por energía atómica

CONTACTOS ENTRE EEUU Y COREA DEL NORTE

Estados Unidos reanudó ayer, lunes, sus contactos con Corea del Norte una vez resuelta la última crisis sobre las inspecciones nucleares internacionales en ese país, informaron fuentes del Gobierno norteamericano.

El portavoz del Departamento de Estado, Michael McCurry, afirmó que un grupo de funcionarios norteamericanos se reunió con la misión norcoreana ante las Naciones Unidas en Nueva York para «revisar las informaciones que hemos recibido de la OIEA y explorar las perspectivas para reanudar nuestro diálogo» a alto nivel.

Estos contactos preliminares se registran después de que el Organismo Internacional de la Energía Atómica (OIEA) informase a Washington el viernes pasado de que Corea del Norte no desvió a la producción de armas atómicas combustible nuclear del descargado de su central de Yongbyon.

Igualmente, funcionarios de más alto rango de Estados Unidos, Corea del Sur y Japón se reunirán hoy en Nueva York para hablar de las condiciones necesarias para reanudar las conversaciones de alto nivel entre los Gobiernos de Washington y Pyongyang, interrumpidas hace medio año.

Para tratar este asunto, el subsecretario de Estado Robert Gallucci, encargado de manejar la crisis nuclear de Corea del Norte, se reunió ayer en esta capital con su colega surcoreano, Kim Sam Hoon.

El Gobierno norcoreano ha aceptado la visita de un nuevo equipo de expertos del OIEA, que tiene previsto llegar hoy a ese país para unirse a otra misión de tres inspectores que se encuentra en Yongbyon y verificar la descarga de material nuclear de esas instalaciones.

McCurry afirmó que las autoridades norcoreanas deberán de haber guardado parte de las barras de combustible extraídas del reactor de Yongbyon, cien kilómetros al norte de Pyongyang, para que los inspectores puedan tomar muestras y confirmar que no hubo desvío de material radiactivo con fines armamentistas.

Según McCurry, a no ser que el Gobierno de Corea del Norte acepte estas verificaciones, las conversaciones a alto nivel no se reanudarían.

El cambio del combustible atómico empleado en esa central, sin esperar la llegada de los inspectores de la OIEA, había suscitado la última crisis con Corea del Norte sobre el tema nuclear, pero según Washington, las barras de plutonio fueron sumergidas en agua, en lugar de recicladas para ser de nuevo usadas.

Estados Unidos y otros países han expresado la sospecha de que Corea del Norte produce en secreto armas nucleares, y según algunos expertos norteamericano ya podría tener dos.

Pero el Gobierno de Pyongyang ha insistido en que la finalidad de sus actividades nucleares es pacífica, a pesar de lo cual no ha permitido la inspección total de sus instalaciones.

EFE

9406244

C1/01

Nº. DOC: 9406245
TITULO: EEUU apoyará plan de desarrollo para Centroamérica
PROCED: 150014
FECHA: 25/5/94
VINCULACI: 65890.
11164
11302
11398
65549

Centroámerica

EEUU APOYARA PLAN DE DESARROLLO

25/5/94

La cumbre que celebraron ayer en Tegucigalpa los gobernantes de Centroamérica y el vicepresidente de EEUU, Al Gore, concluyó con el compromiso estadounidense de apoyar un plan de desarrollo sostenible para la región.

El vicepresidente estadounidense se mostró partidario de hacer de la zona un "modelo de desarrollo sostenible" y anunció que próximamente comenzarán los contactos y las consultas para que rinda sus frutos.

Adelantó que los países centroamericanos y de la Cuenca del Caribe estarán exentos de tasas para las exportaciones textiles y de confección, siempre que cumplan las reglas del Tratado de Libre Comercio (TLC) de Norteamérica, como lo son las de derecho laboral y medio ambiente.

Gore señaló que con esta iniciativa, que firmará la próxima semana el presidente de EEUU, Bill Clinton, se eliminarán aranceles por valor de unos 3.000 millones de dólares.

Esta reunión fue el primer paso para la preparación de la Cumbre de las Américas, convocada por Clinton para celebrarse en diciembre próximo en Miami (EEUU).

Tras la cita no se divulgó declaración final escrita y la misma se prolongó más de una hora de lo previsto en un principio.

01-01

9406245

Nº. DOC 9406246
TITULO Washington cambia política hacia Haití.
PROC. 150318
FECHA 30/4/94
VINCULACI 65880
11164
11388
66123

MANO DURA EN HAITI

Washington cambia estilo

30/4 P.12

A *(Por Antonio Caño, desde Washington/El País)* **Convencido de que su política hacia Haití ha sido un fracaso y decidido a mantener su compromiso de restaurar la democracia en ese país, el presidente norteamericano, Bill Clinton, exigió a los jefes militares haitianos abandonar el poder inmediatamente o hacer frente a una mayor presión internacional, empezando por una propuesta de resolución del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para endurecer las sanciones económicas.**

Después de meses de inmovilidad en Washington, durante los que han aumentado los abusos contra los derechos humanos en Haití y se han desvanecido las esperanzas de una solución negociada, la Administración norteamericana está patrocinando una resolución que dará 15 días de plazo a las autoridades militares haitianas para dejar el poder o abandonar el país.

De lo contrario, Estados Unidos quiere que el Consejo de Seguridad apruebe un bloqueo económico total sobre la isla, así como la prohibición de viajar al extranjero a unos 600 oficiales de las fuerzas armadas haitianas que apoyan al actual régimen dictatorial de Puerto Príncipe. Hasta ahora, las Naciones Unidas mantenían un embargo de armas y de petróleo sobre Haití, pero esas medidas no han sido suficientes para doblegar la voluntad de permanencia del régimen, que encabeza el general Raoul Cedras.

La embajadora norteamericana en las Naciones Unidas, Madeleine Albright, confía en encontrar respaldo suficiente como para que la resolución, que impide todo tipo de relación con Haití excepto la estrictamente humanitaria y el trabajo periodístico, pueda ser aprobada la próxima semana. "Nosotros no somos los únicos que estamos frustrados, irritados y furiosos por lo que esta pasando en Haití", comentó Albright.

Esta es la iniciativa más agresiva presentada por el gobierno norteamericano desde que los militares haitianos violaron el acuerdo firmado por Cedras con el presidente en el exilio, Jean-Bertrand Aristide, el pasado 3 de julio en Nueva York, por el que éste podía volver a tomar las riendas del país. Durante los 10 meses transcurridos desde entonces, la política de la Administración se fue alejando de los deseos de Aristide, con quien Bill Clinton se reunió en dos ocasiones pero con quien no consiguió llegar a un acuerdo.

Las presiones sobre el presidente aumentaron en las últimas semanas con la expulsión hacia su país de cientos de haitianos que pretendían llegar a las costas norteamericanas, y con la confirmación en Washington de informes sobre matanzas perpetradas por los militares haitianos contra sus rivales políticos.

A ello se sumó hace dos semanas la huelga de hambre protagonizada en la capital estadounidense por Randall Robinson, un activista negro pro derechos humanos, que pide una intervención más agresiva de EE.UU. Clinton, para quien el asunto de Haití ha sido siempre un caso de máxima prioridad, reconoció días atrás que lo que estaba haciendo Robinson era correcto, y anunció un cambio de su política. Para ello decidió, en primer lugar, destituir al hasta entonces embajador especial para asuntos haitianos, Lawrence Pezzullo, a quien se identifica con los errores cometidos.

9406246

Nº. DOC 9406247 ✓
TITULO EEUU rechazó intervenir en Ruanda.
PROC. 150483
FECHA 3/5/94
VINCUL. 65890
11164
11388
507638

EEUU rechazó intervenir en Ruanda

EL GOBIERNO DEL presidente Bill Clinton rechazó la participación directa en la guerra civil de Ruanda y está considerando una serie de posibilidades para ayudar a poner fin a esa cruenta lucha.

Dos enviados estadounidenses irán a Uganda, Burundi y Tanzania en un esfuerzo por establecer conversaciones tendientes a poner fin a la lucha, dijo ayer un funcionario de la Casa Blanca.

Una de las ideas que se está considerando es organizar y ayudar a financiar el envío de fuerzas de paz de las naciones africanas a Ruanda para restaurar la ley y el orden, dijeron hoy funcionarios.

Funcionarios occidentales no saben siquiera si las naciones africanas querrían hacerlo, cuánto costaría poner en práctica la medida y si tendría resultado.

Proyectiles de mortero cayeron en una iglesia repleta de refugiados en la capital de Ruanda, matando a 12 personas e hiriendo a otras 113, reportó ayer un vocero de las Naciones Unidas.

Dos proyectiles de mortero se estrellaron el domingo en la Iglesia Santa Familia de Kigali, donde más de 2.000 personas se habían refugiado al estallar tiroteos entre tropas del Ejército y rebeldes, dijo el vocero de la ONU, Moctar Gueye.

Los esfuerzos de la ONU para arreglar una tregua entre el gobierno controlado por la tribu hutu y los rebeldes tutsi del Frente Patriótico de Ruanda han sido infructuosos.

Los rebeldes dijeron en un comunicado difundido por su radio que no participarán en conversaciones de paz a iniciarse el martes en Arusha, Tanzania.

"El Frente Patriótico de Ruanda no tiene intenciones y nunca negociará tregua alguna con el gobierno ilegítimo de Ruanda", dijo la transmisión rebelde.

La mayoría de los refugiados son hutus, principal grupo étnico en Ruanda.

Funcionarios de la ONU estiman que apenas entre un 10 y 20% de los refugiados pertenecen a la minoría tutsi.

Los esfuerzos internacionales tendientes a persuadir a las facciones en pugna en Ruanda a que pongan fin a casi un mes de guerra civil probablemente fracasarán mientras los rebeldes no den cuartel al gobierno adversario al que culpan de la muerte de 200.000 personas. ■(*De la redacción de* El Observador *en base a fuentes de AP y EFE*)

9406247

Nº. DOC. 9406248

TITULO Desacuerdo entre los legisladores de EE.UU. sobre cuestión haitiana

PROC. 150024

FECHA 5/5/94

VINCUL. 65890

11124

11302

11348

66123

CLINTON ALUDIO A UNA INTERVENCION MILITAR

Desacuerdo entre los legisladores de EE.UU. sobre la cuestión haitiana

Los círculos políticos y empresariales de Puerto Príncipe fueron sacudidos ayer por insistentes versiones sobre planes de la ultraderecha para instalar un nuevo gobierno. Los rumores se acrecentaron luego de la dura advertencia lanzada el martes por el presidente Bill Clinton acerca de que Washington no descarta el uso de la fuerza en Haití para forzar el alejamiento de los militares en el poder. Legisladores norteamericanos expresaron opiniones encontradas sobre esa alternativa, en lo que se vislumbra como el comienzo de un encendido debate. El ex presidente George Bush afirmó que la intervención militar sería "un grave error".



Cientos de norteamericanos presencian en la sede de la cadena CNN, en Atlanta, las declaraciones de Bill Clinton sobre Haití: el presidente no excluye una acción militar.

WASHINGTON, 4 (EFE y Reuter). — Los legisladores estadounidenses expresaron hoy opiniones enfrentadas sobre la advertencia lanzada ayer por el presidente **Bill Clinton** de que Washington podría **utilizar la fuerza en Haití** si los militares de ese país no abandonan el poder para restaurar la democracia.

La dura advertencia de la Casa Blanca sembró inquietud en el régimen encabezado por el general **Raoul Cedrás**, y en la capital haitiana circularon hoy insistentes versiones según las cuales **dirigentes derechistas intentan instalar un nuevo gobierno en el país**, en desafío a las Naciones Unidas y al propio Clinton.

La velada amenaza del jefe de la Casa Blanca abrió en los Estados Unidos un acalorado debate, y hasta su antecesor **George Bush** —quien últimamente estaba llamado a silencio— opinó que la intervención militar en Haití **"sería un grave error"**.

También se manifestaron en contra de la opción militar los líderes de las dos bancadas mayoritarias en el Senado, **Robert Michell** (demócrata) y **Bob Dole** (republicano), cuyo apoyo sería necesario en el caso de que, finalmente, Clinton se decidiera a invadir Haití.

En cambio, el titular del comité de Apropiaciones de la Cámara de Representantes, el demócrata **David Obey**, se mostró favorable a la intervención militar para restaurar al presidente destituido en 1991 y exiliado en Washington, **Jean-Bertrand Aristide**.

Obey dijo que "preferiría una fuerza multinacional, pero si no la logramos, los que gobiernan ahora en Haití deben tener claro que **estamos dispuestos a hacerlo de forma unilateral**".

El martes, Clinton dijo que no quería comportarse con Haití como un "bravucón" que abusa de su poderío, pero advirtió que los EE.UU. no descartan echar a los militares haitianos del poder por la fuerza, si no hay otro medio.

El secretario general de las Naciones Unidas, **Butros Ghali**, en una elíptica contestación a las palabras de Clinton, expresó hoy en un informe dirigido a la Asamblea General del organismo que si las sanciones internacionales no resultaran suficientes para forzar a los militares a abandonar el poder, igualmente es partidario de **una solución "más propiamente haitiana"**.

El Consejo de Seguridad de la ONU se reunió hoy para estudiar una propuesta estadounidense que prevé la prohibición de todos los vuelos a Haití, excepto los regulares y los autorizados con fines humanitarios, y un **embargo económico *más fuerte*** que solamente permitiría la entrada a la isla de alimentos y medicinas.

Una fuente del Departamento de Defensa norteamericano que exigió el anonimato le dijo a la agencia EFE que "no es inminente" ninguna invasión a Haití, y agregó que lo prioritario "es hacer cumplir con más firmeza las sanciones económicas, tanto por tierra como por mar y por aire".

La advertencia de Clinton reavivó en Puerto Príncipe las versiones, circulantes desde hace semanas, sobre un nuevo gobierno inconstitucional para llenar el vacío dejado por el derrocado Aristide.

Sectores empresariales haitianos, preocupados porque la extrema derecha esté a punto de instalar un nuevo líder de facto, le reclamaron al primer ministro interino **Robert Malval** que regresara al cargo que abandonó, disgustado, en diciembre.

En Puerto Príncipe trascendió de fuentes empresariales que los hombres de negocios de la isla caribeña creen que el tener un líder legítimo en funciones llenaría el tentador vacío de poder y reduciría las aspiraciones golpistas de la extrema derecha.

Pero el regreso de Malval se considera muy improbable. A pesar de insistentes pedidos para que se quedara, el ex primer ministro renunció en diciembre después que los militares haitianos desconocieron los acuerdos firmados unos meses antes por Cedrás, que establecían la restitución al poder de Aristide.

El mes pasado, senadores "rebeldes" haitianos aprobaron una resolución en la que se declaró vacante la presidencia y se pidieron nuevas elecciones generales, pero la Cámara baja (controlada por los militares) no ha votado hasta ahora ese plan.

9406248

N°. DOC: 9406248
TITU: Desacuerdo entre los legisladores de EE.UU. sobre cuestión haitiana
PAG: 150024
FECHA: 5/5/94
VINCUL: 6538C
11164
11302
1348
66123

CLINTON ALUDIO A UNA INTERVENCION MILITAR

Desacuerdo entre los legisladores de EE.UU. sobre la cuestión haitiana

5/5E-C

Los círculos políticos y empresariales de Puerto Príncipe fueron sacudidos ayer por insistentes versiones sobre planes de la ultraderecha para instalar un nuevo gobierno. Los rumores se acrecentaron luego de la dura advertencia lanzada el martes por el presidente Bill Clinton acerca de que Washington no descarta el uso de la fuerza en Haití para forzar el alejamiento de los militares en el poder. Legisladores norteamericanos expresaron opiniones encontradas sobre esa alternativa, en lo que se vislumbra como el comienzo de un encendido debate. El ex presidente George Bush afirmó que la intervención militar sería "un grave error".



Cientos de norteamericanos presencian en la sede de la cadena CNN, en Atlanta, las declaraciones de Bill Clinton sobre Haití: el presidente no excluye una acción militar.

WASHINGTON, 4 (EFE y Reuter). — Los legisladores estadounidenses expresaron hoy opiniones enfrentadas sobre la advertencia lanzada ayer por el presidente **Bill Clinton** de que Washington podría **utilizar la fuerza en Haití** si lós militares de ese país no abandonan el poder para restaurar la democracia.

La dura advertencia de la Casa Blanca sembró inquietud en el régimen encabezado por el general **Raoul Cedrás**, y en la capital haitiana circularon hoy insistentes versiones según las cuales **dirigentes derechistas intentan instalar un nuevo gobierno en el país**, en desafío a las Naciones Unidas y al propio Clinton.

La velada amenaza del jefe de la Casa Blanca abrió en los Estados Unidos un acalorado debate, y hasta su antecesor **George Bush** —quien últimamente estaba llamado a silencio— opinó que la intervención militar en Haití **"sería un grave error"**.

También se manifestaron en contra de la opción militar los líderes de las dos bancadas mayoritarias en el Senado, **Robert Michell** (demócrata) y **Bob Dole** (republicano), cuyo apoyo sería necesario en el caso de que, finalmente, Clinton se decidiera a invadir Haití.

En cambio, el titular del comité de Apropiaciones de la Cámara de Representantes, el demócrata **David Obey**, se mostró favorable a la intervención militar para restaurar al presidente destituido en 1991 y exiliado en Washington, **Jean-Bertrand Aristide**.

Obey dijo que "preferiría una fuerza multinacional, pero si no la logramos, los que gobiernan ahora en Haití deben tener claro que **estamos dispuestos a hacerlo de forma unilateral**".

El martes, Clinton dijo que no quería comportarse con Haití como un "bravucón" que abusa de su poderío, pero advirtió que los EE.UU. no descartan echar a los militares haitianos del poder por la fuerza, si no hay otro medio.

El secretario general de las Naciones Unidas, **Butros Ghali**, en una elíptica contestación a las palabras de Clinton, expresó hoy en un informe dirigido a la Asamblea General del organismo que si las sanciones internacionales no resultaran suficientes para forzar a los militares a abandonar el poder, igualmente es partidario de **una solución "más propiamente haitiana"**.

El Consejo de Seguridad de la ONU se reunió hoy para estudiar una propuesta estadounidense que prevé la prohibición de todos los vuelos a Haití, excepto los regulares y los autorizados con fines humanitarios, y un **embargo económico más fuerte** que solamente permitiría la entrada a la isla de alimentos y medicinas.

Una fuente del Departamento de Defensa norteamericano que exigió el anonimato le dijo a la agencia EFE que "no es inminente" ninguna invasión a Haití, y agregó que lo prioritario "es hacer cumplir con más firmeza las sanciones económicas, tanto por tierra como por mar y por aire".

La advertencia de Clinton reavivó en Puerto Príncipe las versiones, circulantes desde hace semanas, sobre un *nuevo gobierno inconstitucional* para llenar el vacío dejado por el derrocado Aristide.

Sectores empresariales haitianos, preocupados porque la extrema derecha esté a punto de instalar un nuevo *líder de facto*, le reclamaron al primer ministro interino **Robert Malval** que regresara al cargo que abandonó, disgustado, en diciembre.

En Puerto Príncipe trascendió de fuentes empresariales que los hombres de negocios de la isla caribeña creen que el tener un líder legítimo en funciones llenaría el tentador vacío de poder y reduciría las aspiraciones golpistas de la extrema derecha.

Pero el regreso de Malval se considera muy improbable. A pesar de insistentes pedidos para que se quedara, el ex primer ministro renunció en diciembre después que los militares haitianos desconocieron los acuerdos firmados unos meses antes por Cedrás, que establecían la restitución al poder de Aristide.

El mes pasado, senadores "rebeldes" haitianos aprobaron una resolución en la que se declaró vacante la presidencia y se pidieron nuevas elecciones generales, pero la Cámara baja (controlada por los militares) no ha votado hasta ahora ese plan.

9406248

Nº DOCUMENTO 9406249
TITULO Tasa de desocupación de EEUU descendió al 6,4%.
PROCEDENCIA 150015
FECHA 7/5/94
VINCULACION 65890
11161
11165
11322

Tasa de desocupación de EE.UU., descendió al 6,4 %

7/5/94.

La tasa de desocupación de Estados Unidos descendió en abril al 6,4 por ciento, frente al 6,5 registrado en marzo, informó hoy el departamento de Trabajo.

La inesperada caída de la desocupación -los analistas habían previsto que la tasa permanecería sin cambios, estuvo acompañada de un alza de 267 mil unidades en los salarios del sector no agrícola, que sumaron 112,09 millones. También aquí el dato superó ampliamente las previsiones de los analistas, que habían estimado la creación de 171.000 nuevos puestos de trabajo.

Las nuevas contrataciones se produjeron sobre todo en el sector de los servicios, donde el número de ocupados aumento en 203.000 unidades, para sumar 88,9 millones. La ocupación industrial aumentó en 64 mil unidades, y sumó 23,19 millones.

Caída del mercado

La reacción de los mercados fue inmediata: los títulos a 30 años del Tesoro norteamericano perdieron un dólar, y sus rendimientos se ubicaron en el 7,44 por ciento. La caída del mercado de obligaciones arrastró a la Bolsa, que perdió más de 36 puntos en los primeros minutos de contratación.

El mes pasado el promedio de horas trabajadas semanalmente en las fábricas permaneció invariable en el máximo histórico de 42,2 horas, lo mismo que las horas extras, que fueron 4,8. En promedio, el mes pasado los trabajadores norteamericanos ganaron 11,06 dólares por hora, contra los 11,03 dólares de marzo.



20.000 despidos en la Digital

La Digital Equipmente quiere eliminar al menos 20 mil puestos de trabajo, aproximadamente el 23 por ciento de su fuerza de trabajo, en los próximos dos años, y vender algunas divisiones.

La radical reestructuración, escribió hoy el Wall Street Journal, fue anunciada por el administrador delegado Robert Palmer, en un memorándum a los principales directivos, y en una presentación ante los empleados.

Según Palmer, si no se aplica el drástico plan de ajuste, que apunta a reconquistar eficiencia y competitividad, "toda la empresa podría cerrar".

La Digital ya había adelantado que recurriría a nuevos despidos, pero se trata de la primera vez que se anuncia el alcance global del proceso de reorganización. En total, la empresa tiene hoy 92 mil trabajadores, de los cuales 7 mil temporarios.

Palmer también indicó que se espera en breve el retorno a la rentabilidad "como más tarde para fines de año. Lo piden los accionistas. Lo pide el Consejo de Administración. Y yo espero poder hacerlo".

Lo que contribuyó principalmente a las nuevas medidas de reorganización fueron las inesperadas pérdidas acumuladas por la Digital en el primer trimestre del año, el tercer fiscal para la empresa: 183 millones de dólares.

Pérdidas por 3 millones de dólares

En los últimos tres años la Digital perdió 3 mil millones de dólares, pero en los últimos cinco trimestres había mostrado progresos constantes, por lo que las últimas pérdidas sacudieron a la cúspide de la empresa.

El memorándum de Palmer califica el inesperado rojo como "un misterio".

El directivo resumió así los muchos problemas de la Digital: "Una estructura de costos demasiado cara, sistemas inadecuados para los objetivos, canales de distribución y venta no competitivos, y planes de inversión insostenibles". (ANSA)-

9406249

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406250 ✓

TITULO EEUU rechaza designación oficial de nuevo presidente en Haití

PROCED. 150023

FECHA 11/5/94

VINCULACI. 65890

11164

11388

66123

EEUU rechaza designación oficial de nuevo presidente en Haití

11/5/94

Puerto Príncipe (ANSA)

■ La embajada de Estados Unidos en Haití reaccionó ayer en contra del intento del senador haitiano Bernard Sansariq de instaurar hoy un nuevo gobierno en la isla, que encabezaría el presidente de la Corte Suprema, Elime Jonassaint, en remplazo de Jean Bertrand Aristide.

"Todo intento de nombrar un nuevo gobierno por medios inconstitucionales no tendrá efecto sobre la aplicación de las sanciones decididas por el Consejo de Seguridad" de la ONU, dijo en Puerto Príncipe el portavoz de la embajada estadounidense, Stanley Schrager.

El diplomático contestó así al anuncio hecho antenoche por el senador Sansariq, de nombrar como nuevo mandatario de Haití al presidente de la Corte Suprema.

De acuerdo con los tiempos del senador Sansariq, la ceremonia de juramento del nuevo mandatario de Haití se realizará hoy.

El vocero Schrager declaró que de llevarse a cabo la asunción de Emile Jonassaint, la medida tendría como efecto inmediato "agravar la miseria del pueblo haitiano", y advirtió que las personas que participen en ese "gobierno ilegal" estarían prohibidas de entrar a Estados Unidos.

El anunció de Sansariq fue hecho antenoche, después de abortarse una sesión del Parlamento en presencia de los "seleccionados" el 18 de enero de 1992, durante las controvertidas elecciones para renovar el tercio del Senado.

Sansariq, quien se proclama del Senado, afirmó que el Ejército haitiano brindará la colaboración necesaria para la ceremonia de entronización del nuevo presidente, Emile Jonassaint.

9406250

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406251
TITULO Casa Blanca desmintió versión de envío de tropas norteamericanas a Haití
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE 12/5/94
VINCULACION 65880
11164
11388
66123

HABRA ACCION DIPLOMATICA

La Casa Blanca no envía tropas

12/5 E.C.

WASHINGTON, 11 (AP y AFP). — La Casa Blanca desmintió hoy una versión periodística sobre el presunto envío de tropas estadounidenses a Haití para "depurar" a las fuerzas militares de ese país.

La versión del diario "Los Angeles Times" dice que por lo menos 600 soldados serán enviados a "depurar" a los militares haitianos. La versión, originada en Puerto Príncipe, cita a fuentes no identificadas en Washington y en la capital haitiana.

En Washington, la vocera presidencial, **Dee Dee Myers** rechazó la versión. **"Esa información es errónea"**, expresó.

Myers dijo que Estados Unidos podría participar en el envío de un grupo de asesores militares y policiales para reestructurar el ejército y la policía y para reconstruir los caminos. Pero dijo que no hay planes para invadir Haití.

"No hay decisión alguna para enviar una fuerza pequeña para depurar a las fuerzas armadas", dijo Myers a los reporteros.

Madeleine Albright, embajadora norteamericana en la ONU, dijo que **"a esta altura sólo hacemos muchos planes de contingencia"** e insistió en que la acción diplomática está enfocada en hacer cumplir las sanciones aprobadas la semana pasada.

"Si las sanciones tienen el resultado previsto, entonces aún existirá la necesidad de cierto tipo de fuerza para encarar problemas de seguridad en Haití", dijo la embajadora, señalando que falta aún cierto tiempo antes que las sanciones se hagan sentir.

Albright admitió sin embargo que en algún momento habrá necesidad de desplegar en Haití una fuerza multinacional, con componente estadounidense, para ayudar en el adiestramiento de una nueva fuerza policial.

9406251

Nº DOCUM. 9406252 ✓
TITU Inquietud en Haití por amenaza de Clinton de una intervención armada.
PROCED. 150015
FECHA DE INGRESO 5/5/94
VINCULACIONES 66123
11164
11163
11388 65880

Inquietud en Haití y debate político en Washington

5/5 LM.

• Clinton: entre la intervención y el empantanamiento

La amenaza del Presidente Bill Clinton de una intervención armada estadounidense para devolver al poder a Jean Bertrand Aristide sembró inquietud en el Gobierno militar de Haití y sus aliados, aunque la situación política seguía empantanada.





PUERTO PRINCIPE / ANSA
Clinton especuló con una intervención militar a Haití durante una conferencia de prensa, el martes por la noche.

Según analistas locales, los miembros del Gobierno militar del general Raoul Cedras y sus aliados nunca vieron a Clinton abordar la cuestión haitiana con tal firmeza y determinación.

El anuncio de Clinton se enmarca en un ambiente de caos institucional generado en Haití por la imposibilidad, de la cámara de Diputados, para sesionar a fin de aprobar diversas leyes o nombrar a un nuevo Presidente.

El Presidente del órgano legislativo, Frantz Robert Monde, convocó a los diputados a una sesión parlamentaria el martes, pero no se reunió el quórum suficiente.

Boicotean sesión

Los diputados del Frente Nacional para el Cambio y la Democracia (FNCD), la coalición que llevó a Aristide al poder, decidieron boicotear la sesión Los diputados del FNCD tienen en su memoria la sesión parlamentaria del 8 de octubre de 1991, cuando los legisladores fueron secuestrados para nombrar al juez Joseph Nerette como presidente en reemplazo del depuesto Aristide. Monde dijo que el Parlamento debe elegir un nuevo presidente, y entabló contactos con personalidades políticas para hallar una solución a la crisis política planteada por el sangriento golpe militar del 30 de setiembre de 1991.

Prometió trabajar por ello con el Senador Bernard Sansariq, que encabeza un grupo del Senado compuesto exclusivamente por progolpistas y por legisladores "seleccionados" en las controvertidas elecciones del 18 de enero de 1992.

Firmin Jean-Louis, del FNCD y reconocido como el legítimo líder del Senado, tampoco logró convocar a una sesión, porque la sede de este órgano está ocupada por legisladores progolpistas y sus simpatizantes.

Jean-Louis propuso un proyecto de ley de amnistía para los autores y aliados del golpe de Estado, con el respaldo de 12 senadores, de un total de 19, considerando que se trata de un punto de partida para la solución a la crisis.

Sin embargo, el Parlamento está bajo una fuerte presión de los militares para evitar que cualquier iniciativa que avance hacia la solución del conflicto prospere, e impedir así el retorno de Aristide al país.

Un franco deterioro

Los militares se habían comprometido a aceptar la salida del general Cedras, jefe del Ejército, como paso posterior a la amnistía, según el acuerdo de la Isla Gobernadores firmado en julio de 1993 entre Aristide y el cabecilla golpista.

Mientras tanto, la situación política asiste a un franco deterioro a raíz de la represión generalizada que las fuerzas gubernamentales han impuesto a un amplio sector de la población.

Cada día se reporta una decena de muertes en la capital a consecuencia de acciones de civiles armados o del propio Ejército, en operativos destinados supuestamente a capturar a partidarios de Aristide. Una situación similar se vive en el departamento de Artibonite y en el del Norte.

La misión civil de Naciones Unidas y la Organización de Estados Americanos (OEA) ha manifestado repetidamente su protesta y acusado al Ejército de violaciones a los derechos humanos, pero ello no ha impedido el cese de estos abusos.

Para George Bush la invasión sería "un grave error"

Debate en Washington

Mientras tanto en Washington el espectro de una nueva intervención militar estadounidense para enfrentar una crisis política en su patio trasero dominó en las últimas horas el debate de las fuerzas políticas.

El claro mensaje del Presidente Bill Clinton de que la opción militar en Haití "no está descartada" motivó un aluvión de reacciones, incluyendo el juicio negativo del ex Presidente George Bush, quien rara vez opina públicamente en estos días.

"Sería un grave error", fue la afirmación de Bush, compartida ayer con las mismas palabras por Newt Gingrich, líder de la oposición republicana en la Cámara de diputados.

"No debemos intervenir en Haití", fue el rotundo juicio de Robert Dole, el jefe de la minoría republicana en el Senado, y su colega Larry Pressler criticó intentos de restaurar al exiliado Presidente, Jean Bertrand Aristide, "a punta de bayoneta".

Clinton recibió, en general, apoyo de legisladores del oficialismo y de representantes del estado de Florida, sin duda el más afectado en la eventualidad de un éxodo masivo de haitianos hacia las costas estadounidenses.

Amenaza esencial

Los dos Senadores de Florida, el demócrata Bob Graham y el republicano Connie Mack, coincidieron en que la amenaza de uso de fuerza es esencial para persuadir a los militares haitianos a ceder el poder.

Cristopher Dodd, Presidente de la subcomisión de hemisferio occidental del Senado y uno de los promotores de una línea dura contra los militares, apoyó la nueva retórica de Clinton pero insistió en que debe darse la oportunidad de que surtan efectos las nuevas sanciones bajo consideración antes de considerar otras alternativas.

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas comienza a debatir informalmente un proyecto de resolución que decretaría un embargo comercial casi total contra Haití.

Ayuda humanitaria, alimentos y combustible para aviación comercial pueden ser las únicas excepciones a la ampliación del embargo, a aplicarse 15 días después de aprobada la resolución, a menos que hayan salido del país o renunciado el jefe del Ejército, general Raoul Cedrás, su jefe de Estado mayor, Philip Biamby, y el jefe de la Policía, Michel Francois.

Hora de irse

"Es hora de que se vayan" fue el juicio emitido esta semana por Clinton en el marco de la campaña de presión contra el régimen militar.

El deterioro de la situación de derechos humanos en Haití, incluyendo la matanza casi indiscriminada de civiles, alteró la balanza en Washington contra los militares.

Para el Presidente ya "es hora de que se vayan"

Al mismo tiempo, hizo arreciar críticas contra la política de Clinton de interceptar en altamar y regresar a Puerto Príncipe a los "boat-people" haitianos, sin darles oportunidad de que pidan asilo político.

La política, tachada de racista por el propio Aristide, es defendida por Clinton como la única forma de evitar un éxodo de proporciones bíblicas en el que perecerían millares de haitianos en el mar.

La misión civil ONU-OEA, que opera en Haití, condenó hoy la última masacre conocida, ocurrida en la zona de Raboteau, donde 12 personas fueron fusiladas por elementos que vestían el uniforme de la unidad táctica del Ejército haitiano.

Fase diplomática

"Se presume que un número no identificado de cuerpos sin vida fueron arrojados al mar y otros enterrados sin que mediara ninguna constatación judicial", informaron los observadores internacionales.

En la anterior fase diplomática, la Administración Clinton trató de persuadir a Aristide a que tuviese mayor flexibilidad política para formar un gobierno de coalición, como primer paso para quebrar el "impasse" en los esfuerzos de arreglo político.

Pero Aristide rechazó categóricamente el plan estadounidense que no fijaba fecha cierta para su regreso o para el retiro de la cúpula militar y el autor de la iniciativa, el enviado especial Lawrence Pezzullo, renunció hace diez días.

Pezzullo se convirtió, precisamente, en una de las voces más críticas de la nueva política de Clinton opinando que apunta "inexorablemente" hacia una intervención militar.

Fuerza multinacional

El Diputado demócrata David Obey, uno de los primeros en favorecer una invasión, dijo ayer que sería preferible que una fuerza multinacional tomara control del país.

"Pero si no podemos conseguir una, que los que Gobiernan Haití sepan que estamos dispuestos a hacerlo solos. Si entramos, tenemos que hacerlo con una fuerza suficientemente poderosa para tomar control de la noche a la mañana, poner en prisión a esos rufianes y después retiramos rápidamente y dejar que países latinoamericanos envíen fuerzas militares para acción policial", opinó Obey.

Pero el ultraconservador Gingrich advirtió: "Ya entramos antes una vez. Nos quedamos seis años. Fue un desastre total y terminó con los haitianos odiándonos porque nos veían como opresores extranjeros".

Pezzullo comparte las dudas y señala que invadir es fácil pero retirarse, permitiendo el regreso del caos y dejando a Aristide a merced de sus enemigos, será casi imposible.

01-01

9406252

Nº. DOCUMENTO 9406253
TITULO Grupo de legisladores le tomó juramento a un nuevo presidente provisional = Jonassaint.
PROCED. 150025
FECHA DE 12/5/94
VINCULACION 66123
11164
11302

Completan en Haití el golpe contra Aristide

12/5 LN

Desafío: legisladores respaldados por los militares nombraron a un nuevo presidente; la Casa Blanca calificó el hecho de "inconstitucional e ilegal".

PUERTO PRINCIPE, 11 (AP).– Un grupo de legisladores respaldados por el ejército desafió hoy a la comunidad internacional y le tomó juramento a un nuevo presidente provisional, para completar el reemplazo militar del depuesto presidente Jean Bertrand Aristide.

Trece senadores y 30 diputados respaldaron la designación del magistrado del Tribunal Supremo, Emil Jonassaint, de 80 años, para sustituir al presidente Aristide, en el exilio desde que fue derrocado por los militares en septiembre de 1991.

Otro juez del Tribunal Supremo, Joseph Nerrette, fue presidente provisional durante 10 meses después del golpe.

Jonassaint juró el cargo en el palacio legislativo en presencia del comandante del ejército Raoul Cedras.

La medida no cuenta con el apoyo de la mayoría de los legisladores ni de la comunidad internacional, empeñada en restaurar en el poder al ex mandatario.

La sede legislativa, cuyas puertas abrieron hoy por primera vez en varias semanas, estaba rodeada por soldados y civiles armados.

Los parlamentarios comenzaron a arribar al Palacio Legislativo horas después de la hora programada para el comienzo de la sesión, a las 11.

Medida ilegal

En Washington, la vocera de la Casa Blanca Dee Dee Myers dijo que la designación fue un acto "cínico, incostitucional e ilegal".

Informó oficialmente que Estados Unidos seguía reconociendo a Aristide.

El secretario de Estado, Warren Christopher, dijo que, según información que recibió, el procedimiento para designar al sucesor de Aristide "parece ser nulo" y, por lo tanto, no posee validez alguna.

Poco después, el vocero Mike McCurry del Departamento de Estado dijo que la medida era "totalmente ilegal desde su comienzo".

"No afectará los esfuerzos norteamericanos de devolver al ex mandatario depuesto al poder", dijo.

El presidente Bill Clinton no descartó aún la posibilidad de una intervención armada para desalojar al ejército haitiano y sus aliados del poder.

Los militares mataron a miles de civiles desde que depusieron a Aristide en septiembre de 1991.

El Consejo de Seguridad de la UN votó el viernes en favor de imponer un embargo en casi todos los tratos comerciales con esta nación caribeña a no ser que los militares dimitan para el 21 de mayo.

La designación de Jonassaint "no entorpecerá o retrasará la imposición de nuevas sanciones contra el país", dijo el vocero de la embajada norteamericana, Stanley Schrager, al aludir a la votación en el consejo.

Schrager dijo que a los miembros del nuevo gobierno les estará terminantemente vedado ingresar en territorio norteamericano.

Un nuevo gobierno "no tendrá aceptación alguna en el mundo", insistió en una entrevista el embajador norteamericano William Swing. Poco Legible

"Creen que podrán valerse solos, pero les será imposible", agregó.

Respaldo militar

El 10 de abril un grupo de senadores respaldado por el ejército y encabezado por el legislador Bernard Sansaricq declaró vacante la presidencia.

Ayer, esos 12 senadores adoptaron su resolución anterior.

Los otros 14 senadores no respaldan la medida de Sansaricq, ni la de los 78 miembros de la Cámara de Diputados.

Haití carece de gobernante desde que el primer ministro designado por Aristide, Robert Malval, dimitió en diciembre.

Aristide se negó a designar un reemplazante hasta que dimitan los dirigentes del golpe, el teniente general Raoul Cedras y el teniente coronel Michel François.

Sansaricq dijo a la emisora privada Radio Metropole que el ejército respalda su posición, necesaria, según él, para salvar el país.

9406253

01-01

Nº DOC 9406254
TITULO Crecen rumores de una acción militar ... en Haití
PROCED. 150025
FECHA 14/5/94
VINCULACION 66123
11164 P
11163
11388
65880

Crecen los rumores sobre una acción militar en Haití

14/5 LN

Simulacro: a pesar de la desmentida de la Casa Blanca sobre la intervención, recientes maniobras navales en el Caribe se habrían hecho con la mirada puesta en la isla.

WASHINGTON, 13 (AFP).– Los rumores sobre una próxima intervención militar norteamericana en Haití se acrecentaron en los últimos días en Washington alimentados por el extremismo del ejército haitiano y cuestiones de política interna, pese a la oposición casi generalizada en los Estados Unidos a una solución militar.

La Casa Blanca, que desmintió el miércoles un artículo del diario Los Angeles Times según el cual ya se ha decidido el empleo de la fuerza y sólo queda por definir la fecha, restó importancia hoy a las maniobras navales que finalizaron recientemente en el Caribe.

Según el diario Boston Globe, estas maniobras simularon una invasión de Haití.

Clinton insinúa

El propio presidente Bill Clinton generó el «ruido de sables» que recorre Estados Unidos, al haber agitado a principios de mes repetidamente la amenaza de una intervención militar.

Los militares haitianos, que derrocaron en 1991 al presidente Jean-Bertrand Aristide, poco impresionados por las amenazas de Clinton, hicieron oídos sordos a las insinuaciones que circulan en lo Estados Unidos y ratificaron el miércoles la investidura de un nuevo "presidente", Emile Jonassaint.

En contra

Todos los sondeos de opinión indican que los norteamericanos son hostiles en su inmensa mayoría a una intervención en Haití. La opinión mayoritaria del Congreso es que Washington no debe embarcarse en una nueva aventura en el exterior.

Clinton pudo darse cuenta de la oposición de la comunidad internacional a una intervención cuando el canciller francés, Alain Juppé, le indicó el jueves que Francia no participará "en ningún caso" en una operación para derrocar al general Raoul Cedras.

El secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, también fue tajante el 4 de mayo último cuando, en un informe a la Asamblea General, indicó que era favorable a una solución "propiamente haitiana" resultante de un "compromiso" negociado.

La mayoría de los países del continente americano ven con reticencia la posibilidad de una invasión norteamericana.

Entre los que se expresaron abiertamente en contra de la invasión se encuentran Brasil, Ecuador, Perú, México y Uruguay.

La Argentina y Antigua y Barbuda estarían dispuestos a estudiarla.

La posibilidad de una intervención sigue presente en las mentes de los observadores. Este viernes, un editorial del diario The New York Times aconsejaba a Clinton "mantener la calma".

Thomas Caroter, especialista de América Latina y el Caribe en la Fundación Carnegie para la paz internacional, estimó "posible, e incluso probable" la intervención "en seis meses", debido a dos factores.

El primero es el temor a una avalancha de "boat-people" en Florida tras la flexibilización de las restricciones al asilo político de haitianos en los Estados Unidos, decidida por Clinton.

Numerosos electos de ese Estado, donde el equipo Clinton quiere ganar en las presidenciales de 1996, piden la intervención militar. Con 27 grandes electores, (1/10 del total requerido para alcanzar la Casa Blanca), Florida es el segundo Estado en importancia en la carrera presidencial, después de California.

Clinton fue derrotado en Florida por un 2 % de diferencia en 1992.

Impotencia y humillación

El segundo factor es "simplemente el sentimiento de impotencia y humillación" ante la situación en Haití, según el especialista.

Carother afirmó que el Pentágono y el Departamento de Estado son contrarios a una intervención, pero la Casa Blanca tiene una opinión diferente.

Según el especialista, la oposición de los latinoamericanos y de la UN a la política de la cañonera no detendría a la Casa Blanca frente a sus consideraciones de política interna.

Por otra parte, el presidente constitucional del Senado haitiano, Firmin Jean Louis, se mostró sorprendido de que el juez Emile Jonassaint, ex presidente de la Asamblea que elaboró la Constitución, se haya prestado para una burla tan grosera al aceptar el cargo de presidente "de facto" provisional.

Bush

SALEM, Massachusetts, 12 (Reuter).– El ex presidente George Bush urgió hoy al mandatario Bill Clinton a que retire su apoyo al exiliado presidente haitiano Jean Bertrand Aristide y rechazó la idea de una intervención militar norteamericana para derrocar al régimen militar.

"Traté de trabajar con el señor Aristide, y él no es un socio confiable", dijo Bush al responder a la pregunta de un miembro de la audiencia en el Colegio Estatal, en Salem.



Jonassaint habla a los legisladores que lo respaldan

"El mundo no nos comprende"

PUERTO PRINCIPE, Haití, 13 (AP).– El nuevo presidente de Haití, Emile Jonassaint, respaldado por los militares, arguyó que el golpe de Estado de 1991 que expulsó del poder al presidente Jean-Bertrand Aristide fue para impedir nuevos hechos de violencia y dijo que el mundo no tiene derecho a demandar que los militares se marginen.

"Estamos en una situación excepcional", dijo Jonassaint, de 81 años, en una entrevista ayer con The Associated Press. "La vida misma de la nación está en peligro", puntualizó.

Jonassaint, presidente del Tribunal Supremo que fue instalado el miércoles como presidente provisional, defendió el golpe de 1991 tras afirmar que el gobierno de Aristide violaba con frecuencia el marco legal de su gobierno. "Antes de que viniéramos la Constitución fue violada mil veces", puntualizó.

Sobre la amenaza de una invasión, Jonassaint dijo: "Somos débiles. Harán con nosotros lo que deseen".

9406254

Nº. DOCUM... 9406255 ✓
TITULO Haiti dispuesto a resistir por las armas.
PROCEDENC. 150025
FECHA DE 15/5/94
VINCULACION 66123
11164
11163

Haití está dispuesto a resistir por las armas

15/5 LN

Advertencia: el general Raoul Cedras afirmó que la decisión es compartida tanto por el ejército como por el pueblo.



Cedras

WASHINGTON, 14 (AFP).– El general Raoul Cedras advirtió que el ejército y el pueblo haitiano pelearán hasta el final en caso de un intento de desemberco norteamericano para restaurar al presidente exiliado Jean Bertrand Aristide.

En una entrevista difundida hoy por la cadena televisiva CNN, el comandante de las fuerzas armadas haitianas afirmó que una intervención militar "sería el error más terrible de los Estados Unidos".

La prensa norteamericana, pese a los desmentidos de la Casa Blanca, informa desde hace días de preparativos de la intervención militar norteamericana.

"Los norteamericanos tendrán enfrente a un pueblo, a todos los sectores de este país y las fuerzas armadas también", añadió el general, a quien la comunidad internacional exige abandonar su cargo desde el golpe de Estado contra el presidente Aristide, en 1991.

El general Cedras hizo referencia a la "experiencia" de resistencia a la intervención norteamericana de 1915 que, afirmó, dejó 5000 muertos.

La entrevista fue grabada antes de la designación el miércoles con apoyo del ejército, de Emile Jonassaint, como jefe de Estado provisional.

Cedras subrayó que no tiene previsto dimitir de su cargo, pese a las nuevas sanciones que entrarán en vigor la próxima semana.

El endurecimiento del embargo impuesto para obligar a la comandancia militar haitiana a renunciar sólo conducirá, según Cedras, a una "polarización de la sociedad y amenaza con provocar una explosión" social.

"Desde el inicio, las sanciones destruyeron la economía y la ecología. Destruyen todas las instituciones, el alma nacional y nos reducen a la pobreza", señaló.

El general recordó que para él y para el nuevo "presidente", la "solución en Haití debe ser negociada entre los haitianos" y lamentó el "diálogo de sordos" con EE. UU..

Cedras minimizó las informaciones sobre masacres de partidarios de Aristide en todo el país, asegurando que estas informaciones son "dirigidas y exageradas".

9406255

N°. DOC 9406256

TITU: Robert Malval hizo llamado a la desobediencia civil en Haití

PROCE. 150015

FECHA 17/5/94

VINCULAR 66123

11164

1163

Llamado a desobediencia civil hacen en Haití

17/5 LN.

El Presidente de facto, Emile Jonassaint, juramentó ayer a parte de su Gabinete ministerial --no mencionó a ninguna persona en el cargo como Primer Ministro-- y anunció la creación de una Comisión Nacional de Seguridad y de Garantías para los Ciudadanos.

PUERTO PRINCIPE / ANSA

En reacción inmediata, el Primer Ministro dimisionario, Robert Malval, hizo un llamado a la **"desobediencia civil" que fue apoyado luego por el Gobierno de los Estados Unidos.**

En conferencia de prensa, Malval declaró que el único Gobierno legítimo en Haití es el presidido constitucionalmente por Jean Bertrand Aristide --derrocado por un golpe militar el 30 de setiembre de 1991-- y exigió al general Raoul Cedras su salida del poder.

Malval fue designado por Aristide, en el exilio, como Premier, sin embargo no tuvo poder en la práctica y renunció al cargo en diciembre de 1993.

Actualmente continúa realizando funciones administrativas, como lo prevé la Constitución haitiana, hasta que sea nombrado constitucionalmente otro nuevo Primer Ministro.

Durante la ceremonia de juramentación a los nuevos 12 ministros, realizada en el Palacio Nacional, Jonnassaint, de 81 años, se comprometió a reforzar las estructuras de la Justicia y frenar el fenómeno de los "boat people".

Como segunda prioridad, Jonnassaint, de 81 años, anunció medidas para ayudar a las familias pobres.

El nuevo Presidente manifestó la necesidad de "guardar cada centavo que pertenece al Estado" y expuso su deseo de colaborar, con el sector privado, reiterándole su determinación de proteger sus intereses.

El Presidente manifestó que su Gobierno impulsará un reforma de la administración, brindará atención a la educación y organizará los elementos para las próximas elecciones.

Los nombramientos de Jonassaint fueron así: Economía y Finanzas: Rigaud Duplan, Relaciones Exteriores: Charles David, Interior y Defensa: Wilio Noailles, Información: Jacques Saint-Louis, Asuntos Sociales: Maude Thimothee, Comercio e Industria: Jean-Robert Delsoin, Planificación: Emmanul Ford, Salud Pública: Jean Boisrond, Justicia: Louis Toussaint, Agricultura: Amdre Joseph, Obras Públicas: Jacques Rousseau, Eduación: Charles Poisset Romain.

01-01

9406256

N. DOCUMENTO 9406257
TITULO Embargo comercial en Haití
PROCEDENCIA 150025
FECHA 21/5/94
VINCULADO 66123.
1164
1161

El embargo comercial resultaría demoledor para Haití

Presión: la medida apunta a producir la renuncia de los jefes militares para permitir la vuelta de Aristide y restablecer la democracia; los sectores humildes serán los más desprotegidos.

NACIONES UNIDAS, 21 (Reuter).– Un amplio embargo comercial contra Haití comenzará en la medianoche de hoy para presionar a los líderes militares a renunciar y restablecer en el poder al depuesto presidente Jean-Bertrand Aristide.

El embargo comercial, adoptado por el Consejo de Seguridad el 6 de mayo último a instancias de los Estados Unidos, prohíbe todo comercio con Haití, exceptuando alimentos, medicamentos, libros, material informativo, equipos necesarios para los periodistas y gas propano, utilizado para cocinar.

Pero sin la adhesión concreta al cumplimiento de las medidas por parte de la República Dominicana, que comparte la isla Hispaniola con Haití, el nuevo conjunto de sanciones no tendrá más éxito que el actual embargo de combustible y armas impuesto por las Naciones Unidas.

Ejercer presión

Un equipo de tres hombres de la UN, los Estados Unidos y Francia se halla actualmente en la República Dominicana para asesorar técnicamente al gobierno sobre el control fronterizo.

Pero los diplomáticos dicen que éste es solamente el comienzo e impulsan un control internacional si continúa el contrabando, aunque los líderes dominicanos objetan la propuesta.

En un desayuno de trabajo organizado ayer por la embajadora norteamericana Madeleine Albright, el nuevo asesor especial de los EE. UU. de Haití, William Gray, y varias naciones interesadas determinaron que se debía ejercer presión sobre la República Dominicana de inmediato.

Un comunicado emitido por los Estados Unidos tras la reunión indicó que todos los presentes acordaron ejercer una fuerte presión bilateral y multilateral sobre Dominicana para asegurar una activa cooperación en el cumplimiento de las sanciones.

La principal fuente de combustible hasta el momento ha sido el contrabando del país vecino, tácitamente aprobado por el presidente Joaquín Balaguer, de 86 años, que aparentemente fue reelecto el 17 de mayo en medio de acusaciones de fraude.

Tanto los militares haitianos como los dominicanos y sus aliados civiles han lucrado con el contrabando, mientras que los haitianos comunes sufrían.

Balaguer temería un flujo de haitianos pobres bajo las nuevas sanciones y no es un secreto su desdén por Aristide como por los nativos del país vecino en general.

Efectos de las sanciones

Las duras sanciones, que podrían ser demoledoras para muchas industrias, buscan tener un rápido efecto, aunque existen pocos signos de que los militares contemplen dejar el poder.

La ayuda en alimentos y medicamentos llegaría a Haití, pero las agencias de la UN informaron que los pedidos no llegan a cumplir con las metas y que muchos hospitales apenas alcanzan a funcionar.

La justificación del Consejo de Seguridad por las sanciones fue que el sufrimiento de los haitianos continuaría de todos modos bajo los militares, cuyos seguidores han cometido brutales abusos contra los derechos humanos, incluyendo ataques, violaciones, asesinatos y torturas programados contra sus opositores.

Si las sanciones no funcionan, la administración del presidente Bill Clinton enfrentará varias opciones, ninguna de ellas agradable.

La más frecuentemente escuchada es la intervención militar pese a la falta de apoyo de naciones claves de América latina, Canadá y Francia.

Otra alternativa es negociar un gobierno de amplia base con elementos de la comunidad militar y empresarial, pero sin Aristide.

Raoul Cedras presidió en septiembre de 1991 un golpe que expulsó a Aristide, el primer presidente democráticamente elegido del país.

Evelyn Leopold

Repatriación

PUERTO PRINCIPE, 21 (Reuter).– La guardia costera norteamericana repatrió hoy a 86 haitianos que solicitaban asilo en los Estados Unidos, aumentando todavía más el alto número de emigrantes isleños devueltos recientemente.

Unos 1100 ciudadanos fueron trasladadas en los últimos siete días.

Principales puntos de las nuevas sanciones

Las nuevas sanciones contra Haití equivalen a un virtual embargo comercial para lograr la retirada de los líderes militares que derribaron al presidente Jean Bertrand Aristide. Las medidas fueron adoptadas por el Consejo de Seguridad de la UN el 6 de mayo, a instancias de los Estados Unidos. Los siguientes son los puntos principales de la resolución del Consejo:

Embargo comercial. Se prohíbe todo comercio excepto la importación de alimentos y medicamentos, libros, material informativo, equipos necesarios para los periodistas y gas propano usado para cocinar.

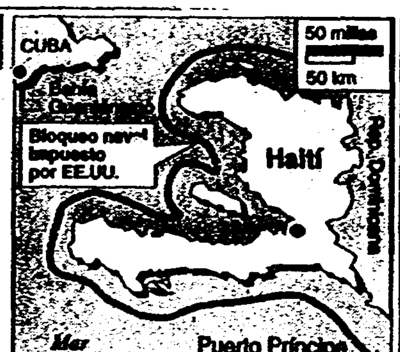
Viajes. Los viajes aéreos están prohibidos, con la excepción de los vuelos programados de pasajeros y aquellos aprobados para propósitos humanitarios.

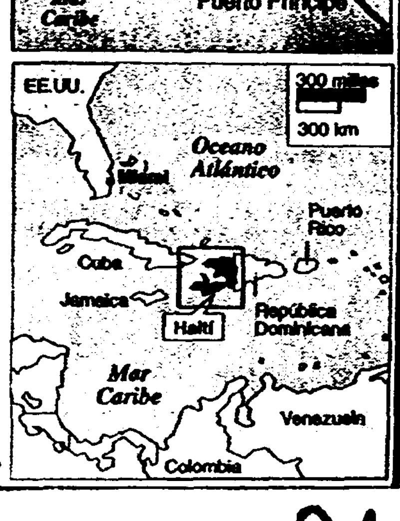
Viajes militares. Se prohíbe a unos 600 oficiales militares y policiales, sus familias y simpatizantes abandonar Haití por vía aérea si no cuentan con un permiso especial.

Activos. Se insta a todos los Estados a congelar los fondos y recursos financieros de una lista de unas 600 personas vinculadas con los militares y sus simpatizantes.

Suspensión de embargos. El consejo puede considerar una suspensión progresiva de sanciones si se cumplen estas condiciones:

- Si el líder militar de Haití, Raoul Cedras, su principal asesor y jefe de policía, Michael François, renuncian o dejan el país.
- Si efectúan cambios en las jefaturas militar y policial.
- Si se concretan las medidas legislativas contempladas en un abortado acuerdo de la Isla de los Gobernadores de julio de 1993 y se organiza un ambiente adecuado para elecciones.
- Si puede retornar a Haití el personal policial y militar de la UN.
- Si el exiliado presidente Jean Bertrand Aristide puede regresar y se mantiene el orden constitucional.





Fuente: Reuter / Mapas AP

001/1
9406257

Nº DOC 9406258

TITU Ejército haitiano en alerta máx. ante una eventual invasión de EEUU.

PROC 150023

FECHA 24/5/94

VINCUL 66123

11163

11328

Segundo día de embargo total 24/5/94

Ejército haitiano en alerta máximo ante una eventual invasión de EEUU

Puerto Príncipe (ANSA)

■ El temor y la incertidumbre invadieron ayer al ejército de Haití, que se declaró en estado de "alerta máxima" en previsión de una eventual intervención militar de EEUU, informaron a esta agencia fuentes allegadas a la institución militar.

En forma paralela, el presidente de facto Emile Jonassaint amenazó con "cárcel perpetua" a toda persona que "colabore con el enemigo", y anunció penas corporales para los que se atrevan a "criticar al Ejército" de esta nación caribeña y para los funcionarios que se nieguen a abandonar sus puestos, luego de que fueron destinados por el nuevo gobierno.

Las medidas fueron tomadas ante la eventualidad de que EEUU realice una intervención armada en este país para forzar a la cúpula militar a abandonar la isla y forzar el restablecimiento del orden constitucional, roto el 30 de setiembre de 1991, cuando el presidente Jean-Bertrand Aristide fue derrocado mediante un golpe de Estado dirigido por el general Raoul Cedras.

Mientras tanto, las actividades económicas de Haití han descendido drásticamente desde el domingo cuando entró en vigencia el embargo reforzado decretado por las Naciones Unidas. De hecho, infinidad de empresarios de la industria maquiladora de aparatos electrónicos empezaron a cerrar sus puertas, luego que las importaciones y exportaciones procedentes y con destino a EEUU quedaron prohibidas por el decreto de embargo de la ONU, que afecta a una población de hasta ocho mil empleados.

Conforme a lo dispuesto por el gobierno de *facto* de Jonassaint, las personas que intenten "hacer vacilar" la fidelidad de los miembros del ejército haitiano frente al Estado, así como las amenazas y delitos de injurias contra los militares, podrían ser castigados con penas de hasta tres años de cárcel.

9406258

01-01

Nº. DOCU: 9406259
TITULO: Histórico debate preelectoral en México.
PROCED: 150024
FECHA DE: 14/5/94
VINCULACION: 507023
11164
11302

México: histórico debate preelectoral

MEXICO, 13 (AFP, Reuter y EFE). — En el primer debate preelectoral de la historia de México, el candidato presidencial oficialista, **Ernesto Zedillo**, fue severamente criticado por sus dos principales adversarios para las elecciones generales del 21 de agosto.

El debate fue el primero en el que participó un candidato del Partido Revolucionario Institucional (PRI) en sus 65 años en el poder y fue seguido en directo por cuarenta millones de mexicanos. El mismo dio la oportunidad a los opositores **Cuauhtémoc Cárdenas**, del Partido de la Revolución Democrática (PRD, centroizquierda), y **Diego Fernández de Cevallos**, del conservador Partido Acción Nacional (PAN), de atacar duramente a Zedillo.

"Usted está aquí debido a dos tragedias: el asesinato, el 23 de marzo, de Luis Donaldo Colosio (candidato del PRI), y el dedazo", dijo Cárdenas. Aludió, de este modo, a la decisión del presidente Carlos Salinas de Gortari de designarlo candidato sin consultar a las bases. Asimismo, acusó el candidato del PAN, vencedor del debate, según varias encuestas y análisis periodísticos.

Fernández, un abogado de 53 años, de estilo agresivo y hábil para la oratoria debido a su experiencia en la Cámara de Diputados, dijo a Zedillo que de la muerte de Colosio él no tiene ninguna responsabilidad, pero que "el dedazo lo descalifica para hablar de democracia".

Mientras millones de mexicanos, acostumbrados al discurso oficial vehiculado repetidamente por los canales de televisión, oían con asombro las acusaciones de corrupción contra la policía y la Justicia, los cuestionamientos al plan económico del gobierno y la confirmación de que hay 40 millones de mexicanos que viven en la pobreza, Zedillo —visiblemente incómodo— prometió combatir la miseria e impulsar "una verdadera y profunda reforma de la Justicia".

Después que Cárdenas denunció que las elecciones presidenciales de julio de 1988 fueron "fraudulentas" y las más "sucias" de todos los tiempos (lo que había sido denunciado en esa ocasión por la oposición y la prensa internacional), Zedillo instó a los mexicanos "a mirar hacia el futuro y no hacia el pasado".

En esos cuestionados comicios, Cárdenas obtuvo el 30,1% de los votos frente al 50,7% de Salinas de Gortari.

El candidato oficialista no respondió a esa acusación y tampoco lo hizo frente a las denuncias de los opositores sobre las derogaciones a la Constitución, la desertificación del campo, el alza de los precios, los despidos, el aumento de la violencia y de la inseguridad pública.

Zedillo reprochó a sus rivales que intenten explotar políticamente el asesinato de Colosio y recordó que, pese a su origen modesto, pudo ser ministro en dos ocasiones, "porque México es una tierra de oportunidades. México ha superado dificultades una y otra vez, en México el esfuerzo está recompensado", dijo.

"Sabemos que usted ha sido un buen chico con altas calificaciones, pero creemos que en democracia usted no aprueba".

9406259

Nº. DOCUM[illegible] 9406260
TITULO Renuncia del Procurador Gral. mexicano Diego Valadés.
PROC[illegible] 150015
FECHA 15/5/94
VINCUL[illegible] 807623
1164
0302

Sorpresiva renuncia del Procurador General mexicano Diego Valadés

LM 15/5

● Estaría vinculada con la no aclaración del asesinato de Colosio

El Procurador General de México, Diego Valadés, renunció ayer por razones no aclaradas oficialmente, pero en el marco de las repercusiones por el asesinato del candidato presidencial oficialista Luis Donaldo Colosio; aún no resuelto.

MEXICO / ANSA

La dimisión de Valadés, nombrado enseguida por el Presidente Carlos Salinas como Ministro de la Suprema Corte, se produjo después de dimitir uno de sus asesores y de sostener diferencias con un Gobernador de oposición.

Este es el quinto relevo de un Procurador en lo que va de la gestión gubernamental de Salinas, iniciada en diciembre de 1988.

Valadés fue reemplazado por Humberto Benítez Treviño, hasta ahora Procurador del Distrito Federal.

Fuentes cercanas a la Procuraduría señalaron que había malestar en esta oficina gubernamental después de que se creó una subprocuraduría independiente para investigar el caso del asesinato de Colosio, ocurrido el 23 de marzo. También se difundieron en días pasados versiones de que Valadés había ya presentado su renuncia a princi[illegible] reciente creación presidencial de un Superministerio de Seguridad al que aparentemente tenía que subordinarse el procurador.

Reputación de honestidad

Valadés, un jurista con reputación de honestidad y con una respetable trayectoria en la academia y en el servicio público, se enfrentó públicamente al Gobernador de Baja California, Ernesto Ruffo Appel, el mismo estado donde fue asesinado Colosio.

Esta semana, fue detenido el subprocurador del estado, Sergio Ortíz Lara, al que se acusó de proteger a un narcotraficante.

La dirigencia del Partido Acción Nacional (centroderecha, principal de la oposición), al que pertenece Ruffo Appel, protestó airadamente por el arresto calificándolo como una demostración de linchamiento político.

Poco después, el Presidente Salinas se entrevistó con el Gobernador y acordaron acciones coordinadas para combatir la violencia y el narcotráfico.

Después vino la renuncia del asesor de Valadés, Eduardo Valle, un exdiputado de izquierda y exdirigente universitario cuando ocurrió la matanza estudiantil del 2 de octubre de 1968.

Valle hizo pública una carta denunciando que los cárteles de la droga aumentaban cada vez más su influencia en el Gobierno e insinuando la existencia de una "narcodemocracia" en México.

Desmiente conjura

Coincidiendo con su renuncia, se publicaron declaraciones de Valadés al diario español El País en las cuales desmintió que haya habido conjura en la muerte de Colosio, como quedó implícito en el último informe del subprocurador especial para el caso, Miguel Montes.

Según Montes, varias personas ayudaron al autor material del homicidio, Mario Aburto, a perpetrar el crimen.

Valadés se lamentó de la existencia de "problemas serios de corrupción" en la Policía y aceptó que el país vive "una situación inusual de violencia, que espero sea transitoria".

En los últimos meses fueron secuestrados dos acaudalados hombres de negocios, que aún permanecen como rehenes de sus captores, y en mayo de 1993 fue asesinado el Cardenal Juan Jesús Posadas Ocampo por pistoleros del narcotráfico, sin que el crimen haya sido todavía aclarado.

El nuevo Procurador General, Benítez Treviño, de 48 años, tiene amplia experiencia en la administración de justicia y ha sido Procurador General del estado de México (vecino a la capital) y Subdirector General de Reclusorios.

DOCUMENTO CON PARTES POCO LEGIBLES

9406260

01-01

Nº DOCUM. 9406261 ✓
TITU Crisis en el PRI
PRO 150023
FECHA 24/5/94
VINCULACION 507623
11164
11304

Estalla severa crisis en el PRI

24/5 CR

México (AFP)

Huelgas de hambre, renuncias masivas y gritos en reclamo de democracia sacudieron las estructuras del Partido Revolucionario Institucional (PRI), en el poder en México desde 1929, tras iniciarse el domingo el registro de candidatos a diputados para los comicios de agosto próximo.

En protesta por la selección de candidatos, un centenar de militantes del PRI anunciaron su afiliación al opositor Partido de la Revolución Democrática (PRD, centroizquierda), según informó ayer el diario El Universal.

Los inconformes, la mayoría mujeres habitantes de colonias populares de la capital mexicana, aseguraron que estaban cansados "de la arbitrariedad de la dirigencia priista".

El registro de candidatos priistas a los 500 curules que estarán en disputa en los comicios del 21 de agosto, en los que también se elegirá al presidente de México y a los miembros del Senado, se abrió el domingo en todo el país.

De inmediato, de acuerdo a reportes de la prensa local, se presentaron varias manifestaciones de inconformidad de grupos que no encontraron entre las listas a sus dirigentes.

Molesto por ser rechazado su registro como candidato a diputado del PRI en la capital mexicana, Arturo Barajas amenazó con ponerse en huelga de hambre, actitud que ya habían tomado otros siete priistas, que se instalaron frente a la sede partidaria en la ciudad de México.

En varias oficinas distritales del PRI capitalino grupos de militantes demandaron que se termine la práctica del "dedazo" (designación de candidatos sin consultar a las bases) y la imposición de la dirigencia.

En el sureño estado de Tabasco, medio centenar de campesinos demandó democracia en la elección de candidatos y se "inconformó por la exclusión" de su líder, Liborio Correa, apuntó el diario La Jornada.

También se registran movimientos de inconformidad en ciudades como Chilpancingo, Victoria, Aguascalientes, Chihuahua y Puebla.

9406261

Nº DOCUMENTO 9406262
TITULO Chile ofrecerá Modernizar Naves de Guerra Foráneos.
PROCEDENCIA 30050.
FECHA 16/3/94
VINCULACION 6570P.
1163
1328

N° 1
EL MERCURIO
PAGINA N° C-4
16 MAR 994.-

EN PLANTA DE ASMAR:

Chile Ofrecerá Modernizar Naves de Guerra Foráneos

- Próximamente se concretará la exportación de un patrullero armado de cañones para Isla Mauricio.

VALPARAISO (Hernán Cisternas Arellano).— Chile ofertará a otros países su capacidad y experiencia para modernizar antiguos buques de guerra e incorporarles nueva tecnología, informó el subdirector de Asmar, capitán de navío Sergio Martínez.

Señaló que lo anterior será sin perjuicio de las gestiones que se realizan para interesar a otras Armadas en la adquisición de naves de defensa diseñadas y construidas por la industria naval chilena.

Dio a conocer que está próxima a concretarse la exportación del primer buque de este tipo, correspondiente a un patrullero con cañones que sería adquirido por Isla Mauricio.

Por otra parte, Asmar, asociado con un astillero de Malasia, lanzó al agua el 26 de febrero el primer remolcador construido en conjunto con ese país, donde también está en ejecución un petrolero de 90 metros de eslora o largo y de 11 metros de manga o ancho.

El comandante Martínez se refirió sobre el particular al entregar antecedentes de la Exposición Internacional Naval y Marítima EXPONAV 1994, que se realizará en Valparaíso entre el 24 y 27 de marzo, en coincidencia con la Feria Internacional del Aire y el Espacio, FIDAE, que se efectuará en Santiago.

La exposición naval se presentará en el molo de abrigo de este puerto, donde se ubicarán algunas de las unidades construidas y recuperadas gracias al grado de desarrollo y a las capacidades de la industria naval chilena.

Se mostrará, por ejemplo, uno de los destructores transformado en unidad portamisiles y portahelicópteros, gracias a lo cual el buque adquirió una capacidad de combate superior a la original. Se exhibirá su acondicionamiento para recibir helicópteros, capturarlos y llevarlos a buen resguardo para que puedan operar en cualquier condición de mar.

En materia de construcción naval se exhibirán los avances tecnológicos del transporte Aquiles, del patrullero Ortiz —uno de los cuatro buques del proyecto Taitao—, de las barcazas de desembarco, de la lancha de rescate Guardián Brito, diseñada y construida para el Cuerpo de Voluntarios del Bote Salvavidas, y de un buque pesquero.

9406262

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406263 ✓
TITULO Chile pondrá un satélite en el Espacio el próximo año.
30050
FECHA 17.3.94
VINCULACION 6570P
1166

N° 3
EL MERCURIO
PAGINA N° C-1/C-10
17 MAR 994.-

Próximo Año:

Chile Pondrá Un Satélite En el Espacio

● El Fasat-1, que fue desarrollado por la FACh y la empresa británica Surrey Satellite Technology, será instalado en órbita por el cohete europeo Ariadne.

Chile pondrá en órbita el próximo año su primer satélite, denominado Fasat-1 (satélite FACh), mediante un proyecto impulsado por la Fuerza Aérea y que contó con la colaboración de la empresa británica Surrey Satellite Technology.

Esta empresa del Reino Unido, de amplia experiencia en materia aeroespacial, ya ha colaborado en la construcción e instalación en el espacio, de dos satélites coreanos y uno portugués.

El pequeño sistema experimental de la FACh será llevado a 800 kilómetros de altura, en órbita polar, gracias al cohete europeo Ariadne. El Fasat-1 tiene un peso aproximado de 50 kilos y un diámetro de 80 centímetros, calculándose que tendrá una vida útil mínima de seis años antes de caer a la atmósfera y desaparecer.

Según trascendió, el anuncio de este proyecto lo realizará el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea, general (a) Ramón Vega, durante la celebración del 64° aniversario de la institución el próximo 21 de marzo.

Este satélite experimental es la concreción de la primera de tres etapas que se planteó la Fuerza Aérea de Chile, institución que se ha puesto como objetivo integrar a nuestro país dentro la tecnología aeroespacial del mundo.

La segunda etapa del mismo se denominará Fasat-2, y consistirá en instalar en el espacio una agrupación de tres microsatélites de comunicaciones, que servirán para facilitar las redes de contacto radial en todo el país.

Posteriormente, en una tercera fase y en un plazo no inferior a quince años, la idea central del proyecto pretende instalar dos grandes satélites de comunicaciones geoestacionarios a una altura de 36 mil kilómetros.

El Alto Mando de la FACh subrayó que esta última tarea no debe incluir solo a la institución ya que constituye una aspiración de todo el país. Por ello postula que los satélites geoestacionarios deben surgir desde la sociedad científica nacional, así como de las universidades.

De concretarse estos proyectos nuestro país accederá a alta tecnología espacial y permitirá generar una mayor independencia en materia de comunicaciones militares e internas de nuestro país.

En el proyecto del Fasat-1, que se ha desarrollado con discreción desde hace varios años, también se cuenta la preparación de personal especializado y la construcción de una completa estación de rastreo satelital en nuestro país.

En estos momentos un total de quince ingenieros aeronáuticos de la FACh se encuentra realizando estudios de perfeccionamiento en Estados Unidos y Europa, tanto en ingeniería de comunicaciones como en diseño aeroespacial.

Además, para controlar los posibles errores que se produzcan en el vuelo del primer satélite diseñado en nuestro país, se dispondrá de un segundo Fasat-1 prototipo para experimentaciones en tierra.

También se construirá una estación de rastreo y experimentación en un lugar aún no definido de nuestro país, el que debería ser el primer paso para la creación de una agencia chilena del espacio.

El domingo pasado el Director del Centro de Estudios Aeronáuticos y del Espacio de la FACh, general (a) Leopoldo Porras, señaló en Arica que es prioritario que nuestro país cuente con una organización especializada en el tema para no quedarse rezagado en la investigación y desarrollo tecnológico que se lleva a cabo a nivel mundial.

OTROS PROYECTOS

Con respecto a esta materia, se informó hace algunos meses que, gracias a una iniciativa de la Federación de Clubes de radioaficionados, estarían en una etapa muy avanzada los planes de construcción de otro pequeño satélite chileno, el César-1, proyecto que estaría detenido por problemas financieros.

Este aparato, de 23 centímetros de longitud y un peso menor a los quince kilos, sería ubicado a 900 kilómetros de altura, por un cohete de fabricación nacional.

En su diseño participarían más de 50 radioaficionados y especialistas de la Universidad de Chile, Austral y Católica de Valparaíso, que recibieron en enero de 1993 toda la tecnología necesaria desde Estados Unidos.

DOCUMENTO POCO LEGIBLE

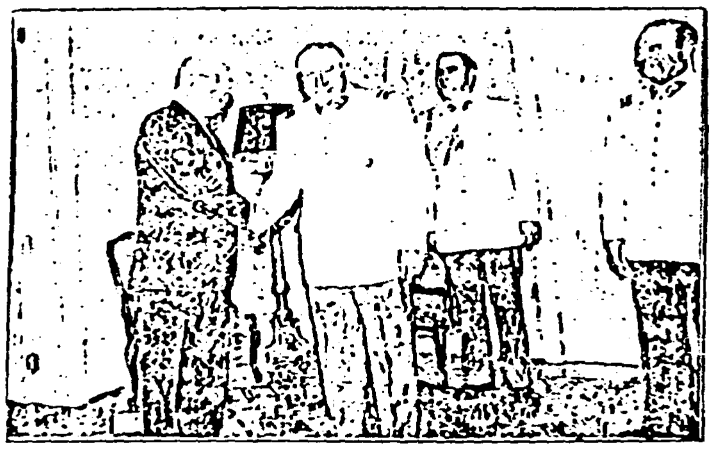
9406263

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406264
TITULO Ejército dio amplia información a Ministro de Defensa.
PROCEDENCIA 30050.
FECHA 23/3/94
VINCULACIONES 65708
1163
1328

Nº 1
LAS ULTIMAS NOTICIAS
PAGINA Nº 4
23 MAR 994.-

Ejército dio amplia información a ministro



El Ministro de Defensa, Edmundo Pérez, y el comandante en Jefe del Ejército, general Augusto Pinochet, compartieron con el Alto Mando del Ejército.

El Ejército recibió ayer en el edificio de las Fuerzas Armadas al Ministro de Defensa, Edmundo Pérez Yoma. Ello nada tendría de particular si no fuera porque su antecesor, Patricio Rojas, nunca recibió invitación similar. A su ingreso del edificio, situado en calle Zenteno, hubo honores en la puerta principal para el Secretario de Estado.

Pérez Yoma recibió un completo informe sobre los planes de modernización en que se encuentra la institución. La exposición fue realizada por el director de Operaciones del Ejército, Jorge Lagos, quien explicó las acciones que desarrolla su división. Los directores de logística, general Carlos Krumm, y de personal, general Ramón Castro, tuvieron una reunión de trabajo con el ministro, donde también informaron acerca de sus actividades.

Más tarde Pérez Yoma ingresó al despacho del comandante en Jefe, general Augusto Pinochet. Este, de muy buena gana, le presentó a los generales que componen el Alto Mando.

Terminadas las presentaciones y apretones de mano, se inició el almuerzo.

Entre plato y plato —servido en el comedor de la comandancia en Jefe, todo pintado de color crema— Pérez Yoma y Pinochet no sólo intercambiaron mutuas palabras de cooperación, sino que hubo también oportunidad de conversar sobre los temas que preocupan al gobierno y al Ejército: los nombramientos que aún quedan por hacer en la institución (no se ha llenado la vacante dejada por el general Ballerino) y la necesaria comunicación que debe haber entre ambas instancias para que no ocurra lo del pasado, cuando los decretos y el papeleo administrativo del Ejército quedaban guardado por meses en alguno de los cajones del Ministerio de Defensa o en la subsecretaría, sin tener la tramitación necesaria.

DOCUMENTO POCO LEGIBLE

9406264

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
14 JUN. 1994
Biográfico
940626

TV-RADIO



ME GUSTA ESO DE "DAR MAS DE LO MISMO"

SARANDI INFORMA

ESCUCHE algunas novedades de interés

CLUB DEL DISCO

Reeditando el fenómeno editorial que fue en los años ochenta el "Club del Libro", Sarandí lanza próximamente el "Club del Disco". Con un sistema similar al de entonces, y de acuerdo a unas bases que publicaremos en fecha próxima, Sarandí pondrá en manos de los socios de este Club un Disco Compacto mensual, en condiciones que aseguran un éxito rotundo. Apróntese para crear o ampliar su discoteca.

VALIOSOS COLABORADORES

Sarandí tiene el orgullo de brindarle a sus oyentes el aporte cultural y periodístico de un número excepcional de personalidades, todas ellas destacadas en los diversos ámbitos en los que desarrollan su actividad. No es preciso presentarlos, pero bien vale la pena recordarlos: Prof. Rodolfo Tálice, Cr. Juan E. Azzini, Dr. Carlos Maggi, Ing. Juan Grompone, Prof. Ulises Graceras, Dr. Jorge da Silveira, Prof. Gerardo Caetano, Sra. Mecha Gattás, Sra. Marta Penadés, Politólogos Juan Rial y Carina Perelli, Rodolfo Fattorusso, Elbio Rodríguez Barilari, Dr. Amadeo Ottati, Economistas Jorge Borlandelli, Dr. Luis Romero Alvarez, Juan Manuel Rodríguez.

Calidad y cantidad al servicio del oyente. Cada una de ellos, brillante en su temática

LA RADIO CON MAS MUNDO

Para que los vea a todos juntos, se los recomendamos, con el detalle de sus presencias:

* Aló, París. Vilma Abella, de lunes a sábados a las 8.30.
* Aló, Argentina. Silvia Pizani, de lunes a sábados a las 8.35.
* Aló, Brasil. Jorge Mederos, de lunes a sábados a las 8.45.
* Aló, New York. Carlos Bañales Marino, de lunes a sábados a las 9.00.
* Aló, Madrid. Adolfo Guidali, lunes a viernes a las 10.03.
* Aló, Inglaterra. Pancho Panizza, lunes, miércoles y viernes a las 10.08.
* Aló, Santiago. Ricarte Soto, martes, jueves y sábados a las 10 y 15.
* Aló, Amsterdam. Jorge Valdés, martes y jueves a las 11.10.
* Aló, Jerusalem. Ana Jorozolinski, lunes, miércoles y viernes a las 14.
* Aló, Roma. Claudia Piazza, martes y jueves a las 14.
* Aló, Los Angeles. A[illegible] Cammarotta, lunes, miércoles y viernes a las 16.
* Aló, Chile Cultural, Miguel Patrón Marchand, martes y jueves a las 16.

Desde Sarandí, usted escucha latir el mundo en todos sus rincones.

REPORTAJE

POR MARIO JURI

RAMIRO RODRIGUEZ VILLAMIL

EL "CEREBRO" DE SARANDI

Desde el semanario Busqueda, donde escribe bajo el seudónimo de Kid Gragea, hasta su asunción a la dirección de radio Sarandí, Ramiro Rodríguez Villamil (53), sagitariano, abogado, periodista, casado, con seis hijos, y un nieto de un mes, siempre fue un apasionado de la radio. Hincha de Peñarol, se crió en Pocitos, vive en Carrasco, y cuenta los cambios de la Ocho.

COMENZO a hacer periodismo en el semanario Busqueda desde el número cero, eso supone un apego a la escritura. Como uruguayo la radio quizás haya sido una compañía, no una posible forma de vida.

—La radio ha sido parte de la vida de todos nosotros desde la más tierna infancia. La radio ha sido una parte muy formativa para todos los que andamos en el eje de los cincuenta años. La radio era el centro de la casa. La televisión no existía. Nuestros hijos todavía no entienden cómo podíamos vivir sin televisión.

—Pensando en una radio para el siglo 21, ¿qué fue lo primero que se le vino a la cabeza al asumir?

—Al asumir la dirección de un medio, uno tiene que saber qué es lo que tiene y hacia dónde se dirige. De la consulta con nuestra propia audiencia, llegamos a la conclusión que la gente quería consolidar ese producto que ya venía escuchando. Seguir con ese perfil objetivo, formativo, respetuoso, entretenido e informativo.

—Y hubo apuestas. La audiencia estuvo acostumbrada durante muchos años a figuras estelares, con nombre y apellido, y como que hubo apuestas a incrementar, por ejemplo, los corresponsales en el exterior, como las radios más importantes del mundo.

—Los americanos dicen: more of the same, más de lo mismo. Si teníamos muchos corresponsales, más de lo mismo, ahora tenemos doce corresponsales al estilo Sarandí. Corresponsales que cuentan cómo está el clima, cómo ven la diversión y el entretenimiento en la ciudad en que viven, y que además nos testimonian los acontecimientos más importantes que ocurren en ese lugar. Es como una ventanita abierta al mundo.

—Otra apuesta fue un programa acorde a los tiempos electorales que corren.

—Entre las innovaciones que tenemos para este año, incorporamos "Año electoral", un programa de información política digerida, sintética, clara, donde se interpreta a las encuestas, se muestra los movimientos en el tablero y hasta se busca el perfil semiótico al discurso político, para que los oyentes puedan discernir los mensajes políticos. Lo dirigen el sociólogo Ulises Graseras y Juan Carlos Otormín, abogado y analista político, con la colaboración de la programadora neurolinguística Isabel Aguilar.

—Otro objetivo fue ampliar el target de audiencia hacia un público más joven.

—Uno se hace aire con un abanico, y si amplía el abanico se hace más aire. Por eso incorporamos a un periodista que compartimos con SABADO SHOW, que es Elbio Rodríguez Barilari, que tiene una comunicación muy fluida con la gente joven. Nosotros no tenemos una audiencia de teenagers, pero sí tenemos una audiencia marcadamente joven que se va incorporando. De esta manera queremos respaldar sus inquietudes, respaldar a los músicos uruguayos. Nosotros queremos que el corte transversal de la sociedad uruguaya se sienta reflejada en Sarandí.

EL PAIS "SABADO SHOW" 7 MAY 94 Nº 1099
001/001 MAY (ST) OSCAR BALADAN
9406265

Nº. DOCUMENTO 9406266
TITULO Cancilleres de Chile y Bolivia analizaron Estado de Relaciones
PROCESO 30050
FECHA 23/3/94
VINCULACIONES 65706
11164
11388
502480

N° 5
EL MERCURIO
PAGINA N° C-1/C-10
23 mAR 994.-

En Brasilia:

Cancilleres de Chile y Bolivia Analizaron Estado de Relaciones

- Ministro boliviano, Antonio Araníbar, manifestó a Carlos Figueroa la importancia que tiene para su país superar su condición mediterránea, a lo que éste le sugirió buscar fórmulas imaginativas de acrecentar los vínculos.

Por Elia Simeone,
Enviada Especial

BRASILIA.— Los ministros de Relaciones Exteriores de Bolivia, Antonio Araníbar; y de Chile, Carlos Figueroa, se reunieron para analizar el estado de los vínculos bilaterales, oportunidad en que el personero boliviano le expresó la importancia que tiene para su país el superar su condición mediterránea y el Canciller chileno le sugirió buscar fórmulas imaginativas de acrecentar los vínculos.

En el encuentro también se estudió la factibilidad de suscribir nuevos acuerdos como uno de turismo y otro de promoción y protección de inversiones, a fin de ir generando condiciones favorables para que los sectores privados de ambos países puedan invertir en los respectivos territorios y establecer empresas conjuntas.

Estos aspectos de las relaciones bilaterales fueron tratados por ambos Cancilleres la noche del lunes, durante una comida que ofreció Araníbar a su colega chileno y los altos personeros del Ministerio de RR.EE. que lo acompañaban.

Sobre esta cita, el Canciller Araníbar no quizo hacer mayores comentarios, aduciendo que no tenía "nada que decir".

En tanto, Figueroa calificó el encuentro de "muy grato" e informó que conversaron sobre el estado de las relaciones chileno-bolivianas y de los avances que se han producido en dichos vínculos.

Actualmente sólo existen lazos a nivel consular entre ambos gobiernos, luego que Bolivia rompiera relaciones diplomáticas en 1978, al estimar fracasadas las negociaciones tendientes a lograr una salida al mar. Estas se habían reanudado sólo en 1975, ya que antes también habían sido interrumpidas por el vecino país en 1962, dicha vez como protesta por el supuesto desvío de las aguas del río Lauca.

Durante los anteriores gobiernos de Jaime Paz Zamora (Bolivia) y Patricio Aylwin (Chile) se estuvo a punto de restablecer los lazos diplomáticos.

El mes pasado, el Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada expresó su disposición a considerar un eventual restablecimiento de relaciones al más alto nivel sin supeditar el tema al de la mediterraneidad boliviana.

Este aparente cambio de política fue muy bien recibido en Chile, aunque siempre bajo el entendido de que es Bolivia la que debe dar el primer paso, pues fue la que rompió los vínculos.

El Presidente Eduardo Frei ha manifestado su voluntad de conversar todos los asuntos que sean de interés común y que redunden en beneficio de ambos pueblos. Figueroa dijo que le agradeció el gesto del Presidente Sánchez de Losada de haber enviado a su esposa, Ximena Iturralde, a la ceremonia de transmisión del mando, hecho al que le atribuyó gran importancia política.

Indicó que conversaron sobre todos los temas de la relación bilateral, especialmente lo que está pasando en el plano económico-comercial. También plantearon la posibilidad de llegar a un convenio de turismo y a un acuerdo de promoción y protección de inversiones que permita reforzar los beneficios que obtienen los sectores privados de ambos países tras la firma del tratado de complementación económica, suscrito en abril del año pasado en Santa Cruz de la Sierra.

"Hablamos de todos los temas de la relación bilateral, diría, en general, de la continuación de un buen ambiente de relación y del propósito de trabajar muy estrechamente para que la relación chileno-boliviana tenga la característica privilegiada que tiene para nosotros hoy día", sostuvo Figueroa.

El Canciller negó que la reunión surgida a instancias de Bolivia haya tenido por finalidad presentarle a Chile algún planteamiento concreto, e hizo ver que no dejaba de tener importancia debido a que ha asumido hace poco el cargo de Ministro de Relaciones Exteriores de Chile.

"La idea es cómo continuamos avanzando y buscamos nuevos caminos imaginativos para que las relaciones bilaterales vayan siendo cada vez más intensas", acotó. Requerido si se habló del anuncio del Mandatario boliviano, quien dijo estar dispuesto a considerar una eventual reanudación de lazos diplomáticos sin supeditarla al tema de la mediterraneidad, contestó negativamente.

Sobre anuncios que habría hecho Frei, en cuanto a estar dispuesto a ayudar a Bolivia a salir al mar, precisó que ello fue una interpretación de las agencias noticiosas.

"Lo que el Presidente Frei ha dicho es que para nosotros la relación con Bolivia es muy importante, que queremos acrecentarla y buscar todos los caminos para normalizarla, pero que, en definitiva, el elevarla a nivel diplomático es una decisión que corresponde a Bolivia porque ellos fueron los que la suspendieron", sostuvo.

Indicó que Araníbar le planteó que para ellos, en el marco de su política exterior, el tema de la mediterraneidad de Bolivia es un asunto importante, pero que lo hizo en los términos correctos en que se expone una situación de ese tipo. Figueroa indicó que le pareció lógico que le hiciera tal planteamiento, pero que él insistió en la necesidad de buscar fórmulas imaginativas, creadoras, de avances en la relación.

01|01
9406266

Nº 9406267 ✓
TITULO No habrá "carrera armamentista" en la región
30050
24/3/94
6570P
11163
13065
11164
11388
66860

Nº 5
LA TERCERA
PAGINA Nº 6
24 MAR 994.-

Argentina desestima "carrera armamentista"

BUENOS AIRES, 23 (UPI).- El presidente del Senado argentino, Eduardo Menem, señaló hoy (ayer) que la eventual decisión de Chile de reequipar sus Fuerzas Armadas "corre por su cuenta" y dijo que no habrá una carrera armamentista en la región.

Menem, quien se encuentra en París participando de las sesiones de la Unión Parlamentaria Mundial, dijo a una radioemisora de Buenos Aires que no está en el ánimo del gobierno argentino "tener una actitud recíproca" a la de Chile.

El legislador fue consultado sobre la decisión del gobierno chileno de adquirir 20 aviones Mirage a Bélgica, mientras estudia la posibilidad de reemplazar sus viejos tanques Shermann.

Menem, del Partido Justicialista, dijo que la actitud de Chile "corre por su cuenta", pero advirtió que "no están dadas las condiciones para empezar una carrera armamentista en la región".

Señaló que la reciente adquisición por parte de Argentina de 36 aviones Skyhawk, con sus modernos radares, fue para "sustituir los elementos que se perdieron en la guerra de las Malvinas" contra Gran Bretaña, entre abril y junio de 1982.

En 1978 Argentina y Chile estuvieron a punto de ir a una guerra por el centenario conflicto por el Canal de Beagle. Pero el diferendo fue superado en 1984, mediante la firma de un "tratado de paz y amistad", bajo la mediación del Papa Juan Pablo II.

Asimismo, una corte de juristas con sede en Río de Janeiro emitirá una resolución, posiblemente antes de que finalice 1994, sobre el conflicto bilateral de Laguna del Desierto, en la Patagonia.

De acuerdo a un informe especial presentado durante un seminario de seguridad realizado recientemente en Buenos Aires, bajo la supervisión de la Organización de los Estados Americanos (OEA), Brasil y Argentina son los países latinoamericanos que más dinero destinan en armamentos.

Sostuvo que Argentina gasta por año 1.796 millones de dolares, mientras que Chile lo hace por 446 millones de dolares.

Pero dijo que ambos países gastan en forma similar con respecto al Producto Bruto Interno (PBI), ya que Argentina consume el 2,6 por ciento y Chile, el 2,1 por ciento.

9406267

Nº DOCUMENTO 9406268-1
TITULO Frei designó nuevo directorio en Codelco.
PROCEDENCIA 30050.
FECHA 24/3/94
VINCULADO 65708
11163
11328
11161
11406

N° 2
LAS ULTIMAS NOTICIAS
PAGINA N° 9
24 MAR 994.-

Frei designó nuevo directorio en Codelco

Quedó conformada la totalidad del directorio de Codelco, luego de que el Presidente Eduardo Frei designara al brigadier general de Ejército Enrique Gilmore como representante de las Fuerzas Armadas.

El representante de los supervisores será Luis Castelli y del Jefe de Estado lo serán Jorge Awad y Nicolás Majluf. Como representante de los trabajadores fue confirmado Raimundo Espinoza.

La información la proporcionó el Ministro de Minería, Benjamín Teplizky, quien concurrió ayer a La Moneda. En la oportunidad, el Mandatario le dijo a su ministro que los integrantes del nuevo directorio tendrán por misión principal la de recuperar la confianza en esa empresa.

"El Mandatario nos dijo que las investigaciones deben ser llevadas hasta las últimas consecuencias, tanto la de la comisión fiscalizadora de la Cámara de Diputados como la que lleva el ministro José Benquis".

Los nuevos miembros del directorio, que encabeza Juan Villarzú, fueron presentados en sesión de directorio que se efectuó ayer en la tarde en el edificio de Codelco. Esta es la primera vez que se congregan todos los representantes de la empresa designados en esta administración.

9406268

01-02

30050
25/3/94.
6570P.

N° 6

EL MERCURIO
PAGINA N° C-5
25 MAR 994.-

ES LA SUMA QUE ADEUDA A LOS BROKERS:

A 274 Millones de Dólares Ascienden Las Pérdidas Potenciales de Codelco

● Cámara fijó plazo de 30 días para que la Comisión Investigadora concluya su labor y emita su informe.

VALPARAISO.— A 274 millones 11 mil 986 dólares ascienden las pérdidas potenciales de la Corporación del Cobre en sus operaciones en el mercado de ventas a futuro, de acuerdo con las cifras que adeuda a los 20 corredores o brokers con los que realizó las operaciones, las que fueron hechas llegar ayer a la Comisión Especial Investigadora de la Cámara de Diputados, cuyo presidente, Felipe Valenzuela, las dio a conocer de inmediato a la prensa.

Asimismo, la Cámara fijó ayer un plazo de 30 días a la Comisión Investigadora de Codelco para que cumpla con el cometido que le encargó el 13 de febrero pasado, fecha en que la creó, y emita su informe, con las conclusiones y recomendaciones que estime pertinentes.

La citada Comisión tiene como mandato el de tratar de esclarecer los hechos que produjeron las cuantiosas pérdidas a Codelco en su participación en el mercado especulativo de ventas a futuro sin respaldo físico y establecer las responsabilidades, que para la Cámara deben ser sólo las políticas, por cuanto sus facultades fiscalizadoras son sólo para controlar los actos del gobierno.

Felipe Valenzuela señaló que la investigación que realiza el grupo especial de la Cámara desde hace 40 días ha estado orientada a conocer la línea de comercialización de Codelco, la línea de control y la dirección de la empresa, a través de la actuación del directorio y la relación que la administración de la empresa ha tenido con el Banco Central.

Añadió que para cumplir el objetivo, hasta ahora se ha cumplido la investigación respecto de la comercialización, mediante exposiciones e interrogatorios al vicepresidente de comercialización, al gerente general de ventas, al subgerente y también al operador, como principal implicado en los hechos, Juan Pablo Dávila, y está programada, para concluir la investigación de esta línea, la citación al contador general y al jefe de la oficina de egresos e ingresos.

También se hicieron indagaciones con el vicepresidente de finanzas y contraloría y con el gerente contralor general. Además, escuchó al presidente ejecutivo de la empresa, Alejandro Noemi, a quien lo reemplazó después en el cargo, Jorge Rodríguez, y a los ministros de Hacienda y de Minería, Alejandro Foxley y Alejandro Hales, en su calidad de tales y también de miembros del directorio de Codelco.

En la primera semana de abril, la Comisión citará a los demás miembros del directorio de Codelco, para luego dedicarse a investigar las denuncias del diputado Luis Valentín Ferrada, y a satisfacer las peticiones de los dirigentes de la Federación de Trabajadores del Cobre, que piden que se visite cada una de las Divisiones de Codelco, para que se investigue cada uno de los planes de producción fallidos, costos y dotaciones de trabajadores y de contratistas y sus costos, como también errores administrativos.

Valenzuela dijo que esto último lo hará la Comisión especializada de Minería, la cual informará posteriormente a la Comisión Especial Investigadora.

AUMENTAN LAS PERDIDAS

De acuerdo con un informe de la Contraloría General de la República, las pérdidas potenciales de Codelco en sus operaciones en el mercado a futuro ascendían a US$ 251 millones. Sin embargo, nuevas cifras recibidas ayer por la Comisión Especial Investigadora de la Cámara de Diputados, respecto de lo que la Corporación del Cobre adeuda a los corredores o brokers por las operaciones realizadas en dicho mercado, tanto en la venta a futuro de cobre, plata y oro, suben a 274 millones 511 mil 986 dólares y 13 centavos.

La información entragada ayer a la Comisión está contenida en un cuadro, en el cual se especifican los resultados de las operaciones que Codelco realizó con 20 corredores o brokers en la venta de cobre, plata y oro, a futuro, indicándose la cantidad de metal transado con cada corredor y el total adeudado a cada uno de ellos.

Entre los corredores o brokers a los cuales Codelco les adeuda una mayor cantidad está Merrill Lynch Fut. Inc. que figura con la suma de US$ 60.543.289,25. Le siguen Shearson Lehman H., con 48 millones de dólares, y J.P. Morgan, con 42 millones de dólares.,

VACIO LEGAL

El presidente de la Comisión Investigadora dijo que existe un vacío legal para definir con claridad quiénes son empleados públicos, en el caso de varias empresas y corporaciones, que son del Estado, entre las que se cuenta Codelco.

Valenzuela dijo que las denuncias formuladas por el diputado Luis Valentín Ferrada no contienen atropello a ninguna norma legal, sino más bien a principios éticos y morales.

Agregó que de prosperar la doctrina del ministro en visita en el caso Codelco, José Benquis, en el sentido de que los funcionarios de Codelco son empleados publicos, "la investigación tomaría de inmediato otro cariz y otro rumbo, porque ahí sería muy fácil establecer responsabilidades".

ROBERTO ZAHLER

El presidente del Banco Central, Roberto Zahler, informó a la Comisión Especial de la Cámara de Diputados que investiga el caso Codelco que el instituto emisor no tiene facultades para controlar las operaciones a futuro de Codelco, porque éstas se pueden hacer —como lo ha hecho la empresa estatal— en el mercado cambiario informal.

Precisó que tales operaciones se pueden realizar con divisas del mercado cambiario formal o informal o en otro distinto, porque la ley permite una libertad cambiaria. Agregó que sólo si se hace en el mercado formal requiere de la autorización y del control del Banco Central.

Indicó que todas las operaciones de futuro de Codelco han sido realizadas en el mercado cambiario informal y, por lo tanto, sin la autorización ni control del organismo emisor, a pesar de que informaba a éste de sus transacciones.

9406268

Nº. DOCUM 9406269
TITULO En Chile prevén recuperación de exportaciones.
PROCE 150483
FECHA 12/4/94.
VINCULADO 6570P
1161
1140P

Chile: prevén recuperación de exportaciones

12/4 E.O.

SANTIAGO DE CHILE - Las exportaciones chilenas se recuperarán este año tras haber caído un 7,8% en 1993 y podrían ascender a US$ 9.950 millones, con posibilidades de llegar a los US$ 10.200 millones, según una proyección que publicó ayer el periódico Estrategia de la capital trasandina.

Sobre la base de cifras oficiales del Banco Central, el matutino atribuye las mejores expectativas a los cambios positivos en la economía mundial, que han derivado en un repunte de los precios de los principales productos chilenos de exportación, aunque advierte que la recuperación sólo permitirá volver al nivel alcanzado en 1992.

Ese año, las ventas al exterior llegaron a US$ 9.986,1 millones y la balanza comercial registró un superávit de US$ 749,2, pero el año pasado descendieron a US$ 9.202,2 millones y la balanza cerró con un saldo negativo de US$ 978,2 millones.

De acuerdo con las proyecciones de los diversos sectores productivos y a diferencia de lo ocurrido en 1993, la actividad exterior registrará este año un crecimiento superior al del PIB, cuya tasa se calcula en un máximo del 4,5% y un mínimo del 3,5%.

Los factores más relevantes en la recuperación de las exportaciones trasandinas son el repunte de la economía estadounidense, que en 1994 podría expandirse un 3,8% y de Latinoamérica, cuyo PIB podría crecer hasta un 4%, señala Estrategia.

Agrega que otros factores son el dinamismo de algunas economías asiáticas, excluido Japón, y los mayores niveles de apertura que se registran en Tailandia, China e Indonesia, aunque la lentitud en la recuperación europea dificulta un repunte más significativo de las ventas chilenas al exterior. ■ *(EFE)*

01-01

9406269

Nº. DOC 9406270
TIT. Llegará a Chile primer avión-radar.
PRO. 1500/4
FECH 12/4/84
VINCUL. 6570P
11163
11858.

Chile 12/4 LT

AVION-RADAR

En junio próximo llegará a Chile el primer avión-radar que operará en el Cono Sur latinoamericano, un Boeing 707 «Cóndor» de la Fuerza Aérea chilena (FACH), modificado en Israel y dotado de tecnología especial, informó ayer lunes la prensa local. El avión es un aparato de «alerta temprana» con el cual la Fuerza Aérea contará con un gran radar en el aire, capaz de superar las dificultades de la geografía chilena, explicó el comandante de la FACH, Ricardo Ortega, en unas declaraciones recogidas ayer por el diario «La Nación». El «Cóndor» permitirá controlar, entre otras cosas, el narcotráfico y el contrabando y localizar aviones siniestrados, así como detectar catástrofes.

01/01 9406270

Nº. D 9406271
TIT. Polémica por reforma de la constitución en Chile.
PRO. 150015
FECH. 15/4/94
VINCUL. 6570P
11164
11302

Polémica por reforma en Chile

15/4LM.

Diferencias en el seno de la coalición oficialista que apoya al Presidente Eduardo Frei reactivaron la polémica por las reformas a la Constitución heredada del régimen militar y a cuyas modificaciones se opone la oposición de derecha, que tiene mayoría en el Senado.

SANTIAGO DE CHILE / ANSA

Los Presidentes de partidos de la alianza oficialista propusieron a Frei que incluya, al menos, una de las reformas "duras" en el primer paquete legislativo que enviará al Congreso.

Los dirigentes oficialistas pretenden superar así el virtual acuerdo entre el Gobierno y los senadores institucionales --designados en diciembre de 1989 por el general Augusto Pinochet-- de mantener esa institución a cambio de su apoyo en los proyectos sociales del Ejecutivo.

Una fórmula consensuada analizada por los Presidente de Partidos de la Concertación con Frei fue que el Ejecutivo despachara las reformas electorales y en otro paquete la abolición de los senadores designados, a través de una ley que entre en vigencia en 1997, cuando culmina el mandato de estos parlamentarios.

Directa acusación

Otra de las reformas "duras" es el término de la inamovilidad de los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas y Carabineros y la composición del controvertido Consejo de Seguridad Nacional.

El cuestionamiento a los senadores designados aumentó luego que el senador demócrata cristiano, Andrés Zaldívar, acusó directamente al ex ministro del interior del régimen militar, Sergio Fernández, de participar en la estrategia partidaria opositora y desnaturalizar la figura de los parlamentarios institucionales.

Zaldívar fue apoyado por sus colegas de la Concertación, quienes señalaron que la actuación de Fernández "demuestra que la institución de los senadores designados llegó a su fin y nosotros tenemos que terminar con eso".

Por su parte, el senador de la derechista Unión Demócrata Independiente (UDI), Hernán Larraín --considerado el líder del sector más duro de la oposición-- rechazó las críticas y denunció una "caza de brujas" en el marco de una campaña instigada por la Concertación.

Actitud de bloque

Mencionó la actitud de bloque que han adoptado los senadores de derecha con los institucionales en la conformación de la Mesa del Senado, en las Comisiones --donde la Concertación obtuvo la Presidencia de cinco de las 17 comisiones del Senado-- y la actitud adoptada en el conflicto surgido entre el Gobierno y el general director de Carabineros, general Rodolfo Stange, de total apoyo al alto uniformado.

Figueroa sostuvo que la principal barrera que enfrenta el país para hacer realidad la consolidación democrática y superar las insuficiencias sociales y económicas "son aquellos políticos de derecha que provocan una gran nostalgia por el pasado y utilizan los escudos autoritarios que posee la Constitución". A juicio del dirigente DC, la Concertación debiera insistir en retomar las políticas de los acuerdos, pero a la vez debe buscar nuevas posiciones tácticas para enfrentar "la dureza de la derecha" y desenmascararla ante el país.

9406271

01-01

Nº. DOCU 9406272
TITU Reaparición fugaz del Gral Stange
PROC 150025
FECHA 18/4/94
VINCUL 6570P
1163
1328.

Reaparición fugaz del Gral. Stange



Stange

SANTIAGO, Chile, 17 (EFE).- Con la toma de posesión oficial del cargo de subdirector por parte del general Fernando Cordero Rusque, la policía chilena de Carabineros completó la reestructuración del alto mando, tras la crisis que enfrentó a la institución con el gobierno.

En una ceremonia en la que no se permitió el acceso a la prensa, el general en retiro Alfredo Núñez entregó su cargo a Cordero Rusque, que hace algunos días asumió también como director en funciones.

A la ceremonia asistió el director general Rodolfo Stange, quien se encuentra en "vacaciones extraordinarias" tras ser denunciado por un juez civil por "incumplimiento de deberes militares", en un juicio sobre derechos humanos.

Nuñez dejo así, oficialmente, el cargo de subdirector general al que renunció el 17 de marzo pasado, dando paso a una ola de rumores y tensiones que originó una recomposición total del alto mando, que ya había sido designado tres meses antes.

Denuncia

Las tensiones en la policía militarizada chilena se agravaron con la denuncia interpuesta por el juez civil Milton Juica contra el general Stange, tras un fallo en el que condenó a 15 policías y un civil por el degollamiento de tres militantes comunistas, en marzo de 1985.

Tras conocerse el fallo del juez Juica, el gobierno recomendó a Stange que renunciara a su cargo en beneficio de la institución a lo que el aludido se negó, lo que desencadenó una crisis con el gobierno, que no posee facultades para cambiar a los altos mandos de las fuerzas armadas y Carabineros.

Las tensiones se suavizaron el viernes 8, cuando el general Stange aceptó una sugerencia del ministro de Defensa, Edmundo Pérez Yoma, para salir de vacaciones.

La corte marcial designó al juez civil Alfredo Pfeiffer Richter para que siguiera la denuncia contra Stange, y el ministro de Defensa reiteró que las vacaciones del general son indefinidas, aunque altos oficiales han declarado que el general tiene fecha de regreso.

Vaticinio

Algunos expertos coinciden en que Stange no volverá a asumir la dirección de la institución, posibilidad que se confirmaría si el juez Pfeiffer lo encuentra culpable de las acusaciones hechas por Juica, que le atribuye responsabilidad en el entorpecimiento de las investigaciones en el caso de los degollados.

Según publica hoy el diario local La Nación, el pasado viernes por la noche, en una reunión con el Alto Mando de Carabineros, el general Stange anunció que no volverá a la institución y, al parecer, hizo entrega formal y definitiva del mando institucional.

Los analistas políticos aseguran que esta semana será clave para la solución definitiva de la primera crisis política del gobierno de Eduardo Frei, que asumió el poder el pasado 11 de marzo.

Los que apuestan por el retiro del general aseguran que el anuncio oficial será en los próximos días.

9406272

01-01

N°. 9406273
TIT: La derecha formó coalición en Chile.
PROC: 150483
FECHA: 18/4/94
VINCULACI: 6570P
11164
11304

La derecha formó coalición en Chile

18/4 E.O.

SANTIAGO DE CHILE - Los partidos de la derecha política chilena formaron una alianza opositora estable que buscará convertirse en una real alternativa de gobierno, pero asumieron una actitud moderada respecto al plan del presidente Eduardo Frei.

Luego de dos días de deliberaciones en un balneario cercano a Santiago, la derecha indicó que estaría dispuesta a discutir reformas políticas y constitucionales clave que pretende Frei.

La nueva alianza está formada por los partidos Renovación Nacional, Unión Demócrata Independiente y Unión de Centro-Centro, además de otros grupos menores. Su propósito es "gravitar positivamente en la marcha del país y conformar una real alternativa de gobierno".

Mientras tanto, tras la crisis que enfrentó a la Policía de Carabineros con el gobierno, con la toma de posesión oficial del cargo de subdirector del general Fernando Cordero Rusque, se completó ayer la reestructuración del alto mando.

En una ceremonia en la que no se permitió el acceso a la prensa, el general en retiro Alfredo Núñez entregó su cargo a Cordero Rusque, que hace algunos días asumió también como director en funciones.

A la ceremonia asistió el director general Rodolfo Stange, quien se encuentra en "vacaciones extraordinarias" tras ser denunciado por un juez civil por "incumplimiento de deberes militares", en un juicio sobre derechos humanos.

Núñez dejó así, oficialmente, el cargo de subdirector general al que renunció el 17 de marzo pasado, dando paso a una ola de rumores y tensiones que originó una recomposición total del alto mando, que ya había sido designado tres meses antes.

Las tensiones en la Policía Militarizada chilena se agravaron con la denuncia interpuesta por un juez civil contra Stange, tras un fallo en el que condenó a 15 policías y un civil por el degollamiento de tres militantes comunistas, en 1985.■ *(EFE)*

01-01

9406273

Nº. DOCU 9406274
TITULO Protestas estudiantiles en el centro de Santiago.
PROCE 150014
FECHA D 18/4/94
VINCULACI 6570P
11165
11414
11163
11338

Protestas estudiantiles en el centro de Santiago

18/4/95

LOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS Y EL MODELO CHILENO

Un carabinero herido en la espalda y cinco estudiantes detenidos fue el resultado de una protesta efectuada ayer por universitarios que se encadenaron a las puertas del Ministerio de Educación, en protesta por el sistema de pago de sus estudios.

Más de un centenar de alumnos de la Universidad Tecnológica Metropolitana (UTEM) participaron en esta acción hasta que llegaron fuerzas especiales de carabineros (policía militarizada), quienes dispersaron a los estudiantes con el vehículo lanza-agua y cortaron las cadenas.

El Ministerio de Educación se encuentra situado a sólo una manzana del Palacio presidencial de La Moneda.

El presidente del centro de alumnos de la UTEM, Alexis Gutiérrez, atribuyó el origen de los incidentes y las heridas sufridas por un carabinero, quien cayó al suelo y se lesionó la espalda con un vidrio, a "la acción represiva de los propios carabineros".

La movilización de los jóvenes universitarios, que incluyó el encierro en cinco sedes de la institución, busca el cambio del sistema de documentación de deudas por arancel, que en estos momentos se hace a través de letras bancarias.

Los estudiantes también demandan la salida de las tres máximas autoridades de la Universidad Tecnológica, incluyendo al rector Luis Pinto.

61-81

9406274

Nº. DOCUM 9406275
TITULO
PROCEDENC 150483
FECHA DE 18/4/94
VINCULACION 65706
11161
11382
11408
11164
11348
65333
66817

Chile negocia acuerdos de libre comercio con Ecuador y Perú

Santiago de Chile - Las negociaciones para un acuerdo de libre comercio entre Chile y Ecuador avanzan en forma acelerada y el Ministerio de Relaciones Exteriores trasandino trasmitió a Perú su disposición para iniciar las conversaciones de un acuerdo similar.

La primera ronda de negociaciones con Ecuador culminó con éxito el viernes pasado en Santiago de Chile, dijo el canciller en funciones, José Miguel Insulza.

"Tenemos el razonable optimismo de que ese convenio va a demorar menos que los que se han firmado con anterioridad", afirmó Insulza.

En el caso del acuerdo con Ecuador, al igual que en el acuerdo suscrito con Colombia, habrá una lista de desgravación inmediata en la que se incluyen el banano para Ecuador y los otros considerados en el entendimiento de alcance parcial en vigor entre los dos estados.

Respecto a la desgravación general, aún falta determinar si los aranceles se rebajarán a cero en el plazo de 4 0 5 años y se está intentando que no exista una lista de desgravación lenta.

Actualmente el intercambio comercial es claramente favorable a Ecuador, debido a las compras de petróleo que efectúa Chile.

Llegó en 1993 a los US$ 185 millones, de los cuales US$ 55 millones corresponden a la exportación de productos trasandinos.

Paralelamente, el martes Chile y Perú comenzarán los primeros contactos para suscribir un Acuerdo de Complementación Económica destinado a incentivar el intercambio comercial entre los dos países.

En 1993 Chile vendió a Perú por valor de US$ 204 millones e importó por US$ 72 millones. ■ *(EFE)*

01-01

9406275

Nº. DOCU 9406276
TITULO Ejército chileno - argentino estrechan contacto.
PROCED. 150014
FECHA 20/4/94
VINCULAC. 65708
11164
11388
66860
01103

Los ejércitos chileno y argentino estrechan sus contactos

«TRAS UN MANDATO INELUDIBLE»

El vicealmirante Jorge Arancivia Reyes, jefe del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas de Chile, destacó ayer martes, en esta capital que la relación económica entre su país y Argentina demandará «una estrecha colaboración» de los sectores militares.

«Estamos caminando tras un mandato ineludible que nos está llegando tanto de las autoridades políticas de ambos países como de los dos pueblos», indicó el militar chileno tras reunirse con el ministro de Defensa, Oscar Camilión, y con su colega argentino, general Mario Díaz

«Nos da la impresión de que estos dos países aparecieron caminando hace ya un gran rato hacia una complementación económica y de otro tipo que no existía anteriormente», indicó Arancivia Reyes.

Añadió que «el mundo militar no puede quedar ajeno a esa relación que se está formando, porque ella nos va a demandar una estrecha colaboración bajo el mismo criterio de que debemos estar observantes y mirando hacia dónde van nuestras relaciones».

El general Mario Díaz informó de que los ministros de Defensa de Chile, Edmundo Pérez Yoma, y Argentina, Oscar Camilión, planean reunirse en noviembre para celebrar el décimo aniversario de la firma del Tratado de Paz y Amistad entre los dos países.

61-61
9406276

Nº. DOCUM 9406277
TITULO EEUU-Corea del Sur inauguran "telef. rojo" para emergencias militares.
PROCE: 250014
FECHA D: 21/5/94
VINCULACI 65890
11164
11388
507488

Corea del Sur

WASHINGTON Y SEUL CON "TELEFONO ROJO"

21/5/94

Estados Unidos y Corea del Sur inauguraron ayer viernes, un teléfono rojo para emergencias militares, el primero desde el fin de la guerra de Corea (1950-53).

El "telefono rojo", que permitirá comunicaciones instantáneas entre los respectivos departamentos de Defensa, muestra la preocupación de ambos países por la tensión creada en la Península Coreana a raíz del sospechoso programa nuclear norcoreano.

También indica un deseo de los dos aliados por coordinar con rapidez su respuesta militar a una posible crisis bélica.

La comunicación fue inaugurada hoy con una conversación de media hora entre el secretario de Defensa de Estados Unidos, William Perry, y su colega surcoreano, Lee Byong-tae.-

01-01

9406277

Nº. DOCU 9406278
TITUL Enfrentamientos entre estudiantes/policías -
PROC 150483
FECHA 22/4/84
VINCULACI 65708
11165
11414
11163
11338

Chile

DISTURBIOS

B 22/4E.O.

Un policía chileno resultó herido de bala, tras un enfrentamiento con estudiantes de la Universidad Tecnológica Metropolitana (UTEM), que mantienen tomada la universidad desde hace 10 días.

El policía resultó herido tras un sorpresivo tiroteo entre Carabineros (policía militarizada chilena) y un grupo de individuos que disparó desde el interior de la Universidad, sita en el sector oriente de la capital.

Según las primeras informaciones, los autores de los disparos son miembros de un grupo terrorista que se infiltró entre los estudiantes, que mantienen una protesta para reformar el sistema de financiamiento universitario.

Tras el tiroteo, las autoridades académicas de la Universidad permitieron el ingreso de la policía en el recinto universitario para desalojar el centro.

9406278

81-02

Nº DOC.
TITUL.
PROC. 150015
FECHA 23/4/94
VINCULAC. 6570P

Infiltrados violentos en Chile

23/4 LM.

El Gobierno amplió el requerimiento judicial presentado en contra de los responsables de los incidentes protagonizados ayer en una sede universitaria por estudiantes que reclamaban por los altos aranceles, en los que resultó gravemente herido de bala un policía.

SANTIAGO DE CHILE / ANSA

El Subsecretario del Interior, Belisario Velasco, dijo que se aplicarán sanciones más drásticas "porque no es permisible que elementos violentistas estén infiltrando a los universitarios".

Agregó que el movimiento estudiantil ha sido sobrepasado. "Una protesta por una reivindicación puede ser muy legítima, pero no puede convertirse en una acción como la que hemos visto", señaló.

Desde el martes pasado, un centenar de estudiantes mantiene ocupada la sede de la Universidad Tecnológica Metropolitana en protesta por los elevados aranceles y el cobro mediante letras bancarias.

Ayer cuatro encapuchados lanzaron bombas molotov desde la azotea de la sede universitaria, y luego dispararon hiriendo de gravedad en la zona inguinal al carabinero Patricio Espinoza, quien fue intervenido quirúrgicamente durante tres horas superando el estado de peligro.

Fuerzas Especiales de Carabineros ingresaron al recinto universitario, pero los encapuchados ya habían huido.

Infiltrados violentos

Los dirigentes universitarios atribuyeron a elementos "infiltrados" los violentos incidentes ocurridos y se preguntaron "¿quiénes los mandan y organizan?".

Agregaron que el objetivo del movimiento estudiantil "es lograr un cambio total del sistema educacional de este país, una revaluación de los sistemas de financiamiento en donde al Estado le cabe la mayor responsabilidad".

Insistieron que su movimiento continuará, "a pesar de los graves incidentes que podrían tergiversar nuestra acción. Nuestro movimiento es de carácter pacífico y no haremos caso frente a las provocaciones", concluyeron.

El Partido Comunista respaldó las demandas estudiantiles y afirmo que "hay que terminar con las trabas económicas que se imponen a los sectores populares y de capas medias expresado en el cobro de aranceles prohibitivos como requisito para poder estudiar en la educación superior".

02-02

9406278

Nº. D 9406278 ✓
TITU Extraditan a Mayor del Ejército de Pinochet (Herrera Jiménez)
PROC 150019
FECH. 24/4/94
VINCUL 65708
51163
11328

La violación de los DDHH en Chile continúa siendo noticia

EXTRADITAN A MAYOR DEL EJERCITO DE PINOCHET

24/4/95

El ex agente de la policía secreta y ex mayor del Ejército chileno Carlos Herrera Jiménez llegó ayer sábado, a Santiago procedente de Buenos Aires, desde donde fue extraditado para responder ante la justicia de su país por tres crímenes.

Herrera Jiménez, alias "Bocaccio", llegó en un vuelo de línea regular escoltado por cinco policías civiles chilenos que lo fueron a buscar a Buenos Aires y por su abogado, Humberto Neuman.

El ex agente de la disuelta Central Nacional de Informaciones (CNI, policía secreta del pasado régimen militar del general Augusto Pinochet) fue trasladado con grandes medidas de seguridad al cuartel central de la Policía Civil de Investigaciones, donde será interrogado por el juez Sergio Valenzuela.

El ex mayor huyó a Argentina en 1991 para evitar el cumplimiento de una condena de diez años de presidió como autor del homicidio, mediante torturas, del transportista democratacristiano Mario Fernández en 1984.

En enero de 1992 fue detenido en Buenos Aires por la policía argentina y estuvo en la cárcel acusado de ampararse bajo identidad falsa.

También deberá responder sobre su participación en el crimen del líder sindical chileno Tucapel Jiménez en 1982 y la muerte al año siguiente del carpintero Juan Alegría, cuyo fallecimiento se intentó hacer pasar como un suicidio por remordimiento por el asesinato de Jiménez.

El magistrado Valenzuela dictó hace tres días una orden de prohibición de publicar fotografías o difundir imágenes de Carlos Herrera, para no entorpecer las diligencias judiciales.

9406279

01.01

Nº. DOCU 9406280
TITULO Continúa creciendo la inversión extranjera en Chile.
PROC 150483
FECHA 25/4/94
VINCULAC. 65708
11161
11403

Chile: continúa creciendo la inversión extranjera

25/4 E.a

SANTIAGO DE CHILE- La inversión extranjera materializada en Chile durante el primer trimestre de este año alcanzó una marca histórica de US$ 804,9 millones, lo que representa un aumento del 19% en comparación a igual período de 1993, informaron fuentes oficiales.

El ministro chileno de Economía, Alvaro García, destacó la participación de las inversiones materializadas por las empresas chilenas que han colocado sus acciones en el exterior, mediante el mecanismo de ADR (American Depositary Receipts).

Por sectores, la minería se mantiene como el área que concentra el mayor volumen de inversión extrajera, con US$ 271 millones materializados en el primer trimestre, seguido de los servicios, con US$ 86 millones y la industria manufacturera con US$ 29 millones, dijo García.

Agregó que las cifras demuestran que Chile continúa siendo un país atractivo para los inversores foráneos y vaticinó que es muy posible que este año se rompa la marca histórica de US$ 2.715,5 millones de inversión registrados en 1993.■ *(EFE)*

01-01

9406280

Nº. DOCUM. 9406281
TITULO Primera huelga contra el gob. de Frei
PROC. 150024
FECHA DE 27/4/94
VINCULACH... 65701
11165
11413
11164

Primera huelga contra el gobierno de Eduardo Frei

27/4E.C

SANTIAGO, Chile, 26 (AP). — Cien mil maestros y profesores que reclaman mejoras económicas acataron hoy en forma masiva el llamado de su sindicato y realizaron la primera huelga que tiene que afrontar el presidente **Eduardo Frei** desde que asumió hace seis semanas.

La huelga fue considerada **"inadecuada"** por el ministro **Víctor Manuel Rebolledo**, que pidió a los educadores que restablezcan el diálogo con las autoridades.

El 90 por ciento de los maestros de todo el país suspendió sus labores durante cuatro horas, según fuentes gremiales. Aunque no hubo cifras oficiales sobre la magnitud del paro, el acatamiento pareció ser masivo.

Los profesores **reclaman el pago total de una subvención escolar pactada con el gobierno del ex presidente Patricio Aylwin**. En muchas de las 334 comunas del país esa suma permanece impaga o solo fue cancelada parcialmente.

La subvención fue acordada para mejorar los ingresos de profesores y maestros del sistema educativo estatal y **equivale a unos 25 dólares**.

El presidente del gremio docente, **Osvaldo Verdugo**, precisó hoy que también discrepan con las autoridades sobre el monto adicional que se debería pagar a los maestros que trabajan en los lugares más apartados del país.

Los dirigentes gremiales también se opusieron ayer a que se enviara al Parlamento un proyecto de ley que modifica el estatuto por el que se rigen las materias relacionadas con el sector.

Entre las modificaciones figuran el traslado de maestros en situaciones especiales y la solicitud de renuncia no voluntaria a quienes estén en edad de jubilarse.

Verdugo criticó especialmente que el gobierno no haya consultado con su gremio antes de formular las propuestas al Congreso y pidió a las autoridades que recapaciten.

Una agrupación de maestros del oficialista **Partido por la Democracia** dijo que el proyecto "carece de validez, porque implica un retroceso de conquistas mínimas logradas y afecta la estabilidad laboral del gremio".

Sin embargo, Frei dijo ayer que "evidentemente, los profesores no están informados ni les corresponde debatir sobre el articulado del proyecto".

Los partidos de centro izquierda que conforman la alianza de gobierno no apoyaron la movilización y señalaron que la huelga es "producto de una desinformación de los dirigentes gremiales respecto a las leyes impulsadas por el presidente Frei".

Pero, a última hora, el Ministerio de Hacienda informó que va a destinar una partida especial de 28 millones de dólares para cumplir con los compromisos pactados por el gobierno de Aylwin.

9406281

01-01

N.º 9406282
TIT. Conflicto interno en la CUT (central unit. trab. de Chile)
PR. 150014
FECH. 27/4/94
VINCUL. 65707
11165
11702

Chile 27/4 CJ

LA CIOSL PROVOCA CRISIS

La afiliación de la Central Unitaria de Trabajadores de Chile (CUT) a la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres CIOSL decidida el pasado sábado en Congreso extraordinario y rechazada por los sectores comunistas, ha generado un grave conflicto interno.

La crisis se genera en momentos en que la CUT se encuentra discutiendo con el gobierno un reajuste del 15 por ciento del salario mínimo, que subiría a 52.000 pesos (103 dólares aproximadamente) y podría desenbocar en la división del sindicato.

El vicepresidente de la organización, el socialista Antonio Martínez, reiteró ayer sus denuncias contra dirigentes sindicales comunistas a los que acusa de promover una crisis interna.

El dirigente manifestó que los comunistas pueden irse de la CUT si no sienten lealtad ni respeto por el organismo, que es la única central sindical del país y que aglutina a unos 500.000 trabajadores, esto es un 10 por ciento de la población laboral.

Los dirigentes comunistas que representan a unos 90.000 militantes, rechazaron en el pasado Congreso la incorporación de la CUT a la CIOSL, de tendencia socialdemócrata.

Mientras, el clima de celebración del próximo 1 de mayo aparece enrarecido y los dirigentes no descartan disturbios en el acto central que se celebra todos los años y al que en esta ocasión no asistirá el presidente de la República, el demócrata cristiano Eduardo Frei. (EFE)

9406282

01-01

Nº DOC: 9406283 ✓
TITULO: Sistema de jubilación en Chile.
PROC.: 150024
FECHA: 7/5/94
VINCULA: 65708.
11165
11327

COMO QUEDO LA AFJP DESPUES DEL DECRETO

La número uno de Chile se acerca al Banco Nación

7/5EC.

La integración de Provida, la número uno de Chile, a la AFJP del Banco Nación parece, ahora, a punto de concretarse. El camino a la asociación quedó allanado desde el momento en que el Ejecutivo, por decreto de necesidad y urgencia, eliminó la garantía en dólares para la AFJP del Nación. Hay otros cambios.

El decreto presidencial que modificó el artículo 40 —que establecía la garantía de rentabilidad en dólares y/o pesos sobre los aportes de los afiliados a la AFJP del Banco Nación— **allanó el camino para que la AFP Provida de Chile pueda integrarse como accionista de la AFJP Nación. Albert Cussen**, gerente general de Provida, declaró en Chile que la administradora está estudiando **la posible participación en la AFJP Nación**, a raíz del cambio legal originado por el decreto presidencial. Actualmente, Provida ocupa el primer lugar en el ránking de las AFP trasandinas, participa como socio-accionista de la AFP Horizonte, del Perú, y de AFP Porvenir, de Colombia. Ahora Provida ejerce funciones de asesoramiento en la administradora Nación.

♦ La garantía dólar

El artículo 40, tal como fue aprobado por el Congreso, señalaba que el **Banco Nación debía desempeñar la actividad de administradora.** Al mismo tiempo, el Estado nacional garantizaba que los aportes, **descontado solo el costo del seguro**, iban a tener una rentabilidad mínima en dólares más la tasa internacional o en pesos más la tasa de interés de caja de ahorro, de ambas, la mayor.

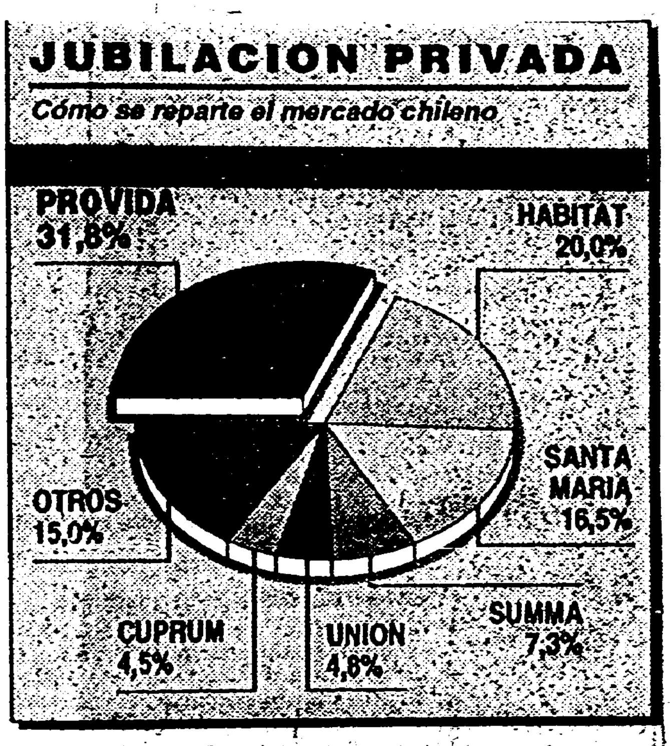
Por lo tanto, la AFJP del Banco Nación era estrictamente estatal porque **la propia entidad debía ser una AFJP.** Además, el Estado nacional era el garante de la rentabilidad mínima, lo cual inhibía la presencia de socios privados porque hubieran estado obligados a otorgar también esa garantía de doble rentabilidad por el porcentaje de participación societaria.

El decreto presidencial eliminó la garantía de rentabilidad en dólares y dejó en pie la de pesos, pero descontándole al aporte del afiliado **la prima del seguro y la comisión de la AFJP**; o sea, que se le agregó la comisión de la AFJP, que no figuraba antes. En lugar de que el Banco Nación se constituya como AFJP, el decreto señala que **"el Banco Nación constituya una administradora"**, como una entidad separada del propio banco. Y, finalmente, en lugar de que sea el Estado nacional el que garantiza la rentabilidad solo en pesos, el decreto establece que **"el Banco de la Nación Argentina garantiza . . ."**.

♦ Camino legal despejado

En consecuencia, quedó despejado el camino legal para que la AFJP Nación pueda integrar otros socios. Desde hace tiempo se barajó la posibilidad de una asociación del Banco Nación con Provida, que no se concretó debido al artículo 40, por lo que la AFP chilena quedó solamente con funciones de asesoramiento. Ahora, al modificarse el referido artículo, Provida podría incorporarse como socio, lo que fue ratificado por su gerente general, Albert Cussen.

Ismael Bermúdez



9406283
01-02

Nº. DOCU
TITULO
PROC
FECH
VINCUL

UN MERCADO DE 16.000 MILLONES DE DOLARES

Cómo les fue a los chilenos con la jubilación privada

Chile ya tiene experiencia en la jubilación privada. Por las similitudes con la implementada en la Argentina sirve de referencia. A las administradoras les va mejor que lo pensado. Los chilenos cobran más que antes y cambian de AFP —así se llaman—, buscando mejores condiciones.

En Chile ya hace trece años que rige la jubilación privada. No ha pasado suficiente tiempo —según opinan los expertos— para una evaluación integral del sistema, pero sí al menos para sacar algunas conclusiones que sirvan de referencia a los argentinos, **sofocados** en estos días por una avalancha de información y publicidad.

Chile privatizó su sistema jubilatorio a través de un mecanismo muy similar al que regirá plenamente en la Argentina a partir del 15 de julio.

También en Chile, en su momento, la confusión invadió a la gente. **Todas las AFP** (así se llaman las equivalentes a las AFJP de Argentina) se decían **las más sólidas, dinámicas y maravillosas.** Pero nadie entendía demasiado la importancia de los detalles.

La gente fue forzada a decidir por una AFP sin saber demasiado de qué se trataba.

Cuando se inició el sistema **se crearon solo 10 administradoras** (en la Argentina hay autorizadas 21 hasta el momento). Dos de ellas (Vannuestra y Laboral) **se vieron forzadas a cerrar sus puertas,** y otras tantas para sobrevivir (San Cristóbal y Alameda) **debieron fusionarse** en la AFP Unión. De todos modos, al existir allí (como aquí) un sistema a través del cual las administradoras no tienen contacto con el dinero de sus afiliados, la desaparición de estas empresas no tuvo consecuencias en las cuentas de los aportantes. **Sin perder nada, el público se pasó de una a otra AFP.**

Transcurridos trece años desde su creación, las administradoras enfrentan básicamente tres problemas:

- **La "elevada" rotación de afiliados de una AFP a otra.** El año pasado la migración de adherentes osciló entre el 20% y el 25%.

Para cambiar de una administradora a otra, los chilenos consideran tres aspectos: **el costo** (las comisiones), **la rentabilidad y la calidad de servicio** (que se manifiestan en aspectos tales como la atención, la celeridad para otorgar la jubilación, etcétera). **Nadie se preocupa demasiado por la continuidad de la administradora porque, como en la Argentina, si la AFP quiebra, no se pierden los fondos.**

- **Maniobras de los promotores.** En Chile, como en Argentina, no se permite premiar la permanencia con comisiones más reducidas. Por eso, no son infrecuentes los casos de fraudes orquestados entre los promotores de distintas AFP quienes, en combinación, se las ingenian para transferirse afiliados de una administradora a otra. De esta forma generan más ganancias para sí mismos, aumentando la rotación.

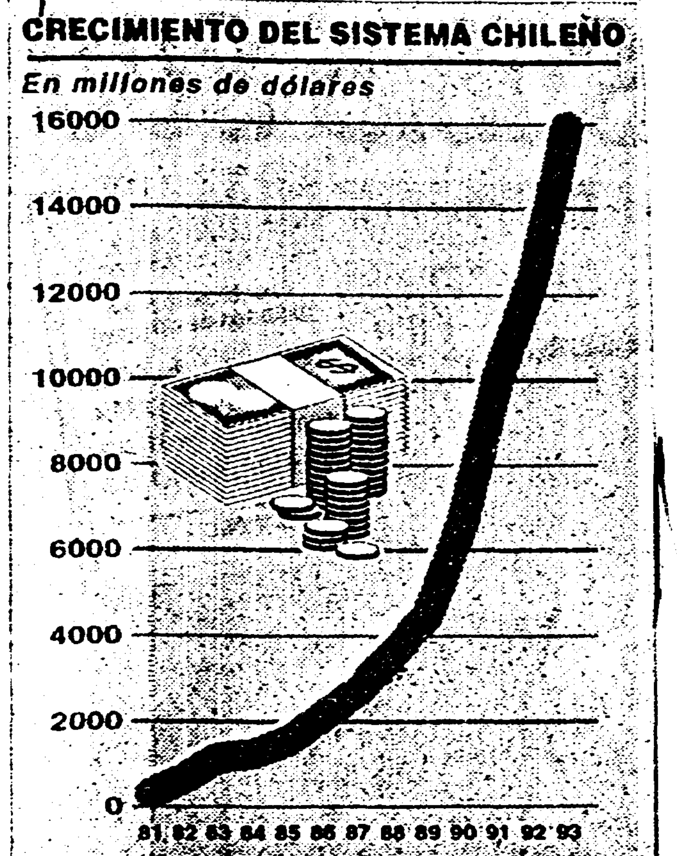
- **La elevada evasión de aportantes,** en especial en el interior del país y por parte de los trabajadores autónomos. **Hay quienes creen que nadie mejor que uno mismo para administrar su propio dinero.**

Un dato para tener presente, y evitar las comparaciones erróneas, es que en Chile **todos los trabajadores están obligados a aportar el 10% de sus ingresos** que van, **sin escalas,** a engrosar su propio fondo. A eso cada AFP carga su comisión (aproximadamente **1%**, frente al 1,5% que sería utilizado en la Argentina, pese a las diferencias de escala). Además se agrega el costo de los seguros, del orden de 1,80% frente al 2% que costaría en la Argentina. Es decir que globalmente las "comisiones" en la Argentina se ubicarán en un nivel del 3,5%, mientras que en Chile se cobra 2,80%.

Los chilenos dejan 12,8% de sus ingresos en el sistema, pero 10% siempre va a la cuenta personal. Los argentinos dejarán sólo 11%, pero a su cuenta solo se destinará el 7,5%.

Finalmente, hay otro dato en el que vale la pena reparar: cuando se iniciaron las AFP en Chile se esperaba una rentabilidad del orden del **4%** real, es decir sobre la inflación. Trece años después, la realidad se encargó de demostrar que aquellas estimaciones eran por demás conservadoras; **el rendimiento promedio anual del sistema de las AFJP resultó del 13,9%.** La renta que ganan las administradoras se suma a las cuentas de los afiliados. Queda flotando una pregunta... ¿ocurrirá lo mismo en Argentina, donde las AFP creen que obtendrán rentas entre el 5% y el 7% anual?

Alejandro Matvejczuk

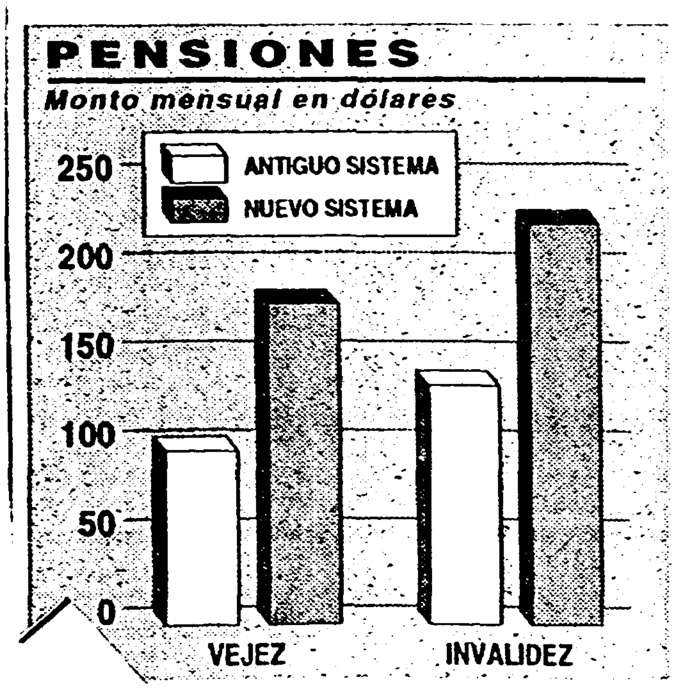


El 70% del sueldo

Los chilenos que se jubilan con el nuevo sistema reciben en promedio unos 179 dólares mensuales, aproximadamente **el 70% de su último sueldo.** Pero no quiere decir que todos cobren esa cifra, más o menos similar al mínimo jubilatorio argentino actual. Los 179 dólares son casi el 90% del salario mínimo.

En parte, **las jubilaciones de Chile son algo bajas** porque se hizo una costumbre que los que llegan a la edad de jubilarse prefieran retirar una parte de su dinero atesorado durante la etapa activa, dejando sólo una parte en la AFP para percibir la jubilación. Si no fuera así, la renta mensual sería mayor.

Los chilenos tienen un magro Bono de Reconocimiento por los años de aportes hechos al viejo sistema. En la Argentina, el equivalente es la Prestación Compensatoria.



Ganancia mayor que la prevista

El mercado chileno actual de las AFP está compuesto por 21 empresas, con un patrimonio total de 250 millones de dólares (Chile tiene 13,5 millones de habitantes, un tercio de la población argentina). Según datos provistos por Habitat, la segunda AFP **más grande de Chile** (la primera es Provida, con 31,8% del mercado), **las AFP ocupan 16.307 personas:** 5.536 administrativos y 10.771 vendedores. Cuentan con 477 locales, **donde atienden en total a 2,79 millones de personas.**

Tal como en la Argentina, estas empresas tienen dos objetos exclusivos: la administración y el otorgamiento de prestaciones. Entre los requisitos para jubilarse, exigen que sus aportantes tengan: 65 años los hombres y 60 años las mujeres. También allí, algunos acceden a una jubilación anticipada, y el dinero aportado permite el pago de pensiones de vejez.

Actualmente manejan fondos **por casi 16 mil millones de dólares, es decir, prácticamente la mitad del PBI de ese país (31.300 millones de dólares). Extrapolada esa cifra a la Argentina, dentro de 13 años, las AFJP locales manejarían inversiones por unos 110.000 millones; casi el triple del dinero depositado en los bancos.**

Las AFP chilenas obtuvieron una renta real del 16,2% en 1993. Este es un rendimiento cercano al logrado por el promedio de las compañías de seguros en la Argentina. ¿Por qué la relación? Porque las compañías de seguros locales, tal como las AFP chilenas y como ocurrirá con las AFJP, tienen un conjunto de inversiones autorizadas sujetas a tasas máximas.

Las estadísticas revelan que las AFP chilenas invierten una tercera parte en plazos fijos, otra tercera parte en bonos y la tercera parte restante en acciones de empresas chilenas (generalmente a través de un mercado similar al conocido localmente como "mercado abierto").

De este total, solo una pequeña porción se destina a inversiones en el exterior (en la Argentina se permite hasta un 10% en títulos públicos extranjeros y el 7% en acciones de empresas privadas), generalmente en papeles calificados con el máximo puntaje por las administradoras de riesgos más importantes del mundo. Solo los más aventurados se animan a invertir en bonos Brady, aun a pesar de que están respaldados por bonos del Tesoro norteamericano.

9406283

Nº. DOC: 9406284
TITULO: ACNUR dic x terminado exilio chileno y recomendo la repatriación
PROC: 150014
FECHA: 11/5/94
VINCULA: 65708
11164
11388

ACNUR dio por terminado el exilio chileno y recomendó la repatriación

LOS EXILADOS CHILENOS CON PROBLEMAS

Un retorno masivo de refugiados se espera en Chile tras la decisión de las Naciones Unidas de declarar terminado el exilio chileno el pasado primero de mayo, lo que puede afectar a la permanencia en el exterior de más de 250.000 personas.

Según cifras de la Oficina Nacional de Retorno de Chile -organismo encargado de facilitar la reinserción de los exiliados-, el golpe de Estado contra el presidente Salvador Allende desencadenó desde el mismo 11 de septiembre de 1973 la salida de un cuarto millón de chilenos de su país por motivos políticos.

A esta cifra se sumaron cerca de otros 700.000 que abandonaron el país empujados por la crisis que produjo el violento cambio del sistema económico impuesto por el régimen militar.

Este primero de mayo, la Alta Comisaría de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) declaró concluido el exilio chileno y recomendó a todos los gobiernos poner fin a la condición de refugiados para los ciudadanos de este país en el exterior.

La decisión fue tomada debido "a los cambios de circunstancias" que se han verificado en la nación, esto es, la plena vigencia de la democracia y de los derechos fundamentales del hombre.

Sin embargo, la decisión de ACNUR, según algunos retornados, causará revuelo en no pocos países, especialmente europeos, donde los chilenos deberán dejar un estatuto que muchas veces se ha traducido en algún trato privilegiado.

Al respecto, la caducidad de la condición de refugiado "es una recomendación que nosotros estamos haciendo a cada país y cada país sabe cómo la va aplicar", señaló a EFE la representante de la ACNUR.

La funcionaria de las Naciones Unidas aseguró que lo más probable es que muchos países van a ofrecer a los refugiados chilenos alternativas, ya sea la nacionalización, optar por otro estatuto migratorio o asistirles para su repatriación.

Informó, además, de que ACNUR va a seguir dando asistencia a las personas que opten por el regreso, para lo cual éstas deben inscribirse antes del próximo 30 de septiembre y concretar el retorno antes del primero de agosto de 1995.

Según el subsecretario chileno de Relaciones Exteriores, José Miguel Insulza, la medida de ACNUR "no debe ser traumática ni causar graves trastornos" pues no quiere decir que los países que han acogido a chilenos inicien una política de expulsión.

"Muy por el contrario, ya existen acuerdos y con otros se están negociando, para legalizar la situación de los chilenos en tales naciones o para facilitar su retorno a territorio nacional", subrayó.

Por ejemplo, el Gobierno chileno y ACNUR están impulsando un programa para la repatriación desde la Federación Rusa de quinientos chilenos que, empujados por la grave crisis económica que se vive en esa nación, han pedido ayuda para regresar a su país.

Sin embargo, el retorno hasta la fecha de sólo 50.000 exiliados políticos de un total de 250.000 está demostrando que la larga permanencia en el exterior ha producido desarraigo, ya que muchos han consolidado una nueva forma de vida en el exterior, con familias sentimentalmente desafectas de Chile.

ACNUR exceptúa de la cláusula sólo a los refugiados que continúan teniendo razones válidas para reclamar temor fundado de persecución; en el caso chileno, los que aún tienen procesos pendientes con la Justicia.

Datos de la Oficina de Retorno muestran que los exiliados políticos se han concentrado en países como Suecia, donde residen cerca de 30.000 chilenos; Canadá, donde quedan 20.000; Venezuela, que alberga a igual cifra, o Alemania, donde hay una colonia de 12.000 chilenos.

LT 11/5

9406284

01-01-

Nº DOCUMENTO 9406285
TITULO El Partido Socialista chileno es investigado.
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE P... 14/5/94
VINCULACIONES 6570P
1164
11304

Dinero de la corrupción italiana habría llegado a Sudamérica

EL PARTIDO SOCIALISTA CHILENO ES INVESTIGADO

Uno de los fiscales que investiga en Roma el escándalo de la corrupción política, Vitorio Paraggio, intenta seguir la pista al destino de nueve millones de dólares enviados a Organizaciones No Gubernamentales (ONG) vinculadas al Partido Socialista chileno, hoy en el gobierno.

Así lo señala la revista de orientación conservadora "Qué Pasa" en su edición de mañana, donde explica que la investigación abarca desde 1987 a 1992 y se sospecha que parte de ese dinero sirvió para financiar las actividades del Partido Socialista (PS).

El dinero enviado a Chile fue despachado por la central sindical italiana (UIL), ligada al desaparecido Partido Socialista de ese país, a través de su ONG "Proyecto Sur".

Los nueve millones de dólares beneficiaron a cuatro ONG, tres de ellas vinculadas al PS chileno y, según fuentes cercanas a Paraggio -consultadas por "Qué Pasa" en Roma-, la hipótesis del juez es que parte de esos recursos financiaron directamente a la colectividad.

Entre un 30 y un 70 por ciento de esos recursos -dependiendo del proyecto que se financiara- eran estatales, por lo que el fiscal Paraggio ordenó requisar toda la documentación relativa al tema que estaba en dependencias de la sede central de la UIL y de "Proyecto Sur".

Ello se hizo en el marco de una investigación judicial sobre la cooperación de Italia hacia países del Tercer Mundo.

Con esos documentos, la fiscalía de Roma decidió procesar a principios de mayo al ex líder de la UIL y ex secretario general del PS Italiano -quien reemplazó en ese cargo a Bettino Craxi-, Giorgio Benvenuto, por "sospecha de delito de malversación de fondos y abuso de poder".

Benvenuto ha estado varias veces en Chile invitado por los líderes del PS, del Partido Radical y de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT).

El juez Paraggio sostiene que "Proyecto Sur" habría usado facturas falsas, enviadas desde Chile, a fin de justificar el uso de las sumas entregadas.

Uno de los directivos de "Proyecto Sur", Pietro Tedeschi, quien también ha sido acusado por el fiscal, se defiende asegurando que "los dineros llegaron a Chile y se utilizaron en los proyectos programados".

Uno de los proyectos desarrollados en Chile estuvo a cargo de la ONG "Ceproma", el cual instaló un centro de producción televisiva que involucró tres millones de dólares, bajo la dirección de la periodista Manuela Gumucio, esposa del ex ministro de Economía y actual senador socialista, Carlos Ominami.

9406285

Nº DOCUM 9406286

TITULO Cuatro ex directores de la disuelta policía secreta son investigados.

PR 150025

FECH 14/5/94

VINCUL 65708

11165

11245

11163

11328

Derechos Humanos

SANTIAGO, Chile, 13 (EFE).- Cuatro ex directores de la disuelta policía secreta del pasado regimen militar del general Augusto Pinochet serán interrogados por un juez civil en relación con la investigación del crimen del líder sindical Tucapel Jiménez, ocurrido en 1982.

Deberán comparecer los generales del Ejército retirados, Humberto Gordon, quien también fue miembro de la Junta Militar de Gobierno; Hugo Salas, Humberto Leiva y Gustavo Abarzúa, que fueron citados por el juez especial Sergio Valenzuela.

LN 14/5

9406286

01-01

Nº DOCU 9406287
TITULO Gral Stange reasume el mando de Carabineros en Chile.
PROCED 150024
FECHA 14/5/94
VINCULAC 65709
11163

El general Stange reasume en Chile el mando de Carabineros

14/SEC.

Un mes después de que comenzara a gozar de un período "extraordinario de vacaciones", el general chileno Rodolfo Stange —jefe de la policía militarizada de Carabineros— asumirá nuevamente su cargo el martes 17, según anunció ayer su abogado, Pablo Rodríguez. Stange había sido acusado de entorpecer las investigaciones sobre el asesinato de tres militantes comunistas, ocurrido en 1985. Luego de la acusación el flamante presidente Eduardo Frei solicitó la renuncia del general, quien se negó a dimitir.

SANTIAGO DE CHILE, 13 (EFE, AP y AFP). — A pesar de la oposición del gobierno chileno, el general **Rodolfo Stange** reasumirá el 17 del corriente el mando de la policía militarizada de Carabineros, de la que se alejó en abril para gozar un período "extraordinario" de vacaciones, a raíz de una acusación judicial.

Stange tomó sus vacaciones el 8 de abril, como una manera de aliviar el clima de tensión creado por su negativa a renunciar al cargo, después de que el juez **Milton Juica** lo acusara de obstruir el accionar de la Justicia en la investigación del asesinato de tres dirigentes comunistas en 1985, por el que han sido condenados 15 carabineros.

El martes pasado, el abogado de Stange, **Pablo Rodríguez**, anunció que este no haría uso del permiso sin sueldo que le concedió el Ministerio de Defensa para mantenerlo alejado del cargo durante otros dos meses, y que regresaría a su puesto el 17, fecha en que concluyen sus vacaciones.

El anuncio fue hecho después de que Stange declarara durante más de cuatro horas ante el magistrado militar **Alfredo Pfeiffer**, quien abrió un proceso contra el jefe de Carabineros y otros seis oficiales por "abandono de sus deberes militares" en relación con el triple asesinato.

Según Rodríguez, Pfeiffer dejó a Stange "en libertad incondicional por falta de pruebas", con lo que no existe ningún obstáculo para que retome la jefatura de Carabineros, un poderoso cuerpo militarizado de 34.000 hombres.

A menos de un mes de haber asumido la presidencia del país, Frei debió enfrentar la primera crisis militar, a raíz de la situación planteada con Stange. El 31 de marzo el juez Juica había acusado al jefe de Carabineros de obstruir la investigación llevada adelante por el degollamiento de tres militantes comunistas en 1985, poco después de que Stange asumiera la dirección del organismo.

Cinco días después de la acusación de Juica, Frei pidió públicamente la renuncia de Stange, amparado en "principios morales" y solicitando un "gesto patriótico" del militar. El general se negó a dimitir argumentando que "tenía la conciencia tranquila" y que "era un empleado público honesto".

Aunque no trascendieron los detalles de la conversación, Frei y Stange se reunieron durante 90 minutos en el palacio presidencial y, según versiones de prensa, el presidente le solicitó personalmente la renuncia al frente de Carabineros.

Luego de tres días de intensas reuniones entre operadores políticos del gobierno y altos miembros de la institución policial, el ocho de abril se anunció oficialmente que el general Stange gozaría de un "período extraordinario" de vacaciones por treinta días, en un intento por descomprimir la situación.

El regreso de Stange, quien está al frente de la institución desde 1985, obligaría al gobierno del presidente **Eduardo Frei** a convocar al Consejo de Seguridad Nacional, único organismo capacitado para exigir la renuncia de un alto oficial de Carabineros o de las fuerzas armadas.

En el Consejo —creado por la Constitución de 1980 elaborada bajo el pasado régimen militar del general **Augusto Pinochet**— el gobierno no tiene mayoría y de perder la votación solo le quedaría la opción de convocar un plebiscito, que sí puede ganar ya que Frei recibió el 58 por ciento de los votos en los comicios de diciembre.

El ministro de Defensa, **Edmundo Pérez Yoma**, al ser consultado hoy por la prensa, señaló que las vacaciones del general Stange "eran indefinidas" y que durarían en tanto no concluya el proceso que sigue el juez Pfeiffer.

En tanto el ministro del Interior, **Germán Correa**, que calificó la situación de "delicada", desmintió ayer la versión de un diario vinculado al Partido Comunista de que la vuelta de Stange fuera a provocar su renuncia y una crisis de gabinete.

El vocero oficial del gobierno, **Víctor Manuel Rebolledo**, indicó que "lo deseable y razonable es que el general Stange se mantenga al margen del mando de la institución".

Según el diario "Las Ultimas Noticias", la policía uniformada ha sostenido "contactos informales" con altos oficiales de las otras ramas de las fuerzas armadas para sondear su opinión ante el retorno del general Stange. El diario afirmó que la medida es apoyada por parte del ejército y de la fuerza aérea.

9406287

Nº DOCUMENTO
TITU
1SC24
17/5/94
LSTOP

LA CRISIS PASO A PASO

A menos de un mes de haber asumido la presidencia del país, Eduardo Frei, debió enfrentar la primera crisis militar, a raíz de la situación planteada con el jefe de Carabineros, general Rodolfo Stange. La siguiente es una síntesis de los acontecimientos.

• **31 de marzo:** el juez Milton Juica acusa al jefe de Carabineros, general Stange, de obstruir la investigación del asesinato de tres militantes comunistas en 1985. Stange había asumido la dirección del organismo pocos meses antes del hecho.

• **4 de abril:** en Puerto Montt, Stange recibe el apoyo de los miembros de la institución.

• **5 de abril:** el presidente Eduardo Frei pide públicamente la renuncia de Stange, amparado en "principios morales" y solicitando un "gesto patriótico" del militar. El general se niega a dimitir argumentando que "tenía la conciencia tranquila" y que "era un empleado público honesto". Frei y Stange se reúnen durante 90 minutos en el palacio presidencial.

• **6 de abril:** Frei vuelve a insistir en su pedido de renuncia a Stange. El gobierno comienza a evaluar la posibilidad de convocar al Consejo de Seguridad, único organismo con capacidad para remover a un jefe militar.

• **7 de abril:** el gobierno y la fuerza de Carabineros intentan encontrar una salida negociada a la crisis.

• **8 de abril:** se conoce oficialmente que el general Stange gozará de un "período extraordinario" de vacaciones por treinta días, en un intento por descomprimir la situación.

• **13 de mayo:** el abogado del general Stange, Pablo Rodríguez, anuncia que el jefe de carabineros reasumirá su cargo el 17 de mayo.

• **16 de mayo:** el ministro de Defensa, Edmundo Pérez Yoma, admite que "la última información que tiene el gobierno" es que Stange reanudará sus funciones al día siguiente.

Chile: el jefe [...] su mando en [...]

07/SEC

El general Rodolfo Stange retornará mañana a Santiago después de haber tomado unas "forzadas" seis semanas de vacaciones. El oficial reasumirá el comando del cuerpo de Carabineros desafiando al gobierno del presidente chileno Eduardo Frei, que considera que debe renunciar para someterse a juicio por su relación con asesinatos cometidos durante la dictadura de Augusto Pinochet. El gabinete y los partidos políticos que integran la coalición gobernante se reunieron ayer para analizar el caso del polémico militar.

LAS FF.AA. Y EL PODER CIVIL

Viejo pleito no resuelto

Es el viejo problema chileno no resuelto. Las fuerzas armadas no están subordinadas al poder civil y esa situación provoca hechos como el protagonizado ahora por el general **Rodolfo Stange**. De ninguna manera se trata de un acto aislado, más bien hay que verlo en el contexto de una transición política de apenas cuatro años después de 17 de dictadura militar.

Se trata precisamente de un hecho clave para profundizar esa transición. **Si el gobierno del presidente Eduardo Frei lograra "torcer el brazo" a los Carabineros y Stange se quedara en su casa disfrutando de un retiro adelantado, marcaría un antecedente muy claro para comenzar a desmantelar la estructura heredada del gobierno militar.** Podría abrir el camino para desmantelar esa maraña de leyes y llegar al nudo más atado de ese proceso que es el mantenimiento en la jefatura del ejército del hombre que gobernó con mano de hierro a uniformados y civiles por casi dos décadas: el general **Augusto Pinochet**.

No pocos ven esa mano del anciano general en esta maniobra del arma más "débil" de las cuatro que protagonizaron el golpe de Estado del 11 de setiembre de 1973 contra el gobierno socialista de **Salvador Allende**.

Durante todos los años que los hombres de armas mantuvieron el control del país, Pinochet contó con la subordinación total de los Carabineros, la armada y la aviación.

Un solo jefe militar perdió su puesto en esos 17 años. Fue precisamente el entonces jefe de los Carabineros, el general **César Mendoza**. Y "cayó" en medio del escándalo que afecta también hoy a su sucesor, el alevoso degollamiento de tres dirigentes comunistas. Pero en ese momento al decir del propio Pinochet "no volaba ni una hoja sin que él lo supiera".

Hoy la situación es totalmente diferente, el presidente **Eduardo Frei** intenta avanzar en la democratización del país, terminando con los senadores designados, la inamovilidad de los comandantes y reformando un injusto sistema electoral.

Si Frei lograra que Stange se retirara, estaría abriendo la puerta para todas esas reformas y sería el comienzo del fin del viejo problema chileno.

G. S.

9406287

Nº
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VISTO

de Carabineros reasume un claro desafío a Frei

SANTIAGO, Chile 16 (AFP, EFE y Reuter). — En un claro desafío a la autoridad del presidente chileno **Eduardo Frei**, el general **Rodolfo Stange** reasumirá mañana el comando del cuerpo de Carabineros (policía militarizada) tras tomar seis semanas de vacaciones después que el mandatario pidió su retiro, informaron fuentes oficiales.

Frei consideró "inconveniente" que el jefe policial siguiera en su cargo, cuando un juez lo acusó de encubrir a los carabineros que degollaron a tres dirigentes comunistas, bajo el pasado régimen del general **Augusto Pinochet**.

Aunque Stange se negó a renunciar, aceptó salir de vacaciones el pasado 8 de abril para regresar mañana, pero el ministerio de Defensa dispuso que su alejamiento se prolongue 60 días más, mediante un "permiso administrativo", para que enfrente el juicio por su vinculación al "crimen de los degollados" (véase aparte).

En un gesto de rebeldía, el general no acatará esta orden administrativa y reasumirá sus funciones para iniciar una gira de un mes por unidades policiales del norte del país, indicaron fuentes de la institución.

"La última información que tenemos es que el general Stange asumiría mañana", admitió hoy el ministro de Defensa, **Edmundo Pérez Yoma**, luego de una reunión con otros miembros del gabinete en el palacio presidencial de La Moneda.

En esa reunión, los ministros del área política y los jefes de los partidos de la gobernante Concertación de Partidos por la Democracia debatieron el caso Stange y llegaron a la conclusión de que el regreso del jefe policial depende exclusivamente de su propia voluntad.

En medios gubernamentales se informó que el regreso de Stange representa una situación "de hecho", porque sobrepasa la fuerza legal del decreto que le concedió el permiso administrativo.

El jefe policial se apoya en la legislación que dictó el régimen de Pinochet, que impide al presidente remover a los altos mandos de las fuerzas armadas y del cuerpo de Carabineros.

El ministro del Interior, **Germán Correa**, descartó el jueves que el conflicto pueda provocar una crisis en el gabinete con que Frei inició su gobierno hace dos meses.

Al referirse al retorno de Stange, Correa admitió que esta "es una situación delicada, que el gobierno está considerando con la debida prudencia".

Las relaciones de las nuevas autoridades se tornaron tensas con el general Stange cuando fue sometido a juicio por proteger a los 16 carabineros que cometieron los asesinatos del profesor Manuel Guerrero, el sociólogo José Manuel Parada y el dibujante Santiago Nattino, el 30 de marzo de 1985.

Los policías que ejecutaron el crimen fueron condenados a prisión a fines de marzo pasado.

Frei, al igual que el ministro Correa, apelaron a la conciencia de Stange para que deje el mando sobre los 34.000 hombres que conforman la policía militarizada, sugerencias que fueron rechazadas explícitamente por el general.

Según Stange y la institución que comanda, si el jefe policial renunciara estaría reconociendo que tuvo alguna implicación en uno de los crímenes más alevosos ocurridos durante la dictadura militar chilena.

El ministro de Defensa rehusó anticipar ante los periodistas los pasos que dará el gobierno si se concreta la vuelta del general Stange, y señaló que las medidas se conocerán "en el momento oportuno".

● *Santiago de Chile - Los maestros y los mineros del carbón de Chile paralizaron ayer sus labores por un día para protestar contra decisiones oficiales que, según afirman, ponen en riesgo su estabilidad laboral, en las primeras expresiones de descontento social que enfrenta el presidente Eduardo Frei desde que asumió hace dos meses.*

Miles de maestros de escuelas estatales o subvencionadas por el Estado marcharon por calles de las principales ciudades de este país, pidiendo al gobierno que retire del Parlamento un proyecto de ley que reforma el sistema de trabajo de quienes enseñan en escuelas públicas o privadas con subvención estatal. (Reuter) 18/5 E.O.

9406287

Nº. DOC
TITU
PRO 150483
FECHA 18/5/94
VINCUL 6570E.

El militar de 68 años se comprometió a no ejercer directamente el cargo 18/5 E.

Stange reasumió como jefe policial de Chile

El gobierno chileno logró aliviar nuevamente —al menos por un mes— las tensiones con el general Rodolfo Stange, director de la policía uniformada Carabineros, quien se niega a aceptar un pedido de renuncia formulado por el presidente Eduardo Frei.



Negativa del general

Stange se niega a renunciar amparándose en la Constitución heredada del régimen militar

Tras llegar a un acuerdo con el ministro de Defensa, Edmundo Pérez, en la noche del lunes, el oficial reasumió ayer su cargo con el compromiso de no ejercerlo directamente.

Stange, de 68 años, se niega a aceptar la petición que le hizo Frei en abril amparándose en la Constitución heredada del régimen militar, que impide al primer mandatario remover de sus cargos a los comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas y Carabineros.

Frei lo exhortó a renunciar luego que un juez acusó al jefe policial de haber obstruido una investigación judicial para descubrir a los culpables de un brutal triple asesinato de dirigentes comunistas ocurrido hace nueve años.

Para zanjar la crisis de autoridad presidencial que se desató en abril, Stange aceptó irse de vacaciones por un mes mientras un juez especial resolvía su situación procesal.

Tras un interrogatorio judicial en el que no se le hicieron cargos, decidió volver a ocupar la dirección de Carabineros a partir de ayer, pese a la insistencia gubernamental para que renunciara.

Terminada la negociación del lunes, el ministro de Defensa leyó un comunicado en el que informó que Stange se dedicaría en los próximos 30 días a "la modernización de la institución que comanda...en forma preferente respecto de sus funciones habituales".

Con ese fin, delegará en el general subdirector Fernando Cordero todas las atribuciones que la Ley Orgánica Constitucional de Carabineros le permite.

En el edificio central de Carabineros, casi frente al Palacio de La Moneda, Stange fue esperado por un grupo de generales y decenas de periodistas.

Las calles vecinas al edificio fueron rodeadas por policías armados que suspendieron el tránsito de vehículos.

La institución sólo emitió un breve comunicado en el que sostuvo que Stange "asumió el mando de la institución", sin mencionar el tema de la delegación de funciones.

Tanto un vocero del gobierno como parlamentarios de la coalición gobernante consideraron el acuerdo como una forma de bajar un creciente clima de tensión entre el gobierno y la cúpula militar.

El ministro secretario general de gobierno (de Información), Víctor Manuel Rebolledo, dijo que el acuerdo fue una solución satisfactoria y armónica.

Cuando se le preguntó qué ocurrirá al término de los 30 días en que Stange estará concentrado en un plan de modernización de la Policía sólo dijo: "No tengo una bola de cristal".

La nueva situación de Carabineros, que de hecho tiene un director oficial y un subdirector que ejerce el mando, tendrá su primera prueba el sábado, cuando Frei leerá un discurso ante el Parlamento con motivo de la apertura de sesiones anuales ordinarias y al que están invitados todos los jefes de las Fuerzas Armadas.

Posición difícil

Según Rebolledo, el cuestionado director de Carabineros debería delegar la representación en el general Cordero, para evitar que el gobierno quede en medio de una situación complicada.

Una fuente gubernamental afirmó que la solución fue en la práctica una postergación de un problema pendiente y que ello permite esperar una definición más tajante sobre el eventual enjuiciamiento de Stange o el levantamiento de los cargos en su contra.

Agregó que lo primero permitiría al gobierno concretar su propósito de alejarlo del cargo y lo segundo crearía un nuevo problema por la permanencia al mando de la Policía de alguien que ya no cuenta con la confianza del Presidente de la República. Frei no ha hecho hasta el momento ningún pronunciamiento público sobre el tema.■

(Reuter)

9406287

Nº. DOCU 9406288

TITULO Gob. de Nicaragua pide asesoramiento policial a Chile.

PROCED. 150014

FECHA 15/5/94

VINCULACI. 65708

11164

11388

66603

Chile 15/5/94

ASESORAMIENTO POLICIAL

El Gobierno de Nicaragua ha solicitado al de Chile que la policía militarizada de carabineros preste asesoría en la formación y capacitación de la Policía Nacional de ese país centroamericano.

La solicitud fue formulada por el embajador de Nicaragua en Chile, Roberto Ferrei, en el transcurso de una entrevista con el subsecretario chileno de Relaciones Exteriores, José Miguel Insulza, según informa hoy, sábado, el diario "El Mercurio".

9406288

01-01

Nº DOCUMENTO 9406289
22/5/94
6570
11169
11302

Oposición chilena reacciona positivamente ante anuncios de Frei para reformar la Constitución

Santiago de Chile (ANSA)

■ La oposición derechista chilena sostuvo ayer que la propuesta del presidente Eduardo Frei de reformar la Constitución heredada del régimen militar "fue extraordinariamente prudente".

Frei pronunció el sábado el mensaje anual ante el Congreso, ocasión en que anunció su propósito de modificar la Constitución, proyecto que puede incluir la remoción de los ocho senadores designados durante el régimen militar, así como la instauración de mecanismos para ampliar los sistemas de participación democrática.

El discurso fue calificado por opositores de derecha como "macizo, sólido, positivo y propio de una nueva generación".

El presidente del derechista Renovación Nacional, Andrés Allamand, señaló que "el planteamiento de las reformas constitucionales fue extraordinariamente prudente".

El senador de este mismo partido, Sebastián Piñera, indicó que "fue un mensaje libre y sin nostalgia por las querellas y las divisiones del pasado".

Hernán Larraín, senador del segundo partido de derecha, la Unión Demócrata Independiente, destacó "la altura del discurso, sin espíritu crítico ni negativo".

En tanto, la oficialista Concertación por la Democracia recibió con agrado general el mensaje presidencial.

No obstante, los representantes del socialismo dijeron "echar de menos" que no se haya tocado el tema de las llamadas reformas "duras", como la cuestión de la inamovilidad de los comandantes en jefe, aunque consideraron las iniciativas anunciadas como "el inicio de un camino".

23/5 LR

El presidentede Chile impulsa una reformade la Constitución

22/5 EC

En la inauguración del período de sesiones extraordinarias del Congreso, el presidente chileno Eduardo Frei anunció ayer una lucha frontal para erradicar la pobreza antes del año 2000. El primer mandatario anunció también que impulsará una reforma constitucional —que incluiría la remoción de los 8 senadores designados por el general Augusto Pinochet— con el fin de erradicar mecanismos autoritarios. El proyecto contempla la elección directa de los intendentes.

Agencia AFP



El presidente de Chile, Eduardo Frei, ayer en un acto militar en Santiago.

VALPARAISO, 21 (EFE y AFP). — El presidente de Chile, **Eduardo Frei Ruiz Tagle, anunció hoy que impulsará una profunda reforma constitucional (que incluiría la remoción de los 8 senadores designados por el general Augusto Pinochet)** con el fin de erradicar viejos mecanismos autoritarios y perfeccionar el sistema democrático chileno.

En el discurso con que inauguró formalmente el período de sesiones ordinarias del Congreso, Frei anunció una lucha frontal para derrotar la pobreza en Chile antes del año 2000, pero advirtió que "no habrá progreso sostenido si no somos capaces de darnos instituciones políticas bien diseñadas, que funcionen con eficacia y sean reconocidas por todos como justas y legítimas".

Según explicó Frei en Valparaíso, con las reformas se propone cambiar el actual sistema binominal (que solo favorece a las grandes corrientes de opinión) por uno de tipo proporcional, que sea más representativo de la soberanía popular.

El actual sistema binominal le ha permitido a la oposición derechista, con solo un tercio del electorado, controlar los escaños suficientes como para impedir la aprobación de iniciativas similares durante el anterior gobierno del presidente Patricio Aylwin (1990-1994).

Otras reformas apuntarían a la elección directa de los intendentes y a terminar con la institución de los senadores designados "para que los 47 miembros del Senado provengan del ejercicio de la soberanía popular", dijo el primer mandatario.

Los 8 senadores designados por Pinochet al término de su gobierno de facto **desequilibran (a favor de los sectores autoritarios) la correlación de fuerzas en el Senado, en el que la mayoría de los senadores elegidos pertenecen a los partidos democráticos.**

Para dar curso a las reformas, el presidente chileno instó a la derecha opositora a mantener un clima de consenso y no de confrontación. El actual orden constitucional no goza de un suficiente grado de acuerdo y por ende no es el punto de encuentro que debiera ser, afirmó Frei, quien invitó a las fuerzas políticas a "asumir una actitud de futuro" y superar el inmovilismo que suponen las instituciones legadas por el régimen militar.

El presidente chileno anunció además otras reformas constitucionales, destinadas a hacer más eficiente el trabajo legislativo y a aumentar la capacidad fiscalizadora de la Cámara de Diputados, que el general Pinochet redujo al mínimo en su Constitución de 1980.

En su mensaje (que no incluyó, como es tradicional, una rendición de cuentas de la tarea de gobierno por haber asumido el poder en marzo) Frei destacó seis grandes objetivos para sus seis años de gestión: **consolidación del desarrollo económico, erradicación de la extrema pobreza, establecimiento de un régimen moderno de relaciones laborales, construcción de sistemas de salud y educación eficientes, y la inserción internacional de Chile.**

Frei detalló su Programa Nacional de Superación de la Pobreza, que definió como prioritario. Según indicó, el plan se apoyará en la redistribución de recursos públicos y privados para estimular la formación técnica y profesional, y "mejorar la capacidad de los pobres de ganarse la vida por sí mismos".

En el plano de la política internacional, Frei dijo que la prioridad de su gobierno será profundizar los vínculos con América latina, en un contexto general destinado a consolidar la internacionalización de la economía chilena. El presidente anticipó que, en los próximos meses, **buscará una fórmula de asociación con el Mercósur (que integran la Argentina, el Brasil, el Uruguay y el Paraguay).**

Frei se declaró partidario de acentuar la apertura de los mercados chilenos hacia los países asiáticos de la Cuenca del Pacífico y destacó las conversaciones con los Estados Unidos para llegar a un acuerdo bilateral de libre comercio

9406289

1/2

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.
(Uso interno de la D.G.I.D.)

E.E.I. Nro. 003/A/94.....

FECHA: 14JUN94

REFERENCIA: La República 14/6/94

ORIGEN: Campo Militar

DIFUSION: Departamento III

ANEXOS: Se adjunta artículo de prensa

INFORMACION CONOCIDA:

Esposas de reclusos del Penal de Libertad convocaron hoy (14JUN) a la hora 1330 a una concentración en la Plaza Independencia.

E.E.I.: - Cantidad de concurrentes.
- Identificación de concurrentes.
- Pancartas
- Cualquier otro dato que resulte de interés.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada 14 JUN. 1994
Pase a DPTO. III
Nº. de 9406290

PLAZO: Jueves 16JUN.

001/002

La República 14-6-94

Hoy concentración en Plaza Independencia

Esposas de reclusos del Penal de Libertad convocaron para hoy a las 13:30 horas una concentración en la Plaza Independencia.

"Pedimos que la población se ponga en nuestro lugar cuando llegamos al Penal sin saber siquiera si nuestros maridos están com[illegible]", declaró a la prensa la compañera de un preso al explicar que la movilización es para que el ministro del Interior, Angel María Gianola, escuche los reclamos de los familiares de los rec[illegible]s "así como escuchó la versión de la policía y de los propios presos".

DOCUMENTO POCO LEGIBLE

002/002

9406290

Nº. DOCUMENTO 9406291
TITULO Superávit comercial y crecimiento económico
PROCEDENCIA 15000+
FECHA 24/5/94
VINCULACIONES 6570P
11161
11409
11392

CHILE

Superávit comercial alcanza a 239 millones de dólares

24/5 E.C.

Santiago de Chile, 23 may. La balanza comercial de Chile registró un superávit de 239 millones de dólares en los primeros cuatro meses de este año, producto de exportaciones por 3.424 millones de dólares e importaciones por 3.185 millones, informó el Banco Central.

La cifra es muy superior a los 31,6 millones de superávit registrados en igual período de 1993 y confirma la recuperación del comercio exterior chileno, sustentada principalmente en la recuperación de las economías industrializadas, señala el informe.



Eduardo Frei

El Banco Central indicó que el pasado abril las exportaciones descendieron el 3,4 por ciento en doce meses, producto de una caída del 28,9 por ciento en las ventas de cobre, aunque las exportaciones distintas al cobre se incrementaron un 5,4 por ciento.

Por su parte, las importaciones disminuyeron un 3,7 por ciento en doce meses, debido principalmente a una caída del 6,6 por ciento en los bienes intermedios y del 2,3 por ciento en los bienes de consumo, mientras las compras de bienes de capital se incrementaron un 0,9 por ciento. Según otro informe de la Cancillería, en el primer trimestre del año las exportaciones hacia América Latina crecieron un 21,6 por ciento en relación al mismo período del año pasado, lo que reafirma a la región como el principal mercado para Chile en lo que va de 1994.

En el primer trimestre, las exportaciones a Europa cayeron un 9,5 por ciento, mientras las destinadas a Asia lo hicieron en un 0,6 por ciento y a América del Norte en un 6,2 por ciento, determinado principalmente por una caída del 62 por ciento en los embarques a Canadá, que sólo llegaron a 9,1 millones de dólares.

A nivel latinoamericano, Argentina se mantiene como el principal mercado para los productos chilenos, con importaciones por 137 millones de dólares y un aumento del 24,5 por ciento en el primer trimestre. (EFE)

La economía de Chile creció 3,4% en 3 meses

24/5 EP

Santiago, mayo 23 - La economía chilena tuvo un crecimiento de 3,4 por ciento en el primer trimestre de este año, de acuerdo con estimaciones preliminares difundidas hoy por el Banco Central. El informe agregó que se mantiene un proceso de desaceleración en el crecimiento de la producción de bienes no transables como la construcción y el comercio, sectores que lideran un proceso de ajuste económico destinado a continuar disminuyendo la inflación.

META ANUAL 4,5%

La tasa de crecimiento del primer trimestre fue compatible con la meta oficial de tener este año un aumento de 4,5 por ciento en el Producto Interno Bruto (PIB), contra un seis por ciento de 1993 y un 10,3 por ciento en 1992.

La pesca fue el sector con mayor dinamismo en el tercer trimestre, con un crecimiento de 21,3 por ciento respecto del mismo período del año pasado, seguido del transporte y comunicaciones con 8,1 por ciento y la industria con 5,5 por ciento.

El sector agropecuario cayó en 0,5 por ciento y la minería en 0,7 por ciento.

01-01

9406291

Nº. DOCUMENTO 9406292
TITULO Gob. reiteró que mantendrá su actual política económica.
PROCEDENCIA 150483
FECHA 24/5/94
VINCULACIONES 6570P.
1161
1382
1311

El gobierno reiteró que mantendrá la actual política económica

Se desacelera el crecimiento chileno y surgen reclamos para suavizar el ajuste

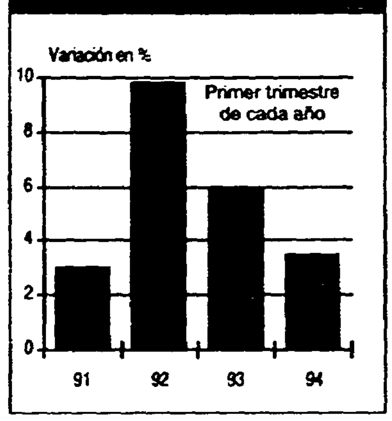
24/5E.0

Santiago de Chile - El Producto Interno Bruto de Chile creció un 3,4% en el primer trimestre de este año en comparación con el mismo período de 1993, según un informe difundido por el Banco Central.

La cifra, inferior al 5,9% de crecimiento que registró el PIB en el primer trimestre del año pasado, muestra los efectos del ajuste aplicado por las autoridades económicas desde mediados de 1993 y que, según algunos sectores empresariales y políticos, debería terminar.

El gobierno, sin embargo, ha reiterado que mantendrá la actual política económica hasta que haya señales claras de una desaceleración de la inflación, que se mantiene a una tasa anualizada superior al 12%.

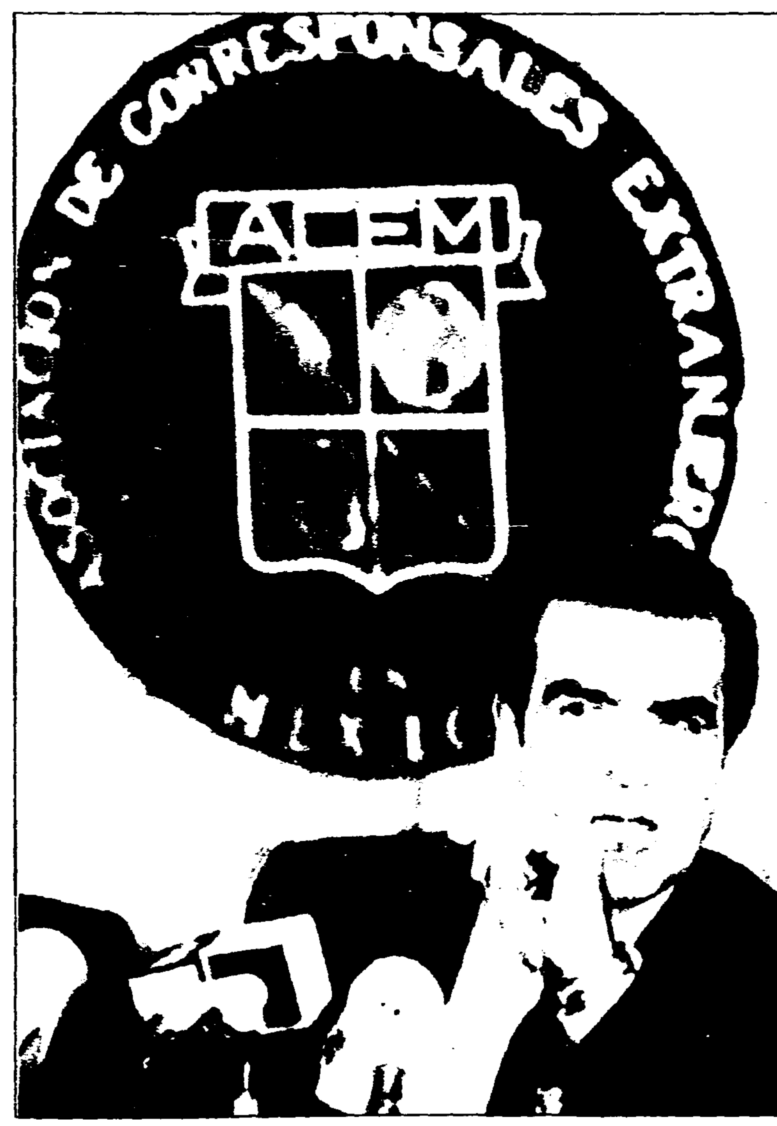
PRODUCTO INTERNO BRUTO EN CHILE



En su informe, el Banco Central señala que el mayor dinamismo de la economía chilena en el primer trimestre de 1994 estuvo en los sectores que producen "bienes transables", que mantienen la tendencia positiva ya observada en el último trimestre de 1993, aunque hubo fuertes contrastes a nivel sectorial.

Los "sectores no transables", sin embargo, continuaron en un proceso de desaceleración, coincidiendo con una expansión más acorde con el ritmo global de la economía, lo que se reflejó principalmente en la construcción y el comercio, que crecieron un 2,7 y un 2,3% respectivamente.

Los "sectores transables" son los que producen bienes físicos (minería, industria, agropecuario, pesca, entre otros), mientras que los "no transables" son los que producen esencialmente servicios (comercio, electricidad, gas, agua, servicios financieros) y la construcción.



Eduardo Frei

Pese a que los números no son tan buenos se opone a variar la orientación económica

El sector más dinámico en el período fue la pesca, con un crecimiento del 21,3%, seguido del transporte y las telecomunicaciones (8,1%) y por la industria manufacturera (5,5%) y la electricidad, gas y agua (5,5). ■ *(AP)*

9406292

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406293.1

TITULO Exportaciones hacia A. Latina aumentaron pero bajaron hacia el resto del mundo.

PROCEDENCIA 150015

FECHA 24/5/94.

VINCULACION 65708

11161

11408.

Chile exporta más a la región que al «resto del mundo»

24/5 LN

SANTIAGO DE CHILE (ANSA)- **Las exportaciones chilenas, en el primer trimestre de este año, aumentaron en América latina, pero descendieron en el resto del mundo.**

Así lo informó la entidad fiscal dedicada a promover las ventas en el exterior, Pro Chile.

Reseña que las exportaciones a países latinoamericanos aumentaron en 21,6 por ciento, siendo sus principales socios comerciales Argentina (con 137 millones de dólares y un aumento del 24,5 por ciento), Brasil (105,5 millones y 7,1 por ciento), Perú (66,4 millones y 53 por ciento), y México (52,5 millones y un 51 por ciento).

En tanto, las exportaciones a Centroamérica bajaron un 16,6 por ciento al sumar 12,5 millones de dólares, siendo Panamá el país que más compró a Chile (5,5 millones de dólares).

Pro Chile indica que Europa continuó con su tendencia a la baja que mantuvo durante todo el año pasado. En el primer trimestre de 1994 los envíos chilenos a la región cayeron en 9,5 por ciento, para totalizar 588,7 millones de dólares.

Los principales socios comerciales de Europa son Alemania (134,8 millones de dólares), Reino Unido (95,2 millones) y Francia (90,2 millones de dólares).

Las exportaciones a Asia mantuvieron su comportamiento estacionario con una leve caída de 0,6 por ciento y con embarques que llegaron a 793,3 millones de dólares, siendo Japón el principal comprador de mercaderías chilenas: 438,1 millones de dólares.

En tanto América del Norte, sobre todo por menores ventas a Canadá (sólo 9,1 millones de dólares), la reducción fue de un 6,2 por ciento. La venta total a Estados Unidos fue de 515,3 millones de dólares. Por último el informe de Pro Chile señala un fuerte aumento de las exportaciones a Oceanía (del 26 por ciento) y a Africa, (del 144,4 por ciento), pero esos mercados no son, por ahora, relevantes en el total, aunque "se muestran como una alternativa interesante para la oferta nacional".

9406293

01-01

Nº DOCUMENTO 9406294 L

TITULO José Figueres asume la presidencia en Costa Rica.

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE F 8/5/94

VINCULACION 65644
11164
11302

Costa Rica 8/5/94

TRASPASO DE GOBIERNO

Ante unas cien delegaciones de gobiernos y organismos internacionales, entre ellos seis presidentes, José María Figueres asumirá hoy domingo, la jefatura de estado de Costa Rica con la promesa de combatir la pobreza "en alianza con la naturaleza".

Los presidentes de Colombia, César Gaviria; de Taiwán, Li Teng Hui; de El Salvador, Alfredo Cristiani; de Honduras, Carlos Roberto Reina; de Nicaragua, Violeta Chamorro, y de Guatemala, Ramiro de León Carpio, asistirán a la ceremonia de traspaso que se llevará a cabo en el Estadio Nacional.

Figueres, que calificó ayer ese acto como "la continuación de la fiesta cívica" con la que culmina el proceso electoral que le llevó al poder, reiteró la decisión de su gobierno de lograr un desarrollo sostenido de cara al nuevo milenio en el que la globalización de la economía es necesariamente obligatoria.

El presidente electo dijo, en una rueda de prensa, que su programa de gobierno contempla una alta inversión en programas sociales, principalmente en las áreas de salud, educación y bienestar para la población.

9406294

01-02

Nº. DOCUM
TITULO
PROCEDEN 150025
FECHA DE 9/5/94
VINCULACION 65644

José Figueres asumió la presidencia costarricense

9/5cN

Propósitos: fortalecerá los lazos centroamericanos y luchará para mejorar el nivel de vida y el de la seguridad.

SAN JOSE, 8 (AP).- José María Figueres Olsen, un ingeniero industrial de 39 años, prestó juramento hoy como el 33er. presidente de Costa Rica, convirtiéndose en el más joven mandatario del continente americano.

Los primeros compromisos anunciados por Figueres Olsen en su discurso de asunción fueron fortalecer los lazos con Centroamérica, desplegar influencias beneficiosas en todo el continente, y una lucha frontal para superar los problemas sociales del país.

Al ganar los comicios generales del 6 de febrero al frente del Partido Liberación Nacional, fundado en 1952 por su padre, Figueres sustituyó a Rafael Angel Calderón Fournier, del partido Unidad Social Cristiana y que gobernó desde 1990.

El mandatario prestó juramento en la ceremonia efectuada en el estadio Nacional, ante unas 20.000 personas que portaban banderas patrias y que le brindaron prolongados aplausos, y seguidamente Figueres abrazó a su esposa Josette Altman.

Posteriormente, fueron juramentados los vicepresidentes Rodrigo Oreamuno y Rebeca Grinspan.

Figueres, que gobernará este país de 3,1 millones de habitantes por un período de 4 años, dijo en su discurso que se comprometía "a gobernar para todos, pero en el entendido de que seré el representante de los más necesitados y el punto de apoyo para la solución de los grandes problemas comunes de nuestra sociedad".

Calidad de vida

También aludió a las conquistas del país en el campo social, como la salud y la educación, a la abolición del ejército, y a la limpieza del sufragio. Pero criticó el "deterioro acelerado" de la calidad de vida del costarricense, que dijo ha incidido para que aumentara la inseguridad ciudadana, y así creado dudas sobre la democracia.

Figueres dijo que es urgente que el país se replantee un nuevo estilo de desarrollo, ya que por la senda que transita la nación "es muy difícil que consigamos avances sólidos en el bienestar social y el crecimiento económico".

Apoyo internacional

Las orientaciones que Figueres indicó en que confía para lograr un desarrollo sostenible son igualdad de oportunidades en educación, la lucha contra la pobreza, mayor participación en asuntos colectivos, mejores precios de las exportaciones, superar ineficiencias de instituciones estatales, y abandonar los viejos estilos de desarrollo.

"Para salir adelante en la actual encrucijada ... necesitamos el apoyo solidario de la comunidad internacional", reconoció Figueres, cuyos estudios en Estados Unidos incluyeron ingeniería industrial en la academia de West Point y administración pública en la Universidad de Harvard.

02-02

9406294

Nº 9406295
TITU Cancillería boliviana anuncia intención de reformular relac. con EEUU.
PROC 150023
FECHA 18/4/94
VINCUL 507480.
11164
11388
65880.

Cancillería boliviana anuncia intención de reformular sus relaciones con EEUU

18/4 LR

La Paz (AFP)

■ Denuncias de políticos y la Iglesia Católica sobre una presunta "intromisión" de EEUU en los asuntos de Bolivia, a raíz de la lucha contra el narcotráfico, provocaron ayer en La Paz un anuncio gubernamental sobre la posibilidad de reformular las relaciones entre ambos países.

El canciller interino, Jorge Gumucio, admitió esa necesidad para adecuar las relaciones bilaterales, "a los nuevos tiempos", y el secretario de Relaciones Internacionales, Jaime Aparicio, precisó que el gobierno boliviano puso en revisión los convenios bilaterales con EEUU "para actualizarlos y ajustarlos".

Se buscarán "reglas de juego claras y transparentes para que todos: los norteamericanos, la opinión pública de Bolivia y la prensa sepan cómo van a funcionar las cosas", explicó Aparicio, tras informar que la revisión de convenios está a cargo de una comisión integrada por los ministerios de Relaciones Exteriores, Gobierno, Defensa y Desarrollo Sostenible.

En buena medida, según algunos analistas, esa decisión fue precipitada por recientes revelaciones de los narcotraficantes presos, Carmelo Domínguez e Isaac Chavarría, ante una comisión parlamentaria que investiga la corrupción que envolvió al gobierno del ex presidente socialdemócrata Jaime Paz Zamora (1989-93).

Domínguez Paz Zamora, que obligado por el escándalo anunció su retiro definitivo de la política y admitió sólo el "error" de haber mantenido amistad con esos personajes, al comparecer voluntariamente la semana pasada ante la comisión había expresado que en las relaciones EEUU-Bolivia existe "una tenue línea que apenas separa la cooperación de la abierta intromisión".

9406295

01-01

Nº. DOCU 9406296
TITU Enfrentamiento entre gob y trabajadores bolivianos.
PROC 150014
FECHA 26/4/84
VINCUL 507480
11165
11702
11413
11163 11338.

Se profundiza el enfrentamiento entre el gobierno y los trabajadores bolivianos

LA POLICIA ASALTA SEDE SINDICAL EN LA PAZ

26/4 LJ

La policía boliviana entró en la noche del domingo en la sede de la Central Obrera Boliviana (COB), en La Paz, y trasladó a una clínica privada a seis personas que permanecían en huelga de hambre desde hace 22 días. La orden del Ministerio Público ejecutada por la policía no afectó a los otros 90 miembros de piquetes que cumplen similar medida en el resto del territorio boliviano.

En círculos gubernamentales no se descartó la posibilidad de decretar un estado de sitio para restaurar el orden e impedir los hechos de violencia de grupos de trabajadores, descontentos con la situación económica que impera en el país.

Según dirigentes del Magisterio, la Policía entró violentamente en la sede paceña de la COB y rompió las cerraduras para desalojar a los huelguistas.Entre los huelguistas desalojados se encontraban tres maestras que se mantenían sólo con agua hervida desde hace 22 días y su salud se había deteriorado peligrosamente.El Gobierno de Bolivia y la COB sostienen desde comienzos de año un prolongado diálogo, varias veces suspendido por divergencias, en busca de una solución a los problemas sociales y económicos de la clase laboral.

Las huelgas de hambre se han extendido a todo el país y las manifestaciones callejeras han aumentado, especialmente en La Paz, hasta llegar a hechos de violencia como los del pasado viernes que terminaron en enfrentamientos con la Policía con el resultado de algunos contusos y 27 detenidos.El secretario ejecutivo de la COB, Oscar Salas, dijo ayer que se mantiene la «posición invariable de diálogo, pero bajo nuevas reglas del juego», y anunció que la central obrera ha solicitado la intervención de la Iglesia Católica.La Iglesia Católica emitió ayer una declaración en la que llamaal diálogo y a la concertación de las partes en conflicto y rechaza las medidas que atentan contra la vida humana, como las huelgas de hambre.El ministro de Comunicación Social, Ernesto Machicao, afirmó que «el Gobierno no se puede sentar a dialogar sobre diversos temas cuando (unas) vidas están en juego».Machicao dijo que la intención gubernamental es de llegar «al alma» de los huelguistas para que depongan actitudes «que no reflejan además el sentimiento de la población en su conjunto».Los dirigentes sindicales de los maestros llamaron a «masificar» la huelga de hambre, mientras que los sindicatos campesinos confirmaron su decisión de bloquear los principales caminos y carreteras para apoyar las demandas de la COB.

POCO LEGIBLE

9406296

01-03

Nº. DOCU
TITULO
PROC. 150014
FECHA 26/4/94
VINCULAC 507480

BOLIVIA: NUEVAS PROTESTAS CALLEJERAS Y PELIGRO DE ESTADO DE SITIO

26/4 LJ

El centro de La Paz quedó nuevamente paralizado debido a la presencia de manifestantes que bloquearon el acceso a las principales calles de la ciudad para protestar contra la política económica del Gobierno.

En las últimas horas, el Alto Mando de las Fuerzas Armadas se reunió en La Paz para preparase ante la posibilidad de que el Gobierno decrete el estado de sitio.

Fuerzas especiales de la policía, con los rostros cubiertos, entraron por la fuerza a última hora de la noche del domingo en la sede de la CenTpal o;rera Boliviana en La Paz (COB) y trasladaron a un hospital a las tres maestras públicas que desde hace 20 días cumplían en ese lugar una huelga de hambre.

Una de esas maestras, Wilma Plata, líder sindical del magisterio público boliviano, se encontraba el domingo en peligro de muerte, según un informe médico.

Se calcula que unas dos mil personas se encuentran en huelga de hambre en todo el país.

Por otra parte, la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia convocó a sus afiliados para que desde todos los puntos del país se trasladen a La Paz y apoyen las medidas de presión de la COB contra el Gobierno.

02-

9406296

Nº: DOCU
TITU
PROC: 150023
FECHA 26/4/84
VINCUL: 507480

Oposición boliviana denuncia un virtual "estado de sitio"

26/4LR

La Paz (ANSA)

La oposición boliviana coincidió ayer en señalar que el país vive un virtual "estado de sitio", tras el allanamiento antenoche de sedes sindicales donde se realizaban ayunos voluntarios de dirigentes gremiales.

El allanamiento a dos sedes sindicales en las que se encontraban seis huelguistas de hambre (incluidas tres mujeres), se debió al estado crítico de los ayunantes, que mantenían la medida desde hace 20 días.

Las mujeres ayunantes estaban en estado de precoma. La medida se realizaba como exigencia de un aumento salarial superior al 8 por ciento aprobado ya por las autoridades. El secretario ejecutivo de la Central Obrera Boliviana (COB), Oscar Salas, señaló que tras la intervención de las sedes sindicales y la detención en centros hospitalarios de los ayunantes, "lo que vivimos ahora no se diferencia de un estado de sitio".

Dirigentes de los profesores estatales señalaron a radios locales que "la violenta represión de los policías a los ayunantes no diferencia mucho la situación de los gobiernos dictatoriales".

Jorge Landívar, presidente de Acción Democrática Nacionalista (ADN), el principal partido opositor, señaló a ANSA que "lo que estamos viviendo virtualmente es un estado de sitio. La intervención de los recintos sindicales, más su conducción por la fuerza a centros hospitalarios, es un apresamiento encubierto y ello sólo lo permite el estado de sitio".

"La personalidad del presidente de la República, Gonzalo Sánchez de Lozada, y de sus principales colaboradores, no es más que la de un hombre insensible, que no le preocupa el hombre, sino los resultados económicos", agregó Landívar.

Pese a que Bolivia vive un régimen democrático, Landívar señaló que "estamos bajo un gobierno autoritario que desprecia a las minorías, a la oposición y a los trabajadores".

El propio Sánchez de Lozada descartó que el país viva un estado de excepción o que se viole la democracia. "El gobierno desea dialogar, pero sin medidas de presión y sobre todo desea salvar vidas, o sea impedir estos ayunos, que van contra las leyes", dijo el presidente consultado por la prensa.

9406296

Nº. DOCUM... 9406297
TITULO Alerta Militar en Bolivia por agitación social.
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE F... 27/4/94
VINCULACIONES 507980
11165
11413
11163
13065
11165

Alerta militar en Bolivia frente a un creciente clima de agitación social

Once días después de iniciada una huelga general y ante la decisión de la Central Obrera Boliviana (COB) de masificar la medida, las fuerzas armadas bolivianas están desde ayer en "estado de alerta" para garantizar "la estabilidad del gobierno", dijo el comandante en jefe de la institución castrense, general Fernando Sanjinés. Trabajadores de todo el país bloquearon las principales carreteras y manifestaron en todas las ciudades en reclamo de un salario mínimo de 350 dólares. El gobierno de Gonzalo Sánchez de Losada, quien se encuentra en la Argentina, podría declarar el estado de sitio.



Un grupo de manifestantes protesta ayer en las calles de La Paz: hay estado de alerta militar.

LA PAZ, 26 (AP, EFE, Reuter y AFP). — Las fuerzas armadas de Bolivia se pusieron hoy en "**estado de alerta**" y advirtieron que "garantizarán la estabilidad del gobierno", frente a las persistentes protestas sociales —con paros y huelgas de hambre— impulsadas desde hace once días por la Central Obrera Boliviana (COB).

El comandante de las fuerzas armadas, general **Fernando Sanjinés**, anunció que existe un "estado de alerta militar en todo el país ante la situación difícil y preocupante que se vive", a raíz de una huelga general y un ayuno voluntario masivo con que la COB enfrenta la política económica del gobierno.

Pese a la advertencia militar, choferes del transporte público, universitarios y profesores estatales volvieron hoy a bloquear las calles del centro de la capital del país, en apoyo a las protestas sindicales.

Los bloqueos de carreteras y las marchas de hoy fueron particularmente ruidosos, con el estallido de petardos y estribillos contra el gobierno del presidente **Gonzalo Sánchez de Lozada**, quien viajó hoy a la Argentina, invitado por el presidente **Carlos Menem**, para una reunión en Formosa en la que participará también el presidente paraguayo, **Juan Carlos Wasmosy**.

El comandante de las fuerzas armadas dijo hoy que sus hombres "garantizarán la estabilidad del gobierno legalmente constituido", y advirtió que **los militares intervendrán "si las protestas sociales ponen en riesgo la seguridad nacional"**.

El general Sanjinés hizo la advertencia después que grupos policiales allanaran esta madrugada la sede sindical de los profesores estatales y arrestaran a 18 maestros, algunos de los cuales mantenían una huelga de hambre desde hacía 23 días.

Según testigos, policías uniformados y más de 50 agentes civiles irrumpieron violentamente en la Casa Social del Maestro alrededor de las 4 de la madrugada (una de la Argentina) y detuvieron a los huelguistas, alojándolos en un centro hospitalario.

La COB, que agrupa a todos los sindicatos del país, rechaza un aumento salarial del 8 por ciento ya aprobado por el gobierno, por considerarlo "ridículo", y se opone a los planes para privatizar el seguro social y las principales empresas estatales de Bolivia.

Los dirigentes piden además un salario mínimo mensual de 1.600 bolivianos, unos 350 dólares.

Pese a la represión policial y la advertencia militar, dirigentes de la COB decidieron "radicalizar sus medidas de presión masificando la huelga de hambre en todo el país". Más de 2.000 dirigentes y trabajadores se sumaron en los últimos días al ayuno voluntario que habían iniciado los maestros hacía 23 días.

El secretario ejecutivo de la COB, Oscar Salas, denunció que el gobierno estudia también la posibilidad de dictar el estado de sitio para controlar las protestas, que incluyen manifestaciones casi diarias en las principales ciudades y el bloqueo de caminos por organizaciones campesinas.

Tal como sucedió ayer con la ocupación policial de otras dos sedes sindicales, en las que seis dirigentes efectuaban un ayuno desde hacía 20 días, el gobierno optó por la fuerza ante la negativa de los huelguistas a suspender la medida de fuerza.

Para esta semana están previstas manifestaciones en las principales ciudades del país. La semana pasada una masiva marcha laboral derivó en un violento enfrentamiento entre policías y trabajadores, con más de cincuenta manifestantes detenidos.

9406297

Nº. DOCUMENTO 9406298
TITULO Conflicto entre la COB y el Gobierno.
PROCEDENCIA 150483
FECHA DE 3/5/94
VINCULACION 507480
11165
11413

Sindicatos y gobierno de Bolivia reanudaron fase de negociaciones

3/5 E.O.

La Paz - Tras más de un mes de mantener un conflicto por la fijación de nuevos salarios, el gobierno y los sindicatos iniciaron ayer una nueva fase de negociaciones sin que sean suspendidas las huelgas declaradas por la Central Obrera Boliviana (COB).

Oscar Salas, secretario ejecutivo de ese organismo laboral, el más importante de Bolivia, manifestó ayer que los trabajadores no aceptaron la oferta salarial presentada por las autoridades, por lo que se mantendrán firmes en la lucha por sus reivindicaciones.

El gobierno ofreció a los sindicalistas un aumento salarial global del 9% y del 12% para los sectores de la educación y de la salud, además de garantizarles estabilidad laboral, la creación de 75.000 nuevos empleos este año, e inversiones para la construcción de viviendas destinadas a los sectores mayoritarios.

Salas dijo que la COB exige un salario mínimo de 1.600 bolivianos al mes, que significa un incremento del 800% del actual salario mínimo, que no es superior a los 200 bolivianos (US$ 39).

El ministro de Trabajo Reynaldo Peters afirmó que el gobierno no aumentará más su oferta salarial porque no está dispuesto a poner en riesgo la estabilidad económica conseguida en 1986, tras cuatro años de una hiperinflación que alcanzó al 24.000%.

Peters manifestó que las autoridades han desechado la adopción de medidas económicas de choque, como podría ser el aumento en el precio de los hidrocarburos y de los impuestos para garantizar a los trabajadores un incremento real de sus salarios desde este año. ■ *(AP)*

9406298

01-05

Nº
TITUL
PROC 150024
FECHA 5|5|94
VINCUL SC7480 -

EL PAIS ESTA SEMIPARALIZADO POR EL BLOQUEO DE CARRETERAS

Seis muertos en cuatro días de conflicto social en Bolivia

5|5 E.C.

El diálogo entre el gobierno de Gonzalo Sánchez de Lozada y la Central Obrera Boliviana (COB) quedó ayer a punto de naufragar a raíz de las declaraciones de un dirigente campesino, que llamó "vagabundo" al jefe de Estado. En las horas previas el diálogo había registrado algunos avances. En los últimos cuatro días murieron por lo menos seis personas y otras ocho resultaron heridas al producirse choques con los campesinos que bloquean los caminos. Tres de las seis víctimas viajaban en un ómnibus que se desbarrancó, aparentemente empujado por campesinos que se oponen a la medida de fuerza.

LA PAZ, 4 (EFE, AP, AFP y DPA). — Al menos seis muertos, ocho heridos y varios desaparecidos es el saldo de los últimos cuatro días del conflicto social que enfrenta al gobierno con la **Central Obrera Boliviana** (COB) y los campesinos, que mantienen paralizado el país en forma parcial con el cierre de las principales carreteras desde hace una semana.

El diálogo entre el gobierno y la COB registró algunos avances esta madrugada, pero poco después la ruptura parecía inminente debido a los insultos contra el presidente de la república, **Gonzalo Sánchez de Lozada**, proferidos por el dirigente campesino, **Evo Morales**, durante las negociaciones.

"Si Morales no pide disculpas al presidente vamos a romper las negociaciones", dijo el ministro del Interior, **Germán Quiroga**, en declaraciones en la casa de gobierno. Morales había tildado de "vagabundo" al presidente y poco después anunció que no se iba a retractar.

En el interior del país, el clima de violencia entre los campesinos que bloquearon los caminos y los pasajeros que intentaban llegar a su destino alcanzó su pico de máxima tensión cuando un grupo de campesinos provocó la caída de un ómnibus de pasajeros desde un barranco de 500 metros, provocando la muerte a tres personas y heridas a otras seis.

El juez **Alvaro Numbel**, pasajero del ómnibus accidentado, afirmó al corresponsal del periódico paceño "Ultima Hora" que los campesinos causaron el accidente luego que el conductor y él se bajaron para dialogar con los dirigentes, que habían levantado barreras en un camino cercano a la ciudad de **Cochabamba**.

El juez indicó que mientras ellos dialogaban "varios de los campesinos retiraron las cuñas (que aseguraban las ruedas del vehículo que se encontraba en subida) y movieron la caja de cambios para que rodara hacia atrás", señaló el periódico citando al juez Numbel.

El sábado había muerto de un disparo el campesino **Hilarión Mamani** en un confuso incidente, mientras se mantenía un bloqueo en la carretera que une **Potosí** con **Sucre**. Los campesinos aseguraron que fue un grupo civil armado el que, con disparos y gases lacrimógenos, rompió el bloqueo. Otro campesino, **Dionisio Vargas**, murió el mismo día en circunstancias similares.

Los dirigentes de los sindicatos campesinos de Potosí dijeron que hoy marcharán sobre esa ciudad para pedir la libertad de sus compañeros detenidos y conocer el paradero de otros desaparecidos.

El secretario ejecutivo de la **Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia** (CSUTCB), **Félix Santos**, sostuvo que aún se desconoce el paradero de alrededor de doce dirigentes campesinos de Potosí.

Otra persona no identificada perdió la vida durante un choque entre campesinos que cerraron la carretera de Sucre a Cochabamba y un grupo de pasajeros encolerizados por llegar a su destino.

A pesar de que las disputas continúan, el gobierno acordó con los dirigentes sindicales la elaboración de tres decretos en favor de los productores de hoja de coca que entrarán en vigor en cuanto los sindicatos suspendan el bloqueo de la carretera Cochabamba-Santa Cruz, que atraviesa El Chapare (la zona coquera por excelencia), y permitan que los 2.000 vehículos y casi 5.000 pasajeros atrapados reanuden su viaje.

02
9406298

Nº. DOCUM...
TITULO ...
PROCEDE... 150014
FECHA DE ... 8/5/94
VINCULACI... 507480

Luego de varias semanas de conflictos entre los trabajadores y el gobierno bolivianos, se llega a un acuerdo 8/5 LT

LA COB Y EL GOBIERNO PONEN FIN A CONFLICTO SOCIAL

La Central Obrera Boliviana (COB) y el Gobierno de La Paz firmaron hoy un acuerdo que pone fin a varias semanas de paros, huelgas de hambre, manifestaciones violentas, presencia militar en las calles y bloqueos de carreteras en todo el país.

La COB, sin embargo, no quiso incluir en el acuerdo firmado la última oferta salarial realizada por el Gobierno, al no considerarla satisfactoria.

Entre los puntos más importantes del acuerdo firmado esta madrugada, destaca el compromisio por parte del Gobierno de no incrementar el precio de los carburantes y de garantizar la estabilidad laboral de los trabajadores del sector público.

Además, el Gobierno se comprometió a construir 10.000 viviendas de «interés social», destinadas a familias de escasos recursos económicos.

A cambio de esos compromisos, la COB abandonó todas las medidas de presión que paralizaron el país durante varias semanas y lo pusieron al borde del estado de sitio.

En cuanto a las demandas salariales, el Gobierno ofreció aumentar el salario mínimo nacional de 160 bolivianos mensuales (34 dólares) a 190 (41 dólares).

También propuso aumentar un 12 por ciento los sueldos en los sectores públicos de la salud y el magisterio, un 9 por ciento los salarios menores de 1.000 bolivianos mensuales (216 dólares) y un 6 por ciento los superiores a esa cifra.

Esas ofertas fueron rechazadas por la COB, que en sus demandas salariales parte de la base de un salario mínimo nacional de 400 bolivianos mensuales (86 dolares).

El salario medio en el magisterio público boliviano, por ejemplo, es actualmente de 350 bolivianos mensuales (75 dólares).

Aunque la COB no aceptó las ofertas salariales del Gobierno, al parecer serán puestas en vigor.

La COB advirtió al concluir sus negociaciones con el Gobierno que en los próximos días podría crearse una nueva situación de conflicto social a causa del proyecto de Ley de Reforma Educación.

9406298

Nº DOCUM...
TITU...
PROC... 150007
FECHA DE... 8/5/94
VINCULACI... 507480-

Acuerdo Puso fin a 23 Días de Huelga en Bolivia

LA PAZ, 7 (Reuter). — Una huelga general de 23 días, el masivo ayuno de dirigentes sindicales y bloqueos campesinos de carreteras y vías férreas cesaron hoy en Bolivia tras un acuerdo que puso término a cuatro meses de creciente agitación social en el país.

El gobierno del empresario Gonzalo Sánchez de Lozada y la izquierdista Central Obrera Boliviana (COB) arribaron esta madrugada a un definitivo entendimiento luego de tres semanas de tortuosas negociaciones, dijeron distintas fuentes.

"La COB sale fortalecida y unida, con poder de convocatoria y movilización", declaró el máximo líder de la central sindical, el minero Oscar Salas.

"Esta es la apertura de un proceso de paz social", afirmó a su vez, al concluir la agotadora gestión, el ministro de Trabajo y principal negociador oficial, Reynaldo Peters.

El presidente Sánchez de Lozada, anticipándose a la salida del agudo conflicto, alentó el viernes por la noche a "la fraternidad y el entendimientos" entre los bolivianos.

"Los bolivianos estamos cansados de la confrontación estéril que a nada conduce, salvo a la frustración y el desánimo colectivos", dijo en un mensaje a la clase política y sindical.

El acuerdo alcanzado al amanecer satisfizo en gran medida un "pliego de peticiones" planteado por la COB en enero, pero dejó "bajo responsabilidad gubernamental" el alcance de un incremento salarial, convertido en principal e insalvable discrepancia con la parte obrera.

El gobierno avanzó desde una original propuesta de un aumento salarial único de 7,5 por ciento para el sector público hasta un promedio de ciento, dijeron hoy sus voceros.

9406298

N. DOCUM
TITULO
PROCEDE. 150025
FECHA DE 8/5/94
VINCULACION 507480

Sánchez de Lozada sorteó su primer gran conflicto

Acuerdo: la Central Obrera Boliviana levantó una huelga general de 23 días al lograr algunas reivindicaciones; el alcance del incremento salarial quedó bajo responsabilidad del gobierno.

LA PAZ, 7 (Reuter).- Una huelga general de 23 días, el masivo ayuno de dirigentes sindicales y bloqueos campesinos de carreteras y vías férreas cesaron hoy en Bolivia tras un acuerdo que puso término a cuatro meses de creciente agitación social en el país.

El gobierno del empresario Gonzalo Sánchez de Lozada y la izquierdista Central Obrera Boliviana (COB) arribaron esta madrugada a un definitivo entendimiento luego de tres semanas de tortuosas negociaciones, dijeron distintas fuentes.

"La COB sale fortalecida y unida, con poder de convocatoria y movilización", declaró el máximo líder de la central sindical, el minero Oscar Salas.

Paz social

"Esta es la apertura de un proceso de paz social", afirmó a su vez, al concluir la agotadora gestión, el ministro de Trabajo y principal negociador oficial, Reynaldo Peters.

El presidente Sánchez de Lozada, anticipándose a la salida del agudo conflicto, alentó el viernes por la noche a "la fraternidad y el entendimiento" entre los bolivianos.

"Los bolivianos estamos cansados de la cofrontación estéril que a nada conduce, salvo a la frustración y el desánimo colectivos", dijo en un mensaje a la clase política y sindical.

El acuerdo alcanzado al amanecer satisfizo en gran medida un "pliego de peticiones" planteado por la COB en enero.

Sin embargo, dejó "bajo responsabilidad gubernamental" el alcance de un incremento salarial, convertido en principal e insalvable discrepancia con la parte obrera.

El gobierno avanzó desde una original propuesta de un aumento salarial único de 7,5 por ciento para el sector público hasta un promedio de nueve por ciento, dijeron hoy sus voceros.

El incremento elevó un 12 por ciento los salarios para los trabajadores de la educación y la salud y un seis por ciento para aquellos con remuneraciones superiores a 1000 bolivianos mensuales (217 dólares), agregaron.

Dijeron que los compromisos oficiales involucraron también un aumento del salario mínimo boliviano de 34 a 39 dólares mensuales.

Semanas conflictivas

La COB y el gobierno negociaron los acuerdos durante ocho horas después de que un sector de dirigentes autorizó el viernes a último momento la negociación.

Tambien dispusieron la inmediata suspensión de las huelgas y bloqueos viales en zonas rurales.

La central sindical decretó el 15 de abril una huelga general indefinida contra los anuncios salariales, en el remate de una serie de movilizaciones y protestas contra la política económica oficial.

9406298
05-05.

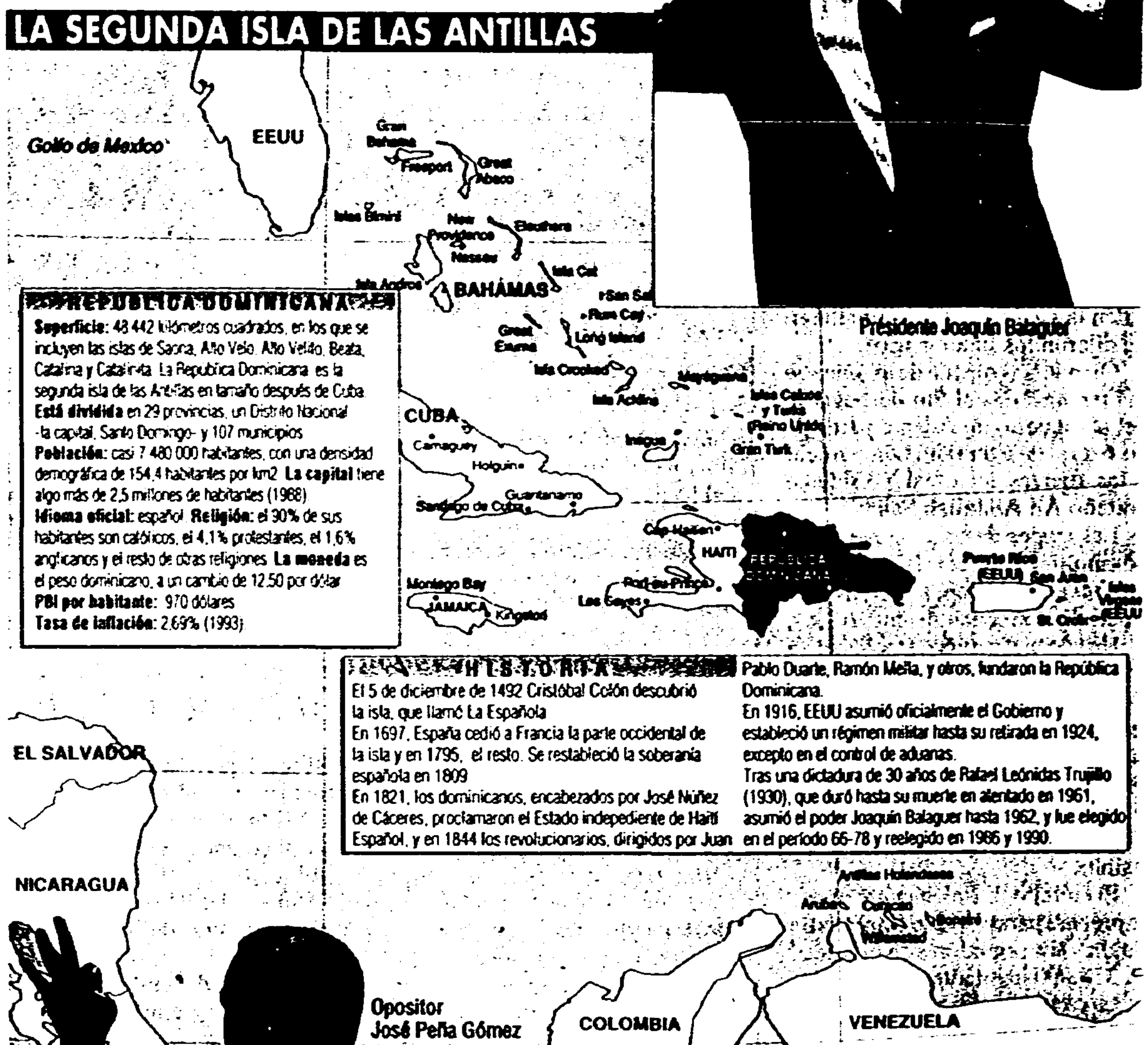
Nº. DOCUMENTO 9406299 1/
TITULO Elecciones en Rep. Dominicana -
PRE 150483
FECHA 16/5/94
VINCUL SC7637
11164
11640.
80052

Aún sin resultados la lucha es pareja entre el presidente Balaguer, de 87 años, y el socialdemócrata Peña

Dominicana votó ayer para elegir presidente

Los dominicanos acudieron ayer masivamente a votar en las elecciones generales, caracterizadas por una lucha pareja por la presidencia entre el actual y anciano mandatario, Joaquín Balaguer, y el desafiante candidato socialdemócrata José Francisco Peña Gómez.





Presidente Joaquín Balaguer

Opositor José Peña Gómez

La Junta Central Electoral (JCE) anoche extendió en tres horas el cierre de las urnas, hasta las 21.00 horas (22 de Uruguay) para superar inconvenientes surgidos luego que muchos votantes no aparecieran en las listas de las mesas donde debían ejercer el voto.

El anuncio fue hecho en la cadena de radio y televisión por el presidente de la JCE, Manuel García Lizardo, luego que partidos opositores denunciaran "irregularidades" en los padrones electorales y exigieran que se permitiera votar con la sola presentación del documento único.

Balaguer, un viejo caudillo de 87 años de edad y casi ciego, está tras su sexto mandato y tercero consecutivo por el Partido Reformista Social Cristiano (PRSC) con el lema "El cambio desde el poder".

Pero Peña Gómez, un líder negro 30 años menor y del Partido Revolucionario Democrático (PRD), se presentó como el mayor desafío para Balaguer en décadas.

Las últimas encuestas de intención de voto le adjudicaban una ventaja de entre tres y cuatro puntos porcentuales.

El ex presidente Juan Bosch, de 86 años, del centroizquierdista Partido de la Liberación Dominicana (PLD), dejó aparentemente de ser el principal rival de Balaguer tras décadas de puja personal entre ambos y estaría en un lejano tercer lugar.

Desde que se abrieron las 10.000 mesas de votación en todo el país, los dominicanos acudieron masivamente y sin que se informara de incidentes, luego de una violenta campaña proselitista que dejó al menos 39 muertos y más de un centenar de heridos.

Peña Gómez y Bosch denunciaron irregularidades, pero el veterano político dijo que el PRD también estaba en esa supuesta acción para perjudicar a su partido.

Peña Gómez, tras votar en un centro escolar en la zona colonial de la capital, denunció una "colosal irregularidad" en las listas de votantes que, afirmó, impedía sufragar a miles de sus partidarios.

Al igual que Bosch propuso que se autorizara el sufragio a las personas que no figuraban en las listas en poder de las mesas de votación mediante la presentación de su cédula de identidad y electoral, donde está indicado su distrito.

Luego de una negativa inicial alegando que se violaba la legislación electoral, el presidente de la JCE anunció la extensión del horario de votación y la recepción de los votos en calidad de observados.

Balaguer, tras votar en el centro de la capital, declaró que "las elecciones son ejemplares en todo el territorio nacional".

Pese a las quejas opositoras, observadores políticos restaron importancia al incidente y afirmaron que las irregularidades son menores, afectan a todos los partidos y no incidirían en los resultados de la votación.

Los comicios fueron vigilados por tres grupos de observadores internacionales, uno de la OEA y dos invitados por el PRD y el PRSC.

Unos 25.000 efectivos del Ejército y la Policía que integran la Policía Electoral tuvieron a su cargo preservar el orden en las mesas de votación.

Más de 3,2 millones de dominicanos estaban registrados para elegir presidente, vicepresidente, 30 senadores, 120 diputados y cientos de cargos locales.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de Reuter)*

9406299

01-01

Nº. DOCUM. 9406300
TITULO Denuncias de fraude en las elecciones de la Rep. Dominicana.
PROC. 150014
FECH. 18/5/94
VINCUL. 507637
11164
11302
11437
11204

Denuncias de fraude contra el gobierno del presidente Balaguer

PEÑA GOMEZ IMPUGNARA EL RESULTADOS DE LA ELECCIONES

El aspirante a la presidencia del Partido Revolucionario Dominicano (PRD), José Francisco Peña Gómez, impugnará los resultados de las elecciones del lunes en los tribunales de su país, y acudirá a organismos internacionales para denunciar irregularidades en el proceso.

El anuncio lo hizo, en nombre del candidato, el vicepresidente de la Conferencia Permanente de Partidos Políticos Latinoamericanos (COPPAL) y presidente del Partido Independentista Puertorriqueño (PIP) Rubén Berríos Martínez, en una conferencia de prensa en San Juan, Puerto Rico.

Berríos Martínez dijo que Peña Gómez le comunicó por teléfono en la mañana de ayer que ante la incertidumbre en los resultados, se propone entablar varias acciones en los tribunales en la República Dominicana y acudirá a organismos internacionales como la Comisión de Derechos Humanos de la ONU y la OEA.

Indicó que Peña Gómez también le informó de que exigirá la anulación de los votos emitidos en el interior del país en aquellas provincias en que se excluyó un gran número de votantes perredeístas.

Berríos Martínez expresó que para la capital Peña Gómez exigirá que participen en el conteo de votos miembros de la prensa y los observadores internacionales que se encuentran en el país "para que no se intente burlar la voluntad del pueblo".

"Peña Gómez también le pide al pueblo dominicano que mantenga una vigilancia permanente para que no se permita una burla a la soberanía del pueblo dominicano", expresó Berríos Martínez. Añadió que Peña Gómez le pidió que transmitiera las exigencias desde Puerto Rico, ya que en su país hubo un apagón de noticias, debido a que desde la República Dominicana se pueden captar emisoras de radio puertorriqueñas.

"Lo que ha sucedido en la República Dominicana es un asesinato contra la democracia", dijo Berríos Martínez, quien responsablizó por la situación al Gobierno del presidente Joaquín Balaguer.

El líder independentista indicó que se trata de un plan urdido por "la gente que ha estado en el poder de una forma u otra por 60 años y que se resisten a acatar la voluntad del pueblo".

Berríos Martínez señaló que aunque es difícil decir quién es el autor del plan, sostuvo que Balaguer es sumamente capaz, inteligente y lúcido, "sabe manejar muy bien las marionetas del poder".

Declaró que de acuerdo a lo informado por Peña Gómez, sin contabilizar unas 150.000 personas que alegadamente fueron excluidas de las listas electorales, el resultado en el interior del país es parejo.

Expresó que en cambio, en la capital, de computarse adecuadamente los votos, el resultado final arrojaría un triunfo de un dos a un tres por ciento para Peña Gómez.

Berríos Martínez señaló que al menos Peña Gómez había ganado 17 de las 29 provincias electorales, sin contar la capital.

Por otra parte una delegación de observadores de la Internacional Socialista (IS), a la que pertenece el partido del candidato opositor José Francisco Peña Gómez, denunciaron en Santo Domingo "graves y serias" irregularidades en las elecciones generales dominicanas del pasado lunes.

El secretario general de la IS, el chileno Luis Ayala, dijo en rueda de prensa en un hotel de esta capital, donde asistieron varios observadores socialdemócratas de América, que en ciudades y pueblos, miles de ciudadanos fueron impedidos de votar porque no aparecían en las listas oficiales de los colegios.

Agregó que, sin embargo, esos ciudadanos poseían sus respectivos carnés electorales y aparecían en las listas que tenían los delegados de los partidos políticos.

Ayala añadió que la delegación pudo constatar que aunque la Junta Central Electoral amplió el período de votación tres horas más para que pudieran votar los electores debidamente acreditados que no aparecían inscritos, muchos colegios electorales ya habían cerrado las urnas, por lo que la prolongación de las votaciones no fue acatada por todos ellos.

9406300

01-02

Nº. DOCUM
TITULO
PROCE 15C023
FECHA 18/5/94
VINCULACI SC7637

Tropas de elite del ejército y la policía dominicanas tomaron ayer el control de la capital en prevención de posibles disturbios

"Un descarado fraude"

*** A la tarde, el último informe de la Junta Electoral otorgaba al anciano Joaquín Balaguer el 43.53% de los votos**

*** "Aquí puede pasar cualquier cosa. Sólo Dios sabe qué ocurrirá", admitió el candidato opositor José Peña Gómez**



Joaquín Balaguer quedó encabezando los conteos, en un clima de alta tensión tras denuncias de fraude. (Telefoto de AFP)

Tropas de élite del ejército y efectivos de la policía fuertemente armados fueron apostados ayer en puntos estratégicos de esta capital, en prevención de actos de violencia de grupos opositores que acusaron a las autoridades de fraguar un fraude en las elecciones generales del pasado lunes.

por Arturo Gudino, Santo Domingo, enviado especial de la AFP

■ El ejército dominicano redobló la vigilancia en carreteras y edificios públicos, después que en horas de la madrugada el candidato del opositor Partido Revolucionario Dominicano (PRD), José Francisco Peña Gómez, acusó a la Junta Central Electoral (JCE) de haber realizado "un descarado fraude".

En esta capital de dos y medio millones de habitantes se respiraba un ambiente de tensión.

La oposición no precisó si tenía previsto lanzarse a las calles para reclamar por el presunto fraude, pero Peña Gómez fue claro en que "no podemos saber adónde llevará esto. Aquí puede pasar cualquier cosa. Sólo Dios sabe qué ocurrirá.

Versiones no confirmadas dieron cuenta que en las carreteras del interior, las tropas requisaban vehículos en busca de armas, al tiempo que se hablaba de incidentes callejeros en las barriadas pobres del norte.

Tropas de élite mantenían fuertemente custodiado el edificio de la Junta Central Electoral en la periferia de la capital e impedían el paso de vehículos y personas no acreditadas como periodistas o funcionarios por sus calles adyacentes.

Dirigentes del PRD afirmaron que la intención del despliegue de patrullas del ejército era la de "intimidar" a aquellos ciudadanos que pudieran protestar contra el pretendido fraude.

Peña Gómez había acusado durante la semana anterior a algunos miembros de la cúpula castrense, los que no identificó, de pretender un fraude para garantizar la permanencia de Joaquín Balaguer en la presidencia e incluso habló de una denominada Operación Escorpio, sobre la que no brindó precisiones.

El ejército dominicano cuenta con unos 20 mil efectivos, además de unos 10 mil miembros de la Policía Nacional.

Entretanto, la JCE emitió a la media tarde de ayer el décimo boletín sobre la marcha de los resultados, en el que se ratifica que el presidente Joaquín Balaguer, quien busca su séptimo mandato, se encontraba en cabeza con un 43.53 por ciento de los votos sobre 40.44 de Peña Gómez, una vez contabilizados un millón 909.040 votos (61.99% de la votación total).

Peña Gómez anunció en la mañana que impugnaría los resultados en las regiones donde se produjeron las irregularidades y aseguró que allí deberían repetirse los comicios.

El líder socialdemócrata, de 57 años, acusó al gobierno de Balaguer de "asesinar el sentimiento democrático del pueblo" y advirtió que aquí deberían repetirse los comicios.

El líder socialdemócrata, de 57 años acusó al gobierno de Balaguer de "asesinar el sentimiento democrático del pueblo" y advirtió que aquí "puede pasar cualquier cosa".

Sin embargo, hasta la tarde de ayer no se habían reportado incidentes de gravedad en las principales ciudades de esta nación de siete millones de habitantes, pero sí circulaban todo tipo de rumores, alimentados por la ausencia de emisiones normales de los noticieros de radio y televisión, que permanecen encadenados a la JCE.

Por su parte, la JCE no había hecho ninguna referencia a las denuncias de fraude que le atribuyó Peña Gómez.

A su vez, el candidato a vicepresidente del oficialista Partido Reformista Social Cristiano (PRSC) afirmó en horas de la mañana que "extraoficialmente" el partido de gobierno "ganó las elecciones".

Peynado hizo un llamado a la población para que se abstenga de participar en actos de violencia que sólo conducirían a la desestabilización del país.

Para la noche, Peña Gómez convocó a una tercera rueda de prensa para dar a conocer los pasos que tomará ante el supuesto fraude.

Los opositores también aseguraron que con los votos del Distrito Nacional, que comprende la capital, ellos podrían remontar a Balaguer.

Por razones aún poco claras el conteo de los votos del Distrito Nacional marchaba más lentamente que las del resto de la nación y eso lo atribuyeron los opositores a una maniobra de la JCE para favorecer a Balaguer.

En algunos sectores del PRD podía observarse cierto pesimismo sobre el éxito que pudiera tener la impugnación de Peña, la cual deberá ser resuelta por los cinco magistrados de la JCE una vez que sea presentada.

"Aquí no parece que se pueda hacer mucho, ya ellos (los oficialistas) dieron el golpe de efecto de decir que Balaguer ganó y eso va a ser difícil revertirlo", indicó un dirigente "perredista" que pidió no ser identificado.

Mientras tanto, el candidato presidencial del Partido de la Liberación Dominicana (PLD), Juan Bosch, avaló implícitamente una denuncia de fraude en las elecciones generales del pasado lunes, al afirmar que en República Dominicana "el fraude es normal".

Según el ex presidente Bosch, un octogenario líder político, tanto el opositor Partido Revolucionario Dominicano (PRD) como el oficialista Partido Reformista Social Cristiano (PRSC) han realizado fraudes cuando han detentado el poder.

"El fraude es lo normal en la República Dominicana, en la actual situación", afirmó Bosch.

9406300

Nº. DOCUM 9406301
TITULO Proponen venta de cuarteles e instalaciones castrenses en Perú
PROC 150015
FECHA 3/5/94
VINCULACI 66817
11169
11163
11336

Proponen venta de cuarteles en Perú

3/5/94.

El liberalismo económico parece tocar las puertas del hasta ahora infranqueable mundo militar peruano, luego que un ex alto funcionario del Gobierno del Presidente Alberto Fujimori propuso la venta de cuarteles e instalaciones castrenses.

LIMA / ANSA

Inclusive el autor de la propuesta, el ex presidente del Fondo de Compensación y Desarrollo Social (FONCODES) y líder de los empresarios privados, Arturo Woodman, propuso que una base naval se convierta, a través de un "joint venture", en una industria de explotación de conchas marinas.

Ninguna fuente castrense comentó de inmediato la propuesta lanzada por Woodman, que fue publicada ampliamente por el diario Expreso de Lima.

En el presupuesto anual de Perú, los sectores de defensa e interior reciben más del 40 por ciento de las partidas, lo que se fundamenta en la lucha contra el terrorismo y el narcotráfico, y para cubrir los salarios de unos 100.000 militares y unos 130.000 policías, según cifras de fuentes privadas.

9406301

01-01

Nº DOCUMENTO 9406302
TITULO Maestros peruanos en huelga
PROCESO 15C0/4
FECHA 24/5/94
VINCULACION 66817
11165
11316
11413

El gobierno de Fujimori rechaza las medidas de presión de los trabajadores de la enseñanza

24/5 25

200.000 MAESTROS PERUANOS EN HUELGA

Unos 200.000 maestros de las escuelas públicas de Perú secundarán mañana, martes, un paro laboral de 24 horas en demanda de aumentos salariales, informó ayer un portavoz del sindicato magisterial (SUTEP).

Las autoridades peruanas han rechazado la medida de presión y acusan a los dirigentes del SUTEP de actuar por motivos de carácter político.

La televisión privada divulgó el domingo, sin embargo, un reportaje especial sobre el impacto social del ajuste económico aplicado por el Gobierno, en el que se mostró a los maestros como uno de los grupos sociales más golpeados por la pobreza.

El informe indicó que los profesores al servicio del Estado ganan un sueldo mensual medio de 150 dólares, con lo que no se cubren las necesidades básicas de una familia.

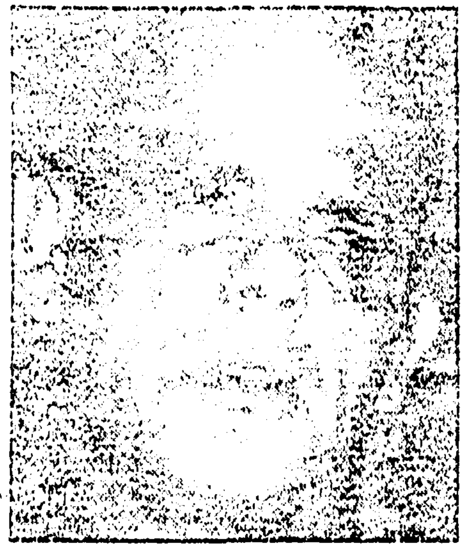
El Gobierno mejorará este año los salarios de los maestros, según el proyecto de Carta de Intención con el Fondo Monetario Internacional (FMI), conocido la semana pasada, pero se desconoce cuándo y en qué porcentaje se dará el aumento.

La huelga del martes afectará a todas las escuelas públicas y a los servicios básicos y administrativos del Ministerio de Educación, debido a que el SUTEP agrupa a maestros y empleados de ese sector.

9406302

Nº. DOCUMENTO 9406303
TITULO Amplio triunfo de la derecha (PSC) en elecciones legislativas ecuatorianas
PROCEDENCIA 150023
FECHA 2/5/94
VINCULACION 65838
11164
11302
11437

Amplio triunfo de la derecha en las elecciones legislativas ecuatorianas



El ex General Frank Vargas Pazzos, líder de la intentona golpista de 1987, obtuvo una banca como legislador en las elecciones realizadas ayer en Ecuador.

Con una rotunda derrota del oficialismo, un amplio triunfo de la derecha, representada por el Partido Social Cristiano (PSC), y un repunte del populismo, concluyeron ayer los comicios para renovar el Congreso unicameral de Ecuador, donde ya se vislumbra una cerrada oposición al Presidente Sixto Durán-Ballén.

QUITO/ANSA Y EFE

De un total de 65 diputados provinciales, el PSC obtuvo un total de 24 escaños, mientras que el populismo del Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE), se constituyó en la segunda fuerza política al ganar 10 diputados.

Los comicios se cumplieron en las 21 provincias ecuatorianas, donde se observó una relativa apatía y también hechos violentos entre partidarios, según versiones radiales y de televisión.

Denuncias de atentados y amenazas de bomba en recintos electorales y algunas anomalías en las juntas receptoras de los votos marcaron la jornada electoral en la que 6,1 millones de ecuatorianos acudieron a votar.

La jornada mostró también un alto porcentaje de votos anulados, que llegaron casi al 15 por ciento, mientras que los sufragios en blanco representaron el 5 por ciento. Además se eligieron 54 consejeros provinciales y 607 concejales municipales para un período de dos años.

De acuerdo a los cómputos, aún extraoficiales, el marxista y prochino Movimiento Popular Democrático (MPD) quedó como tercera fuerza política después de que, sorpresivamente, logró seis escaños y casi el 7 por ciento de los votos.

Del resto de los partidos de tendencia izquierdista (cinco), solo el Socialista alcanzó un puesto en el Congreso, pero el tradicional Partido Comunista, de la línea de la ex Unión Soviética, sumó una catastrófica derrota. Otra de las sorpresas fue la obtención de dos escaños por parte de Acción Popular Revolucionaria Ecuatoriana. El APRE es un partido nuevo conformado por estudiantes, trabajadores, intelectuales, desempleados y subempleados. Se declara de izquierda pero no profesa ideas marxistas. Una de estas dos bancas es para el ex General rebelde Frank Vargas Pazzos, que en 1987 intentó dar un golpe de estado contra el entonces Presidente León Febres Cordero.

En la centroizquierda la situación tampoco fue tan halagadora. La Democracia Popular (DP), nombre ecuatoriano de los democristianos, obtuvo apenas tres diputados, pese a que por el cociente eliminador aún mantenía posibilidades de lograr otro puesto.

La Izquierda Democrática (socialdemócrata), que gobernó entre 1988 y 1992, apenas logró seis diputados.

En el oficialismo, el Partido Unidad Republicana, del jefe de Estado, logró sólo dos escaños. Su aliado, el Partido Conservador del Vicepresidente Alberto Dahik, tuvo mejor suerte con seis legisladores electos.

01-04

9406303

Nº ...
TITU...
PRO... 150023
FECHA ... 2/5/94
VINCULACI... 65838

Gobierno ecuatoriano derrotado en comicios para renovar el Congreso

2/5 LR

Quito (ANSA)
por Fernando Larenas

■ Con una rotunda derrota del oficialismo, un amplio triunfo de la derecha, representada por el Partido Social Cristiano (PSC) y un repunte del populismo, concluyeron ayer los comicios para renovar el Congreso unicameral de Ecuador, donde ya se vislumbra una cerrada oposición al presidente Sixto Durán-Ballén.

De un total de 65 diputados provinciales, el PSC obtuvo un total de veinticuatro escaños gracias al 26 por ciento de los votos, mientras que el populismo del Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE), se constituyó en la segunda fuerza política al ganar diez diputados, y el 10,5 por ciento de los sufragios.

Los comicios se cumplieron en las veintiuna provincias ecuatorianas, donde se observó una relativa apatía y también hechos violentos entre partidarios, sobre todo en Esmeraldas, 200 quilómetros al norte de la capital, donde murieron dos personas y varias resultaron heridas, según versiones radiales y de televisión.

De acuerdo a las mismas versiones, en Vilcabamba, 400 quilómetros al sur de Quito, un ómnibus repleto de partidarios de un partido político se volcó, dejando un saldo de un muerto y ocho heridos.

Denuncias de atentados y amenazas de bomba en recintos electorales y algunas anomalías en las juntas receptoras de los votos marcaron la jornada electoral en la que 6,1 millones de ecuatorianos acudieron a votar.

La jornada mostró también un alto porcentaje de votos anulados, que llegaron casi al 15 por ciento, mientras que los sufragios en blanco representaron el 5 por ciento.

Además se eligieron 54 consejeros provinciales, y 607 concejales municipales, para un período de dos años.

De acuerdo a los cómputos, aun extraoficiales, el marxista y pro chino Movimiento Popular Democrático (MPD) quedó como tercera fuerza política después de que, sorpresivamente, logró seis escaños y casi el 7 por ciento de los votos.

Del resto de los partidos de tendencia izquierdista (cinco), sólo el Socialista alcanzó un puesto en el Congreso, pero el tradicional Partido Comunista, de la línea de la ex Unión Soviética, consumó una catastrófica derrota.

En la centroizquierda la situación tampoco fue tan halagadora. La Democracia Popular (DP), nombre ecuatoriano de los democristianos, obtuvo apenas tres diputados, pese a que por el cociente eliminador aún mantenía posibilidades de lograr otro puesto.

La Izquierda Democrática (socialdemócrata), que gobernó entre 1988 y 1992, aún no se recupera del desprestigio de haber gobernado al país durante la peor crisis económica y apenas logró seis diputados.

Para el PSC la situación quedó expectante frente a los comicios presidenciales de 1996 con su líder Jaime Nebot, que se vislumbra como uno de los principales sucesores de Durán-Ballén.

En el oficialismo, el Partido Unidad Republicana, del jefe de Estado, logró sólo dos escaños. Su aliado, el Partido Conservador del vicepresidente Alberto Dahik, tuvo mejor suerte con seis legisladores electos.

Otros partidos de tendencia centrista y de orientación populista como Concentración de Fuerzas Populares, Frente Radical Alfarista y Acción Popular Revolucionaria obtuvieron cada uno dos diputados.

El resto de los partidos políticos (existen 17) no obtuvo puestos en el Congreso.

02

9406303

Nº. DOCUM.
TITULO
PROCED. 150023
FECHA 3/5/94
VINCULADO 65838

Frank Vargas Pazzos, el militar que en 1986 secuestró al presidente León Febres Cordero, triunfa en Quito

Surge nuevo líder político en Ecuador

3/5/LC

Quito (AFP)

■ Un nuevo líder político ecuatoriano surgió en las elecciones parlamentarias del domingo, el retirado teniente general del aire Frank Vargas Pazzos, que pese a una campaña sin recursos económicos, ganó ampliamente los comicios en Quito y comenzó a ser considerado por los analistas, como un futuro candidato presidencial con posibilidades.

Vargas Pazzos, 60 años, artífice de un levantamiento armado en 1986 contra el entonces presidente socialcristiano León Febres Cordero, podría asumir el liderazgo de un amplio frente nacional que desde hace un año se busca estructurar para hacer frente a la poderosa derecha que postulará al abogado guayaquileño Jaime Nebot Saadi.

El Partido Social Cristiano (PSC) que ha anunciado, desde ya, que presentará a Nebot en los comicios presidenciales de 1996, consolidó la víspera, su supremacía como la tienda política más poderosa del país, al conseguir 23 de las 65 diputaciones provinciales, cinco más que las conquistadas en 1992.

Para los analistas, el poderío del PSC sólo podrá ser enfrentado por una coalición de partidos de centro e izquierda.

Los propios dirigentes políticos de las minorías han impulsado la necesidad de buscar "una indispensable alianza" para complicar las aspiraciones de Nebot.

Ayer, al hacer un balance de los resultados electorales, se estableció, por ejemplo, que la socialdemócrata Izquierda Democrática (ID) y la democristiana Democracia Popular (DP), que se disputaban el liderazgo del frente nacional a constituirse, han resignado sus posibilidades ante los pobres resultados, abriendo paso a las aspiraciones de Vargas Pazzos.

La conformación de un gran frente motivó a los líderes de la ID y DP, los ex presidentes Rodrigo Borja (1988-92) y Osvaldo Hurtado (1981-84), a reconocer implícitamente que los comicios del domingo fueron unas primarias para definir el liderazgo del gran frente nacional que se está formando.

Vargas Pazzos —ex jefe del comando conjunto de las Fuerzas Armadas— fue candidato a la Presidencia de la República en 1988, sin contar con una estructura partidista nacional obteniendo un sorpresivo cuarto lugar, muy cerca de la tercera posición que alcanzó en ese momento, el actual mandatario, Sixto Durán Ballén.

Convertido en un tenaz opositor a Febres Cordero, el general Vargas Pazzos que siempre viste a lo Fidel Castro y, sin corbata, encabezó un secuestro al mandatario y a algunos miembros de su gabinete en una acción que se conoció como el "taurazo" porque ocurrió en la base militar de Taura, cerca de Guayaquil en 1986.

Aunque desde el principio aclaró que no se trataba de un golpe de Estado, sino en la necesidad de buscar cambios sociales y económicos, tras la mediación de la Iglesia y el Parlamento, liberó a Febres Cordero.

Una vez libre, el presidente sorpresivamente ordenó el arresto de Vargas Pazzos. Una semana más tarde, el militar protagonizó una nueva insubordinación tomándose una base aérea que once días después fue sofocada por el ejército apoyado por sus blindados, en un cruce de fuego que dejó varios muertos y heridos.

Sin contar con los recursos de otros de los 17 partidos políticos del país, Vargas Pazzos, condujo una modesta campaña, visitando personalmente las barriadas pobres, contra un marketing televisivo y radial persistente de sus contendores.

Para los analistas, Vargas Pazzos de no mediar su insurgencia, pudo ser el primer general del aire, escalafón militar al que ningún oficial de la aviación ha llegado.

Ahora como político, los mismos observadores estiman que deberá realizar un buen desempeño como diputado, estructurar su partido, Acción Patriótica Revolucionaria Ecuatoriana (APRE), de tinte nacionalista, para optar como un futuro candidato del gran frente de centro-izquierda.

Doc. OSCURO

9406303

Nº DOC
TITU
PREC 150025
FECHA 3/5/94
VINCULACI 65838

Triunfo socialcristiano y sorpresas en Ecuador

GRUPO DE DIARIOS AMERICA

QUITO (De El Comercio, para el Grupo de Diarios América).- El Partido Social Cristiano del ex presidente León Febres Cordero emergió como el gran triunfador en las elecciones legislativas realizadas el domingo en todo el Ecuador, al obtener 22 escaños de los 65 en disputa.

Sumados los tres diputados nacionales que siguen en funciones, el socialcristianismo contará con 25 legisladores, número que, sin embargo, está muy lejos de la mayoría absoluta en el Congreso, que es de 39 votos.

Las elecciones dieron resultados sorpresivos, al registrarse un retroceso de los partidos de centroizquierda, especialmente de Izquierda Democrática, del ex presidente Rodrigo Borja, que fue la primera fuerza política en 1988 y hoy ocupa apenas el cuarto lugar y logró sólo 6 diputados.

La mayor sorpresa ia dio el Movimiento Popular Democrático (MPD), de extrema izquierda, que se convirtió en la tercera fuerza política y vio crecer el número de diputados, de 2 que tuvo en 1992 a 7 que alcanzó en las elecciones del domingo, más un diputado nacional que sigue en el Congreso.

El MPD agrupa sobre todo al profesorado ecuatoriano, que a fines del año pasado protagonizó una huelga que duró dos meses, la cual, al final, le ha dado réditos políticos.

La jornada de srpresas siguió con el triunfo del general Frank Vargas Pazzos en la provincia de Pichincha, donde se encuentra Quito, la capital de la república.

Vargas surgió a la vida política cuando, siendo comandante de la fuerza aérea y jefe del Estado Mayor Conjunto de las fuerzas armadas se rebeló contra el gobierno de Febreso Cordero. Permaneció algunos meses en prisión, hasta que fue liberado tras el levantamiento de la base aérea de Taura contra el mismo mandatario.

Vargas fue dos veces acandidato a la presidencia de la república, pero no alcanzó mayor votación. En su perimera aparición como candidato a diputado logró una gran respuesta de la ciudadanía de Pichincha, que finalmente lo ha llevado al Congreso.

El Partido Roldosista que lidera Abdala Bucaram Ortiz obtuvo diez escaños en el Congreso, donde contará con un total de once legisladores.

LN 3/5/94

9406303

04-04

Nº. DOCU 9406304
TITULO Ecuador renegoció deuda externa
PROCED 150015
FECHA D 4/5/94
VINCULACI 65833
11161
11314

Ecuador renegoció deuda externa

4/5 LM.

El Presidente de Ecuador, Sixto Durán-Ballén, anunció oficialmente hoy que su Gobierno logró un acuerdo definitivo de renegociación de la deuda externa, con una reducción del 45 por ciento sobre el valor total y un plazo de pago de 30 años.

"Hemos logrado reestructurar el capital adeudado a 30 años con un descuento del 45 por ciento", dijo el jefe de Estado. El monto total de la deuda externa ecuatoriana bordea los 13.000 millones de dólares y los pagos fueron suspendidos en 1987, tras un terremoto que destruyó un oleoducto y paralizó las exportaciones petroleras.

Los intereses vencidos, que suman 2.200 millones de dólares, fueron refinanciados a 20 años con 10 de gracia, según el acuerdo logrado con la banca acreedora.

Una información adicional de la prensa local señala que la junta de directores del Fondo Monetario Internacional (FMI) conocerá mañana los detalles del acuerdo entre el comité de gestión y el equipo negociador ecuatoriano.

El acuerdo alcanzado se enmarca en las reglas del plan Brady y el FMI deberá dar la última "bendición" al acuerdo, publica hoy el matutino El Comercio. Los detalles de la renegociación se mantienen aún en secreto, pero se da por seguro la aprobación final del FMI, a más tardar mañana, sostiene el diario.

De los 13.000 millones de dólares, 7.500 millones corresponden al tramo de deuda comercial, incluidos los intereses atrasados acumulados desde enero de 1987.

Ecuador acumula reservas por 1.300 millones de dólares y redujo sustancialmente la inflación de un 60 a un 30 por ciento en un año y espera para fines de 1994 una tasa del 20 por ciento.

QUITO, (ANSA)-

9406304

Nº DOCUM. 9406305
TITUL. Empleados estatales, en huelga en Perú.
PROC. 150014
FECHA 4/5/94
VINCULACI. 66817
11165
13101

Mas de cincuenta mil empleados de los hospitales peruanos, en huelga 4/5/95

FUJIMORI Y EL MODELO PERUANO EN EL BANQUILLO

Los 55.000 empleados de los hospitales del Estado peruano iniciaron ayer martes, una huelga de tres días contra los «miserables» aumentos que les acaba de otorgar el Gobierno.

Al mismo tiempo, 10.000 trabajadores del sector petrolífero estatal volvieron ayer a sus labores tras un paro de 24 horas.

Consuelo Febrero, una dirigente de los huelguistas del sector de la Salud, señaló que durante las 72 horas del paro, habrá piquetes que atenderán las emergencias en los hospitales.

Los huelguistas piden mejores remuneraciones, que se ponga en libertad a algunos dirigentes detenidos y no se privatice el sector.

Los trabajadores señalaron que el ministro de Salud, Jaime Freundt, no quiere escuchar sus reclamos y por ello han optado por ir a la huelga.

Entretanto, unos 10.000 trabajadores de la empresa estatal Petróleos del Perú, volvieron hoy a sus labores tras realizar el lunes un paro de 24 horas.

Los trabajadores, según el secretario general de su sindicato, Miguel Freytas, se oponen a que la empresa sea vendida al sector privado pues señalan que en 1993 obtuvo ganancias de 86 millones de dólares y en 1994 podría llegar a los 200 millones.

El sindicato señaló que convocará paros más prolongados y luego una huelga general indefinida para que Petróleos del Perú continúe siendo propiedad del Estado y se mantenga la estabilidad laboral de sus 10.000 trabajadores.

9406305

01-01

Nº. DOC: 9406306
TITULO: Indígenas retienen producción agrícola como medida de protesta
ORIGEN: 15CO/4
FECHA: 18/5/94
VINCULOS: 65838
11164
11165
11414

Protestas de los índigenas y los campesinos ecuatorianos contra las medidas del presidente Sixto Durán-Ballén

RETIENEN EN ECUADOR LA PRODUCCION AGRICOLA

Los indígenas ecuatorianos iniciaron ayer martes la retención de su producción agrícola para impedir que llegue a las ciudades, en rechazo de un proyecto de reformas a la Ley Agraria presentado por el presidente Sixto Durán-Ballén.

El bloqueo de los productos agrarios se ampliará desde hoy miércoles, a una huelga indígena y campesina de 48 horas, apoyada por sindicatos y otras organizaciones urbanas, según una convocatoria del Frente de Defensa de la Soberanía Nacional, recientemente creado. El proyecto gubernamental se convertirá en ley y entrará en vigor el jueves, si hasta entonces el Congreso unicameral no lo niega, aprueba o modifica, al concluir el plazo perentorio de quince días previstos para los envíos "urgentes". El Frente de Defensa de la Soberanía Nacional está integrado,

entre otras organizaciones populares, por la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), una de cuyas asociadas, la Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza Amazónica (OPIP), calificó la iniciativa como una "declaración de guerra".

"Si los que se creen dueños de este país quieren enfrentarnos con esta virtual declaración de guerra, que se preparen muy bien para hacerlo porque vamos a defender nuestros derechos, nuestros territorios y nuestra vida con todos los recursos que sean necesarios, porque cada vez nos dejan menos que perder", advirtió la OPIP en una declaración pública.

9406306

01-01

Nº. DOCUM... 9406307 ✓
TITULO Mandatario de Panamá busca un consenso nacional.
PROCED... 150015
FECHA DE 12/5/94
VINCULACIONES 66718
11164
11302

El Mandatario de Panamá busca un consenso nacional

12/5/94.

Consciente de que iniciará su gestión apoyado por sólo un tercio de los votantes, el Presidente electo de Panamá, Ernesto Pérez Balladares, busca ahora consenso entre la oposición para el Gobierno que iniciará en setiembre.

PANAMA/ANSA

Balladares comenzó a diseñar un Gobierno de "reconciliación", en el que incluirá al opositor Juan Antonio Sosa como Procurador General y a Gabriel Lewis Galindo, crítico recalcitrante del antiguo régimen militar, como Canciller.

El Presidente electo, del Partido Revolucionario Democrático (PRD), antiguo brazo político del régimen militar, asumirá el 1º de setiembre con apoyo minoritario en el Parlamento, pues sólo tendrá un tercio de los legisladores a su favor.

El domingo, los panameños acudieron masivamente a votar en las primeras elecciones realmente libres del país, después de un cuarto de siglo de dominio militar.

El Ejército panameño fue desmantelado el 20 de diciembre de 1989, con la invasión militar estadounidense que derrocó al entonces Dictador General Manuel Noriega, y elevó al poder al actual Presidente, Guillermo Endara, del Partido Arnulfista.

Entonces, Endara prometió un Gobierno de "reconciliación y reconstrucción". Sin embargo, desató una ola de persecución contra miembros del PRD, para quedar como uno de los Mandatarios más impopulares en la historia de este país.

Pérez Balladares intentará la unidad nacional y, para ello, ha ofrecido dos Carteras ministeriales al Partido Arnulfista, que postuló a Mireya Moscoso de Gruber, segundo lugar en los comicios a menos de 4 por ciento del ganador.

En su estrategia, se entrevistó con el ex presidente del Partido Demócrata Cristiano, Ricardo Arias Calderón, lo que los observadores interpretaron como "una verdadera demostración de reconciliación".

Endara opositor

Guillermo Endara aseguró ayer que su partido, el Arnulfista, luchará desde la oposición en favor de "la libertad y la democracia".

"Hemos reconocido que perdimos" las pasadas elecciones presidenciales frente al Partido Revolucionario Democrático (PRD), "pero la historia no termina, sino se inicia", precisó Endara.

El Mandatario panameño indicó que la Presidenta del Partido Arnulfista, Mireya de Gruber, encabezará la oposición panameña para que en 1999 vuelva a ser candidata a la Presidencia.

Sin embargo, De Gruber, quien ocupó el segundo lugar en las pasadas elecciones indicó, por su parte, que aún es muy prematuro hablar de su posible nueva candidatura.

9406307

Nº. DOCUM. 9406308
TITULO Continúa la retirada de las tropas norteamericanas del canal de Panamá.
PROC. 150014
FECHA 24/5/94
VINCUL. 66718
11164
11398
~~66718~~
11163

Contínúa lentamente la retirada de las tropas norteamericanas de la zona del canal de Panamá

24/5/07

DIEZ MIL SOLDADOS YANQUIS EN PANAMA

Unos 1.300 soldados de EEUU y sus familias abandonarán la zona del canal de Panamá en los próximos meses como parte de la retirada gradual que finalizará en el año 2000, informaron ayer lunes fuentes del Pentágono.

El secretario de Defensa estadounidense, William Perry, visitará la zona del canal a finales de esta semana para conversar con el general Barry McCaffrey, jefe del Comando Sur del Ejército de EEUU, con asiento en Panamá, sobre la entrega de esas instalaciones al Gobierno de Panamá al mediodía del 31 de diciembre de 1999.

Según los Tratados del Canal de Panamá suscritos en 1977 por el entonces presidente estadounidense, el demócrata Jimmy Carter, y el líder panameño Omar Torrijos, ya fallecido, las instalaciones de la vía interoceánica y los militares bajo control de Estados Unidos pasarán por completo al país istmeño.

Para finales de 1995, las unidades militares estadounidenses, de aproximadamente 10.000 hombres, serán reducidas a unos 6.000, dijeron fuentes del departamento de Defensa y del Comando Sur, actual responsable de la seguridad de la vía interoceánica.

Unos 4.290 edificios y 31.161 hectáreas ahora bajo control de EEUU en la zona del canal de Panamá serán entregadas por Washington a los panameños en el año 2000.

A partir de ese año, sólo quedará en la nación istmeña un reducido grupo de infantes de Marina para la protección de la embajada estadounidense en la capital de Panamá.

Las autoridades militares de EEUU aún no han decidido dónde se instalará el Comando Sur, considerado vital para la estrategia militar del país en Latinoamérica.

9406308

Nº. DOCUMENTO 9406308
TITULO C.A. Pérez encarcelado por corrupción -
150090
FECHA 20/5/94
VINCULAR 67390 (2)
11164 (3)
11302 (1)

Luego de 57 años de militancia en «Acción Democrática» el ex presidente de Venezuela fue expulsado del mismo

21/5 C.S.

CARLOS ANDRES PEREZ EXPULSADO DE SU PARTIDO

El ex presidente de Venezuela Carlos Andrés Pérez fue excluído de Acción Democrática (AD) tras 57 años de militancia en el partido, dos días después de que la Corte Suprema de Justicia ordenara su detención dentro de un juicio que le sigue por malversación y peculado.

El Comité Ejecutivo Nacional de AD tomó esa decisión en una larga y tensa reunión que comenzó el jueves por la tarde y acabó viernes de madrugada.

La decisión del Comité Ejecutivo será sometida, posiblemente la próxima semana, al Comité Directivo Nacional del partido, que ha gobernado Venezuela 25 de los 36 años de vida democrática que lleva ininterrupidamente este país desde 1959. En AD se impuso la posición más radical de excluir a Pérez contra otra que propugnaba aguardar la sentencia de la Corte Suprema de Justicia en el proceso que desde hace un año le sigue a Pérez.

La exclusión se ha producido al cumplirse hoy un año desde que la Corte Suprema decidió, el 20 de mayo de 1993, que había motivos para enjuiciar a Pérez por malversación y peculado de 17,2 millones de dólares de fondos reservados del presupuesto secreto de seguridad.

Un día después Pérez fue suspendido por el Congreso de sus funciones de gobernante y el 31 de agosto siguiente el Parlamento lo destituyó.

La Corte Suprepa ordenó el miércoles pasado el encarcelamiento de Pérez, de dos ex ministros suyos y de tres colaboradores implicados en el mismo proceso.

El Futuro de Carlos Andrés se Torna Violeta

20/5 E.P.

CARACAS, 19 (EFE).— La presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro, está preocupada porque su persona se asocia al escándalo que ha llevado a la cárcel al ex presidente de Venezuela, Carlos Andrés Pérez, según afirmó el canciller venezolano, Miguel Angel Burelli.

Burelli dijo que, en su último encuentro con Chamorro, ésta le transmitió su preocupación y que él le explicó que en Venezuela la separación de poderes impide al Ejecutivo "manipular la verdad procesal".

"No sé que habrá en el proceso, pero nada puede hacer usted y nada puede hacer mi gobierno para evitar una referencia a su nombre", dijo Burelli que le respondió a Chamorro.

En Venezuela se da como un hecho que una parte de los fondos reservados para gastos secretos de seguridad fueron destinados a la "Operación Orquídea" mediante la que agentes de la policía de seguridad del Estado protegieron a Chamorro en 1990.

Pero la presidenta nicaragüense dijo que estas afirmaciones eran producto de "diatribas de carácter político, de las que hemos sido víctimas todos los gobernantes".

La magistrada de la Corte Suprema de Justicia Hildegard Rondón, planteó la posibilidad de que se solicite el testimonio de Chamorro e, incluso, que sea inculpada como presurta destinataria de los fondos secretos.

La prensa venezolana recuerda que en 1990 se dieron noticias de que agentes venezolanos estaban en Nicaragua como guardaespaldas de Chamorro.

Asimismo se afirmó que la Cancillería de Caracas entregó 50 pasaportes diplomáticos a esos agentes, que tenían también la supuesta misión de "formar e instruir una policía civil leal al nuevo gobierno", tras la salida del poder de los sandinistas.

En junio de 1990, el entonces canciller venezolano, Reinaldo Figueiredo, declaró que el secretario general de la ONU, todavía el peruano Javier Pérez de Cuéllar, solicitó a Caracas prorrogar la permanencia del contigente venezolano en Nicaragua "hasta el final de la desmovilización y desarme de 'la contra'".

Luego, ante una comisión parlamentaria, Figueiredo admitió que existía un programa de asistencia a Nicaragua, aunque sin revelar detalles, dijo que por tratarse "de una materia de competencia de otros despachos y no del Ministerio de Relaciones Exteriores".

Figueiredo, que vive en Suiza, está enjuiciado en el mismo caso por "malversación y peculado" que Pérez, así como también lo está el ministro del Interior de la época, Alejandro Izaguirre.

Pérez e Izaguirre ingresaron ayer en la misma prisión de El Junquito, en un suburbio de Caracas, por orden de la Corte Suprema de Justicia en cuyas manos está el proceso.

Encarcelaron a Carlos Andrés Pérez

19/5 E.P.

CARACAS, 18 (ANSA). — El dos veces presidente venezolano, Carlos Andrés Pérez, 72 años, fue recluido hoy en la cárcel "El Junquito" de Caracas, inmediatamente después que la Corte Suprema de Justicia le dictara auto de detención por peculado y malversación de 17 millones de dólares de la partida reservada a gastos de seguridad y defensa.

Pérez se presentó en la sede del máximo tribunal para conocer la sentencia y se puso a disposición de la policía técnica judicial, (PTJ), para ser reseñado y luego trasladado al sitio de reclusión, una cárcel común.

"Se ha consumado un atropello al derecho que ya nos esperábamos. He sido sometido a un tratamiento vejatorio, pero he cumplido con mi deber de ciudadano", declaró al salir de la sede policial con destino a la cárcel de "El Junquito", Pérez, quien ocupó la primera magistratura venezolana entre 1974-79 y 1989-94 como representante del Partido Acción Democrática.

El máximo tribunal venezolano dictó también autos de detención al ex ministro de Relaciones Interiores, Alejandro Izaguirre y al ex ministro de la Secretaría de la Presidencia de la República, Reinaldo Figueredo, este último en el exterior.



Laserfoto AP

Carlos Andrés Pérez es custodiado por la policía técnica judicial tras dictarse el auto de detención.

La Corte consideró también que los altos funcionarios del gobierno de Pérez, Carlos Vera y Osmar Barreto Leiva, actuaron con complicidad en malversación y peculado de los 17 millones de dólares de la partida secreta.

La Corte llegó a la conclusión de que había suficientes indicios de culpabilidad, después de conocer la ponencia del magistrado Ismael Rodríguez Zalazar, y dictó la prisión preventiva de Pérez.

El caso pasará ahora al juzgado de sustanciación, un órgano especial dependiente del Tribunal de Salvaguardia del Patrimonio Público, donde proseguirán las diligencias judiciales para confirmar o revocar la decisión del máximo tribunal.

Los delitos imputados a Pérez por malversación genérica y peculado doloso propio, están tipificados en la Ley de Salvaguardia del Patrimonio Público con penas de prisión de 6 meses a 3 años, mientras el peculado prevé condenas de 3 a 10 años de prisión.

9406309

01-02

Nº. DOCU
TITU
PRO 150024.
FECHA D 24/5/94
VINCULAC 6738O.

Preso por corrupción

CARLOS Andrés Pérez, el hombre que más fuertemente signó la historia reciente de Venezuela, se convirtió en el primer gobernante de la era democrática encarcelado y sometido a juicio por corrupción. Además, es la primera vez que un ex mandatario sudamericano es enviado a prisión para someterse a los tribunales, sin que se altere el orden constitucional.

Este trascendente juicio solo tiene un precedente cuando a comienzos de la década del 60 la joven democracia venezolana extraditó de los Estados Unidos, juzgó y condenó a diez años de prisión al general Marcos Pérez Jiménez, que había gobernado durante diez años hasta su derrocamiento en 1958.

La actuación de Carlos Andrés Pérez estuvo tan íntimamente ligada con los vaivenes políticos de Venezuela que su actual purgatorio en los estrados judiciales y su confinamiento pueden ser cotejados con la crisis de liderazgos y el agotamiento del modelo económico sobre el que se cimentó la estabilidad del sistema político bipartidista.

El hecho por el que se juzga al veterano ex mandatario junto a dos de sus colaboradores en su última gestión es la utilización en 1989 de una partida secreta de 17 millones de dólares, destinada en principio a gastos de seguridad interna, para respaldar a la presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro. Por esta y otras acusaciones de malversación y peculado, Pérez fue suspendido y destituido el año pasado de su segundo mandato presidencial, luego de haber gobernado entre 1974 y 1979 y regresado en 1989 al poder.

La historia latinoamericana está plagada de presidentes surgidos de la voluntad popular que terminaron en la cárcel, desterrados o asesinados como consecuencia de golpes de Estado, revoluciones y conjuras. El mismo destino corrieron innumerables dictadores, como víctimas de la misma vorágine de ajuricidad y violencia que en su momento encabezaron.

La posibilidad de establecer responsabilidades jurídicas para los responsables de violar el orden constitucional y los derechos de la ciudadanía tuvo decisiva influencia en la consolidación de las transiciones democráticas iniciadas en la pasada década. Por primera vez la discrecionalidad irrefrenable en el uso y abuso del poder tuvo sanción judicial imprescriptible. El ex dictador boliviano Luis García Meza, por ejemplo, fue apresado recientemente en el Brasil y, de ser extraditado, deberá responder ante los tribunales de su país por los delitos de sedición, abuso de autoridad, estafa y genocidio cometidos hace más de diez años.

La complejidad de esta transición entre el autoritarismo y el imperio de la ley tuvo nuevos mojones cuando democracias recién instaladas o jaqueadas por tremendas explosiones económicas y sociales pudieron resolver graves crisis políticas que involucraron a las más altas investiduras, a través de mecanismos constitucionales. Fue este el caso de Fernando Collor de Mello en el Brasil y también el de Carlos Andrés Pérez, que soportó durante el último tramo de su gobierno una revuelta civil y dos alzamientos militares, pero fue juzgado por los propios órganos republicanos y remplazado por decisión del Congreso.

Sea Pérez finalmente condenado o absuelto por la Justicia, reivindicado o cuestionado por la memoria histórica, hoy le toca protagonizar, en el banquillo de los acusados, la puesta a prueba de una justicia independiente y la posibilidad de dilucidar en los marcos de la legalidad y la Constitución, las sospechas de corrupción que inficionan las cumbres del poder. Se desarrolla en Venezuela un ejemplo de cuán relacionadas están en la actualidad la demanda social de honestidad pública, la seguridad jurídica y la afirmación de las instituciones democráticas, capaces como ninguna otra, si se las deja funcionar en plenitud, de trascender a los hombres elegidos para conducirlas.

9406309

02-02

Nº DOCU 940631O.V
TITULO Alarma por escasez de divisas en Venezuela
PRECED. 150015
FECHA 24/5/94.
VINCULACI 67310.
11161
11403

Venezuela: alarma por escasez de divisas

24/5 LM.

El director del Banco Central de Venezuela (BCV), Domingo Maza Zavala, afirmó que "hay una real escasez de divisas en el país", por lo que es necesario economizarlas y asignarlas a necesidades esenciales y a los pagos ineludibles del país".

"No hay, no puede haber divisas para la salida del capital en fuga, para calmar la sed de incertidumbre, ni para las importaciones accesorias, ni para sostener grandes trenes de vida en el exterior", subrayó el director del instituto emisor.

Recordó que gran parte de los dólares que ingresaron a Venezuela en las dos últimas décadas se han escapado al exterior "y han servido para que residentes venezolanos mantengan fortunas en el resto del mundo".

Atribuyó también al despilfarro en consumo suntuario, en importaciones superfluas y jolgorios en el exterior, la escasez de dólares que repercuten en las reservas internacionales. "Es el reciclaje perverso de los dineros del petróleo y de la deuda. Poco se ha incorporado en capacidad productiva, en infraestructura, en urbanización; nos queda algo así como la impresión de campamento minero, de mercado persa, de país en feria", puntualizó Maza Zavala.

Regulación del mercado

El director del Banco Central dijo que no se pueden demandar divisas para importación al mismo nivel que el año pasado. Si hay un reajuste de la demanda de divisas, para situarla a nivel normal, el precio de ellas se estabiliza y aun bajará, pero hay que reordenar el mercado para evitar situaciones difíciles, dijo. "Quienes juegan a la devaluación acelerada del bolívar no son, seguramente, aquellos que tienen negocios establecidos en Venezuela."

"Los especuladores y traficantes, los sedientos de dólares sin causa, no deben estar vinculados al país, sino jugando a la aventura, a la ruleta, al golpe de fortuna, pero pueden resultar frustrados y sancionados, porque el país tiene defensas, más allá de las contingencias", concluyó. Por su parte, la Cámara Venezolana de Alimentos, (CAVIDEA), advirtió que la restricción en la venta de dólares en la industria de alimentos puede crear desabastecimiento, "pues los inventarios alcanzan sólo para un mes".

El presidente de CAVIDEA, Simón Nobile, dijo que la restricción en la venta de dólares en la industria de alimentos superó el 50 por ciento de los pedidos de las divisas que se requieren para la importación de materia prima e insumos.

9406310

Nº. DOCUMENTO 9406311 ✓
TITULO Gob. de Chile y EEUU hablan sobre acuerdo de libre comercio.
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE ... 3/6/94
VINCULACION 65708-
1164 1161/11409
1138P 65810.

Santiago de Chile y Whashington hablan sobre acuerdo de libre comercio

CHILE NEGOCIA CON EL DUEÑO DEL CIRCO

La negociación preliminar para un probable acuerdo de libre comercio entre Chile y Estados Unidos empezó ayer jueves en Washington y se prolongará hasta hoy, informaron oficialmente las partes interesadas. 3/6 CT

En el preámbulo de las negociaciones ya se han levantado voces de preocupación ante la aparente preferencia del bilateralismo en materia comercial frente a la conveniencia del multilateralismo, como defiende el Gobierno de Canadá, firmante -con EEUU y México- del Tratado de Libre Comercio (TLC) de Norteamérica.

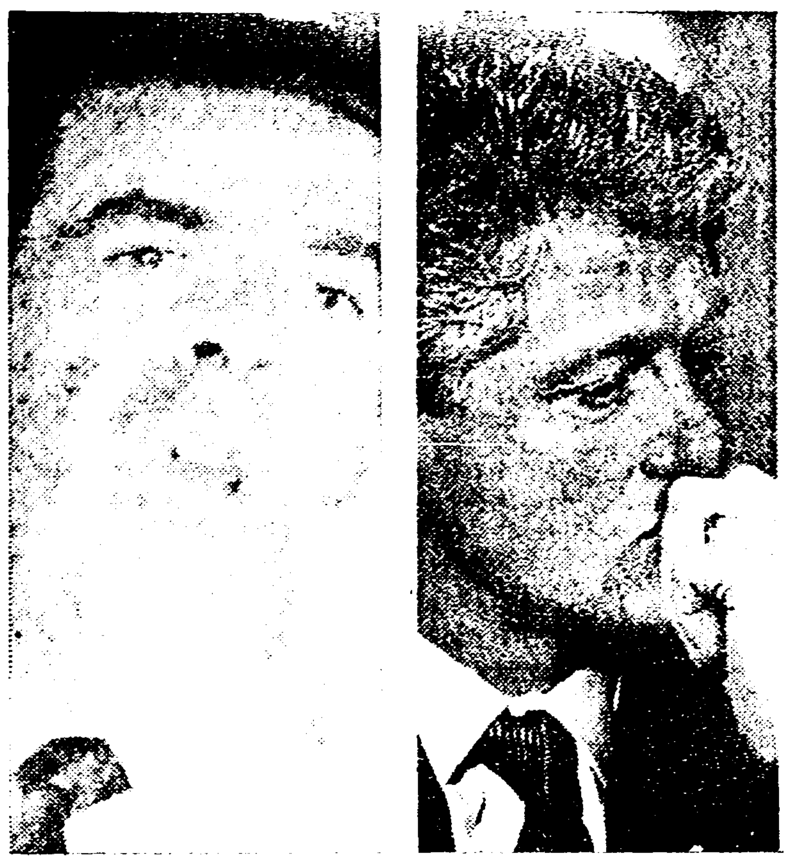
El proceso de negociación cobra importancia para Latinoamérica y el Caribe porque varias naciones han expresado interés en alcanzar un acuerdo comercial con EEUU.

El diálogo de dos días se centrará en la revisión de diversos aspectos en la legislación sobre inversiones y la identificación de las bases para un posible acuerdo sobre protección a las mismas, según las fuentes chilenas consultadas.

Por su parte, David Kurakane, portavoz de prensa de la Representación Comercial de EEUU (USTR), prefirió describir la reunión como una continuación de los contactos preliminares ya iniciados el año pasado con el Gobierno de Santiago.

Chile se ha convertido virtualmente en el primer país en la lista estadounidense para negociar un acuerdo de libre comercio.

Su Gobierno está entre la alternativa de optar por un acuerdo bilateral de libre comercio o su adhesión al TLC.



Los gobiernos de Chile y Estados Unidos hablan de «libre» comercio.

La misión chilena que se reúne en Washington está encabezada por Ricardo Vicuña e integrada por otros cuatros especialistas que cuentan con el apoyo de un grupo de abogados contratados por la embajada en Washington.

En el preludio de las negociaciones entre estadounidenses y chilenos, el Gobierno de Canadá ha expresado su preocupación por la posible inclinación hacia un acuerdo bilateral, en lugar del tratado enmarcado en el espíritu del multilateralismo.

Roy McLaren, ministro canadiense de Comercio Internacional, criticó esta semana en Nueva York a EEUU por su aparente preferencia del bilateralismo comercial y manifestó su preferencia por el TLC, que, en Latinoamérica, puede convertirse en el «núcleo para construir un orden global más dinámico y abierto».

McLaren acusó a EEUU de alentar el aislacionismo en contradicción con su firme apoyo a la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT).

Los expertos comerciales en Washington subrayan que la negociación de un acuerdo comercial bilateral daría margen a que EEUU consiga incorporar estrictas normas sobre estabilidad laboral, defensa del medio ambiente y tecnología.

Los temas laborales y medio ambiente se convirtieron en acuerdos complementarios dentro del TLC.

En el marco multilateral, esos intereses estadounidenses podrían ser negociados con mayor flexibilidad en favor de las naciones de mediana economía, como la chilena.

Isaac Cohen, director en Washington de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), comentó: «Ojalá que sea una negociación multilateral en lugar de una bilateral», por las ventajas y garantías que obtendría Chile y porque esta negociación servirá, seguramente, de base para otras naciones del continente.

Un acuerdo bilateral sentaría las bases para que EEUU se convierta en una especie de «rueda sin aros», donde las partes no estarían conectadas entre sí y quedarían a merced de las decisiones e intereses del núcleo.

La práctica de acuerdos bilaterales empleada después de la II Guerra Mundial fue nociva para los intereses de las naciones en desarrollo y empieza a ser sustituida por opciones multilateralistas, propugnadas en la Ronda Uruguay del Acuerdo General de Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT).

La asociación de sindicatos estadounidenses (AFL-CIO), que envió recientemente una delegación para estudiar el caso con las centrales chilenos, está a favor del bilateralismo, lo mismo que el líder de la mayoría demócrata en la Cámara de Representantes, Richard Gephard.

01-01

9406311

Nº. DOCUM. 9406312 V
TITULO Indicadores preocupantes en la economía chilena -
PROCED. 150007
FECHA 3/6/94
VINCULACI 65708.
11161
11300
11311

Indicadores preocupantes en la economía chilena

3/6 E.P.

Santiago de Chile, 2 junio - La persistencia de una alta tasa de inflación y el aumento del desempleo, así como una baja en los niveles de inversión, preocupan al Gobierno chileno y al sector privado, coincidieron hoy en señalar diversas autoridades y dirigentes empresariales.

La tasa inflacionaria anual se mantiene en un 12,7%, tras registrarse una variación del 1,4% en mayo, mientras el desempleo se elevó al 5,3%, con un incremento de 0,9 puntos en doce meses, según las cifras entregadas ayer miércoles por el Instituto Nacional de Estadísticas (INE).

Todo ello, junto a un crecimiento del Producto Interior Bruto (PIB) de sólo un 3,4% en el primer trimestre del año y a una persistente baja en el tipo de cambio, hace temer a los empresarios que el ajuste que las autoridades vienen aplicando desde hace un año se torne peligroso y que la economía chilena comience a perder su dinamismo.

El subsecretario chileno de Economía, Carlos Mladinic, afirmó que las últimas cifras demuestran que la lucha contra la inflación -uno de los principales objetivos del Gobierno y causa fundamental del ajuste- no es fácil y obliga a una extraordinaria disciplina y austeridad en los gastos públicos y privados. Mladinic descartó que la economía chilena haya caído en un sobreajuste y consideró "lógico" que las medidas destinadas a desacelerar el gasto se reflejen en un aumento del desempleo. Agregó que la autoridad mantiene su meta para este año de una tasa inflacionaria no superior al 11%.



Eduardo Frei. Empresarios temen que Chile pierda el dinamismo económico que lo caracterizó en la última década

Para el sector privado, en cambio, se necesitan medidas urgentes para que la marcha de la economía chilena no pierda el dinamismo que exhibe desde hace una década y pueda seguir creciendo a una tasa media del 6% anual.

Las principales organizaciones patronales, junto con la oposición derechista, han demandado un mayor esfuerzo del Estado en la reducción de sus gastos, que, a juicio de Mladinic, son el mayor obstáculo para una disminución importante de la inflación y una política más agresiva de privatización de empresas públicas. Asimismo, han demandado que el Banco Central reduzca los tipos de interés internos para abaratar el coste del crédito y revitalizar la inversión, que muestra un serio deterioro en lo que va de año, en el que un importante número de proyectos se encuentran paralizados por el alto precio del dinero.

El mantenimiento de los tipos de interés altos no ha logrado su objetivo de reducir la inflación y, en cambio, ha significado un menor crecimiento de la economía y una baja en las inversiones, por lo que lo lógico es cambiar de línea, señalaron fuentes de la Sociedad de Fomento Fabril.

Esta situación ha repercutido, además, en una persistente baja del tipo de cambio, que ha afectado principalmente a los exportadores, que ven reducidos sus ingresos y limitadas sus posibilidades de nuevos proyectos, a juicio de los directivos de la Asociación que los agrupa. No obstante, las autoridades del Banco Central y del Gobierno han reiterado que los actuales niveles de intereses se mantendrán hasta que haya señales claras de que la inflación ha tomado un curso decreciente. (EFE)

9406312

01-01

Nº. DOCUM. 9406313 ✓

TITULO Huelga de carboneros comerciantes y profesores en Arauco

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE ... 3/6/94

VINCULACI... 6570P

1165

11413

1161

11706

Toda la zona carbonífera del sur chileno, paralizada por las protestas de los trabajadores

HUELGA DE LOS CARBONEROS, COMERCIANTES Y PROFESORES EN ARAUCO

3/6 CJ

La zona carbonífera de Arauco, en el sur de Chile, se encuentra absolutamente paralizada por segundo día consecutivo a raíz de una huelga de los mineros, a la que se sumaron los gremios de transportes, el comercio, los profesores y otros sectores en protesta por la crítica situación de la industria.

Unos 600 mineros que ocuparon la mina "Victoria" en la ciudad de Lebu, a 660 kilómetros al sur de Santiago, permanecen encerrados a 700 metros de profundidad tras ocupar las galerías en las primeras horas del miércoles y los dirigentes sindicales anunciaron que permanecerán ahí hasta que el gobierno responda a sus demandas.

Los trabajadores demandan principalmente la continuidad de su fuente de trabajo, después que los expertos y el gobierno determinaron que la industria chilena del carbón está en una crisis terminal a causa del agotamiento de los yacimientos y los grandes costes de producción.

En la actualidad, en las minas de la estatal Empresa Nacional del Carbón el coste medio de producción es de 70 dólares por tonelada, en circunstancias que el carbón importado cuesta sesenta dólares.

Para afrontar la crisis, el gobierno ha diseñado un programa de reconversión, de largo plazo, que incluye la creación de nuevas fuentes productivas en la zona, principalmente en el sector pesquero y forestal, así como programas de capacitación de los trabajadores y estímulos económicos para que éstos renuncien voluntariamente a sus empleos.

Los sindicatos consideran que la industria carbonífera no está agotada y han presentado planes de reactivación de la misma, con la introducción de nuevas tecnologías para reducir los costes de producción.

9406313

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406314
TITULO Gira del Gral. Pinochet por Europa del Este.
PROCEDENCIA 150014
FECHA 5/6/94
VINCULACIONES 65708
11164
11378
11169

El ex dictador chileno y comandante de las Fuerzas Armadas de Chile repudiado en toda Europa

PINOCHET SALIO ANTES DE LO PENSADO DE PRAGA

5/6 LT

El comandante en jefe del Ejército chileno, Augusto Pinochet, partió en la tarde de ayer a las 17,20 horas (15,20 GMT) del aeropuerto de Praga, Ruzyñ, en dirección a Zurich, Suiza, en un vuelo regular de las aerolíneas de ese país.

El general Pinochet llegó a Praga el lunes 30 de mayo, al frente de una misión de expertos militares, invitado por la empresa exportadora Omnipol, para tratar de la compra de técnica militar para el Ejército chileno.

La presencia de Pinochet ha sido criticada por la mayoría de los partidos políticos y por los corresponsales de prensa acreditados en Praga, que difundieron una carta de protesta el día anterior a la llegada del ex dictador chileno a la capital checa.

El primer ministro, Vaclav Klaus, dijo, por su parte, que "nadie de mi Gobierno ha invitado a Pinochet ni tendrá ningún contacto oficial con él. Se trata de una visita privada con fines comerciales".

Todos los pasos dados por Pinochet y su comitiva por el territorio checo se guardaron en un total secreto y sólo circunstancias casuales permitieron saber algo de sus movimientos y lugares visitados.

Al final de la estancia en Praga tampoco se ha informado concretamente de los contactos comerciales mantenidos y tan sólo un representante de Omnipol, empresa que durante el comunismo monopolizó las exportaciones de armas a todo el mundo, afirmó que "no se han concretado ningunas compras".

Pinochet, según lo previsto, debió estar en Praga tres días, asistir a la exposición internacional de técnica militar IDET'94 y continuar su recorrido por Eslovaquia y Rusia.

Nada de eso fue posible debido al escándalo que le ha acompañado desde que llegó a Europa, que comenzó con la expulsión del hotel en que se alojó en Amsterdam.

Pinochet cosecha repulsa

* Fue expulsado de un hotel en Amsterdam, desairado por las autoridades checas, mientras que Rusia y Eslovenia le negaron la visa

4/6 LR

Santiago de Chile (ANSA)

■ El presidente del oficialista Partido Por la Democracia (PPD), el senador Sergio Bitar, propuso hoy que las giras al exterior del comandante en jefe del Ejército chileno, general Augusto Pinochet, sean coordinadas por la Cancillería a fin de evitar los bochornosos incidentes ocurridos durante su viaje por países europeos. El general Pinochet fue expulsado de un hotel de Amsterdam al ser descubierto con una identidad falsa. Luego fue desairado por las autoridades checas y 15 diputados de ese país le han exigido al primer ministro Vaclav Klaus, que ordene su expulsión y la de su comitiva.

Además, Eslovenia y Rusia le han negado visa de entrada. Pinochet ha insistido que lo ocurrido "se debe a la confabulación comunista. Los comunistas y los socialistas me odian porque soy, para ellos, un enemigo peligroso", respondió en Praga, donde permanecerá hasta el miércoles. De acuerdo a la actual Constitución aprobada bajo el régimen militar (1973-1990), el comandante en jefe del Ejército sólo informa de sus viajes al exterior y no necesita ni de la autorización del Ejecutivo ni del Parlamento.

Bitar dijo que encontraba "lamentable las informaciones que estamos leyendo en Chile, ya que no prestigian al país. Que un comandante en jefe sea sometido a expresiones de repudio no sólo afectan su posición personal, sino que es la imagen del país la que queda en cuestión".

Consultado por la identificación de Tancredo Guzmán utilizada por Pinochet en Holanda, Bitar dijo que "la cara de don Tancredo fue descubierta y nada se consiguió con cambiar nombres".

Recalcó que es la Cancillería la que debe manejar los viajes de Pinochet y coordinarlos con tiempo para evitar incidentes que puedan significar el descrédito a la buena imagen alcanzada por la política exterior de los gobiernos democráticos.

"Cuando un país está dando los pasos de la envergadura del presidente Eduardo Frei, quien visitará al presidente Bill Clinton el próximo 28 de junio, tenemos que evitar este tipo de percances", agregó.

En cambio, el diputado derechista Antonio Coloma justificó la utilización de identidades falsas. "Aquí hay un tema de seguridad, dijo, y no cabe duda que por su figura puede ser blanco de ataques. No sé si está bien o mal, pero es una medida de seguridad que se adopta en muchos casos".

Añadió que Pinochet "no ha tratado de engañar a nadie. Se trata de una medida de seguridad", insistió.

Impiden a Pinochet entrada a academia militar checa

3/6 EO

PRAGA Y SANTIAGO de Chile - El ministro de Defensa checo, Antonin Basudys, dio órdenes terminantes para impedir la prevista visita del general y ex presidente chileno Augusto Pinochet a la Academia del Ejército de Tierra de Vyskov (centro de Moravia), informó el viceministro de esa cartera por "no considerar adecuado que el Ejército checo mantenga ningún contacto con el general Pinochet". Varios diputados chilenos de la Concertación de Partidos por la Democracia, en el poder, presentaron un proyecto para que el Parlamento pida al Ministerio de Defensa un informe sobre el viaje de Pinochet.

Fuentes parlamentarias indicaron ayer que el informe deberá proporcionar todos los detalles sobre el objetivo de la gira del ex gobernante militar, la lista de todos los integrantes de su comitiva, el costo de la misma y su financiación. Pinochet encabeza una misión del Ejército que llegó el pasado lunes a Praga con el objetivo de inspeccionar equipos de armas para una eventual adquisición, pero su presencia originó agrias controversias en la República Checa. ■ *(EFE)*

9406314

N°. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULACION

REPUBLICA CHECA

Rechazo a Pinochet

PRAGA, 27 (EFE y AFP). — El presidente de la República Checa, Vaclav Havel, expresó hoy su contrariedad por la anunciada visita de tres días del general chileno Augusto Pinochet que se iniciará el lunes de la semana entrante.

"No me siento nada feliz de que la primera misión comercial chilena importante a la República Checa esté encabezada precisamente por el ex jefe de la junta militar chilena", dijo el presidente Havel.

El actual comandante en jefe del ejército chileno y dictador en el período 1973-1989 llegará a la República Checa como parte de una gira que lo llevará también a Gran Bretaña, Suiza, Eslovaquia y Rusia. El objetivo es adquirir armas y material militar para el ejército del país sudamericano.

La visita a Praga del general Pinochet se debe a una invitación de la sociedad Omnipol, que forma parte de un consorcio privado que en el período comunista fue el ente exportador monopólico de armas en la ex Checoslovaquia.

El presidente checo expresó su resignación y la imposibilidad de evitar la presencia de Pinochet en Praga. "Mi país quiere desarrollar buenas relaciones con Chile como país democrático que es", dijo al terminar anoche su primera visita oficial a Bratislava, Eslovaquia, como presidente.

Havel señaló que Pinochet encabeza la misión de expertos militares chilenos que tratará con el sector industrial militar sobre la cooperación entre los dos países, "pero no por invitación de ningún cargo constitucional checo, sino por un consorcio privado de empresas".

Igualmente el presidente eslovaco, Michal Kovac, recordó el "estricto rechazo" de la anterior administración del ex premier Vladimir Meciar a Pinochet.

Sin embargo, Kovac no excluyó la posibilidad de que el actual gobierno de Jozef Moravcik cambie esa actitud en caso de que se produzca la también anunciada visita de Pinochet a Eslovaquia.

La comunidad chilena en Praga teme que el "despiadado dictador" esté comprando armas para amenazar el proceso de Aylwin

Despierta rechazo visita de Augusto Pinochet

31/5 LR

Praga (ANSA)

■ El ex dictador chileno Augusto Pinochet llegó ayer a Praga con una delegación militar de su país, para realizar tratativas con una compañía especializada en exportación de armamento checo.

Pinochet, quien actualmente es comandante en jefe del Ejército de su país, fue reconocido el [illegible] dam e invitado a abandonar el hotel donde se alojaba, "por motivos de seguridad".

El ex dictador pasó la noche del jueves pasado en la ciudad holandesa, y el viernes fue invitado a dejar el hotel "Amstel" —donde se alojaba con un nombre falso—, cuyos responsables se dijeron incapaces de preservar la seguridad de Pinochet y mantener la de los demás huéspedes del establecimiento.

Por su parte, el Ministerio de Exteriores holandés negó que su gobierno tuviera alguna noticia sobre la presencia del ex dictador chileno en el país.

Las autoridades de Praga, en tanto, también se desvincularon de cualquier responsabilidad por la presencia de Pinochet en la República Checa, y subrayaron que se trata de una visita estrictamente privada.

El jefe de las Fuerzas Armadas chilenas fue invitado a Praga por la compañía Omnipol, sociedad checa exportadora de armas, con la cual el ex dictador prevé acordar la compra —entre otras cosas— de vehículos blindados.

Veintiocho periodistas extranjeros acreditados en Praga enviaron una carta de protesta al presidente, Vaclav Havel, y a la embajada chilena en Praga, por la presencia en el país del ex dictador.

También la comunidad chilena de Praga expresó —con un documento análogo— sus temores de que el "despiadado dictador" esté comprando armas con las cuales puede "amenazar el proceso democrático chileno reabierto por el presidente Patricio Aylwin".

Augusto Pinochet tomó el poder en 1973 con un golpe militar que derrocó el gobierno constitucional del presidente Salvador Allende, e impuso un régimen que duró hasta 1989 y que provocó las más encendidas críticas por parte de todas las organizaciones internacionales de derechos humanos.

9406314

02-02

Nº. DOC 9406315 ✓
TITULO EEUU renovó trato preferencial a China
PROCE 150090
FECHA DE 27/5/94
VINCULACI 65890.
11164
11399.
507638

EE. UU. renovó el trato preferencial a China

27/5 LN.

Privilegios: al hacer el anuncio, Clinton dijo que su gobierno ha dejado de vincular las relaciones comerciales con la situación de los derechos humanos en el país asiático.

WASHINGTON, 26 (AP).– El presidente Bill Clinton renovó hoy los privilegios comerciales a China y en un cambio de frente en su política exterior anunció que ha dejado de vincular el trato comercial con la situación de los derechos humanos en ese país.

"Hemos llegado al final de esa política inútil", dijo el presidente en una rueda de prensa.

Indicó que China había hecho progresos en importantes áreas de los derechos humanos pero no cumplió con la exigencia de realizar "progresos en todos los campos". Dijo que continuaban los graves abusos a los derechos humanos.

El presidente comentó que extender los privilegios comerciales "evitará el aislamiento de China y nos permitirá comprometer al pueblo chino".

Su afirmación se hizo eco de la posición del ex presidente George Bush, cuya política hacia China fue duramente criticada por Clinton durante la campaña presidencial.

Presiones empresariales

"Pienso que tenemos que ver nuestras relaciones con China dentro del amplio contexto de nuestras políticas en la región del Pacífico asiático", dijo el presidente.

Clinton se vio bajo intensa presión de intereses empresariales para ampliar los privilegios comerciales a China, la economía de más rápido crecimiento del mundo.

Las empresas norteamericanas exportan 8000 millones de dólares anuales en bienes a China.

"Estoy convencido de que la mejor forma de hacer avanzar la libertad en China es intensificar y ampliar sus relaciones con Pekín", agregó.

El anuncio del presidente marcó el final de un largo proceso que empezó hace un año cuando emitió una orden ejecutiva en la que dijo que la renovación el trato de nación más favorecida de China dependería de distintos cambios. El gobierno chino había dicho desde un primer momento que no aceptaría condiciones.

9406315

01-02

Nº. ...
TITU...
PROC: 150483
FECHA D: 20/5/94
VINCULACI: 65880.

EEUU decidió mantener el trato de Nación Más Favorecida a China

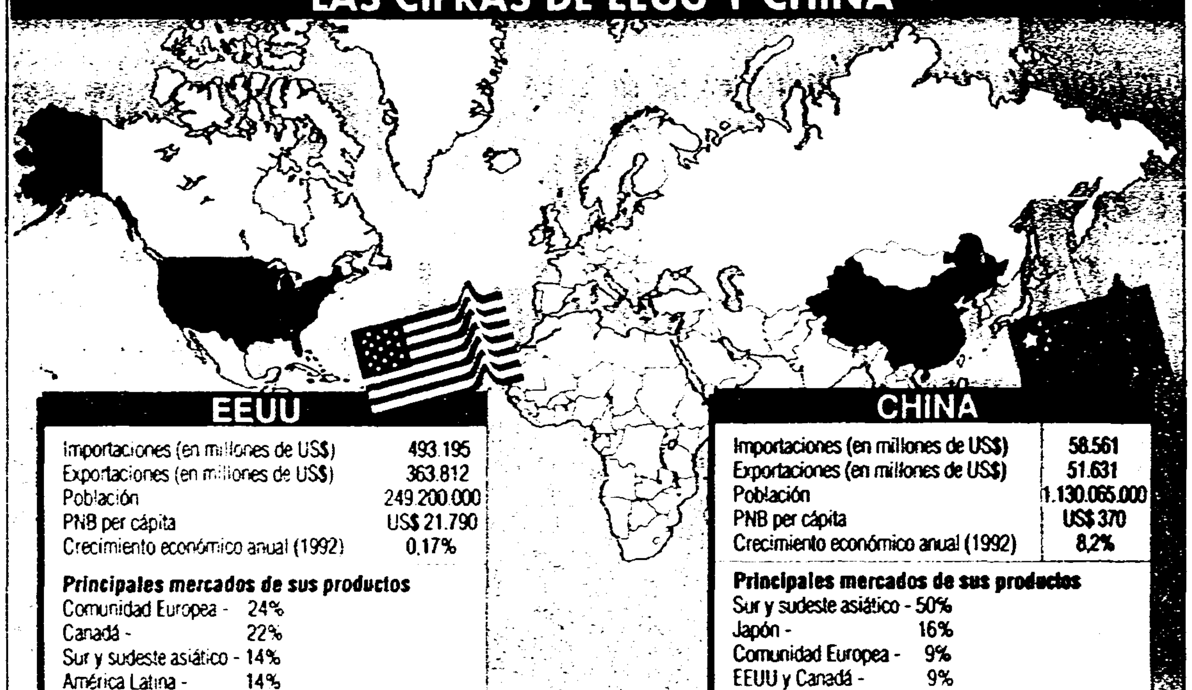
Clinton separó el comercio de la política

30/5 E.O.

En un brusco giro de sus promesas electorales, el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, concedió a China la semana pasada el status de Nación Más Favorecida (NMF). China había advertido que tomaría medidas unilaterales si Washington no renovaba los privilegios comerciales.

por Raúl Bareño
De la redacción de *El Observador*

LAS CIFRAS DE EEUU Y CHINA



EEUU

Importaciones (en millones de US$)	493.195
Exportaciones (en millones de US$)	363.812
Población	249.200.000
PNB per cápita	US$ 21.790
Crecimiento económico anual (1992)	0,17%

Principales mercados de sus productos
Comunidad Europea - 24%
Canadá - 22%
Sur y sudeste asiático - 14%
América Latina - 14%

CHINA

Importaciones (en millones de US$)	58.561
Exportaciones (en millones de US$)	51.631
Población	1.130.065.000
PNB per cápita	US$ 370
Crecimiento económico anual (1992)	8,2%

Principales mercados de sus productos
Sur y sudeste asiático - 50%
Japón - 16%
Comunidad Europea - 9%
EEUU y Canadá - 9%

En su campaña presidencial, Clinton había manifestado su intención política de presionar comercialmente a los países —que como China— incurran en violaciones de los derechos humanos.

El año pasado el presidente estadounidense señaló que China debía demostrar "un progreso significativo general" en el terreno de los derechos humanos para que le fueran renovados los privilegios comerciales de parte de Washington.

Ahora, Clinton justificó su decisión de cambiar el status como una forma de evitar el aislamiento de China, aunque al mismo tiempo prometió que la Casa Blanca continuará presionando a Beijing para que cumpla con el respeto a los derechos humanos básicos de sus ciudadanos.

La actual política estadounidense impulsada por Clinton refleja la posición defendida por el ex presidente George Bush en este tema y criticado por el propio Clinton en su campaña presidencial de 1992.

El actual gobierno estadounidense había estado bajo fuerte presión de sectores que defienden los intereses comerciales estadounidenses, para que prorrogara los privilegios comerciales del país asiático. Empresas estadounidenses exportan a China alrededor de US$ 8.000 millones al año, lo que representa fuentes de trabajo para alrededor de 150.000 ciudadanos estadounidenses.

Pero a pesar de la apertura comercial, el presidente Clinton se mostró firme en su determinación de prohibir la exportación de equipos y tecnología de aplicación militar hacia Beijing.

La decisión de la Casa Blanca, según Clinton, ofrece la oportunidad de sentar las bases para un progreso sostenido, a largo plazo, para el avance del respeto de los derechos humanos, y para el avance de otros intereses estadounidenses en China, aunque no fueron especificados.

La condición de Nación Más Favorecida es consignada por Washington a la mayoría de sus socios comerciales, lo que les permite exportar bienes a Estados Unidos con el nivel más bajo de aranceles.

Los empresarios estadounidenses han presionado al gobierno para que se tenga en consideración el comercio por encima de las diferencias políticas sobre el tema de los derechos humanos. China es la economía de crecimiento más rápida del mundo y exporta alrededor de US$ 30.000 millones anuales al mercado estadounidense lo que le deja beneficios económicos importantes y un superávit comercial holgado en el comercio bilateral. Estas cifras representan alrededor del 60% de las importaciones totales estadounidenses.

La nueva política estadounidense hacia China significa en la práctica el abandono de políticas anteriores, que apuntaron a la presión, e incluso la confrontación, para forzar al gobierno chino a dar un mejor trato a sus disidentes políticos.

El retorno al pragmatismo, que caracterizó la política del republicano George Bush, fue la salida que encontró el demócrata Bill Clinton para darle el status de Nación Más Favorecida a China, "olvidando" que en su campaña hacia la Casa Blanca había acusado a su predecesor de "mimar" y dar preferencias a las autoridades chinas. ■

9406315

02-02

Nº. DOCUM 9406316

TITULO Una empresa privada de EE UU explotará cobre junto a Codelco.

PROCE. 150024

FECHA D 27/5/94

VINCULACI 65880

11164

11390

65909

11161

EE.UU. entra en el cobre chileno

27/5 E-C.

SANTIAGO, Chile, (AP, EFE y Reuter). — Por primera vez en su historia, **Codelco (la estatal Corporación del Cobre de Chile, la principal empresa del país y la mayor productora mundial de cobre)** llegó a un acuerdo de asociación con una empresa privada, **y explotará junto a la estadounidense Cyprus el nuevo yacimiento de cobre "El Abra".**

El presidente de la compañía, **Juan Villarzú**, señaló que el acuerdo prevé que Cyprus sea el socio mayoritario de la sociedad, con un 51% de la propiedad, por el que pagará 330 millones de dólares en junio, cuando firme el contrato.

El acuerdo incluye un **plan de inversiones por 1.000 millones de dólares** para la financiación del proyecto, que será de total responsabilidad de Cyprus, que prestará directamente a la nueva sociedad 299 millones de dólares y garantizará la obtención de créditos bancarios por otros 699 millones

Al principio Coldelco había iniciado negociaciones con Cyprus y la canadiense **Lac Minerals**, y ambas habían alcanzado un acuerdo para quedarse con el 51% del nuevo emprendimiento por un monto de 404 millones de dólares. Al retirarse los canadienses, por críticas a la ley por la cual el ex presidente **Patricio Aylwin** habilitó este tipo de asociaciones para Coldelco, la operación se trabó hasta ahora y resultó en un menor monto de inversión.

Aquella ley rompió con la tradicional estructura de Codelco como empresa estatal (y principal fuente de riqueza del país), algo que **ni siquiera la dictadura militar**, que abrió el camino del neoliberalismo en Chile, se atrevió a hacer. No sólo por tratarse de la principal fuente de riqueza del país, sino porque las **fuerzas armadas comenzaron a retirar el 10% de sus ventas totales** (antes del golpe de 1973 sólo retiraban 10% pero de las ganancias).

Los cuatro yacimientos de Codelco fueron resultado de la nacionalización que el gobierno de la **Unidad Popular**, encabezado por el socialista **Salvador Allende**, aprobó en 1971.

Villarzú señaló que la mina El Abra producirá 225.000 toneladas de cobre fino a partir de julio de 1997 y que el proyecto dará empleo a 3.000 personas durante la fase de construcción y proveerá 600 puestos de trabajo permanente en la fase de operación.

La mina, situada en Antofagasta, posee 700.000 toneladas en reservas de óxidos de cobre, y se ha calculado un costo de producción inferior a 50 centavos de dólar por libra de cobre fino, lo que la hace **altamente rentable.**

La iniciativa, se comentó, es también una posibilidad **de revertir una difícil situación financiera** que se vive desde principios de año, cuando Codelco fue **afectada por un escándalo** que derivó **en pérdidas por 200 millones de dólares en operaciones a futuro**, que investiga la Justicia.

9406316

Nº. DOCU 9406317
TITULO Estrechan vínculos EEUU y Vietnam
PROCE 150025
FECHA D 27/5/94
VINCULAC 65890
11164
11399
507674

Estrechan vínculos EE. UU. y Vietnam

27/5LN

Acuerdo: ambos países, enfrentados en la guerra hace 20 años, establecerán misiones diplomáticas como paso previo a la normalización de relaciones.

HANOI, 26 (AP).- Vietnam y los Estados Unidos convinieron establecer misiones diplomáticas, "un paso importante hacia la normalización de relaciones", anunció hoy la cancillería norteamericana.

El acuerdo se produce veinte años después de que ambos países libraron una cruenta guerra, que costó las vidas de unos sesenta mil norteamericanos y alrededor de dos millones de vietnamitas.

La cancillería informó que el 20 y el 21 del actual, el secretario de Estado asistente, Winston Lord, y el vicecanciller vietnamita, Le Mai, "intercambiaron cartas en las que coinciden en el establecimiento de oficinas de representantes", como "un paso de transición hacia las relaciones diplomáticas plenas".

No se divulgó oficialmente cuándo abrirán las oficinas, pero se estima que estarían operando dentro de dos o tres meses.

(Más información en la Pág. 2)

Acercamiento entre Vietnam y EE. UU.

27/5LN.

Lazos: ambos países acordaron enviar representantes diplomáticos a las respectivas capitales, paso decisivo para normalizar sus relaciones.

HANOI, Vietnam, 26 (AP).- Vietnam y los Estados Unidos convinieron establecer misiones diplomáticas, "un paso importante hacia la normalización de relaciones", anunció hoy la cancillería norteamericana.

El acuerdo se produce veinte años después de que ambos países libraron una cruenta guerra, que dividió las opiniones en los Estados Unidos, y que costó las vidas de unos sesenta mil norteamericanos y alrededor de dos millones de vietnamitas.

La cancillería informó que el 20 y el 21 de mayo, el secretario de Estado asistente, Winston Lord, y el vicecanciller vietnamita, Le Mai, "intercambiaron cartas en las que coinciden en el establecimiento de oficinas de representantes en sus respectivas capitales".

Le Mai había descripto anteriormente las misiones diplomáticas como "un paso de transición hacia las relaciones diplomáticas plenas".

La declaración de la cancillería no dice cuándo abrirán las oficinas, pero otros funcionarios han dicho que estarían operando dentro de dos o tres meses.

Soldados desaparecidos

Funcionarios vietnamitas y norteamericanos dijeron que las oficinas manejarán cuestiones de comercio y negocios, turismo y cultura, y contribuirán a toda posible determinación del paradero de los 2233 norteamericanos desaparecidos en la guerra. Vietnam, por su parte, calcula en unos 300.000 sus propios soldados desaparecidos.

El gobierno de Bill Clinton ha puesto, como requisito para el establecimiento de relaciones diplomáticas, que Vietnam suministre más información sobre los desaparecidos y que mejore su situación sobre los derechos humanos.

Clinton ha dicho que su misión en Hanoi lidiará con cuestiones de los derechos humanos.

Clinton anunció los planes para establecer las oficinas de enlace cuando levantó el embargo comercial de 19 años contra Vietnam el 3 de febrero. Poco después, Lord atestiguó ante el Congreso que el respeto vietnamita por los derechos humanos sería importante para normalizar las relaciones con los Estados Unidos.

Apertura del mercado

HANOI, Vietnam, 26 (AP).- El viceprimer ministro Phan Van Jai, a menudo considerado el arquitecto de las reformas económicas vietnamitas, dijo hoy que esta nación comunista deberá adaptarse a los rigores del libre mercado tanto en el interior como en el extranjero.

Vietnam anticipa que su economía crecerá al menos un 8 por ciento este año y que aumentará por lo menos otro 10 por ciento en los años siguientes, dijo Jai en un informe a la Asamblea Nacional sobre los progresos económicos y políticos.

Firma petrolera

LOS ANGELES, 26 (AFP).- El gobierno vietnamita aprobó la participación de la empresa norteamericana Occidental Patroleum en la explotación de un yacimiento petrolífero del sur del Mar de China, anunció hoy la firma.

Se trata de la primera petrolera norteamericana que trabajará en Vietnam desde principios de año, cuando los Estados Unidos levantaron el embargo.

9406317

Nº. DOCUMENTO 9406318
TITULO Cambio en la política económica de EEUU
PROCEDENCIA 150007
FECHA 28/5/94
VINCULACIONES 65880.
11161
11392

■ La administración del presidente Clinton se ha decidido a procesar un cambio de política económica. Esta nota expone las causas y analiza las perspectivas.

Buscan Estabilizar Mercados Financieros a Costa de la Expansión Económica Rápida

The New York Times

WASHINGTON.— Después de un año y medio de buscar un crecimiento económico más rápido, la Administración Clinton ha cambiado ahora de camino, aunque renuentemente, dando prioridad a la estabilidad de los mercados financieros a costa de la expansión económica rápida.

Los funcionarios de la Administración ya no promueven las tasas de interés bajas y un dólar a la baja. La salud económica, combinada con incertidumbres políticas que han llevado a un dólar ya de por sí débil a una caída mayor, ha hecho que la Administración abandone esas políticas anteriores.

Las fuerzas que impulsan el cambio se hicieron más claras la semana pasada, cuando la caída del dólar obligó a 16 países a venir a su rescate más tarde, las cifras del empleo en Estados Unidos aportaron nueva evidencia de que la recuperación lenta y sin empleos que comenzó en 1993 ni era ahora lenta ni sin empleos.

Como resultado, los funcionarios parecen ahora resignados a tener unas tasas más altas y un dólar fuerte... dos políticas que frenarán a la economía y afectarán a la creación de empleos este año.

El cambio ha sido expresado más claramente por el secretario del Tesoro Lloyd Bentsen. Expresó sin afán de crítica hace tres semanas su expectativa de mayores incrementos en las tasas de interés a corto plazo hasta de medio punto de porcentaje, por parte de la Reserva Federal. Y el miércoles, organizó el rescate internacional del dólar.

"Esta Administración no ve ninguna ventaja en una moneda subvaluada", dijo entonces.

La meta del cambio de política no es detener la recuperación. El objetivo es hacer todo lo que sea posible para asegurar que la expansión económica sea tan prolongada y libre de inflación como sea posible... durando idealmente hasta las próximas elecciones presidenciales en 1996.

"El crecimiento es bueno para esta sociedad siempre y cuando no sobrepase el punto e disparar la inflación", dijo Alan S. Binder, uno de los economistas más influyentes de la Administración, en su comparecencia ante un comité del Congreso el viernes.

Pero Blinder, economista de la Universidad de Princeton y miembro del Consejo de Asesores Económicos de la Casa Blanca que fue designado por el presidente Clinton para ser el próximo vicepresidente de la Fed, ofreció una definición extraordinariamente cautelosa, al menos para un demócrata, de que tanto crecimiento podría disparar la inflación. Si el crecimiento persiste durante más de dos años a un ritmo anual de un 3 por ciento (que es una tasa bastante modesta) entonces la inflación podría reanudarse, advirtió.

El cambio de la Administración Clinton podría resultar impopular entre los liberales demócratas que han criticado a la Fed por sus incrementos en las tasas, pero va de acuerdo con la meta política de Clinton de ubicarse como un demócrata que no es temido en Wall Street.

Más básicamente, refleja un cambio básico en el punto de vista de la Administración de donde están los verdaderos riesgos en la economía. En la campaña presidencial de 1992, Clinton hizo de la resucitación de una economía moribunda su promesa central y habló de estimular la economía con programas de gastos federales, generalmente descritos como inversiones.'

"Tenemos que hacer bajar el déficit y hacer que nuestra economía efectúe estos tipos de inversiones para poder alcanzar la clase de riqueza y empleos e ingresos que necesitamos en Estados Unidos, dijo en un debate presidencial el 16 de octubre de 1992.

Esas palabras se desvanecieron una vez en el poder, particularmente después que los congresistas republicanos derrotaron la propuesta de estímulo económico del Presidente hace un año. Funcionarios de la Administración comenzaron entonces a volver la vista hacia las bajas tasas de interés como el motor para la recuperación.

Pero, como dijo Blinder el viernes, en aquella fecha, buscar un crecimiento más rápido mediante el sostenimiento de las tasas bajas significaba poco riesgo de inflación, mientras que el crecimiento lento planteaba un pelibro más fuerte de tener a millones de norteamericanos sin empleo.

Ahora, dijo, la economía está tan cerca de producir a su máxima capacidad que la inflación se ha vuelto algo más que una preocupación. El crecimiento demasiado rápido es ahora tan peligroso como el crecimiento que es demasiado lento". "Los riesgos ya no son para un solo lado", dijo Blinder.

(c) 1994 The New York Times News Service



Presidente Clinton: abandonando políticas anteriores.

28/5E.P.

01-01

9406318.

Nº. DOCU 9406318
TITULO EEUU redujo gastos militares
PROCEDE 150015
FECHA DE 31/5/94
VINCULACIÓN 65880
11163
11332

Caen gastos militares en Estados Unidos

31/5 CM.

Estados Unidos fue la nación que más redujo su presupuesto de gastos militares entre 1987 y 1991, con 59.000 millones de dólares menos, pero en América Latina Brasil registró un sustancial incremento de más de 1.000 millones de dólares.

NUEVA YORK/ANSA

Lo reveló la agencia gubernamental norteamericana para el Control de los Armamentos y el Desarme, cuyo informe publicó ayer el diario New York Times.

Los gastos militares norteamericanos bajaron, en efecto, de 339.300 millones a 280.300 millones de dólares, pero el diario destaca que el Ejército Rojo fue el que experimentó la más notoria reducción.

En 1987, antes del colapso del muro de Berlín, la Unión Soviética tenía 3,9 millones de militares, y la actual previsión del Ministerio de Defensa ruso es reducir 2,1 millones de hombres.

De acuerdo con el comentario editorial del prestigioso New York Times, en América Latina Brasil registró entre 1987 y 1991 un sustancial aumento de 1.095 millones de dólares, al pasar de 4.201 a 5.295 millones de dólares. La Argentina mostró, en cambio, un pronunciado retroceso en el mismo período: de 4.645 a 2.449 millones de dólares.

China, uno de los más elevados presupuestos militares del planeta, también verificó un aumento de casi 2.000 millones de dólares (pasó de 48.970 en 1987 a 51.040 millones de dólares en 1991), al igual que sus vecinos y rivales, Taiwan, Corea del Sur y Pakistán, que aumentaron respectivamente sus gastos de 6.543 a 9.748, de 8.627 a 10.580 y de 2.342 a 2.672 millones de dólares en el cuadrienio.

En la extensa nómina, que también incluye a Francia, Gran Bretaña e India, se registra una fuerte caída en el nivel de tropas y en la relación de militares enrolados respecto de la población. Las excepciones son Norte y Sur Corea, Taiwan y Pakistán.

Según el informe de la agencia para el Control del Armamentismo, Argentina bajó de 118.000 a 70.000 (del 3,8 al 2,2 por mil habitantes) el volumen de sus tropas, y Brasil pasó de 541.000 a 295.000 (3,8 al 1,9).

Estados Unidos redujo de 2.279.000 a 2.115.000 (9,3 a 8,4 cada mil habitantes), Gran Bretaña de 328.000 a 301.000 (5,8 a 5,2), Francia de 559.000 a 542.000 (10 a 9,5), India de 1.502.000 a 1.200.000 (1,9 a 1,4) y China de 3.530.000 a 3.200.000 (3,3 a 2,8), publicó el New York Times. En el otro extremo, Pakistán incrementó sus fuerzas armadas de 645.000 a 803.000 hombres (6,1 a 6,8 de cada mil habitantes), Taiwan de 365.000 a 424.000 (18,5 a 20,5), Corea del Sur de 604.000 a 750.000 y Corea del Norte de 838.000 a 1.200, elevando ni más ni menos que del 41,3 al 55 la relación de enrolados por cada millar de habitantes.

El diario neoyorquino afirma que Alemania está considerando una reducción de 300.000 hombres en sus fuerzas armadas, un 40 por ciento menos de los 495.000 solados que contaba en 1987, aun habiendo absorbido a los 173.000 militares de la desaparecida Alemania oriental.

En 1991, los gastos militares de la Alemania unificada fueron de 39.500 millones de dólares, contra los 55.700 millones que emplearon en 1987.

9406319

Nº. DOCU 9406320
TITULO Acuerdo comercial EEUU-Japón
PROCED. 150024
FECHA 31/5/94
VINCULACION 65890
11164
11348
66224

Acuerdo comercial en la cumbre

31/5 E.C.

LOS gobiernos de los Estados Unidos y el Japón llegaron a un acuerdo para desbloquear sus conversaciones comerciales, que aleja los peligros de un conflicto entre ambas potencias de consecuencias indeseables para el resto del mundo. No obstante, más allá de la letra, las tensiones siguen pendientes por la presión de las exportaciones japonesas sobre el mercado norteamericano y porque el déficit comercial de 60.000 millones de dólares que los Estados Unidos mantienen con el Japón no muestra signos de reducirse en lo inmediato. Hace casi un año, ambos países iniciaron negociaciones para reducir el desbalance, en las cuales los Estados Unidos exigieron, una vez más, la apertura del mercado japonés y mayores estímulos para relanzar la demanda del país oriental.

Las respuestas dadas por el Japón fueron consideradas insuficientes, y las negociaciones colapsaron en febrero, sembrando temores sobre la inminencia de un conflicto.

Pero, independientemente de la voluntad gubernamental, la experiencia demostró que, en el Japón, los estímulos a la demanda no ocasionan un aumento de las importaciones por la baja propensión de los consumidores a comprar bienes del exterior. Por otra parte, los exportadores pudieron mantener sus ventas a pesar de la revaluación del yen, contribuyendo a la ampliación del superávit en cuestión. Otro dato de la estructura no resulta menos problemático: una parte creciente de las importaciones desde el Japón la realizan compañías niponas establecidas en los Estados Unidos, por lo que la recuperación de la actividad de este país aumenta la demanda de productos industriales japoneses.

Este cuadro muestra las dificultades que enfrentarán los negociadores a pesar de la flexibilidad que han demostrado, especialmente los Estados Unidos, que renunciaron a exigir un calendario de reducciones del déficit comercial, lo cual fue considerado por Tokio como una injerencia inaceptable en su política económica.

El Japón deberá, no obstante, hacer cambios crecientes y radicales en su organización, liberalizando mercados fuertemente protegidos, como el agrícola, y facilitando el acceso de los bienes industriales y las inversiones extranjeras.

Las razones estratégicas que en décadas pasadas le permitieron mantener un esquema proteccionista sin sufrir recriminaciones han desaparecido. Los Estados Unidos están dispuestos a reclamar un mejor acceso al rico mercado japonés y a obtener resultados tangibles en su balanza comercial.

El presidente Bill Clinton y el primer ministro Tsutomu Hata hablaron cordialmente por teléfono durante catorce minutos para sellar su acuerdo. Pero tan solo un día antes, el embajador de los Estados Unidos en el Japón, Walter Mondale, afirmó que con su superávit comercial, el Japón exporta desempleo y pone en peligro el comercio internacional. Una nota de dureza que indica que las armas comerciales fueron guardadas pero no enterradas.

9406320

N°. DOCU 9406321

TITULO Clinton envía mediador para la paz en Sudán

PROCE. 150015

FECHA DE 1/6/94

VINCULAC. 65380

11164

11348

507664

Clinton envía mediador para la paz en Sudán

Estados Unidos decidió entrar al campo en Sudán como mediador de paz, en la guerra civil en curso desde hace décadas entre las fuerzas gubernamentales, que representan al norte árabe y musulmán, y los rebeldes provenientes del meridiano africano y animista.

WASHINGTON/ANSA

Melissa F. Wells, una ex embajadora en Zaire y Mozambique, fue designada como enviada especial del Presidente Bill Clinton para el Africa Oriental, con la misión de iniciar conversaciones con los rebeldes sudaneses y con los gobiernos de los países fronterizos. Wells, escribe el Washington Post, partirá esta semana para el Africa Oriental.

La guerra civil en Sudán, gigantesco por superficie, con 2,5 millones de kilómetros cuadrados pero con una población de sólo 28 millones de habitantes, estalló en 1955, se mantuvo hasta 1972 y desde su reanudación en 1983 no cesó más.

Su gobierno, una dictadura militar dominada por militantes islámicos aliados de Irán, está en la lista "negra" de Estados Unidos como promotor del terrorismo internacional.

El gobierno de Karthoum está postrado económicamente, pero sigue comprando armas con la ayuda que recibe de Irán y de ricos musulmanes de Arabia Saudita.

9406321

Nº. DOCU 9406322
TITULO Maniobras ruso-norteamericanas se harán en territorio de EEUU.
PROCED 150025
FECHA 1/6/94
VINCULACI 65810
11164 / 11163 / 11589
11388
507294

El gobierno moscovita, obligado a cambiar de planes

Las maniobras ruso-norteamericanas se harán en territorio de EE. UU.

Frustrado: Yeltsin debió desistir del propósito de realizarlas en territorio de su país porque los nacionalistas, entre éstos Zhirinovsky, consideraron el proyecto como una "confabulación siniestra".

MOSCU, 31 (AP).– Enfrentados con una intensa oposición nacionalista, los legisladores rusos anunciaron hoy a sus colegas norteamericanos que desisten de efectuar las primeras maniobras militares conjuntas entre ambas naciones en territorio ruso.

Ambas partes convinieron efectuarlas, en cambio, en una base de los Estados Unidos.

"Pienso que nuestro pueblo norteamericano aceptará una fuerza militar rusa con propósitos pacíficos", dijo en conferencia de prensa el senador Sam Nunn, titular de una delegación de siete senadores.

El presidente norteamericano, Bill Clinton, que se confía en que no opondrá a la recomendación de los senadores, escogerá la fecha y el lugar.

Durante dos días de reuniones, los legisladores también acusaron a los Estados Unidos de tratar de marginar a Rusia del mercado mundial de armamentos.

Autorización rusa

Moscú autorizó a que 250 soldados norteamericanos visiten a Rusia durante una semana, en junio, para maniobrar junto con un número igual de oficiales y soldados rusos.

Pero si bien las maniobras se proponían contribuir a la preparación de eventuales operaciones pacificadoras de las Naciones Unidas, la idea de que las tropas norteamericanas vengan a Rusia tan pronto -después de la guerra fría- suscitó la reacción de los nacionalistas.

Confabulación

El extremista Vladimir Zhirinovsky y otros denunciaron los ejercicios como una siniestra confabulación norteamericana contra Rusia.

Yeltsin, quien en esos momentos trataba de persuadir a sus enemigos a firmar una tregua política, dijo poco después que los planes serían reconsiderados.

Nunn, demócrata que preside el Comité de Servicios Armados en el Senado, y su colega en la Cámara baja rusa (Duma) dijeron que ambas partes siguen comprometidas con los ejercicios conjuntos, y Nunn dijo que espera que puedan realizarse en Rusia en el futuro.

"Saludamos la iniciativa", dijo Sergei Yushenkov, titular del Comité de Defensa en la Duma.

No entró en detalles sobre la firme oposición a los planes por parte de sus colegas más conservadores.

"Este ejercicio no está destinado a usar vehículos pesados ni tanques, ni siquiera municiones reales", dijo Nunn. "Pero por cierto ha sido un tema delicado aquí, y me parece que nuestros dos países pueden promover nuestros esfuerzos pacificadores conjuntos iniciando esta misión conjunta en Estados Unidos".

La delegación norteamericana concluyó hoy su visita de dos días después de debatir el control de armas, la no proliferación nuclear, cuestiones regionales y el delito organizado.

Dave Carpenter

9406322

Nº. DOCU: 940 6323

TITULO: Bill Clinton inició su visita a Italia

PROC: 150024

FECHA: 2/6/94

VINCULACI: 65890 · 11164 · 11377 · 507604

TENDRA UNA DIFICIL AUDIENCIA CON EL PAPA Y DIALOGARA CON EL PREMIER BERLUSCONI

2/6 E.C.

Bill Clinton inició su visita a Italia

El presidente norteamericano Bill Clinton se reunirá esta tarde con el primer ministro italiano Silvio Berlusconi. Clinton, que realiza una visita de tres días a Italia, rendirá homenaje a los caídos hace 50 años durante la Segunda Guerra Mundial y se entrevistará con el papa Juan Pablo II. Con el Sumo Pontífice se prevé que analizarán el problemático tema del aborto y el uso de anticonceptivos para reducir la presión demográfica, ambos puntos respaldados por el jefe de la Casa Blanca, lo que ha originado serias discrepancias y un tenso clima previo a este encuentro.

ROMA, 1º (Especial para Clarín). — Exactamente medio siglo después que las tropas del Quinto Ejército norteamericano liberaron a esta ciudad de la ocupación nazifascista, el presidente norteamericano **Bill Clinton** llegó esta noche aquí para tres días intensos que incluyen homenajes a los caídos hace 50 años, una problemática audiencia con el **papa Juan Pablo II** y encuentros con las máximas autoridades italianas.

Antes de partir, Clinton dijo que comenzaba "una visita histórica" a los escenarios sangrientos de la última fase europea de la **Segunda Guerra Mundial**. Roma fue la primera gran ciudad liberada del viejo continente, el 4 de junio, apenas dos días antes del desembarco aliado en Normandía.

El sábado, el presidente norteamericano y su esposa Hillary encabezarán los homenajes a soldados aliados muertos durante la conquista de la península. El escenario elegido será el cementerio militar de Nettuno, una ciudad a 40 kilómetros al sur de Roma, donde están sepultados ocho mil soldados norteamericanos.

Conmemoraciones aparte, la actividad principal de Clinton se concentrará mañana, jueves, en los encuentros que mantendrá con el papa Juan Pablo II y con las máximas autoridades italianas, entre ellas el premier **Silvio Berlusconi**.

Las sonrisas y los modos corteses aliviarán apenas la atmósfera de tensión que rodea el encuentro entre el Papa y el presidente norteamericano, previsto para el mediodía de mañana en la biblioteca pontificia del Palacio Apostólico. Entre el juvenil Bill y el anciano Juan Pablo II se ha abierto una herida ética por la cuestión del aborto, la aplicación de anticonceptivos para reducir la presión demográfica y el apoyo de la Casa Blanca a las "familias alternativas", léase homosexuales.

Todas estas discrepancias, que se remontan a la campaña electoral que elevó a Clinton a la presidencia, en enero de 1993, hicieron crisis ya el año pasado en Denver, Colorado, cuando el Papa se encontró con el presidente de los Estados Unidos poco antes de comenzar el Encuentro Mundial de la Juventud católica. Juan Pablo II no ahorró críticas a la posición del gobierno norteamericano con respecto a estos temas que el Papa considera fundamentales, "porque ponen en peligro a la familia".

Karol Wojtyla echó sal en la herida el domingo pasado, en su primera aparición desde la ventana de su apartamento en el Palacio Apostólico, donde todos los domingos recita el Angelus, bendice a la multitud que se reúne en la plaza San Pedro y habla "urbi et orbi" (a Roma y al mundo). El Papa sorprendió a todos con una improvisación en la que habló del sentido de su sufrimiento. Dijo que **"la familia sufre, es agredida"** y que por eso el Papa sufre.

Prometió decirle todo esto "a los poderosos" de la Tierra. Le faltó dar el nombre y el apellido de su interlocutor de mañana. Fue una advertencia. Por eso Clinton deberá tener bien preparados sus argumentos cuando entre en la biblioteca pontificia. El Papa convalece y camina ayudándose con un bastón. Por eso no saldrá al corredor a saludarlo; lo esperará dentro.

Está previsto un diálogo a solas durante media hora. Después entrarán a la biblioteca —que en realidad es el despacho que el Papa usa para las audiencias de alto nivel—, Hillary Clinton y su madre, junto con el resto de la comitiva.

Las chispas que saltan del cortocircuito en la línea Washington-Vaticano se concentran actualmente en los documentos preparatorios de la Conferencia Mundial de Población de las Naciones Unidas que tendrá lugar en setiembre en El Cairo, y de la que participará nuestro país. **Clinton ha apoyado las medidas anticonceptivas para frenar la acelerada expansión demográfica en el llamado Tercer Mundo.**

Es probable que el presidente norteamericano le lleve en bandeja al Papa algunas modificaciones edulcorantes a los textos. Mañana se verá si, más allá de la inevitable retórica de circunstancias, el clima entre Clinton y el Papa mejora. Juan Pablo II viajará en octubre para hablar ante la Asamblea General de las Naciones Unidas.

Los encuentros con las autoridades italianas estarán dominados por el diálogo que Clinton mantendrá mañana por la tarde con el primer ministro Berlusconi. El hombre de la Casa Blanca viene a recordar la liberación de Roma del nazifascismo, pero deberá dar la mano a cinco ministros del nuevo gobierno que pertenecen a la posfascista **Alianza Nacional**, que aunque dice que ya no tiene nada que ver con la desastrosa dictadura del Duce tiene un líder, Gianfranco Fini, que hace poco dijo que **Benito Mussolini fue "el más grande estadista del siglo".**

Clinton ya encontró la fórmula: hace dos días reiteró que juzgará al nuevo gobierno Berlusconi por los hechos que produzca. Hoy por hoy esto es algo muy positivo para el premier, que está soportando una dura ofensiva internacional por el parentesco político de su estrecho aliado posfascista con un pasado que el mundo democrático evoca en estos días como el período más catastrófico de la historia moderna.

Julio A. Arenas

9406323

01-01

N°. DIAO: 1706224

TITULO: Capacidad militar de los EE.UU.

PROCEDEN: 150004

FECHA DE: 2/6/94

VINCULACION: 65890.

11163

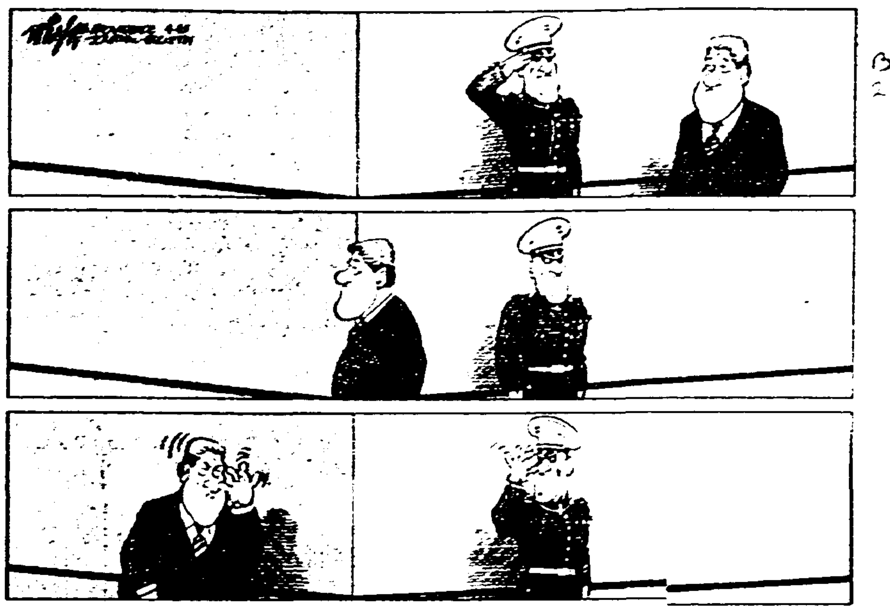
11336

Retraso en la modernización y menor calidad del entrenamiento parecen comprometer la capacidad militar de los Estados Unidos

Una combinación de trágicos episodios en los que las víctimas han sido militares y de increíbles desaciertos lleva en estos momentos a los norteamericanos a interrogarse si sus fuerzas armadas están realmente a la altura de la misión global que parece esperarles en el esquema internacional de la posguerra fría. Colisiones de aviones en la pista, mortales errores de pilotaje y bombardeos ineficaces son muestras de una ostensible impericia cuyas causas discuten los expertos, mientras el gobierno se ciñe a un plan cuyos lineamientos básicos exigen máxima competencia del ejército en situaciones de conflicto.

El descenso de las cualidades profesionales entre el personal militar lo atribuyen algunos analistas a la falta de recursos para cumplir debidamente la etapa primordial del adiestramiento. Pero otros van más lejos y señalan que EE.UU., hoy día la superpotencia solitaria, no puede bastarse a sí mismo para afrontar retos armados importantes por fallas en el terreno industrial.

El 14 de abril último conmovió a la opinión pública estadounidense el anuncio de que los 26 ocupantes de dos helicópteros *Blackhawk* habían perecido al ser alcanzadas sus máquinas por "fuego amigo", en el cielo del Kurdistán iraquí. Los pilotos de los cazas F-16 habían confundido a los *Blackhawk* con *Hind* iraquíes, de fabricación soviética, y los derribaron.



Aquel drama fue el tercero en menos de un mes. Apenas tres semanas antes, el 23 de marzo, otro F-16 y un gran carguero *Hércules* C-130 habían chocado en la base de Pope (Carolina del Norte) al aterrizar, inexplicablemente, en la misma pista y al mismo tiempo. El accidente dejó 23 militares muertos.

Previamente, el 17 de marzo, un C-130 artillado, en misión en Somalia, cayó al mar frente a la costa de Kenia y sucumbieron sus siete tripulantes. El hecho se imputó a una equivocación del piloto.

Los errores se han cometido también en otro plano: el de la competencia para ejecutar cometidos de combate. El mejor ejemplo se tuvo el 11 de abril, cuando aviones norteamericanos bombardearon —o más bien quisieron hacerlo— las posiciones serbias de Gorazde, al este de Bosnia. Fue una chambonada. Sólo estalló una de las tres bombas arrojadas por un FA-18 y una cuarta ni siquiera llegó a desengancharse.

Posteriormente, la oficina general de cuentas del Congreso (control del funcionamiento de las administraciones) denunció que los pilotos tienen un entrenamiento "insuficiente" y están utilizando aparatos "envejecidos".

El jefe de redacción de la revista "Sea Power", James Hessman, afirma que las reducciones del presupuesto de defensa han deteriorado el entrenamiento y el grado de preparación de las FF.AA. para enfrentar posibles conflictos.

"Todos los servicios (armados) acumulan retrasos y disminuyen o abandonan selectivamente programas de modernización esenciales", asegura Hessman.

Confirmando en buena parte su opinión, el Congreso indicó en enero de este año, que los efectivos no están tan bien entrenados como antes.

Consciente de la gravedad del problema, el secretario de Defensa, William Perry, aumentó los fondos destinados a entrenamiento y modernización en el proyecto de presupuesto general para 1995.

EE.UU. en el siglo venidero". Pero también señaló que la revisión de la defensa implicaba una reestructura del sistema y la disminución del personal de 1,6 a 1,4 millones.

El mismo mes, el general Collin Powell dejaba la jefatura del Estado Mayor conjunto y decía: "el mundo que quiere ser libre confía en Norteamérica". Por eso, es menester que EE.UU. tenga una posición de liderazgo político, diplomático y económico, respaldada "por un fuerte componente militar". Afirmó entonces que el aparato militar estadounidense "sigue listo" para ser empleado de una manera "decisiva, incluso sobre un objetivo limitado".

Siete conflictos potenciales

En febrero de 1992, el diario "The New York Times" había revelado que el Pentágono tenía identificados "siete conflictos potenciales en los próximos diez años". Las crisis podrán plantearse en las siguientes hipótesis: si Rusia decide expandir sus fronteras, si Irak ataca nuevamente a Kuwait (o a Arabia Saudita), si Corea del Norte agrede a Corea del Sur, si los rusos invaden Lituania, si se producen golpes de Estado en Filipinas o en Panamá y si surge una nueva superpotencia.

Aunque los conflictos no se daban como inevitables ni inminentes, el Pentágono consideraba necesario que EE.UU. mantuviera altos presupuestos militares para garantizar la victoria en cualquier emergencia.

La eventualidad de un intento de Rusia por recomponer el ex imperio soviético no es nada descartable, si se considera que Moscú decidió crear este año 30 bases militares en países de la Comunidad de Estados Independientes (CEI). El ministro de Defensa, Pavel Grachev, anunció ese propósito y admitió, a la vez, que los países bálticos (Estonia, Lituania y Letonia) siguen comprendidos en la esfera de intereses rusa.

También revisten importancia para el Kremlin las repúblicas de Ucrania, Bielorrusia y Kazajstán, entre otras razones por sus arsenales de armamento nuclear.

Así, pues, uno de los puntos señalados por el Pentágono como fuente de posibles riesgos hace ya algún tiempo, viene a mostrarse ahora potencialmente activo.

01-02

9406324

Nº. DOCU...
TITULO ...
PROCEDE...
FECHA DE ...
VINCULACIONES ...

■ **Revisión desde el principio**

El Pentágono tiene entre manos, desde agosto de 1993, la ejecución de un nuevo concepto en materia militar. La base está constituida por el vasto estudio denominado *Bottom Up Review* (Revisión desde el principio) con arreglo al cual EE.UU. debe ser capaz de enfrentar simultáneamente dos conflictos bélicos de intensidad comparable a la de la Guerra del Golfo (enero de 1991) contra Irak.

En setiembre de 1993, el entonces secretario de Defensa, Les Aspin, dijo que "la nueva estructura de nuestras FF.AA. protegerá y promoverá los intereses de

■ **Objetivo quizá inalcanzable**

La pregunta que los expertos se formulan es la de si EE.UU. no se ha trazado un objetivo demasiado ambicioso al proponerse actuar militarmente en hasta dos conflictos de modo simultáneo. La respuesta, en principio, es que difícilmente lo conseguiría. La Fuerza Aérea acaba de reconocer en el Congreso la existencia de serias limitaciones en el aspecto fundamental del transporte de tropas. Según el especialista John Collins, autor de un detallado informe, en caso de dos conflictos regionales, y hasta de uno solo, EE.UU. tendría que recurrir al apoyo de sus aliados.

El nudo del problema, sostiene Collins, reside en una cuestión de opciones: desde hace años Norteamérica otorga prioridad a las operaciones de mantenimiento de la paz, a la lucha contra el narcotráfico y a la ayuda humanitaria, lo que obligó a desviar con esos fines cuantiosos recursos destinados al entrenamiento del personal militar y a la modernización de las FF.AA.

James Hessman, en cambio, insiste en denunciar que las dificultades tienen otro origen: "la base industrial, que podría convertirse en el talón de Aquiles del Pentágono". (Redacción Búsqueda, en base a información de AFP y archivo.)

Clinton mantiene el gasto

Con 3.000 millones de dólares para la Star Wars —guerra de las galaxias—, 5.000 millones para un portaaviones nuclear, nuevos aviones de carga por 300 millones de dólares cada uno y bases militares resucitadas, el presupuesto del Pentágono luce radicalmente diferente a lo que se suponía tras los recortes anunciados por Bill Clinton durante su campaña presidencial.

Clinton peleó por una flota completa de 12 portaaviones, presionó al Congreso con el fin de obtener el financiamiento de los avanzados misiles nucleares D-5 para los submarinos Trident-II, y mantuvo el presupuesto de 3.000 millones de dólares anuales para continuar los estudios para desarrollar el misil antimisil Star Wars de Ronald Reagan.

Pero la coalición de republicanos y demócratas conservadores que Clinton ensambló para aprobar su presupuesto militar sufrió un serio revés en el Capitolio, que votó por reducir radicalmente el número de soldados estadounidenses en Europa, a no ser que los aliados de la OTAN paguen 75% de sus costos no salariales para fines de 1998.

La conversión de Clinton se debe en parte al nerviosismo que le provoca ser etiquetado como un crítico de los militares. (En base a información de "The Guardian" - Especial para Búsqueda.)

02-02

9406324

Nº. DOCU 9406325
TITULO EEUU evacúa tropas del canal de Panamá
PROCE 150007
FECHA 4/6/94
VINCULACI 658PC
11164
1138P
66718

El Tratado Torrijos-Carter 4/6 E.P.

EE.UU. EVACUA TROPAS DEL CANAL DE PANAMA

PANAMA, 3 (EFE). — El Ejército de Estados Unidos comenzó hoy a evacuar sus efectivos del Canal de Panamá, 83 años después de que se estableciera en esta país, en 1911, la ceremonia cargada de simbolismo histórico a la que asistió el presidente panameño, Guillermo Endara.

En el acto, que se celebró en el Fuerte Olayton, cercanó a la capital, también estuvo el presidente electo de Panamá, Ernesto Pérez Balladares, del Partido Revolucionario Democrático (PRD), que fue el brazo político del régimen militar que el Ejército estadounidense derrocó con una invasión en diciembre de 1989.

Bajo una constante lluvia, los jefes del Comando sur del Ejército de EE.UU dieron por iniciado el plan de salida definitivo de los más de 10.000 efectivos acantonados en la decena de bases ubicadas en las riberas del Canal, que culminará el 31 de diciembre de 1999.

La primera unidad que abandonará el Canal será la brigada de Infantería 193, que participó en la operación "Causa Justa", como se denominó a la invasión de Panamá, con la que se derrocó al ex general Manual Antonio Noriega, que cumple una condena de 40 años en una prisión de Miami (EE.UU.) por narcotráfico.

Endara pronunció un discurso en el que resaltó que con la salida de la brigada se cumple el compromiso sellado por ambos paises con los tratados firmados en 1997 por el fallecido general Omar Torrijos y el entonces presidente de EE.UU., Jimmy Carter.

"La ceremonia que hoy presenciamos no es otra cosa que la demostración fehaciente y palpable de la disposición del Gobierno de EE.UU. de dar cumplimiento fiel a sus obligaciones bajo los tratados canaleros", afirmó Endara.

Resaltó que su Gobierno se ha esforzado en cumplir "al pie de la letra" los tratados y que, a partir de ahora, "nuestra tarea fundamental" será logar que el área canalera produzca riquezas para todo el país.

Por su parte, Ernesto Pérez Balladares, que asumirá la presidencia el 1° de setiembre próximo coincidió con Endara en que el acto de hoy "es una muestra clara de la voluntad de ambos países" de cumplir los tratados.

Indicó que la invasión "es un hecho histórico superado" y abogó por luchar por un mejor futuro para el país en el que las relaciones con EE.UU. serán muy importantes "porque ambos tenemos intereses en común".

Los bienes que dejará el Ejército estadounidense, que se denominan áreas revertidas, han sido valorados en más de 30.000 millones de dólares, ya que se suponen miles de hectáreas, unos 6.000 edificios y bases militares marítimas y aéreas.

Los 1.300 soldados de la Brigada 193 y sus familias comenzarán a abandonar Panamá en las próximas semanas, aunque su definitiva salida se prolongará durante varios meses.

En los próximos 18 meses, dijo el jefe del Comando Sur, general Barry McCaffrey, saldrán de Panamá unos 5.000 soldados y los efectivos restantes completarán su evacuación en los siguientes cinco años.

Esta unidad intervino en la II Guerra Mundial, lo que hoy fue recordado por sus mandos, al señalar que el próximo lunes se cumple el 50 aniversario del "Día D", cuando los aliados llegaron a las playas francesas de Normandía para comenzar la liberación del continente europeo, ocupado por el ejército alemán de Adolfo Hitler.

Nº. DOCU 9406326
TITULO Críticos a la Política exterior de EE.UU
PROCE 150024
FECHA 4/6/94
VINCULACI 65880
11164
11302

EL EX FUNCIONARIO DE NIXON Y DE FORD CREE QUE BOSNIA Y HAITI SON LOS MAYORES DESAFIOS

Nos falta una política exterior

4/6 C.C

Por Henry Kissinger

Ya transcurrió casi un año y medio desde que asumió la administración Clinton y la política externa confronta al presidente con una profunda ironía. Durante la campaña, Clinton percibió el estado de ánimo del electorado y prometió gobernar de las fronteras hacia adentro, dándole menor relevancia a la política exterior. Pero llegó a la presidencia en un momento en que los cambios históricos habían producido un vacío en el liderazgo mundial y, en consecuencia, la realidad hoy dice que no puede optar entre la política exterior y una agenda interna. Si no puede abordar estas dos áreas, fracasará en ambas. **Su administración debe responder al vacío existente, o los Estados Unidos estarán condenados a una mayor irrelevancia y el mundo a una creciente inestabilidad.**

La ecuanimidad exige una lista de los éxitos de la administración. La ratificación del NAFTA se manejó hábilmente y con coraje, así como las negociaciones del GATT. El secretario de Estado, Warren Christopher mantuvo en marcha —sin poner obstáculos y de un modo eficaz— el proceso de paz en Oriente Medio. La desvinculación del compromiso en Somalia se llevó a cabo con un mínimo de perjuicios.

George Bush actuó con destreza frente a la desintegración final del imperio soviético y las consecuencias inmediatas de ese colapso. Pero no tuvo que resolver la cuestión de qué poner en su lugar. **Al hablar de un nuevo orden mundial, como si fuera a surgir automáticamente tras la caída del comunismo, reflejó una noción que caracteriza el pensamiento norteamericano: las tensiones son causadas por los malos y desaparecerán cuando los males desaparezcan.** En realidad, los nuevos órdenes mundiales nunca surgen automáticamente.

En este mundo de la posguerra fría, no existe una amenaza ideológica o geopolítica mundial. Al mismo tiempo, los alzamientos parecen multiplicarse en todo el mundo: algunos son profundamente ofensivos para nuestras convicciones morales y otros resultan profundamente perturbadores, aun cuando no plantean una amenaza directa a los Estados Unidos. Estas condiciones existirían más allá de quién fuera presidente. Donde la administración falló —creándose problemas a sí misma y a sus interlocutores— es al no articular una teoría operativa y vincular con ella los hechos y las crisis individuales.

Muchos rasgos característicos de la administración Clinton contribuyeron a este fracaso. Las convicciones de muchos de los altos funcionarios de la administración, por ejemplo, se formaron en oposición a la guerra fría e, irónicamente, hoy son aún más obsoletas. Entre ellas está la desconfianza del poder estadounidense, una preferencia por las soluciones multilaterales y una negación a pensar en términos de intereses nacionales. **Todos estos impulsos inhiben una respuesta realista a un mundo de múltiples centros de poder y conflictos diversos.**

La negativa a encarar la política externa de un modo coherente y conceptual resultó en una paradoja. El presidente dedica mucho más tiempo a apagar un incendio tras otro del que habría sido necesario si hubiera diseñado una estrategia e implementado una maquinaria para controlarla. **Para que la política externa tenga credibilidad, los líderes extranjeros deben creer que estamos convencidos de lo que decimos, que entendemos sus preocupaciones y la naturaleza de la situación mundial y que llevaremos a cabo nuestros pronunciamientos.**

Bosnia y Haití simbolizan el reto básico al que se enfrenta la administración: en ausencia de un desafío ideológico o geopolítico avasallador, debe generar alguna idea de interés nacional que guíe la política norteamericana. Y, en el caso de China, lo que se necesita con urgencia es un diálogo político de alto nivel para definir qué objetivos son comunes, qué políticas pueden coordinarse y qué diferencias pueden saldarse.

El presidente Clinton y sus asesores en política exterior llegaron al poder en un país que ya no puede afrontar todas las obligaciones del período de la guerra fría. Se enfrentan a una situación en la que la diplomacia y la economía deben sustituir a la militarización del mundo bipolar. Pero esto simplemente hace que sea más urgente definir qué sigue siendo vital para los intereses estadounidenses y cuál es el lugar que les daremos a nuestras prioridades. **La misma realidad impondrá estas opciones, pero la verdadera cuestión es si se desarrollarán en un marco de liderazgo o de caos.**

Henry Kissinger fue funcionario de los gobiernos de Nixon y de Ford. Traducción de Claudia Martínez. (c) "Newsweek" y Clarín, 1994.

9406326

Nº DOCUMENTO 9406327
TITULO Disminuyó la desocupación en EEUU.
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE 4/6/94
VINCULACIONES 65880
11165
11322

Disminuyó la desocupación en los EE.UU.

4/6 LM.

El Presidente Bill Clinton recibió un regalo inesperado: el índice de desocupación en Estados Unidos decreció súbitamente en mayo, bajando del 6,4 por ciento de abril hasta un 6 por ciento, con lo que registra el nivel más bajo desde noviembre de 1990.

La significativa reducción del ejército de desocupados fue acompañada por un crecimiento de nuevos puestos de trabajo que resultó, sin embargo, inferior a las previsiones. El Departamento de Estado estimó que "sólo" 191.000 puestos pagos fueron creados en los sectores no agrícolas, en lugar de los casi 300.000 esperados en Wall Street.

Esto puede significar que la recuperación norteamericana habría ingresado en una fase de menor impulso. De todos modos, para encontrar un descenso semejante en la tasa de desocupación es preciso remontarse a octubre de 1983.

En Roma, Clinton recibió con una sonrisa las noticias provenientes de Washington. "Es un tributo al pueblo norteamericano y una confirmación de la sabiduría de la estrategia económica de mi Administración", dijo Clinton. En la capital de Estados Unidos, la Jefa de los consejeros económicos del Presidente, Laura Tyson, subrayó que junto al fuerte descenso de la desocupación no se temen riesgos en cuanto a los precios. "Seguimos empeñados en perseguir un crecimiento sostenido pero no inflacionario", observó.

Varios exponentes del Gobierno norteamericano emitieron hoy claros mensajes para la Federal Reserve, con el objetivo de desactivar a priori cualquier maniobra restrictiva ulterior sobre el frente monetario.

Wall Street en duda

Desde Londres, el Secretario del Tesoro, Lloyd Bentsen, llegó a poner en duda la atendibilidad de la cifra difundida hoy, en tanto que el Secretario de Trabajo negó que existan problemas de inflación salarial.

El comentario se refería, en especial, al aumento de la retribución media horaria, equivalente, en mayo, a 6 centavos, que no escapará a los dirigentes de la Federal Reserve. La reacción en Wall Street fue más bien contenida. Los operadores temían un número más alto de puestos de trabajo, que habría señalado peligros de inflación.

El índice Dow Jones, después de bajar 15 puntos en la apertura, estaba aumentando más de 15 puntos con una cotización de 3.744,68 a las 13:30 (17:30 GMT). También las cotizaciones de los títulos del Tesoro a 30 años aumentaron tras una caída inicial.

El dólar, por su parte, confirmó en los mercados norteamericanos la salud mostrada en los europeos. En cuanto a la fuerza de la economía norteamericana, Wall Street parece dividida entre los que sostienen que los resultados no serán este año demasiado vigorosos, y los que prevén, en cambio, un gran salto hacia adelante.

Por LUIGI MAYER (ANSA)

9406327
C1-01

Nº 9406328
TITULO: EEUU defenderá Corea del Sur si es invadida por Corea del Norte
PROC: 150007
FECHA: 6/6/94
VINCULACI: 65840.
11164
11399.
507488
507487

Washington Advierte a los Comunistas

6/6 EP.

"UNA GUERRA RESULTARA DEVASTADORA"

WASHINGTON y TOKIO (Reporte de Associated Press).— El secretario de Defensa, William Perry, prometió hoy que Estados Unidos defenderá Corea del Sur si es invadida por Corea del Norte, y advirtió a los comunistas norcoreanos que dicho enfrentamiento tendría "consecuencias devastadoras".

Perry dijo que en su opinión no es inminente un enfrentamiento militar ante la negativa norteña de permitir las inspecciones internacionales de sus instalaciones nucleares. Sin embargo, añadió que Estados Unidos reforzará, de ser necesario, los 100.000 soldados que tiene en Corea del Sur, y los utilizará en caso de guerra.

Perry dijo que un ataque militar preventivo contra las instalaciones nucleares de Pyongyang "es una opción que continúa siendo posible", un cambio de la posición que públicamente adoptó hace dos meses. Sin embargo, agregó que por ahora no recomendaría dicha acción.

"Por el momento no vemos el peligro de una guerra y no vamos a adoptar medidas que provoquen una guerra", indicó a la cadena de televisión "NBC".

Sin embargo, dijo que Estados Unidos no dudará en defender a Corea del Sur si es atacada por sus vecinos norteños.

"Defenderemos Corea del Sur", dijo Perry. "Tenemos el compromiso de defender Corea del Sur. Estamos preparados para defender Corea del Sur. Somos capaces de defender Corea del Sur. Y cualquier guerra que comience tendrá un efecto devastador en Corea del Norte".

Occidente sospecha que Corea del Norte persigue la fabricación de armas nucleares. Los comunistas norteños se negaron a que los inspectores internacionales examinen sus existencias de plutonio, como lo estipula el Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares que firmó Pyongyang hace cinco años. El plutonio es un componente primordial de las armas atómicas.

El norte sostiene que su programa nuclear tiene fines pacíficos y se negó a ceder ante la creciente presión internacional.

Corea del Norte dijo hoy que renunciará al Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares a no ser que Estados Unidos acuerde efectuar conversaciones directas. Al mismo tiempo, dio a entender que no está interesada en permitir las inspecciones nucleares internacionales.

Corea del Norte advirtió, en una nueva actitud desafiante, que abandonaría el Tratado de No Proliferación Nuclear si los Estados Unidos se negaban a sostener conversaciones directas.

La declaración, que publica el diario oficial "Rodong Sinmun", aparece al día siguiente de que el presidente norteamericano Bill Clinton dijo que Naciones Unidas debe considerar la adopción de sanciones contra ese país comunista de línea dura si continúa negándose a las inspecciones nucleares plenas en su territorio, según Tokio.

La Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA) llegó a la conclusión el jueves pasado de que Corea del Norte había hecho imposible que los inspectores determinaran si ha desviado plutonio de su reactor nuclear.

Corea del Norte "no tiene intenciones de satisfacer una demanda injustificable... y no puede tolerar que nuestra soberanía sea violada", dijo la declaración de Coréa del Norte, difundida por la Agencia Central de Noticias de Corea en un despacho captado en esta ciudad.

La declaración reiteró la demanda de Corea del Norte de efectuar conversaciones directas con los Estados Unidos, las cuales han sido condicionadas por el gobierno del presidente Bill Clinton a la aceptación por el norte de inspecciones atómicas plenas.

Si los Estados Unidos se niegan a sostener conversaciones directas, dice el comentario, Corea del Norte tendría que retirarse formalmente del Tratado de No Proliferación Nuclear.

Corea del Norte ha amenazado ya con abandonar el tratado. Una retirada formal imposibilitaría que los inspectores nucleares entraran al país y liberaría a Pyongyang de su promesa de no poseer armas nucleares.

Entretanto, en una declaración separada, Rodong Sinmun dice que los planes de realizar ejercicios militares con la participación de Estados Unidos y Corea del Sur en agosto constituyen una "acción peligrosa de llevar la situación en la península de Corea al borde de la guerra". Expresó que Corea del Norte "no podrá tolerar nunca que los agresores nos provoquen".

Aun cuando ninguno de los comentarios fue en respuesta directa a las declaraciones de Clinton ayer en Inglaterra, pusieron de manifiesto la dificultad a la que hacen frente los Estados Unidos en convencer a Corea del Norte para que acepte plenamente las inspecciones nucleares.

9406328

01-02

Nº. DOCU...
TITULO
PROCE... 150483
FECHA ... 6/6/94
VINCULACI... 6580

EEUU podría imponer sanciones sin apoyo de ONU

6160.

Estados Unidos podría optar por sancionar unilateralmente, o con el apoyo de algunos aliados, a Corea del Norte, si el Consejo de Seguridad de la ONU no adopta medidas firmes para forzar a Pyongyang a someter sus plantas nucleares a control internacional.

Así lo anunció ayer domingo, el secretario norteamericano de Defensa, William Perry, en declaraciones a la cadena de televisión NBC.

"Estamos discutiendo con nuestros aliados la cuestión de las sanciones, y pensamos que incluso sanciones modestas podrían hacer mucho daño a la economía norcoreana dado la debilidad de la misma", explicó Perry.

Por otra parte William Perry prometió ayer que Estados Unidos defenderá Corea del Sur si es invadida por Corea del Norte, y advirtió a los comunistas norcoreanos que dicho enfrentamiento tendría "consecuencias devastadoras".

Perry dijo que en su opinión no es inminente un enfrentamiento militar ante la negativa norteña de permitir las inspecciones internacionales de sus instalaciones nucleares. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a fuentes de AP y EFE)*

02-02

9406328

Nº. DOCUM... 9406329
TITULO Ernesto Pérez Balladares: Presidente electo en Panamá
PROCE 150483
FECHA DE 10/5/94
VINCULACI... 66718
11164
11302
11437

DPTO. 11 (EXTERIOR)
__/__/__
FICHADO

RETRATO

EL OBS 10/5

Ernesto Pérez Balladares

presidente electo de Panamá

FICHA

Ernesto Pérez Balladares, un empresario y ex ministro de 48 años, apodado "El Toro" por su corpulencia, se ha destacado como un líder renovador del PRD y enemigo radical de cualquier vuelta al pasado militarista de su agrupación.

PÉREZ BALLADARES FUE el único dirigente de su partido que renegó públicamente del general Manuel Antonio Noriega. "El Toro", como lo llaman, es en cambio un ferviente admirador de Omar Torrijos, el general que fundó el PRD. Actual secretario general de su partido, Pérez Balladares fue ministro de Hacienda, Economía, director de la empresa estatal de energía eléctrica y miembro de la comisión de legislación durante los anteriores gobiernos castrenses. Ocupó cargos públicos tanto cuando Torrijos estaba en el poder como cuando había pasado a manos de Noriega. El pasado militarista del PRD fue utilizado insistentemente contra él. Como defensa, "El Toro" insistió en que no tuvo nada que ver con el "norieguismo", al que calificó de aberración, aunque en las elecciones de 1989, en plena efervescencia norieguista, asumió la jefatura de campaña del candidato "perredista" Carlos Duque. Economista de gran trayectoria en el sector privado y público, Pérez Balladares trabajó también, entre 1971 y 1975, con el Citibank de Estados Unidos en puestos directivos de sus servicios para Centroamérica.



Según el Comité Ecuménico de Panamá, entre 1978 y 1982 —desde las carteras de Hacienda y Economía— impulsó algunas medidas económicas neoliberales: el primer préstamo condicionado y el primer programa de ajustes estructurales de su país. Sin embargo, ahora ha hecho hincapié en atender los problemas sociales de la población, la marginación y la pobreza, aunque sin renunciar a defender la iniciativa privada, la inversión y la eficacia administrativa.

En 1982 Pérez Balladares asumió la secretaría general del PRD y desde ella hizo sus primeros intentos de aspirar a la presidencia, pero a principios de 1984, por designio de Noriega, fue desplazado.

Después de la invasión estadounidense de 1989, muchos dieron por muerto al PRD. Cuando ya habían pasado los momentos más difíciles para el partido, en octubre de 1992, Pérez Balladares fue elegido secretario general e inició el camino hacia la presidencia, cuya candidatura ganó en la convención del 31 de julio de 1993. El PRD mantiene su definición como un partido de masas, donde militan sectores empresariales y conservadores junto con una corriente de la izquierda conocida como "la tendencia". Pérez Balladares, que está casado con Dora María Boyd y tiene dos hijas, ha dicho con frecuencia que su vida "es un libro abierto", y que el futuro de Panamá está en mirar hacia adelante y no hacia atrás.

01-06.

9406329

Nº. DOCUM.
TITU:
PROC J50483
FECHA DE 10/5/94
VINCULACI 66718

El presidente electo Pérez Balladares intenta hacer olvidar sus lazos con Manuel Noriega

Panamá hacia nuevo gobierno "sin revanchas"

El presidente electo de Panamá, Ernesto Pérez Balladares, ganó por escaso margen los comicios del domingo en Panamá, luego de "exorcizar" de su campaña y de su partido político el fantasma del ex hombre fuerte del país, general Manuel Noriega.



"El Toro" al poder

Los diarios panameños destacaron la tranquilidad con la que se efectuaron los comicios

El tribunal electoral de Panamá, que hasta ayer llevaba escrutado más del 90% de los votos, indicó que Pérez Balladares aventajaba a sus rivales en alrededor de 33% de los sufragios.

Mientras tanto, la viuda del tres veces presidente panameño, Mireya Mososo de Gruber, de la gobernante Alianza Democrática, se ubicó en el segundo lugar, con el 28,9% de los votos.

Pérez Balladares, del Partido Democrático Revolucionario, PRD, agrupación política apartada del poder durante la invasión militar estadounidense a Panamá en diciembre de 1989 para derrocar a Noriega, recobró su caudal político volviendo a sus raíces populistas y al apoyo rural.

Ayer, Pérez Balladares aseguró que no habrá "revanchas ni rencores" en su gobierno y mostro su predisposición a que el cantante y candidato Rubén Blades acepte integrar su gobierno.

El presidente electo ofreció la formación de un gobierno sin divisiones y "sin regreso al pasado", en un intento aparente por hacer olvidar los viejos lazos que unieron al PRD con Noriega. Pérez Balladares, banquero y ex ministro de Finanzas, fue nominado a la presidencia por el PRD, tras la primera elección democrática interna en el seno del partido.

Aunque menos carismático que su rival en las elecciones, el actor y cantante Rubén Blades, Pérez Balladares, apodado "El Toro" por su fortaleza física, ganó el voto de muchos panameños al prometer en su campaña electoral desterrar la corrupción del gobierno y reducir la creciente tasa de desempleo.

A lo largo de su campaña supo distanciarse de Noriega, a pesar de que en el pasado había sido director de campaña del candidato a la presidencia nombrado por Noriega, Carlos Duque, en las violentas elecciones de 1989.

Pérez Balladares negó ser amigo de Noriega —actualmente en prisión en EEUU purgando una condena de 40 años— y dijo que "nunca fue, ni es mi amigo", al tiempo que reconoció que el ex hombre fuerte de su país fue una "desgracia" para Panamá.

El presidente electo ha intentado calmar los temores dentro de la comunidad empresarial panameña sobre un posible retorno a las políticas populistas llevadas a cabo por Torrijos o a las prácticas corruptas del gobierno de Noriega. Para alejar esos temores prometió recortar la burocracia, realizar privatizaciones y renegociar la deuda externa. Considera que aún hay mucho por hacer para que los pobres vivan mejor sin poner en peligro el progreso económico de Panamá o hacerse de enemigos dentro del sector empresarial. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a Reuter, AP y EFE)*

9406329

02

Nº. D: C:
TITU:
PROC 15002Y
FECHA 10/5/94
VINCUL 66713

WASHINGTON DECLARO SU SATISFACCION POR LOS COMICIOS Y OFRECIO SU APOYO

Ganó el torrijista Pérez Balladares y prometió un gobierno de unidad

ELECCIONES EN PANAMA

Ernesto Pérez Balladares proclama su victoria en Panamá



Agencia Reuter

El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, señaló ayer la satisfacción de los Estados Unidos por la "limpieza" de las elecciones panameñas. El torrijista Ernesto Pérez Balladares confirmó su triunfo y es el nuevo presidente electo de Panamá. El cantante Rubén Blades obtuvo el tercer lugar, detrás de la viuda de Arnulfo Arias. Balladares prometió incluir en su gobierno a políticos opositores en favor de la unidad nacional.

RESULTADOS

Escrutados el 92,97 por ciento del total de votos en las elecciones presidenciales de Panamá, el siguiente es el resultado en porcentajes proporcionado por el Tribunal Electoral:

CANDIDATO	PORCENTAJE
Ernesto Pérez Balladares	
Partido Revolucionario Democrático	33,19
Mireya Moscoso de Gruber	
Alianza Democrática	28,99
Rubén Blades	
Movimiento Papa Egoró	17,32
Rubén Darío Carlés	
Cambio 94	16,29
Eduardo Vallarino	
Democracia Cristiana	2,27
Samuel Lewis Galindo	
Concertación Nacional	1,62
José Salvador Muñoz	
Partido Panameñista Doctrinario	0,32

PANAMA, 9 (Reuter, AP, EFE y **Tracy Wilkinson**, de "Los Angeles Times", especial para Clarín). — El empresario **Ernesto Pérez Balladares** del torrijista **Partido Revolucionario Democrático (PRD)** se convirtió en el presidente electo de Panamá, a apenas cuatro años de la invasión estadounidense que quitó a ese movimiento del poder.

El flamante triunfador prometió hacer más por los pobres de Panamá sin aumentar la burocracia y afirmó que buscaría un gobierno de unidad nacional, incluyendo a políticos de la oposición en su futuro gabinete.

"Hemos recuperado la dignidad nacional y a los Estados Unidos no les queda otra vía que la de apludir este triunfo de la democracia", dijo Pérez Balladares a una enfervorizada multitud esta madrugada en su cuartel general de campaña en la capital panameña.

Contra todos los pronósticos, la viuda de **Arnulfo Arias** que fue tres veces presidente panameño, Mireya Moscoso de Gruber, de la gobernante Alianza Democrática, se ubicó en segundo lugar con el 28,99 por ciento, desplazando al cantante de música salsa **Rubén Blades**, quien figuró en tercer lugar con el 17,32 por ciento.

El anciano economista **Rubén Carlés** del conservador Cambio 94 llegó cuarto a solo un punto de Blades con el 16,29%.

Todos los contendores y el presidente Guillermo Endara reconocieron el triunfo de Pérez Balladares.

El secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher**, dijo que "estamos satisfechos de que las elecciones se hayan se hayan realizado en aparente libertad y limpieza".

Con respecto al traspaso del control del Canal de Panamá que debe realizarse en 1999, Christopher dijo que Estados Unidos "trabajará estrechamente con el gobierno panameño, asegurándose que la transferencia prevista para el fin de siglo sea positiva".

Varios grupos de observadores, incluyendo uno encabezado por el ex presidente estadounidense **Jimmy Carter**, supervisaron el proceso electoral y coincidieron en señalar que "fue una elección limpia y libre".

"Los panameños están diciendo que los días oscuros han quedado atrás y que miramos hacia el futuro", dijo Pérez Balladares.

Ex ministro de Finanzas y ex ejecutivo del Citibank en la capital panameña, Pérez Balladares era el candidato favorito a pesar de la vinculación del PRD con el derrocado hombre fuerte Manuel Noriega.

Después de la invasión, el gobierno estadounidense sometió al general Noriega a juicio por tráfico de drogas y cumple una condena a 40 años de prisión en Florida.

Pérez Balladares, apodado "El Toro" debido a su complexión robusta, se distanció de Noriega y trató de evocar en cambio el recuerdo del dirigente más popular del PRD, su fundador, el general **Omar Torrijos**, quien gobernó Panamá en la década del '70.

Pérez Balladares sacó provecho de la tradicional base de sustento del PRD en el interior del país y en los estratos más bajos del servicio civil, y también atrajo a trabajadores con promesas de más empleos.

Algunos votantes indicaron que respaldaron al PRD porque se sintieron abandonados por el gobierno del presidente Endara, quien fue instalado durante la invasión y se considera que fracasó en erradicar el tráfico de drogas y la corrupción política en Panamá.

9406329

03

Nº.

TITU.

PROC.

FECHA

VINCULACI

CON EL PRESIDENTE ELECTO RETORNA EL POPULISMO

Volver a la fuente

Esta vez, **El Toro hizo mejor faena que el torero.** Se quitó de encima el mote de norieguista, se montó en la memoria del general **Omar Torrijos**, dividió al oficialismo y se convirtió en el hombre destinado a regresar al pueblo panameño la razón de su existencia: la soberanía del canal transocéanico. **Ernesto "El Toro" Pérez Balladares** logró lo impensable hace unos meses: devolver el poder al **Partido Democrático Revolucionario (PRD)** apenas cinco años después de ser desalojado por una invasión de "marines" estadounidenses.

La primera estocada la dio Pérez Balladares cuando inició la campaña proselitista antes que cualquiera de sus contrincantes. Mientras la alianza "civilista" que apoyaba al gobierno de **Guillermo Endara** se rompía por las ambiciones de cada partido de imponer a su candidato, el PRD hacía campaña en los sectores rurales donde la memoria del "torrijismo" perdura a 13 años de la muerte del general. Con esto le devolvió el carácter "populista" que el PRD había perdido cuando el general **Manuel Noriega** se había hecho del partido y el país hasta que los "marines" se lo llevaron a Miami para cumplir una pena de 40 años por narcotráfico.

Claro que no era solo eso; antes, el PRD se había impuesto en las elecciones legislativas de 1991 y en el referéndum del '92 cuando los panameños rechazaron una reforma constitucional propuesta por Endara.

Pero el toque final lo dieron los propios "civilistas". Endara expulsó a la **Democracia Cristiana** del gobierno y luego los otros dos partidos de la alianza oficialista eligieron candidatos propios: **Mireya Moscoso de Gruber**, la viuda del ex presidente **Arnulfo Arias**, y el histórico dirigente liberal **Rubén Carlés**. Entre los dos, el domingo sacaron más votos que Pérez Balladares.

Por último, la vieja y muy aceitada máquina electoralista del PRD superó sin mayores dificultades al heterogéneo movimiento montado por el cantante **Rubén Blades** en apenas un año de trabajo. Su movimiento, el **Papa Egoró**, gozó de mayor apoyo entre la prensa internacional que entre los panameños

Pero tal vez, la mejor verónica de este toro convertido en torero fue la de obtener el apoyo tácito de los **Estados Unidos**. Con el silencio durante la campaña y un pronto reconocimiento al conocerse los resultados después, Washington aceptó que su invasión fracasó en su intento no solo por destruir a Noriega sino por el de acabar con el movimiento creado por el carismático Torrijos en la efervescencia de los olvidados '70.

Gustavo Sierra

Copyright Clarín, 1994

DE NORIEGA A BALLADARES

- **6 de junio de 1987:** El coronel Roberto Díaz Herrera, segundo del jefe de las Fuerzas Armadas, general Manuel Antonio Noriega, acusa públicamente al general de fraude electoral y asesinato político, con lo que desata las primeras protestas contra el jefe militar, reprimidas por la policía con gases y bastones.
- **25 de febrero de 1988:** El presidente Eric Delvalle trata de destituir a Noriega, pero en cambio es derrotado por la Asamblea Nacional y huye. El ex ministro de Educación, Manuel Solís Palma, un aliado de Noriega, es designado en su remplazo.
- **Marzo 16:** Noriega reprime un intento de golpe encabezado por el jefe de la policía, mientras continúan las protestas callejeras que paralizan la capital.
- **7 de mayo de 1989:** Se realizan las elecciones presidenciales. Hay acusaciones de fraude y los dos principales partidos se atribuyen la victoria. Al día siguiente, el gobierno anula los comicios.
- **Setiembre 1º:** Fracasa la mediación de la OEA y Noriega nombra al desconocido Francisco Rodríguez como presidente.
- **Diciembre 20:** El presidente norteamericano George Bush lanza una invasión contra Panamá para capturar a Noriega y proteger la vida de los norteamericanos en ese país. Al día siguiente toma posesión del cargo el presidente electo en mayo, Guillermo Endara.
- **3 de enero de 1990:** Luego de varios días de resistencia Noriega se entrega voluntariamente a las autoridades norteamericanas que lo trasladan a Miami, donde dos años más tarde es condenado a 40 años de prisión por narcotráfico.
- **8 de mayo de 1994:** El candidato opositor, el "torrijista" Ernesto Pérez Balladares es elegido presidente.

9406329

04 -

Nº. DOCUM
TITU
PROCED. 150025
FECHA DE 12/5/94
VINCULACION 66718

Un cierto optimismo acerca de Panamá

12/5 LN

LAS elecciones presidenciales de Panamá -las primeras libres y abiertas en los últimos veinticinco años, y las más limpias y democráticas en toda la historia del país- dieron el triunfo a Ernesto Pérez Balladares, un hombre de negocios de 48 años decidido a recomponer la imagen del Partido Revolucionario Democrático, el mismo al que pertenecía el depuesto presidente Manuel Noriega. El gobernante electo puso cuidado en distanciarse expresamente del ex hombre fuerte de Panamá, a quien calificó como "el peor dirigente desde que el país se independizó de Colombia en 1903".

En cambio, Pérez Balladares -un banquero educado en los Estados Unidos, a quien el Washington Post describió como "un hombre de Washington", donde fue embajador- retomó las banderas del fundador del partido, el general Omar Torrijos, cuyo gobierno no fue cabalmente democrático, pero sí popular, y que después de su trágica muerte asumió para los panameños estatura de héroe nacional.

El triunfo del candidato del Partido Revolucionario Democrático significa el fracaso de los partidos tradicionales de centro y de centroderecha, que habían recibido el poder cuatro años atrás, después de la invasión de fuerzas armadas de los Estados Unidos que depuso y apresó a Noriega para juzgarlo y condenarlo en territorio norteamericano por actividades relacionadas con el tráfico ilegal de drogas.

Las divisiones entre liberales y demócratas cristianos, y aun dentro mismo del Partido Liberal, favorecieron el triunfo del candidato opositor. En su campaña electoral, Pérez Balladares retomó las consignas populistas que habían servido a Torrijos y a Noriega y que ahora volvieron a encontrar eco en una población sensibilizada por la falta de una política social en el gobierno de Guillermo Endara.

El presidente electo prometió hacer crecer la economía, crear más empleos y dar mayor espacio a los trabajadores y a la clase media en la vida pública del país, pero no será fácil que pueda cumplir estos propósitos dada la difícil situación económica que atraviesa el país, y ésta es una de las principales incógnitas que suscita su futura gestión, aun cuando hay motivos para alentar cierto optimismo al respecto.

En primer lugar, porque Pérez Balladares llega a la presidencia después de elecciones que pueden calificarse como ejemplares, realizadas en forma ordenada bajo la supervisión de 1200 observadores internacionales. Esto contrasta de manera notable con los comicios realizados bajo el régimen de Noriega, marcados por la intimidación y el fraude. Lo importante es que ahora el proceso de la democracia se ha puesto en marcha en Panamá, y esto facilitará -y, a la vez, condicionará- la acción del nuevo gobierno.

Y en segundo lugar, porque después de las tensiones que caracterizaron al período final de Noriega y el doloroso choque de la invasión norteamericana, los panameños y sus líderes parecen convencidos de que la retórica nacionalista de los dictadores suele apartar a los países de la solución de sus verdaderos problemas. Pérez Balladares ganó con poco más del 33% de los votos, y esto indica que pueden quedar muchos descontentos con el resultado de las elecciones. Pero nadie podrá cuestionar el proceso, que abre el camino para consolidar las instituciones y afirmar la democracia.

9406329

Nº. DOC
TITU
PROCE. 150024
FECHA 15/5/94
VINCULACI 66718

Legitimidad en Panamá 15/5 EX.

MUCHOS modos de entender la democracia, la soberanía, la defensa del interés nacional y la lucha por una real autodeterminación acompañaron la corta pero intensa y sacudida historia de Panamá, ineludiblemente atada a la dimensión estratégica del canal interoceánico, la relación con los Estados Unidos y la espiral de violencia y subdesarrollo que se devoró gran parte del siglo en América Central.

Esta semana, el pueblo panameño puede ver por primera vez complementadas y vinculadas por necesidad la legitimidad democrática, la vigencia plena de los derechos civiles, las reivindicaciones nacionales históricas y las reformas sociales que integren a una población fracturada.

Después de la traumática experiencia de una década en la que sufrió hasta el extremo los males seculares de su pasado —el fraude, la irrelevancia cuasi absoluta de su soberanía como Estado independiente, el contraste entre el paraíso financiero y el infierno de la miseria apretados en el más estrecho territorio del continente—, Panamá produce ahora un vuelco de trascendencia buscando recuperar el otro costado de su identidad: tierra de encuentro y neutralidad; de transiciones que quedaron truncas, instituciones y procesos de modernización a medio terminar.

La llegada de Ernesto Pérez Balladares a la presidencia goza de una plena y consistente legitimidad. No solo la otorgada por las primeras elecciones libres y limpias en un cuarto de siglo, las más ejemplares de su historia. También es un respaldo al rumbo impreso por los acuerdos Torrijos-Carter, malogrados por los últimos estertores de la guerra fría y el autoritarismo militar.

Obligado a gobernar en concertación con sus enconados adversarios, le tocará al partido político de la revolución torrijista sanar viejas heridas, aventar los fantasmas del pasado, dejar atrás la memoria de Noriega, remontar las secuelas nunca resueltas de la devastación provocada por la invasión norteamericana y, como desafío final, preparar el traspaso del Canal a la soberanía panameña. Si se logra remplazar la importancia que tuvo el Canal de Panamá como zona estratégico-militar por su conversión en un polo de desarrollo, los 2 millones 500 mil panameños podrán esgrimir con orgullo el lema de su escudo nacional: "En beneficio del mundo". De tal modo, esta extraordinaria legitimidad de origen con la que nace el nuevo gobierno se verá extendida en su ejercicio al conjunto de las relaciones hemisféricas.

9406329

06/06

Nº. DOCUMENTO 9406332

TITULO Gaviria destacó que las relac. con EEUU se han fortalecido.

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE 27/5/94

VINCULADO 65582

1164

11388

65880

Gaviria: los problemas con EEUU han quedado muy atrás

27/5/94

El Presidente César Gaviria Trujillo destacó que las relaciones con los Estados Unidos se han fortalecido, y que los problemas que han surgido entre los dos países "han quedado atrás".

BOGOTA / ANSA

Gaviria Trujillo, en declaraciones a la cadena radial RCN en los Estados Unidos manifestó que "yo creo que hemos avanzado bastante en el fortalecimiento y en la creación de mecanismos de control con los Estados Unidos, sobre todo en los temas de inversión y de comercio, hemos hecho avances bastante significativos."

En relación al tema del narcotráfico, Gaviria agregó que "como es de público conocimiento, ahí hemos tenido controversias particularmente con la Fiscalía, pero yo creo que todos estos problemas van a ir quedando atrás, creo que son una consecuencia natural, que de todas maneras, se trata de una relación compleja y además es bastante difícil".

Durante el mes de abril, las diferencias en cuanto a la aplicación de la política de narcotráfico por parte de las autoridades colombianas, generó un enfrentamiento verbal de los Estados Unidos contra el Fiscal General de la Nación, Gustavo de Greiff Restrepo.

Gaviria se mostró "bastante satisfecho" por la manera como han evolucionado las relaciones con los Estados Unidos y "yo creo que sin duda, en Estados Unidos tenemos hoy más comprensión, un mejor clima, más buena voluntad y la consideración de Colombia como una nación destacada desde el punto de vista económico y como importante aliada", agregó el Jefe de Estado colombiano.

Cambios políticos

El electo Secretario General de la Organización de Estados Americanos (O.E.A.), se declaró "optimista" por el ambiente interamericano que existe para el reingreso de Cuba a este organismo.

"Hay un ambiente y una aspiración en todos los países de América, para que se produzcan cambios políticos, económicos y más elementos democráticos, que hagan posible que Cuba pueda ser reintegrada al sistema interamericano, como en general lo desean todas nuestras naciones" agregó el Mandatario. Gaviria, en entrevista con el periodista Eduardo Aponte Rodríguez de RCN consideró que cuatro años de mandato "han sido suficientes" para cumplir con la agenda que se propuso al inicio de su mandato en agosto de 1990.

"Se logró la transformación de la carta política y se realizaron profundos cambios en el sector de la justicia, en la creación de la Fiscalía, de la Corte Constitucional, del concejo de la judicatura; además el avance obtenido en las reformas económicas, en el proceso de la modernización del estado."

Agregó que aunque quedan "muchas tareas pendientes", los proyectos fundamentales "se cumplieron, aunque la principal limitación sería en el área de la inversión social, porque siempre se está corto y los problemas del atraso y miseria en la medida, en que el Gobierno asciende los casos de violencia, son problemas que se van volviendo más evidentes".

El Jefe del Estado, comentó que acompañará a la selección Colombia en algunos de sus partidos en el Mundial USA-94, dependiendo de si en el país se realiza una segunda vuelta de elecciones presidenciales "que se cruzaría con algunos encuentros del mundial", por lo que aún no puede precisar a cuál de ellos asistirá.

9406330

01-01

Nº. DOCUM 9406331
TITULO Elecciones en Colombia
PROCED 150024
FECHA 1/6/94
VINCULACIONES 65582
11164
11640
11304

REPORTAJE A ANTONIO NAVARRO WOLFF, EX GUERRILLERO Y LIDER DE "COMPROMISO COLOMBIA"

El retroceso de la "tercera fuerza"

Con menos del 4 por ciento de los votos conseguidos en las elecciones presidenciales colombianas del domingo, el ex líder guerrillero Antonio Navarro Wolff surge como quien puede inclinar la balanza en la segunda vuelta que se realizará el 19 de junio. Entrevistado por Clarín en su casa de Bogotá, Navarro Wolff afirmó que su agrupación aún no decidió si apoyará al liberal Ernesto Samper o al conservador Andrés Pastrana y descartó ser ministro en el futuro gobierno.

ELECCIONES EN COLOMBIA

Poco legible.

Clarín EN BOGOTA

BOGOTA, 31 (Enviado especial). — **Antonio Navarro Wolff se convirtió, desde el domingo, en el dirigente político que liberales y conservadores quieren seducir.** Los 220.000 votos que obtuvo su agrupación **Compromiso Colombia,** pueden transformar a esta alianza de centroizquierda en la gran electora para la segunda vuelta de las elecciones presidenciales del 19 de junio, cuando **Ernesto Samper y Andrés Pastrana** diriman quién será el próximo jefe de Estado.

Ex líder guerrillero del M-19 entre 1978 y 1990, congresista constituyente en 1991 y ministro de Salud durante 10 semanas del presidente **César Gaviria Trujillo,** Navarro Wolff habla con dificultad, pero con firmeza, como consecuencia del atentado que sufrió en mayo de 1985, cuando una granada explotó debajo de la mesa en la que se hallaba tomando un café. En su casa de Bogotá, que también es su oficina, recibió a **Clarín.**

—En 1991 se convirtieron en tercera fuerza con un porcentaje elevado de votos ¿Qué ocurrió para que el domingo sólo hayan alcanzado el 4 por ciento?

—Básicamente lo que ocurrió es que no supimos diferenciarnos de las dos grandes corrientes como sí lo hicimos durante la Constituyente de 1991. Pero lo que hay que tener en cuenta que este 4 por ciento, 220.000 votos, representan más que esa cifra por la importancia que adquirimos para la segunda vuelta, y porque si sabemos manejar la situación este pude ser el paso inicial para volver a crecer y ser nuevamente una tercera fuerza con peso político.

—¿Su paso como ministro del presidente Gaviria no conspiró contra el crecimiento de la agrupación?

—No, porque después de mi paso por el gabinete crecimos de 700.000 votos en las presidenciales de 1990 a más de un millón en las elecciones Constituyentes, que se realizaron después de ese período. Lo que sí ocurrió es que cuando yo salí del ministerio, otros compañeros de la alianza M-19 me remplazaron en el cargo y no tuvieron forma de diferenciarse del gobierno como sí lo había hecho yo.

—¿Cuál va a ser la actitud de Compromiso Colombia en la segunda vuelta?

—Vamos a tomar una decisión que garantice nuestra independencia. Lo que debemos hacer es demostrarles a los colombianos que somos una fuerza distinta y que no participaremos de negociaciones por cargos políticos, de superestructura, que todos los colombianos rechazan. Vamos a tomar una decisión que nos permita diferenciarnos de las fuerzas mayoritarias para tratar de reconstruir nuestra fuerza. X

X **—El liberal Ernesto Samper dijo que usted tiene más coincidencias con ellos que con Pastrana ¿Esto es así?**

—Si llegara a haber acuerdos con el Partido Liberal no sería por coincidencias de fondo, sino por necesidades políticas de nuestro movimiento. Si bien puede haber mayores coincidencias ideológicas con Samper que con Pastrana, hay también grandes distancias políticas con los liberales. Lo que ocurre es que lo que nos aproxima a uno nos separa del otro y viceversa.

—¿Eso quiere decir que del plenario que se efectuará el jueves surgirá la decisión de dejar en libertad de acción a los votantes?

—Es una posibilidad, porque en el seno de la organización hay una posición bastante reacia a realizar acuerdos con los dos candidatos. Si hay acuerdo con alguna de las dos corrientes, deberá ser en base a puntos muy específicos que tienen que ver con la lucha contra la corrupción y con la creación de mecanismos de control del Estado. Para una fuerza como la nuestra esos dos aspectos son básicos para conversar con liberales o conservadores.

—¿Sería ministro del futuro presidente, ya sea Samper o Pastrana?

—No, de ningún modo. Claro que no, porque las circunstancias políticas son totalmente distintas de las que existían cuando fui ministro de Gaviria.

—¿En la segunda vuelta, votaría por Samper o por Pastrana?.

—Votaré lo que decida la organización, porque yo soy un ser social y no individual. Todavía formamos parte de los indecisos.

—¿Aceptaría ser negociador oficial con la guerrilla?

—No, porque no tendría capacidad de decisión. Si me consultan aportaré lo que crea necesario para lograr la paz.

—¿Quién gana en la segunda vuelta?

—Hoy es imposible predecirlo, pero creo que Samper salió más debilitado que Pastrana en esta primera vuelta. Sin embargo, el candidato liberal tiene la posibilidad de recurrir a los antiguos liberales para que lo voten, no así Pastrana que ya no le quedan conservadores para convocar.

Pablo Biffi

9406331

c1-CC.

Nº. DOCU
TITULO
PROCE
FECHA
VINCULAC

Virtual empate en Colombia

2/6 LN

EN una de las elecciones más reñidas de la historia de Colombia, los candidatos presidenciales de los dos partidos históricos -el liberal Ernesto Samper y Andrés Pastrana, postulado por la Nueva Fuerza Democrática- han quedado virtualmente *empatados*, lo que los convierte en protagonistas exclusivos del *ballotage* o segunda vuelta, por efectuarse el 19 de junio.

El resultado arrojó, en efecto, 2.581.193 votos para Samper (el 45,2 %) y 2.562.481 (el 44,9 %) para Pastrana, con lo cual se plantea una verdadera incógnita, ya que una diferencia de apenas 18.712 votos significa muy poco en un país con 17 millones de votantes potenciales. Los restantes candidatos quedaron a enorme distancia. Antonio Navarro Wolff, el ex guerrillero líder del M-19, figuró en tercer lugar, con 217.067 sufragios (el 3,8 %).

Un dato significativo es el bajísimo índice de concurrencia a las urnas. Se abstuvo de votar el 67 % de los electores, un grado de ausentismo con pocos antecedentes en el historial de la democracia colombiana. Lo que ocurra en la segunda vuelta dependerá, en proporción acaso decisiva, de que se mantenga o no ese inusual nivel de abstención.

El hecho político más notable es el avance del conservadurismo hacia posiciones que pueden llegar a poner en riesgo la tradicional supremacía del Partido Liberal. La *chance* fuerte del liberalismo reside en la posibilidad de que muchos ciudadanos independientes que se abstuvieron en la primera vuelta, ante la perspectiva de una derrota del oficialismo, decidan votar ahora para afirmar la continuidad de su partido, por más que Samper, aunque fue ministro de Desarrollo del actual presidente Gaviria, se ha mostrado en la campaña más *opositor* que el conservador Pastrana; por ejemplo, respecto de la apertura económica.

Otro factor que podría contribuir al triunfo de Samper sería la decisión formal del M-19 de volcarse en su favor. Como se sabe, en la segunda vuelta sólo compiten los dos postulantes más votados -Samper y Pastrana-, lo que podría dar a las fuerzas minoritarias un papel definitorio. Si el índice de abstención se mantiene, los más de 200.000 votos de Navarro Wolff serían un aporte nada desdeñable. Sin embargo, en las dos fuerzas principales se discuten ventajas y desventajas de conseguir esos votos, que podrían motivar la pérdida de otras adhesiones. Por ahora, de todos modos, el M-19 se ha limitado a comunicar que antes de tomar una decisión procurará auscultar a fondo la opinión de sus seguidores. El ex movimiento subversivo nunca ha tenido afinidades ideológicas con el liberalismo, pero la mayoría de los observadores supone que sus diferencias con el conservadurismo son aún más pronunciadas.

Por otra parte, no se olvida el hecho de que el salto del M-19 a la legalidad democrática se produjo al amparo del clima de distensión política generado por los presidentes liberales, un dato que puede inducir la decisión de muchos de sus votantes.

En el otro platillo de la balanza están las posibilidades cada vez más ciertas del conservadurismo de retornar al poder. Entre los factores que gravitan en favor de las posibilidades de Pastrana hay que mencionar el fuerte ascendiente personal del candidato, que desarrolló una eficaz gestión como primer alcalde electo de Bogotá y que sobresale por su personalidad carismática. Hijo del ex presidente Misael Pastrana Borrero, víctima del narcoterrorismo -que en 1988 lo mantuvo secuestrado durante una semana-, Andrés Pastrana ha llevado una impronta renovadora al viejo tronco conservador y la fuerza que lo postula es, en realidad, una alianza de partidos que intenta atraer el voto independiente, e inclusive el de muchos liberales.

El conservadurismo cuenta con que los mayores índices de abstención se registraron entre los jóvenes, y que menor abstención significaría, así, más votos para Pastrana: en la juventud parece haber tenido los resultados mejores, y con su aporte ha podido -por primera vez- equilibrar a las fuerzas liberales unidas. Los conservadores sólo pudieron triunfar cuando el liberalismo concurrió dividido a las urnas.

Más allá de lo que pueda deparar esta primera experiencia de la sociedad colombiana en el empleo del *ballottage* como mecanismo electoral -y sin desconocer la preocupación que suscita el elevado porcentaje de ausentismo-, corresponde celebrar que las fuerzas democráticas sigan ejerciendo un contundente predominio en las preferencias de la ciudadanía y que el sistema político ofrezca propuestas claras de alternativa o recambio, como la que hoy exhibe el candidato conservador.

Los avances registrados en la erradicación definitiva del terrorismo abren para el país, como nunca en muchos años, un panorama auspicioso. Están dadas las condiciones para que Colombia, cualquiera sea el resultado del 19 de junio, consolide el proceso de pacificación en marcha y avance hacia las metas de saneamiento y revitalización de su economía, durante tanto tiempo postergadas.

9406331

Nº. DOCUM
TITULO
PROCEDE
FECHA
VINCULACI

PERFIL



Ernesto Samper es un típico exponente de la más reciente generación de políticos latinoamericanos que busca desandar el neoliberalismo a ultranza.

Fue él quien, como ministro de Desarrollo del presidente Oscar Gaviria, comenzó la apertura económica de Colombia, de corte netamente liberal.

Propone un sistema de subsidios y protección para los sectores que, como el campo, han sido más perjudicados por el programa vigente.

Samper, abogado y economista de 43 años, es miembro de una tradicional familia de Bogotá y milita en el Partido Liberal desde 1981. Antes se había desempeñado como docente universitario y como presidente de la entidad que agrupa a la banca privada.■

Samper se impuso por escaso margen en los comicios y habrá segunda vuelta

EL OBS. 30/5/94

Triunfo oficialista en Colombia

En la más reñida elección del último cuarto de siglo en Colombia, el candidato oficialista Ernesto Samper derrotó ayer en la primera vuelta de los comicios presidenciales al candidato conservador Andrés Pastrana.

Según los resultados oficiales, escrutado el 80% de los votos, Samper tenía 2.159.000, 45,4% de los sufragios frente a 2.126.692, 44,7%, de Pastrana.

Ninguno de los dos candidatos más votados a la presidencia de Colombia obtuvo la mayoría necesaria en las elecciones de ayer y deberán enfrentarse en una próxima segunda vuelta el 19 de junio.

La Constitución colombiana establece que para que un candidato gane en forma directa la presidencia debe obtener el 50% más uno de los votos, o imponerse en una segunda vuelta en la que se enfrentan los dos candidatos más votados.

Una encuesta realizada por el Centro Nacional de Consultoría (CNC) para la cadena Caracol, pronosticó el triunfo del candidato liberal con un 47,3% de los sufragios frente a un 44,3% de Pastrana.

En un esfuerzo por mostrar las diferencias que lo separan de Pastrana, Samper lo acusó de ser el abanderado del "capitalismo salvaje", al estilo del que desarrollaron Ronal Reagan en Estados Unidos y Margareth Thatcher en Inglaterra.

Samper dijo que su programa de gobierno representaba el "capitalismo social", en el cual la intervención del Estado continuaría teniendo un papel predonderante para evitar que los sectores más desprotegidos de la población sufran las consecuencias de políticas neoliberales.

Las elecciones presidenciales se cumplieron en una casi completa normalidad pese a las amenazas de la guerrilla en algunas regiones del país.

Unos 250.000 efectivos de las fuerzas militares y de la policía mantuvieron el control de la situación y estuvieron en acuartelamiento de primer grado para evitar posibles ataques o sabotajes de la guerrilla.

La ley seca y la prohibición de portar armas de fuego se mantuvo en todo el país.

Las fuerzas armadas reportaron combates en el departamento de Huila, al sudoeste del país, en donde el ejército abatió a tiros a tres rebeldes y en el departamento de Caldas, donde resultó herido un militar en un choque armado.

Después de una extenuante campaña electoral, los dos candidatos deberán reanudar sus tareas proselitistas para conquistar una pequeña franja del electorado que votó por otros candidatos y a la vez intentar el voto de la inmensa masa de abstencionismo.

El Ministerio de Defensa informó que de 47.427 mesas de votación que se instalaron en 7.298 lugares del país, solamente en 64 no se pudieron realizar las elecciones.■

(De la redacción de* El Observador *en base a Reuter y AP)

PERFIL



Andrés Pastrana confía en su carisma y en la renovación que logró en el viejo partido conservador para continuar el esquema tradicional en el que su partido y el Liberal se suceden en el gobierno del país desde hace varias décadas.

El candidato, de 39 años de edad, ha producido un fenómeno inusual en el país: romper los moldes de su agrupación minoritaria, para pelear mano a mano con el poderoso aparato político del liberalismo.

Hijo de ex presidente Misael Pastrana Borrero, después de una exitosa gestión como alcalde (intendente) de Bogotá lideró un proceso de renovación total dentro de su partido, hasta entonces anquilosado bajo el dominio de la vieja dirigencia. ■

9406331

Nº. DOC
TITU
PR
FECHA
VINCUL

Colombia: 18 candidatos y ningún favorito

28/5 LM.

Los apáticos electores colombianos tendrán que votar en dos ocasiones diferentes para poder elegir a un nuevo Presidente de la Nación, porque, según las encuestas coincidentes reveladas hoy, ninguno de los 18 candidatos obtendrá el próximo domingo el mínimo del 51 por ciento de los sufragios requeridos.

BOGOTA / ANSA

Lo que hasta hoy han determinado los sondeos privados y de los dos principales partidos políticos, es que el liberal Ernesto Samper Pizano alcanzará el domingo dos puntos más o dos menos de los sufragios que obtenga el conservador Andrés Pastrana Arango, que solamente aparece como ganador en uno de los estudios.

El Centro Nacional de Consultoría, una de las principales organizaciones privadas de encuestas, le otorga a Samper Pizano el 45 por ciento de los votos y a Pastrana Arango un 43 por ciento.

Inamer-Gallup de Colombia, dice hoy, sin embargo, que aunque Samper continúa sumando votos, Pastrana Arango está por encima de él en aproximadamente dos puntos.

Difícil definición

Aunque el vocero de la empresa se abstuvo de dar porcentajes concretos, reiteró que ninguno de los dos alcanzará el 51 por ciento necesario para definir la presidencia en una sola vuelta electoral.

Los politólogos han explicado que teniendo en cuenta el margen de error de las encuestas estos porcentajes equivalen a un eventual "empate técnico" que se decidirá posteriormente en la segunda ronda electoral programada para el 19 de junio. Los otros 16 quedan eliminados en la primera.

Entre tanto los militares y policías intensifican sus patrullajes en las zonas urbanas y rurales donde los guerrilleros intentan impedir la realización de los comicios, recurriendo a las amenazas de muerte tanto a los electores como a las autoridades encargadas de vigilar el proceso de votación.

Un oficial del ejército murió ayer durante un ataque guerrillero a una patrulla en una apartada región del estado César, en el norte colombiano.

El Presidente César Gaviria Trujillo designó ya sus representantes para vigilar en todo el territorio nacional la "pureza" de los comicios, que se pronostica serán los más reñidos de los últimos 24 años.

Los conservadores han expresado sus temores sobre posibles maniobras fraudulentas para evitar su retorno al poder perdido hace ocho años, pero el gobierno y la registraduría nacional del estado civil les han dado explicaciones para demostrarles los controles técnicos que existen para evitar cualquier manipulación ilícita de los escrutinios.

La mayor seguridad

Los aproximadamente 6,5 millones de posibles votantes, podrán hacerlo en 7.298 lugares en los que se instalaron 47.427 urnas.

Las mesas para votación cuentan con un total de 390.000 testigos o "jurados", miembros de todos los partidos políticos, que son los encargados de supervisar ese proceso.

El transporte de los 18 millones de papeletas de votación se efectuó dentro de la mayor seguridad para evitar que fueran robados por los guerrilleros, que en otras ocasiones lo han intentado.

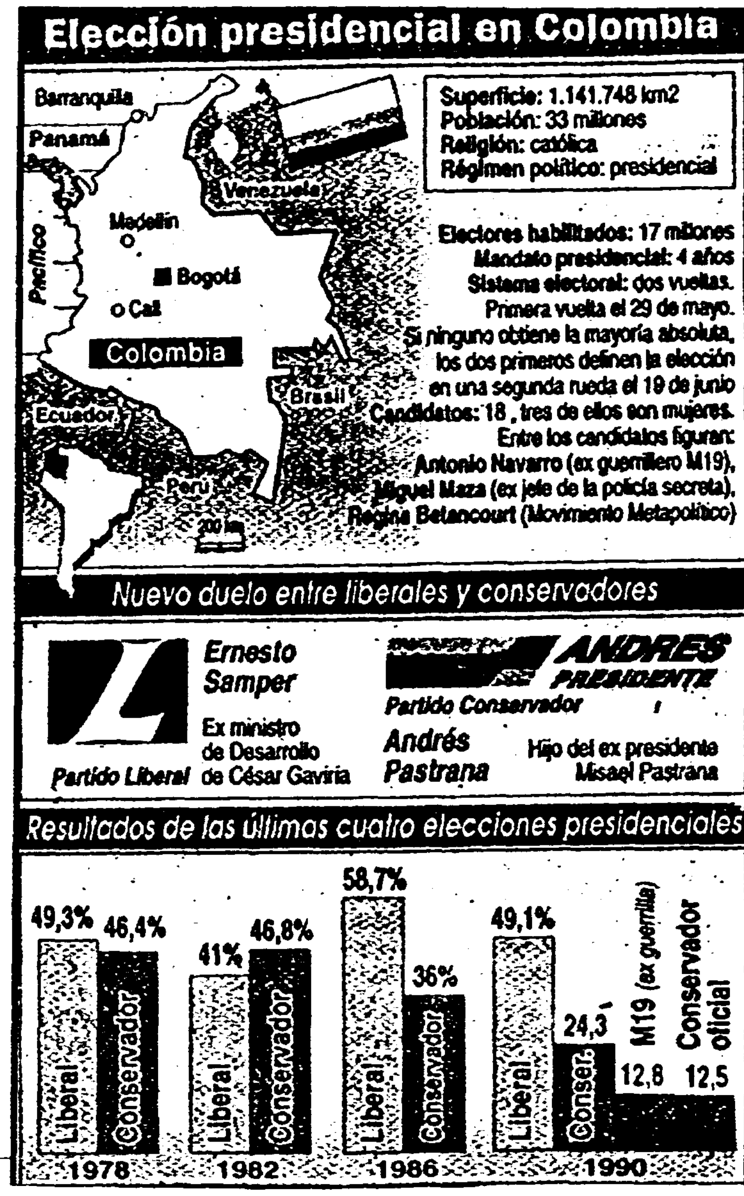
Aunque el potencial electoral colombiano es de 17 millones de personas, se calcula que los votantes alcanzarán apenas los seis millones manteniéndose la abstención dentro de los márgenes históricos. El voto no es obligatorio en Colombia.

En esta ocasión se presentan 18 candidatos presidenciales, lo que representa el número más alto en toda la historia, pero sólo dos acaparan casi el 90 por ciento del electorado y los otros 16 el restante diez por ciento.

Hace cuatro años hubo 12 aspirantes a la jefatura de Estado, en 1978 ocho y en 1982 cinco.

La tercera opción, de acuerdo con las encuestas, es la del ex dirigente guerrillero Antonio Navarro Wolff, quien con el indígena Jesús Enrique Pinacua Achicue como candidato a la vicepresidencia, tiene menos del cuatro por ciento.

Desde mañana y hasta el lunes en la mañana quedará prohibido el porte de armas por parte de civiles, lo mismo que la venta de bebidas embriagantes.



94063 31

c4

Nº. DOCUM
TITULO
PROCE
FECHA
VINCULACION

LOS CANDIDATOS DEBEN VENCER LA APATIA DE LOS ELECTORES COLOMBIANOS

Samper y Pastrana se lanzan a la caza de los votos para el "ballottage"

El ex guerrillero Antonio Navarro Wolff, tercero en los comicios presidenciales del domingo en Colombia, reveló ayer que Ernesto Samper y Andrés Pastrana lo llamaron telefónicamente para iniciar gestiones en busca de apoyo para el "ballottage" del 19 de junio. Los candidatos liberal y conservador, que en el primer turno quedaron en un virtual empate, iniciaron ayer mismo contactos con otras fuerzas políticas. El fantasma de la abstención, que rozó el 67 por ciento, aparece igualmente como la más fuerte amenaza para ambos y para la propia vida institucional del país.

31/5 E.C.

BOGOTA, 30 (Reuter, EFE y DPA). — El candidato liberal **Ernesto Samper** y el conservador **Andrés Pastrana** iniciaron hoy contactos con otras fuerzas políticas, como parte de sus estrategias para la **"caza" de votos** que les posibiliten el triunfo en la segunda vuelta de las elecciones presidenciales, el próximo 19 de junio.

Después del virtual empate que arrojó el primer turno, con los dos candidatos que lograron cada uno alrededor del 45 por ciento de los votos emitidos, Samper y Pastrana deberán concentrarse ahora sobre un enemigo común, que aparece como el más peligroso para la propia vida institucional colombiana: **la indiferencia de la ciudadanía**, que se tradujo en las urnas con un **abstencionismo que rozó el 67 por ciento.**

El mes próximo los colombianos irán por primera vez a una segunda vuelta electoral para elegir al nuevo presidente. Hasta 1990 el candidato que obtenía la mayoría simple se aseguraba la primera magistratura, pero la reforma constitucional de 1991 estableció el requisito de obtener la mitad más uno de los votos.

"Estamos preparados para la segunda vuelta y estoy seguro de que en esa instancia vamos a definir a favor mío a las mayorías", dijo este lunes Samper, y admitió que sus equipos ya iniciaron gestiones en busca de diálogos y acercamientos con otros sectores políticos que puedan darle apoyo para la ronda final del 19 de junio.

El jefe de debate de la campaña liberal, **Horacio Serpa**, dijo que "muchas de las tendencias y orientaciones políticas y sociales que estuvieron en las diferentes candidaturas, van a encontrar un espacio muy grande en este propósito que lidera Ernesto Samper: estamos haciendo contactos".

El candidato conservador calificó los resultados electorales del domingo como un triunfo de su campaña.

"El país votó por el cambio; el país está cansado de hacer coaliciones por hacer coaliciones. Las coaliciones que yo he hecho son de tipo programático y no burocrático", enfatizó Pastrana.

El candidato izquierdista **Antonio Navarro Wolff**, quien —aunque con un exiguo 3,8 por ciento de los votos— obtuvo un tercer puesto que resulta estratégico con miras a la segunda vuelta, reveló hoy que los dos candidatos que se disputarán la presidencia en tres semanas lo llamaron telefónicamente.

Cuando se le preguntó sobre un eventual apoyo a alguna de las dos candidaturas, el ex guerrillero del M-19 dijo: "Vamos a tomar una decisión reflexionando con tranquilidad y consultando con mucha gente. Tenemos una responsabilidad de representar a 220.000 personas de manera genuina antes de dar un paso adelante".

Regina Betancourt, candidata de un movimiento Metapolítico que obtuvo la cuarta votación con casi 65.000 sufragios, también dijo que Samper y Pastrana la llamaron, y anunció que hablará con los dos, pero se abstuvo de predecir una posible alianza con alguno de ellos.

El ex jefe de la policía secreta, **Miguel Alfredo Maza**, candidato de **Concertación Cívica Nacional**, quien obtuvo el quinto lugar con 55.000 votos, no se pronunció sobre una posible coalición de apoyo, mientras que **Enrique Parejo** (sexto en la votación, con más de 29.000 sufragios, descartó cualquier posible acuerdo con alguno de los candidatos: "Yo no puedo hacer alianzas con los que representan el continuismo (...) que quieren asegurar las grandes maquinarias políticas", subrayó.

En la más cerrada y reñida votación de la historia política de Colombia, el candidato liberal ganó la primera vuelta con 2.581.193 votos (45,2 por ciento), frente a 2.562.481 (44,9 por ciento) de Pastrana. Esas cifras corresponden al 97,3 por ciento del total, de acuerdo con el escrutinio de la Registraduría Nacional del Estado Civil.

9406331

CS

Nº. DOCU
TITULO
PROC.
FECHA D.
VINCULACI

OPTIMISMO CONSERVADOR

Enigma del liberalismo

31/SEC.

BOGOTA, 30 (Enviado especial). — Si uno de los dos candidatos más votados puede considerarse el vencedor de la primera vuelta electoral, este no es precisamente el liberal **Ernesto Samper** —que sí obtuvo más sufragios— sino el conservador **Andrés Pastrana**, que contra todos los pronósticos solo fue derrotado por escasos 18.000 votos, apenas el 0,3% del total de los votantes.

En los comicios más reñidos de la historia de Colombia, Pastrana, con su suprapartidaria **Nueva Fuerza Democrática**, logró poner en duda la aparente supremacía nacional del liberalismo y colocarse en igualdad de condiciones con Samper, de cara al segundo turno del 19 de junio.

Ya nadie en este país puede estar seguro de lo que ocurrirá en el "ballottage". La escasa diferencia de votos entre ambos y el elevado índice de abstención que se registró en todo el país no permiten inferir de dónde, tanto Samper como Pastrana, obtendrán los votos necesarios para inclinar la balanza a su favor.

Sin embargo, los dos candidatos ya comenzaron a moverse en esa dirección y es por eso que **Antonio Navarro Wolff** —el ex líder guerrillero y aspirante presidencial por Compromiso Colombia, que obtuvo el 4 por ciento de los sufragios— comenzó a partir de hoy a sentir todas las miradas sobre su espalda.

Los 220.000 votos de Compromiso Colombia, sumados a otros 150.000 que obtuvieron entre **Regina Betancourt de Liska** y el general **Miguel Maza Márquez**, pueden resultar decisivos a la hora de volcarse hacia uno ú otro candidato.

Todo el espacio en los medios de comunicación que Navarro Wolff había reclamado para exponer sus ideas con vistas a la primera vuelta comenzó a tenerlo hoy, precisamente, cuando ya no puede convertirse en presidente de Colombia pero sí en el gran elector.

Desde muy temprano, en particular las principales radios, comenzaron a sondear al ex líder guerrillero. En diálogos telefónicos en los que se cruzó al aire con Samper y Pastrana, el dirigente de izquierda optó por una salida decorosa. Navarro Wolff insistió una y otra vez con que sería un plenario de delegados de Compromiso Colombia, a realizarse el jueves, el que determinará los pasos a seguir.

"Debemos ser muy respetuosos de nuestros votantes y escuchar a la mayor cantidad de gente posible antes de tomar una decisión", dijo en un breve diálogo con **Clarín**. Fuentes cercanas al ex candidato habían señalado ayer a este cronista que, casi con seguridad, sería el llamado a votar en blanco la alternativa que escogerían los seguidores de Navarro Wolff.

La estrategia conservadora estará centrada en dos aspectos: en primer lugar, hacer un llamado a la participación ciudadana para que concurra a las urnas el 19 de junio —en particular a jóvenes y mujeres, de donde sale su mayor caudal electoral— y en segundo término a tratar de descontar la diferencia que obtuvo Samper en Bogotá, unos 50.000 votos, ciudad de la que Pastrana fue el primer alcalde electo.

El 67 por ciento de abstención —votaron alrededor de 5.800.000 personas sobre un total de 17 millones de inscriptos— fue otra vez la nota dominante de la jornada electoral. Esta cifra de ausentismo a las urnas es una de las más altas de los últimos 30 años.

Cuestiones que nada tienen que ver con la política conspirarán, seguramente, contra la participación en el "ballottage". "Que la segunda vuelta se desarrolle en medio del campeonato mundial de fútbol no ayudará para que haya una concurrencia importante el 19 de junio", dijo Pastrana a **Clarín**, poco después de reunirse con el canciller israelí, **Shimon Peres**, de visita oficial en Colombia.

Aunque bailaron y festejaron hasta altas horas de la noche del domingo, en el círculo de Samper no había euforia y aún no se pronunciaron públicamente. Ahora deberán preocuparse por intentar diferenciarse del candidato conservador y de lograr que la supuesta mayoría liberal se vuelque masivamente a las urnas, para que Samper se convierta en el presidente liberal número 13 desde 1914, cuando se instauró el voto universal.

Pablo Biffi

Copyright Clarín, 1994

9406331

06/06

Nº. DOCUMENTO 9406332
TITULO Industriales colombianos no quieren acuerdo con el G-3.
PROCEDENCIA 15001Y
FECHA DE P. 5/6/94
VINCULACION 65542
11161
11401
11164
11355

Los problemas de la integración económica

INDUSTRIALES COLOMBIANOS NO QUIEREN ACUERDO CON LOS 3

5/6. LT

La Asociación Nacional de Industriales de Colombia (ANDI) ha pedido al Presidente César Gaviria que no firme el tratado de libre comercio del Grupo de los Tres (G-3), con México y Venezuela, por considerar que perjudica a los empresarios locales.

El diario "El Espectador" de Santafé de Bogotá informa ayer de que, según un estudio de la ANDI, el convenio del G-3 favorece los intereses de los productores mexicanos y lesiona los colombianos y venezolanos, ya que éstos dos no tienen el mismo grado de desarrollo industrial de los primeros.

La firma del acuerdo está prevista para el próximo 15 de junio cuando los presidentes de Colombia, México y Venezuela asistan a la IV Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno en Cartagena de Indias (norte colombiano).

Aunque la ANDI formó parte del proceso negociador del acuerdo del G-3, que terminó el mes pasado, la junta directiva de la 0organización resolvió enviarle una carta a Gaviria en la que expresa su preocupación por la "asimetría" en el tratamiento comercial que le dará México a Colombia y Venezuela.

Los industriales colombianos alegan que la negociación fue más política que técnica, y los empresarios más preocupados son los de los sectores textiles y de plásticos.

Para el Gobierno colombiano, una de los principales ventajas de suscribir el acuerdo del G-3 es el posible acceso de Colombia, por medio de México, al Tratado de Libre Comercio de Norteamérica (TLC), que esa nación comparte con Estados Unidos y Canadá.

Según el ministro colombiano de Comercio Exterior, Juan Manuel Santos, la constitución del mercado libre del G-3 supone para su país "entrar a las grandes ligas" del comercio mundial.

9406332

01-01

Nº. DOCU... 9406333 ✓
TITU... Ex ministro de cultura E. Cardenal acusa a Ortega de destruir el FSLN.
PROCE... 1SC023
FECHA DE... 3/6/94
VINCULACI... 66603

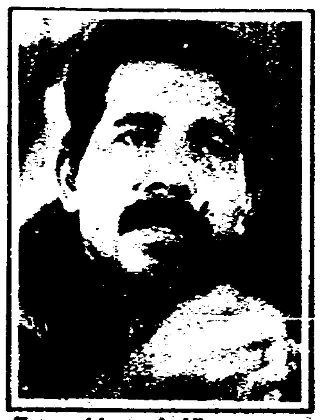
Acusa Ernesto Cardenal: "Daniel Ortega destruye al FSLN"

3/6 CR

*** El ex ministro de Cultura de Nicaragua adhiere al grupo "renovador" del FSLNconformado por el líder de la bancada parlamentaria Sergio Ramírez, el rector de la Universidad y el embajador en EEUU, Carlos Tunnerman, que renunció**



Ex ministro de Cultura, Ernesto Cardenal



Ex presidente de Nicaragua, Daniel Ortega

Managua (ANSA)

■ El ex ministro de Cultura de Nicaragua Ernesto Cardenal acusó hoy al ex presidente Daniel Ortega de haber "asesinado" al Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), el reelegirse recientemente como máximo líder de la organización.

El poeta y sacerdote, exponente de la corriente "renovadora" liderada por el ex vicepresidente Sergio Ramírez, que se opuso a la permanencia de Ortega al frente del sandinismo, afirmó que Ortega "va a quedar en la historia como la persona que destruyó" al FSLN.

Cardenal, que ha sido sancionado por el Vaticano debido a su militancia política, fue excluido de la dirigencia del Frente Sandinista junto con los otros exponentes del ala renovadora, durante el Congreso de la Organización en el que fue reelecto por otros tres años Ortega. El ex ministro acusó al ex mandatario, que gobernó a Nicaragua entre 1979 y 1990, de haberse impuesto mediante los votos de "una minoría que manipuló la reunión", y que marcó el "suicidio" del Frente Sandinista.

Se trata también de "un asesinato ejecutado por Daniel Ortega y esa minoría, imponiendo al FSLN la intolerancia, el autoritarismo y el caudillismo", afirmó el poeta, autor entre otras obras del Canto cósmico" y "Oda a Marilyn Monroe".

La crítica de Cardenal fue publicada por el diario sandinista Barricada, en la cual expuso que lo ocurrido en el congreso del FSLN "es peor que la derrota electoral de 1990", cuano Violeta Chamorro puso término a las aspiraciones de Ortega de mantenerse en el poder.

"Todo esto cambiaría, si el FSLN se renovara antes de 1996, pero después de lo que ha pasado, ¿cómo es posible, en tan corto tiempo, una renovación?, agregó Cardenal.

Junto con Ramírez y Cardenal fueron desplazados de la dirigencia sandinista Mariano Fiallos, presidente del Consejo Supremo Electoral de Nicaragua: Alejandro Serrano, rector de la Universidad Nacional; Carlos Runnerman, ex embajador en Estados Unidos y el músico Carlos Mejía Godoy, entre otros. Ramírez había presentado a la convención una serie de propuestas para renovar al FSLN, orientándolo hacia una posición socialdemócrata, entre las cuales figuraban su rechazo a "alentar enemistades a muerte" con Estados Unidos, y su renuncia a toda "forma de confiscación" respetando la propiedad privada. Otros excluidos de los órganos de dirigencia sandinista han dirigido también críticas contra Ortega. Por ejemplo, el ex embajador Tunnerman renunció públicamente a su militancia sandinista acusando al ex presidente de seguir una "línea ortodoxa, ciega y excluyente".

9406333

01-01

Nº. DOC. 9406334
TITULO Protesta sandinista ante presencia norteamericana en Managua
PROCE 150074
FECHA 5/6/94
VINCULACION 66603
11104
11302
113PP 658Po.

Los sandinistas denuncian presiones de los congresistas norteamericanos en Nicaragua

PROTESTA SANDINISTA ANTE PRESENCIA YANQUI EN MANAGUA

Los congresistas estadounidenses que se encuentran en Nicaragua desde el pasado jueves «vienen a presionar al Gobierno para que cambie el rumbo político y económico», declaró ayer sábado el dirigente sandinista Víctor Tirado.

«No dudo que Robert (Torricelli, uno de los miembros de la misión) vino a presionar para que una parte de los haitianos reciban asilo político en Nicaragua», añadió Tirado, uno de los quince miembros de la dirección nacional del Frente Sandinista.

Torricelli, demócrata por Nueva Jersey, junto a Car Ballanger, republicano por Carolina del Norte (EEUU), visita durante cinco días Nicaragua para estudiar el problema de los ciudadanos de EEUU cuyas propiedades fueron confiscadas por el régimen sandinista.



Víctor Tirado, al centro en la fotografía, denunció la actitud de los enviados norteamericanos

Las «presiones» estadounidenses de que habla Tirado fueron negadas el viernes por el canciller nicaraguense, Ernesto Leal, quien señaló: «Nos gusta que visiten el país para que se den cuenta de lo que pasa en Nicaragua».

El problema de los estadounidenses que reclaman al Gobierno de Violeta Chamorro la devolución de sus bienes confiscados por los sandinistas es el principal problema entre EEUU y Nicaragua.

La falta de solución a este conflicto amenaza con el bloqueo de la ayuda económica norteamericana, calculada en 60 millones de dólares, a Nicaragua, este año.

«Torricelli no viene a Nicaragua porque se le ocurrió defender a los norteamericanos, sino a presionar en distintos sentidos para que cambie el rumbo político y económico del país», añadió Tirado en un programa de opinión de «Radio Sandino».

El dirigente sandinista atribuyó esta nueva ronda de presiones de EEUU a la histórica costumbre de políticos nicaraguenses, que, dijo, «todo problema quieren arreglarlo en Washington».

La Asociación de Confiscados Americanos de Nicaragua, que reúne a 650 ciudadanos estadounidenses de origen nicaraguense, exigen la devolución de 1.400 propiedades valoradas en 600 millones de dólares.

El presidente de esta asociación, Roberto Vassalli, declaró a la prensa que en cuatro años el Gobierno de Chamorro sólo ha solucionado 20 reclamos «a entera satisfacción» de los damnificados.

El 29 de abril pasado entró en vigor en EEUU la enmienda «Helms-González» que fija un plazo que vence el 30 de julio próximo, para que aquellos países que no han devuelto propiedades a norteamericanos confiscados lo hagan antes de esa fecha.

9406334

01-01

Nº. DOC 9406335
TITULO Aumento de precios y servicios públicos en Nicaragua
PROCE 150014
FECHA 5/6/94
VINCULACI 66603
11161
11300
11436

Aumento de precios y servicios públicos

PREOCUPACION DE LOS SECTORES POBRES EN NICARAGUA

El nuevo aumento de los precios de los productos de consumo básico y de los servicios públicos, vigentes desde esta semana, incrementó la incertidumbre y preocupación de los sectores más pobres de Nicaragua, agobiados ya por la falta de empleos y bajos salarios.

A principios de esta semana, el gobierno de Violeta Chamorro autorizó una subida de los combustibles del uno por ciento, lo que repercutió casi de inmediato en un aumento del costo de la canasta básica, el transporte, las telecomunicaciones y la electricidad.

«Esa alza es un fenómeno que los consumidores deben enfrentar debido a la desacertada política económica del gobierno», comentó ayer sábado, un economista nicaragüense.

El mismo atribuyó la medida «a los primeros resultados de la aplicación de los términos» del acuerdo de crédito firmado con el Fondo Monetario Internacional (FMI).

Con este acuerdo, a través del Servicio Financiero de Ajuste Estructural Reforzado (ESAF), Nicaragua accederá a unos 300 millones de dólares, destinados al crecimiento económico en este país centroamericano.

Según el último informe de la Fundación Internacional para el Desafío Económico Global (FIDEG), que dirige el ex ministro sandinista de Planificación, Alejandro Martínez Cuenca, en Nicaragua el coste de vida, en abril pasado, se incrementó en 3,5 por ciento por el crecimiento de los precios de los alimentos.

En los mercados «las cosas están más caras que la semana anterior y nuestros salarios continúan congelados» expresó Carmen Martínez, una empleada pública cuya opinión refleja el sentir generalizado.

Comentaristas políticos no descartan que la tendencia alcista en los precios de la comida y los servicios públicos sea usada como bandera de lucha por los sindicatos sandinistas, que el jueves anunciaron el comienzo de una nueva jornada de protesta contra los intentos de privatización en Nicaragua.

El costo de la canasta básica, de 53 productos nacionales, según FIDEG alcanzó en el primer cuatrimestre de 1994 un valor de 1.040 córdobas, equivalente a 157,60 dólares, de acuerdo con el cambio de la moneda de EEUU hasta el 30 de abril pasado.

El salario nacional promedio en Nicaragua es actualmente de 1.098 córdobas (164,86 dólares), de acuerdo con cifras oficiales.

El gobierno de Chamorro ratificó recientemente su decisión de no incrementar los salarios en el transcurso de este año.

«Esta reducción del poder adquisitivo, unida al aumento del costo de los servicios públicos, tendrá consecuencias sobre la economía familiar», declaró la economista María Rosa Renzi, de la fundación FIDEG.

En los primeros cinco meses de este año, el córdoba -moneda nacional- experimentó una devaluación del 5 por ciento respecto al dólar estadounidense, cuyo cambio era el viernes de 6,66 córdobas.

En este país centroamericano, más del 60 por ciento de los 4,1 millones de habitantes vive en la pobreza, y siete de cada diez en edad de trabajar, están desempleados o subempleados.

9406335

Nº 9406336
TITULO Armando Calderón Sol asumió como presidente en El Salvador
PROCE 15090
FECHA 2/6/94
VINCULACIONES 507511
11169
11302

La derecha puso otro presidente en El Salvador

ARMANDO CALDERON SOL ASUMIO COMO PRESIDENTE

Armando Calderón Sol sucedió ayer en la presidencia a su compañero del partido derechista ARENA Alfredo Cristiani, en la primera transmisión de poder que, en los últimos 14 años, se efectúa en El Salvador sin el telón de fondo de la guerra civil.

Calderón, un empresario y abogado de 45 años, anunció en su discurso presidencial que cumplirá los acuerdos de paz pendientes, promoverá la reforma de la justicia, la igualdad de oportunidades y el "desarrollo humano", y recordó al Ejército su apego a la Constitución y el nuevo orden legal salvadoreño.

En el plano económico perfiló un programa humanista, de "economía social de mercado", con atención a la lucha contra la pobreza y la inversión social, en áreas como salud y vivienda.

También anunció que se privatizarán las empresas de servicios públicos ineficientes que suponen una carga para el Estado, pero se dará participación en su capital a los trabajadores.

En una ceremonia oficial ante cuatro jefes de Estado centroamericanos y delegaciones de altos funcionarios de medio centenar de países y organismos internacionales, Calderón juró el cargo y recibió la banda presidencial de manos de la presidenta de la Asamblea Legislativa, Gloria Salguero.

Allí mismo se realizó una breve sesión del Parlamento en la que se verificó la presencia de sus 84 diputados, incluidos los 21 del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), la antigua guerrilla convertida en partido por los acuerdos de paz de 1992.

La investidura se celebró en el mayor recinto de San Salvador, la Feria Internacional, colmada por más de 7.000 personas que desfilaron ceremoniosamente durante casi una hora, mientras una banda ejecutaba los himnos de los países representados en el acto.

Calderón, al frente de la Alianza Republicana Nacionalista (ARENA), derrotó en las elecciones del mes pasado, con un 68 por ciento de los votos, a la coalición del FMLN en las primeras elecciones tras los acuerdos de paz, que democratizaron el país y redujeron el Ejército a la mitad.

La investidura de Calderón fue saludada por una salva de 20 cañonazos y una escuadra de gala le rindió honores militares frente a la tribuna donde se sentaba con su vicepresidente, el empresario Enrique Borgo, y los primeros dignatarios de la nación.

Calderón recibió mensajes de felicitación de numerosos gobernantes y personalidades de América Latina, Europa y Estados Unidos, en cuyos textos se repitió la congratulación por la profundización de la democracia y la paz en el país centroamericano que supone esta transmisión pacífica del poder.

En términos similares se manifestaron los presidentes centroamericanos presentes en el acto, José María Figueres, de Costa Rica; Carlos Roberto Reina, de Honduras; Violeta Chamorro, de Nicaragua; y Ramiro de León, de Guatemala.

ASUMIO ARMANDO CALDERON

Más ARENA en El Salvador

Armando Calderón Sol, un abogado de 46 años, se convirtió ayer en el primer presidente salvadoreño tras la guerra civil que castigó al país durante 12 años y que concluyó con la firma de la paz en enero de 1992. Cerca de 40 delegaciones oficiales asistieron ayer en San Salvador, a la toma de posesión del nuevo jefe de Estado. La víspera, su correligionario el presidente Alfredo Cristiani se había despedido por televisión del país con lágrimas en los ojos. En el discurso pronunciado al asumir, Calderón prometió trabajar para que la vigencia de un pleno estado de derecho se convierta en "la regla de oro de la convivencia nacional" y para elevar la calidad de vida de los necesitados y romper así "la fatalidad de que el que nace pobre esté condenado a morir pobre".

Calderón, miembro de la derechista Alianza Republicana Nacionalista (ARENA), derrotó el pasado 24 de abril al socialcristiano Rubén Zamora en las primeras elecciones celebradas en tiempos de paz y en las que la antigua guerrilla del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), legalizada como partido político, se convirtió en la segunda fuerza del país.

El nuevo presidente, vinculado en su día con los temidos escuadrones de la muerte, ha dado a conocer el nuevo gabinete, cuya composición es marcadamente continuista: cinco ministros de la administración de Alfredo Cristiani permanecen en el gobierno, entre ellos el general Humberto Corado, ministro de Defensa, y Oscar Santamaría, ministro de la Presidencia y uno de los artífices de los acuerdos de paz, que ahora ocupará la cartera de Relaciones Exteriores.

No obstante, y para no agraviar al núcleo histórico del partido, Calderón ha reservado un puesto clave a la línea dura: el Ministerio del Interior ha ido a parar a manos de Roberto Angulo, ex presidente de la Asamblea Legislativa y cuñado del temido mayor Roberto D'Aubuisson, fundador de ARENA.

La designación de Calderón como candidato presidencial levantó profundos temores sobre la continuidad del proceso de pacificación auspiciado por la ONU. En un intento de disipar dudas, el nuevo presidente se comprometió a aplicar todos los acuerdos ante el propio secretario general de la ONU, Butros Butros Ghali, a quien visitó recientemente en Washington.

El gobierno y el FMLN han acordado un nuevo calendario para ultimar los aspectos pendientes: el despliegue total de la nueva Policía Nacional Civil, que sustituye paulatinamente a los cuerpos policiales más vinculados con la guerra sucia, la reinserción de ex combatientes y las reformas judiciales.

El retraso en la aplicación de los acuerdos ha llevado a Butros Ghali a prorrogar el mandato de la misión de la ONU en El Salvador, que terminaba ahora, hasta el próximo mes de noviembre.

9406336

Nº. DOCU
TITULO
PROCE 150014
FECHA 2/6/94
VINCULACION 507511

La derecha puso otro presidente en El Salvador

ARMANDO CALDERON SOL ASUMIO COMO PRESIDENTE

2/6 CJ

Armando Calderón Sol sucedió ayer en la presidencia a su compañero del partido derechista ARENA Alfredo Cristiani, en la primera transmisión de poder que, en los últimos 14 años, se efectúa en El Salvador sin el telón de fondo de la guerra civil.

Calderón, un empresario y abogado de 45 años, anunció en su discurso presidencial que cumplirá los acuerdos de paz pendientes, promoverá la reforma de la justicia, la igualdad de oportunidades y el "desarrollo humano", y recordó al Ejército su apego a la Constitución y el nuevo orden legal salvadoreño.

En el plano económico perfiló un programa humanista, de "economía social de mercado", con atención a la lucha contra la pobreza y la inversión social, en áreas como salud y vivienda.

También anunció que se privatizarán las empresas de servicios públicos ineficientes que suponen una carga para el Estado, pero se dará participación en su capital a los trabajadores.

En una ceremonia oficial ante cuatro jefes de Estado centroamericanos y delegaciones de altos funcionarios de medio centenar de países y organismos internacionales, Calderón juró el cargo y recibió la banda presidencial de manos de la presidenta de la Asamblea Legislativa, Gloria Salguero.

Allí mismo se realizó una breve sesión del Parlamento en la que se verificó la presencia de sus 84 diputados, incluidos los 21 del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), la antigua guerrilla convertida en partido por los acuerdos de paz de 1992.

La investidura se celebró en el mayor recinto de San Salvador, la Feria Internacional, colmada por más de 7.000 personas que desfilaron ceremoniosamente durante casi una hora, mientras una banda ejecutaba los himnos de los países representados en el acto.

Calderón, al frente de la Alianza Republicana Nacionalista (ARENA), derrotó en las elecciones del mes pasado, con un 68 por ciento de los votos, a la coalición del FMLN en las primeras elecciones tras los acuerdos de paz, que democratizaron el país y redujeron el Ejército a la mitad.

La investidura de Calderón fue saludada por una salva de 20 cañonazos y una escuadra de gala le rindió honores militares frente a la tribuna donde se sentaba con su vicepresidente, el empresario Enrique Borgo, y los primeros dignatarios de la nación.

Calderón recibió mensajes de felicitación de numerosos gobernantes y personalidades de América Latina, Europa y Estados Unidos, en cuyos textos se repitió la congratulación por la profundización de la democracia y la paz en el país centroamericano que supone esta transmisión pacífica del poder.

En términos similares se manifestaron los presidentes centroamericanos presentes en el acto, José María Figueres, de Costa Rica; Carlos Roberto Reina, de Honduras; Violeta Chamorro, de Nicaragua; y Ramiro de León, de Guatemala.

9406336

Nº. DOCUM
TITULO
PROCEDE 15E023
FECHA 2/6/94
VINCULACION 507511

Calderón asume en El Salvador y anuncia privatizaciones

2/6 LR

San Salvador (UPI)

El nuevo presidente de El Salvador, Armando Calderón Sol, anunció hoy, en su discurso de toma de posesión del cargo, que serán privatizados servicios públicos, en continuación a las reformas económicas de su predecesor. "Debemos estar conscientes que los servicios de telecomunicaciones, energía, agua e infraestructura del Estado son ineficientes, representan una carga financiera al sector público, por ello iniciaremos un proceso de privatización", señaló Calderón.

La medida ya había sido prevista por sectores sociales, los que se pronunciaron en contra en estos días. El flamante presidente, un abogado de 45 años, sostuvo que continuaba con la política económica de su predecesor, Alfredo Cristiani, ambos del partido conservador Alianza Republicana Nacionalista (Arena). Calderón dijo que la continuación de esta política económica creará las condiciones que aseguren estabilidad, para consolidar la confianza del sector privado. Paralelamente, dijo que fortalecería la libre competencia del mercado donde el Estado actúe sólo como árbitro para evitar abusos.

Por lo que consideró indispensable la eliminación de las distorsiones que aún existen para proteger a los productores y consumidores.

"Hablamos claramente de libertad y no de libertinaje y mucho menos de privilegios de ningún orden" indicó.

Dijo que es urgente efectuar una "profunda reforma" en la eficiencia del sector público, y en lo posible eliminar el déficit fiscal que es la fuente primaria de inflación. Calderón Sol es el primer presidente que asume en un período de paz, tras 12 años de guerra civil que dejaron pérdidas económicas millonarias. El presidente inició su discurso haciendo un reconocimiento a su predecedor por haber pactado la paz con el rebelde Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional. Según analistas, Calderón hereda un país con una estabilidad económica frágil y con profundos problemas de pobreza, producto de la desigualdad que se ha acentuado con las políticas neoliberales de Cristiani. La economía salvadoreña creció desde 1992 a tasas de cinco por ciento, con una inflación que se redujo a 12 por ciento en 1992, contra el 20 por ciento del año precedente. La influyente Asociación Nacional de la Empresa Privada (ANEP), en un análisis de la gestión macroeconómica durante los cinco años de gobierno de Cristiani, afirmó que el período de 1989 a 1994 ocupará un lugar destacado en la historia económica del país por el grado de transformación que experimentó, tras la crisis económica en qué encontró a la nación. Sin embargo, aunque el informe indicó que ha sido una administración positiva en el área económica, destacó que el sistema económico continúa siendo frágil, por lo que señaló la urgencia de desarrollar una base de sustentación sólida para garantizar altas tasas de crecimiento sostenible.

INVESTIGA ESCUADRONES DE LA MUERTE

San Salvador (AFP)

La comisión que investiga las acciones de los temidos escuadrones de la muerte en El Salvador prorrogará su labor hasta finales de julio, para identificar a los responsables de la violencia política que ha afectado a esta nación en los últimos dos años, informaron este miércoles fuentes oficiales.

El procurador de los Derechos Humanos de El Salvador, Carlos Molina, uno de los cuatro miembros de la comisión investigadora, precisó que la solicitud del organismo para extender su mandato fue aceptada por el presidente saliente, Alfredo Cristiani, las Naciones Unidas (ONU) y los ex rebeldes del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN).

"La investigación de este tema (la acción de los escuadrones de la muerte) es muy difícil, pues es un trabajo que supone no sólo organizar y analizar información, sino ante todo recopilarla mediante un trabajo de inteligencia", aseveró Molina.

El informe de la comisión llamada "Grupo Conjunto" debía ser presentado la víspera a Cristiani y al secretario general de la ONU, Boutros Ghali.

El Grupo Conjunto fue creado el pasado ocho de diciembre para que en seis meses rindiera un informe sobre la acción de los "grupos armados ilegales", tras la firma de los acuerdos de paz que pusieron fin hace poco más de dos años a una cruenta guerra civil.

En los últimos años, los escuadrones de la muerte habrían perpetrado varios crímenes políticos, entre ellos los de tres ex comandantes de la antigua guerrilla.

La comisión investigadora fue creada por una fuerte presión de la ONU, que demandó el esclarecimiento de esos crímenes. Aunque se abstuvo de dar detalles sobre el contenido del informe que se prepara, Molina reveló que en el curso de las investigaciones se han identificado a algunos de los autores de los crímenes y se han identificado posibles estucturas de grupos armados clandestinos. Los resultados de las investigaciones del Grupo Conjunto podrían motivar el inicio de procesos legales sobre los casos de violencia política, explicó el procurador. La comisión la integran, además de Molina, dos abogados del gobierno y un representante de la Misión de Observadores de las Naciones Unidas en El Salvador, el peruano Diego García Sayan. Los escuadrones de la muerte han sido señalados como los responsables del asesinato de un indeterminado número de dirigentes y activistas de la oposición, ocurridos durante y después de la guerra civil. Cristiani ha insistido en que no se puede acusar sólo a la ultraderecha de estas operaciones, pues —según él— también existen grupos armados clandestinos de la izquierda radical.

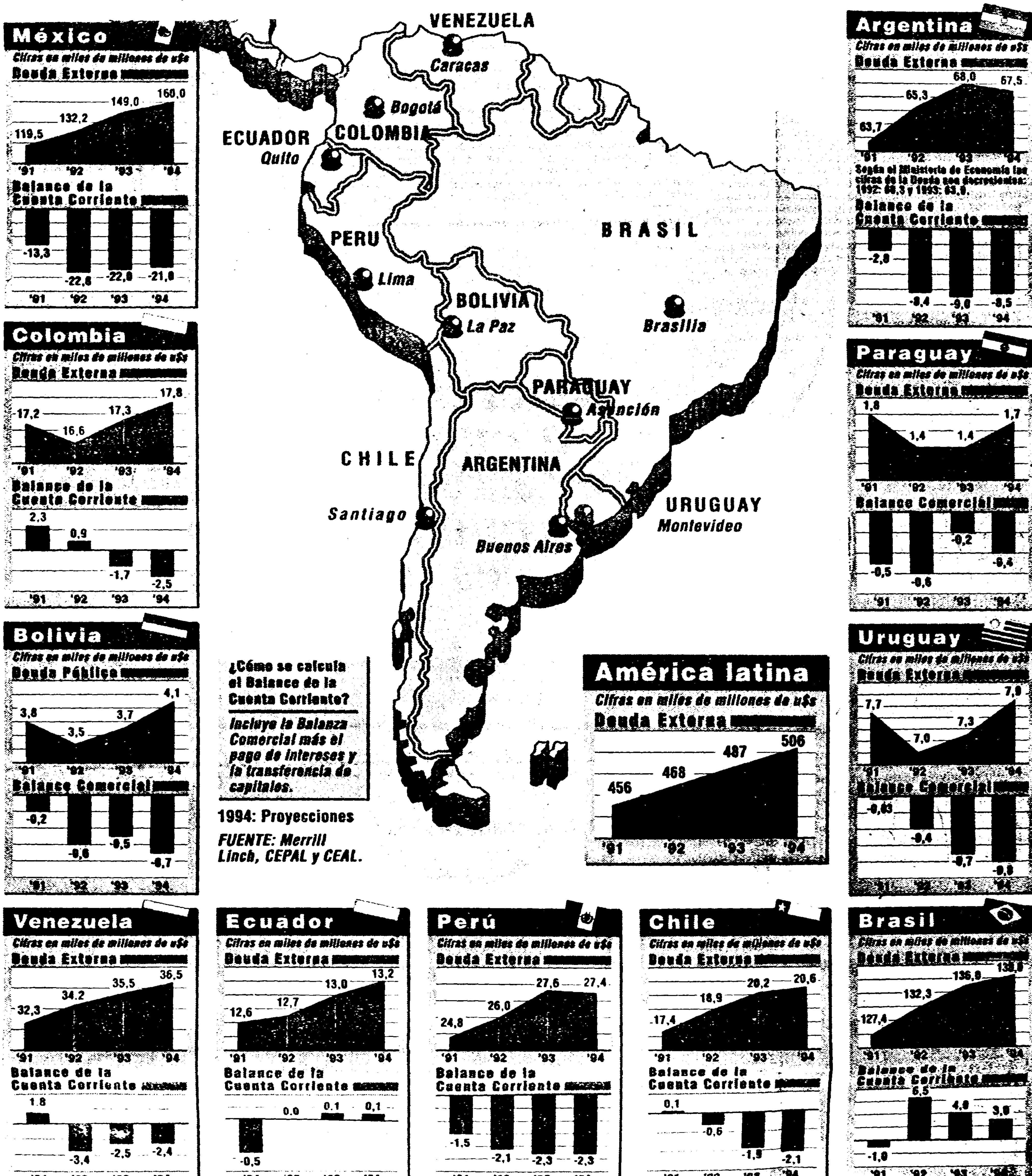
9406336

Nº DOCUM... 9406337
TITULO Deuda Externa en América Latina.
PR... 150024
FECHA 6/6/94.
VINCULAC... 11677
11161
11314

LA DEUDA

6/6 EC.

Despacio pero sin freno, la deuda externa de América latina aumenta a un ritmo de unos u$s 20.000 millones por año y a fin de 1994 superará los u$s 500.000 millones. El pesado endeudamiento se expande a pesar del Plan Brady y de las privatizaciones, que aliviaron las areas estatales, pero sembraron interrogantes para el futuro. Con



9406337

Nº. DOCUM...
TITULO
PF
FE
VINCUL

CRECE

rojos comerciales graves, menor ingreso de capitales y financiamiento más caro, la región se sostuvo en base a un mejor encuadre fiscal. Pero el escenario mundial se está haciendo más competitivo —lo advirtió el mismo Cavallo hace unas semanas—, por lo que el debate de la deuda regional se reactualiza en varios foros económicos.



AMERICA LATINA: MENOR INGRESO DE CAPITALES Y FINANCIAMIENTO MAS CARO

Incertidumbre para el mediano plazo

De pronto, **la deuda externa latinoamericana**, tema de temas hasta hace unos años, **vuelve a asomar en los debates de los economistas**. ¿Raapareció el problema? Los números gruesos no encienden luces de alarma, pero sí indican que la **deuda regional creció hasta arañar los 500.000 millones de dólares: a pesar del Brady, de las privatizaciones y del ajuste, el endeudamiento se expande a un ritmo de unos 20.000 millones de dólares anuales.**

La incertidumbre aumenta para el mediano plazo: **la eventualidad de una salida de capitales** nuevamente **desde América latina, la suba de tasas internacionales y el drama de los déficit comerciales** (15.000 millones de dólares en 1993, solo el Brasil, Venezuela y Ecuador no lo sufren) **abren serios interrogantes sobre el futuro regional.**

Nadie ve hoy un cuello de botella como el que se desató en México en 1982 y generó **la década perdida** para Latinoamérica, cuando se pagaron cifras fabulosas que solo en intereses igualaron al capital adeudado, sin reducir este último; pero con la reciente prodigalidad crediticia y el costo de las reformas neoliberales, esos factores prenden de nuevo una **luz amarilla.**

El **FMI**, el **SELA**, **Moody's**, **Standard & Poor's**, **Salomon Brothers** o analistas como **Jorge Castañeda y Alfredo E. Calcagno** ya advirtieron, **aunque los gobiernos no quieran ver ese fantasma.**

Si bien la cuestión fiscal mejoró en la región, **el déficit comercial y el mayor aún en la cuenta corriente aumentaron financiándose con ingreso de capitales** (55 mil millones en 1993), pero a diferencia de los '80, ese flujo corresponde a otros actores. Antes el grueso correspondía a **bancos**, ahora **hay fuentes privadas no bancarias** que negocian bonos públicos o privados (el 35% de ese total).

Este flujo de capitales, luego de la sangría de los '80, elevó las reservas internacionales y revirtió a positiva la transferencia de recursos.

Para **Daniel Heyman**, economista de la **CEPAL**, uno de los puntos centrales son las **exportaciones**. "La relación entre intereses pagados y exportaciones mejoró todos estos años" **(si en 1982 América latina pagaba de intereses el 39% de sus ventas externas, en 1993 pagó el 18%).** "Creo —dice Heyman— que no hay un escenario crítico. El cambio de tendencia en tasas de interés o flujos de capital debe monitorearse detenidamente. Claro que una situación así, de déficit comerciales, no puede postergarse tanto".

De momento, las reformas encaradas **no llegan al punto de inflexión** en que las exportaciones superarán a las importaciones y generarán mejor capacidad de pago (al menos, esa es la teoría de los modelos económicos que imperan). Al contrario, **los problemas del déficit comercial**, que no dependen solo de la voluntad de los gobiernos sino de otros factores internos y externos, **se cuentan entre los principales nudos para resolver.**

El desequilibrio comercial impactó en **la balanza de pagos regional 1993**, cuyo **déficit se elevó a 43 mil millones.**

Eduardo Basualdo, investigador de la **FLACSO** y del **IDEP**, considera que las trabas en comercio exterior, la capacidad de seguir endeudándose (sobre todo el sector privado) y el flujo de capitales (en especial en los casos argentino y mexicano, que por sus recientes tensiones políticas perdió entre 9 y 12 mil millones de dólares) asoman como ítems que pueden generar problemas futuros.

"Lo que hay que debatir es qué perfil resultará de estos países con apertura económica y dependencia del capital externo cuando termine este ciclo de ajustes; en qué condiciones productivas quedarán", dice Basualdo.

Y agrega: **"Estos no son modelos autogenerables.** Con las privatizaciones, los acreedores de Latinoamérica tuvieron el instrumento más relevante para hacer efectivo una parte del capital que les debían. En la Argentina sobresalió la **brevedad** del proceso y el hecho de que **se enajenaron sectores de apropiación de renta (como el petróleo), a diferencia de países como México o Chile que cuidaron sus sectores clave. Si en el corto plazo esas ventas significaron ingresos reales de capital —un impacto positivo en el marco del plan de convertibilidad— cuando finalicen las privatizaciones el efecto puede cambiar de signo como resultado de la remisión de utilidades de los grupos extranjeros que compraron las empresas".**

El crecimiento de la **deuda privada** (en el caso argentino, muchas empresas han emitido obligaciones negociables en el exterior) marca otra alerta. Un documento reciente del **FMI** recuerda que, en caso de crisis, cabe esperar **"una respuesta pública, incluso a través de la asunción de obligaciones privadas". De eso, algo saben el ministro argentino Domingo Cavallo y la sociedad argentina, que en la década pasada debió hacerse cargo de la deuda contraída por los grupos económicos que se beneficiaron con los diferentes planes que ha tenido la Argentina hasta ahora.**

Néstor Restivo

El caso argentino

¿Subió o bajó la deuda argentina? Casi todos los cálculos la ven más alta, menos los oficiales. **Rafael Iniesta**, director del Banco Central, dijo que **"subió la deuda en dólares por un blanqueo del stock de deuda, pero el monto total bajó, a diferencia de lo que dice (el ex ministro radical) Juan Sourrouille".**

Para Iniesta, "con el ingreso al Plan Brady la colocación de deuda a tasa fija, las bajas tasas del mercado estos años, el pago del Estado a los proveedores y jubilados y la parte que se ordenó con los BOCON conseguimos saber exactamente el perfil de la deuda. En 1989 había una **'deuda oculta'** que logramos poner en caja".

En el Ministerio de Economía a fines de 1993 se computaba una deuda pública en dólares de **63.900 millones de dólares**, paga al día y con tendencia a la baja, cuando otros organismos mundiales la ubican casi en los **70.000 millones.**

A la vez, las reservas internacionales alcanzan a **15.000 millones** y el grueso de la deuda está tomada a tasa fija (nada altera, entonces, la suba de tasas de los EE.UU.), mientras si por ejemplo sube la LIBO, tasa referencia de Londres, aumentan los intereses pero también aumentan las reservas argentinas que se colocan allí.

Esto según el Gobierno, que no ve como problema el déficit comercial, que este año podría llegar a 5.000 millones de dólares, **mientras haya superávit fiscal y sigan fluyendo capitales.**

Con otro enfoque, **Eduardo Basualdo** -economista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-comentó: "Más que un nuevo ciclo de deuda se ve un **cambio de posición por los compromisos del sector privado más concentrado**, que accedió a las privatizaciones. Otro tema importante para el debate son las **inversiones**. Es difícil comprender la cifra oficial de 45.000 millones de inversión bruta fija en el 93; y los 5.000 de inversión extranjera son muy modestos como porcentaje del PBI. Además, las inversiones **están orientadas más a los servicios que a la industria**, y hay todo un mito con la cuestión salarial: en los años 80 el salario cayó a sus niveles más bajos y también cayó la inversión.

9406337

Nº. DOCU 9406338
TITULO Crece PBI 4 por ciento en Bolivia
PROCE 150014
FECHA 2/6/94
VINCULACI 507480
1161
1311

BOLIVIA: CRECE EL PIB UN 4 POR CIENTO

2/6

La economía boliviana creció un 4,3 por ciento en lo primeros cuatro meses de este año con respecto al mismo período de 1993, según datos del Instituto Nacional de Estadística.

El sector que más creció durante el mencionado período fue el de hidrocarburos, que registró un aumento en su producción del 11 por ciento, y, según el INE, estos datos permiten pronosticar que el crecimiento económico al finalizar el año será superior al cuatro por ciento, como tiene previsto el Gobierno boliviano.

9406338

Nº. DOCU 940633P
TITULO La izquierda apoyaría candidatura de Pérez de Cuellar.
PROCE 150023
FECHA 27/5/94
VINCULACI 66817
11164
11304

La izquierda peruana apoyaría candidatura de Pérez de Cuéllar

27/5 LR

Lima (ANSA)
por Alberto Ku King M.

El veterano dirigente histórico de los comunistas ortodoxos peruanos, Jorge Del Prado Chávez, formuló un llamado a las fuerzas democráticas y progresistas de izquierda para que apoyen la eventual candidatura a la presidencia del ex secretario general de las Naciones Unidas, Javier Pérez de Cuellar.

Del Prado, de 84 años, declaró a ANSA que Pérez de Cuellar "es la persona idónea" para encabezar un movimiento político plural que impida la reelección del presidente Alberto Fujimori, en los comicios generales de 1995.

"Pérez de Cuellar es el único que objetivamente aparece con mayores posibilidades" para ganar las próximas elecciones, y "porque juzgo que las exigencias que él ha planteado —como la búsqueda de un consenso político efectivo y reglas de juego claras para el proceso electoral— son realizables", sostuvo Del Prado.

Para el dirigente comunista, las encuestas sobre preferencias electorales "son discutibles", pero en el caso de Pérez de Cuellar es notorio que la ciudadanía lo apoyaría por su renombre mundial y vocación democrática.

También señaló que es viable el apoyo solicitado por Pérez de Cuellar porque éste, en su opinión, "no condena el neoliberalismo, pero sí condena al neoliberalismo a ultranza que está aplicando en sus políticas el gobierno de Fujimori".

"El neoliberalismo a ultranza de Fujimori es fascista, ultra autoritario, llevado a sus extremos", y Pérez de Cuellar "es ahora una buena alternativa para poner fin a esa política nefasta", enfatizó.

Agregó que, como miembro de la Comisión Política del Partido Comunista Peruano (PCP), está en capacidad de afirmar que se está trabajando para que Pérez de Cuellar acepte la candidatura presidencial dentro de un marco de "exigencias viables que signifiquen avance, progreso y sentar así las bases de una auténtica democracia, que es lo que no tenemos ahora en Perú".

Del Prado acusó a Fujimori de haber "estafado políticamente" a muchas agrupaciones con "falsas promesas", y reveló que el mandatario le solicitó el apoyo del Partido Comunista para ganar los comicios de 1990.

"Nos hizo creer en su anti shock económico pero hizo lo contrario, habló de apoyar al movimiento obrero y hoy lo destruye, en fin, fue una gran estafa, porque ahora resulta que Fujimori es más reaccionario y conservador", lamentó Del Prado. Dijo que como persona y dirigente político de izquierda, "no estoy contra la inversión extranjera en Perú, pero sí estoy absolutamente en contra de que Fujimori ponga en peligro la soberanía nacional".

9406339

1/10

ORIGINAL

940B340

MEMORANDUM NRO 940169 **/REI/FECHA:** 13/06/94

I - **ASUNTO:** INFORMACION SINDICAL

II - **EVALUACION:**

III - **REFERENCIA:**

IV - **TEXTO:**

- Se adjunta entrevista conteniendo información Sindical.

000002

001/010

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 14 JUN. 1994
Pase a Brig. Ticoloa al
N°. de Orden 9406340

V - **DISTRIBUCION:** ORIGINAL - SR. JEFE DEL DPTO. I
IDENTIFICACION DEL AGENTE
(r.m.)

002 00406340

Fecha de E:
Fecha de S: 14/6/94
DPTO I
940443

ENTREVISTA CON INFORMANTE   13/JUN/94

AGENTE 1: Bueno la mesa es del 10 de Junio del 94 empezó con 26 gremios presentes, la dirige CRISTINA GONZALEZ, y está al lado de CRISTINA GONZALEZ, que dirige o co-dirige BENTANCOR DE ANCAP, el primer punto en el órden del día, es el tema de los delegados para Corte Electoral, para que fiscalizen juntos con los delegados de Corte Electoral, las firmas de los plebiscitos, parecería que somente tienen que ser los delegados políticos, y ahí hay toda una controversia que se va a hablar con FURES, el presidente donde el p de permitir como pasó en otras oportunidades por lo menos los responsables, los responsables en cada plebiscito. Después viene l votación sobre si se mantiene la prensa, y salió en contra de que fuera la prensa, salió favorable con 11 votos en contra,

AGENTE 2: Que salió favorable, que la prensa se quede o se vaya?

AGENTE 1: Se vaya, salió para que se fuera con 11 votos, para que se quede 7, y 6 abstenciones,

AGENTE 2: Asi que 11 por no, 7 por si, y 6 abstenciones,

AGENTE 1: SI, y se fué la prensa, después hay una pregunta de la gente de COFE, si la secretaría de finanzas la sigue teniendo ADEOM, se l contesta que la secretaría no son de los gremios sino que son de personas, por consiguiente el secretariado no ha decidido a qu darle la secretaría de finanzas,

AGENTE 2: Por ahora sigue PORRAS?

AGENTE 1: En la actualidad sigue PORRAS, y MANUEL NEGRO que era el ayuda Después dijeron que la corte, entró , hizo un plebiscito en la Corte sobre el tema si entraban en la huelga general, y entró la huelga general, por tiempo indeterminado, a partir del lune porque dice que no le han pagado el 6% que le dieron a todos a toda la administración central, a ellos no se lo han dado, y a hay todo un problema muy grave, yo no se si los funcionarios d la Corte están afiliados a COFE, pero es el tema que la gente COFE agarra cualquier cosa, y sino se afiliaron se van a afili para que la gente le diga, pero el tema de la corte, es que ti el tema de los plebiscitos que embroma a todos, y además tiene tema de entregar las credenciales cívicas, a todos los muchac jóvenes y este tipo de cosas va a atrasar todo, es decir que e dentemente es un paro abierto, por extorsión y yo no se como h sido el resultado del plebiscito, pero dicen que lo hicieron c voto secreto, que salió favorable a la huelga general, a parti del 27, el lunes.

AGENTE 2: O sea que ahí empezaría la huelga general?

AGENTE 1: Si ahí empezaría la huelga,

AGENTE 2: EL resultado del plebiscito no se sabe, se sabe que ganaron y r más?

AGENTE 1: Se sabe que ganaron , pero no se sabe nada, lo dió ahí el comp SANCHEZ de COFE, como una situación que va hacer embromada. ADI se presenta, la persona que está ahi es UBERFIL HERNANDEZ, y di que los titulares , los titulares a la mesa representativa, so presidente que son TULA PEÑA y

AGENTE 2: TULA PEÑA M.R.O.?

3406340

AGENTE 1: TULA PEÑA es la compañera, de ROSSI GARRETANO. y ROSARIO MONTAGNO, que no se si es un hombre o una mujer, ROSARIO MONTAGNO vendría a hacer el tercero, 1ro, es TULA PEÑA, segundo, UBERFIL HERNANDEZ, y tercero alterno, es ROSARIO MONTAGNO,

AGENTE 2: UBERFIL HERNANDEZ ES M.L.N.?

AGENTE 1: UBERFIL HERNANDEZ M.L.N. el padre de uno de los desaparecidos,

AGENTE 2: Y otra cosa la secretaria general de ADEOM, en adelante va a hace MABEL LOLO del 26 de Marzo.

AGENTE 1: SI del 26 de Marzo, y entre esa gente va a estar, todavía no se de quien es ROSARIO MONTAGNO. el SUMMA hace una denuncia el sindicato marítimo hace una denuncia cuando hicieron la manifestación hacia la Casa de Gobierno, que entregaron una carta, hacia la Casa de la Presidencia, que entregaron una carta, ellos fueron y personas fueron para hablar con el Presidente de la República pero el Presidente de la República no los recibió , no estaba, pero los recibió ahí un Secretario, uno de los secretarios que estaban ahí, y ellos le entregaron una carta, los de la gente que están en el ESPINILLAR, que vinieron con hijos y con todo, fuero hasta allá, el dice que la manifestación no fué lo suficientement numerosa, ya que tuvieron que devolver dos o tres camiones que pensaron que iban a ir como cuatro o cinco camiones, lo tuviero que devolver, y que el había apuntado quienes habían ido y quiene no, en una actitud de lo mas ...

AGENTE 2: Estamos hablando de la misma marcha

AGENTE 1: No, no, no es la misma marcha, es otra

AGENTE 2: Esta fueron entonces a la Residencia de SUAREZ,

AGENTE 1: NO, a la Residencia de SUAREZ no, fueron a LARRAÑAGA,

AGENTE 2: O sea que fueron a Casa de Gobierno?

AGENTE 1: A la Casa de Gobierno, y ahí a los dos dirigentes que habían, los , vino el comisario de la 13 el comisario MACHIN, y los fiché les pidió el nombre y todo eso, quienes eran, en donde vivían y les dijo que si pasaba algo ellos eran los responsables, pero que ahí en los jardines no podían estar, no podían acampar ni podían hacer nada. Que tenían órdenes del Ministerio del Interior, de que eso no lo podían hacer, sin embargo ellos le dijeron que habían mujeres y que habían chiquilines , igual ellos se quedaron mientras duró la entrevista, mientras le entregaron la cart y hablaron con la secretaria, igual ellos se quedaron, la policí no los molestó para nada, no hizo problemas simplemente éste compañero aparentemente no entendió bien lo que les había dicho el Comisario, simplemente el comisario les dijo que no se podían quedar mas de determinado tiempo, y había pensado que de repente iba a acampar y ta, eso quedó ahí mas o menos, pero él dijo que le habían hecho una denuncia y él pedía que había que denunciarlo al Comisario MACHIN, cosa que no salió y nadie le dió bolilla,

AGENTE 2: Para que querían denunciar al Comisario MACHIN?

AGENTE 1: Porque el decía que los había fichado, simplemente por haber estado en la manifestación y les pidió quien era el responsable Y salieron dos personas responsables, entonces les dijo que los tenía que fichar, porque ellos eran los responsables por si pasab algo.

3406340

000002 000002

Después AUTE dice que hizo un convenio por producción Laboral, y que la empresa UTE, la empresa del Estado UTE, con la producción y con un porcen taje, del convenio por producción les financia un edificio que van a hace un complejo que ya se firmó un convenio con el arquitecto, y que la seman que viene se firma un convenio con la empresa constructora, dice que han hecho una rifa por el edificio, que les resultó muy buena, y que también están por firmar un convenio, con la propia UTE, con la posibilidad de hacer 1.000 viviendas, donde practicamente la UTE les proporcionaría casi todos los materiales,

AGENTE 2: Para los funcionarios?

AGENTE 1: SI, todo para los funcionarios, de UTE. Bueno ahí hubo, la gente de AST y de la Constitución y Belen se presentaron hacia la oficina, mejor dicho hacia AUTE, y todos mas o menos dieron, hicieron una lista, de tod las personas que están atrasadas, en la luz, tanto en Constitución y Belen como en la Paloma, que son desalojados, que son despedidos o que están ahí en paros, y entonces parecería que el Directorio o las perso que están , ellos todavía no creen, porque se fué VOLONTE, y hasta ah tenían muy buen diálogo con VOLONTE, y con la otra persona, LAPERAZA, y como se fueron los dos, pero ellos creen que las cosas se pueden arre glar, además son optimistas que las cosas se pueden arreglar. Dicho se al margen, CRISTINA GONZALEZ, esto es al margen, pero tiene que ver con UTE, CRISTINA GONZALEZ que acaba de venir de una reunión en Bolivia del MERCOSUR,de el pacto andino, y del COMENCON, COMENCON no es asi, es el pacto de los paises de América Central y el Caribe, la sigla es mas o m nos parecida a eso, ella ahí se enteró en Bolivia, lo hicieron en Santa Cruz de la Sierra, y se enteró por un Ministro y un Ex-Ministro del gobierno Boliviano, de que en una represa que se está haciendo, UTE, tien el 30% de las acciones, o mas del 30% de las acciones,de la empresa, a eso hay que agregarle que le está vendiendo energía a la Argentina, a razón de un millón de dólares mensuales, y que practicamente las inv siones que está haciendo, en la corriente eléctrica particular de la provincia, de Entre Ríos y Corrientes, son a cargo de la empresa UTE. Es decir que practicamente UTE que está en un buen momento, es una Mul Nacional, y que bueno, ella dijo en algún momento tenemos que ver con l gente de AUTE, el tema de la extensión de la empresa. Bueno, la compañ del Clínicas dice que levantaron la huelga, pero no el conflicto, y qu el martes pararían dos horas, y se leería una proclama pararían dos ho en la Universidad donde se leería una proclama dando los pormenores d la huelga. El compañero de GENERAL ELECTRIC dice que hace 90 días que están en huelga, que no tienen un carnero, que hasta ahora no ha entra nadie, en los 90 días, en la planta, dice que el hombre que ha dificul do mas todo, el arreglo o la posibilidad de arreglo, con la gente de GENERAL ELECTRIC, ha sido LUIS GRESO, desde que contrataron a LUIS BRE la compañía se achicó el dice que hace dos años contrataron a LUIS BREZ en GENERAL ELECTRIC, y cerraron la fábrica de lámparas, y han cerrado también otras fábricas de accesorios, y que solamente queda ésta plant la planta grande. Dice que echaron a la mitad, son 200 funcionarios y echaron a 101, de los cuales 11 son del sindicato, serían 12 con el pr dente, pero el presidente no está en la lista de los echados. Después de muchas conversaciones , de idas y venidas, mañana irían con una fór la que andaría en la siguiente manera, la fórmula sería que de los 100 20 se incentivarían o cobran el despido con un ...mas de incentivo.

0406340

000002

No olvidemos que GENERAL ELECTRIC, paga exactamente casi el doble, del laudo, de la UNTMRA, de los metalúrgicos.

AGENTE 2: Del Metal?

AGENTE 1: Del Metal exactamente, de esos 100 , 20 se incentivarían, se van, q dan 80, de esos 80 la empresa despide 45,

AGENTE 2: Y los otros 35?

AGENTE 1: Y los otros 35, se componen, 25 vuelven a trabajar, y quedan 10 que son los dirigentes sindicales, los 11 dirigentes sindicales, quedar en una situación de prueba, por un mes más o menos, y aquellos que se mantengan en actitud rebelde van a hacer despedidos, les dan un mes de plazo, bueno eso ahora se ha modificado, ahora entrarían 10 más, es decir que de los 45 entrarían 55, en definitiva quedarían alrededor de 30 despedidos, y la empresa se compromete que si rehac una exportación que había quedado paralizada los vuelve a tomar a e 30 en un plazo de 3 meses, esa es la fórmula que hoy los funcionari irían a tratar, dicen que están atrasados, que hay compañeros que h sido desalojados de sus casas, que han tenido que llevar al sindica los muebles, que la situación es muy difícil, hay mucha gente que e atrasada en la luz, y en el agua, y que esos casos de alguna maner habría que verlos, eso fué lo que ésta gente más o menos explicó al Después se formó una comisión para la corte electoral por el tema c los plebiscito, quedó enmarcado en las personas que estaban, la con sión quedó, o sea las personas que estaban encargadas, que no me ac do quienes son, y una comisión, quedaron así, eso se votó, porque hubo dos posiciones, una posición que fué la que llevó la mesa, que llevó el consejo directivo, que era, que se formara una comisión p un plebiscito, o sea por el plebiscito de la enseñanza, y otra com sión que se formara por el plebiscito de la Previsión Social, en e caso del plebiscito de la enseñanza, es decir, practicamente, y se iba a hablar con la corte, que practicamente si no querían haber delegados que se hicieran presentes para la fiscalización de las f mas, era lo mismo, porque a la enseñanza le sobran como 200 mil fi mas porque la enseñanza puso 400 mil firmas arriba, es decir puso 200 mil firmas arriba de las que se precisaban pero en el caso de seguridad social era muy difícil porque practicamente andaban en 1. 200 y las que precisaban eran 180 evidentemente que un 10% facil d firmas se rechazan, es decir que andaban ahí, pero la gente de AFU éste compañero de AFUE que se llama ABEL BARBOZA, que le dicen PAN y ABEL BARBOZA es MLN, y el compañero BARBOZA entiende que dos com siones no, que el considera que se hiciera una, que fuera del PIT/ que fuera integrada por el PIT/CNT y que esa comisión no solo, def dería los dos plebiscito que se presentara en la corte, sino tambi a aquel que no se llegó,

AGENTE 2: EL caso de las Empresas Públicas?

AGENTE 1: El caso de las Empresas Públicas, eso se tuvo que votar, y salió f vorable a las dos comisiones, con 21 votos a favor, 7 en contra y abstención en ese momento habían 29 sindicatos presentes. Y despué se creó una comisión, que fué por consenso, hacia el encuentro nacional por soluciones que se piensa hacer alrededor de agosto, que está formada por UTHC, AEBU, GAS,AUTE, SUTEL, ANCAP, FUNSA, UNTMRA LA QUIMICA, más los coordinadores, que son CUT, UNOT, y AEBU.

9406340

Eso salió por unanimidad, más los tres coordinadores, esa comisión del encuentro Nacional por soluciones,

AGENTE 2: QUé me dijiste CUT?

AGENTE 1: CUT, es , no COT

AGENTE 2: A ta, por CUT No existe,

AGENTE 1: COT si, y se entra a votar el tema de los conflictos,

AGENTE 2: Ta, pero eśta comisión está ya armada?

AGENTE 1: NO, no, cada sindicato tiene que poner un delegado, y además se pide especialmente que los delegados, que lleven al sindicato, sean perso que de alguna manera manifiesten idoneidad, en cuanto al tema especí fico de su sindicato, es decir aquellos de la gente de la FUNSA, que pongan una persona porque digan que, que tiene que pasar con la indu tria y con el tema del caucho y todo lo demás, porque el Encuentro N cional por Soluciones es, que cada uno eleve un informe, de la situa real que tiene y que posibilidades tenemos de revertir, esa situació y como cambiarla y todo lo demás. Ese es el objetivo de ésta comisió y el objetivo del encuentro, y que ésta comisión ponga, ta,puede ser de los delegados, pero tienen que elaborar fórmulas, que de alguna m ra se sirva para todos, es decir, no se tiene mucha idea de lo que e el Encuentro Nacional Por Soluciones, pero CRISTINA lo explicaba, po el momento hay que hacerlo, porque estamos en un año electoral, y po le vamos a pedir de alguna manera, a todos los candidatos electorale en primer lugar denunciar en que situación está el país, y como noso tenemos que defender nuestras fuentes de trabajo, como arreglar el t de la salud, todo eso, eso es una especie de programa nacional, que les va a explicar a todos,

AGENTE 2: Ahora mas allá de éste encuentro, sería a nivel sindical o sería co fuerzas sociales y políticas, ?

AGENTE 1: Bueno, ta, esa es otra discusión, en éste momento está planteado a niveles , un encuentro a nivel social, con fuerzas sociales y polít pero los que van a plantear la cosa, son los sindicales, se va a en a ese encuentro, a discutir con fuerzas sociales y políticas. Pero eso no hay totalmente una idea, de si invitar a las fuerzas polític porque el compañero FLORIT, entiende que como estamos en año de ele nes eso se puede prestar para que cualquier político, de cualquier

AGENTE 2: Es una tribuna más.

AGENTE 1: CLaro, exactamente

AGENTE 2: Entonces la idea cual es, que se quedaran las organizaciones social y

AGENTE 1: Y Sindicales

AGENTE 2: TIrar a los políticos para afuera,

AGENTE 1: Claro, por lo menos que a los políticos se los invite al acto inau y a ese tipo de cosas, y nada más

AGENTE 2: Y esto en que quedó, cuando se reunen por éste tema?

AGENTE 1: Bueno, se va a reunir, la próxima semana, porque la cosa viene muy damente, y si nos ponemos la fecha del mes de agosto, esto tiene qu salir muy rapidamente, también a todo esto hay que financiar, que e otro de los problemas graves que tiene, . Y ahora viene el tema de paros, yo te puedo decir porque un gremio dice que no, y porque dic que si, pero yo a eso lo voy a resumir, porque las palabras son pu cháchara, porque podrían decir, que yo votaría por tal cosa, pero definitiva la votación fue política,

0000002 0000002 -0406340 007

Porque también te voy a explicar porque fué política. Pero lo importan acá es esto, frente a la posibilidad del paro, que era de 24

AGENTE 2: Pará, el paro de 24 horas que pasó?

AGENTE 1: No, no, es decir, frente a la posibilidad del paro que era de 24 las 3 posibilidades que habían que era de 24, 36 y aquel de una semana 24, otra semana 24, y el de más de 48 frente a eso, ANCAP pide la palabra primera instancia y dice, que ellos en lugar de hacer ese paro, porque ellos no están en condiciones de hacer ese paro, ANCAP, y que en lugar ellos plantean lo siguiente: Ellos plantean promover una acción el día 19 de Junio que es fiesta patria, que es domingo, promover una acción masa en 18 de julio, y después llevar una ofrenda floral, al monumento Artigas como una especie de acto patriótico, y a la vez, leer una proc en la que sería en la Plaza Libertad con una concentración, leer una p clama donde se definiría el tema de los gremios que están en conflicto

AGENTE 2: Eso estamos hablando del 19 de Junio ?

AGENTE 1: Eso todo el 19 de Junio, esto fué una propuesta de ANCAP, ellos hablan que en resumidas cuentas es eso es una manifestación en la calle y lo único que se haría el domingo que es fecha patria y de mañana. Después pide la palabra AEBU, y traen una posición que en primer lugar o sea q la primer semana que va del 13 al 17 o al 18 la primera semana es hace asambleas por lugares de trabajo eso sería el día 16 de junio, y el ma 21 trabajar por aquellos que sufren, o sea todos los sindicatos que tı jarían ese día, donarían 2 horas de jornal para el PIT/CNT y para vari la situación de los gremios que están en éste momento en conflicto. El caso de pagarles el agua, la luz, el alquiler a toda la gente, para es cada uno donará, y que de alguna manera si la plata se necesita urgent mente para ésta semana, que en vista de eso se planteara un préstamo y después se pagaría, y que cada sindicato coordinaría la manera de apor para ese préstamo.

AGENTE 2: Y quien sacaría ese préstamo?

AGENTE 1: Y el préstamo lo sacaría yo que se, alguna cooperativa de ahorro, que haría más o menos en 15 días,

AGENTE 2: Y quien se responsabiliza por eso?

AGENTE 1: Y se responsabilizarían algunos sindicatos, entre los cuales se había ofrecido AEBU, ANCAP, UTE, serían los responsables. Incluso se nombrai una comisión que administrara esos fondos, la comisión se nombraría al adentro, después él dice que lo del 19 de Junio no lo ve en Montevide lo ve si en el Interior del País, donde se podría aprovechar, porque casi todos los lugares el comité patriótico va a los monumentos de Ar y que en ese lugar, se podría aprovechar para también los sindicatos ofrecer una ofrenda floral. Pero eso quedó mas o menos, y después el que el 20 se hiciera una llamado a la prensa, para decir porque los f cionarios están en movilización y las cosas que se van a hacer, que se leería ahí porque el hecho de porque se donaría un jornal o una hora dos horas de jornal, y después la otra es que el 27 se le haría un hor naje en un lugar cerrado, que podría ser el Palacio Peñarol o el Sud ca, que se le haría a PEPE D'ELIA, que hasta ahora se lo debemos y que ahí se haría el lanzamiento del Encuentro Nacional por Soluciones.

Esto no pretende ser un plan de movilización , ni un plan cerrado, és son ideas que se tratan , que se pueden ampliar o modificar pero que está abierto a cualquier sugerencia que pueda ocurrir sobre esto o a cualquier cambio que pueda tener.

000002 000002

9406340

AGENTE 2: Esto lo está diciendo el CHOLO BASIL.

AGENTE 1: SI, y el 30 se volvería a llamar a una mesa, bueno eso trajo como co secuencia de que la demás gente no le dió bola a ninguna de éstas do alternativas, que plantearon , o sea la de ANCAP y la de AEBU, y tod el mundo unos por si y otros por no, dijeron que si se votara el par Y entonces se entró a votar el paro, y el paro fué de los gremios qu estaban presentes es decir el compañero de ANCAP que es BENTANCOR se tenía que ir porque tiene un familiar enfermo, y tenía que irse a la 10 ese día, no podía fallar, tenía que quedarse toda la noche, en el sanatorio donde está la madre enferma.

AGENTE 2: ANCAP , no votó?

AGENTE 1: ANCAP se fué antes de la votación dijo que ya a ésta altura eran las 11 y cuarto de la noche, cuando se empezó a votar, y éste tipo de co después lleva mucho tiempo, AEBU votó por el no por el paro, el SUAM votó el no, la FUS votó el no, el caucho votó el no, AUTE votó el no SUMMA, sindicato marítimo votó el si, OUC los curtidores votó el si, SUA votó el si, COT votó el no, SUGU no, AFUR SI, ADEOM votó si, UTE Se fué, el GAS si, FUECI, se abstuvo, el SIMA se abstuvo, AFUTU, si, COFE si, CONAPROLE no, QUIMICA si, UNOT se abstuvo, JUDICIALES si, UNTMRA se abstuvo, FOEB no, GRAFICOS si, GRAFICOS votó porque los p leros se habían retirado, entonces votó GRAFICOS, SUNCA no, y FENAPE si, la compañía que fué de FENAPES que no va nunca, que son los prof sores, fué BEATRIZ ABERO, que es la actual compañera de CLAVIJO,

AGENTE 2: Es del Partido también ?

AGENTE 1: SI, es del Partido, es decir son 12 votos a favor del paro, 10 votos en contra del paro, y 4 abstenciones. Por consiguiente hay un artícu del reglamento del estatuto del PIT/CNT si las abstenciones y los ne tivos son mayores que los a favor cuando son movilizaciones es negat o positiva según.

AGENTE 2: EN éste caso es negativa entonces

AGENTE 1: Es negativa,

AGENTE 2: Porque hay 14 por el no, y 12 que son los que votaron

AGENTE 1: Exactamente.

AGENTE 2: Es decir, vamos a precisar, los resultados de la votación fueron 12 el paro, a favor del paro, 10 en contra del paro, y 4 abstenciones, pero sumadas los que están en contra del paro, y las abstenciones, son 14 es decir, habría una mayoría de gremios que no están de acue con hacer el paro. Entonces pese a tener 12 votos a favor el paro, el paro no se aprueba.

AGENTE 1: No se aprueba. Ahí hubo todo un problema, ésta era una representati Nacional ampliada, todo éste tipo de movilización se tenía que reali en todo el país, si se votaba, también hubo una discusión sobre ese ma. . Además otra de las cosas , el reglamento dice que desde el mom to en que una mesa representativa dice que tienen que hacer paro, ti que esperar 15 días, para que los gremios lo consulten abajo, y volv con la posibilidad , eso tampoco se había cumplido, pero igual se de de lado en vista de las urgencias y todo lo demás, pero el reglament dice eso, si alguien quería decir que había que aplicar el reglament éste paro no se podía hacer.

000002

EL reglamento dice, que si es un paro Nacional, y tienen que haber 35 delegaciones, tienen que haber 35 sindicatos, que no se llegó, un máximo de 31, hubo en determinado momento, porque vinieron dos Plenarios, el PLenario LAVALLEJA, Y el PLenario de Paysandú,

AGENTE 2: Incluso en el momento de votar había 26

AGENTE 1: En el momento de votar había 26, y los Plenarios no votaron, porque no era representativa Nacional Ampliada, porque no se llegó a los 35 tos, en el caso de una movilización Nacional tienen que tener la mita más uno. La movilización tiene que tener 18 votos a favor por lo men Y eso también se dijo, y se aclaró y que quedara para el futuro. Es d cir en algunos aspectos la cosa fué negativa, y en otros aspectos fu positiva, después se trató la posibilidad de que se votara el plan, éstos plantes, se desechó la movilización para el 19 de Junio, salió por amplia mayoría negativo, y el tema de la movilización del descue de las dos horas, del dinero para ayudar a toda esa gente, y para fi ciar también el Encuentro Nacional por Soluciones eso también salió tivo con una gran cantidad de abstenciones.

AGENTE 2: Quiere decir entonces, como balance final, no salió nada?

AGENTE 1: Salió, lo unico que salió, una movilización para el 27

AGENTE 2: Después de todo esto, se votó el paro que no.

AGENTE 1: Se votó el paro que no, entonces se votó hacer una mesa el viernes que viene con la intención de traer ideas para hacer la movi zación el día 17. Es decir sobre la base, de hacer un acto en el Su rica, o en el Palacio Peñarol, un Homenaje a D'ELIA con todo ese tip cosas, y con el lanzamiento del Encuentro Nacional sobre esa base.

AGENTE 2: Entonces se van a reunir el viernes 17 otra Mesa representativa Naci Ampliada?

AGENTE 1: Claro, Lo que pasa que BANCARIOS No planteó hacer eso, el homenaje a D'ELIA y el acto, no planteó con paro, es decir se podría hacer com un lunes 27 podrían parar en algunas oficinas públicas, la última ho a eso de las 6 y media de la tarde o a las 6 para concurrir al Palac Peñarol, eso lo planteó AEBU. Pero no está planteado definitivamente Paro y hubo otra gente que no, que el 27 había que parar, entonces no hubo acuerdo de esto, y eran la una de la mañana,

AGENTE 2: Empezó esto a las 6 de la tarde?

AGENTE 1: No empezó a las 7. NO hubo acuerdo practicamente sobre eso, se quedó que una mesa el viernes que viene resuelva sobre esas bases. Eso es

Nº. DOCU 9406342
TITULO Fujimori y Pérez de Cuéllar tienen estrecha diferencia en los sondeos para elecc. del 95.
PROCED 150023
FECHA DE 31/5/94
VINCULACION 60817
11164
11165
11323

Fujimori y Pérez de Cuéllar se reparten el electorado peruano

31/5 LR.

Lima (ANSA)

■ El presidente Alberto Fujimori y el ex secretario general de la ONU Javier Pérez de Cuéllar mantienen una estrecha diferencia en los sondeos de intención de voto para las elecciones presidenciales peruanas de abril de 1995.

Según la encuestadora privada Datum, a Fujimori lo apoya el 44 por ciento del electorado peruano (estimado en once millones y medio de personas), mientras que un 43 por ciento votaría por Pérez de Cuéllar.

El tercer lugar de las preferencias electorales lo comparten el reelecto alcalde de Lima, Ricardo Belmont, el único candidato oficialmente proclamado, y el ex presidente Fernando Belaúnde Terry (1963-1968 y 1980-1985), con 4,5 por ciento.

Fuentes cercanas a Pérez de Cuéllar —quien regresará a Lima en julio próximo desde París— han revelado que el ex secretaro general de la ONU lanzaría su candidatura a la presidencia de Perú sólo si lo apoyan las "organizaciones de base" de todo el país.

Por su parte, Fujimori, que iniciará en julio próximo el último año de su gobierno de cinco, mantiene en reserva sus declaraciones respecto a si postulará o no.

La constitución política de 1993, elaborada tras el autogolpe de Estado de abril de 1992, permite la reelección presidencial.

9406342

Nº. DOCUM. 9406343
TITULO Ecuador acuerda con el FMI.
PROCED. 150014
FECHA DE 2/6/94
VINCULACIÓN 65838
11161
11314
11412

ECUADOR ACUERDA CON EL FMI

2/6/95

El Gobierno ecuatoriano ha llegado a un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional para la renegociación de su deuda exterior con la banca privada, que asciende a 6.800 millones de dólares.

Del total renegociado, 4.460 millones de dólares corresponden al capital y 2.340 a los intereses, y según la Junta Monetaria del Ecuador, este país no tendrá problemas para los desembolsos, que tienen un plazo de 30 años para el capital y de 20 para los intereses.

9406343

01-01

Nº. DOCUM... 9406344
TITULO Militantes del PRI exigen división entre el partido y el gob.
PROCE... 150014
FECHA ... 31/5/94
VINCULACI... 507623
11164
11302
11304

Militantes del PRI exigen división entre el partido y el gobierno

31/5 LJ

EL PRI EN EL GOBIERNO DESDE 1929

Numerosos militantes del Partido Revolucionario Institucional (PRI), que gobierna México desde 1929, han manifestado su deseo de que haya una división real entre la agrupación política y el gobierno del país.

La opinión pública mexicana vincula al PRI con el Gobierno, culpa a ambos de los problemas del país y basa sus decisiones electorales respecto al partido según las acciones del ejecutivo.

El partido, dijo el portavoz, tiene áreas de acción diferentes a las del gobierno y deberá estar, a la vanguardia en cuanto a demandas y propuestas para mejorar la administración, al margen de lo que las autoridades hagan.

La propuesta fue hecha por un grupo de militantes del PRI, principalmente candidatos a diputados y senadores, que desean que cambie la imagen que tienen los ciudadanos de su partido.

Jesús González, candidato a senador del partido por el estado de Jalisco, dijo que es necesario que la población entienda la división entre el partido y el gobierno, para que exista una auténtica transición democrática.

Los principales candidatos opositores a la Presidencia del país, entre ellos Cuauhtémoc Cárdenas, del Partido de la Revolución Democrática (PRD), han basado su campaña contra el PRI en que es el partido que ha dirigido al gobierno que mantiene a la población en la pobreza. EFE

9406344

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406345
TITULO Cae producción en México
PROCEDENCIA 150518
FECHA 5/6/94
VINCULACI 507623
11161
11311

El producto bruto cayó 0,5 por ciento en el primer trimestre y, pese a la entrada en vigencia del NAFTA (sigla inglesa del Acuerdo de Libre Comercio Norteamericano) y la fuerte recuperación de la economía estadounidense, el déficit comercial se mantuvo en un nivel considerablemente alto: 4310 millones de dólares. Los datos vienen a confirmar el impacto del cóctel explosivo que sufre México desde que comenzó el año: revuelta de Chiapas –asesinato del candidato oficialista Luis Colosio–, suba de tasas en Estados Unidos.

No es extraño en ese contexto que comiencen a proliferar consejos como los del profesor del Massachusetts Institute of Technology, Rudiger Dornbusch, favorables a una devaluación del peso para fortalecer la competitividad de las empresas mexicanas y apuntalar el ingreso de capitales externos.

La visión del ministro de Hacienda, Pedro Aspe, sigue todavía inalterada. Para él, el desempeño económico de México se caracteriza este año por la baja inflación, el aumento de las exportaciones no ligadas al petróleo y finanzas públicas saludables que han permitido aumentar los gastos sociales y las inversiones.

El PBI bajó 0,5 por ciento y el rojo en la balanza comercial acumuló 4300 millones de dólares en los primeros tres meses del año. Algunos ya piden que el gobierno abandone la meta inflacionaria, ablande la política monetaria e invierta más. El experto del MIT, Rudiger Dornbusch, directamente propone devaluar.

MUNDO

Cae la producción y sigue el déficit

5/6 P.12

MEXICO SE ENFRIA

En verdad, los ingresos por la venta de hidrocarburos (fuertemente depreciados) cayeron en enero-marzo un 24,5 por ciento, mientras por el resto de los productos exportados se obtuvo un 24 por ciento más de recursos. Y las colocaciones a los socios del NAFTA, particularmente de legumbres y café, experimentaron en marzo un salto de igual proporción.

Pero nadie cree que los resultados de la sociedad con EE.UU. y Canadá van a ser suficientes para compensar la incertidumbre en que ingresó la economía mexicana.

Los optimistas –empezando por el presidente saliente, Carlos Salinas de Gortari– sostienen que la confianza retornará tras las elecciones de agosto. Aun así, la mayor parte de los analistas coincide en que el gobierno que asumirá en diciembre (el número puesto es el pretendiente del PRI, Ernesto Zedillo) tendrá que presentar un plan para la creación de empleos y mejorar salarios para que sea posible evitar nuevas explosiones de violencia.

Según la consultora Clemex-Wefa, en 1993 los salarios disminuyeron en un tercio con respecto a lo que eran en 1980. A su vez, el consumo privado –responsable por dos tercios del producto bruto– sufrió una contracción de 0,1 por ciento el año pasado en comparación con un crecimiento de 5,9 durante 1992. De hecho, por segundo período consecutivo la economía de México no alcanzará a acompañar el crecimiento de la población.

Este flaco desempeño está intensificando la presión privada sobre las autoridades para que ablanden la política monetaria y se decidan a gastar más para empujar a la reactivación.

José Luis Guerrero, director financiero del grupo ICA (uno de los mayores en el ramo de la construcción), propuso alargar los plazos para conseguir la meta inflacionaria de 5 por ciento para este año, frente al 8 registrado en 1993, y alentó un crecimiento de la inversión pública en infraestructura y capacitación técnica.

Están también los que opinan que el error del gobierno mexicano fue intentar cortar artificialmente la inflación valorizando el peso. Desde ese flanco muchos apuestan al atajo de la devaluación, que dejaría manifestarse plenamente a los resultados de siete años consecutivos de reformas, con un repunte de la inversión a 22 por ciento del producto y un salto de 19 por ciento en la productividad laboral el último trienio.

Los ultrarreformistas dentro y fuera del gobierno, en cambio, creen que el problema está en que la infraestructura aún es precaria y que el proceso de desregulación todavía no llegó a los niveles estaduales y municipales. Culpan además a la rigidez del mercado laboral y al sistema judicial corrupto e ineficiente que traba la ejecución de contratos. Por eso cada vez son más insistentes las propuestas para que en el próximo período presidencial el proceso privatizador avance hasta reestructurar el sector estatal de electricidad, el sistema ferroviario y la seguridad social.

Las prioridades, de todos modos, variarán dramáticamente si la Reserva Federal de EE.UU. sigue elevando las tasas de interés y ese movimiento frena el flujo de capitales externos.



Ernesto Zedillo, candidato a presidente por el PRI.

9406345

Nº. DOCUMENTO 9406346
TITULO Conflicto fronterizo Haití - Rep. Dominicana -
PROCEDENCIA 150090
FECHA 27/5/94
VINCULACIONES 507637
11164
11398
66123

Dominicana Cierra Frontera con Haití

27/5 E.P.

Puerto Príncipe, 26, (EFE). — La decisión del Gobierno dominicano de cerrar completamente la frontera con Haití anticipa una escasez de la gasolina y de otros combustibles en el mercado haitiano, que hasta ahora habían entrado gracias al contrabando.

William Gray, enviado del presidente estadounidense Bill Clinton a Haití, anunció el miércoles en Santo Domingo que, tras una reunión que mantuvo con el mediador de la ONU en la crisis haitiana, Dante Caputo, y con el presidente dominicano, Joaquín Balaguer, éste se comprometió a cerrar la frontera entre los dos países.

Gray explicó que Balaguer prometió que cooperará en el endurecimiento del embargo contra los militares haitianos que participaron en el derrocamiento del presidente constitucional, Jean Bertrand Aristide, el 30 de setiembre de 1991.

Desde que la ONU y la OEA reanudaran en octubre pasado el embargo petrolero contra Haití, el abastecimiento del mercado haitiano depende esencialmente de un lucrativo contrabando de gasolina y otros productos.

9406346

01-03

Nº. DOCU.
TITULO
PROC 150025
FECH 31/5/94
VINCUL 507637

La frontera entre Haití y Dominicana

31/5 LN.

POR fin, en respuesta a los reclamos internacionales y las presiones norteamericanas, el presidente de la República Dominicana, Joaquín Balaguer, ha prometido cumplir con el embargo comercial contra Haití. Los 300 kilómetros de frontera entre ambos países han sido hasta ahora una puerta de entrada cómoda y segura para que los militares haitianos asegurasen la llegada de combustibles y otros productos, burlando las sanciones dispuestas por las Naciones Unidas y la Organización de Estados Americanos.

Un embargo como el que ahora se aplica al régimen de Haití, que incluye todas las mercancías salvo alimentos y medicinas, puede ser de efectos discutibles: no hay duda de que los sectores más vulnerables de la población resultan los más castigados, y la escasez no garantiza necesariamente, al menos en un tiempo razonable, la caída del grupo que detenta el poder.

Este y otros argumentos pueden llevar a pensar que un embargo comercial no sea tal vez la medida más eficaz para hacer razonar a un grupo tan ávido de poder y con tan pocos escrúpulos como el de los militares de Puerto Príncipe. Pero es obvio que ningún embargo puede prosperar si esa única frontera terrestre sigue siendo tan porosa al tráfico como ha sido hasta ahora.

Por eso, el cambio de actitud en Santo Domingo debe ser bienvenido, y los funcionarios de la administración Clinton expresaron su satisfacción ante este progreso.

Hay que hacer notar, sin embargo, que el presidente Balaguer tomó su decisión en un momento en que él mismo es objeto de cuestionamientos y la legitimidad de su mandato es puesta en duda no sólo por sus opositores políticos sino por los observadores internacionales que asistieron a las recientes elecciones presidenciales. Entre otras muchas denuncias, se acusó al oficialismo de haber borrado de los padrones a más de 200.000 votantes de la oposición para asegurar la reelección de Balaguer, y de haber abultado a tal punto las listas que, en algunos distritos, el número de votos superaba al de habitantes.

Cuando arreciaba el clamor contra procedimientos ilícitos, Balaguer, que hasta ese momento había afirmado que medidas demasiado duras contra Haití producirían un indeseable flujo de refugiados, cambió sugestivamente su discurso. Y en respuesta a nuevos reclamos del enviado de Clinton y del representante de la ONU y de la OEA, Dante Caputo, ordenó reforzar la vigilancia en la frontera y reemplazar a los oficiales y soldados que habían permanecido allí por más de dos meses.

A los 87 años, ni la ceguera, ni las dificultades para caminar, ni la casi sordera que lo afecta parecen haber disminuido la voluntad de poder de Balaguer. Su cambio de actitud con respecto a Haití le ha deparado una suerte de tregua con sus críticos del exterior. Pero dentro del país, la situación sigue siendo delicada. Su principal oponente, José Francisco Peña Gómez, que reclama el triunfo electoral, amenaza con retirar a todos los miembros de su partido de los cargos públicos si la victoria es adjudicada a Balaguer.

Todo esto augura una cierta inestabilidad en que ni hombres ni instituciones parecerían muy firmes. En ese caso, tampoco esta vez, probablemente, el embargo contra Haití tendrá la eficacia necesaria.

9406346

Nº. D...
TITULO ...
PROCE... 150007
FECHA 5/6/94
VI... 507637

Ejército Dominicano Alerta por Efectos del Embargo Total

PREVEN "ESTAMPIDA" DE HAITIANOS EN FRONTERA

SANTO DOMINGO, 4 (AP).— Las fuerzas armadas elaboraron un plan de contingencia ante la posibilidad que miles de haitianos intenten regresar ilegalmente al territorio dominicano, huyendo de los efectos del embargo impuesto por la comunidad internacional al régimen militar del vecino país.

El plan, cuyo nombre no fue suministrado, fue elaborado hace varios meses por una comisión de mandos castrenses, dijo a The Associated Press una fuente de la secretaría de las fuerzas armadas.

El plan fue revisado en los últimos días ante la posibilidad de que miles de haitianos desafíen la vigilancia militar a lo largo de toda la frontera.

"El plan fue elaborado porque preveemos una posible estampida de haitianos hacia nuestro territorio", dijo la fuente militar.

En los últimos días, y a altas horas de la noche, decenas de haitianos han cruzado la frontera, armados de palos y cuchillos y pelearon con soldados dominicanos que patrullan los 384 kilómetros de frontera.

Los soldados dominicanos tienen instrucciones expresas de no disparar contra los haitianos.

El plan prevee reforzar la vigilancia en los comercios de la zona fronteriza para evitar que sean saqueados.

Desde el cierre de la frontera el jueves pasado, ningún haitiano ha entrado legalmente en territorio dominicano.

Tampoco se ha permitido que vuelvan a ingresar los 10 camiones que diariamente venían al país a comprar productos. En Jimaní hay cuatro camiones cargados de alimentos y otras mercancías esperando la autorización para cruzar a Mal Passe, la comunidad haitiana más próxima a Jimaní.

En varias ciudades de la frontera hay convoyes de ayuda humanitaria, cuyo paso al vecino país tampoco está autorizado.

"Ellos (los haitianos) están desesperados por venir a este lado a comprar comida y medicinas. Prácticamente están pidiendo auxilio", dijo a AP el general Luis Manuel Luna Paulino, supervisor del embargo en Dajabón, a 305 kilómetros al noroeste de aquí.

Otros productores agrícolas se quejan de las estrictas medidas de control en el expendio de combustibles, dispuestas por la Comisión de Alto Nivel para la aplicación del embargo, que preside el secretario de las fuerzas armadas, teniente general Constantino Matos Villanueva, e integran los jefes del Ejército y la Marina de Guerra, mayor general Iván Aquiles Hernández Oleaga y contralmirante Iván Vargas Céspedes, respectivamente.

La comisión dispuso un racionamiento de los combustibles de tal forma que únicamente se venden 10 galones de combustible por día a los vehículos pesados, cinco a los livianos y uno a los motoristas y motoconchistas.

"Yo estoy en contra del embargo porque nos afecta a nosotros y a los haitianos", dijo a AP, en Dajabón, Luis de la Cruz, un comerciante de esta ciudad.

Los productores agropecuarios de la zona necesitan una autorización por escrito de los comandantes militares para obtener más de 30 galones de diesel por día. Algunos productores que han comprado grandes cantidades de combustible en Santo Domingo y otras ciudades, sufrieron la confiscación de sus adquisiciones.

Desesperación de Civiles

DAJABON, República Dominicana, 4 (AP y EFE).— Miles de haitianos que por años han comprado comida, medicinas y otros productos en esta ciudad comienzan a desesperarse ante la escasez, mientras que las autoridades dominicanas esperan que el enviado especial de las Naciones Unidas, Dante Caputo, autorice el paso de la ayuda humanitaria a la vecina nación.

Caputo, que se reunió el miércoles pasado con el presidente Joaquín Balaguer, prometió enviar al día siguiente un listado de productos no incluidos en el embargo y cuyo paso a Haití estaría permitido.

Sin embargo, hasta hoy en la mañana, los militares destacados en la frontera no habían recibido la copia del listado de Caputo.

"Sólo esperamos esa autorización para permitir el paso de la ayuda humanitaria", dijo a "AP" el mayor general Luis Manuel Luna Paulino, un subsecretario de las Fuerzas Armadas que supervisa, desde esta ciudad, el cumplimiento del embargo al vecino país.

Antes del embargo, alrededor de 10.000 haitianos cruzaban al mercado de esta ciudad, dos veces por semana, a comprar todo tipo de productos.

"Los efectos del embargo ya se sienten bastante. Ya están pidiendo auxilio e implorando comida y medicinas", dijo a "AP" el general Luna Paulino.

BARCOS VIOLAN EMBARGO HAITIANO

Barcos con bandera hondureña han violado el embargo contra Haití, confirmó hoy sábado una fuente del Gobierno de Honduras, según informó la ONU.

03-03 9406346

Nº. DOCUMENTO 9406347
TITULO Irregularidades en elecciones de Rep. Dominicana
PROCEDENCIA 150090
FECHA 28/5/94
VINCULACIÓN 507637
11164
11302
11437.

A diez días después de realizadas las elecciones dominicanas no se conocen los resultados definitivos

28/5/94

DOMINICANA: ENTRE PEÑA GOMEZ Y BALAGUER

Pasados más de diez días desde las elecciones generales, la crisis electoral se encuentra atascada y los dominicanos no saben aún quien será su presidente a partir del 16 de agosto y durante los próximos cuatro años.

Peña Gómez, líder del opositor Partido Revolucionario Dominicano (PRD, dijo hoy, viernes, que si la Junta Central Electoral (JCE) proclama ganador de los comicios al presidente Joaquín Balaguer «lo declararé ilegítimo y lo enfrentaré en todos los campos».

Peña llamó «abusador» al presidente Balaguer, un «usurpador que robó la voluntad del pueblo», según él.

El líder del PRD insistió en que «no habrá ningún tipo de transacción».

Por su parte, la JCE declaró anoche que ha dado por terminado el primer conteo de los votos a las elecciones presidenciales y, aunque queden por escrutar ocho mesas electorales, que fueron anuladas, impugnadas o mezcladas entre ellas, el resultado provisional da una ventaja de algo mas del uno por ciento al actual presidente.

Este organismo electoral reiteró su negativa a entregar la lista oficial de electores a los partidos de la oposición, tal como prevé la ley, porque afirma que ya les entregó el padrón en forma de discos informáticos, que según el PRD también están manipulados.

Peña Gomez presentó en la noche del jueves a la prensa lo que calificó de pruebas del «fraude» cometido antes, durante y después de las elecciones del 16 de mayo, y mostró listas de electores debidamente acreditados que no aparecieron en las listas de los presidentes de las mesas el día de los comicios.

Afirmó que tiene en su poder las cédulas electorales de muchos de los que no pudieron votar por no aparecer en las listas y que de cada mesa (unas 400 personas) se quitó una media de 25 o 30 nombres.

Según Peña, estos nombres fueron sustituidos por otros de personas con cédula electoral doble y que votaron más de una vez.

Jacobo Majluta, líder del también opositor Partido Revolucionario Independiente (PRI), cuarto en la preferencia del electorado según los datos oficiales de la JCE, ha propuesto que este organismo termine el recuento de votos, declare provisionalmente un ganador y que los partidos políticos se sienten a discutir una concertación que permita la gobernabilidad del país.

Diplomáticos y observadores se han dado a especular sobre las posibles salidas a la crisis, e incluyen desde el recurso a un «aquí no ha pasado nada» y la consiguiente proclamación de Balaguer como nuevo presidente, con un gabinete de su entera confianza, hasta la posibilidad de un gobierno compartido, pasando por una concertación nacional bajo los auspicios de un arbitro reconocido por ambos contendientes, como la Iglesia.

9406347

Nº. DOCUM
TITULO
PROCE 450623
FECH 30/5/94
VINCULO 507637

Peña Gómez denuncia intento de golpe de Estado electoral en Dominicana

30/5 LR.

Santo Domingo (AFP)

El socialdemócrata Partido Revolucionario Dominicano (PRD), del aspirante presidencial José Francisco Peña Gómez, denunció ayer un "intento de golpe de Estado electoral", que pondría en peligro "el ordenamiento democrático de la nación".

En un comunicado divulgado en Santo Domingo, el PRD y otros siete pequeños partidos que apoyaron a Peña Gómez sostuvieron que "estamos ante una tentativa de golpe de Estado electoral, ejecutada por el actual gobierno (del presidente conservador Joaquín Balaguer), utilizando la desnaturalización y vulneración del proceso electoral".

República Dominicana celebró elecciones presidenciales, parlamentarias y municipales el pasado 16 de mayo, con presencia de observadores internacionales.

"Los personeros del gobierno, para intentar perpetuarse en el poder, conocedores de la imposibilidad de ganar limpiamente las elecciones, tomaron la decisión de corromper el proceso electoral, conscientes de que les era difícil alcanzar su propósito por medio de un golpe de Estado directo, utilizando la fuerza militar", asienta el comunicado.

Tras insistir en que el Partido Reformista Social Cristiano (PRSC), de Balaguer, ha incurrido anteriormente en "intentos fraudulentos", el PRD sostiene que "esta vez la crisis adquiere una magnitud sin precedentes, pues lo que está en juego es el ordenamiento democrático de la nación".

Al declarar que "lo esencial es la preservación del sistema representativo", el PRD y los otros siete partidos reiteran que "no están en disposición de tomar posesión de los puestos congresionales y municipales que en buena ley obtuvieron".

El rechazo a asumir cargos parlamentarios o municipales de los dirigentes del PRD había sido anunciado el pasado viernes por el propio Peña Gómez, lo que según los analistas desencadenaría una crisis institucional que impediría a Balaguer, en caso de ser proclamado vencedor, gobernar a partir del próximo 16 de agosto, fecha prevista para el cambio de gobierno.

Balaguer, octogenario y casi ciego, a quien los escrutinios electorales daban una ventaja del 1% (30.000 votos), aspira a asumir su séptima presidencia para los próximos cuatro años.

Sin embargo, a raíz de las denuncias de fraude, todavía no ha sido proclamado ningún vencedor de los comicios presidenciales, y la Junta Central Electoral declaró que iniciará una investigación sobre presuntas maniobras en el padrón electoral. Al mismo tiempo, Peña Gómez anunció una ofensiva internacional para probar que sus denuncias de fraude son ciertas.

9406347

Nº. DOCUM...
TITULO ...
PROC... 150023
FECH... 4/6/94
VINCUL... 507637

Balaguer reconoce "irregularidades" y Peña Gómez propone repetir las elecciones del 16 de mayo

*** Decenas de miles de activistas del oficialismo votaron dos o tres veces, ocho provincias aparecieron con más votos que votantes, y cien mil ciudadanos fueron impedidos de votar**

*** Las denuncias se plantearán en la conferencia de cancilleres de América Latina en Belén, Brasil**

4/6 LR

Santo Domingo (AFP)
por Jesús Pérez

El presidente Joaquín Balaguer, 87 años, admitió "irregularidades" en las elecciones dominicanas del 26 de mayo, gesto que podría abrir caminos a una solución de la crisis política poselectoral, concordaban este viernes observadores.

Sin embargo, Balaguer sostuvo en declaraciones públicas, que estas "irregularidades" no empañan la validez y lucidez de las elecciones, que en su opinión fueron "ejemplares" por haber registrado una masiva concurrencia de votantes.

Al mismo tiempo criticó a la prensa y medios de comunicación internacionales, acusándoles de haber gestado un "montaje" que ejerció una "influencia enorme para decidir prácticamente la suerte del proceso electoral dominicano", lo que despertó aprehensiones y esbozos de censura.

Sin embargo, analistas recordaron una postura similar cuando poco después de los comicios, al arreciar denuncias de fraude, voceros oficiales acusaron a la prensa internacional de maniobrar para fundir a la República Dominicana con Haití, desestimadas también oficialmente poco después.

Balaguer focaliza la atención internacional no sólo por la crisis electoral, sino por su compromiso de ayudar al "cierre total" de la frontera con Haití para evitar el contrabando que surte a la cúpula golpista de ese país, cuando se efectúa un severo bloqueo cuyo fracaso podría traducirse en una intervención armada de Washington para remover a los militares que gobiernan en Puerto Príncipe.

Balaguer, que aspira a su séptima presidencia desde 1960, aventaja por 30.000 votos (1%) al socialdemócrata José Francisco Peña Gómez, que con sus seguidores y el resto de la oposición sostiene que uno de los vicios electorales es el abultamiento de los listados comiciales, donde aparecieron repetidos decenas de miles de nombres de activistas del oficialismo que habrían votado dos o tres veces en las elecciones.

La oposición y críticos de Balaguer recalcan que la Junta Central Electoral (JCE), no ha dado la más mínima explicación al hecho de que en sus propios boletines aparecen ocho provincias dominicanas con más votos que votantes.

Incluso algunas de estas provincias como Espaillat, al norte de Santo Domingo, figuran con un 30% de votos por encima del número de votantes.

Otras denuncias sostienen que más de 100.000 ciudadanos cedulados fueron impedidos de votar, y analistas independientes concuerdan que si éstos hubieran ejercido el sufragio el balance final arrojaría más de un 60% de provincias con mayor número de votos que votantes.

Estos observadores también llaman la atención sobre el "asombroso" margen de abstención cifrado apenas en cerca del 4%, frente a la tradicional abstención del 30% del electorado en las últimas cuatro elecciones.

A principios de semana, la cúpula del oficialista Partido Reformista Social Cristiano (PRSC) contraatacó y acusó, a su vez, al socialdemócrata Partido Revolucionario Dominicano (PRD) de haber cometido un "fraude mayúsculo" equivalente a más de 200.000 votos ilegalmente captados.

EL CANDIDATO DEL PRD A LA OFENSIVA

Santo Domingo (AFP)

El candidato del socialdemócrata Partido Revolucionario Dominicano (PRD), José Francisco Peña Gómez, demandó nuevas elecciones generales al denunciar que la Junta Central Electoral (JCE) se propone montar un nuevo engaño en la entrega del padrón electoral a los partidos.

El engaño, según aseguró Peña Gómez en rueda de prensa en Santo Domingo, consistiría en satisfacer demandas de los partidos de oposición entregándoles un listado falsificado con 200.000 votantes menos que, obviamente, no se correspondería con el padrón electoral utilizado el día de las elecciones generales, el pasado 16 de mayo.

"Lo que se impone es que la JCE entregue fotocopias de las listas utilizadas en cada mesa el 16 de mayo", precisaron Peña Gómez y su correligionario Tirso Mejía Ricart, director de elecciones del PRD.

Esos listados se distinguen fácilmente porque están sellados con una inscripción que dice "votó", según especificaron los dirigentes del PRD.

En paralelo, Peña Gómez dijo que como parte de la campaña internacional de su partido para denunciar el fraude electoral, su candidato a la vicepresidencia, Fernando Alvarez Bogaert, asistirá a la Conferencia de Cancilleres de América Latina en Belén, Brasil para exponer la situación.

"Es grave el daño que se le ha infligido a la democracia continental con los hechos bochornosos ocurridos en el proceso electoral (dominicano), comprobados por la totalidad de los observadores internacionales que asistieron a las elecciones, incluidos los de la Democracia Cristiana", dijo Peña Gómez.



Joaquín Balaguer admite irregularidades en los comicios del 16 de mayo.



El líder socialdemócrata Francisco Peña Gómez denuncia que los fraudes cambiaron el resultado electoral.

Mientras los cómputos de la JCE establecen que el presidente Joaquín Balaguer, del Partido Reformista Social Demócrata (PRSC), ganó los comicios con 1% de ventaja (30.000) frente a Peña Gómez, sus partidarios sostienen que hubo fraude para asegurar la reelección de Balaguer.

Peña Gómez agregó que recibió una comunicación del presidente de Costa Rica, José María Figueres, informándole de un acuerdo de cuatro presidentes centroamericanos, con sus respectivos cancilleres, para respaldar la participación de Alvarez Bogaert en la conferencia de Belén, Brasil.

Los otros mandatarios son el hondureño Carlos Roberto Reyna, De León Carpio de Guatemala y Violeta Chamorro de Nicaragua.

Finalmente, Peña Gómez anunció otras misiones de dirigentes de su partido, una de ellas a Jamaica, donde se planteará que la Comunidad del Caribe (Caricom) no reconozca una evenual proclamación de Balaguer como nuevo presidente electo dominicano.

Otra delegación del PRD denunciará ante la Unión Europea "el fraude escandaloso que se ha cometido contra los derechos democráticos del pueblo dominicano", concluyó.

Analistas concuerdan que el panorama poselectoral dominicano continúa "tan complejo como complicado".

9406347

03-03

5.DE 515075 30044.
50.7480
11165.
BOLIVIA 11164

9406348 ✓
5/6/94

Acuerdo global Gobierno-COB pone fin a medidas de fuerza sindical.

Luego de 74 días de conflictos e intensas negociaciones, la **Central Obrera Boliviana (COB)** firmó -el 07MAY94- un Convenio Global de Entendimiento con el Gobierno, que contiene una serie de conquistas sociales:

-**Seguridad social:** se dispone la preservación de los Fondos Complementarios de Seguridad Social como propiedad de las entidades sindicales, fiscalizados por un ente nacional.

-**Aumento de salarios:** se estableció un piso general del 8% para los trabajadores públicos que perciban más de 1000 bolivianos mensuales (U$S 217.-) y un 9% para el segmento ubicado por debajo de ese ingreso.Para los trabajadores del sector salud se previó un aumento diferenciado del 12%.

-**Salario Mínimo:** de U$S 33 se elevó a U$S 41 mensuales.

-**Retroactividad:** todos los acuerdos referidos al tema salarial son retroactivos a ENE94.

-**Estabilidad:** se garantiza la estabilidad laboral del personal de todo el sector público y la continuidad en la dependencia del Tesoro Nacional del personal de salud y educación, cuya infraestructura fuera traspasada a los municipios.

-**Garantía:** el gobierno asume la responsabilidad de no compensar las mayores erogaciones con incrementos en el precio de los combustibles.

-**Vivienda:** el Estado construirá 10.000 viviendas de carácter social.

-**Sector campesino:** Se producirá la liberación de impuestos a la pequeña propiedad rural, la concesión de créditos para el pequeño productor, la creación de un banco agrario y la preservación del régimen simplificado en el pago de impuestos.

-**Sector cocalero:** Se ratificará y homologará el convenio suscripto el 23MAR94 referente a la no erradicación forzosa de cultivos de coca.

-**Magisterio:** Se estipuló un incremento diferenciado de salarios (12%) con la promesa de un ajuste adicional; la creación de dos bonos anuales compensatorios de U$S 100 y U$S 40 y la restitución de los descuentos por los días no trabajados.

-**Mineros:** acordaron la "despolitización" de la COMIBOL y la continuidad de sus operaciones productivas en actual funcionamiento. La estabilidad laboral y el mantenimiento de los servicios de salud y educación.

-**Fuero Sindical:** existe un compromiso gubernamental de respeto a la investidura sindical.

-**Reforma Educativa:** el proyecto elevado por el Ejecutivo al Parlamento quedará sujeto a los planteamientos del Consejo Nacional de Educación (CONED).

Apreciación

Para la COB, la organización, control, duración y eficacia de las multitudinarias medidas de fuerza encaradas -que terminaron venciendo la resistencia del gobierno a negociar- significó el resurgimiento del poder sindical, un hecho aún más significativo que los resultados obtenidos.

9406348

Si bien el Convenio alcanzado es global, en él se refleja marcadamente la incidencia de los distintos sectores sindicales en el conflicto. Quienes mostraron mayor peso lograron las mayores reivindicaciones (maestros, empleados del área sanidad, campesinos) y probablemente asuman la conducción de la central obrera en el Congreso Nacional a celebrarse a principios de JUN94.

El gobierno, en virtud de un error de apreciación inicial sobre la probable respuesta sindical, se vio obligado a dejar sin efecto la planeada privatización de los servicios de seguros de salud y a ceder en su posición de no elevar los salarios por encima del 8%.

No obstante, debe considerarse que el aumento salarial promedio pactado de 9,23% no está muy alejado de su oferta original y contrasta con el 35% exigido por la COB, estimándose que la negociación efectuada por la dirigencia sindical contará con la disconformidad de las bases y obligará probablemente a efectuar negociaciones sectoriales en el corto plazo.

El gobierno no ha dado a conocer la fuente de los recursos ni la incidencia que tendrá en el déficit presupuestado, deduciéndose la recurrencia a los organismos de crédito internacional.

02-02 9406348

SIDE 515075
507623, 53390, 65592
11161
9406348 ✓

2. PRINCIPALES SOCIOS COMERCIALES DEL ÁREA

8/6/94

- MEXICO

MEXICO ocupa el tercer lugar en la lista de inversores en la Isla, luego de ESPAÑA y de CANADA.

Tradicionalmente, los distintos gobiernos mexicanos han mantenido una política exterior amigable y respetuosa y actualmente, los empresarios de dicho país están interesados en continuar efectuando inversiones expansivas en la industria alimenticia, de niquel, mecánica, química, textil, de materiales para la construcción, hotelería, turismo y bienes de capital. La deuda cubana con MEXICO ascendería a unos U$S 300 millones.

Entre 1986 y 1992, el comercio bilateral creció en más del 200 %, con una balanza tradicionalmente favorable a MEXICO. El intercambio en ambos sentidos alcanzó en 1992 un volúmen aproximado de U$S 124 millones , lo cual representa un 10% del intercambio externo de la Isla.

Durante el período citado, el país caribeño vendió 180.000 tn. de cemento, vacunas, interferones, níquel y mármol. A su vez, las exportaciones mexicanas consistieron principalmente en maquinaria para la industria azucarera, alimentos y bienes de consumo para la industria turística.

En MAR93 se inauguró un sistema de telefonía celular -CUBACEL (Empresa de Teléfonos Celulares de CUBA S.A.), asociada con capital mexicano.

Cabe destacar que las relaciones económicas bilaterales podrían incrementarse notoriamente, teniendo en cuenta el denominado programa "de deuda por inversión" mediante él cual una empresa mexicana podría aportar el 75% de su inversión en calidad de deuda y sólo el 25% en capital.

Durante el mes de ABR94, la empresa mexicana MEXPETROL firmó un acuerdo de intención con CUBA para procesar petróleo en la refinería de CIENFUEGOS.

La idea es refinar petróleo no necesariamente mexicano y vender los productos refinados en el mercado cubano y los excedentes en otros mercados.

Asimismo, existe una negociación en el sector de las Comunicaciones telefónicas, cuyo monto podría superar los U$S 1.000 millones y abarcaría operaciones via satélite, telex, fax y otras.

9406349
01-03

También existen importantes acuerdos para la producción conjunta de cemento y vidrio, así como para intercambios y asistencia en proyectos de agricultura, pesca, producción de azúcar y sector turístico.

- VENEZUELA

Si bien durante años VENEZUELA había mantenido escasos contactos con el régimen castrista, el gobierno de Carlos A. PEREZ intentó revertir dicha tendencia al propiciar una política de acercamiento hacia la Isla.

En la actualidad el comercio entre ambos países es de aproximadamente U$S 70 millones.

VENEZUELA vende a CUBA derivados del petróleo, amoníaco, tuberías, cables telefónicos, herbicidas, fertilizantes, maquinaria y repuestos para refinar azúcar, pollo congelado, ropa interior, fibras de nylon, etc. A su vez, CUBA envía azúcar, medicamentos y mármol. Por otra parte, existen inversiones venezolanas en el área turismo.

Durante 1992, los representantes cubanos solicitaron y recibieron un aumento de U$S 25 a 40 millones para la línea de crédito del Fondo de Financiamiento de Exportación de VENEZUELA.

A mediados de SEP93 se llevó a cabo en la Isla una reunión entre representantes de ambos países en la cual se firmó un acuerdo sobre transporte aéreo, cooperación en el campo diplomático (incluyendo entrenamiento), y se extendió uno anterior sobre cooperación en caso de secuestros aéreos y otros delitos.

No se logró resolver el tema de la deuda (U$S 45 millones) de la Isla con el gobierno venezolano porque CARACAS no aceptó la propuesta cubana de intercambiar dicho débito por convenios comerciales.

También cabe señalar que hasta JUL93 la Compañía Petróleos de VENEZUELA (PDVSA) vendió cerca de 5 mil barriles diarios de crudo y productos derivados, a través de terceros, por un monto aproximado de U$S18 millones.

Actualmente, el gobierno cubano negocia con VENEZUELA la posibilidad de revitalizar un acuerdo de triangulación comercial para el suministro de petróleo -VENEZUELA suministraba crudo a la Isla y la ex URSS abastecía a refinerías venezolanas ubicadas en ALEMANIA y SUECIA-, a fin de ahorrar los tres países gastos adicionales de transporte.

- COLOMBIA

Las relaciones diplomáticas de COLOMBIA con la Isla, suspendidas en MAR81 por el apoyo cubano a las guerrillas izquierdistas colombianas, se restablecieron a nivel consular en

9406349

02

JUL91 - a partir de la Cumbre Iberoamericana de GUADALAJARA -y a nivel de Embajadas, el 28OCT93.

COLOMBIA vende a la Isla elementos eléctricos y componentes para la construcción de hoteles por un valor de U$S 20 millones. CUBA envía mármol, medicinas, ron y tabaco.

En la actualidad, se estudian formas de cooperación considerando la utilización del sistema de refinación de petróleo por parte de COLOMBIA, como así también la posible participación de empresarios de ese país en la operación de algunas importantes fábricas cubanas que se encuentran paralizadas por las condiciones económicas que afectan a la Isla.

En FEB94, se anunció la existencia de un acuerdo por el cual COLOMBIA venderá al país caribeño de 15.000 a 20.000 barriles diarios de petróleo a precios de mercado, cuyos primeros envíos se realizarán entre JUN y JUL94. CUBA consume entre 50.000 y 60.000 barriles diarios, por lo cual COLOMBIA le suministrará una tercera parte de las necesidades petroleras.

Asimismo, se firmó un acuerdo de cooperación sobre salud básica, control epidemiológico y vacunas.

Por otra parte, en MAR94 se comunicó que COLOMBIA venderá a la Isla, arroz, aceite de palma africana, carne de cerdo, de aves y granos, entre otros. En contraprestación, recibirá asesoría científica y tecnológica para el sector agrícola y pesquero.

Asimismo, a efectos de afianzar las relaciones con el régimen cubano, se reunieron en la Isla en MAR94, funcionarios gubernamentales de ambos países, quienes acordaron temas de cooperación que contemplan la cooperación cubana para el diseño, montaje y puesta en marcha de una planta piloto de fermentación para la producción de medios de control biológicos; la realización de un proyecto conjunto dirigido a la obtención de variedades de banano resistentes a la sigakota negra y el establecimiento de negociaciones para la producción arrocera y el aceite de palma en la Isla.

También se estableció que COLOMBIA prestará cooperación para el desarrollo de energía eólica, solar, y asesoría para la producción de medicamentos veterinarios, entre otros.

En un futuro próximo, se espera un incremento del intercambio comercial, basado en un aumento de las exportaciones cubanas. El producido de esas ventas se utilizarán para adquirir productos colombianos y para ir saldando progresivamente la deuda que CUBA mantiene con el país sudamericano -U$S 39.370.000-. A la fecha no existe un programa de reestructuración relativo a la deuda pendiente.

El actual comercio bilateral, se realiza mediante cartas de crédito, avaladas por bancos de prestigio, pero cuyo riesgo asumen en su totalidad los exportadores colombianos.

9406349

03-03

9406350 ✓

15075
SIDE 67380
1164

ESTRICTAMENTE SECRETO Y CONFIDENCIAL

8/6/94

REPUBLICA DE VENEZUELA

INDICE

EVOLUCION DEL PROCESO POLITICO

ANEXOS

01-13

9406350

VENEZUELA

EVOLUCION DEL PROCESO POLITICO

1. Situación:

Encuestas recientes indican que un 70 % de la sociedad venezolana confía en el Presidente Rafael CALDERA RODRIGUEZ para superar la crítica situación económica. No obstante, y si bien la mayoría de la población asume como irreversible que el mejoramiento de la actual coyuntura descansa en el éxito de las medidas de carácter tributario que adopte el Ejecutivo, la instrumentación de las reformas requeridas continúa siendo impopular.

Cabe recordar que el Ejecutivo inició el reacomodamiento de la economía interna con el envío del "Plan SOSA". En este sentido, los principales partidos de oposición -ACCION DEMOCRATICA (AD) y el COMITE DE ORGANIZACION POLITICO ELECTORAL INDEPENDIENTE (COPEI)-, acordaron "facultades especiales" en materia económico-financiera, a través de una Ley Habilitante que le permitiría "legislar" por Decreto sobre aquellas medidas contenidas en el mencionado plan, consideradas necesarias para paliar la crisis fiscal existente.

Al respecto, se produjeron distintas manifestaciones de protesta -tanto en la capital como en el interior del país- en los ámbitos gremial (empleados públicos) y estudiantil, por reclamos salariales, de incremento del presupuesto educativo, y ante el aumento del pasaje escolar.

Apremiado por el incremento del malestar social, el Gobierno otorgó un aumento salarial del 66,6 %, que entró en vigencia el 01MAY94, mientras el Gobernador de CARACAS, Asdrubal AGUIAR, impuso un "toque de queda" durante las horas nocturnas para los menores de edad, a raíz del crecimiento de la inseguridad personal y de la delincuencia juvenil.

Por otra parte,cabe recordar el malestar existente en el ámbito castrense, a raíz de la remoción de la cúpula militar a pedido del Presidente Rafael CALDERA RODRIGUEZ, antes de asumir el cargo, y por el pedido de reincorporación a las FF.AA. por parte del Tcnl Hugo CHAVEZ FRIAS (ANEXO 1).

En este contexto, CHAVEZ FRIAS (quien recuperó la libertad el 26MAR94, acogiéndose al beneficio de la anulación de causas a los militares golpistas) realizó declaraciones públicas, cuyos contenidos conservan el tono amenazante con respecto a la dirigencia en general, reclamando "un cambio profundo antes de que el Pueblo salga a las calles a tomar el poder", y ofreciendo el brazo armado del MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO BOLIVARIANO 200 (MRB 200) que propugna una reorganización politica a nivel nacional (ANEXO 2).

92 9406350

ESTRICTAMENTE SECRETO Y CONFIDENCIAL

Por su parte, el liberado Tcnl. Francisco ARIAS, propuso la disolución del Congreso para permitir que "las nuevas fuerzas emergentes" formulen una convocatoria para la reconstrucción del Estado, ya que en Parlamento "pretenden reafirmarse los políticos que el pueblo ha rechazado".

En el ámbito gubernamental se han producido las primeras divergencias, en virtud de la diversidad de criterios sustentados por los miembros de la conducción económica y de trascendidos que indicaban la renuncia del Ministro de Agricultura y Cría, y de los Ejecutivos provinciales, que trataban la reforma de la CONSTITUCION NACIONAL y la Ley de Elección para Gobernadores (comicios que podrían realizarse en DIC95).

Dicha posibilidad surgió luego de la crisis generada en los Estados de ANZOATEGUI y AMAZONAS, al producirse la destitución de sus Gobernadores por parte de los Parlamentos locales -facultados por el Art.24 de la CONSTITUCION NACIONAL-, amenazando seriamente el proceso de descentralización política iniciado en 1989.

La eventual renuncia de los Gobernadores produjo un incremento de la irritación en la población, al desplazarse a un segundo plano las tareas propias de la conducción estatal regional.

En este contexto, el 10ABR94 se llevaron a cabo las elecciones de Gobernadores en los Estados de LARA y DELTA AMACURO, ordenadas por la Corte Suprema de Justicia (CSJ) en virtud de denuncias por fraude electoral que se agregan a las ocurridas en los Estados de BARINAS, SUCRE y NUEVA ESPARTA.

A ello se sumó la renuncia (26ABR94) del Viceministro de Transporte y Comunicaciones, Rafael IRRIBAREN, quien acusó al Ministro César QUINTINI ROSALES de "mantener la estructura de corrupción del anterior Gobierno, sobornos, uso ilícito de fondos públicos y cobro de comisiones, lo cual habría transformado en inauditable a la Dirección General Sectorial de Transporte Aéreo".

Simultáneamente, la Gobernadora del Estado de ZULIA, Lolita ANIYAR DE CASTRO, y el periodista, José Vicente RANGEL, denunciaron la existencia de un plan (desarrollado por dos asociaciones ganaderas de la zona fronteriza con COLOMBIA que involucraría a la guerrilla de dicho país) para asesinar al Ministro de Relaciones Interiores, Ramón ESCOVAR SALOM, al periodista Rafael POLEO y al propio RANGEL; al Tcnl CHAVES FRIAS y a un hijo de la funcionaria.

Ante este cuadro conflictivo el Ejecutivo emitió sendos mensajes intentando tranquilizar a la población y enumerando diversos aspectos de su gestión tales como las soluciones implementadas para la recuperación del quebrado BANCO LATINO y la situación de los militares golpistas procesados.

03 9406350

Finalmente, el panorama descripto se complementa con la detención preventiva del ex-Presidente Carlos Andrés PEREZ, por disposición de la CORTE SUPREMA DE JUSTICIA (CSJ) "por comisión de delitos de malversación genérica y peculado doloso propio", con respecto a la utilización de aproximadamente U$S 17 millones de una partida reservada a gastos de seguridad y defensa del Ministerio de Relaciones Interiores.

Así también, la CSJ dictó autos de detención a los ex-Ministros de Relaciones Interiores y de la Secretaria de la Presidencia, Alejandro IZAGUIRRE y Reinaldo FIGUEREDO respectivamente, y acusó a distintos funcionarios de actuar en complicidad.

Cabe señalar que el caso deberá ser considerado por el Juzgado de Sustentación -órgano dependiente del TRIBUNAL DE SALVAGUARDIA DEL PATRIMONIO PUBLICO-, donde proseguirán las diligencias judiciales destinadas a confirmar o revocar la decisión de la CSJ.

2. Conclusiones:

La crisis venezolana se manifiesta tanto en lo económico, como en lo político y social, adquiriendo relevancia para el Ejecutivo el problema de encontrar límites a las medidas de emergencia fiscal que no comprometan significativamente el rumbo del plan económico ni su capacidad de maniobra, en un marco de urgencias impostergables y de incremento, tanto de la tensión social, como del malestar castrense y parlamentario.

Este cuadro de situación se vé agravado a partir de la falta de cohesión evidenciada en el Gabinete ministerial, particularmente por la diferencia de criterios existente entre los partidarios de una economía solidaria sustentada en la Doctrina Social de la Iglesia y aquellos que propugnan soluciones "neoliberales" (impulso a la inversión privada, diversificación de la producción, oposición al control de cambios, etc).

La particular situación que planteó el Tcnl. CHAVEZ FRIAS al pretender su reincorporación al Arma, causándole al Ejecutivo una incompatibilidad ética con los cuadros militares leales al Gobierno, y cuya resolución se enmarcó institucionalmente con el rechazo de su reingreso a las FF.AA. y su posterior liberación, conlleva el nacimiento de un polo de oposición al plan económico del Gobierno en particular y al sistema político en general, al tiempo que llena un vacío dejado por la ausencia de líderes que aglutinen las demandas de la población.

Sin embargo, la situación descripta no implica necesariamente un riesgo inmediato para la estabilidad del sistema ya que CHAVEZ FRIAS coincide con el actual Gobierno en la necesidad de instalar una Asamblea Constituyente que produzca los cambios que reclama VENEZUELA. Asimismo, por su parte, ARIAS coincide con el pensamiento del Presidente CALDERA RODRIGUEZ en cuanto a la disolución del Congreso, aunque por diferentes causas.

El protagonismo político que pudiera adquirir CHAVEZ FRIAS en la actual situación de crisis interna está sujeto a su capacidad de convocatoria (carisma personal), a la propuesta de planes alternativos viables y a la falta de satisfacción de las demandas sociales por parte del Gobierno.

64 9406350

En tal sentido, es previsible en el corto y mediano plazo, un incremento de la tensión social cuyas repercusiones incidirán en el Gobierno y particularmente en el Parlamento, ya que al desprestigio en el que esta última institución se encuentra inmersa, se sumarían las críticas que probablemente le dirigirá CHAVEZ FRIAS -como parte de su recién iniciado proselitismo político-, en el momento de aprobar las medidas gubernamentales no contempladas en la Ley Habilitante.

Por otra parte un reacomodamiento definitivo dentro del sistema, tanto de LCR como del MRB, seguramente le significaría un dudoso rédito político frente al electorado en el corto plazo dado que, por un lado, las expectativas de la población se centran en el resultado de las medidas económicas, y por otro, la ciudadanía rechaza a las agrupaciones que vehiculizan a la violencia como medio para llegar al gobierno.

No obstante, si bien tanto el MBR 200 como LCR comparten reivindicaciones propias de la izquierda -aunque con diferentes matices-, existiría una diferencia determinante entre ambas agrupaciones dado que LCR intenta ganar mayor espacio "dentro" del Parlamento y del sistema, en tanto que CHAVEZ FRIAS se manifiesta "contra" éste y promueve la disolución de aquél.

En cuanto al malestar en el Parlamento, cabe recordar que la relación de fuerzas luego de su fraccionamiento en cuatro bloques, permite apreciar las dificultades que enfrentará la Administración CALDERA RODRIGUEZ para consensuar la aprobación de medidas no contenidas en la Ley Habilitante, que le permitan afianzar el proceso económico.

El otorgamiento consensuado de poderes especiales a CALDERA RODRIGUEZ por parte del Parlamento, tendría por finalidad trasladar al Ejecutivo la responsabilidad emergente de un eventual fracaso de la gestión, particularmente, por la impopularidad de las medidas contempladas en la Ley Habilitante.

La inercia parlamentaria nacional, sumada a las fricciones entre las legislaturas regionales y los Ejecutivos provinciales, comprometen la iniciativa del Presidente CALDERA RODRIGUEZ tendiente a alcanzar la descentralización política, económica, administrativa y fiscal-tributaria, de vital importancia para su Administración por la delegación de responsabilidades que implica.

Por último, el incremento de la credibilidad de la población hacia las instituciones, si bien se encontraría favorecido por la decisión adoptada por la CSJ de detener a PEREZ , dependerá en gran medida de la resolución definitiva que dicte el TRIBUNAL DE SALVAGUARDIA DEL PATRIMONIO PUBLICO.

3. Perspectivas:

En el plano político interno se vislumbra una falta de confianza en la acción de Gobierno por parte de la dirigencia política en general, cuya inercia se refleja en el aumento de la tensión social.

Desde éste punto de vista, es previsible que las consecuencias de la actual crisis económica sumada a la falta de resultados concretos por parte del Ejecutivo, operen en desmedro de la credibilidad que intenta generar en la población, cuyo descontento será capitalizado por sectores radicalizados del espectro político.

Dada la actual división de fuerzas parlamentarias, LCR juega un papel importante en el mantenimiento de la estabilidad institucional del país, dado que deberá dilucidar entre compartir el eventual costo político apoyando la acción del Gobierno en el Congreso y/o desplegar una acción meramente "populista" (de obstrucionismo en el Parlamento), para poder recuperar la adhesión de los sectores de menores recursos frente al eventual avance de CHAVEZ FRIAS como líder contestatario aglutinante, con miras a las próximas elecciones para gobernadores y Presidente.

Por otra parte, por el alto índice de abstencionismo electoral en los últimos comicios, tanto la coalición gobernante como los restantes partidos que participan de la conducción del país, tienen seriamente comprometida su representatividad con respecto al cuerpo social, constituyendo dicha "irrepresentatividad" el principal argumento a esgrimir por CHAVEZ FRIAS, quien será seguido probablemente por el resto de la izquierda, a fin de instalar ante la sociedad venezolana el cuestionamiento sobre la "legitimidad" del Gobierno.

Al respecto, cabe recordar que tanto el Presidente CALDERA RODRIGUEZ a través de la Reforma Constitucional que impulsa, como CHAVEZ FRIAS mediante la instalación del "Gobierno de Emergencia Nacional" que promoviera oportunamente, coinciden en la ineficiencia del Congreso a raíz del obstruccionismo en que incurren sus integrantes.

Por ésta razón ambos propugnan la disolución del Congreso -aunque por vías diferentes- como base de los cambios fundamentales a introducir en el sistema político, propiciando la incorporación de mecanismos de democracia directa, a modo de incrementar la participación ciudadana en los asuntos públicos en un intento por detener la corrupción existente.

Frente a ésta perspectiva, la Reforma Constitucional se presenta como una insoslayable alternativa prevista por la Administración CALDERA RODRIGUEZ, cuya concreción requiere del establecimiento de un acuerdo o "Pacto Social" que otorgue al Gobierno un basamento sólido para sobrellevar el estado de crisis.

Por último, cabe destacar la importancia vital que adquiere dicha Reforma Constitucional, dependiendo del grado de acierto gran parte de las restantes medidas que requiere el país para el reencauzamiento político y económico, tales como la descentralización político-administrativa y fiscal-tributaria, como así también la instrumentación de una política de privatizaciones y asociaciones estratégicas, entre otros aspectos.

66 9406350

ANEXO 01

SEMBLANZA DEL TENIENTE CORONEL HUGO CHAVEZ FRIAS

1. Datos Biográficos

Sindicado como uno de los "cabecillas" del intento de golpe de Estado registrado en VENEZUELA el 04FEB92, nació en la ciudad de BARINAS en 1955, en el seno de una familia no adinerada. Pertenece a la Promoción del Ejército Venezolano conocida como Simón Bolivar (1975-76), en la cual se ubicó entre los primeros puestos. Es Licenciado en Ciencias Políticas (Universidad Simón Bolivar).

Catalogado como persona de carácter recio, es conocido con los apodos de "Maisante" (según la historia venezolana, "el último hombre a caballo") y el "Centauro del LLano". En la región de ELORZA -Estado de APURE-, donde se desempeñó como Comandante, los indios lo llamaban "papá" y lo consideraban un "Dios".

De personalidad carismática, porte elegante y atlético -1,80 mts. de altura y excelente beisbolista-, produce el efecto de generar admiración, al punto de ser imitado en su vestimenta (boinas rojas, brazalete del mismo tono y ropa del tipo de fagina militar).

Su perfil es definido básicamente como "nacionalista de izquierda". Lee autores clásicos y modernos en política y economía; tal el caso de Alvin TOFFLER, autor de "La tercera ola" y "El cambio del Poder", entre otros.

Según sus palabras, el objetivo del levantamiento "era acabar con los corruptos que están desangrando a VENEZUELA" descartando el proceso como "subversivo", dado que no se trata dè un intento de golpe de Estado. Conforme a lo expresado por CHAVEZ FRIAS, tras capturar al Presidente Carlos Andrés PEREZ, los insurrectos tenían previsto organizar un gobierno cívico-militar dejando de lado "el esquema de la partidocracia".

2. Pensamiento Politico :

Democracia:

Considera fracasado el "sistema democrático venezolano" dado que no existió una política dirigida al Pueblo, calificando de falsa la denominada "democracia representativa". Destaca las ideas de ROUSSEAU acerca de la soberania del Pueblo como poder máximo, el que no puede delegarse a ningún grupo o sector social. Propicia la creación de Asambleas Populares Autónomas, la aplicación de mecanismos de democracia directa tales como los referendums, vetos y las iniciativas populares en la creación de las leyes.

Según CHAVEZ FRIAS el voto popular "es una verdad a medias", ya que un partido que recibe el 10% de los votos del electorado no tiene suficiente grado de representatividad, ni legitimidad, siendo fraudulento. Propone la convocatoria a una Asamblea Constituyente "al margen de los partidos políticos tradicionales y su maquinaria". Para ser representativa, dicha Asamblea debería ser "corporativa" (agricultores, cámaras empresariales, sindicatos, militares -cada grado elige su representante-, etc.), siendo ésta "la salida pacífica a la actual crisis".

Considera que la violencia proviene del propio sistema político en virtud de que "Latinoamerica es el fruto de 500 años de violencia impuesta por distintas clases de sojuzgamiento inclusive, cuando el 27FEB89 PEREZ nos ordenó masacrar al Pueblo, fue el Gobierno el que la impuso como el reflejo de una violencia superior".

Para evitar la violencia del sistema, es necesario introducir un mínimo de equilibrio "caso contrario, los estremecimientos sociales serán inevitables...no se trata de incitar a la violencia ya que nosotros nos debemos al Pueblo, estar con él y preservarlo; pero si el Pueblo decide rebelarse por medio de la violencia, debemos estar allí".

Afirma que "parte de esa violencia proviene de otros sistemas, tal el caso de la concepción imperialista de EE.UU. y su empeño en convertir a las FF.AA. latinoamericanas en policías para su lucha contra el narcotráfico" y en "constructores" de rutas y escuelas. Ante dichas pretensiones, LATINOAMERICA enmudece".

En este sentido, insta a la clase dirigente a brindar soluciones antes que la situación desborde en cursos de acción incontrolables y la conciencia histórica de la población decida o no por la violencia.

Postura ideológica:

No se considera "marxista ni "antimarxista", ni rechaza las ideas socialistas y comunistas, ya que considera que "las necesidades del Pueblo, no tienen color político". Destaca la coexistencia de ideologías diversas en su agrupación, ya que no existe exclusión ideológica.

No se considera alineado con la "derecha", ya que su movimiento conforma una corriente de diversas ideologías, en torno a un "árbol de pensamiento político" denominado "de las 3 raíces" (las ideas libertadoras e integracionistas de BOLIVAR, de Simón RODRIGUEZ y de Ezequiel ZAMORA -prohombres del Siglo pasado-).

En el pensamiento político bolivariano coexisten dos ideas fundamentales: "primero el suelo nativo; luego, la Patria es AMERICA LATINA". Según CHAVEZ FRIAS "ésta es una concepción geopolítica continental que requiere una integración local previa a traspasar las fronteras, y recién a partir de allí proclamar el nacionalismo integracionista, como medio de fortalecernos internamente".

En economía, sostiene que más allá del modelo "rentista y monoexportador petrolero", el país mantiene un esquema con marcados trazos de feudalismo. Las Leyes protegen al

latifundio y ningún Gobierno puede cambiar este orden sin distribuir la tierra entre los agricultores. Sin asistencia económica al sector, las tierras vuelven a los grandes propietarios; comparte la rebelión "zapatista" en MEXICO.

Por el contrario, se opone a soluciones de exclusiva militarización respecto a la AMAZONIA, ya que lo correcto sería "que se proceda a poblarla con soldados primero, pero con la salvedad de que éstos tendrán un arma en una mano y una herramienta en la otra".

Contaría con el apoyo de una gran parte progresista de la Iglesia venezolana, manteniendo intercambio ideológico con personalidades de PANAMA, REPUBLICA DOMINICANA y de otros países de CENTROAMERICA.

Rol de las Fuerzas Armadas:

Las FF.AA. latinoamericanas "tienen un papel que cumplir dentro del proceso político, si bien no dirigiendo la política de un país, pero tampoco estando ausentes frente a los problemas sociales". No concibe a las FF.AA. segregadas de la sociedad, "encerradas en los cuarteles" y preparándose contra un hipotético enemigo, cuando a su alrededor "el enemigo gana la guerra de la miseria y del hambre acortando el futuro: los niños."

Los militares latinoamericanos deben tener la posibilidad de participar en alguna forma de la vida "fuera de los cuarteles". Confía en los militares jóvenes y en la continuidad de esta nueva visión, para que se produzca el recambio generacional en el Alto Mando militar, pues sostiene que el cambio no está en las cúpulas, sino en el Pueblo.

Respecto a los vínculos con EE.UU., considera "una falta de respeto" hacia los militares latinoamericanos la intromisión "del país del norte al impartir directivas hacia las FF.AA. de la región, que no deberían quedar sin respuesta". Su sistema político avala intromisiones e invasiones contra otros países, como lo sucedido en PANAMA, REPUBLICA DOMINICANA, el bloqueo genocida a CUBA. De la misma forma "como invadieron dichos países, así violan la soberanía de sus vecinos, con sus directivas".

Considera que el militar debe ser un elemento de integración. Esta integración es la que debe trascender fronteras afuera y no la "integración" meramente económica como la sostenida con COLOMBIA "en la cual las cúpulas bancarias obtienen ganancias y los campesinos desfallecen. La integración debe unir para liberar a través del desarrollo integral".

En este sentido "no existe enfrentamiento entre militares y civiles; la prueba es que hasta el 29FEB89 el Pueblo aborreció a las FF.AA. y luego del 04FEB92 las FF.AA. recuperaron la simpatía de la población".

Con respecto a la corrupción, confía en que su agrupación estará excluida de ella, ya que espera que las FF.AA. tanto venezolanas como latinoamericanas, reivindiquen otro papel en la historia que la "impuesta al Cono Sur por la doctrina de la Seguridad Nacional", a la que se

9406350

opone, ya que su finalidad es transformarlas en ejércitos de ocupación de su propio territorio con la consiguiente violación a los DD.HH., al intentar mantener un orden internacional previsto.

CHAVEZ FRIAS afirma que "las doctrinas deben salir de las propias realidades nacionales y dentro de esa estrategia, son fundamentales los intereses populares o nacionales. Actualmente esos "intereses son los de la clase dominante".

ANEXO 2

MOVIMIENTO BOLIVARIANO REVOLUCIONARIO 200

1. Breves Antecedentes

Según declaraciones del ex-Comandante del Ejército, Grl (RE) Carlos Julio PEÑALOZA ZAMBRANO, el autodenominado MOVIMIENTO BOLIVARIANO REVOLUCIONARIO 200 -MBR-200- (antes conocido como COMACATE -COMANDANTES, MAYORES, CAPITANES, TENIENTES-) comenzó a gestarse cuando los cabecillas del intento de golpe de Estado del 04FEB92 -Tte Cnles Hugo CHAVEZ FRIAS, Francisco ARIAS y Miguel ORTIZ- abandonaron la Escuela Militar en 1976, habiendo participado en varios incidentes desestabilizadores a lo largo de estos años.

El Tte Cnl CHAVEZ FRIAS y los otros jefes militares que encabezaron el motín de FEB92, ya habían tomado parte en otra asonada que fue bautizada "La Noche de los Tanques" (29OCT88), al mando del Mayor José Domingo SOLER ZAMBRANO (compañero de promoción de CHAVEZ FRIAS), con la que intentó derrocar al entonces Presidente Jaime LUSINCHI.

En cuanto a la ideología de esta agrupación el Myr Carlos DIAZ REYES -quien junto a los Tte. Cnls. CHAVEZ, ARIAS y ORTIZ encabezó la asonada de FEB92-, señaló que se trata de un movimiento cívico-militar "que encarna los ideales de una verdadera democracia participativa -no corrupta- y que no puede calificarse ni de izquierda ni de derecha". Por su parte, CHAVEZ FRIAS indicó que no se trataba de un movimiento sólo venezolano sino que en base a los ideales de BOLIVAR y a los de su maestro Simón RODRIGUEZ, intentaba "purificar todas las democracias de la región", sin descartar que pudiera convertirse en un partido político.

Al respecto, el Tte Cnl ARIAS -Licenciado en Ciencias Políticas de la Universidad de Los Andes y considerado el ideólogo del MOVIMIENTO BOLIVARIANO- manifestó que el MRB-200 no compartía los ideales de los "carapintadas" de ARGENTINA y del General español TEJERO aclarando que así como los elementos progresistas del país -ya fueran de izquierda o de derecha-, los miembros de la agrupación creían "en la participación popular, en la democracia bolivariana, en la administración justa y honesta del país", y rechazaban la idea de formar parte de un Ejército defensor de los privilegios de algunos sectores y represor del Pueblo.

Cabe destacar que con referencia a las conexiones de esta agrupación con otras organizaciones venezolanas, a partir de SEP91 se detectaron reuniones entre militares pertenecientes al movimiento y militantes de BANDERA ROJA, del FRENTE PATRIOTICO TERCER CAMINO -liderado por el guerrillero Douglas BRAVO-, del PARTIDO COMUNISTA VENEZOLANO -especialmente estudiantes de la Universidad Central de VENEZUELA-, de la LIGA SOCIALISTA y de LA CAUSA RADICAL.

2. **Gobierno de Emergencia Nacional**

La Organización Politica del país que hubiera surgido luego del intento de Golpe de Estado del 04FEB92, habría culminado con la instalación de un Gobierno de Emergencia Nacional, concebido como un proyecto "Cívico-Militar-Religioso", bajo la supervisión de un Consejo General Nacional.

El Gobierno de Emergencia Nacional proponía el nombramiento de nueve Ministros: Jefe de Gobierno; Secretario de la Presidencia; de Defensa y Seguridad Estratégica; de Desarrollo Básico y Energético; Económico; de Desarrollo Integral del Hombre; de Calidad de la Vida; de Infraestructura y de Relaciones Interiores.

El mencionado Consejo dispondría dejar cesante "las actividades del Congreso Nacional y de las Asambleas Legislativas", asumiendo de pleno derecho las facultades legislativas nacionales, creando los Consejos Regionales de Gobierno, señalandose que "...no podrá ser parte quien de alguna manera sea responsable directo e indirecto del caos en que cayó el país o beneficiario de corrupción, dolo, venalidad judicial, etc., desarrollado por sistema anterior...".

Dichos Consejos Regionales se integrarían con un Oficial de las Fuerzas Armadas Nacionales, quien actuaría como Presidente; un ciudadano electo por Asamblea Pública y Popular en representación de las fuerzas populares y tres ciudadanos nombrados por el Consejo General Nacional.

Asimismo se establecería una Junta Municipal con carácter provisional, integrada por nueve ciudadanos con "solvencia moral"; dos de ellos electos por Asamblea Pública de la Comunidad; y el resto elegido en representación de la comunidad educativa a nivel de profesores; del gremio de productores de mayor trascendencia; del sector comercial; de los grupos culturales, artísticos, económicos, ecologistas y religiosos; de las asociaciones de vecinos organizados y de los sectores laborales existentes en el lugar. El Presidente electo entre ellos, haría las veces de Alcalde Provisional.

Esta Junta Municipal, debía convocar a una "Asamblea Popular" o "Cabildo Abierto" para poder contratar obras públicas, en caso de no ser considerada de emergencia.

Simultáneamente se pondría en funciones un Consejo de la Judicatura con amplios poderes, independientes y autónomos, para reorganizar la administración de la Justicia en el país y un Tribunal Colegiado Ad Hoc integrado por personas de reconocidos valores éticos y "arraigados sentimientos patrióticos".

Por su parte, el Consejo General Nacional nombraría una comisión de alto nivel político (Comité de Salud Pública) que velaría por la gestión ética de la Administración Pública y debería comenzar de inmediato el estudio e investigación de las acciones de los gobiernos anteriores que condujeron al país a una situación de corrupción generalizada.

ESTRICTAMENTE SECRETO Y CONFIDENCIAL

Asimismo, se crearía el Consejo de Estado, integrado por el Presidente y los Ministros. Finalmente, se prohibiría provisionalmente la libre transferencia de capitales en cualquier tipo de moneda y se eliminaría la DIRECCION DE INTELIGENCIA POLICIAL y MILITAR -DISIP y DIM-, creándose un SERVICIO POLICIAL UNICO DE SEGURIDAD DE ESTADO.

Nº. DOCUMENTO 9406352
TITULO Carlos Santillán líder de la revuelta gremial jujeña
PROCEDENCIA La Nación - 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 5-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

Santillán podría ser un invento de García Márquez

SAN SALVADOR DE JUJUY (De un enviado especial).- Es un personaje que le caería fantástico a Gabriel García Márquez.

A Carlos "el Perro" Santillán, igual que al Malevo Ferreyra, atributos no le faltan: impulsivo, frontal, poco reflexivo, incansable a la hora de hablar, convencido de lo que hace; de generosa contextura física y ampuloso, es querido y respetado por muchos y odiado por otros.

A ambos, al Perro y al Malevo, los une la condición de ser frutos latinoamericanos en el sentido de influir sobre las masas y ejercer el poder ante ellos. Los separa, en cambio, una sola cosa: su pensamiento.

Empotrado en la derecha más severa, el Malevo jamás se sentaría a tomar un café con el Perro. Si bien hoy se declara independiente, no pocos recuerdan sus raíces maoístas cuando militaba en el Partido del Trabajo y del Pueblo (PTP).

Carlos Santillán tiene 42 años, casado dos veces, cuatro hijos de aquellas dos uniones y, como si algo le faltara a su currículum, es licenciado en antropología, egresado de la Facultad de Humanidades de Jujuy.

Desde hace ocho años es el mandamás de los municipales jujeños y tiene mandato para otros cuatro años. Es el hombre que le borró la sonrisa de los labios al gobernador Ficoseco y que puede ser factor precipitante de la intervención a la provincia ("yo no quiero eso, pero si llega, seguiremos pidiendo lo que nos corresponde", dijo a LA NACION horas antes de la movilización); es un sindicalista de los de antes, como los que ya no se encuentran en otros lugares –se compartan o no sus métodos–, capaz de reunir a 10.000 personas en cuestión de horas, aunque ayudado también por su colega y amigo Fernando Acosta (35), secretario general de los estatales jujeños.

Semirrapado, semiafeitado (el clásico look de la barba de tres días estilo Mickey Rourke), con una pulserita de cuero en una muñeca y una roja en la otra (la de la envidia), camisa verde militar, jeans gastados y zapatillas con unas cuantas marchas, el Perro, a modo de escarapela gremial, jamás se aparta de su clásica vincha que lo diferencia de la multitud.

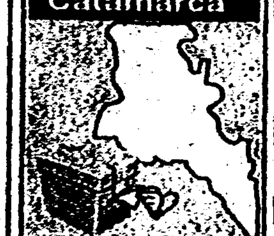
Preso varias veces, procesado en 1990 por romper los vidrios de la Legislatura y, ese mismo año, procesado también por portar armas durante una manifestación, Santillán es la otra cara de la crisis jujeña. Una crisis que golpea con fuerza en los despachos del poder en Buenos Aires.

DPTO. II (EXTERIOR) FICHADO
01-01
9406352

Nº. DOCUMENTO 9406353
TITULO Catamarca sigue polarizada por el saadismo
PROCEDENCIA La Nación - 150025
FECHA DE P... 5-4-94
VINCULACIONES 66960
11852

Resultados de octubre último

Catamarca



Partido	Votos	En %
Frente Cívico y Social	59.537	45,40
PJ	49.739	38,21
Opción Provincial	6.559	5,04
Frente de Unidad Catamarqueña	6.154	4,23
Votos en blanco	6.774	3,96

Catamarca sigue muy polarizada

Terceros: el Frente Cívico y los saadistas siguen monopolizando las tendencias electorales en la provincia; además de ellos, sólo Unidad Catamarqueña puede consagrar un constituyente.

SAN FERNANDO DEL VALLE DE CATAMARCA. – También en esta provincia es claramente apreciable la indiferencia, el desinterés y la desinformación del electorado frente a la elección de constituyentes del próximo domingo.

También aquí la apatía ha instalado su reinado en todos los sectores de la comunidad –circunstancia que debe ser lamentable tanto para el gobierno impulsor de la reforma cuanto para la dirigencia política, frente al hecho trascendente de modificar la Carta Magna– porque, innegablemente, como lo ha señalado en forma reiterada LA NACION , la inmensa mayoría de la población tiene expectativas y ansiedades que marchan por otros rumbos.

Inevitable polarización

Pero ocurre que la convocatoria está y la ciudadanía deberá concurrir, obligatoriamente, a las urnas para elegir a los integrantes de la Convención Reformadora de la Constitución.

La confusión y desconocimiento de los temas en debate induce a presagiar que, como ha ocurrido invariablemente en elecciones anteriores, nuevamente la polarización del sufragio entre el Frente Cívico y Social que pilotea el radicalismo y el Frente Justicialista de Ramón Saadi, será inevitable.

Sólo el Partido de Unidad Catamarqueña, en alianza política con Opción Provincial, del senador nacional Mario Fadel, aparece en condiciones de terciar en esa disputa con la esperanza de incorporar un convencional. Ambos responden al menemismo.

El padrón y los participantes

Los catamarqueños en condiciones de votar el domingo 10 de abril suman 169.952, que podrán sufragar en 753 mesas distribuidas en la amplia geografía provincial.

Las agrupaciones políticas que han presentado candidatos son las siguientes:

- Frente Cívico y Social, encabezado por Simón Hernández, vicegobernador de la provincia.
- Frente Justicialista: encabeza la lista Pilar Kent de Saadi, esposa de Ramón Saadi.
- El PUC, aliado con Opción Provincial, con Luis Sarmiento en el primer lugar.
- Frente de la Esperanza, que lleva como cabeza de lista al ingeniero Miguel Marcolli, diputado nacional.
- Ucedé, encabezada por Omar Rubens Vázquez.
- Partido Obrero, con Juan Krutoy.
- Partido Humanista, con Bernarda Gil. Estas dos últimas agrupaciones propician el voto en blanco porque, según Gil, lo que "surja de este contubernio será una «constitrucha».

Felipe Gutiérrez

01-01

9406353

Nº. DOCU... 9406354
TITU... Tres mil estatales protestaron con una marcha en Córdoba
P... Clarín 160024
F... 30-4-94
V... 66960
11352

ANTE UN FUERTE OPERATIVO DE SEGURIDAD

Tres mil estatales protestaron con una marcha en Córdoba

CORDOBA (De nuestra agencia). — Cerca de **tres mil empleados públicos** marcharon ayer por las calles céntricas de esta ciudad para expresar el rechazo a la flexibilidad laboral, reclamar mejoras salariales y también en conmemoración del Día del Trabajador.

La movilización, que se desarrolló sin incidentes durante la mañana, fue seguida por un operativo de seguridad de características inusuales. El gobierno provincial había asegurado que en las medidas de fuerza de los estatales participaban **"agitadores que no tenían nada que ver con los trabajadores"**, según las expresiones de los ministros de Gobierno, **Octavio Cortez Olmedo**, y de Trabajo, **Jorge Sappia**.

En declaraciones a Radio Universidad, el comisario inspector **Hugo Piatti reconoció que el gobierno dispuso la filmación de la marcha** para "proteger a los manifestantes". Además de los canales de televisión se comprobó la presencia de más de seis camarógrafos y también fotógrafos **que no pertenecen a los medios de comunicación.**

El secretario del Sindicato de Empleados Públicos, **José Pihen, denunció** ante la prensa que "todas estas medidas del gobierno provincial, las expresiones de que habría agitadores, eran para hacer fracasar la manifestación, atemorizando a la gente, pero no lograron hacerlo y la marcha convocada por el Movimiento de Organización y Acción Sindical (MOAS) fue un ejemplo de prolijidad".

♦ El plan continúa

Pihen ratificó que continuarán las medidas de acción de los equipos de salud (uno de los sectores en conflicto), pese a la decisión de la jueza **María de Hoyos Benavente** que ordenó el cese del paro en los hospitales públicos. La jueza dio curso a una acción de amparo presentada por el defensor del pueblo, **Dante Fornasari**, que había sido rechazada por dos jueces en sendas presentaciones anteriores.

Las medidas de fuerza de los trabajadores de la salud hacen punta en el plan de lucha de los estatales y generaron problemas al gobierno de Angeloz ya que se comprometieron las prestaciones.

El MOAS se formó en febrero a partir de la gestión de 33 gremios vinculados con la actividad estatal y privada, como la UOM, UOCRA y el sindicato del Calzado, en rechazo al modelo de ajuste y flexibilización nacional y provincial, y buscando un ámbito de representación de los trabajadores. Al anunciar su conformación, los representantes negaron afiliación a las tres principales vertientes del movimiento obrero nacional, la CGT del menemista **Antonio Cassia**, el MTA que encabezan **Juan Palacios y Saúl Ubaldini** y el CTA hegemonizado por los estatales de **Víctor De Gennaro.**

01-01

9406354

1/2

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
131130JUNIO994

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 27/A/94

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: DPTO. I / D.G.I.D.

COPIA 1: SR. JEFE DE LA DIVISION DE INTELIGENCIA NAVAL.

COPIA 2: SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

COPIA 3: SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4: DEPARTAMENTO II/E.M./D.E. I

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.

DPTO. I
C/C INTERIOR

DIEGO W. SABER

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
Fecha entrada: 14 JUN 1994
Pase a: ARCHIVO
Nº. de Orden: 9406356

001/002

- VELAZCO , María

C.I. Nº 410.482-0
C.C. AVA Nº 3068
Domicilio: Mateo Vidal Nº3384

002/002 =9406356

PERSONAL

P.137.-

Montevideo, 14 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C: Continuan no realizando horas extras. A la hora 15.00' de hoy se reunirá la tripartita en el MTSS. La Linea "I" tiene instalado un campamento en Avda General Flores y Ing. José Serrato, el cual es para aquellos trabajadores que viven fuera de los limites de Mdeo. y en virtud del horario cortado no pueden concurrir a sus domicilios.-

S.U.A.T.T: En reclamo del reintegro de dos radio operadoras despedidas continuan en pre-conflicto, en el horario de 14.00' a 20.00' no recepcionan los viajes de Radio Taxi. El 18/VI/ a la hora 16.00' efectuarán una asamblea para evaluar las medidas de lucha.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: El 16/VI/ efectuarán una asamblea Nacional Ampliada en el marco de un paro que comenzará a partir de la hora 14.00.-

INDUMOR: Cno. Maldonado Km. 15.500 continuan con la olla sindical y el campamento frente a la planta en reclamo de fuentes de trabajo.-

2)- INFORMACION ESTATAL

U.T.H.C: Hoy realizaran paro de 09.00' a 11.30' y de 16.00' a 18.30' y darán lextura a una proclama.-

A.C.D.A.MTOP: A la hora 15.00' efectuarán un Plenario de Delegados en el local de Mercedes 1506.-

INTERGREMIAL UNIVERSITARIA: Se encuentran realizando paros de dos horas a efectos de dar lectura a un ~~documento~~ documento balance del conflicto.-

FUN.CORTE ELECTORAL: Realizarán hoy un paro parcial de 14.30' a 16.30' en reclamo de mejoras salariales. El 15/VI/ a la hora 14.30' efectuarán una marcha desde el Edificio de la Corte Electoral hasta el Palacio Legislativo y el 17/VI/ se concentraran frente a la Corte.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 15 JUN. 1994
Pase a ARCHIVO
Nº. de Orden 9406357

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 14.06.94
SIDI
9406357

-9406357

FROM : ARMADA NACIONAL (CNTEI)   PHONE NO. : 85 91 39   1/1   P01

Copia Nro. 01 de 02 Ejemplares.
Pagina 01 de 01 Paginas

RESERVADO

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

R E S U M E N   D E   I N F O R M A C I O N   Nro. 006/93.-

AGENCIA: SEINA.-

FECHA: 05 de enero de 1994.-

REFERENCIA: PEDIDO DE INFORMACION NRO. 001/94.-

ORIGEN: D.G.I.D..-

AREA/PAIS: MONTEVIDEO / R.O.U.

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D. - ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO

TEXTO: Referente a lo solicitado, no se registran anotaciones.-

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Capitán de Fragata (CG)
Francisco VALINAS
Jefe de la Secretaría
de Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 15 JUN. 1994
Pase a Antecedentes
Nº de Orden 9406358

RESERVADO

DIRECCIÓN ... DE INFORMACIÓN
DE DEFENSA
SECRETARÍA
Fecha 14.06.94
Pase SIDE
Nº ... 9406358

001/001

9406358

FROM : ARMADA NACIONAL [illegible] PHONE NO. : [illegible] F02

1/2

Copia Nro. 01 de 02 ejemplares.
Pagina 01 de 02 Paginas

RESERVADO

ANTECEDENTES CONOCIMIENTO
16/6/94

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

RESUMEN DE INFORMACION Nro. 034/94.-.-

AGENCIA: SEINT.

FECHA: 11 de marzo de 1994.-

REFERENCIA: PEDIDO DE INFORMACION NRO. [illegible]

ORIGEN: [illegible]

AREA/PAIS: MONTEVIDEO R.O.U.

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D. - ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO

TEXTO: Referente a lo solicitado, adjunto se remite información.-

POCO LEGIBLE

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Capitán de Fragata (CG)
Francisco VALIÑAS
Jefe de la Secretaria de Inteligencia Naval

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada 15 JUN. 1994
Pase a Antecedentes
Nº. de Orden 9406359

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 14.06.94
Pase a SDI
Nº de Orden 9406359

-9406359

RESPUESTA A:

REFERENCIA A: SUAREZ [illegible]

REGISTRAMOS: [illegible]

C.I.: [illegible]

C.[illegible]: [illegible]

DOM.: [illegible] NRO. 345[illegible]

[illegible]N: [illegible] 05/11/74

ANOTACIONES

[illegible]/93 : Postulo para ingreso a la Escuela [illegible]
[illegible]/93 : Firmaron como referencias: Lte. 2do. Rafael [illegible]ZZI ROSSI y [illegible] Bernabe SA[illegible]

LAS DEMAS PERSONAS SOLICITADAS NO REGISTRAN ANOTACIONES.

Poco Legible

002/002

9406359

RESPUESTA A:

REFERENCIA A: SUAREZ [illegible] [illegible]

REGISTRAMOS: [illegible] ..JORGE [illegible] JULIANO.-

C.I.: [illegible]

[illegible]

DOM.: [illegible] NRO. 345[illegible].-

F.ORN: [illegible] 05/11/74

ANOTACIONES

[illegible]/93 : Postulo para ingreso a la Escuela [illegible].-
[illegible]/93 : Firmaron como referencias: Tte. 2do. Rafael [illegible]ZZI ROSSI y Ingl. Bernabe [illegible]

LAS DEMAS PERSONAS [illegible] NO REGISTRAN ANOTACIONES.

[Poco legible]

002/002 -9406359

E. I. E.
121000JUN994

Señor Director General de la D.G.I.D.:

Adjunto al presente remito a usted, Resumen Semanal comprendido entre el 02 y 09 de Junio de 1994, y otro documento. (Nº9406361)

Sin otro particular, saluda a usted atentamente.

El Director de la E.I.E. y Jefe de la Ca.C/Inf. del E.

Coronel

[illegible]ARDO GARCIA.

COMANDO GENERAL DEL EJERCITO – DIRECTOR – ESCUELA DE INTELIGENCIA – REPUBLICA O. DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 15 JUN. 1994
Pase a ARCHIVO
Nº. de Orden 9406360

001/011

9406360

RESUMEN SEMANAL DEL 02 AL 09 DE JUNIO DE 1994.

I.- EXTERIOR.

A.- MUNDIAL.

1.- COREA DEL NORTE.

- Corea del Norte procedió a cambiar el combustible del polémico reactor de Yongbyon. La AIEA (Agencia Internacional de Energía Atómica) estima que con dicha operación: el plutonio obtenido, le permite fabricar cinco bombas atómicas.

2.- MEDIO ORIENTE.

- Aviones israelíes bombardearon un campamento donde recibían instrucción militar adolescentes musulmanes, provocando 26 muertos. El grupo Hezbollah (Partido de Dios), prometió una venganza "rápida y despiadada". Unas 11 horas después del ataque lanzaron cohetes Katyusha en Galilea.
Israel inició una masiva concentración de efectivos, blindados y artillería en la zona de seguridad en el Sur del Líbano.

3.- RUSIA.

- La mafia intentó asesinar a uno de los mas poderosos empresarios de Rusia, haciendo detonar en pleno centro de Moscú un coche-bomba al lado del automovil del ejecutivo que salvó su vida pero murieron el chofer, un transeúnte y cinco personas resultaron heridas de gravedad.
Esta organización está integrada por casi 200 grupos criminales que controlan 40.000 compañías estatales o privadas. Su modus operandi consiste en ofrecer su protección, si no es aceptado el precio -que oscila entre el 10 y 20% de las ganancias brutas- toman violentas represalias.

4.- INGLATERRA.

- Un accidente de helicóptero provocó la muerte de varios integrantes de los Servicios Secretos de Inteligencia, dedicados a la lucha contra el terrorismo. Murieron 4 oficiales del Ejército y 6 funcionarios de alto rango del Ministerio Británico para Irlanda del Norte, entre los que se encontraba el Jefe de la Policía antiterrorista en el Ulster, Brian FITZSIMONS, considerado figura clave en la guerra contra el IRA.
Una fuente policial admitió que lo sucedido es

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 14.06.94
Pasa a JDI
Nº de Identificación 9406360

002 -9406360

precisamente lo que el IRA deseaba desde hace 25 años ya que los conocimientos y la experiencia que han desaparecido son irremplazables. Las Fuerzas de Seguridad descartaron la posibilidad de un atentado y en cambio atribuyó el accidente a la densa niebla que cubría la zona.

5.- ESPAÑA.

- En varias localidades de la Provincia de Guipúzcoa, las Fuerzas de Seguridad detuvieron a 13 personas que integraban parte de un Comando de la organización ETA. También descubrieron un local que habría sido utilizado para alojar 2 personas secuestradas por la organización así como numerosas armas.

6.- PARLAMENTO EUROPEO.

- Se están llevando a cabo en Europa las elecciones para renovar las 567 bancas del Parlamento Europeo.
En estas elecciones varios gobernantes europeos sufrirán serios reveses a raíz de la situación interna de sus respectivos países.

B.- CONTINENTAL.

1.- MEXICO.

- El candidato presidencial Cuauhtémoc CARDENAS, del Partido de la Revolución Democrática (PRD), fue amenazado de muerte mediante una carta anónima. Hubo intentos de sabotear sus actos proselitistas en diversas comunidades.

2.- PERU.

- Fue frustrado un intento de Sendero Luminoso de asesinar al ex-presidente peruano Fernando BALAUNDE TERRY, mientras pronunciaba un discurso en la plaza Mayor de HUALAL.
Fuerzas de seguridad detuvieron a un hombre identificado como "camarada Jonás" que portaba un arma y a otros tres senderistas.

C.- REGIONAL.

1.- PARAGUAY.

- El Partido Colorado planteó la inconstitucionalidad de la Ley 201 que había sido promulgada el pasado mes de mayo, la que dispone que los militares y la policía nacional quedan suspendidos temporalmente en su calidad de afiliados a partidos o movimientos políticos y que es

los borraron simpatizantes de sus padrones.
Esta situación provocó el retiro de la oposición del "pacto de gobernabilidad".

[illegible].- BRASIL.

La seguridad personal del candidato Presidencial Luis Inacio LULA DA SILVA, está conformada por 15 personas ex-integrantes de la P.M. y de las FF.AA., las cuales fueron baja en dichas instituciones por problemas disciplinarios.

- Suscribió con Rusia un acuerdo comercial por U$S 2 mil millones. Dentro del mismo, el ejército compró 112 misiles antiaéreos portátiles Igla por valor de U$S 100 millones.

- Los agricultores de Ventarra Alta, en Erabango cuyas tierras fueron ocupadas por los indios caingangues, de la reserva de Ventouro de Sao Valentim, pedirán indemnización al gobierno. Los indígenas ocuparon la iglesia y el salón parroquial y los transformaron en sus viviendas.

- Un grupo de [illegible] familias invadió terrenos de la Compañía de Habitacao do Estao (COHAB), en Cachoerinha, destinado desde 1981 a la construcción de conjuntos habitacionales para familias de bajos recursos. Según el Prefecto del lugar, Francisco de MEDEIROS (PMDB), el organizador de la invasión fue el PDT y la Compañía tenía información respecto de la ocupación.

- El Bn.I.Mot.19, acantonado en Sao Leopoldo, realizó maniobras de entrenamiento en puntos estratégicos de Porto Alegre.

- 170 emisoras de radio ligadas a la Iglesia Católica comenzarán en enero de 1995, a trasmitir en conjunto. La Iglesia-sat que saldrá al aire en la mencionada fecha, es un sistema de distribución de señales sonoras realizadas por Brasil-sat (Satélite Brasilero de Telecomunicaciones). La decisión de la red católica de radiodifusión fue tomada por la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB).

- Se está produciendo un incremento en la fuga de capitales por temor al triunfo de LULA DA SILVA en las próximas elecciones.

406360

[illegible].- ARGENTINA.

- En el noroeste del país crece el malestar social a raíz de que los empleados estatales de las provincias de Jujuy, Santiago del Estero, Catamarca y La Rioja amenazan con reanudar sus protestas en reclamo de mejoras salariales, por atraso en el pago de sueldos, por anuncios de despidos masivos y contra las privatizaciones.

- Luego que el conflicto de los metalúrgicos de Tierra del Fuego quedara superado, se han detectado en Córdoba y Buenos Aires la presencia de agitadores gremiales que pretenden crear focos de activismo sindical en las fábricas automotoras.

- En Buenos Aires, dos grupos comando fuertemente armados actuando sincronizadamente disfrazados de agentes de seguridad, robaron unos U$S 200 mil destinados al pago de sueldos en dos dependencias diferentes de la Municipalidad porteña. En ambos asaltos participaron entre [illegible] y [illegible] delincuentes por grupo.

- En Avellaneda (Prov. Bs.As.), una sucursal del Banco de Quilmes fue objeto de un millonario robo (U$S 3 millones aprox.). Los delincuentes vaciaron 245 cajas de seguridad, ingresando al Banco a través de un boquete en una pared realizado durante el fin de semana.

- El Presidente C.MENEM confirmó que las elecciones presidenciales se realizarán entre abril y mayo del próximo año.

D.- NARCOTRAFICO.

1.- PERU.

- Una nueva ley promulgada por el Presidente Alberto FUJIMORI, que procura acelerar la administración de justicia, establece que, "se considera pequeña cantidad de droga hasta 100 grs. de pasta básica de cocaína y derivados ilícitos, 25 grs. de clorhidrato de cocaína, 200 grs. de marihuana y 20 grs. de derivados de marihuana".

- Fuerzas de seguridad destruyeron un aeropuerto clandestino desde el cual se embarcaba droga hacia Colombia, luego de un enfrentamiento con elementos de Sendero Luminoso.

2.- BRASIL.

0406360

- La Policía Civil de Río Grande del Sur, capturó en Foz de Iguazú, al jefe de una banda que cambiaba autos robados en Grande Porto Alegre por drogas, municiones y computadoras.

- Policías de Denarc (Departamento Nacional de Investigación sobre Narcóticos), de San Pablo aprendieron a 4 nigerianos y 2 brasileños integrantes de una banda internacional de tráfico de cocaína.
El tráfico era hecho a Europa y Africa por medio de maletas fabricadas con una mezcla de resina plástica y cocaína. Se incautaron además 15 kg. de cocaína.

- En una hacienda en Palmas (TO), fueron requisadas 20 toneladas de tabaco en donde se disfrazaban 7 toneladas de cocaína, fusiles AR-15 y AR-16, revólveres calibre 38 y 45 y granadas, siendo detenidas 6 personas.

3.- **ARGENTINA.**

- En un operativo realizado en un inquilinato del barrio metropolitano de La Boca, se detuvieron a 3 personas y se incautó 2 kgs. de cocaína.

- En San Salvador de Jujuy, fue detenida por efectivos de Gendarmería Nacional, una mujer que portaba 40 cápsulas de cocaína en su estómago.

- El titular de la Sub-secretaría de Asistencia Federal del Ministerio de la Familia, Alejandro MASCOTTO, efectuó 2 denuncias judiciales, por la introducción de sustancias tóxicas a los centros de atención de menores Leopoldo Lonomes de Azul y Pelletier, de la Capital Federal.

- En un operativo llamado, "Noches Verdes", que fue realizado en las afueras de la ciudad entrerriana de Concordia, se secuestraron más de 185 kgs. de marihuana y se detuvo a 10 personas de nacionalidad paraguaya.

- En dos operativos realizados por efectivos de la Unidad Especial de Lucha Contra el Narcotráfico (UELCON), el primero en la ciudad de Tartagal y el segundo en la ruta nacional No.16, fueron detenidos 4 narcotraficantes e incautados 7 kgs. de cocaína de máxima pureza.

006

-0406360

II.- MEDIO AMBIENTE.

A.- CAMPO POLITICO.

1.- PARTIDO COLORADO.

- El [illegible] el club colorado ubicado en Marti [illegible] la Hamblo (Lista [illegible]) sufrio un atentado.

- El Dr. Jorge BATLLE (Lista 15) califico a [illegible] elecciones como "clave para que el Partido Colorado gane la eleccion nacional". [illegible] exhorto a sus partidarios en condiciones de hacerlo a que [illegible] sus credenciales para ese departamento.

- El Dr. Julio SANGUINETTI (C.B.) BATALLA (M.G.P.) firmaron un acuerdo programatico.
El Senador Hugo BATALLA puso enfasis en que la formula presidencial se basa en el entendimiento de dos fuerzas "distintas, diferentes, con un pasado comun siendo cada una independiente".
Ambos lideres se comprometieron a llevar adelante el acuerdo programatico pactado.

- La propuesta de un "pacto social" contenida en el programa de la formula SANGUINETTI-BATALLA, fue descartada de plano por los candidatos presidenciales Juan A. RAMIREZ (P.NAL) y Tabare VAZQUEZ (E.P.). En cambio la dirigencia del PIT-CNT admitio discutirlo.

2.- PARTIDO NACIONAL.

- El Herrerismo ofrecio al Vicepresidente de la Republica Dr. Gonzalo AGUIRRE, designar una figura de filas de HE.RR.[illegible] para integrarlo como compañero de formula del candidato a la Presidencia Juan A. RAMIREZ.

3.- FRENTE AMPLIO.

El M.P.P. resolvio conformar una "corriente frenteamplista independiente" con todas las agrupaciones independientes del pais. Este movimiento apoya a la formula Tabare Vazquez Nin Novoa.

0406360

4.- I.M.M..

[illegible] Bancada de ediles del Frente Amplio ratificó la decisión adoptada el sábado 5 de junio por la Mesa [illegible] de la Coalición, en torno a la recolección de firmas para la realización de un plebiscito sobre el Catastro municipal.

- El Tribunal de lo Contencioso Administrativo puso fin al debate legal que tuvo inicio el último día del año [illegible], estableciendo que el catastro municipal carece de vigencia y que es ilegítimo el sistema que pretendió imponer la I.M.M. para calcular la base imponible de la Contribución Inmobiliaria del año 1991.

- Con la única presencia de ediles frenteamplistas, la Comisión de Hacienda de la Junta recibió al Gerente Municipal para explicar las condiciones de [illegible] por el Club Naval, de cuales algunos ediles se manifestaron en [illegible] cuestionó la resolución, por no respetar la disposición de la Junta.

5.- OTROS.

La Mesa Departamental del F.A., el Comité Ejecutivo Departamental del [illegible] no acuerdista y la Comisión Departamental del [illegible].D.C., constituyeron una Mesa Permanente, con el cometido de coordinar aspectos programáticos y políticos del accionar de las fuerzas progresistas de Canelones.

-9406360

008

B.- CAMPO SICOSOCIAL.

1.- SINDICAL.

a.- Marcha de Pesquera Astra (Rocha) y de El Espinillar (Constitución, Belén, Bella Unión, Salto).

- El 030894 llegaron a Montevideo los funcionarios de la pesquera Astra (Rocha) y de El Espinillar (Constitución, Belén, Bella Unión y Salto) los cuales vinieron en tres ómnibus participando aproximadamente 120 adultos y 30 menores.
Los funcionarios de Astra se concentraron en la sede sindical de SUNTMA y los de El Espinillar en el local sindical de Alpargatas. Tanto los trabajadores rochenses como los del litoral recibieron colaboraciones y solidaridad de otros sindicatos, no así de la dirigencia de la central sindical.
Cabe destacar que los mismos se vienen movilizando por fuentes de trabajo afectando las zonas aledañas.

2.- RURAL.

* 4to. Encuentro Nacional de Jóvenes Rurales.

El 030894 se realizó en la L.Rivera el 4to. encuentro nacional de jóvenes rurales los cuales exigen un plan piloto de adjudicación de tierras fiscales y de carteras incobrables a grupos de jóvenes. Denuncian preocupación por la existencia de tierras abandonadas, de campos mal explotados, de una importante compra de tierra por parte de extranjeros no residentes (a veces con fines especulativos) utilizando mano de obra extranjera). Plantearon una política de estímulos a la inversión en el sector.

III.- <u>FUERZAS GENERADORAS DE CONFLICTOS</u>.-

A.- <u>ESPACIO RADICAL</u>.-

1.- U N I R.-

Esta agrupación, que había manifestado su intención de no aceptar como candidato a la vice-presidencia por el F.A. a un dirigente no frenteamplista, propuso para ocupar dicho cargo al diputado de F[illegible], Sergio PREVITALI.

2.- M.P.P.

a.- M.L.N.

El Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros ganó, tras las elecciones realizadas en el sindicato municipal (ADEOM), un puesto en el Secretariado Ejecutivo y en la Mesa Representativa del PIT-CNT. La dirigente Julia PERA (MPP), titular de la lista 1[illegible], logró el cargo de presidenta de la gremial, mientras que Uberfil HERNANDEZ vinculado al MLN, integrante de la lista [illegible], será el representante de la gremial municipal en los órganos de dirección de la central obrera.

b.- P.V.P.

La V Conferencia del Partido por la Victoria del Pueblo reunida en la última semana, resolvió la escisión del M.P.P.
La resolución señala que los dirigentes del P.V.P., renunciarán a todos los cargos de representación pública a nivel nacional y departamental. En la resolución se ratifica la voluntad del P.V.P. de participar en la campaña electoral. Las diferencias entre el P.V.P. y M.P.P. comenzaron a partir de la discución de la candidatura a la intendencia de Montevideo.
El PVP no compartió la decisión de apoyar la precandidatura de Helios SARTHOU ya que apoyaban la candidatura de Mariano ARANA.

[illegible]

IV.- HECHOS QUE AFECTAN A LAS FUERZAS ARMADAS

* Situación Carcelaria

El ministro del Interior, Angel María Gianola, designó a las nuevas autoridades del penal de Libertad, mientras que en esferas policiales la situación del penal se considera como "detonante" de un estado de cosas "explosivo" dentro del cuerpo.

* Círculo Policial

En un comunicado de prensa, el Círculo Policial advirtió que si no se le asigna a la Dirección Nacional de Cárceles recursos humanos, materiales, un marco legal adecuado, se puede generar una 'grave alteración del orden interno'. Además deslindó cualquier responsabilidad de la Policía en la situación de la cárceles uruguayas y rechazó las declaraciones que realizó sobre el tema el ministro del Interior.

La institución sostiene que no es comparable la actuación de las FF.AA. al frente del Penal de Libertad con la que viene llevando adelante la Policía, puesto que "las FF.AA. cumplieron con la misión de asegurar el mencionado centro de reclusión en un período de excepción vivido por nuestro país".

-9406360

1/7

[illegible]

Señor Director General de la [illegible]:

Adjunto al presente remito a usted Resumen Semanal comprendido entre el [illegible] 09 de Junio de 1994, y otro documento.

Sin otro particular, saluda a usted atentamente.

[illegible]

DIRECTOR

[illegible]

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada: 15 JUN. 1994
Pasa a: Pol - Archivo [illegible]
Nro. de entrada: 8406361

001/007

-9406361

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 14.06.94
Pasa a SIDI
9406361

ANALISIS DE LAS ENCUESTAS DE OPCION POLITICO - ELECTORAL
2DA. PARTE: INCLINACION DEL VOTO DENTRO DE CADA LEMA

INTRODUCCION

El presente trabajo de análisis de la inclinación del voto dentro de cada lema partidario, complementa el anterior trabajo del 13 de mayo que informaba sobre la inclinación del voto ciudadano hacia los diferentes agrupamientos políticos.

Al igual que el informe anterior esta segunda parte esta basada en los sondeos de opinión pública de las tres más importantes y reconocidas empresas del medio que son "Equipos Consultores" , "Cifra" y "Factum".

PARTIDO COLORADO

Candidato	E.Consultores(1)		Factum(2)	Cifra(1)
	23/4	20/5	25/4	8/5
Julio María Sanguinetti	76%	82%	76%	81%
Jorge Pacheco Areco	10%	7%	7%	6%
Jorge Batlle	8%	5%	8%	7%
Otros	2%	2%	-	1%
No Opina/No Dice	3%	3%	8%	5%

Como se puede apreciar en lo referente a la inclinación del voto dentro del lema Partido Colorado hay coincidencias importantes y síntomaticas entre las últimas encuestas de las tres empresas así como algunas diferencias. No obstante estas no cambian en nada los datos más importantes debido a la enorme diferencia entre la inclinación del voto en favor de Sanguinetti y con la inclinación a los demás candidatos colorados.

En primer lugar, vemos creciendo la opción de voto por la candidatura del ex Presidente Sanguinetti.

La encuesta de Equipos Consultores del 20 de mayo ubica en un 82% esa inclinación mientras que la de Cifras del 8 de mayo señala un 81%. Semanas antes el índice de adhesión estaba en el 76%.

Esto coincide con una encuesta de Factum del 9 de mayo p.pdo. que aunque no ha sido publicado el desglose por sectores dentro de los lemas marcaba que al hacer el sondeo, preguntando ya por un Partido Colorado con Batalla, la opción de voto colorado había subido 3% en todo el país y un 4% en Montevideo. Es obvio que este crecimiento esta canalizado por la fórmula Sanguinetti-Batalla.

9406361

En **segundo lugar**, los sondeos vienen marcando una caída de Pacheco Areco lo que es registrado por las tres empresas. Esta caída esta ubicada en un 3% aproximadamente. Las razones pueden estar en el inmovilismo de la UCB que recién ahora comenzo su movilización partidaria - centrada más en el hijo de Pacheco Areco que en el mismo - aunque también no es descartable un corrimiento hacia el Herrerismo de sectores votantes del Pachequismo atraídos por el llamiento de ese grupo blanco y por el impacto de la alianza Sanguinetti-Batalla.

A la luz de estos datos , al día de hoy, la candidatura de Pacheco Areco no obtendría ni un Senador.

Las razones de este descenso de la influencia electoral parecen estar en que: el electorado cautivo se ha reducido; la afectación que produjo la separación de la Cruzada 94; la falta de dinámica de los últimos años; el desgaste político de su apoyo al Gobierno sin poder a su vez recoger los beneficios de los aciertos de este y por último en que no parece al día de hoy un voto útil.

La posibilidad más concreta de que esta tendencia cambie esta en que la opinión pública perciba que la opción es Sanguinetti o Vázquez y que sectores que han votado alternativamente por las opciones de centro-derecha dentro del P.Colorado y el P.Nacional se incline dentro de lema colorado por el Pachequismo. Podrían acceder a votarlo como una opción por descarte y como una especie de "contrapeso" a la candidatura de Sanguinetti pero sin afectar la "gobernabilidad" de una nueva Presidencia de este.

En **tercer lugar**, la opción Jorge Batlle esta más o menos en los mismos parámetros númericos de la opción Pacheco Areco.

La opción de crecer del Batllismo Radical esta al igual que el Pachequismo en la capacidad de atraer - en un eventual escenario político-electoral polarizado entre colorados y frentistas - a los votantes blancos. El problema aquí es que a diferencia de Pacheco Areco, la ciudadanía tiene una percepción de que Batlle sería una fuerza opositora radical a un Gobierno presidido por Sanguinetti por lo que el riesgo de votar por él sería mayor que votar por el Pachequismo.

Cabe agregar por último, que solo una de las encuestas analizadas, más precisamente la de Factum correspondiente al **25 de abril**, nos ofrece datos de como se subdivide la opción de voto dentro de quienes optan por la candidatura de Sanguinetti. Según este sondeo - anterior a la definición de la alianza Foro Batllista-PGP - el **Foro Batllista** tendría el **50%** del **76%** que dicha encuesta daba a Sanguinetti, la **Cruzada 94** el **17%** y el **Movimiento Reafirmación Batllista** del ex diputado **Víctor Vaillant** el **5%**.

Con la entrada del PGP - que refuerza su ala izquierda - se termina de delinear tras la candidatura de Sanguinetti una especie de "Nuevo Partido Colorado" con un ala derecha, la Cruzada 94; un centro, el Foro Batllista y un ala izquierda, el PGP-Vaillant.

9406361

PARTIDO NACIONAL

Candidato	E.Consultores(1)		Factum(2)	Cifra(1)
	23/4	20/5	25/4	8/5
Carlos Julio Pereyra	18%	22%	30%	19%
Juan Andrés Ramírez	25%	21%	24%	29%
Alberto Volonté	12%	24%	9%	12%
Gonzalo Aguirre	9%	14%	10%	10%
Juan Carlos Raffo	6%	---	---	---
Julia Pou de Lacalle	5%	0%	---	6%
Luis A. Lacalle	3%	1%	---	---
Alvaro Ramos			2%	---
Alberto Zumarán	5%	4%	4%	---
Nin Novoa	---	---	1%	---
Otros	4%	2%	---	13%
No opina/No Sabe	10%	11%	19%	11%

Las discordancias entre los resultados de las empresas de encuestas son en el caso del Partido Nacional en varios items bastante sobresalientes lo que hace más dificil su análisis.

Por ejemplo, según la encuesta que se mire, Carlos Julio Pereyra sube o baja. Para Equipos Consultores esta subiendo de un 18% a un 22% en menos de un mes. Pero si observamos estos de la óptica del sondeo de Factum del 25 de abril estaría bajando dado que este le adjudicaba a aquel entonces un 30%. La única salvedad puede estar que este último sondeo es representativo de todo el país y podría darse que el voto por C.J.Pereyra ascienda en el Interior. Sin embargo el fuerte del Movimiento de Rocha ha estado por el contrario en Montevideo y el Interior Urbano.

En el caso de Ramírez, tanto E.Consultores el 23 de abril como Factum el 25 de abril le adjudicaban cifras casi similares, un 25% y un 24% respectivamente. Del 29% que le daba Cifra el 8 de mayo, la candidatura de Ramírez parece haber descendido a un 21% que le otorga E.Consultores el 20 de mayo.

Lo que si estaría claro es que Ramírez no habría capitalizado para si a quienes se inclinaban hasta abril, por las candidaturas de Juan Carlos Raffo y Julia Pou de Lacalle.

Por el contrario en estos sectores podría estar el brusco crecimiento de la candidatura de Alberto Volonté. Volonté paso en el lapso de un mes de un 12% al momento en que aún no se había definido la candidatura herrerista y todavía había quienes optaban por Raffo, Pou o Lacalle a un 24% (E.Consultores).

Esto es coincidente con otros datos de la realidad como es la ola de adhesiones - importantes, medianamente importantes y símbolicas - que esta recibiendo semanalmente la candidatura

9406361

de Volonté quién esta arracando dirigentes y grupos al Herrerismo Lacallista, al Movimiento Nacional de Rocha y a Renovación y Victoria.

En el caso de Gonzalo Aguirre mirando objetivamente la soledad de su candidatura parece que los porcentajes no lo ubican tan mal, dado que las encuestas lo muestran creciendo ubicandolo E.Consultores al 20 de mayo en un 14% del voto nacionalista.

El problema de esta candidatura es que no tiene hacia donde crecer dentro del Partido Nacional y tampoco es una típica puerta de entrada de votos de afuera hacia adentro de su colectividad. Actualmente recibe presiones pública y privadas, más o menos sutiles, para que abandone una candidatura que según los otros "sobra".

Definida la situación de Nin Novoa y frente al anunció del Senador Alberto Zumarán de abandonar la lid política los votos del Polo Progresista se dividirán entre una minoría que seguirá al Intendente de Cerro Largo y una mayoría que votará seguramente por el Movimiento Nacional de Rocha de acuerdo a los datos que los sondeos de opinión nos dan.

Un dato interesante es que el número de quienes no opinan o estan indefinidos dentro del Partido Nacional es sensiblemente mayor que dentro del Partido Colorado ubicandolo en mayo tanto E.Consultores como Cifra en un 11%.

A la luz de los datos analizados quienes se identifican en mayor o menor grado con la obra del actual Gobierno representan una abrumadora mayoría dentro del P.Nacional llegando - ateniendonos a E.Consultores del 20 de mayo - al 60% del nacionalismo.

Sin embargo debido a que esta fuerza (que es aproximadamente un 15% de la opción electoral total hoy en día) concurre fraccionada las posibilidades del Movimiento Nacional de Rocha de ser la 1º Minoría han crecido.

No obstante el Movimiento Nacional de Rocha no tiene hacia donde crecer debido a que hacia afuera solo podría atraer un eventual voto de centro-izquierda el que se ve mejor representado hoy en otras tiendas políticas.

El único que parece en una posición cómoda para crecer - más teniendo en cuenta el apoyo de un buen número de Intendentes blancos del Interior - es el Dr. Alberto Volonté. Es también el que podría constituirse en la puerta de entrada de votos de fuera del lema hacia el nacionalismo por su imagen y perfil.

Por su supuesto esto no descarta la posibilidad del Herrerismo lacallista de atraer votantes fluctuantes y de ahí las reiteradas alusiones y llamamientos de Ramírez a votantes de la UCB y la lista 15. Ramírez paracе tener mayor fuerza en Montevideo que en el Interior.

-9406361

FRENTE AMPLIO

En el caso del Frente Amplio debido a que no hay competencia ente diferentes candidaturas dentro del lema lo que tenemos a nuestra vista es la encuesta de Factum del **25 de Abril** que desglosa las preferencias entre los distintos grupos frentistas.

Esta encuesta comparada con la anterior de la misma empresa del **4** de **abril** nos muestra movimientos internos muy importantes dentro de la interna de la coalición de izquierdas.

Fuerza Política	Fecha	
	4 de Abril	25 de abril
Partido Socialista	33%	30%
Vertiente Artiguista	17%	7%
Astori	---	26%
Unir	3%	1%
MPP	7%	4%
1001	7%	7%
Corriente Popular	2%	2%
MPF(R.Camusso)	3%	2%
No Define	28%	16%

Los datos de opinión confirman lo que todos percibimos. Las próximas elecciones nacionales serán el escenario en el cuál de dirimiran las cuestiones de poder internas.

Estas cuestiones han tenido hasta ahora un epicentro privilegiado que ha sido la confrontación entre el ala "moderada" vs. ala "ortodoxa" y "radical".

Esa confrontación parece estar resuelta en gran medida teniendo en cuenta que al día de hoy los sectores Unir, MPP y 1001 (este con algunas salvedades), sectores que representan el ala "ortodoxa" y "radical" en vez de crecer en sus votos están cayendo a excepción de la 1001. **En total**, según esta encuesta de Factum, suman solamente un **12%** del total de la adhesión frentista.

Su capacidad de crecer es poca teniendo en cuenta además que hay una fuerte tendencia dentro del MPP que esta pensando aún en alejarse de un Frente Amplio hegemonizado por los "renovadores".

Un dato interesante es que estudios del perfil de los indecisos (E.Consultores, Diciembre de 1993) daba que un 9% se define de izquierda y que voto al Frente Amplio en elecciones pasadas. Bien pueden ser un segmento electoral radical que no se ve contemplado por un Frente Amplio "reformista" y que ha perdido el espíritu contestatario original de 1971.

-94U6361

Pero la lucha política mayor esta ubicada ahora en el campo "renovador".

La apuesta mayor la hizo el Senador Danilo Astori quién parece basar su estrategía en la premisa de que el Frente Amplio no ganará las elecciones y que podría aún perder la Intendencia.

El haberse negado a concurrir como candidato único de la coalición y por el contrario abrir una fuerza propia apunta a un futuro post-frentista. Post-Frentista debido a que el resultado de las elecciones de 1994 pueden marcar una nueva realidad política en la coalición de izquierdas formada en febrero de 1971.

Esa realidad política estaría signada por el alejamiento del ala radical; la salida de escena de Tabaré Vázquez, derrotado y sin níngun puesto ejecutivo o legislativo; el fin del liderazgo de Seregni; un P.Socialista disminuido por la derrota electoral y la pérdida de la influencia de Vázquez y el surgimiento de un Senador Astori que sería - con un fuerte apoyo electoral - la figura clave en el Parlamento desde donde la nueva izquierda podría negociar aún una eventual participación en el Gobierno.

La única encuesta que tenemos a mano más los datos de la realidad muestran que Astori esta desafiando con fuerza y posibilidades al P.Socialista y a Vázquez. Un 26% y una capacidad de captar parte del 16% de los frentistas indecidos hacen que sin duda gran parte de los esfuerzos de los principales grupos de la coalición esten dedicados más hacia adentro que hacia afuera y en particular a detener el crecimiento de la opción Astori.

9406361

9406363
Liga Arabe pidió a la ONU protecc. para los palestinos.
150483
1/3/94
5x1869
516232
507603

La Liga Arabe pidió a la ONU protección para los palestinos

El Cairo - La Liga Arabe culpó a Israel de la matanza de más de 40 palestinos a manos de un colono israelí, ocurrida el viernes pasado en la ciudad de Hebrón, y pidió al secretario general de la ONU, Butros Ghali, protección para los palestinos que viven en los territorios bajo ocupación israelí.

Al término de una reunión de urgencia celebrada el domingo por la noche bajo la presidencia del secretario general, Esmat Abdel Meguid, la Liga Arabe, que agrupa a 22 países, pidió también que sean desarmados los colonos judíos de Gaza y Cisjordania.

En un comunicado dado a conocer en El Cairo, la Liga Arabe pide a Estados Unidos y Rusia, en su calidad de copatrocinadores de la Conferencia de Paz de Madrid de 1991 y del proceso de paz para Oriente Medio, que desempeñen un papel decisivo "para lograr una protección especial para el pueblo palestino que vive bajo la ocupación".

El comunicado solicita al Consejo de Seguridad de la ONU que envíe una misión investigadora internacional para investigar la matanza de la mezquita de Hebrón en cooperación con Israel.

La Liga Arabe exige la puesta en práctica de la resolución del Consejo de Seguridad que considera ilegal la implantación de colonias judías en los territorios ocupados.

"El Consejo de la Liga Arabe pide que se interrumpa la construcción de nuevas colonias en los territorios ocupados, incluida la ciudad de Jerusalén", añade el comunicado.

La petición de la Liga Arabe complementa y oficializa otras formuladas con anterioridad por la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) que ha solicitado repetidas veces que la ONU envíe tropas a los territorios ocupados para proteger a los palestinos, pero esas peticiones fueron rechazadas por los dirigentes israelíes.

Por otra parte, Siria, Jordania y Líbano decidieron suspender temporalmente su participación en las conversaciones bilaterales de Washington con Israel, como resultado de las consultas llevadas a cabo entre las tres delegaciones a raíz de la matanza de palestinos en Hebrón.

Muafaq al Alaf, jefe de la delegación siria a las conversaciones bilaterales, dijo en declaraciones difundidas por Radio Damasco que las tres delegaciones decidieron abandonar Washington en solidaridad con los palestinos. ■ (EFE)

035 1-3-94
01-01
9406363

Nº. DOCUMENTO 9406364

TITULO Organismo de la ONU critica a Uruguay por blanqueo de dinero.

PROC... 150014

FE... 1/3/94

VINCULA... 508889

507466

65201

Combatir la corrupción en los organismos del Estado es una prioridad en la lucha contra el narcotráfico

Jue 1/3

ORGANISMO DE LA ONU CRITICA A URUGUAY POR BLANQUEO DE DINERO

La lucha contra el narcotráfico "sólo puede ser eficaz si se reduce al mínimo la corrupción de los órganos del Estado", aseguró ayer en Viena un experto de la ONU. Por otra parte, la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes de la ONU critica la posición de Uruguay de no considerar delito el blanqueo de dinero y advierte sobre el uso de las zonas francas por el narcotráfico.La corrupción del Estado merma la eficacia de los mecanismos de control de las drogas, indicó a la prensa el alemán Herbert Schaepe, secretario de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE) de la ONU, con sede en Viena.Schaepe hizo estas declaraciones en ocasión de la presentación en la capital austriaca del informe de la JIFE sobre la situación del abuso ilegal de droga en el mundo en 1993.España y Portugal fueron los ejemplos citados por Schaepe como países en los que se tiende a impedir la liberalización de las drogas, frente a Italia que se dirige hacia su permisión.La situación de la droga en el mundo empeora de año en año, aunque hay que destacar que ha descendido el número de nuevos consumidores probablemente por las campañas nacionales de prevención, declaró Schaepe a EFE.Este ha sido el primer informe de la JIFE en que se hace referencia expresa a la corrupción entre los funcionarios estatales y de la justicia, y agrega que "es un problema del que no se libra ninguna sociedad, independientemente de su nivel de grado de industrialización".La corrupción, dice, se ha agravado por "el desarrollo de la delincuencia transnacional y organizada", al tiempo que advierte de la "creciente ingeniosidad y adaptabilidad" mostradas por las organizaciones de narcotraficantes, ante lo que la ONU pide "más perspicacia, flexibilidad y determinación".Los esfuerzos para combatir la producción, el tráfico y el consumo ilegal de estupefacientes y substancias psicotrópicas "se ven limitados" no sólo por la co[illegible] de los órganos estatales antidroga sino también "por no existir en algunos países medidas que impidan el blanqueo de dinero", indicó Schaepe.Los carteles internacionales de droga consiguen con el dinero blanqueado de sus operaciones fraudulentas poder económico y político, y en muchas ocasiones invierten este capital en adquirir armas, como ha sido el caso de Líbano, aseguró el austriaco Gottfried Machata, miembro de la JIFE, órgano que controla el cumplimiento de las convenciones internacionales sobre drogas.Pero resulta que ni siquiera en los países con leyes contra el blanqueo de dinero procedente del narcotráfico ha desaparecido esta actividad porque, añade el informe de la JIFE, "es probable que esas medidas sean ineficaces sin una modificación de las disposiciones sobre secretos bancarios, empresariales y oficiales, con las garantías apropiadas".También esta ha sido la primera vez que la Junta ha mencionado de forma directa el asunto del blanqueo de dinero procedente del narcotráfico, al que se hizo referencia tangencialmente en la Convención de la ONU sobre Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Substancias Psicotráficas de 1988.En cuanto al blanqueo de dinero, el informe destaca el caso de Uruguay, país en que aún no se considera esta práctica delito punible por la ley, y advierte de que los narcotraficantes podrían aprovechar las deficiencias del control de puertos francos para trasladar sus operaciones a regiones con mínimos riesgos.Por no haber ratificado el Convenio de la ONU sobre Substancias Psicotrópicas de 1971, Suiza y Austria podrían estar siendo utilizados por el narcotráfico internacional para producir y transportar en sus territorios preparados químicos que afectan al funcionamiento normal del sistema nervioso central, como es el caso del valium, que podrían ser exportados desde ellos a países del Tercer Mundo, según Machata.Las trabas legales han retrasado en ambos países la ratificación por sus Parlamentos federales del convenio.A favor de una rápida ratificación se han pronunciado las industrias farmacéuticas suizas y austriacas, porque no quieren que su buen nombre quede en entredicho si se las comienza a conocer como firmas involucradas en la producción ilegal de estupefacientes y substancias psicotrópicas, explicó el experto.

ENTRADO

CRUZ

9406364

01-02

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 150023
FECHA 1/3/94
VINCULACION 501889
504466
11856

Informe de JIFE destaca que nuestro país no

ONU considera que zo[...] podrían ser utilizadas [...]

■ Un informe de la Organización de Naciones Unidas (ONU) sostiene al referirse al blanqueo de dinero, especialmente del narcotráfico, que "Uruguay es un país en que aún no se considera esta práctica como delito punible por la ley, y advierte que los narcotraficantes podrían aprovechar las deficiencias del control en las zonas francas para trasladar sus operaciones a regiones con mínimos riesgos, según informes internacionales. Por su parte, autoridades del Banco Central (BCU) consultadas desestimaron las informaciones internacionales y recordaron que el BCU dispuso un control para depósitos superiores a los US$ 10 mil.

Según el experto de la ONU, Herbert Schaepe, los esfuerzos para combatir la producción, el tráfico y el consumo ilegal de estupefacientes y sustancias sicotrópicas "se ven limitados" no sólo por la corrupción de los órganos estatales antidrogas sino también "por no existir en algunos países medidas que impidan el blanqueo de dinero". Es precisamente en este punto en el cual se cita a Uruguay.

También señala Schaepe que aún queda mucho por hacer para evitar el blanqueo de capitales procedentes de la droga, actividad que existe en todo el mundo y en la que los traficantes han mejorado sus tácticas al "buscar países y territorios con bancos centrales débiles y prácticas de secreto bancario".

Por no haber ratificado el convenio de la ONU sobre sustancias sicotrópicas de 1971, Suiza y Austria podrían estar siendo utilizados por el narcotráfico internacional para producir y transportar en sus territorios preparados químicos que afectan al funcionamiento normal del sistema nervioso central, como es el caso del Valim, que podría ser exportado desde ellos a países del Tercer Mundo, según Gottfried Machata, miembro de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE).

La lucha contra el narcotráfico "sólo puede ser eficaz si se reduce al mínimo la corrupción de los órganos del Estado", enfatizaron los expertos de la ONU.

El informe de la JIFE, correspondiente al año 1993, señala además que España y Portugal fueron los ejemplos citados como países que tienden a impedir la liberalización de las drogas, frente a Italia que se dirige a su permisión.

ENTRADO
CRUZADO

9406364

92-02

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCED. 150023
FECHA 1/3/94
VINCULAC. 501889
507466
11856

Informe de JIFE destaca que nuestro país no considera como delito el blanqueo de dinero

ONU considera que zonas francas de Uruguay podrían ser utilizadas por narcotraficantes

■ Un informe de la Organización de Naciones Unidas (ONU) sostiene al referirse al blanqueo de dinero, especialmente del narcotráfico, que "Uruguay es un país en que aún *no se considera* esta práctica como delito punible por la ley, y advierte que los narcotraficentes podrían aprovechar las deficiencias del control en las zonas francas para trasladar sus operaciones a regiones con mínimos riesgos, según informes internacionales. Por su parte, autoridades del Banco Central (BCU) consultadas desestimaron las informaciones internacionales y recordaron que el BCU dispuso un control para depósitos superiores a los USS 10 mil.

Según el experto de la ONU, Herbert Schaepe, los esfuerzos para combatir la producción, el tráfico y el consumo ilegal de estupefacientes y sustancias sicotrópicas "se ven limitados" no sólo por la corrupción de los órganos estatales antidrogas sino también "por no existir en algunos países medidas que impidan el blanqueo de dinero". Es precisamente en este punto en el cual se cita a Uruguay.

También señala Schaepe que aún queda mucho por hacer para evitar el blanqueo de capitales procedentes de la droga, actividad que existe en todo el mundo y en la que los traficantes han mejorado sus tácticas al "buscar países y territorios con bancos centrales débiles y prácticas de secreto bancario".

Por no haber ratificado el convenio de la ONU sobre sustancias sicotrópicas de 1971, Suiza y Austria podrían estar siendo utilizados por el narcotráfico internacional para producir y transportar en sus territorios preparados químicos que afectan al funcionamiento normal del sistema nervisoso central, como es el caso del Valim, que podría ser exportado desde ellos a países del Tercer Mundo, según Gottfried Machata, miembro de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE).

La lucha contra el narcotráfico "sólo puede ser eficaz si se reduce al mínimo la corrupción de los órganos del Estado", enfatizaron los expertos de la ONU.

El informe de la JIFE, correspondiente al año 1993, señala además que España y Portugal fueron los ejemplos citados como países que tienden a impedir la liberalización de las drogas, frente a Italia que se dirige a su permisión.

ENTRADO
CRUZ

9406364

N°. DOCUMENTO 9406365
TITULO 50 policías uruguayos pide la ONU para Mozambique
PROCEDENCIA 15000 7
FECHA 9/3/94
VINCULO 501860
507466

Cincuenta Policías Uruguayos Pide la ONU Para Mozambique

EP. 9/3



Una de las naciones africanas más castigadas necesita, además, pacificación, proceso en el que colaboran militares a los que se agregarán, ahora, policías de nuestro país.

La Organización de las Naciones Unidas solicitó formalmente al gobierno uruguayo el envío a Mozambique de 50 policías, entre oficiales y personal subalterno, para contribuir en el proceso de pacificación de la castigada nación de África sudoriental.

Al parecer el Ministerio del Interior ya habría dado el visto bueno para enviar la misión a la ex colonia portuguesa, donde, como se sabe, viene actuando un importante contingente de las Fuerzas Armadas desde hace varios meses, al igual que sucedió en Camboya.

En los años siguientes a su independencia (1975), Mozambique sufrió una aguda crisis económica como consecuencia de la salida del país de muchos europeos que se llevaron consigo capital, tecnología y experiencia empresarial. Según la constitución de ese año, el Frente de Liberación de Mozambique (FRELIMO), único partido permitido, es la fuerza dirigente del estado y de la sociedad.

Desde el año 1983 se recrudeció la ofensiva guerrillera del Movimiento Nacional de Resistencia (MNR). Ante las dificultades económicas, Mozambique inició en dicha década una política de acercamiento a Portugal y a los Estados Unidos.

Desde sus comienzos de vida autónoma, aunque menos conflictiva que la otra colonia portuguesa Angola, ha sufrido empero regímenes totalitarios hasta el día de hoy, con los consiguientes enfrentamientos, ahora más esporádicos, con fuerzas insurgentes. La misión policial uruguaya de hecho implica, pues, un enorme desafío dirigido a estabilizar el complejo entramado social y cultural.

Cabe recordar que hace pocos días atrás EL PAIS adelantó la información sobre la partida de 5 oficiales al Sahara Occidental y el estudio que venía realizando dicha secretaría de Estado para el envío de 20 oficiales más a El Salvador, también solicitados por la ONU.

De hecho, ya se está en la etapa de preselección, rigurosa por cierto, debido a que el contingente uruguayo de 50 hombres deberá cumplir su misión desde fines de marzo hasta el mes de setiembre.

9406365

C1-01

Nº DOCUMENTO 9406366
TITULO Uruguay estudia posibilidades de enviar militares a Georgia.
150007
5/3/94
501889
507294
507357
507293

Podría ir el Relevo de Mozambique — EP. 5/3

Uruguay Estudia Posibilidades de Enviar Militares a Georgia

El Ejército Nacional considera tres hipótesis para participar en una nueva misión de paz en la ex República soviética de Georgia, aunque una de las variables habría sido desechada por el comandante Daniel García.

A fines de febrero, Naciones Unidas cursó a Uruguay una invitación para formar parte de otra misión militar internacional, esta vez en Georgia.

En el curso de esta semana se sucedieron varias reuniones en el comando del Ejército para evaluar las posibilidades técnicas de la operación.

Según se supo esta misión requeriría un fuerte contingente de Caballería motorizada y en la antevíspera se realizó una extensa reunión entre el comandante Daniel García y el jefe del Comando de Apoyo Administrativo, general Óscar Pereira, que es la unidad que da infraestructura a las operaciones castrenses fuera del país.

En ese encuentro se consideró la opción de enviar uno o dos Batallones Uruguay a Georgia, compuestos cada uno por 850 hombres, más un grupo de observadores de Naciones Unidas.

En este caso el relevo del Batallón Uruguay destacado en Mozambique, que está próximo a partir, lo haría rumbo a Georgia y el contingente destacado en el país africano quedaría en ese destino por otro semestre.

La otra variante posible es que el país envíe a la ex República soviética sólo un grupo de observadores militares bajo banderas de Naciones Unidas y la tercera es que se alcance un acuerdo del tipo que está vigente en el Sinaí.

Allí hay un contingente militar uruguayo que participa de la fuerza castrense que custodia el cumplimiento de los acuerdos de paz de Camp David, entre Israel y Egipto.

En ese caso Uruguay aportó una unidad de chóferes militares. Para Georgia la misión de paz sería fruto de un acuerdo como garantes entre Estados Unidos y Rusia, pero según supo EL PAIS el comandante Daniel García ya desechó esta última opción.

Georgia es una República que formó parte de la Unión Soviética y no firmó el acuerdo de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) que sucedió a la implosión de la URSS. Elegido el camino de la indeoendencia, este país que fue la tierra natal de José Stalin, se vio sumido en una sangrienta guerra civil cuando los viejos comunistas liderados por el ex canciller soviético Edouard Shevardnadze, derrocaron al gobierno constitucional de Zviad Gamsajurdia, un carismático caudillo cristiano y nacionalista que dio resistencia y se fue a combatir a las montañas en 1992 y se sostiene que se suicidó a fines del año pasado.

Simultáneamente, estalló otra guerra en regiones separatistas, sobre la frontera con Rusia.



El comandante en Jefe del Ejército, Daniel García.

Las Naciones Unidas intervinieron en este último conflicto, mediando para un acuerdo de paz que fue violado por los separatistas el año pasado.

01-01

9406366.

Nº. DOCUMENTO 9406367
TITULO 12 efectivos de Mercedes relevan Batallón Uruguay de ONU.
PROCE 150015
FECH 18/3/94
VINC 501884
507625

Doce efectivos mercedarios a Mozambique como relevo del Batallón Uruguay de ONU

MERCEDES (por Daniel Rondán). Un total de 12 efectivos del Batallón de Infantería Nº 5 con asiento en nuestra ciudad, integrarán el nuevo contingente que relevará a los integrantes del Batallón Uruguay que actualmente están prestando servicios a nivel de la ONU en Mozambique.

Entre los mismos se encuentran tres oficiales y nueve integrantes del personal subalterno. Los oficiales que componen el nuevo contingente son el capitán Walter Viera, Tte. 1º Ramón Cabrera y Tte. 1º Marcelo Bilbao.

La fuerza relevará próximamente a quienes están en el sudeste africano en misión de paz y entre los que se cuentan también varios mercedarios.

Esta misión es la tercera que el Ejército Uruguayo integra en la zona africana y su duración está prevista en principio para seis meses.

La fecha de partida del nuevo contingente será resuelta en los próximos días por el Comando del Ejército Uruguayo.

A Rwanda

Se destaca también que el oficial Gerardo Curbelo, recientemente ascendió a Mayor integrará una delegación que tendrá una misión de observación en Rwanda.

Esta misión de la ONU, es un nuevo servicio del Ejército Uruguayo que solamente con oficiales y en calidad de observadores, integrará una fuerza internacional en una zona conflictiva.

El Mayor Gerardo Curbelo no depende más del Batallón de Infantería Nº 5 de Mercedes, pero integró su cuadro de oficiales en dos oportunidades, primero como Alférez, y luego como Teniente, logrando el ascenso a Capitán en esta unidad; debemos recordar que integró también el Batallón Uruguay I en Camboya.

Primer policía mercedario en misión a nivel de la ONU

También, por primera vez, un oficial policial mercedario integra un núcleo de policías uruguayos de la fuerza internacional.

La misión en sí comprende todas las tareas de contralor y observación de un referéndum que se desarrollará en el Sáhara Occidental, donde los habitantes deberán optar entre depender administrativamente del Frente Polisario o integrarse a Marruecos.

Integrando esa fuerza oriental se encuentra el Oficial Principal de la Jefatura de Policía de Soriano, Washington Fernández.

Su designación surgió como consecuencia de haber intervenido en un concurso organizado por la Escuela Nacional de Policías a efectos de integrar precisamente una delegación con la finalidad indicada.

Washington Fernández accedió, así, al 2º lugar de la delegación, ocupando el primer lugar el Oficial Principal Enrique Mariño, de Montevideo, un tercer lugar el Oficial Subayudante Juan Pírez, de Rivera, un cuarto lugar el Oficial Ayudante Jorge González, de Río Negro, y en quinto lugar el Oficial Principal Rodolfo Flores de Rivera.

Bajo el nombre de Minurso, la Misión de las Naciones Unidas en el referéndum del Sáhara Occidental tendrá una duración de un año, y tendrán el cometido de observar y controlar las tareas de organización y el desarrollo de un referéndum donde los habitantes de la zona deberán resolver su administración integrándose a Marruecos o al Frente Polisario. Es esta la primera oportunidad en que representantes de la Policía uruguaya integran una fuerza de la ONU.

9406367

Nº. DOCUMENTO 9406368
TITULO Gob. adelantará a Batallón U. I" sueldos impagos de ONU.
PROCE... 15000 +
FE... 19/3/94
VINCU... 501829
507466

GOBIERNO ADELANTARA SUELDOS IMPAGOS DE ONU

El Organismo Debe aún U$S 6.000.000 a Soldados de la Misión de Camboya

El Gobierno adelantará las retribuciones al personal del disuelto "Batallón Uruguay I", estacionado originalmente en Camboya, que le adeuda Naciones Unidas.

El comandante del Ejército, teniente general Daniel García, dijo en la víspera, que el monto de los salarios no cobrados por los voluntarios de esa misión ascienden a 6 millones de dólares.

Esta misión se canceló a mediados del año pasado y el "Batallón Uruguay I" organizado con ese objeto, fue disuelto en agosto, durante el mandato del anterior comandante del Ejército, teniente general Juan Modesto Rebollo.

Sin embargo una cantidad importante de sueldos de los voluntarios que debió pagar Naciones Unidas, quedaron impagos hasta ahora y el adelanto del Gobierno permitirá liquidar el adeudo de los militares.

Estas declaraciones del militar fueron realizadas durante la denominación del Grupo de Artillería Nº 1 como "Brigadier General Manuel Oribe" (ver nota aparte).

En otro momento el comandante García habló sobre la llamada "Guardia de Artigas", un supuesto grupo de militares que actuarían en forma de logia secreta, en el seno del arma que él dirige.

García sostuvo que las investigaciones que se han practicado hasta ahora no permiten suponer que sea un grupo coherente y único.

El militar dijo que los distintos escritos que esta "Guardia de Artigas" dejó en sus diversas acciones, son todos escritos por personas diferentes.

"Las reinvindicaciones no tienen nada que ver una con otra", señaló el jefe militar para abundar sobre el punto.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

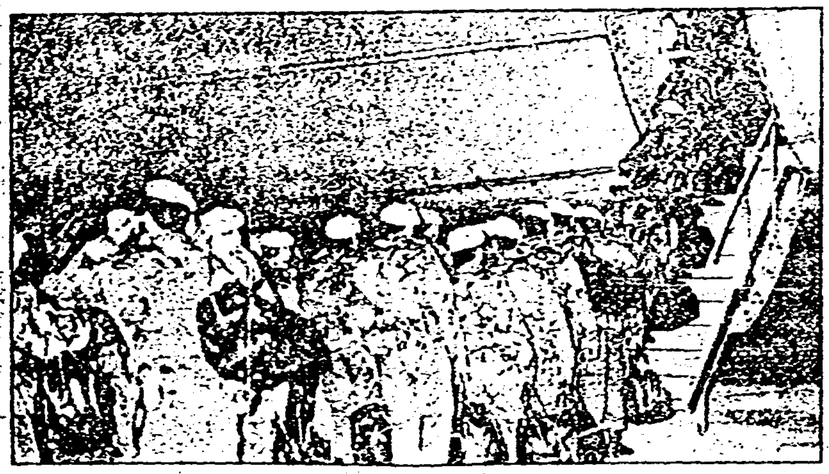
9406368.

N° DOCUMENTO 9406369
TITULO Rwanda, es el nuevo destino de misión militar
LH 29-3-94

Rwanda, pequeño país africano, es el nuevo destino de misión militar

Sumida en una cruenta guerra civil, solicitó ayuda a la ONU

El Ejército nacional afronta una nueva Misión de Paz de las Naciones Unidas en Rwanda, pequeña y conflictiva nación africana de 26.340 km2, sumida en la guerra civil. El Lic. Mario Marenco Sosa experto en temas político-militares, analiza en exclusividad para LA MAÑANA, las condiciones del nuevo escenario en el que actuarán los soldados uruguayos.



Rwuanda será nuevo destino de un contingente militar uruguayo, en misión de paz, a pedido de las Naciones Unidas

"Conviene que calen profundamente en los distintos ambientes, estas nuevas misiones del Ejército al servicio de la nación; que la sociedad toda, a través de los medios de comunicación se haga copartícipe de ellas. Las misiones responden al afán de llevar la paz a naciones conflictivas, como lo es Rwanda, en un nuevo esfuerzo por defender los valores humanitarios que deben imperar en todo el mundo", dijo el Lic. Mario Marenco Sosa.

Indicó que "el vertiginoso ritmo con que se producen los cambios en la política internacional, y muy especialmente la creciente actividad multinacional que otorga las Naciones Unidas (ONU) a los Ejércitos, obliga a los mismos a replantearse profundamente -y analizar-, las misiones que los Estados les confieren.

Marenco Sosa sostuvo que "se ha pasado, en muy pocos años, del máximo respeto nacional e internacional a la soberanía de un país a una globalización del interés de cualquier conflicto, y se llega incluso a la aceptación casi mundial de la legalidad de interferencia en las relaciones internas de terceros países". "Todo esto sin duda -añadió- en aras de contribuir al servicio de la paz internacional y al resguardo humanitario de las naciones".

Afirmó que en muchos ambientes políticos internacionales se cuestiona la asignación de algunas de las misiones de paz, pero preguntamos, ¿existen otros medios, frente a la fragilidad de la paz que pone en riesgo la existencia misma de la humanidad?"

Opinó que "si la paz es la condición normal de la vida de las naciones, la guerra es la excepción. Frente a esta caso es razonable encontrar la utilidad de estos Ejércitos en la tarea de contribuir al máximo para preservar la paz a cualquier precio".

El papel de Uruguay en esta tarea

La contribución de Uruguay a estos pactos internacionales "nos obliga jurídicamente y moralmente al cumplimiento de estas misiones en una ayuda humanitaria", expresó el Lic. Marenco Sosa.

Al respecto de cómo evalúa la participación de Uruguay en esta nueva misión de Paz en Rwanda, la consideró como "muy positiva y altamente merecedora en función de los antecedentes que tiene nuestro Ejército en las distintas misiones de paz desde 1935 hasta las recientes en Camboya y Mozambique". Consideró también que "la presencia de nuestros hombres en zonas de conflicto, han distinguido a Uruguay ante las Naciones Unidas". Eso se debe, a su criterio, "al alto nivel de formación profesional evidenciado por los soldados uruguayos en las diferentes misiones patrocinadas desde la ONU".

Agregó que "lo más importante a destacar es el respeto que se han ganado a nivel internacional, considerando que cada misión es diferente por las dificultades geográficas, políticas y de responsabilidad en el mantenimiento de la paz"

Situación político-social de Rwanda

Conocida como el país de las mil colinas por su posición geográfica entre dos macizos montañosos, Rwanda está situada en el centro del continente africano. Su paisaje se caracteriza por terrenos montañosos, infinidad de ríos y lagos. La población se concentra en las zonas altas, donde se practica la agricultura de subsistencia. Las zonas bajas fueron afectadas por un sobrepastoreo que las ha erosionado, lo que provocó la pérdida de la vegetación natural.

Demográficamente, es un país de casi 7.232.000 habitantes. Su capital, Kigali, cuenta con 156.700 habitantes (cifras de 1991). Según datos de 1988, el analfabetismo afecta a un 49% de la población.

La situación política y militar se deteriora aceleradamente en la actualidad.

Históricamente, después de la Primera Guerra Mundial, el territorio con el nombre de Rwanda-Urundi, pasó a ser una posesión belga, que lo administraba desde el Congo, la actual Zaire.

En 1959 los agricultores, organizados en el Partido del Movimiento de Emancipación Hutu, se rebelaron contra la monarquía tutsi. Este alzamiento se transformó en una sangrienta guerra civil, por lo que el gobierno belga optó por retirarse.

Dos años después (1961), este Movimiento político triunfó en las elecciones supervisadas por las Naciones Unidas. En 1962 se proclamó la República, separándose de su vecino, Burundi. La estructura de poder que favorecía a los jefes tutsi fue abolida y la tierra repartida en parcelas. Esto no logró una verdadera unidad nacional ni superó las diferencias raciales. En 1963 estalló la guerra civil que arrojó un saldo de 20.000 muertos y la expulsión del país de 160.000 tutsis.

Carente el país de bases ideológicas fueron aumentando los problemas sociales y económicos. En julio de 1973, el Cnel. Juvenal Habyarimana, que hasta entonces Ministro de Defensa, disolvió el Parmehutu, encarceló a su líder Kayibanda, quien murió poco después, e inició la reconciliación de Rwanda con los países vecinos imprimiendo nuevos rumbos a su gestión.

En setiembre de 1990, Fred Rwigyema, un alto oficial perteneciente a la etnia tutsi, encabezó un alzamiento y entró a Rwanda por territorio de Uganda. El Presidente Habyarinama solicitó ayuda a Bélgica, Francia y Zaire, cuyas tropas tuvieron una participación muy activa para detener a los rebeldes.

Hoy la situación es más grave aún. El Presidente intentó dar un golpe político [illegible] todos los Ministros, pero los partidos de oposición no lo permitieron, asentado en su poder intenta resistir, mientras el Frente Patriótico Revolucionario que se encuentra acampado en la Capital, con todos sus políticos y 600 guerrilleros armados, han manifestado que la guerra va a comenzar nuevamente.

Consecuencia de ello es el alto promedio de atentados, sobre todo efectuados por el ala extremista oficialista, atacando a miembros de la tribu tutsi y a partidarios del gobierno de coalición.

La situación de las Naciones Unidas es bastante difícil en estos momentos, pues debe mediar entre el Presidente y los partidos de oposición para mantener la paz.

Los observadores del ejército uruguayo

Los oficiales de la ONU tienen confianza en sus tareas y ponen de manifiesto, a cada instante, el alto espíritu de cuerpo del contingente.

Las condiciones de vida en Kigali permiten aún a los observadores militares procurarse los elementos necesarios para subsistir, pese a lo elevado de los precios de los productos de primera necesidad.

La actual misión se encuentra en una fase de reacondicionamiento logístico que permita cumplir eficazmente sus objetivos.

Rwanda constituye una misión muy diferente a todas las anteriores debido a que los riesgos pueden ser mayores a causa de las continuas guerras civiles que viene soportando ese país.

Un país serio y respetuoso como Uruguay, señaló Marenco Sosa, "puede contribuir al mantenimiento de la paz, de ahí la mentalidad de tener hombres preparados e instruidos para 'ir a la paz' y preservarla aún con las limitaciones que el mandato les impone", concluyó.

DOCUMENTO ALGO OSCURO Y CON PARTES POCO LEGIBLES -

9406369.

Nº DOCUMENTO 9406370
TÍTULO Dos militares uruguayos heridos en Ruanda
PRF 15000 7
FF 9-3-94
V 501889
507466
507639

DOS MILITARES URUGUAYOS HERIDOS EN RUANDA

Recibieron Ráfaga de Metralla Pero Están Fuera de Peligro

Hay dos oficiales militares uruguayos heridos en Ruanda como consecuencia de la cruente guerra civil que agita a ese país africano.

Allí Naciones Unidas mantiene un contingente de 2.500 "cascos azules", es decir militares que sirven bajo banderas de ONU, y Uruguay participa de esta misión con sólo 25 observadores castrenses.

De estos hay 5 militares licenciados en Montevideo y que al estallar el conflicto civil ruandés, Naciones Unidas ordenó que no volvieran al territorio africano.

Del resto la mitad está en la capital del país, Kigali, y la otra mitad desperdigado por el territorio del norte, ejerciendo las tareas propias de "observadores" De ONU.

El pasado jueves estalló una escaramuza cerca del lugar donde reside el grupo de militares uruguayos y se recibió del teniente coronel While Puscher –que comanda el contingente de Uruguay– la orden de acuartelarse preventivamente en el batallón que Ghana mantiene estacionado por cuenta de ONU en aquel país.

El grupo de compatriotas llegó hasta esta unidad ghanesa y cuando los oficiales se disponían a comer, una ráfaga perdida de ametralladora hirió a dos uruguayos.

Estos oficiales son el mayor José Cieslinskas y el capitán Mario Carrasco los que fueron trasladados a un hospital castrense situado en las afueras de Kigali.

Cieslinskas y Carraco no tienen heridas de gravedad y en la jornada de hoy Purscher sería trasladado por blindados de ONU hasta la instalación sanitaria para conocer su estado.

Las Naciones Unidas aún no decidieron si estos militares uruguayos serán o no repatriados.

Los 2.500 "cascos azules" estacionados allí no están autorizados a utilizar la fueza, en un país cruzado por bandos en pugna sangrienta.

El contingente fue enviado el pasado otoño boreal para controlar la frontera entre Ruanda y Uganda, utilizada por los rebeldes del Frente Patriótico Ruandés, de la minoría tutsi, para penetrar el territorio en ejercicios de guerrilla.

Ruanda es una ex colonia belga, país que mantiene un contingente de 400 militares en el lugar y constituye el único batallón no africano estacionado allí bajo banderas de ONU.

Ruanda tiene 6 horas de diferencia con Uruguay y limita con Uganda, Tanzania, Burundi y el Zaire.

61 - 01

9406370.

Nº DOCUMENTO 9406371
TITULO Nueve militares uruguayos están cercados en Kigali (Ruanda)
FECHA 10-5-94
9406371

Nueve militares uruguayos están cercados en Kigali

Cinco cruzaron a Uganda y de dos no se sabe hace tres días

Sigue siendo preocupante la situación de los militares uruguayos destacados como observadores en Ruanda, debido a que el grave problema interno de esa nación africana tiende a agravarse, a pesar de los denodados esfuerzos que realizan las fuerzas de la ONU.

Uruguay envió, en un primer momento a un contingente de 25 observadores militares, los que estaban destinados a realizar diversas tareas de corta duración, como ser ayuda humanitaria a la población, asistencia de heridos y evacuación de personas, al tiempo que observaban la situación del país, dentro del proceso de pacificación estipulado en las Naciones Unidas.

Ruanda, un pequeño país africano de apenas 26.000 kilómetros cuadrados, con más de 7 millones de habitantes, vivió desde sus orígenes, un permanente estado de guerra interno, por el enfrentamiento de dos grupos étnicos, los hutú y los tutsi. Tras varios años de lucha, se logró firmar un tratado de paz en agosto de 1993, en la cual se creaba una zona desmilitarizada en un proceso que duraría cerca de 20 meses y que finalizaría con la realización de elecciones y la creación de un Ejército, mucho menor al actual y con presencia de elementos de las dos etnias. Pese a algunas masacres, como la ocurrida en noviembre de 1993, se pensó que todo se desarrollaría dentro de los carriles normales y que el proceso culminaría existosamente.

Los tutsi, minoría en Ruanda, habían formado en el exterior el Frente Patriótico Ruandés, con la intención de desarrollar una guerra de guerrillas contra los hutús que, en esos momentos, detentaban el poder. El ataque al avión que trasladaba al Presidente ruandés, junto a su colega de Burundi, fue el punto de inflexión para que, desde ese instante, se viviera una situación de caos total, escapando al control de las Naciones Unidas y provocando un vacío de poder que desembocó en una verdadera masacre.

El contingente uruguayo

Uruguay designó a 25 militares para desarrollar la tarea de observadores. Cinco de ellos, en el momento de iniciarse las hostilidades se encontraban en nuestro país, en uso de licencia, y no han retornado al país africano permaneciendo en Montevideo hasta que el Mando Superior de las tropas de Naciones Unidas dispongan su retorno a aquella zona de operaciones.

Otros dos militares uruguayos, que habían sido heridos en el curso de un ataque, el Mayor Zciewslinkas y el Capitán Carrasco, fueron trasladados a Nairobi, capital de Kenia, donde recibieron atención médica y se estima que, en pocos días más, volverán a Montevideo.

Cinco militares, cuyos nombres no fueron proporcionados, lograron cruzar la frontera e internarse en Uganda, cumpliendo con la orden recibida de retirarse del país hacia la frontera más cercana. Esos cinco militares fueron recibidos por tropas de Naciones Unidas que cumplen el papel de observadores en ese país y que son de origen brasileño.

Otros dos militares se encuentra en Mulindi, una zona alejada de la capital de Ruanda, Kigali, y bajo control de un batallón de Ghana, también al servicio de las Naciones Unidas.

Por su parte, otros dos militares, el Teniente Coronel Meyer y el Capitán de la Fuerza Aérea Kelkarián, que se encontraban en Butare, una pequeña población de 20.000 habitantes y distante 20 kms. de la frontera con Burindi, habrían cruzado hacia ese país y las noticias recibidas, hace cuatro días, indicaban que se encontraban bien de salud, pero sin agregar mayores detalles.

Por último, nueve militares se encuentran en la capital, Kigali, están instalados en el Hotel Meridien, bajo control de las fuerzas de Ghana y Bangla Desh esperando, de un momento a otro, la orden de evacuar la capital.

Problemas con belgas

Tras el atentado al Presidente ruandés, los hutú, que forman la guardia presidencial, iniciaron una masacre contra la población y rechazaron a las tropas belgas al servicio de la ONU. Sucede que Ruanda era una antigua colonia belga y los hutú acusan a los belgas de favorecer a los tutsi, que son minoría, durante el colonialismo. En consecuencia, los hutú rodearon el aeropuerto, donde están los belgas junto a tropas de Ghana y Túnez, amenazando adueñarse del único lugar de entrada y salida del país por vía aérea y complicar más la situación.

El Comando General del Ejército, en Uruguay, informó que no hay muchas posibilidades que los hutús confundan a nuestros compatriotas con los belgas, en razón del uniforme distinto que éstos poseen y la identificación que lucen cada uno de los grupos en sus vestimentas. Por su parte, las tropas belgas están armadas mientras que el resto de los observadores no portan armas y ya están siendo evacuadas, según informó el Comando General del Ejército en nuestro país.

ONU decide entre hoy y mañana

La situación en Ruanda es altamente "volátil", como la calificó un alto oficial de nuestro Comando del Ejército y por ello existe una gran preocupación. Las comunicaciones con la zona están prácticamente cortadas y la única línea internacional está reservada para mantener el contacto entre ese país y la ONU en Nueva York. Es justamente por esa situación que se aguardaba para hoy o mañana una decisión concreta de las autoridades de Naciones Unidas, esto es, del Comité de Seguridad y del Secretario General Buotros Ghali, sobre las medidas a adoptar para asegurar las vidas de los inocentes y para tratar de terminar los intensos combates tribales. Los intentos realizados hasta el momento han sido infructuosos, ya que las condiciones que imponen ambos grupos son inaceptables.

En la emergencia, los mandos militares uruguayos siguen el proceso expectantes y con mucha atención, debido a que está en juego la seguridad de nuestros oficiales destacados en la "zona caliente".

Gran confusión

Existe una enorme confusión en Ruanda y las fuerzas de la ONU sólo se ocupan de preservar la seguridad personal de todos los extranjeros y asegurar el control del aeropuerto. Los militares uruguayos, según se nos dijo, participan en la dirección de la tarea humanitaria y son considerados particularmente por provenir de un pequeño país que aporta sus recursos humanos profesionalizados en alto grado, como no lo hacen algunas grandes potencias. Por ello es que, y así nos lo resaltó el vocero del Comando, se sienten satisfechos de las continuas comunicaciones que mantienen los mandos superiores de las fuerzas de la ONU con su similar uruguayo, aunque no les sea posible comunicarse directamente con los oficiales destacados en la zona, por razones de fuerza mayor.

La decisión de la ONU podría quedar confirmada entre hoy y mañana, como nos dijeron los voceros consultados y ello tendría directa referencia con la evacuación de todos los observadores y el probable envío de una fuerza de apoyo, con grupos de elite, en salvaguarda de todas las vidas humanas posible.

Las operaciones tendrían, como base, la vecina capital de Kenia, Nairobi, en cuyos hospitales permanecen internadas miles de víctimas de los sangrientos enfrentamientos armados en Ruanda.

Los mandos militares uruguayos del Ejército y la Fuerza Aérea confían que nuestros observadores puedan ser finalmente evacuados de Kigali en el curso de las próximas horas, esperándose confirmación de que el resto que está diseminado en el país se encuentre en perfectas condiciones de salud y fuera de peligro.

01-01 9406371

Nº. DOCUMENTO 9406372
TITULO Informe de UNICEF en 1994 sobre situación de la infancia
PROCEDENCIA 15005
FECHA 3/3/94
VINCULO 501890 56044
501889

Informe de UNICEF sobre situación de la infancia

La inversión en el bienestar de las mujeres y los niños y niñas, es una de las metas humanitarias más importantes que puede proponerse el mundo, y también una de las mejores contribuciones para enfrentar el problema demográfico, el deterioro del medio ambiente, y la búsqueda de la superación de la pobreza. Este es el mensaje central de UNICEF para 1994.

El duodécimo informe de UNICEF sobre el Estado Mundial de la Infancia, presenta los logros y avances en los últimos 50 años en que, a pesar de las dramáticas situaciones que aún persisten, se han logrado mayores progresos que en los dos milenios precedentes. En la medida que los Gobiernos y la sociedad mundial asuman y cumplan los compromisos contraídos a nivel internacional, podremos mirar el futuro con cierto optimismo.

Un aspecto fundamental que destaca el Informe para 1994, es la interacción entre pobreza, aumento de la población y deterioro del medio ambiente, analizado bajo el término sintético de "el problema PPA". El análisis se centra en el mundo en vías de desarrollo, pero deja claro que la responsabilidad de garantizar la transición hacia un futuro sostenible, recae en gran parte en los países industrializados. El reto es definir las nociones de crecimiento y progreso.

Progresos en la calidad de vida

El control gradual de las principales enfermedades infantiles, es el aspecto más importante del progreso alcanzado en favor de los niños y niñas del mundo en desarrollo.

A pesar de este avance, UNICEF señala que 35.000 niños mueren diariamente por causa de la insidiosa combinación enfermedad-desnutrición-pobreza. Dos tercios de estas muertes son por enfermedades fácilmente prevenibles a bajo costo: pulmonía, deshidratación diarreica, sarampión, tuberculosis, tétano, difteria, tos ferina y poliomielitis.

Las metas propuestas por el informe consisten en reducir, en un tercio, las tasas de mortalidad de menores de 5 años; reducir en un 50% la desnutrición infantil; erradicar la poliomielitis; reducir a la mitad las tasas de mortalidad materna; alcanzar el 80% de todos los niños y niñas con educación primaria completa; acceso al agua potable y saneamiento para todas las comunidades; y el acceso a la información y servicios de planificación familiar para todas las familias que lo necesiten.

El costo adicional del esfuerzo para cumplir todas las metas al llegar al año 2000 se estima en unos 25.000 millones de dólares anuales. Bastaría dedicar un 20% del gasto público actual del mundo en desarrollo y un 20% de los presupuestos de ayuda internacional a inversiones a largo plazo en nutrición adecuada, atención primaria de salud, educación básica, agua potable y planificación familiar. Hoy sólo se destina a los fines antes señalados, alrededor del 10% del gasto público y de los presupuestos de ayuda externa.

La espiral PPA: pobreza, aumento de población y deterioro del medio ambiente

El Informe señala que la negligencia en abordar "el problema PPA" en el mundo hará aumentar las perturbaciones económicas, sociales y políticas a todos los niveles. Estamos frente a un círculo vicioso: la pobreza contribuye a mantener altas tasas de crecimiento de la población e incrementa las presiones ambientales, y estos dos factores, a su vez, fomentan la perpetuación de la pobreza.

Invertir en favor de la vida

La respuesta adecuada al problema global debe incluir, al menos, cuatro formas de inversión básica en favor de la vida en las comunidades más pobres del mundo:

* Prevención de las enfermedades y discapacidades.
* Rápido acceso de los niños y niñas a la educación primaria y satisfacción de sus necesidades básicas de aprendizaje.
* Un esfuerzo sin precedentes, para mejorar las condiciones de vida de las mujeres de comunidades pobres.
* Garantizar el acceso a la información sobre planificación familiar a las personas que lo requieran.

El importe de esta inversión, en la década de 1990, representaría un poco más de una décima parte del 1% del producto económico mundial anual. Por lo tanto, estamos frente a un problema que podemos superar.

Logros y desafíos en el caso de Uruguay

En las últimas décadas Uruguay presenta una favorable evolución en lo que se refiere a la situación de la infancia. Tal es así que la tasa de mortalidad infantil alcanza al 20 por mil niños nacidos vivos. Se debe tener en cuenta que en 1975 esta cifra alcanzaba el 48.6 por mil.

En lo que se refiere a la vacunación en niños menores de 1 año, ésta se mueve entre un 78% de cobertura de vacunaciones contra la polio, hasta un 98% de cobertura de vacunaciones contra la tuberculosis.

También se debe considerar que el porcentaje de niños menores de un año fallecidos por desnutrición ha disminuido del 10.1% en 1975 a un 3.1% en 1990.

Por otro lado, en la ciudad de Montevideo, el porcentaje de hogares por debajo de la línea de pobreza pasó de un 31% en 1984 a un 11% en 1989, acercándose de esta manera a los niveles de 1970, en que el porcentaje de hogares pobres alcanzaba solamente al 10%.

Desafíos

A pesar de los favorables indicadores nacionales, subsisten serias desigualdades a nivel regional y por estrato socio-económico. Además se debe considerar que han emergido nuevos problemas sociales que afectan particularmente a la infancia: la drogadicción y el maltrato infantil, accidentes en el hogar y de tránsito, la contaminación ambiental y el deterioro de los recursos naturales, entre otros.

En Uruguay, el Plan Nacional de Acción en favor de la Infancia se ha incorporado como responsabilidad de Estado, y se han propuesto metas concretas en favor de la infancia para la década.

01-01

ENTRADO
CRUZADO

9406372

Nº. DOCUMENTO 9406373
TITULO Inf. del UNICEF acerca del Estado Mundial de la Infancia en 1994.
PROCE 150015
FECH 15/3/94
VINCUL 501881C.
501883
300044.

UNICEF: desnutrición y enfermedades podrían superarse en una década

"Las enfermedades, la desnutrición y las discapacidades que se pueden prevenir y afectan a millones de niños y niñas podrían superarse en una década. Pero esta tarea no recibe la suficiente prioridad porque las víctimas principales son los hijos e hijas de la gente más pobre y menos influyente del mundo", según el informe del Fondo de Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), acerca del Estado Mundial de la Infancia en 1994.

El Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) coopera con los gobiernos de 137 países en desarrollo para ayudar a los niños. Su presupuesto anual está destinado en un 35% a programas de nutrición y salud infantil, un 11% a servicios de agua y saneamiento, un 10% a educación, un 7% a servicios comunitarios y familiares para los niños y las mujeres, un 15% a apoyo de proyectos y planificación y un 22% a socorro de emergencia.

En el mundo, 13 millones de niños mueren todos los años por desnutrición y por enfermedades comunes. Muchos millones más crecen con mala salud y tienen un desarrollo deficiente. Estos niños se encuentran en los lugares más pobres del mundo. Los más perjudicados se encuentran en Africa. En este continente, se gasta más en el pago de la deuda externa que en los servicios de educación y salud.

Por otra parte, el informe sobre el Estado Mundial de la Infancia 1994, de UNICEF, señala que más de la mitad de la población pobre del mundo vive en tierras amenazadas por el deterioro del ambiente.

La deficiencia de vitamina A causa la ceguera de 250.000 niños al año. Asimismo, la deficiencia de yodo provoca el cretinismo de 120.000 recién nacidos anualmente y es la principal causa del retraso mental. UNICEF considera que estas dos deficiencias podrían superarse para fines de 1995.

Triunfos en el combate

Uno de los mayores logros mundiales en materia de combate a enfermedades en los últimos años, ha sido el avance de la lucha contra la polimelitis. El informe de UNICEF destaca que "diez años de esfuerzos han ampliado la cobertura de inmunización contra la poliomelitis al 80% de los niños y niñas del mundo y han permitido reducir de 400.000 a 140.000 el número anual de casos de esta enfermedad. En el hemisferio occidental no se ha registrado ningún nuevo caso de polio en los últimos dos años y progresivamente se están delimitando zonas libres de esta enfermedad en Europa y en algunas parte de Africa y del Oriente Medio".

En el período 1983-1992, se lograron grandes avances mundiales sobre importantes enfermedades, aunque siguen siendo millones, los niños que mueren por no ser atendidos o estar mal alimentados. Desde 1983, las muertes por sarampión se redujeron de 2.500.000 a 1.100.000 niños al año. Actualmente, 600.000 mueren por tétanos, cuando hace 10 años, morían 1.100.000. Las muertes por diarrea se redujeron de 4.000.000 a 2.900.000. Finalmente, las muertes por tos ferina disminuyeron desde 700.000 casos en 1983 hasta 400.000 casos en 1992.

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9406373.

Nº DOCUMENTO 9406374

TITULO Según inf. de UNICEF deberá reducir mortalidad infantil

PROCED.

FE.

VINCUL. 501848 =>501890 507466 480494

Según el último informe de Unicef, de esta forma cumpliría con las metas fijadas

Uruguay deberá reducir la mortalidad infantil en menores de 5 años a menos de 17 por mil

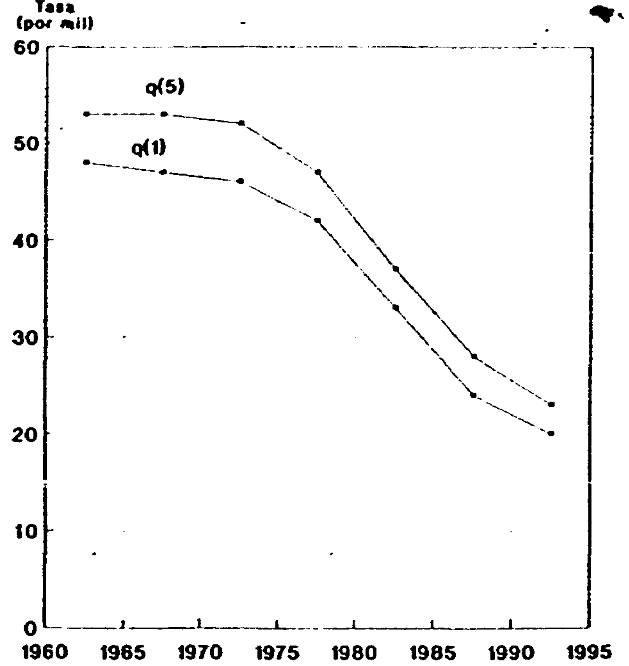
*** El documento precisó que la mortalidad infantil dentro del grupo de mujeres sin instrucción es cuatro veces mayor respecto a aquellas madres que poseen educación superior**

■ Para cumplir las metas fijadas para el año 2000 en relación a la supervivencia, bienestar, nutrición, salud y desarrollo del niño, Uruguay debería alcanzar una mortalidad infantil, en menores de cinco años, de no más de 15 o 17 por mil. Según el informe de Unicef sobre mortalidad en la niñez en nuestro país, esto parecería factible si se observa la información de los últimos 10 años donde, de acuerdo a las estadísticas, la tasa de mortalidad infantil de 1980 se redujo en un 45 por ciento en 1990.

No obstante, precisa el informe, el país deberá realizar esfuerzos importantes, ya que parte de una mortalidad en la infancia relativamente baja.

Según el documento de Unicef, hacia finales de la década del sesenta y comienzos de los setenta, la sobremortalidad infantil, en menores de cinco años, del interior urbano es de 21 por ciento respecto a Montevideo, y de 12 por ciento cuando se compara el área rural con la capital. Esto, agrega, sería un comportamiento atípico en Latinoamérica ya que las zonas rurales suelen tener una mortalidad en la infancia, mayor que la de las áreas urbanas. De todos modos, los estudios de Unicef indican que las diferencias no son marcadas.

Diez años después, para 1979-81, vuelve a observarse algo similar: la mortalidad del interior urbano resulta más elevada, siguiendo la de Montevideo, y luego la de la población rural. No obstante los diferenciales son poco significativos como consecuencia de que los descensos más intensos se producen aparentemente en el interior urbano y el área rural. Por lo tanto, podría decirse que a comienzo de los ochenta los niveles de mortalidad infantil, en menores de cinco años, son relativamente similares según el lugar de residencia, de acuerdo al criterio de clasificación considerado. EL informe detecta que la mortalidad infantil del grupo de mujeres sin años de estudio, es cuatro veces mayor respecto a aquel en que las madres poseen educación superior. En tanto tres y dos veces si se compara la mortalidad de infantes cuyas madres tienen escolaridad primaria incompleta y completa, respectivamente, con la mortalidad de hijos de mujeres más instruidas.



La gráfica muestra las estimaciones efectuadas con respecto a la tasa de mortalidad infantil en nuestro país, que sigue en franco descenso.

Y ahora las buenas noticias...

UNICEF informa sobre diez años de progresos contra algunos de los más antiguos y habituales enemigos de los niños y niñas del mundo.

	1983	1992
Muertes por sarampión	~~2.500.000~~	1.100.000
Muertes por tétanos	~~1.100.000~~	600.000
Muertes por diarrea	~~4.600.000~~	2.900.000
Muertes por tos ferina	~~700.000~~	400.000
Casos de poliomielitis	~~400.000~~	140.000



No todas las noticias son malas. Unicef informa también sobre los logros obtenidos en el mundo en cuanto a combatir las enfermedades que causan anualmente miles de muertes, sobre todo en menores de cinco años.

9406374

9406375
UNESCO creó Comité Consultivo de Mujeres
150014
9/3/94

Unesco

COMITE CONSULTIVO DE LAS MUJERES

LJ, 9/3

La UNESCO anunció ayer, martes, la creación de un Comité Consultivo de las Mujeres con el fin de aumentar la participación de éstas en el organismo y preparar la Conferencia Mundial de la Mujer que se celebrará en Pekín en 1995.

El director general de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, Federico Mayor Zaragoza, presidirá la primera reunión del citado Comité, prevista para los días 21 y 22 de abril.

Según Mayor Zaragoza, el comité "estudiará los medios para utilizar la visión, el potencial y la creatividad de las mujeres frente a los grandes retos del mundo".

Entre otras personalidades forman parte del Comité la antropóloga finlandesa fundadora de la asociación Women's Party, Duna Kristmundsdotter, y la directora del Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para las Mujeres, Sharon Capeling-Alekilia.

9406375.

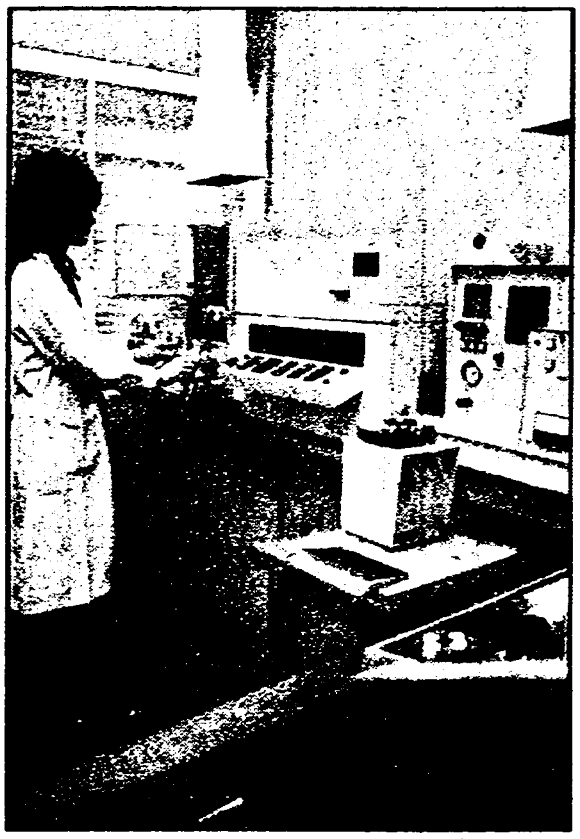
01-01

N° DOCUMENTO 9406376
TITULO Adhesión del representante del PNUD por Día Mundial de la mujer.
15005
8/3/94
50188
51082

Adhesión del represente de Naciones Unidas por Día Mundial de la Mujer

●"El progreso no ha llegado a todas las mujeres"

El Coordinador Residente de Naciones Unidas y Representante del PNUD en el Uruguay dio a conocer un mensaje en relación a la celebración del Día Internacional de la Mujer, adhiriéndose a tan importante fecha y haciendo votos para lograr la igualdad de sexos.



La mujer ha ido avanzando en la sociedad, aunque todavía no ha logrado la igualdad en todos los planos con el sexo masculino

Hoy, 8 de marzo, se celebra un nuevo aniversario del Día Internacional de la Mujer. El Coordinador Residente de Naciones Unidas y Representante del PNUD en el Uruguay, Dr. Paul van Hanswijck de Jonge, hace llegar su adhesión a todas las mujeres del mundo en este trascendente día.

Desde 1975, año en que se celebró en la ciudad de México, la Primera Conferencia sobre la Mujer, ha aumentado la conciencia de que la suerte de las mujeres y los niños tiene consecuencias profundas en el bienestar de las naciones.

El Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer y la Tercera Conferencia Mundial sobre la Mujer, celebrada en Nairobi, en 1985, tuvieron como tema el de "Igualdad, Desarrollo y Paz".

En setiembre de 1995, miles de mujeres y hombres de todo el mundo se reunirán en Beijing para asistir a la cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer.

En Beijing, los representantes de los países miembros de las Naciones Unidas examinarán las tendencias recientes que afectan a la condición de la mujer, con vista a su evolución futura.

Examinarán la situación de la mujer en las esferas de la salud, la educación, el empleo, la vida familiar, la política y los derechos humanos. Pese a los avances logrados en los últimos 20 años, las disparidades entre el norte y sur, áreas rurales y urbanas, y ricos y pobres, siguen preocupando a las mujeres en todas partes.

Según lo expresado por Gertrude Mingella, quien fuera nominada por el Secretario General de las Naciones Undas, Dr. Boutros Boutros - Ghali, como Secretaria General de la Conferencia de Beijing, el progreso no ha llegado a las mujeres de todos los niveles sociales.

Según Mongella el propósito de la Conferencia es compartir experiencias a fin de tomar las medidas en pro de un mundo mejor.

Se deberá seguir profundizando los adelantos logrados en los últimos 20 años, teniendo en cuenta que para la calidad de vida de todos mejore verdaderamente, es preciso que continúen los esfuerzos por lograr la igualdad entre los sexos.

ENTR...
9406376.
C1-C1

Nº DOCUMENTO 9406377

PNUD apoyo comicios salvadoreños con capacitación y equipo

150094

20/3/94

501889

510826

PNUD APOYO COMICIOS CON CAPACITACION Y EQUIPOS

20/3/94

El Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) gestionó fondos con varios países para impartir cursos de capacitación al personal del Tribunal Supremo Electoral y para la compra de equipos necesarios para el buen desarrollo de los comicios salvadoreños de hoy, domingo.

Un comunicado del PNUD, dice que el Tribunal Supremo Electoral (TSE) solicitó la ayuda al organismo en junio de 1992 y tras la visita de una misión técnica a San Salvador se diseñó el «Proyecto Apoyo al Proceso Electoral» por valor de un millón de dólares.

Agrega que el objetivo del proyecto es coadyuvar a los esfuerzos del TSE y del gobierno salvadoreño para la celebración de unas elecciones «transparentes y de amplia participación», así como fortalecer institucionalmente una de las entidades democráticas (el TSE) emanadas de los acuerdos de paz.

El PNUD informa de que los países donantes fueron Suecia, Noruega, Canadá, Dinamarca, Holanda, Gran Bretaña, Japón, Alemania y Austria.

Entre los equipos y materiales adquiridos con las donaciones, el PNUD menciona 35.000 frascos de tinta indeleble, «una de las de mejor calidad en el mundo», a un costo de 110.000 dólares, que será utilizada para marcar el dedo de una mano de los votantes para evitar que dupliquen el sufragio.

Entre 2,3 y 2,4 millones de salvadoreños han sido convocados para elegir, en unas 7.000 urnas colocadas en 364 lugares, al presidente y vicepresidente de la república, a los 84 diputados de la Asamblea Legislativa y 20 al Parlamento Centroamericano, así como a los 262 alcaldes del país.

El PNUD aclara que el TSE le solicitó fondos para proporcionar transporte a unas 640.000 personas para viajar a los sitios de votación, por un monto de 515.000 dólares, pero el plan que diseñó el Tribunal no fue aprobado por los países donantes debido a que el dinero sería manejado por los partidos políticos.

EFE

01-01

9406377

Nº. DOCUMENTO 9406378
TITULO Cronología de intervención de ONU y OTAN en guerra en Bosnia
PROCEDE 150024
FECHA 1/3/94
VINCUL 501889
501985
508062

Cronología

La intervención de las **Naciones Unidas y** de la **Organización del Tratado del Atlántico Norte** (OTAN) en la guerra en Bosnia:

- **Mayo de 1992**: Bosnia-Herzegovina fue admitida como nuevo miembro de la ONU. A fin de mes el Consejo de Seguridad de la ONU y la Unión Europea decretaron el primer embargo económico contra Serbia y Montenegro al hacerlos responsables del estallido de la guerra en Bosnia.
- **Julio de 1992**: las Naciones Unidas autorizaron el envío de los primeros cascos azules(fuerzas de paz de la ONU). Comenzó el puente aéreo internacional para el abastecimiento humanitario en la sitiada Sarajevo. Unidades navales de la OTAN iniciaron la vigilancia desde el mar Adriático del cumplimiento del embargo de la ONU decretado en mayo.
- **Agosto de 1992**: con el auspicio de la ONU y de la Unión Europea comenzó la conferencia de paz para la ex Yugoslavia, con la presencia de croatas, serbios y musulmanes.
- **Octubre de 1992**: por primera vez la ONU impuso una zona de exclusión aérea sobre territorio bosnio (resolución 861 del Consejo de Seguridad).
- **Enero de 1993**: fue presentado el primer plan de paz de la ONU y Europa para Bosnia, rechazado finalmente por las fuerzas beligerantes.
- **Abril de 1993**: se inició la operación "Deny Flight" (Cielos Cerrados) de la OTAN, por la que se prohíbe el vuelo de aviones militares sobre Bosnia, en cumplimiento de la resolución 861 del Consejo de Seguridad de la ONU.
- **Mayo de 1993**: la ONU decidió la creación de zonas de protección en torno de varias ciudades bosnias sitiadas, entre ellas Sarajevo, luego de una gran ofensiva serbia. A fin de mes el Consejo de Seguridad instituye un tribunal para juzgar los crímenes de guerra en la ex Yugoslavia.
- **Enero de 1994**: a cargo de los cascos azules fue designado el británico Michael Rose, que sustituye al francés Francis Briquemont. La cumbre de la OTAN, reunida en Bruselas, amenazó con una intervención con ataques aéreos en Bosnia si no cesan las hostilidades, en cumplimiento con las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU.
- **Febrero de 1994**: después de la explosión de un obús en un mercado de Sarajevo (68 muertos), la OTAN lanzó un ultimátum a serbios y musulmanes bosnios para desmilitarizar la capital bosnia. Ambas facciones retiraron las armas pesadas de la zona o las pusieron bajo el control de los cascos azules, evitaron así los ataques aéreos con los que había amenazado la OTAN.

ENTRADO
CRUZ
01-01
9406378

Nº. DOCUMENTO 9406379
TITULO Contingente de Batallón argentino partió hacia Croacia.
PROCEDENCIA 150024
FECHA 4/3/94
VINCULO 508889
507685
66960

Otro contingente militar a Croacia

Clarín 4/3

El cuarto contingente del Batallón Ejército Argentino Cinco (BEA V) partió ayer a la tarde rumbo a Croacia desde el aeropuerto internacional de Ezeiza, para sumarse a las tropas de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) que controlan el **cese del fuego** en la región.

Los efectivos remplazarán a los integrantes del BEA IV, que luego de **seis meses** de permanecer en el lugar finalizaron su misión para el organismo internacional.

Los casi 150 oficiales y suboficiales fueron despedidos por sus familiares y autoridades del Ejército, durante una ceremonia que se realizó en el Espigón Industrial de la estación aérea, y que presidió el subjefe del Estado Mayor General de la institución, general de división **Raúl Gómez Sabaini**.

Las tropas arribarán hoy a las 11, hora argentina, a Zagreb, la capital croata, luego de que el vuelo efectúe las escalas técnicas en Recife (Brasil) y las Palmas de Gran Canaria.

El BEA V está compuesto por **901 hombres y tres mujeres**, que están bajo las órdenes del teniente coronel **Domingo Justo Machado**, quienes tendrán que hacer cumplir las disposiciones de las Naciones Unidas.

En Croacia (Eslavonia occidental de la ex Yugoslavia), el organismo internacional debió actuar luego de la disolución de ese país, a raíz de los **graves enfrentamientos internos por motivos políticos, religiosos y étnicos**.

Las tropas argentinas tienen la misión de controlar el **cese del fuego**, instalar puestos de observación, patrullar el sector asignado, brindar ayuda a la población civil, supervisar el intercambio de prisioneros, controlar a los refugiados y abrir brechas en los campos minados. Cada contingente operativo permanece durante seis meses en aquella región. De todos los "cascos azules" operativos que hay en el mundo, en Croacia se concentra la mayor cantidad de efectivos.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9406379.

Nº DOCUMENTO 9406380
TITULO Efectivos de paz [illegible] fueron atacados en Bosnia pese a tregua.
PROCE 150007
FECHA 5/3/94
VINCULACI 501246
501645

Piden más "Cascos Azules"

EFECTIVOS DE PAZ DE LA ONU FUERON ATACADOS EN BOSNIA PESE A TREGUA

SARAJEVÓ, 4 (Reuter).— Efectivos de paz británicos fueron atacados hoy con fuego de morteros en Bosnia Central al tiempo que el comandante de las Naciones Unidas en el país pidió 5.000 soldados adicionales para vigilar el cumplimiento de la tregua entre las facciones combatientes.

"Hay personas preparadas para volver a la guerra", expresó sir Michael Rose, el general británico a cargo de los 11.000 soldados de la fuerza de paz de la ONU en Bosnia.

Rose hablaba a los periodistas en la ciudad central bosnia de Vitez, donde los efectivos de paz británicos tienen sus cuarteles operacionales. "Ya estamos preocupados y las cosas se tornarán cada vez más difíciles", declaró.

Como para acentuar su evaluación sombría, un funcionario de la ONU en la capital croata de Zagreb informó pocas horas después que habían sido atacados los efectivos británicos en una base cercana de la ONU.

El funcionario, que declinó ser identificado, dijo que tres proyectiles de mortero de 82 milímetros impactaron en una base entre la ciudad de Zepce y Zadovici. Un ataque similar tuvo lugar el jueves. No hubo bajas.

La agencia croata de noticias RINA citó al comandante de la unidad cañoneada, mayor Patrick Darling, quien afirmó que solicitará ataques aéreos si las fuerzas de paz en la zona son atacadas nuevamente.

Incidentes de ese tipo acentúan la difícil situación de la fuerza de paz de la ONU, que con escasos soldados ocupan posiciones a lo largo del país junto con combatientes fuertemente armados en una guerra de tres bandos.

Los estados miembros de la ONU se han resistido a las demandas de enviar miles de tropas adicionales para vigilar el cumplimiento de las recientes treguas que han limitado los combates en la guerra civil bosnia a su nivel de menor intensidad en casi dos años.

Rose afirmó: "todo lo que hace falta es que un grupo abra fuego por una razón u otra y por supuesto todos comienzan a ponerse extremadamente nerviosos".

El general francés Jean Cot, el comandante de la Fuerza de Protección de la ONU (UMPROFUR) en la ex Yugoslavia, pidió el jueves un contingente adicional de 10.000 hombres y Rose indicó que necesita un mínimo de 5.000.

El locuaz Cot criticó el jueves a Estados Unidos cuando calificó la negativa del presidente Bill Clinton a contribuir con fuerzas de tierra como "una decisión extraña y no muy valiente".

En la ausencia de la cooperación norteamericana, otros potenciales contribuyentes, incluidos Francia y Gran Bretaña, también han evitado enviar más hombres. Los dos países suministran el grueso de las fuerzas militares de la ONU en la ex Yugoslavia.

Aunque se han pactado treguas en la mayoría de los frentes de combate, el conflicto dista de terminar y el trato brutal a los civiles sigue siendo la regla, no la excepción.

EP. 5/3
01-01 9406380

Nº. DOCUMENTO 9406381
TITULO ARG recibió pedido de ONU p/a enviar tropas a BOSNIA.
PROCEDENC. 15058
FECHA DE 12.3.94
VINCULACIÓN 50189
50265
66960.

SOLICITUD FORMAL

P.12 12-3-94

Misión en la "zona caliente"

La Argentina recibió una solicitud formal de las Naciones Unidas para enviar tropas a Bosnia, la "zona caliente" de la ex Yugoslavia, para reforzar las tareas que realizan allí los cascos azules de la ONU. Como dato curioso, fuentes diplomáticas revelaron que pese a la renuencia ya expresada por el gobierno argentino de mover a los efectivos que tiene en Croacia, la reiteración del pedido llegó por una gestión de Gran Bretaña. La explicación fue que la experiencia recogida en los contactos que mantienen tropas británicas y argentinas, tanto en la ex Yugoslavia como en Chipre, "demostró que hay una alta capacitación para las misiones que se desarrollan en conjunto".

El jefe del Ejército, Martín Balza, siempre enfatizó que las tropas argentinas están alejadas de la región en la que se desarrollan los combates más cruentos, para minimizar el riesgo de la misión. La ONU ya había demandado el refuerzo del contingente argentino y su traslado a Bosnia, pero el Gobierno dejó entrever que ya había "llegado al límite de esfuerzos" en la tarea de colaboración con la ONU.

La diferencia es que esta vez hay un pedido formal y un reclamo abiertamente planteado por el titular de Naciones Unidas, Butros Ghali (ver nota central), quien llega al país para reunirse el martes próximo con el ministro de Defensa, Oscar Camilión, y los cuatro jefes militares. La solicitud escrita la recibió la semana pasada el delegado argentino ante la ONU, el banquero Emilio Cárdenas, quien a su vez la transmitió a las autoridades gubernamentales.

Bosnia es la zona en la que más dificultades encuentra la orden de cese del fuego entre los bandos en pugna. Hay, incluso, episodios en los que se registraron ataques directos a los cascos azules. En cambio, Croacia representa una porción de conflicto más atenuada. Allí permanecen destacados alrededor de mil efectivos de la Argentina.

Del continente americano, la solicitud de la ONU sólo llegó a Canadá y la Argentina, "por estar considerados como los de mayor experiencia", según añadió la fuente de Cancillería. Las respuestas anteriores que dio el gobierno de Menem consignando el "límite de esfuerzos" fueron muy similares a las que dio España.

Lo notable es que la insistencia de la ONU haya sido motorizada por el representante de Gran Bretaña, es decir, el país con el que la Argentina sostuvo en 1982 el conflicto bélico de Malvinas. Consultados sobre la solicitud de refuerzos y traslado, voceros militares apostaron a patear la pelota hacia adelante, desestimando que vaya a surgir definición alguna en la entrevista de Butros Ghali con Oscar Camilión y aseguraron que la resolución final quedará directamente en manos del presidente Menem.

Entre los sectores del oficialismo que se inclinarían por aceptar el convite para "dar más relevancia a la figuración argentina en el concierto internacional", la preocupación parece estar concentrada en obtener seguridades de que los militares argentinos recibirán armamento de avanzada para insertarse en la "zona caliente", Sarajevo incluida.

ENTRADO
CRUZADO 1

9406381

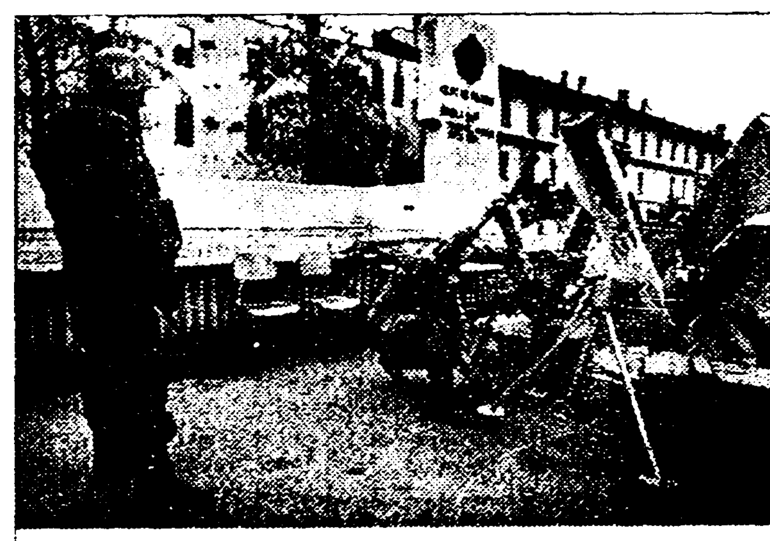
Nº. DOCUMENTO 9406382
TITULO ONU necesita 10.000 cascos azules adicionales en Bosnia.
PROCEDENCIA 150014
FECHA 12/3/94
VINCULACIÓN 501889
507685
507697

Mas fuerzas para controlar el cese de hostilidades en Bosnia

ONU NECESITA 10.000 "CASCOS AZULES ADICIONALES

El representante del Secretario General de la ONU para la antigua Yugoslavia, Yasushi Akashi, dijo el viernes, que se necesitan unos 10.000 "cascos azules" adicionales para supervisar el cese de hostilidades entre musulmanes y croatas en Bosnia central y mantener los acuerdos sobre Sarajevo.

Ante la negativa de los países que ya cuentan con tropas en el terreno a incrementar sus efectivos, Akashi, que no obstante subrayó que el cumplimiento del alto el fuego es prácticamente general, no descartó que la ONU acepte el ofrecimiento de tropas de países como Turquía, que hasta ahora había sido rechazado."Hay que ser más flexibles de lo que hasta ahora hemos sido", dijo Akashi, quien insistió en el hecho de que por encima de la nacionalidad de los hombres desplegados está la ONU.Este mismo argumento ya lo utilizó Akashi con el presidente bosnio, Alia Izetbegovic, al anunciar la llegada a Sarajevo de los "cascos azules" rusos."Son rusos pero actuan bajo el paraguas de la ONU, es decir con neutralidad e independencia, de ahí que la retirada serbia de Sarajevo siga vigente aunque todavía no podamos hablar de ruptura completa del cerco a la ciudad", insistió Akashi, para quien esa ruptura, es decir libertad plena de movimientos para entrar y salir de la ciudad, podría ser una realidad en las próximas semanas.En cuanto a la situación en el resto del país, Akashi manifestó que, "salvo excepciones muy localizadas", en Bosnia-Herzegovina "reina la calma en todos los frentes", lo que "nos hace creer que las partes están cansadas de luchar y que quieren la paz, un momento que espero sea bien aprovechado por la diplomacia internacional".Subrayó en ese sentido la necesidad de que antes de abrir las negociaciones a un "proceso multilateral", EEUU, cuya diplomacia tomó la riendas de las negociaciones, "involucre cuanto antes a los serbios-bosnios en el diálogo que ahora mantiene con croatas y musulmanes".Pero al margen de esas negociaciones, que Akashi espera puedan concluir en un acuerdo de paz general "en cuestión de meses y no de años", reconoció que las "conversaciones en el terreno con los beligerantes no han desaparecido, pues sigue habiendo otros muchos asuntos pendientes de resolución".Akashi enumeró entre los más importantes la eliminación de las patrullas y puntos de control,



el bloqueo de la ayuda humanitaria en algunos puntos del territorio de Bosnia-Herzegovina y sobre todo la apertura del aeropuerto de Tuzla.

"Siempre se puede abrir el aeropuerto por la fuerza, pero sin duda es preferible hacerlo con el consentimiento de las partes a fin de evitar que las instalaciones puedan ser bombardeadas con posterioridad", indicó Akashi, que descartó así la posibilidad de una intervención de la OTAN en ese sentido..A juicio de Akashi, las negociaciones con los serbios y musulmanes bosnios para la apertura del aeropuerto de Tuzla podrían concluir en las próximas semanas, si bien "al principio sólo se tratará de vuelos diurnos y en un número muy escaso".

ENTRADO
CRUZADO

9406382.

Nº DOCUMENTO 9406383

TITULO Comenzaron los primeros juicios del tribunal sobre crímenes de guerra.

PROCEDENCIA Excelsior

FECHA 18/3/94

VINCULADO 501889
507685

Crímenes de Guerra en la ex Yugoslavia

NACIONES UNIDAS, 17 (EFE).— Los primeros juicios del tribunal internacional sobre los crímenes de guerra y otras atrocidades cometidas en Croacia y Bosnia-Herzegovina pueden comenzar en la segunda mitad de este año, según la ONU.

Inicialmente se había pensado que hasta 1995 no se necesitarían los locales para la sala de juicio y las celdas de detención de los acusados, pero se ha revisado el calendario, dijo el secretario general de la ONU, Butros Ghali, en un informe a la Asamblea General.

"Se prevé ahora que los juicios comenzarán en algún momento de la segunda mitad de 1994", declaró.

Pero aún no se ha nombrado al fiscal general, quien habrá de investigar y emitir autos de procesamiento contra los acusados.

El venezolano Ramón Escovar Salom, quien había sido designado fiscal general después de muchos retrasos del Consejo de Seguridad de la ONU, dimitió este año para entrar en el nuevo Gobierno de Venezuela.

De momento, se ha recibido poco más de un millón de dólares en fondo especial de contribuciones voluntarias para el tribunal, que habrá de juzgar a los presuntos autores de crímenes de guerra cometidos en la antigua Yugoslavia desde enero de 1991.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9406383

Nº. DOCUMENTO 9406384
TITULO Inf. sobre ... de DDHH en CUBA.
PROCESO 150007
FECHA 6/3/94
VINCULO 501880
65679
...
11245
30044

Naciones Unidas y Cuba

EP. 6/3

Según un informe elaborado por el relator especial para Cuba de las Naciones Unidas, Carl Groth, la situación de los derechos humanos empeoró en ese país durante 1993. Entre agosto de 1992 y noviembre de 1993, unos 2.500 cubanos fueron condenados a prisión por los Tribunales Revolucionarios acusados de "comportamiento anti-social y anti-revolucionario".

El funcionario de Naciones Unidas no fue autorizado por el gobierno cubano a entrar al país. Para hacer su informe recopiló documentos de 16 organizaciones de defensa de los derechos humanos actuando en Cuba, Estados Unidos y Europa. Con ellos concluyó que: "Todavía el control institucional sobre la población es excesivo, el mismo se efectúa en las escuelas, los lugares del trabajo y en los barrios por los propios vecinos. La censura de radio, cine y televisión es total".



El centro de la capital cubana. Al fondo el hotel Habana Libre.

El año pasado, afirma el informe, fueron creadas en Cuba nuevas "guardias revolucionarias", destinadas a realizar abusos contra los grupos de defensa de los derechos humanos que han comenzando a florecer por toda la isla.

También se creó un sistema para ametrallar en alta mar a quienes intentan huir de la isla en balsa o en precarias embarcaciones hacia Miami.

9406384

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406385
TITULO Comision de DDHH de ONU condena gob. de CUBA
PROCE... Excel...
FE... 10/3/93
VINCU... 501683
65679
11245

COMISION DERECHOS HUMANOS

GINEBRA, 9 (Fuentes ANSA y AP).— La Comisión de Derechos Humanos de la ONU, en base a una propuesta de Estados Unidos, condenó hoy al gobierno de Cuba por "las detenciones arbitrarias, las palizas, el encarcelamiento, el hostigamiento y las amenazas, comprendida la de pérdida del empleo, de que son objeto los defensores de los derechos humanos y otras personas que ejercen pacíficamente sus derechos."

La comisión de la ONU se declaró profundamente preocupada porque, "continúan las violaciones en Cuba a los derechos humanos y las libertades fundamentales proclamados en la Declaración Universal de Derechos Humanos, tales como las libertades de circulación, de pensamiento, de religión y conciencia, de opinión y de expresión, de reunión y asociación, y los derechos asociados con la administración de justicia."

Sobre un total de 53 miembros, 24 votaron a favor de la condena, entre ellos Costa Rica, Chile, Ecuador y Uruguay, 20 se abstuvieron y nueve lo hicieron en contra (Cuba, China, Guinea Bissau, India, Indonesia, Irán, Libia, Siria y Sudán).

Pocas horas después de aprobada la resolución, el gobierno cubano consideró que la votación fue un fracaso para Estados Unidos, porque no logró el voto favorable de la mayoría absoluta de los miembros y porque la condena precedente, el año pasado, había obtenido el apoyo de 27 países.

La Comisión de la ONU expresó "profundo pesar" porque el gobierno de La Habana "ha seguido negándose a cooperar con el relator especial y se ha negado a permitirle que visite Cuba para cumplir su mandato."

Al relator, el diplomático suizo Carl Johan Groth, se le prorrogó el encargo por un año y se le pidió que "mantenga contacto directo con el gobierno y los ciudadanos de Cuba."

También le solicitó que presente un nuevo informe sobre la situación en la isla durante el 49º período de sesiones de la Asamblea General de la ONU.

La resolución pide expresamente a las autoridades de La Habana que den al relator especial "la oportunidad de

CONDENA A CUBA

cumplir plenamente su mandato, en particular permitiéndole visitar Cuba."

Cuando presentó su informe, Groth, además de condenar al gobierno cubano, criticó también los efectos del embargo estadounidense contra Cuba, en vigencia desde hace 30 años.

Ante esa posición, la representante norteamericana en la Comisión, Geraldine Ferrero, respondió que "no es cierto que el embargo sea la primera causa de los graves problemas económicos de Cuba."

La propuesta auspiciada por Estados Unidos fue aprobada por 24 votos en favor y nueve en contra. Rusia y otros antiguos países comunistas se unieron a Occidente en criticar a su antiguo aliado. China, Libia, la India y Sudán votaron en defensa de Cuba. Hubo 20 abstenciones, incluso Brasil, Colombia, México, Perú y los países africanos.

"El gobierno de Cuba continúa negando a su pueblo los derechos fundamentales, incluso el de libertad de asociación, de asamblea, de expresión, de religión y de una prensa libre," dijo la jefa de la delegación norteamericana Geraldine Ferràro.

"La vida en Cuba está dominada por el poder del gobierno en cada nivel de la sociedad, incluso en la policía secreta y en las organizaciones del partido."

Ferraro dijo que en el último incidente hace algunos días, Sebastián Arcos, uno de los más respetados activistas en defensa de los derechos humanos en Cuba, fue fuertemente golpeado en la cárcel y no ha sido visto desde entonces.

El delegado cubano José Pertez Novoa calificó la resolución de "manipulación inmoral de las cuestiones de derechos humanos."

Pérez Novoa acusó a Estados Unidos de dejar que los cubanos "perezcan de hambre" a través del bloqueo económico, al tiempo que lanzan "acusaciones infundadas" contra el gobierno cubano.

Cuba figura en una corta lista de países que tienen, según la comisión, los peores antecedentes en el campo de los derechos humanos. Otros son Birmania, Irak, Irán y Sudán.

9406385

01-01

9406386

Banco Mundial otorgó crédito a Ecuador por U$S 22,1 :

150007

4/3/94

501531

Banco Mundial otorgó crédito a Ecuador por U$S 22,1:

EP. 4/3

Quito, mar 3.- El Banco Mundial (BM) otorgó créditos al gobierno de Ecuador por 22,1 millones de dólares destinados al desarrollo del sector minero y proyectos del medio ambiente, señaló hoy un informe oficial.

Los préstamos de 14 millones de dólares reembolsables y 8,1 millones de dólares cofinanciados serán utilizados en proyectos de monitoreo ambiental, investigación de centros mineros y asistencia técnica y financiera, detalló la misma fuente. Agregó que dentro del proyecto presentado al BM para la aprobación del préstamo, se contempló además el cambio de manejo de la política del sector y un reforzamiento de las instituciones del sector geológico-minero.

En el Ecuador existe actualmente una actividad minera eminentemente artesanal, con 128.500 hectáreas que están dedicadas a la prospección minera y 41.200 hectáreas a la explotación.

En 1993 se aprobaron las reformas a la Ley de Minería que otorga especiales garantías y estímulos a la inversión privada nacional y extranjera a través de mecanismos de concesiones para la exploración y explotación de minerales. (Reuter)

01-01

9406386

9406386
Banco Mundial otorgó crédito a Ecuador por U$S 22,1:
150007
4/3/94
501531

Banco Mundial otorgó crédito a Ecuador por U$S 22,1:

EP. 4/3

Quito, mar 3.- El Banco Mundial (BM) otorgó créditos al gobierno de Ecuador por 22,1 millones de dólares destinados al desarrollo del sector minero y proyectos del medio ambiente, señaló hoy un informe oficial.

Los préstamos de 14 millones de dólares reembolsables y 8,1 millones de dólares cofinanciados serán utilizados en proyectos de monitoreo ambiental, investigación de centros mineros y asistencia técnica y financiera, detalló la misma fuente. Agregó que dentro del proyecto presentado al BM para la aprobación del préstamo, se contempló además el cambio de manejo de la política del sector y un reforzamiento de las instituciones del sector geológico-minero.

En el Ecuador existe actualmente una actividad minera eminentemente artesanal, con 128.500 hectáreas que están dedicadas a la prospección minera y 41.200 hectáreas a la explotación.

En 1993 se aprobaron las reformas a la Ley de Minería que otorga especiales garantías y estímulos a la inversión privada nacional y extranjera a través de mecanismos de concesiones para la exploración y explotación de minerales. (Reuter)

01-01

9406386

9406387
Estrategia del FMI para lograr crecimiento de alta calidad
2/3/94

Estrategia del FMI para lograr crecimiento de alta calidad

El director gerente del Fondo Monetario Internacional (FMI), Michael Camdessus, precisó los cinco puntos componentes de la estrategia que el FMI considera como "ingredientes básicos para lograr un crecimiento de alta calidad"

La estrategia del FMI fue delineada por su director gerente, en un reciente seminario del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) sobre "La ética, la economía y la cuestión social, en el nuevo enfoque del desarrollo de la América Latina.



Michel Candessus, Director Gerente del FMI.

POLITICA ANTI-INFLACIONARIA

En primer lugar, dijo Camdessus, "se requiere una política económica acertada. Ello significa una firme línea anti-inflacionaria, una estrategia fiscal sostenible, y un tipo de cambio realista. En los países de alta tasa de inflación, el objetivo primordial deberá ser la reducción de la inflación a niveles bajos, porque una inflación acelerada genera incertidumbre, desalienta las inversiones, fomenta la fuga de capitales y es perjudicial para el crecimiento. Además, la inflación impone modificaciones arbitrarias en la distribución del ingreso, lo que perjudica sobre todo a los sectores pobres: la inflación es un impuesto regresivo sobre los más indefensos".

MERCADO COMPETITIVO

Otro requisito básico mencionado por Camdessus es "una política estructural que permita crear un entorno basado en el mercado, y propicio para el crecimiento, aunada a una estrategia de desarrollo centrada en el crecimiento y adaptada tanto a los recursos como a las necesidades de cada país. El gobierno deberá establecer un marco normativo para la operación eficaz de un sistema de mercado competitivo y efectuar las reformas necesarias para reducir las rigideces de los mercados."

REGIMEN COMERCIAL Y CAMBIARIO LIBERAL

Camdessus sostuvo también, que el FMI confiere una especial importancia al establecimiento de "un régimen comercial y cambiario liberal que favorezca tanto las inversiones externas como el comercio internacional. La competencia externa es imprescindible para estimular la eficiencia nacional en tanto que la inversión extranjera es una fuente crucial de innovación."

POLITICA SOCIAL EFECTIVA

Otro importante punto destacado por el dirigente francés "es una política social dinámica e imaginativa que incluya las redes de protección social para beneficio de grupos específicos, que combata la pobreza y proteja a los sectores más vulnerables e indefensos de los efectos adversos a corto plazo de las reformas económicas, las medidas para fomentar una mayor igualdad de las oportunidades, y otras disposiciones destinadas a desacelerar el excesivo crecimiento demográfico".

GOBIERNO DEMOCRATICO

El último, pero no en órden de importancia, es el funcionamiento de "buenos gobiernos", dijo Camdessus. "Quiero decir gobiernos que rindan cuenta pública de sus actos, que fomenten la participación, que sirvan a toda la sociedad en lugar de servir a intereses sectoriales, que establezcan marcos jurídicos y reglamentarios transparentes, equitativos y que se limiten a lo estrictamente necesario, a los efectos de reducir a un mínimo la posibilidad de que se tomen decisiones administrativas arbitrarias o que cunda la corrupción".

(Elaborado por Indicadores de Mercado en base a información de AP)

01-01

9406387.

9406388
15o015
2/3/94
50 85 01

Michel Camdessus: "La inflación es un impuesto regresivo sobre los pobres"

La Mañana 2/3/94

• Para el Director del F.M.I, "el crecimiento económico, por sí solo no basta"

El ajuste y las reformas son esenciales, en todas las economías, para que haya un crecimiento de alta calidad: el ajuste para que el país viva dentro de lo que le permiten sus medios y la reforma para dar más eficiencia y flexibilidad a la economía.



Michel Camdessus, Director General del Fondo Monetario Internacional

El Director General del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus realizó en Washington una evaluación de los efectos de las reformas económicas en América Latina.

LA MAÑANA le brinda a sus múltiples lectores parte del discurso, efectuado en el encuentro por entender de suma importancia los conceptos vertidos por tan prestigioso especialista.

El gerente señalaba en aquella ocasión que empezaría a considerar, en primer lugar, el crecimiento económico como objetivo de la política económica y los tipos de medidas de políticas que requieren para cumplir ese objetivo. En segundo lugar, la experiencia reciente recogida en América Latina con los programas de ajuste y reformas, las medidas adoptadas y su resultado; y en tercer lugar lo que nos queda por hacer.

Crecimiento definido

Para el Director General del Fondo Monetario Internacional, "el crecimiento económico, por sí solo y sin calificar, no basta para guiar la acción de loas gobiernos. Después de todo, existen muchos tipos diferentes de crecimiento, señalaba el disertante. A vía de ejemplo, Camdessus señalaba que existe el crecimiento intermitente, que es insostenible porque ejerce demasiada presión sobre los recursos y siembra la semilla de su propia destrucción al provocar inflación y crisis de balanza de pagos.

También existe el tipo de crecimiento que tiene lugar a expensas del medioambiente y que no puede ser viable a largo plazo.

Tenemos el crecimiento que aporta poco o ningún beneficio a los sectores pobres: a los de bajos ingresos y a los desempleados. También existe el crecimiento que prescinde de la libertad humana. Para el Director General del FMI, ninguno de estos tipos de crecimiento es un objetivo encomiable. La meta de nuestro organismo es la que "se ha denominado crecimiento de alta calidad", un crecimiento viable, que genere un alto nivel elevado y duradero de empleo y combata la pobreza, que fomente una mayor equidad en la distribución del ingreso mediante una mayor igualdad de oportunidades, y que respete la libertad humana y el medioambiente.

Dicho de otra manera, indica Camdessus, el crecimiento de alta calidad es un crecimiento que coadyuva al logro de los amplios objetivos sociales, en lugar de oponerse a ellos.

El objetivo último del Fondo Monetario Internacional es el crecimiento de alta calidad para todos los países, lo que significa que el crecimiento de unos apoye al de los otros y no tenga lugar a costa de éstos, enfatizaba el directivo del organismo.

Evidentemente, el crecimiento universal de alta calidad no es tarea fácil en nuestro mundo. Pero es lo mínimo a que podemos aspirar, porque conformarnos con menos sería insostenible, o incompatible con nuestros valores humanos o ambas cosas.

Crecimiento en 5 niveles

El crecimiento de alta calidad requiere cinco ingredientes básicos de igual dignidad para materializarse, enfatiza el Director General del FMI. En primer lugar, se requiere una política macroeconómica acertada. Esto significa una firme política monetaria antiinflacionaria, una estrategia fiscal sostenible y un tipo de cambio realista. En los países con alta tasa de inflación, el objetivo primordial deberá ser la reducción de la inflación a niveles bajos, porque una inflación acelerada genera incertidumbre y desalienta la inversión, fomenta la fuga de capitales, distorsiona las señales de mercado y es perjudicial para el crecimiento. Además, la inflación impone modificaciones arbitrarias en la distribución del ingreso, lo que perjudica sobre todo a los sectores pobres, ya que son lo más indefensos: la inflación es un impuesto regresivo sobre los pobres, indica Michel Camdessus.

En el terreno fiscal, el requisito esencial es evitar el déficit presupuestario excesivo que socave la estabilidad monetaria y desplace la inversión del sector privado al absorber el ahorro. Esto no significa que deba recortarse gasto y elevarse el ingreso fiscal de manera indiscriminada. Lo que debe reducirse es el gasto público improductivo, renglón que abarca el gasto militar por encima de lo estrictamente necesario en un retorno geoestratégico dado y los subsidios sin una justificación económica estrictamente evaluada.

Política estructural

El segundo requisito es una política estructural, que permita crear un entorno basado en el mercado y propicio para el crecimiento, aunada a una estrategia de desarrollo centrada en el crecimiento y adaptada a los recursos y las necesidades del país.

El gobierno deberá establecer un marco normativo para la operación eficaz de un sistema de mercado competitivo, y efectuar las reformas necesarias para reducir la rigidez de los mercados.

Debe reducirse el gasto público improductivo y los subsidios sin causa

El tercer ingrediente es un régimen comercial y cambiario liberal que favorezca el comercio y las inversiones internacionales.

La competencia externa es imprescindible para estimular la eficiencia, en tanto que la inversión extranjera es una fuente crucial de innovación. Para el Director General del FMI, no cabe duda de que una de las fuentes generadoras de crecimiento más fiable es el establecimiento de relaciones económicas abiertas con el resto del mundo. Parte de este ingrediente es la participación de acuerdos regionales o bilaterales de comercio internacional orientadas hacia al exterior. Los acuerdos regionales de reducción de aranceles y barreras no arancelarias a la inversión internacional puede estimular el crecimiento, siempre que sean compatibles con la integración mundial y que además lo fomenten.

Política social, dinámica

El cuarto ingrediente básico, para el Director General del Fondo Monetario Internacional, pasa por la aplicación de una política social, imaginativa y dinámica, en la que se incluirían redes de protección social para beneficios de grupos específicos, que combatan la pobreza y protejan a los sectores más vulnerables e indefensos de los efectos adversos a corto plazo del ajuste y la reforma.

Medidas que fomenten una mayor igualdad de oportunidades, y medidas encaminadas a desacelerar el excesivo crecimiento demográfico. El problema de crecimiento demográfico puede abordarse desde diferentes ángulos, pero la experiencia nos demuestra que la educación de la mujer representa una poderosa fuerza que sería de gran ayuda, además de aportar otros beneficios.

Para Michel Camdessus, el último ingrediente que se requiere para un crecimiento de alta calidad es un buen gobierno. Que rinda cuentas públicas de sus actos, que fomente la participación, que sirva a toda la sociedad en lugar de servir a intereses sectoriales. Que se establezcan marcos jurídicos y reglamentarios transparentes, equitativos que se limiten a lo estrictamente necesario, a afectos de minimizar la posibilidad de que se tomen decisiones administrativas arbitrarias o cunda la corrupción.

Cooperación internacional

Son éstos los cinco ingredientes que se necesitan, junto con la cooperación internacional, para fomentar un crecimiento de la alta calidad, y el propósito de los programas de ajuste y de reforma que apoyamos es dar cabida a cada uno de ellos, recordó Camdessus.

El ajuste y las reformas son esenciales en todas las economías para que haya un crecimiento de alta calidad: el ajuste para que el país viva dentro de lo que le permiten sus medios en las cambiantes circunstancias económicas, y la reforma, para dar más eficiencia y flexibilidad a la economía y asegurar una amplia distribución de los frutos de crecimiento, finalizó el Director General del Fondo Monetario Internacional en oportunidad de ofrecer una "Visión económica del crecimiento y una evaluación de los efectos de las reformas económicas de América Latina", organizado por el organismo internacional.

01-01
9406388

9406389
FMI autorizó el monitoreo del programa económico para 1994.
150483
14/3/94
508501

FMI autorizó el monitoreo del programa económico para 1994

EL FONDO MONETARIO Internacional (FMI) comunicó oficialmente al Ministerio de Economía que fue autorizado el monitoreo del programa económico 1994 por parte del staff del organismo multilateral.

La autorización fue firmada por el director gerente del FMI, Michel Camdessus.

Esta modalidad de relacionamiento, conocida como "staff monitoring" —a la que sólo se accede cuando el FMI juzga que los programas muestran consistencia entre los objetivos y los instrumentos para alcanzarlos— incluye metas trimestrales en materia de déficit fiscal, endeudamiento externo, reservas internacionales y crédito interno neto del Banco Central del Uruguay, según un comunicado del viernes del Ministerio de Economía. También se prevé una misión de revisión a mitad del período.

El Directorio del FMI será informado de este procedimiento durante la consulta anual del Artículo IV que tendrá lugar a principios de abril. Durante esta consulta se discutirá la evolución económica de Uruguay y el programa proyectado por el equipo económico para 1994. ■

9406389.

9406390
Respaldo del FMI a las reformas rusas.
150090
19/3/94
508501
507293
507294

Moscú y el FMI

MOSCU, 18 (EFE). — El Fondo Monetario Internacional (FMI) retrasará la entrega de un crédito de 1.500 millones de dólares a Rusia hasta que el Kremlin se comprometa a cumplir el presupuesto aprobado para 1994.

El Kremlin, para cumplir con las exigencias del FMI, se comprometió a reducir el déficit público de Rusia al 9 % del PBI para fin de año.

El director del FMI, Michel Camdessus, cuestionó hoy la la capacidad de Moscú para cumplir con el presupuesto aprobado, y aseguró que "en Rusia sucede con frecuencia que los gastos superan los cálculos previstos".

El presupuesto ruso para 1994 prevé un ingreso de 68.500 millones de dólares y gastos en el orden de los 104.000 millones de dólares, con lo cual el déficit sería superior a los 35.000 millones de dólares.

Respaldo del FMI a las reformas rusas

Camdessus: el director del organismo expresó su confianza en que el ex país soviético saldrá airoso en su transición hacia el capitalismo.

MOSCU, 23 (Reuter).- El Fondo Monetario Internacional (FMI) otorgó su espaldarazo al programa de reformas económicas ruso, al expresar su confianza en que Rusia saldrá airosa en su difícil transición del comunismo al capitalismo.

"Mis discusiones han servido para robustecer mi confianza de que Rusia saldrá airosa, cualesquiera sean las dificultades que afronta este país", dijo el director gerente del FMI, Michel Camdessus.

"La de Rusia será una historia con final feliz, a despecho de las dificultades", puntualizó. Camdessus, que habló al término de una visita de cinco días a Rusia, anticipó que el FMI podría aprobar otro crédito de 1500 millones de dólares en las semanas venideras.

Camdessus dijo que las discusiones en torno de las medidas por adoptar por Rusia para obtener este préstamo comenzarán en los próximos meses.

En Washington

Por otra parte, el secretario del Tesoro norteamericano, Lloyd Bentsen, se manifestó complacido por el respaldo del FMI al programa económico ruso para 1994.

"Espero que con este aval Rusia intensifique su proceso de reformas y baje su tasa de inflación", dijo Bentsen.

Rusia ya ha recibido 2500 millones de dólares del FMI, pero fondos adicionales han sido suspendidos en tanto persistan las dudas sobre el real interés de Moscú en introducir reformas económicas.

Las demoras significan que las tratativas sobre refinanciación de las deudas rusas se encuentran estancadas. Un nuevo acuerdo con los Estados acreedores del Club de París dependerá de que Rusia acepte las condiciones para la obtención de un crédito stand-by.

Camdessus aseguró que se llegará a una pronta solución.

LA NACIÓN 24/3

01-01

9406390.

9406391
El FMI contra la industrialización del Tercer Mundo (Editorial)
150023
28/3/94
508561

El FMI contra la industrialización del Tercer Mundo

Importantes estudios críticos sobre las políticas que dictan las llamadas "instituciones de Bretton Woods", o sea, el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, a la mayoría de los países africanos, acaban de originarse en centros de investigación de Gran Bretaña.

De forma general, los estudios concluyen que las políticas adoptadas por dichas instituciones están destruyendo las industrias locales. Para detener estos efectos negativos, los expertos reclaman que los países africanos puedan desempeñar un rol de mayor influencia en la planificación y el manejo de sus propias economías. En la situación actual, los gobiernos de esos países tienen muy poco que decir al respecto.

Esta es, por ejemplo, la opinión del Centro para Estudios Africanos de la Universidad de Oxford, que sostiene que los instrumentos de política económica impuestos por el FMI simplemente destruyen la industrialización en Africa. Entre estas políticas se encuentran programas inflexibles que suponen liberalización comercial, violentas devaluaciones monetarias, levantamiento de subsidios y un general retraimiento del Estado en la dirección económica.

Más concretamente, el mencionado estudio sostiene que los gobiernos de la región deberían tener la libertad de proyectar e implementar políticas que protejan sus mercados, de tal forma que las importaciones baratas no los inunden, barriendo a las industrias locales.

La receta general del FMI está contenida en los llamados SAPs (Structural Adjustment Programmes), que, obviamente, se proponen ejecutar en esos países, más o menos idénticos programas de ajuste estructural, bajo una tendencia general que consiste en forzarlos a retirar recursos de la producción de alimentos para el consumo interno y volcarlos a la producción de productos primarios exportables.

Con lógica indiscutible, los expertos de Oxford argumentan que si los países africanos pudieran alimentarse a sí mismos, se reduciría drásticamente la factura de alimentos importados y se podría invertir recursos en el desarrollo de una base manufacturera.

Este es el caso, por ejemplo, de países como Burkina Faso y Sierra Leona, que descansan excesivamente en la exportación de productos primarios y en la importación de alimentos relativamente más baratos, en los cuales se ha destruido drásticamente su anterior capacidad de producción de arroz, sorgo y maíz, en los que eran autosuficientes.

Dichos países, actualmente, se dedican a exportar cacao, café y algodón a los países industrializados, pero sus ingresos disminuyen a medida que sus precios caen en el mercado mundial.

Según técnicos del grupo Oxfam, también británico, dedicado a estudios sobre desarrollo, países como Costa de Marfil, Ghana y otros están exportando más productos básicos que nunca, pero sus ingresos continúan descendiendo rápidamente. En esta situación, ya no encuentran recursos disponibles para inversiones industriales.

Obviamente, siendo la inversión la clave de cualquier desarrollo, no se podrá esperar ninguna inversión mientras se mantengan estas condiciones económicas impuestas desde afuera. Esto significa, por lo tanto, que estos países deberán encontrar la forma de implementar sus propios programas de producción y desarrollo.

La experiencia que la década de los años '80 ha dejado a los países africanos es categórica: no podrán entrar en ningún proceso de desarrollo industrial mientras dependan de sus productos primarios. Unicamente el Estado podrá imaginar en estos países una estrategia industrial, pero el FMI, en cambio, les continúa imponiendo desregulaciones y privatizaciones, incluso en sectores que serían parte de una coherente política industrial. Ninguna situación podría ser más demostrativa de esta política, generalizada a nivel mundial.

01-01

9406391

Nº. DOCUMENTO 9406392
TÍTULO BID financiará programa de capacitación laboral juvenil
150483
8/3/94
500187
507466

BID financiará programa de capacitación laboral juvenil



Jorge Gandini
El director del INJU estuvo en Buenos Aires, preparando las actividades de abril en Montevideo

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) financiará, sin reembolso de parte de Uruguay, un programa de capacitación y apoyo para jóvenes que emprendan iniciativas laborales, dijo a *El Observador* el director del Instituto Nacional de la Juventud, Jorge Gandini.

La donación, cuyo monto aún no está definido, se concretará a mediados de abril pocos días antes del Seminario "Opción 2.000, empleo, democracia y desarrollo en América Latina" que se realizará del 17 al 19 de abril. Estarán presentes representantes de diversas agencias de cooperación oficial de varios países, de las Naciones Unidas, de la Unión Europea que patrocina el encuentro y de la OIT, Cepal y el BID.

En la oportunidad se darán a conocer las principales experiencias de empleo juvenil que se están desarrollando en América y Europa todas con el apoyo del BID.

Gandini dijo que en Uruguay el programa durará varios años y tendrá una primera instancia piloto de 18 meses que comenzaría a ejecutarse a mediados de año. Se abarcará la capacitación y socialización para el empleo de jóvenes y apoyo a emprendimientos de pequeña empresa.

A los pocos días, se realizará entre el 20 y el 23 de abril la Séptima Conferencia Iberoamericana de Ministros de Juventud. Allí se elaborará un programa de acciones para el desarrollo de la juventud en América Latina para los últimos años de este siglo. ■

01-01 9406392

Nº. DOCUMENTO 9406393
BID otorga U$30 mill. a Uruguay para reformas sociales
10/3/94

Reestructuración de Salud, Educación, Trabajo y Justicia

BID OTORGA U$S 30 MILLONES A URUGUAY PARA REFORMAS SOCIALES

El Banco Interamericano de Desarrollo anunció en la víspera la aprobación de un préstamo de 30 millones de dólares al Uruguay para un programa de mejoramiento de las políticas sociales y los servicios de salud, educación y trabajo, y modernizamientos de la administración de justicia.

El programa apoyará la reforma del modelo de atención a la salud reforzando la acción preventiva y ampliando los planes de salud familiar. Racionalizará y descentralizará además el sistema de educación primaria, estimulando la participación comunitaria y reformando el currículum.

En el sector laboral, el programa dará capacitación, fortalecerá la interacción entre los sectores público y privado, y promoverá proyectos especiales generadores de empleo para mujeres y jóvenes.

En el sector judicial, el programa financiará la elaboración de estudios sobre modernización del derecho, fortalecimiento de la estructura judicial, sistemas alternativos de solución de conflictos y aumento del acceso a la administración de justicia.

La mitad de los recursos financiará la construcción y equipamiento de clínicas, centros de salud, hogares para ancianos y jardines infantiles.

Al facilitar una asignación más efectiva del gasto social enfocándola hacia los más necesitados, el programa apoyará la modernización económica del Uruguay en un contexto de mayor igualdad social.

Será ejecutado por la Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la República a costo total de 42,5 millones de dólares. Los fondos locales de contrapartida llegan a 12,5 millones de dólares.

El préstamo será desembolsado con cargo al capital ordinario del Banco a 25 años de plazo, con cuatro años de gracia y tasa de interés variable, actualmente en 7,26 por ciento anual.

El amplio programa de reforma del sector social del Uruguay también es apoyado por el Banco Mundial, el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, la Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional, el Fondo de Exportaciones Español y la Kreditanstalt für Wiederaufbau de Alemania.



Cr. Enrique Iglesias, Presidente del BID

9406393

Nº. DOCUMENTO 9406394
TITULO El BID se propone aumentar su capital en U$S 40.000:
150015
15/3/94
500187

El BID se propone aumentar su capital en U$S 40.000:

WASHINGTON (EFE).- El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) se propone aumentar en 40.000 millones de dólares su capital para garantizar un volumen crediticio anual de entre 6.000 y 7.000 millones en apoyo del desarrollo económico y social.

Varios directores del BID anticiparon a EFE que se espera que el presidente de la institución, el uruguayo Enrique Iglesias, haga el anuncio de la ampliación de capital en la asamblea de gobernadores que se celebrará en la segunda semana de abril en Guadalajara (México).

El proyecto, planteado hace más de un año, logró sustanciales avances con el acuerdo básico entre los 45 socios del BID sobre el volumen del aumento del capital y la redistribución del porcentaje del derecho de voto dentro del directorio del banco.

Quedan pendientes por definir la redistribución del nuevo porcentaje de los votos y la creación de una nueva «silla» en el directorio del banco, puesto al que aspira Japón.

Esos detalles, que requieren de una decisión política de los socios, serán estudiados en una nueva reunión del directorio del BID que se celebra en Washington en la última semana de marzo y en el Comité de Gobernadores de la Asamblea, antes de los plenos de la reunión de Guadalajara, según un alto funcionario del banco.

Otro aspecto aún no resuelto en las negociaciones para la ampliación de capital del BID es la renovación del Fondo de Operaciones Especiales (FOE), que fue establecido para atender las necesidades crediticias de las naciones americanas de menor desarrollo.

La propuesta de ampliar el capital del BID en 40.000 millones de dólares prevé garantizar al banco su papel protagonista de primer orden en apoyo a los planes de desarrollo de América Latina y el Caribe.

Después de superada la «emergencia» de la deuda exterior y con los planes de ajuste estructural y económico en marcha en la mayoría de las naciones de la región, Iglesias busca conjugar la filosofía original del BID de fomento del desarrollo económico y social con la nueva realidad regional.

01-01

9406394

Nº. DOCUMENTO 9406395
TITULO El BID otorgó préstamo a OSE por 45 mill. de dólares.
15000/4
19/3/94
500197
507466

Uruguay

PRESTAMO DEL BID A OSE

Obras Sanitarias del Estado (OSE) responsable del suministro de agua potable, recibió un préstamo de 45 millones de dólares del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), anunciaron portavoces del organismo.

El dinero será destinado a la construcción de siete plantas de tratamiento de agua potable en otras tantas capitales departamentales

01-01

9406395

9406396
Ministros de Economía de Centroamérica y Belice se reunen en Managua con el Pte. del BID.
15004
19/03/94
500187
65549
504476
66603
11078

Centroamérica

INVERSION SOCIAL

Jev 19/3

Los ministros de Economía de Centroamérica y Belice se reunen en Managua con el presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Enrique Iglesias, para tratar las nuevas prioridades de la institución, como el desarrollo social, favorecer la gobernabilidad y la integración.

A su llegada a la capital nicaraguense, el presidente del BID dijo a la prensa que Centroamérica ha sido y debe continuar siendo «una región especial para el banco porque se reconocen los problemas sociales, políticos y económicos» de esta zona.

«Creemos que el banco debe hacerse sentir en esta región y estar al servicio de sus gobiernos», afirmó Iglesias, que llegó a Managua procedente de la capital costarricense, donde reiteró que el BID dará prioridad a los proyectos de desarrollo social.

Iglesias, que se reunirá con la presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro, señaló que el foro que se celebra en Managua «nos permitirá ver los problemas y las relaciones del banco con Centroamérica desde una perspectiva regional».

CI-01

9406396.

Nº. DOCUMENTO 9406397
TITULO BID difunde diagnóstico sobre Uruguay.
PR... 150015
FECHA 21/3/94
VINCUL 501187
507466

BID difunde diagnóstico sobre Uruguay

L.H. 21/3

Los diagnósticos del Banco Interamericano de Desarrollo, BID, sobre Uruguay en los sectores educación, salud, alimentación, información social, pobreza y gasto público serán difundidos, este miércoles, en un seminario especial organizado junto a la Oficina de Planeamiento y Presupuesto.

"Conclusiones y recomendaciones de la Cooperación Técnica OPP/BID, propuestas para la reforma social en el Uruguay", así se llama el seminario que se realiza este miércoles 23 en la sala de conferencias del Banco Central del Uruguay.

La apertura será a las 9:30 horas y estará a cargo de jerarcas del Programa de Inversión Social, PRIS, del Banco Interamericano y del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, PNUD.

Posteriormente se irán presentando los diversos documentos elaborados por el BIP/OPP en relación a las más importantes áreas de servicios de nuestro país.

Los resultados de estos estudios corresponden al desarrollo de un convenio firmado por Uruguay con el BID, convenio de cooperación técnica al programa de inversión social. Este convenio tiene como objetivo central el redimensionamiento de las políticas sociales del Estado, así como realizar estudios pertinentes en las áreas de la educación, salud y alimentación, tendientes a producir un diagnóstico de situación de esos sectores.

La clausura del seminario estará a cargo del Presidente de la República, Dr. Luis A. Lacalle, sobre la hora 18.

9406397.

01-01

Nº DOCUMENTO 9406398
TITULO Países del Cono Sur absorben 2 tercios de inversiones europeos.
150023
27/3/94
500187
507466
66960
507482
65709
66723

Países del Cono Sur absorben 2 tercios de las inversiones europeas en Latinoamérica

27/3/94

■ Las inversiones europeas en América Latina han llegado a ser tan fuertes que es ya imposible diseñar una estrategia de desarrollo para la región que las considere, dijo Jorge Lena, representante especial en Europa del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), informó ANSA desde Bruselas.

Lena explicó que los países del Cono Sur (Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay) absorben dos tercios de los fondos de inversión europeos, mientras que las inversiones estadounidenses tienen preferencia por los países del norte de la región. Los países del Cono Sur, por su parte, dirigen la mayor parte de sus exportaciones hacia la UE.

Argentina vendió el 32 por ciento de sus productos a la UE y sólo el 10 por ciento a Estados Unidos, en Brasil la proporción fue 30-24, en Chile 32-18, en Paraguay 24-4 y en Uruguay 24-10. Para el representante del BID, los principales problemas que América Latina deberá afrontar en el corto y mediano plazo son el desempleo y el consecuente aumento del proteccionismo por parte de los países industrializados. Lena señaló que desde la época colonial América Latina ha sido una región donde la distribución del ingreso ha sido y es poco equitativa.

01-01

9406398

Nº. DOCUMENTO 9406399
Representantes de 33 países pidieron al BID que apoye el desarrollo rural.
15cc23
27/3/94
500187
514251

Enrique Iglesias se reunió con integrantes del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura

Representantes de 33 países pidieron al BID que apoye el desarrollo rural

■ El presidente electo de Costa Rica, José María Figueres y su equipo económico se reunieron con Enrique Iglesias, presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), en la sede del IICA, para delinear una agenda de trabajo conjunta, con base en las prioridades de las nuevas autoridades costarricenses.

En esa oportunidad, el director general del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, Carlos E. Aquino González, entregó a José María Figueres la medalla de oro del IICA.

La medalla, dijo Aquino al futuro gobernante —quien asumirá el cargo el próximo 8 de mayo— "constituye un reconocimiento a los aportes que usted ha hecho para que el IICA continúe trabajando en beneficio del desarrollo agrícola y el bienestar rural de las Américas".

Figueres, ministro de Agricultura en la administración del presidente Oscar Arias Sánchez (1986-90), presidió en 1989 la V Reunión Ordinaria de la Junta Interamericana de Agricultura (JIA), órgano superior del IICA que sesionó en la sede central del instituto entre el 9 y el 12 de octubre. Previamente, en julio de ese mismo año, había sido elegido presidente del Comité Ejecutivo de la institución.

La actividad se efectuó en el marco de una reunión de los representantes del IICA en sus 33 estados miembros y de los directores de la institución.

En el encuentro se analiza el proceso de cambio y ajuste iniciado en el Instituto, la estrategia de cooperación para el período 1994-98 y la puesta en marcha de un modelo de gerencia participativa incluyente.

Aquino también apreció como muy positiva la presencia de Enrique Iglesias en el IICA y comentó que constituía una excelente oportunidad para reiterarle que el Instituto aspira a ser socio del BID en el emprendimiento de acciones que contribuyan al desarrollo rural, el logro de una agricultura sostenible y el combate de la pobreza rural.

Hoy *más* que nunca, precisó, los organismos internacioanles deben aunar esfuerzos y voluntades, pues los recursos de la cooperación escasean y se requiere ser eficiente en su administración.

COMPLACENCIA

El gobernante electo agradeció la distinción y añadió su complacencia por volver a la "Casa de la Agricultura de las Américas", un lugar "que me resulta muy familiar, pues durante mi gestión como ministro de Agricultura vine muchas veces para conversar y buscar soluciones a los problemas del sector agropecuario". Figueres aprovechó esta oportunidad para hacer un análisis positivo de la situción latinoamericana y basó su optimismo en los avances registrados en materia política, "que han permitido la consolidación de la democracia".

En apoyo de este proceso de buenos augurios mencionó, asimismo, el estimulante repunte registrado en los principales indicadores económicos de varios países de la región.

9406399

01-01

Nº DOCUMENTO 9406400
TÍTULO Interrogan en Brasil a Jefe de mafia japonesa.
150015
24/3/94
11846
507982
66284

Interrogan en Brasil a Jefe de una tenebrosa "mafia japonesa"

L. M. 24/3/94

Porto Alegre (por Pedro E. Pascual). Después de 7 dias de haber sido preso en San Pablo, el japonés integrante de la mafia Yakuza, Hitoshi Tanabe fue interrogado en Brasilia por el Supremo Tribunal Federal, en donde después de varias contradicciones negó su participación con la organización mafiosa japonesa.

Hitoshi Tanabe es considerado el líder de la Dinshoukai, una de las fecciones de la Yamaguchi-gumi, la mayor organización del Japón. El japonés fue detenido en Londrina, interior del Estado de Paraná, el pasado 14 de marzo de policiales civiles que atendieron una determinación del Supremo Tribunal. En Brasilia, durante un interrogatorio que duró casi una hora, el mafioso se contradijo varias veces, según informaciones publicadas en los principales medios de prensa brasileña del centro del país.

Al comienzo de sus declaraciones, Tanabe negó cualquier tipo de participación con militantes de la organización. No obstante, relató, contra su voluntad, que participó de la organización durante cinco años y, por cuenta de eso, resultó que le cortaron el dedo meñique de la mano izquierda.

En transcurso de declaraciones confusas, el Ministro Sydney Sanches, relator del proceso, solicitó a Tanabe que aclarara qué tipo de relación mantuviera con la Yakuza. Muy nervisos, Tanabe admitió que cinco años atrás le cortaron el dedo, precisamente por negarse a participar de la organización. Y negó haber desempeñado cualquier actividad dentro de la organización.

Tanabe declaró qe los integrantes de la mafia Yakuza acostumbran a aceptar en que se corte una parte de uno de los dedos para que quede en evidencia la participación dentro de la organización. Ante el Juez Federal, Hitoshi Tanabe declaró que sus deseos son de permanecer viviendo en Brasil con su mujer e hija porque quiere hacer "una vida diferente". Dijo además que, pretende continuar con la misma actividad comercial que desarrollaba en el Japón: compra y venta de automóviles. Después que su abogado presente su defensa, Tanabe deberá aguardar la sentencia del Supremo. El Mministro Sydney Sanchez dijo anoche, que el juicio final sobre el mafioso japonés de salir en definitiva aún dentro de este semestre.

ENTRADO
CRUZADO

9406400.

Nº DOCUMENTO 9406401
TITULO Detuvieron en el Paraguay a 27 miembro de mafia china
150094
7/3/94
11846
5076381
66723

FALSIFICABAN RELOJES EN CIUDAD DEL ESTE

Detuvieron en el Paraguay a 27 miembros de la mafia china

Casi la totalidad de los "tongs" que cayeron en manos de la policía no tenían documentos y en poco tiempo lograron ganancias superiores a los 800.000 dólares. Los investigadores secuestraron unos 80.000 relojes falsificados de diferentes marcas reconocidas y las matrices para su fabricación.

ASUNCION (EFE). — **La policía nacional del Paraguay detuvo este fin de semana a 27 chinos, supuestos miembros de un grupo mafioso que operaba en Ciudad del Este**, fronteriza con el Brasil, y considerada el mayor centro comercial y turístico del país, informó hoy, domingo, la prensa asunceña.

La operación policial, en la que participó también la jueza regional **Felicia de Cantuni**, se llevó a cabo por sorpresa entre la noche del viernes y la tarde del sábado en las cercanías del **Puente de la Amistad**, sobre el río Paraná, que une a Ciudad del Este y a la localidad brasileña de Foz do Iguazú.

Los agentes, unos 40 en total, actuaron con **armas de guerra** ante la peligrosidad de los supuestos mafiosos, conocidos como **tongs**, que desde febrero extorsionaban a numerosos comerciantes **orientales** dedicados a la venta de **relojes y cosméticos**, principalmente.

Según el periodista **Héctor Guerín**, corresponsal del diario asunceño "ABC Color", **en solo un mes los "tongs" lograron, a través de presiones y amenazas, ganancias ilegales equivalentes a más de 800.000 dólares.**

La serie de investigaciones hechas por Guerín, publicadas bajo el título de **La conexión china en Ciudad del Este**, revelan que los mafiosos comenzaron por establecer el monopolio de la **distribución y falsificación de relojes** y trabajaban para hacer lo mismo en el ramo de los **juguetes**.

Los datos aportados por la investigación periodística fueron recogidos por el diputado **paraguayo Cubas**, representante del departamento del Alto Paraná, que tiene como capital a Ciudad del Este, que solicitó la intervención de **las autoridades** judiciales y policiales.

Entre los chinos apresados figura **Hsin Hsiung Huang**, alias "Marcelo", en cuyo departamento fue hallado **un verdadero arsenal**, con armas de distintos tipos y calibres y gran cantidad de proyectiles, así como un silenciador de pistola y una ballesta.

En una de las cajas fuertes de **"Marcelo"**, considerado uno de los principales cabecillas de la banda, la policía descubrió gran cantidad de **moldes matrices metálicos** utilizados en la falsificación de relojes con marcas de diversa procedencia, como **Citizen, Seiko, Pierre Cardin y Cartier.**

Durante el allanamiento de los comercios, la jueza Cantuni ordenó la incautación de unos **80.000 relojes** de ese tipo.

Casi la totalidad de los **orientales** que cayeron en las redes policiales **carecían de pasaportes** u **otros** documentos de su país y se sospecha que residen en forma ilegal en Paraguay.

Las investigaciones continúan en las calles y comercios de Ciudad del Este en busca de otros sospechosos, pues se cree que **al menos una decena de ellos escaparon** de las operaciones de los últimos dos días.

Ciudad del Este se encuentra en la zona de **Tres Fronteras**, donde convergen los territorios de la **Argentina, Brasil** y **Paraguay**, en la misma región donde se encuentra las cataratas del Iguazú.

La capital del alto Paraná, principal puerto de salida de las exportaciones de soja y de entrada de las importaciones en general, recibe anualmente la visita de **unos 12 millones de turistas**, la mayoría de ellas brasileños y argentinos.

ENTRADO

Cl-Cl

9406401

Nº. DOCUMENTO 9406402
T. Jefe mafioso colabora con justicia
F. 15 ene 94
F. 1/3/94
V. 11846
Italia 507604

Jefe mafioso

NAPOLES (Italia), 28 (EFE). — Carmine Alfieri, jefe del más poderoso clan de la organización mafiosa napolitana, camorra, está colaborando con la Justicia desde hace varias semanas, según confirmaron hoy lunes funcionarios judiciales italianos.

El "arrepentimiento" de Alfieri, subrayaron, no está relacionado con el anuncio hecho semanas atrás por el obispo de Acerra, monseñor Antonio Riboldi, acerca de la inminente rendición de centenares de miembros de la "camorra".

01-01

9406402

Nº DOCUMENTO 9406403
TÍTULO Mafia siciliano pagó 400000 U$S x asesinar a un juez
150023
17/3/94
11846
Italia 502604.

La mafia siciliana pagó 400.000 dólares por asesinar a un juez encargado de "manos limpias"

La Cosa Nostra maneja un ejército de casi 45.000 hombres, que en 1991 mató a dos personas por día

Roma (IPS)

■ La mafia ordenó el asesinato del juez símbolo de la investigación Manos Limpias, Antoni Di Pietro, para lo cual pagó 400 mil dólares de adelanto, según descubrió la policía italiana al interceptar teléfonos, se informó el martes.

El Corriere della Sera, uno de los más importantes diarios del país, reveló que la mafia se propuso matar a Di Pietro porque lo culpa de bloquear la realización de obras públicas en Sicilia por un valor de 3.000 millones de dólares.

Los jefes de la mafia siciliana Cosa Nostra ordenaron además, por la misma razón, el asesinato de otro juez de Manos Limpias, Angelo Giorgianni, quien ha llevado a cabo un intenso trabajo en esa isla del sur del país, añade la publicación.

Ante esta situación existe un estado de alerta máxima entre Milán, donde vive y labora Di Pietro, y Messina, una ciudad de Sicilia, de la cual provino la orden de matar a los dos jueces de Manos Limpias y en la que trabaja Giorgianni.

Según el diario, Di Pietro y Giorgianni emitieron una orden judicial para bloquear trabajos públicos en Sicilia por un costo de 3.000 millones de dólares, porque se los habían adjudicado empresarios vinculados al crimen organizado.

Numerosos políticos y empresarios de Messina fueron sometidos a proceso judicial por los jueces que llevan adelante la operación Manos Limpias, debido a sus vínculos con Cosa Nostra.

La policía descubrió, a través de pequeños micrófonos escondidos en las celdas de una cárcel de Messina, que Cosa Nostra adelantó ya 400 mil dólares como parte del pago por matar a Di Pietro, informó el Corriere della Sera.

Este hecho fue confirmado después mediante interceptaciones telefónicas a algunas personas que la policía investiga por su relación con el crimen organizado.

Giorgianni señaló en uno de sus informes que en Sicilia existe una estrecha relación entre política y mafia, que se ha servido de empresarios para adjudicarse la licitación de las obras públicas.

Por la cantidad de votos que controla en el sur del país directa o indirectamente, la mafia constituye el cuarto partido italiano, según un estudio de la comisión antimafia del parlamento.

Cosa Nostra, que surgió en 1943, dirige un verdadero ejército de 45.000 hombres que en 1991 asesinó a un promedio de dos personas por día, según las últimas estadísticas difundidas por la comisión.

La Federación italiana de comerciantes denunció que la mafia obtiene anualmente a través de la extorsión entre 5.000 y 6.000 millones de dólares.

9406403.

Nº. DOCUMENTO 9406404
TITULO Grupo mafioso fue detenido en Estados Unidos
PROC 150014
FECH 18/3/94
VIVC 11846
Italia 507604
65890

EEUU

MAFIA

Un importante grupo mafioso fue detenido en la madrugada de ayer en la ciudad estadounidense de Filadelfia, informaron medios locales de prensa.

Se trata de una banda criminal encabezada por John Stanfa, uno de los dirigentes más relevantes de la "cosa nostra" en la zona.

Más de once personas fueron detenidas en la operación policial, acusadas de asesinato, extorsión y de pertenecer a una sociedad criminal, entre otros cargos.

Esta es la mayor redada contra la mafia en Filadeldia en los últimos seis años.

LA JUVENTUD 18/3/94.

ENTRADO
GRAB

9406404

01-01

9406405
Pte. de Com. parlamentaria antimafia efectúa campaña electoral.
150623
18/3/94
11846
Italia 507604

Luciano Violante, abanderado de la lucha contra la mafia, organiza su campaña en Sicilia

Detrás de las paredes

150023 18/3/94

Corleone, Italia (AFP)
por Beatrice Bretonniere

■ Luciano Violante, presidente de la comisión parlamentaria antimafia, efectúa su campaña electoral en Sicilia, feudo tradicional de la mafia, en un automóvil blindado, con guardaespaldas y escolta policial.

Candidato del Partido Democrático de Izquierdas (PDS, ex comunista), Luciano Violante, 52 años, es un antiguo magistrado y hoy profesor universitario.

Fiel a su militancia antimafia desde 1979, Violante decidió hacer su campaña para las elecciones legislativas italianas del 27 y el 28 de marzo en el epicentro de la criminalidad organizada.

Primera etapa de su jornada de campaña, Corleone, al sur de Palermo, médula de la mafia siciliana y ciudad natal del jefe máximo, Toto Riina, detenido hace 15 meses, y de Bernardo Provenzano, buscado por la policía. Cada palmo de la plaza ha sido antes recorrido por los perros policías para detectar por el olfato eventuales explosivos antes de su llegada.

Unos cientos de personas —campesinos de rostro curtido, parejas jóvenes y algunos niños— están reunidos en la plaza. En un ambiente tenso, el candidato, protegido por un cordón policial, se dirige primero a los electores, luego a la mafia y sus sicarios. De paso, ataca a su principal competidor Silvio Berlusconi, que también se presenta en Sicilia en las listas proporcionales, junto con la magistrada Tiziana Parenti.

"Es una campaña arrogante y violenta la de Forza Italia (Adelante Italia, el movimiento de Berlusconi) cuyo lema de creación fue un llamado a las armas contra los comunistas. Es el antiguo lema de los nazis y de los fascistas que extendieron la violencia en Europa", lanza Violante, miembro del Partido Democrático de Izquierdas (PDS, ex comunista).

Sabedor de que los "pequeños" de la mafia escuchan tras las persianas cerradas, el candidato lanza un llamado de estadista, pidiendo que, a cambio de condenas leves, se disocien de los capos.

La etapa siguiente es la universidad de Trápani, al oeste de Sicilia, también centro mafioso pero más "moderno" por su categoría internacional y su vínculo con la mafia norteamericana. Más de mil estudiantes aclaman a Luciano Violante, por su denuncia de la "mafia aburguesada" de la ciudad.

El momento más duro de la jornada es la visita a Alcamo, pueblo montañés donde una feroz "familia" de la mafia hace reinar el terror: 53 muertos en dos años. El encuentro con los electores fue anulado por los organizadores locales, pero Violante insiste: "Hay que ir. Sobre todo si hay amenaza".

El diputado y su escolta se adentran en la subida de Trápani a Alcamo. Los policías, con las armas desenfundadas, vigilan las rocas que dominan la carretera. En Alcamo, una segunda escolta policial se añade a la primera. La calle central está llena, no de habitantes, sino de hombres uniformados y armados.

Tras un alto en el café y una visita "cultural" a la bella iglesia del pueblo, Violante se dirige hacia un puñado de nativos y les dedica unas palabras tranquilizadoras, sobre un futuro libre de la mafia.

¿No le atemoriza viajar por Sicilia custodiado por la policía? "No. Si tuviese miedo dejaría de hacer política", responde sonriendo, aunque sabe que probablemente figura ya en la lista de los asesinos mafiosos.

9406405

01-01

DOCUMENTO 9406406
TITULO Mafia asesino en Nápoles a un sacerdote enemigo de la misma
150224
20/3/94
11846
Italia 507604

EL PADRE GIUSEPPE DIANA, DE 36 AÑOS, RECIBIO TRES TIROS EN CARA DESDE CORTA DISTANCIA

La "camorra" asesinó en Nápoles a un joven sacerdote enemigo de la mafia

El presidente de Italia, Oscar Luigi Scalfaro, y el papa Juan Pablo II deploraron ayer el asesinato, por parte de la "camorra" (la mafia napolitana), del joven sacerdote antimafia Giuseppe Diana, de 36 años. Diana es el segundo religioso abatido por el crimen organizado en los últimos meses: en setiembre pasado cayó en un barrio de Palermo, Sicilia, el padre Giuseppe Puglisi. El atentado de ayer marca la reaparición de uno de los brazos de la mafia en el último tramo de la campaña electoral para los comicios generales de los días 27 y 28 de este mes. La policía cree que la ofensiva del Papa contra la mafia generó una respuesta combinada de clanes de Nápoles y Sicilia.

ROMA, 19 (Por **Julio A. Aranas**, especial para Clarín). — Tres obispos encabezaron esta noche una marcha popular por las calles de **Casal di Principe**, un pueblo cercano a Nápoles, para protestar contra el asesinato mafioso, esta mañana, del sacerdote **Giuseppe "Peppino" Diana**, en su parroquia de San Nicolás de Bari.

El padre Diana, de 36 años, famoso por sus luchas contra la criminalidad organizada, vió a sus asesinos —un comando de la camorra napolitana—, cara a cara cuando se encaminaba por un corredor de la iglesia a la sacristía para vestir los atuendos sacros y oficiar misa. Uno de los dos sicarios camorristas **le disparó tres balazos calibre 7,65 en la cara, casi a quemarropa.**

Una monja y otras mujeres que rezaban el rosario en el templo oyeron los disparos y acudieron en auxilio del padre Diana, que había muerto instantáneamente.

La Iglesia pagó ya un duro tributo de sangre por su decisión de enfrentar abiertamente a las mafias que infestan a Italia. El 15 de setiembre último, el padre **Giuseppe Puglisi**, párroco en Palermo de San Cayetano, fue ultimado de dos balazos cuando entraba a la iglesia. Puglisi era también un famoso cura antimafia.

Casal di Principe es un pueblo donde la camorra reina desde hace muchos años y cuyo concejo municipal fue disuelto el 30 de setiembre de 1991 por un decreto del entonces presidente de la República **Francesco Cossiga**, debido a la infiltración mafiosa en el gobierno de la comuna.

Deportivo, más amante de las camisas deportivas y de los jeans que de la sotana, el padre Diana era desde 1986 un estrecho colaborador del obispo de Acerra, monseñor **Antonio Riboldi**, en la lucha contra la camorra. Había nacido en Casal di Principe y fue alumno del seminario teológico de Nápoles. **Sostenía que la educación era la clave fundamental en la lucha contra las mafias** y cuidaba especialmente la catequesis de los niños y adolescentes de la parroquia.

Monseñor Riboldi se encontraba en el Vaticano cuando llegó la noticia del asesinato de su amigo mientras participaba de la audiencia del papa **Juan Pablo II** para celebrar el **Día de San José**, patrono del trabajo.

Riboldi informó personalmente al Pontífice acerca del homicidio y Juan Pablo II envió inmediatamente un mensaje al obispo de Aversa, monseñor **Lorenzo Chiarinelli**, de quien dependía el padre Diana, deplorando el asesinato.

El Papa fue el primer Pontífice de la Iglesia que denunció, nombrándola, a la mafia, y advirtiendo además a sus jefes que deberán someterse **"al juicio de Dios, que es inapelable"**. Juan Pablo II lanzó su llamado contra la cosa nostra en Agrigento, en mayo de 1993.

Autoridades policiales creen que la ofensiva del Papa contra el crimen organizado originó la respuesta terrorista de la mafia y la camorra aliadas, que en julio del año pasado, junto con otros sectores político-criminales, colocaron bombas de alto poder en la catedral de **San Juan en Letrán**, sede episcopal del Pontífice como obispo de Roma, y en la basílica de **San Giorgio al Velabro**.

Las investigaciones se han orientado rápidamente hacia los grandes "padrinos" de la camorra napolitana que dominan la zona de **Caserta**, que incluye Casal di Principe. Ellos son Francesco Schiavone, llamado **"Sandokan"**, y Francesco Bidognetti, también conocido como **"Gordo Medianoche"**. Ambos están prófugos. Desde hace años dominan las actividades criminales de la camorra y están ligados a la cosa nostra siciliana.

Don Peppino Diana y otros sacerdotes anticamorra habían denunciado en noviembre del año pasado la actividad de numerosos políticos locales ligados al crimen organizado.

El sacerdote anticamorra defendía también a los pobres inmigrantes afroasiáticos que viven una dramática marginalidad. El padre Diana invitaba a sus parroquianos a votar en las elecciones por **"políticos honestos, más allá del color político"**, pero el presidente de la Acción Católica de su parroquia, **Michele Corvino**, es candidato al Senado por el Frente Progresista (de izquierda), en los comicios generales del 27-28 de este mes.

9406406
01-02

El crimen organizado reaparece en plena campaña electoral

ROMA, 19 (Especial para Clarín). — La mafia inflamó hoy todas las polémicas de este último fin de semana de la campaña electoral para los comicios parlamentarios de los próximos días 27 y 28, que se tiñó de sangre por el asesinato de un joven sacerdote que denunciaba con insistencia **las complicidades entre políticos y camorristas.**

En un clima incandescente, el líder del Frente Progresista, **Achille Occhetto**, afirmó que "una parte de la mafia vota Forza Italia", en un debate radial con el jefe de ese partido y líder de las derechas, **Silvio Berlusconi**, el "zar" de la TV italiana.

Occhetto afirmó que un histórico cacique de la **N'drangheta** (la mafia de Calabria), el anciano **Momo Piromalli**, gritó el 24 de febrero tras las rejas y durante un proceso: **"Votaremos por Forza Italia".** El jefe poscomunista del PDS (Partido Democrático de la Izquierda), reprochó a Berlusconi no haber declarado claramente que "Forza Italia no quiere los votos de la mafia y de Piromalli".

Berlusconi, que mañana presidirá en Palermo la primera convención de Forza Italia en Sicilia, replicó que la suya es una fuerza nueva "que no tiene ninguna vinculación con la mafia y que la Cosa Nostra nada puede ganar con los liberales".

Pero la situación se dramatizó esta noche al trascender que **Salvatore Cancemi**, un "padrino" de Cosa Nostra que se entregó a la Justicia y colabora como "arrepentido", habría mencionado el nombre de **Marcello Dell'Utri**, uno de los principales colaboradores de Berlusconi, como un "avecinado" por la mafia siciliana.

Dell'Utri ha atravesado numerosos sofocones con la Justicia en las últimas semanas, por investigaciones de corrupción y otros procesos.

Berlusconi rechazó indignado la especie y denunció maniobras de sus adversarios. Ayer, el magnate de la televisión comercial salió a desmentir al ministro del Interior, **Nicola Mancino**, que en una entrevista dijo al hablar de las preferencias electorales de la mafia: **"Dicen que en Sicilia la tendencia es hacia Forza Italia".**

Marco Pannella, el tribuno radical que ha saltado de la izquierda a la alianza con Berlusconi, volvió a denunciar ayer que la vida del magnate corre serios peligros.

GOLPE TRAS GOLPE

- **1980. 2 de agosto.** Bomba en la estación ferroviaria de Bolonia. 85 muertos y 200 heridos.
- **1984. 23 de diciembre.** Bomba en un tren que iba de Nápoles a Milán. 16 muertos y 150 heridos.
- **1992. 23 de mayo.** El juez antimafia Giovanni Falcone muere al estallar una bomba.
- **1992. 19 de julio.** El juez Paolo Borsellino muere al explotar un coche bomba.
- **1993. 14 de mayo.** Coche bomba en el distrito romano de Parioli. 22 heridos.
- **1993. 27 de mayo.** Coche bomba en Florencia. 5 muertos y 50 heridos.
- **1993. 27 de julio.** Bombas en Milán y en Roma. Cinco muertos, cinco heridos. Numerosas obras de arte destruidas.
- **1993. 15 de setiembre.** El sacerdote Giuseppe Puglisi es asesinado de un balazo.
- **1993. 18 de setiembre.** Bomba en la localidad siciliana de Gravina de Catania. Cinco heridos.

Arrestan a dos jueces en Sicilia por corrupción

ROMA, 19 (EFE y Reuter). — El fiscal general de Reggio Calabria, **Giuliano Gaeta**, anunció hoy la detención de dos altos magistrados de los tribunales de **Messina**, que se dejaron corromper para favorecer en varios procesos a destacados miembros de la cosa nostra.

Tras una minuciosa pesquisa realizada por los carabineros, hoy fueron detenidos los jueces **Francesco Mancuso**, de 63 años, presidente del Tribunal de Vigilancia de Messina, en Sicilia, y **Antonio La Torre**, 70 años, ex presidente del Tribunal mesinés, que se retiró jubilado en diciembre pasado.

Además de los magistrados, otras ocho personas —entre ellas algunos empresarios— fueron arrestadas en las primeras horas de la mañana.

La investigación tuvo éxito gracias a la colaboración de algunos mafiosos "arrepentidos", que brindaron profusos detalles sobre la actuación de estos jueces.

Según la acusación, el juez **Antonio La Torre** habría "suavizado" algunas sentencias de la Corte de Apelaciones en favor de "hombres de honor" de la mafia.

Mancuso, presidente del Tribunal de Vigilancia, habría adoptado decisiones para beneficiar a mafiosos que ya se encontraban en la cárcel.

La magistratura emitió doce órdenes de captura, pero dos presuntos mafiosos no pudieron ser capturados.

Otras seis medidas judiciales fueron notificadas en la cárcel a presuntos afiliados a las bandas mafiosas de Messina.

9406406

1/1

06 15 1994 09:52 FROM SECRETARIA DNII.- TO P.01

Ministerio del Interior

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

-DOCUMENTO POCO LEGIBLE-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETA
Fecha 15-6-94
Pasa a SDI
Nº de Identificación 9406404

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada 15 JUN. 1994
Pasa a
Nº de Orden 9406407

Montevideo, 24 de Junio de 1994.

No habiendo sido contestado por carecer de información al respecto, el Señor Jefe del Dpto. ha dispuesto pase el presente al Archivo.

9406407

001/001

TOTAL P.01

202 P01 598+2+817118 DGID SEC GRAL 06-15-94 09:55

SECRETO

COPIA No. 1

9406408

Hoja 1 de 1
Copia 1 de 1

Montevideo, 14 de Junio de 1994.-

M E M O R A N D U M Nro. 940172 /S.O.E.

I.- ASUNTO CONCENTRACION PLAZA INDEPENDENCIA

II.- REFERENCIA Responde E.E.I. Nro. Orden 9406290

III.- T E X T O

- Siendo las 13:45 horas aprox., se concentraron en plaza Independencia unas 25 personas, esposas y familiares de reclusos del Penal de Libertad.
Allí se pudo detectar que realizaron declaración a la prensa (La República).

- Posteriormente a las 15:45 Hrs. se movilizaron por Avda.18 de Julio hasta la Suprema Corte de Justicia, sito en Gutiérrez Ruíz esq. San José, manifestando en la entrada por espacio de 20 minutos aprox.

- La movilización se dió por finalizada a las 16:10 Hrs. desplazándose los presentes en forma pacífica.

- Se detectaron las siguientes pancartas:

-NO AL RESTRINGIMIENTO DE ALIMENTOS
-TRASLADO AL INTERIOR YA
-NO A LA SANCION DE 90 DIAS
-TRASLADO PARA ENFERMOS YA CON DIAGNOSTICO

000002

FECHA 01/07/94 (6M)
Procesado a Sistema DPI
OBSERVACIONES ASUNTO

DISTRIBUCION : Original - Sub Director Int. - Jefe Dpto.III
Copia 1 - Jefe Dpto.I.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada: 15 JUN. 1994
Pase a
Nº. de E. 9406408

001/001

SECRETO

Nº. DOCUMENTO 9406409
TITULO Detuvieron a jueces por ayudar a la mafia
15001411
20/3/94
11846
Italia 507604

Italia

DETUVIERON A JUECES POR AYUDAR A LA MAFIA

Dos magistrados de la ciudad siciliana de Messina han sido detenidos por los carabineros (Policía militarizada), acusados de corrupción agravada y falsedad en relación a algunas sentencias que beneficiaron a mafiosos.

Los magistrados detenidos son el ex presidente del Tribunal de Messina, Antonio La Torre, jubilado desde el pasado mes de diciembre, y el presidente del Tribunal de vigilancia, Francesco Mancuso.

Los jueces fueron arrestados en cumplimiento de una orden de prisión cautelar emitida, junto con otros 10 procedimientos similares, por la fiscalía de Reggio Calabria, que desde hace varios meses dirige una investigación sobre casos de corrupción entre magistrados de Messina, basada en las declaraciones de colaboradores de la justicia (arrepentidos).

Según las investigaciones, La Torre y Mancuso se dejaron corromper para beneficiar a algunos miembros de clanes mafiosos de la provincia de Messina, el primero con algunas sentencias en el Tribunal de Apelación y el segundo con la adopción de beneficios a favor de imputados en prisión.

Seis de las órdenes de captura afectan a mafiosos de Messina que se encuentran ya en prisión por otros delitos.

Los arrestos de La Torre y Mancuso suponen el primer golpe que cae sobre el palacio de Justicia de la ciudad del estrecho, donde en los últimos meses les han sido abiertos sumarios a varios magistrados por casos de procesos ajustados a favor de los clanes mafiosos.

Según publica el diario milanés "Corriere della sera", La Torre presuntamente recibió 70 millones de liras (41.000 dólares) por anular la condena a un "boss" (jefe mafioso), mientras Mancuso concedió permisos a detenidos de los clanes a cambio de dinero.

9406409

Nº. DOCUMENTO 9406410
TITULO La lucha contra la mafia no se detiene.-
PROC. 150015
FE 27/3/94
VI 11846
Italia 507604.-

La lucha contra la mafia no se detiene

Sobre tres "padrinos" prófugos de Cosa Nostra se orientan las investigaciones de los atentados terroristas del año pasado en Roma, Florencia y Milan, mientras que cinco jueces populares de un tribunal de Palermo que juzga a Salvatore Riina, el arrestado jefe de la mafia siciliana, renunciaron a sus cargos y obligaron a anular el proceso.

ROMA / ANSA

El magistrado Pier Luigi Vigna anunció ayer en Florencia sobre que Leoluca Bagarella, cuñado de Riina, Bernardo Provenzano y Giovanni Brusca, otros dos famosos "padrinos" de Cosa Nostra, se concentran las sospechas por el atentado terrorista del 27 de mayo último que causó cinco muertos, 29 heridos y daños muy graves al patrimonio artístico de la ciudad del Renacimiento.

Otras cuatro personas murieron al explotar otro coche-bomba en Milán en julio del año pasado, mientras que tres coches-bomba estallaron en Roma, produciendo dos de ellos graves daños en la basílicas de San Juan de Letrán, sede episcopal del Papa, y San Giorgio al Velabro, una de las más antiguas de la cristiandad.

El magistrado Vigna dijo que los atentados forman parte de la misma estrategia que causó las masacres en Palermo que mataron a los jueces Giovanni Falcone y Paolo Borsellino, y en la que murieron otras diez personas.

En los atentados de Roma, Florencia y Milán "el objetivo no era matar sino lanzar precisos mensajes", dijo Vigna.

El fiscal dijo que se había llegado a estas conclusiones tras diez meses de investigaciones en varias partes de Italia.

Vigna dijo que "ahora es necesario continuar trabajando con la reserva de todos estos meses".

Visitas indeseables

Desde hace unos días se hacen cada vez más insistentes las versiones según las cuales se habría verificado la presencia en Florencia, a fines de mayo de 1993, de algunos sicilianos vecinos a los "corleoneses" de Riina, entre ellos el mismo Giovanni Brusca.

Por otra parte, la fiscalía de Palermo abrió una investigación para detectar con precisión la causa de la renuncia de cinco jueces populares de formar parte del Tribunal que juzga a Riina, Michele Greco y otros "padrinos" de la mafia imputados del intento de asesinato, en la cárcel del Ucciardone, del anciano "capo" de Cosa Nostra Gerlando Alberti.

Alberti se salvó porque comenzó a gritar cuando le estaban por inyectar en un brazo una dosis de veneno, en 1983, introducida en la cárcel con la complicidad del abogado de un mafioso preso. Los guardiacárceles le salvaron la vida. La renuncia de los cinco jueces obligó a anular el proceso y a recomenzar todo de nuevo.

Son fuertes las sospechas de que Cosa Nostra obligó con amenazas a dimitir a los jueces populares.

Otra importante novedad de la jornada fue la extradición desde Francia de Michele Zaza, uno de los más importantes y conocidos "capos" de la camorra napolitana, también vinculado a la Cosa Nostra siciliana.

Acompañado por una fuerte escolta, Zaza llegó a Roma a bordo de un avión, desde Francia. "El loco", como le llaman, está acusado de graves crímenes de mafia, sobre todo por su carácter de organizador del tráfico internacional de estupefacientes.



Quien triunfe sabe que tendrá un duro trabajo con la mafia y sus líderes (En la foto "Toto" Riina)

01-01

9406410

Nº DOCUMENTO 9406411
TITULO Desbaratan operativo de la Cosa Nostra.
FUENTE 1500241
FECHA 24/3/94
VINC. 11846
Italia 527604

DETIENEN A UN CAPO SICILIANO Y DESMANTELAN UN OPERATIVO DE LA COSA NOSTRA

Contundentes golpes contra la mafia

Un llamado anónimo permitió a la policía italiana desbaratar un operativo de la cosa nostra para asesinar este fin de semana al ex presidente de la comisión antimafia del Parlamento y candidato del Partido Democrático de Izquierda (PDS), Luciano Violante. Las autoridades profundizaron la lucha contra la organización mafiosa y lograron la detención de Aldo Ercolano, uno de sus principales capos.

ROMA, 27 (EFE y AFP). — El gobierno italiano, embarcado en una dura lucha para erradicar la delincuencia organizada, asestó en las últimas horas dos contundentes golpes a la mafia. Detuvo a uno de sus principales capos sicilianos y logró desbaratar un plan para asesinar a un candidato parlamentario del Partido Democrático de Izquierda (PDS).

Además logró la extradición de uno de los principales jefes de la conexión mafiosa ítalo-francesa y el descubrimiento de un video casero que revela algunos de los códigos de honor con los que se maneja la cosa nostra.

El "padrino" de la mafia siciliana, Aldo Ercolano, sobrino y mano derecha de uno de los cabecillas más poderosos de la cosa nostra, Nitto Santapaola, fue capturado hoy por la policía italiana en la zona del lago de Garda, cerca de Brescia.

Ercolano era el regente de las actividades de la mafia en Catania, y, según declaraciones de algunos mafiosos arrepentidos, era el sucesor natural de su tío Santapaola, quien fue capturado el año pasado.

La captura de Ercolano coincidió con el desmantelamiento de un plan de la cosa nostra para atentar con un coche bomba contra el ex presidente de la comisión parlamentaria antimafia y candidato del Partido Democrático de Izquierda (PDS), Luciano Violante.

El operativo pudo ser desbaratado gracias a que un informador anónimo llamó a la policía hace dos días para advertir que había llegado a Turín —lugar donde vive Violante— un automóvil repleto de explosivos para atentar contra el candidato izquierdista.

Michele Zaza, uno de los padrinos de la camorra (mafia napolitana), quien había sido detenido en mayo de 1993 por la policía francesa, fue extraditado ayer a Italia, informaron los ministerios del Interior y de Justicia de Roma.

Michele Zaza actuó durante mucho tiempo en el eje Italia-Provence-Costa Azul (Francia), en el que se dedicó a actividades de blanqueo de dinero. Pero el 22 de mayo del año pasado fue detenido durante un operativo efectuado por la policía francesa y la DIA (Dirección Italiana de Investigaciones antimafia).

La policía italiana también está investigando un curioso caso de ajuste de cuentas en una familia de mafiosos, que terminó con la muerte de uno de sus miembros por colaborar con la policía y la Justicia.

Enrico Incognito, jefe mafioso de la localidad catanesa de Bronte, que hace algunos meses empezó a colaborar con la policía a través de informaciones sobre actividades criminales grabadas en cintas de video, fue asesinado hace dos días por su hermano, con el consentimiento del resto de su familia.

El viernes pasado, mientras Enrico grababa algunas de sus confesiones frente a una cámara de video, su hermano Marcello ingresó al departamento junto a la madre de ambos y le disparó a quemarropa.

Gracias a que lo ocurrido quedó registrado en la cinta de video, la policía pudo detener a la madre de la víctima y a uno de los amigos que lo traicionaron y además conocer algunos de los códigos de honor con los que se maneja la mafia.

01-01

9406411

Nº DOCUMENTO 9406412
TITULO Amenazas de la mafia contra ex pte. de Com. Parlam. Antimafia
150023
28/3/94
1164C
Italia 507604

Amenazas de la mafia contra candidato turinés

28/3

Turín, Italia (AFP)

■ La mafia siciliana prepara un atentado contra Luciano Violante, ex presidente de la comisión parlamentaria antimafia y candidato del Partido Democrático de Izquierda (PDS) en Turín, informaron ayer domingo fuentes policiales de esta ciudad.

Según las fuentes, la ejecución del atentado estaba prevista durante las elecciones, ayer u hoy, y el peligro no fue aún conjurado.

Un equipo especial de la policía antiterrorista, dotado con vehículos blindados llegó a Turín, donde reside Violante.

La alarma data del jueves, cuando la policía supo por un informador "de toda confianza" el plan de Cosa Nostra de eliminar al diputado que simbolizó la lucha antimafiosa durante los últimos dos años. Según el informador, un coche repleto de explosivos ya estaba en Turín.

Ya bajo protección policial durante su campaña electoral en esta ciudad y en Sicilia, donde también es candidato según la norma proporcional, el magistrado podría partir hacia un lugar secreto en el que pasaría varios días, indicaron sus colaboradores.

El miércoles, Violante había dimitido de la presidencia de la comisión antimafia "para poder defenderse" de las acusaciones del magnate de la televisión Silvio Berlusconi, líder de Forza Italia, según el cual se había excedido en sus atribuciones al hablar de una supuesta colusión con la mafia de su colaborador Marcello Dell'Utri.

ENTRADO
CRUZADO

Nº DOCUMENTO 9406413
28/3/94

Se filmó un fratricidio que ordenó la mafia

Fortuito: un soplón fue asesinado por su hermano, y el ajuste de cuentas familiar quedó accidentalmente grabado en video.

ROMA, 27 (EFE).- La grabación del asesinato de un mafioso arrepentido por su hermano ha conmocionado a Italia y ha sacado a la luz los códigos de honor que se ven obligados a respetar los miembros de la Cosa Nostra.

Enrico Incognito, de 30 años, "capo" mafioso de la localidad catanesa de Bronte, decidió arrepentirse y colaborar con la Justicia, algo que nunca le perdonaron sus padres y su hermano, obligados por la Cosa Nostra a "tomar distancias del infame".

Incognito, abandonado también por su mujer, eligió un peculiar método para colaborar con la Justicia. No se fiaba de los jueces y antes que comparecer en persona delante de ellos, decidió grabar sus confesiones con una videocámara casera. En su departamento instaló una videocámara, delante de la cual confesó a los jueces todos los secretos de los clanes mafiosos cataneses. Hace dos días, Incognito se encontraba en su departamento, cuyas puertas sólo abría a algunos familiares y gente de confianza, con su madre y tres amigos, a los que estaba contando las maravillas de la nueva videocámara que se había comprado, con la que tenía previsto seguir grabando sus confesiones, que luego enviaba a los jueces.

Ajuste de cuentas

Incognito nunca pudo imaginar que la videocámara iba a ser vital para detener a su asesino y los cómplices. Según informó la policía, mientras probaban el aparato, grabando cosas sin importancia, sonó el timbre de la puerta. El mafioso observó por la mirilla y al distinguir a un conocido, no dudó en abrirla. El conocido era el vecino que le llevaba a diario la comida, que se demostró un Judas: nada más abrir la puerta surgió de detrás el hermano de Incognito, Marcello, de 29 años, quien sin dudar un segundo comenzó a dispararle. Al final, para rematarlo, y delante de la madre de ambos, le pegó un tiro en la cabeza. Luego huyó en un automóvil, en el que lo esperaba su padre.

Los amigos que se encontraban en el departamento, que habían grabado lo ocurrido, y la madre también huyeron. La policía se encontró ante un delito más de ajuste de cuentas.

Los agentes registraron la casa y no dieron importancia a la videocámara, hasta que mediante una llamada anónima un desconocido -seguramente uno de los amigos- hizo hincapié para que dieran una ojeada a la cinta.

La cámara reveladora

Lo que vieron los agentes, según fuentes policiales, fue escalofriante: "No, Marcello, no lo hagas, por favor, no dispares", decía la víctima a su hermano, mientras, detrás de élla cámara grabó al padre. En otro fotograma se ve a la madre, con aspecto resignado, sin hacer nada en favor de su hijo, lo que demuestra, según los agentes, que estaba al tanto y que había aceptado las sugerencias de la Cosa Nostra: acabar con el traidor.

Gracias a la videocámara, la mujer ha sido detenida, así como el vecino que lo vendió. El asesino y su padre se encuentran en paradero desconocido, por lo que ha sido dictada una orden de busca y captura.

Amigos del muerto han contado que desde que decidió colaborar con la Justicia, Incognito desconfiaba de su padre y de suhermano, pero que nunca pudo pensar en que su madre lo traicionaría. La fiscalía de Catania ha acusado a la mujer de "concurso en homicidio voluntario".

La mafia no perdona

El asesinato ha puesto en evidencia que la mafia no perdona y que los familiares del "traidor" sólo se salvarán si "lavan la deshonra" de la manera que decida la Cosa Nostra. En este caso, los familiares han renegado del traidor, pero, en otros, los parientes han sufrido en carne y hueso y han pagado con sus vidas el daño causado a la organización criminal.

Así, la madre, la hermana y la tía del colaborador mafioso Francesco Marino Mannoia fueron acribilladas a balazos en Bagheria, Sicilia, porque no lo repudiaron cuando decidió confesarse con los jueces y lo ayudaron en la cárcel.

La única oportunidad que les queda es escapar a una localidad secreta o entregar al traidor a sus carniceros.

9406413

Nº. DOCUMENTO 9406414
TITULO ONGs proponen ampliar derechos del niño en la Constitución
150483
11/3/94
501946
507466

ONGs proponen ampliar derechos del niño en la Constitución

Un grupo de Organizaciones No Gubernamentales presentó a la Comisión especial de reforma constitucional, una propuesta de modificación de los artículos referentes a los derechos de los niños en el entendido que "la reforma no debe alcanzar solamente a las estructuras del sistema político".

Se propuso la modificación de los artículos 40, 41 y 43 de la Constitución sobre la base de la Convención Internacional de los Derechos del Niño ratificada por Uruguay en 1990 y previamente votada en la Asamblea General de las Naciones Unidas.

Según informó a *El Observador* la directora de Defensa de los Niños Internacional, Ana María Solari, los artículos sustitutivos propuestos abarcan con mayor amplitud y precisión la protección de los derechos de la familia, los niños y adolescentes.

Específicamente, en el artículo 40 se propone establecer una igualdad de deberes y derechos entre el hombre y la mujer en el marco de la "paternidad responsable" y que "la planificación familiar es un derecho de la pareja a decidir libre y responsablemente el número y frecuencia de los hijos", para lo cual el Estado deberá brindar el apoyo educativo para el ejercicio de este derecho.

Además se marca la responsabilidad del Estado en asegurar la asistencia a la familia (...) creando mecanismos orientados a excluir la violencia del ámbito familiar".

En el artículo 41 se hace una enumeración más exhaustiva de los derechos de los niños y los adolescentes tales como la protección contra "negligencias, discriminación, explotación laboral y económica, violencia, crueldad, opresión, abuso sexual, secuestro y venta".

El artículo 43 se cambia casi en su totalidad al solicitar que la ley procure que los actos de infracción cometidos por menores de 18 años se regulen por un sistema de protección especial y que la privación de la libertad sea considerada el último recurso y dure el plazo más breve posible. El artículo sustitutivo también consagra "el derecho a la intimidad. En consecuencia no se posibilitará ninguna información que pueda dar lugar a la individualización de la persona del menor".

La propuesta fue elaborada por Defensa de los Niños-Uruguay, el Foro Juvenil, el Instituto de Estudios Legales y Sociales del Uruguay, la Red Nacional de Organizaciones de atención a la niñez (que integran 174 instituciones), el Centro de Formación en Educación Especializada, el Comité de Seguimiento de la Convención sobre los Derechos del Niño y la Unidad de Políticas Sociales del Claeh. ■

CRUZ

9406414

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406415
TITULO Alide nombró nuevo presidente
150023
23/3/94
VINCULACIONES 126805
66899

Alide nombró nuevo presidente

Exp. 23/3

■ El Comité Directivo de Alide, reunido en San Juan de Puerto Rico, confirmó en el cargo de presidente al doctor Hindemburgo Pereira-Diniz, presidente del Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais y de la Asociación Brasileña de Instituciones Financieras de Desarrollo, quien en su primer mensaje a las entidades miembros, rindió homenaje al ex presidente, licenciado Oscar Espinosa Villarreal, por demostrar la vigencia de la banca de desarrollo y de Alide como su organismo representativo.

El doctor Pereira Diniz, hizo también algunas reflexiones sobre el campo de acción de la banca de desarrollo en la presente década, situando el análisis en tres planos: —el de las políticas globales orientadas a la recuperación de niveles de producción y empleo en los diferentes países, y a la transformación de sus estructuras productivas que facilite un desarrollo sostenido y a largo plazo; —el relativo a la consolidación y desarrollo de los sistemas financieros, por medio de políticas y estrategias que promuevan el incremento del ahorro financiero y su canalización hacia la inversión productiva; y, finalmente— el del financiamiento del desarrollo como actividad de contenido específico, pero interrelacionado con los dos planos ya citados.

Por otra parte, el doctor Pereira Diniz, aclaró que la expresión "nueva banca de desarrollo" no tiene una connotación negativa con respecto a la llamada "banca tradicional", cuya fisonomía respondió simplemente, en su momento, a una realidad diferente a la que hoy se vive.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9406415.

9406416
Se aceptó ingreso de ARG. en la OCDE.
1500 90
9/3/94
12718
66960

La Argentina en la OCDE

Por Graciela Iglesias
(Corresponsal de LA NACION)

Precisión: el presidente del Centro de Desarrollo explica por qué se aceptó el ingreso del país a un círculo hasta ahora exclusivo para ricos.

PARIS. – A muchos pudo haber sorprendido el ingreso de la Argentina como miembro del Centro de Desarrollo de la OCDE (Organización para la Cooperación Económica y el Desarrollo).

Pero no a su presidente, el suizo Jean Bonvin, quien tiene tantas palabras de elogio a la estabilidad socioeconómica del país que termina por provocar escepticismo. "La Argentina evidencia una capacidad de recuperación sorprendente –asegura–. Los indicadores económicos son más que elocuentes".

En su despacho de la rue de Chardon Lagache, no muy lejos de la torre Eiffel, Bonvin explicó a LA NACION por qué decidieron abrir sus puertas.

"El mundo cambia y las instituciones tienen que anticiparse a esas variaciones. Debemos admitir que en el caso de la Argentina, estamos llegando tarde. Los mayores cambios ya se produjeron. También tenemos que reconocer que la caída del Muro de Berlín, y la necesidad de hacer espacio para el ingreso de países del Este, nos preocupaba. Temíamos que el Centro y la OCDE en sí misma se convirtiera en un forum representativo sólo del Norte. La Argentina nos ayuda así a equilibrar las fuerzas dentro de la organización".

–Con ese criterio podrían haber aceptado a cualquier país del Sur ¿Por qué la Argentina?

–No, cualquiera no. Estamos listos a recibir a todo Estado soberano que tenga una economía dinámica. Personalmente creo que México, Chile, la Argentina y Brasil serán las grandes locomotoras de América latina. Tenemos muchas esperanzas puestas en la Argentina por su potencial divulgador de nuestros conocimientos en el resto del área de habla hispana.

Creemos, además, que la Argentina es el gran terreno fértil de la inteligencia latinoamericana.

–¿Es cierto que ustedes son la antesala de la OCDE?

–Es un tema delicado. Yo diría que somos su "casa de huéspedes". Nosotros tenemos una autonomía dentro de la organización que queremos preservar. Estamos a caballo entre el mundo industrializado y el desarrollado. Algunos países, como Corea, quieren estar aquí, no tanto por conocer qué ocurre en el Tercer Mundo, sino para enterarse de los problemas de los países industrializados. Los "inconvenientes de la paz", como el desempleo. De esta forma se enteran que ser desarrollados no significa el nirvana. Presenta graves desafíos. Aunque sí, como dijo el Papa recientemente, el desarrollo es el camino a la paz, lo que no es poca cosa.

–¿Ser miembro del Centro confiere algún prestigio?

–Más que prestigio, el Centro ofrece oportunidades. Por aquí pasan al año unas 20 mil personas, todas ellas la "créme de la créme" de la intelectualidad mundial. La OCDE no es más que una escuela para la gestión de la economía internacional, cada vez más interconectada. Aquí no se toman decisiones políticas; se cocinan las propuestas que pueden adoptar, o no, las dirigencias de cada país. En el Centro, los contrastes de oposición de intereses entre los países se pueden discutir libremente y nuestro objetivo es encontrarles solución.

LN. 9/3
ENTRADO
9406416
01-02

Trabajo en la OCDE

17/25/3

El embajador en Francia, Juan Archibaldo Lanús, suscribió en París con el secretario general de la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE), Juan Claude Paye, el documento acordado con el canciller Guido Di Tella por el cual la Argentina es el primer país latinoamericano que forma parte del Centro de Desarrollo del organismo internacional.

9406416

02-02

Nº DOCUMENTO 9406417
TITULO Brasil es el 2do país latinoamericano que ingrese a la OCDE.
PROC 150093
FECHA 19/3/94
VIN 12718
507482

Brasil es el segundo país latinoamericano que ingresa a la OCDE, Club de los Grandes

■ Brasil oficializó ayer su entrada al club de los grandes al ingresar al Centro de Desarrollo de la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE), en el que también se cuenta Argentina, desde la semana anterior, informó ANSA desde París.

Ambos países sudamericanos participan junto a Corea en el Centro de Investigaciones, que analiza las relaciones económicas internacionales, el desarrollo y la interdependencia entre todos los países.

Para los dos países su ingreso al foro mundial es un reconocimiento y un desafío, porque la entrada al Centro de Desarrollo es apenas un peldaño hacia una entrada definitiva como miembros activos.

El secretario general del Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil, Roberto Abdonur, fue el encargado de oficializar el ingreso de su país a la OCDE, que ofrecerá la oportunidad a Brasil y Argentina, de trabajar con los grandes del mundo.

ENTRADA
CRUZ

9406417.

01-01

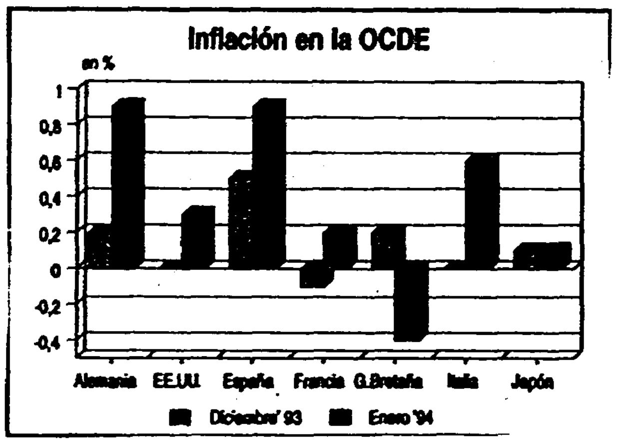
Nº DOCUMENTO 9406418
TÍTULO Precios al consumidor subieron en 0,3 % en los países de la OCDE.
15000 07
FE 21/3/94
12718

Precios al consumidor subieron 0,3 % en los países de la Ocde

París, 18 mar. - Los precios al consumo en los países miembros de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) crecieron un 0,3 por ciento el pasado enero después de haberse mantenido estables en diciembre.

En Estados Unidos, la inflación pasó del 0,0 por ciento en diciembre al 0,3 por ciento en enero; del 0,2 al 0,9 en Alemania; del -0,1 al 0,2 en Francia; del 0,0 al 0,6 por ciento en Italia.

En Japón, los precios al consumo se mantuvieron estables en el 0,1 por ciento y bajaron del 0,2 por ciento en el Reino Unido en diciembre al -0,4 por ciento en enero. En España los precios crecieron un 0,9 por ciento en enero frente a una subida del 0,5 por ciento en diciembre. (EFE)



ENTRADA
9406418

9406419
Desempleo en la OCDE alcanzará a unos 35 mill. de personas.
150483
29/3/94
12718

Desempleo en la OCDE alcanzará a unos 35 millones de personas

GINEBRA - EL DESEMPLEO se elevará al 8,6% en la OCDE a finales de 1994, lo que equivale a 35 millones de personas, 23 millones de ellas viven en Europa occidental, informó ayer la Organización Internacional del Trabajo (OIT).

Mientras tanto, el empleo crece ligeramente en la mayoría de los países de Europa oriental y de la antigua URSS.

"La crisis en materia de empleo es verdaderamente mundial en cuanto a alcance y naturaleza, pues apenas un número contado de economías asiáticas en expansión presentan una situación de pleno empleo, de signos de escasez de mano de obra y de salarios en aumento", afirmó la OIT.

Para ésta "es urgente enfrentarse al reto de alcanzar el crecimiento, el pleno empleo y la justicia social en la nueva economía mundializada".

Aunque da la bienvenida a una mayor liberalización, la OIT exhorta a una cooperación internacional más intensa y alega que "sería un retroceso enorme si la tendencia a la mundialización y liberalización del comercio trajera consigo un debilitamiento general de las normas de proteccion y una inseguridad cada vez mayor de la población trabajadora".

La mundialización de la economía obliga a idear un dispositivo perfeccionado que permita regular y verificar la evolución de la protección social, a fin de asegurar que esa internacionalización resulte efectivamente en un mayor grado de progreso social y de justicia social en todo el mundo", añadió.

Según el informe, elaborado para la Cumbre Mundial de la ONU sobre el Desarrollo Social de 1995, en los países en desarrollo, donde el sector no estructurado crece con rapidez a medida que se extiende el desempleo urbano, "la situación es cada vez más desesperada".

También destacó que el desempleo en los países industriales de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) —a los que corresponde el 75% de la actividad económica mundial— aumentará al 8,6% a finales de 1994 (frente al 8,5% anual), el nivel más alto de desempleo desde la gran depresión de la década de los años treinta.

En el resto del mundo "las tendencias son inquietantes", con pérdidas masivas de puestos de trabajo desde 1989 en la mayoría de las economías de Europa central y oriental, bruscos descensos del empleo y los salarios en las zonas urbanas del Africa subsahariana y los índices de desempleo más altos desde los años 70 en Iberoamérica. *(EFE)*

9406419

01-01

N° DOCUMENTO 9406420
OCDE - nuevo rango internacional
15-00095
31/3/94
12718

Un nuevo rango internacional

Por Juan Archibaldo Lanús (*)
(Para LA NACION)

Estuvimos acostumbrados a pensar nuestro país como un "haber sido", algo que no se logró coronar. Ubicada a principios de siglo en la lista de los diez primeros países del mundo, la Argentina fue una promesa magnánima que sedujo a millones de seres humanos.

Entre 1913 y 1929, nuestra riqueza por habitante era similar a la de Francia o a la de Italia, proveíamos casi la mitad de los granos forrajeros del comercio mundial, fuimos señalados por muchos analistas extranjeros como poseedores de un seguro destino de gran potencia. La historia de los hechos políticos y sociales alteró, sin embargo, aquel mito de un progreso inexorable durante décadas de discordia y desencuentros. Las energías creativas del pueblo argentino fueron inhibidas por las dificultades colectivas para encontrar un rumbo que permitiera realizar los designios profundos que generaciones enteras guardaron intactos en el alma nacional: la devoción por mejorar y la capacidad de lograr.

El 11 de marzo último la Argentina fue invitada a formar parte del Centro de Desarrollo de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), entidad que agrupa a los 24 países más industrializados del planeta. Dentro de algún tiempo ese hecho será percibido como un hito en la historia de nuestras relaciones exteriores, no por el significado formal de ingresar a una más de las tantas organizaciones internacionales que existen, sino porque marcará la ascensión de la Argentina a una nueva categoría en el rango mundial de Estados: la de los países emergentes con economías dinámicas.

Primer país de América latina en franquear ese umbral, la Argentina recibió, como lo ha afirmado el canciller Guido Di Tella, un certificado de calidad por la excepcional transformación que ha experimentado en menos de cuatro años.

Ese acto diplomático que fue la firma de las notas reversales, el 11 de marzo en el Château de la Muette, sede de la OCDE, merece a mi juicio tres comentarios.

Un hecho político

En primer lugar, se trata de un hecho político que confirma la percepción generalizada –por lo menos entre los 24 gobiernos que votaron su ingreso por unanimidad– de que nuestro país ha cambiado de status. Mutación institucional asegurada por una democracia sin vacilaciones, plenas garantías para el ejercicio de las libertades cívicas y respeto por los derechos humanos, un discurso de política exterior que se ha alejado de la retórica de confrontaciones y asumido un protagonismo responsable en los asuntos mundiales y, por último, la abolición de una Argentina errática, impredecible e inestable. Conságrase así la aparición de una Argentina responsable y seria.

El segundo comentario se refiere al cambio de percepción sobre la realidad económica de un país que experimentó una de las quince hiperinflaciones conocidas en la historia, y que a pesar de sus muy cuantiosos recursos humanos y materiales había sufrido una decepcionante caída en su capacidad de producir riqueza. Entre 1981 y 1989 la tasa de crecimiento del PB argentino fue en promedio de menos del 1,5 % por año, resultado más bajo que el promedio de América latina y del conjunto de los países en desarrollo. ¡Pensar que Corea del Sur, otra de las ahora economías emergentes, tenía en 1960 un PB per cápita igual al de Ghana (230 dólares por habitantes)!

La reforma del Estado, la desregulación, las privatizaciones, la estabilidad monetaria y el conjunto de las políticas puestas en práctica por el gobierno del presidente Carlos Menem han transformado esa realidad económica, y sus logros constituyen hoy un caso de estudio. El crecimiento del PB argentino en los últimos tres años es siete veces superior al del conjunto de los 24 países industrializados de la OCDE (para la Argentina y la OCDE respectivamente, en 1991: 8,9 % y 0,8 %; en 1992: 8,7 % y 1,7 %, y para 1993: 6,5 % –provisorio– y 1,1 %). La Argentina es, sin duda, un fenómeno emergente.

Un tercer comentario me surge al reflexionar sobre nuestra historia, tan acosada por esperanzas y sueños incumplidos. Existe actualmente la conciencia generalizada de haber emprendido un camino certero, de asumir nuestro destino por la afirmación y no por la nostalgia de "haber sido", de transmutar las "ganas" en un "hacer" concreto. Como todas las grandes transformaciones nacionales, ésta ha sido posible gracias a un liderazgo de ideas nuevas que se impusieron sobre la frustración de un pasado reciente, ayudada en nuestro caso por la incomparable capacidad del pueblo argentino de superar culpas y aceptar desafíos.

Una auténtica vocación colectiva de cambio ha acompañado ese rumbo nuevo, que en muy poco tiempo ha logrado un exitoso resultado para el esfuerzo hecho, que es el reconocimiento de un nuevo rango internacional para la Argentina. Ese reconocimiento inaugura una nueva responsabilidad: persistir en el esfuerzo. (c) LA NACION

(*) Embajador de la Argentina en Francia.

9406420
01-01

9406421

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 3 de marzo de 1994

MOSCU INGRESARIA EN LA ASOCIACION PARA LA PAZ

Rusia, más cerca de la OTAN

BRUSELAS, 2 (Reuter). — **Rusia aceptó ingresar a la Asociación para la Paz**, una iniciativa del presidente **Bill Clinton**, que ofrece la cooperación militar y planes conjuntos de seguridad entre la OTAN y el desaparecido Pacto de Varsovia, anunció hoy en Bruselas una fuente de la Alianza Atlántica.

El lunes pasado, la OTAN envió una misión diplomática a Moscú para convencer a los rusos —ex adversarios de la Alianza durante la guerra fría— de que firmen la solicitud de admisión a la asociación y aseguren así la cooperación militar.

Los diplomáticos enviados a Moscú (los embajadores ante la OTAN de Gran Bretaña, los Estados Unidos y España) se mostraron preocupados por la posibilidad de que sus planes de estrechar vínculos con la mayor potencia militar de Europa fracasen y, por lo tanto, se agudice la tensión en el continente. Pero Rusia, que hasta ahora se negó a ingresar a la Asociación y manifestó su disgusto por la adhesión de los países de la ex Unión Soviética, habría cambiado de actitud.

"Los rusos dicen que se sumarán pronto (a la Asociación para la Paz)", comentó una fuente de la OTAN que pidió no ser identificada. El viceministro de Relaciones Exteriores de Rusia, **Vitaly Churkin**, expresó a los diplomáticos occidentales —según la misma fuente— la seguridad de que el gobierno de su país adherirá a la propuesta de sus ex enemigos, los 16 miembros de la Alianza Atlántica.

La Asociación para la Paz es una iniciativa lanzada por los Estados Unidos en enero pasado ante el pedido de los países del ex Pacto de Varsovia (bloque militar socialista) de ingresar a la OTAN, aunque no otorga el status de miembro pleno de la Alianza Atlántica. Este acuerdo ya fue firmado por **Polonia, Lituania, Estonia y Rumania** y será suscripto en los próximos meses por **Hungría, Ucrania y Eslovaquia**.

La inclusión de Rusia en esta Asociación implica el control civil y democrático de los militares rusos por parte de Occidente y la transparencia de su planificación de defensa. Uno de los principales objetivos de este acuerdo es incluir a Moscú en nuevos tratados sobre seguridad europea.

01-07

9406421

Vinculación militar entre la NATO y Rusia

Proximidad: Moscú decidió dar un primer paso de acercamiento a la Alianza Atlántica, para aventar temores sobre su actitud hacia el bloque occidental.

BRUSELAS, 2 (Reuter).- Rusia ha informado a la NATO que se sumará a la Asociación para la Paz, un plan para establecer estrechos vínculos militares con la alianza atlántica, en un paso que ayudará a calmar los temores de que Moscú vaya a encaminarse por un sendero de intransigente enfrentamiento con Occidente.

La NATO envió una misión diplomática a Moscú esta semana, para convencer al principal adversario de la alianza durante la Guerra Fría, respecto de que debería firmar la solicitud de admisión en la asociación, que ofrece entrenamiento militar conjunto, maniobras y cooperación en la planificación defensiva.

Fuentes de la alianza indicaron que embajadores de las 16 naciones de la NATO fueron informados de la visita durante una reunión celebrada hoy.

Las seguridades fueron dadas a los embajadores de Estados Unidos, Gran Bretaña y España ante la NATO, por el viceministro ruso de Relaciones Exteriores, Vitaly Churkin, durante una visita a Moscú el lunes, indicaron las fuentes.

Después de dos años de cooperación diplomática entre Rusia y Occidente, Moscú ha advertido contra cualquier expansión de la NATO para recibir en su seno a Estados de Europa oriental y se opuso enérgicamente a la reciente amenaza de ataques aéreos aliados en Bosnia.

La NATO se ha sentido preocupada por la posibilidad de que sus planes de ampliar la cooperación con Rusia, la mayor potencia militar de Europa, encallen ahora y que la tensión se agudice en todo el continente.

Elemento central

Se supone que el elemento central de esa cooperación es el esquema de asociación, ofrecido por los líderes de la NATO a todos sus ex enemigos del Pacto de Varsovia durante una reunión cumbre de la alianza en enero.

Muchos Estados europeos orientales, preocupados acerca del aumento del nacionalismo extremo en Rusia y del abandono de las reformas económicas allí, consideran el plan de asociación como el primer paso para la incorporación plena a la alianza de 16 naciones.

Si bien se han apresurado a sumarse al plan de asociación a pesar de que no contiene ofrecimientos de afiliación a la alianza ni garantías de seguridad, Rusia no ha puesto en claro su posición. Dado que uno de los principales objetivos de la asociación es incluir a Rusia en nuevos arreglos sobre seguridad europea, una negativa de Moscú a tomar parte socavaría seriamente su valor.

LN 3/3

02

9406421

Christopher dio bienvenida al ingreso de Rusia a la OTAN

El secretario de Estado Warren Christopher dio ayer la bienvenida a los planes de Moscú de unirse a la "Sociedad por la paz" de la OTAN y anunció una reunión con su contraparte ruso para tratar la situación en Bosnia y otros temas.

La sociedad, el plan de la OTAN para establecer vínculos militares cercanos con ex estados del Pacto de Varsovia, "fue diseñada para ser un instrumento flexible con mucha participación por parte de todos los países de Europa del Este, así como de los nuevos estados independientes", señaló.

No obstante, la sociedad no prevé que esos países y estados se conviertan de inmediato en miembros plenos de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

La OTAN envió esta semana una misión diplomática a Moscú para convencer al que fuera el principal enemigo de la alianza durante la Guerra Fría de que debía adherirse a la sociedad, que ofrece entrenamiento y ejercicios militares conjuntos, así como cooperación en la planeación de defensa.

Los embajadores de las 16 naciones de la OTAN fueron informados sobre la visita durante una reunión el miércoles y una fuente dijo en Bruselas que "los rusos dicen que definitivamente se unirán [illegible] la decisión fue [illegible] el más alto nivel, pese a que no se ha fijado una fecha. Nos sentimos muy aliviados".

También ayer, Christopher justificó la preocupación de Rusia por los sucesos en los que anteriormente fueran estados soviéticos, pero advirtió que cualquier intervención militar en los mismos debe contar con cooperación internacional.

Christopher, en declaraciones al congreso por cuarta vez en 9 días, reiteró el amplio apoyo estadounidense al presidente Boris Yeltsin de Rusia, e hizo hincapié en la necesidad de la prestación continua de ayuda americana a los ex estados soviéticos.

Christopher se entrevistará en Vladivostok con el ministro ruso de Relaciones Exteriores Andrei Kozyrev para discutir los sucesos en los Balcanes y las tensiones resultantes tras el arresto de un agente de la CIA que habría estado al servicio del espionaje ruso.

Christopher dijo que el interés de Yeltsin en proteger a 25 millones de rusos residentes en "el extranjero próximo" es comprensible y legítimo.

Señaló la suerte del millón de rusos étnicos en Letonia, a quienes se ha negado la ciudadanía y el derecho de votar.

Christopher declaró a la subcomisión senatorial de presupuesto para operaciones exteriores que los estados no rusos debían tratar a sus minorías rusas con "generosidad".

Agregó que los 12.500 soldados rusos en Letonia y otros 300 en Estonia deben salir de esos países ahora independientes antes de fin de año.

"Las acciones rusas fuera de sus fronteras deben acatar las normas del derecho internacional", dijo Christopher, "y no les reconocemos derecho alguno a llevar a cabo acciones en otros estados de independencia reciente, excepto en coordinación con las Naciones Unidas u otros organismos internacionales".

Acotó sin embargo, que algunos estados que fueron soviéticos, incluso Tajikistán, habían pedido la presencia de tropas rusas para mantener la paz y el orden en sus territorios.

En otro orden de cosas, el Kremlin firmó ayer un acuerdo de cooperación militar con Uzbekistán, su principal aliado en Asia central, llamado a aliviar el peso de la guerra civil en la vecina Tajikistán, que por ahora recae principalmente en Rusia.

"Sin la cooperación del Ejército de Rusia es imposible la existencia del Ejército de Uzbekistán", declaró tras la firma del acuerdo el presidente uzbeko, Islam Karimov.



Ni un paso sin el apoyo internacional

Tal fue el mensaje del secretario de Estado norteamericano a Rusia respecto a la intervención militar de ésta en los ex estados soviéticos.

Acuerdo con Ucrania

Rusia ha enviado un embarque de combustible nuclear a Ucrania con destino a su planta de energía atómica en Chernobyl, primer paso en un canje de ojivas nucleares de Ucrania, dijo ayer un funcionario.

El acuerdo de combustible por ojivas nucleares fue concertado en enero y firmado por los presidentes de Rusia, Ucrania y los EEUU.

Además, el presidente de Ucrania, Leonid Kravchuk viajará esta semana a EEUU para terminar con meses de aislamiento diplomático de la ex república soviética y pedir ayuda para liberalizar su economía. ■ *(De la redacción de* **El Observador**, *en base a información de las agencias EFE, Reuter y AP)*

DOCUMENTO CON PARTES POCO LEGIBLES

03

9406421.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCED. 034
FECHA 9/3/94
VIÑETA

¿Es demasiado temprano para llamar "socio" a Rusia?

Por Zbigniew Brzezinski (*)

La Nac. 9-3-94

NUEVA YORK (Foreign Affairs Magazine). – El fin de la guerra fría hace necesaria una nueva estrategia norteamericana que ya no considere a Rusia como una nación antagónica o como una potencia de central importancia.

Sin embargo, si Rusia no es más un país adversario, ¿es entonces un aliado, un cliente o, simplemente, un enemigo derrotado?

¿Cuál debería ser la gran estrategia de la posguerra fría frente a Rusia, independientemente de sus actuales desasosiegos?

¿Es la actual política norteamericana una reconocida sucesora de la anterior estrategia de la guerra fría para frenar al comunismo?

En realidad, la gran estrategia norteamericana de hoy yerra en cuanto a sus hipótesis, está centrada en los objetivos equivocados y es peligrosa en cuanto a sus probables consecuencias geopolíticas.

La nueva sucesora

Después de varios años de inevitables vacilaciones, durante los cuales Washington pareció concentrarse principalmente en el apoyo táctico hacia dos líderes del Kremlin sucesivamente favorecidos, finalmente, con el presidente Clinton, una nueva gran estrategia norteamericana se ha cristalizado.

Esa estrategia tiene una proyección ambiciosa, caracterizada por una solidez y coherencia internas e impulsada por un atractivo optimismo idealista.

Esencialmente, el objetivo de neutralizar la expansión soviética será sustituido por la creación de una asociación con una Rusia democrática.

Esa asociación incluye prioritariamente la iniciativa de apoyar el gobierno del presidente Boris Yeltsin, sustentada en la hipótesis de que la perspectiva de una democracia rusa estable y permanente,



MOSCU. – Boris Yeltsin con Bill Clinton en el Kremlin, el 13 de enero último

objetivo norteamericano más específico y reconocidamente importante: el desarme nuclear ruso-norteamericano.

Una política centrada en Rusia no sólo facilita la reducción del arsenal nuclear ruso sino que podría aumentar el propio interés de este país en la no proliferación de armamentos.

Ese objetivo también justifica el

La creciente influencia política del ejército ruso, particularmente en materia de asuntos externos, no es alentadora.

La tendencia de Yeltsin hacia el autoritarismo ha transformado la nueva Constitución rusa para una nación democrática en un documento que puede ser fácilmente utilizado para legitimar un arbitrario gobierno personalista.

surgimiento de un desafío imperial, ominosamente conocido, contra la seguridad de Europa.

Pluralismo geopolítico

El objetivo central de una grandiosa estrategia realista y de largo plazo debería ser la consolidación del pluralismo geopolítico dentro de la Unión Soviética.

Solamente cuando se haya sóli-

- Una distribución más equilibrada de la asistencia financiera a Rusia y a los Estados que no son rusos.
- Dejar de considerar la cuestión de las armas nucleares como eje de las relaciones entre los EE. UU. y Ucrania.
- Un tratamiento equitativo hacia Moscú y Kiev.

También requerirá el reconoci-

tión de fondo –incluyendo a las Naciones Unidas– de las transgresiones de Moscú hacia sus vecinos.

Rusia y la NATO

La inclusión de varias democracias del centro de Europa en la NATO podría ser combinada, simultáneamente, con un tratado de amistad y cooperación entre la NATO y Rusia.

Es totalmente improbable que Rusia pueda ser asimilada a la NATO como un simple miembro sin debilitar la cohesión especial de ese organismo. Y ciertamente no es ése el interés de los Estados Unidos.

Pero un tratado entre la NATO y Rusia –aunque esta última se quede a mitad de camino y no satisfaga las esperanzas norteamericanas respecto de su evolución democrática– proporcionará a los rusos el gratificante reconocimiento del *status* de su país como una importante potencia y a la vez abarcará a Rusia dentro de una más amplia estructura de seguridad euroasiática.

Una Rusia eventualmente democrática querrá relacionarse con una Europa estable y segura. Sólo entonces la modernidad y la prosperidad serán una realidad para Rusia.

Sobre esta cuestión, apaciguar a los imperialistas rusos no es la forma de ayudar a los demócratas rusos.

Vacío de seguridad

La forma adecuada es insistir firmemente en que la gradual expansión de la NATO hacia el Este no es una cuestión de "trazar nuevas líneas", como expresó Clinton equivocadamente en Bruselas, en enero de este año.

Se trata de evitar un vacío de seguridad entre Rusia y la NATO que sólo puede tentar a aquellos

9406421.

basada en la economía de mercado libre, es razonablemente alta.

Un absoluto apoyo de los Estados Unidos a Yeltsin como el líder ruso auténticamente democrático es la lógica consecuencia táctica, prescindiendo de ocasionales fallas y dificultades en su gestión como líder democrático.

Ese apoyo será proyectado de una manera deliberadamente optimista con el fin de estimular el respaldo de la opinión pública norteamericana para asistir financieramente a Rusia y también con el propósito de generar la tan necesaria confianza entre los acosados demócratas rusos.

Asimismo, inclusive frente a la evidencia en contra, la nueva Constitución rusa fue recibida con beneplácito por Clinton como un ejemplo de democracia constitucional. El gobierno de Clinton restó importancia a una votación en masa contra la democracia por parte de extremistas de derecha y de izquierda y la calificó como un mero voto de protesta contra las medidas económicas de Yeltsin.

Privatizaciones

Voceros del gobierno de Clinton dieron gran importancia a las privatizaciones, supuestamente en gran escala, en Rusia.

Sin embargo, en su mayoría, las principales privatizaciones industriales internas fueron básicamente transferencias de propiedad a cuerpos directivos o a la fuerza laboral, sin que se alteraran las compras y subsidios del gobierno central.

Parásitos

Muy poca atención ha merecido el hecho de que la clase capitalista que surge en Rusia es impresionantemente parasitaria y propensa a esconder sus ganancias en el extranjero en lugar de apostar al futuro de su país; además, los bancos llevan invertidos apenas unos 450 millones de dólares en el desarrollo interno; mientras que han depositado unos 15.500 millones de dólares en el extranjero.

El desvío encubierto de un significativo caudal de asistencia financiera externa hacia bancos occidentales ha sido también ignorado, ya que se lo considera menos importante que la meta clave de sostener el impulso de la transformación económica.

Además, se le está dando una mayor prioridad al apoyo de la estabilización económica y la eventual transformación de la economía rusa que a la asistencia para los nuevos Estados que no son rusos.

En 1992, el director del Fondo Monetario Internacional evaluó la necesidad de Rusia de financiamiento extranjero en un orden aproximado a los 23.000 millones de dólares, y el de los Estados que no son rusos en aproximadamente 20.000 millones de dólares.

En la reunión cumbre del Grupo de los Siete (países industrializados), en julio de 1993, los Estados Unidos lograron obtener promesas colectivas de asistencia a Rusia en el orden de los 28.000 millones de dólares al tiempo que, en gran medida, ignoraron las necesidades de los Estados que no son rusos.

El factor nuclear

Las apreciaciones políticas y económicas persistentemente optimistas respecto de las perspectivas de Rusia también fueron propagadas deliberadamente con el fin de permitir la prosecución de un hecho de trabajar estrechamente con Moscú para ejercer una presión conjunta sobre los nuevos Estados postsoviéticos –principalmente sobre Ucrania– para que se deshagan de sus armas nucleares.

Algunos planificadores estratégicos norteamericanos han ido inclusive más lejos, y promueven la coordinación y armonización de las políticas de defensa de Rusia y de los Estados Unidos.

Estabilidad regional

Implícita en esas nociones está la idea de que la principal preocupación geoestratégica de Rusia es la estabilidad regional.

Por ejemplo, en Moscú, en enero último, Clinton pronunció un discurso al pueblo ruso en el qué describió a las fuerzas armadas de ese país como un instrumento útil para estabilizar la situación política en Georgia.

No deben tomarse muy en serio las preocupaciones por una posible amenaza rusa, según denunciaron Estados como Ucrania y Georgia, y de la que tanto hablaron altos funcionarios del gobierno norteamericano.

> Esa asociación incluye prioritariamente la iniciativa de apoyar el gobierno del presidente Boris Yeltsin, sustentada en la hipótesis de que la perspectiva de una democracia rusa estable y permanente, basada en la economía de mercado libre, es razonablemente alta

Lejos de colocar a Rusia bajo un ojo crítico, la corriente de opinión en Washington es que Ucrania es la culpable de su propia intransigencia en materia de armas nucleares debido a su aislamiento internacional y su consecuente sentido de vulnerabilidad.

Los otros Estados no rusos deberían ser lo suficientemente prudentes como para abstenerse de un nacionalismo a ultranza y realizar sus propios ajustes con Moscú, con lo cual aliviarían a Washington de preocupaciones excesivas o de incómodos cargos de conciencia.

Asociación para la Paz

Según la propuesta de Clinton, un acuerdo laxo de cooperación promovido por la NATO, la Asociación para la Paz, estará abierto para todos, atendiendo de esa manera a la objeción rusa contra la apertura de las puertas de la NATO a la incorporación de un pequeño grupo específico.

El gobierno de Clinton considera que bien vale pagar ese precio en nombre de una permanente reconciliación ruso-norteamericana.

En conjunto, la nueva visión es innegablemente grandiosa y la convicción es cautivante.

Incertidumbre

Pero, ¿tiene fundamento el optimismo que despierta esa concentración en una asociación bilateral?

Lamentablemente, una evidencia más que considerable sugiere que, en el corto plazo, las perspectivas de una democracia rusa estable no son muy promisorias.

La cultura política rusa aún está lejos de aceptar cualquier principio de compromiso como base de un discurso político.

Mientras tanto, la continua crisis económica en Rusia ha apartado a las masas tanto del proceso democrático como del mercado libre.

¿Qué es Rusia?

Empeora las cosas la recurrencia en la política rusa de una antigua cuestión que despierta la más encendida de las pasiones en la mayoría de los políticos y en los ciudadanos, es decir, ¿qué es Rusia?

¿Es Rusia esencialmente un Estado-nación o es un imperio multinacional?

Las encuestas indican que la disolución de la Unión Soviética es considerada por unos dos tercios del pueblo ruso, y también por la mayoría de los políticos demócratas, como un trágico error que debe ser de alguna manera enmendado.

Sin embargo, cualquier esfuerzo para recrear cierta forma de imperio, reprimiendo las revividas aspiraciones de los Estados no rusos, seguramente chocará de frente con el esfuerzo para consolidar la democracia.

Una cosa u otra

Fundamentalmente, se trata de un axioma simple pero acuciante: Rusia puede ser un imperio o una democracia, pero no puede ser ambas cosas.

Los políticos rusos han estado hablando abiertamente acerca de convertir al país en el centro de una nueva confederación dentro de la cual los Estados no rusos, los ex Estados soviéticos, aunque conservaran formalmente la apariencia de soberanía, estarían progresivamente cada vez más obligados por los lazos militares, políticos y económicos.

En lugar de una estabilidad relativa y una nueva y auténticamente constructiva asociación ruso-norteamericana, un esquema de poder político más perturbador podría nuevamente llegar a dominar el Viejo Continente.

Coaliciones fluidas e impredecibles podrían sustituir a las actuales esperanzas de una Europa más extensa y unida, estrechamente ligada con los Estados Unidos, y comprometidas ambas partes a cooperar más intensamente con Rusia.

Todas estas preocupaciones están centradas en un futuro ruso que hoy parece no sólo remoto sino improbable, dada la actual *smuta* de Rusia, un término utilizado en la historia rusa para referirse a un período extenso de crisis interna.

Amnesia histórica

Sin embargo, es necesario reflexionar acerca de la estrategia norteamericana frente a Rusia.

Gran parte de esa estrategia está sustentada en una amnesia histórica que ya llevó, por ejemplo, al secretario de Estado norteamericano a defender la nueva doctrina militar rusa, a la que calificó de esencialmente benigna.

Es necesario un reaseguro contra la posibilidad –inclusive se podría decir la probabilidad– de que el peso de la historia no permita que Rusia se estabilice pronto como democracia y que el cultivo perseverante de esa alianza –al tiempo que degrada otros intereses– simplemente acelere el re-

9406421

...lidamente creado una circunstancia apta para que Rusia se defina a sí misma puramente como Rusia se habrán echado las bases para una alianza ruso-norteamericana auténtica y permanente.

La premisa básica de esa estrategia alternativa es que el pluralismo geopolítico promoverá el mejor contexto para el surgimiento de una Rusia que, democrática o no, sea alentada a convertirse en un buen vecino con Estados con los cuales podrá cooperar en un espacio económico común, pero a los que no procurará, política y militarmente, dominar.

La consolidación del pluralismo geopolítico inhibirá la tentación de recrear el imperio, con sus efectos nocivos para la perspectiva democrática en Rusia.

Al no ser un imperio, Rusia tiene la oportunidad de convertirse, como Francia o Gran Bretaña, o la anterior Turquía posotomana, en un Estado normal.

Consolidación

Pero para la política norteamericana la consolidación del pluralismo geopolítico dentro de la ex Unión Soviética acarreará varias consecuencias prácticas.

Además de la búsqueda de una alianza cada vez más profunda con Rusia, procurará:

> **Solamente cuando se haya sólidamente creado una circunstancia apta para que Rusia se defina a sí misma puramente como Rusia se habrán echado las bases para una alianza ruso-norteamericana auténtica y permanente**

•• ...miento explícito de que la existencia independiente de Ucrania es una cuestión de mucha mayor significación en el largo plazo que el hecho de que Kiev desmantele o no urgentemente su arsenal nuclear postsoviético.

Asimismo condicionará la asistencia norteamericana a Rusia el hecho de que ésta ponga fin a sus esfuerzos para convertir a los Estados recién independizados en países satélites plenamente subordinados.

Y la consolidación del pluralismo geopolítico traerá finalmente aparejada una mayor predisposición para hacer una cues- •••

que están más que dispuestos a preferir un imperio a la democracia.

A través del tiempo, la política norteamericana respecto de Rusia osciló entre una ingenua expresión de deseos y un frío realismo.

Una dosis de geopolítica cruda, mezclada con un sentimiento amistoso por el pueblo ruso, pero también con solidaridad hacia las aspiraciones de los no rusos, tendrá mucha más probabilidad de producir una digna sucesora de la anterior e históricamente exitosa estrategia de contención.

Para eso, ni los slogans ni las ilusiones proporcionan una alternativa viable.

El surgimiento de una auténtica asociación ruso-norteamericana requiere no sólo de un acomodamiento bilateral sino, más aún, de una estructura geopolítica constructiva.

(c) La Nación

(Traducción de Luis H. Pressenda)

(*) Ex asesor nacional de Seguridad de los Estados Unidos y autor del libro "El gran fracaso". Es asesor del Centro de Estudios Internacionales y Estratégicos y profesor de Política Exterior de los EE.UU. en la Escuela de Estudios Internacionales Avanzados, de la Universidad John Hopkins, de la ciudad de Baltimore, Estado norteamericano de Maryland.

06 9406421.

Dia. 22/3

Moscú - Rusia se unirá a la "Asociación por la paz" de la OTAN hacia el 20 de abril, cuando su ministro de Exteriores, Andrei Kozirev, viaje a Bruselas para firmar la adhesión, informó hoy, la agencia Interfax.

Moscú anunció la semana pasada, durante la visita del secretario de Defensa de Estados Unidos, William Perry, su disposición a entrar en la "Asociación por la paz" e incluso dijo que esto podría ocurrir antes de finales de marzo.

Sin embargo, Rusia exige que la OTAN tenga en consideración sus intereses antes de acordar su entrada y Perry, tras sus reuniones en Moscú, subrayó el "papel especial" que Rusia tendrá dentro de la asociación. *(EFE)*

07-07

Rusia firmaría la "Asociación para la Paz"

BRUSELAS - RUSIA INDICÓ a la OTAN que podría firmar un acuerdo clave de asociación para fines de mes, un paso que tranquilizaría a Occidente luego de ataques crecientemente duros de parte de Moscú.

Fuentes de la alianza revelaron ayer que la OTAN recibió información a través de canales diplomáticos de que Rusia podría estar dispuesta a firmar la "Asociación para la Paz", que la alianza ha ofrecido a las ex repúblicas soviéticas y a Estados de Europa oriental. No se ha fijado una fecha pero el ministro ruso de Relaciones Exteriores, Andrei Kozyrev, podría concurrir al cuartel general de la OTAN a firmar el acuerdo de asociación, que contempla maniobras conjuntas, entrenamiento y cooperación en sectores tales como la planificación defensiva.

Muchos estados europeos orientales, como Polonia y Hungría, ansiosos por convertirse en miembros plenos de la OTAN, se han sumado al esquema desde que fue ofrecido por los líderes de la alianza a sus ex adversarios de la guerra fría durante una reunión cumbre celebrada en enero. Moldavia se convirtió en el duodécimo país al firmar ayer.

Pero la ausencia de Rusia —la mayor potencia militar de Europa— ha preocupado a la OTAN, particularmente teniendo en cuenta que Moscú ha evidenciado señales de estar apartándose de las reformas, preocupando a estados vecinos —como las naciones bálticas— y ha criticado la política occidental en cuestiones como la guerra de Bosnia. Moscú también ha criticado el esquema de asociación, diciendo que no toma en cuenta el estatus de gran potencia de Rusia y es poco más que un preludio a la ampliación de la OTAN.

La OTAN ha rechazado cualquier sugerencia de que debe ofrecer a Rusia un estatus especial dentro de la asociación, que no incluye ofrecimientos de incorporación o garantías de seguridad, o que debe permitir a Moscú mantener una "esfera de influencia" en Europa oriental. La Alianza Atlántica, de 16 naciones, sostiene que es ella la única que debe decidir cuándo aceptar nuevos integrantes, aunque algunos diplomáticos admiten que la oposición rusa le ha impedido hacerlo en el futuro próximo.■ *(Reuter)* 24-3-94

9406421

Nº DOCUMENTO 9406422

TITULO Moldavia se une a la "Asoc. para la Paz"

PROC. Bruselas

FE 17-3-94

Sí a la NATO

BRUSELAS, 16 (Reuter).– Rusia indicó a la NATO que podría firmar un acuerdo clave de asociación para fines de mes.

Hoy, Moldavia se convirtió hoy en el duodécimo país en ingresar a la Asociación para la Paz, el pacto ofrecido por la alianza atlántica a las ex repúblicas soviéticas y de Europa oriental.

La Nación 17/3/94.

9406422

9406423

La violación de la zona de exclusión aérea dio lugar a la primera ofensiva de la alianza en 44 años

Cazas de OTAN derribaron 4 aviones serbios

Dos cazas F-16 de EEUU derribaron ayer 4 aviones de los rebeldes serbios bosnios que habían violado una prohibición a los vuelos ordenada por las ONU. La alianza occidental OTAN dijo que esos aviones probablemente estaban involucrados en un bombardeo.



Despegue serbio

Un avión Galeb como los que fueron objeto del ataque de los cazas estadounidenses abandona el aeropuerto de Zadar

Fue la primera vez que aviones de la Organización del Tratado del Atlántico Norte hicieron cumplir la prohibición a los vuelos en Bosnia-Herzegovina y la primera maniobra ofensiva de la OTAN en los 44 años desde su fundación.

El almirante Jeremy M. Boorda, oficial estadounidense que dirige el comando sur de la OTAN, dijo que los pilotos de la alianza vieron que los pilotos serbios emprendieron "maniobras de bombardeo" y que luego vieron varias explosiones en tierra.

Uno de los F-16 derribó a 3 aviones serbios y el otro caza derribó al otro avión, dijo Boorda en Nápoles. Dos aviones serbios huyeron.

No se supo de inmediato si los pilotos serbios bosnios saltaron con paracaídas, dijeron las autoridades.

Los F-16 son de la Base Aérea Aviano en el norte de Italia. Varios serbios bosnios negaron que sus aviones hubieran volado ayer, pero una fuente serbia confirmó que cuatro aviones serbios fueron derribados.

Ataque aéreo

Fuentes de la ONU dijeron que los aviones serbios atacaron una fábrica de municiones en Novi Travnik, aldea situada en el centro de Bosnia y controlada por el gobierno dominado por musulmanes.

Boorda dijo que la OTAN recibió versiones no confirmadas de que los aviones serbios bombardearon un almacén y un hospital.

La OTAN aceptó en abril de 1993 hacer cumplir una prohibición de la ONU a los vuelos no autorizados sobre Bosnia.

En Atenas, el ministro de Defensa griego, Gerasmimos Arsenis, dijo a periodistas que los aviones derribados eran "del tipo de los de entrenamiento y pertenecían a los serbios".

La Fuerza Aérea serbia en Bosnia tiene 30 cazas de alas fijas. Doce son Galebs y Jastrebs y 12 bombarderos Orao, de la Fuerza Aérea de la ex Yugoslavia. Los otros 6 jets son MIG-21 fabricados por Rusia.

Sin embargo, tanto el Estado Mayor del Ejército de Yugoslavia (Serbia y Montenegro), como el de la "república" serbia de Bosnia, han desmentido que los aviones derribados ayer por fuerzas de la OTAN fueran yugoslavos. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias AP, EFE y Reuter)*

Portaaviones "Saratoga" anticipó su salida hacia el Adriático

TRIESTE, ITALIA- El portaaviones estadounidense "Saratoga" anticipó para ayer su salida desde el puerto de Trieste (extremo nororiental italiano) hacia zonas del mar Adriático cercanas al conflicto de la antigua Yugoslavia, que estaba prevista para hoy.

El "Saratoga" zarpó de Trieste a las 14.00 GMT, en respuesta a la situación de alerta decretada después de que dos aviones F-16 estadounidenses derribaron ayer 4 Galeb serbios que violaban la zona de exclusión aérea de Bosnia.

Los aviones del "Saratoga", que entró este mes en el Adriático, participan en la operación "Cielos Cerrados" de la Alianza Atlántica para la vigilancia del espacio aéreo de Bosnia. ■ *(EFE)*

9406423.

Nº. DOCUMENTO 9406424
TITULO OTAN
PROC. 150024
FE. 7/3/94
V. 508062

Los ojos puestos en la OTAN

EL último día de febrero de 1994 será registrado en la memoria histórica como la fecha en la que se produjo la primera intervención militar de Occidente en el conflicto desatado hace veintidós meses en la antigua Yugoslavia.

Fue la primera acción de combate de la Organización del Tratado del Atlántico Norte desde su creación, hace 45 años, pero seguramente representa también un punto de inflexión en el replanteo y la readecuación que habrá de tener esta organización en el presente contexto internacional, emergente y convulsionado.

Fue así como cuando los dos aviones norteamericanos derribaron a los cuatro aparatos serbios que habían invadido el espacio aéreo de Bosnia, no solo estaban dando cumplimiento a las resoluciones aprobadas por las Naciones Unidas sino que realizaban además el bautismo de fuego para una OTAN en plena transición, tanto en lo referente a sus objetivos y funciones como a sus mecanismos de actuación y sus alcances. Los Balcanes son también en este caso un temible campo de experimentación donde se está definiendo mucho más que el destino de una región sumergida en el holocausto interétnico.

Cuál será el próximo planteamiento para una alianza atlántica que se ha quedado sin enemigo nítido, cómo debería ser su mandato y, sobre todo, qué criterios deben regir para la incorporación de nuevos miembros que golpean a su puerta, son interrogantes que acompañan la visión de los estrategas desde 1989. Desde entonces, la demolición del Muro de Berlín, el vuelco de los países del Este y la desintegración de la Unión Soviética sepultaron el Pacto de Varsovia y, con él, todo el andamiaje de la contención bipolar. De un enfrentamiento global controlado se pasó a una proliferación de guerras locales descontroladas.

Mientras tanto, le cupo a la OTAN el papel de escudo blindado para atravesar tormentas y brazo armado de las resoluciones de las Naciones Unidas. Una perspectiva, más cercana a los lineamientos tradicionales de la "realpolitik", le atribuye a la organización el mismo carácter de otrora como punto de referencia y roca inconmovible frente a la inestabilidad europea y a las nuevas acechanzas que se vislumbran en Rusia. Otra evaluación, que pone mayor énfasis en el decurso económico y político de los países del Este y en las condiciones irrepetibles del actual escenario internacional, arriesga un compromiso más activo de los organismos y acuerdos regionales de seguridad abriendo las puertas a los antiguos adversarios.

La reciente cumbre de Bruselas, comentada en esta columna el 18 de enero, giró precisamente en torno a la solicitud de ingreso a la alianza del llamado Grupo de Vicegrado, integrado por Polonia, Hungría, Eslovaquia y la República Checa, a los que se agregó Lituania. Echaba a andar entonces la propuesta norteamericana de convertir a la OTAN en una asociación para la paz, con una ampliación gradual y progresiva de miembros del antiguo Pacto de Varsovia.

Pero la clave de este impulso, como en los mejores tiempos de la guerra fría, está en las reacciones y movimientos de Moscú, cuya actuación hace un mes, para lograr el cese del fuego en Sarajevo, resultó decisiva. Los últimos pasos de la diplomacia rusa buscan conciliar las demandas de su política interna con la recuperación del protagonismo externo, y este con una búsqueda de fórmulas de compromiso y cooperación con Washington.

Una nueva puntada del tejido podrá darse el 14 de este mes en Vladivostok, cuando los cancilleres Warren Christopher y Andrei Kozirev conversen sobre la situación bosnia y sobre aquello que hubiera resultado impensable meses atrás: la participación de Rusia en la OTAN.

Lo característico de una situación transicional es el entrecruzamiento entre los rasgos de una etapa que fenece y lo que se esboza como claramente novedoso. Es este, con nitidez, el interregno en el que se encuentra la OTAN, y de su capacidad para adaptarse a las actuales condiciones dependerá su razón de ser como sustento de un nuevo equilibrio en un sistema de seguridad globalizado.

01-01 9406424

Nº DOCUMENTO 9406425
150095
12/3/94
508062

La NATO no debe existir

VARSOVIA, 12 (AP).– La NATO debería dejar de existir ahora que concluyó la Guerra Fría, dijo hoy el dirigente nacionalista ruso Vladimir Zhirinovsky.

"Nosotros, el Pacto de Varsovia, nos disolvimos por cuenta propia, y la NATO no lo hizo...; desarrollaron su maquinaria de guerra", dijo Zhirinovsky, quien también fustigó el deseo de las autoridades polacas de ingresar en la Alianza Atlántica.

01-01 9406425.

Nº DOCUMENTO 9406496
TITULO
PROCEDENCIA 150483
FECHA 17/3/94
VINCULO 508062
66861

para el ingreso de POLONIA a la OTAN.-

Duras condiciones para el ingreso de Polonia a la OTAN

VARSOVIA- EL SÍ DE LA OTAN a los repetidos pedidos de ingreso de Polonia y de otros ex países comunistas depende del cumplimiento de toda una serie de difíciles condiciones que actualmente son analizadas por los gobiernos de Europa.

La condición fundamental, la instauración de la democracia y de las libertades y el respeto a los derechos del hombre, ya ha sido cumplida por esos países y de ahí que el esfuerzo se concentre hoy en el examen de otras exigencias de la Alianza no menos importantes.

La más costosa de todas las condiciones será la adaptación del armamento de los ejércitos de Europa oriental a las normas establecidas para el material usado por la OTAN.

Si Polonia quiere que su Ejército participe con eficacia en maniobras u operaciones pacíficas con las tropas de la OTAN, tendrá que cumplir esa condición, sobre todo en lo concerniente a los sistemas de comunicación y a la logística.

Los equipos empleados actualmente fueron producidos, en su inmensa mayoría, en fábricas de la ya desaparecida Unión Soviética o en plantas polacas, pero con licencia soviética.

Según fuentes militares esos equipos deben ser cambiados para superar su incompatibilidad con el material utilizado por Occidente. (AP)

ENTRADO
CRUZ-D.

9406426.

01-01

Los cascos azules encontraron tanques serbios escondidos en zona de exclusión

Las armas secretas

*** *La paz en Sarajevo tropieza con dificultades, malentendidos y dudosa buena fe de las partes, en tanto continúan los combates***

Sarajevo (ANSA)

■ La OTAN exigió ayer que las armas pesadas serbias que fueron halladas cerca de Sarajevo sean inmediatamente puestas bajo el control de las Fuerzas de Protección de la ONU (Unprofor), so pena de ataques aéreos, pero el episodio desencadenante es fruto, al parecer, de "un malentendido".

Los "cascos azules" canadienses de Unprofor descubrieron ayer tanques y artillería serbia escondida ilegalmente en la zona de exclusión de 20 quilómetros impuesta por la OTAN en torno a Sarajevo, según había anunciado ayer en Sarajevo un portavoz militar de Unprofor en Bosnia, Simón McDowell.

McDowell precisó que el arsenal, protegido por minas, fue hallado a 19 quilómetros al noroeste de la capital bosnia.

"No sabemos de dónde vienen las armas —dijo el vocero—, pero están en un lugar donde no deberían estar".

Los serbios bosnios, sin embargo, afirmaron que las armas encontradas por las fuerzas de la ONU cerca de Sarajevo se hallaban fuera de los 20 quilómetros de la zona de seguridad y no un quilómetro adentro, como anunció el vocero Unprofor.

Al principio las autoridades serbias de Bosnia, dijeron que la gran publicidad dada al hallazgo de las armas escondidas era una maniobra para intentar aumentar artificialmente la tensión en Sarajevo.

Sin embargo, después de dos horas y media de conversaciones entre el líder serbio bosnio Radovan Karadzic, el jefe de estado mayor serbio bosnio responsable de Sarajevo general Stanislav Ganic, y el general holandés Van Bal, número dos de las Unprofor en Bosnia, se llegó a la conclusión de que se trataba de un malentendido causado por la lectura de mapas diferentes utilizados por las partes.

Se trata de diferencias mínimas, pero delicadas, que serán resueltas mañana entre Karadzic y el plenipotenciario de las Naciones Unidas en la ex Yugoslavia, Jasushi Akashi.

El presidente bosnio Alija Izetbegovic, ayer en Sarajevo, sin aludir al episodio serbio, se refirió a la reanudación de las negociaciones tripartitas anunciando que "las conversaciones con los serbios comenzarán con el pedido de restitución de los territorios ocupados y se desarrollarán en base a la respuesta a esta solicitud".

En este sentido, prosiguió: "Existe ya un borrador de resolución que será presentado a los serbios" que poseen en este momento el control del 72 por ciento del territorio bosnio.

Si los serbios responden adecuadamente al pedido musulmán, tendrían que aceptar el control del 50 por ciento del territorio, pero por lo que parece sólo están dispuestos a descender del 72 por ciento al 56.

El enviado especial del presidente ruso Boris Yeltsin, Vitaly Churkin, citado por la agencia Tanjug, dijo ayer de noche que "las negociaciones entre croatas, serbios y musulmanes podrían reanudarse la próxima semana y no antes".

El canciller francés Alain Juppé, en una entrevista ha elogiado el "papel positivo" de Rusia en Bosnia, en particular por haber favorecido la integración de los serbios en el diálogo.

Para hoy están anunciadas en la embajada rusa de Zagreb las dificilísimas conversaciones directas entre el gobierno croata y los representantes de Krajina (la tercera parte del territorio croata habilitado en su mayor parte por serbios que hizo secesión a fines de 1991).

En cuanto a los combates que aún se señalan en Bosnia, se refirió a que, en el bolsón de Bihac, que hizo secesión del gobierno central de Sarajevo, la batalla prosigue con violencia entre los autonomistas apoyados por los serbios bosnios contra el ejército bosnio (musulmán) que resiste al avance sobre las ciudades de Cazin y de Bihac (que da nombre al bolsón).

Según radio Sarajevo, las víctimas de ayer son un muerto y numerosos heridos, mientras ayer la misma emisora hablaba de "decenas de muertos".

9406427.

Nº. DOCUMENTO 9406428

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA

VINCULO

ADHIRIO A LA ASOCIACION PARA LA PAZ

Georgia y la OTAN

BRUSELAS, 23 (AFP). — La república de Georgia adhirió hoy a la Asociación para la Paz, una agrupación de Estados propuesta por la Organización del Atlántico Norte (OTAN) como primer paso hacia el ingreso pleno de las ex repúblicas soviéticas a la Alianza Atlántica.

En su discurso de adhesión el canciller georgiano Alexander Chivaidse advirtió que su país no permitirá que grupos independentistas dividan su territorio.

"La división del país provocaría una reacción en cadena, no solo en el Cáucaso sino también en toda la antigua Unión Soviética", aseguró Chivaidze.

El funcionario se refería a los recientes intentos de los rebeldes abjasios —que controlan parte del norte de Georgia— de lograr el reconocimiento internacional de su autoproclamada independencia.

El secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, recordó por su parte que la cumbre de la Alianza Atlántica condenó el recurso a la fuerza para obtener territorios, y estimó que "el respeto de la independencia y de la soberanía es esencial para que haya paz en la región del Cáucaso".

Rusia se opuso desde el principio a que las repúblicas de la ex órbita soviética ingresen a la OTAN, alegando que se produciría un desequilibrio en la región. Pero finalmente aceptó la iniciativa de la Asociación para la Paz.

Consultado por la prensa respecto al papel de Rusia en Georgia, el canciller Chivaidze declaró que su país firmó numerosos acuerdos con Moscú, en particular un tratado de amistad, cooperación y buena vecindad.

DIARIO 24/3/94

Georgia se unió a la "Asociación para la Paz"

BRUSELAS - GEORGIA se unió ayer al programa aliado de Asociación para la Paz como un medio de ayudar a la normalización política del país, según aseguró el ministro georgiano de Asuntos Exteriores, Alexander Chikvaidze.

El secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, dijo que Georgia, que sufrió la guerra contra los independentistas abjasios y un conflicto civil "atraviesa una fase crucial" ante sus problemas políticos, económicos y de integridad territorial.

"No podemos permitir la división del país, ya que provocaría una reacción en cadena en el Cáucaso y en toda la antigua URSS", subrayó Chikvaidze, quien consideró que la integridad territorial de su país es su principal objetivo en política exterior.

El ministro georgiano señaló que la Asociación para la Paz permitirá a su país construir unas fuerzas armadas modernas con un mecanismo efectivo de control democrático. Hoy saldrá para Georgia una delegación de la OTAN que negociará las modalidades de colaboración con ese país, que comenzarán este mismo año. (EFE)

9406428.

ENTRADO CRUZ

Nº DOCUMENTO 940642 9
TÍTULO Cavallo prefiere integración con el TLC
150023
FECHA 8.4.94
Merc 12701
TLC 11668
Arg 66960
Int 12785

Dijo preferir una zona de libre comercio en vez de una unión aduanera

Cavallo quiere TLC y ahora se arrepiente del Mercosur

■ El ministro de Economía de Argentina, Domingo Cavallo, admitió que hubiera preferido limitar el proceso de integración con Brasil a un acuerdo de libre comercio, en lugar de la unión aduanera prevista por el Tratado de Asunción, que dio origen al Mercado Común del Sur.

"Con el Mercosur hemos llegado muy lejos", ya que "habría sido suficiente un tratado de libre comercio", con Brasil, y prescindir de la unión aduanera, "pero el Tratado está firmado y hay que ejecutarlo", se lamentó el ministro.

"Incluso en Europa, donde siempre se apuntó a una unión aduanera con unión monetaria incluida, muchos ya se preguntan si esto será beneficioso para esa región", añadió.

Las declaraciones de Cavallo pusieron en blanco sobre negro su preferencia por los tratados comerciales de tipo bilateral, aunque también sirvieron para ratificar la vigencia de los acuerdos del Mercosur, que Argentina y Brasil firmaron junto a Paraguay y Uruguay.

La unión aduanera exige la determinación de una estructura arancelaria común para el comercio con el resto del mundo, que los cuatro países del Mercosur aún negocian.

Preocupado por el alto déficit comercial, el ministro sostuvo que en vez de canjear a EEUU la ley de patentes medicinales por el ingreso de este país en el Tratado de Libre Comercio de América del Norte, se deberían negociar mejores condiciones de intercambio.

El 90 % del déficit comercial argentino, que en 1993 sumó U$S 3.700 millones, corresponde al intercambio con EEUU, según datos oficiales.

En tanto, el principal tema de la agenda bilateral es el proyecto de ley de patentes de medicamentos, que se debate actualmente en el Parlamento.

9406429

01-01

Un Arancel Externo Común que Será Bajo

—¿El arancel externo común se define en junio?

—Si, el 30 de junio es el plazo final para su definición. Ya los estudios técnicos han adelantado un 80-85 por ciento de lo que incluye el arancel.

Hay determinados temas que están pendientes aún como la petroquímica, la informática y los bienes de capital.

En última instancia vamos a definir el grado de protección que Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay tendrán ante terceros países. Pero no sobre la base de un modelo de sustitución de importaciones ni una fortaleza, sino precisamente de una inserción dinámica con el resto de los esquemas de integración.

—Eso quiere decir que el arancel externo común será bajo...

—Exacto, por eso Uruguay establece como arancel máximo el 20 por ciento. ¿Quién hubiera pensado hasta hace cuatro, cinco o seis años que íbamos a estar en este nivel arancelario tan bajo? Particularmente cuando estos países tenían un grado importante de protección para sus industrias o para determinadas actividades, que a veces superaban hasta el 100 por ciento.

Esto demuestra que hay una compatibilización entre los conceptos de apertura económica y de integración, sustitutivo de lo que era antes el esquema de integración que significaba un modelo de sustitución de importaciones, donde el arancel era tan alto que protegía a las industrias internas.

—Si pero por otro lado ¿dentro del Mercosur no ha aparecido una tendencia a imponer trabas no arancelarias a la integración?

—Digamos por ejemplo el código de defensa del consumidor que tiene aprobado Brasil o los controles de calidad o normativa técnica que estableció Argentina. ¿No hay allí un problema que no se ha dirimido adecuadamente, para evitar de nuevo el abroquelamiento tras las viejas fronteras económicas?

—Esa pregunta es buena porque demuestra de qué manera, más allá de la voluntad política, existen intereses y situaciones que están orientadas a entorpecer ese proceso de liberación del comercio.

En cada país y en cada economía hay sectores de interés que defienden lo suyo presionando internamente para mantener sus privilegios y protecciones, asegurar sus mercados y no verse expuestos a una competencia donde la calidad y el precio los desplace en las preferencias del consumidor.

Entonces se utilizan todas aquellas medidas no arancelarias de tipo administrativo, de calidad y ahora —por ejemplo en el GATT— se intentan introducir temas como el medio ambiente y del "dumping social", que de alguna manera tienen una justificación pero que a veces pueden disfrazar intenciones proteccionistas. Y eso es lo que nosotros decimos permanentemente, no solo denunciando sino además trabajando, porque la integración y las fuerzas destinadas a liberar el comercio tienen como principal enemigo los incumplimientos, lo que se produce por intereses, decisiones políticas y coyunturas que a veces pueden más que las obligaciones. En el caso de las importaciones de productos subsidiados, el dumping, va a perjudicar a los involucrados en estos procesos.

(Más Información Pág. 12)

Hay una Obligación Jurídica que se Debe Respetar

EL MERCOSUR NEGOCIARA EN GRUPO LA INTEGRACION A OTROS BLOQUES

—¿Cómo observó Uruguay la "Iniciativa Itamar", de procurar para el año 2.010 una zona de libre comercio que abarque toda Latinoamérica?

—El Uruguay tiene claramente definida su estrategia integradora. Primero entiende que todos los mecanismos de integración de América Latina, incluyendo los tratados que involucran a los países del norte, son de carácter modular y complementario.

Nosotros somos partidarios de articular todos estos esquemas de integración de modo que no sean islas o modelos de sustitución de importaciones ampliados, sino que sean complemento de los esfuerzos de integración para hacer converger una zona de libre comercio hemisférica.

Entonces no vemos como antinómicos ni incompatibles con nuestros esquemas de integración regional del MERCOSUR, lo que pueda ser el Pacto Andino, el Grupo de los Tres, el Nafta (Tratado de Libre Comercio de América del Norte, en inglés, ndr) e inclusive la propuesta brasileña.

—...pero son ritmos distintos...

—Sí, son distintos, y también prioridades distintas. Entonces nuestra idea es —y eso lo ratificamos más de una vez— que el Uruguay apuesta a dos cosas, al **realismo político** y a la **seguridad jurídica**. Un realismo que indique que Uruguay deba reconocer que hay cambios que se producen en el mundo y que no esperan a que nosotros cambiemos para llevarse a cabo.

Por lo tanto somos nosotros los que debemos adaptarnos a esos cambios, como en el caso del Nafta, o las nuevas formas de relación comercial que se producen en el mundo desarrollado.

Pero ese realismo supone que tiene que ser compatibilizado con la seguridad jurídica, que quiere decir credibilidad a los distintos procesos de integración de los que participamos.

Por lo tanto no es cuestión que la ansiedad o la novelería nos lleve a incorporarnos a procesos de integración nuevos, y desactivemos los que ya tenemos en formación y están en una etapa muy avanzada.

Por lo tanto nosotros vamos a acompañar todas las propuestas en la medida que al Uruguay se le reconozca entre los socios del MERCOSUR, que la prioridad es consolidar este proceso.

Si tenemos una zona de libre comercio en el MERCOSUR, pues vamos a terminarla con las excepciones debidas, cumpliendo incluso las excepciones en la cadencia establecida.

Un arancel externo común que fijamos para dar cumplimiento al tratado, normas sobre estructura institucional, los certificados de origen, la regulación de los diferentes regímenes de excepción que figuran hoy en el ámbito subregional, como es el caso de las zonas francas y los regímenes de admisión temporaria "draw back", todo eso involucrado en un paquete que suponga fuerza y transparencia en el cumplimiento de las obligaciones entre los cuatro.

Concomitantemente con eso nosotros estamos dispuestos a acompañar todos los demás procesos de integración, pero no desactivar uno para activar otro.

—Está bien, pero Uruguay —y el presidente Lacalle lo dijo recientemente—, presentará en la próxima reunión de mandatarios del MERCOSUR la propuesta de ampliar el "4 + 1" al "4 + 3". Allí también hay una novedad y ¿acaso esto no es también cambiar la estrategia integradora?

(El "4 + 1" es un compromiso entre los cuatro países del MERCOSUR, a saber Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay, y los Estados Unidos de alcanzar una zona de libre comercio. El "4 + 3" sería ampliar la propuesta a los tres socios del TLC, es decir negociar con Estados Unidos, México y Canadá juntos, ndr).

—No es cambiarla porque Uruguay ha respaldado en forma clara y terminante NAFTA (Tratado de Libre Comercio en inglés, ndr) y ha dicho que el acuerdo entre México, Estados Unidos y Canadá, es un hecho positivo desde el punto de vista del comercio internacional y es un módulo de complementación con los esquemas de integración que nosotros tenemos.

Tan así es que Uruguay en función de eso impulsa la famosa reforma del artículo 44 de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) para darle seguridad jurídica a estos esquemas, de forma tal que los hechos no sustituyan al derecho y que las normas que regulan nuestras relaciones comerciales sean adecuadas a esa realidad. Esa es la expresión realismo con seguridad jurídica.

Por tanto nosotros al impulsar y acompañar este proceso de integración, decimos que los acompañamos también en conexiones de carácter articular con los Estados Unidos en el marco del tratado "4 + 1", pero también en el marco de un tratado "4 + 3", de forma tal que el MERCOSUR y NAFTA puedan negociar en forma bilateral dentro del esquema que hoy tiene el "4 + 1", que es una agenda de negociación y consulta.

—¿Y esto permitiría eliminar los permanentes problemas que generan los "coqueteos" de Argentina y el TLC?

—Todo eso es parte de una antesala, diría de carácter político, que no tiene un fundamento jurídico exacto, ni tampoco una concreción desde el punto de vista político. Son expresiones con cierta proyección sin sustrato. Lo importante acá es que el Tratado de Asunción establece que la relación entre los países del MERCOSUR con terceros países, debe hacerse en conjunto y eso es una obligación jurídica.

—...de modo que esa es la única puerta de entrada...

—Claro, no hay otra posibilidad, salvo las conversaciones naturales que suceden país a país. Pero a la hora de las definiciones, nuestra idea es observar el Tratado de Asunción para que los cuatro países, tal como lo hicieron con los Estados Unidos en el "4 + 1" lo hagan con el resto de los sistemas de integración, es decir el MERCOSUR negociando como bloque.

Y esta negociación en bloque va a estar en concordancia de la definición del arancel externo común, que es nuestro punto de referencia y que va a dar nuestra vida de relación con los terceros estados.

9406430

Nº DOCUMENTO 9406431
TITULO Arg. y Bra. se oponen a zonas francas; otro escollo para el Merc.
15001S
FE. 10/4/94
Merc 12781
ZF 11836
Arg 66860
Bra 507482
Int 12725

Argentina y Brasil se oponen a zonas francas

• El Mercosur encuentra otro escollo en el camino

El avance del Mercado Común del Sur hacia la proyectada unión aduanera a partir de 1995 ha encontrado nuevos escollos en las últimas semanas por la intransigencia de Argentina y Brasil para reconocer zonas francas de Uruguay, según fuentes vinculadas a las negociaciones

La delegación brasileña dentro del Subgrupo de Trabajo 7 ha manifestado la voluntad de su Gobierno de no ceder en el tema porque sus intereses son "innegociables".

El Mercosur ha sufrido, también, otros tropezones en su marcha integradora, como la fijación del arancel exterior común para las importaciones de terceros países. Asunto que sigue sin resolver un año después de iniciarse las negociaciones.

El desarrollo acelerado de zonas francas en territorio uruguayo, que ha traído múltiples inversionistas desde países industrializados, se ha convertido en un cuestión de permanente preocupación especialmente para Brasil, que teme la competencia de las naciones del este asiático dentro de las propias fronteras del MERCOSUR.

Las últimas negociaciones se han suspendido a la espera de que una decisión política de alto nivel arroje luz sobre el problema. El asunto pasó ahora, directamente, a la resolución de los presidentes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay que en el pasado mes de enero aplazaron una definición sobre el arancel común.

Los jefes de Estado se comprometieron el 26 de enero pasado en el departamento de Colonia a fijar un arancel antes del próximo mes de julio, luego de ordenarse una serie de nuevas negociaciones técnicas.

La cuestión de las zonas francas también deberá resolverse por esa fecha. En ambas polémicas de los principales socios del Mercosur se han alineado en distintos sectores.

Mientras Argentina promueve como Uruguay y Paraguay un arancel bajo para evitar quedar prisioneros de la tecnología brasileña, Brasil continúa con la idea proteccionista de las industria y propone una tasa elevada que haga menos competitiva las importaciones desde terceros países.

En cambio en el problema de las zonas francas, Argentina y Brasil se han aliado y forman un frente común ante los socios más débiles, Uruguay y Paraguay. (Alberto Leira, EFE).

01-01 9406431

DOCUMENTO 9406432
TITULO Arg. critica a Urug. por posición sobre normas de origen
150483
11.4.94
Merc 1278
Arg 66360
Urug 507466
Int 12785

Argentina criticó a Uruguay por posición sobre normas de origen

El gobierno argentino considera que Uruguay tiene una postura "ideologizada y alejada de la realidad" por oponerse a los controles de origen para las mercaderías comercializadas dentro del Mercosur, dijo a *El Observador* un funcionario del equipo económico del país vecino.

Los contraloresde origen entre los cuatro países es uno de los temas que integra la agenda de negociaciones para fijar un arancel externo común a mediados de año y es considerado por los gobiernos de Argentina y Brasil como un punto "esencial" para la conformación de una unión aduanera en 1995.

Uruguay se ha manifestado en contra de esa posibilidad, argumentando una incompatibilidad entre los requisitos de origen y la libre circulación de bienes que supone la integración en el marco de una unión aduanera.

El funcionario argentino indicó que en las próximas semanas habrá contactos tendientes a superar el impasse provocado por la falta de acuerdo sobre el punto.

La oposición de Uruguay sobre este tema fue ratificada en la última reunión del subgrupo 7 (que se encarga de coordinar las políticas industriales), en la cual la delegación nacional declaró que "es incompatible establecer requisitos de origen en el marco de una unión aduanera".

Los requisitos de origen son mecanismos de contralor de que un producto fue efectivamente fabricado en un país del bloque, y que no hubo una "triangulación" desde un país de extrazona.

La posición del gobierno uruguayo contraria al establecimiento de requisitos de origen está basada en una concepción teórica, según la cual no tiene sentido el establecimiento de controles dentro de un bloque económico cuando existe un arancel externo común y cuando están eliminadas las barreras arancelarias internas, explicó a *El Observador* un funcionario uruguayo que participa en las negociaciones.

En cuanto a las garantías contra la "triangulación" de productos provenientes de extrazona, señaló que el gobierno uruguayo propicia que cada país del Mercosur mantenga un sistema de certificados, con la supervisión de las agremiaciones empresariales. De esa manera, agregó, se podría establecer en qué medida los productos elaborados a partir de insumos importados tienen un grado de valor agregado local.

En las negociaciones que se realicen próximamente sobre este tema, el gobierno argentino planteará que la posición de Uruguay está "alejada de la realidad", en el sentido de que el marco legal de la unión aduanera no es suficiente para garantizar que no habrá "triangulaciones" u otras prácticas comerciales desleales.

En consecuencia, los gobiernos de Argentina y Brasil aumentarán su presión negociadora tendiente a que en el marco del arancel externo común pueda aprobarse un estricto régimen de origen, señaló el informante. ■

01-01
9406432

DOCUMENTO 940433
Crearían Tribunal de Justicia para el Merc. con apoyo de la UE.
150080
12.4.94
Merc 12701
UE 12640
Fecon 11161
S.Com 11407
Int 12735

Propusieron crear un tribunal para los países del Mercosur

Integración: la Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay analizaron la creación de un tribunal que intervendría en juicios vinculados con el tráfico comercial.

La creación de un tribunal internacional para los países integrantes del Mercosur fue analizada por las autoridades del área durante una reunión efectuada en los últimos días en esta ciudad.

"La organización durante este semestre de un encuentro académico internacional para el estudio y análisis de la creación de un tribunal de justicia para el Mercosur, con la participación de representantes de la Unión Europea", fue una de las conclusiones más importantes del encuentro, según se informó.

Durante la reunión se firmó el denominado Protocolo de Buenos Aires sobre jurisdicción internacional en materia contractual. El ministro de Justicia, Jorge Maiorano, sostuvo que ese instrumento "tiene una gran importancia operativa porque a raíz del intenso intercambio comercial dentro del Mercosur, los particulares pueden verse enfrentados en conflictos derivados de la aplicación o incumplimiento de esos contratos".

Otros puntos tratados fueron la jurisdicción internacional en materia contractual; las instrucciones a la comisión de técnicos de los cuatro países miembros del convenio para elaborar trabajos sobre medidas cautelares, jurisdicciones especial y cooperación judicial en materia penal, y la posibilidad de elaborar un protocolo sobre intercambio de los condenados.

Maiorano fue el huésped de sus colegas de Paraguay, Juan Manuel Morales y de Uruguay, Antonio Mercader. En representación de Brasil concurrió el consultor jurídico Guilherme Magaldi, en representación del doctor Alexandre Dupeyrat Martins, quien asumió en su cargo cuando se efectuaba la reunión en Buenos Aires.

El Mercado Común integrado por la Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay debe comenzar a funcionar a partir de 1995.

Crearían Tribunal de Justicia Para el MERCOSUR: Apoyo de Unión Europea

BUENOS AIRES, 11 (EFE). — Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay estudian la creación de un Tribunal de Justicia del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), con la participación de representantes de la Unión Europea (UE), se informó en esta capital.

Los cuatro países planean organizar en el segundo semestre de este año un encuentro académico para analizar la jurisdicción internacional en materia contractual, medidas cautelares y jurisdicciones especiales.

También la cooperación en materia penal y la posibilidad de elaborar un protocolo para el intercambio de condenados por la Justicia, entre otros asuntos, informó el Ministerio de Justicia argentino, tras celebrarse la semana pasada en esta capital la tercera reunión de ministros del área de los países miembros del MERCOSUR.

Tras considerar "prioritaria" la firma del denominado "Protocolo de Buenos Aires", los ministros dispusieron dar continuidad a las reuniones y profundizar el intercambio entre los países.

La firma del protocolo tiene su importancia operativa a causa del intenso comercio entre personas físicas o jurídicas de los países miembros del Mercado del Sur, que pueden verse enfrentados en conflictos derivados de la aplicación o del incumplimiento de los contratos, indicó el ministro argentino de Justicia, Jorge Maiorano.

El protocolo otorgará a los particulares la posibilidad de elegir el tribunal jurisdiccional o arbitral de los Estados parte para presentar sus divergencias.

El ministerio argentino de Justicia no aclaró en qué forma participará la UE en la creación del Tribunal.

01-01
940433

Industriales reclaman que cada Gobierno tenga en cuenta sus decisiones

• Acordaron un texto común en cuanto al régimen de origen de los productos

El IV Consejo de los Industriales del Mercosur acordó por unanimidad pedir a los respectivos Gobiernos, que se le reconozca como órgano oficial. Con relación a los costos laborales, hubo coincidencias en cuanto a lograr un índice de comparación entre los cuatro países, debido a los diferentes costos de producción.

En el IV Consejo de Industriales del Mercosur, los representantes de ese sector resolvieron, en el marco del órgano que congrega a las cuatro gremiales del sector de los países de la región, solicitar a los respectivos Gobiernos que el Consejo de Industriales del Mercosur sea reconocido por cada país, y por lo tanto que sus decisiones sean consideradas a la hora de definir las políticas e integración.

Paralelamente, el organismo que nuclea a las gremiales de los cuatro países acordaron un texto común en cuanto al régimen de origen, que le será propuesto a los respectivos Gobiernos de los países de la región.

El representante de la Unión Industrial Argentina, Jorge Gaibisso, señaló a LA MAÑANA que este aspecto no resulta de menor trascendencia, si se tienen en cuenta aquellos productos sobre los que no regirá el Arancel Externo Común, y por lo tanto están exentos de la posición arancelaria que asumirán los países integrantes del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) frente a terceros países.

Esperan definiciones de ALADI

Dicho consejo que nuclea a todos los sectores industriales de la región solicitó tiempo atrás información a la ALADI sobre cuáles van a ser los términos de relacionamiento de los países del Mercosur con los que integran la Asociación Latinoamericana de Integración.

Dicha demora determinó que la posición del Consejo de Industriales respecto al relacionamiento del Mercosur frente a los países restantes del órgano integracionista fuera hasta el momento cancelada, quedando para las próximas semanas una definición en el tema.

En lo que se refiere a los costos laborales para la industria en el Mercosur, hubo coincidencia en los sectores de la región, en cuanto a la necesidad de determinar un índice de comparación entre los cuatro países, dados los diferentes costos de producción que sobrellevan las empresas.

El representante por la Cámara de Industria del Uruguay, Jacinto Muxí, señaló a LA MAÑANA que en los sucesivos encuentros el tema volverá a reconsiderarse, en la búsqueda de una estrategia para negociar desde el Mercosur como bloque con los restantes países de ALADI.



La próxima reunión del Consejo se realizará el 6 de mayo en Río de Janeiro.

La próxima en Río

En esta cuarta reunión del Consejo de Industriales del Mercosur participaron representantes de la Unión Industrial de Argentina, la Confederación Nacional de Industrias y la Cámara de Industria del Uruguay; aunque no participó la Unión Industrial Paraguaya, se da por descontado el total apoyo a los puntos acordados en dicha reunión.

La próxima reunión de industriales se realizará el 6 de mayo en Río de Janeiro, añadiéndose a la extensa agenda la propuesta realizada por Brasil, en cuanto a la creación de una Zona de Libre Comercio Sudamericana.

Asimismo, y en el ámbito de lo que será el quinto encuentro del Consejo, se procederá a firmar un acuerdo marco con el proyecto de la Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo, a través de las cuales se promoverá la reconversión y competitividad de ese sector productivo.

9406434

Nº DOCUMENTO 9406435
TITULO Aumentó más de 50% el desequilibrio de la balanza comercial del Merc.
PR 150007
FE 13.4.94
VI Merc. 12781
F.Bar 11161
S.Fin 11403
U 507166
Bal Com

Aumentó más de 50% el desequilibrio con MERCOSUR

EN EL primer mes del año 1994 la balanza comercial presentó un déficit de U$S 75.6 millones como resultado de exportaciones por U$S 113.8 millones e importaciones por U$S 189.5 millones. En los últimos doce meses (febrero 93-enero 94) el déficit acumulado alcanzó a U$S 694.6 millones.

Con relación a igual período del año anterior, el déficit comercial es un 26.0% mayor como resultado de aumentos en las exportaciones e importaciones del 6.9% y 13.8% respectivamente.

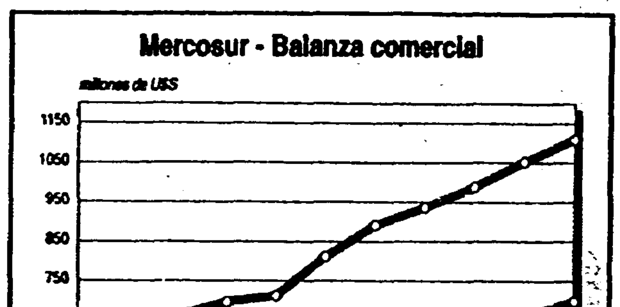
La información referente al comercio exterior por zona geográfica permite constatar que se mantienen las tendencias que manifiesta la evolución del comercio exterior con los países que integran las diferentes regiones desde hace meses. La evolución de las exportaciones y de las importaciones determina el déficit comercial ya indicado al tiempo que el intercambio comercial se situó en U$S 303.3 millones aumentando un 11.1% respecto al mes de enero del año anterior.

El incremento que se produce en el intercambio comercial surge principalmente del aumento observado en el intercambio con los países socios del Mercosur, creciendo un 42.4% en el primer mes del año respecto a enero de 1993, acentuando la dependencia comercial del país con esta región.

Las exportaciones destinadas a los países del Mercosur se incrementan un 37.6% como resultado de un aumento en las exportaciones hacia Argentina (59.6%), Brasil (22.9%) y Paraguay (37.5%).

Brasil y Argentina son los países con mayor peso en el total exportado con un 22.7% y un 19.8% respectivamente, en tanto que la importancia relativa de Paraguay en materia de exportacioneses asciende a tan sólo un 1.0% de las exportaciones totales realizadas . Las importaciones provenientes de los países de ésta región constituyen un 50.3% del total, como consecuencia de un aumento en las importaciones provenientes de Argentina del 58.3%, de Brasil del 35.1% y de una disminución de las provenientes de Paraguay del -33.3%.

Del total de las importaciones , Argentina contribuye con un 25.6%, Brasil con un 24.4% y Paraguay con un 0.3%. El saldo comercial con estos países alcanzó a un déficit de U$S 46.0 millones, resultado mayor en un 53.8% al déficit presentado en enero de 1993. Esto surge como consecuencia de un déficit con Argentina de U$S 26.1 millones, otro con Brasil de U$S 20.4 millones, y de un superávit con Paraguay de medio millón de dólares.



Balanza comercial con países del Mercosur

En millones de dólares - Período enero 1994

Zona/País	Exportaciones 1992	Exportaciones 1993	Exportaciones Var (%)	Importaciones 1993	Importaciones 1994	Importaciones Var (%)	Saldo 1993	Saldo 1994
Argentina	14,1	22,5	59,6	30,7	48,6	58,3	-16,6	-26,1
Brasil	21,0	25,8	22,9	34,2	46,2	35,1	-13,2	-20,4
Paraguay	0,8	1,1	37,5	0,9	0,6	-33,3	-0,1	0,5
MERCOSUR	35,9	49,4	37,6	65,8	95,4	45,0	-29,9	-46
TOTAL PAIS	106,5	113,8	6,9	166,5	189,5	13,8	-60,0	-75,6

9406435

01-01

1/2

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
151230JUNIO994

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 28/A/94

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: DPTO. I / D.G.I.D.

COPIA 1 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL DIRECCION DE ... DE DEFENSA DPTO. I INTERIOR República ... del Uruguay

A/M EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.

C/F (CG)

PABLO FANGALLO

SECRETO

MINI... DEFENSA NACIONAL
Direc... de Defensa
Fe 15 JUN. 1994
Pr Archivo
Nº 9406436

001/002

Montevideo, 15 de Junio de 1994.

- SE SOLICITAN ANTECEDENTES PENALES E IDEOLOGICOS DE LA PERSONA MENCIONADA A CONTINUACION:

- LAVIRA URRUSPIL , JORGE OMAR

002/002

9406436

9406437
Seminario regional de Trabajadores Municipales del Merc. en Rivera
150023
15.4.95
Merc 12781

Municipales del Mercosur iniciaron reunión regional

La República Entera
Karina Ruiz Díaz
RIVERA

■ "Como un encuentro de vital importancia para los trabajadores fue definido el Primer Seminario Regional de Trabajadores Municipales del Mercosur, que se inició ayer a las 19.30 horas, por el presidente de la Asociación de Empleados y Obreros Municipales de Rivera (Adeomr). José Sandín manifestó que el seminario será de mucha utilidad para los trabajadores de la región, pues "la mayoría de ellos no está debidamente informada sobre los alcances que tendrá el Mercosur y es necesario que conozcan las reglas del juego, especialmente en lo referente a la seguridad laboral y social". Al mismo tiempo agregó que los trabajadores de Rivera "le tenemos miedo al Mercosur, dado que si hablamos de nuestra ciudad en particular, entendemos que la misma no está preparada para un crecimiento rápido, lo que nos hace temer las consecuencias". El dirigente municipal se refirió a la necesidad de que los trabajadores formen parte de las negociaciones que se vienen desarrollando, especialmente en la toma de decisiones, por considerar que "somos los trabajadores quienes hacemos funcionar al país". En referencia a las diversas problemáticas que viven los trabajadores del Mercosur, Sandín manifestó que todas ellas tienen en común las carencias en temas tales como vivienda, salarios, salud, por lo que se piensa trabajar en las mismas, apuntando a obtener soluciones. También indicó que es preciso buscar la forma de evitar que los países que integran el Mercosur continúen aplicando una política económica que para los trabajadores es nefasta, subrayando que se trata de un tema sobre el que se deben mantener en alerta. El seminario se está desarrollando en el Teatro Municipal de Rivera, y la inauguración la hizo el presidente de la Federación Nacional de Asociaciones de Empleados y Obreros Municipales del Uruguay (FNM). Entre los panelistas están el secretario general de la FNM, Eduardo Platero, el asesor jurídico del PIT-CNT, Jorge Bruni y el economista argentino Roberto Feletti, entre otros.

9406437

Nº DOCUMENTO 9406438
Crono de la integración regional
150015
15.4.95
Merc 12781
Int 12782

El cronograma de la integración subregional

1985

Noviembre 30 (Foz de Iguazú). Argentina y Brasil crean una Comisión Mixta de Alto Nivel de Integración.

1986

Julio 29 (Buenos Aires). Reunión Alfonsín-Sarney.
Entra en ejecución el Programa de Integración y Cooperación Económica para promover la integración, el comercio y el desarrollo argentino-brasileño a través de protocolos sectoriales (bienes de capital, trigo, complementación de abastecimiento alimentario, expansión del comercio, empresas binacionales, asuntos financieros, fondo de inversiones, cooperación energética, nuclear y aeronáutica, biotecnología, estudios económicos).

Diciembre 10 (Brasilia). Reunión Alfonsín-Sarney.
Ampliación del programa mediante cinco nuevos protocolos (siderurgia, transporte terrestre y marítimo, comunicaciones y cooperación nuclear)

1987

Julio 7 (Buenos Aires). Reunión Alfonsín-Sarney.
Ampliación del Programa mediante tres nuevos protocolos (cultural, administración pública, moneda).

1988

Abril 7 (Brasilia). Reunión Alfonsin-Sanguinetti-Sarney.
Ampliación del programa argentino-brasileño mediante dos nuevos protocolos (industria automotriz y alimenticia); firma del acta del Alvorada (incorporación de Uruguay al protocolo sobre transporte terrestre).

Noviembre 9 (Buenos Aires). Reunión Alfonsín-Sarney.
Ampliación del Programa mediante un nuevo protocolo (regional fronterizo).

Noviembre 29 (Buenos Aires). Reunión Alfonsín-Sarney.
Tratado de Cooperación Argentino-Brasileño. Dispone la creación de un espacio económico común mediante la remoción de todos los obstáculos tarifarios y no tarifarios al comercio de bienes y servicios en un plazo máximo de 10 años.

1989

Agosto 23 (Brasilia). Reunión Menem-Collor de Mello.
Entra en vigor el Tratado de Integración y Cooperación Argentino-Brasileño. Ampliación del Programa mediante un nuevo protocolo (coordinación de politicias macroeconómicas).

1990

Julio 9 (Buenos Aires). Reunión Menem-Collor de Mello.
Acta de Buenos Aires. Adelanta en 5 años la fecha de establecimiento de un mercado común bilateral, fijándola ahora para el 31.12.94.

Agosto 1°. (Brasilia). Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores y de Economía de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay.
Se acepta el acceso de Uruguay y se invita a Chile (que abre un período de observación) y Paraguay (que acepta de inmediato) en relación a un mercado común subregional.

Setiembre 5 y 6 (Buenos Aires). Primera de las siete reuniones del Grupo Mercado Común Cuatripartito, que inicia estudios de mecanismos para la coordinación de políticas macroeconómicas.

Diciembre 18 (Montevideo). Acuerdo de complementación Argentino-Brasileño, que sistematiza y profundiza acuerdos bilaterales preexistentes es registrado ante ALADI.

1991

Marzo 26 (Asunción). Reunión Menem-Collor de Mello-Rodriguez-Lacalle.
Firma del Tratado de Aunción, proyecto para la constiución de un mercado común entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. (MERCOSUR).*

1994

Antes de diciembre 31. En conferencia cuatripartita extraordinaria deberán ser adoptadas las instituciones permanentes del MERCOSUR.

Diciembre 31. Fin del período de transición para Argentina y Brasil. Conformación del MERCOSUR con excepciones para Paraguay y Uruguy.

1995

Diciembre 31. Fin del periodo de transición para Paraguay y Uruguay.

1996

Enero 1°. Zona de libre comercio (arancel cero) y economías plenamente integradas. Estados de ALADI que actúan en otros entes, como el Grupo Andino, ganan el derecho de negociar su incorporación a MERCOSUR.

* Información proporcionada por la Revista Diplomacia en Acción.

9406438

01-01

9406439

La Red de Integración Sigue Creciendo

FINANCIAL TIMES

■ Latinoamérica está recorriendo a gran tren el camino de la integración, especialmente mediante acuerdos de libre comercio regionales. El NAFTA ejerce poderosa atracción para las naciones sudamericanas. Y, Brasil busca afianzar su propuesta de libre zona.

LONDRES.— La integración económica de Latinoamérica avanza a ritmo incontenible. Casi todas las semanas se anuncia algún nuevo acuerdo o iniciativa.

En fecha reciente, Brasil propuso la creación de una zona de libre comercio de Sudamérica y México firmó un acuerdo comercial con Costa Rica.

El gobierno de Estados Unidos anunció la convocatoria de una "cumbre" de Presidentes y jefes de gobierno de las Américas, que tendrá lugar en la ciudad de Miami, en diciembre. La libertad comercial en el hemisferio occidental será uno de los temas centrales del encuentro, debido a la vigencia del Tratado de Libre Comercio de Norteamérica (el NAFTA) entre Estados Unidos, Canadá y México.

Las acciones iniciadas por los tres gobiernos son acompañadas de un pronunciado incremento del comercio en el ámbito regional. Otros países latinoamericanos representaron el 16.7 por ciento de las exportaciones regionales en 1992, lo que constituyó un incremento importante, ya que en 1990 habían significado el 10.8 por ciento, de acuerdo con lo que indican las cifras difundidas por la Comisión Económica Para América Latina (CEPAL). El comercio creció más del 50 por ciento en 1991 y 1992, y continuó en aumento a lo largo del pasado año. Las exportaciones de Estados Unidos hacia Latinoamérica se duplicaron en siete años, ascendiendo a un nivel de más de 80.000 millones de dólares en 1993.

La mayoría de los gobiernos sostiene que la proliferación de zonas de libre comercio, uniones aduaneras y acuerdos comeciales bilaterales apunta en la misma dirección: es lo que llaman regionalismo abierto.

Pero, no todos creen que ese entramado de acuerdos tenga buenos resultados. Moisés Naím, integrante de la institución "Carnegie Endowment", de Washington, y ex ministro de Venezuela, señala que en lugar de derivar en la construcción de bloques comerciales como fundamento de una zona de libre comercio hemisférico, los acuerdos subregionales se parecen más "a bloques que pueden ser obstáculos en la integración".

El Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas, con sede en Madrid, considera que la serie de acuerdos regionales, con afianzamiento de vínculos entre los países que presentan las economías más dinámicas, puede acentuar, en lugar de reducir, las brechas de riqueza en la región.

Quizás ni siquiera el libre comercio con Estados Unidos tenga grandes beneficios. Un informe del año 1992 preparado por los economistas del Banco Mundial insinuó que sólo Brasil y México resultarían beneficiados en importante medida por el libre comercio con Estados Unidos, debido a que la mayoría de las exportaciones originarias de otros países ya enfrentan aranceles bajos en el mercado estadounidense.

En julio, el gobierno de Estados Unidos anunciará la nómina de países con los cuales, en principio, podría negociar acuerdos de libre comercio. La nómina no compromete a Estados Unidos a embarcarse en negociaciones, y tampoco significa un acceso inmediato al NAFTA o acuerdos comerciales bilaterales con Estados Unidos. La lista será revisada en 1997.

Pese a la falta de beneficios comerciales, la mayoría de las naciones latinoamericanas está ansiosa de ver su nombre en la lista estadounidense. Tienen poderosas razones para querer incorporarse al NAFTA: seguridad, para el caso de que el mundo se siga dividiendo en bloques comerciales regionales, y la creciente posibilidad de que el "Club de NAFTA" signifique una robusta corriente de inversiones.

El proceso de acceso al NAFTA no será tan fácil. Pese a las promesas realizadas a Chile, en el sentido de que es el próximo país en la agenda de Estados Unidos, el presidente Bill Clinton quizás no quiera abrir otro debate sobre el comercio a corto plazo, teniendo en cuenta que debió gastar mucho capital político para asegurar la aprobación del NAFTA en el Parlamento. Otros países no tienen para Estados Unidos la importancia estratégica de México.

NAFTA ejerce un fuerte atractivo sobre los países latinoamericanos. Después de Chile, se considera que aparece el nombre de Argentina para la negociación comercial vinculada con el NAFTA. Pero, Argentina tiene el compromiso establecido por el Tratado de Asunción, de negociar con Estados Unidos como integrante del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), del que también forman parte Brasil, Uruguay y Paraguay.

Sin embargo, los problemas económicos que enfrenta y la tradicional desconfianza de los gobiernos de Estados Unidos, significan que Brasil no está en los lugares prioritarios para incorporarse al NAFTA.

Mientras los miembros del MERCOSUR ratificaron su intención de negociar en conjunto con terceros países, como es el caso de Estados Unidos, el gobierno brasileño aprovechó la oportunidad para lanzar su propia idea de creación de una zona de libre comercio sudamericana. El presidente Itamar Franco dejó en claro que el propósito del planteo no es competir con NAFTA, sino que las dos iniciativas son complementarias.

Pero, algunos estiman que el planteo tiene por finalidad que Brasil recupere parte del peso político que perdió en la región, en la última década, y contrarrestar la influencia norteamericana.

Cualquiera sea el caso, algunos economistas creen que la idea tiene cierto mérito económico, si abre a los países vecinos el libre acceso al mercado brasileño, que es grande y está relativamente protegido.

01-01

9406439

El Mercosur avanza en la definición del arancel externo

Los gobiernos del Mercosur avanzaron en la discusión sobre el Arancel Externo Común para productos químicos, bienes de capital y otros rubros conflictivos, aunque todavía no se avizora con claridad un acuerdo en los capítulos de informática y telecomunicaciones, dijeron a *El Observador* funcionarios que participan en las negociaciones regionales que se celebraron en Montevideo.

El avance se logró durante el transcurso de la segunda reunión técnica del nuevo cronograma, fijado en enero pasado para llegar a un acuerdo sobre la protección externa que tendrá el Mercosur.

En mayo se reunirán los ministros de Economía y cancilleres para evaluar la marcha de las negociaciones y asegurarse que para junio próximo el tema podrá estar definitivamente resuelto.

En la reunión técnica celebrada en Montevideo se analizaron las objeciones que el gobierno paraguayo había planteado en los acuerdos primarios sobre aranceles de materias primas e insumos industriales. Paraguay entendía que los porcentajes manejados por los demás países eran demasiado elevados.

Los funcionarios consultados dijeron que ninguna de las objeciones supone discrepancias insalvables, por lo que seguramente se llegará a un entendimiento sobre el tema.

Respecto a los rubros químicos, las discrepancias quedaron reducidas a algunos productos de química fina (principalmente de la industria farmacéutica) mientras que ya acordaron, a nivel técnico, el nivel de protección para el resto del capítulo.

Funcionarios que participan en las negociaciones dijeron a *El Observador* que en los rubros de química y petroquímica se logró un acuerdo para cerca de un 80% de los productos, con lo cual quedaría prácticamente superada la divergencia en esos rubros.

Si bien Brasil planteó la necesidad de una mayor protección para algunos productos de química fina, los informantes dijeron que no habría mayores dificultades en armonizar las posiciones de los cuatro países.

9406440

Nº DOCUMENTO 9406441
TITULO Itamar Franco apoyó ing. eso del Merc. al TLC
150483
20.4.94
Merc 12781
TLC 11668
Brasil 507482
Int 12785

nosy

o Itamar Franco apoyó eso del Mercosur al TLC

bito que ›us- :ión e la región.

Los funcionarios brasileños que participan en los órganos de integración regional se preocuparon de aclarar que Brasil no se opone al TLC y que su iniciativa para América del Sur no es incompatible con ese emprendimiento.

Para dar apoyo oficial a esa versión, el presidente Franco expresó recientemente a sus colegas Carlos Menem, Juan Carlos Wasmosy y Luis Alberto Lacalle que su país no se opone a que los países del Mercosur negocien en bloque con Estados Unidos, México y Canadá para asociarse con el TLC.

La carta de Franco se conoció en un momento en el que crecen las versiones en el sentido de que el gobierno argentino podría impulsar un ingreso unilateral al TLC.

Esa posibilidad es negada por el gobierno de Menem, ya que existe un compromiso oficial de que los países del Mercosur solamente negociarán en bloque las asociaciones con terceros países. Sin embargo, en ambientes diplomáticos se reconoce que hay una corriente que impulsa el ingreso argentino al TLC, y el propio canciller Guido Di Tella ha formulado declaraciones ambiguas al respecto.

Por otra parte, se espera para las próximas semanas la divulgación de la lista de países que Estados Unidos considera calificados para sumarse al TLC. Se ha especulado que Chile y Argentina serían los primeros en la lista.

La demostración del interés de Brasil por el TLC podría determinar que el tema, hasta ahora no discutido abiertamente dentro del Mercosur, pase a formar parte de la agenda de negociaciones del bloque.

Actualmente existe un mecanismo de relacionamiento entre el Mercosur y Estados Unidos (el llamado Acuerdo 4+1), iniciado en 1991 para profundizar el comercio y avanzar en los acuerdos bilaterales. ■



AFP

Franco y Lacalle

La diplomacia brasileña parece haber cambiado de opinión respecto a los beneficios de sumarse al TLC

01-01 9406441

9406441
Itamar Franco apoyó ingreso del Merc. al TLC
150483
20.4.94
Merc 12781
TLC 11668
Brasil 507482
Int 12785

En cartas remitidas a Lacalle, Menem y Wasmosy

El presidente brasileño Itamar Franco apoyó explícitamente el ingreso del Mercosur al TLC

El presidente de Brasil, Itamar Franco, remitió sendas cartas a sus colegas de Argentina, Paraguay y Uruguay, en las cuales expresa que el gobierno brasileño ve con buenos ojos la posibilidad de una asociación entre el Mercosur y el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC), según informaciones difundidas ayer por la agencia española EFE.

La reciente propuesta de Brasil en el sentido de conformar una zona de libre comercio sudamericana había generado suspicacias en el ámbito diplomático, en el sentido de que el gobierno brasileño estaría buscando contrarrestar la atracción que el TLC ejerce en países de la región.

Los funcionarios brasileños que participan en los órganos de integración regional se preocuparon de aclarar que Brasil no se opone al TLC y que su iniciativa para América del Sur no es incompatible con ese emprendimiento.

Para dar apoyo oficial a esa versión, el presidente Franco expresó recientemente a sus colegas Carlos Menem, Juan Carlos Wasmosy y Luis Alberto Lacalle que su país no se opone a que los países del Mercosur negocien en bloque con Estados Unidos, México y Canadá para asociarse con el TLC.


AFP

Franco y Lacalle

La diplomacia brasileña parece haber cambiado de opinión respecto a los beneficios de sumarse al TLC

La carta de Franco se conoció en un momento en el que crecen las versiones en el sentido de que el gobierno argentino podría impulsar un ingreso unilateral al TLC.

Esa posibilidad es negada por el gobierno de Menem, ya que existe un compromiso oficial de que los países del Mercosur solamente negociarán en bloque las asociaciones con terceros países. Sin embargo, en ambientes diplomáticos se reconoce que hay una corriente que impulsa el ingreso argentino al TLC, y el propio canciller Guido Di Tella ha formulado declaraciones ambiguas al respecto.

Por otra parte, se espera para las próximas semanas la divulgación de la lista de países que Estados Unidos considera calificados para sumarse al TLC. Se ha especulado que Chile y Argentina serían los primeros en la lista.

La demostración del interés de Brasil por el TLC podría determinar que el tema, hasta ahora no discutido abiertamente dentro del Mercosur, pase a formar parte de la agenda de negociaciones del bloque.

Actualmente existe un mecanismo de relacionamiento entre el Mercosur y Estados Unidos (el llamado Acuerdo 4+1), iniciado en 1991 para profundizar el comercio y avanzar en los acuerdos bilaterales. ■

01-01

9406441

9406442
Sanguinetti previó arancel precario para el Mercosur en 1995
IS0023
21.4.94
Mer 12781
Urug 507466
Fecon 11161
SFin 11403
Int 12781

Previó Sanguinetti para el Mercosur en 1995

Habrá arancel precario

El ex presidente Julio María Sanguinetti tras reunirse ayer en Asunción del Paraguay con el presidente guaraní, Carlos Wasmosy, afirmó, que a partir del 1º de enero de 1995 regirá una zona de libre comercio entre los cuatro países socios del Mercosur y, en todo caso, existirá un rudimentario Arancel Externo Común (AEC).

Coincidiendo con las recientes declaraciones del ministro de Economía de Argentina, Domingo Cavallo, quien consideró "críticas" las diferencias entre ese país y Brasil respecto del establecimiento del AEC, Sanguinetti aseguró, que "ya nadie, ni siquiera los gobiernos, piensan en la posibilidad de un Mercosur acabado y completo" para el año entrante.

Si bien garantizó la continuidad del proceso de integración ante la eventualidad de retomar la conducción del país desde marzo próximo, el líder forista llamó a no caer "en el simplismo del blanco o negro, todo o nada. No es así -aseguró Sanguinetti-, yo creo que habrá avances, seguirá habiendo avances y cambiarán los ritmos, pero la dirección no se va a modificar".

01-01
9406442

9406443
A partir de mayo los acuerdos bilaterales se renegociarán en conjunto
150023
21.4.94
12781
507466
12785

Mercosur: a partir de mayo los acuerdos bilaterales se renegociarán en conjunto

■ Los acuerdos bilaterales acordados por Uruguay con países no integrantes del Mercosur que caduquen después de mayo deberán ser renegociados en forma conjunta y no por la vía de país a país, según informes diplomáticos a los que accedió LA REPUBLICA.

Los acuerdos bilaterales que han firmado los cuatro países miembros del Mercosur en forma separada y que caduquen a partir del mes próximo deberán ser renegociados por los cuatro países en su conjunto y no por las partes firmantes en forma original.

Este acuerdo que fue establecido en la reunión presidencial de Las Leñas, en Argentina, obliga a los cuatro países del Mercosur a negociar exenciones comerciales en forma conjunta a partir de este año. Un ejemplo para ello es el acuerdo firmado entre Uruguay y México por un año dentro del marco de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi). Este acuerdo vence el próximo mes de diciembre y si Uruguay desea renegociarlo deberá hacerlo en forma conjunta con Argentina, Brasil y Paraguay. Lo mismo sucederá con los acuerdos que renegocien los socios uruguayos en el futuro.

01-01 9406443

9406444
Abreu: dijo obj. ppal es la implantación total del Mercosur
IS0007
22.4.94
Mer 12781
Urug SC7466

La Implantación Total del MERCOSUR es el Objetivo Principal, Afirmó Abreu

El canciller uruguayo Sergio Abreu dijo hoy en San Pablo que la implantación total del MERCOSUR es el principal objetivo de nuestro país. Lo hizo al llegar a la ciudad brasileña para participar de la cuarta reunión de cancilleres del Grupo de Río y de la Unión Europea que se inicia hoy.

En declaraciones a la agencia de noticias ANSA, Abreu señaló que, sin perjuicio de debatir la creación de una zona de libre comercio en Sudamérica, los socios del MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) deben concentrarse y aunar esfuerzos para que sea cumplido integralmente el Tratado de Asunción.

La reunión de cancilleres de trece países latinoamericanos (Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela, Guatemala y Trinidad y Tobago) y de representantes —no todos cancilleres— de las doce naciones europeas (Dinamarca, Alemania, Italia, Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Francia, España, Portugal y Grecia) intentará, entre hoy y mañana, definir las relaciones entre ambas partes.



Dr. Sergio Abreu

una semana después de la firma del tratado del GATT.

"Las eventuales restricciones al flujo comercial pueden violar los recientes pactos y constituirse en una amenaza para la estabilidad económica y política de Latinoamérica", le dijo Sergio Abreu a la agencia EFE.

Por ello, Abreu declaró que las naciones latinoamericanas deben impedir posibles barreras no arancelarias al comercio, si bien es indispensable la preservación del diálogo con la Unión Europea, ya que ambos bloques son "complementarios". Al respecto, indicó que la eventual aplicación de condicionantes al flujo comercial, como la situación ambiental, social o política, puede representar "una excusa" de los países más desarrollados para imponer fórmulas de proteccionismo disfrazado.

La apertura comercial internacional promovida en los pactos de la Ronda Uruguay del Acuerdo General de Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT) suscritos la semana pasada en Marruecos, representará mayores posibilidades de prosperidad y crecimiento económico, señaló Abreu. Si bien "los acuerdos del Gatt han implicado un fortalecimiento del sistema multilateral de comercio", ellos son "insuficientes en cuanto al acceso a los mercados" por parte de los países Latinoamericanos, añadió. "No existe libertad y estabilidad política sin libertad comercial. Por eso estamos dispuestos a conversar con la UE mecanismos que aseguren los niveles mínimos de calidad de vida de la población y flujos de comercio donde prevalezca la transparencia".

01-01
9406444

9406445
Reunión de gremiales agropecuarias y seminario agroindustrial del Mercosur en Argentina
25.4.94

Las denuncias por incumplimiento de acuerdos es el principal tema a tratar

Gremiales agropecuarias del Mercosur debaten en Buenos Aires proceso regional

*** En la vecina orilla los productores discrepan sobre cuál es el diagnóstico de la crisis**

■ Las gremiales agropecuarias del Mercado Común del Sur (Mercosur) analizarán el próximo jueves en la capital argentina el desarrollo del proceso de integración subregional, que entrará en vigor el 1º de enero de 1995.

También asistirán a la reunión delegados de Chile, un país que no integra el Mercosur, pero con el cual Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay mantienen fuertes compromisos comerciales.

La cita estuvo precedida esta semana por un encuentro de las cuatro principales entidades del campo de Argentina, para analizar los efectos adversos del ajuste económico sobre la actividad agropecuaria, informó la agencia IPS.

Pero las cuatro agrupaciones, que nuclean a los pequeños y medianos productores, a las cooperativas y a los grandes terratenientes, no lograron ponerse de acuerdo en el diagnóstico de la crisis y en las posibles soluciones para presentar al gobierno.

También las gremiales agrarias de los países del Mercosur se han enfrentado entre sí y con los gobiernos, desde que en marzo de 1991 se decidió llevar adelante un gradual proceso hacia la configuración de un Mercado Común en el área.

Los subsidios, el proteccionismo y el incumplimiento de acuerdos dentro del Mercosur llevaron a fuertes denuncias de los productores de los cuatro países.

Ahora, en el tramo final de la discusión para establecer un arancel externo común, las agrupaciones deberán avanzar en la puesta al día de sus vinculaciones.

Una de las más serias controversias enfrentó a Argentina y Brasil, los dos principales socios del Mercosur, por la compra de trigo subsidiado canadiense por parte de molinos brasileños.

Brasil es el principal cliente de Argentina en trigo y la compra a Canadá fue criticada por los productores y por el gobierno de este país.

La operación comercial precipitó una serie de reuniones a fin de encontrar una solución al conflicto.

Brasil, prometió finalmente estudiar si en la transacción hubo subsidios y aseguró que en caso de confirmar la denuncia argentina, impondrá sobrearanceles al trigo canadiense.

El caso fue también discutido esta semana por el canciller argentino Guido Di Tella con autoridades canadienses, a las que destacó el perjuicio ocasionado a los precios del trigo por las ventas subvencionadas del mismo grano.

El canciller anunció que el presidente Carlos Menem tratará el tema en su próximo viaje a Canadá.

Productores y empresarios de la región tratarán desde la situación de los vinos hasta la crianza de los suidos

Seminarios agroindustriales del Mercosur se realizan en Córdoba a principios de mayo

■ La ciudad de Córdoba, Argentina, será el lugar de reunión de los Seminarios Agroindustriales del Subgrupo 8 del Mercosur, del 4 al 6 de mayo próximo. Uvas y vinos, suidos, apicultura, arroz, lácteos, algodón, flores, raciones, pesca y papa serán los rubros de los cuatro países que se reunirán.

En el marco de las negociaciones del Mercosur y según el calendario establecido en la reunión de ministros de Agricultura realizada en Montevideo a fines de febrero se fijó que la próxima reunión de los Seminarios Agroindustriales con participación de las organizaciones privadas se realizará en la ciudad de Córdoba, Argentina, entre los días 4 y 6 de mayo. Este es un ámbito de discusión donde se reúnen, por rubro de producción, las organizaciones de productores y empresarios agroindustriales de los cuatro países para acordar propuestas para ser puestas a consideración de los representantes oficiales. En esta ocasión los rubros que se reunirán son los siguientes:

4 de mayo:

Uvas y vinos, suidos, apicultura y arroz.

5 de mayo:

Lácteos, algodón, flores y raciones.

6 de mayo:

Pesca y papa.

Aún falta confirmar si se reunirán también forestales, ajo, cebolla y oleaginosas. Lo que se acuerda en estas reuniones entre las organizaciones pasa a ser tratado por los delegados de los gobiernos, quienes pueden o no tener en cuenta lo que se sugiere.

En algunos rubros ya se ha alcanzado acuerdos sectoriales y en otros se está avanzando en esa dirección. Estos rubros son: lácteos, arroz, forestales y carne. En estos acuerdos, al igual que en las reuniones anteriores es muy poca la participación de los pequeños productores.

LOS PRODUCTORES FAMILIARES SE PUEDEN HACER VALER

Actualmente los acuerdos sectoriales no han sido puestos a consideración de los delegados del Subgrupo 8, porque la delegación oficial de Brasil no está dispuesta a tratar acuerdos sectoriales que no cuenten con apoyo de las organizaciones de trabajadores, cosa que ninguno de los acuerdos sectoriales tiene por ahora. Esta situación puede ser aprovechada por las organizaciones de pequeños productores para tratar de introducir una cláusula similar, que haga necesario su apoyo, en los acuerdos regionales del agro. Estas informaciones fueron proporcionadas por la publicación Chasque del proyecto "Apoyo a la articulación de las Organizaciones de Productores familiares de Uruguay a la integración regional", que apoyan Ciesu, la Comisión Nacional de Fomento Rural y la Asociación de Colonos.

01-01
9406445

9406446
Definiciones del vicepte de la Comisión Europea sobre el Mercosur

Definiciones del vicepresidente de la Comisión Europea

"El Mercosur es un hecho positivo en sí mismo"

Por Graciela Iglesias
(Corresponsal de LA NACION en Europa)

Visita: antes de subir al avión rumbo a Buenos Aires, Manuel Marín contestó en forma exclusiva un cuestionario de LA NACION.

ESTRASBURGO.– De representar a un solo país, la figura de Manuel Marín González, vicepresidente de la Comisión Europea, podría equipararse al de un ministro de Relaciones Exteriores.

Pero, por la particular estructura de las instituciones europeas, al planisferio de influencia de su cartera le falta un grande: los Estados Unidos. Y, en los hechos, también Japón.

Hay algo más en el comisionado español, en visita a la Argentina, que lo hace particular: su carácter.

La apariencia de frialdad castellana que se recoge en un primer momento es tan efímera como espontáneos son sus exabruptos en la relación directa con la prensa. No es del todo casual que, un mes después de haber solicitado una entrevista personal, uno de sus voceros haya ofrecido a LA NACION la contestación de un cuestionario por escrito.

Porque, a pesar del aprecio bien ganado entre sus colegas, Marín es frecuente objeto de críticas. En Bruselas se lo acusa de defender intereses españoles. En España, de ser demasiado europeísta.

Sus antecedentes alimentan la impresión de ambos bandos, pero, aun con ocho años de residencia permanente en Bruselas, Marín sigue siendo "hombre del riñón" del presidente español.

– ¿Qué expectativas razonables puede tener el público, de su visita a América del Sur?

– Mi principal deseo es transmitir a los ciudadanos latinoamericanos, y en especial a los argentinos, el sentimiento de admiración que sentimos en Europa por el progreso realizado por América latina en los últimos años.

No se habla todavía de un milagro económico latinoamericano, y tal vez se tarde tiempo en hacerlo, pero las oportunidades son excepcionales.

Espero que esta visita sirva para destacar el apoyo de la Unión Europea (UE) a ese esfuerzo.

> **Peso**
>
> "Creo que si el Mercosur responde a las esperanzas que todos tenemos sobre su futuro y realiza un salto cualitativo en su nivel de integración, la UE deberá reconocer su nuevo peso específico", confió Marín.
>
> "Pero –añadió– es muy importante no confundir situaciones cualitativamente distintas. La intensidad de nuestras relaciones comerciales con el Mercosur es ya mucho mayor de lo que se supone."

En el terreno comercial, por ejemplo, puesto que un tercio de las inversiones exteriores de la UE se dirigen a América latina; o en el ámbito de la cooperación, donde la UE ya es el primer donante con más de U$S 500 millones en 1993.

La Conferencia Ministerial del Grupo de Río, así como mi visita a la Argentina, deben ser entendidas como un signo de la voluntad de apoyo de la UE al desarrollo económico y social de América latina.

– ¿Se puede hablar de una política clara y distintiva de la UE respecto de América latina, y particularmente del Mercosur, en contraste con iniciativas de los Estados Unidos como la ampliación del Nafta?

– Desde la adhesión de España y Portugal a la Comunidad Europea, las relaciones entre Europa y América latina han ido consolidándose.

Baste pensar en el acuerdo marco de cooperación comercial y económica con la Argentina: por primera vez en la historia, un acuerdo de la Comunidad con un tercer país se fundó expresamente en el fortalecimiento de la democracia y de la cooperación regional.

La situación actual de nuestras relaciones no es definitiva: al contrario, hay que ser humildes y reconocer que en los últimos años la política ha ido corriendo detrás de los acontecimientos.

Nuestras relaciones futuras deberán también adaptarse a un mundo en plena evolución, y debemos hacer un esfuerzo importante de imaginación.

Estoy convencido, por la propia experiencia histórica de la UE, de que el éxito de la inserción de América latina en la economía internacional depende en gran medida de su capacidad de construirse en entidades regionales sólidas.

Por ello, creo que el Mercosur es un hecho positivo en sí mismo y no como contraste o reacción ante el Nafta.

– ¿Qué impacto ha tenido hasta ahora la reforma de la política agropecuaria común (PAC)? ¿Seguirán bajando los subsidios?

– La reforma de la PAC tiene un alcance enorme y muy concreto: se trata de pasar de un sistema de ayudas a través de los mercados a un régimen de subvenciones directas al agricultor.

Si tomamos el ejemplo paradigmático de los cereales, la producción del año pasado fue inferior en 16 millones de toneladas a lo que habría sido sin la reforma, pero los efectos se harán sentir mucho más en los próximos años; según nuestras previsiones, a finales de esta década las exportaciones europeas de cereales serán apenas el 56 % de las actuales (19 millones de toneladas en lugar de las 33,5 de hoy).

Creo que no se debe minimizar el esfuerzo de apertura que ha realizado la UE en el sector agrícola.

– ¿Qué opina de las demoras en la ratificación argentina del acuerdo de pesca que usted firmó en Buenos Aires en noviembre de 1992 y aprobado tanto por el Parlamento como por el Consejo Europeo hace más de seis meses? ¿Percibe cierta desconfianza entre los parlamentarios argentinos?

Me parece legítimo y comprensible que el Parlamento argentino haya concentrado su atención en los últimos meses en el proceso de establecimiento de la Asamblea Constituyente. Pero estoy seguro de que no habrá ningún obstáculo en la ratificación.

01-01
9406446

9406447
26.4.94

Reveló una encuesta de la Facultad de Ciencias Sociales realizada entre empresarios del sector manufacturero

Impacto del Mercosur y rebaja arancelaria son percibidos como "buenos" por los industriales

■ Los industriales uruguayos perciben una perspectiva alentadora -o al menos positiva- respecto del proceso de integración regional en el Mercosur y la rebaja arancelaria producida a nivel general, según se desprende de una encuesta realizada entre los meses de diciembre de 1993 y febrero de este año por el Departamento de Economía de la Facultad de Ciencias Sociales. El estudio realizado por Rosario Domingo, Héctor Pastori y Tabaré Vera que recabó datos de una muestra compuesta por 123 industrias, pretendió evaluar el "Comportamiento estratégico de las empresas industriales frente a la apertura".

Los datos surgidos del trabajo permiten apreciar una percepción del sector que, en líneas generales, resulta optimista frente al nuevo marco de competencia regional y de extrazona. En la percepción de los empresarios uruguayos de la industria manufacturera, el Mercosur impactará en forma "buena" -de acuerdo a lo expresado a través de la calificación de 1 (pésima) a 5 (excelente) asignada para la evaluación- para las exportaciones nacionales (3,27), mientras que la rebaja arancelaria fue cuantificada con 3,34.

MATRIZ DE IMPACTOS

	Mercosur	Reb. arancelaria
Exportaciones	3,27	3,34
Ventas locales	2,63	2,58
Producción, costos tecnología	3,05	2,96
Finanzas	2,87	2,83
Utilidades	2,79	2,76
Empleo	2,73	2,71

Referencia: 1/pésimo - 5/excelente

Fuente: FCS

En la visión de los industriales uruguayos, las ventas de sus productos en el mercado doméstico también fueron consideradas "buenas", al igual que la producción, costos y tecnología, las finanzas, las utilidades y el empleo, para ambos procesos de apertura de nuestra economía.

CONCLUSIONES CONTRADICTORIAS

Mientras los voceros industriales han insistido en los últimos tiempos en advertir una realidad de crisis para el sector, la encuesta reveló datos contradictorios. Un 47 por ciento de los empresarios dijo haber tenido un resultado económico "bueno o muy bueno" y sólo un 17% evaluó como "malo o muy malo" su resultado económico.

Las conclusiones del estudio son coincidentes en apreciar que existe un cambio en las estrategias empresariales, desde aquellas concernientes a la producción como las de mercado.

La apertura económica resulta un factor de incertidumbre y tensión para el sector manufacturero uruguayo, y es uno de los motores de la transformación estratégica.

9406447
01-01

Ingreso de países del Mercosur al Nafta se concretará en bloque

El Presidente de Brasil continúa impulsando a nivel de gobierno la creación de una Zona de Libre Comercio Sudamericana. A la vez enfatizó, en una carta remitida a sus pares, que el ingreso al TLC será en forma conjunta, cortando las aspiraciones argentinas.



El Presidente de Brasil fue claro con sus pares de la región: la entrada al TLC es en forma conjunta.

Una sutil maniobra de la Cancillería brasileña (Itamaraty), frustró el intento del Gobierno argentino de convertirse en candidato preferencial a la ampliación del NAFTA (TLC), junto con Chile, publicó el diario O Estado de San Pablo.El importante rotativo paulista señala que "para evitar el desgarramiento de Argentina del Mercosur, el Presidente Itamar Franco les envió a los Presidentes de Argentina, Paraguay y Uruguay cartas que declaran formalmente el interés del Brasil en integrarse al NAFTA, pero resaltando que las negociaciones para el ingreso deben ser hechas en conjunto".

"Esto desinfló la iniciativa argentina", añade O Estado, de ser un candidato preferencial para ingresar al acuerdo firmado por Estados Unidos, México y Canadá. Asimismo, el diario afirma que "a partir de este momento, o los cuatro socios del MERCOSUR actúan armónica y coordinadamente, o Argentina da los pasos políticos que decretarían el debilitamiento o la muerte de la idea de integración de los cuatro países".

Añoranzas al NAFTA

El periódico agrega que "la Casa Rosada (sede del Gobierno argentino) viene, desde hace tiempo, dando muestras de que le gustaría ver a Argentina incluida en el acuerdo que une a México, Estados Unidos y Canadá".

Asimismo, O Estado de San Pablo resalta que "el Gobierno argentino ya manifestó públicamente ese deseo cuando el acuerdo ni siquiera había sido aprobado por el Congreso norteamericano". "Todo eso, evidentemente, con vistas -añade- a los informes de los departamentos de planificación de los bancos, de cuyas inyecciones de capital depende la sobrevivencia del Plan Cavallo".

El editorial del medio paulista sostiene que "desde que Argentina comenzó a dar indicios de que podría colocar al MERCOSUR en plano inferior, para atender a otras prioridades de su agenda externa, Brasil trató de resguardar sus intereses sudamericanos abriendo otros frentes de actuación".

Esos nuevos frentes serían un mercado común con los países amazónicos e, inclusive, una futura área de libre comercio sudamericana, analiza el diario.

Finalmente, el análisis de O Estado de San Pablo entiende que el MERCOSUR, a pesar de sus beneficios, "será una zona de libre comercio, pero difícilmente evolucionará hacia una unión aduanera", aparte que "está a años luz del mercado común que su nombre sugiere".

RIO DE JANEIRO,(ANSA).

01-01

94 0449

9406450
La U.E. aspira a cooperar con investigaciones en ciencia y tecnología en el Mercosur
150483
27.4.94
Merc 12781
U.E. 12640
Tecn 11166

La UE aspira a cooperar con investigación en el Mercosur

La Unión Europea (UE) está interesada en participar en los proyectos de investigación en ciencia y tecnología que encaren los países del Mercosur y envió a su delegado, Charles Kessler, a la reunión que se está desarrollando estos días para que "explore el terreno".

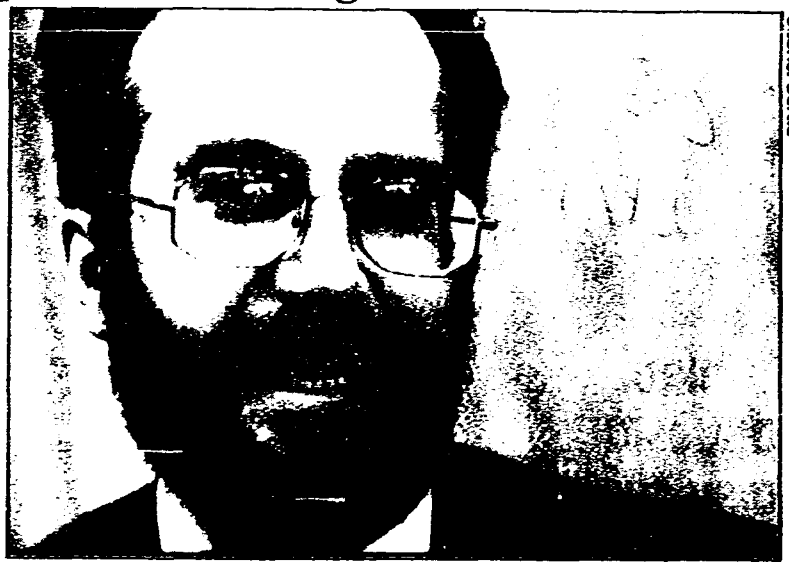
Kessler dijo a *El Observador* que en los países del Mercosur hay "una gran diversidad de oportunidades" y áreas potenciales de exploración. Destacó que a nivel humano los lazos entre las comunidades científicas del Mercosur son fuertes "así que las posibilidades son numerosas", agregó.

Dijo además que los programas de cooperación científica están restringidos a la investigación precompetitiva, no relacionada directamente con el proceso de sacar productos para el mercado. Esto restringe "un poco" la colaboración en la investigación tecnológica y pone el énfasis sobre las ciencias básicas. No obstante dijo que se puede trabajar en ciencias básicas de áreas relacionadas con sectores productivos o importantes para el medio ambiente o la salud de las poblaciones.

Dada la experiencia de la UE en la región, Kessler dijo que es probable que la misma ponga énfasis en las ciencias de la vida, como reflejo de las fuerzas y las capacidades actualmente en curso.

Por otra parte explicó hay una enorme tradición de cooperación en materia de ciencia y tecnología con los diversos países de la región. Pero esta es la primera vez que tiene un intercambio directo con el Mercosur en esta materia; hasta el momento, los contactos eran bilaterales con cada uno de los países.

La UE tiene dos modalidades de operación en ciencia y tecnología.



Charles Kessler
El funcionario de la Unión Europea explorará las posibilidades de acuerdos para desarrollo de ciencia y tecnología junto con el Mercosur

Una es el otorgamiento de becas a científicos para que puedan hacer una investigación en un centro europeo para que tomen contacto con la comunidad científica de ese continente y generen ideas para futuras colaboraciones.

La otra modalidad, que representa el grueso de las actividades de la UE, consiste en propiciar proyectos de investigaciones conjuntas entre centros de los países del Mercosur en combinación con centros europeos sobre temas de interés mutuo y en forma complementaria.

Existe ahora como política contribuir al financiamiento de los costos adicionales en los proyectos de investigación conjunta. Los centros que participan en los proyectos, tanto en Europa como en esta región, deben tener el equipo básico, el cuerpo de investigadores necesario y la infraestructura.

Están cubiertos, en primer lugar, los costos de viajes y desplazamiento para visitas recíprocas, luego los costos de material fungible (materiales que se usan en los laboratorios), en tercer lugar complementos de equipos durarero — no armar todo un laboratorio— y, finalmente, un aporte hacia costos de personal, no de los científicos sino de algún ayudante de investigación.

Kessler explicó que hoy se representaría un primer acercamiento para ver cómo el enfoque regional podría ser incorporado en los programas de la UE.

Acerca de la situación de la investigación en Uruguay, dijo que se reconoce que es un país pequeño, lo que apareja la ventaja de tener una comunidad científica bien coordinada y compacta que, además, "ha podido responder de una manera muy ágil a las posibilidades de cooperación internacional".■

01-01 9406450

9406451 Realizarán
Estudian posibilidad de realizar seminario
150015 en Brasilia sobre procesos
27.4.94 de int. en Am Lat.
Rex 12781
B.2 507482
Sem.
Am. Lat

Organizan evento a nivel del Mercosur

La Cancillería brasileña (Itamaraty) examina la posibilidad de realizar un seminario en Brasilia, en el ámbito del MERCOSUR, para debatir sobre los procesos de integración regional en América Latina y las divergencias sociales entre los cuatro países miembro: Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay.

La armonía entre los padrones y normas laborales en el ámbito del MERCOSUR fue abordado durante la IV Reunión del Grupo de Río y la Unión Europea, realizada la semana pasada en San Pablo.

En esa oportunidad, el Canciller brasileño, Celso Amorim, señaló la necesidad de equilibrar las cuestiones sociales, así como las normas laborales para facilitar la integración del MERCOSUR.

El Ministro citó el caso del desequilibrio entre el salario mínimo pagado en Paraguay y el de Brasil, que representa el 50 por ciento al vigente en territorio paraguayo, lo cual perjudica el desarrollo de las relaciones laborales entre los países miembro.

Amorim resaltó la preocupación de su Gobierno en adecuar esas normas dentro de un cuadro jurídico, debido a que el MERCOSUR regirá oficialmente a partir del primero de enero de 1995, aun sin que hubiera consenso con relación al arancel común para los sectores de bienes de capital e informática. No obstante, trascendió en Itamaraty, que los países del MERCOSUR definirán en junio próximo una tarifa única aduanera para los negocios intrazona, que deberá fijarse en torno al 12 por ciento.

BRASILIA, (ANSA)

01-01

9406451

9406452
Aninat: Chile no puede seguir dando la espalda al Mercosur
150007
27.4.94
Mer 12781
Chile
12795

Chile no puede seguir dando la espalda al MERCOSUR, dijo Aninat

Santiago, abr 26 - El ministro de Hacienda chileno, Eduardo Aninat, afirmó hoy que "Chile no puede seguir dándole la espalda indefinidamente al MERCOSUR y no aceptarlo como una realidad futura, debemos, más adelante, tomar una posición definida frente a la consolidación de esta unión aduanera", dijo y agregó que, adicionalmente, "Chile deberá tratar de liberalizar el comercio con nuestros otros vecinos y países de Latinoamérica".

Chile se ha resistido a ingresar a este acuerdo regional que integran Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay y ha preferido el camino de los convenios bilaterales.

No obstante, el gobierno del presidente Eduardo Frei que asumió el 11 de marzo, es partidario de un acercamiento con los países miembros del MERCOSUR que, si bien no contempla transformarse en un nuevo integrante, promueve acuerdos en el área de protección de inversiones, traspaso de tecnología y otros temas que excluyen las tarifas aduaneras.

El ministro sostuvo que una opción es transformar a Chile en una plataforma para el resto de Latinoamérica, implica crear una economía de servicios y redefinir las políticas de infraestructura. (Reuter)

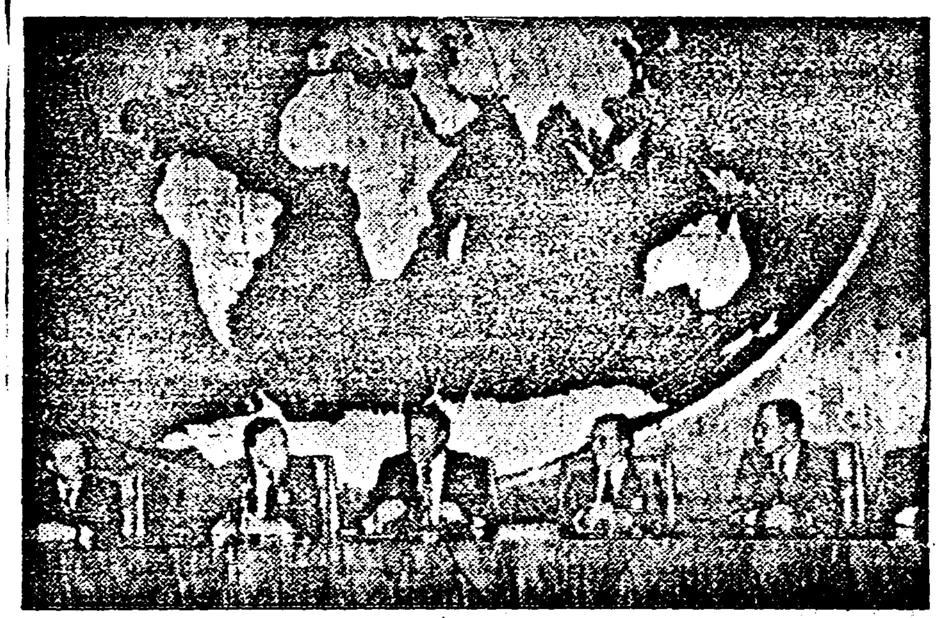
01-01

9406452

DOCUMENTO 9406453
TITULO Protocolo de cooperación mutua entre
PROC. IS0015 BROU Bco do Brasil y
FE. 28.4.94 Bco de la Nación Arg.
VI. Merc 12781
F Econ 11161
SF 11403

MERCOSUR

PROTOCOLO DE COOPERACION MUTUA SUSCRITO ENTRE EL BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, EL BANCO DO BRASIL Y EL BANCO DE LA NACION ARGENTINA



Dentro del marco integracionista previsto en el Mercado Común del Sur (MERCOSUR), en los últimos meses del pasado año se iniciaron contactos entre los bancos estatales del Uruguay, Brasil y Argentina tendientes a la suscripción de un protocolo de cooperación mutua entre dichos organismos.

Es así que, oportunamente, fueron concertados dichos protocolos entre el Banco do Brasil y el Banco de la Nación Argentina, entre el Banco de la República Oriental del Uruguay y el Banco de la Nación Argentina y, con fecha 26 del corriente, se acaba de suscribir, en la ciudad de Brasilia, República Federativa del Brasil, el correspondiente a los bancos de la República Oriental del Uruguay y Banco do Brasil S.A.

La fotografía que se adjunta al presente comunicado corresponde a la última de las mencionadas ceremonias, a la cual asistieron y firmaron en representación del Banco de la República, su Presidente, Ing. Carlos A. Cat y su Director Cr. César Rodríguez Batlle, habiendo suscrito la documentación; por parte del Banco do Brasil, su Presidente, Alcir Augustinho Calliari y el Director del Area Internacional, Joao Maria Stefanon.

Tal como lo expresan los referidos protocolos, la pertenencia a países de un mismo continente e integrantes de un mismo mercado regional llevó a estas importantes instituciones financieras estatales a constituir acuerdos capaces de contribuir eficazmente al papel que los mismos tienen en sus respectivos países y a estar atentos al desarrollo de los procesos de integración para ir adecuándose a los nuevos esquemas económicos que entrarán en vigencia.

El accionar de estos bancos no sólo se debe limitar a ser las principales entidades crediticias en sus países de origen, sino que deben ser, además, instrumento y vínculo de unión entre los sectores real y financiero de la economía, para lo cual es vital su aporte al intercambio y al asesoramiento a los respectivos gobiernos, en acciones tendientes tanto al fortalecimiento del protagonismo empresarial cuanto a mejorar los instrumentos y mecanismos de pago y financiamiento a nivel regional y multinacional.

Asimismo, es de destacarse que estos protocolos han sido concertados con la intención de fortalecer y profundizar el espíritu de integración que existe entre los países miembros del MERCOSUR y con el afán de trasmitirle un renovado impulso cualitativo y cuantitativo a ese espíritu y con la finalidad de lograr los beneficios económicos de tal integración.

A fin de concretar lo precedentemente expuesto, se han acordado, entre otras medidas, realizar acciones tendientes al otorgamiento mutuo de líneas de crédito financieras y comerciales que permitan facilitar e incrementar las relaciones de intercambio y que atiendan las operaciones de comercio exterior; la promoción del comercio dentro del MERCOSUR, apoyándose en la infraestructura que cada banco posee; el apoyo a la gestión de las empresas constituidas o que puedan constituirse para ejercer el comercio dentro del MERCOSUR y conquistar mercados extrazona; la realización de intercambio de información técnica, económica y normativa a fin de proporcionar asistencia a las empresas que planean desarrollar actividades industriales; comerciales y de inversión en Uruguay, Argentina y Brasil, y la iniciación de los estudios necesarios para el logro de la cooperación en tecnología bancaria de las entidades con relación a los objetivos precedentemente señalados.

Por último, es de destacarse que, en el transcurso del próximo mes de mayo, se ha previsto la realización de una reunión en la ciudad de Montevideo, en la que participarán los directorios de las tres instituciones, a los efectos de continuar avanzando en la implementación de los acuerdos alcanzados.

01-01 9406453

Nº DOCUMENTO 9406454

Nace zona comercial entre Merc. y U.E.

150090

28.4.94

Merc 1278
U.E. 12640
Econ 4161
Com 11407
Int 12785

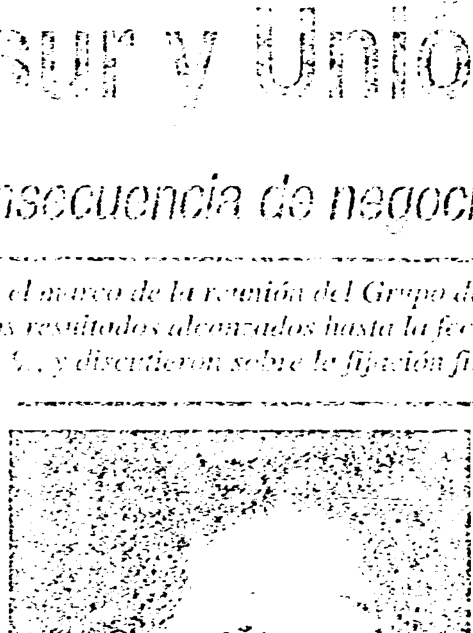
[illegible] zona comercial entre Mercosur y Unión Europea

[illegible] Abreu: "Consecuencia de negociación del Grupo-Río"

[illegible] enfatizó que en el marco de la reunión del Grupo de Río los cuatro países integrantes del Mercosur [illegible] los resultados alcanzados hasta la fecha. A vía de ejemplo, la desgravación arancelaria del [illegible] y discutieron sobre la fijación final del Arancel Externo Común.

El Ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, Canciller Sergio Abreu, afirmó "que los acuerdos logrados en Brasil a nivel de cancilleres con la Unión Europea permitió delinear objetivos para el desarrollo regional".

Abreu manifestó que estos [illegible] contactos con líderes de la oposición a los efectos de informar de lo actuado en representación del país.



Abreu confirmó lo que adelantó LA MAÑANA: la entrada al NAFTA debe producirse solamente en bloque, nunca unilateralmente.

La integración, una realidad

El Ministro de Relaciones Exteriores del país recordó que en [illegible] se reunió el Grupo de Río con la presencia de representantes de todos los países de América Latina y de la Unión Europea a nivel de Cancillería y Ministerio. Los [illegible] en la [illegible] fueron abordados en relación al Grupo de Río y al Mercosur. Abreu [illegible] del Mercosur se [illegible] política por parte de [illegible] Gobiernos de seguir adelante con el proceso de integración.

[illegible] en el marco de la Reunión del Grupo de Río y la Unión Europea [illegible] mientos claros con los resultados alcanzados hasta fecha como el de la desgravación arancelaria que alcanza el 82 % de los productos. "Otro de los puntos que se tocó entre los representantes de los cuatro países que nos hicimos presentes, fue el de la futura definición del arancel externo común."

Otro importante tema que [illegible] las negociaciones fue [illegible] en el seno de la reunión [illegible] de la política de integración, como el reglamento de "antidumping", las [illegible] y la [illegible] que hacen al relacionamiento de cooperación con la Unión Europea.

Proceso irreversible

Según el Ministro de Relaciones Exteriores, el proceso de integración continúa sin [illegible] compromiso asumido por los cuatro países en relación al Tratado de Asunción. "De ahora en adelante, agregó Abreu, tenemos que analizar las posibilidades y los eventuales cambios que se podrían dar a la luz de la dinámica que tiene la economía y fundamentalmente la política internacional."

Para Abreu está claro que una posible integración de algún país de la región al Tratado de Libre Comercio se tiene que canalizar en bloque y no en forma unilateral.

"De tal manera es así [illegible] la está situación, agregó el Secretario de Estado, que la propia Unión Europea realizó un esbozo de la posible interrelación comercial, destinado a analizar las posibilidades de una Zona de Libre Comercio entre la Unión Europea y el Mercosur, hecho que quedó a consideración de los cuatro países para una posterior definición a nivel regional."

Contactos políticos

"La visita a dirigentes colorados responde a una [illegible] cuestión informativa sobre cuáles han sido las decisiones que se han tomado a nivel de Cancillería y para conocer la opinión de los dirigentes de todo el espectro político del país", concluyó el Ministro de Relaciones Exteriores Sergio Abreu.

01-02

9406454

DOC. POCO LEGIBLE

Lacalle respondió misiva de Itamar Franco por ingreso al TLC

Mercosur y la UE acordaron formar zona de libre comercio

El Mercosur y la Unión Europea "darán un salto cualitativo" en su relación comercial, tras haber alcanzado un principio de acuerdo para formar una zona de libre comercio entre los dos bloques, confirmó a El Observador *el canciller Sergio Abreu.*

Si bien los dos bloques habían protagonizado enfrentamientos en el ámbito diplomático durante las negociaciones por la liberalización del comercio agrícola durante la Ronda Uruguay del GATT, con este acuerdo la relación entre ambos grupos sufriría una variación sustancial, ya que pasarían a ser socios comerciales y a profundizar gradualmente las concesiones mutuas en el acceso a los mercados.

La idea fue analizada durante la última reunión de cancilleres europeos y latinoamericanos, que se realizó la semana pasada en San Pablo.

Primero en un desayuno con el vicepresidente de la Unión Europea, Manuel Marín, y luego en un almuerzo con los cancilleres de los 12 países miembros del bloque europeo, se llegó a un consenso respecto a la conveniencia de estrechar los vínculos comerciales hasta una eliminación de las barreras arancelarias actualmente existentes.

No se mencionó en qué plazo se concretaría el emprendimiento, ni de qué manera se llegará a la liberalización comercial total entre los dos bloques. Esos temas serán analizados por los técnicos de los países del Mercosur que están acreditados ante los organismos comunitarios europeos.

El canciller Abreu destacó la importancia del acuerdo y pronosticó que significará "un salto cualitativo de las relaciones comerciales del país".

Señaló que existe la necesidad de llegar a un relacionamiento más dinámico del Mercosur con la Unión Europea, entre quienes existe una importante corriente de comercio e inversiones.

Manifestó además su satisfacción por el hecho de que este emprendimiento está en consonancia con el reforzamiento del Mercosur, "que es la prioridad fijada por el gobierno uruguayo, por razones comerciales, económicas y políticas".

Dijo estar seguro de que la asociación con los 12 países europeos tendrá un impacto significativo sobre el sector exportador uruguayo, que en un plazo relativamente breve podrá ver acrecentado su acceso a ese mercado.

"En nuestra relación comercial, nosotros somos exportadores de productos primarios en aproximadamente un 40% y los europeos son exportadores de productos industriales en un 80%, por lo que esta negociación no va a ser fácil, pero hay muestras de una voluntad política que va a favorecer los intereses de Uruguay y del Mercosur", expresó.

Lacalle respondió a Itamar Franco

El presidente Luis Alberto Lacalle respondió por carta el mensaje que le había enviado su colega brasileño, Itamar Franco, respecto a la negociación de los cuatro países del Mercosur con el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC).

Franco había expresado a sus colegas del Mercosur que Brasil no se oponía a un ingreso de los cuatro países al TLC.

Diplomáticos y medios de prensa brasileños especularon que la iniciativa de Franco tuvo los objetivos de desmentir las versiones sobre que Brasil era contrario al proceso de integración de América del Norte, así como de desalentar los intentos de Argentina de sumarse al TLC en solitario.

En la respuesta de Lacalle se expresa que la prioridad del gobierno nacional es el refuerzo del Mercosur, dijeron funcionarios del ámbito diplomático.

Indicaron también que Uruguay tiene su mirada fija en lograr un acuerdo respecto al Arancel Externo Común, de manera de consolidar desde el punto de vista jurídico la conformación de una unión aduanera.

Respecto a la asociación con el TLC, Uruguay apoya la posición brasileña que sostiene que los cuatro países del Mercosur deben procurar un relacionamiento en bloque.

El ministro de Economía argentino, Domingo Cavallo, declaró el pasado martes en Estados Unidos que "queremos negociar en conjunto, pero si nos invitan y fuera imposible una negociación conjunta, igual les daremos una contestación positiva". ■

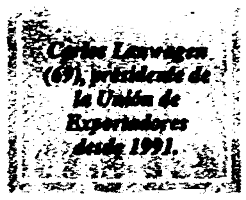
94 6454

02-02

Nº DOCUMENTO 9406455
Zona de libre comercio en Mercosur es objetivo realista.
150007
28.4.94
Merc 12781
Urug 507466
Int. 12755

1994: Zona de libre comercio es un objetivo realista

¿CÓMO ve la evolución de las negociaciones para llegar al Arancel Externo Común?



Carlos Lauvagen (69), presidente de la Unión de Exportadores desde 1991.

Yo creo que estamos bastante lejos de llegar al Arancel Externo Común. Diría que la idea general es que no vamos a llegar a diciembre de 1994 con un mercado común y menos con coordinación de todas las políticas macroeconómicas.

¿Cuál es su opinión acerca de los recientes comentarios del ministro de economía argentino, Domingo Cavallo, sobre la conveniencia de llegar, en 1995, a una zona de libre comercio en lugar de una unión aduanera?

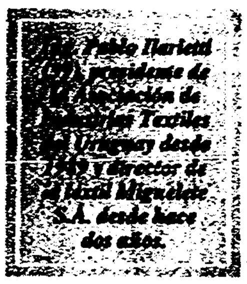
Está de acuerdo con la situación general. Es evidente que ya no se puede llegar a un acuerdo y que la zona de libre comercio es un logro bastante importante. Nadie puede pensar que un proceso tan complejo como es el instrumento del MERCOSUR se va a poder realizar en una forma tan rápida. Creo que es un logro muy importante haber llegado a la baja total de los aranceles para el comercio interzonal.

¿Qué posición considera Ud. que debería adoptar el gobierno uruguayo?

El gobierno tiene el problema bastante complejo de las zonas francas frente a la dura postura de Argentina y Brasil. Esto es un grave perjuicio para Uruguay porque ya se detecta interés en el exterior para hacer inversiones en las zonas francas nacionales. El otro problema es evitar que los paises miembros del MERCOSUR compren mercaderías en paises que subsidian, perjudicando las economías domésticas de sus socios, como ha sucedido con la cebada y el arroz.

No creo que el gobierno uruguayo deba abandonar la meta de la unión aduanera, pero a esto se va llegando poco a poco. Llegar a la zona de libre comercio ya es un logro importante. Pero no nos debemos olvidar que ahora surgen cosas en las que Uruguay es expectador, como los intereses políticos de Argentina y Brasil. Argentina, con su interés de unirse al NAFTA y Brasil con el suyo de extender la zona de libre comercio a toda el área de la ALADI.

¿CÓMO ve la evolución de las negociaciones para llegar al Arancel Externo Común?



... presidente de la Asociación de Industrias Textiles del Uruguay desde ... y director de ... S.A. desde hace dos años.

Las negociaciones están en una etapa de difícil conciliación porque Brasil sostiene una posición de defensa de sus bienes de capital y en especial de su polo petroquímico. Más allá de la cercanía de los criterios técnicos, existen relaciones de conveniencia que para Uruguay son netamente desfavorables. Nosotros no tenemos desarrollo de tecnología propio. Tenemos que preservar, por lo tanto, nuestro acceso a la tecnología de competitividad internacional a arancel cero. Y al no tener un desarrollo petroquímico propio tenemos también que preservar el acceso a las materias primas al menor arancel posible.

¿Cuál es su opinión acerca de los recientes comentarios del ministro de economía argentino Domingo Cavallo, sobre la conveniencia de llegar, en 1995, a una zona de libre comercio en lugar de una unión aduanera?

Nosotros, como Asociación de Indsutrias Textiles y a nivel de Cámara de Industrias participamos de esta idea. Más aún, la hemos formulado ante los negociadores oficiales uruguayos hace más de un año. Dadas las notables diferencias económicas entre los paises, no vemos conveniente un compromiso mayor que la zona de libre comercio al 31 de diciembre próximo.

¿Qué posición considera Ud. que debería adoptar el gobierno uruguayo?

Creo que debe seguir sus evaluaciones del tema sin preconceptos. De ese modo podría compartir este criterio que, a nivel de la Cámara de Industrias, estamos manejando con los negociadores oficiales.

Debería redefinir el cronograma. Lo realista al 31 de diciembre de 1994 es la zona de libre comercio. Y continuar los trabajos para que en un plazo aceptable, que no va a ser antes del 2006, por las excepciones que está previsto que tenga el Arancel Externo Común, se concrete la unión aduanera. ■

01-01
9406455

DOCUMENTO 9406456
Preocupación por rebaja de aranceles a lácteos adoptada por Brasil
IS0007
29.4.94
Merc 12781
FEcon 11161
STim 11403
Bro 507482

Inauguraron en Melo Centro de Información MERCOSUR

Preocupa Rebaja de Aranceles a Lácteos Adoptada por Brasil

Autoridades de la Cancillería han manifestado su preocupación por la reciente medida del Gobierno brasileño de rebajar los aranceles aplicables a los lácteos del 20 al 2%, con la consiguiente erosión de las preferencias con que contaban nuestras exportaciones.

Si bien se trata de una medida transitoria encuadrada en la política de estabilización, cuyo éxito beneficiaría a nuestro país y facilitaría los proyectos de integración en curso, no deja de ser motivo de preocupación por los efectos adversos que en el corto plazo podría acarrear a los exportadores uruguayos.

En virtud de ello, ya se han iniciado contactos al más alto nivel con autoridades del vecino país, los que serán continuados durante la semana próxima y que tienen por fin buscar soluciones o al menos atemperar los perjuicios previsibles.

INAUGURARON CENTRO DE INFORMACION MERCOSUR EN CERRO LARGO

Quedó inaugurado ayer el Centro de Información MERCOSUR en la ciudad de Cerro Largo integrándose de esta forma al Sistema de Información MERCOSUR (SIM), que es la primera propuesta que con carácter integrador proporciona información actualizada del proceso MERCOSUR, de las características socio-económicas de la región y de la inserción de ésta en el mundo actual.

Este proyecto se enmarca dentro del programa de cooperación técnica que el Banco Interamericano para el Desarrollo, conjuntamente con el PNUD, mantiene con la Comisión Sectorial para el MERCOSUR (COMISEC).

Es éste el noveno Centro que se inaugura en el país, estando previsto para el jueves 5 de mayo el lanzamiento en el Flores, siguiendo con el cronograma establecido por la COMISEC.

Este Sistema de Información posee en Uruguay 21 "Centros de Información", localizados en las capitales departamentales más Young y Bella Unión. Hasta el momento están funcionando en Artigas, Bella Unión, Colonia, Florida, Río Negro, Rivera, Salto, Young y desde ayer Cerro Largo.

Los 21 Centros se encuentran conectados en tiempo real mediante la utilización de los procesos telemáticos de última generación. Se pretende así un sello descentralizado, participativo y dinámico para el sistema.

Utilizando bases de datos nacionales, regionales y extra regionales, los operadores de los "Centros", verdaderos extensionistas de la información, buscarán satisfacer las demandas que vinculadas al ámbito institucional, macroeconómico, comercio exterior, proyectos de inversión y joint ventures, se les plantean de parte de los distintos agentes económicos, preservando la calidad y oportunidad de la información a brindar, refrendando en especial a los titulares de pequeños y medianos emprendimientos.

Será posible integrar, de esta forma, a la comunidad empresarial y las fuerzas vivas del interior al acceso de información actualizada y de gran utilidad para el proceso de integración regional.

01-01

9406456

DOCUMENTO 9406457
Estructura institucional orgánica e interna del proceso hacia el Merc.
PROC. 150015
FECHA 30.4.94
VI. Merc 12781
Int 12785

Construyendo el Mercosur

Por el Ing. Agr. Mauro Cal

(Delegado por la Asociación y Federación Rural ante la Comisión Sectorial del MERCOSUR)

El Mercosur o Mercado común para el Cono Sur, va a ser el resultado de un proceso que se inició formalmente con el Tratado de Asunción, del 26 de marzo de 1991.

El mismo, sólo determina ciertas acciones y deja otras, para ser negociadas en el futuro, pero sí, nos deja una gran responsabilidad y una gran oportunidad que necesitamos aprovechar.

Toda la Sociedad Uruguaya, a través de sus Partidos Políticos, Cámaras empresariales privadas y Agremiaciones de trabajadores, lo apoyó porque entendió que marginarse del proceso integración argentino-brasileño, formalmente considerado desde la suscripción del Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio del 29 de noviembre del 1988, hubiese implicado aislarse o tratar de integrarse a otras áreas económicas, una meta con más dificultades aún que las correspondientes al Mercosur.

No existieron opciones y se compartió con nuestro Presidente el Dr. Luis Alberto Lacalle que **"desde la Independencia el Mercosur va a ser la transformación cualitativa más trascendente de nuestro país"**.

Se respondió acertadamente a una necesidad nacional, pues no podíamos marginarnos de una región que representa aproximadamente un cuarenta por ciento de nuestro comercio.

Se respondió también a una disposición de nuestra Constitución que en su Art. 6º establece que: "La República procurará la integración económica y social de los Estados Latinoamericanos". Se respondió además en tiempo con la tendencia mundial de formación de grandes bloque económicos.

La Estructura Institucional orgánica para el Proceso.

Los órganos cuatripartitos responsables del proceso hacia el Mercado Común y por lo tanto de carácter provisional son:

A - El Consejo del Mercado Común.

Organo superior que toma las decisiones, constituido por los Ministros de Relaciones Exteriores y de Economía y con la asistencia anual de los Presidentes de los Estados Parte.

B - El Grupo Mercado Común.

Organo ejecutivo coordinado por los Ministerios de Relaciones. Este órgano para el cumplimiento de su tarea ha constituido once subgrupos de trabajo que comprenden temáticas específicas a negociar y están a cargo de funcionarios estatales de los cuatro Estados parte.

C - Los Subgrupos de Trabajo (SGT) son:

SGT 1: Política Comercial
SGT 2: Asuntos Aduaneros
SGT 3: Normas Técnicas
SGT 4: Política fiscal y monetaria y comercial
SGT 5: Transporte terrestre
SGT 6: Transporte Marítimo
SGT 7: Política Tecnológica
SGT 8: Política Agrícola
SGT 9: Política Energética
SGT10: Política macroeconómica
SGT11: Asuntos Laborales.

ETAPAS DEL PROCESO HACIA EL MERCADO COMUN DEL SUR

1a. Etapa 1991-1995

Documento		Instrumento		Objetivo
Tratado Asunción	-->	Programa de liberación Comercial	-->	Zona de Libre Comercio.
26-marzo-1991	-->	1991 a 1995	-->	1996.

2a. Etapa 1995-2007

Documento		Instrumento		Objetivo
Negociandose	-->	Aranceles externos Comunes.	-->	Unión Aduanera
julio de 1994	-->	1995 al 2006	-->	2007.

El régimen aceptado para los Organismos del Mercosur, es decir: el Consejo, el Grupo Mercado Común, y los Subgrupos de Trabajo es de que pueden constituirse para funcionar sólo si están **presentes los cuatro Estados parte** y las decisiones son de carácter consensual, por lo que **existe el poder de veto de cada una de las partes**, independientemente de su paso económico relativo.

La Estructura Institucional Interna

A - La Comisión Sectorial para el Mercosur (COMISEC)

Creado por Decreto del P.E. Nro. 175 / 991, del 1º de abril de 1991, para funcionar en la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, integrada por representantes de: Empresas Privadas, Empresas Públicas, Trabajadores, y Poder Ejecutivo.

Sus cometidos, referidos al proceso de Integración son:

A - Asesorar al Poder Ejecutivo.

B - Coordinar y Supervisar la acción de las Subcomisiones de Trabajo.

C - Obtener y difundir información sobre el proceso de Integración.

B - La Comisión Interministerial para el Mercosur (CIMERCOSUR)

Creada por Decreto del P.E. del 1º de abril de 1991.

Está integrada por los Ministros de: Relaciones Exteriores, Economía y Finanzas, Industria y Energía, y de Ganadería, Agricultura y Pesca, y cuando corresponda por el Sr. Presidente de la República.

De la Cimercosur dependen la Coordinación Interna y la Coordinación Internacional. Esta última está involucrada en las negociaciones de carácter externo y comprende a la Dirección de Comercio Exterior y la Dirección de Relaciones Económicas Internacionales. La coordinación interna depende del Director de la Comisión Sectorial para el Mercosur.

Se ha recorrido un importante trecho, desde el gran logro de nuestros Países, con el Tratado de Asunción, y se ha avanzado rápidamente en el Programa de desgravación arancelaria, que nos conduce a la etapa de formación de una Zona de Libre Comercio, la que definimos como primera etapa del proceso. Se están negociando actualmente los niveles de arancel externo común, lo cual nos permitirá entrar en la Etapa de Unión Aduanera Imperfecta, la que denominamos segunda etapa del proceso, (ver cuadro adjunto).

Se necesita, ahora un escenario de mayor coordinación entre negociadores oficiales, y agentes empresariales, quizás por la vía de aprovechar mejor ese instituto creado primera y únicamente por nuestro País, el cual es la Comisión Sectorial para el Mercosur, donde se reúnen representantes del Gobierno, de los Trabajadores, de los Empresarios Agropecuarios, de los Industriales, de los Comerciantes y de las Empresas Públicas, para así lograr una mayor transparencia del proceso negociador.

Planteado el Mercosur inicialmente como un proyecto económico, sin embargo entendemos que trascenderá históricamente mucho más por sus consecuencias geopolíticas y sociales; el proceso está en marcha y es irreversible.

9406457

SECRETO ORIGINAL 1/4
9406458

MEMORANDO [illegible] No. 940170 ... [illegible] Fecha: 14/06/94

I: ASUNTO: INFORMACION DEL MOVIMIENTO 26 DE MARZO

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

- Se tomó conocimiento que el día 12/JUN/94, se realizó en el Teatro Astral, ubicado en la calle Durazno 1476, el Encuentro Nacional de Comités de Base del Mov. 26 de Marzo.

En la entrada del mencionado Teatro se encontraban militantes del P.T. repartiendo panfletos, pero los mismos no participaron de dicho Encuentro.

El Encuentro dió comienzo a la hora 0930, y el mismo fue dividido en dos TALLERES, trabajando simultáneamente los dos, en diferentes salones del Local. Dichos TALLERES trataban el tema de Política de Alianzas y Programa del F.A..

La participación fue de 212 delegados de 127 Comités de Base de Montevideo y 64 delegados del Interior, de 14 Ctés. de Bases.

La asistencia fue de SAN JOSE, LIBERTAD, RINCON DE LA BOLSA, RIO BRANCO, MELO, FLORES, PAYSANDU, CERRO LARGO, COLONIA, GUICHON, CANELONES, MALDONADO... etc..

Al TALLER DE POLITICA DE ALIANZAS concurrieron 86 delegados donde 46 de los mismos fueron oradores, entre ellos estaba MARINA ARISMENDI (PC), delegados de RINCON DE LA BOLSA-SAN JOSE; DE LA COORD. Ñ; CERRITO DE LA VICTORIA; COORD. L, COORD. J. COMITE 19 DE ABRIL; COORD. C COMITE LA VIDA, COMITE SAN LUIS (CANELONES), COORD. E COMITE 25 DE MAYO, COMITE LA PAZ (CANELONES), COMITE LOS VOLTEADORES, COORDINADORA A BARRIO SUR, COORD. G, DELEGADO DE RIO BRANCO.

Se pronunciaron los sectores por intermedio de los delegados de Ctés. de Base que tuvieron uso de la palabra en favor y en contra de las alianzas con un extra-frentista, manejándose el nombre de RODOLFO NIN NOVOA en favor y de los contra el de SERGIO PREVITALE a las posibles candidaturas de la VICE-PRESIDENCIA.

La mayoría coincidió que a la VICE-PRESIDENCIA tiene que ocuparla un Frenteamplista, porque no hay una garantía de que NIN NOVOA (posible aliado), siga los lineamientos del programa del F.A..

Porque se considera que el F.A. está abierto para realizar alianzas, pero alianzas que no impongan condiciones, porque si el "F.A. es generoso para afuera que también lo sea para adentro".

El delegado de RIO BRANCO, dió lectura a un documento del Cté. de Base de esa zona, el cual fue muy polémico. El mismo se refería enteramente a RODOLFO NIN NOVOA, realizando puntualizaciones en la mala actuación de éste en la Intendencia Municipal de Cerro Largo. Cosa que

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada 19 OCT. 1994
Pase a Biográfico Militar
No. de Orden 9406458

algunos sectores no estuvieron de acuerdo; generalizándose discusiones fuera de tono, manifestándose un desacuerdo en la mayoría relacionado con la transparencia de NIN NOVOA.
Todos los asistentes firmaron para que dicho documento llegara a las BASES, dejándose una copia en poder de VOITURED, la cual va a ser publicada en el Diario "La Juventud". Envíandola posteriormente a las Coord. para que sea distribuida en los Comités de Base.

A la hora 1300 se realizó un cuarto intermedio de una hora volviéndose a retomar las actividades a las 14.00 hs. con los oradores culminando el TALLER a las 18.00 hs. Se confeccionó una síntesis de lo discutido; la cual no tiene poder resolutivo sinó que sería tenida en cuenta por el Organo de Conducción Política, solamente se votaron opiniones favorables y en contra. Estos temas serán tratados en el Congreso del F.A. y la votación se realizará a mano levantada.

Uno de los temas tratados fue POLITICA DE ALIANZAS habiéndo 22 opiniones favorables. Por mayoría se expuso que las alianzas deben basarse solamente en acuerdos programáticos y no de cargos.

Sobre CANDIDATURAS se expusieron 10 opiniones favorables a la candidatura de SERGIO PREVITALE a la VICE PRESIDENCIA; 7 opiniones expusieron la candidatura de NIN NOVOA a la VICE PRESIDENCIA; 4 opiniones expusieron que en la VICE PRESIDENCIA se debe desempeñar un Frenteamplista no dando nombres y solamente una opinión expuso la candidatura a la VICE PRESIDENCIA de HUGO VILLAR.

En LA SINTESIS, se votó si se incluía a los nombres de los posibles candidatos a la VICE PRESIDENCIA, por varias divergencias en los diferentes sectores, saliendo la misma favorable.

A la hora 18.30 se pasó a un Plenario en conjunto, realizándose la lectura de la SINTESIS de cada TALLER.

SINTESIS DE PROGRAMA DEL F.A.

Sobre el tema DEFENSA NACIONAL, realizó una exposición VICTOR LICANDRO, donde realizó un aporte favorable y en las intervenciones se tuvo mayoría por coincidencia y el tema se encuentra en las Bases para el Congreso del F.A..

Sobre el tema PRIVATIZACIONES, se trató la venta del Espinillar y la reactivación del mismo; se recibieron propuestas de SALTO y BELLA UNION, de impulsar conjuntamente la no venta del azúcar crudo, melaza; también se trató el Seguro de Paro de los Trabajadores Rurales.

INTEGRACION, se trataron aspectos comunes, por mayoría se hace hincapié en una integración productiva y rebaja de Aranceles.

SALARIO Y EMPLEO, se trató de asegurar los preceptos constitucionales en esta materia, los salarios al costo de la vida y el trabajo "un derecho Constitucional". Se acentuó sobre el Seguro de Paro para los Trabajadores Rurales.
Baja del IVA en al Canasta Familiar, reactivación del AGRO, tecnificación, los costos que no se transformen en costos sociales, que los mismos no recaigan en los que tienen menos recursos.
ENSEÑANZA Y SEGURIDAD SOCIAL, se manifestó levantar el apoyo al Plebiscito, tomar resoluciones sobre las 50 medidas del Codicen, atacar el carácter clasista que tiene la Educación por la que tiene por objeto éste Gobierno blanco.

Sobre ese tema se realizaron propuestas por escrito las cuales se las va a hacer llegar a la Dirección del F.A., a las Coordinadoras

9406458

y a los Comités de Base.

Para finalizar a las [illegible].20 hs. dirigió la palabra a la concurrencia el Dirigente MARIANO ARANA (candidato a la Intendencia del F.A.). el que se refirió a la Unidad del F.A., refiriéndose en varias oportunidades a "LULA" (PT DEL BRASIL), manifestó también sobre la producción RURAL y a la gran fuerza que tiene el F.A. en el Interior, principalmente en el Norte. En otro orden elogió la figura del Gral. SEREGNI quien solamente no se considera una figura nacional, sinó que es conocido internacionalmente y que en esos momentos se encontraba en el Dpto. de SAN JOSE en un Encuentro de Lechería que se estaba desarrollando. Se refirió brevemente a la posibilidad de la izquierda de ser Gobierno lo cual se viene dando en América Latina.

Finalizó el discurso con un saludo a todos los frenteamplistas por la gran concurrencia que hubo en el Encuentro y por la promulgación de las Bases para llegar a una Gran Alianza Progresista donde el Organo de Conducción Política va a tener una ayuda de memoria para tratar en el Congreso del F.A. (Se dejó claro que éste Encuentro no tenía carácter Resolutivo).

En otro orden, se pudo saber que en el correr de ésta semana viaja una delegación de la Casa de la Amistad Uruguay Cuba a llevar donaciones a Cuba.

Se constató la presencia de los siguientes dirigentes: E. RUBIO(M26M), F. VAZQUEZ (M26M), E. BRUZCO, WASSEN ALANIZ (Hno. de ADOLFO) S. PREVITALLI, M. ARANA. El único que hizo uso de la palabra fue M. ARANA cerrando dicho Encuentro.

Se adjunta: Invitación de la apertura de la Sede de UNIR en Rondeau 1509.

Compañero ______________________________

El miércoles 15 a la hora 20 se abrirá una nueva casa del FA. La Sede de UNIR.

Por el triunfo del FA, los invitamos a soñar juntos, porque todo es posible.

Rondeau 1509

004/004

9406458

ORIGINAL 1/7

SECRETO

9406459

MEMORANDUM NRO. 940171 **/REI/FECHA:** 14/06/94

I - ASUNTO: INFORMACION PARTIDO DE LOS TRABAJADORES.

II - EVALUACION:

III - REFERENCIA:

IV - TEXTO:

2

- Se adjunta volante del Partido de los Trabajadores y el 3er. Manifiesto del Congreso del Partido de los Trabajadores, distribuidos el día 12/06/94 a la entrada del T. ASTRAL, donde se desarrollaba el Encuentro Nacional de Ctés. de Base del M26M.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 16 JUN. 1994
Pasa a Biog. H. I. Loc.
Nº. de Orden 9406459

-9406459

001/007

FECHA 7/7/94 INICIAL (GM)
Procesado
OBSERV. Asunto

SECRETO

A los militantes frenteamplistas

La inmensa mayoría de nuestro pueblo está viviendo en condiciones de miseria, como consecuencia de su explotación por parte de la burguesía, el FMI y los banqueros parásitos.

En nuestro país, como en toda América Latina, el hambreamiento de los trabajadores y jubilados, la incapacidad de los gobiernos "democráticos" para abrir una salida, está planteando de un lado el agotamiento de los partidos "tradicionales" de la burguesía y de otro la emergencia de rebeliones populares contra el régimen fondomonetarista (México, Argentina, Brasil).

Frente a esta situación, la izquierda del continente está "preparándose para ser gobierno", protagonizando un viraje a la derecha, justamente en el momento en que los explotados dan un viraje a la izquierda, hacia las "puebladas" y levantamientos populares.

Desde México a la Argentina, pasando por Brasil y Uruguay, los partidos y frentes que dicen representar al pueblo adoptan el punto de vista del gran capital y del propio imperialismo. Es así que defienden el pago de la deuda externa, las "integraciones regionales" o "continentales" con el imperialismo, la "reforma del Estado" (es decir, las "privatizaciones"), la "reforma de la seguridad social", la "desindexación" del salario y su evolución de acuerdo a la "productividad" (super-explotación). Este programa ya se está aplicando en Chile –donde co-gobiernan la Democracia Cristiana y el PS junto a Pinochet–, en Bolivia –donde el Movimiento Bolivia Libre, integrante del Foro de San Pablo, participa del gobierno que apalea a los trabajadores–, ahora en Panamá –donde el presidente electo por la "izquierda" es un ex-gerente del Citibank.

En Uruguay se produce el mismo fenómeno. El Frente Amplio ha abandonado las tímidas reformas "nacionalistas" que levantara en 1971 y levanta ahora un programa de corte fondomonetarista.

Muchos activistas de izquierda están rompiendo con el Frente Amplio, ante la evidencia de que su dirección y su programa no tienen nada que ver con la emancipación nacional ni con el socialismo. A todos ellos los llamamos a no bajar los brazos, a tomar en sus manos todas las banderas abandonadas y pisoteadas por los falsos "izquierdistas", y a organizarse en COMITES DE BASE por un verdadero FRENTE DE IZQUIERDA Y DE TRABAJADORES.

Otro sector de militantes todavía tiene la esperanza de ponerle un freno a la derechización de la coalición. En el próximo Congreso del Frente Amplio (convocado para el mes de julio) se comprobará si es posible "transformar" al FA o si –como dice el PT– es necesario romper con este "frente para pagar la deuda" y

002 -9406459

construir un verdadero **FRENTE DE IZQUIERDA Y DE TRABAJADORES**.

Los militantes de base del Frente Amplio, que se sumaron a esa fuerza política justamente para combatir los planes de hambre y entrega que hoy defienden sus propios dirigentes, ¿van a aceptar tranquilamente ese programa proimperialista o van a defender el no pago de la deuda externa, la ruptura con el FMI, el salario mínimo que cubra la canasta familiar, la jubilación estatal, y decirle no a la "productividad" y a la "flexibilidad laboral"?.

Si el Congreso del FA avala el pago de la deuda externa, la rebaja del salario, la "productividad", ¿el MLN, el MPP, el PC, y todo el activismo combativo, van a quedarse a votar por un programa y un candidato del FMI, o van a romper con ellos y votar por el programa que dicen defender? Quedarse en el FA será decirle sí a la entrega del país y dar la espalda a la lucha por la liberación nacional y el socialismo.

Llamamos a los Comités de Base del Frente Amplio, a los militantes del MPP y del PC, y a las propias direcciones de estos partidos, a levantar un programa antiimperialista y contra la explotación capitalista. Hay que romper con Tabaré Vázquez, Astori, Seregni, y su "plan de gobierno" que conduce a arrodillarse ante el imperialismo yanqui y la burguesía chupasangre.

Es necesario desarrollar una campaña de defensa de las reivindicaciones obreras y por la liberación nacional, que son la base para un **FRENTE DE IZQUIERDA Y DE TRABAJADORES**, que debe unir las fuerzas de la izquierda.

* NO PAGO de la deuda externa. Ruptura con el FMI. Nacionalización de la banca sin indemnización. Contra todas las privatizaciones. Abajo la jubilación privada y la liquidación de la seguridad social estatal. Abajo el Mercosur y el "4+1". Por la Unidad Socialista de América Latina. Expropiación de los latifundios.

* Salario y jubilación mínimos iguales a la canasta familiar. Ajuste mensual de sueldos, de acuerdo al costo de vida. Abajo la "flexibilidad laboral". Reducción de la jornada laboral sin rebaja del salario. Abajo los despidos y envíos al seguro de paro. Estatización de toda empresa que cierre o despida y funcionamiento bajo control obrero.

* Triplicación del presupuesto de la enseñanza pública. No a la matrícula universitaria. Fuera el CODICEN: autonomía y co-gobierno de la enseñanza de docentes, funcionarios y estudiantes.

* Abajo el régimen y los gobiernos del hambre y la entrega. Por un gobierno de trabajadores.

PARTIDO DE LOS TRABAJADORES PT

003

9406459

Manifiesto del III^er Congreso del PARTIDO DE LOS TRABAJADORES 20 de marzo de 1994

Abajo el régimen y los gobiernos del hambre y la entrega

POR UN FRENTE DE IZQUIERDA Y DE TRABAJADORES

La población trabajadora de nuestro país está siendo sometida a un ataque por parte del gobierno lacallista y las patronales.

Esta ofensiva se concreta en la rebaja del salario a docentes y trabajadores estatales; la imposición de despidos, de nuevas normas de trabajo ("flexibilización laboral") y de la rebaja salarial en diversas fábricas y empresas (Norteña, Funsa, Conaprole, Alpargatas, Sunca); la "privatización" de empresas estatales (Pluna, Gas, Banco de Seguros, sectores de Antel).

El **PARTIDO DE LOS TRABAJADORES** denuncia a los partidos patronales parlamentarios, y a la burocracia sindical del Frente Amplio, como viabilizadores de este ataque de los capitalistas contra los explotados. El PT llama a los trabajadores a continuar la lucha contra el régimen del FMI, impulsando un Plan de Lucha de todo el movimiento obrero.

Agotamiento de Lacalle

Esta ofensiva contra el pueblo trabajador se da en el marco de un gobierno profundamente desgastado y repudiado. Justamente por ello el imperialismo y el gran capital se plantean la tarea de realizar un **recambio** del gobierno en las próximas elecciones de noviembre.

Para el capital financiero internacional el próximo gobierno deberá ir a fondo en la política de "privatizaciones", en la liquidación de la seguridad social y la "jubilación

privada", en la creación de un mercado de capitales a través de la bolsa, en pocas palabras: deberá convertir al Uruguay en un ***"mercado emergente"*** al estilo de la Argentina de Menem o el Chile gobernado por la Democracia Cristiana y el Partido "Socialista", donde los banqueros, administradoras de fondos de pensión, y los "privatizadores" se hagan el festín especulando en la bolsa a costillas del hambre del pueblo.

¿Sanguinetti-Batalla o Vázquez-Nin Novoa?

Las elecciones de noviembre tienden a ser polarizadas entre las candidaturas de Sanguinetti y Tabaré Vázquez.

¿Quién puede dudar que el **ex-presidente colorado** realizará un gobierno hambreador y de entrega al imperialismo? Su anterior gestión en el gobierno lo coloca como un representante acabado de la clase capitalista, completamente postrado frente al FMI. Se trata del presidente que se jactó de no haber perdido ningún conflicto frente a los trabajadores.

El **intendente montevideano** se presenta como una figura "renovadora" y "moderna". Pero, ¡cuidado! Antes que escuchar sus "encantadoras" promesas hay que ver sus "realizaciones" al frente del municipio. Vázquez avanzó en la política de "privatizaciones" aún más que la anterior intendencia colorada. ¡Hasta el presidente Lacalle se ha quejado que a él no lo dejan "privatizar" mientras que el intendente del FA ha vendido todo lo que quiso! La política de un gobierno de Vázquez frente a los trabajadores queda clara mirando su gestión municipal. ¿Acaso no sancionó a trabajadores que realizaban paros? ¿Acaso no convocó a los granaderos para echar a los ambulantes de la calle, a pedido de Ceferino Rodríguez y el comercio instalado sobre 18 de julio? ¿Acaso no amenazó con desalojar con la policía a una cooperativa de vivienda que ocupaba un terreno en La Teja?

¿Cuál ha sido el pronunciamiento del imperialismo ante el candidato del FA? **Todo indica que el gobierno norteamericano avala al hombre que le dió la llave de la ciudad al genocida Mr. Bush**; recientemente Vázquez se reunió con Clinton, con el FMI, con el pentágono y con el Citibank, y todos quedaron "encantados" con el candidato de la "izquierda". El Comandante en Jefe de las FFAA ha declarado que no existe ya un "veto" de los mandos militares a un eventual gobierno del FA, algo muy distinto a lo que dicen las FFAA brasileñas ante un eventual gobierno de Lula, pese a sus esfuerzos para dar garantías al imperialismo. No podemos olvidar finalmente el juicio que el semanario conservador **The Economist**, vocero del capital financiero británico, realizó sobre **"el maravilloso intendente de Montevideo"** (sic): **"algunos conservadores creen que puede ser el hombre capaz de sacudir a su país, al estilo de Felipe González de España o Carlos Menem de Argentina"**. ¡Así "elogia" el imperialismo al intendente "popular"!

El **PARTIDO DE LOS TRABAJADORES** alerta a la clase obrera y a la juventud: el candidato que se disfraza de "izquierda" impulsa el pago de la deuda externa, el Mercosur, las "privatizaciones", la "flexibilidad laboral" y la rebaja del salario. Su gestión a la cabeza del gobierno va a empalidecer las "realizaciones" de sus antecesores, Lacalle y Sanguinetti. ¡Basta decir que entre los economistas que asesoran al **"frente grande"** reunido en torno a Vázquez, hay quienes plantean eliminar la moneda nacional por el dólar, al mejor estilo Vegh Villegas! El candidato de la falsa "izquierda" no sólo es un instrumento de la burguesía y el imperialismo sino que además, aunque parezca una "paradoja",

parecería ser el candidato **preferido** del imperialismo, porque lo ve como aquel que puede llevar adelante el paquete "privatizador" que Lacalle no pudo garantizar.

Por un FRENTE DE IZQUIERDA Y DE TRABAJADORES

Los trabajadores y la juventud, ante la perspectiva de nuevos gobiernos hambreadores y entreguistas, ¿podemos "elegir" cuál de los candidatos de la burguesía va a ser nuestro "verdugo" desde el gobierno? ¡NO! Tenemos que construir nuestra propia herramienta de lucha, para enfrentarnos hoy al gobierno de Lacalle, y mañana a un futuro gobierno de Vázquez o de Sanguinetti.

¡Compañeros! La llamada "izquierda" puede llegar al gobierno, sí, pero a caballo de un programa de entrega del país y de violenta super-explotación de los trabajadores. Tenemos que organizarnos en oposición a ese futuro gobierno del FMI, por más que quiera disfrazarse de "popular".

Para eso proponemos a todos aquellos jóvenes, a todos aquellos trabajadores y a todos aquellos militantes de izquierda que ven el carácter proimperialista del gobierno que nos preparan el FA y sus aliados, que nos unamos para poner en pie una verdadera herramienta de izquierda, un **FRENTE DE IZQUIERDA Y DE TRABAJADORES**.

Tenemos que desarrollar el camino abierto con la **"papeleta rosada"** contra todas las privatizaciones, apoyada por 20.000 votos que veían en la "papeleta blanca" del FA y Nin-Zumarán una posición de "privatización" de Pluna, Ilpe y sectores de la UTE. Esto también se expresó en los **40.000 votos nulos** del 13 de diciembre de 1992, que repudiaban al "SI" y al "NO" como dos posiciones de carácter entreguista.

Tenemos que desarrollar el camino abierto por la histórica **huelga del SUNCA**, en la que 40.000 obreros defendieron con la huelga, la ocupación, los piquetes, y el llamado a un plan de lucha que prepare la huelga general, una plataforma que reivindicaba el salario mínimo igual a la canasta familiar, el ajuste mensual de salarios según la inflación, la reducción de la jornada laboral sin rebaja del salario y el rechazo al "destajo" y la "productividad".

Hoy existen diversos agrupamientos barriales, grupos juveniles, agrupaciones sindicales combativas, y miles de personas, que han visto el carácter burgués y proimperialista del Frente Amplio y de su candidato presidencial. Un importante sector de activistas y simples votantes del FA se plantean si es posible votar a Vázquez y su programa capitalista, o si es posible romper con el FA y construir una herramienta de izquierda.

El **PARTIDO DE LOS TRABAJADORES** plantea claramente: los explotados no deben dar su apoyo al candidato de "izquierda" de los banqueros y el FMI.

El **PARTIDO DE LOS TRABAJADORES** plantea claramente: debemos construir un **FRENTE DE LUCHA** por las reivindicaciones populares y antiimperialistas, algo que solamente se puede concretar **rompiendo** con el Frente Amplio. Llamamos a los militantes de la izquierda, a los comités de base, y a todos los trabajadores y jóvenes, a sumarse a la tarea de poner en pie un auténtico **FRENTE DE IZQUIERDA Y DE TRABAJADORES**, que nos servirá para dar un curso victorioso a las luchas inmediatas, y que deberá dar la lucha también en el terreno electoral contra todos los partidos y frentes de la burguesía y el imperialismo.

El III[er] CONGRESO del **PARTIDO DE LOS TRABAJADORES** llama a la juventud, al activismo de izquierda y a los militantes obreros a sumarse a la construcción del PT, para impulsar la campaña por el **FRENTE DE IZQUIERDA Y DE TRABAJADORES** y la lucha por un programa obrero y antiimperialista:

- **¡NO PAGO DE LA DEUDA EXTERNA!** ¡NACIONALIZACION DE LA BANCA SIN INDEMNIZACION! ¡ABOLICION DEL SECRETO COMERCIAL Y BANCARIO! ¡APERTURA DE LOS LIBROS DE LAS EMPRESAS A LOS SINDICATOS! ¡ABAJO TODAS LAS PRIVATIZACIONES! ¡CONTROL OBRERO DE LAS EMPRESAS ESTATALES!
- **RUPTURA CON EL FMI** Y DESCONOCIMIENTO DE TODOS LOS PACTOS CON EL IMPERIALISMO. ABAJO EL MERCOSUR. POR LA UNIDAD SOCIALISTA DE AMERICA LATINA.
- **SALARIO Y JUBILACION MINIMOS IGUALES A LA CANASTA FAMILIAR ($ 4.500).** REAJUSTE MENSUAL DE SUELDOS Y JUBILACIONES, DE ACUERDO AL COSTO DE VIDA. NO A LOS CONVENIOS QUE REBAJAN EL SALARIO Y REGLAMENTAN LOS SINDICATOS.
- **DEFENSA DE LA FUENTE DE TRABAJO:** REDUCCION DE LA JORNADA DE TRABAJO, SIN REBAJA DEL SALARIO. ¡TRABAJEMOS MENOS PARA QUE TRABAJEMOS TODOS! OCUPACION DE TODA EMPRESA QUE CIERRE O DESPIDA Y PUESTA EN FUNCIONAMIENTO BAJO CONTROL OBRERO, RECLAMANDO SU ESTATIZACION.
- **ABAJO LA "FLEXIBILIDAD LABORAL".** DEFENSA DE LOS CONVENIOS COLECTIVOS: NO A LOS CONTRATOS INDIVIDUALES. ABAJO EL DESTAJO Y LA "PRODUCTIVIDAD". NO A LA EXTENSION DE LA JORNADA. NO A LA "POLIFUNCIONALIDAD". NO A LA DISCRIMINACION SALARIAL DE JOVENES Y MUJERES: A IGUAL TAREA, IGUAL REMUNERACION. POR LA UNIDAD DE ACCION CON LOS TRABAJADORES BRASILEÑOS, PARAGUAYOS, ARGENTINOS, Y BOLIVIANOS, PARA COMBATIR LA BAJA DEL SALARIO Y PERDIDA DE CONQUISTAS QUE LAS PATRONALES BUSCAN IMPONER MEDIANTE LA "IMPORTACION" DE TRABAJADORES EXTRANJEROS: IGUAL SALARIO E IGUALES DERECHOS PARA LOS TRABAJADORES INMIGRANTES.
- **TRIPLICACION DEL PRESUPUESTO DE LA ENSEÑANZA Y LA SALUD PUBLICA.** AUTONOMIA Y COGOBIERNO DE DOCENTES, FUNCIONARIOS Y ESTUDIANTES. ABAJO EL SUBSIDIO A LA ENSEÑANZA PRIVADA. NO A LA MATRICULA UNIVERSITARIA. NO A LA TRANSFERENCIA DE LAS ESCUELAS Y LA SALUD A LAS INTENDENCIAS.
- **EXPROPIACION DE LOS LATIFUNDIOS, SIN INDEMNIZACION.**
- **POR UN CONGRESO DE DELEGADOS DE BASE DEL PIT-CNT,** PARA APROBAR UN PLAN DE LUCHA DEL MOVIMIENTO OBRERO POR EL SALARIO MINIMO VITAL Y DEMAS REIVINDICACIONES OBRERAS. **FUERA LA BUROCRACIA SINDICAL.** POR UNA DIRECCION REVOLUCIONARIA PARA EL MOVIMIENTO OBRERO.
- **¡ABAJO EL REGIMEN Y LOS GOBIERNOS DEL HAMBRE Y LA ENTREGA! POR UN GOBIERNO DE TRABAJADORES.**
- **POR UN FRENTE DE IZQUIERDA Y DE TRABAJADORES**

PARTIDO DE LOS TRABAJADORES

PT

007/007

9406459

CAMPO SICOSOCIAL
MEDIOS DE LA COMUNICACION

1/1

El Directorio de Estediario designó a Fernando Butazzoni para el cargo de editor jefe

A la reciente incorporación de Jorge García Alberti como secretario de redacción, se agrega ahora la del conocido escritor y periodista Fernando Butazzoni, quien acaba de ser nombrado por el Directorio de Estediario como editor jefe de la publicación. Butazzoni es un profesional de dilatada trayectoria en medios de comunicación tanto uruguayos como extranjeros. Nacido en 1953, fue periodista de diversas agencias de noticias para las que cubrió distintos acontecimientos mundiales desde el año 1978.

Fue corresponsal de guerra en Medio Oriente y en América Central. Posteriormente fue corresponsal en Europa, y de regreso al Uruguay trabajó en diversos medios (Brecha, Radio Sarandí, La República) y fue asimismo director de la Revista de la Universidad de la República. Ha publicado varios libros, entre los que se destacan las novelas "El tigre y la nieve", editada por Banda Oriental en 1986 y "El príncipe de la muerte", que fue publicada a fines del pasado año por la editorial Graffiti. Cabe agregar que por sus libros Butazzoni ha recibido premios y distinciones internacionales, como el "Casa de las Américas" y el "Educa de narrativa latinoamericana".

En cuanto a Jorge García Alberti, es experto en comunicación social y editor de publicaciones informáticas. También fue co conductor de un exitoso programa radial en una emisora capitalina.

Hechas las presentaciones, sólo nos resta desear éxito a ambos profesionales en nuestra casa, y augurarles una fluida, intensa y prolífica comunicación con nuestros lectores en todo el país. También incorporaremos nuevas secciones, y una importante producción en el ámbito deportivo (golf, tenis, rugby). Todo ello para brindar un servicio cada día más completo a nuestros lectores.

ROBERTO GARCÍA FIORITO
DIRECTOR GENERAL

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ...
Fecha de entrada 16 JUN. 1994
Pase a ...
Nº. de ... 9 4 0 5 4 6

Este diario
11 MAY 94

AYUST, OSCAR BALADAN

-9406461

001/001

CAMPO SICOSOCIAL
SECTOR GREMIAL

MAY (ST) OSCAR ... AN

Delegado sindical expresó que "están usando mucha maquinaria para no tomar personal"

Trabajadores de Urupez, contrarios a proyecto de la Junta Departamental porque "no refleja la realidad"

La situación de los trabajadores de Urupez ha sido verdaderamente un drama extendido en el tiempo. Si la pérdida de la ocupación laboral significa para cualquier persona una circunstancia ingrata, más aun debe serlo para aquel que, desde el llano, debe intentar recuperar la posibilidad de los ingresos perdidos y además luchar por el reconocimiento de los haberes impagos. Quien tiene el infortunio de quedar desocupado, muchas veces agravado el panorama por razones de edad que no hacen factible su reubicación inmediata o por carencias de preparación para funcionar adecuadamente en otras áreas, puede llegar a sentir la soledad del destierro. La gente de Urupez ha bregado, movilizaciones y hasta huelgas de hambre mediante, por reencauzar su destino. Aparece hoy en el horizonte una nueva perspectiva de empleo, pero el emplazamiento de la planta pesquera en una zona de hermosa geografía con apetencias de desarrollo turístico, complica las opiniones. Ricardo Hasemberg, delegado obrero, figura de diminuta apariencia física pero de una dimensión inconmensurable en la lucha por las reivindicaciones de su gente, habló para Estediario y nos transmitió el tañir de su campana.

Maldonado, por Néstor Ortiz

-¿Cuál es la opinión de los trabajadores con respecto al proyecto presentado en la Junta Departamental?
-Contraria en absoluto.

-¿Por qué?
-Porque no refleja la realidad. Nosotros tenemos desde hace bastante tiempo un documento de la Comisión de Legislación del Trabajo, cuando los técnicos del Instituto Nacional de Pesca asistieron a ella y presentaron sus opiniones. Y consta en actas de dicha Comisión que la planta procesadora de pescado no afecta ni el medio ambiente ni la actividad turística. Fíjese que Astra estaba en La Paloma y su presencia nunca conspiró contra el desarrollo turístico, por lo tanto el funcionamiento de esta planta en Playa Verde tampoco significaría un ataque al medio ambiente o un peligro para la salud. No podemos entonces estar de acuerdo con un proyecto que está encaminado a que no se abra nunca más Urupez. Además no se da siquiera la posibilidad de algo sustitutivo, se deja sin trabajo y listo. Si tenemos la posibilidad de trabajar el próximo invierno tendrán seguridad 700 familias.

INTERESA REAPERTURA LABORAL

-¿Qué garantías tienen ustedes de que van a seguir trabajando? El semanario Brecha publicó semanas atrás declaraciones del edil Rafael Meilán, que según las cuales las posibilidades de que esto no sea una nueva estafa al Estado son mínimas.
-¿Por qué los temas no se tratan cuando se debe hacer? Se tratan ahora cuando hay posibilidad de reabrir una fuente de trabajo. Más allá de lo que se diga sobre el ingeniero Lázaro Gurevich, que nosotros podemos o no conocer todo su historial, lo que nos interesa es la reapertura de la fuente de trabajo. Vea que Astra cierra y sus trabajadores están peleando por la reapertura y pelearon también antes sabiendo que tienen al ingeniero Julio Aznárez y todo un plantel que no merece la menor confianza de parte de los obreros y la población en general. Ellos no tuvieron más remedio que ir a la Comisión de Legislación, como fueron, y a pedir la reapertura con quien sea. Necesitan que se abra la fuente de trabajo. ¿La reapertura será segura o nos tomarán de rehenes? Ya sabemos un poco de eso pero hoy también somos rehenes de Rafael Meilán y Rosendo Villa. Lo que nosotros queremos es no ser rehenes de nadie, ni de patronales ni de ediles que por intereses personales, porque yo lo adjudico así, por intereses personales...

-¿Intereses de qué tipo?
-Y... económicos.

-¿Por qué?
-Bueno, vamos a ser explícitos. Si yo soy constructor, posiblemente al lado de Urupez no construya muchas casas. Eso es lo que piensan ellos, no sé si es así. Otro edil dijo que por la planta procesadora no se alquilaban muchas casas. Nosotros vimos cuando trabajamos ahí que en verano las casas estaban todas alquiladas.

PROTESTAS POR MAL OLOR

-¿Pero usted es consciente que hubo muchas protestas por la instalación de esa planta?
-Hubo protestas. Cómo no, hubo muchas protestas. Somos conscientes por supuesto, pero vamos a ver cuál es el derecho a protestar. Si me dicen protestas por el mal olor, tienen razón. Pero se solucionó técnicamente el mal olor que podía producir el pescado. Si es por otro tipo de cuestión, que la industria no le sirva a la zona, nosotros decimos que los obreros están esperando trabajar. Y es así, porque han venido a nuestra casa, han ido al domicilio de otros ediles y se han movilizado llegando incluso hasta la Junta Departamental. El día que la planta procesadora abra nos preocuparemos de que se tomen las medidas necesarias, no solamente para que no ocurra el mal olor sino para que tampoco puedan tomarnos de rehenes. Queremos una fuente de trabajo que nos asegure la subsistencia.

-¿Qué están haciendo los 700 trabajadores?
-Desgraciadamente parece que hay algunos ediles que no lo saben. Había 100 compañeros que estaban trabajando en Techint y fueron despedidos.
Los otros han estado inmersos en lo que se define como subempleo, es decir haciendo changas. Pero con eso no se mantiene a una familia. Hoy nadie puede decir que el puerto de Piriápolis está tomando mucha gente. Nosotros sabemos que están usando mucha maquinaria para no tomar personal. Debe haber 150 personas trabajando. En otras obras donde se contrata obreros, la realidad es que se prescinde de ellos antes de que cumplan los tres meses de actividad para no pagarles precisamente despido. Urupez con todas sus deficiencias era una fuente de trabajo segura. Se tenía una remuneración mínima pero se aseguraba un jornal. Y lo que los trabajadores aspiran es a lograr estabilidad.
Tenían además Disse con la cobertura médica y otros elementos que llevan a que hoy se esté en lucha para recuperar lo perdido. Yo quisiera preguntar algo: ¿los ediles realmente le tienen miedo al olor del pescado o al olor a obrero? Quizás entienden que el obrero pueda no ser decorativo para el turismo. Nosotros no podemos vestirnos de turistas. Estamos con el uniforme blanco que nos dan para entrar a la planta. Si el problema es con el olor a obrero, que lo digan y nosotros les responderemos adecuadamente.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... Defensa
Fecha ... 16 ... 1994
N° ... 9406462

FECHA

-9406462

Campo Sicosocial
Sector Gremial

INFORMACION GENERAL | Estediario | 12/5/94 | MAY (ST) OSCAR ... AN

Delegado sindical expresó que "están usando mucha maquinaria para no tomar personal"

Trabajadores de Urupez, contrarios a proyecto de la Junta Departamental porque "no refleja la realidad"

La situación de los trabajadores de Urupez ha sido verdaderamente un drama extendido en el tiempo. Si la pérdida de la ocupación laboral significa para cualquier persona una circunstancia ingrata, más aun debe serlo para aquel que, desde el llano, debe intentar recuperar la posibilidad de los ingresos perdidos y además luchar por el reconocimiento de los haberes impagos. Quien tiene el infortunio de quedar desocupado, muchas veces agravado el panorama por razones de edad que no hacen factible su reubicación inmediata o por carencias de preparación para funcionar adecuadamente en otras áreas, puede llegar a sentir la soledad del destierro. La gente de Urupez ha bregado, movilizaciones y hasta huelgas de hambre mediante, por reencauzar su destino. Aparece hoy en el horizonte una nueva perspectiva de empleo, pero el emplazamiento de la planta pesquera en una zona de hermosa geografía con apetencias de desarrollo turístico, complica las opiniones. Ricardo Hasemberg, delegado obrero, figura de diminuta apariencia física pero de una dimensión inconmensurable en la lucha por las reivindicaciones de su gente, habló para Estediario y nos transmitió el tañir de su campana.

Maldonado, por Néstor Ortiz

-¿Cuál es la opinión de los trabajadores con respecto al proyecto presentado en la Junta Departamental?
-Contraria en absoluto.

-¿Por qué?
-Porque no refleja la realidad. Nosotros tenemos desde hace bastante tiempo un documento de la Comisión de Legislación del Trabajo, cuando los técnicos del Instituto Nacional de Pesca asistieron a ella y presentaron sus opiniones. Y consta en actas de dicha Comisión que la planta procesadora de pescado no afecta ni el medio ambiente ni la actividad turística. Fíjese que Astra estaba en La Paloma y su presencia nunca conspiró contra el desarrollo turístico, por lo tanto el funcionamiento de esta planta en Playa Verde tampoco significaría un ataque al medio ambiente o un peligro para la salud. No podemos entonces estar de acuerdo con un proyecto que está encaminado a que no se abra nunca más Urupez. Además no se da siquiera la posibilidad de algo sustitutivo, se deja sin trabajo y listo. Si tenemos la posibilidad de trabajar el próximo invierno tendrán seguridad 700 familias.

INTERESA REAPERTURA LABORAL

-¿Qué garantías tienen ustedes de que van a seguir trabajando? El semanario Brecha publicó semanas atrás declaraciones del edil Rafael Meilán, que según las cuales las posibilidades de que esto no sea una nueva estafa al Estado son mínimas.

-¿Por qué los temas no se tratan cuando se debe hacer? Se tratan ahora cuando hay posibilidad de reabrir una fuente de trabajo. Más allá de lo que se diga sobre el ingeniero Lázaro Gurevich, que nosotros podemos o no conocer todo su historial, lo que nos interesa es la reapertura de la fuente de trabajo. Vea que Astra cierra y sus trabajadores están peleando por la reapertura y pelearon también antes sabiendo que tienen al ingeniero Julio Aznárez y todo un plantel que no merece la menor confianza de parte de los obreros y la población en general. Ellos no tuvieron más remedio que ir a la Comisión de Legislación, como fueron, y a pedir la reapertura con quien sea. Necesitan que se abra la fuente de trabajo. ¿La reapertura será segura o nos tomarán de rehenes? Ya sabemos un poco de eso pero hoy también somos rehenes de Rafael Meilán y Rosendo Villa. Lo que nosotros queremos es no ser rehenes de nadie, ni de patronales ni de ediles que por intereses personales, porque yo lo adjudico así, por intereses personales...

-¿Intereses de qué tipo?
-Y... económicos.

-¿Por qué?
-Bueno, vamos a ser explícitos. Si yo soy constructor, posiblemente al lado de Urupez no construya muchas casas. Eso es lo que piensan ellos, no sé si es así. Otro edil dijo que por la planta procesadora no se alquilaban muchas casas. Nosotros vimos cuando trabajamos ahí que en verano las casas estaban todas alquiladas.

PROTESTAS POR MAL OLOR

-¿Pero usted es consciente que hubo muchas protestas por la instalación de esa planta?
-Hubo protestas. Cómo no, hubo muchas protestas. Somos conscientes por supuesto, pero vamos a ver cuál es el derecho a protestar. Si me dicen protestas por el mal olor, tienen razón. Pero se solucionó técnicamente el mal olor que podía producir el pescado. Si es por otro tipo de cuestión, que la industria no le sirva a la zona, nosotros decimos que los obreros están esperando trabajar. Y es así, porque han venido a nuestra casa, han ido al domicilio de otros ediles y se han movilizado llegando incluso hasta la Junta Departamental. El día que la planta procesadora abra nos preocuparemos de que se tomen las medidas necesarias, no solamente para que no ocurra el mal olor sino para que tampoco puedan tomarnos de rehenes. Queremos una fuente de trabajo que nos asegure la subsistencia.

-¿Qué están haciendo los 700 trabajadores?
-Desgraciadamente parece que hay algunos ediles que no lo saben. Había 100 compañeros que estaban trabajando en Techint y fueron despedidos.
Los otros han estado inmersos en lo que se define como subempleo, es decir haciendo changas. Pero con eso no se mantiene a una familia. Hoy nadie puede decir que el puerto de Piriápolis está tomando mucha gente. Nosotros sabemos que están usando mucha maquinaria para no tomar personal. Debe haber 150 personas trabajando. En otras obras donde se contrata obreros, la realidad es que se prescinde de ellos antes de que cumplan los tres meses de actividad para no pagarles precisamente despido. Urupez con todas sus deficiencias era una fuente de trabajo segura. Se tenía una remuneración mínima pero se aseguraba un jornal. Y lo que los trabajadores aspiran es a lograr estabilidad.
Tenían además Disse con la cobertura médica y otros elementos que llevan a que hoy se esté en lucha para recuperar lo perdido. Yo quisiera preguntar algo: ¿los ediles realmente le tienen miedo al olor del pescado o al olor a obrero? Quizás entienden que el obrero pueda no ser decorativo para el turismo. Nosotros no podemos vestirnos de turistas. Estamos con el uniforme blanco que nos dan para entrar a la planta. Si el problema es con el olor a obrero, que lo digan y nosotros les responderemos adecuadamente.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
Fecha ... 1994
N° 9406462

01-01

-9406462

Campo Sociosocial
Sector Gremial

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
Fecha ... 16 ...
Pase a ...
Nº. de Orden 2406463

Ese día se reunirán el director del Hospital y el ministro de Salud Pública

El Diario 13/5/94

El personal del Hospital de San Carlos resolvió optar por abrir un compás de espera hasta el 24 de mayo

San Carlos, por Mónica Robaina.
En la mañana de ayer se cumplió la reunión de los funcionarios de enfermería del Hospital Alvariza de la ciudad de San Carlos.
La asamblea contó con la asistencia [illegible] 50% de los funcionarios de Enfermería del hospital, y en el seno de la misma se resolvió tomar una actitud de espera hasta que se concrete una entrevista entre el director del hospital y el Ministerio de Salud Pública.
Efectivamente el 24 de mayo el doctor William Fiorini, director del hospital, mantendrá una entrevista con el ministro de Salud Pública, el doctor en leyes Guillermo García Costa. Fiorini manifestó que posiblemente el ministro le otorgue fondos para la contratación de seis auxiliares.
Por su parte los funcionarios consideran que para cubrir la carencia de personal serían necesarios al menos diez nuevos contratos.

MOVER POBLACIÓN

En los próximos días se repartirá folletería en ferias y canchas de fútbol con el cometido de "mover" a la población y conseguir su apoyo. Al respecto Susana Pérez, integrante de la filial carolina de la Federación de Funcionarios de Salud Pública, expresó que decidieron comenzar con propaganda callejera a fin de informar a la población que "muestra gran apatía en cuanto al tema, para que se concientice sobre la gravedad de nuestra situación".
A juicio de sus funcionarios la gente debe enterarse de que la problemática del hospital es de todo el país y que el problema viene de Salud Pública y del Poder Ejecutivo, con una política nacional de salud que no es la adecuada y que debe ser analizada. "Es una situación que tenemos que solucionar o manejar sin que se nos vaya de las manos", concluyó.

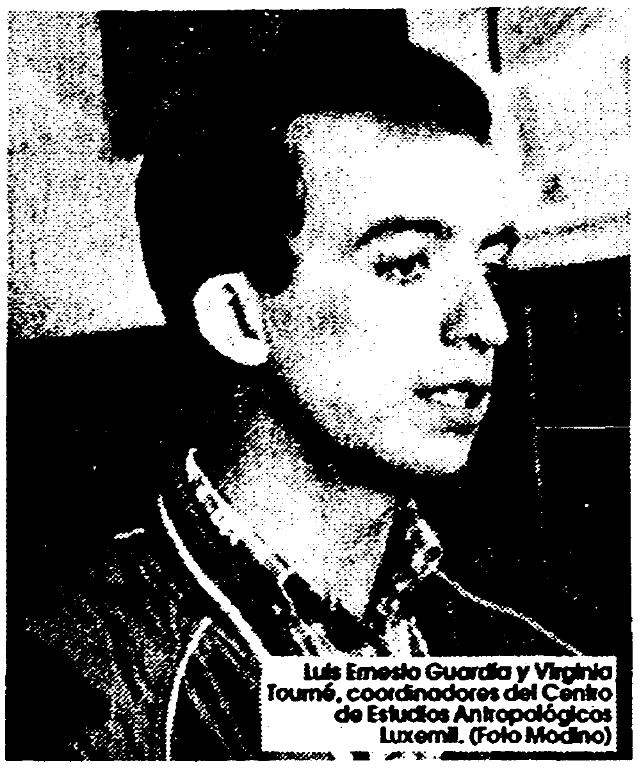
MAY (ST) OSCAR BALADAN

001/001

-8406463

Centro de Estudios Luxemil: los conocimientos

Desde hace dos años, funciona en nuestra ciudad el Centro de Estudios Antropológico-Gnóstico "Luxemil", bajo la coordinación de Luis Ernesto Guardia y Virginia Tourné, quienes, en diálogo con LA UNION DOMINICAL, desglosaron los puntos sobresalientes de la ciencia gnóstica, que acercan al conocimiento trascendental del Hombre y del Universo, aprehensible mediante las facultades de cognición del ser, con doctrinas y ritos propios, y que tiene como meta la autorrealización del ser, es decir, el desarrollo armonioso de todas las infinitas posibilidades humanas, según lo entienden nuestros entrevistados.



Luis Ernesto Guardia y Virginia Tourné, coordinadores del Centro de Estudios Antropológicos Luxemil. (Foto Modino)

FUNCIONA DESDE HACE DOS AÑOS, CON LA COORDINACION DE LUIS GUARDIA Y VIRGINIA TOURNE



Virginia Tourné, coordinadora también, de dicho centro

El Centro de Estudios Antropológicos Luxemil es "un aporte de la Iglesia Gnóstica Cristiana Universal, que imparte sus enseñanzas en forma gratuita, a toda persona que se interese en éstas", comenzaron diciendo Luis Guardia y Virginia Tourné.

El Centro difunde las enseñanzas gnósticas, las que definieron como "el conocimiento trascendental y transformativo para la humanidad", ya que, por medio de ese conocimiento, "se despiertan todas las facultades de cognición del ser humano", a través del "desarrollo armonioso de las facultades internas — prácticas, sico-espirituales y sico-físicas— para que el hombre pueda desarrollar todas sus infinitas posibilidades, partiendo de la base que el ser humano no es un ser totalmente creado".

De esa manera, la práctica apunta a "vivir el momento y sacar la correspondiente enseñanza", ya que la ciencia gnóstica "no es espiritual ni materialista: es realista, caminando con un pie en lo espiritual y el otro en lo material, sin caer en el fanatismo".

La gnosis "desenvuelve todos los misterios, lo desconocido por el ser humano, no porque éstos les sean vedados sino porque no se tiene el interés real de desarrollar sus capacidades y conocer el misterio".

"CONOCIMIENTO QUE DIVULGA LOS METODOS CIENTIFICOS y PRACTICOS"

La gnosis se presenta, entonces, como "un conocimiento que divulga los métodos científicos y prácticos", por medio de los cuales "el hombre puede conocerse a sí mismo, conocer sus ocultas posibilidades, conocer y eliminar las causas de sus sufrimientos y desgracias", permitiendo a la humanidad "ver, oír y palpar todas las cosas que hasta ahora se señalaban como grandes misterios y enigmas".

Entendieron que, de ese modo, el hombre puede "transformar su actual estado de degeneración", haciendo énfasis en "el despertar de la conciencia", así como "todos los libros sagrados y las grandes culturas hablan del despertar".

En ese sentido, dijeron que, a diferencia del conocimiento exterior, "que capacita al ser humano para conquistar bienes materiales, fundamentalmente, no aportando métodos prácticos para modificarnos internamente y la resolución de problemas sociales", el conocimiento que brinda el Centro es interno o esotérico, puesto que "ayuda al hombre a resolver por sí mismo todos los sufrimientos y conflictos internos, sociales, y psico-espirituales en los cuales se encuentra enfrascado cada día más".

Es "una escuela de regeneración", ya que ante "la degeneración, en sus diversos aspectos, del sistema social", se pretende "volver a generar algo que el ser humano, en otras épocas, tenía, y que le permitirá percibir el sentido oculto de la

"Trabajamos con las mejores marcas para servirle a Ud., más y mejor"

MOTOROLA

CONATEL TELECOMUNICACIONES

SIEMENS

GoldStar

Venta, instalación y servicio oficial

DANIEL COSTA Representaciones

"SEGURIDAD EN COMUNICACIONES"

Dr. Rivero 1289 - Bº Olímpico

Telefax 4761



Luis y Virginia destacaron la importancia de las distintas prácticas para provocar un cambio en el estilo de vida. (Foto Modino)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ...
Fecha de Entrada 16 ... 1994
Nº ... 9166454

001/002

9166454

gnósticos al alcance de todos los minuanos

vida y de las cosas".

Es por eso que "los conocimientos se basan en la antropología psicoanalítica", ya utilizados "por otras escuelas en la existencia d la humanidad", y que apuntan a "la creación del Hombre verdadero".

De esa forma, "se abre el velo del misterio a todas las personas que se interesen en la enseñanza", ya que "sólo exige que la persona tenga tenacidad y voluntad para seguir adelante, y sea sincero consigo mismo".

En otras épocas, los conocimientos gnósticos "se enseñaban como grandes misterios y enigmas, y solamente se difundían entre unas pocas personas seleccionadas", pero "nuestra escuela gnóstica de regeneración es totalmente abierta".

PILARES DEL CONOCIMIENTO: FILOSOFIA, ARTE, CIENCIA y MISTICA

La filosofía, el arte, la ciencia y la mística, "son los pilares del conocimiento de la ciencia gnóstica", ya que la filosofía "es un modo de vida", el arte es "crear un hombre nuevo interiormente", la ciencia es "comprobar todo lo que a uno le dicen y no creer con fe ciega", y la mística "significa volver a unir al hombre con su parte sabia y espiritual", puesto que "la religión en todas las sociedades y sabidurías ha sido inherente al ser humano: no hay una sabiduría, o un sociedad humana que haya sido sabia sin mística", dijeron Luis y Virginia.

Mientras tanto, los tres factores del conocimiento



"Los cursos están abiertos a todas las personas interesadas y se brindan en forma gratuita", dijeron. (Foto Modino)

tienen como base "el nacimiento, la muerte y el sacrificio".

Como nacimiento, entienden "el despertar de todas las facultades cognoscitivas del ser humano, entre éstas las virtudes", y ese despertar "está basado en la muerte de los defectos y en el cambio", y "ofrecemos técnicas para poder matar los defectos, como manera de mejorar la vida".

Esas técnicas "se basan en la retrospección", analizando el defecto y considerándolo como "una barrera para el desarrollo de la persona en la sociedad y el daño que provoca en su desenvolvimiento social".

El defecto, es "alimentado inconscientemente con cierto tipo de energía", y esas técnicas "llevan a que la persona lo comprenda y lo elimine".

Es en ese punto comienza a jugar su rol el factor sacrificio, representado por "la tenacidad que cada persona debe tener para observarse y despertar conciencia".

Pero el concepto de sacrificio va más allá, y se vincula con "la difusión de la enseñanza", ya que "todo místico traba su avance espiritual si no ayuda a otras personas", de ahí que "no podemos difundir la enseñanza con una base lucrativa, sino con una base de aporte cultural a la sociedad".

PRACTICAS QUE AFIANZAN LAS RELACIONES CON LA SOCIEDAD

Infinidad de prácticas —psicoanálisis, meditación, ejercicios runicos, por ejemplo— basadas al conocimiento interior del ser humano, dictadas en cursos que pueden durar de tres a seis meses, y que se van profundizando, a través del tiempo, "permiten que las personas se vayan sensibilizando cada vez más", y "vayan logrando un estado interior que le permita comprender más a fondo su naturaleza y desenvolverse con más capacidad en el mundo que los rodea".

De esa manera, las prácticas se adecuan a la vida cotidiana, ya que "posibilitan el interrelacionarse mejor con los demás y consigo mismo", por lo que no se persiguen "objetivos superficiales", sino que se trata de "utilizar los conocimientos en forma objetiva, de tal manera que permitan al ser humano mejorar y desenvolverse en la sociedad". En ese aspecto, señalaron que "se adquiere un modo de vida acorde con las enseñanzas", la persona "cambia y se transforma", va "dejando los malos hábitos —por comprensión, y no por miedo— y las malas actitudes", al ir "entendiendo que éstas afectan negativamente su propio organismo". Si una persona "cambia sus hábitos, cambia también de círculo de afinidad, y le cambia la vida totalmente".

LUIS GUARDIA SE ESPECIALIZO EN MONASTERIOS DE ECUADOR, COLOMBIA y VENEZUELA

Dictan conferencias y cursos en Minas

En estos momentos, el Centro de Estudios Antropológicos Luxemil está funcionando en avenida Varela 1073, y se encuentra realizando, los días sábado, a las 19 y 30 horas, conferencias abiertas a todo público, a los efectos de informar sobre el contenido de los cursos.

Posteriormente, y entre las personas interesadas, se conforman los cursos, mientras que, después de un cierto tiempo, se forma el denominado grupo de segundo nivel, que permite generar cambios y conocer en forma más profunda la doctrina.

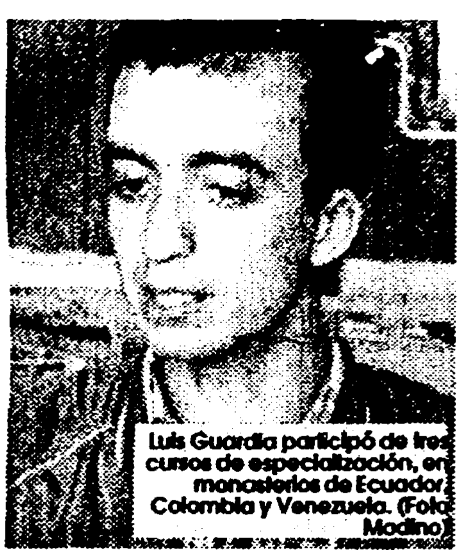
En nuestra ciudad, el grupo de segundo nivel lo integran cinco personas, mientras que "las puertas están abiertas para que la gente entre o salga", ya que "la base para permanecer es que le guste de corazón lo que está haciendo".

En Minas, "han realizado el primer curso decenas de personas", y aunque no continúan profundizando, "las enseñanzas les sirven para la vida práctica: esa es la misión", dijeron Luis Guardia y Virginia Tourné, encargados de la filial local del Centro de Estudios, que tiene su sede en Montevideo, y envía especialistas a nuestra ciudad, para abordar diferentes temas. Además, existen sedes en los departamentos de Fray Bentos, Salto y Rivera.

Los cursos "están abiertos a todo tipo de personas", y "materialmente no se les obliga a pagar nada, simplemente, por conciencia, cada uno va aportando lo que le parece", dijeron.

Por otra parte, las especializaciones se realizan a través de "distintos congresos que se hacen cada tres o cuatro años" en diferentes monasterios.

En ese sentido, Luis Guardia dijo que participó de varios congresos, "el pri-



Luis Guardia participó de tres cursos de especialización, en monasterios de Ecuador, Colombia y Venezuela. (Foto Modino)

mero en Cartagena, en 1990, y el último, en febrero de este año, en Venezuela".

En 1989 "participé de un curso de tres meses en un monasterio de filosofía tibetana, ubicado en los Andes ecuatorianos, a 3.800 metros de altura, donde se hacen cursos anualmente".

La experiencia de estar en los monasterios, donde "estamos aislados totalmente de la civilización", permite que "se pueda vivir lo que después se va a predicar".

Al respecto, indicó que "todos los años, los estudiantes avanzados tienen posibilidades de realizar ese tipo de cursos", como en el caso de Virginia Tourné, que participó de un congreso en un monasterio de Venezuela. En Uruguay, la formación de grupos gnósticos es muy reciente. Otros países de América Latina llevan sobre el nuestro una ventaja de treinta años en su desarrollo, si bien "existe la posibilidad de construir monasterios gnósticos en algún punto del país", ya que "es uno de los pocos lugares del continente que se considera puro", manifestaron.

002 002

-9406464

Sólo hay tres de su tipo en todo el mundo y la nueva fábrica de helicópteros ultralivianos está ubicada en Salinas: su costo es hasta 10 veces menor que sus similares

1/2

El "Aguacil", un helicóptero "ultraliviano" fabricado en nuestro país por un español que se radicó hace 55 años, empezará a ser construido en serie a partir de junio

* Costará 22 mil dólares, diez veces menos que un helicóptero convencional
* Salvo el motor y los instrumentos, todos sus materiales son industria nacional
* Siempre baja despacio por tener un sistema especial de tracción, por lo que es imposible que caiga
* Se aprende a pilotear en dos horas
* Se probó durante veinte minutos en vuelo estacionario con motor apagado

Salinas, por Edgart Migues. Ya está en la etapa definitiva de construcción el primer aparato aéreo creado y fabricado en Uruguay. Se trata de un "helicóptero ultraliviano" que se construirá en serie a partir del próximo mes, por cuyas características innovadoras ya es considerado de vital importancia para la industria aeronáutica nacional.

Su creador, inventor y constructor es un español afincado en nuestro país desde hace años, Tomás Pullina, de 55 años de edad.

En su taller, sin descuidar un minuto su trabajo, entre los "fierros" que son su pasión, Pullina nos introduce en una historia casi increíble, pero tan auténtica como esperanzadora. "Un día viajando por Brasil vi un autogiro. Como no tenía noción de qué era eso, me dediqué a estudiarlo, de ese estudio surgió Aguacil."

El "Aguacil" ha sido desarrollado totalmente en Uruguay, y es uno de los tres aparatos de su tipo existentes en el mundo.

Según Pullina, este aparato es pendular y sólo dos lo han logrado en el mundo, la explicación es que "el sistema pendular anula todo el balanceo de palas. Estas trabajan por fuerza aerodinámica y no por fuerza hidráulica, entonces el esfuerzo que realiza un helicóptero convencional (que es de 30 quilos por metro cuadrado de plano) por aerodinámica ocupa tan sólo 300 gramos; se anuló un peso de 900 quilos en los comandos a 300 gramos de fuerza".

CARACTERÍSTICAS PARTICULARES

Una de las características peculiares de este aparato es que se invirtió en él el sentido habitual de giro de las palas y "al invertirlo se ganó el efecto de rotación de la tierra, al ser un plano móvil se le dio un 28% mayor de rendimiento al aparato".

Otra innovación tiene que ver con la aerodinámica, que está sobredimensionada "por lo que no realiza pérdida, tiene el doble de aerodinámica que un planeador. Un helicóptero convencional tiene una resistencia al aire de unos 45 quilos por metro cuadrado de plano y el "Aguacil" tiene 5 quilos".

En cuanto a la potencia del motor, desarrolla 100 HP de potencia de salida, "la ventaja es que el helicóptero tiene bajo giro y entonces la multiplicación de giro tiene 600 HP de potencia sobre hélice".

Estas ideas realmente revolucionarias fueron totalmente desarrolladas por Pullina, quien manifiesta que ha recorrido el mundo investigando sobre nuevas tecnologías para poder adecuarlas al "Aguacil".

SÓLO PESA 130 QUILOS

El peso total del aparato es de tan sólo 130 quilos, "el chasis que desarrollamos anteriormente de cromomolibdeno pesaba 70 quilos, mientras que ahora le colocamos uno de aluminio que pesa 16 quilos". Una empresa uruguaya, Alcan, se sumó al esfuerzo y produjo por primera vez en el país el aluminio aeronáutico que se necesitaba.

Esto completa prácticamente los materiales de industria uruguaya que se incorporan al aparato. "Sólo tiene importado el motor y el tablero de instrumentos, lo demás es industria nacional".

Muchos trámites se interpusieron en el camino de "Aguacil", "hubo que homologar pieza por pieza en un centro de industrialización argentino Citefa (Centro de Investigación Tecnológica de las Fuerzas Armadas) que es el mejor de Sudamérica y después en Logística de nuestra Fuerza Aérea. En ese centro se desarrolló el misil Halcón I y II, el cañón 40 quilómetros, el Martín Pescador, tanques, es realmente adelantado tecnológicamente. Allí después de estudiarlo en 100 horas de vuelo le dieron a "Aguacil" su aprobación. Allí se hicieron once juegos de palas hasta llegar a la adecuada para el aparato".

SE SUPERÓ PROTOTIPO

La producción de este aparato ya se inició, se demoró más de lo previsto en la base de desarrollo.

Ya se superó la etapa de "prototipo" y se llegó a la etapa de construcción de aparatos para la comercialización. La fábrica y el montaje tendrá lugar íntegramente en la ciudad de Salinas.

"La producción se inicia en Alcan, entra en el centro de industrialización, pasa por la Fuerza Aérea que homologa sus piezas una por una, para finalizar con el montaje final. Cada aparato es estudiado pieza por pieza, que son numeradas, se integra una carpeta independiente en cada aparato y después se realiza el montaje, previa autorización de Aeronáutica Civil."

El "Aguacil" desarrolla una velocidad de cero a 90 quilómetros por hora y no más, porque la aerodinámica no se lo permite.

"Por más que se quiera inclinar no se inclina, porque es pendular y por más que se quiera bajar rápido no puede hacerse porque el ciclo no lo permite. Baja casi planeando porque no tiene suficiente peso para caer.

El motor se desconecta inmediatamente por un sistema mecánico especial y quedan los dos rotores trabajando en conjunto, nunca se desconecta uno del otro por lo que nunca entra en autorrotación, sin el motor igualmente baja despacio, planeando, por lo que se puede decir que es casi imposible que caiga a tierra."

Se probó durante veinte minutos en vuelo estacionario con el motor apagado, con un viento mayor de 12 quilómetros incluso se puede elevar en altura "ni los técnicos comprendían que se hubiera logrado".

La facilidad de maniobra es inversa a la de un avión.

Un Cessna 172, por ejemplo, tiene 16 metros de plano, mientras que un helicóptero tiene 31 metros de plano. Un avión liviano queda flotando, mientras que un helicóptero cuanto menos peso mayor maniobrabilidad tiene.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ...
N° ... 3406455

DOC. PARTES SOLO LEGIBLES

BIOGRÁFICO
(CAMPO MILITAR)
EST. EL DIARIO 18/5/94

01/01

3406455

EL PROYECTO COMENZÓ A GESTARSE EN 1985 Y EN 1988 SE FABRICARON LOS PRIMEROS CHASIS

Señas de identidad

El proyecto comenzó en 1985 y en 1988 se fabricaron los primeros chasis, incorporando plantas de poder basadas en motores Volkswagen, variando su cilindrada hasta llegar al de 2 mil cc con 100 HP de potencia y 600 HP de potencia en el eje. La transmisión, de diseño propio, se compone de tres cajas reductoras fabricadas en plaza. El sistema de rotor es de diseño propio con cualidades aerodinámicas únicas. Para llegar al prototipo final fueron construidos cuatro, realizando diversos estudios, pruebas y ensayos de materiales.

Sus medidas son 1.30 metro de ancho por 6.50 metros de largo, biplaza y resistente a una carga útil de 400 quilos, descontando el peso del piloto y del acompañante.

LA PRODUCCIÓN

En una primera etapa se construirán cuatro helicópteros por mes, después de los seis meses se considera que se llegará a diez aparatos por mes. Cuatro personas bien entrenadas serán suficientes para su producción.

Este helicóptero ultraliviano será de gran utilidad en el agro, para recorrer campos, hacer fumigaciones, trabajos en arroceras serán facilitados por "Aguacil", ideal para estas tareas por sus puntos de seguridad, por su fácil manejo. También podrá ser utilizado para traslados de urgencia, heridos o enfermos, para publicidad tanto sea mediante pasacalles volantes como mediante audio, pues su especial forma de volar impulsa el sonido hacia abajo, haciendo que se oiga desde tierra sin que el ruido del motor lo impida. Podrá ser utilizado por la Policía, fundamentalmente la Caminera, para sobrevolar las rutas. Podrá ser consumo de lujo, para diversión, deporte, etc. Tendrá, en síntesis, un mercado casi infinito y totalmente nuevo.

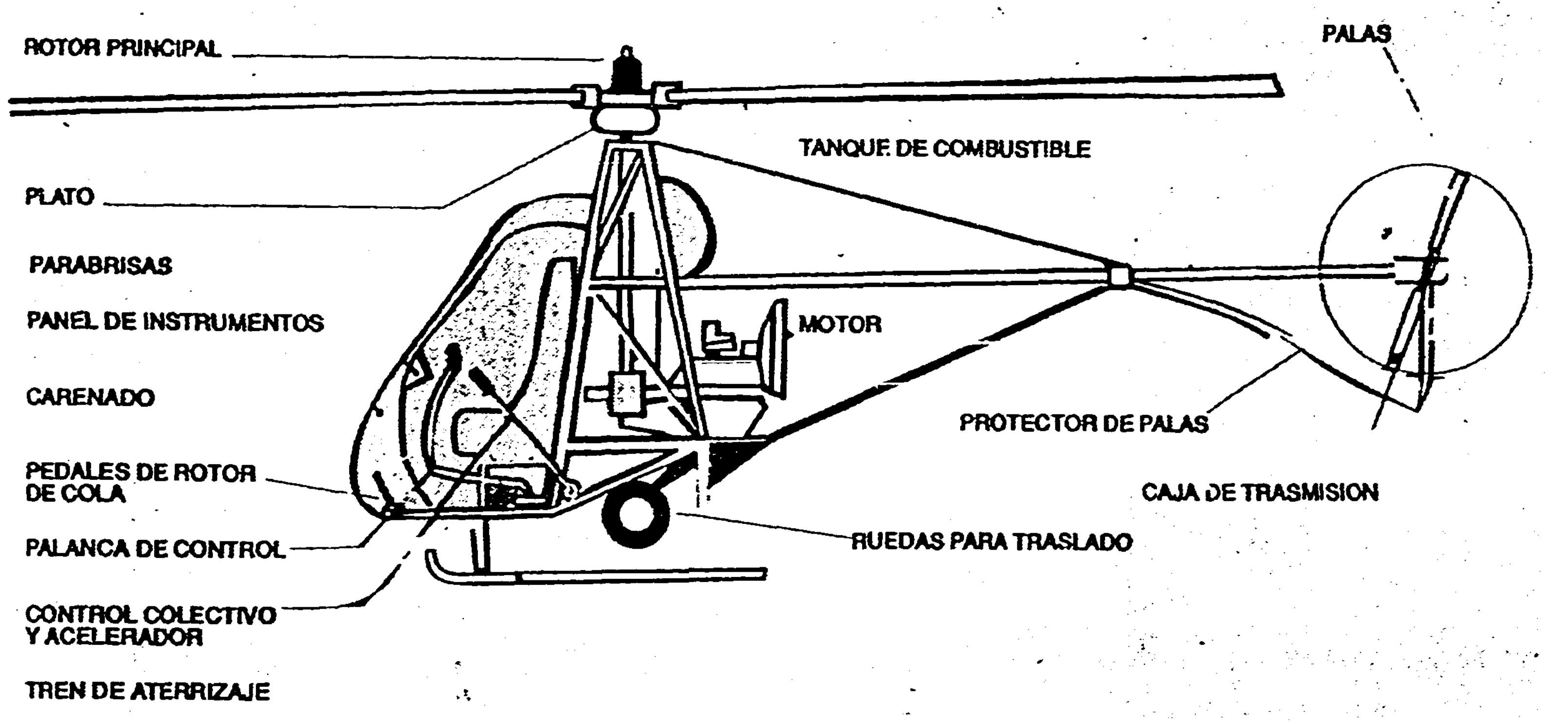
EL MANEJO

Se calcula que en dos horas (sí, solamente dos horas) de aprendizaje una persona puede, legalmente, ser autorizada a pilotearlo obteniendo el brevet correspondiente una vez pasados los exámenes médicos. Dice Pullina que "se aprende mucho más rápido que a manejar una bicicleta".

COSTO Y TRASLADO

El precio total de este aparato será de 23 mil dólares con seguro incorporado, exonerado de IVA. No existe competencia en el mercado para este producto.

Por el poco peso que tiene y el casi nulo frenaje podrá trasladarse en un trailer tirado por un auto normal. Puede despegar desde el propio trailer, ya que necesita sólo 8 metros de espacio para las palas.



AMPLIO RESPALDO DE COMISIÓN PARLAMENTARIA Y LA CÁMARA URUGUAYA DE LA INDUSTRIA AERONÁUTICA

Proyecto de vital importancia para el desarrollo aéronáutico

El helicóptero "Aguacil" recibió apoyo de muchos organismos, entre ellos:

- El Ministerio de Industria, Energía y Minería, a través de su Entidad Técnica de Apoyo, informó que "habiendo realizado la evaluación del proyecto de acuerdo a la documentación presentada y analizada, se ha concluido que el mismo es viable desde el punto de vista técnico-financiero".
- La Cámara Uruguaya de la Industria Aeronáutica enfatizó: "Consideramos el presente proyecto de vital importancia para el desarrollo de nuestra industria aeronáutica por sus características destacables, a saber: a) soluciones técnicas innovadoras y sencillas, b) fácil construcción con materiales y mano de obra nacional, c) precio de venta final muy adecuado, d) mercado de aplicación inmediato a nivel nacional y regional".
- La Dirección Nacional de Aviación Civil considera de su interés el desarrollo del proyecto nacional denominado "Aguacil" helicóptero ultra liviano, presentado por el señor Tomás Pullina. A tales efectos facilitará todo aquello que beneficie la concreción del mismo en nuestro país, apuntando a que el mismo cumple con todos los requerimientos técnicos exigidos por la norma nacional e internacional aplicables en dicho caso.

PARLAMENTO Y FAU

- El presidente de la Comisión de Transporte, Comunicaciones y Obras Públicas de la Cámara de Representantes, diputado Daniel Delgado Sicco, entiende que "el proyecto es de vital importancia para el desarrollo de nuestra industria aeronáutica y posibilitará generar fuentes de trabajo así como un importante ingreso de divisas a nuestro país y el reconocimiento internacional".
- La Fuerza Aérea a través de su Comando Aéreo Logístico informó que "este servicio a través de sus talleres y laboratorio está capacitado para realizar el control de calidad de algunos elementos y materiales para la construcción aeronáutica y puede certificar el diseño de piezas y estructuras de aeronaves en forma limitada. Complementariamente está en condiciones de efectuar la totalidad del control e inspección de conjuntos y piezas aeronáuticas".

Biográfico (Campo militar)

02/02 Estediario 18/5/94

1/1

"EL FRENTE VA REZAGADO" EN CONCRETAR NOMBRES", DIJO RAMÓN LEGNANI

El domingo en Pando, el Partido Socialista elige sus candidatos de Canelones

Canelones, por Edgart Migues. El próximo domingo 29 se reunirá la convención del Partido Socialista a nivel del departamento de Canelones. A partir de la hora 9 y hasta la tarde, en el Centro Protección de Choferes de Pando, los dirigentes socialistas canelonenses escucharán al secretario general Reinaldo Gargano con un informe político nacional y al secretario departamental, Roberto Conde, informando la situación de Canelones. También se procederá a analizar las propuestas programáticas que llevará el Partido Socialista dentro del marco del Frente Amplio.

En horas de la tarde los delegados de las distintas localidades del departamento, que a estos efectos se han estado convocando, procederán a efectuar las propuestas que ya están concretando, respecto a cómo desean que se integren las listas de candidatos a diputado y a ediles por este departamento. Es en ese sentido que el diputado del sector Ramón Legnani expresó: "Es una jornada muy importante, creemos que de neto contenido democrático, marco en el cual surgirán las propuestas y los nombres que va a llevar el Partido Socialista en el departamento de Canelones."

El domingo entonces, ya serán conocidas las listas de candidatos y las propuestas, tras el análisis que de ellos efectúe el referido plenario socialista en Pando.

El diputado Legnani enfatiza: "Esperamos que ese día quede todo resuelto, porque tanto sus distintos sectores como el Frente Amplio en su conjunto van rezagados con respecto al resto de las fuerzas políticas en cuanto a concretar quiénes son los candidatos comunes y los de cada sector para las elecciones de noviembre. Creemos que ese retraso no va en desmedro del Frente ya que es todo un sistema democrático en el que se evalúan las actuaciones de cada uno de los candidatos presentados por sus fuerzas políticas y de allí recién surgen los programas y los candidatos definitivos."

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 1 6 JUL 1994
Pase a Archivo
Nº. de Orden 9406466

001/001

9406466

Este Diario 25/5/94

Pedro Razquín preside Comité Ejecutivo de Maldonado del MNR

Durante el congreso cumplido por esta agrupación nacionalista en instalaciones del Centro Español de la capital departamental se procedió a la designación de las autoridades que regirán por el próximo ejercicio.

La nómina de dirigentes que tendrán tal responsabilidad es la siguiente: Pedro Razquín, Germán Barrán, Roque Cabrera, doctor Héctor Fontes, Ruben Vilacoba, Marisa Ródalo, Abel José Odizzio, doctor Esteban Agustoni, Adolfo Alberti, Jorge Cassaretto y Luis Urrutia.

También, como ya informáramos, se constituyó una Comisión de Asuntos Políticos que entenderá en el tratamiento y la concertación de los acuerdos electorales que pudieren surgir.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada 16 JUN 1994
9406467

001/001

9406467

Este Diario 25/5/94

CAMPO SICOSOCIAL
MEDIO AMBIENTE

Centro ecológico

Hoy a las 17 se inaugurará en manzana 14, Solar 1 de Shangrilá, casa de la familia Márquez, un nuevo Centro Ecologista Federal. Este nuevo punto de reunión es el número 14 en los primeros 30 días de campaña electoral de este sector político.

FECHA 8/7/94 INICIAL (64)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada 16 JUN. 1994
Pase a
Nº. de Orden 9406468

ESTEDIARIO
28/may/94

OSCAR BALADAN

001|001

9406468

1/1

Se ve con interés que el interior esté representado en la fórmula

Dirigente del PCU señaló que no tiene objeciones para Nin Novoa

Maldonado. Héctor Seco, integrante del Comité Central del Partido Comunista, afirmó ayer a Estediario que ese sector político es absolutamente partidario "de un gran acuerdo progresista que tenga expresión electoral y que se realice sobre la base de un programa".

El dirigente comunista elogió la "valerosa actitud de Nin Novoa de apartarse del Partido Nacional" y señaló además que las alianzas se basan no sólo en acordar programas sino también candidaturas.

De todas formas, Seco advirtió que "no hay que ir más rápido que lo que la realidad camina, ni más lento porque hay que definir cosas". Señaló además que "Nin Novoa podría ser evidentemente uno de los candidatos", y que los comunistas verían con mucho interés que el interior estuviera representado en la fórmula presidencial. "No tenemos objeciones a la misma", afirmó.

Seco señaló que los comunistas no son un obstáculo a un acuerdo con las fuerzas progresistas, pero trabajan para una coalición sobre bases sólidas. "Eso no implica que no haya discusiones y debates, pero esos duros debates son la mejor garantía de que ese programa se va a cumplir".

El dirigente realizó una visita a Maldonado el pasado fin de semana con motivo del lanzamiento de la campaña financiera de los comunistas en ese departamento.

Seco explicó que el Partido Comunista no pide aportes de grandes inversores o de grandes empresas, "que después, esperan que desde el Ministerio de Economía o de Comercio Exterior se beneficie a sus intereses". Seco explicó que la de su partido es una campaña abierta y transparente y que se solicitan esos aportes para financiar la campaña electoral. "Nuestro lema se siente partícipe de la posibilidad de que el Frente Amplio gane el gobierno en las próximas elecciones", señaló a Estediario.

Biográfico (Campo Militar)
Estediario 7/6/94

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
Fecha ... 16 JUN. 1994
Biográfico
N° 9406469

001/001

-9406469

1/1

LA UNION 05 NOV 19..

PLENARIO INTERSINDICAL DE LAVALLEJA ELIGIO EL SECRETARIADO EJECUTIVO

El Plenario Intersindical de Lavalleja procedió a la elección del secretariado ejecutivo departamental, que quedó integrado de la siguiente manera: Presidente: Rufino Pelúa (Federación Ancap) . Secretario general: Juan Carlos Spoturno (SUINM)
Tesorero: Homero Rodríguez (SUNCA-Caleras)
Secretario de organización: Carlos Berrutti (Coes)
Secretario de prensa y propaganda: Ruben Fernández (FFOSE), José Rodríguez (ATRAVIMIN)
Representantes ante el secretariado ejecutivo del PIT-CNT: Pedro Altez (AUTE). Julio Sotelo (SUNCA). El nuevo ejecutivo convoca a todos los gremios a participar de las reuniones del Plenario Departamental, que se realizan los días viernes, a las 20 horas, en el local de Aebu.

6470

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
... 16 JUN. 1994
Nº ... 9406470

001/001

-9406470

A NIVEL DEPARTAMENTAL EL FRENTE AMPLIO TRABAJA SOBRE EL PROGRAMA

Romero dijo que sería positivo "aliarse con quienes hemos recorrido un camino"

Al tiempo que informó que el Frente Amplio trabaja en Lavalleja en la elaboración de las bases programáticas de su propuesta al electorado, el presidente de la Mesa Departamental de la coalición, Heber Romero, dijo a LA UNION que sería bueno para la colectividad, encontrar acuerdos y alianzas "con aquellos con quienes ya se ha recorrido un camino juntos, en otras instancias".



Romero confirmó para los días sábado 14 y domingo 15, la realización del encuentro departamental, para trabajar sobre los aspectos programáticos que el FA pondrá a consideración de la ciudadanía

Estas consideraciones fueron hechas por Romero al ser consultado por nuestra redacción en torno a sus puntos de vista sobre la eventual creación del espacio que se ha dado en llamar "gran acuerdo programático" y, específicamente, sobre una posible fórmula Tabaré Vázquez - Rodolfo Nin Novoa.

El presidente de la Mesa Departamental del Frente Amplio, sin referirse particularmente al caso de Nin Novoa —intendente de Cerro Largo, escindido primero del Movimiento de Rocha y actualmente con diferencias estratégicas dentro del Polo Progresista, que integra— dijo, en general, tener "un enorme respeto por todas las figuras" que se han mencionado.

Insistiendo en señalar que sería positivo encontrar acuerdos que permitieran seguir encontrando coincidencias, como ocurrió en conocidos episodios de la vida nacional, ya vividos, dijo que debe actuarse con mesura, en la medida que, en estos momentos, hay inconvenientes legales y constitucionales que limitan la posibilidad de comparecer a la elección bajo un mismo lema, para el caso, de carácter accidental.

De todas formas, consideró que, llegados los momentos de definición, y más allá del hecho que Vázquez está públicamente confirmado como candidato a la Primera Magistratura, Romero dijo que ha de requerirse el pronunciamiento de las bases, para participar de los debates y definiciones en cuanto a la forma en que la colectividad concurrirá electoralmente en noviembre.

ENCUENTRO DEPARTAMENTAL PROGRAMATICO

Mientras tanto, Romero confirmó para los días sábado 14 y domingo 15 de este mes, la realización del encuentro departamental, en el que participarán representantes de Minas y todos los centros poblados del interior del departamento, para trabajar sobre los aspectos programáticos que el FA pondrá a consideración de la ciudadanía.

En estos momentos, diferentes comisiones trabajan en las distintas áreas de los temas de interés departamental, y en los días previos al encuentro mencionado, es decir, el jueves 12 y el viernes 13, se realizarán tareas preparatorias en todo el departamento, estando anunciada para esos dos días la presencia del senador Carlos Bouzas, quien también concurrirá a Minas el domingo 15, para el cierre del encuentro.

Sobre los aspectos departamentales, Romero consideró que sería interesante presentar candidaturas comunes en los ámbitos en que sea posible, lo que estimó que no será difícil acordar entre las distintas fuerzas que componen el Frente Amplio.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección G... de Defensa
Fecha de entrada 15 JUN. 1994
Pase a ...
N°. de Orden 9406472

LA UNION

-9406472

001/001

JORNADAS DE ACTUALIZACION EL VIERNES 13 y SABADO 14 EN EL PARQUE DE VACACIONES

Odontólogos del interior se reunirán en Minas la semana próxima

El Parque de Vacaciones de Ute-Antel será sede, los próximos viernes 13 y sábado 14, de las Jornadas de Actualización, organizadas por la Federación Odontológica del Interior (Fodi), con el auspicio de la Intendencia Municipal de Lavalleja y la Cámara de Comercio Dental.



Así lo informó a LA UNION el doctor Américo Peruggini, presidente de la Asociación Odontológica Minuana, quien agregó que el encuentro responde a una inquietud de la Federación Odontológica del Interior (Fodi).

Entendiendo que "los profesionales del interior no pueden estar ajenos a los avances tecnológicos y la profundización de conocimientos", Fodi ha "estructurando un calendario de cursos de actualización", en acuerdo "con la Escuela de Egresados".

Es con esa finalidad que se realiza este segundo encuentro en el Parque de Vacaciones de Ute-Antel, que "contará con el aporte científico de tres especialistas extranjeros"; los profesores argentinos Jorge Uribe, Carlos Cantarini y Guillermo Rossi, así como también del experto uruguayo Horacio Fiorestti.

Se reunirán unos 120 congresistas de todos los departamentos del interior, que participarán de los distintos cursos, que atenderán diferentes áreas de atención al paciente, en el consultorio odontológico.

Es así como se expondrán temas vinculados con la odontopediatría (odontología en niños), operatoria dental (rehabilitación de problemas dentales), endodoncia (conductos de las piezas bucales), y periodoncia (enfermedades de la encía), presentando los últimos avances que se han obtenido en cada área específica.

Por otra parte, Peruggini expresó que eventos de esta índole "demuestran que se está caminando", y que "la Fodi interpreta el sentimiento de los odontólogos del interior del país", que "despertó hace diez años con la creación de la federación", y que actualmente se acrecienta a través del desarrollo de cursos de actualización, como los que se llevarán a cabo los próximos viernes 13 y sábado 14 del corriente.

Al mismo tiempo se montará una exposición por parte de casas dentales de Montevideo, donde se presentarán los últimos avances en materiales y aparatos para la atención de los pacientes.

El evento cuenta con el auspicio de la Intendencia Municipal de Lavalleja, "que ha colaborado mucho para la concreción de este encuentro", y de la Cámara de Comercio Dental.

Américo Peruggini, presidente de la Asociación Odontológica Minuana, en diálogo con LA UNION. (Foto Gabriela Modino)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
16 JUN. 1994
Nº 9406473

004/001
9406473

ASI LO MANIFESTO LA PRESIDENTA DE ADEMU LAVALLEJA, DIANA TEJERA

1/1

Esperan importante paralización en las escuelas públicas para mañana

Según manifestó a LA UNION Diana Tejera, presidenta de Ademu Lavalleja, se prevé una importante adhesión de los maestros de nuestro departamento a la medida de paralización convocada para mañana viernes por la Coordinadora de Sindicatos de la Enseñanza, a la vez que afirmó su optimismo en cuanto a que las firmas recolectadas permitan finalmente plebiscitar una ley que otorgue el 27 por ciento del presupuesto nacional a la enseñanza pública.



En diálogo con LA UNION, Diana Tejera, presidenta de Ademu Lavalleja, manifestó que el gremio local del magisterio se adhiere al paro convocado para mañana viernes por la Coordinadora de Sindicatos de la Enseñanza, a la vez que se prevé, y de acuerdo a los datos obtenidos por el sindicato, una importante paralización en las escuelas públicas de Minas y el interior del departamento, que superará ampliamente a la registrada el pasado jueves.

Incluso podrían cerrar varias escuelas de nuestra ciudad y de otras localidades.

Esta nueva medida, está motivada por la entrega de las papeletas con las firmas para la convocatoria a un plebiscito, procurando que mediante una ley constitucional se otorgue un 27 por ciento del presupuesto nacional a la enseñanza pública. La paralización de actividades será de carácter activo, ya que en Montevideo se intensificará la recolección de firmas, mientras que el gremio local enviará las papeletas esta noche.

En ese sentido, Diana Tejera manifestó que, en nuestro departamento, el porcentaje de firmas es "aceptable", y que es optimistas en cuanto a que se logre obtener la cantidad de firmas necesaria para lograr el plebiscito, teniéndose en cuenta que las firmas se están levantando en todo el país.

Mañana marcharán hacia Montevideo delegaciones de docentes provenientes de los diversos puntos del país. Desde Melo llegarán ómnibus la Terminal de Minas a las 14 y 30 horas, por lo que Ademu Lavalleja exhorta a los docentes minuanos a engrosar las filas de la caravana, explicó Tejera.

La concentración inicial se realizará en el Obelisco, ya que allí convergerán las caravanas provenientes de los distintos lugares, con salidas desde Salto, Fray Bentos, Rivera y Melo, las que recogerán las delegaciones de las ciudades por las que pasarán los ómnibus.

Posteriormente, los docentes se dirigirán al Palacio Legislativo. Allí, a las 18 horas, una delegación gremial entregará las papeletas con las firmas requeridas a Gonzalo Aguirre, presidente de la Asamblea General y Vice Presidente de la República.

Otros de los puntos claves de la plataforma reivindicatoria de los docentes se vincula con el cumplimiento del convenio firmado en marzo del 93 y la reforma del estatuto docente. Los maestros también se manifiestan en contra de la reducción de la carrera magisterial, concluyó informando Diana Tejera.

CENTRO DE PROPIETARIOS DE AUTOMOVILES CON TAXIMETROS DE LAVALLEJA

Llama a elecciones para renovación de autoridades.
Plazo de presentación de listas: hasta el 5 de junio de 1994, en Dr. Rivero 1241.

Luis Furtado
Presidente

Miguel Sanz
Secretario

LA UNION 26

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 1 6 ... 994
Pase: ...
N° ... 9406474

001/001

-9406474

R E S E R V A D O

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SUB DIRECCION EXTERIOR
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
MONTEVIDEO, 4 DE ENERO DE 1980.

SUMARIO DE INFORMACION

PERIODO: 14MAY94 AL 03JUN94

TEMARIO

R E S E R V A D O

01 - 17

9406475

I.- SUBVERSION CONTINENTAL

COPIA Nº

A.- ARGENTINA-BRASIL

La policía brasileña fue alertada sobre la posible presencia de ENRIQUE GORRIARAN MERLO en BRASIL.

El jefe máximo del MOVIMIENTO TODOS POR LA PATRIA (MTP) habría entrado clandestinamente al país, pudiendo encontrarse actualmente en SAN PABLO, PARANA o RIO GRANDE DEL SUR.

GORRIARAN MERLO que lideró el atentado a LA TABLADA en 1989, estaría también vinculado con CONEXION CONOSUR-MANAGUA (organización subversiva descubierta el 23/05/93 cuando explotó un arsenal clandestino en NICARAGUA), 12 atentados ocurridos en EUROPA y con el asesinato de ANASTASIO SOMOZA.

Cabe recordar que el mencionado, había anunciado que se alejaría temporalmente del MTP para poder defenderse de las acusaciones que pesan sobre él en varios países.

B.- PERU

El 18 de mayo, la policía detuvo a FELIPE TENORIO BARBARAN (Camarada ALBINO), integrante del Comité Central de SENDERO LUMINOSO y actualmente dirigente de SENDERO ROJO (sector mas radical y el único que continúa con acciones violentas dentro de Sendero Luminoso).

Veintitrés integrantes de SENDERO LUMINOSO (entre ellos el dirigente HERMENEGILDO MURILLO) y del MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO TUPAC AMARU fueron capturados por una unidad de Ejército, en ANCASH. Los senderistas formaban parte del BATALLON MAR ROJO, grupo desarticulado por la ofensiva militar antiterrorista realizada el 5 de abril en el Departamento de HUANUCO.

En la actualidad el gobierno está auspiciando un encuentro entre OSMAN MOROTE BARRIONUEVO (número dos de SENDERO LUMINOSO actualmente en prisión)

COPIA Nº ?

y FELIPE TENORIO BARBARAN, para intentar lograr que los integrantes de SENDERO ROJO que aún se encuentran en libertad se adhieran a la posición pacifista que promovió en su oportunidad ABIMAEL GUZMAN.

CONCLUSIONES

Tras otro duro golpe a la guerrilla, el gobierno intenta con la reunión entre MOROTE (apoya propuesta de pacificación realizada) y TENORIO (dirigente del sector radical) lograr que el sector radical del grupo, que se encuentra en libertad, deponga definitivamente las armas, aprovechando la influencia que sobre éste tiene el primero de los nombrados.

II.- TERRORISMO INTERNACIONAL

COPIA Nº

A.- ESPAÑA

La ETA envió cartas a más de un centenar de empresarios e industriales madrileños para exigirles el pago de un impuesto revolucionario de entre U$S 350.000 y U$S 750.000, bajo amenaza de adoptar medidas extremas en caso de no pagar el mismo.

CONCLUSIONES

El hecho de que el grupo vasco haya iniciado acciones extorsivas en MADRID señalaría que el mismo estaría enfrentado una crisis financiera, como consecuencia del accionar de las fuerzas de seguridad, las que recientemente capturaron un considerable arsenal del grupo y desmantelaron dos redes extorsivas que operaban en el País VASCO el pasado año.

A pesar de la continuidad de acciones violentistas por parte del grupo vasco, se estima que por el momento su capacidad operativa es limitada.

B.- TERRORISMO ISLAMICO

1.- EEUU

MOHAMED SALAMEH (jordano), NIDAL AYAD (kuwaití), MAHMOUD ABRUHALIMA (egipcio) y AHMAD MOHAMED AJAJ, detenidos por su vinculación con el atentado explosivo contra el WORLD TRADE CENTER, el 26 de febrero de 1993, fueron juzgados y sentenciados a 240 años de prisión.

04

9406475

2.- MEDIO ORIENTE

HAMAS

COPIA Nº

El grupo HAMAS anunció que suspendería las ejecuciones de colaboracionistas para permitir a la policía palestina actuar contra los enemigos del pueblo.

El portavoz del grupo, IBRAHIM GOSHE, manifestó que su grupo no atacará más a civiles israelíes y que respetará la administración palestina en GAZA y JERICO, si ésta respeta a los grupos que se oponen a la paz con ISRAEL; afirmó además que continuará su lucha contra los colonos y militares israelíes y pronosticó el fracaso del proceso de paz, dado que el mismo no responde a las aspiraciones del pueblo palestino, y obligará al pueblo a volver a la resistencia armada, único camino posible para liberar el territorio ocupado por ISRAEL.

Tanto este grupo como el FRENTE POPULAR PARA LA LIBERACION DE PALESTINA reiteraron su negativa a entregar sus armas a la policía palestina y manifestaron que continuarán su lucha. Al respecto, el portavoz de HAMAS en AMAN manifestó que YASSER ARAFAT fracasó en su intento de convencer a la oposición palestina de que participe en el gobierno autónomo.

MEDIDAS ADOPTADAS POR YASSER ARAFAT

YASSER ARAFAT anuló las disposiciones militares israelíes en GAZA y JERICO, las que se encuentran vigentes desde el 5/06/967. Esta medida apareció en un comunicado publicado en la prensa de JERUSALEN ORIENTAL, en donde se especifica que los palestinos deberán respetar las leyes, ordenanzas y reglamentos vigentes hasta esa fecha. Esta resolución originó inmediatas reacciones contrarias en ISRAEL.

El día 10 de mayo, en una mezquita de JOHANESBURGO, YASSER ARAFAT hizo un llamamiento a la JIHAD para liberar a JERUSALEN y afirmó que tenía en su poder una carta del gobierno israelí en la que se expresa que el futuro de la ciudad se negociaría a los tres años de la firma del acuerdo por la autonomía

COPIA Nº

palestina. En el llamamiento a continuar la JIHAD pidió a todos los musulmanes para que participen en la liberación de JERUSALEN.

RABIN advirtió que si verdaderamente ARAFAT invocó a la JIHAD incurrió en una violación de los compromisos asumidos, advirtiendo que ese hecho era inconciliable con los acuerdos alcanzados y que haría peligrar las negociaciones.

Al respecto ARAFAT manifestó que la invocación a la JIHAD era realizada en un sentido netamente religioso y pacifista.

<u>CONCLUSIONES</u>

HAMAS, el principal grupo opositor del acuerdo ISRAEL – OLP, reafirmó nuevamente su intención de continuar su lucha contra ISRAEL, a la vez que ratificó su convencimiento de que la resistencia armada es la única vía para liberar definitivamente los territorios.

La medida adoptada por YASSER ARAFAT de anular las disposiciones vigentes en GAZA y JERICO, desde junio de 1967, asi como el exhorto a realizar la JIHAD, son consideradas por el gobierno israelí como una nueva provocación.

Estos hechos podrian provocar fricciones entre la OLP e ISRAEL, pudiendo hacer peligrar la concreción definitiva del acuerdo.

9406475

COPIA Nº

III.- XENOFOBIA

A.- ARGENTINA

Desconocidos profanaron el cementerio israelí de MAR DEL PLATA el 21 de mayo y los cementerios armenio e israelí de CORDOBA el 30 del mismo mes, destrozando lápidas y placas identificatorias en ambas necrópolis.

B.- ALEMANIA

El día 23 de mayo siete soldados (vestidos de civiles) integrantes de una unidad de Ejército, encargada de rendir honores militares durante visitas de Jefes de Estado extranjeros, incitaron al odio racial, gritando consignas nazis y racistas cuando viajaban en un ómnibus de transporte colectivo, en SIEGBURG (cercanías de BONN) donde está ubicada dicha repartición militar.

En la misma fecha jóvenes neonazis atacaron a un negro en HALLE, resultando el mismo y una joven que salió en su defensa gravemente heridos.

El día 19, "cabezas rapadas" atacaron a inmigrantes árabes y africanos en el albergue donde los mismos residen, en la localidad de MAGDEBURGO.

Un cementerio israelí de BEERFELDEN, fue profanado el 27 de mayo por neonazis, los que destruyeron lápidas y dañaron monumentos.

C.- ITALIA

Una manifestación nacional de "cabezas rapadas" tuvo lugar en VICENZA (norte del país) el 14 de mayo. En la misma participaron representaciones de MILAN, ROMA, BOLONIA y otras ciudades de la región VENETO. Se gritaron consignas contra la República y los medios de información y se reiteró la fidelidad a la ideología fascista.

Posteriormente a esta manifestación el Jefe de Policía Nacional, VICENZO PARISI, anunció la prohibición de la realización de manifestaciones de connotaciones neofascistas.

El 24 de mayo, un grupo de 15 jóvenes "cabezas rapadas" asaltó un centro social en ROMA, hiriendo a dos personas.

CONCLUSIONES

La violencia xenófoba en el mundo continúa, esto lo demuestra los hechos sucedidos en ARGENTINA, ALEMANIA e ITALIA.

El gobierno italiano ante la posibilidad de que la misma cobre víctimas como aconteció en reiteradas oportunidades en ALEMANIA, decidió prohibir las actividades de esa índole, para tratar de erradicar desde un comienzo las agresiones hacia los extranjeros e inclusive hacia los italianos sureños.

IV.- BLOQUES ECONOMICOS

A.- ARGENTINA

- El Ministro argentino de Economía, DOMINGO CAVALLO, apoyó la integración de CHILE al MERCOSUR, aunque no necesariamente como un miembro pleno del bloque, sino como asociado en una zona de libre comercio.

- DOMINGO CAVALLO, reconoció que fue "exageradamente ambicioso" cuando siendo Canciller de su país, negoció ese Tratado, y afirmó que si tuviera que hacerlo de nuevo abogaría por la formación de un área de libre comercio antes que por una unión aduanera.

- Un 59% de las grandes empresas argentinas opinó que el MERCOSUR podrá ser implementado sólo "a largo plazo, en 10 años o más", según una encuesta privada difundida en BUENOS AIRES.

B.- BRASIL

El Canciller brasileño CELSO AMORIM, afirmó que BRASIL tiene el deber de proteger su industria nacional de la informática, las telecomunicaciones y equipos industriales mediante la aplicación de determinados aranceles de importación en el MERCOSUR.

C.- PARAGUAY

- La CENTRAL UNITARIA DE TRABAJADORES (CUT) de PARAGUAY solicitará al Gobierno del Presidente JUAN CARLOS WASMOSY el aplazamiento de su incorporación plena al MERCOSUR.

D.- CHILE

- El Canciller chileno, CARLOS FIGUEROA, manifestó que el gobierno del Presidente EDUARDO FREI tomó la decisión política de proponer un esquema de asociación con el MERCOSUR.

9406475

09

COPIA Nº

- CHILE comunicó a los cuatro socios del TRATADO DE ASUNCION su intención de asociarse al MERCOSUR en una zona de libre comercio, pero sin ingresar al bloque como miembro pleno.

E.- CONCLUSIONES

La posición de gobierno chileno, anunciando su interés de asociarse al MERCOSUR, pero como país independiente es coherente con la filosofía de este país, de no integrarse a ningún acuerdo subregional que implique compromisos que puedan afectar su propio proceso de liberalización económica.

9406475

V.- ORGANISMOS INTERNACIONALES

A.- ORGANIZACION DEL TRATADO DEL ATLANTICO NORTE (OTAN)

1.- UCRANIA PARTICIPARA EN MANIOBRAS DE LA OTAN

COPIA Nº

El Ministro ucraniano de Defensa, VITALI RADETSKI, anunció que UCRANIA participará en las primeras maniobras militares en el marco del programa de la Organización Atlántica "Asociación para la Paz", que se celebrarán en los [illegible] de junio y julio en territorio polaco.

Asimismo precisó que en los ejercicios participarán unidades militares de ESTADOS UNIDOS, POLONIA, HUNGRIA y UCRANIA, previsiblemente una compañía motorizada por cada país.

2.- RUSIA FIRMARA "ASOCIACION PARA LA PAZ"

El 18 de mayo de este año la Organización Atlántica anunció que ofrecerá una "asociación especial" a RUSIA más amplia que la Asociación para la Paz pactada con los paises del ex-PACTO DE VARSOVIA, pero sin concederle el derecho a veto sobre las decisiones de la organización, es decir que no será un miembro pleno de la OTAN.

Esta propuesta concederá a MOSCU poder de consulta sobre asuntos defensivos y de seguridad en EUROPA.

En una reunión que se llevó a cabo en BRUSELAS el 24 de mayo, el Ministro ruso de Defensa PAVEL GRACHOV anunció a los Ministros de la Organización Atlántica que RUSIA se sumará al programa de la OTAN sin imponer condiciones, no aclarando la fecha en que se suscribirá al esquema de asociación.

Asimismo GRACHOV informó que MOSCU ya ha elaborado el documento que quiere firmar con la OTAN y lo presentará a la alianza, añadiendo que el documento marco de la Asociación para la Paz no precisa "los principios y los temas de la cooperación" entre la OTAN y RUSIA.

9406475

COPIA Nº 11

Por otra parte, el Ministro ruso confirmó que la nueva doctrina de MOSCU, definida en diciembre del 1993 por el gobierno, es substancialmente "defensiva".

Cabe destacar que hasta ahora 18 naciones se incorporaron al proyecto, que les permitirá participar por primera vez en ejercicios militares y operaciones de mantenimiento de paz y otras actividades de la OTAN.

CONCLUSIONES

Con el ofrecimiento de una "asociación especial" a RUSIA, la OTAN intenta así superar las objeciones de MOSCU a incorporarse al nuevo programa de cooperación militar.

9406475

A N E X O "A L F A"

HECHOS SUBVERSIVOS Y TERRORISTAS

COPIA Nº

16-05-94	PERU	- Senderistas perpetraron atentados dinamiteros en LIMA, causando daños materiales de consideración y convocaron a un paro armado para el día de la fecha en LIMA y EL CALLAO, para recordar el 14º aniversario del comienzo de su lucha armada.
17-05-94	MEDIO ORIENTE	- Dos colonos israelíes fallecieron como consecuencia de un atentado perpetrado por el brazo armado de HAMAS en HEBRON.
	TURQUIA	- Como consecuencia de un ataque del PARTIDO DE LOS TRABAJADORES DEL KURDISTAN contra una patrulla de gendarmes en ARGALI, fallecieron cinco gendarmes.
18-05-94	GRECIA	- Continuando una ola de ataques que inició el 11 de abril pasado, el grupo 17 DE NOVIEMBRE realizó un atentado con lanzagranadas contra las oficinas de la IBM en ATENAS.
	IRLANDA	- Un atentado protestante contra una oficina de taximetros de ARMAGH, arrojó un saldo de un muerto y dos personas heridas.
19-05-94	ARGELIA	- Terroristas integristas atacaron un ómnibus que transportaba a 25 rusos que trabajan en un central termoeléctrica, resultando tres de ellos muertos y cinco heridos. Once argelinos que escoltaban el ómnibus resultaron muertos. El atentado se produjo en YIVEL.

	EL SALVADOR	- Un nuevo atentado fue perpetrado contra la ex Comandante del FMLN MARIA MARTA VALLADARES, por parte de cuatro desconocidos, resultando la misma ilesa al no encontrarse en el vehículo contra el cual se cometió el mismo.
20-05-94	MEDIO ORIENTE	- El JIHAD ISLAMICO PALESTINO asesinó a dos soldados israelíes en un atentado que perpetró en GAZA y el FRENTE DEMOCRATICO PARA LA LIBERACION DE PALESTINA realizó otro atentado en el Sur de la región resultando dos colonos heridos. HAMAS perpetró un atentado contra un puesto de control israelí en la región de GAZA, matando a dos reservistas.
23-05-94	ESPAÑA	- La ETA perpetró un atentado en MADRID, mediante la modalidad de una bomba explosiva colocada en el auto de un Teniente del Arma de Ingenieros, resultando el antes mencionado muerto.
	GRAN BRETAÑA	- Miembros de FUERZAS DE VOLUNTARIOS DEL ULSTER perpetraron dos atentados resultando una persona muerta y cuatro heridos, los mismos se registraron en BELFAST. Integrantes del IRA perpetraron un atentado contra un campamento militar en LONDONBERRY, resultando un guardia herido.
	COLOMBIA	- Cinco policías resultaron muertos y varios heridos como consecuencia de un atentado perpetrado por guerrilleros, desconociéndose a que grupo subversivo pertenecían los mismos. El atentado se produjo en MEDELLIN.

COPIA Nº 14

24-05-94	ITALIA	- Un grupo de neonazis atacó a personas que se encontraban en un centro social en ROMA, resultando dos personas heridas.
29-05-94	MEDIO ORIENTE	- El día 25, HAMAS secuestró a tres palestinos colaboracionistas, dos de ellos aparecieron muertos el día 27. El Jefe de la Policía palestina exigió al grupo que entregue al tercer secuestrado.
	ESPAÑA	- La ETA hizo estallar dos bombas en las cercanías de la localidad vasca de BILBAO, resultando tres personas heridas.
	COLOMBIA	- Se registraron tres acciones guerrilleras, 24 horas antes de la realización de los comicios electorales, resultando seis muertos (guerrilleros y militares). Las acciones se registraron en diversas regiones del país.
30-05-94	JAPON	- MASAKATSU NOZOE, militante del movimiento de extrema derecha GRAN VIENTO, intentó asesinar al ex Premier HOSOKANA mediante un disparo, resultando este último ileso.
	EEUU	- El líder negro del MOVIMIENTO NACION DEL ISLAM, KHALID ABDUL MUHAMMAD, fue objeto de un atentado en la Universidad de CALIFORNIA, resultando el mismo herido.
31-05-94	NICARAGUA	- Grupos armados realizaron acciones en el norte y centro del país resultando, como consecuencia de las mismas, diez personas muertas y dos heridas. Se desconoce si los grupos son "recontras" o "recompas".

COPIA Nº 15

01-06-94	ESPAÑA	- Dos integrantes de la ETA asesinaron a quemarropa al Gral. de Brigada JUAN JOSE HERNANDEZ ROVIRA, en el centro de MADRID.
	ECUADOR	- El grupo SOL ROJO, de tendencia maoísta, realizó un atentado dinamitero la pasada semana contra una planta procesadora de agua potable, que dejó desabastecido al Norte de QUITO.

CONFORME:

POR EL JEFE DEL DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

C/C (CG)

Julio Ambrosoni

CONFORME:

EL SUB-DIRECTOR DE EXTERIOR

C/N (CG)

Juan Herrera

VoBo:

EL DIRECTOR DE LA D.G.I.D.

C/A

M O L L

17-17 9406475

Nº DOCUMENTO 9406476

TITULO ESTRUCTURA Y ACTIVIDADES DE LA ASOCIACION EL "PATRIARCA" - ENGELMAJER

PROCEDENCIA SIDE (ARGENTINA)

FECHA DE ... 15.6.94

VINCULACIONES 111...

[illegible]

[illegible]

[illegible] 66960

507466

10134

10001

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

01-04

9406476

TOXICOMANIA
INFORMACION
REHABILITACION
FORMACION PROFESIONAL
ACCION SOCIAL

ASOCIACION
L. J. ENGELMAJER

DIRECCION NACIONAL URUGUAY:
RINCON DE MELILLA, CNO. DE LOS
PIRINCHOS 1257 - MONTEVIDEO

SEDE URBANA:
MERCEDES 1382
TELEFONO: (5982) 91 39 12
MONTEVIDEO

02

9406476

"ESTRUCTURA Y ACTIVIDADES DE LA ASOCIACION EL PATRIARCA":

LA "ASOCIACION EL PATRIARCA", HABRIA SIDO FUNDADA EN 1972 POR LUCIEN J. ENGELMARJER, DE NACIONALIDAD FRANCESA.

LOS OBJETIVOS DE LA ORGANIZACION SERIAN LA REHABILITACION DE TOXICOMANOS Y LA LUCHA CONTRA LA DROGADICCION, CONTANDO PARA TALES FINES CON UNA DIRECCION INTERNACIONAL SITUADA EN LA CIUDAD DE VALENCIA (ESPAÑA), EN LA CALLE MAESTRO PALAU 9 (46100 BURJASSOT), ADEMAS DE VARIOS CENTROS LOCALIZADOS EN FRANCIA, ITALIA, PORTUGAL, ALEMANIA, BELGICA, IRLANDA, SUIZA, ISRAEL, EE.UU. Y MEXICO.

SEGUN LA ULTIMA INFORMACION DISPONIBLE, LOS MIEMBROS DE LA JUNTA DIRECTIVA, SERIAN LOS SIGUIENTES:

PRESIDENTE DE HONOR: LUCIEN J. ENGELMARJER
PRESIDENTE: MONTSERRAT RAFEL
VICEPRESIDENTE: DOLORES JUAN
VICESECRETARIA: INMACULADA PEREZ
CONTABLE: JOSE LOPEZ
TESORERO: MARIA FERNANDEZ
VOCALES: LUCIEN J. ENGELMARJER
AMPARO ENGELMARJER
ELSA ENGELMARJER
FRANCOIS ENGELMARJER
JEAN IVES LEGARREC
MICHAEL COSTILL
FERNANDO MUÑIZ
BEGONIA FERNANDEZ
RENE LEGROS

(Poco Legible)

EL SR. LUCIEN J. ENGELMARJER HABRIA PUBLICADO DOS LIBROS TITULADOS "LA ESPERANZA EN ACCION " (1985) Y "LA ESPERANZA A LA LUCHA, LA ESPERANZA ACUSA" (1989). POR SU PARTE, LA ASOCIACION EDITRIA EN FRANCIA EL SEMANARIO "ANTITOX" Y "LE JOURNAL DE L'ADDEPOS".

ASIMISMO, SE HA TENIDO CONOCIMIENTO DE QUE, ADEMAS DE SU ACTIVIDAD PUBLICA, LA ORGANIZACION OPERARIA BAJO LAS CARACTERISTICAS DE UNA SECTA, YA QUE LOS PACIENTES SE INTEGRARIAN A UNA DENOMINADA "COMUNIDAD DE VIDA", CUYO

ACCIONAR SERIA EL SIGUIENTE:

a. TRASLADO DE LOS INDIVIDUOS DE SUS PAISES DE ORIGEN A OTROS, A FIN DE REALIZAR LA REHABILITACION.

b. ACEPTACION DE LA AUTORIDAD DEL "PATRIARCA", POR PARTE DE LOS SUJETOS BAJO TRATAMIENTO.

c. TRANSFERENCIA DE BIENES DE LOS EVENTUALES PACIENTES A FAVOR DE LA ORGANIZACION.

SE PRESUME QUE LA CANTIDAD DE PACIENTES OSCILARIA ENTRE LOS 20.000 Y 30.000 INDIVIDUOS APROXIMADAMENTE.

CABE CONSIGNAR QUE EN MAR90, LA VOCAL DE LA JUNTA DIRECTIVA, BEGONIA FERNANDEZ GARCIA Y LOS MIEMBROS DE LA ORGANIZACION JOSE LUIS CABEZA IGLESIA Y CARLOS MARTIN GONZALEZ, HABRIAN SIDO DENUNCIADOS ANTE LA DIRECCION DE LA JUVENTUD DEL GOBIERNO DE LAS ISLAS BALEARES, POR DOS PACIENTES DE NACIONALIDAD ITALIANA, POR LO CUAL SE HALLARIAN PROCESADOS BAJO LOS CARGOS DE PRIVACION ILEGAL DE LA LIBERTAD, COACCION Y ATENTADO A LA INTIMIDAD.

ADEMAS DE ESTAS ACTUACIONES JUDICIALES, LA ORGANIZACION HABRIA ESTABLECIDO LOS SIGUIENTES CONTACTOS:

- EN LA PROVINCIA DE SALTA, LA ASOCIACION HABRIA SOLICITADO LA DONACION DE TIERRAS FISCALES PARA FUNDAR UN CENTRO DE REHABILITACION, CON EL COMPROMISO DE ADQUIRIR UNA CANTIDAD DE TIERRA EQUIVALENTE A LA DONADA. HASTA EL PRESENTE, ESTA NEGOCIACION NO HABRIA PROSPERADO.

- EN LA CIUDAD DE MAR DEL PLATA (PROVINCIA DE BS. AS.), SE ESTARIAN REALIZANDO TRATATIVAS CON EL OBISPADO LOCAL, A FIN DE INSTALAR UN ESTABLECIMIENTO CON UNA CAPACIDAD DE 200 CAMAS, EN UN LUGAR A DESIGNAR POR LA AUTORIDAD ECLESIASTICA, CON EL COMPROMISO DE ESTA DE PATROCINARLO.

EN EL ORDEN ECONOMICO-FINANCIERO, SE HA TENIDO CONOCIMIENTO DE QUE LA TRANSFERENCIA DE BIENES DE LOS PACIENTES A FAVOR DE LA ASOCIACION, PRODUCIRIA UNA FLUIDA DISPONIBILIDAD DE FONDOS, QUE SE DESTINARIAN A SOLVENTAR EL FUNCIONAMIENTO DE LA MISMA Y AL PAGO DE EVENTUALES COMISIONES, CON EL OBJETIVO DE AGILIZAR LAS GESTIONES OFICIALES.

Nº. DOCUMENTO 9406477

TITULO Mitín de protesta en Sarajevo, contra la guerra de Bosnia.

PROCEDENCIA País

FECHA DE 2/5/94

VINCULACIONES 11876

507697

11103

■ SARAJEVO y Moscú (EFE y AP).— El 1º de mayo fue conmemorado en varias capitales y ciudades reclamando los gremios reunidos empleos y mejores salarios una receta que viene del siglo pero que se mantiene firme y fresca porque se trata del anhelo de todos los que viven del trabajo.

Como nota destacada en la capital de Bosnia, Sarajevo, sindicalistas de varias partes del mundo realizaron una concentración de protesta por la guerra en ese país.

■ Unas 10.000 personas participaron en el centro de Sarajevo, en un mitin de protesta contra la guerra, organizado por fuerzas sindicales internacionales con motivo del 1º de mayo, a 50 metros del lugar en que ocurrió la matanza de civiles que hacían la cola para comprar pan el 27 de mayo de 1992.

El mitin fue organizado por los sindicatos bosnios, la Confederación de Sindicatos Europeos, la Confederación Internacional de Sindicatos, y la Confederación Mundial del Trabajo.

Los sindicalistas participantes en el acto de Sarajevo condenaron en un manifiesto la "acción nacionalista y criminal contra la Bosnia soberana" y pidieron una paz justa.

En esa reunión sindical abundaron las canciones y temas políticos y las tres organizaciones sindicales internacionales coincidieron en calificar la guerra de Bosnia de "agresión criminal de las fuerzas nacionalistas contra un país soberano".

"Aquellos que firman la tregua con una mano y disparan con la otra contra los negociadores merecen ser sometidos a la réplica del uso legítimo de la fuerza", manifestó en la reunión de protesta en Sarajevo Emilio Gadaglio, secretario general de la Confederación de Sindicatos Europeos.

■ "Esta guerra es un verdadero crimen contra la humanidad, pero la comunidad internacional tiene la culpa", declaró por su parte Enzo Frizo, secretario general de la Confederacion Internacional de Sindicatos Libres.

Frizo añadió que estas organizaciones internacionales presionarán a los Gobiernos de sus respectivos países y a la ONU para conseguir la paz definitiva en Bosnia-Herzegovina.

Carlos Huser, secretario general de la Confederación Mundial del Trabajo, manifestó que "los ejemplos de Sarajevo, Mustar, Gorazde, Tuzla y otras ciudades bosnias demuestran hoy que todavía hay que pagar con vidas humanas la libertad, la paz y la tolerancia".

"Los políticos del mundo no debieron dejar a un país y a sus habitantes a merced de sus agresores", manifestó el musulmán Ejup Ganic, vicepresidente de la Presidencia bosnia, quien tomó también la palabra en la manifestación.

Ganic agregó que aquellos que imposibilitaron la defensa de Gorazde y otras ciudades asediadas de Bosnia son cómplices del crimen.

■ Más de 10.000 manifestantes que portaban banderas rojas soviéticas y coreaban lemas afines aprovecharon hoy la celebración del Día del Trabajo para reclamar una renovada lucha contra el presidente Boris Yeltsin y sus políticas.

Entre las [illegible] coreadas por los opositores se escuchaba "¡Camaradas, sean valientes: Echen a Yeltsin de patitas en la calle!" mientras se desarrollaba una de las mayores concentraciones en lo que va del año, una de las tres llevadas a cabo hoy en Moscú.

También hubo actos públicos en Kiev, Erevan, y otras capitales nacionales en la ex Unión Soviética.

Las marchas y manifestacione en esta capital, todas de tono pacífico, tenían lugar un año después de los violentos choques entre policías y manifestantes, que dejaron un agente muerto y decenas de lesionados.

"¡No al sangriento régimen de Yeltsin y sus compinches!", decía una pancarta llevada durante la marcha realizada hacia la que fuera la Plaza Octubre, mientras por altoparlantes se escuchaban canciones patrióticas de la época soviética. También se veían banderas negras de los anarquistas ondeando junto con otras de la era zarista y las rojas del ex régimen soviético.

■ Asimismo, habían quienes portaban retratos de Vladimir Lenin, Josef Stalin, e incluso imágenes de Jesucristo.

En una manifestación anterior que atrajo a 4.000 personas, los oradores prometieron unirse "como un puño" para obligar al gobierno a escuchar las demandas de los trabajadores.

El Día del Trabajo coincidió este año con la fecha de la Pascua Ortodoxa, y funcionarios eclesiáticos y del gobierno habían pedido a la ciudadanía que evitaran conflictos e incidentes de violencia. Miles de refuerzos policiales fueron traídos a esta capital en caso de necesidad, aunque los agentes se limitaban a observar a los manifestantes.

Muchos oradores denunciaron a Yeltsin por haber desbaratado el anterior Parlamento antes de fines de 1993, y por haber enviado tanques para expulsar a legisladores doctrinarios y sus adherentes de la sede del parlamento conocida como la Casa Blanca, luego que en las calles estallaran violentos enfrentamientos.

"Rusia no olvidará a sus héroes" [illegible] de los muchos carteles con lemas contra Yeltsin.

Por su parte, dirigentes comunistas exhortaban a los manifestantes a volver a reunirse el 9 de mayo, para conmemorar el Día de la Victoria, que fuera uno de los feriados más importantes en la ex Unión Soviética.

Entre los oradores figuraron el jefe del Partido Comunista, Guenady Zyuganov, el ex presidente del Parlamento soviético, Anatoly Lukyanov; y representantes comunistas procedentes de Estados [illegible] Grecia, y otros países.

01-01

9406477

Nº. DOCUMENTO 9406478
TITULO Posible crisis en Posavina (norte de Bosnia)
PROCEDENCIA La Rep.
FECHA DE F. 3/5/94
VINCULACIONES 11876
507697
11833
501889
65658
507696

Posavina se convertiría en el próximo "punto caliente de la ex Yugoslavia"

Orasje, Bosnia Herzegovina (IPS)
por Laura Pitter

Las heridas de la ofensiva bosnio serbia contra Gorazde apenas han comenzado a sanar, pero ya parece cernirse una crisis similar sobre un estratégico corredor que abastece a los serbios.

Funcionarios de la ONU y diplomáticos advirtieron que los bosnio serbios trasladaron una brigada de infantería y tanques hacia lo que se conoce como corredor de Posavina, norte de país.

Esta angosta pero vital franja de tierra une un extenso territorio bajo control serbio en Bosnia Herzegovina y Croacia con la República de Serbia.

Según un observador internacional tres brigadas bosnio serbias ya se encontraban en la zona desde antes, y analistas militares temen que el nuevo despliegue de sus unidades militares sea la preparación de otra ofensiva destinada a ampliar ese corredor.

El corredor de Posavina es un punto muy sensible para los bosnio serbios y "si se cierra tendrán un tremendo problema logístico", opinó.

Las fuerzas bosnio croatas controlan una pequeña extensión de territorio de Orasje al norte del corredor, mientras el gobierno bosnio —dirigido por los musulmanes— controla una parte al sur, desde Tuzla.

Al sureste se encuentra Brcko, una ciuda bajo control serbio que constituye la parte más angosta del corredor, con únicamente 4,8 quilómetros de ancho.

Aunque el corredor se encuentra al alcance de la artillería y de los francotiradores de las fuerzas croata musulmanas, éstas no han atacado por temor a represalias del indudablemente más grande ejército bosnio serbio, según fuentes militares croatas.

La zona ha permanecido en calma relativa durante los últimos meses, pero la semana pasada los serbios dispararon desde Brcko cerca de 5.000 proyectiles contra las posiciones musulmanas al sur.

Los bosnio serbios sostienen que únicamente están concentrando sus fuerzas en la zona para defenderse de una supuesta ofensiva conjunta croata musulmana desde Tuzla y Orasje, destinada a cortar el estratégico corredor.

Milovan Milutinovic, vocero del ejército bosnio serbio, afirmó la semana pasada que "más de 100 mil soldados enemigos se están preparando para una ofensiva contra el área situada entre Doboj y Brcko".

"Cortar el corredor sería como la operación final de esta guerra, pero hacerlo ahora sería equivalente a una declaración de guerra contra Serbia", manifestó.

Para evitar tantos objetivos de largo plazo de los croatas y musulmanes como los eventuales de corto plazo de los serbios con la intención de ampliar el corredor, la ONU analiza la posibilidad de declarar el área que rodea a Brcko una "zona protegida".

"Estamos muy preocupados, tanto los serbios como los musulmanes y croatas tienen sus ojos puestos en el corredor", admitió un alto funcionario del organismo mundial.

01-61
9406478

N°. DOCUMENTO 9406479
TITULO Karadzic acusó a EE.UU, ONU y OTAN de "no ser imparciales"
PROCEDENCIA Rep.
FECHA DE P. 3/5/94
VINCULACION 11876
507697
501889
508062
65890
11164.

Acusó a la ONU, a la OTAN y a los negociadores de paz de "no ser imparciales"

Karadzic advierte que EEUU "corre riesgo de caer en un nuevo Vietnam"

El líder serbio bosnio Radovan Karadzic advirtió a Estados Unidos que está corriendo el peligro de caer "en un nuevo Vietnam" en la ex Yugoslavia.

Belgrado (ANSA)

■ Las declaraciones de Karadzic se conocieron mientras en las cercanías de Brcko (en el norte de Bosnia) las tres partes en guerra (croatas, serbios y bosnios) están concentrando sus tropas.

Karadzic, en una declaración difundida en Belgrado afirmó que "Estados Unidos, obrando como obra —presionando a la OTAN— está al borde de una participación directa en la guerra civil de Bosnia".

El líder serbio bosnio se pronunció también sobre la ONU, la OTAN y los negociadores de paz, acusando a todos de "no ser imparciales" ni neutrales y observando que "todas las decisiones principales de la comunidad internacional se adoptaron en base a la propaganda y a las falsas informaciones de los musulmanes".

La ONU, temiendo que en la zona de Brcko las tres partes en guerra finalmente choquen entre sí, afirmó que "tiene la intención de desplegar observadores militares en esa parte del territorio bosnio".

"Se nos ha señalado que serbios, croatas y musulmanes están concentrando sus tropas en esa zona, declaró un funcionario de la ONU".

"Estamos verdaderamente preocupados, añadió, y queremos enviar observadores militares en los próximos días". Francia propuso ayer que en las zonas bajo protección de las Naciones Unidas (Gorazde, Sarajevo, Zepa, Bihac, Tuzla y Srebrenica) se incluya a Brcko —en poder serbio—, que para los serbio bosnios representa un corredor vital, que enlaza la parte este con la oeste de la República serbio bosnia.

Ante esta propuesta, Karadzic reaccionó categórico:

"No aceptaremos ningún cambio en el 'status' de la ciudad que para nosotros es de interés vital", añadiendo que "nadie espere nada a este respecto".

Francotiradores musulmanes mataron ayer por la mañana a un soldado serbio y además, según la agencia serbia SRNA arrojaron tres granadas sobre la capital bosnia junto al puente de Grbavica, que une a las dos partes de Sarajevo.

El resquebrajamiento del alto al fuego en la capital bosnia, la violación de los términos del ultimátum de la OTAN impuesto a las zonas bajo su protección (el alejamiento de armas y de tropas de 3 a 20 quilómetros del centro de Gorazde), al igual que el aumento de la tensión en casi toda la República ex yugoslava está llevando a las Naciones Unidas a acelerar su acción diplomática para lograr que los beligerantes vuelvan a la mesa de negociaciones. El plenipotenciario de la ONU, Yasushi Akashi, llegará hoy a Sarajevo, 48 horas antes del tiempo previsto para el arribo de los miembros estadounidenses, europeos y rusos del llamado "grupo de contacto", que desde el jueves pasado está tratando de restablecer el diálogo entre el gobierno bosnio y los líderes serbios de Bosnia.

Si embargo, la premisas para que el diálogo pueda reanudarse entre Sarajevo y Pale (la ciudadela de los serbio bosnios) no son alentadoras, a juzgar por las declaraciones de Karadzic, que considera que los negociadores "no son neutrales" y que teme que la internacionalización de Brcko, sea una especie de caballo de Troya, que da la victoria a los musulmanes sin haber movido un dedo y prive a la República serbio bosnia de un corredor vital.

01-01

9406479

N°. DOCUMENTO 9406479
TITULO Karadzic acusó a EE.UU, ONU y OTAN de "no ser imparciales".
PROCEDENCIA Rep.
FECHA DE 3/5/94
VINCULACIONES 11876
507697
501889
508062
65890
11164

Acusó a la ONU, a la OTAN y a los negociadores de paz de "no ser imparciales"

Karadzic advierte que EEUU "corre riesgo de caer en un nuevo Vietnam"

El líder serbio bosnio Radovan Karadzic advirtió a Estados Unidos que está corriendo el peligro de caer "en un nuevo Vietnam" en la ex Yugoslavia.

Belgrado (ANSA)

■ Las declaraciones de Karadzic se conocieron mientras en las cercanías de Brcko (en el norte de Bosnia) las tres partes en guerra (croatas, serbios y bosnios) están concentrando sus tropas.

Karadzic, en una declaración difundida en Belgrado afirmó que "Estados Unidos, obrando como obra —presionando a la OTAN— está al borde de una participación directa en la guerra civil de Bosnia".

El líder serbio bosnio se pronunció también sobre la ONU, la OTAN y los negociadores de paz, acusando a todos de "no ser imparciales" ni neutrales y observando que "todas las decisiones principales de la comunidad internacional se adoptaron en base a la propaganda y a las falsas informaciones de los musulmanes".

La ONU, temiendo que en la zona de Brcko las tres partes en guerra finalmente choquen entre sí, afirmó que "tiene la intención de desplegar observadores militares en esa parte del territorio bosnio".

"Se nos ha señalado que serbios, croatas y musulmanes están concentrando sus tropas en esa zona, declaró un funcionario de la ONU".

"Estamos verdaderamente preocupados, añadió, y queremos enviar observadores militares en los próximos días". Francia propuso ayer que en las zonas bajo protección de las Naciones Unidas (Gorazde, Sarajevo, Zepa, Bihac, Tuzla y Srebrenica) se incluya a Brcko —en poder serbio—, que para los serbio bosnios representa un corredor vital, que enlaza la parte este con la oeste de la República serbio bosnia.

Ante esta propuesta, Karadzic reaccionó categórico:

"No aceptaremos ningún cambio en el 'status' de la ciudad que para nosotros es de interés vital", añadiendo que "nadie espere nada a este respecto".

Francotiradores musulmanes mataron ayer por la mañana a un soldado serbio y además, según la agencia serbia SRNA arrojaron tres granadas sobre la capital bosnia junto al puente de Grbavica, que une a las dos partes de Sarajevo.

El resquebrajamiento del alto al fuego en la capital bosnia, la violación de los términos del ultimátum de la OTAN impuesto a las zonas bajo su protección (el alejamiento de armas y de tropas de 3 a 20 quilómetros del centro de Gorazde), al igual que el aumento de la tensión en casi toda la República ex yugoslava está llevando a las Naciones Unidas a acelerar su acción diplomática para lograr que los beligerantes vuelvan a la mesa de negociaciones. El plenipotenciario de la ONU, Yasushi Akashi, llegará hoy a Sarajevo, 48 horas antes del tiempo previsto para el arribo de los miembros estadounidenses, europeos y rusos del llamado "grupo de contacto", que desde el jueves pasado está tratando de restablecer el diálogo entre el gobierno bosnio y los líderes serbios de Bosnia.

Si embargo, la premisas para que el diálogo pueda reanudarse entre Sarajevo y Pale (la ciudadela de los serbio bosnios) no son alentadoras, a juzgar por las declaraciones de Karadzic, que considera que los negociadores "no son neutrales" y que teme que la internacionalización de Brcko, sea una especie de caballo de Troya, que da la victoria a los musulmanes sin haber movido un dedo y prive a la República serbio bosnia de un corredor vital.

01-01

9406479

Nº. DOCUMENTO 9406480
TITULO Ejército bosnio bombardea Brcko, ONU envía observadores.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE F 5/5/94
VINCULACIONES 11876
507697
501889
11164
11833

El poblado, ubicado a 180 quilómetros de Sarajevo y controlado por los serbios, es considerado como el próximo punto clave de la guerra en Bosnia

La ONU envía observadores a Brcko

*** El líder serbio Radovan Karadzic considera la misión como una "medida preventiva"**

Observadores militares de Naciones Unidas se desplegarán cerca del poblado de Brcko, controlado por los serbios bosnios, en una actitud que intenta prevenir un gran conflicto en el área.

Belgrado (IPS)
por Vesna Peric Zimonjic

El enviado especial de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), Yashushi Akashi, y el líder serbio bosnio Radovan Karadzic acordaron el envío de los observadores.

Aún no se sabe el número de efectivos que se desplegará en Brcko, un área de gran importancia estratégica para los serbios.

Antes del acuerdo las tropas serbio bosnias realizaron amplios movimientos en el área norte de Serbia, cerca del corredor de Posavina, que constituye su principal ruta de aprovisionamiento.

Aunque los serbios afirman que sus movimientos procuran proteger la ruta, se teme que la llegada de nuevos elementos de infantería y tanques tenga por objetivo el ensanchamiento del corredor.

Los observadores internacionales señalaron que los serbios siempre justificaron los movimientos de sus tropas anteriores a sus ataques como medidas "de protección" que luego demostraron ser ofensivas.

El corredor de Posavina es una franja estrecha pero de vital importancia que une vastos territorios de Bosnia y Croacia controlados por los serbios y Serbia propiamente dicha.

Las fuerzas croato bosnias controlan una pequeña porción de territorio en Orasje, al norte del corredor, y las tropas del gobierno bosnio musulmán controlan territorios al sur de Tuzla. Justo al sudeste se encuentra la localidad de Brcko, donde está la parte más estrecha del corredor, de cinco quilómetros.

Karadzic dijo a los periodistas que considera el envío de observadores de la ONU como "una medida preventiva".

El líder serbio bosnio añadió que podría proclamar un cese del fuego unilateral para prevenir una crisis mayor.



El líder de los serbios, Radovan Karadzic, aprobó el envío de observadores de la ONU al poblado de Brcko. (Telefoto de archivo de AFP)

Los analistas internacionales señalan a Brcko como el próximo punto clave de la guerra en Bosnia.

Brcko, muy cercano al corredor de Posavina, se encuentra en la margen sur del río Sava, a unos 180 quilómetros al norte de la capital bosnia de Sarajevo y a unos 150 quilómetros al oeste de la capital serbia de Belgrado.

Al otro lado del río Sava y 100 quilómetros al norte se encuentra la República de Croacia. Todo el tráfico que se dirige desde el este de Bosnia o Serbia al oeste de Bosnia o a Krajina debe pasar por el corredor, a corta distancia de la artillería croata.

Al sur de Brcko —algunos analistas sostienen que cuatro quilómetros al sur—, las tropas del gobierno bosnio están en sus posiciones y tienen fluidas conexiones con Tuzla, 50 quilómetros al sur y bajo su control.

Brcko estuvo bajo control de los serbios bosnios desde las primeras etapas de la guerra en Bosnia, en mayo de 1992.

Según el último censo federal en la extinta Yugoslavia, los serbios son minoría en Brcko y sus alrededores. Constituyen 20,8 por ciento de sus 87.000 habitantes. Musulmanes y croatas son 44,4 y 25,4 por ciento respectivamente.

Los habitantes censados se autodefinieron como "yugoslavos", indicando que provienen de matrimonios mezclados.

Declaraciones del gobierno bosnio en Sarajevo acusan a los serbio bosnios de "transferir la crisis de un lado a otro de Bosnia".

El primer ministro francés, Alain Juppe y su similar bosnio, Haris Silajdzic, propusieron que Brcko sea considerado otra zona de seguridad en Bosnia, como las ya existentes en Sarajevo, Gorazde, Srebrenica, Zepa, Tuzla y Bihac.

Pero Karadzic se opuso radicalmente a la propuesta, y declaró este martes que no aceptará "ningún cambio" en la situación de Brcko, ya que junto con el corredor de Posavina "son de vital importancia para la nación serbia".

Mientras tanto, el gobierno alemán anunció que su primer embajador en Bosnia, Johannes Preisinger, llegaría a Sarajevo este miércoles.

El ministro de Relaciones Exteriores alemán dijo que la decisión constituye una "nueva señal" en el camino hacia la paz y la estabilidad en Bosnia Herzegovina.

El ejército bosnio bombardea Brcko

Sarajevo (UPI)
por Daniel J. Yovich

El Ejército del gobierno musulmán bosnio bombardeó ayer el centro de la ciudad de Brcko, matando tres civiles e hiriendo otros 13, informó un vocero militar de las Naciones Unidas (ONU).

"Tenemos informes de nuestros observadores militares de las Naciones Unidas que edificios de apartamentos del Estado fueron blanco del ataque", afirmó el vocero de la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor), mayor Dacre Holloway.

"El ataque se efectuó mientras líderes serbio-bosnios se reunían en la ciudad, pero aún desconocemos lo que eso significará".

Inicialmente trascendió que los proyectiles fueron morteros de 12 milímetros, sostuvo Holloway.

En Zagreb, un vocero de la ONU dijo que entre las víctimas de Brcko había una mujer embarazada y dos niños.

Holloway afirmó que los ejércitos serbio-bosnio y del gobierno musulmán reforzaron sus posiciones en la región, localizadas a unos 220 quilómetros al norte de la capital bosnia en Sarajevo.

Brcko constituye un corredor de 7 quilómetros de gran importancia para los serbio-bosnios para el reabastecimiento de áreas bajo su control en la tercera parte del norte de Bosnia-Herzegovina, según Holloway.

El área es vulnerable a ataques croatas en la parte norte del Río Sava y a ataques en el sur por los musulmanes, que quieren cortar ese paso, mientras que los serbios tratan de ampliarlo.

La semana pasada, el Consejo de Seguridad de la ONU ordenó a todas las partes beligerantes refrenar sus acciones ofensivas y amenazó con "serias consecuencias" si la lucha se renueva a lo largo del corredor controlado por los serbios.

En otra parte de Bosnia-Herzegovina se informó de dos explosiones en la línea de confrontación cerca del cementerio judío en Sarajevo.

No se pudo obtener detalles acerca de víctimas o daños, según el vocero de la Unprofor, comandante Eric Chaperon.

9406480

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406481
TITULO Vuelos de ayuda suspendidos por ataques a aviones en Sarajevo.
PROCEDENCIA País
FECHA DE 5/5/94
VINCULACION 11876
507697
501889
11164

Bosnia: Vuelos de Avión se Interrumpen por Ataque

SARAJEVO, (AP).— Los vuelos de ayuda fueron suspendidos hoy después de que dos aviones fueron alcanzados por fuego de artillería en tierra en Sarajevo, mientras que efectivos de paz investigan dos explosiones aparentemente provenientes de tanques, que habrían violado el cese del fuego.

Se ha cumplido en gran medida un cese del fuego desde hace dos meses en Sarajevo, pero funcionarios de las Naciones Unidas advirtieron un reciente aumento de las violaciones al ultimátum lanzado por la organización que exigía a los serbios retirar sus armas pesadas, incluidos los tanques, a 20 kilómetros de la ciudad.

Un avión alemán que llevaba suministros de la ONU y al nuevo embajador alemán en Bosnia, Johannes Preisinger, fue alcanzado por tres ráfagas de armas pequeñas en el aeropuerto de Sarajevo, dijo un funcionario de la ONU inmediatamente después del incidente.

Pero el portavoz de la ONU Kris Janowski dijo posteriormente que el avión alemán fue alcanzado por cinco disparos, mientras que un avión Ilyushin-76, que volaba para la fundación estadounidense Soros, fue alcanzado por un disparo de arma pequeña.

Funcionarios de la ONU dijeron que no hubo heridos ni daños graves. NO quedó claro quien lanzó los disparos.

El mayor Dacre Holloway, vocero de la organización, dijo que el aeropuerto de Sarajevo había sido cerrado a los vuelos de ayuda debido a los ataques. Luego del segundo incidente, el aeropuerto fue también cerrado a vuelos de la Fuerza de Protección de la ONU, y no quedó claro si sería reabierto mañana.

Entretanto, el general serbio bosnio Monajlo Milovanovic habría dicho que suspenderían el cese del fuego si la ONU no deja de apoyar el supuesto apoyo militar a los musulmanes.

Acusó a la fuerza de las Naciones Unidas de permitir el despliegue de 10.000 soldados musulmanes de Sarajevo cerca de la estratégica zona del monte Igman.

01-01

9406481

Nº. DOCUMENTO 9406482
TITULO Los serbio-bosnios no negociarán si la ONU no suspende las sanciones contra Yugoslavia.
PROCEDENCIA I. Mañana
FECHA DE 5/5/94
VINCULACION 11876
507697
501889
11879

Serbios bosnios no negociarán si ONU no suspende sanciones

El líder de los serbios-bosnios advirtió ayer que no participarán en una nueva conferencia sobre la paz en Bosnia-Herzegovina si no se suprimen antes las sanciones de la ONU contra Yugoslavia (Serbia y Montenegro).

BELGRADO/ANSA y EFE

"La comunidad internacional tiene que decir con claridad si le es más importante lograr la paz o mantener las sanciones (contra Yugoslavia)", dijo el líder serbio-bosnio Radovan Karadzic tras reunirse con el Vicecanciller británico Douglas Hogg.

El enviado del Primer Ministro, John Mayor, está cumpliendo una intensa misión diplomática en la ex Yugoslavia, que comenzó el martes en Sarajevo y siguió, ayer, en Belgrado, desde donde partió, anoche hacia Zagreb.

Karadzic insistió que los serbios bosnios están dispuestos a seguir negociando la paz y se reunirán con tal fin hoy con el Grupo de Contacto -integrado por representantes de la Unión Europea, la ONU, EE.UU. y Rusia- pero se mostró "reservado" sobre las competencias y la flexibilidad negociadora del mismo.

Durante su visita a Belgrado, el Vicecanciller Hogg descartó la posibilidad de que se supriman las sanciones contra Yugoslavia "mientras no se logre un acuerdo de paz para Bosnia".

Desde hace dos años, Yugoslavia está sometida a un embargo político y económico de la ONU por su responsabilidad en la guerra de Bosnia

En lo que respecta a Brcko, ciudad del nordeste de Bosnia bajo control de las fuerzas serbio bosnias, Karadzic reiteró su oferta de tregua unilateral que propuso aceptase también la parte musulmana, pero rechazó la posibilidad de que se declare allí una nueva "zona segura" de la ONU.

Milosevic acusa

El Vicecanciller Hogg se reunió también ayer con el Presidente serbio, Slobodan Milosevic, quien acusó a la Unión Europea, a la ONU y a EE.UU. de haber prolongado la guerra en Bosnia al favorecer a la mayoría musulmana.

Milosevic consideró que "la comunidad internacional no podrá desempeñar un papel positivo en la crisis yugoslava hasta que no reconozca la verdad y siga acusando a Serbia de la agresión, mientras estimule el integrismo y siga violando la Carta de la ONU con sanciones contra el pueblo serbio".

Según se informó, el Presidente serbio sugirió al enviado británico que el "camino más corto" para interrumpir la guerra es un trato "equitativo" a las partes enfrentadas y la supresión de las "contraproducentes" sanciones contra Yugoslavia.

El martes, en Sarajevo, según declaró al concluir las reuniones con el Vicepresidente Ejup Ganic y el premier Haris Silajdzic, Hogg encontró señales de "pragmática flexibilidad" en el liderazgo musulmán, firme sin embargo en la exigencia de pedir garantías para los confines del estado.

Hogg, por su parte, lo invitó a "no pedir condiciones irreales para el proceso de paz, aún cuando puedan ser moralmente justificadas".

El enviado británico dijo, en declaraciones a la radio, que los serbios bosnios "no pueden aspirar a más del 49 por ciento de Bosnia, y que si no se adecuan serán fuertemente presionados para que lo acepten".

Los serbios controlan actualmente el 70-71 por ciento del territorio y parecen reacios a descender por debajo del 50-51 por ciento.

"Los serbios bosnios -dijo- deben tener en cuenta su actual aislamiento internacional, ya que también Moscú es escéptica", dijo Hogg.

01-01

9406482

Nº. DOCUMENTO 9406483
TITULO Acuerdo entre funcionarios de la ONU y fuerzas serbio-bosnias
PROCEDENCIA Jun.
FECHA DE 6/5/94
VINCULACION 11876
507697
501889
11005

Se llega a un acuerdo entre los funcionarios de la ONU y las fuerzas serbobosnios

CALMA TOTAL EN EL NORTE DE BOSNIA

Una calma total reinaba ayer jueves, en Brcko (norte de Bosnia), tras el acuerdo a que han llegado los funcionarios de la ONU y los serbobosnios de interponer entre sus líneas y las musulmanas 16 observadores



El gobierno de Bosnia encabezado por Izetbegovic, alcanzó un acuerdo con la ONU en torno al tema Brcko.

El general serbobosnio Novica Simic, jefe militar del área, y un alto oficial musulmán, cuyo nombre no se ha precisado, firmarán el sábado un alto el fuego local válido para la zona de Brcko, anunció ayer el vicepresidente de la autoproclamada república serbia de Bosnia, Nikola Koljevic.

Por parte de la ONU negoció el brasileño Sergio de Mello, quien destacó que se trata del primer acuerdo preventivo que las Naciones Unidas suscriben en Bosnia, a lo que el delegado serbobosnio Nikola Koljevic comentó en rueda de prensa que «más vale prevenir que curar».De Mello explicó que en la reciente crisis de Gorazde (Bosnia oriental) se convenció del relativo valor que tenía ir apagando las batallas, una tras otra, porque resurgían más tarde en otros lugares e iban consumiendo a Bosnia toda entera.

Brcko vive una calma sórdida, medio vacío y con casas muy dañadas por la metralla y la intemperie, por haberse ido de ellas hace ya dos años la mayoría de la población, que era musulmana, ante el avance serbobosnio.

La ciudad, de 35.000 habitantes, está perfectamente abastecida, con perfumes y licores de importación, más baratos que en la propia Serbia, mientras que del lado de la Bosnia musulmana escasea todo.Tras las declaraciones del lunes pasado del comandante en jefe de las fuerzas bosnias, el musulmán Rasim Delic, acerca de que»Brcko es la clave de Bosnia» y hay que dar en esta zona el asalto final a «los terroristas serbios», se creyó que la batalla de Brcko era imparable.Los musulmanes acusaban a los serbobosnios de prepararse para ensanchar el estratégico corredor que une sus conquistas del oeste de Bosnia y Croacia (Krajina) a Serbia y que a su paso por Brcko no cuenta más que con 5 kilómetros de ancho.

Los serbios replican que son los musulmanes los que más interés tienen en cortar ese estratégico corredor para acceder al río Sava, con su aliada Croacia en la orilla de enfrente.«Nos interesaría negociar, un día, políticamente el ensanche del corredor, pero no lo intentaremos por la fuerza», aseguró Nikola Koljevic.Los serbios accedieron hace meses, en la Conferencia de Ginebra, a conceder a los musulmanes un viaducto elevado que les diera acceso al río Sava, pero no comprometiera la soberanía serbobosnia sobre la tierra firme que rodearía la zona portuaria musulmana.«Eso ya se acabó, hemos retirado las propuestas que les hicimos y ellos rechazaron»,dijo hoy el general Novica Simic, jefe de la zona militar de Brcko.En la estación local se veía un tren blindado, con las chapas de acero pintadas de camuflaje, restos de cuando los puentes sobre el Sava no estaban derruidos y se podía pasar en ferrocarril a Croacia.La atención de los especialistas militares está centrada en Doboj, a 40 kilómetros al sur de Brcko, plaza muy difícil de defender por parte de los serbios si los musulmanes se deciden a rescatarla.

01-01

9406483

Nº. DOCUMENTO 9406484
TITULO Musulmanes de Bosnia piden destitución del emisario especial de la ONU.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE 7/5/94
VINCULACIÓN 11876
507697
501889
11164

Piden la destitución del comisario especial de la ONU para la crisis en la ex Yugoslvia

MUSULMANES DE BOSNIA NO QUIEREN A AKASHI

La Presidencia de Bosnia, de mayoría musulmana, exigió hoy, jueves, la destitución de Yasushi Akashi como emisario especial de la ONU para la crisis en la extinta Yugoslavia por su presunta colaboración con los serbios bosnios.

«Akashi interpreta las resoluciones de la ONU de forma que éstas protejan a los agresores serbios (bosnios)», según un comunicado de la Presidencia emitido hoy en Sarajevo.

En la nota, las autoridades bosnias expresan su «estupefacción» tras conocer que Akashi autorizó el paso de dos carros de combate serbios, acompañados de «cascos azules», por la «zona segura» de la ONU declarada en torno a Sarajevo el 20 de febrero pasado.

Según dicha información, las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (UNPROFOR) en Bosnia acompañaban a un total de siete tanques serbios a través de la «zona segura» de Sarajevo, los cuales se dirigían a lo que los musulmanes consideran «posibles focos de nuevos conflictos».

El traslado de esos tanques fue la condición planteada por los serbobosnios para permitir la entrada de un convoy de UNPROFOR en Gorazde, enclave musulmán sitiado por los serbios y declarado «zona segura» de la ONU.

El Gobierno bosnio, agrega el comunicado, considera a Akashi responsable de la «pasividad» de las Naciones Unidas en Bosnia, lo que, en su opinión, equivale a una «ayuda activa al agresor y significa la participación práctica en la agresión contra Bosnia».

«Por ello y por las consecuencias trágicas que tal postura ha tenido sobre el terreno, esta Presidencia responsabiliza a Akashi y pide su dimisión. Este organismo ya no puede ni volverá a dialogar con el señor Yasushi Akashi», concluye la nota.

El japonés Yasushi Akashi fue nombrado emisario especial de la ONU para la antigua Yugoslavia a principios de diciembre pasado y, desde entonces, ha sido criticado por los musulmanes bosnios y por Estados Unidos, al oponerse en varias ocasiones a los ataques aéreos de la Alianza Atlántica contra posiciones serbias bosnias.

A través de «Radio Sarajevo», el primer ministro bosnio, el musulmán Haris Silajdzic, anunció que pedirá la destitución de Akashi ante el Grupo de Contacto, que llegará esta tarde a la capital bosnia para intentar reavivar el proceso.

9406484

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE
7/5/94
VINCULACIONES

Accedió a que Serbios Violaran Ultimátum

SARAJEVO REPUDIA AL JEFE DE LA ONU

SARAJEVO, Bosnia-Herzegovina, 6, (AP). — El jefe de la diplomacia de las Naciones Unidas en la antigua Yugoslavia, Yasushi Akashi, canceló hoy el acuerdo mediante el cual accedió a que los serbios violaran un ultimátum de la OTAN transportando tanques por la zona de exclusión alrededor de Sarajevo.

Pero la credibilidad de Akashi ya estaba notable —si no irremediablemente— dañada. El gobierno de mayoría musulmana de Bosnia-Herzegovina exigió el despido de Akashi en una carta dirigida al secretario general de la ONU, Boutros Boutros-Ghali.

"No podemos hablar más con Akashi", dijo por otra parte el primer ministro Heris Silajdzic. "Las Naciones Unidas han perdido completamente su credibilidad".

La acalorada controversia por las maniobras de Akashi ha paralizado prácticamente el ya deteriorado proceso de paz en Bosnia, conmovida durante dos años por una guerra entre faccions étnicas que ha cobrado unas 200.000 vidas.

Un flamante equipo negociador internacional, el primero que incluye un representante ruso, partió hoy de Sarajevo con su misión semiarruinada por las controversias de Akashi.

Aun los comandantes de la OTAN, socios de Akashi en una confusa gestión de paz, lo criticaron indirectamente por convenir el martes el acuerdo con el jefe de los serbios bosnios, Radovan Karadzic.

El acuerdo permitió a los serbios transportar el miércoles y el jueves, en camiones, cinco tanque T-34 dentro de la zona prohibida de 20 kilómetros en torno a Sarajevo.

El comandante Eric Chaperon, vocero de la ONU, dijo que Akashi llamó hoy al mediodía a Karadzic para comunicarle que "el acuerdo quedó sin efecto". Pero por la tarde, otros dos tanques serbios llegaron a la zona de exclusión. Uno de ellos fue conducido hasta un puesto de recolección de armas de la ONU y colocado bajo guardia, y el otro se dirigía al depósito custodiado por al ONU, dijeron fuentes de la organización internacional.

La controversia pone en peligro el cese el fuego que ha mantenido una relativa calma en Sarajevo, desde mediados de febrero, cuando la OTAN amenazó bombardear toda arma pesada serbia que no hubiese sido retirada de un radio de 20 kilómetros de la ciudad, o puesta bajo control de la ONU.

Ha habido crecientes versiones sobre la presencia de armas pesadas dentro de la zona y violaciones al correlativo cese el fuego. Después que dos aviones fueron alcanzados por disparos el martes en el aeropuerto de Sarajevo, los vuelos de socorro fueron suspendidos y no se reanudaron hasta hoy.

Akashi convino el acuerdo de los tanques a cambio de la liberación de un convoy de 51 vehículos con unos 170 fuerzas pacificadoras británicas que los serbios habían inmovilizado durante más de cuatro días en camino al enclave musulmán de Gorazde.

Los soldados británicos fueron dejados en libertad y llegaron ayer a una zona de seguridad de la ONU en Gorazde.

La mayor parte de los tanques provienen del bastión serbio de Pale, al este de Sarajevo y se trasladaban rumbo a Trnovo, al sur de Sarajevo. Se dijo que la única manera de llegar a su destino era pasando por la zona de exclusión. No se pudo determinar de inmediato el motivo del traslado.



El General George Joulwan comandante supremo de la OTAN en la ex yugoslavia inspecciona las armas de los soldados franceses al servicio de la Alianza Atlántica allí. (AP)

9406484

02-02

Nº. DOCUMENTO 9406485
TITULO Intento por encontrar una solución al conflicto de B.H.
PROCEDENCIA La Nación
FECHA DE 8/5/94
VINCULACIÓN 11876
507697
11164
11833

El rompecabezas bosnio en la mirada del canciller croata

Conflicto: el proceso de descomposición de la ex Yugoslavia "requerirá una postura mucho más firme de la comunidad internacional", dijo Mate Granic a LA NACION.

Mediadores impotentes, varios intentos diplomáticos por encontrar una solución y un genocidio irrefrenable que ya lleva más de 300.000 muertes son apenas el saldo de un enfrentamiento que no da señales de resolverse por la vía pacífica.

La situación actual en Bosnia-Herzegovina se caracteriza por varias iniciativas. Por un lado, los jefes de la diplomacia de los EE. UU. y Gran Bretaña coincidieron en que las negociaciones de paz deberán incluir una retirada sustancial de los serbios bosnios del territorio que ocupan por la fuerza. El último intento por encontrar una solución es el del grupo de contacto que integran Rusia, los EE. UU., Europa y la UN.

En diálogo con LA NACION el ministro de Asuntos Exteriores de la República de Croacia, Mate Granic, dijo "que existen posibilidades de que el conflicto se resuelva por la vía pacífica, pero para ello la comunidad internacional deberá ser mucho más firme en su postura".

Iniciativa

-¿Cuál es la propuesta del grupo de contacto?

-El primer objetivo es el de lograr un alto al fuego, para tratar luego la delimitación territorial y el tipo de relaciones que habrá entre los serbios y la Federación de Bosnia-Herzegovina (entre croatas y musulmanes).

-¿Cuáles son las perspectivas?

-Es muy probable que haya un alto al fuego, aunque se puede esperar otra fuerte ofensiva de los serbios en la zona de Brcko con la intención de ampliar el corredor que ellos quieren tener.

-¿Cuál es la propuesta del grupo en el tema de la delimitación territorial?

-En cuanto a la delimitación territorial y el porcentaje de territorio que debería pertenecer a las dos partes, es probable que el grupo de contacto proponga el 51 por ciento a la Federación de Bosnia-Herzegovina y el 49 por ciento a la parte Bosnia. En cuanto al tipo de relación hay que saber que los serbios no aceptan adherir a la Federación bajo las mismas condiciones que se han estipulado para los musulmanes y los croatas.

-Las autoridades croatas han firmado un acuerdo con los serbios de Croacia.

-Sí. Se trata de un acuerdo que sólo se ha respetado en lo que se refiere al alto al fuego, pero los serbios no respetan todo lo acordado en cuanto a que se retiren las fuerzas armadas y el armamento pesado de la zona. Por el momento, los serbios habían rechazado proseguir las negociaciones y pasar al tema de las relaciones económicas.

La última fase consistirá en otorgar la autonomía local a los serbios que viven en las áreas de protección de la UN, en aquellas localidades en las que antes del inicio de la guerra los serbios eran población mayoritaria.

Reunión cumbre

-También hubo una iniciativa de Rusia y Francia para organizar una reunión cumbre sobre el tema del conflicto.

-Estarían presentes los EE. UU., Rusia, la Comunidad Europea y la UN. Hasta ahora nadie ha rechazado la iniciativa.

-Hubo planes anteriores que fracasaron. Me refiero concretamente al plan Vance-Owen propuesto por los EE. UU. ¿Cuál es su opinión?

-Como conclusión creo que por un lado la comunidad internacional llegó tarde. Se atrasó en determinar que se trataba de una agresión de Serbia sobre Croacia y sobre Bosnia-Herzegovina y en hacer lo posible por detenerla. El plan Vance-Owen tenía el apoyo de la Unión Europea, pero no gozaba del apoyo suficiente de los EE. UU.

-¿Cuál fue, a su juicio, la equivocación del presidente de los EE. UU. cuando sugirió levantar el bloqueo a la entrada de armas en Bosnia?

-Considero que era erróneo introducir un embargo a las víctimas de la agresión. Los croatas optamos por la vía pacífica, la paz, el acuerdo y las negociaciones, pero consideramos que si el embargo se levanta entonces tiene que levantarse para todas las víctimas de la agresión serbia.

Croacia apoya la idea de seguir el camino pacífico, y si eso no se logra habrá que presionar más a los serbios y hacer real el ultimátum. En caso de que todo ello no tenga resultado pasaremos al derecho de la legítima defensa, pero la solución pacífica sería la mejor para los musulmanes, croatas y la comunidad internacional.

Claudia Boragni

Fotocopia con partes poco legibles.

01-01

9406485

Nº. DOCUMENTO 9406486
TITULO Historia del conflicto en los Balcanes
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA DE 18/5/94
VINCULACION 11876
507697
507696
11833

La ambición de la "Gran Serbia": factor desestabilizador crónico en la región

• *La influencia de la historia en el conflicto de los Balcanes*

Con esta nota iniciamos la publicación de los aportes del Licenciado Alberto C. Márquez, quien ha recorrido las regiones de la antigua Yugoslavia en dos oportunidades, y dentro de sus estudios de Historia Contemporánea se ha especializado en particular en el reinado de Nicolás II de Rusia y el entorno de su época.

Camino hacia la frontera búlgara, casi doscientos kilómetros al sureste de Belgrado, el viajero desprevenido verá a su derecha, muy próximo a la antigua ciudad de Nis, una extraña construcción tipo capilla de claro estilo bizantino. Al penetrar en ella lo hará, para su asombro y horror a lo largo de corredores cuyas paredes están construidas con cráneos humanos.

Más de 27.000 de ellos, el número exacto nunca se sabrá, tapizan techos y muros recordando a la posteridad la expeditiva manera con que los amos de los Balcanes, durante siglos, trataban a quienes intentaban sublevarse contra la autoridad de la Sublime Puerta. La batalla, una más de la interminable saga de luchas contra los opresores otomanos ocurrió hacia 1877, ayer en términos históricos, aunque los métodos sean asirios. Las víctimas eran serbios, croatas, montenegrinos y todo el crisol de pueblos que sufrían el yugo extranjero, y la orden del general turco, en la misma época en la cual en el Uruguay se alambraban los campos y se establecía la enseñanza general, puede decirse que perpetuó hasta el día de hoy el monumento más trágico a la bestialidad y a la intolerancia que campearon por lo menos durante 500 años a lo largo y ancho de la península balcánica.

Así, la crueldad sin límites y el exterminio del enemigo y de sus medios de subsistencia ha sido desde siempre una constante histórica en la región también denominada "de los eslavos del sur", una parte central de la cual está ocupada por las ocho entidades, varias de ellas estados soberanos ya, que conformaban aquel engendro artificial producto de la ceguera y el sectarismo de los vencedores de la Primera Guerra Mundial que fue Yugoslavia. Yugoslavia, con la "madre Serbia" hegemónica en su corazón, pretendió constituirse en un patético y fracasado sucedáneo del ahora añorado Imperio Austro-Húngaro. Los resultados, dictadura monárquica de 1919 a 1941, Guerra Mundial y más de medio siglo de totalitarismo comunista, han culminado en la dispersión de las principales regiones del país y su independencia y en una sucesión de conflictos armados de una ferocidad indiscriminada, sin fin aparente y capaces de arrastrar a potencias mayores extrarregionales en su vorágine.

Serbia: el primer estado terrorista de la época contemporánea

Detrás de esta serie interminable de conflictos que provocaron la Primera Guerra Mundial y todas sus secuelas ha estado ominosamente siempre presente, tal como lo confirman los estudios históricos más objetivos y recientes -como la obra del historiador francés François Fejtö "Réquiem por un Imperio Difunto" o el estudio exhaustivo multidisciplinario "Bosnia y Herzegovina" de los historiadores internacionales Milan Blazekovic y Dominik Mandic- la fuerza conspirativa, e irracional a menudo, del imperialismo panserbio.

El reino de Serbia, uncido a la religión ortodoxa en una versión nacionalista muy peculiar, debió aceptar la tutela turca luego de la histórica batalla de Kosovo (1389). Fue después del Congreso de Berlín (1878) que el pequeño reino montañoso plagado de bandidos y dotado de una geografía endiablada retomó sus veleidades hegemónicas, esta vez bajo la protección de la Rusia zarista. Con el despiadado asesinato del Rey serbio Alejandro I Obrenovic y su esposa la Reina Draga Masin en 1903, en el propio Palacio Real en Belgrado, Serbia se alejó de la órbita de Viena. Los asesinos, entre ellos un personaje central, el siniestro Coronel Dimitrijevic-Apis posterior eminencia gris de la organización terrorista la "Mano Negra", se encaramaron en influyentes puestos oficiales con la protección del Partido radical de Nikola Pasic.

De allí en adelante, hasta 1914, el Gobierno de Belgrado completó descaradamente y con el apoyo incondicional del partido belicista ruso, representado en Serbia por el Embajador de San Petersburgo Nikolai Hartwig y su agregado militar, el coronel Artamanov. El archienemigo era el Imperio Austro-Húngaro y la culminación de la labor subterránea de las sociedades secretas y terroristas serbias fue el magnicidio de Sarajevo, el 28 de junio de 1914, obra de la "Mano Negra" y su lema: "Unión de todos los eslavos o muerte".

Un atentado detonante

El asesinato del Archiduque Francisco Fernando y su esposa la Condesa Sofía Chotek fueron obra de la organización del Coronel Apis, Jefe de los Servicios Secretos del Reino de Serbia en 1914. El atentado constituyó el acto de terrorismo de Estado culminante del Gobierno serbio en su afán de anexar territorios de población mayoritariamente no serbia y leal a la monarquía dual austro-húngara, caso de Bosnia-Herzegovina. Paralelamente provocó, al fin, una reacción enérgica de Viena y es interesante destacar que la negativa de Belgrado a permitir que funcionarios imperiales austro-húngaros colaboraran con las autoridades serbias en descubrir los hilos conductores del atentado, desencadenó las hostilidades bilaterales, aunque sólo después de la actitud beligerante rusa estalló el conflicto europeo generalizado.



El proyecto de la "Gran Serbia" (El sueño de los eslavos del sur). Mapa publicado en la revista inglesa más importante de la época, "The Graphic", el 1º de agosto de 1914. El reino de Serbia en sus fronteras verdaderas está sobre fondo oscuro.

Previamente, desde el asesinato y mutilación salvaje de los Reyes de la anterior dinastía serbia en 1903, este país quedó convertido en el paria de la Europa civilizada, no siendo recibidos o aceptados los representantes de la nueva familia gobernante usurpadora por ninguna de las casas reales e imperiales que regían en toda la Europa de la "Belle Epoque". Francia fue la excepción, ya que el contexto de su política de cerco y revanchismo contra Alemania y su aversión contra la Austria-Hungría católica, favoreció el apoyo a la un tanto curiosamente definida por la propaganda de la época como "la pequeña y heroica Serbia".

Frente unido de condena

Paralelismos aparte con la situación actual, la debilidad (y complicidad, en el caso de la Rusia *zarista* en un curso de política suicida) de los Estados europeos en presentar un frente unido de condena activa al Estado terrorista serbio posibilitó la cadena de reacciones que, luego del fatídico e inactivo mes de julio de 1914, llevó a la guerra y a la destrucción, para siempre, de la hegemonía europea en el mundo.

Entonces, cuando "se apagaron las luces en Europa", ya existía una poderosa corriente de pensadores ultranacionalistas serbios y una política de Estado reivindicatoria de una "Gran Serbia" que además de partes sustanciales de Croacia y las regiones de Voyvodina, al noreste, y el enclave musulmán de Kosovo, exigía la anexión total del reino de Montenegro y la absorción de gran parte de Bosnia-Herzegovina.

Los métodos para lograrlo los tenemos otra vez a la vista, aunque pocos se acuerden del informe de la Comisión norteamericana Carnegie ("Report of the International Commission to inquire into Causes and Conduct of the Balkan War, Washington, 1914") donde se detallan las matanzas que el "valeroso" ejército serbio cometió contra la población civil de otras etnias, fundamentalmente la musulmana, hasta fechas tan avanzadas como 1924.

El decano de los disidentes yugoslavos Milovan Djilas, ex amigo personal de Tito, se refiere también a estas masacres en masa en su novela "Tierra sin justicia", publicada en Buenos Aires en 1959. Como se comprueba, poco hay de nuevo bajo el sol de los Balcanes. Los mismos Balcanes respecto a los cuales un monje itinerante ruso semiletrado aconsejaba al infortunado e imprudente Zar Nicolás II: "Padrecito, todo el conflicto de Serbia no vale la pena la sangre de un solo `mujik' (campesino) ruso".

Alberto Christian Márquez

01 - 02

9406486

Nº. D'CU
TITULO
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA DE 18/3/94
VINCULACIÓN

Bosnia-Herzegovina se extingue en beneficio de la "Gran Serbia"

A dos años de la invasión del ejército regular serbio y sus bandas de irregulares armados en detrimento de Bosnia-Herzegovina, la viabilidad de la joven república bosnio-croata parece más amenazada que nunca.

A pesar de que la propaganda de los ideólogos de Belgrado y los grupos de presión pro serbios en los Estados Unidos y las principales capitales occidentales europeas, insiste en negar una identidad propia a Bosnia, este estado ya existía como tal, con personalidad e independencia en plena Edad Media.

Mediante la táctica del hecho consumado las unidades terroristas serbias, contando con la pasividad de los países europeos y las organizaciones internacionales, han ido, sin embargo desplazando, mediante los métodos más tenebrosos, a los bosnios étnicos de gran parte del montañoso territorio de la región cuya capital es la martirizada Sarajevo. A resultas de esta campaña implacable de esclavizar a la serbia, vastas regiones del norte y el este de Bosnia están actualmente dominadas y siendo colonizadas por los últimos yugoslavos, los serbios de Belgrado.

Mientras se va consumando, en plena Europa y ante su indiferencia práctica, la aniquilación de Bosnia y el genocidio de decenas de miles de sus habitantes, apenas una voz, la de la ex Primer Ministro británica Margaret Thatcher se levanta pidiendo las medidas correctivas fundamentales para terminar con esta banalización del horror en que se ha transformado la situación en Bosnia. En primer lugar, reconocer de una vez por todas y tratarlos acorde en los foros internacionales, a los serbios de Belgrado como los inspiradores y mantenedores de la guerra contra Bosnia.

En segundo lugar, levantar el embargo de entrada de armas que pesa sobre la resistencia bosnia y permitir que por lo menos se puedan defender del invasor en mejores condiciones; tercero, luego de un ultimátum real y a corto plazo, intimar a los responsables en Belgrado que desmantelen su organización logística de apoyo a los atacantes serbios en Bosnia y que ordenen a sus milicias satélites fanatizadas, en los valles y las montañas bosníacas que cesen sus agresiones, respeten los usos y convenciones internacionales y obedezcan las resoluciones de los organismos como las Naciones Unidas. De no hacer caso, la aviación de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) saldría de su letargo inefectivo y, con participación de los Estados Unidos o no, bombardearía selectivamente los blancos serbios necesarios hasta lograr que entren en razón. Todo ello sin necesidad alguna de ingresar en una estrategia demencial, tantas veces citada como excusa para no hacer nada, de desplegar cientos de miles (se ha hablado de hasta un millón) de cascos azules y tropas de la OTAN para enredarse en una guerra de guerrillas sin fin contra los maestros del tema.

El porqué éste curso de acción tan elemental no se ha implementado hasta ahora, luego inclusive de la guerra de agresión serbia contra Croacia, seguirá causando el asombro de los analistas, el rencor de las víctimas de países destruidos y el veredicto inapelable de la Historia.

CROACIA

Población de la ex República Socialista de Croacia, actual República de Croacia, según el Censo de 1981

Se declararon:		%
Croatas	3.454.661	78,506
Serbios	531.502	11,550
Húngaros	25.439	0,553
Eslovenos	25.136	0,546
Musulmanes	23.740	0,516
Checos	15.061	0,327
Italianos	11.661	0,253
Montenegrinos	9.818	0,213
Eslovacos	6.533	0,142
Albaneses	6.006	0,130
Macedonios	5.362	0,117
Gitanos (Romi)	3.858	0,084
Rusinos	3.321	0,072
Ucranianos	2.550	0,055
Alemanes	2.175	0,047
Polacos	758	0,0
Rusos	758	0,0
Rumanos	609	0,0
Búlgaros	441	0,0
Judíos	316	0,0
Turcos	279	0,0
Austríacos	267	0,0
Griegos	100	0,0
Valacos	16	0,0
Otros	1.553	0,034
"Yugoslavos"	379.057	8,238
No se declararon	17.133	0,372
Declararon sólo su ciudadanía de la Rep. de Croacia	8.657	0,188
Desconocido	64.737	1,407
TOTAL	4.601.469	100,000

Recapitulación:	%
Croatas	78,506
Serbios	11,550
Otros	11,854
Total	100,000
Croatas	78,506
Otros (no Serbios)	11,854
Total	88,450

En Croacia, los croatas y otros no serbios constituyen el 88,450 por ciento de la población total de la República, mientras que los serbios representan solamente el 11,550 por ciento.

Fuente: Savezni zavod za statistiku. Statistički godišnjak Jugoslavije. Belgrado, 1982.

Una muestra del laberinto racial en los Balcanes: el caso de Croacia.



El proyecto de expansión serbia.(fuente revista Studio Croatica)

La teoría de la superioridad racial serbia

Además de una conciencia de un destino manifiesto hegemónico serbio en los Balcanes, los déspotas de Belgrado han elaborado una fantástica doctrina neo freudiana de superioridad racial de los serbios respecto a sus infortunados vecinos. El adalid, afortunadamente ya fallecido, de esta teoría de una "raza" dominadora en el "avispero de los Balcanes" fue un médico siquiatra serbio, Jovan Raskovic. Este sujeto delirante pero con mucho predicamento entre los responsables de los destinos de Serbia, era médico durante la década del 80 de la Clínica Neurosiquiátrica de la ciudad de Sibenik, en Croacia y a través de su amistad con el líder comunista Slobodan Milosevic y del ultra nacionalista serbio Dobrica Cosic, consiguió patente de corso para su infausto "Memorándum" de la Gran Serbia.

No se vaya a pensar que el tal Raskovic era un sujeto desquiciado y de poca monta, ya que en una fecha tan reciente como 1990 fue nombrado Miembro de la Academia de Ciencia de Serbia con sede en Belgrado. En este mismo año en que los tanques de procedencia soviética con banderas de la Yugoeslavia comunista en vías de extinción intentaban demoler a Croacia, el siquiatra devenido en gurú imperialista publicaba el libro resumen de su pensamiento y biblia de la Pan Servia titulado "Luda Zelmja" ("Un país loco"). A través de sus páginas, se va desgranando implacablemente la certeza de que los serbios están histórica y racialmente llamados a dominar como una autentica raza o pueblo elegido a sus vecinos croatas y musulmanes. Todo ello partiendo de supuestas premisas sicoanalíticas que ya estaban en borrador en el seno de las sociedades secretas como "La Mano Negra", la cual, como se sabe, armó y financió con apoyo directo de Belgrado a los terroristas que segaron la vida del heredero del Imperio Austro -húngaro y gran esperanza de renovación y fortalecimiento del mismo, el archiduque Francisco Fernando y de su esposa, en aquella Sarajevo de 1914. Pero "Un país loco" merece más atención ya que da luz sobre lo incomprensible. Sobre ello continuaremos mientras que ante nuestros ojos los serbios continúan llevando a Bosnia - Herzegovina a su mínima expresión.

Alberto Christian Márquez

02-02
9406486

Nº. DOCUMENTO 9406487

TITULO Serbios obligan a observadores de la ONU a retirarse de Zvornik.

PROCEDENCIA La Rep

FECHA DE 9/5/94

VINCULACIONES 11876

507697

501889

11833

Serbios obligan a observadores de la ONU a retirarse de Zvornik

Tuzla, Bosnia (AFP)
por Bernard Estrade

■ Las fuerzas serbias de Bosnia obligaron a la misión de observadores militares de las Naciones Unidas (Unmo) a retirarse de la localidad de Zvornik, cerrojo de un corredor estratégico serbio en el noreste del país, anunció ayer un responsable de la ONU.

Según el general Gunnar Ridderstad, comandante de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (Fupronu) en el noreste de Bosnia, el incidente, ocurrido el sábado, compromete la vigilancia del tránsito por Zornik y por el corredor estratégico de Brcko, que une a las regiones controladas por los serbios de Bosnia con la República de Serbia.

El general sueco confirmó que los serbios obstruyen desde el 29 de abril el paso de convoyes entre Tuzla y Srebrenica, enclaves musulmanes del noreste bosnio declarados "zonas seguras" por la ONU. En Srebrenica están encerrados más de 50.000 habitantes y refugiados, recordó Ridderstad.

"La situación no es desesperada, ya que aún puede llegar algún convoy desde Belgrado, pero se agrava cada día más", prosiguió el general.

Las restricciones del paso de convoyes fueron decididas por los serbios después del incidente que enfrentó a fines de abril en el mismo sector a sus milicias y a los tanques Leopard de los cascos azules daneses desplegados en el monte Vis.

Siete de los Leopard, los tanques más potentes de que dispone la Fupronu, respondieron a cañonazos a un ataque serbio, matando a 9 soldados e hiriendo a cuatro.

Según informaciones serbias musulmanas no confirmadas por la Fupronu, ambos bandos concentran desde hace más de una semana importantes refuerzos por el corredor de Posavina y especialmente por su tramo más estrecho, llamado corredor de Brcko, con miras a una vasta ofensiva.

Ayer, el portavoz del cuartel general de la Fupronu en el noreste capitán Jens Kirk, confirmó el despliegue, anunciado el viernes, de 16 miembros de la Unmo en la ciudad de Brcko, tomada al comienzo de la guerra por las fuerzas serbio-bosnias.

Sin embargo, se negó a precisar cuáles son las primeras observaciones de los observadores. "No podemos comunicar informaciones militares que impliquen directamente a una de las partes en conflicto", dijo Kirk.

El general Ridderstad mostró la misma reserva, pero sugirió la posibilidad de que los refuerzos se hayan limitado a pasar por el corredor.

Los serbios de Bosnia acusan a las fuerzas gubernamentales bosnias —mayoritariamente musulmanas— de aprestarse a cortar el corredor que comunica el noreste bosnio con Serbia.

Por su parte, los voceros militares bosnios en Sarajevo y en Tuzla insisten en que los serbios están concentrando grandes fuerzas para lanzar una ofensiva que agrande el controvertido corredor, que a la altura de Brcko sólo mide 6 km. de ancho.

L.R 9/5

01-01

9406487

Nº. DOCUMENTO 9406488

TITULO Levantar embargo de armas a musulmanes acelerará procesos de paz en Bosnia.

PROCEDENCIA La Rep

FECHA DE 9/5/94

VINCULACIONES 11876

507697

507696

11164

Levantar embargo de armas a los musulmanes acelerará los procesos de paz en Bosnia

LOS ANGELES TIMES

Exclusivo para LA REPUBLICA

por Haris Silajdzic*
Sarajevo

La agresión serbia en nuestra contra se ha dado ya por dos años y el proceso de paz está en un punto muerto porque los serbios, quienes tienen una tremenda ventaja militar, no tienen interés alguno por encontrar una solución política. Cuentan con que se impondrá por la fuerza una solución y sólo pretenden estar de acuerdo con el proceso de paz para mantener a raya a las fuerzas del exterior. Nosotros, por otro lado, no aceptaremos la capitulación, la ocupación de nuestros territorios, o la disolución de Bosnia y Herzegovina.

Si Serbia y los movimientos secesionistas con sus simpatizantes siguen siendo la fuerza militar más poderosa de la región, serán un factor desestabilizador permanente no importa cuál acuerdo pudiera firmarse. La paz duradera en los Balcanes no es por ello posible si continúa el obvio desequilibrio de armas. La paz sólo puede llegar a la región mediante el establecimiento de un equilibrio de armas relativo a través de la eliminación del embargo de armas en contra de nosotros.

Soy el primero en admitir que quizá sería mejor establecer el equilibrio desarmando a los serbios de Radovan Karadzic y disminuyendo el poder militar de Belgrado. Pero, ya que Occidente no ha tenido suficiente resolución para hacerlo, la única solución restante es fortalecer a las fuerzas legítimas del gobierno de Bosnia.

Luego de habernos atado de manos durante dos años, al precio de incontables víctimas civiles, consideramos que es obligación de Occidente y otros países amigables darnos las armas que necesitamos.

A la fecha, han muerto 200.000 de nuestros hombres y tenemos 400.000 heridos. Todos hemos sido testigos de las horribles escenas de sangre en Sarajevo, Goradze, Srebrenica y en todas partes. Si no nos hubieran quitado nuestro legítimo derecho a la defensa nunca habríamos tenido tantas víctimas. Nuestro ejército habría protegido a todos los ciudadanos.

Levantar el embargo no es contrario al proceso de paz. Por el contrario, acelerará este proceso. Debe prestarse poca atención a las amenazas de Slodoban Milosevic y Karadzic, quienes aseguran que levantar el embargo escalará el derramamiento de sangre. El hecho es que ellos han estado logrando brutalmente sus objetivos, como lo planearon, ayudados por el embargo de armas en nuestra contra. Sólo cuando estemos armados y seamos capaces de responder a las acciones serbias en especie tendrán un comportamiento distinto. Para ahora todo el mundo tienen claro que sólo ceden cuando se enfrentan a verdaderas amenazas militares.

Los países occidentales están plenamente conscientes de que no podemos armarnos en una semana si deciden levantar el embargo. Por ello, no es otra cosa que un chantaje condicionar el levantamiento del embargo al retiro de las fuerzas de las Naciones Unidas y la suspensión de toda asistencia humanitaria. Esto nos dejaría totalmente expuestos al igual que desarmados.

¿En nombre de qué principio, en nombre de qué ley internacional, puede decirse a un país bajo sitio: "Si obtienen los medios para defenderse, les retiraremos toda asistencia, incluso asistencia humanitaria".

Nuestros expertos militares definieron hace mucho las armas que necesitamos para contrarrestar efectivamente a las fuerzas de Serbia. Los expertos militares del exterior están totalmente conscientes del potencial militar del agresor y de las necesidades que tenemos para resistirle. Saben, como nosotros, que después de que termine el embargo necesitaremos varios meses para recibir y activar las armas necesarias. Es dentro de este período cuando necesitamos más ayuda y protección. La tarea es completamente realista y posible.

Como un país democrático con intereses globales que difieren de los avaros cálculos de ciertos gobiernos europeos, Norteamérica es comprensiblemente el más fuerte simpatizante de que se acabe el embargo de armas en nuestra contra. Mientras el actual impasse da cabida a una nueva ronda de serio debate sobre el levantamiento del embargo, debo insistir que no basta levantar el embargo como mera formalidad. Nuestro ejército necesita armarse efectivamente y necesita armarse ahora. Tenemos el derecho a demandarlo según la Constitución de la ONU, siendo un Estado bajo ataque.

Ofrezco esta urgente súplica ahora sin ilusiones. La comunidad internacional, que nos impuso el embargo de armas, es en una medida significativa responsable por la escala de nuestro sufrimiento. Y por ello es su responsabilidad ahora desatar nuestras manos. Si Occidente no quiere arriesgar las vidas de sus soldados o sus pilotos en acción militar, entonces la salida es darnos armas pues nosotros estamos de cuaquier forma muriendo.

** Haris Silajdzic es primer ministro de Bosnia Herzegovina. Se espera que el Senado Norteamericano vote esta semana sobre una resolución presentada por el líder republicano, senador Bob Dole, que pide que Estados Unidos levante su embargo de armas a los musulmanes de Bosnia.*

(c) 1994, New Perspectives Quarterly.

Dist. by Los Angeles Times Syndicate.

Traducción de Sergio E. Avilés.

01-01

9406488

Nº. DOCUMENTO 9406489
TITULO Fuerzas de la ONU denuncian violación de los acuerdos de la OTAN.
PERIODICO La Jor.
FECHA 11/5/94
VINCULACIONES 11876
507697
501889
508062
11164

Las Fuerzas de la ONU denuncian violación de los acuerdos de la OTAN

LOS SERBIOS VIOLAN ULTIMATUM EN GORAZDE

Los serbios bosnios violan de forma múltiple el ultimátum de la Alianza Atlántica y los acuerdos alcanzados con la ONU sobre la «zona de seguridad» en torno a Gorazde, dijo el martes, en Zagreb Michael Williams, portavoz de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (UNPROFOR).

En los últimos días registramos un deterioro de la situación en torno a Gorazde en una serie de aspectos. El enviado especial (de la ONU para la crisis en la antigua Yugoslavia) Yasushi Akashi está profundamente preocupado y se encuentra en contacto con el líder serbiobosnio (Radovan) Karadzic», declaró Williams en una rueda de prensa.

Explicó también que los rebeldes serbios bloquean la evacuación de los heridos de Gorazde (enclave musulmán de Bosnia oriental) y mantienen retenido desde hace seis días un convoy francés de UNPROFOR en Rogatica, a unos 30 kilómetros de la localidad.

Además, añadió, se ha detectado la presencia de policías serbios en la zona de exclusión de 3 kilómetros, así como de cantidades menores de artillería en el radio de 20 kilómetros en torno a Gorazde.

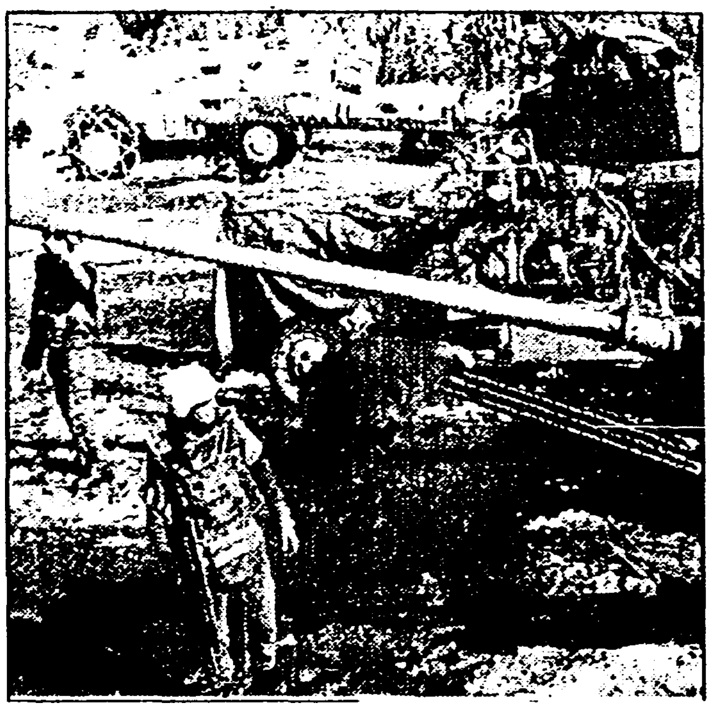
Las autoridades serbobosnias piden un plazo de 48 horas para permitir el desplazamiento de equipos médicos a la zona e imponen complicados procedimientos burocráticos para conceder permisos de paso, precisó Williams, quien calificó esta práctica de inaceptable.

Según Williams, cinco policías civiles de la ONU (UNCIVPOL) no han podido partir de Sarajevo rumbo a Gorazde por falta de permiso serbio.

El director del sector civil de UNPROFOR, Sergio Vieira de Mello, conversó el sábado pasado en la sede serbobosnia de Pale sobre algunas de estas cuestiones con Karadzic, pero desde entonces la situación no ha hecho más que empeorar, agregó el portavoz.

«Tras este empeoramiento -informó- Akashi ha escrito una carta a Karadzic y, si no se produce una mejoría, el enviado especial redactará un informe para el secretario general» de las Naciones Unidas, Butros Gali.

Confirmó que Akashi tiene autorización para pedir ataques



aéreos de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), debido a la continua violación del ultimátum aliado por parte de los serbios, pero afirmó que el enviado especial tratará de resolver los problemas mediante negociaciones.

El Gobierno de Bosnia-Herzegovina pidió la semana pasada la dimisión de Akashi, a quien acusó de una inadmisible condescendencia con los serbios en relación con Sarajevo, ciudad que también es «zona de seguridad de las Naciones Unidas».

A causa de la ofensiva serbia contra Gorazde -una de las seis «zonas de seguridad» de la ONU en Bosnia-Herzegovina- que causó en abril pasado unos 700 muertos y 2.000 heridos durante los cañoneos de instalaciones civiles, la Alianza Atlántica lanzó un ultimátum que detuvo el avance de los rebeldes.

Ese ultimátum, publicado el 16 de abril pasado, exigía el cese inmediato de los ataques y cañoneos contra Gorazde y las otras «zonas de seguridad de las Naciones Unidas» (Sarajevo, Bihac, Zepa, Tuzla y Srebrenica) y la libre circulación de UNPROFOR y de las agencias humanitarias y médicas de la ONU.

Asimismo, imponía una zona de exclusión de 3 kilómetros para las tropas y de 20 kilómetros para la artillería. De acuerdo con Williams, la situación en Bosnia-Herzegovina ha sido relativamente tranquila en las últimas 24 horas y los mayores combates se registraron en torno a Bihac (Bosnia occidental) entre musulmanes leales al líder local, Fikret Abdic, y fuerzas musulmanas del presidente bosnio, Alia Izetbegovic.

A excepción de disparos de armas de infantería y francotiradores, la situación también fue de calma en torno a Gorazde y Brcko (norte de Bosnia), donde muchos observadores pronostican que puede librarse una de las mayores batallas de esta guerra.

9406489

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406490
TITULO El ejército bosnio se concentra en el monte Igman, al oeste de Sarajevo.
PROCEDENCIA La Van.
FECHA DE 11/5/94
VINCULACION 11876
507697
501889
11163
11416

Los serbobosnios acusan a los musulmanes de reforzar su presencia enel monte Igman

EL EJERCITO BOSNIO SE CONCENTRA AL OESTE DE SARAJEVO

Representantes de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR) en Sarajevo acusaron ayer martes, al Ejército bosnio -mayoritariamente musulmán- de incrementar sus fuerzas en el monte Igman, al oeste de la capital bosnia.

«Las unidades del Ejército bosnio intensifican sus movimientos en ese monte», informó hoy a la prensa el comandante Eric Chaperon, portavoz de UNPROFOR en Sarajevo.g

Los cascos azules localizaron varias patrullas del Ejército bosnio en ese monte y detectaron vuelos de helicópteros que se cree pertenecen al ejército bosnio.

Los serbobosnios acusaron a los musulmanes de concentrar fuerzas en el monte Igman y comunicaron que actualmente hay en él unos 10.000 soldados musulmanes.

Los comandantes serbobosnios acusan a los musulmanes de intentar atacar la localidad de Trnovo, 30 kilómetros al sur de Sarajevo, en la principal carretera que lleva al enclave musulmán de Gorazde (Bosnia oriental).

En cambio, la situación en Brcko, ciudad controlada por los serbobosnios, 176 kilómetros al nordeste de Sarajevo, se mantiene en calma, según Chaperon.

El portavoz agregó que los 36 observadores militares de la ONU se han desplegado hasta ahora en la región de Brcko y el corredor norte que une los territorios serbios del noroeste de Bosnia con Serbia.

El comandante Eric Chaperon declaró también que los observadores militares de la ONU han registrado varias detonaciones en esa zona, al norte de la ciudad de Tuzla, pero que evidentemente se trata de incidentes aislados y no del comienzo de la temida ofensiva.

Los combates más fuertes de Bosnia se libran entre los mismos musulmanes del noroeste de la república, donde las fuerzas del caudillo secesionista local, Fikret Abdic, atacaron intensamente ayer a las unidades leales al presidente bosnio, Alia Izetbegovic.

Se libraron combates de artillería e infantería en las localidades de Rastela y Buzim, en la Bosnia occidental, y se registraron víctimas en ambos bandos, añadió Chaperon.

La emisora promusulmana Radio Bosnia informó hoy de que continúan los combates, con víctimas civiles en las ciudades de Bihac y Cazin (Bosnia noroccidental), controladas por las fuerzas leales al Gobierno central.

01-01

9406490

Nº. DOCUMENTO 9406491
TITULO Croatas y musulmanes bosnios llegan a un acuerdo sobre futuro Estado federal.
PROCEDENCIA Jur.
FECHA DE 12/5/94
VINCULACI 11876
507697
11005

Croatas y musulmanes bosnios llegan a un acuerdo sobre la fijación de los cantones del futuro Estado federal.

FIJAN EN VIENA IMPORTANTE ACUERDO SOBRE BOSNIA

El enviado especial norteamericano Charles Redman declaró , miércoles, en Viena que los representantes de los croatas y musulmanes bosnios se han puesto de acuerdo sobre la fijación de los cantones de su futuro Estado federal.

Redman señaló que los propios jefes de las delegaciones entrarán en los detalles del acuerdo alcanzado.

Abandonó la reunión en la embajada norteamericana de Viena a las 14:15 hora local (12:15 GMT) para tomar un avión con destino a Sarajevo, desde donde viajará hoy a Ginebra para una conferencia de ministros de Asuntos Exteriores sobre la crisis Bosnia.

Desde el sábado pasado, se celebran las negociaciones entre el primer ministro bosnio, Haris Silajdzic; el ministro de Asuntos Exteriores croata, Mate Granic, y el líder croata Kresimir Zubak en la embajada de Estados Unidos en Viena.

Redman, que también ha asistido desde el principio a las conversaciones, explicó que la solución obtenida aquí es algo distinta de la proyectada en un principio, pero añadió que la ha mejorado incluso.

El diplomático norteamericano señaló que los líderes Silajdzic y Granic han llegado a la esencia de un acuerdo sobre la constitución del gobierno, la distribución de puestos y la fijación de cantones.

«Ha sido un exfuerzo excelente, todos han demostrado confianza en los rseultados y éstos son muy buenos», dijo Redman.

9406491

Nº. DOCUMENTO 9406492
TITULO Reunión en Ginebra por la paz en Bosnia.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA 12/5/94
VINCULACION 11876
507697
65890
507294
11879

Reunión en Ginebra por la paz en Bosnia

Los ministros de Relaciones Exteriores de EEUU, Rusia y cinco naciones de la Unión Europea se reunirán mañana en Ginebra para tratar de reactivar el debilitado proceso de paz en Bosnia.

La reunión de un día, planeada ante el último estallido de hostilidades entre musulmanes y serbios bosnios, forma parte de una nueva iniciativa de las grandes potencias mundiales para alcanzar un acuerdo negociado de la guerra civil que ya lleva dos años.

Un portavoz estadounidense dijo ayer que, además del secretario de Estado de EEUU, Warren Christopher, participaran en el cónclave sus colegas de Rusia, Andrei Kozyrev, y de Bélgica, Gran Bretaña, Francia, Alemania y Grecia.

El encuentro tendrá una duración de cuatro horas y se realizará en la sede de la ONU en Europa.

Los ministros discutirán un informe elevado por el "grupo de contacto" sobre sus conversaciones con los bandos beligerantes.

Fuentes diplomáticas sostienen que el grupo de los cinco miembros y sus colaboradores no encontraron un clima demasiado favorable para alcanzar la paz en la ex Yugoslavia.

Algunos países europeos y EEUU, no ven con buenos ojos la participación de Grecia en las complicadas conversaciones, porque tienen temores que su posición se incline a favor de Serbia y los serbios bosnios.■

(Reuter)

01-01

9406492

Nº. DOCUMENTO 9406493
TITULO Los serbios rechazan plan croata-musulmán.
PROCEDENCIA La Rep
FECHA DE 13/5/94
VINCULACI 11876
507697
507294 11164
65890
10184

Los serbios rechazan el plan de federación croata-musulmana

Belgrado (ANSA)

■ En vísperas de la reunión de cancilleres de Rusia, Estados Unidos y Europa en Ginebra para desbloquear la crisis bosnia, los serbio-bosnios rechazaron el acuerdo de Viena y la pretensión de croatas y musulmanes de contar con el 58 % del territorio de la ex Bosnia-Herzegovina.

El presidente del Parlamento de Pale (capital de la "república" de los serbio bosnios), Momcilo Krajisnik, se apuró a rechazar el resultado de cinco días de negociaciones en la embajada estadounidense en Viena.

Las reuniones sirvieron para definir los últimos detalles del acuerdo croata-musulmán firmado hace dos meses en Washington para la creación de una Federación Bosnia.

Krajisnik definió el 58 % del territorio requerido por croatas y musulmanes como "una provocación y una presión de los musulmanes y de sus mentores".

"Todo lo que vaya más allá del 50 %, prescindiendo de la cualidad, es inaceptable", afirmó el presidente del "parlamento bosnio".

El miércoles, al concluir las reuniones, el premier bosnio, Haris Silajdzic, dijo que había sido alcanzada "una solución de paz global" y que "se dio un gran paso en defensa de la unidad y soberanía de la Bosnia-Herzegovina".

El acuerdo fija los confines externos e internos de la Federación que será subdividida en ocho cantones: cuatro musulmanes, dos croatas y dos —que incluyen las disputadas zonas de la Bosnia central y del río Neretva en el sur— con administraciones conjuntas.

La Federación, según el acuerdo, debería abarcar el 58 % del territorio de Bosnia, del cual dos tercios actualmente está ocupado por los serbios.

La ceremonia para la firma oficial del acuerdo entre bosnios musulamnes y bosnios croatas, ante la presencia del secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, está prevista para mañana sábado.

La reunión en Ginebra de los cancilleres europeos de Gran Bretaña, Francia, Bélgica y Grecia, y de Estados Unidos y Rusia fue definida como "reunión de la última esperanza".

Las grandes potencias, que ya han acumulado prácticamente la responsabilidad de las negociaciones, confían en una relativa tregua militar para imponer a las partes en causa una actitud más conciliadora, tarea que, a juzgar por las categóricas declaraciones hechas por Krajisnik, no se presenta fácil.

Por lo que respecta a los frentes bélicos no se reportaron enfrentamientos en Brcko —noroeste de Bosnia— pero en la vecina Tuzla, donde los musulmanes están a la defensiva, los serbios prosiguieron cañoneando la zona.

En Tuzla, el miércoles, hubo dos muertos y dos heridos.

En Sarajevo, dos observadores militares resultaron heridos, probablemente por balas disparadas por la artillería serbia. Uno de los cascos azules murió esta tarde a consecuencia de las graves heridas recibidas.

Todos están dispuestos a hacer lo posible por encontrar una solución política del conflicto bosnio, pero con puntos de vista diferentes.

Los europeos —incluidos los rusos— son favorables al plan de división de Bosnia entre serbios, croatas y musulmanes (49 % a los primeros y 51 a las otras dos etnias), con una cierta tendencia de Grecia a favor de los serbios, que ocupan actualmente el 70 % del territorio bosnio.

Estados Unidos en cambio, no quiere que dicho plan se imponga al presidente bosnio Alija Izetbegovic.

El desacuerdo se extiende después a la eventualidad de aliviar las sanciones impuestas por el Consejo de Seguridad de la ONU contra la Nueva Yugoslavia (Serbia y Montenegro): Estados Unidos está en contra, europeos y rusos son posibilistas.

La divergencia es total sobre la propensión norteamericana a levantar el embargo de armas a la Bosnia de Izetbegovic.

El Senado norteamericano votó ayer en favor del levantamiento del embargo impuesto a la venta de armas a los musulmanes por 50 votos a favor y 49 en contra.

9406493

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406494
TITULO Observadores de la ONU confirman ataque a BRCKO.
PROCEDENCIA 1500910
FECHA 13/5/94
VINCULACIÓN 11876
507697
501889
11164
11163

Bosnia

CONFIRMAN ATAQUE A BRCKO

Los observadores militares de la ONU estacionados en Brcko (Bosnia nordoriental) confirmaron que la ciudad fue alcanzada ayer por 10 granadas, informó hoy, miércoles, en Sarajevo el portavoz de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR), Eric Chapperon. El comandante Chapperon agregó que el ataque se produjo a las 19.30 hora local (17.30 gmt) y que murieron 3 personas, entre ellas una mujer embarazada y un niño, y otras 13 resultaron heridas. Los observadores militares no informaron de la autoría del ataque a esta ciudad controlada por los serbobosnios y rodeada por numerosas fuerzas del Ejército bosnio (mayoritariamente musulmán) y del ejército croatobosnio.

Continúan los bombardeos sobre Brcko

Sarajevo (UPI)
por Daniel J. Yovich

■ El Ejército del gobierno bosnio, de mayoría musulmana, alcanzó con proyectiles de artillería la ciudad de Brcko, controlada por los serbios, en un ataque lanzado desde posiciones al sur del valle del río Sava en el norte de Bosnia-Herzegovina, informó un portavoz de las Naciones Unidas (ONU).

"La planta de energía eléctrica al sur de la ciudad fue alcanzada por dos proyectiles y la ciudad no tiene electricidad", dijo el vocero de la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor), comandante Eric Chaperon.

"Las rondas de artillería continuaban ayer temprano", agregó.

No hubo información sobre posibles víctimas.

Brcko, cuya población antes de la guerra era de 90.000 habitantes y estaba compuesta por alrededor de 44 por ciento de musulmanes, 25 por ciento de croatas, 20 por ciento de serbios y el resto de otras minorías, está situado en el borde norte del corredor del valle del Río Sava, que se extiende por 7 quilómetros.

No se dispone de informes sobre la actual población de Brcko desde que los serbio-bosnios se apoderaron del enclave en junio de 1992.



Soldados serbios en posición de tiro en Brcko. (Telefoto de AFP)

El corredor controlado por los serbios, 220 quilómetros al norte de la capital bosnia de Sarajevo, es de importancia estratégica porque posee las únicas rutas de suministro asequibles al Ejército serbio-bosnio que unen Serbia directamente con enclaves tomados por los serbios en Bosnia-Herzegovina y Croacia.

En otras partes de Bosnia-Herzegovina, los soldados de la ONU que patrullan el borde sureste de tres quilómetros de zona total de exclusión impuesta por la Organización del Tratado del Atlántico Norte alrededor de la ciudad musulmana de Gorazde en el este, sitiada por los serbios, encontraron la noche del miércoles a ocho serbio-bosnios que dicen ser refugiados.

Los soldados de la ONU descubrieron armas pequeñas y una ametralladora pesada envuelta en mantas que llevaban los hombres, según declaró Chaperon.

"Estaban en un lugar donde no debían y era evidente que no eran refugiados, sino una cierta operación militar clandestina", dijo Chaperon.

01-02

9406494

Continúa el cañoneo sobre la ciudad de Brcko en Bosnia

A PUNTO DE ROMPERSE LA TREGUA EN BOSNIA

El general serbobosnio Novica Simic, comandante de la zona de Brcko (Posavina), dijo ayer miércoles que, si se repite el cañoneo de anoche contra esa ciudad bajo control de sus fuerzas, romperá el armisticio unilateral que proclamó la semana pasada.

Es posible que haya sido un acto de indisciplina del comandante musulmán local, no lo excluyo, pero si se repite, esa será la prueba de que tienen órdenes de Sarajevo y, créanme, lo van a pagar caro», advirtió el general Simic.

Una niña, su madre embarazada, uno de los abuelos y un policía murieron anoche, víctimas de 17 granadas de tanque y morteros, las primeras que caían en esta ciudad del norte de Bosnia desde hace tres semanas.

El centro de la apacible Brcko, una rica ciudad de 25.000 habitantes situada a orillas del caudaloso y navegable río Sava, está hoy cubierto de cristales de lunas de escaparate y ventanas, tras un cañoneo que parece no haber inmutado a nadie.

Un vecino de la familia siniestrada, el militar Zoran Alexic, explicó que la explosión le sorprendió camino del bar y que, por su ángulo de entrada, está seguro de que el proyectil procedía de Croacia.

El enorme boquete abierto en la parte que miraba al noroeste, en la calle Mariscal Tito número 18, parece probarlo, pero el general Simic mostró un extraño interés en convencer a los periodistas de que han sido los musulmanes y no los croatas.

En opinión de los observadores, los serbobosnios temen que la alianza política croata-musulmana se convierta en militar y, por ello, ponen gran cuidado en no irritar a los croatas.

Los observadores militares que la ONU instaló el pasado fin de semana en la zona de Brcko se han negado a divulgar el resultado de sus análisis sobre el ataque, pero informaron de que han protestado ante las autoridades musulmanas del II Cuerpo de Ejército de Tuzla.



A menudo los serbios han acusado a los musulmanes de «autotirarse» con sus morteros para atraer la piedad del mundo y éstos aseguran ahora que los serbios han «autocañoneado» Brcko para justificar la ofensiva de ensanche del corredor que estarían preparando, con el fin de ampliar el corredor que une Bosnia occidental con Serbia.

Pero el general Simic declaró, junto al comandante belga de la ONU, Van Alsenoy, que éste le comunicó que presentó una protesta a la comandancia musulmana de Tuzla por el ataque.

Los serbios no desean que el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas proclame «zona segura» un radio de 10 kilómetros en torno a Brcko, con derecho de la ONU a encargar represalias contra quien inicie un ataque contra ese lugar, sean musulmanes o serbios.

Según la edición de ayer del diario belgradense «Politika», los serbios temen que esa resolución permita a la ONU supervisar el tránsito y las cargas de los camiones que, procedentes de Serbia, se dirigen a Bosnia occidental o a las zonas de Croacia administradas por los rebeldes serbios de esa república.

«Iban a por nosotros», afirmó ayer Alexa Buja, ministro de Asuntos Exteriores de la autoproclamada república serbia de Bosnia, dado que la primera granada de tanque cayó a 100 metros de la sala donde el líder serbobosnio, Radovan Karadzic, preside la reunión de sus diputados.

Mientras que serbobosnios y musulmanes intercambian acusaciones de preparar una ofensiva, el hecho es que Brcko vive una paz envidiable para el resto de Bosnia, en medio de la fértil y rica Posavina, con más alimentos y bienes de consumo que en la propia Serbia.

02-02

9406494

Nº DOCUMENTO 9406495

TITULO Rusia se retira del régimen de sanciones decretado contra Serbia.

PROCEDENCIA Jur.

FECHA DE 14/5/94

VINCULACIONES 11876

507685

507696

507697

507294

11903

Bosnia

RUSIA A FAVOR DE SERBIA

La Duma rusa, Cámara baja del Parlamento, exigió el viernes, que Rusia se retire unilateralmente del régimen de sanciones decretado contra Serbia, en respuesta a la aprobación por el Senado de Estados Unidos del levantamiento del embargo de armas a los musulmanes de Bosnia. «En caso de levantamiento unilateral del embargo de suministros de armas a cualquiera de los combatientes en Bosnia, Rusia debe adoptar medidas de respuesta adecuadas, incluso planteando la cuestión de su salida unilateral del régimen de sanciones» contra Belgrado, indica la resolución aprobada por los diputados. Además, la Duma pide «a todos los parlamentos del mundo que no tomen medidas que contribuyan a desestabilizar la situación en la antigua Yugoslavia y, sobre todo, que conduzcan a la violación del embargo de suministros de armas a cualquiera de las partes en conflicto».

01-01

9406495

Nº. DOCUMENTO 9406496
TITULO Se reinician conversaciones de paz para Bosnia
PROCEDENCIA La Rep.
FECHA 14/5/94
VINCULACION 11876
507697
65890
507294
12640
11879

Los cancilleres norteamericano, ruso y de la Unión Europea acuerdan estrategia común

Reinician negociaciones de paz para Bosnia

*** Existe consenso de que el conflicto no puede resolverse por medios militares**

Los cancilleres de EEUU, Rusia y de la Unión Europea (UE) acordaron ayer una estrategia común para lograr que las partes en conflicto en Bosnia-Herzegovina regresen a la mesa de negociaciones.

■ El plan, que figura en una declaración aprobada al término de una reunión de seis horas, prevé la división de Bosnia en tres estados a unir en una federación en la cual los serbios deberían tener el 49 por ciento del territorio y el restante 51 por ciento debería corresponder a croatas y bosnios (musulmanes).

Actualmente, los serbio-bosnios controlan el 70 por ciento del territorio de Bosnia.

Los cancilleres invitaron a las partes a un inmediato cese del fuego.

Las divergencias sobre cómo afrontar la crisis bosnia parecen superadas, según el documento final del encuentro celebrado en la sede de la misión estadounidense en Ginebra. El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, expresó satisfacción, al igual que el canciller francés Alain Juppé, quien en su reciente visita a Washington había avanzado la posibilidad de un retiro del contingente francés (6.000 hombres) de las fuerzas de paz de la ONU (Unprofor) si la grave situación no se enfrenta con una posición común.

Todos los ministros presentes — por la UE los de Grecia, Bélgica, Alemania, Francia y Reino Unido, junto al comisario europeo Hans Van Den Broek— reconocieron la gravedad de la situación, pero se declararon listos a reunirse de nuevo en cualquier momento, si fuera necesario. En la declaración se reafirma que "el conflicto no puede resolverse con medios militares" y que Bosnia-Herzegovina "debe permanecer una única unión en el ámbito de las fronteras internacionalmente reconocidas".

Hoy se reunirá en Ginebra el "grupo de contacto" constituido en Londres a fines de abril y las tres partes en conflicto son invitadas a "comenzar negociaciones sustanciales bajo la dirección de dicho grupo en las dos próximas semanas".

En la reunión de ayer participaron también los copresidentes de la conferencia sobre la ex Yugoslavia, Thorvald Stoltenberg (ONU) y David Owen (UE).

El documento advierte a las partes en conflicto que no prosigan los ataques militares y define "inaceptable y riesgosa la búsqueda de soluciones militares".

Se reafirma el apoyo "a la determinación de la Comunidad Internacional de proceder en las operaciones necesarias para tutelar las zonas protegidas en Bosnia-Herzegovina", en base a las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU.

También se pide el libre tránsito de los convoyes de asistencia humanitarios en base a los acuerdos ya alcanzados. Luego hace un llamado a "un completo cese de las hostilidades, pesadas y la interposición de las fuerzas de la Unprofor". Se habla también de un acuerdo por un período de cuatro meses, con extensiones previstas.

01-01

9406496

Nº. DOCUMENTO 9406497
TITULO Europa pide mediación a EE.UU. en el conflicto de la ex-Yugoslavia.
PROCE... Jur.
FECHA DE 14/5/94
VINCULACI... 11876
507697 501889
10184 11164
65890 11833

El conflicto en la ex Yugoslavia, motivo de discusión entre europeos y norteamericanos

EUROPA PIDE MEDIACION A ESTADOS UNIDOS

Europa pide a los Estados Unidos que convenza a los musulmanes de que han perdido la guerra y acepten los buenos oficios de la ONU para obtener un tratado de paz lo más favorable posible, según la prensa serbia de ayer viernes.

Los medios políticos y de información de Belgrado tratan de resaltar las diferencias de enfoque existentes entre Washington, de un lado, y Bruselas y Moscú, del otro, respecto a la guerra de Bosnia.

La Unión Europea y Rusia se oponen al intento estadounidense de levantar el embargo armamentista impuesto a todos los países resultantes de la desintegración de la Yugoslavia Socialista Federal, Bosnia incluída.

Analistas e intelectuales bosnios musulmanes comentan a menudo que algunos sectores europeos se han servido de los serbios para yugular el surgimiento de un Estado independiente bosnio en el que temían que los fundamentalistas tomaran el poder.

Pero aunque el integrismo islámico está creciendo con la guerra y los sufrimientos de una población cañoneada por musulmana, los llamados «musulmanes» bosnios son una categoría étnica que tiene poco que ver con la religión.

La mayoría de ellos son vagamente monoteístas o ateos, aunque practican contadas fiestas religiosas por tradición, así como la circuncisión y otras ceremonias religiosas.

Se engloban en esa categoría étnica de sud-eslavos (yugo-eslavos) procedentes de familias islámicas que no deseaban declararse serbios o croatas (cristianos) en los censos.

Uno de los problemas de esta guerra es la imposibilidad de distinguir, por el idioma y el tipo físico, a un bosnio musulmán, serbio o croata; unidades musulmanas disfrazadas con uniformes serbios estuvieron a punto de tomar, el año pasado, sin un tiro, las laderas del Trebevice, en Sarajevo, pero desplegaron su bandera antes de tiempo. Toda la opinión pública occidental ha lamentado y condenado los 24 meses de cañoneo y asedio de Sarajevo, pero el hecho estratégico es que la ONU prohibió contraatacar tanto a los serbios, armados hasta los dientes, como a los musulmanes, casi desarmados al principio de la contienda, en abril de 1992.

La Yugoslavia Socialista Federal exportaba anualmente armas por valor de unos 2.000 millones de dólares , sobre todo a países del Tercer Mundo en los que estaba muy bien implantada, como cofundadora del Movimiento de los Países No Alineados.

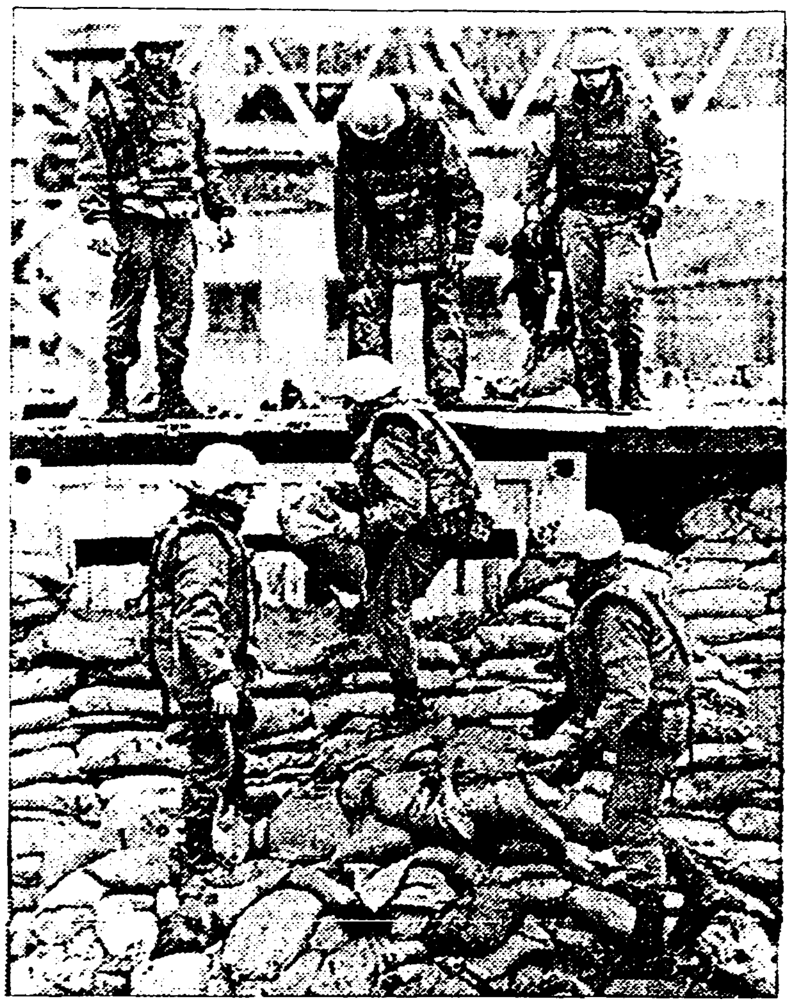
Aquél ejército puso en manos de los serbios bosnios el 90 por ciento de sus arsenales de Bosnia, los más repletos de Yugoslavia, incluídos unos 40 aviones y cientos de tanques, contra los que musulmanes y croatas bosnios combatieron con poco más que morteros.

Francia recuerda ahora que si los Estados Unidos levantaran el embargo armamentista, los serbios bosnios dispondrían, como mínimo, de unas semanas para lanzar una ofensiva antes de que las armas musulmanas llegaran y fueran operativas.

Se prevé que caerían en sus manos los tres enclaves del Este de Bosnia, Srebrenica, Zepa y Gorazde, y que la única forma de derrotar a los serbios de Bosnia sería la entrada en guerra de Croacia, a la que seguiría inevitablemente la de Serbia.

Francia, la potencia que más «cascos azules» tiene en Bosnia, lleva días advirtiendo de que los retirará si no se hace la paz pronto, lo que constituye una amenaza poco velada a los musulmanes, pero también una medida sensata para caso de conflicto inminente.

París, según medios políticos de Belgrado, estaría apretando así el punto débil de los Estados Unidos, que no quiere enviar infantería a Bosnia, a pesar de que el levantamiento unilateral del embargo le haría entrar en guerra contra los serbiosRearmar a los musulmanes y utilizar la aviación contra los abusos serbio bosnios no bastaría para derrotar a éstos, comentan medios diplomáticos de la Unión Europea en Belgrado.Europa se ha mantenido bastante impasible ante el conflicto de Bosnia, debido a la escasa importancia estratégica de esa zona, arrinconada entre Serbia, Croacia y el mar Adriático, fuera de los grandes ejes de comunicación que llevan de Austria e Italia hacia Turquía, Grecia y el oriente.Lo mismo ocurrió durante la Segunda Guerra Mundial, cuando los alemanes echaron a los partisanos comunistas de Serbia y Croacia, pero les permitieron luchar en Bosnia contra serbios «chetniks» y «ustasi» croatas, al margen de las carreteras que llevaban a Grecia y los campos de petróleo de Rumanía.



Los musulmanes perdieron la guerra dicen la UE y Rusia

Pero si el conflicto se incementara hasta amenazar con desencadenar una tercera contienda balcánica generalizada, tras las de 1912 y 1913, Europa podría tomar las medidas que no supo adoptar a tiempo cuando fue cogida por sorpresa en 1991 ante la guerra de secesión croata.Europa y Rusia han acercado sus posturas, tras negarse Moscú a seguir haciendo el ridículo y acusar a los serbios bosnios de mentir, pero seguirá mirando con recelo el protagonismo excesivo de otra potencia en los Balcanes.

01-01

9406497

Nº. DOCUMENTO 9406498
TITULO Se suspende firma del acuerdo sobre federación croata-musulmana
PROCEDENCIA Jun.
FECHA 14/5/94
VINCULACION 11876
507697
65658
65890
501889
110005

Se suspende la firma de los acuerdos sobre la federación croata- musulmana, anunciada para hoy

REUNION BAJO EL PARAGUAS DE ESTADOS UNIDOS

La firma anunciada para hoy sábado, en Ginebra de los acuerdos alcanzados esta semana en Viena sobre la federación croata-musulmana bajo el patrocinio de EEUU no se producirá y será sustituída por una «ceremonia de celebración».

Así lo afirmaron el viernes, los portavoces de la misión de Estados Unidos ante la sede europea de la ONU un día después de haber anunciado que el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, acogería el sábado la firma de dichos acuerdos.

«En efecto, ayer anunciamos la suscripción de esos acuerdos, pero mañana no habrá una ceremonia de firma en Ginebra, ya que en esos compromisos ya estamparon su firma los interesados en la capital austríaca», subrayó a EFE Sherry Bell, portavoz de la misión de EEUU ante la ONU en Ginebra.

Tanto el enviado especial de EEUU para los Balcanes, Charles Redmand, que hoy se encuentra en Ginebra, como la misión de ese país en la ciudad helvética habían declarado que la firma se produciría el sábado en presencia del secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher.

«Las cosas han cambiado. Mañana, (hoy), la misión de Estados Unidos en Ginebra organizará una reunión con la participación de Christopher y de los líderes croatas y musulmanes bosnios para celebrar los acuerdos de Viena, pero ya no se trata de una cermonia de firma», se limitó a indicar a EFE Bell, quien se negó a entrar en detalles acerca de los posibles motivos que han modificado los planes iniciales.

En la «reunión de amigos» que se celebrará hoy en Ginebra bajo el «paraguas» de EEUU participarán el primer ministro bosnio, el musulmán Haris Silajdzic; el jefe de la diplomacia de Croacia, Mate ranic; y el líder de los croatas de Bosnia-Herzegovina, Kresimir Zubak.croata, cuatro musulmana y dos mixtos, con representación política paritaria.

01-01 9406498

27/10/94 e/c

FROM : ARMADA NACIONAL (DINTE) PHONE NO. : 95 81 79 P01

Copia Nro. 01 de 02 Ejemplares.
Pagina 01 de 01 Paginas

RESERVADO

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

RESUMEN DE INFORMACION Nro. 083/994.-

AGENCIA:	DINTE.-
FECHA:	16 de junio de 1994.-
REFERENCIA:	PEDIDO DE INFORMACION NRO. 26/A/94
ORIGEN:	D.G.I.D..-
AREA/PAIS:	MONTEVIDEO / R.O.U.
DIFUSION ANTERIOR:	NEGATIVO
DISTRIBUCION:	D.G.I.D. - ARCHIVO.-
ANEXOS:	NEGATIVO
TEXTO:	Referente a lo solicitado, no se registran anotaciones.-

DIVISION INTELIGENCIA NAVAL — República O. del Uruguay

Capitán de Corbeta (C.G.)
OSCAR DOURRON
P/S/A/M Jefe de la División
Inteligencia Naval

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada 17 JUN. 1994
Pase a Antecedentes
Nº. de Orden 9406499

9406499

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 16.06.94
Pase a SIDI
Nº de Identificación 9406499

001/1

PERSONAL

Nº13.-

Montevideo, 15 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

INDUMOR: Cno. Maldonado Km. 15.500, continuan con el campamento y la olla sindical.-

U.N.T.M.R.A: Por convenios que defiendan y mejoren los salarios y fuentes laborales. En el día de mañana se efectuará una Asamblea General Ampliada con paro desde la hora 14.00'.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

SUATT: El 18/VI/ a la hora 16.00' efectuarán una asamblea para evaluar las medidas adoptadas. En reclamo del reintegro de dos operarias de Radio Taxi continuan en pre-conflicto, no recepcionandoles viajes de radio taxi de 14.00' a 20.00'.-

U.T.C: Desde el 2/VI/ se encuentran en pre-conflicto en reclamo de la media hora de descanso, no realizando horas extras, existiendo en General Flores y José Serrato Línea "I" un campamento y una olla sindical.-

2)- INFORMACION ESTATAL

CORTE ELECTORAL: Hoy a la hora 14.30 efectuarán una marcha desde la Corte Electoral hasta el Palacio Legislativo en el marco de un paro que finalizará a la hora 16.30'.-

CIA. DEL GAS: A la hora 11.00 efectuarán un Plenario de Delegados en el local sindical.-

INAME SUINA: En reclamo de la equiparación salarial con el resto de los funcionarios y la estabilidad laboral el 17/VI/ a la hora 15.00' efectuarán una asamblea.-

A.O.D.A.MTOP: El 17/VI/ efectuarán un Plenario de Delegados a la hora 15.00'.-

3)- INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO

1)-14/VI/94: Juzgado Letrado Civil 25 de Mayo Nro. 523 hora 16.50', allí se recepcionó una llamada telefónica anónima por parte de una voz del sexo masculino el que expresaba "Le voy a decir una sola vez hay una bomba". Al lugar concurrió personal de la Secc. 1ra. y de la D.N.B. los que efectuaron la inspección con resultados negativos.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ... de Defensa
DEP...
Fecha ... 17 JUN. 1994
Pase a Archivo - Militar
Nº. de ... 9406500

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 16.06.94
Pase a SIDI
Nº de Identificación 9406500

001/001

9406500

PERSONAL

P:139-

Montevideo,16 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: A la hora 14.00' efectuarán paro,con la realización de una asambleageneral ampliada,en el local de Luis A de Herrera 3972.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

S.U.A.T.T: El 18/VI/ a la hora 16.00' efectuarán una asamblea para evaluar las medidas adoptadas.Continuan en preconflicto no recepcionando los viajes de Radio Taxi de 14.00' a 20.00'.-

C.U.T.C.S.A: En reclamo de la media hora de descanso,no realizan horas extras.En General Flores y Serrato frente a la Linea "I" instalaron un campamento con olla sindical.-

TRANSPORTISTAS DE MERCADERIAS: En el día de ayer a la hora 15.30' se concentraron en el Parque Posadas unos 80 camiones.Esta movilización era en razon de estan finalizado el contrato y quedarían sin trabajo.-

2)- INFORMACION ESTATAL

CORTE ELECTORAL: En el día de ayer se concentraron en el Palacio Legislativo unas 100 personas a la hora 15.30' ingresando al mismo unos 5 delegados los que conversaron con Diputados.A la hora 16.30 salen de dicho edificio dispersandose los concentrados.El 17/VI/ se concentraran frente al edificio de la Corte Electoral.-

A.O.D.A.MTOP: El 17/VI/ a la hora 15.00' efectuaran un Plenario de Delegados.-

IRAME.SUINM: En reclamo de la equiparación salarial con el resto de los funcionarios a la hora 15.00' el 17/VI/ efectuarán una asamblea.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 17 JUN. 1994
Pasa a Archivo
N. de Orden 9406501

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 16.06.94
Pasa a SIDI
Nº de Identificación 9406601

001/1

CAMPO SICOSOCIAL
SECTOR RELIGION

M E M O R A N D U M 059/A/94

I. ASUNTO: Ondas de Amor y Paz.

II. TEXTO:(Extractado de la entrevista realizada 29/05/94)

A.El Líder de esta secta es el Pastor Pentecostal JORGE MARQUEZ, Nacido en la República Argentina, en la Provincia de San Juan, Arquitecto, casado con MARTA, dos hijas, vive en Montevideo en una casa alquilada, paga con dinero de los fieles.

B.Cantidad de miembros de la secta con carné 2.000, simpatizantes 10.000 aproximadamente, se recauda por mes entre 20.000 y 30.000 dólares, entre diezmos y colaboraciones.
Se aspira a tener un programa de televisión.

FECHA 4 / 7 / 94 (64)

OBSERVACIONES

El Jefe Division C. Sicosocial.

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

LA REPUBLICA
29/MAY/94

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 16 JUN. 1994
Pase a Archivo
Nº 940550 2

101/1

MINISTERIO ... SECRETARIA PRIVADA 0255221001? P.01
21 JUN. 1994
Archivo
94065.07

PERSONAL

P.140.-

Montevideo, 17 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES GREMIALES SOCIALES

PIT-CNT: En el día de hoy se reune la Mesa Representativa para decidir los detalles de la Jornada Civica del próximo 27/VI/.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

S.U.A.T.T: El 18/VI/ a la hora 16.00' efectuarán una asamblea para evaluar las medidas adoptadas. De 16.00' a 20.00' no recepcionan los viajes de Radio Taxi, continuando en conflicto.-

U.T.C: Continuan con la no realización de horas extras, instalando campamento con olla sindical en General Flores y José Serrato y Joanicó y Comercio, en reclamo de la media hora de descanso.-

INDUSTRIA QUIMICA

COLGEL: Carlos Ma. Ramirez 1470; en defensa de las fuentes de trabajo desde el 6/VI/ se encuentra ocupada.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Efectuarán hoy un comunicado de prensa para dar a conocer los resultados de la asamblea efectuada en el día de ayer.-

INDUNOR: Cno. Maldonado Km. 15.500 continuan con el campamento y la olla sindical frente a la planta.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FUN. CORTE ELECTORAL: A la hora 17.00' de hoy se concentrarán frente al Edificio de la Corte en 25 de Mayo e Ituzaingó, esta movilización es en reclamo de mejoras salariales.-

A.O.D.A.MSP: A la hora 08.00' se reunirá el Plenario de Delegados en el local de Río Branco 1280.-

INAME SUINM: A la hora 15.00' efectuarán una asamblea. Se encuentran movilizados en reclamo de la equiparación salarial con el resto de los funcionarios.-

-94065.07

N. DOCUMENTO 9406508
TITULO Serbios y musulmanes rechazan nuevo plan de paz para Bosnia.
PROCEDENCIA 15 65890
FECHA DE P. 15/5/94
VINCULACIONES 11876
507697
507696
10184
507294
65890
11879

LA INICIATIVA FUE PRESENTADA POR EE.UU., EUROPA Y RUSIA

Serbios y musulmanes rechazan un nuevo plan de paz para Bosnia

El presidente bosnio, Alija Izetbegovic, calificó ayer como "inaceptable" el nuevo plan de paz propuesto por Rusia, los Estados Unidos y algunos países europeos, que establece una tregua de cuatro meses en esa ex república yugoslava. Izetbegovic, un musulmán, consideró que esa tregua solo serviría para consolidar el actual statu quo militar, favorable a los serbios. Los dirigentes serbios de la república también rechazaron el plan, aunque por otras razones: solo les concede el 49% del territorio bosnio, cuando en estos momentos controlan prácticamente las dos terceras partes.

SARAJEVO, 14 (AFP, Reuter y EFE). — El gobierno de Bosnia (de mayoría musulmana) y las milicias serbias rechazaron este sábado, por razones contrapuestas, el nuevo plan de paz de Rusia, los Estados Unidos y los europeos, que proponía una tregua y la reanudación de negociaciones para una partición del país.

Los bosnios rechazaron la duración de la tregua propuesta (de cuatro meses), mientras que las milicias serbias consideran inaceptable el reparto territorial trazado por las potencias y la perspectiva de establecer vínculos constitucionales con musulmanes y croatas en el seno de una federación.

No obstante, ambos bandos evitaron afirmar que abandonarán la mesa de negociaciones.

El presidente bosnio, **Alija Izetbegovic**, calificó de **"inaceptable"** la propuesta de las potencias de un alto el fuego global de cuatro meses en Bosnia, por temer que un período tan largo acabe por avalar el actual statu quo militar, que da un 70% del territorio a las milicias serbias.

"Dos meses de alto el fuego bastan para una solución política. Los serbios quieren un alto el fuego permanente, lo que refleja su deseo de congelar la situación. Para nosotros, las dos opciones siguen disponibles, la militar y la política", señaló Izetbegovic.

El presidente bosnio, no obstante, manifestó su voluntad de volver **"a la mesa de negociaciones sin establecer precondiciones"**, insistiendo solamente en **"un acuerdo sobre la situación en Gorazde"**, enclave musulmán de Bosnia oriental.

En el bando opuesto, el líder del ala dura de las milicias serbias, **Momcilo Krajisnik**, criticó el plan de Rusia, los Estados Unidos y la Unión Europea (UE) porque prevé negociaciones en base al principio de un reparto que concedería el 51% del territorio bosnio a croatas y musulmanes.

"Los musulmanes y los croatas no pueden en ningún caso poseer una porción más grande de Bosnia que los serbios, porque no son ni los vencedores morales ni militares", declaró Krajisnik, que ostenta el cargo de "presidente" del "parlamento" (no reconocido) creado por las milicias serbias.

"Se debe tener en cuenta la situación de facto sobre el terreno, a saber, que los serbios controlan el 73% del territorio y poseen un 64%", añadió.

Antes del comienzo de la guerra, los serbios constituían el 32% de la población bosnia, los croatas el 21% y los musulmanes el 44%.

El líder restó importancia a la cuestión del reparto de territorio, pero insistió en que los serbios no aceptarán ningún tipo de unión con la Federación croato-musulmana de Bosnia.

El plan de las potencias prevé vínculos constitucionales entre serbios, croatas y musulmanes de Bosnia, en el seno de una "Unión".

"Nosotros hemos hecho la guerra porque no podíamos vivir juntos. En una confederación queda implícito que viviríamos juntos", dijo Krajisnik.

El plan aprobado el viernes en Ginebra por los jefes de las diplomacias de la UE, los Estados Unidos y Rusia no aportó novedades respecto de los planes de mediación europeos que estaban siendo propuestos desde hace meses sin éxito a los beligerantes.

El ejército bosnio y las milicias serbias libraron el sábado intensos duelos de artillería cerca de **Vares y Sapna**, en las proximidades de Tuzla (noreste). También se produjeron disparos de obuses y morteros al norte del enclave musulmán de Gorazde y cerca de Sarajevo, indicaron las fuerzas de la ONU.

9406508

01-03

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA DE 15/5/94
VINCULACIONES

Presidente bosnio rechazó tregua

El Presidente bosnio, el musulmán Alija Izetbegovic, consideró ayer "inaceptable" un cese del fuego de cuatro meses para poner fin a la guerra en Bosnia-Herzegovina, como propusieron Estados Unidos, Rusia y la Unión Europea.
SARAJEVO,GINEBRA/ANSA

"Un cese del fuego de cuatro meses es un tiempo inaceptable, bastan dos meses para llegar a una solución política del conflicto", dijo Izetbegovic a la prensa en Sarajevo.

Según el Presidente bosnio, "**insistir en un cese del fuego temporal significa dejar abierta la posibilidad de una nuevo recurso a las armas en caso de un fracaso político**".

Un cese del fuego permanente, agregó, "**refleja el deseo de los serbios de congelar la situación en el momento actual**".

Aun rechazando la cuota de reparto del 51 por ciento del territorio para musulmanes y croatas, frente a la del 49 para los serbios según el plan multinacional presentado en Ginebra, Izetbegovic subrayó puntos para él positivos de la iniciativa.

Por otra parte los esfuerzos diplomáticos que el viernes finalizaron con la declaración de Estados Unidos, Rusia y cinco países de la Unión Europea (UE) para que se reanuden en el plazo de dos semanas las negociaciones de paz para Bosnia, no parecen plantear por el momento perspectivas muy alentadoras para una rápida solución del conflicto.

Después de las inmediatas reacciones negativas de los bosnios y de los serbios, el aspecto positivo se encuentra en la actitud firme y unitaria de los participantes en la cumbre de Ginebra, que lograron superar las divergencias de los últimos tiempos.

El encuentro de ayer entre el Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, y el Canciller ruso Andrei Kozyrev, así como la sucesiva ceremonia con el Primer Ministro bosnio Haris Silajdzic y el Ministro croata Mate Granic, para celebrar el acuerdo de unirse en federación estipulado en Viena entre croatas y musulmanes de Bosnia, ofrecieron pocas variaciones en el escenario.

Christopher quiso destacar la importancia "**de haber alcanzado, por primera vez, un frente unido**" para enfrentar la crisis bosnia, y agregó que Estados Unidos siente "**una particular responsabilidad**" ante el gobierno de Sarajevo y hará lo posible para que se concluya "**un acuerdo aceptable y razonable**" para los musulmanes y para todas las partes.

También Kozyrev quiso poner de relieve "la gran utilidad" de la declaración del viernes para que se relancen las negociaciones de paz para Bosnia.

A la satisfacción de Occidente por el nuevo "frente unido" frente a la tragedia bosnia no se agregan, sin embargo, respuestas de las partes en conflicto que dejen prever que se puede proceder rápidamente a la aplicación de los puntos incluidos en la declaración.

Doce muertos en Sudáfrica

Doce jóvenes negros, de edades comprendidas entre los 13 y los 25 años, fueron asesinados a balazos en Tokoza, una pequeña ciudad situada al este de Johannesburgo.
JOHANNESBURGO/ANSA

Lo policía no pudo señalar hasta el momento el móvil de la tragedia, la más grave después de las recientes elecciones multirraciales que cambiaron el rostro de Sudáfrica, señalando el fin del apartheid.

En el pasado, Tokoza había sido escenario de sangrientos encuentros entre los seguidores del partido Inkata, de etnia zulú, y el Congreso Nacional Africano de Nelson Mandela.

Sin embargo, no se informó si las víctimas, todos trabajadores que vivían en la misma casa, desarrollaban algún tipo de actividad política.

02

9406508

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE 16/5/94
VINCULACION

RECHAZO AL PLAN DE PAZ ALIADO

EE.UU. y Rusia presionan al líder musulmán de Bosnia

La ciudad de Tuzla en el nordeste de Bosnia —una de las seis bajo protección de la ONU— entró ayer en su tercer día de guerra, con nuevos enfrentamientos, especialmente en el norte de la ciudad, entre musulmanes y serbios. Los gobiernos norteamericano y ruso instaron al jefe del gobierno bosnio, Alija Izetbegovic, a aceptar un plan de paz lanzado el viernes en Ginebra, que concede a los serbios el 49 por ciento del territorio bosnio, y reparte entre croatas y musulmanes el 51 por ciento restante.

SARAJEVO, 15 (AP y AFP). — Un día después de conocerse el rechazo serbio y musulmán a un plan de paz elaborado por Rusia, los Estados Unidos y Europa, el secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher** y el presidente ruso, Boris Yeltsin instaron hoy al jefe del gobierno bosnio (musulmán), **Alija Izetbegovic**, a **"no dejar pasar la oportunidad de la paz"**.

Aunque la coincidencia entre Moscú y Washington muestra un nuevo compromiso por parte de los dos países de trabajar juntos para poner fin a la guerra, la iniciativa se produce en medio de indicios de una nueva embestida de unidades del gobierno bosnio en el norte de la república.

Radio Sarajevo confirmó que las fuerzas musulmanas tomaron el control del monte **Ozren**, altura estratégica ubicada en las afueras de la ciudad de **Tuzla** —una de las seis bajo protección de la ONU—, y que también pasaron a manos musulmanas algunas aldeas de la zona circundante.

También la agencia de noticias serbias de Bosnia, SRNA, dio la noticia de la ofensiva de los musulmanes, que continuó por tercer día en el norte de Tuzla. Funcionarios de las Naciones Unidas dijeron que las fuerzas del gobierno de Bosnia habían conquistado allí unos 10 kilómetros cuadrados de territorio estratégico.

En una conversación telefónica con el presidente de Bosnia, Christopher dijo que los Estados Unidos **"están convencidos de que la parte Bosnia no dejará pasar la oportunidad de la paz"**, dijo hoy la radio de Bosnia.

El secretario de Estado sugirió que las objeciones al plan de paz podrían ser parte de una estrategia comprensible.

La emisora dijo también que Yeltsin expresó en una carta que si Izetbegovic utilizaba su autoridad e impedía **"acciones imprudentes del lado musulmán..., estaremos muy pronto firmando un acuerdo con los serbios acerca de un cese del fuego"**.

Rusia es un aliado tradicional de Serbia debido a sus vínculos comunes de índole étnica y religiosa. Está circunstancia la ha colocado frecuentemente en pugna con los Estados Unidos, que considera a los serbios de Bosnia como los agresores en la guerra de dos años que ha dejado 200.000 muertos o desaparecidos.

Rusia criticó sin embargo el mes pasado a los serbios por violar su palabra y por continuar atacando el enclave musulmán oriental de Gorazde. Desde entonces, Washington y Moscú parecen estar coordinando sus medidas más estrechamente.

Ambas potencias fueron mediadoras claves en las conversaciones de paz de Ginebra que el viernes llamaron a un cese del fuego de cuatro meses y a realizar negociaciones con vistas a dividir la república de forma que los serbios de Bosnia obtengan un 49 por ciento y la nueva federación croata-musulmana un 51 por ciento.

9406508

03-03

Nº. DOCUMENTO 9406509
TITULO La Unión Europea insiste en la división de Bosnia para llegar a la paz.
PROCED[illegible] La Rep.
FECHA [illegible] 17/5/94
VINCULAC[illegible] 11876
507697
12640
11879
11164

La Unión Europea insiste en la división de Bosnia para llegar a la paz

Zagreb (ANSA)

■ La división étnico-política de Bosnia-Herzegovina propuesta para la Unión Europea en Ginebra es la única posibilidad de detener la guerra y debe ser aceptada sin discusión por las partes en pugna, reafirmó el enviado ruso para Bosnia-Herzegovina, Vitali Churkin.

Churkin viajó a Belgrado para informar al presidente serbio, Slobodan Milosevic, el resultado de los coloquios mantenidos ayer en Ginebra.

En la ciudad helvética se reunieron los ministros de Exteriores de Estados Unidos, Rusia y de cinco de los estados miembros de la UE (Alemania, Bélgica, Francia, Grecia y Gran Bretaña), quienes pidieron el inmediato cese de las hostilidades en Bosnia-Herzegovina y la aceptación del plan para la división del territorio por las partes en conflicto.

Churkin reafirmó en Belgrado al líder serbio que la división territorial ideada en Ginebra —51% del territorio a la federación croata-musulmana y 49% a los serbios— no es negociable.

El enviado ruso dijo además que desde Belgrado regresará directamente a Moscú —sin detenerse en Pale, capital de la autoproclamada república serbia de Bosnia—, que a su vez parece decidida a hablar solamente con la capital serbia.

Por su parte, los mediadores de la UE y de la ONU, David Owen y Thorvald Stoltenberg, dieron su apoyo al enviado ruso para que insista a las partes en conflicto sobre la necesidad de llegar cuanto antes a un cese del fuego, que permita poner en práctica el plan de división territorial.

En el plano de la guerra, los enfrentamientos entre serbios y bosnios prosiguieron ayer en varios puntos de Bosnia, especialmente en los alrededores de Tuzla, mientras que las tropas musulmanas están atacando las unidades serbias en Maglaj, Zavidovici y Olovo, en el centro del país.

Italia, por su parte, podría enviar soldados a Bosnia en los cuerpos controlados por la ONU, según dijo el nuevo ministro de Exteriores de Roma, Antonio Martino, al margen de un consejo de ministros en Bruselas.

Según Martino, el envío de soldados italianos a Bosnia podría llevarse a cabo "bajo ciertas condiciones", en el ámbito de una "iniciativa internacional de la OTAN para hacer respetar un acuerdo de paz aceptado por todas las partes".



Un soldado serbio marcha por una trinchera buscando mejores posiciones en Tuzla. (Telefoto de AFP)

01-01

9406509

Nº. DOCUMENTO 9406510
TITULO Serbios continuan ofensiva contra Gorazde, Yeltsin reclama cumbre.
PROCEDENCIA P. 12
FECHA 20/5/94
VINCULACION 11876
507697
507294
65890
11164
11833

Bill Clinton estudia alternativas de acción en Bosnia, que incluyen la ampliación de los bombardeos. Yeltsin reclama una cumbre.

Decenas de miles de habitantes de Gorazde huían anoche hacia el este de la ciudad que se encuentra a merced de las tropas serbias de Bosnia, que desde hace tres semanas bombardean ése enclave musulmán con fuego de artillería. En Moscú, el presidente Boris Yeltsin reclamó a los serbios que se retiren de Gorazde y propuso una cumbre urgente con Estados Unidos, la ONU y la Unión Europea para buscar una solución a la guerra civil bosnia. En Washington, el presidente Bill Clinton resolvió lanzar un paquete de medidas militares y diplomáticas para recuperar protagonismo en la crisis bosnia, entre ellas la ampliación de los bombardeos contra posiciones serbias, propuesta que será planteada a la OTAN.

Las fuerzas serbias continuaron ayer su ofensiva contra Gorazde, en el sudeste de Bosnia-Herzegovina, pese a las condenas internacionales a las que se sumó también el gobierno de Rusia, hasta hace dos días su único aliado. Los ataques con artillería y los disparos de los francotiradores provocaron un verdadero caos en esta ciudad que desde que comenzaron los ataques serbios el pasado 29 de marzo recibió a más de 30.000 refugiados, con lo que su población llegó a las 65.000 personas.

Los bombardeos no han perdonado al hospital situado a 200 metros del frente, en la orilla derecha del río Drina, donde los heridos están tendidos en el suelo, en los pasillos y en las escaleras, y en su mayoría carecen de la atención mínima indispensable. Los serbios atacaron también la sede del Alto Comisariado de la ONU para los Refugiados (ACNUR), alcanzada al menos por dos balas de cañón.

Además de los bombardeos de artillería, en la ciudad actúan los francotiradores serbios que han provocado un desbande de la población, que se traslada desesperadamente hacia las zonas de la ciudad menos afectadas por los combates. En la periferia comenzaron las luchas casa por casa y en las calles sólo se ven ciudadanos desesperados que intentan escapar y animales traídos por los refugiados provenientes de la periferia, que ahora vagan por la ciudad.

Según los últimos balances difundidos por el ACNUR, en estos 20 días de bombardeos y desiguales combates entre los serbios y la resistencia musulmana se registró un saldo de 313 muertos y más de 1100 heridos, pero el mayor temor es lo que pueda ocurrir de aquí en más, a medida que los serbios se hagan cargo del control de una ciudad en la que los observadores internacionales han tenido que retirarse y, por lo tanto, la población ha quedado a merced del ejército vencedor.

A pesar de la cifra de bajas y de las evidencias de combates en el centro de la ciudad, el líder de los serbios bosnios Radovan Karadzic insistió en que la parte de la ciudad que se encuentra a la orilla izquierda del río Drina no le interesa y aseguró que los Cascos Azules podrían cumplir libremente sus tareas humanitarias. Aseguró que la actual ofensiva era una "respuesta a los ataques musulmanes" y acusó a los miembros de la UNPROFOR, organismo de las Naciones Unidas, de haber favorecido a los musulmanes.

La masacre perpetrada por los serbios en Gorazde y el riesgo que corren los otros enclaves musulmanes declarados "zonas de seguridad" por la ONU (Sarajevo, Bihac, Zepa, Tuzla y Srebrenica) provocaron reacciones en toda la comunidad internacional. Presionado por el fracaso de su gestión, el secretario de la ONU, Butros Ghali, jugó su última carta y pidió por escrito a su colega de la OTAN, Manfred Wöerner, que amplíe las operaciones militares para salvar a Gorazde.

Por su parte, el presidente norteamericano Bill Clinton se reunió durante toda la jornada con sus principales asesores y funcionarios para analizar un paquete de medidas diplomáticas y militares para obligar a los serbios a volver a la mesa de negociaciones. También propondrá a la OTAN la extensión de las operaciones militares para proteger a los enclaves musulmanes. Otra posibilidad es que Clinton dé el visto bueno a la propuesta del presidente ruso Boris Yeltsin, quien además de romper lanzas con los serbios propuso una cumbre con Estados Unidos, la ONU y la Unión Europea para analizar la crisis bosnia. "Merece consideración", fue el comentario de Clinton acerca de la propuesta rusa.

01-02

9406510

El fracaso de Occidente

The Guardian
De Londres

(Por Ian Traynor, desde Viena) La caída del reducto musulmán de Gorazde a manos de los serbios, que estuvieron cercando la ciudad sobre el río Drina durante dos años, marca la primera vez en la guerra de Bosnia que un lugar, que era considerado como un refugio seguro por la Naciones Unidas, es invadido. La resignación de la comunidad internacional ante la conquista y su renuencia para conseguir recursos para garantizar la protección que había prometido, constituye la mayor humillación sufrida por la ONU, la OTAN y las potencias occidentales durante la guerra hasta la fecha. La crisis de Gorazde corona dos años de parálisis occidental en Bosnia y llega como un clímax a meses de fracasos diplomáticos, mediaciones estériles, fallidos planes de paz y recurrentes disputas internacionales.

Los beneficiarios de este desorden son los serbios, que han explotado cada diferencia internacional sobre Bosnia. A la semana de los primeros ataques de la OTAN sobre Bosnia –vistos en perspectiva parecen haber alentado más que desanimado a la ofensiva serbia– Moscú está exigiendo un veto efectivo sobre las operaciones de la OTAN fuera del área. Las diferencias que hay entre Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña sobre Bosnia probablemente también refloten. Londres y París le echan en cara a Estados Unidos el no haber enviado tropas terrestres a Bosnia, mientras que los norteamericanos le reclaman a los europeos su inhabilidad para solucionar problemas sin descansar en la fuerza de Estados Unidos.

Desde que comenzó la guerra en Bosnia en abril de 1992, Europa y especialmente Gran Bretaña, dominaron la mediación internacional, produciendo tres planes fallidos. El esfuerzo de la ONU ha tambaleado de crisis en crisis, con poco personal, pocos recursos, convirtiéndose en el juguete de los bandos guerreros, especialmente los serbios y los croatas. Para año nuevo, con los esfuerzos de mediación bloqueados y la misión de la ONU debilitada, dos hechos hicieron renacer la esperanza. Estados Unidos hizo a un lado a los mediadores de la Unión Europea y de la ONU, Lord Owen y Thorvald Stoltenberg, y entraron a tallar fuerte en las negociaciones. La misión de la ONU también adquirió un comandante dinámico en la persona del general Michael Rose.

Los resultados fueron rápidos. Estados Unidos terminó con un año de la guerra musulmana-croata, imponiendo un pacto entre Croacia y el gobierno Bosnio. La OTAN y el general Rose aportaron algo de paz a Sarajevo a través de un ultimátum de bombardeos que neutralizó los fusiles del asedio de los serbios. Los rusos, mientras, imitaban los movimientos de Estados Unidos, activando más los esfuerzos diplomáticos, permitiéndoles a los serbios maniobrar frente a la política fuerte de Occidente. Justo cuando los movimientos combinados hacia la desmilitarización y las negociaciones políticas estaban llegando a la realidad de los mapas y los porcentajes territoriales –el tema que derrotó los anteriores planes de paz– explotó la situación de Gorazde.

Hubo para los serbios varios fundamentos: buscaban venganza por derrotas sufridas a manos de la ONU y la OTAN, un golpe preventivo que apuntaba a debilitar el acercamiento musulmán-croata, y una puñalada final para asegurarse un cruce de caminos estratégico en Bosnia oriental y crear un hecho consumado antes de regatear sobre los mapas.

Los serbios están dictando los términos de una tregua local que la ONU parece dispuesta a aceptar. Tal tregua congelaría la mayoría de las ganancias serbias de las últimas tres semanas y los dejaría en control de puntos logísticos. Luego es probable que vuelvan a su objetivo de lograr una tregua en toda Bosnia, patrullada por la ONU, que postergará el día que ellos tengan que devolver porciones de territorio a la federación musulmana-croata. Los serbios controlan más del 70 por ciento de Bosnia, una cifra que debe reducirse al 49 por ciento. Los musulmanes rechazan este trato, no quieren un cese de fuego que afiance sus pérdidas territoriales. Este es otro motivo por el cual los musulmanes están arraigados en Gorazde: se niegan a establecer la paz en los términos serbios. Si el esquema de Estados Unidos fracasó por Gorazde aún no queda claro. Pero en las capitales de Europa occidental, para no mencionar a Moscú, habrá un discreto rumor de que Estados Unidos, como Europa antes que ellos, también puede fracasar en Bosnia.

9406510

02-02

Nº. DOCUMENTO 9406511
TITULO Llegan cascos azules turcos a la ex Yugoslavia.
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA DE 22/5/94
VINCULACION 11876
507697
11878

La llegada de los cascos azules turcos plantea el tema de la solidaridad musulmana

Más de un siglo después de que los últimos regimientos otomanos abandonaran Bosnia, marcando la última etapa de decadencia del "hombre enfermo de Europa" (tal como se decía en la época en alusión al declinante imperio turco), soldados turcos vuelven a tomar posiciones defensivas en las colinas y valles de Bosnia-Herzegovina, su antigua provincia. Pero no se tema, el Imperio Otomano no ha vuelto, hasta la fecha por lo menos, por sus fueros reclamando sus dominios de otrora cuando la bandera roja de la Media Luna hacía temblar Europa. Ahora se trata de cascos azules de las Naciones Unidas aportados por el Gobierno turco para contribuir a supervisar una de las innumerables y demasiado frágiles treguas entre bosnios musulmanes y serbios invasores.

Pero a este puñado de soldados herederos de Kemmal Attartuk que vuelven a hollar el corazón de los Balcanes nadie le quita su importancia histórica, su fuerza sentimental para la castigada población bosnia y el rechinar de dientes que su presencia ha producido entre los amos de Belgrado. Naturalmente que ni estos turcos, que por más soldados internacionales que quieran parecer no podrán despojarse de sus sentimientos y simpatías, ni los casi 3.000 compañeros suyos que se irán desplegando en el Norte de la castigada Bosnia durante los próximos días constituyen la causa de la [illegible] preocupación de los expa[illegible] serbios. El motivo real de est[illegible], achacado a ancestrales odios entre eslavos y turcos, es la sombra de una reacción internacional musulmana y turca en concreto, que vuelque más dinero y recursos para sus hermanos de fe tan brutalmente tratados por el ejército serbio desplegado en Bosnia y por sus aliados terroristas irregulares.

Lo mismo que los cascos azules rusos que hace unos meses motivaron la alegría de los serbios étnicos que vieron, más bien equivocadamente en estas circunstancias de intervención pacífica internacional, en ellos aliados y salvadores, los batallones turcos desplegados en Bosnia traerán un hálito de esperanza para una causa, como la bosnia, ya casi sin remedio. Por motivos obvios, los cascos azules enviados por la autoridad de la ONU se desplegarán lejos de las líneas del frente bosnio-serbio. Pero en una guerra difusa y sin fronteras, el frente está en cualquier parte y los francotiradores son la ocupación más difundida en Bosnia-Herze[illegible] [illegible] turcos posiblemente [illegible] misma reacción resignada [illegible] de disciplina entre sus compañeros tal como ha ocurrido con sus colegas franceses o españoles.

La indignación no es buen ingrediente para la distensión

Se sabe que con la debacle soviética y el nacimiento a la libertad de las repúblicas musulmanas, los geopolíticos turcos están rediseñando su estrategia para devolver a su orgullosa nación algo del esplendor perdido. El incendio de Bosnia-Herzegovina y la indignación que está recorriendo el mundo islámico frente a la vesanía serbia y a la pasividad occidental, no son, además, buenos ingredientes para distender la situación. Una vez más, se observa cómo el endiablado panorama del avispero balcánico aporta otra situación de posible tensión internacional que va más allá de las fronteras regionales.

Mientras tanto, y como bien lo señala la especialista en temas del Este europeo y balcánicos del periódico "ABC" de Madrid, Cristina López Schlichting, los serbios siguen leyendo su "best seller", "Un país loco" ("Luda Zemlja") del medido psiquiatra y fundador del denominado Partido Democrático Serbio de Bosnia-Herzegovina, Jovan Raskovic. Este intelectual ultra nacionalista y xenófobo, recientemente muerto, sostiene que los croatas son incapaces de superar una suerte de complejo de Edipo político en los Balcanes. De acuerdo a esta teoría delirante, los croatas padecen un "síndrome de castración", una forma científica de denominar el "terror a la figura paterna" que los transforma en pusilánimes e incapaces de ejercer una auténtica autoridad y liderazgo.

Los serbios siguen leyendo su "best seller"

Respecto a los musulmanes bosnios, Raskovic y sus seguidores no son mucho más caritativos. Afirma el también fundador de partido títere Democrático Serbio de Croacia (instrumental en la agresión de Belgrado contra Zagreb hace tres años largos), que los bosnios sufren una "fijación anal" que los motiva compulsivamente a interesarse sólo por la adquisición de bienes y dineros. En resumen, sólo los serbios, superiores, tienen el fuego y el don de mando para liderar a los pueblos de la extinta Yugoslavia. De poco sirve ya que Jovan Raskovic (quien tuvo como pacientes a la flor y nata de los gerifaltes ultra nacionalistas serbios como Radovan Karadzic y Milan Martic) en su testamento político haya reconocido que "yo me siento responsable, porque fui yo quien hizo los preparativos para esta guerra, aunque no fueran los militares. Si yo no hubiera creado la tensión emocional en el pueblo serbio, nada hubiera ocurrido. Mi partido y yo encendimos la mecha del nacionalismo serbio".

Alberto Christian Márquez
(Especial para LA MAÑANA)

EX-YUGOSLAVIA
EXTENSION - POBLACION - FRONTERAS
Según la Constitución de 1974 y el Censo de 1981

Repúblicas y Provincias Autónomas	Extensión en km²	%	Población Habitantes	%	Densidad por km²	Fronteras
Bosnia y Herzegovina	51.129	20,0	4.124.050	18,4	80	Ext.: con el Mar Adriático; Int.: con Croacia, Serbia y Montenegro.
Croacia	56.535	22,1	4.601.469	20,5	81	Ext.: con Hungría y M. Adriático; Int.: con Eslovenia, Vojvodina y Bosnia-Herzegovina.
Eslovenia	20.251	8,0	1.891.864	8,4	93	Ext.: Italia, Austria, Hungría y Mar Adriático; Int.: con Croacia.
Macedonia	25.713	10,0	1.912.257	8,5	76	Ext.: con Bulgaria, Grecia y Albania; Int.: con Serbia y Kosovo.
Montenegro	13.812	5,4	584.310	2,6	42	Ext.: con Albania y M. Adriático; Int.: con Serbia, Kosovo, Bosnia-Herzegovina y Croacia.
Serbia	55.868	22,0	5.694.464	25,4	101	Ext.: con Rumania y Bulgaria; Int.: con Vojvodina, Macedonia, Kosovo, Montenegro y Bosnia-Herzegovina.
R.A. de Kosovo	10.887	4,0	1.584.441	7,1	145	Ext.: con Albania; Int.: con Serbia, Macedonia y Montenegro.
R.A. de Vojvodina	21.606	8,5	2.034.772	9,1	94	Ext.: con Hungría, Rumania; Int.: con Croacia, Serbia y Bosnia-Herzegovina.
Serbia, Incl. Kosovo y Vojv.	88.361	34,5	9.313.677	41,6	105	
EX-YUGOSLAVIA	255.804	100,0	22.427.585	100,0	87	Ext.: con Italia, Austria, Hungría, Bulgaria, Grecia, Albania y Mar Adriático.

9406511

Nº. DOCUMENTO 9406512

TITULO Se inician en Francia, conversaciones de paz para B. H.

P... Paris

FECHA DE ... 25/5/94

VINCULACION 11876

507697

65963

11879

SARAJEVO, 24 (Reuter). — Fuerzas serbias y musulmanas se enfrentan en el norte de Bosnia mientras los dirigentes de los bandos en conflicto llegan hoy a Francia para conversaciones que apuntan a poner fin a dos años de guerra en la ex república yugoslava.

El ministro de Relaciones Exteriores francés, Alain Juppe, señaló que las negociaciones determinarán si los bandos beligerantes están dispuestos a acordar la paz y amenazó con retirar las fuerzas de Francia de la ex Yugoslavia en caso contrario.

"Si las partes no quieren acordar la paz que proponemos, entonces nuestros soldados no tienen nada más que hacer en la región", declaró Juppe a la prensa en París.

Francia, que envió un contingente de 6.800 efectivos, es el principal contribuyente a la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas (UNPROFOR), que consta de 34.000 hombres.

El gobierno francés ya anunció que considera una reducción de sus fuerzas aproximadamente 5.000 soldados, debido en parte a una rotación de tropas y también a la frustración que provoca la ausencia de progresos en lo que se refiere a la paz.

Juppe señaló que la reunión que tendrá lugar el miércoles en Talloires, en el este de Francia, pondrá de manifiesto si los serbios bosnios y el gobierno musulmán —ahora aliado con los croatas— son en realidad sinceros respecto de la paz.

Sin nombrarlo, manifestó su pesar por declaraciones que hizo el lunes en París, el presidente musulmán Bosnia Alija Izetbegovic en el sentido de que los bosnios quieren luchar para recuperar territorio que ocuparon los serbios en lugar de aceptar una división injusta de su país.

Izetbegovic calificó el lunes de "inaceptable" un plan que concede el 51 por ciento de Bosnia a musulmanes y croatas y un 49 por ciento a los serbios.

Tal es la fórmula que propuso el grupo de enlace internacional que integran funcionarios de países occidentales y Rusia.

Los serbios bosnios anunciaron que Momcilo Karjisnik, presidente del parlamento, y el ministro de Relaciones exteriores Aleksa Buha, salieron rumbo a Francia para asistir a las conversaciones.

En Sarajevo, funcionarios del gobierno informaron que la delegación bosnia estará encabezada por el primer ministro Haris Silajdzic y el vicepresidente Ejup Ganic.

El dirigente croata bosnio Kresimir Zubak también participará en la reunión, que tendrá lugar a puertas cerradas.

Mientras se llevan a cabo los preparativos para las conversaciones, las Naciones Unidas informaron sobre nuevos enfrentamientos en el norte de Bosnia en las últimas 24 horas tras un ataque del ejército musulmán sobre posiciones serbias.

"Se desarrollan intensos combates, a juzgar por la cantidad de municiones que están utilizando", declaró a Reuter el vocero de la Fuerza de Protección de la ONU, mayor Dacre Holloway.

El ejército musulmán ataca posiciones serbias en Tesanj en un aparente intento de avanzar sobre una carretera al oeste de esa ciudad del norte de Bosnia". "Aparentemente estarían tratando de avanzar sobre la carretera", djo Holloway.

La ONU informó sobre fuertes bombardeos en la región, en la que cayeron 12 proyectiles por minuto en el lapso de media hora.

Agregó que el lunes por la noche fuerzas musulmanas bombardearon Brcko, zona que controlan los serbios en el norte de Bosnia.

La agencia de noticias serbia bosnia SRNA indicó que seis personas resultaron heridas, una de ellas de gravedad. La radio de Sarajevo que controlan los musulmanes señaló que tres civiles murieron y unos 10 resultaron heridos el lunes por la noche en la zona de Brcko

En Francia, el secretario general de la ONU Boutros Boutros Ghali manifestó que un levantamiento al embargo de armas a los musulmanes bosnios podrá agravar el conflicto en la región.

01-01

9406512

Nº. DOCUMENTO 9406513
TITULO Tanques serbios atacan Sarajevo pese al ultimátum de la OTAN.
PROCEDENCIA La Rep.
FECHA DE 25/5/94
VINCULACIONES 11876
508062
507697
11833

Nuevo desafío al ultimátum impuesto por la OTAN, que prohíbe armamento pesado dentro de un radio de 20 km de la capital bosnia

Tanques serbios atacan Sarajevo

Tanques del ejército serbio de Bosnia abrieron fuego ayer dentro de la zona de exclusión de Sarajevo, pese al ultimátum impuesto por la OTAN que prohíbe armamento pesado dentro de un radio de 20 quilómetros de la capital Bosnia, dijo un vocero militar.

Sarajevo (UPI)
por Daniel J. Yovich

■ "Los tanques serbios de Bosnia dispararon en la misma área el lunes por la mañana y tenemos información que no permite dudar que dispararon ayer otra vez", dijo el portavoz de las Fuerzas de Protección de la ONU, mayor Dacre Holloway.

"Nuestros observadores militares no tienen libertad de movimiento en el área, por lo cual es difícil la labor de identificación, pero podemos decir que los tanques aún están allá", agregó Holloway.

Los tanques abrieron fuego en el extremo norte de la zona de exclusión, precisó.

Los disparos fueron lanzados cerca de Breza y Visoko el lunes y el martes, dijo Holloway. Radio Sarajevo, la emisora controlada por el gobierno bosnio, informó que ataques provenientes de dos tanques y armas de fuego hicieron blanco ayer en la mañana de Breza desde el macizo de Nisici, en el extremo norte de la zona de exclusión. Breza y Visoko están ubicadas 120 quilómetros al norte del centro de Sarajevo.

Durante seis semanas, los serbo bosnios han desafiado el ultimátum de la OTAN emitido el 21 de febrero que prohíbe el control de armamento pesado cerca de Sarajevo.

Antes de la ofensiva con los dos tanques del lunes y ayer el ejército de los serbios de Bosnia controlaba otros cuatro tanques y otras diez armas pesadas en la zona de exclusión, dijo Holloway.

La mayor parte de los armamentos fue sustraída de los centros de almacenamiento custodiados por soldados de la ONU, y algunos están ubicados cerca de Cifluk, a 0,8 quilómetros de las nuevas posiciones de los tanques serbios.

En el oriental enclave musulmán de Gorazde, un número desconocido de soldados serbios de Bosnia se retiró el lunes del extremo norte de los 3 quilómetros de zona de exclusión total impuesta por la OTAN el 23 de abril, dijo un vocero de las Fuerzas de Protección de la ONU, mayor Rob Annink.

También en Gorazde, 215 civiles serbios de Bosnia se reunieron frente a la Oficina de Asuntos Sociales de la ONU, exigiendo regresar a sus hogares en las márgenes orientales del río Drina; la situación fue resuelta el lunes en la noche por el alcalde de Gorazde, dijo Annink.



Los serbios volvieron a lanzar ataques contra Sarajevo, incomodando nuevamente a la OTAN. (Telefoto de AFP)

01-01

9406513

Nº. DOCUMENTO 9406514
TITULO Serbobosnios atacan el noroeste de Bosnia y musulmanes en Bosnia central.
PROCEDENCIA La Jor.
FECHA DE 28/5/94
VINCULACIONES 11876
507697
11164
11833
11163

Los serbios atacan en Bihac y los musulmanes en Tesanj

BOSNIA: COMBATES EN EL NORTE Y EN EL CENTRO

Los serbobosnios prosiguen sus ataques contra el enclave musulmán de Bihac, al extremo noroeste de Bosnia, mientras prosigue la ofensiva musulmana en torno a la ciudad de Tesanj, en la Bosnia central.

Los serbobosnios lanzaron ayer 150 granadas contra las posiciones del Ejército bosnio (mayoritariamente musulmán) en los alrededores de Bihac.

En esos ataques murieron dos civiles y diecinueve resultaron heridos, manifestó hoy el comandante Rob Annink, representante de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR) en Sarajevo.

El presidente bosnio, Alia Izetbegovic, remitió el jueves una carta a los jefes de Estado de varios países occidentales y al secretario general de la ONU, con motivo de los ataques serbobosnios contra la zona protegida de Bihac.

«Las fuerzas serbias han iniciado un ataque general contra Bihac, ciudad amparada por la ONU, cercada desde el comienzo de la guerra. Nuestros soldados resisten pero su situación es extremadamente crítica y solicitamos una intervención urgente», destaca Izetbegovic en su misiva.

Sobre los ataques serbobosnios contra la zona protegida de Bihac, el jefe del Gobierno bosnio, el musulmán Haris Silajdzic, dialogó anoche en Zagreb (Croacia) con el presidente croata, Franjo Tudjman.

Hay seis zonas seguras amparadas por el Consejo de Seguridad en Bosnia: Bihac, Srebrenica, Zepa, Tuzla, Sarajevo y Gorazde; la OTAN tuvo que recurrir a la amenaza de un bombardeo para alejar a la artillería serbia de estas dos últimas ciudades.

La emisora pro musulmana «Radio Bosnia» informa de que Silajdzic y Tudjman trataron también de la proyectada visita de este último a Sarajevo.

Además de en Bihac, musulmanes eslavos y serbobosnios combaten también al norte, en torno a Tesanj, donde las fuerzas musulmanas prosiguen su ofensiva.

«Se están librando intensos duelos de artillería al norte de Tesanj, en la ruta que une Doboj y Tuzla», informó el jueves el comandante Annink.

El portavoz dijo que en esos enfrentamientos hubo víctimas civiles pero no mencionó el número de muertos y heridos.

Las fuerzas musulmanas intentan cercar el monte Ozren, controlado por los serbobosnios, y «limpiarlo» de soldados enemigos.

El comandante de UNPROFOR en Bosnia-Herzegovina, general Michael Rose, visitó ayer el enclave de Gorazde, en la Bosnia oriental, pero no logró entrevistarse con el jefe militar serbobosnio.

01-01

9406514

Aumenta la tensión militar en Bosnia

•Sin perspectivas de una solución negociada tras reunión en Francia

Tras una nueva e infructuosa ronda de tratativas entre musulmanes, croatas y serbios celebrada en Francia, las perspectivas de una solución de paz negociada en Bosnia Herzegovina siguen congeladas, mientras aumenta la tensión militar en el noreste de la república ex yugoslava.

Nº. DOCUMENTO 9406515
TITULO Aumenta tensión militar en Bosnia.
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA DE 28/5/94
VINCULACIONES 11876
507697
11833

SARAJEVO/ANSA

La jornada de conversaciones llevada a cabo ayer en la ciudad francesa de Talloires, bajo el patrocinio del llamado "grupo de contacto", concluyó sin que se llegara a definir una nueva propuesta de cese del fuego o un nuevo mapa de división de Bosnia Herzegovina entre las tres facciones en lucha.

El Primer Ministro bosnio (musulmán), Haris Silajdzic, dijo ayer a Radio Sarajevo: "No hemos logrado mucho, porque aunque nuestra delegación se condujo con responsabilidad, los agresores (serbios, NDR) no demostraron ser cooperativos, manteniendo la intransigencia de sus posiciones".

Por su parte, el jefe de la delegación serbio-bosnia, Momcilo Krajisnik, acusó al gobierno bosnio de bloquear la tratativa, al afirmar que "los musulmanes persisten en radicalizar su posición, dejando abierta tan solo la opción de la guerra".

A pesar de estas consideraciones por lo menos escépticas, el Canciller francés, Alain Juppé, sostuvo ayer en una entrevista difundida por Radio France Internationale que "las tratativas están acercándose a un punto crucial" y estimó que "en las próximas semanas podría haber un progreso decisivo, de aquí al próximo mes de julio".

Juppé dijo que el encuentro de Talloires "sirvió de todas formas para relanzar las tratativas según la línea definida el pasado 13 de mayo en Ginebra", cuando se creó la iniciativa del "grupo de contacto" (EE.UU., Rusia y cinco países de la Unión Europea".

Bombardeos

Mientras tanto, los voceros de las Naciones Unidas informaron ayer acerca de nuevos bombardeos, atribuidos a los serbio-bosnios, contra Gradacac y Celic, localidades del noreste de Bosnia, en la ruta que va de Tuzla a Doboj, mientras la agencia serbia SRNA acusó las fuerzas musulmanas de estar llevando a cabo una nueva ofensiva en la zona de Doboj.

Por otra parte, el mando de la Fuerza de Protección de la ONU (UNPROFOR) en Bosnia expresó ayer su frustración ante la imposibilidad de normalizar la situación en Gorazde, enclave musulmán en el sureste del país, más de un mes después de la proclamación de un ultimátum para obligar el retiro de las fuerzas serbio-bosnias.

El comandante de la UNPROFOR para Bosnia, el británico Michael Rose, llevó a cabo el jueves una visita de inspección en Gorazde, pero no puso encontrar al responsable militar serbio "porque no se hallaba presente", según indicó un vocero ONU.

Rose intentó asimismo reunirse con el líder serbio-bosnio, Radovan Karadzic, pero sin éxito.

Según los términos del ultimátum formulado por la ONU, y apoyado por la amenaza de nuevas incursiones aéreas de la Alianza Atlántica, los serbios debían retirar sus soldados fuera de una zona de exclusión de tres kilómetros alrededor de la ciudad.

El sábado pasado, los serbio-bosnios habían aceptado el retiro de sus últimos 150 hombres aún presentes dentro de la zona de exclusión, sobre la orilla derecha del río Drina, pero hasta ahora no han cumplido con el empeño, porque afirman que antes deben ser retirados los soldados bosnios (musulmanes) presentes en la orilla opuesta.

01-01

9406515

Nº. DOCUMENTO 9406516
TITULO Negociadores internacionales se reúnen con el pte. Karadzic,
PROCEDENCIA La Jur.
FECHA DE 30/4/94
VINCULACIONES 11876
507697
501889
11879

Dialogan con el presidente Karadzic sobre el proyecto de la ONU

NEGOCIADORES INTERNACIONALES PASAN A ZONA SERBOBOSNIA

El Grupo de Contacto de siete europeos, estadounidenses y rusos que median entre musulmanes y serbobosnios iniciaron ayer un encuentro, en Pale, con el presidente de la autoproclamada república serbia de Bosnia, Radovan Karadzic.

Fuentes de la delegación serbia han informado a los periodistas de que la reunión es a puerta cerrada y versará sobre el proyecto de la ONU, la Unión Europea, los Estados Unidos y Rusia de imponer un cese de hostilidades de cuatro meses durante el que se negociarían los mapas de la división de Bosnia.

Forman parte de la delegación, entre otros, el envíado especial estadounidense, Charles Redman, el ruso Alexey Nikiforov, el francés Pierre Masel, el alemán Michael Stainer y el británico David Moning.

El Presidente de Bosnia, el musulmán Alia Izetbegovic, aceptó el jueves un cese de hostilidades de «dos o tres meses» durante el que se confeccionarían los mapas de división federal del Estado, dado que los musulmanes insisten en el hecho de que Bosnia es un Estado reconocido por la ONU y que tiene que seguir unido.El Grupo de contacto surgió esta semana de una iniciativa del primer ministro británico, John Major, como conjunto negociador que, por primera vez, aúna y coordina las posturas de los mediadores tradicionales de esta crisis: la ONU, la Unión Europea, los Estados Unidos y Rusia.La Unión Europea se reincorpora con más fuerza al proceso negociador, tras haber cedido protagonismo a los Estados Unidos en febrero.Washington introdujo entonces el elemento político-militar nuevo de la protección de las seis «zonas seguras» bosnias amparadas por la ONU mediante el uso de la fuerza aérea de la OTAN si fuera necesario.

La ONU está representada por los negociadores de la Unión Europea en este viaje a Bosnia, tras el cual tendrán que confeccionar un informe que podría derivar en una reunión ministerial urgente de los Estados Unidos, Rusia y la Unión Europea para delinear un plan de pacificación.

Los musulmanes consideran que cuatro meses es demasiado tiempo de cese de hostilidades y que el verano puede contribuir a que Europa identifique la ausencia temporal de combates con la paz y las conquistas serbobosnias sean consideradas como hecho político consumado.La base de estas negociaciones sigue siendo la antigua propuesta de la Unión Europea, recogida en el Plan Owen-Stoltenberg, del británico David Owen, negociador de la UE y del noruego Torvald Stoltenberg, de la ONU.El eje numérico de ese plan era la división de los 51.000 kilómetros cuadrados de Bosnia en un 49,2 por ciento serbio, un 33,3 por ciento musulmán y un 17,5 por ciento croata.Los musulmanes lo rechazaron porque, siendo ellos el 44 por ciento de los cuatro millones y medio de Bosnios, reciben menos que los serbios, que son un tercio de la población y se quedarían con la mitad«En ningún caso puede corresponder a los serbios la mitad de Bosnia, no les dejaremos la Bosnia oriental (Gorazde, Srebrenica, Zepa) y exigiremos un mínimo del 55 por ciento del territorio», declaró el jueves por televisión el primer ministro bosnio, el musulmán Haris Silajdzic.Los analistas consideran que eso forma parte de un regateo iniciado ya por los serbobosnios, que reivindican ilusamente casi todo ese 70 por ciento de Bosnia que controlan militarmente, después de haber aceptado tácitamente el pasado otoño el 50 por ciento.Se comenta en fuentes diplomáticas europeas de Belgrado que a los Estados Unidos les cabe convencer a los musulmanes de que su derrota contra los serbobosnios en esta desigual guerra tiene inevitablemente un precio que la comunidad internacional tratará de hacer lo menos oneroso posible.Por lo que se romperán las lanzas en las próximas negociaciones es por la posesión de «calidad territorial», dado que, por ejemplo, los 150 kilómetros cuadrados de la orilla derecha del Drina a su paso por Gorazde, tienen más valor para los serbios que 1.000 kilómetros cuadrados en otro lugar.



Los negociadores internacionales en el conflicto serbiobosnio se reunieron con el presidente R. Karadzic.

9406516

01-01

N°. DOCUMENTO 9406517
TITULO Israel y la OLP firmarán acuerdo para autonomía de Gaza y Jericó.
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE PROCESO 2-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
500868
11005

Gobierno israelí autoriza a Rabin a firmar acuerdo con OLP

Jerusalén (AFP)

■ El gobierno israelí autorizó ayer al primer ministro Isaac Rabin a firmar el miércoles en El Cairo con la Organización de Liberación Palestina (OLP) el acuerdo para la aplicación de la autonomía en la franja de Gaza y en Jericó, anunciaron fuentes oficiales.

"El gobierno otorgó por unanimidad plenos poderes al primer ministro para firmar el miércoles el acuerdo con la OLP", declaró a los periodistas el ministro de Economía Shimon Shitrit al finalizar la reunión semanal del gabinete.

"Rabin reafirmó en esta ocasión que para Israel el objetivo de la autonomía no era la creación de un Estado palestino", agregó el ministro.

Otros minsitros no descartaron esa eventualaidad. El ministro de turismo Uri Baram, declaró al fin de la reunión que "el acuerdo que firmarán el miércoles Israel y la OLP en el Cairo desembocará en la creación de una entidad palestina independiente".

El gobierno obtuvo la seguridad de sus expertos jurídicos sobre el hecho de que la franja de Gaza y la región de Jericó (Cisjordania) "no tendrán carácter de Estado", aunque los palestinos podrán emitir sus propios sellos de correos y pasaportes, y dispondrán de un prefijo telefónico internacional, indicó Shitrit.

En el transcurso de la reunión, Rabin reprochó a los palestinos su "falta de cooperación", en todo lo concerniente al traspaso efectivo de poderes en la banda de Gaza y Jericó, agregó.

Por su parte, el ministro de Medio Ambiente, Yossi Sarid, declaró a la prensa que "es inconcebible que el acuerdo no quede firmado el miércoles".

La delegación israelí en las negociaciones, encabezadas por el general Amnon Shahak, adjunto a la jefatura de Estado Mayor, abandonó Israel el domingo rumbo a El Cairo, afirmaron fuentes oficiales.

Israelíes y palestinos ultimarán el domingo las conversaciones sobre el acuerdo global de autonomía que Rabin y Arafat firmarán el miércoles en la capital egipcia.

El presidente egipcio, Hosni Mubarak, y el secretario de Estado norteamericano Warren Christopher asistirán a la ceremonia de firma junto a otras numerosas personalidades extranjeras.

01-01

9406517

Nº. DOCUMENTO 9406518

TITULO La OLP está "preparada" para gobernar Gaza y Jericó.

PROCEDENCIA EL PAÍS

FECHA DE PROCEDENCIA 3-5-94

VINCULACIONES 11876

500868

11879

11831

3/5 E.P.

La OLP Dice Estar Preparada Para Gobernar Gaza y Jericó

EL CAIRO, 2 (AP). — El negociador jefe de la OLP dijo hoy que el acuerdo para una autonomía palestina limitada fue casi completado y que los palestinos están "preparados y ansiosos" por hacerse cargo de la franja de Gaza y la localidad cisjordana de Jericó.

El negociador Nabil Shaath habló con los periodistas después que el delegado jefe israelí regresó a Israel para informar al primer ministro Yitzhak Rabin y Egipto anunció planes para la firma del acuerdo el miércoles.

Shaath dijo que funcionarios de la OLP acudirán mañana a los territorios para coordinar su entrada con las autoridades israelíes y 1.000 policías quedarán listos el jueves para comenzar sus funciones.

"Creo que todo está preparado para poner en práctica este acuerdo inmediatamente tras la firma el miércoles", dijo Shaath a los periodistas.

Shaath agregó que se sentía "más confiado de que nos encontramos en el umbral de un gran logro para nuestro pueblo y para todas las personas en esta parte de mundo".

Indicó que los palestinos que se hagan cargo de los asuntos civiles acudirán en avión a la capital egipcia y desde allí irán a Gaza y Jericó. "Comenzarán a llegar en cuanto firmemos" el acuerdo, insistió.

Los negociadores necesitaron más de seis meses para establecer los detalles del acuerdo firmado el 13 de setiembre, que otorga una autonomía limitada a los palestinos.

El acuerdo pondrá fin a casi 27 años de ocupación en la franja de Gaza y la aldea cisjordana de Jericó. El estado judío capturó Gaza y la Margen Occidental del Jordán en la guerra del Oriente Medio de 1967.

Conforme al acuerdo firmado en setiembre en Washington, ambas partes comenzarán a negociar un acuerdo final de paz que decidirá el futuro de las otras zonas de Cisjordania aún ocupadas por Israel.

Shaath dijo que los aspectos legales del acuerdo fueron estipulados hoy, especialmente los concernientes a la jurisdicción de los extranjeros e israelíes detenidos en Gaza y Jericó.

Aún quedan pendientes ciertos aspectos de la seguridad, que podrían ser solucionados con premura, dijo Shaath. Agregó que el acuerdo sobre liberación de presos palestinos aún no fue confeccionado, aunque "fue concluido, todo fue acordado".

9406518

01-01

Nº. DOCUM.: 9406519
TITULO: Plan para la reconstrucción de ayuda internacional de Gaza y Jericó
PROCED.: REC. PREN (ASCC90)
FECHA: 4-5-94
VINCULACIÓN: 11876 / 66708 / 500808 / 11161 / 11412

Plan para la reconstrucción

En la víspera de la firma del acuerdo de autonomía palestina, el Banco Mundial presentó ayer un plan de ayuda internacional de 1200 millones de dólares para la reconstrucción de Gaza y Cisjordania en los próximos tres años. "Ha llegado la hora de centrarse en el desarrollo para que los palestinos de los territorios vean cambios en su vida cotidiana", dijo Spiros Voyadzis, jefe de la división para Medio Oriente del Banco Mundial.

El Programa de Ayuda de Emergencia a los territorios palestinos se basa en el compromiso de unos cuarenta países y organizaciones, que el pasado octubre acordaron en Washington ayudar a la reconstrucción de las infraestructuras en Gaza y Cisjordania con 2100 millones de dólares en cinco años. Posteriormente, las promesas de contribuciones de los países y organizaciones internacionales aumentaron a 2400 millones.

La reunión de octubre, bajo auspicios de Estados Unidos, se celebró menos de un mes después de que Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) firmaran su histórica Declaración de Principios para el proceso de autonomía palestina.

Voyadzis explicó que el plan del Banco Mundial, encargado de ayudar a los palestinos a poner en marcha el programa de ayuda –además de participar en las contribuciones–, tiene como prioridad coordinar las aportaciones de los países y organizaciones.

El programa fue establecido juntamente con los palestinos y en colaboración con Israel y las naciones que aportan los fondos. La distribución de la asistencia y las prioridades fueron aprobadas en una reunión el pasado diciembre. Según el programa de asistencia, se atribuirán 393 millones de dólares en el primer año, 379 millones en el segundo y 428 millones en el tercero. Los 1200 millones de dólares restantes serán otorgados en los dos años siguientes.

El jefe de la división para Medio Oriente del Banco Mundial señaló que el programa ya dispone de 720 millones de dólares, lo que supera las necesidades para el primer año.

El programa prevé otorgar unos trescientos millones de dólares para respaldar las inversiones del sector privado en diversos campos, especialmente las telecomunicaciones. Asimismo, incluye la concesión –en los tres años– de 73 millones de dólares para el sector de transportes, 111 millones para las aguas y tratamiento de aguas residuales, 57 millones para establecer un buen sistema de recolección de basura y 108 millones para el sector eléctrico.

Otros trece millones serán atribuidos al sector de las telecomunicaciones, treinta millones para las viviendas, ochenta millones para las infraestructuras en el sector de la educación, dieciocho millones en el de Sanidad (hospitales) y 46 millones para el sector agrícola.

El Banco Mundial tiene su plan económico para Gaza y Jericó

Washington (ANSA)

■ Inversiones en la construcción, transportes, educación y obras de infraestructura de base, realización de las estructuras físicas que hospedarán al "gobierno" de Gaza y Jericó, iniciativas diversificadas para estimular el flujo de capitales privados en los sectores de la industria, la agricultura y las telecomunicaciones.

Son esos los pilares del plan económico trienal de 1.200 millones de dólares, predispuesto por el Banco Mundial y por los expertos económicos de la OLP, en apoyo del acuerdo sobre la autonomía de Gaza y Jericó que será firmado hoy en El Cairo por el primer ministro de Israel, Isaac Rabin, y por el líder de la OLP, Yasser Arafat. El programa fue puesto a punto después de la conferencia de octubre pasado en Washington en la cual alrededor de 40 países se comprometieron a aportar los 2.400 millones de dólares a favor de los palestinos en el próximo quinquenio. Entre los mayores donantes se destacan la Unión Europea (600 millones de dólares), Estados Unidos (500), Japón (200), Noruega (150), Arabia Saudita (100), e Italia (80).

Las "promesas" de los distintos contribuyentes a la reconstrucción palestina fueron organizadas en un proyecto coherente por el Banco Mundial y los economistas de Arafat, que ahora definieron las prioridades y la utilización por alrededor del 50 por ciento de las reservas financieras totales a disposición.

"La esperanza de un buen resultado del proceso de paz —declaró el vicepresidente del Banco Mundial para Medio Oriente y el norte de Africa, Caio Koch-Weser— están relacionados con un rápido mejoramiento de los estándar de vida de los palestinos. El plan y los fondos que lo financian están destinados a aliviar las necesidades esenciales y a crear nuevas infraestructuras sociales y materiales".

Bautizado "Programa de Asistencia para los Territorios Ocupados", el plan está compuesto por cuatro capítulos fundamentales:

1) Inversiones infraestructurales: Es la cuota más grande de las intervenciones (600 millones de dólares), concentradas en edificación, telecomunicaciones, red hídrica, de caminos y de electricidad. A la West Bank irán alrededor de 336 millones y a Gaza 234.

2) Estructuras institucionales: Los costos para la puesta en marcha de las instituciones que administrarán la autonomía palestina están estimados en alrededor de 225 millones de dólares.

3) Estímulo inversiones privadas: Alrededor de 300 millones de dólares serán utilizados para crear una suerte de banco central palestino y para construir el establecimiento legal y reglamentar la tutela de los capitales privados en grandes obras de infraestructura.

4) Asistencia tecnológica: Para una serie de intervenciones de consultoría especializada y varios proyectos de factibilidad, se dispusieron 75 millonesde dólares.

9406519

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406520
TITULO Shimon Peres defiende política de paz.
FECHA 3-5-94
VINCULACION 11876
507603
11879
11164
11005

Shimon Peres defiende política de paz

3/5

● El Knesset dio apoyo al Gobierno ante firma del acuerdo con palestinos

El Parlamento israelí (Knesset) rechazó tres mociones de desconfianza contra el Gobierno presentadas por los partidos de oposición de derecha ante la próxima firma del acuerdo Israel-OLP sobre Gaza y Jericó, y la disposición israelí de devolver a Siria las alturas del Golán a cambio de un acuerdo de paz.

JERUSALEN/ANSA

El Canciller israelí, Shimon Peres, en respuesta a las tres mociones de desconfianza presentadas en una tempestuosa sesión del Parlamento, defendió la política de paz y la próxima firma del acuerdo con la OLP y Jericó.

El Gobierno, explicó Peres en alusión a los acuerdos de paz con la OLP, "ha tomado una decisión histórica y tomado una nueva vía", que es "la única posible política, estratégica y moralmente", pues "no queremos dominar a otro pueblo ni tampoco reprimirlo".

En su discurso, que se prolongó más de lo previsto a causa de las interrupciones y las ruidosas reacciones de los diputados de la oposición (tres de ellos fueron expulsados del aula), el jefe de la diplomacia israelí negó categóricamente que el Primer Ministro Yitzhak Rabin haya entregado al Secretario de Estado norteamericano Warren Christopher mapas del Golán con indicaciones de las líneas de un eventual retiro israelí de este territorio.

"No hemos presentado mapas del Golán ni los presentaremos hasta que no conozcamos los demás elementos que nos interesan y hasta que Siria no dé pruebas de haber cambiado de actitud", añadiendo que su país "está dispuesto a un compromiso territorial" sobre el Golán.

Peres destacó que esta cuestión es inseparable de un "paquete" que debe incluir también medidas para la seguridad de Israel y los elementos de normalización de las relaciones entre Siria y el Estado israelí.

El Canciller israelí afirmó que el próximo 4 de mayo (cuando se firme en El Cairo el acuerdo israelí-OLP sobre Gaza y Jericó) será "un gran día para Israel", que por fin "se liberará de la responsabilidad de 800 mil palestinos que viven en una pequeña franja de territorio (Gaza).

Con la concesión de la autonomía, afirmó luego, "hemos impedido el nacimiento de un estado palestino" en los territorios ocupados.

Por último, a los diputados que acusaban al Gobierno de debilidad en la represión del terrorismo, Peres observó: "Es una ilusión pensar que el terrorismo pueda reprimirse sólo con el Ejército y Policía, las vías políticas son también necesarias". Al abrirse el debate, el ex Ministro de Relaciones Exteriores David Levy, exponente del Likud, definió el acuerdo con la OLP "una rendición voluntaria del Gobierno" ante la central palestina y un documento que llevará a la creación de un estado palestino en los territorios.

01-02 9406520

El premier israelí enfrenta a la oposición ultraderechista

RABIN DEFIENDE EL ACUERDO CON ARAFAT EN EL PARLAMENTO

12/5 [illegible]

El jefe del Gobierno israelí, Isaac Rabin, pidió ayer, miércoles, el respaldo del Parlamento para su acuerdo con Yaser Arafat para la autonomía de Gaza y Jericó, después de su aprobación unánime en el Consejo de Ministros.

El histórico acuerdo fue firmado, tras siete meses de duras negociaciones, el pasado día 4 en El Cairo por Arafat, presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), y el primer ministro Rabin.

«Nuestras mayores preocupaciones al negociarlo han sido dejar de dirigir la vida de los palestinos por un lado, y evitar los riesgos para nuestros soldados», afirmó el Primer Ministro israelí en la sesión parlamentaria.

Rabin subrayó que ningún gobierno, «ni siquiera los que han sido encabezados por partidos que aspiran a la totalidad de la Tierra de Israel», se atrevió a anexionar Gaza y Cisjordania, de cuya ocupación se cumplirán 27 años en junio próximo.

«Y eso no es una casualidad sino que se debe a que todos saben que anexar a 1.800.000 palestinos (residentes en esos territorios) causará al Estado de Israel la pérdida de su peculiaridad judía y de su régimen democrático», afirmó Rabin.

Rabin subrayó que con «este acuerdo conseguimos el máximo para garantizar la seguridad de Israel», al describir y explicar cada uno de sus puntos, entre ellos los militares.

Los primeros agentes de la policía palestina, de un total de 9.000 que servirán en las zonas autónomas, comenzaron a entrar en la franja de Gaza, y ayer llegaron cuatro de sus oficiales al enclave cisjordano de Jericó.

El primer orador de la oposición fue el líder del bloque Likud, Benjamín Netanyahu, quien denunció el acuerdo como «la peor derrota política en la historia de Israel», y acusó a Rabin de «haber sentado las bases de un Estado terrorista palestino».



Rabín busca que el Parlamento apruebe su acuerdo con Arafat

«Si los israelíes no tenemos derecho ya a residir en Gaza y Jericó, es que tampoco lo tenemos para vivir en ningún otro sitio de nuestro país», afirmó Netanyahu.

Rabin indicó al Parlamento que su Gobierno «quiere poner fin a más de cien años de odio» y ha dado este primer paso pues «creemos que es posible la convivencia pacífica entre los dos pueblos en esta estrecha franja de tierra».

«No hay nada secreto en este acuerdo que tenéis a la vista; todo está sobre la mesa», afirmó el Primer Ministro a los legisladores, de los cuales 40 han pedido intervenir en el debate.

Rabin dijo que Arafat se ha comprometido por escrito a no proclamar un Estado soberano en las zonas autónomas de Gaza y Jericó, y a no atacar a Israel desde esos territorios, «aunque todos los acuerdos tienen sus riesgos», aclaró.

El jefe del Gobierno reveló que más de 400 de los primeros 2.500 presos palestinos que deben recuperar su libertad con motivo del acuerdo se han negado a firmar una declaración jurada por la cual renuncian a la violencia y aceptan el proceso de paz.

«Por tanto, hasta que no firmen esa declaración no saldrán en libertad», dijo Rabin, y tampoco los presos del Movimiento de Resistencia Islámica (HAMAS) de la Yihad Islámica, que repudian los acuerdos de la OLP -a la que no están afiliados.

La votación en la Kneset se espera para las últimas horas de esta noche pero, cualquiera que sea el resultado la validez del acuerdo ya ha sido sancionada internacionalmente.

La transferencia de la zona autónoma de Jericó y del sur de Gaza a la OLP no se completará hasta el viernes, según informó el ministro para Asuntos del Medio Ambiente, Yosi Sarid, y la del resto de Gaza hasta el próximo miércoles 18.EFE

9406520

9406521
Arabes piden a Israel reducción de armas nucleares
LO REP (15C023)
FECH 5-5-94
VINCUL 11876 507603 516232 11892

Arabes piden a Israel la reducción de armas nucleares

Abu Dhabi (IPS)
por Ahmad Mardini

■ Los países árabes, que manifestaron reticencias respecto al proceso de paz en Medio Oriente, sostienen que Israel debe adoptar medidas prácticas de reducción de sus armas nucleares antes de la suscripción de cualquier tratado de cooperación.

Medio Oriente debe ser una zona libre de armas de destrucción masiva, afirmaron delegados árabes durante las negociaciones que se llevan a cabo en Doha.

Descontando el apoyo a sus demandas por las Naciones Unidas, los representantes de esos países sostuvieron que el control sobre los armamentos nucleares debe ser uno de los puntos a tratar en las discusiones de paz.

Más de 40 estados, incluyendo a Israel y la mayoría de los países árabes, participan en las negociaciones multilaterales, que se llevan a cabo hasta hoy jueves a puertas cerradas.

En sus informes sobre la conferencia, los medios de comunicación de Qatar omiten toda referencia a Israel, país con el cual el mundo árabe, exceptuado Egipto, está oficialmente en guerra.

Este es el quinto encuentro del comité de control de armas y de seguridad, uno de los cinco grupos multilaterales creados en el marco del proceso de paz iniciado en Madrid en 1991.

Las otras cuatro instancias de negociación tienen intervención en los temas de los refugiados, el agua, el medio ambiente y el desarrollo económico.

Esta es la primera vez que árabes e israelíes negocian directamente sobre los temas de desarme sin intervención de Estados Unidos o Rusia, copatrocinantes del proceso de paz.

En una iniciativa para alcanzar un compromiso, Qatar, que preside el encuentro, propuso que los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU "actúen como garantes del establecimiento de una zona libre de todo armamento de destrucción masiva".

La propuesta incluye la creación de un centro para controlar el efectivo cumplimiento de ese objetivo.

Para las delegaciones árabes, la destrucción de los arsenales nucleares por Israel sería la medida más eficaz para instaurar la confianza entre todos los actores e iniciar un verdadero proceso de posguerra en Medio Oriente.

Ese grupo de países rechaza la idea de establecer un equilibrio de fuerzas entre Israel y un mundo árabe profundamente dividido.

El desarme en la región "no puede perjudicar a ninguna nación en particular ni favorecer a otra" y debe ser llevado a cabo con "la aprobación unánime de todas las partes", indica la propuesta.

Una cláusula del texto señala la necesidad de una "reducción de los arsenales y del personal de las Fuerzas Armadas" de los distintos países.

Qatar y otros miembros del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG, integrado también por Arabia Saudí, Kuwait, Omán, Bahrein y los Emiratos Arabes Unidos) admitieron que las negociaciones de paz no tendrán resultado hasta que Siria, Líbano, Jordania y los palestinos acepten el proceso de paz.

Hamad Jabr Al Thani, ministro de Relaciones Exteriores de Qatar, urgió a Israel a someter su potencial nuclear a una inspección internacional y a suscribir el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNPN).

Siria y Líbano boicotearon estas negociaciones multilaterales por considerar que constituyen un mecanismo para "normalizar" la condición del Estado judío.

Ambos países se pronunciaron en favor de la instauración, en una primera etapa, de un diálogo bilateral entre Israel y las diferentes naciones árabes.

En abril, Omán se constituyó en el primer Estado del Golfo en recibir una delegación israelí, al presidir una reunión multilateral sobre el reparto de los escasos recursos de agua en la región.

La delegación de Israel al encuentro de Qatar cuenta con 21 miembros y está presidida por el director general del Ministerio de Defensa, David Ivri.

De acuerdo a informes de los servicios de inteligencia occidentales, Israel posee actualmente 100 cabezas nucleares y una planta de fabricación de plutonio. El Estado judío se negó a firmar el TNPN, que restringe el uso de la energía nuclear a fines pacíficos.

01-01
9406521

Nº. DOCUMENTO 9406522
TITULO OLP - ISRAEL concretaron acuerdo de paz
PROCEDENCIA REC PREN (ACUERDO)
FECHA DE 6-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
500868
11879
11005

partes poco legibles

A pesar de un último percance, la OLP e Israel concretaron acuerdo de paz

5/5

El Primer Ministro israelí Yitzhak Rabin y el jefe de la OLP, Yasser Arafat, firmaron ayer de mañana el histórico acuerdo para la aplicación de la autonomía de Gaza y Jericó por la cual las tropas israelíes, a partir de ayer y en el plazo de tres semanas, se retirarán de estas zonas.

EL CAIRO/ANSA

El documento fue firmado por Rabin y por Arafat y signado por Warren Christopher y Andrei Kozyrev, los jefes de la diplomacia de Estados Unidos y Rusia, patrocinadores de la Conferencia de Madrid.

Un sentido aplauso saludó la aparición de los cuatro a las 8.17 GMT, acompañados por el Presidente egipcio Hosni Mubarak.

Un pequeño accidente se produjo durante la firma. Arafat primero y Rabin después se negaron a firmar los mapas anexos referentes a la autonomía de Jericó. Particularmente desconfiado apareció el líder de la OLP, moviendo la cabeza negativamente y murmurando algunas palabras en voz baja a Mubarak, durante el discurso de Christopher y del Canciller ruso, mientras Rabin llamó junto a sí al Canciller, Shimon Peres, para que lo informara al respecto.

El problema era que el acuerdo incluía un mapa territorial de la zona de Jericó que "no es aceptado por la población palestina."

Según el Ministro israelí de Comunicaciones, Aloni, presente en la ceremonia, el malentendido habría sido provocado por el hecho de que Arafat no vio el mapa que traza el redespliegue de las fuerzas militares israelíes en el distrito de Jericó.

Al final, tras una breve suspensión de la ceremonia, el Presidente egipcio, Hosni Mubarak, el Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher y el Ministro ruso de Asuntos Exteriores lograron "convencer a Arafat de que la superficie de Jericó y [illegible] te palestina.

El Jefe del Gobierno israelí señaló que "sin la firma de Arafat en los mapas el acuerdo no tendría sentido", y "si él no hubiera firmado los mapas, yo tampoco lo habría hecho".

Asimismo el jefe de [illegible]

que [illegible] sobre la superficie [illegible] de un camino de trece kilómetros en Gaza que conduce a un [illegible]

Después de la firma [illegible] Mubarak [illegible] la mano, y el Canciller ruso [illegible] Peres [illegible] al escenario y pronunció el discurso.

Acuerdo largamente esperado

La ceremonia de la firma, a la que asistieron más de 2.500 personas y unos 500 periodistas, se realizó en el palacio de los Congresos del barrio Cité Nasr de El Cairo, a pocos pasos del monumento que recuerda al Presidente Anuar el Sadat, levantado en el mismo lugar donde el estadista fue asesinado el 6 de octubre de 1981, cuatro años después de su histórico viaje a Jerusalén.

Fuera del edificio, desde las primeras horas de la mañana se concentraron numerosos jóvenes que portaban ramas de olivo y levantaban carteles en árabe y en hebreo en los que se invitaba a la paz.

El acuerdo para la autonomía de Gaza y Jericó debía ser firmado antes del 12 de diciembre, según la Declaración de Principios firmada por Israel y la OLP en Washington el 13 de setiembre, tras las negociaciones secretas en Oslo. [illegible] Declaración, el retiro [illegible]

"Día negro para Israel"

Mientras en El Cairo ya se festejaba el triunfo del acuerdo, en Tel Aviv el Likud pedía la disolución del Parlamento y la celebración de elecciones anticipadas para el próximo 12 de ju[illegible]

"El Gobierno de Yitzhak Rabin ha dado pruebas de ser incapaz de guiar al pueblo israelí al aceptar la presencia de una soberanía extranjera al oeste del río Jordán", afirmó el líder del Likud, Benyamin Netanyahu.

Por su parte, Rehovam Zeev, líder del Partido de extrema derecha Moledet, dijo que ayer era "un día negro para Israel".

Pero no fue "un día negro" para los territorios ocupados, sobre todo para Gaza y Jericó.

Limitada alegría

En Jericó la gente pudo seguir la ceremonia de la firma por televisión y recibió la noticia del acontecimiento con alegría, pero sin exageradas expresiones de júbilo como ocurrió en ocasión de la firma en Washington de la Declaración de Principios, el 13 de setiembre de 1993.

Colonos israelíes lograron superar los puestos de control de los soldados de su país y oraron en la antigua sinagoga de Jericó.

En Gaza las expresiones de satisfacción fueron limitadas: el movimiento integrista HAMAS proclamó dos días de luto para manifestar su oposición a los acuerdos OLP-Israel. En la franja, los soldados israelíes siguieron desmantelando sus campamentos.

[illegible] dos.

En Erez, entre Gaza e Israel, los 3.000 obreros palestinos que trabajan en Israel se dirigieron como todos los días a sus puestos de trabajo.

A las 11.15, mientras en El Cairo concluía la ceremonia de la firma, [illegible] se abrieron para dar paso a los primeros detenidos palestinos puestos en libertad en base a los acuerdos.

Según la radio militar, ocho ómnibus de presos salieron de la prisión rumbo a Gaza.

Según el acuerdo, 2.500 palestinos de los 10.000 detenidos en las cárceles de Israel deben ser liberados.

Felicitan Clinton y Boutros-Ghali

Por su parte el Presidente Clinton llamó ayer por teléfono al líder palestino, al Primer Ministro de Israel y al Presidente de Egipto para felicitarlos por la firma del acuerdo de autonomía palestina.

En su conversación con Arafat, Clinton indicó que "Estados Unidos está dispuesto a ayudar" a los palestinos en la aplicación del proceso de autonomía.

Según esas fuentes, el líder de la OLP le respondió al Presidente estadounidense que "nada habría sido posible" sin su respaldo.

Por otra parte, en su llamada a Rabin, el Presidente Clinton destacó "el valor, el liderazgo y la determinación" del Primer Ministro de Israel, señalaron fuentes gubernamentales estadounidenses.

Asimismo el Secretario General de la ONU, Boutros Boutros-Ghali, reci[illegible] Jericó" [illegible] palestino [illegible]

En una declaración hecha en Ginebra, Boutros-Ghali expresó su conformidad porque ambas partes "superaron esta primera importante etapa en la aplicación de la Declaración de Principios", que estableció la autonomía para Gaza y Jericó.

[illegible] reconocimiento a los esfuerzos diplomáticos de Estados Unidos, Rusia, Egipto y Noruega, pues "han facilitado el acuerdo sobre Gaza y Jericó".

Dificultades de la OLP

La OLP no puede tener dificultad para asumir la plena responsabilidad de la seguridad en la nueva autonomía en Gaza y Jericó, señaló ayer el Primer Ministro israelí, Rabin.

Los palestinos "comienzan sólo ahora" a tomar medidas para asumir la responsabilidad de la autonomía, dijo Isaac Rabin en una rueda de prensa celebrada tras la firma del acuerdo en El Cairo.

Agregó que de sus conversaciones con Yaser Arafat sacó la impresión de que a los palestinos les gustaría disponer de dos o tres semanas más para llevar a cabo la transición y para que se retrase algo la retirada del Ejército israelí.

La OLP parece estar poco preparada para hacerse cargo de la seguridad en la autonomía, pues apenas ayer mandó a 212 oficiales de su Policía a Gaza y Jericó, agregó.

La importancia del acuerdo es constituir el primer paso hacia el término de 27 años de ocupación israelí de Gaza y Cisjordania.

El acuerdo prevé la creación, por primera vez en la historia, de una entidad palestina en Gaza y Jericó, y abre una era en las relaciones entre palestinos e israelíes, y probablemente entre todos los estados de Oriente Medio.

Aunque una parte de los palestinos considera que el acuerdo no responde a todas sus aspiraciones, piensan que constituye el primer paso hacia el establecimiento [illegible] te, como [illegible] zo de este siglo.

Kozyrev pronosticó que surgirán dificultades cuando comience la aplicación del acuerdo ya que "habrá obstáculos en el camino de la paz, pero se podrá superarlos con el deseo y el [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

01-07 9406522

...s firmar el acuerdo de paz para Gaza y Jericó liberó a cientos de presos palestinos

Israel puso en marcha la autonomía palestina

Israel liberó ayer a centenares de prisioneros palestinos, simultáneamente con la firma en El Cairo de un convenio de paz que otorga a los palestinos, por primera vez, control sobre territorios ocupados.

Discrepancias de último momento en torno a un mapa, que impidieron que el presidente de la OLP Yasser Arafat y el primer ministro israelí Yitzhak Rabin firmaran el documento en la capital egipcia, también trabaron durante un breve lapso la liberación de prisioneros.

Fuentes palestinas en la sede central de la OLP en la ocupada Franja de Gaza dijeron que unos 1.000 prisioneros serían liberados ayer; 650 de ellos son oriundos de Gaza y el resto de Cisjordania.

Una vanguardia de 19 funcionarios de la OLP ingresó desde Egipto a la Franja de Gaza, para sentar las bases de operaciones de una fuerza policial palestina de 9.000 efectivos que, en un lapso de tres semanas, tomará el control que dejen las tropas israelíes.

Fuentes militares señalaron que la liberación de prisioneros, que apunta a consolidar la confianza palestina tras 27 años de ocupación israelí, se inició con siete autobuses que condujeron a unos 200 prisioneros desde el campamento de Keziot, al sur de Israel, hacia la Franja de Gaza.

Fue entonces cuando en El Cairo estalló un altercado entre Rabin y Arafat, que levantaron índices en mutuos gestos de reproche complementándolos con ademanes de rechazo con sus cabezas que fueron vistos por una teleaudiencia mundial, se interrumpió la liberación de prisioneros.

La operación se reanudó poco tiempo después, al proseguir la ceremonia de la firma.

Israel acordó durante meses de negociaciones con la OLP liberar a unos 5.000 palestinos dentro de tres semanas de la firma del convenio, la mitad de ellos a los pocos días.

Grupos de derechos humanos dicen que Israel tiene bajo custodia a unos 9.500 prisioneros palestinos.

Radio Israel dijo que, con la excepción de cuatro, la totalidad de los prisioneros liberados eran miembros de la facción mayoritaria Al Fatah que orienta Arafat, la cual adhirió a la Declaración de Principios que firmó la OLP con Israel en diciembre pasado, en un jardín de la Casa Blanca.

Los cuatro restantes —dos de ellos pertenecientes al movimiento Jihad Islámico y dos del movimiento de resistencia Hamas— prometieron respaldar el histórico pacto de paz no obstante la acérrima oposición de sus respectivos grupos.

El jefe de la oposición parlamentaria israelí, Benjamín Netanyahu, del Likud, anunció la creación de un frente de los partidos de la derecha nacionalista para "cambiar a este gobierno malogrado".

Una ex diputada de la derecha propuso ayer "juzgar a Rabin y al ministro de Asuntos Exteriores, Shimon Peres, por asesinar a Israel y retrotraernos quizá a hace 2000 años", cuando Roma destruyó el templo de Jerusalén.■

(De la redacción de El Observador, *en base a información de las agencias Reuter y EFE).*

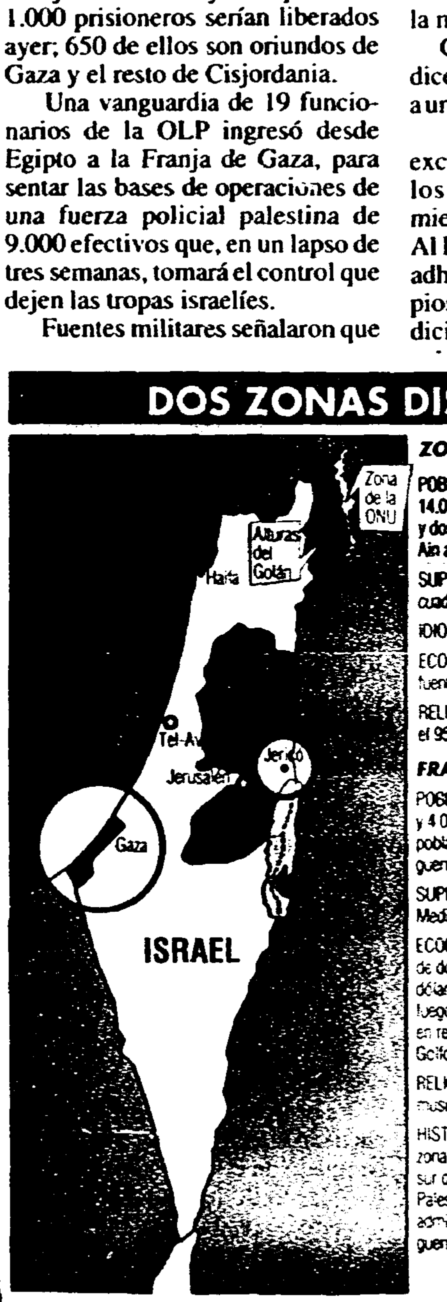


AFP

Todo por un mapa

Arafat se negó a firmar los mapas de Jericó y Gaza porque seguían siendo foco de disputa y sólo aceptó luego de las explicaciones de Rabin (foto)

DOS ZONAS DISPUTADAS



ZONA DE JERICO

POBLACION: unos 25.000 palestinos, de los cuales 14.000 viven en la ciudad de Jericó, la aldea de Ouja y dos pequeños campos de refugiados, Aqbat Jaber y Ain al-Sultan.

SUPERFICIE: aproximadamente 60 kilómetros cuadrados en un territorio adyacente al río Jordán.

IDIOMA: árabe.

ECONOMIA: agricultura y turismo son las principales fuentes de ingresos de los palestinos de Jericó.

RELIGION: los musulmanes sunitas constituyen el 95% de la población. El 5% restante es cristiano.

FRANJA DE GAZA

POBLACION: aproximadamente 750.000 palestinos y 4.000 colonos judíos. Alrededor de la mitad de la población palestina está formada por refugiados de la guerra árabe-israelí de 1948.

SUPERFICIE: 363 kilómetros cuadrados en la costa del Mediterráneo, entre Israel y el desierto egipcio del Sinaí.

ECONOMIA: el PBN estimado es de aproxim. 800 mill. de dólares. El ingreso per cápita es de alrededor de 800 dólares. La agricultura es el pilar de la economía local luego de que la Franja de Gaza perdiera mill. de dólares en remesas de los exiliados en los estados árabes del Golfo después de la guerra del Golfo de 1991.

RELIGION: casi todos los palestinos de Gaza son musulmanes sunitas.

HISTORIA MODERNA: en 1948, la Franja de Gaza, una zona rectangular que se extendía a lo largo de la costa sur del mar Mediterráneo, quedó separada del resto de Palestina tras la fundación del Estado judío. Egipto administró la zona hasta que Israel la ocupó durante la guerra de Medio Oriente de 1967.

Disconformidad de Siria y Jordania

Siria considera que el acuerdo que ayer rubricaron la OLP e Israel en El Cairo constituye un gran obstáculo para el proceso de paz y ratificó que jamás imitaría a la OLP en la firma de acuerdos separados o parciales con el Estado judío.

El ministro de Relaciones Exteriores sirio, Farouq al -Shara, dijo el domingo luego de mantener conversaciones con el secretario de Estado norteamericano Warren Christopher, que Damasco no aceptará nunca soluciones escalonadas o parciales para resolver sus diferencias con Israel.

Damasco desea que Israel se retire por completo de las Alturas del Golán, que le fueron arrebatadas por las fuerzas judías durante la Guerra de Medio Oriente de 1967, como condición insoslayable a una paz total con el Estado hebreo.

A su vez, el gobierno de Jordania y los ciudadanos palestinos del reino no dieron grandes muestras de entusiasmo ayer ante la firma del acuerdo y ratificaron su escepticismo sobre futuros beneficios.

El acuerdo no va a tener mayores consecuencias para los dos millones de palestinos que viven en Jordania y que todavía tienen vedado regresar a los hogares que debieron abandonar durante las guerras de 1948 y 1967.■

(De la redacción de El Observador *en base a información de la agencia Reuter)*

02

9406522

Obtuvo la OLP el gobierno de los territorios ocupados

Histórico: Arafat y el premier israelí firmaron un acuerdo que concede una autonomía limitada a la Franja de Gaza y Jericó.

EL CAIRO, 4 (AP).- El primer ministro israelí Yitzhak Rabin y el dirigente de la Organización para la Liberación de Palestina, OLP, Yasser Arafat, resolvieron una disputa de último momento y firmaron hoy un histórico acuerdo que da a los palestinos un primer regusto de gobierno autónomo.

El acuerdo se firmó seis meses después de que Rabin y Arafat firmaron en Washington una declaración de principios que incluyó, entre otros puntos, el fin de la ocupación militar israelí de casi 27 años y un gobierno autónomo palestino en la Franja de Gaza y Jericó en la Margen Occidental.

La declaración de Washington fue rechazada por los elementos radicales de ambos bandos y desató actos de violencia que dejaron decenas de muertos y prolongaron las negociaciones, en las que se ultimaron detalles de lo acordado.

La ceremonia de hoy ya había comenzado cuando surgió un malentendido que ocasionó que el líder palestino abandonara la sala.

Arafat, sonriente, fue el primero en comenzar a firmar documentos contenidos en tres gruesos libros negros y una pila de carpetas. Pero a renglón seguido salió del salón -junto con el presidente egipcio Hosni Mubarak y el secretario de Estado norteamericano Warren Christopher- debido a una disputa en torno a algunos mapas.

Los tres funcionarios regresaron minutos más tarde y Arafat firmó los mapas que se había rehusado a rubricar momentos antes, pero hizo anotaciones en las partes controvertidas de los documentos.

Rabin firmó entonces un documento, luego que un asistente tradujera lo escrito en árabe por Arafat.

El principal negociador de la OLP, Nabil Shaath, explicó que Arafat se negó a firmar los mapas de Jericó y Gaza porque quería dejar en claro que esos documentos seguían siendo foco de disputa. Aceptó firmar luego que Rabin ofreció una carta que dice que las disputas sobre esas áreas todavía no han sido resueltas, dijo Shaath.

Liberación

La demora en El Cairo ocasionó problemas en Israel, cuyas autoridades congelaron la excarcelación de prisioneros durante hora y media. Pero una vez que se les explicó lo ocurrido en la capital egipcia, los israelíes comenzaron a dejar salir a los 8400 prisioneros palestinos detenidos en sus cárceles.

Tras el diferendo, el ministro de Relaciones Exteriores israelí, Shimon Peres, dijo en tono de broma: "En estos días se puede presenciar un alumbramiento por televisión".

Los primeros de los 9000 policías palestinos designados por la OLP deben entrar en Jericó y la Franja de Gaza según las previsiones hechas.

Mubarak, quien presidió la ceremonia de firma, dijo que el acuerdo significaba "un cambio revolucionario" en las relaciones entre Israel y los palestinos.

"Estamos viviendo hoy uno de esos históricos momentos al presenciar la firma del acuerdo que establece la autoridad de los palestinos en la Franja de Gaza y Jericó como primera etapa de la paz palestino-israelí", dijo Mubarak.

Arafat aludió al acuerdo como "el verdadero comienzo para el completamiento de la marcha de la paz y la garantía de los legítimos derechos del pueblo palestino", pero no hizo mención de un Estado palestino.

Rabin también habló de un comienzo, del tránsito de un "camino osado" que, según su visión, podría concluir en paz pese a los muchos obstáculos que todavía existen.

"Tenemos esperanzas, pero también ansiedad de que ambos pueblos puedan vivir en ese pequeño tramo de tierra, cada uno bajo su propia higuera, como dijeron los profetas", dijo Rabin.

Asuntos pendientes

Luego que Shaath anunció esta mañana que se había llegado a un acuerdo, aclaró que ello fue posible debido a que las partes decidieron intentar resolver más tarde tres asuntos importantes pendientes.

Estos son el número de palestinos que serán liberados, el tamaño exacto de la zona autónoma en Jericó y si habrá guardias palestinos uniformados en el puente que une la Margen Occidental con Jordania.

Uno de esos temas, el tamaño de la zona autónoma de Jericó, fue resuelto con la oferta israelí de aumentar el área a 62 kilómetros cuadrados. Antes había ofrecido 54 kilómetros cuadrados. El tamaño final será decidido en negociaciones adicionales.

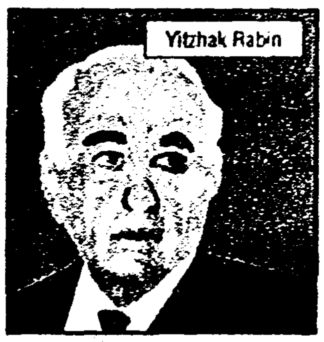
Mubarak firmó el documento como testigo, y Christopher y el ministro de Relaciones Exteriores ruso Andrei Kozyrev firmaron como representantes de los países que auspiciaron el proceso de negociaciones.

Christopher dijo que el acuerdo no pondrá fin a los conflictos en el Oriente Medio, pero que alteraría el tipo de conflictos entre israelíes y sus vecinos árabes.

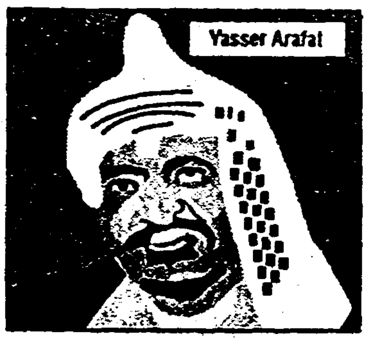
"Nos estamos acercando al día en que las disputas que una vez fueron inflamadas por el diálogo de la fuerza serán resueltas mediante la fuerza del diálogo", dijo.

9406522

Israel y la OLP firman el acuerdo de paz



El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, y el líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, firmaron un histórico acuerdo que concede autonomía limitada a los palestinos de la Franja de Gaza y de la localidad cisjordana de Jericó



El acuerdo

Autonomía palestina

Período de cinco años de autonomía limitada para los palestinos. Antes del comienzo del tercer año, las dos partes comenzarán a negociar un acuerdo permanente

Retiro israelí

Las tropas israelíes comenzarán a retirarse de la Franja de Gaza y de la zona de Jericó en un plazo de 21 días

Seguridad

Policías palestinos recién entrenados asumen el patrullaje de la Franja de Gaza y Cisjordania

Resolución de disputas

Las disputas entre Israel y los palestinos serán resueltas en una comisión mixta o llevadas a una comisión de arbitraje en caso de desacuerdo de las partes

Elecciones

Los palestinos celebrarán elecciones para el Consejo de la Franja de Gaza y Cisjordania

Refugiados

Conversaciones sobre el retorno de 200.000 palestinos que huyeron de Cisjordania y la Franja de Gaza durante la guerra de 1967

Asentamientos

Israel continuará proporcionando protección a los colonos judíos que viven en Cisjordania y la Franja de Gaza

Jerusalén

Conversaciones sobre el futuro de Jerusalén, reclamada por Israel y los palestinos como su capital eterna, postergadas hasta las negociaciones finales sobre status

Ayuda económica

Establecimiento de un Comité Conjunto Israelí-Palestino sobre cooperación económica para poner en práctica programas de desarrollo económico para la Franja de Gaza y Cisjordania

La ceremonia tuvo lugar casi ocho meses después de que los dos hombres firmaron una declaración de principios en la Casa Blanca. La vigencia del acuerdo fue postergada después de la masacre de 30 fieles musulmanes en la mezquita de Hebrón



Fuente: Reuter / Infografía: Alejandra Viacava

515

04

9406522

Crear empleo, un gran desafío

JERUSALEN, 5 (Por **Julian Ozanne**, del "Financial Times", especial para **Clarín**). — Grupos de jóvenes están sentados a la puerta de sus casitas de cemento, al mediodía, frente a las anchas calles repletas de desperdicios del campo de refugiados de Jabalya, en la franja de Gaza. Para muchos jóvenes palestinos, la desocupación es algo inevitable en su futuro.

Las nuevas autoridades palestinas deberán enfrentar el desafío inmediato de **crear trabajos para los 800.000 habitantes** de la franja, donde entre el 40 y el 50 por ciento de la fuerza de trabajo se encuentra desocupada y donde la población crece a un ritmo anual de un 4,6%.

Agencia Reuter

Los palestinos necesitarán también revertir décadas de abandono —tanto egipcio como israelí— **que han dejado en un estado de caos y deterioro las cloacas, los sistemas de distribución de agua, los caminos, las fuentes de energía, las comunicaciones y las viviendas.** Según el Banco Mundial la administración civil israelí de los territorios ocupados tuvo durante 27 años **un porcentaje inusualmente bajo de inversiones**: apenas un 3 por ciento del PBI.

Un informe reciente de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) advirtió que el problema de la desocupación podría agravarse, a menos que la administración palestina implante de inmediato un programa para los 12.000 reclusos que serán liberados, así como medidas temporarias en las obras públicas que den trabajo a otros 15.000 jóvenes.

Muchos de los problemas de Gaza se repiten en **Jericó** y virtualmente en toda **Cisjordania**. Pero Gaza, que cuenta con un ingreso per cápita anual de **800 dólares**, será donde en verdad se pondrán a prueba los desafíos económicos que supone la paz. **A menos que los habitantes de Gaza vean rápidos cambios en las condiciones de vida, el apoyo al proceso de paz, frágil de por sí, podría desaparecer.** El hecho de que las expectativas no se hagan realidad podría enardecer a los grupos fundamentalistas y a otros que, sin serlo, también rechazan la paz con **Israel**.

"Si el proceso de paz tiene alguna esperanza de éxito, los palestinos necesitan ver mejoras en sus condiciones de vida y verlas rápido", sostuvo hace poco el vicepresidente del Banco Mundial, **Caio Koch-Weser.**

El PBI total para Gaza y Cisjordania es de 3.000 millones de dólares, esto es, menos de un 5 por ciento de la economía israelí. Hacer posible el crecimiento económico no será tarea fácil.

En primer lugar, los palestinos deben desenmarañar toda una serie de normas sobre inversiones, tierras y comercio que han ahuyentado la inyección de fondos para el sector privado. La fábrica más grande en la franja de Gaza es la embotelladora de **Seven-Up**, y la participación de la industria en el PBI es de menos de un 10 por ciento. En segundo lugar, los palestinos deben crear instituciones económicas creíbles, libres de la interferencia política de la OLP.

El protocolo económico con Israel ayudará considerablemente a los palestinos ya que les permitirá acceder al gran mercado que tienen al lado. **Samir Houleila**, un economista palestino, opina que el acuerdo traerá aparejada una inmediata reducción en los costos de vida y producción.

Esto obedece a que los palestinos han e... do un porcentaje de IVA menor y una tasación directa, aranceles aduaneros menores para muchas importaciones destinadas a la construcción y fuente ... petróleo más baratas que les permiten cotizar libremente los derivados del petróleo.

En la agricultura, que representa por lo menos a un cuarto del PBI palestino, el acuerdo económico concede a los palestinos el derecho a exportar a Israel **por primera vez desde 1967**. Todos los productos agrícolas serán exportados libremente, a excepción de cinco artículos que están sujetos a una escala de cuotas graduales hasta 1998.

Los palestinos recibirán también una pronta ayuda gracias al programa de asistencia de emergencia a tres años y por 1.200 millones de dólares, anunciado por el Banco Mundial este mes. Cerca de la mitad del paquete, que aportará unos 200 dólares anuales para cada persona, está destinado al ámbito del transporte, el suministro de agua, las viviendas y la educación.

05

615

9406522

Arafat Casi se Retira y Rompe Nuevo Acuerdo

(REDACCION CENTRAL DE EFE).— La Organización para la Liberación de Palestina (OLP) e Israel firmaron hoy, miércoles, en El Cairo el acuerdo para la autonomía en Gaza y Jericó que, sin embargo, a última hora pudo frustrarse por las discrepancias surgidas en torno a uno de los anexos del documento.

La OLP confirmó en Túnez que su líder, Yaer Arafat, estuvo a punto de no firmar uno de los anexos del acuerdo, debido a que éste incluía un mapa territorial "que no es aceptado por la población palestina".

Según un portavoz de la central palestina, Arafat y el primer ministro israelí, Isaac Rabín, firmaron el anexo, pero el primero de ellos inscribió en ese documento que la OLP mantiene sus reservas sobre los límites territoriales de la autonomía palestina que figuraban en el mismo.

Fuentes palestinas explicaron que Arafat firmó el acuerdo después de la intervención del presidente egipcio, Hosni Mubarak, y del secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, que le confirmaron que el asunto de la superficie de Jericó "será negociado en el futuro".

Un portavoz de la delegación, que acompaña al jefe del Gobierno israelí, informó esta mañana de que su país aceptó que la superficie de la autonomía en Jericó sea de 62 kilómetros cuadrados, aunque los enviados palestinos insistían en que fuera de 240 kilómetros cuadrados.

No obstante, junto al asunto de la superficie que ocupará la autonomía de Jericó, quedan otros dos puntos pendientes de solución: el número exacto de presos palestinos que serán liberados por Israel y la presencia o no de la Policía palestina uniformada en el puente Allenby, que una Cisjordania con Jordania.

La firma del acuerdo tuvo lugar a las 11.40, hora local (08.40 GMT), en el Centro Internacional de Conferencias de El Cairo, en presencia del presidente de Egipto y los ministros de Asuntos Exteriores de España, EE.UU., Rusia, Noruega, y Japón, entre otros países.

Siria y Líbano no participaron en la ceremonia, aunque habían recibido invitación del ministro egipcio de Asuntos Exteriores, Amro Musa, pues ambos países criticaron con anterioridad la Declaración de Principios que la OLP e Israel firmaron el pasado 13 de setiembre en Washington.

Desde Ginebra, el secretario general de la ONU, Butros Gali, calificó de "momento histórico" el acuerdo final de autonomía palestina y subrayó que "concluye una primera etapa capital en la puesta en marcha de la Declaración de Principios y el compromiso a continuar las negociaciones, que tanto esfuerzo costaron a las partes en las últimas semanas".

Pese a las divergencias y los puntos que aún quedan pendientes, la mayoría de los observadores coincide en que el acuerdo es el primer paso hacia el término de 27 años de acupación israelí de Gaza y Cisjordania.

El acuerdo prevé la creación, por primera vez en la historia, de una entidad palestina en Gaza y Jericó y, según los observadores, abre una nueva era en las relaciones entre palestinos e israelíes y probablemente entre todos los estados de Oriente Medio.

Aunque una parte de palestinos considera que el acuerdo no responde a todas sus aspiraciones, piensan que constituye el primer paso hacia el establecimiento de un Estado independiente, con el que soñaban desde el comienzo de este siglo.

Por otra parte, una delegación de la Policía palestina cruzó hoy el puesto fronterizo de Rafah entre Egipto y Gaza para preparar el próximo despliegue policial en este territorio autónomo.

En definitiva, Israel se desprendió hoy de la bíblica Gaza y Jericó, pobladas por casi un millón de palestinos, en lo que muchos consideran "una gran apuesta", después de más de seis meses de negociaciones con la OLP y de veintisiete años de acupación.

515

9406522

06

QUE SE ACORDO

Lós principales temas del acuerdo firmado ayer entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) son los siguientes:

- Israel completará el retiro de la franja de Gaza y del distrito cisjordano de Jericó en las tres semanas posteriores a la firma del acuerdo.
- Las autoridades palestinas establecerán una fuerza policial. Israel será responsable de toda la seguridad externa a lo largo de las fronteras y en áreas de asentamientos judíos.
- Las partes acceden a una presencia internacional o extranjera temporaria en el territorio palestino, incluyendo observadores e instructores internacionales.
- Si las autoridades palestinas no pueden prevenir ataques contra israelíes, Israel puede tomar todas las medidas necesarias, incluyendo el envío de fuerzas militares, hasta que las hostilidades cesen o la amenaza sea eliminada.
- Patrullas conjuntas israelíes y palestinas, y solo israelíes operarán a lo largo de los caminos que atraviesan la franja de Gaza.
- El acuerdo da a Israel el derecho a perseguir dentro de Gaza a sospechosos de ataques.
- La fuerza policial palestina tendrá casi 8.000 hombres, en su mayoría del Ejército Palestino de Liberación. Sus armas deberán ser registradas ante los israelíes.
- Las autoridades palestinas fijarán por sí solas aranceles aduaneros sobre automóviles y artefactos eléctricos domésticos.
- Israel tiene el derecho a determinar la cantidad de palestinos que trabajarán en su territorio.
- Israel y las autoridades palestinas tendrán políticas impositivas independientes.
- Israel transferirá a las autoridades palestinas el 75% de los impuestos a los réditos cobrados a palestinos de las áreas autónomas que trabajen en Israel, y la totalidad de los impuestos a los réditos cobrados a palestinos que trabajen en asentamientos.

C. 5/5

EL EMBRION DE UN POSIBLE ESTADO PALESTINO

Las zonas autónomas

La franja de Gaza y la ciudad cisjordana de Jericó son las zonas que quedan comprendidas en el sistema de autonomía palestina limitada, acordada ayer en El Cairo. Las dos zonas carecen de continuidad territorial: la primera está recostada al Mediterráneo; la segunda se ubica a solo 40 km. de Jerusalén, casi junto al río Jordán, a 400 metros bajo el nivel del mar. Estas son sus principales características:



FRANJA DE GAZA

- **Población.** Aproximadamente 750.000 palestinos y 4.000 colonos judíos. Alrededor de la mitad de la población palestina está formada por refugiados de la guerra árabe-israelí de 1948.
- **Superficie.** 363 km2. Se estira sobre el Mediterráneo, entre Israel y el desierto egipcio del Sinaí.
- **Economía.** El ingreso per cápita es de alrededor de 800 dólares. La agricultura es el pilar de la economía local luego de que la franja de Gaza perdiera millones de dólares en remesas de los exiliados en los estados árabes del Golfo después de la guerra contra Irak, de 1991. La economía de Gaza sufrió un nuevo golpe cuando Israel dispuso el cierre de sus fronteras a casi 30.000 trabajadores palestinos, cifra que supone la cuarta parte de la fuerza laboral.
- **Religión.** Casi todos los palestinos de Gaza son musulmanes sunnitas.

DISTRITO DE JERICO

- **Población.** Unos 25.000 palestinos, distribuidos en la ciudad de Jericó, la aldea de Ouja y dos pequeños campos de refugiados: Aqbat Jaber y Ain al-Sultan.
- **Superficie.** El distrito tiene 54 km2 según la demarcación israelí de 1967. Anteriormente, cuando pertenecía a Jordania, su superficie era de 340 km2. El punto sigue sin resolverse.
- **Economía.** La agricultura y el turismo son las principales fuentes de ingresos.
- **Religión.** Los musulmanes sunnitas constituyen el 95% de la población. El 5% restante son cristianos.

5/5

07-07

9406522

9406523
Nº DOCU... Israel: liberó 700 prisioneros palestinos
TITULO ... (150024)
PROCEDENCIA 6-5-94
FECHA DE 11876
VINCULACIONES 507603
500868
11/64

Israel liberó a 700 prisioneros en el primer día de autonomía palestina

El traspaso de la administración israelí a la palestina en Gaza y Jericó se efectuaba ayer con tanta lentitud que en la práctica no parecía que ambas zonas hubieran alcanzado su autonomía. Aunque Israel liberó ayer a 700 presos palestinos más, la desilusión era visible en los dos sectores. Las futuras autoridades palestinas deberán hacer frente a un enorme desafío: evitar que la decepción enfríe por completo el hoy tibio apoyo al proceso de paz. Siria se sumó ayer a quienes condenan el acuerdo.

GAZA y JERICO, 5 (AP, AFP y EFE). — Un día después del histórico acuerdo de paz entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), firmado ayer en El Cairo, el gobierno presidido por Yitzhak Rabin **liberó hoy a unos 700 prisioneros palestinos**, mientras una comisión de enlace comenzó a elaborar un cronograma para transferir instalaciones del ejército israelí a la flamente policía palestina.

Los palestinos, que esperan ansiosos el comienzo real de la nueva etapa de autonomía, se llevaron hoy una sorpresa al comprobar que el traspaso del poder se realiza con más lentitud que la *esperada*. Pero, al mismo tiempo, funcionarios palestinos confirmaron que unos 700 prisioneros fueron dejados en libertad por las autoridades israelíes y que hoy mismo retornaban a Gaza, de donde casi todos son oriundos. Otros 600 fueron liberados anoche, tras la firma del acuerdo en El Cairo.

Siria condenó hoy el acuerdo de El Cairo y **sostuvo que no tendrá larga vida**, debido a la oposición de la mayor parte de los palestinos. El diario oficialista "Al-Baath" ridiculizó a Yasser Arafat y destacó que el acuerdo dio legitimidad a la ocupación israelí sin dar por el contrario *ninguna* autoridad real a los palestinos. "Arafat y sus hombres —dice el editorial— se han convertido en prisioneros en Jericó y Gaza".

El despliegue del recién creado cuerpo de policía palestina en las dos zonas de la autonomía fue aplazado hasta el domingo, según confirmó **Hassan Asfur**, miembro de la delegación palestina en las negociaciones de la capital egipcia.

Los policías palestinos, que fueron alistados en los últimos meses, debían haber iniciado sus funciones hoy, jueves, tal como lo estipuló el acuerdo de autonomía. Asfur aseguró que, en el curso de las dos próximas semanas, **6.000 policías —de los 9.000 previstos— se instalarán en la franja de Gaza y en Jericó.**

♦ **Postergación**

El líder de la OLP, **Yasser Arafat, solicitó de "dos a tres semanas más"** para el traspaso de la administración y el despliegue de la policía palestina en las áreas, dijo hoy el premier israelí, **Yitzhak Rabin**, pero admitió que, en el caso de Jericó, pequeños piquetes policiales palestinos podrían entrar en funciones en pocas horas.

A su vez, Arafat se habría comprometido con Israel a "no hacerse llamar con el título de presidente" cuando acuda a Gaza y Jericó durante el período de autonomía, según reveló, en un despacho, la agencia internacional AFP, que cita una información obtenida extraoficialmente por sus periodistas en El Cairo. Arafat habría enviado una carta a Rabin, que **figuraría en un anexo del acuerdo de autonomía**, en la que se compromete a informar a Israel, antes del 11 de este mes, **la composición de la autoridad palestina que será la encargada de administrar la autonomía.**

De acuerdo con esa carta, el primer ministro israelí habría confirmado a Arafat que Israel se compromete a proseguir las negociaciones sobre la extensión territorial del distrito de Jericó, la liberación de todos los presos palestinos —incluyendo los del grupo extremista Hamás— y la presencia de militares palestinos en el puente Allenby, que une Jordania y Cisjordania.

Como parte del acuerdo de autonomía, de 200 folios, **Israel deberá liberar a unos 5.000 prisioneros palestinos durante las próximas cinco semanas**, la mitad de los cuales están recluidos en prisiones situadas en territorio israelí. Grupos de defensa de los derechos humanos aseguran que son 9.000 los prisioneros palestinos.

Las partes no se han puesto de acuerdo sobre la cuestión de la liberación de los militantes de aquellos grupos que se oponen al acuerdo de paz. La OLP reclama que no quede un solo preso palestino en las cárceles de Israel, sin importar que pertenezcan a la OLP o a cualquier otra organización.

La OLP, buscando una fórmula aceptable para Israel, solicitó a los prisioneros de los grupos extremistas que, a cambio de su liberación, firmen un documento prometiendo "abstenerse de todos los actos de terrorismo y violencia", al tiempo de reconocer, explícitamente, que su liberación es el resultado del acuerdo *firmado* en El Cairo.

9406523

01-01

9406524
Israel pide ayuda económica a EE.UU. por retiro del Golan
EL P (15000)
7-5-94
11876
507603
65890
11164
11161

Israel Pide Ayuda a los EE.UU. por Retiro del Golán

JERUSALEN, 6 (AP).— Israel pidió a Estados Unidos miles de millones de dólares en suministros bélicos y equipos de inteligencia para compensar por el riesgo que correrá si debe retirarse de las alturas de Golán como parte de un acuerdo de paz con Siria, dijeron funcionarios israelíes.

Los funcionarios confirmaron un informe aparecido en el diario Haaretz, en el cual se informó que el costo de las municiones y los armamentos norteamericanos que serían colocados en arsenales israelíes excedería los 1.500 millones de dólares, y que los equipos de inteligencia costarían miles de millones más.

El vocero de la embajada norteamericana aquí, David Good, declinó comentar al respecto.

La solicitud de equipos por parte de Israel fue presentada en una reunión en que el teniente general Ehud Barak, jefe de estado mayor de las fuerzas armadas, informó a un grupo norteamericano encabezado por el secretario de Estado Warren Christopher que visitó recientemente el país, dijo un funcionario israelí que declinó ser identificado.

"Fue una manera de poner cifras a la pérdida de terrenos por parte de Israel en términos de seguridad", dijo un funcionario.

Barak dijo a los norteamericanos que en caso de una retirada de Golán, las defensas de esa plaza no estarían disponibles en caso de una guerra para retrasar el avance de las tropas enemigas y dar tiempo a Israel a convocar a los reservistas del ejército, según un funcionario.

Por tanto, se indicó a los norteamericanos que Israel necesitaba municiones, piezas de repuesto, informes de inteligencia vía satélite y otros equipos a fin de recibir advertencias prontas acerca de un posible ataque.

El paquete de seguridad sería adicional a los 3.000 millones de ayuda actual de los Estados Unidos, de los cuales alrededor de 1.800 millones corresponden a donaciones militares.

Israel ha pedido a los Estados Unidos que mantengan ese nivel de ayuda.

Un vocero militar dijo que la ubicación de los nuevos equipos era "una de las lecciones de la guerra del Oriente Medio de 1973", cuando Israel dependió de un envío de emergencia de armas norteamericanas para rechazar a los ejércitos de Egipto y Siria que lanzaron un ataque por sorpresa.

Funcionarios israelíes, que inicialmente respaldaron la idea del emplazamiento de tropas norteamericanas en Golán, prefieren ahora el suministro de equipos bélicos en lugar de soldados estadounidenses.

01-01

9406524

Nº. DOCUMENTO 9406525
TITULO Designan gobierno para territorios autónomos de Gaza y Jericó.
PROCEDENCIA REE. Prai (Mexico)
FECHA DE PRO... 7-5-94
VINCULACIONES 11870
607603
11164 66708
11302

Se manejan varios nombres para la conformación del gobierno palestino en Gaza y Jericó

DESIGNAN EL GOBIERNO PARA TERRITORIOS AUTONOMOS

La Autoridad Nacional Palestina (ANP) en las autónomas Gaza y Jericó será presidida por Yaser Arafat, y la mayoría de sus miembros serán personalidades y profesionales de esas zonas autónomas y de los territorios ocupados por Israel.

7/5

Entre las personalidades del "interior", es decir de los territorios ocupados por Israel, se encuentra Faisal Huseini, director de Al Fatah en Cisjordania con sede en Jerusalén Este, que se encargaría de las relaciones con Israel, y el director de la organización de Arafat en Gaza, el médico Zakaria El Agha.

Así lo han informado hoy, viernes, fuentes palestinas de Jerusalén, según noticias recibidas de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), con sede en Túnez.

Entre los primeros candidatos del "exilio" figuran en la lista provisional Ajmed Karie (Abu Ala), jefe del Departamento de Economía de la OLP y uno de los arquitectos de los acuerdos de Oslo para la paz con Israel, y el presidente de la delegación que negoció la autonomía de Gaza y Jericó, Nabil Chaat.

El Ministerio de Información podría ocuparlo uno de los principales asesores de Arafat, Yaser Abed Rabu, y también es propuesto como candidato para la ANP el doctor Samir Roche, del Frente de Lucha Popular, que se opone al acuerdo de autonomía.

La lista, que contiene 28 nombres, "no es final y puede cambiar", advierte esta mañana el diario palestino de mayor circulación, "Al Quds", que se edita en Jerusalén Oriental.

Abu Ala sería ministro de Economía de la ANP, que tendrá su sede en Jericó, al igual que Arafat, y en Finanzas el empresario Jauid al-Rusein, que alterna su residencia entre Londres y los emiratos del Golfo Pérsico.

En el ministerio de Policía servirá Naser Yusuf, a cargo de la formación de la policía que prestará servicios -tal vez desde la semana próxima- en las zonas autónomas de Gaza y Jericó.

La viuda del ex jefe de operaciones de la OLP Jalil Wazir (Abu Yihad), asesinado hace tres años por agentes de los Servicios Secretos de Israel (Mosad), Intisar Wazir (Um Yihad), estaría a cargo de la cartera de Asuntos Sociales.

Entre otros posibles miembros del "Gobierno de sombras", residentes en los territorios ocupados, se hallan el empresario de la construcción Ymil Tarifi, de la ciudad de Ramala, y el odontólogo Abed el-Aziz Ajmed, que se encargaría de Salud.

La lista incluye también a representantes de la oposición a los acuerdos con Israel, como Ali Asjak, del Frente de Liberación Palestina, cuyo líder, Abu al-Abas fue expulsado de la OLP, y aliados de Arafat como Samir Abdala, del Partido del Pueblo.

Abdala y otro de los candidatos, Mojamed A-Shatía, profesor de la Universidad de Bir Zeit, se encargarían de proyectos para la infraestructura del desarrollo en las zonas autónomas, y en el futuro en toda Cisjordania cuando adquiera su autonomía.

Maher al-Masri, de la ciudad cisjordana de Naplusa, se encargaría del Ministerio de Justicia, e Ibrahin Sheabán del de Vivienda, aunque en su caso, como en el de Faisal Husein, Israel puede vetar su nombramiento por ser residentes en Jerusalén.

Otra personalidad del "interior", Antón Sansur, de la ciudad de Belén, de Cisjordania, se encargaría de Educación, y el jeque Akrame Sabri, mimebro del Wakf, a cargo de los santuarios y bienes del Islam, se haría cargo del Ministerio de Religiones.

También figuran entre los 28 candidatos tres de la zona autónoma de Gaza, un dirigente de base de Al Fatah, Isham Abed al-Rizak; el abogado Abu Frej Medien, y Riad Zaanun, jefe de los servicios de Salud en esa ciudad.

La lista incluye otros tres nombres, Basam Shaka, ex alcalde de Naplusa; Saeb Erekat, residente en la zona autónoma de Jericó, y el alcalde de Belén, Elías Freij, que se encargaría de Turismo.

01-03

9406525

Varios grupos integrantes de la OLP se niegan a integrarse al gobierno de Gaza y Jericó

ARAFAT FORMARA UN «GOBIERNO PROVISIONAL» EQUILIBRADO

El presidente de la OLP, Yaser Arafat, tiene dificultades para constituir el «Gobierno provisional» de Gaza y Jericó, después de que varios grupos radicales palestinos declinarán integrarse en él, informaron fuentes de la central palestina.

El comité ejecutivo de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) se reunió en cónclave, el sábado, en esta capital para preparar la lista del equipo encargado de dirigir la autonomía en Gaza y Jericó, que será encabezado por el propio Arafat.

Arafat quiere un «Gobierno» equilibrado en el que estén, al lado de miembros influyentes del comité ejecutivo de la OLP, y del comité central de «Al Fatah», personalidades independientes de los territorios ocupados, y representantes de organizaciones que impugnan su propia presidencia.

Tres de estas organizaciones, el Frente Popular para la Liberación de Palestina (FPLP), el Frente Democrático para la Liberación de Palestina (FDLP) y el Movimiento de la Resistencia Islámica «Hamas», han rechazado la oferta que les hizo Arafat.

Estas tres organizaciones forman parte de la llamada «Alianza de las fuerzas palestinas», creada en Damasco (Siria) a raíz de la firma en Washington de la declaración de principios entre israelíes y palestinos, en septiembre de 1993, que se propone, según sus portavoces, «impedir que se aplique el acuerdo con Israel».

Las diez organizaciones que forman esta «Alianza» apelaron ayer a la población palestina de Gaza y Jericó, desde la capital siria, para que «rechacen por todos los medios el complot que han tramado, conjuntamente, Estados Unidos, Egipto, Israel y Arafat. «Debemos boicotear las instituciones de la autonomía y rechazar la autoridad de la policía palestina de Arafat, que es un instrumento de presión», afirma el comunicado emitido en Damasco por estos grupos radicales, en el que se anuncia que el próximo 15 de mayo, aniversario de la creación del Estado de Israel, «vamos a convertirlo en un día de cólera popular».

La composición del «Gobierno provisional» debe permitir al presidente de la OLP disponer de un mayor margen de maniobra en Gaza y Jericó, si consigue arrastrar a un número importante de personalidades «neutrales», según medios palestinos en Túnez.

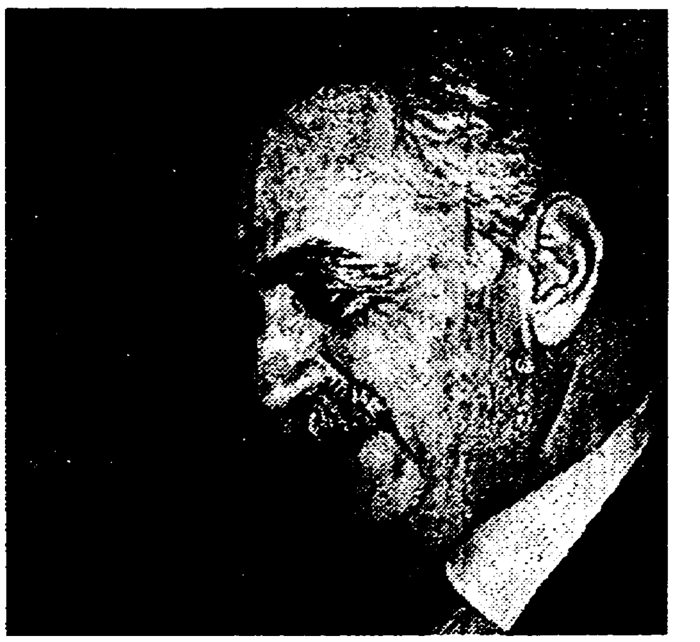
En caso contrario, agregan esas fuentes, no se puede prever si terminará la violencia en Gaza, e incluso que se agraven los enfrentamientos entre las propias fuerzas palestinas.

La instalación del equipo que dirigirá la autonomía está prevista para el 25 de mayo, y Arafat quiere que el número de miembros sea de 24, de los que ya tiene cubiertos diez puestos según los medios de la OLP.

Cinco de estos miembros pertenecen al comité ejecutivo de la central palestina, Yaser Abdú Rabó, Samir Ghoshe, Zohdi Nachachibi, Jauid Al Ghosein y Yaser Amro, y son considerados todos ellos como fieles a Arafat.

Los otros cinco miembros que han dado su acuerdo para formar parte del equipo dirigente en Gaza y Jericó, pertenecen al comité central de «Al Fatah» y son, Ahmed Ghorei (conocido por Abu Ala), Nabil Shath (jefe del equipo que negoció en El Cairo con el general israelí Amnon Shahak), Intisar al Uazir, Faisal Huseini y Zakaria Al Agha.

Por lo menos diez personalidades de los territorios ocupados, que no desempeñan ningún cargo destacado en la OLP, han dado ya su acuerdo a Arafat para formar parte de ese equipo, sin que la central palestina haya dado hasta ahora ninguna indicación en Túnez de quienes podrían ser.



Otra de las dificultades que pretende resolver Arafat lo antes posible es convencer a los «neutrales» de que acepten cargos de menos significación que los que ocuparán los «políticos», para impedir que se agraven las críticas que hacen los primeros sobre el dirigismo del líder palestino.

El presidente de la OLP espera, sin embargo, que la llegada de un millar de policías palestinos a Gaza mañana, domingo, y de otros 750 a Jericó, el lunes, surtirá un efecto benficioso sobre la población palestina, facilitando así la instalación del «Gobierno provisional».Una avanzadilla de esas fuerzas, perteneciente a la brigada «Ain Yallut» del Ejército de Liberación de Palestina (ELP), se encuentra ya en la ciudad fronteriza de Rafah, desde donde penetrará en Gaza. (EFE)

02 9406525

Israel traspasó el control total de la ciudad de Jericó a los palestinos

Tras veintisiete años de ocupación, la ciudad cisjordana de Jericó se convirtió ayer en la primera zona autónoma bajo control exclusivo de los palestinos, al recibir sus autoridades el poder de manos de oficiales israelíes.

JERUSALEN/ANSA y EFE

La histórica ceremonia del traspaso de poderes, en la que se arriaron las banderas israelíes y se izaron las palestinas en las instalaciones civiles y militares del "área autónoma" de 62 kilómetros cuadrados habitada por 15.000 personas, tuvo lugar a las 06.00 hora local.

El General Ilan Biran, comandante militar israelí de Cisjordania, entregó el mando a su homólogo palestino, General Hajj Ismail, comandante de brigada del Ejército de Liberación de Palestina (ELP), una organización que hasta hace poco tiempo tenía su base operativa en Bagdad.

Por su parte, el responsable del Gobierno civil israelí en Cisjordania, Brigadier General Gadi Zohar, declaró que "es un día muy especial", y que espera que "sea el comienzo de una nueva era".

Inmediatamente después de la ceremonia, policías palestinos (446 miembros del batallón Al-Aksa del ELP) y soldados israelíes comenzaron las patrullas conjuntas en seis puestos de control de entrada a Jericó, tal como prevé el acuerdo firmado el pasado día 4 en El Cairo.

Incidentes

Dos incidentes menores, sin embargo, arruinaron el clima de fiesta en la "primera ciudad libre de Palestina", como rezaba un cartel colgado sobre una arteria central de Jericó.

Un niño palestino de ocho años, resultó muerto al dispararse accidentalmente el arma de un policía palestino, en un cuartel donde la población había llegado para festejar junto a los milicianos, en el mismo edificio que hasta ayer era el símbolo de la odiada ocupación israelí.

Por otra parte, en una sinagoga del norte de Jericó, dos colonos judíos lograron superar los obstáculos creados por la seguridad israelí y desgarraron sus camisas frente al templo, en signo de protesta por lo que perciben como una traición de sus autoridades.

Judíos presentes en el lugar del incidente recordaron que desgarrarse las ropas es una forma tradicional de luto para la religión hebrea, que normalmente se lleva a cabo en los entierros de familiares y amigos.

Los soldados judíos, sin embargo, intentaron minimizar la importancia del incidente, evacuando a los dos colonos y recordando a los miembros de la prensa que se encontraban en el lugar que la sinagoga permanecerá abierta y sus alrededores serán controlados conjuntamente por israelíes y palestinos. Aún no han sido definidos los detalles de la colaboración cotidiana de las dos fuerzas de policía, pero fuentes israelíes indicaron oficiosamente que es probable que el control de los colonos y de su armamento -la mayor parte de ellos circula armado- será confiado exclusivamente a los soldados de Israel, para evitar incidentes.

"Esperar para ver"

Y, a pesar del jolgorio popular y de los festejos callejeros, gran parte de la población palestina de Jericó no esconde un cierto escepticismo hacia la posible eficacia, por lo menos a breve plazo, de la nueva autonomía obtenida a través de las negociaciones.

Ese sentimiento de "esperar para ver" es aún más sensible en la Franja de Gaza, una zona económicamente más deprimida de Jericó que ha proporcionado el caldo de cultivo para los grupos del fundamentalismo islámico, radicalizados y opuestos a la paz con Israel.

Es así que unos 10.000 militantes de Hamas se reunieron ayer en el estadio de El Yarmukh de Gaza para reafirmar su rechazo de la "paz de la vergüenza" y su intención de seguir adelante con la "Jihad (guerra santa) contra el enemigo sionista".

Los responsables fundamentalistas presentes en la manifestación -pertenecientes a Hamas, la Jihad Islámica y el Frente Democrático para la Liberación de Palestina- lanzaron el primer desafío hacia las nuevas autoridades palestinas.

Las nuevas fuerzas de seguridad, sostuvo el jeque Ahmed Bahar (Hamas), "deben demostrar que no tratarán a la población como lo hacían los israelíes: de lo contrario, nuestra reacción será rápida y decidida".

Lista parcial de miembros de la Autoridad Nacional Palestina

Arafat, el "uno"

El Cairo (ANSA)

■ El jefe de las negociaciones palestinas con Israel, Nabil Shaat, reveló ayer en El Cairo 15 de los 24 nombres que compondrán la llamada Autoridad Nacional Palestina, encargada de administrar los territorios autónomos de la franja de Gaza, y Jericó.

Shaat observó que los nombres de los 15 fueron comunicados al primer ministro israelí, Isaac Rabin.

"El gabinete (de la autonomía) ha sido formado, acabo de comunicárselo a Rabin", declaró Shaat en una rueda de prensa. El vocero observó que la lista es parcial.

Lista de los primeros 15 miembros de la Autoridad Nacional Palestina.

1. Yasser Arafat, jefe de la OLP.
2. Zakaruya al-Agha, jefe de Fatah en la franja de Gaza.
3. Freih Abou Meddeine, ex presidente del Colegio de Abogados en Gaza.
4. Faysal Husseini, principal dirigente palestino en las negociaciones bilaterales de paz con Israel.
6. Saeb Ereikat, jefe de la delegación palestina en las bilaterales.
7. Riyadh Zaanoun, jefe del Alto Consejo de la Salud en la franja de Gaza.
8. Nabil Shaath, jefe de la delegación palestina en las negociaciones sobre la autonomía.
9. Yasser Amr, miembro del comité ejecutivo de la OLP.
10. Um Jihad (Intisar al-Wasir), esposa de Khalil al-Wasir (Abou Jihad) número dos de la OLp asesinado en 1988 en Túnez.
11. Azmi al- Shuaibi, jefe de la Unión Democrática Palestina (FIDA de Yasser Rabbo) para los territorios.
12. Elías Freij, alcalde de Belén.
13. Abdel Azis al-Haj Ahmed, ex deportado.
14. Shamir Ghoshe, miembro del comité ejecutivo de la OLP.
15. Ahmed Korei (Abu Alaa) jefe del Departamento Económico de la OLP.

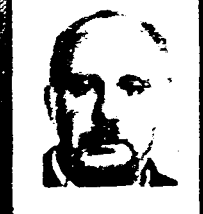
03-03

94 06525

Nº. DOCUMENTO 9406526
TITULO Se quiebra la hegemonía laborista en la central de Trabajadores
PROCEDENCIA LA REP. (AS0023)
FECHA DE ...A 13-5-94.
VINCULACIONES MPFG
ISRAEL 507603
11164

Se quiebra la hegemonía laborista en la central de trabajadores

ESPECIAL PARA LA REPUBLICA



De nuestro corresponsal en ISRAEL, Carlos Lewenhoff

■ Este martes (10.5) llegaron a su fin 73 años de dominio ininterrumpido del Partido Laborista Israelí (históricamente conocido como Mapai) en la Histadrut, la hegemónica central de trabajadores del país. La mitad de los votantes del país están inscriptos en los padrones electorales de esta organización social, y de ahí la importancia del acontecimiento.

Lo que hubiera sido otra pulseada (con ventaja laborista predicta de antemano) entre el laborismo y la oposición del Likud, pasó a ser una dura contienda "familiar" entre las fracciones de la coalición del premier Isaac Rabin. El renunciante ministro de Salud Pública, Haim Ramón, en una dramática y arriesgada jugada se presentó como candidato independiente, apoyado por la agrupación Meretz —liberal de izquierda— y el Partido Shas religiosos ortodoxos sefaraditas (que tienen un acuerdo firmado, aún no cerrado, para volver al gabinete ministerial gobernante).

La campaña electoral, corta pero cargada de afrentas, se centró entre Ramón y el candidato laborista Haim Haberfeld. La opción del Likud y sus asociados de la extrema derecha quedó en la sombra, paralelamente a la lucha por la supervivencia de Hadash (Frente del PC) para saltar la valla del 3% de los votos y tener representación en el próximo Congreso sindical.

El golpe al aparato del laborismo a nivel nacional (que en gran medida nutre sus fuerzas de la poderosa burocracia sindical) fue tremendo: del 58% de los votos bajaron a 33%, Ramón y sus aliados (que hace cuatro años, en conjunto, habían conseguido el 13% de los sufragios) despegaron con un 48%, mientras el Likud (antes 28%) se quedó relamiendo sus heridas con 18%. Biniamin Gonen de Hadash a duras penas pasó el 3% para convertirse en el fiel de la balanza. El voto de protesta contra la anquilosada burocracia y su falta de combatividad social agregados a la insatisfaccion por los servicios prestados por la mutualista de la Histadrut-Kupat Holim (a la que están asociados 3 de cada cuatro israelíes), entre otras razones, fueron decisivos.

Ramón, el nuevo joven (44) y carismático secretario general de la Histadrut, a quien parte de sus ex correligionarios tachan de "yuppie", tiene ante sí un reto enorme, sobre todo sanear el déficit impresionante de Kupat Holim y las Cajas de Pensiones a la Vejez controladas por la Histadrut. Los circuitos financieros esperan de Ramón rápidas medidas de privatización de las empresas "sindicales" (que hasta hace unos años incluía el dominio de Bank Hapoalim) y la venta de gran parte de los bienes que posee la central de trabajadores.

La Histadrut, fundada en 1920 por la socialdemocracia sionista, más como instrumento de colonización de Palestina que como sindicato, fue el corazón del "Estado (judío) en camino". La Histadrut fundó empresas cooperativas, se responsabilizó de bolsas de trabajo y fondos para pensiones a la vejez, fomentó la renaciente cultura hebrea, la educación, la salud, el deporte y se ocupó de la absorción de inmigrantes. Los sindicatos sionistas lucharon por el "trabajo hebreo" y la "conquista del trabajo" ocupación para los judíos a costa de la mano de obra árabe bregando también contra los productos de los palestinos a favor de la producción "hebrea". Se trata de una organización nacional cuya dirección es electa sólo a través de partidos (hablamos antes de "mini-estado").

No por casualidad el nombre completo de la Histadrut fue hasta hace unos treinta años "Organización general de los trabajadores hebreos en Eretz Israel", cuando fue borrado el concepto "hebreos" por la presión de la izquierda y los ciudadanos árabes israelíes que ingresaron a sus filas, que hasta el día de hoy todavía no gozan de un estatus igualitario.

Uno de los puntos cadentes en el debate público fue la norma que convierte automáticamente a los asociados de Kupat Holim en miembros de la Histadrut: parte del impuesto mensual para la mutualista va a las arcas del aparato sindical (en gran parte todavía político partidista).

Ramón, líder "paloma" sin demasiada consideración respecto a la tradición socialdemócrata, libró una dura batalla en su partido (hasta ser expulsado últimamente) para exigir cortar el nudo gordiano entre la mutualista (principal fuente de ingresos de la Histadrut) y los sindicatos: quedó en minoría siendo tildado de "antilaborista", "neoliberal" y "caballo de Troya del Likud que como éstos sólo quiere destruir a la central obrera". Ramón respondió que sólo tomando medidas drásticas como las presentadas por él se podría salvar a ésta.

Es evidente para la mayoría de los miembros de la Histadrut que la estructura cuasi paralela a la del Estado, a 46 años de la creación de Israel, es arcaica, ineficiente y "antifinanciera", y la discusión de hecho se centra en el ritmo de los cambios y el futuro del enorme aparato político que en gran medida es la base del laborismo gobernante.

El resultado electoral, coinciden todos los observadores, es un duro golpe para Rabin y el canciller Peres, que tomaron posición a favor del aparato interno y según algunos sectores del partido, "dejaron" que Ramón y sus partidarios se agruparan al margen del laborismo, a pesar del irrestricto apoyo de este al actual proceso de paz. Sin duda el que reconstruyó durante sus largos y amargos años en la oposición como líder del partido (1978-92).

En el fondo se trata, según muchos, del zarpazo de los "jóvenes turcos" del laborismo, pues ahora Ramón (identificado con un grupo de 8 parlamentarios jóvenes de su ex partido, entre ellos el vicecanciller Yosi Beilin y la conocida Yael Dayan) se perfila, desde afuera, como uno de los seguros herederos de los "eternos" Rabin y Peres, ambos con más de 70 años de edad. Si alguien pensó que éstos todavía podrían tener pretensiones para las elecciones de 1996, la victoria de Ramón de esta semana parece haberlas enterrado. Posiblemente quedó también relegada la generación "intermedia" (entre 55 y 65 años de edad), dejando abierta, según los especuladores, la pugna Ramón-Ehud Barak, actual jefe del Estado Mayor de las FFAA.

9406526

01-01

N°. DOCUMENTO 9406527
TITULO La policía palestina tomó el control del ppal campo de refugiados.
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE 15-5-94
VINCULACIONES 11876
66708
11163

Los palestinos se apoderan del principal campo de refugiados

15/5 L.R.

Jebalya, franja de Gaza (UPI), por Asad Abu Ramadán

La policía palestina asumió el control del campo de refugiados de Jebalya, el principal y más abandonado centro de la franja de Gaza, y se preparaba para que concluya la retirada del ejército israelí, programada para el miércoles.

En el pueblo cisjordano de Jericó se sepultó a un joven que fue muerto a tiros accidentalmente por su hermano con una subametralladora Kalashnikov, perteneciente a un policía palestino. Este incidente empañó los festejos de bienvenida a la autonomía palestina, y funcionarios dijeron que el policía será procesado en una corte marcial.

En el este de Jerusalén, el dirigente palestino Faisal Husseini dijo que Hanan Ashrawi, la ex vocera en las negociaciones de paz que se celebraron en Washington, declinó una invitación para un cargo en la administración de Gaza y Jericó, de acuerdo con el nuevo plan de autonomía.

Ashrawi respondió que integraría una organización de derechos humanos que vele por los palestinos en las áreas de autonomía limitada.

Comandantes israelíes en Gaza cedieron el control de Jebalya a sus contrapartes palestinas, en una ceremonia en la mañana de ayer, para poner fina a 27 años de ocupación militar en ese campo.

Centenares de palestinos del campo de refugiados acudieron a ver a la primera de policías nuevos que asumió el control de la base. Los oficiales llegaron el viernes procedentes de Yemen.

"Hay un gran sentimiento. No sabemos si es real o estamos soñando", declaró Hassan Al Wali, de 26 años, un residente de Jebalya que en el pasado, fue herido a tiros por soldados israelíes en tres ocasiones, durante los levantamientos árabes o Intifada, que comenzaron hace seis años en el campo.

El cuartel de policía, situado en el corazón del campo de refugiados y rodeado de vallas y cercas de alambre, era un foco de violencia, donde casi a diario se registraban enfrentamientos con soldados israelíes.

"Nunca olvidaremos que este lugar fue una pesadilla", dijo Wali. "Nunca deberían demolerlo. Debe permanecer como un símbolo del sufrimiento palestino en los años de ocupación".



La escena que se repite por estos días: los policías palestinos hacen señales de victoria en Jericó. (Telefoto de AFP)

01-01

9406527

Nº. DOCUMENTO 9406528
TITULO EE.UU. entregó 5 millones de dólares para las primeras necesidades de la autonomía palestina
PROCEDENCIA LA MAÑANA.
FECHA DE 15-5-94
VINCULACIONES 11876
66708
65890
11164
11399

Para policía palestina: 5 millones

La embajada de Estados Unidos en El Cairo entregó ayer al jefe de los negociadores palestinos para Gaza y Jericó, Nabil Shaath, cinco millones de dólares destinados a afrontar las primeras necesidades derivadas de la organización de la autonomía palestina, en particular el cuerpo de policía.

15/5 L.M.

EL CAIRO,DAMASCO/ANSA

La suma, precisa un comunicado de la misión diplomática, forma parte de los 500 millones de dólares reservados en Estados Unidos para ayudar a la autonomía palestina durante los primeros cinco años. El comunicado, donde se invoca a los otros países donantes para que **"aceleren sus esfuerzos para sostener financieramente lo antes posible la concreción de la autonomía en Gaza y Jericó"**, precisa que esta primera suma servirá para los sueldos de la policía, su transporte y subsistencia. Estados Unidos ya entregó a los palestinos 24 de los 200 vehículos prometidos a las fuerzas de policía.

Trescientos policías palestinos -informa la agencia "Mena"-llegaron ayer a Rafah (en la franja de Gaza) provenientes de El Cairo, a donde habían llegado desde Sudán y Libia.

Por otra parte, en vísperas de una misión del Secretario de Estado norteamericano Warren Christopher en Medio Oriente, Damasco denunció nuevamente, incluso en modo sarcástico, la confirmada inscripción de Siria en la lista estadounidense de los estados comprometidos en el terrorismo internacional. El diario gubernamental "al-Thawra" acusó a Israel de estar detrás de esta "arbitraria" decisión porque trata de hacer vivir a la administración norteamericana una "pesadilla política".

El anuncio estadounidense **"es un deteriorado chantaje israelí contra la administración para ponerlo en contra de Siria e inducir a este país a hacer concesiones"** en las negociaciones de paz con el Estado judío.

Christopher llega por segunda vez en menos de 15 días para tratar de acercar las posiciones siria e israelí en las tratativas y lograr que éstas se reanuden formalmente cuanto antes en Washington junto a las de Israel con Jordania y Líbano. Christopher tiene intenciones de convencer a Siria tras el ingreso de la policía palestina en los territorios destinados a una preliminar autonomía dirigida por la OLP de Yasser Arafat. Washington reconoció a Siria una mejoría en su posición respecto al terrorismo internacional y al respeto de los derechos humanos, pero no la borró de la lista de los siete países promotores del terrorismo.

01-01

9406528

9406529
TITULO Viaje de Christopher a Cisjordania.
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE ... 18/5/94
VINCULACION 11876
66708
65890
11164
11399

"ME EMOCIONA ESTAR AQUI"

C. 18/5

Christopher, en Cisjordania

JERICO, 17 (Reuter y EFE). — El secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher**, viajó hoy a Jericó, convirtiéndose en **la primera figura internacional** que visita la zona palestina autónoma desde que se retiraron las fuerzas israelíes.

"Me emociona estar aquí", declaró Christopher a la prensa al ingresar a la sede de la policía palestina en la ciudad cisjordana de Jericó, que hasta el viernes ocupaba Israel.

"Uno de los motivos por los que vine es para que nuestros amigos palestinos comprendan que no están solos y que la comunidad internacional los respalda en momentos en que llevan a cabo una transición histórica", dijo.

"Mucho depende de cómo se realice la transición. Todos apostamos al éxito. Me impresiona mucho ver que la situación se maneja con habilidad y eficiencia y los felicito", manifestó Christopher.

Faisal al-Husseini, alto funcionario de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), señaló: "Damos la bienvenida al secretario de Estado a Jericó, **en la primera fase de la constitución de nuestro futuro Estado**".

Un desfile palestino dio la bienvenida a Christopher. Se colocó una bandera palestina entre dos palmeras en la entrada de la base policial.

Christopher se reunió luego en forma privada con Husseini y otros funcionarios de la OLP, entre ellos el comandante de la fuerza policial de Jericó.

Las tropas de ocupación israelíes se retiraron de Jericó la semana pasada, según lo estableció el acuerdo firmado con la OLP, permitiendo así que los 20.000 habitantes palestinos de esta ciudad establezcan un gobierno autónomo.

"¿No es emocionante que un acuerdo que se firmó hace apenas dos semanas ya esté prácticamente instrumentado tanto en Gaza como en Jericó?", dijo Christopher.

Agregó también que los Estados Unidos se comprometieron a aportar 500 millones de dólares en los próximos cinco años con el objetivo de respaldar el acuerdo que Israel y la OLP firmaron

Agencia AP



El líder palestino Faisal Husseini (izquierda), saluda ayer en el cuartel de la policía palestina en Jericó al secretario de Estado de los Estados Unidos, Warren Christopher.

9406529

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406530

TITULO Israel transfirió la administración civil de Gaza y Jericó.

PROCEDENCIA

FECHA DE

VINCULACIONES 11876

507603

11164 61108

11302

Israel transfirió a los palestinos la administración civil de Gaza y Jericó

El ejército israelí completará hoy la evacuación de sus últimas instalaciones en la franja de Gaza, donde ayer -al igual que en Jericó-Jerusalén transfirió la totalidad de la administración civil a las flamantes autoridades autónomas palestinas. El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, dijo ayer que el proceso de paz quedará entre signos de interrogación si se confirma la autenticidad de palabras atribuidas a Yasser Arafat, durante su visita a Sudáfrica. El grupo fundamentalista Hamas reivindicó un atentado cerca de Hebrón, que causó la muerte de dos israelíes.

Agencia AFP



Un niño palestino enarbola ayer una bandera con el rostro de Yasser Arafat frente al cuartel de las fuerzas israelíes en Gaza: Israel transfirió ayer el gobierno civil a los palestinos.

GAZA, 17 (Reuter, AP y AFP). — Luego de 27 años de ocupación, **los israelíes transfirieron hoy la administración civil de la franja de Gaza y la ciudad cisjordana de Jericó a los palestinos.**

A partir de hoy, con excepción de la **seguridad externa y las relaciones internacionales**, el gobierno autónomo palestino se hará cargo de todas las cuestiones de la vida política de los palestinos —alrededor de un millón— que habitan ambas regiones.

El brigadier **Dov Gazit** y el negociador palestino **Freij alKheiri** firmaron los documentos de traspaso en una breve ceremonia por la que se transfirió el control de las 38 reparticiones de la administración civil israelí a la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) en las dos regiones.

"Ahora nuestra labor consistirá en aliviar las condiciones de vida de nuestros ciudadanos", declaró a la prensa luego de la ceremonia Zacharia al Agha, jefe de la facción Al Fatah de la OLP en Gaza.

En la ceremonia, realizada en un edificio militar en la ciudad de Erez, punto de paso entre la franja de Gaza y el territorio de Israel, los jefes de unos 30 departamentos de la administración militar israelí procedieron a traspasar sus poderes a las nuevas autoridades.

Palestinos e israelíes dijeron que quedan pendientes algunos puntos, pero señalaron que estos serán solucionados en el ámbito de una comisión de enlace integrada por ambas delegaciones.

Desde el momento del traspaso de poderes, la administración autónoma palestina se hizo cargo de todo, desde **escuelas, atención de salud e impuestos hasta certificados de nacimiento y defunción para la población palestina de Gaza y Jericó.**

A pedido de las autoridades policiales palestinas, la evacuación de las últimas instalaciones del ejército israelí en la zona autónoma de Gaza se completará mañana, miércoles, en lugar de hoy, como estaba previsto. En la otra zona autónoma, Jericó, ya se completó el retiro el pasado viernes.

El nuevo esquema autónomo palestino probablemente enfrentará dificultades financieras a corto plazo. Funcionarios palestinos indicaron que solo unos pocos millones de dólares del total de más de 2.400 millones en ayuda externa, prometida para apuntalar el proceso de autonomía, estarán a su disposición en los próximos tres meses.

"Habrá dificultades. Pero existe una gran diferencia entre las dificultades diarias, incluso las verdaderamente arduas, y el caos. Yo no creo que vaya a haber caos", declaró Dov Gazit a la prensa.

"Las cuestiones civiles son como un gran barco. Continuarán su marcha. Algunos motores podrán quedar dañados y serán reparados, pero la nave proseguirá su marcha", dijo Gazit.

El cuerpo gubernativo autónomo comenzará a administrar la vida en el resto de Cisjordania inmediatamente después de las elecciones palestinas originariamente previstas para julio, pero que ahora se estima que serán postergadas hasta octubre.

Jamal Zakout, un negociador palestino, manifestó que la administración autónoma dejará intactas las presentes estructuras, pero que proyectaba reorganizar la administración civil de forma tal que no surjan inconvenientes cuando en el futuro se establezca el gobierno palestino.

"La OLP ha ordenado que todos los empleados y directores permanezcan en sus puestos, pero cuando entre en funciones la autoridad nacional, se creará una nueva estructura", expresó.

C1-C1 9406530

Nº. DOCUMENTO 9406531
TITULO Conversaciones de paz Israel-Siria por las Alturas del Golán.
PROCEDENCIA OBS.
FECHA DE ... 19-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
67190
11879

Superado el tema palestino, resolver el conflicto sirio-israelí es el próximo objetivo

OBS. 19/5

Alturas del Golán entran hoy en la agenda de paz

El viaje del secretario de Estado, Warren Christopher a Damasco pretende agilitar la resolución de la disputa por las Alturas del Golán en términos políticos. Encaminado el tema de la OLP, el punto de conflicto ı Siria es el de mayor importancia militar que falta desarticular y ahora se coloca al tope de la agenda política de Medio Oriente.



Hafez al-Assad y Yitzhak Rabin

La solución a tema sirio-israelí es el punto pendiente de mayor importancia para la paz global de Medio Oriente

El secretario de Estado norteamericano volvió ayer a Damasco como parte de sus esfuerzos tendientes a reactivar las conversaciones de paz entre el Estado judío y Siria sobre los altos del Golán.

Christopher, que durante los dos últimos días celebró intensas consultas con el premier Rabin y el canciller Shimon Peres, es portador de respuestas israelíes sobre "ideas" sirias en relación con los medios posibiliten solucionar el contacto entre Siria e Israel.

Esta fue la segunda visita de Christopher a Damasco desde el inicio de su gira por Medio Oriente el domingo.

Diplomáticos en Siria estimaron que el regreso de Christopher es un indicio de que ha logrado progresos en sus esfuerzos para resolver el conflicto sirio-israelí sobre la meseta del Golán, ocupada desde 1967 y anexada por Israel a su territorio en 1981.

Fuentes diplomáticas estadounidenses de la comitiva de Christopher sostienen que Rabin y el presidente sirio Hafez al-Assad están dispuestos a transitar un duro y prolongado proceso tendiente a culminar con la negociación de un acuerdo.

El asesor de Seguridad de Washington, Anthony Lake, señaló ayer en la capital estadounidense que un acuerdo sirio-israelí pondría término al conflicto entre Israel y los estados árabes. Agregó que Jordania y Líbano podrían solucionar en poco tiempo sus diferencias con Jerusalén.

Reunión en Oslo

El líder de la OLP, Yasser Arafat y el ministro israelí de Relaciones Exteriores, Shimon Peres se reunieron ayer en Oslo tras el retiro israelí de Gaza a fin de discutir el futuro de su acuerdo de paz y para aclarar un llamado de Arafat en favor de una "guerra santa". Anoche no habían trascendido detalles de los resultados del encuentro.

Ambos permanecieron en Oslo el día de ayer para hacer honor al papel secreto jugado por Noruega el año pasado que permitió gestar el acuerdo sobre autonomía palestina.

Pero es probable que las conversaciones sean relegadas a segundo plano por preocupaciones acerca de un estallido de violencia —dos colonos judíos y un palestino resultaron muertos por radicales el martes— y declaraciones atribuidas a Arafat en favor de una "jihad" para liberar a Jerusalén.

El primer ministro israelí Yitzhak Rabin manifestó que las declaraciones sobre una "guerra santa", si fueron vertidas por Arafat, ponen en entredicho la continuación del proceso de paz israelí-OLP.

Peres las describió como "sorprendentes e inaceptables" y pidió una aclaración por parte de Arafat.

Las declaraciones "serán una de las cuestiones que nosotros, desde la parte noruega, habremos de discutir con Yasser Arafat cuando venga", dijo previamente Roed Larsen.■*(De la redacción de* El Observador *en base a Reuter, AP y EFE)*

Una "guerra santa pacífica"

OSLO - EL LÍDER DE la OLP, Yasser Arafat, confirmó ayer en Oslo que ha pedido la "jihad" (guerra santa) para liberar Jerusalén, pero precisó que se trata de "una lucha por medios pacíficos".

"Continuaré mi jihad por la paz", declaró Arafat poco después de llegar a la capital noruega para conmemorar la mediación de esta nación en el conflicto de Medio Oriente.

Dos horas después llegó a Oslo el ministro israelí de Asuntos Exteriores, Shimon Peres, quien dijo a la prensa que "todo el proceso de paz está amenazado, si se confirma" que Arafat ha amenazado con la guerra santa.

Peres aseguró que consultará a Arafat sobre su intención, durante las 24 horas que ambos políticos permanecerán en Oslo.■*(EFE)*

Nº. DOCUMENTO 9406 532
TITULO Israel se retiraría del Golan en 3 etapas a cambio de paz con Siria
PROCEDENCIA CLARIN (AS0024)
FECHA DE 19-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
67190
11164
11879 11831

Israel se retiraría del Golan en 3 etapas a cambio de lograr la paz con los sirios

WASHINGTON y DAMASCO, 18 (AFP, Reuter y AP). — Israel propuso **retirarse en tres etapas de la estratégica meseta del Golan**, a cambio de la paz con Siria, que manifestó un gran interés por ese plan, afirmó hoy, miércoles, el diario norteamericano "The Washington Post".

Pero anoche el portavoz presidencial sirio dijo que el viaje a Damasco del secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher**, no logró zanjar las diferencias que bloquean un acuerdo de paz con Israel. Durante su visita de cinco horas a Damasco, Christopher informó al presidente **Hafez Assad** sobre los planes de paz de Israel.

Israel también propuso el despliegue de observadores internacionales y la instalación de equipos electrónicos en la meseta del Golan, según el diario, que citó sin identificar a dirigentes que participan de las negociaciones indirectas entre el Estado de Israel y Siria. Además, se establecería una zona desmilitarizada en las regiones de Siria vecinas al Golán.

El secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher**, quien está desempeñando un papel de intermediario entre las dos partes, retornó a Siria debido al gran interés manifestado por el gobierno de ese país sobre el plan israelí, según los dirigentes citados por "The Washington Post".

A su llegada a Damasco, Christopher consideró que Assad tiene una actitud "muy seria y decidida" en el proceso, pero advirtió: **"Estamos en la primera etapa de estas discusiones. Las cuestiones son de compleja dificultad. Hay un largo camino por delante"**.

El jefe de la diplomacia estadounidense intenta reanudar las negociaciones de paz bilaterales directas con la perspectiva de lograr un tratado de paz entre Israel y Siria, en estado de guerra desde 1948.

Siria exige un retiro israelí total de las alturas del Golan —capturadas en 1967 durante la Guerra de los Seis Días y anexadas en 1981— pero recientemente pareció mostrar mayor flexibilidad, con la prensa oficial reclamando un "rápido" retiro o en un plazo "razonable".

Esta noche, el portavoz sirio Jibran Kourieh dijo que la visita de Christopher mostró que "las diferencias siguen siendo amplias". Subrayó que el presidente Assad "reiteró la posición siria" y la necesidad de cumplir estrictamente las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU, que exigen a Israel el abandono total de los territorios ocupados.

Según los dirigentes citados por el diario, Israel reclama una normalización de las relaciones diplomáticas y comerciales en la primera fase de retiro del Golan.

En ese punto, como en otros, en especial en el problema de la desmilitarización, Tel Aviv y Damasco tienen posiciones divergentes.

La prensa israelí informó recientemente que el gobierno de **Yitzhak Rabin** propuso un retiro del Golan en cuatro etapas escalonadas, en un período de ocho años y vinculada con la normalización global de las relaciones con Siria.

El gobierno de los Estados Unidos está dispuesto a cooperar con Israel —que solicitó una compensación de 5.000 millones de dólares en armas y equipos de alerta rápida— si evacua los altos del Golan.

Christopher mantuvo total reserva sobre el contenido de sus conversaciones, limitándose a apuntar que **"las negociaciones han llegado a un nivel de seriedad y sustancia: son las más consistentes que hayamos tenido hasta ahora"**.

El diálogo bilateral de Israel con Siria, Jordania, el Líbano y la OLP fue suspendido por iniciativa árabe tras la masacre de 30 palestinos llevada a cabo el 25 de febrero por un colono israelí en una mezquita de Hebrón.

01-01
9406532

Nº DOCUM 9406533
TITULO Alusión de "guerra santa" provocó ira en la derecha israelí
PROCED. EL OBSERV
FECHA DE 20-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
11879
500868
11164

Exigieron a Rabin interrumpir negociaciones de paz con la OLP

Alusión de Arafat a "guerra santa" provocó ira en la derecha israelí

El llamamiento del presidente de la OLP, Yasser Arafat, a la "guerra santa" contra Israel sigue levantando recelos en este país, donde la oposición exige al primer ministro, Yitzak Rabin, "como única respuesta", que interrumpa de inmediato las negociaciones de paz.

La exigencia de interrumpir las negociaciones de paz con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) la expuso ayer el diputado de derechas Uzi Landau, al frente del secretariado del Likud, el principal partido opositor en Israel.

Pese a que el líder palestino explicó sus palabras el miércoles por la noche en Oslo, (Noruega), Landau declaró a la radio estatal de Jerusalén que "Rabin se convierte en un hazmerreír cuando condena a Arafat y al tiempo sigue negociando con él".

Arafat dijo en la capital noruega que cuando, en un discurso que pronunció en una mezquita de Sudáfrica el 10 de mayo, instó a los musulmanes a "continuar la guerra santa hasta liberar Jerusalén", se refirió a una lucha por la vía pacífica, explicación que Rabin calificó de "pobre".

Las palabras de Arafat "constituyen un incidente lamentable que dificultan el proceso de paz, y seguirán haciéndolo en el futuro", afirmó el primer ministro israelí.

Regreso de Arafat

El presidente de la OLP, Yasser Arafat, regresó ayer, jueves, a Túnez procedente de Oslo, donde participó de las ceremonias en honor de la mediación de Noruega en las negociaciones palestino-israelíes.

Fuentes de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) señalaron que Arafat reanudaría ayer de noche con otros responsables palestinos las reuniones para preparar el futuro "gobierno" de la autonomía en Gaza y Jericó.

El jefe de la OLP anunció que se propone radicarse en junio en el área de la ciudad de Jericó que acaba de quedar sometida a la autonomía palestina. Arafat declaró a un diario local que también se propone trasladar a la cúpula de la OLP, tradicionalmente instalada en Túnez, a esa ciudad cisjordana.

Por su parte el ministro sirio de Asuntos Exteriores, Faruk al Chara, declaró ayer, jueves, que las nuevas propuestas israelíes sobre la retirada de los territorios árabes ocupados "no sirven a la causa de la paz".

Todavía existen "profundas diferencias" entre Israel y Siria respecto a la retirada israelí del Golán, indicaron fuentes sirias.

La cumbre que debían celebrar ayer en Damasco el rey Husein de Jordania y el presidente sirio, Hafez al Asad, ha sido aplazado y se realizaría hoy, informaron fuentes oficiales jordanas. ■ *(De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE y Reuter)*



Anuncios

Arafat declaró que en junio se instalará en Jericó y trasladará la cúpula de la OLP a esa ciudad

ANALISIS

Siria, el próximo objetivo de paz

por Alan Elsner
de la agencia Reuter

ENFRENTÁNDOSE A TRAVÉS de un abismo de odio, dos antiguos guerreros, el primer ministro israelí Yitzhak Rabin y el presidente sirio Hafez al-Assad, están contemplando seriamente los vericuetos de un acuerdo que finalmente sepultaría el conflicto árabe-israelí.

Existen muchas similitudes entre ambos: los dos son ex comandantes militares conocidos por su tenacidad y cautela, ambos piensan estratégicamente y son profundos analistas de sus regiones y del mundo. Y ambos se aproximan a las etapas postreras de sus prolongadas carreras. Como Christopher descubrió antes de emprender vuelo de regreso a Washington, un acuerdo no será fácil. Rabin y Assad analizarán cada palabra, cada frase, cada párrafo y no harán concesiones rápida y fácilmente. Cada vez que uno hace una concesión, el otro le resta importancia. Pero los dos hombres tienen antecedentes de haber tenido tratos mutuos. Ambos saben que cada uno mantiene su palabra una vez concertado un acuerdo. Además, Assad sabe que Rabin es probablemente el único líder israelí que puede devolverle las Alturas del Golán, que los ejércitos israelíes, bajo el comando de Rabin, tomaron y conquistaron en la guerra de 1967. Los contornos de un acuerdo están comenzando a perfilarse lentamente. Funcionarios manifiestan que ello involucrará, con toda probabilidad, un retiro israelí gradual del Golán. El lapso y la cantidad de etapas aún no han sido negociados. ■

9406533

01-02

Clarín 19/5

C 18/5

Yasser Arafat y la guerra santa

JERUSALEN, 17 (AP y AFP). — El presidente de la **Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat**, fue duramente cuestionado hoy por el primer ministro israelí, **Yitzhak Rabin**, quien sostuvo que un supuesto **"llamamiento a la guerra santa"** que aquel habría formulado la semana pasada en una mezquita de Johannesburgo constituiría, de ser cierto, **"una grave violación a los compromisos que ha asumido".**

Rabin insistió hoy en que las palabras que se atribuyen a Arafat, en el sentido de que el acuerdo de autonomía parcial formalizado con Israel sobre la franja de Gaza y la ciudad cisjordana de Jericó **es solo un primer paso "hacia la liberación de Jerusalén"**, constituye un "hecho inconciliable" con los acuerdos.

El líder de la OLP se habría pronunciado de esa manera, el lunes pasado, en una arenga efectuada en una mezquita de Johannesburgo, durante la visita que efectuó a Sudáfrica para asistir a la asunción de Nelson Mandela como presidente.

El acto religioso fue vedado a la prensa, pero quedó grabado en una cinta magnetofónica que hoy recibió la radio estatal israelí de manos de un miembro de la comunidad judía de Sudáfrica. Radio Israel propaló inmediatamente el contenido de la cinta, **con la voz de Arafat hablando en inglés.**

Arafat declara en esa cinta que posee un documento en el cual el gobierno israelí se compromete a poner en marcha una negociación sobre Jerusalén **antes de tres años a partir del acuerdo sobre Gaza y Jericó**, y a reconocer una autoridad palestina —o musulmana— sobre los lugares santos de Jerusalén.

El ministro de Medio Ambiente israelí, **Iosi Sarid**, negó terminentemente la existencia de un acuerdo o protocolo en ese sentido. **En la Declaración de Principios del 13 de setiembre de 1993, Israel y la OLP acordaron el establecimiento de una autonomía palestina en Gaza y Jericó, que en una etapa posterior se extenderá a toda Cisjordania. En la misma declaración se establece que el futuro de Jerusalén se determinará a los tres años del establecimiento de esa autonomía.**

Un dirigente de alto rango de la OLP, que pidió no ser identificado, dijo hoy en Túnez que Arafat efectivamente había concurrido a orar a la mezquita de Johannesburgo, pero que no había formulado opiniones políticas.

ACLARACIONES DE YASSER ARAFAT

"Guerra santa" pacífica

OSLO, 18 (EFE, Reuter y AFP). — **El líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, confirmó hoy en Oslo sus declaraciones sobre un llamado a la "Yihad" (guerra santa) para liberar Jerusalén, pero precisó que se trata de "una lucha por medios pacíficos".**

"Continuaré mi 'Yihad' por la paz", declaró Arafat en rueda de prensa, poco después de llegar a la capital noruega para conmemorar la mediación de esta nación nórdica en el conflicto de Oriente Medio.

La polémica sobre las declaraciones de Arafat surgió después que una emisora de radio israelí transmitió la grabación de un discurso pronunciado, según ese medio, por el líder palestino en una mezquita de Sudáfrica el 10 de mayo.

Según la grabación, Arafat dijo: **"El yihad continuará... Nuestra principal batalla es Jerusalén".**

El canciller israelí, **Shimon Peres**, quien previamente había dicho que el aparente llamamiento de Arafat a una guerra santa podría malograr todo el proceso de paz, manifestó en la conferencia de prensa conjunta con el líder palestino que lo complacía la ratificación dada por Arafat de que estaba embanderado en la lucha pacífica.

En la conferencia de prensa, el líder palestino dijo que fue víctima de un enredo lingüístico. Precisó que podía usar la palabra "yihad" como un pacífico término religioso en frases tales como **"continuaré mi yihad por la paz"**, o **"continuaré mi yihad para que cristianos, musulmanes y judíos puedan orar juntos en Jerusalén".**

Luego de la aclaración de Arafat, trascendió que el canciller Peres accedió a reunirse privadamente en Oslo durante la jornada de hoy, para examinar aspectos del acuerdo de paz.

Agencia AP



El canciller israelí, Shimon Peres (izquierda), y el líder de la OLP, Yasser Arafat, ayer durante su reunión en Oslo.

02-02

9406533

Nº DOCUMENTO 9406534
TITULO En junio estaré instalado en Jericó, Yasser Arafat
PROCEDENCIA Excelsior (ASCOZ4)
FECHA DE PROCEDENCIA 20-5-94
VINCULACIONES 11876
507603 500868
11164
11302

PREPARAN EL FUTURO GOBIERNO PALESTINO

Arafat asegura que en junio estará instalado en Jericó

El primer ministro de Israel, Yitzhak Rabin, consideró ayer insuficientes las aclaraciones del líder palestino, Yasser Arafat, sobre la convocatoria a una "Yihad" (guerra santa) para liberar Jerusalén. Aunque Arafat afirmó que se trataba de una cruzada moral y religiosa, Rabin consideró que esas afirmaciones "afectarán negativamente el proceso de paz". Arafat anunció que en junio se radicará en la ciudad cisjordana de Jericó junto al comando palestino. Se reanudaron ayer en Túnez las conversaciones para formar el futuro gobierno autónomo palestino.

TUNEZ y JERUSALEN, 19 (EFE y Reuter). — El presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), **Yasser Arafat**, regresó hoy a Túnez procedente de Oslo (Noruega), y anunció que en junio se radicará junto con el nuevo gobierno autónomo palestino en la ciudad de **Jericó**.

Arafat, quien el miércoles visitó Noruega para rendir homenaje a las gestiones de pacificación para Oriente Medio realizadas por el gobierno de ese país, declaró al diario israelí **Yedioth Ahronot** que también se propone trasladar a la cúpula de la OLP, tradicionalmente instalada en Túnez, a esa ciudad de Cisjordania.

"El mes que viene yo y el comando de la OLP iremos a vivir a Jericó", dijo Arafat en declaraciones al periódico israelí.

"No se va a mudar todo el comando, al principio solo una parte. Pero toda la dirigencia vendrá conmigo a Jericó", agregó.

Nabil Shaath, uno de los más importantes negociadores de la OLP, anunció el miércoles en **El Cairo** que Arafat visitará Jericó en la primera semana de junio.

Israel transfirió a la Fuerza Nacional Palestina de Seguridad la franja de Gaza y un área de 62 kilómetros cuadrados en torno de la ciudad de Jericó, en virtud del acuerdo sobre autonomía provisional con la OLP.

Fuentes de la organización señalaron que Arafat reanudará rápidamente con otros responsables palestinos las reuniones para preparar el futuro gobierno de la autonomía en Gaza y Jericó, mientras las autoridades provisorias ya comienzan a administrar algunas cuestiones cotidianas sobre la vida en esas regiones.

El ejército israelí desbloqueó hoy los caminos alrededor de Jericó, pero mantuvo las limitaciones al paso de los israelíes por la carretera central que conecta el valle del Jordán con Jerusalén.

El levantamiento de la veda para los transportistas es considerado un signo de confianza en la capacidad de las fuerzas palestinas para garantizar la seguridad de los israelíes.

Los automovilistas israelíes pueden viajar solo en caravanas, escoltadas por un jeep militar. Los ómnibus están siendo desviados por una ruta secundaria.

Fuentes palestinas dijeron hoy que unos mil policías palestinos y fuerzas de seguridad fueron estacionados en Jericó.

Varios de ellos recibieron su primera paga desde hace meses, cuando los comandantes locales les liquidaron a cada policía 50 dólares, informaron funcionarios palestinos.

La oficina de Coordinación distrital de Jericó, integrada por funcionarios israelíes y palestinos, ha realizado ya su primera reunión oficial, concentrándose en problemas relativos con la sinagoga de Jericó.

Los colonos judíos, cuyo derecho a orar en la sinagoga está garantizado por el acuerdo de autonomía, denunciaron que la policía palestina, que tiene la misión de proteger las históricas instalaciones del templo, ha utilizado en cambio, una de las cámaras de oración como lugar para comer y dormir.

9406534

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406535
TITULO Israelíes no creen que el proceso actual conduzca a la paz.
PROCEDENCIA LA REPUBLICA .
FECHA DE P... 22-5-94
VINCULACIONES 11876
11554
507603
500868

La mayoría de los israelíes no cree que el proceso actual conduzca a la paz y rechaza la política de Rabin

"Arafat escupió en la cara de Israel"

LOS ANGELES TIMES

Exclusivo para LA REPUBLICA

por Benjamín Netanyahu

Jerusalén — Tiene su propia bandera, su propia policía y su propio ejército, su propia legislatura y su propia rama ejecutiva.

Recibe ceremoniosas visitas del secretario norteamericano de Estado. Parece un Estado y huele a Estado. Debe ser un Estado. El naciente estado palestino que tratan de establecer Yasser Arafat y su Organización para la Liberación de Palestina habiendo puesto el pie ya en Jericó y en Gaza no es lo que quería el pueblo de Israel y no es lo que pensó estar firmando en el acuerdo de paz de Oslo. Como antes en Campo David, el acuerdo de Oslo habla sólo de un período interino de autonomía, una época de prueba para que los árabes palestinos e israelíes descubran un *modus vivendi* sin perjudicar el resultado final de posteriores negociaciones sobre la soberanía.

Lo que ha ocurrido va también en contra de las solemnes promesas que hizo Isaac Rabin para ser electo. En su campaña, prometió que no negociaría con la OLP y que no haría nada que perjudicara la cuestión de la soberanía final. La mayoría de los israelíes ya no es tan fácil de engañar.

La "autonomía" es un código diplomático formal en el cual nadie cree.

La mayoría de los israelíes piensan ahora que la política del gobierno de Rabin les lleva a la creación de un estado palestino, lo cual rechazan. En una encuesta realizada la semana pasada por el principal periódico de Israel, el Yediot Ahronot, preguntando si los israelíes creen que el proceso actual lleva a la paz, tres cuartas partes respondieron, "no".

Este es un enorme mar de cambio de opinión, desde la euforia que invadió a Israel hace apenas ocho meses, cuando se celebró la firma del tratado en el jardín de la Casa Blanca. La razón para el cambio es que la mayoría de los israelíes se hacen ahora la misma pregunta que la oposición hizo desde el principio: ¿puede alguien confiar seriamente en Arafat?

Arafat tiene tan poco respeto por el actual gobierno israelí que dice en voz alta lo que él y el resto de la OLP están pensando.

Después de firmar en Oslo dijo en voz alta que simplemente implementa la primera de dos fases del antiguo plan de la OLP para destruir a Israel. Después, en lugar de desasociar del terrorismo al gobierno de la OLP en los territorios, hizo un pacto con el grupo fundamentalista islámico de los hamas, que abiertamente pide y ejecuta acciones terroristas en contra de los israelíes.

Cuando recientemente se hizo la firma final del acuerdo en El Cairo, Arafat escupió en la cara de Israel al intentar renegar de un acuerdo negociado frente a todo el mundo. Y ahora, supuestamente ha pedido un jihad (guerra santa — Ed.) para recuperar Jerusalén.

Por sus escritos y sus palabras, Arafat ha hecho que los israelíes —quienes con buena voluntad optaron por la paz con él— se pregunten si desperdiciaron tontamente su fe; si este proceso verdaderamente les lleva hacia la paz o simplemente es un retraimiento que facilitará la próxima ronda de ataques en contra del truncado Estado judío.



El líder de la OLP, Yasser Arafat, despierta desconfianza entre los israelíes. (Telefoto de archivo de AFP)

El plan de la OLP tiene ahora claridad suficiente para que los israelíes formulen una respuesta igual de clara. La OLP ha establecido en Jericó y en Gaza el cuartel, desde el cual intenta construir un estado total.

Busca ampliar este estado a las fronteras previas a 1967, a 15 quilómetros de las riberas de Tel Aviv. Pretende inundar a Israel con refugiados palestinos bajo el llamado "derecho al retorno". Busca ampliar su presencia en Jerusalén, convirtiéndola de nuevo en una ciudad dividida bajo soberanía palestina.

Israel tiene una alternativa. En lugar de retirarse a las líneas de 1967, cediendo a la formación del estado palestino y cruzando los dedos con la esperanza de que Arafat no le traicione, puede contener la inercia hacia el estadismo insistiendo en una verdadera autonomía.

La autonomía no es estadismo. Es la autoadministración de los asuntos locales, mientras que el control de las fronteras y de la política exterior sigue siendo tarea del gobierno federal de Israel.

La seguridad estará a cargo del ejército de Israel y no del ejército terrorista palestino actualmente en formación en los territorios. El actual gobierno israelí abdicó en Jericó y en Gaza. Lo importante ahora es no abdicar más ni aceptar los planes de Arafat para ampliar sus dominios. Debemos evitarlo, insistiendo en lo que se suponía que este proceso debía lograr en primer lugar: la autonomía.

Arafat aparentemente piensa que puede decir o hacer cualquier cosa porque Israel tiene un gobierno letárgico que no va a responder.

El gobierno podrá ser pasivo, pero no el pueblo. Lo que quiere es una paz verdadera, no una farsa.

Benjamín Netanyahu, líder del partido Likud, la oposición en Israel, fue ministro adjunto del Exterior de 1988 a 1991 y embajador de Israel ante la ONU de 1984 a 1988. (Unital). Editor

(c) 1994, New Perspectives Quarterly. Dist. by Los Angeles Times Syndicate. Traducción de Sergio E. Avilés.

01-01

9406535

Nº DOCUMENTO 9406536
TITULO Hanafi Rushdir se hace cargo de los servicios de información palestina.
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE P 23-5-94
VINCULACIONES 11876
66708
500868
11302
11337

Mosbah Hanafi Rushdir se hace cargo de los servicios de información palestina 23/5 LA Rep.

El día que el muerto volvió a su patria

*** Durante 27 años los israelíes y su propia esposa lo dieron por desaparecido**

Gaza (AFP)
por Sajer Abú el Un

Al cabo de 27 años de clandestinidad en que los israelíes y su propia esposa lo dieron por muerto, el militante palestino Mosbah Hanafi Rushdir Sakr reapareció ayer en Gaza con grado de general y convertido en nuevo jefe de los servicios de información.

Desaparecido durante la "guerra de los seis días" de junio de 1967, Sakr, de 60 años, declaró que estaba demasiado cansado para responder a las preguntas de la prensa e incluso anuló la fiesta familiar de su retorno.

El general, que, según fuentes palestinas, ha pasado la mitad de su vida oculto en Israel, pudo volver a ver a su mujer, que hace no más una semana aún lo creía muerto.

Unas horas después, el corresponsal de la AFP lo vio llegarse a pie, como dando un paseo, hasta el cementerio de la ciudad de Gaza en el que están enterrados su padre y su madre.

"Estoy demasiado cansado para hablar", explicó Sakr, pálido, bigotudo y vestido con el uniforme verde olivo del Ejército de Liberación Palestino (ELP). "Además, no estoy habilitado para hacer declaraciones a nadie", agregó.

Su familia supo el sábado que volvería al día siguiene y enseguida organizó una reunión familiar de bienvenida, pero el "resucitado" repitió que estaba agotado, anuló la fiesta y pidió a los periodistas que se fueran.

Para la multitud que se había congregado ante su domicilio, la reserva del general, que ni siquiera salió un momento a saludar, fue una gran decepción. Muchos siguieron esperando, mientras él se sentaba tranquilamente en un patio trasero, acompañado por una fuerte escolta que no dejó acercarse ni a los Halcones de El Fatah.

La semana pasada, cuando la Organización de Liberación Palestina (OLP) anunció desde Túnez el nombramiento del "muerto" al frente de los servicios de información, la estupefacción fue general.

Su esposa Nissat Barzak, directora de una escuela de la Agencia de la ONU para los Refugiados Palestinos (Unwra), no supo nada de él durante 27 años. La pareja se casó en 1959 y tuvo dos hijos varones.

Nacido en Gaza en 1934, Mosbah Anafi Rushdir Sakr se formó en la Academia Militar de El Cairo, de la que salió oficial a finales de la década de los 50, y era comandante del ELP en Jan Yunes (franja de Gaza) cuando estalló la guerra de 1967.

Ciertos informadores llegaron a precisar que su suerte se produjo al atravesar el río Jordán bajo el fuego enemigo.

"Yaser Arafat nos anunció hace unos días quién iba a ser el jefe de nuestros servicios de información", contó a la AFP un oficial de la nueva policía palestina. "Sólo el jefe de la OLP sabía que estaba vivo y se escondía en israel".

El único que pretende que nunca lo creyó muerto es su hermano Ramis, comerciante. "La prueba es que nunca llevé luto", declaró a la AFP.

01-01 9406536

Nº. DOCUMENTO 9406537
TITULO Desconfianza entre Rabin y Arafat, por discurso del pte. de la OLP.
PROCEDENCIA EL PAÍS
FECHA DE PROCEDEN. 24-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
500868
11005
11164

Ante las Amenazas de Arafat

24/5 EL P.

RABIN EXIGE COMPROMISO POR ESCRITO

JERUSALEN, 23 (por Elías Zaldivar, de EFE).— El primer ministro israelí, Isaac Rabin, exige al líder de la OLP, Yaser Arafat, un compromiso por escrito de que respetará el acuerdo de autonomía para Jericó y Gaza después de que insinuara que se trata de un pacto como el firmado por Mahoma con Kuraish, jefe de una tribu, y que el Profeta del Islam no cumplió.

Rabin ordenó esa misión al general Amnón Shájak, subcomandante en jefe de las Fuerzas Armadas y negociador de ese acuerdo, que aquél firmó el pasado miércoles 4 en El Cairo con el líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Esta petición será hecha por Shájak al jefe de la delegación palestina en las negociaciones para la autonomía palestina, Nabil Chaat, informa hoy, lunes, el diario "Iediot Ajronot".

Este nuevo incidente entre Rabin y Arafat se produce a raíz de unas declaraciones de este último después de asistir este mes a la toma de posesión del presidente de Sudáfrica, Nelson Mandela.

El Presidente de la OLP, que el pasado martes 10 disertó a puerta cerrada en una mezquita de ese país africano, llamó en esa ocasión al mundo islámico a "continuar la guerra santa (yihad) para reconquistar Jerusalén", y contra Israel.

Ante una airada protesta del Gobierno israelí, la semana pasada en Oslo, Arafat tuvo que aclarar que se refirió a la "guerra santa" en "un sentido religioso y político, no militar".

La comparación del acuerdo de autonomía con el pacto de no agresión que hace 1.300 años firmó el profeta Mahoma con Kuraish, jefe de una tribu de la península arábiga, y que violó dos años después, volvió a levantar ampollas en Israel.

La nueva afirmación en aquella conferencia de la mezquita —de la que la radio estatal judía consiguió la grabación— trascendió ayer, domingo, después de ser estudiado su contenido por varios catedráticos israelíes expertos en asuntos del Islam.

"El «acuerdo de Kuraish» se firmó en La Meca en el año 628 por diez años pero Mahoma lo violó en el 630 y conquistó la ciudad", indicó el profesor Moshé Sharón, historiador del Islam, "y sentó precedente en la legislación musulmana", dijo a la prensa.

"Cuando los musulmanes se refieren al pacto de Kuraish —dijo— quieren decir que, si fuese cómodo o útil, se puede llegar a un acuerdo con el enemigo, y violarlo cuando ello sea apropiado".

"En otras palabras, ese tipo de acuerdos como el de Mahoma con Kuraish, esto es entre musulmanes y quienes no lo son, puede ser denunciado cuando así le convenga a la parte islámica", comentó.

El nuevo roce entre Rabin y Arafat por la desconfianza que se profesan, uno de los motivos por los cuales el dirigente palestino se negó hasta último momento a firmar el acuerdo de autonomía para Gaza y Jericó, coincidía hoy con otro foco de posibles fricciones y aun de enfrentamientos por la interpretación de ese convenio.

Las autoridades judías decidieron traducir al árabe todo el texto del acuerdo de autonomía para uso de la oficialidad de las fuerzas palestinas de seguridad en Gaza y en el enclave de Jericó.

Los oficiales de segundo grado de la policía palestina, indicó hoy, lunes, la radio estatal israelí, ignoran los términos de lo acordado, "y dicen a la gente lo que ésta quiere escuchar", agregó.

La decisión se tomó tras un incidente entre la policía de Jericó, que manda el general Haj Ismail, y el jefe de la zona militar central de Israel, con jurisdicción en Cisjordania, general Ilán Birán, por el tema de los colonos judíos armados en esa zona.

Mientras Birán sostenía que los colonos judíos tienen derecho a andar armados para defenderse, su homólogo palestino —que finalmente aceptó el criterio israelí— decía que estaba prohibido.

Las diferencias de interpretación del acuerdo entre los oficiales de ambos lados también coincide con un "desorden general" entre los 2.400 agentes de la policía en la franja de Gaza y otros 700 en el enclave de Jericó, según fuentes militares de Israel.

"La paz la Hacen los Pueblos y no sus Gobernantes"

JERUSALEN, 23 (EFE).— Ante la actual crisis de confianza entre el primer ministro Isaac Rabin y el líder palestino Yaser Arafat, el ministro israelí de Asuntos Exteriores Simón Peres ha afirmado hoy, lunes, que "la paz la hacen los pueblos, no sus dirigentes".

El jefe de la diplomacia israelí dijo que "hay que distinguir entre las declaraciones y los actos de Arafat", presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Al llegar a Estados Unidos para una gira que le llevará esta semana a México, Colombia y Chile, Peres informó a la prensa local de que pidió una aclaración a Arafat por declaraciones suyas de hace dos semanas en una mezquita de Sudáfrica, que dejaron entender que no cumplirá los acuerdos que ha firmado con Israel.

El pasado martes 10, en una disertación que ofreció en la mezquita de Johanesburgo (Sudáfrica), Arafat comparó sus acuerdos con el primer ministro Rabin con el Pacto de Hudaibiya, el que hace trece siglos concertó el profeta Mahoma con sus enemigos de la tribu de Kuraish, que dominaba en La Meca.

En su conversación telefónica con Arafat, este explicó que, según los hechos históricos, esa tribu, que no profesaba el Islam, fue la primera en violar el pacto con Mahoma, que al segundo año de firmarlo conquistó aquella ciudad de Heyaz (Arabia Saudí).

En su alocución en la mezquita de Johannesburgo, el líder de la OLP también dijo que los palestinos "continuarán la Guerra Santa (Yihad)" contra Israel, aunque la semana pasada aclaró en Oslo que se refirió a "una batalla política, no militar".

Según catedráticos israelíes especializados en el Islam, la interpretación del Pacto de Hudaibiya entre Mahoma y los Kuraish, que sentó precedente, es que los musulmanes pueden pactar con sus enemigos pero también faltar a sus compromisos si les conviene.

"Esa interpretación de aquel acuerdo es una falsificación de los hechos, pues quien violó el pacto con Mahoma fue el jefe de esa tribu no musulmana", afirmó esta tarde, en rueda de prensa, el asesor político de Arafat en Jerusalén, el doctor Ahmed Tibi.

9406537

01-02

Crisis de confianza entre Rabin y Arafat

El gobierno de Israel, encolerizado por un discurso del presidente de la OLP, reclamó ayer que Yasser Arafat ratifique por escrito su acatamiento al acuerdo de paz que firmaron a principios de este mes.



Dudas
Rabin manifestó su desconfianza frente a la sinceridad de Arafat con relación a la paz

Obed Ben-Ami, portavoz del primer ministro Yitzhak Rabin, adelantó que Israel suspenderá toda nueva conversación con los palestinos hasta que esa comunidad consolide sus controles de seguridad sobre la Franja de Gaza y la ciudad cisjordana de Jericó, donde empezó a instrumentarse la autonomía en virtud de un acuerdo bilateral.

Ben-Ami dijo que la sinceridad de Arafat con relación a la paz había quedado en duda ante las expresiones que formuló al hablar en una mezquita de Johannesburgo el 10 de mayo, seis días después de que el estado hebreo y la OLP rubricaran un histórico acuerdo de paz en El Cairo.

En su mensaje dirigido a los musulmanes sudafricanos, Arafat formuló un llamamiento a una "jihad", la palabra árabe que significa guerra santa o lucha, por Jerusalén y comparó el tratado con Israel con una antigua tregua entre árabes que fue violada poco después de su firma.

Arafat explicó poco después de hablar en la mezquita que la "jihad" quería significar "cruzada pacífica".

Israel considera a Jerusalén como capital indivisa del estado hebreo.

La OLP aspira a transformar a Jerusalén Oriental (árabe) en la capital de un futuro estado palestino.

Mala comparación

La comparación que hizo Arafat entre su acuerdo con el primer ministro Isaac Rabin y el pacto de no agresión de hace 1.300 años entre Mahoma y Kuraish, en una disertación cerrada a la prensa y que ofreció el pasado día 10 en una mezquita de Sudáfrica, ha creado una "crisis de confianza", afirmó Yosi Sarid, el ministro para Asuntos del Medio Ambiente, del frente pacifista Merets y uno de los negociadores de la autonomía para la franja de Gaza y Jericó.

También Rabin exige a Arafat, un compromiso por escrito en el cual asuma la responsabilidad por el cumplimiento del acuerdo.

Sarid declaró que "la continuidad del proceso de paz" entre Israel y los palestinos "depende de Arafat" y de que se desdiga de "esas lamentables y desgraciadas declaraciones en la mezquita".

Segunda fase

La OLP e Israel deben negociar ahora la segunda fase de la autonomía que, tras el acuerdo para Gaza y Jericó, firmado este mes por Arafat y Rabin en El Cairo, debe extenderse a Cisjordania.

El presidente de la central palestina de Túnez "debe restaurar con hechos y no con un simple desmentido nuestra confianza en él, o no volveremos a la mesa de negociaciones", aseguró Sarid.

Por otra parte, el radicalizado grupo palestino Jihad (Guerra Santa) que se opone al proceso de paz que adelantan Israel y la OLP, anunció que no aceptará el pedido que le formuló la Policía palestina para que entregue sus armas y ratificó su intención de seguir lanzando ataques contra los israelíes.■ *(De la redacción de* El Observador *en base a fuentes de EFE y Reuter)*

Obs 24/5

02-02 9406537

Nº. DOCUMENTO 9406538
TITULO Dificultades en el proceso de paz palestino - israelí.
PROCEDENCIA OBSERVADOR.
FECHA DE 25-5-94
VINCULACIÓN 11876
507603
500868
11879
11554

Guerra verbal disimula ataques militares de Tel Aviv al fundamentalismo islámico Obs. 25/5

Israel amenazó con volver a cero proceso de paz

Israel amenazó con "volver a cero" en el proceso de paz con los palestinos si su líder, Yasser Arafat, violase o dejara de cumplir sus acuerdos con este país.

La amenaza se produce luego de que aviones israelíes de combate atacaran bases del movimiento pro iraní Hezbollah en el sur de Líbano.

Este movimiento fundamentalista islámico es un firme opositor y verdadero obstáculo para la consolidación de los acuerdos de paz firmados entre Israel y la OLP.

De hecho, este el el undécimo ataque contra el suelo libanés en lo que va del año, con lo cual el gobierno de Tel Aviv está limpiando de obstáculos para consolidar el acuerdo de paz (haciendo el trabajo sucio) a la OLP, según fuentes diplomáticas.

Posición de Rabin

"Insistiremos en la necesidad de que la continuación del proceso de paz más allá de Gaza y de Jericó vaya ligada a que los palestinos demuestren su aptitud para respetar los compromisos asumidos en Gaza y en Jericó y a una puntual reafirmación de este compromiso", dijo Rabin.

La amenaza, hecha en el Parlamento y en nombre del gobierno por el ministro de Policía y Energía, Moshé Shájal, no podrá ser ignorada por la Autoridad Nacional Palestina (ANP) para los territorios autónomos de Gaza y el enclave de Jericó, que tiene previsto celebrar su primera sesión hoy, miércoles, en Túnez.

"Contamos con la fuerza para actuar, y lo haremos si fuese necesario; toda violación del acuerdo devolverá la situación a cero, y si una violación fuese grave no será unilateral", afirmó Shájal, cuyo mensaje fue visado por Rabin, informó ayer, martes, la radio estatal.

Así lo prometió el ministro a los partidos de la derecha nacionalista, en la oposición, que plantearon el lunes varias mociones de censura para derrocar al gobierno, al que exigen que cese las negociaciones con Arafat y anticipe las elecciones.

El acuerdo de autonomía para Gaza y Jericó fue firmado hace 20 días en El Cairo por el primer ministro de Israel, Yitzhak Rabin, y el presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, cuyas relaciones se hallan en una crisis de confianza.

El presidente de la OLP instó recientemente en Sudáfrica al mundo musulmán a unirse al pueblo palestino en una "guerra santa" (Jihad) contra Israel, y dio a entender que sus acuerdos para la paz con este país serán sólo provisionales.

Por otra parte el ministro israelí de Asuntos Exteriores, Shimon Peres, gestionará en Washington el traspaso urgente de fondos a la Autoridad Nacional palestina (ANP), ante el temor a un colapso económico y social en las autonomías palestinas de Gaza y Jericó.

La gestión la hará hoy, en una reunión con el secretario de Estado norteamericano Warren Christopher, antes de emprender un viaje de visita a México, Colombia y Chile, informó el matutino Haaretz israelí. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a fuentes de EFE y Reuter)*



Líder del pro iraní Hezbollah

As Sayad Hassan Nessrallah en conferencia de prensa en Beirut anunció venganza por ataques israelíes

01-01

9406538

Nº. DOCUMENTO 9406539
TITULO Gobierno británico levanta embargo de armas contra Israel.
PROCEDENCIA LA JUVENTUD
FECHA DE PROCEDE... 27-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
507529
11903

Israel

LEVANTAN EMBARGO DE ARMAS

L. Juventud 27/5

El Gobierno británico ha acordado levantar el embargo de armas vigente hasta ahora contra Israel, según confirmó ayer jueves, el ministro de Asuntos Exteriores, Douglas Hurd. El embargo se impuso de común acuerdo con otros países europeos a raíz de la invasión israelí al Líbano en 1982 y hasta ahora el Reino Unido había ligado el levantamiento de la medida con la retirada israelí de la llamada «zona de seguridad» que ocupa en el sur de su país vecino. Hurd indicó que la revocación de esa medida se ha tomado «a la luz de los favorables acontecimientos en el proceso de paz para Oriente Medio, en particular la retirada israelí de Gaza y Jericó».

01-01

9406539

Nº. DOCUMENTO 9406540
TITULO Oposición de los israelíes a ampliar la autonomía palestina.
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA DE PROCEDEN. 28-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
500868
11164

C. 28/5

Oposición a ampliar la autonomía palestina

JERUSALEN, 27 (EFE). — El 63% de los israelíes está en contra de que su gobierno negocie con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) la **ampliación de la autonomía palestina** —que ya rige en la franja de Gaza y la ciudad cisjordana de Jericó— al resto de los territorios ocupados por Israel.

Así lo indica una encuesta que publicó hoy, viernes, el diario independiente "Iediot Ajronot", en la que se indica que solo el 35% de los israelíes está a favor de que se negocie la ampliación de la autonomía palestina al resto de Cisjordania. El 2% restante no contestó.

Del sondeo, llevado a cabo por el Instituto Dájaf, se desprende asimismo que las últimas declaraciones del presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), **Yasser Arafat**, no llevaron a un cambio de posturas respecto de la ampliación de la autonomía en la mayoría de los israelíes.

Las recientes declaraciones de Arafat a favor de una "guerra santa" contra Israel para liberar Jerusalén, y otras que arrojaban sombras sobre sus intenciones de respetar los acuerdos firmados, levantaron las iras en Israel pese a sus posteriores explicaciones.

Sin embargo, el 57% de los israelíes afirma que esas declaraciones no cambiaron sus posturas, el 27% que ha pasado de apoyar la ampliación de la autonomía palestina a oponerse a ello y el 13% que su respaldo es menor.

En Israel no se habían difundido encuestas de opinión desde que comenzó a regir la autonomía en Jericó y la franja de Gaza, pero sí antes. El sondeo del "Iediot Ajronot" confirma las tendencias anteriores, ya que la población israelí parece establecer una relación directa entre la autonomía palestina y las actitudes generalmente ambiguas de Yasser Arafat.

Nº. DOCUMENTO 9406541
TITULO División del partido derechista Likud.
PROCEDENCIA CLARÍN
FECHA DE PROCEDENCIA 28-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
11164
515432
80052

Fractura en el derechista Likud

CLARÍN 28/5

JERUSALEN, 27 (Reuter). — El líder derechista israelí **Ariel Sharon** dividió hoy las filas del partido opositor Likud al lanzar su propia campaña con la intención de suceder al actual primer ministro, **Yitzhak Rabin**, en las elecciones que tendrán lugar en 1996.

El anuncio de Sharon de que se presentará como candidato en la primera elección directa de primer ministro en Israel, constituyó una bofetada al nuevo dirigente del Likud, **Benjamin Netanyahu**, que lucha por organizar una oposición efectiva al acuerdo de paz que Rabin firmó con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Ariel "Arik" Sharon, que en 1982 encabezó la invasión israelí al Líbano, señaló que permanecerá en el Likud pero que intentará formar un frente de partidos de derecha.

Los miembros del Likud califican a Sharon de subversivo y consideran que no tiene ninguna oportunidad de vencer a Rabin.

"Estoy haciendo los preparativos para competir por el cargo de primer ministro en las elecciones de 1996", declaró Sharon a Radio Israel. El ex general de 66 años sostiene que su experiencia en las guerras que libró Israel es útil para ejercer el cargo de primer ministro del Estado.

El ex primer ministro del Likud, Yitzhak Shamir, a quien Rabin derrotó en las elecciones de 1992, instó a Sharon a desistir de sus planes y señaló que el ex ministro de Defensa no tiene oportunidades de ganar.

01-01

9406541

Nº. DOCUMENTO 9406542
TITULO Continúan reuniones del primer gobierno autónomo palestino.
PROCEDENCIA LA. JUV.
FECHA DE P. 28-5-94
VINCULACIONES 11876
66708
500868
11164
11302

Continúan las reuniones del primer gobierno autonómico palestino

LOS PALESTINOS ELABORAN SU PROGRAMA PARA GAZA Y JERICO

28/5 L. JUV.

Tras una maratónica sesión que duró hasta la madrugada de ayer, el primer «Gobierno» de la autonomía palestina se reunió de nuevo el viernes, encabezado por Yaser Arafat, para elaborar su programa de trabajo.

Al concluir la reunión de ayer, Arafat no quiso hacer declaraciones a los periodistas sobre los trabajos del «Consejo Ministerial», y tampoco quiso referirse a su estado de salud, sobre el que vienen corriendo en Túnez rumores alarmantes.

Medios palestinos que pidieron mantener el anonimato revelaron que el presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) ha tenido que ser tratado médicamente en dos ocasiones en los últimos diez días en el hospital militar de esta capital, aquejado de «excesiva fatiga».

Quienes le conocen bien aseguran que sólo se trata del cansancio que le han ocasionado sus múltiples desplazamientos, unido a los efectos de la canícula que sufre la capital tunecina desde principios de esta semana.

Si se desconoce con exactitud lo tratado en la primera reunión oficial del «Gobierno» palestino, se sabe sin embargo, por uno de los portavoces autorizados de la OLP que el número de «carteras» ha sido fijado en 22, en lugar de las 24 que se propusieron inicialmente.

En torno a Arafat se reunieron la noche del jueves dieciocho de los diecinueve «ministros» que integran el organismo encargado de dirigir la autonomía palestina en Gaza y Jericó, incluida la antigua portavoz de la delegación palestina en las negociaciones de paz de Washington, Hanan Ashraui, quien inicialmente presentó su renuncia a figurar en el «Gabinete».

Arafat y sus «ministros» tienen también que fijar una fecha para el viaje que el líder palestino quiere efectuar, en el curso del mes de junio, a Jericó y Gaza.



Contrariamente a las informaciones dadas por la radio militar israelí, la OLP sigue insistiendo en que únicamente se ha presentado al Gobierno israelí «un abanico de fechas» para ese histórico viaje.

Medios palestinos afirman también que está descartado que Arafat viaje el 12 de junio, ya que ello significaría que estaría ausente de la «cumbre» de la Organización para la Unidad Africana (OUA), que se celebrará en Túnez del 13 al 15 del mes próximo.

El propio portavoz de la presidencia del Consejo de Ministros israelí desmintió que hubieran recibido un mensaje de la OLP a propósito de la fecha de ese viaje, con lo que se echaba por tierra la «confirmación» que anteriormente había dado la radio israelí.

Lo único que hay, según otras declaraciones del ministro de la Policía, Moshe Shahal, sería «la intención de retrasar el viaje del 6 al 15 de junio».

El 15 de junio es una fecha más probable, ya que la «cumbre» africana de Túnez, en la que las dos personalidades más esperadas son Arafat y Nelson Mandela, habrá concluido.

El «Gobierno» palestino, según un portavoz, se dividió ayer en varias comisiones que trabajaron en la redacción de los diferentes capítulos de la «carta-programática», y luego lo hará en sesión plenaria, con Arafat, en horas nocturnas.

Se daba por sentado que los dieciocho «ministros» pasarían una nueva noche en blanco, algo habitual en el ritmo de vida del presidente de la OLP, y que aquí es considerado, en términos humorísticos, como «el método del «viejo» para hacer polvo a sus interlocutores...»

El programa de trabajo de este organismo estará vigente hasta que se celebren las elecciones al Consejo de la Autonomía, previstas en la Declaración de Principios palestino-israelí, hacia fines del año en curso.

Según fuentes palestinas, el programa incluye el establecimiento de sistemas de control de las decisiones que afecten a los diversos campos de acción del «Gobierno», con el fin de «evitar que se realicen acciones incontroladas...».

01-01

9406542

Nº. DOCUMENTO 9406543
TITULO Israel y la OLP inician "batalla" por Jerusalén.
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE PROCEDENCIA 28/5/94
VINCULACIONES 11876
507603
500868
11554

Comenzó la pulseada por Jerusalén: la OLP e Israel reivindican sus derechos

Una encuesta realizada por un instituto israelí reveló que el 63% de los israelíes está en contra de que su gobierno negocie la ampliación de la autonomía palestina al resto de Cisjordania. Israel y la OLP iniciaron ayer una verdadera batalla por sus derechos sobre Jerusalén. En un borrador de Constitución, la OLP proclamó a la Ciudad Santa como capital palestina, pero Yitzhak Rabin garantizó que todos los órganos de poder palestino se instalarán en Jericó. El derechista Ariel Sharon lanzó su propia campaña con la intención de suceder a Rabin, dividiendo las filas del opositor partido Likud.

JERUSALEN, 27 (AFP, AP y Reuter). — Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) comenzaron hoy la batalla por Jerusalén, afirmando sus respectivos derechos sobre la Ciudad Santa, cuyo estatuto no será negociado **antes de transcurrido un plazo de tres años.**

El primer ministro israelí, **Yitzhak Rabin**, lanzó hoy una ofensiva contra todo intento de transformar a Jerusalén oriental en capital palestina, como propuso la OLP en un borrador de Constitución difundido ayer.

"Haremos lo que sea necesario para asegurarnos que todos los centros de poder de la Autoridad Palestina (AP) estarán en Jericó, tal como la OLP se comprometió con nosotros en la Declaración de Principios", advirtió Rabin ante universitarios en Tel Aviv. El principio de acuerdo a que aludió fue firmado el 13 de setiembre de 1993 en Washington.

"Prefiero no anunciar públicamente cuándo y cómo actuaremos", agregó el primer ministro. Lamentó además que "en estos últimos años se hayan producido algunos hechos en Jerusalén que deberían haberse evitado." Rabin se refería sobre todo a la apertura, en octubre de 1992, de la Casa de Oriente, que se ha convertido en la representación oficiosa de la OLP en Jerusalén oriental.

Esa sede sirve ya como virtual Ministerio de Relaciones Exteriores y de municipio palestino. La OLP ha establecido también una oficina de planificación del presupuesto y una comisión de vivienda en Jerusalén, que ayudará a supervisar las zonas autónomas.

El jueves, en la televisión, Rabin calificó al borrador de Constitución elaborado por la OLP y que proclama a Jerusalén "capital de Palestina" de "palabras en el aire". **"Hemos firmado un acuerdo sobre la autonomía por un período transitorio y todo el resto no son más que palabras en el aire"**, estimó.

Israel conquistó y anexó el sector oriental de Jerusalén durante la guerra de 1967. Esta anexión no fue reconocida internacionalmente. La ONU preconiza la internacionalización de la ciudad, que alberga los lugares santos de las tres grandes religiones monoteístas. Las negociaciones entre la OLP e Israel sobre el status definitivo de Jerusalén comenzarán probablemente en 1996. Actualmente viven en Jerusalén oriental 167.000 israelíes y 155.000 palestinos.

El presidente de la OLP, **Yasser Arafat**, quien tiene previsto visitar en junio las zonas autónomas de Gaza y Jericó, fue objeto de duras críticas en Israel por declarar que los palestinos deben realizar una "guerra santa" (jihad) para liberar a Jerusalén.

El ministro de Policía israelí, **Mosho Shajal**, anunció ayer que durante su visita a las zonas autónomas, Arafat no será autorizado a visitar Jerusalén, situada a 32 kilómetros de Jericó.

El canciller israelí, **Shimon Peres**, afirmó que **"Jerusalén seguirá siendo la capital unificada del Estado de Israel y no se trata de proceder a una «berlinización» de Jerusalén"**.

Al ser entrevistado por la radio israelí desde los Estados Unidos, Peres descartó toda **"concesión política sobre Jerusalén"**, aunque dijo que estaba dispuesto a examinar las solicitudes de las diferentes religiones para facilitar el acceso a los lugares santos.

Expertos de seguridad del gobierno israelí advirtieron sobre la posibilidad de que la OLP intente actuar sobre hechos consumados, aumentando su presencia en el sector oriental de Jerusalén para reforzar sus derechos sobre ese sector. Precisaron que ya existen planes para fundar una universidad árabe en Jerusalén y crear un servicio de seguridad que proteja los edificios palestinos.

Los encargados de los servicios de seguridad israelíes señalaron que para mantener vivo el conflicto y destacar que Jerusalén oriental es parte de Cisjordania ocupada, los nacionalistas palestinos pueden intensificar la "intifada", el levantamiento popular contra la ocupación que estalló en 1987 en la actual zona autónoma de Gaza.

01-02 9406543

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDEN. CLARIN
FECHA DE 28-5-94
VINCULACIONES 11876

CIUDAD SAGRADA PARA TRES RELIGIONES

C. 28/5

Pugna por los lugares santos

El destino político de Jerusalén, una de las ciudades más antiguas y sobrecogedoras de la civilización y asiento de las tres grandes religiones monoteístas del mundo, sigue en el ojo de la tormenta. Para Israel es un **asunto terminado**: el sector oriental de la ciudad fue ocupado tras la Guerra de los Seis Días (1967) y anexado 13 años después. Luego, Israel proclamó a Jerusalén, con sus lugares santos, su capital **"única e indivisible"**.

Sin embargo, la pugna por el futuro de la ciudad volvió a plantearse ayer con una respuesta terminante del primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, a un proyecto de Constitución palestina, que reitera la idea de trasladar la futura capital de la autonomía de Jericó a Jerusalén oriental.

Sobre esa cuestión, todos los israelíes están de acuerdo: existe una suerte de contraseña o complicidad que excede las diferencias ideológicas. Jerusalén es el símbolo de su misma existencia.

Cien veces destruida, arrasada e invadida por egipcios, babilonios, griegos, romanos, mamelucos, persas y turcos, codiciada por musulmanes, cristianos y judíos, Jerusalén sigue siendo un punto de encuentro o de descoincidencia y todo obliga a suponer que **su futuro status motivará las máximas divergencias**.

Jerusalén es, además, la ciudad de los mil nombres: para los musulmanes, es **"La Santa" (El-Kuds)**, para los judíos es **Yerushalaim (La Ciudad de la Paz)** y para la grey cristiana es el punto geográfico del nacimiento, pasión y resurrección de Jesús.

Al proclamarse el Estado de Israel, en 1948, Jerusalén era un **"corpus separatum"**, conforme con los términos de la resolución 181 de las Naciones Unidas, conocida como **"plan de partición"**, en cuyo marco se recomendó la creación de un Estado judío y otro palestino. Por entonces, la bíblica Palestina estaba gobernada por Gran Bretaña, cuyo gobierno fue el artífice de este modelo.

La creación del Estado de Israel fue inmediatamente seguida por una invasión de los vecinos países árabes, que repudieron esa "partición". Como consecuencia, Jerusalén quedó dividida por primera vez en su milenaria historia. Este episodio de guerra y de invasión concluyó en 1949, con la firma de los acuerdos de Rodas, pero la división de la ciudad se prolongó y el sector oriental quedó bajo administración jordana.

El Vaticano fracasó en todos sus intentos para que Jerusalén fuera internacionalizada. En 1949, el arquitecto del Estado israelí, a la vez su primer líder, **David Ben Gurion**, tomó la decisión unilateral de instalar la capital en Jerusalén occidental, que se hallaba bajo control de Israel.

Once días después de finiquitada la fulminante guerra de 1967, el poderoso y disciplinado ejército israelí logró, por la vía de los hechos, la "reunificación de la Ciudad Santa", apoderándose del sector oriental, habitado por palestinos que, por entonces, tenían nacionalidad jordana.

Durante la fase de la división los jordanos impidieron el acceso de los judíos al Muro de los Lamentos (los restos del Templo de David), que se encuentra en el sector oriental de la ciudad, pero tras la unificación Israel ha garantizado para los fieles de las tres confesiones el acceso a los lugares sagrados.

Basado en esas concesiones y en pulcro ejercicio de la libertad de confesión, el Estado de Israel basa hoy su inconmovible estrategia: son suficientes las garantías como para admitir que sean necesarias otras adicionales.

Jorge Gottling

Copyright Clarín, 1994

9406543

02-02

Nº. DOCUMENTO 9406544
TITULO El gobierno palestino de Gaza y Jericó se puso en funcionamiento.
PROCEDENCIA LA JUVENTUD.
FECHA DE F... 29-5-94
VINCULACIONES 11876
500868
11302
~~Gaza y Jericó~~
66708

El gobierno palestino de Gaza y Jericó se pusó en funcionamiento

PROGRAMA POLITICO Y MINISTERIOS EN GAZA Y JERICO

El «Gobierno» palestino, encabezado por Yaser Arafat, adoptó ayer sábado en Túnez el programa político que define sus prerrogativas en Gaza y Jericó, adonde viajará en los próximos quince días el presidente de la OLP según un comunicado oficial.

La central palestina dio también a conocer la lista de las 14 «carteras» ministeriales atribuidas en el curso de la reunión presidida por Yaser Arafat.

Tras una segunda noche en blanco, catorce de los veintidós «ministros» con que contará la llamada «autoridad nacional palestina» acordaron también que el juramento de sus cargos quede aplazado hasta que este organismo pueda reunirse al completo en Jericó.

La lista de «carteras» atribuidas es la siguiente:

Presidente. Yaser Arafat, Economía: Abu Alaa , Hacienda: Mohamed Zohdi Nachachib, Cooperación Internacional: Nabil Shaat Justicia: Abu Medein Freih, Vivienda: Zakaria El-Agha, Cultura: Yaser Abdu Rabó, Sanidad: Ryad Al-Zanun ,Educación: Yaser Amro ,Turismo: Elias [illegible] Abdelfatiz Al-Achab, Empleo y Formación Profesional: Samir Ghoshe ,Colectividades Locales: Saeb Erakat, Juventud y Deportes: Azmi El-Chueibi, Asuntos Sociales: Intisar Al-Uazir.

Inicialmente, el «Gobierno» palestino debía contar con 24 miembros, pero al término de delicadas transaciones con un grupo de personalidades palestinas de los territorios ocupados, y varias organizaciones palestinas radicales, se acordó reducirlo a 22, aunque Arafat señaló que este numero puede verse todavía modificado.

Como es habitual en los cónclaves de los responsables palestinos, las decisiones pueden cambiar de un minuto a otro, como ha ocurrido en esta ocasión, tanto en lo que concierne al juramento de los «ministros», que debía tener lugar en Túnez, como a la cifra exacta de miembros de este organismo.

Según el acuerdo firmado por la OLP e Israel en El Cairo, el 4 de mayo, la «autoridad nacional palestina» debía estar formada por 24 miembros y su instalación en Jericó tenía que llevarse a cabo el 24 de mayo.



Hasta ahora, según declaraciones del jefe del Departamento de Información de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yaser Abdú Rabó, se han designado 20 miembros, pero seis no pudieron llegar a Túnez para participar a las deliberaciones.

Citando los principales puntos del programa político de ese organismo, indicó que éste hace una mención especial a Jerusalén, como «capital sagrada del futuro Estado palestino independiente», a lo que se opone firmemente Israel.

El programa reafirma que en los territorios donde será aplicado se consagrará la separación de poderes, la libertad de opinión, de prensa y de culto, el multipartidismo, los derechos humanos y la igualdad entre hombres y mujeres, así como el respeto «a todas las libertades fundamentales».

El texto adoptado por el «Gobierno» contiene también una mención al «rechazo de todas las iniciativas de carácter personal» en el ejercicio del poder en los territorios palestinos, lo que es considerado como una concesión de la OLP a quienes critican el «excesivo dirigismo» de Yaser Arafat.

En la composición de este organismo, prácticamente los dos tercios han quedado en manos de «Al-Fatah», la principal componente de la OLP, que dirige el propio Arafat.

El líder palestino, que ha sido sometido en los últimos diez días a dos controles médicos, aquejado de cansancio, según medios palestinos, viajará a Jericó y Gaza, probablemente, antes del 13 de junio, en que se abre en Túnez la «cumbre» de la Organización para la Unidad Africana (OUA), a la que ha prometido asistir.

Aunque todavía no hay fecha oficial para este viaje, Rabó señaló que se tratará de una visita «de corto tiempo» y tendrá lugar en un plazo de quince días, lo que parece confirmar los rumores insistentes que la fijan entre el 3 y el 10 de junio.

El «Gobierno» palestino será dirigido por Arafat, y según indicaciones recogidas en la sede central de la OLP, éste se reservará también la cartera del Interior

9406544

Nº. DOCUMENTO 9406545
TITULO Designan ministros del gobierno autónomo de Gaza y Jericó
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE PROCEDE. 29-5-94
VINCULACIONES 11876
66708
11164
11302

Designan ministros del gobierno autónomo de Gaza y Jericó

Túnez (AFP)

El laborioso proceso de la instauración de la autoridad palestina —el futuro "gobierno" de los territorios autónomos de Gaza y Jericó— dio un paso adelante con la adopción de un programa político y la atribución de 14 carteras.

El anuncio de esta distribución, aun parcial, de las carteras, fue hecho en Túnez, después de una nueva sesión nocturna de trabajo del gabinete que presidió el jefe de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, por su vocero, Yaser Abed Rabo.

Por el momento, según los observadores, se anunció un "gobierno" que estará integrado, según los acuerdos de El Cairo, por 24 miembros. La lista de nombres ya anunciados incluye a 20, 18 de los cuales confirmados, y el total de las carteras a atribuir fue fijado en 22, lo que significa que dos de los futuros 24 miembros de la autoridad palestina serán ministros sin cartera.

Todavía falta atribuir 8 carteras.

Según indicaciones concordantes suministradas hasta el momento por Abed Rabo y otros responsables de la OLP, las 14 carteras ya atribuidas son los siguientes "ministerios": Cooperación Internacional, Economía, Finanzas, Empleo y Formación, Cultura, Justicia, Telecomunicaciones, Vivienda, Salud, Educación, Asuntos Sociales, Turismo y Arqueología, Colectividades locales, Juventud y Deportes.

01-01

9406545

300445150 75 9406546
65671
11164
113ff.
11677

CUBA

RELACIONES CON AMERICA LATINA

1. INTRODUCCIÓN

En el marco del nuevo orden mundial surgido a partir de la desaparición del bloque soviético, CUBA ha tratado de superar su aislamiento, intentando conseguir apoyo económico para cubrir las necesidades de energía, alimentos y otros rubros antes suministrados por los soviéticos, procurando establecer y consolidar nuevos lazos político-diplomáticos y expandir sus oportunidades en materia comercial.

Con el objetivo de diversificar el comercio exterior, el régimen castrista suprimió de la nueva Constitución las referencias a la ex-URSS y a los antiguos países socialistas, al tiempo que resaltó la voluntad de CUBA para la integración y colaboración con los países de AMERICA LATINA y el CARIBE.

En relación a los países latinoamericanos, cabe recordar que la posición respecto a la Isla se encuentra dividida. El llamado Grupo de los Tres (VENEZUELA, COLOMBIA y MEXICO), junto a BRASIL, PERU y CHILE, sostienen que el sistema político económico cubano puede cambiar a través de la ayuda económica y del intercambio diplomático, en lugar del aislamiento y las constantes presiones impuestas por EE.UU.

En contraposición, COSTA RICA y ARGENTINA consideran que se debería profundizar la presión internacional para que CUBA se democratice.

A corto plazo, AMERICA LATINA continuará teniendo un peso marginal en los vínculos externos del país caribeño, lo que en modo alguno significa que éstos no sean importantes en áreas específicas.

El mecanismo sugerido actualmente por CUBA para incrementar los vínculos económicos con la región son el comercio compensado -que no exige el desembolso de divisas- y las inversiones conjuntas con empresas extranjeras.

En este contexto, el nivel de las relaciones dependerá en parte, de la capacidad de exportación en áreas de alta tecnología -tales como biotecnología, química especializada, farmacéutica y software- y servicios -por ejemplo, turismo y medicina-, en los que tiene pocos o ningún competidor local de consideración en la región -aunque sí la competencia de empresas transnacionales-, siempre y cuando pueda lograr mayores niveles de competitividad y una mayor eficiencia de la economía en general.

9406546
04-03

- **BRASIL**

Las exportaciones de BRASIL a CUBA están constituidas principalmente por insumos plásticos para la fabricación de embalajes, papel, pollo congelado, alimentos en general y materia prima para bebidas gaseosas.

En tanto, el 90% de las exportaciones de CUBA a BRASIL consisten esencialmente en vacunas contra la meningitis, enzimas y aparatos ortopédicos; encontrándose en estudio proyectos para aumentar este intercambio y ampliar la cooperación en áreas tales como turismo, educación, transferencia de tecnología para la explotación de caña de azúcar y otros.

Respecto a la inversión privada, el interés brasilero por emprender negocios en la Isla se encuentra en auge. A fines de MAR93 visitó LA HABANA una delegación de 35 ejecutivos de 22 empresas de las cuales CUBA espera lograr inversiones por un valor de U$S 10 millones, las cuales incluirían la construcción de un centro comercial para turistas, la venta de plantas procesadoras de cítricos brasileños, inversiones en las minas de níquel cubanas y la creación de una naviera cubano-brasileña.

Parte del acuerdo sería cubierto mediante una operación de trueque consistente en la exportación de alimentos brasileños a la Isla, así como la deducción de la deuda que CUBA tiene con dicho país (U$S 100 millones con organismos oficiales).

A fines de ENE94, ambos países firmaron un acuerdo mediante el cual CUBA exportará a BRASIL medicamentos -vitaminas, antibióticos y analgésicos, por un valor de U$S 30 millones-, las exportaciones cubanas servirán para compensar su deuda, por su parte, BRASIL pagará a la Isla -en dos partidas- los restantes U$S 20 millones. Asimismo se materializó un acuerdo de cooperación por el cual CUBA aportará tecnología para el cultivo de soja y caña de azúcar.

En los últimos años ha aumentado el comercio entre ambos países. En 1992, CUBA exportó a BRASIL productos por valor de U$S 46 millones e importó de ese país U$S 17,2 millones. En 1993, las ventas brasileñas a CUBA subieron a U$S 18,7 millones, o sea un aumento del 9,25 %.

En contraposición las cifras de las exportaciones cubanas a BRASIL para el año 93, se estiman que fueron mas bajas que las del año anterior.

- **CHILE**

En JUL91, los gobiernos de ambos países acordaron reanudar sus vínculos a nivel consular y comercial durante la Cumbre Iberoamericana de GUADALAJARA, después de casi 18 años de interrupción, tras el golpe militar que derrocó al Presidente Salvador ALLENDE en SEP73.

02 9406546

En los ultimos años aumentaron los contactos comerciales bilaterales y se incrementó el número de turistas chilenos hacia CUBA, procesos que fueron facilitados por la apertura de nuevas rutas aéreas a partir de 1992

Durante dicho año CUBA compró a CHILE productos por U$S 4 millones y vendió por un valor de U$S 121 000,resultando la balanza comercial marcadamente deficitaria para el estado caribeño.

A partir de JUL93, la empresa Telex de CHILE y sus filiales suscribieron convenios con compañías de CUBA para atender servicios de transmisión de fonía y datos, telegrafía y transporte de correspondencia

Asimismo, cabe señalar que los empresarios CARDOEN y MARAMBIO se encuentran desarrollando dos proyectos. Uno de asistencia técnica y comercialización de cítricos producidos en la isla (7 000 hectáreas de plantaciones), principalmente pomelos y naranjas, a través de la empresa AGRICOLA FINIS TERRAE, por cuyo intermedio se efectuaría la venta de jugos al mercado estadounidense y europeo. El segundo, un hotel de "cuatro estrellas plus" que se construye en VARADERO

También, dichos empresarios han realizado una inversión conjunta en materia de turismo con la empresa CUBANACAN de U$S 26 millones

0303

9406546

Nº. DOCUMENTO 9406547

TITULO Pte iraquí destituyó al 1er Mtro. y asumió personalmente la jefatura.

PROCEDENCIA EL PAÍS

FECHA DE PROCEDEN. 30-5-94

VINCULACIONES 11876
507596
11164
11302
11038

Saddam Hussein Asumió Primer Ministro de Irak

BAGDAD, 29 (Reuter). — El presidente iraquí Saddam Hussein destituyó hoy a su primer ministro y asumió personalmente la jefatura del nuevo gobierno para hacer frente a una grave crisis económica.

El gobernante Consejo del Comando de la Revolución (CCR) afirmó que el cambio era necesario debido al "injusto embargo (de la ONU) y a la necesidad de lanzar un esfuerzo especial en las cuestiones económicas para proteger el nivel de vida de la población".

No hubo cambios importantes en el Gabinete y los ministros conservaron su puesto. Pero el anuncio del CCR, difundido por la agencia noticiosa oficial INA, dijo que Saddam tendrá tres viceprimeros ministros.

El primer ministro Ahmed Husein Khudayyir fue destituido tras el derrumbe del dinar —la moneda iraquí— que provocó un ataque directo contra el funcionario lanzado por el periódico dirigido por el hijo de Saddam, Uday.

El diario de Uday, Babel, responsabilizó abiertamente al gobierno por la devaluación de la moneda. "El 5 de setiembre, cuando Ahmed Husein asumió la jefatura del Gabinete, el dólar valía 54 dinares. El 28 de mayo, el dólar llegaba a 510 dinares", señaló el periódico en un comentario.

La semana pasada Saddam desplazó al ministro de Agricultura Bashir Alwan Hammadi, aparentemente por no haber podido detener las marcadas alzas en el precio de los alimentos.

Los medios de prensa oficiales de Irak a menudo recalcan los aumentos de precios y las penurias resultantes, pero a diferencia del comentario de Babel, concentran su indignación contra las sanciones impuestas tras la invasión de Kuwait en 1990.

País 30/5

01-01

9406547

Nº. DOCUMENTO 9406548
TITULO Israel continúa con la liberación de prisioneros palestinos
PROCEDENCIA OBSERVADOR
FECHA DE PROCED. 31-5-94
VINCULACIONES 11076
507603
500868
11005

Rabin cumple con la puesta en libertad gradual de 5 mil prisioneros de la OLP

Israel empezó a liberar más presos palestinos

Israel empezó ayer a liberar cientos de prisioneros palestinos más, cumpliendo con el acuerdo de autonomía que concertó con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) que prevé la liberación gradual de 5.000.



Reencuentro
Varios palestinos dieron la bienvenida a los presos agitando banderas

El Ejército informó que los liberados fueron transportados en seis autobuses que salieron de la prisión Keziot, en el desierto de Neguev.

Dos se dirigieron a la Franja de Gaza y los otros cuatro a Cisjordania.

Un oficial militar que pidió no ser identificado dijo que al concluir el día los nuevos liberados serían varios centenares.

Los palestinos dieron rienda suelta a su júbilo, mientras policías de la OLP repartían flores en la Franja de Gaza al hacer su arribo los prisioneros liberados por Israel conforme al acuerdo de paz con la Organización de Liberación de Palestina.

Israel anunció la liberación de varios cientos de palestinos, el primer gran contingente en los 12 días transcurridos desde que las tropas de ocupación se retiraron para dar lugar a la presencia de policías palestinos en la mayor parte de la Franja de Gaza.

Los primeros 70 prisioneros de la cárcel de Keziot, en el sur de Israel, atravesaron en dos autobuses que los llevarían a la zona bajo administración palestina.

Cientos de palestinos les dieron la bienvenida agitando banderas, y bailando y dando alaridos de júbilo. Policías palestinos dispararon al aire sus rifles en señal de alegría.

El Ejército dijo que los prisioneros fueron llevados en cuatro autobuses desde Keziot a Cisjordania. Según el acuerdo firmado en El Cairo este mes, Israel se comprometió a liberar a 5.000 palestinos. De estos fueron dejados en libertad 1.000 a comienzos de mes. Pistoleros palestinos atacaron ayer a soldados israelíes en la frontera entre la Franja de Gaza autónoma e Israel. Un soldado murió en el tiroteo, víctima posiblemente de fuego israelí, dijo el Ejército.

Los pistoleros huyeron hacia Gaza y oficiales de la Policía palestina dijeron que se tomarían medidas para arrestarlos. Este fue el segundo ataque palestino contra soldados israelíes desde que las tropas del Estado judío se retiraron de Gaza el 18 de mayo.

En respuesta al tiroteo, el Partido Laborista del primer ministro Yitzhak Rabin dijo que ataques de ese tipo no podían ser tolerados y abogó en favor de cambiar el acuerdo de autonomía si la Policía palestina no intentaba capturar a los atacantes. ■ *(De la redacción de El Observador en base a fuentes de AP y Reuter)*

9406548

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406549
TITULO Israel liberó centenares de palestinos detenidos.
PROCEDENCIA LA REPUBLICA.
FECHA DE ... 31-5-94
VINCULACIONES 11876
507603
11554
500868

Un sargento israelí resultó muerto en confuso episodio cerca de Gaza

Israel libera más detenidos entre las balas palestinas

A pesar que un soldado israelí murió en un tiroteo provocado por un comando palestino en los límites con Gaza, Israel liberó ayer algunos centenares de detenidos palestinos. Sin embargo, la decisión no tranquilizó a la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), inquieta por la amenaza israelí de obstaculizar las actividades políticas palestinas en Jerusalén Este.

31/5 L. República



El extremista Masakatsu Nozoe es inmovilizado por varios agentes de seguridad, luego de intentar asesinar al ex primer ministro japonés Morihiro Hosokawa. (Telefoto de AFP)

Tel Aviv (ANSA), por Luigi Sandri

■ Hacia la medianoche local una patrulla de seis militares fue tomada como blanco por un comando palestino, cerca de Nahal Oz. Los soldados respondieron al fuego.

Sobre el terreno quedó, muerto, el sargento Shlomo Shitrit, de 25 años de edad. En un primer momento se dijo que habría sido alcanzado por las balas de los palestinos, pero después —según Radio Jerusalén— se habría advertido que, probablemente, el soldado fue muerto por error, a causa de la oscuridad, por uno de sus compañeros.

Aún cuando ningún grupo se adjudicó el ataque a los soldados y la responsabilidad moral por la muerte del sargento, fuentes de Gaza se mostraron convencidas de que se trata de un nuevo ataque de los fundamentalistas de Hamas. En la misma zona de Nahal Oz, pocos días atrás el movimiento islámico asesinó a dos soldados.

A pesar de la tensión provocada por el nuevo derramamiento de sangre, Israel liberó ayer entre doscientos y trescientos (el número no fue precisado) detenidos palestinos, para cumplir con los acuerdos con la OLP sobre la autonomía de Gaza y Jericó, firmados en El Cairo el pasado 4 de mayo.

En los acuerdos Israel se comprometió a liberar, en el lapso de cinco semanas, a cinco mil detenidos palestinos. En efecto, inmediatamente después de la firma fueron liberados cerca de dos mil.

En total, los detenidos llevados a prisión a causa de la Intifada son cerca de diez mil, la mitad de ellos pertenecientes a Hamas o a la Jihad Islámica. Mientras que la OLP pidió la liberación de todos los detenidos, Israel rechazó excarcelar a aquellos acusados de matar ciudadanos israelíes.

Cuando los primeros autobuses que transportaban a los detenidos que se encontraban en la cárcel de Ketziot (en el sur de Israel, no lejos de Gaza) llegaron a Nahal Oz, fueron recogidos con grandes festejos y banderas palestinas flameantes.

Entre tanto, se espera que en estas horas entre en plena actividad la autoridad palestina prevista por los acuerdos de El Cairo y que, hasta las elecciones del consejo palestino por parte de los habitantes de las zonas autónomas (¿en octubre?), representa la máxima autoridad en Gaza y Jericó.

La autoridad palestina —guiada por Yasser Arafat— está compuesta por 24 miembros. Pero todavía no todos fueron nominados. Incluso una personalidad prestigiosa como Hanan Ashrawi, de Ramallah (Cisjordania) rechazó el cargo ofrecido.

Por su parte, Faisal Husseini, el más alto exponente de Al Fatah (principal componente de la OLP) en Cisjordania, reabrió la polémica sobre Jerusalén Este.

En los últimos días, el premier israelí, Isaac Rabin, dijo que las instituciones de la autoridad palestina de las zonas autónomas de Gaza y Jericó deberán tener sede en esta última y no en Jerusalén oriental, donde se encuentra la Orient House, el más importante centro palestino de la ciudad.

Ayer Husseini recordó a Rabin que si Israel busca obstaculizar las actividades de la Orient House, entonces "el acuerdo con la OLP no podrá seguir adelante". Bajo esta polémica, en filigrana, está el temor de los israelíes de que la OLP avance en sus pretensiones sobre la ciudad, y —por parte de los palestinos— de no abandonar al menos el "statu quo" de su modesta presencia allí.

9406549

1/1

171245JUN94

MEMORANDUM Nro. 060/94

EVALUACION: A-1

REFERENTE A: CARDOZO FRANCO Hebert (C/A)

TEXTO: Profesor de U.T.U. en el Dpto. de ROCHA

D.N.I.I. REGISTRA:

1973 Integrante del Concejo de redacción del Boletín FARO del Frente Amplio en ROCHA.-

FECHA 29/6/94 1/2

Procesado a

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO 20 JUN. 1994
Fecha de Entrada
Pase a Biográfico
Nº. de Orden 406551

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico

Capitán

001/001

171300JUN94

M E M O R A N D U M Nro. 061/94

E V A L U A C I O N : A-2

R E F E R E N T E A: SENESE CAMEJO GERARDO A.(Fr.)

T E X T O: C.C. Serie AXB N°20317

DOMICILIO: PONCE GRASERAS N°829 / BLANCA DEL TABARE N°2933

TEL: 71-31-72

OCUPACION: Transportista Escolar.

23 6 94

JZ

D I S T R I B U C I O N :

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada: 20 VI 1994
Biografía
N° 9406552

001/001

9406552

Campo Sindical. Sector Gremial

Dirigentes salieron al cruce de versiones de prensa en torno a despidos por "bajo rendimiento"

Adeom Maldonado: "Jerarcas de la Intendencia llevan personal y maquinaria comunal a trabajar a su casa"

* "Se usan dineros del pueblo para obras particulares", afirman los sindicalistas

Maldonado. Dirigentes de Adeom denuncian lo que entienden es una escalada de sanciones arbitrarias en la Intendencia de Maldonado. Ayer en la audición "La voz de Adeom" que se emite por Radio Maldonado, los dirigentes Nelson Rodríguez, Aníbal Alvira y José Cabañas, salieron al cruce de versiones de prensa que indicaban el posible despido de más de cien trabajadores "por bajo rendimiento". "No existe la mentalidad de no hacer nada dentro de los municipales", consideraron los dirigentes.

"Se están dando sanciones totalmente arbitrarias", expresó Rodríguez. Los municipales informaron que ante las sanciones el gremio recurre a las vías administrativas correspondientes, "y en un 90% de los casos el contencioso le otorga razón al funcionario", dijeron.

El dirigente José Cabañas denunció la situación que se da a partir de "directores generales que llevan personal a su casa a trabajar, o maquinaria."

DOS O TRES INCAPACES

"Creo el intendente es totalmente consciente de eso", dijo Cabaña. "Se usan los dineros del pueblo para obras particulares y el intendente es consciente."

Según Cabaña se han contratado recientemente "dos o tres incapaces para dirigir las obras municipales. Lamentablemente se ha tomado a los municipales como rehenes de una situación netamente política", concluyó.

Alvez por su parte llamó la atención sobre la no consideración de los antecedentes a la hora de aplicar sanciones, extremo que para él es inadmisible.

Los sindicalistas estimaron que "el férreo control que se hace sobre los funcionarios municipales de rasgos inferiores", no se compadece con igual tratamiento a los cargos jerárquicos. "Tampoco se controlan las empresas particulares. De ahí que hay obras que quedan a medio terminar y esa misma empresa vuelve a ser contratada aún cuando haya dejado veredas con baldosas flojas". Según los responsables del programa "La voz de Adeom" toda esta problemática fue expuesta a las líneas jerárquicas correspondientes sin que haya habido respuesta hasta el momento.

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

001/001

E9406553

CAMPO SICOSOCIAL
MEDIO AMBIENTE

Se reúnen los ecologistas costadoreños

Atlántida. La Asociación Eco-Bosque Costa de Oro de Canelones, la entidad ecologista más importante del departamento, citó a sus asociados a efectos de reunirse en asamblea general. Mañana a partir de las 19 horas en el Country Club de Atlántida se tratará un orden del día en el cual se destaca el informe sobre las gestiones relacionadas con los Estatutos y el trámite de la personería jurídica y la discusión de las sugerencias recibidas al respecto del Ministerio de Educación y Cultura. Esta entidad, presidida por Ruben Mario Fernández y en la que actúa en Secretaría Gilberto Sierra Medina, ha venido trabajando en forma intensa en todas aquellas tareas que tienen que ver con la ecología, siendo fuente permanente de consulta y ha estado presente en todos los trabajos y acciones tendientes a la preservación del medio ambiente, fundamentalmente en el ámbito costero.

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Biográfico
N° 9406554

ESTEDIARIO
06/JUN/94

001/001

9406554

LA UNION

EMOTIVA DESPEDIDA A WALTER PEÑA COPPOLA, QUIEN SE RETIRO AYER DE ANTEL



Walter Peña Cóppola, abandonaba ayer la función pública para ampararse a su retiro jubilatorio

SOBRE EL MEDIODÍA de ayer , una emotiva ceremonia tuvo lugar en las oficinas de Antel de Montevideo, con un motivo muy especial: despedir a Walter Peña Cóppola, quien precisamente en la jornada, 31 de mayo, abandonaba la función pública para ampararse a su retiro jubilatorio. Peña, un funcionario de dilatada trayectoria en la actividad pública, cumplió tareas durante muchos años en la Oficina Electoral de Minas, para pasar en los últimos años a desempeñarse en la secretaría del director Antonio Zeballos Bastreri, en el ente del teléfono. El respetado vecino estuvo ayer rodeado de amigos y compañeros de tareas, entre quienes se encontraba el propio Zeballos, siendo personalmente saludado por Carlos Julio Pereyra, quien concurrió a la breve ceremonia para testimoniar su aprecio personal, ganado durante largos años de relación particular y política. Más allá de las siempre subjetivas consideraciones personales de quienes lo tenemos en un alto grado de afecto y respeto, desde su función en Antel, Peña supo ser un nexo importante entre las necesidades de los vecinos y los efectivos logros que se persiguen. De ahora en más, y como "hombre político" que se ha definido, Peña ha de seguir trabajando intensamente desde la presidencia de la Junta Departamental que ocupa —como uno de los ediles más antiguos del cuerpo— y por su Movimiento Nacional de Rocha, al que brindará sus mayores esfuerzos, de cara a una nueva contienda electoral.

001/001

Alias El "CHOLO"

1|3

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.
(Uso interno de la D.G.I.D.)

E.E.I. Nro. 004/A/94.....

FECHA: . 17/6/94..........

REFERENCIA: El Observador 17/6/94

ORIGEN: Campo Militar

DIFUSION: Departamento III

ANEXOS: Se adjuntan tres artículos de prensa.

INFORMACION CONOCIDA: - Sobre probable huelga policial.
- Sobre movilización y huelga de hambre de familiares de presos.
- Sobre huelga de hambre dentro del Penal.

E.E.I.: 1) Información acerca de probable huelga policial (Fecha, Motivos, alcance).
2) Información acerca de movilización y huelga de hambre de familiares de presos (líderes, infiltración o manejo político del tema).
3) Información acerca de huelga de hambre dentro del Penal.

PLAZO: Cuando se obtenga.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de ...
DEPARTAMENTO ...
20 ...
Dpto. III
N° ... 9400556

001/003

La prohibición de visitas provocó huelga de hambre en Libertad, según familiares

"Queremos alguien con quien hablar, que alguien nos escuche". En ese reclamo de una señora con los ojos enrojecidos por las lágrimas, se puede esquematizar esa pintura con todos los tonos del gris, que ayer al atardecer exponía el kilómetro 53 de la ruta 1, desde donde parte el camino de acceso al penal de Libertad.

Una veintena de personas y muchos bolsos y paquetes desperdigados denunciaban, desde la banquina y bajo la implacable llovizna, la presencia de familiares de los reclusos. Junto a ellos, en el ingreso del camino, un vehículo de Policía Caminera, otro de seccional y unos pocos efectivos policiales, comandados por un cabo que detuvo el automóvil de *El Observador*.

"Lo siento, no pueden avanzar; es una orden del ministerio, tanto para los familiares como para la prensa", dijo el funcionario quien luego, y en tono correcto, explicó que el propio director del establecimiento había comunicado la decisión a los familiares —en ese momento unas 60 personas— alrededor de las 8 de la mañana.

El desencadenante de la medida, según explicaron luego los familiares, fue la decisión de un grupo de reclusos de iniciar ayer por la mañana una huelga de hambre. "Lo que pasó es que el ministerio se había comprometido a trasladar a 260 presos y anoche (la noche del miércoles) sólo trasladaron a 18 para el Comcar", reseñó uno de los pocos hombres dentro de un núcleo mayoritariamente femenino, donde no faltaba *una mujer embarazada* "que está, como todos nosotros, bajo la lluvia desde la mañana", dijo la esposa de un recluido.

Una señora, cuyo hijo está preso, señaló que la esperanza estaba centrada "en que alguien se apiade de nosotros y al menos permita que pasen los paquetes donde les traemos comida y cigarrillos... un cabo nos dijo que a lo mejor se nos permitía eso más tarde, por eso esperamos..."

La joven esposa de otro recluso explicó que, luego del motín, "nos dejaron entrar el domingo y también el martes, pero en grupos de 10 y durante apenas ocho minutos".

La madre del recluso manifestó entonces que "en la última visita mi hijo me daba ánimo ... decía que estaba bien, que no le habían pegado, que estaba todo tranquilo... pero lo vi nervioso, demacrado y creo que me decía eso para tranquilizarme..."

Agregó luego, con voz cada vez más entrecortada, que "con los guardias no tenemos problema, ellos nos tratan bien (algo en que coincidieron todos los familiares), el problema es con el ministro del Interior... yo entiendo que ellos están ahí adentro porque hicieron algo malo, pero son seres humanos y nosotros somos las madres..." y el llanto, hasta entonces contenido, le impidió seguir hablando.

Asimismo, informaron que si la huelga de hambre de los reclusos continúa los familiares se plegarán, realizando probablemente el ayuno en el local de los Padres Conventuales, de la calle Canelones.

El ministro Angel María Gianola informó ayer a la comisión parlamentaria que entiende en el tema que la huelga de hambre "quedó sin efecto y la situación es de calma".

La hermana de otro encarcelado reafirmó que "la culpa es de quienes prometieron una cosa y luego no cumplieron, por eso estamos aquí bajo la lluvia, sin saber qué hacer..." y fue interrumpido por una señora que afirmó: "Yo estoy sin dormir, porque trabajé desde medianoche hasta las 6 de la mañana".

A esa altura apareció un hombre, también allegado a un recluso, a informar que otro grupo se concentraba ante el Ministerio del Interior y dijo haber sentido el rumor de una posible intervención de las Fuerzas Armadas en el penal. "Qué horrible, sería una matanza", dijo estremecida una joven mujer, mientras otras intentaban calmarla descartando esa eventualidad.

Era el matiz de gris que faltaba, para un atardecer en Libertad que ya los tenía casi todos.



Luis Alonso

En la ruta

La tensa espera de los familiares de reclusos de Libertad comenzó ayer antes del amanecer y prosiguió en el crepúsculo

EL OBSERVADOR
17/6/94

El Ministerio informó sobre 35 traslados

EL MINISTERIO del Interior trasladó ayer a 35 reclusos del Penal de Libertad, intentando descomprimir la situación allí. Veinte fueron a Santiago Vázquez, 13 a la Cárcel Central y otros dos a la de Paso de los Toros.

Se considera el traslado de presos peligrosos a las cárceles de Salto y Paysandú, pero esto se hará cuando exista un mejor control del penal de Libertad.

Entre la jerarquía policial había expectativas de que la Suprema Corte adelantara su visita de cárceles para este mes y que produjera un abultado número de gracias y sobreseimientos, pero eso no se producirá, según se afirmó en la corporación a *El Observador*.

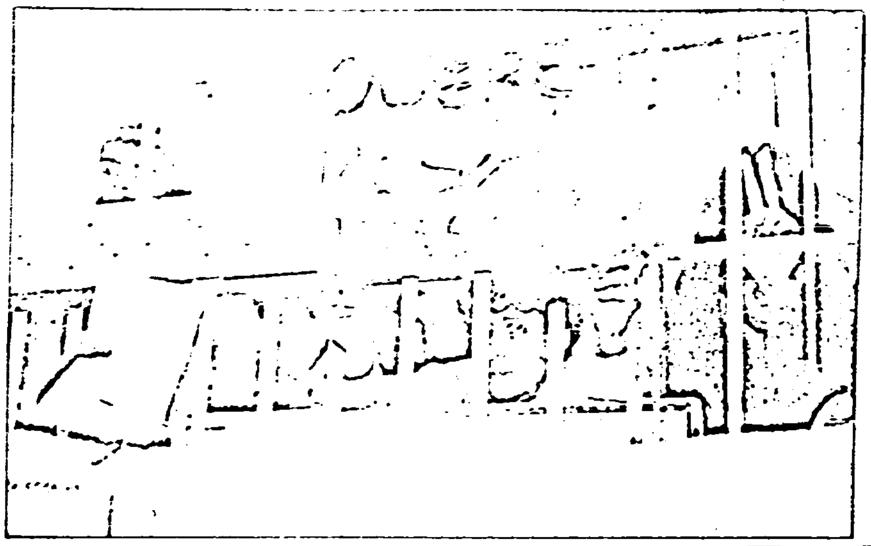
El penal de Libertad será visitado el jueves 4 de agosto por la Corte, que queda de hecho desintegrada hasta la feria judicial menor pues el domingo viaja Luis Torello a Costa Rica y el 25 viajan a Estados Unidos Juan M. Mariño y Milton Cairoli.

940655

Guardia interna se negaría a reprimir, desatando la solidaridad

Inteligencia prevé motín en Libertad para hoy y "alto riesgo" de una huelga policial

Inteligencia policial informó que se prevé un amotinamiento para hoy en el Penal de Libertad y el "alto riesgo" de que detone una huelga policial, en un documento elevado al ministro del Interior Angel María Gianola el martes y al que tuvo acceso El Observador.



Traslado
El reclamo fue atendido solo parcialmente: 35 casos

La Dirección Nacional de Información e Inteligencia informó el martes no estar en condiciones de prever el alcance de la huelga policial que puede estallar a raíz de la negativa de los policías de la guardia interna del Penal a reprimir el inminente nuevo motín en el Penal de Libertad.

El documento especifica que los motivos de esa posible huelga están en los bajos sueldos, reclamar por los reajustes salariales que entienden les corresponden y que ya fueron obtenidos con medidas de fuerza por la enseñanza y los judiciales y actualmente es demandado por los funcionarios de la Corte Electoral, y disconformidad con "promesas incumplidas" del poder político.

En sus conclusiones, el informe de la DNII sostiene que "de no revertirse esta situación se corre el riesgo de un nuevo conflicto policial, como se expresa al comienzo del presente, por lo que se recomienda un estudio en carácter de "Urgente" de las posibles soluciones a esta problemática por considerársela de ALTO RIESGO".

El informe fue hecho por orden del Ministerio del Interior y obra actualmente en poder del ministro Angel María Gianola. En él se especifica que las autoridades carcelarias se ven hoy "desbordadas en razón de ya haber agotado sus posibilidades".

La posibilidad de un nuevo motín, se especifica, motiva continuas consultas telefónicas a la guardia interna del Penal de parte de otros policías, para preguntarles qué actitud asumirían ante él.

Guardia interna

Al analizar el estado de ánimo imperante en el personal policial destacado en el Penal de Libertad, el informe de Inteligencia policial sostiene que hay un "gran descontento de la Guardia de Seguridad, especialmente de la guardia interna".

Esto, por cinco razones básicas: 1) carencia de personal y personal pobremente capacitado pues son recientes egresados de los cursos de formación, sin posibilidad de disciplinar a los reclusos; 2) recargo de trabajo, con jornadas de hasta 20 horas; 3) carencia de ropa de trabajo, por lo que deben usar la propia para completar el uniforme; 4) temor de ser sometidos a la Justicia en caso de actuar con rigor con los reclusos en respuesta a "permanentes provocaciones".

Por último se especifica que de la indagatoria con el personal de servicio "se desprende que los mismos se sienten abandonados, olvidados y manifiestan haber sido engañados permanentemente por el Poder Político pues se les prometen soluciones que nunca se concretan, se les habla de mejoras presupuestales, soluciones habitacionales, de indumentaria y luego todo continúa igual soportando las presiones de una Población carcelaria cada vez más insubordinada".

También se resalta en este punto "algo que ha quedado grabado en todos los Policías", el pasaje del discurso del inspector mayor José Pedro Martínez al asumir la jefatura del Penal, cuando "expresó que para él lo más importante eran los reclusos, luego los familiares de los reclusos, en tercer lugar los Policías y por último la familia del Policía" y se puntualiza que aplicó este criterio como política hasta su relevo en marzo último.

Sin control efectivo

Respecto de la población carcelaria, el informe señala que "han obtenido una serie de concesiones que no permiten un control efectivo de su desplazamiento y conducta interna".

Entre las causas de esta situación se mencionan la sobrepoblación, la aplicación de un sistema que elimina "categorías" (de peligrosidad) por razones de política carcelaria y locativas, el aumento de días de visita sin tener en cuenta la disponibilidad de efectivos policiales, que los reclusos puedan reunirse todos en el horario de recreo, falta de un lugar adecuado para que los presos cumplan sanciones disciplinarias, la existencia de tráfico interno de psicofármacos, aumentado por la existencia de adictos y el uso de droga como pago de "favores", y el problema de los reclusos infectados de HIV, que sabiendo que no serán reprimidos abusan de la situación.

También se señala que los reclusos han aprovechado los problemas ("la crisis", se afirma) de personal para aumentar sus demandas, lo que llevó a conceder ampliación de régimen de visitas y de visitas conyugales, de horarios de patio, de salidas domiciliarias, del ingreso de radios, TV, calentadores, etcétera.

EL OBSERVADOR
17/6/94

003/003

"LA UNION"

MAÑANA INICIAN PLANTACION DE ARBOLES EN TODO EL DEPARTAMENTO

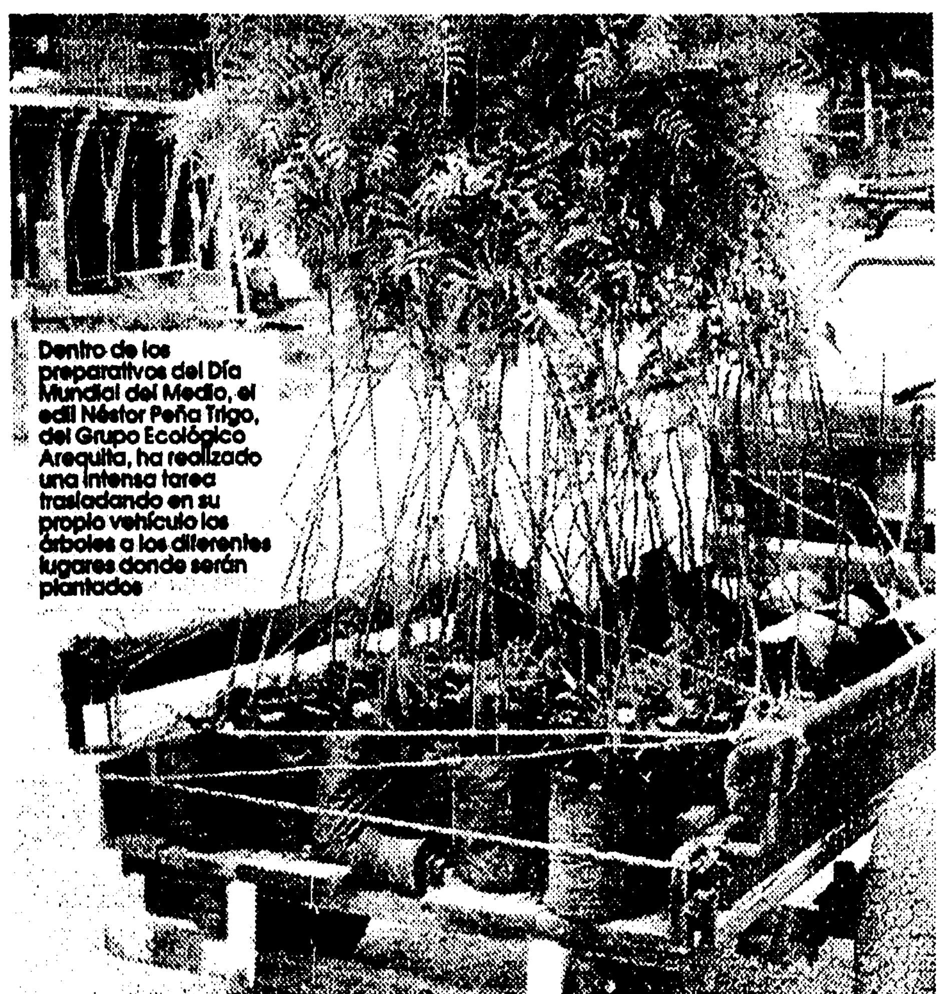
Habilitan hoy muestra ecológica en Casa de la Cultura: "Aún estamos a tiempo"

Comenzando con las actividades programadas en los umbrales del Día Mundial del Medio Ambiente, que se celebra el próximo domingo 5 de junio, quedará habilitada en esta jornada la muestra ecológica "Aún estamos a tiempo". En tanto se anuncia para mañana y los días subsiguientes, una intensa labor que consistirá en la plantación de 3.500 árboles en distintos lugares de la ciudad y el departamento.

La Comisión del Medio Ambiente de la comuna y el Grupo Ecológico Arequita (G.E.A.), junto con la Intendencia Municipal de Lavalleja, dan inicio hoy a una intensa actividad que se desarrollará durante los primeros días de este mes de junio, para celebrar el Día Mundial del Medio Ambiente.

Estos eventos precisamente daban comienzo esta mañana, con la habilitación de la muestra ecológica "Aún estamos a tiempo", presentada por diferentes grupos ecologistas, y que funcionará hasta el próximo domingo 12 de junio.

Según informaron los integrantes de la Comisión del Medio Ambiente, dentro de las actividades que se han planificado se prestará especial atención a la plantación de árboles, que durante varias jornadas se realizará en diversos puntos de la ciudad de Minas y en localidades del interior del departamento.



Dentro de los preparativos del Día Mundial del Medio, el edil Néstor Peña Trigo, del Grupo Ecológico Arequita, ha realizado una intensa tarea trasladando en su propio vehículo los árboles a los diferentes lugares donde serán plantados

El programa divulgado establece el siguiente plan para la plantación de árboles:

Jueves 2: Escuela Nº 102, barrio Zeballos, a la hora 10.

Viernes 3: Piraraja, a la hora 9

Viernes 3: José Pedro Varela, a la hora 11 y 30.

Viernes 3: José Batlle y Ordóñez, a la hora 15.

Sábado 4: Complejo Policial, Campanero, a la hora 15.

Domingo 5: barrio Jardín, Estación, a la hora 10 y 30.

Domingo 5: Complejo habitacional INVE P.4.G. Gral. Flores, a la hora 11 y 30.

Se indicó asimismo que, en la localidad de José Pedro Varela, serán plantados en la vía pública 200 árboles y en Mevir, 300 árboles, en su gran mayoría fresnos, completando un total de mil quinientos árboles, que comenzarán a tener vida en todo Lavalleja.

Se aguarda, además, la confirmación de una donación de cinco mil autoadhesivos, que ya fueron solicitados por nota a la empresa Coca Cola, y que serán entregados a los automovilistas por brigadas ecologistas, durante los días en que se cumplan las actividades señaladas.

MINISTERIO
23
Nº 57

9406558

SECRETO ORIGINAL 1/10

MEMORANDUM N. 940176 Del Fecha: 17/06/94

I. ASUNTO: LISTA DE LAS ELECCIONES REALIZADAS EN LA COOPERATIVA MUNICIPAL.

II. EVALUACION:

III. REFERENCIA:

IV. TEXTO:

Se adjuntan listas de las elecciones realizadas en la Cooperativa Municipal(IMM).

000002

001/010

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 20
Org. Sindical
9406558

SECRETO

V: DISTRIBUCION: ORIGINAL - Sr. JEFE DEL DPTO. I

IDENTIFICACION DEL AGENTE
(r.m.)

-9406558

002

20/6/94
DR.OI
940455

②

COOPERATIVA MUNICIPAL

Lema : COOPERATIVISMO

Sub Lema : REYNALDO PICCARDO

CONSEJO ADMINISTRATIVO

Período 1994 - 2000

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) HECTOR CASTRO
2) ARTIGAS DE CASTRO
3) LEONARDO GONZALEZ
4) MARCELINO OLIVERA
5) HECTOR GUIMAREY
6) JUAN PEDRO VISILLAC
7) SERGIO GUIDO
8)NELSON FAGUNDEZ
9) LIBER REY
10) RAMON MARTINEZ
11) ANGEL ESPINOSA
12) CARLOS MAS
13) RUBEN MERCADAL
14) JULIO C. RIVERO
15) JULIO PEPE

ASAMBLEA DELEGADA

Período 1994 - 1997

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) LEONARDO GONZALEZ
2) RUBEN SUAREZ
3) FRANCISCO BARTELLONE
4) MARCELINO OLIVERA
5) EXEQUIEL ALONSO
6) ALICIA RODRIGUEZ
7) HECTOR RUBEN PINTOS
8) LIMBER TEJERA GAMBETA
9) ROBERTO GRILLO
10) ALVARO YANQUE
11) ODILMA MENDEZ
12) ERODINA BARCELLOS
13) JORGE SILVA PAZ
14) JOSE CHIAPETTI
15) ESTHER ALCAMBRU
16) JOSE FRANCIA
17) BLANCA DA ROSA
18) MIGUEL TELIZ

SINDICOS

Período 1994 - 1997

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) JUANITA BAS
2) EXEQUIEL ALONSO
3) HEBER RODRIGUEZ
4) PEDRO MENA
5) ROGELIO ROBERT
6)AMERICO PICCINI
7) BLAS MANFREDELLI
8) MILTON BUSTOS
9) MONICA MANFREDI

COMISION ELECTORAL

Período 1994 - 1997

(Sistema Preferencial de Suplentes)

1) ELVIRA TORRES
2) RUBEN MERCADAL
3) MANUEL DEL RIO
4) ANGELA CALVO
5) AIZER ARIGON
6) CELIA QUIHILLIRY
7) OLIVIO BLANCO
8) PERLA LIVCHICH
9) ADHEMAR ACERENZA
10) HECTOR BATISTA
11) ELEONORA ORAISON
12) BLANCA YRIGOIN
13) MIGUEL CAVALHO
14) JULIA ALVAREZ
15) MARIO RAMOS

Voto por la presente lista y sus respectivos candidatos. 406553

003

Montevideo, 3 de Junio de 1994.

COOPERATIVA MUNICIPAL

5

LEMA: REFORMA
Sub-Lema: HONESTIDAD Y TRABAJO

CONSEJO ADMINISTRATIVO
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 2000

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1 DARDO CORDERO	1 ORLANDO TABORDA	2 JUAN RIVERO
2 ROBERTO SANCHEZ	1 NUBEL CHIODI	2 FRANCISCO CANTERO
3 CLOVER GUZMAN	1 WILTON RIJO	2 Ma. del CARMEN BUZO
4 JUAN Ma. VANRELL	1 ALBERTO VIDELA	2 JULIO VERA
5 ELVIRA TORRES	1 ANA CASTRO	2 GLADYS BRUNO

ASAMBLEA DELEGADA
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 1997

0002

TITULARES	SUPLENTES
1 OSCAR OVIEDO	1 LAVALLEJA OVIEDO
2 JUAN [illegible] SUAREZ	2 GLADYS BRUNO
3 RA[illegible] R[illegible]SSO	3 NELSON SOTO
4 JUAN [illegible] NOBLE	4 MARIO BERRUTTI
5 JUAN MEDEIROS	5 HECTOR BUCALO
6 ELSA GONZALEZ	6 MARCOS GALLINI
7 ZENON CESAR PALACIOS	7 ATILIO BARBERINI
8 MIGUEL ANGEL FLORES	8 WALTER PIRIZ
9 NELSON SOSA	9 ANA CASTRO

SINDICOS
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 1997

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1 FRANCISCO CANTERO	1 HEBER MOTTA	2 JUAN C. CRECENZIO
2 HEBER MOTTA	1 DARWIN ALVAREZ	2 MARTA PARRA
3 JULIO PEREIRA FLORES	1 NELSON SOTO	2 MARIA MENDEZ

COMISION ELECTORAL
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 1997

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1 MARTA PARRA	1 NELSON BARRIOS	2 ELSA GONZALEZ
2 ROBERTO FERNANDEZ	1 RODOLFO BISQUIAZZO	2 SERGIO FORNES
3 CARLOS BAZZANO	1 GUILLERMO LOPEZ	2 MIGUEL FERREIRA
4 HECTOR BUCALO	1 MANUEL ALVAREZ	2 SANTO PEREZ PINTADO
5 WALTER GASTAN	1 JOSE BARRIL LOBATO	2 NELSON TRONCONI

VOTO POR LA PRESENTE LISTA Y SUS RESPECTIVOS CANDIDATOS

004 **MONTEVIDEO, 3 DE JUNIO 1994** 59406558

18

COOPERATIVA MUNICIPAL

Lema: COOPERATIVISMO

Sub Lema: REYNALDO PICCARDO

CONSEJO ADMINISTRATIVO

(Sistema Respectivo de Suplentes)
(Período 1994 - 2000)

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1. Lavalleja Escutary	1. José Tavarez	2. Enrique Velazco
2. Jorge Kayel	1. José M. Nuñez	2. Arnoldo Gómez
3. Wilson Gloodtofsky	1. Jorge Bentan[illegible]	2. Waldemar Vidal
4. Filemon De Los Santos	1. Domingo Mira[illegible]alles	2. Lenin Rojo
5. Ruben Bernardi	1. Jorge [illegible]eris	2. Julio C. Médica

ASAMBLEA DELEGADA

(Sistema Respectivo de Suplentes)
(Período 1994 - 1997)

1. Carlos Im[illegible]
2. Luis Ovel[illegible]
3. Raúl Mella[illegible]
4. Antonio Carneiro
5. Walter Linas
6. Autilio Machado
7. Lenin Rojo
8. Elia De Castro
9. Carlos Schweizer
10. Floro Gasco
11. Félix Aguirre
12. Héctor Moggia
13. Rodolfo Grassano
14. Abilio Andrade
15. Manuel Sobrido
16. Hermes Puentes
17. Felipe Company
18. Delia Schiaffarino

SINDICOS

(Sistema Respectivo de Suplentes)
(Período 1994 - 1997)

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1. Carlos Imbert	1. Mary Mallada	2. Ana Antoniazzi
2. María Pereira	1. Gabriela Rebelino	2. Luis Ovelar
3. Luis Facello	1. Celsa Guadalupe	2. Luis Ruso

COMISION ELECTORAL

(Sistema Respectivo de Suplentes)
(Período 1994 - 1997)

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1. Aurora Castillo	1. Orlando Cardoso	2. Javier Montezano
2. Juan C. Granese	1. Floro Gasco	2. Raúl Loduca
3. Nicolás Bellas	1. Héctor Moggia	2. Celsa Guadalupe
4. Luis Barboza	1. José Tabarez	2. María Oliva
5. Luis Ruso	1. Walter Hernandez	2. Waldemar Vidal

VOTO POR LA PRESENTE LISTA Y SUS RESPECTIVOS CANDIDATOS

Montevideo, Junio 3 de 1994

005

405558

COOPERATIVA MUNICIPAL

23

LEMA: REFORMA
Sub-Lema: HONESTIDAD Y TRABAJO

CONSEJO ADMINISTRATIVO
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 2000

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1 NICOLAS FERREIRA RAMOS	1 DANIEL F. BARRIOS	2 ERNESTO COITO
2 MARIA T. HOURCADE	1 OLGA DIAZ	2 ANGEL PIÑON
3 BELTRAN SOSA	1 NESTOR AQUINO	2 ARMANDO YOFRE
4 JOSE SANCHEZ	1 MARIELLA GUALCO	2 SUSANA URTET
5 OSCAR TOYA	1 LINDOLFO VIERA	2 JULIO MENDEZ

ASAMBLEA DELEGADA
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 1997

TITULARES	SUPLENTES
1 HECTOR PEREIRA	1 BELTRAN SOSA
2 JOSE E. DIAZ	2 GUSTAVO MASLACH
3 ALEX FLORES	3 LUIS BARBOZA
4 OLFE MARICHAL	4 LUIS REMUÑAN
5 GRACIELA BORDAZAR	5 PEDRO HERNANDEZ
6 GLADYS ABRAHAM	6 JORGE L. PEREZ
7 LUIS CAMPANELLA	7 EUSEBIO BARBOZA
8 BLANCA PEREZ DA ROSA	8 MARIA J. VIALE
9 ANGEL BORGES	9 ANNABELLA STRANEO

SINDICOS
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 1997

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1 JUAN C. CRECENZIO	1 ROBERTO SANCHEZ	2 JAIME MAYOR
2 MARIELLA GUALCO	1 JULIO MENDEZ	2 SUSANA URTET
3 ANGEL PIÑON	1 NESTOR AQUINO	2 ERNESTO COITO

COMISION ELECTORAL
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 1997

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1 OLFE MARICHAL	1 OSCAR TOYA	2 ALEX FLORES
2 DAGOBERTO BORDAGARAY	1 EDGARDO MANTECON	2 RENEE ALVAREZ
3 EMILIA KOSIJERINA	1 EUGENIO SANTOS	2 CLAUDIO CASAS
4 CARLOS CELLA	1 SARA CORREA	2 LUIS BARBOZA
5 LINDOLFO VIERA	1 LUIS CAMPANELLA	2 ANGEL BORGES

VOTO POR LA PRESENTE LISTA Y SUS RESPECTIVOS CANDIDATOS
MONTEVIDEO, 3 DE JUNIO 1994

40 COOPERATIVA MUNICIPAL

Lema: AUTENTICOS MUNICIPALES
Sub Lema: UN PASAJE AL FUTURO

CONSEJO ADMINISTRATIVO
Sistema Preferencial de Suplentes
PERIODO 1994 - 2000

1) NELSON TRUJILLO MARCONI
2) FELIPE DE RE D'AMBROSIO
3) LUIS PEREZ GOMAR
4) NELSON GUILLEN ODDO
5) PEDRO ACOSTA GALARZA
6) EDMUNDO GONZALEZ CAMEJO
7) JUAN LIZARRAGA DECIA
8) ELBIO NELSON DELGADO MATTOS
9) ELVIRA TORRES BERNATH
10) WILLIAM VENTURA VILLAGRAN
11) CARLOS JIMENEZ de ARECHAGA
12) GENEROSO PALERMO
13) MARIO BLASI
14) YAMANDU GADEA
15) ANTONIO VERGARA

ASAMBLEA DELEGADA
Sistema Preferencial de Suplentes
Período 1994 - 1997

1) DAGOBERTO CARRERAS
2) CORALIA SUAREZ BERACOCHEA
3) MARIO C. TORTORELLA
4) RODOLFO SUAREZ
5) MARIA NELLY CORNEY
6) JOSE MIRANS
7) JOSE CARLOS LEONI
8) RUBEN ARDITO
9) RAMON CARLE
10) CARLOS ACOSTA
11) JULIO C. MARTINEZ
12) NOLBERTO NAZUR
13) ENRIQUE VARELA
14) GRISELDA PIQUET
15) MARIO NESTOR MAGLIA
16) CARLOS Ma. FRANCO
17) SANDRA RAO
18) ENRIQUE GARATE

SINDICOS
Sistema Respectivo de Suplentes
Período 1994 - 1997

Titulares	Suplentes	Suplentes
1) CARLOS CELLA	1) JUAN MARIA VANRELL	2) JUAN A. MUNIZ
2) ENRIQUE NESTOR AUGUSTO	1) MARIA del R. PAIS	2) VILMA URGAL
3) NELSON GUILLEN ODDO	1) RUBEN LIMA	2) CARLOS ACOSTA

COMISION ELECTORAL
Sistema Respectivo de Suplentes
Período 1994 - 1997

Titulares	Suplentes	Suplentes
1) GUILLERMO LINAS	1) HECTOR ROSSI	2) LUIS PORTUGAU
2) WASHINGTON CUELLO	1) NORA OLDOINE	2) RUBEN ARDITO
3) NICOLAS ROMANELLI	1) TIMOTEO GONZALEZ	2) RAMON CARLE
4) NOLBERTO NAZUR	1) JOSE MARIA ZABALA	2) RUBEN LIMA
5) SILVIA ALAGUICH	1) CARLOS FRANCO	2) FIDEL PALAZZO

Voto por la presente lista y sus respectivos candidatos
Montevideo, 3 de Junio de 1994.

71 COOPERATIVA MUNICIPAL

Lema: AUTENTICOS MUNICIPALES

Sub Lema: UNA ESPERANZA PEDRO ACOSTA

CONSEJO ADMINISTRATIVO

Sistema Respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 2000

Titular	Suplente	Suplente
1) PEDRO ACOSTA	1) CARLOS ACOSTA	2) MIGUEL CAVALHO
2) ALFREDO TAFFORELLI	1) JULIO CESAR BECERRA	2) PEDRO ABRAHAM
3) WALTER ITALIANO	1) JOSE LLANES	2) ALBERTO BARRETO
4) TERESA DEMICHELI	1) HECTOR SORIA	2) ROQUE MONZON
5) NELSON TRUJILLO	1) VILMA URG[illegible]	2) LUIS SILVA

00002

ASAMBLEA DELEGADA

Sistema Preferencial de Suplentes
Período 1994 - 1997

1) ANDRES BUENO	7) RAUL MARQUEZ	13) ANTIVER GULARTE
2) ALBERTO BARRETO	8) SELVA TRINIDAD	14) JUAN BRIGNARDELLO
3) JULIO BRASIL	9) RUBEN ARDITO	15) LUIS SILVA
4) PEDRO ABRAHAM	10) ENRIQUE ABEIRO	16) HEBER VIANA
5) MARIO ALBERTO LOPEZ	11) GLADYS ABRAHAM	17) MARIA del CARMEN SILVA
6) WASHINGTON ANGELINI	12) MARIA CONCEPCION BUENO	18) MARIA SITYA

SINDICOS

Sistema Respectivo de Suplentes
Período 1994 - 1997

Titular	Suplente	Suplente
1) PEDRO ACOSTA	1) ALFREDO TAFFORELLI	2) WALTER ITALIANO
2) CARLOS ACOSTA	1) ENRIQUE VARELA	2) JOSE LLANES
3) DARWIN ALANIS	1) JUAN PEDRO DUQUE	2) RUBEN MODERNELL

COMISION ELECTORAL

Sistema Respectivo de Suplentes
Período 1994 - 1997

Titular	Suplente	Suplente
1) ALICIA RODRIGUEZ	1) LUIS DANIEL PORTUGAL	2) ANIBAL VICENS
2) PEDRO ABRAHAM	1) VALENTIN FERREIRA	2) HUGO V. ATTEL
3) JOSE MAIDANA	1) RUBEN WILKINS	2) MARIA ANGELICA SENA
4) NELSON RODRIGUEZ	1) FERMIN BRIAND	2) JULIO CESAR BECERRA
5) RAUL ROMERO	1) JOSE GRUCCI	2) ESTER PEREIRA

02406558

008

Voto por la presente lista y sus respectivos candidatos
Montevideo, 3 de Junio de 1994.

81

COOPERATIVA MUNICIPAL

Lema: COOPERATIVISMO
Sub Lema: REYNALDO PICCARDO

CONSEJO ADMINISTRATIVO

(Sistema Respectivo de Suplentes)
(Período 1994 - 2000)

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1º Aquiles Pintos	1. Jorge Yaco	2. Cesar A. Pintos
2º Gustavo Teliz	1. Roberto Soria	2. Francisco Rey
3º Edgardo Pintos	1. Juan Moreira	2. Alfredo Vargas
4º Tomás González	1. Jorge Borche	2. Mario Nandes
5º Adolfo Sosa	1. Ana Díaz	2. Walter Peña

ASAMBLEA DELEGADA

(Sistema Preferencial de Suplentes)
(Período 1994 - 1997)

1. Gerardo López	[illegible] Juan [illegible]essi	13. Juan Sastre
2. Blanca Ramírez	8. Juli[illegible] [illegible]obrado	14. Roberto Correa
3. Richard Bertarmio	[illegible] Walter Miraballes	15. Héctor Martínez
4. Carlitos Osano	10. Dagoberto González	16. Julio Lucas
5. Hilario Hernández	11. Medardo Maeso	17. Alberto Núñez
6. Héctor Chosoni	12. María Acosta	18. Ademar Schihaní

SINDICOS

(Sistema Respectivo de Suplentes)
(Período 1994 - 1997)

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1. Héctor Teliz	1. Néstor Vázquez	2. Jorge Camelo
2. Alfredo Vargas	1. Orfilio Martínez	2. Juan Arévalo
3. Raúl Martínez	1. Mario Alvarez	2. Alfredo Cancela

COMISION ELECTORAL

(Sistema Respectivo de Suplentes)
(Período 1994 - 1997)

TITULARES	SUPLENTES	SUPLENTES
1. José Enrique Díaz	1. Alberto Zeballos	2. Jorge Yaco
2. Mario Morales	1. Heber Morales	2. Miguel Mora
3. Jorge Camelo	1. José Martínez	2. Edgardo Pintos
4. Palmiro Silva	1. Carlos Merino	2. Nelson García
5. Carlitos Osano	1. Gerardo López	2. Jorge Nicolai

VOTO POR LA PRESENTE LISTA Y SUS RESPECTIVOS CANDIDATOS

Montevideo, Junio 3 de 1994

009 9406558

COOPERATIVA MUNICIPAL

LEMA: REFORMA
Sub-Lema: HONESTIDAD Y TRABAJO

1985

CONSEJO ADMINISTRATIVO
Sistema preferencial
de Suplentes

PERIODO 1994 - 2000

1	Juan C. Bauzá.	6	Blanca Irigoin.	11	Olga Fabbri.
2	Walter Chiribao.	7	Luis Arriola.	12	Yolanda Deti.
3	José W. Papariello.	8	Atilio Ibarbudes.	13	María Móttola.
4	Amauri Bentos Pereira.	9	Juan J. Larrosa.	14	Gladys Boria.
5	Daniel Rojo.	10	Alción Cheroni.	15	Graciela Ferrari.

ASAMBLEA DELEGADA
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 1997

000002

	TITULARES		SUPLENTES
1	Eduardo Delfante.	1	Carlos Cedrés.
2	Nestor Baciogalupi.	2	Washington Despaux.
3	José R. Volpe.	3	Enrique Tonelli.
4	Marcelino Lolo.	4	Walter Barbosa.
5	Nelson Mario Zipitría.	5	Homero Rodríguez.
6	Walter Barbosa.	6	Libia Medero.
7	Manuel F. Farina.	7	Ruth Carvalho.
8	Nelson Galletti.	8	Atilio Ibarbudes.
9	Ruben N. Lima.	9	Alción Cheroni.

SINDICOS
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 1997

	TITULARES		SUPLENTES		SUPLENTES
1	Miguel Elgart.	1	José W. Papariello.	2	Alción Cheroni.
2	Nelson Mario Zipitría	1	Carlos Cedrés.	2	Eduardo Delfante.
3	Washington Imaña.	1	Graciela Urban.	2	Nestor Baciogalupi.

COMISION ELECTORAL
Sistema respectivo de Suplentes
PERIODO 1994 - 1997

	TITULARES		SUPLENTES		SUPLENTES
1	José Volpe.	1	Luis Arriola.	2	Yolanda Deti.
2	Juan J. Larrosa.	1	Alción Cheroni.	2	Gladys Boria.
3	Nestor Baciogalupi.	1	Olga Fabbri.	2	Miguel Elgart.
4	Atilio Ibarbudes.	1	Daniel Rojo.	2	Nelson Mario Zipitría.
5	Walter A. Barbosa.	1	María Móttola.	2	Eduardo Delfante.

VOTO POR LA PRESENTE LISTA
Y SUS RESPECTIVOS CANDIDATOS

Montevideo, 3 de junio de 1994.

9406558

010/010

Nº. DOC 9406559
TITUL Berlusconi designó nuevo gobierno
PERI EL OBSERVADOR 150090
FECHA 11-5-94.
VINCUL. 11876
507604
11164
515432
11302

Bossi finalmente cumplió su objetivo y estará al frente del Ministerio del Interior

Berlusconi designó nuevo gobierno italiano

El magnate de la prensa Silvio Berlusconi anunció ayer que finalmente designó un nuevo gobierno para Italia, seis semanas después de conducir a su conservadora Alianza Libertad a la victoria en elecciones generales.

QUIENES SON Y QUE CARGOS OCUPAN

Primer ministro: Silvio Berlusconi, ***Forza Italia***
Viceprimer ministro: Giuseppe Tatarella, ***Alianza Nacional***
Viceprimer ministro: Roberto Maroni, ***Liga del Norte***
Relaciones Exteriores: Antonio Martino, ***Forza Italia***
Defensa: Cesare Previti, ***Forza Italia***
Interior: Roberto Maroni, ***Liga del Norte***
Justicia: Alfredo Biondi, ***Forza Italia***
Tesoro: Lamberto Dini, ***independiente***
Presupuesto: Giancarlo Pagliarini, ***Liga del Norte***
Finanzas: Giulio Tremonti, ***independiente***
Educación: Francesco D'Onofrio, ***Center Union***
Salud: Raffaele Costa, ***Unión del Centro***
Obras Públicas: Roberto Radice, ***Forza Italia***
Agricultura: Adriana Poli Bortone, ***Alianza Nacional***
Correos y Telecomunicaciones: Giuseppe Tatarella, ***Alianza Nacional***
Trabajo: Clemente Mastella, ***Cristianos Demócratas del Centro***
Asuntos Europeos y Regionales: (sin cartera) Domenico Comino, ***Liga del Norte***
Comercio Exterior: Giorgio Bernini, ***Forza Italia***
Transporte: Publio Fiori, ***Alianza Nacional***
Industria: Vito Gnutti, ***Liga del Norte***
Asuntos Culturales: Domenico Fisichella, ***Alianza Nacional***
Medio Ambiente: Altero Matteoli, ***Alianza Nacional***
Familia: (sin cartera) Antonio Guidi, ***Forza Italia***
Investigaciones Científicas y Universidades: Stefano Podesta, ***Liga del Norte***
Relaciones con el Parlamento: (sin cartera) Giuliano Ferrara, ***Forza Italia***
Funciones Públicas y Asuntos Regionales: (sin cartera) Giuliano Urbani, ***Forza Italia***
Reformas Institucionales: (sin cartera) Francesco Enrico Speroni, ***Liga del Norte***
Italianos en el Exterior: Sergio Berlinguer, ***independiente***

El empresario de 57 años formuló declaraciones en el palacio Quirinale de Roma, adonde fue a visitar al presidente Oscar Luigi Scalfaro para anunciarle que estaba dispuesto a asumir como nuevo primer ministro italiano.

Su gabinete de coalición, que jurará para sus cargos ante Scalfaro hoy, incluye a miembros de su partido Forza Italia, la Liga Norte federalista y la neofascista Alianza Nacional.

Entre sus nombramientos figura el de Antonio Martino, principal experto económico de Forza Italia, como ministro de Relaciones Exteriores, y Lamberto Dini, ex director general del Banco de Italia, como ministro del Tesoro.

Puntualizó que el gobierno, aunque la mayoría de sus integrantes carecen de experiencia ministerial, dará máxima prioridad a la recuperación económica del país.

El Ministerio del Interior, que fue el principal escollo en las negociaciones de derecha, será finalmente ocupado por el portavoz de la Liga Norte en la Cámara de los Diputados, Roberto Maroni, que ejercerá además una de las dos vicepresidencias del gobierno.

Presidente fijó pautas

El presidente Oscar Luigi Scalfaro, en una medida sin precedentes, dijo a Silvio Berlusconi que no hiciera nombramientos en su nuevo gobierno, que puedan perjudicar a Italia tanto en el frente interno como externo.

Los textos de la carta respectiva, y de la respuesta de Berlusconi aceptando las condiciones impuestas, fueron dados a publicidad ayer por el despacho presidencial, pocas horas antes de que Berlusconi se entrevistara con Scalfaro para anunciarle que estaba en condiciones de formar un gabinete de coalición.

La carta de Scalfaro decía que cualquier miembro del gabinete al que se encomendara política exterior tendrá que asegurar total lealtad a las alianzas, a la política de una Europa unida y a la política de paz".

Puntualizó que el nuevo ministro del Interior "no deberá incursionar en actitudes políticas contrarias a principios de libertad y legalidad, así como al principio de una sola e indivisible Italia". Exhortó a preservar la solidaridad social.

Gianfranco Fini considera que el ingreso de su Alianza Nacional en el gobierno es lo que convierte a Italia en "una democracia europea occidental", pero muchos piensan que más bien es un retorno al pasado.

De los cinco ministros de Alianza Nacional (AN) tres son neofascistas, uno es ex democristiano y el otro monárquico.

Aunque Fini considera que la Alianza Nacional es "posfascista", no puede negar que el núcleo de esa formación es el Movimiento Social Italiano (MSI), y la integran personalidades como la nieta de Mussolini, Alessandra y otros destacados dirigentes ultraderechistas.

Frontera de intereses

Un punto delicado y con el que Berlusconi deberá cumplir, es un "respeto" cuidadoso en la frontera entre los intereses privados y los intereses públicos a que está obligado un gobernante.

Ayer esa frontera estuvo puesta a prueba cuando se supo que Berlusconi iba a nombrar como ministro de Justicia a Previti, el abogado de Finanvest, la financiera al frente de los negocios del primer ministro.

Un coro de protestas de la oposición, que se preguntó cómo podía ser ministro de Justicia Previti cuando existen procedimientos penales en curso contra ejecutivos de Finanvest, hizo retroceder a Berlusconi, que colocó a su abogado en Defensa.■ ***(De la redacción de*** El Observador, ***en base a fuentes de EFE y Reuter)***

01-02

9406559

Hoy se conocerá la integración del nuevo gobierno italiano

ITALIA CADA VEZ MAS A LA DERECHA

El virtual primer ministro italiano Silvio Berlusconi llegó ayer al final del camino de las gestiones para formar el Gobierno y presentará mañana la lista del gabinete al presidente Oscar Luigi Scalfaro, con la previsible inclusión en Interior del liguista Roberto Maroni.

Tanto el futuro portavoz de Berlusconi en el Gobierno, Gianni Letta, como el portavoz de "Forza Italia", el movimiento del financiero, Antonio Tajani, informaron de que mañana martes será presentada la lista de ministros al presidente Scalfaro, paso previo a la sesión parlamentaria de investidura.

"Esta noche, no. Irá mañana al Quirinal (palacio presidencial)", dijo Letta a los periodistas ante la puerta de la vivienda romana de Berlusconi, en via dell'Anima, a espaldas de la plaza Navona.

Berlusconi se encerró en su piso desde primeras horas de la tarde para proseguir sus gestiones con los socios de Forza Italia en la coalición derechista "Polo de la Libertad": la neofascista Alianza Nacional, la federalista radical Liga y los democristianos conservadores del Centro Demócrata Cristiano (CDC).

En la via dell'Anima, Berlusconi recibió al líder de Alianza Nacional, Gianfranco Fini, y a su segundo, Giuseppe Tatarella, candidato a una de las vicepresidencias del gabinete.

También desfilaron por la casa el jefe del grupo parlamentarios de Forza Italia en el Senado, el abogado Cesare Previti, otro de los càndidatos a ministro, y el coordinador de Forza Italia, Domenico Mennitti.

Tajani ratificó lo dicho por Letta y señaló que cree que hoy martes, seguramente por la tarde, el financiero "retirará la reserva" sobre el encargo para formar Gobierno.

En Italia, los responsables de la formación del gabinete aceptan siempre con "reseva", que levantan una vez que han logrado componer su ejecutivo. Berlusconi, de 57 años, recibió el encargo el pasado 28 de abril.

Ni Letta ni Tajani han querido dar pista alguna sobre quién será el ministro del Interior, el principal obstáculo encontrado por Berlusconi en la formación del que será el 53 gobierno de la República.

Pero en Milán responsables de la Liga dieron una aparente pista que en estos momentos parece segura, salvo sorpresas de última hora: el ministro del Interior será Roberto Maroni, jefe del grupo parlamentario liguista en la Cámara de Diputados y lugarteniente del líder Umberto Bossi.

La formación del Gobierno ha estado siempre empantanada en la cartera de Interior, que desde el principio pidió la Liga, pero que Berlusconi se resistía a conceder a los federalistas.

El último intento del financiero, dueño de un imperio que factura más de 6.000 millones de dólares anuales, de colocar a un independiente de prestigio contra el que la Liga no pudiera objetar nada tuvo lugar el sábado y se saldó con un fracaso.

Berlusconi propuso al juez anticorrupción Antonio Di Pietro la cartera de Interior, pero el magistrado la rachazó porque considera que debe seguir en la Fiscalía de Milán para completar la operación anticorrupción "Manos limpias", que ha entrado ya en proceso judicial.

02-02

9406559

9406560
Jura el Gabinete de Berlusconi, con 5 ministros neofascistas
11-5-94
11876
507604
11164
11302

EL PREMIER DESIGNADO PRESENTO FINALMENTE AYER SU GOBIERNO AL PRESIDENTE OSCAR LUIGI SCALFARO

Jura hoy el gabinete de Berlusconi, en el que hay 5 ministros neofascistas

El presidente de Italia, Oscar Luigi Scalfaro, en una actitud inédita en la política italiana, envió ayer una carta al premier Silvio Berlusconi indicándole los principios fundamentales que sus ministros deberán defender. La decisión del jefe de Estado se basó en la presencia de varios políticos posfascistas en el flamante gobierno que el premier presentó ayer en el Palacio del Quirinal. La principal novedad resultó la designación de Roberto Maroni, el número dos de la Liga Norte, al frente de la cartera del Interior. Entre los 25 miembros del nuevo gobierno, 7 pertenecen al partido de Berlusconi, 6 a la Liga Norte y 5 a la posfascista Alianza nacional.

ROMA, 10 (Especial para **Clarín**). — Con algunos escalofríos de último momento, el magnate **Silvio Berlusconi** anunció esta noche el gobierno derechista de 25 ministros que encabeza y del que forman parte algunas personalidades posfascistas, por primera vez desde que, hace casi medio siglo, fue fusilado el dictador **Benito Mussolini**.

La principal novedad es la victoria de la Liga Norte de **Umberto Bossi**, que consiguió tras extenuantes negociaciones condimentadas con amenazas, rechazos y reconciliaciones, que el número dos de los nordistas, **Roberto Maroni**, un ex estudiante izquierdista y después abogado de una multinacional de cosméticos, de 39 años y amante del saxofón y la música rock, sea desde mañana nada menos que ministro del Interior.

El primer ministro dijo que la defensa de la ocupación, la creación de nuevos puestos de trabajo, la reactivación de la economía (que está saliendo de una recesión de dos años) y medidas para agilizar la organización del Estado y la actividad de las empresas, constituirán las primeras prioridades de su gobierno.

El gabinete ministerial jurará mañana a las 11 (las 7 de la mañana en la Argentina) ante el presidente de la república, **Oscar Luigi Scalfaro**, en el Palacio del Quirinal.

Habrá después una reunión del gabinete, en la que será nombrado el periodista **Gianni Letta** —estrecho colaborador de Berlusconi en la Fininvest, corazón de su imperio empresarial de 20 mil millones de dólares—, como secretario general del gobierno.

Berlusconi lidera Forza Italia, el primer partido del país tras las elecciones del 27/28 de marzo en las que ganaron los partidos derechistas aliados en el Polo de la Libertad.

Por los otras dos principales fuerzas de la coalición, serán nombrados vicepresidentes del gobierno Maroni, de la Liga Norte, y el posfascista de Alianza Nacional **Giuseppe Tattarella**.

De los 25 ministros, siete pertenecen a Forza Italia, seis a la Liga Norte y cinco a Alianza Nacional. Hay además dos técnicos independientes, dos ex democristianos y dos liberales, aliados a Berlusconi, y un "desertor" de los centristas católicos de **Mario Segni**, el diputado **Giulio Tremonti**, pasado en un santiamén de la oposición al gobierno como ministro de Finanzas.

Los doce días que empleó Berlusconi desde que fue designado primer ministro hasta hoy, en que aceptó definitivamente el cargo y presentó su gabinete a Scalfaro, transcurrieron centrados en el conflicto que la Liga Norte planteó para lograr el nombramiento de Maroni en la cartera del Interior.

Berlusconi y su cada vez más estrecho aliado, el líder posfascista **Gianfranco Fini**, rechazaron las pretensiones de la Liga y hasta casi aceptaron el desafío de una dramática rotura. "No puede ser por razones que es imposible hacer públicas", dijo hace una semana Berlusconi para explicar por qué un dirigente de la Liga Norte no podía gobernar el estratégico cargo de ministro del Interior.

"Si yo fuera Berlusconi jamás nombraría a un liguista", le hizo eco Fini. Sin embargo, al final del camino Bossi volvió a demostrarse un táctico de primer orden y logró hacer tragar a sus aliados-rivales el trago amargo que les representa la designación de Maroni.

La Liga Norte se presenta como la fuerza de "garantía democrática" en el gobierno y no ahorra golpes bajos contra sus aliados.

Maroni promoverá ahora la "revolución federalista" y Berlusconi no dormirá sueños tranquilos.

En cuanto a los ministerios más importantes, hay que destacar al "Chicago boy", alumno de **Milton Friedman**, y por autodefinición "liberal, libertario y liberista", **Antonio Martino**. Es el nuevo ministro de Relaciones Exteriores. Su padre ocupó ese cargo a fines de los años cincuenta. Martino pertenece a Forza Italia y es un admirador de **Margaret Thatcher**.

Las carteras económicas han sido repartidas, pero la principal, el Ministerio del Tesoro, quedó en manos de **Lamberto Dini**, hasta hoy director general de la Banca de Italia, el Banco Central. Dini es un viejo amigo de **Giulio Andreotti** y se lleva mal con el primer ministro renunciante, **Carlo Azeglio Ciampi**, gobernador honorario de la Banca, que manejó durante muchos años.

En el gabinete del "nuevo que avanza" hay muchos que vienen del viejo régimen de la Primera República. Los dos liberales, Alfredo Biondi (Justicia) y Raffaele Costa (Salud Pública), además de otros dos ex democristianos —Clemente Mastella (Trabajo) y Francesco D'Onofrio (Educación)—, fueron ministros en los pasados gobiernos.

9406560
01-01

Habilitaron muestra ecológica en Casa de la Cultura, en la antesala del Día Mundial del Medio Ambiente

Ayer quedó inaugurada en la Casa de la Cultura la muestra ecológica "Aún estamos a tiempo", como paso previo a la conmemoración del Día Mundial del Medio Ambiente, que se celebra el próximo domingo. Mientras tanto, hoy se comenzó con una intensa actividad que culminará con la plantación de 3.500 árboles en distintos lugares de la ciudad y el departamento.



Néstor Peña Trigo (presidente de la Comisión de Medio Ambiente y de G.E.A.) en diálogo con LA UNION

"Aún estamos a tiempo", se llama la muestra con la que comenzaron las actividades previstas para celebrar el Día Mundial del Medio Ambiente —cuya fecha es el próximo domingo, 5 de junio— organizadas por la Comisión del Medio Ambiente de la comuna y el Grupo Ecológico Arequita (G.E.A.), y la Intendencia Municipal de Lavalleja.

La muestra ecológica montada en Casa de la Cultura es presentada por diferentes grupos ecologistas de nuestro medio, y según señaló Néstor Peña Trigo (presidente de la Comisión de Medio Ambiente y de G.E.A.) "hay que venir a verla para poder comprender el mensaje que hemos elaborado".

Los trabajos presentados son mucho más que una muestra, pretendiendo concientizar al público sobre las diversas problemáticas relativas al medio ambiente, y su directa incidencia en la calidad de vida del planeta y de los seres que lo habitan.

La exposición podrá ser visitada hasta el domingo 12 de junio.

LA UNION

01/01

28
Biográfico
3456561

Nº. DOCUMENTO 9406562
TITULO ola de privatizaciones en Italia
PROCEDENCIA La Rep (15OC23)
FECHA ... 17-5-94
VINCULACIONES 11876
507604
11161
11312

Reactivación económica y abatimiento de la desocupación son las primeras metas que encarará el primer ministro Berlusconi con miras a los 100 días de gobierno

Ola de privatizaciones en Italia

El primer ministro Silvio Berlusconi anunció ayer un programa para sus primeros cien días de gobierno con ambiciosos objetivos destinados a favorecer la reactivación económica y combatir la desocupación con una flexibilización del mercado del trabajo, al pedir en el Senado el voto de confianza parlamentario.

Roma (ANSA)

■ Las metas fijadas por Berlusconi incluyen:

• la reducción de las cargas sociales y fiscales para las empresas que creen nuevos puestos de trabajo;

• liberar la asunción de personal por llamada nominal y no como es actualmente, a través de las listas públicas de empleo;

• introducir la asunción directa para las empresas con más de tres y hasta 15 dependientes;

• modificar los contratos de formación profesional con más incentivos para las empresas;

• introducir el instituto de trabajo interino;

• introducir normas que favorezcan el trabajo "part time", sobre todo para los empleos femeninos;

• rever las normas para las licitaciones y contratos públicos a fin de evitar el bloqueo de las obras de la administración.

Berlusconi se comprometió también a acelerar las privatizaciones de las grandes empresas públicas en los primeros cien días de su gobierno.

Las principales sociedades a privatizar son el INA (Instituto Nacional de Seguros), la STET (telecomunicaciones), el ENEL (energía eléctrica) y el ENI, el Ente Nacional de Hidrocarburos.

Berlusconi dijo también que en los primeros cien días de su gobierno se dispondrá la eliminación del impuesto a los réditos para quienes ganan menos de 7.500 dólares anuales y se introducirán incentivos fiscales para reactivar las inversiones, sobre todo en las pequeñas y medianas empresas.

El nuevo primer ministro pidió "ser juzgado por los hechos", con respecto al eventual conflictos de intereses entre su empeño público y su actividad privada. Berlusconi es el hombre más rico de Italia, propietario de un imperio económico que factura más de siete millones de dólares anuales, principalmente como concesionario de las tres grandes redes privadas de la televisión. El gobierno pide ser juzgado por los hechos y no en

01-02

9406562

base a prejuicios", dijo Berlusconi. El jefe del gobierno evocó la condición de garantía del presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro y otras garantías institucionales.

También dijo que "la unidad de su país y su indivisibilidad, es otro principio en el que la mayoría se reconoce sin reservas".

El discurso de Berlusconi duró 50 minutos. La lectura de 29 hojas con el programa de gobierno y el pedido del voto de confianza a los 326 senadores, comenzó con un pedido "abierto y leal" a la oposición y a los once senadores vitalicios para que sufraguen afirmativamente sin que ello signifique "la apertura de un crédito político".

El gobierno carece de la mayoría absoluta en el Senado.

Para mañana miércoles, día fijado para la votación después del debate iniciado ayer Berlusconi y sus aliados deben conseguir al menos ocho votos más de los 156 con que teóricamente cuenta la mayoría, a fin de superar la mitad más uno.

El "premier" dijo que el gobierno se empeñará en la lucha por el saneamiento de la economía y la reducción de la deuda interna. Pero en este cuadro "no podrá jamás ser tomada en consideración la hipótesis de una consolidación de la deuda a daño de los ahorristas y de los ciudadanos que han tenido confianza en el Estado".

Berlusconi calificó de "inicuo" el aparato fiscal, que es "patológicamente complicado para el contribuyente". El resultado de esta situación, dijo, es la creación "de un área de evasión que no tiene parangones en el continente europeo".

Acerca de la política con el Poder Judicial, el primer ministro dijo que "este gobierno no pondrá en discusión la independencia y será dado impulso a una administración equilibrada y sabia de la justicia penal, para que los procesos pendientes a imputados de corrupción se cumplan en un clima de civilización jurídica y de respeto de todas las reglas".

Berlusconi también prometió una lucha cerrada contra la mafia por parte de su gobierno y evocó a los jueces Giovanni Falcone y Paolo Borsellino, asesinados en sendas masacres terroristas ordenadas por Cosa Nostra en 1992.

El aula respondió poniéndose de pie y aplaudiendo "in memorian" a Falcone y Borsellino, salvo los senadores de la oposición, que se alzaron pero no aplaudieron.

En cuanto a los principios que inspiran a la mayoría derechista que sustenta el gobierno, Berlusconi dijo que en lo que respecta a las reformas institucionales "el gobierno reserva para sí un papel de estímulo y de propuesta, en el respeto del papel central y autónomo del Parlamento". En cuanto a la política exterior, los puntos fundamentales serán, dijo Berlusconi, "la fidelidad a la OTAN (la alianza atlántica), la cooperación económica y política de la Unión Europea, el repudio de la guerra como medio de resolución de las controversias internacionales, la defensa de los principios de la Conferencia de Seguridad Europea de Helsinski sobre estabilidad de los confines, derechos humanos, autodeterminación de los pueblos y no injerencia de un Estado en los asuntos de otro Estado".

9406562

9406563

El poder de la "destra" y programa de gobierno

REC. PREN (ASCORO)

20-5-94

11876

507604

11164

515432

14302

EL PODER DE LA "DESTRA"

CLARIN 20/5

Según las últimas encuestas, el flamante premier Silvio Berlusconi, líder de las derechas, sería elegido Presidente si los italianos fueran convocados hoy a una elección directa del jefe del Estado. Obtendría el 60,6% de los sufragios contra el 39,4% de un hipotético rival como el centrista católico Mario Segni. Estas cifras demuestran que el viento "di destra" sigue soplando muy fuerte en la Península. Este es su poderío político, según el resultado de las últimas elecciones.

- **Forza Italia**, de Silvio Berlusconi: 8.119.287 votos, el 21%.
- **Alianza Nacional**, los posfascistas de Gianfranco Fini: 5.202.698 sufragios, el 13,5%.
- **Liga Norte**, de Umberto Bossi: 3.237.026 votos, el 8,4%.
- Con los aliados menores, las derechas sumaron 16.559.011 sufragios, el 46,2% del electorado.
- En bancas: Forza Italia 112 diputados y 36 senadores; Alianza Nacional 109 y 48; la Liga Norte, 117 diputados y 60 senadores; los ex democristianos del Centro Cristiano Democrático, 27 diputados y 12 senadores.
- Las derechas tienen mayoría absoluta en la Cámara de Diputados, pero no en el Senado, donde les faltan ocho votos para contar con la mitad más uno.

PRINCIPALES PUNTOS DEL PROGRAMA DE GOBIERNO

OBS. 20/5

INTERIOR:

- Compromiso de respetar la Constitución democrática y rechazo del pasado fascista de Italia, lo que apunta a calmar los temores que despertó la presencia de tres ministros neofascistas en el gabinete.
- Mayor transferencia de poder del gobierno nacional a autoridades regionales.
- Continuación de la política de limpieza en los círculos políticos y gubernamentales que iniciaron los jueces que combaten la corrupción.
- Intensificación de la lucha contra la mafia.

EXTERIOR:

- Continuará apoyando a la OTAN y la cooperación con los aliados europeos, así como también los planes de ampliación de la UE.
- Respeto de las fronteras establecidas y defensa de los DDHH.
- Se alentarán los vínculos comerciales con América del Norte y las naciones del Pacífico.

9406563

Nº. DOCUMENTO 9406564
TITULO El Senado concede el voto de confianza a Berlusconi
PROCEDENCIA EPC ...
FECHA DE ... 10-5-94
VINCULACIONES 11876
507604
11164
11437

Con 158 votos a favor y 154 en contra el Senado le concedió el voto de confianza

Italia dio segunda victoria a Berlusconi

El Senado de Italia dio ayer un reñido voto de confianza a la coalición del primer ministro italiano Silvio Berlusconi, que incluye a neofascistas y federalistas, lo cual culminó el meteórico ascenso del magnate periodístico al poder.

La victoria por sólo cuatro votos en la moción de confianza eliminó el último escollo sustancial del funcionamiento cabal del gobierno del multimillonario de 57 años.

Su alianza, que ha desatado preocupación en Europa ante la presencia de ministros neofascistas, carece de mayoría absoluta en la Cámara alta de 326 escaños. Sin embargo, triunfó mediante un apoyo táctico de un puñado de senadores vitalicios y rebeldes centristas.

La votación fue 158 a favor, 154 en contra y dos abstenciones, entre los 314 senadores que participaron. Bajo las reglas del Senado las abstenciones se computan como votos "negativos".



AP

Doble triunfo

A la estrecha victoria en el Senado se sumó la del Milan, el cuadro de fútbol que posee Berlusconi

La coalición Alianza de la Libertad de Berlusconi debe salir airosa ahora del voto de confianza en la Cámara de Diputados, pero eso se da virtualmente como un hecho dada su sustancial mayoría en la Cámara baja de 630 curules.

En el discurso final antes de la votación, Berlusconi sentó en claro que presionaría para nuevas elecciones generales si fracasaba en sortear la moción. Abruptamente desestimó pedidos de la oposición de eliminar a la Alianza Nacional, encabezada por neofascistas, de su gobierno.

Voto contra el gobierno

El pequeño Partido Popular (PP) centrista, sucesor del otrora poderoso Demócrata Cristiano, virtualmente barrido por el escándalo de corrupción de dos años en Italia, ha ordenado que todos sus senadores voten contra el gobierno.

Pero en una estrategia táctica encaminada a reducir el quórum, cuatro de los 34 miembros del PP quebraron filas y abandonaron el recinto antes de la votación.

Uno de los rebeldes, Luigi Grillo, dijo al Senado en un discurso emocionado saludado por aplausos desde las filas de la coalición que rompía la línea partidaria "en interés de la gobernabilidad".

Una declaración de los rebeldes, que fueron suspendidos del PP por su acción, dijo que provocar una crisis gubernamental hubiera causado un vacío político que hubiera perjudicado la economía. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de la agencia Reuter).*

Otra manifestación; esta vez por la democracia

El ayuntamiento de Vicenza convocó para el próximo día 21 una "manifestación democrática" en respuesta a la que el domingo pasado protagonizó un grupo de neonazis, entre los que se encontraba el secretario provincial del Frente de la Juventud, Alessandro Ambrosini.

El Frente de la Juventud es el movimiento juvenil del neofascista Movimiento Social Italiano (MSI), que forma parte de Alianza Nacional, uno de los tres partidos que integran la coalición de gobierno.

Los dirigentes de Alianza Nacional anunciaron una eventual participación en la manifestación del sábado próximo, al tiempo que Ambrosini y otros siete jóvenes militantes del Frente de la Juventud dimitían del movimiento.

Los jóvenes, que habían marchado en primera fila junto a Ambrosini, "han traicionado la confianza que teníamos en ellos", declaró el secretario provincial de Alianza Nacional, Pierluigi Balbo.

Por su parte, Refundación Comunista anunció que no participará en la manifestación convocada por el ayuntamiento. ■ *(EFE)*

1915 EL O

01-02

9406564

Gobierno de Berlusconi aprobado por Diputados

El Gobierno del Primer Ministro Silvio Berlusconi entró anoche en la plenitud de sus funciones al lograr el voto de confianza de la Cámara de Diputados con 366 sufragios a favor y 245 contrarios, al término de un debate que estuvo centrado en la polémica por la participación de representantes neofascistas en el Gobierno.

ROMA/Redacción, ANSA y EFE

Al contrario del Senado, donde el Ejecutivo aprobó el miércoles el examen parlamentario por escasa diferencia, la coalición oficialista cuenta en Diputados con la mayoría absoluta, por lo que la cuestión de confianza se convirtió en un mero trámite que Berlusconi superó con 366 sufragios a favor y 245 en contra, 60 más de la mayoría necesaria.

El verdadero interés del debate estuvo en la dura polémica mantenida entre los grupos del Polo de la Libertad y la oposición por la presencia, en el Ejecutivo, de cinco Ministros de la Alianza Nacional, tres de ellos procedentes del neofascista Movimiento Social Italiano (MSI).

Durante el debate en la Cámara de Diputados, el Primer Ministro afirmó: "Mi Gobierno es y será centrista y no acepto simplificaciones que hablan de un Ejecutivo de derecha".

Berlusconi habló durante cuarenta minutos y dedicó los pasajes más enfáticos de su discurso a defender la legitimidad de los ideales democráticos y liberales de los integrantes de su Gobierno.

"Deben juzgarnos por los hechos concretos de nuestra acción de Gobierno", dijo el Jefe del Gobierno.

Berlusconi insistió en que tendrá "siempre firme al centro la barra del timón" del Ejecutivo.

Precisó luego que el mínimo común denominador liberal democrático del nuevo Gobierno lo componen "desde la izquierda liberal de los reformadores a los católicos, de un grupo de centro como Forza Italia a una fuerza motriz como la Liga Norte, hasta la derecha constitucional de la que habló hoy, con acentos de verdad política, el Diputado Fini".

Pretexto

El Primer Ministro volvió a polemizar con los líderes de la oposición de izquierda. Defendió el capitalismo ante los ataques de Fausto Bertinotti, de Refundación Comunista, e invitó al jefe poscomunista Achille Occhetto, del Partido Democrático de Izquierda (PDS), a "criticar mi programa de Gobierno y tomarme a mí, antifascista y liberal, como blanco, pero dejar de buscar pretextos por el lado de alianza Nacional".

Berlusconi aseguró que la presencia de los Ministros de AN ha servido como "pretexto" para lanzar contra su Gobierno "una campaña hostil conducida sin ahorrar energías en Europa y en el mundo", de la que responsabilizó a la oposición de los "progresistas" encabezados por los ex comunistas.

El Primer Ministro sostuvo que la alarma internacional suscitada por la entrada en el Gobierno de representantes neofascistas responde a una "distorsión de la realidad".

Por otra parte, Berlusconi afirmó que su Gobierno no es "el de la videocracia y de los sondeos". Por el contrario el Ejecutivo "tiene un alma, ideales, principios y energías suficientes para mejorar la vida pública del país".

El Jefe del Gobierno extendió los elogios al líder de la Liga Norte, Umberto Bossi, un aliado incómodo, y exaltó al posfascista Gianfranco Fini que "en su discurso de esta mañana confirmó una costumbre de seriedad y autenticidad que hasta sus adversarios le reconocen", dijo.

21/5

02 - 02

9406564

Nº. DOCUMENTO 9406565
TITULO Berlusconi en busca del apoyo de WASHINGTON
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE 30-5-94
VINCULACIONES 11876
507604
11164 65890
11399

Su canciller viajó a EEUU para ofrecer garantías por la presencia neofascista en el gobierno

Berlusconi en busca del apoyo de Washington

El ministro de Relaciones Exteriores italiano viajó ayer a Washington para dar garantías al aliado más importante de Roma sobre las políticas de su nueva coalición conservadora, que por primera vez en 50 años incluye a neofascistas.

Antonio Martino, miembro del partido Forza Italia del primer ministro Silvio Berlusconi, mantendrá conversaciones con el secretario de Estado Warren Christopher y el asesor de Seguridad Nacional Anthony Lake.

Martino viaja a Washington en un momento de preocupación internacional por la presencia de cinco ministros de la neofascista Alianza Nacional (AN) en la coalición de Berlusconi, que también incluye a la federalista Liga del Norte.

Tres de los cinco ministros de la AN provienen del Movimiento Social Italiano (MSI), heredero político del dictador fascista Benito Mussolini.

El viaje de Martino a la capital de Estados Unidos es considerado como una continuación de la visita que efectuó a Bruselas para tranquilizar a los colegas de Italia en la Unión Europea, UE, donde consiguió el apoyo del secretario de Relaciones Exteriores de Inglaterra, Douglas Hurd.

Garantías

El ministro de Relaciones Exteriores de Berlusconi viajó a EEUU en un momento de preocupación internacional por la presencia de neofascistas en la Alianza Nacional



El ex primer ministro italiano Giulio Andreotti, a quien los magistrados quieren juzgar por presuntas vinculaciones con la mafia, negó ayer cualquier relación con la organización delictiva y aceptó la posibilidad de limpiar su nombre en los tribunales.

Andreotti, de 75 años, concedió una serie de entrevistas un día después de que magistrados de Sicilia pidieran a un superior judicial el enjuiciamiento del siete veces primer ministro y más renombrado estadista de Italia.

Andreotti, senador vitalicio que durante el año pasado fue despojado de su inmunidad parlamentaria para que los magistrados pudiera proseguir con sus investigaciones, recibió con agrado la última decisión judicial y afirmó que eso podrá ayudar a probar su inocencia.

Por otra parte, en la víspera la secretaría del Partido Radical italiano pidió que el Ministerio de Asuntos Exteriores proteste ante el gobierno de Túnez por la protección que está prestado a el ex jefe del Gobierno italiano, el socialista Bettino Craxi, del que hasta el mometo se desconoce el paradero.

(De la redacción de El Observador, *en base a información de las agencias Reuter, AP y EFE).*

Dos años del asesinato del juez Falcone

ROMA- Congresos, debates, desfiles y conciertos conmemoraron ayer el segundo aniversario del atentado en el que perdieron la vida el juez antimafia italiano Giovanni Falcone, su esposa, Francesca Morvillo, y tres agentes de la escolta.

El segundo aniversario, que se cumple hoy, coincide con una polémica entre el nuevo ministro italiano de Justicia, Alfredo Bindi, y el juez de Palermo Giancarlo Caselli, acerca de la credibilidad de los mafiosos «arrepentidos».

Las declaraciones de los «arrepentidos» han permitido -según ha advertido Caselli- identificar a los responsables del atentado contra Falcone, así como a los del que costó la vida a su sucesor en la lucha contra la mafia, el juez Paolo Borsellino. (*EFE*)

9406565

01-02

Pidió Clinton un voto de confianza para Berlusconi

Frutos: el presidente norteamericano subrayó que las personas no deben ser juzgadas por las etiquetas que se les ponen sino por sus actos.

ROMA, 29 (EFE).– El primer ministro Silvio Berlusconi ha recibido un balón de oxígeno del presidente norteamericano, Bill Clinton, en la polémica internacional suscitada por la presencia de ministros neofascistas en el Gobierno italiano.

"La gente debe ser juzgada por lo que hace, no por las etiquetas", dijo Clinton en una entrevista emitida anoche por dos cadenas de televisión italiana –la estatal "Raiuno" y el "Canale 5", de Berlusconi–, al ser preguntado por la inclusión en el Gobierno de representantes de la ultraderechista Alianza Nacional (AN), cuyo núcleo es el neofascista Movimiento Social.

El presidente norteamericano, que el próximo día 1° llegará a Roma en una visita oficial de dos días, se distanció de los temores expresados por otros líderes occidentales ante la situación política italiana y se mostró partidario de dar "una oportunidad" a Berlusconi.

"Ha sido elegido, veamos si sabe hacer su trabajo. Démosle una oportunidad", dijo Clinton durante la entrevista, que ha alcanzado gran eco en Italia.

Discrepó de Mitterrand

El presidente norteamericano tampoco compartió la inquietud expresada recientemente por su colega francés, François Mitterrand, por el salto al poder dado por Berlusconi desde su imperio de la comunicación.

"No me sorprende que en algunos países una persona que ha construido una fortuna y un imperio con los medios de comunicación pueda llegar a lo más alto del sistema político", dijo Clinton.

"Vivimos en una era en la que los medios de comunicación son dominantes e influyen en nuestro modo de ver el mundo y las cosas", añadió.

Para Clinton, la cuestión consiste, en realidad, en saber cómo utilizará ahora Berlusconi el poder que ha adquirido en las urnas.

"Tengo la impresión de que, durante su campaña, Berlusconi supo proyectar con fuerza el camino de Italia y la voluntad de realizar los cambios necesarios para hacer funcionar el sistema hacia un progreso estable. Es el desafío de todos nosotros", dijo el presidente norteamericano.

Clinton, que se entrevistará con Berlusconi en Roma y que será recibido por el Papa Juan Pablo II el día 2 de junio, ha concedido un voto de confianza al Gobierno italiano, duramente criticado en el extranjero a causa de la presencia de los neofascistas.

Peronismo

ROMA, 29 (EFE).– En relación con la Alianza Nacional, Clinton recordó que "hay muchos partidos en diversas democracias que tienen sus raíces en el pasado" y citó el ejemplo de la Argentina.

"Menem –dijo– venció como heredero del partido de Perón, pero ha privatizado la economía, haciéndola crecer y estabilizando la inflación".

Desde la declaración del Parlamento Europeo en la que se instaba a Italia a mantenerse fiel a los valores de la democracia, hasta la decisión expresada por algunos ministros europeos de no mantener relaciones con los colegas neofascistas del Gobierno italiano, el Ejecutivo de Berlusconi ha recibido durante las últimas semanas señales negativas del exterior.

La ofensiva diplomática lanzada para hacer frente a la preocupación internacional por el neofascismo ha comenzado a dar frutos, al menos, en EEUU, donde esta misma semana el ministro italiano de Exteriores, Antonio Martino, explicó la situación política de su país a las autoridades norteamericanas.

Dentro de esta ofensiva, el propio Berlusconi desató este fin de semana una nueva polémica sobre el fascismo en Italia, al declarar en una entrevista al diario "Washington Post" que Mussolini "hizo algunas cosas positivas" durante "un cierto periodo" de su mandato.

El primer ministro condenó al régimen fascista en su "juicio general", pero su reconocimiento de las "cosas positivas" del "Duce" le han valido duras críticas por su "mala memoria" y su "desconocimiento de la historia".

Por unos motivos u otros, el debate sobre el fascismo ha acaparado durante los últimos días las portadas de los diarios italianos.

El presidente de la República, Oscar Luigi Scalfaro, respondió con una condena al fascismo a un grupo de extrema izquierda que le silbó durante la ceremonia oficial celebrada el sábado en Brescia (norte de Italia), con motivo del veinte aniversario del atentado en el que murieron ocho personas y otro centenar resultaron heridas.

"Todavía hay quienes siguen las huellas del fascismo", dijo el presidente italiano.

02-02

9406565

El retorno de los fascistas inquieta a Italia y Europa
LA REP (150023)
8-5-94
11876
507604 / 10184
11164 / 11302

Preocupa a los italianos el problema de establecer una forma de control que garantice que el primer ministro Berlusconi no favorezca a sus empresas desde el gobierno

El retorno de los fascistas inquieta a Italia y Europa

Mientras "il cavaliere" Berlusconi está tratando laboriosamente de zurcir su Consejo de Ministros, una ola de inquietud recorre Italia y Europa ante la posibilidad (mejor dicho, la seguridad) de que retornen los fascistas al gobierno peninsular, cincuenta años después.

Roma
por nuestro corresponsal itinerante
Niko Schvarz

■ Precisamente el Día de los Trabajadores, el 1º de mayo, se celebró en Turín, centro histórico del movimiento obrero, con una manifestación unitaria de las tres centrales (CGIL, CISL, UIL) bajo la advocación del 50º aniversario del levantamiento antifascista de los trabajadores, el 1º de mayo de 1944, para dar al traste con el régimen mussoliniano. La misma connotación tuvo el festival de música rock que esa misma tarde se desplegó en la Plaza de San Juan de Letrán en Roma, donde además se satirizó a las fuerzas fascistas y de extrema derecha aliadas de Berlusconi.

Se publican en la prensa fotos de diputados electos por la sureña Alianza Nacional de Gianfranco Fini (cuya base es el Movimiento Social Italiano, catalogado eufemísticamente como "neofascista" pero que es fascista derecho viejo) haciendo el saludo fascista frente al Montecitorio, sede del gobierno comunal de Roma que pretenden pasar a desempeñar. Ellos proclaman abiertamente que su movimiento (que contribuyó apreciablemente a que Berlusconi fuera encargado de formar gobierno) tiene asegurada la participación en el mismo a través de varios ministros. Así lo declaró Fini tajantemente, luego de las conversaciones iniciales con Berlusconi.

Simultáneamente, la Liga Norte de Umberto Bossi, de extrema derecha, separatista y xenófoba, lanzó un ultimátum que condiciona su apoyo al futuro gobierno a que le sea concedido nada menos que el Ministerio del Interior.

Así como Alessandra Mussolini reivindicó la gestión de su abuelo "il duce" en el aniversario de la liberación e insultó groseramente al líder del PDS (Partido Democrático de la Izquierda, ex comunista) Achille Occhetto, en un debate televisado, la presidenta de la Cámara de Diputados, Irene Pivetti, de la Liga Norte, escandalizó a Italia al defender la legislación del fascismo respecto a la mujer. Esta abogada lleva en el pecho la Cruz de la Vendée (los campesinos ultrarreaccionarios que insurgieron contra la Revolución Francesa).

Este asalto del fascismo a las posiciones de poder, como hace medio siglo, ahora bajo el ala de Berlusconi y tratando en algunos casos de maquillar su imagen, atemoriza a Italia (como lo revelan, entre otros ejemplos, recientes declaraciones del Premio Nobel de Economía, Franco Modigliani, de origen judío y que trabaja en los EEUU) y también a Europa, habida cuenta de que el 12 de junio se efectuarán las elecciones al Parlamento Europeo, por representación proporcional.

Los socialistas franceses, por ejemplo, expresaron claramente su aprensión por la presencia de elementos fascistas en el Parlamento Europeo, electo por sufragio universal y directo. Otro tanto acontece con los socialistas españoles, aunque el partido de Felipe González está en el punto más bajo de su trayectoria de doce años de gobierno. La huida del ex jefe de la Guardia Civil española, Luis Roldán, implicado en gruesas maniobras de desfalco de fondos públicos y a la vez poseedor de información sensible del Estado, que promovió la renuncia del ministro del Interior, Antoni Asunción, a la vez que el descubrimiento de los manejos especulativos del ex gobernador del Banco de España, Mariano Rubio, coloca en situación insostenible al ex ministro de Hacienda del PSOE y actual jefe del grupo parlamentario socialista, Carlos Solchaga.

En Italia siguen en pie las investigaciones judiciales en torno a los negociados de la "Tangentopoli" y sus profusas ramificaciones en el seno de casi todos los partidos, con la notoria exclusión del PDS. La justicia italiana demuestra ser un poder realmente independiente y autónomo, celoso cumplidor de sus funciones y reserva ética de la nación, al que no le tiembla la mano y de cuyo seno han surgido héroes civiles que pagaron con su vida la lucha contra las mafias organizadas y contra la corrupción política entrelazada a ella. Estos elementos entran en juego en la compleja dinámica de la conformación del gabinete.

Así, Berlusconi le ofreció el Ministerio del Interior (o una parte del mismo, si se subdivide) a dos magistrados de "mani pulite" (manos limpias), Antonio Di Pietro y Piercamilo D'Avigo. Estos no sólo rechazaron de plano sino que Di Pietro anunció que ha sido pedida la apertura del juicio oral contra treinta y siete personalidades de la política y la economía que, en su mayoría, no pudieron desmentir que recibieron dinero del grupo Ferruzzi al declarar en el recién concluido proceso contra el gran financista Sergio Cusani, que terminó condenado a ocho años de prisión en un juicio que conmocionó a toda Italia. Entre esas treinta y siete personalidades se encuentran también Umberto Bossi, líder de la Liga Norte, y dos ex presidentes del Consejo de Ministros, el socialista Bettino Craxi (uno de los acusados principales de la "Tangentopoli" y cuyo prestigio es irrecuperable) y el democristiano Arnaldo Forlani.

El fiscal jefe de Milán denunció que los proyectos de la nueva derecha triunfante hacen temer "tiempos oscuros" para la justicia, ya que se proponen separar la magistratura que investiga de la que juzga, con el objetivo de someter a los fiscales al Poder Ejecutivo. En Italia, la magistratura es única, sin separación entre las carreras de fiscales y de jueces.

Figuras destacadas de la magistratura han hecho notar asimismo que los proyectos de Silvio Berlusconi de reforma de la justicia son idénticos a los contenidos en un plan que le fue encontrado a Licio Gelli, maestro venerable de la logia masónica Propaganda 2 (P-2), a la que perteneció el futuro primer ministro italiano. Por otra parte, sigue planteado el problema de establecer una forma de control que garantice que el primer ministro no favorecerá a sus empresas desde el gobierno. Silvio Berlusconi propuso designar a tres juristas para esta función, pero la fórmula fracasó al revelarse que dos de ellos han sido estrechos colaboradores de la Fininvest, el pilar central del imperio del mismo, extendido a la televisión, la informática, la publicidad, las ediciones, las inmobiliarias, los servicios financieros y otros varios.

Los enfrentamientos entre Silvio Berlusconi y el poder judicial se tensaron aún más porque el Tribunal de Milán decidió arrestar a Marcello Dell'Utri, administrador delegado de "Pubblitalia" y brazo derecho de Silvio Berlusconi, más otros dos managers de la Fininvest acusados de balances fraudulentos, fondos negros, falsas facturaciones y creación de sociedades fantasmas.

Silvio Berlusconi y los líderes de la derecha enfrentan públicamente al procurador



Silvio Berlusconi en la compleja dinámica de la conformación del gabinete italiano. (Telefoto de archivo de AFP)

Francesco Borrelli, alegando que "es hostil a la nueva mayoría". La presidenta de la Asociación Nacional de Magistrados, Elena Paciotti, respondió que esta declaración "revela una falta de respeto por las reglas del Estado de Derecho" y el Partido Democrático de la Izquierda agregó que el primer ministro designado "no sabe distinguir entre intereses privados y deberes públicos".

La intrincada situación política italiana ofrece un fértil campo de reflexión sobre el sistema de la representación proporcional. A esta altura puede afirmarse que el régimen de representación uninominal, que proveyó las tres cuartas partes de los cargos legislativos electos (dejando solamente la cuarta parte a la representación proporcional) distorsionó la voluntad popular y está lejos de proporcionar capacidad de gobernar, solidez y eficacia a la nueva mayoría así constituida. El peligro es más grave porque, si no se llega a un acuerdo de integración del gabinete en plazos razonables, Silvio Berlusconi amenaza con promover un nuevo llamado a elecciones exclusivamente por representación uninominal, barriendo con la representación proporcional. Una vez más se comprueba que América Latina figura apenas con alguna línea perdida en el registro de la prensa europea. No se advierte aquí la proyección de la designación de Lula como candidato a la Presidencia de Brasil. Solamente se consignó su declaración relacionada con la muerte del piloto Ayrton Senna. Después de las masacres de Ruanda, África rompió la barrera del silencio con la magnífica victoria de Mandela.

01-01

9406566

Nº. DOCUMENTO 9406567
TITULO Italia busca mayor protagonismo internacional.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA DE ... 25/5/94
VINCULACIONES 11876
507604
11164
11302
11399

Italia busca mayor protagonismo internacional

ROMA - EL NUEVO gobierno italiano encabezado por el primer ministro Silvio Berlusconi puso en marcha una agresiva política exterior con el objetivo de que Italia recobre un mayor peso político en la escena internacional.

El economista Antonio Martino, ministro italiano de Asuntos Exteriores y uno de los hombres de mayor confianza de Berlusconi en el Ejecutivo, se ha fijado como misión lograr que la voz de Italia "sea escuchada" en los principales organismos internacionales.

Martino, de 51 años y responsable del programa económico del movimiento Forza Italia —que encabeza el primer ministro italiano—, declaró ser un "principiante" de la diplomacia, aunque ha precisado que las relaciones económicas internacionales son una parte preponderante de la política exterior.

La ofensiva exterior del gobierno de Berlusconi se marcó dos objetivos: Italia debe entrar en la ampliación del número de miembros permanentes del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas y tiene que ser incluida en el grupo de países encargados de discutir las iniciativas internacionales para el conflicto en la antigua Yugoslavia.

El ministro italiano de Asuntos Exteriores, que se encuentra de visita oficial en Washington, declaró ayer que el calificativo de "agresivo" es "algo exagerado" para la nueva política exterior que representa.

Sin embargo, se apresuró a definir de "inaceptable" una eventual exclusión de Italia del proyecto de ampliación del Consejo de Seguridad que actualmente estudia la ONU.

Otro de los objetivos de la ofensiva diplomática italiana es calmar la inquietud de sus aliados occidentales por la presencia de ministros neofascistas en el gabinete de Berlusconi.■ *(EFE)*

9406567

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406568
TITULO Comenzará en Italia, proceso a 32 políticos famosos
PROCEDENCIA L.M.
FECHA 25/5/94
VINCULACION 11876
507604
11164
11426

El 5 de julio comenzará, en Italia, el proceso a 32 políticos famosos

25/5 L.M.

•Acusados de recibir dinero ilegalmente •Bettino Craxi fue declarado en rebeldía

Treinta y dos personajes famosos, entre ellos el jefe del Partido de Gobierno Liga Norte, Umberto Bossi, y ex líderes políticos como el democristiano Arnaldo Forlani y el socialista Bettino Craxi, fueron enviados ayer a proceso por la Justicia por la corrupción practicada en el llamado "caso Enimont".

MILAN/Redacción, ANSA y EFE

En la audiencia preliminar que tuvo lugar ayer, el juez Italo Ghitti dio el visto bueno al que puede considerarse el "proceso del siglo" en Italia.

Ghitti fijó la fecha del 5 de julio para el comienzo del juicio más esperado desde que los magistrados de Milán lanzaron, en febrero de 1992, la operación anticorrupción "Manos Limpias", causa del desplome de los partidos políticos que gobernaron en Italia durante casi 20 años: democristianos, socialistas, republicanos, liberales y socialdemócratas.

Solamente falta en el grupo un personaje clave de aquel círculo de poder: Giulio Andreotti, si bien éste tiene pendiente una decisión judicial sobre la petición de dos fiscales de Palermo de que sea procesado por asociación para delinquir con jefes mafiosos.

El juez Chitti declaró además en rebeldía a Craxi, a quién la magistratura de Milán ordenó retirarle el pasaporte y que se encuentra en su residencia de Hammamet, en Túnez, oficialmente con problemas cardíacos debido a su crónica diabetes.

Entre los enviados a juicio se encuentran también los ex secretarios liberal, Renato Altissimo, y socialdemócrata, Carlo Vizzini, además del líder republicano Giorgio La Malfa.

Sorpresa

La sorpresa del "proceso del siglo" es la presencia entre los imputados del líder de la Liga Norte, Umberto Bossi, y del ex secretario administrativo de ese partido, Alessandro Patelli.

Sorpresa porque si hubo un partido que denostó por corrupta a la clase política del viejo "pentapartido" fue el de Bossi, quien edificó parte de su caudal electoral acaparando el voto de protesta de una opinión pública alucinada con la entidad del escándalo de las comisiones.

A partir del 5 de julio, el fiscal anticorrupción Antonio Di Pietro intentará demostrar que los líderes políticos montaron un sistema de financiación ilegal denominado "la madre de todos los sobornos", por el cual casi cien millones de dólares habrían sido distribuidos por la empresa Montedison-Ferruzzi en 1990-91 para asegurarse la completa nacionalización de la sociedad química Enimont, constituida dos años antes entre Montedison y las empresas del ramo del Eni, el ente estatal petrolífero italiano.

Otros implicados

Sergio Cusani, el financista que medió en la operación, fue condenado hace dos semanas a ocho años de cárcel, tras un proceso que conmovió a la opinión pública por el desfile de jefes políticos acusados de corrupción.

El financista Giuseppe Berlini, hombre de confianza de la familia Ferruzzi en Suiza, será juzgado aparte porque ha prometido consignar unos 33 millones de dólares a la fiscalía de Milán.

Por otra parte, el fiscal Francesco Iacoviello dispuso liberar las acciones de dos sociedades de la familia Ferruzzi, propietaria de Montedison, que habían sido sometidas a secuestro.

La familia recuperó así la mayoría en la asamblea de la Serafino Ferruzzi SRL, sociedad clave del grupo que lleva el nombre del fundador de la dinastía.

Ferruzzi-Montedison era el segundo grupo privado italiano hasta que prácticamente fue puesto en manos de los bancos con una deuda global bruta de 19 mil millones de dólares.

Raúl Gardini y Gabriele Cagliari, que eran los líderes de Ferruzzi-Montedison y el ENI cuando se firmó el acuerdo que dio vida con Enimont al polo químico italiano, se suicidaron con dos días de diferencia en julio del año pasado, cuando arreciaba la investigación de "la madre de todos los sobornos".

01-01

9406568

Nº DOCUMENTO 9406569
TITULO Apoyo a Berlusconi para relanzamiento de la economía
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE 28/5/94
VINCULACIÓN 11876
507604
11302
11161
11392

LOS INDUSTRIALES AVALAN SU PROYECTO DE RELANZAR LA ECONOMIA ITALIANA

Respaldo empresarial a Berlusconi

Una encuesta difundida ayer reveló que el fiscal Antonio Di Pietro es la figura más popular de Italia y que el 85% de la población lo apoya en su infatigable lucha contra la corrupción. El primer ministro Silvio Berlusconi logró el apoyo de los industriales más importantes de Italia para el relanzamiento de la economía. Los empresarios coincidieron plenamente con el proyecto de Berlusconi, basado en la privatización de las compañías públicas y la creación de empleos.



Silvio Berlusconi, primer ministro de Italia: espaldarazo de los industriales.

ROMA, 27 (EFE y Reuter). — El primer ministro de Italia, **Silvio Berlusconi**, logró el apoyo de los empresarios para su proyecto de relanzar la economía, un punto central en su programa de gobierno.

Berlusconi se presentó el jueves por la noche ante la asamblea anual de la patronal de la industria (Confindustria) con el objetivo de lograr la adhesión de los empresarios al **"nuevo milagro italiano"**, con el que conquistó a los electores en los comicios generales del mes de marzo.

Sus postulados liberales sintonizaron con las ambiciones de los empresarios: los 1.600 asistentes a la reunión en Confindustria —incluidos el dueño de la Fiat, **Giovanni Agnelli**, y el presidente de Olivetti, **Carlo De Benedetti**— aplaudieron fervorosamente al premier.

"El gobierno debe sacar a la sociedad italiana de la cultura protectora y asistencialista y dirigirla a la cultura de la responsabilidad y la competencia", dijo el presidente de Confindustria, **Luigi Abete**.

Berlusconi, dueño del segundo imperio periodístico de Europa y el primer empresario en convertirse en jefe del gobierno italiano, basó su promesa de **crear un millón de nuevos puestos de trabajo en un plazo de dos años** en el clima de confianza que se propone generar alrededor de la economía.

Según el primer ministro, el ambiente de seguridad en torno de la economía llevará a la clase empresarial italiana a aumentar sus inversiones y propiciará la creación de empleo.

"Los industriales están dispuestos a cumplir con su papel en el proceso que devolverá al país el desarrollo y el bienestar; el gobierno, por su parte, se compromete a dar el máximo para alcanzar este resultado", afirma hoy el prestigioso diario económico milanés "Il Sole 24 ore", propiedad de Confindustria.

La coincidencia de puntos de vista entre el ejecutivo de la coalición derechista del Polo de la Libertad y Confindustria llevó a Berlusconi a afirmar que Abete "prácticamente copió íntegramente el programa de Gobierno". "Cuando copiaba en la escuela, mejoraba el original", respondió el presidente de la patronal en tono distendido.

Si bien los empresarios aseguraron que están dispuestos a seguir al primer ministro en su camino hacia el bienestar económico y dijeron ser optimistas respecto del futuro, el presidente de la Fiat, Agnelli, advirtió que "los milagros sólo se consiguen a base de sudor".

Abete, por su parte, instó a Berlusconi a cumplir sus promesas lo antes posible para evitar que suceda lo que en "los países del Este de Europa, donde la desilusión ante los partidos que se inspiran en el liberalismo está haciendo renacer a los partidos socialistas".

Mientras Berlusconi hablaba con los empresarios en Roma, anoche se descubrió **una bomba frente a la sede milanesa de Fininvest, el grupo empresario del premier.** El artefacto, escondido en un maletín, se extinguió solo, provocando quemaduras leves en la mano de un guardia de seguridad.

Por otra parte, una encuesta publicada hoy por el diario "La Voce" revela que el fiscal anticorrupción **Antonio Di Pietro** sigue siendo la figura más popular de Italia, en desmedro de Berlusconi.

Di Pietro, quien este mes rechazó la propuesta de Berlusconi de sumarse a su gobierno como ministro del Interior, obtuvo un voto de confianza con este sondeo: el 85 por ciento de los encuestados se opone a cualquier tipo de concesión a los políticos corruptos y alienta al fiscal milanés a fortalecer su posición para continuar con la operación "manos limpias".

La encuesta se publicó dos días después que **Umberto Bossi**, jefe de la Liga Norte y aliado de Berlusconi, criticó a los magistrados milaneses y los llamó la "Banda de los cuatro". El martes, Bossi había recibido una citación judicial por presunta violación de la ley de financiación de los partidos políticos.

9406569

01-01

1/8

R.E.Nº ..940657..........

ASUNTO: LA PRENSA DEL OESTE (Año 1 Nº 1 - JUNIO 1994)

PROCEDENCIA: D.G.E.D.

EVALUACION: ....

OBSERVACIONES: DISTRIBUCION: BIOGRAFICO PSICOSOCIAL

Biográfico 940657

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI

FECHA: 29 JUN. 1994

001(A)/08

SALIMOS CON 5.000

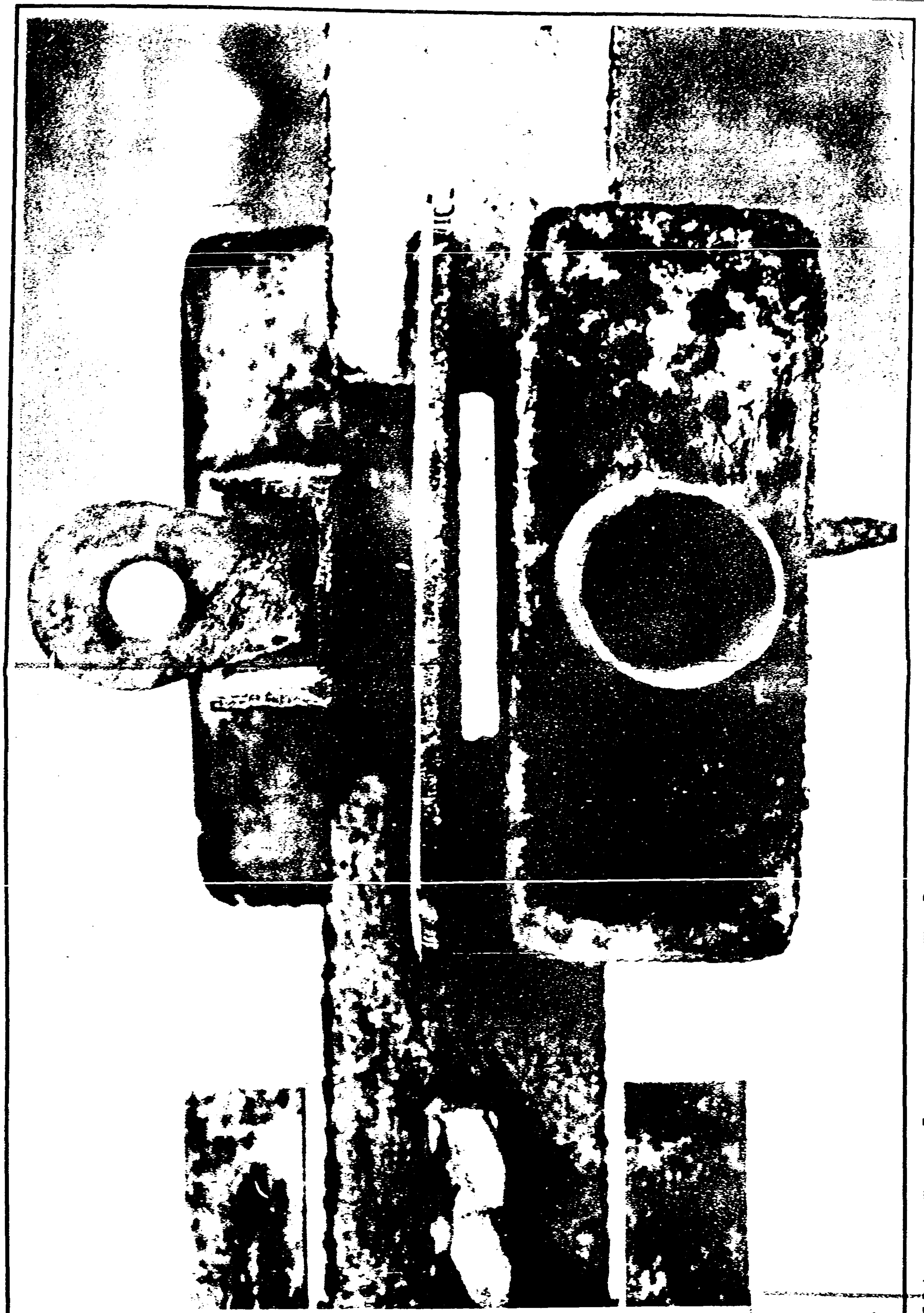
LA PRENSA del oeste

AÑO 1 • Nº 1
JUNIO 1994

Un periódico para todos... y todas

VAMOS A MAS

DISTRIBUCION GRATUITA



CADALZO (Detalle)
Hierro y madera 3.00 x 2.00 x 1.00

FECHA 4/8/94 (64)
Procesado a Sistema ...
OBSERVACIONES ...

REYMA Construcciones Ltda.
INGENIERIA • ARQUITECTURA • PROYECTOS • RECICLAJES
J. L. ZORRILLA DE SAN MARTIN 225/201
Tel.: 71 28 84

001 (B) 570

EDITORIAL

Hoy nos iniciamos en esta tarea, tarea que fue en principio un mero intercambio de ideas, sugerencias, hasta que pasó a ser un proyecto y fue tomando forma.

Luego de largas conversaciones y unas cuantas cafeteras vacías, nos ibamos aferrando cada vez más a este proyecto que fue muy lentamente haciéndose realidad, hasta llegar a este momento.

Eramos conscientes que sería difícil. Había y hay mucho por hacer. La intención era llegar a ustedes, pero... ¿Cómo hacerlo y de qué manera?

Es precisamente lo que intentamos a partir de ahora y éste es un desafío, pues a veces solamente con la intención no basta.

Es claro que sin los anunciantes no podremos seguir, de ellos dependemos y a ellos apelamos, a la comprensión y a la buena disposición para con nuestra zona. A los lecores, que intentaremos se multipliquen y sean mes a mes muchos más, es que también nos dirigimos. Por ustedes y para ustedes: este es el primer paso en el camino que recorreremos juntos.

Sabemos de nuestras carencias. Debemos elevar y enriquecer el nivel de lo que hoy les brindamos y para ello nos comprometemos a trabajar realizando diariamente los mayores esfuerzos para que cada publicación sea mejor a la anterior. Ese es un compromiso y valga esto: el compromiso de ustedes será el apoyo que nos brinden con sus aportes creyendo que seremos todos, al fin y al cabo, quienes trataremos de mejorar el presente.

Pretendemos brindarles mensualmente información general y zonal, información ésta que trataremos sea de interés de todos y todas y para ésto estaremos en la permanente tarea de seleccionar material sobre diversos temas.

Esperamos también la participación de los lectores. Para eso estamos abiertos a las sugerencias que nos acerquen creyendo que será la mejor forma de comunicarnos. Se pretende mantener una dinámica tal, que ésta publicación la hagamos entre todos.

Con un gran afecto hacia ustedes. Con confianza en lo que estamos haciendo. Con las mejores intenciones de lograr en el futuro algo mejor y si en ésta no logramos satisfacer sus expectativas, lo seguiremos intentando porque creemos que entre ustedes y nosotros lo podremos hacer.

Agradeciendo nos reciban desde hoy en sus hogares les hacemos llegar un saludo de cordial bienvenida.

¡Y... aquí vamos!

Quiero creer que estoy volviendo

Vuelvo, quiero creer que estoy volviendo
con mi pero y mi mejor historia
conozco este camino de memoria
pero igual me sorprendo

hay tanto siempre que no llega nunca
tanta osadía tanta paz dispersa
tanta luz que era sombra y viceversa
y tanta vida trunca

vuelvo y pido perdón por la tardanza
se debe a que hice muchos borradores
me quedan dos o tres viejos rencores
y sólo una confianza

reparto mi experiencia a domicilio
y cada abrazo es una recompensa
pero me queda /y no siento vergüenza/
nostalgia del exilio

en que momento consiguió la gente
abrir de nuvo lo que no se olvida
la madriguera linde que es la vida
culpable o inocente

vuelvo y se distribuyen mi jornada
las manos que recobro y las que dejo
vuelvo a tener un rostro en el espejo
y encuentro mi mirada

propios y ajenos vuelven en mi ayuda
preguntan las preguntas que uno sueña
cruzo silbando por el santo y seña
y el puente de la duda

me fui menos mortal de lo que vengo
ustedes estuvieron / yo no estuve
por eso en este cielo hay una nube
y es todo lo que tengo

tira y afloje entre lo que se añora
y el fuego propio y la ceniza ajena
y el entusiasmo pobre y la condena
que no nos sirve ahora

vuelvo de buen talante y buena gana
se fueron las arrugas de mi seño
por fin puedo creer en lo que sueño
estoy en mi ventana

nosotros mantuvimos nuestras voces ustedes van
curando sus heridas
empiezo a comprender las bienvenidas
mejor que los adioses

vuelvo con la esperanza abrumadora
y los fantasmas que llevé conmigo
y el arrabal de todos y el amigo
que estaba y no está ahora

todos estamos rotos pero enteros
diezmados por perdones y resabios
un poco más gastados y más sabios
más viejos y más sinceros

vuelvo sin duelo y ha llovido tanto
en mi ausencia en mias calles en mi mundo
que me pierdo en los nombres y confundo
la lluvia con el llanto

vuelvo / quiero creer que estoy volviendo
con mi peor y mi mejor historia
conozco este camino de memoria
pero igual me sorprendo

M. Benedetti

Si desea publicitar su comercio o empresa en:
LA PRENSA del oeste
llame al:
29 87 12

BARRACA Tabaré S.R.L.
♦ Compensados
♦ Aglomerados, Fibras, Guillermina
♦ Herrajes
♦ Cascola, Monocol y Lijas
♦ Laminas, Lambríz
♦ Maderas Nacionales e Importadas
AV. AGRACIADA 3306
TEL. 39.48.49

El paciente con
SIDA
es ante todo ser humano, necesita nuestro afecto y solidaridad
M.S.P. consultas: 42 24 24
42 1010 Línea SIDA

TU CONFOR LTDA.
amoblamientos



10 años
atendiendo al país
Fabricación propia
GRAL. FLORES 2439
TEL.: 20 66 28

LA PRENSA del oeste
Año 1 - Nº 1
JUNIO - 1994

DIRECCION
Ana Abreo

REDACTORA RESPONSABLE
Graciela Charquero

COLABORADORES
Heber Abreo
Jacquelines Cortes
Verónica Traversa
Beatriz Zipitria
Luis Santos

DEPARTAMENTO COMERCIAL
Graciela Charquero

ADMINISTRACION
Ana Abreo

DISTRIBUCION
«La Prensa del Oeste» se distribuye en zonas oeste de Montevideo, kioscos, firmas comerciales, clubes, instituciones deportivas y sociales, escuelas e institutos de enseñanza pública y privados, CCZ 3, 15 y 16, ministerios, IMM y sus respectivos departamentos, bancadas de senadores, diputados y ediles de todos los sectores políticos, Cámara de Industria y Comercio, Unión de Exportadores, embajadas y consulados, inst. de colectividades extranjeras, Agadu, Andebu, CNdeEF, AUF, federaciones deportivas, canales de TV, radios de Montevideo, diarios, semanarios y quincenarios.

PRODUCCION GRAFICA
Iconos
Producciones Gráficas
Miguelete 1962
Tel. 49.31.18

IMPRESION
Impreso en los talleres gráficos de «La República»
REG S.A. - Garibaldi 2579

REDACCION Y ADMINISTRACION
San Ramón 943
Tel. 29.87.12
Permiso MEC Ex. Nº 187
Tomo IX Folio Fs. 183
Dep. Legal: 292.429

Tiraje: 5.000 ejemplares

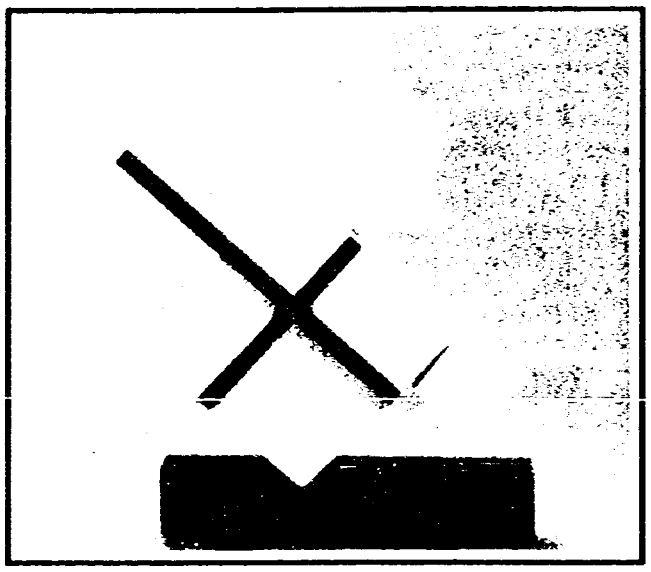
9406570

Conociendo nuestro oeste

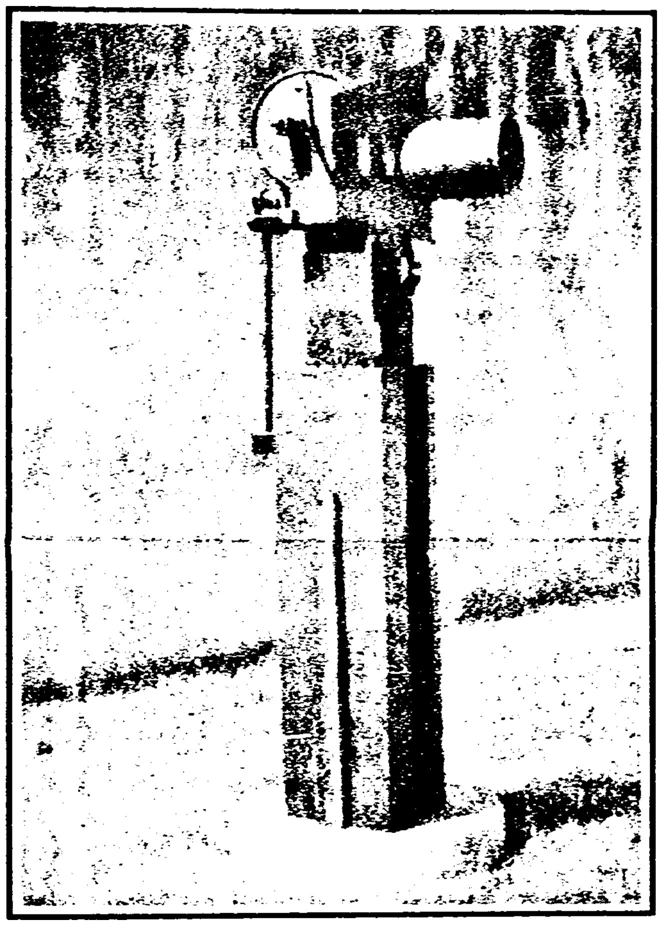
No podía falta en esta publicación por lo menos un breve relato de lo que es por dentro el museo municipal de Bellas Artes "Juan Manuel Blanes", ubicado en el Prado, plena zona oeste de Montevideo. El mismo se encuentra bajo el asesoramiento y coordinación del Arq. Gabriel Peluffo y en la secretaría atendido por la Sra. García de Guichón.

Ingresar a esta histórica casa quinta nos hace sentir un gran placer por todo lo que ello significa, y estar en un lugar así, nunca deja de conmovernos.

En el interior de la misma podemos apreciar en sus diferentes salas obras de Juan Manuel Blanes, Pedro Figari y Carlos González, y otros maestros nacionales en exposición permanente, exhibiéndose actualmente una muestra, que por períodos es rotativa, de los artistas contemporáneos que citamos a continuación: Germán Cabrera (esculturas en hierro y madera), Juan José Núñez (esculturas en maderas pintadas), Ana Salcovsky (acril. en loneta), Ernesto Vila (collage, madera pintada, dibujos), Rodolfo Ian Uricchio (Troncone), con esculturas en madera y fotografías que son historia.



Rodolfo Ian Uricchio, 1992



PROYECTOR • Hierro, madera, y cuero • 1.70 x 0,40 x 0,50

Llegando al patio posterior vemos que al mismo se le ha efectuado un cerramiento perimetral con rejas y puertas en los laterales a efectos de mayor protección y se acondicionó de tal forma, que a partir de este hecho -octubre 1993-, se exponen en el mismo bellísimas obras del escultor nacional Octavio Podestá.

En este mismo lugar todos los años en el mes de febrero se presenta la Orquesta Filarmónica de Montevideo, ante la presencia de unos 3.000 espectadores.

Se destaca asimismo que a partir del 25 de mayo se inauguró el 2º Espacio Anual de Fotografía, exponiendo en el mismo Daniel Caselli, Oscar Bonilla y María de los Angeles Ferrero, el que permanecerá en exposición hasta el 19 de junio próximo.

A partir del 22 de este mismo mes se tiene previsto exponer obras del reconocido escultor nacional Wilfredo Díaz Valdés.

El predio que está ubicado en la esquina de Avda. Millán y Pierre Fossey ha pasado recientemente a integrar esta unidad como Complejo Cultural, habiéndose inaugurado el 12 de abril pasado, con una instalación de la artista plástica Nelbia Romero.

Este espacio locativo también será destinado próximamente a la presentación de obras de teatro.

Al museo Juan Manuel Blanes los colegios primarios y secundarios y grupos de tercera edad (previa concertación de fecha y horario) pueden realizar visitas guiadas.

Estas visitas se realizan de martes a viernes de 9 a 12 y de 14 a 17 hs. El público en general puede acercarse al museo de martes a domingos de 14 a 19 hs.

En todos los casos la entrada es gratuita y realmente es una visita que vale la pena realizar.■

Cronología de una quinta montevideana

Actual museo Juan Manuel Blanes

La historia de esta finca se remonta a los lejanos orígenes de nuestra ciudad:

● 1727 su primer propietario fue don Tomas Texera, natural de las Islas Canarias, quien fuera beneficiario del reparto de chacras que practicara el capitán Millán del 12 de marzo de 1727 pororden del gobernador de Buenos Aires, Bruno Mauricio Zabala.

● 1811 El "Paso" junto a la chacra se estremeció bajo el sonoro chapoteo de la caballería denominado ya por entonces "Paso de las Duranas".

● 1811-1814. Durante aquellos años la chacra del Paso de las Duranas silenciosamente se cubrió de hierbas y malezas, que sólo dejaban ver al transeúnte la vieja casona desportillada.

● 1815-1818. Bajo el breve período de nuestra independencia, bajo la égida de Artigas, la chacra permaneció en iguales condiciones.

● 1818-1825. La chacra del Paso de las Duranas convertida entonces en Tierra de Propio del Cabildo había sido ocupada por la oficialidad portuguesa y vendida luego a algún simpatizante del régimen intruso que reedificó una ruinosa casona y abrió sementeras en sus tierras.

● 1828-1830. En su calidad de Tierras Públicas el Superior Gobierno del naciente estado vende las mismas a sus poseedores con título legal. En estas condiciones la vieja chacra del Pas de las Duranas fue adquirida por doña Teresa Faggiani (1831) y don Fernando Ocampo (1832) quién después la vende a don Francisco Javier de Viana.

● 1867-1872. A la muerte de don Francisco, su esposa e hijos enden la chacra al Dr. Juan Bautista Raffo quien adquiere además dos terrenos linderos.

Edifica la magnífica "Villa" estilo italiano, obra del ingeniero civil Juan Alberto Capurro.

● 1872-1885. Doña Clara García de Zúñiga fue la propietaria de la quinta durante este período.

*** 1886-1894. Durante el transcurso de estos años deudas e hipotecas llevan a la quinta a manos de distintos propietarios, para que finalmente fuera don Augusto Morales quien quiso devolverle la bella apariencia que aún hoy conserva.**

● 1929. Se resuelve la compra de la quinta Morales por la Asamblea Representativa de Montevideo con destino al Museo Municipal de Bellas Artes, creado ese año.

En 1930, coincidiendo con la celebración del centenario del Natalicio de Juan Manuel Blanes se designó al nuevo museo con el nombre del pintor nacional.■

Basado en el artículo de Alfredo Castellanos publicado en la revista del Museo Blanes. Volumen I, Nº 1.

Panacolor S.R.L.
Pinturería Trivelli
Ofrece a sus estimados clientes
Amplio stock de:
■ Pinturas,
■ Papeles pintados,
■ Ferretería,
■ Alfombras y
■ Moquetes
Colores preparados al instante
por el sistema
INCA COLOR SERVICE
DISTRIBUIDOR DE PRODUCTOS INCA Y ESCALERAS GAZARRA
Visite nuestro nuevo local en:
Gral. Flores 2596
Tels. y Fax: 23.10.26 -23.65.82 - 23.39.96

SALON DE FIESTAS
Privilège
UN LUGAR ESPECIAL PARA SUS FIESTAS CON SERVICIO INTEGRAL DISCOTECA CON EFECTOS LASER
TELEFONOS:
23 08 45
26 30 96
AV. AGRACIADA 2820
CASI SUAREZ

063
9406570
00570

La función del lector

Cuando Lucía Peláez era muy niña, leyó una novela a escondidas. La leyó a pedacitos, noche tras noche, ocultándose bajo la almohada. Ella la había robado de la biblioteca de cedro donde el tío guardaba sus libros preferidos.
Mucho caminó Lucía, después, mientras pasaban los años. En busca del fantasma caminó por los farallones sobre el río Antioquía, y enbusca de gente caminó por las calles de las ciudades violentas. Mucho caminó Lucía, y a lo largo de su viaje iba siempre acompañada por los ecos de los ecos de aquellas voces lejanas que ella había escuchado, con sus ojos, en la infancia.
Lucía no ha vuelto a leer ese libro. Ya no lo reconocería.
Tanto le ha crecido adentro que ahora es otro, ahora es suyo■

Extraído de «El libro de los Abrazos» de Eduardo Galeano.

Un amigo que nos ilumina el alma

Pensando en el 26 de mayo me viene a la memoria la forma en que conmemorábamos esa fecha en la escuela. Recuerdo como cada maestra que tuve dedicaba un espacio de ese día para hablarnos de lo importante que era leer para explayar nuestra mente, para saber más, para cultivarnos. Luego con la misma solemnidad de ese primer momento colocaba delante de cada uno de nosotros un libro que llevaríamos para leer a nuestras casas.

Nos explicaba que el libro era como un amigo por lo tanto lo deberíamos cuidar y querer teniendo mucho cuidado de no romperlo ni mancharlo. Era como un *tesoro* preciado que tendríamos que devolver en las mismas condiciones que lo llevábamos para que pudiera iluminar también, la mente de otras niñas y niños.

Así año tras año con algunos matices de diferencias durante todo el ciclo escolar.

Pasado el tiempo pienso en como ha cambiado mi relación con el libro y pienso en todas aquellas personas; docentes y no docentes con las que me he ido encontrando, personas que supieron mostrarme la literatura de una forma diferente, que modificaron el concepto que tenía de ella al salir de la escuela y que contribuyeron con sus aportes a que mi vínculo con el libro se afianzara cada vez más. Porque ¿qué es la literatura? Alguien dijo un día que "es el lugar donde dos almas se encuentran".

Por medio del lenguaje escrito el autor se expresado inspirado por un mundo real o de ficción y se comunica con nosotros plasmando pensamientos y emociones.

Con la palabra como instrumento se crea formas, logra musicalidades, canta, describe, construye, lucha, goza. Por medio de la palabra se aloja en nosotros sin que casi nos demos cuenta y de igual forma que lo haría un germen hace una recorrida por nuestros adentros despertando lo dormido.

Entonces pensamos, sentimos, imginamos, soñamos y seguramente ya sea por un momento o para siempre no seremos los mismos porque se nos habrá iluminado no solo la mente; también se nos habrá iluminado el alma.

Cuando escucho a alguien decir que no le gusta leer me pregunto: ¿de qué forma le habrán presentado su primer libro a esta persona?

No me caben dudas de que es más difícil llegar a querer a alguien que nos cae mal de entrada que a aquel que nos cae bien, más difícil aún es dedicarle tiempo para hacerlo nuestro amigo y solo cuando lo queremos profundamente el hecho de cuidarlo nos sale de un modo natural.

Sin ninguna duda somos algo más que mentes grises o brillantes trancurriendo una existencia. Tenemos muchas personas alrededor nuestro deseosas de comunicarse con nosotros, cada uno con un lenguaje propio y una forma diferente.

A través de un libro, una revista o un comick.

Dejemos que se presenten, que nos hablen, que nos digan.

Creo que nos merecemos esa oportunidad porque tenemos muchos rinconcitos para ser iluminados.■

¿Saben cuando apareció el primer periódico?

El primero periódico impreso salió a la luz en la ciudad belga de Amberes en 1605 y se llamaba "Ultimas Noticias".
Este nuevo sistema de dar noticias se popularizó y los editores decidieron en 1617 que empezara a salir regularmente.
En aquella misma época aparecieron periódicos en Hamburgo, Viena, Berlín, Augsburgo y otras ciudades centroeuropeas.
Tras ellos vinieron las relaciones, y las gacetas.
Por último, no hay que olvidar que en realidad los orígenes de los periódicos se remontan al reinado de Julio César, concebidas en el año 59 A.C. las Actas Diurnas recogíasn las principales noticias del día.
Fuente: «Muy Interesante»

Lo que pasó

El pasado 10 y 11 de mayo se presentaron en el Teatro Solís Mario Benedetti y Daniel Viglietti.

Dos hombres al decir de Idea Vilariño "de mirada lúcida y verso entrañable".



A la convocatoria de éstos creadores se dio cita un númeroso público de todas las edades que desbordó el Solís. Público que pudo hacer una recorrida por las primeras hasta las últimas creaciones de éstos personajes. Decididamente fue un espectáculo disfrutable al máximo en donde todos los presentes hubieran seuido pidiendo bises por el resto de la noche.

Por si no les fue posible asistir, en este número quisimos dejarles algo de lo creado por estos señores.

Pegado a la editorial aparece un poema de M. Benedetti y a continuación ponemos fragmentos de una canción de D. Viglietti, extraídos de su último casete llamado "Esdrújulo"■

MUCHO, POQUITO Y NADA

Si yo no cambio un poco
mis fallas mis males
cómo cambiar entonces
las tierras los mares.

Si no cambio un poquito
mis mañas mis juegos
cómo cambiar en algo
los dramas los fuegos.

Si no cambio un poquito
mi duda mi acaso
cómo cambiar mas tarde
el beso el abrazo.

Si no cambio un muchito
mis odios mis miedos
Si no abro mi ternura
me vuelvo de hielo.

Letra y Música Daniel Viglietti

AVISOS

Se vende:
- Una negra medio bozal, de nación cabinda, en la cantidad de 430 pesos. Tiene principios de coser y planchar.
- Un coche, en 500 patacones, o se cambia por una negra.
- Una negra, de edad de 13 a 14 años, sin vicios de nación bengala.
- Un mulatillo de edad de 11 años, con principios de sastre.
- Una primeriza con pocos días de parida. No tiene criatura, pero tiene abundante y buena leche.
- Una criada sin vicios ni enfermedades, de nación conga, de edad como de 18 años, y asimismo un piano y otros muebles, a precios cómodos.

Extraído de publicaciones de diarios uruguayos, año 1840, 27 años después de la abolición de la esclavitud.

Ciudad del Mueble

- Amoblamientos
- Fabricación propia e importados
- Muebles a medida
- Línea Infantil
- Electrodomésticos
- Creditos

San Martín 2628
Tel. 29.31.81

Anglia S.R.L.

Service Oficial
Televisores Panavox

POR UNA MÓDICA CUOTA MENSUAL ANGLIA LE OFRECE:
✔ Servicio de abonados para su televisor color PANAVOX
✔ Reparación de su televisor, video cassetero PANASONIC
✔ Cambio de normas de su video TV color

Avda. San Martín 2591 • Tels. 29.29.19 - 29.62.32 - 28.04.14

0C4 940€070

Lo que sigue

● Sigue en la plazoleta del Solís la obra "Barro Negro" de José G. Núñez con dirección de Marcelino Duffau.
Las localidades están en venta en el Teatro Solís a partir de las 15 hs.

● Sigue en cartel en el Cine Central la película que ganara 3 Oscares "La lección de piano". Una historia pasional ambientada en el paisaje de N. Zelandia a mediados del siglo pasado.

Lo que vendrá

● En el Museo Nacional de Antropología de la Av. Instrucciones 948 se presenta la exposición "Indígenas del Uruguay, desaparecidos y descendientes: imágenes y pensamientos". La exposición se mantendrá abierta todos los días de 13 a 19 hs. con entrada libre.

● En el LATU (Laboratorio Teconológico del Uruguay) el miércoles 15 de junio a las 19.30 hs. se presentará Eduardo Fernández con un concierto de guitarra.

Grupo Teatral Tapes: 30 años de autogestión

Hoy por hoy su existencia es conocida por gran parte de los vecinos de la zona quienes año a año presencian su actuación.

Este grupo que tiene tras de sí una riquísima historia y que sin duda narraremos en otra entre de este periódico, es un grupo de teatro amateur que cuenta con unos 20 integrantes en su gran mayoría jóvenes.

Funcionan de forma autogestionaria, es decir se encargan de adaptar mediante arreglos el vestuario que por lo general reciben de donaciones.

Se dividen otras tareas, como la de propaganda para la difusión de sus espectáculos, una secretaría que se encarga de las relaciones públicas, un intendente que supervisa todo lo referente a la sala de teatro y una tesorería que administra las finanzas recibidas a voluntad después de cada función.

Con respecto a la sala podemos decir que da a la calle San Juan Nº 2682 y que llegamos a ella luego de subir una escalera no muy larga de escalonres angostos.

Es una sala pequeña de 72 butacas que si bien no permite alojar gran número de espectadores como contrapartida nos da la posibilidad de presenciar las obras en un ambiente íntimo sin que se nos escape detalle.

El Grupo Teatral Tapes nació hace casi 30 años, durante los primeros 22 contó con la dirección de Alba Rosa Sufualde, hoy sigue dicha labor su esposo, el docente de expresión oral y escrita Fernando Juanicó Peñalva, quien en 1992 ganó el premio como mejor director en la Muestra de Tetro Joven que organizó la Intendencia Municipal de Montevideo.





Actualmente todo este grupo se encuentra abocado al ensayo de una obra para niños que estrenarán en vacaciones de julio y que tendrá por hombre "Hay que salvar a Panchito".

Están teniendo ensayos una o dos veces por semana, en la medida que se acerca la fecha del estreno éstos son más asiduos.

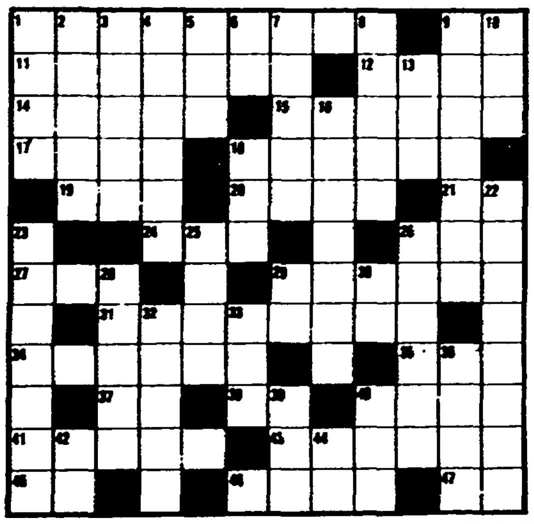
Para después del mes de julio también tienen pensado la puesta en escena de una comedia pero no nos han adelantado nada al respecto hasta que no concreten algunos detalles.

Hay que destacar que están dispuestos a actuar a beneficio y para poder ver sus obras no hay que pagar entrada.

El lema que determina su accionar es:

"El teatro no es un espejo en el que nos contemplamos sino un servicio en el que nos realizamos". Seguramente las vacaciones de julio nos encontrarán junto a éstos jóvenes actores tratando de "Salvar a Panchito".■

CRUCIGRAMA



Horizontales. 1) Arbol. 2) Partícula inseparable privativa. 11) Disminuyó. 12) Llano, sin asperezas. 14) Censor severo. 15) Agradables. 17) Superior de un monasterio. 18) Reptil hidrosaurio americano, parecido al cocodrilo. 19) Arete, pendiente. 20) Arbol. 21) Antemeridiano. 24) La estrella más cercana. 26) Piedra consagrada del altar. 27) Abreviatura latina de "Desde la fundación de Roma". 29) Pasar el trigo por el arel. 31) Residiré, moraré. 34) Arbol. 35) Tipo de costa común en Galicia. 37) En números romanos "101". 38) Una de las lunas jupiterianas. 40) Barca chata usada en las Antillas. 41) Sincopa de señora. 43) Cristal pequeño de los anteojos. 45) Forma del pronombre "vosotros". 46) Arbol. 47) El uno en los dados.

Verticales: 1) Caballo de menos de siete cuartas de alzada. 2) Quería, estimaba. 3) Señalar a uno día y hora para encontrarse. 4) Polo positivo de un generador eléctrico (pl). 5) Licor alcohólico destilado de la melaza. 6) Terminación de infinitivo. 7) Arbol. 8) Arbol. 9) Ensordecerá con ruido o voces. 10) Forma del pronombre "nosotros". 13) Piojo de las gallinas. 16) Compondrán rima. 18) Planta crucífera hortense. 22) (Islas) Archipiélago de la Micronesia. 23) Arbol. 25) Arbol. 26) Arbol. 28) Apócope de checoslovaco. 29) A tempo. 30) Símbolo del erbio. 32) Aceptará la herencia. 33) Rio de Asia Central, en China y UES. 36) Letra griega. 39) Percibí el olor. 40) Orificio terminal del aparato digestivo. 42) Existe. 44) Artículo indeterminado.

Curiosidades

Un reciente estudio realizado entre 150 hombres de Nueva Orleans muestra que la producción de espermatozoides sufre un recorte de un 20% durante el verano, alcanzando su mínimo en los meses de enero y febrero, comenzando a recuperarse en abril y alcanzando su cenit en agosto y setiembre, meses en los que la cantidad de esperma supera en un 10% a la medida anual.

A su vez el antropólogo James Wood de la Universidad de Pennsylvania manifiesta que: "no hay evidencia de que esta reducción en la concentración de esperma afecte a la concepción".

Fuente: «Muy Interesante»

MUJER VICTIMA DE VIOLENCIA
41 41 77

HONDA
Servicio mecánico reconocido
Repuestos Legítimos
Hugo Lasarga
AV. GRAL. FLORES 2738
TEL. 29.61.87

Jesús Capotte
ESTILISTA
Un lugar diferente al servicio de la estética integral

▲ Masajes
▲ Cirugía Plástica
Atención a Damas y Caballeros
Av. Gral. Flores 2944
Tels. 29.44.76 - 20.44.55

0406570

Hagamos un diagnóstico oportuno



Las mujeres, por nuestro ciclo biológico estamos más propensas que los hombres a contraer enfermedades ligadas a nuestro aparato reproductor. Es por esa razón que debemos recurrir a los servicios de salud en muchas más oportunidades que ellos.

Por el inicio de la menstruación, por métodos anticonceptivos, por el control del embarazo, por irregularidades menstruales, por la menopausia. Sumado a estos motivos de consulta médica se agrega otro tan importante como los anteriores pero que al parecer las mujeres uruguayas no le damos tanta importancia, el cuidado de nuestros senos. Actualmente en nuestro país, contraen cáncer de mama más de 1600 mujeres al año, es ecir más de 4 por día o 1 cada 6 horas y mueren por esta enfermedad casi 2 uruguayas por día, la mayoría de las veces debido a un diagnóstico tardío.

Debemos saber que un diagnóstico oportuno nos brinda no solo la posibilidad de una curación total sino que además nos posibilita la conservación de nuestro seno mediante una cirugía limitada, evitando así modificaciones corporales. Los métodos a los que podemos recurrir para una detección oportuna de esta enfermedad son el autoexamen de mama mensual y el examen de mama realizado por un médico. Todas las mujeres pueden desarrollar cáncer de mama pero existe un grupo con una mayor posibilidad por presentar "factores de riesgo" como:

- Antecentes personales o familiares de cáncer de mama.
- Haber comenzado a menstruar antes de los 12 años.
- Aparición de la menopausia después de los 55 años.
- Haber menstruado durante más de 30 años.
- No haber tenido hijos o haberlos tenido después de los 30 años.
- No haber amamantado.
- Obesidad concentrada en el vientre.

Nuestro cuerpo no es un envase sin contenido como nos lo muestran algunos mensajes televisivos, él recibe y trasmite emociones, a través de él expresamos lo que pensamos, lo que sentimos, nos comunicamos y vinculamos con las personas que nos rodean. Nos posibilita gratificarnos, compartir abrazos, besos, caricias. Por tanto es obligación así como un derecho quererlo y cuidarlo de agentes internos y externos que los pueden dañar. Si deseas cerciorarte sobre el auto examen o realizarte el examen de mama por personal especializado puedes concurrir a:

* Los servicios de Salud Pública o Privada de todo el país.

* Centro de Detección Oportuna de Cáncer de Mama, en el Instituto Nacional de Oncología (Joanicó y Br. Batlle y Ordóñez) en forma gratuita.

* Departamento de Oncología de la Facultad de Medicina en el Hospital de Clínicas.

Cuando concurras hazlo segura de ti misma, teniendo presete que éste es un servicio al que todos tenemos derecho.■

COMPARTE ESTE MENSAJE CON FAMILIARES, AMIGAS, VECINAS, PARA QUE TODAS NOS BENEFICIEMOS CUIDANDO NUESTRA SALUD

Un lugar diferente

Si traspasamos la puerta de la Av. Gral. Flores 2944 nos encontraremos con un entorno sumamente acogedor en el que prima el brillo de espejos acompañados de numerosas plantas que son sus tonalidades verdes aportan un contraste que a la vista resulta agradable. Es el salón del estilista Jesús Capotte.

Si bien Jesús Capotte ya cuenta con 14 años de trabajo en la zona y 7 años en el mismo local, este año ha decidido reacondicionarlo para brindar una mejor atención. Es así que desde el pasado 18 de marzo lo muestra de una nueva forma, sumando otros servicios que posibilitan una estética más integral.

Por medio de las manos y exquisito justo de Patricia, Adriana, Janette y del propio Jesús, le podemos dar a nuestros cabellos múltiples tratamientos y variadas transformaciones acorde a nuestra personalidad.

Podemos depilarnos, atender nuestras uñas, maquillar el rostro.

Podemos darle a nuestra cara y cuerpo masajes de diverso tipo como reflexología, reductores, digitopuntura y relax.

A este equipo de trabajo se suma un destacado profesional de la cirugía plástica en nuestro medio quien atiende nuestras consultas los días martes en el horario de 9 a 19 hs.

Debemos saber que esta atención no es exclusiva para damas. Al igual que para nosotras lo es para caballeros, quienes a través de una entrada independiente puden acceder a estos mismos servicios con total reserva.

Las novias también tienen su espacio porque además de estos cuidados pueden encontrar accesorios como ramos y tocados que sin duda realzarán su belleza en una ocasión tan especial.

Ramos como el que apreciamos en esta foto que fuera hecho por el mismo Jesús Capotte con flores naturales y que es una auténtica belleza.

En fin, si no resisten la tentación de probar alguna de estas atenciones les comunicamos que este salón abre sus puertas los días lunes de 15 a 19 hs. y de martes a sábados de 9 a 19 hs.

Las consultas por masajes y cirugía plástica deben hacer por los teléfonos 29.44.76 y 20.44.55.





La opinión de Alcohólicos Anónimos sobre el alcoholismo

- ¿Qué es A.A. y cómo funciona?

Alcohólicos Anónimos es una organización mundial de alcohólicos recuperados que se ayudan unos a otros a mantener su sobriedad y comparten libremente las experiencias de su recuperación con otros hombres y mujeres que también tienen problemas con la bebida. La agrupación funciona a través de unos 50.000 grupos aproximadamente, en el mundo.

Muchos cientos de miles de alcohólicos han obtenido su sobriedad en A.A. Hay que destacar que A.A. está orientado exclusivamente hacia la recuperación personal y la sobriedad continuada de cada alcohólico que llegue a esta organización buscando ayuda. Este movimiento no realiza ningún tipo de trabajo en el campo de la investigación, educación o propaganda con repecto al alcoholismo, ni ofrece tratamientos médicos, psiquiátricos o psicológicos.

- ¿Qué es el alcoholismo?

El alcoholismo es en nuestra opinión, una enfermedad progresiva, tanto espiritual y emocional o mental como física. Todos los alcohólicos que conocemos parecen haber perdido el poder de controlar su forma de beber.

- ¿Cómo se define Alcohólicos Anónimos?

A.A. puede definirse como un método de trata el alcoholismo mediante el cual sus miembros se imparten "terapia" entre sí, compartiendo unos con otros sus similares experiencias de sufrimiento y recuperación del alcoholismo.

- ¿Quiénes son los miembros de A.A.?

Cualquier persona que sienta problemas con la bebida es bienvenida a asistir a las reuniones de A.A.. El solo hecho de decidir que uno es miembro de A.A. lo capacita para serlo. El único requisito para ser miembro de A.A. es el deseo de dejar de beber.

Los integrantes son hombres y mujeres provenientes de todos los campos, de diferentes edades y de distintas clases sociales. Tenemos adolescentes y también de más de 70 años de edad, de todas las razas y religiones, de todos los partidos políticos y apolíticos. Estos hombres y mujeres comparten sus experiencias, su fortaleza y esperanza unos con otros, con el fin de resolver su problema común y ayudar a otros alcohólicos a lograr su recuperación.

- ¿Qué son los grupos de A.A.?

La unidad básica en A.A. es el grupo local del barrio o ciudad. Entre los 50.000 grupos registrados en nuestra Oficina General de Servicios, localizados en diferentes países, más de 500 se encuentran funcionando en hospitales y más de 600 en instituciones correccionales.

- ¿Qué son las reuniones de A.A.?

Cada grupo celebra regularmente sus reuniones en las cuales sus miembros relatan mutuamente sus experiencias, generalmente relacionadas con los Doce Pasos sugeridos para la recuperación.

Se celebran reuniones abiertas para cualquier persona que esté interesada en asistir y reuniones cerradas solamente para alcohólicos.

- ¿Qué se puede esperar de A.A.?

Los miembros de A.A. ayudan a cualquier alcohólico que demuestre interés por dejar de beber y pueden dirigirse a los alcohólicos que deseen ser ayudados, pero se opina que esta solicitud de ayuda debe provenir del alcohólico mismo. Los miembros de A.A. están dispuestos a compartir sus experiencias con cualquier persona que esté interesada en conversar sobre el tema y lo solicite.

- ¿Qué es la Oficina de Servicios de A.A.?

Esta Oficina actúa como base de información principal, donde se publica y distribuye literatura de A.A. y se intercambian actividades y experiencias en nuestra organización a escala nacional e internacional. En toda área urbana existe una Oficina Central de A.A., donde podrán responder las consultas que se realicen.

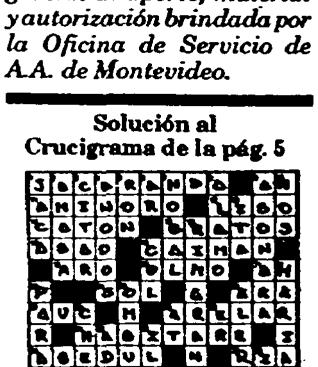
- ¿Qué costo tiene ser miembro de A.A.?

Por ser miembro de A.A. no se pagan honorarios. La organización se sostiene con sus propias contribuciones. Su primordial propósito es permanecer sobrios y ayudar a otros alcohólicos a conseguir su sobriedad.

Reitero: el único requisito para integrarse a Alcohólicos Anónimos es el deseo de dejar de beber alcohol.■

La presente se realizó gracias al aporte, material y autorización brindada por la Oficina de Servicio de A.A. de Montevideo.

Solución al Crucigrama de la pág. 5



Margara y sus 109 años de vida

Nos encontramos en "Abuelo Manuel", un residencial para la tercera y cuarta edad, ubicado en la Av. Agraciada casi Br. Artigas. Hasta este lugar llegamos para conversar con Margara, una de sus residentes, quien el próximo 10 de junio cumple 110 años. Mantuvimos con ella un diálogo fluido, a través del cual nos iba relatando episodios de su infancia. Diálogo que sugirió continuara en otras entregas porque tiene mucho que contar.

Conozcamos entonces algo de lo que nos cuenta Margara.

- ¿Cómo se llama?
Mi nombre es Margarita Silveira. Me dicen Margara, no sé por qué.

- ¿Se acuerda en qué fecha nació?
Nací el 10 de junio de 1884.

- Falta poco para su cumpleaños.
Sí, falta poco.

- Nos puede contar un poco, cosas que recuerde. ¿Cómo ha vivido en años anteriores?
Yo nací en Minas. Papá era un hombre, hijo de una familia muy rica, pero que no tenía estudios. El era tropero, vivía corriendo el ganado de un lado para otro. En aquel entonces no había alambrados. Mamá vivía siempre en casa cuidando a sus hijos.

- ¿Cómo era el lugar en que vivía?
Nosotros vivíamos en un puesto de la estancia de mi abuela, que era un campo muy lindo. Lleno de piedras, de árboles, de pájaros. Algo precioso.
¿Ustedes no conocen Minas?

- ¿Estaba siempre en el campo?
No. Mi familia iba bastante a Nico Pérez porque era la parte poblada que había. Yo fui bautizada en Nico Pérez.

-Margara, ¿cuántos hermanos tiene? ¿Eran muchos?
Nosotros eramos ocho. Siete mujeres y un varón. Hacíamos una vida muy sencilla, mamá estaba mucho sola porque papá trabajaba con las tropas.

- ¿Cuándo vino a Montevideo?
Papá que era un hombre muy inteligente, pensó que tenía que llevar a su familia a Montevideo para educarla, para llevarla al colegio y para que estudiara. Así que a los nueve o diez años viene a Montevideo.

- ¿Su papá también vino?
Papá tenía un tío, Ramón Silveira, muy querido entre los brasileros. Se asoció con él y vendían ganado en la Tablada. Les iba muy bien.
Así pasamos unos años, siempre en la zona del prado.
Alquilamos una casa en la calle Iglesia, calle que acababa en la estación Yatay, después nos cambiamos para la calle Lucas Obes.

- ¿Uste era la hermana mayor?
Sí, yo era la mayor.

- ¿Dónde estudiaron?
Primero fuimos a un colegio de religiosas. Las hermanas de la Misericordia. ahí hice mi primera comunión. Me gustaba estudiar, era buena estudiante, me dedicaba a cumplir con mi deber.

- ¿Ayudaba a sus padres?
Siempre me gustó ayudar a mis padres. Lo que no pasaba con mis hermanas del medio que eran unas diablas. Pero no de diabluras malas.

- ¿En qué cosas ayudaba?
Antes de ir al colegio, dejaba el comedor barrido. Ayudaba en las cosas de la casa. Mamá se dedicaba mucho a la casa y a la familia, nunca trabajó. Antes las mujeres que no eran pobres, no trabajaban.

- Yendo un poco más adelante ¿qué otras cosas pasaron en su vida?
Por mi vida pasaron tantas cosas. Fui a Europa con mi padre enfermo y lo perdí.

- ¿Cuántas veces fue a Europa?
Fui tres veces. Porque mi hermana María Adela se casó con un barítono que se llamaba Damiani y tenía muchas actuaciones en Europa.
Las dos veces que tuvo familia la fui a acompañar.

- ¿Viajó mucho?
De Sud América conozco poco, me gustaba mucho viajar.

- ¿Qué otras cosas tiene para contar?
Fui perdiendo a toda mi familia.
Primero perdí a mi padre, a los años a mi madre, hasta que fui quedando sola. Luego me fui a vivir con María Rita.

- ¿Quién es María Rita?
María Rita era una santa mujer.
Era la presidenta del Apostolado de los Enfermos. Durante 25 años se dedicó a visitar enfermos.

- ¿Usted la ayudaba?
Yo la ayudaba en casa, porque teníamos un taller en donde hacíamos rosarios con semillas. Nos daban mucho trabajo. Un año hicimos ocho mil rosarios.

- ¿Qué hacían con todos esos rosarios?
Se los mandábamos a todos los enfermos del país.

- ¿Sigue siendo católica?
Yo soy muy católica, tan católica, que soy una religiosa. Soy una consagrada de Jerusalén.

- ¿La comunidad?
Sí. La Comunidad Jerusalén es una comunidad que todavía la iglesia no la ha aceptado.
Yo trabajo mucho por la gloria de Dios.

- ¿Quiere contar algo más?
Me parece que por hoy es suficiente.
Les he dado mucho material, tienen como para escribir una hoja.■

Sí, muchas gracias. Seguramente volveremos y seguiremos hablando.



Y si hablamos de comida

Muchas son las características que definen a un país y su gente. Una de ellas es la comida. Esa que cuando estamos lejos extrañamos, porque también se añora el sabor a lo nuestro.
Desde que Hernandarias, uno de los conquistadores que tuvimos, trajo el ganado a la región, los habitantes de estas tierras incorporaron la carne de vaca a su dieta. Esta incorporación fue hecha con agrado dado lo sabroso del bocado y los simple de su preparación.
Realmente era facil, gran cantidad de reses al alcance de todo aquel que las quisiera comer, solo se precisaba un buen cuchillo y algo de leña para el fuego.
Este hábito fue pasando de generación en generación en generación y hoy es tanto su arraigo que en vez de habitual parece genético. La diferencia que existe con aquellos tiempos es que como alguien un día se adueñó de las vacas, hoy la carse la tenemos que comprar en la carnicería a precios que no siempre permiten que éste sea un hábito muy habitual.
En suma, actualmente para comer un trozo de carne asada se precisa algo más que un buen cuchillo y algo de leña.
Aunque no es solo nuestra, una de las comidas habituales que tenemos los uruguayos es el asado. Pero este plato no viene solo, está rodeado de preparativos; el adobe y salar la carne, el encender el fuego. Preparativos que además de invitarnos a la comida nos invitan al encuentro.
Tampoco se come solo. Tanto a ustedes como a nosotros se nos ocurren varios acompañamientos. Uno de ellos puede ser:

"Berenjenas a la vinagreta"

Tomar 1 docena de berenjenas. Sacarles el cabito. Cortarlas a lo largo, colocarlas en un colador y espolvorearlas con sal gruesa.
Dejarlas una hora.
Poner en una olla 1 1/2 litros de vinagre. Colocarla sobre el fuego. Añadirle una cucharada de pimienta en grano y una hoja de laurel.
Agregar las berenjenas. Cuando den el hervor retirarlas, sacarles el vinagre y dejar enfriar. Poner una camada de berenjenas y agregar ajo picado con orégano. Rociar con aceite. Repetir el procedimiento hasta llenar el frasco.

Alo Life.
Línea de Tratamientos de Belleza y Salud para la piel única y exclusiva Importada de USA
BR. ARTIGAS ESQ. AGRACIADA

LA PIEL Y SUS CUIDADOS

El tema al cual nos vamos a referir es tan antiguo como el hombre: LA PIEL. La piel como órgano vital de respiración, protección, comunicación y salud.

Cuando decimos que es un órgano vital, es porque sin él no podríamos vivir. Se sabe que cuando una persona sufre un accidente, por ejemplo: quemaduras importante extensión, todo su organismo se resiente, se bajan la defensas y puede ocurrir una infección generalizada llegando a producir el deceso del individuo. Esto es en casos extremos, pero no seamos alarmistas y hablemos de la piel, como órgano de comunicación y salud.

En la piel se reflejan todas nuestras emociones, alegrías, tristezas, vergüenza, cólera, etc. a veces palideciendo, a vece sonrojándose. Es la demostración más contundente de la comunicación permanente de la capa más externa de la piel con las zonas más profundas y misteriosas. Complejas e inexplicable, aún para los científicos, como es el sistema nervioso.

Si lo enfocamos como órgano de salud, observando la piel de un individuo nosotros podemos hablar de sus hábitos de vida y alimentación, pues en ellos se manifiestan los mismos, por ejemplo: una piel que presenta telangeactaseas o sea como un fina telaraña de venitas superficiales enrojecidas, puede estar indicando una anormalidad en la irrigación sanguínea, o a un gran bebedor de alcohol, o consumidor de alimentos de altas calorías.

Lo mismo ocurre si alguien presenta manchas en la piel, el origen de las mismas, puede ser muy diferente: hepático, anovulatorio, fotosensible (sol), nervioso.

De la piel mucho se dice, mucho se sabe y mucho se ignora. Seguimos día a día descubriendo nuevos productos de apoyo en el cuidado de la misma y en la búsqueda de la eterna juventud. Si bien aún no se ha logrado la panacea fantástica del milagro de la juventud, sí se han logrado los elementos y los medios para obtener una piel fresca, turgente, nutrida y con una apariencia saludable y joven.

Hemos logrado combatir las fineas líneas, los pliegues y arrugas tan antiestéticas alrededor de la boca y los ojos (patas de gallo) y podemos lograr una firmeza de los músculos faciales que nos permitan lucir más jóvenes.

Para esto debemos seguir un tratamiento especial y la rutina diaria de cuidados, más ahora que comienza el invierno y el frío que castiga nuestra piel, secándola, deshidratándola y por último descamándola hasta producir grietas que son verdaderas heridas sangrantes especialmente en labios y manos.

Por eso más vale prevenir que lamentar y debemos comenzar ya mismo con el cuidado de nuestra piel.

Aquellas personas que presenten éste artículo participarán en un sorteo de shock y juventud para su piel.

Por consulta y asesoramiento sin cargo llamar a los
TELEFONOS 39.63.83 - 39.65.12

NISSAN TODO NISSAN
REPUESTOS ORIGINALES
de Miguel Castillo
Distribuidor de Passeggi S.A.
Agraciada 2736 • Telfax. 29.39.60

9405570

Horóscopo CHINO

En la astrología china cada año está simbolizado por un animal. Hay 12 animales. El ciclo equivalente a 12 años. Es decir que cada 12 años se vuelve a repetir el signo. Ej.: el signo del año 1924 fue la rata, este se volverá a dar en el año 1936, 12 años después.
Hay cinco elementos que se llaman agentes y marcan el devenir del signo. Los agentes son: madera, fuego, tierra, metal y agua.
Para saber el elemento que corresponde a nuestro signo, nos debemos fijar en la última cifra del año de nuestro nacimiento.
Terminación del año
0 y 1 - metal; 2 y 3 - agua; 4 y 5 - madera; 6 y 7 - fuego; 8 y 9 - tierra.
Correspondencia de signo según fecha de nacimiento.
Recuerde que cada 12 años el signo se repite:
1936 - rata; 1937 - búfalo; 1938 - tigre; 1939 - conejo; 1940 - dragón; 1941 - serpiente; 1942 - caballo; 1943 - cabra; 1944 - mono; 1945 - gallo; 1946 - perro; 1947 - chancho.

CARACTERISTICA DE LA RATA

Rata de madera.
Esta rata conoce los más profundos secretos para vivir en armonía y mantener el equilibrio. Muy creativa e imaginativa. Su punto G es el amor donde puede volverse loca, si no es correspondida o si pierde a su gran amor. Debe hacer meditación o algún deporte que la contenga emocionalmente.

Rata de fuego.
Esta rata explosiva es entusiasta, idealista, creativa y dinámica. Es independiente y nada diplomática. Hiperexigente y rigurosa consigo misma, sensual, divertida y totalmente imprevisible. Puede padecer del estómago o sufrir depresiones. Es ciclotímica.

Rata de tierra.
Esta rata no pierde el tiempo. Va siempre a lo seguro. Ama el orden, la disciplina y la seguridad. Su verdadera realización está en su profesión donde se desenvuelve con eficacia. Será responsable con su familia.

Rata de metal.
Esta rata nació para destacarse; en general logra el éxito, otras veces muere en el intento.
Es reflexiva, analítica, eficaz, y creativa.
Es autónoma. Muy sensual, glotona y desprejuiciada. Le gustan las emociones fuertes y el peligro.

Rata de agua.
Esta ratita es irresistible, seductora, sutil, mágica e hipnótica, todo lo que se propone lo logra sin mucho esfuerzo. Es muy sociable e intuitiva. Su deporte favorito es el riesgo.

PREDICCIONES PARA ESTE AÑO

Rata de madera.
Este año establecerá los cimientos de su futuro. Estará abierta a propuestas de orden intelectual, psíquico y emocional. Podrá rearmar su vida afectiva e iniciar una etapa muy fecunda y creativa.
Aportará ideas claras, lucidéz e imaginación en nuevos proyectos.
Tendrá muchas alegrías con su familia.

Rata de fuego.
Sino se precipita y arruina todo con su ansiedad y falta de tacto, tendrá buenas oportunidades. Demostrará su gran dote de administradora. Se apasionará por la política.
En el amor volverá a vivir una pasión que la enloquecerá, sentirá ganas de empezar una nueva vida. Estará radiante, equilibrada y muy contenta.

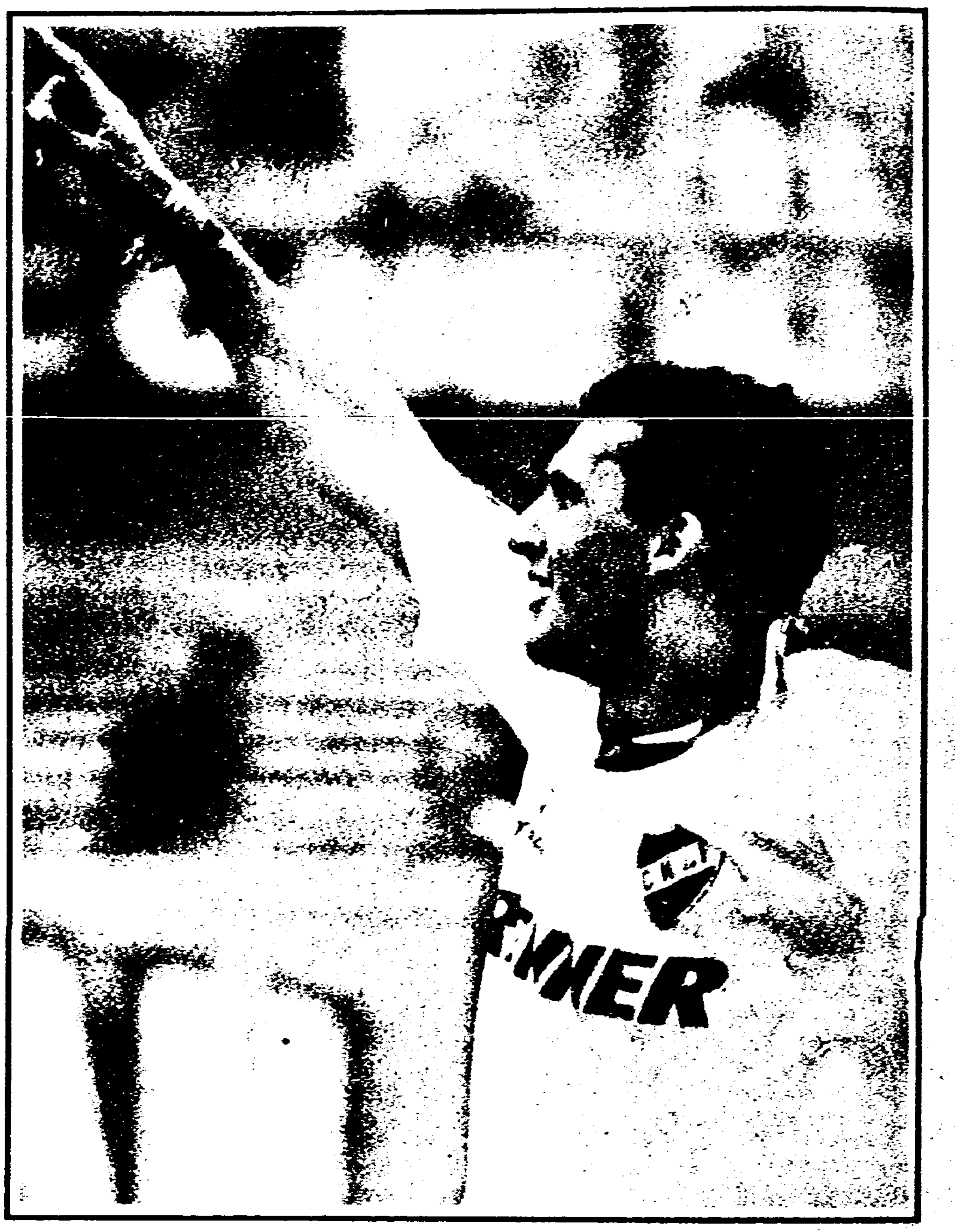
Rata de tierra.
Este año deberá apelar más que nunca a la diplomacia, a la sabiduría y a la humildad. Estará exigida a tomar resoluciones drásticas en el ambiente familiar o conyugal. Deberá organizar su agenda y "darse tiempo". Cuide su salud, no cometa excesos gastronómicos y evite el estrés. Es un tiempo de recuperación absoluta en su equilibrio psico-emocional.

Rata de metal.
Este año es todo amor para ustedes. Es el tiempo del encuentro con el ser elegido y esperado. Abrirán su círculo social, y estarán llenas de encuentros con gente muy estimulante. Estarán más familieras. Es un año ideal para iniciar estudios, una nueva profesión u oficio. Si controlan su espíritu especulador, será un año de progresos en lo íntimo y en lo laboral.

Rata de agua.
Este año será fructífero en logros personales y profesionales. Estará con lucidéz para los negocios. Estará llena de ideas prácticas y rentables que la enriquecerán. Deberá enfrentar situaciones pendientes con amigos; por las buenas conseguirá todo. No se encierre en su mundo y escuche concejos. Es un año de aprendizaje que le dará señales para el futuro.■

Dialogando con un goleador

Este es un diálogo que mantuvimos con Osvaldo Canobbio, quien hasta el momento se mantiene como goleador del Torneo Apertura. Jugador que comenzó su trayectoria en River a los 12 años en séptima división hasta llegar a Nacional.
Hoy es uno de los futbolistas más destacados de nuestro medio. Esta entrevista nos permitió ir más allá del jugador y llegar hasta esa persona humilde, sencilla, sin dobleces que cree que la vida es muy importante y hay que vivirla a cada instancia con mucha alegría.



- Osvaldo ¿en tu familia cuántos son?
Somos seis, más dos, mi novia y el novia de mi hermana. Somos una familia grande pero muy linda (sonríe).

- ¿Encontrás respaldo en ellos?
Continuamente. Es algo que estaré agradecido toda mi vida, por todo lo que me dieron durante mis 21 años.

- ¿Tú cómo estás?
Yo bien, muy contento por el momento que estoy viviendo, trato de aprovecharlo en cada momento del día y estar lo más alegre posible, porque es la única manera en que puedo vivir.

- Ya todos saben que estuviste mucho tiempo en River Plate. Contame tu trayectoria en ésta institución.
Empecé a los 12 años en séptima división, realizé todas las inferiores hasta quinta, de ésta ascendí al plantel principal donde debuté en el año '91, para seguir de largo hasta ahora que pasé a Nacional.

- ¿Qué momento recordás con más afecto que te hayan dejado lindos recuerdos?
En River muchos, en inferiores cuando salía campeón, después cuando subí a primera A. En el 91 cuando debuté en primera hice el gol y después pudimos subir, el vice campeonato del '92, que para River fue, creo, que lo máximo en todo su historial. Y ahora esto que estoy viviendo, lo voy a recordar toda mi vida. Es muy importante sin duda.

- Yo creo que ha quedado claro tu recuerdo en la institución darsenera.
Si por suerte quedó bien, todo lo que viví y a lo último, esto siempre lo menciono, es a Fossatti que para mí fue un apoyo muy grande para salir adelante.

- Ahora vamos a la actualidad. Tu equipo es Nacional.
Si por suerte (sonríe) se dio el pase que tanto esperé, y más en una institución grande. Creo que te motiva como para seguir luchando en esto del fútbol.

- ¿Qué sentiste al saber de tu posible transferencia a la institución tricolor, y más aún al concretarse?
Una alegría inmensa, es algo difícil de expresar en palabras. Yo no sabía que hacer cuando fui a lo del Sr. Della Valle, y estaba casi todo hecho. Al otro día ir a firmar. Fue algo que disfrute más bien con mi familia. En los momentos difíciles fueron los que me apoyaron más junto con mi amigo. Fuimos los ocho que festejamos aquí tranquilos.

- Osvaldo, debutaste en el equipo en uno de los encuentros por la Copa Libertadores. ¿Contento por ello?
Sí, jugar una Copa Libertadores es muy importante. Contento por haber tenido mi primera experiencia en ello, pero amargado también por la eliminación, porque no se pudo dar todo lo que uno desea. Pero bueno eso ya pasó. Hay que seguir adelante, no te podés quedar en esos trances, porque si no salís de ellos cuesta enfrentar campeonatos.

- Debutaste, y yo creo que en forma muy clara, la parcialidad te aclamaba. ¿Qué opinás de ésto?
Es un aliciente, una fuerza externa que te impulsa a ir cada día a más y tratar de hacer las cosas mejor para el bien de Nacional y para el bien mío.

- Creo que es agradable saber que la gente te quiere y te apoya.
Si muy agradable, lo tomo como mi segunda fuerza, primero está la mía, luego la de esa gente que me apoya. Cada partido yo voy a dar el máximo, para esa gente, para brindarle todo a la parcialidad tricolor que tanto se lo merece.

- Lo importante es que siempre que estás en el campo de juego haces notar tu presencia y más al concretar esos tantos de esas características tan importantes.
Yo siempre digo que a mí Nacional me trajo para hacer goles.Trato de cumplir al máximo con eso, trato de hacer los goles como puedo. Lo que siempre voy a dar es una entrega especial, porque voy a dejar la vida en el campo de juego. Cuando me toca salir, dejo un poco más que la vida, salgo casi muerto.

- Lo cierto es que ahora estamos en el torneo Apertura y sos goleador. ¿Es importante para tí?
Muy importante. Estoy pasando por un buen momento, trato de aprovecharlo y sacarle el mayor jugo posible. El último partido nos costó un poco, nos plantearon un buen partido, ya se que todos los partidos serán muy duros, pero con lucha y sacrificio se podrá llegar a ser lo que uno quiere, y si se puede campeón también. Todo lo que puede lograr uno, para nosotros es muy importante.

Osvaldo Cannobio, es uno de los futbolistas más destacados en la actualidad del fútbol uruguayo. Una persona, yo diría sin dobleces, simplemente así como es, humilde y sencillo. Creo que así también nos recibió en su hogar, en el cual mantuvimos una conversación muy, pero muy amena, en donde lo conocimos un poco más.

Osvaldo, decirte simplemente que te deseo muchísima suerte porque en realidad te lo mereces.

Muchas gracias, aca estás como en tu casa.

Jacqueline Cortes

008 | 008 1406570

Nº. DOCUMENTO 9406571
TITULO Entrevista a François Mitterrand, provoca molestias en Roma.
PROCEDENCIA La Rep
FECHA DE ... 27/5/94
VINCULACIONES 11876
05963
507604
11164

* "El pueblo italiano se ha pronunciado en condiciones democráticas, pero es necesario que la información llegue a los ciudadanos de una manera igual y justa para todos"

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

por Javier Valenzuela

Acaba de comenzar su último año de estancia en el Elíseo y, a través de una serie de entrevistas a medios de comunicación franceses y europeos, ha decidido hacer el balance de su larga vida política. A sus 77 años de edad y tras 13 en la Presidencia de la República Francesa, François Mitterrand es un hombre más pesimista que nunca. "El mundo -dice- ha cambiado mucho, pero no el ser humano".

Mitterrand se sigue declarando de izquierda, pero constata que la presencia en el poder de los partidos progresistas es, más bien, una rareza en las democracias burguesas. Y desde la misma actitud de quien ha visto correr mucha agua, afirma que el actual ascenso de las fuerzas populistas, ultraderechistas y nacionalistas, es algo que él ya [ha] conocido en alguna que otra ocasión anterior.

Recibe Mitterrand a Jean Daniel, director de Le Nouvel Observateur, y a los representantes de The Independent, La República y El País de Madrid en su despacho del Elíseo. El marco es versallesco, pero los muebles, azules y de diseño vanguardista, son de Philippe Stark. Destaca en la pieza una maqueta de la Gran Biblioteca de Francia, el último de los grandes proyectos arquitectónicos de un presidente cuya tarea ha estado inspirada en buena medida en la idea de que los hombres pasan, pero las piedras y los libros permanecen.

A lo largo de hora y media de conversación, el mensaje que reitera es Europa. Diríase que ese es su testamento político: que sólo la unidad puede curar de sus locuras a los pueblos del continente.

—La mayor parte de su segundo septenio presidencial ha sido enturbiada por grandes acontecimientos internacionales. ¿No le ha pillado por sorpresa, como a todos, la caída del muro de Berlín, el hundimiento de la URSS, la reunificación alemana, las guerras en los Balcanes y el resurgimiento en Europa de los viejos nacionalismos?

—Sin pretender ser adivino, yo ya había considerado en 1981 la hipótesis de la desaparición de la Unión Soviética. La decadencia soviética era visible antes de la muerte de Breznev. Hay que recordar que a lo largo del siglo se han hundido en Europa el imperio otomano, el imperio austrohúngaro, dos imperios alemanes, dos imperios rusos, y por encima de eso, los imperios coloniales. Son muchos. En todos los lugares donde desaparecieron esos imperios surgieron mútiples vocaciones nacionales antes reprimidas. Recuerdo haber declarado a finales de 1989 que la situación era mucho mejor, porque era bueno que los pueblos fueran libres, pero que se iban a multiplicar las dificultades de uno y otro orden. Habría sido una visión muy miope considerar que la libertad iba a arreglarlo todo por sí sola.

—Usted se puso de acuerdo con Helmut Kohl para que la reunificación alemana fuera acompañada de una aceleración del proceso europeo.

—Sí. Kohl me decía continuamente: "Sólo concibo la unificación alemana en simbiosis con la unidad europea, y avanzando al mismo ritmo". Mi opinión no era diferente.

—El problema estriba en que el Tratado de Maastricht, una etapa importante de esa aceleración europea, fue elaborado sobre la base de las realidades anteriores a 1989. La sensación que surge ahora en la opinión pública de todos los países es que Maastricht es pólvora mojada.

—Eso es una exageración.


François Mitterrand: "Confiemos en los italianos". (Telefoto de archivo de AFP)

De forma muy injusta, se está convirtiendo ese tratado en el chivo expiatorio de todas las decepciones debidas a la crisis.

Pero la crisis no procede de la construcción europea. Si el mes que viene hubiera que volver a convocar en Francia un referéndum sobre Maastricht, lo volvería a convocar, y si todos los europeístas se movilizaran, dieran explicaciones y lucharan —no se les ha oído mucho desde hace algún tiempo—, ganaríamos ese referéndum.

—Es una apuesta arriesgada.

—Ya lo era en setiembre de 1992.

—A los problemas de los Doce se añaden ahora los de la ampliación. Si los nuevos candidatos se ponen a renegociarlo todo, ¿no corre Europa el peligro de perder su esencia?

—Ese riesgo existe. Se han hecho concesiones a los cuatro recién llegados, pero el tratado básico, el de Maastricht, no ha sido deformado.

Después de todo, al Reino Unido se le otorgó un prolongado período de prueba.

También se hizo con España. Lo esencial en estas ampliaciones consiste en no alterar las estructuras de la Unión, en no vaciarlas de contenido.

—Los recien llegados (Finlandia, Austria, Suecia y Noruega) conciben Europa más como una zona de libre cambio que como una unión política.

—Desde luego. Pero la Unión Europea actual ya es excesivamente librecambista. Eso evolucionará, porque se está empezando a comprobar que el liberalismo ataca los sistemas sociales y agrava las desigualdades. Vean lo que está ocurriendo en Lituania, en Polonia o en Hungría. Esos países no vuelven al comunismo, pero abandonan los partidos liberales y votan a los antiguos comunistas, convertidos en socialistas.

—Algunos interpretan la voluntad de Bonn de ampliar Europa por el este como la expresión de una nueva hegemonía alemana.

—Pueden expresarse todas las hipótesis que se quiera. Pero la ampliación de la Unión Europea demuestra más bien la atracción que ésta ejerce a su alrededor. No nos quejemos por ello. Lo importante es que no se consienta nada que debilite los logros de la Unión. En ese sentido, a Alemania y Francia les interesaría coordinar más su actuación.

—¿Ve usted signos de que Alemania pueda hacerse menos europea tras la posible marcha del canciller Kohl?

—Durante un viaje entre Stuttgart y Maguncia, en su tren especial, el entonces canciller Willy Brandt me dijo: "Corro el peligro de ser el último canciller europeo". Ese pronóstico no fue correcto, porque Schmidt y Kohl han sido unos europeos muy comprometidos. Sabemos que la historia se construye día a día.

—Un fenómeno nuevo es el empleo en política de los métodos del marketing. El propietario de una gran empresa de comunicación los ha utilizado en Italia para acceder a la Jefatura del gobierno.

—Es un planteamiento de la democracia al que no estamos acostumbrados y que considero temible. El pueblo italiano se ha pronunciado en condiciones democráticas, pero es necesario que la información llegue a los ciudadanos de una manera igual y justa para todos. Ahí es donde puede apretar el zapato.

—¿Ha ocurrido así en Italia?

—Lo que sé es que, cuando uno posee los medios de información más importantes, uno tiene la posibilidad de impresionar, al menos de forma pasajera, a la opinión pública, y por tanto de ganársela en unas condiciones equívocas.

—¿Puede contaminar el ejemplo italiano a otros países?

—Evitaré la palabra "contaminar", pero es un modelo que otros intentarán imitar. Eso supone un riesgo de grave alteración de la democracia. Ha llegado el momento de decir: "¡Atención, peligro!"

> "Existen en Europa fuerzas que querrían rehabilitar lo más reprensible que he conocido en mi juventud: el fascismo, el nazismo, el franquismo..."

—En Italia se ha producido también la llegada al gobierno de una ideología derrotada en la Segunda Guerra Mundial.

—Existen en Europa fuerzas que querrían rehabilitar lo más reprensible que he conocido en mi juventud: el fascismo, el nazismo, el franquismo...

Pero, por el momento, aunque los italianos hayan otorgado muchos sufragios al partido noefascista, representado en el gobierno de Berlusconi, ese partido dista mucho se ser mayoritario. Si un día dominara la política italiana, habría que replantearse todo. Confiemos en los italianos.

—¿Qué piensa del reproche de inmovilismo en materia de política exterior común que se le hace a la Unión Europea?

—El proyecto de una política exterior común se remonta a Maastricht, que sólo fue ratificado hace unos meses. Para construir Europa hay que tener aguante; se trata de una carrera de fondo, no de un sprint. Una vez dicho esto, la guerra en la antigua Yugoslavia y otros acontecimientos constituyen factores de aceleración. Es ahora cuando se sabrá si va a realizarse nuestra ambición de Maastricht. Pero tengan en cuenta que para ello hay que superar siglos de enfrentamientos y de luchas por la influencia que no desaparecerán de un día para otro.

—Algunos intelectuales comparan la situación que la guerra civil española creó en Europa con la que crea hoy la guerra en Bosnia.

—No acepto esa tesis. La guerra española fue usada por el nazismo y el fascismo como un banco de pruebas para sus armamentos. Ese no es el caso de

Primeras reacciones de la cancillería italiana

Tormenta en Roma por declaraciones de Mitterrand

* *Una entrevista realizada al capo mafioso Totó Riina convulsionó aún más las aguas del gobierno de Berlusconi*

La reacción de Berlusconi fue inmediata. Mitterrand le había dirigido muy directamente sus reproches, apartándose de los que estiman que el elemento más preocupante del nuevo gabinete italiano consiste en la presencia de ministros neofascistas. El presidente francés se fija, en cambio, en el predominio de Berlusconi sobre los medios informativos, para concluir que su triunfo electoral se produjo "en condiciones equívocas".

"Atención, peligro", añade Mitterrand, refiriéndose a la posibilidad de que el modelo Berlusconi cunda en otros países de Europa, y tras afirmar que "es necesario que la información llegue a los ciudadanos de una manera igual y justa para todos".

"La información y las instituciones de nuestro país funcionan en un clima de libertad y de respeto del derecho. Ninguno de nosotros soñaría siquiera con controlar las condiciones de legitimidad en que se ejercitan los poderes públicos en las democracias aliadas, y mucho menos con hacerlo para satisfacer objetivos de lucha política interna", se lee en un comunicado emitido por el Palazzo Chigi durante la noche del miércoles, antes incluso de que la entrevista en cuestión, realizada y publicada simultáneamente por cinco órganos de prensa europeos, viera las páginas del diario italiano La República.

"La corrección y el respeto de los demás son, sin embargo, virtudes que exigen reciprocidad", concluye, en tono veladamente amenazador, la nota de la presidencia del gobierno Italiano.

La jornada del miércoles, que se cerró de este modo, había sido la primera aciaga desde el debut del gabinete. Un rumor infundado sobre la inminencia de la apertura de una investigación judicial sobre Berlusconi mereció suficiente crédito como para provocar una fuerte caída de la Bolsa y de la lira. El hecho expresa las debilidades de esta nueva mayoría.

Un mafioso convicto del calibre de Salvatore Toto Riina terció, por otra parte, en la ya densa polémica abierta entre el gobierno y la magistratura, con unas declaraciones de apoyo al proyecto de Berlusconi de modificar la ley sobre los arrepentidos, que, en opinión de Riina, debería ser suprimida.

Las reacciones de políticos e instituciones, incluido el presidente de la República, correspondieron perfectamente al bochorno climatológico del día. Magistrados y expertos en la lucha antimafia, algunos de ellos mencionados expresamente por Riina de un modo que en sí mismo representa una amenaza, opinaban ayer que, tras la intervención de Riina, el gobierno no tendrá más remedio que posponer sus planes de reforma.

El ministro del ramo, Alfredo Biodi, ordenaba ayer una investigación sobre el magistrado que permitió a Riina hacer estas inoportunas declaraciones a la prensa durante una audiencia pública, mientras la presidente de la Cámara Irene Pivetti, de la Liga Norte, dedicaba la mañana a convencer al embajador de Francia en Roma de las excelencias de la democracia italiana, y el ministro de Exteriores, Antonio Martino, se empleaba a fondo en París en estrechar lazos con el gobierno conservador de Francia, durante una reunión de la Unión Europea.

Para Berlusconi, en cambio, el día de ayer fue de mieles. Aplaudido y celebrado en la asamblea anual de la Confindustria, la patronal italiana, hizo las paces con sus pares en el mundo de la empresa, a los que se había enfrentado agriamente durante la pasada campaña electoral. La izquierda, les recordó ayer, "piensa que todos los problemas de un país se puedan resolver con la introducción de cada vez más normas y con nuevas intervenciones de la mano pública". "Nosotros", aseguró Berlusconi, "pensamos exactamente lo contrario".

01-02

9406571

Bosnia. Los implicados allí son Serbia, Croacia y Bosnia, y no potencias externas a los Balcanes. Aunque la situación sea dramática, la comparación es infundada.

—Sí, pero Bosnia pone a prueba la credibilidad de los organismos internacionales, ya sea Naciones Unidas o la OTAN, que son los supuestos centinelas del nuevo orden mundial.

> **"La Unión Europea es excesivamente librecambista. Eso evolucionará, porque el liberalismo ataca los sistemas sociales y agrava las desigualdades"**

—Sí, los pone duramente a prueba. Pero negar la utilidad de Naciones Unidas, que organiza las negociaciones, que envía fuerzas de interposición, que evita la generalización del conflicto, es también envenenar la guerra.

¿Gracias a quién respira Sarajevo, y también Gorazde? Bosnia sufre una terrible desgracia, pero al final se han respetado las zonas de seguridad y deberán seguir siendo respetadas. En Gorazde se perdió tiempo, y por tanto credibilidad. Lo lamento. Pero condenar la negociación equivale a preferir la guerra.

—¿Pueden desbordarse los conflictos balcánicos?

—Pueden desbordarse. Pero ahora existe un buen entendimiento entre las potencias europeas y espero que éstas eviten el contagio, que no olviden las lecciones del pasado.

—Franceses y alemanes no tuvieron la misma postura en 1991 en los momentos previos al reconocimiento de la independencia de Croacia y Eslovenia.

—En todas las épocas de este siglo, los alemanes y los franceses han tenido puntos de vista diferentes acerca de esa zona del mundo. Pero esas diferencias ya no son un pretexto para el conflicto entre ambos. Por el contrario, nos animan a discutir entre nosotros, a coordinar nuestras actuaciones, a preparar soluciones acordes con los intereses de nuestra Unión Europea.

—¿Cree usted que los norteamericanos ven con buenos ojos el surgimiento de una política común europea?

—Al principio, Estados Unidos fue muy favorable a la Europa del Tratado de Roma. Posteriormente su apoyo se enfrió, al temer no sé qué competencia.

Cualquier proyecto que, en su opinión, parezca que pone en cuestión el papel de la OTAN, preocupa a los norteamericanos. Estos siguen teniendo reservas respecto a la consolidación de la Europa comunitaria. Espero del presidente Clinton un espíritu más abierto.

—¿Está usted de acuerdo en admitir a Rusia en el grupo de los siete países más industrializados?

—Estoy de acuerdo en asociarla. Es lo que ya se está haciendo. En Napóles, Rusia estará presente y eso estará muy bien. También estoy de acuerdo en asociar a los rusos al sistema de seguridad europeo. Rusia es Europa, está en Europa y debe pertenecer a las estructuras europeas.

—¿Le inquieta lo que está ocurriendo en Argelia?

—Sí, desde luego. Uno tiene derecho a temer la victoria del integrismo. Pero el pueblo argelino hará lo que crea conveniente. No se puede ser demócrata en casa y oponerse a que otro pueblo decida su destino. Es difícil imaginar qué harían los líderes integristas con su política exterior. Pero no creo que el integrismo quiera tomarla con los países europeos. No les interesa. No podrían aislarse.

—La situación en Argelia comienza a provocar una emigración no ya económica, sino política hacia el sur de Europa, y especialmente hacia Francia. No se tendrían que conceder visados y el derecho de asilo de forma menos restrictiva?

—Todavía no se puede hablar de una oleada de emigración. Pero las personas cuyas vidas están amenazadas, sobre todo cuando ello se debe a que optan por el progreso, deberían poder encontrar auxilio en Francia.

Copyright 1993
El País News Service Inc.
All rights reserved

02-02

9406571

Nº DOCU... 9406572
TITULO Reportaje al Ministro de Relac. Exteriores de Armenia.
P... Clarín
FE... 4/5/94
VINCUL... 11876
507346
507345
11164
11302

REPORTAJE A VAHAN PAPAZIAN, MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES ARMENIO

"Armenia depende de la paz en Karabaj"

Cientos de combatientes murieron durante las últimas semanas en Nagorno Karabaj, el enclave montañoso armenio que lucha desde hace cinco años por su separación de Azerbaiján. Entrevistado por Clarín, el canciller armenio, Vahán Papazián, sostuvo que la solución de ese conflicto es vital para el futuro de la pequeña república del Cáucaso. Papazián, de visita en Buenos Aires, firmó ayer con el gobierno argentino un acuerdo que fija las bases jurídicas para el futuro intercambio comercial entre los dos países.

Enclavada en una de las zonas "calientes" del planeta, Armenia intenta remontar su crítica situación económica apuntando a dos objetivos. El primero, encauzar negociaciones de paz que pongan fin al conflicto entre su país, la ex república soviética de Azerbaiján y el enclave de Nagorno Karabaj. El segundo, fortalecer sus relaciones con la comunidad internacional. En este marco, el ministro de Relaciones Exteriores de Armenia, Vahán Papazián, firmó ayer con el gobierno argentino un acuerdo que establece las bases jurídicas para el futuro intercambio comercial con nuestro país.



Vahán Papazián, ministro de Relaciones Exteriores de Armenia, durante la entrevista que mantuvo con Clarín en Buenos Aires.

Entrevistado por Clarín, el canciller realizó un lúcido análisis sobre las opciones futuras de esa zona del mundo —el Cáucaso— que atraviesa una guerra no menos sangrienta que la de la ex Yugoslavia. El conflicto en Nagorno Karabaj lleva más de cinco años y las negociaciones de paz no parecen tener futuro. Rusia, Turquía e Irán, entre otros países, juegan sus cartas para definir la hegemonía de una región crucial del planeta. Las siguientes son las principales opiniones del ministro.

—La economía y la vida política de Armenia están directamente afectadas por ese conflicto. Para nosotros una solución pacífica es fundamental. En este momento hay dos propuestas tendientes a lograr la paz en Nagorno Karabaj. La primera es la propuesta de la Confederación de Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE) y la segunda es la de Rusia. Armenia ha aceptado ambas. Y algo más. Convencimos a las autoridades de Nagorno Karabaj para que también las acepten. Y no crea que esto fue fácil.

—¿Por qué?

—Porque ninguna de las dos propuestas garantiza una posterior protección de la población de Karabaj y, desde ya, los documentos no hablan de "independencia" para el enclave.

—Ambas propuestas hablan de retiro de tropas. ¿Karabaj está dispuesto a retirarse del territorio azerí ocupado?

—Habrá que preguntárselo a las autoridades de Karabaj pero entiendo que si aceptaron las propuestas es porque están dispuestos a evacuar sus tropas. Azerbaiján también tendría que retirar sus fuerzas del norte de Karabaj. Pero el gobierno azerí rechazó las dos propuestas.

—¿Las posibilidades de un cese del fuego son prácticamente nulas, entonces?

—No sería tan tajante porque Azerbaiján también se encuentra en una situación crítica y tarde o temprano tendrá que aceptar que la solución no está por el lado militar. En algún momento deberá aceptar, ya que no quiere que las fuerzas rusas vuelvan a su territorio, la propuesta de la CSCE. Lo ideal sería que se lanzara una iniciativa de intervención de tropas internacionales para garantizar la paz. Rusia no podría oponerse a esto.

—¿Cómo son hoy las relaciones entre Armenia e Irán?

—De buena vecindad, pero existen algunos problemas porque a Irán, con razón, no le causa gracia que el conflicto de Nagorno Karabaj se haya extendido hasta sus fronteras. Irán está interesado también en una solución pacífica.

—¿Y con Turquía?

—En los hechos no tenemos relaciones diplomáticas. Turquía ha cerrado totalmente sus fronteras con Armenia y defiende abiertamente los intereses de Azerbaiján.

—¿Rusia sigue siendo el principal socio de Armenia?

—Rusia está en una crisis económica muy grave. Armenia es aliado de Moscú, pero para el gobierno ruso no es fácil ayudar a sus aliados. Además, nosotros tenemos muy buenas relaciones con los países de la Comunidad Europea, con los Estados Unidos, con la Argentina. Nuestra política exterior está orientada hacia una apertura equilibrada.

—¿Y con el resto de las ex repúblicas soviéticas?

—Con Ucrania no son todo lo profundas que deberían ser porque Kiev está en una situación aún más grave que Moscú. Con las repúblicas de Asia Central tenemos muy buenas relaciones, sobre todo con Turkmenia. Diría que desde el punto de vista económico nuestros principales socios son, primero, Rusia, segundo Turkmenia y tercero Irán.

Telmo Luzzani

01-01

9406572

Nº. DOC. 9406573
TITU. Continúan los combates entre armenos y fuerzas azerbaijanas
P. Clarín
FE. 4/5/94
VIN. 11876
507346
507345
11164
11400
11163

No cesa la lucha en Azerbaiján

4/5

GINEBRA, 3 (EFE). — Cientos de combatientes han muerto o han resultado heridos en las últimas semanas en Nagorno Karabaj debido a los intensos combates que se suceden en los frentes norte y este de ese enclave armenio ubicado en la república caucásica de Azerbaiján. La información fue brindada hoy, martes, por el Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR).

La organización humanitaria subrayó que está "extremadamente" preocupada por la dramática evolución de los acontecimientos en los citados frentes de combate, donde se enfrentan los separatistas armenios y las fuerzas azerbaijanas.

En menos de tres semanas, cerca de 50.000 habitantes de los distritos de Agdam, Terter y Goranboi se han visto obligados a huir a causa de los intensos combates. Esas 50.000 personas se suman a las más de 600.000 que ya se encuentran desplazadas en Azerbaiján.

En los distritos de Ágdam y de Terter, donde los combates son particularmente intensos, el CICR ha distribuido 2.000 telas de plástico y tiendas para abrigar a las personas desplazadas que se hallan acampadas a lo largo de las carreteras.

9406573

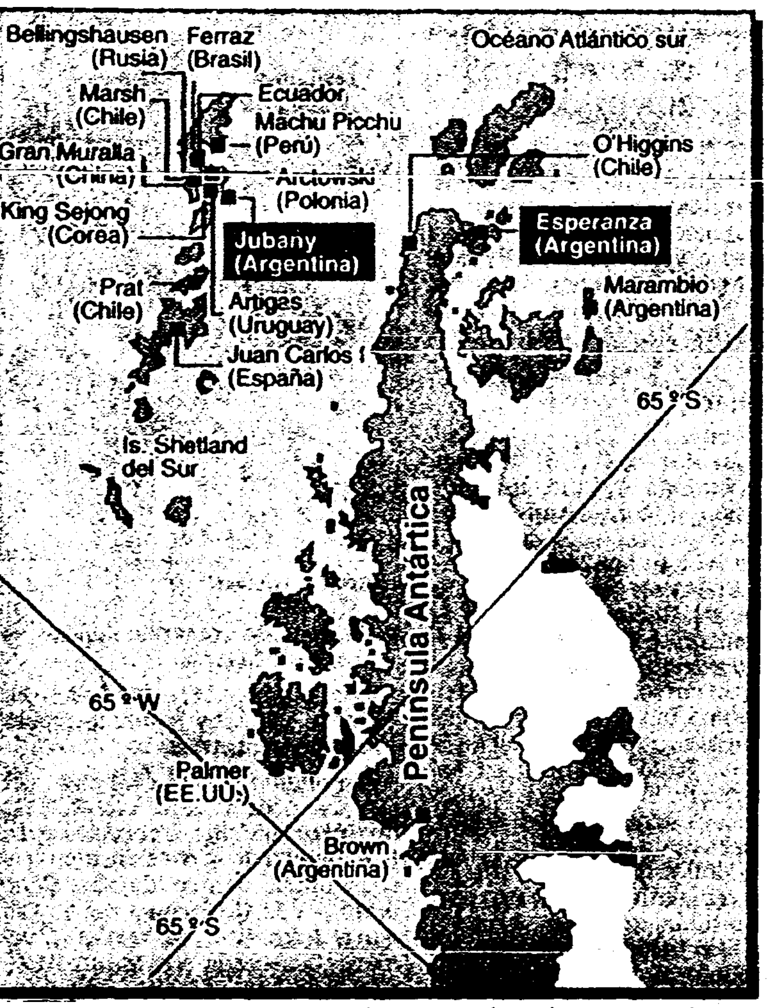
01-01

TÍTULO: Argentina procura una mayor presencia en la Antártida
FUENTE: La Nación
FECHA DE: 21-5-94
VINCULACIÓN: - 11876
- 66560
- 12151

La Argentina procura una mayor presencia antártica

Por Alfredo Vega 21/5
(Enviado especial de LA NACION)

Política: la instalación de nuevas bases extranjeras en la Antártida llevó a las autoridades argentinas a intentar incrementar la acción nacional en el sector.



Se destacan las dos bases argentinas visitadas y los asentamientos de países extranjeros

ANTARTIDA ARGENTINA (A bordo del Rompehielos Almirante Irízar).– "En algún momento habrá que preguntarse porqué países que hasta hace veinte años no estaban en la Antártida hoy sí están", reflexionaba el comandante conjunto antártico, capitán de navío Carlos Carbone, mientras el buque cruzaba el estrecho de Drake.

Carbone pone énfasis al señalar que naciones tan lejanas como Corea, Polonia y Rusia, entre otras, han instalado modernas bases al amparo del tratado antártico.

En vista de ello la Argentina está dispuesta a ampliar su presencia en la zona, y así la Armada organizó un viaje fuera de la temporada habitual (diciembre a marzo), cuando ya se produjo el deshielo. El periplo, que partió de Ushuaia, incluyó las bases Jubani, de la Dirección Nacional del Antártico, y Esperanza, del Ejército Argentino.

Especialmente invitados estuvieron el gobernador de Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico sur, José Estabillo, del Movimiento Popular Fueguino, y el comandante del Area Naval Austral, contralmirante Carlos Berisso.

Veinte argentinos en Jubani y otros sesenta en Esperanza, incluyendo mujeres y niños, recibieron con entusiasmo y calidez esa visita extra que los puso en contacto con los últimos rostros que casi seguramente verán hasta el próximo verano.

Algunos elefantes marinos y colonias de pingüinos, ya en retirada en esta época del año, fueron testigos del paso del Irízar al mando del capitán de fragata Jorge Fuster y con una dotación de 150 hombres.

Una puerta de entrada

"Este tipo de actividad procura fundamentalmente prolongar el período de presencia argentina en la Antártida. Tradicionalmente la actividad se vuelca en noviembre hasta fines de febrero o marzo cuando se concentra todo el despliegue logístico para llevar aprovisionamiento a las bases", según explicó el capitán Carbone.

Agregó que "si bien somos conscientes de no buscar hechos que pueden definirse como actos de soberanía, sí creemos que podemos propiciar otros que signifiquen una mayor presencia argentina. Todo ello apuntando a que la Argentina debe ser la puerta de entrada a la Antártida. El modo de concretarlo puede ser a través de una presencia en el tiempo".

Esto "fundamentalmente porque las bases tanto argentinas como extranjeras están en una zona próxima a nuestro país. Tal vez con el tiempo podamos descubrir que tenemos capacidad para brindar servicios, generar algún tipo de relación entre esas bases y el continente.

"En cuanto a nuestras dotaciones, que van rotando en el tiempo -señala-, se les facilita el adiestramiento y la capacitación para el período de esfuerzo más intensivo, en los meses de verano."

–¿Qué otras bases hay cercanas a las nuestras?

–En la isla 25 de Mayo, o como la llaman los británicos y chilenos King George, que forma parte de las islas Shetland del Sur: en la bahía Guardia Nacional están Chile, Rusia, Uruguay, Corea, y nosotros. En la bahía que está a continuación, Polonia y Brasil. En la isla más al Oeste, Chile y España.

–¿Cómo observa usted la problemática antártica?

–Los argentinos, en general, no somos muy conscientes. Podemos hablar de soberanía, de presencia o de actividad científica, pero no deberíamos perder de vista que algún interés debe tener, ya que es curioso ver cómo países que no estaban hace veinte años hoy sí están. Noruega, Alemania, Rusia, los Estados Unidos, Polonia, Corea, vienen para acá. Y yo que estoy al lado, ¿me tengo que ir? ¿No tengo que estar en el club de los socios antárticos?"

–Qué actividad se desarrolla en las bases?

–El mundo de hoy es inquieto y quiere conocer un poco más. Hoy se hace investigación, pero no para saber si el átomo es más grande o más chico, por el simple hecho de la ciencia en sí misma, sino la ciencia con un objetivo práctico.

Ahora tenemos un tratado antártico que lleva el statu quo a los próximos cincuenta años. Los esfuerzos están centrados en la ciencia, la ecología y la preservación del medio ambiente, pero yo no dejo de imaginar que cuando los intereses sean lo suficientemente fuertes y la tecnología la adecuada, la Antártida va a ser un lugar donde alguien va a descubrir petróleo o recursos mineros y tal vez ese día sabremos que la ecología no era lo realmente importante.

No podemos hoy hipotecar los próximos cincuenta años. Es mejor estar porque quizá con una continuidad tenemos un derecho de futuro. O por lo menos cuando nos sentamos en los foros internacionales, sabremos de lo que hablamos.

–¿Considera suficiente el esfuerzo que está haciendo el país?

–El esfuerzo tenemos que verlo a nivel de país en su conjunto. Los progresos que nuestro país está haciendo a nivel económico implican restricciones presupuestarias que nadie puede desconocer. Pero se puede decir que el esfuerzo antártico es acorde con las posibilidades del país. Tal vez el problema no sea si tenemos que hacer más o menos cosas, sino definir qué cosas queremos hacer, y no que todo quede reducido a una actividad circunstancial. Creo que no estamos mal, aunque podríamos estar mejor. Habrá que esperar a que las condiciones del país en su conjunto lo permitan.

En el terreno del esfuerzo estamos esperando que el Ministerio de Defensa concrete la compra de un buque diseñado para prestar servicios en la Antártida. Actualmente se encuentra en Punta Arenas y pertenece a una compañía de capitales internacionales. Si la información que tenemos no es errónea, tal vez a partir de mitad de año contemos con él.

01 - 01

9406574

N. 9406575
TI UGANDA: cumbre sobre Ruanda
P: LA JUVENTUD
FECHA 10-5-94
VINCULACI -11876
- 507639.
- 507673.
- 11187
- 11164.

Uganda

CUMBRE SOBRE RUANDA

El presidente de Uganda, Yoweri Museveni, propuso una cumbre regional con participación de las partes enfrentadas en el conflicto ruandés como mejor fórmula para encontrar una solución duradera para el conflicto de Ruanda. Una nota de prensa distribuida ayer por la misión de Ruanda ante la ONU asegura que el presidente ugandés recibió con agrado la decisión del Alto Comisario de la ONU para Refugiados, el ecuatoriano José Ayala Lasso, de viajar a Ruanda y a los países vecinos para examinar la situación humanitaria. Museveni respaldó también la convocatoria de una sesión urgente de la Comisión de Derechos Humanos para examinar la crisis en Ruanda.

01 - 01

9406575

Nº. DOCUMENTO 9406576
TITULO Consenso sobre proceso electoral en Angola
PROCEDENCIA LA JUVENTUD
FECHA 7-5-94
VINCULACION - 11876
- 50740
- 514336
- 11164
- 11302
- 11437

LJ. 7/5

INTERNACIONALES

El gobierno angoleño y la UNITA llegaron a un acuerdo

CONSENSO SOBRE PROCESO ELECTORAL EN ANGOLA

Los negociadores del Gobierno angoleño y de los rebeldes de UNITA conseguieron llegar en Lusaka a un difícil consenso sobre las modalidades de aplicación de los principios que regirán la conclusión del proceso electoral

Según fuentes fidedignas, fueron necesarias seis horas de debates, con varias intervenciones del mediador de la ONU, Aliun Blondin Beye, y de los observadores de EEUU, Rusia y Portugal, para que las dos partes alcanzaran anoche un consenso.

El punto que más discusión exigió fue el de la realización de la segunda vuelta de las elecciones presidenciales en Angola, que tendrían que disputar el presidente del país, José Eduardo Dos Santos (ganó la primera vuelta con el 49,57 por ciento de los votos), y el líder de UNITA, Jonás Savimbi (que obtuvo un 40,07 por ciento).

Las dos partes fueron unánimes en cuanto a efectuar un nuevo censo electoral cuando las condiciones lo permitan, pues debido al desplazamiento de grandes grupos de población a causa de la guerra civil el número de angoleños en edad de votar ha cambiado.

Con la definición de las modalidades terminaron las discusiones sobre la realización de electoral, y probablemente a mediados de la semana próxima se reanudará el debate sobre los principios específicos de la reconciliación nacional, suspendidos el pasado mes de marzo.

Las discusiones repercutirán, según opinan algunos observadores, en la participación de UNITA en el gobierno del país.

De acuerdo con las últimas propuestas, el Gobierno ofrece a UNITA la gobernación de tres provincias: Uige (norte), Lunda Sur (este) y Kuando Kubango (sur).

UNITA acepta dicha propuesta, pero exige también la gobernación de Huambo y Benguela, provincias centrales que abarcan zonas habitadas por la etnia ovimbundu.

Además de cuatro ministerios que el Gobierno está dispuesto a otorgar a UNITA, este movimiento exige también las subsecretarías de Finanzas, Interior y Comunicación Social.

El futuro estatuto y la seguridad de Jonás Savimbi y de otros altos dirigentes de UNITA es otro punto que se discutirá en el ámbito de la reconciliación nacional, al igual que el mandato de las Naciones Undias, el papel de los observadores y las atribuciones del órgano que sustituirá a la Comisión Conjunta Político-Militar (CCPM) aplicación integral del Protocolo de Lusaka.

La atención está puesta en Luanda en la reunión que mantendría ayer entre el enviado especial del presidente de EEUU, el embajador Paul Hare, y Dos Santos.

Círculos próximos a la presidencia angoleña creen que Paul Hare entregará a Dos Santos un mensaje personal del presidente estadounidense, Bill Clinton, que es en realidad la respuesta a una reciente carta del jefe del Estado angoleño a su colega norteamericano. ... Gobierno angoleño que muestre «flexibilidad adicional» en Lusaka, especialmente ante la petición de UNITA de que se les conceda la gobernación de las provincias de Huambo y Benguela, que Luanda rechaza categóricamente.



El gobierno de José Eduardo dos Santos aceptó una segunda vuelta de las elecciones

Círculos políticos angoleños consideran que es muy difícil que el Ejecutivo permita a UNITA que gobierne Huambo, a no ser que haya «firmes garantías» de EEUU de que ello no supondrá la posterior «desintegración» del país.

También se considera que otorgar la gobernación de esas dos mayoritariamente por ovimbundus, sería correr el riesgo de que UNITA llevase a cabo su acariciado proyecto federalista, que derivaría en la division étnica de Angola.

Igualmente, por motivos político-militares, es difícil esperar que el Gobierno consienta que UNITA gobierne una provincia con acceso al mar.

9406576

01-01.

Nº DOCUMENTO 9406577
TITULO HASSAN II y su gestión en el conflicto del Sahara
PROCEDENCIA LA JUVENTUD
FECHA 27-5-94
VINCULACION - 11876
- 507619
- 515804
- 11302

El conflicto del Sahara Occidental será priorizado por la ONU

HASSAN II Y SU GESTION EN EL CONFLICTO DEL SAHARA

El motivo del cambio, del primer ministro marroquí por el Rey Hassan II es dar prioridad a la diplomacia para solucionar el conflicto del Sahara Occidental cuando el plan de la ONU para resolverlo está en un punto crucial.

A un mes de que la ONU deba pronunciarse definitivamente sobre el referendum pendiente en la ex-colonia española, el nombramiento de Abdelaltf Filali como jefe de Gobierno en Rabat sitúa en un primer plano ejecutivo a quien en los últimos diez años ha sido el principal paladín diplomático de Marruecos en ese conflicto.

Fuentes políticas marroquíes y de las cancillerías occidentales en esta capital subrayaron el jueves, que Filali había ocupado hasta ahora la jefatura de la diplomacia alauí en todos los gobiernos que se han sucedido desde 1985, siempre con la misión de defender en el exterior la postura marroquí en ese conflicto.

Las mismas fuentes también recordaron que, con anterioridad, el nuevo primer ministro había sido embajador de su país ante la propia ONU, y ante las dos capitales que, para Rabat, son «más delicadas» en su aproximación a ese problema: Madrid y Argel.

Considerado un hombre de mayor talante liberal que su predecesor, Karim Lamrani, Filali encarna asimismo el sector del régimen alauí más proclive a la «modernización» del país, partidario también de encontrar cauces de diálogo con la oposición.

Esa misma oposición - principalmente nacionalistas y socialistas- había solicitado recientemente al Rey Hasan II una concertación con el soberano para afrontar en mejores condiciones el cada vez más acuciante desafío del Sahara Occidental.

Los observadores no descartan, pues, que en el próximo ejecutivo de Filali se integren esas fuerzas opositoras, que tradicionalmente se han mostrado menos flexibles que el propio Gobierno en el tratamiento del problema.

Este inesperado cambio en la jefatura del gobierno de Rabat se produce en este sentido apenas un mes antes de que la ONU deba decidir el futuro del plan de paz para convocar un referendum de autodeterminación en el Sahara Occidental, y cuando ese proceso se encuentra ya en la fase de la identificación de los votantes.

Esta fase debe, en principio, concluir el próximo 30 de junio, sin que se conozca cual será el cuerpo referendario definitivo que establezca entonces la ONU.

Marruecos mantiene ahora que en la consulta deben participar 230.000 personas, mientras que el Frente Polisario continúa considerando que no deben superar las 85.000.

Precisamente una gira que, antes de iniciarse ese proceso de identificación, realizó por los cinco países que son miembros permanentes del Consejo de Seguridad, fue una de las últimas misiones de Filali como ministro marroquí de Asuntos Exteriores, el pasado mes de abril.-

9406577

Nº. DOCUM. 9406578
TITULO SUDÁN: Reanudan negociaciones
P. LA JUVENTUD
FECHA 21-5-94
VINCULACION - 11876
- 507664
- 11164
- 11302
- 11830

Sudán

REANUDACION NEGOCIACIONES

El reinicio de las negociaciones en la capital keniana entre el Gobierno de Sudán y el movimiento guerrillero Ejército de Liberación del Pueblo Sudanés (ELPS) no impidió la continuación de los combates en el sur del país, indicaron ayer, viernes, fuentes diplomáticas, que citan a organizaciones humanitarias. Las negociaciones intentan resolver la guerra civil que comenzó hace once años tras la promulgación de la Ley Islámica «Sharia» en todo el país por el entonces presidente Gafar El Numeiri, lo que provocó el levantamiento de los habitantes negros del sur del país, son animistas y cristianos en su mayoría. La delegación gubernamental y la guerrillera no han abordado aún la cuestión del alto el fuego.

/ LA JUVENTUD / SAB
21/5

9406578
01-01

Nº DOCUMENTO 9406579
TITULO Crisis Argelina
PRENSA LA JUVENTUD
FECHA 15-5-94
VINCULACION -11876
-507472
-11164
-11302
-11830

Argelia

CRISIS ARGELINA

En el caso en que la crisis argelina desembocara en la instauración del primer Estado islámico en el norte de Africa, se produciría el éxodo masivo hacia Europa de cientos de miles de personas, estiman los medios políticos. Los partidos que forman el abanico «laico-republicano», enemigos del diálogo con el Frente Islámico de Salvación (FIS) vienen agitando el fantasma de ese éxodo para reclamar que Occidente hable menos de «derechos humanos» cuando se trata de analizar la crisis argelina. Los «Estados Mayores» de esas formaciones políticas preguntan al periodista extranjero que viene a visitarlos, sobre todo si procede de un país del sur de Europa, «¿si su Gobierno se ha percatado del peligro que supondría hacer frente a cuatro millones de refugiados bogando hacia las costas europeas...?».

JUV. 15/5

9406579

01 - 01

Nº DOCUMENTO: 9406580
TITULO: Gadafi habla Sobre Yemen
PRENSA: LA JUVENTUD
FECHA: 28-5-94
VINCULACIÓN: - 11876
- 507675
- 66333
- 11164
- 11302

L.J. 28/5

Libia

GADAFI HABLA SOBRE YEMEN

El líder libio, Muamar Gadafi, acusó a Estados Unidos y a «los reaccionarios árabes» de «fomentar» la guerra en Yemen, asegurando que este conflicto tiene como finalidad debilitar a ese último país «como se hizo con Irak». En un discurso pronunciado el jueves en la localidad libia de Grayan (al sur del país), del que ayer se hizo eco la agencia de prensa «Jana», Gadafi añadió que «es evidente que EEUU tiene una gran responsabilidad en ese conflicto...» Refiriéndose más adelante al hecho de que sus compatriotas se han visto «obligados» a peregrinar a La Meca en camello, a causa del embargo aéreo que padece la «Yamahiria» desde abril de 1992.

C

9406580

C1-C1

Etiopía L.J. 21/5

ESTRATEGIA DE LA OPOSICION

La oposición en Etiopía parece haber acertado en su estrategia de hacer impopular al Gobierno de transición domimano por el Frente Revolucionario Democrático Popular Etíope (FRDPE), estiman ayer viernes, los analistas del escenario político etíope. El éxito de la oposición fue favorecido por los errores del mismo Gobierno mediante una política impopular, basada en la filosofía de que no existía ninguna fuerza militar capaz de vencer al Ejército del FRDPE, cuya capacidad se ilustró con la derrota del ejército del expresidente Mengistu Haile Mariam, actualmente refugiado en Zimbabue.

9406581

Nº DOCUMENTO 9406582
TITULO ... multirraciales de Sudáfrica.
PROCEDENCIA
FECHA DE
VINCULACIONES 11846
507663
11164
80052
11437

Cifras oficiales recién en 10 días; zulúes triunfan en su región

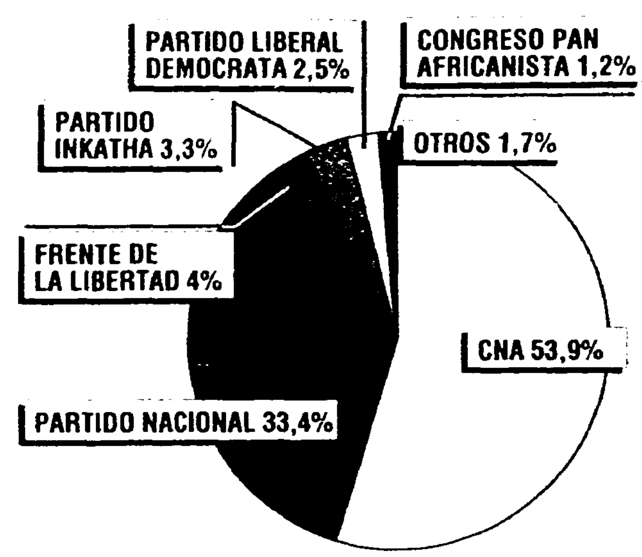
Mandela avanza hacia la presidencia



Transporte de urnas

RESULTADOS A NIVEL NACIONAL

11% de votos ecrutados



Todo partido que obtenga el 5% del voto tiene garantizado por lo menos una banca en el gabinete. El objetivo crucial del CNA es el [illegible]

El partido Congreso Nacional Africano de Nelson Mandela avanzaba hacia una arrolladora victoria ayer al progresar el escrutinio de los votos emitidos en las primeras elecciones multirraciales libres de Sudáfrica.

Los resultados colocarán a Mandela en la presidencia de la nación: una Sudáfrica nueva y democrática.

El hombre que pasó 27 años en prisión por luchar contra el régimen de segregación racial —apartheid— encabezará un gobierno de coalición que, se prevé, incluirá al presidente saliente Frederick de Klerk, quien sería vicepresidente.

Pese al volumen de votos que le favorece, el Congreso Nacional Africano posiblemente no alcance la mayoría de dos tercios que le conferiría el poder de redactar sin impedimentos una nueva Constitución.

El CNA ha obtenido hasta ahora también menos votos que otros partidos para las legislaturas de dos de las nueve provincias del país.

Ayer por la tarde, con aproximadamente el 11 por ciento de los votos escrutados a escala nacional, el CNA había obtenido 1.384.277 votos, o sea el 53,9 por ciento; el Partido Nacional de De Klerk había obtenido 856.125, o sea el 33,4 por ciento.

El CNA gozaba de cómoda delantera en siete de las nueve provincias, obteniendo más del 70 por ciento de los votos en cuatro de ellas.

El Partido Nacional iba adelante con el 62 por ciento del voto en la Provincia del Cabo, que incluye a ciudad de El Cabo.

En la región oriental de Natal-Kwazulu, el CNA iba a la zaga del partido nacionalista zulú Inkatha de la Libertad.

El Frente de la Libertad, que aglutina a elementos conservadores blancos que aspiran a contar con una patria blanca autónoma, ocupaba el tercer puesto con 102.847 votos, o sea el 4 por ciento del total de votos escrutados hasta ahora.

El partido Inkatha de la Libertad de Mangosuthu Buthelezi ocupa el cuarto puesto con 85.096 votos (3,3 por ciento), adelantado al Partido Liberal Demócrata con 64.989 votos (2,5 por ciento).

El Congreso Pan Africanista, desde hace décadas rival militante del CNA en el movimiento antisegregacionista, ocupa el sexto puesto con apenas 1,2 por ciento de los votos escrutados.

Cada cuarta parte del uno por ciento del voto obtiene una banca en el Parlamento que consta de 400 bancas. El objetivo crucial a que aspira el CNA es el 67 por ciento del voto. De lograr ese nivel, tendrá en el Parlamento la mayoría necesaria de las dos terceras partes para implantar la futura constitución permanente de Sudáfrica. El nuevo Parlamento elegirá al presidente el 6 de mayo.

Pieter Cronje, miembro de la Comisión Electoral Independiente, dijo que el escrutinio podría finalizarse para hoy por la noche.

El gobierno de unidad nacional que se formará después de las elecciones tendrá un presidente, dos vicepresidentes y 27 ministros, los cuales serán escogidos proporcionalmente entre los representantes de los partidos que consigan al menos un 5 por ciento del total de votos.

Los organizadores de las históricas elecciones advirtieron ayer que los cómputos finales y oficiales de los comicios que se cerraron el viernes recién podrían conocerse dentro de 10 días. ■ *(De la redacción de El Observador, en base a información de las agencias AP, EFE y Reuter)*

01-06

9406582

Sudáfrica: el CNA perdió en El Cabo

El Congreso Nacional Africano (CNA), de Nelson Mandela, está viendo confirmarse su victoria en las primeras elecciones multirraciales de Sudáfrica, pero admitió haber perdido, a manos del Partido Nacional del Presidente Frederik de Klerk, la provincia occidental de Cabo de Buena Esperanza, que comprende Ciudad del Cabo, la segunda del país.

JOHANESBURGO/ANSA Y EFE

Resultados todavía provisorios, difundidos por la Comisión Electoral Independiente (CEI), confirmaron los importantes retrasos en el escrutinio, con sólo cinco millones de votos contabilizados sobre al menos 22 millones de electores.

El secretario de Información del CNA, Pallo Jordan, dijo a los periodistas que su partido piensa obtener con seguridad un 58 por ciento de los votos a nivel nacional, pero que está también "muy contento con el 28 por ciento obtenido en la provincia occidental de El Cabo".

Las últimas cifras difundidas por la Comisión Electoral Independiente (CEI), que organizó las primeras elecciones sudafricanas abiertas a la mayoría negra del país, le atribuyen el 54 por ciento de los votos al CNA y el 32 por ciento al PN, el partido del Presidente Frederik de Klerk.

Todos los analistas concordaban en que sería el CNA - tradicional adversario histórico del sistema de segregación racial- el que más se beneficiaría de estas primeras elecciones democráticas en Sudáfrica, pero el grado de su triunfo puede resultar crucial para el futuro político sudafricano.

Ante todo, según las reglas fijadas para la transición constitucional sudafricana, todo partido que no logre obtener el cinco por ciento de los votos a nivel nacional no será representado en el gobierno de unidad nacional que surgirá del voto.

Según los resultados provisorios disponibles hasta el momento, sólo el CNA y el PN han logrado superar el 5 por ciento, aunque la falta de resultados de la región del KwaZulu-Natal, feudo tribal de los zulúes, no permite estimar aún el resultado final del Partido de la Libertad Inkata (PLI) de Mangosuthu Buthelezi.

Por otra parte, la primera tarea del parlamento electo en estos días, será la redacción de la futura Constitución sudafricana, para la cual serán necesarias mayorías calificadas.

Algunos analistas pronosticaban una avalancha electoral a favor del CNA, que de lograr más del 70 por ciento de los votos podría decidir sustancialmente el contenido de la futura carta constitucional, pero estos primeros datos parecen indicar un resultado diferente.

2/5

02

9406582

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE 3-5-94
VINCULACION 11876

Clarín EN JOHANNESBURGO

JOHANNESBURGO, 2 (Enviado especial). — "¡**Libres al fin!**", gritó el presidente electo de Sudáfrica, **Nelson Mandela**, al proclamar la victoria de su **Congreso Nacional Africano (CNA)** dos horas después que el actual mandatario, **Frederick de Klerk**, reconoció su derrota que marca el fin de tres siglos y medio de gobierno de minoría blanca.

Mandela se convierte así en el primer presidente elegido por el voto popular de todos los sudafricanos y también en el primer mandatario negro de este país.

Aunque aún faltan escrutar la mitad de los votos, Mandela expresó toda su alegría en el que fue su primer discurso como mandatario electo. "**Esta es por cierto una noche de gozo para el espíritu humano**"... "**Ahora es el tiempo de la celebración y de construir una nueva Sudáfrica para todos**", dijo.

Poco después Mandela expresó su júbilo directamente con el cuerpo. Se puso a bailar en el escenario del salón del hotel **Carlton** con **Coretta Scott King**, viuda del líder de los derechos civiles de los Estados Unidos, **Martin Luther King**. Le seguía sus pasos el ex presidente de Zambia, **Kenneth Kaunda** mientras un coro entonaba una canción de alabanza a "**Madiba**", que es el sobrenombre popular de Mandela.

En horas de la noche el habitualmente desolado centro de Johannesburgo se convirtió en el enorme escenario elegido por miles de partidarios del CNA para expresar con bocinazos, cantos y bailes su alegría por la victoria del CNA y el arribo al poder de la mayoría negra.

Agencia AP

PROPUESTAS DEL CNA

Bajo el lema "Una vida mejor para todos", el programa de gobierno presentado por el Congreso Nacional Africano (CNA) ~~de Nelson Mandela durante la campaña electoral incluye~~ los siguientes planes: encluye

CALIDAD DE VIDA

— Creación de 2,5 millones de nuevos empleos en 10 años a través de un programa de obra pública basado en la construcción de escuelas, hospitales y viviendas. Los fondos provendrán de una reasignación del gasto y de préstamos internacionales.

— Diez años de enseñanza obligatoriá.

POLITICA

— Reconocimiento de igualdad ante la ley para todos los sudafricanos.

— Desconocimiento del estatus legal de los territorios autónomos e independientes negros (bantustanes) creados por el "apartheid". Esas regiones se integran a las nueve provincias en las que quedó dividida Sudáfrica.

— Pese a las demandas y al terrorismo de la ultraderecha blanca, no se creará un estado autónomo blanco.

ECONOMIA

— Lucha contra la corrupción y modificación en la distribución del gasto público y de las cargas impositivas. Eliminación del impuesto al valor agregado (IVA) en productos de primera necesidad.

— Desarrollo del sector privado y de la pequeña y mediana empresa. Respeto a las reglas de libre mercado.

SEGURIDAD Y PACIFICACION

— Implantación del control de armas.

— Amnistía generalizada para todos los crímenes políticos cometidos antes de diciembre de 1993.

— Reformas en el ejército, la policía y los servicios de inteligencia.

03 9406582

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE
VINCULACION

UN DURO DESAFIO AGUARDA AL NUEVO GOBIERNO SUDAFRICANO

3-5-94

El capítulo más emocionante

JOHANNESBURGO, 2 (Enviado especial). — Sudáfrica se parece a las viejas películas mudas de comienzos de siglo. No porque el blanco y el negro sean los únicos colores que se vean, sino porque los hechos suceden a mayor velocidad que lo real.

En solo cuatro años los sudafricanos protagonizaron un filme en el que cada capítulo superaba en trascendencia al anterior.

Abolición de las normas de discriminación racial. Legalización de partidos proscriptos durante décadas. Liberación de presos políticos. Negociaciones entre gobierno blanco y oposición negra. Nueva Constitución. Nueva bandera. Elecciones libres. Llegada de la mayoría negra al poder.

Los títulos se fueron sucediendo uno tras otro y como buen clásico cinematográfico, el bueno es el que gana: **Nelson Mandela y su multirracial Congreso Nacional Africano (CNA) consiguieron un triunfo que está resultando más amplio que lo previsto.**

La arrasadora victoria de Mandela, sustentada principalmente en el voto negro, demuestra la real dimensión de la Sudáfrica que el segregacionismo tapó durante décadas: la mayoría de los habitantes de este país, condenados por una minoría a la miseria, la marginación y la explotación, no perdieron su primera oportunidad para expresarse libremente y abarrotaron las urnas con votos para el CNA.

Mandela ganó por su histórica lucha contra el "apartheid", pero también porque supo encender con sus propuestas de gobierno la esperanza de los sumergidos.

No tendrá por delante el líder sudafricano una tarea fácil. **El desempleo, el analfabetismo, la violencia y el estancamiento económico son solamente algunos de los problemas con los que deberá lidiar.**

La tendencia del escrutinio hace cada vez más probable que el CNA consiga los dos tercios de los votos, con lo cual **aumentan los peligros del hegemonismo**: con los dos tercios el CNA puede llegar a dictar la Constitución sudafricana definitiva a su gusto sin consultar a los demás partidos. No parece ser esa la intención de Mandela, pero la tentación estará al alcance de la mano.

Estos comicios han mostrado el verdadero mapa político sudafricano. El CNA domina en casi todo el país. El Partido Nacional del presidente Frederik de Klerk confirmó su condición de segunda fuerza, aunque más lejos del CNA de lo que pensaron sus líderes. Los zulúes del partido Inkatha demostraron su escasa influencia a nivel nacional, pero tienen en la sureña provincia de Natal un bastión inexpugnable. Finalmente, **la extrema derecha blanca ratificó con sus exiguos votos el más que minoritario espacio que ocupa en este nuevo país.**

El triunfo de Mandela corona un experimento mundial inédito. En cuatro años un régimen minoritario dominante dio un paso al costado y entregará el poder ahora a una mayoría marginada, sin que haya mediado mayor fuerza que la del sufragio libre.

Como dijo hoy Mandela en su discurso de festejo, este es el momento de la celebración y de la alegría. Mañana mismo deberá el CNA poner manos a la obra para cumplir los compromisos asumidos ante todos los sudafricanos, a quienes Mandela les prometió trabajar duro para hacer posible una mejor calidad de vida y les advirtió con cautela que ese objetivo llevará su tiempo.

La película de Sudáfrica no llegó a su fin. Habrá nuevos capítulos, pero seguramente ninguno tan emocionante como el que se vive en estas horas.

J. C.

04 940582

El Congreso Nacional Africano vencedor indiscutido en las elecciones sudafricanas

MANDELA: "POR FIN SOMOS LIBRES"

"¡Por fin podemos proclamar que somos libres!", anunció esta noche el líder del Congreso Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, tras ganar las primeras elecciones multirraciales en Sudáfrica.

Mandela pronunció un discurso en el que aceptó gobernar Sudáfrica durante los proximos cinco años, en vista de la clara victoria de su partido en las primeras elecciones libres en las que han podrido participar todas las etnias celebradas en la historia de Sudáfrica.

Aunque el escrutinio de los votos no ha terminado -aún falta por contar un 40 por ciento del total de sufragios-, ya nadie duda de que el CNA obtendrá un rotundo triunfo, pues su ventaja sobre el resto de partidos es tan grande, que ninguno de ellos puede disputarle la victoria.

Hasta las 21.45 hora local (19.45 GMT), y con el 60 por ciento de los votos escrutados, el CNA obtenía el 62 por ciento del total, seguido muy de lejos por el Partido Nacional (PN), del presidente sudafricano, Frederik de Klerk, con el 24 por ciento, y el conservador zulú "Inkata", con cerca del siete.

Unas horas antes, De Klerk reconoció el triunfo del CNA y felicitó por ello a Mandela, a quien se ofreció para colaborar en el Gobierno de Unidad Nacional que se formará tras las elecciones.

En su discurso, Mandela, el primer negro que gobernara Sudáfrica, volvió a señalar, como lo ha hecho en los últimos días, que "ha llegado la hora de la reconciliación, la hora de restañar las heridas y la hora de construir una nueva Sudáfrica".

Mandela agradeció la felicitación de De Klerk y alabó su figura como político y estadista; recordó que durante los últimos cuatro años han trabajado juntos para tratar de resolver los principales problemas del país y señaló que ello permitió que entre ambos se desarrollase una amistad.

Manifestó que también le felicitaron por su victoria el general retirado Constand Viljoen, líder del Frente de la Libertad, representante del sector moderado de la extrema derecha blanca, y el del centrista Partido Democrático, Zach de Beer, y que ambos le prometieron toda su cooperación.

Insinuó claramente a ese respecto que los incorporará a su Gobierno, pese a que, previsiblemente, sus partidos no lograrán el mínimo del cinco por ciento del total de votos necesario para formar parte de ese Gabinete.

El líder del CNA indicó que adoptará la misma actitud con los líderes de otros partidos minoritarios, a todos los cuales exhortó a trabajar unidos en la reconstrucción de Sudáfrica.

Mandela subrayó que se trataba de una "noche grandiosa, el triunfo del espíritu humano" y que lo que se celebraba era "la victoria del pueblo, que es el verdadero héroe, del cual me siento orgulloso y gracias al cual podemos por fin proclamar que somos libres".

Agregó que no se presentaba como líder, sino como un miembro más de un equipo (el CNA), y que lo que cuenta es la dirección colectiva, al tiempo que señaló que para él era un gran honor poder dirigir a Sudáfrica hacia el nuevo siglo.

Tras rendir tributo a los miembros del CNA fallecidos e indicar que este triunfo tambien les pertenece, Mandela dijo que su principal propósito es "asegurar una vida mejor para todos los sudafricanos", para lo que reclamó el apoyo de todos a fin de construir un nuevo país y promover la paz y la reconciliación.

En este sentido señaló que el Programa de Reconstrucción y Desarrollo del CNA será la pieza clave del Gobierno de unidad nacional, tras lo cual advirtió a sus futuros miembros que no intenten siquiera minarlo ni oponerse a su aplicación.

"Si fallamos, traicionaremos la confianza del pueblo", dijo Mandela, quien señaló que "el Programa de Reconstrucción y Desarrollo deberá llevarse a cabo sin reservas".

Ese Programa prevé, entre otras cosas, la construcción de un millón de viviendas en los próximos cinco años, la creación de dos millones y medio de puestos de trabajo, la educación obligatoria hasta los 16 años y la concesión de tierras a los campesinos.

Al término de su discurso, Mandela instó a sus simpatizantes a celebrar la democracia pacífica y respetuosamente y abogó por que no haya tensiones en las provincias donde el CNA no ha ganado.



Nelson Mandela

05 9406582

Aún sin resultados oficiales, De Klerk será vicepresidente y el CNA tiene mayoría propia

Mandela adelanta gestiones de nuevo gobierno

El Congreso Nacional Africano (CNA) de Nelson Mandela está preparándose para gobernar la nueva Sudáfrica, plenamente consciente de la enorme tarea de tener que satisfacer las expectativas de los votantes negros que quieren tener una vida mejor que bajo el apartheid.



Los dirigentes del CNA, que aguardaban los resultados finales oficiales del escrutinio en la sede electoral de la organización, manifestaron que el partido enfrenta una dura lucha para reconstruir el país y cumplir sus promesas sobre empleos, vivienda, salud pública y educación igualitaria.

Una fuente del CNA indicó que una comisión de seis miembros encabezada por el líder del CNA, Nelson Mandela, quien seguramente será el primer presidente negro de Sudáfrica, ha estado trabajando esforzadamente elaborando una lista de candidatos para el gabinete que se hará cargo de las funciones de gobierno tras la desaparición del apartheid.

El principal negociador de la transición a la democracia, Cyril Ramaphosa, y el presidente del CNA, Thabo Mbeki, encabezan la lista para la vicepresidencia.

El ex dirigente sindical, Jay Naidoo, es mencionado como titular del Ministerio de Reconstrucción y Desarrollo y Valli-Moosa para el cargo de integrar el servicio civil.

La mayoría de los dirigentes entrevistados indicaron que la creación de empleos, así como mejorar las condiciones de vivienda y educación para la mayoría negra del país serán las máximas prioridades del partido.

Dirigentes del CNA señalan que su principal objetivo es encarar "las necesidades básicas de la mayoría y elevarla al nivel de los blancos".

Pero admiten que el logro pleno de tan ambicioso objetivo tendrá que aguardar hasta que se disponga de los recursos necesarios.

Mandela manifestó recientemente a los periodistas que sus planes para la reconstrucción de Sudáfrica y su economía han encontrado un eco positivo.

Señaló que los inversionistas tendrán garantías contra expropiaciones de sus propiedades por parte del gobierno.

"La economía del país debe ser asentada sobre principios sanos y sobre la economía de mercado", aclaró Naidoo.

Naidoo, que dirige el Programa de Reconstrucción y Desarrollo de la organización, manifestó que la política económica del CNA se basa en la economía capitalista y en el espíritu de cooperación entre las empresas y el gobierno.

Las propuestas del CNA sobre reconstrucción y desarrollo no contienen nada sobre estatizaciones o comunismo, destacó.

Lista de De Klerk

El presidente sudafricano, Frederik De klerk, se reunió ayer en Pretoria con sus ministros y con otros líderes de su partido para elaborar una lista de posibles miembros del posible Gobierno de Unidad Nacional.

Está previsto que De Klerk se reúna hoy con el líder del CNA, Nelson Mandela, quien seguramente dirigirá el gobierno sudafricano.

Con la Constitución provisional en la mano, Mandela estará obligado a incluir en su gobierno a representantes de todos los partidos que hayan obtenido al menos el cinco por ciento de los sufragios.

Cuando recién se llevaban computados la mitad de los aproximadamente 23 millones de votos emitidos, el CNA reunía más del 62% de los sufragios y el Partido Nacional de De Klerk, 23,9%. A apreciable distancia, el partido Inkatha Libertad del caudillo zulú Mangosuthu Buthelezi aparecía con sólo el 6,1%.

Los únicos contratiempos del CNA fueron en la provincia del Cabo Occidental, dondel el Partido Nacional se perfilaba como ganador, y en el baluarte zulú de Kwazulú y Natal, dondel el Inkatha llevaba la delantera.■ *(De la redacción de* El Observador *en base a EFE y Reuter)*

3/5 E.O.
06-06
9406582

Nº. DOCUMENTO 9406583
TITULO Proceso electoral y constitución transitoria.
PROCEDENCIA CAMBIO 16
FECHA DE ... 2-5-94
VINCULACIONES 11896
507663
11437
11164
11302

DOC. CON PARTES POCO LEGIBLES

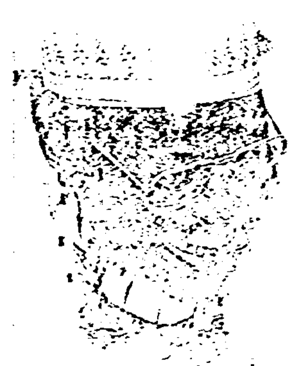
01-08 9406583

En el difícil y violento ajedrez sudafricano se perfila Mandela como ganador de la partida electoral del 27 de abril. Será un día histórico: el final formal del «apartheid»

JOSE LUIS H. ANSOLA, Johannesburgo



SUDAFRICA



Los tres protagonistas del proceso democrático. De Klerk y Mandela: dos opuestos pero socios en el cambio; y Buthelezi (izquierda), el líder zulú.

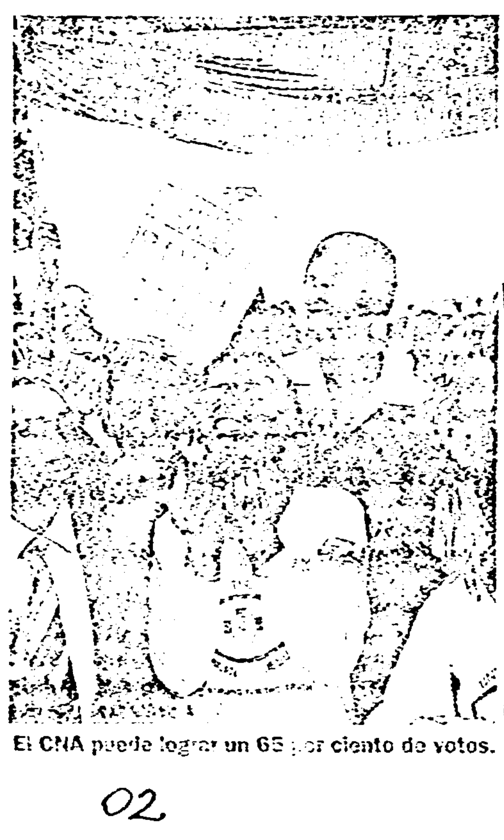
Los pasos de Nelson Mandela son tranquilos; su orgullosa y cálida mirada identifica al hijo de un jefe de tribu xhosa, al luchador indomable que ha sabido enfrentarse durante sus 76 años de vida al imperio de los blancos. Los rasgos de su rostro son duros, con unos pómulos prominentes y un mentón altivo que están coronados por un cabello blanco nacido durante 28 años de cárcel.

El impecable Frederik William de Klerk, de 58 años, aún presidente de Sudáfrica, es muy distinto: oculta tras su cara de Papá Noel sin pelo el pragmatismo de una mente fría que ha sabido reconocer el fin de la época racista. De una familia de rancio abolengo político, dejó su despacho de abogado en la provincia conservadora de Trasvaal para entrar en el Partido Nacional, el que ha dirigido al país en este siglo y el que engendró el sistema del *apartheid* (segregación racial).

De Klerk y Mandela son dos antítesis que se hicieron síntesis en un proceso de reforma constitucional que culmina con las elecciones del 27 de abril. El cambio de colores en Sudáfrica se inició cuando De Klerk sacaba de prisión al líder del Congreso Nacional Africano (CNA) en 1990 y lo sentaba en su despacho para hablar de reconciliación racial. Para los *afrikaners* radicales, el presidente se convertía en el traidor que vendía la patria a los comunistas negros; para los demás, estos dos hombres que ganaran el premio Nobel de la Paz en 1993 trabajaban para acabar con una larga y sangrante injusticia que está a punto de terminar con las primeras elecciones libres: el *apartheid*.

Sin embargo, el futuro de este país dista mucho de presentarse claro. Es más, hasta una semana antes de los comicios persistían interrogantes sobre la posibilidad de una guerra civil en el territorio de KwaZulú-Natal. Al final, los zulúes [illegible] participar en las elecciones al [illegible] Mandela y De Klerk a modificar la nueva Constitución para conceder a su provincia una amplia autonomía en su región étnica. Así pues, aunque el *apartheid* formal ha terminado, esto no significa el fin de los problemas en Sudáfrica.

El país comenzó su camino hacia la democracia multirracial en 1989, con el anuncio del presidente, Frederik de Klerk, de su intención de poner fin al *apartheid* y de abrir el camino hacia la «nueva Sudáfrica». Ese proyecto quedó ratificado en el referéndum celebrado en marzo de 1992, en el que el 68 por ciento de la población blanca decidió apoyar las reformas. Numerosas voces en Sudáfrica mantienen que esta decisión, que De Klerk exhibe como su máxima credencial, era la única posible ante la situación de insurrección civil y de violencia descontrolada, además de la presión internacional. La transición política, sin embargo, no desembocará en unas elecciones realmente normales hasta 1999, fecha prevista para los segundos comicios democráticos.

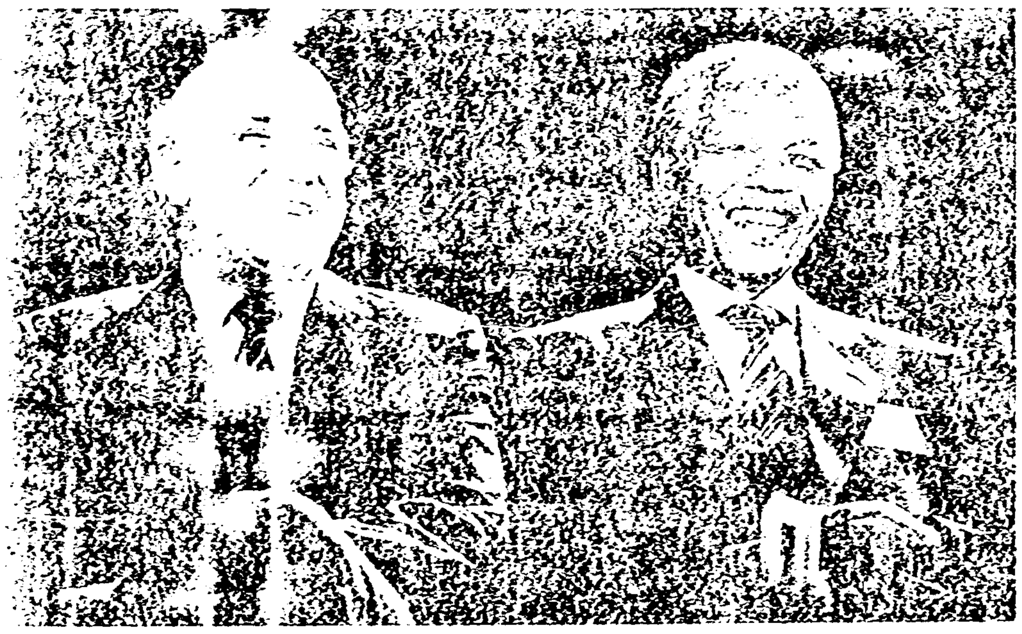


El CNA puede lograr un 65 por ciento de votos.

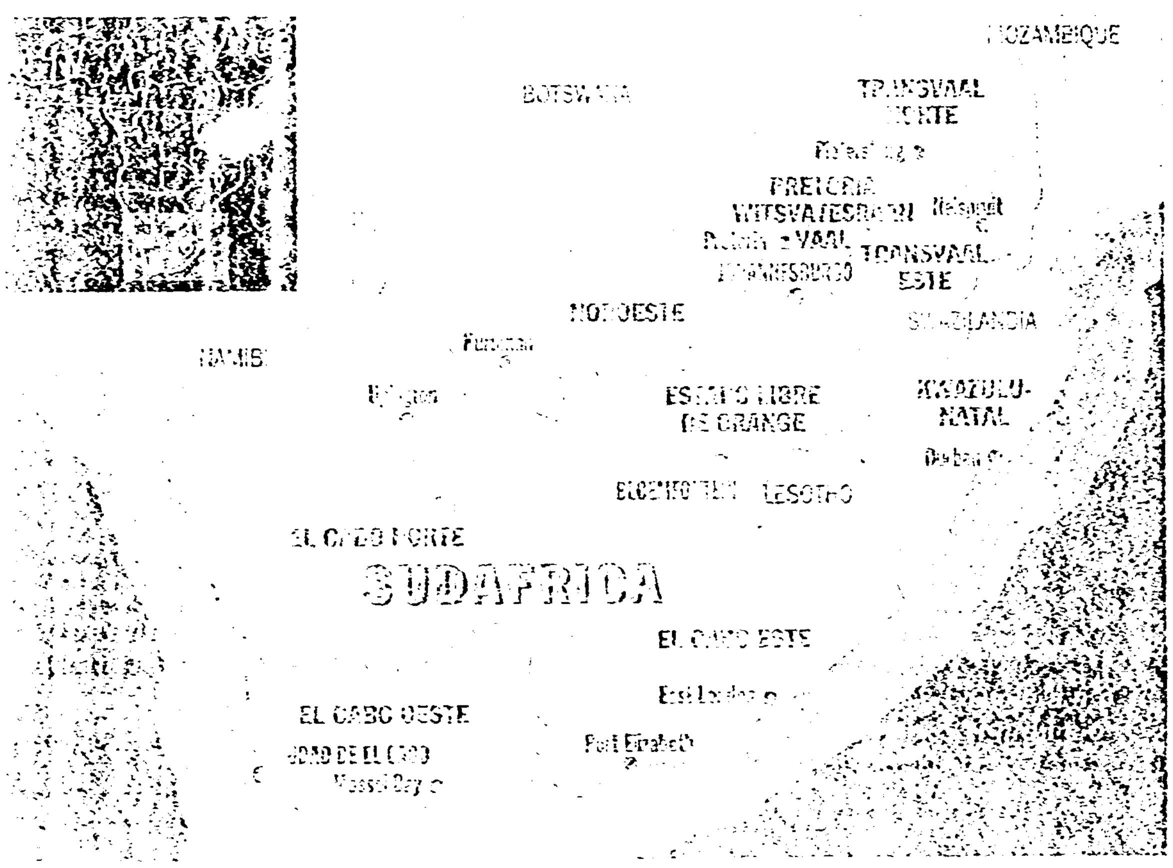
El proceso ha sido largo y laborioso. La primera fase se inició con la legalización de los partidos y la liberación de Nelson Mandela, en 1990; la firma del Acuerdo Nacional para la Paz (1991); las negociaciones Codesa (Convención para una Sudáfrica Democrática) y la redacción de una Constitución transitoria. Además, se pusieron en marcha varios órganos provisionales consensuados entre las fuerzas políticas con la misión de asegurar la limpieza de las primeras elecciones democráticas. Así se creó el Consejo Ejecutivo Transicional (CET), un gobierno paralelo con competencias sólo en materias relativas a las elecciones, y la Comisión Electoral Independiente (CEI), encargada de organizar los comicios.

Cuando los sudafricanos acudan a las urnas se marcará el comienzo de la segunda etapa de la transición. Se elegirá una Asamblea Nacional y un Senado qu

02 9406583



Juegan Negras



... tiene una extensión de 1.221.037 kilómetros cuadrados donde viven 32,5 millones de habitantes. A partir de ahora el territorio queda dividido en nueve provincias autónomas ... consejo ejecutivo, su cámara legislativa y su constitución.

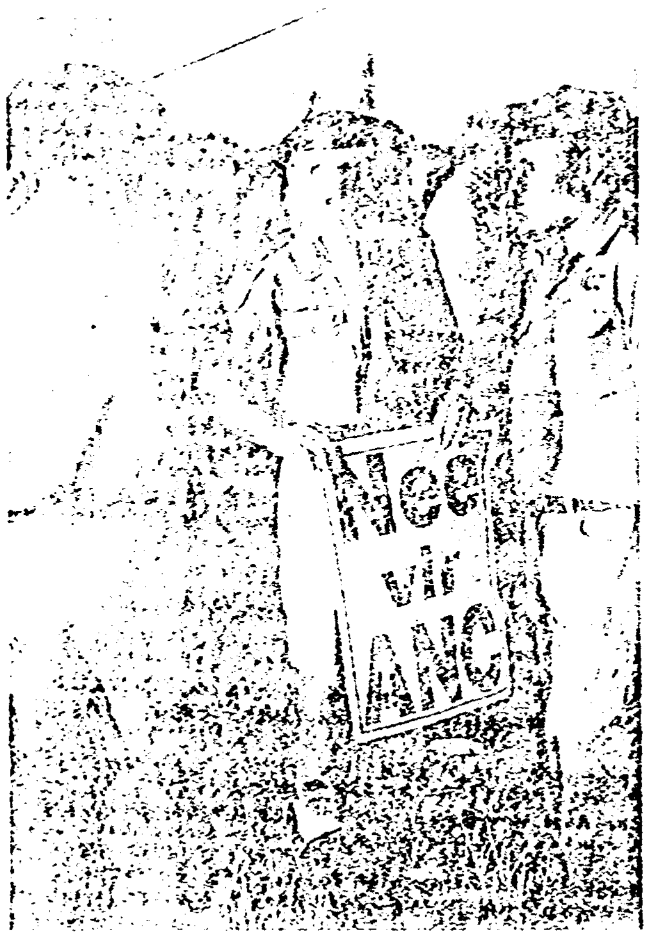
...to Gobierno de Unidad Nacional, en el que estarán representados proporcionalmente todos los partidos que logran obtener al menos 20 escaños. Si las previsiones se confirman, el CNA obtendría entre el 60 y el 70 por ciento de los votos, y la segunda fuerza política, el Partido Nacional de De Klerk, obtendría entre el 15 y el 2... por ciento de los sufragios. Mandela tiene asegurada la Presidencia del Gobierno y De Klerk una de las vicepresidencias. La gran duda que las elecciones han de disipar es si el CNA supera los dos tercios de los votos emitidos, lo que le permitiría aprobar en solitario el texto constitucional.

Los sudafricanos también elegirán sus cámaras regionales, con un mapa provincial del país recién estrenado que modifica totalmente la estructura administrativa y organiza el Estado en torno a nueve provincias con un importante nivel de autogobierno (ver mapa). La pertenencia a una u otra unidad administrativa podrá ser modificada, por medio de un referéndum, en los distritos disputados por varias provincias. Las cámaras provinciales también tienen que elaborar sus respectivas constituciones, dentro del margen de competencias que la Constitución interina les otorga.

Una vez culminado el proceso constituyente, a más tardar en 1999, se convocarán nuevas elecciones con las que, esta vez sí, quedará concluida la transición política.

Bajo la atenta mirada del mundo entero, Sudáfrica se dispone a terminar con el último vestigio de racismo legal del mundo contemporáneo. También a transformar una sociedad basada en un sistema de *apartheid* político y social en una sociedad democrática en la que todas las razas tengan los mismos derechos formales y la integración sea una realidad. Sin embargo, como en muchos otros países en vías de desarrollo, el que cada ciudadano tenga un voto no garantiza unas elecciones libres y democráticas. La falta de cultura electoral y la intimidación ... validez y credibilidad ... las elecciones y pued... las esperanzas ...adas en el cambio ... después, no existe ...so sobre la limpieza de las elecciones.

Por esta razón, la Comisión Electoral Independiente está llevando a cabo una enorme campaña de información con el fin de educar al votante sobre el funcionamiento de las elecciones ... que hay que





hacer para votar. Las organizaciones independientes y los partidos políticos también desarrollan sus programas educacionales, hasta el extremo de enseñar cómo se dibuja una cruz para que los votantes puedan marcar la casilla de su elección en las papeletas.

Incluso la acreditación para votar es un problema en un país en el que una gran parte de los votantes carece de cualquier documento que pueda probar su identidad. El Ministerio del interior ha preparado un sistema extraordinario de emisión de acreditaciones provisionales, a través del cual cualquier persona que afirme ser sudafricana y que se presente acompañada de un testigo mayor de edad que corrobore esta afirmación obtendrá un carnet de identidad sudafricano o una tarjeta provisional de votante. Evidentemente, esta facilidad para obtener la nacionalidad está siendo aprovechada por inmigrantes ilegales, pero no existe otra alternativa para no dejar fuera del proceso a todos aquellos que, en gran medida a causa del *apartheid*, nunca se preocuparon de tener un documento de identidad.

Sin embargo, la intimidación tiene una solución más difícil. La espiral de violencia, especialmente en las provincias de Pretoria Witwatersrand Vaal (PWV) y Kwazulú-Natal, ha ido aumentando progresivamente a medida que se acercaba la fecha de los comicios y el odio y la tensión entre los seguidores de los diferentes partidos se han incrementado. Tanto que desde el 31 de marzo han muerto más de 250 personas por enfrentamientos partidistas. Los militantes del Partido de la Libertad Inkatha (IFL) y el CNA se reparten el territorio de Kwazulú-Natal por microcomunidades. Con frecuencia, un mismo poblado está dividido en dos zonas, cada una controlada por uno de los partidos enfrentados. Los partidarios de las dos formaciones se conocen entre ellos y a veces incluso tienen vínculos familiares, lo que no es obstáculo para que acaben a tiros.

Por otra parte, aunque el voto es secreto (la CEI no se cansa de repetirlo), los que deseen votar difícilmente podrán ocultar su visita al colegio electoral. La posibilidad de un castigo ulterior --la

Un Rey en la República

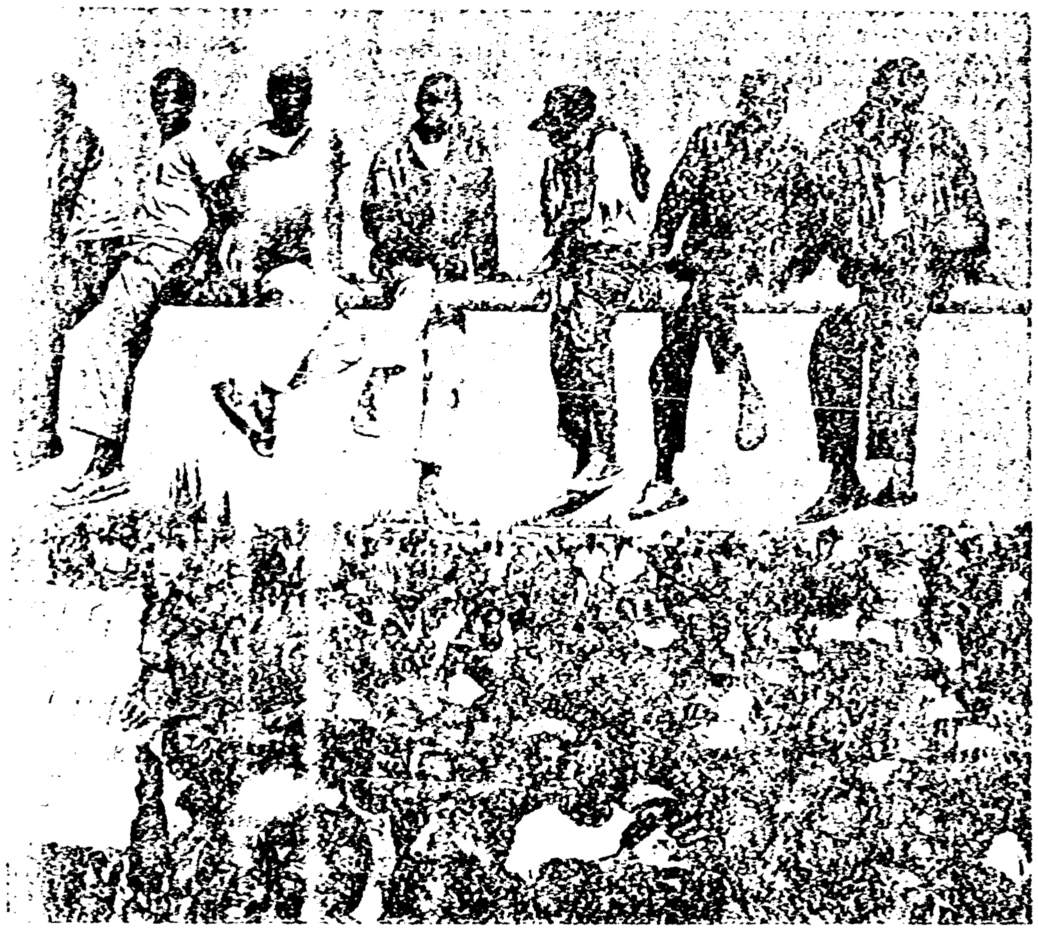
HASTA EL INICIO DEL DESMEMBRAmiento del sistema del *apartheid* y, [illegible] formalmente, hasta la entrada en vigor de la Constitución interina prevista para la víspera de las elecciones, Sudáfrica se componía de cuatro provincias gobernadas por blancos, y cuatro estados independientes y seis territorios autónomos gobernados por negros. La independencia de estos estados y territorios era sólo política y parcialmente administrativa. Lo cierto es que su dependencia económica del resto de Sudáfrica es total y la separación administrativa era fundamentalmente una forma de organizar geográficamente el *apartheid*, de tal manera que los negros que vivían de y para las industrias y las plantaciones de los blancos regresaran cada noche a dormir a *sus* territorios cerrados.

Ahora, con la Constitución interina, todo el territorio nacional queda unificado bajo el Gobierno central, desaparece los territorios autónomos y los estados in dependientes, y el Estado se estructura e nueve provincias que gozarán de un con sejo ejecutivo y de una cámara propia. El desmantelamiento de las administra ciones autónomas se ha ido realizando forma muy diversa en cada uno de los te rritorios: desde la intervención por fuerza del Gobierno de Sudáfrica en B phuthatswana hasta la cesión, más o m nos pacífica, de competencias en Tran kei, en donde el 14 de abril se arrió bandera símbolo de su independencia.

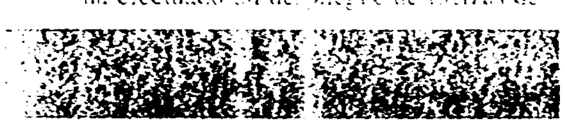
Kwazulú es, y será formalmente has la entrada en vigor de la Constitució transitoria, uno de los seis territorios a tónomos. Aquí viven gran parte de l ocho millones de zulúes sudafricanos. aquí también vive su rey, Goodwill Zw letini. El drástico cambio de tono de líderes zulúes, desde las amenazas

04

9406583



casa quemada o una emboscada en el camino [illegible] puede inhibir a un número importante de v[illegible] A pesar del acuerdo alcanzado po[illegible] Mangosuthu Buthelezi, con [illegible] Klerk y Mandela sobre los comicios [illegible] de las bases del Partido Inkath[illegible] son mucho menos claras. Por ello, el Gobierno de De Klerk ha efectuado un despliegue de fuerzas de



guerra civil iniciales hasta la reciente aceptación de los comicios, es el resultado no sólo de la presión política y de la fuerza militar; también es fruto de los esfuerzos conciliatorios de De Klerk y de Nelson Mandela. Así, se acordó un cambio constitucional para dar más poderes al rey zulú.

La Constitución transitoria preveía en su capítulo 11 el reconocimiento de las autoridades tradicionales y de las leyes indígenas. Pero no hacía [illegible] explícita de la monarquía zulú y establecía claramente la supremacía de las leyes del Estado sobre las leyes tra[illegible]les. Tampoco hacía previsión alg[illegible] una estructura administrativa [illegible] para las autoridades tradicionales [illegible] su financiación. Ni Buthelezi ni el rey [illegible] aceptar estas condiciones: [illegible] que la soberanía de su pueblo [illegible] quedaba garantizada, y por es[illegible] habían apartado del proceso [illegible].

seguridad sin precedentes en la región con el objetivo de [illegible] la violencia intimidatoria y de custodiar los colegios electorales para que los votantes puedan ejercer su derecho libremente. El resultado, de momento, no está claro, ya que el número de asesinatos y de incidentes se ha disparado en las últimas semanas.

La logística misma de la votación es otro problema. La [illegible] ha tenido que crear de la nada una infraestructura electoral completa, ya que el antiguo aparato, además de ser insuficiente, no puede utilizarse porque no ofrece garantías de imparcialidad. Aun así, la [illegible] ha tenido que recurrir a antiguos comisarios electorales ante la falta de personal cualificado y el escaso éxito de sus demandas de voluntarios a causa del riesgo que supone estar directamente implicado en el proceso.

Entretanto, la selección de los colegios electorales, el establecimiento de oficinas, la organización de los equipos humanos y la compra de material informático se están realizando a toda velocidad. Pero llevar la democracia hasta las regiones más recónditas del país tiene un costo de más de 200 millones de dólares [illegible] aproximadamente [illegible] veces más que cuando las elecciones eran solamente para blancos [illegible] difficultades para [illegible] habrá que esperar hasta el anuncio de los resultados y de las conclusiones de los observadores internacionales para poder afirmar que Sudáfrica ha llevado a cabo sus primeras elecciones democráticas, justas y libres. ■

Ritmo Trágico

LAS MANIFESTACIONES Y [illegible]CHAS que proliferan estos días en Sudáfrica son una explosión de vida, de color y de ritmo. Las de los negros, se entiende. Llegan a la cita con horas de retraso sobre el horario previsto, en autobuses llenos a rebosar que, además de transportar personas, sirven como instrumento de percusión que los pasajeros golpean con furia al ritmo de sus cánticos. Se les siente venir desde lejos: bum, bum, bum, bum, bum, bum, hasta que, cuando el chófer apenas ha comenzado a reducir la velocidad, saltan del vehículo a la vez que gritan —un grito agudísimo, como el relincho de un caballo— para celebrar el encuentro con los compañeros ya congregados. Hay de todo: niños semidesnudos, niñas con lacito, viejos con bastón, mamás gordas y sonrientes, guerreros armados con lanza y escudo (las armas tradicionales del pueblo zulú), individuos mal encarados, colegios enteros de adolescentes...

Cada partido tiene su estilo: el Inkhata organiza disciplinadamente a su gente —las mujeres primero, después los niños, los guerreros los últimos; cada grupo claramente diferenciado y con un servicio de seguridad sin miramientos que no duda en ordenar la marcha a latigazos—. A su vez, las concentraciones del CNA tienden a ser más desordenadas y promiscuas.

Pero a todos les gusta cantar y bailar. La celebración comienza con un *toy-toy* masivo, al son de innumerables voces, todas afinadas, que cubren el espectro tonal con una precisión impensable en un estadio de fútbol europeo. Hay solistas espontáneos, capaces de poner la piel de gallina a cualquiera con una melodía improvisada, coristas vocacionales que responden a la invitación y contrabajos que marcan la cadencia con su voz grave y profunda. Los cuerpos reaccionan como un resorte al estímulo de la música. Nadie puede escapar del ritmo y la inmensa mayoría retuerce toda su anatomía o se balancea: un compás sobre el pie derecho, un compás sobre el pie izquierdo —esto es el *toy-toy*—, con una gracia envidiable.

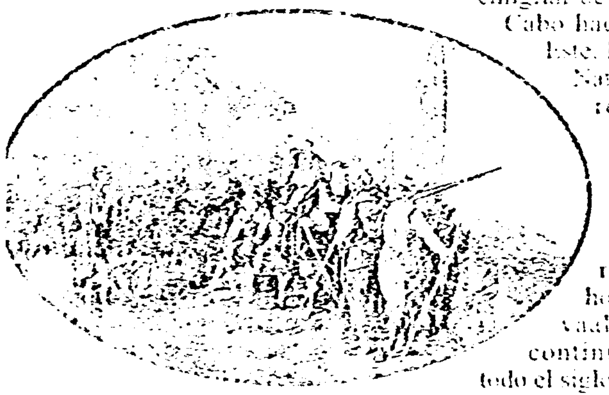
Luego vienen los discursos de los líderes de turno que exaltan aún más el ánimo de la concurrencia. Tal vez alguien, llevado por el entusiasmo, dispara un tiro al aire, al amparo de la muchedumbre, iniciando así el proceso perverso de mutación de la alegría en odio. Otros responden. [illegible] simpatizantes del partido rival, que casualmente estaban por allí, lo interpretan como una provocación y se arma el [illegible]. ■

El reino blan

HISTORIA DE SUDÁFRICA

CAPÍTULO VII

1652. Se inicia la incursión europea en Sudáfrica con la llegada de Jan van Riebeeck, al mando de los primeros colonos holandeses.
1688-1700. Alrededor de 200



Llegada de Riebeeck a El Cabo.

refugiados hugonotes franceses llegan a El Cabo.
1795. La propiedad de la colonia pasa de los holandeses a los británicos.
1803. Vuelve el dominio holandés.
1814. La colonia es cedida a los británicos definitivamente.
1824. Los primeros comerciantes llegan al reino zulú y se instalan en Puerto Natal, donde el jefe Shaka se había establecido como «El rey de todos los zulúes y conquistador de todo el mundo». Los blancos hicieron grandes esfuerzos por ganarse al monarca. Convencido por los regalos, Shaka les cede un tramo de tierra de 35 millas de largo paralelo a la costa de Natal y de 100 millas de ancho.
1834. Comienza el Great Trek, uno de los eventos históricos de mayor importancia en la historia sudafricana, cuando alrededor de 6.000 boers (descendientes de los holandeses) y sus familias emigran de la colonia de El Cabo hacia el Norte y el Este. En su travesía por Natal, los boers fueron atacados por los guerreros zulúes. La mayoría prosigue hasta colonizar la tierra del otro lado del río Vaal, conocida hoy como el Transvaal. La emigración continuó a lo largo de todo el siglo.
1869-1886. El descubrimiento de diamantes cerca de Kimberley y de oro en el Witwatersrand atrae a los buscadores de fortunas de todo el globo. Desde Gran Bretaña, América, Australia y Europa del Este llegan comerciantes, profesionales y trabajadores. La presencia de *uitlanders* (extranjeros) da lugar a conflictos sociales y políticos en toda la región.



El rey zulú Shaka.

1899. Comienza la guerra entre británicos y boers por la independencia colonial.
1902. Finaliza la guerra. El subcontinente africano se convierte en territorio británico.
1910. Las colonias británicas de África meridional formen la Unión de Sudáfrica, con autogobierno dentro de la Commonwealth.



1919. Entra en la Liga de Naciones. Supone un gobierno con independencia de Londres.

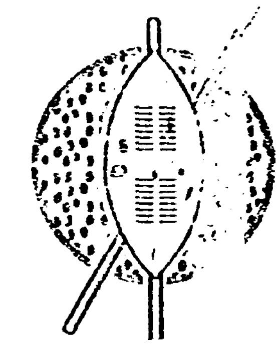


1954. Sube al poder el jefe de Gobierno Gerhardus Strijdom, nacionalista y partidario de la separación racial a ultranza. Para llevar a cabo la política de *apartheid*, tres millones y medio de ciudadanos negros son expulsados de sus hogares ancestrales y relegados a los empobrecidos *homelands*, territorios raciales con muy escasos recursos.
1961. Sudáfrica sale de la Commonwealth.
1983. Se crea una nueva Constitución que establece un Parlamento tricameral en el que se incluye a los blancos, mestizos e indios, mientras que los asuntos de la población negra competen al presidente del Estado.
1990. En el discurso de apertura del Parlamento, el 2 de febrero el presidente De Klerk anuncia importantes medidas para abandonar la política de *apartheid*. Se levanta la prohibición que pesa sobre las organizaciones negras, como el Congreso Nacional Africano (CNA) y el Panafricano, y sobre el Partido Comunista de Sudáfrica. Nelson Mandela es liberado tras 28 años de prisión.
1992. Se elimina la legislación discriminatoria. En referéndum, los blancos aprueban redactar otra Carta Magna.
1993. La nueva Constitución es aprobada.

06

IVA

co de Africa





Los belicosos z... hoy defienden su territorio y la jerarquía de su rey y sus jefes.

PARTIDOS POLITICOS

CONGRESO NACIONAL AFRICANO: Fue creado en 1955 y su líder es Nelson Mandela. Es el principal partido de la lucha por la liberación de los negros. Aliado del Partido Comunista, sigue una política socialdemócrata. Cuenta con el apoyo del 65 por ciento de la población.

PARTIDO NACIONAL: Dirigido por F. W de Klerk, está en el poder desde 1948. Fue el creador del *apartheid*. Ahora, la afiliación está abierta a todas las razas. Lo apoya entre el 15 y el 20 por ciento de la población.

PARTIDO DE LA LIBERTAD INKATHA: Su líder es Mangosuthu Buthelezi. Sigue una política de enfrentamiento violento contra el *apartheid*. Cuenta con un apoyo del 5 por ciento.

CONGRESO PAN-AFRICANISTA: Gobernado por Clarence Makwetu, es la alternativa radical al CNA. Lo apoya el 3 por ciento de los votantes.

PARTIDO DEMOCRATICO: Encabezado por Zach de Beer, combatió la segregación dentro del Parlamento. Tiene un apoyo de menos del 3 por ciento de la población.

FRENTE DE LA LIBERTAD: El radical Constand Viljoe... Se fundó el pasado marzo. ... un Estado aparte para los *afrikaners*

ETNIAS

Teniendo en cuenta las características históricas y lingüísticas de los habitantes de Africa del Sur, se pueden distinguir los siguientes grupos étnicos aborígenes:

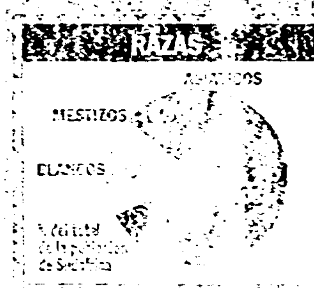
■ LOS BLANCOS

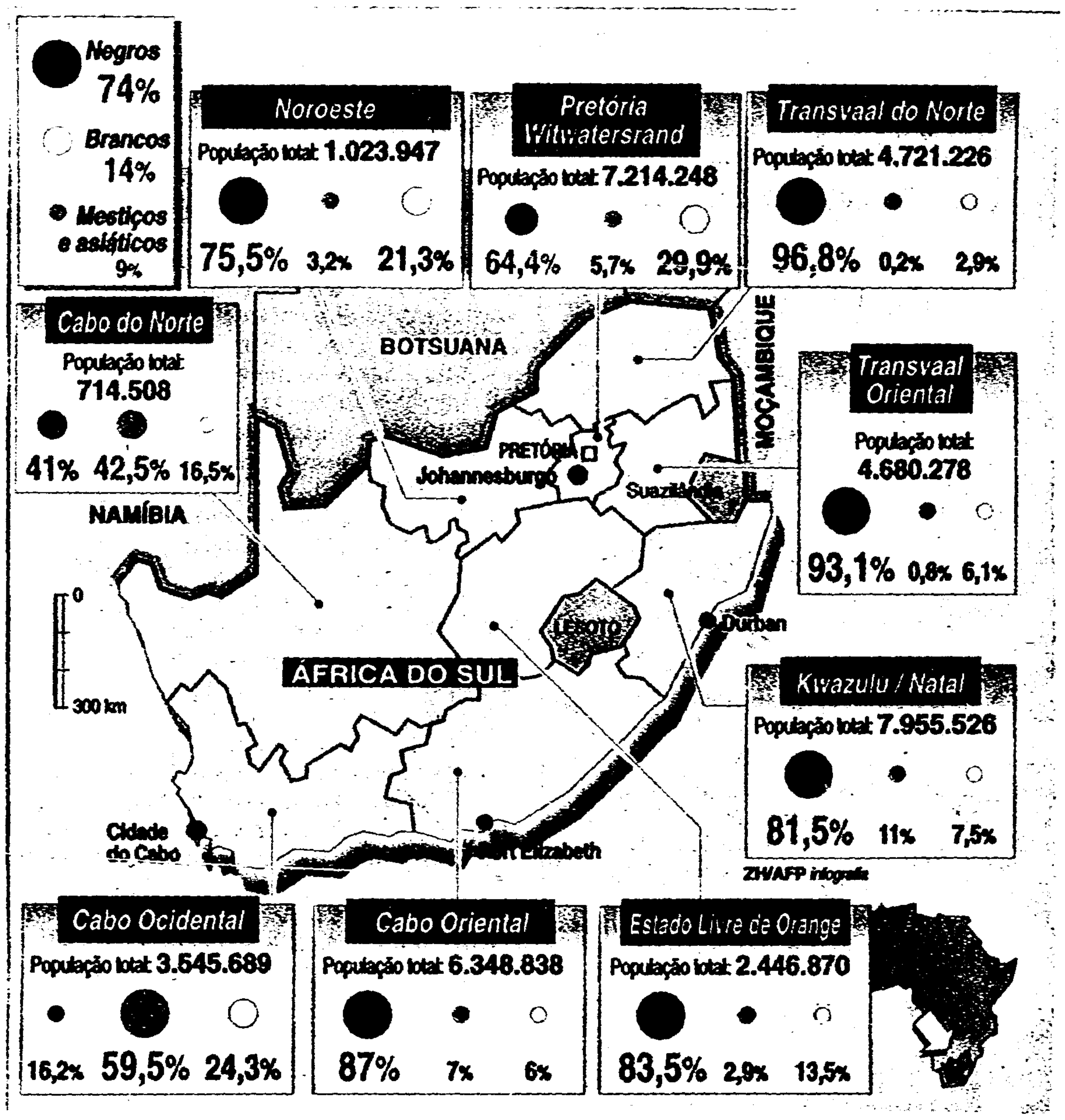
■ LOS MESTIZOS

■ LOS ASIATICOS

■ LOS NEGR...







08-08

9406583

Nº DOCUMENTO 9406584
Personalidades del CNA que participarán en el gobierno de Mandela.
FECHA 3-5-94
VINCULACIÓN 11876 507663 11169 80052 11302

DEL CNA AL GOBIERNO

La danza de los nombres

Junto a Nelson Mandela, presidente electo de Sudáfrica, otros nombres del Congreso Nacional Africano suenan ya para participar en la creación de la "nueva Sudáfrica".

–Cyril Ramaphosa, 42 años, secretario general del CNA. Uno de los artífices de la Constitución y de la "nueva" Sudáfrica. Sus talentos de negociador y de organizador pueden valerle un papel de primer ministro, a menos de ser superado por Thabo Mbeki. Forjó sus armas al frente del Sindicato Nacional de los Mineros (NUM), que durante su gestión como secretario general pasó de 6000 a 340.000 afiliados. Cumplió varios meses de cárcel en 1974 y 1976.

–Thabo Mbeki, 52 años: desde el año pasado presidente nacional del CNA, aparece como un posible heredero de Nelson Mandela. Al frente del departamento internacional del CNA, ejerce el papel de "ministro de Relaciones Exteriores" del movimiento. Veterano del buró político del Partido Comunista sudafricano, pasó 28 años en el exilio, particularmente en Londres, y fue el representante del CNA en varios países.

–Joe Slovo, 67 años. Blanco y presidente del Partido Comunista sudafricano. Ayer stalinista y hoy pragmático. Fue quien redactó las propuestas del compromiso más importante ante el gobierno de Frederik De Klerk, en particular en lo que refiere al compromiso del CNA para un gobierno de unidad nacional. Ex jefe del estado mayor del MK, rama armada del CNA.

–Winnie Mandela, 60 años. Antiguamente "madre de la nación". Hoy separada de Nelson Mandela. Sus declaraciones irreflexivas, sus errores de gestión, su vida privada tumultuosa y su turbio papel en la muerte de un joven adolescente le valen la hostilidad del aparato del CNA. Se espera que obtenga un cargo en el gabinete.

–Jay Naidoo, 39 años. Abandonó a fines de 1993 la dirección de la poderosa confederación sindical COSATU que dirigía desde 1985. De origen indio, Naidoo es el artífice del apoyo de la COSATU al CNA.

–Trevor Manuel, 38 años, jefe del departamento económico del CNA. Mestizo, oriundo de El Cabo, tuvo la difícil tarea de elaborar un programa económico que tuviera en cuenta a la vez las reivindicaciones de la COSATU y las del mundo de los negocios. Desempeña un papel esencial en los intentos del CNA de atraer capitales extranjeros.

–Joe Modise, 65 años. Su nombre está vinculado al MK, la rama armada del CNA de la que es el jefe desde 1965. Recibió un entrenamiento militar en Checoslovaquia y en la Unión Soviética. Organizó acciones de sabotaje del MK.

–Tokyo Sexwale, 40 años, de los cuales 13 los pasó en Robben Island. Era el más allegado de los amigos de Chris Hani, el dirigente negro asesinado, y puede ser electo al frente de la más poderosa de las provincias sudafricanas, la de PWV.

Nelson Mandela: Eventos Claves en la Vida de un Líder Negro

JOHANNESBURGO, (AP).— Cronología de eventos notables en la vida de Nelson Mandela, ganador de las primeras elecciones multirraciales libres en Sudáfrica:

1918 - Nace el 18 de julio, hijo de Hendry Mphakanyiswa, jefe de la tribu Thembu, y Nosekenie Qunu en el distrito Umtata de Transkei.

1940 - Expulsado de la Universidad de For Hare por encabezar una huelga estudiantil con Oliver Tambo, futuro presidente del partido Congreso Nacional Africano. Se tralada a Hohannesburgo.

1942 - Se gradúa de bachiller y se enrola en la escuela de leyes de la Universidad de Witwatersrand.

1944 - Forma la Liga Juvenil del Congreso Nacional Africano con Tambo y Walter Sisulu. Se casa con Evelyn Mase, prima de Sisulu.

1945 - Nace su hijo Madiba Thembekile.

1950 - Asume la presidencia de la Liga Juvenil del CNA. Nace su segunda hijo, Makagatho.

1952 - Encabeza la Campaña de la Defensa, alentando al quebrantamiento de las leyes de segregación racial. Recibe la primera de varias órdenes de exilio.

1953 - Con Tambo forma la primera empresa de abogados negra del país.

1954 - Nace su hija Makaziwe.

1956 - Acusado de traición junto con otros 155 sudafricanos de todas las razas que habían prestado su apoyo a la Carta de la Libertad, documento que propugnaba la creación de una democracia no racial y una economía de base socialista. Todos fueron sobreseídos y absueltos tras un proceso legal de cuatro años.

1958 - Divorciado de Evelyn, se casa con Winnie Nomzamo Madizekela.

1959 - Nace su hija Zenani.

1960 - El CNA es proscripto. Nace su segunda hija Zindziwe.

1961 - Ayuda a establecer el brazo guerrillero del CNA, Umkhonto We Sizwe (Lanza de la Nación).

1964 - Es hallado culpable de traición y sentenciado a prisión perpetua. Había estado encarcelado desde su arresto en 1962.

1969 - Muere su hijo Madiba Thembekile Mandela.

1973 - Rehusa una oferta de libertad condicionada a su residencia en Transkei.

1985 - Rehusa otra oferta de libertad condicionada.

1989 - En julio se entrevista con el presidente P.W. Botha y en diciembre con el presidente F.W. de Klerk.

1990 - Es excarcelado por de Klerk, quien levanta la proscripción que pesaba sobre el CNA.

1991 - El gobierno, el CNA y otros 17 grupos políticos comienzan formalmente a negociar una nueva constitución para el país.

1993 - Se adopta borrador de constitución, allanando el camino hacia las elecciones de abril de 1994, las primeras libres y multirraciales del país.

1994 - Gana las primeras elecciones multirraciales de Sudáfrica.

01-02 9406584

LAS FIGURAS CLAVES DEL CNA

Gabriel "Tokyo" Sexwale, 40 años, miembro de la Ejecutiva del CNA y posible primer ministro de la provincia de PWV, donde se encuentran Pretoria y Johannesburgo. Pasó 13 años en la cárcel y surgió como una de las figuras más destacadas del CNA tras el asesinato, el pasado año, del líder comunista Chris Hani.



Joe Slovo, 67 años, veterano activista blanco en la lucha contra la segregación racial y líder del Partido Comunista. Su primera mujer fue asesinada por las fuerzas de seguridad sudafricanas.



Nelson Mandela, la gran figura de la nueva Sudáfrica



Winnie Mandela, 59 años, separada del líder del CNA desde 1992, es presidenta de la Liga Femenina del partido. Fue protagonista de un escándalo relacionado con el secuestro y malos tratos de unos jóvenes presuntamente confidentes de la Policía y condenada a seis años de cárcel, aunque la pena fue posteriormente conmutada por una indemnización económica.
También se ha visto involucrada en acusaciones de malversación y apropiación de fondos del CNA. Tiene asegurado un escaño en la Asamblea Nacional y es posible candidata a dirigir la cartera de Asuntos Sociales.

Thabo Mbeki, 51 años, presidente honorario del CNA, ha sido durante muchos años representante diplomático de su partido en Londres y varias capitales africanas.
Se le considera especialmente apto para ocupar el Ministerio de Relaciones Exteriores, aunque no se excluye que pueda ser nombrado primer vicepresidente. Estudió Económicas en Gran Bretaña, recibió entrenamiento militar en la ex URSS y regresó a Sudáfrica en 1990, a raíz del comienzo de las conversaciones entre el gobierno sudafricano y el CNA.

Trevor Manuel, 38 años, responsable de asuntos económicos y considerado posible futuro ministro de Finanzas. Veterano activista de la lucha contra la segregación racial, se vio implicado en el pasado en campañas en defensa de los derechos de los trabajadores y de la población mestiza.

Cyril Ramaphosa, 41 años, abogado, secretario general del CNA desde 1991, es uno de los nombres que se baraja para el cargo de primer vicepresidente.
Fue el jefe de la delegación de su partido en las negociaciones multipartitas de los últimos cuatro años y ha sido el responsable de la campaña electoral del CNA en estas elecciones. Pasó largos períodos en la cárcel entre 1974 y 1976. En 1987, dirigió a los mineros sudafricanos en una de las huelgas más largas de la historia del país.



4/5

02-02

9406584

Nº DOCUM... 9406585
TITULO Mandela y el nuevo gabinete sudafricano
P... La Nación
FECHA 4/5/94
VINCULAC... 11876
507663
11164
11302

Mandela diseña el nuevo gabinete sudafricano

Por Rolando Rivière
(Corresponsal de LA NACION)

Herenola: los dos nombres que se mencionan pertenecen al régimen anterior y ocuparían las carteras de Relaciones Exteriores y Finanzas.

JOHANNESBURGO, 3 (De nuestro corresponsal). – Sólo dos nombres giran constantemente en primer plano dentro de las hipótesis sobre la constitución del nuevo gabinete sudafricano. Ambos del, por así decirlo, régimen anterior.

Roolof "Pik" Botha, actual miembro de Relaciones Exteriores que ha batido todos los récords de permanencia en el cargo podría continuar en él. Está habituado desde 1977. Antes fue embajador en los Estados Unidos y ante las Naciones Unidas. Abogado, nacido en Rustenburg (al oeste de Pretoria) en 1932, de espíritu retraído, "Pik" Botha, por su actividad esencial, nunca se ha comprometido excesivamente con el Partido Nacional que sin embargo ha sido la carrera de su vida.

Derek Keys (62 años) actual ministro de Finanzas, personalidad muy apreciada entre los hombres de empresa, podría igualmente continuar en su actual cargo.

Dúctil y buen negociador, su reemplazo no sería sencillo teniendo en cuenta que Mandela deberá buscar con sumo cuidado a los miembros de su gabinete interino hasta 1999.

Teóricamente y como supera el mínimo exigido de votos (5 %) Mangusuthu Buthelezi, presidente del Inkatha, Partido de la Libertad, tendría derecho automáticamente a un ministerio. No envidiamos a Mandela las cavilaciones sobre qué cartera podría ocupar el jefe zulú.

El gabinete tendrá 27 ministros con opción a otros seis más. Puede ser que el lunes próximo, en Ciudad del Cabo, cuando el Parlamento consagre a Nelson Mandela presidente de Sudáfrica (la transmisión del mando será el 10) ya se hayan ventilado los nombres de otros candidatos a responsabilizarse de hacer un trabajo titánico en cinco años para luego ir, como parece inevitable, a un gobierno dirigido exclusivamente por la nación negra.

Qué hará el nuevo gobierno

Todavía no se sabe sobre qué tipo de criterios se desarrollará la economía sudafricana en los próximos cinco años. La Constitución para este período transitorio es sumamente vaga. Apenas se indica que quienes hayan sido desposeídos de sus tierras luego del 19 de junio de 1913 por motivos de discriminación racial podrán reclamarlas ante la justicia. Una cuestión que afectará seguramente a muchos granjeros y ganaderos "afrikaaner". Más allá, está todo por decir.

¿Prevalecerán las tendencias socialdemócratas y estatistas del Congreso Nacional Africano de Nelson Mandela? ¿Impondrá en este terreno su vocación liberal el virtual vicepresidente De Klerk, del Partido Nacional? ¿Se comenzará por una especie de cóctel de ambas prácticas para solucionar de inmediato la terrible situación de casi el 20 % de los habitantes (unos 40 millones en total) de raza negra, sumidos en la más absoluta indigencia?

Entre 1988 y 1993, de acuerdo con datos suministrados por el gobierno, las exportaciones disminuyeron sensiblemente (de unos 23.500 millones de dólares a 17.272.740.000) mientras las importaciones, que también bajaron de 18.651.190.000 a 12.850.250.000 siguen dejando un saldo favorable en la balanza comercial.

Salvo petróleo, Sudáfrica, primera productora de oro en el mundo (cuyo precio en el mercado se fija en Londres) posee de todo. Solamente la industria metalúrgica de trabajo a 320.000 personas.

Pero si los beneficios de este poderoso país no se distribuían de la misma manera entre la población blanca (13,1 %) que entre la negra (75,8 %) los salarios también eran absolutamente distintos. Por un mismo trabajo un blanco cobraba tres veces más que un negro, y nos quedamos cortos, y los mejores puestos eran ocupados por blancos no necesariamente más capacitados que el negro, resignado a quedarse siempre en la parte de atrás.

La revolución en marcha en Sudáfrica puede producir fenómenos de divorcio tipo y no era de extrañar que anoche, en la gran fiesta de Mandela, estuvieran junto a él muchos dirigentes de sindicatos que están creciendo en poder día tras día.

A la espera

Un dirigente de la Bolsa de Valores de Johannesburgo dice que los inversores están aguardando tanto la futura política económica del gobierno como el nombre del ministro de finanzas.

¿Optimismo o pesimismo? Cautela. Roy Andersen, presidente ejecutivo de la Bolsa, declaró que lo más importante es eliminar el control de cambios.

De acuerdo con el Investor Responsability Research Center con sede en Washington e integrado por más de 400 instituciones (fue fundado en 1972) unas 22 empresas norteamericanas han abierto oficinas en Sudáfrica en el último año.

La mayor presencia de los Estados Unidos empezó a desarrollarse a partir de 1991. Sudáfrica tiene una deuda de cinco mil millones de dólares con Norteamérica que se pagará en ocho años a partir del actual. Mc Donald's está a punto de desembarcar y las inversiones de ese origen luego de hacer una curva descendente sensible a partir de 1989 igualarán este año a las registradas en 1988.

El IRRC anota que en marzo del año actual 31 nuevas empresas se han instalado en el país.

Con excepción de la provincia de Natal con el enclave zulú liderado por Buthelezi, el país ofrece oportunidades estimulantes que únicamente una política económica equivocada podría destruir.

Los observadores locales tienen grandes esperanzas y fue entre ellos donde registramos el menor pánico cuando se produjeron los tres atentados que costaron 21 vidas. Por eso y por los datos de la policía, nos atrevimos casi a minimizar lo que pasaba y todavía puede volver a pasar (terror blanco o terror negro) reduciéndolo a su exacta magnitud.

Ni ETA en España, ni el IRA en Gran Bretaña, ni en su momento las Brigadas Rojas en Itália, influyeron en ls vicisitudes económicas de esos países. Y aquí, la extrema derecha blanca carece, de lejos, de la infraestructura de que disponían o disponen los delirios mencionados.

01-01
9406585

9406586
Nº DOC: [illegible]
TÍTULO: Situación de Sudáfrica durante las elecciones
F: Veja
FECHA: 4/5/94
VOL.: 11876
507663
11161

01-08 9406586



...num quarto do hospital da prisão

ANTES

Numa eleição histórica, pacífica e alegre, negros e brancos criam uma nova África do Sul e confiam a Nelson Mandela, durante anos o mais famoso prisioneiro do mundo, a missão de construir o futuro

Ele é um homem de [illegible] anos, uma figura venerável e com a cabeleira quase toda branca. Vai votar pela primeira vez na vida. Suas primeiras palavras na boca da urna: "Hoje é um dia como nunca houve antes na vida. Este dia marca o alvorecer de nossa liberdade". Ele já foi o prisioneiro número 466/64, julgado e condenado à prisão perpétua por traição, sabotagem e conspiração para derrubar o governo. Teve o título de comandante-chefe de uma organização guerrilheira, era descrito como um perigoso terrorista. Só fala em paz: "Hoje é o começo de uma nova era. Deixamos para trás uma era de pessimismo, divisão, oportunidades limitadas, tumulto e conflito. Estamos iniciando uma nova era de esperança, reconciliação e construção nacional".

Nelson Rolihlahla Mandela, do clã Madiba (nome pelo qual é chamado na intimidade), da tribo tembu do povo Xhosa, o preso político, o terrorista, o [illegible] pela minoria branca, que durante três séculos e meio colonizou, mandou e desmandou na África do Sul, [illegible] como presidente de toda a nação e presidente de todos eles, dos "camaradas negros" e dos "compatriotas brancos". E é a estes que reserva atenções especiais: "Nossa expectativa é que os resultados levem esperança a todos os sul-africanos. Repito, como fiz durante toda a minha vida: sempre lutei muito firmemente contra o domínio branco. Sempre lutei pelo ideal de uma nova África do Sul".

A eleição de Mandela era coisa tão garantida que a única dúvida girava em torno da porcentagem dos votos. Se tiver mais de dois terços, o Congresso Nacional Africano [illegible]

[illegible]

(POCO LEGIBLE)

02 9406586



CORINNE DUFKA/REUTER

católica. Na África, nos países onde a minoria branca não foi expulsa pela ascensão dos regimes negros, como a Namíbia e o Zimbábue, foram necessários anos de penosas negociações, conduzidas sob os auspícios da ONU e de potências como os EUA e a Inglaterra. Os sul-africanos fizeram tudo sozinhos — uma fugaz tentativa, empreendida pelo ex-secretário de Estado Henry Kissinger e pelo ex-chanceler inglês Lord Carrington, de negociar uma solução para a questão zulu durou menos de 48 horas e a coisa terminou resolvida localmente.

Para que esse portentoso trabalho de engenharia política entrasse em ação, operaram-se dois triunfos de pragmatismo responsável. De um lado, o Partido Nacional do presidente Frederik de Klerk, mentor do apartheid e com mais de quatro décadas de poder nas costas, precisou ver a luz. À força das sanções externas, dos protestos internos e do que ele próprio qualificou como "um chamado de Deus para salvar o povo da África do Sul", De Klerk iniciou o processo dizendo que não tinha a menor intenção de "negociar a própria saída do poder". Terminou fazendo exatamente isso. De outro lado, Nelson Mandela, socialista convicto, "companheiro de estrada" dos comunistas, um homem que enfureceu o então presidente George Bush ao defender em conversas pelo telefone os ditadores Saddam Hussein e Muamar Kadafi, adepto da nacionalização das minas e dos monopólios estatais, entrou nas negociações com uma plataforma tipo petista radical e saiu delas como o mais moderado dos tucanos. Seu programa de reconstrução nacional parece mais uma plataforma desenvolvimentista, à Juscelino Kubitschek, ancorada na idéia de criar empregos à custa de obras públicas, do que uma revolução socialista. Em compensação, conseguiu um governo de união nacional no qual ele entra como presidente e De Klerk como vice — "sem nenhum poder, nem sequer um gabinete", na definição maldosa de Tokyo Sexwale, líder do CNA, que no fim da semana passada tinha como certa sua eleição para o governo da província mais importante do país, onde fica Johannesburgo.

Casos de Amor — "Eles viram o fracasso do socialismo, eles viram o fracasso do planejamento central nos outros países africanos, eles viram como o Ocidente se afastava da estatização", diz, à guisa de explicação para a conversão de Mandela e da liderança do Congresso Nacional Africano, Julian Ogilvie Thompson, chairman da Anglo American e De Beers, os gêmeos gigantes que formam o maior conglomerado de empresas da África do Sul. É o fim da tarde de terça-feira e dá para ver o pôr-do-sol pelas janelas do antigo prédio no centro de Johanesburgo, rodeado de canteiros de rosas brancas e cercado por arranha-céus modernosos. Dentro de poucas horas a antiga bandeira dos brancos será baixada para sempre, substituída pelos vibrantes motivos africanos do novo pavilhão nacional, na largada simbólica da mudança de regime. Thompson não parece nem um pouco preocupado. "Ninguém está nacionalizando nada em lugar nenhum do mundo", filosofa o alto executivo, admitindo apenas que, se a transição tivesse ocorrido uma década atrás, ele estaria "bem menos otimista".

A chamada comunidade de negócios vive um caso de amor, apenas ligeiramente desconfiado, com Nelson Mandela. Uma pesquisa feita no começo do ano mostrou que, de 100 líderes empresariais, 68 gostariam de vê-lo na Presidência. A bolsa subiu na véspera da eleição e dá-se por perfeitamente entendido que Mandela [illegible] bem o significado da versão local da fuga [illegible] de 800 000 empresários — os brancos qualificados, com chances de refazer a vida em outros países, que se mudariam em massa se a situação ficasse muito instável. Mandela passou as etapas finais da campanha elei-

03 94 36

Poco Legible

Brancos e negros na fila da votação: "Existe insegurança, sim. Mas temos de viver uns com os outros"

toral quase implorando aos brancos que fiquem. "Eles receberam educação, conhecimento, capacitação técnica. Apelamos insistentemente para que não deixem o país e até pedimos aos que foram embora que voltem. Pois vamos precisar deles, depender deles", reiterou na semana passada.

MICKEY MOUSE — "Se os brancos saírem daqui, o país cai aos pedaços", ecoa, mais diretamente, David Chuenyane. Ex-militante do Congresso Pan-africanista, uma dissidência à esquerda do CNA, exilado na Tanzânia e em Moçambique, com treinamento de guerrilha na China, ele largou a carreira revolucionária, foi para os Estados Unidos, graduou-se em Teologia e Engenharia Eletrônica, fez fortuna e há dois anos voltou à África do Sul para se tornar o primeiro negro a entrar para o Partido Nacional. Sua casa foi bombardeada e ele sofreu sete atentados a bala. Só acertaram, de raspão, uma vez. Na semana passada, ele comandava do escritório do partido em Soweto a fiscalização das eleições, em que é candidato a deputado e ainda pode acabar ministro, segundo sua própria previsão. [illegible] Nacional [illegible] não [illegible] os brancos", [illegible] Chuenyane.

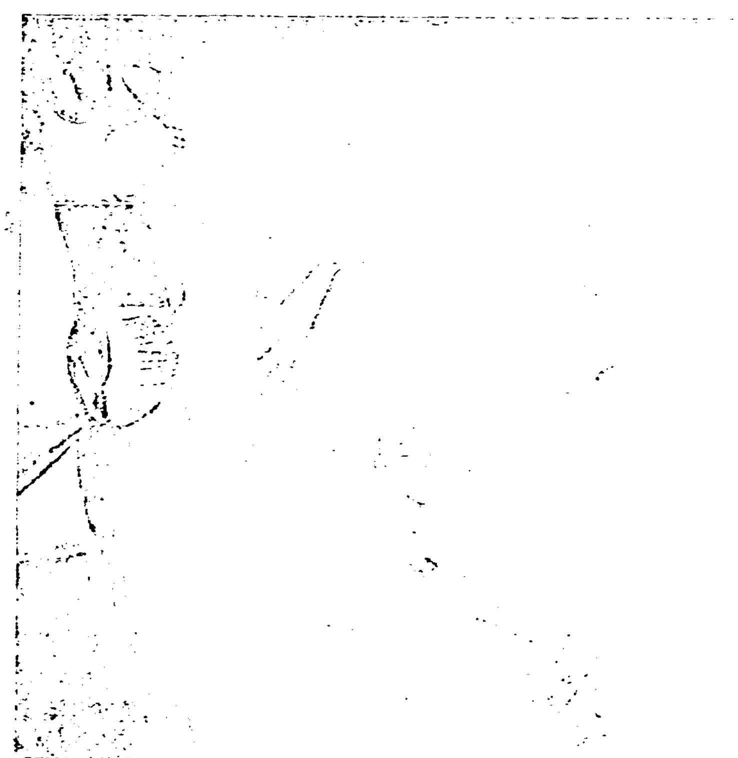
Mais [illegible] movida a rede de [illegible] — [illegible] Exército, disciplinado, com [illegible] israelense e experiência no campo de batalha, combateria a [illegible] — [illegible] que a população branca, dos conservadores aos liberais, teme é a instabilidade econômica. Na etapa final da campanha, o Partido Nacional jogou pesado, usando anúncios de página inteira dos jornais para dizer que o programa redistributivista do CNA, com o fim da taxação dos produtos alimentícios básicos e o aumento do imposto sobre a circulação de mercadorias de todo o resto, significa que "você vai pagar mais pelo seu café, pela sua cerveja, seu programa de televisão" e assim por diante. Os planos de criação de 2,5 milhões de empregos, construção de 1 milhão de moradias, ampliação da rede de água e esgotos foram qualificados pela oposição ao CNA sob o irônico título de "programa Mickey Mouse".

[illegible]

A força radical de Winnie

Como no Brasil do presidente Itamar Franco, a nova África do Sul não tem uma primeira-dama. Tem, isso sim, uma bomba prontinha para explodir, e o nome dela é Winnie Mandela. Chamada, no passado, de Mãe da África, militante histórica de soberbos desafios ao apartheid, única ponte do marido com o mundo exterior durante o período mais duro de sua prisão, Winnie ganhou outros epítetos nos últimos anos — nenhum deles publicável. Aprontou tanto que a liderança do Congresso Nacional Africano praticamente obrigou Mandela a separar-se dela. Deu a volta por cima, reconquistou sua plataforma de poder — a Liga das Mulheres do CNA —, deve ser uma das deputadas mais votadas e periga ter apoio suficiente, entre a juventude mais radical, para ganhar um ministério.

"Nosso amor não foi afetado. Aconteceu essa situação, mas nós nos amamos do mesmo jeito que no dia em que nos conhecemos", dizia Winnie, na semana passada. A "situação" a que se refere foi o escândalo que estremeceu o país: flagrada como sequestradora e espancadora de crianças, ela escapou por pouco de ser condenada como mandante da morte, por surra, de um menino de 14 anos, capturado pela turma de bandidos transvestidos de militantes dos quais Winnie se cercou — o único caso que chegou à Justiça, pois outros dezessete homicídios em circunstâncias parecidas nunca foram esclarecidos. Só não deixou de ser qualificada de "mentirosa cínica" pelo juiz que julgou o caso. Ambiciosa e cada vez mais radical, ela humilhou o marido desfilando com o amante, o jovem advogado Dali Mpofo, que colocou como vice no Departamento de Ação Social do CNA, criou-lhe [illegible] embaraços [illegible] e [illegible] ameaça [illegible] Perdeu a chance, real, de se transformar numa Evita Perón negra — [illegible] 75 anos, Mandela poderia fazê-la sua [illegible]. Agora, ele diz que "é tarde demais para pensar numa primeira-dama", mas anda circulando discretamente na companhia de Barbara Masekela, ex-diretora do Departamento de Arte e Cultura do CNA.



Winnie Mandela: um país sem primeira-dama

Doc. Poco Legible

04 9406586

Como funciona a transição

Governo de união nacional durará cinco anos

Os sul-africanos votaram em partidos, mas a foto do candidato à Presidência estava estampada em cada cédula para não deixar o eleitor em dúvida. Como deve fazer a maior bancada no primeiro Parlamento multirracial da África do Sul, o CNA colocará seu líder, Nelson Mandela, na cadeira presidencial. Se a bancada do CNA obtiver mais de dois terços do Parlamento, redigirá sozinha a futura Constituição sul-africana. Se isso acontecer, não há razão para que a minoria branca se desespere. Nos próximos cinco anos, a África do Sul terá um governo de união nacional. Todos os partidos que conseguirem um mínimo de 5% dos votos terão representante no ministério. Além disso, a Constituição provisória, em vigor desde novembro passado, garantirá a estabilidade política do país até a promulgação da nova Carta, em 1996.

Essa Constituição foi negociada pelo CNA e pelo último governo de minoria branca. O texto contém princípios básicos que não poderão ser alterados pela futura Assembléia Constituinte, que reunirá os 400 deputados da Assembléia Nacional e os noventa membros do Senado. Entre os princípios figuram a própria democracia multipartidária, as liberdades civis e a garantia de emprego a militares e funcionários públicos brancos — até o fim do período de transição, pelo menos. Eles também asseguram gordas indenizações a proprietários brancos (donos de 83% das terras sul-africanas) porventura atingidos pela reforma agrária.

PALAVRA FINAL — Os dez bantustões, enclaves onde o apartheid tentou segregar a população negra, deixaram de existir. Agora a África do Sul, além do governo central, tem nove províncias, cada qual com seu Legislativo e administração locais, também eleitos na semana passada. Decisões referentes à política econômica e à segurança continuam concentradas nas mãos do governo central. Na fase de transição, Mandela é obrigado a buscar sempre o consenso dentro do gabinete, agindo como uma espécie de primeiro-ministro que precisa negociar alianças para aprovar programas governamentais.

O líder do CNA terá menos poderes do que seus antecessores. Frederik de Klerk podia decretar estado de emergência sem pedir permissão a ninguém. O novo presidente precisará do consentimento da Assembléia Nacional e do Senado. A cúpula do Poder Executivo completa-se com dois vice-presidentes — um escolhido pelo próprio presidente e o outro indicado pelo segundo partido mais votado. Foi o jeito encontrado para entregar uma vice-presidência a De Klerk. Mandela provavelmente ignorará os vices. Mas não poderá deixar de prestar contas à Corte Constitucional, peça fundamental da transição. Ela dará a palavra final em assuntos relacionados à interpretação, à proteção e ao cumprimento da Constituição.

que varre o país — segundo um dos rumores mais alucinados, estavam prontos os planos para a ponte aérea que, no caso de uma explosão violenta, retiraria 550 000 sul-africanos que têm cidadania britânica, mais 700 000 portugueses e 100 000 judeus, tarefa evidentemente impossível. Outra história maluca: a de que donas de casa começavam a colocar água potável em suas piscinas — 750 000 ao todo, para uma população branca de 5 milhões de pessoas —, precavendo-se contra um eventual desabastecimento. Especulou-se, ainda, que o CNA criaria um imposto sobre piscinas. A extrema direita branca tentou criar pânico com meia dúzia de sangrentos atentados — foi uma manifestação de marginalização política que não intimidou ninguém.

Mesmo sem cenários delirantes, no entanto, a insegurança é uma realidade. "Estou chorando por dentro", confessa Margaret, gerente de uma loja de produtos de luxo para turistas. "Eles não sabem governar, não têm experiência." Há doze anos, ela e o marido, já tomados pela incerteza, começaram a mandar os filhos para o exterior. Hoje, moram quatro nos Estados Unidos e um na Austrália. Para não ver ameaçadas suas chances de uma retirada estratégica, Margaret prefere não dar o sobrenome. Ela olha com controlada desolação para o restaurante vazio em frente de sua loja, no maior shopping center de Johanesburgo, onde turistas deveriam estar degustando pratos da cozinha internacional ou delícias locais, como cogumelos do Transvaal ou escalopes de avestruz. Os negócios não vão bem, e o marido, conta ela, foi despedido do cargo de chefia numa fábrica de envelopes por causa do programa de ação afirmativa. "Puseram um negro no lugar dele e está difícil, para um homem de mais de 50 anos, arrumar

O futuro depositado nas urnas

Os 22,7 milhões de eleitores sul-africanos votaram em partidos, não em candidatos individuais. Cada eleitor recebeu duas cédulas. A primeira elegeu os 400 membros da Assembléia Nacional — 200 de listas nacionais, 200 de listas regionais. O segundo voto elegeu os deputados das Assembléias provinciais. São nove províncias, com número variável de deputados. Cada Assembléia provincial indica dez dos noventa senadores. A futura Assembléia Constituinte terá 490 membros (deputados e senadores). A Assembléia Nacional elegerá o presidente da República



Presidente

A Assembléia Nacional elegerá o novo presidente, que toma posse no dia 10 de maio

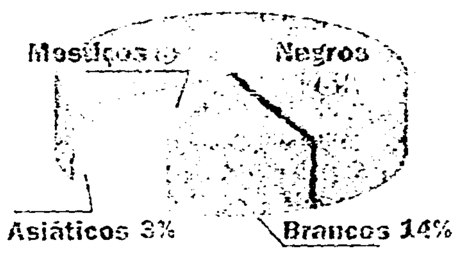
Vice-presidentes

Há dois, um deles deve representar o segundo partido mais votado. O outro é de livre escolha do presidente

Ministério

Durante cinco anos, o gabinete de coalizão reunirá 27 ministros nomeados segundo a votação nacional obtida por cada partido

A população



Total: 41 milhões de habitantes

Os eleitores

(em milhões)

Negros

Brancos 3,8

Mestiços 2

Asiáticos 0,7

9406586



Vítima de atentado a bomba em Johanesburgo: desespero da extrema direita branca

emprego", suspira Margaret. "Acho que desta vez vamos embora do país."

Por escolha própria, contudo, ou simples falta de opção — o branco sul-africano, na definição do escritor Breyten Breytenbach, é um povo de "colonizadores sem metrópole, de quem ninguém quer saber" —, atitudes como as de Margaret e d. marido são mais raras do que se imagina. "Existe insegurança, sim. Mas eu nunca pensei em sair daqui. Temos de viver uns com os outros", dizia, na quarta-feira passada, o pequeno empresário Billy Wepener. De short e chapéu de palha para enfrentar o calor, ele esperava na fila do posto eleitoral de Boksburg, um subúrbio africânder de Johanesburgo. Africânder é modo de dizer. As enormes filas do voto — tão grandes que levaram à prorrogação da eleição — mostraram, talvez pela primeira vez para muita gente, como é frágil a minoria branca. Nos enclaves mais exclusivos, nos bairros mais ricos, o peso da maioria negra era esmagador. "Foi uma cura rápida e traumática para o elitismo branco sob a velha ordem", escreveu o jornalista Peter Laurence, lembrando como no passado, com os negros excluídos, ele próprio votava em poucos minutos. D[illegible] vez, curtiu cinco horas de fila. Nem todos aceitaram o remédio — em Pretória, o dono de uma locadora de vídeo, quando viu o tamanho do eleitorado, exigiu uma fila só para brancos, como nos velhos tempos do apartheid. Não foi atendido e, aborrecido, voltou para casa sem votar.

"Esquecer e Perdoar" — O passado custa a morrer, e às vezes é enterrado esperneando. Mais notável que as reclamações, o medo e até as bombas espalhadas pela ultradireita branca, era o espírito de conciliação, dos dois lados da linha racial, que parecia espalhar-se pelo país. "Já estava mais do que na hora da mudança", garantia na semana passada Theo Van Suryp. Único branco presente em todo um posto eleitoral de Soweto, ele desfilava com a maior tranqüilidade o uniforme azul de policial num lugar onde essa combinação poderia ser considerada letal. Com a mesma calma, ele informou que ia votar no Partido Nacional. Um eleitor negro a seu lado reclamou, entre risadas, perguntando por quê. "A oposição precisa ser forte", respondeu Theo, os olhos azuis brilhando com a mais perfeita sinceridade, impermeável ao fato de que o Partido Nacional passou 45 anos no poder sem dar a menor chance de oposição à maioria negra. "Sofremos muito, agora precisamos esquecer e perdoar", disse, com a mesma disposição, Joyce Phasha. Emocionada, ela resumiu o gosto do primeiro voto: "Uma vez na vida nós nos sentimos realizados como seres humanos".

Foi comovente ver o espetáculo da iniciação de um povo inteiro no ritual democrático. Do mais humilde ao mais famoso, a alegria era a mesma. "Estou flutuando nas nuvens. É um sentimento incrível, como se apaixonar", comparou o arcebispo Desmond Tutu, Nobel da Paz. "Não consegui dormir, com medo de perder o lugar na fila", exagerou Hotsticks Mabuse, músico dono de um popular programa de rádio, que chegou de BMW, metido num chiquérrimo conjunto de linho branco, ao posto na igreja anglicana de Santa Cruz, ao lado do monumento em memória do primeiro estudante morto no grande levante de Soweto. "É o dia mais feliz da minha vida", disse a empregada doméstica Helen Mohonoe, que acompanhava os patrões na fila do voto do subúrbio rico de Sandton.

Conduzindo Mandela — Para chegar a esse dia histórico, foram nove anos de negociações — primeiro secretas, depois semipúblicas e, com a libertação de Man-



Buthelezi paramentado de chefe zulu: a complicada tarefa de integrar ao processo a maior nação negra do país

06 9406586

dela, finalmente à luz do dia, com lances de uma verdadeira novela. Jacobus Coetzsee, que foi carcereiro de Mandela na qualidade de ministro da Justiça, Polícia e Prisões, acha que deu o primeiro passo, em novembro de 1985, ao decidir aproveitar a hospitalização do mais importante preso político do mundo, com problemas na próstata, para lhe fazer uma visita. Mandela recebeu-o como impecável anfitrião. "Foi incrível. Ele tinha o controle total da situação", rememora Coetsee, que mais tarde se desiludiu com o que considera o excesso de concessões do Partido Nacional ao CNA. Os contatos, sempre debaixo do maior sigilo, se intensificaram durante os quatro anos seguintes. Segundo a reconstituição feita por Allister Sparks, os homens do governo sabiam que Mandela eventualmente deixaria a prisão — e começaram a mandá-lo para passeios pelo campo, para se acostumar com a idéia da liberdade e ver as mudanças ocorridas em mais de vinte anos de cadeia. As voltinhas foram ficando cada vez mais ousadas. Numa ocasião, o subcomandante da penitenciária que conduzia Mandela estacionou o carro em frente de um shopping e foi comprar uma Coca. E Mandela lá, sozinho no carro. "Fiquei muito perturbado", recordou mais tarde. "Não sabia o que fazer."

Não fez nada — pelo menos em termos de fuga. Em matéria de estratégia política, já havia tomado — também sozinho — a decisão de conversar com o regime branco, mesmo sob o risco de parecer vendido aos olhos dos companheiros de luta. Para rebater qualquer dúvida, estabeleceu que aceitaria a libertação apenas em seus próprios termos. E outra coisa não fez. Enquanto dois governos sucessivos — o de P.W. Botha, conhecido pelo gentil apelido de "Crocodilo", e o de seu sucessor, De Klerk — tentavam encontrar uma maneira de encerrar o capítulo do apartheid e se acertar com a maioria negra ao mesmo tempo em que mantinham a chave do poder nas mãos, Mandela deu-lhes a maior canseira. Quem cedeu foi De Klerk. No histórico discurso de 2 de fevereiro de 1990, anunciou à estarrecida tribo branca que as coisas nunca mais seriam como antes. Nove dias depois, Mandela estava livre.



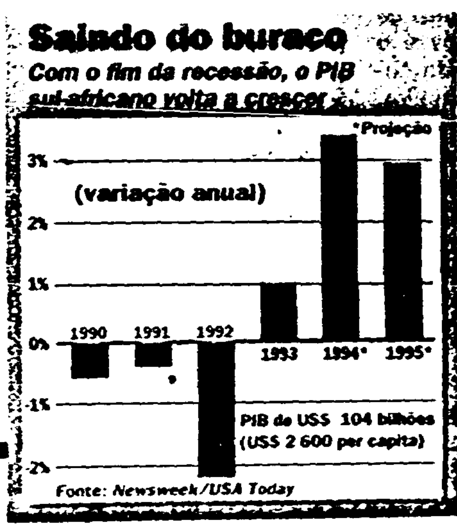
In the Mood — Mais quatro anos se passaram até que o país chegasse à eleição da semana passada. As negociações envolveram 27 organizações políticas, do Partido Comunista ao Conservador. Enquanto a violência política explodia, movida pelo sentimento de marginalização dos zulus — a maior nação negra — de Mangosuthu Buthelezi, os negociadores avançavam aos trancos e barrancos. Brigaram, interromperam o processo em várias ocasiões, partilharam longos fins de semana no campo, viajaram juntos nos jatinhos colocados à disposição pelo empresariado, ansioso por apressar a conversão da liderança do CNA às virtudes da economia de mercado. Duas estrelas surgiram: Roelf Meyers, pelo governo, e Cyril Ramaphosa, pelo CNA, que desen-

Uma economia com pés de barro

O abismo social complica o futuro do país

Nelson Mandela assume a Presidência no próximo dia 10 em Pretória, o coração do poder branco, sobre uma montanha de ouro e diamantes, um produto interno bruto de 104 bilhões de dólares e uma infra-estrutura econômica moderna, que faz da África do Sul, de longe, a maior potência da porção do continente que fica abaixo do Saara. Como herança do antigo regime, recebe uma nação com contrastes imensos. Ao contrário do que ocorreu nos outros países africanos submetidos ao domínio colonial, na África do Sul os brancos romperam os laços com a metrópole e investiram suas riquezas no desenvolvimento local. Construíram estradas perfeitas, portos bem equipados e telefones que funcionam. Implantaram, também, o mais duro regime de segregação racial do planeta, traduzido por enorme disparidade social.

Único lugar fora da Alemanha onde a Mercedes-Benz e a BMW fabricam automóveis para o mercado doméstico, a África do Sul é o mesmo país onde, segundo um instituto de pesquisas sociais de Johanesburgo, 95% das famílias negras ganham menos de 220 dólares por mês. O desafio de Mandela é encurtar a distância entre a África do Sul branca e desenvolvida e a África do Sul negra e miserável. A renda per capita dos negros é dez vezes menor que a dos brancos. Enquanto apenas um em cada 100 negros tem telefone, a proporção entre a população branca é de sessenta linhas telefônicas para cada 100 pessoas. Metade da população negra não sabe ler nem escrever, 46% está sem emprego e outro tanto sobrevive de ganhos incertos na economia informal *(veja quadro)*. "O principal problema do CNA será comprar a paciência do povo", diz Sydney Hiliza, ativista do CNA em Alexandra.



Sanções — O plano do CNA de Mandela é construir 1 milhão de casas, eletrificar 2,5 milhões de residências, bancar dez anos de educação gratuita

07

9406586



Esgoto a céu aberto em bairro negro: desemprego de 50% em algumas áreas

volveram vínculos pessoais num nível jamais alcançado por De Klerk e Mandela. No aniversário de Ramaphosa, os dois chegaram a dançar juntos ao som de *In the Mood*.

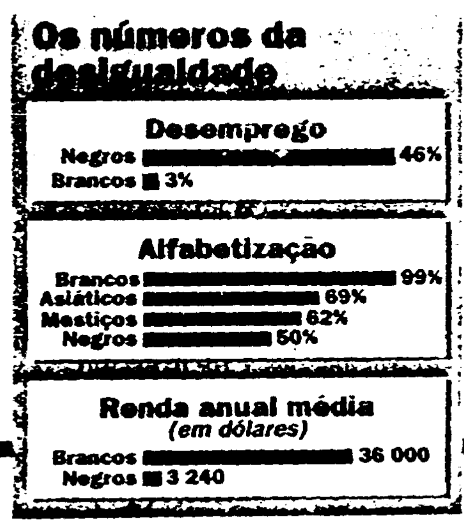
Em todos os choques mais graves que surgiram, quem piscou primeiro foi De Klerk. "A percepção de boa parte do eleitorado branco é de que o PN cedeu d[illegible]is, capitulou o tempo todo, demonstrou falta de coragem política", diz Zélia Roelofse-Campbell, uma brasileira que vive há 28 anos no país, onde dirige o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da África do Sul. Do outro espectro político, Joe Slovo, o veteraníssimo presidente do Partido Comunista, faz uma análise oposta, de uma ótica que poderia ser chamada de petista moderada. "O CNA vai assumir, mas não tomar o poder, como entendemos o termo", diz ele. "Para ter o comando real do governo — a burocracia, o Parlamento, as forças de segurança — vai demorar anos."

No Mesmo Barco — A inédita transição da África do Sul, em que uma espécie de Lula negro, um sapo sem barba mas muito mais difícil de engolir, faz um acordo com uma espécie de Paulo Maluf e decidem ambos trabalhar juntos, embora mantendo todas as suas profundas diferenças políticas, permite análises tão divergentes. "Haverá enormes dificuldades a curto prazo, mas a médio prazo as oportunidades são muito grandes", arrisca o embaixador do Brasil na África do Sul, Antonio Amaral de Sampaio, diplomata com sólido currículo de países complicados. Agora estão juntos no mesmo barco. Juntos escreveram sua Constituição provisória e juntos traçaram seu futuro. Reconheceram o principal: que os brancos precisam dos negros e os negros, dos brancos.

O elenco de problemas pela frente é formidável. Terão de lidar com as expectativas, inevitavelmente altas e inevitavelmente impossíveis de ser atendidas, de uma população negra discriminada e marginalizada em seu próprio país, com índices de desemprego que em algumas áreas chegam a espantosos 50%. Terão de lidar com os radicais brancos, cuja ala ultra desencadeou a campanha terrorista que matou 21 pessoas, dispostos a conquistar seu *volkstaat* — uma nação autônoma. Com os zulus de Buthelezi — a maior ameaça à paz e à estabilidade do país, se não forem integrados ao processo. Com neonazistas, stalinistas, cristãos, judeus e muçulmanos, africânderes, ingleses e indianos, mulatos, portugueses, vendas, sothos, tsuanas. Começaram, juntos, a construir uma nação. Se não se matarem no processo, poderão vir a ter um país de verdade. "Mandela tem a estatura, a dignidade e o apelo que o capacitam a desempenhar um crucial papel unificador nesse período difícil", diz o professor Welsh. Caso corresponda às expectativas mínimas, vai merecer, mais do que nunca, a saudação popular: Viva Mandela! Assim mesmo, em português. ■

e fazer uma reforma agrária. São melhoramentos orçados em 11 bilhões de dólares, uma bolada que viria da redução dos gastos com armamentos, do fim do programa nuclear e do corte na carne da burocracia engordada para pilotar o apartheid. O CNA conta também com um aumento na receita de impostos, impulsionada pela recuperação econômica do país *(veja quadro)*. A economia sul-africana começou a reagir no ano passado, depois de quase vinte anos de decadência, pr[illegible]cada pela instabilidade do preço do ouro no mercado internacional e pelas sanções antiapartheid. Segundo um cálculo feito em 1989, até aquele ano as sanções econômicas internacionais já tinham custado 3 bilhões de dólares ao país.

Nos anos 60, a economia sul-africana cresceu em média 5,5% ao ano. Sem o apartheid, com o fim das sanções comerciais e a violência sob controle, sonha-se que volte a ser assim — ou até um pouco mais. A tarefa é difícil. Os países da Europa Oriental, razoavelmente mais educados e industrializados, ainda estão longe de se emparelhar com os vizinhos do Ocidente. A economia da África do Sul, baseada na extração mineral, depende muito dos preços do mercado internacional. A queda na cotação do ouro nos últimos anos provocou o fechamento de várias mineradoras e o número de empregos no setor despencou de 525 000 em 1987 para 360 000. Os níveis de produtividade na indústria são baixos e existe ainda o perigo da fuga de capitais para fora do país, como ocorreu no México, na Argentina e em proporções menores no Brasil.



Nelson Mandela não terá tempo nem estrutura suficiente para colocar a economia de seu país em ordem, mas tem a oportunidade de cimentar as fundações para um desenvolvimento seguro e mais equilibrado. O desafio de Mandela é talvez a última chance que a África negra tem de mostar ao mundo que pode dar certo. Um a um, os países da África que se libertaram da opressão branca mergulharam em experiências que fracassaram em meio a tiranias, disputas tribais e guerras civis. "A África do Sul é a última chance de a África fazer a coisa certa", diz Greg Mills, diretor do Instituto de Assuntos Internacionais da África do Sul. "Um fracasso acabará com o interesse e a preocupação mundial."

08-08

9406586

PROCEDENCIA: Búsqueda
FECHA DE: 5/5/94
VINCULACIÓN: 11876
507663
11164
11161
11437

Ahora se trata de reconciliar a una sociedad profundamente dividida y reflotar una economía en decadencia

Paradoja sudafricana: después del triunfo de Mandela, el nuevo

Sudáfrica cambió de color, o por lo menos asumió sus colores reales. Entre el 26 y el 29 de abril, las primeras elecciones libres y democráticas en la llamada Perla del Africa enterraron el *apartheid* y llevaron al poder a Nelson Mandela y su Congreso Nacional Africano (CNA), que obtuvo más de 63% de los votos. Mandela prestará juramento como presidente el próximo 10 de mayo.

El Partido Nacional del presidente Frederik De Klerk, que gobernó Sudáfrica desde 1948, alcanzó casi 23% de los votos, y el Partido de la Libertad Inkhata (zulú), más de 6%. Ningún otro de los 19 partidos que se presentaron al acto comicial registró más del 5% de los sufragios (la extrema derecha blanca no llegó a 3%).

Sudáfrica está poblada por 38 millones de personas, de las que 75% son negros (divididos en nueve etnias), 14% son blancos y el resto mestizos y asiáticos.

Los retos que enfrenta este nuevo gobierno —un gabinete de coalición en el que los puestos del Ejecutivo se reparten en forma proporcional al número de votos obtenidos por cada partido que haya registrado más de 5% de los sufragios, aunque Mandela desea incorporar también a los partidos marginales— incluyen la reconciliación real entre blancos y negros ya que pese a la desaparición de las leyes segregacionistas, el legado social, económico y psicológico del *apartheid* aún está intacto. También deberá satisfacer las expectativas económicas de los negros, mantener la lealtad de las fuerzas de seguridad del Estado, en particular del Ejército, y enfrentar la posibilidad de que aquellos que piensan que la nueva democracia no entraña ninguna ventaja —principalmente los que alcanzaron el poder y los privilegios por medio del *apartheid*— inicien una campaña de desestabilización con estrategias terroristas. (Ver recuadro.)

Un panorama nada sencillo. Sin embargo, probablemente nada sea peor que lo vivido en las últimas décadas: una violencia que sólo desde febrero de 1990 cobró al menos 16.000 víctimas.

A los negros se les negaba desde 1950, el voto, el derecho de residencia en zonas urbanas blancas, el acceso a parques, playas y baños públicos blancos. El Estado sudafricano gastaba siete veces más en la educación de un niño blanco que en la de un niño negro; lo mismo ocurría con los servicios públicos y sanitarios.

A lo largo de tres décadas, millones de negros fueron expulsados de sus hogares y transportados en autobuses de la policía a las empobrecidas *homelands* o *bantusanes*. Los gobernantes blancos trazaron en el mapa un total de 10 de estos territorios, empleando como único criterio que la tierra no fuera rica en minerales ni en potencial agrícola. La nueva Constitución sudafricana, aprobada en noviembre del año pasado por el antiguo parlamento tricameral —cámara blanca, mestiza e india—, elimina a los *homelands* y crea nueve provincias, en vez de las cuatro hasta hace pocos días existentes. La nueva Carta Magna es transitoria. La definitiva deberá ser elaborada por el nuevo parlamento bicameral —400 diputados y 90 senadores— en un lapso no mayor a cinco años, es decir lo que dura el período legislativo.

● **Planes de gobierno.** Voceros del CNA han dicho que sus máximas prioridades para el nuevo gobierno incluyen la creación de empleos, la mejora de las condiciones de vivienda y educación para la mayoría negra. Sin embargo, admiten que tales objetivos tendrán que esperar hasta que los recursos necesarios aparezcan.

Por su parte, Mandela indicó a los corresponsales extranjeros que su programa económico y de reconstrucción de Sudáfrica encontraron eco entre los distintos agentes políticos y sociales sudafricanos. La política económica del CNA se basa en el sistema capitalista y en el espíritu de cooperación entre el gobierno y las empresas, y no contiene nada

La extrema derecha blanca: civilizadores contra el "anti Cristo"

Algunos la denominan la opción IRA (siglas en inglés de Ejército Revolucionario Irlandés), y miran con envidia el impacto que sus tácticas producen en aquel país del Reino Unido. Muchos militantes ultraderechistas africaners desean emularlo y desatar una campaña similar para hacer de Sudáfrica un país ingobernable y obtener la independencia Africaner. Los atentados con bomba realizados en Johanesburgo y Germiston en los días previos al acto electoral —que arrojaron un saldo de 21 muertos y 160 heridos— sugieren que la extrema derecha blanca ya escogió el camino.

Treinta y dos miembros del Movimiento de Resistencia Africaner (AWB) fueron arrestados por esos atentados, aunque ningún grupo reivindicó la autoría de los mismos.

Fred Rundle, vocero del AWB, dijo: "Creo que se va a desatar el infierno si no se garantiza a los zulúes y a los africaners su propio territorio. Siento que cualquier cosa puede ocurrir. Si nos sentimos amenazados, vamos a tomar represalias... Definitivamente creo que va a haber más bombas y más enfrentamientos".

Pese a que se estima que el número de activistas de la extrema derecha es pequeño, sus vínculos se extienden dentro de las fuerzas de seguridad, y muchos sospechan la complicidad de efectivos de las mismas.

En tanto, el dirigente de la neonazi AWB, Eugene Terre'Blanche, calificó al Congreso Nacional Africano de "anti Cristo" y pidió a sus partidarios africaners que lanzaran una cruzada contra el futuro "poder comunista negro".

En una reunión realizada el jueves 28 en la región de Rustenburg, a unos 100 quilómetros de Johanesburgo, Terre'Blanche pidió la ayuda de Dios para vencer al nuevo gobierno, tal como ocurrió, según él, en la batalla de Blood River, el 16 de diciembre de 1838, en la que los boers (colonos de origen holandés) vencieron a los zulúes.

"La gente nos odia porque somos el pueblo elegido", dijo en tono místico, mientras un pastor comparó la situación actual de los africaners con la de los judíos: "nos convertimos en esclavos de nuestra tierra prometida".

El líder del AWB destacó el papel "civilizador" de sus antepasados en las tierras africanas, y recordó que los africaners "combatieron a los comunistas en las fronteras", aludiendo a los países limítrofes del sur —Mozambique y Angola— con regímenes marxistas. (En base a información de AFP y "The Guardian")

01-02
9406587

gobierno deberá evitar que el país se parezca al resto de Africa

sobre estatizaciones o comunismo. "La economía de Sudáfrica estará asentada sobre principios sanos y sobre las leyes del mercado", afirmó Jay Naidoo, un ex dirigente sindical, que dirige el Programa de Reconstrucción y Desarrollo del CNA.

● **Ayuda e inversiones.** La misma Sudáfrica que en tiempos del *apartheid* fue aislada por la comunidad internacional, contará ahora con una ayuda considerable de los países que en años anteriores fueron partidarios de severas sanciones políticas y económicas.

Los estadounidenses y europeos, junto con Japón, pusieron en evidencia el interés que tienen en la principal potencia financiera y militar del continente africano, tras recuperar una imagen de honorabilidad después del proceso electoral de la semana pasada.

Estados Unidos prometió duplicar su ayuda —actualmente de 80 millones de dólares anuales—, y la Unión Europea, que absorbe 40% de las exportaciones de ese país, está decidida a multiplicar sus programas bilaterales y de inversión —que actualmente ascienden a 15.400 millones de ecus (18.480 millones de dólares).

Los inversores y empresarios también se disponen a regresar a la Perla de Africa, pero según los expertos, esperarán a que se acabe la violencia y observarán cómo se comportan los nuevos dirigentes sudafricanos durante la etapa de transición.

"Sudáfrica, si bien es el mercado más atrayente de esa parte del mundo, ya no es la mina de oro que fue hace 20 años", subrayó un hombre de negocios francés que conoce bien el país, quien además señaló los riesgos de que se desencadene una inflación galopante en los intentos por reducir las desigualdades socio-económicas del país, que demandarán importantes gastos. Los poderosos sindicatos, a su vez, podrían exigir sustanciales aumentos salariales y desatar una fuerte conflictividad para alcanzar sus objetivos.

Sin embargo, el mercado reaccionó muy bien a las elecciones, y las acciones industriales se fortalecieron considerablemente, en previsión de inversiones extranjeras. "La economía sudafricana recibirá un fuerte impulso", señaló Tracy Ledger, un corredor de bolsa.

De acuerdo con el corredor, los inversores extranjeros, sobre todo norteamericanos, compraron bonos del tesoro, inflando al *rand* financiero.

● **Ricos y pobres.** Una mujer blanca permanecía de pie junto a un semáforo. Tenía el vestido sucio, y su cabellera rubia desgreñada. En sus manos portaba una pancarta que decía: "no tengo trabajo ni dinero, y tengo tres hijos que alimentar. Por favor ayúdeme". Un coche paró a su lado, una mano negra salió por la ventanilla y le entregó unas monedas. "Gracias, señor, muchas gracias."

Casi todos los negros siguen siendo pobres y casi todos los blancos siguen siendo adinerados. Sin embargo, hay una clase media negra emergente, y ya no causa asombro ver a una familia negra vivir en uno de los barrios residenciales del norte de Johanesburgo.

Hoy en día, cuando las fábricas se ven obligadas a despedir empleados, la tendencia es despedir a los blancos. El motivo: los negros suelen ser miembros de Congreso de Sindicatos Sudafricanos, afín al CNA, mientras que los trabajadores blancos, por razones políticas que ahora muchos lamentan, han permanecido al margen de los sindicatos.



Nelson Mandela

La mitad de la población sudafricana vive por debajo del umbral de pobreza, y más de 1:300.000 blancos subsisten con menos de 650 *rands* mensuales —unos 190 dólares—. No obstante Sudáfrica tiene el ingreso *per cápita* más alto del continente africano.

● **Temores.** Muchos blancos, si bien elogian el advenimiento de la nueva democracia y el fin del *apartheid*, que los había convertido en los parias morales del mundo, temen lo que pueda ocurrir en el futuro gobierno de mayoría negra, y en definitiva correr la misma suerte que el resto de los países del continente, sumidos en la miseria y los enfrentamientos civiles.

Mientras la mayoría de los negros son optimistas y tienen esperanzas en el nuevo gobierno, ya que están seguros que a partir de ahora vivirán mejor —en el peor de los casos seguirán siendo pobres, pero no serán discriminados—, muchos blancos temen que Mandela no pueda cumplir con todo lo que prometió, y si en efecto lo hace, se preguntan de dónde saldrán los recursos. Y si de hecho no cumple con lo prometido, alegan, la situación será peor, porque los negros "se pondrán furiosos".

Mandela, sin embargo, intentó mil veces calmar esos temores al decir que la mejora en el nivel de vida de los negros no significaba la pérdida de posesiones de los blancos.

El futuro de Sudáfrica es a la vez incierto y prometedor. Todo depende de la toma de conciencia de que los intereses de los negros y de los blancos sudafricanos son los mismos, y de la capacidad de negociación en el seno del gobierno de reconciliación. Sólo hay una cosa segura: aunque surjan otras manchas, la del *apartheid* desapareció para siempre. (Redacción de Búsqueda en base a información de *El País* de Madrid, *The Guardian*, AFP y DPA.)

Congreso Nacional Africano

Una organización bajo la lupa

El Congreso Nacional Africano (CNA) siempre fue una organización que el mundo amaba amar. Su causa incluso rebasó la guerra fría. Moral y racialmente, los buenos y los malos eran inconfundibles. El apartheid era tan malo como comer gente; y el CNA era la organización que el mundo respaldó para combatirlo.

Hoy, con el apartheid derrotado y con el CNA en la cúspide del poder sudafricano, los mismos que apoyaron con pasión a la organización tienen crecientes dudas sobre sus credenciales morales.

El encarcelamiento de Nelson Mandela y la proscripción del CNA pusieron a la organización fuera de todo cuestionamiento durante años, pero cuando Mandela atravesó el portón de la prisión Victor Vester hubo una metamorfosis: un dios se transformó en hombre y lo herético en sentido común.

El primer golpe fuerte contra la estatura moral del CNA fue la revelación de malos tratos en campos de detención de la organización en el exilio. El escándalo fue objeto de dos pedidos de informes por parte de la misma CNA y uno por parte de Amnistía Internacional. Las horrendas historias allí surgidas —golpes con alambres de púa, cadenas de bicicleta y barras de hierro, privación de agua y comida, presos obligados a gatear sobre colonias de hormigas rojas con la piel untada en grasa de cerdo, labios quemados con cigarrillos, testículos apretados con tenazas, etc— están fuera de discusión.

Hombres como Chris Hani —comunista negro asesinado a comienzos de este año— y Pallo Jordan —vocero jefe del CNA— intervinieron para evitar los abusos y explicaron con honestidad lo ocurrido y pidieron disculpas y comprensión. Alegaron que ello fue producto de la psicosis de guerra entonces existente y de la búsqueda de agentes de Pretoria infiltrados —cuyas actividades incluían el envenenamiento de grandes masas— en la organización. Las explicaciones fueron aceptadas, pero el escándalo dejó un sabor amargo, y la sensación de que sólo se había contado parte de la historia.

La inseguridad con respecto al carácter del CNA se siguió alimentando a lo largo de los meses con asuntos comparativamente menores pero igualmente inquietantes: el mal manejo financiero de la rama administrativa de la organización, la aparente utilización de la fuerza e influencia política del CNA para obtener ventajas comerciales y económicas, o su relación con figuras controvertidas como Sol Kerzner, el rey de los casinos sudafricanos, cuya explotación del sistema de bantusanes lo ubicó en un prominente lugar de la demonología de los activistas antiapartheid.

El escándalo que relacionó a Winnie Mandela —separada de Nelson— con el secuestro de cuatro niños y la muerte de uno de ellos es bien conocido. El hecho ocurrió cuando el liderazgo del CNA estaba en el exilio, así que no se le puede achacar responsabilidad a la organización.

Pero hubo un escándalo más reciente que involucró a la señora Mandela, y que concierne al CNA. En enero del año pasado, la organización designó una comisión interna para que investigara el funcionamiento del Departamento de Bienestar Social tras denuncias de mal manejo por parte de Winnie Mandela, su presidenta, y su vice y amante, Dali Mpofu.

Los hallazgos de la comisión nunca fueron revelados, pero el periódico británico "The Guardian" obtuvo una copia. La señora Mandela no sólo fue hallada culpable de mala administración, sino que además había defraudado al CNA en decenas de miles de rands provenientes de donaciones destinadas a ayudar a los necesitados de Sudáfrica.

Lo más sorprendente no fue descubrir las actividades de la señora Mandela, ampliamente conocidas en Sudáfrica, sino la fecha del informe: 15 de marzo de 1993.

El liderazgo no sólo ocultó el informe durante más de un año, sino que permitió que Winnie Mandela asumiera la presidencia de la poderosa Liga de las Mujeres del CNA y le garantizó una posición en la lista nacional de candidatos de la organización, lo que virtualmente le da un lugar en el nuevo Parlamento. Muchos creen que obtendrá un lugar en el gabinete del nuevo gobierno. La cartera: Bienestar Social. (Información de "The Guardian".) 02-02

9406587

Nº DOCUMENTO 9406588
TITULO Mandela y la reconstrucción de Sudáfrica.
Jur.
FECHA 8/5/94
VERSION 11876
507663
11164
11302

El líder del Congreso Nacional Africano habló de la gestión del futuro gobierno negro en Sudáfrica

MANDELA HABLO DE LA RECONSTRUCCION DE SUDAFRICA

El líder de Congreso Nacional Africano(CNA), Nelson Mandela, presidente electo de Sudáfrica, prometió el sábado, que el Programa de Reconstrucción y de Desarrollo (PRD) de su partido «no perjudicará el nivel de vida de los blancos».

En declaraciones frente a la Sinanoga de la Congregación judía de Green a Sea Point en Ciudad del Cabo, Mandela dijo que el CNA es partidario de la reconciliación nacional y la construcción del país, y que su partido reconoce el papel crucial del Ejército, la policía y los agricultores en este periodo de transformación.

«Lo que buscamos es el rendimiento profesional de la policía al servicio de los intereses de todos, sin excepcion», agregó.

Mandela prometió disciplinar «personalmente a cualquier soldado o miembro de las fuerzas de seguridad que sólo intente servir al CNA en vez de a toda la población sudafricana».

El presidente electo reconoció que los blancos tienen un papel en el PRD en Sudáfrica, y expresó su deseo de que regresen y participen en el proceso de reconstrucción del país quienes salieron de él en vísperas de las elecciones multirraciales de la pasada semana.

«Nuestro programa de crear empleo, construir viviendas, de educación libre y obligatoria, electricidad y agua potable para todos no podrá conseguirse mediante la reducción del nivel de vida de los blancos», señaló Mandela.

Ante un público integrado en su mayoría por blancos de la región, el líder del CNA aseguró que «nada de eso ocurrirá mientras viva, o durante el mandato del CNA», y reiteró que su partido está «para servir los intereses de todos los sudafricanos».

01·01 9406588

Nº. DOCUMENTO 9406589
TITULO Asamblea Nacional de Sudáfrica eligió por unanimidad a Mandela como presidente
PRO 150040
FECHA 10/5/94
VINCULADOS 11876
507663
11164
11437
11302

Hillary Clinton, Weizman, Yasser Arafat y Fidel Entre Asistentes

CIUDAD DEL CABO, 9 (ANSA). — Más de 40 jefes de Estado y de gobierno y más de 5.000 dirigentes de todo el mundo comenzaron a llegar a Sudáfrica para participar mañana de la ceremonia solemne de asunción del mando de Nelson Mandela, primer presidente democráticamente electo por la mayoría de los sudafricanos.

Los mandatarios de casi todos los países africanos, así como la esposa de Bill Clinton, Hillary, el vicepresidente Al Gore, el presidente israelí Ezer Weizman y el líder palestino Yasser Arafat, celebrarán mañana la llegada al poder del hombre que durante 30 años simbolizó la resistencia contra el apartheid.

Benazir Buttho, primer ministro de Pakistán, llegó hoy al aeropueto Jan Smuts de Johannesburgo y afirmó a la prensa que la entrega del poder a la mayoría negra sudafricana es "un momento maravilloso para todo el mundo, no sólo para los sudafricanos".

Poco después arribaron al país el presidente cubano, Fidel Castro, que había efectuado una breve etapa en Ghana para reunirse con las autoridades locales, su homólogo portugués, Mario Soares, y la presidenta de Irlanda, Mary Robinson.

El jefe de la diplomacia británica, Douglas Hurd, viajó directamente del aeropuerto a las ciudades satélites de las afueras de Johannesburgo, símbolo de la maginalización social de los negros sudafricanos y escenario de la violencia interétnica y política que ensangrentaron la transición constitucional en este país.

Italia será representada por el presidente de la Corte Constitucional, Francesco Paolo Casavola, y el presidente Oscar Luigi Scalfaro envió hoy un mensaje a Mandela, en el que lo felicitó por haber "favorecido el nacimiento de un nuevo Sudáfrica, con enorme coraje, decisión y habilidad política y en el respeto de los derechos del hombre, de las minorías y de la ley democrática".

Sorprendentemente, el presidente egipcio, Hosni Mubarak, quien es también presidente de turno de la Organización para la Unidad Africana (OUA), anunció hoy que no podrá viajar a Sudáfrica para la ceremonia, y enviará a su canciller

Entre los mandatarios africanos que están llegando en estas horas a Johannesburgo se destacan el presidente de Gabón, Omar Bongo, el de Senegal, Abdou Diouf, el premier de Costa de Marfil, Daniel Kablan Duncan, y su homólogo de la República Centroafricana, Jean Luc Mandabe.

En cuanto a Mozambique, Mandela invitó personalmente al líder del RENAMO, Afonso Dhlakama, quien no había sido incluido en la lista de honor, y aceptó ser representado por el presidente del país, Joaquim Chissano, con cuyo gobierno su grupo está negociando un tratado de paz, luego de años de guerra civil.

Entre los demás países representados se encuentran Malta, Malasia, Filipinas, Sri Lanka, Rumania, Japón, El Salvador, Líbano, Ucrania, Namibia, Angola, Tanzania, Guatemala, Botwsana y Zinbabwe.

Para agasajar a los miles de invitados que se sentarán en más de 500 mesas para el banquete que será ofrecido mañana, luego de la ceremonia, en los jardines del Union Buildings de Pretoria, se confeccionó un menú para satisfacer todos los paladares.

CIUDAD DEL CABO, 9 (por Rodney Pinder de Reuter).— La mayoría negra de Sudáfrica asumió hoy el poder y Nelson Mandela fue elegido presidente en la misma ciudad donde empezó el gobierno de la minoría blanca que implantó y abolió su más notorio instrumento de dominación, el apartheid (segregación racial).

Una hora después de haber sido designado sin oposición por el nuevo parlamento democrático, el líder de 75 años del Congreso Nacional Africano apareció en un balcón de la alcaldía colonial ante 40.000 entusiastas partidarios.

"Ahora somos libres, ahora somos libres", gritaba la multitud en respuesta a la conducción del arzobispo Desmond Tutu -premio Nobel de la Paz por su participación en la causa de los negros-, y los miles de asistentes levantaban sus manos formando la V de la Victoria.

Alzando su mirada hacia el horizonte en la Bahía Table, donde se encuentra la Isla Robben, la ex colonia penal en la que vivió 18 años de los 27 que pasó en prisión por combatir el apartheid, Mandela prometió cambio a su pueblo, pero no un tránsito fácil hacia la libertad.

"La tarea por cumplir no será fácil. Pero nos han encargado cambiar a Sudáfrida de un país en el que la mayoría vivía con pocas esperanzas, a uno en el que puedan vivir y trabajar con dignidad, con un sentido de autoestima y confianza en el futuro", expresó.

Mandela asumirá formalmente el martes como el primer jefe de Estado sudafricano negro en una ceremonia que se realizará en Pretoria ante decenas de líderes mundiales. Mandela también envió una invitación especial a su antiguo carcelero blanco en la Isla Robben, James Gregory.

El principal funcionario de justicia, Michael Corbett, proclamó a Mandela presidente electo a las 12:14 hora local (10:14 GMT) ante una entusiasta ovación de los 400 miembros de la Asamblea Nacional que fueron elegidos en los comicios multiétnicos del mes pasado.

La sesión, en medio del esplendor colonial de Ciudad del Cabo, fue la lápida bajo la que quedó enterrado el predominio blanco que se inició con la llegada a la Bahía Table de los primeros colonos europeos, en 1652. La ciudad se transformó entonces en la cuna de la colonización blanca en Africa Austral.

El primer parlamento democrático fue convocado a sesionar con una frase que caló hondo entre los millones de sudafricanos que seguían por televisión las alternativas de la ceremonia; "por primera vez en la historia tenemos un gobierno del pueblo, por el pueblo y para el pueblo".

El CNA conquistó 252 escaños en las elecciones que se celebraron entre el 26 y 29 de abril. El Partido Nacional de F.W. de Klerk, el último presidente de la era del apartheid, obtuvo 82.

Luego, Mandela fue llevado a la alcaldía colonial, el mismo lugar donde habló por primera vez como hombre libre tras su liberación en febrero de 1990.

Tutu guió a Mandela, quien en su juventud fue un boxeador de peso pesado, hacia el trono y levantó los brazos del flamante presidente al estilo en que se saluda del triunfador de una pelea.

"Este es el día que ha creado el Señor. Este es el día que hemos aguardado durante 300 años. Este es el día de la liberación para todos nosotros", exclamó Tutu ante una estridente ovación.

Mandela declaró a la multitud predominantemente negra que lo eligió: "Quieren cambio, y cambio es lo que tendrán".

Con de Klerk, quien el año pasado compartió con Mandela el Premio Nóbel de la Paz, de pie detrás suyo, Mandela dijo que el CNA está comprometido con el gobierno de unidad nacional multirracial que regirá hasta 1999. Pero recalcó que está "determinado a poner en marcha el cambio que demanda nuestro mandato".

El Partido Nacional, renovado arquitecto del apartheid, ha descalificado como ilusorio el programa multimillonario que el CNA piensa dedicar a viviendas, empleos, educación y planes de salud.

Mandela manifestó que el gobierno se concentrará en combatir la pobreza generalizada, el aliento de la inversión y la creación de puestos de trabajo para comenzar "la imponente tarea de reconstruir y desarrollar nuestra sociedad afligida".

Y en un momento culminante, Mandela señaló hacia la Isla Robben, situada a 11 kilómetros en el mar, e invocó los espíritus de los que han sufrido por la democracia.

"Los nombres de aquellos encarcelados en la Isla Robben comprenden una lista de combatientes de la resistencia y demócratas que se extiende por más de tres siglos.

01-02

9406589

Primer gobierno negro en Sudáfrica después de tres siglos de dominación blanca

NELSON MANDELA ELEGIDO POR UNANIMIDAD

La Asamblea Nacional de Sudáfrica eligió por unanimidad ayer lunes, al líder del Congreso Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, como primer presidente negro después de tres siglos de dominación blanca.

Al entrar en el Parlamento, Mandela, que iba acompañado de sus dos vicepresidentes, Thabo Mbeki y, el hasta ahora presidente del país, Frederik de Klerk, fue recibido con una gran ovación de los 400 diputados de la Asamblea Nacional y luego saludó y abrazó a varios de ellos.

Especial significación tuvieron los saludos al líder zulú Mangosutu Butelesi, del partido "Inkata", al del Frente de la Libertad (FL), el general retirado Constand Viljoen, quien encabeza el sector moderado de la extrema derecha blanca, y al del Congreso Panafricanista (CPA), Clarence Makwetu.

Según declaró el presidente del Tribunal Supremo, Michael Corbett, Mandela, cuya elección como presidente fue propuesta por Albertina Sisulu, esposa del vicepresidente del CNA, Walter Sisulu, fue elegido unánimemente por los 400 miembros de la Asamblea Nacional, que previamente prestaron juramento de fidelidad a la Constitución.

Mandela, cuyo partido ganó holgadamente las elecciones multirraciales celebradas los pasados 26, 27 y 28 de abril, prestará juramento de su cargo hoy martes en presencia de unos 6.000 invitados, entre ellos unas 150 personalidades extranjeras.

La ceremonia de investidura de Mandela, que será televisada en directo para una audiencia calculada en mil millones de personas en todo el mundo, se considera la más importante jamás celebrada en Africa.

En un discurso pronunciado desde el palco del Parlamento ante decenas de miles de personas, Mandela, que fue presentado por el arzobispo anglicano Desmond Tutu, Premio Nobel de la Paz, se comprometió a respetar el espíritu del Gobierno de Unidad Nacional y a promover el cambio pedido por la población en las urnas.

Reiteró el compromiso del CNA de crear puestos de trabajo, promover la paz y la reconciliación y garantizar la libertad para todos, mediante su Programa de Reconstrucción y de Desarrollo (PRD), "que supone -señaló- la piedra angular de nuestra política para mejorar la calidad de vida, ofrecer la libertad y la prosperidad a todos".

"El Gobierno combatirá la pobreza, alentará las inversiones para crear empleo, promoverá la transformación de las materias primas y adoptará una política que beneficie a las empresas entre la comunidad menos favorecida", prometió Mandela, quien señaló que borrar las consecuencias del pasado "requerirá de la determinación y los esfuerzos de la población".

Agregó que el CNA no pretende imponerse a los demás, "sino curar las heridas del pasado mediante un nuevo orden social basado en la justicia para todos" y subrayó que la democracia se basa en el principio de la mayoría, "que también requiere la protección de los derechos de las minorías".

Mandela afirmó que la lucha del CNA, que comenzó en 1880 y tuvo entre sus hitos la adopción en 1956 de la Carta de la Libertad y en 1990 de la Carta de los Derechos Humanos, contó con la participación de blancos, indios, negros, musulmanes, cristianos, judíos e hindúes, "unidos en el mismo objetivo de mejorar la vida de todos los sudafricanos".

El líder del CNA recordó que en Ciudad del Cabo se cruzaron hace tres siglos africanos, europeos y asiáticos y fue el lugar donde estalló la lucha contra el colonialismo.

Al mismo tiempo, la abogada Frene Ginwala miembro del Congreso Nacional Africano (CNA), fue elegida presidenta de la Asamblea Nacional, puesto que ocupa por primera vez una mujer desde la constitución del Parlamento sudafricano.

Ginwala fue propuesta para el cargo por la ex esposa del nuevo presidente sudafricano Winnie Mandela, actualmente presidenta de la Liga Femenina del CNA, quien también prestó juramento como diputada.

02-02

9406589

9406590
inclusión a Sudáfrica en el nuevo agrupamiento Africano. (Línea de Frente).
LA JUVENTUD
FE: 10-5-94
VINCULACI - 11876
- 507663
- 11264
- 11078.
- Línea del Frente: 12528

10/5 L.J.

Se transformaría la "Línea del Frente" africana

INCLUIRIAN A SUDAFRICA EN NUEVO AGRUPAMIENTO AFRICANO

Círculos políticos angoleños admiten ayer, lunes, la posibilidad de que el grupo de países de Africa Austral conocido como la "Línea del Frente" se transforme en una organización de carácter político que incluiría a Sudáfrica y a otros países.

El presidente angoleño, Jose Eduardo dos Santos, no descartó ayer que se celebre mañana, martes, en Pretoria una reunión extraordinaria de la "Línea del Frente", que agrupa actualmente a Angola, Botsuana, Mozambique, Namibia, Tanzania, Zambia y Zimbabue, para discutir las bases de la nueva organización.

"La reunión es posible", admitió Dos Santos antes de viajar ayer a Sudáfrica donde asistirá mañana a la investidura de Nelson Mandela, al ser interrogado sobre el anuncio de Robert Mugabe, presidente de la "Línea", de convocar una "minicumbre" en Pretoria.

La "Línea del Frente" fue constituída originalmente a mediados de la década de los años 70 con el objetivo de luchar por la completa erradicación en el continente africano del sistema de "apartheid".

La nueva organización podría integrar a Sudáfrica, Malaui, Lesoto y Suazilandia, constituyéndose como "brazo político" de la Comunidad de los Estados de Africa Austral (SADCC).

La propuesta sobre la creación de la nueva organización sería discutida durante la reunión, a la que asistiría por primera vez una delegación de la nueva Sudáfrica que, por intermedio de Nelson Mandela, en su calidad de presidente del Congreso Nacional Africano (CNA), manifestó en anteriores reuniones su deseo de adherirse al SADCC inmediatamente después de las elecciones multirraciales.

La nueva organización forzosamente tendrá que cambiar el nombre, optando por una designación que se distancie de la idea de confrontación que reinó en Africa Austral durante las últimas tres décadas, admitieron las fuentes angoleñas a EFE.

La promoción de la paz y la estabilidad en la parte sur del continente africano, ante todo en Angola, al igual que la conclusión de los procesos electorales en Mozambique y Malaui, serían las prioridades inmediatas por las cuales trabajaría la nueva organización.



Sudáfrica, con el gobierno de Mandela, sería incluido en "La línea del Frente".

Está previsto que tenga lugar una ceremonia para marcar la admisión oficial de Sudáfrica en el seno de la SADCC mañana en Pretoria, horas después de la toma de posesión oficial del primer presidente negro de Sudáfrica.

En los últimos meses se siguieron con gran atención las declaraciones de Mandela sobre Angola y el conflicto interno, con la esperanza de que con el cambio en la presidencia sudafricana UNITA dejara de recibir el apoyo de "círculos privados sudafricanos" que tanto el ahora ex presidente Frederik de Klerk como su ministro de Asuntos Exteriores, "Pik" Botha, decían no controlar.

Por su parte, los círculos oficiales angoleños son aún "cautelosos" en pronosticar la influencia real que las nuevas autoridades sudafricanas tendrán sobre los acontecimientos en Angola, a pesar de que Mandela ha definido a este país como una de las prioridades de su política externa, debido a la contribución que el Gobierno angoleño tuvo en el derrumbe del "apartheid".

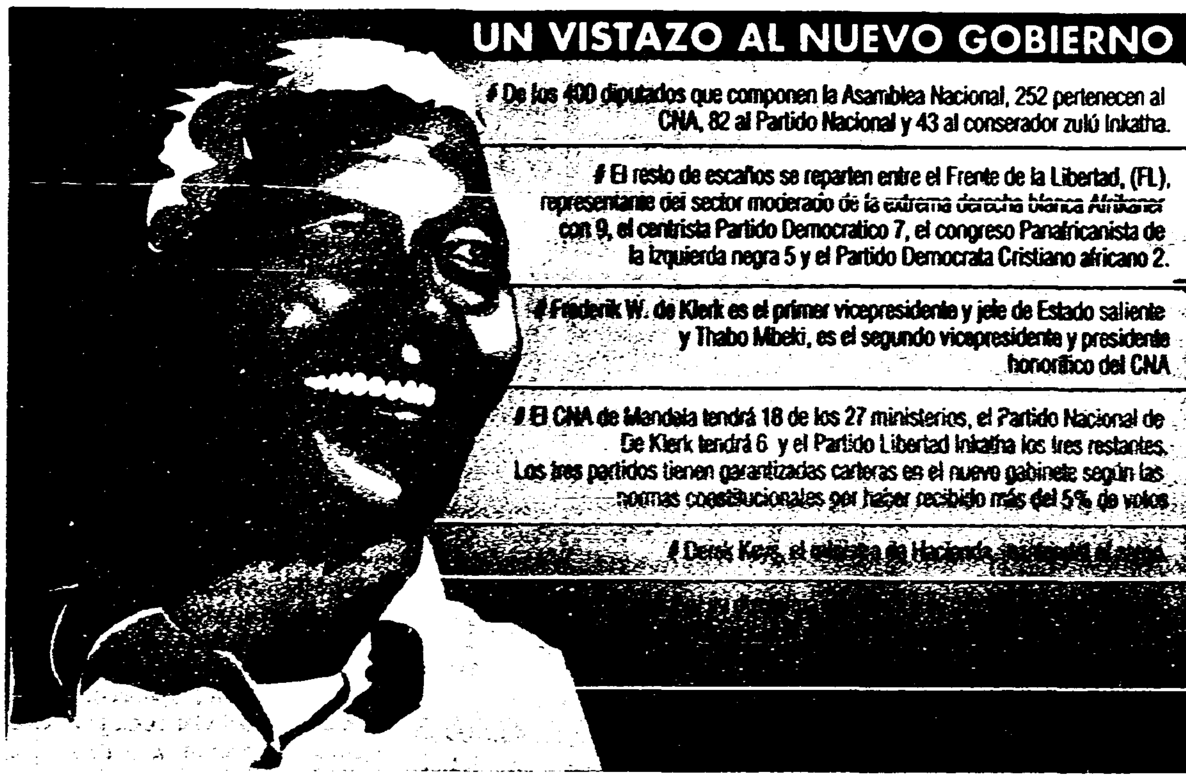
Luanda ya anunció que reconocerá "de inmediato" al nuevo Ejecutivo sudafricano y que el futuro embajador en Pretoria "ya está prácticamente nombrado".

01-01
9406590

Nº DOCUM. 9406591
TITULO Mandela asume el poder en Sudáfrica.
PROC. 150090
FECHA 12/5/94
VAR. 11876
507663
11164
11302

En una ceremonia en Pretoria ante más de 200 delegaciones extranjeras

Mandela asume hoy en Sudáfrica



La mayoría negra de Sudáfrica asumió ayer el poder y Nelson Mandela fue elegido presidente en la misma ciudad donde empezó el gobierno de la minoría blanca que implantó, y luego abolió, su más notorio instrumento de dominación, el apartheid (segregación racial).

Mandela, de 75 años, y líder del Congreso Nacional Africano, CNA, que pasó 27 años de su vida en prisión por su lucha por la democracia, asumirá formalmente hoy como el primer jefe de Estado sudafricano negro, en una ceremonia que se desarrollará en Pretoria, con la presencia de 200 delegaciones extranjeras.

El principal funcionario de la Justicia del país, Michael Corbett, proclamó ayer a Mandela como presidente electo ante una entusiasta ovación de los 400 miembros de la Asamblea Nacional que fueron elegidos en los comicios multirraciales del mes pasado.

La sesión, en medio del esplendor colonial de Ciudad del Cabo, fue la lápida bajo la cual quedó enterrado el predominio blanco iniciado con la llegada a Table Bay de los primeros colonos europeos, en 1652.

La ciudad se transformó entonces en la cuna de la colonización blanca en Africa austral.

El primer Parlamento democrático fue convocado a sesionar en la mañana de ayer con una frase que caló hondo entre los millones de sudafricanos que siguieron por televisión las alternativas de la ceremonia: "Por primera vez en la historia, tenemos un gobierno del pueblo, por el pueblo y para el pueblo".

El CNA conquistó 252 escaños en las elecciones celebradas entre el 26 y el 29 de abril.

El Partido Nacional de Frederick De Klerk, el último presidente de la era del apartheid, obtuvo 82.

El presidente del CNA, Thabo Mbeki, será el vicepresidente primero en el nuevo gobierno de unidad nacional, en tanto De Klerk ocupará la vicepresidencia segunda.

"Esta asamblea debe transformarse en la voz del pueblo de Sudáfrica", dijo la presidenta del cuerpo legislativo, la primer mujer —y también primera negra— en acceder a ese cargo en la historia del país.

El grupo ultraderechista blanco sudafricano Frente para el Estado Afrikaner (FEA) se comprometió ayer a renunciar al terrorismo para apoyar al Frente de la Libertad (FL), el sector moderado de la misma ideología, que encabeza el general retirado Constand Viljoen. En un comunicado publicado por una agencia sudafricana de noticias, el líder del FEA, Dries Kriel, reconoció que su organización ha actuado en la clandestinidad desde hace años, durante los cuales cometió varios actos de terrorismo para atraer la atención de la opinión en su lucha por la autodeterminación de los afrikaners (blancos de origen holandés).

Kriel prometió respetar cualquier decisión que tome la dirección del FL relativa a la cuestión de un Estado afrikaner.

El FL fue la única organización relacionada con la extrema derecha que aceptó participar en las elecciones multirraciales celebradas entre el 26 y el 29 de abril y que pusieron fin a la política de segregación racial mediante la llegada al poder de Mandela, el primer presidente negro de toda la historia de Sudáfrica. ■

(De la redacción de El Observador, *en base a información de las agencias Reuter, AP y EFE)*

01-05

9406591

Seis ultraderechistas blancos fueron sentenciados a muerte; el gobierno aún no se ha pronunciado

Mandela enfrenta las primeras decisiones

El recién asumido presidente sudafricano Nelson Mandela, timonel de la nueva era democrática del país, se enfrenta a la disyuntiva, provocada apenas horas de asumir el poder, de terminar con la violencia racial y mostrar a la vez signos de justicia para toda la población de su país.

Ayer, un juez blanco sentenció a muerte a seis ultraderechistas blancos por el asesinato de cuatro negros en una barrera caminera ilegal cerca de Johannesburgo.

Los seis miembros del neonazi Movimiento de Resistencia Afrikaner fueron sentenciados a morir en la horca tras un fallo de la Suprema Corte de Justicia que se conoció en el primer día de la nueva era democrática bajo un régimen de mayoría negra.

El MRA es un grupo paramilitar que impulsa la superioridad de los blancos y es encabezado por Eugene Terreblanche, quien lucha por un territorio solo para los blancos de origen europeo.

Los 6 condenados fueron acusados y declarados culpables de 4 cargos de homicidio cada uno.

La pena de muerte está suspendida en Sudáfrica y falta que el gobierno se pronuncie oficialmente al respecto.

Mientras tanto en el terreno político, Mandela designó ayer a su adversario político Mangosuthu Buthelezi y a su ex esposa Winnie como miembros de su gobierno de unidad nacional.

Buthelezi, líder del partido Inkhata de mayoría zulú, fue designado ministro del Interior, en una de las tres carteras otorgadas a su partido en el gabinete de 27 miembros.

Winnie Mandela fue nombrada viceministra de Arte, Cultura, Ciencia y Tecnología.

Winnie, que cuenta con una importante adhesión entre jóvenes y negros radicalizados, desempeñará sus funciones bajo las órdenes del ministro del Inkhata, Ben Mgubane.

La incorporación de Buthelezi al gabinete puso fin a especulaciones sobre las cuales éste optaría por militar en la oposición y la consiguiente posibilidad de aumentar las tensiones políticas.

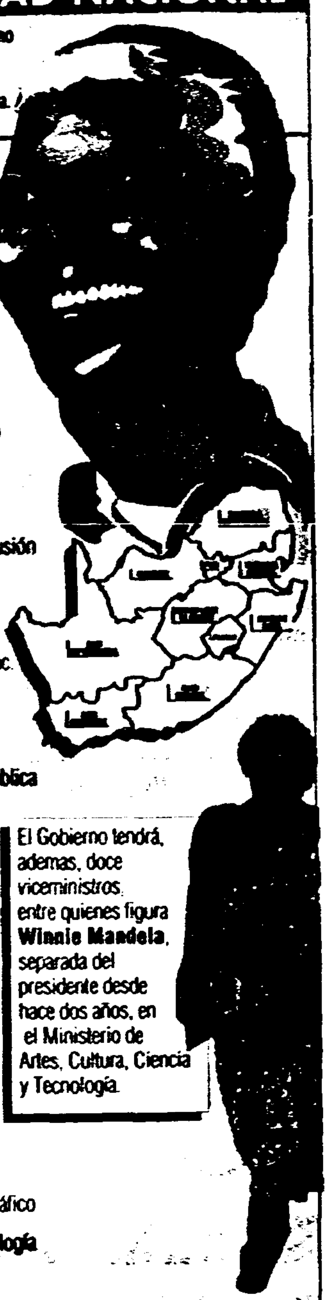
El 10 por ciento de los votos conseguido en los comicios por el partido de Buthelezi lo facultan a hacerse cargo de tres carteras ministeriales. El Partido Nacional del ex presidente Frederik De Klerk obtuvo 6 bancas con el 20% de los sufragios.

Ayer Mandela señaló que Sudáfrica solicitará lo antes posible su reincorporación al Commonwealth, la comunidad que agrupa a Gran Bretaña y sus ex colonias.

El secretario general de la comunidad, que estuvo en Pretoria para la asunción del mando, dijo que Sudáfrica sería readmitida en cuestión de semanas. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a Reuter, EFE y AP)*

EL GOBIERNO DE UNIDAD NACIONAL

Nelson Mandela presidirá durante los próximos cinco años un gobierno que tendrá un presidente, dos vicepresidentes y 27 ministros, de los que 18 son del Congreso Nacional Africano (CNA), vencedor de las elecciones, seis del Partido Nacional y tres del conservador zulú Inkata. La lista completa del Gabinete es la siguiente:



Nelson Mandela, Presidente

Thabo Mbeki, primer vicepresidente ejecutivo

Frederik de Klerk, segundo vicepresidente ejecutivo

Dullah Omar, ministro de Justicia

Joe Modise, ministro de Defensa

Sydney Mufamadi, ministro de Seguridad

Sibusiso Bengu, ministro de Educación

Trevor Manuel, ministro de Comercio, Industria y Turismo

Alfred Nzo, ministro de Asuntos Exteriores

Tito Mboweni, ministro de Trabajo

Pallo Jordan, ministro de Correos, Telecomun. y Radiodifusión

Nkosazana Dlamini, ministro de Sanidad

Mac Maharaj, ministro de Transportes

Roelf Meyer, ministro de Asuntos Provinc. y Des. Constituc.

Derek Hanekom, ministro de Tierras

Stella Sigcau, ministro de Empresas Públicas

Zola Skweyiya, ministro de Servicios y Administración Pública

Joe Slovo, ministro de Vivienda

Jeff Radebe, ministro de Obras Públicas

Sipho Mzimela, ministro de Servicios Correccionales

Derek Keys, ministro de Finanzas

Kraai van Niekerk, ministro de Agricultura

Steve Tshwete, ministro de Deportes y Recreación

Mangosutu Buthelezi, ministro de Relaciones Interiores

Kadar Asmal, ministro de Aguas y Bosques

Dawie de Villiers, ministro de Asuntos Ambientales

Pik Botha, ministro de Minas y Energía

Abe Williams, ministro de Bienestar y Desarrollo Demográfico

Ben Ngubane, ministro de Artes, Cultura, Ciencia y Tecnología

Jay Naidoo, ministro sin cartera

El Gobierno tendrá, ademas, doce viceministros, entre quienes figura **Winnie Mandela**, separada del presidente desde hace dos años, en el Ministerio de Artes, Cultura, Ciencia y Tecnología.

© El OBSERVADOR/Oscar Loguardo

NACIÓ EL 18 de julio de 1918 en la aldea de Quni, en la provincia de Transkei, en el sureste de Sudáfrica y pasó 28 de sus 75 años de vida en la cárcel.

Comenzó la carrera de Derecho en la Universidad de Fort Hare, donde conoció a Oliver Tambo —luego líder del CNA en el exilio— junto a quien encabezó varias protestas estudiantiles. Fueron expulsados de la Universidad por sus actividades políticas en 1940.

Mandela se trasladó ese mismo año a Johannesburgo, donde trabajó en una mina, mientras obtenía por correspondencia la licenciatura en Derecho.

Mandela, Walter Sisulu y Tambo promovieron la creación de la Liga Juvenil del CNA en 1944 y, cuatro años más tarde, el primero fue elegido su secretario general y en 1950, presidente nacional.

En junio de 1952, se convirtió en líder de una campaña de desafío contra las leyes racistas del gobierno. Fue detenido e inhabilitado para la política por 9 años. En ese tiempo, fue elegido vicepresidente del CNA. Los tribunales sudafricanos lo obligaron a dimitir y ejerció sus funciones en secreto.

En 1956 fue detenido, acusado de alta traición y absuelto cuatro años y medio después. Luego, trabajó desde la clandestinidad y promovió la formación del brazo armado del CNA.

Tras un primer matrimonio con la enfermera Evelyn Ntoko, con la que tuvo dos hijos, se casó en 1958 con Winnie Mandikizela, con la que tuvo dos hijas.

Tras la matanza de Shaperville, en 1960 el gobierno prohibió las actividades del CNA y Mandela fue nuevamente a la cárcel.

El 5 de agosto de 1962 juzgado por incitación a la violencia, fue condenado a cinco años de prisión. Un año después fue sometido a juicio acusado de sabotaje, conspiración para derrocar al gobierno e intento de invasión de Sudáfrica con ayuda de tropas extranjeras. Tras un año de proceso fue condenado a cadena perpetua.

En la prisión —enfermo de tuberculosis— mantuvo contactos con el gobierno racista de Pieter Botha.

Tras su liberación, el 11 de febrero de 1990, se convirtió, junto al presidente Frederik De Klerk, en el artífice del desmantelamiento del sistema de segregación racial, lo que le valió ser galardonado —junto a De Klerk— con el Premio Nobel de la Paz el año pasado.

En 1992 se separó de Winnie, tras serias discrepancias con ella desde que salió de la cárcel. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a EFE)* 02

9406591

El victorioso Congreso Nacional Africano (CNA) nombró ayer a 16 ministros del futuro gobierno de unidad nacional que presidirá Nelson Mandela. Sorpresivamente no integra el gabinete el secretario general de la organización, Cyril Ramaphosa, uno de los principales arquitectos de la transición democrática. Ramaphosa compitió —y perdió— con Thabo Mbeki, designado primer vicepresidente, que ahora lleva ventaja en la puja interna por la sucesión de Mandela. El escrutinio final, conocido ayer, indica que el CNA obtuvo el 62.2% de los votos, frente al 20.4% del oficialista Partido Nacional y el 10.5% del partido zulú Inkatha. El nuevo gobierno asumirá posiblemente el próximo martes.

Clarín EN JOHANNESBURGO

JOHANNESBURGO, 6 (Enviado especial). — A una semana de la finalización de las elecciones sudafricanas, cuyo lento escrutinio recién concluyó hoy, **el triunfante Congreso Nacional Africano (CNA) de Nelson Mandela definió la mayor parte del futuro gabinete.**

Con una participación superior al 85% del padrón electoral (el voto no era obligatorio) el CNA obtuvo finalmente el 62,2% de los sufragios, el oficialista Partido Nacional (PN) el 20,4% y el partido zulú Inkatha el 10,5%.

Pese a su amplio triunfo, el CNA **no consiguió los dos tercios que necesitaba para dictar sin alianzas la nueva Constitución de Sudáfrica.** Esa posibilidad de hegemonismo había despertado en los últimos días suma intranquilidad en medios financieros, tanto locales como internacionales.

La calma renació hoy con la divulgación de los resultados finales y con la designación de los miembros del CNA que participarán en el futuro gabinete liderado por Mandela, quienes asumirán sus funciones el martes próximo en Pretoria.

El CNA definió el vicepresidente y los 16 ministros de su partido que integrarán el **Gobierno de Unidad Nacional** (GUN), en el que deben incluirse todas las agrupaciones que hayan obtenido al menos el 5% de los votos.

El primer gobierno elegido democráticamente por todos los sudafricanos tendrá como primer vicepresidente al moderado **Thabo Mbeki** (véase aparte). Actual presidente honorario del CNA, Mbeki tiene una muy buena imagen entre la dirigencia blanca y su designación lo ubica en una posición de privilegio en la carrera por la sucesión política de Mandela que se inició en los últimos meses en el CNA.

La decidida postura dialoguista adoptada por el CNA se confirmó también con el nombramiento de su principal estratega económico, **Trevor Manuel**, al frente del ministerio de Comercio e Industria. Con este paso, el CNA deja vacante la crucial cartera de Finanzas, la que seguirá siendo ocupada entonces por el actual titular, **Derek Keys**, tal como lo pidieron el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y el principal grupo económico sudafricano.

Nelson Mandela ayer con el saliente mandatario Frederick de Klerk y el vice electo Thabo Mbeki.

De Klerk ocupará además la segunda vicepresidencia, conforme a los acuerdos constitucionales del año pasado. Lo que resta saber es cuántos ministerios tendrán el PN (le corresponden cuatro pero quiere seis, según pudo averiguar **Clarín**) y el Inkatha y quiénes serán los líderes de los partidos minoritarios que integrarán el gobierno.

La lista de 16 ministros presentada hoy por el CNA **no es inmodificable**: está sujeta a las negociaciones entabladas con el PN sobre la conformación final del gabinete.

Pasadas las 14 de hoy, minutos después de que la **Comisión Electoral Independiente** (CEI) diera a conocer los resultados finales de los comicios de la semana pasada, varias bocinas sonaron en el centro de Johannesburgo en un irónico festejo.

Las elecciones terminaron exactamente hace una semana y como están prohibidas las encuestas a la salida de las urnas, las únicas cifras que se pudieron conocer fueron las oficiales. Ya el lunes pasado, con solo la mitad del recuento, la ventaja que obtenía el CNA obligó a De Klerk a reconocer la derrota y a Mandela a proclamar su triunfo.

Con el 62,6% de los votos el CNA consiguió 252 bancas de las 400 que tiene la **Asamblea Nacional** (Parlamento) y será además gobierno en siete de las nueve provincias del país.

El PN obtuvo 82 bancas y un gobierno provincial (el Cabo Occidental) y el Inkatha 43 bancas y el liderazgo en Kwazulu-Natal. Los 23 lugares restantes de la Legislatura están repartidos entre cuatro agrupaciones minoritarias, entre las que está la ultraderecha blanca.

Javier Calvo

Copyright Clarín, 1994

JOHANNESBURGO, 6 (Enviado especial). — El nombramiento de **Thabo Mbeki** como primer vicepresidente del gobierno que encabezará **Nelson Mandela** a partir del martes, **puso bandera de largada a una carrera que promete ser feroz: la lucha por la herencia política del líder histórico del Congreso Nacional Africano (CNA).**

Aunque intentan disimularlo, los protagonistas de esa carrera ya empezaron a recurrir a todo tipo de maniobras para sacar de pista a quien se le cruce. Mbeki, con su designación, alcanza por el momento el lugar más alto del podio para suceder a Mandela, después que casi todo el tiempo estuvo detrás de **Cyril Ramaphosa**, el secretario general del CNA, que ya se había probado el traje de vicepresidente.

Ramaphosa, de 41 años, es un combativo militante que proviene del sector sindical y el principal arquitecto del CNA en los acuerdos constitucionales hacia la transición democrática. Casi era número puesto como segundo de Mandela, que cumplirá el 18 de julio próximo 76 años, y ante la frustración prefirió quedarse en el partido y no ocupar cargo alguno en el nuevo gobierno.

En los últimos meses Mbeki, de 51 años y presidente honorario del CNA, se convirtió en serio aspirante a la sucesión de Mandela. Sus antecedentes mezclan la influencia familiar (su padre fue uno de los fundadores del CNA), la académica (master en economía en la Universidad de Sussex) y también la militar (recibió adiestramiento en la URSS).

Mbeki se transformó en los años 70 y 80 en la cara más visible de la diplomacia internacional del CNA y en la mano derecha de su presidente de entonces, **Oliver Tambo.**

De posición ideológica moderada, Mbeki llegó a la presidencia honoraria del CNA (es el virtual segundo en la jerarquía partidaria y hasta que murió Tambo ese cargo lo ocupó Mandela) y ahora a la primer vicepresidencia con dos fuertes respaldos: **el de la Liga Juvenil del CNA y el de buena parte de la dirigencia blanca.**

Hábil negociador, Mbeki consiguió sumar a la extrema derecha blanca al proceso electoral, después que esta amenazara con iniciar una guerra civil si no se creaba un estado exclusivo blanco.

La más reciente aparición pública de Mbeki preanunció el desenlace de hoy. El pasado lunes se erigió en el maestro de ceremonia del acto en el que Mandela se proclamó presidente electo. De pelo muy corto y algo canoso, barba y bigote raleados, ese día Mbeki brindó varias veces con champán por la victoria del CNA. A estas horas debe estar repitiendo el rito, pero por su propio triunfo.

J. C.

03

9406591

Se dió a conocer el futuro gabinete del gobierno de Nelson Mandela

EL C.N.A. DESIGNO A SUS MINISTROS

El Congreso Nacional Africano (CNA), vencedor de las elecciones celebradas en Sudáfrica la semana pasada, anunció ayer viernes, las siguientes designaciones para el Gobierno de Unidad Nacional que estará presidido por Nelson Mandela:

Primer vicepresidente: Thabo Mbeki, Ministro de Justicia: Dullah Omar, Ministro de Defensa: Joe Modise, Ministro de Relaciones Exteriores: Alfred Nzo, Ministro de Servicios de Policía: Sydney Mufamadi, Ministro de Comercio e Industria: Trevor Manuel, Ministro para la Vivienda y Bienestar: Joe Slovo, Ministro de Servicios Penitenciarios: Ahmed Kathrada, Ministro de Educación, Arte y Cultura: Sibusiso Bhengu, Ministro de Trabajo: Tito Mboweni, Ministro de Sanidad: Nkosazama Zuma, Ministro de Transportes: Mac Maharaj, Ministro de Asuntos Provinciales: Kader Asmal, Ministro de Empresa Pública: Stella Sigcau, Ministro sin cartera: Jai Naidoo, Ministro de Obras Públicas: Jeff Radebe, Ministro para la Función Pública y Administración: Zola Skweyiya

Cyril Ramaphosa, secretario general del CNA, no forma parte del Gobierno a petición propia, según un comunicado del partido.

El Gobierno de Unidad Nacional tendrá un presidente, dos vicepresidentes -el otro será Frederik De Klerk- y un máximo de 27 ministros.

La composición definitiva se conocerá el martes próximo, día de la toma de posesión de Mandela como nuevo presidente de la República

La vieja guardia del CNA, del exilio al gabinete

Por Rolando Rivière

(Corresponsal de LA NACION)

Reconocimiento: Nelson Mandela nombró en ministerios claves a miembros históricos de su partido, aunque mantuvo al frente de Finanzas al actual titular de la cartera.

JOHANNESBURGO, 7.- Vuelven los exiliados. Nelson Mandela, de acuerdo con Frederik de Klerk, no sabemos si en todo, ha pagado a los miembros del Consejo Nacional Africano que sufrieron el exilio con varios cargos en su próximo gabinete.

En cambio, De Klerk será el segundo vicepresidente.

Puesto clave

El primero es Thabo Mbeki (51 años), presidente nacional del CNA. Personalidad de singular atractivo, laureado en la Universidad de Sussex y con formación militar en la ex Unión Soviética, ha sido él quien ha llevado de la mano y ha presionado a Mandela para que incluyera otros compañeros de la diáspora negra sudafricana con quienes mantuvo trato constante desde que abandonó el país en 1961 para regresar hace apenas cuatro años.

Mbeki será una de las piezas fundamentales del gobierno. Rechazado por algunos, debido a su origen familiar de alcurnia dentro de la comunidad negra, funciona en cambio como hombre de "public relations" de primera. Algo que sin duda necesita el gobierno de Mandela.

Nuevo canciller

Pik Botha, que sonaba como ministro de Relaciones Exteriores, ha dejado su lugar a Alfred Nzo.

En realidad nunca pensamos muy en serio que Botha continuaría en su cargo para seguir batiendo récords: lo ocupa desde 1977. Había buenas razones. Aunque a Roelof Botha no se lo pueda incluir entre los más fervientes defensores del apartheid fue desde aquel año su cara internacional. En todo el mundo.

Con más de 70 años, perteneciente al ala dura del CNA, Nzo también partió al exilio en 1964 y será la imagen exterior nueva del primer gabinete multirracial (fruto de elecciones igualmente multirraciales) con su estilo peculiar y directo.

Joe Modise ocupará la cartera de Defensa. Con 64 años, acusado de haber aplicado la tortura contra los opositores al CNA y de mantener muy buenas relaciones con los mandos "blancos" de Sudáfrica, Modise, que recibió instrucción militar en la ex URSS y en la ex Checoslovaquia, habría sido un excelente viajante de comercio para la industria armamentista de Sudáfrica (entre los primeros cinco puestos de ingreso para el país) lo que ha ganado explicable respeto. Inclusive algunas versiones señalan que habría iniciado la venta de helicópteros de fabricación sudafricana al Reino Unido.

Otro personaje clave de este gabinete cuyos integrantes negros son mayoritariamente xhosa (la nación de Mandela) es un casi blanco: Trevor Manuel, ministro de Comercio e Industria. Manuel, que deberá llevarse bien con Keys (blanco, al frente de Finanzas, pero ya hemos hablado en exceso de él) vivía en un barrio de mestizos y allí tomó parte activa contra el apartheid. De oficio constructor, este hombre de 38 años ha concebido el plan económico del CNA. Muy preocupado por lograr inversiones extranjeras en Sudáfrica, forma parte del equipo paraliberal dentro del CNA.

Fuerzas en equilibrio

Por el momento estamos frente a un equilibrio relativo de fuerzas: un cuasi liberalismo económico, fuerte implicación política para administrar la cosa pública por parte de los grandes ancianos del exilio, incógnitas sobre el método de la convivencia futura.

Negar la incertidumbre acerca de las relaciones entre los 27 ministros sería aventurado. Mandela ha querido dar a cada uno una parte de la responsabilidad. Incluyendo a afrikaaners (Viljoen, que probablemente no acepte, o sí) o Meyer (37), por dar un par de ejemplos.

La escasa presencia zulú (la mayor nación negra sudafricana: unos 10 millones) puede suscitar sospechas sobre el "arco iris" de que habla constantemente el arzobispo Desmond Tutu. Los poderes internos, afrikaaners o zulúes, integran igualmente el mapa sudafricano. No deben tomarse a la ligera.

04 9406591

JOHANNESBURGO, 11 (Enviado especial). — En su primer día de trabajo como nuevo presidente de Sudáfrica, **Nelson Mandela** completó prácticamente hoy su gabinete con las salientes incorporaciones del líder del partido zulú Inkatha, **Mangosuthu Buthelezi**, y de su ex esposa, **Winnie Mandela** (véase aparte).

Los espectaculares festejos que ayer rodearon el acto de asunción debieron olvidarse rápidamente, ante la urgente necesidad que tienen las nuevas autoridades de poner en práctica su plan de gobierno.

Para intentar resolver los agudos problemas que tiene Sudáfrica —casi todos relacionados con la marginación a la que fue sometida la mayoría negra durante las interminables décadas del "apartheid"— el **Congreso Nacional Africano** (CNA) de Mandela prometió la instrumentación de un programa de reconstrucción y desarrollo para la creación de nuevos empleos y mejores condiciones de vida.

Lo que habrá que ver es el margen de acción que tiene Mandela para llevar adelante ese plan. Pese a ganar las primeras elecciones multirraciales del país con más del 62% de los votos, el CNA debió formar un gabinete de unidad nacional con varias fuerzas políticas opositoras, según los acuerdos sobre la transición democrática alcanzados el año pasado.

Este gabinete, presidido por Mandela, tiene dos vicepresidentes —**Thabo Mbeki**, del CNA, y **Frederik De Klerk** del Partido Nacional (PN)— y 27 ministros. La semana pasada el CNA designó a 16 ministros, mientras negociaba con los otros partidos los cargos vacantes.

Con las incorporaciones del jefe zulú Mangosuthu Buthelezi —como ministro de Interior— y de Winnie Mandela —a cargo del Ministerio de Arte y Cultura— está prácticamente armado el nuevo gabinete, al que solo restan sumarse algunos líderes de partidos minoritarios que serán invitados por Mandela.

El ingreso de Buthelezi al frente de la cartera de Interior confirma la voluntad de Mandela de tener a los principales dirigentes del país en su gobierno. La gente del CNA explica que esta actitud muestra las claras intenciones democráticas del nuevo presidente.

Buthelezi ha sido el dirigente que más problemas le causó a Mandela en la transición preelectoral. El Inkatha y el CNA son viejos enemigos y recién a último momento se logró que el partido zulú participara de los comicios, en los que obtuvo el 10 % de los votos y ganó en la provincia de **Kwazulu-Natal**, su feudo.

El primer gobierno democrático y multirracial de Sudáfrica es así un gran abanico de colores diferentes y hasta opuestos en varios casos: liberales, comunistas, conservadores, nacionalistas y pragmáticos acompañan a Mandela en otra experiencia política inédita, como ya es costumbre últimamente en Sudáfrica.

Javier Calvo

Copyright Clarín, 1994.

Winnie Mandela es la nueva responsable de Arte y Cultura

JOHANNESBURGO, 11 (Enviado especial). — Su designación como nueva **ministra de Arte y Cultura** le debió resultar a **Winnie Mandela** como el préstamo de un ventilador en el infierno que vive: le acercará algo de aire a riesgo de quemarse completamente.

Nadie la llama por el apellido paterno que recibió hace 60 años: **Madikizela**. Para todos, desde que se casó en 1958, es Winnie Mandela. Y lo sigue siendo, pese a que la pareja se separó hace dos años.

La frustrada nueva primera dama de Sudáfrica llegó a ser considerada **"madre de la nación"**. Luchadora incansable contra el "apartheid", se transformó en una de las voces principales de su marido encarcelado. Winnie conoció también en carne propia la proscripción, la prisión y también el exilio.

Desde su llegada al **Congreso Nacional Africano** (CNA) no hubo otra jefa de la Liga Femenina del partido más que ella. Desde allí edificó un poder que resiste aún los embates y es la razón fundamental por la que fue elegida diputada hace dos semanas y ministra hoy.

Los tropiezos comenzaron en 1985, cuando hizo edificar en **Soweto** (el suburbio negro de Johannesburgo, símbolo de la resistencia al racismo) una casa que muchos consideraron una mansión: jóvenes negros la quemaron tres años después.

En 1986 Winnie llamó a liberar a Sudáfrica con la violencia, con lo que se ganó el repudio de los principales dirigentes del CNA, que habían suavizado sus posiciones.

Con la liberación de Mandela los sudafricanos asistieron a dos derrumbes históricos: el del "apartheid" y el de Winnie. La todavía esposa del líder del CNA fue hallada culpable en 1991 de complicidad en el secuestro de cuatro personas. Al año siguiente su marido le exigió la separación y en 1993 fueron presentadas pruebas que la comprometen en el desvío ilícito de fondos partidarios.

El CNA le pide "bajo perfil" y el presidente no quiere que se la nombren: ni siquiera fue invitada al banquete de invitados especiales de ayer en Pretoria. **"Aún lo sigo amando y estamos separados por presiones políticas"**, declaró Winnie días atrás sobre su relación matrimonial.

Pese a Mandela, Winnie jugará los naipes de la reconciliación y del resurgimiento. Si pierde se arriesga a perder lo poco que todavía le queda.

Commonwealth

JOHANNESBURGO, 11 (Reuter y EFE). — El flamante presidente de Sudáfrica, **Nelson Mandela**, anunció hoy que postulará de inmediato la readmisión de su país en la Comunidad Británica de Naciones (Commonwealth) tras una ausencia de más de 30 años.

En declaraciones hechas al cabo de un encuentro con el primer ministro neocelandés **Jim Bolger**, Mandela se pronunció a favor del pronto retorno de su país a la comunidad formada por Gran Bretaña y su ex colonias.

"Estamos dispuestos a solicitar sin demoras nuestra readmisión en el Commonwealth, atendiendo el interés de nuestro país y también, así creemos, el de la Comunidad", dijo Mandela a los periodistas.

Sudáfrica **abandonó el Commonwealth en 1961**, acosada por las críticas a su régimen —ahora derogado— de segregación racial. La Comunidad encabezó la campaña de sanciones internacionales destinada a aislar a Sudáfrica debido al apartheid.

Ahora, Mandela espera que su país sea readmitido inmediatamente. "Nos gustaría tomar parte en los Juegos Deportivos de la Comunidad, en agosto próximo", dijo el primer presidente negro de Sudáfrica.

Fuentes de la Comunidad dijeron que la readmisión será "una mera formalidad", pues la decisión de aceptar el ingreso de Sudáfrica una vez completada su transición a la democracia ya fue tomada en la última reunión de jefes de gobierno de la Comunidad, realizada en Chipre el año pasado.

Ultraderechistas

JOHANNESBURGO, 11 (Reuter, AFP y DPA). — Seis miembros de la organización ultraderechista blanca **Movimiento de Resistencia Afrikaner (AWB)** fueron condenados a muerte hoy por el asesinato a sangre fría de cuatro negros. El múltiple crimen fue cometido en diciembre del año pasado.

El fallo de la Suprema Corte de Justicia, conocido en el primer día de la nueva era democrática bajo un régimen de mayoría negra, sentencia a los afrikaners a morir en la horca y también a la pena de cárcel efectiva por 18 años.

Sin embargo, en Sudáfrica rige desde 1989 una moratoria a las ejecuciones, por lo que solo la segunda condena se hará concreta. El nuevo gobierno del presidente **Nelson Mandela** debe pronunciarse oficialmente sobre la pena capital, pero su **Congreso Nacional Africano (CNA) se declaró en contra de reinstaurarla.**

El AWB es un grupo paramilitar que preconiza la superioridad de los blancos y es liderado por **Eugene Terreblanche**, quien pretende un territorio restringido solo a los blancos europeos. Serán castigados por haber asesinado, el 13 de diciembre pasado, a cuatro civiles negros.

Los seis activistas cometieron el asesinato el 13 de diciembre pasado. Los afrikaners se presentaron como policías y, exhibiendo sus armas y sus uniformes, instalaron una barrera caminera ilegal cerca de Johannesburgo. Registraron dos autos, hicieron salir a sus ocupantes, los pusieron en fila y comenzaron a disparar.

05-05

9406591

Nº. DOCUMENTO 9406592
TITULO La victoria electoral de Mandela, cambia ubicación de Sudáfrica en entorno mundial.
P Jun.
FE 15/5/94
VINCUL 11876
507663
11164
11399
11302

La victoria electoral de Nelson Mandela, cambia la ubicación de Sudáfrica en el entorno mundial

LA NUEVA SUDAFRICA EN EL CONTEXTO MUNDIAL

Varios países africanos respaldan las negociaciones actuales para la integración de Sudáfrica como miembro del Banco Africano de Desarrollo (BAD) y de la Organización para la Unidad Africana (OUA), anunciada y aplazada una y otra vez, mientras que se espera en breve su reincorporación a la Comunidad Británica de Naciones (Commonwealth), y a la ONU, de las que fue excluida hace años .

Sudáfrica se ha convertido en el principal punto de interés para la mayoría de los países africanos desde la investidura como presidente del líder del Congreso Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, y la formación del primer Gobierno democrático en décadas.

Durante décadas Sudáfrica fue excluida de las organizaciones africanas -y mundiales- debido a su política de segregación racial «apartheid» institucionalizada por el Partido Nacional (PN) desde 1948, aunque en realidad nunca notó el aislamiento internacional por sus contactos clandestinos con la mayor parte de esos mismos países que oficialmente la habían condenado.

Sin embargo, nada más comenzar, en 1990, las conversaciones que desembocaron en las elecciones multirraciales de los pasados días 26, 27 y 28 de abril, que trajeron la victoria del CNA y la presidencia de Mandela seguida posteriormente por la formación del Gobierno de Unidad Nacional, Sudáfrica pasó a ser considerado como un mal necesario, querido y temido a la vez, señalan los observadores.

El temor a posibles veleidades expansionistas sudafricanas explica la creación, en 1975, del Consejo de Desarrollo de Africa Austral (SADCC), para frenar las intenciones de Sudáfrica en la region y respaldar la lucha interna de la mayoría negra contra el «apartheid» que les mantenía excluidos de los asuntos políticos del país.



Sudáfrica inicia, con el triunfo del CNA, una nueva etapa.

Sin embargo, los objetivos de la SADCC, tal como fueron concebidos al principio, parecían perdidos de antemano, ya que, si bien permitieron realizar algunos proyectos económicos regionales, la mayoría de sus miembros dependían de los productos sudafricanos, además de que Sudáfrica era el principal proveedor de empleo -y de divisas- para algunos, entre ellos Mozambique, entonces azotada por una guerra civil en la que se denunciaba la complicidad de Pretoria.

Asimismo, uno de los países más radicales en la lucha contra el «apartheid», que pese a su distancia integró la llamada «Línea del Frente», Nigeria, ya ha establecido oficialmente relaciones diplomáticas a nivel de embajadores, y son incontables las delegaciones africanas de alto nivel que negocian la apertura de una representación legal en Sudáfrica.

01-01

9406592

Nº DOCUMENTO 9406593
TITULO Prorrogan inmunidad temporal a miembros del CNA.
F... Jur.
FECHA 19/5/94
VINCULACI 1-1876
507663
11164
11302

Primeros decretos de Mandela

PRORROGAN INMUNIDAD TEMPORAL A MIEMBROS DEL CNA

La inmunidad temporal por delitos de motivación política de que gozan el vicepresidente sudafricano, Thabo Mbeki, cinco ministros y dos viceministros del Gobierno fue prorrogada ayer mediante un decreto firmado por el presidente, Nelson Mandela.

La inmunidad temporal, que había vencido el martes, es una figura jurídica que introdujo el ex presidente Frederik de Klerk para permitir a los exiliados sudafricanos que reconocieron haber cometido algún tipo de delito político antes del 8 de octubre de 1990 regresar al país para participar en las negociaciones constitucionales que desembocaron en las elecciones multirraciales y en el traspaso del poder a la mayoría negra.

En muchos casos, los «delitos políticos» cometidos por esas personas consistían en ser miembros del entonces proscrito Congreso Nacional Africano (CNA), el partido de Mandela, y en haber salido ilegalmente de Sudáfrica.

Además de Mbkei, se han beneficiado de la inmunidad temporal los ministros de Correos, Telecomunicaciones y Radiodifusión, Pallo Jordan; Educación, Sibusiso Bhengu; Defensa, Joe Modise; Vivienda, Joe Slovo; y Administración y Servicios Públicos, Zola Skueyiya.

Asimismo, la medida afecta a los viceministros de Asuntos Internos, Penuell Maduna, y de Bienestar, Sankie Nkondo.

01-01

9406593

Nº. DOC. 9406594
TITULO Integrantes del brazo armado del CNA se integrarían al ejército.
Sur.
FECHA 19/5/94
VINC. 11876
50766.3
11164
11163
11328

Comenzaron los cambios en la nueva Sudáfrica

EL BRAZO ARMADO DEL CNA SE INTEGRA AL EJERCITO

El brazo armado del Congreso Nacional Africano (CNA) - Umkhonto We Sizwe (MK)- comenzó ayer miércoles, a seleccionar a 7.000 de' sus miembros que formarán parte del futuro Ejército sudafricano, informó la radio sudafricana.

La integración de los miembros de los brazos armados de los movimientos de liberación en el Ejército fue uno de los asuntos tratados durante las negociaciones multipartitas, previas a la celebración de las elecciones multirraciales del pasado abril.

Sin embargo, no todos los miembros del MK podrán entrar a formar parte del Ejército sudafricano, ya que deberán pasar los exámenes de selección que se desarrollarán hasta el próximo junio en los cuarteles militares de Pretoria.

Se espera que también se incorporen al Ejército sudafricano los miembros del Ejército Popular para la Liberación de Azania (EPLA), brazo armado del movimiento de izquierda negra Congreso Panafricanista (CPA).

El CNA y el CPA, que participaron en las elecciones de abril, fueron los movimientos de liberación que más lucharon contra la política segregacionista o «apartheid», cuya abolición favoreció el proceso de democratización en Sudáfrica

01-01

9406594

Nº. DOC: 9406595
TITULO: Jefes militares blancos asumieron el compromiso de no derrocar al gobierno sudafricano.
F: Clarín
FECHA: 19/5/94
VOLUMEN: 11876
507663
11164
11302
11163
11094

Jefes militares blancos juran no dar un golpe en Sudáfrica

JOHANNESBURGO, 18 (AP, EFE y Reuter). — Los comandantes militares blancos de Sudáfrica, a través de su máximo referente, el general **George Meiring**, asumieron hoy el compromiso de **no derrocar a las autoridades electas —de raza negra— mediante el trámite de un golpe de Estado.** La declaración pública confirma que la poderosa maquinaria castrense, que siempre estuvo al servicio de la segregación racial, mantendrá lealtad a los mandos naturales del gobierno, encabezados por el líder negro **Nelson Mandela**.

Meiring comanda la llamada Fuerza Nacional de Defensa de Sudáfrica, que incluye a los milicianos guerrilleros y a las tropas regulares durante un período de tres años. Es un experto en contrainsurgencia y enemigo declarado del triunfante Congreso Nacional Africano (CNA).

Sin embargo, en un signo de buena voluntad, lealtad y tolerancia, dijo hoy a los medios que **los militares no significan, en el momento, una amenaza para el gobierno encabezado por Mandela.**

Prometió, asimismo, la promoción por méritos de servicio de altos oficiales negros en los cuerpos del ejército, armada y fuerza aérea, compuesta por 70.000 efectivos, hasta ahora comandadas por oficiales de raza blanca. Los militares negros —menos del cinco por ciento del total de efectivos en los grados de la oficialidad— no han pasado jamás del **grado de mayor**, y no se registra petición alguna para una promoción de oficiales de esa raza para grados de mayor significación.

En una ceremonia realizada, el martes, en Pretoria, el poder militar de uno de los ejércitos más poderosos de Africa pasó a manos de sus ex enemigos negros bajo los acordes de una nueva marcha marcial, denominada "Lo quiero todo y lo quiero ya". Los comandantes militares, luciendo las condecoraciones ganadas en defensa del "apartheid", se despidieron del saliente ministro de Defensa **Koble Coetsee** y aceptaron, bajo juramento, acatar las disposiciones del nuevo jefe, el general **Joe Modise**, **un negro ex guerrillero de las milicias del CNA, cuya cabeza, hasta hace unos meses, había sido puesta a precio por el poder blanco.**

Mientras tanto, el fiscal sudafricano de Johannesburgo, **Brink Ferreira, rechazó hoy que se concediera la libertad bajo caución real (fianza) a 32 extremistas blancos presuntos autores de una serie de atentados terroristas, perpetrados durante el mes de abril, que causaron 21 muertos y 180 heridos. Según el fiscal (blanco) Ferreira, las explosiones formaban parte de "una conspiración para sembrar el terror y sabotear las elecciones", de las cuales, como se sabe, emergió ganador Nelson Mandela.**

Los detenidos son miembros del Movimiento de Resistencia Afrikaner (MRA), organización paramilitar neonazi. La extrema derecha radical —que pide y exige un Estado afrikaner— no participó en las recientes elecciones, ya que, a su juicio, los resultados solo servirán para entregar el control de Sudáfrica a los "comunistas" del Congreso Nacional Africano.

01-01

9406595

9406596

COPIA No. 1/1

Hoja 1 de 1
Copia 1 de 1

Montevideo, 20 de Junio de 1994.-

MEMORANDUM Nro. 940177 /S.O.E.

I.- ASUNTO Información Remitida por Bn. I. Nro.12

II.- REFERENCIA

III.- TEXTO

Se adjunta Información obtenida por el Bn. I. Nro. 12 con asiento en la ciudad de Rocha, la cuál fuera enviada a está dependencia.

IV.- **DISTRIBUCION:** Original - Sub.Director de Interior - Archivo Dpto.III.-
Copia 1 - Jefe del Departamento I.-

FECHA 28 7 94 (64)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
21 JUL 1994
9406596

001/003 -9406596

HA 26 7 94 (6M)

16-JUNIO-94 -Se tomó conocimiento que en el local donde funcionaba la Casa de la Cultura en C.Chuy se encuentra funcionando un taller // de chapa y pintura a cargo de Pablo Ernesto CURBELO SANCHEZ (M.L.N.) y Carlos Julio CASTILLOS (M.26.M).-

-Se tomó conocimiento que el Profesor de Educación Física // Julio DUARTE (M.26.M), se encuentra trabajando en el Restaurante "FRANCO DE OURO", propiedad de Manuel COELO HERNANDEZ (M.26.M.). Mencionado Profesor continúa con la escuela de // Baby Fútbol en la Coronilla.-

-Se tomó conocimiento que el local donde funciona el Cambio Negro en C.Chuy es propiedad del dueño de tiendas Magazine. Se supo además que se estarían realizando gestiones para / regularizar dicho negocio.-
Son socios Javier HERNANDEZ (M.26.M.) (Dedicado al contrabando de oro) y Mariano FERNANDEZ (M.26.M.) dueño de casa Alborada.-

(Poco Legible)

-Se tomó conocimiento que en el Polígono de Tiro de la Armería ubicado en los campos de la familia FOSSATTI detrás del campo de aviación, concurren a realizar tiro con silenciador Marcelo LLAMBI (M.26.M.) (Posee curso de guerrillero en el exterior, Gerardo ROMERO (Propietario), el Vasco URRUTI (M.26.M.) y Leopoldo VOGLER FOSSATTI.-

-Se tomó conocimiento que la actividad comercial de C. Chuy se ha visto disminuida con el cierre de varios comercios // entre ellos 4 locales de FREE SHOP en forma provisoria /// aguardandose con mucha espectátiva el cambio de moneda en Brasil (Real), la cual entraría en vigencia el próximo 1º de julio.-

-Se tomó conocimiento que en Punta del Diablo funciona una Policlínica del Ministerio de Salud Pública durante los // fines de semana atendida por el Dr. Mario CASSINELLI (Presumiblemente Frente Amplista) el cuál esta radicado en C./// Coronilla.-

-Se tomó conocimiento que en Punta del Diablo se esta construyendo un Hotel cuyo propietario sería un aduanero de // Apellido OLIVES.- Esta persona figura en una agenda encontrada por la policía junto al cadaver de Milton SCARZELLA.-

...596

00-00-00 00:00

028 P01 598+2+818709

-Hoja Nº 2 de 2.-
-Copia Nº -- de - .-

-Se tomó conocimiento que en Balneario La Coronilla en el Rancho de José Luis GAMON (Principal dirigente del M.26.M. en C.Chuy), se vienen realizando periódicas reuniones entre integrantes del Frente Amplio a las cuales concurren personas de C.Montevideo.-

-Se tomó conocimiento que Clarisbel VEIGA VEIGA (M.L.N.) esta construyendo en la Coronilla dos Ranchos uno de los cuales sería para un integrante del M.L.N. con el cual estuvieron juntos en el Penal de Libertad.

(POCO LEGIBLE)

003/003

FECHA 26 7 84 (64)

PERSONAL

P. 141

Montevideo, junio 18 de 1994

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

ORGANIZACIONES SOCIALES-GREMIALES

P.I.T.-CNT.:Se creó una Comisión de Trabajo "Encuentro Nacional por // Soluciones". A su vez se le solicitó al Sr. Pte. de la Corte Electoral, la presencia de Delegados para las Mesas de Votación del 28/VIII/.

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

S.U.A.T.T.:En la fecha a partir de la hora 16.00' se llevará a cabo una Asamblea, con el fin de evaluar las medidas adoptadas. La misma se realizará en el local de la calle Clemente Estable.-

U.T.C.-CYTOSA.:Prosigue el campamento y la olla sindical en la intersección de Juan Acó y Comercio.-

INDUSTRIA QUIMICA

COLAGEL:Carlos Ma. Ramírez Nro.1470;En conflicto desde el 6/VI/ siendo ocupada por los operarios en la misma fecha, en demanda de un préstamo por parte del BROU., para la reactivación de la misma.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A.: En la Asamblea efectuada el pasado 16/VI/ se resolvió: -Solicitar una entrevista con el comité de Legislación Laboral, a la que concurrirán delegados de la UNTMRA y del PIT.CNT.- El 22/VI/ paro entre las 09.00' y las 13.00' horas, con concentración en el Obelisco y posterior camionada con finalización en la Cámara de Industria- 23/VI/ Activo General en el local sindical a partir de la hora 18.00'- 24/VI/ jornada de propaganda- 28/ y 29/VI/ realizarán cuatro paros de quince minutos por turno y por fábrica- 30/VI/ Reunión del Consejo // Directivo Nacional Ampliado. Cabe señalar que reafirman los grupos 14 y 23, los que parcializan y no se adhieren a las movilizaciones. Por otra parte en la Asamblea efectuada por INDUNOR, la misma obedeció para buscar un acercamiento a la solución del diferendo que lleva una duración de 95 días.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

C.O.F.E.:En conflicto desde el 10/VI/ en defensa de la fuente laboral. El 24 y 25/VI/ se realizará el Congreso Nacional.-

CORTE ELECTORAL:En el día de ayer se concentraron en la intersección de Ituzaingó y 25 de Mayo unas 150 personas, las que realizaron una mar-/ cha por 25 de Mayo, Treinta y Tres, Rincón e Intuzaingó, ingresando a la Corte. Se hace constar que durante la misma, el tránsito fue interrumpido.-

A.O.D.A.-MTOP.:En conflicto desde el 31/I/ en demanda de mejoras salariales. El 21/VI/ tienen prevista una entrevista con el nuevo Ministro, y en caso de no obtener respuestas positivas, esta prevista una Asamblea para el 15/VII/, donde se propondrían "campamanetos y huelga general".-

//

3)- **INFORMACIONES VARIAS**

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO:17/VI/ JUZGADO DE PAZ DE 1º a 19º Turno ubicado en Zabala Nro.1367. Próximo a la hora 13.40' se recibió una // commnicación telefónica en la cual una voz masculina manifestó que... puse una bomba atenete a las consecuencias". Se hicieron presentes efectivos de la Seccional 1ra. y de la D.N.B., los que efectuaron una inspección, que finalizó sin novedad.-

//

//

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 20-6-94
Pasa a 586
Nº de Identificación 9406598

NACIONAL
21 JUN. 1994
Archivo
9406598

001/001

-9406598

PERSONAL

R.142.-

Montevideo, 20 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA QUIMICA

COLOGEL: Desde el 6/VI/ se encuentra ocupada en reclamo de fuentes de trabajo.-

INDUSTRIA METALURGICA

INDUNOR: Cno. Maldonado Km. 15.500, continuan con el campamento y la olla sindical frente a la planta.-

U.N.T.M.R.A: Luis A. de Herrera 3972, el 22/VI/ de 09.00' a 13.00' efectuarán paro con concentracción en el Obelisco y posterior camionada hasta la camara de Industrias.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C: Continuan no realizando horas extras. Continuan con el campamento y la olla sindical en General Flores y Serrato Linea"I" y Josnicó y Comercio.-

S.U.A.T.T: En reclamo del reintegro de dos radio operadoras despedidas continuan en pre-conflicto no recepcionando los viajes de Radio Taxi de 16.00' a 20.00'.-

2)- INFORMACION ESTATAL

A.T.S.S: Se reunirá hoy la gremial con el Directorio para tratar la firma del convenio salarial.-

A.O.D.A.MTOP: Continuan en conflicto por el no cobro de la reestructura. Hoy se entrevistarán con el Ministro.-

INAME SUINM: Prosiguen de paro atendiendo solo urgencias las cuidadoras del INAME, trabajando en el cuidado de menores internados en diferentes hospitales.-

A.E.B.U: Si se realizan traslados en el día de hoy en el Banco Republica efectuarán paro de 15.00' a 15.30'.-

DIRECCION ... DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 20-6-94
Para SDE 9406599

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... de Defensa
DEPARTAMENTO I
... 21 JUN. 1994
... Archivo
... 9406599

001/001

9406599

1/15

E. I. E.
[illegible]JUN1994

[illegible]

(9406600)

[illegible] Usted. Resumen Semanal [illegible] 15 de Junio de 1994.

[illegible] atentamente.

El [illegible] de la E.I.E. [illegible] de la Ca.C/Inf. del E.

[illegible]
LEONARDO GARCIA.

COMANDO GENERAL DEL [illegible]
DIRECTOR
ESCUELA DE INTELIGENCIA
REPUBLICA DEL [illegible]

04 [illegible] 1994
ARCHIVO
[illegible]

001/15

9406600

RESUMEN SEMANAL DEL 09 AL 16 DE JUNIO DE 1994.

I.- EXTERIOR.

A.- MUNDIAL.

1. PENINSULA DE COREA.

[illegible] acordaron apoyar la imposición de sanciones económicas contra Corea del Norte a través del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Los gobiernos de Japón y China no estarían dispuestos a [illegible] continuar con las negociaciones.

[illegible] Corea del Norte, anunció que considerará la [illegible] de sanciones como un "acto de guerra", [illegible] a Japón [illegible] guerra si su gobierno [illegible] en su contra.
[illegible] oficialmente que se retira [illegible] Internacional de Energía Atómica [illegible].
El [illegible] del [illegible] el alerta especial [illegible] efectivos de las FF.AA., movilizando [illegible].
En la [illegible] los preparativos [illegible] a los efectos de evaluar la [illegible] de [illegible] mil refugios [illegible].

2. RUSIA.

- El Presidente [illegible] decretó el despliegue de efectivos de las FF.AA. en Georgia, debido al [illegible] del conflicto entre el gobierno de Tiflis y [illegible] en esa República, recientemente incorporada a la Comunidad de Estados Independientes.
Sin embargo dicho decreto puede quedar sin efecto debido a que el [illegible] debe contar con la aprobación del Consejo de la Federación -la Cámara Alta del Parlamento- que no [illegible] el envío de tropas.

- La OTAN, [illegible] que Rusia firme su ingreso a la Asociación para la Paz, ofrecerá estrechar vínculos políticos y militares, prometiendo no tomar decisiones unilaterales [illegible] sobre temas que le competen directamente.
Sin embargo Rusia no tendrá derecho de veto en las decisiones aliadas.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 20.06.94
Pasa a SIDI
Nº de Identificación 9406600

002

9406600

[illegible] abrió [illegible] de los procedimientos y [illegible] para fabricación de pequeñas bombas atómicas. [illegible] al elemento radioactivo [illegible] podría comenzar una campaña de [illegible]ciones.

El crecimiento de [illegible] después de la desintegración de la Unión Soviética ha sido paulatino. Manejan [illegible] de millones de dólares producto de la venta de drogas y de armas [illegible], tanto livianas como pesadas.

Por su parte, el gobierno de Boris Yeltsin declaró una guerra sin cuartel contra el crimen organizado al anunciar [illegible] que [illegible] US$ [illegible] millones para reprimir a las mafias.

ITALIA.

[illegible] Universidad de Padua. [illegible] por diez personas vestidas de [illegible]

B.- CONTINENTAL.

1. HAITI.

- El Presidente Bill Clinton anunció una serie de sanciones adicionales a Haití, disponiendo la prohibición de todos los vuelos a la isla de cualquier tipo de transacción financiera con dicha República.

2. ECUADOR.

- La Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) convocó a las organizaciones populares a una gran movilización por la vida, luego que el gobierno aprobara una nueva Ley Agraria que según la organización beneficia a [illegible] familias.

3.- PERU.

- La Comisión de Derechos Humanos del Congreso de este país, está estudiando la situación de cuatro mil indígenas ashaninkas, que habrían sido sometidos por Sendero Luminoso a la condición de "esclavos" en la selva central del Perú.

06600

C.- REGIONAL.

1.- BRASIL.

[illegible] de Asuntos [illegible] (1 [illegible]):

- [illegible] militantes [illegible] Movimiento.

- [illegible] de Trabajadores [illegible] y [illegible] de la Iglesia para instalar un [illegible].

[illegible] procedente de Paraguay [illegible].

- [illegible] Pernambuco [illegible] existe un Centro [illegible] procedentes de [illegible] URSS.

- [illegible] de instrucción en el [illegible] región [illegible], área que se destacó [illegible] de los conflictos agrarios.

- [illegible] el Ejército, detectó otra área de [illegible] (Santa Catarina), [illegible] Universidad de [illegible].

- [illegible] de la Universidad [illegible] de Campinas (UNICAMP) [illegible] desde el [illegible] de mayo, ocuparon el [illegible] de la Universidad. Lo mismo [illegible] Conjunto Residencial de la [illegible], donde se llevaron [illegible].

- [illegible] Brasil, están [illegible] votos dentro de las [illegible] tanto, las diferentes corrientes [illegible] a sus feligreses tener en [illegible] su sufragio.

- [illegible] de las [illegible] empresas de transporte de Porto Alegre [illegible] dificultades a los usuarios. Se [illegible] incidentes cuando la Policía Militar fue llamada por [illegible] para garantizar la seguridad de trabajadores no adheridos a la huelga.

- Los Ministros [illegible] le presentaron al Pte. Itamar FRANCO un [illegible] de ley incrementando en un 35% los salarios de las FF.AA.

[illegible] desocupados a [illegible] su co- [illegible] familias en los [illegible] año [illegible] breve [illegible] familias.

1. ARGENTINA.

- La localidad Tucumana de [illegible], fue declarada en emergencia económica [illegible] de la crítica situación que atraviesan los trabajadores de la zona como consecuencia de los [illegible] de las fuentes de trabajo.

- En [illegible] los [illegible] del Centro de Estudiantes, [illegible] a cabo una toma pacífica de todas las Facultades en [illegible] serie de medidas adoptadas por el Consejo Académico que impiden que unos 1.[illegible] alumnos prosigan sus estudios.

[illegible] operativo [illegible] llevado a cabo en los alrededores de la ciudad de Tucumán, fue capturado el ciudadano [illegible], miembro de una célula de [illegible] de la Organización guerrillera Sendero Luminoso. Otros diez guerrilleros se [illegible] fuga, los que estarían identificados [illegible]. Dicha organización contaría con ramificaciones en Córdoba, Salta y Jujuy.

- En Córdoba, se llevó a cabo una manifestación sindical la cual fue considerada la mayor en los últimos 10 años, estimándose que [illegible] personas recorrieron las calles de la ciudad reclamando incrementos salariales y en defensa de las fuentes de trabajo.

- En el Partido de Merlo (Prov.Bs.As.), cinco delincuentes armados con ametralladoras FAL del Ejército argentino, perpetraron un asalto tipo Comando en la terminal de una línea de ómnibus. Un empleado de la empresa resultó muerto. La Policía logró detener a los integrantes de la banda luego de un enfrentamiento con los mismos.

- En la Provincia de Neuquén, productores frutícolas realizaron un "tractorazo" (corte de ruta) para demostrar su descontento ante la falta de soluciones a los reclamos del sector.

[illegible]406600

D.- NARCOTRAFICO.

1. ALEMANIA.

[illegible] decomisaron 40[illegible] Kgs. de [illegible] narcotraficantes. [illegible] marcos. Se [illegible] la heroína procedía de Turquía y que en [illegible] el jefe de la red de narcotraficantes.

2. BRASIL.

- [illegible] en Salvador, la Policía [illegible] que portaba 1.[illegible] Kg. de cocaína [illegible].

- [illegible] Policía Militar, en [illegible] Santa [illegible] (centro de San Pablo), se in[illegible] fueron detenidas 4 personas. [illegible] desbaratar una "fábrica" de [illegible].

- [illegible] Policía [illegible] en Porto Velho, dos aviones [illegible] de cocaína, incautados en [illegible].

- [illegible] metropolitana de San Pablo, 'grupos de [illegible] a tiros a 1[illegible] personas, 6 en San [illegible] da Serra, donde supuestamente funcionaba un centro de tráfico de drogas. En [illegible] estos últimos, se encontró cocaína, marihuana y residuos de crack.

3.- ARGENTINA.

- [illegible] de un hotel situado en la [illegible] (barrio metropolitano de Congreso), fueron detenidas [illegible] personas, se decomisó 1 revolver calibre [illegible], varios proyectiles y se incautaron 1/2 Kg. de cocaína de [illegible].

- [illegible] Agentes de la [illegible] Drogas Peligrosas de la Policía Federal, concretaron diversos operativos en la Capital Federal, [illegible] las provincias de Bs.As., Jujuy y Salta. Incautaron 50 Kgs. de cocaína de máxima pureza y se detuvo a [illegible] personas, entre ellas el colombiano José PADILLA ECHEVERRY, considerado el jefe de la Operación "Conexión Canarias".
La droga se enviaría a las Islas Canarias (España) o Rotterdam (Holanda) a fin de distribuirla en Europa.

[illegible]

[illegible]00600

007

II.- MEDIO AMBIENTE.

A.- CAMPO POLITICO.

1.- PARTIDO COLORADO.

[illegible]

2.- PARTIDO NACIONAL.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

3.- FRENTE AMPLIO.

[illegible]

[illegible]

[illegible] Dirigir [illegible] [illegible] programados [illegible] tendría [illegible] El planteo [illegible] reunión [illegible] rechazado [illegible]

4.- NUEVO ESPACIO.

a.- P.D.C.

[illegible] integrar [illegible] electoral que lleve la [illegible]

[illegible]

b.- EX-PEGEPISTAS.

[illegible] Rafael MICHELINI [illegible] acuerdo con [illegible] opción [illegible] elecciones de noviembre.

5.- I.M.M.

[illegible] entiende en el [illegible] División Turismo de la [illegible] Artigas MELGAREJO se [illegible] los antecedentes a la Justicia [illegible] Director [illegible] a los dos empresarios [illegible].

[illegible] se ha cuestionado la forma [illegible] adjudicaciones, en forma [illegible] discrecionalmente, en el [illegible] de la Comisión designada para [illegible] los asuntos del Cilindro [illegible]. Se habrían pagado U$S 50.000 para [illegible] estarían [illegible].

0406600

B. CAMPO SICOSOCIAL

1. SINDICAL

a.

b.

c.

d.

010

2.

a. [illegible]

b. [illegible]

406600

III FUERZAS GENERADORAS DE CONFLICTOS.

A ESPACIO RADICAL.

1 U N I R.

a M. 26 M.

2 M.P.P.

SARTHOU

FERNANDEZ HUIDOBRO
MUJICA
ZABALZA
CASTRO
ABELENDA
QUARTINO
CULTELLI
POSSAMAY
CASERES

3 OTROS.

a. P.C.R.

0046600

b M.R.O.

[illegible]

013

IV.- HECHOS QUE AFECTAN A LAS FUERZAS ARMADAS

* Situación Carcelaria

[illegible]

9406600

015 15

RESERVADO

.M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	21JUN94	HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 44/94		

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 29JUN94

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada: 22/06/94
N° 224

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
21 JUN 1994
Antecedentes
N° 9406602

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.

D.E. I

FIRMA: El Jefe del Departamento II(INF) E.M.C. D.N.S.FF.AA.

Coronel

Franklin W. Fernández

Fecha 20.06.94
Pasa a: DIDE
N° 9406602

01/006

RESERVADO

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE S.FF.AA.

ALVAREZ NUÑEZ Julio Martin

ANDREOLI CALVO Javier Fernando

BARTH BAGNIUK Liliana Isabel

BERTINAT BRADFORD Graciela Denis

BODAGORRIA ARBELO Julia Mary

BONILLA ALDERETE Daniela

BRITOS POGGIO Elisa Edelma

BUFFA PORLEY José Luis

00

[illegible]

CANEIRA PIASIRA María Alicia

CANEPA FRAIGOLA Andrea Gladys

006 | 006

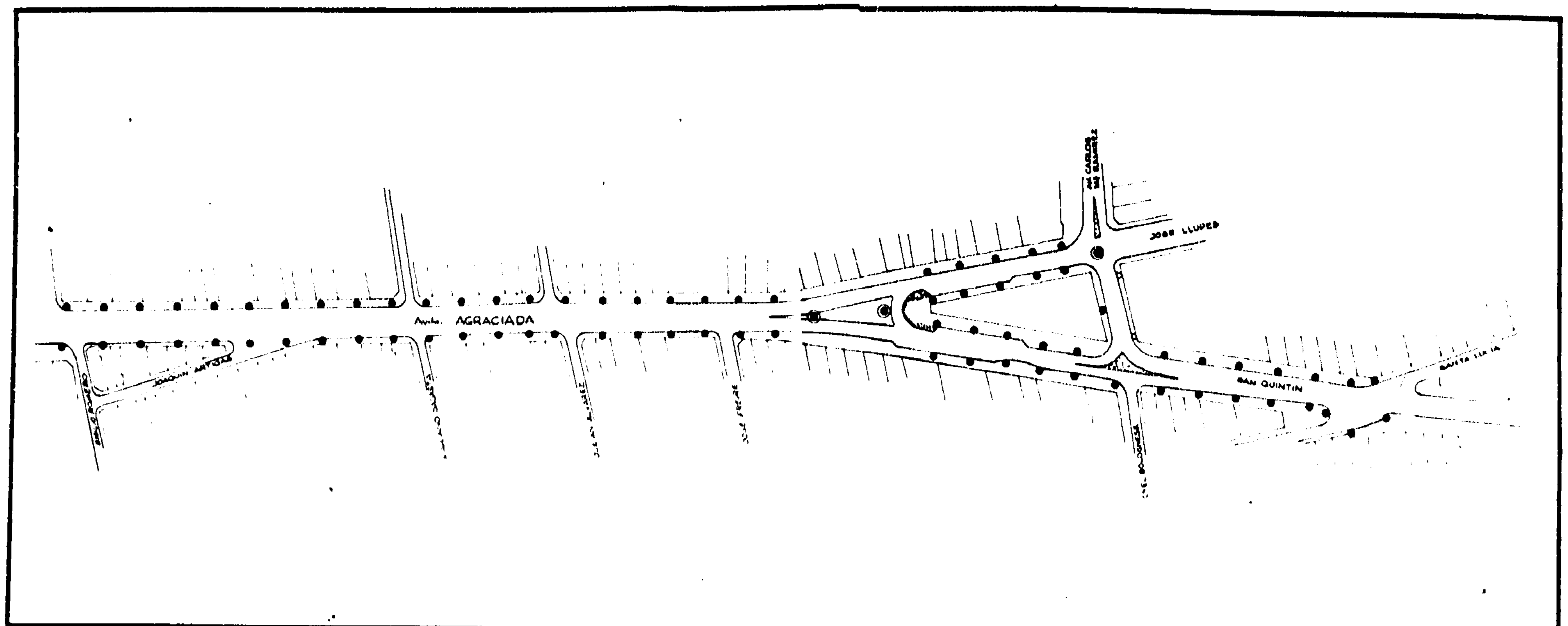


Edgar Attarián

REPORTAJE

De interés para los comerciantes de la zona

Charlamos con el Presidente de la Asociación de Comerciantes de Paso Molino y Belvedere, Sr. Edgar Att





- Attarián, en la asamblea reciente, donde estuvimos presentes, notamos un consenso general de los asociados presentes, sobre que debe ser mayor el número de asistentes a este tipo de reuniones, ¿usted qué opina?

- La concurrencia de los socios se tiene que incrementar ya que la directiva de la Asociación de Comerciantes por sí sola no puede abarcar el enorme trabajo a realizar, pues las posibilidades de futuras realizaciones son muchas. Para que la mayoría se concreten en el presente año, necesitamos de la participación de todos los asociados y el ingreso de los que aún no lo son.

- Luego de la experiencia que en materia de seguridad para la zona comercial se llevó a cabo en fin de año, ¿hubo cambios con motivo del Día de la Madre?

- Efectivamente, para esta significativa fecha hemos trabajado en forma constante estos últimos meses y los socios tendrán mediante una inversión económica adicional un servicio contratado (223), dependiente de Jefatura de Policía, supervisado personalmente por el Comisario de la 7ma. Seccional, Sr. Harry Marshall. Es importante destacar que tras la asunción de este nuevo Comisario mantuvimos una reunión (publicamos adjunta a esta nota, la foto de la reuión entre el titular de la 7ma. y el Pte. de la A.C.P.M.B., Edgar Attarián y el Pro Tesorero Héctor Amespil), donde nos anunciaba la especial atención que prestará al comercio de la zona y el refuerzo de las patrullas de agentes a tal fin.

Para el Día de la Madre, del Padre y del Niño, igualmente consideramos que era necesaria la contratación de este servicio 223 que seguramente a la salida de **La Voz** ya los comerciantes habrán podido apreciar.

- ¿Qué novedades hay sobre la iluminación de Agraciada desde Emilio Romero hacia Belvedere?

- Estamos ultimando los detalles con la División Iluminación de la Intendencia Municipal para que a breve plazo sea una realidad. (También y en forma exclusiva para nuestros vecinos publicamos el proyecto cedido a **La Voz** por el Arq. Enrique Dalmases y realizado por el Ing. De Martini de la IMM).

- En la asamblea realizada en el Club de Bochas, algunos asociados consideraron que se debía incrementar la información al asociado, ¿cuál es su opinión?

- Creemos, tal cual se manejó en la reunión, que una publicación periódica es fundamental para que, como ocurría hasta hace un par de años, la Asociación cuente con una revista informativa y para ello ya estamos trabajando.

Asimismo y por este medio queremos comunicar que todos los comerciantes, asociados o no, tienen la posibilidad de acercar sus inquietudes a lo que hemos llamado el "Buzón de sugerencias". Se encuentra instalado en el local de Joyería Revello en Agraciada y Emilio Romero donde todos los lunes a las 20 hrs. nos reunimos y esperamos la participación de los socios que quieran concurrir.

Agradeciendo la atención prestada a **La Voz** por el Presidente de la Asociación de Comerciantes de Paso Molino y Belvedere sobre el final de esta nota y consultado sobre si quería enviar un mensaje al comerciante en general, expresó: "Más que un mensaje quiero en nombre de esta Comisión Directiva llamar a la reflexión a todos los colegas para que tengan presente que este "Shopping Abierto", idea de la que somos pioneros, no debe dejar perder los 400.000 potenciales clientes del Cerro, La Teja, Capurro, Prado, Bella Vista, Paso de la Arena etc. que encuentran en nuestra zona comercial un muy buen nivel de comercios y de mercaderías y para ello es imprescindible la unión y la participación de todos. Por eso repito, los esperamos todos los lunes a las 20 horas en el local de Joyería Revello hasta que en pocas semanas más nos reunamos en nuestra propia sede de la Plaza Nº 7.

001/001

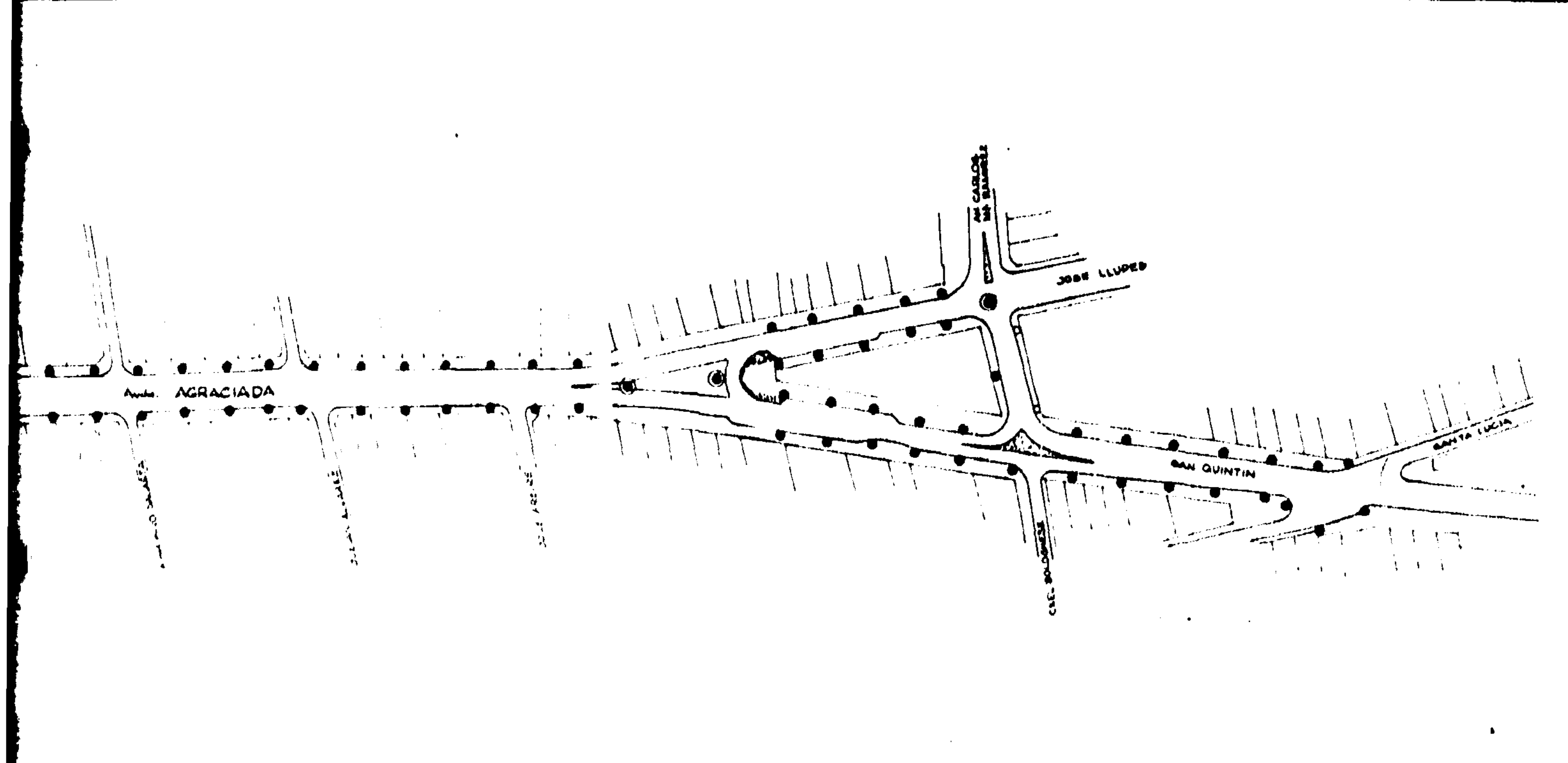
LA VOZ de Paso Molino, Belvedere y Capurro

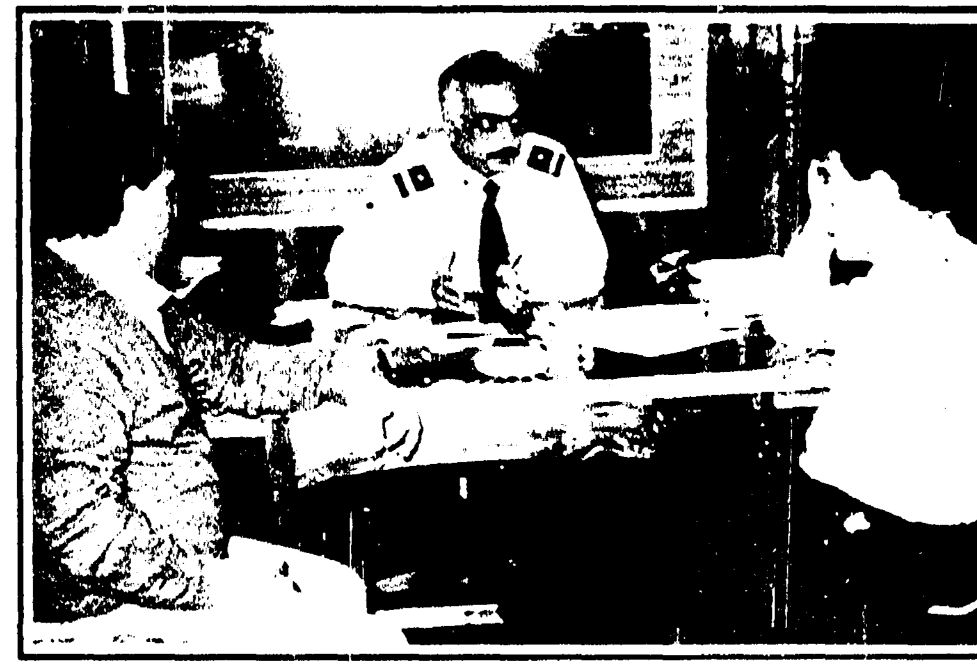
15 MAYO 1994

REPORTAJE

De interés para los comerciantes de la zona

Charlamos con el Presidente de la Asociación de Comerciantes de Paso Molino y Belvedere, Sr. Edgar Attarián





- Attarián, en la asamblea reciente, donde estuvimos presentes, notamos un consenso general de los asociados presentes, sobre que debe ser mayor el númerc de asistentes a este tipo de reuniones, ¿usted qué opina?

- La concurrencia de los socios se tiene que incrementar ya que la directiva de la Asociación de Comerciantes por sí sola no puede abarcar el enorme trabajo a realizar, pues las posibilidades de futuras realizaciones son muchas. Para que la mayoría se concreten en el presente año, necesitamos de la participación de todos los asociados y el ingreso de los que aún no lo son.

- Luego de la experiencia que en materia de seguridad para la zona comercial se llevó a cabo en fin de año, ¿hubo cambios con motivo del Día de la Madre?

- Efectivamente, para esta significativa fecha hemos trabajado en forma constante estos últimos meses y los socios tendrán mediante una inversión económica adicional un servicio contratado (223), dependiente de Jefatura de Policía, supervisado personalmente por el Comisario de la 7ma. Seccional, Sr. Harry Marshall. Es importante destacar que tras la asunción de este nuevo Comisario mantuvimos una reunión (publicamos adjunta a esta nota, la foto de la reuión entre el titular de la 7ma. y el Pte. de la A.C.P.M.B., Edgar Attarián y el Pro Tesorero Héctor Amespil), donde nos anunciaba la especial atención que prestará al comercio de la zona y el refuerzo de las patrullas de agentes a tal fin.

Para el Día de la Madre, del Padre y del Niño, igualmente consideramos que era necesaria la contratación de este servicio 223 que seguramente a la salida de **La Voz** ya los comerciantes habrán podido apreciar.

- ¿Qué novedades hay sobre la iluminación de Agraciada desde Emilio Romero hacia Belvedere?

- Estamos ultimando los detalles con la División Iluminación de la Intendencia Municipal para que a breve plazo sea una realidad. (También y en forma exclusiva para nuestros vecinos publicamos el proyecto cedido a **La Voz** por el Arq. Enrique Dalmases y realizado por el Ing. De Martini de la IMM).

- En la asamblea realizada en el Club de Bochas, algunos asociados consideraron que se debía incrementar la información al asociado, ¿cuál es su opinión?

- Creemos, tal cual se manejó en la reunión, que una publicación periódica es fundamental para que, como ocurría hasta hace un par de años, la Asociación cuente con una revista informativa y para ello ya estamos trabajando.

Asimismo y por este medio *queremos comunicar* que todos los comerciantes, asociados o no, tienen la posibilidad de acercar sus inquietudes a lo que hemos llamado el "Buzón de sugerencias". Se encuentra instalado en el local de Joyería Revello en Agraciada y Emilio Romero donde todos los lunes a las 20 hrs. nos reunimos y esperamos la participación de los socios que quieran concurrir.

Agradeciendo la atención prestada a **La Voz** por el Presidente de la Asociación de Comerciantes de Paso Molino y Belvedere sobre el final de esta nota y consultado sobre si quería enviar un mensaje al comerciante en general, expresó: "Más que un mensaje quiero en nombre de esta Comisión Directiva llamar a la reflexión a todos los colegas para que tengan presente que este "Shopping Abierto", idea de la que somos pioneros, no debe dejar perder los 400.000 potenciales clientes del Cerro, La Teja, Capurro, Prado, Bella Vista, Paso de la Arena etc. que encuentran en nuestra zona comercial un muy buen nivel de comercios y de mercaderías y para ello es imprescindible la unión y la participación de todos. Por eso repito, los esperamos todos los lunes a las 20 horas en el local de Joyería Revello hasta que en pocas semanas más nos reunamos en nuestra propia sede de la Plaza Nº 7.

003/001

"La Voz" ya está en Los Angeles, con su corresponsal Carlos Buis

Nuestro medio de comunicación, luego de estar representado en el Mundial de Italia 90 por Gerardo D'Alba, vuelve a decir presente este año, en el tan esperado y promocionado evento futbolístico a realizarse dentro de pocos días en Estados Unidos. Sin la presencia, lamentablemente, de Uruguay, tendremos igualmente noticias de todo lo que ocurre antes, durante y después del Campeonato, por intermedio de nuestro corresponsal Carlos Buis, un compatriota que reside en el país del Tío Sam desde hace muchos años. Para ser más precisos les contamos que reside junto a su familia en Los Angeles y edita desde hace más de 17 años "Revista rioplatense", para las colectividades uruguayas y argentinas. El contacto y ésta gran posibilidd de que "La Voz" tenga a este reconocido profesional como su periodista en Estados Unidos '94, se logró gracias a nuestro Jefe de Deportes, Miguel Angel Belmonte que además de ser su dilecto amigo es Corresponsal General en Uruguay de "Revista rioplatense". A Carlitos Buis desde nuestro querido Paso del Molino, le enviamos nuestro afectuoso saludo esperando ansiosos, los nuevos comentarios que a partir de esta primer nota que publicamos adjunta, nos enviará sobre la World Cup 94.

La Dirección



Rumbo al Mundial USA '94

por Carlos Buis



* El seleccionado de México, dirigido por Miguel Mejía Barón, resultó ser el mejor entre los equipos integrantes de la CONCACAF, con cinco partidos ganados y una sola derrota. Es la primera vez, después de 16 años que México no lograba calificar en una Copa Mundial y por tal motivo la celebración no tardó en expandirse por todos los ámbitos deportivos.

* La nueva idea de Joao Havelange, presidente de FIFA (Federación Internacional de Fútbol Asociado), es de incluir a mujeres en el programa de fútbol de los Juegos Olímpicos de 1996 que se organizarán en la ciudad de Atlanta, en Estados Unidos, declarando que admira mucho el fútbol femenino.

* El famoso y legendario jugador brasileño Pelé, Edson Arantes do Nascimento, manifestó que la selección de Estados Unidos puede darnos sorpresas para el Mundial 94, ya que asegura que el equipo está muy bien preparado, pero al mismo tiempo mostró un poco de escepticismo en cuanto a la posibilidad de ganar el campeonato.

* El presidente de la FIFA, Joao Havelange y su comitiva visitaron recientemente los estadios donde se llevarán a cabo los distintos partidos de la Copa Mundial de Fútbol USA '94 y entre ellos el "Rose Bowl" de Pasadena donde se jugará la final USA '94.

Havelange se retiró satisfecho de las condiciones del estadio y manifestó que aun cuando se debió reducir su capacidad por motivos de seguridad, se logró comodidad para 94.000 asientos y mencionó que en Argentina 78 la final fue en el estadio River Plate con capacidad para 85.000 personas; en España 82 en el Neu Camp con 110.000, en México 86, en el Azteca con 120.000 y la final de Italia 90 se disputó en el Olímpico de Roma con comodidad para 115.000 personas sentadas.

* El presidente del comité organizador del Mundial USA, señor Alan Rothenberg, manifestó su confianza en la seguridad de los eventos a realizarse para esta fiesta de todo el mundo y que, por ende, contará con la visita de aficionados y dirigentes de diversos países. Habrá una sofisticada fuerza especial en todas las sedes a fin de garantizar la seguridad del desarrolo de cada uno de los partidos correspondientes a la Copa Mundial de Fútbol de 1994, de acuerdo a lo que han dado a conocer los organizadores.

Muchos están dudando sobre el éxito del Mundial 94 de Fútbol a realizarse en Estados Unidos, sin embargo Alan Rothenberg, presidente del comité organizador, afirma lo contrario aun cuando en este país no existe una tradición futbolística, recalcando que los preparativos se están llevando a cabo en forma cuidadosa y según un calendario previamente elaborado con mucho esmero. A la vez informó que se está incentivando una campaña progresiva de promoción del fútbol que comenzará en junio de 1994.

La venta de boletos para el Campeonato Mundial de Fútbol USA '94 se están vendiendo en forma sorprendente a pesar de las críticas de las posibilidades de éxito que pueda tener el evento en un país como éste, donde los antecedentes futbolísticos son prácticamente nulos. La venta se hace por paquetes de entradas para cuatro partidos de la primera serie y uno para octavos de final y los precios oscilan entre U$S 105 y 400 por paquete.

Las personas interesadas en la compra de entradas pueden escribir a: World Cup USA 1994/ P.O Box 1994 - Los Angeles, CA 90099 4382.

LA VOZ (Paso Molino, Belvedere y Capurro)

9406605

9406605

001/001

Niños carenciados...Compromiso de todos

Dialogamos con integrantes de "El Abrojo" sobre sus proyectos comunitarios

Escribe Rosa Tarela





Si hay un tema que debe preocuparnos a todos, es el relativo a los niños y a los adolescentes y si se da el caso que estos chicos viven en condiciones un tanto especiales, la preocupación es mayor.

Tratamos el tema con gente, educadores, que en nuestra zona están trabajando para darle algún tipo de solución.

Estuvimos conversando con integrantes de El Abrojo, institución no gubernamental que desarrolla diversos proyectos comunitarios.

Una de ellas, Mónica Ceferino, informó a **La Voz** que la ONG trabaja en áreas de la infancia, joven y mujer y se pretende dar alternativas a lo que es la vida cotidiana y sobre todo volcadas a sectores populares, se trata de un instituto de educación popular con metodología alternativa.

Está integrada por personal voluntario y rentado y quienes están trabajando en nuestro barrio concretamente en un proyecto que pertenece al área infancia y que es financiado por ONG extranjeras.

El equipo "Remolino" está integrado por siete educadores: Brigitte Nogués, Ricardo Rodríguez, Oscar Caffaro, Rossana Fernández, Martín Vaillant, Gimena Landés y Mónica Ceferino, que fuera nuestra interlocutora al igual que Brigitte Nogués.

Mónica nos señaló que este tipo de trabajo es realizado precisamente en el medio y en los espacios donde los niños y adolescentes viven o concurren y fue ideado para llevarlo a cabo en etapas.

Hoy se tienen dos años de existencia. En el primero, se buscó contactarse con esos niños que están en la calle y que desarrollan toda una estrategia de supervivencia y se eligió la zona Paso Molino, a partir de una serie de estudios y estadísticas realizados en la misma.

Los niños y jóvenes que trabajan con el grupo, provienen del Hogar Uruguayana y de las viviendas precarias de Zufriategui y Uruguayana, pero también son niños de la calle, indicó Mónica, que pertenecen a lugares más alejados como Nuevo París, La Teja, y el Cerro.

En estos momentos hay conformados varios grupos con distintas actividades, tales como voleybol y jardinería entre otros.

Las tareas son recreativas y se trabaja de diferente manera, porque nos dijo la educadora, no es lo mismo el trabajo de calle de Paso Molino que el trabajo de Uruguayana o el del cantegril, ya que en estos casos, como el educador va hacia los hogares, se tiene también el contacto con los hermanos y padres.

En estos momentos El Abrojo está abocado a la tarea de alquilar una casa, para desarrollar distintas tareas y proyectos con los chicos, a fin de cumplir con las etapas y propuestas. La misma funcionará tipo casa abierta, con horarios y grupos de diferentes edades y distintos intereses. Esto aun no ha sido posible, ni a nivel privado ni a nivel de la Intendencia de Montevideo, por no contar con locales.

Como la institución tiene servicios de médico y asistente social, la casa también serviría para el desarrollo de sus tareas específicas en beneficio de los chicos.

Cuando ya la charla con Mónica y Brigitte estaban finalizando nos contaron que el grupo de jardinería estaba funcionando como cooperativa y que los miércoles el grupo voleybol concurre al club Universal a partir de la hora 18, señalaron también la cooperación de esta institución con respecto a los chicos y su agradecimiento a la misma.

Quienes quieran comunicarse con El Abrojo pueden hacerlo a través del 98 40 41 y con los educadores, por el 71 59 00/ Brigitte 23 64 14/ Mónica.



15 de mayo de 1994

GRUPO SICOSOCIAL
MUJERES

1/1

tiene la palabra

Saludo de ADASU

15 de mayo, Día del Asistente Social

Montevideo, 10 de mayo de 1994.

Sra. Editora de
La República de las Mujeres
Doña Isabel Villar
Presente

De nuestra mayor consideración:

La temática que el suplemento que Ud. dirige desarrolla, es de interés permanente para los asistentes sociales, por lo que es muy leído por nosotros.

El prestigio que el suplemento tiene nos lleva a solicitarle, saludar a todos los colegas por su intermedio, ya que el 15 de Mayo es el Día del Asistente Social.

Ha sido elegido este día porque fue el inicio de la formación de Asistentes Sociales en la primera Escuela en Chile.

Le informamos además que nuestra asociación realizará su Asamblea General Ordinaria el próximo lunes 16 de mayo a las 19 horas en nuestro local.

El orden del día será el siguiente:
-Información y actuación de ADASU
- Colegiación y Código de Etica.
-Reválida al título de Licenciado en Servicio Social.

Agradecemos desde ya su colaboración y quedamos a sus gratas órdenes.

Por la Comisión de Prensa y Propaganda:

A.S. Gilda Menza
A.S. Mirta Macedo

La República de las Mujeres
15 MAY 94

21 1994
FECHA 28.6.94 INICIAL
02
MAY (ST)
OSCAR BALADAN
001/001
CA08607

ORIGINAL

9406608

940178 20/JUN/94

I. ASUNTO. DOCUMENTACION DEL M.R.O.

II. EVALUACION.

III. REFERENCIA.

000002

IV. T E X T O. Se adjunta Publicación denominada "CHASQUE" perteneciente al M.R.O.

21 1994

001/009

9406608

05 09 94 (OH)

Asuntos

1 CHASQUE
Carta de analisis y accion politica
MRO

febrero 94 N° 6

MALDONADO 1259 esq. YI TEL.: 985-493

Las grandes tareas, pasan, según nuestro planteo por:

- forjar una alternativa de poder popular, democrática y nacional sustentada en fuerzas de izquierda y las organizaciones sociales. Forjar un frente revolucionario de masas.
- denunciar al imperialismo y a la oligarquía como los enemigos principales del pueblo.
- denunciar el actual regimen democrático burgués, verdadera dictadura de una minoría de privilegiados, democracia tutelada, inestable y recortada, tratando de relativizar los logros populares fruto del parlamentarismo.
- conducir las actuales luchas democráticas, luchas antiimperialistas y de las motivaciones populares hacia la necesidad de un gobierno obrero popular única forma de derrotar el plan político de la oligarquía.
- desplegar una lucha ideológica y política intransigente contra el reformismo, el oportunismo y las tendencias socialdemocráticas dentro del movimiento obrero.
- trabajar en el seno del pueblo hacia la formación de un frente artiguista de liberación nacional -instrumento estratégico de liberación- teniendo en cuenta el nivel de conciencia del pueblo y el reflujo del movimiento obrero popular en lo nacional e internacional.

(Fragmento del documento "POR UNA ALTERNATIVA REVOLUCIONARIA" 32º Aniversario)

SUMARIO

LA LUCHA REVOLUCIONARIA ES CONDICION DE LA VICTORIA

000002
000002
002 -9406608
05 03 94 (6H)

Una Reforma Más ?



na Reforma Más?

NUESTRO PAIS SE HA CARACTERIZADO POR LA INESTABILIDAD DE SUS CONSTITUCIONES; CADA VEZ QUE LOS SECTORES ECONOMICAMENTE PODEROSOS VEIAN PELIGRAR, AUNQUE EN FORMA PARCIAL, SUS PRIVILEGIOS CAPITALISTAS, PROYECTARON UNA REFORMA CONSTITUCIONAL, QUE PUDIERA PROLONGAR SUS INTERESES OLIGARQUICOS.

En 1917 se aprobó la primera reforma constitucional por medio de una Asamblea General Constituyente que para su época consagraba mejoras importantes tales como el sufragio universal(con la constitución de 1830 votaban solamente los uruguayos varones que poseían capitales, lo que excluía al proletariado, aunque todavía la mujer no tenía en la constitución del 17 derechos electorales); el Poder Ejecutivo se componía de dos ramas, el Presidente de la República y un organismo colectivo llamado Consejo Nacional de Administración, en que había representantes del lema ganador de la elección y de la oposición mayor.

Con esta constitución se realizaron las principales reformas del Batllismo con sentido progresista, sin tocar las estructuras capitalistas, pero con evidentes mejoras para los humildes, pero la crisis mundial del sistema capitalista del 29, se trasladó a los países dependientes trayendo en nuestro país la disminución en un 60% de la venta de carnes y reducción de los precios internacionales de los productos agrícolas, depreciación del peso a un tercio de su valor, despidos masivos en los frigoríficos y se llegó a 50 mil desocupados, se tomaron medidas proteccionistas para paliar la situación con la prohibición de artículos suntuarios, entregando el control al Banco República, que además se encargó del contralor del traslado de capitales al exterior, suspendiendo las amortizaciones de la deuda externa, pero fundamentalmente la creación de la Ancap, que daño los intereses imperialistas y precipitó la dictadura de Terra.

El gobierno de facto impone una reforma constitucional en la que se elimina el consejo nacional de administración y se refuerza el poder ejecutivo, esa reforma es apoyada por el terrismo y el riverismo en el Partido Colorado y el herrerismo del Partido Nacional.

DESMANTELAMIENTO DEL APARATO REPRESIVO

6608

No es apoyada por el batllismo, el nacionalismo independiente y los pequeños partidos de izquierda (socialista y comunista).

Se llama a elecciones en el año 35 y en base a esa constitución se abstienen los batllistas y los blancos independientes, instalándose la ley de lemas y el doble voto simultáneo. En esa elección por primera vez se permite el voto femenino y vence el Partido Colorado, dentro de él el General Baldomir.

Esta constitución que cercenaba completamente las autonomías departamentales y establecía lo que en su época se llamó el senado medio y medio en que habían quince senadores colorados y quince blancos presidida por el vicepresidente dela república, tuvo muy corta duración, pues Baldomir presionado por la oposición batllista, blanca independiente y fundamentalmente por EEUU que había entrado en guerra mundial y no podía permitir que el Uruguay quedara como neutral, realiza un golpe de estado prolongando su mandato durante un año en que se desató una caza de brujas de todos los ciudadanos que fueran partidarios del Eje, llegando a prohibir comerciar a empresas de propiedad de alemanes y productos de ese mismo orogen como la aspirina, fomentando la venta del mejoral de origen norteamericano.

La Constitución reformada que integraba el Senado con representación proporcional, pero mantenía los defectos de la anterior, cóincidió con gobiernos progresistas de Borreta y a su fallecimiento - de Luis Batlle, amparados por circunstancias internacionales favorables, en que los sectores populares estuvieron algunas conquistas importantes y se instalaron varias industrias, sobretodo textiles, y en el país existían empleos bien remunerados.

Los latifundistas no veían con buenos ojos la creación de las industrias que movilizaban a la clase obrera en las fábricas y robustecían sus sindicatos y la política de gobierno que imponía fuertes impuestos a las mercaderías que competían a las fabricadas en el país, hacía que las multinacionales ligadas al imperialismo se aliaran a la oligarquía nativa para tratar de impedir la continuidad de gobiernos que no favorecían sus intereses capitalistas.

En aquella época con el Partido Nacional votando dividido de los sectores del Partido Colorado eran los que decidían la elección: los batllistas populistas en la lista 15, los batllistas conservadores en la lista 14 y los colorados independientes también conservadores de origen terrista.

En las elecciones de 1950 vuelve a ganar el Partido Colorado y dentro de él la lista 15 que lleva a la Presidencia a Martínez Trueba con 180 mil votos de los 430 de todo el Partido.

Pero el Presidente se pone de acuerdo con las minorías de su partido y el herrerismo y realizan una reforma constitucional en que se instala un gobierno colegiado de nueve miembros, seis por la mayoría del lema ganador y dos por la fracción mayoritaria del lema opositor y uno por la mayor minoría del mismo. Esta reforma fué plebiscitada en diciembre del 51 y a pesar de que era apoyada por los dos partidos tradicionales fué aprobada por 230 mil a 200 mil votando menos del 20% de los habilitados y perdiendo en Montevideo, donde los partidos de izquierda y los gremios se pronunciaron en contra.

ESTATIZACION DE LA BANCA Y EL COMERCIO EXTERIOR

00002 00002 2940808

En el período en que actuó el colegiado, ya las circunstancias internacionales que permitieron la industrialización del país, dejaron de actuar y nuestros productos industrializados y materias primas fueron perdiendo competitividad con el mercado mundial lo que produjo un estancamiento y posterior recesión económica, como consecuencia de lo cual se produce una gran inflación interna, desocupación, aumento incontrolado de los artículos de consumo familiar y rebaja del salario real de los trabajadores.



Fué la época de la repartija de los directorios de los Entes Autónomos y de la burocratización de las empresas públicas, por el régimen de 3 y 2, cuando para acceder a un empleo público o recibir un ascenso era necesario el visto bueno de un político blanco o colorado. Se llenó así, los Entes Autónomos con directores ineptos y excesivo número de empleados escogidos no por sus capacidades sino por sus filiaciones políticas.

La profundizaci-on de la crisis de los gobiernos colorados y blancos cada vez más dependientes y obsecuentes con el Fondo Monetario Internacional, junto con la profundización de los conflictos en que la clase trabajadora ya nucleada en la CNT influyeron para que los partidos tradicionales le echaran la culpa de la crisis al colegiado y después de grandes cabildeos proyectaran lo que en su momento se llamó Reforma Naranja" que es la que pleibiscitada junto con la elecci-on de 1966 actualmente nos rige.

La Constituci-on actual impulsada por los Partidos Tradicionales para tratar de perpetuarse en el poder, cuando ya se insinuaba la unidad de la izquierda que pod-ía terminar con el bipartidismo es totalmente antidemocrática, el Poder Ejecutivo es ejercido por un Presidente que dado la atomización de los partidos tradicionales en los cuales comparten el Lema sectores ideológicamente antagónicos, con un 20% de los votos de la ciudadanía puede llegar a la máxima autoridad y ejercer el derecho de VETO de los proyectos aprobados por el Parlamento.

Esta Constitución es fuertemente presidencialista, teniendo el Presidente el derecho de disolver el Parlamento si se le censura un Ministro, llamando a elecciones en 90 días y en el interín gobernar por decreto, sin arriesgar su puesto de Presidente.

Por lo demás sabemos que las clases dominantes no tienen ningún inconveniente en vilar la Constitución si lo consideran necesario para sus intereses.

Como hemos visto, ninguna de las reformas constitucionales que rigieron en nuestro país sirvieron para modificar la situación económico y social de las clases populares, nosotros sabemos bien que los problemas que acucian a los trabajadores no se solucionan con una Reforma Constitucional.

Con respecto a la Constitución que se proyecta debemos cuestionar la forma en que fue redactada en base a cabildeos de las cúpulas partidarias sin la presencia del pueblo y además por lo que ha trascendido este proyecto en lugar de incrementar la incidencia del Poder Legislativo aumentaría los miembros del Parlamento agregando algunos representantes más del lema ganador, para que el Ejecutivo pueda tener en las cámaras mayoría y así poder gobernar, "tergiversando así el principio democrático de representación proporcional.

Es por éso que rechazamos este proyecto que no mejora sino empeora la mala Constituci-on vigente y le darán al pueblo a ratificar lo ya "cocinado" por los dirigencias sin intervención popular.

Nuestro Movimiento opina que no son los mecanismos constitucionales los que hay que modificar, sino que lo fundamental es la lucha contra el régimen capitalista que somete al pueblo y hasta que no se tome el

CONTRA LA DESOCUPACION

POLITICA DE PLENO EMPLEO

000002
000002
0006508

poder por los trabajadores, las clases sociales, los capitalistas seguirán explotando aunque haya una Constitución que en la letra especifique mejoras importantes.

Nuevamente ante "el peligro" de levantamientos populares espontáneos o conducidos por vanguardias revolucionarias (Santiago del Estero o Chiapas) las clases dominantes proyectar una reforma Constitucional con la complicidad de los grupos políticos reformistas y los dirigentes de la Central Obrera.

Sabemos que cuando se tome el poder por los trabajadores, será necesario tener una Constitución, pero esa debe ser una verdadera Constitución democrática en que todos los habitantes del país tengan la oportunidad, en sus pueblos, en sus barrios y en sus lugares de trabajo, de participar con iniciativas en los actos de gobierno realizando un verdadero Poder Popular.

El Movimiento Revolucionario Oriental exhorta a todos los compañeros de ... a ... todas las componendas que se ... al pueblo pretender establecer normas para que perdure la explotación capitalista e invita a un gran Congreso del Pueblo en que se repudien todos estos procedimientos anti-democráticos

000002

ONETTO

Hubo solución en La Teja y los ocupantes de predio comunal levantan huelga de hambre

Las nuevas autoridades locales del CCZ 14 llegaron a un acuerdo con los ocupantes de un predio municipal, quienes accedieron a formalizar su cooperativa, levantar la huelga de hambre y aceptar un terreno alternativo ubicado en Yapeyú y Gowland.

... icitud del intendente Tabaré Vázquez, la Junta Local 14 designó una comisión que actuó junto a la comisión de vivienda del Concejo Vecinal de la zona. Ayer emitieron un comunicado, dando cuenta de la solución arribada, que fue firmado por representantes de ambos organismos y de Coovilasa.

TEXTO DEL COMUNICADO

1) Atendiendo el proceso de negociación que se trabajó con los ocupantes del terreno municipal de Laureles y Humbolt, y a la situación social de las familias involucradas, se realizaron los máximos esfuerzos para lograr una solución que garantice una mejora en las condiciones de vida de dichas familias.

2) El día 29.1.94 se realizó una recorrida en busca de terreno alternativo. En el día de la fecha (30.1.94) Coovilasa comunica que aceptaría construir sus viviendas en el terreno municipal destinado a viviendas cooperativas (Yapeyú y Gowland) comprometiendo el levantamiento inmediato de la huelga de hambre. La Junta Local y el Concejo Vecinal resuelven:

1) En base al punto 2) que antecede se entregará a Coovilasa parte del padrón de la manzana de Yapeyú/Gowland/Tellier/Agustín Muñoz para la construcción de vivienda de las 20 familias que están en el censo entregado a los órganos de gobierno local el 30 de enero de 1994. Se trata de entre 2.800 y 3.200 metros cuadrados de acuerdo a la composición de los núcleos familiares y características del salón comunal.

2) De acuerdo con la oferta que realizó el señor intendente y la Junta Local del Zona 14 se apoyará la construcción de un salón comunal asignado según el punto 1) resuelven.

3) Por su parte Coovilasa se compromete a terminar el trámite de formalización de su personería como cooperativa de vivienda, e iniciar ante el Ministerio de Ordenamiento Territorial, Medio Ambiente y Vivienda al trámite de solicitud de préstamo para construcción de vivienda.

5) Esta propuesta contempla las soluciones ya encaminadas a las que se refieren los documentos entregados los días 28 y 29 del corriente en relación a la guardería del sindicato de Imprenta y a la Asociación de Jubilados de La Teja.

6) Esta Junta Local y el Concejo Vecinal reafirman, como expresaron oportunamente, que garantizarán la seguridad de los vecinos próximos a la chimenea de la ex Inlasa con las demoliciones correspondientes.

Los pasados días nos llegan noticias de la ocupación de un terreno de la IMM por un número importante de familias que ante el peligro de muerte que corrían en donde sobrevivían, se vieron en el límite ese que nos hacen llegar, las opciones eran pocas o la calle u organizarse y pelearla. El artic que se encuentra adjunto es nomás el resultado de la lucha y la organización. Pues al mejor estilo "perro burgués" esta intendencia primero reprimió y luego ante la resistencia tuvo que conceder (mejor dicho se ... arrancar). Salud a este nuevo logro de nuestro pueblo que una vez más comprobó que lo que nos quitan tendremos que arrancárselos" por las buenas o por las malas sino.

000002

DESMANTELAMIENTO DEL APARATO REPRESIVO

1496869

Rec Leg.3...

VIVA ZAPATA CARAJO

VIVA ZAPATA

La rebelión indígena en Chiapas (México) el 1oro. de enero opacó la coronación del salinismo.

El espectacular levantamiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), abre un nuevo período de lucha armada en México.

En Chiapas vive actualmente un millón de indígenas de 13 etnias. Según algunos datos confiables 15 mil murieron en 1993 a causa del hambre, enfermedades y violencia.

No hay que buscar el levantamiento indígena campesino en supuestos arcaismos o rebeldías atávicas. La sublevación fué generada por la expansión del capitalismo salvaje y la modernidad salinista. Hace 80 años Zapata se levantó contra la expansión del latifundio azucarero del estado de Morelos.

Los enfrentamientos se suceden y son más de 100 los muertos entre militares, civiles y zapatistas.

Chiapas es un estado estratégico desde el punto de vista de la seguridad nacional (una frontera de 300 kilómetros con la todavía convulsionada Guatemala)

Desde hace 5 años había indicios de la guerrilla en Chiapas.

La sublevación de los indígenas ha hecho añicos el milagro mexicano y desacredita el proyecto de 3alinas.



Zapata

LA LUCHA REVOLUCIONARIA ES CONDICION DE LA VICTORIA

POCO LEGIBLE

7

Segú casi todos los augurios, estos no serían tiempos de revolución

No obstante la insurrección del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, aparece contrariando las tendencias regionales y mundiales.

Haciendo un somero análisis, podemos encontrar varios factores que han incidido en su explosión.

Uno de ellos es el sometimiento al que se han visto reducidas las etnias que ocupaban la región de los altos de hiapas y Guatemala.

Pero los alzamientos ocurridos no son fantasías mesiánicas de grupos indígenas. Los miembros del EZLN son hombres que miran hacia el siglo XXI

Los principales cultivos de la región son el maíz y el café. La reestructura ocupacional que trae aparejada el TLC haría imposibles los cultivos de supervivencia y llegaría incluso a provocar la desaparición de la rentabilidad del café.

El anafabetismo a nivel nacional penas supera el 12% en Chiapas la cifra se duplica.

Los integrantes del EZLN no son improvisados, posiblemente esta organización está originada en la confluencia de la Asociación Rural de Interés Colectivo, Organización Campesina Emiliano Zapata , Alianza Campesina Independiente Emiliano Zapata y el Consejo Nacional de Pueblos Indígenas.

Los zapatistas reconocen estar preparándose desde hace 10 años.

El problema de Chiapas es el problema de México, es un problema social, económico y político, la aparición de una guerrilla por efímera que pueda resultar, significa que existen mexicanos que no creen en la vía electoral para canalizar sus demandas.

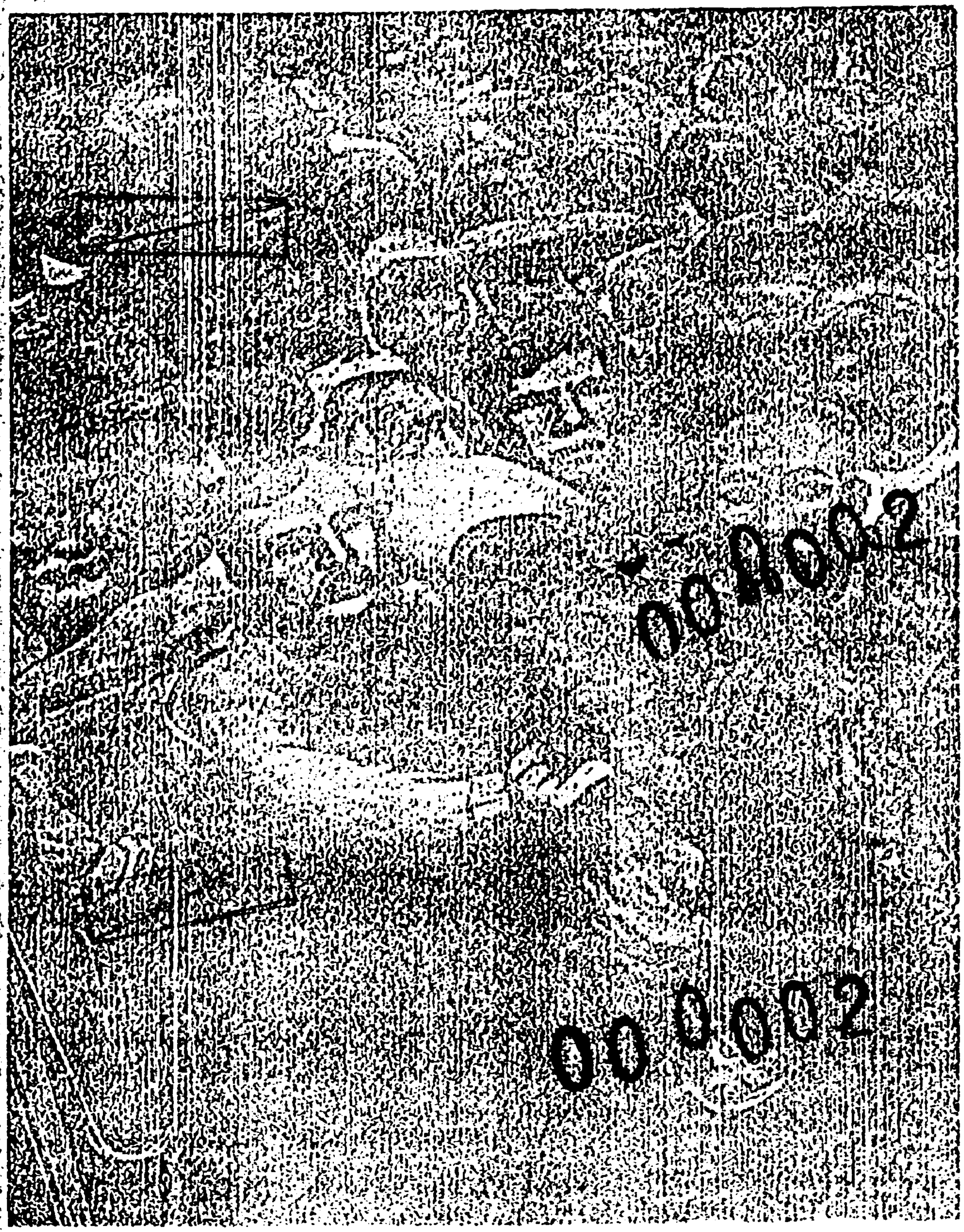
No sabemos cuando ni como terminarán estos enfrentamientos, pero el MRO hace suya la lucha por la liberación nacional y la implantación del socialismo, en todos los países sometidos al capitalismo.

El Chiapazo viene a demostrar que no hay tal milagro económico, ni existe democracia en México, lo que ahora aflora es un vacío de poder y de gobierno, y una crisis de las instituciones.

Estados Unidos, debe estar presionando para proteger sus intereses estratégicos. Además a raíz del Tratado (TLC) México es parte [illegible] de EEUU y por tanto existe racionalidad doctrinaria para intervenir militarmente en defensa de sus intereses.



LUNA



009 | C08

Nº. DOCUM. 9406610 V.
TITULO Renuncia el jefe de la Policía Ecuatoriana, acusado de corrupción
PROCED. 150014
FECHA 10/6/94
VINCULACI... 65838
11163
11328

El ejército ecuatoriano minado por la corrupción

RENUNCIO COMANDANTE GENERAL ACUSADO DE CORRUPCION

El comandante de la Policía ecuatoriana, general Guido Núñez, dimitió ayer jueves once días antes de cumplirse el mes de "vacaciones obligadas" que tuvo que solicitar por orden del presidente Sixto Durán-Ballén, que creó una comisión para que le investigue por supuesta corrupción.

El anuncio de renuncia fue hecho por el propio general Núñez, que desde mediados de abril ha debido defenderse ante esa comisión y el Congreso de las acusaciones, también por supuesto enriquecimiento ilícito, relaciones con la delincuencia organizada, abuso de poder y autoritarismo, que efectuó contra él el coronel de Estado Mayor de la Policía Héctor Estrella.

Con voz entrecortada, vestido de civil y en compañía de su familia y abogados, Núñez recordó que desde que estalló el problema -que le obligó a regresar inmediatamente desde Estados Unidos, donde asistía a una reunión internacional de policías-, la delincuencia en Ecuador "se ha tornado más agresiva".

"Considero indispensable contribuir para que esta situación llegue a su fin, y por esta consideración de orden institucional y de seguridad de la colectividad me veo en el caso de retirarme de la Comandancia General presentando la renuncia al presidente Durán-Ballén, con la petición de que se digne aceptarla", dijo Núñez en una declaración de prensa.

Núñez se excusó de responder a preguntas de la prensa y se limitó a recordar que ya había negado todas las acusaciones presentadas contra él, y reiteró su esperanza en que la institución "se modernice y perfecione".

Los miembros de la comisión gubernamental -dos ex generales y un funcionario de la Contraloría- deberán presentar su informe final a Durán-Ballén antes del próximo día 20, pero advirtieron que las conclusiones serán reservadas y no públicas.

Estrella acusó a su comandante general en varias comunicaciones públicas en prácticamente todas las radioemisoras, televisoras y diarios del país después de que, según afirmó, no fue escuchado a su debido tiempo por las autoridades respectivas.

El coronel, que también se encuentra investigado por supuestas faltas en el ejercicio de su rango, entre ellas la liberación de supuestos narcotraficantes, acusó además de "corruptos" a toda la jefatura policial.

01-01.

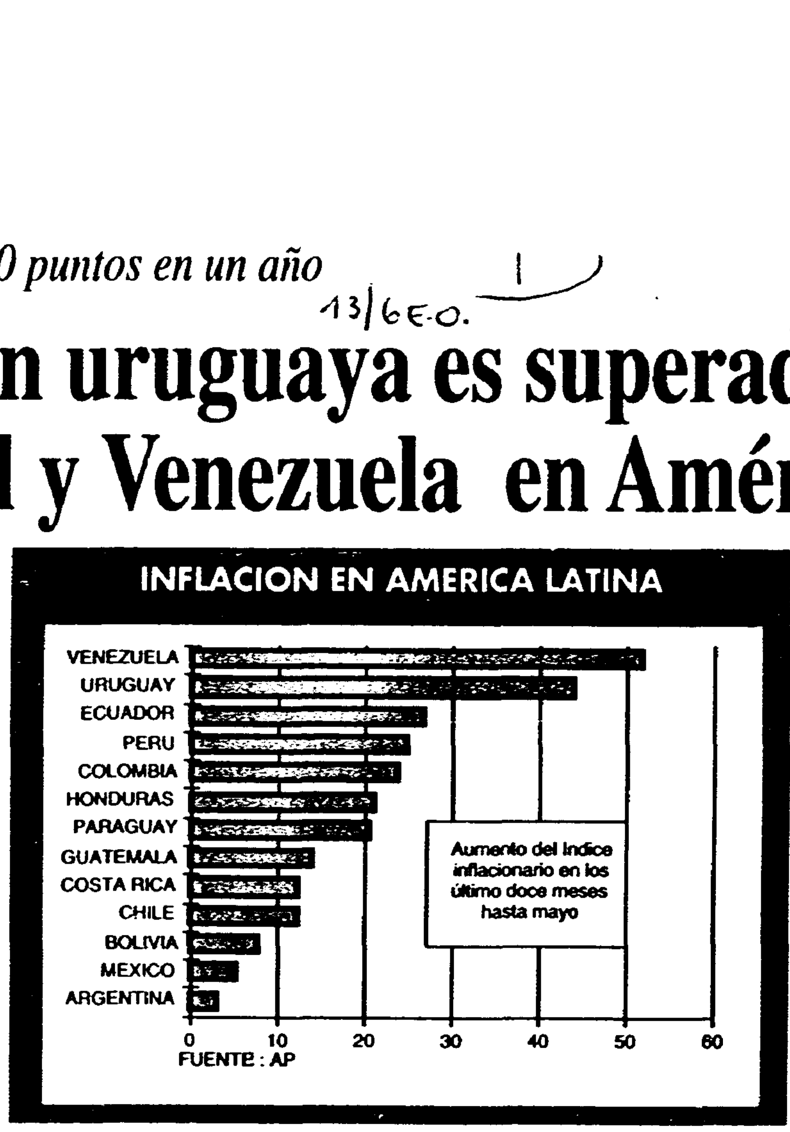
9406610

Nº. DOCUM. 9406611
TITULO Inflación en América Latina.
PROCED. 150483
FECHA D. 13/6/94.
VINCULACIÓN 11677
11161
11300.

A pesar de que cayó 10 puntos en un año

La inflación uruguaya es superada sólo por la de Brasil y Venezuela en América Latina

A pesar del descenso en el ritmo de aumento de precios en mayo, Uruguay ostenta la tercera posición en el ranking inflacionario de América Latina, superado solamente por Brasil y Venezuela.



Colombia, Ecuador, Paraguay y Perú bajaron sus tasas de inflación en mayo, mientras que Costa Rica, Chile y Venezuela registraron un repunte.

La inflación de Brasil alcanza los mayores guarismos en el mundo, y el gobierno pretende reducirla a través de un plan de estabilización cuya última etapa comienza el 1º de julio con un nuevo cambio de moneda. A pesar de los esfuerzos por frenar el alza de precios, el último mes el guarismo trepó 41%, apenas 1,5 puntos menos que el mes anterior.

Venezuela, el otro país latinoamericano cuya inflación supera a la uruguaya, parece no poder cumplir con las metas del gobierno que proyectaba bajarla a 30% este año. Acumula en cinco meses casi 18,7%, y en doce meses más de 50%.

Perú es de los países que han tenido mayores progresos en materia inflacionaria en los últimos años. Redujo su tasa anual al 25% en mayo del 39% registrado en 1993 y los 7.650% de 1990. En mayo los precios crecieron 0,7% y acumulan en cinco meses solamente 8,5%.

Argentina es la gran estrella en materia inflacionaria, alcanzando guarismos no registrados en estas latitudes desde la década del 50. La inflación minorista fue de 0,3% en mayo y llegó a 3,4% en los últimos doce meses consolidando el éxito del plan económico, al menos en este rubro.

Bolivia también ha hecho importantes esfuerzos en este aspecto, al registrar una inflación de 8,14% en doce meses. Sin embargo, restan aún esfuerzos para alcanzar el 7,5% al que se comprometió Sánchez de Lozada.

Paraguay, en tanto, registró un índice inflacionario mayor a los cinco meses del año anterior. Hasta mayo, los precios crecieron 9,8% y acumulan en doce meses 20,7%.

En Colombia el aumento de precios de 1,54% en mayo llevó a un acumulado de 13,7% en los primeros cinco meses y 23,9% en doce meses, lo que estaría muy por encima de las metas del gobierno que proyectaban una inflación de 19% para todo el año.■

9406611
01-01

Nº DOCU 94C6612
TITULO Clinton visita a Francia
PROCE 150023
FECHA 7/6/94
VINCULACI 65870
11164
11398
Francia 65863

Clinton en París

7/6/94

París (ANSA)

El presidente norteamericano Bill Clinton y su esposa Hillary llegaron esta noche en helicóptero a Villacoublay, en las afueras de París, procedentes de Normandía, donde habían participado en las ceremonias por el 50º aniversario del desembarco aliado.

Clinton permanecerá en la capital francesa toda la jornada de hoy para una visita de Estado, la primera que efectúa a Francia desde que llegó a la Casa Blanca.

La agenda del presidente norteamericano será intensa: tras un desayuno en la embajada estadounidense en París con empresarios y hombres de negocios, Clinton irá al Palacio Matignon, sede del gobierno francés, donde se entrevistará con el primer ministro Edouard Balladur.

De aquí se desplazará a la Asamblea Nacional, donde pronunciará [illegible] discurso ante [illegible] diputados sobre el futuro político de Europa.

Clinton será el segundo presidente estadounidense (80 años después de Woodrow Wilson) y el tercer jefe de Estado extranjero (después del mismo Wilson y del rey Juan Carlos de España) que se dirija directamente a los diputados franceses.

Por último, Clinton será recibido en el Elíseo por el presidente François Mitterrand.

El matrimonio Clinton partirá el miércoles de mañana de París rumbo a [illegible] (Inglaterra).

La visita del presidente estadounidense a París se produce en un momento en que parecen resueltas las divergencias de posiciones de ambos países sobre la crisis bosnia: EEUU ha acabado por aceptar el principio de una división de Bosnia-Herzegovina, como fue propuesto por la Unión Europea, mientras Francia auspicia que Washington presione a los musulmanes para que entiendan que ha llegado la hora de concluir las negociaciones.

Las discusiones entre Clinton y Mitterrand abarcarán también Haití, donde Clinton amenaza desde hace un mes con una intervención militar para restablecer el gobierno del presidente Jean-Bertrand Aristide, aunque el ministro de Exteriores galo Alain Juppé, por su parte, reiteró recientemente que París no tiene intención de participar en una operación de este tipo.

[illegible] respecto a Corea del Norte, no se registrarán en cambio desacuerdos, ya que Francia ha reafirmado su apoyo a la posición norteamericana, favorable a imponer sanciones contra el régimen de Pyongyang por rehusarse a abrir sus instalaciones nucleares a inspecciones internacionales.

Entre los demás argumentos que serán abordados por Clinton y Mitterrand, figura la próxima cumbre del G7 en Nápoles (Italia). Además del presidente Mitterrand, Clinton se reunirá con el primer ministro Edouard Balladur y con el alcalde de París, Jacques Chirac.

Doc. Poco Legible

01-01

9406612

Nº DOCUM. 9406613
TITULO Técnicos militares de EEUU serán enviados a Rep. Dominicana.
PROCED. 150014
FECHA DE 8/6/94
VINCULACI. 65890.
11164
11399.
507637

Analizan cumplimiento del embargo a Haití

TECNICOS MILITARES YANQUIS EN DOMINICANA

Un grupo de militares de EEUU serán enviados a la República Domicana para dar apoyo técnico a los encargados de hacer cumplir el embargo económico contra Haití, informó ayer el Departamento de Defensa estadounidense.

«Es una posibilidad que envíemos algún personal norteamericano para apoyar el mantenimiento de los helicópteros y otro equipo que se use en el cumplimiento del embargo decidido por la ONU, pero aún estamos trabajando en sus detalles», dijo Dennis Boxx, portavoz del Pentágono.

También se considera enviar personal civil a la República Dominicana para cooperar con la ONU en la vigilancia de la frontera entre ese país y Haití, para evitar la violación de las sanciones de embargo económico y de armas.

A mediados de mayo el Consejo de Seguridad de la ONU endureció las sanciones para presionar la salida de los militares del poder en Haití.

Un alto funcionario del Departamento de Estado informó de que varios paises latinomericanos desean evitar tropasa para una eventual fuerza de paz de la ONU que imponga el orden en Haití, una vez que pierdan el poder los militares golpistas que depusioern al presidente Jean- Bertrand Aristide en septiembre de 1991.

Boxx indicó que los militares norteamericanos, en ese caso, irían a la República Dominicana para colaborar en el mantenimiento de los helicópteros destinados a la vigilancia fronteriza, de los botes «Zodiac», camiones y equipo de comunicaciones enviados a ese país vecino de Haití, desde que el régimen de Santo Domingo decidió dar su respaldo al embargo.

Estados Unidos tiene previsto comenzar a entrevistar a los balseros haitianos que sean recogidos en alta mar y que deseen asilo político en este país.

Mediante un acuerdo con Jamaica, el buque-hospital «Confort» anclará en las aguas jurisdiccionales jamaicanas para participar en este programa de ayuda a los refugiados, que será reforzado por el barco ucraniano «Gruziya» alquilado para este propósito.

Boxx informó de que el Pentágono tiene previsto alquilar otro buque para enviarlo a las aguas de las islas Gran Iurcos, donde también se ayudará a los balseros que huyen de la represión desatada por los militares golpistas haitianos.

9406613

01-01

Nº. DOCU... 9406614
TITULO El gob. de B. Clinton suaviza su posición en negociaciones comerciales con Japón
PROCED... 150014
FECHA DE 8/6/94
VINCULACI... 55880.
1164
11288
Japón
66224

El gobierno de Bill Clinton suaviza sus posiciones frente a Japón

MEJORIA EN LAS NEGOCIACIONES ENTRE EE.UU. Y JAPON

8/6 LT

El Gobierno de Estados Unidos ha suavizado su posición en las negociaciones comerciales con Japón y no insistirá ya en un acuerdo conjunto en cinco sectores clave para la apertura del mercado japonés a los productos norteamericanos, se informó ayer martes.

«Hay que ser realista. No se puede predecir qué ocurrirá en, cada sector. Cuando se esté listo para pactar en un área determinada, deberíamos finalizar esa parte y seguir avanzando en los otros campos», dijo hoy el responsable de Comercio Exterior de Estados Unidos, Mickey Kantor, al diario «The New York Times» en París, donde participa en una reunión de la Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE).

Desde que inició las negociaciones con Tokio hace casi un año, el Gobierno de Bill Clinton presionó por un conjunto de acuerdos para abrir cinco mercados prioritarios en Japón: automóviles, repuestos automovilísticos, seguros, equipos médicos y telecomunicaciones.

Si bien la Administración norteamericana nunca descartó explícitamente la posibilidad de pactos por separado, desde el comienzo los negoció en su conjunto, aunque sin éxito.

Ahora, funcionarios norteamericanos indican que en la nueva ronda de negociaciones parecen estar cerca acuerdos para abrir los mercados japoneses en equipos médicos, telecomunicaciones y seguros.

Los acuerdos en estos tres sectores podrían estar preparados para su firma en la «cumbre» de los siete países más industrializados que se celebrará del 8 al 10 de julio próximo en Nápoles (Italia).

En cambio, los dos países siguen muy divididos sobre cómo abrir el mercado japonés en los sectores de automóviles y repuestos de vehículos, y es probable que se tarde mucho más tiempo en llegar a un acuerdo en estas dos áreas claves.

Dos tercios del déficit comercial de Estados Unidos con Japón - que suma unos 60.000 millones de dólares- proceden de los sectores de automóviles y repuestos.

0101 9406614

Nº. DOCUMENTO 9406615
TITULO Tropas de EEUU en frontera con Haiti para vigilar el Embargo.
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE 10/6/94
VINCULACION 65880
11164
11388
66123

Para Vigilar el Embargo

TROPAS DE EE.UU. EN FRONTERA CON HAITI

10/6 EP.

SANTO DOMINGO (República Dominicana) y Puerto Príncipe (Haití), 9 (Fuentes de AP, EFE, Reuter y ANSA).— Mientras soldados norteamericanos se instalaron en Santo Domingo, la capital de Dominicana la vecina república de la convulsionada Haiti en ese país negro la tensión sigue en aumento por varios factores entre ellos la posible invasión de los "marines" de Norteamérica.

El primer contingente de soldados norteamericanos que vino al país a colaborar con el cumplimiento del embargo impuesto por la ONU a Haiti viajó hoy a varias ciudades de la frontera dominico-haitiana.

Los soldados norteamericanos, 12 en total, se dividieron en grupos y viajaron a las ciudades de Dajabón, Jimaní y Elías Piña, dijo a The Associated Press el agregado de prensa de la embajada de los Estados Unidos, Christopher Scharf.

Entretanto, fuentes militares confirmaron hoy que dos buques patrulleros norteamericanos vigilan el cumplimiento del embargo por las costas sur y norte del país.

Scharf, sin embargo, no reveló los nombres de los militares enviados a coordinar todo lo relativo al despliegue de 60 observadores a lo largo de los 384 kilómetros de frontera común.

"Ellos únicamente vienen a coordinar lo relativo a los observadores fronterizos y al equipo que van a traer", dijo a The Associated Press el secretario de las Fuerzas Armadas, teniente general Constantino Matos Vilanueva.

Los soldados norteamericanos se reunirán hoy con los generales Luis Manuel Luna Paulino en Dajabón, con Tommy Rafael Fernández Alarcón en Jimaní y en Elías Piña con el coronel Angel Terrero Arias.

Un nuevo endurecimiento de las sanciones internacionales contra Haití, esperado para el viernes, y especulaciones sobre una posible invasión militar agravaron las tensiones en un país ya desgarrado por una intensa lucha por el poder.

Observadores de los derechos humanos dicen que se agravó la violencia política, incluyendo violaciones de mujeres vinculadas a organizaciones populares y comunitarias.

La misión de observadores de las Naciones Unidas ha restringido la movilización de sus miembros por la preocupación de posibles represalias.

Un portavoz de la embajada de Washington en Puerto Príncipe dijo que no hay razón para temer por la seguridad de los estadounidenses en el país, pero que el gobierno está trabajando con aerolíneas comerciales para asegurar que ningún norteamericano se quede sin desearlo en Haití una vez que se ponga en marcha una esperada veda a los vuelos hacia el país.

"Es muy obvio que el incrementado nivel de sanciones corresponde a un mayor nivel de tensión", dijo una fuente diplomática.

01-01 9406615

ORIGINAL

SECRETO

940661[illegible]

MEMORANDUM N° 940175 DE FECHA 16/06/94

I. ASUNTO. COMITES INTEGRANTES DE LA COORD. "J" DEL F.A.

II. EVALUACION.

III. REFERENCIA.

IV. TEXTO.

Se adjunta lista de Comités integrantes de la Coord. "J" del F.A.

000002

MINISTERIO [illegible] NACIONAL
[illegible]
[illegible] 21 JUN 1994
[illegible]
Nro. de Orden [illegible] 616

001/003

=9406615

SECRETO

COMITES INTEGRANTES DE LA COORDINADORA "J"

19 de Abril
Alfredo Zitarroza
26 de Julio
Gerardo Cuesta
Nelson Mandela
Pintos Italia
28 de Noviembre
19 de Marzo
Salvador Allende
Manuel Calleros
Amanecer
Panamericano.

002
0406516
002

V. DISTRIBUCION. Original: Señor Jefe del Departamento I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE
R.M.

9406616

03/03

Nº. DOCUMENTO 9406617
TITULO Japón y China no apoyarían a EEUU en las sanciones a Corea del N.
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE 11/6/94
VINCULACIONES 65880
11164
11388
Corea N. 507487
Japón 66224
China 507638

Japón y China no apoyarían a Estados Unidos en la sanciones a Corea del Norte

ESTADOS UNIDOS NO ENCUENTRA EL CONSENSO CONTRA COREA

11/6 LS

Japón y China no están dispuestas, en principio, a secundar EEUU en el caso de aplicar sanciones a Corea del Norte para obligar a este país a terminar con el programa nuclear que supuestamente desarrolla, informó el viernes, «The Washington Post».

Estados Unidos busca el consenso para aplicar sanciones en dos fases: en la primera, se trataría de bloquear el envío de dinero que los norcoreanos en el extranjero mandan a su país, así como la prohibición de venderles armas y terminar con los programas de cooperación con la ONU.

Si estas medidas no consiguen que Corea del Norte permita la supervisión internacional de sus instalaciones nucleares, Washington presionará ante el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para la aplicación de un embargo comercial total.

Sin embargo, según «Post», este intento de Estados Unidos encuentra cierta resistencia en Japón y China, ambos países claves y el último miembro permanente del Consejo de Seguridad de la ONU.

China ya ha indicado que no quiere que el Consejo de Seguridad trate de imponer sanciones a su vecino país comunista e incluso, según Pekín, el Consejo «ni debiera tratar el asunto».

Por su parte, Japón no parece dispuesto a evitar que los norcoreanos residentes en Japón envíen dinero a sus parientes en Corea del Norte, lo que representa la mayor fuente de entrada de divisas extranjeras en Pyongyang.

Por el contrario, añade el «Post», Japón propone un plan en tres etapas: primero, advertencia; segundo, sanciones que impidan la venta de armas y la cooperación técnica, y por último, restricciones de los flujos de moneda extranjera a Corea del Norte.

El diario indica que ésta es la primera vez desde la guerra del golfo Pérsico (1991) que Estados Unidos trata de buscar una coalición internacional para apoyar una determinada acción.

En este contexto se inscribe también la visita no oficial que la próxima semana realizará a la península de Corea el ex presidente de EEUU, Jimmy Carter.

Según un comunicado del «Centro Carter» en Atlanta (Georgia), «la iniciativa para realizar este viaje ha surgido de Corea, no de Washington, y por tanto, no existe ningún estatus oficial relacionado con el Gobierno de Estados Unidos».

Un portavoz del Departamento de Estado indicó que el ex presidente ha comunicado a la Casa Blanca su intención de viajar a Corea, y agregó que antes de su partida probablemente se mantenga una reunión con él.

El portavoz agregó, no obstante, que el Departamento de Estado «entiende que Carter ha sido invitado por Corea del Norte y ha aceptado. Pero hace una visita privada».

01-01 9406617

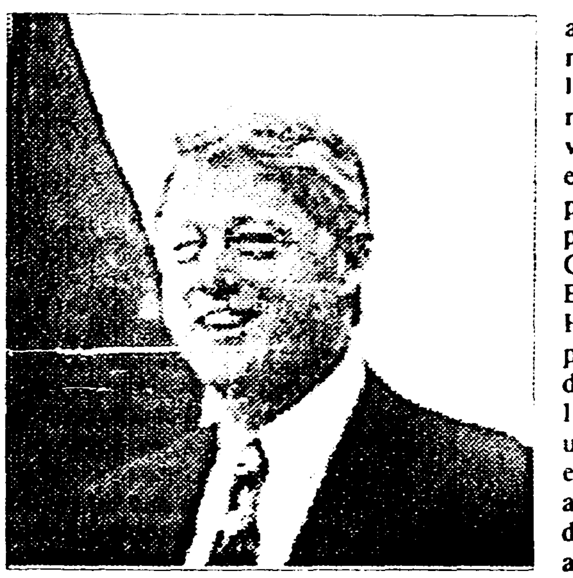
Nº. DOCUMENTO 9406618 — sobre Bosnia
TITULO Clinton reafirmó el acuerdo con los aliados de la OTAN.
PROCEDEN ISCO14
FECHA DE 11/6/94
VINCULACIONES 65889
11064
11380
OTANSCB062.

Clinton no volverá la espalda al acuerdo con los aliados de la OTAN

CLINTON ENTRE LA ESPADA Y LA PARED

El presidente Bill Clinton está entre la espada y la pared después de que el jueves la Cámara de Representantes aprobara el levantamiento unilateral del embargo de armas a Bosnia. 11/6 LT

La Casa Blanca inmediatamente después anticipó que Clinton no volverá la espalda al acuerdo con los aliados de la OTAN que fue reiterado por el Presidente durante su reciente gira europea. Sin embargo, según describieron las cadenas «ABC» y «NBC», Clinton se siente «prisionero» del Congreso y el voto en la Cámara de Representantes supuso un «fuerte revés» y «una verguenza» para la política exterior estadounidense. La Cámara de Representantes aprobó por 244 votos a favor y 178 en contra el levantamiento unilateral de EEUU del embargo de armas a Bosnia que impide la compra de material defensivo y ofensivo para contrarrestar la sangrienta ofensiva militar de los serbios. El demócrata Frank McCloskey, uno de los fogosos defensores del levantamiento del embargo, dijo en el pleno a sus colegas que la falta de defensa bosnia alienta a los serbios a continuar «su sangrienta ofensiva». Su colega Lee Hamilton defendió la política de Clinton y el compromiso con los aliados de la OTAN, el congresista advirtió que la suspensión del embargo colocaría a EEUU dentro del conflicto y en la obligación de asumir una actitud militar «muy peligrosa». El voto en la Cámara ocurrió 24 horas después del regreso de Clinton de Europa, donde asistió al centenario del desembarco aliado en Normandía durante la II Guerra Mundial. En la gira europea, Clinton reiteró a los aliados de la OTAN el compromiso estadounidense de mantener las opciones de un acuerdo negociado entre las partes en conflicto en la antigua Yugoslavia. Los medios estadounidenses han recogido reiterados testimonios de atrocidades serbias en contra de los bosnios musulmanes que denunciaron la sangrienta ofensiva étnica que costó la vida de millares de víctimas de la guerra y el desplazamiento de otros tantos de sus tradicionales residencias. A pesar del voto del jueves, la política de Clinton hacia Bosnia no está en riesgo de ser alterada. Para que esa decisión se convierta en una ley hacen falta más votaciones y más negociaciones entre la Cámara de Representantes y el Senado, también proclive a adoptar la medida. Paralelamente, los representantes rechazaron por 242 votos contra 181 otra enmienda, presentada por el presidente del Comité de Asuntos Exteriores, Lee Hamilton, que proponía que en vez de ordenar el levantamiento unilateral del embargo, se le pidiera al Gobierno que trate de convencer a sus aliados de sumarse a esta opción. El Senado se pronunció ya hace un mes a favor del levantamiento unilateral del embargo por 50 votos contra 49, pero, al contrario que la Cámara Baja, pidió al mismo tiempo a Clinton que tratase de conseguir el apoyo de la ONU y de la OTAN.



Hasta el último momento, Clinton intentó disuadir a los representantes de aprobar el levantamiento del embargo: en una carta les advirtió que tal paso «pondría fin al proceso de paz en la región», y mandó a su plana mayor de funcionarios y consejeros para intentar convencerlos. El secretario de Defensa, William Perry; el jefe del Estado Mayor, John Shalikashvili; la embajadora de EEUU ante la ONU, Madeleine Albright, y el vicesecretario de Estado, Strobe Talbott, se reunieron a puerta cerrada con los legisladores antes de la votación. El demócrata Frank McCloskey dijo a sus colegas que es inmoral no dar a los musulmanes de Bosnia las armas que necesitan para defenderse, mientras los serbios tienen donde abastecerse. Los congresistas que están a favor de la propuesta estiman, además, que el fin del embargo de armamento es lo que realmente puede acabar con la guerra en Bosnia.

61-01

9406618

Nº. DOCUMENTO 9406619
TITULO EEUU suspende vuelos comerciales y vínculos bancarios con Haití
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE F 11/6/94
VINCULACIONES 65890
11164
11388
66123

NUEVO ENDURECIMIENTO DE LAS SANCIONES

EE.UU. suspende vuelos comerciales y vínculos bancarios con Haití

El alcalde electo de Puerto Príncipe, Evans Paul, pidió anoche la renuncia del general Raoul Cedras, jefe del ejército y "hombre fuerte" de Haití, para evitar la aplicación de las nuevas sanciones anunciadas por Bill Clinton. El presidente norteamericano anunció la prohibición de los vuelos comerciales y de las transacciones bancarias con la república caribeña. Un acuerdo similar fue decidido por la XXIV Asamblea General de la OEA, que ayer finalizó sus deliberaciones en Belén, Brasil (véase página 39). Para presionar psicológicamente al régimen militar, el Departamento de Estado urgió a los norteamericanos a abandonar Haití.

WASHINGTON, 10 (AFP y Reuter). — El presidente norteamericano, **Bill Clinton**, anunció hoy nuevas sanciones contra Haití, que **incluyen la suspensión del tráfico aéreo comercial y una prohibición a las transacciones bancarias extranjeras**, en lo que se entiende como una nueva estrategia para aislar, aun más, a los gobernantes militares de esa república caribeña.

"El mensaje es simple", dijo Clinton, al hablar con periodistas en una informal rueda de prensa en la Casa Blanca. "Se trata de que la democracia debe ser restituida y que el golpe, en su acepción más intrínseca, no debe perdurar", agregó.

Poco después de la exposición del presidente norteamericano, el Departamento de Estado anunció que retiraba de Haití a varios de sus funcionarios de la Embajada y también a sus familiares. Al tiempo, instó a **todos los ciudadanos que ejercen actividades privadas en Haití a abandonar la república, tan pronto como les sea posible.**

Una de las voceras del Departamento de Estado, **Christine Shelly**, especificó que "a los ciudadanos norteamericanos residentes en Haití, que no estén afiliados a la asistencia internacional, como tampoco a otros programas internacionales o de ayuda humanitaria auspiciada por los Estados Unidos o programas de procesamiento de refugiados, **se les urge salir del país**".

La funcionaria señaló que unos 120 funcionarios estadounidenses saldrían inmediatamente de Haití y que otros 80 permanecerían para cuidar de los intereses consulares de los ciudadanos americanos residentes, supervisar la observancia de los derechos humanos, procesar las solicitudes de asilo político y mantener en funcionamiento las actividades prototípicas de una Embajada.

Analistas y observadortes basados en Washinton interpretaron que, con estas medidas, el presidente Clinton pretende forzar el restablecimiento de la democracia en Haití y el retorno al poder del depuesto presidente constitucional, **Jean-Bertrand Aristide.**

Se recordará que el principal asesor del presidente Bill Clinton para la cuestión haitiana, **William Gray**, había manifestado previamente que la imposición de sanciones adicionales **no implicaba, de manera alguna, el rechazo o la renuncia a la opción militar.**

"Todas las opciones continúan sobre la mesa", dijo el portavoz y "en el momento, nuestra política consiste en actuar juntamente con otros países para aplicar la máxima presión económica para conseguir una victoria en el campo de la diplomacia; pero, como dijo el presidente Clinton, continuaremos subrayando a nuestros aliados en la región que todas las opciones están permanentemente en nuestra cabeza".

La autorizada portavoz del Departamento de Estado, Christine Shelly, leyó también un aviso a la ciudadanía alertándola contra los previstos viajes a Haití. La aerolíneas holandesa KLM, la de bandera francesa, Air France, y la línea aérea Dominicana de Aviación continúan con sus vuelos programados a Puerto Príncipe, pero se reveló que Washington está presionando para la suspensión de esos vuelos.

Shelly instó, en mensaje propalado por la televisión dirigido a los ciudadanos norteamericanos residentes o de paso en Haití, a "abandonar el país cuanto antes". La portavoz, repitiendo las noticias difundidas internacionalmente, recordó que la situación política en esa región continúa siendo "inestable" con posibilidades de acción de grupos descontrolados que producirían una violencia y disturbios difíciles de ser evaluados."

Nº DOCUM... 9406620

TITULO EEUU plantearon espectro de un ataque nuclear [illegible]

PROCED... [illegible]

FECHA DE ... 11/6/94

VINCULACION [illegible]

Espectro de Ataque Nuclear de Corea Roja

LOS EE.UU. SE PREPARAN "PARA LO PEOR"

WASHINGTON 10 (Fuentes Associated Press y Reuter) — Los Estados Unidos plantearon hoy el espectro de un ataque nuclear de Corea del Norte en cualquier nueva guerra coreana y dijeron que Washington y Seúl estaban buscando "escenarios" de cualquier plan de ese tipo por parte de Pyongyang.

"Estamos incrementando significativamente nuestros recursos de inteligencia en la región y estamos analizando escenarios que dan importancia al uso de armas de destrucción masiva por parte de la RPDC (República Popular Democrática de Corea) en un posible conflicto armado", dijo el secretario de Defensa asistente Ashton Carter.

Pero advirtió en un discurso que los Estados Unidos enviarían rápidamente más aviones, barcos de guerra y tropas a la tensionada península en caso de problemas y dijo que las fuerzas norteamericanas y sudcoreanas derrotarían seguramente a Pyongyang en cualquier nuevo conflicto.

Los Estados Unidos han dicho que Corea del Norte, que se ha rehusado a permitir la inspección internacional de su programa nuclear, ya podría tener uno o dos artefactos nucleares y está activamente involucrada en un programa de armas atómicas.

El presidente Bill Clinton se reunió el viernes con sus máximos asesores de defensa y política externa en la Casa Blanca, mientras Washington continuaba presionando para que las Naciones Unidas aprueben sanciones internacionales contra Corea del Norte.

El ex presidente Jimmy Carter viajará a Corea del Norte y del Sur la próxima semana para una visita privada y asistentes de la Casa Blanca dijeron que importantes funcionarios estudiaban si debía llevar un mensaje de Clinton a Pyongyang.

En su discurso en una conferencia sobre proliferación nuclear, Ashton Carter [illegible] organismos de espionaje estadounidenses habían determinado que Corea del Norte estaba preparándose [illegible]

[illegible]

9406620

[illegible]

Nº. DOCUM... 9406621
TITULO Exigen a R. Caldera cambios en el Gabinete.
PROCED. 150015
FECHA D. 6/6/94
VINCULACION 67390.
11164
11302
11304

Exigen a Rafael Caldera cambios en el Gabinete

LH. 6/6

Portavoces del partido Convergencia, que lideró la coalición que llevó a la presidencia de Venezuela a Rafael Caldera, anunciaron ayer que exigirán la destitución de los ministros de Familia, Sanidad y Ambiente, por considerar que no han respondido como el país lo requería.

CARACAS/EFE

Dirigentes de Convergencia, que pidieron mantener el anonimato, confirmaron que la solicitud será elevada al Presidente Caldera en el transcurso de esta semana, y expresaron confianza en que el Primer Mandatario proceda a la destitución en los próximos días.

Si Caldera diera lugar a la petición elevada por Convergencia, los tres cambios mencionados elevarían a diez las modificaciones decididas en el gabinete ministerial, en el escaso período de cuatro meses.

Caldera asumió la Presidencia de Venezuela el 2 de febrero pasado, y a poco más de tres meses en el poder, se vio obligado a decidir algunas variantes en su más cercano equipo de colaboradores, debido a que estaban presentando serias incoherencias y enfrentamientos internos.

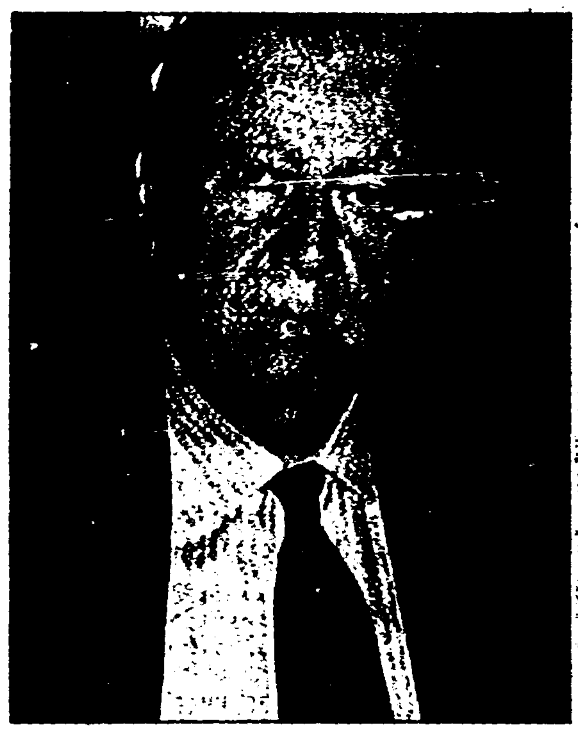
Los siete cambios decididos por Caldera afectaron especialmente carteras del área económica, que es donde aparecen los más graves y urgentes problemas a resolver.

Ahora, la solicitud de Convergencia apunta a dos ministerios del área social (Familia y Sanidad) y uno del sector de infraestructura (Ambiente).

En el caso del de Familia, está a cargo de la ejecución de la mayoría de los programas oficiales destinados a la atención de los sectores de menores recursos, es decir, aquellos que tienen una situación económica difícil y agravada por la devaluación sufrida por la moneda nacional en las últimas semanas.

En un país como Venezuela, sumamente dependiente de las importaciones, la devaluación del signo monetario en su relación con el dólar ha impactado directamente sobre los precios de numerosos artículos de primera necesidad, incluidos alimentos, que en quince días se elevaron un 30 y 100 por ciento.

Dirigentes de Convergencia estiman que la titular del Ministerio de Familia, Mercedes Pulido de Briceño, no ha sido capaz de ejecutar cabalmente los programas sociales a su cargo y temen que, si esa área no es atendida de inmediato, la variación de los precios pueda provocar un estallido de la población.



Rafael Caldera

El caso de Carlos Walter, Ministro de Sanidad que sólo tiene tres meses en el cargo, tiene relación con esa misma preocupación.

Walter ingresó al gabinete en reemplazo de Alberto Pérez Dávila, quien dejó el cargo de vacante por problemas de salud, y en ese lapso de tiempo no ha podido controlar a un sector sumamente politizado y dominado por partidos de oposición, particularmente por el socialdemócrata Acción Democrática.

Su gestión, pese a elogios de sectores oficiales, está siendo puesta en entredicho por continuas huelgas en los hospitales estatales y falta de recursos para atender reclamos salariales, todo lo cual, a juicio de los dirigentes de Convergencia, también puede contribuir a enardecer el clima social.

01-01

9406621

Nº. DOCUMENTO 94C6622
TITULO Crisis del sist. financiero en Venezuela.
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE 10/6/94
VINCULACIONES 67380
11161
11403

REGIONOMICAS 10/6 E.P.

Venezuela: La crisis del sistema financiero

LA QUIEBRA del Banco Latino, el segundo en importancia del país, fue el detonante, a comienzos del año de la grave crisis financiera que afronta Venezuela. La caída del Banco Latino, el 14 de enero y su intervención, dos días después, sacudieron al sistema financiero venezolano y pusieron de relieve la fragilidad de muchos de los principales bancos de ese país. A mediados de abril, pasaron a manos del estado ocho bancos que recibían auxilio financiero del Fondo de Garantías de Ahorros y Depósitos Bancarios, en tanto la justicia prohibía la salida del país de varias decenas de directivos bancarios. Se estima que, para los primeros cinco meses de 1994, la asistencia financiera otorgada a los bancos en dificultades supera la cifra de U$S 6.000 millones.

El intento del gobierno de hacer bajar las tasas de interés para reactivar los sectores productivos de la economía fue el inicio de un mes marcado por la especulación y el nerviosismo. La renuncia de la presidenta del Banco Central, Ruth de Krivoy, a fines de abril, por discrepancias con los lineamientos económicos del gobierno, agravó la crisis. La cotización del dólar, que era a principios del año de 100 bolívares por cada unidad estadounidense, había subido a fines de abril a 125 bolívares. La confusión y el caos reinantes durante esos días y la incertidumbre respecto a una gran devaluación o el eventual establecimiento del control de cambios, provocaron la compra masiva de dólares por parte de los agentes privados. Algunos analistas estimaron que, en menos de una semana se vendieron más de 600 millones de dólares. Los bancos a restringir su venta al público, fijando topes máximos por persona.

En los primeros días de mayo, la creciente demanda de dólares llevó a las autoridades venezolanas a implementar un sistema de subasta de divisas, abandonando el sistema de minidevaluaciones diarias del bolívar. Esta decisión estaba orientada, al menos explícitamente, a racionalizar las ventas y a evitar una fuerte y rápida devaluación del bolívar. Sin embargo, las expectativas del público y las empresas, reflejadas en el aumento sostenido de la demanda de dólares, no fueron totalmente cubiertas por la oferta de divisas surgida a través de este mecanismo. Esto dio lugar a un crecimiento de las operaciones paralelas, con cotizaciones más elevadas que las registradas oficialmente.

A pesar de algunos ajustes introducidos en el mecanismo de subastas para controlar la brecha con el mercado "paralelo", la cotización del dólar en este mercado alcanzó, durante el mes de mayo, valores muy superiores a los del mercado oficial. En la última semana de mayo, la subasta de dólares fijaba una paridad de 139 bolívares por dólar, mientras que en el mercado paralelo el dólar llegó a cotizarse a 170 bolívares.

Ante el fracaso del sistema de subastas como instrumento para frenar el alza del dólar, el Banco Central y los bancos privados acordaron eliminar este mecanismo y adoptar un nuevo sistema de venta de dólares sin límites de montos. En la práctica, se optó por la libre flotación de la moneda, en un camino hacia la unificación del mercado cambiario, sujeto a la libertad de la oferta y la demanda. Con esta medida el tipo de cambio con respecto al dólar se situó en el orden de los 170/180 bolívares por cada divisa estadounidense. En otras palabras, la devaluación no fue evitada, sino atenuada a lo largo de tres semanas, mediante diversos mecanismos que impidieron que se registrara en forma violenta de un día para otro.

Para Venezuela, el problema económico principal a resolver, junto con el del sistema financiero, continúa siendo el altísimo déficit fiscal. Para 1994, las estimaciones coinciden en que el déficit fiscal y parafiscal, en conjunto, representará cifras cercanas al 10% del producto bruto interno. A pesar del alza en los precios internacionales del petróleo (principal exportación de Venezuela y fuente de importantes ingresos estatales) y de la creación de nuevos impuestos, el desequilibrio de las cuentas públicas se ve agravado por la asistencia financiera a los bancos en dificultades. Esta crisis del sistema bancario, financiada con emisión de moneda, tendrá también, sin duda, efectos inflacionarios importantes en la economía venezolana.

01-01 9406622

Nº. DOCU 9406623
TITULO Rafael Caldera decidió ratificar a todos los integrantes del alto Mando militar.
PROCEDENC 150015
FECHA DE 12/6/94
VINCULACIONES 67380
11164
11163

Venezuela

CALDERA NO TOCA EL ALTO MANDO

12/6/95

El presidente venezolano, Rafael Caldera, ha decidido ratificar a todos los integrantes del Alto Mando militar, informó ayer, sábado, el ministro de Defensa, general Rafael Montero Revette, quien confirmó que la semana próxima se estudiarán los posibles ascensos en las Fuerzas Armadas.

"Los cambios de dirección ocurrirán en los grados de generales, coroneles y subalternos, pero sólo después que se concreten los ascensos", indicó el ministro.

Tanto los ascensos como los cambios en el Alto Mando militar son, desde hace unos años, tema de grandes controversias en el seno de las Fuerzas Armadas, situación que ha sido aún más aguda desde 1992, cuando se produjeron dos alzamientos militares contra el entonces presidente Carlos Andrés Pérez.

Desde ese año, la posibilidad de que en los listados de ascensos sean incluidos oficiales que participaron activamente en las intentonas golpistas ha sido motivo de muchos comentarios y quejas por parte de militares que, por el contrario, fueron leales al gobierno constitucional y derrotaron a sus camaradas insurrectos.

01-01

9406623

Nº. DOCUMENTO 9406624
TITULO Situación económica en Venezuela.
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE ... 12/6/94
VINCULACIONES 67300
11161
11165

Reinventar el País

12/6 EP.



por ARTURO USLAR PIETRI

Hay que reinventar a Venezuela. Así de simple y enorme es el desafío que tienen planteado hoy los venezolanos ante la inmensa magnitud de la crisis creciente, que afecta todas las formas de la vida nacional y que provoca muy graves amenazas y riesgos para su futuro inmediato. No se trata de un ejercicio de imaginación, necesariamente baldío y poco realista, sino de hacer, serena y atinadamente, una revaluación a fondo de la situación del país, de sus riesgos y posibilidades, para enmendar el rumbo fatal en el que incurrió en los últimos años, y que ha culminado en esta sensación de fracaso colectivo que hoy predomina.

La inmensa riqueza que los yacimientos de petróleo le produjeron al Estado venezolano en el último medio siglo planteaba, por su sola desproporcionada magnitud, inmensos desafíos. Hubo la tentación fácil, a la cual sucumbieron los principales partidos políticos, de crear un Estado monstruoso, inconexo y múltiple, que iba, finalmente, a dominar, absorber y desviar toda la vida económica y social de la nación. En esos años, en que la población no llegó a ser mucho mayor de 15 millones de habitantes, la renta petrolera, a través del gasto público, lanzó sobre Venezuela, en grado diverso y caprichoso, un torrente de recursos monetarios cada día mayor y cada día más incontrolado, que terminó por pervertir y dañar todos los mecanismos de una vida social y económica normal.

El caso se agravó muy particularmente con la súbita alza de los precios del petróleo que se produjo a partir de 1973. El presupuesto nacional creció millares de veces. Millares de millones de dólares inundaron las arcas públicas, y por medio de ellos se creó un inmenso y laberíntico aparato del Estado que alteró todas las relaciones normales del crecimiento económico, del progreso social y de la actividad productiva.

Los hombres que administraron el Estado en este tiempo no tuvieron la perspicacia elemental de darse cuenta de la transitoriedad y de los riesgos que implicaba para el país entero aquella situación anormal. Gastaron a manos llenas. El Estado se sustituyó a todas las formas de la iniciativa privada y alteró, casi de manera irremediable, las relaciones normales del mercado, hasta crear de hecho una inmensa e ilimitada intervención en todas las formas de la vida colectiva. Todo llegó a estar subsidiado. Los costos eran falsos, los precios eran falsos, las relaciones de trabajo quedaron igualmente falseadas, hasta el punto de llegar al extremo de que, prácticamente, fuera de la producción y comercio de hidrocarburos, todo el resto de la actividad económica y social del país funcionaba a base de crecientes subsidios del Estado. Se creó una inmensa burocracia clientelar que consumía una gran parte de ese ingreso, y se incurrió en el absurdo e injustificable error de contraer una inmensa deuda externa.

Era evidente la deformación de todas las bases de una economía y de una relación social sanas y la creación de una anómala e insostenible situación de falsificación de la realidad económica y social por medio del subsidio del Estado rentista. El populismo y el estatismo, que terminan por ser inseparables, dominaron la vida pública y lograron que tales perspectivas falsas predominaran hasta llevar la situación a una vulnerabilidad extrema.

Cuando comenzó el descenso de los precios del petróleo se hizo evidente que esa situación era insostenible y que se imponían grandes enmiendas. Los partidos de gobierno no reconocieron toda la gravedad de la situación y de sus implicaciones y se abstuvieron, culpablemente, de decirle al pueblo la verdadera realidad y de implantar las grandes enmiendas necesarias. La renta petrolera, que llegó a alcanzar la suma de 1.700 dólares por habitante y por año, bajó a menos de 300.

La insensata situación tenía que hacer crisis, y la ha hecho de la manera más completa y amenazante. La moneda ha entrado en un proceso de devaluación constante, que altera todas las relaciones económicas. Crecen el desempleo y la pobreza. Ningún servicio público funciona de manera satisfactoria y el país entero ha caído en un estado generalizado de angustia y desánimo ante el presente y futuro. Sin embargo, todavía a estas alturas los sucesivos gobiernos que se han turnado en los últimos años no se han atrevido a presentarle la verdadera gravedad de la situación a la opinión pública. Ante el proceso inflacionario creciente, que reduce continuamente el poder adquisitivo de la población, no ha habido ni explicación completa ni medida eficaz y, atenazadas por la necesidad, se multiplican las manifestaciones de protesta por el alza inevitable del costo de la vida.

Ha terminado en completo fracaso un modelo rentista, estatista, populista y subsidiado de vida colectiva. No hay manera de prolongarlo. Mientras más pronto la mayoría del país lo comprenda así, será mejor. Ha llegado la hora de reconocer, en toda su crudeza, la realidad de los problemas que afectan a la población venezolana y exigirle a todos los inevitables sacrificios que hay que hacer para poder salir adelante con bien. Hay que proponer, con toda claridad y amplitud, las rectificaciones imprescindibles para lograr una situación de desarrollo sostenible hacia el futuro. En muchos sentidos, hay que reinventar el país, que es la más urgente y valiosa tarea que los venezolanos de hoy tienen planteada.

© Agencia EFE

01-01 9406624

Nº. DOCUMENTO 9406625
TITULO Ante crisis del sector financiero, el gob. venezolano decidió intervenir 8 bancos
PROCEDENCIA 150483
FECHA DE 15/6/94
VINCULACIONES 67380.
11161
11403
11382.

Intentan proteger la estabilidad de todo el sistema

E.OBS. 15/6/94

Ante crisis del sector financiero venezolano el gobierno decidió ayer intervenir 8 bancos

Caracas - El gobierno venezolano decidió ayer la intervención de ocho bancos comerciales que controlaban cerca del 28% de los depósitos totales del público en el mercado financiero local y que tenían problemas de liquidez habiendo recibido auxilios financieros, anunció en Caracas la Superintendencia de Bancos, encargada de ejecutar la medida.

AFP



Rafael Caldera

A poco más de tres meses de asumir el gobierno enfrentó una grave crisis en el sistema financiero

La decisión se adoptó con la finalidad de proteger la estabilidad del sistema financiero venezolano y de garantizar los derechos de los depositantes y ahorristas, indicó el organismo.

Los grupos financieros afectados son el Banco La Guaira, Banco Maracaibo, Banco Metropolitano, Banco Construcción, Banco Barinas, Banco Amazonas y la Sociedad Financiera Fivecas.

El total de los depósitos de estos bancos alcanza a 270.000 millones de bolívares, unos 1.616 millones de dólares al tipo de cambio actual. Pero habían estado recibiendo el equivalente a 4.670 millones de dólares en fondos federales de asistencia desde el 25 de enero de este año.

Al momento de requerir la asistencia, esos bancos dominaban el 41% del total del mercado bancario venezolano, de acuerdo a publicaciones especializadas. "La medida fue tomada para proteger la estabilidad del sistema financiero nacional y garantizar los derechos de los depositantes", dijo el ministro de Hacienda, Julio Sosa.

La intervención puso fin al programa de auxilios financieros que realizaba el Fondo de Garantías y Depósitos Bancarios (Fogade) desde el 25 de enero pasado, cuando la segunda entidad del país, el Banco Latino, fue intervenida.

La Superintendencia subrayó que la intervención ha estado motivada por el creciente nivel de pérdidas que han acusado estas entidades bancarias y financieras, así como por su déficit operativo.

Los interventores de los ocho bancos anunciaron que en breve iniciarán la cancelación de los ahorros de hasta cuatro millones de bolívares (23.600 dólares) por depositante.

La decisión, destacó la Superintendencia de Bancos, tuvo como base los informes que esta institución y Fogade elaboraron, en los que se evidenció el progresivo deterioro patrimonial y operativo de los bancos y de Fiveca.

Asimismo, se puso en evidencia la imposibilidad de reestructurar esas entidades mediante un plan distinto al de la intervención, y el clima de desconfianza motivó una continua retirada de fondos por parte de los depositantes.

La medida no afecta la prórroga dispuesta por la Superintendencia de Bancos a las ocho instituciones para la reposición de sus pérdidas por parte de los anteriores accionistas, la cual se mantiene en vigor hasta el 29 de junio.

La intervención tuvo el apoyo del gobierno venezolano, que ratificó el compromiso de promover la competencia dentro del sector financiero y la apertura a la participación de inversores nacionales y extranjeros.■ *(De la redacción de* El Observador *en base a fuentes de EFE y Reuter).*

01-01 9406625

Nº. DOCU... 9406626 ✓
TITULO ... Bolivia insiste en incluir el tema marítimo en la agenda de la OEA. (24º Asambl. Gral).
PROCEDEN... 150023
FECHA DE... 7/6/93
VINCULACI... 507480-
11164
11398
OEA SecEEF.

Bolivia insiste con el tema marítimo

7/6 LR. [illegible]

La Paz (ANSA)

El presidente de Bolivia, Gonzalo Sánchez de Lozada, rechazó ayer ante la prensa la posibilidad de retirar el tema marítimo boliviano de la agenda de la 24ª Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), que comenzó ayer en la ciudad brasileña de Belém.

"Toda Bolivia y toda América Latina saben que la salida al mar boliviana es un derecho", afirmó Sánchez de Lozada, al responder a la posición del gobierno de Chile que pidió que el gobierno boliviano, retire esta demanda ante la OEA, por considerarlo un tema bilateral, a ser discutido sólo entre Bolivia y Chile.

El tema de la reivindicación marítima de Bolivia será tratado en el punto 15 del documento "Informe sobre el Problema Marítimo Boliviano", donde los representantes bolivianos insistirán en el tema del enclaustramiento marítimo.

Sánchez de Lozada declaró que "la dinámica de las relaciones con Chile sobre el tema marítimo está entrando en un círculo vicioso donde Bolivia reclama y Chile se niega".

"Estamos tratando de cambiar ese círculo vicioso por un círculo virtuoso" agregó.

Bolivia perdió su acceso al mar a fines del siglo pasado en una confrontación bélica con Chile, en la que también participó Perú.

01-01

9406626

Nº. DOCUMENTO 9406627

TITULO Banco Mundial ratificó decisión de dar apoyo financiero a Bolivia para ejecución de ref. educat.

PROCEDEN 150014

FECHA DE 9/6/94

VINCULACIONES 507480.

11161

11412.

Bolivia 9/6CJ

BANCO MUNDIAL

El Banco Mundial (BM) ratificó ayer su decidido apoyo financiero al Gobierno de Bolivia para la ejecución de reformas educativas, la Capitalización y la Participación Popular, calificadas como «esenciales para el crecimiento económico sostenido y la justicia social». La representante del BM en La Paz, Constance Bernard, declaró ayer que esa institución está «involucrada en los tres programas» del Gobierno de Gonzalo Sánchez de Lozada. El BM y el Gobierno negocian un crédito de alrededor de 40 millones de dólares para poner en marcha el proyecto de la reforma educativa, que se encuentra en la fase de discusión en el Parlamento antes de promulgarse como una ley de la nación.

01-01

9406627

Nº. DOCUMENTO 9406628
TITULO Fue reelegido el Secretario Ejecutivo de la Central Obrera - Oscar Salas
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE 11/6/94
VINCULACIONES 507480
T1702
11165

El X Congreso de la COB eligió autoridades

FUE REELEGIDO EL SECRETARIO EJECUTIVO DE LA CENTRAL OBRERA

11/6/95

El X Congreso de la Central Obrera Boliviana (COB) reeligió ayer al dirigente minero Oscar Salas como secretario ejecutivo y mantuvo inalterable la estructura de representación laboral al término de una maratoniana sesión de 15 horas, que puso fin a la reunión sindical.

En la madrugada de ayer se eligió, en la sureña ciudad de Tarija, el nuevo Comité Ejecutivo de la COB, cuya composición refleja el fracaso del movimiento de los pequeños propietarios que buscaban una nueva correlación de poder en la estructura de la máxima organización laboral del país, dominada por los proletarios.

El X Congreso, que se inauguró el pasado 28 de mayo, comenzó su última sesión el jueves por la tarde y acabó hoy a las 06,45 hora local (11.45 GMT), en medio de denuncias sobre presuntos acuerdos previos con el oficialismo para impedir el cambio.

Con Salas, que mantiene el liderazgo de la diezmada Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia (FSTMB), fueron elegidos en la Secretaría General el dirigente fabril Juan Chávez, que estrena la presencia del partido populista Conciencia de Patria (CONDEPA) en la organización obrera, y en la segunda Secretaría General el campesino Juan de la Cruz Villca.

Los dirigentes sindicales de los campesinos, la mayoría numérica de la COB, de los gremiales y los artesanos anunciaron su intención de modificar la estructura de representación y poder en la organización laboral, en manos de los mineros y los fabriles, así como de renovar la radical tesis política que sustentó la COB.

La tesis política que ahora regirá la COB propone como doctrina "el socialismo democrático contra toda opresión", que reemplazó a la tesis de la resistencia subversiva.

El nuevo Comité Ejecutivo de la COB hará conocer en detalle las conclusiones y resoluciones del X Congreso en cuanto retorne a La Paz desde Tarija, 919 kilómetros al sur de La Paz.

01-01

9406628

Nº. DOCUM 9406628
TITULO Congr. Boliv. destituyó al Presidente de la Corte Suprema de Justicia y al magistrado.
PROCEDE 150015
FECHA 14/6/94
VINCULACIÓN 507480.
11164
11302.

Cayó el Presidente de la Suprema Corte boliviana

14/6LM.

El Congreso boliviano destituyó ayer al Presidente de la Corte Suprema de Justicia, Edgar Oblitas, y al magistrado Ernesto Poppe, que fueron encontrados culpables de prevaricato, y los inhabilitó para ejercer cargos públicos por un lapso de diez años.

LA PAZ / ANSA

La sentencia no incluyó la pena de cárcel, que había sido pedida por la fiscalía. Oblitas calificó la sentencia como "una vergüenza para la justicia boliviana" y acusó al Gobierno del Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) de "infame". "Dos magistrados del Poder Judicial han sido condenados ilegalmente en un juicio y sentencia que van en contra de la Constitución, ya que no se probó nunca el cohecho y prevaricato", declaró Oblitas, reiterando una vez más su inocencia.

Oblitas dijo que "el Gobierno del MNR ha destruido el Estado de Derecho en lo que se constituye como un día negro para la justicia boliviana". Esta es la primera vez en Bolivia que el Congreso --única instancia que puede hacerlo-- condena a dos magistrados de la Corte Suprema.

Absurda sentencia

Por su parte, Poppe calificó de "políticopartidista" y "absurda" la sentencia, argumentando que el juicio estuvo basado solamente en indicios y nunca se logró probar ningún delito.

La gran mayoría que tiene en el senado el oficialismo hizo posible el pasado sábado la declaratoria de culpabilidad de Oblitas y Poppe, encontrados culpables de prevaricato.

Ante la ausencia de seis senadores de la oposición, que prefirieron no participar en el juicio, el oficialismo logró 17 votos en el senado para decretar la culpabilidad de ambos juristas. Tres solitarios miembros del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) votaron por la inocencia. Con la sentencia dictada ayer concluyó un juicio que duró siete meses y que fue dilatado y suspendido en innumerables ocasiones gracias a la habilidad de la defensa.

El infaltable soborno

A fines del año pasado, miembros de la Policía y de la Embajada norteamericana filmaron subrepticiamente a un ex magistrado de la Corte Suprema cuando negociaba un soborno para impedir la extradición del ex Viceministro de la Presidencia de Nicaragua, José Ibarra.

9406629

01-02

Nº. DOCU
TITULO
PROCED 150015
FECHA D 13/6/94.
VINCULACI

Bolivia: prisión para jueces

13/6 LH.

La gran mayoría que tiene en el Senado el oficialismo boliviano hizo posible el sábado la declaración de culpabilidad por prevaricato del Presidente y del Ministro de la Corte Suprema de Justicia, Edgar Oblitas y Ernesto Poppe, respectivamente, quienes así esperan ir a la cárcel.

LA PAZ/ANSA

Hoy se dará a conocer la sentencia contra ambos jueces, pero se descarta que será aceptada la solicitud de la acusación, que consiste en una pena de dos años de cárcel y la inhabilitación de por vida para asumir cargos públicos.

Ante la ausencia de seis senadores de la oposición, que prefirieron no participar del juicio, el oficialismo logró 17 votos en el Senado para dictar la culpabilidad de ambos juristas, mientras tres solitarios miembros del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), votaron por la inocencia.

En los últimos días, y ante las versiones de que todos los miembros de la oposición participarían de la votación, dos autoridades gubernamentales debieron renunciar a sus cargos para habilitarse como senadores, el ex Ministro de Trabajo, Reynaldo Peters, y el ex Subsecretario de la Presidencia, Joreg Otasevic.

El sábado se comprobó sin embargo que ello era innecesario, porque los seis senadores de Acción Democrática Nacionalista (ADN) y Conciencia de Patria (CONDEPA), no se hicieron presentes. El voto de culpabilidad debía lograr dos tercios de los presentes, lo que el oficialismo consiguió ampliamente. Concluye así un juicio que duró siete meses y que fue dilatado y suspendido en innumerables ocasiones gracias a la habilidad de la defensa. La oposición denunció que el proceso en el Senado fue una maniobra del Gobierno para descabezar y controlar la Corte Suprema de Justicia.

A fines del año pasado miembros de la Policía y de la embajada norteamericana filmaron subrepticiamente a un ex magistrado de la Corte Suprema cuando aceptaba un soborno para impedir la extradición del ex Viceministro de la Presidencia de Nicaragua, José Ibarra.

En el diálogo con Ibarra, el ex magistrado involucró a Poppe y a Oblitas en hechos de corrupción, lo que permitió al fiscal de distrito y al oficialismo iniciar el juicio de responsabilidades, que concluyó anoche en su fase de alegatos y que terminará hoy con la lectura de la sentencia.

Oblitas y Poppe debían concluir su gestión decenal en agosto de 1995 y sus cargos eran inamovibles, salvo por la declaratoria de culpabilidad de un juicio en el Congreso. Ambos acusaron al Gobierno de "ejecutar un golpe de Estado" para controlar el Poder Judicial, con apoyó de Estados Unidos.

02-02.
9406629

Nº. DOCUMENTO 9406630

TITULO Tres cubanos abandonaron la embajada de Bélgica.

PROCEDENCIA 150023.

FECHA 3/6/94

VINCULACIONES 65671

11164

11388

Bélgica, 65280.

Tres cubanos abandonaron la embajada de Bélgica

* El gobierno de Bruselas solicita tiempo para hallar una solución satisfactoria

3/6/94

La Habana (ANSA)

■ Tres cubanos abandonaron esta madrugada la residencia del embajador belga en La Habana, mientras persisten los contactos oficiales entre ambos países para hallar una solución pacífica a la crisis diplomática, informaron fuentes oficiales. Los tres cubanos se sumaron así a un compañero que había decidido abandonar la residencia el lunes último, dos días después de que 124 personas penetraran por la fuerza en el lugar. Los 124 cubanos dijeron no sumar a su lista de refugiados a estos cuatro hombres, aunque se desconocen si los tres que decidieron hoy dejar la sede pertenecen al grupo que penetró en la residencia el domingo último.



Algunos de los más de cien cubanos que ocuparon la residencia del embajador belga en La Habana se hacen fotografiar en el jardín. (Telefoto de AFP)

BELGICA SOLICITA TIEMPO

La Habana (AFP)

"Los belgas nos piden tiempo para convencer a los ocupantes" de la residencia de Bélgica en La Habana de salir de la finca, declaró el jueves una fuente oficial cubana, que señaló la determinación de los dos países en encontrar una salida pacífica "lo más rápidamente posible". Según la fuente, que rechazó toda eventual violación por las fuerzas cubanas de los locales diplomáticos belgas, ninguna represalia será ejercida contra los 124 cubanos refugiados desde el sábado pasado en la residencia del embajador belga.

"El gobierno cubano ha cumplido siempre su palabra. Existen muchas pruebas de que los cubanos que penetraron en embajadas no fueron sancionados", dijo. El enviado especial del gobierno belga en La Habana, Willy Verriest, ex embajador de Bélgica en La Habana debería reunirse ayer por la tarde con representantes del Ministerio cubano de Relaciones Exteriores.

A su llegada ya había mantenido una conversación con Isabel Allende, ministra interina de Relaciones Exteriores en ausencia de Roberto Robaina.

Según la misma fuente oficial, la ocupación de la residencia constituye un problema "estrictamente bilateral entre los cubanos y los belgas, y no hay que internacionalizarlo".

Los embajadores de los países miembros de la Unión Europea (UE) se reunieron en varias oportunidades en La Habana en estos días, para tratar el problema de la crisis, pero no hicieron declaraciones en ningún momento.

El cuerpo diplomático europeo así como miembros de otras embajadas organizaron el abastecimiento de los ocupantes de la residencia.

9406630

01-01

Nº. DOCUM. 9406631

TITULO Mayor vigilancia en La Habana por temor a otra ola de asilados

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE 7/6/94

VINCULACION 65671

11163.

11338.

TEMEN OTRA OLA DE ASILADOS

Mayor vigilancia en La Habana

7/6 EC.

LA HABANA, 6 (EFE y AFP). — Policías y agentes del Ministerio del Interior cubano reforzaron hoy sensiblemente las guardias de la mayoría de las embajadas latinoamericanas en La Habana, en particular la sede diplomática de la Argentina, en prevención de posibles tomas por asalto de cubanos que reclamarían asilo político.

Las medidas especiales de seguridad fueron adoptadas cuando ya se cumplieron diez días —sin variación de la situación— de la ocupación de la residencia del embajador belga, tomada por asalto el sábado 28 de mayo último por 124 cubanos que piden asilo político.

En todo el barrio de Miramar, donde están la mayoría de las sedes diplomáticas, fue notoria la mayor presencia de policías, coches patrulla y vehículos de brigadas especiales.

La representación diplomática argentina, así como la residencia de la embajadora, Susana Grano, amanecieron este lunes rodeadas por numerosos efectivos policiales y del Ministerio del Interior, que cortaron las calles adyacentes a los dos edificios.

La Embajada está en el barrio de Miramar, mientras que la residencia de la representante diplomática se encuentra en la elegante zona de Siboney.

Además de la representación argentina, también se advirtió un fuerte despliegue de fuerzas en la Embajada de Colombia y —en menor proporción— en las de México, Brasil, Venezuela y en la residencia del embajador de España.

Fuentes diplomáticas argentinas aseguraron que no había ocurrido ningún incidente, a pesar de que la calle en la que está ubicada la Embajada estuvo cortada al tránsito de personas y vehículos y vigilada por una docena de agentes.

Hace diez días 124 cubanos ingresaron por la fuerza en la residencia del embajador belga, en el mismo barrio de Miramar, y desde entonces la mayoría permanece allí en reclamo de asilo político.

01-01

9406631

Nº. DOCUMENTO 9406632
TITULO Custodian Embajada argentina en La Habana.
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE 7/6/94
VINCULACION 65671
11164
11388
Argent. 66960.

Custodian Embajada argentina en La Habana

7/6/92

La Habana (ANSA)

■ La embajada argentina en La Habana amaneció hoy bajo un fuerte dispositivo policial, ante el temor de las autoridades cubanas de un ingreso masivo de personas en un intento por pedir asilo político, dijeron fuentes diplomáticas.

La sede diplomática, así como la residencia de la embajadora, Susana Grane, estaba hoy rodeada por numerosos efectivos policiales y del Ministerio del Interior, que cortaron las calles adyacentes al edificio.

La embajada argentina está ubicada en el barrio de Miramar, mientras que la residencia se sitúa en la elegante zona de Siboney.

"Nos dijeron que tenían informes sobre un ingreso, inminente de cubanos a la embajada o a la residencia", confió a ANSA una fuente diplomática.

La fuente aseguró que ningún cubano intentó ingresar a la embajada por vía ilegal el fin de semana pasado.

Doc. POCO LEGIBLE

01-01 9406632

Nº. DOCUMENTO 9406633
TITULO Gob. cubano Eliminarán subsidios a comedores.
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE P 7/6/94
VINCULACIONES 65671
11161
11382

ELIMINARAN SUBSIDIOS A COMEDORES

7/6 LR

El gobierno cubano eliminará a partir del 1 de julio próximo el subsidio estatal a los comedores obreros, en al marco del severo plan de ajuste puesto en marcha para sanear las finanzas del país, se informó hoy oficialmente.

Esta medida fijará un nuevo precio para el servicio de estos comedores, ubicados en todos los centros laborales de la isla y considerados como una conquista de la Revolución.

La eliminación del subsidio significará un ahorro anual de 100 millones de pesos (dólares al cambio oficial), y obligará a los comedores a financiar sus propios gastos. "Existen casos en que la plantilla del comedor está inflada", advirtió hoy al semanario **Trabajadores**, órgano de la central obrera cubana.

Cuba está inmersa en un programa de ajuste gradual que le permita paliar la grave crisis económica que afecta a la isla desde la caída de la ex Unión Soviética y sus aliados de Europa del este, en 1990.

[Doc. Poco Legible]

01-01 9406633

Nº DOCUM... 9406634
TITULO Relaciones de México con Cuba.
PROCEDENCIA 150023.
FECHA DE I 7/6/94
VINCULACIONES 656?1
11164
11388
5C7623

El presidente mexicano llega el próximo lunes 13 a La Habana 7/6/LR

Salinas analizará "nuevas formas de colaboración e impulso" a las relaciones de México con Cuba

La Habana (ANSA)

■ El presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, arribará a La Habana el 13 de este mes en visita oficial de 24 horas, en busca de "nuevas formas de colaboración y de impulso" a los vínculos bilaterales, dijo hoy el embajador de ese país, Carlos Tello.

"Su presencia (en Cuba) será una muestra adicional de la fortaleza y solidez de nuestras relaciones", dijo el diplomático.

Durante su estancia en la isla, Salinas de Gortari analizará "globalmente" con autoridades locales las relaciones políticas, económicas, culturales, comerciales y de colaboración entre ambos países.

"No se prevén acuerdos concretos", advirtió Tello, en diálogo con la prensa cubana.

El mandatario mexicano será recibido por el líder cubano, Fidel Castro, quien ha visitado México en tres oportunidades en los últimos cinco años.

Salinas de Gortari permanecerá sólo 24 horas en Cuba y posteriormente partirá hacia Cartagena de Indias, Colombia, donde asistirá a la Cumbre de Presidentes Iberoamericanos.

PLANTEARIAN CASO DE ELECCIONES DOMINICANAS

San Juan, Puerto Rico (UPI)

Las aún no resueltas elecciones de la República Dominicana podrían ser tema de discusión y análisis en la IV Cumbre Iberoamericana de jefes de Estado y de gobierno, a efectuarse la semana próxima en Cartagena, Colombia.

El vicepresidente de la Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina (Coppal), Ruben Berríos, dijo a United Press Internacional que la organización lleva varias semanas gestionando la inclusión del asunto en la agenda del encuentro internacional.

Berríos, presidente del Partido Independentista Puertorriqueño y presidente de la Coppal para el Caribe oriental, dijo que líderes de la organización han sostenido reuniones con representantes de los 21 países participantes en la cumbre, a fin de obtener respaldo a su propuesta.

El interés de la Copppal es que se investiguen los alegatos de fraude en los comicios del 16 de mayo, cuyo resultado oficial aún no ha sido emitido por la Junta Central Electoral Dominicana.

El principal candidato opositor, José Francisco Peña Gómez, alega que hubo fraude en el triunfo preliminar del presidente Joaquín Balaguer, que lo aventaja por unos 30.000 votos en el cómputo no certificado.

"Estamos intentando que la protesta dominicana por el fraude cometido en las elecciones se ventile en esa cumbre. Todos nuestros esfuerzos van dirigidos a cancilleres y jefes de Estado, para que el punto se lleve sobre el tapete", dijo Berríos, cuyo partido respalda los alegatos de fraude del opositor Partido Revolucionario Dominicano y su líder, Peña Gómez.

El vicepresidente del PIP, Fernando Martín, formó parte de la delegación de observadores internacionales que asistió a las elecciones dominicanas, y fue uno de los primeros en coincidir con las imputaciones de fraude.

Berríos no está seguro si asistirá personalmente a la cumbre como líder de los partidos caribeños de la Copppal, pero en ese caso sería representado por Martín, quien se encargarií de darle seguimiento a la protesta del PRD.

0101 9406634

Nº. DOCUMENTO 9406635
TITULO Delegación cubana en Israel
PROCEDENCIA 150074
FECHA DE 8/6/94
VINCULACIÓN 65671
11164
11388
Israel 507603

Cuba

DELEGACION CUBANA EN ISRAEL

8/6 LJ

Una delegación oficial cubana fue recibida ayer martes, en Jerusalén por el presidente del Parlamento israelí, Shévaj Weiss, pese a no existir relaciones diplomáticas entre ambos países desde que el régimen de Fidel Castro las rompió en 1973. La delegación está integrada por María Dolores Ortiz Díaz y Eduardo Mederos González, vicepresidenta y secretario, respectivamente, del Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos (ICAP). Ambos celebran una visita de diez díaz a Israel, la primera de una delegación cubana a este país desde 1973, año en que los estados árabes y este país se enfrentaron a causa de la «Guerra de Yom Kipur».

01-01 9406635

Nº. DOCUM 9406636
TITULO Gob cubano estaría negociando acuerdo comercial con Brasil.
PROCED. 150023
FECHA 8/6/94
VINCULACI. 65671
11164
11388
Brasil 507482

Brasil y Cuba estarían negociando un voluminoso acuerdo comercial

LR 8/6/94

Miami (UPI)

■ El gobierno cubano estaría a punto de concluir un importante acuerdo comercial con Brasil que permitiría al régimen de Fidel Castro liquidar su deuda con el país latinoamericano y obtener financiamiento fresco, informó el periódico el Nuevo Herald.

De acuerdo con el diario, edición en español de The Miami Herald, una fuente brasileña informó que el convenio prevé la venta a Brasil de productos farmacéuticos en un intercambio de aproximadamente 314 millones de dólares en un plazo no mayor de 10 meses.

Según la fuente, que no fue identificada, las negociaciones se están llevando a cabo entre la central de medicamentos del Ministerio de Salud de Brasil y su contraparte cubana.

"Este nuevo acuerdo se está manteniendo en secreto para evitar las interrogantes que seguramente va a generar aquí en Brasil y también en Cuba", afirmó la fuente.

El supuesto convenio estipularía que Cuba liquidará su deuda comercial con Brasil de 60.5 millones de dólares y recibirá financiamiento por 94.5 millones de dólares hasta finales del año y otros 30 millones en el primer trimestre de 1995.

A principios de 1994, ambos países firmaron un acuerdo mediante el cual Cuba exportaría a Brasil medicamentos por un valor de 30 millones de dólares.

El contrato, que estipuló el suministro de 40 medicamentos diferentes en los primeros cuatro meses del año, fue firmado el 26 de enero en Brasilia por el ministro de Salud Pública de Brasil, Henrique Santillo, y el viceministro de Salud de Cuba, José Ignacio Goicoechea.

Entre los medicamentos que Cuba enviará a Brasil se encuentran vitaminas, antibióticos y analgésicos fabricados en Cuba, que el país caribeño vendió a Brasil a un precio 22 por ciento más barato que los producidos por la industria farmacéutica brasileña, según el ex embajador cubano en Brasil, Jorge Bolaños.

Pocos meses después de firmarse el acuerdo, a mediados de mayo, el gobierno cubano racionó la venta de medicamentos en todo el país, dijo El Herald, aproximadamente unos 100 productos farmacéuticos que se vendían al público sin receta —desde las aspirinas hasta el té negro— fueron racionados y se estableció un estricto control para su venta.

"La gran habilidad de Cuba ha sido vender la idea al presidente Itamar Franco de que la isla es una potencia farmacéutica y puede ayudarlo en su lucha contra los altos precios de la industria nacional", subrayó la fuente.

"La gran duda que existe es si Cuba consigue cumplir el acuerdo y entregar ahora los medicamentos, según el cronograma acordado", añadió.

POCO LEGIBLE

01-01 9406636

Nº. DOCUMENTO 9406637 V

TITULO Cuba y China reafirmaron su carácter socialista.

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE 9/6/94.

VINCULACIONES 65671

1164

11388

China 507638

REAFIRMAN CARACTER SOCIALISTA

9/6/94

Cuba y China reafirmaron su decisión de "proseguir la construcción socialista" en ambos países y "continuar fortaleciendo las relaciones de amistad y colaboración mutua" entre sus pueblos.

El pronunciamiento se conoció en La Habana al término de un encuentro entre los miembros de los burós políticos de los partidos comunistas cubano y chino, José Ramón Balaguer y Wu Bangguo, respectivamente.

El dirigente chino encabeza una delegación que inició esta semana una visita oficial a Cuba.

Tanto Balaguer como Bangguo intercambiaron experiencias sobre los programas de reformas económicas adoptadas por ambos gobiernos en los últimos tiempos.

POCO LEGIBLE

01-01

9406637

Nº. DOCUMENTO 9406638
TITULO Cuba promueve relac. económicas con el Caribe.
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE 9/6/94
VINCULACIONES 65671
1164
1388
10190.

Reunión empresarial en Santiago de Cuba con representantes de América y Europa

CUBA PROMUEVE RELACIONES ECONOMICAS CON EL CARIBE

Empresarios de América y Europa se reunirán durante cinco días en la ciudad oriental de Santiago de Cuba para conocer las posibilidades de inversión en la isla y de potenciar las relaciones comerciales con los países del Caribe.

El presidente de la Cámara de Comercio de Cuba, Carlos Martínez Salsamendi, anunció hoy que en el marco del II Encuentro de Hombres de Negocios y la Feria Internacional ExpoCaribe 94, que se celebrará del 28 de junio al 3 de julio, participantes de 17 países de la región y de Europa debatirán y se promoverán las relaciones económicas y comerciales entre Cuba y el Caribe.

Las empresas y hombres de negocios que asistirán a ambas actividades proceden de Canadá, España, Alemania, Francia, Ecuador, Brasil y Chile, entre otros países, y se espera que participen en ellas el ex primer ministro de Jamaica Michael Manley y el Secretario General Adjunto del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), Noel Singler.

El titular de la Cámara de Comercio de Cuba dijo que durante el Encuentro de Hombres de Negocios habrá una jornada dedicada a la exposición de temas generales relativos a la economía cubana, pero también a las experiencias del área caribeña.

La posibilidad de inversiones, la política comercial cubana hacia el Caribe, los incentivos y facilidades para desarrollar el comercio, el turismo y el transporte, así como las perspectivas comerciales que ofrecen cinco provincias del oriente de la isla, también ocuparán una parte de las reuniones, que se completarán con los encuentros bilaterales entre empresarios.

En la feria Expocaribe participarán 115 empresas cubanas, principalmente de la región oriental de la isla, que presentarán los servicios, producciones y las fábricas que ofertan sus capacidades a la inversión de capital extranjero.

Las empresas del oriente cubano cubren casi todos los sectores de la economía de la isla, como la minería, los materiales de construcción, la agroindustria, la poligráfica, la industria textil y el turismo.

Los intercambios comerciales entre Cuba y el Caribe (incluídos los países de la cuenca y los insulares) superaron los 400 millones de dólares en 1993 y las asociaciones económicas con países de la región abarcan principalmente las áreas textil, turismo, industria básica, astilleros, proyectos de viviendas, cemento y sal.

Entre los productos que Cuba exporta al Caribe figuran los mariscos, ron, barras de acero, tabaco, cítricos y medicinas, mientras que importa amoníaco, piensos, fosfatos y sus derivados, accesorios, piezas de repuesto, muebles, artículos para la industria turística y madera.

01-01 9406638

Nº. DOCUM... 9406638 √
TITULO Delegación del Partido Comunista Chino se entrevistó con Fidel Castro.
PROCE... 150023
FECHA DE 11/6/94
VINCULACION 65671
11164
11388
China 507638

Fidel Castro con comunistas chin...

La Habana (AFP)
11/6LR.

■ Una delegación del Partido Comunista Chino de visita oficial en Cuba se entrevistó con el presidente Fidel Castro, anunció el viernes Granma, órgano oficial del Partido Comunista Cubano.

Durante esta entrevista, cuya fecha no fue precisada, el jefe de la delegación china, Wu Gangguo, miembro del buró político del PC chino y principal responsable del partido en Shanghai, trasmitió al presidente cubano un mensaje de "saludos" del jefe del Estado chino, Jiang Zemin, y del primer ministro Li Peng, según la misma fuente.

De acuerdo con Granma, las conversaciones trataron sobre "el continuo desarrollo de las fructíferas relaciones entre Cuba y China y se realizó un amplio intercambio de experiencias y opiniones sobre las tareas que llevan adelante en la etapa actual los dos partidos en el orden político, económico y social, en ambos países socialistas".

Los representantes del PC cubano y chino (cuya delegación llegó el lunes pasado a esta capital y partirá el próximo domingo) reiteraron su voluntad de proseguir construyendo el socialismo partiendo de la realidad concreta de cada país y de continuar fortaleciendo las relaciones de amistad y de colaboración mutuas" agre... ma.

Cuba, el segun... mercial de Chi... Latina, con in... superaron los US$ 4... nes en 1993, sigue ate... te la evolución de la si... en China y con especial i... los resultados y consecuen... de la "economía de mercado socialista" instaurada por el gobierno chino.

[partes ilegibles.]

01-01

9406639

Nº. DOCUMENTO 9406640
TITULO Centroamérica demanda solución para Cuba
PROCEDENCIA 1500/4
FECHA DE F 14/6/94
VINCULACIONES 65671
11164
11388
65548

Los presidentes de los países centroamericanos plantean una salida para Cuba pero en el marco interamericano

CENTROAMERICA DEMANDA SOLUCION PARA CUBA

14/6

Los presidentes de Centroamérica demandaron ayer buscar una solución a la situación que vive Cuba, en el marco del sistema interamericano, pero descartaron llevar este tema a la IV Cumbre Iberoamericana, que se celebrará hoy y el miércoles en Colombia.

Al final de una reunión de dos días en Costa Rica, el jefe de Estado de Honduras, Carlos Roberto Reina, afirmó que esta es una posición regional, aunque puede haber detalles en que no estén de acuerdo.

Reina afirmó que Centroamérica aspira a una "transición democrática" en Cuba, pero atribuyó la responsabilidad de buscar una solución a la Organización de Estados Americanos (OEA).

"Es un problema del sistema interamericano y debemos encontrar una solución a este caso especial", precisó Reina.

El gobernante hondureño, al igual que el costarricense, José María Figueres, coincidieron, sin embargo, en que la solución al problema de Cuba "debe salir del seno de la familia cubana".

Figueres afirmó que terminado el mundo bipolar y la guerra fría, "tenemos la obligación de planteamos" las relaciones exteriores, entre ellas las de Cuba, país con el que Costa Rica rompió relaciones en la década del 60 junto con la mayoría de países latinoamericanos.

"En esta nueva época, queremos estar seguros de lo que estamos haciendo", añadió el jefe de Estado y advirtió que se deben realizar todos los esfuerzos para que Cuba pueda salir adelante "de manera pacífica".

Los jefes de estado no quisieron especificar si están buscando restablecer las relaciones con Cuba, pedir el fin del bloqueo económico que le tiene impuesto Estados Unidos desde hace mas de 30 años o su reincorporación a la OEA, de la que fue suspendida en la década de los 60.

Sin embargo, una fuente diplomática, que pidió no revelar su identidad, afirmó que el caso de Cuba puede dar una sorpresa en la Cumbre Iberoamericana, que se realiza entre mañana y el miércoles en Cartagena de Indias (Colombia), pero no quiso detallar en qué sentido.

01-01

9406640

Nº DE DOC. 9406641
TITULO Cubanos se asilan en
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE 14/6/84
VINCULACIONES 65671
11164
11338
Alemania
500145

Cubanos se asilan en embajada alemana

En desesperada maniobra entraron en la sede

Un total de 21 cubanos irrumpió esta madrugada por la fuerza, a bordo de un camión, en la embajada de Alemania en La Habana, confirmaron fuentes diplomáticas.

LA HABANA / ANSA

El hecho ocurrió a las 5.30 locales (8.30 GMT), cuando el grupo ingresó a la sede diplomática en un camión MAZ-500 de fabricación soviética, tras derribar las rejas de seguridad del edificio.

De esa manera, el grupo de 21 cubanos se sumó a los otros 118 que permanecen desde el 28 de mayo último en la residencia del embajador belga en La Habana.

Según testigos presenciales, el camión irrumpió en la sede, derribó la verja de seguridad y chocó contra un automóvil estacionado en el lugar.

Fuentes diplomáticas confirmaron a ANSA que son 21 los hombres, mujeres y niños que lograron penetrar en la sede en busca de asilo político.

Voceros de la embajada alemana se negaron a confirmar o a desmentir el hecho, y sólo dijeron que la Cancillería de Bonn está autorizada a brindar información sobre el tema.

La embajada, ubicada a apenas 400 metros de la residencia belga, en el barrio de Miramar, fue fuertemente rodeada por patrullas policiales.

En las últimas semanas la policía cubana había redoblado el operativo de seguridad en torno de las embajadas latinoamericanas, especialmente las de Argentina y Colombia.

El nuevo ingreso de cubanos se produjo horas antes del arribo a La Habana del Presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, quien cumplió hoy una breve visita oficial a la isla.

Enojo en el gobierno

Mientras tanto el gobierno cubano calificó "como una provocación y acto ilegal cuidadosamente planificado y ejecutado en el momento en que arriba a Cuba el Presidente de México", la irrupción de un grupo de cubanos a la embajada de Alemania en La Habana, para solicitar asilo político.

En estos momentos visita Cuba el Presidente Salinas

Carlos Salinas de Gortari cumple una breve visita oficial a la isla.

El vocero de la Cancillería, Miguel Alfonso, aseguró que son 20 los cubanos refugiados, 3 hombres y 17 mujeres.

El grupo de cubanos irrumpió esta madrugada por la fuerza en la embajada a bordo de un camión, con el objeto de solicitar asilo político, confirmaron fuentes diplomáticas.

Escape a toda prueba

De esa manera, el grupo de 20 o 21 cubanos, según las distintas fuentes, se suma a los otros 118 que aún permanecen en la residencia del embajador belga en La Habana, desde el 28 de mayo último.

Según testigos presenciales, el camión irrumpió en la sede, derribó la verja de seguridad y chocó contra un automóvil estacionado en el lugar.

Voceros de la embajada alemana se negaron a confirmar o a desmentir el hecho y dijeron que sólo la Cancillería en Bonn está autorizada a brindar información sobre el tema.

La embajada, ubicada a escasos 400 metros de la residencia belga, en el barrio de Miramar, fue fuertemente rodeada por patrullas policiales.

En las últimas semanas, la policía cubana había redoblado la seguridad en torno a las embajadas latinoamericanas, especialmente en las de Argentina y Colombia.

El nuevo ingreso de cubanos se produjo horas antes del arribo a La Habana del Presidente mexicano, Salinas de Gortari, en una breve visita oficial.

Inmediatamente, las fuerzas policiales incrementaron la seguridad en torno a la mayoría de las embajadas europeas y latinoamericanas de La Habana.

14/6/94

9406641

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406642
TITULO Pinochet inició gira por Europa del Este.
PROCEDENCIA 150080.
FECHA DE P 27/5/94
VINCULACIONES 65708
11164
11388
Eu del Este 11169.

13

GIRA DE PINOCHET PARA COMPRAR ARMAS

El general no tiene quien lo reciba

27/5 P.12.

Pinochet inició una gira por Europa del Este. Los países que visita anunciaron que nadie lo recibirá oficialmente.

Página/12 EN CHILE

(Por Juan Jorge Faundes, desde Santiago) El comandante en jefe del ejército chileno, general Augusto Pinochet, inició en medio de un avispero de periodistas un viaje supuestamente secreto para comprar armas tras la ex cortina de hierro, cuya primera fase terminará en Praga, capital de la República Checa, el próximo lunes. El quiebre casual del secreto fue seguido por una cadena de declaraciones de malestar proveniente de los gobiernos de los países que se supone visitará, e inclusive de un consorcio armamentista. El canciller checo llegó a afirmar que ningún funcionario recibiría al ex dictador porque su presencia "puede causar problemas a la limpia trayectoria democrática de nuestro país".

En Chile se sabía que Pinochet iba a salir de viaje hacia Europa del Este, pero la fecha exacta y el itinerario eran mantenidos en reserva, así como los propósitos. Inclusive se había hecho trascender a la prensa que la gira se iba a iniciar mañana, sábado. Al mediodía del miércoles, sin embargo, en el aeropuerto internacional de Santiago había más periodistas que lo habitual. Por dos motivos. Uno: era esperado el regreso a Santiago, desde Iquique, en el norte del país, del general Rodolfo Stange, general director de Carabineros, quien cumple allá una misión especial que lo mantiene temporalmente alejado de sus actividades habituales, mientras un juez especial investiga una denuncia en su contra por presunta obstrucción de la justicia en un caso de violación de derechos humanos. Dos: un numeroso grupo de reporteros económicos viajaba a Frankfurt, en un vuelo de Lufthansa, invitado por la Cámara Chileno-Alemana de Comercio. Pinochet llegó a abordar el mismo avión. Fin del secreto. El ex dictador quiso cambiar infructuosamente de aerolínea cuando fue avisado de quiénes serían sus compañeros de vuelo.

Abortado el secreto, el ejército confirmó que Pinochet inició un viaje a la República Checa, autorizado por el gobierno, invitado desde ese país "para conocer equipos y tecnología de interés para el proceso de modernización institucional", y que la gira se prolongaría por unos quince días. Extraoficialmente, fuentes militares añadieron que el viaje incluirá Rusia, Suiza e Inglaterra.

Desde los puntos de destino del general, comenzaron a llegar expresiones de molestia por la incómoda visita. El primer ministro checo, Vaclav Klaus, confirmó en Praga que Pinochet fue invitado por la Omnipol, una de las empresas vendedoras de armas más importantes de ese país. Pero acto seguido aclaró que, como gobierno, "nada tenemos que ver con la venida de ese señor a nuestro país. Viene a comprar armas como cualquier otro comerciante del ramo". Y Josef Zieleniec, el ministro checo de Relaciones Exteriores, agregó que "no será recibido por ningún representante del gobierno, ni siquiera por el ministro de Defensa. Ni el primer ministro, Vaclav Klaus, ni el ministro de Defensa, Antonio Baudys, recibirán al ex dictador chileno".

En Bratislava, capital de Eslovaquia, otro presunto destino del general, el Ministerio de Relaciones Exteriores aclaró: "Pinochet no ha sido ni jamás será invitado por el gobierno de la República Eslovaca".

También Rusia se apuró a aclarar que no había alfombra roja: un portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores dijo que Pinochet no ha sido oficialmente invitado a ese país, y que si llega, lo hará en forma privada. En el Ministerio de Defensa ruso se había confirmado el miércoles a la agencia italiana ANSA que Pinochet llegaría: "A fin de mes".

A las declaraciones de los gobiernos se sumó la del consorcio armamentista checo R.D.P. Group, que agrupa a más de cuarenta empresas de armamento checas, el que desmintió haber invitado al ex dictador, como inicialmente algunos cables habían señalado.

Pinochet viaja acompañado de su esposa, Lucía Hiriart, su hija mayor, Lucía, el brigadier general Carlos Krum, director de Logística del ejército, el general Luis Iracabal, director de la Fábrica de Armamentos del Ejército, FAMAE, una quincena de guardaespaldas, su médico personal y un cocinero. Salió de Chile vestido de civil, cubierto con un abrigo café claro y, una vez más, rehuía a la prensa.

01-05

9406642

N°. DOCUM
TITULO
PROCEDENC. 150023
FECHA DE F 28/5/94
VINCULACIONES 65708

Sábado 28 de mayo de 1994 **La República**

Visita de Pinochet crea problemas en República Checa

Praga (ANSA)

■ La visita del general Augusto Pinochet, comandante en jefe del Ejército y ex dictador de Chile (1973-1989) crea problemas en la República Checa, a la cual el militar llegaría el lunes con una delegación, para adquirir armamento.

La visita de Pinochet se debe a una invitación de la sociedad Omnipol, que forma parte de un consorcio privado que, en el pasado comunista, fue el ente exportador monopólico de armas checoslovacas.

La visita es parte de una gira de la delegación militar chilena por Gran Bretaña, Suiza, Eslovaquia y Rusia.

El presidente checo, Vaclav Havel declaró "no estar satisfecho por el hecho de que la primera y más importante misión chilena esté encabezada por el general Pinochet".

El premier Klaus, desmintiendo una declaración precedente del ministro de Defensa, negó que la visita del ex dictador chileno esté relacionada con su reciente viaje a ese país y señaló que la composición de la delegación fue decidida sólo por la parte chilena y su contraparte privada checa.

El diario Mlada Fronta Dnes publicó ayer que la visita de Pinochet expone a Omnipol a la acusación de transgredir los principios democráticos "para vender armas en América Latina."

02 9406642

Nº. DOCUM
TITULO
PROCED. 150483
FECHA DE 3/6/94
VINCULACI 6570P

Impiden a Pinochet entrada a academia militar checa

EL OBSER. 3/6/94

PRAGA Y SANTIAGO de Chile - El ministro de Defensa checo, Antonin Basudys, dio órdenes terminantes para impedir la prevista visita del general y ex presidente chileno Augusto Pinochet a la Academia del Ejército de Tierra de Vyskov (centro de Moravia), informó el viceministro de esa cartera por "no considerar adecuado que el Ejército checo mantenga ningún contacto con el general Pinochet". Varios diputados chilenos de la Concertación de Partidos por la Democracia, en el poder, presentaron un proyecto para que el Parlamento pida al Ministerio de Defensa un informe sobre el viaje de Pinochet.

Fuentes parlamentarias indicaron ayer que el informe deberá proporcionar todos los detalles sobre el objetivo de la gira del ex gobernante militar, la lista de todos los integrantes de su comitiva, el costo de la misma y su financiación. Pinochet encabeza una misión del Ejército que llegó el pasado lunes a Praga con el objetivo de inspeccionar equipos de armas para una eventual adquisición, pero su presencia originó agrias controversias en la República Checa. ■ *(EFE)*

9406642

N°. DOCUM...
TITULO ....
PROCEDEN. 150014
FECHA DE 5/6/94
VINCULACION 6570P.

El ex dictador chileno y comandante de las Fuerzas Armadas de Chile repudiado en toda Europa

PINOCHET SALIO ANTES DE LO PENSADO DE PRAGA

El comandante en jefe del Ejército chileno, Augusto Pinochet, partió en la tarde de ayer a las 17,20 horas (15,20 GMT) del aeropuerto de Praga, Ruzyň, en dirección a Zurich, Suiza, en un vuelo regular de las aerolíneas de ese país.

El general Pinochet llegó a Praga el lunes 30 de mayo, al frente de una misión de expertos militares, invitado por la empresa exportadora Omnipol, para tratar de la compra de técnica militar para el Ejército chileno.

La presencia de Pinochet ha sido criticada por la mayoría de los partidos políticos y por los corresponsales de prensa acreditados en Praga, que difundieron una carta de protesta el día anterior a la llegada del ex dictador chileno a la capital checa.

El primer ministro, Vaclav Klaus, dijo, por su parte, que "nadie de mi Gobierno ha invitado a Pinochet ni tendrá ningún contacto oficial con él. Se trata de una visita privada con fines comerciales".

Todos los pasos dados por Pinochet y su comitiva por el territorio checo se guardaron en un total secreto y sólo circunstancias casuales permitieron saber algo de sus movimientos y lugares visitados.

Al final de la estancia en Praga tampoco se ha informado concretamente de los contactos comerciales mantenidos y tan sólo un representante de Omnipol, empresa que durante el comunismo monopolizó las exportaciones de armas a todo el mundo, afirmó que "no se han concretado ningunas compras".

Pinochet, según lo previsto, debió estar en Praga tres días, asistir a la exposición internacional de técnica militar IDET'94 y continuar su recorrido por Eslovaquia y Rusia.

Nada de eso fue posible debido al escándalo que le ha acompañado desde que llegó a Europa, que comenzó con la expulsión del hotel en que se alojó en Amsterdam.

9406642

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE 9/6/94
VINCULACIONES 6570P.

Suiza

«PROFUNDO MALESTAR» POR PINOCHET

9/6 LS

El jefe del departamento federal de Asuntos Exteriores, Flavio Cotti, expresó su «profundo malestar» por la presencia en Suiza de Augusto Pinochet, jefe de las Fuerzas Armadas de Chile. Cotti manifestó comprender la indignación de los chilenos residentes en Suiza, según publicó hoy, miércoles, el diario «Luzerner Neusten Nachrichten».

El consejero federal lamentó que no exista ya la posibilidad jurídica de prohibirle la estancia en el país. La estancia ,el domingo, de Pinochet en Lucerna despertó numerosas protestas de la «Alianza Verde» y los «Jóvenes Socialistas Suizos» a las que se sumaron el «Consejo Suizo por la Paz» y el «Grupo de Trabajo por el Control del Armamento y la Prohibición de Exportación de Armas», ya que, según algunas informaciones, el ejército chileno estaría interesado en adquirir ciertas armas.

05-05

9406642

Nº. DOCUM 9406643
TITULO Condenan en Chile a periodistas comunistas
PROCED 150023
FECHA DE 7/6/94
VINCULACION 6570P.
11165

Condenan en Chile a periodistas comunistas

Santiago de Chile (ANSA)

El director y el editor general del diario comunista El Siglo, Andrés Lagos y Francisco Herreros, respectivamente, fueron condenados a 541 días de presidio por infracción a la Ley de Seguridad del Estado.

Los dos periodistas apelaron de inmediato la sentencia, que deberá ser ahora revisada en la Corte de Apelaciones y, eventualmente, podría llegar a la Corte Suprema.

La sentencia es con pena remitida, es decir, ambos profesionales deberán firmar semanalmente y no ingresarán a la cárcel.

Los periodistas fueron procesados a petición de Marcos Aburto, presidente de la Corte Suprema, quien los acusó —en 1992— de violar la Ley de Seguridad del Estado a raíz de un artículo publicado en el diario El Siglo. En ese texto se acusó a los jueces de avalar el "terrorismo de Estado del general Augusto Pinochet" al traspasar el caso del detenido desaparecido Alfonso Chanfreau desde la justicia civil a la militar.

La jueza María Morales había sobreseído el proceso, pero ante la insistencia del fiscal de la Corte de Apelaciones lo reabrió y determinó las sentencias indicadas.

Santiago (UPI)

Dos periodistas chilenos fueron condenados hoy a 541 días de cárcel, acusados de lanzar injurias a los miembros de la Corte Suprema por haber publicado un artículo sobre un activista que desapareció tras ser detenido durante el pasado régimen militar.

Los condenados, que apelaron de inmediato la sentencia, son los periodistas Juan Andrés Lagos y Francisco Herreros, director y editor general, respectivamente, del diario comunista El Siglo.

Lagos y Herreros, que el año pasado estuvieron 15 días en prisión, fueron notificados de la condena, emitida tres días después que otro tribunal condenara a 1.000 días de presidio a otro periodista acusado de injuria.

La resolución contra Lagos y Herreros fue dictada por la jueza María Antonia Morales, quien investigaba un requerimiento presentado por el presidente de la Corte Suprema a raíz de una publicación aparecida a fines de 1992 en el siglo, relativa al caso del activista desaparecido Alfonso Chanfreau.

Ambos periodistas fueron notificados de la sentencia al concurrir junto a su abogado Eduardo Contreras a la corte de apelaciones de Santiago, su defensor informó que apelaron de inmediato del dictamen.

"Este fallo es una demostración que en nuestro país hay limitaciones para la libertad de expresión y de prensa", dijo Lagos, quien ha estado varias veces en prisión después del restablecimiento de la democracia en 1990.

Agregó que en la información aparecida en el diario El Siglo se hizo un juicio de carácter político sobre un fallo de la Corte Suprema, indicó que uno de los jueces aludidos incluso, después fue destituido por el Senado.

La semana pasada fue condenado el periodista Francisco Martorell, acusado de injuria por su libro Impunidad Diplomática sobre las andanzas del ex embajador de Argentina en Chile, Oscar Spinoza Melo.

Martorell se exilió el año pasado en Argentina, luego que algunos empresarios y funcionarios chilenos iniciaran acciones legales en su contra.

7/6 LR.

01-01

9406643

Nº. DOCUM.: 9406644 V.
TITULO: Se postergan soluciones para sector carbonero y continúan protestas obreras.
PROCEDENC.: 150014
FECHA DE I: 9/6/94
VINCULACIONES: 6570P
11161
11406
11165
11413

Se postergan las soluciones para el sector carbonero, mientras continúan las protestas obreras

B 9/6 LT

EL CARBON NO ENTRA EN EL MODELO CHILENO

El gobierno chileno decidió postergar las negociaciones para buscar una salida de consenso al problema de las minas de carbón, en espera de "tranquilidad social" en las minas, cuya improductividad amenaza con dejar sin trabajo a miles de mineros.

El ministro vicepresidente de la Corporación de Fomento de la Producción (Corfo), Felipe Sandoval, suspendió hoy un viaje a la VIII Región, centro carbonífero del país, donde iban a comenzar las negociaciones en torno al Programa de Reconversión para la zona.

Sandoval tenía proyectado entrevistarse con los mineros de la Empresa Nacional del Carbón (Enacar) de Lota y los del yacimiento Carvile de Lebu, que se han declarado en movilización permanente para impedir el cierre de sus fuentes de trabajo.

En un comunicado, el gobierno señaló que toda medida que se adopte debe incorporar los intereses de los trabajadores del carbón y orientarse a generar un desarrollo real de la zona.

La crisis del carbón se debe al alto costo de producción de los atrasados yacimientos chilenos.

Informes de organismos estatales han indicado que los yacimientos producen pérdidas por valor de 25 millones de dólares anuales y que el carbón importado sale mucho más económico.

Según cifras de Corfo, la tonelada de carbón el Lota tiene un costo de 138 dólares, en Carvile de 80 dólares mientras que el costo promedio en Estados Unidos es de 46,30 dólares la tonelada y en Colombia de 45,86 dólares.

En la VIII región, la industria carbonífera está sometida a un proceso de reconversión productiva y afectada por drásticas reducciones de personal, que ha pasado de casi 20.000 a no más de 7.000 trabajadores.

El caso de las minas de Lota es el más dramático. Allí el carbón se explota en precarias minas subterráneas que se introducen por miles de metros en el mar, lo que determina un alto costo de producción aunque sus trabajadores estiman que con ayuda gubernamental y nueva tecnología pueden proseguir su actividad.

Por su parte el Partido Comunista de vieja pero mermada influencia entre los mineros del carbón, apoyó hoy a los trabajadores que se resisten al cierre de sus fuentes de trabajo y a la privatización de los yacimientos.

Los comunistas propusieron además como alternativa el desarrollo del cultivo de algunos productos de mar e impulsar una política forestal y de turismo en la deprimida zona.

El presidente de la Sociedad de Fomento Fabril (Sofofa), Pedro Lizana, señaló por su parte que el Gobierno debería cerrar las minas de carbón y continuar pagando sueldos a los trabajadores durante tres años más.

Según el dirigente empresarial, "a la larga esto le sale más barato al país" que las cuantiosas pérdidas que arrojan los yacimientos en producción.

9406644

Nº. DOCUM. 9406645
TITULO Chile y México estudian adelantar un año arancel cero para enero de 1995.
PROCEDEN. 150007
FECHA DE 9/6/94
VINCULACION 65708
11164
113PP
507623
11161

Chile y México estudian adelantar un año arancel cero para enero de 1995

9|6 E.P.

Santiago de Chile, 8 jun - Chile y México analizan la posibilidad de adelantar un año el establecimiento del arancel cero en el comercio bilateral, que ambos países proyectaron inicialmente para enero de 1996, se informó hoy oficialmente.

Esta alternativa se discute en el contexto del Acuerdo de Complementación Económica que ambos países suscribieron el 22 de septiembre de 1991 y cuya marcha fue analizada la semana pasada en México.

El director de Asuntos Multilaterales de la dirección general de Relaciones Económicas Internacionales de la Cancillería chilena, Alejandro Jara, explicó que, según lo estipulado en el citado Acuerdo, este año el arancel entre los dos países es del 5 por ciento y bajará al 2,5 por ciento en enero de 1995 y a cero en 1996.

El funcionario puntualizó que esas fechas pueden adelantarse un año en vista del éxito del acuerdo comercial que ha redundado en un notable incremento del intercambio bilateral.

Según cifras de la Cancillería chilena, el comercio entre Chile y México en 1993 ascendió a 247 millones de dólares, lo que representó un aumento del 42 por ciento respecto a 1992, mientras que para 1996 se prevé un flujo comercial cercano a los 500 millones de dólares. Alejandro Jara, en declaraciones al diario "La Epoca", señaló que en la reciente reunión en Ciudad de México se determinó que las áreas prioritarias para la profundización del acuerdo son un mecanismo adecuado de solución de controversias, normas técnicas, inversión y servicios.

En dicha ocasión la misión chilena presentó además a sus colegas mexicanos un modelo de convenio de promoción y protección de inversiones.

Destacó que México se comprometió, asimismo, a que las manzanas chilenas reciban, a partir de la próxima temporada, el mismo trato que las estadounidenses, que están sujetas a una cuota que crecerá un 3 por ciento cada año y cuyo arancel disminuirá paulatinamente.

El funcionario de la cancillería agregó que los problemas burocráticos para el ingreso de las exportaciones chilenas de fósforos, pentaritritol y nitratos ya están solucionados, pues México se comprometió a facilitar los trámites de desembarque.

En la cita de México, los dos países aprobaron la constitución de un comité empresarial, de carácter asesor, que se entrevistará antes de cada reunión para canalizar las inquietudes del sector privado.

(EFE)

9406645

Nº. DOCUMENTO 9406646
TITULO
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE F. 9/6/94
VINCULACIONES 65708
11163
11328

Provocan malestar en el ejército chileno críticas a Pinochet

Conmoción: los cuestionamientos que recientemente se le hicieron en el país y en el exterior al el ex presidente de facto pusieron a los militares en un virtual estado deliberativo.

SANTIAGO, Chile, 8 (AP).- Las críticas de políticos oficialistas al general Augusto Pinochet por los problemas provocados por su actual gira europea han causado serio malestar en el ejército y motivaron una reunión del cuerpo de generales, según versiones de prensa.

El ejército no comentó oficialmente las versiones de dos diarios de Santiago, ambos generalmente bien informados sobre asuntos militares, pero la televisión estatal atribuyó a una fuente del departamento comunicacional de la institución haber confirmado la existencia de un serio malestar.

Pinochet ha encontrado una serie de problemas y expresiones de rechazo en su gira por Europa, incluso críticas de gobernantes en Praga. Según versiones de prensa, la gerencia de un hotel de Amsterdam le pidió abandonar prematuramente el recinto.

Políticos oficialistas han dicho que los desaires al ex presidente y aún comandante en jefe del ejército dañan la imagen del país y de su institución.

Según los diarios La Segunda y La Tercera, el malestar en el ejército fue especialmente agudo por comentarios del diputado socialista Jaime Naranjo, que dijo que Pinochet debía renunciar.

Naranjo dijo que el rechazo a Pinochet se debe a que "sus crímenes no se olvidan", en alusión a las violaciones de los derechos humanos cometidas en su prolongado régimen militar que terminó en 1990.

En términos menos duros, hubo críticas de otros dirigentes, entre ellos del partido Demócrata Cristiano del presidente Eduardo Frei.

La Cámara de Diputados aprobó ayer una moción de varios legisladores, incluso de derecha, pidiendo al gobierno que explique en detalle el viaje de Pinochet y su costo y financiamiento.

Grave campaña

El gobierno se ha limitado hasta ahora a decir que Pinochet viaja en una misión institucional oficial, y el ministro de Defensa, Edmundo Pérez Yoma, dijo ayer que el trato que ha recibido en el exterior es el que corresponde a su rango.

El diario La Tercera dice hoy que el ejército considera que existe una muy grave campaña comunicacional contra Pinochet.

Agrega que, según "fuentes castrenses", las declaraciones de Naranjo podrían caer en la sedición, "pues tratan de separar al ejército como institución de su máximo representante".

Agrega que, según esas fuentes, las críticas "sólo consiguen aumentar la cohesión del ejército en torno a su comandante en jefe".

El diario titula a todo lo ancho de su portada: "Malestar militar. Generales analizan declaraciones sediciosas de diputado".

El supuesto malestar militar surge en momentos en que se producía un evidente mejoramiento en las relaciones del ejército con el gobierno, a través de una labor de acercamiento realizada por el ministro Pérez Yoma, considerado uno de los más cercanos a Frei.

Gira institucional

Por otra parte, el presidente chileno, Eduardo Frei, en un reportaje telefónico del periodistas argentino Pepe Eliaschev, que conduce el programa radial "Esto que pasa", que se emite por radio Del Plata, restó importancia a la situación.

Pregunta: ¿En qué cree usted que lo puede perjudicar o ha perjudicado a este Chiloe democrático que quiere América latina la cantidad de problemas que se han suscitado a propósito de la visita del general Pinochet a varios países europeos?

Respuesta: En nada. Es una gira institucional y, por lo tanto, no perjudica en nada. Yo creo que habrá muchos comentarios, pero reitero que es una gira institucional y no perjudica para nada nuestras relaciones con Europa y con América latina.

P.:¿Usted hubiera preferido, como presidente civil de Chile, que esa visita no se realizara?

R.:No. Es una visita institucional del comandante en jefe del ejército y punto. Aquí no estamos para darnos gustos personales.

Indignación en Suiza

BERNA, 8 (AFP).- La presencia en Suiza del comandante en jefe del ejército chileno, general Augusto Pinochet, en visita privada en la ciudad de Lucerna suscita un "profundo malestar" en el ministro suizo de Relaciones Exteriores, Flavio Cotti, según declaraciones publicadas en la prensa el miércoles.

El jefe del Departamento Federal de Relaciones Exteriores declaró al diario Luzerner Neusten Nachrichten que comprende "la indignación de los chilenos residentes en Suiza" y lamentó que actualmente "no pueda ser opuesta ninguna prohibición de estadía" a Pinochet en Suiza.

El ex dictador llegó el sábado último a Suiza procedente de Praga, donde se entrevistó con los dirigentes del grupo Omnipol, especializado en armamentos, y debía partir del país este miércoles, indicó Victor Schlumpf, vocero del Departamento Federal de Justicia y Policía.

La parlamentaria Cecile Buehlmann, miembro de la Alianza Verde, había protestado ayer por la presencia de Pinochet en su ciudad -uno de los centros turísticos del país- y lo calificó de "persona indeseable". Su protesta recibió el apoyo de las juventudes socialistas.

Según dos organizaciones pacifistas, el Consejo Suizo para la Paz y el Grupo de Trabajo por el Control de Armamentos y la Prohibición de la Exportación de Armas, Suiza ha vendido a Chile armas por unos 700.000 francos suizos (480.000 dólares) en el primer trimestre de este año.

Ambas organizaciones han pedido al gobierno helvético que prohíba la venta de armas a Chile.

POCO LEGIBLE

9406646

Nº. DOCUMENTO 9406647
TITULO Mineros piden apoyo al presidente Frei
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE 10/6/94
VINCULACIONES 65708
11161
11406
11165
11413

Chile

MINEROS PIDEN APOYO AL PRESIDENTE FREI

10/6LJ.

Los dirigentes de las minas del carbón de Lota, Curanilahue y Lebu pidieron hoy al presidente chileno Eduardo Frei su apoyo para evitar el cierre de los yacimientos carboníferos de la zona, cuya improductividad amenaza con dejar sin trabajo a miles de mineros.

En una carta dirigida al presidente, los mineros de la Octava Región, el centro carbonífero del país, solicitan un aporte fiscal de 29,8 millones de dólares para la modernización de tres yacimientos y la capacitación laboral.

De este total, 20 millones de dólares son requeridos para la modernización de la mina de Lota, que administra la Empresa Nacional del Carbón (Enacar) y que es la más importante de la región pero también la que atraviesa por mayores problemas.

En Lota el carbón se explota en precarias minas subterráneas que se introducen por miles de metros en el mar, lo que determina un alto costo de producción y cuantiosas pérdidas para la empresa.

En su misiva al presidente, los trabajadores pidieron además un tratamiento especial a la deuda que arrastra Enacar en las minas de la región y la jubilación anticipada para todos los trabajadores con 18 años de antiguedad.

Los mineros señalan que la zona del carbón muestra "un retraso crónico" marcado por carencia de infraestructura, índices de paro del 15 por ciento así como pobreza y marginalidad.

Entretanto, el presidente del sindicato del yacimiento de Lota, Juan Carlos Díaz, señaló que si el presidente Frei no atiende las demandas de los mineros, éstos junto a sus mujeres e hijos tomarán los yacimientos y se declararán en huelga de hambre.

9406647

Nº. DOCUM 9406648 V
TITULO Eduardo Frei se reúne con Fidel Castro y con Clinton.
PROCEDEN 150023
FECHA DE 12/6/94
VINCULACION 65709.
11164
11388.
05671 65890.

Por primera vez desde la muerte de Allende un socialista asume la presidencia de Chile

Eduardo Frei se reúne con Fidel Castro y con Clinton

**** En Cartagena tratará con el líder caribeño la intensificación de las relaciones con la isla, mientras que abordará en la Casa Blanca con el mandatario estadounidense un tratado de libre comercio o el ingreso al Nafta***

12/6LR.

Santiago (UPI), por Francisco Jara

■ El presidente chileno Eduardo Frei, quien se reunirá el 28 de junio con el mandatario estadounidense Bill Clinton para dialogar sobre el Tratado de Libre Comercio, sostendrá asimismo un encuentro con el gobernante cubano Fidel Castro la próxima semana en Colombia.

La reunión entre los gobernantes de Chile y de Cuba se dará durante la Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de Iberoamérica, a celebrarse en Cartagena de Indias, Colombia, los días 14 y 15 del presente mes.

"Vamos a tener una reunión con Fidel Castro", dijo Frei en un encuentro con corresponsales extranjeros, y destacó que "Chile ha avanzado fuertemente en sus relaciones con Cuba".

El gobernante indicó que los vínculos económicos con Cuba se han incrementado desde que se restablecieron las relaciones consulares en 1990, tras una suspensión de 17 años, pero insistió que desea un proceso democrático y el pleno respeto a los derechos humanos en la isla.

En su primer viaje al exterior desde que asumió el poder hace tres meses, Frei sostendrá además encuentros bilaterales en la Cumbre de Cartagena de Indias con los presidentes de los países vecinos: Perú, Bolivia y Argentina, así como con el gobernante de Venezuela.

También se reunirá con el rey Juan Carlos y el presidente del gobierno español Felipe González, informó el gobernante chileno.

Frei, quien partirá el lunes a Colombia, sostuvo el viernes su primera reunión desde que asumió el poder con los corresponsales extranjeros, a quienes invitó a tomar té en el Palacio de la Moneda.

El presidente destacó el acercamiento entre Chile y Cuba, pese a las diferencias políticas de ambos países, y recordó que recientemente el Banco del Estado de Chile abrió una línea de crédito al gobierno de La Habana para la compra de alimentos chilenos. Asimismo, el mandatario señaló que ha habido una creciente inversión chilena en sectores de servicios y del turismo en la isla caribeña.

El gobernante explicó que llevará a la cita iberoamericana una propuesta para adoptar una posición adjunta para la Cumbre Mundial sobre desarrollo social, convocada por las Naciones Unidas para el próximo año en Copenhague.

Asimismo, Frei anunció el envío de un avión Hércules C-130 con ayuda humanitaria para las víctimas del terremoto y avalanchas en Colombia.

NAFTA Y MERCOSUR

El gobernante chileno destacó también su próxima reunión con Clinton, quien le invitó a la Casa Blanca para sostener una reunión de trabajo el 28 de junio a fin de analizar la marcha de las negociaciones para suscribir un tratado de libre comercio.

Frei puntualizó que Chile está abierto tanto a un acuerdo bilateral con EEUU como a ingresar al Tratado de Libre Comercio para América del Norte (Nafta), que también integran Canadá y México.

"Ambas alternativas tienen pros y contras", dijo el mandatario, quien ofreció un brindis a los corresponsales.

El gobernante expresó que con su viaje a Washington podrá reivindicar a su padre, el extinto presidente Eduardo Frei Montalva, a quien el Senado, con los votos de la izquierda y derecha, le negó el permiso para visitar EEUU en 1968.

El mandatario argumentó que el ingreso de Chile al Nafta abriría el camino para una llegada masiva de inversiones extranjeras al país y señaló que estas negociaciones no se contraponen con las iniciadas con el Mercosur, con el que Santiago busa una asociación.

Frei dijo que el desafío de Chile es lograr convertirse en una nación que ofrezca servicios y manufacturas al mercado mundial. Explicó que el mercado latinoamericano ofrece grandes posibilidades para cumplir estas aspiraciones.

"Gran parte de las exportaciones a América Latina son manufacturas", indicó el gobernante.

REGIONALISMO ABIERTO

Santiago de Chile (ANSA), por Giorgio Bagoni

El presidente de Chile, Eduardo Frei, dijo, antes de partir a Colombia, que "nuestro interés es el de plantear en la reunión de presidentes americanos un regionalismo abierto".

Frei abordó además, en conferencia con los corresponsales de la prensa extranjera acreditada en Chile, temas como el Mercosur, TLC, las relaciones con Bolivia, Cuba y Haití.

Ante una pregunta de ANSA, referida a Bolivia, Frei puntualizó que "hemos establecido una agenda y hemos incentivado y aumentado nuestra complementación económica y en el plano puntual, la energética".

Añadió que "elevar nuestras relaciones no es materia unilateral y esperamos seguir con Bolivia con el mismo predicamento del buen entendimiento. Chile no tiene ningún conflicto pendiente y esperamos solucionar todas las diferencias.

Tenemos que avanzar por el camino de las negociaciones e incentivar nuestras economías".

Sobre la próxima cumbre presidencial de Colombia, Frei abogó que en la misma postulará "un regionalismo abierto", y señaló como "muy importantes" los temas que se debatirán allí, como la situación de Haití, los de desarrollo, la lucha contra la pobreza, el narcotráfico y la complementación económica.

"La decisión política debe ser la de avanzar en la integración", recalcó. Sobre Haití, Frei precisó que "rechazamos lo que sucede allí.Hay una verdadera matanza y apoyaremos todas las decisiones multinacionales".

Dijo que en la cumbre de El Cairo "apoyaremos la protección de la familia" y enfatizó que "nos oponemos a todo tipo de aborto", como lo precisó el papa Juan Pablo II.

PRESIDENTE SOCIALISTA

Santiago (UPI)

Por primera vez desde la muerte del presidente Salvador Allende, en 1973, un socialista asumirá temporalmente como jefe del gobierno chileno durante el viaje del mandatario Eduardo Frei a Colombia para participar en la Cuarta Cumbre Iberoamericana que se realizará la semana próxima.

El ministro del Interior, Germán Correa, un dirigente socialista que vivió en la clandestinidad durante el régimen del general Augusto Pinochet, asumirá la vicepresidencia de la nación por espacio de cuatro días, durante la ausencia de Frei.

El mandatario chileno viajará el lunes a Colombia para participar en la Cumbre de Presidentes y Jefes de Gobierno de los Países Iberoamericanos, que se efectuará en la ciudad de Cartagena de Indias los días 14 y 15 de junio.

Esta es la primera vez que asumirá como jefe del Estado interino un miembro del Partido Socialista, aunque la alianza de esta agrupación política con los demócratas cristianos gobierna desde 1990.

Frei, que sorprendió al país cuando designó a un socialista para el cargo más importante dentro de su gabinete, le hará entrega del mando a Correa el próximo lunes en el salón "Vip" del Aeropuerto Internacional de Santiago.



En su primer viaje al exterior, Eduardo Frei (h), efectuará reuniones de alto nivel con sus homólogos de Cuba y Estados Unidos.

Además de Correa, otro socialista estará al frente de uno de los cargos más importantes del país, luego que el viceministro de Relaciones Exteriores, José Miguel Insulza, reemplace al canciller Carlos Figueroa, quien acompañará a Frei en su viaje a Colombia.

Otros dos influyentes dirigentes socialistas tienen relevantes cargos en el gabinete de Frei: el ministro de Planificación, Luis Maira, y el de Obras Públicas, Ricardo Lagos, la carta de la izquierda chilena con miras a las próximas elecciones presidenciales.

9406648

61-61

Nº. DOCUM 9406649

TITULO Declaran disuelta policía secreta de Honduras.

PROCEDENCI 150014

FECHA DE 12/6/94

VINCULACIONES 66153

11163

13065

11337

Honduras

DECLARAN DISUELTA POLICIA SECRETA

12/6 CT

La policía secreta de Honduras fue oficialmente disuelta ayer, sábado, en una ceremonia militar en la que el alto mando de las Fuerzas Armadas condecoró a una docena de ex jefes policiales cuestionados por "violar los derechos humanos".

Los actos de supresión de la policía secreta los presidió el jefe de las Fuerzas Armadas, general Luis Alonso Discua, quien dirigió a unos cien ex agentes desmovilizados que al grito de "murió por la patria" rindieron honores a sus "compañeros fallecidos en combate".

La disolución de la DNI fue propuesta por una Comisión que la intervino en 1993 por disposición del entonces presidente Rafael Leonardo Callejas, después que un ex agente desertor denunciara que varios de los oficiales y agentes estaban involucrados en actividades ilegales.

9406649

01-01-

Nº. DOCUM 9406650
TITULO Maestros demandan mejores salarios.
PROCEDEN 150014
FECHA DE 14/6/94
VINCULACI 66153/11165.
11413.
11316.

MAESTROS DEMANDAN MEJORES SALARIOS

14/6 CJ

Las escuelas de primaria y colegios de segunda enseñanza de Honduras cerraron sus puertas a miles de estudiantes, por una huelga que secundaron hoy unos 40.000 maestros, en demanda de mejoras salariales.

La Coordinadora Nacional del Magisterio (CONAMA), que aglutina las organizaciones de profesores de Honduras, desestimó una oferta salarial del gobierno y convocó a los educadores a la huelga.

El presidente de Conama, Omar Rivera, expresó que los maestros dieron un plazo de quince días al gobierno de Carlos Roberto Reina, para que aprobara un aumento de sueldos del 100 por ciento, unos 20,6 millones de dólares en 1994.

El ministro de Hacienda y Crédito Público, Juan Ferrera, propuso aumentar los sueldos de los maestros en un 40 por ciento, por "la crisis que vive el país".

El funcionario dijo que si conceden un aumento "se cortarán varios programas sociales".

El gobierno hondureño invierte unos 31,6 millones de dólares cada año en sueldos de maestros, informó el presidente del Colegio de Profesores de Educación Media de Honduras (COPEMH), Juan Reyes.

La administración del presidente Reina, quien asumió el poder el pasado 27 de enero, se enfrenta a la primera gran huelga de este país de América Central, en medio de una crisis económica que trata de superar con nuevas medidas de ajuste económico.

9406650

01-01.

Nº. DOCUM... 9406651 V
TITULO ...... BM otorgó a Honduras un crédito por 28 mill. de dól.
PROCEDEN... 150014
FECHA DE 15/6/94
VINCULACI... 66153
11161
11412

Honduras

BM OTORGA CREDITO

15/6

El Banco Mundial otorgó a Honduras un crédito por 28 millones de dólares para el desarrollo del sector agrícola, apoyar la balanza de pagos y suplir la demanda de divisas que tiene este país, se informó en Tegucigalpa.

Juan Ferrera, ministro hondureño de Hacienda, indicó que el préstamo fue aprobado en condiciones "muy favorables, blando y pagadero en 40 años".

Honduras, uno de los países más pobres de Latinoamérica, atraviesa la peor crisis económica de su historia, con una deuda exterior de 3.700 millones de dólares, un déficit fiscal superior al 11 por ciento, una inflación del 10,7 por ciento y una balanza comercial desfavorable del orden de 400 millones de dólares.

01-01

9406651

Nº. DOCUMENTO 9406652

TITULO Haití y sus relaciones con Clinton y la CIA.

PROCEDENCIA 30050

FECHA DE PROC. 7/6/94

VINCULACIONES 66123

11164

11381

65880

Exclusivo para Dignidad 7/junio/94

Las sombras de Baby Doc y el gatopardismo de USA mientras la OEA piensa que hacer

HAITI: Clinton, la CIA , y las verdaderas intenciones

El Gobierno Clinton queda al descubierto

Desde el fracaso electoral de la derecha en Haiti, que tras un genocida golpe de Estado obligó al presidente electo Aristide a refugiarse en EE.UU., el gobierno Clinton ha venido perdiendo credibilidad ante la opinión pública norteamericana lo mismo que ante los países que tradicionalmente han venido apoyando la política norteamericana en Centro América.

Desde las continuas amenazas de intervención militar para "restituir la democracia", a las denuncias de implicancia de la CIA "asesorando" a los militares golpistas, la represión y la negativa del Departamento de Estado de conceder visas a los refugiados, han mostrado claramanete la verdad de la política norteamericana en este país.

EE.UU. y Haiti son viejos amigos

La política norteamericana en Haiti siempre estuvo cuestionada por la comunidad internacional.

Todas y cada una de las Administraciones (Demócrata o Republicana) han dado apoyo incondicional a las sangrientas dictaduras familiars que se han sucedido en los últimos sesenta años.

La relación Duvalie y sus Ton-ton Makut con las diferentes Administraciones, lo mismo que la de su hijo y sucesor Baby Doc, han puesto no pocas veces en situación incómoda al gobierno norteamericana ante la ONU.

Las declaraciones de integrantes del Pentágono ante la Comisión de Defensa de la Cámara son elocuentes: "... el Gobierno de Haiti es uno de nuestros mejores aliados... para nosotros Haiti está dentro de nuestra estrategia de defensa y forma parte de nuestra política (del Pentágono) para esa área...".

Los Duvalie, la CIA y la democracia

En diversos foros europeos y latinoamericanos relacionados a políticas militares, lo mismo que decenas de denuncias han dejado claro que Haiti y sus gobiernos han sido y son utilizados para las más variadas "tareas militares".

Campos de entrenamiento de tareas de inteligencia, verdaderas escuelas de terrorismo financiadas y controladas por la CIA, están situadas en Haiti y Panamá, lo mismo que escuelas para militares sudamericanos.

Haiti ha sido utilizada como base de operaciones para mercenarios que han desplegado "la política militar" del Pentágono en el área del Caribe y buena parte de Latinoamérica.

Recientemente la Administración Clinton se vio seriamente cuestionada porque los fondos destinados a la lucha contra el narcotráfico en Haiti fue a engrosar los bolsillos de los generales haitianos y oficiales de la DEA.

La preocupación de los generales haitianos y la CIA, es la gran popularidad del Presidente Aristide.

Consejeros militares norteamericanos han manifestado sus temores de que los partidarios del presidente electo ganen nuevamente la calle como sucedió en los últimos días del gobierno de Baby Doc, poniendo a la "seguridad del Estado" y a las FF.AA. al borde del caos.

La resistencia, la democracia y Clinton

Las FF.AA. han venido perfeccionando su sistema represivo, están desarrollando una minuciosa y planificada militarización de la sociedad, usando el terror como arma principal.

"Viejos" y conocidos cuadros de la seguridad de los Duvalie*** (Ton-ton Makut) ocupan puestos importantes en la policía o funcionan detrás de las llamadas agencias de seguridad privadas.

Pero esto no basta para acallar la resistencia del pueblo y en particular de los partidarios del presidente depuesto.

En los conglomerados de los suburbios de Porto Principe, se encuentra la mayor resistencia, en las ciudades miles de familias pobres se organizan y resisten de mil maneras diversas.

Manifestaciones espontáneas y demostraciones están siendo reprimidas salvajemente.

Fuentes diplomáticas comentaron días pasados "... dos personas gritaban 'democracia, democracia', portando fotos de Aristide... dos jóvenes quedaron muertos sobre el pavimento de la calzada mientras el resto del grupo se dispersaba...".

Agencias noticiosas daban cuenta de un choque armado entre efectivos del ejército y un grupo de guerrilleros denominado Ejército de Liberación Nacional, que estaría integrado por partidarios de Aristide.

Observadores internacionales han manifestado que la amenaza de intervención militar hecha por la Casa Blanca es más una eventual justificación de intervención en el caso de que los partidarios del presidente ganen la calle y la situación se vuelva incontrolable para los intereses norteamericanos, que una "persuasión" para los militares golpistas.

01-01

9406652

Nº. DOCUM 9406653
TITULO Confrontación sobre una intervención armada en Haití
PROCE 150023
FECHA 7/6/94
VINCULACI
11163
11328

Confrontación sobre una intervención armada en Haití

7/6/94

Puerto Príncipe (AFP y ANSA)

El primer ministro haitiano dimisionario, Robert Malval (reconocido por la comunidad internacional), estimó este lunes que la "población (haitiana) estaría más bien dispuesta a acoger a los interventores que a combatirlos".

Malval agregó que en la eventualidad de un fracaso de las sanciones internacionales contra Haití, "la opción armada es cada vez más considerada".

Refiriéndose a una invasión militar extranjera, principalmente norteamericana, Malval, que hablaba a través de una radio privada de la capital, Radio Metropole, estimó que "si un ejército no puede contar con el apoyo del pueblo, sea cual sea su fuerza, no podrá resistir", agregando que el jefe del Ejército, general Raoul Cedras, "está al fin de sus fuerzas".

Malval también predijo "días muy difíciles" para los haitianos y deseó que el Ejército se los evite al país.

Por su lado, el Ministerio haitiano del Interior y de la Defensa Nacional (no reconocido por la comunidad internacional), anunció el lunes en un comunicado que "cualquier ataque (procedente del extranjero) provocará una respuesta, incluso suicida".

El Ejército ha recibido instrucciones para "defender el territorio haitiano", precisó el comunicado, que protesta por la "violación de las aguas territoriales haitianas por barcos de guerra extranjeros".

El texto pide finalmente a la población que se mantenga "calma y vigilante frente a las provocaciones".

Por su parte el Ministerio de la Información, Cultura y Coordinación anunció haber "tomado nota" de las declaraciones hechas el viernes por el presidente en el exilio, Jean Bertrand Aristide, en el New York Times, a favor de una intervención militar extranjera, luego de haberse pronunciado a favor de un embargo total.

El comunicado gubernamental pide que se persiga judicialmente a "todo ciudadano que por sus gestos o declaraciones, intente promover la invasión del país".

El presidente Aristide había matizado sus declaraciones, desmintiendo haber pedido una intervención militar en Haití, lo que le prohíbe la Constitución haitiana.

Finalmente, en un decreto presidencial firmado por Emile Jonassaint (no reconocido por la comunidad internacional), se anunció la formación de una comisión nacional de crisis encabezada por el ministro de Economía y Finanzas, a fin de "administrar el embargo y garantizar los derechos de la población a la alimentación y el trabajo".

TRAFICO DE GASOLINA

La venta de gasolina continúa en diferentes localidades de la frontera entre Haití y República Dominicana, a pesar de las medidas que adoptó el gobierno de Santo Domingo para controlar el embargo internacional aplicado a Puerto Príncipe.

Comerciantes involucrados en la venta de productos petrolíferos revelaron que el tráfico de gasolina se hace de noche, desde que las autoridades dominicanas decidieron mandar tropas del Ejército para controlar la zona limítrofe entre los dos países.

01-01

9406653

Nº. DOCUMENTO 9406654
TITULO Haití bajo estado de emergencia
PROCEDENCIA 13/6/94
FECHA DE 13/6/94
VINCULACIONES 66123
11163
11164
11388
65810

El presidente provisional Jonaissant urgió a "resistir una invasión militar extranjera"

13/6 E.O.

Estado de emergencia en Haití

El presidente haitiano apoyado por los militares declaró ayer de madrugada el estado de emergencia y urgió a los haitianos a enfrentar el embargo mundial y a oponerse a una posible intervención militar extranjera.



Mensaje de Jonaissant

Implantó el estado de emergencia después de que EEUU anunció nuevas medidas para obligar a los militares haitianos a dejar el poder

Esta noche les pido se movilicen para defender al país", dijo Emile Jonaissant de 81 años de edad en un discurso por la televisión.

"Haití no va a ceder a intervenciones extranjeras", dijo.

Urgió a los haitianos a luchar hasta la muerte "para resistir cualquier intervención extranjera".

Su discurso fue luego que Washington reforzara las sanciones contra Haití el viernes.

La más reciente iniciativa de Washington incluye una veda al tráfico aéreo comercial norteamericano desde y hacia Haití a partir del 25 de junio y la interrupción de las transacciones financieras.

Clinton y otros encumbrados funcionarios norteamericanos no descartaron el uso de la fuerza para restablecer en la presidencia a Jean Bertrand Aristide, democráticamente electo, pero derrocado en setiembre de 1991 por un golpe de Estado.

Las represalias ordenadas por Washington se suman a un embargo internacional sobre las ventas de petróleo y armas a Haití, así como una interrupción del intercambio comercial, cuyo objetivo es la caída de los militares.

Jonaissant fue instalado en el cargo por el Ejército el 11 de mayo en una ceremonia denunciada por Estados Unidos y otras naciones como un acto ilegal.

Invasión de EEUU

Estados Unidos revisa a alto nivel los planes de contingencia para una invasión de Haití que sería rápida y relativamente modesta, aunque esa medida se descarta por ahora a la espera de un pronto éxito de las sanciones económicas, según fuentes oficiales.

Fuentes del Congreso y militares de Washington, así como diplomáticas, consideran que la nueva política de Clinton hacia Haití puede conducir inexorablemente a una invasión militar si las sanciones económicas fallan.

Agregaron que todas las condiciones se presentan propicias para una decisión de esta índole, especialmente por el aumento de los asesinatos y persecución de partidarios de Aristide por parte de los militares haitianos en los últimos meses, y sus allegados vínculos con los narcotraficantes. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a fuentes de AP, Reuter y EFE)*

01-02

9406654

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE F. 13/6/94
VINCULACION 66123

El presidente provisional Emile Jonassaint llamó a sus compatriotas a la "unión y resistencia" frente a cualquier invasión extranjera 13/6 LR

Haití bajo estado de emergencia

El presidente provisorio de Haití, Emile Jonassaint, apoyado por el Ejército, proclamó ayer el estado de emergencia en el país con efecto inmediato, alegando que la nación está enfrentando "una invasión y ocupación".

Puerto Príncipe (ANSA)

■ Jonassaint, no reconocido por la comunidad internacional, exhortó a la población a la "unión y a la resistencia" contra cualquier invasión extranjera.

Esta medida, anunciada por televisión directamente por el jefe del Estado es adoptada dos días después que Estados Unidos decidió una nueva serie de sanciones contra Haití, para obligar al gobierno a ceder el poder al presidente elegido democráticamente Jean Bertrand Aristide, destituido y obligado al exilio tras un golpe de Estado militar en setiembre de 1991.

"Nuestro país está enfrentando un extremo peligro, denigrado, ridiculizado, humillado, estrangulado. Haití arriesga ahora una invasión y ocupación", afirmó el jefe del Estado provisorio. El discurso de Jonassaint, de 81 años, en el cargo desde mayo pasado, tuvo lugar luego que el presidente norteamericano Bill Clinton anunció el viernes en Washington nuevas medidas para aislar a los líderes militares haitianos y forzarlos a abandonar el poder.

Las medidas incluían una interrupción del tráfico aéreo comercial entre Estados Unidos y la isla a partir del 25 de junio y la prohibición de transacciones financieras. Fuentes oficiales norteamericanas dijeron además que Washington no podía recurrir al uso de la fuerza para restaurar al presidente democrático Aristide. .

El mandatario norteamericano había declarado que las nuevas medidas tienen un único propósito: "La democracia debe ser restaurada, el golpe no puede continuar". Las medidas de Clinton se agregan ya al embargo internacional petrolero, comercial y de armas.

El presidente de Haití, en su discurso televisivo pronunciado en francés y creolo, no hizo referencia directa al presidente Clinton o a Estados Unidos.

HAITIANOS INDIFERENTES

La población de Haití reaccionó con indiferencia al anuncio del presidente de facto, Emile Jonassaint, quien declaró el estado de emergencia para "resistir a la previsible invasión del territorio haitiano por tropas de Estados Unidos".

Las actividades en las calles del Puerto Príncipe se desarrollarón normalmente para una jornada de domingo.

En tanto, los analistas haitianos creen que en julio, o a más tardar en agosto, se producirá la invasión norteamericana, a la luz de las medidas que lanzó la Casa Blanca.

En un decreto leído por la televisión nacional, controlada por el gobierno golpista, Jonassaint explicó que "el pueblo haitiano tiene capacidad de resistir aunque no tiene armas ni bombas atómicas".

Jonassaint señaló que el pueblo de Haití puede hacer frente a una intervención norteamericana, porque cuenta con armas "insospechables".

El mandatario dijo que será un crimen un ataque a Haití porque "la democracia nunca existió" en este país y confesó también que se equivocó en diciembre de 1990 al votar a favor de Jean Bertrand Aristide, derrocado en setiembre de 1991 por un cruento golpe militar.

"Me da vergüenza", haber votado por Aristide, dijo Jonassaint, quien llamó al pueblo a unirse para resistir la eventual invasión.



El pueblo haitiano vive horas angustiosas. (Telefoto de AFP)

El decreto del estado de emergencia anunciado por Jonassaint no tiene sustento constitucional alguno y tampoco explica cuáles serán las medidas concretas que se adoptarán.

Algunos sectores políticos estiman, sin embargo, que puede imponerse la suspensión de las garantías individuales, y que serán enjuiciados los eventuales colaboradores del "enemigo", como se le suele llamar a quienes simpatizan con Aristide y Estados Unidos.

Se prevé también que se establecerá el toque de queda, una medida que de hecho ya funciona en Puerto Príncipe.

Jonassaint anunció de igual modo el cierre del aeropuerto internacional de la capital a partir del 21 de este mes.

El estado de emergencia fue anunciado luego de que el presidente estadounidense Bill Clinton suspendió los vuelos comerciales desde y hacia Haití y ordenó el retiro de la mayoría del personal diplomático de su embajada en Puerto Príncipe, junto con sus familias.

Asimismo, el Departamento de Estado norteamericano señaló que en dos semanas serán retirados 10.000 residentes estadounidenses en Haití.

02-02 9406654

Nº. DOCUMENTO 9406655
TITULO Crece respaldo para una intervención militar en Haití
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE 14/6/94
VINCULACIÓN 66123
11164
11388
65880
11163

Crece el respaldo para una intervención militar en Haití

14/6 CM.

La Administración Clinton manifestó que la mayoría de las naciones del continente americano confiaron al gobierno de Estados Unidos que están dispuestos a respaldar una intervención militar en Haití, si fracasaran las sanciones impuestas para echar a los militares.

NUEVA YORK / ANSA

Lo informó ayer The New York Times, puntualizando que líderes de algunos países públicamente atacaron la idea de intervención.

A este respecto, dice el diario neoyorquino, diplomáticos norteamericanos recibieron diversos mensajes en reuniones privadas que mantuvieron en las últimas dos semanas con exponentes de más de 30 naciones caribeñas y latinoamericanas, con respuestas de apoyo a la invasión, pero en un marco de estricta reserva.

Un vocero de la Casa Blanca admitió que "hay varios países preparados para integrar una fuerza de intervención multilateral (en Haití, ndr), si las sanciones no conducen a la caída del régimen de facto".

Enfasis renovado

Según el New York Times, "el renovado énfasis puesto en las sanciones por la Administración Clinton, y su dilación respecto de una intervención inmediata, se orientan en parte a demostrar que Washington se propone agotar todos los medios en la esperanza de obtener el mayor respaldo posible antes de emprender una acción armada".

Diplomáticos estadounidenses revelaron al diario neoyorquino que varias naciones, que sólo unos meses atrás atacaron lo que denominaron intervencionismo, "cambiaron su idea porque la represión en Haití empeoró considerablemente y los líderes militares de Puerto Príncipe sólo demostraron contemplación ante las presiones internacionales".

Durante la reunión de la Organización de Estados Americanos (OEA), la semana pasada en Brasil, los cancilleres de varios países dejaron en claro ante el subsecretario de Estado, Strobe Talbott, y ante el consejero especial del Presidente Bill Clinton para Haití, William H. Gray, que ahora estaban dispuestos a apoyar la intervención.

Decretan el estado de emergencia

Varias otras naciones respaldaron la intervención, pero primero reclamaron profundizar las sanciones durante algunos meses.

La mayor firmeza a favor de la intervención armada proviene concretamente de Barbados, Bahamas y Trinidad y Tobago, naciones que -al igual que varias otras caribeñas- se manifestaron fuertemente partidarios de esa vía, agregó el diario de Nueva York.

Añade que, según la cadena noticiosa ABC, el ex ministro argentino de exteriores y actual enviado especial de la ONU en Haití, Dante Caputo, envió un memorándum al secretario general de ese organismo internacional, Boutros Boutros-Ghali, según el cual Talbott le dijo que Washington estaba considerando el 31 de julio próximo como el plazo para una intervención. Pero en una entrevista que concedió este fin de semana, Talbott desmintió haber dicho eso o que hubiera un plazo establecido.

Ayer, la junta militar haitiana decretó el estado de emergencia, temerosa de una invasión extranjera a la isla, pero el gobierno norteamericano minimizó horas después dicha declaración.

Doc. Poco LEGIBLE

9406655

Nº. DOCUM 9406656

TITULO Grupo de ex militares sandinistas toman embajada de Venezuela.

PROCEDEN 150518

FECHA DE 3/6/94

VINCULACION 66603

11165

11414

11163

EN DEMANDA DE RECLAMOS SOCIALES

3/6 P.12

Sandinistas toman una embajada

Poco después de las 14 de ayer, un grupo de militares sandinistas traspasó el cerco de la sede diplomática de Venezuela ubicada en las afueras de Managua, localizó a todos sus ocupantes, los informó sobre sus planes de copar pacíficamente el edificio y esperó una respuesta del gobierno nicaragüense a su demanda de beneficios sociales y económicos. Unas horas más tarde repitieron el procedimiento, pero en la iglesia catedral de la capital.

Completamente desarmados, vestidos de civil y sólo algunos con la cara tapada con pañuelos, los 23 ex militares reeditaron el modus operandi utilizado hace unos meses, cuando ocuparon la embajada de Italia, el edificio de las Naciones Unidas y el mismo templo. En aquella oportunidad también protestaron por el incumplimiento de una serie de promesas realizadas por el gobierno de la presidenta Violeta Chamorro luego del proceso de pacificación de los sandinistas.

Sin producir actos de violencia, los ex militares mantienen bajo su custodia al embajador venezolano, Juan José Monsan; al primer secretario, Guider Salazar, y a otros cinco miembros del personal administrativo de la sede diplomática. Inmediatamente, la policía realizó un cordón policial preventivo en torno del edificio, a pesar de que la situación dentro de la delegación era "tranquila", de acuerdo con los informes gubernamentales.

El embajador tomado como rehén dijo por una radio de la ciudad que los militares le entregaron un pliego de peticiones, y sostuvo que de inmediato fue enviado a funcionarios del gobierno de Nicaragua, quienes serán los encargados de solucionar la situación. A pesar de que el jefe de la delegación diplomática se abstuvo de brindar precisiones sobre el contenido de las demandas trascendió que están relacionadas con supuestos incumplimientos del gobierno de Managua.

Por medio de un comunicado de prensa, el Movimiento de Desmovilizados del Ministerio de la Gobernación acusó al gobierno de ser "insensible" a sus reclamos por beneficios sociales consistentes en capacitación y entrega de lotes, entre otros, por lo que se vieron obligados a "adoptar acciones cívicas y políticas". En su primera evaluación de la situación, las autoridades nicaragüenses calificaron a los demandantes como "un grupo minoritario de desmovilizados de la institución que no aceptan los beneficios ofrecidos".

Luego de la toma de la embajada, otros 19 ex militares ingresaron también desarmados a la Catedral de Managua "en apoyo a sus compañeros".

La elección del templo no es casual ya que es su lugar preferido para este tipo de reclamos porque en otras oportunidades lograron llegar a un acuerdo con el gobierno gracias a la mediación de la iglesia. En esta oportunidad el grupo de ex militares pidió la presencia del cardenal Miguel Obando y Bravo como intermediario y garantía para llegar a un arreglo con el gobierno.

01-01. 9406656

Nº. DOCUM 9406657
TITULO Finalizaron las tomas a la embajada de Venezuela.
PROCESO 150518
FECHA DE 9/6/94
VINCULACION 66603
11165
11174
11163

F-12 9/6

NICARAGUA

Fin de la crisis

El compromiso de no iniciar ningún proceso judicial contra los ocupantes, la liberación de siete detenidos y la promesa de comenzar a negociar en menos de días sobre los reclamos sociales que motivaron su acción llevó a los ex militantes sandinistas a finalizar con las tomas de la embajada de Venezuela y la catedral metropolitana de la capital de Nicaragua y destrabar la tensionante situación que se prolongó por once horas. A pesar de que la ocupación y la posterior partida de los dos edificios por parte de los sandinistas se produjeron pacíficamente, para algunos analistas se trató de "el regreso de la incertidumbre política a Nicaragua", tal como editorializaron los principales diarios del país.

A las 14 del martes, veintitrés ex militares ingresaron a la sede de la representación diplomática de Venezuela, ubicada a diez kilómetros del centro de la capital, y con una carta en la que constaban una serie de reclamos dirigidos al gobierno de la presidenta Violeta Chamorro decidieron tomar el edificio. Puertas adentro y por decisión propia quedaron el embajador Juan José Monsant, otros cuatro diplomáticos y tres secretarias, para "resguardar la seguridad de la embajada".

Una hora y media más tarde los ex militares hicieron el mismo procedimiento, pero en la catedral de la ciudad. Uno de los principales puntos del reclamo es el pago de una indemnización por los años de servicio militar para quienes perdieron su empleo durante el proceso de reducción de las fuerzas militares en el país. Casi medio día después la presión de la medida cumplió el efecto deseado y dio pie al diálogo entre las partes.

Para que se destrabara la situación los dos sectores debieron ceder. De acuerdo con lo informado por la presidenta del Centro Nicaragüense de Derechos Humanos, Vilma Núñez, "los ex oficiales se comprometieron a desalojar inmediatamente ambos edificios al recibir de parte de las autoridades el compromiso de no iniciar ningún proceso judicial en contra de sus ocupantes". Además, a más tardar mañana deberá comenzar el diálogo para intentar arribar a un acuerdo conjunto. En ese marco se acordó la creación de una comisión para discutir las reivindicaciones de los militares retirados, en la que Vilma Núñez y el párroco general de la Curia Arzobispal de Managua, Eddy Montenegro, serán los mediadores.

A pesar de que toda la situación se resolvió pacíficamente, los medios interpretaron los hechos como un agravamiento de la situación política; según el diario *La Tribuna*, "el pueblo nicaragüense volvió a vivir momentos de tensión por el regreso de las tomas en la Capital, que viene a profundizar más el estado de incertidumbre actual".

9406657

01-01

N°. DOCUMENTO 9406658

TITULO Alerta para embajadas en Cuba x proximidad de

PROCEDENCIA 150015 cumbre Iberoamericana de Cartagena de Indias

FECHA DE P. 8/6/94

VINCULACIONES 65671

11164

11399.

11163

11338.

Alerta para embajadas en Cuba

8/6 LM.

El refuerzo de la seguridad en torno a varias embajadas latinoamericanas, como la de Argentina y Colombia, responde a un "alerta" de las autoridades cubanas ante la proximidad de la cumbre iberoamericana de Cartagena de Indias, dijeron ayer fuentes de la Cancillería.

LA HABANA / ANSA

"Es una obligada precaución", dijo el vocero del Ministerio de Relaciones Exteriores, Miguel Alfonso.

Alfonso explicó que "la Convención de Viena nos obliga a tomar las medidas necesarias para proteger la inviolabilidad de las embajadas", sin brindar mayores precisiones.

La Embajada argentina, así como la residencia de la embajadora, Susana Grane, se encuentran desde ayer bajo una fuerte custodia policial.

Igual situación, aunque en menor medida, se observó en otras delegaciones, como la de Colombia.

En tanto, el vocero informó que la Embajada de Bélgica entregó a las autoridades cubanas la lista definitiva con los 121 nombres de los asilados que aún permanecen en la residencia del Embajador belga en La Habana.

Todo sigue igual

"La situación va a seguir tal cual", dijo el funcionario al aludir al virtual estancamiento de las negociaciones ante la negativa del grupo de cubanos de abandonar la sede.

Los cubanos ingresaron el 28 de mayo último a la residencia, ubicada en el barrio de Miramar, para pedir asilo político al Gobierno de Bruselas.

Ambos Gobiernos acordaron la salida pacífica del grupo sin represalias de ningún tipo para que puedan gestionar legalmente su salida de la isla.

"Hay que esperar y continuar explicándole a esta gente que las posibilidades de salir por esta vía del país son prácticamente inexistentes", indicó Alfonso en diálogo con la prensa extranjera.

El funcionario aseguró que Cuba puso a disposición de los asilados comida y medicina para una atención integral del grupo.

01-01

9406658

Nº. DOCUMENTO 9406659
TITULO Bélgica exigió garantía escrita para que los refugiados abandonen la Embajada belga.
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE 31/5/94
VINCULACION: 65671 11164
113PP
Bélgica 65280.

Bélgica exigió compromiso escrito al Gobierno cubano

Preocupa la posible persecución de los asilados

31/5 LM.

BRUSELAS / ANSA

Bélgica considera esta garantía escrita - que confirmaría una promesa ya hecha verbalmente por las autoridades cubanas- una promesa indispensable para resolver la crisis y obtener que los refugiados abandonen voluntariamente la representación diplomática.

Ayer, el Canciller belga, Willy Claes, había afirmado que su Gobierno estaba intentando que los 124 ciudadanos cubanos obtuvieran "garantías de no sufrir sanciones si deben abandonar nuestra residencia".

Según un portavoz del Ministerio de Exteriores belga, los 124 cubanos parecen organizados y bien disciplinados, lo que hace pensar que la "invasión" de la Embajada belga en La Habana es obra de un grupo de activistas para los derechos humanos y no de potenciales emigrantes individuales.

Ausencia del Embajador

En una entrevista a la radio belga RTBF, Claes había confirmado ayer también que el grupo de cubanos ocupó la misión diplomática "aprovechando que el Embajador no se hallaba presente" y estimó que "esta gente quiere obviamente lanzar un mensaje político desesperado".

Su homólogo cubano, Roberto Robaina, había confirmado el sábado a la prensa que el grupo de ciudadanos se encontraba en la residencia diplomática y señaló que "éste no es el mecanismo, el camino que se debe emprender para salir del país".

En febrero pasado, nueve personas ocuparon otro local de la Embajada belga en Cuba y, tras haber recibido garantías de las autoridades locales, abandonaron el edificio y pidieron formalmente el asilo político en Bélgica, que les fue concedido.

El vocero del Ministerio de Exteriores belga dijo que los cubanos que entonces abandonaron voluntariamente la Embajada no fueron perseguidos por las autoridades de La Habana.

Luego de un planteamiento del Ministerio de Exteriores belga para que el Gobierno cubano se comprometiera por escrito a no adoptar medidas punitivas contra los 124 cubanos que, este fin de semana, se refugiaron en la Embajada belga en La Habana, se informaría del alcance de un acuerdo firmado a tales efectos.

Uno se fue

Uno de los 114 cubanos que ingresaron el sábado último a la residencia del Embajador belga en La Habana abandonó ayer el lugar sin ser detenido, a pesar del fuerte dispositivo policial montado en las inmediaciones, dijeron fuentes oficiales.

"No le pidieron siquiera su identificación", precisaron las fuentes.

Esta situación hace presumir la existencia de un "acuerdo" entre ambos países de garantizar que no se aplicarán represalias por parte del Gobierno cubano contra el grupo, si accede a retirarse.

Según trascendió, el acuerdo contempla que los cubanos puedan "salir pacíficamente" de la residencia sin sufrir represalias, y tramitar "libremente" su solicitud de asilo político ante las autoridades belgas.

Este mecanismo ya se aplicó con los siete cubanos que ingresaron en la misma residencia el 26 de enero último.

Prometen no reprimir

Finalmente, en la tarde de ayer, los Gobiernos de Cuba y Bélgica acordaban el retiro pacífico de los 113 cubanos que aún permanecen en la residencia del Embajador belga en La Habana "sin represalias de ningún tipo", mientras se aguarda que el grupo acepte las condiciones ofrecidas por ambos países para abandonar la sede.

Según este acuerdo, que trascendió de fuentes oficiales, Cuba garantizará "por escrito" a Bruselas que no penalizará a aquellos cubanos que acepten salir de la residencia.

"Sólo serán detenidos quienes tengan causas pendientes con la Justicia", dijeron altas fuentes de la Cancillería.

El acuerdo contempla que el grupo de 114 cubanos que originariamente ingresó en la residencia podrá gestionar "libremente" sus pedidos individuales de asilo político, tal como aconteció con siete cubanos que penetraron en la misma sede el 26 de enero último.

Esta madrugada abandonó la residencia, ubicada en el barrio de Miramar, uno de los 114 cubanos que el sábado último penetraron en la residencia.

"No le pidieron siquiera su identificación", precisaron las fuentes, al aludir al fuerte dispositivo de seguridad que rodea el lugar.

Los voceros aclararon que "no ha habido ninguna declaración irritante" entre ambos Gobiernos a pesar del incidente y reiteraron que Cuba "no permitirá la violación de leyes ni la extraterritorialidad de una Embajada".

Prometen no reprimir

En los alrededores de la residencia continuó ayer el fuerte dispositivo de seguridad, con coches patrulla, barreras y decenas de policías.

Un integrante de la seguridad dijo a ANSA que intentó en vano comunicarse mediante un megáfono con voceros del grupo para "garantizarles su seguridad", en caso de que acepten salir de la residencia, pero dijo que "no hubo respuesta".

01-01

9406659

Nº. DOCUM. 9406660

TITULO Dos Grales retirados (Efraín Ríos Montt y Oscar Mejía Víctores)

PROCED. 150014 (ambos ex jefes de Estado, figuran xo

FECHA DE 7/6/94 candidatos a las elecc. del 14 Agosto.

VINCULACIONES 66097

11164

80052

10304

Guatemala

CANDIDATOS CONOCIDOS

Los generales retirados José Efraín Ríos Montt y Oscar Mejía Víctores, ambos ex jefes de Estado de Guatemala, figuran entre los candidatos para las elecciones legislativas que se celebrarán el 14 de agosto próximo. Ríos Montt, que gobernó entre 1982 y 1983 tras un golpe militar, se presenta por el Frente Republicano Guatemalteco (FRG), con el que intentó su candidatura a la presidencia de la república en 1990, pero la Constitución no lo permitía. Mientras, Mejía Víctores, que llegó al poder al ser depuesto el general Ríos Montt, es candidato a diputado por el Frente de Unidad Nacional (FUN). El general Mejía entregó la presidencia del país el 14 de enero de 1986 al democristiano Vinicio Cerezo, el primer presidente civil después de tres décadas de regímenes militares.

9406660

01-01

Nº. DOCUM... 9406661 ✓
TITULO Renuncia Jefe de la Fuerza Aérea.
PROCEDEN. 150014
FECHA DE 7/6/94
VINCULACIONES 66817
11163
11858

Perú

RENUNCIA JEFE DE LA FUERZA AEREA

7/6/95

El jefe de la Fuerza Aérea de Perú (FAP), general José Nadal Paiva, renunció sorpresivamente al cargo y fue sustituido por el general Enrique Astete, que asumió ayer el mando de su institución.

La dimisión de Nadal se produce en el mismo momento en que el Gobierno estadounidense ha suspendido el suministro de información por radares a la FAP para la lucha contra el narcotráfico, aunque ambos hechos están desvinculados, según fuentes militares. La renuncia del jefe militar se debió a "motivos muy personales", según las mismas fuentes, y otros medios informaron de que al parecer ha sido por motivos de salud.

9406661

01-01

Nº. DOCUM 9406662
TITULO El nuevo gob. salvadoreño quiere privatizar todo.
PROCEDEN. 150014
FECHA DE 10/6/94.
VINCULACIONES 507571
11164
11302
11161
11312

El presidente Calderón Sol comienza su mandato aplicando el modelo neoliberal

EL NUEVO GOBIERNO SALVADOREÑO PRIVATIZA TODO

10/6CT

La empresa privada salvadoreña aplaude la decisión del nuevo gobierno de privatizar los servicios públicos y está dispuesta a asumir millonarias instituciones que, dice, no funcionan con eficiencia.

El director ejecutivo de la Asociación Nacional de la Empresa Privada (ANEP), Juan Héctor Vidal, dijo que el anuncio del presidente Armando Calderón Sol es parte de la reforma económica iniciada por su antecesor, Alfredo Cristiani, y que la privatización es "un elemento consustancial" de la misma.

En una entrevista con EFE, Vidal señaló que dicha política persigue liberar las fuerzas productivas del país para que el sector privado haga más eficiente la movilización y el uso de los recursos de todo tipo, entre ellos la fuerza laboral, la tierra y el capital, pasando por la reducción del tamaño del Estado.

"La empresa privada salvadoreña está preparada para todo, lo único que pedimos es respeto a las leyes, seguridad jurídica, que es fundamental, y acceso a recursos crediticios porque definitivamente estamos hablando de inversiones multimillonarias", afirmó el director ejecutivo de la ANEP.

Vidal dijo que Calderón Sol "ha dejado claro el concepto" de que la privatización va ligada a su decisión de "entrar en serio" a una reforma de la administración pública, asunto iniciado por Cristiani con el programa de ajuste estructural.

En ese sentido, recordó el proceso de privatización de la banca que, apuntó, "en realidad es una reprivatización porque lo único que se hizo en ese caso fue devolver a la empresa privada algo que le pertenecía y en condiciones precarias desde el punto de vista financiero".

La banca y el comercio exterior fueron nacionalizadas en marzo de 1980 por la junta de Gobierno que presidió el líder del Partido Demócrata Cristiano, José Napoleón Duarte, ya fallecido, que a la vez decretó una reforma agraria.

El anterior gobierno privatizó de nuevo el comercio exterior y el Banco Central de Reserva procedió a la venta de las acciones de las instituciones bancarias, así como del "Hotel Presidente", en esta capital, que fue construído con fondos del Estado en la década del setenta.

Cristiani también paso a la empresa privada la "Zona Franca de San Bartolo" y actualmente la Asamblea Legislativa, según explicó el director de la ANEP, estudia un proyecto para privatizar los ingenios azucareros que fueron confiscados con la reforma agraria.

Vidal señaló que el nuevo gobierno se plantea como uno de sus grandes objetivos la privatización de servicios públicos fundamentales, entre ellos la producción y distribución de la energía eléctrica, las telecomunicaciones, el Seguro Social y los servicios portuarios.

"Por supuesto que tratándose de servicios importantes y que pueden ser prestados mucho más eficientemente por la empresa privada siempre surgen voces disidentes", apuntó Vidal, en referencia a las declaraciones de partidos de oposición y oganizaciones sindicales.

Estos sectores temen despidos masivos y un alza excesiva de las tarifas de los servicios, sobre todo si ello no va acorde con políticas gubernamentales compensatorias.

Vidal aseguró que la empresa privada apoya la participación de los trabajadores en el capital accionario de las instituciones, porque, señaló, debe darse una legislación apropiada para no pasar de un monopolio estatal a uno privado porque ello está reñido con la economía de mercado.

Para el director de la ANEP la ineficiencia radica en primer lugar en la falta de preocupación de los administradores de las instituciones que, al contar con permanentes subsidios por parte del Estado para solventar las pérdidas, no se plantean dentro de sus objetivos el obtener ganancias.



Calderón Sol

01.01

9406662

Nº. DOCUM 9406663
TITULO Presidente mexicano llega a Cuba.
PROCED. 150014
FECHA 12/6/94
VINCULACI 507623
11164
11388
65671

Casi al final de su mandato Salinas de Gortari llega a Cuba

EL PRESIDENTE MEXICANO LLEGA A CUBA

El presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, viajará el próximo lunes a Cuba, la única visita a la isla durante su mandato, durante la cual tratará de asuntos bilaterales con su colega cubano, Fidel Castro.

Jue. 12/6

Salinas será el cuarto presidente mexicano que visita La Habana. Antes lo hicieron los gobernantes Luis Echeverría, José López Portillo y Miguel de La Madrid.

Fidel Castro viajó a México en tres ocasiones en los últimos seis años, para la toma de posesión de Salinas, en 1988, para asistir a la primera reunión Cumbre Iberoamericana (1991) y a una reunión presidencial del grupo de los tres (México, Colombia y Venezuela), celebrada en la isla de Cozumel en 1991.

En este viaje a La Habana, que será de unas horas, el presidente mexicano repasará con el gobierno cubano asuntos bilaterales en las áreas política, comercial, financiera, científico-técnica, educacional, deportiva e internacional, declaró el embajador de México en la isla, Carlos Tello Macías.

Asimismo, serán examinados aspectos relacionados con las inversiones de capital mixto.

«Con esta visita Salinas quiere subrayar los entrañables, sólidos y constantes lazos que unen a los dos países», señaló el diplomático.

El comercio entre Cuba y México ascendió en 1993 a 95,4 millones de dólares y esos intercambios incluyen exportaciones cubanas de medicamentos, tabaco, ron, chatarra de metales y mármoles, y la importación de productos químicos, alimentos, textiles y metales.

Las ventas cubanas sólo alcanzaron 7,8 millones de dólares, mientras que México exportó mercancías a la isla caribeña por valor de 88,3 millones de dólares.

No obstante, fuentes mexicanas han señalado que en las relaciones económicas entre los dos países existen obstáculos como la deuda que Cuba mantiene con México y la escasez de divisas libremente convertibles que padece la economía de la isla.

En diciembre pasado ambos gobiernos aprobaron 171 proyectos vinculados principalmente a las ciencias para aplicar sus resultados a la producción en la industria biofarmacéutica, la agroindustria y el turismo.

Unas diez firmas comerciales mexicanas están representadas actualmente en La Habana e los inversores de ese país participan en por lo menos en tres empresas mixtas.

Recientemente medios de prensa mexicanos han informado sobre las negociaciones que ultima la empresa de telecomunicaciones «Domos Internacional», perteneciente al grupo «Monterrey», para participar en la modernización de la red telefónica cubana con una inversión de unos 1.500 millones de dólares, que incluiría la instalación de un millón de líneas en los próximos siete años, y entre otros servicios el de televisión por cable y comunicaciones vía satélite.

La llegada de Salinas está prevista para media mañana del lunes y poco después comenzarán las conversaciones oficiales entre las delegaciones que presidirán el gobernante mexicano y el presidente cubano.El viceministro de Relaciones Exteriores de Cuba, Jorge Bolaños, declaró que la visita de Salinas se pondrá énfasis en el aspecto político y opinó que del diálogo entre los presidentes de México y Cuba surgirán nuevas ideas e iniciativas que permitirán ampliar los vínculos bilaterales y proyectarlos hacia el futuro.

Salinas ofrecerá una conferencia de prensa en el Palacio de Convenciones habanero al mediodía, después visitará la embajada mexicana y saludará a ciudadanos de su país residentes en la isla.

Sólo unas horas separarán la visita de Salinas de Gortari a Cuba de su viaje a Cartagena de Indias para participar en la Cuarta Cumbre Iberoamericana de presidentes.

9406663

01-61

Nº. DOCUMENTO 9406664
TITULO Situación en Chiapas.
PROCEDENCIA 30050.
FECHA DE 7/6/94.
VINCULACIÓN 507623.
11165. 11164.
11161

Propuesta Indígena: Refundar el Estado

Ecos de un conflicto sin resolver

Exclusivo para DIGNIDAD. Gentileza Revista del Sur.

El Frente Independiente de los Pueblos Indios (FIPI) analiza las raíces del conflicto desencadenado en Chiapas y concluye que la única solución es refundar el Estado mexicano, para dar surgimiento a un Estado multinacional basado en la convivencia de varios pueblos bajo la misma estructura estatal.

Lo ocurrido en Chiapas tiene sus raíces en la situación colonial. Esta situación que se remite al siglo XVI no ha sido todavía superada. Hasta nuestros días los pueblos indios vivimos bajo una relación colonial, tanto respecto al Estado mexicano (incluyendo el chiapaneco), como respecto a la relación que los ladinos (o mestizos) tienen para con los indígenas. De esta forma para resolver de fondo la problemática indígena es necesario **modificar** sustancialmente esas relaciones coloniales que deben dar por concluida la **opresión, explotación, discriminación y exclusión** en la que se mantiene a nuestros pueblos.

Esta situación se expresa en lo económico, en lo social, en lo jurídico, en lo cultural y en lo ideológico. En los últimos años las cosas se han agudizado porque los indios hemos perdido ya toda esperanza; progresivamente se nos han cerrado los caminos. Es por eso que hay una proliferación de iglesias en nuestra regiones; es por eso que ha crecido la violencia; es por eso que lo último que se juega es la vida.

La búsqueda de una solución a la problemática indígena requiere soluciones **integrales**.

No basta el reparto de recursos económicos. Incluye también un cambio de actitud. **Requiere una reconciliación étnica nacional.**

Pero esta reconciliación no se dará sólo por meras voluntades personales; es necesario para ello que el Estado y la sociedad nacional se organicen en consecuencia; que confieran en lo jurídico y en los hechos el pleno reconocimiento a la pertenencia de los pueblos indios a la nación mexicana.

De lo contrario todas las medidas serán solamente paliativos, soluciones coyunturales, oportunistas, pero no de plena voluntad para cambiar la moral de la relación entre indios y no indios: entre los Pueblos Indios y el Estado mexicano. Algunas de estas propuestas son:

I. Económicos

Ofrecer alternativas locales a los productores indígenas. Uno de los principales problemas de los últimos cinco años ha sido **la crisis en la autosuficiencia alimentaria y arraigo hacia las regiones madres y a su identidad étnica.**

1. Los productores carecen de recursos para producir maíz. Por un lado el deterioro ecológico de sus tierras y por el otro lado la carencia de capital para los procesos productivos. Este proceso deberá, sin embargo, ser orientado y encaminado por las propias organizaciones indígenas. Si se continúa excluyendo a las organizaciones con el objeto clientelar de controlar presidentes municipales, comisariados, de crear "comités" y otras formas explícitas para desestructurar a las organizaciones sociales, el asunto volverá a polarizarse.

2. Pero además del alimento, la familia indígena requiere de dinero para resolver otros problemas. En los últimos años con la caída de los precios del café, la situación económica de los productores indígenas entró en deterioro progresivo. (...)

3. Es necesario impulsar microindustrias en las regiones. Hasta ahora los indios hemos sido sólo mano de obra servil. Hasta del programa Mundo Maya, que está realizado en nuestro nombre pero nos excluye. El Turismo, por cierto, se estructura bajo el "atractivo" que los indios significamos.

II. Sociales

Ya no es ningún secreto que Chiapas y principalmente las regiones indígenas han ganado el poco honroso primer lugar en pobreza y marginación social de todo el país. Una de las primeras acciones es romper la marginalidad milenaria en que se ha mantenido a nuestros pueblos. **Como política general el gobierno de México deberá aprobar un recurso especial para atender las "zonas de rezago histórico".** Se trata de modificar toda la normatividad respecto a los criterios para la instalación de clínicas y hospitales, escuelas, caminos, etc., basándose en indicadores sociales.

En este sentido habrá que canalizar durante diez años, **(toda la década para el desarrollo de los pueblos indígenas aprobada por la ONU)** recursos muy cuantiosos a las regiones indígenas para atender el rezago educativo, de caminos, de salud, de drenaje, energía eléctrica, etc.

III. Culturales

La cultura es un factor fundamental que nos diferencia del resto de la sociedad nacional. Sin embargo la cultura no es un "aspecto" que pueda separarse de todos los otros aspectos. La cultura es el hilo que teje todo el sistema de organizaciones de las comunidades, pueblos y regiones indígenas. Es por ello que cada una de las acciones que se realicen en los otros aspectos deberán tener su "sello" cultural específico.

Proponemos lo siguiente:

a) Es absurdo que los idiomas cotidianos en el mercado de San Cristóbal, en Ocosingo, en Altarirano, en Las Margaritas, etc. queden eliminados en el resto de la vida social. Esto es discriminación, opresión y exclusión. En las oficinas de gobierno, en los bancos, en los hospitales, etc, en cada una de las instituciones sociales de cada uno de los municipios con población indígena importante, los idiomas indígenas deben tener un lugar digno.

b) Es aberrante que en la universidad, en las escuelas de la preparatoria, de la secundaria, etc. de San Cristóbal de las Casas, (o en Ocosingo, Las Margaritas, etc.) no se enseñe de manera obligatoria, como un segundo idioma, los idiomas indígenas. A los indios se les obliga a aprender español, pero los mestizos no están igualmente obligados a aprender los idiomas indígenas.

c) Lo cultural tiene que ver también con la aceptación, valoración y respeto a nuestras propias formas de expresión cultural. No hay apoyo a nuestras artes porque éstas son discriminadas y peyorativamente se les llama "artesanías". No hay apoyo a nuestra medicina indígena porque a nuestros médicos se les



llama "brujos" o "medicina tradicional". No hay apoyo, ni reconocimiento a nuestro sistema jurídico porque de manera despectiva se le llama "costumbre indígena" o "derecho consuetudinario".

IV. Jurídicos

Más de seis mil presos indígenas lo están por motivos de delitos a la salud. La mayoría de ellos han sembrado estupefacientes porque no tiene otras alternativas económicas. Si no puede resolverse el asunto indígena en lo global, los indios seguirán involucrándose en la siembra de estupefacientes. Es urgente realizar una amnistía a todos los presos indígenas por razones de salud.

Hasta ahora la práctica de la justicia en nuestro país ha sido discriminatoria para los pueblos indígenas. No basta con una reforma constitucional que asegura que ahora si los indios estarán protegidos por el estado de Derecho (cuando además esta reforma carece de reglamentación). Falta además un claro compromiso político que vaya del poder ejecutivo hasta el último ciudadano para hacer valer el derecho de los pueblos indígenas. El poder ejecutivo, el poder legislativo y el poder judicial han actuado con compromiso para resolver la problemática de nuestros pueblos.

V. Tierras/Territorios

La política agraria del gobierno mexicano en los últimos dos años ha sido equivocada y violatoria de nuestros derechos constitucionales reconocidos. Los Tribunales Agrarios, la Procuraduría Agraria, la Secretaría de la Reforma Agraria, el poder judicial y en general las decisiones gubernamentales involucradas en la solución de la problemática agraria han violado e ignorado que los Pueblos Indios tenemos una **protección jurídica específica a nuestras tierras y territorios indígenas**, según el Convenio Num. 169 de la OIT, que garantiza entre otras cosas, la **integridad de las tierras y territorios indígenas.**

Dar por terminado el rezago agrario en Chiapas bajo un criterio burocrático, es un gravísimo error. El rezago es histórico y requiere medidas que vayan más allá de lo burocrático. Chiapas y la mayoría de las regiones indígenas del país requieren **soluciones políticas** de compromiso con los pueblos, recursos extraordinarios para la compra de tierras, para la **reconstrucción de los territorios indígenas compactos, etc.** Para todas estas propuestas existe una base jurídica de una gran importancia que es el Convenio 169, que todos han pisoteado.

VI. Políticos

Hemos dejado al final este capítulo no por ser el menos importante. Por el contrario la solución de fondo a la problemática indígena en el país se encuentra en las estructuras del Estado.

Los pueblos indios somos Pueblos (en los términos del derecho internacional) sometidos a una relación colonial. La solución de largo alcance es **refundar el Estado mexicano.** Dar surgimiento a un **Estado multinacional** que se estructure a partir de la pluralidad de pueblos que convivimos bajo la misma estructura social.

Es necesario por tanto, modificar la concepción del modelo de la integración de la federación.

El modelo municipio-estado-federación no resuelve la problemática indígena; por el contrario este modelo creó el problema. Es históricamente demostrable que los municipios y las diversas entidades del país se constituyeron a partir de una disputa de intereses entre caudillos y otras fuerzas locales.

No fueron los criterios de regionalización económica, social o cultural los que definieron la división territorial de México. Es por ello que encontramos que los tojolabales, pese a constituir un territorio compacto quedaron fragmentados en los municipios de Comitán, Las Margaritas, Altamirano y La Independencia. Los Tzotziles, pese a constituir un territorio compacto, quedaron dispersos en cinco municipios, etc. Este es el modelo en casi todas las regiones indígenas del país.

Por ello los indios por lo general constituimos una minoría política y muy frecuente demográfica en esos municipios. De ello resulta que los presidentes municipales y los diputados de esos distritos no sean indígenas, por lo que las decisiones respecto a todo lo relativo a las comunidades indígenas las toman los que no son indios. Esto es opresión política: usurpación a nuestros legítimos derechos a definir nuestro presente y nuestro futuro. (...)

En este sentido proponemos la **creación de las regiones pluriétnicas** en Chiapas y regiones indígenas del país en general. (...) Con **las regiones pluriétnicas se pretende**:

a) Entregar las decisiones a los propios pueblos indígenas como sujetos de su propia vida y desarrollo.

b) Devolverles su capacidad de acción y de gestión política.

Pero los indios no aspiramos a vivir en reservaciones o al margen del acontecer nacional. Por el contrario queremos resolver la dialéctica de la exclusión con una sana integración del quehacer nacional. No es suficiente resolver nuestros problemas locales si estamos excluidos de los grandes problemas nacionales, que de una u otra manera nos impactarán. En este sentido es que planteamos la necesidad de **refundar el Estado.** Esto implicaría la cancelación de todo indigenismo como acción gubernamental de no indígenas. Demandamos que a nivel nacional seamos los propios indígenas quienes definamos bajo mecanismos de consenso el destino de los pueblos indios de México.

La participación de los indios en el Estado requiere necesariamente estar también en los otros poderes: los legislativos y los judiciales (tanto a nivel federal como en las entidades federativas respectivas).

Es por ello que demandamos la **creación de la sexta circunscripción plurinominal para diputados indígenas.** Ella estaría integrada por todas las regiones indígenas del país. Esto nos garantizaría llevar por lo menos 40 diputados indígenas al Congreso de la Unión.

Es necesario y urgente **modificar las divisiones de los distritos electorales.** Si los distritos electorales se modifican y se garantiza que el área de distrito electoral (local y federal) es igual al de una región, ello nos garantiza que será indígena el diputado que saldrá de ese distrito electoral.

9406664

Nº. DOCUMENTO 9466665 √
TITULO Elecciones en Colombia - Resultados de 1ª vuelta.
PROCEDENCIA 30050
FECHA DE 31/5/94.
VINCULACIÓN 65592
11169
11437

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

Bogotá, J. J. Aznárez, enviado especial

■ Menos de 19.000 votos separaron al ganador de la primera vuelta de las elecciones presidenciales colombianas, el liberal Ernesto Samper, del segundo clasificado, el conservador Andrés Pastrana, quien obtuvo excelentes resultados y conserva sus posibilidades a la jefatura del Estado en sustitución del liberal César Gaviria, quien en agosto ocupara la secretaría general de la Organización de Estados Americanos (OEA). Al no obtener nadie la mayoría absoluta, tal como pronosticaban las encuestas, el próximo día 19 se celebrará la segunda vuelta entre Samper y Pastrana.

Fue la consulta más reñida, y una de las más pacíficas, de la historia nacional, pero apenas votó el 35 por cien del electorado. La candidatura del ex guerrillero Antonio Navarro Wolf, en tercer lugar, sufrió este domingo un nuevo golpe al conseguir únicamente el 3,8 por cien de los votos.

Una parte importante de los analistas coincide en destacar que fueron mejores los registros conseguidos por el candidato conservador ya que los liberales, seguros de su unidad, organización y del amplio apoyo político comprometido en campaña, confiaban en un triunfo en la primera vuelta. Según una estimación provisional, los jóvenes y las mujeres apoyaron más a Pastrana.

Con el 97,32 por cien de los votos escrutados, Ernesto Samper Pizano contaba con un 45,5 por cien (2.581.193 sufragios), Andrés Pastrana, el 44,92 por cien (2.562.481), Antonio Navarro, 3,8 por cien (217.067), la "mentalista" Regina Betancourt, el 1,1 por cien (64.871), y el ex general Miguel Maza, 0,9 por cien (54.919).

Tanto Samper como Pastrana se mostraron satisfechos por el apoyo recibido, pero asesores del primero reconocían en privado la conveniencia de un replanteamiento de la estrategia electoral seguida hasta ahora para asegurar el triunfo de su jefe en la segunda vuelta. Samper fue apoyado expresamente por los ex presidentes Lleras, López, Turbay y Barco. Pastrana, que consiguió captar votos considerados "menos cautivos", subrayó que el país asiste a "un cambio en las viejas promesas y viejas políticas". El hijo del ex presidente Misael Pastrana Borrero se desmarcó del conservadurismo más reaccionario creando un movimiento propio que se está demostrando eficaz.

Comienzan ahora los preparativos para el segundo asalto y la aproximación de los dos grandes partidos nacionales a las fuerzas que no participarán en la próxima votación pero cuyos votos, que no llegan al 10% del total, se apetecen. "El muerto está todavía vivo. Ha sido un resultado digno", aseguró Antonio Navarro, quien llamó "héroes" a quienes le votaron y aseguró no tener prisa en tomar una decisión.



El candidato presidencial liberal Ernesto Samper festeja con su esposa Jackie los resultados electorales del pasado domingo, que lo colocan un 0.2% por encima de su perseguidor, el conservador Andrés Pastrana. El pleito se define el 19 de junio.

"Me encuentro igual de cerca e igual de lejos de Samper que de Pastrana". El ex comandante guerrillero y ex ministro Antonio Navarro Wolff, candidato a la presidencia por la Alianza Democrática Movimiento Diecinueve de Abril (AD-M-19), participa en las elecciones presidenciales ofreciendo una administración 'de manos limpias' contra la corrupción y un programa económico diferente a la apertura neoliberal defendida por los candidatos liberal y conservador, Ernesto Samper y Andrés Pastrana, respectivamente.

"Ese modelo genera desempleo", advierte Antonio Navarro Wolff. Ocupa el tercer puesto en la intención de voto con únicamente el 4 por cien.

En diciembre de 1990, a los 10 meses de abandonar las armas, la Alianza obtuvo 19 de los 70 escaños de la Asamblea Nacional Constituyente y se pensó entonces en el surgimiento de una tercera fuera política, de izquierda, capaz de alterar el histórico bipartidismo colombiano.

No fue así. Antonio Navarro aceptó un Ministerio y entró en componendas que no entendieron sus votantes. "Fue una gestión conformista y pobre, sin imaginación ni audacia", piensa Hernando Valencia.

Su perfil opositor quedó dañado y en las legislativas de marzo perdió los nueve senadores. Conservó solamente uno de sus 13 diputados en la Cámara Baja.

Navarro se postula con un líder indígena como vicepresidente.

Propone a los colombianos una negociación con Manuel Pérez y Manuel Marulanda, cabecillas de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar, con la mediación de la Iglesia.

Previamente, el Estado colombiano debe garantizar que respeta el Protocolo II de la Convención de Ginebra y la jurisprudencia internacional sobre el respeto de los derechos humanos.

La guerrilla, por su parte, suspenderá los secuestros y otras prácticas denunciadas por la organización humanitaria Amnistía Internacional.

Copyright 19.
El País News Service Inc.
All rights reserved.



Separado por apenas 19 mil votos de su contrincante Ernesto Samper, el candidato presidencial colombiano Andrés Pastrana, hijo de un presidente, no renuncia a lograr la sucesión de César Gaviria dentro de tres semanas.

Resultados finales

Bogotá (ANSA)

Estos son los resultados de las elecciones presidenciales realizadas ayer en Colombia:

Candidato	Votos	Porcentaje
Ernesto Samper Pizano	2.581.193	45.2
Andrés Pastrana Arango	2.562.481	44.9
Antonio Navarro Wolff	217.067	3.8
Regina Betancourt	64.871	1.1
Votos en blanco	63.811	1.1
Miguel Maza Marquez	54.919	0.9
Otros	194.496	3.0
Total de votos emitidos	5.738.838	
Electores habilitados	17.000.000	

11-04.
94 6665

Nº. DOCU...
TITULO ...
PROCEDE...
FECHA DE ...
VINCULACI...

El conservador Andrés Pastrana y el liberal Ernesto Semper deberán enfrentarse en una segunda instancia electoral para dirimir quién gobernará los destinos del pueblo colombiano a partir del próximo siete de agosto

LR 30/5 **Bogotá (UPI)**

■ La angustia y la tensión entre los dos principales candidatos a la presidencia, que han recibido el 85 por ciento de los votos contabilizados en la elección de ayer, se prolongará por otros 20 días ante la necesidad de continuar la campaña electoral con miras a una segunda vuelta.

Aunque la lucha ha sido reñida entre el liberal Ernesto Semper y el conservador Andrés Pastrana —quienes están casi empatados y se enfrentan en una segunda ronda de elecciones— el balance parcial arrojado hasta el momento indica que al final, terminados los cómputos, habrá una baja participación de los colombianos en las urnas.

Según estimaciones oficiales, la participación de los votantes será solamente de un 42 por ciento sobre 17 millones de personas en edad de sufragar.

La jornada democrática realizada fue considerada por analistas la más costosa en toda la historia colombiana por la inversión de 18 millones de dólares durante la campaña de dos meses, tanto por los costos de publicidad y transporte, como por el montaje de la misma elección.

Cada voto, según los cálculos realizados por analistas para United Press International habría costado en consecuencia unos 2,5 dólares.

Ahora se inicia un nuevo período que durará hasta el 19 de junio, con la lista de candidatos reducida a Semper y Pastrana, quienes iniciaron hoy mismo los contactos con los perdedores para buscar el apoyo en la segunda vuelta.

Aunque el tercero en la lista de aspirantes, el ex jefe guerrillero Antonio Navarro, obtuvo solamente el cuatro por ciento del total de votos —unos cinco millones— se estima que su apoyo a uno de los dos puede ser significativo.

Los demás candidatos —con votación cercana al uno por ciento— tomarán hoy una decisión una vez que se tengan los guarismos finales.



El candidato liberal, Ernesto Semper, muestra toda su capacidad oratoria, en una de las elecciones más costosas en toda la historia colombiana según los analistas políticos.

"Los colombianos queremos derrotar a los rebeldes"

La votación la iniciaron en Bogotá el presidente César Gaviria y sus ministros y posteriormente lo hicieron los 18 candidatos inscriptos para disputarse la jefatura del Estado por el período 1994—1998, a iniciarse el 7 de agosto.

Gaviria, quien votó apoyado sobre muletas a causa de una operación en el pie derecho, dijo a la prensa que con la elección "los colombianos queremos derrotar a los violentos" y agregó que la presencia de electores en las urnas es la "consolidación de la democracia y de las instituciones".

La jornada democrática comenzó a las 8 de la mañana y terminó a las 4 de la tarde, después de ocho horas de votación con algunos incidentes aislados registrados en distintas ciudades, sin que se suspendiera la elección.

La Policía informó que 15 bombas de regular poder hicieron explosión en distintas poblaciones del país, sin causar daños ni heridos, pero sí algo de pánico entre muchas de las personas que se aproximaron a los puestos de votación.

Además, el ministro de Defensa, Rafael Pardo, informó que tres guerrilleros murieron en enfrentamientos con fuerzas del gobierno y cuatro autobuses fueron incendiados por terroristas, tres en carreteras del departamento de Magdalena y otro en la ciudad de Bucaramanga.

En una zona rural del Magdalena, al norte del país, también se registró un enfrentamiento entre el ejército y una columna rebelde que trataba de impedir las elecciones.

Pardo dijo a la prensa después del cierre de la votación que "los colombianos votaron en paz, con entusiasmo y sin los temores del pasado, de otras épocas de terrorismo y violencia".

La elección presidencial de hace cuatro años se realizó en medio de un clima tenso por la acción de terroristas pagados por narcotraficantes, quienes entre 1989 y 1990 asesinaron a tres candidatos presidenciales, activaron varias bombas y acribillaron a unos 100 policías.

Las medidas que prohiben manifestaciones y otras actividades en público enfriaron nuevamente el ambiente electoral, el cual careció de la alegría tradicional que lo marcó en otras épocas.

Faltando una hora para el cierre de la votación, las filas en los colegios electorales crecieron repentinamente, pero los jurados, que recibieron instrucciones precisas, suspendieron el proceso a las 4 de la tarde y cerraron las urnas pese a las súplicas de los votantes.

Aunque la ley prohibió las manifestaciones, en la tarde —casi al cierre de la jornada— cientos de jóvenes en automóviles recorrieron las calles del país agitando banderas con fotografías de sus candidatos.

62

94 6665

Nº. DOCUM...
TITULO ...
PROCE...
FECHA DE ...
VINCULACION ...

Samper sacó más votos, pero festeja Pastrana

Por Carlos M. Reymundo Roberts
(Corresponsal de LA NACION en América latina) 30/5

Empate: la virtual paridad en la primera vuelta es vista como un triunfo del candidato conservador; el ballottage es de difícil pronóstico y el abstencionismo orilló el 67 por ciento.

BOGOTA.– La elección presidencial de Colombia demostró que no siempre gana el que tiene más votos.

Del 45,2 de Ernesto Samper al 44,9 de Andrés Pastrana hay tan poca distancia –18.000 sufragios sobre un total de más de 5,7 millones– que puede hablarse de un empate. Así lo vieron, inclusive, los diarios que apoyaron la candidatura de Samper.

Y políticamente, el empate es interpretado como una victoria del conservadorismo.

La mayoría de los analistas coincidía ayer en que la excelente elección de Pastrana supone un brusco viraje en el sempiterno dominio liberal, partido que ha ganado todos los comicios a los que concurrió en forma cohesionada.

Repechaje abierto

De aquí a la segunda vuelta, el 19 de junio, todo está abierto...

"La gran incógnita es qué hará el electorado liberal, muy mayoritario, ante la posibilidad cierta de perder el poder. En la primera vuelta no se sintió motivado y eso explica el resultado", opinó el director del Centro de Estudios Internacionales de la Universidad de los Andes, Juan Gabriel Tokatlian, un argentino radicado hace 14 años en Colombia.

Después de una elección tan pareja como la del domingo, los votos obtenidos por los candidatos *menores*, de por sí irrelevantes, adquieren ahora una gran trescendencia.

El M-19 de Antonio Navarro Wolff, tercera fuerza con el 3,8 por ciento, está ideológicamente más cerca de Samper (con quien el liberalismo va tomando un perfil socialdemócrata), pero un apoyo explícito resultaría muy flaco favor. La adhesión del ex movimiento terrorista podría provocar en muchos ciudadanos una reacción adversa.

En cambio, si deja en libertad a sus votantes como se cree que hará, naturalmente estos fluirán hasta la carpa liberal.

De los que siguen después, la bruja Regina Betancourt (1,1 por ciento) y su Movimiento Metapolítico resultan imprevisibles; Miguel Maza (0,9), un general que fue jefe de la policía, es más afín al conservadorismo, y Enrique Parejo (0,5) proviene del tronco liberal.

Asimilar el impacto

El liberalismo trataba ayer de asimilar el impacto. "Tendremos que trabajar duro para la segunda vuelta", fue la primera reacción de uno de los principales dirigentes del partido.

Samper estuvo ayer reunido durante más de cuatro horas con su staff de campaña.

Rodrigo Querubín, asesor de Pastrana, dijo a LA NACION que uno de los mayores objetivos para el ballottage será mejorar la elección en Bogotá, donde ganó Samper.

Como en el resto del país –especialmente en los distritos más numerosos– cada uno mantuvo su caudal tradicional. La capital –donde Pastrana fue alcalde– resultó clave. Allí se hizo la diferencia.

A Samper no se le escapó el dato y anteanoche dedicó un agradecimiento especial a los votantes "de mi querida ciudad".

El abstencionismo alarma

Pero si un impacto no pudo ser asimilado es el del abstencionismo, cercano al 67 por ciento. Hay que remontarse a los años 30 para encontrar una elección presidencial con tan bajo nivel de participación.

Para Tokatlian, los cuatro principios fundamentales de la Constitución de 1991 –impulsar la participación cívica, desbloquear el bipartidismo, ampliar la pluralidad de opciones y legitimar la democracia representativa– quedaron por el piso, maltrechos...

A su juicio, algunas de las causas de este fenómeno, que califica de alarmante, fueron la pobreza de la oferta política y la escasa diferenciación entre los principales candidatos.

¿Qué pasará el 19 de junio, cuando los colombianos tendrán puesta su cabeza en el mundial de fútbol? La nueva cita con las urnas (la tercera del año) puede perder por goleada.

83

9406665

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE F
VINCULACIONES

Aparecen más cadáveres al comenzar a descender el lodo en Colombia

11/6 LR.

El conservador Andrés Pastrana aventaja al liberal Ernesto Samper en vísperas del segundo turno

*** *Llega tardíamente la ayuda a los damnificados por el terremoto y las avalanchas en las paupérrimas comunidades indígenas***



Andrés Pastrana llegó segundo en la primera vuelta, pero ahora pasó al frente.



Ernesto Samper arribó primero en el turno inicial, pero ahora se ve aventajado

Bogotá (AFP)

El conservador Andrés Pastrana aventaja al liberal Ernesto Samper por escasos dos puntos, de cara a la segunda vuelta de la elección presidencial colombiana del próximo 19 de junio, reveló una encuesta del Centro Nacional de Consultoría (CNC) dada a conocer este viernes por la cadena radial Caracol.

En el sondeo, realizado entre 10.360 personas, en 106 municipios del país, Pastrana obtiene un 49% de favoritismo contra un 47% de Samper y un 4% de indecisos para el período 1994-1998.

La consulta reveló igualmente un dato interesante: solamente un 37% de los encuestados señaló que votaría, dato que confirma la impresión de que la abstención en esa jornada marcará cotas muy altas.

Analistas han señalado que los colombianos están saturados de elecciones y, adicionalmente, no encuentran atractiva ninguna de estas dos opciones.

En la primera vuelta, realizada el pasado 29 de mayo, el aspirante liberal aventajó por un escaso margen de 0.3% (45.2-44.9%) a su oponente conservador, en lo que se consideró un empate técnico.

Diferentes encuestas han revelado, sin embargo, que desde comienzo de mayo la tendencia de Samper ha sido constante a la baja, mientras la de Pastrana se mantiene en alza, lo cual se corrobora con la muestra que se conoció hoy.

El ganador sucederá al liberal César Gaviria, que dejará su cargo el próximo 7 de agosto.

Popayán, Colombia (ANSA)

El nivel del mar de lodo y piedra que destruyó 16 reservaciones indígenas colombianas comenzó a descender y dejó al descubierto más cadáveres, lo cual elevó hoy a 589 el número de muertos que causó el terremoto y avalanchas del lunes pasado en el estado suroccidental Cauca, informó la fiscalía general.

Las dramáticas escenas se repiten entre los acongojados indígenas que buscan a sus padres, hijos o familiares en medio de las agrietadas montañas o dentro del fango que cubrió sus humildes viviendas el lunes último y dejó 13.400 damnificados.

Pero el número de muertos podría ser superior a 2.500, afirman algunos jefes indígenas y sacerdotes católicos misioneros, que llevan años trabajando en las paupérrimas comunidades que subsisten mediante la siembra de alimentos y eventualmente cocaína.

La fiscalía general calcula 532 desaparecidos y 116 heridos, mientras que la Oficina Nacional de Prevención de Desastres es objeto de las más severas críticas por la lentitud y desorden en el suministro de ayuda a los damnificados, que padecen hambre y frío en las noches lluviosas.

El gobierno decretó la emergencia económica y social para poder enfrentar el desastre que hoy es comparado con el ocurrido hace nueve años, cuando el volcán del Nevado del Ruiz hizo erupción y el deshielo provocó avalanchas que causaron unos 22.000 muertos.

La nueva Corporación para la Reconstrucción de la Cuenca del Río Cauca recibirá varios millones de dólares para destinarlos a la reconstrucción de la zona de la tragedia, que era una de las más pobres y abandonadas del país.

También comenzó a llegar la ayuda internacional de países como Argentina, Ecuador, Costa Rica, Perú y la Unión Europea.

La reubicación de los sobrevivientes se trata de hacer rápidamente debido a que hay varios riachuelos represados y la tierra de las montañas tiene profundas grietas, que se agrandan por los temblores leves que ahora se registran con menos frecuencia que antes.

La fiscalía informó que en localidades como Irlanda, que quedó casi totalmente destruida, murieron 201 personas, en Cabildos 25 en Buco 16 en Yosauyu seis niños, en Tame 14 y en la parte más alta del río Páez se hallaron 322 cadáveres.

La cifra de muertos puede aumentar considerablemente al haberse informado que comienzan a aparecer cadáveres cerca de la represa Betania, a pocos quilómetros de Neiva, capital del estado sureño Huila, que limita con Cauca y fue afectado en menor grado por el terremoto.

Asimismo, el gobierno aumentó a 20 los helicópteros que transportan la ayuda y buscan a desaparecidos y sobrevivientes localizados en las partes más altas de la cadena de montañas de la cordillera de los Andes.

MUEREN SOCORRISTAS DE LA CRUZ ROJA

Bogotá (AFP)

Tras haber rescatado a un grupo que incluía a monjas y alumnos de una escuela de la población de Belalcázar, ocho socorristas de la Cruz Roja colombiana murieron cuando el vehículo en que se desplazaban el lunes pasado fue arrastrado por la avalancha del río Páez, relató ayer viernes una habitante de esta localidad.

Los socorristas empezaron su labor cuando a las 15.50 locales del viernes se presentó un fuerte sismo en la zona y decidieron bajar hasta la ribera del río Páez para socorrer a un grupo de personas que se encontraban atrapadas en una edificación escolar.

En un relato del diario El Tiempo de Bogotá, la testigo señaló que el jefe socorrista de la Cruz Roja, Luis Ledezma, recorrió la población de Belalcázar, megáfono en mano, pidiendo a los habitantes que se reunieran en la plaza central.

Posteriormente volvió a bajar en una camioneta hasta la orilla del río, junto con otros siete socorristas, donde fueron atrapados por la avalancha de lodo, piedras y troncos.

AYUDA TARDIA

Bogotá (UPI)

El gobierno colombiano ordenó la inmediata destitución de dos funcionarios públicos por el lento manejo en las operaciones de ayuda a 5.000 damnificados de la tragedia que se registró en la zona norte del departamento del Cauca.

El primer funcionario destituido por orden del ministro de Defensa, Rafael Pardo, fue el director general de Defensa Civil, Fernando Gómez Barros, quien se negó a desplazarse el lunes desde Bogotá hasta la zona del desastre para evaluar daños y organizar el plan de ayuda.

La salida obligada de Gómez Barros se conoció al mismo tiempo que el ministro del Interior, Fabio Villegas, ordenó la destitución del gerente del Instituto de Mercadeo Agropecuario en la ciudad de Neiva, Jairo Trujillo, por dilatar la inmediata distribución de bolsas con alimentos, víveres y líquidos a los damnificados.

LAS FARC OCUPAN POBLADO

Medellín, Colombia (AFP)

Durante 14 horas, un grupo guerrillero ocupó la pequeña población de Peque, departamento de Antioquía, noroeste de Colombia, sin que se registraran muertos o heridos a pesar del prolongado combate con la policía local, informó este jueves el gobierno regional.

Los atacantes, cuyo número no fue establecido, perteneciente a los frentes 15, 18 y 24 de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), irrumpieron en la localidad a las 22.00 del miércoles y se retiraron este jueves hacia las 14.00.

En el desarrollo de la incursión a Peque, que cuenta unos 7.000 habitantes y se encuentra en un montañoso paraje a 226 quilómetros de Medellín, resultaron destruidos el cuartelillo policial, la alcaldía, la casa cural, el almacén cafetero, las instalaciones de Telecom y una agencia bancaria, la cual fue saqueada lo mismo que algunos comercios, añadió el comunicado.

La guerrilla abandonó el sitio tras lograr un acuerdo con el alcalde, el párroco y el médico, dijo la gobernación de Antioquía, precisando que en razón del corte de comunicaciones, las primeras unidades del ejército arribaron a Peque pasadas las 15.00 del jueves para la persecución de los atacantes.

04.04

9406665

Nº. DOCUMENTO 9406666
TITULO Ernesto Samper Pizano, electo presidente de Colombia
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE P... 20/6/94
VINCULACIONES 65592
11164
11302
11640

ICHAD OFICI... (EXTERIOR)

Le dispararon 11 tiros, y tiene 4 balas en el cuerpo

43 años, abogado, economista, ex ministro, dos matrimonios

FICHA

Bogotá (AFP)

■ El candidato presidencial colombiano por el gubernamental Partido Liberal, Ernesto Samper, 43 años, es un abogado y economista que se presenta como una figura renovadora, en un esfuerzo por desprenderse de los fantasmas de la vieja clase política de su colectividad.

Nació el 3 de agosto de 1950 en la capital colombiana (Bogotá), en el seno de una familia media, que también dio a luz a uno de los más prestigiosos periodistas de este país, su hermano Daniel Samper, residenciado en España.

Egresado de la católica universidad Javeriana, a los 20 años se vinculó al sector bancario, y luego viajó a México donde realizó una especialización en el área económica.

De regreso al país se vinculó como docente en la Javeriana, donde impartió la cátedra de Desarrollo Económico. De allí pasó a dirigir la privada Asociación Nacional de Instituciones Financieras (ANIF).

Desde esa posición publicó varios libros sobre temas económicos.

En 1981 ingresó a la actividad política como coordinador de la campaña presidencial de la segunda aspiración del ex mandatario liberal Alfonso López, quien perdió frente al conservador Belisario Betancur.

Betancur lo designó embajador extraordinario a la Asamblea de las Naciones Unidas. Un año después regresó al país y asumió la dirección del Instituto de Estudios Liberales de su partido, y la secretaría general de éste hasta 1984.

En este año fue elegido diputado a la Asamblea del departamento de Cundinamarca, y concejal de Bogotá.

En 1986 salió electo para el Congreso, donde desarrolló un trabajo conjunto con el asesinado candidato presidencial Luis Carlos Galán, abanderado de la renovación del Partido Liberal.

El 3 de marzo de 1989 Samper fue víctima casual de un atentado, en el que murió el dirigente izquierdista José Antequera, cuando se disponía a abordar un avión hacia la noreste ciudad de Cúcuta, en el marco de la campaña proselitista por la candidatura presidencial de su partido.

Logró sobrevivir a los once disparos, cuatro de los cuales aún permanecen en su cuerpo.

En 1990 el saliente presidente César Gaviria lo incluyó en su gabinete en el Ministerio de Desarrollo Económico, en el que permaneció hasta noviembre de 1991 para pasar a ocupar la embajada de Colombia en España, que dejó en mayo de 1993 para disputar la candidatura presidencial de su partido, que obtuvo en las urnas el pasado marzo.

Padre de tres hijos, está casado en segundas nupcias con Jacquin Strouss.

9406666

Nº 9406667
Crisis en economías regionales y pérdida de votos
9-5-94
66960
11852

LA PERDIDA DE VOTOS Y LAS CRISIS DE LAS ECONOMIAS REGIONALES

SGO. DEL ESTERO



Es un caso testigo para el Gobierno. El peronismo perdió el 3 de octubre del año pasado frente a la UCR. El 10 de abril logró triunfar, luego de inyectar gran cantidad de fondos para paliar la crisis desatada tras el estallido social de diciembre.

CHACO

El PJ ganó el 10 de abril, pero con menos votos que en octubre. La crisis del algodón arrastra a toda la provincia

LA RIOJA

El PJ triunfó el 10 de abril, aunque perdió unos seis mil votos respecto a octubre. Bernabé Arnaudo está jaqueado desde el propio partido justicialista

CORRIENTES

El Pacto Autonomista Liberal volvió a imponerse al PJ, que sufrió una gran pérdida de votos respecto de abril (ocho puntos).

MISIONES

El PJ se impuso en abril, pero perdiendo más de 15 mil votos respecto de octubre. La cara tal vez más patética de lo que significan las economías regionales en crisis.

FORMOSA

El triunfo del peronismo el 10 de abril no oculta la preocupación por la merma de votos respecto de octubre, en un bastión inexpugnable del justicialismo.

SALTA



El PJ aumentó su número de votos el 10 de diciembre y volvió a imponerse sobre el Partido Renovador. La crisis es estructural y la provincia estuvo siete semanas sin clases. Hubo estallidos de violencia.

CATAMARCA

El Frente Cívico volvió a ganarle al PJ, aunque en abril el peronismo aumentó su caudal en unos dos mil votos. Otra provincia con crisis política y económica estructural.

JUJUY



El 10 de abril el peronismo salió cuarto en la elección. Se atribuyó eso al voto castigo por la crisis económica y los incidentes de violencia con los gremios estatales. El informe reservado dice que hay "vacío de poder".

TUCUMAN

El PJ de Palito Ortega perdió frente a Domingo Bussi y relegó más de veinte mil votos, pese al apoyo político y económico que tuvo desde la Casa Rosada.

01-C1

9406667

Nº. DOCUMENTO 9406668
TITULO Tres provincias que no salen de la crisis - Jujuy - Tucumán - y La Rioja
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA DE F. 9-5-94
VINCULACIONES 66960
11352

Las tres peores

Hay tres provincias —Jujuy, Tucumán y La Rioja— en las que la radiografía oficial de las crisis no parece tener esperanza.

- **Jujuy:** "Todas las condiciones están dadas para el remedio nacional (se refiere a la intervención federal) ya que a la ausencia de conducción política debe sumarse una creciente anarquía social y un desmanejo de las cuentas públicas que en 1993 ocasionó un déficit cercano a los 31 millones de pesos". Sin embargo se desaconseja intervenir.
- **Tucumán: "En este momento la crisis estructural del estado es tal que se pueden esperar situaciones difíciles, en particular cuando se trabe la posibilidad de pagar salarios en término"**, dice el informe, ya que se prevé un déficit para este año de 132,4 millones.

"El incremento del gasto en personal se explica, básicamente, por el crecimiento de las plantas (las de empleados) con pérdidas de productividad en todos los sistemas y, en forma paralela, la caída de remuneraciones y achatamiento de la pirámide salarial."

- **La Rioja:** El déficit sostenido de la última década "se incrementó fuertemente a partir de 1991, manteniendo desde ese año un desequilibrio del orden de los 150 millones" que se financia con aportes del Tesoro Nacional.

El 94% del gasto se destina al pago de sueldos, pero "difícilmente se pueda pensar en una reducción o siquiera mantenimiento del monto de los aportes del Tesoro".

01-01

9406668

Nº DOCU. 9406669
Paro general y marchas en Río Grande, Ushuaia y Tierra del Fuego.
Clarín. /50024
30-5-94
66960
/1852

MASIVA ADHESION DE GREMIOS EN LAS DOS CIUDADES EN REPUDIO

Paro y marchas en Río Grande aumentan la tensión en Tierra

LOS PASOS DEL CONFLICTO

MAYO 20 Se inicia una huelga de obreros metalúrgicos en Ushuaia.

MAYO 22 El Ministerio de Trabajo dicta una conciliación obligatoria que no fue aceptada por los obreros en huelga.

MAYO 23 La empresa Crown-Mustang despide a 15 obreros de su planta de Río Grande.

MAYO 24 52 de los 63 obreros, entre los despedidos y en actividad, de la fábrica Crown-Mustang entran en huelga y toman la planta.

MAYO 26 Los empleados del Hospital Regional Río Grande inician una huelga por una mala liquidación de deudas salariales.

MAYO 27 La empresa Continental Fueguina despide a 122 empleados en Ushuaia.

MAYO 28 Se produce el desalojo por la fuerza, bajo orden del juez actuante, de la fábrica Crown-Mustang y se anuncia el despido de los 37 obreros restantes.

MAYO 29 Los principales gremios de Ushuaia y Río Grande deciden hacer un paro y movilización en ambas ciudades para hoy en reclamo de las reincorporaciones y ajustes salariales.

Tierra del Fuego vivirá hoy un virtual paro general con las huelgas que tendrán lugar en Río Grande y en Ushuaia. También habrá marchas en protesta por el desalojo por la fuerza de una metalúrgica el sábado. La situación reflotó otros conflictos gremiales que estaban latentes en la provincia. Una comisión gubernamental viaja a buscar soluciones en Buenos Aires. La UOM nacional mantiene una actitud cauta y Lorenzo Miguel se abstuvo de opinar.

RIO GRANDE, Tierra del Fuego (Enviado especial). — Esta ciudad amanecerá hoy con un paro general decidido por todos los gremios. La tensión social crece en la provincia porque a su vez, en Ushuaia, continuará la huelga de los metalúrgicos que se inició hace diez días. Pero en esa capital fueguina habrá también un virtual paro general ya que se sumaron los estatales de ATE, los docentes y los gremios de la construcción, portuarios y el comercio, entre otros. En Río Grande por la mañana, y en Ushuaia, por la tarde, también habrá marchas de repudio al desalojo por la fuerza de una empresa metalúrgica el sábado a la madrugada.

De esta manera la provincia comenzará una semana que se prevé agitada tanto en lo social como en lo político, con un virtual paro general que tendrá sus puntos álgidos en las distintas marchas previstas. En Río Grande, a las diez de la mañana se concentrarán los empleados en paro frente a la sede local de la UOM y marcharán primero hacia la fábrica Crown-Moustang, para dirigirse luego a la delegación de gobierno.

Según dijo a **Clarín** el secretario general de la UOM Río Grande, **Ricardo Zárate**, los puntos principales que motivan el cese de actividades en el que se pusieron de acuerdo todos los gremios son:

- Revocatoria de mandato a las autoridades legislativas provinciales.

01-02

9406669

N°. DOCU...
TITUL...
PROC...
FECH...
VINCULACI...

DE LA REPRESION

y Ushuaia del Fuego

- Repudio por la represión del sábado por la madrugada.
- Reincorporación inmediata de los 51 empleados despedidos de Crown-Moustang.
- Equiparación salarial de los obreros y empleados de Ushuaia.

Así es como la represión del sábado, originada en el desalojo por decisión judicial de los obreros que ocupaban la fábrica Crown-Moustang, pero que afectó también a periodistas y vecinos, llevó a que de un viernes en el que solo dos gremios estaban en huelga (Sanidad y UOM), un lunes comience con el **disparo simultáneo de todos los conflictos laborales latentes y la adhesión masiva de los gremios al paro. En Ushuaia, la situación se complicó.** Hay dos marchas previstas para hoy, una para las 9.30 que involucra a los trabajadores estatales, y una segunda para las 15.30 en la que participarán los obreros de la UOM y la mayoría de los restantes sindicatos que adhieren al paro.

Los distintos conflictos gremiales llevaron a una aceleración de la búsqueda de una solución política al problema. Así, ayer por la tarde partió hacia Buenos Aires una delegación provincial formada por los representantes de la Comisión Legislativa de Seguimiento Laboral que se reunirá hoy con funcionarios del Ministerio de Trabajo, representantes industriales fueguinos y **Marcelo Sosa**, secretario general de la UOM Ushuaia.

También tras una solución a la avalancha de protestas, el vicegobernador de la provincia en ejercicio de la gobernación, **Miguel Angel Castro**, convocó a una urgente reunión de gabinete para anoche en la que se decidieron los posibles pasos a seguir por parte del gobierno provincial que tiene a su titular, **José Estabillo, en Paraná**, como constituyente nacional.

El vicegobernador Castro admitió que la Policía había "cometido excesos" en el desalojo del sábado por la madrugada, aunque deslindó responsabilidades al indicar: "Yo no estaba informado que la Policía iba hacia la fábrica y menos que iba a reprimir.

Lucas Guagnini

02-02

9406669

Nº 9406670
Tít.: Paros en Río Grande y Ushuaia
P: La Nación - 150025
FECHA: 30-5-94
VINCULACION: 66960
11866

Preocupación por los paros de hoy en Río Grande y Ushuaia

Por Marcos Caruso
(Enviado especial de LA NACION)

Temor: en las dos ciudades se piensa en la posible repetición de lo ocurrido en Santiago del Estero; habría sectores que quieren la intervención a la provincia.

RIO GRANDE, Tierra del Fuego.– La incertidumbre en la que está sumida la población de la provincia se pone de manifiesto aquí, no sólo porque queda demostrada en el cúmulo de versiones que se escuchan a cada instante, sino que también se acrecienta por la amenazante presencia de los 120 gendarmes, apostados –por ahora– en Río Gallegos.

La represión policial a los obreros que ocupaban la empresa Foxman fue una suerte de astilla que se clavó en la sensibilidad de cada uno de los aproximadamente 45.000 riograndenses.

"¿Cómo va a estar el negro Pérez Garrido (comisario inspector, director de seguridad) al frente de los policías que pegaron y balearon a la gente si después te lo cruzás haciendo compras", se preguntaban ayer, como una simple demostración de que aquí todos se conocen el "pedigree".

Se piden "cabezas"

Ahora, desde todos los sectores de esta ciudad, se piden las renuncias ("la cabeza") del ministro de Gobierno, Fulvio Baschera; del director provincial de Relaciones Laborales, Miguel Castillo, y del director provincial de Trabajo, Luis Barachiola.

Por eso, el paro y la movilización prevista para hoy, a partir de las 10, se vive con una expectativa asombrosa y preocupación.

La expectativa es por saber qué grado de adhesión va a tener. Ayer, durante una reunión de delegados gremiales, no sólo se conversó sobre la movilización, sino que se trazó un boceto de plan de lucha contra el gobierno provincial.



La policía, a la entrada de la empresa donde se produjo el conflicto
(Foto de Carlos Fraga)

La preocupación se manifiesta con el recuerdo de los gendarmes, y los rumores de su llegada a Río Grande van de boca en boca. Y ayer hubo dos corridas hasta el aeropuerto.

Pero es demasiada gente junta para pasar inadvertida en esta zona.

Los responsables

Los rostros tensos se deben, además, a que nadie quiere cargar con la responsabilidad de lo que podría suceder en el trayecto.

"El día del desalojo apenas los pudimos controlar. Después, durante la manifestación de rechazo a la represión policial, algunos ya quisieron tirar piedras, lo que sucedió poco después frente a la casa del vicegobernador, Miguel Angel Castro. Por eso, no sé qué puede pasar mañana (por hoy)", dijo el secretario general de la UOM de Río Grande, Ricardo Zárate.

Jorge Colazo (UCR), intendente de esta ciudad, considera que la situación es grave "porque hay conflicto generalizado en todos los sectores. No es sólo la UOM. También están los trabajadores de la salud, los madereros, los del Estado y los de la construcción, que ahora entra en receso invernal. Esta gente es la que va a estar en la marcha, porque ya hay un alto grado de desocupación.

Los que conocen a Colazo coinciden en la descripción: "Cordobés, tenaz, durísimo, de palabras fuertes, pero que desde que está al frente de la intendencia dio vuelta la ciudad".

Un par de frases lo definen: "Acá hay dos sectores; los que quieren una isla chica y los que quieren una isla grande, y ésta es la que yo quiero. Por eso lucho para que no haya más despidos, para que se reincorpore a la gente".

"Yo sé quiénes generan esto. Son los que buscan la intervención federal; los que piden que entren los gendarmes; los que viven en el Norte y dicen que esto es un caos."

Cuando se lo consulta por un estallido social se frena, piensa y dice: "No sé lo que puede llegar a pasar. Esto viene desde hace tiempo".

Al igual que en Ushuaia (donde hoy también se realizará un paro) la sensación es que son muchos los que piensan que se puede repetir lo de Santiago del Estero.

En toda la isla, el porcentaje de empleados estatales es baja y los problemas se dan con asalariados de empresas privadas. "Son obreros bien pagos –dijo un hombre cercano al Gobierno–, pero, ¿qué puede hacer alguien que llega aquí por poco tiempo y se quiere ir con alguna diferencia económica? Pedir más plata, lógico".

En la isla, el origen del conflicto (que no haya más despidos en Río Grande y en Ushuaia y que se aplique la cláusula de triplicar el valor hora de un operario del Norte) parece olvidado.

Los obreros que hacen la huelga saben que, en gran parte, todo depende de lo que pueda resolverse en la Capital Federal, cuando se reúnan en el Ministerio de Trabajo.

En el plano político, lo que se discute es la decisión del gobernador José Estabillo de no "bajar" hasta la isla; la "muñeca" del vicegobernador, a quien anteayer, en el peor momento, lo dejaron solo y 24 horas después pudo organizar una reunión de gabinete que continuaba al cierre de esta edición, y la tan mentada intervención federal.

A esto, se le agrega un regalo. La presencia de los gendarmes. Como se dice en los corrillos políticos "esos que ninguno de nosotros sabe quién llamó o quién los mandó, pero que a nadie le molesta tenerlos cerca".

9406670
01-01

Nº. DOCUMENTO 9406671
TITULO Con mayores inversiones el gobierno atacará la pobreza
PROCED. P. 150007
FECHA 3/5/94
VINCULACI. 66960
11161
11398

ARGENTINA

Con mayores inversiones el gobierno atacará la pobreza

Buenos Aires, 2 may. - El Gobierno argentino pondrá en marcha un plan de inversiones en obras públicas por 7.000 millones de dólares hasta 1997 con el fin de frenar el aumento de la pobreza extrema.

Los planes oficiales supondrán una mayor oferta de empleo en momentos en que la tasa de desocupación llega al 9,5 por ciento de los 12 millones de argentinos en condiciones de trabajar, destacan hoy lunes, los expertos.

El desempleo global (desocupados más personas que trabajan menos de 35 horas semanales) llega a alrededor del 20 por ciento, la cifra más alta alcanzada en Argentina, a pesar de que la economía creció en un 25 por ciento entre 1990 y 1993.

POBREZA

Las inversiones en obras públicas, que este año alcanzarán los 5.000 millones de dólares, beneficiarán en mayor medida a las provincias del norte, donde los indicadores de pobreza extrema oscilan entre el 50 y el 93 por ciento de la población, según cifras oficiales.

El "Mapa de la Pobreza en Argentina" elaborado por el Gobierno de Menem reveló que 1,56 millones de pobladores de los alrededores de Buenos Aires, el 19,5 por ciento del total, viven por debajo de la línea de subsistencia.

CRISIS EN LAS PROVINCIAS

Durante 1993, los giros de fondos del Tesoro federal a las provincias aumentaron en un 13,5 por ciento, según un informe oficial.

Pero las provincias aumentaron sus gastos en un 15,1 por ciento en promedio, con lo cual tienen sus cuentas en rojo mientras crecen los conflictos sociales por la falta de empleo y la crisis de la producción agropecuaria.

El fantasma del estallido social amenaza a seis provincias del norte donde los trabajadores estatales y los maestros están en huelga, coinciden los analistas políticos.

Entre las provincias afectadas se encuentra la de Santiago del Estero, Salta, Jujuy, Chaco, Formosa y Corrientes.

El 70 por ciento de las 11.000 personas en condiciones de extrema pobreza censadas en Jujuy son braceros bolivianos que cruzaron la frontera en busca de trabajo.

Se calcula que en Argentina residen unos 400.000 inmigrantes ilegales, la mayoría de ellos paraguayos y bolivianos, que no se beneficiaron con la "amnistía" concedida este año por el Gobierno.

CAVALLO NEGO SEGUNDA ETAPA DEL PLAN

Por su parte, el ministro de Economía, Domingo Cavallo, negó hoy la posibilidad de una segunda etapa del plan de convertibilidad aplicado desde abril de 1991 y dijo que en cambio se profundizará el actual.

"No hay segunda etapa del plan de convertibilidad, sino que estamos trabajando en la implementación de las medidas que anunció el presidente", dijo a los periodistas aludiendo a los anuncios del presidente Carlos Menem de achicar el gasto público y promover la creación de fuentes de empleo.

Cavallo dijo que "lo que habrá es una continuidad de las medidas adoptadas en el pasado...perfeccionar un conjunto de reglas de juego nuevas que han posibilitado la estabilidad y el crecimiento". (EFE y AP)

01-01 9406671

9406672
150024
66960
11161
11165
11327

Entretelones

La orden de Menem fue tajante: "Mañana a la mañana (por hoy) quiero tener listo el decreto para firmarlo". Le explicaron que esa mañana tenía agendado un acto en Tandil. "Bueno, entonces lo firmo a la tarde, después de volver de Tandil".

El episodio ocurrió ayer, cerca del mediodía, en la Casa de Gobierno. Horas antes, durante el programa que conduce **Bernardo Neustadt** por Radio América, el Presidente ya había adelantado que pensaba eliminar por decreto la garantía en dólares del Banco Nación. "No es posible que una institución oficial como el Banco Nación tenga ventajas sobre el resto (las AFJP privadas). Esto es **competencia desleal**", dijo Menem.

Por la tarde, Menem ya había decidido que no se quedaría a almorzar hoy, en Tandil. Resolvió que regresaría a la Capital alrededor de las 10.50. La orden fue, entonces, que entre esa hora y las 11.15 estuviera listo el decreto, en la Secretaría Legal y Técnica de la Presidencia.

Desde la primera instrucción, **Horacio Liendo** y **Walter Schulthess** —uno de Economía, el otro de Trabajo; ambos, hombres de Cavallo— se pusieron a trabajar a todo vapor en la redacción del decreto.

La premura por complacer al Presidente —aunque en el fondo subyacían, también, las urgencias de Cavallo— hizo que el decreto estuviera listo **ayer por la noche**, en la Casa de Gobierno. El texto viajó, de inmediato, hacia Olivos, donde Menem estampó su firma junto a las de **Domingo Cavallo y Armando Caro Figueroa.**

Alertados de cómo venían las cosas, los **senadores peronistas** intentaron una **jugada tardía:** convocar a sesión para tratar, hoy, la reforma al artículo de la ley que consagra la garantía en dólares para los aportes que se realicen en la AFJP del Banco Nación. **Los diputados oficialistas** también intentaron una **tibia reacción.**

Pero unos y otros fueron sorprendidos por la decisión presidencial. **"¿Usted tiene la lapicera a mano para firmar el decreto?"**, le preguntaron a Menem por América. **"Siempre la tengo lista"**, fue su respuesta.

Tanta urgencia del Gobierno por resolver el tema tenía, entre otras, una explicación de fondo.

Desde el lunes está abierto el registro para adherir a la jubilación estatal o a la privada y optar por alguna AFJP, para el caso que uno eligiese el sistema privado. **La garantía contra cualquier devaluación** que ofrecía el Banco Nación era un imán capaz de atraer a miles de trabajadores, una bola de nieve que en **semanas más** sería imposible detener: los datos que se manejan en el Nación revelan que **en solo dos días ya habían cosechado muchos adherentes.**

El Gobierno apeló anoche, nuevamente, a un **decreto de necesidad y urgencia** para modificar una ley aprobada por el Congreso, sin preocuparse demasiado por la mentada **seguridad jurídica.**

El Poder Ejecutivo retornó a la práctica de los decretos de necesidad y urgencia, justamente uno de los recursos que se pretenden limitar en la reforma constitucional. Esta vez fue contra el artículo 40 de la ley previsional, que consagraba la garantía en dólares para quienes se afiliaran a la AFJP del Banco Nación. El Gobierno la eliminó. La medida adoptada por el presidente Menem desató malestar entre los legisladores del PJ.

MAS INFORMACION EN LA PAGINA 20

LA JUBILACION

El Gobierno reformó ayer el **artículo 40 de la ley de jubilaciones privadas** y **eliminó la garantía en dólares** para los aportes previsionales que ofrecía la **administradora de fondos de jubilación y pensión (AFJP) del Banco Nación.** En cambio, **se mantendrá** la cláusula que asegura a sus afiliados **una rentabilidad mínima equivalente al interés que paga por los depósitos en caja de ahorro.**

La modificación fue llevada a cabo a través de un decreto **"de necesidad y urgencia"** que anoche firmó el presidente **Carlos Menem.** El encargado de salir a defender la medida —que significó pasar por encima de la voluntad de diputados y senadores— fue **Domingo Cavallo.**

El ministro de Economía se justificó diciendo que la garantía que ofrecía la AFJP del Nación **"es meramente ilusoria"**, pese a que fue incluida en la ley previsional aprobada por el **Congreso.**

Cavallo comparó esa cláusula con la norma aprobada en 1968 por la cual se fijó el **82% móvil** obligatorio para todos los jubilados. "Eso nunca se pudo cumplir y se fue acumulando una deuda con los jubilados que la terminó pagando este gobierno", ejemplificó.

En los fundamentos del decreto se agregan otras razones. Por ejemplo, allí el **Ejecutivo sostiene** que la garantía en dólares **"pondría en grave dificultad** a todo el sistema, al establecer un **régimen de privilegio"** en favor de la AFJP del Banco Nación.

Agrega también que una garantía en dólares "obligaría a la AFJP del Banco Nación, y luego a todas las que compitan con ella, a **invertir en títulos pagaderos o que rindieran en dólares estadounidenses,** quedando excluidas todas las obligaciones o títulos expresados en pesos".

Esto último significa, en resumen, que si el compromiso de las AFJP es garantizar en dólares la renta a sus afiliados, tendrá que invertir en la misma moneda para evitar el riesgo de quedar **"descalzado"** si se produce una devaluación.

Como Cavallo no admite siquiera pensar en esa posibilidad, **esa garantía lo irrita.** Ayer dijo que "en la **Argentina debemos manejarnos con el peso,** cuyo respaldo es la **ley de convertibilidad y no necesita** de ninguna otra ley ni de otra moneda para tener respaldo".

En rigor, esta discusión se remonta al momento mismo en que el Gobierno envió al Congreso la ley de jubilación privada. En esa ocasión, Cavallo aceptó que la **moneda de cambio** para conseguir su rápida aprobación fuera la inclusión del artículo 40, con las dos garantías. Una en pesos (la que establece una rentabilidad mínima) y otra en dólares (la que ayer se eliminó).

Es más, fue el propio **Horacio Liendo** —secretario legal del **Palacio de Hacienda**— el que se encargó de redactar el artículo 40, con el cual se dejaron satisfechas las críticas de los legisladores. Sin embargo, poco después el Ejecutivo envió un proyecto de ley para reformarlo, porque había conseguido, supuestamente, el guiño favorable de los **senadores** del oficialismo.

Pero como la sanción parlamentaria se demoró más de la cuenta, el Gobierno echó mano al recurso del **"decretazo"**. Cavallo dijo que **"esperamos hasta último momento que el Congreso lo aprobara, pero como se demoró demasiado, sacamos este decreto"**.

Una cosa que el ministro no supo explicar —o explicó a medias— fue **qué pasará** con las personas que **se afiliaron a la AFJP del** Banco Nación entre lunes y martes pasado, atraídos por la oferta de una garantía en dólares. **¿Podrán reclamar por sus derechos adquiridos?**

Según Cavallo, ese es un dato **"irrelevante"**. Sin embargo, Liendo ayer admitió que podría derivar en una discusión legal,

Malestar en los legisladores del PJ

El escaso o nulo interés mostrado por los senadores del justicialismo para **modificar el artículo 40 de la ley de reforma previsional** ayer quedó sobrepasado por el Poder Ejecutivo que, decreto mediante, **le quitó la garantía en dólares a la AFJP del Banco de la Nación.**

De todas maneras, el bloque justicialista del Senado no ratificará el decreto de "necesidad y urgencia" del Ejecutivo. Los senadores aseguraron que, pese al decreto, **van a tratar el proyecto de modificación** enviado por el Ejecutivo tiempo atrás. **Es más se dijo a Clarín** que el artículo 40 **podría ser modificado** aunque **la doble garantía sería mantenida en condiciones similares a las actuales.** "Si la ley salió del Congreso fue **pura y exclusivamente porque tenía el artículo 40,** y eso no lo podemos ignorar", se recordaba anoche en las cercanías del recinto de la Cámara alta.

♦ Sorpresa

El anuncio del tratamiento del artículo 40 tomó por sorpresa a casi todos los senadores. Sin decir agua va, el bloque de la mayoría resolvió considerar **el controvertido tema de la garantía en dólares** en la sesión del próximo miércoles 11.

La propuesta fue aprobada durante la reunión entre los presidentes de los distintos bloques, realizada **al mismo tiempo** que trascendía la decisión del Ejecutivo de avanzar sobre la norma mediante un decreto.

Los senadores justicialistas, entre ellos **Eduardo Menem, Pedro Molina y Augusto Alasino,** se habían enterado de la decisión del Ejecutivo en el despacho del secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá.** El eje de la conversación fue **la iniciativa sobre patentes de medicamentos, cuya sanción interesa al gobierno de los Estados Unidos.**

En medio de la charla, el senador Menen **anunció** a sus pares que estaba a punto de firmarse el decreto para eliminar la doble garantía para los aportes de la jubilación privada a cargo del Banco de la Nación.

En la reunión de los presidentes de bloques, el jefe de los justicialistas arrojó el tema sobre la mesa y señaló que en la sesión de hoy se pondría a consideración el tema y, en lo posible, acompañado con dictamen de la comisión. La posición sustentada por Molina dejó poco menos que estupefactos a los restantes titulares de bancadas.

Uno de los más descontentos por la decisión del Poder Ejecutivo fue **Antonio Cafiero,** quien ya había presentado un proyecto para reformar el cuestionado artículo 40.

♦ Diputados

En Diputados, los legisladores de los bloques mayoritarios se pusieron en movimiento recién cuando el decreto firmado por **Carlos Menem** intentó convertir en **recuerdo la doble garantía** que ofrecía la AFJP del Banco Nación. El bloque justicialista se reunió por la noche para discutir la decisión del Ejecutivo.

Previamente, el diputado justicialista **Oscar Lamberto** reconoció que "un decreto de este tipo era imaginable" y admitió que si bien la vía elegida no era la mejor, estaba **"absolutamente de acuerdo"** en que se eliminara la doble garantía (en pesos y en dólares) que diferenciaba al Banco Nación del resto de las AFJP.

Las primeras reacciones contrarias al nuevo "decretazo" fueron de malestar. Partieron del diputado justicialista **Juan González Gaviola** (principal impulsor de la doble garantía y cercano al senador **Octavio Bordón**). En un texto avalado por una decena de diputados del PJ (entre ellos los sindicalistas **Naldo Brunelli y Roberto Digón**) decía:

- "Nos sentimos tremendamente **avergonzados** ante la decisión que ha tomado el Presidente de derogar parcialmente, mediante un decreto de necesidad y urgencia, el texto del artículo 40 de la Ley de Reforma Previsional".
- "La redacción de este artículo fue sugerida por el propio Gobierno a través de la proposición concreta de Horacio **Liendo,** a quien no le conformaba la redacción propuesta por los legisladores".

01-01

9406672

Nº. DOCUMENTO 9406673
TITULO Pobreza y desempleo son un desafío para el plan económico de Menem
PROCEDENCIA 150007
FECHA EP/6/5/94
VINCULACION 66960
11161
11392

Pobreza y desempleo desafían plan de Menem

Buenos Aires, 5 may. - El aumento del desempleo y la pobreza representan un desafío al plan de ajuste económico neoliberal del Presidente Carlos Menem, quien aspira a ser reelegido tras lograr la inflación más baja en Argentina de las últimas décadas.

La tasa de desempleo en Argentina crecerá este año hasta el 10,5% de los doce millones de personas en condiciones de trabajar, según cálculos privados que publica hoy, jueves, la prensa bonaerense.

Los principales diarios bonaerenses también destacaron que la inflación de los últimos doce meses fue del 4,3%, la más baja que se registra en el país desde 1953.

El éxito en combatir la inflación y la estabilidad económica mantienen al Partido Justicialista (peronista) de Menem al frente de las preferencias del electorado en momentos en que el presidente cumple su penúltimo año de mandato.

La "hiperinflación" de 1989 provocó el alejamiento anticipado del ex presidente Raúl Alfonsín, el antecesor de Menem, quien en 1995 buscará la reelección por otros cuatro años tras la reforma de la Carta Magna prevista para julio próximo.

Los últimos datos oficiales indican que la falta de empleo afecta al 9,3% de la población activa, cifra que no tiene precedentes desde comienzos de la década de 1970, cuando comenzaron las estadísticas sobre el desempleo en el país.

Asimismo, muestran que el desempleo global (desocupados más personas que trabajan por cuenta propia menos de 35 horas semanales) es de alrededor del 20%.

Los indicadores de desempleo aumentaron un 2,3% entre octubre de 1992 y el mismo mes de 1993, de acuerdo con los informes oficiales del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC).

Al menos dos millones de personas están sin trabajo fijo en el cordón industrial que rodea a Buenos Aires, donde viven unos ocho millones de personas, calculó el consultor de empresas Miguel Angel Broda. El 20% en promedio de los 32 millones de argentinos está por debajo del nivel de subsistencia, según el "Mapa de la Pobreza en Argentina", un estudio gubernamental difundido el pasado abril.

Carlos Menem anunció inversiones en obras públicas por 7.000 millones de dólares hasta 1997 para frenar la pobreza extrema, que afecta al 19,5% de la población bonaerense (1,5 millones de personas), según el estudio oficial.

Entre 1991 y 1993, el Producto Interior Bruto (PIB) argentino creció un 25% de promedio con un aumento en la oferta de empleo de sólo el uno%, según cifras oficiales.

La estabilidad y los mayores salarios que se pagan en Argentina (el promedio de la industria es de 600 dólares mensuales) acentuaron la inmigración de trabajadores extranjeros, la mayoría de ellos bolivianos y paraguayos.

En los últimos cuatro años se creó alrededor de un millón de nuevos empleos, mientras que sólo en 1993 unos 200.000 extranjeros se incorporaron al mercado local de trabajo, dijo el ministro de Economía, Domingo Cavallo. (EFE)

IX

01-01

9406673

Nº. DOCUMENTO 9406674
TITULO F.M.I analizará el plan económico Argentino.
P. 150024
FECHA 10/5/94
VINCULOS 66360
11161
11392
F.M.I.

El plan, bajo la lupa del FMI

La delegación del **Fondo Monetario Internacional (FMI)** que arriba hoy a Buenos Aires tiene un objetivo mucho más ambicioso que el habitual monitoreo de la marcha de las cuentas fiscales.

Los técnicos del FMI realizarán un exhaustivo análisis de todo el programa económico, no solo de los aspectos meramente fiscales, sino también de otras variables macroeconómicas.

Si bien el principal condicionante resulta ser —a criterio de los hombres del FMI— el elevado nivel del gasto público, la visita también buscará llevarse una proyección de la marcha del plan de convertibilidad de aquí hasta fin de año.

El creciente déficit de la balanza comercial y el gasto público genera más de una preocupación entre los expertos internacionales que ven con temor algunos puntos del programa económico.

El nivel del gasto público consolidado en 1993 fue el más alto de la última década y se ubicó en unos 62.000 millones de dólares. Al mismo tiempo, el stock de la deuda del sector público ronda los 70.000 millones de dólares, mientras que las exportaciones se ubican en apenas el 5% del PBI y el déficit comercial representa el 25% del total de las ventas argentinas al exterior.

Aun cuando la conducción económica es consciente del nivel de gasto público, se estima que una baja en el gasto no será posible en el término de los próximos 18 meses.

"Que me digan donde hay que cortar el gasto. ¿Le sacamos plata a los hospitales, al PAMI, a las escuelas? Es imposible bajar el gasto con la actual estructura administrativa", señaló una fuente confiable del Palacio de Hacienda.

Los planes que tiene el Ministerio de Economía pasan por mayores reformas por el sector público y la venta de tierras y bienes fiscales, así como también la colocación de acciones de empresas recientemente privatizadas.

Este último rubro ha pasado a ser uno de los principales ingresos no tributarios de la Tesorería nacional y se estima que esta fuente de financiamiento se convertirá en el recurso que cubrirá los eventuales déficit transitorios.

De todas formas, la posición de Cavallo es firme.

01-01

9406674

Nº. DOCUMENTO 9406675
TITULO Ley de Patentes: negociación en el Senado
FUENTE CL - 150014
FECHA 10/5/94
VINCULACION 66960 - 65890
11164
11164
11302
11399

BUSCAN ACORDAR UN PROYECTO DEFINITIVO

Patentes: negociación en el Senado

No habrá nuevo proyecto oficial de ley de patentes. Presionado por los Estados Unidos y por los "lobbies" nacionales y extranjeros, el Gobierno optó por una jugada política: negociará con los senadores una serie de correcciones a la iniciativa que hoy se encuentra empantanada en el Congreso. Es una señal hacia Washington y un intento por comprometer a los legisladores en un proyecto definitivo.



Domingo Cavallo dio marcha atrás con la idea de redactar un **nuevo proyecto de ley de patentes medicinales**, para **remplazar el que envió al Congreso** en junio de 1993. **Intentará**, en cambio, encontrar **una salida negociada con los senadores**, que permita **adecuar** la iniciativa oficial **a las reglas del GATT** sobre propiedad intelectual.

El ministro desplegará esta estrategia durante la **audiencia pública** que se llevará a cabo en la Cámara alta el **próximo 19**. **Una semana después, habrá otra reunión similar que tendrá como principal invitado al canciller Guido Di Tella.**

Las pretensiones oficiales se mueven entre dos polos. Uno de **mínima**, que consiste en lograr la aprobación de un proyecto de ley con un contenido que se aproxime a las normas aprobadas en el **GATT (Acuerdo General sobre Tarifas y Comercio)**, con el consenso de 117 países, entre ellos la **Argentina** y los **Estados Unidos**.

La postura de **máxima** es la de conseguir la aprobación del proyecto que ya tiene estado parlamentario: adopta criterios muy similares a los que acordó **México** para facilitar su ingreso al **NAFTA** y **atiende la postura de los laboratorios multinacionales**.

Entre ambas posiciones, Cavallo intentará consensuar con los senadores una estrategia que le permita **apurar** el tratamiento de la ley e incorporar modificaciones que hagan digerible el proyecto para todos los sectores involucrados.

Ayer, esta estrategia fue analizada durante una reunión que mantuvo el viceministro **Carlos Sánchez** con su equipo de colaboradores en el **Palacio de Hacienda**. El secretario de **Comercio e Inversiones** es el encargado de dar las puntadas finales a los detalles técnicos de la propuesta que Cavallo elevará a los legisladores cuando visite el Senado.

Entre otras cosas, el ministro propondrá que se tengan en cuenta los criterios del GATT en dos puntos considerados claves en esta negociación: **los plazos de transición** para la entrada en vigencia del nuevo régimen y los métodos para **la concesión de licencias**.

En el primer caso, se prevén plazos que van de **5 a 10 años**, según se trate o no de **un país en vías de desarrollo**. Pero en el **último** recálculo del **producto bruto interno** que hizo **Economía**, las cifras de ingreso per cápita colocan a la **Argentina un escalón más arriba**. Eso dio pie para que los laboratorios extranjeros y el gobierno estadounidense presionen para conseguir el **período más breve**. Y este podría ser el que finalmente se adopte, según trascendió ayer.

Respecto de los mecanismos para la concesión de licencias, Cavallo estaría dispuesto a adoptar el criterio del GATT, en el sentido de que podría aplicarse **la obligatoriedad a través de una acción de gobierno**. Sin embargo, Economía **descree** que este sea un método adecuado para promover el desarrollo de nuevos productos.

En Economía sostienen que Cavallo estaría dispuesto a flexibilizar aún más el proyecto oficial, **siempre y cuando los legisladores se comprometan a discutirlo en el recinto**. A partir de entonces, el ministro no se opondría a que se abra una instancia de negociación, si esta concluye con **la aprobación parlamentaria del texto**.

El ministro apuesta de esta forma a emitir señales al gobierno norteamericano —que amenaza con represalias comerciales por la demora en la sanción de la ley— y también dejar sentado que es el Congreso quien tiene **la última palabra** en un tema tan polémico como el que está en discusión.

01-01
9406675

Nº DOCUMENTO 9406676
TITULO Se continúa la huelga en Ushuaia habrá 2.500 obreros despedidos.
PROC CL-150024
FECH 31/5/94
VINCU 66960
11165
11413
11414

AYER RECIBIERON LOS TELEGRAMAS DE INTIMACIÓN. LA UOM DICE QUE SEGUIRÁ EL PARO

Amenazan con despedir a 2.500 obreros si sigue la huelga en Ushuaia

Tras la realización ayer de dos marchas masivas en las ciudades de Río Grande y Ushuaia, en Tierra del Fuego aumentó aún más la tensión cuando por la tarde los empresarios enviaron telegramas que intimaron a 2.500 metalúrgicos en huelga a presentarse hoy en sus trabajos pues de lo contrario serán despedidos. La UOM fueguina, sin embargo, dijo que continuará el paro. Los empresarios pidieron auxilio a la policía para garantizar el derecho al trabajo, mientras que los sindicalistas mantienen piquetes de huelga en las puertas de las cinco fábricas que están en conflicto. En Buenos Aires hubo febriles reuniones en Trabajo y Economía pero no se registraron progresos en las negociaciones.

USHUAIA, Tierra del Fuego (Enviado especial). — **Los empresarios de esta capital enviaron ayer 2.500 telegramas de intimación a los trabajadores metalúrgicos que permanecen en huelga desde hace once días.** Las empresas advirtieron que de no acatar la intimación los obreros **serán despedidos**. La UOM anunció que continuará el paro y mantiene piquetes de huelga en las fábricas. Ayer se realizaron marchas en Río Grande, donde manifestaron 3.500 personas y en Ushuaia, donde marcharon unas dos mil.

La cifra de los telegramas fue dada a conocer en la conferencia de prensa realizada ayer por los representantes locales de las empresas electrónicas Philco, Aurora, Sanyo, Noblex y Continental, quienes advirtieron que **pidieron que las fuerzas de seguridad garanticen la entrada libre de aquellos obreros que quieran trabajar hoy.**
las cuatro de la tarde y no tuvo ningún viso de violencia; culminó a las seis menos veinte en el Centro Cívico, una plaza con forma de anfiteatro que tiene como vista de fondo el canal Beagle y una formación montañosa con sus picos nevados digna de ser recordada.

En la plaza, los manifestantes cantaron el Himno Nacional en el momento que a escasos 50 metros se iniciaba la conferencia de prensa de los representantes locales de las empresas electrónicas, en el Hotel Albatros, **donde se anunciaba el envío de los telegramas intimidatorios.**

En Río Grande, el paro fue total y la movilización concentró unas 3.500 personas. La mayor adhesión se debe a que la ciudad tiene aún vivo y ardiente el recuerdo de la represión del sábado por la madrugada y esto lleva a un compromiso mucho mayor con los sindicatos por parte de la población en general.

La marcha de Río Grande, que comenzó a las once y cinco de la mañana desde la UOM, no tuvo incidente alguno. El propio gremio metalúrgico organizó un dispositivo de seguridad con unos doscientos afiliados que formaron escudos humanos para evitar disturbios.

La situación más tensa fue frente a la armaduría de Crown-Mustang, donde ocurrió el desalojo violento el sábado. Allí, los activistas sindicales realizaron un doble cerco humano de protección para los ocho efectivos de la Policía provincial que se encontraban resguardando la puerta.

Los policías no pudieron mantener cerradas sus bocas cuando los manifestantes cantaron el Himno Nacional.

Lucas Guagnini

01-02

4

9406676

Nº. DOCUMENTO 9406676
TITULO Si continua la huelga en USHUAIA habra 2.500 obreros despedidos.
PROCE... CL- 150024
FECH... 31/5/94
VINCU... 66960
11165
11413
11414

AYER RECIBIERON LOS TELEGRAMAS DE INTIMACION. LA UOM DICE QUE SEGUIRA EL PARO

Amenazan con despedir a 2.500 obreros si sigue la huelga en Ushuaia

Tras la realización ayer de dos marchas masivas en las ciudades de Río Grande y Ushuaia, en Tierra del Fuego aumentó aún más la tensión cuando por la tarde los empresarios enviaron telegramas que intimaron a 2.500 metalúrgicos en huelga a presentarse hoy en sus trabajos pues de lo contrario serán despedidos. La UOM fueguina, sin embargo, dijo que continuará el paro. Los empresarios pidieron auxilio a la policía para garantizar el derecho al trabajo, mientras que los sindicalistas mantienen piquetes de huelga en las puertas de las cinco fábricas que están en conflicto. En Buenos Aires hubo febriles reuniones en Trabajo y Economía pero no se registraron progresos en las negociaciones.

USHUAIA, Tierra del Fuego (Enviado especial). — **Los empresarios de esta capital enviaron ayer 2.500 telegramas de intimación a los trabajadores metalúrgicos que permanecen en huelga desde hace once días.** Las empresas advirtieron que de no acatar la intimación los obreros serán despedidos. La UOM anunció que continuará el paro y mantiene piquetes de huelga en las fábricas. Ayer se realizaron marchas en Río Grande, donde manifestaron 3.500 personas y en Ushuaia, donde marcharon unas dos mil.

La cifra de los telegramas fue dada a conocer en la conferencia de prensa realizada ayer por los representantes locales de las empresas electrónicas Philco, Aurora, Sanyo, Noblex y Continental, quienes advirtieron que **pidieron que las fuerzas de seguridad garanticen la entrada libre de aquellos obreros que quieran trabajar hoy por la mañana.**

Esto podría provocar algún tipo de complicaciones, ya que en la puerta de las nueve plantas de Ushuaia (pertenecientes a cinco empresas) **se mantienen guardias las 24 horas de activistas sindicales y familiares solidarizados.** Las guardias, se realizan en precarias carpas y con fogatas para evitar el congelamiento total de los miembros por las temperaturas que a la madrugada nunca superan los 10° bajo cero.

Además, el envío de telegramas de intimidación y advertencia de despido fue confirmado por el secretario adjunto de la UOM-Ushuaia, **Miguel Aguirre**, quien dijo a **Clarín** durante la movilización realizada en esta capital provincial: **"Los telegramas dicen que si no nos presentamos estaremos despedidos, y nosotros no nos presentaremos hasta que nuestros reclamos no sean atendidos".** Las empresas que enviaron los telegramas son Sanyo, Philco, Aurora, Continental y Noblex.

Los reclamos de la UOM son: la reincorporación de los 120 obreros ya despedidos por Continental; la equiparación salarial con los obreros de Río Grande en virtud de la validez del reclamo 3 por 1, que implica que el sueldo básico de un empleado aquí sea tres veces superior al establecido por ley, debido a la desfavorable zona; la renuncia de los responsables políticos de la represión del sábado a la madrugada en Río Grande; y la reincorporación de los despedidos en Río Grande.

El paro realizado ayer en la provincia tuvo, en general, un alto acatamiento. En Ushuaia, si bien hubo clases y funcionaron los bancos, estuvieron presentes en la movilización algo menos de 3.000 personas pertenecientes a los gremios metalúrgico, maderero, estatales, de la construcción, gastronómicos, estibadores, madereros, taxistas y legislativos, entre otros.

La movilización, que partió de la planta de Sanyo a [illegible] de la tarde y no tuvo ningún viso de violencia, culminó a las seis menos veinte en el Centro Cívico, una plaza con forma de anfiteatro que tiene como vista de fondo el canal Beagle y una formación montañosa con sus picos nevados digna de ser recordada.

La marcha de Río Grande, que comenzó a las once y cinco de la mañana desde la UOM, no tuvo incidente alguno. El propio gremio metalúrgico organizó un dispositivo de seguridad con unos doscientos afiliados que formaron escudos humanos para evitar disturbios.

La situación más tensa fue frente a la armaduría de Crown-Mustang, donde ocurrió el desalojo violento el sábado. Allí, los activistas sindicales realizaron un doble cerco humano de protección para los ocho efectivos de la Policía provincial que se encontraban resguardando la puerta.

Los policías no pudieron mantener cerradas sus bocas cuando los manifestantes cantaron el Himno Nacional.

Lucas Guagnini

4

9406676

AYER RECIBIERON LOS TELEGRAMAS DE INTIMACION. LA UOM DICE QUE SEGUIRA EL PARO

Amenazan con despedir a 2.500 obreros si sigue la huelga en Ushuaia

Tras la realización ayer de dos marchas masivas en las ciudades de Río Grande y Ushuaia, en Tierra del Fuego aumentó aún más la tensión cuando por la tarde los empresarios enviaron telegramas que intimaron a 2.500 metalúrgicos en huelga a presentarse hoy en sus trabajos pues de lo contrario serán despedidos. La UOM fueguina, sin embargo, dijo que continuará el paro. Los empresarios pidieron auxilio a la policía para garantizar el derecho al trabajo, mientras que los sindicalistas mantienen piquetes de huelga en las puertas de las cinco fábricas que están en conflicto. En Buenos Aires hubo febriles reuniones en Trabajo y Economía pero no se registraron progresos en las negociaciones.

USHUAIA, Tierra del Fuego (Enviado especial). — **Los empresarios de esta capital enviaron ayer 2.500 telegramas de intimación a los trabajadores metalúrgicos que permanecen en huelga desde hace once días.** Las empresas advirtieron que de no acatar la intimación los obreros **serán despedidos.** La UOM anunció que continuará el paro y mantiene piquetes de huelga en las fábricas. Ayer se realizaron marchas en Río Grande, donde manifestaron 3.500 personas y en Ushuaia, donde marcharon unas dos mil.

La cifra de los telegramas fue dada a conocer en la conferencia de prensa realizada ayer por los representantes locales de las empresas electrónicas Philco, Aurora, Sanyo, Noblex y Continental, quienes advirtieron que **pidieron que las fuerzas de seguridad garanticen la entrada libre de aquellos obreros que quieran trabajar hoy por la mañana.**

Esto podría provocar algún tipo de complicaciones, ya que en la puerta de las nueve plantas de Ushuaia (pertenecientes a cinco empresas) **se mantienen guardias las 24 horas de activistas sindicales y familiares solidarizados.** Las guardias, se realizan en precarias carpas y con fogatas para evitar el congelamiento total de los miembros por las temperaturas que a la madrugada nunca superan los 10° bajo cero.

Además, el envío de telegramas de intimidación y advertencia de despido fue confirmado por el secretario adjunto de la UOM-Ushuaia, **Miguel Aguirre,** quien dijo a Clarín durante la movilización realizada en esta capital provincial: **"Los telegramas dicen que si no nos presentamos estaremos despedidos, y nosotros no nos presentaremos hasta que nuestros reclamos no sean atendidos".** Las empresas que enviaron los telegramas, son Sanyo, Philco, Aurora, Continental y Noblex.

Los reclamos de la UOM son: la reincorporación de los 120 obreros ya despedidos por Continental; la equiparación salarial con los obreros de Río Grande en virtud de la validez del reclamo 3 por 1, que implica que el sueldo básico de un empleado aquí sea tres veces superior al establecido por ley, debido a la desfavorable zona; la renuncia de los responsables políticos de la represión del sábado a la madrugada en Río Grande; y la reincorporación de los despedidos en Río Grande.

El paro realizado ayer en la provincia tuvo, en general, un alto acatamiento. En Ushuaia, si bien hubo clases y funcionaron los bancos, estuvieron presentes en la movilización algo menos de 3.000 personas pertenecientes a los gremios metalúrgico, maderero, estatales, de la construcción, gastronómicos, estibadores, madereros, taxistas y legislativos, entre otros.

La movilización, que partió de la planta de Sanyo a las cuatro de la tarde y no tuvo ningún viso de violencia, culminó a las seis menos veinte en el Centro Cívico, una plaza con forma de anfiteatro que tiene como vista de fondo el canal Beagle y una formación montañosa con sus picos nevados digna de ser recordada.

En la plaza, los manifestantes cantaron el Himno Nacional en el momento que a escasos 50 metros se iniciaba la conferencia de prensa de los representantes locales de las empresas electrónicas, en el Hotel Albatros, donde se anunciaba el envío de los telegramas intimidatorios.

En Río Grande, el paro fue total y la movilización concentró unas 3.500 personas. La mayor adhesión se debe a que la ciudad tiene aún vivo y ardiente el recuerdo de la represión del sábado por la madrugada y esto lleva a un compromiso mucho mayor con los sindicatos por parte de la población en general.

La marcha de Río Grande, que comenzó a las once y cinco de la mañana desde la UOM, no tuvo indicente alguno. El propio gremio metalúrgico organizó un dispositivo de seguridad con unos doscientos afiliados que formaron escudos humanos para evitar disturbios.

La situación más tensa fue frente a la armaduría de Crown-Mustang, donde ocurrió el desalojo violento el sábado. Allí, los activistas sindicales realizaron un doble cerco humano de protección para los ocho efectivos de la Policía provincial que se encontraban resguardando la puerta.

Los policías no pudieron mantener cerradas sus bocas cuando los manifestantes cantaron el Himno Nacional.

Lucas Guagnini

01(A)

01(?)

01-02

9406676

Gobierno y gremio: muchas reuniones y ningún progreso

En una jornada que estuvo marcada por un sinfín de reuniones entre el Gobierno y representantes gremiales y empresariales, hasta última hora de anoche no se había conseguido **ningún progreso para destrabar el conflicto metalúrgico** que, desde hace casi dos semanas, se instaló en la provincia de Tierra del Fuego.

El principal foco de atención estuvo primero en la reunión que mantuvo, en horas de la tarde, el gobernador de Tierra del Fuego, **José Estabillo**, con los ministros de Economía y de Trabajo, **Domingo Cavallo** y **Armando Caro Figueroa**. El mandatario fueguino desembarcó en el Palacio de Hacienda en un intento por conseguir concesiones impositivas y mecanismos de reconversión para que la industria de la provincia pueda mantener los niveles de ocupación de mano de obra.

El gobernador Estabillo apuntó que en la reunión con los dos ministros se analizó la **posible sanción de dos decretos que permitirían la reducción de impuestos a las industrias radicadas en territorio fueguino** y, al mismo tiempo, activar mecanismos de reconversión. Pese al clima de alta tensión que vive esa provincia, Estabillo juzgó que **"la situación está controlada"**.

Por otro lado, las miradas se concentraron también en el desenlace de la **maratónica reunión** que se realizaba anoche en el piso 18 del Ministerio de Trabajo (el encuentro comenzó a las 16), con la presencia de funcionarios de esa cartera, sindicalistas y empresarios del sector metalúrgico.

Con la intermediación del secretario de Trabajo, **Carlos Etala**, y del subsecretario de Relaciones Laborales, **Roberto Izquierdo**, la conducción nacional del gremio metalúrgico —representada por los dirigentes **Carlos Gdansky** y **Gregorio Minguito**— y el secretario general de la UOM-Ushuaia, **Marcelo Sosa**, se enfrascaron en una larguísima discusión con los empresarios del sector, **Federico Rauch** y **Omar Gauna**.

En extramuros, las versiones apuntaban que cada punto de negociación era motivo de una consulta telefónica con Tierra del Fuego. Sosa, al ingresar a la reunión, pintó de cuerpo entero su escepticismo por los posibles resultados del encuentro a tres bandas.

El secretario general de la UOM, **Lorenzo Miguel**, fijó ayer la posición del gremio frente al conflicto, responsabilizando al sector empleador, "que aprovecha los beneficios de la legislación de promoción pero retarda el cumplimiento de la reconversión industrial que la ley le exige" y que "siempre ha mostrado hacia los trabajadores una actitud concertada de enfrentamiento" (Véase página 15).

Se multiplican los conflictos

USHUAIA, Tierra del Fuego (Enviado especial). — Además de la posibilidad de que hoy queden despedidos dos mil quinientos obreros metalúrgicos que trabajan en Ushuaia en caso de que no concurran a las fábricas, otros elementos potencian la situación que vive la provincia. En la industria electrónica de Río Grande se conjugan varios conflictos puntuales:

- A partir de hoy entra en vigencia la suspensión por un mes de la totalidad de los empleados de Kenia Río Grande, unos 250.
- En Philips, que tiene unos 300 empleados, los obreros realizaron un paro el 9, por una retención en el sueldo que consideraron indebida. Actualmente hay una conciliación obligatoria dictada por el Ministerio de Trabajo que concluye el viernes.
- En JVC la empresa despidió sin indemnización a 5 personas aduciendo "baja productividad". Si bien los reincoporó el mismo día, exigió que se abandonasen los reclamos de aumento de sueldos. Y, ante la continuidad del conflicto, el ministerio dictó la conciliación obligatoria, que todavía no terminó.

Estos problemas de los metalúrgicos se suman a la estacionalidad de muchas fuentes de trabajo, que en invierno desaparecen, y a la queja de los empleados estatales por la baja de los sueldos y la mala liquidación de una deuda.

02-02

9406676

Nº DOCUMENTO 9406677
TITULO La posición de las centrales obreras -
PROCEDENCIA /50024
FECHA CL 31/5/94
VINCULACION 66960
/1165
515141

LA POSICION DE LAS CENTRALES OBRERAS

El MTA condena, la CGT calla

El Movimiento de los Trabajadores Argentinos —la fracción disidente de la CGT— y el combativo Congreso de los Trabajadores Argentinos, aliados en la puesta a punto de la marcha federal de protesta que se realizará el 6 de julio, condenaron ayer **enérgicamente** la represión policial desatada el sábado contra obreros metalúrgicos en Tierra del Fuego, al tiempo que fustigaron la política económica y social del gobierno nacional.

A todo esto, **la conducción de la CGT no formuló ninguna declaración orgánica sobre el conflicto gremial que tiene en vilo a esa provincia desde hace casi dos semanas**, excepción hecha de algunas expresiones individuales de "solidaridad" para los trabajadores envueltos en esa puja.

"La represión contra los trabajadores se ha concretado, al igual que en los tiempos duros del teniente coronel Varela, y que tuvieron como signo la época de la Patagonia rebelde", señala el documento del MTA, que lleva la firma de sus principales referentes, el colectivero **Juan Palacios**, el cervecero **Saúl Ubaldini** y el camionero **Hugo Moyano**.

Los rebeldes de la CGT apuntaron también que "esta represión, intentando callar la protesta social, es fruto innegable del ajuste y el plan económico que no cierra de aquí en más, sino a los palos; **igual que la moneda, los trabajadores ahora pasan a ser convertibles**". En esa línea, el MTA condenó al "gobierno represor" de Tierra del Fuego y el "silencio cómplice" de las autoridades nacionales.

Por otro lado, el CTA —la central en la que militan el estatal **Víctor De Gennaro** y la docente **Mary Sánchez**, entre otros— evaluó que, frente a la tensión social instalada en las ciudades de Río Grande y Ushuaia, "es la mejor demostración de que el precio del ajuste lo seguimos pagando los trabajadores".

"Ahora, el debate debería instalarse para discutir un perfil productivo en serio de la región, englobado en un proyecto nacional, y no para ver si el Gobierno interviene Tierra del Fuego y así se queda con los institutos de Previsión y de Obras Sociales", fustigaron los combativos.

01-01

9406677

Nº. DOCUMENTO 9406678
TITULO Sancionan a militares por un "baile" en Junin.
PROCEDENCIA Clarin- 150024
FECHA 5-5-94
VINCULACION 66960
11163
13065

Sancionan a cinco militares por un "baile" en Junín

El jefe del Ejército, teniente general **Martín Balza**, decidió ayer sancionar a cinco militares, un teniente coronel, un mayor, un teniente y dos cabos, por el "baile" (una especie de castigo físico) que sufrieron, el pasado jueves, los conscriptos del Batallón 101 de Artillería de la localidad bonaerense de Junín.

Como consecuencia de estos "movimientos vivos", el soldado **Fernando Cepeda**, de 23 años, debió ser internado en un hospital zonal con un presumible cuadro de agudos dolores estomacales, vómitos y mareos, según la versión del conscripto.

Luego de ser internado en el Departamento de Cirugía del hospital Piñeiro de Junín, **Cepeda** fue trasladado ayer hasta Campo de Mayo, donde lo sometieron a una serie de análisis médicos, incluida una tomografía computada del cerebro.

De acuerdo con el parte médico militar, el análisis computadorizado dio **"normal"**, en tanto que **"no se evidenciaron ni signos neurológicos de foco, ni otra patología al momento"**.

Los médicos de Campo de Mayo también destacaron que **"los estudios de laboratorio efectuados en el hospital de Junín no muestran alteraciones, ni la presencia de elementos anormales que aparecen después de una gran actividad física desusada"**.

Balza, al enterarse del episodio, ordenó la baja de los cabos que "bailaron" a los soldados y el cambio de destino del teniente coronel **Ricardo Reyes**, jefe de la unidad de Tandil, y de su segundo, un mayor cuyo nombre no trascendió. El oficial a cargo de los conscriptos en el momento que se produjo el "baile", con grado de teniente, fue arrestado.

Según contó el propio Reyes, cuando aún estaba a cargo de batallón, la madre del conscripto le habría comentado que su hijo ya padecía dolores de cabeza, mareos y malestares desde antes de incorporarse al Ejército.

Con estos datos, Reyes anticipó que se formará una junta médica para determinar si Cepeda está en condiciones de completar el servicio militar.

El teniente coronel explicó que **"lamentablemente cuando los soldados caen en manos de un cabo de este tipo estos son los resultados"** y que debido a eso su deber es **"eliminarlos con toda crudeza"**.

"Aquí por un lado existe una infracción al Código Militar que ya ha sido sancionada" —destacó ayer Reyes— mientras que, por otro lado, **"la descompostura circunstancial de un conscripto quien luego de ser sometido a todo tipo de análisis no presenta ninguna patología"**.

4

01-01

9406678

9406679
Consejo de guerra juzga a dos militares por "abuso de autoridad"
PROCEDENCIA: Clarín - 150024
FECHA DE PUBLICACIÓN: 10-5-94
VINCULACIONES: 11163
66960
11329

EL CRIMEN DEL SOLDADO

El Consejo de Guerra juzga a dos militares por "abuso de autoridad"

El Consejo de Guerra Permanente inicia hoy, en Covunco, el proceso a los dos militares acusados de "bailar" a los compañeros del asesinado Omar Carrasco la noche de su desaparición. Se trata del subteniente Ignacio Canevaro y del sargento Carlos Sánchez. La justicia civil, también los investigadores militares, sospechan que ambos están involucrados en el asesinato. Ayer declaró en Zapala un testigo clave. Es el mayor Manuel Gastamizda, quien, el mismo día de la desaparición de Carrasco, ordenó a un capitán avisar a la Policía de Cutral-Có que buscara al muchacho en su ciudad natal. El jefe del Ejército, general Martín Balza reiteró ayer a casi doscientos jefes militares que el Código de Justicia Militar prohíbe el llamado "baile" a los soldados.

ZAPALA (Enviado especial). — El Consejo de Guerra Permanente que juzga al subteniente **Ignacio Canevaro** y al sargento **Carlos Sánchez** por "abuso de autoridad" abrirá hoy el proceso a los dos militares, únicos detenidos hasta hoy relacionados tangencialmente con la muerte del soldado **Omar Carrasco**.

Desde las ocho y media de la mañana, el Consejo de Guerra abrirá una audiencia pública, abierta incluso para los periodistas —un hecho casi excepcional dado que generalmente sesiona a puerta cerrada— en la que se leerán los hechos que se pudieron probar en la investigación militar, se escuchará la acusación del fiscal y la defensa de los militares presentará sus argumentos.

Los dos militares están acusados de someter a ejercicios físicos desmedidos a los compañeros de Carrasco la noche del día de la desaparición del soldado. Por esa infracción al Código de Justicia Militar son juzgados. Pero los investigadores sospechan que, de alguna forma, Canevaro y Sánchez están relacionados con el crimen.

La audiencia se llevará a cabo en el primer piso del Regimiento de Infantería 10 de Covunco, a apenas 20 kilómetros de Zapala y en el lenguaje jurídico militar tiene el nombre formal de "vista de la causa instruida" y su inicio fue comunicado a la prensa mediante cinco escuetas líneas firmadas por el general de brigada **Luis Jorge Warcmeister**, presidente del Consejo de Guerra.

La de hoy será la primera oportunidad desde que comenzó el proceso contra Canevaro y Sánchez —a quienes la justicia civil también considera principales sospechosos de la muerte de Carrasco— en que los acusados serán vistos por personas que no pertenezcan al Ejército, ya que la investigación del tribunal militar se realizó bajo estricto secreto.

Además de Canevaro y Sánchez, la justicia militar mantuvo incomunicados e interrogó a tres soldados de la clase 1974 que estuvieron en contacto con Carrasco. **Víctor Salazar, Claudio Balmaceda y Cristian Suárez** fueron detenidos para averiguar qué sabían sobre la muerte de Carrasco. Salazar dijo en un reportaje radial haber sido "presionado" por los jueces militares para que se hiciera cargo de la muerte del soldado. Luego, ante el juez y los fiscales civiles, relativizó esas declaraciones y dijo que le "ofrecieron la baja a cambio de garantías para declarar".

Una declaración clave

Ayer por la noche, al cierre de esta edición, continuaba declarando en el juzgado federal de Zapala el mayor **Manuel Gastamizda**, quien el 6 de marzo, día en que Carrasco fue dado por desaparecido, **dio la orden a uno de sus subordinados para que informara a la Policía sobre la fuga del entonces soldado.**

Gastamizda fue quien ordenó a un capitán de apellido **Barrientos**, que llamara a la delegación de la Policía provincial en Zapala para que comenzaran a "buscar a Carrasco en Cutral-Có", la ciudad donde vivía el soldado muerto.

Según fuentes judiciales, **Gastamizda dijo que Barrientos fue quien le avisó de la desaparición de Carrasco.** El juez **Rubén Caro** y los fiscales **Luis Viaut, Juan Necol** y **Marcelo Retes** intentaban averiguar por qué, cuando se dio por desaparecido a Carrasco, comenzaron a buscarlo apenas unas horas después, y cuando desertó el soldado **Juan Castro** pasaron días hasta que se inició la búsqueda.

"Diferencia de criterios", dijo Gastamizda, quien era jefe de operaciones del Grupo de Artillería 161 el día que se lo vio con vida por última vez a Carrasco. **Ese día, Gastamizda también estaba a cargo del GA161, ya que los dos jefes superiores a él tenían franco.**

Omar Lavieri

01-01

9406679

Nº. DOCUMENTO 9406680
TITULO Advertencia de Balza a jefes militares
PROCED: Clarín - 150024
FECHA 10-5-94
VINCULACI... 66960
11163
13065

ADVERTENCIA DE BALZA A JEFES MILITARES

Mantienen la prohibición de "bailar" a los soldados

El jefe del Ejército, general **Martín Balza**, reiteró ayer que **"está prohibido por reglamento"** ordenar a los soldados realizar "movimientos vivos", al dar directivas para lo que resta del año, a unos 200 jefes y subjefes de unidades con asiento en la Guarnición Militar Buenos Aires y Campo de Mayo.

Además de brindar un informe verbal sobre la crítica situación creada por el caso Carrasco, asesinado en el Grupo de Artillería 161 de Zapala, Balza explicó que **se "cumplieron" los pasos reglamentarios** antes de relevar a toda la cúpula del regimiento de Artillería 101 de Junín, donde días pasados un soldado fue sometido a lo que tradicionalmente se conoce como "baile". Con este comentario, el jefe militar habría tendido a despejar ciertas inquietudes generadas en algunos mandos, a raíz del relevo de los jefes del Grupo de Artillería 161, donde fue asesinado Carrasco, y del traslado de las autoridades de la unidad de Junín.

En la reunión, realizada en el Colegio Militar, Balza no enfrentó "preguntas fuera de foco" sobre el caso Carrasco que podrían haber interpretado como una crítica a su gestión, según afirmaron fuentes militares consultadas por Clarín.

La reunión de ayer fue **la primera de una serie de encuentros que Balza mantendrá con todos los oficiales con mando de tropa que cumplen funciones en el país.** Mañana viajará a Santa Fe y Entre Ríos y después continuará esta gira informativa por unidades de Tucumán y Mendoza.

La gira remplazó a la convocatoria a los generales de brigada y jefes de unidades de todo el país que había sido prevista para el viernes en el edificio Libertador, pero que se suspendió a último momento.

01-01

9406680

Nº. DOCUMENTO 9406681
TITULO El gobierno promete nuevamente reciclar Falda del Carmen.
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA DE ... 10-5-94
VINCULACION ... 66360
11163
11164
11302

Falda del Carmen: nueva promesa

Por enésima vez en cuatro años, el Gobierno —esta vez a través del presidente **Carlos Menem**— prometió reciclar la planta de Falda del Carmen, donde se construyó el desmantelado misil Cóndor II, **en un centro espacial con fines pacíficos.**

"Está previsto que en Falda del Carmen se vayan concentrando las actividades espaciales, previéndose que allí se ubique el Instituto de Altos Estudios Espaciales", puntualizó Menem sin dar fechas ni otras precisiones.

Menem formuló el anuncio al dejar inauguradas las II Jornadas Euro-Latinoamericanas del Espacio, que se desarrollan en un hotel de la Capital Federal.

Pese al anuncio presidencial, **no se conocen el proyecto ni los fondos para reciclar Falda del Carmen,** que se encuentra paralizada desde mediados de 1990, cuando el Gobierno suspendió, luego de insistentes presiones norteamericanas, el programa misilístico secreto de la Fuerza Aérea, y el año pasado terminó enviando las partes de los misiles (que se habían llegado a armar en esa planta cordobesa) a los Estados Unidos.

Lo único que se conoce son las recientes declaraciones del Canciller **Guido Di Tella** —que ayer emprendió una larga gira por Mozambique, Sudáfrica, Rusia y Turkmenistán— en el sentido de que "dentro de tres o cuatro meses" se conocerá "el nuevo programa espacial argentino, que —adelantó— **no contemplará la construcción de vectores de lanzamiento**".

En esas jornadas, Menem también aseguró que la "fuga de cerebros" que sufre el país en las últimas décadas "ahora se está revirtiendo porque **se está poniendo fin al divorcio** entre el mundo del conocimiento y el mercado". No obstante, el cerebro del misil Cóndor II, comodoro **Luis Guerrero**, fue dado de baja el año pasado de la Fuerza Aérea por decisión del Gobierno. Otros colegas de Guerrero que participaron de ese proyecto ya se encuentran trabajando en el exterior.

01-01

9406681

Nº. DOCUMENTO 9406682
TITULO Balza sancionó por reincidir en sus opiniones contra el gobierno
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA DE 16-5-94
VINCULACIÓN 66960
11163
11328
11164
11302

POR REINCIDIR EN SUS OPINIONES CONTRA EL GOBIERNO

Balza sancionó a Lanusse con diez días de arresto

El titular del Ejército, Martín Balza, sancionó al ex presidente teniente general (R) Agustín Lanusse con diez días de arresto disciplinario que ya se cumplen en el Hospital Militar. Lanusse había dicho que el gobierno del presidente Carlos Menem "es el más corrupto que me tocó vivir" y cuestionó la manera en que Balza maneja el caso del soldado Omar Carrasco, muerto en Zapala

El ex presidente de facto teniente general (R) **Alejandro Agustín Lanusse** fue sancioando con diez días de arresto disciplinario por el titular del Ejército, **Martín Balza**, "por ser reincidente y emitir opiniones lesivas para con el gobierno nacional".

El viernes 13 de mayo —durante la emisión del programa "A dos voces" que difunde el Canal de cable TN—, Lanusse había declarado que el gobierno del presidente **Carlos Menem** "es el más corrupto de los que me tocó vivir". Lanusse dijo, también, que las administraciones del general **Juan Domingo Perón** también se habían caracterizado por su "corrupción". El veterano militar —que siempre se distinguió por su acérrimo antiperonismo— también fue castigado por Balza por sus críticas a la conducción del Ejército, especialmente en relación con el asesinato del soldado **Omar Carrasco**.

Lanusse, de 76 años, se encuentra detenido desde el sábado en el Hospital Militar Central Cosme Argerich, en el barrio de Palermo. El ex presidente de facto, que gobernó a la Argentina entre 1971 y 1973, permanecerá detenido en el hospital hasta el 25 de mayo.

Durante el gobierno de Menem, Lanusse ya fue sancionado dos veces con arrestos domiciliarios, sea por criticar a la conducción del Ejército o por fustigar al Presidente.

En los últimos tiempos, la salud de Lanusse se ha deteriorado mucho: sufre de problemas cardíacos, le falta un riñón y perdió la vista de un ojo.

El teniente general (R) acaba de publicar "Confesiones de un general", su tercer libro, en el que vuelve a evocar los turbulentos años de la década del setenta. "Lo que me sigue asombrando hoy de la Argentina es que Perón sea respetado, a pesar de todo lo que hizo", confesó a **Clarín** en una entrevista publicada el domingo 8 de mayo.

Con cierto desencanto, con una pizca de amargura, Lanusse evoca en su libro su paso por el Gobierno: "Viví los dos años en la presidencia como si hubiera estado atrapado en una inexorable telaraña, algo que se hizo más asfixiante en los seis últimos meses de Gobierno".

Su visceral antiperonismo fue contestado por el senador **Antonio Cafiero** en una carta que publicó **Clarín** en su edición del jueves 12 de mayo. "Sospechamos que Lanusse no es la excepción a la ley darwiniana sobre la supervivencia de las especies: casi todos los gorilas se encuentran en peligro de extinción", escribió Cafiero.

01-01

9406682

Nº. DOCUMENTO 9406683
TITULO
PROCEDENCIA La Nación · 150025
FECHA DE 24-5-94
VINCULACION 66960
11163
13065
11318
11484 - 11302

Conscripción optativa: los mandos del Ejército analizaron el tema

1995: los generales trabajan como para que el proyecto se ponga en marcha con la incorporación de la próxima clase.

El jefe del Ejército, general Martín Balza, analizó ayer con los mandos de la fuerza el proyecto sobre el servicio militar optativo, que ordenó estudiar el presidente Carlos Menem el 16 de mayo, en Puerto Belgrano, tal como lo anticipó en exclusiva LA NACION.

Los mandos de la fuerza, todos los generales, desmenuzaron la iniciativa a la luz de dos aspectos centrales: el pedido del Presidente y el promesa oficial de que los fondos estarán para llevar adelante el tema.

Entre las hipótesis que se contemplan para poner en marcha el plan de conscripción voluntaria, figura la posibilidad de que los futuros soldados cobre un sueldo de 300 pesos.

Los generales conciben la idea, que luego deberá ser compatibilizada en el Estado Mayor Conjunto (EMC), como un camino a mediano plazo, que tendrá que ir creciendo en la medida en que los jóvenes respondan a las expectativas cifradas por el Gobierno.

El mediano plazo quiere decir cinco años, y para llegar a ese objetivo, con el ideal de que la conscripción sea optativa, tiene que haber primero un período en el que sea una parte voluntaria y otra obligatoria.

La posibilidad de que el servicio militar obligatorio se transforme en una opción voluntaria es un derivado de la crisis abierta con motivo del irresuelto caso del asesinato del conscripto Omar Carrasco, en la unidad de Zapala.

El caso pasó, de buenas a primeras, de revestir interés local a ocupar la tapa de los todos los diarios del país con la velocidad de un rayo. Pese a los denodados esfuerzos de la conducción del Ejército por despegarse de los asesinos y por lograr el esclarecimiento, los padres y muchas organizaciones políticas y de derechos humanos le pasaron la factura de la muerte a la fuerza.

El primer mandatario Menem, que intuye que por este tema puede tener una fuga importante de votos en las presidenciales del año que viene, ordenó a los jefes de las Fuerzas Armadas la "solución definitiva del servicio militar".

El viejo proyecto

El Ejército tiene un viejo proyecto sobre la conscripción voluntaria, que se remonta a 1992. Balza siempre repite la idea de que hay que reformar la ley de servicio militar obligatorio de 1901, inspirada por el general Pablo Richeri. De esta manera, la aspiración de Menem, de tener nueva ley antes de las próximas elecciones, compatibiliza con los estudios del Ejército.

Eduardo Barcelona

01-01 9406683

Nº DOCUM: 9406684
TITULO: Dura respuesta de las madres de Plaza de Mayo a declaraciones del P. Menem.
Clarín 150024
FECHA: 4/0/94
VINCULACIONES: 66960
11164
11302
11165
11414 - 11245

Dura respuesta de las Madres

Un grupo de la Asociación Madres de Plaza de Mayo, encabezado por **Hebe de Bonafini**, visitó ayer la Casa Rosada para entregarle al presidente **Carlos Menem** una carta explicativa sobre sus actividades, como respuesta a las duras declaraciones del mandatario a una emisora radial.

Bonafini aseguró, ante una consulta periodística, que **"Menem habló en el programa de Bernardo Neustadt contra el apoyo que nosotras le damos al caso Carrasco** —el soldado asesinado en un cuartel de Zapala— **y se preguntó de dónde sacamos la plata para viajar".**

En el texto de la carta, las Madres recordaron que "en la época de la dictadura, **los militares nos acusaban de terroristas y agitadoras;** también se preguntaban de dónde sacábamos la plata para viajar, y ellos que torturaban, violaban y asesinaban, nos acusaban de no querer la paz".

"Y como en la mejor época de la dictadura, usted dice las mismas cosas", respondieron las Madres en su nota.

9406684

Nº. DOCUMENTO 9406685
TITULO El Presidente Menem apura al Senado para que salga ley de Patentes
PROC. CL - 130024
FECHA 4/5/94
VINCULACI 66960 - 65930
11164
11302
11393
11868

ENTRE LAS SANCIONES COMERCIALES Y EL NAFTA

Menem apura al Senado para que salga la ley de patentes

Por orden del presidente Menem, el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, les pidió ayer a los senadores justicialistas que "aprueben la media sanción de la ley de patentes a cualquier precio". El reconocimiento de la propiedad intelectual de los laboratorios norteamericanos está en la morsa de las relaciones carnales con los EE.UU.: si la ley se aprueba, Clinton invita a la Argentina a integrarse al NAFTA; si la ley no sale, habrá duras sanciones comerciales contra la Argentina desde el 30 de junio.

El Gobierno decidió dar una nueva vuelta de tuerca a la controvertida ley de patentes. **Eduardo Menem** aseguró ayer que la iniciativa del Poder Ejecutivo tendrá en **junio**, a más tardar, la **sanción de los senadores**. Pero nada indica que para el 30 de ese mes —la nueva fecha tope para que Estados Unidos inicie sanciones comerciales contra la Argentina— el Congreso la convierta en ley.

El presidente del Senado hizo el anuncio al término de la reunión que un grupo de senadores justicialistas mantuvieron con el secretario general de la **Presidencia**, y en la que **Eduardo Bauzá** les pidió la **media sanción "a cualquier precio"**.

La premura del Poder Ejecutivo tiene su razón. El 30 de junio vence **la prórroga que el gobierno de Bill Clinton** otorgó a la Argentina **para ingresarla dentro del listado de países pasibles de sanciones comerciales** porque no reconocen las patentes de las invenciones (la fecha original era el 1° de mayo) y, junto con ello, los **Estados Unidos darán a conocer la lista de países elegibles para ingresar al NAFTA** (mercado de libre comercio de América del Norte).

Pero casi con seguridad, Carlos Menem no podrá mostrar una nueva norma legal para esa fecha. A los senadores les resta todavía pedir las explicaciones sobre el tema al ministro de Economía —el 19 o 26 de este mes— y después al titular de Relaciones Exteriores.

Más tarde intentarán la aprobación de las cinco comisiones que la analizan, y recién entonces comenzará su tratamiento en el recinto, para que, si resulta aprobada, pase a **la Cámara baja. Y todo indica que el tránsito por Diputados será más difícil que por Senadores.**

Con este cronograma a la vista, Carlos Menem no podrá ofrecer el 30 de junio una ley sancionada, pero al menos mostrará la voluntad oficial por complacer los reclamos de los Estados Unidos.

El presidente Menem envió hace más de un año al Congreso un proyecto de ley que incorpora los reclamos de los **laboratorios farmacéuticos extranjeros**. Pero diez días atrás, en los Estados Unidos, el ministro **Domingo Cavallo** dijo que la Argentina tendrá su ley de patentes sobre la base de lo acordado en el GATT. Y esto nada tiene que ver con el reclamo norteamericano ni con el texto que ahora tratan los senadores.

Fue el propio embajador norteamericano, **James Cheek**, el que exhibió sus expectativas: **"Tengo mucha confianza en que el Congreso argentino aprobará dentro de los próximos 60 días el proyecto de ley de patentes de medicamentos"**.

El embajador no tomó en cuenta la posición del bloque radical, que antes de la ley de patentes prefiere tratar la **adhesión de la Argentina al GATT**, que cuenta con un capítulo referido a la **propiedad intelectual**.

El acuerdo logrado al término de la Ronda Uruguay del GATT, que se **firmó hace pocas semanas en Marruecos**, concede a los países un plazo de transición de diez años para adecuar sus regímenes de propiedad intelectual a los parámetros internacionales.

Los beneficios de este acuerdo son superiores a los del proyecto oficial, que no contempla plazos de transición, y, además, concede la concentración de la producción a los dueños de las patentes, sin ningún tipo de mecanismos que permitan atenuarlo. El GATT, en cambio, arbitra un sistema de licencias obligatorias para la producción, en caso de que el laboratorio dueño de la fórmula no desee fabricarlo en el país.

01-01 9406685

Nº 9406686
Pronóstico de la cancillería sobre problema limítrofe con Chile.
Clarín 150024
FECHA 7/3/94
VINCULACI 11164
66960
65703
11399

PRONOSTICO DE LA CANCILLERIA ARGENTINA SOBRE EL PROBLEMA LIMITROFE

Hielos: estiman que Chile pedirá arbitraje

La Cancillería argentina estima que a fin de año Chile pedirá un arbitraje para resolver la disputa limítrofe por Hielos Continentales. Los hombres de Guido Di Tella están convencidos de que la discusión por Lago del Desierto, el otro conflicto limítrofe que sigue en pie con Chile, se resolverá a favor de la Argentina. Y que Chile recurrirá al arbitraje por Hielos para tratar de "compensar" esa "pérdida" de territorio.

Luego de casi dos años de **empantanamiento político** del acuerdo por la zona de Hielos Continentales, la Cancillería estima que a fin de año "probablemente **Chile pedirá un arbitraje**" por ese problema limítrofe, según opinó sorpresivamente el secretario general de la Cancillería, **Andrés Cisneros.**

El pronóstico de Cisneros, el operador político del canciller **Guido Di Tella, reabre el debate** sobre una de las más complejas asignaturas pendientes de la diplomacia, que se encuentra en un **callejón sin salida** desde que el Congreso argentino, en agosto de 1992, bloqueó la posibilidad de ratificar ese acuerdo

La polémica frase no fue un desliz del funcionario sino **una conclusión política** de la cúpula de la Cancillería en el juego de ajedrez silencioso en que se encuentra la disputa por esa zona de la provincia de Santa Cruz. Hielos Continentales y el arbitraje por Lago del Desierto son los dos últimos problemas limítrofes pendientes con Chile.

El razonamiento oficial es que el gobierno de **Eduardo Frei** solicitará el arbitraje después que entre agosto y noviembre se conozca **"el fallo favorable a la Argentina"** del tribunal de jueces latinoamericanos sobre la disputa de Lago del Desierto, según comentaron fuentes de la Cancillería consultadas por **Clarín.**

Más allá del peligroso triunfalismo que guarda esa frase (la opinión del tribunal no se conoce y sus sesiones son secretas), Frei daría ese paso para tratar de **"compensar"** ante la opinión pública chilena la "pérdida" que sufriría por Lago del Desierto.

Lo haría —siempre según el razonamiento de la conducción de la Cancillería— aunque la Argentina había solicitado que "evite tomar" una medida como esa, que aunque está contemplada en el Tratado de Paz y Amistad por el canal del Beagle de 1984 resultaría políticamente irritativa.

Cisneros y Di Tella están convencidos de que en un hipotético arbitraje la Argentina **perdería más terreno** del que cedió para firmar el acuerdo de 1991, que establece una línea poligonal entre las áreas que reclaman los dos países en esa zona parcialmente cubierta por hielos eternos. La poligonal implica una suerte de reparto equitativo de terreno. Esta estimación se basa en un informe que realizó el recientemente fallecido jurista uruguayo **Eduardo Giménez de Aréchaga.**

A pesar de estar convencido de los mayores costos que tendría un arbitraje, Di Tella **"no está dispuesto"** a volver a la carga sobre el Congreso para que ratifique el acuerdo de 1991 que firmó el presidente **Carlos Menem** y su entonces colega chileno **Patricio Aylwin,** afirmaron las fuentes. El tratado se encuentra empantanando en la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara de Diputados, donde una alianza formada fundamentalmente por diputados peronistas rebeldes y provincias patagónicas impiden que sea aprobado.

Daniel Santoro

Copyright Clarín, 1994

01-01 9406686

Nº 9406687
TITU... Angeloz viene con condiciones.
Clarín - 150024
FECHA 10/5/94
VINCUL... 66960
11164
11302
11304

SI NO SUMA A LOS ANTIALFONSINISTAS, NO PRESIDE LA COMISION DE NOTABLES

Angeloz viene con condiciones

CORDOBA (De nuestra agencia). — El gobernador Eduardo Angeloz comenzará mañana la ronda de reuniones con los dirigentes del radicalismo nacional, con la premisa de que los diferentes sectores internos del partido se incorporen a la Comisión de Acción Política. "Angeloz no va a presidir ese cuerpo si no es representativo", aseguró ayer uno de sus voceros.

Angeloz mantuvo ayer reuniones con sus colaboradores para afinar su estrategia luego que el jefe de la UCR, Raúl Alfonsín, le ofreció, la semana pasada, presidir la Comisión de Acción Política.

El gobernador analizó la propuesta del sector antialfonsinista que encabezan Juan Manuel Casella y Federico Storani. De esas iniciativas no está de acuerdo con las internas abiertas para la fórmula presidencial y sí con la elección directa para renovar al jefe partidario que plantearon los opositores al pacto de Olivos.

El gobernador tiene previsto viajar entre las últimas horas de hoy y las primeras de mañana para renovar las consultas que inició la semana pasada. Ayer algunos operadores angelocistas le aconsejaron al gobernador que mantenga un perfil diferenciado de Alfonsín.

En el análisis de un sector angelocista, el acercamiento con el ex presidente se fue tornando "oscuro" para el gobernador, luego de la acrítica confirmación de Alfonsín en el Comité Nacional y el rechazo del senador Fernando de la Rúa de sumarse a la Comisión de Acción Política. "De la Rúa está buscando su lugar y es un espacio que le puede dejar sus réditos", alertó una fuente consultada.

♦ Ampliar el espectro

Además, los cordobeses de la Liga Federal consideran que la intransigencia antipactista los obliga a asumir posturas más duras ante Alfonsín si es que se pretende incorporarlos. "Es necesario que las negociaciones entre el angelocismo y el alfonsinismo se amplíen a un espectro mayor, para dar bases más sólidas a la intención del gobernador de presidir el partido e integrar una eventual fórmula presidencial con expectativas", sintetizaron.

Entre las expectativas de Angeloz para su próximo viaje a la Capital Federal está profundizar su diálogo con Casella y Storani para poder incorporarlos a la "mesa de notables".

Hasta tanto se reúna uno por uno con los representantes del antialfonsinismo, no adelantará un criterio definitivo.

Aunque evalúa las dificultades de encabezar la "restauración del partido", como gustan llamarla los angelocistas, Angeloz sigue optimista con respecto a lograr la adhesión de la dirigencia nacional.

9406687

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406688
TITULO Claves del cambio
PROCEDENCIA Clarín - 150294
FECHA 10/2/94
VINCULADOS 66960
11164
11302

LAS CLAVES DEL CAMBIO

	COMO ES HOY	COMO SERIA
INTENDENTE	Lo nombra y remueve el Presidente.	Elegido por voto directo de los ciudadanos porteños. Absorberá funciones que son del gobierno nacional: tránsito, medio ambiente, etc.
POLICIA	La ejerce la Policía Federal que depende del Ministerio del Interior.	El objetivo es que el intendente controle a la Policía. Hay resquemores de la Federal.
JUSTICIA	Rige la Justicia Nacional.	La idea es que haya un Poder Judicial similar al de una provincia o un fuero que atienda los temas porteños.
CONCEJO DELIBERANTE	60 miembros que se renuevan cada dos años por mitades. Tiene funciones delegadas del Congreso.	Se lo remplaza por una Legislatura con pleno poder. Propuestas para reducir su número y cambiar el método de elección.
TERRITORIO	La Capital está dividida en 14 consejos vecinales sin funciones definidas. El intendente concentra la administración de la ciudad.	Se eliminan los consejos vecinales. Propuestas para dividir la ciudad en 7 alcaldías.

01-01 9406688

N° 9406689
TITULO: La Convención bonaerense comienza a sesionar
PROCEDENCIA: Clarín - 150024
FECHA: 10/5/94
VINCULACIÓN: 66960
11164
11302
11304

La Convención bonaerense, a punto

LA PLATA (De nuestra agencia). — Mañana, en la Legislatura bonaerense, se larga la carrera de la Reforma Constitucional y la posibilidad de la reelección del gobernador **Eduardo Duhalde**.

Los cuatro partidos políticos con representación en la Convención Constituyente provincial iniciarán el punteo para designar a las autoridades del cuerpo.

Los negociadores serán el presidente de la Cámara de Diputados, **Osvaldo Mércuri** (PJ); **Melchor Cruchaga** (UCR); **Jorge Drkos** (Frente Grande) y **Roberto Etchenique** (MODIN).

El lunes comienza a sesionar la convención en el Pasaje "Dardo Rocha" de La Plata y, hasta ahora, las tres fuerzas de la oposición le dieron la espalda a la voluntad reeleccionista de Duhalde a pesar de los intentos del gobernador para obtener la reelección

En otro plano, el radicalismo y el Frente Grande tienen una discusión para determinar a quién corresponde la vicepresidencia primera de la Convención Constituyente.

La UCR se atribuye ese derecho porque tiene 30 convencionales contra 23 de los frentistas (el justicialismo tiene 65 y el MODIN 20).

En cambio, los seguidores de **Fernando "Pino" Solanas** argumentan que el 10 de abril obtuvieron 900 mil votos y sus circunstanciales competidores 850 mil y que, por lo tanto, le corresponde ese puesto.

En rigor, en toda la provincia de Buenos Aires el radicalismo tuvo menos votos pero los delegados convencionales son electos por sección.

La presidencia corresponde al justicialismo y Mércuri es el nominado. Aseguran que el oficialismo estaría dispuesto a ceder ante la propuesta de una vicepresidencia tercera, [illegible]

Hasta el momento existe acuerdo en la aplicación del reglamento de la Cámara de Diputados para las siete sesiones que se realizarán desde el lunes hasta el 16 de agosto.

No obstante, el radicalismo no quiere sorpresas. "Cuando se traten los artículos a reformar la votación será nominal, con nombre y apellido", es una de las exigencias de sus operadores en La Plata.

Entre ellas la del artículo 110 que inhibe a Duhalde de un nuevo período de gestión consecutivo y que el oficialismo trata de dejar sin efecto.

Ayer, el MODIN reiteró que se opondrá a la reelección de Duhalde.

El titular de la agrupación en la provincia, el ex carapintada **Luis Polo**, dijo que el gobernador no recibirá el apoyo de su fuerza "de acá a siete días, ni a diez, ni a veinte" y que el convencional que se atreva a votar la cláusula de reelección será expulsado.

PARTES POCO LEGIBLES

01-01 9406689

Nº DOCUM. 9406690
TITULO La izquierda argentina busca consolidarse.
P. 150403
FECHA 11/5/94
VINCULACIONES 66960
11164
11304

Avanza hacia un acuerdo político para romper el tradicional bipartidismo

La izquierda argentina busca consolidarse

Buenos Aires - Las diferentes corrientes del socialismo y la coalición de centroizquierda Frente Grande avanzan hacia un acuerdo con el que pretenden consolidarse como la fuerza política que rompa el tradicional bipartidismo entre peronistas y radicales en Argentina.

Ambos grupos acordaron actuar en conjunto durante la Asamblea Constituyente que deliberará a partir del 25 de mayo próximo para reformar la Constitución argentina, que rige sin grandes cambios desde 1853.

El acuerdo se selló tras el ascenso del Frente Grande —una alianza de peronistas disidentes, ex comunistas y socialistas independientes— al tercer puesto entre las fuerzas políticas del país en las elecciones de legisladores constituyentes del 10 de abril.

El Frente Grande logró el 13,35% de los votos, frente al 38,3 del Partido Justicialista (peronista), en el poder, y el 19,84% de la Unión Cívica Radical (UCR), la principal fuerza de la oposición.

La Unidad Socialista —unión de los partidos Socialista Democrático, Socialista Popular y Socialista Auténtico— también logró avanzar en las preferencias del electorado, aunque en menor medida que el Frente Grande, que ganó ampliamente en la capital federal.

Los grupos izquierdistas buscan romper el pacto reformista que firmaron el presidente argentino, Carlos Menem, con el ex presidente Raúl Alfonsín del radicalismo.

El pacto entre peronistas y radicales establece que ambas fuerzas votarán en conjunto diez puntos principales de la reforma, entre ellos el que permite a partir de 1995 la reelección presidencial por un período consecutivo, la principal ambición política de Menem.

El 58,47% de los votos obtenidos en conjunto por peronistas y radicales es la cifra más baja que consiguen los dos partidos predominantes en el país desde la década de 1970.

Aun así, ambas fuerzas mayoritarias suman 210 legisladores constituyentes frente a los 35 que representarán a la alianza izquierdista.

El avance del Frente Grande sorprendió al sector político argentino, por tratarse de una coalición con sólo diez meses de existencia, cuyos dirigentes basaron sus campañas en la defensa de la ética política y la lucha contra la corrupción.

Los líderes de la coalición, el cineasta Fernando "Pino" Solanas y Carlos "Chacho" Alvarez, ambos diputados, admiten que, por el momento, no tienen una propuesta política de alternativa.

También reconocen que el Frente Grande ha canalizado buena parte del descontento de determinados sectores de la población que no han sido aprovechados por el radicalismo, que retrocedió diez puntos en relación a los comicios legislativos de octubre de 1993.

La alianza izquierdista se ha encontrado con un espacio de oposición muy difícil de llenar en el corto plazo, por lo que el mayor desafío es permanecer como tercera fuerza política, comentó Alvarez, profesor de Historia de 45 años de edad.

(EFE)

01-01 9406690

Nº DOCUMENTO 9406691
TITULO Los elegidos de Menem
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA 12/3/94
VINCULACIONES 66960
11164
11302
11303

LOS ELEGIDOS DE MENEM



Eduardo Duhalde *(Buenos Aires)*

Aporta al menemismo el mayor caudal electoral desde su estratégico bastión bonaerense. Le faltan cinco votos para que la reforma de la Constitución provincial habilite su reelección. Las fuerzas opositoras se los niegan.

Ramón Ortega *(Tucumán)*



Era el gobernador estrella y figuraba en primera fila para acompañar a Menem en la fórmula presidencial del '95, hasta el inesperado traspié del 10 de abril, frente al general Domingo Bussi. La última reforma de la Constitución tucumana, dominada por el bussismo, no contempló la reelección del gobernador.



Carlos Reutemann *(Santa Fe)*

Al consolidar su poderío electoral frente a la dispersión del voto opositor, pasó a ocupar un rol protagónico en la estrategia menemista. Fracasó en su intento de conseguir que la Legislatura habilite la reforma constitucional.

Mario Moine *(Entre Ríos)*



Es uno de los gobernadores bendecidos por Menem. Obtuvo un triunfo contundente el 10 de abril. También le faltaron los votos necesarios para promover la reforma desde la Legislatura provincial.



Rodolfo Gabrielli *(Mendoza)*

Su caso es especial. No forma parte de la movida de Menem, pero se beneficiará por arrastre. Juega cerca de José Bordón, aunque mantiene buenas relaciones con el menemismo. Todavía no decidió si apostará a un nuevo mandato. La Constitución provincial se lo impide.

Doc. Poco legible

4

9406691

01-01

Nº DE CUIT 9406692
TITULO Chocaría desde el punto de vista legal la creación de una Supersecretaría.
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA DE 13-5-94
VINCULACION 66960
11164
11302
11338

Un proyecto que choca con la ley de seguridad

El proyecto del Gobierno de crear una supersecretaría de Seguridad **chocaría**, desde el punto de vista legal, con la propia Ley de Seguridad Interior, que fue sancionada en 1992 luego de **largas negociaciones entre el radicalismo y el peronismo.**

El cúmulo de funciones que se le quiere otorgar a esa supersecretaría coincide prácticamente con las que actualmente tiene el llamado **"sistema de seguridad interior"** en el artículo 6 de dicha ley. Este sistema **"tiene como finalidad —dice la ley— determinar las políticas de seguridad así como planificar, coordinar, dirigir, controlar y apoyar el esfuerzo nacional de policía dirigido al cumplimiento de esas políticas".**

Más llamativo es que el sistema está integrado —con excepción de la SIDE— **por los mismos organismos** que el Gobierno quiere poner bajo la órbita de la futura supersecretaría. Esto es por la **Policía Federal, las policías provinciales, la Gendarmería** y la **Prefectura.** Del lado del poder político se anotan el **Presidente, los gobernadores, el Congreso y los ministros del Interior, Defensa y Justicia.**

Esta última aclaración no es de forma porque supone **el control parlamentario** de los órganos y actividades de la seguridad interior y de los servicios de inteligencia de las fuerzas de seguridad. Por la experiencia vivida en la lucha contra la subversión, durante la dictadura militar, las Fuerzas Armadas están expresamente excluidas.

De una primera lectura se supone que hay más razones para modificar previamente esta ley antes de crear la supersecretaría. **Más aún cuando, por ejemplo, significaría un recorte de funciones del Ministerio del Interior,** que la ley le concede expresamente.

UX
01-01
9406692

Nº DOCUM.: 9406693
TITULO: Los menemistas que quieren a Menem pero sin el pacto.
PROCEDENCIA: Clarín /130024
FECHA: 15/5/94
VINCULACION: 66960
11164
11302
11304

Luis Barrionuevo



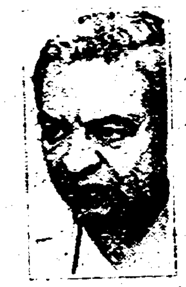
Sindicalista del gremio gastronómico y ultramenemista de la primera hora. Debió dejar la titularidad del ANSSAL por el escándalo que levantó su recordada frase " en este país nadie hace la plata trabajando". Gestor, junto con su amigo Enrique Nosiglia, del acercamiento entre Menem y Alfonsín por la reforma. Es presidente del club Chacarita.

Jorge Triaca



Sindicalista histórico de los plásticos. Compartió con Menem la cárcel en el buque "33 Orientales" y fue electo diputado en el '85. Con la llegada del menemismo asumió como ministro de Trabajo por sus buenos contactos en los círculos empresariales. Fue interventor en Somisa. La Justicia le dictó la prisión preventiva por malversación de fondos.

Erman González



Riojano, se jacta de conocer a Menem desde la secundaria. A partir del '89 fue vicepresidente del Banco Central, ministro de Salud, de Economía y de Defensa. En octubre del '93 obtuvo un espectacular triunfo electoral en la Capital Federal encabezando las listas del PJ, pero a partir de ese día entró en un cono de sombra político.

Alberto Kohan



Santafesino, geólogo, siempre representó las posiciones más duras del menemismo político. Habitual compañero tenístico de Menem, fue su jefe de campaña en el '89. En este Gobierno fue secretario general de la Presidencia y ministro de Salud y Acción Social. Luego de permanecer lejos del poder volvió como secretario general del PJ.

EL REGRESO DE LOS MENEMISTAS ORTODOXOS QUE SE OPONEN AL ACUERDO CON ALFONSIN

Quieren a Menem, pero sin el pacto

Guardaron el champán de los buenos tiempos en la bodega y retornaron a las jarras de vino tinto. Son una mezcla ¿explosiva? de poder sindical con personajes de la intimidad presidencial. Están, obviamente, con **"Menem 1995"**, pero —con pensada ironía— le agregaron **"con todo el poder"** al slogan tradicional. Solo les falta elegir el nombre para darle formalidad al grupo. Pero prometen que el bautismo será antes de fin de mes.

Quieren la reelección pero les desagrada el pacto de Olivos. Y se jactan de un poder intuitivo: **creen que Menem comparte esos gustos.**

No lo dicen, pero le tienen miedo a la derrota. Por eso proponen recuperar la mística y volver a la fórmula que, aseguran, les abrió la puerta principal de la Casa de Gobierno: **Menem y la gente.** Son un grupo heterogéneo pero en el '89 **todos estuvieron en el menemóvil.**

•

Jueves 12 de mayo, 22.30 horas, gremio gastronómico, sede Capital. La puerta se abre. **Juan José Zanola**, jefe de los bancarios, saluda, llama al ascensor y mientras espera escucha los mensajes de su teléfono celular. Diez minutos después **José Pedraza**, hombre fuerte de los ferroviarios, sigue sus pasos.

En el despacho de **Luis Barrionuevo** siguen comiendo empanadas caseras, salamín y aceitunas rellenas **Erman González** (el único de los allí reunidos con alto puntaje en las encuestas), el mercantil **Armando Cavalieri**, el jefe de Sanidad **Carlos West Ocampo**, el lucifuercista **Oscar Lescano**, el gastronómico **Dante Camaño** (cuñado de Barrionuevo), menemistas de siempre como **Jorge Triaca** y **Hugo Santilli** y ex duhaldistas como **Gustavo Green** y **Julio Carpinetti**.

La reunión fundacional de una nueva línea interna del menemismo, que de eso se trató el encuentro, tuvo una sola ausencia justificada: **Alberto Kohan** dio su solidaridad por teléfono. Un compromiso familiar lo retenía en Martínez.

•

Los 900 mil votos que faltaron en las urnas el 10 de abril —comparados con los resultados de octubre— siguen siendo el desvelo del oficialismo. La combinación de esa **sensación de derrota** con un **Carlos Menem** demasiado ensimismado convirtió al menemismo en tierra apta para toda clase de inventivas políticas.

Cada uno levantó una bandera: **Eduardo Bauzá** reunió a los gobernadores peronistas para hablar de ética y demandas sociales, **Domingo Cavallo** irrumpió en el terreno político con la polémica supersecretaría de seguridad, **Eduardo Menem** se concentró en la organización de la Convención Constituyente, y **Eduardo Duhalde** procura sortear su paradójico destino político de perdedor victorioso.

En ese marco, estos **menemistas superortodoxos** decidieron aunar fuerzas en contra del pacto de Olivos, por la reelección de Menem, por la reelección de Duhalde a pesar de las diferencias (**"Al fin y al cabo es el único que puede recuperar los votos en la provincia"**, explican) y por la continuidad de Cavallo en el Ministerio de Economía. Es decir, **en contra de su posible candidatura a la vicepresidencia.**

Saben por experiencia —hay muchos ex funcionarios— que el "guiño" de Menem con el que dicen contar puede resultar engañoso: **"Si la operación sale bien va a ser la victoria del Presidente, si sale mal volveremos a ser los culpables"**, admiten con resignación.

"Un año atrás los racionales de la política (como gustan llamar a los tres Eduardo: Bauzá, Menem y Duhalde) **creían que la reelección era una causa perdida, ahora dicen que romper el pacto es una locura. Pero se olvidan que Menem siempre ganó por su osadía"**, decían el jueves.

Cuando hablan del actual momento político no dejan de recordar todos los errores que, creen, cometieron los operadores habituales del Presidente: **"Entregaron más de lo que los mismos radicales estaban en condiciones de pedir"**, se los escucha decir respecto del Pacto de Olivos. **"Hicieron mal hasta las cuentas, pensaron que tenían quórum propio en la Constituyente y no llegamos ni al 39 por ciento de los votos"**, disparan cuando hablan de las elecciones del 10 de abril.

Se manejan con la soltura que les da **no tener ningún despacho en la Casa de Gobierno** y proponen directamente barajar y dar de nuevo. Mientras tanto, como el último sábado en la cancha de Chacarita, intentarán devolverle a Menem el "contacto con el pueblo". Antes de fin de mes se lanzarán formalmente para **"abrir un canal menemista"**: quieren ser un núcleo de poder para afuera y para adentro del Gobierno. Los enemigos, en ambos lados, ya los tienen señalados.

Nancy Pazos

Un club que ya eligió enemigos poderosos

En la flamante agrupación menemista, que se dispone a darle batalla al radicalismo hacia afuera del Gobierno y nada menos que a Cavallo, Bauzá, Duhalde y Eduardo Menem hacia adentro del oficialismo, están todos los que, alguna vez, fueron el poderoso **Grupo de los 15** del sindicalismo peronista. Los mismos que llevaron a **Carlos Alderete** —hoy en el PAMI— al gobierno de **Raúl Alfonsín** y los que prefirieron ser "moderados" al llegar la era menemista. Son los jefes de gremios poderosos, y a ellos se agregan dos integrantes de la intimidad presidencial: **Alberto Kohan** y **Erman González.**

♦ Uno que pide pista

En la reunión del jueves, en el gremio gastronómico, el ferroviario **José Pedraza** fue en representación de la línea gremial llamada el **Club de Amigos**, los más menemistas entre los menemistas. **"Vino a pedir pista, pero en la próxima reunión van a estar todos"**, explicaba después **Luis Barrionuevo**, el anfitrión.

Se sienten menemistas de la primera hora, creen que el Gobierno está viviendo una **crisis política** y solo pretenden **"darle poder a Menem"**. Aunque no verían mal recuperar ellos mismos parte del poder que supieron tener en otros tiempos.

Se dicen **incondicionales de Menem** y, al mismo tiempo, señalan a sus enemigos en la interna: **no lo quieren a Bauzá, pero menos a Cavallo.** Tampoco aman a Duhalde, pero lo van a apoyar en la provincia. Y, obviamente, en Capital ya tienen candidato y es riojano: **Erman González.**

9406693

Nº. DOCUMENTO 9406694
TITULO Temas propuestos para la nueva Constitución bonaerense.
PROCEDENCIA Clarín - 660024
FECHA DE 16-5-94
VINCULACION: 66960
11164
11302

QUE SE REFORMA

Los temas propuestos para la nueva Constitución bonaerense

Derechos y garantías

- Inclusión del Hábeas Corpus.

Régimen político

- Igualdad del derecho al voto para hombres y mujeres.
- Podrán votar los soldados hasta el grado de sargento, y policías y guardiacárceles.
- Formas de democracia semidirecta: referéndum y plebiscito.

Legislatura

- Ampliación de la cantidad de legisladores: 100 diputados en vez de 92; 60 senadores en vez de 46.
- Extensión de marzo a noviembre (actualmente es de mayo a agosto) del período de sesiones.

Gobierno

- Reelección de gobernador y vice.
- Transformación de la Dirección General de Enseñanza en Ministerio de Educación.

Justicia

- Creación del Consejo de la Magistratura, encargado de la designación de los jueces.

Régimen municipal

- Autonomía de las intendencias.

Medio ambiente

- Defensa y protección del medio ambiente.

01-01 9406694

Nº. DOCU 9406695
TITU El Frente Grande y la unidad socialista intentan unir sus fuerzas.
P. Clarín /30024
FECH 10/5/94
VINCULACI 66960
11164
11304

EL FRENTE GRANDE Y LA UNIDAD SOCIALISTA INTENTAN UNIR SUS FUERZAS

La izquierda busca su lugar en la UBA

Sin apartarse de sus propias historias políticas, las agrupaciones estudiantiles que adhieren al **Frente Grande** y a la **Unidad Socialista** trabajan a toda máquina para unir sus fuerzas dentro de la **Universidad de Buenos Aires (UBA)**. Como una réplica del nuevo escenario político que se levantó en la Capital en las últimas elecciones, sueñan con conquistar la hegemonía que desde 1983 ostentan los radicales de **Franja Morada**.

Mientras los referentes partidarios como **Chacho Alvarez**, **Norberto La Porta** y **Alfredo Bravo** delinean una alianza con miras al '95, los estudiantes impulsan una política a nivel juvenil que atraviese las fronteras de la Universidad y se ocupe de lo que afecta a los más jóvenes, como el servicio militar obligatorio y la obtención del primer empleo.

Antes, cada grupo debe homogeneizar sus propuestas. La semana que terminó, los partidarios del **Frente Grande**, provenientes del **peronismo disidente**, el **Partido Intransigente** y **sectores independientes**, hicieron un plenario a puertas abiertas.

Los de la Unidad Socialista también debatieron la semana pasada: el **Movimiento Nacional Reformista (MNR)**, alineado con el **Partido Socialista Popular**, se reunió con la Juventud Universitaria del **Partido Socialista Democrático** y la **Democracia Avanzada** que responde al ex vicerrector de la UBA, **Atilio Borón**. El paso siguiente es convocar a una mesa donde socialistas y frentistas tratarán de sumar a grupos afines.

La mayor dificultad que enfrentan es la heterogeneidad: en las trece facultades porteñas hay varias agrupaciones cercanas a la izquierda que se definen como independientes. Para seducirlas, los impulsores de una alianza prometen una conducción pluralista, bajo la cual organizar un espacio que abarque además a los graduados, docentes y no docentes.

Entre el año pasado y este, frentistas, socialistas e independientes unieron sus votos para alzarse con dos cargos estratégicos: la secretaría general de la **Federación Universitaria de Buenos Aires (FUBA)** y la de la **Federación Universitaria Argentina (FUA)**, donde lograron coincidencias a nivel nacional. Dentro de la UBA hay más antecedentes. En Filosofía y Letras, el Frente de Unidad formado por sectores alineados con la Unidad Socialista y el Frente Grande, sorprendió al ganar en las últimas elecciones de centro de estudiantes.

En marzo de este año, cuando la UBA reeligió como rector al radical **Oscar Shuberoff**, el socialismo y el Frente se encolumnaron detrás de un proyecto alternativo que agrupó a un abanico de centroizquierda e independientes y lanzaron, a última hora, la candidatura del decano de Filosofía y Letras, **Luis Yánes**, quien llegó segundo en la carrera por el rectorado.

"No solo nos unimos para las elecciones, sino también para debatir un programa alternativo de gobierno para la FUBA y la Universidad", coinciden **Gabriel Puricelli**, del Frente Grande, y **Roy Cortina**, del MNR.

Convencidos de que la aparición de un tercer espacio renovará la política universitaria, los dirigentes ven el futuro con optimismo. Para la elección de centros estudiantiles, que se hará a fin de año, esperan presentarse en todas las facultades, ganar en seis y lograr buenos resultados en otras cuatro. También piensan que pueden pelear la conducción de la FUBA, mientras preparan un programa para dar en 1999 otra batalla por el rectorado.

"Hay que mantener el trabajo gremial de la Franja. La diferencia es que queremos ser la representación de los estudiantes frente a las autoridades y no los representantes de las autoridades frente a los estudiantes", dice **Juan Manuel Abal Medina**, del MOVES de Ciencias Sociales, que adhiere al Frente

Las ilusiones de estos dirigentes no son ajenas a la crisis que atraviesa el radicalismo. **Están seguros de que su aparición en escena obligará a Franja Morada a un replanteo** y algunos deslizan que "hay un puente tendido si deciden dejar la UCR".

Claudia Celaya

01-01 4

9406695

Nº. DOCUM...: 940696
TITULO: Alvarez jefe del bloque frentista.
PROCEDENCIA: Clarín - 150024
FECHA DE: 17-5-94
VINCULACION: 46960
11164

PARA LA CONSTITUYENTE. PROPONEN A DE NEVARES COMO TITULAR DE LA ASAMBLEA

Alvarez, jefe del bloque frentista

El Frente Grande designó anoche a las autoridades de bloque para la Asamblea Constituyente que comienza el 25 de mayo. Como resultaba previsible, el líder de esa fuerza, Chacho Alvarez, fue designado a la cabeza de la bancada mientras se tratará de conseguir una vicepresidencia en la Asamblea para Fernando "Pino" Solanas. En un gesto simbólico, intentarán imponer al obispo Jaime de Nevares, como presidente de la Asamblea.

Martín Acosta



Carlos Chacho Alvarfez anuncia la integración de la mesa del bloque frentista para la Asamblea Constituyente. Los vicepresidencias fueron para dos gremialistas, Alberto Piccinini y Mary Sánchez y para el dirigente bonaerense Carlos Auyero.

QUE ES EL FRENTE

Fredejuso



Peronistas disidentes (Chacho Alvarez), **intransigentes** (Marcelo Vensentini) y corriente **Protagonismo Popular** (Eduardo Sigal).

Lista Celeste de CTERA



(Mary Sánchez)

Encuentro Popular



(Luis Brunati)

Comunista/Intransigente

(Patricio Echegaray)
(René Iturzún)

Nuevo Espacio Progresista



(Carlos Auyero, Graciela Fernández Meijide)

El diputado nacional y convencional por el Frente Grande (FG), **Carlos "Chacho" Alvarez**, fue designado anoche para presidir el bloque de su fuerza política en la Convención Constituyente que comenzará a sesionar el 25 de Mayo.

En una reunión que los convencionales del FG realizaron en la flamante sede nacional de la agrupación, Rivadavia 2009, también se nombraron a los tres vicepresidentes que tendrá el bloque durante la Asamblea que deliberará en Santa Fe y Paraná. La designación recayó en los gremialistas **Alberto Piccinini** (metalúrgico) **Mary Sánchez** (docente), y en el dirigente del Nuevo Espacio Progresista, **Carlos Auyero**.

El Frente decidió también impulsar la candidatura del obispo de Neuquén, **Jaime de Nevares**, para presidir la Asamblea Constituyente. Por su parte, el diputado y convencional por la provincia de Buenos Aires, **Fernando "Pino" Solanas**, será propuesto para que ocupe una de las vicepresidencias.

En una desordenada conferencia de prensa (ayer se inauguró oficialmente la sede del partido), que se inició poco después de las 19.30, el diputado Alvarez reiteró que su partido pedirá que se "desate el paquete" elaborado por peronistas y radicales para suscribir el pacto de Olivos.

♦ "Hay que separar"

Cuando se le preguntó qué opinaba sobre la actitud de los menemistas que hoy piden también desatar el paquete, Alvarez respondió con ironía: "Hay que separar a estos oportunistas del PJ, que quieren hacerle trampas al otro partido que firmó el pacto, de quienes como nosotros exigimos siempre la mayor de las transparencias en la reforma constitucional".

Alvarez se refería a los menemistas como el secretario general del PJ, **Alberto Kohan**, y al gobernador de Tucumán, **Ramón Palito Ortega**, que ayer coincidió con la posición de Kohan y de los gremialistas **José Luis Barrionuevo y Jorge Triaca**, quienes temen que el "ballottage" (acordado en el pacto de Olivos) pueda hacer peligrar la reelección del presidente **Carlos Menem**. "No tenemos nada que ver con esta partida entre fulleros", respondió Alvarez sarcásticamente.

Con relación a incidentes ocurridos ayer en La Plata (véase página 2), durante la accidentada sesión inaugural de la Constituyente bonaerense, el diputado del Frente Grande señaló: "Ha quedado demostrado que a Duhalde solo le interesa la reelección. El gobernador cree que está en un congreso de su partido, pero en un congreso de la época de **Herminio Iglesias**". Alvarez se refirió, también, a la renuncia a su banca que presentó el convencional del FG bonaerense, el sacerdote **Eliseo Morales**, aduciendo razones de salud. "Creemos que fue presionado por el obispo de Avellaneda", opinó. Estuvieron presentes casi todos los convencionales del FG (faltó con aviso el representante por Córdoba, **Luis Armando Rébora**).

9406696

01-02

Nº
Chacho Alvarez presidiría el bloque del Frente Grande en la Constituyente.
Clarín - 150024
15.5.94
FECHA DE F
VINCULACIONES 66960
11164
11302

CHACHO ALVAREZ PRESIDIRIA EL BLOQUE

El Frente Grande define su jefatura en la Constituyente

Chacho Alvarez como presidente de los convencionales y Pino Solanas ubicado en una vicepresidencia de la Convención, será la fórmula que empleará el Frente Grande para zanjar la disputa por los cargos que le corresponden en la Constituyente. La conducción de la alianza centroizquierdista se reunirá esta semana con los obispos que integran la Comisión de Pastoral Social del Episcopado.

No habrá sorpresas en la elección de autoridades que mañana harán los **31 convencionales constituyentes** del **Frente Grande**, y los dos cargos más importantes serán ocupados por **Carlos "Chacho" Alvarez y Fernando "Pino" Solanas.**

Aunque la lógica indica que **Chacho** debe ser elegido como presidente del bloque del Frente, ya que es el de mayor experiencia parlamentaria, y que **Pino** iría como vicepresidente tercero de la Convención, los dirigentes de esta alianza no largaron prenda hasta que las designaciones salgan de la reunión de mañana.

Hace tres semanas los convencionales del Frente decidieron impulsar la candidatura a presidente de la Convención Constituyente (aunque la misma solo tiene carácter formal) al obispo emérito de Neuquén, **Jaime de Nevares**, actitud que seguramente será respalda por los tres convencionales de la **Unidad Socialista.**

Son candidatos a ocupar las tres vicepresidencias del bloque de convencionales del Frente —en el plenario se fijará el orden— **Mary Sánchez, Alberto Piccinini y Carlos Auyero**, y en las cinco secretarías, **Graciela Fernández Meijide, Aníbal Ibarra, Raúl Zaffaroni, Eduardo Barcesat y Ramón Torres Molina.**

Los postulados como secretarios parlamentarios son el cordobés **Horacio Viqueira y Juan Pablo Cafiero** y como secretarios administrativos **Roberto "Pocho" Lenner**, de Río Negro, y el bonaerense **Oscar Laborde.**

Para la nominación de estas candidaturas, la mesa nacional del Frente tuvo que respetar el **equilibrio de fuerzas** que integra esta alianza, en la que después de los **dos millones de votos de abril** —como ya adelantó **Clarín** el miércoles— se produjo un proceso de reagrupamiento que dejó conformados tres sectores:

- Un sector mayoritario que ocupa el **centro político** del Frente, apadrinado por "Chacho" Alvarez e integrado por el Fredejuso (peronistas disidentes e intransigentes), la lista Celeste de CTERA que conduce Mary Sánchez, el Encuentro Popular y otros sectores y agrupaciones que en estos momentos se apuran por entrar al Frente.
- Un ala de izquierda ocupada por el **Partido Comunista**, sectores de izquierda y cristianos sin partido con quienes el PC piensa fundar una nueva fuerza política, y el sector del **Partido Intransigente** que responde a **René Irurzum.**
- Por último hay una corriente más moderada que está representada por el **Nuevo Espacio Progresista**, de Auyero y Fernández Meijide.

Las posturas frente a la convención nacional y a la bonaerense, el reagrupamiento de fuerzas y los pasos para institucionalizar al Frente están postergando —dicen sus dirigentes— un **obligado debate político** para unificar criterios y definir una línea política que **"no puede agotarse en una postura ética".**

Esos mismos dirigentes pusieron dos ejemplos que muestran los problemas del Frente:

- La semana pasada la alianza se pronunció a favor del sistema estatal de jubilación, pero Fernández Meijide dijo **"ni"** en el último programa de **Mariano Grondona.**
- El Frente está en contra de la flexibilización laboral, pero aún no **atinó** a realizar una campaña en contra del proyecto de ley y cede el espacio para la protesta a los **viejos caciques sindicales.**

0202 9406696

Nº DOCUMENTO 9406697
TITULO Lucha de Eduardo Duhalde por su reelección
PROCEDENCIA La Nación 150025
FECHA 13-5-94
VINCULACION 66960
11164
11304

La lucha de Eduardo Duhalde por su reelección

El justicialismo presiona y espera con ansiedad una respuesta del alfonsinismo

Mércuri: el hombre fue. . del duhaldismo en la provincia dijo que aguardan una señal radical en Buenos Aires.

LA PLATA.- "A decir verdad, estamos esperando una señal del radicalismo respecto de la reelección, pero claro, la respuesta que aguardamos en las próximas horas surgirá en la Capital Federal y no aquí."

La confesión pertenece al titular de la Cámara de Diputados bonaerense, Osvaldo Mércuri, quien, en un diálogo con LA NACION admitió "andar a las corridas" en procura de lograr el apoyo para la reelección del gobernador Eduardo Duhalde.

El hecho de que Mércuri aclarara que la supuesta señal de la UCR se producirá en Buenos Aires y no en La Plata tiene nombre y apellido: Raúl Alfonsín.

Mientras, la comisión interpartidari ncargada de redactar el proyecto de reglamento de la Convención acordó reemplazar al actual presidente de la Asamblea, el radical Silvano Lanzieri -elegido en la tumultuosa sesión del lunes último- por el propio Mércuri.

Para la votación sobre el tema reglamentario, se convino que se presentarán dos despachos de comisión, uno por mayoría (los bloques opositores) y otro por minoría (el PJ).

De esa forma, la UCR, el Frente Grande y el Modín se asegurarán que rija el reglamento que hoy, por la mañana, redactarán.

Una recorrida periodística por el espinel opositor no hizo más que ratificar la sentencia de Mércuri en el sentido de que toda negociación reeleccionista se hará en Buenos Aires.

Estrategias internas

Justicialismo	Osvaldo Mércuri / Operadores externos	Reelección de Duhalde	65
Radicalismo	Modeso - alfonsinistas	Buscarían urpacto al estilo del de livos	10
	Storanistas - casellistas	Oposición a ajatablas frente al oficiismo duhaldista	10
Frente Grande	Unico bloque estructurado monolíticamen en la oposición. Principales operadores: Rodolfo Rodil, Edardo Sigal y Jorge Drkos.		23
Modín	Sector ex militares	Sobresale un actitud totalmente cotraria a la reelección le Duhalde.	10
	Sector civil conformado mayoritariamente por ex peronistas.	Se percibe urambiente más propensa algún tipo de acuerp con el oficialismo.	10

Tanto el radical Roberto López Fagúndez como el convencional del Frente Grande Jorge Drkos se mostraron convencidos de que sus bloques están monolíticamente alineados en contra de la reelección.

Pareció más creíble, o más posible, la postura del frentegrandista. En rigor, la ubicación de ese bloque resulta ser la más cómoda. "No tenemos nada que perder colocándonos en la oposición férrea, y sí todo por ganar", confesó Drkos.

Muy distinta aparece la situación radical. Las dos líneas del bloque, alfonsinistas y storanistas-casellistas, o pactistas o antipactistas si lo llevamos al orde nacional, deja flotando dudas.

Como muestr de la interna basten los denuestos d ayer de senadores provinciales y a juventud partidaria bonaerense en contra de Leopoldo Moreau atalificarlo de "alfonmenemista" posus afirmaciones en favor de un peto al estilo del de Olivos en el distito.

"Moreau deb teminar de entender que en la prvincia no hay pacto que respetar", dieron.

El último de ls bloques en discordia, o el otro setor donde eventualmente el PJ podía sacar algún voto en favor de la relección, el Modín, también present sus bemoles. Es conocida su conformación de origen. Los de extracción militar y los de extracción civil, donde los de pasado peronista son mayoría.

Entre civiles y militares

Hace poco, Luis Polo, el titular del comité provincial modinista, fue autor de una frase por demás sugerente: "Tenemos militares y civiles. A los militares los controlamos; en cambio, hacerlo con los civiles nos resulta mucho más difícil".

Los modinistas parecen estar ahora más seguros de su no reeleccionismo.

Evidentemente, el efecto negativo hacia la sociedad causado por la desordenada y caótica sesión de apertura les ha hecho pensar que cualquier "enjuague" con el oficialismo los colocaría en la misma canasta del desprestigio político que los propios peronistas, incluido Mércuri, admiten les otorgó el escándalo del lunes último.

Ni corto ni perezoso, el gobernador Duhalde aprovechó lo poco de rédito positivo que le dejó aquella sesión y en una declaración radial se preguntó "cuánto puede durar la unión de convencionales que juran por el Che Guevara y por el Operativo Dignidad", en obvia alusión a modinistas y frentegrandistas.

En definitiva, el uso de una sutil percepción independiente trajo como resultado una idea: lo que vivirá La Plata a partir de la semana próxima es algo muy parecido a lo que se hubiera asistido en la Asamblea Constituyente nacional si la primera oposición, la UCR, jugaba un papel confrontativo y no pactista.

Marcelo Franco

9406697

940698
Storani y Casella lanzaron a la Convergencia como línea interna de alcance nacional
Clarín 150024
22/5/94
66960
11/64
11304

Storani y Casella levantaron vuelo

Lanzaron a la Convergencia como línea interna de alcance nacional en el radicalismo

Con el eslogan **"El radicalismo que vuelve"**, la línea interna que lideran **Federico Storani** y **Juan Manuel Casella**, se lanzó ayer como línea nacional con una jornada de debate en el Colegio Nacional Buenos Aires, cerrada por la noche cuando la militancia se congregó en un acto en el miniestadio de Ferro, en el barrio de Caballito.

La **Convergencia**, que es mayoritaria en el radicalismo bonaerense, se encuentra en franca oposición con la conducción nacional que encabeza **Raúl Alfonsín**. Con este lanzamiento a nivel nacional, Casella y Storani ponen proa a las internas con vistas a dirimir las candidaturas presidenciales del '95 en las que quizá intentarán terciar entre alfonsinistas y angelocistas. Aunque, por el momento, solo anuncian su ambición de alcanzar la conducción partidaria.

"Apuntamos a disputar terreno dentro del partido. Pensamos en ocupar espacios para dar respuestas a la gente, ya que el radicalismo hace tiempo que está encerrado en sí mismo", explicó Storani durante la jornada en el Nacional Buenos Aires.

Por la tarde quedó delineado el funcionamiento de las "comisiones de trabajo" que definirán la reforma que la Convergencia propondrá para la UCR, que incluirá la implementación del mecanismo de **internas abiertas** —una de las banderas de esta línea— y un **código de comportamiento ético** al que deberían prestar juramento los candidatos radicales para el '95.

En el acto de la noche, además de Storani hablaron el mendocino **Víctor Fayad** —considerado el número "3" de la agrupación— y el titular de Franja Morada, **Francisco Pérez Morando**. Entre los dirigentes provinciales que se acercaron para demostrar el carácter nacional del lanzamiento de la Convergencia estuvieron **Noel Breard** de Corrientes, **Oscar Machado** y **Osvaldo Alvarez Guerrero** de Río Negro, **Rodolfo Quezada** de Neuquén, **Miguel Salvatori** de Capital Federal y **Alberto Espeche** de Salta, entre otros.

El ex gobernador entrerriano **Sergio Montiel** —uno de los principales referentes del antialfonsinismo— también mandó una adhesión que fue leída durante el acto.

En tren de dar definiciones, Storani no se animó a dar ni un sí ni un no a que la Convergencia se integre a la Comisión de Acción Política que pretende armar el gobernador de Córdoba, **Eduardo Angeloz**, por encomienda de Alfonsín, para reorganizar a la UCR.

En tal sentido, "Fredi" dijo que **"todavía no hay nada decidido"**, pero reconoció que **"podríamos hacer gestiones para que se encuentre un ámbito adecuado de discusión"**.

Desde el día de la firma del pacto de Olivos, la dupla Casella-Storani se alineó decididamente en contra de cualquier acuerdo con el Gobierno y, en especial, en allanarle el camino de la reelección al presidente **Carlos Menem** y, en la provincia, al gobernador **Eduardo Duhalde**.

01-01 9406698

Nº. DOC: 9406699
TITULO: El ministro Cavallo pide la renuncia a miembros del Gabinete.
PROCE: Pagina 12 150518.
FECHA: 24-5-94
VINCULACI: 66960
11164
11302

4

01-03 9406699

EL MINISTRO PIDIO LA RENUNCIA DE MIEMBROS

CAVALLO SUBE LA

Tras la cerrada oposición que recibió a su proyecto para crear una secretaría de seguridad interior, Domingo Cavallo pidió la renuncia de los funcionarios que montaron "una campaña de prensa" para desprestigiarlo. El presidente Carlos Menem no se hizo eco de las palabras de su ministro y negó que hubiera enfrentamientos. El tema de la supersecretaría pasó a un segundo plano y ahora Cavallo quiere avanzar sobre el sector político del Gobierno que operó en su contra.

(Por Román Lejtman y Ernesto Tenembaum) El ministro Domingo Cavallo exigió ayer al presidente Carlos Menem la renuncia de alguno de los miembros del Gabinete que se opusieron al proyecto de crear una supersecretaría para manejar la inteligencia y la seguridad nacional. "¿Cómo voy a trabajar yo como ministro de Economía con alguien que se sienta en la misma mesa y que le dice a un periodista que como a *mí* se me está por escapar la economía de las manos, yo quiero crear una fuerza represiva y antidemocrática? Si alguien que está en la misma mesa dice eso del ministro de Economía, bueno, una de dos, o se va el ministro de Economía o se va el que dice eso. No se puede trabajar en un equipo con un quinta columna", sostuvo Cavallo. Menem soslayó el ultimatum de su Ministro y minimizó el clima que vive su gabinete. "No hay ningún tipo de inconveniente, todo está tranquilo y no hay enfrentamientos como los que se pintan y plantean en los medios", dijo el Presidente. A estas alturas, todo el equipo oficial espera del jefe del Estado un signo sobre la manera de resolver la crisis. A las presiones de Cavallo se le han sumado, además, las amenazas de Eduardo Duhalde en la provincia (ver páginas 4/5) y distintos gestos de desobediencia al menemismo que aparecieron en el bloque de convencionales justicialistas.

El dilema ahora está en manos de Menem. Ya no se discute sobre si crear o no la supersecretaría, algo en lo que Cavallo parece haber retrocedido. Ahora Cavallo quiere una cabeza como contraprestación. Frente a los periodistas, el jefe del Palacio de Hacienda no dio a conocer los nombres de los ministros y secretarios que, desde su perspectiva, actuarían como "una quinta columna". Pero sus voceros acercaron una nómina que integran, en primera línea, Carlos Ruckauf y Carlos Corach, e incluye en última instancia a Oscar Camilión y Hugo Franco.

Si Menem cede ante Cavallo, deja dañado a Bauzá, su hombre más fiel. Si no lo hace, hiere al ministro que, hasta ahora, las encuestas reconocen como el símbolo de la estabilidad y que pretende presentarse en la próxima reunión de Gabinete con algo más que la pataleta riojana.

Menem pidió a Bauzá y Cavallo que pactaran una tregua al menos hasta después de la apertura de la Convención Constituyente. Menem juega allí el sueño dorado de la reelección y no quiere que, como a Eduardo Duhalde en Buenos Aires, se le empañe la fiesta.

El ministro de Economía y el Secretario General se reunieron ayer durante quince minutos en la Casa Rosada. Un tiempo suficiente para aceptar la recomendación de Menem. El equilibrio, naturalmente, es precario. Sus voceros admiten que cualquier hecho político puede gatillar nuevamente una interna que, por su gravedad, sólo reconoce antecedentes en el terremoto producido por el Swiftgate.

A pesar de sus amenazas públicas, el ministro quedó en una posición de evidente debilidad ante la férrea negativa que debe enfrentar en el Gabinete. "Mi consejo es que hasta que no se logre explicar bien el sentido de lo que se quiere hacer, mejor no hacer nada", señaló anoche Cavallo, en referencia al organismo con el que iba a manejar, a través de su protegido Julián Licastro, 80.000 agentes de seguridad y un presupuesto de 1.200 millones de dólares anuales.

Cavallo no sólo visitó a Bauzá para recomponer las relaciones en el Gobierno, sino que también mantuvo una reunión con Ruckauf. Voceros del ministro del Interior difundieron que las relaciones entre ambos se han recompuesto y que nada ha quedado del desprecio evidenciado por Cavallo hacia el jefe de la cartera política. Cavallo ni confirmó ni desmintió la información.

Si bien Bauzá y Ruckauf intentaron disminuir la virulencia del conflicto, el diputado Miguel Angel Toma, uno de los opositores a la supersecretaría, reveló que las heridas no cerrarán fácilmente. "¿Quién es Cavallo para pedir renuncias? Que yo sepa, el Presidente de la Nación es el que decide", dijo a **Página/12**.

–El dice que su posición es respaldada por Carlos Menem. –Se escuda en el Presidente. Es obvio que Carlos Menem no necesita exégetas.

El conflicto en el Gabinete es potenciado por múltiples conflictos que surgieron en el Gobierno luego de los comicios del 10 de abril:

• Las dificultades para que Eduardo Duhalde logre su reelección han puesto al peronismo bonaerense en pie de guerra. "Si no hay reelección para Duhalde, tampoco hay reelección para Menem", dijo ayer el intendente de Avellaneda, Baldomero

Descalificación radical

Raúl Alfonsín descalificó ayer el proyecto de creación de una secretaría de seguridad al opinar que "el grado de concentración de poder de coacción estatal que se concretaría es contradictorio con la plena vigencia del estado de derecho". El presidente del Comité Nacional de la UCR señaló, además, que "el Gobierno debe reflexionar sobre la inconveniencia de llevar adelante esta iniciativa. Tal como trascendió, ese proyecto implicaría modificar leyes fundamentales, cuyo consenso entre los principales partidos fue un logro esencial de la vigencia del diálogo democrático". En otro tramo de la declaración aprobada por la conducción de la UCR, Alfonsín expresó que "este organismo de seguridad interna que se pretende crear a las puertas mismas de la Convención Constituyente, utilizando el remanido recurso del decreto de necesidad y urgencia, obliga a reclamar un comportamiento responsable y acorde a la situación que vive el país, de parte del Gobierno en general y de sus integrantes en particular".

Las cuatro cabezas que están en juego









Seita, el guardián

Guillermo Seita es el asesor político de Domingo Cavallo. Menos astronauta, fue de todo en la vida. Participó de la izquierda peronista, luego giró hacia la JP Lealtad, se incorporó como cuadro político del SMATA, se relacionó con poderosos grupos laicos de la Iglesia Católica, se incorporó a Guardia de Hierro en los años ochenta y hasta hizo sus dineros como jefe de relaciones públicas de empresas textiles y pesqueras en Mar del Plata. A fines de la década pasada, Seita se acercó a Cavallo y saltó la grande. Como fue jefe de gabinete de Cavallo en Cancillería, Seita mantiene su cargo de embajador y presume de ello. Cavallo lo ha defendido varias veces. El viernes fue la última: el ministro explotó cuando le pidieron que Seita se fuera.

Ruckauf, el de la sonrisa

Carlos Ruckauf es el hombre de la sonrisa permanente. Domingo Cavallo hizo ayer una descripción sobre él, que será difícil de olvidar: "Un hombre que hace mucha prensa, mucha televisión, alta exposición". No es poca cosa. Así llegaron a su oficina los últimos dos ministros del Interior: él y Gustavo Beliz. A diferencia de sus dos antecesores, Ruckauf explica su supervivencia en el cargo con una frase: "Cualquier cosa que pasa en este despacho, lo primero que hago es llamar arriba e informar". "Arriba" es donde geográficamente queda el despacho de Eduardo Bauzá si se mira la vida desde el de Ruckauf. Esta vez, extrañamente, se desbocó. Vio la ola de todo el grupo Bauzá, creyó que el proyecto de la supersecretaría estaba muerto y se subió. Cuando quiso bajarse, era tarde: Cavallo lo apuntaba con un cañón.

Corach reza y espera

Carlos Corach es la estrella declinante del Gobierno desde que el 10 de abril fue derrotado en las elecciones para constituyentes porteños. Al día siguiente, el cavallista Guillermo Seita dijo que la derrota porteña se debía a "la imagen de los candidatos", en obvia referencia a Corach, con el que Seita se lleva pésimo. Corach es fundamental para el esquema de poder de Eduardo Bauzá, entre otras razones, porque controla las relaciones del Poder Ejecutivo con la Justicia. Ayer, Bauzá intentó conseguirle un cargo importante en la Constituyente. Los máximos dirigentes del bloque oficialista le respondieron que "no se puede premiar a quien fue derrotado". Como cada vez que se habla de renuncias desde el 10 de abril, Corach comenzó a rezar.

Liendo, el hijo

Horacio Liendo es, en realidad, Horacio Liendo hijo. El padre fue ministro del Interior del dictador Roberto Viola, y presidente interino entre Viola y su sucesor, Leopoldo Galtieri. Por entonces, Domingo Cavallo era asesor de Liendo padre, cuyo jefe de gabinete, Rosendo Fraga, fue quien diseñó ahora el proyecto de la supersecretaría. Liendo tiene cara de pibe aunque ya lleva 39 años sobre el planeta, y hasta ahora cultivó el bajo perfil: como Corach lo hace para Menem, él prepara y revisa los instrumentos legales del Ministerio de Economía. La semana pasada cobró notoriedad cuando Cavallo le pidió que defendiera ante el grupo Bauzá la creación de la supersecretaría. Ayer, Eduardo Bauzá le dijo a Cavallo que si se va Corach, también debería irse Liendo.

DECLARACIÓN

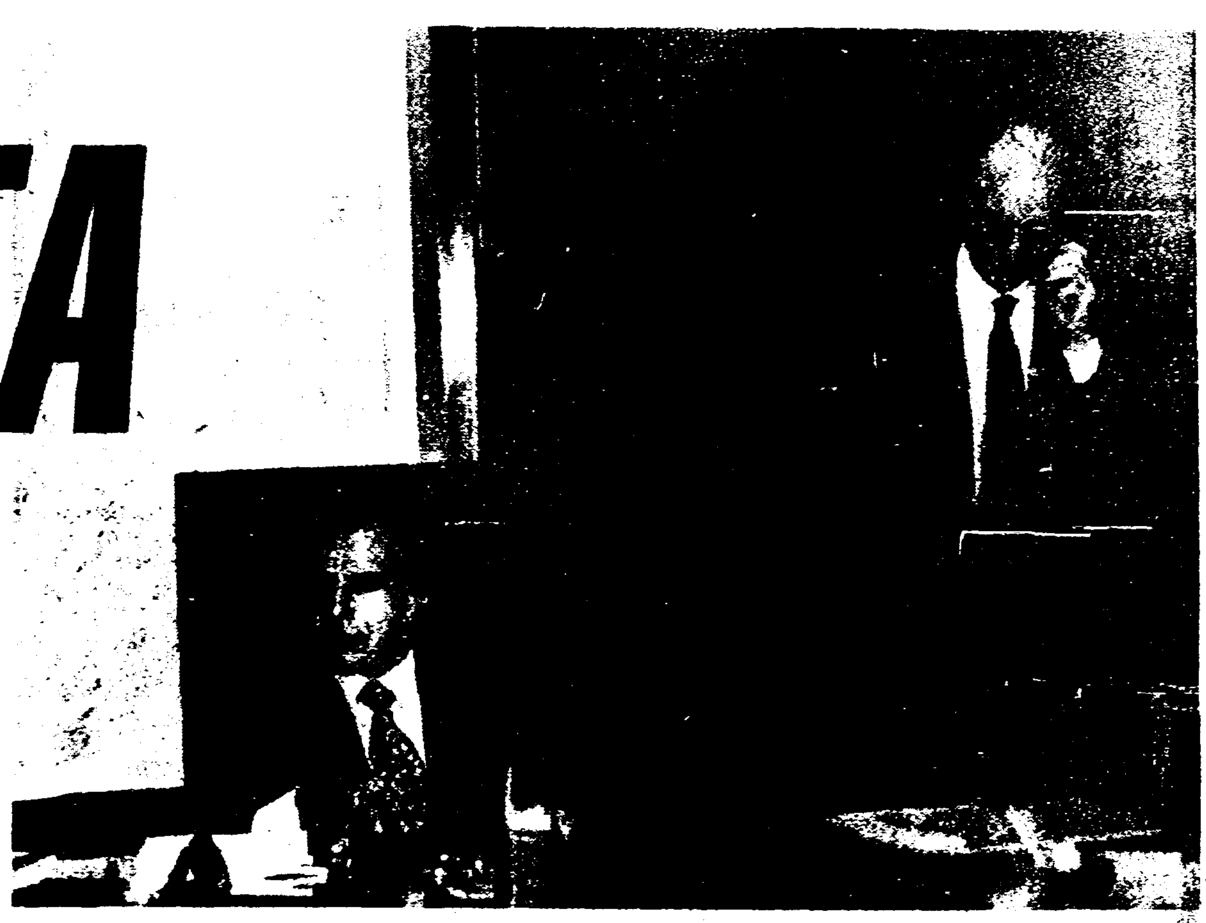
La Justicia

(Por Andrea Rodríguez) **El ministro Domingo Cavallo vinculó los allanamientos realizados la semana pasada en oficinas de su ministerio con la campaña de desprestigio contra su persona. Tanto la manipulación de la prensa como la de la Justicia fueron denunciadas por Cavallo como actos normales en la disputa del poder. No resulta extraña la reacción de Cavallo, si se tiene en cuenta que en su momento reconoció que había hecho contacto con el presidente de la Corte, Antonio Boggiano, para frenar un fallo desfavorable a Economía. Pero sí al ministro le parece normal, el reconocimiento público por parte de un alto funcionario de la manipulación de la Justicia provoca espanto en el común de la gente. Ya no son la prensa ni la oposición quienes denuncian la manipulación de la Justicia por el Ejecutivo, sino justamente uno de los más destacados miembros de ese poder. El secretario de Justicia, Elías Jassan, negó todo y pidió a Cavallo que explique "de qué operativo en contra de su cartera está hablando".**

"La semana última confluyeron dos cosas que no están desvinculadas: una, mostrar al Ministerio de Economía con una vocación represo-

DEL GABINETE

APUESTA



Cavallo desmintió a Menem

La explicación ofrecida por el presidente Menem acerca de la intempestiva actitud de Domingo Cavallo el viernes último, quien de improviso y a los gritos abandonó la reunión de gabinete que se estaba realizando en La Rioja, fue desmentida por el propio ministro de Economía. Minutos después de haber ocurrido el episodio, tanto el Presidente como su vocero, Raúl Burzaco, aseguraron que Cavallo se había dirigido al aeropuerto a buscar unos papeles que había olvidado; ayer, sin embargo, el ministro se ocupó de dejar en claro que los dichos de Menem y su vocero no fueron más que una mentira esgrimida para salir del paso. "Decidí irme, pero me fueron a buscar y me dijeron: 'Mirá, esto va a caer mal, van a decir que has dado un portazo, es mejor que vuelvas'", explicó Cavallo.

Tras afirmar que se siente víctima de un operativo de prensa alentado "por alguna gente de nuestro propio gobierno y de nuestro propio partido para mostrarme como proponiendo crear un sistema represivo", Cavallo dio su versión. "Yo estaba dispuesto a tratar ese tema y ver cómo revertíamos esa imagen tan negativa. Pero resulta que se querían discutir dos decretos, uno duro, de los halcones, redactado por Liendo; otro blando, de los democráticos, redactado por Corach", dijo. "Me pareció que era inoportuno discutir la implementación de una idea que había estado tan prostituida y que durante la semana había servido de base para una campaña contra el Gobierno y en particular contra el ministro de Economía, en definitiva contra el Presidente", añadió. Por este motivo, concluyó Cavallo, "decidí irme, pero cuando me fui me fueron a buscar y me dijeron 'mirá, esto va a caer mal, van a decir que has dado un portazo, es mejor que vuelvas y además el Presidente quiere hablar con vos'. Entonces volví y se terminó el tema."

Alvarez (ver **página 4**). Duhalde tiene un esquema que consiste en presionar primero con los 35 convencionales del PJ bonaerense y luego, con el inmenso poder territorial que le da el control de la provincia, amenazar con condicionar la interna peronista por la candidatura presidencial.

• La sucesión de problemas para Bauzá, Cavallo y Duhalde –los hombres más poderosos de Menem– genera distintos gestos de desobediencia. "Tiene que renunciar Kohan a la secretaría general del PJ. No me importa que sea una estrategia de Carlos Menem. Desde lo de Matilde Menéndez, las estrategias de Menem no son infalibles. Yo no debo obediencia debida a nadie", dijo el gobernador de Santa Cruz, Néstor Kirchner, ante todos los convencionales justicialistas la semana pasada.

Antes que la crisis perjudique seriamente su reelección, Menem quiere una tregua. Bauzá se da por ganador así como están las cosas y por eso es el más interesado en lograrla. Cavallo no se conforma con su portazo. "Alguien se tiene que ir", recomendó ayer.

MINISTERIAL

manipulada por el poder

ra, y otra, tres allanamientos en el ministerio mandados por un juez (Nerio) Bonifati para buscar papeles en los despachos. Y después otro en el Correo", se lamentó Cavallo públicamente. Denunció así "una acción para desdibujar la imagen del ministerio". A la hora de señalar a los responsables de esta campaña, Cavallo dijo: "Sinceramente, que dos jueces hagan allanamientos en Economía con gran difusión llama la atención. ¿Todos los funcionarios se enteraron de esto por los diarios o hubo alguien que lo supo antes?"

Sólo una vez un hombre del Gobierno había reconocido sin eufemismos que desde la Casa Rosada se influía en las decisiones tomadas en despachos del Palacio de Justicia. Fue precisamente Cavallo, en octubre de 1993. En aquella oportunidad admitió que había hablado con el entonces presidente de la Corte, Antonio Boggiano, para que el tribunal modificara un fallo que perjudicaba al Banco Central. Su pedido fue escuchado, al punto tal que el episodio culminó con el robo de una sentencia.

Consultados por **Página/12**, dos ex funcionarios judiciales, convertidos ahora en políticos, reflexionaron sobre los dichos recientes del titular de Economía, y la gravedad institucional de la práctica que esas declaraciones pusieron de manifiesto:

• Ricardo Gil Lavedra (ex camarista federal y negociador radical del Pacto de Olivos): "Las declaraciones de Cavallo demuestran claramente cómo el Gobierno no trepida en arrastrar a la Justicia sus propias disputas internas. Esto evidencia una vez más el escaso respeto del Ejecutivo al Poder Judicial".

• Aníbal Ibarra (ex fiscal federal y convencional por el Frente Grande): "Cavallo reconoce que el menemismo tiene directa intervención en la justicia federal. Ahora lo critica porque padece este manejo de la Justicia por parte de un sector del Gobierno, pero en su momento él también visitó los despachos de la Corte Suprema. Cuando un gobierno tiene copada la Justicia no hay garantías para nadie. Ahora Cavallo lo sufre en carne propia".

El secretario de Justicia, Elías Jassan, negó las afirmaciones de Cavallo. "El Gobierno no interfiere en la tarea del Poder Judicial. No es factible desde el Gobierno llevar a cabo un operativo en la Justicia para perjudicar a alguien. En todo caso que explique Cavallo de qué operativo en contra de su cartera habla. Si alguien dice que existen operaciones en la Justicia, que se haga cargo."

CORACH Y RUCKAUF EN LA MIRA

Sablazos en la segunda línea

"Es un hijo de puta, ésta no se la perdono", gritaba ayer Carlos Corach en su oscura oficina del primer piso de la Casa Rosada. El destinatario era el ministro del Interior Carlos Ruckauf, quien naturalmente no estaba presente. Corach acababa de enterarse de que el sábado, luego del escándalo riojano, Ruckauf lo había visitado a Guillermo Seita, el operador político de Cavallo. "Guillermo, yo firmo el decreto que ustedes quieran. No tengo ninguna necesidad de manejar la policía. Pero no tengo espacio de maniobra porque debajo de Bauzá dominan la situación los duros, como Corach. No se la agarren conmigo", dijo Ruckauf, según reconocieron ayer fuentes de Economía y hombres de la Secretaría General. La gestión de Ruckauf no logró demasiados resultados: el domingo, Cavallo disparó contra él en todos los diarios.

Cavallo tiene al menos una ventaja en su puja contra Bauzá: sus subordinados no tienen una historia plagada de tantos rencores. Es impensable un enfrentamiento entre Horacio Liendo y Guillermo Seita, como el que existe entre Corach y Ruckauf. Cavallo tuvo munición para ambos en los reportajes que concedió el fin de semana:

• A Corach lo acusó de manejar la Justicia, en el primer reconocimiento explícito de los vínculos entre Poder Ejecutivo y Poder Judicial por parte de un ministro de este gobierno. "Esta operación de prensa coincidió con otra cosa insólita, como fueron los absurdos allanamientos al Ministerio de Economía, buscando papeles que ya estaban en poder de los jueces... No es un tema del Ministerio de Justicia. Hay que ver quién maneja la relación con los jueces... se difundieron dos decretos, uno duro, de los halcones represores, redactado por Liendo, y otro blando, de los democráticos, redactado por Corach. Ahí está la clave acerca de quiénes montaron esta operación..."

• A Ruckauf directamente lo subestimó, al explicar que, como ministro del Interior, no debe ocuparse de la Policía Federal. "La idea del Presidente era desdoblar el Ministerio del Interior en dos partes. Una para encargarse de la función política, que requiere mucha exposición, mucha prensa, mucha televisión... y que requiere un tipo de personaje, digamos Ruckauf, especial para este tipo de tareas." Según Cavallo, para conducir la Policía Federal se necesita "una persona de un perfil mucho más profesional, que entienda de temas de seguridad".

Ruckauf y Corach, quienes la semana pasada presumían de sus enfrentamientos con el cavallismo, ayer apelaron a una nueva versión del Manual de Supervivencia del Funcionario Público: ambos difundieron que mantuvieron dos encuentros con el ministro Cavallo, que en ambos Cavallo los trató gentilmente y les aseguró que el problema no era con ninguno de ellos. Los dos quisieron interpretar que era con el otro. Sea como fuere, la preocupación de ambos contrasta con el envanecimiento repentino de la semana pasada y revela la recuperación de terreno por parte de Cavallo. Por lo menos es así en el terreno psicológico porque en el político Cavallo parece haber dado marcha atrás: lo que se discute ahora es quién renuncia y ya ni se habla de la Supersecretaría.

Ruckauf, Corach, Liendo y Seita son la segunda línea del conflicto y, por lo tanto, los posibles fusibles de la crisis. El viernes, el grupo Bauzá pidió a Cavallo la renuncia de Seita y ello generó el portazo del ministro de Economía. Cavallo reaccionó contra Ruckauf y Corach. Y voceros de Bauzá difundían ayer que Liendo debía saltar para emparejar cualquier renuncia en el área política del Gobierno. Nadie se acordaba ya de Julián Licastro, de Hugo Anzorreguy o de Oscar Camilión, quienes pasaron a segundo plano, uno a uno, en los distintos días de la crisis. El sábado, Seita aconsejó a Cavallo para que concentrara su presión en la renuncia de Corach y no en la de Ruckauf. Cavallo, que no siempre acepta los consejos de su asesor político, prefirió que elijan Carlos Menem y Eduardo Bauzá, y abrió el campo de tiro.

Nº. DOCUMENTO 9406700
TITULO Angeloz lanza su Comisión de Acción Política
PROCED. Clarín 150024
FECHA 31-5-94
VINCULACI 66960
11164
11304



Gobernador cordobés Eduardo Angeloz: se juega entero a la suerte que corra la Comisión de Acción Política de la UCR, que lanza mañana en un acto en el Comité Nacional del radicalismo

ASUME MAÑANA EL ENTE ENCARGADO DE REORGANIZAR LA UCR

Angeloz lanza con todo su Comisión de Acción Política

El gobernador de Córdoba, Eduardo Angeloz, pondrá mañana en funciones a la Comisión de Acción Política del radicalismo, el organismo encargado de reorganizar globalmente el partido, tras la grave derrota electoral sufrida el pasado 10 de abril. Angeloz apuesta fuerte a ese lanzamiento, porque en él, y en su suerte, se juega buena parte de sus aspiraciones para alcanzar la candidatura presidencial en 1995. En la comisión están representadas casi todas las líneas internas del radicalismo, excepto, por propia decisión, el delarruismo.

Eduardo Angeloz se propone darle particular relieve al acto con el que mañana, miércoles, se pondrá en funciones la Comisión de Acción Política del radicalismo, que tendrá a su cargo planificar en un plazo de 90 días la reorganización global del partido.

El gobernador de Córdoba, que ha jugado casi todas sus cartas al éxito de esa empresa y cuyo resultado corre parejo con la suerte de su candidatura presidencial para 1995, no quiere dejar pasar de largo esa ceremonia.

Su intención es recuperar terreno político, después de todos los vaivenes, marchas y contramarchas que tuvieron sus cuatro semanas de negociaciones con los primeros dirigentes de todas las corrientes internas que retratan la diáspora del radicalismo, tras la grave derrota de la última elección.

Al final de esas gestiones, Angeloz consiguió con mucho esfuerzo que casi todos los referentes del antialfonsinismo accedieran a integrarse a esa comisión. En el camino quedó afuera, por propia decisión, Fernando de la Rúa, el peso pesado de la UCR porteña, cuyo portazo dejó al hombre de Córdoba a pocos pasos del fracaso de su misión.

Recuperó el aliento hace pocos días cuando los dos líderes de la Convergencia Nacional, Federico Storani y Juan Manuel Casella, los bonaerenses que controlan el partido en el principal distrito del país, aceptaron que tres de sus hombres se sumen a ese esfuerzo de unidad radical. El casellista Horacio Jaunarena y el storanista Juan José Cavallari tendrán esa representación, mientras la dupla de la Convergencia, jugada con su propio proyecto político para el '95, se preserva de una alta exposición.

Ahora Angeloz pretende que el acto de mañana, que se realizará en la sede del Comité Nacional, tenga la representación y realce de las mejores demostraciones radicales. Solo estarán limitadas por la prudencia que aconseja no provocar la desconfianza del gran ausente que es el presidente del partido, Raúl Alfonsín, sujeto a sus funciones de jefe de los constituyentes de la UCR en Santa Fe, y en la necesidad de hacer una demostración de libertad frente a los integrantes antialfonsinistas de la comisión.

Ausente Alfonsín, el vicepresidente segundo de la UCR, el catamarqueño Oscar Castillo, a cargo del Comité Nacional, tendrá a su cargo presidir la ceremonia y poner en funciones a las autoridades del nuevo organismo, ya que este —según la carta orgánica— es un ente asesor de la conducción.

Pero Angeloz les ha prometido a los desconfiados integrantes del arco antialfonsinista una especie de autonomía de hecho para operar con libertad. La tarea que tendrá la comisión en los próximos tres meses es ambiciosa y muchos radicales se preguntan si los plazos no entrarán en colisión con las urgencias del año próximo:

- Remover obstáculos internos como son las intervenciones partidarias en los distritos de Entre Ríos y Corrientes.
- Proponer reformas a la carta orgánica para consagrar internas abiertas y definir la fecha de comicios internos para la elección de candidatos a presidente y vice.
- Proyecto para implementar la nominación de autoridades partidarias a través del voto directo, y no por delegados como se viene haciendo desde siempre.
- Elaborar definiciones políticas, económicas y sociales para ser incluidas en la plataforma electoral del '95.

La propuesta de renovación partidaria debe alumbrar en un plazo de 90 días. Si el Comité Nacional, que preside Alfonsín, la acepta, deberá convocar en los próximos 45 días a la Convención Nacional de la UCR, encargada de aprobar o rechazar.

Pero aun aceptando, este órgano superior deberá designar una comisión para estudiar las reformas que se proponen en la carta orgánica, y se deberá convocar a otra convención, en un plazo que no será breve, para que se expida sobre esas modificaciones. ¿Habrá tiempo antes de las elecciones presidenciales de 1995?

Carlos Quirós

Copyright Clarín, 1994

Están casi todos

La Comisión de Acción Política de la UCR, propuesta por Eduardo Angeloz y bendecida por Raúl Alfonsín, estará integrada por dirigentes de todas las corrientes internas ya que el intento de Angeloz y Alfonsín es que nadie se quede afuera.

Los hombres propuestos por el gobernador Angeloz para integrar la comisión son: **Juan Octavio Gauna, Antonio Tróccoli, Raúl Galván, José Genoud, Horacio Usandizaga, Sergio Montiel, Mario Losada, Horacio Jaunarena, Juan José Cavallari, Víctor Fayad, Raúl Galván (h), Luis León, y Melchor Posse.**

En tanto, los hombres propuestos por el ex presidente Alfonsín son: **Leopoldo Moreau, Augusto Juan Spinosa, Carlos Becerra, Hipólito Solari Yrigoyen, Jesús Rodríguez, Rodolfo Parente, José Zavalía, Normando Alvarez García, y Ricardo Barrios Arrechea.**

01-01
9406700

Nº. DOCUMENTO 9406701
TITULO El PSD busca alianza con el Frente
PROCEDENCIA Clarín - 150024
FECHA DE 30-5-94
VINCULACION 66960
11164
11304

El PSD del brazo con el Frente

El congreso del Partido Socialista Democrático aprobó la línea de alianzas que venía aplicándoles y con la presencia, como invitado, de Carlos "Chacho" Alvarez, parece haber acelerado el acercamiento con el Frente Grande.

"La presencia de Alvarez y las palabras que pronunció, van a generar en el socialismo una mayor conveniencia de acelerar el proceso de unidad, que debe ser más sólido para cuando comencemos a diagramar la estrategia para el '95", dijo ayer el principal referente partidario Norberto La Porta.

El congreso partidario tenía previsto pasar a un cuarto intermedio, pero finalmente decidió alargar las deliberaciones hasta la una de la madrugada de ayer y darlo por concluido, habida cuenta, que varios de sus integrantes debían aprestarse para retornar a la Asamblea Constituyente en Santa Fe.

Con respecto a la participación de Chacho Alvarez, hecho que fue considerado como "inédito" por todos los socialistas, La Porta agregó que el discurso que pronunció "bien podría encuadrarse en el de un socialdemócrata".

El edil socialista rescató, asimismo, algunas frases de Alvarez, tales como el "reconocimiento" de que el socialismo había "universalizado" principios que ahora están incorporados al bagaje político de los argentinos" o su ratificación de ruptura con las estructuras del PJ.

"Se dejaron de lado recelos históricos de ambos lados; por eso debe considerarse importante lo de ayer", finalizó La Porta.

Entre las principales conclusiones del congreso del PSD estuvo la ratificación de la línea estratégica desarrollada hasta el momento para con la Unidad Socialista y de todo lo referente a las relaciones con el Frente Grande.

Asimismo, se determinó seguir impulsando la idea de un partido socialista único, por lo que se aprobó la constitución de la comisión nacional que incluya representantes de los cuatro partidos que componen la US, para que esta fije en un programa los pasos a seguir

01-01 9406701

Nº. DOCUMENTO 9406702
TITULO Laguna del desierto solo falta el fallo de los jueces
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA DE 30-5-94
VINCULACIONES 66960
11164
11399

TERMINO LA ETAPA DE LOS ALEGATOS Y SOLO FALTA EL FALLO DE LOS JUECES

Laguna del Desierto: tiempo de descuento

Con la finalización, esta semana, de la etapa de alegatos del arbitraje por Laguna del Desierto, la batalla jurídico-política entró en tiempo de descuento: ahora se espera que los jueces den a conocer su sentencia de carácter inapelable en noviembre de este año.

En el tramo final de ese silencioso proceso de dos años y cinco meses —todo está bajo estricto secreto de sumario—, la delegación argentina reiteró su reclamo por la totalidad de los 550 kilómetros cuadrados de territorio en juego. La superficie en disputa equivale a más del doble de la extensión de la Capital Federal. El arbitraje se desarrolla en Río de Janeiro, ciudad que se eligió por su carácter de neutral.

Los cinco jueces latinoamericanos que integran el tribunal —a principios de año visitaron la zona en litigio deberán escribir ahora sus opiniones para luego unirse y recién dar a conocer la sentencia, que se tomará por mayoría simple de votos.

Hasta ese momento los gobiernos de la Argentina y Chile deberán mantenerse en silencio de radio, a la espera de la sentencia que definirá por dónde debe pasar el límite entre el monte Fitz Roy y el cerro Daudet, de acuerdo a la interpretación que los jueces hagan del laudo arbitral británico de 1902.

En sus alegatos, los representantes argentinos —los embajadores Susana Ruiz Cerutti, Federico Mirré y Horacio Basave— explicaron punto por punto, en tediosas sesiones, los alcances de la contramemoria argentina que tiene 1.500 páginas.

Entre otros documentos de prueba presentados, la Cancillería presentó copias de "todos los mapas chilenos" —incluso uno del Instituto Geográfico Militar trasandino— que señala a Laguna del Desierto bajo soberanía argentina, informaron a Clarín fuentes seguras.

Luego de esa última exposición que tuvo lugar en el colonial palacio Itamaraty, la delegación argentina y sus dos toneladas de equipo regresó a Buenos Aires y dio un informe verbal al canciller Guido Di Tella, sobre la marcha de este juicio iniciado por un acuerdo firmado en 1991 por el presidente Carlos Menem y su entonces colega chileno Patricio Aylwin.

La recomendación de los negociadores a Di Tella fue sencilla: a pesar de toda la documentación que presentó la Argentina y que parecería inclinar la balanza a su favor, hay que abstenerse de tener actitudes de triunfalismo que puedan predisponer mal a los jueces.

Con el proceso arbitral por Laguna del Desierto en su etapa final, Di Tella deberá decidir —seguramente después de la Convención Nacional Constituyente— otra delicada cuestión vinculada con la soberanía: qué hacer con el empantanado acuerdo por los Hielos Continentales, ubicados al sur de Laguna del Desierto, también dentro de la provincia de Santa Cruz. El acuerdo está bloqueado desde hace dos años en la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara de Diputados, por la oposición de diputados rebeldes del peronismo.

Di Tella tiene tres opciones: insistir con la ratificación parlamentaria, recurrir a un arbitraje tal como lo establece el tratado de Paz y Amistad por el Beagle, o renegociar bilateralmente el acuerdo.

La tensa relación del presidente chileno Eduardo Frei con los militares, hace casi imposible esa última alternativa. Además, la cúpula de la Cancillería cree que, una vez que se conozca el fallo por Laguna del Desierto a fin de año, Frei pediría un arbitraje por Hielos Continentales, para tratar de buscar una forma de compensación por la eventual pérdida en la primera de esas zonas en disputas. El dilema para la primera opción es que Di Tella tampoco parece políticamente dispuesto a volver a batallar por el acuerdo en Diputados, donde hace dos años atrás llegaron a calificarlo hasta de "traidor a la Patria".

Daniel Santoro

9406702

01-01

9406703

TRAS LOS BAJONES ELECTORALES DE LOS ULTIMOS AÑOS

Reorganizarse o desaparecer, la gran duda de la UCeDé

Con un gráfico de la pronunciada caída electoral en mano y gesto de resignación, una de las máximas autoridades de la UCeDé dijo a Clarín: **"Así como está, el partido es inviable e imposible de remontar. El contenido sigue todavía bueno, pero con la etiqueta actual es imposible la venta del producto".**

Más semejante a un experto en comercialización que a un dirigente político dijo que no pensaba en liquidar la UCeDé sino en fusionarla con otras fuerzas y entre todas **hacer un gran partido centrista nacional.**

El crecimiento del ucedeísmo fue potente entre 1983 y 1989. En Capital, por ejemplo, pasó del 9 al 22 por ciento de los votos, mientras que en Buenos Aires trepó de un modesto uno por ciento al diez hace cuatro años. Después se vino electoralmente en picada y no pocos de sus dirigentes emigraron hacia el justicialismo tentados por la cuota de poder que les ofreció el presidente **Carlos Menem.**

Las causas de la decadencia se dejan ver a simple vista. El presidente Menen hizo suyos gran parte de los estandartes liberales y los puso en práctica. También colaboraron en el retroceso los dirigentes notables con sus continuas disputas en los medios de difusión.

Entre quienes abandonaron la nave ucedeísta agotados por el internismo y ciertas actitudes de "los Alsogaray" figuran **Héctor Siracusano** y **Manuel Mora y Araujo**. Y convencida de la resistencia que generaba en la estructura se fue **María Julia Alsogaray**. Luego de los comicios de octubre, un lote encabezado por **Adelina y Carlos Viola, Francisco Siracusano, Jorge Pirra y Carlos Maslatón** adhirieron al justicialismo por tener para sí que el partido no daba para más.

Hubo un distrito que esquivó el bajón y que consiguió una buena cosecha de votos en las últimas tres elecciones. Fue Córdoba, donde los dirigentes impulsaron una estrategia para crecer a lo largo de diez años. **Pero a estas horas discuten si conviene continuar en la UCeDé como partido nacional o volver al esquema anterior de solo fuerza provincial.**

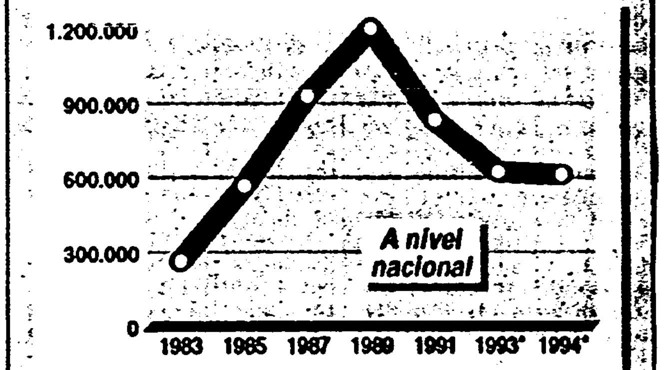
Este fin de semana los ucedeístas cordobeses resolverán en un plenario si emigran del partido y se reorganizan como una fuerza local. Quienes no disimulan la tentación de irse son el diputado nacional **German Kammerath** y dirigentes como **Prudencio Bustos Argañaraz y Rodrigo Agrelo**, quien en caso de abandonar la estructura colocaría en un brete a su padre, **Norberto Agrelo**, titular del Comité Nacional de la UCeDé. A los 26 años Rodrigo preside el ucedeísmo provincial.

La eventual fractura preocupa a los ucedeístas de Buenos Aires y de la Capital. En esa onda de barajar y dar de nuevo se anota el diputado **Francisco de Durañona y Vedia.**

Por otro lado, el titular del ucedeísmo bonaerense, **Gerardo Zschocke**, salió con optimismo a recorrer el distrito y se sorprendió porque hay quienes a pesar de todo quieren hablar del partido. Zschoke dijo que queda por resolver si **"vamos a conversar con el justicialismo o afirmar la poca identidad partidaria"**. El ex diputado **Federico Zamora** fue más a fondo y señaló que **"el partido debe dejar de lado los mensajes cruzados, ya que la etapa de «amantes» del menemismo se terminó".**

EL SUBE Y BAJA LIBERAL

(Evolución electoral de la UCeDé)



TRES MOMENTOS

	Capital Federal		Buenos Aires	
	Votos	%	Votos	%
1983	170.334	8,71	62.659	1,13
1989	449.822	22,09	630.163	10,02
1994*	109.383	5,98	107.325	1,91

(*) En alianza

En cambio, los ucedeístas metropolitanos aún desconocen qué futuro les espera. Para el 26 de junio están previstas las elecciones internas y existen por lo menos dos listas en condiciones de competir para alzarse con la conducción. Por un lado se presentará **Julio Crespo Campos**, que asume una posición crítica al menemismo, y en la vereda opuesta se ubicará **Jorge Pereyra de Olazábal**, que se autodefine como de la "casa Alsogaray" y cumple funciones de asesor que le confió el presidente Menem.

Enrique Medeot

9406703

Nº. DOCUMENTO 9406704
TITULO Comisiones de la asamblea Constituyente
PROCEDENCIA La Nación /150025
FECHA 30/5/94
VINCULACI 66360
11164
11302
11304

Ultima oportunidad para los que quieren abrir el paquete

Por Hugo Caligaris

(Enviado especial de LA NACION)

Reglamento: el artículo 130 del proyecto acordado por la UCR y el PJ en la comisión respectiva dispone que se deben votar en forma conjunta todos los puntos del núcleo de coincidencias básicas.

SANTA FE.– Los partidos opositores que pugnan por abrir el paquete reformista atado por Carlos Menem y Raúl Alfonsín tendrán a partir de esta tarde su última oportunidad.

Hoy, en la primera sesión plenaria de la Convención Constituyente, se debatirá el reglamento del cuerpo. En el proyecto acordado por radicales y justicialistas se incluye un artículo, el 130, que establece las formas de votación que regirán, sin posibilidad de discusión futura, para los diversos temas sobre tablas que trate la Asamblea.

Ese texto señala expresamente: "Cuando después de la discusión deban votarse los temas incluidos en el artículo 2º de la ley 24.309, núcleo de coincidencias básicas, puntos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L y LL, ésta se hará en forma conjunta, y se circunscribirá a todos los temas allí incluidos, no pudiendo separarse los artículos, temas, proposiciones o períodos contenidos.

"La votación por la afirmativa –continúa– importará la incorporación constitucional de la totalidad de los mismos, en tanto que la negativa importará el rechazo en su conjunto de dichas normas."

Después de que semejante redacción quede consagrada, será ocioso o tardío cualquier cuestionamiento. Más todavía, el reglamento se constituirá en la ley interna de la Convención, y habría que obtener una mayoría especial para poder apartarse de sus dictados.

Largo y reñido

Por tanto, se prevé que el debate inaugural de hoy será largo y reñido.

Según fuentes del oficialismo, podría prolongarse hasta pasado mañana. Desde la oposición se piensa que aún puede ser más extenso.

Convencionales del Frente Grande y aun del radicalismo (como la necochense María Cristina Azcueta) opinan que, con suerte, la sesión, con cuartos intermedios para comer y dormir, terminará sólo el viernes o el sábado.

Es preciso consignar que la forma de votación no es la única controversia contenida en el proyecto de reglamento. También existe no poco disenso respecto de las funciones asignadas a la comisión redactora, un verdadero filtro destinado a colar cualquier ocurrencia imprevista.

Esa comisión deberá "coordinar, sistematizar, actualizar, armonizar, ordenar, enumerar, renumerar e integrar las disposiciones de la reforma".

También es de su atribución "expedirse sobre la unificación de la iniciación de mandatos electivos nacionales y redactar las disposiciones transitorias". Supervisará, además, todos los despachos emitidos por las restantes comisiones y por ella deben pasar las mociones e iniciativas, cualquiera sea su origen y destino.

Sin secreto

El reglamento, acordado en la Capital Federal por los dos principales partidos, sufrió un retoque formal de significación en Santa Fe, durante el debate del viernes último en la Comisión de Peticiones, Poderes y Reglamento.

Fueron eliminados dos artículos, el 21 y el 22, que habilitaban la realización de sesiones secretas. La cuestión, adelantada en forma exclusiva hace un mes por LA NACION, había generado opiniones encontradas: mientras que radicales y justicialistas consideraban que sólo se trataba de una formalidad, los opositores olían intenciones poco transparentes por parte de los socios del pacto.

De ese cambio se enorgulleció ayer, aunque no demasiado, el convencional Juan Pablo Cafiero (Frente Grande–Buenos Aires). "Fue lo único que pudimos conseguir", confesó.



01-02

9406704

Divididos, los bloques se preparan

Por Facundo Landívar

(Enviado especial de LA NACION)

SANTA FE.– Después del cimbronazo provocado por Eduardo Duhalde la semana última, los bloques más importantes de la Convención Constituyente (peronistas, radicales, frentistas, riquistas y provinciales) velan sus armas para el debate de hoy, tan preocupados por una nueva "picardía" fuera de programa como por sus problemas internos.

Es que realmente pocos creen que el peronismo bonaerense, la sexta pata de los bloques (suma más votos que el FG y que el Modín), haya dejado de lado completamente el proyecto de Duhalde de conseguir aquí el salvoconducto para su reelección en La Plata.

Dos de los bloques parecen inconmovibles frente a las cuestiones internas: el radicalismo y el Modín. La UCR está férreamente encolumnada tras la mano de hierro de Alfonsín (que no cuenta con constituyentes "rebeldes"), mientras que en el Modín no se vislumbran señales de motín ni de alzamientos internos.

Si una Semana Santa los separó, la Constituyente por ahora parece unir a Rico y a Alfonsín; ambos intentaron hasta ahora, a diferencia de los demás partidos, acelerar la marcha de las reuniones preparatorias y de la aprobación del reglamento.

Desde la otra punta asoman las disidencias. La más importante es la del peronismo bonaerense, hoy agrupado bajo un subbloque con un poder de votos casi definitorio. Las idas y vueltas con el tema de la cláusula para la reelección de los gobernadores y las amenazas de demorar la aprobación del núcleo de coincidencias tuvieron una definición casi perfecta por parte del senador Oraldo Britos: "Me siento más perdido que peronista en el gobierno de Menem", aseguró, mordaz, mientras todo lo prolijamente estructurado durante meses parecía hacerse agua frente al empecinamiento de Duhalde.

Superado, en principio, ese escollo, el bloque que timonea Augusto Alasino hoy parece más firme, aunque los 35 votos con los que cuenta Duhalde son mirados con recelo.

Frente dividido

En el Frente Grande, por el contrario, los problemas internos parecen agravarse. Después de los públicos enfrentamientos entre "Chacho" Alvarez y "Pino" Solanas, la paz parecía sellada. Sin embargo, a la intención de Alvarez de hacer una oposición moderada se le presentó un problema en el debate de la Comisión de Reglamento.

Juan Pablo Cafiero, nombre y apellido del problema, adoptó en esas reuniones una posición más radicalizada de lo que Alvarez pensaba. Allí quedó inaugurada un ala mucho más dura en el seno del Frente.

En los partidos provinciales y de centro la situación interna, aunque difícil, no parece tan problemática.

Bajó el rótulo de "provinciales" conviven, en realidad, todo tipo de posiciones, medidas en su grado de acercamiento hacia el Gobierno. No es lo mismo lo que buscan los tres movimientos populares (Jujeño, Neuquino y Fueguino) que lo que sostienen el Pacto Autonomista-Liberal o Fuerza Republicana, mucho más empecinados en oponerse a rajatabla a todo lo que huela a un acercamiento con el oficialismo.

Comisiones de trabajo

La prueba de fuego para esta unión por necesidad se tendrá cuando haya que conformar las comisiones de trabajo. Ahí se verá si se puede mantener la estrategia de presionar conjuntamente o, repitiendo la vieja historia, cada bloque trabaja por su cuenta tratando de llevar agua para su propio molino.

Esa discusión, que podría darse hoy mismo, tendrá un prólogo, que es lo que más unidos los mantiene: tratar de abrir, de todas maneras, el núcleo de coincidencias. En el recinto darán esa batalla mancomunadamente y a fondo, ya que es su última oportunidad para conseguir que se debata punto por punto.

Puja por los cargos

Por Sergio Levit

(Enviado especial de LA NACION)

Prosecretarios: el enfrentamiento interno en el menemismo traba el nombramiento de tres funcionarios administrativos.

Pese a que la Convención Constituyente ya designó a los tres secretarios que formarán parte del cuerpo, no ha podido aún nominar a los respectivos prosecretarios por desacuerdos en el PJ.

Juan Estrada, hombre cercano a Duhalde, es el secretario administrativo; Edgardo Piuzzi, disciplinado soldado de Eduardo Menem, es el secretario parlamentario, mientras que el ex senador radical Luis Brasesco, secretario de coordinación.

Estas designaciones fueron votadas por el plenario en la sesión inaugural, el 25 de mayo último en Paraná.

A cada una de esas secretarías le corresponde una prosecretaría. De los tres cargos, dos fueron asignados al PJ y uno a la UCR, al seguir la misma proporción que para las secretarías.

El Frente Grande se quejó de esta distribución de cargos sobre la base de que ese sector es la tercera fuerza y la proporcionalidad "no fue considerada".

Stubrin, prosecretario

El radicalismo ya sabe a quién nominará como prosecretario parlamentario (el cargo inmediatamente inferior a Piuzzi). El ex diputado Marcelo Stubrin ocupará ese cargo cuando la puja interna del PJ permita destrabar esas designaciones.

La designación de Stubrin fue decidida personalmente por Raúl Alfonsín. Allegados al jefe de bloque radical confiaron a LA NACION que pesó no sólo la buena relación entre Stubrin y el ex presidente sino también la intención de Alfonsín de "no quedar atrapado por el estilo del Changui" Cáceres.

Cáceres, un dirigente local de gran prestigio y uno de los fundadores de la junta coordinadora nacional, se caracteriza por un estilo llano y frontal.

Sin embargo, Stubrin podría ver demorada su designación puesto que en el oficialismo hay un debate intenso sobre quién ocupará esos cargos

Uno de los candidatos –impulsado por varios convencionales del interior– es el hermano de Augusto Alasino, jefe del bloque del PJ.

02-02

9406704

Nº DOCUMENTO 9406705
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA 31/5/94
VINCULADOS 66960
11164
11302
11163

Polémica por la fábrica de armas

LA RIOJA.- El gobierno nacional habría dado el visto bueno para la instalación de una fábrica de armas en esta capital, destinada al abastecimiento de las Fuerzas Armadas y de seguridad, así como para la exportación.

Horas antes de regresar a España, donde reside desde hace dos años, el riojano Carlos Román Rivolta, presidente del Securarg Group SA, recibió a LA NACION en un hotel céntrico, confirmó el anuncio efectuado por este matutino y brindó copia -esta vez con membrete- del informe que, según él, fue elevado al presidente Carlos Menem el 20 de mayo pasado.

Fundamentó el aval para la instalación en La Rioja de la primera fábrica argetino-española de armas y productos de protección personal de alta seguridad, en los acuerdos marco firmados en la península ibérica, con la presencia del viceministro de Economía de la Nación, Carlos Sánchez.

Rivolta informó que el viernes último presentó al gobernador de la provincia, Bernabé Arnaudo, una copia de la carpeta elevada al presidente Carlos Menem; por eso, le extrañó que el ministro de la Producción, Jorge Machicotte, dijera que no tenía información sobre el asunto.

A través de medios radiales, Machicotte ratificó ayer que "por el Ministerio no pasó absolutamente nada" y agregó que "no hay posibilidades de que la radicación sea en el parque industrial, a menos que compre un predio fuera de él".

Terrenos privados

Rivolta respondió que la radicación no será en el parque industrial sino en un terreno privado, sobre la ruta nacional 38, en el norte de la ciudad. Aclaró que tendrá todas las medidas de seguridad necesarias y se respetará el ecosistema. "No hay ningún peligro -dijo- porque la tecnología que se aplicará no requiere de polvorines o cosas por el estilo."

El proyecto mereció reparos de Machicotte, quien se refirió al tema en forma irónica. "Creo que en La Rioja tenemos otras características y las únicas armas que fabricamos son las hondas", dijo. Por su parte, el diputado nacional Gastón Mercado Luna (UCR) sostuvo que el emprendimiento "es un preludio" de lo que puede suceder en el país con la futura Secretaría de Seguridad.

El presidente de Securarg negó esa relación y afirmó que el proyecto tiene cinco años de antigüedad. Dijo que el grupo está formado por Star Argentina, Fedur Argentina, Falken Argentina e Imaho Argentina, todas subsidiarias de empresas españolas.

Arturo Ortíz Sosa (h)

01-01

9406705

N° DOCUMENTO 9406706
TITULO Diez son las comisiones encargadas de las tareas de la Convención Constituyente.
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA 31/5/94
VINCULACIONES 66960
11164
11302
11304

Diez comisiones

SANTA FE (Enviados especiales). — El proyecto de reglamento acordado por las dos bancadas mayoritarias, la justicialista y la radical, contempla que las tareas a abordar por la Convención Constituyente se distribuyan entre **diez comisiones**.

- **Coincidencias básicas:** encargada de discutir el paquete cerrado que pactaron el PJ y la UCR, en el que está incluída la reelección presidencial y el "ballottage". Será presidida por el radical **César Jaroslavsky**.
- **Federalismo:** dedicada al capítulo más delicado de los temas habilitados que quedaron fuera del pacto, la relación Nación-provincias y las autonomía municipal.
- **Redactora:** comisión clave, porque afinará la letra de cada iniciativa antes de ir a sesión plenaria.
- **Nuevos derechos y garantías:** analizará proyectos referidos a la defensa de la competencia, del usuario y del consumidor.
- **Sistemas de control:** establecerá el defensor del pueblo y despegará al ministerió público (procurador) de la órbita oficial.
- **Participacion democrática:** sistemas de democracia semidirecta.
- **Tratados internacionales:** para darles jerarquía constitucional a los que fueron aprobados como ley.
- **Presupuesto y Hacienda.**

Ya están funcionando las dos comisiones abocadas a aspectos de funcionamiento de la Asamblea: la de **labor parlamentaria** (integrada por los presidentes de cada bloque) y la de **peticiones, poderes y reglamento**, presidida por el justicialista **Luis Giacosa**.

01-01

9406706

9406707 ✓

30044
20362
66718
11164
11302

INUR Nº 212/012/170594

PANAMÁ

Novo Governo. Perspectivas.

Há pouco mais de quatro anos da intervenção militar norte-americana no PANAMÁ, a qual derrubou o General MANUEL NORIEGA, o Partido Revolucionário Democrático (PRD) — braço político de regimes militares por 11 anos — retornará ao Poder, após vencer as eleições gerais de 08 Mai, com seu candidato ERNESTO PÉREZ BALLADARES e com maioria no Congresso.

O empresário PÉREZ BALLADARES, 47 anos, formado em Economia e Administração nos EUA, foi Ministro de Finanças e executivo no CITIBANK na Capital panamenha. Alcançou 33% dos votos, vencendo a candidata do oficial Partido Arnulfista, MIREYA MASCOSO DE GRUBBER, com 29%, e deixando em terceiro lugar o cantor RUBENS BLADES, o qual, durante a campanha eleitoral, chegou a disputar o primeiro lugar com PÉREZ nas pesquisas.

O processo eleitoral foi marcado por um clima de tranqüilidade e transparência e as eleições contaram com um comparecimento às urnas superior a 75%, nível bastante elevado, considerando o fato de o voto não ser obrigatório naquele país.

Ao atual Governo de GUILHERME ENDARA — instalado durante a invasão dos EUA ao PANAMÁ, tendo recebido milhões de dólares daquele país — atribui-se o estabelecimento da democracia. No entanto, sua administração é acusada de fracasso na erradicação do tráfico de drogas e da corrupção política e de não ter respondido às necessidades da população pobre.

A vitória de PÉREZ deve-se ao seu discurso voltado para o campo social e para a contenção da politica neoliberal de ENDARA. Na verdade, uma alternativa viável para a AMÉRICA CENTRAL, onde candidatos dessa tendência ganharam as últimas eleições em HONDURAS e COSTA RICA.

PÉREZ BALLADARES pretende manter relações harmônicas com os EUA e adiantou que iniciará gestões junto àquele país no sentido de o PANAMÁ receber os beneficios do Tratado de Livre Comércio (TLC), **"sem ter que passar pelos blocos de integração regional".**

Assim, apesar do discurso contra o neoliberalismo, não se espera uma atitude radical do Governo PÉREZ, cuja política tende a se voltar para o combate à corrupção e ao narcotráfico como forma de conseguir o apoio dos EUA — do qual é muito dependente — e obter ajuda econômica para reverter o quadro social.

* * *

01.01 9406707

9406708

30044
20362
65708
11164
11302

INUR Nº 214/012/170594

CHILE

Reformas Constitucionais.

O Governo EDUARDO FREI iniciou negociações visando alcançar um consenso político para alterar a Constituição, particularmente quanto à instauração de eleições diretas municipais, à troca do sistema eleitoral binominal para proporcional e à extinção dos cargos de **"senadores designados"**. *Na oportunidade, suspendeu, provisoriamente, a proposta de supressão a inamovibilidade do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, sob a alegação da ausência de condições para efetivar-se uma reforma dessa natureza.*

A última decisão representou um redirecionamento de propósitos da gestão FREI, porquanto a ênfase governamental propugnava reformas dando autonomia ao Chefe do Executivo para alterar a cúpula militar. Isso pode revelar o temor oficial quanto a um acirramento da crise com o segmento castrense, iniciada com a recusa do General RODOLFO STANGE de deixar o cargo de Diretor da Policia de Carabineiros, contrariando pedido do Presidente da República, não obstante a decisão posterior daquele oficial de afastar-se temporariamente, em férias, a qual motivou avaliações quanto ao fortalecimento da figura presidencial e possivel flexibilização dos militares em questões constitucionais e de direitos humanos.

A priorização de acordos partidários garantindo as reformas constitucionais e a ausência de vontade política para a materialização de mudanças sociais vêm estimulando fortes críticas ao Executivo. Em conseqüência, não se descarta a possibilidade de manifestações sindicais de protestos objetivando melhorias salariais, particularmente nas áreas da saúde e da educação.

Na realidade, a polêmica em torno das mudanças constitucionais tem caráter meramente retórico, pois nenhuma alteração pode ser introduzida antes de 1997, segundo a Constituição. Note-se, ainda, que o novo Governo está dividido quanto às reformas e, no âmbito do Legislativo, há inúmeros senadores simpatizantes do **"pinochetismo"**, *conformando um segmento com potencialidades para inviabilizar os projetos do Executivo e o direcionamento de esforços para a esfera social. A permanecer esse quadro, tanto as retóricas iniciativas governamentais quanto a insatisfação popular podem ser utilizadas pelos militares — opositores das mudanças constitucionais —, mediante demonstração de força, prejudicando a imagem do Governo e a estabilidade institucional.*

* * *

0101

9406709

9406710.
30044
20362
65592
11164
11302

INOR Nº 215/012/180594

COLÔMBIA

Declaração de Estado de Comoção Interna e a legalização do consumo de drogas. Perspectivas.

O Presidente CÉSAR GAVÍRIA declarou Estado de Comoção Interna — regime que lhe faculta poderes sem necessidade de recorrer a trâmites legislativos — para evitar a libertação de cerca de 840 narcotraficantes, guerrilheiros, terroristas e outros presos de alta periculosidade, cujos casos não foram resolvidos dentro do prazo legal. É a terceira vez em dois anos que o Governo GAVÍRIA recorre a esse artifício, sendo esta a segunda pelo mesmo motivo.

A decisão, adotada sob o pretexto de evitar ameaça à segurança nacional e amparada na inoperância do sistema judicial, vem suscitando inúmeras críticas, inclusive quanto à sua constitucionalidade.

A situação da estrutura judiciária, em princípio, não justificaria a adoção de mecanismos de caráter extraordinário. Além disso, não existem elementos para inferir-se que os presos, em liberdade, teriam capacidade para alterar a ordem pública.

A medida denotou a intenção de preservar a moral das autoridades e das Forças Armadas e garantir a tranqüilidade da população, num momento em que o país se prepara para as eleições presidenciais, em 29 Mai, período no qual os níveis de violência política costumam crescer — independentemente da libertação ou não dos detentos — e a atuação das forças de segurança é de fundamental importância. Por outro lado, o Governo procurou evitar uma provável reação negativa dos EUA, país com o qual a COLÔMBIA possui um tratado de cooperação econômica e técnica na luta contra o narcotráfico.

O Governo GAVÍRIA já vinha tentando contornar uma crescente tensão surgida entre o Fiscal Geral da Nação, GUSTAVO DE GREIFF, e autoridades judiciárias norte-americanas. DE GREIFF é acusado de ser complacente com os narcotraficantes e criticado por sua opinião em favor da legalização das drogas, por considerar fracassada a política de repressão dos EUA. A controvérsia resultou na suspensão, pelos norte-americanos, do envio de provas contra os narcotraficantes colombianos, contribuindo ainda mais para a lentidão na formalização das acusações.

Nesse quadro, destaca-se o decreto da Corte Constitucional legalizando o consumo de doses mínimas de alucinógenos, com base em artigo da Constituição colombiana consagrando o livre desenvolvimento da personalidade. Tal decisão, ao permitir aos colombianos a posse e o consumo de vinte gramas de maconha, cinco de haxixe e um de cocaína, provocou reações de repúdio em todos os setores da sociedade. O Presidente GAVÍRIA declarou acatar mas não compartir da decisão da Corte devido às gravíssimas implicações dela resultantes. Além disso, advertiu que,

9406710

al.02

se necessário, apelará para uma reforma na Constituição ou para uma consulta popular. Embora o consumo de drogas na COLÔMBIA não alcance grandes dimensões, teme-se o aumento da demanda interna e, consequentemente, da criminalidade.

Todavia, já se encontra em trâmite no Senado um Projeto de Lei Estatutária com a proibição do porte, consumo e distribuição de qualquer quantidade de droga.

Pela reação desencadeada em todo o pais, supõe-se ter o decreto autorizando o consumo mínimo de drogas pouco tempo de duração. Entretanto, o pronunciamento da Corte ocorre num momento crítico nas relações entre COLÔMBIA e EUA, em torno do tema da legalização das drogas — anteriormente abordado pelo Fiscal DE GREIFF —, e cria expectativas sobre a reação de WASHINGTON.

* * *

02-02 9406710

- 30044 9406711 ✓
20362
507637
11164
1437

INUR Nº 0238/012/31 MAI 94

ASSUNTO: REPÚBLICA DOMINICANA - Eleições presidenciais. Perspectivas.

Após uma campanha eleitoral marcada pela violência política, com diversos mortos e feridos, realizaram-se as eleições gerais na REPÚBLICA DOMINICANA em 16 Mai 94, em meio a denúncias de irregularidades.

Cinco candidatos concorreram à Presidência, dos quais o atual mandatário, JOAQUIM BALAGUER, de 87 anos, do Partido Reformista Social Cristão (PRSC), que aspira ao seu sétimo mandato, e o líder social democrata JOSÉ FRANCISCO PENA GOMEZ, de 57 anos, do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), obtiveram juntos, após a apuração de 97% dos votos, quase 90% da preferência popular, com diferença de 1,5% a favor de BALAGUER.

PENA GOMEZ exigiu a recontagem dos votos pela Junta Central Eleitoral (JCE), a qual reconhece a legitimidade das denúncias de fraudes ao constatar um número de votantes superior ao de eleitores inscritos. Além disso, segundo a JCE, a abstenção foi superior a 5%, quando o percentual registrado nas últimas nove eleições sempre superou os 20%. Com isso, vem realizando um levantamento nas listas eleitorais para uma posterior divulgação oficial dos resultados, cujo processo de apuração sempre foi lento no país.

Segundo o candidato oposicionista, caso BALAGUER seja declarado vencedor, os senadores e deputados eleitos pelo seu partido não assumirão suas cadeiras no Congresso a ser instalado em 16 Ago. Com base no até agora apurado, a composição do Senado deverá ficar dividida entre o PRSC e o PRD, com 15 representantes cada um.

Em face da insignificante diferença de votos entre os dois principais candidatos, a recontagem e a correção das irregularidades dificultam a previsão de um vencedor para o cargo de Presidente da República, embora haja chances de uma reversão do atual quadro em favor do opositor PENA GOMEZ. No entanto, a possível confirmação de BALAGUER prenuncia uma nova onda de violência no país, diante da forte resistência do PRD em não acatar tal resultado.

Quanto à postura da REPÚBLICA DOMINICANA em relação ao embargo ao HAITI, BALAGUER, caso reeleito, deverá manter seu compromisso de respeitar a resolução da ONU, sobre o bloqueio da fronteira, evitando a passagem de mercadorias e combustíveis àquele país. A vitória de PENA GOMEZ também não deverá

0LD2 9406711

mudar esse quadro, porquanto buscará angariar a simpatia da Comunidade Internacional com vistas à obtenção de maior apoio econômico.

Em termos econômicos, pouca coisa deve mudar no país, porquanto não se constataram propostas radicais contrárias ao liberalismo por parte dos dois candidatos. Ademais, tanto o PRSC como o PRD coincidem na necessidade da manutenção do programa de modernização, com vistas à inserção do país na conformação de blocos comerciais e à atração de capital estrangeiro.

* * *

9406711

TO 9406712
Activistas del Hezbollah en A. Latina
PPC
FE 19/05/94
11847
514402
11677
507482
66723

INUR Nº 0218/012/19 MAI 94

ASSUNTO: Ativistas do "HIZBALLAH" recém destacados para a América Latina

Em uma reunião realizada no LÍBANO, no início deste ano, o Serviço de Relações Exteriores do **"HIZBALLAH"** decidiu enviar novos ativistas para a América Latina, visando reforçar sua presença neste Subcontinente.

Os **"quadros"** do **"HIZBALLAH"** enviados para a América Latina seriam os seguintes:

- OUSSAMA MOHAMED FAKIH
- BILAL EL-BAALBAKI
- ALI HUSSEIN KOTEICHE
- MOUSTAPHÁ JEBAI
- IBRAHIM MOHAMED FAKIH
- JIHAD AHMED YOUSSEF
- MOHAMED RAMADAN JALLOUL
- BASSAN SOUEIDAN
- AHMED MOHAMED BAYDOUN
- HASSAN OMAIRY
- WAJIH FADEL HARAKAT
- ALI MOHAMED HARAKAT
- HUSSEIN NASSER DARWICH
- MAHMOUD MEHDI MOUSSAWI

Registros disponíveis indicam que OUSSAMA FAKIH seria um dos responsáveis pela segurança da residência do dirigente do **"HIZBALLAH"** xeque MOHAMED HUSSEIN FADLALLAH em BEIRUTE. Um militante do **"HIZBALLAH"** de nome BILAL BAALBAKI esteve no CANADÁ em 1992 e foi transferido para o Departamento da América Latina em fins de 93.

Há registros sobre ALI HUSSEIN KOTEICH, natural de HOULA/MARJAYOUN, no LÍBANO, responsável por uma célula do **"HIZBALLAH"**. Há dados sobre um militante do **"HIZBALLAH"** de nome IBRAHIM MOHAMED FAKIH residindo na VENEZUELA.

Existem registros sobre dois membros distintos do **"HIZBALLAH"** de nome MOHAMED RAMADAN JALLOUL: um estaria no CANADÁ e o outro na FRANÇA.

Finalmente, há indicadores sobre as atividades de BASSAM SOUEIDAN na BÉLGICA e também sobre HUSSEIN DARWICH, membro do Conselho Superior Xiita no LÍBANO.

SP 216
SP 216

9406712

01-02

O BRASIL e o PARAGUAI são, nesta ordem, os países de maior concentração libanesa xiita na América Latina, o que refor ça a presunção de que a maioria dos militantes do **"HIZBALLAH"** citados tenham como destino áreas da fronteira comum, especialmente FOZ DO IGUAÇU - CIUDAD DEL ESTE.

* * *

9406712

02/02

R.E.Nº 9406713

ASUNTO: PUBLICACIÓN DEL P.O.R "AL PUEBLO LA VERDAD"

PROCEDENCIA: DGID

EVALUACION: —

OBSERVACIONES: DIST: BIOGRAFICO
CAMPO MILITAR

FIRMA: CAP. NORBERTO [illegible] 001/13

FECHA: 09 JUL 1994

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
[illegible] 2 [illegible] 1994
Nº 9406713

9406713

al pueblo:

N° 48/94

LA VERDAD

ORGANO del Núcleo del PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO del URUGUAY • Nº 16• MAYO• 1994

OBREROS Y ESTUDIANTES UNIDOS Y ADELANTE

DECLARACION FINAL DEL 2º CONGRESO DEL MPP

¿QUE PASO EL 1º DE MAYO?

INTERSOCIAL DE MAROÑAS

REPRESION SINDICAL EN LA CORONARIA MOVIL

GENERAL ELECTRIC - OTRA PERLA DEL MERCOSUR

HUELGA UNIVERSITARIA

4ª CONFERENCIA INTERNACIONAL CON MARX - LENIN Y MAO

AGRUPACION CLASISTA 20 DE JULIO SUNCA PIT-CNT

VOLANTE

Porque la consigna sigue en pie...

Los trabajadores de la Construcción que nos hemos reunido a lo largo de muchas instancias evaluando desde el resultado de la lucha más fuerte de nuestro Sindicato la huelga de 83 días y que conformamos la Agrupación 20 de Julio (fecha de la marcha) saludamos la iniciativa de conmemorar este día 25/5 como el día de la seguridad en nuestra industria. Tomando como eje el lamentable acontecimiento de la fecha en la ciudad de Paysandú donde 5 compañeros pierden la vida trabajando.

Y es sin dudas momento de discutir con todos los compañeros cuál es realmente el análisis que debemos efectuar sin desconocer que el decreto 111 con normas de seguridad o higiene debe de cumplirse.

Pero ¿por qué? los trabajadores debemos cumplir horas extras o trabajar a destajo.

Porque a las patronales no les importa la vida de los trabajadores sino aumentar sus ganancias a costa de la producción.

No podemos dejar de luchar por la reducción de la jornada laboral en 8 horas. Sin pérdida de salario constante en nuestra plataforma Nacional y llevada durante la huelga.

Por un salario digno que nos permita cubrir las necesidades básicas de todo ser humano.

TRABAJO, ALIMENTACION, EDUCACION, SALUD, VIVIENDA, ESPARCIMIENTO.

No a la superexplotación a costa de vidas obreras, los resultados de la huelga no han sido los mejores para los trabajadores y la prueba está que tuvimos que rechazar el despido automático porque las patronales condicionaron la vida gremial de nuestra organización con el asentimiento de algunos dirigentes de nuestro Sindicato que considera la reglamentación sindical ya sea de un día o 3 meses como favorable.

No vamos a engañarnos qué es lo que pretenden estos sres. dirigentes que no sea el lavado del Sindicato y del sindicalismo y por supuesto la defensa de nuestros derechos como explotados.

Compañeros esta jornada debe de ser para nosotros una instancia de lucha y de visión para el Congreso de nuestro Sindicato.

Debemos promover en todos los centros de trabajo la discusión de cómo se va a llegar al Congreso y quién debe representar a los trabajadores defendiendo la plataforma del Sindicato que no estuvo contemplada en las negociaciones que solo condiciona la vida de los trabajadores y que solo queda bien con los patrones y sus intereses.

La lucha de clases continúa y es contra las patronales y el gobierno y las tendencias conciliadoras de la central que dejan de lado la lucha de los trabajadores.

Les interesa que los SINDICATOS funcionen desde arriba y que nosotros las bases no puedan discutir porque los tiempos cambian pero la realidad de la explotación no.

Las condiciones de vida empeoran, ganamos salarios que ni siquiera contemplan el costo de vida.

Debemos volver a luchar por nuestra plataforma que fue dejada de lado por nuestros representantes.

LA LUCHA CONTINUA Y LA DAMOS LOS TRABAJADORES. A CONVOCAR ASAMBLEAS PARA DISCUTIR QUE SINDICATO QUEREMOS. POR LA DIGNIDAD DE LOS QUE VERDADERAMENTE CONSTRUIMOS...

NO MAS MUERTES EN LA CONSTRUCCION

POCO LEGIBLE

Procesado ...

OBSERV...

002 Asunto

0406713

EDITORIAL

UNIDAD Y LUCHA EN EL MOVIMIENTO OBRERO-POPULAR

Desde estas humildes páginas que llevan con orgullo sostenerse con las monedas que salen de los bolsillos de los humildes, venimos bregando desde ya hace 5 años por la construcción de las herramientas que la clase obrera y el pueblo necesitan para unirse, organizarse y luchar en un sentido revolucionario, que abra el camino a una verdadera revolución popular contra la oligarquía y el imperialismo, por la liberación nacional y social hacia el socialismo y el comunismo.

Como marxistas-leninistas-maoístas creemos que son las masas las que hacen la historia pero que sin partido comunista revolucionario no hay una dirección consecuente hasta el final en el proceso revolucionario.

Estratégicamente concebimos una revolución democrático-popular, continuadora del Artiguismo, antioligárquica, antiterrateniente y antiimperialista que avance en forma ininterrumpida al socialismo. Por ello es que la clase obrera necesita un Partido de Clase, Combativo, Revolucionario, guiado por una teoría científica, disciplinado, aguerrido. La clase obrera es la clase de vanguardia y necesita un partido político que le permita jugar su papel como tal, que le permita unirse al campesinado, y al pueblo en general y a la vez garantice su independencia de clase más consecuente y revolucionaria.

Sin unidad en el Frente Unico, con los más vastos sectores, la clase obrera no puede jugar el papel de vanguardia, se aislaría, poniendo todas las contradicciones, la principal en esta etapa, contra la oligarquía y el imperialismo y las contradicciones secundarias con la burguesía nacional, y otros sectores populares, al mismo nivel.

Sin lucha, y sin una independencia política e ideológica, de agitación y propaganda, esa unidad sin principios sería, como dice Lenin una traición.

En la Enfermedad Infantil del "izquierdismo" en el comunismo, escrito en 1920, refiriéndose a la situación de los comunistas en Inglaterra, y su táctica, Lenin plantea "Es cierto que los Henderson y los Clynes, los MacDonald y los Snowden (laboristas, reformistas Nota de L.V.) son unos reaccionarios incurables. Y no lo es menos que quieren tomar el Poder (aunque prefieren la coalición con la burguesía), que quieren "gobernar" de acuerdo con las rancias normas burguesas y que, una vez en el poder, se conducirán como Scheidemann y los Noske (Socialdemócratas alemanes que desde su gobierno reprimieron a los comunistas y asesinaron a Rosa de Luxemburgo y a Liebknet, Nota de L.V.). Todo ello es verdad; pero de esto no se deduce, ni mucho menos, que apoyarles equivalga a traicionar la revolución, sino que, en interés de ésta, los revolucionarios de la clase obrera deben conceder a dichos señores cierto apoyo parlamentario". Esto lo decía Lenin en un momento donde el Partido Laborista podía ganarle las elecciones a los partidos tradicionales burgueses y cuando aún los comunistas eran un grupo pequeño.

Más adelante dice: "Los comunistas ingleses deben, a mi juicio, unificar sus cuatro partidos y grupos (todos muy débiles y algunos extraordinariamente débiles) en un Partido Comunista único, sobre la base de los principios de la III Internacional y de la participación *obligatoria* en el Parlamento. El Partido Comunista propone a los Henderson y a los Snowden un "compromiso", un acuerdo electoral: marchemos juntos contra la coalición de Lloyd George y los conservadores, repartámonos los puestos en el parlamento en proporción al número de votos dados por los obreros al Partido Laborista o a los comunistas (no en las elecciones, sino en una votación especial), conservemos *la libertad más completa* de agitación, de propaganda y de acción política. Sin esta última condición es imposible, naturalmente, hacer el bloque, pues sería una traición. Los comunistas ingleses deben reivindicar para ellos lograr la libertad más completa que les permita desenmascarar a los Henderson y los Snowden, de un modo tan absoluto como lo hicieron (*durante 15 años*, de 1903 a 1917) los bolcheviques rusos con respecto a los Henderson y los Snowden de Rusia, esto es, los mencheviques."

Qué tiene que ver esto con nuestro país, desde el punto de vista de quienes renuncian a la revolución y a las exigencias de la ciencia, nada, y discúlpenos una nueva cita de Lenin, del mismo libro. "La ciencia exige, en primer lugar, que se tenga en cuenta la experiencia de los demás países, sobre todo si esos países, también capitalistas, pasan o han pasado hace poco por una experiencia muy parecida; en segundo lugar, exige que se tengan en cuenta *todas* las fuerzas, *todos* los grupos, partidos, clases y masas que actúan en el interior del país dado, en vez de determinar la política basándose únicamente en los deseos y opiniones, en el grado de conciencia y de preparación para la lucha de un solo grupo o partido.

En nuestro país el comunismo revolucionario está avanzando, pero su influencia de grandes masas es pequeña, lo mismo pasa con los sectores más combativos, MPP por ejemplo, y al mismo tiempo se da la circunstancia de que es posible que el Frente Amplio en alianza con otros sectores llegue al gobierno, y que la clase obrera vota masivamente por el FA.

Nosotros hemos sido consecuentes en esta táctica de exigir una amplia alianza para derrotar el continuismo de Sanguinetti ahora y de Lacalle antes. Esto se lo exigimos en primer lugar a los propios reformistas que predominan en el FA, que se sienten más cómodos sin disputar en serie el gobierno, en sus bancas de oposición responsable.

Y también se lo hemos planteado fraternalmente a los compañeros de la izquierda radical, diciéndoles, es cierto compañeros que hay que pelear por las viejas banderas, y nadie nos impide hacerlo a nosotros, a ustedes y nosotros, pero una forma de luchar por ellas es impulsar que el reformismo le dispute el gobierno a Sanguinetti y a la vez que las grandes masas aprendan de su propia prática y comprendan nuestro camino.

Apoyamos al Frente Amplio "siempe y cuando" como dice un compañero del MPP, siempre y cuando se oponga a la oligarquía aunque sea tibiamente, o le dispute el gobierno a los partidos tradicionales, ahora si vota el Mercosur nos oponemos y planteamos una lucha independiente.

"No todo pasa por el Frente", planteaba Mao, ni puede pasar, menos en nuestro país hoy con un frente hegemonizado por el reformismo y el revisionismo.

Lo mismo pasa con el PIT-CNT, estamos unidos, pero si suspenden el 1º de Mayo en un marco de suspender la lucha de clases, lo hacemos nosotros, con 50, 100, o 2.000 personas como lo hicimos este año, le guste o no al Ejecutivo o a quien sea.

En éste marco es que hemos vuelto a pedir el ingreso al MPP, como forma de unirnos con los compañeros más consecuentes del movimiento popular, a la vez que son compañeros que conciben una amplia unidad para luchar contra el enemigo principal.

Saludamos desde aquí, la resolución del MPP del 9 de Abril, que apoya un programa básico de 5 o 6 puntos de emergencia nacional, como sustento de un Gran Fr[illegible] para las próximas elecciones. Saludamos, también su Congreso y que en él se haya dado un justo trámite a nuestra solicitud de ingreso.

Sostenemos que el Movimiento de Participación Popular es una herramienta necesaria para nuclear a los sectores que ya han comprendido y rechazan el reformismo, impulsan las luchas y defienden las banderas históricas del movimiento popular. Vamos a apoyarlo fraternalmente, a la vez que mantenemos nuestra independencia como partido para lograr un cambio de correlación de fuerzas en el movimiento popular que permita emprender un camino revolucionario.

La clase obrera, el estudiantado y vastos sectores del pueblo están luchando, necesitan luchar para enfrentar y resistir el cierre de fábricas, la baja del salario, pasividades, reglamentación sindical, muertes por accidentes en la construcción y otras ramas, necesitan herramientas: el partido, el frente, la unidad más amplia para la lucha, por una táctica y estrategia que permita abrir un horizonte de cambios de fondo para nuestra patria.

003

NOTA EDITORIAL

TRIUNFO CLASISTA, HUBO UN PRIMERO DE MAYO CIMARRON

Este 1º de Mayo la corriente clasista y combativa movilizó bajo la lluvia torrencial a más de dos mil compañeros, obreros, trabajadores, jubilados, estudiantes, y en contra de la decisión de una Mesa Representativa del PIT-CNT raleada, de suspender en forma definitiva el tradicional Acto.

Con esta respuesta contundente se le dijo No "al echar para atrás" como dijo un compañero y NO a muchas cosas que están pasando hace muchos años, pero especialmente con la nueva ola renovadora que quiere eliminar toda tradición clasista y de lucha de clases.

Allí bajo la lluvia y en la convocatoria estuvimos muchos viejos y nuevos militantes de la izquierda combativa, con nuestras diferencias, con nuestras banderas y consignas pero juntos para enviarle un mensaje a todos los gremios en lucha, a todos los obreros que ese mismo día en Turquía enfrentaban la represión y que en Perú combaten por todos los medios una Dictadura Fascista.

Allí nos juntamos en ese acto CIMARRON, convocado desde abajo para, con ese hecho recordar a nuestros queridos mártires, a los mártires de Chicago, para recordar en ese día sagrado para nosotros, junto a los oprimidos de todo el mundo, la sangre derramada y nuestro futuro hermoso.

El 1º de Mayo no se sustituye por otros hechos y otras movilizaciones, hay quienes dicen que el 1º de Mayo es todos los días y contraponen equivocadamente el luchar todos los días a luchar ese día, o tratan de decir que quienes fuimos bajo la lluvia no lo hacemos todos los días y ellos sí. Y eso es mentira.

El Movimiento Obrero es algo más que sus sindicatos, es también los partidos y organizaciones que luchan y trabajan en su seno, mal que les pese a quienes dicen por ahí que el acto fue organizado por gente ajena al movimiento obrero. Lo que se recoge de la prensa por declaraciones de "dirigentes" de la central son nombres de organizaciones y compañeros del movimiento obrero, de viejos y conocidos militantes del movimiento obrero. Se acusa al PCR y al PT, al MLN y a la FAU, a quien escribe y a militantes del SUNCA y de Gráficos, a Aparicio Guzman, en particular. Bueno ninguno, de estas organizaciones y personas somos ajenos de ninguna forma al movimiento obrero. Ninguno de nosotros dejamos de estar orgullosos por habernos reunido bajo la lluvia y haber cumplido con nuestro deber, ninguno niega que convocamos o nos sumamos al acto CIMARRON, es más nos acusan de algo que nos enorgullece.

A[illegible] bien, no los vemos tan orgullosos a [illegible] suspendieron el acto, de haberlo hecho, tampoco los vemos orgullosos de haber ido a reprimir con fierros, a un acto que no era de su agrado.

Nosotros podemos decir acá, en este paisito, primero de mayo hubo en las cárceles, y en la tortura y no va a haber nadie capaz de impedirlo, represente o diga representar a la central, las FFCC o al Papa.

En cambio los suspendedores ¿quiénes fueron? no se sabe bien, en qué asamblea se atreven a decir que el 1º de Mayo se debe suspender por lluvia, o que hay que reprimir a la gente, en ningún lado.

A lo que se han atrevido, es a "resolver", en algunas reuniones, como la de la Mesa Representativa del sábado siguiente, donde obtuvieron 18 votos, en 35 que abarca ese organismo, y dándose cuenta de la debilidad de su argumentación MIENTEN, MIENTEN PARA QUE ALGO QUEDE. Inventan "provocadores", gente "ajena al movimiento obrero", gente "armada".

El famoso estrado fue tema de discusión durante el mes previo al 1º de Mayo, la dirección del SUNCA, su mayoría no querían hacerlo, tampoco la seguridad del acto, etc.

Esto preparó ya un clima de magnificar lo de menos, el estrado, y esto también fue usado como base para la verdadera provocación que se montó en nuestro acto, cosa que esta gente no reconoce, aunque cualquiera sabe que el Acto del PIT-CNT fue suspendido.

A las 15 y 30 un camión descarga una patota con llaves "inocentes", para desarmar el estrado, era un grupo de choque conformado por militantes de una agrupación de renovadores ex-P"C"U y gente del P"C"U, toman el estrado y bajan a quien esto escribe bajo amenaza, impidiendo el desarrollo de una asamblea que ya se estaba produciendo con unas 200 personas.

Aquí el tema era, aparentemente desarmar el estrado, si querían desarmar el estrado podrían haberlo hecho antes, o después de nuestro acto, con lo que estos "humildes desarmadores" se hubieran evitado la mojadura, treparse a los andamios sin cinturón de seguridad y que los insultaran con toda razón miles de personas por prestarse a esa provocación.

Luego hubo varios intentos de compañeros de subir al estrado, fueron repelidos con los fierros de los andamios, y empujados, de pesado, ellos mismos lo reconocen en la prensa, "pudimos evitar que subieran hasta que 300 personas lo hicieron y fue imposible pararlos". Eso era lo que nosotros les planteamos a varios dirigentes que estaban por ahí, que se fueran, dejaran expresarse a la gente y luego vinieran a desarmar. Pero como su objetivo y ellos lo reconocen no era el de desarmar sino evitar que "gente ajena" pudiera decir no se sabe qué cosa que no digamos todos los días en las asambleas, volantes, etc. El argumento que usan de "gente ajena", es demostrativo de que tienen que justificar, como lo hacía la Dictadura, que hay un "gran peligro, internacional, ajeno a nuestras costumbres y tradiciones". Los que suspendieron el acto mienten, persiguen a los "ultras", son gente intolerante, educada por años en el P"C"U revisionista. Hace unos años golpeaban a "provocadores" que gritaban LIBERAR A LOS PRESOS POR LUCHAR y hoy pretenden volver a las andadas. El revisionismo llegado el caso muesta hasta dónde odia la revolución, al comunismo y a todo lo clasista. Los viejos revisionistas de la segunda Internacional asesinaron a Rosa de Luxemburgo y a Guillermo Leebknet, en Alemania, en nombre del Socialismo.

Los revisionistas modernos, que coparon la dirección del PCUS en 1956, han asesinado millones de hombres y mujeres en Afganistan, Etiopía, Somalia, en las nacionalidades de la URSS, y a miles de oponentes políticos.

Y a todo esto se saludó desde el partido de Arismendi. Acá se educó a la obsecuencia a la unidad más allá de la ideología, de principios, al acomodo de camarillas, a que los revolucionarios son ultras y aventureros y además a la violencia y la intolerancia.

Mao definió a la URSS de Krushev como socialimperialista y socialfascista y hoy Zirinovski y Yeltsin, hombres del KGB le dan la razón.

Por eso hay que mirar los hechos y no lo que dice ser cierta gente. El que apalea obreros para nosotros es un fascista, el que no tolera distintas posiciones, miente y cada vez que pierde en algo echa las culpas a provocadores y gente armada, es un fascista, es un provocador.

Esos son nuestros puntos de vista y estamos dispuestos a discutirlos donde sea necesario, lo que no estamos dispuestos es a cerrar los ojos ante esto y dejar hacer, para intentar que no nos ataquen. Siempre que hagamos cosas en sentido revolucionario nos van acusar, van a tratar de confundir a la gente, pero cuando las masas estén decididas a luchar los van a pasar por arriba, como cuando 300 compañeros aguerridos subieron al estrado, que como la tierra es para el que la trabaja, es para quien lo usa.

¡arriba los que luchan!

RICARDO COHEN

001

NOTA EDITORIAL

RUPTURA ES UNIDAD

El revisionismo es la ideología burguesa dentro del movimiento obrero, confunde, divide, paraliza y desarma a la clase frente a las clases dominantes; y lo hace quitándole contenido al Marxismo, allí donde debe haber confrontación llama a la conciliación, aplican el dogma del "pragmatismo" para dejar por el camino los principios, la unidad es unidad solo sin cuestionamientos, la revolución es transición, evolución mecanicista, la lucha-negociación. La defensa de las estructuras es fundamental no importa cuán lejos de las masas, la crítica es divisionismo.

Esta es la esencia ideológica que predomina en las cúpulas dirigentes, es la esencia de la ruptura y la principal contradicción en el seno del movimiento obrero, en la medida que las tendencias revolucionarias jaqueen su hegemonía.

Esta política ha traído como consecuencia el alejamiento de los compañeros de los sindicatos, desconfianza y cuestionamiento a los dirigentes, las encuestas que miden la popularidad de los presidenciables; dan cada vez menos compañeros que confían en los sindicatos, y el número de afiliados va cada vez más en baja, más allá de las razones estructurales como son el cierre de las industrias, hay principalmente un cuestionamiento a la política que dirige los sindicatos.

Han existido expresiones espontáneas donde se repudiaron a figuras que representaban esta política, que en el fragor de las luchas tentaron el más infame oportunismo, es que ya los trabajadores perciben claramente la contradicción gremios en lucha-PIT-CNT, manifestando su desconfianza.

La unidad de movimiento obrero es rehén al servicio del oportunismo oficialista, ellos se proclaman representantes legítimos de la unidad, fustigando cualquier intento de organización como rupturista, negando el ejercicio de la democracia directa, ya proclamada en la comuna, y pilar fundamental del Artiguismo ("mi autoridad emana de vosotros")...

Es que más allá de las disquisiciones estatutarias, está la real representación que parte de la defensa intransigente de los principios y los intereses del pueblo trabajador.

No es manifestándose unitarios y practicando un "pragmático" sectarismo, que se defiende la unidad. No es escapándosele a la gente para recurrir a los medios de difusión que lograremos la discusión de los problemas populares, no es acusando a compañeros de agitadores profesionales (igual que en la dictadura), que ocultaremos las contradicciones de un movimiento obrero que lucha por la unidad, pero también por la independencia ideológica y una clara política proletaria, de vanguardia en las luchas antioligárquicas y antiimperialistas. Las condiciones subjetivas de una ruptura están dadas en la medida que se aglutinen organizativamente las fuerzas de la revolución, contradictoriamente, la unidad surge, se fortalece, en la medida que se deslinde campos con el revisionismo. Premisa indispensable para cualquier proyecto auténtico de independencia nacional.

PACO

MAROÑAS SIGUE VIVA: NO AFLOJAR EN LA SOLIDARIDAD Y LA LUCHA!

Hoy la Intersocial de Maroñas es un hecho innegable. Participó en la comisión de organización y movilización del PIT-CNT, para la realización del Primero de Mayo. En la pegatina para la realización del acto central, junto a compañeros de ILDU y de FUNSA; y continúa junto al PIT-CNT en la recolección de firmas para los cuatro referéndum, además de continuar con las tareas propias en la zona de Maroñas, y de participar junto a los gremios en conflicto en la Comisión de Conflictos de la Central de Trabajadores.

El día 16 de abril, organizó una movilización en la que marcharon dos columnas, una desde Piccioli hasta Libia, y otra desde General Electric hasta Libia en donde se realizó un acto a la hora doce, con la participación de los trabajadores de CELOPRIN, GENERAL ELECTRIC, SUNTMA, ASTRA, HOSPITAL ESPAÑOL, ILDU, FUNSA, UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA, AFUTU, SUNCA, SAG, CURTIDORES, vecinos de la zona, MOVIMIENTO DE TRABAJADORES CRISTIANOS, entre otros, con el fin de poner clima, "calentar los motores" apuntando a la realización del Primero de Mayo. Paso a paso va logrando inserción en la barriada; y así, aunque el día no fuese de lo mejor, se realizó el Día Internacional de los Trabajadores desde la mañana, un fogón en el local de Curtidores de Veracierto 3310, con guitarreada y todo, en donde se fue juntando gente para ir luego al acto Central del PIT-CNT de Avenida del Libertador.

Y luego se vieno la suspensión del Primero de Mayo por decisión de la Mesa Representativa. La Intersocial debate en asamblea, en la que participan todos los presentes, con un alto concepto de democracia popular los que están cada día abocados a las tareas de la Intersocial, y los que hasta allí llegaron con el fin de ir al acto central del Día de los Trabajadores. Entre todos se decidió pasar por el SUNCA, y luego llegar a la Avenida del Libertador, a juntarse con la columna del Cerro y con todos aquellos que desde los micrófonos de CX36, CX44 y CX30 llamaban para reafirmar su decisión de estar en el lugar fijado para el acto Central. La Intersocial de Maroñas fue parte de los dos mil compañeros trabajadores que consideraron que en Uruguay un Primero de Mayo no se suspende por mal tiempo, y sentían la necesidad de manifestarlo públicamente.

Luego pasó lo que pasó, y hay que debatirlo. Tomar posición sin autocensuras y a conciencia, con el punto de mira puesto en la defensa de los intereses de los trabajadores. Construyendo la unidad del movimiento sindical en cada acción, pero sin dejarnos chantajear por aquellos que desde siempre pretenden tildar de divisionistas a todos quienes pretenden levantar la movilización y la lucha de los trabajadores por la defensa del salario, las fuentes de trabajo, la salud, la vivienda y la educación.

La Intersocial de Maroñas seguirá adelante, no hay dudas. Con su perfil propio, luchando junto a los que pelean, levantando los principios de solidaridad con los hermanos del pueblo que son oprimidos por los gobiernos neoliberales, el capital financiero y los monopolios internacionales, a través del Mercosur y las zonas francas.

Las voces que se alzan en contra, desde las propias filas del movimiento popular, no nos deben hacer arriar las banderas, ni mucho menos las voces de nuestros enemigos de clase, algunos enquistados en el propio seno del movimiento obrero.

Por la reorganización de la mesa zonal Maroñas del PIT-CNT. Por la vivienda digna más cantegriles. Por salud y educación popular

No a la resignación, sí a la lucha!!!

JORGE PER

MUERTES EN LA CONSTRUCCION

JUAN CARLOS RAPETTI, obrero de la construcción, padre de familia, hombre humilde del km 15 de Camino Maldonado, 42 años, muere a consecuencia de la caída desde el piso 11 de un edificio en construcción de la empresa Atijas-Weiss.

Salió a trabajar como todos los días y no volvió, por unos pesos flacos, para parar la olla dejó la vida. No es el primero y lamentablemente no va a ser el último obrero que mata este sistema podrido, donde la vida humana no vale nada, donde el hombre es esclavo del capital. Y estos hechos deben llevar a reflexionar. ¿No será cierto lo que dicen en Chiapas, que para vivir así y morir así, más vale morir peleando? Creemos que sí.

A la familia de Juan Carlos, a sus compañeros, a sus vecinos, nuestro compromiso a seguir luchando por un nuevo mundo donde la gente sencilla como él vivan dignamente, y dirijan la sociedad.

L.V.

14 AÑOS DE GUERRA POPULAR EN EL PERU

El 17 de mayo se conmemoró el 14º aniversario del inicio de la guerra popular en el Perú. Está guerra que conmueve a nuestro continente la vienen librando las grandes masas campesinas y la clase obrera, bajo la dirección del Partido Comunista del Perú, Sendero Luminoso.

La violencia revolucionaria, es un derecho de los pueblos en su lucha por la liberación nacional y social, por eso expresamos nuestra solidaridad por esta lucha justa y heroica que vienen librando miles de combatientes.

Convocamos, al mismo tiempo a los partidos y personas progresistas de nuestro país a apoyar la lucha del Pueblo Peruano contra la Dictadura Fascista de Fujimori y las Fuerzas Armadas del Perú, por la liberación de los miles de presos políticos y por salvar la vida de Abimael Guzmán, ya que en la prisión especial se trama su asesinato.

L.V.

005

9406713

[L]A UNIVERSIDAD EN PIE DE LUCHA

En el marco de la política continuista neoliberal de la oligarquía pro-imperialista, de compromiso irrestricto con los dictados del F.M.I., que implican día a día mayor expoliación de las riquezas nacionales y extracción de plus-valía más y más acentuada de la masa trabajadora, es imperativo para esta clase dominante, una universidad maniatada, acorralada, con sueldos de hambre y cada vez más elitista. Hay dos proyectos de país confrontados también a este nivel. No es nuevo para nadie que esta Universidad que goza del "Privilegio" de ser autónoma cogobernada por sus tres órdenes, que intenta proyectarse en la investigación y en la extensión al servicio de necesidades reales de sectores populares de nuestra sociedad, ha venido siendo cuestionada por un proyecto de Universidad Privada, que plantea limitar a través de la matrícula o de privilegiar solo áreas de alta tecnología, una Universidad para una casta social y al servicio solo de la misma.

La Universidad de hoy tampoco es perfecta, en su interior también se ventilan algunos de los vicios que caracterizan al sistema político, mal manejo de fondos, corrupción y el deambular de algunos personeros de los planes del Luqui o del Cojudo. Pero podemos caracterizar que el proyecto actual de Universidad es el que más sirve a capas más amplias de la sociedad. Decimos esto como introducción porque tras el recorte salarial han salido a la palestra siniestros planteos del ministro Mercader que atentan contra la autonomía sumando a De Posadas o Lacalle que niegan compromisos pactados y muestran claramente en su tozudez, sus claras intenciones de desprestigiar y acorralar a la alta casa de estudios.



LA HUELGA

La política salarial de este gobierno en relación al presupuesto de educación, genera un permanente deterioro del salario de docentes y funcionarios de nuestra Universidad.

Se sitúa en un 20,4% la pérdida del salario real (logrado en mayo del año pasado) a marzo de 1994. Esta situación ha sido considerada por los gremios y órganos de [gob]ierno de la Universidad.

El Consejo Directivo Central de la Universidad del 26.04.94: Señala que, a través de esa política se incumplió la palabra empeñada en abril de 1993, de iniciar un proceso de recuperación del poder adquisitivo de las remuneraciones universitarias.

De un comienzo el conflicto arrancó con la formación de una Intergremial de AFUR (Funcionarios), ADUR (Docentes) y FEUU (Estudiantes). Por resolución de la asamblea los primeros se largan a la huelga, los segundos luego de un plebiscito y los terceros en asambleas volcadas luego al Federal.

En ADUR se corrige la orientación del año anterior de tomar aquella medida "tan radical" de largar la huelga sin haber comenzado las clases, en consecuencia sin alumnos. Ahora un plebiscito resuelve mayoritariamente la huelga. Todo esto bajo la dirección mayoritaria de los renovadores, aquellos que en sus años de juventud sirvieron en la conciliación de la lucha de clases en el partido de Arismendi. En fin, una dirección que nuna se caracterizó por ser muy de avanzada. Por último en los estudiantes se da la existencia de todas las corrientes políticas, pero aquí está primando una fuerte idea que es la revitalización de la organización gremial.

Con tal característica el movimiento ha cobrado mucha voluntad espontánea que se ha volcado y es sostén principal en la movilización y la propaganda en la calle. En este sentido se combina el buen humor juvenil con la consigna política cada día más clara y de ir por 18 con ciertas dificultades, a tomar 18 de nuevo como hacía mucho tiempo no sucedía.

Nuestra línea ha sido ante todo el privilegiar la participación del estudiantado y su movilización como elemento de peso para presionar en cualquier negociación.

Comprendemos que la televisión y los medios juegan cada vez un papel mayor en la formación de opinión y somos conscientes de ser centro de noticias por la movilización masiva en la calle, en 18, en el Ministerio de Economía y en las actividades parciales en las facultades.

Privilegiamos una gran concentración semanal los viernes como demostración de fuerza y unidad.

Los estudiantes sabemos que ponemos muchos intereses en juego y no queremos ser quienes perdamos en esta pulseada porque en definitiva quien pierde es el movimiento popular, democrático y nacional de nuestro país. Pierde en tal caso una parte principal de nuestra cultura.

LINEA DE MASAS

¿Cómo estudiamos el actual ascenso de movilización? Sabemos que salimos de un reflujo bastante pronunciado en las luchas estudiantiles por lo menos desde el 90. Los estudiantes que adherimos al marxismo debemos comprender a fondo qué significa integrar en nuestra práctica cotidiana la línea de masas maoísta. Debemos aprender a luchar contra el "derechismo" de negociación sin movilización y contra la verborragia "izquierdista".

En esta extensa cita de Mao se engloba la orientación que debemos asimilar para movernos "como pez en el agua" y lograr éxitos reales en nuestro trabajo. "Es necesario enseñar a cada camarada a amar a las masas populares y a escucharlas atentamente; a fundirse con las masas donde quiera que se encuentre y, en lugar de situarse por encima, adentrarse en ellas; a despertar a las masas y elevar su conciencia política partiendo de su nivel, y, ciñéndose al principio de plena voluntariedad, ayudarlas a organizarse gradualmente y a desplegar paso a paso todas las luchas necesarias que permitan las condiciones internas y externas en determinado tiempo y lugar. El autoritarismo es erróneo en cualquier tipo de trabajo, porque rebaja el nivel de conciencia política de las masas y viola el principio de voluntariedad, reflejando el mal de la precipitación. Nuestros camaradas no deben dar por sentado que lo que ellos comprenden también es comprendido por las masas. Para saber si las masas lo comprenden y están dispuestas a actuar, debemos ir a investigar entre ellas. Actuando así, podremos evitar el autoritarismo.

También es erróneo el seguidismo en cualquier tipo de trabajo, porque queda por debajo del nivel de conciencia política de las masas y viola el principio de dirigirlas en su avance, reflejando el mal de la lentitud.

Nuestros camaradas no deben suponer que las masas no comprenden nada de lo que ellos todavía no han llegado a comprender... En resumen, hay que hacer comprender a cada camarada que el criterio supremo para juzgar las palabras y actos de un comunista reside en precisar si éstos concuerdan con los intereses supremos de las grandes masas populares y si se ganan su apoyo. Hay que hacer comprender a cada camarada que, si nos apoyamos en el pueblo, creemos firmemente en el inagotable poder creador de las masas populares y, en consecuencia, confiamos en el pueblo y nos fundimos con él, superaremos toda dificultad y aplastaremos a cualquier enemigo, en vez de ser aplastados por él". Mao Tse Tung. Sobre el Gobierno de coalición T. III. Pág. 274-75.

¿QUE PERSPECTIVAS TENEMOS?

Por otra parte los argumentos juegan a nuestro favor. Plata existe y mucha, solo que hay que desviarla de destino. Así decimos no privilegiar la especulación, sí lo productivo; no al pago de intereses y moratoria de la deuda inmoral, sí a la Educación, la Salud y la Vivienda; no a los gastos improductivos del Estado y sus fuerzas armadas; sí al impuesto a los miles de millones de dólares que maneja la Banca Extranjera; no a sus "secretos bancarios"; sí a los fuertes impuestos a las fabulosas ganancias de los latifundistas por sus exportaciones y a la renta de la tierra.

En cuanto a la perspectiva del conflicto vemos que el deseo mayoritario de que fuera un conflicto corto se hubiera correspondido con una reedición de la rebelión de parte que París que a adoquinazos conquistó en las calles toda la plataforma e hizo caer al ministro. Aquí ha tenido el movimiento otro cauce para el cual decimos que es decisiva la participación en el grado que se viene dando con su correspondiente traslado en la propaganda y la sensibilización. Que no es posible que el gobierno sostenga un conflicto que tienda a prolongarse con estas características por el consiguiente golpe político de desprestigio aún mayor que representa frente al año electoral.

Como contrapeso hay que seguir muy de cerca la posibilidad que los sectores más reformistas y aquellos eternos conciliadores, quieran transar por chauchas y palitos. Un 6% es inadmisible. El reclamo máximo es el 20%. Si el movimiento pierde fuerza es otra historia y habría que pensar siempre en no perder la vinculación con la Masa Estudiantil. No es el caso ahora.

12.5.94

006

–9406714

UCM

Elogiada por su crecimiento económico y sindicada como ejemplo por los medios económicos burgueses, PERSES, es uno de los principales grupos económicos dedicados a la venta de servicios en la salud, principalmente dedicado a la cobertura de los seguros parciales como lo es la urgencia móvil (UNIDAD CORONARIA MOVIL).

La patronal de la UCM, ha mantenido una política Fascista en la selección de su personal, encabezada por el "SR" Vallejo, de investigación de antecedentes político-sindicales, tratando de evitar el ingreso de "elementos" peligrosos sindicalmente o de comunistas, (según la jerga fascista), por encima de la preparación profesional requerida. Es la búsqueda de la obsecuencia, y la tranquilidad de que nada va a quebrar la imagen de una empresa pujante, donde el más mínimo error se paga con el despido, - o el llegar a jefe o encargado de algo es la forma más rápida de que te vayan- al decir de los compañeros.

Es bajo estas reglas de juego, no escritas, donde el no te metas y el cuidate el culo, son el corolario lógico de una actitud individual, que un grupo de compañeros en clara actitud clasista, intentan sacar cabeza fortaleciendo AFP (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE PERSES), planteado un conflicto de "baja INTENSIDAD" con medidas a la interna que solo afectan a la empresa, pero sin repercusión pública.

Es hasta que el Ministerio de Trabajo intima a la FUS de que si prosigue el conflicto en PERSES, (donde de una plataforma de 17 puntos, 2 contienen elementos salariales), denunciaría el convenio general de toda la federación.

En el mismo momento que la federación informaba de esta situación a los sindicatos de base, transcurría una asamblea histórica de AFP, un pequeño grupo de allegados a la patronal se había preparado afiliando a gente alejada, que no participaba en la vida del sindicato, como en el caso de promociones, para ello "VOLTEAR" la dirección clasista e imponer una AMARILLA.

Al retomar un trabajo de reorganización y cuestionando de todos los ángulos, hasta el estatutario (para ser elector y dirigente en AFP se necesitan 3 meses de afiliado y alguno no tenían ni 24 hs.). La patronal dirime la pugna, hecha 9, toda la dirección clasista, haciendo correr el rumor que la purga seguía.

Rabia, indignación provocó tal actitud, uniendo a todos los compañeros en busca de la restitución, -de quienes se jugaron el cuello por todos-, aislando y pasándolo por encima a los amarillos que quisieron maniobrar canjeando por palitos y chauchas los despidos. -"Me cago en todos los convenios, quiero el reintegro de los compañeros"- gritó en la asamblea una compañera.

No sabemos, al concluir este artículo, el final, pero rescatamos la lucha contra el amarillaje producto de una política FASCISTA, de una patronal que pretendió comprar la DIGNIDAD, de compañeros que con su altivez de trabajadores defendieron el compromiso con su clase.

ULTIMO MOMENTO
UCM, CORONARIA MOVIL

La asamblea de funcionarios de dicha empresa aceptó las condiciones de la empresa para lograr el reintegro de los nueve dirigentes despedidos. Las condiciones básicamente mantienen el convenio actual hasta marzo del 95 no pudiendo el sindicato impulsar otras reivindicaciones. A pesar de ello la empresa traslada como sanción a un compañero. La asamblea expulsó por amarillismo y haber participado de la maniobra de la patronal, a 4 personas. Analizaremos esto en el próximo número.

EL EJEMPLO DEL 41 SECUNDARIA SE PONE EN PIE DE LUCHA

La gran lucha que está librando la Intergremial Universitaria ha contado con la solidaridad de los estudiantes de Secundaria. El viernes 13 de Mayo cuando se produjo aquella hermosa y combativa marcha por Bulevar Artigas hasta el Palacio Libertad, fue notorio un importante contingente de estudiantes de Secundaria que agitaron todo el tiempo. Eran los compañeros del Liceo 41, del Cerrito. No sabíamos en ese momento que tuvieron que luchar para estar allí, pues la Directora del Liceo intentó oponerse a que se reunieran para decidir y para organizarse para concurrir a la marcha. A pesar de ello unos 60 estudiantes fueron a la marcha, el lunes, cuando se reintegraban al liceo, aparecieron todos suspendidos por haberlo hecho. Esto promovió una inmediata indignación en la inmensa mayoría de los estudiantes, de 1º a 4º, bastante jóvenes (no hay 5º y 6º). Se resuelve realizar una asamblea y está la ocupación, sin vacilación. Estos pibes son solidarios, están unidos y decididos a hacerse respetar contra los resabios dictatoriales que se mantienen en Secundaria.

La ocupación no fue fácil, ante la negativa de la directora, presencia policial y los intentos continuos de apelar a la ingenuidad de los jóvenes. Ingenua fue la directora, pensando que podía cazar tontos, o asustar a los jóvenes decididos a hacer respetar sus libertades de agremiación, reunión y movilización.

Más de 200 estudiantes ocuparon el liceo, y recibieron el apoyo solidario de otros compañeros de Secundaria, de la Coordinadora y de liceos de la zona. También hubieron presentes algunos militantes de la FEUU quien llamó a un federal para tratar el tema.

A altas horas de la noche se amenaza a los estudiantes con un despliegue policial tremendo, más de cien efectivos rodearon con todo tipo de vehículos, el liceo, y estos pibes para orgullo de nuestro pueblo les dijeron que la ocupación seguía, que no les tenían miedo. Esta actitud firme y decidida promovió que una jueza actuante, negociara con la directora el retiro de las suspenciones para desocupar el liceo. Esta tuvo que aceptar y los estudiantes lograron una victoria muy importante. Al otro día el ministerio del Interior informaba que se había desalojado sin problemas ocultando que tuvieron que retirar las suspenciones arbitrarias.

Esto no quedó allí, la directora siguió amenazando esta semana con suspenciones y pasos al psicólogo, y denunciando la existencia de agitadores profesionales, dado que su concepción reaccionaria le impide creer que 200 jóvenes puedan, a pesar de esta educación deformada, tener conciencia de lo justo y rebelarse, defenderse, solidarizarse... La directora y todos recibimos esta hermosa lección, unos con agrado, otros no tanto.

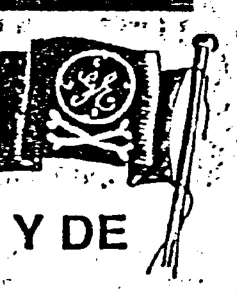
TIEMBLEN LOS TIRANOS ANTE EL PASO MAJESTUOSO DE LOS HOMBRES LIBRES

José Artigas

007

-3409713

...NERAL ELECTRIC



OTRA PERLA DEL MERCOSUR Y DE LA ROSCA

Reportaje a Rodolfo Trías, Presidente del Sindicato de Obreros de General Electric y a Caballero también dirigente del sindicato.

L.V. -¿Cuáles son las razones básicas del conflicto que ya lleva más de 50 días?

R. Trías: -Antes que nada agradecemos al diario La Verdad por dedicarnos este tiempo para que narremos nuestro conflicto. Nosotros tuvimos una serie de problemas vinculados a la licencia de Febrero, ya que la empresa quería que nosotros trabajáramos en la licencia, allí logramos que se efectivizara dicha licencia. Cuando nos vamos quedan refrigeradores en proceso de fabricación, para lo que se deja algunos trabajadores. Cuando salimos de licencia nos enteramos que la empresa quería parar el proceso de fabricación y mandárselo a los clientes mismos. Esto afectaba la utilización de la mano de obra de los obreros de G.E. y no estuvimos de acuerdo. Le dijimos que se presentara a las 5 de la mañana, y eso pasó [illegible] más con 70 u 80 compañeros, que llamaron por ese tema.

Cuando nos presentamos había un tipo en la puerta que le decía a la gente quien entraba y quien no.

L.V. -¿Cuándo fue eso?

R. Trías.: -Fue el 8 de marzo. La empresa decidió que solo podían entrar 41 personas. Entre ellas como estrategia, la empresa deja al presidente, secretario general y tesorero del sindicato. Para que nosotros no lo pudiéramos acusar de ataque al sindicato. Decidimos que los 41 entraran y el resto cruzáramos el sindicato para una asamblea, donde decidimos como estrategia, para tener una pata adentro, que entraran los 41, para tener un control de la empresa.

Al mismo tiempo la directiva resolvió pedirle reuniones a Julio Pérez, jefe de personal, o a Villanoba, para plantearle, qué pasaba con los 160 compañeros que habían quedado afuera? Después de varios días conseguimos una reunión con la empresa

de nos dicen que de los 160 van hablar en una próxima reunión en el ministerio, pero que ahora quieren plantear una nueva reglamentación interna. Y éstas eran, primero que las determinaciones en la fábrica la toman ellos y el que no las acate sería suspendido o echado, segundo, el comedor, el carro que bajaba sería sacado para no perder tiempo, la reglamentación sindical implicaba que los dirigentes sindicales tenían no solo que informar de sus movimientos sino que deberían pedir permiso para hacerlo y autorización, sin la cual no se podían mover de su sección. También eliminaba el uso del teléfono, que quedaría solo para casos de urgencia. Y esto lo dicen como condición para que la empresa funcione "si no tienen que cerrar".

Allí cruzamos al sindicato donde ya funcionaba la olla sindical para discutir esto.

L.V. -¿Ya se había declarado la huelga en ese momento?

R. Trías: -Bueno la empresa planteaba que no sabía lo que iba a hacer con ellos. Allí tuvimos una reunión con la gerencia, le preguntamos nuevamente por los 160, en qué situación estaban? Nos dicen que estaban a la orden. Nosotros le decimos que si están a la orden cobraban. Y el abogado dice, sí, están a la orden y están cobrando. Pero Villanoba dice, no sé, tenemos que tomar una decisión pero todavía no la tenemos. Estábamos con Hugo Bianchi, del UNTMRA, y le planteamos que esta reunión la llévemos al Consejo de Salarios. Dijeron que sí y se levantó la reunión. Al mismo tiempo hacíamos carteles, lateadas, olla sindical.

Luego viene la reunión en el Consejo de Salarios, la empresa pide prórroga y luego se realiza. La empresa plantea que va a mandar telegramas colacionados al 50% del personal. Nosotros le planteamos que aguanten los telegramas para discutir pero se niegan. Ante esto nos fuimos. Fuimos al sindicato e informamos de los despidos, y le dijimos que tenemos una sola OCUPAR LA PLANTA ya que nos cortaron toda otra salida. Cruzamos y ocupamos, sin entrar a la planta en sí, sino al comedor, llamamos a la empresa y telegramas colacionados al Ministerio del Interior, al de Trabajo y S. Social. Hay que mandar los tres telegramas por ocupación y otros tres por la huelga, por exigencia legal. Hicimos un acta, lacramos. La empresa se niega a venir, porque ocupamos y a la 1 de la mañana viene un coche policial, se bajan y preguntan cuánta gente hay en la planta.

Si no ocupábamos la empresa podía sacar los refrigeradores. Decidimos las guardias y demás, ya que la responsabilidad es muy grande, y el comportamiento fue muy bueno de todos los compañeros.

En la asamblea, al otro día decidimos la huelga, allí le pedimos a los más veteranos que nos aporten su experiencia en la lucha. Hicimos contactos con los legisladores y empezamos a recibir solidaridad, de AEBU, Gráficos, la Intersocial de Maroñas.

Hay que tener en cuenta los bajones, porque no es lo mismo saber que hay despidos, que recibir el telegrama y allí viene el bajón. Pero hablamos con la gente y vino Sarthou, que es abogado y explicó que el telegrama estaba fuera de lugar, porque cuando estás ejerciendo el derecho de huelga no pueden mandarlo. Aunque en el país real se hace. Estuvimos 11 días ocupando la planta hasta la desocupación. En el desalojo, la policía no me permitió entrar aunque fuera el presidente del sindicato, además destaco la presencia inmediata de la radio y de Arellano. Quiero dejar claro que la policía tenía dos cámaras filmadoras.

Y ahí pasamos a otra etapa, enfrente en el sindicato, las lateadas y a profundizar la propaganda. Fuimos a las radios que nos apoyan más, la 30, la 36, la 44, hay que tener en cuenta que nos es difícil salir por la televisión porque Nicolas Berdún es dueño de Canal 12, uno de los dueños de Canal 10 y del Pan de Azúcar, es Luis Brezzo, Rocca Couture también está en este grupo económico dueño de la empresa. Es una rosca.

L.V.: -¿Podrías decirnos algo más de este grupo económico y también de cómo influye la política del gobierno en el cierre de esta empresa?

E. Trías: -Cuando General Electric pone en venta el 66% de las acciones, se forma INDUNOR con Nicolas Baridón y las compra. Tiene DASA, distribuidora de combustible, con la cual acumula elevadas ganancias, saca arriba de 70 MILLONES DE DOLARES AL AÑO, ganó la licitación de la Tablada, es dueño de MOVICOM, ganó la licitación para la TV CABLE, es dueño de Canal 12.

Brezzo, estuvo en el gobierno de Sanguinetti, y se aburrió de cerrar fábricas como ministro o asesor de empresas. Ya Brezzo aconsejó el cierre de la planta de G.E. de lamparitas, porque según él no era viable.

Roca Couture además de su actividad en la AUF, está ligado al grupo económico de Baridón.

Este grupo quiere partir al medio al sindicato y es por eso que los denunciamos.

Quiero destacar que a 54 dias de huelga NO TENEMOS NI UN CARNERO ADENTRO DE LA FABRICA, y lo otro a destacar es que la EMPREA EN NINGUN MOMENTO QUIERE DISCUTIR CON EL SINDICATO.

Ahora a los 51 días, a través del PIT-CNT y los compañeros del UNTMRA, logramos que aceptara la discusión para llegar a un acuerdo, según dijo Brezzo.

L.V.: -¿Cuál es la estrategia y cómo la han ido adaptando a lo largo del conflicto?

Caballero: -Lo primero es que nosotros no buscamos este conflicto. Sabemos que en esta situación estamos a la defensiva, donde el capital ataca sistemáticamente al conjunto de la clase trabajadora, nosotros no estamos en las mejores condiciones para generar un conflicto, por salario o por otras cosas. En el gremio metalúrgico esto sería imposible. Entonces cuando la empresa empezó a atacar el status sindical que teníamos, y las costumbres, nosotros fuimos retrocediendo pero de a poco, nos ubicamos a la defensiva. Al mismo tiempo dejábamos claro qué queríamos, rehuyendo a la confrontación, sabiendo que era muy difícil que la ganáramos. Hacemos esta huelga para no perder todo, y pensamos ganar cosas pero no todo lo que querríamos. Porque no vemos que haya realidad para eso y eso que llevamos 54 días. Ante la ofensiva, y algunas provocaciones de la empresa nosotros no ocupábamos, lo hicimos no cuando dejó un 80% afuera sino cuando dijo acá se terminó el sindicato, acá se terminó la relación con la dirección sindical y el 50% está despedido, ante ese hecho, atropello y una injusticia profunda, fue que reaccionamos. Por eso ocupamos, sin violencia pero con una actitud muy firme y cuando nos vinieron a desalojar, sin desacato demoramos. Denunciamos la filmación, tipo de fichaje, de la policía.

Diseñamos la huelga haciendo una medida todos los días, cada vez mayor y que golpee a la empresa sus intereses, o los de sus asesores o representantes. Acá está la G.E. Internacional, el grupo económico local y el gobierno, a los que denunciamos. Tuvimos una actitud sin contemplación con los carneros y con los que cobraban el despido. Si estamos todos en huelga, porqué unos van a cobrar el despido. Y esa firmeza nos permitió unirnos y eso se da hasta ahora. Ahora estamos en un alto ya que salió esta reunión, entonces si hay acuerdo bien, pero si no nosotros vamos a entrar en un desacuerdo muy grande.

Nosotros no elegimos una huelga larga, preferimos que sea corta, pero como esto no depende totalmente de nosotros debemos tratar de golpear a la patronal lo más posible. Hay que unir a la gente lo más posible y negociar también lo más posible. Cuidamos mucho también el no aislarnos, porque esto no es un problema menor. Es como toda batalla, gana el que tiene más del lado de él. Hay que tener en cuenta que nuestros enemigos se arrancan la cabeza entre ellos hasta que llega el momento de defender sus intereses de clase, ahí se perdonan hasta las deudas.

Nosotros le planteamos a todos los compañeros, que hay que dar una lucha por toda la industria y que nosotros la estamos dando, ACOMPAÑENNOS COMO PUEDAN.

Nota de A y R

008

-8403713

CON MARX, LENIN Y MAO - DECLARACION GENERAL DE L

4ª CONFERENCIA INTERNACIONAL DE PARTIDOS Y ORGANIZACIONES MARXISTAS-LENINISTAS

La 4ª Conferencia Internacional de Partidos y Organizaciones Marxistas-Leninistas, tuvo lugar en abril de 1994. Diecisiete partidos y organizaciones de cuatro continentes fueron representados en la Conferencia, entre éstos:

- ***Organización Marxista-Leninista de Afganistán***
- ***Partido Comunista Revoucionario de la Argentina (PCR)***
- ***Partido Obrero de Bangladesh***
- ***Partido Marxista Leninista de Alemania (MLPD)***
- ***Organización Comunista de Luxemburgo (KOL)***
- ***Partido Comunista de Nepal (Marxistas-Leninistas Unificados)***
- ***Grupo de Marxistas-Leninistas de los Países Bajos (Rode Morgen)***
- ***Partido Comunista Obrero, Noruega (AKP)***
- ***Partido Comunista del Perú (Patria Roja)***
- ***Partido Comunista de las Filipinas (CPP)***
- ***Unificación Comunista de España (UCE)***
- ***Núcleo del Partido Comunista Revolucionario de Uruguay (nPCR)***
- ***Partido Obrero, Yugoslavia***
- ***Unión de la Corriente Progresista, Zaire (UMP)***

Otros seis partidos y organizaciones pensaban asistir a la Conferencia, participaron en la preparación pero no pudieron asistir por razones urgentes.

Todos los participantes de la Conferencia aprueban esta Declaración General.

La Conferencia aprobó el orden del día y resoluciones acerca de todos los puntos del orden del día. Acerca de los temas político-ideológicos fueron aprobadas las resoluciones abajo mencionadas.

...(Siguen las resoluciones aprobadas acerca de los puntos del orden del día).

Al final de la Conferencia fue acordada unánimemente la celebración de la 5ª Conferencia en 1996. Fue elegido un Grupo Conjunto de Coordinación para su preparación.

Resolución acerca del punto 5 del orden del día de la 4ª Conferencia Internacional:

"Agudización de la crisis general del imperialismo, nuevos desarrollos en la economía y política."

I. Con el derrumbe del social-imperialismo soviético, la bipolaridad ha dado paso a la multipolaridad en las contradicciones interimperialistas sobre todo de los principales poderes EE.UU., Alemania, Japón y Rusia. Intensificación de la integración del sistema de producción capitalista global a través de la alta tecnología y del empleo sin igual del capital financiero, se han agudizado las contradicciones de la estructura económica del capital imperialista y el conjunto de las contradicciones del imperialismo. Se ha intensificado la lucha interimperialista e intermonopolista por esferas de influencia económica, política y de predominio militar.

II. La crisis general por la que atraviesa el imperialismo ha agudizado las contradicciones fundamentales de la época del imperialismo y de la revolución proletaria. Nuevamente, los imperialistas descargan los efectos de la crisis sobre los países oprimidos. Se ha producido una enorme destrucción de fuerzas productivas; con enormes sufrimientos para el proletariado y las masas populares. La crisis repercute golpeando al imperialismo. El desempleo masivo y la destrucción de las conquistas sociales se están extendiendo en las metrópolis y socavan la influencia de los monopolios en las masas.

III. Con este trasfondo se han creado las condiciones para el desarrollo de un nuevo auge internacional del movimiento revolucionario contra el afán de hegemonía, el imperialismo y la reacción, y por la liberación nacional y el socialismo. Esto se expresa tanto en el ascenso y en la politización de las luchas obreras y populares en los países imperialistas, como también en el creciente movimiento antiimperialista militante de los obreros y masas populares de los países oprimidos. La debilidad estratégica del imperialismo se manifiesta de manera más clara, lo que no significa, sin embargo, que se pueda subestimar su peligrosidad táctica y sus golpes contra las masas y las fuerzas revolucionarias.

El imperialismo no caerá automáticamente, hay que derrumbarlo. Para eso hay que crear las condiciones subjetivas.

- La unidad de lucha entre el movimiento obrero en los países imperialistas y las masas oprimidas de los países dependientes, coloniales y semi-coloniales.
- La construcción y el fortalecimiento de partidos revolucionarios de vanguardia de la clase obrera. Desarrollo de la práctica del internacionalismo proletario.

La lucha contra el revisionismo es fundamental para hacer posible un nuevo auge de la lucha por la liberación nacional y social y por el socialismo.

Resolución acerca del punto 6 del orden del día

"La lucha de clases en los países imperialistas y le conclusiones para la estrategia y la táctica marxista-leninistas."

1. La crisis actual del capitalismo conduce a ataques contra las condiciones de vida y las conquistas históricas de la clase obrera y otras partes del pueblo en los países imperialistas, en una medida desconocida desde la II. Guerra Mundial. La creciente depauperación de las masas produce tensiones sociales, disturbios e inestabilidad política. La base objetiva para el desarrollo del movimiento revolucionario está presente en la mayoría de los países imperialistas, incluido los centros del imperialismo de los EE.UU., Japón, Europa y Rusia.

Se desafía en forma creciente la resistencia de las masas trabajadoras contra los efectos de la competencia entre los imperialitas.

2. Estamos asistiendo a un ascenso de las luchas populares y obreras en los países imperialistas, sin embargo, las condiciones sociales por sí solas no son suficientes, para que se transformen en luchas revolucionarias. Es necesario la construcción de un partido marxista-leninista pensamiento Mao-Tsetung, que integre la teoría con la práctica y la dirección con las masas.

3. Hay un abismo entre las condiciones objetivas y subjetivas, la situación favorece la construcción de los partidos revolucionarios, que pueden aprovechar esta situación para dirigir las luchas en una dirección revolucionaria. Nutridos por la crisis económica y por la política de la burguesía, el racismo y el chovinismo burgués y el neofascismo son particularmente dañinos, porque están dirigidos especialmente contra los pueblos y naciones, que son oprimidos por el sistema imperialista.

4. Los partidos y organizaciones marxistas-leninistas tienen que participar e iniciar luchas para la defensa de los intereses

000007

009

...tos de los pueblos. Los comunistas ...que ganar la confianza, introduciéndo... el centro de las luchas, tienen que dirigir ...uchas contra el sistema capitalista y en ...o vencer al revisionismo y el reformismo ...ara ganar la dirección en el movimiento obrero y popular.

5. Aunque las responsabilidades fundamentales de los partidos marxistas-leninistas consisten, en participar y desarrollar la lucha de clases en sus propios países, es importante intensificar el internacionalismo proletario y la cooperación entre ellos mismos y las luchas de clases en los diferentes países. Es necesario estrechar los vínculos entre las luchas de las masas trabajadoras en los países imperialistas y los países oprimidos.

La responsabilidad de los partidos revolucionarios es de aprovechar la situación, para llevar adelante el crecimiento de las luchas por el socialismo, preparar el paso de la defensiva a la ofensiva. En este sentido hay que diferenciar la debilidad estratégica del imperialismo de su fortaleza táctica.

Resolución del Punto 7
de la Cuarta Conferencia Internacional

El Desarrollo de la Lucha de Liberación Nacional y Social y las conclusiones para la Estrategia y Táctica Marxista-Leninista.

Las naciones y pueblos oprimidos de Asia, Africa, América Latina y la mayoría de los países del antiguo bloque soviético, son la aplastante mayoría de la población mundial. La gran mayoría de las naciones y pueblos oprimidos son los más explotados económica y financieramente, política y culturalmente.

Su independencia nacional fue negada y minada. La dependencia se ha profundizado a través de la integración progresiva al sistema capitalista mundial.

En los últimos años se ha agravado su situación como consecuencia de los dictados de las corporaciones y bancos transnacionales, por verse más restringidos a la producción de materias primas, por las inversiones desproporcionadas, por el deterioro de los términos de intercambio, por las superganancias que obtienen, a través de los so[illegible] precios, los monopolios extranjeros y por la deuda externa cada vez mayor. Los imperialistas usan la propaganda del neoliberalismo para obtener privilegiadas inversiones antinacionales y nuevos mercados, para privatizar empresas públicas e imponer medidas de austeridad, favoreciendo una mayor explotación de la mano de obra, congelando sueldos, reduciendo los ingresos reales del pueblo y produciendo una masiva desocupación.

En el modo de producción de la mayoría de los países oprimidos subsiste el latifundio con su carga de renta terrateniente y de resabios semi-feudales, precapitalistas, en las relaciones de producción en el campo. Esto ha llevado a un incremento de la resistencia de las masas.

El imperialismo norteamericano y los demás imperialistas se siguen arrogando el "derecho de intervención" para garantizar "el nuevo orden internacional". Han montado una ofensiva ideológica para justificar la liquidación del derecho de autodeterminación de los pueblos y la soberanía de los estados. Así, han intervenido en muchos casos bajo la bandera de las Naciones Unidas en Irak, Panamá, Somalia, Haití, Yugoeslavia, Georgia, NorCorea y Cuba. A su vez los imperialistas y los reaccionarios impulsan monstruosidades como el chovinismo, militarismo, fascismo, etnocentrismo, tribalismo, racismo, fundamentalismo religioso y la amenaza de recolonización contra los pueblos.

Las condiciones objetivas para la lucha por la liberación nacional y social son favorables.

La bancarrota del revisionismo moderno y el neocolonialismo practicado por el difunto socialimperialismo soviético, que se presentaba como el "aliado natural" de las naciones y pueblos oprimidos, abre el camino para que los auténticos partidos marxistas-leninistas se fortalezcan y avancen. El pueblo de Afganistan abrió un nuevo capítulo de las luchas antiimperialistas.

Hay partidos marxistas-leninistas que dirigen el movimiento revolucionario de las masas y la guerra popular y prolongada, y que en sus respectivos países, en diferentes grados, juegan un papel importante.

Hay estados que defienden su soberanía nacional y su independencia contra el imperialismo y ésta es una lucha antiimperialista.

La Cuarta Conferencia apoya la lucha revolucionaria y antiimperialista de las naciones y pueblos oprimidos, por su liberación nacional y social. Esta se logrará realizando la revolución en dos etapas -la de nueva democracia marchando al socialismo- bajo la dirección del proletariado y dentro del contexto de la revolución proletaria mundial.

El área de las naciones y pueblos oprimidos es la principal arena de la violencia contrarrevolucionaria, turbulencia social y resistencia armada revolucionaria. El nuevo desorden mundial es también mayor en esta área, la de los pueblos y naciones oprimidas.

El proletariado de los países opresores debe unirse en su lucha liberadora con las luchas por la liberación nacional y social de los países dependientes, coloniales y semicoloniales.

Los partidos que asumen el marxismo-leninismo-pensamiento de Mao Tsetung son el factor decisivo en la reconstrucción del movimiento obrero y comunista internacional. Se debe integrar creadoramente, el marxismo-leninismo-pensamiento de Mao Tsetung a las condiciones concretas y a la práctica de cada país.

En la lucha por la liberación nacional y social deben ser usadas todas las formas posibles de lucha revolucionaria. En última instancia, la revolución armada es necesaria para la toma del poder y para completar básicamente la revolución de nueva democracia que abre el proceso a la revolución socialista.

Los partidos Marxistas-Leninistas impulsan el estudio de cómo y en qué condiciones concretas se puede desarrollar la estrategia y táctica de la guerra popular y prolongada, como en Filipinas. Esto capacita al proletariado y al pueblo para construir y fortalecer políticamente al poder Rojo.

La Cuarta Conferencia Internacional apoya la lucha de los pueblos por su soberanía e independencia nacional, por la liberación nacional contra el imperialismo. Estas construyen un frente único internacional dirigido por el proletariado revolucionario del imperialismo.

Resolución acerca del punto 8
del orden del día de la
4ª Conferencia Internacional:

"Las corrientes del revisionismo después del derrumbe de la Unión Soviética."

1. Todos los partidos presentes enfatizaron que una de sus raíces fue la lucha contra el revisionismo moderno de Jrushov, surgido en el 20. Congreso. Particularmente reafirmamos la defensa de la dictadura del proletariado y el derecho a la violencia revolucionaria.

2. El revisionismo es la forma más peligrosa de la ideología burguesa, que influye descomponiendo la conciencia de clase dentro de la clase obrera e impide la lucha por el socialismo. El revisionismo moderno sólo puede ser superado a través de la lucha decisiva de la ideología proletaria de la clase obrera.

La lucha contra el revisionismo moderno es sobre todo necesaria para garantizar la preparación de un nuevo auge por el socialismo. Sin superar la influencia del revisionismo en el movimiento obrero, no podrá haber un nuevo auge por el socialismo.

3. La discusión trató en forma crítica el desarrollo en la RP China. En esto hubo amplias divergencias en la evaluación de las "reformas" de Deng Xiao Ping y del carácter del Estado y social de la RP China y del carácter de clase del PC de China.

Todas las organizaciones participantes acentuaron la necesidad de analizar el proceso social concreto en China y de continuar discutiendo sobre este tema. La base para esto la conforma el análisis propio y la opinión propia de cada organización.

4. Con el derrumbe de la Unión Soviética, el revisionismo ha sufrido también en la práctica una bancarrota decisiva que condujo al debilitamiento de la corriente revisionista internacional. En vista de esto han aparecido nuevas formas de revisionismo que se han sumado a las anteriores.

Aunque el revisionismo cambia las formas concretas en que se manifiesta en apariencia, se mantiene su carácter fundamental. Todas las organizaciones destacan el gran significado del pensamiento Mao Tsetung en la lucha contra el revisionismo moderno, a pesar de las diferencias en los fundamentos políticos e ideológicos de los respectivos participantes.

5. Es posible colaborar conjuntamente de manera táctica con algunas fuerzas de estas corrientes, por ejemplo, en la solidaridad antiimperialista. Pero dicha colaboración táctica tiene que estar en una relación dialéctica con una continua disputa en la lucha contra el revisionismo moderno.

Resolución acerca del punto 9
del orden de la
4ª Conferencia Internacional

"La situación del movimiento revolucionario internacional y las perspectivas de la Conferencia Internacional."

I. Carácter y principios de la Conferencia

1. Es necesario realizar a intervalos regulares una *Conferencia Internacional* de organizaciones y partidos marxistas-leninistas. El objetivo principal de estas con-

010

ferencias, que se [illegible] tes, es el intercambio [illegible] ayudar a desarrollar la unificación en cuestiones ideológicas-políticas esenciales. El fundamento de la Conferencia Internacional es la defensa del marxismo-leninismo y pensamiento Mao Tsetung, y la participación en la lucha contra el revisionismo moderno. La cooperación de las organizaciones marxistas-leninistas se realiza sobre la base de los siguientes principios:

a. Independencia, igualdad de derechos, respeto mutuo, apoyo mutuo y cooperación.

b. Ninguna intromisión en los asuntos internos ni en las relaciones bilaterales ni regionales de cualquier partido u organización con otros partidos y organizaciones.

c. Concenso y unanimidad en la toma de decisiones.

d. Lograr la unidad paso a paso, no hacer debate público entre partidos u organizaciones y no realizar pública crítica o ataque de un partido u organización a otro.

II. Reglas de la Conferencia

Cada Conferencia Internacional determina ella misma sus propias reglas a base de las reglas de la Conferencia anterior. La Conferencia Internacional es un foro. Cada organización es responsable ella misma de las conclusiones que saque de la Conferencia.

III. Criterios para la lista de participantes

La 4ª Conferencia determina como criterios para la lista de participantes de la 5. Conferencia los siguientes puntos:

1. Atenerse al Marxismo-leninismo y al pensamiento Mao Tsetung.

2. Lucha contra el revisionismo moderno y una posición positiva con respecto a Stalin y Mao Tsetung.

3. Aceptar las reglas de la Conferencia.

La Conferencia Internacional decide sobre la lista de invitación para la 5ª Conferencia Internacional por medio de un proceso de consultas. Cada participante puede proponer invitaciones para la próxima Conferencia.

Resolución acerca del punto 10 del orden del día de la 4ª Conferencia Internacional

"La Organización de Socorro Obrero Internacional"

Adelante con la construcción de una organización Internacional de socorro obrero y popular!

1. Tomando en cuenta la resolución firmada por nuevo organizaciones en la 3. Conferencia, la 4ª Conferencia Internacional toma conocimiento y respeta la iniciativa de varios participantes para iniciar la construcción de una organización internacional de socorro obrero y popular. Por lo tanto esta organización es independiente respecto a la Conferencia Internacional.

RESOLUCIONES

Los participantes abajo firmantes de la 4ª Conferencia Internacional de Partidos y Organizaciones Marxistas-Leninistas apoyan la siguiente resolución presentada por el PC

RESOLUCION SOBRE EL CENTENARIO DEL NACIMIENTO DE JOSE CARLOS MARIATEGUI

1. En junio del presente año se cumple el centenario del nacimiento del Amauta José Carlos Mariátegui, fundador del Partido Comunista del Perú.

La vida del camarada Mariátegui, para los comunistas del mundo y de modo particular para los del Perú y América Latina, es un ejemplo de integridad y consecuencia. Desde sus años juveniles se preocupó por la situación de la clase obrera del país, solidarizándose con las luchas que los trabajadores emprendían contra la gran burguesía; tempranamente se aproxima a la teoría del proletariado. La revolución bolchevique dirigida por Lenin lo define aún más a favor del socialismo científico. En Europa, donde Mariátegui permanece por más de tres años (1919-1923), se forma como auténtico marxista-leninista.

2. Al retornar a su país, Mariátegui tiene un propósito: poner su vida al servicio de la clase obrera, del pueblo, de la revolución y el socialismo. A esta labor se entrega sin pausa ni fatiga. Desde la Universidad Popular "Gonzales Prada" realiza un ciclo de conferencias sobre la crisis mundial del capitalismo; desarrolla una labor de propaganda a favor del socialismo. Hasta entonces la clase obrera era influenciada por el anarquismo. Con Mariátegui los obreros toman conciencia de su destino histórico.

3. Para Mariátegui, el marxismo-leninismo es concepción, teoría y método. Hizo magistrales esfuerzos para fusionar la teoría proletaria internacional a la realidad concreta del Perú. De esa experiencia viva, dialéctica, surgen las bases de la teoría de la revolución peruana. A él debemos la formulación de leyes y principios que tienen vigencia: la revolución en países semicoloniales como el nuestro es de carácter democrático-popular y avanza inexorablemente al socialismo, la estrategia de la revolución por etapas e ininterrumpida tiene en el proletariado su clase dirigente.

4. Pero Mariátegui no sólo fue teórico, fue además organizador y jefe de la clase. Convencido de que la clase obrera requiere de una organización para luchar por sus intereses concretos, funda la CGTP (Central General de Trabajadores del Perú) bajo el lema de "Unidad proletaria", avanzando en la unificación del movimiento obrero. La misma obra realiza con el campesinado fundando la "Federación de Yanaconas". Y, por cierto, funda el periódico Amauta, tribuna de los intelectuales progresistas, revolucionarios y antimperialistas del Perú.

5. Mariátegui delineó y sentó las bases del Frente Unico, tanto en el nivel gremial como en el plano nacional. El Frente Unico lo concibió como la unidad más amplia de las masas para el logro de objetivos comunes. "El frente único no es la amalgama de tendencias, en el frente único cada quien conserva su propia filiación, su propio credo". Para Mariátegui el frente único es la unidad de las clases que luchan contra el imperialismo por independencia y soberanía nacional.

6. La obra cimera de Mariátegui fue la fundación del partido del proletariado, obra realizada en medio de lucha y debate contra tendencias reformistas. Mariátegui se afirmó en el partido de clase, con su ideología, línea política, programa y métodos de lucha. Para [illegible] capitalismo drama de nuestro tiempo". Y, agrega: revolución no es calco ni copia, sino creación heroica".

7. Mariátegui es la personificación del intelectual orgánico de su clase. Marxista auténtico, pues, palabra y acción, ideología y vida, en Mariátegui son una unidad. El mismo precisó: "Mi vida y mi obra constituyen un solo proceso".

Hoy que el movimiento comunista internacional, con las particularidades propias en cada país donde opera, se recupera y avanza a pesar de los golpes del imperialismo y la traición del revisionismo en todos sus matices, los comunistas peruanos nos reafirmamos en la defensa de la ideología proletaria, del marxismo-leninismo pensamiento Mao Tse Tung, y en la vida y obra de José Carlos Mariátegui.

8. La IV Conferencia de Partido y Organizaciones Marxistas-Leninistas expresa su homenaje y reconocimiento a José Carlos Mariátegui, fundador del Partido Comunista del Perú, y se compromete, acorde a las condiciones y coordinaciones, a desarrollar actos políticos y homenajes a Mariátegui, marxista-leninista peruano y universal.

Delegación del P.C. del Perú
PATRIA ROJA

Resolución con motivo del 25º aniversario del CCP (Partido Comunista de las Filipinas) y del NPA (Nuevo Ejército Popular)

El Partido Comunista de las Filipinas fue fundado de nuevo el 26 de diciembre de 1968 en base al marxismo-leninismo y pensamiento Mao Tsetung, la línea política de la revolución democrática popular y la línea estratégica de envolver las ciudades desde el campo a través de una guerra popular prolongada.

El Partido ha defendido sinceramente al marxismo-leninismo y pensamiento Mao Tsetung, se ha atenido a la estrategia y táctica de la guerra popular prolongada y la ha desarrollado, se ha arraigado profundamente entre los obreros, campesinos y otros sectores del pueblo, para despertar, organizar y movilizarlos. El Partido fundó el Nuevo Ejército Popular el 29 de marzo de 1969.

El Partido Comunista de las Filipinas siempre ha resumido sus experiencias, ha sacado conclusiones de sus errores y aplicado la crítica y autocrítica y realizado movimientos de rectificación, para llevar adelante a la revolución, para unir la teoría con la práctica concreta e intensificar sus enlaces con las masas.

Durante los últimos 25 años el CPP y el NPA han logrado muchas victorias que siguen entusiasmando a los revolucionarios en el mundo entero. Muchos combatientes rojos sacrificaron sus vidas para la liberación del pueblo filipino. La lucha armada que realiza el NPA bajo la dirección del CCP no solamente lleva adelante a la revolución filipina sino es también un aporte para la revolución mundial.

Desde el comienzo, el CCP ha pugnado también contra el revisionismo moderno.

La 4ª Conferencia Internacional entrega tanto al CCP como a su ejército revolucionario, el NPA, que ambos celebraron su 25º aniversario, sus saludos revolucionarios cordiales y les desea cada vez más grandes victorias en el futuro

011

2º Congreso

Viene de página 12

desocupados, productores pequeños y ...ianos, etc.) perjudicados por la política ...pulsada y defendida por tal oligarquía.

Entendió que el FA tiene que asumir la responsabilidad de motorizar una política audaz para concretar acuerdos programáticos y alianzas políticas de cara a la participación de la gente en la discusión, elaboración, movilización, control y defensa del programa a impulsar.

Discrepa con el camino de implantar meras candidaturas para lograr acuerdos políticos y reivindica el acuerdo programático como primer y esencial paso. Los acuerdos en candidaturas podrán ser consecuencia del acuerdo programático y político.

El II Congreso da todo su apoyo a la declaración política emitida por la Dirección Nacional del MPP con fecha 9 de abril de 1994 sobre este tema.

Reafirmamos entonces que "suenan horas de unidad popular que permitan también revertir, el escepticismo, el cansancio, la desconfianza y la desesperanza sembrados por la ideología neoliberal, pero también por nuestros propios errores.

Es posible y necesario unirse, pelear y ganar".

Trabajo digno, salario digno, techo, educación, salud y seguridad social son carencias y por lo tanto necesidades imperiosas e insoslayables.

"Desde el Frente Amplio como herra... ...ta fundamental de los cambios democráticos y populares, estamos dispuestos a discutir, acordar, trabajar juntos con todos aquellos individuos, fuerzas políticas y fuerzas sociales que estén de acuerdo en lograr esos objetivos de cara a las próximas elecciones y al próximo gobierno.

Resulta vital para el Uruguay hoy, denunciar, aislar y derrotar a las élites representantes acá de intereses imperialistas.

No es posible ante esta situación tan dramática y de emergencia dividir las fuerzas populares y nacionales. Ningún cálculo electoral o parcial, sea de la índole que sea puede impedir la creación de esa potente fuerza que el país necesita. No triunfaremos sin la participación activa de la gente y fundamentalmente en lo que hace al ejercicio del gobierno.

El MPP pondrá de sí todas sus fuerzas y todo su ánimo en procura de ese propósito. El Frente Amplio está en condiciones de ser fac... preponderante en el desempeño de es... ...an compromiso histórico".

La política de alianzas no puede afectar el desarrollo y crecimiento propio y simultáneo del FA despertando a la luz de su programa y traición de lucha la adhesión de importantes contingentes del pueblo uruguayo.

9. Trató la situación sobre la Reforma Constitucional ratificando el apoyo al proyecto del FA aprobado por su Plenario Nacional en el segundo semestre de 1993. Dicho proyecto fue el único que no redujo la Reforma a los temas electorales e institucionales y por lo tanto que no dejó de lado la ampliación de los derechos sociales y las garantías individuales definidos como prioritarios por el II Congreso del FA.

Reiteró además la necesidad de impulsar como método democrático y participativo para la Reforma, la Asamblea Nacional Constituyente.

Decidió apoyar en todos sus términos las iniciativas populares de Reforma Constitucional referidas a la Seguridad Social, a la Enseñanza, y a la Reforma del Estado (privatizaciones) disponiendo toda la militancia en el esfuerzo para llegar a las firmas requeridas.

Asimismo resolvió incentivar la recolección de firmas relacionadas con el Catastro Municipal.

10. Deliberó sobre la situación internacional aprobando en general el informe presentado por la Comisión respectiva.

Reafirmó la validez e importancia del Foro de San Pablo como herramienta de coordinación y confluencia de la mayor parte de las organizaciones de izquierda y progresistas de América Latina y el Caribe en su lucha por la soberanía y la autodeterminación de los pueblos y por el desarrollo de una verdadera democracia y justicia social.

Reafirmó también su condena al inmoral bloqueo imperialista contra Cuba ratificando el apoyo al derecho del gobierno y pueblo cubano en su determinación de llevar adelante la construcción del socialismo en su país.

Reclamó la inmediata liberación de los tres perseguidos políticos vascos detenidos en nuestro país considerando que la continuación de su privación de libertad es inconstitucional y exigió que le sea otorgado el asilo político en el momento que así se solicite.

11. Recibió un informe del Plenario Sindical del MPP donde se plantean algunas de las preocupaciones centrales en torno a la problemática del movimiento obrero.

En él se analizaron extensamente la incidencia de la reestructuración del Uruguay como país dependiente así como la ofensiva ideológica neoliberal de la derecha sobre la clase obrera y el movimiento sindical.

Se considera que existe un cambio evidente en el peso del movimiento sobre el sistema político y que ello no se debe solo a los cambios estructurales en la producción sino también a la pérdida de referentes clasistas e históricos en sectores de la izquierda uruguaya.

Expresa su preocupación por la falta de una estrategia global como producto de la política mayoritaria en la Central, con el consiguiente aislamiento de las luchas y la ruptura del caro y tradicional espíritu solidario.

Compromete su esfuerzo en ir tejiendo lenta y pacientemente la trama política alternativa que restituya la credibilidad de la herramienta sindical y política de clase en el conjunto de los trabajadores.

El 2º Congeso resolvió todo el apoyo a la reivindicación de gran número de sindicatos de llevar el Salario Mínimo Nacional al valor de la Media Canasta Familiar entendiéndolo así no sólo por su justeza, sino como una de las principales medidas que deben estar en el Programa de Gobierno del Frente Amplio. Se hizo hincapié especial que ello debe comprender a los trabajadores rurales, reconociéndole además la jornada de 8 horas y otros derechos que nunca han sido reconocidos, buscando dignificar su situación injusta y postergada.

La defensa y creación de fuentes de trabajo -preocupación central del movimiento sindical- es otra medida ineludible en un plan de transformaciones profundas, que exige a su vez definiciones claras en la política de recursos.

El MPP denuncia el desmantelamiento y entrega a manos privadas de El Espinillar condenando a los pueblos de Belén y Constitución. Esta decisión del Poder Ejecutivo entrega una empresa que vale 55 millones de dólares por la suma de 4 millones de dólares malbaratando el patrimonio nacional.

12. Aprobó en general un detallado informe de la Comisión de Vivienda del MPP sobre la situación habitacional en el país así como de la marcha de los planes en cuentagotas resueltos por el Ministerio de Vivienda (NBE y SIAV).

Entiende que dada la gravedad de la situación y el tiempo requerido para implementar soluciones de fondo es imprescindible aplicar una serie de medidas entre las que priorizamos:

- suspensión de desalojos;
- rebaja al 50% de los ajustes de alquiler;
- cuota acorde a los ingresos de deudores del BHU;
- cartera nacional de tierras,
- plan quinquenal de 100.000 viviendas sobre la base de la adjudicación del 5% del PBI.

13. Priorizó el trabajo del MPP en el Interior, dirigido hacia el triunfo del FA, con la concurrencia de compañeros, el asesoramiento y todo el apoyo necesario pues será allí donde se dirimirá la confrontación más dura con el Partido Colorado.

14. Ratificó la vigencia y la importancia del MPP en el marco del FA de acuerdo a las bases que emergen del Documento Fundacional Nº1 cuando expresa:

"Estamos convencidos de que el Frente Amplio es el instrumento político apropiado para impulsar las grandes transformaciones que la sociedad nacional requiere. Como en 1971, el Frente Amplio debe definirse claramente antiimperialista y antioligárquico; de ellos se deduce que solo puede ser una fuerza popular, nacional, democrática y revolucionaria, cuya composición, programa y conducción tienen que ajustarse a tales características.

Preocupados por el creciente desdibujamiento de los principios y objetivos esenciales que dieron origen al Frente, creemos que su presencia en el próximo período electoral y sus relaciones con las restantes fuerzas políticas no deben impedirle cumplir sus compromisos básicos:

- Mantener un nítido perfil opositor antiimperialista y antioligárquico, que rechace, con respaldo popular y eficacia, la injusticia, el autoritarismo y la entrega del país al capitalismo transnacional;
- impulsar soluciones para las necesidades de nuesta población en el marco del desarrollo y la democracia social;
- iniciar el camino hacia la ruptura de la dependencia;
- avanzar hacia una sociedad equitativa, participativa, democrática y socialista".

15. El 2º Congreso del MPP llama a todos sus adherentes, sean independientes o sectorizados, a desarrollar las agrupaciones de base en todo el país; a asumir con nuevo vigor el trabajo político, tanto en el FA como a nivel social; a continuar la lucha por convertir nuestro movimiento en, como señala el Documento Fundacional del MPP, "una corriente con real capacidad de incidencia sobre los procesos políticos que tenga a la vez una posición imaginativa y creadora ante los problemas del presente y propugne nuevos mecanismos de intervención de las bases en la elaboración y las decisiones del proyecto común".

Montevideo, 15 de mayo de 1994

LA VERDAD
Bimensuario del núcleo del PCR del Uruguay.

Redactor Responsable
Ricardo Cohen.
Rivera 2134/2
Montevideo Tel.: 41 78 13

Secretario de Redacción:
Carlos González.
D.L.250 934
Inscripto en el Mec.-107/86.180

012

MPP DECLARACION FINAL 2º CONGRESO

Con la participación de 500 delegados y representantes de las departamentales del Interior, con importantes acuerdos, y también divergencias, que se discutieron seria y democráticamente, el 2º Congreso del MPP tomó resolución sobre distintas temáticas de las que pone en conocimiento a través de esta declaración una breve síntesis:

1. Analizó con preocupación las graves consecuencias que el modelo neoliberal - implementado tanto por la dictadura como por los gobiernos de Sanguinetti y Lacalle- ha traído sobre la situación económica y social del país.

La consolidación y profundización de nuestra dependencia del exterior, el quebranto del aparato productivo y la pauperización de la mayoría de los orientales nos llevan a caracterizar la situación actual como de "profunda crisis económica y social del país".

2. Elaboró un programa de emergencia a la luz de las bases Programáticas del FA así como de las plataformas electorales presentadas en 1971, 1984 y 1989, con la convicción de la correlación de aquellos planteamientos y la imprescindible necesidad de su aplicación e instrumentación.

Dicho programa atiende en primer lugar las "urgencias sociales y productivas" apostando a una "modificación radical de la distribución del ingreso que favorezca a los asalariados aumentando significativamente su participación en el ingreso nacional". A la vez impulsando la versión y el gasto público por medio de políticas de incentivo a la producción (fundamentalmente a la agroindustria) junto a importantes cambios estructurales en el agro y la industria (con base en una reforma agraria) que solo así podrán empezar a generar un verdadero proceso de crecimiento del empleo, el ahorro y al consumo en el mercado interno, y desaloje de una vez la nefasta economía especulativo financiera que ha caracterizado en las últimas décadas a nuestro país.

De esta forma se protegen nuestras riquezas tanto humanas como naturales, encarando una mejora sustancial de las condiciones de vida de nuestra gente.

En dicho programa se prevén los recursos necesarios, donde destacan la reestructura del sistema tributario, la reestructura y estatización del sistema financiero y una serie de medidas que apuntan al no pago de la ilegítima deuda externa.

Es un programa de emergencia. Pero un programa que comienza a democratizar la economía, la sociedad y el Estado e inicia los cambios estructurales y el camino de ruptura de la dependencia.

3. Deliberó sobre la marcha del Mercosur comprobando los efectos depredatorios sobre la actividad productiva, agraria e industrial y sobre los puestos de trabajo.

Reafirmó la justeza de la lucha dada en su momento oponiéndose a su aprobación.

Entendió imprescindible por el bien del país desarrollar todos los esfuerzos para que una revisión en el seno del FA permita variar la posición mayoritaria de "apoyo crítico" al Mercosur.

Resolvió cumplir todas las instancias políticas y parlamentarias para detener la aplicación del tratado y modificarlo, estructurando una auténtica integración y por lo tanto no sólo comercial sino productiva, cultural y social.

Entre las varias medidas propuestas en este sentido se destaca la detención inmediata de la baja de aranceles y la revisión de toda la política arancelaria, tanto a la región como al mundo y el terminante rechazo al Tratado denominado 4 + 1.

4. Ratificó "la validez del FA como herramienta política para defender los intereses populares y construir una verdadera opción de cambio" (1º Congreso MPP) ubicando la acción política del MPP en su seno, luchando por cumplir dicho papel histórico que es lo que le dio explicación a su origen en el 71, le permitió sobrevivir la dictadura militar y hoy le sigue dando real sentido.

Señaló como primer hecho relevante que ante el avance de la política neoliberal en el país, el FA crece como referencia política para amplios sectores de la población.

Para el MPP se ha abierto una época en la que por primera vez en la historia uruguaya la izquierda se constituye como alternativa de gobierno a nivel nacional ante los partidos tradicionales.

5. El FA está enfrentando este gran compromiso en medio de un debate político entre concepciones estratégicas, programáticas y metodológicas diferentes que en los últimos tiempos han venido aumentando sus grados diferenciadores.

El Congreso analiza con preocupación especialmente dos fenómenos políticos:

1) el alejamiento de las Bases Programáticas de la Unidad, expresado en el pensamiento de algunos dirigentes y sectores políticos;

2) las reticencias a implementar en la práctica mecanismos que permitan la participación política permanente de la ciudadanía en las decisiones políticas tal como lo planteaba la Declaración Constitutiva.

Para lograr claridad en la discusión, para defender nuestras ideas priorizando los argumentos y las propuestas nos responsabilizamos y exhortamos al resto de la izquierda a llevar adelante estos debates con espíritu fraterno y unitario.

6. Reafirmó que el documento de Marco Global se elaboró como un indicativo para la discusión programática a la vez que se constituía en elemento para encaminar las alianzas políticas.

Es un documento transaccional que quedó sujeto a la eventual modificación, ampliación por parte de la orgánica del FA y sujeta a la definitiva decisión del Congreso Extraordinario.

El MPP analizó extensamente dicho marco y señala que en lo que hace a política salarial, política internacional, política militar, política educativa y la política de recursos no comparte los contenidos del Marco Global y mantiene su adhesión a los contenidos del Documento aprobado en el II Congreso del FA (1991) y a los de la Plataforma Electoral de 1989.

7. Expresa que si bien el MPP aprobó la creación del Organo de Conducción Política como salida a la grave crisis por la que atravesó el FA en diciembre de 1993 y respeta dicho acuerdo, se siente obligado a señalar fruto del funcionamiento de dicho órgano en este período que

1) es imprescindible respetar el tiempo político que los órganos de base requieren para tomar decisiones;

2) es necesario desarrollar la voluntad política de favorecer instancias de debate y decisión más amplias como el Plenario Nacional.

Es en este sentido que el Congreso resolvió plantear en el OCP la convocatoria de un Plenario Nacional para tratar el Programa de Gobierno y la política de alianzas.

8. Analizó la política de alianzas concibiéndola como un factor de importancia en el proceso de acumulación de fuerza hacia la concreción de los objetivos estratégicos y partiendo de la verdadera contradicción del presente: de un lado una oligarquía -aliada histórica del imperialismo- y del otro, una cantidad cada vez mayor de sectores (trabajadores públicos, privados, por cuenta pro-

Pasa a página 11

013/13

PERSONAL

R.143.-

Montevideo,21 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA QUIMICA

COLOGEL:Carlos Ma.Ramirez 1470;la misma se encuentra ocupada por 36 obreros en reclamo de fuentes de trabajo.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A:Mañana realizaran paro de 09.00' a 13.00' con una concentración en el Obelisco y una posterior caminata hasta la Camara de Industrias.-

INDUNOR:Prosiguen con el campamento y la olla sindical frente a la planta.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C:Prosiguen no realizando horas extras.Se mantienen los campamentos frente a la Línea "I" en General Flores y Serrato y Josnicó y Comercio,en reclamo de la media hora de descanso.-

S.U.A.T.T:En el día de hoy a la hora 14.00efectuaran una concentración frente al Mtss con una posterior marcha por 18 de Julio hasta la Plaza Fabini.Desde el 19/VI/ en el horario de 08.00' a 20.00' los vehículos de Radio Taxi Patronal no recepcionan los reportes que emita dicha radio.Posteriormente a la marcha de hoy se reunirá la Mesa Ejecutiva para proponer la realización de un paré de 24 horas para todo el transporte.-

1)- INFORMACION ESTATAL

INAME:Prosiguen con la realización de paro atendiendo solo urgencias las cuidadoras del INAME que cumplen tareas en los Hospitales.-

FUN.CORTE ELECTORAL:Realizan paro de una hora por turno.A la hora 14.00'se concentraran en 25 de Mayo e Ituzaingó con la realización de una marcha hasta el Ministerio de Economía y Finanzas.-

A.E.B.U:Continuan movilizados en reclamo del no traslado de funcionarios.-

A.O.D.A.MTOP:Se mantienen en conflicto por el no pago de la reestructura.En el día de hoy se entrevistaran con el Ministro.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 22 JUN 1994
Archivo
Nº 9406714

DIRECC... ...MACION
Fecha 21-6-94
Nº 9406714

-9406714

27/10/94 e/c 1/1

FROM : ARMADA NACIONAL (DINTE) PHONE NO. : 95 61 39 P01

Copia Nro. 01 de 02 Ejemplares
Pagina 01 de 01 Paginas

RESERVADO

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

R E S U M E N D E I N F O R M A C I O N Nro. 084/94.-.-

AGENCIA:	DINTE.-
FECHA:	20 de junio de 1994.-
REFERENCIA:	PEDIDO DE INFORMACION NRO.27/A/94
ORIGEN:	D.G.I.D.
AREA/PAIS:	MONTEVIDEO / R.O.U
DIFUSION ANTERIOR:	NEGATIVO
DISTRIBUCION:	D.G.I.D. - ARCHIVO.-
ANEXOS:	NEGATIVO
TEXTO:	Referente a lo solicitado, no se registran anotaciones.-

DIVISION INTELIGENCIA NAVAL - República O. del Uruguay

Capitán de Fragata (CG) ....
FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la División
Inteligencia Naval

RESERVADO

DI... ...FORMACION
DE ...
SECR...
Fecha 21-6-94
Pasa a SDI
No. de ... 9406715

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
... de Defensa
22 JUN. 1994
Antecedentes
9406715

9406715

27E P01 001/1

Globalmente, también hay más estudiantes que quieren volver

Sólo 7 gremios estudiantiles se manifestaron ayer en favor de levantar el conflicto universitario mientras que otros 11 votaron por mantenerlo. Pero los primeros, representan a 34.700 estudiantes mientras que los segundos a 20.500. El voto no es ponderado y las mayorías se cuentan no por cantidad de estudiantes sino por servicios.

Los delegados de Derecho (11.000), Medicina (6.800), Ciencias Económicas (7.300), Ingeniería (5.900), Veterinaria (1.300), Ciencias (1.900) y de Relaciones Internacionales (500) votaron ayer de madrugada en el federal de la Federación de Estudiantes, FEUU, pero su moción no fructificó. Tenían sólo 7 votos contra otros 11: los delegados de Agronomía (1.300), Arquitectura (4.100), Odontología (1.900), Bellas Artes (1.900), Humanidades (1.500), Psicología (4.900), Ciencias de la Comunicación (1.000) y Química (2.400), Nutrición (500), Bibliotecología (500), Musicología (500).



Los estudiantes de Medicina, se pronunciaron a favor de levantar la huelga.

Los primeros representan un total de 34.700 estudiantes, los segundos, 20.500. El voto sin embargo no es ponderado sino por centro y por ende, la huelga continúa pese a lo que opinen las asambleas que nuclean a una clara mayoría de estudiantes universitarios.

El asunto sin embargo volverá a discutirse en un nuevo consejo federal de FEUU hoy miércoles a la hora 23, luego de nuevas asambleas y contando ya con la posición de los docentes nucleados en ADUR y no docentes de AFUR y UTHC. La posición de ambos podría revertir la de los estudiantes de aquellos servicios donde se entiende es necesario mantener la huelga.

Medicina: levantar la huelga

La asamblea de la Asociación de Estudiantes de Medicina, AEM, resolvió el lunes por la noche "no mantener el apoyo y adhesión a la huelga universitaria y levantar la medida de ocupación", según informó a **El Diario** el dirigente Julio Laborde.

La resolución sin embargo aún no se ha aplicado: está condicionada tanto a la obtención de una mayoría en el federal de FEUU como en la intergremial universitaria.

La posición por mantener la huelga se sustenta en el hecho de que los gremios no han obtenido el 20.4 % de ajuste salarial reclamado al 1º de enero de este año, y sólo, a cambio, modificar el decreto del Poder Ejecutivo de aumento salarial a esa fecha del 2.18 % al 6 %, porcentaje aplicado en todo el sector público.

Entre los argumentos básicos en favor del levantamiento del conflicto se manejó la prioridad de trabajar en torno al plebiscito por la enseñanza, luego de haber alcanzado casi 430 mil firmas para su convocatoria. En este plebiscito podría determinarse un porcentaje fijo del Presupuesto Nacional -27 %- a otorgar a todo el sistema educativo público.

Laborde reconoció que ya en muchas facultades, a 45 días de conflicto, la recuperación de cursos será muy difícil pero afirmó que en todos los casos, estudiantes y docentes están de acuerdo en no comprimir programas ni períodos de clases. En todos los casos se utilizarán vacaciones, feriados e incluso fines de semana a fin de recuperar semestres o cursos anuales.

"El tema de lo cursos es muy heterogéneo, hay en algunos casos mayor peligro de pérdida de curso, situaciones más críticas que otras", afirmó Laborde.

EL DIARIO 08/JUN/94

24 6 94

MAY (ST) OSCAR BALADAN

MINISTERIO DE ...
Fecha: 22 ... 1994
Pase a: Biográfico
Nº. de ... 406716

001|001

CAMPO PSICOSOCIAL
SECTOR: EDUCACION

Lista 42 presenta propuesta "Libertad con oportunidades"

En un evento que tendrá lugar hoy a partir de las 20 horas en el Teatro Nuevo Stella de Montevideo, las 42 agrupaciones batllistas darán a conocer los aspectos fundamentales de su plataforma programática para las próximas elecciones.

El documento, denominado "Libertad con oportunidades", incluye un análisis de las circunstancias políticas que ocasionaron la fundación de la Lista 42 y realiza propuestas relativas a las oportunidades de los jóvenes, la seguridad de los ciudadanos, la competitividad de las empresas y la eficacia y representatividad de los municipios.

Durante el curso de la reunión, se expondrán además, algunos aspectos de la campaña publicitaria que desarrollarán las 42 agrupaciones batllistas. La presentación del documento estará a cargo del presidente de la Comisión de Programa de la Lista 42, escribano José Luis Pareja. Harán uso de la palabra también, Rafael Mora, el doctor Diego Martínez y el doctor Julio María Sanguinetti, quien tendrá a su cargo el cierre de la parte oratoria.

001/001

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
Fecha de ... 22 ...
Pase a Biográfico
N°. de Orden 9406 71

9406718

Extedrono 7/6/94

Esta Diario 13/6/94.

CHARLAS Y AUDIOVISUALES PARA CUIDAR MEJOR LA NATURALEZA

ANEP inauguró la primera escuela pública de Educación Ambiental

* MAESTROS RECIBIRÁN PLAN DOCENTE ECOLÓGICO MUNICIPAL

Maldonado, por Mónica Robaina. Con motivo del Día Mundial del Medio Ambiente se habilitó la Escuela Nº 60 de Educación Ambiental. Depende de la Inspección Departamental de Primaria, es la primera que ANEP abrió en el país para dedicarse exclusivamente a la difusión y transmisión de temas ecológicos para todos los niños del departamento.

La directora y maestros del centro escolar se han especializado en temas medioambientales y están apoyados por otros organismos públicos y privados. Asimismo recibirán el Plan Docente Ecológico Municipal de la Intendencia de Maldonado, que desde hace un tiempo se está desarrollando en coordinación con Primaria en todas las escuelas del departamento y que ahora servirá como elemento difusor en la escuela ambiental.

APOYOS

La doctora María Eloísa Rivero, directora de Familia y Vivienda, Unidad Medio Ambiente, indicó a Estediario que "es muy posible que la escuela también reciba el apoyo de las organizaciones gubernamentales y no gubernamentales, como el Ministerio de Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables de Montevideo, para hacer charlas y posibilitar que el niño maldonadense se concientice y tenga información acerca de la naturaleza".

La educación ambiental abarcará a niños de distintas escuelas, que dentro del horario de clase, concurrirán a charlas o verán audiovisuales como si se tratara de otra materia dentro del Programa.

Aún se están planificando las actividades que desarrollarán los alumnos pero la doctora Rivero adelantó que "en coordinación con otras escuelas podrá practicarse la lombricultura o floricultura, amén de otras actividades tendientes a mejorar la calidad de vida". Consultada sobre lo que impulsó a ANEP a abrir esta escuela en Maldonado, la doctora señaló que "en nuestro departamento hay una motivación muy especial hacia el medioambiente. Es diferente del resto del interior del país porque ya tiene la camiseta ecológica puesta. Preservamos no solamente porque nos gusta nuestra naturaleza sino porque es nuestro ingreso económico". A su criterio, la población entiende que Maldonado ecológico es sinónimo de Maldonado turístico y por eso a través del conocimiento de la naturaleza trabaja para preservar el ambiente.

CAMPO PSICOLÓGICO. SECTOR: EDUCACIÓN

24/6/94 VZ
OBSE...
001 / 001
MAY (ST) OSCAR BALADAN
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
Fecha de Entrada 22 JUN 1994
Pasa a Biografico
Nº. de Orden 9406719
9406719
-9406719

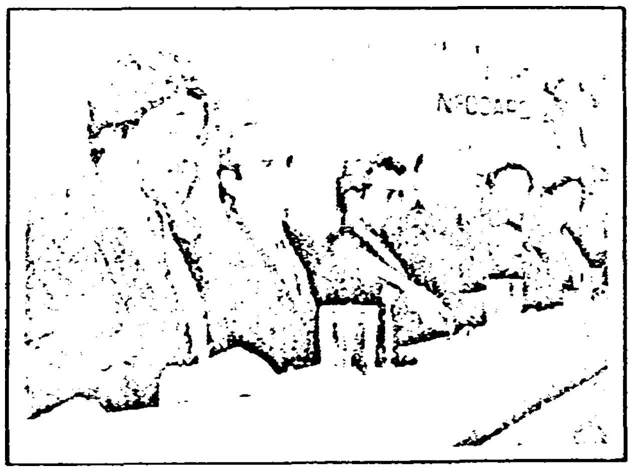
A partir de ahora, los empresarios uruguayos podrán acceder al sistema de información tecnológico y comercial de Tips a través de tarjetas Infocard. El lanzamiento tuvo lugar en la CIU, y contó con la presencia de los principales del MIE, de ALADI y de Tips.

Ahora se puede acceder a Tips mediante la Infocard

Con la presencia del ministro de Industrias, Miguel Angel Galván, la del presidente del LATU, ingeniero Ruperto Long, la del director regional de Tips para América Latina, Esteban Valenti, el secretario general interino de la Aladi, embajador Juan Antonio Rojas y el jefe de la Delegación de la Comisión Europea en el Uruguay, embajador Franco Teucci, se lanzó la red Tips-Infocard en ceremonia que tuvo lugar en el salón de actos de la Cámara de Industrias del Uruguay.

Tips, que en Uruguay está bajo la dirección del licenciado Mario Payssé, se presenta (ver ESTRATEGIA 229) como el sistema de información tecnológica y comercial, que opera sobre una red satelital internacional, recopilando, editando y difundiendo información, fundamentalmente comercial (aunque catorce sectores industriales). Es un proyecto del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, PNUD-ONU, y el Fondo de las Naciones Unidas para el Desarrollo Científico y Tecnológico. Está implementado bajo la supervisión administrativo financiera del PNUD para la organización internacional Devnet.

En nuestro país, la oficina de Tips se encuentra desde abril de 1992, en las instalaciones de la Cámara de Industrias, contraparte operativa privada por convenio entre Devnet y CIU, luego del acuerdo entre el gobierno uruguayo y las NNUU, mediante el cual se integró a Uruguay a la red. O



Valenti, presentando a Infocard.

CG Cr. NORBERTO KREIMERMAN

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Cr. NORBERTO KREIMERMAN
Feliciano Rodríguez 3225 Of.
Teléfonos 68 16 75 y 62 92 24

MINISTERIO ...
Dirección General ...
Fecha 22 JUN. 1994
Pase: Biográficos
N°. de Orden 9406720

21 / Junio / 1994.
001/001

Estrategia
La República.

9406720

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
22 JUN. 1994
Archivo
Nº 9406721

PERSONAL

P.144.-

Montevideo, 22 de Junio de 1994.-

1)

INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

S.U.A.T.T: Como estaba previsto en el día de ayer se concentraron frente al MTSS unos 10 Taxis los que marcharon por Juncal, tomando posteriormente por 18 de Julio para arribar a la Plaza Cagancha donde leyeron una proclama, la que se refería al despido de las dos radio-operadoras, para posteriormente dispersarse.-

U.T.C: El 24/VI/ a la hora 10.00' efectuarán una asamblea en el local de la IASA, con el corte de servicio a partir de la hora 07.59'.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: Esta previsto que para el 27/VI/ se realize paro de una hora de mañana y una hora de terde con lectura de proclama, estando sujeto a la dirección de cada gremio.-

INDUSTRIA QUIMICA

COLAGEL: Carlos Ma. Ramirez 1470; continua ocupada por parte de 36 obreros en reclamo de fuentes de trabajo.-

INDUSTRIA GRAFICA

CROMO'S: Juan Paullier 1932; a raíz del despido de un obrero se encuentran en pre-conflicto, efectuando las denuncias a nivel del MTSS y de la Comisión Laboral del Parlamento.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Efectuarán hoy paro de 09.00' a 13.00' con concentración en el Obelisco y posterior camionada hasta la Camara de Industrias. En el día de mañana efectuaran un activo de delegados en el local sindical.-

INDUNOR: rosiguen con el campamento frente a la planta en Cno. Maldonado Km. 15.500, funcionando además una olla sindical.-

2).- INFORMACION ESTATAL

ASOC. DE FUN. CORTE ELECTORAL: En el día de ayer a la hora 14.20' se concentraron unas 120 personas, en la puerta de la Corte Electoral, los que golpeteaban palmas y realizaron volanteadas. A la hora 14.50' se dispersaron en forma pacífica.-

INAME SUINM: En reclamo de mejoras salariales continuan de paro atendiendo solo Urgencias las cuidadoras del Iname que cumplen tareas en Hospitales.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 22-6-94
Pasa a S.D.I.
Nº de Identificación 9406721

9406721

RESERVADO

1/5

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II — 210694				HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 45/94				

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 280694.

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

Se solictan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.-

24/06/94
226

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.

D.E.I.

FIRMA:

El Jefe del Dpto. II- (Inf.)EM. D.N.S.FF.AA.

Coronel

Franklin Fernández.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
23 JUN 1994

001/005

RESERVADO

58136722

Montevideo, 21 de junio de 1994.-

ASPIRNTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

1.- CARDOZO PEREIRA DAS NEVES, SANDRA JACQUELINE. Auxiliar de Servicio.

Fecha y lugar de nacimiento: 26/8/71 Montevideo.
C.I.: 3.773.148-4
C.C.: BJA 25.361
Domicilio actual: Cno. Melilla 6420 Block 10 Apto.102
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Angel Javier Cardozo
C.I. C.C.
Nombre de la madre: Carmen Pereira Das Neves Fernández (Militar)
C.I. 1.585.579-7 C.C. BDB 35.573
Nombre del cónyuge: Elbio Daniel González Llanes
C.I. 1.583.896-7 C.C. CDA 68.780

2.- CASTILLO SUAREZ ANDREA LOURDES. Aux. de Servicio.

Fecha y lugar de nacimiento: 22/6/73 Montevideo.
C.I.: 3.785.188-0
C.C.: BLA 40.693
Domicilio actual: Basagoiti 4317.
Domicilio anterior: Cañas 279
Nombre del padre: Meliton Obdulio Castillo Garín
C.I. 1.293.839-4 C.C. RBD 11.191 Trasl. BVB 3244
Nombre de la madre: María del Carmen Suárez
C.I. 1.088.365-0 C.C. BVA 24.995
Nombre del cónyuge: Orosmán Alejandro Pereyra Silva (Milicar)
C.I. 1.934.769-9 C.C. BCC 8122

3.- DIANA SANCHEZ, ALICIA BEATRIZ. Administrativa.

Fecha y ligar de nacimiento: 6/7/72. San José.
C.I.: 4.241.924-9
C.C.: BCA 96.961
Domicilio actual: Marco Bruto 1425 Apto.006
Domicilio anterior: Asamblea 176 Apto.2 Bs.As. Rep+ Arg.
Nombre del padre: Oscar Diana
C.I. 4.254.732-7 C.C. OAB 3765
Nombre de la madre: Wilma Sánchez
C.I. 4.254.736-1 C.C. BAB 53.170
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

0406722

4.- DIAZ ACOSTA CARINA NOEMI. Aux. de Servicio

Fecha y lugar de nacimiento: 18/8/68. Salto.
C.I.: 2.549.556-7
C.C.: JAC 50.726 Tras. AMA 4563
Domicilio actual: Cotopaxi 3790
Domicilio anterior: Cerro Largo 1466
Nombre del padre: Héctor María Díaz Méndez
C.I. 3.541.209-2 C.C. JDB 539 Tras. IAC 54.910
Nombre de la madre: Blanca Esther Acosta (F)
C.I. C.C.
Nombre del cónyuge: Alan Roy Choi López
C.I. 2.700.647-7 C.C. BNA 54.488

5.- DOVAT LENS LYSE. Téc. Lab.Clín.

Fecha y lugar de nacimiento: 14/2/68. Montevideo.
C.I.: 1.734.872-6
C.C.: BCC 2982
Domicilio actual: San Nicolás 1391
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Alfredo Mario Dovat Ramos (F)
C.I. 1.640.670 C.C.
Nombre de la madre: María del Carmen Lens Barros
C.I. 556.660--9 C.C. BKA 7026
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

6.- FIGLIOLI MELKONIAN PABLO ALVARO. Aux.de Servicio.

Fecha y lugar de nacimiento: 22/12/75. Montevideo.
C.I.: 2.785.379-9
C.C.: BCB 51.243
Domicilio actual: Silvestre Pérez 2506
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Domingo Pedro Figlioli Barreiro (Policía)
C.I. 1.127.282-0 C.C. AVA 13.974
Nombre de la madre: Eva Melkonian Denirdjian
C.I. 1.072.540-6 C.C. BBA 25.353
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

7 .- FIGUEROA ARMADA MARIO . Téc. Lab. Clín.
Fecha y lugar de nacimiento: 29/3/70. Montevideo.
C.I.: 1.869.757-0
C.C.: BAB 49.387
Domicilio actual: Magariños Cervantes 1771 Apto. 2
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Alfonso Figueroa González
C.I. 977.805-6 C.C.
Nombre de la madre: María Remedios Armada Ferro
C.I. 963.402-8 C.C.
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

8 .- FLORES SANCHEZ OSVALDO. Aux. de Servicio.
Fecha y lugar de nacimiento: 28/11/69. Montevideo.
C.I.: 1.980.573-0
C.C.: BDA 88.740
Domicilio actual: Archidona 8020
Domicilio anterior: Juan José Severino 7820
Nombre del padre: Carlos Alberto Flores Figeira (PNN) (R)
C.I. 1.118.312--6 C.C. BDB 26.662
Nombre de la madre: María Clotilde Sánchez Medina
C.I. 1.301.754-1 C.C. BDC 796
Nombre del cónyuge: Gimena de Medina Herrera
C.I. 3.585.214-9 C.C. BDA 98.343

9 .- FRANCO GONZALEZ LAURA ELIZABETH. Nutricionista
Fecha y ligar de nacimiento: 20/7/71 Montevideo.
C.I.: 3.237.833-4
C.C.: CDA 68.778
Domicilio actual: Massini 818. Las Piedras.
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Carmelo Franco Garrido
C.I. 2.777.626-2 C.C. CPA 4313 Tras. CJA 9381 - CDA 53.638
Nombre de la madre: Gladys Mabel González Ramos
C.I. 3.343.116-1 C.C. CDA 31.540
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

9600722

10.- GUTIERREZ LA COSTA MARIA ESTHER. Aux. de Servicio.

Fecha y lugar de nacimiento: 5/9/52. Flores.

C.I.:

C.C.: PBA 14.521 Trasl. BZA 32.797

Domicilio actual: José María Navajas 1262

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Isidoro Gutiérrez

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Cándida Rosa La Costa

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge: Gines Gutiérrez González (Militar)

C.I. 1.287+038-6 C.C. BZA 32.798

__.-

Fecha y lugar de nacimiento:

C.I.:

C.C.:

Domicilio actual:

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

C.I. C.C.

Nombre de la madre:

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

__.-

Fecha y ligar de nacimiento:

C.I.:

C.C.:

Domicilio actual:

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

C.I. C.C.

Nombre de la madre:

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

15/005

040672 2

1/3

DIVISION INTELIGENCIA NAVAL
República O. del Uruguay

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 10 de Junio de 1994.-

OF.DINTE (R) Nº 054/10/VI/94.-
AS. SOL ANTECEDENTES.

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:
Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 73 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son [illegible] ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.
Saluda a usted atentamente.-

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la División
Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha 23 JUN. 1994
Pasa a Antecedentes
Nº de Orden 9406723

24/6/94
228

FECHA 13/7/94 INICIAL (illegible)
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 22-6-94
Pasa a S.D.I.
Nº de Movimiento 9406723

001/003

-9406723

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIVICA	DOMICILIO
AGAZZI	CARMEN				
AGAZZI	ADEMAR				
AGAZZI SALGUERO	SILVANA ROSITA	BS.AS. 03-JUN-76			BS.AS.REP.ARGENINA
AGUILAR CASALVIA	ANDREA				FRAY BENTOS (R.N.)
ALVEZ VIERA	FRANCISCO D.				SANTIN C.ROSSI 5078 AP.15
ARRIVILLAGA PINO	ELBIO				MARIA S. de MUNAR 48/2
BIURRA GODOY	WASHINGTON				PERNAS 3577
CAMPBELL BOGADO	AGATA ESMERALDA	43 A\OS EN 1992			17 METROS 009 BIS MDEO.
CAPRIO CATALOGNE	LAURA	....	....	....	CNO. DURAN 6105/109
CASALES	MARIO				ELBIO FERNANDEZ 4328 AP.3
CONTRERA MORENO	ANAHIR	46 A\OS EN 1992			GARCIA LORCA 133 BIS
DEL PINO	GUSTAVO				SANTIN C.ROSSI 5078
DIAS	ISMAEL AMBROSIO	RIO NEGRO, 07-DIC-27			
DIAS	RAMONA	RIO NEGRO, 05-OCT-05			
DIAS GONZALEZ	MARIA ROSA	RIO NEGRO, 29-SET-59			PERNAS 3077
DIAS GONZALEZ	NORMA BEATRIZ	RIO NEGRO, 13-NOV-63			CORUMBE 4116
DIAS GONZALEZ	MIRNA TERECITA	RIO NEGRO, 02-ENE-73			
DIAS GONZALEZ	ALBA GRACIELA	38 AÑOS EN L992			
DIAS GONZALEZ	GLADIS ESTELA	36 AÑOS EN 1992			EE.UU. 1513 (BS.AS. R.A.)
DIAZ	EVA				MARIA S. de MUNAR 46
DIAZ GONZALEZ	CARLOS MARCIAL	RIO NEGRO,21-MAR-70	3.815.971	AOB 8118	LORENZO CARNELLI 1256
DO CANTO	ELENA				SANTIN C.ROSSI 5078
DO CANTO DO CANTO	GRACIELA				SANTIN C. ROSSI 5078
DO CANTO MEDINA	MARLENE				SANTIN C.ROSSI 5078
FAGIAN	FERNANDO				SANTIN C.ROSSI 5078
FERRARI	JOSE	21 A\OS EN 1992			EDISON 4411
GALVAN	SANDRA				SANTIN C.ROSSI 5078
GARCIA CARDOZO	IRMA G.	MONTEVIDEO, 21-AGO-25			SAN MARTIN 4072
GERVASIO	CARMEN	....	....	....	M.C.Martinez 3063 MDEO.-
GIMENEZ	OSCAR OMAR	....	....	....	ESTIVAO 1771/001 MDEO.-
GONZALEZ	PILAR				DALMIRO COSTA 4531 AP.2
GONZALEZ CARDOZO	MANUELA RAMONA	RIO NEGRO, 12-MAY-35			
GONZALEZ TORRES	LUIS				LUIS BRAILLE 3190
GUERRERO	EDGARDO				MARIA S de MUNAR 46
LEMOS	JOSE MARTIN				CNO.MENDOZA S/N.
MACALISTER GUERRA	VICTOR DANIEL	SALTO, 11-AGO-68			
MEDINA RODRIGUEZ	VICTOR HUGO	MONTEVIDEO, 14-ABR-62	1.828.877	BTA15639	SANTIN C. ROSSI 5078/15
MEDINA RODRIGUEZ	EMILIANO	MONTEVIDEO, 14-AGO-58			
MEDINA RODRIGUEZ	GIRMA ELIZABETH	MONTEVIDEO, 03-SET-60			CNEL.FALCON 2972 (BS.AS. R.A.)
MEDINA TECHERA	EMILIANO	MONTEVIDEO, 14-DIC-40			TTE.RINALDI 3672 BIS
MEDINA TECHERA	DAMIAN				TTE.RINALDI 3672
MEDINA TECHERA	JULIO CESAR				AVDA. MILLAN 203
MIRABALLES RAMIREZ	EMA MIRIAN	02-12-45-LAVALLEJA	....	....	M.C.Martinez 3061/02 MDEO.-
PAZ FALLABRINO	MARIA NOEL	....	....	....	HUDSON 5425 MDEO.-
PELLEGRINETTI SALGUERO	NELLI ELENA				MARIA S. DE MUNAR 48/2
PERALTA VELAZQUEZ	YANELA MARGOTH				BVARD.ESPAÑA 2125/2
PEREIRA LEON	HERMENEGILDO	13-04-44-RIVERA	....	....	M.C.Martinez 3061/02 MDEO.-

PEREIRA MIRABALLES	LIANA RAQUEL	23-10-68 MONTEVIDEO	1916989-3	BLA26586	Martin C.Martinez 3061/1002
PEREIRA MIRABALLES	ROSANA ISABEL	02-11-69-MDEO.-	....	....	M.C.Martinez 3061/02 MDEO.-
PIASOLI	LIBERTAD				GUAYABOS 1444/5
ROCCO PINTOS	MARCELO CESAR	43 AÑOS EN 1992			17 METROS 009 BIS MONTEVIDEO
RODRIGUEZ	MARIA ANGELICA	MONTEVIDEO, 24-AGO-63			RUTA 1 VIV. 6 MONTEVIDEO
RODRIGUEZ	ALFREDO W.				
RODRIGUEZ	ANA MARIA				SAN MARTIN 4072
RODRIGUEZ	LOURDES				SAN MARTIN 4072
RODRIGUEZ	SILVIA				SANTIN C.ROSSI 5078
RODRIGUEZ	MONICO				MARIA S. de MUNAR 48/3
RODRIGUEZ GARCIA	JULIO	....	....	....	JOSE M. MONTERO 2981 MDEO.-
RODRIGUEZ GARCIA	MARIA DEL CARMEN	MONTEVIDEO, 07-AGO-43			SANTIN C. ROSSI 5078 AP. 15
ROVIDO	CESAR				GUAYABOS 1444/5
SALGUERO	ALEX ANTHONY	MONTEVIDEO, 03-OCT-68	1.796.978	BCD 6445	MARIA S.de MUNAR 48/2
SALGUERO ABEIJON	ROSA ELENA	MONTEVIDEO, 13-JUL-46			BS.AS.REP.ARGENTINA
SALGUERO ABEIJON	RUBEN	43 AÑOS EN 1992			GARCIA LORCA 133 B IS
SALGUERO CONTRERA	LUIS CESAR	27 AÑOS EN 1992			ISIDORO LARRAYA 3667/2
SALGUERO CHAPARRO	JULIO CESAR	68 AÑOS EN 1992			GARCIA LORCA 133
SALGUERO MORENO	SERGIO	16 AÑOS EN 1992			GARCIA LORCA 153 BIS
SANCHEZ	ISMAEL				
SILVA DIAZ	MARIA NOEL	15 AÑOS EN 1992			EE.UU. 1513 (BS.AS. R.A.)
SILVA HERNANDEZ	ROBERTO JUSTINO	50 AÑOS EN 1992			EE.UU. 1513 (BS.AS. R.A.)
SILVEIRA	JULIO RONALD	....	....	....	GUAIRA 147 MDEO.-
TORRES ALCALDE	CONSUELO				LUIS BRAILLE 3190
VALVERDE	JUAN	....	....	....	CARDOZO 3279 MDEO.-

003/003

9406723

Nº DOCUMENTO 9406724
TITULO DESARTICULAÇÃO DE ESQUEMA DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS, KHALIL KARAN.
PROCEDÊNCIA INUR (SER. BRASIL)
30-5-94

ENTRADO	
CRUZADO	

9406724

INUR Nº 221/012/300594

Desarticulação de esquema do tráfico internacional de drogas. KHALIL KARAN.

Em 08 Fev 94, foi desarticulada uma conexão internacional do narcotráfico, tendo sido presos em ARAGUARI/MG os traficantes KHALIL NAGIB KARAN, libanês naturalizado brasileiro; GEORGE AL-SABAK, libanês; FERNANDO AMADEU BAPTISTA DE CASTRO GANDRA, português; e GLEISON PÓVOA FIGUEIRO e CELSO ROSA DE AZEVEDO, brasileiros.

Vinculados a esse esquema do narcotráfico, foram presos, na mesma data, no aeroporto internacional de SÃO PAULO, em GUARULHOS/SP, quando se preparavam para embarcar em vôo para LISBOA e ZURIQUE, as **"mulas"** MILVANA SERAFIM DE OLIVEIRA TOMAZETE, brasileira; MARIA HELENA FERREIRA BAPTISTA, portuguesa; e LAMINE TEFRIDI (**"MAURICE ARTHUR JOSEPH"**), argelino naturalizado italiano. KHALIL KARAN, o principal membro do grupo, já foi julgado e condenado à pena de 25 anos de prisão.

Até sua detenção, KHALIL KARAN gerenciava em ARAGUARI uma fluida conexão do tráfico de cocaína, que adquiria a droga de fornecedores bolivianos por intermédio do narcotraficante CELSO AZEVEDO, de TUPACIGUARA/MG, e a despachava para o LÍBANO no interior de portas de madeira. Anteriormente, havia sido assinalado que o esquema do narcotráfico de KHALIL estava remetendo a droga para JUNIEH/LÍBANO no interior de urnas mortuárias de madeira, exportadas para aquele país.

Tal processo tornou-se conhecido quando da prisão em FORTALEZA/CE, em 15 Jul 92, de um grupo composto pelos palestinos WALID ISSA KHMAYIS — ex-militante da FRENTE DE LUTA POPULAR PALESTINA (FLPP), de SAMIR GOUSHA — e AYMAN RATEB ISSA IKHMAYES; dos libaneses MOUNIR GEORGES EL-KADAMANI (cristão maronita e ex-integrante das FORÇAS LIBANESAS - FL) e ALI AJAJ JAAFAR (muçulmano xiita ligado à **"AMAL"** e integrante do clã JAAFAR, notoriamente envolvido com o narcotráfico no ORIENTE MÉDIO); dos italianos FRANCESCO SCULLI e ANTONIO SANGUEDOLCE, supostamente ligados à **"N'DRANGHETA"**, calabresa; e do brasileiro DION LUIS MARQUES (**"JURANDIR DE PAULA"**). Quando da sua prisão, o grupo se preparava para embarcar para a ITÁLIA um carregamento de 546 Kg de cocaína adquirida em SANTA CRUZ DE LA SIERRA/BOLÍVIA. Na ocasião, KHALIL conseguiu escapar ileso porque se encontrava em SÃO PAULO/SP. O temor da ação policial fê-lo viajar com a família para o LÍBANO, onde permaneceu até Dez 92, possivelmente em ZGHARTA e BEIRUTE.

Ao retornar daquele país, KHALIL decidiu estabelecer-se em ARAGUARI/MG, onde adquiriu alguns imóveis, entre esses uma fazenda, de onde passou a reestruturar sua conexão internacional do tráfico de drogas, desta vez empregando preferencialmente transportadores individuais (**"mulas"**).

Uma das **"mulas"** detidas em SÃO PAULO/SP, MILVANA TOMAZETE — prima da esposa de KHALIL, NILCEN FIGUEIRO KARAN —, havia ingerido 110 (cento e dez) cápsulas plásticas feitas com luvas cirúrgicas de látex e contendo, cada qual, cerca de 5,0 grs de cocaína. Além desses invólucros, MILVANA transportava duas cápsulas maiores, de metal, no órgão genital, e outra no orifício anal, perfazendo cerca de 80,0 grs. MARIA BAPTISTA carregava um pacote contendo 700 grs, preso na barriga, e duas cápsulas contendo 80,0 grs no órgão genital.

TEFRIDI, AL-SABAK e GLEISON — cunhado de KHALIL — foram os responsáveis, em ARAGUARI, pela prensagem da cocaína a granel em pequenos tubos para serem acondicionados nos envoltórios plásticos transportados pelas **"mulas"**.

Também estavam sendo **"preparadas"**, em ARAGUARI, para seguirem a mesma rota, LISBOA - ZURIQUE, ou, possivelmente para MADRID, a cidadã brasileira SIRLENE DE CÁSSIA BARBOSA VELOSO — amante de LAMINE TEFRIDI — e a espanhola MARIA JOSÉ REYES ORTIZ. Ambas estão em liberdade.

A suspeição da existência de uma rota via MADRID é reforçada pelos indícios representados pelos documentos encontrados na residência de KHALIL, entre esses uma agenda contendo vários endereços na ESPANHA; uma autorização emitida por NORBERTA CASTRO PUYUELO a LAMINE TEFRIDI, para utilização do automóvel CITROEN, BX 16TRS; um recibo emitido por MARIA MERCEDES MARTINEZ PARRA em favor de NORBERTA CASTRO PUYUELO, datado de 30 Nov 93; um instrumento de procuração emitido por NORBERTA CASTRO PUYUELO em favor de LAMINE TEFRIDI; e um documento de identidade espanhola, de número 37134105, em nome de NORBERTA CASTRO PUYUELO. Além desses indicadores, sabe-se que KHALIL comunica-se na ESPANHA com uma pessoa de nome FAWZI, no telefone 0034-5-2775100.

Entre os documentos apreendidos na residência de KHALIL, foi encontrada uma agenda — possivelmente pertencente à sua esposa, NILCEN FIGUEIRÓ KARAN —, na qual constavam os telefones (06) 661398, em nome de SAMIR KOUVE, e (06) 662896, em nome de **"YOLLA"**, todos do LÍBANO.

GEORGES AL-SABAK chegou ao BRASIL em 14 Set 93 e era o encarregado de preparar a droga para o transporte; aparentemente, seria um dos recipiendários, no LÍBANO, da cocaína anteriormente enviada por KHALIL, acondicionada em portas e outros objetos de madeira.

Não foram assinalados contactos entre o esquema do narcotráfico de KHALIL e AL-SABAK e árabes radicados na região da Tríplice Fronteira (BRASIL - PARAGUAI - ARGENTINA), em especial os suspeitos de ligação com o **"HIZBALLAH"**.

A rede do narcotráfico **"gerenciada"** por MOUNIR GEORGES EL-KADAMANI — ex-sócio de KHALIL KARAN, até a frustrada expedição

de Jul 92 em FORTALEZA/CE — é que dispõe de ligações em FOZ DO IGUAÇU, envolvendo libaneses, a maioria cristãos maronitas, radicados naquela cidade. Fazem parte do esquema de MOUNIR em FOZ DO IGUAÇU - CIUDAD DEL ESTE os libaneses ELIAS EL-HAIQ, usuário do telefone 5223484; GHASSAM ARABI e MICHAEL RAHME.

No LÍBANO, MOUNIR tem ligações, entre outros, com DAVID ABI KHALIL, encarregado de despachar **"mulas"** para o transporte de drogas; **"EL-HAJ"** (não-identificado, viaja com freqüência para PONTA PORÃ/MS, onde reside, recém chegado de BEIRUTE, o primo de MOUNIR, KHALIL YUSSEF EL-KADAMANI); HANNA ATALLA (esteve recentemente em FOZ DO IGUAÇU e SÃO PAULO); **"KHALED"** (não-identificado, recebeu, nos últimos meses, US$ 105 mil enviados por MOUNIR, em quatro remessas); e MUHAMMAD MURAD (usuário do telefone 824644, de ZAHLE, e integrante do esquema de remessa de dinheiro).

MOUNIR dispõe de contactos no IRÃ (com o telefone 215003046) e na SUÉCIA (com o libanês BASSAM RAYA, proprietário de uma agência de viagens, possivelmente em ESTOCOLMO).

* * *

ANEXO: "A" - Dados de qualificação de envolvidos no esquema do narco tráfico de KHALIL KARAN, desarticulado em Fev 94.

"B" - Cópia reprográfica de fotografias individuais.

C4

9400724

ANEXO "A"

Dados de qualificação de envolvidos no esquema do narcotráfico de KHALIL KARAN:

. KHALIL NAGIB KARAN - Brasileiro naturalizado (nascido no LÍBANO); DLN 14 Set 58, em ZGHARTA/LÍBANO, filho de NAGIB KARAN e IVETTE KAAWI KARAN, residente à Rua CARLOS RAMIRO, 680, SANTIAGO, ARAGUARI/MG; possui a identidade nº 687420-SSP/DF.

. GEORGE AL-SABAK, DLN 07 Ago 58, em FERZOL/LÍBANO, filho de CHEHADE AL-SABAK e KAOKAB AL-SABAK.

. FERNANDO AMADEU BAPTISTA DE CASTRO GANDRA, português, DLN 29 Abr 54, em LISBOA/PORTUGAL, filho de JOAQUIM JESUS DE CASTRO GANDRA e ESTHER BAPTISTA FORTE.

. MARIA JOSÉ REYES ORTIZ, DLN 23 Set 67, em LA RINCONADA - SEVILLA/ESPANHA; filha de PEDRO REYES VIDA e DOLORES ORTIZ VÁSQUEZ; passaporte espanhol nº 33927875-T e cédula de identidade espanhola nº 33927875, solteira.

. MARIA HELENA FERREIRA BAPTISTA, postuguesa, solteira, DLN 20 Out 64, em LISBOA/PORTUGAL, filha de ADELINO EDUARDO TEIXEIRA BAPTISTA e DEOLINDA ALMEIDA FERREIRA, cédula de identidade portuguesa nº 7001880.

. LAMINE TEFRIDI, italiano naturalizado; DLN 11 Dez 49; em AULEF/ARGÉLIA, filho de IBRAHIM TEFRIDI e MARIE DI MARIO TEFRIDI. Reside à Via INGANNI, 12, MILÃO/ITÁLIA. Utiliza o nome falso de **"MAURICE (OU MAURICI) ARTHUR JOSEPH"**.

. GLEISON PÓVOA FIGUEIRÓ, brasileiro, DLN 06 Dez 68, ARAGUARI/MG, filho de NESON FIGUEIRÓ e NORMA PÓVOA FIGUEIRÓ, identidade 1131671-SSP/DF.

. CELSO ROSA DE AZEVEDO, brasileiro, DLN 05 Mai 59, TUPACIGUARA/MG.

. MILVANA SERAFIM DE OLIVEIRA TOMAZETE, brasileira, casada DLN 02 Set 61, em ARAGUARI/MG, filha de LEONTINO SERAFIM DE OLIVEIRA e VALDETE MARQUES PÓVOA DE OLIVEIRA, RG 3195803 - 2344726 - SSP/GO

. SIRLENE DE CÁSSIA BARBOSA VELOSO, brasileira, solteira, DLN 07 Set 69, em SÃO JOÃO DA PONTA/MG, filha de PEDRO MARINS VELOSO e GERALDA BARBOSA MARTINS, identidade nº 18936168-SSP/SP.

9406724

ANEXO "B"



KALIL NAGIB KARAN



GEORGE AL-SABAK



S.D.Q.



FERNANDO AMADEU BAPTISTA DE CASTRO GANDRA



LAMINE TEFRIDE
("MAURICIO")

9406724

06.06

0589401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 17 de junio de 1994.-

Of.DINTE (R)Nro038 /17/ VI /94.-
As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 100 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.

(DR/gri)

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la División
Inteligencia Naval

0589401 a 03.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
23 JUN. 1994
Antecedentes

24/06/94
229

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 22-6-94
Pasa a S.D.I.
Nº de Movimiento 9406725

001/003

9406725

185180

0589402

Page No. 1
09/11/74

APELLIDO	NOMBRES	FEDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
ACOSTA RODRIGUEZ	NELSON FABIAN	200576 SAL.	4.118.283-	JCC 23616	SARANDI 332(SALTO)
ACOSTA RODRIGUEZ	ILDEMAR	SALTO		JAA 5180	SARANDI 332(SALTO)
AGUIERRE BEAU	MIRTA BEATRIZ	210849 R.NEGRO	3.551.246-4	7255	CARRERAS NACIONALES 4254
ARBALLO CARAMAN	ALAN LEE	180175 R.NEGRO	3.727.052-3	LAA 36286	ITALIA 1365(F.BENTOS)
ARBALLO MATER	NELSON DANIEL			LAA 24696	ITALIA 1365(F.BENTOS)
BENITEZ ETCHEGARAY	EULOGIO AMADO	230933 R.N.	1.318.396-1	BUB 22225	APARICIO SARAVIA 3350
BENITEZ MACHADO	WALTER FABIAN	030676 MDEO.	3.772.352-6		APARICIO SARAVIA 3350
BENTANCUR CASTRO	MARIA	200740 S.J.	3.062.995-1	QEE 839	GUAZUNAMBI 375(SAN.VAZQUEZ)
BERTUA DIAZ	NORMA		1.718.056-2	CDA 27152	RUTA 67 KM.27 CANELONES
BIDEGAIN ACOSTA	EDUARDO RUBEN	150458 FLORES	3.841.372-6	RAB 17825	J.E.VARELA 731(DURAZNO)
BIDEGAIN FILIPPINI	ALEJANDRO DANIEL	090576 DUR.	4.093.645-9	RAB 23080	J.E.VARELA 731(DURAZNO)
BONILLA RICCIO	FRANCISCA		1.107.755-3	BDB 9554	LUIS BRAILLE 3151
BORGES PAEZ	MARTHA SUSANA		1.511.108-0		DEL FUERTE 5620
BRITOS SANTURIO	MARCOS ALEJANDRO	150526 MDEO.	3.814.085-2	BXB 14551	IDEARIO ARTIGUISTA 1710
BRITOS VIERA	JOSE	ARTIGAS	1.685.833-1	BZA 30241	IDEARIO ARTIGUISTA 1710
CARAMAN LOGUINENCO	GRACIELA BEATRIZ	R.NEGRO	2.773.651-7	LAA 30947	ITALIA 1365(F.BENTOS)
CASTILLO	MARIA CRISTINA	MDEO.	2.572.346-7	CMA 23173	CNO.MALDONADO 10250
CELADA COMINO	ANA LAURA	040271 SALTO	3.103.755-5		
DE BORDA	DURILIO	300839 TBO.	1.240.510-9	TGB 1317	CIPRESES Y PLATANOS (MIE.GDE.5
DE BORDA GONZALEZ	JACQUELINE ILIANA	230273 MDEO.	1.756.205-2	BTB 31862	CIPRESES Y PLATANOS (MIE.GDE.5
DE LOS SANTOS DE LOS SANT	ASCENCION	280952 MDEO.	1.068.776-7	BTB 24393	LA VIA 6
DELGADO OLMOS	ANA MARIA	130748 MDEO.	1.307.177-1	BTB 14952	RUSIA 2116
DEUGODOIAN KUYOMIAN	AGOP	300522	.515.775-7	AXA 15829	LUIS BRAILLE 3151
ETCHELAR MARTINEZ	LUIS ABEL		1.353.702-0	BLA 50542	RUTA 8 KM.26.200(PANDO)
ETCHELAR FERIZ	JORGE DANIEL	200276 MDEO.	3.837.369-3	CME 11479	RUTA 8 KM.26.200(PANDO)
FAJARDO VEIGA	ROBERTO	190751 MDEO.			BELGICA 2180
FAJARDO VELO	VERONICA EDITH	290473 MDEO.	3.255.574-4	BTB 51868	BELGICA 2180
FARIAS NETTO	BLANCA NEYES	TACUAREMBO	1.610.596-5	BLB 37229	JUAN DE DIOS PESA 2170
FELIX LOPEZ	SANTOS MARCOS	200445 ART.	1.595.419-5		PERNAS 2415 BIS
FELIX RIVERA	MARCOS WILLMAN	170374 MDEO.	3.698.182-6	BCA 98368	PERNAS 2415 BIS
FRANCO NUÑEZ	ULISES SERGIO	301049 FLORIDA	2.964.673-0	OAA 29902	LUIS E. PEREZ 438(FLORIDA)
FRANCO RONDAN	CESAR JUAN	030375 FLORID	3.992.800-9	OAA 48395	LUIS E. PEREZ 438(FLORIDA)
FULQUERE FABBIANI	NIDIA MABEL				CARIBE M18 SL.10(O.DEL TIGRE)
GAMBETTA PEREYRA	LUIS GODOFREDO	040676 S.JOSE	3.534.489-3	OAA 8112	CIGANDA 105(OGANDO)
GAMBETTA VELAZCO	LUIS GODOFREDO	SAN JOSE	.530.743-9	OAB 4077	HERRERA Y FIGUEROA 301(LAS PIE
GOMEZ	SANTOS EDUARDO	280333 DURAZNO	.958.230-2	QGE 133	CARIBE M18 SL.10(O.DEL TIGRE)
GOMEZ FULQUERE	JOSE ALFREDO	080571	2.013.306-5	QGE 1185	CARIBE M18 SL.10(O.DEL TIGRE)
GOMEZ GADEA	ROBERTO	091145 T.TRES	1.500.894-5	BCA 45350	APARICIO SARAVIA 5310
GOMEZ RODRIGUEZ	VICTOR HUGO	090476 MDEO.	3.530.535-6	BOA 18337	APARICIO SARAVIA 5310
GONZALEZ	CARMEN LILIAN	100453 MDEO.	1.492.715-1	BAA 21957	SAN MARTIN 5665 AP.1
GONZALEZ	VICTORIA SARA	180539 MDEO.	.848.974-9	AJB 4290	CIPRESES Y PLATANOS (MIE.GDE.5
GONZALEZ MARQUEZ	RODRIGO EMMANUEL	130376 SAL.	3.724.899-6	JCA 4677	MAN.3 SL.3 V.REGINA CONT.GRECI
GONZALEZ MOREIRA	JUAN LUIS	160655 FLORES	1.292.300-6	RCA 49622	DOMINGO ARENA 4574 AP.2
GONZALEZ RECAYTE	LUIS ADRIAN	140673	3.175.822-2	ROB 37797	DOMINGO ARENA 4574 AP.2
GUERRA AGUIRRE	FABIANA BEATRIZ	151274 SOR.	3.580.336-4	BNB 50809	CARRERAS NACIONALES 4254
GUERRA SANCHEZ	NICALOR MANUEL	060847 ROCHA	1.553.743-6	BNB 38475	CARRERAS NACIONALES 4254
HAURET RAMOS	CARMELO	MDEO.	2.665.686-5	CDA 21984	RUTA 67 KM.27 CANELONES
ISNARDI RODRIGUEZ	LUIS CARLOS	070725 MDEO.	3.685.293-0	BLA 29171	AGRACIADA 3883 AP.4
JAIME ALTAMIRANDA	JULIO JACINTO	ARTIGAS	3.403.020-1	JAE 7864	BRASIL 2880(SALTO)
JAIME MALOCHI	JULIO ADRIAN	020668 ART.	3.422.401-0	JAE 9389	MONTEVIDEO 2914 AP.4
LEGUIZA ALCOBA	PERLA CAROL	190975 MDEO.	1.904.392-4	BPB 63891	LUIS BRAILLE 3151
LOPEZ COMERIO	WILFREDO RUBEN	030145 MDEO.	1.054.709-2	BUB 15526	RUSIA 2116

Poco legible 002

185181

Page No. 2
06/17/94

05894O3

APELLIDO	NOMBRES	LFON - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
LOPEZ DA SILVA ✓	ELSA	100360 DUR.			ANGELA B DE LOPEZ(P.DE LOS TOR
LOPEZ DELGADO	SIXTO DANIEL	120176 MDEO.	1.165.812-3	BIA 23457	RUSIA 2116
✓ LOPEZ SACARELLO	VICTORIA	180330 MDEO.			J.BARRIOS AMORIN 974
MACHADO PEREIRA	OFELIA MODESTA	291131 LAV.	1.203.018-3	BRA 62804	APARICIO SARAVIA 3350
MAIOCHE LEAO	NYRA HAIDE	ARTIGAS	1.717.707-4	JAE 7834	BRASIL 2880(SALTO)
MARTIRENA FARIAS	FERNANDO MARCELO	041124 MDEO.	1.709.225-0	BCB 52896	JUAN DE DIOS PESA 2178
✓ MARTIRENA VILCHE	HECTOR FERNANDO	MDEO.	1.302.776	BCA 53727	JUAN DE DIOS PESA 2178
MAS MOREIRA	ENRIQUE		1.823.225-2	BNB 14910	AGRACIADA 3883 AP.4
✓ MORAIS CUADRO	RAMON ALBERTO	020567	1.554.652-6	BDA 42367	SAN MARTIN 5665 AP.1
MORAIS GONZALEZ	DANIEL ALBERTO	071270 MDEO.	1.293.173-5	BHB 4933	SAN MARTIN 5665 AP.1
X MOREIRA	WALTER RAUL		1.062.271-		DEL FUERTE 5620
MOREIRA BURGES ✓	BETTI ALLISON	160867 MDEO.	1.590.317-0	BOB 55350	DEL FUERTE 5620
MOREIRA FUENTES	SERGIO RICARDO	020142 SOR.	1.821.468-1	MCA 19458	SORIANO Y L.GOMEZ (DOLORES)
MOREIRA FAVOR	EDIS RICARDO	220175 SOR.	1.111.663-6	MCA 27357	CALLE 3 M50 S.43 S.J.DE CARRAS
NUÑEZ NUÑEZ	MARIA SILVIA		1.475.204-5	BOB 30239	URUGUAYANA 3762 AP.64
OLIVERA	JOSE LUIS	200271 MDEO.	1.509.233-0	APA 11563	J.BARRIOS AMORIN 974
X OLIVERA SORIA	MIGUEL ANGEL	120842 MDEO.			J.BARRIOS AMORIN 974
PAJAREZ LOPEZ	RICARDO ISRAEL	250176 DUR.	1.930.597-	RGR 2605	CALLE 17 (S. 92(LA PAZ)
PAJAREZ RUBIO	DRABEL ARTURO	DUR.	1.930.598-0		ANGELA B DE LOPE (P.DE LOS TOR
PAVAN CORREA ✓	GRACIELA SOLEDAD	SORIANO	1.779.604-0	MCA 18716	SORIANO Y L.GOMEZ (DOLORES)
PEREIRA CASTILLO ✓	MARIA DE LOURDES	101175 MDEO.	1.011.779-2	CHE 9525	CNO.MALDONADO 10250
PEREIRA GOMEZ ✓	WALTER CRISTINO	010946 ART.	1.397.420-0	ACB 8672	CNO.MALDONADO 10250
PEREIRA DELGADO ✓	MARIA CRISTINA	SAN JOSE	1.411.047-0	DAA 4856	HERRERA Y FIGUEROA 301(LAS PIE
PEREZ ✓	GERARDO DANIEL	051275 MDEO.	1.776.728-3	CDA 85533	RUTA 67 KM.27 CANELONES
PILON FRIAS ✓	ORLANDO ARIEL	181048 R.N.	1.654.218-7	LAA 20880	BRASIL 2986 (F.BENTOS)
PILON RUIZ ✓	MARTIN ARIEL	280576 PERGA.ARGENT	2.946.225-1	LAA 57669	BRASIL 2986 (F.BENTOS)
PIRIZ ✓	NORA CATALINA		1.557.575-3	CME 6344	RUTA 8 KM.26.200(PANDO)
X QUESADA ARIAS	LUIS ALBERTO	MDEO.45 AÑOS EN 1994			URUGUAYANA 3762 AP.64
QUESADA NUÑEZ	RICHARD ALBERTO	171173 MDEO.	3.869.447-7	BFA 20823	URUGUAYANA 3762 AP.64
RAMOS CIDADES	ENRIQUE DUFLECT	091246	1.159.824-2	BUA 40562	LA VIA 6
RAMOS DE LOS SANTOS ✓	OSCAR	180476 MDEO.	1.424.148-7	BIB 53560	LA VIA 6
REGENTE GARCIA ✓	MARIA CRISTINA	090157 MDEO.	1.566.422-5	UCA 57270	DOMINGO ARENA 4573 AP.2
RIVERA CABRAL ✓	MARY	231155 MDEO.	1.266.653-9	BLA 94927	PERNAS 2413 BIS
RODRIGUEZ ✓	GLADYS LILIAN	121254 DUR.		CMF 4123	MANZ.172 B SOL.14(EL PINAR)
RODRIGUEZ ✓	HECKEN LUCIA	011254 MDEO.	1.345.866-8	BUA 11246	APARICIO SARAVIA 5310
RODRIGUEZ DIAZ ✓	DOUGLAS	200340 T.T.	1.537.500-0	CMF 3974	MANZ.172 B SOL.14(EL PINAR)
RODRIGUEZ DE LUZ ✓	ETHEL GLADYS				AGRACIADA 3883 AP.4
RODRIGUEZ RODRIGUEZ ✓	EDWARD DANIEL	130174 MDEO.	1.768.496-6	CMF 14160	MANZ.172 B SOL.14(EL PINAR)
RODRIGUEZ RICARIS	MARIA EMILIA	011159 T.TRES		FAA 20626	SANTIAGO GADEA 1058
ROJAS PERALTA	DOMINGO	081056 T.T.	3.531.899-7	FEC 1617	R.ORTIZ 1676 (T.TRES)
RONDAN WILLIENSTON	ESTELA SUSANA	240251 FLORIDA	3.137.499-1	QAA 27392	CUAREIM 1570
RUIZ COLLADO ✓	MARIA AURORA	310555 MDEO.		LAA 23657	BRASIL 2986 (F.BENTOS)
SANTORO ZALDIVIA	LIDIA SONIA		2.837.083-5	BZA 33598	IDEARIO ARTIGUISTA 1710
SCARON RODRIGUEZ	JORGE JOSE	240172 T.TRES	3.007.773-0	FAA 45911	JUAN PAULLIER 1584
SIERRA ✓	HUGO MARCELO	260376 T.T.	3.715.309-4	FAA 46400	CONVENIO 831
SILVA BETANCUR	MAURO DAMIAN	280272 S.J.	3.535.807-4	GXB 13704	GUAZUNAMBI 325(SAN.VAZQUEZ)
SILVA RUSSO ✓	WASHINGTON ANGEL	160340 S.J.	3.922.857-2	QAA 2858	GUAZUNAMBI 325(SAN.VAZQUEZ)
SILVEIRA MIER ✓	GLADYS ESTELA		3.395.027-6	FEF 5904	R.ORTIZ 1676 (T.TRES)
VELO LIMA ✓	MARIA ISABEL	160952	1.279.015-8	BIB 17223	BELGICA 2180

9406725

POCO LEGIBLE

0609401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

DIVISION INTELIGENCIA NAVAL

Montevideo. 20 de junio de 1994.-

Of.DINTE (R)Nro.060/20/ VI /94.-
As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 86 personas que se mencionan en listado adjunto. los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.

Saluda a Usted atentamente.-

(DR/gri)

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la División
Inteligencia Naval

0609401 a 03.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
23 JUN. 1994
Antecedentes
9406726

24/06/94
230

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 22-6-94
Pasa a S.D.I.
Nº de Identificación 9406726

001/003

9406726

APELLIDO	NOMBRES	LFDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
ACOSTA GONZALEZ	MARGARITA	070550 SAL.	2.666.488-2	JDD 3778	RIVERA 102 C8(SALTO)
ACUÑA AGUIAR	GERARDO ERNESTO	101167 MDEO.	1.903.379-1	BDA 82817	ABIPONES 6077
ACUÑA FONTAINE	MARIA TERESA	171047 T.TRES	1.629.577-6	ANB 9249	CURVA 20 MTS.2624
ACUÑA RODRIGUEZ	LUIS ALBERTO	171227 MDEO.	.561.465-8	BDA 11329	ABIPONES 6077
AGUAIR ACUÑA	TERESA JOSEFA	050937 C.LARGO	1.058.565-4	BDA 28962	ABIPONES 6077
AGUIAR GONZALEZ	NERI CARLOS	150244 CAN.	1.593.081-2	CMB 6836	RUTA 8 KM.39(EMP.OLMOS)
AGUIAR RAMONDINO	DANIELA ALEJANDRA	240175 CAN.	3.669.053-2	CMB 7539	RUTA 8 KM.39(EMPAL.OLMOS
ALVAREZ RODRIGUEZ	MIRIAM NAIR	010358 MDEO.	1.525.733-9	CDA 63364	JUANA DE ARCO(LAS PIEDRAS)
ALVEZ FONSECA	LOURDES MABEL	231068 MDEO.	2.580.835-0	BBB 39568	BULGARIA 3662
ALVEZ LOPEZ	DESIDERIO MANUEL				BULGARIA 3662
BARNECH OTANIO	BLANCA ISABEL	170952 DUR.	4.229.621-9	RBD 13116	LAVALLEJA 352(DUR)
BARNECH OTAÑO	IDIS MABEL	DURAZNO	3.958.015-4	RBD 18429	LAVALLEJA 1352(DUR)
BENITEZ MANCILLA	AGUSTIN	131248 MDEO.		BOB 13091	HORACIO REDONDO 4959
BENITEZ SUAREZ	RAMON AGUSTIN	181275 MDEO.	3.249.911-0	BOA 19968	HORACIO REDONDO 4959
BENTANCOURT BITTENCOURT	ANDREA VERONICA	040276 MDEO.	2.020.269-4	BVA 39760	ASCASUBI 4792
BERISCIARTUA	CARLOS ANIBAL	MDEO.			IMPERIO 5203
BERISCIARTUA DOS SANTOS	ANDREA	030175 MDEO.	3.737.656-	BTA 24320	IMPERIO 5203
BERMUDEZ VARELA	ELIA JULIA	FLORES	1.964.210-0	BBA 34097	JOSE MARMOL 966
BERTOLOTTI	MARCELO JACOBO	070476 CAN.	4.000.471-3	CIB 1612	INDEPENDENCIA S/S(BOLIVAR-CAN)
BERTOLOTTI LOPEZ	MIRIAM NOEMI		1.873.627-	CIB 1209	INDEPENDENCIA S/S(BOLIVAR-CAN)
BICA FLEITAS	MARIA HORTENCIA	TBO.	2.603.916-0	CME 7127	CNO.MALDONADO KM.23
CABRERA MEIRELES	NORMA	040448 R.NEGRO	4.059.535-0	HBA 16431	B.NARDONE 696(RIVERA)
CHURI DE LEON	CARLOS RAUL		2.599.162-4		INDEPENDENCIA S/S(BOLIVAR-CAN)
COSTA	MIRTHA NAIR	190576 MDEO.	3.258.033-9	BZC 9525	AVDA.SAYAGO 1111
COSTA ACOSTA	NIDIA ETHEL	060871 SAL.	2.666.491-7	AZA 41409	GUAYAQUI 2937
COSTA BENITEZ	ISIDRO	270435 SAL.	3.543.129-8	JDD 2009	RIVERA 102 C8(SALTO)
COSTA BUSTAMANTE	ELSA MIRIAM	MDEO.			AVDA.SAYAGO 1111
CURTI LOMBARDO	PASCUAL HILARIO	050642 PDU.	1.927.727-6	BOB 23207	LOS FRESNOS 5275
CURTI MARQUEZ	MARCELO RAMIRO	010973 PDU.	2.851.942-3	BOA 18937	LOS FRESNOS 5275
DOS SANTOS DA SILVA	MARIA ESTER	070745 MDEO.	1.242.560-6	BTA 6936	IMPERIO 5203
DOS SANTOS WALTER	CARMEN LILIANA	220756 MDEO.	1.453.583-5	BZB 52313	CNO.CASTRO 632 BIS
ESPINEL ESTEFAN	FRANCISCO DAMIAN	110250 MDEO.	1.283.054-5	CMD 19760	TABARE 136(PASO CARRASCO)
ESPINEL RIVERO	ANA LAURA	220375 MDEO.	3.771.269-8	AHA 4570	TABARE 136(PASO CARRASCO)
FABRO CABRERA	MONICA ALEJANDRA	031175 R.NEGRO	3.925.499-5	HBA 25400	B.NARDONE 696(RIVERA)
FABRO PADILLA	CARLOS ALEJANDRO	210945 R.NEGRO	3.636.792-7	HBA 19655	B.NARDONE 696(RIVERA)
FILIPPINI LOPEZ	ALMA LUZ	230840 TBO.	3.052.697-7	RAB 12172	J.P.VARELA 731(DUR)
FONSECA IRAOLA	HORTENCIA	MDEO.	1.212.078-	BTB 24539	BULGARIA 3662
GARCIA PECAPIEDRA	MARIA CRISTINA	190272 MDEO.	2.998.863-9	BXB 3913	1RA. AL NORTE 2414
GUARTECHEA BARNECH	JORGE ARIEL	280575 DUR.	4.344.144-1	RBD 19762	LAVALLEJA 1452(DUR)
GUARTECHEA GODOY	HONRADO ARIEL	DURAZNO			
GUTIERREZ GONZALEZ	JULIA ESTHER	100553 SOR.	3.509.569-2	BDB 58470	TABOBA 4558
HERRERA DOS SANTOS	ALDA JOSELYNE	120175 MDEO.	3.955.158-5	BCB 51003	CONCEPCION DEL URUGUAY 3780 /8
HERRERA JAUREGUY	CESAR WALTER	140854 MDEO.	1.370.037-8	BCA100606	CANDELARIAS 1730
LEYES ALVAREZ	DIEGO DAMIAN	250676 MDEO.	3.380.364-1	BTB 32015	JUANA DE ARCO(LAS PIEDRAS)
LLAGARIAS LOPEZ	JOSE	270741 MDEO.	1.384.486-7	BMB 43439	LANCASTER 4043
LLAGARIAS PELLEJERO	MARIA ALEJANDRA	150771 CAN.	3.281.772-4	BNA 48350	LANCASTER 4043
LOZANO	NELIDA MIRIAM	270542	1.628.756-1	CQB 9969	DUNANT 3777
LOZANO PEREYRA	CLAUDIA PATRICIA	160176 MDEO.	3.287.479-2	BDA 96732	BESARES 3017
LUTZEV MARIANI	JUAN ANDRES	220575 MDEO.	4.127.184-2	CDA 85685	LEYENDA PATRIA 575(LAS PIEDRAS
MARIANI VICCI	MARGARITA	090633 MDEO.	1.599.793-7	CDA 84254	LEYENDA PATRIA 575(LAS PIEDRAS
MARQUEZ	EDUARDA BEATRIZ	150748 PDU.	1.994.144-3	BOB 23208	LOS FRESNOS 5275
MARTINEZ BICA	JENIFER MARIELA	020275 TBO.	4.121.550-5	TAB 8071	CNO.MALDONADO KM.23

12562

0609403

APELLIDO	NOMBRES	LFDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
MARTINEZ MARTINEZ	RAMON CONCEPCION	070453 TBO.	3.419.817-8	BOA 15939	CNO.MALDONADO KM.23
MAÑANA ARIAS	RUBEN JORGE	041241 MDEO.	1.168.618-4	BBB 22362	C.GARDEL Y GARIBALDI(L.PIEDRAS
MAÑANA PEREIRA	EDUARDO ANIBAL	130573 MDEO.	2.782.259-2	CDA 88199	C.GARDEL Y GARIBALDI(L.PIEDRAS
MEDIETTA LOZANO	FABIAN PABLO	100774 MDEO.	3.698.022-8	BDA101070	DUNANT 3777
MEDIETTA SOUZA	EDILIO	310140	.913.309-6	BOB 8627	DUNANT 3777
MORENO COLMAN	NELIA CRISTINA	MDEO.	1.316.415-4	BXB 7450	CALLE E 3072 (P.DE LA ARENA)
NUÑEZ MARTINEZ	ARIEL	250751 RIV.	1.354.425-3	BDA 43988	AZOTEA DE LIMA 4065 AP.1
NUÑEZ VAZ	CAROL GIOVANNA	190376 MDEO.	4.231.098-4	BOB 36790	AZOTEA DE LIMA 4065 AP.1
OBELAR	LUIS ALBERTO	040244 SOR.	3.509.570-5	BDB 58469	TABOBA 4558
OBELAR GUTIERREZ	ADRIANA ISABEL	180172 SOR.	3.273.859-0	BDB 61036	TABOBA 4558
OYOLA PEREIRA	ELBA TEODORA	030256 COL.	2.719.689-6	CDA 73754	JUAN ORTIZ 533(LAS PIEDRAS)
PECAPIEDRA LUZ	MARIA ELENA	070830 RIVERA	1.592.983-7	BTA 21624	1RA. AL NORTE 2414
PELLEJERO SILVERA	ELBINA CELSA	100543 C.LARGO	1.437.582-7	BOB 19469	LANCASTER 4043
PEREYRA GONZALEZ	BENITA	200534 MDEO.	.742.772-0	BDA 22113	BESARES 3017
RAMONDINO SINICH	ANA MARIA	140956 CAN.	1.437.703-5	CMB 5383	RUTA 8 KM.39(EMP.OLMOS)
REAL	ADOLFO RENEE	DURAZNO			LAVALLEJA 1352(DUR)
REAL BARNECH	MAURICIO GUSTAVO	210176 DUR.	3.830.081-0	RBD 10761	LAVALLEJA 1352(DUR)
RIBAROLA FERREIRA	CLINIO HOMERO	050136 PDU.	1.991.374-8	CDA 60186	CARLOS GARDEL 17(LAS PIEDRAS)
RIBAROLA RODRIGUEZ	MIRTA YANET	160369 MDEO.	2.920.502-1	CDA 88360	CARLOS GARDEL 17(LAS PIEDRAS)
RIVERO MARTINEZ	GLADYS MIRIAM	050854 MDEO.	1.805.034-6	BCA 81568	TABARE 136(PASO CARRASCO)
RODRIGUEZ BARRIOS	SOELI JACQUELINE	120270 MDEO.	2.582.641-1	BOB 32516	A.S.ADAMI 5443
RODRIGUEZ SANCHEZ	NILDA CATALINA	040546 TBO.	1.859.995-2	CDA 60096	CARLOS GARDEL 17(LAS PIEDRAS)
RODRIGUEZ SUAREZ	SOFILDO	280830 SAL.	.974.022-1	BOA 8355	A.S.ADAMI 5443
SANTOS CUFRE	LUIS ALBERTO	280648 SOR.	3.387.156-9	CDA 73942	JUAN ORTIZ 533(LAS PIEDRAS)
SANTOS OYOLA	SILVIA JANET	011074 COL.	3.808.118-5	CDA 80634	JUAN ORTIZ 533(LAS PIEDRAS)
SILVA FERNANDEZ	RICHARD EDUARDO	070875	2.016.511-9	BNA 52992	COSTAN. DEL MIGUELETE 865(PAND
SILVA LOZANO	NELSON				COSTAN. DEL MIGUELETE 865(PAND
SOSA	ELIAS ARMANDO	230345 TBO.			CAMAMBU 4157
SOSA ACUÑA	VERONICA JANET	300775 MDEO.	3.131.470-9	BTA 23499	CURVA 20 MTS. 2624
SUAREZ	MARTA RAQUEL	071151	1.456.409-6	BDA 57253	HORACIO REDONDO 4959
VARELA BERMUDEZ	ANDREA ALEXANDRA	020470 MDEO.	3.082.814-9	BUB 26070	JOSE MARMOL 966
VARELA MORENO	ELIZABETH ROSALIA	080475 MDEO.	1.988.431-0	BTA 22112	CALLE E 3072 (P.DE LA ARENA)
VARELA PELETEIRO	URBANO ARMENJOL		1.200.479-9	BVB 17041	CALLE E 3072 (P.DE LA ARENA)
VAZ DOS SANTOS	MARLENA	031050 RIV.	3.936.344-3	BOB 23203	AZOTEA DE LIMA 4065 AP.1
VICTORINO GUTIERREZ	PAULO CESAR	230576 CAN.	4.296.601-0	CDA 86549	PILAR CABRERA(LAS PIEDRAS)

003/003

9406726

Es el 28 desde el Obelisco hasta la Universidad

Homosexuales Unidos convocan a la marcha del "orgullo gay"

* Buscan reivindicar sus derechos * Promueven libertad y sexualidad

En un marco de reivindicaciones tendientes a un reconocimiento social, los homosexuales se preparan para realizar el próximo 28 de junio la segunda marcha gay. La misma se desarrollará desde el Obelisco hasta Tristán Narvaja y convocan al resto de las personas que consideren que la causa de un reconocimiento humano es justa. EL DIARIO dialogó con representantes de Homosexuales Unidos, elaborando el presente informe, donde se dan a conocer detalles sobre las diferentes acciones que desarrolla el grupo, como así también toda la problemática que rodea a quienes comparten esta condición sexual.

Ana, una de las principales voceras, resalta que Homosexuales Unidos fue fundada "en setiembre de 1988 y la primera manifestación que se hizo pública fue en el '90 un 28 de junio. Luego se llevó a cabo una concentración en plaza Libertad también convocada por HU y el año pasado varios grupos convocaron a la marcha del 28 de junio "Día Internacional del orgullo gay".

Es decir que, en 1993, la invitación para la marcha fue realizada por Homosexuales, el Movimiento de Integración Homosexual y por la entonces Mesa Coordinadora de Travestis, que hoy se llama Asociación de Travestis del Uruguay".

Agregó que "este año estamos preparando ya desde hace varios meses la segunda marcha en el "Día Internacional del Orgullo Homosexual", que en Uruguay se hace en una forma original respecto al resto del mundo, porque en todas partes se hace el último domingo de junio y nosotros como el año pasado lo hicimos el 28, decidimos dejar esa fecha establecida".

Las reivindicaciones

Sobre lo que plantea concretamente el grupo de Homosexuales Unidos, Ana precisa: "HU tiene dos áreas de trabajo perfectamente definidas. Por un lado somos un grupo que lucha a favor de los derechos humanos y en contra de todas las discriminaciones por opciones sexuales. También somos una organización no gubernamental en el tema de VIH-SIDA.

La marcha del pasado año y la del presente tienen que ver con esas áreas de trabajo. Ahora, los objetivos de la marcha de 1993, tienen bastante que ver con los de la presente, porque esta sociedad es muy represora y si bien no han cambiado los reclamos, lo que hemos hecho fue ampliarlos y tratar de hacer ver al resto de la gente no sólo a los homosexuales que somos discriminados, sino que la población sepa que todos somos discriminados por algo.

Es decir, las mujeres somos discriminadas, así seamos homosexuales, heterosexuales, bisexuales o lo que sea; los trabajadores también son discriminados y las trabajadoras; las personas de raza negra, sean del sexo que sean son discriminadas; los pobres son discriminados; los jóvenes también porque se les niega un espacio para actuar; los viejos por no ser productivos; los niños.

O sea que en definitiva, no sé quién podría decir, no, yo no me siento discriminado. Los rótulos y los roles sociales son muchísimos, no pasan solamente por el área de la sexualidad, sino por muchos lados. Nosotros al ser un grupo que trabajamos en la defensa de los derechos humanos, nos damos cuenta de que ese es el camino para luchar en función de una liberación más general de todos".

Los logros

En cuanto a los logros obtenidos por el grupo, señalaron unánimemente los representantes de HU: "Plantear el tema a nivel general, de la opinión pública, ya es un logro muy importante, porque parecería como si los grupos de lucha homosexual no plantearan el tema; **ese tema se plantea en ocasiones, a través de la parte de sociología, de psicología y la homosexualidad existe mucho antes de que existan los sociólogos, los psicólogos y todas las ramas de estudio sobre esta condición.**

Yo diría que el hecho de que los propios homosexuales hagamos el planteo del tema, creo que es muy importante".

Consultados si se sienten diferentes a los demás y qué es lo que ellos buscan con el reclamo de sus derechos, dijo: "Cuando se plantea el hecho de que alguna persona dice en la familia o en su círculo más cercano que es homosexual y de pronto surge un conflicto, está generado sobre todo porque son los **demás que van a tener el problema de que yo o tú seas homosexual.**

Por otro lado, no decimos que la homosexualidad es discriminada, decimos que la sexualidad toda es discriminada, entonces lo que sí se defienden son las opciones sexuales, que cada uno tenga el derecho de ser lo que sexualmente le gusta, le parece o le da placer. Es decir que todas las opciones sexuales son válidas y a partir de ahí la defensa es la sexualidad".

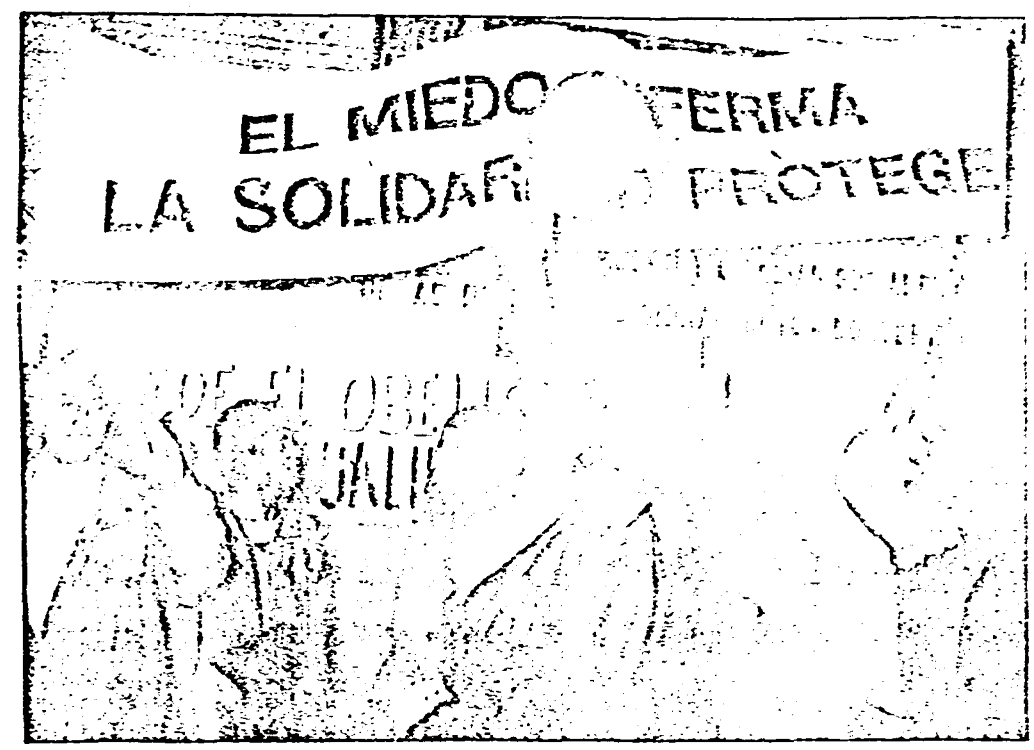


Los homosexuales realizan la segunda marcha en el "Día Internacional del orgullo gay", que se conmemora mundialmente. (Foto de archivo)

Lo que los une

El denominador común que une a los homosexuales, de acuerdo a lo que nos manifiestan Ana, Ana **María, Luis Carlos y Susana, quienes dialogaron con EL DIARIO, es "la rebeldía, aceptar las cosas tal cual** nos quieren hacer que sean, porque estamos en contra de eso, porque no sabemos por qué las cosas tienen que ser de determinada manera.

Hablamos de sexualidad, por ejemplo en un país como éste que tiene tres millones de habitantes, estamos hablando de tres millones de sexualidades diferentes. Entonces no estamos hablando de una sexualidad o de que esto está bien, esto está mal, esto es normal o esto no es anormal. Para nosotros todo está bien. Ese es un poco el planteamiento de la libertad sexual. De unir dos conceptos, el de la libertad y el de la sexualidad".



Desde hace varios meses Homosexuales Unidos viene preparando la marcha

01/02 940 6730

Plantean cuáles son sus derechos en la sociedad

En el marco de lo que son los planteamientos por la declaración de principios los Homosexuales Unidos destacan que son una organización social que lucha por un mejoramiento en la calidad de vida de la homosexualidad en pautas generales y situaciones concretas.

Por otra parte se definen como un grupo de Derechos Humanos, que particularmente entiende, que la libre opción sexual debe ser parte de la vida de cualquier persona, y por lo tanto, todo tipo de discriminación por la opción sexual, es alienante y segregacionista. En este sentido -agrega la declaración de principios- Homosexuales Unidos defiende el libre ejercicio de cualquier opción sexual, siempre y cuando, este ejercicio no atente contra la libertad de opción de otros individuos o su integridad física.

Asimismo, se indica que es un movimiento de lucha alternativo contra la creciente marginalidad de las minorías sexuales, provocada por la discriminación, el aislamiento y la persecución de una sociedad patriarcal, machista y sexista. En este sentido -sostienen- que reconocen como aliados a otras organizaciones sociales, de mujer, de jóvenes, y otros, que realicen demandas similares, en el terreno de los Derechos Humanos y de la sexualidad.

Se declaran también como un grupo de estudio sobre la sexualidad humana y sus diferentes propuestas del placer y del amor. Finalmente, precisan que Homosexuales Unidos, se define a-partidario y a-religioso, respetando dentro de sus miembros la libertad de afiliación de éstos a cualquier organización social o política.

Las lesbianas

Por otra parte, dentro de lo que es la declaración de principios se destaca que LESVENUS es un espacio de mujeres lesbianas feministas que apoyan la declaración de principios de HU, asumiendo también el perfil propio de vivir en sexualidad.

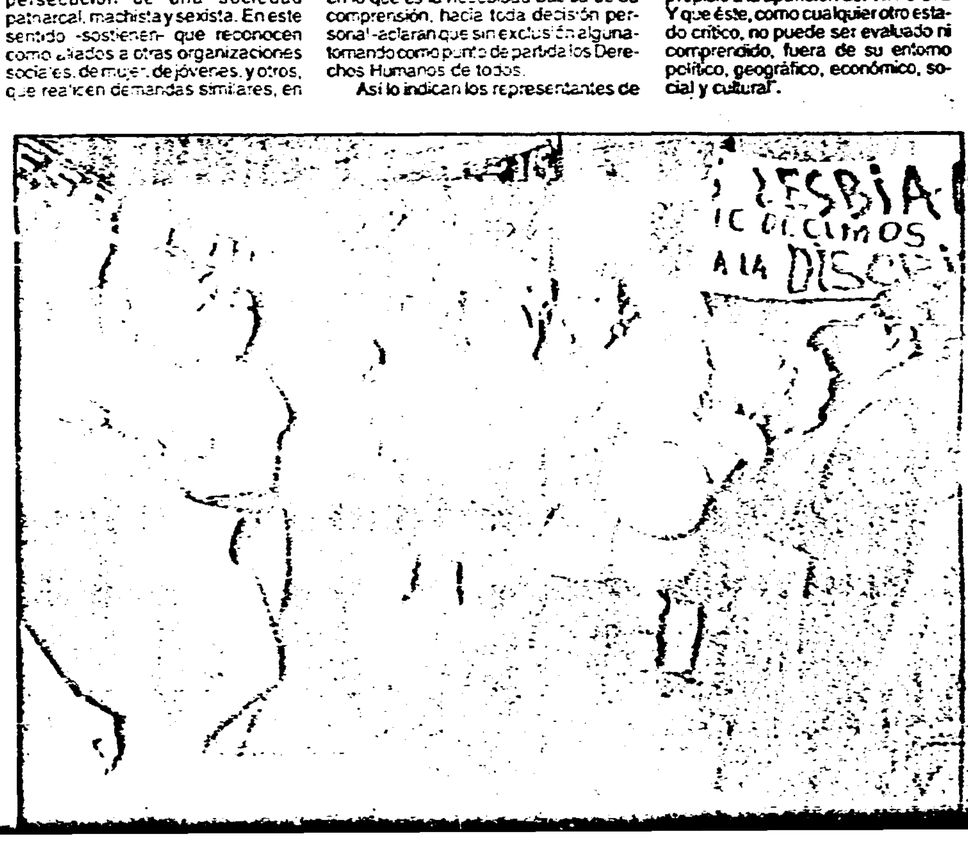
Con el SIDA

Homosexuales Unidos es también una ONG de lucha contra el VIH-SIDA que desarrolla la promoción de información objetiva aportando con ello el amplio espectro de temáticas involucradas, en lo que es la necesidad básica de su comprensión, hacia toda decisión personal -aclaran que sin exclusión alguna- tomando como punto de partida los Derechos Humanos de todos.

Así lo indican los representantes de **Homosexuales Unidos que estuvieron en nuestra Redacción, y que además destacan que comprenden que la unión con otras ONGs, se puede dar el enfoque global, desde su multiplicidad a la problemática social VIH-SIDA como también en la coordinación desde los espacios comunitarios autónomos que ellos se encuentran.**

Puntualizan que "entendiendo, que ninguna ONG puede ser producto de una tarea de cubrir las fallas del Programa Nacional o de uno o varios sistemas de salud, sino consecuencia del accionar responsable de las exigencias y denuncias que contienen nuestras bases, subyarando siempre los derechos que todos los hombres y mujeres tienen de ser libres y sanos mental, física y afectivamente".

Agregan: "Denunciando que las distorsiones en la relación del ser humano consigo mismo, de las personas entre sí y de éstas con la naturaleza afectan negativamente al sistema inmunológico de cada individuo, delineando el marco ecológico propicio a la aparición del VIH-SIDA. Y que éste, como cualquier otro estado crítico, no puede ser evaluado ni comprendido, fuera de su entorno político, geográfico, económico, social y cultural".



Comparten las mismas aspiraciones

La declaración de principios que realizan por su condición

Los homosexuales procuran hacer valer sus derechos, para ello convocan a la marcha del 28, en el marco de la cual se presentará una proclama con los puntos básicos de su acción reivindicativa. Asimismo, hacen reconocer sus derechos.

Ellos plantean ¿cuáles son sus derechos? y en torno a la entrevista que EL DIARIO mantuvo con Ana, Ana María, Susana y Luis Carlos, se indicó: "Por más de cien años, los trabajadores -y hoy convocados por el 1º de mayo- hemos luchado contra las intransigencias patronales, contra el desempleo, contra el hambre y la miseria. Hemos luchado por el salario, la vivienda, por mejores condiciones de vida. Pero de alguna manera, más allá de las diferentes ideologías, más allá de las diversidades que nos componen, hemos tenido un mismo deseo: la aspiración de un mundo sin cadenas".

Sospechemos entonces de la ...

modelos socio-culturales están impregnados de un esquema en dónde el mundo gira bajo el control de los poderosos. El poder es dominación dentro de este esquema. Y para poder continuar debe preservar todos aquellos estratos de la sociedad que mantengan viva su base ideológico y sus estructuras represivas.

De ahí que en las escuelas, en los medios de comunicación, en las familias, se introduzcan normas y conceptos de los cuales todos debemos sospechar.

Sospechemos entonces, de todo aquello que reproduce un esquema de dominación, o un valor supuestamente universal, de todo aquello que nos niega la posibilidad de ser personas por nosotros mismos, ser constructores de nuestra libertad

busca apoderarse del ser humano hasta en su más profundo sentido.

Es hora que tengamos en cuenta que el derecho a ser humanos incluye el derecho a vivir sin opresión. La sexualidad -ya que todos somos personas sexuales- participa en la totalidad de nuestros actos y es indivisible de cada persona en la dimensión que él o ella quieran darle. ¿Es posible postergarla sin postergarnos?".

Concluyen con la invitación: "Si tenés el deseo de participar de alguna charla acerca de la sexualidad sin importar tu opción sexual y/o de manifestar a favor del libre ejercicio de la sexualidad como un derecho impostergable, acércate a Venezuela 1491, los martes a las 21 horas, o el 28 de junio a las 20 horas en el Obelisco".

Refieren que HU es un grupo ...

... reconocimiento humano es justa. EL DIARIO dialogó con representantes de Homosexuales Unidos, elaborando el presente informe, donde se dan a conocer detalles sobre las diferentes acciones que desarrolla el grupo, como así también toda la problemática que rodea a quienes comparten esta condición sexual.

Ana, una de las principales voceras, resalta que Homosexuales Unidos fue fundada "en setiembre de 1988 y la primera manifestación que se hizo pública fue en el '90 un 28 de junio. Luego se llevó a cabo una concentración en plaza Libertad también convocada por HU y el año pasado varios grupos convocaron a la marcha del 28 de junio "Día Internacional del orgullo gay".

Es decir que, en 1993, la invitación para la marcha fue realizada por Homosexuales, el Movimiento de Integración Homosexual y por la entonces Mesa Coordinadora de Travestis, que hoy se llama Asociación de Travestis del Uruguay".

Agregó que "este año estamos preparando ya desde hace varios meses la segunda marcha en el "Día Internacional del Orgullo Homosexual", que en Uruguay se hace en una forma original respecto al resto del mundo, porque en todas partes se hace el último domingo de junio y nosotros como el año pasado lo hicimos el 28, decidimos dejar esa fecha establecida".

Las reivindicaciones

Sobre lo que plantea concretamente el grupo de Homosexuales Unidos, Ana precisa: "HU tiene dos áreas de trabajo perfectamente definidas. Por un lado somos un grupo que lucha a favor de los derechos humanos y en contra de todas las discriminaciones por opciones sexuales. También somos una organización no gubernamental en el tema de VIH-SIDA.

La marcha del pasado año y la del presente tienen que ver con esas áreas de trabajo. Ahora, los objetivos de la marcha de 1993, tienen bastante que ver con los ... sepa que todos somos discriminados por algo.

Es decir, las mujeres somos discriminadas, así seamos homosexuales, heterosexuales, bisexuales o lo que sea; los trabajadores también son discriminados y las trabajadoras; las personas de raza negra sean del sexo que sean son discriminadas; los pobres son discriminados; los jóvenes también porque se les niega un espacio para actuar, los viejos por no ser productivos; los niños.

O sea que en definitiva no sé quién podría decir no, yo no me siento discriminado. Los rótulos y los roles sociales son muchísimos, no pasan solamente por el área de la sexualidad, sino por muchos lados. Nosotros al ser un grupo que trabajamos en la defensa de los derechos humanos, nos damos cuenta de que ese es el camino para luchar en función de una liberación más general de todos".

Los logros

En cuanto a los logros obtenidos por el grupo, señalaron unánimemente los representantes de HU. "Plantear el tema a nivel general, de la opinión pública, ya es un logro muy importante, porque parecería como si los grupos de lucha homosexual no plantearan el **tema; ese tema se plantea en ocasiones, a través de la parte de sociología, de psicología y la homosexualidad existe mucho antes de que existan los sociólogos, los psicólogos y todas las ramas de estudio sobre esta condición.**

Yo diría que el hecho de que los propios homosexuales hagamos el planteo del tema, creo que es muy importante".

Consultados si se sienten diferentes a los demás y qué es lo que ellos buscan con el reclamo de sus derechos, dijo: "Cuando se plantea el hecho de que alguna persona dice en la familia o en su círculo más cercano que es homosexual y de pronto surge un conflicto, está generado sobre todo porque son los demás que van a tener el problema de que yo o tú seas homosexual.

Por otro lado, no decimos que la homosexualidad es discriminada, decimos que la sexualidad toda es discriminada, entonces lo que sí se defienden son las opciones sexuales, que cada uno tenga el derecho de ser lo que sexualmente le gusta, le parece o le da placer. Es decir que todas las opciones sexuales son válidas y a partir de ahí la defensa es la sexualidad".

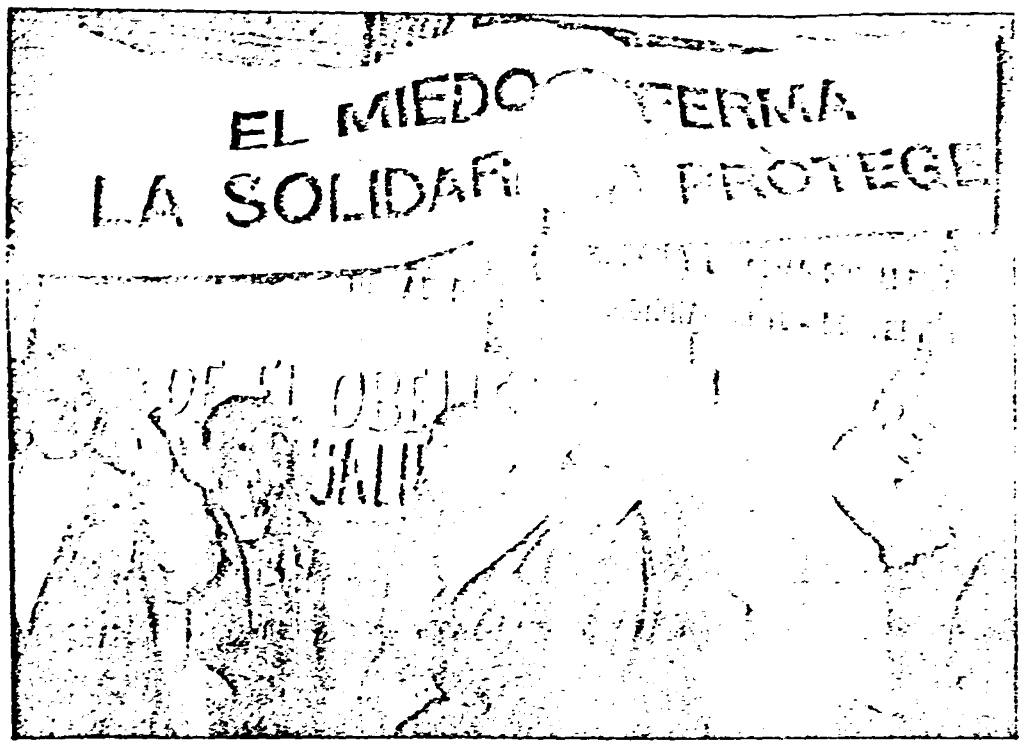
Lo que los une

El denominador común que une a los homosexuales, de acuerdo a lo que nos manifiestan Ana, Ana María, Luis Carlos y Susana, quienes dialogaron con EL DIARIO, es "la rebeldía, aceptar las cosas tal cual nos quieren hacer que sean, porque estamos en contra de eso, porque no sabemos por qué las cosas tienen que ser de determinada manera.

Hablamos de sexualidad, por ejemplo en un país como éste que tiene tres millones de habitantes, estamos hablando de tres millones de sexualidades diferentes. Entonces no estamos hablando de una sexualidad o de que esto está bien, esto está mal, esto es normal o esto no es anormal. Para nosotros todo está bien. Ese es un poco el planteamiento de la libertad sexual. De unir dos conceptos, el de la libertad y el de la sexualidad".



Los homosexuales realizan la segunda marcha en el "Día Internacional del orgullo gay", que se conmemora mundialmente. (Foto de archivo)



Desde hace varios meses Homosexuales Unidos viene preparando la marcha

01/02 940 6730

Plantean cuáles son sus derechos en la sociedad

En el marco de lo que son los planteamientos por la declaración de principios los Homosexuales Unidos destacan que son una organización social que lucha por un mejoramiento en la calidad de vida de la homosexualidad en pautas generales y situaciones concretas.

Por otra parte se definen como un grupo de Derechos Humanos, que particularmente entiende, que la libre opción sexual debe ser parte de la vida de cualquier persona, y por lo tanto todo tipo de discriminación por la opción sexual, es alienante y segregacionista. En este sentido -agrega la declaración de principios- Homosexuales Unidos defiende el libre ejercicio de cualquier opción sexual siempre y cuando, este ejercicio no atente contra la libertad de opción de otros individuos o su integridad física.

Asimismo, se indica que es un movimiento de lucha alternativo contra la creciente marginalidad de las minorías sexuales, provocada por la discriminación, el aislamiento y la persecución de una sociedad patriarcal, machista y sexista. En este sentido -sostienen- que reconocen como aliados a otras organizaciones sociales, de mujer, de jóvenes, y otros, que realicen demandas similares, en el terreno de los Derechos Humanos y de la sexualidad.

Se declaran también como un grupo de estudio sobre la sexualidad humana y sus diferentes propuestas del placer y del amor. Finalmente, precisan que Homosexuales Unidos se define a-partidario y a-religioso, respetando dentro de sus miembros la libertad de afiliación de éstos a cualquier organización social o política.

Las lesbianas

Por otra parte, dentro de lo que es la declaración de principios se destaca que LESVENUS es un espacio de mujeres lesbianas feministas que apoyan la declaración de principios de HU, asumiendo también el perfil propio de vivir en sexualidad.

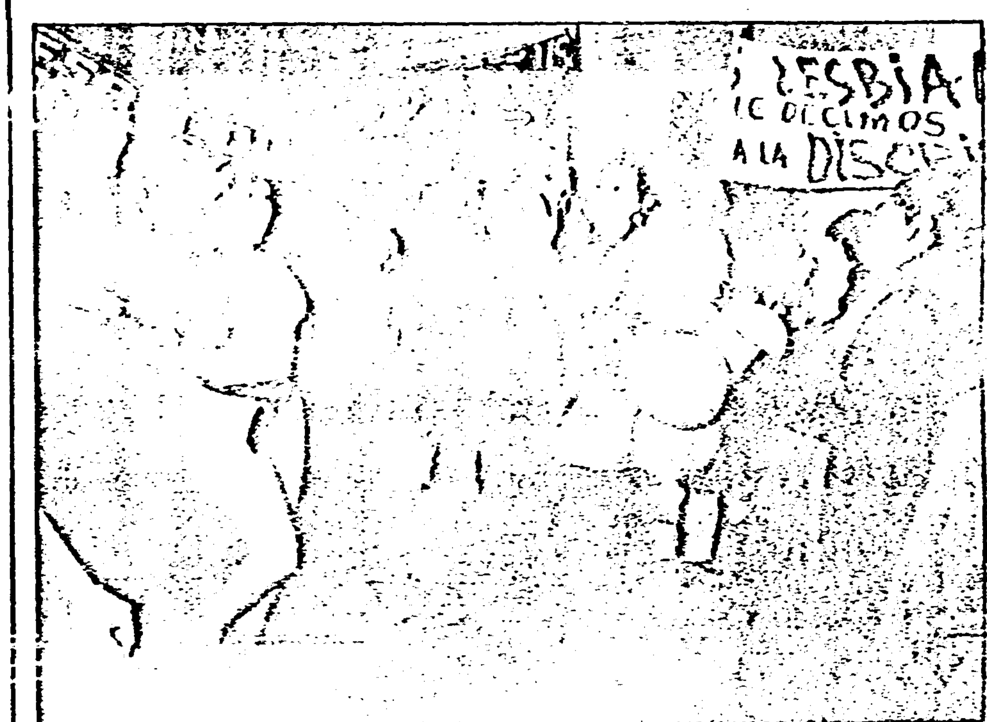
Con el SIDA

Homosexuales Unidos es también una ONG de lucha contra el VIH-SIDA que desarrolla la promoción de información objetiva aportando con ello el amplio espectro de temáticas involucradas, en lo que es la necesidad básica de su comprensión, hacia toda decisión personal -aclaran que sin exclusión alguna- tomando como punto de partida los Derechos Humanos de todos.

Así lo indican los representantes de Homosexuales Unidos que estuvieron en nuestra Redacción, y que además destacan que comprenden que la unión con otras ONGs, se puede dar el enfoque global, desde su multiplicidad a la problemática social VIH-SIDA como también en la coordinación desde los espacios comunitarios autónomos que ellos se encuentran.

Puntualizan que "entendiendo, que ninguna ONG puede ser producto de una tarea de cubrir las fallas del Programa Nacional o de uno o varios sistemas de salud, sino consecuencia del accionar responsable de las exigencias y denuncias que contienen nuestras bases, subrayando siempre los derechos que todos los hombres y mujeres tienen de ser libres y sanos mental, física y afectivamente".

Agregan: "Denunciando que las distorsiones en la relación del ser humano consigo mismo, de las personas entre sí y de éstas con la naturaleza afectan negativamente al sistema inmunológico de cada individuo, delineando el marco ecológico propicio a la aparición del VIH-SIDA. Y que éste, como cualquier otro estado crítico, no puede ser evaluado ni comprendido, fuera de su entorno político, geográfico, económico, social y cultural".



En procura de hacer reconocer sus derechos, los homosexuales se manifiestan a la opinión pública. Quieren que se tomen en cuenta los aspectos de libertad y sexualidad, como complementarios y se termine con la represión

Comparten las mismas aspiraciones

La declaración de principios que realizan por su condición

Los homosexuales procuran hacer valer sus derechos, para ello convocan a la marcha del 28, en el marco de la cual se presentará una proclama con los puntos básicos de su acción reivindicativa. Asimismo, hacen reconocer sus derechos.

Ellos plantean ¿cuáles son sus derechos? y en torno a la entrevista que EL DIARIO mantuvo con Ana, Ana María, Susana y Luis Carlos, se indicó: "Por más de cien años, los trabajadores -y hoy convocados por el 1º de mayo- hemos luchado contra las intransigencias patronales, contra el desempleo, contra el hambre y la miseria. Hemos luchado por el salario, la vivienda, por mejores condiciones de vida. Pero de alguna manera, más allá de las diferentes ideologías, más allá de las diversidades que nos componen, hemos tenido un mismo deseo: la aspiración de un mundo sin cadenas".

Expresan también: "Pero la opresión no sólo es una opresión a nivel económico, sino que ella se manifiesta en todos los niveles de nuestra existencia. Es también una opresión socio-cultural porque nuestros modelos socio-culturales están impregnados de un esquema en dónde el mundo gira bajo el control de los poderosos. El poder es dominación dentro de este esquema. Y para poder continuar debe preservar todos aquellos estratos de la sociedad que mantengan viva su base ideológico y sus estructuras represivas.

De ahí que en las escuelas, en los medios de comunicación, en las familias, se introduzcan normas y conceptos de los cuales todos debemos sospechar.

Sospechemos entonces, de todo aquello que reproduce un esquema de dominación, o un valor supuestamente universal, de todo aquello que nos niega la posibilidad de ser personas por nosotros mismos, ser constructores de nuestra libertad.

Sospechemos entonces, de la familia y de la educación, cuando ellas no son capaces de clarificarnos en algo tan fundamental para todo ser humano como lo es la sexualidad. Ello también es un instrumento de este sistema que busca apoderarse del ser humano hasta en su más profundo sentido.

Es hora que tengamos en cuenta que el derecho a ser humanos incluye el derecho a vivir sin opresión. La sexualidad -ya que todos somos personas sexuales- participa en la totalidad de nuestros actos y es indivisible de cada persona en la dimensión que él o ella quieran darle. ¿Es posible postergarla sin postergarnos?".

Concluyen con la invitación: "Si tenés el deseo de participar de alguna charla acerca de la sexualidad sin importar tu opción sexual y/o de manifestar a favor del libre ejercicio de la sexualidad como un derecho impostergable, acércate a Venezuela 1491, los martes a las 21 horas, o el 28 de junio a las 20 horas en el Obelisco".

Reiteran que HU es un grupo que trabaja por los derechos humanos y lucha en contra de toda forma de discriminación del ser humano. Está compuesto por hombres y mujeres que reivindican el derecho al placer en todos sus sentidos.

2/002

9406730

GALLO



Luis E. Inzaurralde

Foto:
Bernardo Blengio

LA FICHA

CARLOS MARIO GALLO PEREIRA
Fecha de nacimiento: 3 de julio de 1958.
Edad: 35.
Altura: 1.83.
Peso: 85.
Sus padres: Mario y Nora.
Su hermano: Fernando, es supervisor de distribución en Pilsen.
Casado con: Carolina Artusio.
Hijos: Uno, Juan Martín de 8 meses.

Un juez de túnica blanca

Siempre son criticados. Deben soportar cualquier tipo de agresión verbal en todas las canchas. Trabajan en el anonimato. Se preparan duro, pero detrás de la vestimenta negra de cada árbitro están ocultas otras actividades que muy pocos conocen de los jueces Carlos Gallo, además de impartir justicia los sábados y domingos, de lunes a viernes es un ser humano como cualquier otro. Casado, con un hijo de ocho meses, médico y representante de una empresa de seguros de vida y retiro.

"Mi padre me dio la idea y me anoté en el curso"

-¿Quién te llevó al referato?
-Cuando mi padre integró el Colegio de Jueces me sugirió que hiciera el curso...
-¿Y...?
-Me decidí y me anoté para realizar el curso.
-Fue tu padre quien dio el empujón inicial.
-El me dio la idea y yo al final terminé decidiéndome por realizarlo.
-¿Por qué juez?
-El fútbol siempre me gustó y como no era lo tan bueno necesario para jugar, quería estar vinculado directamente de alguna manera al fútbol y no hubo mejor solución a eso que meterme en el referato.
-Es una parada brava...
-Lo que pasa que hay mucha gente que te critica cuando realmente no sabe lo que dice. Colegas tuyos que muchas veces dicen que el juez se equivocó en esto y lo otro y en realidad están errados ellos y acertada la decisión del árbitro. Sería bueno que muchos realizaran o participaran al menos, en el curso de jueces.
-¿Qué es lo más difícil del referato?
-Todo y nada.
-¿Cómo, cómo?
-Sí. Porque cuando entrás a la cancha no te va a costar arbitrar, porque lo hacés con ganas, pero prepararse lleva mucho tiempo, porque lo más importante es conocer las reglas al pie de la letra con todas las interpretaciones. En fin. Es una tarea bastante brava, pero que me encanta y lo hago con gusto.
-¿Quiénes más están arbitrando ahora de ese curso?
-No son muchos. Daniel Bello, Jorge Galatti y a ver... Ronald Meltzer y Romeo Fernández.
-¿Nunca pensaste en estos más de diez años que llevás en el referato colgar el silbato?
-Cuando hacés lo que querés, difícilmente puedas largar. Es cierto que tenés que aguantar un montón de disparates, pero de a poquito con las distintas experiencias que vivís te vas haciendo impermeable. Además, yo tenía en contra que mi padre había sido delegado de Nacional y todo el mundo te critica por esto y por lo otro y te terminaba diciendo que vos tirabas para Nacional.

-El doctor Carlos Gallo, dentista, abogado, médico...
-Soy médico.
-Lejos de una cancha se pone la túnica blanca...
-Desde hace años. Pufff... en 1984 me recibí.
-Así que su vida gira en torno al fútbol y la medicina...
-Además soy Agente General de una empresa de seguro de vida y retiro.
-¿Cómo es eso?
-Le explico. Soy representante de una empresa estadounidense que realiza Seguros de Retiro y Seguros de Vida. Para ser más gráfico, es una especie de jubilación privada con seguro de vida. Es decir, usted paga, cuando cumple el tiempo de trabajo comienza a recibir el dinero que fue ahorrando y en el caso de fallecer, toda esa suma queda para su familia.
-Usted está asegurado...
-(Risas) ¡Por supuesto!
-Entonces, médico, juez y trabaja en su oficina.
-A veces tengo que salir a visitar a los clientes o ellos a mí.
-¿Qué actividad le gusta más de las tres?
-Todas... sí, todas. El referato es algo que viene en la sangre, la medicina también y esta última tarea que le mencioné es algo muy interesante.

"La medicina corre en mi sangre"

-¿Por qué médico?
-Fue algo que siempre me gustó. La medicina siempre corrió por mi sangre, así como a otros le encanta cualquier otro tipo de actividades.
-Pero es una carrera bastante sacrificada.
-¡Sarna con gusto no pica! Lo que le gusta a cada uno siempre se hace más sencillo.
-Como médico, ¿dónde trabaja?
-En la Asociación Española y en el Servicio Médico de OSE.

"Los árbitros son héroes"

-¿Cómo definirías al juez uruguayo?
-¿El juez uruguayo...? ¡Es un héroe!
-¿El partido más importante que arbitraste hasta el momento?
-Mmmm... ¿El más importante? Nacional y Basáñez en el estadio Centenario.
-En este Apertura. Hace tres fechas.
-Es cierto. Fue el más importante por la trascendencia que tenía dicho encuentro, por cómo llegaban ambos equipos.
-¡Qué lindo partido le tocó!
-Sinceramente fue un encuentro interesante.
-Los goles de Luzardo los vio ahí, ¿qué le parecieron?
-Fueron dos golazos, especialmente el segundo. Yo estaba ahí, al lado de la jugada y cuando encaró dio toda la impresión de que iba a ser gol.

Tercer año en Primera Categoría

-¿Cuántos años llevás en Primera Categoría?
-Este es el tercero.
-Ascendiste rápido...
-Creo que puse el tiempo normal, hasta que la FIFA disminuyó la edad de los internacionales. Entre dos y tres años estuve en cada categoría.
-¿Qué categoría fue la más difícil?
-En especial, ninguna. Todas tuvieron lo suyo y en cada uno se aprendieron diferentes experiencias que ahora te sirven mucho. Y como toda carrera en la vida, la hacés en base a mucho esfuerzo.
-¿Qué te parece el cambio de FIFA en el tope de la edad de los internacionales?
-Que ahora, con 38 años ya sos veterano. Fijate, que cuando yo hice el curso, con esa edad, recién estás entrando en la etapa más importante de la carrera, porque es cuando tenés la madurez exacta. En realidad el árbitro no va a tener problema de adaptarse a cualquier categoría, pero puede suceder que si se apura a un juez joven se le puede arruinar la carrera.
-¿El futbolista uruguayo?
-Son de los más difíciles para arbitrar. Vemos partidos de otras partes del mundo y allí es muy sencillo dirigir un partido porque los jugadores juegan más y no protestan.

001/001

9406731 13 JUN. 1994 LA MAÑANA "DEL MUNDIAL"

CAMPO SICOSOCIAL
MUJERES

Primer Encuentro Regional de Mujeres

La igualdad real y el cambio cultural

Por Diego Fernández,
corresponsal de LA REPUBLICA en Salto

«*La historia no ha cambiado demasiado y la mujer sigue siendo relegada en muchas cosas*», expresó la asistente social Nora Briozzo durante una de sus exposiciones que tuvieron lugar en el Primer Encuentro Regional de Mujeres realizado en Salto el sábado 7 de mayo.

El evento, que se llevó a cabo en la Casa Diocesana de Salto, auspiciado por la Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas (Cudecoop), la Intendencia Municipal y la Mesa Intercooperativa local, se desarrolló en base a los siguientes temas: 1) La Mujer en la toma de decisiones 2) La Mujer y el Poder y 3) La Mujer en la dirección de actividades productivas y sociales. Las exposiciones y el trabajo de taller fueron coordinados por las asistentes sociales Nora Briozzo y Silvia Rivero.

«*Nosotros conocemos muchas organizaciones que tienen su comisión de mujeres, pero cumplen un rol secundario; disponen de menos r[illegible]ros, deben someter sus decisiones trascendentes a la aprobación de otros órganos. Por ejemplo el Instituto Nacional de la Mujer fue muy aplaudido porque iba a llenar un vacío en el Ministerio de Educación y Cultura. Sin embargo nos encontramos con que es una dirección que no tiene una jerarquía mayor, tampoco presupuesto propio y depende de otro director. Se creó, atendiendo al problema de la violencia contra la mujer y la mujer golpeada, la Comisaría de Mujeres en Montevideo, pero está dotada de escasos recursos*», expresó Nora Briozzo.

Agregó que «*en el papel se escriben muchas cosas que benefician a la mujer pero no se cumplen totalmente, porque para cumplirlo hace falta un cambio cultural. Se da habitualmente que en el hogar es donde la mujer dispone de mayor responsabilidad o mando, aun trabajando fuera de su casa. Ese es un hecho significativo y un problema al mismo tiempo, porque culturalmente a la mujer se la forma para que su ámbito de poder sea el doméstico y eso al hombre le sirve. Es una responsabilidad enorme que nadie le reconoce y por añadidura se le obstaculizan todos los espacios para la toma de decisiones fuera de lo doméstico. Eso es algo que necesariamente hay que revertir, hay que recrear las pautas culturales que permitan una condición de real igualdad en la conducción de actividades o empresas de toda índole*».

La República de las Mujeres
22 MAY 94

Biográfico
9406732

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

001/001

9406732

1/1

CAMPO SICOSOCIAL

MOV. MUJERES

Homenaje de la UMU

Cuando una amiga se va

por Magdalena Suelro

Entre la alegría y el optimismo que fluía de la conversación del día sábado y el martes mediaron apenas tres días, el tiempo necesario para el salto de la vida y la esperanza al de la sorpresa y la muerte.

Cuando una amiga se va acontecimientos y sentimientos se agolpan. ¿Cómo recordarla? Pienso que lo mejor es hablar de dónde estuvo y qué hizo en medio de la gente, cosa que Coca solía recordar hilando su pasado para proyectarse en el futuro, más allá del tiempo físico. María Julia Campistrous, Coca, para todos fue una hija del siglo XX. Nació el 15 de agosto de 1904 y murió el 24 de mayo de 1994 al borde de los 90 años. Algo más de setenta años (hasta su muerte) los consagró a la lucha social y política, a la fraternidad y la solidaridad familiar. Fue trabajadora. Empleada del entonces "London París" organiza el gremio compartiendo su vocación gremialista con su amor al arte. Así cuentan con su presencia conjuntos amateurs de teatro y canto. A su gremio sigue la fundación de FUECI con otros compañeros. Desde siempre lucha por los derechos de la mujer. Estuvo en las filas de las que bregaron por leyes de protección a la trabajadora, el derecho al voto de la mujer, la igualdad de derechos civiles. Hitos estos trascendentes en la historia de la mujer uruguaya contemporánea.

La solidaridad con la República Española la contó en sus filas: es cofundadora de Acción Femenina por la Victoria. Trabaja incansablemente y en lo más hondo de su corazón y de su prodigiosa memoria, se graban las canciones revolucionarias de entonces que con su magnífica voz de contralto siguió cantando con pasión hasta sus últimos días. Durante la Segunda Guerra Mundial activa en los talleres de Acción Femenina que realiza importantes envíos. Terminada la guerra se cuenta entre las fundadoras de Unión Femenina del Uruguay. Se diversifica su actividad en barrios y la clínica de la mujer trabajadora. Y la solidaridad siempre presente. Triunfa la revolución en Cuba. Lucha Vietnam. No hay acontecimiento histórico que no la emocione y movilice solidariamente. Participa en congresos y reuniones en el extranjero.

Por decenios cultiva la amistad y conjuga quehaceres con Julia Arévalo a quien admiró y quiso entrañablemente. Su militancia en el Frente Amplio fue desde la primera hora. Conmovida frente a los cambios del mundo y de los procesos en el Uruguay, la muerte la sorprendió en la búsqueda de respuestas y caminos.

En los años difíciles de la dictadura es activista clandestina septuagenaria, en la solidaridad con decenas de niños y familiares de presos políticos. En democracia, en el reencuentro y el encuentro nace la UMU y entre sus fundadoras está Coca.



María Julia (Coca) Campistrous, fundadora de la Unión de Mujeres del Uruguay. (F)

Se abre una nueva etapa. Participa regularmente con tenacidad, ahínco y optimismo.

Coca conoció a mucha gente que supo conservar en su admirable memoria; hizo muchos amigos. No fue de las personas que figuran en los primeros planos de la prensa o la TV; pertenece al grupo de aquellos que cotidianamente con tesón, de manera casi silenciosa, se dedican convencidos a la lucha por cambiar la vida, sin pedir nada, simplemente proque les duele la injusticia, la discriminación, la miseria, porque creen en la milenaria utopía que se trasmite de generación en generación de que es posible la justicia, la igualdad, el amor, la felicidad y la alegría en la Tierra.

Y esta lucha que fue su vida es el mensaje que legó Coca.

23 JUN. 1994
Biográfico
Nº 9406733

LA REPÚBLICA DE LAS MUJERES
05 / JUN. / 94

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

001 | 001
9406733

CAMPO SICOSOCIAL
MOV. MUJERES

Bimba Barreda

Un año difícil



El PDC fue pionero en aprobar el sistema de cuotas. "Ahora estamos esperando la definición de alianzas", advierte Bimba Barreda.

«*El movimiento de mujeres debe trabajar en conjunto*», dice Bimba Barreda, refiriéndose a las próximas elecciones. «*Este es un año muy duro para las mujeres políticas*», dice, quien sin embargo pertenece a una de las pocas colectividades políticas (el Partido Demócrata Cristiano) que ha aceptado cuotificar la participación de las mujeres en las listas a cargos electivos y a órganos directivos internos. «*Las propias mujeres muchas veces no están dispuestas a dar la pelea, precisamente porque es año electoral o porque ya están muy cascoteadas. Hay un poco más de apertura en el tema mujer, pero en alguna gente. Todavía hablar de estos temas despierta sonrisas.*»

INCOGNITAS Y EXPECTATIVAS

Bimba Barreda parece contarse entre las que están siempre dispuestas a dar la pelea, como se dice en los ambientes partidarios. Ahora está abocada a la organización de los usuarios del sistema mutual de asistencia médica, a la vez que mantiene su militancia muy pegada a los organismos de base de su partido.

Los democristianos uruguayos fueron los primeros en el país y los pioneros dentro de la Democracia Cristiana a nivel internacional, en aprobar el sistema de cuotas. Fue en la Convención Nacional de mayo de 1993. "*El PDC tiene un 25% de mujeres en los primeros ocho lugares de las listas. Ahora estamos esperando la definición de alianzas.*". Qué pasará con los parlamentarios y militantes que resultaron escindidos del PGP, tras su acuerdo con el Foro Batllista, qué pasará con la llamada «macrocoalición» en la que podrían reencontrarse con el Frente Amplio y algunos dirigentes blancos, son incógnitas que pesan en las posibilidades que las democristianas pueden tener de mantener posibilidades de acceso a lugares expectables en las listas electorales. «*Ya en el Congreso del PDC, realizado en abril de este año en Montevideo, se votó una lista departamental, donde Josefina Plá va cuarta y María Julia Aguerre va octava (como diputadas). La lista al Senado se votará en la Convención, que está prevista para el mes de junio*».

Desde el punto de vista programático, Bimba Barreda afirma que las democristianas uruguayas están en este año electoral muy abocadas al trabajo social. Elegidas dirigentes en muchas comisiones barriales, integran movimientos cívicos de muy amplio espectro.

La militancia actual de esta militante democristiana es un ejemplo.

Por otra parte, como integrante de la Red de Mujeres Políticas del Uruguay, Bimba Barreda informó que se han solicitado entrevistas con los candidatos de todos los partidos, para hablar de temas programáticos y de los lugares de protagonismo de las mujeres en las listas electorales. De esa ronda de entrevistas informarán a su debido tiempo.

La República de las Mujeres
05 JUN 94

VAY (ST)
OSCAR BALADAN

Biográfico
94 06734

001/001 9406734

9406735

18/JUN/94. La Mañana



EXCLUSIVO



"Los nuevos hijos de Camboya":

Conmovedor testimonio uruguayo de una nación flagelada

ES inminente la presentación oficial de **"Los hijos de Camboya"**, la producción uruguaya documental de la cineasta compatriota Marisa Volonterio, que es fruto de quince meses de rodaje en el lejano y convulsionado país asiático, luego de un viaje de más de 22.000 quilómetros. **LA MAÑANA** tuvo acceso, en forma exclusiva, a una proyección privada del filme, que tras ser exhibido a las autoridades nacionales, será presentado a la prensa. El reducido equipo de producción de la película arribó a Camboya en abril del año pasado, cuando todavía se encontraba estacionada en ese país la fuerza de paz de las Naciones Unidas, integrada por un grupo de cascos azules uruguayos.

Durante el primer mes de rodaje afrontaron una de las más importantes experiencias vividas en ese flagelado país: el acto electoral. Este histórico acontecimiento, que no deparó a Camboya la pacificación ni estabilidad deseada, es registrada con minucioso rigor por las cámaras compatriotas.

La experiencia de las elecciones

Así, tuvimos oportunidad de observar todo el proceso previo a la trascendente consulta y las múltiples dificultades afrontadas por los sufragantes para cumplir con su deber cívico.

Uno de los mayores contratiempos afrontados fue el traslado de los ciudadanos camboyanos a los circuitos de votación que, en función de las características geográficas del país, demandó, a veces, mucha imaginación.

La magia del celuloide registra, con singular realismo, el estado de ansiedad y expectativa de la población, permanentemente castigada por ataques de los guerrilleros del Khmer Rojo, que boicotearon el acto electoral.

Pero, sin dudas, las escenas más conmovedoras de esta película dirigida y libretada por Marisa Volonterio son las que incluyen a los efectivos del Batallón Uruguay y su relación con la sufrida población civil. En esas secuencias está capturada toda la ternura de los soldados uruguayos, que enfrentando valerosamente el peligro de la guerra y las lógicas dificultades de adaptación a un país de un clima tan diferente, igualmente lograron una gratificante comunicación con la gente. Tal cual lo testimonia la película, el ser humano uruguayo, vestido con su uniforme de soldado, hizo una serie de conquistas desde el punto de vista humano que merecen ser destacadas.

El protagonismo de mujeres y niños

Los niños y las mujeres se transforman en protagonistas de primer nivel, por haber sido, involuntariamente, los más afectados por el horror de la guerra.

Se percibe, en las propias imágenes, la ausencia de los hombres, la mayoría de los cuales han sido arrancados de sus hogares por un conflicto bélico que ha destrozado y diseminado a las familias.

El propio título del filme, **"Los nuevos hijos de Camboya"**, pretende ser una suerte de homenaje a esos valerosos niños héroes, el 35% de los cuales están solos en el mundo.

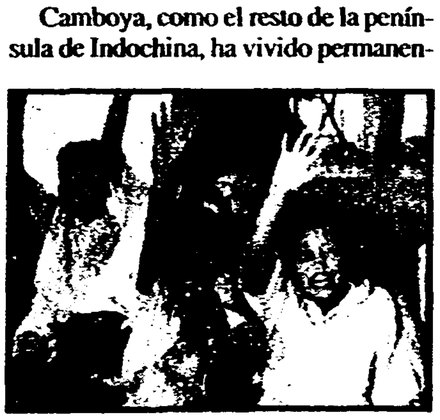
La película rescata y reivindica a estos personajes anónimos que afrontan estoicamente su destino y, pese al drama cotidiano, siguen adelante sin detenerse.

Las dificultades de adaptación

Al comienzo, para un uruguayo el proceso de adaptación resulta realmente muy duro. La naturaleza -en la que predomina la jungla- es realmente agresiva, no sólo por la vegetación sino por el tamaño y peligrosidad de muchos animales. En lo que atañe al clima, la temperatura llega incluso a superar los cincuenta grados, aunque es variable en función de las lluvias, que durante prácticamente todo el año son muy abundantes. Una de las precauciones que debe adoptar la persona que no esté acostumbrada a la torridez del clima es mantenerse siempre fresco y tomar mucho líquido, ya que existe peligro de deshidratación.

Una rica cultura desgarrada por la guerra

Camboya, como el resto de la península de Indochina, ha vivido permanentemente bajo la colonización violenta y la guerra.



Desde la década del '60, cuando estalló el conflicto bélico del vecino Vietnam, este país ha debido soportar los horrores de la guerra y la breve pero devastadora tiranía de Pol Pot, que aniquiló a miles de personas.

Empero, este país tiene una cultura milenaria, que se remonta a los pasados esplendores del reino de Siam y el Imperio Khmer.

En nuestro siglo, Camboya vivió bajo protectorado francés, sufriendo posteriormente infinidad de guerras y revoluciones, hasta el auténtico desastre contemporáneo del *gobierno del Khmer Rouge*, una dictadura casi tan sangrienta como el nazismo.

Esta película intenta, y ciertamente lo logra, capturar las dos caras de la moneda histórica: la grandeza del pasado con el drama del presente.

Así, el espectador podrá apreciar la riqueza de los templos y la cultura, en contraste con el temor de sus habitantes a un horror que ya se ha transformado en permanente pesadilla.

En el rodaje de la película participaron Marisa Volonterio -directora y libretista- y Damian Màmianov, quien se hizo cargo de la edición.

La cineasta Marisa Volonterio, que retornó a nuestro país hace apenas una semana, señaló a **LA MAÑANA** que realmente se encariñó mucho con Camboya y sus habitantes. Asimismo, nuestra interlocutora destacó que no entiende realmente por qué se está ignorando todo lo que sucede en ese país, que lejos de solucionar sus problemas, vive en una permanente pesadilla.

Al observar el resultado del trabajo de quince meses, con un muy reducido equipo de producción y en condiciones sumamente precarias, nuestra reacción fue de admiración, sentimiento que seguramente compartirán todos los uruguayos.

01/01 9406735

INFORME ESPECIAL

TELEPLATEA LE ABRE LAS PUERTAS DE LA TELEVISION

9406736



LA televisión, esa "caja mágica" que en algún momento del día se "roba" toda nuestra atención, motiva hoy otra investigación al estilo de TELEPLATEA. Para ingresar en el universo mágico de la pantalla chica, dialogamos con Carlos Restano (directivo de Canal 12), Carlos Novaro (Director de Programación de Canal 4) y Víctor Björgan (Director de Canal 5 SODRE), quienes le invitan a incursionar en los fascinantes entretelones de la pantalla chica.

- ¿Qué funciones cumple la televisión como medio masivo de comunicación?

Canal 12: Las funciones que deseamos cumpla la televisión son -básicamente- tres: de entretenimiento, información y cultura.

Los programas que luego vemos en la pantalla los elegimos viajando por los distintos países que nos abastecen de material.

Nosotros, en nuestra programación, tenemos producciones nacionales y extranjeras que compramos en los distintos mercados. Para conseguirlas, nos informamos a través de revistas y viajes, de manera que participamos en los más importantes centros de exposición (podríamos llamarles convenciones sobre televisión) que existen en el mundo, como los de Estados Unidos (Los Angeles, Nueva Orleáns y San Francisco) o Europa (Cannes), donde puntualmente hay uno todos los años.

Canal 5: La televisión privada debe tener dos funciones básicas: la de entretener al público y la de lograr que la empresa sea rentable. Por su parte, la televisión estatal debe aportar a la consolidación de la sociedad civil democrática, a través de la cultura, la educación, la información y el entretenimiento.

Criterios de selección

- ¿Qué se tiene en cuenta para elegir una programación?

Canal 5: En el caso de Canal 5 es un proceso complejo donde el que toma la decisión definitiva es el Consejo Directivo del SODRE.

Este proceso consiste en que un agente privado o público eleve una propuesta para un programa al Consejo Directivo. Luego, dicha propuesta es estudiada en coordinación con los asesores de la Dirección de Programación, con quienes se valora la conveniencia de aprobarla. En mi opinión, lo que se procura, básicamente, es mantener un equilibrio adecuado entre sus contenidos culturales, educativos, informativos y de entretenimiento. En nuestro caso concreto, al tener el Sistema Nacional de Televisión, exhibimos programas que marcan un *rating* bajo en Montevideo, pero altísimo en el interior.

9406736

003

Canal 4: Nosotros, al igual que los otros canales, tenemos convenios con un canal de Buenos Aires para emitir sus programas, que en nuestro caso es con el Canal 11. También viajamos a Estados Unidos y Europa, para actualizarnos.

El termómetro del *rating* y las preferencias

- ¿Se guía mucho por el *rating* que tienen los programas en sus países de origen?

Canal 12: No, porque un programa que tuvo un gran *rating* en Madrid, acá puede no tener la misma aceptación, simplemente porque no se adapta a nuestros modelos culturales.

Para seleccionar los programas debemos tener en cuenta las costumbres y hábitos de vida del país que los produce.

Sí podemos basarnos en el *rating* cuando una producción funciona bien en varios países, aunque eso es relativo. En más de una oportunidad nos ha sucedido que algunas producciones que han tenido un éxito resonante en otros países, en Uruguay han fracasado.

La elección, por lo tanto, se termina realizando en función de la experiencia que da el conocimiento que se tiene de los gustos del público uruguayo. En cierta medida, es el propio televidente el que va armando la programación.

Canal 5: Si bien el *rating* no lo es todo, lo cierto es que importa y es un elemento gravitante en el proceso de toma de decisiones.

Un medio de comunicación, ya sea público o privado, debe llegar masivamente al público. De lo contrario, no está cumpliendo debidamente su función.

El público, los hábitos y las tendencias

- ¿Hasta qué punto influye el nivel socioeconómico de la audiencia en la elección de la programación?

Canal 12: Influye, y de manera particular, según los horarios de emisión. Debemos tener en cuenta, por ejemplo, que no es el mismo televidente -en tipo y cantidad- el que tenemos a las 10 de la mañana, en horas de la tarde o el espectador que acostumbra a ver los informativos de la noche.

A primera hora hay que exhibir programas que sean rápidos debido a que las mujeres están haciendo tareas en la casa. Simultáneamente, el hombre está descansando o es una persona que no tiene actividad, por lo que, a esa hora, la propuesta debe ser una producción "liviana".

Al mediodía mucha gente regresa a su hogar, por eso damos un programa familiar bastante importante como es "El show del mediodía", que no interrumpe la organización de las tareas hogareñas.

A la tarde están las conocidas telenovelas, que son los programas que las señoras generalmente prefieren mirar. Este fenómeno no es exclusivo de nuestro país, sino que puede advertirse en toda América latina.

Canal 5: Más que el nivel socioeconómico, influye el nivel cultural. La gente de mayor nivel sociocultural elige ver programas informativos y periodísticos. En tanto, los ciclos de puro entretenimiento son preferidos por el gran público.

El fenómeno de las telenovelas

- ¿En qué ámbito preferimos ver la TV: solos, en familia o con amigos?

Canal 5: La televisión ha ido sustituyendo otras actividades y entretenimientos que nucleaban antiguamente a la familia.

Existe una creciente tendencia del individuo y de la familia a disfrutar del hogar y allí es donde cobra creciente importancia la televisión.

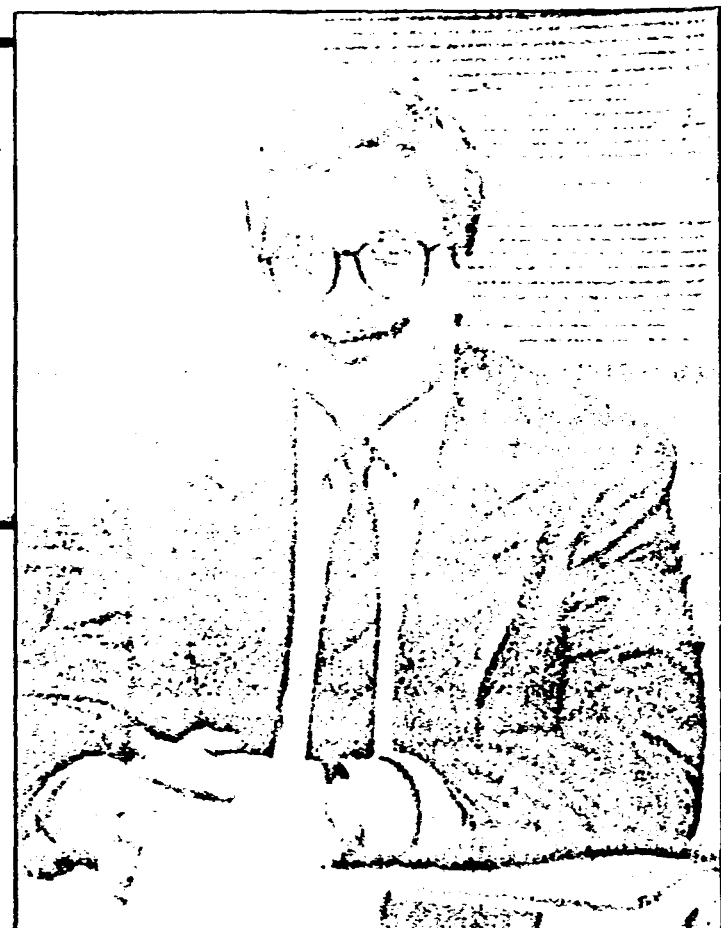
Canal 4: Lo que puedo decir es que nosotros exhibimos programas familiares que tienen mucho éxito como, por ejemplo, "Grande Pa".

- ¿Qué sentimientos llevan a los espectadores a ver telenovelas?

Canal 4: Honestamente, ignoro las razones que originan este fenómeno. Pero para las seguidoras del género, adelantamos que próximamente emitiremos la novela número uno del momento: "Mas allá del horizonte", una realización italoargentina, con las participaciones de Grecia Colmenares, Luisa Kuliok y Gustavo Laport.

Canal 12: Depende del tipo de la novela, ya existe una identificación con los personajes de estas *tiras*. En otros casos, es la fantasía o la ilusión lo que lleva a que las mujeres se "enganchen" con las historias que estas actrices representan.

Es muy popular el papel de la típica



"Cenicienta", que sale de la nada para convertirse -siempre de la mano de un príncipe- en una gran dama. Pero admito que las mujeres deben saber responder mejor esta pregunta que yo.

- Hablando de telenovelas, ¿los hombres las miran?

Canal 12: Nosotros hemos comprobado, por intermedio de las mediciones de audiencia, que los melodramas brasileños -como lo fue en su momento "La reina de la chatarra" y actualmente lo es "Cuerpo y alma"- muestran niveles de audiencia masculina bastantes importantes.

El hombre, que es más selectivo y prefiere programas como "Telenoche", es mucha veces arrastrado por la mujer que lo acompaña a mirar estas *tiras*, a las cuales suele "engancharse".

La mujer es la más importante consumidora

- ¿Por qué se proyecta tanto cine los sábados?

Canal 12: Los sábados Canal 12 tiene una programación muy variada. Empezamos con dibujos animados para los niños. Luego seguimos con "Abbott y Costello", presentamos un espacio de moda y, más tarde, "largamos" con las funciones de cine.

Considero que el ciclo de películas de los sábados es muy representativo del canal, al igual que el tradicional "Gran Lunes".

Para la elección de las películas tenemos en cuenta el horario en que serán presentadas: comenzamos con algo liviano, luego nos ocupamos de los adolescentes y finalizamos con los títulos destinados al público adulto.

Por distintas razones, la gente va al cine cada vez menos. Si bien el video también tiene su público, el cine en la televisión reúne a toda la familia.

- ¿Existe algún orden de preferencia, según su demanda, en los tipos de programas? ¿Cuál es más importante?

Canal 12: Cuando yo confecciono una programación, busco que todos los programas se miren. Al elegir las producciones, consideramos prioritario que nuestros seguidores reciban información, entretenimiento y cultura.

Pero puedo decir que el cine y los informativos son los que se encuentran al tope de la audiencia.

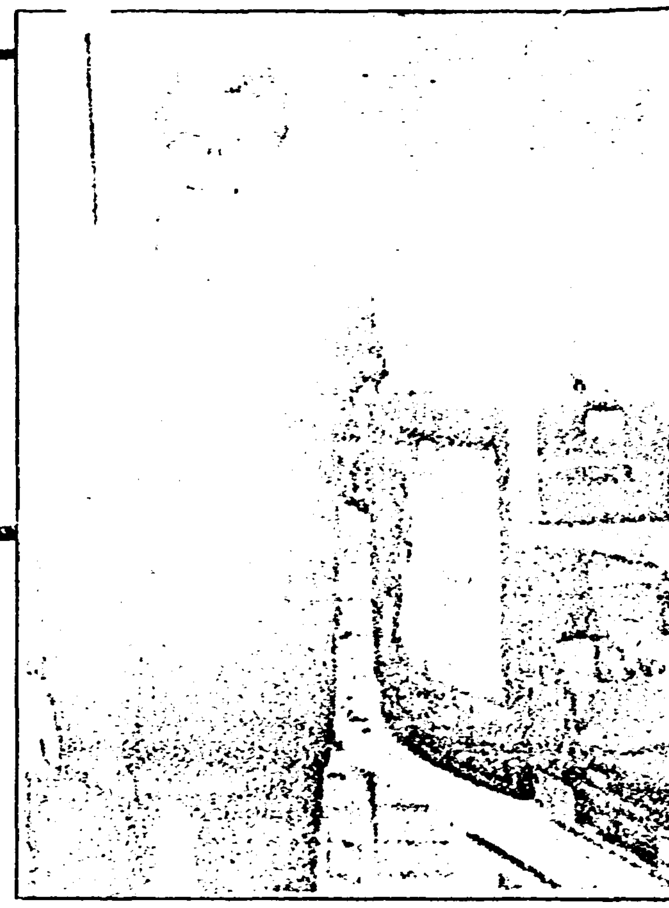
Para los niños, el programa más requerido era "Xuxa" y, actualmente, "Cinebaby". De adolescentes para arriba, te nombraría a "Beverly Hills". Si me preguntan por los adultos, "Gran Lunes" es el preferido.

Canal 5: Toda la programación debe tener un balance adecuado, de acuerdo a la misión y objetivos que tiene un canal estatal en una sociedad democrática como la nuestra.

- ¿Cuál es el mayor consumidor, el público femenino, masculino o infantil?

Canal 12: La mujer es la más consumidora. Puede ser porque, en la mayoría de los casos, es la que permanece más en el hogar. Además, es más fiel y se acuerda más de los horarios de los programas que le interesan.

Canal 5: En nuestro país, la relación entre la cantidad de televisores y la población es muy alta. El 90% de la población es televidente.



La televisión nacional y la competencia

- ¿Considera que los programas uruguayos tienen nivel para competir internacionalmente?

Canal 12: Sí, porque los actores tienen muy buena formación. Además, acá hay una veta muy particular para todo lo que es arte, ya que somos portadores de muy buenas mentes y manos.

Canal 5: Unos sí y otros no. Hay programas de gran nivel que han sido exportados. Otros, por sus propias características, son representativos de la idiosincrasia y el mercado uruguayo.

- ¿Qué programas nacionales vemos? ¿Qué aceptación tienen?

Canal 5: Los programas uruguayos que tienen mayor *rating* son: "Informativo Nacional", "El club de Estadio Uno", "Americando", "El club de la Buena Vida", "Hoy por hoy", "En persona", "Vía aérea", "Puglia invita", "Juego limpio", "Ventana al mundo", "La sed y el agua", "La hora de los deportes", "Pase libre" y "Mediodía con Usted".

Canal 4: Nosotros somos el canal privado que más produce programas nacionales y todos tienen muy buena aceptación. "De igual a igual" y "Supersport" son un ejemplo de ello.

Durante el Mundial de fútbol realizaremos un esfuerzo con enviados especiales y cámaras, para que los uruguayos reciban mucha información, con el toque característico de nuestro canal.

- ¿Qué defectos les encuentra a las producciones nacionales? ¿Qué les cambiaria?

Canal 12: Defectos no les veo. Lo que sí creo es que nuestras producciones requieren productor, director, escenografía, técnicos, todo lo que demanda un costo muy importante.

En el caso de una realización internacional "enlatada", basta con comprarla y apretar un botón para exhibirla, lo que baja el costo a la décima parte.

Canal 4: Nosotros realizamos varios programas uruguayos. Considero que lo que nos falta es "training", debido a nuestra poca experiencia.

- ¿Cuáles son las virtudes?

Canal 12: Nosotros nos consideramos con la obligación de apoyar en todo lo necesario al actor, autor o productor nacional. Cuando nos preguntan por qué no lo hacemos con más frecuencia, esas mismas personas son las que a la hora de elegir se quedan con el material importado.

Canal 4: Se pone mucho entusiasmo cada vez que se los lleva a cabo.

- ¿Con los programas de qué nacionalidad nos identificamos más?

Canal 12: Yo pienso que la gran mayoría de la gente prefiere las series norteamericanas.

Luego, la producción más requerida es la brasileña, particularmente por las telenovelas. En tercer lugar está lo que viene de Argentina, fundamentalmente por el humor.

- ¿Considera que existe mucha violencia en los programas que se ofrecen?

Canal 5: La programación de Canal 5, al ser en su mayoría de producción nacional, no ha incorporado los niveles de violencia que tienen algunos productos extranjeros. Hace poco tuvimos una reunión con el Departamento de Protección al Menor del INAME y se nos destacó este punto.

- ¿Por qué no existen programas agresivos como "Tiempo Nuevo", de Bernardo Neustadt, u "Hora clave", de Mariano Grondona?

Canal 12: A "En vivo y en directo" no lo considero un programa agresivo, porque no es el estilo de nuestro canal.

No buscamos tener programas sensacionalistas, sino que hemos tocado, en distintos momentos, temas puntuales dando información sobre temas que eran noticia. Actualmente tengo ganas de hacer un ciclo con este tipo de programas.

Canal 4: En este año electoral vamos a realizar programas periodísticos con invitados políticos.



La libertad de expresión y la sensibilidad

- ¿Qué programas argentinos se ofrecen actualmente?

Canal 12: Nosotros exhibimos "Los almuerzos de Mirtha Legrand", "3.60, todo para ver", "No toca botón" y "El precio del Poder".

- ¿Qué programas brasileños hay en el "menú" semanal?

Canal 12: Tenemos en este momento "El dueño del Mundo" y "Rostro de mujer", y van a seguir viniendo programas permanentemente.

- ¿Qué programas norteamericanos se están proyectando en este momento?

Canal 5: Actualmente emitimos "Guadalupe", una telenovela producida en Miami.

A veces se difunden programas de carácter científico procedentes de la WORLDNET, que nos llegan vía satélite.

- ¿Existe censura periodística?

Canal 12: Existe una estructura en la que se maneja la empresa, donde se busca no lesionar la sensibilidad del público. Jamás presionamos a los periodistas para que den una noticia de tal o cual manera.

Canal 5: Como ferviente demócrata y de pensamiento liberal, no estoy de acuerdo con la censura. Creo en la libertad de prensa y en la libre expresión del pensamiento.

Canal 4: El nuestro es un canal "abierto". Respetamos la sensibilidad del público, pero tratamos de transmitir "todas las campanas" o versiones existentes.

- ¿Qué papel cumple la publicidad?

Canal 4: Es la que nos da de comer.

Alejandra García Paz Silveira

9406736
Mundo ja Habana(?)
21/11/99
/003

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
230900JUN94

M E M O R A N D U M Nro. 65 / 94

E V A L U A C I O N : A-2

R E F E R E N T E A : Walter ARTOLA PEREZ

T E X T O : Se ha detectado que el causante se domicilia en la calle Rio Negro Manzana 111 Solar 26 Lagomar, Canelones.

Fecha de Nacimiento: 09.03.49

FECHA 23/06/94 INICIAL (PS)

Procesado a Sistema

OBSERVACIONES

D I S T R I B U C I O N : - BIOGRAFICO

- CAMPO MILITAR

El Jefe del Campo Militar Dpto. I / D.G.I.D.

Jorge Saravia

MINISTERIO DE ...

23 JUN 1994

Biog. Militar

9406737

001/001

737

1/1

230845JUN94

M E M O R A N D U M Nro. 066/94

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A: FERREIRA STEVENAZZI José Adolfo (C/A)

T E X T O : C.I.: 1.181.421-3

Juez Penal de 12°Turno

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO.

27 6 94 68

23 JUN 1994

Biografico

001/001

INUR N° 217/012/240594

BÓSNIA-HERZEGOVINA

Reunião da "Frente Comum" em GENEBRA.

Enquanto os ministros das Relações Exteriores da RÚSSIA, dos EUA e dos paises da União Européia (UE), formando uma Frente Comum, reuniram-se em GENEBRA, dia 13 Mai 94, para exigir das facções beligerantes na BÓSNIA-HERZEGOVINA uma trégua e o reinicio incondicional das negociações de paz, a Organização da Conferência Islâmica, constituida de 51 paises, também se reunia, na sede das Nações Unidas (ONU), para alertar à Comunidade Internacional para a possibilidade de que a sua exclusão das negociações venha prejudicar a credibilidade de qualquer decisão tomada e a obtenção de uma paz duradoura.

Por seu turno, os representantes da futura federação croata-muçulmana da BÓSNIA, ao final de cinco dias de negociações, sob os auspicios da Embaixada dos EUA em VIENA, anunciou que a nova federaçao contará com 58% do conjunto do território da atual BÓSNIA-HERZEGOVINA, compreendendo oito cantões, sendo quatro de maioria muçulmana, dois de croata e dois com paridade étnica. Segundo sua liderança, a futura federação deseja, prioritariamente, recuperar os territórios conquistados pelos sérvios por meios diplomáticos e com a ajuda da Comunidade Internacional.

Em GENEBRA, as maiores potências mundiais, após anos de acirrados debates, aprovaram uma fórmula européia, baseada em compromisso antes estabelecido, concedendo a muçulmanos e croatas 51% do território bósnio, ficando o restante com os sérvios, hoje controladores de cerca de 78% da BÓSNIA-HERZEGOVINA. A declaração final faz uma apelo por um **"cessar global das hostilidades"**, *precisando que o acordo de cessar-fogo deveria ter uma duração de quatro meses. Ademais, exclui o abrandamento imediato das sanções contra a SÉRVIA — uma das condições exigidas pelos sérvio-bósnios para voltar à mesa de negociações —, acrescentando que só a* **"aplicação de boa fé de uma solução de paz"**, *inclusive a retirada das forças para limites territoriais acordados, conduziria a uma suspensão progressiva das sanções impostas pela ONU.*

O Governo da BÓSNIA-HERZEGOVINA, de maioria muçulmana, e as milícias sérvias rejeitaram a nova proposta de paz da Frente Comum — que propunha uma trégua e o reinício das negociações para a divisão do pais —, embora os motivos da rejeição sejam distintos. Os muçulmanos-bósnios rechaçam a duração da trégua (quatro meses), temendo que um periodo tão longo possa refletir a vontade sérvia de congelar o atual estágio das operações e avalizar a limpeza étnica e a conquista militar. Por outro lado, discordam da divisão territorial proposta pelas potências — 51%. As milícias sérvio-bósnias, por seu turno, consideram inaceitável a perspectiva de estabelecer vinculos constitucionais com muçulmanos e croatas dentro de uma **"União Confederada"**. *Além de não estarem dispostos a ceder nenhuma parcela do território conquistado, é patente, para a SÉRVIA e sérvio-bósnios, a necessidade da desintegração da BÓSNIA-HERZEGOVINA.*

9406740

A maioria dos diplomatas negou-se a especular sobre as consequências da rejeição das facções em guerra. Entretanto, uma primeira reação fez-se sentir de imediato. O Ministro das Relações Exteriores da FRANÇA, país com o maior contingente de tropas na ex-República iugoslava, deixou implícito nas discussões que seu Governo não pretende manter por tempo indeterminado suas tropas na BÓSNIA, caso não vislumbre um acordo. Deu a entender, também, que a UE poderia apoiar a proposta norte-americana para a suspensão do embargo ao fornecimento de armas ao Governo bósnio se o esforço diplomático não surtir efeito.

O plano aprovado em GENEBRA não trouxe muitas novidades em relação aos propostos anteriormente. Assim, é possível ter sido esta a última reunião desse grupo de países objetivando o encerramento das lutas, considerando as recentes manifestações de autoridades francesas, aos quais demonstram impaciência com as indefinições, e britânicas, por estarem dispostas a não permitir a permanência de suas tropas por mais um inverno na região.

A declaração da Frente Comum deixa de lado, no momento, as discordâncias de enfoques, em especial entre a FRANÇA e a RÚSSIA, de um lado, e os EUA, de outro, contra o tratamento em pé de igualdade aos bósnios e aos sérvios. Contudo, foi a primeira vez que os EUA e a RÚSSIA subsecreveram publicamente a divisão da BÓSNIA-HERZEGOVINA, um dos elementos principais dos planos de paz elaborados pela União Européia, não obstante o texto confirmar seu apoio a uma solução que preserve a BÓSNIA-HERZEGOVINA como Estado unitário (federação ou confederação) em suas fronteiras internacionais reconhecidas.

Apesar de as posições de WASHINGTON e MOSCOU estarem agora mais próximas das dos europeus, as divergências ainda não foram de todo superadas. Os europeus e russos demonstram desagrado ante a vontade dos EUA de estar como principal incentivador das negociações, enquanto continuam rejeitando o envio de tropas à BÓSNIA. Ademais, os membros da Frente Comum possuem posições divergentes quanto às sanções econômicas impostas à SÉRVIA pela ONU. Enquanto russos e europeus aceitam a sua suspensão progressiva em se conseguindo progressos significativos nas negociações, os EUA optam por uma postura mais dura, inclusive com um reforço dessas sanções. No fundo, as divergências são ainda mais sérias, pois a administração do Presidente BILL CLINTON, que dá apoio, pelo menos moral, ao Governo muçulmano de SARAJEVO, vacila sempre no momento de impor à comunidade muçulmana uma divisão territorial capaz de ser entendida como uma recompensa aos sérvios.

* * *

02-02 9406740

Nº DOCUMENTO 9406741
TITULO EUROPA DEL ESTE: Recuperación del espacio político por los ex-comunistas.
PROCEDENCIA 20362.
FECHA 16-5-94
VINCULACION 30044 - 20362 - 503429
11876.-
11169.-
11164.-
COMUNISMO.-
9406741
01-03

INUR Nº 209/012/160594

LESTE EUROPEU

Recuperação do espaço político pelos ex-comunistas. Causas e reflexos.

Cinco anos depois da implosão do Bloco Soviético europeu, os comunistas, agora agrupados nos partidos socialistas sob variadas denominações, voltam ao poder na POLÔNIA, ganham terreno em toda a metade do Leste do Continente e, como o mais significativo exemplo, estão prestes a retornar ao Governo na HUNGRIA.

O descontentamento da população com a realidade pós-comunista não pára de aumentar devido aos resultados pouco expressivos alcançados pelas reformas econômicas, em particular no que tange ao aumento do desemprego e ao nível de pobreza. Consideráveis parcelas da sociedade lembram quando o Estado se fazia responsável por tudo e o fantasma do desemprego não existia.

Segundo alguns observadores, em quase todos os demais países da região — a REPÚBLICA TCHECA é a única exceção — estão previstas, no corrente ano, taxas de desemprego variáveis entre 12 e 18% de sua força de trabalho.

A POLÔNIA — mais de três milhões de desempregados, representando 18% da população economicamente ativa — é governada por uma coalizão de ex-comunistas, formada pela Aliança da Esquerda Democrática e Partido Camponês. Desde a vitória eleitoral em setembro 93, o líder socialista e Presidente do Parlamento, ALEXSANDER KWASNIEWSKI, supera regularmente nas pesquisas de opinião o Presidente LECH WALESA, de quem poderá vir a ser o principal adversário nas eleições previstas para 95.

Na BULGÁRIA, o Partido Socialista, principal pilar de sustentação política do Governo do Primeiro-Ministro LUBEN BEROV — 106 dos 240 deputados da Câmara —, ganha terreno nas pesquisas, podendo modificar, a seu favor, a atual correlação de forças políticas.

Na ESLOVÁQUIA, o Partido da Esquerda Democrática — ex-comunista —, de PETER WEISS, faz parte do Governo de coalizão com os centristas e os democrata-cristãos. Com 13% do apoio popular e fiel da balança política do país, é superado apenas pelo Movimento para uma Eslováquia Democrática do ex-Primeiro-Ministro VLADIMIR MECIAR.

Na ROMÊNIA, o Presidente ION ILIESCU — ex-ideólogo do regime comunista de NICOLAE CEAUSESCU — e seu Partido Democracia Social estão no poder desde 90. Mesmo tendo uma queda de popularidade nas últimas pesquisas, ILIESCU não parece ameaçado, salvo se ocorrerem problemas sociais decorrentes da má situação econômica do país.

A única exceção, também no plano político, deverá ser a REPÚBLICA TCHECA, onde o Primeiro-Ministro VACLAV KLAUS, do Partido Liberal, conta com boa margem de vantagem (29%) sobre o

9406741

Partido Comunista da Bohêmia e Morávia. Este detém apenas 5% das preferências eleitorais, ocupando um modesto quarto lugar, atrás da Aliança Democrática e do Partido Social Democrata.

Na HUNGRIA, governada anteriormente por uma composição de forças de centro, o Partido Socialista, liderado pelo ex-Chanceler GYULA HORN, triplicou seus votos — 32% contra 10,8% em 1990 — ao conquistar significativa vitória, dia 08 Mai 94, sobre o atual Governo conservador e vencer o primeiro turno da segunda eleição legislativa livre do país. Com esse resultado, os ex-comunistas poderão, inclusive, conseguir a maioria de cadeiras no Parlamento no segundo escrutínio, previsto para 29 Mai 94. O voto dos húngaros puniu uma coalizão conservadora dirigida pelo chamado Foro Democrático, na qual a sociedade havia depositado todas as suas esperanças depois de 40 anos de regime comunista, mas que se deixou levar por dissidências internas, redundando numa política de pouca definição e na lentidão no processo de reformas econômicas e sociais.

Assim, na maioria dos Estados do LESTE EUROPEU, a vitória dos socialistas (ex-comunistas) é, antes de mais nada, um ajuste de contas de eleitores frustados ou, até mesmo, resultado de uma autocrítica daquelas sociedades.

* * *

9406741

Nº. DOCUMENTO 9406742
TITULO CHINA-RUSIA: Crecimiento de la cooperación militar y carrera armamentista asiático.
PROCEDENCIA 20362.
FECHA DE ... 23-5-94
VINCULACIONES - 30044 503429
- 20362
- 507638
- 507294
- 11163
- 11019
- 10034.
01-03
9406742

INUR Nº 225/012/230594

CHINA-RÚSSIA

Crescimento da cooperação militar e corrida armamentista asiática. Preocupações ocidentais.

O comércio de armas sino-soviético (hoje sino-russo) teve seu impulso inicial com as visitas do Presidente MIKHAIL GORBACHEV a PEQUIM, em Mai 89, e do Primeiro-Ministro chinês LI PENG a MOSCOU, em 90, as quais consolidaram o restabelecimento das relações plenas entre os dois países. Em Nov 93 e Jan 94, o Ministro da Defesa PAVEL GRATCHEV e o Chanceler ANDREI KOZYREV, respectivamente, estiveram na CHINA.

Enquanto a visita de GORBACHEV à CHINA não teve grande êxito, em razão dos movimentos pró-democráticos estudantis então irrompidos, durante a visita de LI PENG foram assinados acordos de cooperação econômica e tecnológica e uma declaração de princípios sobre a retirada mútua das tropas estacionadas ao longo da fronteira comum. Mesmo com a dissolução da URSS, tais acordos permanecem válidos.

Em 91, em razão das necessidades prementes da economia da então URSS, PEQUIM concedeu a MOSCOU uma linha de crédito de US$ 730 milhões para aquisição de produtos chineses, como carne e derivados, amendoim, mate, fumo, cigarros e têxteis. Desde então, a RÚSSIA vem suprindo as carências chinesas no setor de armamentos, inclusive material bélico sofisticado a preços baixos, mísseis terra-ar S-300 (antimísseis semelhantes aos Patriot), bombardeiros SU-27, carros de combate T-27 e motores de foguetes. O crescente comércio na zona de fronteira, inimaginável há alguns anos, floresce também no setor de armas leves.

A CHINA interessa-se, ainda, por submarinos convencionais, contratorpedeiros e fragatas com lança-mísseis, aeronaves de vigilância eletrônica tipo AWACS e caças MIG-31 e por uma série completa de novos equipamentos e armas de destruição em massa, incluindo um sistema de mísseis teleguiados.

Segundo o Governo norte-americano, a RÚSSIA vendeu tecnologia sofisticada de armas e equipamentos nucleares que fizeram da CHINA um dos seus principais clientes e um país com capacidade para produção de urânio enriquecido.

O comércio de armas sino-russo, além de diminuir o estoque acumulado desde os tempos da ***"guerra fria"****, tornou-se um filão de recursos financeiros para a RÚSSIA, cujo escoamento minguava devido à perda de considerável fatia do mercado do LESTE EUROPEU e de outras áreas. Nesse aspecto, dirigentes russos facultaram às fábricas de armamentos a venda de seus estoques sem intermediação e apoio oficial, visando à captação de recursos de forma mais rápida.*

Nos entendimentos da cooperação militar, PEQUIM vem-se utilizando de mão-de-obra especializada na área nuclear e obtendo conhecimentos sofisticados, inclusive em misseis balísticos intercontinentais (ICBM). Existem cerca de 3.000 cientistas russos na CHINA recebendo em média US$ 2.000 mensais, livres de quaisquer outras despesas como moradia e transporte.

Em razão do crescimento da cooperação militar entre a RÚSSIA e a CHINA e dos possíveis desdobramentos da crise CORÉIA DO NORTE-AIEA, constata-se uma preocupação com o retorno ao armamentismo no Sul e Sudeste asiáticos. O aumento constante dos gastos militares na região, segundo alguns especialistas, em pouco tempo mostrará uma equivalência dos orçamentos militares da ÁSIA e da EUROPA.

A militarização asiática tem muito a ver com a disputa pela soberania das Ilhas Spratly, por estarem localizadas num ponto estratégico de uma das rotas do comércio marítimo internacional, no Mar da China Meridional, e por depositarem consideráveis reservas de riquezas minerais estratégicos como gás e petróleo.

Esses aspectos, entre outros, fortalecem as desconfianças de analistas militares asiáticos quanto às intenções **"apenas defensivas"** *do Exército Popular de Libertação da CHINA, considerando o fortalecimento generalizado das Forças Armadas chinesas, em especial de sua Marinha de Guerra.*

* * *

9406742

Nº. DOCUMENTO 9406743.
TITULO JAPON: Elección del Primer Ministro y persistencia de la crisis política.
PROCED. 20362.
FECHA 10-5-94.
VINCULAC. - 30044
- 20362. 503429
- 11876.
- 66224
- 11164
- 11302.

01 - 03 9406743

INUR Nº 200/012/100594

JAPÃO

Eleição do Primeiro-Ministro e persistência da crise política. Perspectivas.

O JAPÃO encontra-se ainda sob o efeito da crise política iniciada com as acusações de irregularidades contra o ex-Primeiro-Ministro MORIHIRO HOSOKAWA — resultando em sua renúncia em 08 Abr —, a despeito da escolha do novo Chefe de Governo, TSUTOMO HATA. O Partido Social Democrático (PSD) retirou seu apoio à coalizão governamental, por discordar de alguns itens das diretrizes do novo Primeiro-Ministro e não aceitar a composição de um bloco político — Kaishin (Inovação), de linha conservadora —, sem sua prévia concordância. Essa aliança política, embora constituída por quatro partidos integrantes da antiga coalizão de sete, mais dois independentes, com a adesão de 130 membros da Câmara Baixa, não dá maioria parlamentar ao novo Governo, pela primeira vez desde o fim da II Guerra Mundial.

O Kaishin assemelha-se à união de partidos políticos sugerida por HATA, ainda na gestão HOSOKAWA, na tentativa de derrotar o opositor Partido Liberal Democrata (PLD) e de evitar empecilhos ao Governo HOSOKAWA. Para contornar a situação, o Premier espera contar com os votos das dissidências (socialistas e liberais), visando suprir a ausência do PSD.

As perspectivas de retorno do PSD à coalizão não são favoráveis, haja vista o arquiteto do Kaishin ser ICHIRO OZAWA, também associado às denúncias de corrupção no país.

Em face da carência de tempo e de advertências de lideranças da área econômica — como a do Ministro das Finanças HIROHISA FUJII, para quem o prolongamento da crise poderá trazer sérios reflexos à economia japonesa —, HATA resolveu acelerar a formação do Gabinete.

Apesar desse quadro, pesquisas recentes indicam uma aprovação popular de 57% à coalizão. Essa condição, aliada à perspectiva de apoio nas dissidências da oposição, pode levar o Governo a tentar contornar as adversidades políticas e a prosseguir nas reformas iniciadas por seu antecessor, entre as quais se destacam: a nova Lei Eleitoral, que substitui o voto distrital por um sistema misto e proíbe o financiamento privado às campanhas, uma das principais causas dos freqüentes escândalos de corrupção; a reforma fiscal, diminuindo o imposto das pessoas físicas; abertura do mercado e flexibilização no comércio exterior; e o novo direcionamento dado à política internacional, reivindicando assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, embora o país não tenha redefinido seu papel no cenário internacional e assumido uma importância política à altura do seu desempenho econômico.

02 9406743

Outros temas importantes na pauta política e de interesse crucial para o país são a aprovação pela Dieta (Parlamento bicameral) dos acordos assinados na recente Rodada Uruguai do GATT; a manutenção do Tratado de Segurança JAPÃO-EUA; a polêmica presença japonesa nas operações de paz da ONU; e seus esforços em busca da paz e estabilidade na península coreana.

Entretanto, objetivos eleitorais da oposição, principalmente do PLD e do PSD, podem levá-la a forçar a renúncia do novo Governo, por meio de seguidas rejeições a matérias em tramitação no parlamento, chegando até a um voto de desconfiança que induza a novas eleições e torne o atual Gabinete tão ou mais efêmero do que o anterior. Com isso, as relações do JAPÃO com o exterior, em especial com os EUA, tendem a ficar prejudicadas, devido às dificuldades japonesas para apresentar respostas satisfatórias às polêmicas questões do comércio e de abertura de mercado — alguns dos principais motivos de suas desavenças externas —, ainda por ocasião da próxima reunião do G7, em julho.

* * *

03-03 9406743

Nº. DOCUMENTO 9406744
TITULO Angola: Negociaciones del Acuerdo de Paz
PROCED. 20362
FECHA 30-5-94
VINCULACION 11876
507470
11879
514336
50328
30044
20362.

01 - 03

9406744

INUR Nº 0234/012/30 MAI 94

ASSUNTO: ANGOLA - Negociações do Acordo de Paz.

Os combates entre as forças do Governo angolano e as da União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), liderada por JONAS SAVIMBI, intensificaram-se em algumas regiões do país nas últimas semanas. Eles ocorrem em três contra-ofensivas das tropas governamentais: via centro da Província de BENGUELA, objetivando pressionar o quartel-general da UNITA, na rota de HUAMBO; através das Províncias de CUANZA NORTE e MALANGE, visando controlar as Províncias diamantíferas de LUNDA NORTE e SUL, ocupadas pelo movimento rebelde; e ao longo da costa norte, onde SAVIMBI detém a cidade de SOYO, parcela menor da região petrolífera de ANGOLA.

As explicações para o aumento das ações de guerra passariam desde a prevalência da posição da corrente ***"militarista"*** no Partido governista Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), liderada pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Gen JOÃO MATOS, até pela possível estratégia do Presidente JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS — embora de linha moderada — visando, através da força, pressionar a UNITA no sentido de reduzir suas reivindicações no atual processo de negociação.

O recrudescimento das operações militares não influiu, até agora, no andamento das conversações de paz de LUSACA/ZÂMBIA, reiniciadas em Nov 93 sob a intermediação da ONU, onde foram obtidos avanços em alguns pontos polêmicos, embora permaneça o impasse relativo à formação de um Governo de Unidade Nacional. A UNITA, que passou a ocupar militarmente vastas áreas estratégicas do País após a sua derrota eleitoral em Set 92, insiste em ampla participação na administração. Aceitou o comando das pastas da Saúde, Turismo/Hotelaria e Comércio oferecidas pelo Governo, mas reivindica, também, as das Finanças e do Interior, consideradas pelo MPLA como Ministérios-chaves e, portanto, inegociáveis.

SAVIMBI pretende ainda os Governos das Províncias de BENGUELA (com saída para o Mar), HUAMBO, BIÉ e CUANDO-CUBANGO, formadoras de uma espécie de corredor divisório entre o Norte e o Sul do país, reforçando as desconfianças governamentais em relação às tendências seccionistas da UNITA. Além do mais, essas Províncias permitem o controle da denominada ***"rota LOBITO"*** — conexão do porto de LOBITO com a ferrovia de BENGUELA —, de significativa importância econômica (em época de paz) por interligar os países vizinhos à costa atlântica angolana.

9406744

02

Esses fatores traduzem o elevado grau de dificuldade para um acordo, a curto prazo, inclusive pela aparente disposição de o diálogo entre os contendores voltar-se mais para o aspecto de imagem internacional do que para uma solução definitiva para o conflito. Todavia, as perspectivas de progresso da recente democratização na ÁFRICA DO SUL e as persistentes pressões internacionais, estas canalizadas pela representação da ONU, podem condicionar, a médio prazo, uma evolução positiva nas conversações. Nesse caso, a operação da ONU para ANGOLA (UNAVEM II) necessitará ampliar suas forças militares de mediação para assegurar um compromisso de paz, mesmo que precário.

* * *

03-03

9406744

Campo psicosocial, sector Educación

Marginalidad: preocupación de los maestros

por Mónica Pena

En el pasado mes de marzo se llevó a cabo el primer seminario sobre Estrategias Educativas frente a la Marginalidad. Una de sus organizadoras, la Prof. Heloísa Salvo, tuvo la amabilidad de invitarnos y acercarnos material para el presente artículo.

Organización

La misma estuvo a cargo de la Comisión de Cultura de la F.U.M. (Federación Uruguaya de Magisterio), a iniciativa de los maestros Héctor Florit y Luis Garibaldi, como actividad precesora al 5º Congreso de esta entidad.

Es de remarcar la importancia de este evento, que abarcó dos jornadas durante los días 17 y 18 del citado mes, ya que es una de las primeras realizaciones del gremio que trascienden la lucha por lo salarial o laboral para buscar acercar al maestro a la propuesta de soluciones frente a este problema presente en nuestra Escuela Pública.

Reunió a más de 20 personas, cerca de 150 maestros - 50 de los cuales pertenecían al Interior- y 50 estudiantes del Instituto Magisterial de Montevideo.

Invitados

Distinguidas personalidades, representantes de organismos oficiales y privados fueron invitadas a exponer sus estudios y experiencias sobre estos temas. Es de destacar la presencia de maestros, sociólogos y psicólogos de reconocida trayectoria en nuestro país. Como invitada especial, se contó con la psicóloga Esther Pilar Grossi, de Brasil, quien estuviera a cargo del grupo GEEMPA (Grupo de Investigación Educativa y Acción Pedagógica Alternativa) de Porto Alegre, y que, como ex secretaria de Educación de la mencionada ciudad, llevó a cabo una experiencia muy productiva con óptimos resultados en escuelas con problemas de marginalidad.

Desarrollo

Los organizadores del seminario se planteaban, como hipótesis de trabajo, la exposición y discusión de tres puntos claves:

1) Redefinir el concepto de marginalidad, ya que el mismo implica, fundamentalmente, aspectos económicos y socioculturales, pero también, en ciertas circunstancias, sexuales, religiosos o de índole diversa.

2) Ubicar la marginalidad de Uruguay dentro del contexto latinoamericano.

3) Vincular la marginalidad a la calidad de la educación.

Este tercer punto suscitó grandes controversias entre los asistentes, pues entre los disertantes, se apuntó a la tesis de que la escuela y el maestro podrían estar actuando como elementos de marginación, ya que los contenidos y sistemas de trabajo aplicados, están dirigidos a un sector de la población, provocando el fracaso de quienes viven esta educación como algo ajeno y alejado de sus vidas.

Una vez desarrollados por los distintos panelistas estos tópicos, se trabajó en cuatro talleres que debían elaborar propuestas sobre estos temas:

1) Diagnóstico de la marginalidad. Posibles soluciones.

2) Diseño curricular. Analizar la viabilidad o no de diferentes programas para escuelas con un alto índice de marginalidad.

3) Recomendaciones acerca de las praxis educativas.

4) Estrategias para los centros de formación docente.

Evaluación

Como primer experiencia de la F.U.M. en este tipo de eventos, se rescatan aspectos positivos, pero también elementos a mejorar. Entre lo positivo, la buena acogida que tuvo entre los profesionales de la enseñanza esta actividad, debiéndose remarcar en este sentido el esfuerzo de los docentes del interior, que tuvieron que solventarse la estadía en Montevideo, además del costo del seminario. También es de destacar el interés con que todos siguieron las exposiciones de los invitados e intervinieron en los talleres de reflexión.

En otro sentido, los momentos de discusión con los panelistas no fueron aprovechados al máximo, ya que las voces que más se hicieron oír fueron las de quienes buscaron denunciar la situación de los docentes y de la enseñanza en nuestro país -no sin razón- pero que quitaron tiempo a quienes vinieron a buscar soluciones prácticas para llevar a sus aulas, aún con los escasos medios que cuentan. Los talleres no llegaron a elaborar las propuestas deseadas (al menos en la mayoría de los casos), ya que la falta de práctica de los maestros en este tipo de tarea, hizo que lo anecdótico del quehacer docente de muchos de los intervinientes, quitaran tiempo a la posible presentación de una postura con respecto a los temas propuestos.

Conclusiones

En lo personal, pienso que en esta instancia, más que nunca vale aquello que dijera Machado: "se hace camino al andar"; es bueno que surjan estas iniciativas, mejor aún que provengan del propio gremio en un esfuerzo por redimensionar el aspecto técnico-profesional de su labor e imprescindible que se continúe trabajando en este sentido.

Finalmente, la validez de las ponencias de los invitados, publicados parcialmente en un avance publicitario para el seminario, merecen su tratamiento en un próximo artículo. Ello contribuirá a que los uruguayos conozcamos mejor la situación de marginación en que están muchos hogares de este país y que, de cara a las próximas elecciones, exijamos a quienes postularán programas de gobierno con posibilidad de llevarlos a la práctica, soluciones viables a esta realidad.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección [illegible]
DEPARTAMENTO I
Fecha 23 JUN 1994
Nº de Orden 9406745

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

Sobre Todo
15 ABR 94

-9406745

001/001

Semanario Baluarte

No estamos solos

El pasado miércoles 18 de mayo comenzó a editarse un nuevo semanario, "Baluarte", dirigido por el diputado de la Cruzada 94, Hugo Ferrari.

Esta publicación, que se define a sí misma como "un baluarte al servicio del Partido Colorado", compartirá entonces con SobreTodo el honroso privilegio de enarbolar las banderas de nuestro partido y del Batllismo, en respaldo además de la candidatura de los Dres. Sanguinetti y Batalla. A los colegas de "Baluarte" nuestro saludo y nuestros mejores augurios.

Poco LEGIBLE

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada 23 ... 94
Nº de orden 9406746

001/001

9406746
Sobre Todo 20/5/94

CAMPO SICOSOCIAL

CAPACITAN A NIÑOS Y JOVENES MAS CARENCIADOS

En Talleres Vista Linda, los alumnos son aquellos que no tienen acceso a la educación formal y tampoco trabaja.

Apunta a brindar una profesión e inserción social.

Les brinda a su vez conocimientos de derecho laboral y social.

Un sociólogo es coordinador general, un instructor en herrería de obra y un ayudante en talleres recreativos sociales, voluntarios de la Asociación Cristiana de Jóvenes de San Francisco, son todos de la zona, dirigidos por el CEPES, Centro de Promoción y Estudios Sociales.

El CEPES desarrolla además el programa Arco Iris que atiende también a niños y jóvenes en experiencias laborales, educativas y de producción cooperativa en: huerta, cunicultura, panificación y bloquería, además de abarcar las áreas de salud y servicios.

Mary Fagiani
Sicólogo: Eden Correla
Instructor: Jorge Pinto

"LAS PIEDRAS"

Sup. LA REPUBLICA 17/MAY/94

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de entrada 23 JUN. 1994
N° 9406748

MAY (ST) OSCAR BALADAN

001/001

9406748

CAMPO SICOSOCIAL

INMENSO ESFUERZO EN ESCUELA 192 PARA DISCAPACITADOS

Todo el esfuerzo realizado durante años, por los docentes, será vano si no se crea rápidamente algún taller que realmente permita la integración del discapacitado al seno de la sociedad. Borrar los prejuicios existentes, considerando al discapacitado como a un ser humano más con los mismos derechos y obligaciones.

La Escuela 192, Especial para Discapacitados Intelectuales, atiende 135 niños con discapacidades distintas (intelectuales, motrices, sordo—mudos) excediendo a la función original a que los docentes accedieron.

La Escuela, carece de equipo interdisciplinario.

La falta de nombramiento de nuevos mestros, profesores y auxiliares, hace que exista una lista de espera de más de 150 niños.

Oribe Rodríguez

S/p LA REPUBLICA "LAS PIEDRAS" 17/MAY/94

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dicc. ...
Fecha ... 23 JUN. 1994
Pase ...
Nº ... 9406749

MAY (ST) OSCAR BALADAN

001/001

-9406749

CAMPO SICOSOCIAL

1/1

GRUPO DE III EDAD AUTOFINANCIADO

En Villa San Francisco es brindar solidaridad, comprensión y calor humano, a las personas mayores de la Villa y sus alrededores.

En reuniones semanales, compartimos momentos de esparcimiento y planificamos actividades y paseos. Utilizamos para ello la sede de la Asociación Cristiana de Jóvenes de San Francisco, en la que permanentemente recibimos nuevos integrantes.

Hacemos uso de los beneficios de Banco de Previsión Social, contamos con la colaboración de profesionales de dicha Asociación y nos autofinanciamos.

Nelly de Mello de Alvarengo

"LAS PIEDRAS"
Sup. LA REPUBLICA
17/MAY/94

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
23 JUN 1994
Nº -9406750

MAY (ST) OSCAR BALADAN

001/001

-9406750

CAMPO SICOSOCIAL

1/1

HOGAR DE ANCIANAS CON APOYO DE TODOS

Ubicado a pocas cuadras del Centro de la ciudad: en Julio Sosa (ex Calpino) y Ozanan, el Hogar San Vicente de Paul desarrolla su obra social en beneficio de las personas de edad mayor con carencias económicas o problemas de soledad.

La administración esta bajo la responsabilidad de una Comisión Honoraria. La parte interna es manejada por tres hermanas Religiosas de la «Sagrada Familia de Urgel». A las residentes se les brindan los cuidados de salud necesarios con un equipo multidisciplinario.

Se cuenta con el apoyo del Banco de Previsión Social a través de la Unidad de Promoción Social especiálmente para el mantenimiento de la parte edilicia y la capacitación del personal para desarrollar esta delicada tarea en forma eficiente.

Es permanente la colaboración del Comercio de Las Piedras, de los productores de la zona, Instituciones de Servicio y otras que con su apoyo constante hacen posible el buen funcionamiento del Hogar.

Nelson J. Chocho

"LAS PIEDRAS"
Sup. LA REPUBLICA
17/MAY/94

MINISTERIO DE ... NACIONAL
DIRECCION ... DEPARTAMENTO ...
23 JUN 1994
9406751

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

001/001

9406751

CAMPO SACIOSOCIAL
FUNDACIONES

23 JUN. 1994
9406752

Revista "Fundación" se presenta con el dúo Carrizo-Zeballos

LA Revista Fundación se presentó en el medio cultural uruguayo, y al mismo tiempo dio a conocer al dúo de guitarras Carrizo-Zeballos ante más de trescientas personas que asistieron a la Fundación Torres García (Peatonal Sarandí 683). Con un año de trabajo para su preparación, esta revista pretende ser un ámbito de reflexión cultural. En éste, su primer número, trae un **dossier doble** (que caracterizará a la publicación), consagrado a Joaquín Torres García y Juan Carlos Onetti. Hay inéditos de Torres García y fragmentos de **"Hacia una Búsqueda de la Identidad"**, de Maryse Renaud, martiniqueña francesa que dedicó quince años al estudio de la obra de Onetti. Hugo Giovanetti Viola, Jefe de Redacción de Fundación, manifestó que "el mismo día presentamos la Revista **Fundación** y el fonograma de guitarra clásica interpretado por el dúo Carrizo-Zeballos. Hizo uso de la palabra Carlos Marchesi, Director de la revista, y las músicas Regina Carrizo y Ana Inés Zeballos cerraron el acto con un tema de autoría del renacentista inglés Dowland, ejecutado en una sola guitarra tocada a cuatro manos".



Carlos Marchesi (Director) y Hugo Giovanetti Viola (Jefe de Redacción) junto a la nutrida concurrencia en el lanzamiento de la Revista Fundación y el fonograma del dúo Carrizo-Zeballos en Fundación Torres García

Bajo el sello **Proyección-Fundación** se edita, cada dos meses, "esta revista que, también, juega un papel editorial. Por eso han salido, junto con ella, el libro **"Hijos de Nadie"** (Taller Universo) y dos casetes musicales: **"Cronopios"**, canciones sobre música de Hugo Giovanetti Viola, y éste del dúo **Carrizo-Zeballos"**, precisó Giovanetti. Es el primer casete de este dúo nacional que desde 1987 trabaja en busca de una propuesta diferente en cuanto a repertorio e integración de otras áreas como danza, plástica y literatura. Con una intensa actividad dentro y fuera del país, participa de los Ciclos de Conciertos auspiciados por el Ministerio de Educación y Cultura (MEC) y otras instituciones culturales de Uruguay. En 1991, gracias a una invitación de la Federación Guitarrística del Japón, realizó una serie de conciertos en Tokio, dictando **Master Classes** en esa oportunidad. El dúo **Carrizo-Zeballos** participó en el VII Ciclo de Intérpretes Musicales Uruguayos, en el Salón Dorado del Teatro Colón de Buenos Aires, organizado por el Departamento de Cultura de la Embajada del Uruguay en Argentina.

Giovanetti precisó el alto nivel musical de este dúo, integrante de la nómina de participantes latinoamericanos, seleccionados por **New Art Connections** para representar a Uruguay en el Festival **"New World/New Art"** en Estados Unidos.

Doc. Poco LEGIBLE

LA MAÑANA
(FEMENINO-MASCULINO) AÑO 57 Nº 3008
29 MAY 94

OSCAR BALADAN

001/001

9406752

CAMPOS (...) MEDIOS DE COMUNICACIÓN
(...) NACIONAL
23 JUN 1994
BIOGRAFICO
9406753

Gladys Lais y Luis Ernesto Castro

Acompañados en la madrugada

Por Esther Maidana
Fotos: Antonio Scuro

Desde hace seis años trabajan juntos en un programa de radio nocturno: "Trasnoche Imparcial", de una a cinco de la madrugada. Como un "matrimonio bien avenido" comparten las inquietudes y confidencias de una audiencia de más de 300 mil personas.

GLADYS Lais (47) divorciada, con tres hijos (20, 22, 11) y Luis Ernesto Castro (23) soltero, noche a noche, menos los sábados y los domingos, comparten cinco horas de encuentro con una audiencia heterogénea que se comunica permanentemente con ellos.

Depositarios de secretos, confidencias y anhelos, viven un "romance" con un público que no duerme, pero que sí los escucha con fidelidad.

Para los *diurnos* resulta asombroso conocer la cifra que abarca la gente despierta por distintos motivos y, cuya única compañía, para acortar las horas de una ciudad detenida en su ajetreo, es esperar el comienzo del programa, cuando este dúo se pone en acción.

Trescientas mil almas conforman su audiencia: enfermeros, *los vestidos de blanco*, (como ellos los denominan), camioneros, amas de casa, niños, periodistas, panaderos y cuanto oficio y profesión requiera trabajar o simplemente, estar despiertos por placer o necesidad o enfermedad o soledad.

Dos líneas de teléfono que pertenecen a CX 28, Radio Imparcial, permiten una conexión fluida con todo el país y aún Argentina, más un móvil en la calle, si la noticia así lo amerita.

Expresa Luis al respecto: "*estamos atentos a todo lo que sucede en la ciudad, a sus ruidos, a las sirenas, somos los ojos y oídos de la calle y, la gente nos corresponde con cariño; es muy cálida, tanto, que no se limita a llamarnos por teléfono, sino que nos hacen llegar toda clase de regalitos, que nos emocionan: desde un ramo de albahaca, bolsitas de té para las noches frías de invierno, una caldera, flores, libros, cartas...*"



Gladys Lais y Luis Ernesto Castro: los conductores del exitoso programa radial nocturno "Trasnoche Imparcial"

"La radio es como un veneno que se mete en la sangre"

Para Gladys, trabajar en la radio significa una entrega total.

Confiesa dormir apenas cuatro horas de mañana y "*a las once ya estoy en pie, porque además me encargo de la producción, del área publicitaria, y todo lo que concierne al programa*".

La radio es una adicción

Vivir la vida "normal" diurna, significa para ambos, estar permanentemente pensando en la noche.

Dice Gladys: "*cuando voy por la calle y miro una revista en un quiosco, me acuerdo de la audiencia, y trato de llevarle noticias curiosas, interesantes, algo light, pero al mismo tiempo que los haga pensar*".

-¿A qué clase de público se dirigen ustedes? ¿De qué edad? ¿De qué extracción social?

Expresa al respecto Gladys: "*Desde los cuatro a los noventa años.*

Hay niños que esperan que salga al aire el programa para después ir a dormir. Nos escuchan con su familia, lo sé porque me consta que no están solos ni

MAY (ST) OSCAR GALADAN
LA MAÑANA 29 MAY 94
001/002
9406753

abandonados, simplemente se acuestan tarde. Esto me da un impulso fenomenal, sé que no les puedo fallar nunca".Al abarcar una audiencia conformada por un espectro tan amplio de intereses y de edades, han tenido que idear un programa variado, entretenido, donde la política y el fútbol casi no se mencionan porque, -dice Gladys- "*el oyente de radio nocturno, quiere estar acompañado, que se le haga más llevadera la noche, y no sentirse "bombardeados" con temas que ya se han discutido suficientemente durante el día*".

--¿Qué temas abordan entonces? Gladys, que es la más locuaz de los dos, toma la palabra con su magnífica voz: "*hacemos de todo, notas, reportajes, información del tiempo, de libros que se publican, cartelera de cine y de teatro, concursos, como por ejemplo uno que fue muy exitoso: "Canta y gane en el trasnoche", juegos... estamos innovando siempre*"

Manos y puentes que se tienden

"Trasnoche Imparcial" no se limita a lo lúdico, también algunas veces ha sido la vía por donde llegaron soluciones a gente con problemas. Por ejemplo, ambos cuentan una anécdota que resultó reconfortante. "*Una vez llamó una señora desesperada, porque su pequeña hija se estaba quedando calva a raíz de un tratamiento con quimioterapia.*

"Nosotros no estamos solos en la madrugada"

Era muy modesta y necesitaba urgentemente una peluca para que la niña pudiera ir a la escuela. Salía cara, porque además había que confeccionarla especialmente. Lancé al aire un pedido. Fue oído: una oyente, de quien nunca supimos su nombre, dejó un teléfono y al otro día concertaron una cita con la pequeña, en una conocida casa de pelucas. Así de simple y de conmovedor".

Historias de gaffes

Salir en directo al aire implica riesgos: no se puede corregir nada de lo que se ha dicho. A veces, cuando Gladys y Luis terminan un programa, a eso de las cinco de la madrugada, confiesan haber quedado pensando en algunas expresiones que dijeron, o en algún tema que no salió "redondo". Y se preguntan -dicen a dúo- "*¿por qué habré dicho esto, o lo otro? Quedamos con vergüenza, a pesar de que nadie nos ve la cara.*"Incurrir en un furcio es otro de los riesgos comunes: "*cometemos errores, pronunciamos mal una palabra que suena horrible, tal vez por el*



Gladys Lais, alias "La Dama de la Noche", así llamada por su audiencia de noctámbulos que la siguen fieles, noche a noche

apresuramiento, porque en radio el silencio es un pecado. A veces por eso, por evitarlo, se dice algo inadecuado".-Pero entonces, ¿no se corrigen nunca?

¿No existe un marcha atrás?.Dice Gladys: "*sí, tuvimos que hacerlo una vez, sólo una, en seis años. Parecerá una tontería, pero era importante para mucha gente. Pasamos en Información General, los viente números que habían salido en la quiniela y, por un descuido mío proporcionamos la lista del día anterior. ¡Pasó de todo!. Al instante, los teléfonos se pusieron al rojo vivo, y tuvimos que pedir disculpas, rectificamos, pero la audiencia nos comprendió y todo siguió como siempre...pero las pasé feas...*".

La voz: arma de seducción

Trabajar sólo con la voz puede ser una formidable arma de doble filo, sobre todo, cuando se siente una tan bien impostada,

"No existen estrellas en el periodismo, sólo comunicadores que trabajan con la sensibilidad"

tan acariciadora -como lo es la voz de Gladys- desde la soledad de un noctámbulo.

Era de rigor preguntarles si alguna vez no recibieron ofertas y declaraciones de amor, propuestas de citas o un conocimiento que fuera más allá del mero contacto a través del éter.

Ellos, se muestran reticen-



Luis Ernesto Castro, alias el "Charro", cariñosamente llamado así por su audiencia, en el tiempo en que llevaba bigotes a lo mexicano

tes y cuidadosos en el tema. Confiesan haber tenido algunas experiencias donde se imponía el ejercicio de un extremo profesionalismo.

Luis, soltero y buen mozo, reflexiona: "*es un juego peligroso*", pero también, confiesa haber aprendido con los años, a manejar las situaciones con soltura.

En cambio, Gladys acepta el "cargo" de seductora, ***"hay gente que me llama para decirme por qué estoy preocupada ese día; se me nota en la voz; es inevitable cuando uno arrastra problemas personales, comunes, pero reales.***

Otras veces, simplemente para saludarme...pero yo evito cualquier intimidad.

Reconozco que la noche precisa una voz cálida, que seduzca, que envuelva y soy muy consciente de ello"

Luis agrega: "*¡es tan lindo tener una ciudad "vacía" de gente en la calle, pero llena en ciertos lugares, toda para uno!*".

Periodismo versus poder

El rol de un comunicador, cualquiera sea el área en que se exprese, lleva, muchas veces, a un Olimpo de poder. Es un lugar común referirse a ese Cuarto Poder, que existe, y que puede transformarse en un instrumento donde se obtienen logros personales, a veces ajenos a los méritos propios. Se lo preguntamos.Responde Gladys sopesando sus palabras: "*sí, abre puertas, da un "poder" particular. Cuando abro mi agenda y recorro los nombres de la gente que he conocido a través de esta profesión, tengo que decir que sí, que me ha servido y mucho. Pero también entiendo, con mucha honestidad, que los verdaderos protagonistas son los escuchas, el público, porque considero que el Uruguay no es un país de estrellas. No existen las "estrellas".Existen sí, comunicadores que trabajan con la sensibilidad, aún en días especialísimos, como el 24 de diciembre o el 31 de enero, en los que personalmente, he celebrado estas fiestas tradicionales en la radio, rodeada de mi familia a quien "obligué" a pasar esas fechas allí, mi segunda casa*".

Para Luis, en cambio, trabajar en radio le ha servido para cosechar muchos amigos, en un medio como es la capital, bastante cruel con la gente que viene del interior, (es oriundo de Paysandú), y se siente gratificado con su rol, porque fue uno de los tantos niños que jugaba con la escoba, como micrófono, a ser un periodista "de verdad".

Hacer periodismo puede transformarse en una suerte de adicción, que acapara la vida

"Los protagonistas son los oyentes, por ellos se trabaja"

entera: "*un veneno que se mete en la sangre*", expresa Gladys Lais. Periodismo, dicen ambos, es "*una forma de vivir vidas paralelas: la propia y la de otros, siempre pensando en la próxima nota*".Con nuestros entrevistados no existen "extraños en la noche": "*nosotros no estamos solos en la madrugada*".

LA MAÑANA 002/002 29 MAY 94
MAY (ST)
OSCAR IBARRAN
5406753

PERSONAL

P.145.-

Montevideo,23 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A:Como estaba previsto en el día de ayer se concentraron en el Obelisco unas 150 personas,a la hora 10.00',los que ascendieron a 5 camiones y 2 omnibus para partir en caravana a las 10.35 por 18 de Julio para arribar al MEF,donde se concentran y proceden a golpetar palmas.A las 11.05' se dirigen a la Camara de Industrias,donde cortan el transito y efectuan una parte oratoria,dispersandose posteriormente.En el día de hoy a la hora 18.00' efectuarán un Activo General de Delegados en el local sindical de Luis A.De Herrera 3972.-

INDUNOR:Cno.Maldonado Km.15.500' continuan con el campamento y la olla sindical frente a la planta,en reclamo de fuentes de trabajo.-

INDUSTRIA QUIMICA

COLAGEL:Carlos Ma.Ramirez 1470,la misma se encuentra ocupada por la totalidad de sus obreros(36) en reclamo de fuentes de trabajo.-

INDUSTRIA GRAFICA

CROMO'S:Se encuentran en conflcito en reclamo del reintegro de un obrero.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

SUATT:En reclamo del reintegro de dos operarias de Radio Taxi despedidas continuan en conflicto.En el horario de 08.00' a 20.00' no recepcionan los viajes de Radio Taxi.-

U.T.C:Continuan no realizando horas extras,prosiguiendo además con los campamentos en General Flores y Serrato y en Joanicó esquina Comercio.A la hora 10.00' de hoy efectuarán una asamblea en el local de la IASA,con corte de servicio a partir de la hora 07.59'.-

2)- INFORMACION ESTATAL

C.O.F.E:Hoy y mañana efectuarán el Congreso Nacional.-

A.O.D.A.MTOP:Continuan en conflicto en reclamo del pago de la reestructura.-

FUN.CORTE ELECTORAL:Continuan con los paros de una hora por turno en reclamo de mejoras salariales.-

INAME.SUINM:En reclamo de estabilidad laboral y mejoras en los salarios,continuan realizando paro atendiendo solo las urgencias las cuidadoras del INAME que cumplen tareas en los Hospitales.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General [illegible] de Defensa
Fecha [illegible] 27 JUN. 1994
Archivo
Nº [illegible] 9406754

001/001

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
MONTEVIDEO, 23 DE JUNIO DE 1994.-

T.I. N° 098/94.- SEÑOR SUB-DIRECTOR EXTERIOR DE LA D.G.I.D.

Solicito a usted se sirva gestionar ante el Departamento I, el Pedido de Colaboración recibido de una agencia amiga. Se adjunta fotocopia de la traducción.-

Saluda a usted atentamente
Por El Jefe del Departamento II (Exterior)
C/C (CG.)
Julio A. Ambrosoni

23-6-94
23-6-94
Pase a Sub Dr Exterior
Nº de Resolución 9406757

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SUB-DIRECCION EXTERIOR
MONTEVIDEO, 23 DE JUNIO DE 1994.-

SEÑOR SUB-DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.

Remito a usted la solicitud presentada por el Departamento II, a sus efectos.-

Saluda a usted atentamente
El Sub-Director Exterior de la D.G.I.D.
C/N3 (CG.)
Juan M. Herrera

Montevideo, 24 de junio de 1994.-

Pase a sus efectos al Señor Jefe del Departamento I(INT).-

El Sub-Director de Interior de la DGID
Coronel (Av.)
C A M A C H O

23-6-94
23-6-94
Sub Dr Interior
9406757

24 1994
ARCHIVO
9406757

001|003 ...///

///...   Montevideo, 28 de junio de 1994.-

Se confeccionó Memorandum N°67/A/94, Doc.9406790 para el Sr.Sub-Director de Interior.-

9406757

1) a. El Diario uruguayo "LA REPUBLICA" publicó recientemente denuncias de que inversores brasileños estarían en zona fronteriza entre el BRASIL y el URUGUAY, en el Departamento de CERRO LARGO.

b. Según el diario, tal hecho estaría relacionado al temor de brasileños poseedores de grandes capitales ante la perspectiva de victoria del candidato Luis Ignacio LULA DA SILVA en las próximas elecciones.

c. La compra y el arrendamiento de áreas rurales en URUGUAY por extranjeros, particularmente en la faja de frontera es antigua y legal, pues no existen legislación prohibiendo tal comercio en aquel país.

d. Uno de los principales articuladores en la tentativa de crear una legislación más proteccionista del suelo uruguayo es el Senador Carlos Julio PEREYRA.

2) a. Confirmar el posible incremento de adquisición de tierras en URUGUAY por parte de brasileños en los últimos meses.

b. Verificar la correlación de mayor interés de inversiones en región en función de perspectiva de victoria de LULA en las elecciones.

c. Averiguar si la compra de tierras estaría siendo realizada en otras regiones, a parte de las fronterizas.

d. Averiguar el área geográfica perteneciente a extranjeros, en particular a brasileños, en relación al área total del país.

e. Situación en que se encuentra el Proyecto en el Congreso para impedir la obtención de tierras uruguayas por extranjeros.-

003/003

9406757

Nº. DOCUMENTO 9406759
TITULO Ucrania: Dependencia económica en Rusia con referencia al sector energético.
PROCEDENCIA 20360
FECHA DE R. 24-5-94.
VINCULACIONES 30044
20360
507355 → 11876
507294
11161
11404

01 - 12. 9406759

VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

24 March 1994

SUPPLEMENTARY ECONOMIC REPORT

TgbNr 0209/94 VS-NfD

Subject: Ukraine - Economic Dependence on Russia With Special Reference to Energy Sector

Cutoff Date: March 1994

Summary:

On 10 March 1994 Ukraine and Russia arrived at a preliminary compromise in the current controversy about the threatened curtailment of Russian natural gas exports. In case of a failure of a final agreement on the Ukrainian debts, however, GAZPROM has threatened to again curtail the deliveries as of 10 April 1994.

In the energy sector Ukraine is largely dependent on Russian deliveries; in the medium run, alternative suppliers are not possible for technical reasons. Vice Versa, Russia depends on Ukraine with regard to equiment for its oil industry and the transit of natural gas to the West. In the (military-)industrial sector mutual dependence is noted, which, however, is greater on the Ukrainian side.
It has to be called into doubt that a viable solution of the energy problems will be found so that this conflict in the two countries' economic relations will continue to smoulder. Any additional reduction of the energy supplies, however, might cause the collapse of Ukraine's basic production, not least in the food and energy sectors. This might then provoke the open outburst of the latent social conflicts.

9406759

02

Ukraine: Economic dependence on Russia with special reference to the energy sector

1. PRELIMINARY RUSSIAN-UKRAINIAN COMPROMISE IN THE CONTROVERSY ABOUT NATURAL GAS DELIVERIES

On 10 March 1994 negotiations were held in Moscow between Ukrainian and Russian government delegations as well as representatives of the GAZPROM and UKRGAZPROM natural gas producers with the objective of settling the conflict over the threatened cuts in the Russian natural gas exports to Ukraine. In the preliminary phase of the talks Russian GAZPROM had, inter alia, mentioned three central conditions on the fulfiment of which a resumption of the natural gas deliveries was made dependent:

- State guarantees for the payment of the natural gas debts on the part of the Ukrainian government

- Recognition of Russian claims to the natural gas pipelines to Western Europe running through Ukrainian territory

- Freezing of the transit fees for Russian export natural gas.

The result of the meeting has become known so far only partly. According to information available, the compromise achieved in the negotiations provides (until 10 April 1994) for the maintenance of the agreed Russian natural gas exports to Ukraine (140 million cu.m./day on an average) and on the replacement of the bulk of

9406759

03

the Turkmenian gas deliveries (60 million cu.m./day) (1).

In return, Ukraine commits itself to repaying one half of its 1993 natural gas debts (totalling US $900 million) in roubles and convertible currencies, whereas the other half is to be settled in the form of participations of GAZPROM in Ukrainian natural gas facilities.

Until the next round of negotations on 10 April 1994 technical details and procedures are to be discussed and prepared for signature. In case of a failure of the negotiations, GAZPROM has again threatened cuts in deliveries.

2. ECONOMIC RELATIONS IN THE ENERGY, INDUSTRIAL AND AGRICULTURAL SECTORS

2.1 Natural gas

For Ukraine natural gas, accounting for a share of more than 40% in the consumption of primary energy, is the most important energy source. About 45% of the natural gas are consumed in the industrial sector, 30% in the power stations, 18% in the households and 6% in the agricultural sector.

Between 55% (1993) and 75% (1992) of the natural gas consumed in Ukraine (1993 amount: approx. 100 billion cu.m./year) had formerly to be imported from Russia; it may be assumed that, also in future, approx. two thirds of the Ukrainian natural gas requirements will be met by imports from Russia. For the time being, the current Ukrainian infrastructure does not allow natural gas im-

---

1 GAZPROM thus assumes about 80% of the Turkmenian natural gas deliveries.

- 4 -

9406759

04

ports from other countries, such as, for instance, the Middle East.

Despite Ukraine's dependence on imports, the Russian Federation is, vice versa, also dependent on Ukraine in the natural gas sector: all pipelines for natural gas exports to Western and Southern Europe run through Ukrainian territory. At present, the earnings derived from natural gas exports to the West are, next to crude oil exports, Russia's most important foreign exchange source. In view of Russia's economic weakness, the country is currently not in a position to build new pipelines by avoiding Ukraine (e.g. via Belorussia). For an indefinite period of time, the Russian natural gas exports therefore have to be led via Ukrainian territory. The transit fees, which are offset against natural gas deliveries, have so far been used by Ukraine to pay for about one third of its natural gas deliveries from Russia. In case of a loss of these transit earnings - possibly as a result of the negotiations with GAZPROM (see Item 1) - Ukraine's financial situation would deteriorate even more.

2.2 <u>Mineral oil</u>

On account of its limited - and decreasing - domestic oil production (1993 = approx. 4 million t), Ukraine is largely dependent on imports from Russia. Since 1990 (50 million t) the Russian oil deliveries to Ukraine have gone down steadily; in 1993, they amounted to only 25.8 million t. This was, not least, due to the Ukrainian arrears in payment vis-a-vis Russian oil companies noted since 1992, which, in late 1993, amounted to approx. US $220 million.

It is to be expected that, given unchanged delivery amounts, Ukraine will fail also this year to fulfill its financial obligations. In view of further Russian cuts in deliveries, then to be expected, the crisis will continue to increase particularly in the transport

9406759

05

sector, which will affect Ukraine's entire economic sector.

For imports of oil from other countries both the financial funds and the necessary infrastructure are lacking: the oil harbor near Odessa currently has an annual import capacity of only 5 million t and is at present - with international assistance - expanded to 10 million t/year. In order to become independent of Russian oil deliveries, Ukraine plans to enlarge the transshipment capacity in the next few years to 40 million t/year. Whether this project will be realized, mainly depends on the issue of financing. It has to be taken into account that, aside from the pure construction costs, a necessary conversion to other (non-Russian) crude oil types would entail significant costs for the reconstruction of the refineries (estimated at approx. US $2.5-3 billion), which, at present, are designed only for the processing of Russian crude oil (2).

In the mineral oil sector the Russian Federation is also dependent on Ukraine: for Russia, the Ukrainian Black Sea harbor of Odessa is currently indispensable as an oil export harbor. Approx. 30% of the mineral oil exports via the Black Sea are handled there. Besides, the Ukrainian Kremenchug refinery (18.6 million t/year) is currently the only refinery in the area of the former USSR able to process heavy, high-sulfur Russian oil.

---

2 Ukraine has six refineries with a processing capacity of approx. 61 million t/year and an average degree of processing of only 50% (as against 85-90% in Western refineries). As a result, the production of light and medium distillates is insufficient so that, given a throughput of 26 million t like in 1993, only about 13 million t of kerosene, fuels and light fuel oil were produced.

9406759

06

2.3 Electricity supply industry

The Ukrainian power sector suffers from the consequences of reduced natural gas and oil deliveries from Russia since 66% of the electric current are produced in thermal power stations (3).

On 20 November 1993 the electricity systems between the two countries were separated since Ukraine had taken too much electricity from the Russian network without paying adequate fees. In order to meet the domestic requirements, Ukraine thereupon had to discontinue its power exports to the Czech Republic, the Slovak Republic, to Bulgaria, Hungary, Rumania and Croatia even though it urgently needed the export earnings.

The Ukrainian nuclear power stations, which accounted for 29% of 1993 power production, are fully dependent on Russia with regard to the delivery of nuclear fuel rods, spare parts and equipment. Despite the partly significant Ukrainian arrears in payment, there have been no marked Russian cuts in deliveries in this sector since Russia itself depends on Ukrainian deliveries for the power supply of some border regions.

2.4 Armament and civilian metalworking industry

Dependencies between Russia and Ukraine are also noted in arms production, which cannot be removed in the short and medium runs; Ukraine, however, is much more dependent on Russian supplies than vice versa. According to statements of the former Ukrainian minister for mechanical engineering (military-industrial complex)

---

3 In 1993, 43.5% of power production were based on the burning of coal (42.6 million t), 43% on the burning of natural gas (26.3 billion cu.m.) and 13% on the burning of heavy fuel oil or masut (7.3 million t).

9406759

07

and conversion, Viktor ANTONOV, in the summer of 1993, 80% of the supplies come from Russia.

In aircraft engineering Russia, on the other hand, needs the products of one of the largest engine producers, BARANOV in Zaporozhye/Ukraine. About 90% of the engines produced in Ukraine went to Russia in the Soviet era; the components for their manufacture, on the other hand, mostly came from the Russian Federation.
At the time of the former Soviet Union, Ukraine was the only producer of aircraft and helicopter carriers, whereas Russia had the monopoly in submarine production.

Like in the armament sector, individual branches of the civilian metalworking industry of Ukraine received supplies from today's Russia (examples: electronics, energy engineering, engine manufacture); raw materials (e.g. non-ferrous metals) partly came from Russia as well. Even though it is not clear at present in how far these supplies will be continued (4), it is an established fact that, in the current circumstances, a changeover to other (non-Russian) suppliers is not possible in most cases. For Russia, Ukraine is, in turn, an important supplier of large pipes.

---

4 A basis for the continuation and/or resumption might be the agreement supplementing the accord on the economic union of the CIS countries (of 24 September 1993) with regard to cooperation and specialization in "mechanical engineering and related sectors". For the civilian metalworking sector, however, no concrete measures prepared on this basis have become known to date.

9406759

2.5 Agriculture

In agricultural production marked dependencies between the two countries do not exist. Both countries are currently more or less self-sufficient in the production of most basic foodstuffs. As far as sugar is concerned, where Russia meets only 40% of its requirements from domestic production, most imports were until 1993 bought in Ukraine and paid for in oil; since 1994, Russia has sought to meet its sugar requirements on the world market where the sugar prices are lower at present. A Russian dependence, on the other hand, is noted in the field of semi-finished products and spare parts for agricultural machinery.

3. IMPLICATIONS FOR UKRAINE's ECONOMIC SECTOR

3.1 Macro-economic development under status quo conditions

Overall economic performance:

In 1993, the downward trend in the Ukrainian economy considerably accelerated as against 1992. This development also continued in the first months of 1994; a stabilization is therefore not to be expected in 1994. In spite of the uncertainty of the available data, it is an established fact that the overall economic performance (gross domestic product) of Ukraine declined by about 15-20% last year (1992: 9%). 1993 industrial production fell by at least 12%; in January 1994, a 35% decrease was registered as against the year-ago month.

Inflation:

Inflation has taken on alarming proportions. According to Western estimates, Ukraine showed the highest annual rate of inflation of all CIS member countries in 1993

9406759

(approx. 7,000-10,000%) (5). A particularly alarming feature is the apparently unstoppable increase in the monthly rate of inlation, caused by an excessive monetary policy. In Decemer 1993 this rate amounted to at least 80%, which is arithmetically equivalent to an annual rate of 115,000%. A stabilization, let alone a reduction of the rate of inflation, is not to be expected.

Foreign trade:

Despite all diversification efforts, Ukrainian foreign trade is still largely geared to intra-CIS trade; the "trade with the West" is completely underdeveloped.

Foreign trade is still shaped by the country's great dependence on energy imports (the main suppliers are Russia and Turkmenistan). As early as 1993, the energy prices in intra-CIS trade rose sharply; since early 1994 world market prices have to be paid. As a result, the Ukrainian deliveries of goods to Russia account for only one third of the respective imports; Ukraine's exports or foreign exchange reserves do not suffice to pay for the Russian energy supplies(6). For this reason alone, the agreement concluded with the Russian natural gas supplier on 10 March 1994 (see Item 1) is on shaky ground.

---

5 The official Ukrainian figures show much lower rates of inflation. In our opinion, the price hikes probably reached the upper limit of the above estimate.

6 Even though Deputy Prime Minister, LANDIK, stated at a press conference on 11 March 1994 that Ukraine had already paid US $700 million to Russia this year and would be solvent also in future, this is in contrast to information available here on Ukraine's current foreign exchange situation.

9406759

Supply situation:

The living conditions of the Ukrainian population continue to deteriorate rapidly. The real retail turnover - a useful indicator for the social situation - decreased in 1993 by approx. 35%; in the past three years it went down by approx. 60%. The shelves in the state-run shops are empty, Western products, available from time to time, are beyond the means of most citizens. Particularly the situation of the old-age pensioners - who are always the losers in the case of high rates of inflation and scarce products - has become unbearable. In this sector, too, an improvement of the situation is not in sight.

3.2 Possible consequences of further cuts in the Russian energy supplies

It remains to be seen whether the current negotiations between Russia and Ukraine will, by 10 April 1994, lead to an acceptable agreement on Russian natural gas supplies. So far only a general agreement on the participation of Russian GAZPROM in the Ukrainian energy facilities has been achieved whereas the technical modalities have not been fixed yet. Besides, it is very doubtful whether the envisaged agreement will be effective also in future and, in particular, will guarantee that Ukraine receives natural gas deliveries at payable prices. In the medium run, Ukraine's structural financial crisis will not change, and the Ukrainian government can actually not afford to lease or sell state property to Russian enterprises.

It is believed here that, for this reason, the payment of the Ukrainian debts incurred by Russian energy supplies will remain a source of substantial frictions in Russian-Ukrainian economic relations.

At the same time, the energy sector constitutes a considerable additional risk for Ukraine's internal devel-

94 06759

opment. Even without an aggravated energy crisis are the short- and medium-term prospects of the Ukrainian economic sector extremely gloomy: as early as 1993 the industrial sector was probably run at only 50-60% of capacity. Many enterprises have already discontinued production (in West Ukraine even every second enterprise stands idle) even though the whole extent of the unprofitable production will become apparent only in the event of rigid measures taken to combat the hyperinflation. To cope with the crisis, the government awards large-scale state orders and prepares binding production plans for the industrial sector. In recent months, the scarce sources of energy were primarily used for the supply of the private households. As soon as winter is over, capacities will become available here that can be used in the industrial sector. The government obligation to systematically control the energy resources also in the industrial sector will even increase the emphasis on planned economy elements and enable the Kiev center to exercise a dominant influence on production.

Any further reduction of the energy supplies, however, may lead to the collapse of industrial basic production, even in the food sector and in the supply of the population with energy. This might then provoke the open outburst of the latent social conflicts(7).

---

7 The only explanation for the fact that, in view of the social hardships, there have been no massive protests so far is that people are too preoccupied with the daily "struggle for survival"

Ref. 0209/94
Marzo 1994

Ref.-

- TEMA: UCRANIA.- Dependencia económica en RUSIA con especial referencia al sector energético.-

- Resumen .-

- El 10/03/94 UCRANIA y RUSIA llegaron a un compromiso preliminar en en la actual controversia referente a reducir la amenaza sobre las exportaciones del gas natural de RUSIA respecto a un fracaso en el acuerdo final de las obligaciones ucranianas, sin embargo, el GAZPROM amenazó nuevamente con restringir las entregas como las del 10/04/94 .-
- En el sector energético UCRANIA es completamente dependiente de la producción rusa; por su parte, el abastecimiento en forma alternativa no es posible por razones de carácter técnico.
  Por el contrario, RUSIA depende de UCRANIA considerando el equipamiento para su industria petrolera y el tránsito de gas natural a OCCIDENTE.
- En el sector industrial(militar), la mutua dependencia es notoria, lo cual, sin embargo, es más beneficioso del lado ucraniano.
- Se duda de que exista una solución viable para resolver los problemas de energía por lo que este conflicto, en las relaciones económicas de los dos países, continúan latentes.
- Cualquier reducción adicional del abastecimiento energético, sin embargo, podría causar el colapso de la producción básica de UCRANIA, no menos en los sectores alimenticio y energético. Esto podría provocar la apertura explosiva de los conflictos sociales latentes.

UCRANIA: Dependencia económica en RUSIA con especial referencia al sector energético.-

- 1) Compromiso preliminar ruso-ucraniano en la controversia sobre la producción del gas natural.
- El 10/03/94 se mantuvieron negociaciones en MOSCU entre las delegaciones gubernamentales rusas y ucranianas así como también representantes de los productores del gas natural del GAZPROM y elUKRGAZPROM con el objetivo de establecer el conflicto sobre la amenaza en las exportaciones de gas natural a UCRANIA.
- En la fase preliminar de las conversaciones que el GAZPROM tuvo, entre otras, mencionó 3 condiciones básicas para el cumplimiento donde la el resurgimiento de la producción de gas natural fue hecha en forma dependiente:
  - Establecer garantías para el pago de derechos del gas natural por parte del gobierno ucraniano.
  - Reconocimiento de los reclamos de RUSIA de las tuberías de gas natural a EUROPA OCCIDENTAL trasrasando el territorio ucraniano.
  - Congelando los honorarios transitorios para la exportación del gas natural ruso.

- El resultado del encuentro fue dado a conocer sólo en parte. De acuerdo a la información obtenida, el compromiso alcanzado en las negociaciones proporciona (hasta el 10/04/94) el mantenimiento del acuerdo ruso de exportar gas natural a UCRANIA y el reemplazo del volumen de

9406759

gas entregado a TURKMENIA.

- En cambio, UCRANIA se comprometió a reembolsar la mitad de la deuda por el gas natural obtenido en 1993 (totalizando 900 millones de dólares), mientras que la otra mitad será fijada a manera de participaciones del GAZPROM en las instalaciones de gas natural de UCRANIA.
- Hasta la próxima ronda de negociaciones citada para el 10/04/94 se discutirían los procedimientos y detalles técnicos para la firma.
  En caso de que fracasen dichas negociaciones, el GAZPROM nuevamente amenazaría en terminar con la entrega.

- 2) Relaciones económicas en los sectores agrícola, industrial y energético.-

  1- Gas Natural.- Para el gas natural ucraniano, repondiendo a una parte de más del 40% en el consumo de energía primaria, es la fuente de energía más importante. Alrededor del 45% del gas natural es consumido en el sector industrial, un 30% en las estaciones de energía, un 18% en los hogares y un 6% en el sector agrícola.

  - Entre un 55% en 1993 y un 75% en 1992 del gas natural consumido en UCRANIA (cantidad en 1993: aprox. 100 billones/año) tenía antiguamente que ser importada desde RUSIA; puede presumirse que, también en un futuro, aprox. 2/3 de los requerimientos de gas natural de UCRANIA se lograrán por medio de importaciones desde RUSIA.
  - Por ahora, la actual infraestructura ucraniana no permite la importación del gas natural proveniente de otros países, como por ejemplo, de MEDIO ORIENTE.
  - A pesar de la dependencia de UCRANIA en las importaciones, la Federación Rusa es también dependiente de UCRANIA en el sector al que pertenece el gas natural: todas las "tuberías" para la exportación del gas natural a EUROPA OCCIDENTAL y MERIDIONAL atraviesan el territorio ucraniano. Actualmente, las ganancias provenientes de las exportaciones del gas natural a Occidente constituyen la fuente de intercambio externo más importante de RUSIA.
  - Considerando la debilidad económica de RUSIA, el país no se encuentra en una posición adecuada para contruir nuevas tuberías prohibiendo la ucraniana (por ej. vía BELORRUSIA).
  - Por un período de tiempo indefinido, las exportaciones del gas natural de RUSIA tienen que ser por tanto realizadas a través del territorio ucraniano.
  - Los derechos por el pasaje, los cuales son compensados contra la entrega de gas natural, tendrán que ser utilizados por UCRANIA para el pago de alrededor de 1/3 de la entrega del gas natural desde RUSIA. En caso de perder las ganancias por este pasaje,-posiblemente como resultado de las negociaciones con el GAZPROM- la situación financiera de UCRANIA se deterioraría aún más.-

  2- Petróleo .- Considerando su limitada y decreciente producción de petróleo interno (en 1993 aprox. 4 millones de toneladas), UCRANIA depende de las importaciones provenientes de RUSIA. Desde 1990, (50 millones de ton), la entrega de petróleo ruso a UCRANIA ha descendido progresivamente; en 1993, la cantidad alcanzó solamente 25.8 millones de ton.

  - Esto se debió al menos, a los atrasos de UCRANIA para el pago com

9406759-

parado con el de las compañías petroleras de RUSIA desde 1992, las cuales a fines de 1993, alcanzaron aprox. los 220 millones de dólares.

- Se espera que, inalterando las cantidades producidas, UCRANIA consumirá también este año para cumplir con sus obligaciones financieras.
- Considerando la posible interrupción en las entregas por parte de RUSIA, que se esperan, la crisis continuará incrementándose particularmente en el sector del transporte el cual afectará la totalidad del sector económico de UCRANIA.
- Para las importaciones de petróleo de otros países, tanto los fondos financieros como la necesaria infraestructura están faltando: un puerto petrolero cerca de ODESSA que oralmente tiene una capacidad de importación anual de tan sólo 5 millones de tons. y está hoy día (asistido internacionalmente) expandida a 10 millones de tons/año.
- Para considerarse independiente de la producción de petróleo rusa, UCRANIA planea extender su capacidad de transbordo en los próximos años a 40 millones de tons/año. Si este proyecto se realiza, principalmente dependerá del egreso proveniente del sector financiero.
- Se debe tener en cuenta que, aparte de los costos de pura construcción, una necesaria conversión a otros tipos de petróleo crudo (no ruso) impondría costos significativos para la reconstrucción de las refinerías (estimadas en aprox. 2.5 a 3 billones de dólares), lo que actualmente, están destinados solamente para el procesamiento del petróleo crudo ruso.
- En el sector del petróleo mineral, la Federación Rusa también depende de UCRANIA: para RUSIA el puerto "Mar Negro" ucraniano de ODESSA es indispensable como puerto para exportar petróleo. Aprox. un 30% de las exportaciones de petróleo mineral son dirigidas hacia dicho puerto.
- Además, la refinería ucraniana KREMENCHUG (18.6 millones de tons/año) es actualmente la única refinería en el área de la ex URSS posibilitada a procesar el petróleo ruso.

3- Industria suministradora de energía.-

- El sector energético ucraniano sufre las consecuencias de la reducida producción petrolera y del gas proveniente de RUSIA desde que un 66% de la actual corriente eléctrica se produce en estaciones de energía térmica.
- El 20/11/93, los sistemas eléctricos entre los 2 países fueron separados desde que UCRANIA había consumido demasiada electricidad del sistema ruso sin pagar los impuestos adecuados.
- Para alcanzar los requerimientos internos, UCRANIA por consiguiente tuvo que interrumpir las exportaciones de energía eléctrica a las repúblicas checa, eslovaca, a BULGARIA, HUNGRIA, RUMANIA y CROACIA aunque se necesita en forma urgente las ganancias de dichas exportaciones.
- Las estaciones nucleares de energía, que alcanzaron un 29% de la producción energética de 1993, depende totalmente de RUSIA en consideración a la producción del combustible nuclear y del equipamiento.

9406759

A pesar de los significativos atrasos ucranianos para el pago, no ha habido una interrupción marcada en las producciones de este sector a pesar de que RUSIA depende de la producción ucraniana para el suminis tro de energía de algunas regones fronterizas.

- 4- Industria metalista civil y armamentista.-

La situación de dependencia entre RUSIA y UCRANIA también se nota en la producción armamentista, la cual no puede ser removida.
UCRANIA sin embargo, depende mucho más de los suministros rusos que RUSIA de UCRANIA. De acuerdo a declaraciones del ex-ministro ucra-niano para la energía mecánica(complejo industrial-militar), Viktor ANTONOV, el 80% de los suministros provienen de RUSIA.
En materia de ingeniería aeronaútica, RUSIA por otro lado, necesita los productos de uno de los productores más importantes en mecánica, BARANOV en ZAPOROZHYE/UCRANIA. Alrededor del 90% de las maquinarias producidas en UCRANIA iba a RUSIA en la época soviética; y, por otra parte, los componentes para su manufactura provenían principalmente de la Federación Rusa.
En el período de la ex-Unión Soviética, UCRANIA fue el único productor de aviones y helicópteros, mientras que RUSIA tenía el monopolio en la producción submarina.
Al mismo tiempo que en el sector armamentista, los sectores individuales de la industria metalista civil de UCRANIA recibió provisiones de parte de la actual RUSIA (por ej. maquinaria energética, manufactura, mecánica y electrónica); así como también materia prima proveniente parte de ella de RUSIA.
Aún así no está claro hasta cuando este abastecimiento continuará ya que, en las circusntancias actuales, un cambio de abastecedores (no RUSIA) no es posible en la mayoría de los casos.

- 5- Agricultura.-
  - En la producción agrícola remarcó que la dependencia entre los 2 países no existe. Ambos son más o menos autosuficientes en la producción de la mayoría de los productos alimenticios básicos.
  Así como el azúcar es importante, RUSIA satisface sólo el 40% de sus requerimientos de la producción interna; la mayoría de las importaciones fueron hasta 1993 enviadas a UCRANIA y pagas a cambio de petróleo; desde 1994, RUSIA ha buscado alcanzar su lugar en el mercado mundial con la producción de azúcar donde su valor es más bajo actualmente.

- 3)- Implicancias para el sector económico ucraniano.-
  - 1 - Desarrollo macro-económico bajo las condiciones del "status quo".
  - Desempeño del aspecto económico:
  - En 1993, la inclinada tendencia en la economía ucraniana se aceleró considerablemente a diferencia de 1992.
  Esta evolución también continuó en los primeros meses de 1994; no se esperaba una estabilización. A pesar de los incierto de los detalles disponibles, es un hecho que el desempleo del aspecto económico de UCRANIA declinó un 15 a un 20% en 1993. La producción de dicho año bajó en al menos un 12%;en enero de 1994 se registró un

descenso de un 35%.

- Inflación:
- Esta ha tomado proporciones alarmantes. De acuerdo a ciertas estimaciones, UCRANIA mostró la más tasa anual de inflación de todos los países miembros del CIS en 1993 (aprox. un 7000 a 10000 %).
  Un rasgo particularmente alarmante es el aparente incremento en la tasa mensual de la inflación, causada por una excesiva política monetaria. En Diciembre de 1993 esta tasa alcanzó un 80% la cual es aritméticamente equivalente a una tasa anual de 115000 %.
- No se espera una estabilización, mucho menos una reducción de la tasa de inflación.

- Comercio Exterior:
- A pesar de todos los esfuerzos variados que se han hecho, el comercio exterior ucraniano está aún "enlazado" al comercio interno del CIS; el "comercio con OCCIDENTE" está completamente subdesarrollado.
  El comercio exterior está determinado por la gran dependencia del país en las importaciones energéticas (los principales abastecedores son RUSIA y TURKMENISTAN). A principios de 1993, los precios energéticos en el comercio interno del CIS aumentan rápidamente; desde principios de 1994 los precios del mercado mundial se tuvieron que abonar. Como resultado, la producción de mercado de UCRANIA a RUSIA sumaron tan sólo 1/3 de las respetivas importaciones; las exportaciones de UCRANIA o las reservas del intercambio exterior no son suficientes para el pago de los suministros energéticos de RUSIA.
  Aún así el Primer Ministro, LANDIK, declaró en una conferencia de prensa el 10/03/94 que UCRANIA recién había pago 700 millones de dólares a RUSIA y sería solventado también en un futuro.

- Situación de la vía de abastecimiento:
- Las actuales condiciones de la población ucraniana continúan deteriorándose en forma rápida.
  La venta al por menor decayó - un indicador útil para la situación social - decreciendo en 1993 en aprox. un 35%; en los 3 últimos años había descendido en aprox. un 60%.
- Las estanterías en los comercios están vacías; particularmente la situación de los pensionistas -quienes son siempre los que pierden en los casos de altas tasas de inflación y los escasos productos- se hace intolerable.
  Tampoco en este sector, no está a la vista una mejora de la situación.

2- Posibles consecuencias de las reducciones en el abastecimiento energético ruso.-

- Se trata de observar si las actuales negociaciones entre RUSIA y UCRANIA el 10/04/94, conduzcan a un aceptable acuerdo sobre el suministro del gas natural ruso.
  Hasta ahora, sólo se ha alcanzado un acuerdo oral. en cuanto a la participación del GAZPROM ruso en las instalaciones energéticas de UCRANIA mientras que las modalidades de carácter técnico no han sido asentadas aún. Además, es dudoso si el acuerdo contemplado será efectivo también en un futuro y, en particular, si garantizará que UCRANIA reciba la entrega del gas natural a precios pagaderos.

9406759

En dichas circunstancias, la crisis en la estructura financiera no cambiará y el gobierno ucraniano no puede actualmente darse el lujo de arrendar o vender propiedades estatales a empresas rusas.

- Se cree aquí que, por esta razón, el pago de las deudas de UCRANIA contraídas por el suministro energético ruso permanecerá como fuente de roces en las relaciones económicas ruso-ucranianas.
- Al mismo tiempo, el sector energético constituye un riesgo considerable adicional para la evolución interna de UCRANIA. Aún sin una crisis energética agravante, los proyectos a corto y mediano plazo para el sector económico ucraniano son extremadamente tenebrosos.
- Algunas empresas han detenido la producción; aún así el total alcance de la infructuosa producción se hará aparente sólo para el caso de toma de medidas rígidas para combatir la hiperinflación.
  Para hacer frente a esta crisis, el gobierno dispuso órdenes estatales a gran escala y prepara planes de producción conjunta para el sector industrial.
- En pocos meses, las escasas fuentes de energía fueron primariamente utilizadas para el suministro familiar.
- La obligación gubernamental para controlar en forma sistemática los recursos energéticos también en el sector industrial, aumentará el énfasis sobre los elementos económicos planificados e imposibilitará al Centro KIEV a ejercer su dominante influencia en la producción.
- Cualquier reducción adicional en los suministros energéticos, sin embargo, podrían conducir a un colapso de la producción básica industrial, aún en el sector alimenticio y en el suministro de energía a la población. Esto podría provocar la explosiva apertura de latentes conflictos sociales .-

9406759

18/18

4 de Abril de 1994

Intervención de Raúl Campanella en nombre del Comité de Defensa de la Revolución Cubana (CDR) de Uruguay en la Reunión con el Canciller cubano Roberto Robaina en casa de la amistad «Uruguay-Cuba»

Mi nombre es Raúl Campanella. Represento al CDR (Comité Defensa de la Revolución Cubana). En su nombre hago un saludo cálido, fraternal, al Cro. Robaina, a Cuba socialista, al Cro. Embajador, a la Dirección revolucionaria, a Fidel y al pueblo de Cuba.

Todos nosotros sabemos -los que estamos acá y los que están fuera de acá- que Cuba está dando un ejemplo de dignidad humana insuperable».

Porque los cubanos saben que si cedieran, el imperialismo es capaz de llenar a Cuba de millones de dólares. El problema de Cuba no lo puede resolver el sistema capitalista con dólares, ni de ninguna otra forma.

La salida y el progreso de Cuba -para nuestro modesto entender- es el progreso general de la historia. Cuba se representa en los progresos de los pueblos del mundo. Se representa también en el progreso del pueblo uruguayo. Que es la lucha de los sindicatos, la lucha del Frente Amplio, del Gobierno Popular de Montevideo. Así como la lucha de los pueblos del interior de Argentina, de Lula y el PT en Brasil, del Movimiento de Chiapas en México, y todos los movimientos de progreso.

Nosotros desde el CDR miramos con preocupación que la dirección cubana haya decidido no conmemorar el primero e mayo en La Habana. El primero de mayo en Cuba no es un primero de mayo más: es el Primero de mayo más elevado de la clase obrera y las masas explotadas del mundo.

Esperamos que el pueblo de Cuba, que la dirección revolucionaria de Cuba decida -estamos manifestando nuestro interés y nuestra preocupación- a realizar miles de primeros de mayo en toda Cuba dentro de pocas semanas.

Damos un viva! a Cuba socialista que está unida a Vietnam, a Corea estado obrero, a China Popular, que está unida al progreso de la humanidad. Y Cuba se va a desenvolver -con toda la ayuda material que se le pueda enviar -en base al desarrollo del proceso latinoamericano y mundial de transformaciones sociales antimperialistas y socialistas.

Por fin, saludamos nuevamente a los compañeros dirigentes de Cuba, damos la bienvenida al nuevo Embajador y le deseamos a distancia al compañero Abelardo Curbelo, como se lo hemos trasmitido personalmente - un muy buen trabajo en un país, como México, que es tan importante para Cuba. Gracias.

5-4-94

POCO LEGIBLE

BIOGRÁFICO

(CAMPO MILITAR)

FRENTE OBRERO 19/5/94

FECHA 7 / 7 / 9-

Proc...

OBSERV.

-9406760

/001

CAMPO SECOSENCIAL Y SECTOR GREMIAL

APESU

Destacadas personalidades en el proceso fundacional de la APESU

Personalidades como Daniel Martínez Vigil, Adolfo Berro García, el Dr. Rodolfo Tálice, estuvieron vinculadas a la fundación de la más antigua gremial de la enseñanza, la Asociación de Profesores de Enseñanza Secundaria del Uruguay (APESU), que este jueves celebra su 75º aniversario en el Ateneo de Montevideo.

El acto se inaugura a la hora 18:45 y en él harán uso de la palabra el Contador Prof. Mario Soca (Presidente), el Dr.Rodolfo Tálice, y la clausura de esta primera parte estará a cargo del ministro de Educación, Dr.Antonio Mercader.

La segunda parte estará a cargo del Dúo "Gabriel Fauré", integrado por Eddie Matus (viola y violín) y Leonard Bonjour (piano). Interpretarán obras de Bach, Massenet, Corelli, Handel, Saint-Sacüs, Fauré y de Matus.

La APESU fue fundada el 12 de mayo de 1919 y cuenta con Personería Jurídica otorgada por el



Dr. Rodolfo Tálice

Ministerio de Instrucción Pública desde el 1º de julio de 1931.

En su larga y proficua trayectoria gremial, siempre ha mantenido una nítida y definida línea democrática evidenciada permanentemente en sus actividades públicas y en su funcionamiento interno. Sin par..y huelgas,m apelando al sentido de responsabilidad de los docentes y al enaltecimiento de esta función formadora de la juventud.

Entre sus primeros socios se cuentan, además de las tres personalidades ya nombradas, los profesores Ricardo Martínez Quiles, Arq. Armando Acosta y Lara, Dr.Martín Etchegoyen, Eugenio Baroffio, Félix Boix, Dr. Abelardo Saénz, E. Pouey. También se destacan Arturo Carbonell Debali, Enrique Oneto Viana, Ing. Adolfo Copetti, Alfredo Riella, Ing. Juan B. Maglia y Raúl Montero Bustamante.

Tanto estas como otras personalidades que integraron la APESU en los últimos 75 años, han ocupado cargos de Dirección e Inspección e incluso en los sucesivos Consejos de Secundaria.

También en este período la gremial ha logrado concretar un número importante de leyes y reglamentos educativos vinculados por ejemplo al Escalafón Docente, Estatuto del Profesor, equiparación de sueldos de capital e interior del país, y otros.

APESU se ha destacado a través de todos estos años por encima de todo, más allá de su permanente participación, con ideas, proyectos concretos y delegados o representantes, en tratativas de carácter presupuestal, en su defensa inquebrantable e intransigente de la laicidad de la enseñanza.

Todo ello ha sido sueño, meta o concreción de APESU a lo largo de sus 75 años de vida. Si bien no todo lo han podido plasmar en la realidad y algunos de sus propósitos han sido superados por la lógica evolución de los tiempos, otros en cambio, APESU puede afirmar orgullosamente que se han adelantado a los tiempos y que han sido pioneros de ellos. Por eso y con la firme convicción de que su conducta es propia de docentes, APESU expone ante la opinión pública sus 75 años de vida.

Y porque ha querido que esa misma opinión pública revalorice permanentemente la función del docente, digno de tal calificación, es que ha instituido el premio Doctor Carlos Vaz Ferreira, símbolo nacional del pensamiento lúcido, humanista y responsable, para distinguir, cada dos años, a quién ha obrado durante toda su vida como un Docente.

U. Noticias 10/5/94

OSCAR HALAN...

9406761

001/001

9406761

CAMPO SICOSOCIAL
SECTOR RELIGION

LOS DOCENTES DE TURISMO SESIONAN EN MALDONADO

Hasta el 14 de mayo se realiza en el Instituto Municipal de Estudios Turísticos de Maldonado el 2º Encuentro de Directores y Técnicos de Escuelas de Hotelería y Turismo del MERCOSUR y Chile.

Se viene analizando la unificación de los programas de estudio a nivel básico y superior, como también el marco legal y operacional para pasantías de alumnos e intercambio de profesores y técnicos.

Entre los panelistas del encuentro destacan el Ministro de Turismo Mario Amestoy, la Consejera del CODICEN, Beatriz Macedo; el integrante del INJU Fabián Guadalupe y el representante de la OIT en Uruguay y Brasil, Carlos Alexim. Como invitados especiales asisten el ex Ministro de Turismo José Villar, los Ministros de Educación y Trabajo Antonio Mercader y Ricardo Reilly respectivamente y el delegado de la oficina descentralizada de Turismo de Maldonado, Héctor Franco.

FECHA 6 7 94 (65)

ULTIMAS NOTICIAS
11/MAY/94

MINISTERIO ... 24 JUN 1994
9406762

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

001/001

9406762

Campo Sicosocial
Sector Gremial

Ofe MEC.

TAMBIEN EN POSTALES

A su vez en la Asociación de Funcionarios Postales del Uruguay, es decir los trabajadores de la Dirección Nacional de Correos, también se cumplieron los comicios para elegir autoridades.

También triunfó (por cuarta vez consecutiva) la lista oficial, es decir la 1, que obtuvo 7 cargos para la directiva, en tanto que para la 30 le corresponden los 2 restantes.

Prosigue Alfredo González presidiendo la gremial, mientras José Matto se mantiene como secretario general y Oscar Segovia como tesorero.

DOC. POCO LEGIBLE

J. Noticias
31/5/94

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

FECHA 6 / 7 / 94.- INICIAL (GS)
Procesado
OBSERVAC

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ...
29 ... 1994
Nº 06763

9406763

001/001

1/4

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.
(Uso interno de la D.G.I.D.)

E.E.I. Nro. 054A/94

FECHA: 24 de Junio de 1994

REFERENCIA:

ORIGEN: Dpto I (INT)

DIFUSION: Dpto III

ANEXOS: Artículo periodístico. Fotos de sujetos conocidos

INFORMACION CONOCIDA:

A.- El próximo martes 28 a las 20 hrs en el Club Progreso se realizará la Segunda Mesa Cuadrada, el temario será "Programa de soluciones y posiciones frente a la Reforma Constitucional".
El 31 de Mayo se realizó la primera Mesa Cuadrada en el Teatro Stella. La intención de la misma fue unificar a los Grupos de Izquierda Radical no llegándose a concretar ninguna alianza formal al respecto.
Se presume que si bien el temario de la segunda no es igual al anterior su filosofía es la misma.
A la primera concurrieron entre otros: Pincus ANDERSON (Director de Dignidad), Sidis FALCO y Mario ROSSI (MRO), Rafael FERNANDEZ (PT), Ruben SASSANO DEL RIO (MLN), Aparicio GUZMAN (SAG) y Felipe UBAL (MAR)

B.- MEDIDAS DE SEGURIDAD:
Se presume adopte medidas de seguridad en el control de las personas que ingresen por otro lado todos los concurrentes es muy probable que se conozcan entre sí, ya sea por que concurrieron a la primera mesa o por que se nuclean en actividades en torno a la Teja.

E.E.I.

- Cantidad de concurrentes.
- Temas tratados, distintas posiciones asumidas al respecto.
- Identificación de los concurrentes especialmente Felipe UBAL y los integrantes del MAR.
- Identificación de los representantes de Convergencia Socialista y Federación Anarquista del Uruguay.
- Confirmación de si se concretó el Frente Izquierda de Trabajadores (FIT)
- Agresividad de los concurrentes.
- Menciones a lucha armada o actividades ilícitas.

PLAZO: lo antes posible

MINISTERIO DE ... NACIONAL
24 ... 94
6764

001|004 9406764

editorial

Mesa cuadrada

Se viene la segunda MESA CUADRADA.

El próximo martes 28, a las 20 hs. nos vamos a la Teja, al Club Progreso.

Ahí realizaremos la reunión, donde comenzaremos a discutir un importante temario, a saber: PROGRAMA DE SOLUCIONES Y POSICION FRENTE A LA REFORMA CONSTITUCIONAL.

Por supuesto que la Teja, es el primer punto, porque nuestra intención es, a continuación recorrer todos los barrios, uno por uno, ofreciéndole a la gente la oportunidad de discutir y resolver de verdad, sin cúpulas de por medio, ni directivas que después cambien lo resuelto, sin comisiones que ponen a dormir en el tiempo los asuntos.

LA MESA CUADRADA trata de ser un medio de expresión, para que el pueblo, por sí y ante sí, según su leal saber y entender, su propio criterio resuelva con mandato imperativo sobre temas que importan y mucho al futuro inmediato de nuestro país.

Tenemos que terminar con los "travestis" de la política, que nos quieren tapar a base de propaganda y falsas encuestas y que siempre nos pintan el futuro color rosa, para después seguir entregando nuestro país y nuestras riquezas a la banca internacional y a las multinacionales.

No hay que dejarse engañar con viejos cuentos, el futuro de nuestros hijos y de nuestros conciudadanos es demasiado importante como para confiarlo a una casta de dirigentes que durante cuatro años y medio "desafinan" de lo lindo y en los seis meses previos a las elecciones, más que maquillándose revocándose la cara, nos quieren demostrar que son lo que no son.

Debemos responder con organización y lucha, LA MESA CUADRADA del próximo 28 de junio, apunta en ese sentido, planteándole a la ciudadanía una alternativa diferente que nos abra una real perspectiva de cambio.

LA MESA CUADRADA, es lo que no existe, un encuentro de los de abajo, por y para los de abajo.

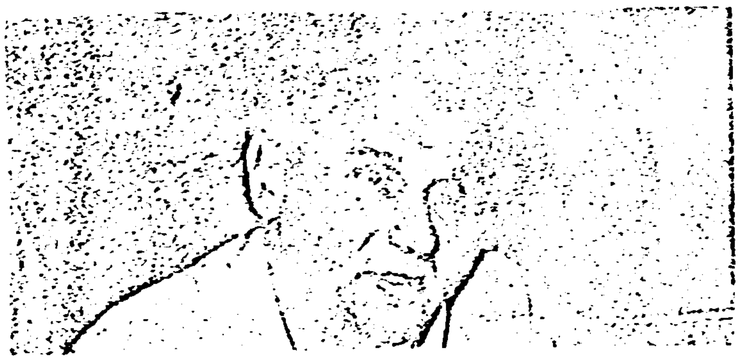
PARTES POCO LEGIBLES

9406764

002



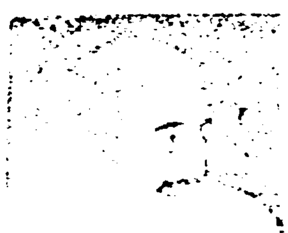
Aparicio GUZMAN



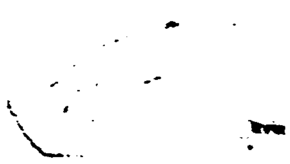
Mario ROSSI



Sidis FALCO



Pincus ANDERSON



Poco LEGIBLE FOTOCOPIA

-0408764



Ruben SASSANO



Rafael FERNANDEZ

0406764

RESERVADO Copia Nº 1

FUERZA AEREA
COMANDO GENRAL
SERVICIO DE INFORMACION

S.I.F.A. 1/6

Evaluación:

Fecha: 20.6/94

DOCUMENTO: SOLICITUD DE ANTECEDENTES NRO. 036/94

ASUNTO: Se solicitan anotaciones de los siguientes ciudadanos:

De: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA:

Para: SEÑOR JEFE DEL DPTO. I. DE LA D.G.I.D.

TEXTO: 1) RITEZ CHAGAS, Ruben Dario Postulante
F.NAC.[illegible].04.66 LUGAR:TACUAREMBO
C.I:2.[illegible] LUGAR:TACUAREMBO C.C.[illegible]
DOMICILIO:BARRIO REINALDY AVDA.R.ARGENTINA [illegible]

CHAGAS, IRAIRES (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC: LUGAR:
C.I: LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

RITEZ, RAMON NERY (PADRE DEL POSTULANTE) FR [illegible]
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:PLAYA PASCUAL

RITEZ CHAGAS, LUIS GUSTAVO (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC: LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:W.BELTRAN NO.142

RITEZ CHAGAS ELIDA LILIAN (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC: LUGAR:
C.I. LUGAR: [illegible]
DOMICILIO:PLAYA PASCUAL

RUIZ BASTOS, MARIA DEL ROSARIO (ESPOSA DEL POSTULANTE)
F.NAC.16.04.66 LUGAR:TACUAREMBO
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL ESPOSO

RITEZ RUIZ, FABIO CRISTIAN (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM

RITEZ RUIZ, RICHARD [illegible] (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM

RITEZ RUIZ, RUBEN [illegible] (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM

RITEZ RUIZ GUSTAVO DANIEL (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM

RITEZ RUIZ, FABIO CESAR (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM

---

2) GONZALEZ LOPEZ, PEDRO VIRGILIO (POSTULANTE)
F.NAC:[illegible] LUGAR:TACUAREMBO
C.I:[illegible] LUGAR:TACUAREMBO C.C.[illegible] 4[illegible]
DOMICILIO:BARRIO LA [illegible] [illegible] SECCION

LOPEZ ROMERO, BLANCA NERY (MADRE DEL POSTULANTE)
[illegible]
[illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

GONZALEZ LARRONDA, [illegible] (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC:[illegible] LUGAR:TACUAREMBO
C.I:[illegible] LUGAR:TACUAREMBO C.C.[illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28/6/94
Nº 233

MINISTERIO [illegible] DEFENSA NACIONAL
27 JUN [illegible]
Antecedentes
Nº [illegible]

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
SEC[illegible]A
Fecha 24.06.94
Pasa a SIDI
Nº de [illegible] 9406767

RESERVADO

001/11

DOC CON PARTES POCO LEGIBLES

RESERVADO

POLICIA AEREA

COMANDO GENRAL

SERVICIO DE INFORMACION

Evaluación: | Fecha: / /

DOCUMENTO:

De: | **Para:**

TEXTO: GONZALEZ LOPEZ,ANA VERONICA HERMANA DEL POSTULANTE
F.NAC.28.08.75 LUGAR:TACUAREMBO
C.I:4.268.557-5 LUGAR:TACUAREMBO C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

---

3)LEAL DOS SANTOS,JORGE (POSTULANTE)
F.NAC.01.09.65 LUGAR:TACUAREMBO
C.I.2.627.679-4 LUGAR:TACUAREMBO C.C. I-E 4410
DOMICILIO:BARRIO SANTA ISABEL TACUAREMBO

DOS SANTOS VILLANUEVA,MARIA OLIMPIA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.28.08.35 LUGAR:TACUAREMBO
C.I.3.376.329-6 LUGAR:TACUAREMBO C.C.IBE 14[illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

LEAL DOS SANTOS,MARILU [illegible] HERMANA DEL POSTULANTE
F.NAC.[illegible] LUGAR:TACUAREMBO
C.I.4.23[illegible].099-[illegible] LUGAR:TACUAREMBO C.C.TAE [illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

LEAL DOS SANTOS,DALCIRA JAQUELINE HERMANA DEL POSTULANTE
F.NAC.31.05.77 LUGAR:TACUAREMBO
C.I.3.32[illegible].034-[illegible] LUGAR:TACUAREMBO C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

LEAL DOS SANTOS,JOSE LUIS HERMANO DEL POSTULANTE
F.NAC.10.08.66 LUGAR:TACUAREMBO
C.I.3.[illegible].195-[illegible] LUGAR:TACUAREMBO C.C.I-E [illegible]
DOMICILIO:

LEAL DOS SANTOS,CARLOS (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC:19.09.64 LUGAR:TACUAREMBO
C.I.2.629.048-9 LUGAR:TACUAREMBO C.C. TAB 47[illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

---

4)AMARO RIVERO,WILLIAM ALEXIS (POSTULANTE)
F.NAC:[illegible] LUGAR:MDEO.
C.I.3.17[illegible].44[illegible] LUGAR:MDEO. C.C.HAB 4[illegible]
DOMICILIO:JUSTO LAMEIRA [illegible]

RIVERO,OFELIA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.20.07.42 LUGAR:MDEO.
C.I.976.947-7 LUGAR:MDEO. C.C.HAB 42947
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

AMARO GOMEZ,WASHINGTON RAMON (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC:30.11.[illegible] LUGAR:CANELONES
C.I.1.0[illegible].363-5 LUGAR:CANELONES C.C.HAB 42[illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

AMARO RIVERO,WASHINGTON JAVIER (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.26.03.75 LUGAR:MDEO.
C.I.3.172.685-5 LUGAR:MDEO. C.C.HAB 46884
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

---

5)SANCHEZ PEREIRA,HERIBERTO ALEJANDRO (POSTULANTE)
F.NAC.[illegible] LUGAR:[illegible]
C.I.3.034.[illegible] LUGAR:MDEO. C.C.[illegible]
DOMICILIO:RUTA 102 [illegible]

PEREIRA,LILIAN (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.15.02.54 LUGAR:MDEO.
C.I.1.59[illegible].193-4 LUGAR.MDEO. C.C.CMD 12207
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

SANCHEZ REBELLA,HERIBERTO FELIPE (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.2[illegible].03.52 LUGAR:MDEO.
C.I.1.323.131-5 LUGAR:MDEO. C.C.BDH 46701
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

RESERVADO

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENRAL SERVICIO DE INFORMACION	Evaluación:	Hoja 2/6 Fecha:

DOCUMENTO: Cont. Sol. de Ant. Nº 036/94

De: Para:

TEXTO: SANCHEZ PEREIRA,SELVA MARIEL- (HERMANA DEL POSTULANTE
F.NAC.20.11.74 LUGAR:MDEO.
C.I.4.157.242-4 LUGAR:MDEO. C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

SANCHEZ PERIRA,MARCOS [illegible] (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC:01.02.79 LUGAR:MDEO.
C.I.4.502.214-5 LUGAR:MDEO. C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

---

6)REY, ADAN (POSTULANTE) FP
F.NAC.23.03.62 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.1.318.266-3 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.BDB 44378
DOMICILIO:CALLE ASAMBLEA MANZ.153 SOLAR 12

REY,DOMINGA (MADRE DEL POSTULANTE)
SE DESCONOCE MAS DATOS

GONZALEZ GONZALEZ,ARACELI (ESPOSA DEL POSTULANTE)
F.NAC.02.03.63 LUGAR:CANELONES
C.I.1.050.013-9 LUGAR:CANELONES C.C.ATA 3256 F2 - [illegible], Gabriel Ruben
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

REY GONZALEZ.MARCOS DAMIAN (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC.25.10.84 LUGAR:MDEO.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

REY GONZALEZ,PAOLA (HIJA DEL POSTULANTE
F.NAC.31.03.89 LUGAR:MDEO.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

REY GONZALEZ,RODRIGO FABIAN (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC:26.12.90 LUGAR:MDEO.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

---

7)DURE ERRAMUSPE,RUBEN DARIO (POSTULANTE)
F.NAC.15.03.71 LUGAR:SALTO
C.I.2.[illegible].331-4 LUGAR:SALTO C.C.BE 5114
DOMICILIO:BELLA UNION No.345 SALTO

ERRAMUSPE,BLANCA ESTHER (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C. F2 - BUB 40718
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

DURE JAQUE,IBIRAPITA RUBEN (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

DURE ERRAMUSPE,JORGE [illegible] (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.28.11.83 LUGAR:SALTO
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIO.

---

8)CARNEIRO DE LOS SANTOS,JULIO CESAR (POSTULANTE)
F.NAC.30.21.73 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.3.[illegible].814-[illegible] LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.[illegible] 45[illegible]
DOMICILIO:MANUEL [illegible] TREINTA Y TRES

DE LOS SANTOS,[illegible] (MADRE DEL POSTULANTE) FP
F.NAC.[illegible]
C.I.[illegible] LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.[illegible]
DOMICILIO:MANUEL [illegible] 4

CARNEIRO RIO,RUBEN DARIO (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

---

003 RESERVADO 9406767

RESERVADO

FUERZA AEREA

COMANDO GENRAL

SERVICIO DE INFORMACION

Evaluacion:

Fecha: / /

DOCUMENTO:

De:

Para:

TEXTO: BAIZ DE LOS SANTOS, [illegible] (HERMANO DEL POSTULANTE
F.NAC.11.23.79 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

BAIZ DE LOS SANTOS,MARIA CECILIA (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.12.07.80 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

BAIZ DE LOS SANTOS,CARINA (HERMANA DEL POSTULANTE
F.NAC.28.08.77 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

SOSA MARTINEZ,BETTINA ALEJANDRA (ESPOSA DEL POSTULANTE
F.NAC.11.03.76 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.3.0[illegible].397-8 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.FAA 46797
DOMICILIO:MANUEL MELENDEZ No.863 (TREINTA Y TRES

CARNEIRO SOSA,JONATHAN DANIEL (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC.01.12.91 LUGAR.TREINTA Y TRES
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

---

9)DELFINO CHAVES,RONNY MAURICIO (POSTULANTE)
F.NAC.13.07.77 LUGAR:MDEO.
C.I.3.437.382-5 LUGAR:MDEO. C.C.IAC 59055
DOMICILIO:EDUARDO M.CASTRO HAB.131

CHAVES RIVERO,MARTHA ESTHER (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.28.08.58 LUGAR:RIVERA
C.I.3.462.753-4 LUGAR.RIVERA C.C.IAC 43377
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

DELFINO BLANCO,JULIO WALTER (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.09.08.47 LUGAR:MDEO.
C.I.1.333.835-9 LUGAR:MDEO. C.C.AVA 11474
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

DELFINO CHAVES.CESAR ARIEL (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.[illegible].03.74 LUGAR:RIVERA
C.I.1.847.761-1 LUGAR:RIVERA C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

DELFINO CHAVES,SILVIA PAOLA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.03.06.77 LUGAR:RIVERA
C.I.3.324.381-9 LUGAR:RIVERA C.C.
DOMICILIO:

DELFINO CHAVES,JULIO WALTER (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.05.06.79 LUGAR.RIVERA
C.I.3.247.381-9 LUGAR:RIVERA C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

---

10)SOSA FLEITAS,SERGIO [illegible] (POSTULANTE)
F.NAC.21.09.71 LUGAR.TREINTA Y TRES
C.I.[illegible] LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.[illegible]
DOMICILIO:LICURGO BURGUELLI ENTRE [illegible] TREINTA Y TRES

FLEITAS.NELBA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR.TREINTA Y TRES
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

SOSA.SERGIO (PADRE DEL POSTULANTE
F.NAC. LUGAR:MELO
C.I. LUGAR:
DOMICILIO:CNO.MALDONADO MDEO.

---

00 **RESERVADO** 9406767

FUERZA AEREA COMANDO GENRAL SERVICIO DE INFORMACION	Seccion: Evaluacion:	Hoja 3/6 Fecha: / /

DOCUMENTO: Cont. Sol. de Ant. Nº 036/94

De: | **Para:**

TEXTO: SOSA FLEITAS,MARISOL (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.19.10.70 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO.IDEM ANTERIOR

SOSA FLEITAS,SILVANA JANETTE (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.27.05.73 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:CALLE 7 [illegible] 13 MALDONADO

PEREIRA OLGA CLAUDIA [illegible] (CONCUBINA DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.3.366.629-6 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

Sol. 2003[illegible]

SOSA PEREIRA,VERONICA JOSELA (HIJA DEL POSTULANTE)
F.NAC:21.09.92 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO.IDEM DEL POSTULANTE

---

11) PASTORIN MAS DE AYALA JOSE LUIS (POSTULANTE)
F.NAC.27.01.67 LUGAR:DZNO
C.I.2.856.193-7 LUGAR:DZNO. C.C.RAA 3454
DOMICILIO:BARRIO PUEBLO NUEVO Y MARTIN SAVEDRA

TE. RAA 9424

MAS DE AYALA MORENO,TERESA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR.
C.I.4.260.352-5 LUGAR:DZNO. C.C.RAA 8551
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

PASTORIN MAS DE AYALA,GRACIELA BEATRIZ (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC: LUGAR:DZNO.
C.I.2.981.439-[illegible] LUGAR:DZNO. C.C.RAA 18[illegible]
DOMICILIO:BARRIO [illegible]

PASTORIN MAS DE AYALA,SONIA TERESITA (HIJA DEL POSTULANTE)
F.NAC.26.09.90 LUGAR.DZNO.
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

---

12) PEREIRA GONZALEZ,RUBEN EDUARDO (POSTULANTE)
F.NAC.[illegible].09.66 LUGAR:CERRO LARGO
C.I.[illegible].781.541-[illegible] LUGAR:CERRO LARGO C.C.SEE 11[illegible]
DOMICILIO.MATTA 196 [illegible]

GONZALEZ ALVEZ,CECILIA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.11.01.48 LUGAR:CERRO LARGO
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

PEREIRA,RUBEN BENITO (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:MUNOZ Y FLORENCIO SANCHEZ

SILVERA ,BARBARA (ESPOSA DEL POSTULANTE)
F.NAC.05.03.72 LUGAR.MELO
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

PEREIRA SILVERA,YENNY NOEMI (HIJA DEL POSTULANTE)
F.NAC.17.07.92 LUGAR:CERRO LARGO
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

---

13) DIAZ PERALTA,HUGO MARCEL (POSTULANTE)
F.NAC.04.01.74 LUGAR.TREINTA Y TRES
C.I.4.161.088-3 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.FEF 1392
DOMICILIO:OFICIAL 1 S/N BARRIO SOSA Y ARAZANES DE CEBOLLATI

RESERVADO

FUERZA AEREA

COMANDO GENERAL

SERVICIO DE INFORMACION

Fecha: / /

DOCUMENTO:

De: Para:

TEXTO: DIAZ FERREIRA,RAMON (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.11.08.40 LUGAR.ROCHA
C.I.4.111.937-7 LUGAR.ROCHA C.C.FEF 2706
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

DIAZ PERALTA,OSCAR DANIEL (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.23.01.69 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.2.736.673-8 LUGAR.TREINTA Y TRES C.C.FEF 6365
DOMICILIO:BARRIO SOSA

DIAZ PERALTA,SANDRA RAQUEL (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.[illegible].01.72 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.3.263.[illegible]-4 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.FEC [illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

DIAZ PERALTA,LUIS HOMERO (HERMANO DEL POSTULANTE)
F:NAC.18.02.67 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.3.406.999-9 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.FEF 7124
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

DIAZ PERALTA,ADRIANA CARINA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.13.08.77 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.4.282.597-1 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR:

---

14) FERRARI BRASIL,RUBEN ISAC (POSTULANTE)
F.NAC.26.10.69 LUGAR:ARTIGAS
C.I.2.676.897-3 LUGAR:ARTIGAS C.C.IAC 52026
DOMICILIO:BLANDENGUES No.425

BRASIL MORALES,LIDIA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.24.03.40 LUGAR:ARTIGAS
C.I.3.062.291-9 LUGAR:ARTIGAS C.C.IAC 32516
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

FERRARI SANTOS,MANUEL (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.26.12.37 LUGAR:ARTIGAS
C.I.1.372.075-0 LUGAR:ARTIGAS C.C.IAC 18355
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

FERRARI BRASIL,CRISTINA LOURDES (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.13.08.63 LUGAR:ARTIGAS
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

FERRARI BRASIL,NANCY BEATRIZ (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.28.04.64 LUGAR:ARTIGAS
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

BRASIL AMARILLA, AZUCENA LILIAN (ESPOSA DEL POSTULANTE)
F.NAC.06.01.67 LUGAR:MDEO.
C.I. LUGAR: C.C
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

FERRARI BRASIL,MARIA ALEJANDRA (HIJA DEL POSTULANTE)
F.NAC.[illegible] LUGAR:ARTIGAS
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

FERRARI BRASIL,JOHANA PAOLA (HIJA DEL POSTULANTE)
F.NAC.04.12.91 LUGAR:ARTIGAS
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

---

15 [illegible] LEONEL [illegible] (POSTULANTE)
[illegible]
[illegible]
DOMICILIO:[illegible]

006 RESERVADO

RESERVADO

COMANDO GENRAL

SERVICIO DE INFORMACION

Evaluacion:

4/6

Fecha: / /

DOCUMENTO: Cont. Sol. de Ant. Nº 036/94

De:

Para:

TEXTO: MARTINEZ MENDEZ,ANA MARIA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.24.01.45 LUGAR:MDEO.
C.I.1.307.221-3 LUGAR:MDEO. C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL HIJO

MARTINEZ,LUIS MARCELO (HERMANO DEL POSTULANTE
F.NAC.25.07.64 LUGAR:MDEO.
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

MARTINEZ,JORGE MARIO (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.13.07.66 LUGAR:MDEO.
C.I.3.517.120-4 LUGAR:MDEO. ...EOA 13127
DOMICILIO.IDEM DEL POSTULANTE

MARTINEZ,ULISES ALEJANDRO (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.15.08.70 LUGAR.MDEO.
C.I.1.159.132-2 LUGAR.MDEO. C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

MARTINEZ MENDEZ,LEONEL MAURICIO(HIJO DEL POSTULANTE
F.NAC.09.03.93 LUGAR:MDEO.
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

---

16 PEREIRA MEDEROS,JUAN CARLOS POSTULANTE
F.NAC.29.03.68 LUGAR.RIVERA
C.I.3.[illegible]4.270-4 LUGAR:RIVERA C.C.ABE 5541
DOMICILIO:HERMANO ARTIGAS 091 (RIVERA)

MEDEROS FERRON,PAULINA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.06.07.44 LUGAR:RIVERA
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:GREGORIO SANABRIA S/N

PEREIRA [illegible] (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.[illegible] LUGAR:RIVERA
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

PEREIRA MEDEROS,ALIS CESAR (HERMANO DEL POSTULANTE
F.NAC.23.03.64 LUGAR:RIVERA
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:

PEREIRA MEDEROS,SERGIO RENATO (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.01.11.[illegible] LUGAR:RIVERA
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:GREGORIO SANABRIA S/N

PEREIRA MEDEROS,VICTOR ALFONSO (HERMANO DEL POSTULANTE
F.NAC.[illegible].02.71 LUGAR:RIVERA
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

PACHECO BARBATO,ANGELA MARIA (ESPOSA DEL POSTULANTE
F.NAC.[illegible] LUGAR:RIVERA
C.I.[illegible] LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

PEREIRA PACHECO,JHONATAN ALEX (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC.[illegible].04.89 LUGAR:RIVERA
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

PEREIRA PACHECO,STEFAN TAMARA (HIJA DEL POSTULANTE
F.NAC.19.12.90 LUGAR:RIVERA
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

RESERVADO

0106752

RESERVADO

FUERZA AEREA

COMANDO GENRAL

SERVICIO DE INFORMACION

Evaluación: [illegible]

Hoja

Fecha: / /

DOCUMENTO:

De:

Para:

TEXTO: PEREIRA PACHECO,JUAN CARLOS (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC.14.05.9[illegible] LUGAR:RIVERA
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

---

17 ACOSTA SOSA,MANUEL HEBER POSTULANTE
F.NAC.18.06.76 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.4.103.329-2 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.FAA 46169
DOMICILIO:BARRIO FLOR DEL ALBA (TREINTA Y TRES)

SOSA AQUINO,INES MIRTA (MADRE DEL POSTULANTE
F.NAC.29.10.40 LUGAR:TREINTA Y TRES
C.I.4.246.374-3 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.FAA 10103
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE

ACOSTA,HECTOR (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:
C.I. LUGAR: C.C.
DOMICILIO:JUAN ROSAS Y SANAHORIA KM.164

---

18 PEREIRA MANUEL ANGEL (POSTULANTE)
F.NAC.12.04.7[illegible] LUGAR:TREINTA Y TRES.
C.I.3.[illegible]46-[illegible] LUGAR:TREINTA Y TRES. C.C.FAA 44[illegible]
DOMICILIO.FELIPE CARAPE 13[illegible].

CARVALLO BLANCA AZUCENA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.31.02.43 LUGAR:TREINTA Y TRES.
C.I.3.218671-0 LUGAR:TREINTA Y TRES C.C.FAA 23011
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

PEREIRA WALTER (PADRE DEL POSTULANTE)
SE DESCONOCEN MAS DATOS.

---

19 MENDEZ LEON HEBER EDUARDO (POSTULANTE)
F.NAC.15.02.7[illegible] LUGAR:TACUAREMBO
C.I.2.512225-1 LUGAR:TACUAREMBO C.C.TOE 21[illegible]
DOMICILIO:MANUEL LAVALLEJA BARRIO LOPEZ.

LEON MOREIRA NELLY BENIGNA (MADRE DEL POSTULANTE
F.NAC.16.09.54 LUGAR:TACUAREMBO
C.I.2.519717-7 LUGAR:TACUAREMBO C.C.I[illegible]G 3401
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

MENDEZ [illegible] WILMAR HEBER (PADRE DEL POSTULANTE
F.NAC.1[illegible].[illegible]1.54 LUGAR:TACUAREMBO
C.I.4.[illegible]1791-3 LUGAR:TACUAREMBO C.C.TOC 3[illegible]61
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

---

20 RAMOS SILVA NERY CLAUDIO (POSTULANTE)
F.NAC.15.03.75 LUGAR:CERRO LARGO
C.I.3.[illegible]0490-[illegible] LUGAR:CERRO LARGO C.C.BBE 1[illegible]
DOMICILIO:TACUARI 151[illegible] R. CASTELLANO Y VARELA.

SILVA [illegible] (MADRE DEL POSTULANTE)
[illegible]
[illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

RAMOS OLIVERO RAMON (PADRE DEL POSTULANTE
F.NAC.[illegible] LUGAR:CERRO LARGO
C.I.[illegible]3 LUGAR:CERRO LARGO C.C.BBE 11[illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

RAMOS SILVA [illegible] (HERMANA DEL POSTULANTE
F.NAC.[illegible] LUGAR:CERRO LARGO
C.I.[illegible] LUGAR:CERRO LARGO
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

RAMOS SILVA WALDO RENE (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.22.04.77 LUGAR:CERRO LARGO
C.I.3.[illegible]515-9 LUGAR.CERRO LARGO

FUERZA AEREA

COMANDO GENRAL

SERVICIO DE INFORMACION

Sección:

Evaluación:

Hoja 5/6

Fecha: / /

DOCUMENTO:

De: | **Para:**

TEXTO: DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

21 MONTERO PEREZ URUGUAY (POSTULANTE)
F.NAC.15.04.67 LUGAR:DUZNO.
C.I.[illegible]05245-5 LUGAR:DZNO. [illegible].FBI 17563
DOMICILIO:RONDO Y FLORES N.[illegible]

PEREZ [illegible] (MADRE DEL POSTULANTE) x 2
F.NAC.[illegible] LUGAR:DZNO.
C.I.[illegible] [illegible].FBI [illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

PADRE DEL POSTULANTE (FALLECIDO)

MONTERO PEREZ LAURA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.[illegible] LUGAR:DZNO.
C.I.[illegible] [illegible].FBI [illegible]
[illegible]

MONTERO PEREZ [illegible] (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.[illegible] LUGAR:DZNO.
C.I.4.[illegible] LUGAR:DZNO. [illegible].FBI 19[illegible]
DOMICILIO:ARTIGAS N.112. DZNO.

MONTERO PEREZ CARMEN (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.24.02.70 LUGAR:DZNO.
C.I.[illegible]5496-3 LUGAR:DZNO. [illegible].FBI 18[illegible]
DOMICILIO:CHARRUA Y [illegible] DZNO.

MONTERO PEREZ DALBA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC. LUGAR:DZNO.
C.I.[illegible]459712-[illegible] LUGAR:DZNO. [illegible] 47[illegible]
DOMICILIO:VIV.PUERTO LOS BARRILES BLOQ 1 APTO.01

SABOREC GARRO GLADYS FERNAN-(ESPOSA DEL POSTULANTE
F.NAC.[illegible].12[illegible] LUGAR:DZNO.
C.I.[illegible]-1LUGAR:DZNO. [illegible].FBI 19[illegible]
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE.

MONTERO SABOREC ABEL (HIJO DEL POSTULANTE)
F.NAC.[illegible] LUGAR:DZNO.
DOMICILIO:IDEM POSTULANTE.

MONTERO SABOREC URUGUAY (HIJO DEL POSTULANTE
F.NAC.27.10.92 LUGAR.DZNO
DOMICILIO:IDEM POSTULANTE.

MONTERO SABOREC GLADYS(HIJA DEL POSTULANTE
F.NAC.17.02.88 LUGAR:DZNO.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

MONTERO SABOREC STEFANIE (HIJA DE POSTULANTE
F.NAC:22.12.[illegible] LUGAR:DZNO.
DOMICILIO:IDEM DEL POSTULANTE.

---

22 GEREZ PEREZ STEFAN WILLIAM (POSTULANTE)
F.NAC.10.04.76 LUGAR:MDEO.
C.I.[illegible].220595-[illegible] LUGAR:MDEO. [illegible] [illegible]5303
DOMICILIO:DIONISIO ORIBE[illegible] 454 MDEO.

PEREZ ISABEL (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.26.04.57 LUGAR:MDEO.
C.I.1.076266-4 LUGAR:MDEO.[illegible].ABA 21617
009 DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

GEREZ VAZQUEZ CONRADO WALTER (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.25.05.48 LUGAR:MDEO.
C.I.1.551913-7 LUGAR:MDEO [illegible].ABA 31633
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Sector Evaluacion:	Hoja Fecha: / /

DOCUMENTO:

De: | **Para:**

TEXTO:

GEREZ PEREZ ANDI RAIF (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.15.11.79 LUGAR:MDEO.
C.I.3.799539-1 LUGAR:MDEO. C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

GEREZ PEREZ LESLIE KAREN (HERMANA DEL POSTULANTE
F.NAC.26.12.[illegible] LUGAR:MDEO.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

GEREZ STEFAN MATIAS (HIJO DEL POSTULANTE
F.NAC.07.04.[illegible] LUGAR:MDEO.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

---

23 LESCANO ALONSO HECTOR EDISON (POSTULANTE
F.NAC.04.05.7[illegible] LUGAR:LAS PIEDRAS
C.I.3.985316-9 LUGAR:CANELONES C.C.HBA 2462[illegible]
DOMICILIO:BENITO NARDONE No.47[illegible] (RIVERA

ALONSO ELENA ISOLINA (MADRE DEL POSTULANTE
F.NAC.30.12.5[illegible] LUGAR:LAS PIEDRAS
C.I.4.363043-2 LUGAR:CANELONES C.C.HBA 343[illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

LESCANO CORREA EDISON (PADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.27.03.53 LUGAR:SANTANA LIBRAMENTO
C.I.60549907З LUGAR:BRASIL C.C.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

LESCANO ALONSO SILVIA ADRIANA (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.13.05.74 LUGAR:MDEO.
C.I.3.979167-2 LUGAR:MDEO.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

LESCANO ALONSO MARCIO ROBERTO (HERMANO DEL POSTULANTE)
F.NAC.21.12.78 LUGAR:MDEO.
C.I.4.394325-1 LUGAR:MDEO.

---

24 MARCELO RAMON (POSTULANTE)
F.NAC.25.05.74 LUGAR:ROCHA
C.I.3.791502-6 LUGAR:ROCHA C.C.HBA 24119
DOMICILIO:FOTINO CARAMBULE No.1782 (RIVERA

FERREIRA BLANCO MARY ROSA (MADRE DEL POSTULANTE)
F.NAC.15.12.38 LUGAR:ROCHA
C.I.1.482579-7 LUGAR:ROCHA C.C.HBA 17652
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

PRADOS FERREIRA MARIA DE LOS ANGELES (H. POSTULANTE)
F.NAC.10.1[illegible].64 LUGAR:MDEO.
C.I.[illegible] LUGAR:MDEO. C.C.HBA [illegible]
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.

PRADOS FERREIRA ANDRES PEDRO (HERMANO DEL POSTULANTE
F.NAC.26.03.77 LUGAR:MDEO.
C.I.4.442976-1 LUGAR:MDEO
DOMICILIO:FAUSTINO CARAMBULA No.1782 (MDEO.)

PRADOS FERREIRA MARIA JOSE (HERMANA DEL POSTULANTE)
F.NAC.27.05.7[illegible] LUGAR:MDEO.
C.I.4.442973-[illegible] LUGAR:MDEO.
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR.(MDEO

FERREIRA BLANCO SILVIA LETICIA (HERMANA DEL POSTULANTE
F.NAC.04.10.32 LUGAR:RIVERA
C.I.4.442971-1 LUGAR:RIVERA
DOMICILIO:IDEM ANTERIOR

 RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENRAL SERVICIO DE INFORMACION	Seccion: Evaluacion:	Hoja 6/6 Fecha: / /

DOCUMENTO: Cont. Sol. de Ant. Nº 036/94.

De: | Para:

TEXTO:

- [illegible] POSTULANTE [illegible]
- [illegible] ESPOSA DEL POSTULANTE [illegible] ANTERIOR
- [illegible] DEL POSTULANTE [illegible] ANTERIOR
- [illegible] DEL POSTULANTE [illegible] ANTERIOR
- [illegible] DEL POSTULANTE [illegible] ANTERIOR

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION

DE LA FUERZA AEREA.-

CORONEL (AV)

GUSTAVO E. BROZIA.-

011/011

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	22	06	94		HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 46/94					

I. FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 290694

II. INFORMACION CONOCIDA:	A. EVALUACION:
	B. TEXTO

Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28/6/94
Nr. 236

27 ... 994
Antecedentes
...406770

III. INFORMACION SOLICITADA:

IV. ACCION TOMADA:

V. DISTRIBUCION: D.G.I'D.

D.E.I.

FIRMA: El Jefe del Dpto. II (Inf.)EM.D N.S.FF.AA.

Coronel

Franklin Fernández.-

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD ... DEPARTAMENTO ...

Fecha 24.06.94
Pase a 5
9406770

1/005

9406770

---/---

Montevideo, 22 de junio de 1994.

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

1.- CARDOZO SARMIENTO, LUIS ALBERTO. Téc. Radiólogo.

Fecha y lugar de nacimiento: 9-5-1951 Río Negro.-

C.I.: 3.442.830.5.

C.C.: LAA 24.754.-

Domicilio actual: Maggiolo 591 Pque. Rodó.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Prudencio Cardozo Escobar.- (Mil. R)

C.I. 3.919.918.5 C.C. LAA 18.458.-

Nombre de la madre: Elida Sarmiento Baldivia.

C.I. 3.333.018-6 C.C. LAA 18.492.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

2.- JIMENEZ SANCHEZ, RODOLFO FERNANDO.- Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 18.12.1974 Montevideo.-

C.I.: 3.685.241.3

C.C.: BNB 50.119.-

Domicilio actual: Enrique Castro 3889.

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Rodolfo Jimenez Castells. Sub/O/Prefectura.

C.I. 1.680.582.8 C.C. BNB 51.712

Nombre de la madre:

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

3. LAKIEROVICH SPALTER, IANNA. Nutricionista

Fecha y lugar de nacimiento: 4.8.70 Montevideo.-

C.I.: 1.887.792/6

C.C.: AXB 28.098.-

Domicilio actual: Avda. Brasil 2811 Apto. 701.-

Domicilio anterior: Ellauri 1080 Apto. 301.-

Nombre del padre: Salomón Lakierovich Hofman.

C.I. 769.107/2. C.C. BAA 11.391 tras AXA 16.029.-

Nombre de la madre: Ester Spalter Auster.-

C.I. 956.211/5 C.C. AQB 4437 tras. AXA 16030.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

9600770

REC...

---/---

4.- LANZE ALVAREZ, BELKIS BEATRIZ.- Aux. Enf

Fecha y lugar de nacimiento: 10.8.1960. Durazno.-

C.I.: 3.319.032/9.-

C.C.: RAB 17355.-

Domicilio actual: Basilio Muñoz 870 .(Durazno)

Domicilio anterior: Artigas 217 (Durazno)

Nombre del padre: Amado Rigoletto Lanze.-

C.I. 546.209/3. C.C. BVA 1187 tras. RAB 9722

Nombre de la madre: María Oneria Alvarez Presentado.- (F)

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

5.- MACHADO ALVAREZ, MILTON RENE. Aux.de Enf.-

Fecha y lugar de nacimiento: 27-8-1968 Montevideo.-

C.I.: 1.778.297.6

C.C.: BTB 28.522.-

Domicilio actual: Austria 2514.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Mauricio Rene Machado Lacerda.- Policía.--

C.I.1.201.230.2. C.C. TBE 2168.-BTB 23.394.-

Nombre de la madre: Fany Alvarez Solano.-

C.I.1.629.631.6 C.C. BTB 18.467.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

6.- MARTINEZ HERRERA, ANDREA JANET. Adm.

Fecha y ligar de nacimiento: 15-3-1976 Montevideo.-

C.I.: 3.858.342.8.-

C.C.: BOB 36.515.-

Domicilio actual: Domingo Arena 4570.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Miguel Walter Martinez Benitez.-(Mil.R.)

C.I. 3.245.708.5 C.C. BDA 67.764.-

Nombre de la madre: María del Carmen Herrera Carrasco.-

C.I. 1.551.190..3. C.C. BOB 18.428.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

7.- MARTIRENA PAN, NELLY. Aux.de Serv.

Fecha y lugar de nacimiento: 18-10-1955 Montevideo.-
C.I.: 1.720.034.-4.
C.C.: BOB 21.545.-
Domicilio actual: Crisantemo y Avda. Italia.- (Shangrila)
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Luis Alberto Martirena Pan.- Mil. (R)
C.I. 870.126.6 C.C. BOB 23.327.-
Nombre de la madre: Esther Renee Pan Rodriguez.-
C.I. 820.656.7 C.C. CQA 6240.- BCB 34.519.-
Nombre del cónyuge: Yamandú Cabrera (Mil. E)
C.I. 1.481.522.7 C.C. BBA 36.694.-

8.- NUÑEZ MOREIRA MAYRA ROSSANNA.- Adm.-

Fecha y lugar de nacimiento: 7-9-1974 Rivera.-
C.I.: 2.594.286/1
C.C.: HAB 48384.-
Domicilio actual: Guardia Oriental 2974 Apto. 1.-
Domicilio anterior: Nieto Clavera 841 (Rivera)
Nombre del padre: Alvaro Nuñez Pereira.- (F)
C.I. C.C.
Nombre de la madre: María Nury Moreira Pimentel.-
C.I. 2.594.284/9 C.C. HAB 22213.-
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

9.- PAJARES PEDROZO, MARIA ELENA Aux. Serv.

Fecha y lugar de nacimiento: 29-3-71 Paso de los Toros.-
C.I.: 3.607.429/5.
C.C.: TAB 5738.- tras. BOA 18249.-
Domicilio actual: Aparicio Saravia 4869 Pas.302 - Barrio Misiones.-
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Nelson Raúl Pajares Guedes.- Mil. (R)
C.I. 1.334.004/3 C.C. TFD 13.473.-
Nombre de la madre: María Nelida Pedrozo Rodriguez.-
C.I. 1.363.241/4 C.C. TFD 16737.-
Nombre del cónyuge: Ruben Ariel Piri- García =
C.I. 3.111.115.1 C.C. TAB 5575

10 - PEREIRA PAEZ, SANDRA TERESITA.- Adm.
Fecha y ligar de nacimiento: 13.1.964.-Rivera.-
C.I.: 2.993.788.4
C.C.: HAB 37.577. BAB 38.044.
Domicilio actual: Cairoli 2072.-
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Hugo Nelson Pereira López.-
C.I 3.745.250.7 C.C. HFG 1890.-
Nombre de la madre: Santa Teresita Paez Curbelo.-
C.I 3.263.143.7 C.C. HAB 39.579.-
Nombre del cónyuge: Heber Ney Techera Viera.- Militar.-
C.I. 2.810.193.1. C.C. BXA 3383.-

11.- PINTOS PRESSA, ANDREA YAMILA. Aux. Serv.
Fecha y lugar de nacimiento: 26-11-1975 Montevideo.-
C.I.: 3.521.610.7
C.C.: BPA 21.038.-
Domicilio actual: Husares 3787.-
Domicilio anterior: Petain 1072 Apto. 3.
Nombre del padre: Carlos Adair Pintos Lopez.
C.I. 1.269.366.9 C.C. BZB 33.270.-
Nombre de la madre: Ana María Pressa Hernandez -
C.I. 1.256.195.5 C.C. BCA 53.926.
Nombre del cónyuge:
C.I. C.C.

12 - RODRIGUEZ REVELLO, GABRIELA.- Adm.-
Fecha y ligar de nacimiento: 26-9-69 Montevideo -
C.I.: 1.772.524/3.-
C.C.: BJB 19.647
Domicilio actual: Cno. Carrasco 4626 Apto.002.
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Ruben Rodriguez (F)
C.I. C.C.
Nombre de la madre: María Cristina Revello Loores.
C.I. 938.517.9 C.C. BUA 13.821 tras. BJB 11.939.-
Nombre del cónyuge: José Andres Lapachian D'elia
C.I. 1419985/1 C.C. AAB 7695.

005|005

9406770

FROM : FLASHES CULTURALES-TORRES MEGA PHONE NO. : 802191 Jun. 24 1994 06:28PM P01

1/1

FLASHES Culturales — NOTICIAS, DOCUMENTOS y OPINIONES REFERENTES A CUESTIONES EDUCATIVAS Y CULTURALES
COMUNICADO DE PRENSA
Teléfono 81 06 94 · Anzani 2008 C.P. 11 600
Fax: 0598 · 2 · 80 21 91
Casilla de Correo: No. 10.733
Montevideo - Uruguay

SE REUNEN CORRESPONSALES DE "FLASHES CULTURALES"

Durante este fin de semana están reunidos corresponsales de "FLASHES Culturales" que integran diversas comisiones para programar una serie de encuentros que tendrán lugar en Montevideo y en el interior durante el próximo periodo vacacional. Quedará así definido el calendario de reuniones que abarca toda la primera quincena de julio.

La Comisión de Prensa cotejará las últimas noticias divulgadas por los órganos de difusión. Esta tarea -basada en grabaciones de noticieros radiales y televisivos- también se incorporará a la nueva publicación destinada al estudio del rol de los medios de comunicación.

La Comisión de Investigaciones Educativas (CIEFLAC) sesionará especialmente para evaluar la situación en las diversas ramas de la enseñanza incluyendo la actuación de las respectivas Asambleas Técnico-Docentes.

A la reunión conjunta con miembros de la Asociación Uruguaya Pro Educación Privada (AUPEP) asistirán docentes, padres, funcionarios y ex alumnos de institutos privados de enseñanza. AUPEP se propone "defender los principios de libertad de enseñanza y de subsidiariedad y, en consecuencia, se opone a toda concepción ideológica que -como la marxista- propugne el monopolio estatal en materia de educación."

Una Comisión especial de Derechos Humanos analizará las recientes informaciones sobre violación de derechos dentro de Cuba y la situación de los refugiados en las diversas embajadas.

Los interesados en comunicarse con "FLASHES Culturales", que dirige el Prof. Alexander Torres Mega, pueden hacerlo por el teléfono 81 06 94 o por fax al 80 21 91.

014 P01 598+2+817118 DGID SEC GRAL 06-24-94 18:37

CALL BACK MESSAGE 06-24-94 18:38

PLEASE CALL BACK ....

PHONE NUMBER : 802191

DI... ...RMACION
DE D... ...SA
SECRETARIA
Fecha 24-6-94
Pase a SDC
Nº de Identificación 9406772

FECHA 30/6/94 INICIAL (GU)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
... Defensa
27 ... 1994
Pase ... Secretaría
Nº 9406772

1001

9406772

1/2

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.
(Uso interno de la D.G.I.D.)

E.E.I. Nro. 006/A/94......

FECHA: 27/JUN/94..........

REFERENCIA: Se realizará el día 27/JUN, un acto en el Paraninfo de la Universidad a la hora 19, conmemorando un nuevo aniversario del Golpe de Estado.

ORIGEN: DIVISION CAMPO SICOSOCIAL

DIFUSION: DPTO.III (OP.)

ANEXOS:

INFORMACION CONOCIDA:

1) Se leerá un documento, el cual recoge los principales puntos para la realización de un Encuentro Nacional por Soluciones.

2) El 1º/MAY/94 se produjeron disturbios en el estrado, al suspenderse el acto conmemorativo.

E.E.I.:

1) Grabación de la lectura referente al Encuentro Nacional por Soluciones.

2) Identificación de grupos o personas radicalizadas, que puedan concurrir y/o alterar el acto de referencia.

PLAZO:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
27 JUN 1994
DPTO. III
Nº 9406773

001/002

9406773

Acto del PIT a 21 años del golpe

El PIT-CNT, en el marco de la recordación del 21º aniversario del golpe de Estado, realizará hoy un acto en el Paraninfo de la Universidad, al tiempo que homenajeará a su presidente honorario José D'Elía.

En la Universidad se leerá un documento que recoge los principales puntos para la realización de un Encuentro Nacional por Soluciones y se reafirmará el compromiso de la organización con la defensa de la democracia, dijo a *El Observador* el dirigente bancario Eduardo Fernández.

En el correr de la jornada, en tanto, los diferentes gremios realizarán paros parciales para proceder a la lectura del documento.

El Observador
27/Jun/94

002/002 3496173

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPA...
Fecha de Entrada 28 JUN 1994
Pase a Archivo - Militar
Nº. de Orden 9406776

PERSONAL

R.146.-

Montevideo,24 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION [illegible]

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A:En el día de hoy efectuarán una jornada de propaganda.El día 28 y 29/VI/ efectuarán paros de 15' minutes por turno y por fabrica.-

INDUNOR:Prosiguen con el campamento y la olla sindical frente a la planta.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C:Prosiguen efectuando el corte de horas extras,con campamento frente a la línea "I"en General Flores y Serrato y en Joanicó y Comercio.En el día de hoy efectuaran paro a partir de la hora 07.59 para reunirse en asamblea a la hora 10:00' en el Palacio Sud America.-

SUATT:En reclamo del reintegro de dos radio operadoras continuan en pre-conflicto.En el horario de 08.00 a 20:0 0 no recepcionan los viajes de Radio Taxi.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FUN CORTE ELECTORAL:Prosiguen con los paros de una hora por turno.En el día de hoy a la hora 15.00' efectuarán una asamblea general.-

INAME SUINE:Continuan realizando paro atendiendo solo los servicios de Urgencias las cuidadoras del Iname que cumplen tareas en los Hospitales.-

FED.de FUN.SALUD PUBLICA:Los días 23 y 24/VI/ efectuarán el congreso nacional,en el que elaboraran un documento sobre la situación del sector.-

AMENAZA DE [illegible]

1)-23/VI/94;hora 17:30' Canelones 1692,allí se recepcionó una llamada anonima de parte de una voz del sexo masculino que expresaba:"Que no era una broma,que en una hora explotaría una bomba,que desalojaran el edificio y que es por el "Movimiento de Liberación Nacionalista".Al lugar concurrió personal de la Secc.5ta.de la DNB.y de esta Diracción Nacional los que efectuaron la inspección con resultados negativos.-

Canelones 1692 - Edificio

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 27/06/94
Pase a SDI
Nº de Identificación 9406776

9406776

PERSONAL

P.148.-

Montevideo,27 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT:Realizarán hoy paros paciales de una hora de mañana y una hora de tarde con la lectura de proclamas. A la hora 19.00' efectuarán un acto en el Paraninfo de la Universidad.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C:En el día de hoy se reune la Mesa Directiva para determinar los detalles de las movilizaciones que realizarán. Las movilizaciones son:Paros sorpresivos,paros escalonados,paros con asamblea en lugares de trabajo,concentracciones en el MTSS y el MEF y frente a las oficinas de CUTCSA.-

S.U.A.T.T:Efectuarán hoy paro a la hora 13.00' con la realización de una asamblea a la hora 15.00',en reclamo del reintegro de dos operarias de Radio Taxi despedidas.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A:El 28 y 29/VI/ efectuarán cuatro paros de 15 minutos por turno y por fabrica.-

INDUSTRIA QUIMICA

COLAGEL:Desde el 6/VI/ se encuentra ocupada en reclamo de fuentes de trabajo.-

2)- INFORMACION ESTATAL

ADEOM:El 28/VI/en el Palacio Peñarol,efectuarán una asamblea General,para tratar el tema referente al ajuste salarial.-

A.F.C.E:Continuan con la realización de paros de una hora por turno.-

INAME SUINM:En reclamo de mejoras salariales y estabilidad laboral,prosiguen realizando paro atendiendo solo urgencias las cuidadoras que trabajn en Hospitales.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28 JUN. 1994
Pasa a Archivo
Nº. de Orden 9406777

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 27.06.94
Pasa a SIDI
Nº de Identificación 9406777

001/001

9406777

Campo Sicosocial
Sector Gremial

Los trabajadores de la Corte están firmes por la huelga

Los funcionarios de la Corte Electoral continúan con el firme propósito de comenzar una huelga general el próximo 27 de junio en caso de no poder negociar lo reclamado por el gremio.

En la jornada de ayer se realizó una movilización frente al Palacio Legislativo en momentos que dirigentes gremiales se disponían a dialogar con distintos legisladores de todas las corrientes políticas para poner en conocimiento de éstos los reclamos por mejoras salariales.

La representante de la Asociación de Funcionarios de la Corte Electoral Raquel Vázquez agregó que se viene trabajando entre doce y catorce horas diarias con motivo de la confrontación de firmas por el tema enseñanza y también con vistas al plebiscito del próximo 28 de agosto.

Vázquez recordó que se realizó un plebiscito a nivel nacional entre los funcionarios y el ochenta por ciento de los trabajadores votaron por soluciones de índole económico, y si esto no es posible se decidió concurrir a la huelga en todo el país.

Este diario
16/jun/94

AY (ST)
OSCAR BALADAN

FECHA 8 / 7 / 94 INICIAL

Procesado a Sistema

OBSERVACIONES

9406781

001/001

CAMPO SICOSOCIAL
MEDIO AMBIENTE

Jóvenes creadores por la conciencia ambiental

Con la presencia -entre otros- del ministro de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, arquitecto Manuel Romay, fueron entregados los premios del concurso "Spot publicitario sobre Medio Ambiente", organizado por esa secretaría de Estado.

El jurado estuvo integrado por el arquitecto Jorge Barcalá (Dirección Nacional de Medio Ambiente - DINAMA), Carlos Bentancourt (agencia Tango), José González (McCann Erickson), Juan Carlos Rodríguez (Ginkgo Saatchi & Saatchi) y Carolina Díaz (Transinter).

Todos sus integrantes coincidieron en destacar el alto nivel de los veintisiete trabajos presentados, por lo que recomendaron a la DINAMA organizar con ellos un archivo de imágenes.

Los primeros lugares fueron para Pablo Lauría (El sonido) y el equipo integrado por Alejandro Muntz, Gabriela Guillermo, Jeanette Saukteliskis y Marcelo Lluveras (Boomerang) que se adjudicaron un pasaje a Nueva York con todos los gastos pagos y un equipo de computación, respectivamente. También se entregaron menciones especiales a Javier Huerta (Device y Quasar) y al grupo conformado por Sergio Blasina, este periodista, Diego Spilak y Gabriel Arrieta (Sobre la Tierra), consistentes en pasajes a Buenos Aires.

Los premiados sostuvieron que nuestro medio no les ofrece a los jóvenes creadores muchas posibilidades de participar en concursos, lo que les obliga a trabajar al máximo a pesar de sus limitaciones, y a no desaprovechar oportunidades como ésta.

ESTEDIARIO
14/JUN/94

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

...IONAL
27 ... 1994
Biografico
Nº ... 9406782

9406782

CAMPO SICOSOCIAL

COOPERATIVAS

SON 65 AÑOS

Cooperativa Magisterial en continuo crecimiento

Maldonado, por Néstor Ortiz. El presidente de la institución Miguel Angel Amespil interiorizó a Estediario de las razones que determinan el accionar dinámico de la dirigencia, consustanciada con un objetivo integracionista: "La Cooperativa Magisterial está saliendo al interior con el propósito de que sus afiliados no tengan que trasladarse a Montevideo. Hemos firmado varios convenios en los últimos tiempos y periódicamente estamos recorriendo los distintos departamentos con el objetivo de una integración que nos parece fundamental. El Uruguay debe funcionar en base al cooperativismo, aunque cabe puntualizar que no está todavía suficientemente desarrollado. Pensamos que al niño se le debe inculcar desde la edad escolar y asimismo sus padres en el hogar deben fomentarlo".

El presidente de la Federación Uruguaya de Cooperativas de Consumo y secretario de la Cooperativa Magisterial, Daniel Fernández, profundizó en esta temática diciendo: "A nivel de Primaria está establecido un plan de trabajo que contiene un escalonamiento hasta la conformación de la cooperativa. Nosotros no hablamos de déficit educativo en esta área porque cada maestro todos los días está haciendo un acto cooperativo en la escuela. Claro que siempre en la parte práctica se debe fomentar el sistema para que el niño al concluir el ciclo de aprendizaje primario tenga una conciencia cooperativa, máxime cuando la articulación económica del siglo XXI no se sabe cuál va a ser. Uruguay es uno de los países que tiene más personas adheridas al sistema cooperativo. De cada cinco uruguayos tres están afiliados. La Federación de Consumo, que abarca 18 cooperativas, tiene en su seno 250.000 afiliados. En un país de tres millones de personas se hace un cálculo muy rápido. Cada afiliado con tres o cuatro personas en su núcleo familiar está mostrando que un tercio de la población uruguaya está vinculada a las cooperativas de consumo. Nosotros pedimos a las autoridades gubernamentales que tengan en sus plataformas de gobierno elementos que amparen al sistema cooperativo de lo que es el feroz ataque del mercado de consumo. Debe haber alguna protección porque mientras las ganancias de la empresa privada comprenden a unos pocos, el producto y ganancia de las cooperativas se reparte entre todos".

El detalle de beneficios que el afiliado recibe al pagar una cuota de 20 pesos fue también realizado por Miguel Angel Amespil quien discriminó los mismos en adquisición de artículos de consumo, indumentaria y servicios sociales. En momentos que el país está atravesando una situación socio económica un poco difícil nosotros disponemos de servicios tales como el préstamo de libros a los hijos de los socios en lo que invertimos una cifra superior a cien mil dólares este año. También contamos con servicios odontológico y médico, notarial y fúnebre. Acabamos de firmar un convenio con CETI por el cual los afiliados del interior con el sólo pago de la cuota mensual acceden al servicio fúnebre y quedan en condiciones de igualdad que nuestros socios de Montevideo. La Cooperativa Magisterial dispone asimismo de un servicio cultural porque considera que un país sin educación no se proyecta hacia adelante. Exhortamos a los afiliados de Maldonado para que concurran a COCOCOMA, no solamente para adquirir productos, sino también para plantearnos en ese acercamiento sus ideas e inquietudes. Para nosotros juega, sinceramente, un rol muy especial sentir la presencia del socio

ESTE DIARIO

20/JUN/94

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

001/001

9406783

Renunció alto dirigente comunista de Maldonado

Maldonado. El integrante de la Comisión Nacional de Control y hasta hace un mes representante del Partido Comunista en la Mesa Política Departamental del Frente Amplio, Amado Viera, renunció a su partido, con una misiva, en el día de ayer.

Viera, ex edil de la lista 1001 y veterano dirigente del movimiento sindical de Maldonado, había mantenido una serie de diferencias en los últimos tiempos con la política de los comunistas que motivaron esta decisión.

La carta de renuncia, a la que Estediario tuvo acceso, expresa textualmente que "desde hace 45 años he militado en el Partido Comunista del Uruguay, siendo un afiliado fervoroso en todo este tiempo.

Pero después de haber comprometido toda mi vida, hoy me veo obligado con gran dolor a renunciar a mi calidad de afiliado, por discrepancias ideológicas y metodológicas.

Al hacer pública esta renuncia lo hago reafirmando mi condición de militante frenteamplista y sindical".

ESTE DIARIO 9/6/94

BIOGRÁFICO (CAMPO MILITAR)

001/001

9406784

Dr. Anza: "Ha existido toda una burla, errores y omisiones en el Ministerio del Interior"

El caso de "Peteco" Pereyra Molina será expuesto el 30 de junio en el Parlamento

* La Suprema Corte realiza indagatoria en torno a la muerte del joven discapacitado

Rochs, por Grazziella Fernández. A solicitud de Marina Pereyra, quien realizara la denuncia penal el pasado 19 de marzo contra los funcionarios policiales Wilson Núñez Cal y Pedro de León, por el caso Pereyra Molina, el mismo se llevará al Parlamento el próximo 30 de junio, según lo señaló en forma exclusiva a Estediario el abogado actuante doctor Mario Anza.

"Peteco", como se lo conocía popularmente, padecía de notorias discapacidades intelectuales. Fue detenido meses atrás y, según sus familiares, inducido a suicidio por los policías ahora cuestionados.

Los agentes entablaron juicio a Estediario por difundir información acerca del caso. Finalmente, el magistrado absolvió al medio y los funcionarios pasaron a juez.

La instancia ante la Cámara de Representantes se espera sirva, además de poner a disposición de los representantes los antecedentes del caso Pereyra Molina, para ajustar normas que reglamenten las situaciones de personas con ciertas incapacidades notorias.

"Por lo menos que tomen iniciativas para ver cómo previendo la situación, sea una forma efectiva de evitar que no siga ocurriendo con otras personas", consideró Anza.

Asimismo, informó que la Suprema Corte está efectuando en estos momentos una indagatoria "en todo este mundo que rodeó la circunstancia de la muerte de 'Peteco' y que se ha desbordado, ya que la indagatoria apunta a muchos aspectos que tiene que ver con el funcionamiento del Juzgado Letrado de Rocha".

PERDER EL TIEMPO

El abogado anunció además que igualmente se planean acercar los antecedentes del caso al nuevo ministro del Interior, doctor Angel Gianola.

"Le hemos trasmitido a la jueza nuestra preocupación, porque ha pasado el tiempo y de alguna forma entendemos que se podrían haber hecho cosas en el avance, en la indagatoria", consideró Anza.

"Entendemos que se ha ido perdiendo el tiempo.

Lo peor que hay, es ese sentir que tiene mucha gente de la población, y es que desgraciadamente no cree en la justicia".

Según Anza "mucha gente dice que este asunto concretamente es un caso quemante, que nadie le va a apretar los dientes y nadie va a tratar de llegar al fondo de la cosa. Nosotros seguimos creyendo en la capacidad, en la honestidad y la dignidad de los jueces.

Pero lo que pasa es que a veces uno ve que ocurre un hecho y a las 48 horas se está diligenciando.

Ayer a última hora se confirmaba en Rocha que tomaba el caso el doctor Julio Olivera Negrín, dada la declinación de competencia de la doctora Di Perla.

ESTE DIARIO 8/6/94

Biográfico 85

001/001

9406785

1/1

"POR UN PN QUE DEFIENDA PRINCIPIOS DE MEJOR MANERA"

El arquitecto Manuel Quinteiro acompañará a Nin Novoa

Maldonado, por Néstor Ortiz. El arquitecto Manuel Quinteiro, quien en las pasadas elecciones encabezara desde la candidatura a la Intendencia el acuerdo blanco departamental y perdiera las elecciones por menos de mil votos con Domingo Burgueño, confirmó a Estediario que acompaña al grupo de Nin Novoa y su grupo, "quienes defienden principios que no han sido debidamente atendidos en este ejercicio" y mencionó que caracterizados dirigentes como Gastón Pereira, Raúl Castro y Rubén González están en su misma línea.

Dirigentes políticos en las últimas horas habían realizado declaraciones acerca de la visita del intendente de Cerro Largo, Rodolfo Nin Novoa, mañana jueves a la ciudad de Maldonado, declaraciones en las cuales anunciaban la adhesión de una importante figura al sector de Nin Novoa y Gastón Pereira.

La presencia del político arachán recorriendo las principales ciudades del departamento de Maldonado, entusiasma a Quinteiro, quien se mostró satisfecho de "inaugurar un sistema de política mano a mano con el votante". Manifestó que dedicarán la mañana a la ciudad de San Carlos y la tarde a Maldonado en la práctica de ese estilo que se estima altamente enriquecedor para quien aspira desempeñar funciones de gobierno.

Al consultársele sobre si ha participado en las conversaciones que procuran la conformación de una macrocoalición a nivel departamental, dijo que en realidad "se conversa permanentemente buscando una solución política que a uno le guste. Ahora con el sistema que se va a plebiscitar, se tendrá mucho mayor libertad y pienso que alguna posibilidad interesante habrá de surgir".

Biográfica
9406786

Estediario 15/6/94

CAMPO SICOSOCIAL.
MEDIOS DE COMUNICACION

MAY (BT) OSCAR SALADAN
28
Biográfico

PERFIL EMPRESARIAL

Milton Brandón Zas

Gerente de Ventas de Distribuidora Del Sur; 40 años, divorciado; 3 hijos (Guzmán, 12; Andrés, 8 y Martina, 2).



1 **¿Cuándo comenzó su actividad Distribuidora del Sur?**
Hace 3 años, al hacerse cargo de la distribución exclusiva de la Editorial Labor y de las publicaciones del Instituto del Tercer Mundo, con la Guía como producto estrella. Se van luego anexando las más importantes editoriales nacionales, como Trilce, Graffiti, Arca, Relieve, entre otras, tanto para la distribución de libros como de revistas periódicas. En este último rubro, están las dedicadas al medio ambiente, tales como Tierra amiga y Revista del Sur.

2 **¿Cómo ve el momento actual de la industria editorial uruguaya?**
Atraviesa por un momento muy bueno. Podemos compararlo -aunque generalmente es preferible no hacer comparaciones- con lo que sucedió allá por 1968, momento en el que aparecen Arca, Alfa, Banda Oriental. El momento es muy parecido. El público está como descubriendo al autor uruguayo. Es importante, por ejemplo, que una editorial nueva como es Fin de Siglo haya publicado autores nuevos con gran éxito. Trilce también ha tenido ediciones de muy buena venta. Este auge es tanto en ensayo como en novela. Además, el esfuerzo de Arca con los autores nuevos y jóvenes es de destacar. Graffiti, en poco tiempo, con dos autores (Daniel Chavarría y Fernando Butazzoni) y tres libros, superó los 7.000 ejemplares.

3 **¿Hay algún rubro en especial al que el público acuda?**
Es relativo. Los distintos segmentos tienen su público. Ensayo y novela están en estos momentos disputando los primeros lugares de venta. El ensayo, por ejemplo, antes no tenía mucha difusión; ahora sí. Hay editoriales incluso que se especializan en esos trabajos. A nivel nacional, el ensayo -tomemos la colección Desafío, de Trilce- es lo que más se vende. Ficción y no ficción se mantienen en una cantidad igual de venta. Pasó un poco el «boom» del esoterismo.

4 **¿A nivel nacional o también en el plano internacional?**
En general, bajó. Tiene su público y posiblemente aparezca algo que se venda muy bien.

5 **Un libro que está leyendo.**
Perfume de mujer, de Teresa Porzecanski.

6 **Un libro para volver a leer.**
El abuelo más loco, de Roy Berocay.

7 **Un vino.**
Cabernet Sauvignon, de Santa Rosa.

8 **Un cognac.**
Napoleón.

9 **Tres personajes en la historia de la Humanidad.**
Artigas, Bolívar y San Martín.

10 **El avance tecnológico o científico más importante de este siglo.**
El fax.

11 **Un pintor.**
Picasso.

12 **Un cuadro.**
Guernica.

13 **Un defecto de los uruguayos.**
Criticar mucho y hacer poco.

14 **Una virtud de los uruguayos.**
Ser compañeros.

15 **¿Cuál es el país que siempre le gusta volver a visitar?**
Brasil.

16 **¿Cuál es el que quiere visitar?**
Tailandia.

17 **Un deporte para practicar.**
Karate.

18 **Un deporte como espectador.**
Karate.

19 **Un [illegible]**
Loor.

20 **¿Es posible la paz en el mundo?**
Sí.

21 **Una autocrítica.**
Hablar mucho y [illegible]

22 **Un programa de televisión.**
Fin de siglo.

23 **Características que [illegible] tener una empresa para ser eficaz.**
Agil y eficiente.

24 **¿Qué debe tener un empresario para lograr que su gestión sea eficaz?**
Tiempo, dedicación y suerte.

25 **Un recuerdo de su infancia.**
El barrio (Belvedere) y los amigos.

26 **Un recuerdo de su juventud.**
Mis primeras experiencias con los libros.

27 **El momento más importante en la vida de un hombre.**
El primer hijo.

28 **Un cantor.**
Joan Manuel Serrat.

29 **Un actor.**
Al Pacino.

30 **Una actriz.**
Meryl Streep.

31 **Un director de cine.**
Steven Spielberg.

32 **El fútbol.**
Un gran negocio.

33 **Un jugador.**
Diego Armando Maradona.

34 **El equipo que más le impactó.**
Colombia (actual).

35 **¿Cuál es el lugar de su casa que más le gusta?**
La estufa a leña.

36 **¿Cuáles son las virtudes a las que los uruguayos no le damos la debida importancia?**
El poder expresarnos.

37 **¿Cuáles son los defectos que los uruguayos dejamos pasar por alto?**
Las cosas que nos imponen.

38 **¿Cuál ha sido su trayectoria profesional en el mundo de los libros?**
Comencé a los 14 años, trabajando como cadete en una editorial argentina (Ecro), en la que vendía libros; después, pasé al Palacio de la Música, en ventas al por mayor de libros musicales. Me hice posteriormente cargo de la librería del Palacio de la Música y luego fui gerente de la editorial Alfa. Más tarde fui supervisor de Selecciones Reader's Digest y gerente de ventas de Editorial Planeta, primero, y luego de Dantel S.A. Tuve después una empresa propia (Prólogo Distribuidora) y por último, mi etapa con Distribuidora Del Sur.

39 **¿Qué planes a corto y medio plazo tiene la distribuidora?**
Seguir, en primer término, con la distribución fuerte del libro nacional. Además, estamos preparando una serie de textos de apoyo para la educación, tanto en idioma español como en cuanto a apoyo a los hábitos de lectura. Para dentro de un año aproximadamente, vamos a tener la nueva edición de la Guía del Mundo 1996, que es algo más que un atlas, porque tiene de todos los países información económica, social, geográfica, etc. Es un verdadero diccionario del mundo, que se actualiza cada dos años. La editamos y a su vez la distribuimos nosotros.

40 **¿Cuál es el panorama de trabajo en las Ferias, a nivel nacional?**
Tenemos el Festival Nacional, que ha sido una idea muy buena y que debió crearse mucho años. Se necesita más apoyo, más si tenemos en cuenta esta etapa de libros uruguayos. Después, en el mismo lugar que se desarrolla el Festival (la Intendencia), para setiembre vamos a tener la Feria Internacional del Libro, que va a ser más grande y con mayor cantidad de actividades paralelas, con participación además de las embajadas. Todo lo que es la industria editora nacional va a brindar su aporte, así como también distribuidores extranjeros, asociaciones culturales y embajadas. Para diciembre, tenemos la Feria Nacional de Libros y Grabados, que el sector libros siempre ha apoyado, con lanzamientos que importan, y que es un clásico del calendario, a pocos días de las fiestas.

41 **¿Y en el plano internacional, qué participación tiene la industria editora uruguaya?**
La más importante de todas es la de Argentina, en la que se participa tanto por parte del gobierno -a través del MEC- como del sector privado. Es una de las más grandes en el área latinoamericana. Asisten más de 20 editores nacionales y ha tenido buenos resultados para Uruguay.

42 **¿Qué perspectivas abre el Mercosur para el sector de ustedes?**
Para Uruguay el tema de los libros se plantea difícil por razones de costo. Vamos a estar complicados. Sin embargo, es el país que mantiene mejor nivel de ediciones y calidad de autores. Además, se está dando el caso de editoriales españolas que están abriendo sus casas en Uruguay, como por ejemplo Santillana, también está Larousse. Uruguay les brinda ciertos beneficios para su distribución en la Cuenca del Plata. Puede ser una puerta grande del Mercosur. Dentro del mercado, se hace difícil por razones de costo. Paraguay sería el mejor de los países dentro de la región, pero es un mercado pequeño. En los otros países, se reconoce al libro uruguayo, está muy bien conceptuado, pero los precios resultan una dificultad.

001/001
9406787

1/1

Oceanía

«MUSICALISIMO» ESPECIAL



[illegible] Sala de Audiencia del Comando en Jefe del Ejército, el Comandante en Jefe Tte. General Daniel E. [illegible] nos recibió días antes de nuestra partida a los EE.UU., a efectos de entregamos un [illegible] (boina de combate de la UN y una plaqueta) como reconocimiento a Musicalísimo por el programa especial dedicado a la misión de paz en Mozambique. En la foto, acompaña al Comandante en Jefe el asesor de RR.PP. José Luis Pa[illegible]no.

→ ABEL DUARTE.

POCO LEGIBLE

MINISTERIO DE [illegible]
Dirección [illegible]
Fecha [illegible] 28 JUN 1994
Pasado Biográfico
Nº. de Ficha 9406788

Ultima Noticias.

25/JUN/94.

9406788

CAMPO SICOSOCIAL
SECTOR GREMIAL

1/3

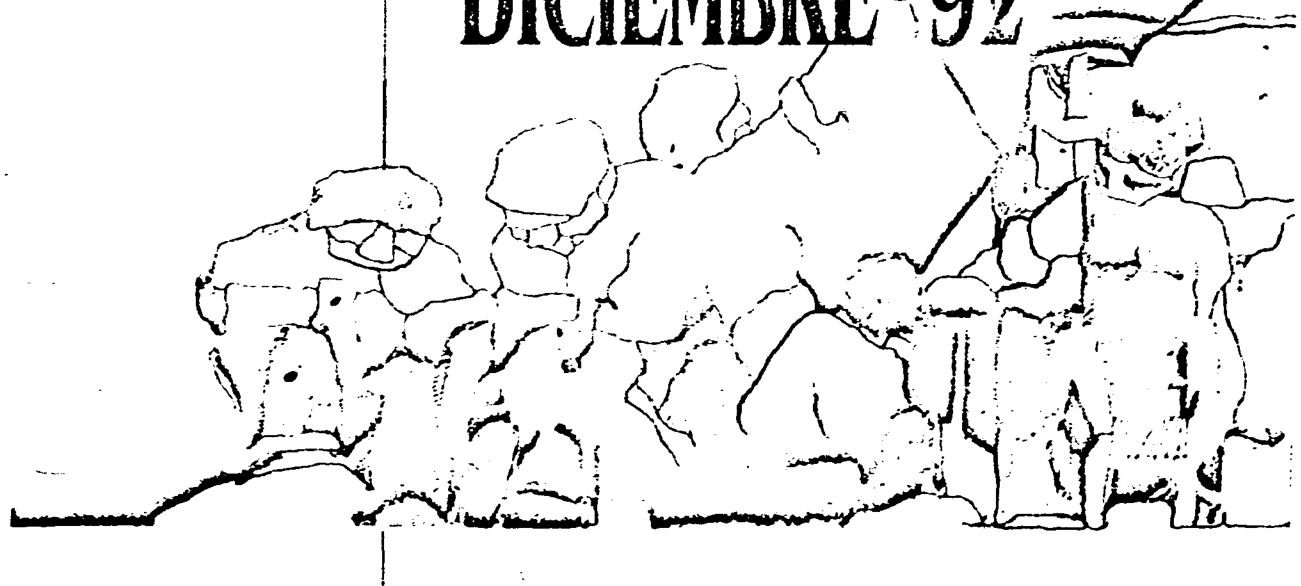
AVANZADA del pueblo

REVISTA
SINDICAL,
POLITICA
ECONOMICA
Y CULTURAL
Nº 124
Mayo de 1994
$ 7,00

LA PROCLAMA DEL 1º DE MAYO

APORTE DEL EQUIPO DE TRABAJADORES EN EL BPS, SOBRE EL TEMA DESEMPLEO

EL GOBIERNO SIGUE PRIVATIZANDO A PESAR DE DICIEMBRE '92



MINISTERIO DE ...
Dirección ...
28 ...
Fecha ...
Biográfico
Nº ... 9406789

MAY (ST)
OSCAR BALADAN

01/003

CON FERNANDO BRUM, DIRIGENTE DE LOS PAPELEROS

Fernando Brum, joven dirigente del sector papelero, actual secretario de Organización de la Federación de Obreros Papeleros y Cartoneros de Uruguay y Secretario General de Pamer Montevideo nos dice: "Las producciones del sector aumentan 35% y los salarios de los trabajadores son rebajados en un 10% por año".

"La producción ha aumentado un 35% en 5 años, en tanto los salarios decrecen un 10% anual"

Su responsabilidad como dirigente de un sindicato de fábrica se inicia en un proceso de integración o en forma directa desde el comienzo de sus actividades?

—La responsabilidad que hoy los compañeros del Sindicato de Obreros y Empleados de Pamer (SOEP) en Montevideo me han asignado forma parte de un proceso dentro de la relación laboral que tengo en la empresa. En 1984 asumo la responsabilidad de ser Delegado de Sección dentro del Sindicato representando a mis compañeros, luego del 85 al 88 soy electo como Secretario de Organización de SOEP y en la actualidad desde el año 1990 a la fecha soy el secretario General del Sindicato de PAMER Montevideo.

—¿Su experiencia en el sector estudiantil ayudó en este proceso?

—Por supuesto que las luchas estudiantiles dejan sus enseñanzas y particularmente cuando parte de esas luchas son en el período de la dictadura militar, pese a mis 35 años de edad.

—¿La responsabilidad en la Federación Papelera refleja parte de este proceso?

—Como Secretario de Organización de PAMER, fui delegado a la Federación desde el año 1985 hasta 1991, y a partir de esa fecha hasta la actualidad como Secretario de Organización de la FEDERACION. Por tanto creo que el proceso se ve reflejado de la misma forma que en la interna de la empresa.

—¿Que hecho histórico cree usted lo relaciona con ASU como corriente gremial?



Fernando Brum, dirigente de los Papeleros, entrevistado por nuestra revista.

—Estoy convencido que el 1° de Mayo de 1983 marcó muy profundamente mi vinculación con ASU como forma de pensamiento unitaria dentro del Sindicalismo. Creo además no equivocarme en decir que como yo otros compañeros también comparten este sentimiento generalizado.

—¿Dentro de la Organización ASU tiene responsabilidades de dirección?

—También dentro de ASU el proceso de conciencia y de asumir responsabilidades se refleja como en mi Organización de base. Pese a estar desde 1984 afiliado a la Organización recién en el año 1988 integro la lista de suplentes estando en la actualidad luego del X Congreso del año 1992 con un cargo en la titularidad del Secretariado Ejecutivo de ASU.

—¿Cuando hablamos del sector papelero a qué nos referimos?

—La Federación Papelera integra en su seno todas las concernientes a la fabricación de papel y cartón del país, tomando como las más importantes de plaza, CICSSA, FNP, PAMER, IPUSA.

—¿Cuál es la estabilidad laboral del sector en la actualidad?

—Creo que no podemos hablar de que este sea un sector de la Industria que se caracterizó por su estabilidad. Desde 1987 a la fecha se perdieron más de 1.000 puestos de trabajo, agravado en la actualidad por el proceso de integración regional. Además la implantación del proceso de flexibilización del trabajo está impidiendo que las relaciones laborales entre Sindicato y la patronal se distancien cada vez más. En el caso específico de PAMER el concepto de trabajo por zafra incorpora mano de obra por períodos cortos a modo de solu-

9406789

ción empresarial, impidiendo al trabajador considerarlo como un trabajo medianamente estable.

—¿El impacto del MERCOSUR afecta las producciones y los salarios de los Trabajadores?

—Sin ninguna duda. Los salarios de los trabajadores se ven afectados en primer lugar, ya que la producción está basada en las exportaciones en un 70%. Por tanto el índice del dólar como mecanismo fluctuante de la economía repercute en los salarios. De acuerdo a los estudios realizados por la Federación estamos convencidos que se está perdiendo 2.5% por trimestre como mínimo.

—¿En particular, la producción aumenta pese al MERCOSUR?

—Las producciones de papel procesado y entregado al cliente ha aumentado en los últimos cinco años en un 35% a un 40% promedio de toneladas anuales. El aumento de producción en toneladas no guarda relación con el crecimiento lógico que podemos pretender los trabajadores de nuestros salarios.

—¿Cómo define la situación de PAMER como empresa dentro del proceso de integración regional?

—Es difícil definir que como empresa, PAMER tenga una política empresarial; creemos que está expectante de las prebendas que el gobierno de turno de al sector. Gran parte de la producción está dirigida a la exportación, compitiendo además con empresas dentro del sector que tienen inversiones extranjeras, a modo de ejemplo: CICSSA con capitales brasileros; FNP, con capitales canadienses y argentinos; IPUSA, con capitales chilenos. La conclusión más lógica pone a PAMER como la más débil del sector en términos operativos dentro del mercado.

—¿La empresa invierte en maquinaria de punta?

—La inversión en maquinaria de punta que permita competir en este proceso de integración hasta el momento no se ha dado. Además todas las modificaciones que se realizan a modo de reestructura pasan solamente por reducción del personal obrero.

—¿Cuáles son las perspectivas del sector papelero?

—Somos optimistas en cuanto a que es un sector que puede sostenerse pese a las modificaciones del mercado, pero en cuanto a los trabajadores como fuente de trabajo estamos convencidos que vamos a sufrir muchas bajas en la mano de obra. Pese a ello sostenemos que es necesario profundizar en forma bipartita con las empresas y los trabajadores para lograr a través de un convenio colectivo mayor estabilidad laboral, mejora sustancial de los salarios y una regulación de las relaciones laborales acorde con la defensa de las fuentes de trabajo.

A modo de reflexión, no podemos seguir con la amenaza de cierre de las fábricas y la angustia de no saber cómo vamos a mantener nuestras familias. ●

Ricardo Carvalho

El Frente Amplio impulsará en la Cámara de Diputados el proyecto de ley presentado hace ya más de un año por el cual se busca realizar una reforma en la gestión del estado. El diputado socialista Guillermo Chifflet dijo a "Avanzada del Pueblo", que este proyecto forma parte del compromiso adquirido con la ciudadanía durante el plebiscito sobre la ley de empresas públicas realizada en noviembre de 1992.

El Frente Amplio impulsará en el Parlamento proyecto de Reforma del Estado

El proyecto presentado incluye entre otras iniciativas, los criterios que deben regir para la elección de los directores de Entes Autónomos y Servicios Descentralizados.

Chifflet: "Más técnicos y menos políticos"

El diputado Chifflet dijo que "un gran primer paso sería ponernos todos de acuerdo en que a los entes autónomos hay que llevar personas con conocimiento técnico y especialización en el tema. También podríamos ponernos de acuerdo en otros puntos, pero este sería vital. Dentro del proyecto se prevé la incorporación de los trabajadores en los directorios, apostando siempre a la tecnificación y a la capacitación".

Más adelante aseveró que "este proyecto está semiolvidado y es necesario sacarlo adelante porque forma parte del compromiso con la gente en el plebiscito de 1992. Es hora de que el resto de las fuerzas parlamentarias se pronuncien públicamente sobre la reforma del Estado y en lo que me es particular no pienso dejar dormir ese proyecto. Este tema se discutió antes del plebiscito y conocido el resultado de este último la ciudadanía se demostró contraria a las privatizaciones, pero el Estado concebido como hoy está no resulta viable".

No todos los partidos piensan igual

"Finalizada la etapa del referéndum -informó Chifflet- en el que sucede lo que estaba previsto, es decir que no todos los partidos pensábamos igual en cuanto al tema. Por tal motivo el Frente Amplio presenta simultáneamente en diputados y senadores un extenso proyecto de 51 artículos.

Creemos que de esta forma, podemos lograr una profunda reforma del aparato estatal. Esto lo vamos a lograr lógicamente si existe la voluntad política para poder hacerlo, si no tendríamos que pensar que el apoyo al referéndum fue solo una estrategia política circunstancial". ●

Santiago Tricánico

003/003

0067 9

COPIA N°. 1 1/6

Montevideo, 27 de junio de 1994.

M E M O R A N D U M Nro. 067/A/94

DE: Dpto. I (Analistas).

PARA: Sub Director Interior.

ASUNTO: Compras de tierras en la frontera.

REFERENCIAS: T.I. Nro. 098/94 (Dpto.II).
Artículos de Prensa (Se adjuntan).

TEXTO:

De acuerdo a lo solicitado se adjunta artículo que saliera publicado en el diario "La República" el 14/JUN con manifestaciones del analista agropecuario del Departamento de Cerro Largo Walter SERRANO ABELLA en las cuales alerta sobre la intensificación de las ventas de tierras en la frontera a ciudadanos brasileños durante los últimos meses, a consecuencia del favoritismo que tiene el candidato presidencial Luis I. LULA para ganar las elecciones en Brasil por el PT y el temor de que implante una reforma agraria.
La confirmación de esta información no se posee, pero se considera como posible, atendiendo los antecedentes históricos en esa zona, los precios y calidad de nuestras tierras, la difícil situación de endeudamiento que viven muchos propietarios rurales y la situación política-económica del país norteño que se enfrenta a un proceso de ajuste en su economía mientras se encamina a un período electoral que tiene al candidato izquierdista con un amplio favoritismo.
Cabe destacar, que desde la década del 70 el Movimiento Nacional de Rocha a través de su líder Carlos J. PEREIRA ha impulsado distintos proyectos "contra la extranjerización de la tierra" que no han obtenido aprobación parlamentaria hasta el momento.

El Jefe del Dpto. I (Analistas)
Cnel. Diego W. Sader.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 28 JUN. 1994
Pase a Sub. Dtor. Int. - Archivo
Nº. de Orden 9406790

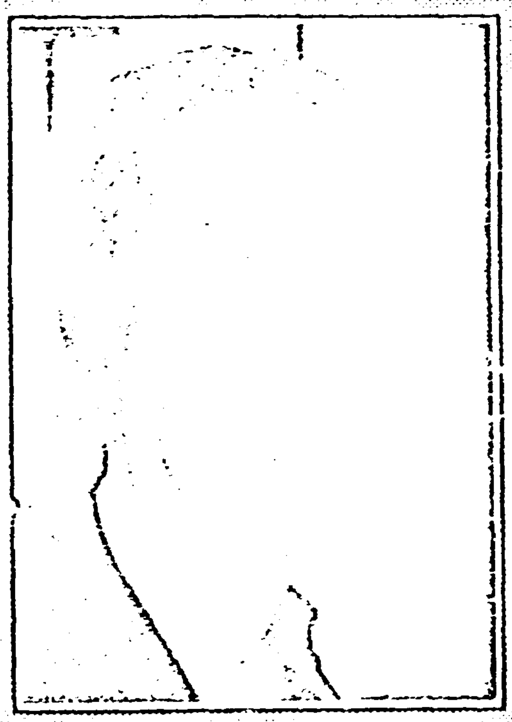
001/006

Carlos Julio Pereyra: "Hay sectores políticos que no quieren ver el problema"

La República en Salto
Eduardo Silveira
[illegible]

Gran repercusión en distintos ámbitos causó la denuncia formulada por LA REPUBLICA sobre la creciente venta de tierras a ciudadanos básicamente brasileños en la zona fronteriza. A nivel político el senador Carlos Julio Pereyra consultado por este corresponsal sobre la extranjerización comenzó recordando, "en 20 años he presentado cuatro proyectos sobre el asunto".

"Parece que hay sectores políticos que no quieren ver el problema o que se han vuelto tan montevideanos que no observan la realidad de la campaña", agregó el candidato presidencial por la Corriente Wilsonista. "Parece que tampoco ven ningún diario brasileño que a veces llenan sus páginas con avisos de tierras que se venden en Uruguay a muy bajos precios". Al hacer referencia a algunas iniciativas de su autoría presentadas en el Parlamento, Pereyra lamentó que el año pas[illegible]o un proyecto en tal sentido fue rechazado en el Senado por dos votos.



Carlos Julio Pereyra, líder del MNR.

"De acuerdo a las normas vigentes no es posible volver a insistir en esta legislatura con un proyecto de esta naturaleza", aclaró.

ENTRADA DE MAQUINARIA Y PERSONAL BRASILEÑO TAMBIEN PREOCUPAN

El líder rochense dijo que "la responsabilidad la tienen aquellos que no entienden el problema o que no quieren entenderlo". "Todo el mundo en la [illegible] [illegible], [illegible]", opinó Pereyra. "[illegible] [illegible] con [illegible] uruguayos [illegible] con la entrada de personal brasileño quitándole el trabajo a los uruguayos".

NORMAS RECIPROCAS COMO SOLUCION INICIAL

Carlos Julio Pereyra opinó que "habría que por lo menos exigir la residencia, que es algo similar a la normativa brasileña, se trataría de una medida recíproca".

Por último aclaró, "no estoy en contra de la inversión extranjera, estamos en contra de la depredación de nuestra tierra y de la extranjerización por parte de empresas cuyos titulares no viven en el país".

PARTES ILEGIBLES

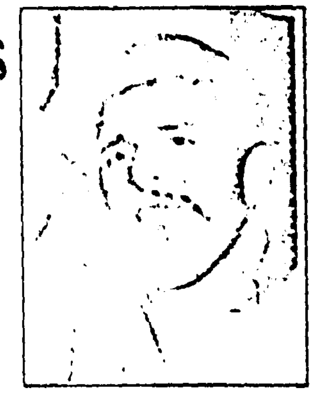
20/6/94

1406790

002

Serrano Abella: "Grandes capitales del norte están aterrorizados frente al casi seguro triunfo de Lula"

Brasileños "devoran" campos uruguayos en la frontera



Grandes extensiones de campo uruguayo son adquiridas por compradores brasileños, que prefieron asegurarse el futuro comprando de este lado de la frontera.

* Alarmante: día a día norteños compran miles de hectáreas a la mitad de los precios que se pagan en Brasil
* Ataca la "psicosis" de la victoria de Lula: temen a reforma agraria y mayor carga tributaria

La República Entera — Eduardo Silveira

La psicosis de la casi segura victoria de Lula en las elecciones presidenciales brasileñas, previstas para octubre próximo, y el temor de que el candidato del PT implante una reforma agraria o una mayor carga tributaria al sector, han originado una verdadera "corrida" de productores norteños hacia territorio uruguayo, buscando "asegurar" sus gruesos capitales. Esto está provocando el agravamiento de uno de los problemas aún no resueltos por el sistema político uruguayo: la extranjerización de la tierra.

La situación en Cerro Largo es calificada como alarmante, día a día se transfieren miles de hectáreas a productores brasileños, a valores sensiblemente menores que los que se pagan en el mercado norteño. A modo de ejemplo un mismo escritorio rural comercializó 1.414 hectáreas a 550 dólares en la 9ª Sección de Cerro Largo, costas del arroyo Cordobés, con más de la mitad de su extensión apta para el cultivo de arroz. Casi simultáneamente se vendieron 1.705 hectáreas en el departamento de Tacuarembó a 430 dólares la héctarea, estimándose que un campo de esas características en Brasil supera los 1.000 dólares.

"NADIE SABE CUANTA TIERRA ESTA EN MANOS DE EXTRANJEROS"

Consultado por LA REPUBLICA el conocido analista agropecuario Walter "Serrano" Abella estimó que en los últimos dos meses se han vendido entre 15 y 20 mil hectáreas a brasileños en Cerro Largo.

Preguntado por los motivos que llevan a esta situación Abella no dudó en afirmar que "los brasileños tenedores de grandes capitales están aterrorizados frente al casi seguro triunfo de Lula. Es un problema viejo que ahora se intensifica y yo pregunto, ¿alguién en este país sabe cuánto campo hay en manos de extranjeros?".

Abella fue más lejos y aseguró "nadie sabe, ni el Ministerio ni Dicose dan cifras".

Lo que sí podemos asegurar es que prácticamente toda la faja fronteriza de Cerro Largo ya está en poder de brasileños.

003

9406790

Senado desechó proyecto sobre tenencia de tierra

CON EL LÍDER del Movimiento Nacional de Rocha (MNR) Carlos Julio Pereyra sentado en su banca por espacio de algunos minutos, tras culminar la sesión del Senado, acompañado por sus compañeros de bancada Wilson Elso y Ernesto Amorín, culminó anoche su aspiración de ver aprobado el proyecto de Tenencia de la Tierra que impulsó durante varios años.

El Senado rechazó la iniciativa de Pereyra por 17 votos contra 13. La propuesta fue acompañada por el MNR, el senador Alberto Zumarán del Polo Progresista (PP), el Frente Amplio (FA) y el Partido Por el Gobierno del Pueblo (PGP).

En contra lo hicieron la bancada del Herrerismo (H), el Movimiento Renovación y Victoria (MRV) y el Partido Colorado (PC).

El Observador 12/8/93

004

9406790

La Comisión respectiva del Senado rechazó por mayoría un proyecto del líder rochano que impide la compra de tierras a extranjeros no residentes

Pereyra no se rinde, y anunció que dará batalla en el plenario para impedir la extranjerización

*** El veterano político es autor e impulsor principal de la iniciativa, que según aseguró busca evitar enormes perjuicios al país * El proyecto fue rechazado con los votos de los colorados Jude, Librán Bonino y del herrerista Alvaro Alonso**

■ El senador Carlos Julio Pereyra dijo que se dará la batalla en el plenario del cuerpo sobre el proyecto de prohibición de la tenencia de la tierra por parte de extranjeros no resi[illegible]es, que fue rechazado por cu[illegible]tos a tres en la Comisión de Ganadería, Agricultura y Pesca.

El líder del Movimiento Nacional de Rocha es autor e impulsor desde hace años de la iniciativa que fue desestimada por los legisladores Alvaro Alonso del Herrerismo, Raumar Jude de la Unión Colorada y Batllista, Omar Urioste también del Herrerismo y Dardo Librán Bonino del Batllista Lista 15. Contó con el aval de los legisladores frenteamplistas Reinaldo Gargano y Danilo Astori, junto al autor del proyecto, el que ahora pasará con dos informes a la consideración del Senado.

El senador Pereyra destacó que, antes de votar, fue recibido el ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, doctor Pedro Saravia, quien no se pronunció sobre el fondo del asunto, pero sí lo hizo sobre el perjuicio que la compra de tierras por extranjeros está provocando en algunos casos.

En este sentido mencionó la entrada de maquinaria en forma ilegal al país para competir con [illegible] la compran en un régimen de legalidad, la explotación de los trabajadores que reciben salarios miserables, incluso algunos trabajan sólo por la comida.

Hay empresas extranjeras, añadió, que evaden sus obligaciones impositivas y que no pagan al Banco de Previsión Social.

En lo que refiere al cultivo de arroz —dijo Pereyra— los brasileños están introduciendo otro tipo de semilla que trae enfermedades, como el arroz rojo, que perjudica a Uruguay en el ofrecimiento de un grano que fue bien aceptado en el mercado internacional por su buena calidad.

El senador rochano precisó que el ministro Saravia sostuvo que era conveniente que hubiera un pronunciamiento de esa secretaría de Estado que obligara a quienes adquieren tierras a realizar explotaciones de interés nacional.



El máximo dirigente del MNR, Carlos Julio Pereyra, enfrentado de nuevo con el Herrerismo, que rechazó en Comisión uno de los proyectos que con más [illegible]

La Rep. 16/6/93

005

9406790

PARTES ILEGIBLES

Preocupación de Pereyra por venta de tierras

El senador Carlos Julio Pereyra advirtió ayer que en un futuro no muy lejano los extranjeros podrían ser los propietarios mayoritarios de nuestras tierras, lo que constituiría una seria distorsión desde el punto de vista de la soberanía.

El legislador rochano, que ha mantenido una particular preocupación por el tema de la extranjerización de la tierra, afirmó que es ésta la principal riqueza del país y por tanto "debemos cuidarla para las generaciones futuras".

Pereyra señaló que presentó su tercer proyecto en la materia, siendo el último quizás "el más flexible" ya que, según explicó, solamente exige que los extranjeros se radiquen en las tierras que adquieran.

"De este modo —apuntó— se evitará lo que está sucediendo con grandes compañías brasileñas que tienen tierras en ambos lados de la frontera, lo que ciertamente dificulta el contralor del destino de las cosechas, la entrada de maquinarias, el personal ocupado y el cumplimiento de las leyes laborales".

El Día 21/ABR/93

006/006

9406790

COPIA No. 1/1

Hoja 1 de 1
Copia 1 de 1
m.s.

27 de junio de 1994.-

MEMORANDO Nro. 940185 /S.O.E.

I.- ASUNTO 21 ANIVERSARIO DEL GOLPE DE ESTADO

II.- REFERENCIA Responde E.E.I. Nro. Orden 9406773

III.- TEXTO

- Siendo las 1950 horas, dió comienzo el acto conmemorativo del 21 Aniversario del Golpe de Estado, en el Paraninfo de la Universidad, convocado por el PIT-CNT.

- Se constató una concurrencia estimada en 150 personas aproximadamente, la mayoría hombres de entre 35 a 60 años.

- Hicieron uso de la palabra Eliseo PIEDRAS quien dió lectura a las adhesiones y saludos; Cristina GONZALEZ quien dió lectura a una proclama elaborada porel Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT y finalmente se le dió la palabra a José D'Elía que en sus principales conceptos realizó un raconto histórico de los hechos sucedidos luego del Golpe de Estado, resaltando el protagonismo de la CNT durante este tiempo.

- Se constató la presencia de los siguientes dirigentes : Helios SARTHOU, Guillermo CHIFFLET, Jaime PEREZ, Lucas PITALUGA, José BAYARDI, Lilián KECHICHIAN, Eduardo RUBIO, Fernando VAZQUEZ, Raúl BRUZCO, Jorge QUARTINO, Guillermo ALVAREZ, Sergio PREVITALI, Carlos PITA, Enrique ERRO, Nicolás CETRARO LUONGO, Alberto ALTESOR, León LEV, Carlos TUTZO, José TOGNOLA, Mitil FERREIRA, Carlos CURBELO, Edgardo CLAVIJO, Ernesto MURRO, Héctor FLORIT, Hugo BIANCHI, Oscar LOPEZ, José BLASINA, Hugo de MELLO, // Luis ROMERO, Alcides LANZA, María SUAREZ, Cristina DIAZ.

- Durante el acto se homenajeó a José D'Elía y se le hizo entrega de un presente por parte de antiguos dirigentes que integraban la CNT cuando se produjo el Golpe de Estado.

- Siendo las 2100 horas se dió por finalizado el acto, retirándose los presentesen forma pacífica.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Sub-Director (INt.) - Jefe del Departamento III
Copia 1 - Jefe del Departamento I

FECHA 01/07/94 (64)

Proce:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

Nº 940679

001/001

0406791

PERSONAL

P.149.-

Montevideo,28 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C: A partir de hoy comenzarán a efectuar paros sorpresivos los que son decididos por los Delegados de cada línea. El 30/VI/ a partir de la hora 10.00' se concentrarán en el marco de un paro, en el MTSS donde acompañaran a los 66 obreros que tienen audiencia en dicho Ministerio.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: Como estaba previsto en el día de ayer a la hora 20.00' se concentraron en la Explanada de la Universidad unas 100 personas. En el lugar se realizó una parte oratoria la que se hizo alocución a los hechos referidos al Gople de Estado de 1973. Además se convocó a una jornada el 15/IX/ denominada "Encuentro Nacional por soluciones", involucrando a todas las organizaciones Sociales y Políticas.-

INDUSTRIA QUIMICA

SOLAGEL: Carlos Ma. Ramirez 1470, esta fabrica se encuentra ocupada por sus 36 obreros, en reclamo de fuentes de trabajo.-

INDUSTRIA GRAFICA

CROMO'S: En reclamo del reintegro de un obrero despedido se encuentran en conflicto.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Hoy y mañana entre la hora 11.00' y las 17.00' efectuarán cuatro paros de 15 minutos por turno y por fabrica en reclamo de fuentes de trabajo.-

2)- INFORMACION ESTATAL

INAME SUINM: Prosiguen con la realización de paro atendiendo solo urgencias las cuidadoras que trabajan en los Hospitales.-

FUN.CORTE ELECTORAL: En reclamo de mejoras salariales, prosiguen con la realización de una hora de paro por turno.-

ADEOM: Efectuarán a partir de la hora 12.00' paro parcial con Asamblea General en el Palacio Peñarol.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 30/06/94
Pasa a SDI
Nº de Identificación 9406796

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección G... de Defensa
Fecha 30 JUN 1994
Pase a ARCHIVO
Nº de Orden 9406796

000001/001

9406796

28-GIU-1994 08:55 INII SECRETARIA PRIVADA 0059823910319 P.01/01

PERSONAL

P.149.-

Montevideo,28 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C:A partir de hoy comenzarán a efectuar paros sorpresivos los que son decididos por los Delegados de cada línea.El 30/VI/ a partir de la hora 10.00' se concentrarán en el marco de un paro,en el MTSS donde acompañaran a los 66 obreros que tienen eudiencia en dicho Ministerio.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT:Como estaba previsto en el día de ayer a la hora 20.00' se concentraron en la Explanada de la Universidad unas 100 personas.En el lugar se realizó una parte oratoria la que se hizo alocución a los hechos referidos al Gople de Estado de 1973.Además se convocó a una jornada el 15/IX/ denominada "Encuentro Nacional por soluciones", involucrando a todas las organizaciones Sociales y Politicas.-

INDUSTRIA QUIMICA

SOLAGEL:Carlos Ma.Ramirez 1470,esta fabrica se encuentra ocupada por sus 36 obreros,en reclamo de fuentes de trabajo.-

INDUSTRIA GRAFICA

CROMO'S:En reclamo del reintegro de un obrero despedido se encuentran en confliocto.-

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A:Hoy y mañana entre la hora 11.00' y las 17.00' efectuarán cuatro paros de 15 minutos por turno y por fabrica en reclamo de fuentes de trabajo.-

2)- INFORMACION ESTATAL

INAME SUINA:Prosiguen con la realización de paro atendiendo solo urgencias las cuidadoras que trabajan en los Hospitales.-

FUN.CORTE ELECTORAL:En reclamo de mejoras salariales,prosiguen con la realización de una hora de paro por turno.-

ADEOM:Efectuarán a partir de la hora 12.00' paro parcial con Asamblea General en el Palacio Peñarol.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección ... de Defensa
Fecha 30 JUN 1994
Pase a ARCHIVO
Nº. de Orden 9406796

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 28/06/94
Pasa a SDI
Nº de Identificación 9406796

000001/001

9406796

INUR Nº 0219/012/19 MAI 94

ASSUNTO: **Presença de ativistas do "HIZBALLAH" no PARAGUAI.**

Dois clubes libaneses de futebol (um de TRÍPOLI e outro de ANSAR) teriam vindo ao PARAGUAI no início de 1994 — ou estariam para chegar nos próximos meses àquele país — para uma série de jogos amistosos com equipes, provavelmente amadoras, paraguaias.

Participariam das delegações libanesas dois integrantes dos Serviços de Segurança do **"HIZBALLAH"** — ABDEL NASSER AHMED e HUSSEIN BARAKAT —, os quais permaneceriam no PARAGUAI.

O cheque xiita ABDEL KARIM ATTIE — simpatizante do **"HIZBALLAH"** no PARAGUAI, onde reside há vinte e cinco anos e tem interesses em negócios imobiliários e de transportes marítimos e fluviais —, seria o encarregado de apoiar os dois libaneses.

Há um comerciante e simpatizante do **"HIZBALLAH"** em CIUDAD DEL ESTE, de nome ASSAD BARAKAT (ou BIRKHAT) EL-HAJ, natural de RAAB THALA-THIN, no LÍBANO, que pode, eventualmente, tratar-se de parente de HUSSEIN BARAKAT.

* * *

Nº DOCUMENTO 9406798
TITULO Presencia de Hezbollah en Paraguay
PROC. 19/05/94
FE. SAE
VINC. Terrorismo Islámico
Hezbollah
Paraguay

01-01

9406798

TO 9406799

La verdad sobre Chiapas

SAE

11/05/94

Subversión Continental

México

EZLN

Foro de San Pablo

P.T (Brasil)

INUR Nº 0131/012/11 MAI 94

ASSUNTO: VERDADE SOBRE CHIAPAS.

ANEXO : - Cópia da revista Executive Intelligence Review.
- Cópia da "Declaração Ante o Foro de São em HAVANA".

Encaminhamos cópia da revista Executive Intelligence Review (EIR), de Mar 94, contendo informe especial intitulado "A VERDADE SOBRE CHIAPAS: O Foro de São Paulo e seus vínculos com o PT". (Anexo "A")

Encaminhamos, também, cópia da "Declaração Ante O Foro de São Paulo em HAVANA". (Anexo "B")

* * *

ANEXO - "A"

Informe Especial:

A verdade sobre Chiapas: o Foro de São Paulo e seus vínculos com o PT

MSIA - Movimento de Solidariedade Ibero-Americana

MSIA

Brasil:

Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 327/1205 CEP. 20030-003 Tel.(021)-220-3882

Porto Alegre: Caixa Postal, 1008 CEP.90014-970

Colômbia: Apdo. Aéreo 44047, Bogotá, D.E.

México: Fco. Diaz Covarrubias, 54-A - Colonia San Rafael, 06500 - México, D.F.

Peru: Manuel Candamo 392, Lince, Lima.

Venezuela: Apdo. Postal 70534, Los Ruices - Caracas 1070

O levantamento armado desfechado em Chiapas, no Sul do México, no primeiro dia do ano, não resultou da insatisfação de "povos indígenas secularmente oprimidos", mas de uma operação cuidadosamente preparada por redes narcoterroristas estrangeiras, apoiadas por importantes setores do Establishment anglo-americano. Entre tais grupos, destaca-se o chamado Foro de São Paulo, instituição dirigida por Fidel Castro e as redes da Teologia da Libertação, reunindo a nata dos grupos de extrema-esquerda e pró-terroristas da Ibero-América, entre os quais o Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro. Tais grupos imaginam que 1994 será o ano do começo de sua chegada ao poder.

Este relatório, é uma versão em português do capítulo relativo ao Foro de São Paulo do *Informe Especial* da revista *Executive Intelligence Review - EIR* intitulado "Surge en Chiapas 'Sendero Luminoso Norte'".

Indice:

Doc. CON PARTES POCO LEGIBLES

9406799

O Departamento de Estado apóia a "Internacional Terrorista" de Cuba

Entre 21 e 24 de julho de 1993, amigos e aliados do Partido Comunista de Cuba, oriundos de toda a Ibero-América, reuniram-se em Havana, sob os auspícios do Foro de São Paulo, para planejar a tomada de poder na região *no decorrer dos dois anos seguintes*. Na ocasião, socialistas, comunistas, narcoterroristas e esquerdistas de diversos matizes proclamaram que os acontecimentos têm tomado um novo curso na Ibero-América. Acabou-se a longa noite de isolamento e desmoralização que experimentaram após a queda do Muro de Berlim e da União Soviética, regozijaram-se. A devastação econômica e o desmoronamento das instituições nacionais provocados pelas receitas livrecambistas "neoliberais" do Fundo Monetário Internacional ofereceram-lhes um retorno à vida, alardearam. Os porta-vozes do grupo anunciaram que o Foro conquistará o poder apresentando um "terceiro caminho" entre o capitalismo e o comunismo.

A quarta reunião do Foro de São Paulo foi assistida por mais de 120 partidos e movimentos, mas pouco foi mencionado a seu respeito fora da região. As poucas menções feitas a apresentaram superficialmente como outro avanço da institucionalização da "democracia" na Ibero-América. A casta liberal de Washington - aí incluídos os elementos que dominam a política do Governo Clinton para a Ibero-América - tem dado crédito a esta idéia e apóia ativamente os "democratas" do Foro.

Entretanto, a realidade é que a reunião de Havana marcou o começo de uma marcha ao poder que, se não for detida, converterá a região em um inferno de guerras étnicas conduzidas por exércitos narcoterroristas, combinadas com governos que dirijam uma revolução cultural satânica ao estilo maoísta. Entre os perigos assinalados, encontra-se o representado pelo movimento encabeçado no México por Cuauhtémoc Cárdenas, líder do Foro de São Paulo, que pode, a curto prazo, converter o país numa zona de insurgência "indigenista" e outras formas de violência auspiciada pelos comunistas.

Nas páginas seguintes, demonstraremos que o Foro de São Paulo serve como braço político-eleitoral de um aparato paramilitar-narcoterrorista continental centralizado e dirigido de Cuba e da Nicarágua. Em maio de 1993, um arsenal secreto da organização explodiu em Manágua. O material aí descoberto desmontou o embuste de que Cuba e seus aliados tenham depositado as suas armas no altar da democracia. Juntamente com uma grande quantidade de armas modernas, encontrou-se uma farta documentação que comprovou que os grupos que utilizavam a instalação haviam criado uma rede *continental* para a execução de ações terroristas, como sequestros e outras.

Alvo: a civilização ocidental

O leitor também tomará conhecimento, com as próprias palavras dos ideólogos do Foro, de que a sua meta estratégica final continua sendo a mesma dos tempos em que o comunismo se encontrava no auge: erradicar da Ibero-América a sociedade industrial e a própria civilização ocidental. Em nenhum momento, tais grupos admitiram que a "tomada das instituições" por meio da política eleitoral substituíra o terrorismo e a luta armada - aquela, simplesmente, abriu outro campo de batalha para a sua guerra.

A composição do comitê coordenador do Foro de São Paulo desde a sua fundação, no início de 1990, é significativa: o Partido Comunista de Cuba; a Frente Sandinista de Libertação Nacional, da Nicarágua; a Frente Farabundo Martí de Libertação nacional, de El Salvador; o M-19, que, em 1986, a serviço dos narcotraficantes, tomou o Palácio da Justiça da Colômbia; os terroristas haitianos de Jean-Bertrand Aristide, que queimam vivos os seus opositores. O comitê foi ampliado na reunião realizada em Manágua, em julho de 1992, com a inclusão dos terroristas da União Revolucionária Nacional, da Guatemala. A estes grupos, somam-se o Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro, dirigido por Luiz Inácio Lula da Silva; o Partido da Revolução Democrática (PRD) mexicano, encabeçado por Cuauhtémoc Cárdenas; e o Movimento Bolívia Livre, de linha maoísta.

Efetivamente, é possível crer que a democracia poderá, agora, provir de tais fontes?

Na quarta reunião do Foro, Cárdenas e Lula declararam ser possível que, nos 24 meses seguintes, partidos integrantes do mesmo formassem governos em pelo menos seis países: Uruguai, Brasil, Venezuela, El Salvador, Nicarágua e México. "Hoje, mais do que nunca, pelo fracasso do modelo neoliberal e as difíceis condições de vida das massas despossuídas, a esquerda latino-americana tem a possibilidade de assumir o poder", disse Lula às centenas de assistentes do encontro, segundo informou o jornal mexicano *La Jornada*, em 23 de julho de 1993.

9406799

Entretanto, as eleições não constituem o único meio pelo qual os integrantes do Foro pretendem chegar ao poder. Dois dias antes de viajar a Havana para a reunião, o ex-ditador da Nicarágua, Daniel Ortega, prometeu a mais de 40 mil de seus partidários, reunidos numa manifestação em Manágua, que os sandinistas voltariam ao poder antes das eleições de 1996, de um modo ou de outro.

Os acordos com a Cuba castrista

Efetivamente, estão os aliados de Cuba em condições de instalar governos em pelo menos seis países ibero-americanos nos anos vindouros, como andam alardeando? Efetivamente, terá mudado tanto o curso dos acontecimentos desde a esmagadora derrota sofrida pelo movimento comunista mundial em 1989-90?

A julgar apenas pela política interna da Ibero-América, afirmar tal coisa seria uma pretensão exagerada. Não há dúvida de que, por toda a região, se estende o fermento radical contrário ao genocídio econômico do FMI e aos governos que o têm imposto e que, em alguns casos, a "Internacional Narcoterrorista" trata de tirar proveito disto. Entretanto, em outros casos, há movimentos cívico-militares que têm os olhos postos nas instituições que fundaram as nações ibero-americanas, entre elas a Igreja Católica e as Forças Armadas. Isto pode ser visto, por exemplo, na Venezuela, no Peru e no Brasil, onde tomam forma movimentos cívico-militares que rechaçam firmemente tanto o FMI como os comunistas do Foro de São Paulo.

Como era previsível, o documento final da reunião de Havana ataca a instituição das Forças Armadas ibero-americanas como uma das "ameaças mais sérias à democracia política". De fato, em todos os casos, os partidos do Foro têm feito da redução e, mesmo, da eliminação das instituições militares de seus respectivos países o ponto número um de suas plataformas de campanha.

Entretanto, o Foro de São Paulo representa uma ameaça estratégica de primeira ordem para o Hemisfério Ocidental, devido ao apoio externo que recebem as suas atividades, oriundo, principalmente, dos Estados Unidos.

E centro de apoio dessa operação de terror cubana é o Diálogo Interamericano, grupo de planejamento da casta dirigente anglo-americana, patrocinado pelo Instituto Aspen. Efetivamente, o Diálogo Interamericano define a política do Governo Clinton para a Ibero-América. Quatro postos do gabinete, vários cargos importantes do Departamento de Estado, bem como o setor latino-americano do Conselho de Segurança Nacional, estão preenchidos por membros do Diálogo Interamericano, cuja política de promover a "Internacional Narcoterrorista" de Cuba como um grupo de "democratas" se tornou política do Governo dos Estados Unidos. O insano empenho de reinstalar no poder a todo o custo Jean-Bertrand Aristide e seu movimento Lavalas, recorrendo, inclusive, a ameaças de intervenção militar, constitui apenas o exemplo mais impressionante de tal política.

Em 1991, o Diálogo criou uma equipe de trabalho especial sobre Cuba, a qual incluía personalidades da casta dirigente norte-americana como Elliott Richardson e McGeorge Bundy, bem como o atual secretário do Interior Bruce Babbitt. A equipe viajou repetidamente a Cuba e converteu-se no canal extra-oficial entre Washington e a ditadura castrista. Em outubro de 1992, o grupo fez as suas primeiras recomendações públicas, nas quais instava os governos da região a "tratar construtivamente com o governo cubano", sempre que este fizesse concessões "democráticas" internas, mesmo simbólicas.

Em finais de 1992, o Diálogo Interamericano anunciou que estava empreendendo "uma nova fase de trabalho sobre Cuba". Em agosto de 1993, menos de duas semanas depois que o Foro de São Paulo havia concluído os seus trabalhos em Havana, Fidel Castro foi recebido com grandes honras na posse do novo presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, um veterano membro do Diálogo Interamericano. Castro foi convidado pelo antecessor de Lozada, Jaime Paz Zamora. Daí, Castro foi à Colômbia, onde manteve longas conversas privadas com o presidente César Gaviria, nas quais, segundo relatos, ofereceu-se para ajudar a intermediar acordos com os grupos terroristas colombianos.

Já não há dúvidas de que as negociações entre o governo norte-americano e o regime de Castro avançam a todo o vapor. Segundo afirmou no final de agosto Ricardo Alarcón, presidente da Assembléia Nacional de Cuba e número três do regime castrista, ao jornal argentino *Clarín*, "há contatos oficiais entre Cuba e os Estados Unidos".

Entretanto, o mais surpreendente é o conteúdo do que se negocia: não a restauração da liberdade em Cuba, mas a expansão do poder de Castro e seus aliados da região! O acordo entre Castro e o Diálogo Interamericano é, precisamente, o que anunciaram Cárdenas e Lula, em julho de 1993, ou seja, que o Foro de São Paulo assuma o poder em toda a região nos dois anos seguintes e que, por sua vez, seus governos aceitem impor a austeridade do FMI.

Diretrizes encampadas

A maneira de funcionamento de tal esquema fica mais clara quando se examinam mais de perto os laços entre o Foro de São

9406799

Entretanto, as eleições não constituem o único meio pelo qual os integrantes do Foro pretendem chegar ao poder. Dois dias antes de viajar a Havana para a reunião, o ex-ditador da Nicarágua, Daniel Ortega, prometeu a mais de 40 mil de seus partidários, reunidos numa manifestação em Manágua, que os sandinistas voltariam ao poder antes das eleições de 1996, de um modo ou de outro.

Os acordos com a Cuba castrista

Efetivamente, estão os aliados de Cuba em condições de instalar governos em pelo menos seis países ibero-americanos nos anos vindouros, como andam alardeando? Efetivamente, terá mudado tanto o curso dos acontecimentos desde a esmagadora derrota sofrida pelo movimento comunista mundial em 1989-90?

A julgar apenas pela política interna da Ibero-América, afirmar tal coisa seria uma pretensão exagerada. Não há dúvida de que, por toda a região, se estende o fermento radical contrário ao genocídio econômico do FMI e aos governos que o têm imposto e que, em alguns casos, a "Internacional Narcoterrorista" trata de tirar proveito disto. Entretanto, em outros casos, há movimentos cívico-militares que têm os olhos postos nas instituições que fundaram as nações ibero-americanas, entre elas a Igreja Católica e as Forças Armadas. Isto pode ser visto, por exemplo, na Venezuela, no Peru e no Brasil, onde tomam forma movimentos cívico-militares que rechaçam firmemente tanto o FMI como os comunistas do Foro de São Paulo.

Como era previsível, o documento final da reunião de Havana ataca a instituição das Forças Armadas ibero-americanas como uma das "ameaças mais sérias à democracia política". De fato, em todos os casos, os partidos do Foro têm feito da redução e, mesmo, da eliminação das instituições militares de seus respectivos países o ponto número um de suas plataformas de campanha.

Entretanto, o Foro de São Paulo representa uma ameaça estratégica de primeira ordem para o Hemisfério Ocidental, devido ao apoio externo que recebem as suas atividades, oriundo, principalmente, dos Estados Unidos.

E centro de apoio dessa operação de terror cubana é o Diálogo Interamericano, grupo de planejamento da casta dirigente anglo-americana, patrocinado pelo Instituto Aspen. Efetivamente, o Diálogo Interamericano define a política do Governo Clinton para a Ibero-América. Quatro postos do gabinete, vários cargos importantes do Departamento de Estado, bem como o setor latino-americano do Conselho de Segurança Nacional, estão preenchidos por membros do Diálogo Interamericano, cuja política de promover a "Internacional Narcoterrorista" de Cuba como um grupo de "democratas" se tornou política do Governo dos Estados Unidos. O insano empenho de reinstalar no poder a todo custo Jean-Bertrand Aristide e seu movimento Lavalas, recorrendo, inclusive, à ameaça de intervenção militar, constitui apenas o exemplo mais impressionante de tal política.

Em 1991, o Diálogo criou uma equipe de trabalho especial sobre Cuba, a qual incluía personalidades da casta dirigente norte-americana como Elliott Richardson e McGeorge Bundy, bem como o atual secretário do Interior Bruce Babbitt. A equipe viajou repetidamente a Cuba e converteu-se no canal extra-oficial entre Washington e a ditadura castrista. Em outubro de 1992, o grupo fez as suas primeiras recomendações públicas, nas quais instava os governos da região a "tratar construtivamente com o governo cubano", sempre que este fizesse concessões "democráticas" internas, mesmo simbólicas.

Em finais de 1992, o Diálogo Interamericano anunciou que estava empreendendo "uma nova fase de trabalho sobre Cuba". Em agosto de 1993, menos de duas semanas depois que o Foro de São Paulo havia concluído os seus trabalhos em Havana, Fidel Castro foi recebido com grandes honras na posse do novo presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, um veterano membro do Diálogo Interamericano. Castro foi convidado pelo antecessor de Lozada, Jaime Paz Zamora. Daí, Castro foi à Colômbia, onde manteve longas conversas privadas com o presidente César Gaviria, nas quais, segundo relatos, ofereceu-se para ajudar a intermediar acordos com os grupos terroristas colombianos.

Já não há dúvidas de que as negociações entre o governo norte-americano e o regime de Castro avançam a todo o vapor. Segundo afirmou no final de agosto Ricardo Alarcón, presidente da Assembléia Nacional de Cuba e número três do regime castrista, ao jornal argentino *Clarín*, "há contatos oficiais entre Cuba e os Estados Unidos".

Entretanto, o mais surpreendente é o conteúdo do que se negocia: não a restauração da liberdade em Cuba, mas a expansão do poder de Castro e seus aliados da região! O acordo entre Castro e o Diálogo Interamericano é, precisamente, o que anunciaram Cárdenas e Lula, em julho de 1993, ou seja, que o Foro de São Paulo assuma o poder em toda a região nos dois anos seguintes e que, por sua vez, seus governos aceitem impor a austeridade do FMI.

Diretrizes encampadas

A maneira de funcionamento de tal esquema fica mais clara quando se examinam mais de perto os laços entre o Foro de São

9405799

04

Paulo e o Diálogo Interamericano. São laços formais, públicos e que incluem o compartilhamento de membros em comum. Um dos oradores que estiveram com Daniel Ortega na conferência do Foro em Lima, em fevereiro de 1992, foi Xabier Gorostiaga, ideólogo sandinista, promotor da Teologia da Libertação e membro do Diálogo Interamericano desde a sua fundação. Lula, presidente do Partido dos Trabalhadores, se juntou a Gorostiaga como membro do Diálogo depois de ter sido convidado pessoalmente para a conferência de fundação do Foro, de volta de uma viagem a Cuba.

Em abril de 1993, o Diálogo Interamericano patrocinou uma visita a Washington de três candidatos presidenciais de partidos do Foro: Lula, Pablo Medina, do partido venezuelano Causa Radical, e Antonio Navarro Wolf, do M-19 colombiano. Na ocasião, o Diálogo organizou-lhes uma reunião com cinco altos funcionários do governo norte-americano, para que esboçassem os seus planos de governo.

Em 24 de agosto, em uma conversa com jornalistas, o presidente do Diálogo Interamericano, Peter Hakim, e Jorge Dominguez, um membro do grupo, ressaltaram a importância da reunião para "facilitar, efetivamente, a comunicação" entre os candidatos do Foro e o Governo Clinton. Hakim respaldou abertamente aos candidatos: "Eles reconhecem a importância da relação com os Estados Unidos...Não tentam usar a democracia como um caminho ao socialismo".

Hakim considerou os discursos do Foro contra o neoliberalismo econômico uma mera retórica de campanha, à qual não se deve dar maior atenção, e deu a entender que os candidatos do Foro seguiriam os passos de Carlos Andrés Pérez e Carlos Menem, que fizeram campanha contra o FMI mas, uma vez no Governo, aplicaram os mais brutais programas da instituição. A confiança de Hakim no Foro de Castro se baseia no seu conhecimento de que seus líderes, de Aristide a Navarro Wolf, já fizeram os seus acordos com o FMI e com a "economia global" dos banqueiros. Afinal, o próprio Castro preside o retorno de Cuba ao programa econômico dos dias de Batista: turismo, dolarização e prostituição em grande escala.

A Internacional Narcoterrorista

Em 23 de maio de 1993, a explosão de um arsenal em Manágua, Nicarágua, provocou não apenas a destruição de centenas de armas sofisticadas, mas, também, revelou a existência de um ativo aparelho narcoterrorista internacional dirigido pelas inteligências cubana e sandinista e responsável por sequestros, extorsões, tráfico de armas e drogas e operações terroristas em toda a Ibero-América e em outras partes do mundo. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército de Libertação Nacional e o M-19, da Colômbia; o Batalhão Américas; o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) peruano; o equatoriano Alfaro Vive, Carajo; o argentino Movimento Todos pela Pátria (MTP); e a organização terrorista basca ETA são alguns dos grupos que integram este vasto aparelho terrorista.

No enorme arsenal, com portas metálicas hidráulicas e túneis, foram encontrados 310 passaportes de 21 países, muitos deles em branco, documentos de identidade falsificados e outros documentos utilizados por uma rede de sequestradores, bem como várias toneladas de armas, explosivos e 19 mísseis terra-ar. Segundo afirmou um diplomata ao jornal *Washington Post* o arsenal "parecia um centro comercial completo para as atividades terroristas, onde se poderiam obter armas e documentos. Há que se ser extraordinariamente ingênuo para pensar que isso não está sob o controle de alguma operação de inteligência dos sandinistas".

Como se verá mais adiante, a inteligência sandinista-cubana está no centro desse aparelho. Não foi casual que Tomás Borge, o ex-ministro do Interior sandinista e um dos principais coordenadores desta rede, tenha sido o primeiro a aparecer no local da explosão, em roupas de dormir, embora não ocupasse qualquer cargo oficial. Os sandinistas compartilham o poder com a presidenta Violeta Chamorro desde 1990.

Igualmente, há suspeitas do envolvimento do Mossad, o serviço de inteligência externa de Israel, convidado pelo governo de Chamorro para reorganizar a inteligência nicaraguense após a sua chegada ao poder. Apesar da presença do Mossad no país, muitos terroristas do Oriente Médio se instalaram em Manágua. Quando as autoridades de Nova York prenderam a Ibrahim Elgabrowny, suspeito do atentado ao World Trade Center, em fevereiro de 1993, descobriram cinco passaportes nicaraguenses, certidões de nascimento e licenças de motorista. Segundo o *Washington Post* de 14 de julho, os passaportes tinham fotografias de El Sayyid Nosair, um dos acusados do assassinato do rabino Meir Kahane, declarado inocente desta acusação, mas preso por porte indevido de armas.

Cúmplices nos EUA

A amplitude das atividades dessa rede

05 9406799

não apenas desmonta os argumentos dos anglo-americanos que afirmam a inexistência de uma ameaça comunista na Ibero-América, mas, igualmente, aponta para entidades cúmplices, como o Diálogo Interamericano, que dirige a política do Governo Clinton para a Ibero-América. Ao mesmo tempo em que promove os candidatos presidenciais que integram esse aparelho narco-terrorista, reunidos no Foro de São Paulo, o Diálogo Interamericano exige a destruição das Forças Armadas da região, as únicas instituições capazes de defender as soberanias nacionais frente à subversão comunista.

Tomás Borge compartilha dessa opinião e tem declarado que as Forças Armadas constituem um "câncer" que deve ser eliminado, proposta idêntica à que vem sendo feita pela Liga Antidifamação da B'nai B'rith (ADL), cujos agentes na Ibero-América defendem abertamente os terroristas dessa rede.

A explosão do arsenal de Manágua também trouxe à luz a farsa do "processo de paz" em El Salvador, que a ONU quer impor a outros países ibero-americanos. Salvador Sánchez Ceren, um ex-comandante guerrilheiro, reconheceu que algumas das armas encontradas no arsenal pertenciam à sua facção na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, as Forças Populares de Libertação. Com isto, reconheceu que havia mentido ao declarar que as armas da FMLN haviam sido destruídas *antes* de dezembro de 1992, data fixada pela ONU. Aliás, mesmo depois que a ONU fixou outras datas, 48 arsenais da FMLN foram descobertos em El Salvador, na Nicarágua e em Honduras.

Contrariamente às declarações de Sánchez Ceren, de que não foram retiradas armas da FMLN do arsenal de Manágua após a assinatura dos acordos de paz de 1993, os investigadores determinaram que a explosão do armazém de armas havia ocorrido quando se transportavam armas e explosivos para um veículo, provavelmente, para vendê-los. Um ex-guerrilheiro salvadorenho explicou: "A Nicarágua era uma grande feira de armas, uma espécie de um enorme mercado cinzento. Podia-se conseguir de tudo". Autoridades colombianas e venezuelanas confirmaram que o tráfico de armas aumentou consideravelmente, particularmente, após a assinatura dos acordos de paz de El Salvador.

"Os mesmos de sempre"

Outro diplomata nicaraguense citado pelo *Washington Post* explicou que "é facílimo fazer essas coisas aqui. O aparelho de inteligência estabelecido antes continua existindo, com os mesmos de sempre".

De que falava ele?

Quando a Frente Sandinista de Liber[...] Nacional chegou ao poder, em 1979, depo[...] derrubar Anastasio Somoza, estabeleceu o [...]tório Nacional de Segurança Estatal, tom[...] como modelo a agência de inteligência cu[...] G-II. Entre os seus criadores, estavam: T[...] Borge, membro fundador da FSLN, Lenin C[...] e o argentino Enrique Haroldo Gorriarán Me[...] participação dos cubanos se deu com R[...] Montero, coronel do Ministério do Interio[...] Cuba, que se fez passar por nicaraguense [...] criar e colocar em funcionamento a nova a[...]cia. Por sua vez, Gorriarán, ex-membro [...] Exército Revolucionário do Povo (ERP), posteriormente, um dos fundadores do [...]mento Todos pela Pátria (MTP), que execu[...] ataque terrorista de janeiro de 1989 ao quar[...] La Tablada, em Buenos Aires, no qual morr[...] 39 pessoas. Lenin Cerna, destacado pa[...] inteligência militar nicaraguense após a as[...]são de Chamorro ao Governo, foi desligac[...] função no ano passado, pois a presi[...] nicaraguense viu-se obrigada a retirá-lo [...] resposta à oposição política, que exig[...] renúncia do sandinista Humberto Ortega, [...]andante do Exército.

Essas são as forças que dirigem o [...]rorismo na Ibero-América desde os anos 80. [...] a direção de Tomás Borge, Gorriarán [...] encabeçou o grupo que assassinou Anas[...] Somoza em Assunção, Paraguai, em sete[...] de 1980. Pessoalmente, ele disparou 30 [...] contra o ex-ditador nicaraguense. Conside[...] um herói nacional na Nicarágua, Gorriará[...] estabeleceu em São Paulo, Brasil, aleç[...]mente, para não "implicar" o governo sandi[...] e daí viajava constantemente a Manágua, P[...] Equador.

Como relatado no livro *Gorriarán [...] Tablada y las guerras de inteligencia [...] Latinoamérica*, de Juan Salinas e Julio V[...]longas, de seu refúgio brasileiro, Gorriarán [...]sou a organizar o aparelho militar do M[...] peruano, do equatoriano Alfaro Vive, Cara[...] estabeleceu contatos com o M-19 da Colôm[...] na época, ligado aos outros grupos do Bata[...] Américas. Poucos dias antes do ataque a [...] Tablada, o MTP preparava uma calorosa re[...]ção de boas-vindas para Luís Inácio Lula [...] Silva, líder do Partido dos Trabalhadores ([...] brasileiro e fundador do Foro de São Paulo, [...] entretanto, cancelou sua viagem a Buenos A[...] à última hora.

Segundo o jornal *Miami Herald* de 1[...] agosto de 1993, Tomás Borge reconheceu [...] Renán Montero utilizou uma rede de "guate[...]tecos, norte-americanos, venezuelanos...arg[...]tinos" para efetuar atos de terrorismo ao l[...] dos anos 80. "Era uma unidade forte", [...]

9406799

Borge, "um pouco ajudada por essa solidariedade da gente que veio conosco". Em troca de tal solidariedade, nos últimos meses em que estiveram no poder, os sandinistas concederam a cidadania nicaraguense a 890 estrangeiros de mais de 30 países, segundo informaram ao *Washington Post* fontes diplomáticas.

A documentação apresentada pelo *Miami Herald* aponta o papel dos sandinistas na tentativa de assassinato contra o ex-líder sandinista Edén Pastora, em 1984. Vital Roberto Gaguine, um argentino membro do ERP que viveu em Manágua no início da década de 80 e recebeu treinamento militar dos sandinistas, foi identificado como sendo o homem que colocou a bomba na conferência de imprensa dada por Pastora. Conhecido pelo pseudônimo "Martín", Gaguine foi reconhecido como uma das baixas do ataque a La Tablada, juntamente com Roberto Sánchez, outro membro do MTP que foi subchefe da polícia de Manágua no início dos anos 80. Segundo Vincent M. Cannistraro, ex-chefe de contraterrorismo da CIA, as armas utilizadas no ataque a La Tablada provinham do arsenal sandinista.

Terroristas democráticos?

Segundo o Diálogo Interamericano, todos esses "ex-terroristas" modificaram os seus caracteres violentos e estão buscando o poder político de uma maneira mais respeitável em vários países. Para o Diálogo, até os cubanos estão se "democratizando".

Será mesmo? Em 1981, o governo colombiano rompeu relações diplomáticas com Cuba para protestar contra o treinamento de guerrilheiros marxistas colombianos em Havana. Segundo fontes militares colombianas, isto não se alterou até agora. Os mais recentes "graduados" desta escola guerrilheira cubana regressaram de Havana em janeiro de 1993 e, imediatamente, se incorporaram ao Exército de Libertação Nacional, criado nos anos 60 com o respaldo de Cuba. Mesmo quando, em público, o presidente colombiano César Gavíria afirmou ao diário *El Tiempo* que "Cuba já não respalda as guerrilhas colombianas", fontes bem informadas dizem que o presidente e seus assessores imediatos têm em seu poder, desde o início de 1993, as provas detalhadas do papel de Cuba no treinamento dos quadros do ELN, mas não quiseram torná-las públicas.

Na reunião do Foro de São Paulo, de 23 a 26 de julho de 1993, o sandinista Daniel Ortega se reuniu com representantes da Coordenadora Nacional Guerrilheira (CNG), que agrupa todos os narcoterroristas colombianos, e os elogiou por desejarem "um diálogo e uma solução pacífica" para o conflito armado no país.

Pacífica? Em 9 de agosto de 1993, o jornal *El Espectador* revelou que a CNG acabava de lançar um novo plano de geração de recursos financeiros, baseado na extorsão das companhias petrolíferas, ações terroristas contra os oleodutos, sequestros e confiscos de terras cujos proprietários se neguem a pagar "impostos" às guerrilhas. Em seu elogio, Ortega não mencionou que uma das condições da CNG para dialogar com o Governo é que este aceite uma drástica redução das Forças Armadas colombianas.

Sequestros S.A.

Segundo informes do delegado brasileiro Romeu Tuma, vice-presidente da Interpol na América do Sul, no armazém de armas de Manágua foram encontrados documentos que revelaram a existência de uma enorme rede de sequestradores encabeçada por Eusebio Arzalus Tapia, líder do grupo terrorista basco ETA. No início dos anos 80, Arzalus viajou a Manágua para estabelecer ligações com os sandinistas e o FLMN e organizar uma rede internacional de sequestradores, que começou com 35 membros. Entre os documentos encontrados no arsenal, havia uma lista de 77 empresários "sequestráveis" - 65 dos quais brasileiros -, bem como fotografias e outros documentos que relatam o sequestro de Abílio Diniz, magnata brasileiro dos supermercados, em 1989.

Tuma explicou que o sequestro de Diniz, obra de esquerdistas chilenos, argentinos e canadenses, deu à Interpol o primeiro indício de que os grupos terroristas ibero-americanos se haviam aliado, em finais da década de 80, e haviam criado uma rede de sequestradores para financiar as suas atividades. Segundo fontes mexicanas, apenas em 1993, houve centenas de sequestros no país, embora o Governo de Carlos Salinas de Gortari tenha feito o possível para encobri-los. Portanto, já não surpreende que Tomás Borge seja o biógrafo oficial de Salinas e viaje com frequência ao México para entrevistar-se com o seu biografado.

Entre junho e setembro de 1993, Salinas recebeu vários visitantes das redes terroristas "democráticas" da América Central. Recentemente, em uma entrevista exclusiva ao jornal mexicano *Excelsior*, Fernando Gutiérrez Barrios, ex-secretário de Governo do México, cujo principal assessor era um esquerdista argentino exilado, se jactou de sua amizade pessoal com os principais esquerdistas da Ibero-América e enfatizou que Fidel Castro era um dos "grandes líderes latino-americanos da segunda metade do século".

02 940679

Quem é quem no Foro de São Paulo

Entre 21 e 24 de julho de 1993, dezenas de partidos e organizações de esquerda se reuniram em Havana, Cuba, para participar do *IV Encontro do Foro de São Paulo*. Entre os presentes, destacavam-se: o Partido da Revolução Democrática (PRD), do México; o Partido dos Trabalhadores (PT), do Brasil; o Partido Comunista de Cuba (PCC); a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), da Nicarágua; a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador; o M-19 e a Coordenadora Nacional Guerrilheira (CNG), da Colômbia; a União Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG); o partido Causa Radical, da Venezuela; o *Movimento Todos pela Pátria* (MTP), da Argentina; a Frente Ampla, do Uruguai; a Esquerda Unida, do Peru; o novo Partido Socialista de Chile; e o Movimento Bolívia Livre.

Entre as personalidades, destacavam-se Rigoberta Menchú e os teólogos da libertação brasileiros, Leonardo Boff e Frei Betto. Este último apresentou a revista do Foro, *América Libre* dirigida por ele. Ademais, esteve presente o próprio Fidel Castro, que assistiu à abertura do encontro, supervisionou pessoalmente os trabalhos e encerrou o evento.

O Foro de São Paulo foi criado em 1990, por iniciativa do Partido Comunista de Cuba, tendo realizado a sua primeira reunião na cidade de São Paulo, Brasil, da qual tomou o nome. Desde então, o Foro tem crescido e se convertido na fachada política da "Internacional Narcoterrorista" cuja existência foi revelada com a explosão do arsenal do FMLN em Manágua, em 23 de maio de 1993.

Embora, em Havana, o Foro de São Paulo tenha se autoproclamado a alternativa continental em face da derrocada do neoliberalismo, a verdade é que as suas propostas são as mesmas que as de seu suposto adversário, pois partem, igualmente, da premissa de que se deve continuar pagando a usurária dívida externa. Em Havana, o Foro se pronunciou contra "o militarismo" - eufemismo para atacar as Forças Armadas - e respaldou os "defensores dos direitos humanos", as Nações Unidas e "os esforços da FMLN, da FSLN e da URNG em prol do fortalecimento dos processos de paz que se desenvolvem na região".

A esquerda de Washington

A despeito do fato de que todos os membros e "observadores" do Foro de São Paulo serem, declaradamente, de esquerda - e alguns, declaradamente narcoterroristas -, os seus principais líderes recebem um aberto apoio do Departamento de Estado dos EUA e, em particular, do Diálogo Interamericano. Ainda mais, uma das principais "estrelas" do Foro, Luiz Inácio Lula da Silva, é *membro* do Diálogo Interamericano.

Em abril de 1993, algumas das estrelas do encontro de Havana foram, igualmente, lançadas ao estrelato nos Estados Unidos, durante uma conferência intitulada "Opções da América Latina: Comitê de Candidatos Presidenciais para 1993-1994", realizada na Escola Woodrow Wilson de Relações Públicas e Internacionais da Universidade de Princeton. Os "candidatos" participantes da conferência foram Cuauhtémoc Cárdenas, do PRD, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, Antonio Navarro Wolf, do M-19, Rubén Zamora, da FMLN e Pablo Medina, da Causa R.

Após a conferência, o Diálogo Interamericano e o Instituto Aspen organizaram uma reunião de Lula, Navarro Wolf e Pablo Medina com funcionários de alto escalão do Governo dos EUA. Entre outros, participaram do encontro Peter Hakim, co-presidente do Diálogo Interamericano, Richard Feinberg, ex-presidente do Diálogo e atual diretor para assuntos latino-americanos do Conselho de Segurança Nacional, Harriet Babbit, embaixadora dos EUA na OEA e Luigi Einaudi, ex-embaixador dos EUA na OEA.

Quem são e o que propõem

Cuauhtémoc Cárdenas, líder do Partido da Revolução Democrática (PRD), do México. Ex-candidato presidencial e aspirante a sê-lo novamente nas eleições de 1994, Cárdenas declarou na reunião de Havana: "Considero que este foi um foro propositivo, com possibilidades em partidos políticos da América Latina, com possibilidades de formar governos em um prazo muito curto. A Frente Ampla do Uruguai, o PT do Brasil, o MAS e a Causa Radical da Venezuela, a FMLN-Convergência Democrática em El Salvador, o PRD no México. *Posições muito similares, preocupações muito similares que, seguramente, nos permitirão estabelecer, num dado momento, políticas comuns*" (grifos nossos) (*La Jornada*, 24 de julho de 1993).

Economia: Embora, no início de seu movimento, Cárdenas tenha falado sobre as injustiças da dívida externa e atacado a política do Fundo Monetário Internacional (FMI), ele logo abandonou o tema e, atualmente, está de acordo com os termos do Tratado de Livre Comércio (NAFTA). "Não rechaçamos o NAFTA. Na verdade, não sabemos exatamente o que é, quais

08

9406799

são as suas cláusulas. Parece-nos que deve ser um mau acordo. Neste caso, queremos que seja melhorado, que seja aceitável para os três povos. Buscamos um bom acordo. O México não pode isolar-se", disse Cárdenas em uma entrevista ao jornal argentino *Página 12* (1º de agosto de 1993), durante a reunião do Foro de São Paulo em Havana. Na ocasião, afirmou também: "Não faremos ideologia com as privatizações. Diremos sim a algumas e não a outras...Revisaremos a forma com que se fizeram as privatizações, caso a caso, porque há várias em que houve uma obscuridade total".

Narcotráfico: Dois dos principais líderes do PRD, a economista Ifigenia Martínez de Navarrete e Heberto Castillo, já propuseram em público a legalização das drogas, sem que Cárdenas tenha comentado nada a respeito. Ifigenia Martínez de Navarrete afirmou que é preferível que se "descriminalize o uso da droga no país, sempre que se conte com uma regulamentação que permita ao Governo Federal ter um registro da quantidade de narcóticos que entra no país" (*El Universal*, 14 de junho de 1993). Alguns dias depois, Herberto Castillo afirmou que, se o PRD chegasse à Presidência da República, defenderia a despenalização do consumo de drogas "para diminuir os custos e, desta forma, acabar com o negócio" (*El Día*, 25 de junho de 1993).

Adolfo Gilly, um dos principais gurus de Cárdenas, é, talvez, quem mais claramente tenha exposto o que pensam o PRD e o próprio Foro de São Paulo. Em seu discurso no Colóquio de Inverno, realizado na Cidade do México, em fevereiro de 1992, Gilly atacou os que "desperdiçaram" a década de 80 fazendo campanha por "instruções políticas ilusórias, como o não-pagamento da dívida externa". Segundo ele, "o sistema econômico internacional...e suas agências, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, têm embutidas as garantias ineludíveis para que nenhum governo em são juízo possa recorrer por sua conta e risco a este tipo de medidas sem pagar um custo intolerável...A partir destas grandes realidades, muitas delas irreversíveis, estão obrigados a partir os novos movimentos socialistas da América Latina... A reestruturação do capitalismo latino-americano...acabou...para sempre com os caducos pactos nacional-populistas...Qualquer proposta para reviver estes pactos apenas serviria para desviar os rumos".

Da mesma maneira que outros membros do Foro, Gilly baseia o seu discurso em uma concepção francamente satânica. No Colóquio de Inverno, Gilly propôs a unificação dos novos partidos com "os novos movimentos sociais" que buscam "direitos globais", como a diversidade de opções sexuais, o aborto, o feminismo, o ambientalismo, as "minorias étnicas", etc. A democracia, disse ele, deve basear-se na combinação das "mudanças conjunturais" na sexualidade e nas liberdades conquistadas nos levantamentos contraculturais de 1968.

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil, de caráter marxista, e estrela máxima do Foro de São Paulo, é também membro formal do Diálogo Interamericano, o que demonstra o funcionamento da versão narcoterrorista do neoliberalismo econômico.

O aspecto mais perigoso do PT é o fato de que sua ascensão poderá provocar uma guerra civil no Brasil, como advertiu o brigadeiro Ivan Moacyr da Frota em uma entrevista publicada pelo *Jornal do Brasil* em 15 de agosto de 1993. Segundo Frota, hoje, "o PT está muito organizado" e, "apesar de que o PT não tenha nenhuma organização militar, não tem soldados, tampouco armamento, ele seria a base de uma estrutura de oposição que poderia levar este país a uma guerra civil".

Frota tem razão, mas deve-se assinalar que a base de tal estrutura que poderia converter-se num exército terrorista são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), dominadas pela Teologia da Libertação marxista e comandadas em particular pelos heréticos Leonardo Boff e Frei Betto, este último o principal "assessor espiritual" de Lula e outra das estrelas do Foro de São Paulo. Efetivamente, as bases do PT não são os trabalhadores, mas membros das CEBs, as quais o partido pensa utilizar da mesma maneira como fizeram os teólogos da libertação na Nicarágua, formando com elas comitês de apoio à revolução sandinista. Como parte desta estratégia, o sociólogo Herbert de Souza, presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), elaborou um projeto para criar em todo o país os chamados Comitês de Ação pela Cidadania, que, facilmente, poderão converter-se em comitês de apoio à campanha presidencial de Lula.

Por proposta direta de Lula ao presidente Itamar Franco, Herbert de Souza foi nomeado responsável pelo Programa contra a Fome do Governo brasileiro, para o qual propôs a formação dos Comitês de Ação pela Cidadania, nos quais pretende integrar não apenas as CEBs, como também uma série de outras organizações não-partidárias, como associações de bairros, e organizações não-governamentais (ONGs).

Herbert de Souza, conhecido como Betinho, é o fundador e diretor do IBASE, uma ONG que funciona como um centro de inteligência privado com estreitos vínculos com os círculos brasileiros da Teologia da Libertação e

940799
09

com o próprio PT e a esquerda brasileira em geral, o que não a impede de receber fundos das fundações Ford, MacArthur e outras entidades ligadas ao *Establishment* anglo-americano.

Lula e Washington: Após a estrepitosa queda do corrupto presidente Fernando Collor de Mello, o Diálogo Interamericano e o próprio Departamento de Estado dos EUA estão jogando com a "carta Lula" nas eleições presidenciais de 1994. Em 19 de abril de 1993, após a sua apresentação na conferência em Princeton, Lula se reuniu em Washington com vários funcionários de alto escalão do Governo Clinton, com membros do Diálogo Interamericano e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, que lhe ofereceu um jantar. Lula também esteve com Bernard Aronson, subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, com quem concordou no tocante à assinatura do acordo entre a Argentina, o Brasil e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), cujos termos não ocultam a intenção de estender sobre os dois países o manto do "apartheid tecnológico" no estratégico setor nuclear.

Nos últimos meses, Lula tem se reunido frequentemente com banqueiros e empresários brasileiros e estrangeiros. Chegou a ser veiculado que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a base sindical sobre a qual foi construído o PT, cogitou de adquirir a TV Manchete, a quarta rede de televisão brasileira, que, há anos, enfrenta dificuldades financeiras, para utilizá-la na campanha eleitoral. Por outro lado, Lula mantém uma relação especial com Roberto Marinho, proprietário das Organizações Globo, detentora da principal rede de televisão do país e que também mantém boas relações com Fidel Castro.

Economia: Pessoalmente, Lula fala pouco sobre economia, mas, até o momento, não tem oferecido oposição significativa à brutal política econômica do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, seu colega no Diálogo Interamericano. Em seu comentário ao informe anual do Diálogo, "Convergência e Comunidade: as Américas em 1993", Lula limitou-se a assinalar que não aceita o neoliberalismo econômico nos termos propostos pelo grupo.

A rigor, o programa econômico do PT constitui uma versão proletária do neoliberalismo, como o demonstra a proposta feita ao presidente Itamar Franco: omitindo a palavra "moratória", o PT apenas aludiu vagamente a uma renegociação da dívida, propondo que o Governo brasileiro adquirisse títulos do Governo dos EUA, os quais seriam oferecidos como garantia aos credores internos que aceitassem alongar os prazos de vencimento de seus títulos.

Antonio Navarro Wolf é o ideólogo e chefe do narcoterrorista e gnóstico grupo M-19, da Colômbia, que, em 1985, assaltou o Palácio de Justiça e assassinou mais de 10 juízes da Suprema Corte que atuavam em ações contra narcotraficantes. Em uma entrevista publicada em dezembro de 1985 na revista mexicana *Cuadernos Políticos*, Navarro Wolf defendeu o assalto dizendo que o objetivo do M-19 era destruir "uma das últimas, senão a última instituição respeitável que tem o país...Foi avaliado o que significava a Suprema Corte de Justiça num país que já não crê em nada e ao qual apenas restam duas instituições: a Igreja Católica e a Corte de Justiça". O satanismo do M-19 não é apenas prático, mas também epistemológico. Como afirmou o seu líder e fundador Jaime Bateman, o M-19 recebe ajuda e "proteção espiritual" da Igreja Gnóstica Universal da Colômbia.

- Economia: Numa entrevista publicada em 31 de janeiro de 1992 no diário argentino *El Cronista*, sob o título "Ex-guerrilheiro elogia o FMI", Navarro Wolf afirmou que as medidas de ajuste do FMI "tem sido um açoite, estão tirando-nos o sangue com o pagamento da dívida, mas, em meio a tudo isso, devemos reconhecer que têm colocado disciplina no manejo monetário e isso ajuda a integração...agora, há um manejo monetário imposto pela banca internacional que torna mais homogênea a questão monetária na região. Isto leva à internacionalização da economia, que, logicamente, beneficia os grandes blocos de poder econômico, mas, por outro lado, esta realidade faz com que o que não soubemos fazer voluntariamente, integrar-nos, sejamos obrigados a fazê-lo à força. Eu diria que esta é a parte positiva do neoliberalismo, que obrigou os empresários latino-americanos a ser mais responsáveis".

O Movimento Bolívia Livre (MBL) participa do comitê organizador do Foro de São Paulo desde o início. Promotor do indigenismo radical, o MBL propôs reorganizar a sociedade boliviana e suas instituições sobre a base da identidade étnica, acima da identidade nacional. Em março de 1992, o MBL enviou à China uma delegação de três membros para estabelecer relações fraternais "ao nível mais alto" com o Partido Comunista da China. A delegação do MBL visitou cinco cidades e teve "várias reuniões de trabalho" com altos líderes do Departamento Internacional do Partido Comunista da China. Em um editorial da edição de maio de 1992 do seu *Boletín Internacional*, o MBL elogia a China como "o principal país socialista do mundo, com suas próprias propostas renovadas que mantém viva a idéia da batalha por uma sociedade de valores comuni-

9406799

com o próprio PT e a esquerda brasileira em geral, o que não a impede de receber fundos das fundações Ford, MacArthur e outras entidades ligadas ao *Establishment* anglo-americano.

Lula e Washington: Após a estrepitosa queda do corrupto presidente Fernando Collor de Mello, o Diálogo Interamericano e o próprio Departamento de Estado dos EUA estão jogando com a "carta Lula" nas eleições presidenciais de 1994. Em 19 de abril de 1993, após a sua apresentação na conferência em Princeton, Lula se reuniu em Washington com vários funcionários de alto escalão do Governo Clinton, com membros do Diálogo Interamericano e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, que lhe ofereceu um jantar. Lula também esteve com Bernard Aronson, subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, com quem concordou no tocante à assinatura do acordo entre a Argentina, o Brasil e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), cujos termos não ocultam a intenção de estender sobre os dois países o manto do "apartheid tecnológico" no estratégico setor nuclear.

Nos últimos meses, Lula tem se reunido frequentemente com banqueiros e empresários brasileiros e estrangeiros. Chegou a ser veiculado que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a base sindical sobre a qual foi construído o PT, cogitou de adquirir a TV Manchete, a quarta rede de televisão brasileira, que, há anos, enfrenta dificuldades financeiras, para utilizá-la na campanha eleitoral. Por outro lado, Lula mantém uma relação especial com Roberto Marinho, proprietário das Organizações Globo, detentora da principal rede de televisão do país e que também mantém boas relações com Fidel Castro.

Economia: Pessoalmente, Lula fala pouco sobre economia, mas, até o momento, não tem oferecido oposição significativa à brutal política econômica do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, seu colega no Diálogo Interamericano. Em seu comentário ao informe anual do Diálogo, "Convergência e Comunidade: as Américas em 1993", Lula limitou-se a assinalar que não aceita o neoliberalismo econômico nos termos propostos pelo grupo.

A rigor, o programa econômico do PT constitui uma versão proletária do neoliberalismo, como o demonstra a proposta feita ao presidente Itamar Franco: omitindo a palavra "moratória", o PT apenas aludiu vagamente a uma renegociação da dívida, propondo que o Governo brasileiro adquirisse títulos do Governo dos EUA, os quais seriam oferecidos como garantia aos credores internos que aceitassem alongar os prazos de vencimento de seus títulos.

Antonio Navarro Wolf é o ideólogo e chefe do narcoterrorista e gnóstico grupo M-19, da Colômbia, que, em 1985, assaltou o Palácio de Justiça e assassinou mais de 10 juízes da Suprema Corte que atuavam em ações contra narcotraficantes. Em uma entrevista publicada em dezembro de 1985 na revista mexicana *Cuadernos Políticos*, Navarro Wolf defendeu o assalto dizendo que o objetivo do M-19 era destruir "uma das últimas, senão a última instituição respeitável que tem o país...Foi avaliado o que significava a Suprema Corte de Justiça num país que já não crê em nada e ao qual apenas restam duas instituições: a Igreja Católica e a Corte de Justiça". O satanismo do M-19 não é apenas prático, mas também epistemológico. Como afirmou o seu líder e fundador Jaime Bateman, o M-19 recebe ajuda e "proteção espiritual" da Igreja Gnóstica Universal da Colômbia.

- Economia: Numa entrevista publicada em 31 de janeiro de 1992 no diário argentino *El Cronista* sob o título "Ex-guerrilheiro elogia o FMI", Navarro Wolf afirmou que as medidas de ajuste do FMI "tem sido um açoite, estão tirando-nos o sangue com o pagamento da dívida, mas, em meio a tudo isso, devemos reconhecer que têm colocado disciplina no manejo monetário e isso ajuda a integração...agora, há um manejo monetário imposto pela banca internacional que torna mais homogênea a questão monetária na região. Isto leva à internacionalização da economia, que, logicamente, beneficia os grandes blocos de poder econômico, mas, por outro lado, esta realidade faz com que o que não soubemos fazer voluntariamente, integrar-nos, sejamos obrigados a fazê-lo à força. Eu diria que esta é a parte positiva do neoliberalismo, que obrigou os empresários latino-americanos a ser mais responsáveis".

O Movimento Bolívia Livre (MBL) participa do comitê organizador do Foro de São Paulo desde o início. Promotor do indigenismo radical, o MBL propõe reorganizar a sociedade boliviana e suas instituições sobre a base da identidade étnica, acima da identidade nacional. Em março de 1992, o MBL enviou à China uma delegação de três membros para estabelecer relações fraternais "ao nível mais alto" com o Partido Comunista da China. A delegação do MBL visitou cinco cidades e teve "várias reuniões de trabalho" com altos líderes do Departamento Internacional do Partido Comunista da China. Em um editorial da edição de maio de 1992 do seu *Boletín Internacional*, o MBL elogia a China como "o principal país socialista do mundo, com suas próprias propostas renovadas que mantêm viva a idéia da batalha por uma sociedade de valores comuni-

9406799

tários". O MBL destaca a mudança da China rumo ao livre comércio e a criação de zonas econômicas livres e afirma que a situação política do país está "totalmente controlada", depois dos "ajustes" feitos a partir do massacre da Praça da Paz Celestial, o que garantiria as condições para os investimentos estrangeiros.

Em seguida, a delegação do MBL viajou à Coréia do Norte, onde, depois de uma reunião com o presidente Kim-Il-Sung, o partido estabeleceu "relações fraternais ao nível mais alto e promissor" com o regime comunista do país.

Em agosto de 1993, o novo presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada - que é membro do Diálogo Interamericano - convidou o MBL para participar da coalizão de governo. Aqui, também, fica evidente o estratagema de utilizar o músculo comunista para impor uma ditadura de livre comércio. A propósito, Sánchez de Lozada - que passou tanto tempo nos EUA que já não fala bem espanhol - foi o homem que supervisionou a aplicação do programa de choque do aludinado Jeffrey Sachs, durante o Governo de Paz Estenssoro (1986-90), que entregou o país aos narcotraficantes.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) desempenha um papel-chave na direção do Foro de São Paulo e de sua "Internacional Narcoterrorista".

Tomás Borge, ministro do Interior do regime sandinista e único sobrevivente do grupo fundador da FSLN, é representativo da atuação do movimento sandinista na "Internacional Narcoterrorista". Em 22 de maio de 1993, Borge, ainda de pijama, foi o primeiro a chegar ao local da explosão do arsenal da FMLN salvadorenha, em Manágua.

Em 26 de março do ano anterior, em um discurso proferido em Manágua, Borge se pronunciou contra as Forças Armadas ibero-americanas, afirmando que "os exércitos servem apenas para dar golpes de Estado e para reprimir o povo e, ademais, engolem uma boa parte dos nossos orçamentos". Os militares, agregou ele, são "um câncer em nossos países" e não vejo "razão para que os exércitos continuem existindo".

Atualmente, Borge é presidente da Conferência de Partidos Políticos da América Latina (COPPAL) e biógrafo oficial do presidente do México, Carlos Salinas de Gortari.

Daniel Ortega, ex-presidente da Nicarágua, também constitui uma boa amostra da operação narcoterrorista do Foro de São Paulo. Em uma entrevista ao jornal peruano *La República* em 1º de março de 1992, afirmou: "Sim, estou disposto a converter-me em interlocutor entre a guerrilha peruana e as forças democráticas do país para evitar a espiral de violência que assola o Peru. Assim como participei nas negociações de El Salvador e da Guatemala, aqui, estaria disposto a fazer com que a paz seja realidade".

<u>Economia</u>: Na entrevista supracitada, Ortega reconheceu que o seu governo, ao ver-se bloqueado e agredido, teve que recorrer aos instrumentos costumeiros do FMI e do Banco Mundial, com receitas antipopulares, já que "*essa é a única saída* diante da falta de oxigênio financeiro" (grifos nossos). Em declarações à rádio de Lima, Ortega acrescentou que a esquerda era a que melhor poderia mitigar os efeitos sociais dos "inevitáveis" programas de ajuste do FMI.

<u>Contra a soberania nacional</u>: Em princípios de julho de 1993, Humberto Ortega, chefe do Exército Popular Sandinista - nome oficial do Exército nicaraguense -, enviou uma proposta oficial à ONU para que fosse estabelecida na Nicarágua uma escola para o treinamento de tropas centro-americanas arregimentadas pela ONU em operações regionais. Em 3 de julho, Antonio Lacayo, ministro da Presidência e principal aliado dos sandinistas no Governo Chamorro, anunciou que o Governo apoiava a proposta de Ortega.

<u>Teologia da Libertação</u>: Segundo o jornal *La República*, Daniel Ortega afirmou que "o socialismo dessa parte do mundo também se diferencia do que imperou na Europa do Leste porque não exclui o cristianismo como prática social", apresentando como exemplo o seu próprio país, onde "a revolução sandinista teve êxito com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica" - um eufemismo para referir-se à Teologia da Libertação marxista.

Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN): Membro do comitê coordenador do Foro de São Paulo desde a sua fundação, a FMLN é notoriamente conhecida por ser o grupo terrorista mais ligado a Havana durante a década de 80. A devastadora guerra movida pelo grupo em El Salvador tem sido um exemplo seguido por seus aliados, como o M-19 colombiano.

Apesar disso, é um fato documentado que as negociações secretas do Governo norte-americano com a FMLN remontam pelo menos ao período de transição entre os governos Reagan e Bush. O ponto principal do acordo entre os EUA e El Salvador foi o virtual desmantelamento das Forças Armadas do país. Segundo o jornal *The Baltimore Sun*, de 27 de fevereiro de 1989, representantes da FMLN reuniram-se com funcionários do Departamento de Estado em janeiro, antes da dar a conhecer as grandes "propostas de paz", cujo propósito

9406799

expresso, nas próprias palavras do grupo, é "encurralar e isolar o Exército".

Joaquín Villalobos, comandante da FMLN, fez um apelo público para que os EUA e a FMLN colaborem em suas metas "culturais" comuns. A revista *Foreign Policy*, da Carnegie Endowment for Peace, deu grande publicidade ao fato em sua edição da primavera de 1989. Segundo afirmou, descaradamente, Villalobos, os Estados Unidos deveriam respaldar a "revolução democrática" da FMLN, a despeito de esta admitir a sua inspiração marxista-leninista, porque a FMLN respalda a "fusão cultural" que está ocorrendo entre os EUA e a Ibero-América. "É um erro assumir que se deve desconfiar automaticamente das ações políticas dos 'comunistas' porque estes desejam criar "uma mudança nos valores culturais de um país", acrescenta ele. Isto, porque os "jovens de hoje no movimento revolucionário cresceram sob a influência da música rock, de Hollywood, da música salsa, do romanticismo mexicano e do cristianismo". "O processo de fusão cultural entre a América Latina e os Estados Unidos constitui parte de uma cultura universal. Essas influências não podem e não devem sujeitar-se a restrições ideológicas", completou.

A imprensa e a televisão norte-americanas fizeram um grande escândalo devido à colaboração entre a FMLN e o Governo Bush para impor a "revolução democrática" da FMLN nos quatro anos seguintes. Em 1991, em duas ocasiões, o embaixador norte-americano William Walker visitou acampamentos da FMLN para negociar diretamente com os líderes da guerrilha. Na primeira viagem, sequer se deu ao trabalho de informar o Governo salvadorenho. Segundo o *Washington Post* o embaixador e os terroristas conversaram alegremente e repartiram uma garrafa de uísque Johnny Walker. Em 6 de janeiro de 1992, o *New York Times* informou que o subsecretário de Estado Bernard Aronson tinha se reunido pessoalmente com os comandantes da FMLN em um hotel de Nova York, "para dizer-lhes cara a cara que...acreditamos nos acordos que foram negociados".

A despeito da identificação comunista da FMLN, em janeiro de 1992, Villalobos deu as boas-vindas aos Estados Unidos como os "fiadores" do acordo de "paz" entre o Governo de El Salvador e as guerrilhas da FMLN.

Em uma entrevista publicada na revista peruana *Sí*, em 20 de janeiro de 1992, depois da assinatura do acordo de "paz", Shafik Handal, um líder da FMLN, afirmou: "O governo norte-americano tem agora uma ótica diferente e considera que a sua política para a América Latina está em outros trilhos...Evidentemente, o Governo dos EUA tem, como nós também temos, propósitos e esperanças próprias. Os próximos anos nos dirão quem as obterá e quem não. Porém, não creio que os nossos propósitos e esperanças, neste período em particular, sejam totalmente antagônicos com os propósitos e esperanças do Governo dos Estados Unidos. Eles terão uma estratégia que não coincide conosco em tudo, mas há pontos de contato. E vale a pena fazê-los avançar".

Handal também disse à revista que o "aspecto medular" do denominado acordo de paz "é que a força armada, o Exército, que tem sido a força hegemônica no país durante mais de sessenta anos...se submete à autoridade civil democraticamente eleita". Ele acrescentou que a nova relação entre a FMLN e Washington se devia, precisamente, ao fato de que os Estados Unidos haviam promovido "a sociedade civil a um nível de protagonismo".

União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG): É a ponta de lança do que tem sido chamado "Sendero Luminoso Norte". Criada em 1979, depois que Fidel Castro ordenou que as quatro organizações guerrilheiras guatemaltecas se unissem, sob pena de que ele lhes cortasse o significativo apoio financeiro cubano, a URNG compartilha com o Sendero Luminoso peruano a crueldade de métodos e o fato de ter o narcotráfico como uma de suas fontes de financiamento.

Em 23 de fevereiro de 1993, a agência noticiosa EFE informou que líderes da URNG acolheram com beneplácito a criação de um Grupo de Amigos - formado por Colômbia, Espanha, México e Venezuela - para colaborar com a pacificação da Guatemala, tal como fizeram em El Salvador.

Segundo informes das agências EFE e AP, em 20 de outubro de 1992, o representante da URNG na Europa, Jorge Rosal, afirmou que a concessão do Prêmio Nobel da Paz a Rigoberta Menchú ajudaria a avançar as negociações de paz entre o governo guatemalteco e a URNG. Rosal acrescentou que "o prêmio deve servir para que a comunidade internacional pressione os militares, os que verdadeiramente governam na Guatemala, para que voltem à mesa de negociações".

Desde o início dos anos 80, Rigoberta Menchú representou a URNG em foros internacionais. Em 1983, o periódico *Indigenous World* publicado nos EUA pela antropóloga Roxanne Dunbar Ortiz, fundadora do Partido Comunista Revolucionário dos Estados Unidos, publicou uma série de artigos para respaldar a URNG, um dos quais foi ilustrado com uma fotografia de Menchú, com a seguinte legenda: "Uma das quatro pessoas que compuseram a delegação da URNG da Guatemala" (à reunião

12 9406799

da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas).

Rigoberta Menchú foi lançada como figura política em 1983, pela Editorial Casa de Las Américas, de Havana, que outorgou o prêmio de "melhor depoimento" ao seu livro *Me llamo Rigoberta Menchú. Así me nació la conciencia*. Em 3 de agosto de 1993, foi condecorada por Fidel Castro, com quem coincide em um elemento fundamental: o ódio à evangelização da América. Em outubro de 1992, Menchú declarou que tinha pensado em utilizar o dinheiro do Prêmio Nobel para contrarrestar as celebrações do quinto centenário da chegada de Cristóvão Colombo às Américas.

Causa R: De acordo com um informe da agência venezuelana Venpres, publicado no jornal *El Universal* em 24 de setembro de 1993, o secretário-geral do partido Causa R, Pablo Medina, pediu em Washington a intervenção dos "capacetes azuis" da ONU para defender as comunidades indígenas na Venezuela. Efetivamente, trata-se da mesma proposta que vinha sendo promovida pelo deposto presidente Carlos Andrés Pérez, há muitos anos: um exército supranacional que interviesse em território nacional.

Essa não foi a primeira vez que a Causa R adotou uma atitude semelhante à de Andrés Pérez; na verdade, trata-se de um comportamento recorrente. Depois da tentativa de golpe militar de 4 de fevereiro de 1992, quando toda a Venezuela clamava pela renúncia de Andrés Pérez, a Causa R assumiu uma posição oposta, argumentando publicamente que era preferível destituí-lo por meio de um referendo. O certo foi que a oposição a Andrés Pérez se dividiu e a renúncia não se materializou.

Depois que Andrés Pérez foi defenestrado pela Suprema Corte de Justiça, a Causa R indicou publicamente o general Fernando Ochoa Antich, ex-ministro de Defesa de Andrés Pérez, a quem é intimamente vinculado, para a Presidência da República.

Em uma entrevista ao jornal *El Diario de Caracas* em 7 de fevereiro de 1992, o secretário-geral da Causa R, Pablo Medina, afirmou que a relação do partido com o embaixador dos EUA na Venezuela, Michael Skol, havia começado "de um ano para cá. Amigos, não. São relações políticas, não se pode dizer que haja amizade". Um dos convidados à casa do embaixador Skol para acompanhar diretamente o processo eleitoral norte-americano de 1992 foi o líder e candidato presidencial da Causa R, Andrés Velásquez. Em 2 de janeiro de 1993, o embaixador Skol assistiu à tomada de posse de Aristóbulo Isturiz - um dos dirigentes da Causa R - como prefeito do distrito de Libertador, o mais importante de Caracas. Na ocasião, Skol disse à imprensa que a sua presença no ato se devia a que "para nós (os EUA), a democracia é o mais importante e estou aqui para presenciar um ato democrático". Segundo o jornal *El Universal*, de 3 de janeiro, "o prefeito Isturiz comentaria que a presença do embaixador...dos EUA na sessão significava o respaldo à democracia nacional e acabava com os comentários segundo os quais os membro e dirigentes da Causa R eram uns 'agentes provocadores'".

Em 9 de junho de 1993, *El Diario de Caracas* informou que Andrés Velásquez, candidato presidencial da Causa R, "pediu ao presidente (Ramón Velásquez) que ratificasse a Leopoldo Sucre Figarella (homem de Andrés Pérez) no cargo de presidente da Corporação Venezuelana de Guayana (CVG). Embora Andrés Velásquez o tenha negado, a vinculação entre ele e Figarella não pode ser ocultada.

Em abril de 1993, depois de participar da mencionada reunião na Escola Woodrow Wilson, Pablo Medina assistiu também às reuiões organizadas pelo Diálogo Interamericano com altos funcionários do Governo Clinton. Em finais de julho, Andrés Velásquez viajou aos EUA, onde falou perante à Sociedade das Américas, de David Rockefeller. A viagem foi coordenada de Caracas pela embaixada norte-americana.

Economia: "Se houver aqui um governo da Causa R, não haverá problemas com relação à dívida externa, porque a pagaríamos", asseguraram os dirigentes do partido ao embaixador Michael Skol, em uma reunião realizada na própria embaixada dos EUA, em 20 de dezembro de 1992, segundo informações prestadas por Pablo Medina ao jornal *El Diario de Caracas* em 7 de fevereiro de 1993. Medina afirmou que "pagaríamos a dívida, mas não com os recursos do petróleo, nem apertando ainda mais o cinto do povo, mas lançando um imposto sobre os capitais que estão no exterior. Apenas com esses impostos pagar-se-ia a dívida e ainda sobraria bastante".

Em um comunicado publicado em 20 de outubro de 1992 no jornal *El Nacional* intitulado "Sim, há uma saída", a Causa R se ofereceu para impor um plano econômico de sacrifício: "Os sacrifícios impostos por um plano como esse apenas podem ser exigidos por uma liderança com credibilidade e aceitação entre o povo; *isto não podem oferecer nem a Ação Democrática, nem a COPEI, nem aventureiros e nem tiranos*".

Forças Armadas: Em sua exposição na conferência da Escola Woodrow Wilson, em abril de 1993, Pablo Medina atacou os militares e afirmou que "sem um papel definido na área internacional e agravando as condições internas da economia pelo alto custo da sua manutenção,

13 940S799

os militares se converteram num sério problema para as democracias" (*El Globo* 18 de abril de 1993).

Em julho de 1993, Andrés Velásquez anunciou que a Causa R havia oferecido ao tenente-coronel Francisco Arias Cárdenas, um dos líderes do levantamento militar de 4 de fevereiro de 1992, que encabeçasse as listas de candidatos da Causa ao Senado, o que o militar aceitou, solicitando a sua passagem para a reserva.

Fidel Castro, *o homem-chave por trás do Foro de São Paulo e sua "Internacional Narco-terrorista", encabeçou o ataque esquerdista contra a celebração do quinto centenário da evangelização da América.* Castro também tem se oposto à moratória à dívida externa, tem defendido os bancos usurários e o FMI e tem como "hóspede" em Cuba o narcofinancista Robert Vesco, foragido da Justiça dos EUA. Em julho de 1985, Castro qualificou a conquista e a colonização espanholas do Novo Mundo como um fato "infausto e nefasto" e "genocida" e afirmou que, em 12 de outubro de 1992, "iniciou-se uma das páginas mais vergonhosas da história universal".

No mesmo ano, Castro propôs resolver o problema da usurária dívida externa da Ibero-América e salvar os bancos fazendo com que os Estados Unidos pagassem tal dívida com os recursos provenientes de cortes em seu orçamento de defesa. Castro disse, também, que o FMI como instituição deveria ser salvo.

Teologia da Libertação: É bastante relevante no Foro de São Paulo o papel de alguns renomados teólogos da libertação, particularmente Frei Betto, íntimo de Fidel Castro, "assessor espiritual" de Lula e diretor da revista *América Libre* órgão oficial do Foro. Outro personagem influente, tanto no Foro quanto sobre Lula, é o ex-franciscano Leonardo Boff. Frei Betto e Boff são verdadeiros promotores da Legenda Negra contra a Espanha católica, do indigenismo e do retorno às religiões pagãs primitivas.

Em um artigo publicado em 19 de outubro de 1992, no jornal mexicano *El Día Latinoamericano* Frei Betto afirmou que a conquista foi um genocídio e que, "com o cristianismo, todo um sistema cultural, político e econômico se impõe no Novo Mundo" e que, na primeira evangelização, "predominou a teologia da dominação". Entretanto, na prática, Frei Betto não se interessa muito em promover a verdadeira justiça, mas a luta de classes. Em setembro de 1990, em um artigo publicado na revista "Tempo e Presença", ele afirma que "o grande desafio que enfrenta hoje a humanidade é encontrar uma alternativa ao capitalismo e ao socialismo estatocrático. Não se trata de encontrar uma 'terceira via', já que não há alternativa para a supressão da pobreza em que vivem dois terços da humanidade fora da socialização dos bens da terra e dos frutos do trabalho humano".

Por sua vez, Boff, que abandonou há pouco a Igreja Católica, promove o retorno ao pelagianismo e ao paganismo indígena primitivo. Em seu recente livro "América Latina: da Conquista à Nova Evangelização", ele apóia a Legenda Negra e diz que a Conquista foi um genocídio, embora ele promova o genocídio ao afirmar que a defesa do meio ambiente constitui um novo "paradigma de desenvolvimento", que deve sacrificar tudo em prol do respeito à natureza e à sagrada Mãe-Terra. Boff é explícito e afirma que, "na relação desenvolvimento-ecologia, deve-se optar sempre pela ecologia, inclusive à custa do desenvolvimento". Boff diz também que se deve resgatar a "identidade (indígena) sufocada pela cultura européia e a religião cristã".

Em sua carta pública em que renuncia ao sacerdócio, publicada em 29 de junho de 1992, Boff afirma: "Quero, com meu trabalho intelectual, empenhar-me na construção de um cristianismo indo-afro-americano inculturado nos povos, nas peles, nas danças, nos sofrimentos, nas alegrias e nas línguas de nossos povos como resposta ao Evangelho de Deus".

Em uma entrevista publicada no jornal *El Día Latinoamericano* em 7 de setembro de 1992, Boff disse que "*deve-se recordar sempre que o cristianismo é uma versão ocidental da fé*. E o Ocidente é um acidente. Não representa a totalidade da experiência humana".

Bispos contra o Quinto Centenário

Influenciados pela Teologia da Libertação ou pelos próprios promotores da mesma, alguns bispos ibero-americanos se lançaram contra a celebração do Quinto Centenário e adotaram posições indigenistas, em alguns casos mais que heterodoxas, como ocorreu com os bispos da Guatemala.

Segundo um informe da agência cubana Prensa Latina, o bispo de Crateús, Brasil, Antonio Fragoso, afirmou que "mais de 200 bispos do Brasil consideram necessário trocar o vocábulo descobrimento por invasão quando se falar da chegada dos europeus e da Igreja Católica a este continente, em outubro de 1492". O informe, publicado na edição de junho-julho da revista cubana *Soberanía* acrescenta que monsenhor "Fragoso reiterou que o chamado descobrimento nos livros de história deve ser entendido como uma invasão desrespeitosa que causou o genocídio de quase 70 milhões de índios que habitavam estes lugares".

Talvez, um dos fatos mais graves nesse

14

340 3 / 99

sentido tenha sido a carta emitida pela Conferência Episcopal da Guatemala (CEG) questionando a celebração do Quinto Centenário e exaltando a religião pagã dos maias. Na carta, emitida em 27 de agosto de 1992, a CEG, presidida por monsenhor Gerardo Flores, pede "perdão aos nossos irmãos indígenas" e diz, na linha da Legenda Negra, que os povos indígenas foram "privados violentamente e submetidos à dura escravidão" com a tolerância do "Patronato Real, que limita o zelo apostólico dos primeiros missionários e pretende calar suas vozes em defesa do índio".

Na carta, a CEG também afirma que a religião maia dava uma explicação satisfatória do Cosmos e da vida e que os missionários não aproveitaram a vantagem destas "sementes do Logos", porque nunca superaram a falsa idéia de que a cultura européia era melhor do que a indígena.

Embora sem chegar a esses extremos, a Igreja Católica da Bolívia se absteve de celebrar o Quinto Centenário.

Indigenismo e defesa do Sendero Luminoso

O peruano Gustavo Gutiérrez, chamado o "pai da Teologia da Libertação" na Ibero-América, diz que muito poucos missionários compreenderam a cultura dos aborígenes. Em uma entrevista publicada na revista peruana *Caretas* em 15 de outubro de 1992, Gutiérrez atacou o "etnocentrismo" da primeira evangelização e afirmou que "os (missionários) que acreditavam que se tinha, inclusive, que adentrar o mundo religioso indígena e valorizá-lo são realmente poucos. Bartolomeu de las Casas é realmente um dos poucos. Ele faz um grande esforço, por exemplo, para explicar como os astecas podiam oferecer sacrifícios humanos. Era algo que horrorizava aos europeus da época. Era algo que lhes dava razão quando alegavam que lutavam contra os astecas para libertar as vítimas condenadas ao sacrifício. De las Casas diz: eu, como cristão, não posso aceitá-lo, mas trato de compreender. O que estão fazendo essas pessoas? Estão oferecendo a Deus o mais alto valor humano, que é a vida humana".

Segundo um informe da agência EFE, de 17 de outubro de 1993, o jornalista peruano Pepe Mejía, refugiado na Espanha e assinalado pelo presidente Alberto Fujimori como um dos propagandistas europeus do Sendero Luminoso, é assinado, entre outros, pelos destacados teólogos da libertação Benjamin Forcano e Giulio Girardi, o primeiro introdutor desta "teologia" marxista na Ibero-América e um dos que mais influiu na obra de Gustavo Gutiérrez.

América Libre, órgão do FORO DE SÃO PAULO

Os três primeiros números de *América Libre*, o órgão de difusão do Foro de São Paulo, confirmam o fato de que esta coalizão transnacional de terroristas esquerdistas criada pelo Partido Comunista de Cuba, em 1990, não é mais que a neta do projeto satânico empreendido, no século passado, pelas redes maçônicas ligadas a Giuseppe Mazzini (particularmente, as suas Jovem Europa, Jovem Itália etc.), que também produziram Karl Marx, Bakunin e outros.

A própria introdução do terceiro número da revista revela tudo. Nela, é citado o discurso de seu diretor, o teólogo da libertação brasileiro Frei Betto, ao apresentar a revista no IV Encontro do Foro de São Paulo, em Havana, em junho de 1993: .

"Companheiro Fidel Castro. Queridas companheiras e companheiros da América Latina e de outras regiões do mundo. Eu consegui realizar um sonho, que, talvez, apenas os burgueses podem fazer, que é ser o diretor de uma transnacional, que é justamente a revista que temos o prazer de apresentar a vocês. É uma revista, talvez, pretenciosa, porque vem na tradição da revista *Nuestra América* de José Martí e, também, da revista *Amauta* editada no Peru por José Carlos Mariátegui. Talvez, *América Libre* seja hoje a única revista latino-americana feita em vários países, porque é pautada no Brasil, editada na Argentina, a impressão é feita no Chile e distribuída não apenas em quase todos os países do continente, como também nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Ocidental.

"A revista surgiu em Rosario (Argentina), em junho de 92, em um evento que comemorava o aniversário do companheiro Ernesto Che Guevara, que é o inspirador da nossa proposta.

Vale recordar que José Martí foi um importante membro da loja maçônica Propaganda Um, de Mazzini, em Cuba, e que ajudou a "libertar" Cuba da Espanha em coordenação com os maçons norte-americanos de Albert Pike, alto chefe maçom e um dos criadores da Ku Klux Klan. A revista *Amauta* dirigida por José Carlos Mariátegui, o fundador do Partido Comunista do Peru, reunia importantes maçons e indigenistas de toda a Ibero-América e da Europa. As atividades deste grupo eram coordenadas a partir de Buenos Aires, São

Paulo e México e sua meta era a destruição da matriz cultural católica da Ibero-América, difundindo a Legenda Negra, tal como faz hoje em dia o Sendero Luminoso e como faz o próprio Foro de São Paulo.

O Conselho de Redação

A composição do Coselho de Redação de *América Libre* mostra algumas das cabeças da hidra do Foro de São Paulo e demonstra, também, parte de seus métodos de infiltração e encobrimento.

O diretor da revista é o irmão leigo dominicano Carlos Alberto Libânio, conhecido como **Frei Betto**, o famoso teólogo da libertação brasileiro, promotor da Legenda Negra, amigo pessoal e biógrafo de Fidel Castro e "assessor espiritual" de Lula. Entretanto, Frei Betto é também um notório malthusiano e, em seu discurso em Havana, afirmou que "todos nós vivemos num barco chamado planeta Terra e os recursos para manter a saúde dos passageiros do barco, que, em alguns anos, serão bilhões de pessoas, são limitados. Portanto, por razões aritméticas, se não formos capazes de compartilhar estes recursos, criaremos uma humanidade nascida para morrer".

A secretária de redação é **Claudia Korol**.

Os teólogos da libertação estão amplamente representados no Conselho de Redaçao da revista. Além de Frei Betto, destaca-se o também brasileiro **Leonardo Boff**, um ex-franciscano que, em 1993, abandonou a Igreja Católica e é um notório promotor do ecologismo e do retorno ao paganismo primitivo.

Também figuram no conselho os teólogos da libertação sandinistas **Fernando Cardenal** e **Miguel D'Escoto**.

Outro membro do conselho é o pedagogo brasileiro **Paulo Freire**, membro fundador do PT e estreito colaborador da Teologia da Libertação, particularmente no Brasil e na Nicarágua, cujo destrutivo sistema educativo ele praticamente dirigiu durante o regime sandinista.

No conselho, há quatro mexicanos:

Alonso Aguilar Monteverde, um velho marxista, discípulo de Narciso Bassols (que, como secretário de Educação, impôs no México a educação socialista e a educação sexual em todas as escolas), entrincheirado na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Monteverde andava, há tempos, relegado a um merecido ostracismo mas, agora, parece que querem ressuscitá-lo. **Pablo González Casanova**, ex-reitor da UNAM e ex-diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da universidade, que, nos anos 60, introduziu no México o guru da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse.

Adolfo Gilly, o trotskista argentino radicado no México há três décadas e, atualmente, guru de Cuauhtémoc Cárdenas no Partido da Revolução Democrática (PRD). Gilly é um dos que mais abertamente têm promovido o programa do Foro de São Paulo: o pagamento da dívida externa o não-enfrentamento dos banqueiros usurários, organização com base em grupúsculos de todo o tipo e no pluralismo total - desde a homossexualidade e o lesbianismo aos movimentos ecologistas e pró-aborto.

Carlos Núnez Hurtado, a quem a revista apresenta no número 2 como um arquiteto residente na cidade de Guadalajara e "diretor-geral do INDEC e presidente do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina)".

Outros membros do conselho são:

Schafick Jorge Handal, veterano dirigente comunista e líder da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, que, entre outras coisas, negociou com o Departamento de Estado o apoio dos Estados Unidos para dobrar o governo e as Forças Armadas de El Salvador.

Gilberto Carvalho, secretário-geral do PT.

Há dois secretários-gerais de partidos comunistas:

Gilberto Vieira, do Partido Comunista da Colômbia; e **Narciso Isa Conde**, do Partido Comunista da República Dominicana.

Também é notória a presença de personagens como o chileno **Pedro Vuskovic**; de **Gerard Pierre Charles**, líder comunista haitiano residente no México há vários anos; o peruano pró-senderista **Javier Diez Canseco** e **Nils Castro**, líder do PRD do Panamá e peça-chave na COPPAL, cujo principal membro e fonte de apoio é o Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano.

Os demais membros do conselho são:

Luis Brunati, **Patricio Echegaray**, **Miguel Monserrat**, obispo **Federico Pagura**, **Lisandro Viale**, **Néstor Vicente** e **David Vinas** (Argentina); **Chico Buarque de Holanda**, **Antonio Candido**, **Roberto Drummond**, **Luis Eduardo Greenhalgh**, **Fernando Morais** e **Emir Sader** (Brasil); **Manuel Cabieses** e **Volodia Teitelboim** (Chile); **Daniel Camacho** (Costa Rica); **Fernando Martínez Heredia** (Cuba); **Osvaldo León** (Equador); **Guillermo Toriello Garrido** (Guatemala); **Joel Cazal** (Paraguai); **Hugo Cores** (Uruguai); **Alí Rodríguez** (Venezuela, Causa R).

16 9406799

Pablo Medina: o comunismo oculto do Causa R

Em uma entrevista de *América Libre* com **Pablo Medina**, publicada no número 2 (abril-maio de 1993) da revista, o secretário-geral do partido venezuelano **Causa R** reflete os típicos métodos de encobrimento da maioria dos partidos que são membros do Foro de São Paulo.

"No transcorrer do tempo, nós nunca propusemos o socialismo como bandeira na Venezuela. Primeiro, porque o MAS (Movimento ao Socialismo) já o tinha levantado. Segundo, porque nos parecia inviável propô-lo, já que, na Venezuela, a luta armada gerou um sentimento anticomunista muito forte", afirma Medina. Em seguida, acrescentou: "As origens do Causa R devem ser situadas no final da década de 60, quando coincidiram vários fatores, entre eles o IV Congresso do Partido Comunista (da Venezuela), onde tinha que ser feito o balanço da luta armada (na Venezuela)". Medina assinala que o PCV foi "um partido que foi à luta armada como poucos PCs na América Latina" e diz que ele e alguns outros - "éramos apenas 12 pessoas" - deixaram o partido e criaram o Causa R.

"A idéia era gerar um movimento de massas...Aqueles doze se dispersaram entre trabalhos na Universidade de Caracas, nos bairros pobres. Eu fui trabalhar como operário na Guiana...Comecei a trabalhar na SIDOR, em fornos elétricos...em 15 de fevereiro de 1972..." Logo em seguida, Medina e seus companheiros tomariam o sindicato da SIDOR (Siderúrgica do Orenoco), de onde sairia o líder sindical Andrés Velásquez, candidato presidencial do Causa R nas eleições de dezembro de 1993.

Lula e a nova intentona comunista no Brasil

Tudo indica que 1994, quando estão programadas eleições presidenciais no Brasil, será o ano que verá a culminação de um lento, mas sistemático processo de decomposição institucional no país. Trata-se de um estado mórbido, cuja origem foi a crise da dívida externa, deflagrada com a chamada "revolução Volcker", em 1979, quando o então presidente do Sistema da Reserva Federal dos EUA, Paul Volcker, decidiu elevar arbitrariamente as taxas de juros para transferir aos países do setor em desenvolvimento e aos próprios setores industriais das nações avançadas o peso das manobras especulativas em curso no mercado financeiro internacional, para sustentar o cadáver do sistema de Bretton Woods.

Tal processo de decomposição se expressa nitidamente no desmoronamento das instituições nacionais, vítimas da corrupção desenfreada que se alimenta de um sistema no qual o sentido de justiça foi eliminado. A sociedade como um todo, influenciada por uma "partidocracia" corrupta, que transformou a democracia numa câmara de compensações, começa a descer a um mundo "hobbesiano", no qual, por um lado, se encontra uma minoria de indivíduos cada vez mais egoístas que buscam a perpetuação de seus privilégios a qualquer custo, contra tudo e contra todos, ao passo que uma imensa massa de marginalizados constituem as vítimas dos que alimentam o ódio social e a luta de classes. Assim, as políticas neoliberais, impostas indiscriminadamente sob o governo do presidente Fernando Collor de Mello, alimentam o crescimento da besta comunista oculta nas fileiras do Partido dos Trabalhadores (PT), sob as batinas maculadas dos teólogos da libertação marxista. Neste caso, os neoliberais e os marxistas se revelam como as duas faces da mesma moeda.

Esse é o cenário que se apresenta para as eleições programadas para outubro de 1994, para as quais as pesquisas preliminares indicam um claro favoritismo do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o que, em face do colapso dos demais partidos, deixa as Forças Armadas como a única instituição encarregada da resistência à tendência de destruição do Estado nacional brasileiro.

O PT e a tese comunista da "frente popular"

Escudado no que se convencionou denominar uma "acomodação pragmática", o PT oculta uma estratégia moldada nas velhas teses comunistas da "frente popular", promovidas na década de 30 pelas lideranças da Terceira Internacional, a mesma que comandou, simultâneamente, a insurreição "socialista" que levou à Guerra Civil Espanhola e a Intentona Comunista no Brasil, em 1935, que visava à derrubada do líder nacionalista Getúlio Vargas e à imposição de uma ditadura comunista no Brasil. Simplificando, o PT se propõe à tomada violenta do poder, utilizando como disfarce o "cavalo de Tróia" de uma clássica "frente popular" leninista.

Entretanto, a estratégia da "frente popular" do PT não resultou de uma luta faccional entre moderados e radicais dentro do partido, como alguns ingênuos mal-informados - ou alguns mal-intencionados - pretendem apresentar, tanto

9406799

nas publicações do partido como nos meios de comunicação nacionais. A verdade é que tal estratégia constitui uma linha ditada pelo chamado Foro de São Paulo, uma coalizão de diversas organizações narcoterroristas e pró-terroristas da Ibero-América coordenada por Cuba, à qual pertence, proeminentemente, a atual liderança do PT e por meio da qual vem sendo coordenada a ofensiva política que pretende que 1994 seja o ano do rompimento dos atuais Estados nacionais soberanos, abrindo caminho a tiranias neocomunistas.

Na realidade, o Foro de São Paulo - e o PT, como o seu protótipo de partido - constitui um engendro de inteligência produzido pela convergência de três movimentos interrelacionados.

1) Em primeiro lugar, o Foro de São Paulo retoma, décadas depois, os esforços do Comintern (a Terceira Internacional Comunista), comandados pelas lideranças soviéticas em Moscou - e de trágica memória para a história brasileira -, para aniquilar o Estado nacional brasileiro. Da mesma forma que o seu atual avatar, a Terceira Internacional utilizou a propaganda das divisões étnicas e raciais, utilizando para tanto as teorias e os exércitos de antropólogos, etnólogos e indigenistas treinados na França, Inglaterra e Estados Unidos, para converter os Estados nacionais soberanos num mosaico de nações balcanizadas e etnias "independentes".

2) O Foro de São Paulo é o herdeiro legítimo da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), entidade comunista continental fundada em agosto de 1967, em Havana, pelos serviços de inteligência cubanos dirigidos por Moscou, para coordenar todos os esforços dos grupos guerrilheiros e terroristas regionais que, na década de 60 e no início da de 70, pegaram em armas contra os governos de seus países, sob a inspiração das teorias "foquistas" internacionalmente propagandeadas por Che Guevara e Régis Debray. No Brasil, as tentativas insurgentes ocorridas na época foram coordenadas por intermédio da OLAS a partir de Havana. Foi em Cuba que Carlos Marighella realizou o seu treinamento específico para a guerrilha e escreveu o folheto "Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil", que se converteria no principal manual dos grupos insurgentes de todo o continente e motivo de estudos sobre guerra irregular por estrategistas de todo o mundo, particularmente o general e professor alemão Friedrich August von der Heydte, em seu livro "A guerra irregular moderna", publicado em vários países, inclusive no Brasil (Biblioteca do Exército Editora, 1990).

Na época, a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Marighella, atraiu ao Brasil vários frades dominicanos pertencentes às redes da chamada "Igreja popular" ou "cristãos pelo socialismo", como eram chamados no Chile, durante o governo de Salvador Allende, os adeptos da Teologia da Libertação marxista. Entre estes, destacava-se o Irmão leigo Frei Betto, atualmente o principal assessor e guia espiritual de Lula, além de diretor da revista do Foro de São Paulo, *América Libre*.

3) O anterior nos leva à mais importante engrenagem do Foro de São Paulo, as redes da Teologia da Libertação marxista, que constitui a alma da estrutura de crenças ou ideologia do movimento. Entre outros pontos, esta é uma espécie de bizarra teologia do movimento neocomunista continental congregado no Foro de São Paulo, cuja figura principal é, indiscutivelmente, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo e um dos principais articuladores da campanha presidencial de Lula e da estratégia da "frente popular" para as eleições de 1994.

Dom Paulo Evaristo Arns e o PT

A vinculação do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns com as redes dos supostos defensores dos direitos humanos ocorre há décadas, no que vem sendo uma perfeita cobertura para a defesa de operações terroristas no continente.

O PT é o exemplo mais acabado de estrutura de partido que o Foro de São Paulo pretende implementar em todo o continente, como, efetivamente, foi reconhecido pelo próprio Lula, em entrevista a Frei Betto para o número de abril-maio de 1993 da revista *América Libre*: "No Brasil e no continente, o PT é o primeiro partido que surge com o objetivo de constituir-se como partido de massas, tendo a visão de que a vanguarda da massa é a própria massa e não meia dúzia de iluminados. Na América Latina, a esquerda nunca soube, por exemplo, trabalhar com a questão religiosa. O PT nasceu de uma grande parceria do movimento religioso, ou seja, das comunidades eclesiais de base, dos setores progressistas da Igreja, de padres e monjes progressistas", disse Lula.

"O nosso partido - prossegue o presidente do PT - tem uma coisa que poderia ajudar os nossos companheiros da esquerda latino-americana: a convivência dentro da diversidade, a convivência democrática entre correntes políticas com pensamentos diferentes, entre cristãos e ateus, marxistas e não-marxistas, pessoas altamente intelectualizadas e aquelas que trabalham no campo, no cabo da enxada, pequenos e médios empresários e trabalhadores. Esta convivência democrática, algumas vezes conflituosa, convulsionada, é a grandeza do PT".

18 94 6 7 00

É fácil perceber que, se essa "grandeza do PT" chegar ao poder no Brasil, em 1994, tendo à frente a figura de Lula, comparável a um alcaide quase analfabeto, este fato provocará a maior crise estratégica que o Brasil e, talvez, todo o continente, venha a experimentar desde as guerras de Independência. Isto significará a ativação súbita de todos os projetos políticos engendrados para provocar um câmbio de paradigma cultural que representará a destruição do Estado nacional soberano, de suas Forças Armadas e, *ainda mais grave, a destruição da* matriz cultural cristã.

A "Frente Popular" do PT

Após a derrota eleitoral do PT, em 1989, *quando o país elegeu Fernando Collor de Mello* por receio da vitória de Lula e depois que Frei Betto reconstruiu a "personalidade revolucionária" *de Lula, que sofreu uma profunda* depressão patológica devido às revelações das mazelas de sua vida íntima durante a campanha eleitoral, a liderança do PT e seus aliados começaram, simultâneamente à formação do Foro de São Paulo, em 1990, a idealizar uma estratégia capaz de eliminar as resistências para a sua ascensão ao poder entre setores empresariais e, *particularmente, nas Forças Armadas*, com vista às eleições de 1994.

Desde o princípio, a idéia foi agregar numa grande frente popular as forças por eles consideradas progressistas, o que inclui uma aliança com os grupos neoliberais do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), cujo quadro mais importante é o atual ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, membro proeminente do Diálogo Interamericano e com quem o PT mantém relações cordiais desde, pelo menos, 1979, quando os sindicatos comandados por Lula, em São Bernardo do Campo, São Paulo, apoiaram a sua candidatura ao Senado Federal, com as bênçãos do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns.

Sob essa nova manobra "tática", Lula aceitou o convite e as diligências de Fernando Henrique Cardoso para ingressar no Diálogo Interamericano, em 1990. Ademais, em dezembro de 1992, o PT passou à condição de membro observador da Internacional Socialista, em cerimônia realizada em Paris, durante a qual o presidente da instituição, Pierre Mauroy, declarou que se Lula "for candidato à presidência da República em 1994, irei ao Brasil fazer campanha por ele".

Na mesma ocasião, Lula se reuniu em Paris com o proprietário das Organizações Globo, Roberto Marinho, aproveitando o ensejo de que ambos participaram das comemorações oficiais do governo francês sobre o quinto centenário da Descoberta da América, evento organizado pelo ministro da Cultura Jack Lang e por Régis Debray. Após este encontro parisiense, Lula aceitou visitar o seu até então arqui-inimigo em seu próprio quartel-general, na Rede Globo de Televisão. O teor da reunião foi recheado de cínicas acusações mútuas sobre a responsabilidade da eleição de Fernando Collor de Mello, então já em desgraça.

Durante esse período, o sociólogo Francisco Weffort, ex-secretário de Relações Exteriores do PT e um de seus fundadores, após retornar de uma prolongada temporada em Washington, como bolsista do Woodrow Wilson Center, vinculado ao aparato "progressista" do Departamento de Estado e do Diálogo Interamericano, começou os primeiros contatos com grandes empresários e banqueiros nacionais e estrangeiros para vender a "nova imagem" de Lula e do PT. Ao mesmo tempo, o novo secretário de Relações Internacionais do partido, Marco Aurélio Garcia, começou a coordenar a elaboração de um programa de perfil social-democrata, menos radical, mais de acordo com a "nova cara" do PT e que está sendo apresentado como a base da política de alianças. Garcia é um membro do conselho diretor do Foro de São Paulo.

Em meados de abril de 1993, Lula, acompanhado de Garcia, viajou a Washington para participar da conferência "Opções da América Latina: comitê e candidatos presidenciais para 1993-1994", realizada na Universidade de Princeton e patrocinada pela Escola Woodrow Wilson de Relações Públicas e Internacionais, que reuniu os principais candidatos do Foro de São Paulo em todo o continente. Por ocasião da visita, o Diálogo Interamericano organizou uma série de encontros entre tais candidatos e vários funcionários do recém-empossado governo do presidente Bill Clinton e outros "notáveis", como o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, que foi o anfitrião de um jantar para Lula. Também merece destaque uma reunião que Lula manteve com o então secretário-adjunto para Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, Bernard Aronson, que elogiou as iniciativas brasileiras de ratificar o acordo quadripartite sobre energia nuclear, estabelecido com a Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica - cujo efeito prático será a submissão de ambos os países ao regime de *apartheid* tecnológico imposto pelos países do G-7. Em face das declarações de Aronson, Lula afirmou que o PT sempre lutou pelo controle da energia nuclear.

Monetarismo proletário

Em sua mensagem de fim de ano de 1993, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns,

19 940629

capelão das fileiras da Teologia da Libertação em todo o continente ibero-americano e defensor público de terroristas, definiu a política de alianças que, imagina, levará Lula à vitória nas eleições presidenciais de 1994.

Segundo ele, Lula somente pode unir "30 por cento dos votos", pelo que recomenda alianças políticas, entre outras, com o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), de que é membro proeminente o atual ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a quem apoiou. "Temos um ministro de grande confiança e da maior competência. Trabalhei com ele por mais de 15 anos e sei que, além de hábil, é sábio e perseverante", enfatizou o cardeal Arns, dando total apoio a Cardoso em sua tentativa de impor ao país um draconiano programa de austeridade, em nome da estabilização econômica.

Com a bênção "ecumênica" neoliberal do cardeal Arns, que acomodou suas convicções a uma espécie de "monetarismo de libertação", os líderes do PT e do PSDB já estão trabalhando sobre a possibilidade de uma aliança político-eleitoral para 1994, a qual começa pela criação de "condições de governabilidade" para que Cardoso imponha o seu programa recessivo.

Essa "acomodação pragmática" do PT e de Lula está em consonância com o que as elites anglo-americanas vêm articulando para evitar que o colapso do modelo econômico neoliberal imposto na última década não produza uma insurgência nacionalista que destrua os seus interesses de longo prazo. Tal intenção pode ser claramente percebida em um artigo de Susan Kaufman Purcell, vice-presidenta da Sociedade das Américas, de David Rockefeller, publicado no boletim *Investment Review*, publicado pelo West Merchant Bank, no qual descreve um giro do neoliberalismo rumo a um "social-liberalismo", como definido pelo presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, particularmente em países como a Venezuela e o Brasil.

Segundo o jornal "Gazeta Mercantil", de 13 de dezembro de 1993, Purcell considera a possibilidade de uma tal alternativa "pragmática" de um Governo Lula no Brasil, advertindo que "as realidades econômicas globais irão empurrar (o PT) na direção de uma posição intermediária, que combine gastos sociais com políticas econômicas e fiscais responsáveis".

Efetivamente, Lula e o PT já vêm demonstrando grandes qualidades de genuflexão "pragmática". Por exemplo, em 13 de dezembro de 1993, Lula manteve uma reunião de mais de cinco horas com membros da Câmara Americana de Comércio, na qual, falando na condição de virtual presidente da República, mencionou a necessidade de se alterar o artigo 171 da Constituição, que trata do ingresso de capital estrangeiro no Brasil. Em reuniões anteriores Lula teve que desmentir os pontos programáticos radicais do PT, afirmando que o seu programa de governo ainda não está definido. Segundo o jornal "Tribuna da Imprensa", Lula foi homenageado pela Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria com um almoço em um dos mais requintados clubes do Rio de Janeiro.

Essa "qualidade" de acomodação às demandas do *Establishment* anglo-americano valeu a Lula um artigo de destaque na edição de 27 de dezembro de 1993 do jornal *The New York Times*, no qual a "transformação" neoliberal de Lula é posta em destaque: "Em pessoa, o Sr. Da Silva é muito mais flexível do que as publicações do seu partido. Ainda que esquerdistas doutrinários tenham vencido em um congresso do partido, em junho, o prestígio pessoal do Sr. Da Silva lhe dá autonomia para adotar um curso mais centrista, forçando alianças com partidos de centro-esquerda. 'Não tenho nada contra o capital estrangeiro', disse, referindo-se a uma série de reuniões recentes com empresários nacionais e estrangeiros. 'Nenhum tema está fechado. Tudo pode ser discutido'".

Em dezembro de 1992, Lula apresentou ao presidente Itamar Franco, como parte de um programa de emergência, a "brilhante" proposta de utilizar parte das reservas cambiais do país para adquirir títulos do Governo dos Estados Unidos, que seriam dados em garantia aos credores internos que aceitassem alargar os prazos dos seus títulos da dívida. Na realidade, isto configura uma versão "proletária" dos planos de dolarização promovidos pelos bancos internacionais que controlam a Reserva Federal dos EUA, que o ministro Fernando Henrique Cardoso tem se esmerado em implantar.

Na verdade, tais propostas não surpreendem, já que, historicamente, como partido internacionalista, o PT não defende como princípio a noção do Estado nacional soberano, o que mais facilmente o leva a coincidir com o liberalismo mais radical. Um exemplo disto pode ser visto nas declarações do deputado José Dirceu, um ex-terrorista e fundador do partido, no X Seminário Nacional de Mercado Aberto, organizado em junho de 1993 pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA). Perante uma audiência de banqueiros, Dirceu não ocultou que o PT compartilha a visão comunista que inspirou a Intentona de 1935 contra o presidente nacionalista Getúlio Vargas. "Não somos responsáveis por esse Estado corporativo militar. Quem o organizou e constituiu foi a ditadura Vargas, o nacionalismo da década de 50 e o regime militar. Não foi a esquerda, não

20

9409799

foram as idéias e propostas do PT...Queremos, literalmente, desmantelá-lo e organizá-lo a partir dos pontos de vista partidário, patrimonial, fiscal e administrativo...Não temos compromissos com o setor produtivo estatal, tal como foi organizado nas décadas de 50, 60, 70 ou 80...Portanto, estamos abertos a discutir o projeto de privatização", concluiu Dirceu diante de uma platéia entusiasmada por tais manifestações do que bem pode ser chamado "monetarismo proletário".

A tomada violenta do poder

Apesar de toda a maquiagem que os líderes do PT tentam aplicar a si próprios, eles não conseguem ocultar a verdadeira face da besta comunista que habita entre as hostes do partido, que se amamenta com doses crescentes da Teologia da Libertação marxista. Na entrevista com Lula anteriormente mencionada, Frei Betto o questiona sobre se o "PT abandonou o seu objetivo primordialmente socialista e se tornou social-democrata ou se mantém como partido potencialmente revolucionário, socialista". Lula respondeu que "a maioria dos nossos militantes continua entendendo que o socialismo é a coisa mais importante para a Humanidade...Entretanto, o PT está conseguindo distinguir o que é o seu projeto estratégico, sua utopia e seu programa de governo...Este programa não pode, obviamente, ser a nossa utopia, nosso sonho...Cuba continua significando a utopia de milhões de pessoas, é preciso defender não apenas uma revolução ocorrida em 1959...A Nicarágua é muito importante para a esquerda e o PT. A Frente Sandinista nos ensinou a convivência com o pluralismo e como chegar ao poder sem cometer nenhum gesto de autoritarismo (sic)...Hoje, a economia é muito interdependente e o PT aprendeu com o sandinistas que é preciso não apenas ter uma grande organização de base, democratizar ao máximo as suas relações, como também estabelecer relações internacionais com muito mais eficácia, para obter a solidariedade que muitas vezes nos é negada".

Ainda mais claras do que Lula são as próprias resoluções do PT, tomadas no seu VIII Encontro Nacional, realizado em junho de 1993, nas quais reconhecem que "o PT luta para conquistar o governo central como elemento chave da disputa de hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira. Não confundimos o governo com o poder, que é muito mais amplo e enraiza-se no conjunto das relações econômicas e sociais. Nem tampouco confundimos o programa do governo Lula com a realização global do projeto estratégico alternativo do PT, que supõe uma alteração mais radical das relações políticas e sociais. Mas a conquista do governo deve estar a serviço dessa perspectiva, mediante a construção de um novo modelo econômico, político e social...O PT reafirma, assim, que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo a partir de uma base popular e de uma maioria eleitoral são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores, voltado para atender às necessidades concretas do povo e na perspectiva do socialismo".

Essa mesma idéia da "hegemonia dos trabalhadores" e a luta de classes é reiterada em várias formas no documento "Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo Lula-94", emitido pelo Diretório Nacional do PT em outubro de 1993.

Na realidade, o que estamos vendo nessa suposta transformação do PT é a velha tese leninista das "duas táticas da social-democracia", na qual convivem "todas as formas de luta", desde a luta parlamentar, encabeçada pelas facções mais orientadas para a social-democracia, até as formas mais radicais das diversas tendências e forças existentes no interior do partido.

Para ilustrar esse ponto, basta citar a Frei Betto, que, em 1988, numa entrevista publicada no livro "Sinal de Contradição", afirmou: "Não se justifica, hoje, no Brasil, a luta armada. Por que? Porque há uma série de formas legais e legítimas de luta. Entretanto, pode ser que daqui a 10 anos, de novo, a burguesia brasileira nos impeça qualquer tipo de reivindicação do nosso espaço político, dos nossos direitos econômicos. São eles que nos impõem este caminho. Não somos nós que o escolhemos. E não podemos cair na ingenuidade de crer que um grupo de favelados tem condições de enfrentar a polícia. Assim é que eu entendo o Evangelho, quando indica dar a outra face. Dar a outra face significa medir qual é a força que se tem. E não cair na ingenuidade de uma operação suicida, que seria, por exemplo, tentar resistir com pedras e paus a uma polícia que está superarmada".

Na atual situação, tais declarações têm um significado maior, já que as favelas das grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, estão totalmente dominadas por narcotraficantes organizados e estão fortemente armadas. Nelas, também existe um nível de organização impressionante, como ficou demonstrado com os famosos "arrastões" nas praias do Rio de Janeiro e outras cidads, nos últimos anos. É indiscutível que o PT pretende intersectar este processo, aliar-se a ele e aproveitá-lo para os seus fins violentos. Desta maneira, chegarão também ao coração das grandes cidades brasileiras, com base em um vínculo potencial já existente com o

27 940S799

narcotráfico organizado.

As Comunidades Eclesiais de Base e as ONGs

Além da ampla base sindical, congregada na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a grande massa da militância do PT se origina das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), controladas pelos teólogos da libertação marxista. O PT utiliza as CEBs da mesma maneira como os teólogos da libertação o fizeram na Nicarágua, formando com suas bases comitês de apoio à revolução sandinista.

A experiência das CEBs tem constituído a base para a atual Campanha contra a Fome, auspiciada pelo governo sob a inspiração do programa mexicano Solidariedade e comandada pelo sociólogo Herbert de Souza - também conhecido como Betinho - e pelo bispo marxista Dom Mauro Morelli, protegido do cardeal Dom Evaristo Arns. A campanha tem sido dirigida para a criação de Comitês de Ação pela Cidadeania, nos quais se integram, além das CEBs, uma multidão de Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre as quais a CUT desempenha um papel proeminente e que, por ocasião das eleições, funcionarão como comitês de apoio à campanha presidencial de Lula - uma grande organização de massas atuando sob os princípios da luta de classes. O crescimento das ONGs no Brasil foi um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992.

Por outro lado, Herbert de Souza dirige o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), uma verdadeira central de inteligência para o PT e esse novo movimento de massas. O IBASE foi criado há 12 anos pela ala marxista da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, hoje, mantém um quadro de 100 analistas assalariados, contando com um orçamento anual declarado superior a um milhão de dólares, provenientes de mais de 40 fontes diversas, a maioria estrangeiras, desde organizações religiosas até as fundações Ford e MacArthur. O IBASE é considerado uma das mais importantes ONGs brasileiras.

Com a nova política de "frente popular", Betinho está planejando aumentar o volume de recursos provenientes das grandes fundações e empresas brasileiras. Isto pode ser constatado no Seminário Cidadania Participativa, organizado pela Fundação Roberto Marinho e a Fundação Brascan, esta última representante dos interesses de Edgar Bronfman no Brasil. No evento, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1993, Betinho foi a estrela principal, ao lado do banqueiro David Rockefeller, que, na ocasião, assegurou que, para os interesses anglo-americanos que ele representava, uma eventual vitória eleitoral de Lula não os ameaçava e comparou a sua campanha com a de Carlos Menem, na Argentina - que, recordemos, aplicou um programa de governo diametralmente oposto aos seus discursos de campanha.

Betinho, abundantemente financiado pelas grandes fundações do *Establishment* anglo-americano, é o protótipo do indivíduo cujas ações não obedecem, como ele mesmo tem declarado publicamente, a "nenhuma idéia de nação ou pátria".

A maquinaria das CEBs, das ONGs e organizações eclesiásticas, como a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da CNBB, passaram a formar parte da Central de Movimentos Populares, fundada em abril de 1993, com bases em 18 estados. Segundo o próprio Frei Betto, a nova central, com base em São Paulo, tem o propósito de aglutinar todo o espectro de movimentos da "Nova Era", desde os organismos de direitos humanos, discriminação sexual e racial, vítimas da radiação nuclear, miséria, feminismo, movimentos pró-Cuba, até os que se opõem ao pagamento da dívida externa.

Essa experiência brasileira de organização de massas é considerada pelos líderes do Foro de São Paulo como a principal contribuição do PT à "luta revolucionária" na Ibero-América e foi motivo de um longo artigo publicado na revista *América Libre* escrito por Gilberto Carvalho, secretário-geral do PT e membro do Conselho Editorial da revista. No artigo, intitulado "América: caminhos de construção da liberdade", Carvalho explica as novas organizações nas quais se expressa a luta de classes. Segundo ele, "fomos obrigados a compreender que, nesse continente, a estratégia de mudança real é, necessariamente, uma estratégia de maiorias. Compreendemos que o governo não é a totalidade do poder...A emergência de um sem-número de organizações populares, de expressões organizadas da sociedade civil, que foram surgindo sem "pedir permissão" nem ao poder estatal nem aos nossos partidos "dirigentes da revolução", nos desafiaram a um novo diálogo. A partir de então, o conceito de "democracia" passou a ter outro sabor...Ou seja, a radicalização da democracia, que abarca o econômico, o social, o político, exige uma revisão de nossa maneira de atuar politicamente, externa e internamente em nossos partidos".

Na realidade, a expressão "radicalização da democracia" vem sendo utilizada com o mesmo significado da luta de classes, organizada por intermédio da rede de ONGs. Carvalho agrega que "milhões entraram em cena. Ex-

22 940̃6/99

giram direitos ocultos. Construindo e arrancando na luta novos direitos. Armando em todos os países uma complexa rede de exercício da cidadania, que deu novo conteúdo à luta de classes, colocando-a num nível diferente".

Em seu artigo, Carvalho deixa transparecer a sua formação no campo da Teologia da Libertação e o papel das CEBs: "O que nasceu como defesa limitada da vida foi mais adiante. Ousou propor novas formas de produção, consumo, destruição (sic)..."

Finalmente, Carvalho revela a estratégia oculta por trás da política de alianças do PT: "É com tais projetos que podemos realizar alianças com outros setores sociais e partidos que nos possam assegurar a vitória e a governabilidade...Na realidade, devemos estabelecer um processo capaz de dar um choque na atual correlação de forças, liberando energias reprimidas, estimulando a recriação de um novo movimento socialista, amplo, de massas".

Dom Paulo Evaristo Arns, capelão do Foro de São Paulo

Ao analisar a trajetória do PT, não podemos deixar de lado a figura do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que, desde o final da década de 60, tem sido um protetor das redes terroristas do continente e um dos mais importantes propagandistas da Teologia da Libertação. Em 1971, ele defendeu Frei Betto e o grupo de dominicanos que foram julgados pela sua participação no movimento guerrilheiro de Carlos Marighela. O PT, efetivamente, cresceu sob a proteção de sua batina.

A partir daí, o cardeal Arns se converteu no principal foco de resistência ao governo militar, por intermédio de uma rede de organizações de direitos humanos, que, na prática, funcionavam como santuários de proteção para vários movimentos pró-terroristas. Esta atividade foi apoiada financeiramente, a partir da diocese de São Paulo, pelos interesses da família Schlumberger-DeMenil, sediada no Texas, que também financiou operações semelhantes na América Central, as quais resultaram no surgimento dos movimentos terroristas da região.

Um bom exemplo do papel desempenhado pelo cardeal Arns foi a sua atuação durante o sequestro do empresário Abílio Diniz, em 1989, no qual foi o intermediário nas negociações entre a polícia de São Paulo e os sequestradores, entre os quais se encontrava o casal canadense Christine Lamont e David Spencer. Na ocasião, descobriu-se que a operação do sequestro foi realizada por um grupo pertencente a uma rede internacional cuja dimensão ficou explícita quando, em maio de 1993, uma explosão destruiu o enorme arsenal subterrâneo que ela mantinha em Manágua, Nicarágua, no qual, além de uma grande quantidade de armamentos, a polícia local encontrou uma série de documentos comprometedores, que incluíam uma análise da situação política brasileira e uma lista de empresários passíveis de sequestro. Igualmente, os documentos demonstraram a vinculação dos dois canadenses que participaram do sequestro de Diniz com a rede continental.

Entretanto, a despeito das abundantes evidências contrárias, o cardeal Arns ativou vários de seus contatos políticos, entre eles o senador Eduardo Suplicy, do PT, para tentar extraditar para o Canadá o casal de terroristas-sequestradores, o que, na prática, os exoneraria tanto da pena de 20 anos de reclusão como de posteriores investigações policiais.

A relação do cardeal Arns com tais redes terroristas provém de sua estreita vinculação com o regime de Fidel Castro, a qual se gerou sob os auspícios do chamado "diálogo marxista-cristão", em finais da década de 60. A sua intimidade com Castro ficou explicitada por uma carta pessoal que enviou ao ditador cubano, por intermédio de Frei Betto, por ocasião das comemorações dos 30 anos da Revolução Cubana. "Cuba - declarou o cardeal Arns - pode sentir-se orgulhosa de ser em nosso continente...um exemplo de justiça social. A fé cristã descobre, nas conquistas da Revolução, os sinais do reino de Deus que se manifesta em nossos corações e nas estruturas que permitem fazer da convivência política uma obra de amor...Este é um momento de dor para quem faz de seu serviço episcopal um ato de amor efetivo para com os pobres. Entretanto, confio em que nossas Comunidades Eclesiais de Base saberão preservar as sementes da nova vida que foram semeadas".

Concluindo a sua carta, o cardeal Arns lamenta não ter podido visitar Castro e afirma: "Infelizmente, ainda não se deram as condições favoráveis para que se efetue o nosso encontro. Tenho a certeza de que o Senhor Jesus nos indicará o momento oportuno". Depois de converter Jesus Cristo num mero "assessor político", o cardeal Arns declara (referindo-se a Castro) que "o tenho diariamente presente em minhas orações e peço ao Pai que lhe conceda sempre a graça de conduzir os destinos de sua pátria", com o que outorgou-lhe a bênção para perpetuar-se eternamente no poder.

Não menos importantes são as relações do cardeal Arns com as redes brasileiras da ordem maçônica B'nai Brith e a sua agência de inteligência, a Liga Antidifamação (ADL), representada em São Paulo pelo rabino Henry Sobel, diretamente ligado ao chefe putativo da máfia sionista internacional, Edgar Bronfman. Outros representantes destas redes são os interesses

23 940S/99

das famílias Klabin-Lafer-Mindlin, cujas relações com a inteligência anglo-americana provém, pelo menos, desde o período imediatamente posterior à II Guerra Mundial, por meio do vínculo da família Klabin com as redes de inteligência dirigida por Sir William "Intrépido" Stephenson, particularmente, com o líder sionista Chaim Weizmann.

Dividir para destruir as Forças Armadas

O elemento de maior complicação da estratégia de alianças do PT é o que concerne ao papel das Forças Armadas no que supõe venha a ser o seu futuro governo. Efetivamente, um dos temas que mais tem tomado o tempo da intelectualidade petista é a interrogação sobre qual será a reação das Forças Armadas em face do triunfo presidencial de Lula, que já tem como certo. Na edição do terceiro trimestre de 1993 da revista oficial do partido, "Teoria e Debate", o líder do PT em Minas Gerais, Juarez Guimarães, escreveu um artigo comentando os erros da Unidade Popular no Chile, para que seu partido possa aprender as lições e evitar cometer os mesmos erros. "Lula continua Allende. 1994 não é o ano zero da esquerda latino-americana. A derrota da Unidade Popular está exatamente postada ali, entre nós e o futuro".

Em seguida, Guimarães assinala que "foi na relação com as Forças Armadas que o viés institucionalista da Unidade Popular se demonstrou mais trágico. O rígido apego à hierarquia, as concessões dadas aos golpistas, a ausência de uma estrutura mínima de inteligência, a exposição dos setores mais legalistas à repressão, a não utilização de mecanismos previstos, inclusive na Constituição, para armar uma rede de defesa civil, eram conseqüências de uma opção voltada a preservar a unidade e a hierarquia das Forças Armadas, com a esperança vã de neutralizá-las...todo o acúmulo político da Unidade Popular não se traduziu minimamente em capacidade militar".

Tendo essas lições frescas em sua memória, importantes líderes do PT vêm procurando uma aproximação com as Forças Armadas com o objetivo de apresentar-se em suas novas roupagens social-democratas e neutralizar, assim, uma ação dos militares contra a tomada comunista do poder e, inclusive, aproveitar a miséria ou o empobrecimento dos quartéis para provocar uma divisão. A estratégia é, explicitamente, tratar de dividir a as Forças Armadas, tentando anestesiá-las para que se esqueçam das raízes antimilitares e pró-comunistas do PT.

Porisso, não é de estranhar que um dos líderes do PT, César Benjamim, em uma entrevista publicada no jornal "Folha de São Paulo", em 3 de janeiro de 1994, faça promessas mirabolantes, incluindo a quadruplicação do orçamento destinado às Forças Armadas e apoiando os seus programas essenciais de tecologia e de segurança, como o projeto Calha Norte.

Essa estratégia militar do PT vem sendo esboçada desde antes das eleições presidenciais de 1989, como se percebe pelo seminário a respeito realizado pelo partido em em abril daquele ano. No evento, o principal assessor militar do partido, o coronel da reserva do Exército Geraldo Cavagnari Filho, um social-democrata vinculado ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas, recomendou que o partido deveria buscar os pontos de convergência com as Forças Armadas. "O PT tem a intenção de construir um Estado desejável, o Estado socialista. Os militares têm a intenção de construir um Estado desejável, a grande potência. Nada impede que um Estado socialista venha a se constituir em grande potência. Logo, a legitimidade de construção da grande potência não deve ser o objeto da discussão...A questão deve ser formulada nos seguintes termos: que potência queremos construir? Uma potência militar ou uma potência que privilegie o bem-estar social?" Cavagnari também recomendou que o PT evitasse levar o debate político-eleitoral aos quartéis, pois isto seria "extremamente perigoso".

Um dos principais condutos da estratégia do PT entre as Forças Armadas vem sendo o almirante Mário César Flores, ex-ministro da Marinha no Governo Fernando Collor de Mello e atual secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. As propostas de Flores para reestruturar as Forças Armadas estão moldadas no livro antimilitarista *Los Militares y la Democracia*, conhecido em toda a Ibero-América como o "Manual Bush para a destruição das Forças Armadas". Outro elemento importante é o jornalista Marcio Moreira Alves, historicamente vinculado ao PT, às redes da Teologia da Libertação e ao grupo *Libération*, da social-democracia francesa, de Danielle Mitterrand e Régis Debray.

Dessa maneira, o PT pretende "tapar o sol com uma peneira", pois todo o seu programa militar não constitui outra coisa senão uma cópia fiel das diretrizes antimilitares emitidas desde 1988 pelo Diálogo Interamericano, ao qual pertence Lula e ao qual estão vinculados os seus principais assessores internacionais. Durante a campanha de 1989, o partido publicou vários pontos de seu programa, entre os quais se incluem os seguintes:

"Primeiro. Redefinir o papel das Forças Armadas, para subordiná-las efetivamente ao

24 9400799

poder civil. As Forças Armadas devem cuidar da defesa externa, ficando vedado o seu emprego na repressão de greves e mobilizações do povo".

"Segundo. Extinção do Conselho de Defesa Nacional e do Serviço Nacional de Informações", item cumprido pelo Governo Fernando Collor de Mello.

"Terceiro. Mudanças na atual formação militar, hoje apoiada num currículo conservador, corporativista e antidemocrático. Separação da formação de caráter geral da formação profissional", item cujo objetivo é a criação de militares social-democratas não apenas sem caráter castrense, mas, também, castrados.

Outros pontos incluem: "a criação do Ministério da Defesa, a desmilitarização da administração pública, eliminação do estado de defesa contemplado na Constituição, extinção do serviço militar obrigatório e criação do serviço comunitário, extensão dos direitos do cidadão aos militares, direito de afiliação partidária e de elegibilidade plena".

Em favor do indigenismo e contra a Calha Norte

Um bom exemplo de como toda a estrutura do PT e organizações afins estão orientadas contra as Forças Armadas pode ser percebida nas ações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que trabalha abertamente em favor da candidatura de Lula. Em agosto de 1993, na revista *América Libre*, o CIMI emitiu uma declaração que constitui uma verdadeira diatribe contra o projeto Calha Norte, bem como uma defesa do conceito de "nações indígenas", acima do Estado nacional soberano: "No contexto de uma campanha antiindígena promovida por setores contrários aos direitos dos indígenas no Brasil, veio à luz nos últimos dias o massacre de pelo menos 73 Ianomâmis por um grupo de garimpeiros invasores...A Constituição reconhece aos índios direitos originais sobre as suas terras, ou seja, entende que esses direitos são anteriores à institucionalização do próprio Estado brasileiro".

Prosseguindo, diz o artigo: "Outro argumento antiindígena divulgado é o da suposta necessidade de reempreender o Projeto Calha Norte para proteger as fronteiras do Brasil. O CIMI nunca se opôs nem se opõe às ações das Forças Armadas previstas constitucionalmente, no sentido de resguardar a integridade física do país. O que o CIMI não admite é que, em nome da soberania nacional, o Governo Federal permita, por ação ou omissão, o genocídio dos povos indígenas que habitam a zona da fronteira...O projeto Calha Norte tinha e tem propósitos etnocidas. A sua implantação propiciou atos de genocídio, principalmente durante o governo de José Sarney, quando uns 2000 Ianomâmis morreram vítimas da violência dos garimpeiros e das doenças como a malária, transmitidas por eles...O CIMI protesta contra a tentativa de remilitarizar a política indígena por meio do reempreendimento do projeto Calha Norte. Este projeto é desnecessário e até contraproducente para a idéia de garantir a soberania nacional".

O projeto cultural anticristão do PT

Até agora, temos demonstrado o caráter essencialmente antinacional do projeto do PT. Entretanto, o entendimento das motivações profundas do ódio orgânico do partido ao conceito de Estado nacional soberano exige, mesmo sucintamente, uma análise das suas raízes anticristãs, que estão muito distantes de uma busca legítima de justiça social.

Não é a caridade cristã do amor ao próximo, nem a idéia de que o homem foi criado à imagem e semelhança de seu Criador o que unifica a militância do PT, mas os conceitos de vida mais materialistas, baseados nos mais baixos instintos de ódio social e a promiscuidade sexual entre homens, mulheres e homossexuais, que consideram a estrutura da família como mais uma das relações de dominação que tentam demolir. As mulheres, desprovidas de dignidade, se tornam "companheiras", prostituídas ao melhor lance ideológico.

De tempos em tempos, esse universo hedonista íntimo do PT sofre pequenas ou grandes convulsões, nas quais indivíduos e facções se degradam em uma competição infindável, regidos pela mão invisível que regulamenta o mercado de intercâmbio da dor e do prazer. Ou seja, o que eles criticam formalmente em sua vida política, o internalizaram em suas reações íntimas, seguindo o pior do exemplo sandinista neste sentido, o que Gabriel García Márquez denominou "revolução com festa" - e, poder-se-ia, acrescentar, com maconha. Este caráter da militância do PT é o resultado da sua adoção da revolução de valores da "Nova Era", no tocante às drogas, contracultura e pornografia, perversões que agora pretendem impor a toda a sociedade.

Toda essa miséria interna se sustena na adoção do feminismo como o principal projeto cultural da revolução e do PT. O exemplo mais aberrante do que afirmamos é a defesa das bruxas medievais como símbolos da libertação feminina, feita por um ideólogo do PT, no que constitui uma apologia da irracionalidade pura. Esta defesa da feitiçaria contra o ideal cristão da mulher está manifestamente sustentada nas teorias da Escola de Frankfurt, particularmente nos dogmas autoritários de Hannah Arendt.

9 2 0 9 7 9 9

O conceitualizador da vida interna do PT, o deputado estadual do Rio Grande do Sul Marcos Rolim, defendeu essa tese em um pronunciamento por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em 7 de março de 1991: "Admito que as feministas sejam, por excelência, as bruxas da modernidade. É verdade que já não lhes preparamos fogueiras, mas é igualmente certo que nossa sociedade encontra-se verdadeiramente ardendo em preconceitos. Quantos de nós, homens e mulheres, imaginam-se "modernos" para, ato contínuo, sustentar o tabu medieval da virgindade? Quantos, efetivamente, definem-se como "democratas" para, no mesmo instante, negar ao outro os valores da moral sexual que exercitam?"

Em um violento ataque contra a dignidade cristã da mulher, Rolim continua: "Desde sempre imperfeita e perigosa, a mulher possuía menos fé, por natureza. Aliás, assinala-se, deriva desta convicção o vocábulo 'feminina', que vem de 'Fe'mina', ou simplesmente, 'menos fé'. Calcula-se que no espaço de três séculos - de 1450 a 1750 - pelo menos 60 mil mulheres foram queimadas como feiticeiras. Para variar, tais táticas tinham sustentação bíblica: em João, capítulo 15, versículo 6, pode-se ler: 'Se alguém não permanecer em mim, será lançado fora à semelhança do ramo e secará; e o apanham, lançam no fogo e queimam'. E, igualmente, em Exodo, 22-18, onde se assinalou: 'A feiticeira, não deixarás viver'".

"Mas quem eram estas bruxas que mandamos queimar em praças européias para o riso e o temor das concorridas audiências? Mulheres comuns que não se adaptavam aos critérios masculinos de piedade; parteiras e curandeiras que detinham um saber não-oficial; velhas de comportamento exótico, esposas infiéis, adolescentes consideradas estranhas, qualquer uma que, por qualquer motivo, ameaçasse a vigência de um padrão de conduta".

Tal diatribe se segue a uma série de ataques contra os autores clássicos que, segundo ele, haviam tratado a mulher como um ser inferior: Platão, São Tomás de Aquino e, especialmente, o Evangelho de São João e as cartas aos coríntios, de São Paulo.

Igualmente, as motivações contra a família cristã, que permeiam todo o projeto cultural do PT, se mostram numa entrevista feita pela revista "Teoria e Debate" com o famoso psicanalista Jurandir Freire Costa. Fazendo uma apologia à homossexualidade, Freire Costa afirma que o "homossexualismo foi uma palavra inventada para descrever pejorativamente a experiência sexual de pessoas do mesmo sexo. Homossexualismo é uma palavra que sublinha a imagem da relação sexual normal versus anormal, criada o século XIX com o interesse de afirmar um modo de vida burguês centrado na idéia da família, na idéia de que o homem deveria viver exclusivamente para a esfera privada e ser pai de família, deixando a vida pública para os técnicos competentes".

Dessarte, parece que o feminismo e o homossexualismo constituem o conteúdo do "novo homem revolucionário latino-americano" de que tanto fala Frei Betto, a alma da besta que pretende governar os destinos da maior nação ibero-americana.

LaRouche fala sobre o Foro de São Paulo

O texto a seguir é um extrato de uma entrevista de Lyndon H. LaRouche à revista *Resumen Ejecutivo de EIR*, publicada na edição da primeira quinzena de novembro de 1993.

RE: Por um lado, o Diálogo Interamericano está convidando todos esses esquerdistas a ir aos Estados Unidos, o pessoal do Foro de São Paulo, que são amigos de Fidel Castro. São gente que, supostamente, já não são terroristas, embora alguns não neguem que ainda o sejam. Ainda assim, o Diálogo Interamericano diz que eles poderiam ser ótimos funcionários eleitos em um governo democrático. Especificamente, (o Diálogo) tem dito que não importa de onde venham nem quem sejam, desde que aceitem os ditames do FMI e o livre comércio.

Minha pergunta é a seguinte: segundo as evidências, a política do Diálogo Interamericano é promover a eleição de todos esses, de Cuauhtémoc Cárdenas e outros como ele, em toda parte. Deste modo, vão colocar esta gente no poder, mas está claro que o objetivo é continuar com o caos, ainda que, neste caso, não esteja evidente qual seria a diretriz. Em outras palavras, não esperam que esta gente governe.

LaRouche: Isso é um teatro. Essa gente é incapaz de governar, no sentido em que a nação possa perdurar. Apenas são capazes de destruí-la. Se chegarem ao poder, fica garantida a destruição da nação.

Melhor dizendo, quando alguém adota alguma coisa, não quer dizer que goste dela. Por exemplo, se eu compro balas, não é porque vou casar-me com elas, mas porque vou usá-las para matar alguém. E esses líderes não são tratados como seres humanos pela gente que os está convidando: são tratados como balas, como sicários, como matadores da máfia. Está bem,

26 940699

vamos conversar contigo. Cremos que deves estar aqui, que deves estar acolá, fazer isto e aquilo. Mas sabem que o efeito de colocar essa escória em posições-chave de governo equivale ao fim de qualquer nação que tolere tais governantes.

Na realidade, eles são, pois, um veneno. Assim, quando vemos que a oligarquia norte-americana e a oligarquia anglo-americana estão cultivando um veneno e introduz este veneno nos governos nacionais, o objetivo, obviamente, não é promover tais indivíduos, mas eliminar a nação.

Vejamos o exemplo do que fizeram os britânicos na França, entre 1789 e 1793. O duque de Orleães, Philippe Egalité, não era mais do que um agente britânico, com certas complicações suíças. A tomada da Bastilha - farsa que os franceses reencenam todos os anos - foi obra de Philippe Egalité, com toda o espetáculo da decapitação dos guardas, como parte de uma manobra eleitoreira para colocar Jacques Necker como primeiro-ministro - ele que, como ministro da Fazenda, acabara de levar a França à bancarrota. A derrubada do rei, a carnificina, o terror, tudo foi resultado das ações desta gente.

Temos, também, casos como o de Robespierre, controlado pelos britânicos pelos mesmos condutos que Necker. O salão de Necker, em Paris, foi sede dos jacobinos de Robespierre. Danton e Marat - o primeiro, francês, e o segundo, suíço - foram treinados em Londres sob a supervisão do segundo conde de Shelton e a direção de Jeremy Bentham, o grande mestre da inteligência britânica da época. Eles os treinaram e, em seguida, os enviaram novamente à França, para fazer parte do governo francês.

Os líderes dos *sans-culottes* não eram o povo francês, eram a escória da França, levada a Paris para dominar e formar um pseudogoverno *substituto do povo francês*. Era como se, hoje, organizássemos as quadrilhas ou os terroristas da Ibero-América para elegê-los para os parlamentos ou governos terroristas de qualquer país da região. É a mesma coisa. E deve-se começar a disparar quando começam a meter essa gente no governo, porque vão assassinar o povo.

Danton, Robespierre e Marat foram todos assassinados. Marat, por Charlotte Corday; Danton e Robespierre, por seu próprio processo. Os britânicos, pois, quando erigiram Robespierre, Danton, Marat, Philippe Egalité etc. em governo francês, durante o Terror, não buscavam o bem-estar destes líderes. De fato, eles foram destruídos e os britânicos não derramaram uma única lágrima por eles. Mas já haviam cumprido a sua missão. Quando se coloca dinamite na casa de um inimigo, não é porque se queira proporcionar um abrigo à dinamite.

-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

27 9405799

DECLARAÇÃO ANTE O FORO DE SÃO PAULO EM HAVANA

Publicamos aqui a declaração apresentada pelo Partido Obrero (Argentina) à reunião do Foro de São Paulo a ser realizada em Havana, Cuba, a partir do dia 19 de julho. Causa Operária decidiu apoiar politicamente este documento e realizar uma ampla divulgação do mesmo

O Encontro dos Partidos de Esquerda da América Latina e Caribe - convertido depois em Foro de São Paulo com o objectivo de apagar o que foi julgada uma denominação *excessivamente radical*(1) - é hoje decididamente uma ficção política. A presença, inclusive destacada, em seu seio de partidos que integram governos capitalistas, pró-imperialistas, *neo-liberais* e até mesmo pinochetistas, transforma o Foro em um caso único de desvirtuamento e travestismo político. Um critério bastante elementar deveria determinar que o IV Encontro que se reúne em Havana fosse destinado a esclarecer as divergências, delimitar posições e situar por meio do debate cada organização e cada partido na trincheira de classe que a ele corresponde. O serviço mais criminoso que se poderia fazer hoje às massas oprimidas e miseráveis do nosso continente seria continuar contribuindo com semelhante confusão política.

AS PERSPECTIVAS E A REALIDADE

[P]erspectiva que a totalidade dos participantes do Encontro de Fundação traçou para si mesma há quatro anos (com o voto contrário do Partido Obrero), foi a de impulsionar um desenvolvimento democrático da América Latina, partindo da tese segundo a qual a democracia ter-se-ia convertido em valor universal, ou seja, que tenderia a ser aceito por todas as classes do planeta e seus respectivos Estados. O Foro de São Paulo opôs às perspectivas de uma crescente polarização social e política, a possibilidade de um desenvolvimento social de características graduais e de um fortalecimento do chamado *Estado de direito*. No Encontro realizado na cidade do México foi estabelecida a oposição entre o modelo *neo-liberal* em vigência e a *economia de mercado com justiça social*. Adquiria assim estatuto oficial a estranha noção de que as relações de mercado, longe de conter uma tendência irrecuperável à diferenciação entre as classes e nações e a crescente exploração da maioria por uma minoria, poderiam servir para aplainar os antagonismos sociais. A perspectiva histórica da revolução socialista foi rechaçada como uma coisa própria dos dinossauros, em uma afirmação que convertia seus autores em uma réplica latino-americana da *perestróika* eurasiática e da restauração do capitalismo que a burocracia stalinista estava levando adiante na Europa do Leste, na ex-URSS, China e Vietnã. Não somente nos encontros anuais, mas também nas reuniões e seminários de trabalho convocados de forma especial, a imensa maioria do Foro fixou como sendo de sua competência *educar para a democracia*, em uma admissão inédita de que seriam o povo, os explorados, os operários e os camponeses os que estariam incapacitados para exercer o autogoverno, [ou s]eja, a democracia política, e não a oligarquia e as burguesias testas-de-[ferro] do opressor estrangeiro. Daqui a defender o direito à dominação política da *minoria ilustrada* há apenas um passo.

O período transcorrido desde o I Encontro desmentiu de forma brutal todas estas perspectivas democratizantes. Nestes brevíssimos quatro anos o nível de miséria da América Latina chegou a um ponto inimaginável até há pouco tempo, ao mesmo tempo em que a riqueza concentrou-se como nunca antes. Epidemias que eram julgadas superadas reapareceram no corpo social do continente, decretando a morte prematura de dezenas de milhares de pessoas e abrindo um pavoroso panorama à frente. O capital financeiro internacional deu ouvidos aos esquerdistas que atribuíam os males da América Latina à fuga de capitais que caracterizou a década de 80 e converteu o continente em um campo excepcional de especulação financeira, em especial no arremate das empresas públicas. Pelo peso que adquiriu o capital estrangeiro nas diversas economias latino-americanas e pelo monopólio que conquistou em diversos setores estratégicos, a América Latina converteu-se em uma completa colônia (mediante o controle da gasolina, o México será convertido em uma dependência dos Estados Unidos). A polarização social agudizou-se não apenas no interior dos nossos países mas também como fenômeno internacional, diminuindo ainda mais as possibilidades de desenvolvimentos nacionais. Em nenhum país da América Latina, absolutamente nenhum, as burocracias sindicais reformistas, e os partidos gradualistas e parlamentaristas, assim como seus diferentes rebentos *sociais* conseguiram sequer atenuar esta abismal diferenciação social e este buraco negro histórico ao qual foram condenadas as massas populares pelo capitalismo e sua *economia de mercado*.

No plano político as coisas não são menos contundentes. As eleições periódicas que ainda se realizam em alguns países, mal conseguem dissimular a existência de verdadeiras ditaduras civis, que governam por meio de decretos *de necessidade* e a presença de aparatos repressivos obtidos pelas ditaduras que continuam operando como verdadeiros estados paralelos, com a cumplicidade dos governos de turno e naturalmente de seus parlamentares. O recurso à ditadura civil parece, no entanto, insuficiente como o atestam Collor, Perez ou Serrano, de um lado, e Fujimori, do outro. Em todos estes casos, a crise, e inclusive a inviabilidade, do regime burguês representativo foi patente. Os governos efetivos foram substituídos, em um caso por uma ditadura *cívico-militar*, em outros por governos débeis, *impotentes para garantir o desenvolvimento político*, e candidatos, portanto, a ser vítimas de seus respectivos golpes *cívicos-militares*. O caso do Haiti não é de forma alguma excepcional se se tem em conta que as nações com maior tradição constitucional vão se deteriorando aos níveis do Haiti. Mas o Haiti é um caso instrutivo, sobretudo porque põe em relevo que as democracias somente conseguem uma vida efêmera como filhas putativas do imperialismo (Pacto ONU-Cedrás), o mesmo que em seu momento amamentou as diferentes ditaduras militares.

Nem *desenvolvimento social*, nem *estado de direito*, nem *economia de mercado com justiça social*: a tendência de nosso continente é para novas situações revolucionárias. As mobilizações populares que conduziram à queda de Collor, cuja destituição não foi apoiada no começo por nenhum partido político (ciumentos na defesa do *Estado de direito*), as mobilizações populares que conduziram ao fracasso do golpe na Guatemala (ainda que tenham convergido com uma manobra *democrática* do próprio imperialismo), as semi-insurreições militares-populares na Venezuela; tudo isto é um sintoma e um anúncio da perspectiva catastrófica que os Estados latino-americanos enfrentam. As perspectivas traçadas pelos distintos Foros de São Paulo revelou-se um fracasso completo, o que deveria ser reconhecido sem eufemismos pelos partidos que ainda conservam um ponto de vista socialista.

O MISERÁVEL DESTINO DA *JUSTIÇA SOCIAL*

Nada é, no entanto, mais revelador do enorme fracasso das perspectivas traçadas pelos Foros de São Paulo que o destino que tiveram os autores destas teses e as próprias teses! Depois de colocado todo o seu empenho em substituir a denúncia do imperialismo p

28

3426/93

[illegible] e pseudo-[illegible]adêmica *ofensiva neo-liberal*, vemos que [illegible] partidos integrantes do Foro passam a integrar os governos que [illegible] esta *ofensiva neo-liberal*. É o caso do recente ingresso do Movimento Bolívia Livre no governo de Sánchez Lozada (acusado pelo [illegible], até há pouco tempo, de *pinochetista*); é também o caso do PS do Chile no governo Aylwin; [illegible] os casos também dos virtuais co-governos da FSLN com Violeta Chamorro e do PT com Itamar Franco, respectivamente. Em outros 90% dos casos, os partidos do Foro rechaçam reivindicar o desconhecimento da dívida externa, apesar de que esta foi o instrumento principal da *ofensiva neo-liberal* e apesar de que as colocações que apontavam no sentido da sua *renegociação* culminaram todos no *Plano Brady* e na entrega das empresas do Estado. Na agenda eleitoral dos próximos dois anos estão previstas alianças dos partidos de esquerda que integram o Foro, com partidos patronais que passaram por governos que impulsionam a *ofensiva neo-liberal*. Se o Foro proclamou que seu objetivo [illegible] um modelo de *justiça social* ao *modelo neo-liberal*, que resta do Foro agora que seus partidos se acoplam à ofensiva *neo-liberal*?

Uma prova adicional da tendência à decomposição política dos regimes capitalistas na América Latina é dada pelo progresso eleitoral dos partidos de esquerda em nossos países. Esta constatação vale para o PT do Brasil, para Causa R. e o MAS da Venezuela; para a FA do Uruguai. Esta possibilidade político-eleitoral revela o profundo desequilíbrio alcançado por estes diferentes Estados, uma vez que o centro de gravitação política está passando para forças sociais e políticas exteriores ao regime político oficial e historicamente proscritas por ele. Está claro que as possibilidades de uma experiência *pacífica* de um governo das esquerdas são hoje muito mais remotas que as que teve a UP do Chile em 1970/73. Os partidos de esquerda, no entanto, em lugar de se preparar para enfrentar uma situação revolucionária, esforçam-se para dar garantias e seguros à classe capitalista e inclusive ao próprio imperialismo, em uma tentativa que procura ir mais longe que as garantias dadas pelo regime da Unidade Popular. São inúmeros casos de colaboração prática e até de integração institucional de tais partidos no Estado capitalista, até o extremo de terem protagonizado a repressão contra importantes greves operárias a partir das funções que cumprem em distintos níveis do aparelho de Estado.

O Partido Obrero dirige-se ao conjunto dos partidos de esquerda que percorrem ainda uma via de colaboração com o regime capitalista, para chamá-los a romper sua aliança com a burguesia, para impulsionar os movimentos de massas que se multiplicam na luta pela defesa das suas conquistas, e para lutar pela conquista do poder e o estabelecimento de governos operários e camponeses e a unidade política e socialista dos explorados da América Latina.

A DEFESA DE CUBA E DA REVOLUÇÃO CUBANA

Há uma coisa que deve ficar perfeitamente clara: as políticas de *economia de mercado com justiça social*; as políticas de colaboração com as burguesias e o imperialismo; sem falar na integração aos governos burgueses (mais ainda se são *pinochetistas* ou *neo-liberais*); estas políticas são incompatíveis com a defesa de Cuba contra o conjunto das pressões do capitalismo mundial e das burocracias restauracionistas que promovem a restauração do capitalismo em Cuba.

A defesa da Revolução Cubana e de suas conquistas é, em última instância, incompatível com a dominação do capitalismo mundial. Para a burguesia mundial, a reinserção de Cuba no comércio internacional não tem como finalidade principal a indenização dos capitalistas expropriados em 1959/62 e sim o pagamento da dívida externa, a aceitação do *Plano Brady* e a liquidação da propriedade estatal e das conquistas sociais. Em uma declaração recente, por ocasião das negociações do GATT, o governo norte-americano qualificou qualquer forma de propriedade pública (inclusive capitalista) como um regime de subsídios incompatível com o livre comércio.

A defesa de Cuba e da Revolução Cubana encontra-se nos progressos que façam os movimentos revolucionários e dos setores oprimidos contra o capitalismo mundial. Qualquer postulação que retire da agenda política da esquerda o impulsionar do movimento independente dos explorados e a revolução socialista, significa ao mesmo tempo uma condenação contra Cuba e a Revolução Cubana.

A quebra dos regimes políticos burocráticos na URSS e na Europa do Leste e a possibilidade de um processo similar na China, onde a restauração do capitalismo foi mais longe que em qualquer outro lugar e onde os antagonismos de classe agudizam-se a uma velocidade supersônica; esta quebra dos regimes burocráticos, unida à enorme crise da economia capitalista mundial, abriu um período internacional francamente revolucionário. Um período de catástrofes capitalistas, novas guerras e novas revoluções. O fracasso das tentativas de restauração capitalista se [illegible] um dos principais combustíveis revolucionários da nova etapa. Longe do *socialismo ter morrido*, assistimos à derrubada política e moral de seus coveiros. A queda do muro de Berlim, longe de permitir ao imperialismo alemão uma vitória definitiva deverá provocar, como já está ocorrendo, crises políticas, greves de massa, conflitos de classe e comoções sociais diante da definitiva incapacidade do capitalismo mundial para proceder a uma unificação nacional, efetiva, real e democrática da Alemanha.

Negar as possibilidades históricas da revolução socialista em um Foro que reúne mais de uma centena de organizações que são identificadas pelas massas de seus países com o socialismo, é uma impostura descomunal. A defesa da Revolução Cubana desenvolve-se objetivamente em um contexto de decomposição da *velha* e da *nova* ordem internacional e de uma tendência a explosões revolucionárias, inclusive nas metrópoles. Identificar o destino do socialismo com a burocracia russa, equivale a dizer que a Revolução Cubana está condenada. O Partido Obrero, que caracterizou a burocracia russa como restauracionista, inclusive muito antes da *perestróika*, sustenta que a desintegração dos aparatos estatal e internacional desta burocracia, como conseqüência das suas contradições e limitações insuperáveis e sobretudo como conseqüência dos golpes vibrados pelas grandes lutas das massas, é um acontecimento de alcance internacional potencialmente revolucionário.

Para o Partido Obrero, as pressões a favor de uma *abertura democrática* do regime cubano são contra-revolucionárias, do mesmo modo que a *aliança* (supõe-se que estratégica) entre o capital internacional e o Estado (socialista), porque apontam para a restauração do capitalismo e do Estado burguês. Estas pressões são de proclamado e público cunho imperialista. Para o Partido Obrero os direitos políticos dos *gusanos* e dos que abandonaram permanentemente o país não devem ser restaurados; como tampouco estabelecer um sistema parlamentar que consagre, por direito, a separação entre a sociedade (as massas) e o Estado e legitime definitivamente uma burocracia e os privilégios que ela tenha adquirido. O Partido Obrero defende a existência de sindicatos independentes e do direito de greve, o controle operário da produção; o armamento dos trabalhadores; a plena liberdade para construir partidos socialistas e ter acesso aos meios de comunicação de massas; as eleições periódicas e o direito de revogabilidade para todos os cargos públicos. Para o Partido Obrero, estes direitos são revolucionários porque ajudam a auto-organização das massas para defender a Revolução, a mobilização contra a pressão restauracionista do capitalismo mundial e das burocracias *reconvertidas* e a estabelecer relações internacionalistas com os explorados do mundo inteiro. A democracia operária é a forma conseqüente do desenvolvimento e do exercício da ditadura do proletariado. A restauração capitalista na China, ex-URSS e Europa do Leste teve como ponto de apoio interior, não a liberdade política das massas, mas a repressão e o totalitarismo, o submetimento dos sindicatos ao monopólio do poder por parte da burocracia.

O ponto central da agenda deste Foro deveria estar consagrado a discutir as possibilidades revolucionárias na América Latina e as políticas que se depreendem delas e da defesa internacional da Revolução Cubana. Trata-se de pôr fim à ficção política em que se converteu o Foro e de delimitar posições em benefício da clareza que exigem os interesses históricos dos explorados.

Buenos Aires, 7 de julho de 1993

Comitê Nacional do Partido Obrero

política e pseudo acadêmica *ofensiva neo-liberal*, vemos que importantes partidos integrantes do Foro passam a integrar os governos que impulsionam esta *ofensiva neo-liberal*. É o caso do recente ingresso do Movimento Bolívia Livre no governo de Sánchez Lozada (acusado pelo MBL, até há pouco tempo, de *pinochetista*); é também o caso do PS do Chile no governo Ailwyn; são os casos também dos virtuais co-governos da FSLN com Violeta Chamorro e do PT com Itamar Franco, respectivamente. Em outros 90% dos casos, os partidos do Foro rechaçam reivindicar o desconhecimento da dívida externa, apesar de que esta foi o instrumento principal da *ofensiva neo-liberal* e apesar de que as colocações que apontavam no sentido da sua *renegociação* culminaram todos no *Plano Brady* e na entrega das empresas do Estado. Na agenda eleitoral dos próximos dois anos estão previstas alianças dos partidos de esquerda que integram o Foro, com partidos patronais que passaram por governos que impulsionaram a *ofensiva neo-liberal*. Se o Foro proclamou que seu objetivo era opor um *modelo de justiça social* ao *modelo neo-liberal*, que resta do *Foro* agora que seus partidos se acoplam à ofensiva *neo-liberal*?

Uma prova adicional da tendência à decomposição política dos regimes capitalistas na América Latina é dada pelo progresso eleitoral dos partidos de esquerda em nossos países. Esta constatação vale para o PT do Brasil, para Causa R. e o MAS da Venezuela; para a FA do Uruguai. Esta possibilidade político-eleitoral revela o profundo desequilíbrio alcançado por estes diferentes Estados, uma vez que o centro de gravitação política está passando para forças sociais e políticas exteriores ao regime político oficial e historicamente proscritas por ele. Está claro que as possibilidades de uma experiência *pacífica* de um governo das esquerdas são hoje muito mais remotas que as que teve a UP do Chile em 1970/73. Os partidos de esquerda, no entanto, em lugar de se preparar para enfrentar uma situação revolucionária, esforçam-se para dar garantias e seguros à classe capitalista e inclusive ao próprio imperialismo, em uma tentativa que procura ir mais longe que as garantias dadas pelo regime da Unidade Popular. São inúmeros casos de colaboração prática e até de integração institucional de tais partidos ao *Estado capitalista*, até o extremo de terem protagonizado a *repressão contra importantes greves operárias* a partir das funções que cumprem em distintos níveis do aparelho de Estado.

O Partido Obrero dirige-se ao conjunto dos partidos de esquerda que percorrem ainda uma via de colaboração com o regime capitalista, para chamá-los a romper sua aliança com a burguesia, para impulsionar os movimentos de massas que se multiplicam na luta pela defesa das suas conquistas, e para lutar pela conquista do poder e o estabelecimento de governos operários e camponeses e a unidade política e socialista dos explorados da *América Latina*.

A DEFESA DE CUBA E DA REVOLUÇÃO CUBANA

Há uma coisa que deve ficar perfeitamente clara: as políticas de *economia de mercado com justiça social*; as políticas de colaboração com as burguesias e o imperialismo; sem falar na integração aos governos burgueses (mais ainda se são *pinochetistas* ou *neo-liberais*); estas políticas são incompatíveis com a defesa de Cuba contra o conjunto das pressões do capitalismo mundial e das burocracias restauracionistas que promovem a restauração do capitalismo em Cuba.

A defesa da Revolução Cubana e de suas conquistas é, em última instância, incompatível com a dominação do capitalismo mundial. Para a burguesia mundial, a reinserção de Cuba no comércio internacional não tem como finalidade principal a indenização dos capitalistas expropriados em 1959/62 e sim o pagamento da dívida externa, a aceitação do *Plano Brady* e a liquidação da propriedade estatal e das conquistas sociais. Em uma declaração recente, por ocasião das negociações do GATT, o governo norte-americano qualificou qualquer forma de propriedade pública (inclusive capitalista) como um regime de subsídios incompatível com o livre comércio.

A defesa de Cuba e da Revolução Cubana encontra-se nos progressos que façam os movimentos revolucionários e dos setores oprimidos contra o capitalismo mundial. Qualquer postulação que retire da agenda política da esquerda o impulsionar do movimento independente dos explorados e a revolução socialista, significa ao mesmo tempo uma condenação contra Cuba e a Revolução Cubana.

A quebra dos regimes políticos burocráticos na URSS e na Europa do Leste e a possibilidade de um processo similar na China, onde a restauraç do capitalismo foi mais longe que em qualquer outro lugar e onde antagonismo de classe agudizam-se a uma velocidade supersônica; es quebra dos regimes burocráticos, unida à enorme crise da econom capitalista mundial, abriu um período internacional francamen revolucionário. Um período de catástrofes capitalistas, novas guerras novas revoluções. O fracasso das tentativas de restauração capitalista se um dos principais combustíveis revolucionários da nova etapa. Longe d *socialismo ter morrido*, assistimos à derrubada política e moral de se coveiros. A queda do muro de Berlim, longe de permitir ao imperialism alemão uma vitória definitiva deverá provocar, como já está ocorrend crises políticas, greves de massa, conflitos de classe e comoções socia diante da definitiva incapacidade do capitalismo mundial para proced a uma unificação nacional, efetiva, real e democrática da Alemanh

Negar as possibilidades históricas da revolução socialista em um For que reúne mais de uma centena de organizações que são identificad pelas massas de seus países com o socialismo, é uma impostur descomunal. A defesa da Revolução Cubana desenvolve-se objetivamen em um contexto de decomposição da *velha* e da *nova* ordem internaciona e de uma tendência a explosões revolucionárias, inclusive nas metrópole Identificar o destino do socialismo com a burocracia russa, equivale a diz que a Revolução Cubana está condenada. O Partido Obrero, que caracterizo a burocracia russa como restauracionista, inclusive muito antes d *perestróika*, sustenta que a desintegração dos aparatos estatal e internacion desta burocracia, como conseqüência das suas contradições e limitaçõ insuperáveis e sobretudo como conseqüência dos golpes vibrados pel grandes lutas das massas, é um acontecimento de alcance internacion potencialmente revolucionário.

Para o Partido Obrero, as pressões a favor de uma abertura democrátic do regime cubano são contra-revolucionárias, do mesmo modo que *aliança* (supõe-se que estratégica) entre o capital internacional e Estado (socialista), porque apontam para a restauração do capitalismo e d Estado burguês. Estas pressões são de proclamado e público cun imperialista. Para o Partido Obrero os direitos políticos dos *gusanos* e do que abandonaram permanentemente o país não devem ser restaurado como tampouco estabelecer um sistema parlamentar que consagre, po direito, a separação entre a sociedade (as massas) e o Estado e legitim definitivamente uma burocracia e os privilégios que ela tenha adquirido. Partido Obrero defende a existência de sindicatos independentes e d direito de greve, o controle operário da produção; o armamento do trabalhadores; a plena liberdade para construir partidos socialistas ter acesso aos meios de comunicação de massas; as eleições periódica e o direito de revogabilidade para todos os cargos públicos. Para Partido Obrero, estes direitos são revolucionários porque ajudam a auto organização das massas para defender a Revolução, a mobilização contra pressão restauracionista do capitalismo mundial e das burocraci *reconvertidas* e a estabelecer relações internacionalistas com os explorado do mundo inteiro. A democracia operária é a forma conseqüente d desenvolvimento e do exercício da ditadura do proletariado. A restauraç capitalista na China, ex-URSS e Europa do Leste teve como ponto d apoio interior, não a liberdade política das massas, mas a repressão o totalitarismo, o submetimento dos sindicatos ao monopólio do pode por parte da burocracia.

O ponto central da agenda deste Foro deveria estar consagrado a discuti as possibilidades revolucionárias na América Latina e as políticas que s depreendem delas e da defesa internacional da Revolução Cubana. Trata-se de pôr fim à ficção política em que se converteu o Foro e de delimitar posições em benefício da clareza que exigem os interesses históricos dos explorados.

Buenos Aires, 7 de julho de 1993

Comitê Nacional do Partido Obrero

0629401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 22 de junio de 1994.-

Of.DINIE (R)Nro.062/22/ VI /94.-
As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 81 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.

Saluda a Usted atentamente.-

(DR/ori)

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la División
Inteligencia Naval

0629401 a 03.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha 29 JUN 1994
Nº 9406800

001/003

9406800

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 29/6/94
Pase a SDInt
Nº 9406800

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
[illegible]
Fecha 30/6/94
Nº 240

12550

0629402

Page No. 1
0622794

APELLIDO	NOMBRES	LFDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
ACOSTA MARQUEZ	JESUS ALFREDO	290273 MDEO.	3.735.771 5	CME 7502	RUTA 101 KM.28
ACUNA SILVEIRA	IRMA CORINA	100353 SAL.	4.038.301-1	NAE 5537	ITAPEBI 297(SALTO NUEVO)
AGUIAR FUENTES	NORMA GRACIELA	190449 MDEO.	1.526.170-7	APR 7460	URUGUAYANA 3762
AGUIRRE AGUIAR	JORGE MARCELO	220776 MDEO.	4.245.823-1	BPA 21307	URUGUAYANA 3762
ALAIN BANDERA	ORDUÑO	050233 PDU.			RUTA 26 KM.78
ALAIN MARQUEZ	ADRIANA	130669 PDU.	3.731.332-3	KAA 31716	CUARLIM 1427 AP.204
ALVEZ DEL RIO	ANA VERONICA	030972 MDEO.	3.380.377-6	BNA 54381	ORSINI BERTRAMI 4093
ALVEZ GONZALEZ	KRISHANURTI	170347 TBO.	1.554.328-9	OBB 34855	ORSINI BERTRAMI 4093
BALTIERA RIOS	MARIA NERY				STA.LUCIA 4099
BERMUDEZ BERON	SELINA	TBO.	2.520.465-3	OFA 4266	CNO.CIBILS 3512
BOCCA BOCCA	MARIA ZENAIDA	060633 CAN.	3.147.050 5	CTA 10184	SERVIDUMBRE DE PASO (SAUCE)
CANTERA ROSA	SANDRA MARISEL	010473 TBO.	4.103.056-3	IAU 8295	NEY FERREIRA S/N(TACUAREMBO)
CARBAJAL DUQUE	LEILA ISABEL	310554 COL.		NCB 14030	RUTA 1 KM.156
CARDOZO MATIAUDA	PABLO JAVIER	281074 MDEO.	3.927.490-2	WLB 39359	BONAPARTE 3275
CORTAZZO PAZ	MARIO JAVIER	081174 MDEO.	3.540.071-6	BVA 39191	CARLOS DE LA VEGA 5984
DA COSTA	MARGARITA LUJAN	080774 SAL.	3.809.840-9	JCA 4551	BARRIO GARIBALDI (SALTO)
DA COSTA GARCIA	MABEL GRACIELA	080356 SAL.	2.293.154-0	JCA 3838	AVDA.BARBIERI 1605 (SALTO)
DA ROSA FERREIRA	JOSE ANTONIO	280447 MDEO.	1.390.461-3	BDB 35948	INDUSTRIA Y P.CASTELLANOS(SUAR
DA ROSA OTTIS	CEFERINA PILAR	TACUAREMBO	1.778.504-0	CDA 3913	
DA ROSA SANTURION	JUNIOR GASTON	160575 MDEO.	3.957.772-3	CDA 12807	INDUSTRIA Y P.CASTELLANOS(SUAR
DA SILVA BERMUDEZ	SILVANA	171075 MDEO.	4.055.775-6	BIB 33450	CNO.CIBILS 3512
DA SILVA VALLET	JUAN	100934 TBO.	1.097.768-7	BIB 54078	CNO.CIBILS 3512
DE LOS SANTOS PINTOS	JULIO CESAR	020476 MDEO.	3.506.509-0	HBA 21463	TOMAS CLARAMO 4001
DE LOS SANTOS PINTOS	JOSE ONALDI	070746 RIV.			BATLLE Y ORDOÑEZ 1386(RIVERA)
DEMELLA	NESTOR MACARIO	120945 COL.			RUTA 2 KM.133
DEVEZA CARBAJAL	NESTOR JAVIER	290774 COL.	3.794.127-3	JCB 19205	LAMOLLE Y LEZICA (COLON)
DEL RIO FERNANDEZ	MARIA DE LAS FLORES	050845 FLORES	1.739.810-3	SAB 27189	ORSINI BERTRAMI 4093
DUARTE MAGALLANES	HEBER	110744 T.T	2.748.600-3	FAA 39580	G.HABIT."P.COSSIO"VIV.(T.T)
DUARTE MEDINA	ROSANA MIRELA	050771 T.TRES	3.440.531 2		G.HABIT."P.COSSIO"VIV.(T.T)
FERREIRA	CAMILO	ART. 28.11.?			CARLOS DE LA VEGA 5984
FERREIRA	MARIA JULEMA	COLONIA	1.304.421-8	DCA 41203	LA VIA 035 BIS
FLEITAS BARBOZA	CARLOS	MDEO.			A.SARAVIA 4554 VIV.21
FLEITAS OLIVERA	JONEY CHARLIE	071075 MDEO.	4.217.135 4	CCA 40177	A.SARAVIA 4554 VIV.21
GARCIA ACUÑA	ROSANO	121175 SAL.	4.014.482-0	JCC 43422	PILCOMAYO 4807
GARCIA DE LOS SANTOS	RAUL	MDEO.			URUGUAYANA 3762
GARCIA SOSA	MELGAR	260645 SAL.	4.187.310-9	JCA 3220	ITAPEBI 297(SALTO NUEVO)
GERES DE LOS SANTOS	GRACIELA				CORT.BURDEOS 2553
GONZALEZ CRIADO	ARNOLDO JAVIER	120540 SAL.	1.033.590-6	CMA 22060	GOROSTEAGA SOL.115 PANDO CAN.
GONZALEZ GUTIERREZ	MARIA LOURDES	150572 CAN.	1.831.612-8	CMA 45052	GOROSTEAGA SOL.115 PANDO CAN.
GUTIERREZ	MARIA NELLI	050535 CAN.	1.045.301-9	CMA 15258	GOROSTEAGA SOL.115 PANDO CAN.
JARA SILVEIRA	MARGOT NELLY	061250 MDEO.	1.261.361-6		CNO.CIBILS 5770 AP.3
LENZI SORIA	SILVIA BEATRIZ	061171 ART.	2.511.534-1	TAC 49836	THEL. GARCIA Y CNO.VECINAL 351
LENZI SUAREZ	ATAIDES	150843 ART.	2.997.395-9	TAC 21909	THEL. GARCIA Y CNO.VECINAL 351
LOPEZ FERNANDEZ	MARLI	081065 MDEO.	1.955.101-2	AAB 3702	G.VOLPE 4936 SENDA 21
MARQUEZ	MARIA SONIA	CAN.	1.630.091-9	CME 34773	RUTA 8 KM.24.200
MARQUEZ BARRUTTI	PALMIRA	090452 PDU.			RUTA 26 KM.78
MARTINEZ PY	CLAUDIO DANIEL	190173 MDEO.	3.087.494-4	CFA 20841	SERVIDUMBRE DE PASO (SAUCE)
MATIAUDA MARTINEZ	MARIA CRISTINA	040553 MDEO.	1.312.175-2	BLB 24199	BONAPARTE 3275
MEDINA RAMOS	NELIA MARY	040744 T.T.	3.981.174-9	FAA 39675	G.HABIT."P.COSSIO"VIV.74(T.T)
MELLO MELLO	ANTONIA LILIAN	130674 MDEO.	3.829.961-7	HDB 75555	FCO.SOCA 672 (LAS PIEDRAS)
MELLO MELLO	JULIA	170546 RIV.	1.575.320-8	HDB 6220	CUÑAPIRU S/N(MINAS DE CORRALES
MELLO SOSA	GUMERCINDO JOSE	280743 RIV.	1.422.097-7	HDB 6814	CUÑAPIRU S/N(MINAS DE CORRALES

BXX 783233

002

29406800

Nuevo aparte

afiliado 25796 UJC fecha 30 09 70

Dom. Yugoeslavia 1172 y Ganaderos

12551

0629403

Page No. 2
06/22/94

APELLIDO		NOMBRES	FECN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
MUNIZ	F|M	NESTOR	C.LARGO	1.296.151-1	BOB 8130	
MUNIZ DA ROSA	✓	PABLO [illegible]	150167 MDEO.	3.336.738-7	BHB 47361	
NOVAS CORREA	✓	LUIS ALEJANDRO	260173 MDEO.	4.044.765-4	CHA 13437	PERU 1911
NOVAS SILVERA	✓	LUIS ALBERTO				PERU 1911
NUÑEZ VARELA	✓	LEONARDO JULIAN	250671 MDEO.	3.515.706-0	AVA 25653	JUAN PAULLIER 1136
OLIVERA	✓	JULIO DANIEL	[illegible] MDEO.	4.177.415-4	BFB 15711	URUGUAYANA [illegible]
PAIVA DIAZ	✓	MARIA ELOISA	MDEO.	1.966 478-6		ANTARES 4045
[illegible]	✓	ALVARO JAVIER	300476 MDEO.	4.187.[illegible]	CBA 3.785	ANTARES 4045
PINTOS	✓	GLORIA NAIR	150550 MDEO.			BATLLE Y ORDOÑEZ 1286(RIVERA)
PEREZ [illegible]	✓	[illegible]	[illegible] FLORIDA	3.511.[illegible]	OFA 3450	CIPRIANO MIRO 7041 AP.[illegible]
REINA	✓	MARIO GENERO	300346 MDEO.			CONT.BURGUES 2555
[illegible]	✓	[illegible]	[illegible] MDEO.	[illegible]	[illegible]	CONT.BURGUES [illegible]
RIBEIRO DIAZ	F|R	JORGE WASHINGTON		1.574.465-7	DGE 130	OFICIAL 2 NRO.47(CARRASCO)
RIVERO [illegible]	✓	[illegible]		1.375.309-9	AEB 6146	LA VIA 035 BIS
RIVERO FERREIRA	✓	WASHINGTON OMAR	160673 MDEO.	3.623.313-0	BTA 23675	LA VIA 035 BIS
RODRIGUEZ BATISTA	✓	RICARDO DANIEL	[illegible] MDEO.	4.398.578-[illegible]	AER [illegible]	STA.LUCIA [illegible]
RODRIGUEZ GARCIA	✓	CARLOS MARIA	020751 MDEO.	1.311.691-9	BTA 25078	CNO.CIBILS 5770 AP.[illegible]
RODRIGUEZ LEGUIZAMON	✓	CARLOS JAVIER	090573 MDEO.	3.886.[illegible]	BTA [illegible]	CNO.CIBILS 5770 AP.[illegible]
RODRIGUEZ MENA	✓	ANGELICA	240143 C.L.	2.506.514-2	BHB 39154	TTE.RINALDI 4305
ROSA DOS SANTOS	✓	BLANCA GRICELDA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	HEC FERREIRA [illegible] TACUAREMBO
SANCHEZ DOMINGUEZ	✓	JOSE ORIENTE	271144 MDEO.	1.131.393-[illegible]	BOB 9565	TTE.RINALDI 4305
SANCHEZ RODRIGUEZ	✓	OSCAR DANIEL	[illegible] MDEO.	[illegible]	BOB [illegible]	TTE.RINALDI 4305
SANTURION SARSUR	X	WALDA AMANDA	260450 MDEO.	1.783.811-0	COA 9645	INDUSTRIA Y P.CASTELLANOS(SUAR
SARACHO ALVAREZ	✓	LUZ DEL CARMEN	090659 DUR.	3.211.[illegible]		AGROSPIDE 834(DUR)
SILVEIRA ROMERO	F|M	ANA MARIA	MDEO.	1.846.004-6	OGE 128	OFICIAL 2 NRO.47(CARRASCO)
SORIA [illegible]	✓	TERESA	[illegible]	[illegible]	IAC 24788	[illegible]
VARELA	✓	BELLA DEL DIA	100547 MDEO.	1.389.697-3	AVA 22325	MANZ. 56 SOL.17 EL PINAR CAN
VAZ	✓	OLGA GLADYS	ART.	[illegible].807.860-7	[illegible] 2514	CARLOS DE LA VEGA 5037
VILLANUEVA LAGUNA	✓	JOSE PEDRO	111049 DUR.	3.452.699-5		AGROSPIDE 834(DUR)
VILLANUEVA SARACHO	✓	JOSE PEDRO	[illegible] DUR.	3.293.054-6	BAB 20604	WASHINGTON [illegible](DUR)

003/003

9406800

[illegible] DE LOS SANTOS, GLORIA NAIR

CC. [illegible] PINTOS OLIVERA ; GLORIA NAIR

L.C. KCB 16201

0649401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

DIVISION INTELIGENCIA NAVAL

Montevideo. 23 de junio de 1994.-

Of.DINIE (R)Nro.064/23/ VI /94.- As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

RESERVADO

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA:- Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 84 personas que se mencionan en listado adjunto. los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.

(DR/ori)

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la División
Inteligencia Naval

30/6/94.
Nº 241

0649401 a 03.-

MINISTERIO ... NACIONAL
Dirección ... de Defensa
Nº ...6801

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 29/6/94
Pasa a SID.Int.
Nº de Identificación 9406801

001/003

9406801

APELLIDO	NOMBRES	FECH. – LUGAR	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
ABELDANO CABRERA	ESMERALDA NAIR	260247 FLORES	1.203.952-6	BNB 31154	CNO.ANGALIU KM. 0 NR 5
ALANIS ABELDANO	PATRICIA LILIAN	011074 MDEO.		BDA 25935	FELIX LABORDE 2212
ALANIS DUARTE	JULIAN	161252 C.LARGO	1.139.994-0	BBC 4449	CNO.ANGALIU KM. 0 NR 5
ALVAREZ BONANGEA	BRAULIO DOMINGO				PASAJES 6 Y ZORRILLO
ALVAREZ CHIALVO	CARLOS ALFREDO	170224 COL.	4.146.286-9	MDA 3221	PASAJES 6 Y ZORRILLO
BARRIOS GARCIA	HECTOR OMAR	R.NEGRO		LAA 25090	RUTA 2 (F.BENTOS)
BARRIOS REGGIO	HECTOR ANDRES	151025 R.NEGRO		LAA 32256	RUTA 2 (F.BENTOS)
BENITEZ OLIVERA	JOSE FANOR				
BENITEZ PETRONE	CARLOS FANOR	160526 FDO.			
BENTANCUR DE MELO	JOSE LUIS	210744 FDO.			MATILDE
BENTANCUR SILVERA	JOSE LUIS	080271 MDEO.			MATILDE
CABRERA CABRERA	NIDIA ELENA	DURAZNO			
CABRERA PELUA	HEBER MARTIN	060371 MDEO.			
CAMANO CANCELA	JORGE RAUL	MDEO.			
CAMANO SOTO	JORGE ANDRES	170526 MDEO.			
CARDOZO	NOELI AMANDA	181262 SAL.			
CASTRO SOSA	JUANA RUTH	140649 SOR.			GRAL.FLORES
CEBALLOS ORTIZ	LORINA	080252 COL.			AVDA.HECTOR RUIZ
CHIALVO SANDES	GERONIMA RAQUEL	COLONIA			PASAJES 6 Y ZORRILLO
CORREA CORREA	AMADA CLEOPATRA	060132 ROCHA			SAN LUIS ROCHA
CORREA LACRUZ	EDUARDO FABIAN	080625			VENEZUELA 671(PALMAR SORIANO)
CORREA LOPEZ	EDUARDO SOLANO	060447 SOR.			VENEZUELA 671(PALMAR SORIANO)
COSTA FERREIRA	MARIA DEL CARMEN	121224			CERVANTES
CRUZ OLIVERA	AIDA RAQUEL	ROCHA			
D AIRI PERDOMO	CESAR ALEJANDRO	261075 MDEO.			
D AIRI SANCHEZ	CESAR PEDRO	040446 MDEO.			PABLO PEREZ
DALERA FIGUEREDO	RUBEN GERARDO	210462 MDEO.			RUTA 8 KM.25 CALLE 1 S.
DALERA LAGO	ROSANA ANDREA	210568 MDEO.			RUTA 8 KM.25 CALLE 1 S.
DE ARMAS AMADO	PAULO SERGIO	CANELONES			L.E.PEREZ
DE ARMAS RIVERO	SERGIO MANUEL	250620 MDEO.			L.E.PEREZ
DE SOUZA LEAL CEBALLOS	GABRIELA CATERINE	240672 TBO.			VARSOVIA
DE SOUZA LEAL FERREIRA	DAMACENO	100843 TBO.			AVDA.HECTOR RUIZ
DEL OLMO CAPOSORI	LUIS EDUARDO	011223 MDEO.			
ETCHISSURE BUENO	OMAR ADALBERTO	140542 FLORES			GRAL.FLORES
ETCHISSURE CASTRO	OMAR ADALBERTO	020674 FLORES			GRAL.FLORES
FIGUEROA CABRERA	GERARDO DANTE	160671 DUR.			COLONIA 2020
FIGUEROA MARRERO	ROSENDO DANTE				
GIMENEZ ROSARIO	MARIA OFELIA	141252 LAV.			
GIOIA	GERARDO JORGE	281025		CDA 25588	CNO.DE LAS TROPAS 4908
GIOIA VELAZQUEZ	GLADYS LEONOR	240556 MDEO.			CNO.DE LAS TROPAS 4908
GONZALEZ DUARTE	ELIDA	181139 MDEO.	1.140.?23-6	BRA 23284	ISOLICA 5968
GONZALEZ MARTINEZ	OSCAR FREDY	050745 LAV.	1.269.610-0	BRA 25622	ISOLICA 6312
GONZALEZ SILVA	DIEGO JAVIER	260276 MDEO.	4.115.652-1	BRA 42314	ISOLICA 6312
GONZALEZ SUAREZ	MARIA ESPERANZA	300631 SAL.	3.870.451-4	ICC 17681	DIAGONAL 3 NRO.839(SAL.)
GUERRERO ESPINOSA	ROBERT WALTER	231143 COL.	1.533.334-2	NLR 2825	T.TRES 396(LA PAZ)
GUERRERO VEGA	RICHARD WALTER	260675 MDEO.	3.661.431-0	CEA 27239	T.TRES 396(LA PAZ)
IBARRA	JUAN ANGEL	041043 T.TRES			JOSE BELLONI 4407
IBARRA SEGOVIA	PABLO DANIEL	291272 T.TRES	3.663.295-2	TAA 44074	JOSE BELLONI 4407
LA CRUZ DOMINGUEZ	MERCEDES DEL CARMEN	170554 SOR.	1.456.124-4	MGE 223	VENEZUELA 671(PALMAR SORIANO)
LAGO SILVA	IRENE SOLANGE	140343 FDU.	986.006-9	CMA 25193	RUTA 8 KM.25 CALLE 1 S.32
MARQUEZ FERRAZ	NILDA LIS	100551 MDEO.	1.388.676-0	OLT 2606	GUAVIYU Y BATOVI(LAS PIEDRAS)
MARTINEZ GONZALEZ	ALVARO FABIAN	261268 SAL.		JOC 25391	DIAGONAL 3 NRO.839(SAL.)

SILVA EN CHQUE

PC MARQUEZ NILDA

Cno. de las Tropas Río de la Plata

002

9406801

5042

APELLIDO	NOMBRES	FECH. EDAD	CEDULA	EST. CIV. DOMICILIO
MORALES AMARO	JOSE LUIS	020524 SAL.	[illegible]	[illegible]
MORALES CARDOZO	JULIO CESAR	120424 SAL.	[illegible]	[illegible]
O'NEIL MARQUEZ	KARINA	[illegible] MDEO.	[illegible]	[illegible]
OCAMPO	DEYSI BEATRIZ	220125 MDEO.	[illegible]	[illegible]
OCAMPO TRAVIESO	SUSANA BEATRIZ	[illegible]	[illegible]	[illegible]
PELUA RAMOS	NILDA ROSA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
PEREZ CRUZ	JUAN [illegible]	[illegible] ROCHA	[illegible]	[illegible]
PETRONE BORRAS	ANA LUJAN	250910 MDEO.	[illegible]	[illegible]
PRESA SALVINI	NELIDA	[illegible] MDEO.	[illegible]	[illegible]
REGGIO ACOSTA	GRACIELA CRISTINA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RIVERO RIVERO	MANUELA	ROCHA	[illegible]	[illegible]
RODRIGUEZ	RUBEN ERNESTO		[illegible]	[illegible]
RODRIGUEZ	VICTOR ZENON	[illegible] ROCHA	[illegible]	
RODRIGUEZ GIMENEZ	VILLAR HUGO	[illegible]	[illegible]	
RODRIGUEZ MARQUEZ	LIBORIO,	MDEO.		[illegible]
RODRIGUEZ MARTINEZ	LUIS RODOLFO	280475 MDEO.	[illegible]	[illegible]
RODRIGUEZ ROMERO	RUBEN FRANCO	[illegible] CAN.	[illegible]	[illegible]
ROMERO	GLORIA MARGARITA		[illegible]	[illegible]
ROMERO SIONE	MARIO EVARISTO	[illegible] MDEO.	[illegible]	[illegible]
ROMERO ZERBINI	EDUARDO FRANCISCO	280987 MDEO.	[illegible]	[illegible]
[illegible]	ROSALIA	[illegible]	[illegible]	
SILVA DIAZ	TERESA LOURDES	ARTIGAS	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CARINA	200650 MDEO.	[illegible]	[illegible]
SOTO RIVAS	SONIA	MDEO.	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible] CORREA	FLORENCIO BENITO	[illegible] ROCHA	[illegible]	[illegible]
TORRES	SERGIO ALEJANDRO	[illegible]	[illegible]	[illegible]
TORRES	NAIR LILIAN	MDEO.		[illegible]
[illegible]	DARIO	[illegible] MDEO.	[illegible]	[illegible]
VEGA [illegible]	MARIA ANTONIA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	NARCISO	[illegible] RIV.	[illegible]	[illegible]
VIERA PRESA	OLGA MARISOL	280770 MDEO.	[illegible]	[illegible]
[illegible]	MARIA ROSA	[illegible] MDEO.	[illegible]	[illegible]

003/003

9406801

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
DIVISION DE INTELIGENCIA NAVAL

RESUMEN SEMANAL

Nro. 23/94

RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

PERIODO DEL 21 DE JUNIO AL 28 DE JUNIO DE 1994.-

MINISTERIO ... NACIONAL
... Defensa
Archivo . Bxx (fs.273)
9406802

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 29/6/94
Pasa a S.D.I.
Nº de Identificación 9406802

001/006

9406802

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL

RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 23/94 280800PJUN94

SITUACION INTERIOR

1.- COMPONENTE POLITICO

a.- Lección mal aprendida.-

(Ver Anexo "ALFA").-

2.- COMPONENTE SOCIAL

a.- El PIT-CNT convocó a un paro parcial.-

El PIT-CNT convoca a una paralización parcial el lunes 27 con objeto de la lectura de un mensaje, en cada lugar de trabajo, alusivo al golpe de Estado de 1973.

La actividad será organizada por cada gremio y se realizará en forma independiente en las diferentes fábricas, oficinas y centros laborales por lo que no habrá un horario común.

Ese mismo día en el paraninfo de la Universidad de la República, está prevista una actividad en homenaje a la rica trayectoria sindical del dirigente José D'ELIA, ocasión esta en la que se leerá una proclama.

Para esta ceremonia serán invitados distintos políticos, personalidades de la Central Nacional de Trabajadores y figuras sociales.

Los documentos que serán leídos, tanto en los ámbitos laborales como en el paraninfo contendrán "referencias expresas al inicio de la resistencia al gobierno militar". (ESTEDIARIO - 23/VI/94).-

3.- COMPONENTE MILITAR

a.- Suboficial de la Armada detenido tras asalto.-

Un Suboficial de la Armada Nacional, asignado a la Escuela de Especialidades haciendo uso de su arma de reglamento, una pistola calibre 9 mm. acondicionada con 13 proyectiles en el cargador y una en la recámara, y un revólver calibre 22, sembró el terror en la zona del Cerro con delitos a mano armada, en su mayoría contra peatones.

El militar luego de consumar los asaltos, escapaba en un ciclomotor de su propiedad.

El 22/VI luego de rapiñar a un transeúnte y de fracasar en otro dolo, en este caso contra una pareja que pudo huir y alertar a la Policía, fue atrapado tras un operativo

relámpago que llevaron a cabo funcionarios del Cuerpo de Radio Patrulla.

El detenido fue conducido a reparticiones de la Brigada de Asaltos donde viene siendo interrogado, no solo por los hechos referidos sino por su posible participación en otros episodios similares.

Su situación fue puesta en conocimiento de la Justicia competente. (LA REPUBLICA - 23/VI/94).-

b.- Recordarán al C/A Francisco DE CASTRO.-

Al cumplirse el primer aniversario del fallecimiento del Contralmirante Francisco DE CASTRO, sus camaradas y amigos le tributarán un homenaje frente a su tumba el próximo miércoles 29 a las 11 hs. en el Cementerio del Buceo.

El marino desempeñó numerosas responsabilidades como Jefe del Cuerpo de la Policía Marítima, Prefecto del Puerto de Montevideo, Embajador del Uruguay ante la República de Mexico y otras altísimas responsabilidades.
(EL PAIS - 27/VI/94).-

c.- Homenaje al Capitán de Navío (R) Alvaro MUSSO.-

El Presidente de la República se trasladó hasta la sede del Instituto de Estudios Históricos y Sociales "Manuel Oribe", para rendir homenaje a su fallecido director, Capitán de Navío (R) Alvaro MUSSO, e inaugurar una sala con su nombre.

El Doctor Luis Alberto LACALLE, luego de elogiar la personalidad y el entusiasmo con que MUSSO encaró la actividad al frente del IMO reflexionó:"Sabemos que Alvarito levantó el ancla, quitó las amarras para la última singladura y está fondeado en el lugar donde nos vamos a encontrar todos. Allí va a estar esperándonos sonriente y manteniéndonos el fuego encendido". (LA REPUBLICA - 26/VI/94).-

d.- Prefectura otorgó permiso para rescatar galeones hundidos.-

Prefectura otorgó permiso a una empresa para rescatar tesoros de galeones hundidos en la desembocadura del Río Santa Lucía. (Ver Anexo "BRAVO").-

e.- Declaraciones del Ministro de Defensa Nacional.-

El Ministro de Defensa Nacional, Daniel Hugo MARTINS destacó como muy positiva la presencia de Uruguay en los cuerpos de paz de la ONU, señalando que desde la fundación de la Organización de Naciones Unidas hay una preocupación por parte de sus integrantes de formar parte de las misiones internacionales.

En referencia a la muerte del Oficial en Ruanda, indicó que los soldados uruguayos participan "voluntariamente" de las misiones de paz.

"Los militares siempre están expuestos a riesgos, de la misma manera que pasa con la policía".

Consultado sobre porqué a los soldados no se los manda a trabajar a otros lugares en lugar de quedarse en los cuarteles, el Ministro de Defensa dijo que la primera

..0406802

obligación de los soldados es estar en los cuarteles, porque la presencia de las Fuerzas Armadas "es disuasiva" para que "nadie pueda hacer una acción bélica, en contra de la paz y de la estabilidad de la sociedad democrática".

"Contrariamente a lo que la gente piensa, los soldados hacen una labor fundamental de apoyo a la comunidad:

Por ejemplo, realizan tareas de búsqueda y rescate; el balizamiento realizado por la Armada, el control de los aeropuertos por parte de la Fuerza Aérea, la construcción de represas, escuelas y edificios por parte del Ejército y los servicios médicos en los cuarteles, entre otros.
(LA REPUBLICA - 23/VI/94).-

f.- <u>Banco Mundial ayudará a reducir gastos militares</u>.-

El Banco Mundial (BM) tiene previsto insistir en sus planes de reducir la pobreza ayudando a los países del Tercer Mundo a rebajar sus gastos militares.

El Banco Mundial publicó un folleto en el que se establece que "el Banco esté dispuesto a trabajar con prestatarios para analizar el impacto de gastos no vinculados con el desarrollo, como gastos militares, con miras a reducirlos al mayor grado posible".

EL Vicepresidente del BM Armeane CHOKSI, a cargo de "desarrollo de recursos humanos", señaló que los gastos militares pueden llegar a sobrepasar aquellos gastos que el banco quiere estimular para su propio objetivo principal, que es reducir la pobreza.

Los gobiernos de Argentina y Uganda ya han recibido ayuda del BM en cuanto a sus gastos militares.
(EL PAIS - 26/VI/94).-

g.- <u>Fuerzas Armadas estudian envío de tropas a la ex Unión Soviética</u>.-

El Comando General del Ejército analiza la posibilidad de enviar tropas uruguayas a Georgia, república de la ex URSS, con el objetivo de participar en un proceso de pacificación de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en la zona "caliente" del Cáucaso por tensiones étnicas y nacionalismos.

El Comando habría enviado órdenes al Servicio de Material y Armamento (SMATO) del Ejército, para que prepare los vehículos blindados que serán utilizados en las operaciones.

Los soldados uruguayos cobrarán por los servicios prestados a la ONU alrededor de 900 dólares por mes, cifra similar a las percibidas por las tropas enviadas a Camboya y Mozambique. (LA REPUBLICA - 28/VI/94).-

h.- <u>Fuerza Aérea</u>.-

La marcha atrás de las autoridades nacionales con respecto al proyectado cierre del Aeropuerto El Jagüel es interpretado como un logro del Centro Comercial e Industrial de Maldonado-Punta del Este.

Decreto del Poder Ejecutivo mediante "se resolvió que el mismo permanezca habilitado para los vuelos de líneas

9408802

no regulares, facilitando así el turismo de primer nivel que llega al principal balneario uruguayo".(ESTEDIARIO-28/VI/94).-

i.- Policía recobró el control total de Libertad.-

Con un operativo antes del amanecer, la Policía recobró el control total de Libertad. (Ver Anexo "CHARLIE").-

4.- COMPONENTE MARITIMO

a.- Nueva terminal de pasajeros en 1995 .-

A principios de julio la Administración Nacional de Puertos adjudicaría a la empresa naviera BUQUEBUS (LOS CIPRESES S.A.) la concesión por diez años (renovables) de la terminal fluvio-marítima de pasajeros del puerto de Montevideo.

BUQUEBUS fue la única firma que se presentó al llamado a licitación pública realizado por la ANP el 15 de abril.

La empresa confeccionó dos ofertas: una ajustada a las condiciones de obras y servicios que exigía el pliego de condiciones por un monto de 4,6 millones de dólares, incluyendo free-shop, sala vip y servicios al turismo, y la restante alternativa, establecía la edificación de una superficie mayor por una cifra de 6,1 millones de dólares.

Según técnicos del organismo, cualquiera de las propuestas "ofrece soluciones de muy buena calidad, tanto en materiales como en técnicas de construcción".

La nueva terminal contará con una moderna infraestructura de servicios al pasajero, para lo que se remodelará el depósito Santos y sus adyacencias. (BUSQUEDA - 23/VI/94).-

b.- Prefectura: Misión es el control de nuestras aguas.-

El Comandante de la Prefectura de Río Branco, Capitán de Corbeta (CP) Jesús DEARMAS, explicó que la misión del cuerpo a su cargo es la de controlar 275 km. de costa, lo que incluye la detención de los pesqueros que capturen en aguas uruguayas.

Afirmó tener destinados a la misión "unidades de superficie y móviles terrestres", aunque rehusó cuantificarlos y calificar si los mismos son suficientes para el logro de su objetivo.

Ratificó la información de que este año han sido capturados pesqueros de Brasil en aguas jurisdiccionales nacionales aunque rehusó dar cifras más precisas.

En cuanto al destino de los barcos capturados por las fuerzas de la Prefectura, señaló que los mismos debieron ajustarse a lo establecido por la Ley de Pesca en cada caso.

La Ley Nacional de Pesca establece que los barcos que sean capturados en infracción, es decir, dentro de nuestras aguas jurisdiccionales, operando con bandera extranjera y/o sin permiso, le serán comisadas las artes de pesca y el producto obtenido.

9406802

Este último previa aprobación de los técnicos del Instituto Nacional de Pesca, será destinado a comedores municipales o similares.

Los dueños de las naves deberán pagar multas que oscilan entre los 600 y 1.000 dólares, dependiendo de su tonelaje y pudiéndose llegar al decomiso del barco en caso de reiteración comprobada. (EL PAIS - 26/VI/94).-

c.- <u>Hidrovía</u>.-

Nueva vía hacia el Atlántico procura saltear la Hidrovía. (Ver Anexo "DELTA").-

Organización ambientalista mundial reclamó suspender la construcción de la Hidrovía. (Ver Anexo "ECHO").-

d.- <u>El MGAP decidió suspender zafra lobera</u>.-

El Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca decidió suspender al menos por este año la zafra de lobos marinos.

Aunque no hay resolución oficial en torno al tema el Ministro Pedro SARAVIA comunicó al Instituto Nacional de Pesca (INAPE) la decisión de posponer la zafra, dijo Juan José FERNANDEZ Director del Instituto.

FERNANDEZ dijo desconocer si la medida alcanzará únicamente a la zafra de este año o si se trata de una resolución que supone la cancelación de la explotación de lobos marinos en Uruguay, agregando que desconoce en qué basó su decisión SARAVIA. (EL OBSERVADOR - 28/VI/94).-

e.- <u>Rectifican preadjudicación de terminales 1 y 2 del Puerto de Buenos Aires</u>.-

Rectifican preadjudicación de las terminales 1 y 2 del Puerto de Buenos Aires y firman contratos para la concesión de otras zonas. (Ver Anexo "FOXTROT").-

f.- <u>IV Seminario de Puertos, Vías Navegables y Marina Mercante</u>.-

Canales, Puertos y Barcos : varios temas para unir uruguayos y argentinos. (Ver Anexo "GOLF").-

1/1

Montevideo,29 de Junio de 1994.-

1)- INFORMACION GENERAL

INDUSTRIA METALURGICA

U.N.T.M.R.A: Efectuarán hoy paros de 15 minutos por turno y por fabrica.-

INDUSTRIA QUIMICA

COLGEL: Carlos M. Ramirez 1470, desde el 6/VI/, se encuentra ocupada por sus 36 obreros en reclamo de fuentes laborales.-

INDUSTRIA GRAFICA

CROMO'S: En reclamo del reintegro de un despedido, se encuentran en conflicto.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C: Desde ayer se encuentran efectuando paros sorpresivos, los que son decididos por los delegados de cada línea. Hoy efectuarán un Plenario de Delegados en el local sindical de Luis A de Herrera.-

S.U.A.T.T: Continuan no reportando los viajes de radio taxi patronal en el horario de 08.00' a 14.00' en reclamo del reintegro de dos radiooperadoras despedidas.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

HOMOSEXUALES UNIDOS: En el día de ayer se concentraron a la hora 20.30' en el Obelisco unas 80 personas, las que posteriormente marcharon por 18 de Julio hasta la Explanada de la Universidad, reivindicando los derechos de los Homosexuales. A la hora 21.00' se dispersaron en forma pacífica.-

2)- INFORMACION ESTATAL

ADEOM: Realizarán paros de 24 horas en Servicios de Teatros, Servicios de Música, Banda y Filarmónica, Paseos, Saneamiento, Salubridad, Vialidad, Departamento de Actividades Productivas, Comerciales.-

FUN.CORTE ELECTORAL: Prosiguen con la realización de una hora de paro por turno.-

INAME SUINN: Continuan de paro atendiendo solo los servicios de Urgencias las cuidadoras que trabajan en los Hospitales.-

POCO LEGIBLE

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 29/6/94
Pase a DDI
Nº de Identificación 940803

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 29 JUN. 1994
Pase a Archivo
Nº de Orden 9408803

001|001

9408803

1/1

[illegible]
C. MONTEVIDEO
291150JUN94

M E M O R A N D U M Nro.068 / 94

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A: BRUM COMA CARLOS GABRIEL

T E X T O : Hijo de: JUAN JOSE y ESTELA MARIA

DOMICILIO: AGUSTIN VELASQUEZ 3950 Ap.1208 (P.POSADAS)ENERO de 1992.-

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la [illegible] Biográfico y Antecedentes

Capitán [illegible]

001/001

2 [illegible] 1994
Biografico
9406804

29 6 94

9406804

Nº. DOCUMENTO 9406805

TITULO Según OIT países de OCDE sufren crisis de desempleo más grave.

PROCED 150007

FECHA 9-1-94

VINCULADO 12718 504913

EMPLEO

La crisis de desempleo más grave en el mundo la sufren los países miembros de la OCDE y las economías de transición de Europa central y oriental, según la Organización Internacional del Trabajo (OIT).

De acuerdo con el informe "El trabajo en el mundo" de la OIT, el nivel y la naturaleza del desempleo en los países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) inspiran "graves" preocupaciones y la crisis no ha sido tan aguda en América del Norte como en los miembros europeos de la organización.

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

188084

9406805

Nº. DOCUMENTO 9406806
TITULO
PROCEDE
FECHA
VINCUL

LOS DIRIGENTES



escribe Raúl Varela,
responsable de la Sala de Abogados
del PIT-CNT y de AEBU

Informe de la OIT: "El ocaso del Estado-Nación"

En el mes de junio próximo tendrá lugar en Ginebra la 81ª Conferencia de la OIT. En esta oportunidad se celebrará también el 75º aniversario del organismo que indudablemente ha cumplido y lo continúa haciendo, una fecunda y reconocida labor. En esta nota comentaremos el tema central de la conferencia, que será objeto de un profundo estudio, ya que seguramente unos 300 oradores se referirán a él. Entre ellos, lo hará nuestro ministro de Trabajo y la delegación del PIT-CNT, no siendo tan cierta la intervención de la representación empresarial uruguaya, si nos atenemos a la experiencia de los últimos años.

MUNDIALIZACION DE LA ECONOMIA

Nos referimos al informe que se presentará a la Conferencia, bajo la denominación habitual de "Memoria del director general". Se trata de un documento de 120 carillas en el que se formula un serio análisis de las transformaciones que se están produciendo por la "mundialización de la economía", así como de las gravísimas consecuencias que esta nueva situación plantea al Estado y a los trabajadores. El estudio se acompaña con propuestas concretas relativas a la acción que debería de adoptar la OIT para "preservar los valores y promover el cambio".

El aumento del comercio internacional, los movimientos de capitales, la interconexión de los mercados financieros, así como el incremento de las empresas multinacionales han determinado una aceleración de la mundialización de la economía.

LAS MULTINACIONALES

En relación con las multinacionales, sigue aumentando la influencia que ejercen sobre la economía mundial las 37.000 empresas no financieras que estaban en actividad a principios del actual decenio, teniendo en cuenta que hace 20 años eran tan solo 7.000. En conjunto controlan el tercio de la producción del sector privado en el mundo entero. Esta tendencia habrá de continuar "siendo difícilmente concebible que renuncien a su estrategia de aumentar la parte que les corresponde en el mercado y de alcanzar una posición dominante".

Un fenómeno correlativo con el anterior, lo constituye la creación de entidades regionales que se proponen como mínimo reducir las barreras comerciales y establecer vastas zonas de libre comercio.

DESIGUALDADES SOCIALES

Simultáneamente se produce una acentuada desigualdad social. Entre 1960 y 1989 los países donde se concentra el 20 por ciento más rico de la población mundial aumenaron su participación en el PNB internacional de 70.2 al 82.7 por ciento. En los países en donde vive el 20 por ciento más pobre, la participación se redujo del 2.3 al 1.4 por ciento.

En 1960 el 20 por ciento más rico recibía 30 veces más que el 20 por ciento más pobre, en 1989 la diferencia era de 60 veces. Este proceso de desigualdad tiende a acentuarse por cuanto a causa de las nuevas formas de competencia internacional, ni los países en desarrollo ni los desarrollados tienden a reforzar y ni siquiera a conservar un nivel de protección social que tal vez podría desalentar las inversiones extranjeras o fomentar la expatriación de actividades de producción y de servicios.

EL OCASO DEL ESTADO-NACION

El desarrollo de este punto lleva a plantearse naturalmente el papel futuro del Estado dentro del orden político y económico mundial. "El Ocaso del Estado-Nación" es el subtítulo en el que se desarrolla esta cuestión.

La OIT ha adoptado convenios de trabajo y recomendaciones dirigidos a los Estados, ella se encargaba de igualar los costos del trabajo y los Estados aplicaban políticas adecuadas.

Pero ahora los Estados, aun los más poderosos tropiezan con dificultades para aplicar con éxito políticas económicas y sociales autónomas a causa de las repercusiones que tienen los protagonistas extraterritoriales y en particular las redes de empresas como dijimos que pueden trasladar sus actividades de producción de un país y de un continente a otro para reducir costos y aumentar los beneficios. Es natural entonces examinar una necesaria reglamentación mundial de la economía. Se trata de estudiar la posibilidad de acción de la OIT en este terreno donde tienen carta de ciudadanía organismos como el Banco Mundial, el FMI y el GATT, concluyéndose que debe de existir un lugar para la OIT. Se parte del propio texto de la Declaración de Filadelfia, que integra la Constitución de la OIT y que expresa: "Incumbe a la Organización del Trabajo examinar y considerar (...) cualquier programa o medida internacional de carácter económico y financiero (a la luz del objetivo fundamental de la justicia social)".

En apoyo de esta participación de la OIT en los programas económicos en su conjunto y en particular en los ajustes estructurales, se mencionan las opiniones de dos figuras relevantes en el plano internacional. Camdessus, el director gerente del FMI subrayó la necesidad de fortalecer "el pilar social" de un nuevo sistema de cooperación internacional para conferir una dimensión plenamente humana a los otros tres pilares (reformas macroeconómicas, estrategia eficaz de desarrollo y un sistema de libre comercio internacional). A su vez Delors, presidente de la comisión de la Unión Europea, ha preconizado la creación de un Consejo de Seguridad Económica, integrado no sólo por representantes de los gobiernos, sino también por los directores de instituciones tales como el FMI, el Banco Mundial, el GATT y la OIT.

No obstante la reconocida necesidad de que el elemento social irrumpa en la programación económica, el informe reconoce que en las actuales circunstancias, "la OIT dista de ser aceptada como actor principal en el escenario internacional".

OTROS ASPECTOS

El trabajo incursiona profundamente en otros aspectos como la posibilidad de una intervención más intensa de la sociedad civil en la OIT. También propone modificaciones muy importantes en su nivel organizativo y de acción. En general coincidimos con las soluciones que ofrece. Sin embargo creemos que es cuestionable su enfoque excesivamente flexibilizador relativo a la futura acción normativa refeida a los convenios internacionales de trabajo. Sin desconocer la realidad del avance neoliberal en el mundo, creemos que no solo ha de intentarse acompasar su ritmo, sino que es necesaria una oposición más intensa que permita una protección más decidida de los niveles de vida y condiciones de trabajo que la OIT ayudó a consolidar. Estamos seguros que éste es por lo menos, el pensamiento de los trabajadores que en definitiva constituyen un tercio de la organización.

ENT...
CRUZ...
9406806

Nº. DOCUMENTO 9406807
TITULO Informe de OIT sobre ... juventud
PROCESO 1523
FECHA 27/4/94
VINCUL 12597
3044

La Organización Internacional del Trabajo hizo hincapié en la necesidad de que los gobiernos latinoamericanos instrumenten programas especiales de empleo para la juventud

OIT afirma que modernizando la educación los jóvenes ampliarán sus posibilidades de empleo

■ La Organización Internacional del Trabajo (OIT), en un documento, propuso a los gobiernos de América Latina que la jerarquización y potenciación de la enseñanza técnica en el ámbito de la educación formal y la modernización de los programas de aprendizaje incentivaran la inserción de los jóvenes en el mercado laboral.

El informe preparado por la OIT para la VII Conferencia de Ministros de Juventud, que se realizó en Punta del Este entre el 20 de abril y el viernes pasado, hizo hincapié en la necesidad de que los gobiernos latinoamericanos instrumenten programas especiales de empleo, teniendo en cuenta que el simple crecimiento económico y el consecuente aumento del empleo no resultan suficientes como para asegurar la adecuada incorporación laboral de los jóvenes.

Según el informe, la preocupación por la precaria incorporación de los jóvenes latinoamericanos en el mercado de trabajo y en la sociedad en su conjunto ha comenzado a preocupar a los gobiernos y a los organismos internacionales en los últimos tiempos. Esto viene ocurriendo por un conjunto de razones, entre las que se destacan las vinculadas con las elevadas tasas de desempleo y subempleo juvenil, que en casi todos los países de la región duplican y hasta triplican las correspondientes a los adultos, y que no ceden ni siquiera en contextos de crecimiento económico y disminución del desempleo global.

Rica, etcétera. Se trata de iniciativas que se diferencian de las conocidas anteriormente, por la dimensión masiva con que cuen-

> ***Las tasas de desempleo y subempleo juvenil en América Latina duplican y hasta triplican las correspondientes de los adultos***

ENTRADO ✓
CRUZ-DO ✓

9406807

01-03

Expresa que en la medida que las significativas transformaciones que ha ido experimentando el capitalismo contemporáneo llevan a nuestros países a enfrentarse a la imperiosa necesidad de **desarrollar ventajas competitivas** y no solamente comparativas, a los efectos de lograr una mejor y mayor integración en los mercados internacionales, lo que sólo es posible en base a avances sustanciales en materia de productividad. En dicho contexto, el **conocimiento** pasa a tener una importancia estratégica mucho mayor, comparada con cualquier otro momento de la historia y el **desarrollo científico-tecnológico** se constituye en una variable clave para viabilizar las nuevas estrategias de desarrollo.

PROGRAMAS DE CAPACITACION

El documento señala que, en los últimos años, constatadas las limitaciones y carencias de los programas ensayados en las últimas décadas, se han comenzado a implementar diversos **programas especiales de capacitación laboral de jóvenes**, siendo el caso de Chile el más notorio, al que se suman otros similares que comienzan a operar en Argentina, Venezuela, Uruguay, Costa tan, por sus innovadoras estrategias de ejecución y por su vinculación con mecanismos de reconversión productiva más amplios y abarcativos.

Manifiesta que se trata de experiencias que se sumergen en los procesos de reforma del Estado actualmente en marcha, y que le otorgan un preponderante rol al mercado en la asignación de recursos, procurando subsidiar la demanda y no simplemente la oferta de servicios de capacitación y orientación laboral. Esto se fundamenta en la necesidad de **tener centralmente presentes las necesidades del aparato productivo**, procurando evitar por todos los medios posibles la realización de actividades de capacitación que no conduzcan efectivamente al desempeño de roles laborales por parte de los jóvenes beneficiarios. En dicho contexto, se reformula el rol del Estado, procurando que éste cumpla funciones normativas generales y de monitoreo "a la distancia" de las actividades que se desarrollen, más que las clásicas funciones de ejecución directa de las tareas definidas.

Los gobiernos deben instrumentar programas especiales de empleo para jóvenes

El financiamiento, entre tanto, sigue siendo asumido fuertemente por el Estado, marcando otra variante con programas de aprendizaje, y de formación profesional tradicionales, financiados con el aporte regular de las empresas, de acuerdo a sus nóminas salariales.

Expresa que es necesario que los jóvenes se ubiquen adecuadamente frente a los desafíos del nuevo orden laboral emergente, procurando **instrumentar la formación profesional en base a criterios flexibles**, atendiendo centralmente las necesidades del aparato productivo, brindando una capacitación modular básica adaptable a la posterior complementación de conocimientos más precisos en las propias empresas, independientemente de la diversidad de ramas productivas correspondientes, capaz de **desarrollar competencias más que profesiones o roles ocupacionales**, facilitando de ese modo la mayor capacidad de rotación de los trabajadores en diferentes funciones y puestos de trabajo.

Del mismo modo, se postula la necesidad de **instrumentar programas especiales de empleo para jóvenes**, teniendo centralmente en cuenta sus especificidades, asumiendo que el simple crecimiento ecónomico y el consecuente aumento del empleo no resultan suficientes como para asegurar la adecuada incorporación laboral de los jóvenes. Los mecanismos discriminatorios existentes, la escasa predisposición empresarial a contratar jóvenes inexperientes, la casi nula atención sindical a quienes todavía no trabajan y la casi exclusiva preocupación de los ministerios de Trabajo por asegurar empleos adecuados a los jefes de hogar, implican irremediablemente una marginación de los jóvenes al momento de ocupar los nuevos puestos de trabajo disponibles.

Es por ello que se requieren respuestas novedosas y audaces, asentadas sobre una sólida base, constituida por un principio fundamental: **los jóvenes constituyen un recurso estratégico del desarrollo** y su adecuada incorporación laboral resulta fundamental para los propios jóvenes (en la medida que la disponibilidad de empleos les brinda ingresos propios, acceso a servicios y en definitiva una mejor calidad de vida) y también para la sociedad en su conjunto, en la medida que ésta puede contar con el valioso aporte de una generación más y mejor capacitada, más y mejor predispuesta a la rápida adaptación a los cambios y, en definitiva, mejor preparada para enfrentar los múltiples desafíos del desarrollo en esta antesala del año 2000 en la que nos encontramos actualmente.

Entre las metas propuestas por la OIT a los gobiernos se cuenta la reducción de los niveles de desempleo y subempleo juvenil, especialmente el de las mujeres

9406807

OBJETIVOS LABORALES

El informe de la OIT expresa que para concretar estas respuestas se deberán enfrentar varios problemas que actuarán como verdaderos escollos ante las mismas: la escasez de diagnósticos precisos, el anquilosamiento de la administración pública, la falta de recursos humanos adecuadamente calificados, la subordinación de este tipo de políticas sociales a las exigencias y lineamientos de las políticas económicas, la dispersión de esfuerzos existentes, la relativa debilidad de la sociedad civil, la escasa vigencia de enfoques modernos y audaces entre empresarios y trabajadores organizados, etcétera.

Dos tipos de finalidades aparecen como centrales: la efectiva inserción laboral y social de los jóvenes por un lado y la participación activa de los jóvenes en la transformación productiva, la modernización social y la afirmación democrática de los países en la región, por el otro. Consecuentemente, se postulan tres grandes objetivos: la concreción de cambios efectivos en los enfoques estratégicos predominantes, el fortalecimiento de las principales instancias institucionales vinculadas con estas temáticas y el ofrecimiento de más y mejores oportunidades de capacitación y empleo a los jóvenes de la región.

Según la OIT, las principales metas propuestas serían: la ampliación (en términos de cobertura), diversificación y mejoramiento (en términos de calidad) de la capacitación para el trabajo; la potenciación (en términos de calidad y cobertura) de los servicios de orientación vocacional, profesional y ocupacional; la reducción sustancial de los niveles de desempleo y subempleo juvenil, especialmente entre las mujeres jóvenes y la mejora sustancial de las condiciones de trabajo de los jóvenes ocupados, especialmente en lo que tiene que ver con niveles de remuneración, estabilidad laboral, seguridad e higiene en el trabajo, etcétera.

Los estados deben instrumentar programas temporales de empleo para los jóvenes

Además la OIT propone a los gobiernos de América Latina una mayor jerarquización y potenciación de la enseñanza técnica y profesional en el ámbito de la educación formal para ayudar a los jóvenes, la modernización y ampliación de los programas de aprendizaje, volviendo a las concepciones originales centradas eminentemente en las propias empresas y por tanto menos escolarizados que los conocidos en los últimos años; el desarrollo masivo de programas de pasantías en las empresas, centrados en el desarrollo de la primera experiencia laboral de los jóvenes; el desarrollo en gran escala de experiencias microempresariales "educativo-productivas", especialmente para jóvenes pertenecientes a hogares en situación de pobreza y de escasos o nulos niveles educativos; la instrumentación de programas temporales de empleo, especialmente en el contexto de crisis económicas o de aplicación de programas de ajuste y el desarrollo de microempresas de base tecnológica y el fomento de actitudes empresariales modernas, entre jóvenes altamente calificados.

Estos programas podrían funcionar con las correspondientes autonomías, pero deberían estar adecuadamente articulados en torno a algún eje común. En su instrumentación en gran escala deberían participar todos los actores institucionales implicados directa e indirectamente.

9406807

03-03

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDE
FECHA
VINCUL

Diouf, director de la FAO, indicó que se recorrerá "un camino funesto", de mantenerse las condiciones agrícolas actuales

Desde Naciones Unidas piden una "revolución agrícola; si no, vamos hacia revueltas sociales"

* ***Edouard Saouma, ex director de la Organización para la Alimentación y la Agricultura, indicó que los productores del Sur deberían influir en los gobiernos "como sus hermanos del Norte"***
* ***La Comunidad Europea tiene acumuladas un millón de toneladas de carne y 30 millones de toneladas de cereales, y está dispuesta a volcarlas al mercado mundial***

Mientras que el actual director de la FAO, Jacques Diouf abogó por una nueva "revolución agrícola", su antecesor, Edouard Saouma señaló que los agricultores del sur deberían de "influir" sobre los gobernantes tanto como lo hacen los productores del norte. De esta manera, la Organización de Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación continúa con sus advertencias sobre la situación de la economía mundial y los peligros de un mundo que aumenta su población y disminuye la superficie de tierra cultivable. En un mensaje, que fue a título personal y en carácter de despedida, Saouma señala que es contrario al programa de donación de alimentos del Primer al Tercer Mundo y sí partidario de darles a estas naciones medios de producción.

■ En las reuniones que mantuvo en las últimas semanas fuera de Roma con gobernantes extranjeros, el nuevo director general de la FAO, Jacques Diouf, abogó por una nueva "revolución agrícola" que permita reforzar la seguridad alimentaria mundial.

En una declaración realizada en vísperas de un viaje oficial a Norteamérica y el Caribe, Diouf manifestó que "si no se hacen desde ahora los sacrificios necesarios, seguiremos avanzando de manera inexorable por un camino funesto que llevará a un futuro de sufrimiento, de trastornos sociales y de revueltas contra un destino injusto".

Según Diouf, la nueva revolución agrícola debe estar basada en una trilogía de actividad: productiva, porque utilizará con eficacia los nuevos conocimientos científicos y tecnológicos, duradera, porque conservará el patrimonio de los recursos naturales de la humanidad, y equitativa, porque asegurará una distribución social justa de los frutos del crecimiento.

> **"En el año 2000 aumentará en 1.000 millones la población y disminuirá la tierra cultivable un 15%"**

La FAO subraya la necesidad de actuar ante las previsiones de que la población mundial aumentará para el año 2000 en otros 1.000 millones frente a los 5.500 millones de habitantes actuales y que la superficie de tierra cultivable disminuirá entonces un 15 por ciento.

"ME GUSTARIA VER A LOS PRODUCTORES DEL SUR CON INFLUENCIA EN SUS GOBIERNOS"

En un mensaje final antes de retirarse de su cargo, Edouard Saouma, ex director de la FAO, expresaba su deseo de que los productores del Sur tuviesen la misma fuerza de presión que los del Norte. En un revelador informe publicado por la revista francesa Geopolitique, Saouma señala que la Comunidad Europea tiene acumuladas un millón de toneladas de carne y 30 millones de toneladas de cereales, sacrificándose muchos de estos productos para mantener los precios.

En su informe indica que: "Los países industriales tienen también sus campesinos, que cuentan con una enorme ventaja: su capacidad para influir sobre sus gobernantes cuando sienten amenazados sus intereses vitales es considerable, pese a que su número esté en descenso. ¡Cuánto me gustaría que sus hermanos del sur tuvieran la misma fuerza de convicción! Pero también es cierto que los agricultores europeos, norteamericanos o japoneses pueden pedir mucho a sus gobiernos: es posible ayudar al 5 por ciento de la población —los agricultores—mediante gastos presupuestarios repartidos entre todos los demás sectores, con un recargo sobre la alimentación que no afecta sino a una partida que ya es secundaria en el presupuesto de los hogares. Esto ni se plantea en los países pobres en donde los campesinos constituyen a menudo la mayoría de la población y en donde la alimentación es la partida esencial del consumo de las masas.

Los campesinos del Norte se interrogan sobre su futuro. El descenso numérico de los agricultores no se ha interrumpido desde la Segunda Guerra Mundial. De 6 millones pasaron a 1,3 en Francia y de 8 a 2,8 en los Estados Unidos.

Esta fuerte tendencia continuará, con la concentración de las explotaciones en unidades cada vez más importantes, como en todos los demás sectores.

Se plantea así de manera apremiante el problema de la gestión del espacio rural: la toma de conciencia respecto al medio ambiente, cuya salvaguardia condiciona nuestro futuro, le da además una nueva dimensión.

La nueva política agrícola

> **"Los productores europeos sienten que su eliminación está totalmente planificada"**

ENTRADO
CRUZADO
9406808

común europea, definida en mayo de 1992, apunta en ese sentido. Se propone poner término al mecanismo de ultraproducción, en virtud del cual los ingresos de los campesinos recibían el apoyo de unos precios elevados que incitaban a la superproducción. El objetivo inicial de la política agrícola común, la autosuficiencia europea, se vio desbordado ya en los años setenta, y desde entonces no pudieron dominarse los excedentes. La oferta de leche en polvo ha llegado a cuadriplicar las necesidades del consumo. La Comunidad ha llegado a acumular reservas de 20 a 30 millones de toneladas de cereales, un millón de toneladas de carne, un millón de hectolitros de alcohol. Se han destruido miles de toneladas de frutas, se han sacrificado cientos de miles de reses. Los excedentes han salido de Europa, pesando sobre los mercados mundiales saturados". Saouma agrega que "Financieramente, la carga resultaba insoportable. Sumando los costos presupuestarios y el sobreprecio pagado por los consumidores, los países de la OCDE han gastado 320.000 millones de dólares para sostener y proteger a sus 16 millones de agricultores en 1991, es decir cinco veces más que los 70.000 millones de la ayuda oficial al desarrollo, incluidos todos los sectores y todos los países.

Estos apoyos han representado el 38 por ciento del valor de la producción agrícola en Europa, es decir 500 dólares por hectárea o bien 8.000 dólares anualmente por agricultor a tiempo completo. Las cifras ascienden a 8.700 dólares por hectárea en Japón y nada menos que 20.000 dólares por agricultor en los Estados Unidos.

A pesar de todo, los agricultores europeos tienen el sentimiento de que se les sacrifica y de que su eliminación está planificada. Apegados a un modo de vida que desaparece, se sienten marginados.

Los modelos de consumo y las imágenes que la televisión ofrece machaconamente son los de una sociedad urbana, en la que el campesino tradicional no se reconoce ya".

El ex director de la FAO asegura que "no estoy tratando de embellecer el cuadro. Para la mayoría de los campesinos europes es un drama sentirse marginados, cuando se dedican, a costa de un trabajo penoso, exigente, a una actividad que saben que es esencial.

Es legítima su frustración cuando constatan que, gracias a su trabajo, existen y prosperan las industrias químicas, los organismos de crédito, las cadenas comerciales y las firmas agroalimentarias que se hacen de la guerra a golpe de miles de millones y de OPA, mientras que ellos, los productores esenciales, no pueden sino a duras penas asegurar a sus familias las condiciones de vida de sus contemporáneos.

Vemos pues en el Norte a productores agrícolas frustrados en sus valores, su condición social, inciertos de su futuro, mientras que sus gobiernos se enfrentan en los mercados exteriores demasiado estrechos por la insuficiencia del poder adquisitivo de las multitudes humanas del Sur".

DAR AL SUR LOS MEDIOS PARA SU PROPIO DESARROLLO

No se puede olvidar el proverbio chino: "Regalar un pescado es alimentar a un hombre un día; enseñarle a pescar es alimentarle toda su vida".

"Son los medios de producción los que hay que proporcionar a los campesinos del Sur, y no el producto mismo. Su dignidad de hombres les hace desear eso y yo me he esforzado, en la FAO, por convencer a los países donantes para que lleven una ayuda en insumos a Africa. Lamento no haber tenido éxito.

Pero quiero insistir en estas evidencias.

El Sur debe desarrollar su propia capacidad de producción, en condiciones duraderas, para alimentarse o adquirir los alimentos que le hacen falta. Aparte de una asistencia técnica y financiera que sigue siendo indispensable en numerosos países, pues son muy grandes los retrasos acumulados, para muchos de ellos el acceso equitativo a los mercados de sus productos sería la clave para una verdadera asociación económica en que los países pobres habrán de encontrar los medios para su propio desarrollo. ¿Puede hablarse de mercados equitativos cuando un puñado de actores controlan lo esencial de las transacciones?

"El Sur debe desarrollar su propia capacidad de producción para alimentar y alimentarse"

Poniendo finalmente a los países del Sur en condiciones de proporcionar a sus poblaciones los medios para una vida decente, se crearán las condiciones para ese crecimiento de la demanda solvente a escala mundial que reclaman, en la esfera alimentaria, los agricultores europeos. No veo otro camino.

No digo que esto sea fácil, evidentemente.

No digo que el consumo siempre creciente, que ha llegado a ser un credo de las sociedades ricas en detrimento de otros valores, sea compatible con un progreso general de la humanidad.

Creo, en efecto, que son los valores escogidos por los hombres, más que el precio de los productos que consumen, lo que da su rostro a nuestra sociedad. Deseo que nuestros contemporáneos, tantos de los cuales se refugian ahora en los comportamientos asociales del egoísmo, de la criminalidad o de la autodestrucción, reencuentren el camino de un ideal que puedan compartir con la mayoría: el de progresar juntos creando la confianza en el futuro".

9406808

Nº. DOCUMENTO 9406809
TITULO La Unión Latina reunirá a periodistas de todo el mundo del 12/4 en París.
PROC. 15 ... 7
FE 9/4/94
VI. 11078
65963

La Unión Latina Reunirá a Periodistas de Todo el Mundo

Periodistas de más de 20 países participarán a partir del 12 de abril en París de un coloquio internacional organizado por la Unión Latina, en el cual estarán presentes delegados de medios de comunicación de todo el mundo de habla latina.

El redactor responsable del diario EL PAIS, Martín Aguirre Gomensoro, fue invitado al acontecimiento convocado por la organización presidida por el ex canciller uruguayo y actual embajador en Francia, Héctor Gros Espiell.

El Teathre du Rond Point será escenario por espacio de más de 72 horas del encuentro que tendrá como principales protagonistas a hombres que escriben la historia cotidiana de países hermanados por la lengua madre por excelencia: el latín.

La inauguración del encuentro será en la casa del embajador Gros Espiell en la rue Jean Girardoux de París y al otro día comenzarán oficialmente las sesiones.

El trabajo de las comisiones será sellado el 14 de abril con la disertación del ministro de la Cultura y la Francolofonía, Jacques Toubon.

El Ministro de Trabajo de ese país, también presidente de la Región Ile de France, ofrecerá a los asistentes una cena que oficiará de cierre del encuentro.

ENTRADO
9406809

Nº. DOCUMENTO 9406809
TITULO La Unión Latina reunirá a periodistas de todo el mundo del 12/4 en París.
PROC 15 III 7
FECHA 9/4/94
VI 11078 65963

La Unión Latina Reunirá a Periodistas de Todo el Mundo

Periodistas de más de 20 países participarán a partir del 12 de abril en París de un coloquio internacional organizado por la Unión Latina, en el cual estarán presentes delegados de medios de comunicación de todo el mundo de habla latina.

El redactor responsable del diario EL PAIS, Martín Aguirre Gomensoro, fue invitado al acontecimiento convocado por la organización presidida por el ex canciller uruguayo y actual embajador en Francia, Héctor Gros Espiell.

El Teathre du Rond Point será escenario por espacio de más de 72 horas del encuentro que tendrá como principales protagonistas a hombres que escriben la historia cotidiana de países hermanados por la lengua madre por excelencia: el latín.

La inauguración del encuentro será en la casa del embajador Gros Espiell en la rue Jean Girardoux de París y al otro día comenzarán oficialmente las sesiones.

El trabajo de las comisiones será sellado el 14 de abril con la disertación del ministro de la Cultura y la Francolofonía, Jacques Toubon.

El Ministro de Trabajo de ese país, también presidente de la Región Ile de France, ofrecerá a los asistentes una cena que oficiará de cierre del encuentro.

ENVIADO
9406809

N°. DOCUMENTO 9406810
TITULO Entre 27/4 y 29/4 se reunirá en Bs As. el III Congreso de Ingeniería de Petróleo de A. Latina y Caribe.
PROCESO 150095
FECHA 10/4/94
VINCUL. 11078 66960 11677

III Congreso de Ingeniería de Petróleo

LN 10/4

Entre el 27 y el 29 de abril próximo se reunirá en Buenos Aires el III Congreso de Ingeniería de Petróleo de América latina y el Caribe, organizado por la sección argentina de la Sociedad Internacional de Ingenieros en Petróleo y auspiciado por el Instituto Argentino del Petróleo.

Entre sus asistentes figuran el director de Oil & Gas Industry Services de Arthur Anderse, Víctor Burk; el vicepresidente internacional de Amoco, J. C. Burton; el gerente de exploración de Total de Francia, Bernard Duval; el presidente de Norcen, Barry Cochrane; el presidente de Corpoven (de Venezuela), Roberto Mandini, entre otras personalidades de la industria petrolera mundial.

Tres diferentes paneles analizarán más de un centenar de trabajos técnicos. También en su desarrollo se evaluarán las tendencias del mundo petrolero, las perspectivas de la próxima década y, en el orden nacional, el presidente de YPF, José Estenssoro, expondrá sobre el futuro que se abre para el desarrollo del sector.

9406810

Nº DOCUMENTO 9406811
TITULO Reunión de sectores e intelectuales en Cartagena de Indias
PROC 15000
FE 14-4-94
VI 500890
501889
65592
11078

La Educación y la Cultura, Factores Claves

EP 14/4

Mercader Pidió en Cartagena "Helenizar" la Integración

En Cartagena de Indias, Colombia, un centenar de escritores, intelectuales y políticos de Iberoamérica se reunieron durante dos días para preparar algunos temas a debatir en la próxima reunión de los Jefes de Estado iberoamericanos. Gabriel García Márquez, el ex-presidente colombiano Belisario Betancur, el director de UNESCO Federico Mayor, el brasileño Helio Jaguaribe, el ex-presidente mexicano Miguel de la Madrid, fueron algunos de los asistentes.

En la llamada Cumbre del Pensamiento la primera conferencia sobre la integración de América Latina, fue confiada a un uruguayo, el ministro de Cultura, Antonio Mercader, quien habló minutos después que el presidente de Colombia, César Gaviria, inaugurara oficialmente los debates. Mercader definió el proceso de integración como un fenómeno multidimensional y reclamó atención no sólo para los hechos económicos, que son el motor, sino también para los acuerdos políticos y la integración en el plano cultural.

Lo que sigue es un resumen de la exposición que hizo Mercader ante la Cumbre del Pensamiento.

"NADIE SE ENAMORA DE UN MERCADO"

El Ministro uruguayo comenzó afirmando que las lecciones de otros procesos de integración como la Comunidad Europea, eran de relativa utilidad, y que debía recurrirse a la experiencia propia. Recordó el fracaso de ALALC y otros intentos para decir que "ninguno de aquellos fracasos fue en vano, aprendimos con ellos".

Expresó que hoy hay un contexto internacional más fértil para la integración, basado en una revalorización del papel del mercado, un intento de los países por integrarse como forma de insertarse en la economía mundial, una apertura de las economías como forma de mejorar su competitividad y la democracia, fundamentalmente, como punto de apoyo de los procesos de integración.

Al respecto, el ministro Mercader citó una frase del francés Jacques Delors: "nadie se enamora de un mercado sino de un proyecto político".

Habló luego de que América Latina vivía una realidad integracionista confusa que describió como "el perfil de geometría múltiple de la integración latinoamericana". Señaló como principales obstáculos: la heterogeneidad estructural de los diversos países; la débil interconexión entre los diferentes mercados, la precaria complementariedad de los perfiles produtivos, y la aún escasa densidad de los intercambios comerciales intra-regionales.

"HELENIZAR LA INTEGRACION"

Analizó luego la integración como proyecto cultural. Dijo que Iberoamérica sería más allá del año 2.000 un "espacio geocultural determinante" para el cual, la lengua española, "nuestra auténtica patria grande", era el instrumento unificador.

Destacó también el rol de la educación que definió como "la necesidad de preparar las neuronas de nuestra gente para que zafemos de nuestro rol de generadores de materias primas y nos transformemos en dominadores de altas tecnologías".

En este punto subrayó el proyecto del Mercado Común del Conocimiento, una iniciativa del presidente Luis A. Lacalle, que significa la cooperación entre las Universidades, su coordinación, la realización de investigaciones conjuntas, la creación de postgrados en América Latina que desalienten la fuga de cerebros, y la consolidación de centros regionales de excelencia.

Dijo que este proyecto era "una perspectiva realista de cooperación Norte-Sur a nivel de centros de investigación y pensamiento donde podamos recibir los excedentes de conocimiento disponibles en los países desarrollados". Insistió en la necesidad de aplicar más recursos a la investigación para el desarrollo. América Latina, dijo, invierte 10 dólares anuales en este campo por cada latinoamericano, mientras que los europeos dispensan 300 dólares per cápita y los japoneses 700. "Esa es la clave de las diferencias", dijo Mercader.

El Ministro de Cultura de Uruguay, dirigiéndose al plenario vaticinó que el militarismo, el sobreendeudamiento y la inflación desaparecerán de la región, pero añadió que el mayor problema de América Latina era luchar hoy contra la desigual distribución de la riqueza.

Instó a integrarse "con ciertos valores éticos", entre ellos los principios de equidad y justicia, valores culturales que deben transmitirse. Recordó que los fenicios habían integrado el Mediterráneo basados casi exclusivamente en lo económico, y que los griegos habían hecho lo mismo, agregando cierta cultura y ciertos valores que le dieron a su aporte y a su integración un carácter definitivo. Pidió, al final, "helenizar la integración", aludiendo así a la dimensión cultural del proceso.

ENT...
OFI...

01-01

9406811

Nº. DOCUMENTO 9406812
TITULO Clinton invitó a Menem a la Cumbre de las Américas que será en diciembre/94 en Miami
PROC 50025
FECH 12/4/94
VINC 11187
65890
66960

Clinton invitó a Menem a la cumbre continental

Carta: el presidente norteamericano le envió una misiva a su par argentino para participarlo del encuentro por realizarse en diciembre próximo, en Miami.

El presidente de los Estados Unidos, Bill Clinton, invitó formalmente a su par argentino, Carlos Menem, a participar de la Cumbre de las Américas, que se efectuará en diciembre próximo en el país del Norte.

En una carta enviada el fin de semana desde la Casa Blanca y que la Secretaría de Medios de Comunicación de la Presidencia distribuyó ayer al periodismo (traducida al castellano), Clinton se manifestó "complacido" de la reacción favorable que su propuesta tuvo en el continente.

El siguiente es el texto completo de la misiva:

"Estoy sumamente complacido ante la entusiasta reacción con que fue recibido en todo el hemisferio el anuncio sobre la Cumbre de las Américas. Esta respuesta tan positiva es una clara señal de la promesa que encierra dicho evento para toda nuestra gente.

"Como complemento de mi anterior mensaje, quisiera ahora invitarlo formalmente a asistir a la Cumbre de las Américas por realizarse en Miami, Florida, los días 9 y 10 de diciembre. Próximamente le haré llegar otros detalles sobre la estructura de la Cumbre y esperamos intensificar las consultas necesarias a fin de que este acontecimiento resulte un éxito", agregó.

Objetivos comunes

"Agradezco enormemente su respuesta a mi carta anterior –puntualizó Clinton–. Su deseo de participar directa y personalmente en los preparativos del temario de la Cumbre es una alentadora muestra de nuestros comunes objetivos para el futuro.

"Anticipo con agrado poder trabajar con usted desde ahora y hasta diciembre en esta extraordinaria oportunidad de planear un temario de interés para el hemisferio para el siglo 21."

9406812

Nº. DOCUMENTO 9406813
TITULO Se celebrará en Cartagena de Indias la IV Cumbre Iberoamericana
PROC 150014
FE. 17/4/94
VI. 11187
65592

Colombia

CUMBRE IBEROAMERICANA

La IV Cumbre Iberoamericana de jefes de Estado y de Gobierno, que se celebrará el 14 y 15 de junio en Cartagena de Indias, se centrará en la búsqueda de planes concretos de comercio e integración económica, anunció la Cancillería colombiana. Durante la semana pasada se celebró en Santafé de Bogotá la segunda reunión del grupo coordinador de la Cumbre y los participantes terminaron en un 70 por ciento la redacción del documento básico que estudiarán los 21 jefes de Estado y de Gobierno antes de firmar la declaración conjunta. El grupo de preparación está formado por México, España y Brasil -sedes de las tres primeras reuniones celebradas en 1991, 1992 y 1993.

9406813

Cede su mandato el presidente de la SIP

MIAMI, 6 (AP).- El presidente de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), Roy Megarry, anunció que cederá los últimos cinco meses de su mandato y será reemplazado por Raúl Kraiselburd, director del diario El Día, de la Argentina.

Megarry, director de la junta directiva del diario The Globe and Mail, de Toronto, citó responsabilidades adicionales inesperadas en el diario, donde en noviembre fue convocado nuevamente para encabezar el periódico, anunció la SIP. Megarry dejará el cargo el 30 del actual.

Kraiselburd es actualmente el primer vicepresidente de la SIP y por tradición, presidente electo para el período 1995.

"Seguiré involucrado en las actividades de la SIP, creo en nuestra misión, jugamos un papel vital en nuestro hemisferio y tenemos la obligación de seguir aprovechando los sacrificios que han hecho muchos de nuestros colegas a través del tiempo", señaló Megarry.

La SIP está integrada por más de 300 publicaciones del hemisferio occidental y está dedicada a la protección y promoción de la libertad de prensa y el derecho del público a estar informado.

L.N. 7-4-94

9406814

Nº. DOCUMENTO 9406815
TITULO
PROCEDENCIA 150025
FECHA 5/4/94
VINCULACION
ENTRADO
CRUZADO

El futuro de la energía nuclear

VEINTE años y una década de funcionamiento cumplirán este año, respectivamente, las centrales nucleoeléctricas de Atucha y de Embalse. Al recordarlo, la Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA) informó que en enero último ambas plantas produjeron el 15,9 por ciento de la energía eléctrica consumida en el país. En ese lapso, el factor de carga, o electricidad generada, fue del 98,7 por ciento de la capacidad instalada, mientras que sólo cuatro centrales, entre térmicas e hidráulicas, superaron el 70 por ciento. Si bien en el parque eléctrico nacional esas centrales nucleares representan sólo el 7,1 por ciento de la capacidad de generación, debido a deficiencias en los otros sectores, la participación de la energía nucleoeléctrica duplica lo que nominalmente les correspondería.

Esas breves referencias muestran el alto grado de eficiencia de ambas centrales, que aportaron al sistema interconectado, en ese lapso, 737.880 megavatios, por los que las distintas empresas mantienen con la CNEA una deuda de 384 millones de pesos.

En otro informe de la comisión se expresa que está prevista para fines de 1996 la conexión a la red nacional de la central Atucha II, realizada en el 93 por ciento de la obra, y en la que están trabajando actualmente alrededor de 3500 personas. Atucha II tuvo un considerable atraso por causa de dificultades presupuestarias que, a la vista de dicho informe, estarían ya superadas.

Durante el último año, sectores de opinión que mantienen desconfianza, por razones de seguridad, hacia el sistema nuclear de generación, señalaron a la central Atucha como una planta peligrosa por su presunta obsolescencia y supuestas pérdidas radiactivas, pero esos riesgos fueron desechados por la CNEA, visto el resultado de las inspecciones regulares a que son sometidas las dos plantas. Esas mismas preocupaciones, como es notorio, se expresan, también en otras partes del mundo, aunque no pocas veces por el interés político de los llamados partidos verdes, que presionan por el desmantelamiento del sistema de centrales nucleares, particularmente después de la catástrofe de Chernobyl.

Actualmente, la tendencia internacional de la producción nucleoeléctrica es ascendente, como lo evidencia el hecho de que, durante el último año, fueron inauguradas diez nuevas centrales, de las que solamente Japón puso en funcionamiento cuatro. En Gran Bretaña, donde la presión antinuclear es considerable, el premier John Major señaló que espera un crecimiento del programa nuclear, si bien contemplando los objetivos ecologistas. En el mismo lapso, dos centrales cesaron en el Reino Unido por obsolescencia, pero funcionan 37. La insistencia en esta fuente de energía responde no sólo a pautas de economía y eficiencia sino también a la previsible reducción de las reservas de combustibles minerales, así como a la insuficiente prestación de las centrales hidroeléctricas, no siempre disponibles, por causas naturales, en todos los lugares del planeta.

El rendimiento expresado de las dos centrales argentinas -de excelente concepción y mantenimiento a cargo de la CNEA- testimonia la eficiencia y seguridad del sistema que, contando con 425 centrales en todo el mundo, revela un índice excepcionalmente reducido de accidentes, muy inferior, por cierto, al de otras actividades que no provocan resistencia alguna y sirven al progreso social.

Estos temas están adquiriendo actualmente, en nuestro país, una nueva perspectiva analítica, consecuente con los estudios del Gobierno sobre la eventual privatización de las centrales nucleares. El punto de equilibrio exige un complejo y mesurado análisis. La generación nucleoeléctrica está muchas veces a cargo de la actividad privada en las naciones industrializadas y con economías libres. En el caso argentino, la experiencia y el desarrollo científico y tecnológico, si bien reconocidos internacionalmente, están lejos del nivel de aquellos países; las plantas generadoras no son deficitarias sino que contribuyen al presupuesto del sector, y no debe ser eludida la cuestión de la seguridad que la CNEA atendió eficazmente.

01-01 9406815.

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROC
FECH
VINCU

Categórica respuesta del embajador norcoreano ante las Naciones Unidas

«COREA DEL NORTE NO TIENE NADA QUE MOSTRAR»

La declaración sin amenaza de sanciones, adoptada por el Consejo de Seguridad después de que Estados Unidos cediera a las objeciones de China, no parece haber asustado a Corea del Norte .

En una declaración no vinculante, en lugar de la resolución «con dientes» y plazos a la que aspiraban EEUU y los otros occidentales, el Consejo pidió anoche a Corea del Norte que permita la inspección internacional de sus instalaciones atómicas para ver si ha desviado plutonio.

Corea del Norte «no tiene nada que mostrar en este momento» a los inspectores, respondió de inmediato su embajador ante la ONU, Pak Gil Yon, al advertir que la declaración «no ayudará en absoluto» a resolver la disputa atómica.

«Ya que hemos cumplido nuestras obligaciones, no tenemos que permitir nada más en esta fase» a los inspectores de la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA), y la única solución es mediante un diálogo con Estados Unidos, afirmó.

El presidente del Consejo, el francés Jean Bernard Mérimée, repuso «ya veremos» al ser preguntado por la reacción norcoreana.

Pero China reiteró su oposición a toda posible sanción, y Corea del Sur no quiso pronunciarse sobre este punto.

Corea del Norte sostiene que su programa nuclear es pacífico, pero, en marzo, en otra violación de sus obligaciones como signatario del Tratado de No Proliferación Nuclear, impidió a los expertos de la OIEA tomar muestras decisivas en una planta de reprocesamiento.

Esto reforzó las sospechas generalizadas de que ha producido plutonio a escondidas para armas atómicas.

Los ejércitos de las dos Coreas intensificaron el estado de alerta, y EEUU decidió enviar misiles «Patriot» y otras armas a Corea del Sur para fortalecer la defensa de sus 37.000 soldados estacionados allí.

Paralelamente, buscó en vano el apoyo de China, único importante aliado de Corea del Norte, para un proyecto de resolución en la ONU que veladamente amenazase con posibles sanciones si Pyongyang incumplía el plazo de un mes para cooperar con la OIEA.

China, que tiene derecho de veto, rechazó el proyecto de resolución y las amenazas y presiones porque «complicarían la situación y serían contraproducentes», y se impuso.

El embajador alterno chino ante la ONU, Chen Jian, reiteró anoche que la meta de la desnuclearización de la península y la preservación de la «paz y seguridad» sólo puede hallarse mediante discusiones a cuatro por tres canales de diálogo: EEUU-Corea del Norte, las dos Coreas, y Corea del Norte-OIEA.

China, dijo, seguirá desempeñando un «papel positivo», pero «nuestra influencia es limitada».

Fuentes norteamericanas pusieron buena cara al mal tiempo: EEUU está satisfecho con «el fondo y la forma» porque representa la opinión unánime de los miembros del Consejo. Una resolución requiere el consenso de los 15.

En la declaración, el Consejo dice que el tema será objeto de «consideración ulterior» (no de acción) si fuera necesario para lograr el cumplimiento norcoreano de sus obligaciones con la OIEA.

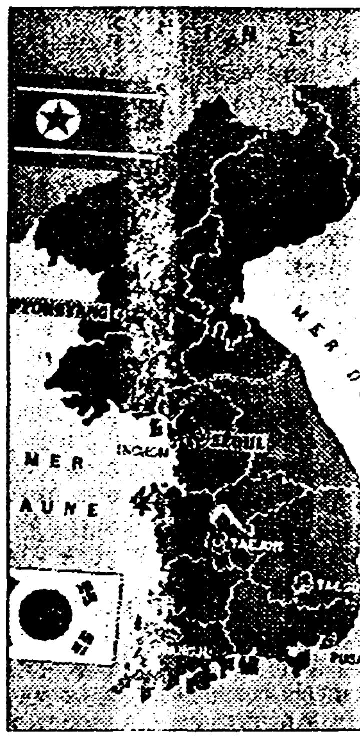
También insta a las dos Coreas a reanudar su diálogo, roto por Pyongyang, sobre la desnuclearización de la península, y hace un llamamiento a EEUU y Corea del Norte a continuar el diálogo bilateral, una vez completada la inspección de las siete instalaciones nucleares declaradas norcoreanos.

Esta nueva ronda debe centrarse en la inspección de otras dos instalaciones sospechosas no declaradas y los incentivos políticos, económicos y militares que, a cambio, le ofrecería EEUU.

El acuerdo que permitió desbloquear la situación en la ONU fue negociado ayer por Robert Gallucci con Chen Jian.

Gallucci, secretario adjunto de Estado que negoció en las dos rondas anteriores con Pyongyang, será nombrado enviado especial para la crisis norcoreana, lo que le permitirá tratar con China y otros estados clave como Japón, Corea del Sur y Rusia, dijeron fuentes oficiales al «Washington Post».

Su nombramiento, agregaron, refleja la creciente preocupación del Gobierno de Bill Clinton de que la disputa con Pyongyang pueda llevar a una conflagración en la península, de allí la necesidad de intensificar la diplomacia.



9406816

Nº. DOCUMENTO 9406817
TITULO
PROCED
FECH
VINCUL

Lo Anuncia la OIEA

COREA COMUNISTA AUMENTA PARA FINES MILITARES PODER NUCLEAR

VIENA, 5 (EFE). — Corea del Norte está construyendo en su complejo nuclear de Yongbyon un nuevo centro de procesamiento de combustible nuclear similar a otro ya existente, lo que le permitiría teóricamente doblar su capacidad productora de plutonio utilizable en un programa nuclear de tipo militar.

Así lo confirmó hoy, en Viena, el portavoz del Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA), David Kyd, encargado de garantizar que los países signatarios del Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), como es Corea del Norte, cumplan sus compromisos sobre utilización pacífica del átomo.

El equipo internacional de inspectores de OIEA que visitó durante la primera mitad de marzo pasado las siete instalaciones nucleares oficialmente declaradas por el Gobierno de Pyongyang, descubrió una nueva instalación nuclear similar a una ya existente y que los norcoreanos califican de "laboratorio radioquímico".

"En este momento sólo están los componentes de acero, sin que se haya instalado aún el instrumental necesario, lo que podría ocurrir, sin embargo, en los próximos meses", explicó Kyd.

Preguntado por los motivos que pudieran tener los norcoreanos para construir ese nuevo "laboratorio", paralelo al que ya tienen, Kyd expresó la sospecha de que tal vez intenten burlar al OIEA ya que el otro está sometido a observación por parte de ese organismo, que ha instalado cámaras de video otros instrumentos de inspección y control.

Pese a esos controles, el OIEA reconoció oficialmente el pasado 16 de marzo que no podía garantizar que no hubiese habido desviación alguna de material radiactivo hacia usos militares, ya que los norcoreanos impidieron al equipo de inspectores llevar a cabo "in situ" una serie de mediciones previamente acordadas.

Así, se les impidió tomar pruebas de los guantes especialmente protegidos que utilizan los ingenieros norcoreanos para sus manipulaciones de material radiactivo, y medir los niveles de radiactividad y números de isótopos radiactivos en el laboratorio, lo que no hizo sino incrementar las sospechas de que Pyongyang intenta fabricar la bomba atómica en violación de sus compromisos con el OIEA.

El portavoz de este organismo reconoció a EFE que no ha habido más contactos con Corea del Norte desde que los inspectores presentaron su informe el pasado 15 de marzo, y el director general del OIEA, el sueco Hans Blix, acusó al Gobierno de Pyongyang de haber ostaculizado su labor.

Aparte de las dos instalaciones oficialmente declaradas, Corea del Norte, tiene otros dos centros en el mismo complejo nuclear de Yongbyon, a 100 kilómetros de la capital, donde se sospecha que se almacenan también residuos nucleares y que su Gobierno se ha negado hasta ahora a someter a inspección internacional.

Mientras tanto, Pyongyang sigue manifestando una postura inflexible en su polémica nuclear con la comunidad internacional, y especialmente con los países occidentales.

El pasado domingo, su Ministerio de Asuntos Exteriores, calificó de "insensata" la última resolución del Consejo de Seguridad de la ONU en la que pide al país asiático que permita la total inspección de sus instalaciones nucleares.

Estados Unidos sospecha, según el jefe del Pentágono, William Perry, que Corea del Norte dispone ya de dos bombas atómicas

Perry declaró el domingo a la cadena de televisión NBC que Estados Unidos está en condiciones de destruir militarmente las instalaciones nucleares norcoreanos, pero no lo harán para no ocasionar una guerra en esa península.

Perry expresó el temor de que Corea del Norte pueda suministrar armas atómicas a los países del Oriente Medio, y advirtió al mismo tiempo a través de Pyongyang de que Washington recurrirá a medidas de presión si Corea del Norte no admite las inspecciones a que está obligada.

9406817

Nº. DOCUMENTO 9406818
TITULO Corea del Norte permitirá nuevas inspecciones de la OIEA
PROCEDENCIA 150483
FECHA 22/4/94
VINCULACIONES 12577
507487

Corea del Norte permitirá nuevas inspecciones

OTA · 22/4

SEÚL - COREA DEL NORTE está dispuesta a permitir que el Organismo Internacional para la Energía Atómica (OIEA) presencie la operación de cambio de barras de combustible en uno de sus principales reactores nucleares.

El gobierno de Corea del Norte dirigió el miércoles un telegrama a la OIEA, que tiene su base en Viena, para informarle que permitirá la presencia de inspectores del organismo en la operación.

El secretario de Defensa de EEUU, William Perry, dijo ayer en rueda de prensa que es de crucial importancia que Corea del Norte permita la inspección internacional de esta operación, ya que en ella se puede obtener la materia prima básica para fabricar cuatro o cinco bombas nucleares. ■ *(EFE)*

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9406818

Nº DOCUMENTO 9406819
TITULO Comienzan inspecciones de la OIEA en Corea del Norte.
PROCEDENCIA ISop14
FECHA 24/4/94
VINCULO 12577
50748Y

Comienzan el martes las inspecciones de la OIEA en Corea del Norte

LLEGAN A PYONGYANG INSPECTORES INTERNACIONALES

La primera de las dos inspecciones de la Organizacion Internacional para la Energia Atomica (OIEA) en Corea del Norte tendrá lugar el próximo martes, según anunció ayer, sábado, la agencia de noticias surcoreana "Yonhap".

Los inspectores presenciaran durante dicha visita, a invitación de Pyongyang, la operación de cambio de barras de combustible en uno de sus reactores nucleares sospechosos de desviar plutonio con fines bélicos.

Por su parte, un segundo equipo de inspectores de la organización, con central en Viena, partirá hacia Corea del Norte el miércoles con el objeto de presenciar dicho proceso en el reactor nuclear de cinco megavatios de Yongbyon, a unos noventa kilómetros al norte de Pyongyang, base central del programa nuclear secreto norcoreano.

Sin embargo, esta segunda visita podra ser "limitada" debido a que "Corea del Norte se resiste todavía a las demandas de la OIEA para llevar a cabo controles adicionales tales como recoger muestras del los laboratorios radioquímicos," dice "Yonhap".

Asimismo, el despacho de la agencia surcoreana indica también que Washington y Pyongyang mantendrán conversaciones para discutir sobre las isnpecciones.

A pesar de que admitió que la decisión de Corea del Norte de permitir estas dos visitas es de "crucial" importancia, el secretario de Defensa norteamericano, William Perry, señaló que dichas inspecciones quizas no den pruebas conclusivas sobre si el régimen comunistas está a punto de conseguir su primera bomba atómica.

01-01

9406819

Nº. DOCUMENTO 9406820

TITULO Corea del Norte rechaza nueva inspección de sus instalaciones nucleares

PROCEDE 150003

FECHA 20/4/94

VINCUL 125771

507687

Corea del Norte rechaza nueva inspección de sus instalaciones nucleares

Viena (AFP)

El Corea del Norte rechazó de nuevo las condiciones impuestas por la Agencia Internacional de la Energía Atómica (AIEA) para una nueva inspección de sus instalaciones nucleares, en especial la toma de muestras de combustible irradiado, anunció la AIEA.

"La nueva respuesta de Pyongyang a nuestras peticiones, llegada este viernes por la tarde a Viena, no es satisfactoria. Por consiguiente, no enviaremos ni este sábado ni este domingo un equipo de inspectores a Corea del Norte", indicó uno de los portavoces de la AIEA, Hans-Friedrich Meyer, en la capital austriaca.

"Discutiremos de nuevo sobre la situación con los estados miembros al principio de la próxima semana", añadió.

La semana última, Corea del Norte invitó a la AIEA a supervisar el reemplazo de combustible irradiado de un reactor del complejo nuclear de Yongbyon. La agencia aceptó pero imponiendo severas condiciones, en especial tomas de combustible usado.

La AIEA [illegible] obtener, por escrito, la palabra de Corea del Norte de que sus inspectores podrán recoger, como pretenden, muestras del combustible usado. Esta toma es "capital para determinar que no hubo desvío de materia fisil para fines militares por parte de los norcoreanos", indicó la agencia.

El martes pasado, Corea del Norte ya rechazó aceptar estas tomas en una primera carta llegada a la AIEA. El miércoles, Pyongyang indicó mediante la agencia oficial norcoreana KCNA que no aceptaría inspecciones internacionales completas de sus instalaciones nucleares, ni la toma de muestras de combustible irradiado.

DOCUMENTO ILEGIBLE.

9406820

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406821
TITULO Arabia Saudita descartó ... el tope de producción de la OPEP
PROCEDE 50483
FECHA 5/4/94
VINC. 12636 50484

Especialistas estiman que podría ayudar a tranquilizar a los operadores

Arabia Saudita descartó elevar el tope de producción de la OPEP

Manama - Arabia Saudita ha descartado elevar el tope de producción de crudo de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) antes de fines de 1994, informó el Middle East Economic Survey (MEES).

La OPEP acordó en Ginebra el 26 de marzo mantener el tope de US$ 24,52 millones de barriles diarios hasta fin de año pero, por supuesto, puede revertir sus decisiones.

La determinación de Arabia Saudita, el mayor productor del acuerdo petrolero, de no buscar un incremento de la producción este año si el mercado mejora, ayudará a tranquilizar a los operadores en cuanto a que los suministros pueden tornarse más escasos hacia el fin del año aunque sean amplios durante el verano septentrional.

MEES consignó que fuentes próximas al ministro saudita de Petróleo, Hisham Nazer, expusieron de la siguiente forma la posición saudita.

"Arabia Saudita está en favor de la ampliación de la prórroga del tope hasta fines de año y cree que esto ayudará al mercado. También se muestra intransigente en cuanto a que el acuerdo de Ginebra es absoluto y no incluye ninguna cláusula de revisión del límite en respuesta a cambios en las condiciones del mercado", indicó la publicación.

El boletín informativo de la industria petrolera indicó que los ministros de destacados productores del Golfo Pérsico presentes en la reunión "se mostraron terminantes en cuanto a que el congelamiento de nueve meses es definitivo".

MEES indicó que se ha eliminado una cláusula del comunicado de la OPEP que se refería a una posible revisión del tope si los precios mejoraran.



Petroleros

El ministro árabe Hisham Nazer junto a su colega de Emiratos Arabes Unidos, Yousef Omeir Bin Yousef, y de Venezuela, Alirio Parra

Pero el boletín consignó que los ministros plantearon la perspectiva de acudir en defensa del mercado si los precios bajan drásticamente.

"Cualquiera sea el caso en el lado de los precios, MEES entiende que la palabra entre los ministros de la OPEP en Ginebra fue que, en caso de un deterioro adicional de los precios hasta el nivel de un solo dígito, los jefes de estado de la OPEP ciertamente serán llamados a dar una mano", señaló.

El jefe de reacción de MESS, Ian Seymour, comentó sobre el resultado general: "El énfasis estratégico sigue estando firmemente en la preservación de las participaciones en el mercado".

Agregó que "hay ahora el reconocimiento general dentro de la OPEP de que la búsqueda de un acuerdo de producción con países no miembros de la OPEP está en un callejón sin salida".

Seymour comentó que la determinación de la OPEP en cuanto a evitar un atisbo de una producción libertada de topes, combinada con la cautela de los compradores, podría ayudar a evitar una convulsión de los precios.

Acotó, sin embargo, que "no parece habe nada en el horizonte que levante los precios desde el actual de nivel de entre US$ 13 y US$ 15".

MESS también indicó que fuentes próximas al ministro saudita Nazer "negaron que haya algo sacrosanto acerca de su cifra de producción de ocho millones de barriles diarios e insisten en que las decisiones sauditas sobre volúmenes de producción se relacionan exclusivamente con condiciones del mercado".

"Los sauditas también descartan cualquier sugerencia de que la posición del reino en la reunión de Ginebra haya sido influenciada de algún modo por el deterioro de las relaciones políticas entre Arabia Saudita e Irán. Afirman que las decisiones sauditas en materia petrolera se basan exclusivamente en consideraciones petroleras", indicó la publicación especializada.■

(Reuter)

9406821

Nº. DOCUMENTO 9406822
TITULO Pronostican caída en los precios del petróleo
PROCEDENCIA 150115
FECHA 7/4/94
VINCULO 126366
67396

Pronostican caída en los precios del petróleo

El Ministro de Energía y Minas de Venezuela, Edwin Arrieta, pronosticó que para el segundo trimestre de este año los precios del petróleo venezolano caerán de 11,5 a 10,5 dólares, debido a la reducción de la demanda común prevista por la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Advirtió, empero, que para el tercer y cuatro trimestre los precios mejorarán considerablemente y podrán ubicarse en unos 15 dólares por barril, a raíz de la demanda en virtud del crecimiento de las economías mundiales.

Arrieta dijo que la decisión de la OPEP de mantener el techo de producción en 24,5 millones de barriles diarios fue la más acertada.

"No valía la pena ir a un sacrificio sin la participación de los países no OPEP, menos aún contando con la oposición del Reino Unido y Noruega a una reducción de la producción para recuperar los precios internacionales", subrayó el Ministro. Comentó que Venezuela había sido acusado de sobreproducir crudos, sin respetar los acuerdos de la OPEP, pero se comprobó que el país sigue comprando unos 600.000 barriles diarios para cumplir con el suministro a sus clientes.

La caída de los precios del petróleo agravó la crisis económica venezolana, que se manifiesta en un déficit fiscal superior a los 6.000 millones de dólares, que representan un tercio del presupuesto nacional.

El Presidente, Rafael Caldera, aseguró anoche, en mensaje por cadena de radio y televisión, que está dispuesto a asumir poderes especiales otorgados por el Congreso para adoptar medidas tendientes a reducir el déficit fiscal.

CARACAS, (ANSA).

9406822

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406823
TITULO Mejoran perspectivas para que se produzca aumento en el precio de petróleo a nivel mundial
PRO... 150015
FEC... 26/1/94
VIN... 12636
3a-44

Mejoran las perspectivas para que se produzca un aumento en el precio del petróleo a nivel mundial

Las perspectivas del precio del petróleo mejoraron en el mercado mundial debido a los climas fríos y una economía estadounidense más fuerte, indicó un informe difundido en Gran Bretaña.

Monthly Oil Report, publicado por el Centro for Global Energy Studies, presidido por el jeque Yamani, ex Ministro de Petróleo de Arabia Saudita, señaló que las perspectivas para los precios son mejores debido a la ola de frío en el hemisferio norte, y al mejor comportamiento de la economía de Estados Unidos. Añadió que los precios pueden incentivarse notablemente en el cuarto trimestre de este año, si la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), mantiene la disciplina en su producción.

El informe dice que la sobreproducción, en respuesta al aumento de la demanda, debe ser la mayor preocupación de la OPEP. Agregó que la decisión de la OPEP de mantener sus actuales niveles de producción parece tener varios objetivos, entre los que mencionó la necesidad de tomar una rápida decisión para no desestabilizar el mercado, establecer la ventaja de mantener las cuotas por un período largo, y crear las condiciones para la recuperación del precio para el último trimestre de este año. **LONDRES, (ANSA).**

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9406823

01-01

Nº. DOC. 9406824
TIT. Tras culminación de la R. Uruguay del GATT
15403
22/4/94
5U4221

Diversificar clientes para disminuir la dependencia de los vaivenes de precios

Comercio exterior uruguayo priorizará la apertura de nuevos mercados en el Asia

Tras la culminación de la Ronda Uruguay del GATT, Uruguay cambiará su estrategia negociadora en el comercio exterior, por lo que el énfasis comercial que hasta el momento se aplicaba en los mercados tradicionales como Estados Unidos y la Unión Europea se dirigirá ahora a promover nuevas oportunidades de negocios en los países asiáticos, dijo a El Observador *el canciller Sergio Abreu.*

por Fernando Gutiérrez
de la redacción de El Observador

El funcionario, que ocupó la presidencia de la Ronda Uruguay recientemente finalizada, destacó los logros obtenidos por el país, tanto en sus negociaciones individuales como en las que emprendió en el marco global para la liberalización del comercio.

Admitió que los resultados fueron mucho más modestos que los que pretendía el gobierno, pero destacó que el balance es positivo y que luego de la Ronda "no quedará lugar para el proteccionismo".

No obstante, reconoció que los países que se han mostrado más reticentes a la apertura comercial no variarán su política en el corto plazo, por lo que el país debe procurar nuevos mercados y "no quedar atado" a sus clientes tradicionales.

Lo que sigue es una síntesis de la entrevista que el canciller concedió a *El Observador*.

—¿Qué consecuencias deja para el país la finalización de la Ronda Uruguay del GATT?

—Un aspecto de la negociación que involucra a Uruguay es el de los temas multilaterales que se refieren principalmente a las reducciones arancelarias. Esta ronda tuvo como principal impacto una reducción promedio del 40% en los aranceles.

Pero además hay dos circunstancias muy importantes. Una es que la mayoría de medidas no arancelarias existentes ahora serán convertidas en aranceles, con lo quedará más claro el grado de protección que puede existir en los países. La segunda es que esta apertura comercial se va a aplicar a otros aspectos antes no tenidos en cuenta por el GATT como textiles, servicios y la agricultura fundamentalmente.

En esta área, Uruguay se va a ver beneficiado con una reducción, progresiva en seis años, de los subsidios de exportaciones agrícolas, tanto en las cantidades subsidiadas (que tendrán una reducción del 21%), como en las asignaciones presupuestarias destinadas a financiar esta producción (que se recortará un 36%). No es todo lo que Uruguay aspiraba, pero es destacable que hubo avances, en especial por la incorporación del sector agrícola a las negociaciones.

El otro hecho destacable es que el GATT se transformará en una nueva institución, la Organización Mundial de Comercio, que aportará un marco institucional para garantizar el cumplimiento de los acuerdos de la Ronda Uruguay.

—¿La creación de esta institución podrá realmente evitar que las grandes potencias incumplan las normativas, como ocurrió muchas veces en el GATT?

9406824.

01-02

—Sí, porque esto significa un compromiso firmado, sujeto a ratificación parlamentaria, que es la práctica en la mayoría de los países democráticos, con lo que se tiene una certeza jurídica que el GATT no tenía.

Esa estabilidad institucional se proyectará también en otros ámbitos. Uno de ellos es la solución de controversias. El nuevo sistema establece la automaticidad en el trabajo de los paneles que deciden las controversias y tienen un plazo para expedirse notoriamente más reducido que los actuales.

Esto beneficia a los países menos desarrollados. Basta recordar el ejemplo de la compensación por el cierre del mercado de oleaginosos, donde estuvimos esperando ocho años para que se resolviera la compensación con un nuevo cupo de carne. Con el nuevo esquema, ese tema sería resuelto en no más de un año.

—Usted sostuvo en la reunión final de la Ronda Uruguay que los avances logrados hasta ahora no tendrán sentido si no se profundiza la apertura comercial en el futuro. ¿Cree que realmente hay posibilidades de una profundización?

—La Ronda Uruguay significa la culminación de una etapa de consolidación en la reducción arancelaria y en la incorporación de nuevos temas a la negociación, pero también supone una dinámica que se va a proyectar en futuras rondas de negociación.

—¿Entonces no hay un peligro de que se cristalice la situación actual?

—No, yo creo que va a ser muy dinámica esta relación. A los países que no son capaces de ajustarse les puede ser pernicioso mantener políticas proteccionistas, por el rápido funcionamiento del nivel de competitividad de otros países. Aquí no hay mucho espacio para seguir siendo proteccionista. Hay espacio para poder administrar la reconversión del país en función de las demandas que se van creando en el ámbito internacional.

—¿Cuál será la estrategia negociadora en el futuro? ¿El Grupo de Cairns seguirá presionando a los países europeos?

—El Grupo de Cairns ahora tiene dificultades de unidad interna, porque hubo concesiones tendientes a dividirlo y a tratar en forma discriminatoria a países que compiten en sus exportaciones.

Esto va a formar parte de la evaluación que se va a hacer en la próxima reunión del grupo que se realizará en Uruguay.

Respecto a la estrategia uruguaya, quiero destacar la importancia de los logros que hemos alcanzado, como las 2.000 toneladas en la cuota Hilton, así como el hecho de que, al no haber logrado un número importante en el ingreso de carne ovina en el mercado europeo, hayamos llegado a otros mercados como Arabia Saudita, Egipto o Jordania.

Esto demuestra que la negociación bilateral ha sido positiva en la medida en que se ha abierto y diversificado el mercado.

—¿Eso significa que ha llegado el momento de poner el énfasis de la negociación fuera de mercados tradicionales?

—La idea de Uruguay es diversificar mercados y productos. A un país que queda reducido a un abanico muy corto de exportaciones, cuando se le afecta determinado precio, se le produce una repercusión directa en su economía.

También es cierto que nuestra capacidad exportadora no es tanta como para tener una diversificación tan grande, pero al tener 45% de nuestra exportación al Mercosur y un 12% a Estados Unidos tenemos que buscar no quedar atados. Esa es una estrategia permanente que los países chicos deben manejar diariamente. Es necesaria una coordinación entre el Estado y el sector privado para manejar las nuevas variables de la economía internacional.

Entonces es necesario adoptar una estrategia diferente que nos permita manejarnos con cierta predictibilidad. ■

02-02 9406824.

Nº. DOCUMENTO 9406825
TITULO La Organización Mundial de Comercio (OMC) empezará a funcionar el 1/1/95
PROC 15002
FEC 5/4/94
VINCULO 510821

A 47 años de un provisoriato

El GATT comienza a dar paso a la Organización Mundial de Comercio

■ Medio siglo después de la creación de las grandes organizaciones multilaterales, el comercio internacional será a su vez encuadrado por una verdadera institución dotada de amplios poderes, la Organización Mundial de Comercio (OMC), que sucederá al Secretariado del GATT, creado en 1947, a título provisional, según un cable de AFP fechado en Ginebra.

En principio, la OMC empezará a funcionar el 1º de enero del año próximo, si el proceso de ratificación de los acuerdos de la Ronda Uruguay por los parlamentos nacionales se desarrolla sin inconvenientes serios.

Para llegar a eso habrán sido necésarios 47 años. La creación de la OMC, o de lo que en ese momento se llamó OIC (Organización Internacional de Comercio), había sido prevista ya en 1947, en la Conferencia de La Habana.

Pero el Congreso norteamericano había rechazado finalmente la idea por temor a que esa institución implicara el abandono de su soberanía nacional en algunos dominios.

La OMC, que tendrá que vigilar sectores del comercio totalmente nuevos, estará dotada de poderes superiores a los del Secretariado del GATT (Acuerdo General de Derechos Aduaneros y Comercio), principalmente en materia de arreglo de los conflictos comerciales, y tendrá el mismo carácter institucional que el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional. Incluso durante las conversaciones de la Ronda Uruguay, la creación de esa nueva institución distó mucho de obtener la unanimidad. EEUU manifestó largo tiempo serias reservas por una variedad de razones, entre las cuales el temor a tener que abandonar el arsenal jurídico por el que se autoriza a tomar represalias comerciales unilaterales.

También muchos países subdesarrollados se mostraron inquietos ante las nuevas responsabilidades que le serían confiadas a la OMC, principalmente el examen de las relaciones entre comercio y entorno.

Esa nueva cuestión constituirá un tema importante para la futura OMC porque el desarrollo del libre cambio puede chocar cada vez más con la necesidad de proteger el medio ambiente. Pero los dirigentes del GATT subrayaron repetidas veces que en ese dominio, la OMC se limitaría a los aspectos comerciales de las políticas ecológicas.

A plazo, la OMC podría ser llevada a examinar el impacto de las legislaciones sociales en el comercio, como lo piden en forma insistente EEUU y Francia pese a la oposición del Tercer Mundo.

En los próximos meses, la transición del GATT a la OMC estará a cargo de los miembros del GATT, que en Marruecos pedirán a los ministros que aprueben la creación de un comité preparatorio de la OMC, abierto a todas las partes contratantes.

01-01

9406825.

Nº. DOCUMENTO 9406826
TITULO Informe anual del GATT sobre comercio mundial.
PROCEDENCIA 158015
FECHA
VINCU 51022
30044

Comercio mundial sufrió un brusca caída en el '93; panorama incierto para el '94

● *Repunte comercial depende de Europa Occidental y Japón*

El informe señala que, en el caso de Europa Occidental, desde los años de las posguerra, el comercio no sufría una caída tan grave como la del año pasado. Si se confirman los pronósticos positivos sobre la recuperación económica, el volumen del comercio crecerá un 5 % a nivel mundial.

El comercio mundial sufrió una brusca frenada en 1993 y, para 1994, la recuperación sigue siendo muy incierta, mientras que las exportaciones y las importaciones de los países latinoamericanos registraron, el año pasado, un importante aumento (del 9,5 por ciento y del 8 por ciento, respectivamente), destaca el informe anual del GATT presentado hoy aquí.

El estudio señala que en el caso de Europa Occidental era, desde los años de la posguerra, que el comercio no sufría una caída tan grave como la del año pasado.

La recuperación del comercio mundial depende, sobre todo, de la salida de la recesión de Europa Occidental y de Japón, destacaron los expertos del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio).

En 1993 el intercambio comercial mundial aumentó --en volumen-- de apenas el 2,5 por ciento, contra el 4,5 por ciento de 1992, mientras que en valor hubo una caída del 2 por ciento, sobre un total de 3,6 billones de dólares.

"Si se confirman los pronósticos positivos sobre la recuperación económica, el volumen del comercio mundial crecerá en un 5 por ciento, si en cambio el repunte de Europa Occidental y Japón se retrasa, entonces los intercambios comerciales no superarán un aumento del 3 por ciento", añadió el estudio.

C1-C2

9406826

actual acuerdo entre Japón y la Unión Europea sobre el acceso a los mercados comunitarios.

Observadores consideran que ésta es una clara señal de que tal como ha sido acordado, el actual sistema de cuotas para las importaciones de automóviles desde Japón se eliminará en 1999, cuando el mercado sea completamente abierto. Como un incentivo para los productores europeos, el funcionario no descartó la posibilidad de que la UE conceda importantes apoyos financieros para ayudar a la reestructuración de las automotrices del Viejo Continente.

Sin embargo, todas las esperanzas están puestas en un programa de alianzas y fusiones, para crear grupos con suficiente poder como para competir en todo el mundo con Estados Unidos y Japón. "No estamos impulsando las fusiones -dijo Bangemann- pero creemos que no todas las industrias europeas tienen el tamaño necesario para competir en el mercado mundial. Si uno quiere cubrir el mercado global, necesita el tamaño apropiado".

Fusión con problemas

Una reciente fusión fue la de la alemana BMW, que compró un paquete accionario que le dio el control del británico Grupo Rover. La decisión provocó que el grupo japonés Honda, que tenía un 20 por ciento del paquete accionario de Rover, vendiera su participación en el único gran productor automotriz británico. Pero, al mismo tiempo, se registró el espectacular colapso de la fusión franco-sueca entre Renault y Volvo, que cayó entre mutuas recriminaciones, y se conoció que SEAT, la subsidiaria española de la Volkswagen, sufrió pérdidas tan grandes que pueden forzar a la automotriz alemana a desprenderse de ella. La participación de Honda en Rover era el único ejemplo de una sociedad europeo-japonesa. Las otras grandes automotrices niponas, Nissan y Toyota, prefieren actuar solas, con plantas de su entera propiedad en Gran Bretaña.

Aunque Nissan anunció recortes de producción y retiros voluntarios por primera vez en su planta de Sunderland, en el noreste de Inglaterra, observadores estiman que las automotrices japonesas dominarán el mercado británico a fines de este siglo. Comparado con los 11,74 millones de automóviles y camionetas vendidos en Europa el último año, la UE estima que el mercado se incrementará a 15 millones de vehículos anuales para 1999, cuando los japoneses sean libres de vender cuantas unidades quieran en el mercado europeo.

Recesión, causa principal

La causa principal del mal momento para el comercio mundial es la recesión de los países de la Unión Europea, región que en 1993 sufrió una caída del 1 por ciento para las exportaciones y del 4 por ciento en el caso de las importaciones. Por el contrario, las otras principales áreas del planeta registraron un aumento de las exportaciones y de las importaciones superiores al promedio mundial: además del caso de América latina, se destaca el incremento en las exportaciones (+6 por ciento) y en las importaciones (+10,5 pc.) de los países asiáticos.

Europa busca competitividad

Las automotrices europeas deben encontrar la forma de enfrentar a sus competidoras japonesas y norteamericanas sin contar con el apoyo a largo plazo de sus gobiernos, y una de esas formas pueden ser fusiones que den vida a grandes grupos regionales.

Así lo advirtió Martin Bangemann, comisionado de la Unión Europea (UE) para la industria, a cargo de la coordinación de las políticas industriales de los socios comunitarios, que recuerda que 1993 fue el peor año de su historia para la industria automotriz europea en su conjunto.

Para Bangemann, los industriales europeos deben encontrar la forma de aumentar su competitividad sin el auxilio de los gobiernos en un máximo de cinco años, cuando se libere el mercado interno de la UE a las importaciones, especialmente japonesas. A excepción de Gran Bretaña, las ventas de automóviles en Europa tuvieron su peor caída en el último año, un 16 por ciento menos que en 1992, y sumaron 11,74 millones de vehículos. Para este año se estima un crecimiento cero para el sector.

Crecimiento cero en la industria

Bangemann agregó que no habrá cambios en el

40.000 puestos de trabajo desaparecerán

El principal problema que enfrentan ahora los fabricantes europeos es cómo asegurar que la industria automotriz esté en condiciones de competir en 1999.

Ante la caída de ventas de este año, los productores congelaron 40.000 puestos de trabajo. Otros 40.000 desaparecerán este año, y miles más pueden ser eliminados en la industria de autopartes, que actualmente ocupa a 1,8 millones de personas en la UE.

Bruselas preparó, para recuperar la industria automotriz, una estrategia que se basa en tres elementos: buscar nuevos mercados extranjeros, drásticos recortes de costos y nuevas políticas que alienten la producción de motores "ecológicos".

02-02

9406826.

0117795

N.º DOCUMENTO 9406827
Manifestaciones en la India contra normas del GATT.
150023
6/4/94
510821
India – 507594

100.000 manifestantes contra normas del GATT chocaron con la policía en Nueva Delhi

Rep. 6/4

Nueva Delhi (ANSA)

■ Más de 70 heridos, entre ellos muchos policías, causaron los desórdenes que estallaron ayer durante una manifestación de 100.000 personas, que protestaron contra la inminente decisión del gobierno de la India de aceptar las normas del GATT, el acuerdo que regula el comercio internacional.

Según los manifestantes, con esta decisión el gobierno "regalará" el país a las multinacionales extranjeras, mientras que la aceptación de las reglas del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio) será un duro golpe para los productores agrícolas locales, que no podrán contar con los subsidios del Estado.

El gobierno y numerosos economistas niegan estas acusaciones.

La gigantesca marcha de protesta fue organizada por los dos partidos comunistas indios y por otras formaciones minoritarias de la izquierda.

Durante la marcha se registraron numerosos desórdenes, que se prolongaron por horas. Mientras, la policía cargaba contra los manifestantes, que gritaban consignas y lanzaban piedras contra las fuerzas de seguridad.

Para mañana están previstas más protestas, que esta vez estarán organizadas por las formaciones de la derecha organizadas alrededor del Baharatiya Janata Party (BJP), el partido integralista y principal fuerza opositora.

En la marcha de ayer, los manifestantes se congregaron frente al Fortín Rojo, uno de los monumentos más famosos de Delhi, en la parte vieja de la ciudad. Desde ahí marcharon hasta el Parlamento, donde trataron de romper los cordones de seguridad organizados por los efectivos de la policía.

01-01

9406827

Nº. DOCUMENTO 9406828 0117794
TITULO Abreu parte a Egipto en misión comercial; luego irá a sede del GATT.
PROC 150015
FECHA 7/4/93
VINCUL 510421 658411

El Canciller Abreu parte a Egipto en misión comercial de alto rango

● En París cerrará la larga Ronda Uruguay del Gatt

Acorde con el concepto gerencial del Ministerio de Relaciones Exteriores, el titular Sergio Abreu viaja a Egipto para firmar un acuerdo comercial que asegurará la colocación tradicional de carne ovina y de bovinos en pie en un mercado que, otrora, fuera importante para el país. El tema del Medio Oriente estará presente.

El Canciller de la República viajó hoy a Egipto para estrechar los lazos comerciales bilaterales y potenciar el relacionamiento en el Medio Oriente, en el marco de una agresiva política que ha dejado de lado muchos de los tradicionales protocolos diplomáticos para convertirse en una real actitud "gerencial" del país.

En entrevista exclusiva con **LA MAÑANA**, el Dr. Sergio Abreu abundó en explicaciones sobre los motivos del viaje que realiza por invitación especial del Gobierno egipcio, y que tiene, por finalidad, además, concurrir más tarde a presidir la clausura de la Ronda Uruguay del GATT.

Dos son los temas centrales que lleva para analizar con el Gobierno de Egipto: uno de carácter político y otro de carácter comercial. El primero se relaciona con los intrincados procesos de paz y con las inquietudes que manifiesta Uruguay en el ámbito de las Naciones Unidas respecto del proceso de paz en el Medio Oriente. En cuanto al restante asunto, Abreu señaló que se está trabajando con ahínco en el aspecto comercial. Estamos buscando mayores mercados, dijo, sobre todo para los productos agropecuarios.

Bovinos en pie

Según lo indicó expresamente, ha mantenido estrechas conversaciones con su colega de Ganadería para saber a ciencia cierta cuáles son los rubros pasibles de ser tenidos en cuenta para incrementar las exportaciones. Muchos son los productos del agro que podemos enviar a los países del Oriente Medio, pero, por ahora, lo principal es el ganado bovino en pie.

Como dato de real importancia, el Canciller anunció que se va a firmar "un memorándum de entendimiento", entre Egipto y el Uruguay, que va a tener un cronograma de ejecución, fundamentalmente en el área comercial. Y además de la visita oficial que realizará en una fecha cercana el Presidente Luis Alberto Lacalle, que ya ha sido anunciada. Es por eso que "esta visita nuestra va a ser el escalón previo para la próxima visita del señor Presidente de la República".

Clausura del GATT

Con posterioridad a esta gira por los países árabes, Abreu se trasladará a la sede del GATT para presidir las sesiones de clausura que será el 15 de abril. Más de 7 años de discusiones, negociaciones, enfrentamientos y amenazas de una guerra mundial del comercio, quedarán para la historia a partir del 15 de abril, fecha determinada para la clausura definitiva de la Ronda Uruguay del Acuerdo de Aranceles conocido por la sigla en inglés GATT.

Esta ha sido la ronda comercial de mayor duración en la historia del mundo y la que dio lugar a muchas preocupaciones de parte de los países en desarrollo, como es el caso del Uruguay, según lo reconoció expresamente Sergio Abreu.

Según lo señaló enfáticamente, para nuestro país ha sido esencial que se haya salvaguardado y preservado un organismo internacional "que mantenga normas y preserve la fuerza

ENTRADO
CRUZ
9406828

0117793

de negociación de los países chicos".

"Pero el Uruguay en este sentido y desde el punto de vista multilateral, más allá de la instalación que se pueda manifestar por la ausencia del desmantelamiento del aparato proteccionista de la Comunidad Europea y de los demás países desarrollados, también sabe que se han realizado algunos avances precisamente en ese ámbito, destinados a reducir un porcentaje importante el proteccionismo y los subsidios de parte de la CEE".

Admitió, no obstante, que esto no se verá en el corto plazo, pero señaló que permitirá reconvertir nuestra estructura productiva en el mediano plazo y aumentar las exportaciones ateniéndonos a estos nuevos parámetros que regulan el comercio.

Mejoras bilaterales; aumento de cuota Hilton

Hizo especial hincapié el Ministro Abreu que a pesar de todo ello, el Uruguay terminó una negociación bilateral con la CEE, que tratará de firmarla ahora. Esta incluye el aumento inmediato de la "cuota Hilton de carne en otras 2.000 toneladas que se agregan a las ya negociadas y en comercialización concreta".



Canciller Sergio Abreu.

"Con esto el Gobierno habrá conseguido duplicar la cuota Hilton de carne para el Uruguay, que alcanza hoy a más de 7.000 toneladas". Paralelamente hizo el buen anuncio que "está pronto para cerrarse un acuerdo con los Estados Unidos para 20.000 toneladas de carne con hueso, lo que se formalizará apenas el Uruguay obtenga el certificado de libre de aftosa".

Paralelamente se procura formalizar una cuota de "queso de pasta dura" para intensificar los negocios del sector lácteo, y casi se concreta un convenio para reducir al 50% los gravámenes que pesan sobre los textiles", de modo que puedan entrar también al mercado norteamericano".

A juicio del Canciller el Uruguay ha dejado bien definida su posición comercial ante el GATT y ante la CEE y los EE.UU., y cosa muy importante, hizo lo propio con sus socios del Mercosur en los convenios bilaterales y en lo referente a los niveles arancelarios negociados.

Concluyó señalando que si bien pueden considerarse controvertibles los logros ante el GATT "hay sectores de la economía del país que reputan altamente positivos los resultados, principalmente cuando consideran que se eliminó el grave riesgo de una confrontación mundial que hubiera sido funesta en todo sentido".

9406828

Nº. DOCUMENTO 9406829
TITULO Se firma en MARRUECOS Acta Final de R. Uruguay del GATT.
PROCEDEN 150090
FECHA 12/4/94
VINCUL 510821
507619

Ocho años de reuniones, desde Punta del Este en 1986 a Ginebra en 1993

Ronda Uruguay: el final de la más larga de las negociaciones comerciales de la historia

Marrakech - La Ronda Uruguay, cuyos resultados serán ratificados esta semana en esta ciudad del sur marroquí, ha supuesto la más larga negociación comercial de la historia.

Este largo proceso, en el que han participado los casi 1.200 países que finalmente ratificarán el acuerdo, ha tenido como objetivo fundamental adecuar las normas contenidas en el Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT) a la nueva realidad del orden económico y comercial internacional.

La complejidad y diversidad de los temas tratados hicieron que los países participantes se reuniesen sucesivamente en ocho ocasiones, desde setiembre de 1986 en Punta del Este, Uruguay, hasta la última reunión en el pasado mes de diciembre de 1993 en Ginebra, cuando 117 países clausuraron definitivamente la negociación, para su posterior ratificación en Marrakech.

A diferencia de las anteriores rondas, que limitaban sus discusiones a los ámbitos arancelarios y no arancelarios, ésta introdujo nuevos campos, como son el comercio de los productos agropecuarios, la propiedad intelectual y los servicios.

Los acuerdos ya existentes modificados por la Ronda Uruguay son principalmente dos: el código antidumping y el acuerdo sobre subvenciones y medidas compensatorias.

El primero de ellos fue revisado y redefinido en parte al mostrar ciertas lagunas e ineficacias en su aplicación desde la celebración de la anterior Ronda de Tokio.

La última negociación introdujo una mayor disciplina en la concesión de las subvenciones y las clasifica en prohibidas, recurribles y no recurribles.

Entre los nuevos acuerdos emanados de la Ronda Uruguay, destaca el alcanzado sobre el comercio de mercancías, en el que ha sido incluido el sector agrícola.

Este ha constituido uno de los temas de mayor interés y polémica en el transcurso de las negociaciones, llegando a poner en peligro el acuerdo final, debido en gran parte a una disputa entre Estados Unidos y la Unión Europea.

El tratado y los documentos anexos que reducen los aranceles aduaneros sobre una amplia gama de productos industriales y agrícolas abarcan más de 22.000 páginas que pesan 175 kilos.

China solo ingresará si coopera

Si China quiere integrar el GATT "debe cooperar" particularmente mejorando la situación en materia de derechos humanos de sus habitantes, advirtió el director general del acuerdo, Peter Sutherland.

En una entrevista con el International Herald Tribune, señaló que discutirá los detalles sobre la candidatura de China durante su visita a Beijing en mayo próximo.

China tiene estatuto de observador en el GATT desde 1982 y presentó su candidatura de ingreso en 1987.

Respecto a la demanda de ingreso de Rusia, el responsable del GATT apunta que la solicitud fue recibida "mucho después de la de China". ■ ***(EFE)***

ENTRADO
CRUZ

01-18 9406829

OS PONTOS PRINCIPAIS DO ACORDO

EXPANSÃO

O Gatt – criado em 1947 como organismo temporário – passa a ser permanente com o nome de Organização Internacional de Comércio

ACESSO A MERCADOS

Os países prometem cortar tarifas de bens industriais e agrícolas em 37%, em média. EUA e Europa diminuem 50% das tarifas entre si

AGRICULTURA

Todas as barreiras não-tarifárias, como quotas de importação, são transformadas em tarifas

- Os países industrializados cortam suas tarifas em 36% em seis anos. Os pobres, 24% em 10 anos
- Países com mercados agrícolas fechados são forçados a importar 3% do que consomem do produto protegido
- Corta subsídios a produtores agrícolas em 20% em seis anos, nos países ricos e em 13,3% nos pobres
- Corta 36% do valor dos subsídios diretos à exportação e 21% do volume num prazo de seis anos

TÊXTEIS

Quotas de importação de tecidos e roupas serão derrubadas em dez anos

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Torna mais rigorosa a proteção internacional de patentes, copyrights, direitos de reprodução de gravações sonoras, marcas registradas e rótulos

Começa a reunião do Gatt para assinatura da Rodada Uruguai

F.S.P. 13/4/94

ANDRÉ LAHÓZ
De Paris

Começou ontem, em Marrakech (Marrocos), o encontro de quatro dias dos representantes dos países que compõem o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt).

Na sexta-feira será assinado o documento que marca o fim da Rodada Uruguai.

Foram necessários sete anos de negociações para se chegar ao acordo atual, que engloba mais de 120 países.

As tarifas de importação devem cair quase 40%, e espera-se um reaquecimento do comércio internacional.

O acordo foi selado em dezembro, em Genebra (Suíça). Mas de lá para cá vários problemas chegaram a ameaçar o acordo. O principal deles foi a exigência dos países desenvolvidos, particularmente os EUA e a França, de incluir uma "cláusula social".

Segundo a cláusula, as nações ricas poderiam controlar as condições de trabalho nos países em desenvolvimento. Os países pobres não aceitaram. Para não inviabilizar a assinatura do documento, a cláusula ficou para depois.

Os debates prosseguem hoje e amanhã. Na sexta-feira, o documento de mais de 20 mil páginas será assinado formalmente.

Os representantes dos 125 países aproveitarão a oportunidade para contatos bilaterais. Espera-se que vários países com problemas comerciais isolados consigam superá-los em Marrakech.

Além de marcar o fim da Rodada Uruguai, o encontro é importante pois os países serão convidados a integrar a Organização Mundial de Comércio. A OMC é o organismo que deve substituir o Gatt a partir de janeiro de 1995.

9406829

EP 13/4

URUGUAY FIRMARA DOCUMENTO DEL GATT CON OBJECIONES

Uruguay firmará el documento final de la Ronda Uruguay del GATT estableciendo reservas en dos puntos, a saber el de acceso a los mercados y la poca consideración de la agenda agrícola, dijo telefónicamente a EL PAIS desde Marruecos el canciller Sergio Abreu.

Abreu participó ayer en la conferencia de cierre de la Ronda Uruguay del GATT, que se celebra en la capital marroquí, Marrakesh.

A primera hora tuvo una reunión con el secretario general de la institución multilateral de comercio, Peter Sutherland, para considerar aspectos prospectivos del sistema del GATT. Abreu asistió a esta conferencia en su calidad de presidente de la Ronda, cargo que antes ocuparon Enrique Iglesias, Ricardo Zerbino y Héctor Gross Espiell a partir de setiembre de 1986 cuando se abrió en Punta del Este.

El canciller uruguayo reconoció los avances que significan la consolidación de la Ronda, aunque dejó salvedades. "Se han obtenido importantes resultados en el área de las medidas arancelarias y no arancelarias, así como en la adopción de acuerdos sutantivos sobre el comercio de mercaderías, servicios y propiedad intelectual, pero por sobre todas las cosas, la Ronda Uruguay ha permitido fortalecer el marco institucional del sistema de comercio internacional mediante la creación de una organización mundial de comercio y el establecimiento de un sistema integrado de solución de controversias", dijo en Marrakesh. Abreu afirmó a este diario desde la capital marroqui, que Uruguay firmará el documento final pero dejará constancia de las reservas al mismo en materia del mecanismo de acceso a los mercados, lo cual consolida el predominio de ciertos paises.

Agregó que a pesar de que por primera vez en una negociación como la Ronda Uruguay se incluyó el tema agrícola en la agenda de discusiones, el resulado global no ha sido el mejor para el país.

Explicó que si bien la Ronda permitió al país ampliar sus mercados en la Comunidad Europea y los Estados Unidos, lo convenido estableció un proceso de desmantelamiento de los subsidios agrícolas, que "no fue tan profundo como quería Uruguay". El canciller afirmó además que los miembros de esta conferencia esperan con expectativa la ponencia del vicepresidente de los Estaods Unidos, Al Gore, que abordara la cuestión del "dumping social".



El canciller Sergio Abreu, exponiendo en Marruecos en su caiidad de presidente de la Ronda Uruguay del GATT

Este es el concepto de que los países con menor organización previsional, de sistemas de seguridad ambiental malos y pocos controles de calidad, producen bienes a menores costos finales y por lo tanto su impotencia social se convierte en una ventaja comparativa.

El tema es que las naciones desarrolladas han comenzado a denunciar que algunos países se valen del "dumping social" para atraer inversores internacionales ávidos de bajos costos de producción.

9406829

Siete años de intensas negociaciones

● 1986, setiembre - Lanzamiento de la Ronda Uruguay en Punta del Este.
● 1989, julio - Se acuerda concluir la Ronda en 1990.
● 1990, diciembre - Enfrentamiento EEUU-CE por subsidios.
● 1991, febrero - Se acuerdan nuevas negociaciones agrícolas.
● 1992, enero - Se retoman negociaciones en base a un proyecto del ex jefe del GATT, Arthur Dunkel.
● 1992, mayo - Acuerdo para reforma política agraria permitiendo recortar los subsidios.
● 1992 - Acuerdo de Blair House entre EEUU y la CE sobre subsidios a oleaginosos y productos agrícolas.
● 1993, marzo - Se fija el 15 de diciembre para firmar un acuerdo definitivo. Dunkel se retira del GATT, y asume Peter Sutherland.
● 1993 julio - EEUU, la CE, Japón y Canadá acuerdan reducir muchas tarifas industriales.
● 1993 setiembre - Francia presiona para cambiar el acuerdo de Blair House, en beneficio de la CE.
● 1993, diciembre - EEUU y la CE llegan a un acuerdo y ponen fin a su diferendo por los subsidios. El 15 Sutherland cierra la Ronda Uruguay y se fija Marruecos para la firma del acuerdo.
● 1994 - Ministros de 120 países están reunidos en Marrakech para la firma del acuerdo.

Africa será el bloque de países que obtendrá menos beneficios

Europa, Estados Unidos y Japón, los que más ganarán con el GATT

13/4

Marrakech- Los ministros de más de 120 países iniciaron ayer una consulta de cuatro días en esta ciudad marroquí para concretar el acuerdo que abrirá el sistema comercial mundial y establecerá patrones de conducta en ese campo para el siglo XXI. El acuerdo se firmará el viernes.



AFP

Reunión en Marrakech
Peter Sutherland, director general del GATT, junto al canciller uruguayo Sergio Abreu, quien preside la Ronda Uruguay

Los países más pobres del mundo saldrán perdiendo como resultado del acuerdo de liberalización comercial del GATT, destinado a aumentar la economía global en más de US$ 200.000 millones. La agencia británica Ayuda Cristiana sostuvo que los países africanos que importan comestibles serían seguramente los más afectados.

Esta agencia discrepa así con Peter Sutherland, director del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT), quien sostuvo que no habrá perdedores en el nuevo acuerdo de la Ronda Uruguay.

El GATT calcula que los ingresos mundiales aumentarán en unos US$ 235.000 millones anuales hacia el año 2005, como resultado de los beneficios que se derivan de la liberalización del comercio mundial. Los expertos sostienen que los grandes ganadores serán la Comunidad Europea, Estados Unidos y Japón.

El acuerdo de comercio reducirá los aranceles sobre los productos industriales en un promedio del 38% y sobre los productos agrícolas un 37%.

No obstante, la reducción de los aranceles de importación será mucho menor para importantes exportaciones del Tercer Mundo, como los textiles, el cuero y el pescado.

Ayuda Cristiana mencionó cálculos oficiales británicos, de acuerdo a los cuales Asia ganará de US$ 25.000 a US$ 60.000 millones mientras que América Latina se beneficiará únicamente con entre US$ 3.000 y US$ 8.000 millones. Africa sólo lograría ganancias insignificantes e incluso experimentaría pérdidas.

Los 69 países miembros del grupo de ex colonias de Africa, el Caribe y el Pacífico, cuya producción disfruta de un acceso preferencial a la Unión Europea, serán los más castigados por la reducción de las barreras arancelarias.

Aunque en principio no se espera que la guerra comercial entre Washigton y Tokio impida la firma, miembros de otras delegaciones participantes prevén que la credibilidad de los acuerdos suscritos depende en buena medida del grado de entendimiento que finalmente alcancen Estados y Japón.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias EFE y AP)*

Incertidumbre en America Latina por el acuerdo

Marrakech - Los países de América Latina afrontan con incertidumbre la firma final de los acuerdos de la Ronda Uruguay del GATT.

Prácticamente la totalidad de los países centroamericanos —con la excepción de Panamá— y de los sudamericanos —excepto Ecuador— participa esta semana en la conferencia que concluirá el viernes con la creación de la Organización Mundial del Comercio (OMC).

"Es más que objetivo que América Latina no ha desempeñado un papel determinante en los conflictos entre Europa, Estados Unidos y Japón", dijo un delegado argentino que criticó a los países occidentales por mantener medidas proteccionistas, mientras que obligan a los países en desarrollo a abrir sus mercados.

Sin embargo, casi todos los representantes latinoamericanos consultados insistieron en que los acuerdos del GATT no son negativos para el continente, aunque sí menos satisfactorios de lo que esperaban. ■ *(EFE)*

9406829

Abreu abogó por profundizar la liberalización del comercio

Los resultados logrados en la Ronda Uruguay del GATT son alentadores, pero no tendrán sentido si en el futuro no se profundiza la liberalización comercial. Esa fue la idea central del discurso pronunciado ayer por el canciller uruguayo Sergio Abreu, al inaugurarse la sesión del Comité de Negociaciones.

Abreu, que pronunció dos discursos (uno como presidente de negociaciones de la Ronda y otro en nombre de la delegación uruguaya), realizó un balance de los casi ocho años que llevó la negociación.

Señaló los logros alcanzados en materia de reducción de aranceles y barreras no arancelarias, así como en ayudas internas y subsidios a la producción. También destacó la creación de la Organización Mundial de Comercio y los avances en regulación de servicios y propiedad intelectual.

Pero inmediatamente advirtió que "los logros alcanzados no deben, de manera alguna, llamarnos a la complacencia, todos sabemos que ellos no son suficientes".

"Al Uruguay le resulta claro que no fue posible obtener todas las soluciones que hubiera sido deseable esperar. Sabemos también que, para muchos países en desarrollo, los acuerdos alcanzados son claramente insuficientes y que sólo los benefician de una manera marginal", agregó.

Respecto al tema agrícola, en el cual estuvo centrada gran parte de las discrepancias durante la Ronda, Abreu se declaró satisfecho en el sentido de los países que aplican subsidios han dado señales de que se revertirán esas políticas

Señaló que, a pesar de que los resultados no han sido suficientes, los acuerdos logrados tienen un "valor cualitativo" porque "marcan un punto de inflexión".

"Si no fuera así, tendríamos que coincidir en que el futuro del sistema de comercio seguirá abrigando dudas para nuestro país y probablemente para la gran mayoría de los países en desarrollo, quienes no verían en él ningún beneficio, al pretenderse dejar de lado lo esencial de sus intercambios comerciales", expresó.■

9406829

Para naciones en desarrollo es un intento de proteccionismo

La cláusula social divide la Ronda Uruguay entre países Norte y Sur

El mundo industrializado y los países en vías de desarrollo sacaron a relucir este martes su profunda división sobre la "cláusula social" en los futuros reglamentos comerciales, desde la misma apertura de la Conferencia final en Marrakech de la Ronda Uruguay del GATT.

"Creo que 47 años es una espera bastante larga como para poder plantear ahora la discusión" sobre la inclusión de normas de trabajo internacionales en las negociaciones comerciales, declaró a la prensa el representante norteamericano de Comercio, Mickey Kantor, según reporte de la Agencia France Press.

Kantor hacía referencia al funcionamiento desde hace 47 años de las grandes instituciones económicas internacionales, el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM) nacidos en Bretton Wood, a las que va a sumarse tras la Conferencia de Marrakech la Organización Mundial de Comercio (OMC).

Los dirigentes europeos, que figuraron entre los primeros oradores de la Conferencia, recién inaugurada, también insistieron en su deseo de incluir en la agenda preparatoria de la OMC la cuestión social, en la que los países en desarrollo ven un intento oculto de proteccionismo.

Ante estas demandas, los países latinoamericanos responden manifestando su preocupación por la "cláusula social" y denunciando sus "desviaciones" o coordinando posiciones en el seno del Grupo de los 15 países en vías de desarrollo para "ahogar" la petición euro-norteamericana con otras demandas.

La OMC deberá ser "una avenida de doble vía" donde "los más fuertes no empiecen a retroceder hacia las cavernas del proteccionismo enarbolando flamantes pendones como el eco-dumping y el socio-dumping", declaró en el plenario el delegado de Ecuador, embajador Alfredo Pinoargote.

El secretario de Comercio de México, Jaime Serra Puche, fue más matizado y señaló que la "apertura comercial con reciprocidad" es la vía para que la Ronda Uruguay conduzca a "la creación de empleos y el aumento de los niveles salariales de nuestros trabajadores".

"México está a favor de la protección del medio ambiente y de los derechos laborales, pero no del proteccionismo disfrazado", añadió Serra Puche.

El ministro venezolano presidente del Instituto de Comercio Exterior, Alberto Poletto, indicó a la AFP que "los países en desarrollo no están contra los derechos sociales", sino que quieren "elevar el nivel de vida de los trabajadores, sin que se recurra a prácticas restrictivas" del comercio.

México, miembro de el G-15 como Argentina, Brasil, Chile, Perú y Venezuela, no participó en la reunión organizada por la India para coordinar sus acciones frente a la demanda de "cláusula social".

India y otros países son partidarios de "inundar" la agenda de la futura OMC con temas como la inmigración, las coaliciones entre empresas del mundo desarrollado o la deuda para "diluir" la demanda de la "cláusula social".

PRINCIPALES ELEMENTOS DEL GATT

- **Acceso al mercado:** los países se comprometen a reducir los aranceles aduaneros sobre productos industriales y agrícolas en un promedio de 37 %; la Comunidad Europea y EEUU los reducirán en 50 %.
- **Servicios:** por primera vez habrá reglas para gobernar el comercio en servicios (como bancos, seguros, viajes y movimiento de mano de obra). Desacuerdos entre Bruselas y Washington aún limitan la liberalización del mercado.
- **Agricultura:** naciones industrializadas reducirán aranceles aduaneros en 36 % y las naciones pobres en 24 %. Los países con mercados agrícolas cerrados se verán obligados a importar parte del consumo doméstico.
- **Textiles:** cuotas de importación sobre textiles e indumentaria se eliminarán gradualmente en un lapso de diez años.
- **Antidumping:** se aclaran reglas para impedir el dumping de productos artificialmente baratos.
- **Propiedad Intelectual:** mayor protección para patentes, derechos de propiedad intelectual, derechos de artistas y productores de grabaciones, marcas registradas y rótulos de origen.
- **Ampliación del GATT:** el GATT se transformará en un organismo supervisor permanente denominado Organización Comercial Mundial (OCM), con estatus igual al del Banco Mundial y al del Fondo Monetario Internacional.

Según un delegado latinoamericano, esta estrategia "kamikaze no es deseable, pero tendremos que ponerla en marcha si es necesario".

Todos los delegados dan por sentado que la "cláusula social" será incorporada a la agenda del comité preparatorio de la OMC y que en ese foro discreto, tras la solemne Conferencia de Marrakech, la podrán bloquear.

9406829

Para naciones en desarrollo es un intento de proteccionismo

La cláusula social divide la Ronda Uruguay entre países Norte y Sur

■ El mundo industrializado y los países en vías de desarrollo sacaron a relucir este martes su profunda división sobre la "cláusula social" en los futuros reglamentos comerciales, desde la misma apertura de la Conferencia final en Marrakech de la Ronda Uruguay del GATT.

"Creo que 47 años es una espera bastante larga como para poder plantear ahora la discusión" sobre la inclusión de normas de trabajo internacionales en las negociaciones comerciales, declaró a la prensa el representante norteamericano de Comercio, Mickey Kantor, según reporte de la Agencia France Press.

Kantor hacía referencia al funcionamiento desde hace 47 años de las grandes instituciones económicas internacionales, el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM) nacidos en Bretton Wood, a las que va a sumarse tras la Conferencia de Marrakech la Organización Mundial de Comercio (OMC).

Los dirigentes europeos, que figuraron entre los primeros oradores de la Conferencia, recién inaugurada, también insistieron en su deseo de incluir en la agenda preparatoria de la OMC la cuestión social, en la que los países en desarrollo ven un intento oculto de proteccionismo.

Ante estas demandas, los países latinoamericanos responden manifestando su preocupación por la "cláusula social" y denunciando sus "desviaciones" o coordinando posiciones en el seno del Grupo de los 15 países en vías de desarrollo para "ahogar" la petición euro-norteamericana con otras demandas.

La OMC deberá ser "una avenida de doble vía" donde "los más fuertes no empiecen a retroceder hacia las cavernas del proteccionismo enarbolando flamantes pendones como el eco-dumping y el socio-dumping", declaró en el plenario el delegado de Ecuador, embajador Alfredo Pinoargote.

El secretario de Comercio de México, Jaime Serra Puche, fue más matizado y señaló que la "apertura comercial con reciprocidad" es la vía para que la Ronda Uruguay conduzca a "la creación de empleos y el aumento de los niveles salariales de nuestros trabajadores".

"México está a favor de la protección del medio ambiente y de los derechos laborales, pero no del proteccionismo disfrazado", añadió Serra Puche.

El ministro venezolano presidente del Instituto de Comercio Exterior, Alberto Poletto, indicó a la AFP que "los países en desarrollo no están contra los derechos sociales", sino que quieren "elevar el nivel de vida de los trabajadores, sin que se recurra a prácticas restrictivas" del comercio.

México, miembro de el G-15 como Argentina, Brasil, Chile, Perú y Venezuela, no participó en la reunión organizada por la India para coordinar sus acciones frente a la demanda de "cláusula social".

India y otros países son partidarios de "inundar" la agenda de la futura OMC con temas como la inmigración, las coaliciones entre empresas del mundo desarrollado o la deuda para "diluir" la demanda de la "cláusula social".

PRINCIPALES ELEMENTOS DEL GATT

- **Acceso al mercado:** los países se comprometen a reducir los aranceles aduaneros sobre productos industriales y agrícolas en un promedio de 37 %; la Comunidad Europea y EEUU los reducirán en 50 %.
- **Servicios:** por primera vez habrá reglas para gobernar el comercio en servicios (como bancos, seguros, viajes y movimiento de mano de obra). Desacuerdos entre Bruselas y Washington aún limitan la liberalización del mercado.
- **Agricultura:** naciones industrializadas reducirán aranceles aduaneros en 36 % y las naciones pobres en 24 %. Los países con mercados agrícolas cerrados se verán obligados a importar parte del consumo doméstico.
- **Textiles:** cuotas de importación sobre textiles e indumentaria se eliminarán gradualmente en un lapso de diez años.
- **Antidumping:** se aclaran reglas para impedir el dumping de productos artificialmente baratos.
- **Propiedad intelectual:** mayor protección para patentes, derechos de propiedad intelectual, derechos de artistas y productores de grabaciones, marcas registradas y rótulos de origen.
- **Ampliación del GATT:** el GATT se transformará en un organismo supervisor permanente denominado Organización Comercial Mundial (OCM), con estatus igual al del Banco Mundial y al del Fondo Monetario Internacional.

Según un delegado latinoamericano, esta estrategia "kamikaze no es deseable, pero tendremos que ponerla en marcha si es necesario".

Todos los delegados dan por sentado que la "cláusula social" será incorporada a la agenda del comité preparatorio de la OMC y que en ese foro discreto, tras la solemne Conferencia de Marrakech, la podrán bloquear.

9406829

FECHA: 15/4/94
VINCU... 510821

DISCURSO DE DI TELLA EN MARRUECOS

Las conclusiones del GATT no entusiasman a la Argentina

En Marraquesh (Marruecos), el ministro Guido Di Tella reveló que el estado de ánimo de la Argentina dista de la felicidad, a la luz de los resultados de la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio). "Están lejos de ser compatibles con nuestras aspiraciones", se lamentó. Fue en su discurso frente a los delegados de los 122 países que hoy firmarán el acta final de los acuerdos.

Di Tella dijo que el país hubiera querido "un mejor resultado en el acceso a los mercados" y que habría preferido que la Ronda Uruguay terminara con "las prácticas distorsionantes en materia de subsidios a las exportaciones". Pero la historia pos-Gatt, que se iniciará con la Organización Mundial del Comercio, se presenta incierta: la Argentina seguirá insistiendo en "la urgente negociación de reglas transparentes en materia de financiación y programas de garantías de créditos para las exportaciones agropecuarias".

Felipe Solá, que también está en Marruecos, dijo que los resultados deben ser tomados "como un paso importante, en la medida en que representan un reconocimiento de las distorsiones del comercio agrícola". Aun cuando los argentinos temen por las limitaciones de los acuerdos celebrados en el GATT, un estudio realizado por el gobierno australiano asegura que para la Argentina tendrá un impacto positivo: habrá, en 5 años, un aumento de la producción de 600 millones de dólares.

Con todo, los expertos aseguran que los efectos no se notarán de inmediato. El GATT, clausurado con bombos y platillos, marca un cambio de tendencias: desde ahora, se van a ganar mercados en base a las ventajas competitivas de cada país. Pero los precios agrícolas seguirán más o menos estables (sin bajar ni subir).

Influye en eso las diferentes situaciones de las potencias mundiales. Los precios, dicen los expertos, dependen de tres factores: aumento demográfico, cambios tecnológicos y el ritmo de crecimiento de la economía. Lo que se ve es que si bien América latina, Asia y los EE.UU. crecen a tasas altas, el Japón y Europa están en recesión. No alcanza, entonces, con los acuerdos del GATT para asegurar una recuperación en la demanda mundial que levante las cotizaciones deprimidas.

Eugenio Díaz Bonilla, agregado agrícola en Washington, hizo otro balance: "El acuerdo es muy importante; es un punto de inflexión en el proteccionismo agropecuario. Ahora el campo es un sector para el que rigen las mismas reglas que en el industrial: se va a tener que disciplinar tanto hacia el interior como en sus exportaciones".

Lo que está en juego es el fin de un paradigma: la autosuficiencia alimentaria. Fue ese objetivo el que indujo a europeos, después de la Segunda Guerra Mundial, a proteger hacia el interior, y subsidiar la colocación de excedentes en el mercado mundial. Pero no solo los gobiernos de Europa pecaron de proteccionistas. También el Japón cerró sus puertas a las importaciones agrícolas.

GATT: BENEFICIOS PARA EL COMERCIO ARGENTINO

CON EUROPA

- La Unión Europea rebajó los aranceles de importación entre el 35 y el 42% para productos agropecuarios e industriales.
- Los europeos compensan a la Argentina por los subsidios a la producción de oleaginosos: se aumenta en 11.000 toneladas la cuota Hilton para ese mercado.
- Se asegura una participación en la cuota de 500.000 toneladas de maíz para Portugal.
- Se redujeron los aranceles para frutas y legumbres. Podrá participar en la cuota de importación española de 2 millones de toneladas de maíz y 300.000 de sorgo.

CON LOS ESTADOS UNIDOS

- Los EE.UU. rebajaron el 34,2% sus aranceles para los productos agropecuarios y el 37,6% para los industriales.
- Aumenta la cuota para el ingreso desde la Argentina de maní, queso y carnes frescas de alta calidad. Redujo sus tarifas en manzanas, preparados de carne, mosto y jugo de uva, aceites y chocolates.

CON EL JAPON

- El Japón rebajó sus aranceles el 43,5% para los productos agropecuarios y el 77,5% para los industriales.
- Se comprometió a podar en el 50% los que rigen para los aceites vegetales.
- Junto con Corea eliminó las prohibiciones de importar arroz: se crea para el 2001 un mercado potencial.

9406829

Después de siete años se firma hoy Ronda Uruguay del GATT

LM 15/4

El Ministro Sergio Abreu enfatizó que "Uruguay habría deseado un desmantelamiento más profundo del proteccionismo". Enfatizando que los países en vía de desarrollo evalúan los resultados de las negociaciones comerciales con "insatisfacción".

"Uruguay habría deseado un desmantelamiento más profundo del proteccionismo, declaró el Ministro Uruguayo de Relaciones Exteriores, Sergio Abreu, quien preside la delegación de su país en la conferencia de Marraquech.

Esta conferencia reúne a los representantes de los 120 países, que al mediodía de hoy, firmarán el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio. Abreu, quien además es Presidente del Comité de Negociaciones Comerciales del GATT, cree que los países en vías de desarrollo evalúan los resultados de las negociaciones comerciales con "insastifacción en términos generales, por lo que no han podido lograr, sobre todos aquellos países con su base en la producción.

Sergio Abreu señaló "que Uruguay valora el hecho de que a partir de ahora hay nuevas normas de comercio que dan mayores garantías, aunque el Ministro enfatizó que, para llegar a ese punto, "nuestros países tuvieron que hacer ajustes económicos muy duros que aumentaron la deuda externa y crearon problemas sociales.

Criticó a la Unión Europea

El Secretario de Estado criticó la actitud de la Unión Europea "que no ha respondido a nuestras expectativas, y señaló que no se puede pedir ajustes a los países en desarrollo para después cerrarles los mercados.

Se refirió igualmente a la guerra del banano entre la UE, y varios países latinoamericanos, y analizó el problema del banano como "un instrumento de división, ya que hay quien está interesado en romper la unidad de países con problemas comunes dando satisfacciones parciales, enfatizó Abreu.

Para el Ministro uruguayo la Ronda Uruguay del GATT, no puede quedar aislada en el tema de comercio, sino incluir la relación entre comercio, desarrollo, estabilidad política, puesto que es la única forma de asegurar el desarrollo integral que satisfaga algo más que las necesidades básicas.

Orgullo para un país

Cuando al mediodía de hoy, más de 120 países firmen el Acuerdo General alcanzado después de 7 años de duras negociaciones, Uruguay vivirá la satisfacción de haber dado su nombre a la mayor ronda comercial de la historia.

La Ronda Uruguay, comenzada precisamente en el balneario de Punta del Este hace más de siete años, llega formalmente a su fin después de largas dificultades donde los logros y frustraciones han sido la constante de las negociaciones.

Uruguay tiene ahora el sentimiento de haber sido partícipe y promotor de una negociación que, de haber fracasado, hubiese puesto al mundo al borde de una guerra comercial de imprevisibles consecuencias.

Atrás quedaron los esfuerzos denodados del entonces Canciller uruguayo y hoy Presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, el Cr. Enrique Iglesias.

El pasado 15 de diciembre la Ronda Uruguay del GATT culminó en Ginebra con el éxito parcial de toda negociación multinacional. El final fue accidentado y discutido como el comienzo, cuando en Punta del Este, tras cinco días de negociaciones el mundo agrícola se dividió entre eficientes y protegidos y los proveedores de servicios buscaban abrirse un lugar dentro del universo comercial.

Recordar a Iglesias, Tassano y Gros Espiell

En el acto de la firma estará el ministro uruguayo de Relaciones Exteriores, Sergio Abreu, el cuarto que ha precedido la Ronda tras su compatriotas Iglesias, Luis Barrios Tassano y Héctor Gros Espiell.

El contador Enrique Iglesias, en aquel entonces parecía el capitán de un abarco a la deriva, en el mar de dudas que generaba el enfrentamiento entre los países pequeños y las grandes potencias que protegían su producción.

El resultado de dicha ronda no ha satisfecho plenamente a los países latinoamericanos y al Grupo de Cairns, que reúne a los 14 países productores agrícolas más eficientes, entre ellos Uruguay.

Uruguay, al iniciarse la Ronda pidió una gran apertura comercial, lo que no se ha logrado permanente, según opinaron los autoridades del país, donde se inicio la negociación.

Acuerdo histórico

EL Director General del GATT, Peter Sutherland, señaló que la Ronda "ha ido más allá que cualquier otra negociación en las extensión de las normas de comercio internacional, llevando los principios del GATT a zonas que antes no alcanzaban y estableciendo un mecanismo de solución a las diferencias que aumentarán la credibilidad del sistema multilateral". Una expresión similar tuvo Iglesias cuando en 1986 adelantó que la Ronda "tendría un significado histórico, porque fijará las reglas de juego en relación con el comercio internacional para las próximas décadas".

En 1986 estuvieron, en Punta del Este, 75 de los entonces 92 países miembro del GATT. Hoy 91 meses después y luego de 300 reuniones para deliberar formalmente y otro centenar de encuentros informales, son 120 los países que firmarán los documentos de las negociaciones más larga y ambiciosas de la historia del comercio mundial.

9406829

Sutherland: claro que no hay ni vencidos ni vencedores

LH 15/4

El Director General del GATT, Peter Sutherland, declaró a la agencia EFE, que los esfuerzos liberalizadores de las economías de América latina en general son muy positivos.

El Director del GATT, de nacionalidad irlandesa, calificó de revolución el cambio experimentado en la última década, que se llevó el desmantelamiento general de barreras proteccionistas y a la liberalización de sus economías.

Los resultados, según Sutherland, son claros. América latina es unas de las regiones del mundo que más ha crecido y es la que ha conseguido aumentar, en mayor medida, las exportaciones a la Unión Europea, lo cual es muy positivo.

El diplomático irlandés añadió que el papel de América latina en las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT ha sido muy constructivo, ya que los países latinoamericanos han pasado a ser los más fervientes partidarios del multilateralismo y de la idea de la Organización Mundial de Comercio.

No vencidos, no vencedores

Negó que los países en desarrollo deban imponer políticas de liberalización mientras que Europa y Estados Unidos practican el proteccionismo como muchos países latinoamericanos y recordó que todos han ganado en este proceso, por lo que no hay "ganadores ni perdedores".

Para Sutherland, el éxito de la Ronda Uruguay interesa particularmente a América latina, porque si hubiera fracasado "habría prevalecido la ley de la jungla, del más fuerte", y los países en vía de desarrollo estarían en desventaja con respecto a los grandes bloques económicos.

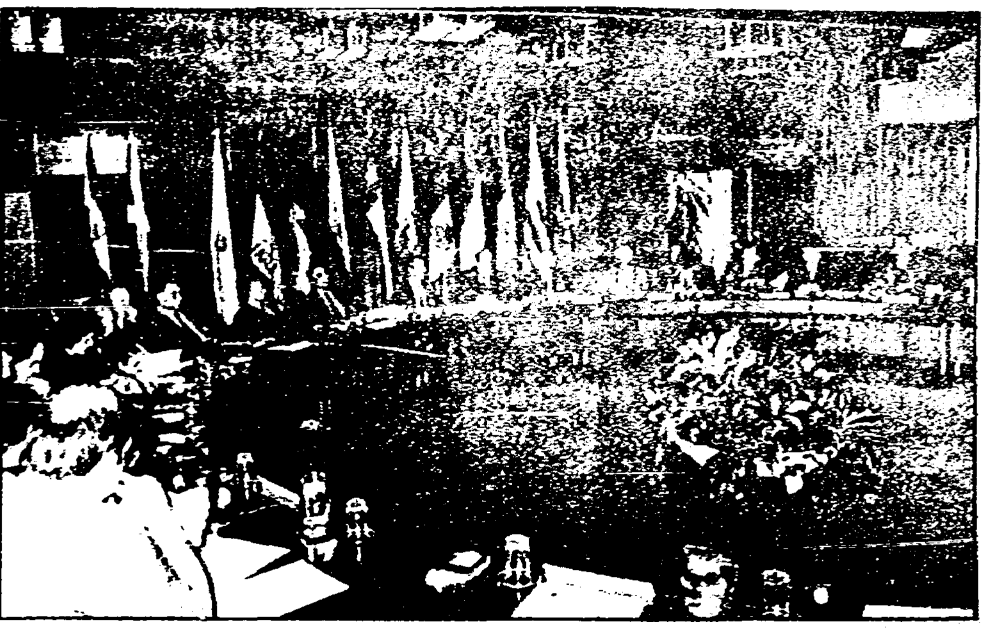
Por último, afirmó que nadie "en su sano juicio, pude creer que la conclusión de la Ronda Uruguay del GATT acabaría con las disputas comerciales, sino lo que se crea es una marco para que las diferencias sean consideradas y moderadas".

9406829

Firmaron acta final del Gatt que pone inicio al acuerdo comercial

• *Sutherland: "Los países en desarrollo obtuvieron beneficios"*

Con la firma del último país del abecedario, Zimbabwe, concluyó ayer en Marrakesh la solemne ceremonia en la que 125 naciones firmaron el Acta final de la Ronda Uruguay de negociaciones y pusieron en marcha un proceso de liberalización clave para el comercio y la economía internacional.



Con el acuerdo, el comercio mundial aumentará en 213.000 millones de dólares.

MARRAKESCH/ANSA

El Acta aspira a terminar con el proteccionismo comercial, a aumentar la producción mundial en un 0,8 por ciento y a expandir el comercio mundial en 213.000 millones de dólares.

La firma del Acta implica no sólo el cierre de las largas negociaciones comerciales iniciadas en 1986 en Punta del Este, sino también la sustitución del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio) con un nuevo organismo, la Organización del Comercio Mundial (OCM), que entrará en vigor el 1 de enero de 1995.

Con este acuerdo **"nadie sale perdedor"**, comentó el Director del GATT, el irlandés Peter Sutherland. **"No hay vencedores ni vencidos, pese a que muy probablemente ningún país logró obtener todos los objetivos que se había prefijado"**, añadió.

"El resultado final es muy equilibrado y también los países en desarrollo obtuvieron importantes ventajas", subrayó Sutherland en una rueda de prensa.

El Presidente de la Ronda Uruguay, el Canciller uruguayo Sergio Abreu Bonilla, señaló que los temas comerciales más importantes para el futuro son, entre otros, las políticas de la inmigración y la **"cláusula social"**, el examen de los vínculos entre el comercio mundial y las normas laborales en los países en desarrollo.

Estos puntos serán examinados en el comité preparatorio que coordinará la transición entre el GATT y el OCM.

Los 125 ministros firmaron el Acta final por la tarde, en grupos de diez países por vez. El Acta suma 505 páginas, más otras 8 mil de los anexos y protocolos técnicos: en total 22 mil páginas, con un peso de 176 kilogramos.

El nuevo organismo, que comenzará a trabajar el año próximo, deberá tener su sede central en Bonn o en Estocolmo, el cuartel general del GATT está en Ginebra.

La OMC se pondrá al mismo nivel que el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. La nueva organización gestionará las controversias entre los países miembros, que se comprometen a uniformar sus legislaciones y a renunciar a medidas unilaterales de represalia.

De hecho, el acuerdo firmado ayer cambia el rostro al comercio mundial. Por ejemplo, en los productos industriales las barreras tarifarias bajarán en un 38 por ciento y en la industria textil se desmantela el viejo acuerdo "multifibras".

El acuerdo también cubre los servicios, el acero, la industria aeronáutica y la agricultura, sector que durante años fue el obstáculo para el cierre de la Ronda Uruguay.

En este sector clave, el Tratado prevé que en seis años los aranceles agrícolas bajarán en un 36 por ciento para los países ricos y en un 24 por ciento para las naciones en desarrollo.

9406829

Aprobaron los acuerdos de la Ronda Uruguay del GATT

LN 16/4

Futuro: en un documento de 26.000 páginas, más de cien naciones se comprometieron a aplicar reformas en el comercio internacional.

MARRAKESH (AP).- Los representantes de 109 naciones pusieron fin a siete años de negociaciones y firmaron un acuerdo de 26.000 páginas que reforma el comercio internacional y podría redundar en un aumento de 200.000 millones de dólares en la economía mundial.

Un atronador aplauso retumbó en la sala de reuniones cuando el canciller uruguayo, Sergio Abreu Bonilla, golpeó el mazo para anunciar la aprobación de la Ronda Uruguaya de los acuerdos que fueron finalmente formulados en Ginebra en diciembre.

"Los ministros saludan este logro histórico... que creen fortalecerá la economía mundial y dará pie a más comercio, inversiones, empleo y aumento de los ingresos", dijo la declaración final.

Sin embargo, una declaración conjunta describió una lista de futuros problemas que necesitarán solución en los próximos meses. El acuerdo fue firmado por 109 ministros y se espera que otros 15 lo firmen posteriormente, en Ginebra.

El acuerdo debe agregar otros 200.000 millones de dólares a las utilidades globales en solo diez años. Eliminará a corto plazo las barreras al comercio en prácticamente todo tipo de renglón desde productos alimenticios hasta equipos electrónicos, y a largo plazo los subsidios gubernamentales, además de abrir las puertas a las empresas extranjeras en los campos del turismo y el transporte.

OCM, nueva sigla

En un documento paralelo, los ministros tuvieron la oportunidad de firmar para formar parte de la Organización de Comercio Mundial (OCM), que comenzará a funcionar el 1° de enero.

Estados Unidos y Japón estaban entre los países que dijeron que no firmarían el acuerdo de la OCM hasta que sus legislaturas ratifiquen lo aprobado hoy. La Ronda Uruguay culminó en diciembre, tres años más tarde debido a una disputa entre Estados Unidos y Europa en torno de la reforma agraria.

El titular del Acuerdo General de Aranceles y Comercio, Peter Sutherland, que estuvo a cargo de la conducción de las negociaciones, y Abreu Bonilla advirtieron sobre los tropiezos que todavía se podrían afrontar.

"La agenda sobre comercio internacional nunca será concluida", comentó Sutherland.

Entre esos problemas estaba la relación entre el sistema de comercio y las normas laborales internacionales reconocidas; las políticas de inmigración y competencia; la estabilidad política y el alivio de la pobreza y las medidas unilaterales como las leyes comerciales norteamericanas que imponen sanciones a naciones que se vean involucradas en prácticas comerciales injustas.

Repercusiones para la Argentina

Reglas claras: los acuerdos negociados en el GATT constituirán un marco normativo más favorable para el comercio del país.

El canciller Guido Di Tella también se sumó a la cita.

Junto a más de cien representantes de distintos países se sentó a la mesa de negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT para firmar los acuerdos que hasta el 15 de diciembre último fueron debatidos en ese foro y que se pondrán en marcha en enero de 1995.

Pero, ¿qué repercusiones tendrá la firma de este acuerdo para la Argentina?

En principio, se sabe que la conclusión de la ronda de negociaciones comerciales supone la incorporación -por primera vez en la historia del GATT- de todos los sectores del comercio internacional, entre los que se cuentan, por ejemplo, productos agrícolas, bienes industriales y textiles.

"En materia agrícola, por ejemplo, el GATT significará reglas claras para los países importadores y exportadores de productos primarios, una limitación a las políticas de subsidios y un mejoramiento en la asignación de los recursos. La Argentina no escapa a esto", explicaron fuentes diplomáticas.

Otros bienes

Claro que también se redujeron los aranceles de los bienes industriales. De hecho, el acuerdo de la Ronda Uruguay del GATT sobre los textiles implicará la eliminación progresiva de algunas restricciones.

Concretamente, la Argentina obtuvo concesiones en algunos productos como el maní, las carnes frescas de alta calidad, el queso, el azúcar, las frutas, las legumbres, el maíz y los productos industriales.

"En síntesis, desde una perspectiva global, el GATT constituye un marco normativo más favorable para los intereses comerciales del país", dijeron las mismas fuentes.

Desde ese punto de vista, existen otros acuerdos también relevantes como:

- El acuerdo sobre la agricultura, que incluye el Acuerdo sobre las Medidas Sanitarias y Fitosanitarias.
- Los nuevos códigos en materia de reglas de competencia (antidumping, subsidios y derechos compensatorios y salvaguardias).
- Un acercamiento de posturas sobre las normas que rigen la solución de controversias, entre otros.

Con Canadá

Las operaciones de venta de trigo canadiense a mercados tradicionales de la Argentina también fueron parte de la agenda del canciller Guido Di Tella en la reunión de Marrakech.

Se sabe que el gobierno argentino había manifestado su preocupación a ese país, "ya que la diferencia de precios entre la mercadería canadiense y la de los otros países alternativos podría llevar implícito un importante nivel de subsidio", se dijo en su oportunidad.

Canadá escuchó las razones argentinas. En principio, prometió responder.

Claudia Boragni

11

9406829

Clarín 1/4

El acuerdo firmado abre el comercio

Tras 7 años de negociaciones se firmó ayer el acta final de la Ronda Uruguay del GATT. El acuerdo determina una rebaja cercana al 40% en los aranceles del comercio mundial. El menor proteccionismo y el descenso de los subsidios agrícolas favorece a la Argentina.

MARRAKESH, Marruecos (Reuter y Télam). — Representantes de **125 países** firmaron ayer el Acta Final de la **Ronda Uruguay del GATT** y aplaudieron con entusiasmo cuando un golpe de martillo, como es tradición, puso el broche de oro. El martillazo lo dio el canciller uruguayo **Sergio Abreu Bonilla**, pero en realidad fue empujado trabajosamente **por siete años** de negociaciones durísimas. La Ronda Uruguay, la última de un GATT que se extingue, fue por lejos **la más difícil en la historia del organismo.**

El acuerdo permitirá **reducir entre un 37 y un 40% los aranceles del comercio mundial** y, próximamente, el Acuerdo General de Tarifas y Aranceles será **remplazado en 1995 por la nueva Organización Mundial del Comercio.**

El Acta Final contiene 8 puntos con el compromiso **de hacer más libre el comercio.**

Hubo hasta último momento temas puntuales pendientes, como el "**expediente" del banano** que motivó una lucha incansable entre Europa y los países latinoamericanos exportadores de ese fruto; la **puja los Estados Unidos-Japón por la apertura de este último mercado;** la **presión del Grupo Cairns** (de países que no subsidian las exportaciones del agro, entre ellos **la Argentina**) para reducir más los subsidios, o por ejemplo, la disputa en el rubro **telecomunicaciones** entre los estadounidenses y la Unión Eruropea.

En estos casos hubo treguas y prórrogas de las deliberaciones, pero la Ronda Uruguay ofrece un marco, un "**paraguas**" que regirá en la mayoría de las transacciones comerciales. Entre ellas se establecen las siguientes:

• Acceso a los mercados

Los países prometen **reducir las tarifas** para productos industriales y agrícolas en un promedio del **37 al 40%**. los Estados Unidos y la Unidad Europea acuerdan recortar tarifas entre ellos a la mitad del nivel actual de protección.

• Agro

La base del acuerdo es el convenio de Blair House firmado entre EE.UU. y Europa. Se busca inyectar cierto grado de competencia leal en el comercio de los productos y desalentar el apoyo estatal distorsionante de esta actividad. Los gobiernos podrán seguir ayudando a los agricultores, **pero sin estimular la producción excedentaria.** Procura también que las medidas de protección de la salud de los animales y de preservación de los vegetales **no se utilicen en detrimento del comercio.**

• Servicios

Contiene un acuerdo marco con normas y principios generales como la no discriminación y la liberalización progresiva del acceso **a los mercados de servicios** (bancos, seguros y viajes). En 1993 el comercio de servicios se calculó en **4.000 millones de dólares.**

• Protección a los derechos de propiedad intelectual.

Se establece que la propiedad intelectual es una protección para el comercio de bienes y servicios, cuyo valor reside en el contenido intelectual, es decir, la tecnología, la investigación y el desarrollo de la creatividad humana que entrañan. Aquí incluyen **patentes, derechos de autor, derechos de artistas, intérpretes o ejecutantes, productores de grabaciones de sonido, marcas de fábrica o de comercio, indicaciones geográficas con denominaciones de origen, dibujos y modelos industriales, esquemas de trazado de los circuitos integrados y los secretos comerciales.** Los gobiernos deben introducir estos aspectos en sus respectivas legislaciones, una cuestión realmente sin precedentes en el derecho internacional.

• Textiles e indumentaria.

Desde 1974 la mayoría de los países industrializados **restringió** las importaciones de textiles y prendas de vestir a través de arreglos bilaterales. Con el acuerdo se desmantelarán progresivamente los arreglos contingentes en un período de 10 años y se **reducirán los aranceles.**

• Dúmping, subvenciones y medidas compensatorias.

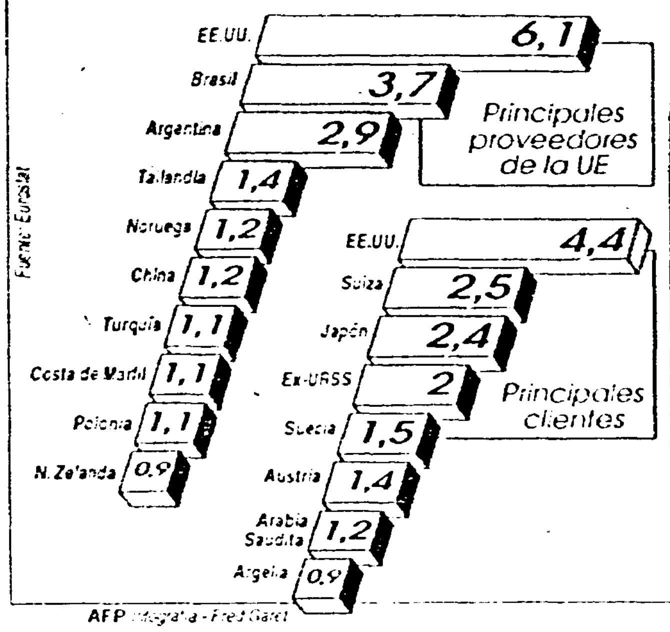
El nuevo acuerdo intentará reducir las tensiones comerciales generadas por **los subsidios y el dúmping** (vender a un precio inferior al valor en el mercado local), definiendo las subvenciones lícitas y las que

9406829

en el GATT internacional

UNION EUROPEA (ex CEE) COMERCIO AGROALIMENTARIO

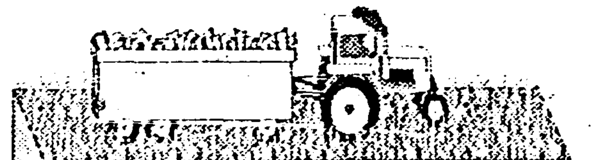
Importaciones y exportaciones, en miles de millones de dólares



AFP Infografía - Fred Garet

SUBSIDIOS AGRICOLAS: CUANTO GASTAN LOS PAISES RICOS

En dólares por hectárea cultivada



	Antes del GATT	A partir del '95*
COMUNIDAD EUROPEA	784	627
ESTADOS UNIDOS	98	78
JAPON	8.422	6.722
SUIZA	1.982	1.582

(*) Fecha en que comienza a regir el acuerdo.

no lo son. Se establecen 3 categorías: estarán "prohibidas" las subvenciones supeditadas a resultados de exportación o que favorecen el empleo de insumos nacionales; serán "recurribles" las que perjudiquen los intereses comerciales de otro signatario; y "no recurribles" las aplicadas a la investigación, la asistencia a las regiones desfavorables y a ciertos problemas del medio ambiente.

9406829

La liberalización del agro favorece a la Argentina

Las consecuencias para la Argentina de la conclusión de la Ronda Uruguay del GATT y la creación de la Organización Mundial de Comercio, que tuvo lugar en Marrakech, son importantes. **Se reducirán los aranceles en el comercio internacional de productos agrícolas e industriales, y se comenzará a revertir el proteccionismo global sobre el agro.** Ambos aspectos son de interés fundamental para la economía local.

Un documento difundido por la Cancillería — dato sugestivo — lleva tachado, pero legible, este párrafo: "Esta negociación exigirá **importantes modificaciones a las normas nacionales actualmente en vigor y el ajuste de diversos sectores de la actividad económica**".

La reducción promedio en los **aranceles de los países desarrollados para productos industriales será del 10%, y para rubros agrícolas, el 36%. Se bajarán los subsidios internos y a las exportaciones**, y se facilitará el acceso a los mercados por la conversión de todas las medidas no arancelarias (cuotas, tasas variables, etc.) en aranceles y su progresivo achicamiento.

Para la Argentina, en particular, es **importante la firma del Acuerdo Sanitario y Fitosanitario**, ya que le brindará un foro al que recurrir cuando considere que **las medidas sanitarias que se aplican a sus exportaciones son en realidad barreras no arancelarias (caso muy frecuente)**.

Se vaticina, como consecuencia de estos acuerdos, **un aumento de 230.000 millones de dólares en el ingreso mundial para el 2005**, y un incremento en el orden de 745.000 millones de dólares en el comercio internacional. Pero más importante que las cifras, según el análisis que hizo la Cancillería, es que quedó atrás el clima de guerra comercial y aplicación de medidas **unilaterales** que había signado la economía en los últimos años.

En materia arancelaria, la Argentina se comprometió a no exceder determinados techos de protección, pero en realidad, la posición **no cambia en nada porque el nivel arancelario consolidado en el GATT alcanza al 35% y supera en 10 puntos al nivel vigente en la actualidad en la Argentina** y al arancel externo común que se está negociando en el Mercosur.

Particularizando en el tema agrícola, se señala después que la Argentina recibió de los Estados Unidos cuotas para maní, pasta de maní y quesos como contrapartida de un aumento en el arancel aplicable al maní y a los productos de maní. También se formalizó la compensación europea a la Argentina por los perjuicios causados por el régimen comunitario de subsidios oleaginosos. Se aplicará una cuota adicional de 11.000 toneladas de carne de alta calidad y la participación en la cuota de 500.000 toneladas de maíz para Portugal.

También la Argentina recibió sustanciales concesiones arancelarias de los Estados Unidos, Japón y la Unión Europea para mosto de uva, cueros, manzanas y peras, jugo de naranja, aceites esenciales y aceites vegetales.

Pero también tendrá importante efecto positivo para la Argentina el compromiso mundial de reducir en 36% los gastos presupuestarios para subsidiar exportaciones y en 21% las cantidades físicas exportadas con subsidios, no inmediatamente sino al cabo del período de transición.

Donde se considera que habrá mayores beneficios para el país será en el acuerdo sobre aplicación de medidas sanitarias y fitosanitarias, ya que permitirá negociar la exportación de productos que actualmente **tienen prohibido el ingreso en mercados como los Estados Unidos, Japón y Corea.** Como contrapartida, deberá crearse localmente un servicio de información que responderá a todas las peticiones que formulen los demás países acerca de los procedimientos sanitarios que aplica nuestro país.

Dentro de los acuerdos sobre valoración en Aduana se incluye una cláusula que favorecerá a la Argentina, como es la posibilidad de pedir mayor información a los importadores cuando se tengan razones para dudar de la exactitud del valor declarado.

14

9406829

Entre aplausos y polémica, 125 países clausuraron ayer la Ronda Uruguay del GATT

16/4/94 Rep.

Comercio mundial incorporó reglas "insatisfactorias" para Norte y Sur

Por Luca Giglio

■ Con la firma del último país del abecedario, Zimbabwe, concluyó hoy en Marrakech la solemne ceremonia en la que 125 naciones firmaron el Acta Final de la Ronda Uruguay de negociaciones y pusieron en marcha un proceso de liberalización clave para el comercio y la economía internacional.

El Acta aspira a terminar con el proteccionismo comercial, a aumentar la producción mundial en un 0,8 % y a expandir el comercio mundial en U$S 213.000 millones.

La firma del Acta implica no sólo el cierre de las largas negociaciones comerciales iniciadas en 1986 en Punta del Este, sino también la sustitución del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) por un nuevo organismo, la Organización del Comercio Mundial (OCM), que entrará en vigor el 1o. de enero de 1995.

Con este acuerdo "nadie sale perdedor", comentó el director del GATT, el irlandés Peter Sutherland. "No hay vencedores ni vencidos, pese a que muy probablemente ningún país logró obtener todos los objetivos que se había prefijado", añadió.

"El resultado final es muy equilibrado y también los países en desarrollo obtuvieron importantes ventajas", subrayó Sutherland en una rueda de prensa, ante lo que Abreu discrepó fuertemente: "Hay una insatisfacción compartida", dijo.

El presidente de la Ronda Uruguay, el canciller uruguayo Sergio Abreu Bonilla, señaló que los temas comerciales más importantes para el futuro son, entre otros, las políticas de la inmigración y la "cláusula social" (el examen de los vínculos entre el comercio mundial y las normas laborales en los países en desarrollo), según reportó ANSA desde Marrakech.

Estos puntos serán examinados en el comité preparatorio que coordinará la transición entre el GATT y el OCM. El Acta suma 505 páginas, más otras 8.000 de los anexos y protocolos técnicos: en total 22.000 páginas, con un peso de 176 quilogramos.

La Organización del Comercio Mundial se pondrá al mismo nivel que el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial.

La nueva organización gestionará las controversias entre los países miembros, que se comprometen a uniformar sus legislaciones y a renunciar a medidas unilaterales de represalia.

9406829

La Declaración de Marrakech

■ Los ministros que representan a 124 gobiernos y a la Unión Europea, participantes en las negociaciones comerciales de la Ronda Uruguay adoptaron ayer en Marrakech el texto siguiente:

"1. Los ministros saludan el logro histórico que representa la conclusión de la Ronda, con el convencimiento de que fortalecerá la economía mundial y dará paso a un mayor crecimiento del comercio, las inversiones, el empleo y los ingresos en todo el mundo. En particular acogen con satisfacción:

—el marco jurídico más fuerte y más claro que han adoptado para el desarrollo del comercio internacional, y que incluye un mecanismo de solución de diferencias más eficaz y fiable;

—la reducción global de los aranceles en un 40% y los acuerdos más amplios de apertura de los mercados en el sector de las mercancías, así como la mayor previsibilidad y seguridad que representa la importante expansión del alcance de los copromisos arancelarios, y

—el establecimiento de un marco multilateral de disciplinas para el comercio de servicios y para la protección de los derechos de propiedad intelectual relacionados con el comercio, así como el reforzamiento de las disposiciones multilaterales sobre el comercio de productos agropecuarios y de textiles y prendas de vestir.

2. Los ministros afirman que el establecimiento de la Organización del Comercio Mundial (OMC) anuncia una nueva era de cooperación económica mundial, que responde al deseo generalizado de actuar en un sistema multilateral de comercio más justo y más abierto en beneficio y por el bienestar de los pueblos. Los ministros expresan su determinación de resistir las presiones proteccionistas de toda clase. Están convencidos de que la liberalización del comercio y el fortalecimiento de las normas conseguidos en la Ronda Uruguay conducirán a un entorno comercial mundial cada vez más abierto. Los ministros se comprometen, con efecto inmediato y hasta la entrada en vigor de la OMC, a no adoptar medidas comerciales que puedan socavar o afectar adversamente los resultados de las negociaciones de la Ronda Uruguay o la aplicación de los mismos.

3. Los ministros confirman su resolución de esforzarse por dar mayor coherencia en el plano mundial a las políticas en materia de comercio, moneda y finanzas, incluso mediante la cooperación entre la OMC, el FMI y el Banco Mundial a tal efecto.

4. Los ministros celebran el hecho de que la participación en la Ronda Uruguay haya sido considerablemente más amplia que en cualquier negociación comercial multilateral anterior y, en particular, la función notablemente activa desempeñada en ella por los países en desarrollo; ello marca un hito histórico en el camino hacia una mancomunidad comercial mundial más equilibrada e integrada. Los ministros toman nota de que durante el período abarcado por estas negociaciones se pusieron en aplicación medidas significativas de reforma económica y de liberalización autónoma del comercio en numerosos países en desarrollo y economías anteriormente planificadas.

5. Los ministros recuerdan que los resultados de las negociaciones comportan disposiciones que confieren un trato diferenciado y más favorable a los países en desarrollo, con especial atención a la situación particular de los países menos adelantados. Los ministros reconocen la importancia de la aplicación de estas disposiciones para los países menos adelantados y declaran oportunidades de comercio e inversión de dichos países. Convienen en someter al examen periódico de la Conferencia Ministerial y de los órganos competentes de la OMC la repercusión de los resultados de la Ronda Uruguay en los países menos adelantados, así como en los países en desarrollo importadores netos de productos alimenticios, con objeto de promover medidas positivas que les permitan alcanzar sus objetivos de desarrollo. Los ministros reconocen la mayor asistencia técnica en sus esferas de competencia y, en particular, para acrecentar sustancialmente la prestación de dicha asistencia a los países menos adelantados.

6. Los ministros declaran que al firmar el "Acta Final en que se incorporan los resultados de la Ronda Uruguay de Negociaciones Comerciales Multilaterales" y al adoptar las Decisiones Ministeriales conexas inician la transición del GATT a la OMC. En particular, han establecido un Comité Preparatorio que ha de sentar las bases para la entrada en vigor del Acuerdo sobre la OMC, y se comprometen a tratar de llevar a cabo todos los trámites necesarios para la ratificación de dicho acuerdo de modo que pueda entrar en vigor el 1° de enero de 1995 o lo antes posible después de esa fecha. Los ministros han adoptado además una Decisión sobre comercio y medio ambiente.

7. Los ministros expresan su sincera gratitud a Su Majestad el Rey Hassan II por su contribución personal al éxito de esta Reunión Ministerial, y a su gobierno y al pueblo de Marruecos por la cordial hospitalidad dispensada y la excelente labor de organización cumplida. El hecho de que esta Reunión Ministerial final de la Ronda Uruguay se haya celebrado en Marrakech es una manifestación más de la adhesión de Marruecos a un sistema de comercio mundial y abierto y de su vocación de plena integración a la economía mundial.

8. Al adoptar y firmar el Acta Final, y abrir a la aceptación el Acuerdo sobre la OMC, los ministros declaran terminada la labor del Comité de Negociaciones Comerciales y formalmente concluida la Ronda Uruguay."

9406829

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCE
FECH
VINCUL

~~Pese a que los~~ logros son más modestos de lo esperado

Ronda Uruguay otorgó al país mejores condiciones para exportar



Culminación

Sergio Abreu y Donald ... se felicitan en el cierre de la Ronda Uruguay bajo la atenta mirada de uno de sus impulsores Enrique Iglesias

Uruguay obtuvo una mejora de sus posibilidades exportadoras en los mercados europeo, estadounidense y japonés, luego de las negociaciones bilaterales realizadas en el marco de la Ronda Uruguay del GATT, dijo a El Observador *el canciller Sergio Abreu.*

Si bien los logros son más modestos que las metas fijadas por el gobierno en el inicio de la negociación, la conclusión que sacan los funcionarios es que se ha logrado una importante mejora en el acceso a los mercados tradicionales para productos agropecuarios, textiles y derivados de la industria láctea.

Abreu destacó la importancia de una negociación realizada con el gobierno estadounidense, por la cual Uruguay podría colocar en ese mercado hasta 20.000 toneladas de carne vacuna.

Este contingente ingresaría al mercado norteamericano con un arancel mínimo de 4% y un máximo de 10%, cuando el arancel general estará ubicado por encima del 30%. La condición previa para que esta negociación se concrete es que el país sea reconocido como libre de aftosa, lo cual, según el gobierno, puede ocurrir en el futuro inmediato.

Abreu resaltó el impacto que puede tener para el sector de carne vacuna esta negociación, en el sentido de que un contingente anual de 20.000 toneladas significa un volumen de producción sensiblemente mayor al que hoy se está vendiendo en otros mercados internacionales.

Además, el sector cárnico también se verá beneficiado por un aumento de 2.000 toneladas anuales de cortes "Hilton", obtenidos luego de una difícil negociación, en la que los representantes comunitarios sólo estaban dispuestos a otorgar un cupo de 500 toneladas.

Según comentaron funcionarios que participaron en las conversaciones, la dureza exhibida durante los meses finales de las negociaciones por las grandes potencias comerciales, y especialmente por los países europeos, motivó que el gobierno adoptara como estrategia la concentración de los esfuerzos negociadores en pocas áreas de exportación, de modo de asegurar mejoras en rubros considerados prioritarios.

En el marco de dichas negociaciones, los funcionarios uruguayos consiguieron un aumento en el cupo de carne ovina para la Unión Europea y una mayor cuota para quesos y otros productos lácteos en los mercados estadounidense y europeo.

En el rubro de producción textil de vestimenta, Uruguay obtuvo de Estados Unidos una rebaja arancelaria de 50% para "tops", 30% para tejidos, 10% para prendas de punto y 20% para prendas de tejidos planos.

El país también se verá beneficiado por el efecto de acuerdos logrados en el marco multilateral, que determina una rebaja gradual de aranceles en varios mercados, así como un mayor acceso para rubros que estaban cerrados a la importación.

En el caso del arroz, el gobierno negociará con el gobierno y el sector privado japonés una participación en el cupo que abrió el mercado nipón. Luego de décadas de férreo proteccionismo Japón prometió una apertura de 380.000 toneladas anuales, que llevará hasta 758.000 en seis años. ■



9406829

La Rueda Uruguay en Marrakesh

LN 2/4

EL viernes pasado, 110 países firmaron en Marrakesh el documento que completa el acuerdo alcanzado el 15 de diciembre en la Rueda Uruguay del GATT, con las voluminosas listas de compromisos de reducción arancelaria de cada país, que agregan 22.000 páginas a las casi 500 de los textos acordados en Ginebra.

Resta ahora la ratificación parlamentaria en cada país, particularmente en los Estados Unidos, según el procedimiento conocido como *fast track* o *vía rápida;* la administración norteamericana confía en su aprobación, pero subsisten algunas dudas de que el Congreso acepte las facultades de arbitraje de la flamante Organización Mundial de Comercio sobre las secciones 301 de la ley de comercio de los Estados Unidos.

El acuerdo es, en términos generales, favorable para el mundo entero. Estudios del Banco Mundial estiman que han de aportar a la economía global un crecimiento que, al finalizar el período de transición, después de seis años, sería de 213.000 millones de dólares.

También para nuestro país es favorable. Implica una inserción gradual del comercio agroindustrial en los principios liberalizadores del GATT, de los cuales estaba excluido por reglas discriminatorias que permitieron la aplicación de subsidios generalizados, masivos y fuertemente perturbadores del intercambio. Las políticas agrícolas de los principales países desarrollados deberán ahora introducir modificaciones que reduzcan, en proporciones convenidas, los regímenes de apoyo interno a la producción, las barreras a la importación y los subsidios a sus exportaciones.

Un acuerdo sobre accesos mínimos y otro de orden sanitario proporcionan al mercado agroindustrial un nuevo contexto que deberá ser revisado dentro de seis años para continuar con el proceso de apertura ahora iniciado. Además, acuerdos bilaterales ofrecen oportunidades adicionales de comercio para ciertos sectores del agro argentino, en particular la producción de maní y sus derivados y las carnes vacunas.

El comercio mundial de textiles tendrá un cambio sustancial con la sustitución del férreo y compartimentado Acuerdo Multifibras por un proceso paulatino de liberalización que deberá poner fin a las barreras no arancelarias en diez años; a partir de allí, el único instrumento admitido serán los aranceles. También se acordaron reducciones arancelarias generales para todo el comercio, lo que ha de apuntalar el señalado crecimiento de la economía mundial.

Los servicios, de gran expansión en los intercambios de la última década, los derechos de propiedad intelectual y las inversiones vinculadas con el comercio serán ahora incorporados al marco institucional internacional, que adquirirá una nueva estructura y denominación: la Organización Mundial de Comercio (OMC).

El contexto más abarcativo de la organización, que incluye nuevas áreas de comercio y nuevas reglas de comportamiento entre sus miembros, excedió el marco del GATT, cuyo lugar ocupará, con mayor poder de arbitraje entre las naciones, la flamante institución.

Así, habrá reformas sustanciales en los procedimientos de solución de controversias comerciales entre los países signatarios. Y la organización, con las nuevas incorporaciones y aproximaciones, cubrirá prácticamente el mundo entero. Los códigos voluntarios vigentes en los últimos 15 años, modificados según la experiencia reunida durante su aplicación, serán letra activa para todos los miembros de la OMC.

A último momento, los Estados Unidos y Francia promovieron una propuesta para introducir una *cláusula social* entre los objetivos de la OMC, de modo de vincular ciertas condiciones laborales de las naciones con el comercio internacional, lo que permitiría la aplicación de medidas compensatorias de las diferencias de legislación laboral entre naciones en desarrollo y desarrolladas. Es decir, una novedosa forma de *dumping social.*

La reacción de los países en desarrollo impidió que esta iniciativa prosperase y, con ella, una grave amenaza para sus economías: por ese camino, en efecto, se podría obstruir el ingreso de la producción de grandes áreas del mundo –que, por razones obvias, no pueden aplicar la misma legislación laboral y social de los países ricos– en el mercado del mundo desarrollado.

Las normas laborales y sociales son una consecuencia y no una causa del progreso económico de las naciones. La convergencia de los distintos niveles de vida y regímenes de trabajo de los países tiene en el comercio internacional un impulso que, si no ha tenido mayor eficacia, es precisamente por las trabas impuestas al intercambio. Removerlas, por ejemplo mediante nuevas y más sanas reglas en el mercado agroindustrial, no habilita para introducirlas por otro camino.

No extraña la presencia de Francia tras esa iniciativa, vista su actitud en la negociación de la Rueda Uruguay; pero preocupa la adhesión de Washington, que fluctúa entre la liberalización comercial defendida en la Rueda Uruguay y en el Nafta por un lado y, por el otro, una postura proteccionista, como en este caso o el de la presión sobre su relación comercial con China.

La experiencia enseña que el comercio internacional requiere una permanente vigilia, y necesita ser fortalecido mediante acuerdos y acciones cooperativas, como en el caso de esta perturbadora propuesta o en el Grupo Cairns, cuya continuidad permitirá seguir el funcionamiento de los acuerdos agrícolas.

1815

9406829.

Nº. DOCUMENTO 9406830
TITULO En 1995 la Org. Mundial del Comercio sucederá al GATT.
PROC 15c 518
FECH 17/4/
VINCU 510821

Con el reemplazo del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) por la Organización Mundial del Comercio (OMC), a partir de 1995, según fue confirmado este viernes en Marruecos (donde ciento veinte países ratificaron los resultados de la Ronda Uruguay) habrá cambios radicales en la administración del intercambio global, en un período en que las transacciones serán cada vez más crecientes.

¿Cómo funcionará la nueva entidad que tendrá sede en el mismo edificio de estilo egipcio de su predecesora, junto al lago de Ginebra? Sobre la base del consenso y del acuerdo mutuo de los Estados miembro, como hasta ahora. Pero con diferencias cruciales.

La OMC (o WTO en sus siglas inglesas) tendrá reglas más claras y más fuertes que se aplicarán prácticamente a todas las áreas de comercio mundial, desde la agricultura hasta la contabilidad. Y más importante que eso, esas normas tendrán su ejecución ga-



Director general del GATT, Peter Sutherland.

La entidad que sucederá en 1995 al Acuerdo General de Aranceles y Comercio nacerá más fuerte, según ratificaron un centenar y medio de

9406830.

Organización Mundial de Comercio

0117796

DESPUES DEL GATT

rantizada por un proceso de solución de disputas que no permitirá más que los países bloqueen las decisiones en su contra.

Un consejo general de miembros de la Organización tendrá varios órganos secundarios, responsables por el comercio de bienes, servicios y propiedad intelectual. Pero el foro para la toma de decisiones más altas será una reunión ministerial bienal, una tentativa para dar a la entidad más influencia política en diversas capitales y un perfil internacional mayor.

Peter Sutherland, director general del GATT, no ocultó su deseo de reivindicar para la OMC el papel reservado a lo que debió ser la Organización Internacional de Comercio en la elaboración de la política económica mundial. La OIC fue concebida en 1948 como una institución que funcionaría junto con el Fondo Monetario y el Banco Mundial. Pero el Congreso estadounidense se negó a ratificarla y el GATT continuó como un entendimiento contractual entre los gobiernos operado por el secretario del comité interino.

Más allá de los deseos, la credibilidad de la OMC como un órgano eficiente de control del comercio justo se mantendrá o fracasará según el grado de éxito de su nuevo sistema de solución de controversias.

En una mudanza radical en relación con la práctica anterior, el sistema operará del siguiente modo:

• Los informes de comisiones de trabajo independientes serán automáticamente adoptados por la Organización si no hubiere un consenso para rechazarlos.• Los países contra los cuales fueran levantadas quejas podrán recurrir a un órgano permanente de apelaciones, cuyo veredicto será definitivo y obligatorio.

• Si los violadores de alguna norma no cumplen las recomendaciones de la comisión, los socios comerciales tendrán derecho a una compensación o, como último recurso, a imponer sanciones comerciales proporcionales.

• Todas las etapas del proceso estarán sujetas a límites rigurosos de tiempo.

Estados Unidos, que manifestó claramente sus frustraciones con el actual mecanismo, tiene grandes esperanzas. "El nuevo sistema funcionará, y funcionará rápidamente", dijo el representante comercial Mickey Kantor. El funcionario destacó recientemente las posibilidades de represalias, como por ejemplo, la elevación de aranceles en caso de una violación de derechos de propiedad intelectual.

De todos modos, el procedimiento

países esta semana en Marruecos. Y eso le permitirá hacer ejecutar las normas de liberalización del intercambio surgidas de la Ronda Uruguay.

disminuirá también sustancialmente el margen de acción para la imposición de medidas unilaterales de EE.UU., según señalaron representantes europeos y de países en desarrollo. Los miembros de la OMC deberán utilizar el sistema multilateral de solución de disputas siempre que eso fuese posible. Y la mayoría de las controversias caerá bajo su jurisdicción dado que sus reglas se aplicarán a bienes, servicios y propiedad intelectual.

Inclusive el primer ministro francés, Edouard Balladur, pidió a sus colegas europeos la inclusión de cuestiones sociales y relativas al medio ambiente en los sectores de intervención de la OMC. La semana pasada, ante el rechazo de los países en desarrollo a este tipo de presiones, se acordó en Ginebra que para formalizar las discusiones sobre aspectos como el "dumping social" se requerirá una aceptación por consenso de los países miembros.

Quedan por definir otros aspectos urgentes, como la necesidad de elevar el número de abogados, especialmente para el órgano de apelación. Se espera poder contratar entre 40 y 50 profesionales que se sumarán a los 180 actuales (de un plantel total de 400 personas). Y para ello habrá que elevar el presupuesto, de 65 millones de dólares anuales en el presente.

Esos recursos son considerablemente inferiores a los del Banco Mundial (1240 millones y 3700 profesionales), el Fondo Monetario (330 millones con una nómina de 1300 empleados) y la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico (240 millones y mil profesionales).

Hay que ver que la sucesora del GATT será la encargada de hacer cumplir las nuevas reglas que posibilitarán un volumen adicional de transacciones de 270 mil millones de dólares anuales dentro de un decenio, según se cuantifica el efecto que tendrá la liberalización del intercambio.

PERIPLO

PREVISIONES. El comercio mundial se redujo el año pasado, pero la tan esperada recuperación económica en Europa Occidental y Japón podrá ofrecer mejores perspectivas para 1994. Así lo afirmó el Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) en un informe difundido esta semana. El *volumen* del intercambio global de bienes subió 2,5 por ciento en 1993, encima del crecimiento de la producción mundial (que arañó los 2 puntos) pero a una velocidad inferior al 4,5 por ciento de 1992. Mientras, en *valores*, el comercio disminuyó 2 por ciento (a 3,58 billones de dólares) por dos razones: 1) la fuerte revaluación de la divisa estadounidense frente a las monedas europeas; y 2) la caída de los precios mundiales de los combustibles y otros minerales. Aunque sólo existen datos limitados, los economistas del GATT estiman que el intercambio de servicios puede haber crecido el año pasado en torno de 3 por ciento (en 1992 fueron 12 puntos) hasta 1,039 billón de dólares.

RECUPERACION. El informe adjudica la disminución de los volúmenes de intercambio a la recesión europea. Ese enfriamiento hizo que las transacciones de bienes en la CEE bajaran 10 por ciento, un hecho que no tiene precedentes en el período de posguerra. Excluyendo el comercio intra-Europa Occidental el valor del intercambio mundial subió un 2 por ciento. Este año el volumen de mercaderías comerciadas aumentaría 5 por ciento si se recuperan los países del área y Japón. De lo contrario la cifra más probable sería más próxima a la de 1993. Por lo pronto, las zonas más dinámicas fueron Norteamérica, Asia y América latina. Los exportadores de esta última y de los seis productores asiáticos de manufacturas (Taiwán, Hong Kong, Corea, Malasia, Singapur y Tailandia) registraron un salto de 9,5 por ciento en términos de volúmenes. El ranking de los que más venden (que lideran EE.UU., Alemania y Japón) mostró avances de Hong Kong, Singapur y México en dos puestos, al 8, 16 y 17, respectivamente.

02.02

9406830.

Carlos Garramón y José Manuel Quijano en Foro del Empresario Agropecuario de Fucrea

El final de la Ronda del GATT le permite a Uruguay Triplicar la cuota Hilton

* "De consolidar cadenas agroindustriales fuertes depende el desarrollo de las empresas y el bienestar de la gente en el Uruguay"

■ Carlos Garramón y José Manuel Quijano en el Foro del Empresario Agropecuario organizado por Fucrea (Federación Uruguaya de Grupos CREA) realizaron sus reflexiones sobre la perspectiva nacional para los próximos tiempos. Garramón destacó que la Ronda Uruguay del GATT le permite a Uruguay triplicar su cuota Hilton; enfatizó la importancia del aumento de las tasas de interés internacionales como síntoma de recuperación económica, se mostró optimista en relación al Mercosur y al plan económico de Brasil, así como también señaló las ventajas del ingreso al país al circuito no-aftósico.

Quijano demandó políticas claras para que la creación de un país agroindustrial sea la antesala de un país industrializado. Aseguró que de la creación de cadenas agroindustriales fuertes depende el desarrollo de las empresas y el bienestar de la gente en este país.

En el plano internacional, el doctor Carlos Garramón destacó los alcances de las negociaciones bilaterales en el entorno de la resolución de la Ronda Uruguay del GATT, que permiten triplicar la cuota Hilton para nuestro país. Enfatizó la importancia del ascenso en las tasas de interés internacionales como síntoma de recuperación económica y como motor de cambios en la competitividad del sector agropecuario exportador. Mostró además un mercado optimismo en el proceso integracionista del Mercosur y en la realización del plan de estabilización de Brasil. Finalmente, destacó la impotancia del potencial ingreso del Uruguay al circuito no-aftósico.

Según el doctor Garramón el sector agroindustrial uruguayo enfrenta un panorama muy difícil pero mostró particular optimismo en las perspectivas cercanas de sus mercados. El gran desafío estaría en incrementar fuertamente la competitividad de los complejos agroindustriales. Sin embargo, este camino sería muy difícil de recorrer, sin cambiar el entorno macroeconómico. En este contexto, reclamó la existencia de una política sectorial clara y pragmática, dentro de un marco macroeconómico ordenado y adecuado.

Por su parte, el doctor Quijano enfatizó la importancia de definir objetivos claros a nivel nacional, proponiendo como tales la generación de un nuevo país agroindustrial como antesala a la generación de un nuevo país industrializado. Estas propuestas destacan nítidamente la generación del valor agregado, como motor del crecimiento y el bienestar.

Quijano destacó la importancia del desarrollo de la competitividad a nivel de todo el complejo agroindustrial y analizó con optimismo las experiencias uruguayas de los lácteos, el arroz y la cebada, resaltando los progresos en la integración de la cadena de valor de la vitivinicultura. Sin embargo, encontró muy desintegrada la cadena del sector cárnico y muy necesaria la estructuración de una política sectorial al respecto. En este contexto, destacó los avances en la situación sanitaria, como la primera oportunidad para encarar la reestructura de esta cadena.

Del mismo modo, marcó la inexistencia de una cadena de valor integrada en los productos forestales y la necesidad de ella.

Según el doctor Quijano: del fortalecimiento de las cadenas de valor agroindustrial mencionadas depende, en gran medida, el desarrollo de nuestro país, el desarrollo de sus empresas y el bienestar de su gente.



Carlos Garramón: optimistas perspectivas para Uruguay en la región y el mundo.



José Manuel Quijano: En cadenas agroindustriales fuertes se ven los buenos resultados... y en las débiles se observa lo contrario.

9406831

Nº. D. 9406832
TIT. SUTHERLAND afirmó que no será candidato a la Org. Mundial del Comercio (OMC)
PR. 150486
FE. 27/4/94
VI. 514221

GINEBRA - EL DIRECTOR general del GATT, el irlandés Peter Sutherland, afirmó que no será candidato a la dirección de la Organización Mundial del Comercio, organismo que sucederá al GATT a partir del próximo mes de febrero. El nombre de Sutherland es uno de lo que circulan para reemplazar a Jacques Delors a la cabeza de la Comisión Europea.

9406832

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406833
TITULO
PROC
FECH
VINCUL

Sutherland rechazó la actitud y las duras argumentaciones del canciller

Abreu habría renunciado a la presidencia de Ronda Uruguay, pero se guardó secreto

■ El canciller uruguayo y presidente del Comité de Negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio), Sergio Abreu, presentó renuncia en diciembre pasado al titular del organismo internacional, el irlandés Peter Sutherland, informó Abreu a **LA REPUBLICA**.

Esta decisión del canciller fue mantenida en un estricto secreto por las autoridades del GATT, anticipando la firma de los acuerdos de la Ronda y la cumbre ministerial de Marrakech, celebrada a mediados de abril, y donde la más ambiciosa negociación en el comercio mundial culminó un proceso de casi ocho años. El argumento que esgrimió el canciller uruguayo ante el director del GATT apreciaba que "no existía flexibilidad suficiente por parte de los grandes países para contemplar" las pretensiones uruguayas. Esta posición podía ser tomada por los países en desarrollo y especialmente por aquellos que integran el G-15.

Fuentes consultadas reconocieron que el trascendido de la renuncia en momentos previos a la clausura de la Ronda "habría comprometido una difícil negociación" y tuvo un claro motivo estratégico, intentando presionar a los países desarrollados.

"Fue un momento muy difícil, nosotros veíamos que estaba todo truncado, que estábamos negociando con Europa y Estados Unidos y no daban nada, y así lo expresamos", apreció Abreu. En ocasión de la reunión del GATT y los cancilleres de la Aladi celebrada en Montevideo, Abreu presentó su dimisión a Sutherland, donde planteó además su insatisfacción ante las modificaciones del Acta Final del ex director del organismo, Arthur Dunkel, y el acuerdo agrícola entre la Comunidad Europea y Estados Unidos.



Abreu habría acusado de "inflexibles" a los países desarrollados, pero Sutherland rechazó la calificación y desechó la renuncia al cargo de presidente del Comité de Negociaciones de la Ronda Uruguay.

9406833

Nº DOCUMENTO 9406834
TITUL DB4EU Ida en Junio a Bruselas a un simposio del GATT.
1500093
FECH 09/4/94
510891

Abordarán los resultados de la Ronda Uruguay ante empresarios europeos

Abreu acompañará a Sutherland y a Brittan en simposio del GATT

■ El canciller de la República, Sergio Abreu, adelantó a LA REPUBLICA que concurrirá a un simposio del GATT a realizarse en Bruselas, en junio próximo, en compañía de Peter Sutherland y Leon Brittan, para explicar a los empresarios europeos los resultados de la Ronda Uruguay.

Abreu dialogó ayer con el director general del GATT, Peter Sutherland quien le comunicó la novedad y que concurrirá en representación de los países en desarrollo.

A su vez, el irlandés le trasmitió en la comunicación que sostuvieron ambos jerarcas, que presentó renuncia a la dirección del GATT a partir del 1 de enero de 1995, comentó el canciller uruguayo.

Los tres participantes del simposio fueron protagonistas de las negociaciones finales de la Ronda Uruguay que permitieron desacelerar los pasos hacia una guerra comercial de proporciones.

Los jerarcas trasmitirán a los empresarios europeos los resultados y los acuerdos alcanzados en todos los sectores, así como los caminos que se tomarán para la creación de la Organización Mundial de Comercio.

9406834

C1-01

Nº DOCUMENTO 9406835
TÍTULO Declaraciones del ingeniero agrónomo del IICA.
PROC
FECHA
VÍNCULO 514251 507466

Lo aseguró Juan Luis Marambio, técnico del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA)

"La granja uruguaya puede ser una inversión con horizontes más claros"

"La granja tiene horizontes más claros" manifestó el ingeniero agrónomo Juan Luis Marambio, especialista en desarrollo rural del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA). Estas palabras fueron vertidas tras un balance de sus seis años de gestión en Uruguay, al frente del Proyecto de Fortalecimiento Institucional de la Granja de IICA. Marambio, está regresando a Chile, donde se desempeñará al frente del Indap (organismo dedicado al apoyo de los pequeños agricultores chilenos), como nuevo director general.

Hay mejores análisis donde se detalla la realidad de la granja uruguaya, dijo Marambio. El IICA ha entregado un extenso informe al ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, doctor Pedro Saravia donde se detalla la actual situación y posibles caminos que tiene la granja.

El Uruguay no contaba con este tipo de información, sumamente necesaria para la planificación de estrategias de desarrollo.

REGRESA A CHILE

"Cada vez que los seres humanos construimos espacios y luego los tenemos que dejar, nos da un poco de tristeza alejarnos de los mismos", dijo Marambio.

"Este sentimiento, es contrarrestable con el desafío que se presenta ante el nuevo cargo que he asumido", agregó el especialista en desarrollo rural.

BALANCE DE LA GRANJA

En pocas palabras, Marambio admitió percibir cambios en el sector granjero, luego de seis años de permanencia en Uruguay.

"Recuerdo que los primeros análisis, nos habían llevado a la conclusión de que el sector granjero era muy débil, con muy poco rendimiento institucional, sin elementos que configuraran dinámico y que los sectores institucionales sintieran el peso del sector".

"Las cosas han cambiado, desde el punto de vista político-institucional. Hoy ocupan un lugar de preocupación, surgiendo como una alternativa de producción para el país. El sector granjero puede ser un ámbito de inversión", recalcó Marambio durante su evaluación.

HORIZONTE MAS CLARO

Tras varios meses de intensos trabajos, el IICA procedió a entregar un profundo relevamiento al ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, doctor Pedro Saravia.

El llamado Programa de Reconversión y de Desarrollo de la Competitividad del sector hortifrutícola del Uruguay contiene todos los elementos para continuar con políticas definidas.

Marambio sostuvo que actualmente Uruguay conoce los mercados, qué es lo que hay que producir y cuándo. Se ha llegado a un conocimiento de las políticas a seguir, tras el extenso trabajo elaborado por IICA.

MEJORES CONDICIONES QUE EN COMIENZOS DE CHILE

Coincidentemente en el trabajo realizado por IICA, participó uno de los propulsores del llamado desarrollo frutícola chileno, quien afirmó que en términos de conocimientos de los diferentes parámetros a considerar para un adecuado desarrollo, Uruguay está en mejores condiciones que Chile en su momento. Marambio, indicó que desde el punto de vista educativo y de la gama de conocimientos de los productores, Uruguay está en óptimas condiciones para impulsar el desarrollo del sector.

JUNAGRA

Marambio estuvo en las etapas previas a la creación de la Junta Nacional de la Granja, como organismo público dedicado a los productores granjeros. Reconoció que tiene sus limitaciones, aunque "no cabe duda que al hacer un balance y comparar, Junagra ha avanzado una enormidad en su desarrollo institucional".

Recordó además que la mayoría de los consultores internacionales que han trabajado en Uruguay identificaron altos niveles técnicos de sus profesionales, lo que demuestra el nivel potencial que esa institución tiene.

NUEVO DIRECTOR NACIONAL DE INDAP

Indap es un organismo descentralizado en la órbita del Ministerio de Agricultura de Chile. Tiene como mandato institucional la atención de los pequeños productores chilenos. Por el momento, ese país cuenta con un total de 200.000 productores dentro de la categoría. A su vez, Indap los ha categorizado en tres subcategorías, para atender mejor las necesidades de los mismos. Por un lado, hay 100 mil que están en condiciones de incorporarse al mercado. Otros cincuenta mil, tienen muchas limitaciones pero se puede trabajar sobre la base de la incorporación al sistema y los cincuenta mil restantes, definitivamente en este contexto no tienen condiciones para acercarse al mercado.



Según el IICA, un futuro promisorio se da para la exportación de la granja vecinal

Las acciones del Indap están centradas en los primeros cien mil productores, y algo en los primeros cincuenta mil. Marambio dijo que el propio gobierno encabezado por Frei, viene tomando acciones para eliminar la pobreza rural, que recae en la mayoría de los casos sobre los pequeños productores.

Indap cuenta con un presupuesto anual que supera los 120 millones de dólares. Más de 1.600 personas trabajan ordinariamente en esa institución.

En primer lugar, Marambio señaló que tiene pensado contribuir a hacer un esfuerzo, para que el producto del sector agrícola incorpore a los pequeños productores.

"El crecimiento de Chile, no necesariamente ha ido incorporando a los sectores más pobres", señaló. Esto constituye uno de los pequeños productores es un desafío para la nueva administración de Indap. Financiamiento, gestión empresarial y transferencia de tecnología son algunos de los horizontes que tiene la referida institución.

El ingeniero Marambio ya se hizo cargo de la dirección general del Indap el pasado 11 de marzo.

9406835

Nº DOCUMENTO 9406836
RUSIA integrando Asoc para la Paz de la OTAN.
150090
29/4/94
508662
507993
507994
11078

RUSIA

Yeltsin camina hacia la OTAN

Rusia suscribirá este mes, como estaba previsto, su incorporación a la Asociación para la Paz propuesta por la OTAN, según declaró ayer el canciller Andrei Kozirev. El jueves el vocero del presidente Boris Yeltsin, Viachieslav Kostikov, había declarado que el gobierno ruso podría postergar su adhesión por unos meses, pero ayer Kozirev aclaró que se refería sólo a la aplicación práctica del acuerdo, pero no a su firma. La Asociación para la Paz, creada por la OTAN durante una cumbre que tuvo lugar en Bruselas en enero pasado, propone un aumento de la cooperación militar entre la Alianza Atlántica y los ex países comunistas.

ENTRADO
CRUZADO

01-04 9406836

Zhirinovsky advierte a Finlandia: no debe ingresar a la OTAN

dd. 4|4

HELSINKI - EL LÍDER ULTRANACIONALISTA ruso Vladimir Zhirinovsky declaró a la televisión finlandesa que la principal tarea de la OTAN es oponerse a Rusia, y advirtió que Finlandia se convertirá en un país enemigo de Rusia si se incorpora a la Organización del Tratado del Atlántico Norte.

Zhirinovsky, quien tiene previsto llegar hoy a Helsinki, fue consultado sobre lo que sucedería si Finlandia se incorporara a la Unión Europea y posiblemente a la OTAN.

"Aléjense de la OTAN y de cualquier alianza que sea militar por naturaleza y se oponga a Rusia", advirtió Zhirinovsky.

"La principal tarea de la OTAN es oponerse a Rusia. Si se unen a la OTAN se convertirán en enemigos de Rusia", afirmó Zhirinovsky.

Finlandia intenta integrarse el año próximo a la UE y ha dejado en claro que no excluye una posible afiliación a la OTAN. Finalandia, que comparte con Rusia una frontera de 1.270 kilómetros, tiene categoría de observador en el consejo de Cooperación del Atlántico Norte que agrupa a los países de la OTAN y del disuelto Pacto de Varsovia.

Zhirinovsky tiene previsto llegar a Finlandia como miembro de la delegación rusa que, asistirá a un seminario parlamentario en Helsinki los días martes y miércoles para discutir las precondiciones de la integración de Rusia al Consejo de Europa.■ *(Reuter)*

9406836

Advierte la NATO a Rusia

LN. 5/4

Inadmisible: la alianza manifestó su rechazo a todo intento de despliegue militar que viole el tratado de 1990.

WASHINGTON, 4 (Reuter).– La NATO rechazará todo intento de Rusia por cambiar los términos de un tratado de 1990, para estacionar nuevas fuerzas a lo largo de sus flancos en el norte y en el sur, dijo el secretario de Defensa de los Estados Unidos, William Perry.

Perry habló sobre un informe que apareció el domingo en el diario The New York Times, según el cual los rusos están desplegando, en esas zonas, sus tropas que regresan de Europa central. Según el periódico, el esfuerzo de Rusia por renegociar un tratado internacional, para acomodar sus fuerzas, podría afectar fuertemente los esfuerzos estadounidenses de acercarse al ejército ruso.

Perry habló con mandatarios de los países que se verían más afectados con los cambios, pero no encontró nadie que los apoye, según dijo en una entrevista en el programa "Meet the Press" (Encuentro con la prensa), de la cadena de televisión NBC.

"Parecen muy poco interesados y sin deseos de cambiar el tratado. Por lo tanto, no espero un cambio en el tratado que limita a los rusos en esa forma. Pienso que esto va a ser un gran problema si insisten", dijo Perry.

Funcionarios del gobierno norteamericano, citados por The New York Times, dijeron que las acciones rusas reflejan un descontento militar con los límites de control de armas, negociados por el gobierno de Mikhail Gorbachov, y su determinación de mantener una fuerte presencia en el Cáucaso.

Bajo el tratado aún hay tiempo para que Rusia dé marcha atrás, ya que el límite de fuerzas en sus flancos entra en efecto en noviembre de 1995. Pero el Ministerio de Defensa de Rusia propone revisiones del tratado, que cubre las armas convencionales desde el Atlántico hasta los Urales, dijo el informe del diario.

Giro en política exterior

MOSCU, 4 (AP).– El ministro de Relaciones Exteriores de Rusia, Andrei Kozyrev, afirmó que el reciente endurecimiento de la política exterior de su país respondía a la victoria de los comunistas y ultranacionalistas en las elecciones parlamentarias de diciembre.

Anoche, en una entrevista televisiva, Kozyrev dijo que Rusia tenía que afirmarse como potencia mundial, pero destacó que su nueva línea no tenía que ser considerada anti-norteamericana. "Si la oposición ultranacionalista me acusa de ser pronorteamericano, eso significa que seguimos la política adecuada hacia Estados Unidos. La oposición quiere establecer relaciones con Estados Unidos y la NATO sobre la hipótesis de que son enemigos", declaró.

En abril, Rusia integrará "Asociación por la Paz"

H 6/4

Rusia adherirá a la "Asociación por la Paz" el 21 de este mes en Bruselas, confirmó ayer su Vicecanciller, Vitaly Churkin, aclarando dudas que se habían acumulado durante la pasada semana.

Moscú (ANSA)

Churkin, cuyas declaraciones fueron difundidas por la Itar-Tass, afirmó que será probablemente el Canciller ruso, Andrei Kozyrev, quien viajará a la capital belga para la firma del llamado "acuerdo-marco", que ya ha sido suscrito por tres países del disuelto Pacto de Varsovia.

El ingreso de Rusia a la "Asociación por la Paz", estructura de cooperación militar lanzada por Estados Unidos, a través de la Alianza Atlántica, a sus ex adversarios de Europa del Este, había sido puesto en tela de juicio recientemente.

El vocero oficial del Kremlin, Viaceslav Kostikov, afirmó la semana pasada que el Gobierno ruso podría tomar **"un tiempo de reflexión"** antes de dar su aprobación a la adhesión, que ha sido criticada por la oposición nacionalista y comunista, pero también por algunos sectores centristas.

Pero ayer, el Ministro de Defensa, Pavel Grachev, afirmó en una entrevista que las declaraciones de Kostikov constituían **"un malentendido"**, y ayer, Churkin confirmó que su país firmará el acuerdo antes de fin de mes.

Aun así, Churkin subrayó que **"la participación de Rusia en la Asociación por la Paz no sustituye ni reemplaza nuestra propia visión, por cuanto concierne a los problemas de seguridad en Europa"**.

El Vicecanciller ruso indicó que Kozyrev llevará a Bruselas **"una serie de documentos de presentación, que contienen propuestas concretas"**, acerca del funcionamiento de la futura Asociación y recordó que, por lo esencial, Moscú fragua su política de seguridad europea a través de otros foros.

Churkin enfatizó que la Asociación **"es un mecanismo de preparación y educación"**, en temas de seguridad y defensa, mientras su gobierno hace más hincapié en la Conferencia para la Cooperación y la Seguridad en Europa (CSCE) y el Consejo de Cooperación del Atlántico Norte (COCOAN).

La CSCE nació del Tratado de Helsinki (1975), mientras el COCOAN reúne en un mismo foro político a los países de la Alianza Atlántica (OTAN) y a los ex-miembros del Pacto de Varsovia.

Fotocopiado con Partes Ilegibles.

C3

9406836

El 21 Rusia firma en Bruselas la Asociación para la Paz

MOSCÚ - UNO DE los principales diplomáticos rusos dijo ayer que el gobierno se unirá al plan de Asociación para la Paz de la Organización del Tratado del Atlántico Norte el 21 de abril.

"Rusia supuestamente firmará el marco del acuerdo el 21 de abril", sostuvo el viceministro de Relaciones Exteriores Vitaly Churkin.

Churkin dijo que el canciller Andrei Kozyrev viajará a Bruselas para la ceremonia de la firma del acuerdo en la sede de la OTAN, que incluye a 16 países con pleno derecho.

Los comentarios de Churkin ante periodistas en una oficina de la cancillería fueron la declaración más firme del gobierno ruso desde que varios voceros del presidente Boris Yeltsin dijeron que no sabían si Rusia se uniría a ese plan de asociación en abril, como se había programado.

El objetivo principal del plan es lograr un acercamiento entre la OTAN y sus ex enemigos del Pacto de Varsovia y con otros países de Europa oriental, pero sin convertirlos en miembros de pleno derecho.

Esos estados podrán participar en operaciones de mantenimiento de paz y ejercicios militares. ■

Rusia Sur 23/4

MOSCU- OTAN

El ministro de Exteriores ruso Andrei Kózirev, declaró ayer viernes, que Rusia busca una cooperación "genuina" con la OTAN en el marco de su programa "Asociación para la Paz", cuya firma postergó Moscú. Kózirev, en declaraciones a la agencia Itar-Tass tras su entrevista con su colega danés, Niels Helveg Petersen, explicó que Rusia prepara una propuesta a la alianza "más seria de la que la OTAN nos ofreció". Rusia había anunciado que suscribiría este mes la "Asociación para la Paz" de la OTAN, un programa ofrecido a los antiguos miembros del bloque socialista, pero la fecha prevista ya pasó y no se ha anunciado cuándo será la firma.

04-04

9406836

Nº. DOCUMENTO 9406837

Dos aviones estadounidenses F-16C atacaron sendos objetivos cercanos a Gorazde

La OTAN bombardeó a los serbios

*** Aún sin conocerse el número de víctimas civiles, los serbios emitieron un comunicado calificando la acción como "una agresión directa contra nuestro pueblo"**

Dos aviones estadounidenses F—16C de la Alianza Atlántica llevaron a cabo ayer un ataque aéreo contra objetivos militares serbio—bosnios en las afueras de Goradze, alrededor de las 16:20 GMT, respondiendo a un pedido de los observadores locales de la ONU, afirmaron fuentes de OTAN en Italia.

por Javier Fernández, Roma (ANSA)

Según un comunicado publicado en Nápoles por el comando central meridional de la OTAN, "los observadores militares de la Fuerza de Portección ONU (Unprofor) en Gorazde habían pedido la protección aérea de la OTAN", al agravarse la situación en el enclave musulmán, sometido a una ofensiva serbia.

"Luego de la aprobación de Yasushi Akashi (representante especial del secretario general de la ONU en Bosnia), dos aviones norteamericanos han llevado a cabo un bombardeo, bajo la supervisión de uno de los controles de vuelo ONU desplegados al suelo", agregó el comunicado, según el cual "la evaluación de los daños causados por el ataque aún no concluyó".

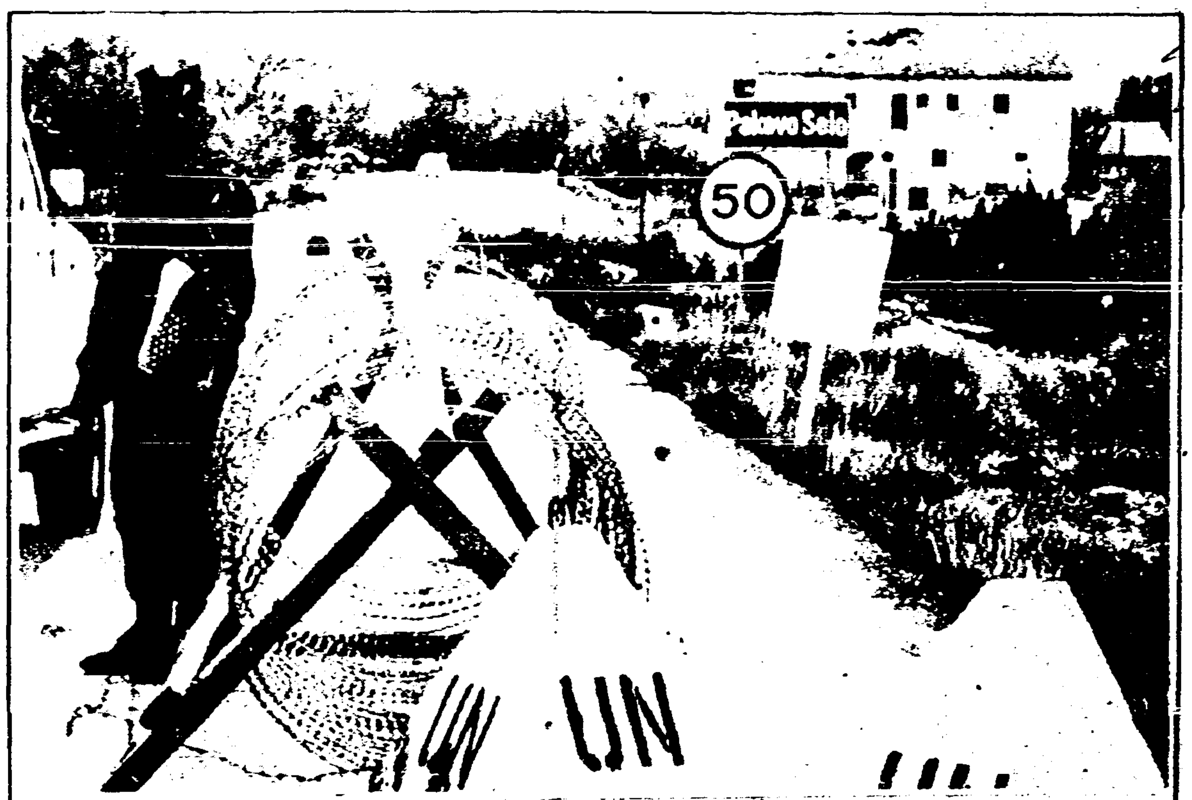
Desde Aviano (noroeste de Italia) fuentes de la OTAN confirmaron que los aviones norteamericanos regresaron intactos a su base, pero no quisieron precisar cuáles fueron los objetivos alcanzados, ni en qué medida han sido destruidos.

El ataque aéreo había sido anunciado anteriormente por voceros de la ONU en Sarajevo y la sede acentral de la OTAN en Bruselas, donde subrayaron que se trató dae una operación de "apoyo aéreo directo", tal como había sido previsto por la resolución del Consejo de Seguridad de la ONU que instituyó las "zonas de seguridad" en Bosnia Herzegovina.

Desde Ginebra, el secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, afirmó por su parte que "no dudará en volver a utilizar la fuerza aérea" en caso de nuevos ataques contra las "zonas de seguridad", en una declaración difundida por su vocero, la señora Therese Gestaut.

"Como hemos visto hoy, el secretario general no ha dudado en utilizar el apoyo aéreo directo, y quisiera que quedara en claro que no dudará en volver a utilizarlo, si hay que defender y proteger las zonas de seguridad definidas por la ONU", agregó la vocero.

La señora Gestaut sostuvo que las incursiones aéreas de ayer no constituyen, en sentido estricto, "ataques aéreos" cuyo objetivo sería la protección de la población civil, sino más bien



Cascos azules vigilaban ayer la localidad de Pakovo Selo, en la frontera entre Croacia y la República Serbia de Krajina. Por la tarde, dos aviones estadounidenses al servicio de la OTAN bombardearon objetivos serbios en los alrededores de la asediada ciudad de Gorazde. (Telefoto de AFP).

9406837

"operaciones de apoyo directo aéreo", para defender a los funcionarios ONU en Gorazde.

VICTIMAS CIVILES

Ocho observadores militares ONU se encuentran en la ciudad, que junto a Sarajevo, Zepa, Bihac, Srebrenica y Tuzla ha sido definida "zona de seguridad" por el Consejo de Seguridad de la ONU, para proteger a las poblaciones civiles musulmanas sitiadas por los irregulares serbios, que controlan el 70 por ciento del territorio de Bosnia Herzegovina.

A través de su decisión de a[illegible], concluyó la vocero, Boutros Ghali ha "expresado su determinación en lograr que las resoluciones del Consejo de Seguridad resulten aplicadas".

Por su parte, un alto oficial de las fuerzas serbias bosnias dijo que el ataque aéreo en Gorazde "ha causado víctimas en la población civil", según un comunicado difundido por la agencia SRNA.

El general Milan Gvaro, comandante adjunto de las fuerzas armadas serbio—bosnias, dijo que los aviones OTAN dispararon cuatro cohetes aire—tierra contra "objetivos civiles" en el sureste de la región bajo control serbio, pero no precisó el número de muertos y heridos que habrían causado.

Gvaro agregó que "se están aún estimando las consecuencias del ataque".

Poco antes un comunicado del ejército serbio—bosnio, difundido por la Tanjug, definió la incursión aérea de los F—16 "una agresión directa contra el pueblo serbio".

Según el comunicado, emitido por el comando militar serbio de Herzegovina, responsable de las unidades en la zona de Gorazde (sureste de Bosnia), los aviones OTAN atacaron posiciones serbias cerca de Preljuca y Goli Vrh, a unos 10 quilómetros al suroeste de la ciudad sitiada. "Lo que ha llevado a cabo la OTAN es una agresión directa contra el pueblo serbio de Herzegovina oriental, a través de ataques injustificados contra poblaciones civiles, lejos de la línea del frente", agregó la declaración. El general Rivero, en declaraciones difundidas antes del ataque aéreo, había afirmado que "las unidades del ejército serbio no han entrado en Gorazde, ni tampoco bombardean la ciudad".

En las horas anteriores, sin embargo, informes coincidentes de las agencias de las Naciones Unidas, indicaron que los serbios bosnios, que habían logrado conquistar el sábado el monte Gradina, en Gorazde desde los suburbios, en el sureste.

Fuentes del Alto Comisariado de las Naciones Unidas para los Refugiados (Acnur) presentes en el enclave musulmán, afirmaron que tanques serbios bombardeaban el sector oriental de la ciudad desde la orilla opuesta del río Drina, mientras francotiradores disparaban contra objetivos civiles, incluyendo oficinas de la ONU en Gorazde.

9406837

La ofensiva de la OTAN va al fracaso

NUEVA YORK, 13 (por Richard Haass de "Newsday", especial para Clarín). — Las Naciones Unidas, con total apoyo y participación de los Estados Unidos, han usado nuevamente la fuerza militar en Bosnia Herzegovina. **Esta decisión fue hecha en el peor momento, de la peor manera y por razones equivocadas.** En consecuencia, la administración Clinton, la OTAN y la ONU solo obtendrán, como resultado, el fracaso.

Es cierto que hasta hoy las misiones han sido éxitos tácticos: un tanque, un comando central y varios blindados serbios destruidos. Pero estos ataques son un error estratégico porque implican el riesgo de que los EE.UU. queden involucrados en Bosnia de una manera que puede resultar desastrosa con el tiempo.

Desde hacía dos semanas las fuerzas serbias venían bombardeando el enclave musulmán de Gorazde (60.000 habitantes) y dejaron cientos de muertos y a decenas de miles de personas sin hogar. El objetivo era vaciar la ciudad, ocuparla con personas de raza serbia y sumar este territorio a otros conquistados en los dos años de conflicto.

La sorpresiva decisión norteamericana de atacar las posiciones serbias, desafortunadamente, fue tardía. Los serbios ya habían logrado gran parte de su objetivo. Si los EE.UU. y la ONU querían cumplir la promesa de proteger al pueblo de Gorazde (resuelto el año pasado por el Consejo de Seguridad), deberían haber actuado antes que la tragedia se convirtiera en realidad.

En segundo lugar, **las fuerzas usadas por la OTAN fueron demasiado modestas como para que se convirtieran en un mensaje serio para los serbios.** Algunos blindados y un comando central son un precio muy bajo. Si la intención era castigar las acciones serbias en Gorazde, los EE.UU. y la ONU deberían haber previsto un uso de la fuerza en gran escala y contra objetivos muchos más valiosos para los líderes políticos y militares serbios.

Más importante aún: cualquier uso de la fuerza debe estar vinculado con objetivos políticos claros. **La justificación para su uso no fue, sin embargo, parar la [illegible] [illegible] o hacer retroceder a los serbios de los territorios conquistados, sino meramente proteger a los enviados de paz de la ONU.** El mensaje es claro: hagan lo que quieran mientras no estén en peligro los enviados de la ONU.

Si es tarde para desandar el camino transitado: ¿qué hacer? Como mínimo, Gorazde —designada por las Naciones Unidas como una de las seis "zonas de seguridad" de Bosnia— debe convertirse efectivamente en un área segura para sus habitantes y no solo para los enviados de paz de la ONU. Lo mismo vale para las otras cinco zonas, entre ellas, Sarajevo.

A corto plazo, lo que se impuso en Sarajevo —la creación de una zona, dentro y fuera de la ciudad, de expulsión de armas pesadas— debe implementarse en todas las zonas.

Si las medidas son violadas, debe usarse la fuerza en forma decisiva, es decir, no atacar uno o dos tanques sino blancos de gran peso militar (depósitos de armas áreas donde se encuentran concentradas importantes fuerzas militares, etcétera).

El peligro es que un uso homeopático de la fuerza no intimidará a los serbios ni los disuadirá de futuros desafíos. Sólo de esa manera el [illegible] puede estar asegurado.

9406837

El poder militar y el ultranacionalismo en la ex URSS

Alarma en la NATO por un despliegue de tropas rusas

Incremento: al norte y al sur del país se ha detectado un número de efectivos superior al estipulado por los acuerdos internacionales suscriptos tras la Guerra Fría.

WASHINGTON, 3 (EFE).– Tropas rusas procedentes del centro de Europa están siendo desplegadas en los flancos norte y sur de Rusia antes de la fecha prevista en tratados internacionales, lo que ha inquietado a la NATO, dice hoy el diario The New York Times.

Fuentes de la Alianza Atlántica y de EEUU, citadas por el diario, dijeron que el despliegue de las tropas excede los límites del tratado de reducción de fuerzas convencionales en Europa, que Rusia quiere renegociar, y es fuente de irritación entre EEUU y Rusia.

Fuentes norteamericanas indicaron que el despliegue es un reflejo de la insatisfacción militar rusa con las limitaciones que fueron negociadas por el gobierno de Mikhail Gorbachov e indica el deseo de mantener una fuerte presencia militar en el Cáucaso.

Para algunos expertos, la preocupación rusa por la situación en el sur es legítima ante las luchas étnicas en su propia territorio, la guerra civil en Georgia y el conflicto en Azerbaiján.

Para otros expertos, permitir el despliegue de tropas daría a Rusia demasiada flexibilidad en su poderío, que podría verse como una amenaza a sus vecinos del norte y del sur.

La reducción de tropas convencionales en Europa se rige por un tratado de 1990 negociado por la NATO y los países del desaparecido Pacto de Varsovia.

De acuerdo con ese tratado, Rusia no podrá disponer en noviembre de 1995 de más de 580 vehículos blindados para el transporte de tropas, 700 carros de combate y 1.280 piezas de artillería en las unidades activas del distrito militar de Leningrado en la frontera norte y en el distrito militar del Cáucaso, en el sur.

Sin embargo, según datos norteamericanos, Rusia tendrá 2.000 vehículos blindados, 400 carros de combate y 500 piezas de artillería por encima de los límites autorizados, de continuar con el actual despliegue de sus fuerzas en los dos flancos.

9406838

Nº. DOCUMENTO 9406839
TÍTULO Relevo del mando de la fuerza naval de OTAN en el atlántico
FUENTE 150214
FECHA 15/4/94
VIÑ. 508262 11078

OTAN

RELEVO EN LA STANAVFORLANT

El comodoro canadiense Gregory R. Maddison entregó ayer el mando de la Fuerza Naval de la OTAN en el Atlántico (STANAVFORLANT) al contraalmirante estadounidense James R. Stark.

La ceremonia anual de relevo de la STANAVFORLANT se celebró en la capital de la isla española de Mallorca (archipiélago mediterráneo de las Baleares) bajo la presidencia del comandante supremo aliado del Atlántico (SACLANT), almirante estadounidense Paul D. Miller.

01-01

9406839

Nº DOCUMENTO 9406840
TITULO Ultimátum de la OTAN a los serbios.
PROC. 150090
FECHA 23/4/94
VINC. 508062
507680
507696

BOMBARDEARA A PARTIR

Ultimátum

Amenazados con ser atacados desde el aire por la OTAN si no retiran sus fuerzas de Gorazde, los serbios bosnios acordaron anoche un alto el fuego que entrará en vigor en la mañana de hoy, sábado, y la creación de un área de exclusión armamentista que dejará a salvo de la artillería a esa arrasada ciudad musulmana. También aceptaron el ingreso al enclave de convoyes humanitarios. El ultimátum de la OTAN para que esos tres puntos se cumplan expira a la 1 GMT de mañana (22 de hoy en la Argentina). El presidente Bill Clinton, dijo anoche que los serbios no deben desestimar el ultimátum de la OTAN.

BRUSELAS y SARAJEVO, 22 (EFE, AFP y Reuter). — **La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN)** dio hoy un ultimátum a los serbios bosnios, a quienes amenazó con bombardeos aéreos si no se retiran del enclave musulmán de **Gorazde** antes de la 1 GMT del próximo domingo (22 del sábado, hora argentina).

A últimas horas de hoy, el emisario especial de las Naciones Unidas en la ex Yugoslavia, Yasushi Akashi, anunció que los serbios bosnios **aceptaron un alto el fuego inmediato, la retirada de sus armas a las afueras de Gorazde y el trabajo sin impedimentos de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (Fupronu).**

El mismo funcionario dijo que tras una reunión que mantuvo en Belgrado (capital de la nueva Yugoslavia) con el presidente yugoslavo **Slobodan Milosevic**, el líder de los serbios bosnios, **Radovan Karadzic**, y el jefe de las milicias que sitian Gorazde, general **Ratko Mladic**, se decidió que un alto el fuego "inmediato y total" debe entrar en vigor mañana sábado, al mediodía local (las 7 en la Argentina).

Akashi precisó que los serbios aceptaron la retirada de todos sus armamentos "a una distancia que los haga inutilizables" y dieron su acuerdo para "evacuaciones médicas inmediatas", así como la total libertad de movimiento para las fuerzas de la ONU.

Según los términos del ultimátum acordado en Bruselas por el Consejo del Atlántico Norte en sesión extraordinaria, las tropas serbias deben: **1) Cesar sus hostilidades en Gorazde 2) Retirarse a tres kilómetros del centro de la ciudad. 3) Permitir el libre acceso de los efectivos de la ONU (Fupronu) y de los convoyes humanitarios. Si cualquiera de estos tres puntos no es respetado, las fuerzas de la OTAN recibirán** a las 22 del sábado (hora argentina) la orden de iniciar sus ataques.

Los serbios bosnios cortaron toda relación con la Fupronu tras los bombardeos de la OTAN contra sus posiciones, cerca de Gorzde, los días 10 y 11 de este mes.

Mientras se efectuaban estas gestiones, desde Gorazde continuaron llegando dramáticos testimonios como el de los médicos del

ENTRADO
CRUZ DO

DE LAS 22 DE HOY SI NO DEJAN LA CIUDAD. LOS SERBIOS PROMETEN IRSE

de la OTAN a los serbios

Alto Comisionado de la ONU para los Refugiados (ACNUR), quienes afirmaron que los heridos que llegan ininterrumpidamente al hospital local, devastado por los obuses, **"solo pueden recibir compasión"** (véase aparte).

Cañoneo serbio

Tras una pausa de pocas horas durante la tarde, funcionarios socorristas de la ONU informaron que se reanudó el cañoneo serbio contra la ciudad. Desde que comenzaron las acciones el pasado 29 de marzo, la ofensiva serbia ha causado la muerte de 535 personas y heridas a 1.745, según informó hoy la organización internacional **Médicos Sin Fronteras**.

"El comandante de las fuerzas aliadas, almirante Smith, será autorizado, en coordinación con las Naciones Unidas, a realizar ataques aéreos contra armas pesadas serbias y otros objetivos militares dentro de un radio de 20 kilómetros a partir del centro de Gorazde", afirmó hoy el secretario general de la OTAN, **Manfred Woerner**.

A pedido del secretario general de la ONU, **Butros Ghali**, los aliados aprobaron también una serie de medidas que amplían considerablemente los objetivos que pueden ser bombardeados en las represalias aéreas.

Hasta ahora los aviones de la OTAN debían limitarse a bombardear las fuerzas que acosaban a las tropas de la Fupronu en las seis ciudades declaradas "zona segura" en Bosnia (Sarajevo, Gorazde, Zepa, Srebrenica, Bihac y Tuzla). Pero ahora podrán atacar **cualquier puesto de mando y control, centros logísticos y de comunicaciones, así como arsenales y depósitos de municiones de los serbios.**

El ultimátum lanzado por la alianza atlántica es similar al del pasado 9 de febrero, que forzó la retirada de las tropas serbias que cercaban Sarajevo. El **nuevo ultimátum servirá** también para aplicar la resolución 913 que aprobó ayer el Consejo de Seguridad de la ONU, en la que se exige la retirada de los **serbios de Gorazde y el cumplimiento del alto el fuego.**

Los serbios bosnios critican **la parcialidad de las acciones internacionales en tanto no se ha reclamado el desarme de los musulmanes y no se ha definido la extensión territorial del enclave musulmán.**

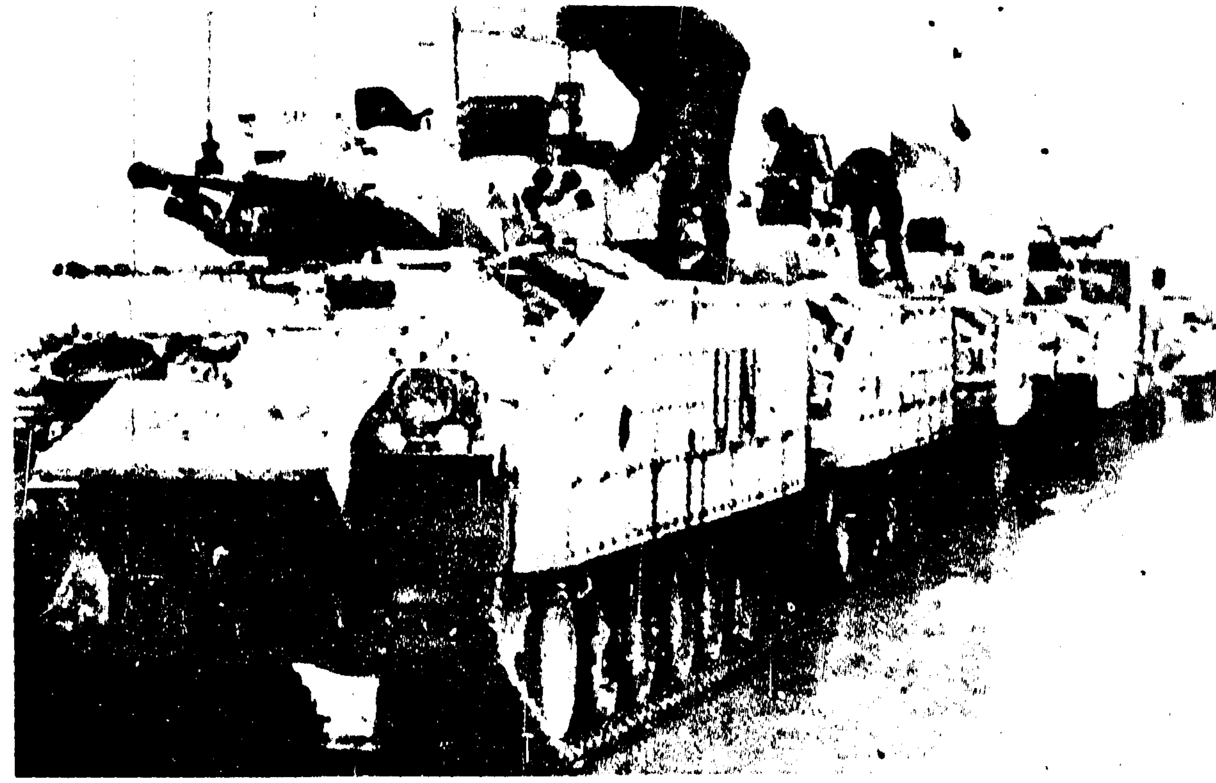
9406840

Occidente "Apretó las Marcas"

ULTIMATUM DE LA OTAN A LOS SERBIOS SERIA ACATADO: NO ATACAR A GORAZDE



De la lucha en Bosnia, un soldado bosnio serbio con el rostro pintado hace guardia durante la noche en una posición cerca de Bracko. (Laserfoto de Reuter)



Tanques de la escuadra británica al servicio de las Naciones Unidas se preparan para entrar en acción frente a una embestida de los serbios bosnios. (Laserfoto de The Associated Press)

BELGRADO, WASHINGTON, BRUSELAS y SARAJEVO, 22 (Reporte de The Associated Press).— Los serbios con el peso de un ultimátum de la OTAN sobre sus espaldas aceptaron cesar el fuego sobre Gorazde esta tarde según recogió la AP en Belgrado. Horas antes, el presidente Bill Clinton había advertido a los serbios que concluyeran de inmediato el cerco sobre la ciudad citada; la OTAN preparaba en Bruselas un formidable ataque en defensa de Gorazde en tanto en horas de la mañana Sarajevo reportó que las baterías serbias descargaban sus proyectiles sobre el citado enclave musulmán.

■ Yasushi Akashi, comisionado de las Naciones Unidas para Yugoslavia, dijo que el cese del fuego entrará en efecto al mediodía tiempo local (10:00 GMT) del sábado, unas 14 horas antes del vencimiento del plazo inicial concedido por la OTAN.

El anuncio fue hecho en momentos en que los aliados de la alianza atlántica anunciaban también en Bruselas la ampliación del vencimiento del plazo hasta el miércoles en la mañana, así como su decisión de respaldar la exhortación del presidente estadounidense Bill Clinton de emprender acciones más duras contra los serbios si no cesaban su ofensiva militar.

El acuerdo de Belgrado fue logrado en varias horas de conversaciones en la capital yugoslava con el presidente serbio Slobodan Milosevic, el dirigente serbio de Bosnia Radovan Karadzic y su comandante militar general Ratko Mladic.

Akashi dijo que los serbios bosnios que han estado bombardeando la población aceptaron también retirar sus armas pesadas a un punto que no representa amenaza para la población.

Igualmente convinieron en permitir operaciones inmediatas de evacuación médica y el libre movimiento de los soldados de las Naciones Unidas en Gorazde, dijo Akashi.

Los términos del acuerdo parecen coincidir con las exigencias de la OTAN.

Varios ceses del fuego han fracasado en Bosnia en más de dos años de guerra y otros más siguieron el mismo camino en días recientes cuando la artillería de los serbios en Bosnia continuó atacando el enclave musulmán oriental, donde viven unas 65.000 personas.

Karadzic dijo que en Gorazde se seguirá el mismo procedimiento que llevó a detener el fuego en torno a Sarajevo. Ello indicaba que el cese del fuego puede ser duradero, pero que el sitio a la ciudad no necesariamente terminaría allí.

Los combates se han detenido virtulamente en torno a Sarajevo. Ello indicaba que el ceso del fuego puede ser duradero, pero que el sitio a la ciudad no necesariamente terminaría allí.

Los combates se han detenido virtualmente en torno a Sarajevo hace dos meses luego de un ultimátum similar de la OTAN pero las fuerzas serbias de Bosnia todavía rodean la ciudad capital.

■ Clinton formuló la advertencia en la Casa Blanca tras agradecer a la OTAN el rápido respaldo que dio a la petición de la Casa Blanca en el ultimátum.

Gorazde figura entre las "zonas de refugio" establecidas por la ONU en la antigua Yugoslavia, aunque los bosnio-serbios ignoraron esa designación y bombardearon repetidamente la aldea en las últimas semanas.

El ultimátum de la OTAN exige a los serbios que cesen de inmeidato su sitio de Gorazde y les dio hasta 01:00 GMT del domingo para retirar sus fuerzas en un radio de tres kilómetros del centro de la sitiada plaza musulmana, designada "zona de refugio" por la ONU.

"Estamos decididos a salvar vidas inocentes, a elevar el precio de la agresión y a reunir nuevamente a las partes para una solución negociada", dijo Clinton a los periodistas tras reunirse con el primer ministro griego Andreas Papandreou.

■ La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) advirtió a los bosnio-serbios que dejen de cañonear el sitiado enclave de Gorazde o serán bombardeados de inmediato por aire.

En una declaración, la OTAN dijo que los serbios deben aceptar una tregua inmediata o se arriesgan a ser bombardeados. El embajador norteamericano Robert Hunter dijo que los ataques "podrían ocurrir en cualquier momento a partir de ahora".

La alianza dio además un ultimátum a los serbios hasta las 01:00 GMT del domingo para retirar sus fuerzas en un radio de tres kilómetros del centro de la sitiada plaza musulmana, designada "zona de refugio" por la ONU.

"La situación demanda actuar", dijo el secretario general de la OTAN Manfred Woerner.

■ Los serbios bosnios cañonearon, un edificio de las Naciones Unidas en Gorazde, extiendo otro día la agonía del enclabe musulmán, mientras que la OTAN impuso un nuevo plazo para que cese el fuego bajo la amenaza de iniciar ataques aéreos.

Los serbios han atacado ininterrumpidamente Gorazde desde hace tres semanas y tomaron la mayor parte del territorio circundante. Informes de operadores de rescate, médicos y funcionarios locales sobre los hechos de muerte, violencia y terror han llevado al mundo a considerar una acción más fuerte.

Los diplomáticos sotienen que el ultimátum planteado por los aliados de la Organización para el Tratado del Atlántico Norte, reunidos en Bruselas, exige el cese del fuego inmediato y da plazo a los serbios hasta las 24:00 GMT del domingo para retirar sus fuerzas a tres kilómetros del centro de la población.

03

9406840

LAS FUERZAS SERBIAS PROMETIERON RETIRARSE DE GORAZDE PERO NO

Venció el ultimátum de todo listo para atacar a

24/4/94 Clarín

Todo el aparato militar de la OTAN estaba listo esta madrugada para atacar a los serbios en Bosnia, aunque entonces había indicios de que los milicianos que sitian Gorazde desde hace tres semanas se estaban replegando lentamente a tres kilómetros de la ciudad. Según fuentes de la ONU, esta retirada y la entrada simultánea de un convoy de cascos azules mostrarían la disposición de los serbios a cumplir con las condiciones del ultimátum. El plazo dado por la OTAN venció anoche a las 22 hora argentina, cuando se había producido un virtual cese del fuego por parte de las fuerzas serbias.

ZAGREB y SARAJEVO, 23 (Reuter, AFP y EFE). — El plazo dado por la **Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN)** para que los serbios detengan los ataques contra el enclave musulmán de Gorazde y cumplan con los términos del ultimátum, venció esta medianoche (1 GMT del domingo, 22 de hoy sábado en la Argentina) **sin que parezca inminente un ataque aéreo de los aliados.**

Joe Sills, el portavoz del secretario general de la ONU, Butros Ghali, afirmó esta noche que **"hay señales de acatamiento, pero no podemos confirmar que se trata de un acatamiento cabal"**. Agregó que, **"para estar seguros, tendremos que esperar hasta el domingo".**

"La situación en Gorazde es calma", dijo Sills. Vencido el plazo de la OTAN se había concretado un virtual cese del fuego y los milicianos serbios se estaban replegando de la ciudad. Pero la amenaza de un nuevo agravamiento de la guerra seguía esta noche vigente, porque los serbios no han cumplido con la totalidad de las condiciones fijadas por la OTAN: deben retirarse a tres kilómetros del centro de Gorazde, permitir el ingreso de las organizaciones internacionales y cesar el fuego por completo.

Esta tarde, luego de arduas negociaciones en Belgrado, los serbios aceptaron retirar sus fuerzas a un radio de tres kilómetros fuera del centro de Gorazde dos horas antes de que venciera el plazo

9406840

C-1

HAY GARANTIAS DE QUE CUMPLAN

la OTAN: los serbios

dado por la OTAN. Fuentes de la ONU en Zagreb indicaron luego que aviones de vigilancia de la OTAN comprobaron una "pequeña" retirada de las fuerzas serbias.

El texto del nuevo acuerdo concluido en Belgrado entre la ONU y los dirigentes serbios bosnios, difundido por la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas en Bosnia (FUPRONU), precisa que un grupo de cascos azules se desplegará en un radio de tres kilómetros del centro de Gorazde "en ambas orillas del río Drina, del que serán retiradas las fuerzas serbias antes de la medianoche del 23 de abril".

Un convoy de tropas de las Naciones Unidas llegó poco después a Gorazde, según afirmó el comandante Eric Chaperon, portavoz de la ONU. El contingente estaba integrado por 175 cascos azules, al frente del cual se encontraban el mayor Guy Vinet y el comandante militar de la ONU para Sarajevo, general André Soubirou.

Según observadores locales, la llegada del convoy fue **una prueba de la disposición serbia de acatar un acuerdo de tregua**, que conlleva el libre movimiento de tropas y personal humanitario de la ONU en Gorazde.

Pero, violando sus propias promesas de respetar un alto el fuego a partir del mediodía de este sábado, los serbios habían seguido efectuando violentos bombardeos contra Gorazde mientras continuaban las negociaciones en Belgrado. Desde poco antes de la hora en que habían prometido concretar el cese del fuego, los serbios dispararon 16 obuses contra la ciudad y mantuvieron un alto nivel de fuego con armas ligeras.

El presidente norteamericano **Bill Clinton**, advirtió a última hora de ayer a los serbios que había 200 aviones de guerra aliados listos para atacar

En las últimas 24 horas han muerto en Gorazde 59 personas y otras 147 resultaron heridas, según datos de ACNUR. Desde el inicio de la ofensiva final serbia sobre Gorazde el pasado 29 de marzo, hubo ya 694 muertos, 92 de ellos niños, y 1.917 heridos.

La OTAN amplió la pasada madrugada el ultimátum a las otras cuatro zonas protegidas por la ONU además de Sarajevo y Gorazde —Bihac, Zepa, Srebrenica y Tuzla—, amparadas por una resolución firmada el año pasado por el Consejo de Seguridad de la ONU.

Además del ultimátum que venció hoy, a partir de las 2 hora local del próximo miércoles, cualquier batería, puesto de mando, o arma pesada que los serbios utilicen contra esas zonas en un radio de 20 kilómetros, será considerado objetivo militar.

9406840 ·

Nº. DOCUMENTO 9406841

TITULO Polonia dio planes a OTAN para ampliar cooperació militar

15e.85

26/4/94

5e8062

66861

Cooperación militar

BRUSELAS, 25 (AP). – Polonia pasó a ser hoy la primera nación que dio a la NATO sus planes para ampliar la cooperación militar bajo el nuevo programa desarrollado por la alianza para relacionarse con sus ex enemigos del Pacto de Varsovia.

El ministro de Defensa, Piotr Kolodziejczyk, presentó un documento de 11 páginas a los funcionarios de la NATO describiendo las prioridades de Polonia en la llamada Asociación para la Paz.

El gobierno de Varsovia aspira a mejorar la compatibilidad entre pertrechos y procedimientos, una mayor comunicación entre el estado mayor polaco y la sede central de la NATO, y la cooperación en la defensa aérea.

01-01

9406841

1/1

SEÑALAN QUE SE HAN CONSEGUIDO IMPORTANTES CONQUISTAS REIVINDICATIVAS y SOCIALES

Directivos de Adeom irán por la reelección

Los principales dirigentes de la Asociación de Empleado y Obreros Municipales, Adeom, señalaron a LA UNION que están dispuestos a afrontar un nuevo período de conducción sindical, basados "en la experiencia recogida" y asumiendo así el desafío de las próximas instancias, tanto reivindicativas como sociales: los planteos para el presupuesto quinquenal, y la recuperación de la sede social.

El presidente de Adeom, Celestino De León, junto a los directivos Luis García y Raúl Pérez, indicaron a esta redacción que este período de dos años —que vence este mes, habiendo renovación de autoridades en julio— ha sido "sumamente fructífero" en cuanto a la obtención de conquistas gremiales para toda la familia municipal.

Indicaron que en estos dos años se han alcanzado índices de recuperación salarial que ascienden al 47 por ciento, a través de aumentos obtenidos por encima de los que cuatrimestralmente dispone el Poder Ejecutivo, además de la actualización de una serie de beneficios.

Esto, dijeron ha sido alcanzado a través de una política de correcto relacionamiento con el Intendente Municipal, apuntando al entendimiento y no a la confrontación, con un cabal conocimiento de las posibilidades de las arcas municipales, teniendo en cuenta que "parte de nuestros aumentos estaban atados a la morosidad, que en estos últimos períodos ha crecido sustancialmente".

SALARIOS y BENEFICIOS

Independientemente de la recuperación específica en materia de salarios, indicaron que se obtuvo promedialmente una suba del 8 por ciento a través de la reestructura escalafonaria, a través de "una propuesta estructurada por Adeom y aprobada como tal".

Asimismo, se elevó el Hogar Constituido al 24 por ciento —con un aumento del 4 por ciento—; se establecieron franjas para el pago de la prima por antigüedad, que va desde el 2 por ciento al 3.5 del salario mínimo nacional, hasta los 15 años y desde los 30, respectivamente.

El salario vacacional quedó, a partir de 1993 —licencias generadas en 1992— en el 100 por ciento del sueldo, poniéndose en vigencia un premio retiro de cinco sueldos nominales para funcionarios con más de 15 años de trabajo en la comuna.

ASPECTOS SOCIALES

Para las sucesivas instancias, indicaron, los nuevos directivos —que han de postular su continuidad en los cargos— tienen "un ambicioso proyecto" para remozar la sede recientemente recuperada, ubicada en Pérez del Puerto entre Rodó y 25 de Mayo.

Atienden también otros planes de índole social, como pueden ser la caja de auxilio, y el estrechamiento de vínculos entre diferentes organizaciones, tales como la cooperativa de consumo o el club deportivo, "porque entendemos que todo es común a la familia municipal".

Están concretadas, y prontas para poner en marcha, añadieron, otras conquistas tales como el usufructo del camping de Arequita en baja temporada —al 50 por ciento del costo, y financiada— y el nuevo convenio sobre seguros de vida por agrupamiento.

Reivindicaron también la forma de conducción gremial, recordando que "varios de nosotros dejamos la directiva en 1988, con 1.200.000 nuevos pesos de entonces, más 500 mil donados a Cadeom: la recibimos nuevamente en 1992, con 600 pesos en caja, y hoy, hay en nuestras arcas 13 mil nuevos pesos".

Pidieron quitarle "todo carácter no gremial a la elección que se avecina", quitándole veracidad a "algunas afirmaciones que se han hecho: en la historia de Adeom, las conquistas siempre se han alcanzado cuando hay jerarcas en la directiva", e indicando que "no queremos repetir experiencias recientes, cuando una directiva entregó una conquista que costó años alcanzar, en cuanto a la cobertura médica", sosteniendo que "nuestros compañeros sabrán valorar esto".

Indicaron que Adeom tiene por delante una importante lucha, que tiene que ver con el presupuesto quinquenal del año próximo, "para el que ya debemos empezar a trabajar, en base a las experiencias recogidas".



El presidente de Adeom, Celestino De León, junto a los directivos Luis García y Raúl Pérez, que este período ha sido "sumamente fructífero" en cuanto a la obtención de conquistas gremiales

001/001

9406842

9406842

ORGANIZARA TALLERES DE EXPRESION LUDICO CREATIVA y HUERTAS ECOLOGICAS

Grupo "Mburucuyá comenzó a funcionar nuevamente y está planificando actividades para los próximos meses

Tras un receso de varios años, comenzó a funcionar nuevamente en nuestro medio el grupo "Mburucuyá", integrado por gente de variadas actividades, fundamentalmente linderas con el ejercicio de la docencia, que proponen para el correr de los próximos meses diversas actividades, con apuntes ecológicos, destinadas a todo público.

Así lo señaló a LA UNION la profesora Célika Tourné de Di Marco, integrante del grupo, que comenzó a reunirse en el local del Instituto de Formación Docente, y que está programando actividades bajo la coordinación de Mariela Saravia —actual directora del IFD— y Elda Villalba, ésta última una reconocida docente y pintora minuana, que desde hace muchos años se encarga de la organización de ludotecas y de eventos vinculados con la expresión lúdico creativa en Uruguay, Argentina y Bolivia.

Justamente, Saravia y Villalba habían sido las encargadas de coordinar el seminario sobre expresión lúdico-creativa que se realizó en nuestra ciudad, con un importante éxito y a instancias de "Mburucuyá", en setiembre del 91, y que había reunido a destacas figuras, entre éstas al pedagogo Raimundo Dinello.

Entre las actividades previstas para esta nueva etapa de "Mburucuyá", se prevé la realización de un taller de expresión plástica, sobre uso de pastas, el primer sábado de agosto, programándose además el desarrollo de talleres de expresión corporal y artesanales, la puesta en marcha de huertas ecológicas y la organización de excursiones didácticas.

- Celika Tourné de Di Marco (FA)
- Mariela Saravia esposa Edil y ex intendente del Proceso Dr. Pereira Pargada. P. Nacional

001/001

9406843
9406843

A NIVEL LOCAL VOTAN EN LA INSPECCION DEPARTAMENTAL DE ESCUELAS

Tres listas se presentaron en la elección de Fum-Tep

Comenzaron hoy los comicios de la Federación Uruguaya de Magisterio, para elegir las nuevas autoridades a nivel nacional, en un acto que se extenderá hasta mañana, y que tiene su sede, a nivel local, en la Inspección Departamental de Escuelas, en horario de oficina.

Se presentaron a la elección, en el orden docente, tres listas: la 1995, con el lema "Desde las escuelas", está encabezada por Daysi Iglesias, Diana Tejera (actual presidenta de Ademu Lavalleja), y Marta Acosta; las listas 27 y "Agustín Ferreiro", con el lema "Propuesta", postula a Héctor Florit, Roque Arregui y Luis Garibaldi; y la 436, "Participación y lucha por la educación del pueblo" es encabezada por Aníbal Rondó, Alicia Pintos y Adriana Espantoso.

Mientras tanto, en el orden no docente se presentó una sola lista, encabezada por Toledo González, Marta Manassi y Paula Salaberry.

Se ha comunicado que el escrutinio se realizará el próximo lunes 27 de junio.

LA UNION
23 JUN. 198

001|001

9406844

EL ENCUENTRO ES EL PROXIMO FIN DE SEMANA y RESUELVE SOBRE CANDIDATURAS y POLITICA DE ALIANZAS

Minas participa en el congreso del Frente Amplio con once delegados

Once delegados de Minas participarán en el congreso nacional del Frente Amplio, que se celebra el próximo fin de semana en Montevideo, según informó a LA UNION el presidente de la coalición en Lavalleja, profesor Heber Romero.



Ingeniero agrónomo Alejandro Henry, delegado de Lavalleja al Plenario Nacional del Frente Amplio

En la delegación minuana participan, entre otros militantes frentistas, la edila Perla Morandi, la vice presidenta de la mesa departamental, Ilada Huerta, y la edila suplente Nair Zeballos. El ingeniero agrónomo Alejandro Henry, delegado de Lavalleja al Plenario Nacional de la coalición, es miembro del congreso, y se alternará con su suplente, el doctor Pablo Leiva, durante los días en que dure el encuentro, que será entre el viernes y el domingo próximos. Romero se verá impedido de participar, en virtud de sus compromisos docentes.

El congreso es el encargado de aprobar las candidaturas comunes del Frente a la Presidencia y la Intendencia de Montevideo. Los delegados minuanos aprobarán, según los resultados de la asamblea realizada el pasado fin de semana, la candidatura de Tabaré Vázquez a la Primera Magistratura, así como la de Mariano Arana para la comuna capitalina.

Otro de los temas importantes que tratarán los frentistas es el relativo a la política de alianzas. En la asamblea del pasado fin de semana, los presentes resolvieron dejar abierta la posibilidad de que el candidato a la vice presidencia fuera un no frentista, a los efectos de facilitar los acuerdos electorales.

En lo relativo a otros temas, que serán tratados en comisiones, los frentistas minuanos tendrán cierta libertad para decidir, sin llevar mandato expreso de la asamblea, finalizó informando el dirigente frenteamplista.

LA UNION 23 JUN. 94

001/001

9406845

CONCORDANCIA ENTRE LA 58 Y EL MOVIMIENTO DE ROCHA SERA SOMETIDO A LAS AGRUPACIONES

"Estamos en camino de afirmar una gran columna blanca", dijeron los protagonistas

Un nuevo avance en la consolidación del denominado gran acuerdo blanco departamental, se produjo anoche tras la reunión celebrada entre la comisión de asuntos políticos de la agrupación Aparicio Saravia y representantes de la agrupación Javier Barrios Amorín, del Movimiento Nacional de Rocha.



Giorello, Francisco Xavier Camps, candidato al Parlamento por el Movimiento de Rocha y Raúl Argenzio, primer edil de la lista 58. (Foto Modino)

DURANTE EL encuentro, celebrado en el domicilio del edil de la lista 58, Ulises Casas Guerra, se trabajó sobre la base de lo que constituyen los tres puntos básicos de la alianza departamental: programa único para el próximo gobierno municipal, plancha común en la postulación del intendente, y listas independientes a los cargos de la Junta Departamental.

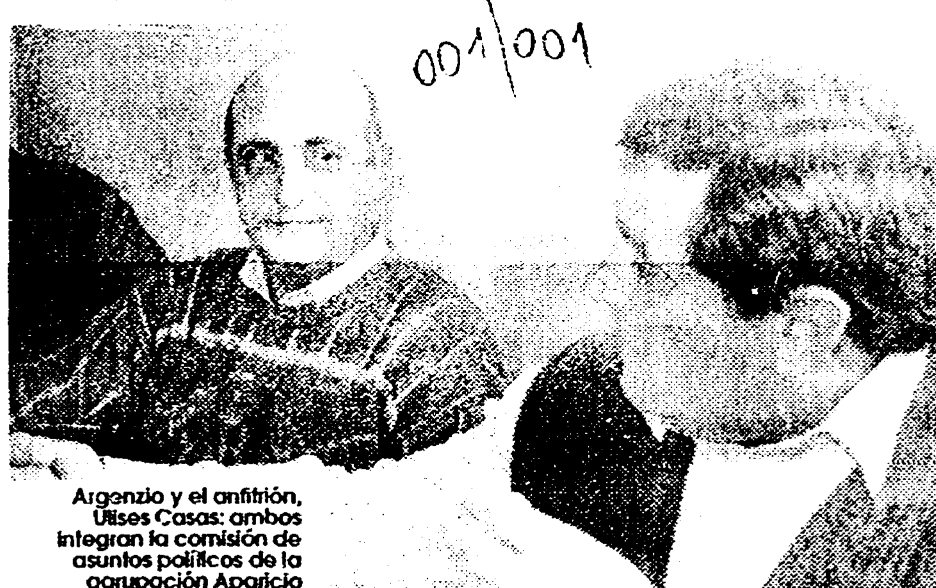
"He tenido mucho gusto de recibir en mi domicilio a los compañeros de la lista 504", dijo Casas a LA UNION, quien en la oportunidad estuvo acompañado por el edil Raúl Argenzio y el primer suplente del intendente, Alejandro Giorello —quienes han llevado las negociaciones a nombre de la lista 58— en tanto que por el Movimiento de Rocha, concurrieron el candidato a la diputación, Francisco Xavier Camps, el presidente de la Junta Departamental, Walter Peña Cóppola, y los dirigentes Ademar Rubi y Agustín Briano.

La conversación transcurrió en un clima de amabilidad y llaneza, dijo nuestro informante, quien expresó la certeza de estar "en camino de formalizar una gran columna blanca para consolidar, en cinco años más de gobierno, la magnífica obra del escribano Leis y todo su equipo".

PEÑA COPPOLA: DECISIONES AL CONGRESO

Por su parte, el presidente de la Junta Departamental, Walter Peña, reafirmó a nuestra redacción el contenido de las conversaciones realizadas, manifestando que se ha expresado una concordancia de ideas entre estos dos sectores blancos, que apunta a la conformación de un planteamiento de unidad ante la ciudadanía en noviembre próximo.

Señaló que en la medida que la ciudadanía está exigiendo definiciones, es necesario ir acelerando determinados procesos de acuerdo, fundamentalmente si apuntan a confirmar una propuesta única a toda la población.



Argenzio y el anfitrión, Ulises Casas: ambos integran la comisión de asuntos políticos de la agrupación Aparicio Saravia. (Foto Modino)

A nivel del Movimiento de Rocha, explicó, resta trasladar el contenido de estas conversaciones a los ámbitos de decisión, estimándose que se convocará al Congreso del sector para fines de julio o principios de agosto, para allí hacer las proclamaciones formales.

El Movimiento de Rocha, a la vez, y pese a que el escribano Leis ha manifestado que permanecerá al margen de cualquier contienda partidaria hasta que abandone la comuna, habrá de visitar al intendente, a fin de expresarle su complacencia con la repostulación al cargo, para constituirse así en el candidato de unidad de este acuerdo departamental.

SECTORES QUE PARTICIPAN DEL ACUERDO

Estando en vías de concreción el acuerdo con la lista 504 del MNR, son varios ya los grupos que se suman a la alianza departamental. Recientemente, y en forma pública, se anunció la integración de la lista 50, agrupación Juan Miguel Salaberry, a este consenso, en tanto en primera instancia, y tras una reunión en el domicilio de Casas Guerra, se había hecho lo propio con la lista 11, de Francisco Gallinal.

En la oportunidad, concurrieron los dirigentes Daniel Pérez Diano, Floro Carreras, Julio Oyenard y Edison Gallo, estableciéndose que esta corriente participará del acuerdo, abriendo una lista de candidatos a la Junta Departamental.

Mientras tanto, las listas nacionales 66, liderada por Bolívar Guerra y Walter Guillén, y 97, de Raúl Tambasco, pertenecen al tronco original de la agrupación departamental Aparicio Saravia, siendo muchos de sus integrantes fundadores, e integrarán a sus dirigentes a la lista 58 a la Junta Departamental.



Los representantes de la lista 504, Walter Peña y Ademar Rubí, junto al dirigente de la 58, Alejandro Giorello. (Foto Modino)

NO SE APURE
A HACER EL CAMBIO, MUY PRONTO PLAN RECAMBIO

Una pista: el negocio es por 18 de Julio entre 25 de Mayo y Domingo Pérez. Y ya que estamos entre pista y pista, le damos un adelanto, se sortearán U$...

Se toman unidades que no funcionen, las nuestras se entregan con: TANQUE LLENO, BATERIA NUEVA y MANEJO INCLUIDO

Nº. DOCUMENTO 9406847
TITULO Javier Echevarría fue nombrado nuevo conductor del Opus Dei.
PRO 150091
FE 22/4/94
VI 500777
5076-84

Javier Echevarría Nuevo Conductor del Opus Dei

CIUDAD DEL VATICANO, 21 (EFE) — Juan Pablo II ha nombrado Prelado del Opus Dei a su actual Vicario General, el sacerdote español Javier Echevarría, estrecho colaborador del fundador de la institución, José María Escrivá de Balaguer, durante más de veinte años.

La elección de Echevarría, "custodio" (secretario privado) de Escrivá de Balaguer desde 1953 a 1975, y luego de Alvaro del Portillo, hasta el pasado marzo, ya "estaba cantada" antes de que se reuniesen la Asesoría Central del Opus Dei (32 mujeres con cargos directivos), primero y luego el Congreso General Electivo (138 miembros presentes de los 140 con derecho a voto, designados por Escrivá, 108, y por Alvaro del Portillo, los otros 32).

Las 32 componentes de la Asesoría Central, colaboradoras del Prelado en el gobierno del apostolado de las mujeres del Opus, de 26 nacionalidades, se reunieron el pasado día 19, en Roma, votaron y propusieron al Congreso Electoral a Javier Echevarría como la persona más idónea para cubrir la vacante de Alvaro del Portillo.

Menos de 24 horas después, los 138 miembros del Congreso General Electivo, formado por sacerdotes y laicos célibes, procedentes de 29 países, recibieron la propuesta y eligieron a Echevarría, "a la primera votación", según una nota oficial de la Prelatura.

Echevarría aceptó la elección, que fue trasmitida seguidamente a Juan Pablo II, el cual la confirmó y procedió a nombrarlo nuevo Prelado personal de la Santa Cruz y del Opus Dei.

Que la elección de Echeverría como Prelado estaba ya "anunciada" se basa en dos consideraciones: además de sacerdote del Opus, con más de 40 años, y mínimo de cinco años de ministerio, reunía dos cualidades decisivas.

Por un lado colaboró estrechamente con el Fundador, desde 1953 hasta su muerte, y luego con el primer Prelado, hasta la muerte de éste último, como "custodio" o secretario privado, lo que garantizaba aquella misma cualidad que Echevarría había atribuido a Del Portillo, en una semblanza, poco después de la elección de éste último como dirigente del Opus, el 15 de setiembre de 1975: "acompañar y recibir con absoluta fidelidad el mensaje espiritual a cuya trasmisión monseñor Escrivá dedicó por entero su propia existencia".

Por otro lado, sobre todo desde su cargo de Vicario General, para el que fue nombrado en 1982 —cargo nacido cuando se erigió el Opus en Prelatura— Echevarría colaboró de forma inmediata con Alvaro del Portillo en el gobierno del Opus, lo que le permitió desplazarse a muchos países y tomar contacto directo con los miembros de la institución en distintas tareas de apostolado.

En la homilía de la misa del pasado 25 de marzo, la de las exequias del Prelado Del Portillo, Echevarría afirmaba que con el obispo Prelado "se cerraba un período irrepetible" del Opus, pero anunció que "nada cambiaría", dando así a entender su firme decisión de continuar fielmente la línea trazada por el fundador, y continuada por el Prelado.

ENTR
CRUZ

01-02

9406847

Juan Pablo II confirmó la elección del sucesor de Alvaro del Portillo

Mons. Echevarría nuevo prelado del Opus Dei

Roma - El Papa Juan Pablo II nombró Prelado del Opus Dei a su actual Vicario General, el sacerdote español Javier Echevarría, confirmando la elección hecha por el Congreso General Electivo, según informó la Sala de Prensa de la Santa Sede.



Experiencia
Echevarría colaboró con Del Portillo en el gobierno del Opus Dei. En la foto junto al Papa en ocasión del funeral de su antecesor.

Mons. Echevarría nació en Madrid el 14 de junio de 1932; es el menor de los ocho hijos de un ingeniero industrial oriundo del País Vasco español.

El 8 de setiembre de 1948 pidió la admisión en el Opus Dei, y en noviembre conoció al Fundador, en ocasión de un viaje de éste a España, desde Roma (donde residía desde 1946). Fue secretario del Fundador del Opus Dei, el Beato Josemaría Escrivá, desde 1953 hasta su muerte en 1975. Desde esa fecha ocupó el cargo de Vicario General de la Prelatura y fue el más estrecho colaborador de Mons. Alvaro del Portillo. El nuevo Prelado del Opus Dei es Doctor en Derecho y en Derecho Canónico.

La elección de Mons. Echevarría se efectuó en tres fases: primera, el Pleno de la Asesoría Central del Opus Dei (compuesto por mujeres de todos los países donde éste realiza su labor) votó por su persona; segunda, el Congreso General Electivo, con 138 miembros presentes de los 140 con derecho a voto (108 designados por Escrivá y 32 por Alvaro del Portillo) también lo eligió y, por último, aceptada la elección por Mons. Echevarría, el Santo Padre la confirmó y procedió a nombrarlo nuevo Prelado del Opus Dei.

Mons. Echevarría reunía, además de su condición de sacerdote del Opus Dei, con más de 40 años, y mínimo de cinco años de ministerio, dos cualidades decisivas. Por un lado, colaboró estrechamente con el Beato Josemaría Escrivá, desde 1953 hasta su muerte, y por otro, desde su cargo de Vicario General, secundó la tarea de Mons. Del Portillo, lo que garantizaba aquella misma cualidad -fidelidad al carisma fundacional- que Mons. Echevarría había atribuido a Del Portillo.

En la homilía de la misa del 25 de marzo, la de las exequias del prelado Del Portillo, Mons. Echevarría afirmó que con el obispo prelado "se cerraba un período irrepetible" del Opus Dei, pero anunció que "nada cambiaría", dando así a entender su firme decisión de continuar fielmente la línea trazada por el Fundador y por su primer sucesor.

Al respecto, Mons. Echevarría declaró ayer que "en cuanto a la futura tarea de gobierno del Opus Dei, pienso que a estas alturas no hay nada que inventar", y sólo "profundizar más en el mensaje que hemos recibido, de vivirlo con lealtad, trasmitirlo con integridad y difundirlo por todas partes".

También esbozó la materialización de proyectos ya ideados en vida de Alvaro del Portillo, como la preparación de actividades de apostolado en nuevos países: Corea, Indonesia, Panamá, Cuba, Angola, Uganda, Togo, Lituania, Eslovenia, Croacia y Ucrania, que vendrán a sumarse a las existentes en otras 55 naciones, «adonde iremos a aprender, no a enseñar, de todo el mundo». ■ *(De la redacción de El Observador en base a EFE)*

9406847

Nº. DOCUMENTO 9406848
TITULO Condenaron en Italia al jefe de la Logia P-2, Licio Gelli.
PROC. 150070
FE. 17/4/94
VI. 125291
507604

Polémico Fallo Tras Once Años de Investigaciones 17/4/94

CONDENARON A LA LOGIA P-2 PERO NO POR CONSPIRACION

ROMA, 16 (ANSA, Reuter y EFE).— Licio Gelli, el ex "maestro venerable" de la logia masónica P2, fue hoy condenado a 17 años de cárcel pero la Corte de Apelaciones de esta ciudad absolvió a los miembros de la organización de la más grave acusación: la de haber formado parte de una estructura que conspiró contra el Estado.

La sentencia, que causó inmediatas reacciones en el mundo político y la protesta de la fiscal, quien dijo que "once años de trabajo se han hecho humo", fue emitida tras cuatro días de aislada meditación de los jueces.

Gelli fue condenado por usurpación, calumnia y uso de documentos reservados y le fueron condenados cinco de los 17 años de cárcel.

A 14 años de prisión, con cinco de condonación, fue condenado el general Gianadelio Maletti, ex alto jefe de los servicios secretos militares.

La fiscal Elisabetta Cesqui anunció que apelará la sentencia.

Entre los absueltos figuran el financista Umberto Ortolani, que estuvo prófugo durante muchos años en Brasil, el coronel Antonio Viezzer y el capitán Antonio La Bruna, ambos ex miembros de los servicios secretos.

La fiscal Elisabetta Cesqui dijo que volverá a apelar el veredicto, que contrasta con los hallazgos de una comisión parlamentaria.

La comisión afirmó que la P-2, funcionarios del servicio secreto, extremistas de derecha y la Mafia habían colaborado para perpetrar actos de violencia desde 1969, para crear un clima de tensión y allanar el camino a una toma de poder.

Uno de los ataques que se le atribuyen es un atentado contra la estación de trenes de Bolonia en 1980, que mató a 82 personas.

Gelli fue extraditado desde Suiza en la década de 1980 para el juicio original, pero los términos de su regreso lo excluían del cargo de conspiración contra el estado. La apelación tardó 18 meses.

Políticos opositores se manifestaron indignados.

"La conclusión de la comisión parlamentaria fue clara; la P-2 era una sociedad secreta que movía las palancas del poder desde las sombras para lograr fines antidemocráticos", señaló Carole Beebe Tarantelli del Partido Democrático de la Izquierda (PDS).

La logia P-2, que salió a la luz durante una investigación de las actividades del banquero Roberto Calvi en 1981, tenía 1.000 miembros comprobados incluyendo legisladores, ministros, magistrados y funcionarios del servicio secreto.

Calvi, hallado muerto colgado bajo el Balckfairs Bridge de Londres en 1982 poco después de la quiebra del Banco Ambrosiano, era miembro de la P-2.

El abogado defensor de Gelli, Michele Gentiloni, no ocultó hoy su satisfacción por la sentencia y señaló que la P2, en contra de lo sostenido por la fiscal, era una asociación "con fines comerciales" que no puede ser condenada penalmente.

El escándalo de la P2 se destapó el 17 de marzo de 1981 cuando fue descubierto en residencias de Gelli un archivo secreto en el que se conservaban los nombres de personajes conocidos, entre ellos varios políticos y militares.

Entre los nombres de las listas de la P2, estaban el secretario socialdemócrata Pietro Longo; los parlamentarios socialistas Silvano Labriola y Fabrizio Cicchitto; los empresarios Silvio Berlusconi y Angelo Rizzoli; el dirigente de la RAI Giampaolo Cresci; los magistrados Antonio Buono y Carmelo Spagnuolo y Vittorio Emanuele de Saboya.

01-05 9406848

Nº. DOCUMENTO
TITULO
15/07/94
17/4/05
12532

Licio Gelli, ex "venerable maestro" de la logia masónica Propaganda Dos, fue condenado ayer por un tribunal de Roma a 17 años de cárcel. La sentencia incluye cargos por calumnias, usurpación, pervertir el curso de la Justicia, difamar a magistrados y procurarse documentos confidenciales. Algunos de estos delitos se relacionan con el escándalo del Banco Ambrosiano. El fallo provocó reacciones de protesta ya que, pese a las probadas vinculaciones de la logia con el terrorismo de ultraderecha, el tribunal determinó que no tenía una estructura susceptible de conspirar contra el Estado. La logia llegó a tener 100.000 afiliados y vinculaciones muy sólidas en la Argentina: entre esos adherentes figuraron el ex almirante Emilio Massera, José López Rega y Raúl Lastiri. Sus actividades salpicaron también al actual hombre fuerte italiano, Silvio Berlusconi. **(Ver reportaje exclusivo en pág. 31.)**

LA CORTE FALLO QUE LA ORGANIZACION LIDERADA POR LICIO GELLI

Condenaron en Italia de cárcel al jefe de la

ROMA, 16 (Especial para Clarín). — El ex Venerable Maestro **Licio Gelli** fue condenado hoy a 17 años de cárcel por la Corte de Apelaciones de Roma, pero la disuelta logia masónica P-2 (Propaganda Dos) no fue **una estructura subversiva que conspiró contra el Estado italiano** y, por lo tanto, sus miembros fueron hoy **absueltos** de las acusaciones de conspiración política mediante asociación.

Culmina así el proceso judicial más complejo de las instituciones de la Primera República, pues los 935 miembros "oficiales" de la P-2 según una lista descubierta en 1981, eran en buena parte altos funcionarios del Estado: ministros, una parte de los más importantes jefes militares de las tres armas, los comandantes de los servicios secretos, generales de los carabineros, la policía y la guardia de finanzas, importantes burócratas del Estado y muchos magistrados.

Tampoco faltaban en la lista una nutrida patrulla de

9406848

EL "VENERABLE" LICIO GELLI

Un sutil y siniestro titiritero

Hasta el 22 de mayo de 1981, **Licio Gelli**, era para la opinión pública un destacado financista italiano que podía vanagloriarse de tener fluidos contactos en el gobierno de su país, con los ex presidentes **Ronald Reagan** y **Juan Domingo Perón** y con los principales líderes europeos.

Pero ese día el magistrado que investigaba la quiebra del **Banco Ambrosiano** descubrió un archivo secreto, que destapó las perversas actividades de la logia masónica secreta **Propaganda Dos (P-2)** —liderada por Gelli— que junto a grupos ultraderechistas y la mafia italiana protagonizaron los más sangrientos actos terroristas de la derecha en la década del 70.

Los magistrados investigadores dijeron entonces que la logia —con 953 miembros secretos, entre ministros del gabinete, generales y empresarios— estaba conspirando para socavar el orden constitucional italiano.

En realidad la vinculación entre la P-2 y Gelli —adinerado empresario del rubro textil, pero con estrechos contactos en el mundo político— se remonta a 1971, cuando el gran maestro del Gran Oriente de Italia, encargó a Gelli dar nuevo impulso a las actividades de la logia P-2, creada en 1884, y que siempre reunió a importantes personalidades de la política y la economía.

La logia tenía sus oficinas en la muy elegante **vía Condotti**, bajo la apariencia de un "centro de estudios de historia contemporánea", pero las reuniones y las ceremonias de iniciación se efectuaban en uno de los más lujosos hoteles de la **vía Veneto**, el Excelsior.

A mediados de la década del 70 algunos magistrados comenzaron a investigar a la P-2 por actos terroristas cometidos por la derecha, el asesinato del juez Occorso, el atentado contra el tren Italicus y el lavado del dinero de los rescates. Pero nunca hubo pruebas suficientes.

Las actividades comerciales y políticas del Venerable Maestro se extienden entonces al resto del mundo, particularmente hacia Latinoamérica y Estados Unidos.

Los contactos de Gelli con la Iglesia Católica le permitieron establecer vínculos comerciales con el banco del Vaticano, el **Banco Ambrosiano**. Fueron la quiebra de esa entidad y la extraña muerte del presidente del banco, **Roberto Calvi** —"el banquero de Dios"—, que apareció colgado de un puente londinense en junio de 1982, las que destaparon las oscuras maniobras político-económicas de la P-2, y que según algunos apuntaban a la toma del poder.

El 22 de mayo de 1981 la magistratura emitió un mandato de captura por espionaje contra el "venerable", que utilizaba sus contactos con los servicios secretos para amenazar a quienes no querían colaborar con él.

A partir de entonces sus fugas cinematográficas y sus escandalosas acciones comerciales dejaron a la luz la vasta red de contactos que lo protegía. En 1983 fue apresado en un banco de **Ginebra** cuando, con un pasaporte argentino pretendía retirar 120 millones de dólares que le habían sido transferidos desde el **Banco Ambrosiano**, filial Managua.

En agosto de 1984, huyó de la prisión suiza de **Champ Dollon** —poco antes que las autoridades helvéticas concedieran su extradición a Italia— y se refugió en un monasterio durante un tiempo, disfrazado de monje. Finalmente, en setiembre de 1987, cuando sus 68 años y los achaques de salud le impedían continuar con su vida de prófugo, se entregó mansamente ante un juez suizo para ser entregado a la Justicia italiana.

FICHA PERSONAL

- Nació en Pistoia, Toscana, el 21 de abril de 1919.
- A los 17 años actuó como voluntario en la guerra civil de España en favor de Francisco Franco. Luego colaboró con Mussolini y con los nazis.
- Asociado a una rica familia de industriales toscanos, se convirtió finalmente en propietario de la empresa textil Permaflex.
- En 1971 la masonería le encarga reorganizar la vieja logia Propaganda Due (P-2), que llegó a reunir un millar de miembros. En esa década Gelli profundizó sus contactos en América latina.
- Entre los actos terroristas atribuidos a la organización, figura el atentado dinamitero a la estación de Bolonia, en 1980, que mató a 82 personas.
- La fortuna de Gelli depositada en bancos suizos alcanza a 67 millones de dólares.
- Ayer fue condenado por la Justicia italiana a 17 años de prisión por calumnia, crédito simulado y ocultación de documentos con noticias reservadas.

9406848

NO CONSPIRO CONTRA EL ESTADO

a 17 años logia P-2

parlamentarios y capitanes de la industria, así como banqueros y periodistas. Resta agregar las filiales de la P-2 en el exterior, especialmente en América latina: la **Argentina, Uruguay** y el **Brasil**. La primera era la más importante, porque Gelli estaba particularmente vinculado a los argentinos (véase aparte).

La sentencia de hoy del Tribunal de Roma condona a Gelli cinco de los 17 años de cárcel que le infligió, pero el Venerable Maestro **no corre el riesgo por ahora de ir a parar detrás de las rejas**. La fiscal **Elisabetta Cesqui** *que estaba indignada con la sentencia*, apelará ante la Corte de Casación y lo mismo harán los abogados de Gelli.

El Venerable Maestro está en libertad, aunque vigilado por los carabineros y manda continuamente señales difíciles de interpretar desde su lujosa villa Wanda de Arezzo, en medio de la campiña toscana. Los jueces le condenaron por **atentar para pervertir el curso de la justicia y difamar magistrados, usurpación, calumnias y procurarse documentos confidenciales.**

Pero la bomba de la sentencia, que hoy armó un escándalo pese a que todo estaba concentrado en una jornada política muy importante (véase pág 30), fue la **absolución a los miembros de la P-2 por la acusación de haber conspirado políticamente contra el Estado.**

Curiosamente Gelli no estaba imputado por este delito, pues cuando Suiza acordó su extradición, hace seis años, excluyó expresamente el caso de la conspiración, que constituyó siempre el centro de la acusación contra la logia masónica secreta.

Antiguo masón, Gelli convirtió la Logia Propaganda Dos en un formidable instrumento político, en una inmensa fábrica de favores y de carreras. En los años 70 su poder se consolidó cuando Giancarlo Elía Valori le presentó en Madrid a **Juan Domingo Perón.**

En junio de 1973, cuando Perón regresó a la Argentina, el amigo Licio fue nombrado consejero económico honorario de la Embajada ante el gobierno italiano. Estas circunstancias aumentaron su poder en el orden interno.

El Banco Ambrosiano financió la escalada de la P-2 a la editorial Rizzoli, la más grande de Italia, propietaria del diario "Corriere della Sera". La Rizzoli, por consejo de Gelli, compró la editorial Abril de la Argentina en la época de los militares.

Los negocios en la Argentina interesaron también a un joven empresario de entonces que se afilió a la P-2, aunque asegura que no pagó las cuotas ni practicó el juramento masónico. Su nombre es **Silvio Berlusconi**, hoy el hombre más rico de Italia y casi seguramente el jefe del próximo gobierno.

A raíz de la orden de captura de mayo de 1981, Gelli huyó de Italia y a mediados de 1983 reapareció en Ginebra, Suiza, con un pasaporte argentino auténtico, aunque con nombre falso. Fue detenido pero un año después escapó, entregándose en 1987 a la justicia helvética, que en 1988 lo extraditó a Italia.

Desde entonces Licio está en libertad provisional. Se considera un **perseguido político, sostiene que la P-2 nunca conspiró contra el Estado y los jueces le dieron hoy la razón.** Da conferencias, ve a los amigos, hace siempre tejes y manejes, pero jura que está retirado. Escribe poesías y habla por elipsis para que entiendan los que deben entender.

Julio A. Aranas

04

9406848

N° DOCUMENTO
TITULO
PR 150022
FE 18/4/94
V 12539

La justicia italiana absolvió a trece miembros de la agrupación clandestina

La logia P-2 es inocente

*** "Hay bibliotecas enteras que prueban lo contrario", declaró el dirigente del PDS, Achille Occhetto**

Roma (AFP)

La consternación reinaba ayer en los medios de la oposición italiana tras el veredicto absolutorio de 13 miembros de la disuelta Logia P2, sentido como una segunda derrota después de la de su candidato a la presidencia del Senado, Giovani Spadolini.

Tras 17 semanas de proceso y 13 años de investigaciones, el Tribunal de lo Criminal de Roma sentenció el sábado que la logia masónica clandestina Propaganda Due (P2) no tenía estructura de conspiración contra el Estado, sino que era una simple asociación de hombres de negocios en busca de ventajas. La acusación anunció que apelará la sentencia.

"¡Brillante coincidencia!", exclamó Spadolini refiriéndose a la simultaneidad del veredicto y la elección de los dos candidatos de derecha como presidentes del Senado y de la Cámara de Diputados. "Veo que hay muchos partidarios del antiguo sistema político entre quienes pretenden representar algo nuevo", agregó el presidente saliente del Senado, que postulaba la reelección y fue vencido por un solo voto en la cuarta votación por el candidato de la derecha, Carlo Scognamiglio.

En 1981, cuando fue presidente del Consejo, el mismo Spadolini hizo prohibir la P2 y facilitó al Parlamento una lista de 963 parlamentarios, industriales, militares y miembros de los servicios secretos sospechosos de haber intentado cambiar ilegalmente las instituciones al abrigo de la Logia. Esta firmeza del centrista Spadolini contra la Logia P2 le valió en su día la simpatía de la izquierda, que se manifestó el sábado en el Senado. La Logia P2 es uno de los grandes misterios de la "Primera República" italiana. Una comisión de investigación parlamentaria, dirigida por la demócrata cristiana Tina Anselmi, reunió abundante documentación sobre sus fines conspirativos, sus vínculos con la extrema derecha y su implicación en varios escándalos, como la quiebra fraudulenta del Banco Ambrosiano, en 1982.

El secretario nacional del Partido Democrático de Izquierda (PDS, ex comunista), Achille Occhetto, se dijo "aterrado" por una sentencia que declara a la P2 como una asociación de ciudadanos libres, cuando, según él, "hay bibliotecas enteras que prueban lo contrario".

Por su parte, la dirección del partido antimafioso La Rete (La Red) anunció que "seguirá combatiendo a las organizaciones ocultas que actúan contra los valores esenciales de la Constitución".

En el campo conservador, el telemagnate Silvio Berlusconi, jefe del Movimiento Forza Italia y probablemente futuro presidente del Consejo, que fue miembro de la Logia por algún tiempo, fue muy prudente en sus declaraciones "son los historiadores quienes decidirán si este asunto sólo fue un 'scoop' periodístico o algo más sustancial".

La federalista Liga Norte reaccionó contra la absolución. Su líder, Umberto Bossi, aludió recientemente a Berlusconi diciendo que "un ex miembro de la P2 no puede gobernar el país".

En cambio, un destacado dirigente de la Alianza Nacional (neofascista), Gustavo Selva, del que también se sospecha que perteneció a la Logia, no disimulaba su satisfacción: la sentencia —comentó— "pone punto final a 13 años de condena general y persecuciones de inocentes", comentó.

05-05

9406848.

Nº DOCUMENTO 9406849
TITULO Religiosos renuevan la vida consagrada.
PROC 150015
FECHA 10/4/94
VI... 116.12
507466

Religiosos renuevan la vida consagrada

LH 10/4

● *Obispos convocan a más de 150 personas*

Con el objetivo de animar, coordinar y renovar la vida religiosa de Montevideo, la Junta Arquidiocesana de Religiosos viene organizando una serie de reuniones en las que más de 150 personas consagradas han manifestado sus opiniones en la búsqueda de caminos concretos para obtener una decidida renovación espiritual y apostólica.

A partir del año pasado comenzó a funcionar la Junta Arquidiocesana de Religiosos (JAR), nombrada por el Arzobispo de Montevideo, Mons. Gottardi, responsable de la vida religiosa de la diócesis y por Mons. Romero, vicario de la misma. Su finalidad es animar y coordinar la vida religiosa de Montevideo.

Integrada por cuatro religiosas y dos sacerdotes, comenzó a reunirse en mayo de 1993, y convocó a todas las personas consagradas con el objetivo de presentar los lineamientos preparatorios del Sínodo de Religiosos que se realizará en noviembre próximo, *"la intención no fue ahondar sobre ese documento durante las reuniones* -aclaró la Hna. Lucía, miembro de la JAR- *sino motivar y favorecer su estudio en las comunidades; y recoger las opiniones de todos a través de una serie de preguntas que fueron respondidas por 40 comunidades"*.

Los religiosos y religiosas de Montevideo fueron interrogados acerca de cómo se viven y se perciben hoy los valores de la vida consagrada; de cómo recobrar vigor en este tiempo de la nueva evangelización; de cuáles son los caminos concretos para obtener una decidida renovación espiritual y apostólica de la vida consagrada, etc.

Los religiosos advirtieron la urgente necesidad de un estudio profundo del carisma de cada congregación, de vivir una vida de oración e intensa relación con Dios, de que cada uno lleve a cabo un seguimiento vital a Cristo, de instrumentalizar una formación permanente, y de trabajar eficazmente en la promoción vocacional. La Hna. Mª Ester, integrante de la JAR indicó que *"hay una gran ansia de unirse, de intercambiar, de enriquecerse. Se quiere reforzar la relación entre las diferentes congregaciones, y la inserción en las parroquias para trabajar en comunión con los sacerdotes, los laicos, los jóvenes."*

En esa oportunidad también se eligieron los delegados y vice delegados de cada zona. El 20 de marzo se realizó la primera reunión de este año, en la que Mons. Romero informó sobre el itinerario del Plan Pastoral. Por su parte el P. Fuidio dio a conocer las conclusiones del Congreso Internacional de Superiores Generales, realizado en Roma, que será el aporte de los religiosos al próximo Sínodo. Finalmente se presentó cuales serán las actividades para este año, dentro de las que se inscriben una serie de jornadas y retiros a realizarse en abril, junio, agosto y octubre próximos.

9406849

Nº. DOCUMENTO 9406850
TITULO Umbandistas celebran el día de Ogum, dios de la guerra.
PROC 150092
FECH 23/4/94
VINC 11612
507466

Con batuques, danzas y cantos, los fieles homenajean a uno de los más destacados orixás africanos

Templos umbandistas veneran hoy a Ogum, dios de la guerra

Los umbandistas celebran hoy el Día de Ogum, orixá africano, dios de los metales y las guerras. La umbanda toma a ese orixá como uno de los siete que integran la religión. Ogum se representa en Africa con elementos de hierro y piedras gigantes.

Según algunas investigaciones efectuadas sobre el origen de la veneración de cada dios umbandista, en América, el defensor de la tierra era el indio, que trató de defender del opresor español y portugués su territorio, y el trofeo de esas guerrillas eran las espadas, los escudos y la armadura del soldado español.

Es así que los siete ogumes de umbanda se identifican por tener estos elementos en sus vestimentas. La aparición de San Jorge en Brasil hace que lo utilicen para sincretizar este santo guerrero con los espíritus de los indios y del ogum africano. Por eso el 23 de abril se festeja a San Jorge pero en realidad se esta homenajeando a Ogum, orixá de guerra, y a los caboclos. En Bahía, Ogum está representado por una imagen que no es San Jorge sino San Antonio.

En el ritual sus fieles lucen bandas con los colores verde, rojo y blanco, y usan en algunos casos cascos o penachos de pluma par representar al indio aborigen.

FESTEJOS

Los distintos templos umbandistas tienen programadas sus actividades y festejos para hoy.

En el templo Menino Deus del pai Armando Ayala (Guadalquivir 4888) se realizará una ceremonia umbandista a las 21 horas, para posteriormente realizar una sesión de batuque, nombre que se le daba a las reuniones de los negros africanos en Río Grande del Sur, cuando cantaban para sus orixás.

Por su parte, mae Lola convoca a todos los fieles para el ritual que realizará en el Centro Orensano, sito en la calle Ana Monterroso de Lavalleja 2014 entre Pablo De María y Miguel Del Corro a partir de las 20 horas. La sacerdotisa exhorta a las mujeres a no concurrir de pantalones, y, si fuera posible, llevar los colores del santo. Como entrada, mae Lola pide que quienes puedan lleven ropa o comestibles para repartir entre los carenciados.

El pai Walter de Oxum festeja en su templo de la calle Joaquín Requena 2086, a partir de las 21 horas, y también exhorta a llevar ropa y comestibles para la gente carenciada.

ENTRADO
CRUZADO

9406850

01-02

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROC.
FECH
VIN.
15025
23/4/94
1161

Mae Lola realiza celebración por Ogum, en centro Orensano

LH 23/4

Hoy, a las 20 horas, en el centro Orensano, la "mae Lola" realizará una celebración en nombre de Ogúm (San Jorge), patrono de la creencia umbandista al que se le ruega por la salud de los enfermos, de los que tienen hambre, y para que finalicen las guerras. Este acontecimiento será acompañado, además, por una recepción de donaciones como ser comestibles, frazadas o ropa para los necesitados.



Mae Lola: rogará por los enfermos.

"En conmemoración de Ogúm"

En este 1994, el umbandismo, (creencia que tiene sus raíces en las religiones Bantúes de Angola, Congo, y Mozambique), celebra los años de los patronos San Jorge y el de Nuestra Señora de la Concepción (Ogúm y Oxúm respectivamente). "Cada año -explica mae Lola- está comandado por uno o varios orixás (santos o divinidades), siendo Dios y la Virgen los orixás mayores. Esto debemos saberlo nosotros para conocer a quién encomendamos y a quién mandar nuestras ofrendas, para que nos ayuden e iluminen".

Según esto, hoy sábado 23, día de Ogúm, la mae Lola invocará al Santo para que, a través de su persona, en la incorporación, es decir, la corporización del patrono a través de un intérprete, pueda entregar a los asistentes un símbolo "para que ellos guarden y lleven consigo en los momentos más desesperados de su vida y lo tomen como una protección".

La mae, de origen brasilero, adquirió su nombre por la santidad, dado que el 15 de setiembre, día de su nacimiento es fecha de Santa Dolores, cuyo diminutivo es Lola. "Mi padre era un pai de santo, un espíritu, y por eso nací dentro mismo de la religión. Entonces fue que él me formó, y desde hace 30 años soy una mae de santo" -comenta la religiosa. "Una mae de santo tiene la obligación de velar por sus hijos espirituales que vienen a pedir el consuelo, la ayuda, la respuesta. No me considero ni una misionera ni Dios. Yo no puedo arreglar al mundo. Pero si cada uno pone un poco de sí seguramente podrá ser mejor, y si yo me doy cuenta de que un auxilio que dí ayuda a que esto se logre, yo me voy a sentir que mi misión se está cumpliendo".

En esta oportunidad, la mae espera que quienes se acerquen a la celebración de la jornada, acompañen la ofrenda a San Jorge con "una ayuda para quienes la necesitan. Hace unos cuantos años que en Uruguay estamos viviendo mal -declara- la gente está sufriendo el hambre, no tiene trabajo, las empresas cierran, la gente no tiene techo ni comida. Si al menos en algo podemos contribuir a que esta situación mejore, es aportando cada uno un granito de arena para la causa de los más humildes".

El acto se llevará a cabo a las 20 horas en la sede del Centro Orensano, en la calle Ana Monterroso de Lavalleja y Pablo de María. "Yo pido y suplico a toda la gente -concluye la mae- que a quien le sobre algo en su casa, ya sea comestibles, ropa o frazadas viejas me lo alcancen, porque se viene el invierno, y el invierno es muy crudo para esta gente que sufre y que tiene hambre".

Rafael E. Mondon.-

02-02

9406850

Nº. DOCUMENTO 9406851
TITULO Seminario sobre religiosidad reafirmó auge de umbandismo en Uruguay.
PROC...
FE...
507466
30087

Más del 35% de los consultados en templos afrobrasileños son menores de 30 años

Seminario sobre religiosidad reafirmó auge de umbandismo en nuestro país

✱ Según las investigaciones, existe un perfil casi exclusivamente masculino entre los líderes religiosos de Montevideo: un hombre de entre 45 a 55 años, de clase media y de nivel intelectual alto

■ Las nuevas formas de religiosidad en Uruguay están siendo objeto de discusión, desde hace varios días, en un seminario sobre el tema organizado por el Observatorio del Sur (Obsur).

Las ponencias de los distintos expertos en el área a participar del evento, reflejan el surgimiento de nuevas religiones y los cambios en la situación socioeconómica de nuestra sociedad, que conllevan al auge de ciertos movimientos religiosos.

En su ponencia sobre lo religioso en el imaginario social de los montevideanos, Néstor Da Costa, Guillermo Kerber y Pablo Mieres hablan del ejemplo atípico que constituye Uruguay en el contexto latinoamericano en el plano religioso. Es, según ellos, a diferencia del resto de las sociedades de la región una sociedad fuertemente secularizada, cuyo Estado se desvinculó tempranamente de la Iglesia Católica. Actualmente, ante la crisis mundial, lo religioso ha pasado a ocupar mayores espacios públicos de los que ocupaba., a la vez que han aparecido y desarrollado numerosas sectas y nuevos movimientos religiosos, como los afrobrasileños.

Según el estudio realizado para esta ponencia, existe un perfil casi exclusivamente masculino entre los líderes o referentes principales de las diversas organizaciones religiosas que existen en Montevideo, siendo este perfil el de un hombre de entre 45 a 55 años, de clase media y de nivel intelectual alto.

Según el informe de Rafael Bayce sobre la explosión de religiones y sectas, el proceso de éstas en nuestro país se agudiza. Los datos recogidos por Bayce muestran que los católicos latinoamericanos y uruguayos en 1986 representaban el 59.5% mientras que en 1988, es de sólo 30.2% en el Uruguay.

Paralelamente, los protestantes y evangélicos son del 12.11% cuando la estimación de 1986 era del 1.9%. Las estimaciones tienen bases muy diversas que permiten sólo recoger las grandes tendencias que parecen claras en el sentido de reconocer el auge de los pentecostales y afrobrasileños. Según Bayce, los pentecostales habrían llegado a la suma de 100 mil mientras que los afrobrasileños, son autoestimados en 400 mil. Los mormones alcanzarían la cifra de 60 mil y los Testigos de Jehová, 20 mil.

EL EXITO DE MOVIMIENTOS AFROBRASILEÑOS

La disertación de Mariel Cisneros, Leticia Folgar, Mónica Figueiras y Florencia Faccio sobre Montevideo y su geografía religiosa reafirman la posición de que el movimiento afrobrasileño (batuque, umbanda, kimbanda y candomblé), toma cada vez más auge en Uruguay.

De allí surge que los templos de umbanda se ubican mayoritariamente en los barrios menos densamente poblados o donde el índice de población es intermedio (entre 10 mil y 24 mil habitantes). El estudio refleja que, a partir de la década del 70, la umbanda se hace presente en espectáculos públicos, lo que da lugar a una serie de especulaciones respecto al número de templos y fieles existentes.

La realización de festivales, congresos, seminarios y reuniones en las playas montevideanas el 2 de febrero, día de Iemanjá, registran numerosa concurrencia.

Se han manejado cifra de entre 12 mil a 15 mil umbandistas (Elizaga-1988), 35 mil a 40 mil (Pallavicino- 1988) y según los propios miembros de la religión, uno de cada siete habitantes de la capital, sería umbandista.' El uso de los medios de comunicación por parte de estos grupos religiosos también es resaltado en el informe, como algo relativamente reciente y les permite abarcar un amplio espectro de público.

En los programas radiales se repiten las direcciones de los distintos templos y las actividades que en ellos se realizan.

URUGUAY 1988: religiones y sectas en números

1)	Iglesia Católica	150.000	(asisten a misa) 30.27%
2)	Umbanda y Candombié (H)	120.000	(con simpatizantes y esporádicos) 24.22%
3)	Protestantes y Evangélicos (72 grupos, 40 pentecostales) (I)	60.000	12.11%
4)	Judíos (K)	50.000	10.09%
5)	Mormones (B)	40.000	8.07%
6)	Testigos de Jehová (B)	15.000	3.03%
7)	Iglesias Cristianas de Oriente (L)	13.000	2.62%
8)	Masones (D)	12.000	2.42%
9)	Apostólicos (A)	8.000	1.61%
10)	Adventistas del Séptimo Día (A)	5.000	1.00%
11)	Escuela Científica Basilio (E)	3.000	
12)	Misión de la Luz Divina (C)	2.000	
13)	Kardecistas (E)	1200	
14)	Rosacruces (D)	1.150	
15)	Madre María (V)	1.000	
16)	Ciencia Cristiana (B)	800	
17)	Moon, Bahaï (B), (M)	500 c/u	
19)	Yoga (C), Gnósticos (D), Budistas Nichiren (O), Misión Rama (E)	300 c/u	
23)	Logósofos (V)	250	
24)	Meditación Trascendental (O)	200	4.56%
25)	Ananda Marga (C)	100	
26)	Niños de Dios (B), Iglesia de Dios Universal (B), Budismo Zen (O), Teósofos (D), Nueva Acrópolis (D), Seicho No Ie (O), Siloístas (V), Legionarios de la Buena Voluntad (V)	50 c/u	
34)	Musulmanes (Z), Hare Krishna (C), Cientólogos (V)	30 c/u	

Se designan con la
A) Exclusivistas cristianos; B) Paracristianos; C) Orientales; D) Esotéricos; E) Espiritistas; H) Afrobrasileños; I) Protestantes y Evangélicos; L) Iglesias Cristianas de Oriente; K) Judíos; M) Sincretismo Islámico; O) Japoneses; V) Varias; Z) Islam
Estimación y clasificación tomada de Elizaga Julio C: Las Sectas y las Nuevas Religiones a la conquista del Uruguay. La Llave. Montevideo. Uruguay. 1988.

El cuadro muestra la distribución de la población uruguaya en cuanto a sus preferencias religiosas.

9406851

Nº. DOCUMENTO 9406852
TITULO Capilla Sixtina restaurada fue inaugurada por el Papa.
PROCEDENCIA 15 - 5
FECHA 9/4/94
VINCUL 500777
507604
507684

Capilla Sixtina restaurada fue inaugurada por el Papa

Con una misa solemne, el Papa Juan Pablo II inauguró ayer la restauración de la Capilla Sixtina y en particular "El Juicio Universal" que Miguel Angel Buonarroti pintara hace cuatro siglos y medio.

CIUDAD DEL VATICANO /ANSA

Durante la misa, el Pontífice reveló algunos secretos sobre su elección para el trono de Pedro en ese mismo lugar, el 16 de octubre de 1978, y puso fin a las polémicas sobre los desnudos, cubiertos con bragas a través de los siglos por otros pintores y en parte descubiertos con la limpieza realizada en estos años.

"**La Capilla Sixtina es justamente el santuario de la teología del cuerpo humano**" y éste, en el ámbito de la Creación "**conserva su esplendor y su dignidad**", afirmó el Papa durante la misa, a la que asistieron 400 personas entre las que se contaban los miembros del cuerpo diplomático acreditado ante la Santa Sede.

En cambio, continuó el Pontífice, "**si se lo separa de esa dimensión, se convierte en cierto modo en un objeto, muy fácilmente envilecido, porque sólo frente a los ojos de Dios el cuerpo humano puede permanecer desnudo y descubierto y conservar intacto su esplendor y su belleza**".

Juan Pablo II también se refirió al día de su elección como Papa y reveló algunos detalles que el Pontífice reinante es el único autorizado a revelar

"Aquí escuché por boca de mi rector de una época, que era el Cardenal De Furstenberg, recordó Wojtyla, las significativas palabras "el Maestro se acerca y te llama", y en este lugar el primado de Polonia, que era el Cardenal Stefan Wiszinski, me dijo "si te eligen, te ruego que no lo rechaces".

También estaban presentes hoy en la Capilla Sixtina los representantes del grupo japonés de televisión que financió la restauración, que duró en total 14 años, los últimos cuatro dedicados a la limpieza del "Juicio Final", y costó casi doce millones de dólares.

9406852

Nº. DOCUMENTO 9406853
TITULO Misión de la Iglesia en el continente.
FECHA 11/4/94

Misión de la Iglesia en el continente

CIUDAD DEL VATICANO, 10 (Especial para Clarín). — El tema general del primer **Sínodo Africano** es la estrategia a seguir en la misión evangelizadora de la Iglesia en el continente cuando está por iniciarse el tercer milenio del cristianismo.

Muchos son los temas en el orden del día de esta asamblea que, durante un mes, tratará de delinear las estrategias de la Iglesia Católica para el Africa del 2.000. Los items van desde las relaciones con el islam hasta el empeño social de la iglesia

Pero los dramas de Africa son apocalípticos y exigen una fuerte tensión a la doctrina social de la Iglesia. Sin embargo, los problemas más difíciles son de tipo cultural.

La "aculturización" del catolicismo en Africa sigue siendo un tema que origina continuas reflexiones pero también polémicas. Cómo armonizar el mensaje cristiano, hijo de una cultura latina y occidental, con las culturas africanas, se preguntan.

El estudioso **Giovanni Tebaldi** acaba de publicar un libro sobre estos problemas que debe afrontar el Sínodo Africano. Un jesuita misionero explica, a su vez, que **"algunos quieren que la africanidad no pase de las danzas y la música, de la fe en Dios que se manifiesta en la danza y del movimiento del cuerpo que deviene un acto sacro. Pero en el alma del africano hay cosas que los otros no logran comprender".**

Tras muchas idas y venidas, por ejemplo, de Roma llegó la autorización a un credo africanizado que dice que Dios **"es creador del cielo, del sol, de la luna, de las estrellas, del monte Kenia, del lago Victoria, de los árboles, de los animales, del viento que nos trae la lluvia y de nuestros antepasados".**

El "vaticanista" **Doménico Del Río** recuerda que en este credo ha sido incluido el monte Kenia porque en la tradición africana se lo considera la casa de Dios.

9406853

Nº. DOCUMENTO 9406854
TITULO El Papa contra el racismo y xenofobia.
PROC. 15001
FE 8/10/94
VI. 500771
507684

El Papa Contra el Racismo y Xenofobia

CIUDAD DEL VATICANO, 7 (EFE).— El Papa Juan Pablo II invitó hoy, jueves, a redoblar los esfuerzos por liberar al hombre de los espectros del racismo, la esclusión, la marginación, la subyugación y de la xenofobia, males que se insinúan en la sociedad y minan la pacífica convivencia humana.

El Pontífice hizo esta invitación en un concierto en conmemoración del holocausto de la población judía europea durante el nazismo.

A la izquierda del Papa, por primera vez en el Vaticano estaba el gran Rabino de Roma, Elio Toaff, en un muestra más de la normalización de relaciones entre el Vaticano e Israel, y a la derecha el presidente italiano, Oscar Luigi Scalfaro.

Juan Pablo II subrayó en el discurso posterior al concierto que la humanidad corre el riesgo de que se produzcan nuevas atroces muertes, como ocurrió en el caso de "millones de hijos del pueblo hebreo", si no se compromete a hacer que el bien prevalezca sobre el mal.

"El mal se presenta siempre bajo nuevas formas; sus rostros son tantos y muchas son sus lisonjas. Corresponde a nosotros desenmascarar el peligroso poder y, con la ayuda de Dios, neutralizarlo", añadió el Papa.

En otro vehemente pasaje de su discurso, Juan Pablo II dijo las siguientes palabras. "Hemos visto con nuestros ojos, hemos sido y somos testigos de la violencia y del odio que demasiado a menudo se encienden en el mundo y rápidamente lo inflaman. Hemos visto y vemos la paz burlada, la concordia abandonada, la misericordia despreciada".

"Y sin embargo", precisó, "el hombre tiende a la justicia". "El es el único ser de la creación capaz de concebirla. Salvar al hombre no significa solamente no matarlo, mutilarlo o torturarlo. Significa también dar al hambre y sed de justicia que está en él la posibilidad de saciarla".

Al recordar a las víctimas de la persecución nazi presentes en el Aula Pablo VI, donde se desarrolló el Concierto, Juan Pablo II dijo que sus lamentos y lágrimas de entonces resuenan todavía.

"Los escuchamos también aquí; no ha muerto con ellos, sino que se levanta fuerte, afligido, triste, y dice; "No nos olvidéis". Se dirige a todos y a cada uno".

Al anunciar el concierto, un comunicado de la Santa Sede definió el holocausto ("Shoah") como "un abismo de horror que desencadenó la pálida luz que hizo ver, en toda su aterradora profundidad, la oscuridad del mal humano".

PARTES ILEGIBLES

9406854

Nº. DOCUMENTO 9406855
TITULO El Papa escribió a los jefes de Estado pidiéndoles "un esfuerzo por la paz".
5001F5
4/4/95
500771
501684

El Papa escribió a los Jefes de Estado pidiéndoles "un esfuerzo por la paz"

En su homilia pascual, el Papa anunció ayer que ha escrito a todos los Jefes de Estado del mundo para pedirles "que se cumplan todos los esfuerzos para que no sea disminuido el valor de la persona humana ni el carácter sagrado de la vida". y para que sea tutelado "el precioso tesoro" constituido por la familia.

CIUDAD DEL VATICANO / ANSA

Lo anunció el mismo Juan Pablo II, en el modo más solemne, en la bendición "Urbi et orbi" (a Roma y al mundo) de la misa de Pascua, en la cual la defensa de la vida y la familia fueron unidas a las oraciones por la paz "ante todo en Jerusalén y en los Balcanes, el Cáucaso y el resto del mundo".

El Papa también rezó por quienes en las sociedades prósperas "operan por la defensa de los valores humanos".

La iniciativa de Juan Pablo II, nuevo acto de una campaña promovida por el Papa en este año que las Naciones Unidas han dedicado a la familia, fue anunciado en forma directa potencialmente a casi la mitad de la población mundial. El Pontífice tocará seguramente estos temas durante su visita en octubre a la sede de la ONU en Nueva York, donde hablará ante la asamblea plenaria de las Naciones Unidas.

Una plaza repleta

Para la bendición pontificia habían conectado con la plaza de San Pedro decenas de televisiones y radios de todos los continentesLa plaza de San Pedro estaba repleta por una multitud de 100.000 personas pese a la lluvia, que cesó al comenzar el rito.

El tema de la paz también fue evocado por Juan Pablo II en la oración a los fieles. "El Dios de la paz conmueva las conciencias de los responsables de las naciones, especialmente de aquellas donde se combate y se destruya, las haga inquietas e incansables en la búsqueda de la paz, no resignadas a proyectos de muerte, conscientes de que todo es posible en tiempos de tranquilidad constructiva".

En cuanto a la vida y la familia, el Papa dijo que "frente a la vida que irrumpe en la historia, retroceda la cultura de la muerte, que humilla al ser humano no respetando las criaturas más débiles y frágiles, y hasta intentando -afirmó en alusión a la decisión del Parlamento Europeo de permitir el matrimonio entre homosexuales- dañar la dignidad sagrada de la familia, corazón de la sociedad y de la Iglesia".

"La familia continúa siendo la principal fuente de humanidad: cada Estado debe tutelarla como precioso tesoro", afirmó el Papa Wojtyla.

Augurio de buena Pascua

De inmediato Juan Pablo II dirigió un augurio de Buena Pascua en 57 idiomas, incluido el esperando, como le habían pedido los organizadores de la marcha por la vida y contra la pena de muerte, que había partido del Capitolio romano, sede de la municipalidad, y que llegó a tiempo para la bendición. La carta de hoy del Papa se coloca en una serie de iniciativas promovidas por el Vaticano por el Año de la Familia, promovido por las Naciones Unidas. El 22 de febrero fue publicada la "Carta a las familias", casi una encíclica escrita por Juan Pablo II.

El 18 de marzo, el Pontífice, al recibir en Vaticano a la señora Nafis Sadik, secretaria de la Conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo, que tendrá lugar en El Cairo en setiembre próximo, expresó "grave preocupación" por el borrador del documento final que será presentado a la conferencia y puso en guardia a las Naciones Unidas: la Iglesia católica no puede aceptar programas que quieren imponer el control de los nacimientos o legitimar el aborto.

El Papa condenó en aquella ocasión la "tendencia a promover un derecho internacionalmente reconocido al aborto, sin ninguna restricción, sin respetar el derecho de los que están por nacer, en un modo que va incluso más allá de las leyes que desgraciadamente están en vigor en algunos países".

El punto de vista de la Santa Sede sobre la cuestión fue sucesivamente explicado por el "Ministro de Relaciones Exteriores" del Papa, monseñor Jean Louis Tauran, a todos los diplomáticos acreditados en el Vaticano y a la sede de las Naciones Unidas.

9406855

Nº. DOCUMENTO 9406856
TITULO Se superaron malos entendidos con Iglesia Católica y Gob.
POR
FE
VI

"Persiste la intención de diálogo" fortalecida por la visita al Vaticano

Gobierno: se superaron malos entendidos con la Iglesia Católica y las relaciones son correctas

Voceros oficiales relativizaron las diferencias entre el gobierno y la Iglesia Católica y aunque admitieron que hubo "desinteligencias" y "malos entendidos", aseguraron que los mismos "fueron superados".

Los voceros aseguraron que "las relaciones del gobierno con las jerarquías de la Iglesia Católica, contrariamente a lo que se indicó, son correctas, de independencia como corresponde y en general reflejan numerosas coincidencias".

Las fuentes del gobierno añadieron que "el reciente encuentro del presidente de la República con el Santo Padre en Roma, permitió a la vez que ratificar dichas buenas relaciones, un provechoso y enriquecedor cambio de ideas".

También aseguraron que "pudo haber en alguna etapa del actual período de gobierno, alguna clase de desinteligencia, pero dentro del respeto que el gobierno profesa por la libertad del clero. Lo que pudieran ser malos entendidos fueron superados y persiste la intención de diálogo, fortalecida luego del reciente encuentro con el Sumo Pontífice y autoridades de la Santa Sede".

Ayer *El Observador* había informado que "el presidente Luis Alberto Lacalle realizó un análisis crítico de la actuación de la Iglesia Católica del Uruguay y dejó entrever cierto malestar con la misma, entendiendo que no hubo reciprocidad y comprensión hacia la obra del Poder Ejecutivo". La información agregaba que el presidente realizó esas afirmaciones durante un almuerzo en la Embajada uruguaya ante la Santa Sede.

Ayer, en declaraciones publicadas por Ultimas Noticias, el obispo auxiliar de Montevideo, monseñor Orlando Romero, dijo no tener "motivos para comprender esa supuesta crítica, ni para sentirla como válida. La Iglesia actúa en todos sus ámbitos dentro de la libertad pastoral que es su propuesta evangélica al mundo. En el Uruguay —añadió— siempre hemos encontrado fértil terreno para plantear nuestra libertad y nuestra postura, que, además, es avalada por la Constitución de la República".

"Recogemos y reflejamos —prosiguió— hacia todos los sectores de la sociedad las búsquedas y desafíos que enfrenta el pueblo de Dios. En todos los ámbitos hemos planteado posiciones que estamos seguros, no pueden ser motivo de malestar para nadie, pues sólo apuntan a que la gente viva mejor en el reino terrenal".

Monseñor Romero estimó que "nuestra prédica no debería ser objeto de un sentimiento de molestia si nuestra actitud sólo manifiesta una libertad pastoral que, además, la Constitución y las leyes de este país amparan, las propuestas de la Iglesia deberían ser tema de coincidencia con el gobierno y, al menos creemos, así ha sucedido en todas las instancias en que hemos dialogado con sus representantes, incluso con el propio presidente Lacalle".

Romero dijo también que "la meta es el bienestar del pueblo y, entonces, ahora hablando a nivel personal, no me puedo sentir aludido ni comprender esa supuesta crítica, pues las aspiraciones de la Iglesia deben coincidir con lo que presenta el gobierno".

"Por eso —finalizó— esperamos que las versioenes se aclaren, y que todo sea un malentendido, puesto que no podemos compartir esos conceptos, ni como ciudadanos ni como agentes de una tarea pastoral, ni como hombres de la Iglesia". ■

9406856

Nº. DOCUMENTO 9406857
TITULO

"Sólo hacemos propaganda del Evangelio", manifestó la jerarquía católica, sorprendida ante declaraciones del primer mandatario sobre la escasa incidencia de esta institución en la vida nacional

Obispos contestan a Lacalle: "La Iglesia no se mete en cuestiones partidarias"

*✱ **LA REPUBLICA** confirmó de altas fuentes que el mandatario se comunicó telefónicamente con el arzobispo José Gottardi y el obispo Orlando Romero, para "bajar el tono de sus críticas"*

✱ Según el obispo de Montevideo, Orlando Romero, la Iglesia en nuestro país se ha distinguido por ser libre, en un Estado libre

Muy sorprendido se mostró el obispo auxiliar de Montevideo, monseñor Orlando Romero, ante las declaraciones del presidente Lacalle sobre la falta de participación de la Iglesia en la vida nacional.

Según trascendió, los representantes uruguayos manifestaron a las máximas jerarquías de la curia romana, durante un almuerzo en la Embajada de Uruguay ante la Santa Sede, que la Iglesia no había valorado cabalmente durante este período el hecho de que el presidente Lacalle es católico.

Romero indicó que las declaraciones no son oportunas, "en momentos en que se está tratando de discernir cuál es el mejor camino para los próximos cuatro años".

"La Iglesia tiene una actitud de servicio, y creo que con mucha eficiencia.

A pesar de las limitaciones y la pobreza que tenemos, siempre se ha valido del aporte de los cristianos y comunidades de otros continentes para ayudar a los más necesitados".

Según el prelado, la Iglesia en nuestro país se ha distinguido siempre por ser libre en un Estado libre, que no saca ninguna bandera partidaria, pero sí se compromete con la gente.

"La Iglesia alberga a todas las tendencias; por eso debe ser respetuosa de cada sector e impulsar lo que se haga para el bien común de la gente".

"No debe dar opinión concreta sobre un gobierno, sino que debe tener presente los valores que ellos promueven e incentivar esos valores".

Por otra parte, el obispo insistió en señalar que la Iglesia "siempre está ajena a todo lo que es partidario", y recordó que el propio Lacalle tuvo cierta reticencia a aprobar la adjudicación de una onda radial en San José para la Iglesia Católica.





Los obispos de Montevideo y Florida, Orlando Romero y Raúl Scarrone, coincidieron en rechazar las afirmaciones que realizó Lacalle en Italia sobre la Iglesia.

SCARRONE: "SOLO HACEMOS PROPAGANDA AL EVANGELIO"

LA REPUBLICA también consultó al presidente de la Conferencia Episcopal Uruguaya, monseñor Raúl Scarrone, quien se mostró extrañado por las críticas.

"Propaganda electoral no hacemos, ni en favor ni en contra de ningún partido, porque en eso la Iglesia no se mete. Hacemos sólo propaganda del Evangelio".

"Si él siente que su gobierno está en sintonía con el Evangelio, no lo sé.

La Iglesia nunca salió a decir 'Lacalle esto o lo otro'. Directamente trabajamos con la gente".

A vía de ejemplo, el también obispo de Florida destacó que la diócesis que él dirige cuenta con 100 comunidades en los barrios y se colabora con el gobierno local en todo lo que sea beneficio social para la población.

"Lo que hacemos es que si hay programas que no respetan los derechos humanos, la Iglesia sale en defensa de esos valores, pero no tomamos partido por nadie", insistió.

Consultado sobre si falta capacidad comunicativa, tal como se expresa en la versión de prensa, Scarrone señaló que la Iglesia anuncia el Evangelio en toda obra social y humanitaria que realiza a través de sus instituciones, "que son muchísimas, como Cottolengos, hogares de ancianos, policlínicas, además de la obra educativa.

En Florida, por ejemplo, se han prestado locales para los centros CAIF, de ayuda a la infancia".

Sobre este punto, el líder religioso también señaló que las últimas encuestas realizadas ubican a la Iglesia entre las instituciones con más credibilidad en opinión de los uruguayos.

9406857

Nº. DOCUMENTO 9406858
TITULO Vaticano admitirá monaguillas
PROC 150007
FECHA 14/4/94
VI 500773
507684

El Vaticano Admitirá Monaguillas

EP. 14/4

CIUDAD DEL VATICANO, 13 (Reuter). — El Vaticano decidió permitir que muchachas sirvan ante el altar en misas católicas pero destacó que la medida no debe ser considerada como un paso hacia la ordenación sacerdotal de mujeres, según una carta conocida hoy.

Sin embargo, fuentes eclesiásticas consideran la medida como una importante concesión a los derechos femeninos en la Iglesia, particularmente en países como Estados Unidos y Canadá.

Allí y en otros países, la práctica de permitir a muchachas colaborar con los sacerdotes en el altar durante la misa ha sido generalizada en muchas diócesis a pesar de la opinión negativa del Vaticano en el pasado.

La aprobación oficial estuvo contenida en una carta enviada el mes pasado a los presidentes de las conferencias episcopales locales por el cardenal Javierre Ortas, jefe del departamento Vaticano de culto divino y sacramentos. La decisión fue aprobada por el Papa Juan Pablo II.

"Esta decisión no tiene nada que ver con ordenaciones sacerdotales, que tienen una naturaleza jurídica y doctrinaria diferente", manifestó el portavoz principal del Vaticano Joaquín Navarro Valls.

"Sería erróneo interpretar esto como el primer paso hacia la ordenación sacerdotal de mujeres", agregó.

La Iglesia Católica dice que no puede permitir que las mujeres lleguen al sacerdocio porque Cristo a propósito escogió sólo hombres como apóstoles.

Durante las misas católicas, que conmemoran la Ultima Cena de Jesucristo con sus 12 apóstoles, monaguillos colaboran con el sacerdote en funciones ceremoniales, como ser presentarle el pan y el vino y lavar y secar sus manos.

La carta, obtenida de fuentes vaticanas, consignó que una interpretación correcta de la ley canónica de la Iglesia número 230 no plantea obstáculos a la autorización de que muchachas sirvan como monaguillos.

Pero deja la decisión librada al criterio de los obispos locales.

"El permiso dado por algunos obispos no puede ser interpretado como obligatorio para otros obispos", indicó la carta.

9406858

Nº. DOCUMENTO 9406859
TITULO
PROC.
FE
VINC.

Entregará la Iglesia su aporte para la reforma constitucional

La Conferencia Episcopal hará llegar a los 305 convencionales constituyentes el aporte para la reforma constitucional que la Iglesia difundió a principios de marzo, en el que solicitó equilibrio entre los poderes del Estado y una *mención* expresa del derecho a la vida desde la concepción.

El presidente del Episcopado, cardenal Antonio Quarracino, informó de ese envío al concluir en San Miguel una asamblea del organismo.

El texto mencionado reclama una referencia explícita a Dios, invocación que, dice, pertenece a una larga tradición jurídica en la Argentina desde el acta de la Independencia.

Ese documento se refiere también a los derechos de la persona humana, la libertad religiosa, la protección de la familia y el derecho de los padres a elegir la educación de sus hijos.

Ante una pregunta sobre la posibilidad de "desatar el paquete" del pacto de Olivos, el vicepresidente 2º del Episcopado, monseñor Emilio Bianchi di Carcano, dijo que el aporte de la Conferencia Episcopal no se refería a cuestiones de procedimiento sino a elementos doctrinales que no pueden faltar en ninguna constitución para la República.

Pero reconoció que en su momento los obispos expresaron dudas sobre el procedimiento que se había usado para llegar a la reforma.

Al preguntársele a Quarracino si se había tratado el tema de la confesionalidad del Presidente, que había quedado pendiente en el aporte presentado en marzo último, contestó que entre los obispos "no hay consenso único sobre si el presidente debe ser o no católico". El Episcopado no se pronunció sobre ese tema.

9406859

9406860
Obispos reunidos en Sinodo Africano piden a ONU financiar tropas.
150015
27/4/94
500727
10032
11078
501889
507684

Obispos piden "tropas de la ONU" africanas

Los obispos reunidos en el primer Sínodo (asamblea) Africano de la historia, que comenzó hace dos semanas y finalizará el 8 de mayo, pidieron ayer a las Naciones Unidas que financien fuerzas de paz africanas, para intervenir en los conflictos del continente.

CIUDAD DEL VATICANO/ANSA

"Es absurdo que la ONU abandone en este momento a países como Ruanda o Burundi, donde sería necesario separar a los contendientes y prevenir nuevos conflictos civiles", señaló ayer monseñor Michael Kpakala Francis, arzobispo de Monrovia (Liberia) en una conferencia de prensa que resumió los trabajos del Sínodo.

En lugar de enviar "costosos contingentes" formados por personas procedentes de todo el mundo, el prelado auspició que la ONU financie "tropas africanas".

Monseñor Francis acusó a "fuerzas externas a Africa" de tener fuertes responsabilidades en los conflictos del continente que sin embargo -dijo- también tienen origen interno y tribal. El Obispo liberiano se preguntó ante los periodistas: ¿"Quién envía las armas? ¿Quién da dinero a ciertos líderes africanos? ¿Quién impuso los llamados 'programas de adaptación estructural?', que en lugar de eliminar la pobreza desestabilizaron a las poblaciones africanas" "Nosotros los africanos no somos tratados según bases justas -denunció también-. Nuestros derechos son pisoteados: se nos impone lo que tenemos que comer, lo que tenemos que vender, dónde tenemos que vivir". La palabra "imposición" es un término que usan a menudo los obispos africanos en sus exposiciones. Son una "imposición", dicen por ejemplo, los programas de control de nacimientos que las organizaciones internacionales quieren realizar en los países africanos, como condición previa para la renegociación de la deuda externa africana o para el acceso a nuevos préstamos mundiales.

"De este modo -denunció monseñor Nicodemus Kirima de Kenia-los africanos están privados de la libertad de elección".

9406860

Nº. DOCUMENTO 9406861
TITULO Según Cepal, EE.UU. predica pero no practica en el comercio.
PROCEDE 150093
FECHA 10/4/94
510824
658910

EEUU predica pero no practica en el comercio, según la Cepal

El secretario ejecutivo de la Comisión Económica Para América Latina y el Caribe (Cepal), Gert Rosenthal, calificó como "repudiable" la táctica de Estados Unidos de enumerar países que practican reglas restrictivas al comercio.

Tras entrevistarse con el presidente de Venezuela, Rafael Caldera, el secretario ejecutivo de la Cepal dijo que Estados Unidos no siempre practica lo que predica "porque pregona libre comercio y gran transparencia en el comercio internacional y en algunos casos lo aplica, pero en otros no".

Rosenthal dijo que esa posición de Estados Unidos responde a las presiones de grupos de poder sobre el gobierno de Clinton, "aunque las más de las veces es el Congreso que influye para la aplicación de diversas medidas que se traducen en barreras al comercio", precisó.

Comentó que la aplicación del artículo 801 de la Ley de Comercio Exterior estadounidense es violatoria de los acuerdos del Acuerdo General de Tarifas Aduaneras y Comercio (GATT), aunque admitió que se trata de medidas de política interna.

Rosenthal no descartó que América Latina se mueva en dirección del Tratado de Libre Comercio, (TLC-Nafta), que suscribieron Canadá, Estados Unidos y México. Empero, manifestó que se debe hacer un balance de mediano y largo plazo para establecer los beneficios reales de ese mecanismo de integración comercial.

El secretario ejecutivo de la Cepal, destacó el esfuerzo "con algunos rasgos de originalidad" del gobierno de Rafael Caldera de rechazar el shock y aplicar de manera gradual el énfasis que se pone a consideraciones de distribución del ingreso y a la manera en que se mezcla la política económica de corto plazo con la concepción de mediano y largo plazo, informó ANSA desde Caracas.

Gert Rosenthal dijo que este esquema que trata de imponer el gobierno venezolano está en concordancia con la línea que el organismo con sede en Santiago de Chile ha venido postulando en los últimos años, crecimiento económico con equidad social.

Aranceles de Estados Unidos

LOS PRODUCTOS QUE MAS PAGAN
(Exportaciones latinoamericanas que enfrentan los mayores aranceles en EEUU)

Producto	Rango de aranceles (%)	% de exportaciones latinoamericanas a EEUU
AGRICULTURA Y ALIMENTOS		
Frutas y nueces frescas/congeladas	3%-35%	2,9%
Vegetales y tubérculos	4%-25%	1,4%
Azúcares y mieles	6%-15%	0,9%
Jugos de fruta y vegetales	0,3 c/l a 9,3 c/l(*)	0,8%
Animales vivos	4%-15%	0,6%
TEXTILES		
Calzado	2%-67%	2,2%
Abrigos de hombre	3%-30%	1,8%
Ropa de textiles no tejidos	3%-35%	1,7%
Abrigos de mujer no tejidos	3%-30%	1,6%
Abrigos de mujer tejidos	4%-35%	1,6%
OTRAS MANUFACTURAS		
Muebles y piezas de muebles	2%-15%	1,2%
Válvulas térmicas y de cátodo	4%-15%	0,7%
Instrumentos de medición y control	3%-17%	0,6%
MINERIA		
Oro no monetario	3%-20%	0,8%
Cobre	1%-11%	0,8%

(*)c/l = centavos de dólar por litro.
Fuente: Departamento de Comercio de EEUU.

9406861

Nº. DOCUMENTO 9406862
TITULO La CEPAL promociona el Mercosur.
PROC. 150014
FECHA 12/4/94
VAL.: 510827
Mercosur - 19781 -

La CEPAL promociona el Mercosur

FUNCIONAL Y CON PERSPECTIVAS

El Mercado Común del Sur (MERCOSUR) es el bloque de integración económica más funcional en Latinoamérica y el que cuenta con mayores perspectivas de competitividad ante el resto del mundo, según la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), organismo de las Naciones Unidas.

El MERCOSUR, constituido en 1991 por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, es un mecanismo funcional, abierto a la adhesión de otros países y con una lista reducida de mercancías "protegidas", dijo ayer en la capital brasileña el secretario ejecutivo de la CEPAL, Gert Rosenthal.

La concepción del MERCOSUR posibilita el fortalecimiento de los vínculos económicos entre los países asociados y otros eventuales miembros, y pone la integración al servicio de la competitividad internacional, la misma estrategia propuesta a los gobiernos por la CEPAL para la reactivación económica.

Rosenthal, un economista guatemalteco de 57 años que está al frente del organismo de la ONU desde hace seis años, declaró a EFE que el Mercado Común del Sur ha instituido reglas compatibles con aquellas aceptadas en el comercio internacional dentro del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT).

Entre esas reglas están el certificado de origen de los productos, las fórmulas de salvaguarda y el arbitraje para la solución de diferencias.

En Brasilia, el secretario ejecutivo de la CEPAL se entrevistó este fin de semana con el canciller de Brasil, Celso Amorim, y directivos de las carteras de Hacienda y Planificación.

Rosenthal fue informado sobre el rumbo del plan de estabilización económica en Brasil para rebajar la inflación e instó a sus interlocutores del Gobierno federal a participar en el XXV periodo de sesiones de la CEPAL, que se celebrará del 20 al 27 de este mes en la ciudad colombiana de Cartagena de Indias.

En la cita, la CEPAL examinará los documentos titulados "América Latina y el Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial" y "Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en la presente década".

Rosenthal manifestó su preocupación por la disgregación en la integración que puede representar la proliferación de acuerdos bilaterales -unos veinte- que propician zonas de libre comercio localizadas, si bien causan un distanciamiento en materia arancelaria con otros países.

El Tratado de Libre Comercio (TLC) de Norteamérica puede perjudicar en una primera etapa a la mayoría de las naciones de Latinoamérica, al previlegiar a México - uno de sus miembros, junto con Estados Unidos y Canadá-, según la CEPAL.

No obstante, si la participación mexicana es próspera a medio plazo las consecuencias serán positivas para el conjunto de Latinoamérica, muchos de cuyos países no están en condiciones de adherirse al TLC.

Rosenthal recomendó mayor selectividad en la captación de capitales extranjeros en la región, ya que por el momento ha sido pequeña la parcela destinada a la inversión y a mejorar la capacidad productiva.

Destacó la necesidad de que el Estado incremente su gestión de apoyo al sector productivo, iniciativa que se ha debilitado en los últimos años con el debate sobre la reducción del papel estatal.

"Se pensó entonces que el mercado lo iba a resolver todo y se nos fue la mano", dijo Rosenthal. (efe)

9406862

Nº DOCUMENTO 9406863
TITULO Integración de América Latina será estudiada por la CEPAL
PROC 150015
FECHA 15/4/94
VI 510827
116 77.

Integración de América Latina será estudiada por la CEPAL

LA 15/4

La integración económica de los países latinoamericanos y su inserción en la economía mundial se analizarán la semana próxima en Cartagena, en el vigesimoquinto período de sesiones de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL).

Los participantes en la sesión buscarán líneas de acción para enfrentar los desafíos del desarrollo de fin de siglo, a través del intercambio de experiencias y puntos de vista sobre los avances en el comercio regional y los compromisos de integración de la economía latinoamericana al contexto mundial. Igualmente, estudiarán un documento oficial de la CEPAL en el que se analizan las profundas desigualdades existentes en la situación social del continente y el aumento de la tendencia proteccionista en la economía mundial, que debilitan el libre comercio.

Por Colombia, sede por segunda vez del evento, la primera fue en 1955, participará el ministro de comercio exterior, Juan Manuel Santos, por parte de la CEPAL, el secretario Ernesto Otton y el jefe del servicio de información, Volker Petzoldt. **BOGOTA, (ANSA).**

9406863

Nº DOC. 9406864
TIT: CEPAL y OPS promueven ampliar gasto en Salud a países latinoamericanos.
15C 483
25/4/94
5C0427
12592
11677.

La recomendación surge de un documento conjunto con la OPS

Cepal: aumentar gasto en Salud

Los países latinoamericanos y del Caribe deben aumentar su gasto global en salud y mejorar la eficiencia en el sector, según la Comisión Económica de la ONU para la región (Cepal), y la Organización Panamericana de la Salud (OPS), en una propuesta difundida el pasado viernes en Santiago de Chile.

Los dos organismos regionales promueven, con un enfoque multisectorial, la necesidad de innovar en la organización y modalidad de desarrollo de los sistemas de salud en Latinoamérica y el Caribe para mejorar las condiciones y prestaciones de salud a la población.

La Cepal y la OPS proponen ampliar la cobertura del sistema incorporando a los excluidos, y reformar los sistemas de salud y su financiamiento para aumentar la eficacia en la asignación de recursos. También sugieren políticas para avanzar lo antes posible hacia una mayor equidad.

El trabajo compara al gasto en salud de la región (5% del PBI) con el promedio mundial (que asciende al 8%), concluyendo que esto refleja que cerca de un 90% del gasto mundial en salud es efectuado por las economías de mercado consolidadas y los antiguos países socialistas.

El gasto público en salud, a su vez, es del 2,2% del PBI, proporción que, aunque es menos de la mitad del promedio mundial (4,9%), es superior o semejante a la de otras regiones de nivel de ingresos análogo.

El citado documento parte de la premisa de que la inversión en recursos humanos está relacionada, de modo fundamental, con la salud.

El mejoramiento de la salud —se destaca— "eleva el bienestar de la población y genera un círculo virtuoso entre salud, transformación productiva y equidad".■ ***(EFE)***

ENTR

9406864

C1-01

Nº. DOCUMENTO 9406865
TITULO Cepal aconseja recuperación de salarios para combate de pobreza en A. Latina.
PR 1520557
FE 26.4.1994
VI 5.10.27
11677

Cepal aconseja recuperación de salarios para combate de la pobreza en América Latina

■ La superación de la situación de pobreza que afecta actualmente a vastos sectores de población en todos los países latinoamericanos y cuya incidencia aumentó durante los años ochenta, deberá iniciarse por la vía de una recuperación de los salarios en los sectores formales —incluyendo el sector público— afectados fuertemente durante dicha década, aconsejó la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal).

En relación con ello, el Panorama Social 1993 elaborado por el organismo destaca que la condición de asalariado continúa siendo predominante en América Latina, por cuanto siete de cada diez ocupados urbanos pertenecen a esa categoría. A ello debe agregarse que cerca de 50% del total de la población ocupada urbana en situación de pobreza son asalariados no profesionales ni técnicos, porcentaje que crece a 60% si se incluye a los empleados públicos, alcanzando a 45% si se excluye a los asalariados que laboran en microempresas.

El estudio aprecia, que durante los años '80 la participación porcentual del empleo en organismos dependientes del Estado uruguayo se redujo respecto a la ocupación total. Más aún, en el segundo quinquenio de la referida década la proporción del empleo en la administración pública se acrecentó en cinco países.

Según la Cepal, una segunda vía tiene que ver con el mejoramiento de la productividad y de los ingresos de los ocupados en los estratos rezagados de la economía que cobijan el empleo informal urbano y a los trabajadores del medio rural. El documento puntualiza, que dos de cada cinco ocupados laboran en esos estratos, con escasa o nula cobertura de seguridad social, y que en su gran mayoría están en situación de pobreza.

El examen de los cambios en la distribución del ingreso muestra que el retroceso en materia de equidad durante los años ochenta en América Latina no sólo afectó a los hogares de estratos bajos, agravando la situación de pobreza, sino que también incidió sobre los sectores medios, quienes perdieron participación relativa en la distribución del ingreso.

DOCUMENTO ALGO OSCURO

ENTRADO
CRUZ

9406865

Nº DOCUMENTO 9406866

Finalizó 25° período de sesiones de la CEPAL en Colombia.

150023

28/4/94

510827

65592

11078

Los diez conclusiones del 20º período de sesiones

Cepal recomienda dejar el liberalismo a ultranza

Cartagena (AFP)

■ El vigésimo quinto período de sesiones de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe de las Naciones Unidas (Cepal), que finalizó ayer en el balneario caribeño colombiano de Cartagena, marcó las siguientes diez conclusiones:

1) Se necesita de un esfuerzo que busque la mayor integración posible del hemisferio si se quiere que la economía de la región sea competitiva a nivel mundial.

2) Los acuerdos bilaterales o trilaterales no son necesariamente saludables para la integración total, toda vez que pueden ser excluyentes para otros países a inducir a las naciones firmantes de los mismos a condicionar su economía (para satisfacer a su o sus socios) de una manera que no es la ideal.<

3) Se requiere un apoyo extra a la actividad productiva, que no se ha activado tal como se proyectó en el momento de poner en práctica las políticas neoliberales.

4) Para competir con otras economías, en particular con las de los países del sudeste asiático, se requiere poner especial énfasis en una mayor productividad, con acciones en infraestructura estatal y aún al interior de las empresas privadas.

Las exportaciones latinoamericanas han descendido a nivel mundial de un 7% en 1960 al 3,8 % en 1992, en una tendencia que deberá revertirse.

5) La aplicación de las políticas neoliberales en el continente ha llevado a un desarrollo que no ha sido homogéneo en todos los sectores de la sociedad, por lo cual se requiere una revisión de este enfoque económico para hacerlo más armónico.

6) Se plantea la necesidad de enfatizar en el concepto de equidad social, lo cual obliga a revisar una tendencia respecto a los estados para aplicar una política de libertad de mercados con una intervención mínima.

7) La región ha salido de una crisis que marcó los años 80 (llamada la década perdida), y ha consolidado una época de bonanza que debe ser aprovechada para un desarrollo uniforme, teniendo cuidado de evitar las concentraciones de capital en pocas manos.

8) Hay que desarrollar el capital humano, el cual ha sido hasta ahora muy descuidado, mediante mejores políticas de educación, para lo cual se buscarán mayores recursos.

9) La Cepal, cuyas políticas han sido criticadas por atrasadas, deberán modificarse poco a poco hacia un pensamiento más organizador en los aspectos sociales de la economía.

10) Se requiere de un esfuerzo para "integrar la integración", es decir, para lograr que toda una serie de acuerdos regionales concurran hacia una gran integración global.

DOCUMENTO ALGO OSCURO

ENTRADO

CRUZ

9406866

9406867
URUGUAY ratificará en OEA su posición contraria a pena de muerte.
150023
2-4-93
500889
507465
11078

Sábado 2 de abril de 1994 La República

La adhesión al protocolo quedará formalizada a través de nuestro embajador Julio César Jaureguy y estará vigente también en Panamá y Venezuela

Uruguay ratificará el lunes en OEA su posición contraria a la pena de muerte

■ Uruguay se comprometerá el lunes ante la Organización de los Estados Americanos (OEA) a no aplicar la pena de muerte a ninguna persona sometida a su jurisdicción.

El compromiso quedará formalizado cuando el representante permanente uruguayo en la OEA, embajador Julio César Jaureguy, deposite ante el secretario general de la Organización regional, embajador Joao Clemente Baena Soares, el instrumento de ratificación del Protocolo a la Convención Americana sobre Derechos Humanos relativo a la Abolición de la Pena de Muerte.

La entrega se realizará en una ceremonia a las 16.00 horas del lunes en la Galería de los Héroes del Edificio de la OEA en Washington, ante la comunidad diplomática hemisférica y miembros de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos.

El Protocolo tuvo su origen en una iniciativa del Uruguay, por lo que el gobierno de ese país, cumplida la instancia parlamentaria en la que dicho documento pasó a ser ley de la República en el ámbito nacional, le asigna especial importancia a la ratificación a formalizarse el lunes.

Como consecuencia de la iniciativa uruguaya, el Protocolo fue adoptado por la Asamblea General de la OEA en su Vigésimo Período Ordinario de Sesiones realizado en Asunción, Paraguay, en junio de 1990.

En su preámbulo, el Protocolo expresa que "toda persona tiene el derecho inalienable a que se le respete su vida sin que este derecho pueda ser suspendido por ninguna causa" y agrega que "la tendencia de los Estados americanos es favorable a la abolición de la pena de muerte".

Al ratificar el lunes Uruguay su adhesión al Protocolo, éste estará vigente para tres países. Los otros dos son Panamá y Venezuela. Lo han firmado, estando pendiente su ratificación, Costa Rica, Ecuador y Nicaragua.

188091

01-02

9406867

Embajador Compatriota Ante la OEA, al Ratificar Protocolo

LR RCP 5/4/94

"ABOLICION DE LA PENA DE MUERTE LIGADA A LA HISTORIA DE URUGUAY"

El Embajador del Uruguay ante la OEA, Julio César Jaureguy depositó hoy el instrumento de ratificación del Protocolo adicional a la Convención Americana sobre Derechos Humanos relativo a la Abolición de la Pena de Muerte.

En el marco de una ceremonia realizada en la Galería de los Héroes de la sede de la OEA, en Washington, el Secretario General de la Organización hemisférica, Embajador Joao Clemente Baena Soares subrayó que "el compromiso que hoy asume Uruguay reviste especial importancia", agregando que "fue su gobierno el que tomó la iniciativa para la elaboración del Protocolo relativo a la abolición de la pena de muerte".

Baena Soares recordó que "pese a haber transcurrido casi cuatro años desde la firma de este protocolo, Uruguay se convierte hoy en el tercer Estado Miembro que a la fecha lo ha ratificado, luego de Panamá y Venezuela".

El diplomático brasileño subrayó que el Uruguay, país donde la pena de muerte fue abolida en 1907, se ubica "entre los países que internacionalmente se conocen como totalmente abolicionistas por ley".

Por su parte, el Embajador Jaureguy afirmó "que la abolición de la pena de muerte está ligada a la historia misma del Uruguay".

El Representante Permanente del Uruguay ante la OEA añadió que el Profesor Dámaso Antonio Larrañaga "ya en 1831 presentó un proyecto de ley favorable a la abolición de la pena de muerte".

Subrayó que "Hace 87 años, desde 1907 la pena de muerte fue abolida en Uruguay.

Tras reseñar el proceso de gestación del protocolo adicional a la Convención de Derechos Humanos sobre la abolición de la pena de muerte, en el que Uruguay tuvo un activo papel, desde 1987 hasta su aprobación el 8 de junio de 1990, informó que dicho protocolo fue aprobado por el Parlamento de su país el 15 de diciembre de 1993, promulgándose la ley, el 31 de diciembre del mismo año por el Poder Ejecutivo.

El diplomático recalcó que con el depósito del instrumento de ratificación, el Uruguay sobraya "su firme y sólido compromiso con los derechos humanos y con la ley como mecanismo regulador de la sociedad".

9406867

Nº DOCUMENTO 9406868

Texto de la condena de OEA a Cuba

● *"Profundamente preocupada por las amenazas y violación de los derechos humanos"*

El pasado 3 de marzo, la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas emitió una declaración de condena hacia el régimen cubano, destacando la existencia de: "detenciones arbitrarias, las palizas, el encarcelamiento y la violación de las libertades fundamentales por parte del Gobierno de Cuba". El siguiente es el texto completo de la resolución de la ONU.



La crítica situación en Cuba, empeora día a día

<u>**1. Situación de los Derechos Humanos en Cuba**</u>

<u>**La Comisión de Derechos Humanos**</u>

<u>**Recordando**</u> su resolución 1993/93 de 10 de marzo de 1993, relativa a la confirmación y la prórroga del mandato del Relator Especial de la Comisión para examinar la situación de los derechos humanos en Cuba e informar sobre ella y para mantener contactos directos con el Gobierno y los ciudadanos de Cuba,

<u>**Recordando asimismo**</u> la resolución 48/142 de la Asamblea General, de 20 de diciembre de 1993, relativa a la situación de los derechos humanos en Cuba,

<u>**Recordando con profundo agradecimiento**</u> los esfuerzos del Relator Especial para cumplir el mandato relativo a la situación de los derechos humanos en Cuba,

<u>**De conformidad**</u> con el párrafo 3 del artículo 69 del reglamento de las comisiones del Consejo Económico y Social.

<u>**Reafirmando**</u> que todos los Estados Miembros tienen la obligación de promover y proteger los derechos humanos y las libertades fundamentales, según se proclaman en la Carta de las Naciones Unidas y se detallan en la Declaración Universal de Derechos Humanos, en los Pactos Internacionales de Derechos Humanos y otros instrumentos de derechos humanos pertinentes.

"Pedimos se permita la vista del Relator Especial de ONU"

<u>**Tomando con profundo pesar**</u> de que el Gobierno de Cuba ha seguido negándose a cooperar con el Relator Especial y se ha negado a permitirle que visite Cuba para cumplir su mandato

<u>**Profundamente preocupada**</u> por la información obtenida por el Relator Especial sobre las detenciones arbitrarias, las palizas, el encarcelamiento, el hostigamiento y las amenazas, comprendida la de pérdida del empleo, de que son objeto los defensores de los derechos humanos y otras personas que ejercen pacíficamente sus derechos,

<u>**Profundamente preocupada**</u> por el hecho de que continúen las violaciones en Cuba de los DDHH y las libertades fundamentales proclamadas en la Declaración Universal de los Derechos Humanos, tales como las libertades de circulación, de pensamiento, de religión y conciencia, de opinión y de expresión, de reunión y asociación y los derechos asociados a la administración de justicia, <u>**1. Acoge con satisfacción y hace suyo**</u> el informe del Relator Especial;

<u>**2. Pide al Gobierno de Cuba**</u> que dé al Relator Especial la oportunidad de cumplir plenamente su mandato, en particular permitiéndole visitar Cuba;

<u>**3. Expresa su especial preocupación**</u> por el hecho de que el Gobierno de Cuba no haya cumplido su compromiso, común a todos los Estados Miembros, de cooperar con la Comisión de Derechos Humanos, de conformidad con los artículos 55 y 56 de la Carta de las Naciones Unidas;

<u>**4. Lamenta profundamente**</u> las múltiples denuncias no atendidas sobre violaciones de los DDHH básicos y las libertades fundamentales que se describen en el informe del Relator Especial, y expresa su especial preocupación por la intolerancia que prevalece por lo que respecta a la libertad de expresión y de reunión en Cuba;

<u>**5. Pide al Gobierno de Cuba**</u> que aplique las ocho medidas recomendadas en el informe del Relator Especial a fin de que la observancia de los derechos humanos y las libertades fundamentales en Cuba responda a las normas universalmente reconocidas de conformidad con el derecho internacional y los instrumentos internacionales de derechos humanos correspondientes, y ponga fin a todas las violaciones de los derechos humanos, en particular la detención y el encarcelamiento de los defensores de los DDHH y otras personas que ejercen pacíficamente sus derechos;

<u>**6. Confirma y prorroga**</u> el mandato del Relator Especial por un año;

<u>**7. Pide al Relator Especial**</u> que mantenga contacto directo con el gobierno y los ciudadanos de Cuba, según se estipula en resoluciones anteriores de la Comisión;

<u>**8. Recomienda que los mecanismos existentes**</u> de la Comisión de DDHH, en particular el Grupo de Trabajo sobre la Detención Arbitraria y el Relator Especial sobre la cuestión de la tortura, continúen prestando atención, en el desempeño de sus mandatos, a la situación en Cuba y en su caso, consideren la posibilidad de visitar Cuba;

<u>**9. Invita al Relator Especial**</u> y a los mecanismos temáticos existentes de la Comisión mencionados en la presente resolución a que cooperen plenamente e intercambien su información y sus conclusiones sobre la situación de los DDHH en Cuba;

<u>**10. Pide al Secretario General**</u> que proporcione toda la ayuda necesaria al Relator Especial;

<u>**11. Pide al Relator Especial**</u> que desempeñe su mandato teniendo en cuenta, en particular, la Declaración de Universal de los Derechos Humanos, que presente un informe provisional a la Asamblea General en su cuadragésimo noveno período de sesiones y que informe a la Comisión en su 51º período de sesiones sobre los resultados de los esfuerzos que realiza en cumplimiento de la presente resolución.

COMISION DE DERECHOS HUMANOS
Naciones Unidas

86088T

9406868

9406869
se inaugura Centro de Inf. sobre Niñez y Familia en El Salvador.
130023
26-4-94
000899
507511

IIN inaugura Centro de Información sobre Niñez y Familia en El Salvador

■ Un centro nacional de información sobre niñez y familia con casi treinta mil referencias bibliográficas será inaugurado hoy en El Salvador, como resultado de un acuerdo de cooperación entre el gobierno de ese país centroamericano, el Reino de España y la Organización de los Estados Americanos (OEA), a través de su organismo especializado, el Instituto Interamericano del Niño (IIN).

El nuevo centro focal que fue puesto en funcionamiento por técnicos del IIN en el mes de marzo, estará abierto al público en esa nación centroamericana y aportará abundante material bibliográfico sobre adopción, abandono, maltrato, prostitución infantil y derechos de la niñez, entre otros importantes temas que tanto preocupan a los especialistas. Desde la sede del IIN en Montevideo se trasladó para la inauguración una delegación, encabezada por la directora general, doctora Eugenia Zamora Chavarría.

El centro fue creado en el marco de un acuerdo que involucra al mencionado organismo de la OEA, al Ministerio de Asuntos Sociales de España, a la Agencia Española de Cooperación Iberoamericana (AECI) y al Instituto Salvadoreño de Protección al Menor, que dirige la licenciada María Teresa Delgado de Mejía y que preside la primera dama de la nación, señora María Margarita Llach de Cristiani.

Este es un nuevo eslabón del Proyecto de Información Documental del IIN que ha generado una red de información, con una base de datos que es la mayor en datos documentales sobre niñez y familia en América Latina y el Caribe. Cuenta con casi 30 mil referencias bibliográficas para atender las necesidades de dos mil ochocientas entidades usuarias en las Américas y otras regiones del mundo. El eje coordinador del Proyecto se encuentra instalado en la sede del IIN en Montevideo y en el mismo participan actualmente seis centros focales, localizados en Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador, Honduras y Paraguay, a los que se sumará el de El Salvador. Cada uno de los centros focales tienen a su cargo la recolección de información nacional y la diseminación de la información del sistema en su país. Para el caso de los países donde todavía no existen centros focales, esas tareas se llevan a cabo desde la propia sede del Instituto Interamericano del Niño.

188099
01-01
9406869

9406870
OEA homenajeó a Jiménez de Aréchaga
150015
7-4-94
500889
507496

La OEA homenajeó a Jiménez de Aréchaga

Fue un campeón de los derechos humanos

WASHINGTON, (ANSA)- El Secretario General de la Organización de los Estados Americanos (OEA), Joao Baena Soares, expresó ayer "hondo pesar" por el fallecimiento del jurista uruguayo Eduardo Jiménez de Aréchaga.

Baena envió una carta al Presidente uruguayo Luis Alberto Lacalle, en la que señala que Jiménez fue "maestro de ilustres juristas".

"La descollante trayectoria profesional del doctor Jiménez de Aréchaga lo convirtió en una reconocida autoridad internacional en su especialidad", agrega.

El jurista, quien falleció el lunes en Punta del Este, fue Presidente de la Corte Internacional de Justicia de La Haya como así también de varios tribunales arbitrales entre países en litigio.

Homenaje de la OEA

El Consejo Permanente de la OEA rindió, en pleno, homenaje póstumo a Eduardo Jiménez de Aréchaga. Fue un "maestro de maestros", dijo el Embajador uruguayo Julio César Jauregui, quien agregó que el extinto "dedicó su vida a la defensa de los derechos del hombre".

"Muchos de los aquí presentes se enriquecieron con las enseñanzas del gran maestro", observó el diplomático.

Hermens Navarro, de Costa Rica, se unió a las palabras de Jauregui, subrayando que "se trata de un ilustre jurista que ha brindado sus servicios en toda América".

Guido Grooscors, Embajador de Venezuela ante la OEA, destacó la labor internacional de Jiménez de Aréchaga y recordó que cumplió funciones de asesor legal en su país.

La Mañana 7/4/94

FOTOCOPIA CON PARTES POCO LEGIBLES.

188092

01-01

9406870

9406871
150518
12-4-94
500889
65671

ROBAINA SIGUE PREDICANDO

Cuba mira de reojo hacia la OEA

Cuba no pondrá obstáculos para volver a la Organización de Estados Americanos (OEA) si los países miembros de ese organismo se lo piden, afirmó ayer, lunes, el ministro cubano de Relaciones Exteriores, Roberto Robaina.

Cuba fue expulsada de la OEA en 1962, a instancias de Estados Unidos y desde entonces asumió una actitud duramente crítica de ese organismo, al que calificó antes de "ministerio de colonias de EE.UU.".

El canciller cubano dijo que "nada se puede evaluar de la misma manera cuando han transcurrido 30 años" y señaló que tampoco los países latinoamericanos están "en las mismas circunstancias en que estaban tres décadas atrás con relación a la OEA".

"Con independencia de que la intención de Estados Unidos sea igual, lo que no me corresponde evaluar, creo que América latina no es la misma que hace 30 años y, por lo tanto, ese organismo puede ser un espacio en el que los latinoamericanos discutan sus problemas de una forma abierta, franca y sincera", afirmó Robaina.

"Si así lo lograra la OEA y si así lo lograra Gaviria, nosotros no tendríamos nada en contra", subrayó.

Al referirse a un eventual regreso de su país a ese foro político americano, Robaina afirmó que su país "no tiene nada que negociar" al respecto y que tampoco reclama que se le permita volver. "De ese lugar nos expulsaron injustamente y regresaremos si de allí mismo surgen voces, como comienzan a surgir ahora, que planteen la idea de que la OEA debe ser con Cuba y no sin Cuba", afirmó el ministro cubano. "Si ese pronunciamiento se plasma, mi país no va a poner las trabas", añadió.

Al comentar las relaciones con Perú, el canciller visitante dijo que son "normales, pero hay que hacerlas más normales y no resignarnos a que fueron históricas en su momento", en alusión a la participación de peruanos en la guerra de independencia cubana.

Robaina firmó ayer con su colega peruano, Efraín Goldemberg, un convenio de cooperación aduanera y otro de lucha contra el narcotráfico.

Horas antes, mantuvo una reunión con cerca de 200 empresarios peruanos, a los que invitó a invertir en Cuba, tras informarles de los incentivos que ofrece su país.

9406871

Nº. DOCUMENTO 9406872
TITULO Grandes intereses dominantes en el mundo han hecho un negocio del NOMundial
15001 4
15-4-94
501 01.3

Grandes problemas de nuestros tiempos

UN NEGOCIO REDONDO DEL NUEVO ORDEN MUNDIAL

Los grandes intereses dominantes en el mundo han hecho literalmente un negocio redondo con esto del Nuevo Orden Mundial, la globalización de la economía internacional y la universalización de "su" ideal de democracia.

Este efímero "fin de la historia" y "muerte de las ideologías" que festeja el establishment - una más y van... -, confirma ciertas premoniciones de algunos filósofos que, desde los albores de la "era industrial", advirtieran respecto al riesgo que la Humanidad corría de caer en el angustioso "extrañamiento" del ciudadano común respecto de la sociedad de la que forma parte.

El sentimiento de pertenencia a la comunidad y de identidad con la tierra, tan arraigado en las sociedades pre-industriales, aún tan vivo en las comunidades denominadas "tradicionales", es barrido en nombre de la modernidad y el progreso científico-técnico.

En su lugar se edifica un órden social en el que el ciudadano pierde, en la jungla de las "civilizadas" relaciones impersonales que propicia la gran industria, aquellos vínculos que le permitían identificarse con su sociedad y su medio, al tiempo de desarrollar una clara percepción de su propia identidad como individuo.

La sociedad "post-industrial" actual, recogiendo ese legado, profundiza en el plano social, político y cultural este fenómeno; uno de los grandes problemas que ya no sólo afecta al mundo de la opulencia, sino que constituye uno de los males profundos que se agitan bajo la superficie de los conflictos étnicos, religiosos o nacionales que atormentan al mundo actual.

Decíamos, sin embargo, que estamos ante un "negocio redondo".

En efecto; el nuevo concepto de democracia que caracteriza a esta era post-industrial, cuidadoso de las formas que otorgan "legalidad" al sistema, ignora sistemáticamente aquellos elementos que sustentan su "legitimidad" a los ojos del ciudadano y que se vinculan con la participación real en las principales decisiones que lo involucran.

El ciudadano, se convierte en consumidor, no sólo de objetos e imágenes, sino de decisiones que lo afectan pero cuya adopción se concreta en esferas y con fundamentos que le resultan crecientemente ajenos; al igual que la sociedad en que vive.

Al "extrañamiento" se viene a sumar, potenciándolo, este nuevo fenómeno que lleva a un generalizado "desencanto" respecto a la sociedad, a sus supuestos representantes en los círculos de decisión y, en general, de todo lo que conforma ese entorno que, pese a determinarlo y a constituir su medio, percibe como lejano; ajeno.

Sobreviene así el impulso hacia lo individual y la apatía frente a los temas sociales y políticos más generales; una actitud ideal para un sistema que no posee interés en generar una participación que le resultaría "poco funcional".

A lo sumo queda el ámbito de "lo local", allí donde es posible recuperar cierto sentido de pertenencia y donde el "ciudadano desencantado" puede volcar sus energías en una especie de "ficción-real" de participación que, sin embargo, no cuestiona la esencia del sistema y, además, se esteriliza inevitablemente frente a las determinaciones que la esfera más general de "lo político" le impone.

Negocio redondo para el Nuevo Orden Mundial. Generar ciudadanos "desencantados", luego, fundado en su apatía, negar la necesidad de canales de participación y desarrollar "su" democracia; puro cascarón y nada de yema.

Un "negocio redondo" en el que la izquierda también ha decidido participar en muchos países del mundo.

9406872
01 - 01

Nº. DOCUMENTO 9406873
TITULO "Cosas" del Nuevo (?) Orden Mundial
150014
20-4-94
561 013

"Cosas" del Nuevo (?) Orden Mundial

EL UNICO ARGUMENTO: LA FUERZA

Que el Nuevo Orden Mundial se basa en los más crudos principios de la "realpolitik" parece fuera de toda duda.

Ni el más mínimo atisbo de respeto a los principios del derecho internacional puede adivinarse en el desarrollo de los acontecimientos internacionales de los últimos tiempos.

La vigencia del derecho internacional decaeció explícitamente desde que, en plena Guerra del Golfo, el Secretario General de la ONU, debió admitir que si bien la "Operación Tormenta del Desierto" se desarrollaba gracias a la autorización extendida por el Consejo de Seguridad, la formidable alianza militar que descargó una nunca vista parafernalia de destrucción sobre Irak, se hallaba fuera del control de la ONU.

Ni el Secretario General, ni el Consejo de Seguridad, ni la propia Asamblea General de ONU era capaces, aseguró Pérez del Cuellar, de garantizar nada a la comunidad internacional respecto a los hechos que, sin embargo, se se habían desencadenado bajo su responsabilidad.

Podrían citarse muchos ejemplos de que el único principio que rije efectivamente la relación entre los Estados en el mundo actual es el de la fuerza y los hechos consumados.

EEUU ha estado aplicando ese principoio, en carácter de "gendarme mundial" con absoluta discreción y desparpajo.

En los últimos días se ha sabido, aunque las agencias internacionales se hayan cuidado bien de no exagerar la difusión del hecho, que el gobierno norteamericano ha debido pagar tributo a las "reglas de juego" por él mismo establecidas en el mundo.

En efecto, no sin escándalo, el Secretario de Defensa norteamericano debió admitir recientemente que su gobierno, de hecho, está dispuesto a admitir que Corea del Norte y Pakistán posean armamento atómico, siempre y cuando éste sea "pequeño".

En el caso de Pakistán, la promesa de sus gobernantes de no ir más allá de las dos o tres bombas almacenadas en sus depósitos atómicos, ha sido suficiente para que el Pentágono desbloquee la entrega de cazabombarderos F-16 a sus FFAA. Aviones que, ciertos mal pensados en EEUU, han sugerido podrían ser muy útiles a Pakistán, en caso de crisis bélica con India, para lanzar uno dos bombas atómicas sobre su vecino y rival.

Lo de Corea del Norte es más gráfico aún. Abruptamente, la escalada de amenazas de EEUU contra el régimen de Kim-Il-Sung, motivadas por la sospecha de que ese país pudiera estar fabricando armamento atómico, se detuvo recientemente.

Todo lleva a suponer que tal imprevisto aflojamiento de las tensiones se debió precisamente a que EEUU llegó a la conclusión de que Pyongyang ya posee por lo menos una bomba atómica.

La comprobación, sumada a la inquietante revelación de que los estrategas militares del Pentágono no están de acuerdo respecto a la capacidad norteamericana de "castigar" a Corea del Norte como lo hicieron con Irak, revela los naturales "límites" de la prepotencia.

En efecto, se acaba de saber que en 1991, EEUU en base a la información renida por sus servicios de información realizaron una serie de "juegos de guerra" por medios electrónicos, simulando todas las posibles hipótesis de desarrollo posible de un conflicto bélico en la península de Corea.

El resultado de tales simulaciones de guerra condujeron a los estrategas militares norteamericanos a la irrefutable evidencia de que Corea del Norte estaba en condiciones de inflingir una terrible derrota militar a EEUU en caso de una guerra con Corea del Sur.

Desde entonces, los especialistas militares han estado trabajando para mejorar la capacidad de militar de Corea del Sur y el equipamiento de sus propias tropas en la región. Sin embargo, las opiniones en el Pentágono continúan siendo poco concluyentes.

Si a ello se suma que Corea del Norte posee "algunas pocas" bombas atómicas en sus innumerables instalaciones subterráneas, bajo toneladas de granito y a muchas decenas de metros bajo tierra, la repentina "sensatez" que ha invadido a la Casa Blanca encuentra explicación.

¿Será que Kim Il Sung encontró la fórmula para "torcer el brazo" al "gendarme" mundial?

De todas formas el asunto posee implicancias inquietantes.

Ahora ya se sabe; todo consiste en desarrollar secretamente la capacidad de fabricar la bomba atómica. Nada tan complejo actualmente.

Una vez en poder de uno o dos bombas, el poder de "disuasión" que ello supone, otorga el poder de negociación suficiente para evitar las represalias militares del Pentágono. Cosas del Nuevo Orden (?) Mundial...

9406873

Nº. DOCUMENTO 9406874
TITULO Teleopuerto ... Zona Franca de Florida
PROCEDENCIA 15048?
FECHA DE ... 5/4/94
VINCULACIÓN 55924 50466

Capitales uruguayos, argentinos, rusos y norteamericanos

Un "jardín de antenas parabólicas" crecerá en la Zona Franca Florida

El Grupo Alas alcanzó un importante acuerdo con la Zona Franca de Florida, permitiendo que se desarrolle allí un telepuerto de inusuales características para el interior del país.

Un grupo económico —integrado con capitales uruguayos, argentinos, norteamericanos y rusos— instalarán en la Zona Franca de Florida un telepuerto que estará conectado a diversos satélites que funcionan en el mundo.

Luis Calachi —presidente de la ZF Florida— dijo a *El Observador* que los empresarios eligieron esa zona por estar alejada de edificios altos y de montes. "Eso va a facilitar enormemente los servicios de este verdadero jardín de antenas parabólicas que se van a levantar acá", dijo el empresario.

Las 10 antenas que se instalarán dentro de poco tiempo estarán orientadas hacia el norte.

Este sistema permitirá, por ejemplo, que un empresario argentino se comunique con Europa a través de este telepuerto.

Será más barato y además se incorpora la imagen a la palabra. La ley 15.921 de Zonas Francas impide que usuarios de territorio no franco utilicen este servicio. Para que los uruguayos puedan puedan acceder a este telepuerto deberán instalarse en la zona franca.

El grupo Alas —que impulsa este proyecto— construirá un edificio de mil metros cuadrados y usufructuará un predio de 10 mil metros cuadrados.

Este emprendimiento está siendo acompañado por 15 técnicos rusos de primer nivel que capacitarán a técnicos uruguayos. Se espera además, una ocupación importante de mano de obra de la zona.

El citado grupo —según pudo saber *El Observador*— tiene importantes conexiones internacionales, por lo que se espera un rápido desarrollo de los servicios que se brindarán desde allí.

Con esta iniciativa es el segundo telepuerto que funcionará en una zona franca. Ya funciona el de la Zona Franca de Montevideo, que está conectado con el satélite Panamsat I. ■

ENTR...

9406874

Nº. DOCUMENTO 9406875
TITULO Empresa japonesa se instaló en Z F de Florida
PROCEDENCIA 15/4/93
FECHA DE RECEPCION 5/5/93
VINCULACIONES 55934
60264
6774(

Nissan se instaló en Florida



Repuestos originales
Desde una zona franca a la región

La empresa japonesa Nissan —de fuerte presencia en varias zonas francas de la región— brindará todos sus servicios de repuestos para Uruguay y los países de la región desde la Zona Franca de Florida.

En plena ruta 5 —antes de llegar a la capital departamental— Nissan exhibe un gran cartel, en donde se informa que allí, en Zona Franca Florida, están todos los repuestos de todos los modelos. "Esto permite un rápido servicio de abastecimiento a los concesionarios de la región, lo que significa un gran paso en el desarrollo de la marca, fundamentalmente en Uruguay donde Nissan es la tercera marca en venta de automóviles", dijo a *El Observador* uno de los empresarios. ■

9406875

Nº. DOCUMENTO 9406876
TITULO Invertirán U$S 1,5 mill, en Z.F. Colonia
PROCEDENCIA 15.4.94
FECHA DE 6/4/94
VINCULADO 515934
5x 7466

Invertirán US$ 1,5: en ZF Colonia



Zona Franca de Colonia

En manos privados ya se observan los cambios

El Grupo Continental —que el pasado 24 de marzo recibió de manos del Estado la administración de la explotación de la Zona Franca de Colonia— tiene previsto invertir US$ 1,5 millones, y planea también concluir las obras de infraestructura antes de los plazos acordados en el contrato.

A partir de la firma del contrato de adjudicación, en enero pasado, la empresa implementó una serie de medidas tendientes a cumplir con distintas obligaciones. Así, se ha contratado a técnicos uruguayos y extranjeros como asesores en las áreas de informática, legal, contable, económico financiera, auditoría y otras afines.

Desde el pasado 24 de marzo —cuando la empresa asume las plenas responsabilidades en el emprendimiento— se inicia una segunda fase. Ya se observan los cambios en la citada zona franca, fundamentalmente en el área de la vigilancia en donde se contrató los servicios de la empresa Group4-Juncadella.■

9406876

Nº. DOCUMENTO 9406877
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULO

El sentimiento del diputado frenteamplista es ampliamente compartido por pobladores de Colonia y Nueva Palmira

Thelman Borges se manifestó dolorido y sorprendido por la resolución del Senado sobre "zonas francas"

La República Entera — Ricardo Aranda — COLONIA

El diputado frenteamplista por el departamento de Colonia Thelman Borges manifestó en el día de ayer a LA REPUBLICA sentirse "profundamente dolorido y sorprendido por la decisión tomada en el Senado por los representantes del Partido Nacional, Partido Colorado y Nuevo Espacio, de devolver a la comisión respectiva el proyecto —presentado el año anterior— para que no fueran privatizadas las Zonas Francas de Colonia y Nueva Palmira.

Semanas atrás el grupo Continental —quien ganó la licitación para administrar la Zona Franca de Colonia— tomó posesión de la misma y la Zona Franca de Nueva Palmira aún pertenece a la órbita estatal.

Durante 1993 la ciudadanía del departamento se vio sacudida por la arremetida del gobierno nacional para pasar a manos privadas la administración de las Zonas Francas (ZF) de Colonia y Nueva Palmira.

A esta posibilidad se opusieron las fuerzas vivas de ambas ciudades, los propios usuarios, la Junta Departamental y el intendente nacionalista doctor Mario Gayol.

En el plano legislativo sólo el diputado Thelman Borges quedó con esta iniciativa mientras por la privatización se manifestaron los diputados herreristas Carlos Garat, Edison Sedarri y Jorge Conde del Batllismo Radical. A mitad del año pasado Borges inició contactos con otras fuerzas políticas y fue así que se redactó un proyecto de ley para que ambas zonas permanecieran en el ámbito estatal. El proyecto fue firmado por los diputados Guillermo Stirling (Foro Batllista), Baltasar Prieto (Nuevo Espacio), Antonio Guerra (Cruzada 94), y Thelman Borges (Frente Amplio). Al tratar el tema la Cámara de Diputados en diciembre del 93, este cuerpo lo aprobó en mayoría.

En los últimos días de la semana anterior el Senado al tratarlos decidió —con el voto contrario de los senadores frenteamplistas— volver el tema a comisión.

Borges opinó que esto significa darle un entierro de lujo al tema.

"El Senado desconoce de esta forma la opinión de la mayoría de los colonienses, de sus fuerzas vivas, de los usuarios de zona franca y del gobierno departamental.

Creo que ha sido un profundo error del Senado y me sorprende la actitud del senador Carlos Julio Pereyra y del resto de las fuerzas políticas que incluso habían firmado la iniciativa.

¿De qué vale la soberanía del departamento y la opinión de sus máximos representantes?", preguntó el legislador. Por último Borges declaró a LA REPUBLICA que no dejará por el camino tanto esfuerzo y propondrá que se discuta el tema. "Hasta ahora sólo los legisladores del Frente hemos defendido el proyecto".

NUEVA INICIATIVA

El diputado por Colonia anunció que el próximo lunes presentará en el Parlamento un nuevo proyecto para que la Zona Franca de Nueva Palmira sea administrada por la Intendencia Municipal de Colonia para que este organismo departamental recoja las voluminosas ganancias que deja la administración de zonas francas.

9406877.

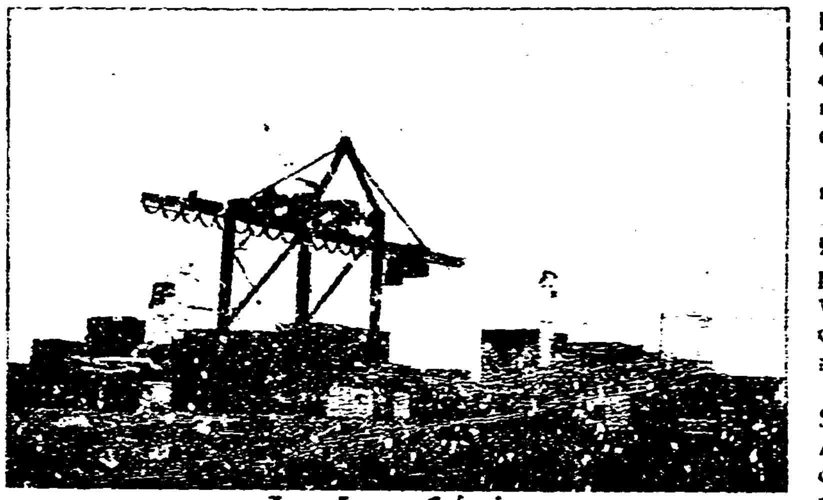
Nº. DOCUMENTO 9406878
TITULO Grupo Continental busca impulsar Z. F. de Colonia
PROCEDENCIA 1504783
FECHA 12/4/94
VINCULACIONES 515734

El proyecto incluye una amplia gama de servicios

OBS 12/4/94

Grupo Continental busca impulsar Zona Franca de Colonia iniciando nueva etapa

En el año 1992 el Poder Ejecutivo resolvió el llamado a Licitación Pública Nacional e Internacional, para la adjudicación de la administración de la Zona Franca de Colonia. La misma incluía la construcción y conservación de la infraestructura e instalaciones, la provisión del equipamiento necesario, la prestación de servicios y la promoción de las actividades de la zona franca en el exterior.



Zona Franca Colonia
Comienza nueva fase con explotación y administración privada

Entre las diversas propuestas presentadas, resultó adjudicataria la de Grupo Continental Zona Franca S.A., que suscribió el correspondiente contrato con el Estado, el 24 de enero de 1994 y tomó posesión de la zona el 24 de marzo pasado.

Lo que sigue es una síntesis de una entrevista realizada al principal de la firma, Manuel Miyar.

—¿Qué significa para Grupo Continental la etapa emprendida como explotador de la Zona Franca de Colonia?

—En primer lugar un gran honor y una mayor responsabilidad por haber sido seleccionada nuestra propuesta, lo que significa además un compromiso con la comunidad, al servicio de la cual se ha puesto una organización profesional seria, competitiva y experiente, con el objetivo de aumentar la eficiencia y funcionamiento de la más importante zona franca del país.

Este compromiso implica la obligación de prestar al Estado, propietario de la zona y de su infraestructura y a los usuarios particulares, una amplia gama de servicios, así como la construcción de la infraestructura necesaria, con la finalidad de colocar a este polo de desarrollo industrial, comercial y de servicios en la avanzada de lo que son hoy modelos de zonas francas en el mundo.

—¿Cuáles son las etapas previstas a desarrollar?

—A partir de la firma del contrato de adjudicación, en este año, la empresa ha implementado una serie de medidas, tendientes a cumplir con distintas obligaciones: contratación de acreditados técnicos nacionales y extranjeros como asesores en áreas de informática, legal, contable, económico financiera, auditoría y otras afines. Dicho equipo ha preparado la totalidad del cronograma de funcionamiento de la empresa y de la administración de la zona, con un criterio moderno y profesional, el que se ha comenzado a aplicar desde el mismo momento de la toma de posesión, el 24 de marzo pasado.

Simultáneamente se encuentran en ejecución las propuestas de prestaciones de servicios, en las áreas de seguridad, iluminación, conservación y limpieza, control documentario y de stocks, balanza, sistemas informáticos, comunicaciones, seguros, warrants, etc.

Para las distintas etapas se ha implementado la contratación de las obras de infraestructura y construcción de edificios, de acuerdo con los términos y cronograma presentado en la oferta, la que representa una inversión del orden de los US$ 1.500.000. Esta inversión prevista entre el corto y el mediano plazo, se prevé adelantar las obras incluso respecto a los plazos acordados.

—¿Qué ventajas implicará la nueva administración, para los usuarios e interesados en los servicios que presta dicha zona franca?

—Entendemos que cumpliendo con el objetivo de la concesión, esto es permitir a la empresa privada las actividades en el campo de la creatividad, competencia y eficiencia, manteniendo el Estado el control total de la actividad y el cumplimiento de sus funciones esenciales, habrá de dotarse a Zona Franca de Colonia de las enormes posibilidades de expansión de su actividad, radicando nuevas inversiones productivas para el país.

En la medida que la zona franca muestre el marco adecuado en infraestructura y servicios, trabajos a los que se encuentra abocado Grupo Continental junto al marco legal vigente y a la excelente localización de la misma, nuevos inversores se radicarán en la misma a corto plazo.

Grupo Continental Zona Franca S.A., cuenta con una vasta Red de Agentes ya contratados que se encuentran actualmente realizando la promoción de la Zona Franca de Colonia en los principales centros comerciales, no sólo del área, sino también en Europa, Asia y Estados Unidos.

Con esto demostramos que la labor de la empresa no sólo se desarrollará en lo referido a la administración e implementación de la zona, sino también en la promoción comercial de la misma, lo que sin dudas habrá de beneficiar no sólo a los usuarios y al departamento de Colonia, sino también al país todo, colaborando así para su crecimiento productivo y comercial.

Queremos también agradecer a las autoridades uruguayas y a los particulares por la confianza depositada en nuestra empresa y a todos los que de alguna manera han colaborado para hacer que este emprendimiento sea modelo entre las zonas francas más avanzadas del mundo.

ENTRADO
CRUZ

9406878

15029
6/6/94
515934

Grupo Continental Impulsa una Zona Franca Modelo en Colonia

Grupo Continental Zona Franca S.A. se hizo cargo de la administración de la Zona Franca de Colonia (ZFC) tras la suscripción del correspondiente contrato con el Estado, en el marco del llamado público que realizó el Poder Ejecutivo en 1992.

La empresa adjudicataria está obligada a la construcción y conservación de la infraestructura e instalaciones de la ZFC, además de la provisión del equipamiento necesario, la prestación de servicios y la promoción de las actividades de la Zona Franca en el exterior.

Los directivos del Grupo Continental Zona Franca S.A., Manuel Miyar y Amir Abou Salem, manifestaron que han creado "una organización profesional, seria, competitiva y experiente, con el objetivo de aumentar la eficiencia y funcionamiento de la Zona Franca más importante del país".

DESAFIO

Grupo Continental asumió el desafío que implica la obligación de prestar al Estado, propietario de la Zona y de su infraestructura, y a los usuarios una amplia y eficiente gama de servicios, con el objetivo de "colocar a este polo de desarrollo industrial, comercial y de servicios en la avanzada de lo que son hoy modelos de Zonas Francas en el mundo".

A partir de la firma del contrato de adjudicación, en enero pasado, la empresa implementó un conjunto de medidas tendientes a cumplir con distintas obligaciones tales como: contratación de acreditados técnicos nacionales y extranjeros como asesores en áreas de informática, legal, contable, económico financiera, auditoría y otras afines.

Paralelamente, actualmente se encuentran en ejecución los completos programas de prestaciones de servicios en materia de seguridad, iluminación, conservación y limpieza, control documentario y de stock, balanza, sistemas informáticos, comunicaciones, seguros, warrants, etc.

MILLONARIA INVERSION

Consultados por los montos que serán invertidos en la construcción de edificios y obras de infraestructura, los directivos señalaron que se destinará una suma del orden de los U$S 1.500.000. Esta inversión prevista, entre el corto y mediano plazo, determinará un significativo avance de obra, inclusive respecto a los plazos acordados.

Grupo Continental permitirá a las empresas privadas las actividades en el campo de la creatividad, competencia y eficiencia, bajo el absoluto control estatal, agregaron.

Asimismo, subrayaron que la Zona Franca de Colonia cuenta con "enormes posibilidades de expansión de su actividad, radicando nuevas inversiones productivas para el país".

"En la medida que la Zona Franca muestre el marco adecuado en infraestructura y servicios, trabajos a los que se encuentra abocado Grupo Continental, junto al marco legal vigente y a la excelente localización de la misma, nuevos inversores se instalarán en la misma en corto plazo", dijeron.

Grupo Continental Zona Franca S.A. cuenta con una amplia red de agentes ya contratados que se encuentran actualmente realizando la promoción de la Zona Franca de Colonia en los principales centros comerciales, no sólo de la región, sino también en Europa, Asia y Estados Unidos.

"Con esto —comentaron— demostramos que la labor de la empresa no sólo se desarrolló en lo referido a la administración e implementación de la Zona, sino también en la promoción comercial de la misma, lo que sin dudas habrá de beneficiar a los usuarios, al Departamento de Colonia y, sobre todo, al país".

Finalmente, manifestaron su agradecimiento hacia las autoridades nacionales y a los particulares que depositaron su confianza en Grupo Continental.

ENTRADO

9406878.

Nº. DOCUMENTO 9406879
TITULO Actividad de ZF dominicanas creció durante 1993.
PROCEDENCIA 1504623
FECHA 12/4/94
VINCU 1856
5076354

Actividad de las zonas francas dominicanas creció durante 1993

UN INFORME DEL Banco Central de la República Dominicana sostiene que la actividad en las zonas francas del país creció un 7 por ciento durante el pasado año.

Mario Read Vittini, gobernador del Banco Central dominicano, explicó que en 1993 se registró un déficit en la balanza comercial, aunque sostuvo que la brecha entre importaciones y exportaciones puede cambiar cuando la institución culmine la elaboración de las cifras correspondiente al comercio en las zonas francas.

No obstante indicó que la actividad en los exclaves fiscales y aduaneros de ese país aumentaron un 7 por ciento, mientras que el turismo creció un 20,5 por ciento.

El sector minero bajó un 37 por ciento y eso explica el desbalance comercial, dijo el gobernador del Banco Central dominicano. ■

9406879
01-01

Nº. DOCUMENTO 9406880
TITULO

La nueva etapa del Plan Cavallo puede afectar a las zonas francas uruguayas

por Linng Cardozo
especial para El Observador
desde Buenos Aires

EL GOBIERNO ARGENTINO que aún está haciendo el balance de los resultados de la elección del domingo último, tiene que tomar rápidas decisiones, como consecuencia del aumento de las tasas de interés en Estados Unidos. Este dato se convierte en un importante obstáculo para ese enorme flujo de capitales que estaban invirtiendo en Argentina.

En el nuevo cuadro internacional Domingo Cavallo ya anunció que se buscará desacelerar la economía restringiendo el consumo interno para disminuir el déficit comercial que en 1993 se ubicó en los casi US$ 3,5 mil millones.

En los últimos tres años el consumo creció un 30%. El retorno del crédito en 1991 disparó el consumo a partir de ese año. Así crecieron los viajes, la venta de autos, de electrodomésticos, equipos de audio y otros elementos. La decisión de comprometer el consumo —para disminuir las importaciones y favorecer el ahorro— afectará a las zonas francas uruguayas.

¿Por qué? Porque muchos elementos que consumen los argentinos provienen de las zonas francas del Uruguay. La vertiente comercial de las mismas creció enormente en los últimos años, como consecuencia precisamente del aumento del consumo en Argentina.

Si Cavallo lleva adelante su plan sin afectar la estabilidad, cosa que el domingo último el presidente Menem lo afirmó claramente que no se va a rectificar el rumbo, se van a gravar los bienes durables como los automóviles, electrodomésticos y equipos de audio, por lo que es posible que decaiga la actividad en las zonas francas uruguayas.■

9406880.

Nº. DOCUMENTO 9406881
TITULO Z. F. en MERCOSUR instancias decisivas
PROCEDENCIA
FECHA 12/4/94
VINCULO 11856
13781

Zonas francas en Mercosur: instancias decisivas

Las discrepancias entre los países miembros son tan profundas con respecto al reconocimiento de las zonas francas en el Mercosur, que han finalizado las discusiones a nivel técnico sin haberse podido llegar a acuerdo alguno.

Esto significa que Brasil y Argentina no han podido encontrar razones técnicas que puedan justificar sus aspiraciones de que las únicas zonas francas a admitirse en el acuerdo regional sean las suyas, o sea las de Manaos y Tierra del Fuego.

Y es lógico que esto suceda, nuestras zonas francas son emprendimientos serios, con inversiones muy importantes, en plena expansión, y en la visita realizada el mes pasado a nuestras zonas francas por parte de altas autoridades de Brasil, Argentina y Paraguay, pudieron comprobar con sus propios ojos que lo que siempre decimos es la absoluta verdad.

En nuestras zonas francas hay radicadas industrias serias, con inversiones de real significación, y se realizan procesos industriales de importancia.

Ahora, se está a la espera de una solución a nivel político, la cual aparece también como muy comprometida. Es necesario recordar que el Presidente de la República, doctor Lacalle ha manifestado que "el gobierno uruguayo exigirá el pleno reconocimiento a nuestro marco legal de zonas francas y a su funcionamiento dentro del Mercosur con todos los beneficios promocionales que otorga".

De acuerdo a las palabras del primer mandatario uruguayo es difícil prever cuáles puedan ser las soluciones políticas que puedan surgir. ■

9406881

Nº. DOCUMENTO 9406882
TITULO Caso de privatización de Colonia ya es un hecho consumado
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULADOS

Caso de privatización de Colonia ya es "un hecho consumado"

Stirling: Zonas Francas estatales son referencia para las privadas

La privatización de la explotación de la zonas francas ha tenido una prolongada discusión en los medios de difusión y también a nivel parlamentario, especialmente luego que se presentara un proyecto de ley para impedirlo, el que fuera aprobado por la Cámara de Diputados.

Empero, desde que comenzó el proceso la situación varió. Por eso se consideró de interés consultar la opinión del representante nacional, Guillermo Stirling.

—Usted impulsó un proyecto de ley a nivel de la Cámara de Diputados para impedir la privatización de las zonas francas de Colonia y Nueva Palmira. El proyecto fue aprobado en esa rama parlamentaria. Ahora se trata en el Senado pero en el interín, el Grupo Continental firmó un convenio y ya está trabajando allí en Colonia. ¿Cómo se explica la situación que se genera?

—Claro desde la aprobación de la Cámara de Diputados, hasta hoy, han ocurrido hechos importantes, como la firma de un contrato entre el Estado y la firma ganadora de la licitación. Esto a mi juicio abre una nueva instancia. Me da la impresión que si continuamos en la tesitura de querer aprobar el proyecto tal cual está, le estaríamos generando al Estado un daño económico muy importante, por la reclamación que naturalmente haría la empresa damnificada en caso de que se tuviera que rescindir si se aprobara una ley que impide la privatización. El proyecto habla de dos zonas francas, la de Colonia y la de Nueva Palmira. Creo que tiene vigencia el espíritu con que apoyamos ese proyecto de ley para la zona franca que hoy no está privatizada, que es la de Nueva Palmira.

-Con lo cual el proyecto de ser considerado en los términos que usted menciona debería volver a Diputados.

—Efectivamente. Colonia a mi juicio ya es un hecho consumado y creo que no podría embarcar la Estado en onerosas indemnizaciones en el caso que el Parlamento resolviera aprobar este proyecto de ley en el Senado.

—¿A usted no le atrae la existencia de una zona franca en Colonia?

—No nos atrajo nunca la idea de una zona franca en Colonia. Las razones que dimos era que el país tiene una ley de zona francas que ha sido aprobada por la inmensa mayoría de los sectores políticos. El país está desarrollando con éxito las zonas francas, son un punto de atracción de inversores y creo que está bien que sean privadas. El Estado tiene solamente dos zonas francas, únicamente, la de Colonia y la de Nueva Palmira, que hasta ahora han funcionado bien. Nosotros las dejaríamos como punto de referencia. Creo que no era necesaria la privatización de las administraciones en tanto pueden ser un punto de referencia para la política de zonas francas en el país.

—Usted también ha hecho observaciones acerca del funcionamiento de la zona franca de Río Negro. Frente a las últimas informaciones que se han difundido, ¿sigue pensando lo mismo?

—No, felizmente no. Creo que tenemos que hacer un planteo constructivo en todas nuestras actitudes políticas. En el momento, dije dos cosas: una que era ferviente partidario de las zona franca privada de Río Negro, porque va a ser importante, como centro de atracción de inversiones y segundo, mi preocupación de que no se hubieran cumplido a las etapas que se había comprometido el grupo inversor privado. Fue un llamado de alerta al gobierno para que advirtiera a los inversores. Estos se habían comprometido a invertir US$ 850.000 y los plazos estaban vencidos. Días pasados tuve la oportunidad de apreciar que se están haciendo obras y eso me llenó de una gran satisfacción. Así será una realidad la zona franca de Río Negro y así lo expresé públicamente allí en los medios de prensa porque no tengo ningún prejuicio. ■

9406882

Nº. DOCUMENTO 9406883
TITULO Coherencia Chilena Z F de IQUIQUE.
PROCEDENCIA 150483
FECHA DE P 15/4/94
VINCULO 119.56
Chile 65709

Zona Franca de Iquique: la coherencia chilena

El desarrollo que ha tenido la Zona Franca de Iquique, la ha llevado en muy poco tiempo a erigirse como la más desarrollada de las de América del Sur. Sin dudas que no sólo es el régimen de zonas francas lo que funciona bien en el país hermano, sino que este es uno más de los sectores donde Chile demuestra eficiencia.

Si bien hace solamente dieciocho años que tiene régimen de exclaves fiscales, a Chile le han sido suficientes para hacer una zona franca con toda la barba. Su real política aperturista le ha permitido promover su exclave en los países de la región y le ha facilitado captar gran cantidad de capitales extranjeros que han creído en la seriedad y coherencia hacia adentro y hacia afuera.

A los chilenos no se les ocurrió pedirle apertura comercial a sus vecinos mientras ellos aumentaban su proteccionismo. Comprendieron que hubiese significado hacerse trampas al solitario, nadie les habría creído, sus vecinos hubieran hecho lo mismo y la pérdida de tiempo habría sido enorme para todos.

Ellos han evolucionado y se han transformado en gente práctica, gente de negocios. Ya no tienen interés en hablar mucho y hacer poco. Han aprendido la lección y no quieren seguir escuchando discursos vacíos de de contenido.

Al contrario, Chile tiene su economía abierta y actualmente se ha distanciado tanto del resto de los países del área que prefiere seguir su camino solo. Por algo será.■

9406883

Nº. DOCUMENTO 1400424
TITULO
PROCEDEN...
FE...
VINCU...

Análisis de las zonas francas en el Uruguay

Un mercado en franco crecimiento

Nacidas en el siglo XVI en Florencia y Toscana, las zonas francas conocieron su mayor desarrollo hace tan sólo dos décadas. En 1970 había 131 zonas francas en el mundo, hoy en 1994, hay más de 600, correspondiéndole un 20% del comercio mundial. Uruguay desde el año 1923 tiene instaladas zonas francas en su territorio, sin embargo fue recién luego de 1987 que experimentó el sector una real explosión. Un mercado que ha multiplicado por diez el número de usuarios, pero que ha conocido escasos procesos industriales, manteniendo la característica de centros de almacenamiento y distribución regional que las zonas francas uruguayas tradicionalmente presentaron.

Hablando "francamente", el Uruguay se puede dividir en un antes y un después de diciembre de 1987, fecha en que se promulgó la ley que contempla la posibilidad de que zonas francas privadas operen en el país.

Fue tres años más tarde que el primer proyecto privado fue autorizado, cuando al amparo de la nueva ley se creó Zona Franca Montevideo.

Hasta el momento sólo existían en Uruguay dos grandes zonas francas, Colonia y Nueva Palmira, ambas creadas en el año 1923.

Hoy, siete años más tarde de la promulgación de la ley, el número de zonas francas que operan en el país se ha multiplicado por cuatro y por diez el de usuarios, pasando de 30 a cerca de 400.

Este crecimiento —explosivo en los últimos dos años— parece continuar ya que existen proyectos de inversión en Libertad, Chuy, Mercedes (ingenio azucarero de Arinsa), Durazno e inclusive Paysandú; así como intenciones que han quedado por el camino o ideas que se han "enfriado", como la de una zona franca de AFE en el barrio Peñarol.

En concreto las nuevas zonas francas han representado hasta el presente una inversión global que ronda entre los US$ 20 y US$ 25 millones.

Utilizadas tradicionalmente como exclaves aduaneros destinados al almacenamiento o distribución de mercaderías, las zonas francas están conociendo, aunque con resultados limitados, la instalación de procesos industriales.

El arrendamiento para almacenamiento constituye más de un 80% de los ingresos que dejan los usuarios en zona franca, perfilándose las comunicaciones como un segundo rubro en importancia.

La exoneración de todos los impuestos nacionales —IRIC, Patrimonio, IVA e Imesi— dentro de la superficie que comprende la zona franca es el atractivo principal, así como la no vigencia de monopolios estatales.

El aporte al BPS es la única excepción.

Las zonas por sus nombres

Las zonas francas son autorizadas por el Poder Ejecutivo, siendo el paso definitivo antes de comenzar a operar, su habilitación por parte de la Dirección Nacional de Zonas Francas.

Actualmente hay ocho autorizadas, siete habilitadas, de las cuales por su actividad se destacan:

Colonia, Montevideo, Nueva Palmira, Florida y Rivera.

San José, y Colonia Suiza, ambas habilitadas, no tienen más de dos usuarios cada una.

Una vez que las zonas francas comiencen a operar, los explotadores deben hacer frente a un presupuesto mínimo de US$ 30.000 mensuales.

Zona alta

Las nuevas zonas francas surgidas a partir de la ley del 87 tienen un posicionamiento muy definido.

Zona Franca Montevideo apunta a empresas de primer nivel, multinacionales, compitiendo en servicios e infraestructura con los "paraísos fiscales" más desarrollados del mundo, llámese Caribe o Estados Unidos.



¿Qué es una zona franca?

• Desde el punto de vista jurídico, podemos afirmar que las zonas francas constituyen enclaves aduaneros. O sea que en las zonas francas el territorio político del Estado no coincide con su territorio aduanero. Esto significa que los bienes allí introducidos no pagan los gravámenes que se recaudan en ocasión de una importación, aunque el Estado ejerce sobre ese territorio todos su poderes soberanos. (*Doctora Alicia Guidini, en suplemento publicado en* El Observador).

La localización de las zonas francas es presentada por lo general como una de sus mayores ventajas.

Zona Franca Montevideo: la única en América Latina ubicada en la capital de un país (ventajas de flete, comunicación, mano de obra, puerto, aeropuerto, etcétera).

Zona Franca Río Negro: disponibilidad del puerto de Fray Bentos a 5 km

Zona Franca Rivera: único punto equidistante entre los tres grandes puertos: Buenos Aires, Montevideo y Río Grande.

Unico punto de enlace de vía férrea dentro del Mercosur. Vecino a la ciudad de Rivera.

Zona Franca Florida: única ubicada en territorio urbano, en una calle de la propia ciudad.

Zona Franca Nueva Palmira: disponibilidad al puerto terminal de la Hidrovía.

Zona Franca Colonia: ubicada en territorio suburbano, a 550 metros del puerto.

• *Se entiende por usuario directo al empresario que ocupa un espacio en zona franca y desarrolla su actividad. El contrato lo hace directamente con el explotador (inversor). El usuario indirecto subcontrata servicios o espacios con el usuario directo.*

Es en este marco que por ejemplo inauguró recientemente el Telepuerto, que permite al usuario de zona franca tomar línea interna de Estados Unidos, con los costos de comunicación de ese país, abaratándose sustancialmente las tarifas en el orden de un 45%.

Habilitada en abril de 1992, ZFM en su primer año tuvo un volumen de operación (entrada y salida) de US$ 110 millones. Al año siguiente las operaciones tuvieron un volumen superior a los 500 millones y ya en los tres primeros meses del 94 las mismas alcanzaron los US$ 100 millones.

Con un total de 24 usuarios directos, tiene sólo un 20% del área de 50 há explotada, estando previsto un tercer edificio para el presente año, con capacidad para 20 usuarios directos, del cual una tercera parte ya está arrendado.

Como su proceso industrial principal, ZFM tiene a la empresa York de Estados Unidos, que desde Uruguay exporta centrales de aire acondicionado a América Latina, Sudáfrica y países de Europa

Zona baja

Con un posicionamiento totalmente diferente y apuntando a un perfil bajo de empresas, se presenta Zona Franca Florida.

Su presidente, Luis Calachi, sostiene que ZFF se posiciona en el segmento más bajo de precios, con construcciones sencillas y sin lujo.

Es así que el costo del metro cuadrado de superficie se sitúa en los US$ 5, y la hora peón US$ 3, así como el formulario de egreso e ingreso a US$ 1 cada uno, detalló.

Según Calachi si la competencia se intensifica, los precios de ZFF podrían situarse aun más bajos, al no tener que hacer frente a ningún costo financiero por las inversiones realizadas.

Calachi señala que ZFF ha captado a pesar de su posicionamiento a empresas de primer nivel como Nissan, que fijó allí su centro de distribución de repuesto para América del Sur. Para Calachi las empresas lo que buscan es precio.

Zona nueva

Carlos Enrique Garbino, gerente general de Zona Franca Rivera, define a Brasil como el mercado principal de su empresa, resaltando que hace cuatro meses que están funcionando y ya tienen 13 usuarios directos, esperándose duplicar el número para fin de año.

Porcentualmente a la cantidad de usuarios directos, ZFR es la que presenta el mayor número de procesos industriales.

Actualmente cuenta con una fábrica de zapatos y otra de envases. A partir de junio comenzará a funcionar una fábrica de envase de hoja lata.

Desde el punto comercial ZFR tiene un sector muy importante que es el abastecimiento a los free-shop.

Autorizada y próxima a habilitarse

01-03
9406884

encuentra Zona Franca Río Negro.

Su presidente, Mario Campomar, expresó que para 1994 se proyectan un total de seis usuarios directos y 24 indirectos en la parte comercial. Según Campomar, ZFRN tendrá entre dos o cuatro desarrollos industriales, los cuales estarían funcionando en 1995. En una primera etapa se explotarán 14 há de las 52 que tiene el complejo.

Un cambio de maquillaje

En Zona Franca Colonia recientemente se privatizaron la explotación de sus servicios. Es la zona franca más desarrollada, estando su capacidad totalmente colmada. Utilizada por la gran mayoría de sus usuarios como centro de almacenaje o distribución, ZFC presenta sin embargo el desarrollo industrial más importante generado en una zona franca: la planta de Pepsi (ver recuadro).

El grupo Continental se adjudicó la explotación de ZFC con un canon de 35.6% de los ingresos por 20 años.

La única zona franca pública en el presente es Nueva Palmira. La misma se encuentra en un estado primario de explotación. De sus 70 há, sólo una pequeña parte está desarrollada. Para que tenga posibilidades de competir el Estado está realizando un proceso de inversión en caminería, servicios e infraestructura del orden de los US$ 3.000.000.

Las zonas francas de nuestro país deben su crecimiento a captar empresas del exterior. Sin embargo un gran desconocimiento existe sobre ellas.

El contador Daniel Carriquiry, vicepresidente de Zona Franca Montevideo, señala que del total de nuestros potenciales clientes en Argentina, el 90% no sabe que existen las zonas francas uruguayas y menos aun conocen sus ventajas.

Esto se agrava si observamos el mercado brasileño, donde solamente nos conoce el 1% de nuestros potenciales clientes, remarcó.

Este desconocimiento, sin dudas es una de las grandes situaciones, que los actores de zona franca deben revertir. ✔

Poducción:
Diego Stewart y
Victoria Trambauer

Zona de riesgo

El Mercosur significa un tema de riesgo para las zonas francas uruguayas.

Tanto Argentina como Brasil sostienen que se debe reconocer a la Zona Franca de Manaos y Tierra del Fuego como las unicas del Mercosur.

La posición uruguaya es de clara defensa de sus zonas francas. Se argumenta que las mismas no totalizan una extensión mayor a las 250 hectáreas, de las cuales sólo un 20% están desarrolladas. Sin embargo, por ejemplo la zona franca de Tierra del Fuego comprende toda la provincia, cuya extensión es varias veces el territorio de nuestra República.

Asimismo tanto Argentina o Brasil, prevén nuevas zonas francas, aunque con funcionamientos diferentes. Se habla de que Argentina proyecta una por provincia y de que Brasil planifica 14 nuevos "paraísos fiscales"

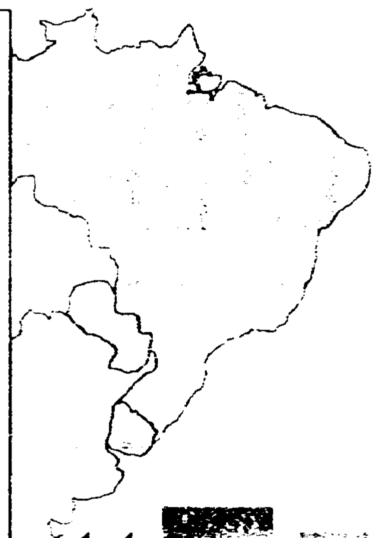
El "máximo" proceso industrial

En junio se inauguraría oficialmente la Planta Elaboradora de concentrado de Pepsi en Colonia, conjuntamente con la planta de preformas para la fabricación de envases, emprendimiento que significa el proceso industrial más importante instalado en una zona franca uruguaya.

Con una inversión inicial de US$ 14 millones, la planta ya está funcionando, realizando exportaciones en los últimos seis meses por valor de US$ 52 millones, proyectándose al año ventas por US$ 80 millones.

Carlos Pijoan, vicepresidente de Pepsi-Cola Manufacturing, destacó que en el presente se está exportando a países del continente, explicando que en una segunda etapa se estaría entrando a mercados de Africa y Asia.

La planta de Pepsi ha significado para la Zona Franca Colonia unos 60 puestos de trabajo directos y 250 indirectos.



[illegible] parque de [illegible]ocios dentro [illegible] ZFM

[illegible] industrial, comercial y de [illegible] Zona Franca Montevideo es [illegible] que estaría culminado en su [illegible] un lapso de 10 años.

[illegible] Daniel Carriquiry, vice- [illegible] ZFM, señala que la inver- [illegible] proyecto superaría los US$ [illegible]

[illegible] etapa contempla la cons- [illegible] Trade Center en dos [illegible]elos de cinco plantas. [illegible] concentrará el grueso de las [illegible] administrativas y financieras. [illegible] cabida a la instalación de [illegible] empresas que exportan servicios [illegible] tales como: diseño de software, [illegible] remota, asesorías profesiona- [illegible] gerencias internacionales, [illegible]

[illegible] al complejo habrá restau- [illegible] de conferencia, locales para [illegible] agencias de viajes, arrendadoras [illegible] etcétera.

[illegible] ZFM tiene una superfi- [illegible] 400 m² destinada a oficinas, y se [illegible] construyendo un área de 130 m² [illegible]

9406884

	ZF Rivera		ZF Florida		ZF N. Palmira
Fecha de resolución por parte del Poder Ejecutivo	13 abril 93	16 feb. 90	12 nov. 91	1923	1923
Fecha de iniciación de operaciones	23 dic. 93		dic. 92		
Cantidad de usuarios directos aprobados por la Dirección	13	24*	25	59	16
Cantidad de usuarios indirectos aprobados por la Dirección	4		12		
Inversión	US$ 3:	US$ 13:	US$ 2,5:	US$ 1,5:	US$ 3:***
Sup. total	53 há		16 há		70 há
Porcentaje del territorio de Zona Franca explotado	20%	20%	10%	100%	
Superficie construida	6.000 m²****		10.000m²		
Volumen de operaciones 1994 total entradas y salidas	US$ 4	US$ 100:	US$ 15:		
Personal en planilla ***** (ZF y usuarios)	110		120		

*13 más en trámite; ** 6 más en trámite; *** inversión a realizar en la primera etapa; ****4000 m² más arrendados; ***** por cada trabajo en ZF se genera un 1,5 fuera de ella por efectos indirectos *Fuente: Datos de las propias firmas.*

9406884

Nº. DOCUMENTO 9406885
TITULO Lacalle planteó reconocer ZF uruguayas en MERCOSUR
PROCEDENC. 15x483
FECHA 26/4/94
VINCUL. 11856
507466
12701

"Nosotros mismos aceptamos la de Manaos"

OBS EC 26/4/94

Lacalle planteó reconocer las zonas francas uruguayas en Mercosur: son "un hecho"

Al inaugurar la Zona Franca Rivera —un complejo comercial e industrial que ocupará 53 hectáreas— el presidente Luis Alberto Lacalle expuso el punto de vista del gobierno sobre los enclaves aduaneros uruguayos y el Mercosur: hay que reconocerlos como una realidad y a partir de ahí adecuarlas al proceso integrador.



Lacalle
Inauguración y firme postura en torno al Mercosur

Cuando dé la orden, cortamos... ¡Ahora!". Así, frente a cámaras de televisión de Brasil y Uruguay y fotógrafos de los dos países, el presidente Luis Alberto Lacalle inauguró el pasado viernes la Zona Franca Rivera, un emprendimiento industrial y comercial de 10 hectáreas que se levanta a cinco kilómetros de la capital departamental. La tijera de Lacalle no fue la única que cortó la larga cinta blanca y azul que atravesaba la entrada del predio. En singular ceremonia, los organizadores entregaron 15 tijeras y a la orden del mandatario, filosas, cortaron la tradicional banda de las inauguraciones.

Según supo *El Observador* en las 15 personas elegidas se quiso reconocer "los esfuerzos y el temple, la visión y el coraje, la conjunción de lo estatal y lo privado".

Junto a Lacalle —blandiendo sus respectivas tijeras— estaban el director de Zonas Francas, José Luis Ovalle; el primer obrero que tuvo la zona franca, Celestino Cobas; un representante de UTU; el copropietario de la zona, Jorge Seré; el diputado Luis Alberto Heber; el Intendente Martín Padern y empresarios brasileños.

La inauguración de esta zona franca estuvo impregnada de una paradoja: mientras inversores brasileños ya se afincaron en ella, el gobierno de Itamar Franco rechaza las bondades que otorga la legislación uruguaya.

¿Qué pasa con el proceso de integración?

La presencia de Lacalle en Rivera fue seguida con mucha atención por periodistas brasileños. Es que Brasil ha expresado su rechazo al status que actualmente tienen las zonas francas uruguayas, diciendo que lo que en ellas se produzcan deben ingresar al territorio comunitario pagando el Arancel Externo Común. Mientras se recorría el extenso predio periodistas de la Red O Globo lo interrogaron sobre el punto y el mandatario dijo: "Las zonas francas uruguayas serán aceptadas por los brasileños porque nosotros mismos aceptamos la zona de Manaos".

Al concluir el almuerzo servido allí mismo en la ZF Rivera, Lacalle volvió a ser interrogado sobre el punto. "Las zonas francas existen desde hace muchísimos años en Brasil, Argentina y Uruguay. Cuando se inició el proceso de integración se sabía que habían zonas francas. Nuestro país ha tenido un desarrollo importante en este gobierno, con públicas y privadas. (...) Son un hecho de la misma manera que Manaos, que está dentro de los límites del Mercosur. Así que es una realidad que hay que adecuar dentro de la integración".

El mandatario habló de la necesidad de otorgar "certeza" a los agentes económicos y dijo que en julio próximo —según los plazos surgidos de la cumbre presidencial de Colonia— se deberá definir si se abre paso una unión aduanera, "si habrá o no Arancel Externo Común, si será todo una zona franca o no".

Una fórmula para negociar

La reiterada referencia del presidente Luis Alberto Lacalle a la Zona Franca de Manaos —cuando fue consultado sobre el Mercosur y los enclaves aduaneros y fiscales de la región— parece estar directamente vinculada a una fórmula que circula en diversos ámbitos del gobierno. Según supo *El Observador*, a nivel de la Dirección Nacional de Zonas Francas y del Ministerio de Economía y Finanzas, se entiende que Uruguay podría proponer que se otorgue a Manaos (en Brasil) y Tierra del Fuego (en Argentina) el mismo status que hoy ostentan las zonas francas uruguayas. De esta manera ambas podrían exportar a territorio comunitario sin pagar el arancel externo.

"Hasta ahí negociamos. Otra cosa no la aceptaremos", dijo una [illegible] fuente del gobierno.

DOCUMENTO CON PARTES ILEGIBLES

9406885

Nº DOCUMENTO 9406886
TITULO UTE y Pepsi firman acuerdo para aumentar energía en ZF Colonia
PROCEDENCIA 158483
FECHA DE PROCEDEN. 19/4/94
VINCULACIONES 515934
11005
504466

UTE y Pepsi firmaron acuerdo para aumentar energía para la planta de concentrado de Colonia

Con la firma de un convenio entre Pepsi y UTE —acuerdo celebrado el pasado jueves en Colonia— la empresa fabricante de bebidas se transforma en el mayor consumidor de energía eléctrica en Uruguay.

Pepsi consumirá este año, a través de los diferentes emprendimientos industriales que está encarando en la Zona Franca Colonia, más energía que toda la capital departamental.

A través de este acuerdo se fortalecerá la red que alimenta la zona franca, a la vez de adecuar la potencia de la subestación que fue construida enteramente por Pepsi dentro de la zona franca.

En la ceremonia realizada en las instalaciones de Pepsi en Colonia, el vicepresidente de Pepsi Cola Manufacturing of Uruguay, Carlos Pijuán, destacó que tanto la compañía como las autoridades de UTE hicieron posible este importante avance "por hablar el mismo lenguaje, el más contundente, el lenguaje de los hechos". Pijuán subrayó que el inversor extranjero ha demostrado que tiene confianza en Uruguay "y por lo tanto los uruguayos debemos tener gran confianza en nosotros mismos para poder responder al desafío". "Todo este esfuerzo —agregó el directivo de Pepsi— apunta a consolidar las zonas francas uruguayas dentro del ámbito del Mercosur como zonas de desarrollo y actividad industrial de primera línea".

El presidente de UTE, Alberto Volonté, subrayó que con el acuerdo alcanzado se está hablando "del país real, del país del trabajo". Destacó que este emprendimiento tiene una vertiente ecológica, porque se trata de producir una "energía limpia, alejada de cualquier problema ambiental".

El director de Zonas Francas, José Luis Ovalle, presente en la ceremonia, hizo referencia a la línea de acción, en donde el sector privado y el sector público tienen puntos de contacto para beneficio del país.

Ovalle recordó que UTE está trabajando para mejorar la Zona Franca Nueva Palmira, de modo de hacerla operativa y atractiva para los inversores del país y extranjeros.■

9406886

Nº DOCUMENTO 9406887
TITULO Proponen municipalización de Z. F. de Nueva Palmira
PROCEDENC. 15
FECHA 12/4/94
VINCUL. 515935
504466

Proponen municipalización de zona franca de Nueva Palmira

Ricardo Aranda

■ Un proyecto de ley para municipalizar la zona franca de Nueva Palmira fue dado a conocer el pasado sábado por el diputado Thelman Borges (FA). Indicó que una copia del mismo la había enviado al intendente doctor Mario Gayol, a la Junta Departamental y a las 13 juntas locales para que opinaran sobre el mismo

Según la opinión del diputado frenteamplista el objetivo es promover la descentralización institucional y a la vez dotar a la Intendencia de recursos que no provengan solamente de los tributos municipales. "Quiero decir que si pasamos a la esfera de la Intendencia la administración de la zona franca de Nueva Palmira, el municipio obtendrá enormes recursos que se podrán volcar en mejorar la calidad de servicios que la Intendencia brinda a la comunidad". El legislador en diálogo con LA REPUBLICA aludió a la reciente decisión del Senado de la República de devolver el proyecto —para que las zonas de Colonia y Nueva Palmira permanecieran en la órbita del Estado— a Comisión, dándole un entierro de lujo al tema. Para Borges el puerto de Nueva Palmira será el segundo en importancia del país.

"La zona de Palmira se ha transformado con la Hidrovía en un enclave estratégico y en un polo de desarrollo que generará inversiones y cientos de puestos de trabajo. Incluso podrá tener una terminal ferroviaria si se construyen 70 quilómetros de vía desde el departamento de Soriano".

Alertó el diputado para que las enormes ganancias producidas por la administración de la zona franca no vayan a parar a manos privadas como sucedió en Colonia.

"Municipalizar la administración de esta zona, pasarla del Ministerio de Economía a la IMC significará enormes ingresos para la comuna que podrán ser volcados en caminería rural, alcantarillado, alumbrado y varios servicios más.

Todo esto se puede hacer si hay voluntad política y si la sociedad de Colonia se pronuncia en este tema tan importante".

9406887

Nº. DOCUMENTO 9406888
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE
VINCULACION

Lacalle inaugura el viernes la Zona Franca Rivera; pronto será un centro granelero de trascendencia

A 496 kilómetros de Montevideo y a 5 de la frontera con Brasil, la Zona Franca Rivera se va constituyendo en un punto de indudable trascendencia para el comercio entre Uruguay, Argentina y Brasil.

El próximo viernes Rivera vivirá un día especial. El presidente de la República, Luis Alberto Lacalle; el director de Zonas Francas, José Luis Ovalle; el diputado Luis Alberto Heber y otras autoridades inaugurarán formalmente la zona franca que ya opera desde el pasado 23 de diciembre.

En 10 hectáreas —la primera etapa del proyecto que prevé una ampliación a 46 hectáreas— Zona Franca Rivera se ha transformado rápidamente. Hoy —según lo pudo constatar *El Observador*— aquel predio árido, lleno de malezas y arbustos, muestra un panorama totalmente distinto. Hay 6 mil metros cuadrados de depósitos —todo asignado y trabajando— y ya se avizoran nuevas construcciones que permitirán a corto plazo el inicio de los trabajos de la segunda etapa.

La interconexión ferroviaria

Según el gerente general de esta zona franca, Enrique Garbino, uno de los desafíos de mayor relevancia para el futuro de la empresa y de la región está en la pronta concreción del Centro Granelero del Norte, que funcionará en la zona franca. Este emprendimiento —que exigirá la prolongación de la vía férrea que pasa por los fondos de la zona franca— facilitará el tránsito de granos hacia Brasil. Se levantará en poco tiempo un andén de carga y descarga, silos y allí mismo se transformará la trocha de los trenes uruguayos —que es más ancha que la de los brasileños— para facilitar el traspaso al territorio norteño.

Garbino aseguró que a fines del mes de mayo quedará concretado el centro. AFE ya comprometió para esa fecha los trabajos de extensión de los rieles, lo que permitirá la pronta realización de la interconexión ferroviaria.

Por allí pasará toda la cebada que se exporta desde Paysandú hacia Brasil. La concreción de este proyecto permitirá un abaratamiento de los costos de traslado y servirá para que otros productos utilicen este servicio en función de la disminución de las tarifas de trasbordo.

Los emprendimientos fabriles

Hasta el momento trabajan en la zona franca alrededor de 110 personas lo que significa para el departamento un centro de especial atención relacionado con lo laboral.

Garbino indicó que los contratos ya firmados y las iniciativas que se exploran permiten afirmar que la zona adquirirá un nivel de actividad muy importante para el departamento.

Citó como ejemplo un importante grupo empresarial brasileño —denominado Battistella— que tiene previsto ocupar 10 hectáreas en la zona, con productos dirigidos al rubro casas prefabricadas y construcción de muebles. Uno de los componentes de esta iniciativa es una planta para la elaboración de placas de madera aglomerada. El sistema a aplicarse allí es el denominado MDF. Con tecnología de punta, los empresarios brasileños apuntan a Europa y Brasil.

Ya está trabajando una fábrica —que ocupa a 25 personas— en donde se elaboran envases de plástico para uso doméstico que soportan altas y bajas temperaturas. La fábrica —denominada Tarrago SA— dirige su producción a los mercados uruguayo, brasileño y argentino. Con 30 personas trabajando funciona desde hace algunas semanas otra fábrica. Se trata de Josemar SA que produce calzados para el mercado brasileño y argentino.

Antes de mediados de año comenzarán a producir otras dos fábricas. Una dedicada al procesamiento de caucho y la otra a la producción de envases de hojala-



ZF Rivera
Un acelerado ritmo para el norte del país

9406888

Nº. DOCUMENTO 9406889
TITULO Zonas Francas en Mercosur urgen definiciones
PROCEDENCIA 150483
FECHA 19/4/94
VINCULOS 11856
504466
12781

Zonas francas en Mercosur: urgen definiciones

Los inversores que operan en las zonas francas de nuestro país confían en que las mismas formarán parte del Mercosur en virtud de la clarísima posición del presidente de la República en el sentido de que nuestro gobierno defenderá la plena vigencia de la Ley 15.921.

De todas formas, entienden necesario que la definición de este tema se realice lo antes posible.

Son numerosas las inversiones de capitales extranjeros que están pendientes de esta definición, y la demora en el desenlace de esta situación está retrasando la radicación de muchas industrias del exterior que ven con muy buenos ojos la posibilidad de asentarse en nuestro país. Inclusive hay algunas industrias muy importantes que estarían por decidir realizar sus inversiones en otros países al no tener señales concretas de la real inserción de las zonas francas uruguayas en el Mercosur. Hay muchos millones de dólares esperando, hay mucha mano de obra local que depende de una rápida definición y se entiende necesario terminar con esta incertidumbre lo antes posible.

Hasta que no existan acciones concretas estos capitales no se instalarán y se está corriendo el riesgo, inclusive, de perderlos definitivamente.

El tiempo apremia, debiera actuarse lo más rápido posible. ■

ENTRADA
CRU.

01-01

9406889

Nº. DOCUMENTO 9406890
TITULO
FECHA

Argentina lanza hoy licitación en la provincia de Entre Ríos

Las zonas francas uruguayas tendrán competidoras en Concepción y La Plata

■ Las zonas francas uruguayas tendrán próximamente un serio competidor en la vecina orilla al lanzarse hoy la licitación de la primer zona de este tipo en la República Argentina, la que entraría en operaciones antes de fin de año.

Hasta el presente año las zonas francas estatales y privadas instaladas en Uruguay no tenían competidores en el sur de Brasil y en el litoral argentino, pero el llamado internacional de la provincia de Entre Ríos permitirá la creación de 78 hectáreas en Concepción del Uruguay, localidad con costa sobre el río Uruguay frente a Paysandú y ubicada al norte de la zona franca privada de Río Negro.

Esta licitación será la primera que hace el vecino país, pero en breve está proyectada otra zona en la localidad de La Plata, provincia de Buenos Aires, la que podrá competir con Colonia y Nueva Palmira, principalmente si se cumple con el dragado del Canal Mitre, opinaron operadores privados en Buenos Aires.

Este tipo de zonas gozan de ventajas impositivas sobre el resto de la región y tienen un gran empuje en nuestro país y en pocos años de dos zonas habilitadas por el Estado han pasado a conocerse cuatro emprendimientos privados y están en proyecto otros.

También el tema es punto de debate en el Mercosur donde Brasil tiene una postura diferente a la uruguaya sobre el tema, ya que pretende un status especial para Manaos respecto de las zonas ubicadas en territorio uruguayo.

El surgimiento de nuevos emprendimientos, esta vez en la vecina orilla abriría aún más el debate y la posición argentina en las negociaciones futuras será de vital importancia.

9406890

Nº. DOCUMENTO 940689 1
TITULO
PROCEDENCIA 150483
FECHA 19/4/94
VINCULOS 11858
50746
Japón 6624

ZF Montevideo en Japón

Carlos Mari, gerente comercial de Zona Franca Montevideo, viajó a Japón junto a la delegación encabezada por el ministro de Industria, Eduardo Ache. La comitiva tiene como objetivo fortalecer los lazos comerciales entre ambos países. En ese marco, Mari tiene previsto realizar una serie de reuniones con empresarios nipones para explicar las bondades de la legislación uruguaya en materia de zonas francas y mostrar el perfil del parque industrial y de servicios que exhibe ZF Montevideo ■

ENTRADO
CRIT

9406891

Nº. DOCUMENTO 9406892
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULO

Se busca desde el gobierno profundizar la salud del sistema

Solicitarán a explotadores de zonas francas y a usuarios una declaración jurada anual

Las zonas francas uruguayas, que muestran un creciente movimiento, aspiran a transformarse en un punto de indudable jerarquía en la región. Para ello el gobierno -a través de la Dirección de Zonas Francas- profundizará los controles para favorecer la salud del sistema.

El contador José Luis Ovalle —director de Zonas Francas— reveló a *El Observador* que solicitará a los explotadores de las zonas francas y a los usuarios una declaración jurada anual certificada por contador público. Esta medida, explicó el jerarca, busca otorgar mayor transparencia al sistema y favorecer la imagen ya obtenida en la región.

Se trata, dijo, de una inversión de esfuerzo para elevar la calidad de los servicios.

"Hemos conversado con el ministro Ignacio de Posadas acerca de la adopción de medidas para profundizar la salud del sistema y hemos acordado, entre otras, implementar ésta", dijo Ovalle.

Más adelante expresó: "No quiero caer en sospechas, sino emitir señales nítidas de transparencia a todos los operadores, a los que trabajan en el sistema y a los futuros inversores".

Ovalle señaló que con otros organismos del Estado se intenta favorecer el sistema, brindando distintos servicios y controlando las diversas actividades que se desarrollan en las zonas francas.

Citó como ejemplo de buen desempeño de oficinas estatales, el cumplido por la Inspección General de Hacienda cuando auditó los informes de los usuarios de la Zona Franca Colonia.

Ovalle destacó la permanente colaboración de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay, que en continuos contactos se ajustan detalles del sistema.

"La dirección a mi cargo viene adoptando diversas medidas y en su gran mayoría se obtiene el apoyo de los usuarios, porque saben que no están dirigidas contra ellos sino para otorgar elementos que favorezcan el sistema", dijo Ovalle. ■

9406892

Nº. DOCUMENTO 9406893
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCUL

El Presidente Recibió a Inversores de Italia; hoy Inaugura Nueva Zona Franca

El presidente Luis Alberto Lacalle recibió ayer a una misión de empresarios italianos acompañada por el embajador de ese país en Uruguay, Egone Ratzen Berger, el representante diplomático uruguayo ante Italia, Julio César Lupinacci, y autoridades de la Comisión para el Desarrollo de la inversión. Esta semana llegó a Montevideo una misión de empresarios italianos con el objeto de conocer el país y las oportunidades de negocios existentes.

Estos representan a los sectores de la industria electrónica, informática, de insumos industriales, la forestación, curtiembres, mármoles y alimentos.

El embajador Lupinacci señaló que esta visita responde a una idea del presidente Lacalle de hace dos años, de que el mundo empresarial italiano conozca las oportunidades uruguayas.

Agregó que en la víspera la comitiva visitó la cancillería y la Corporación Nacional para el Desarrollo, donde se les explicó las ventajas de los financiamientos de inversión con que cuenta este organismo.

En la reunión con el presidente Lacalle se abordó la cuestión de la Hidrovía, la política Nacional de zonas francas y el proceso de integración regional en el que está asociado Uruguay.



El Presidente de la República, junto a los embajadores de Italia en el Uruguay, Egone Ratzenberger y el Dr. Julio C. Lupinacci, representante diplomático uruguayo ante el Gobierno italiano.

INAUGURA ZONA FRANCA

El Dr. Luis Alberto Lacalle inaugurará hoy una nueva zona franca, un sanatorio, obras civiles, un shopping y nominará a un regimiento militar con el nombre de Fructuoso Rivera, en una gira de un día por el Departamento de Rivera. Lacalle llega hoy a la capital fronteriza poco después de las 8 de la mañana y a primera hora procederá a nominar Fructuoso Rivera al regimiento de Caballería Nº 3, con asiento en el Departamento.

A las 10 horas inaugurará el hormigonado de la avenida Manuel Oribe y media hora más tarde hará lo propio con el Centro de Capacitación y Producción del barrio Bissio.

Sobre 11.20 procederá a dejar inaugurada la zona franca del lugar y a las 15 horas estará en la localidad de Tranqueras, donde inaugurará un pavimentado y poco después hará otro tanto con un puente sobre el arroyo Lunarejo.

A las 17.40 horas inaugurará un sanatorio de la Cooperativa Médica de Rivera (COMERI) y poco más tarde dejará en funciones el Centro de Información del MERCOSUR, dependiente de la Comisión Sectorial.

A las 19 horas inaugurará finalmente el Shopping de Rivera, con palabras del intendente local, Martín Padern.

Lacalle llegará mañana a la capital para tener una larga reunión con el candidato presidencial del Herrerismo, Juan Andrés Ramírez.

9406893

Nº. DOCUMENTO 9406894
TITULO Zona Franca ...
PROCEDENCIA ...
FECHA DE ...
VINCULADO ...

La Zona Franca de Rivera como eje de integración



El Intendente Martín Padern y autoridades locales aguardan el arribo de la comitiva presidencial al aeropuerto del departamento de Rivera.

El Presidente de la República acompañado de una reducida comitiva estuvo ayer en Rivera donde inauguró varias obras, entre ellas el predio de la Zona Franca. En contacto con periodistas brasileños manifestó que los plazos del Mercosur se mantienen y que la Zona Franca de Rivera será aceptada por los vecinos del norte.

Rivera (Por Franklin Vicente Benavides) En una apretada agenda, el Presidente Luis Alberto Lacalle, dejó inaugurada aquí, diversas obras, entre las que se comprenden las instalaciones de la Zona Franca Rivera, complejo industrial y comercial, que pretende atraer inversiones a este departamento.

El Presidente, llegó acompañado por una nutrida comitiva y a su arribo al aeropuerto de Cerro Chapeu, se produjo un curioso caso, ya que como el avión que condujo al mandatario a esta ciudad, llegó adelantado, no estaban presentes autoridades departamentales de primera línea, como ser el mismo Intendente Martín Padern.

Una vez solucionado el hecho, Lacalle, se trasladó en primer lugar al Regimiento de Caballería Nº3, al que oficialmente se nominó con el nombre del Brigadier General Fructuoso Rivera.

Acto seguido, dejó inaugurado un tramo de hormigón en la Avda. Manuel Oribe, para posteriormente dirigirse al Centro de Capacitación Cecap, y a la Zona Franca.

Allí, se procedió al corte de la cinta, con quince tijeras, y por medio de 15 invitados especiales.

En el lugar, se sirvió un almuerzo, al fin del cual, se prosiguió viaje, hacia Villa Tranqueras, donde se inauguró un tramo de pavimento, en la principal calle de la zona, y a Lunarejo, donde se inauguró un puente.

A su regreso, dejó inaugurado el Sanatorio de una cooperativa Médica, y luego al Shopping Center Rivera, finalizado este acto, emprendió viaje de regreso a Montevideo.

En Declaraciones ofrecidas mientras caminaba por las instalaciones de la Zona Franca riverense, el mandatario dijo que la Zona Franca de Rivera, será aceptada por los brasileños, porque nosotros mismos, aceptamos la zona de Manaus.

La frontera, con el Mercosur, va a cambiar, se va a convertir en algo más vivo dijo, y con esto de la Zona Franca, aprovecharemos, la ubicación geográfica, los transportes, que ofrecen Rivera y Livramento, siendo esta zona uno de los ejes de la integración.

Respondiendo a los colegas de la TV brasileña dijo que "el Mercosur, está en los plazos, y que en julio, se terminará el análisis jurídico del Mercosur, para saber hasta donde podremos llegar.

Entre los acompañantes del Presidente Lacalle, se encontraban el candidato oficial del herrerismo, Dr. Juan A. Ramírez, y el Ministro del Agricultura Pedro Saravia.

9406894

Nº. DOCUMENTO 9406894
TITULO Zona Franca
PROCEDENCIA 15-6-15
FECHA DE ... 23-7-94
VINCULADO 1185

La Zona Franca de Rivera como eje de integración

El Presidente de la República acompañado de una reducida comitiva estuvo ayer en Rivera donde inauguró varias obras, entre ellas el predio de la Zona Franca. En contacto con periodistas brasileños manifestó que los plazos del Mercosur se mantienen y que la Zona Franca de Rivera será aceptada por los vecinos del norte.



El Intendente Martín Padern y autoridades locales aguardan el arribo de la comitiva presidencial al aeropuerto del departamento de Rivera.

Rivera (Por Franklin Vicente Benavides) En una apretada agenda, el Presidente Luis Alberto Lacalle, dejó inaugurada aquí, diversas obras, entre las que se comprenden las instalaciones de la Zona Franca Rivera, complejo industrial y comercial, que pretende atraer inversiones a este departamento.

El Presidente, llegó acompañado por una nutrida comitiva y a su arribo al aeropuerto de Cerro Chapeu, se produjo un curioso caso, ya que como el avión que condujo al mandatario a esta ciudad, llegó adelantado, no estaban presentes autoridades departamentales de primera línea, como ser el mismo Intendente Martín Padern.

Una vez solucionado el hecho, Lacalle, se trasladó en primer lugar al Regimiento de Caballería Nº3, al que oficialmente se nominó con el nombre del Brigadier General Fructuoso Rivera.

Acto seguido, dejó inaugurado un tramo de hormigón en la Avda. Manuel Oribe, para posteriormente dirigirse al Centro de Capacitación Cecap, y a la Zona Franca.

Allí, se procedió al corte de la cinta, con quince tijeras, y por medio de 15 invitados especiales.

En el lugar, se sirvió un almuerzo, al fin del cual, se prosiguió viaje, hacia Villa Tranqueras, donde se inauguró un tramo de pavimento, en la principal calle de la zona, y a Lunarejo, donde se inauguró un puente.

A su regreso, dejó inaugurado el Sanatorio de una cooperativa Médica, y luego al Shopping Center Rivera, finalizado este acto, emprendió viaje de regreso a Montevideo.

En Declaraciones ofrecidas mientras caminaba por las instalaciones de la Zona Franca riverense, el mandatario dijo que la Zona Franca de Rivera, será aceptada por los brasileños, porque nosotros mismos, aceptamos la zona de Manaus.

La frontera, con el Mercosur, va a cambiar, se va a convertir en algo más vivo dijo, y con esto de la Zona Franca, aprovecharemos, la ubicación geográfica, los transportes, que ofrecen Rivera y Livramento, siendo esta zona uno de los ejes de la integración.

Respondiendo a los colegas de la TV brasileña dijo que "el Mercosur, está en los plazos, y que en julio, se terminará el análisis jurídico del Mercosur, para saber hasta donde podremos llegar.

Entre los acompañantes del Presidente Lacalle, se encontraban el candidato oficial del herrerismo, Dr. Juan A. Ramírez, y el Ministro del Agricultura Pedro Saravia.

9406894

Nº. DOCUMENTO 9406895
TITULO Junta coloniense ratificó a privados en zona franca local
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE ... 26/4/94
VINCULADO 112323 / 506934

La Junta coloniense ratificó a privados en zona franca local

Colonia, Luis A. Carro

■ Dos de los principales dirigentes del Foro Batllista de Colonia —el edil Napoleón Gardiol y el candidato a la Intendencia Amílcar Rivoir— se refirieron a las zonas francas del departamento expresando concepciones diferentes en torno a si deben o no permanecer en la órbita del Estado y su posible municipalización.

El viernes por la noche en la sesión ordinaria de la Junta Departamental, Gardiol mocionó para que sus pares lo acompañaran en la solicitud de pedirle a la Comisión del Senado (que estudia el tema de modificar el artículo 44) para que la administración de Zona Franca Colonia quede en manos del Estado y eventualmente del municipio.

Consultado al respecto Amílcar Rivoir por LA REPUBLICA, declaró que la privatización de la zona de Colonia era un hecho consumado y que en este tema no podían dar marcha atrás y marcha adelante.

Sostuvo que hay que tratar de que esa administración en manos privadas sea lo mejor posible y luego ver si esa experiencia es válida.

Minutos antes, en el recinto legislativo, el edil de su sector expresó lo siguiente: "Todos sabemos que el tema de Zona Franca Colonia pasó a Comisión del Senado y está de más aclarar aquí la importancia que la zona tiene para el país. El tema fue tratado en diversas oportunidades por los ediles de las distintas bancadas.

Concurrimos al Senado a solicitarles a los parlamentarios que la administración de zona franca siguiese en manos del Estado por considerarse un muy buen negocio.

Hoy por hoy la administración está en sus primeros pasos de privatización, pero creo que no podemos resignarnos a ello porque seguimos pensando que ha sido un mal paso que ha dado el gobierno nacional".

El ingeniero agrónomo Amílcar Rivoir al referirse al tema de la posibilidad de municipalizar la Zona Franca de Nueva Palmira se manifestó en contra.

"Pienso que no debería pasar a manos del municipio, porque la gestión municipal no debería meterse en esas actividades. Cuando muchos plantean de achicar el Estado, el aparato municipal también tiene sus riesgos en la medida que agrandamos administraciones". "La Intendencia tiene muchas comunas locales para atender, tiene una red de caminería, tiene una red de servicios muy complejos, para todavía agrandar la gestión municipal y ponerse a atender ese tipo de actividad. Creo que eso tendría que tener una coordinación más a nivel nacional.

Jugar en el terreno reducido de que cada Intendencia tenga su zona franca crearía un desorden a nivel del país".

Agregó luego que no corresponde a la gestión municipal tener injerencia directa en la administración de la zona franca. En momentos en que el tema se discutía a nivel nacional y departamental, tanto la Junta como el intendente doctor Mario Gayol se manifestaron contra la privatización e incluso se hicieron gestiones en el Parlamento para que los legisladores no permitieran que las zonas francas del departamento salieran de la órbita estatal.

El viernes por la noche toda la bancada del Partido Nacional votó en contra la moción de Gardiol y de esta forma la solicitud no fue aprobada.

ENTRADA
CRUCE

9406895

Nº. DOCUMENTO 9406896
TITULO Zona Franca de La Plata
PROCEDENCIA 150518
FECHA DE PROCEDENCIA 27/4/94
VINCULACIONES 11856

Zona Franca de La Plata

Desde que en noviembre del '93, el Poder Ejecutivo nacional reglamentó el funcionamiento de la Zona Franca de La Plata, el ente ad hoc está trabajando contra reloj para poner en pleno funcionamiento los mecanismos que permitirán desarrollar "actividades comerciales, industriales y de servicios, exentas de impuestos nacionales, tasas y derechos aduaneros y libre de limitaciones de cualquier naturaleza". El Ente de Administración y Explotación de la Zona de La Plata, presidido por el ingeniero Mario Cafiero, aseguró que "la Universidad Nacional de La Plata y otros centros de altos estudios e investigación con sede en la región garantizan la más alta capacitación profesional" y "la larga tradición industrial y empresarial de los municipios de la zona –La Plata, Berisso y Ensenada– aseguran mano de obra internacionalmente reconocida". La puesta en práctica de esta zona, atractiva para el intercambio comercial internacional, transformará al puerto de La Plata en un acceso de ultramar con "más futuro en la Argentina y el que ofrece inmejorables perspectivas para su expansión", consideran en el Ente. La terminal facilitará operaciones de buques portacontenedores roll-on, roll-off, pequeños graneleros de tráfico especializado, graneleros acondicionados para cargamentos semigranel, buques combinados y convencionales acondicionados para algunos contenedores".

9406896

Nº. DOCUMENTO 9406897
TITULO Las zonas francas y la penetración imperialista.
PROCEDENCIA 150014
FECHA 30/4/94
VINCULO 11856
ESC 7466

Guzmán Díaz: quieren convertirnos en un Hong Kong de América Latina.

LAS ZONAS FRANCAS Y LA PENETRACION IMPERIALISTA

El tema de la zonas francas oculta propósitos que no se dan a conocer al público como es el caso de la de Durazno; instalada en una región estratégica próxima a la ruta 26 que atraviesa el país y nos comunica con la Ruta 5 que nos lleva a la frontera norte, afirmó Guzmán Díaz al iniciar una serie de charlas en «Mañanas de Radio» en CX 36 Centenario sobre el tema de «Las zonas francas y su incidencia en la sociedad uruguaya».

El desarrollo de la zona franca de Durazno fue conocido por la opinión pública a raíz de un desliz del Presidente de la República quién manifestó que sería algo así como un enclave norteamericano en el centro geográfico del país.

Luego se siguió trabajando en el más absoluto silencio ignorándose absolutamente lo que se está haciendo en torno a ella».

«Tenemos que considerar las zonas francas como un puntal del proyecto transnacional que pretende hacer de nuestro país la plataforma de lanzamientos de los intereses del imperialismo y de las grandes corporaciones multinacionales, buscando penetrar no sólo en nuestro país, sino también en la cuenca del plata que tiene su expresión política en el MERCOSUR».

«Tanto las zonas francas como las políticas portuarias, la política instrumentada para la hidrovía, la banca off-shore, el MERCOSUR y la flexibilización laboral, formas de enmascarar la intención de que los trabajadores renuncien a sus conquistas históricas obtenidas al costo de tremendos sacrificios».

«Se debe también mencionar, en este sentido, la desregulación del Estado y la privatización de sus sectores estratégicos. El conjunto de todas estas políticas apunta a un mismo objetivo; la enajenación del país y la liquidación de su identidad».

TODO EL URUGUAY; UNA ZONA FRANCA.

«En octubre de 1975 en la Comisión de Economía y Finanzas del Consejo de Estado de la dictadura, cuando se trató de dar forma al proyecto de Ley de Zonas Francas, uno de los consejeros hizo una pregunta clave; ¿ No sería más fácil partir de la base de que todo el Uruguay es una zona franca haciendo una declaración en tal sentido y salvándose de esta forma las trabas constitucionales ?».

«Vegh Villegas responde que efectivamente eso se podría hacer, completando su pensamiento diciendo que «el principio cardinal que debe regir esa materia es el de la extraterritorialidad», lo que quiere decir que la zona franca debe ser lo mismo que Hong Kong o cualquier otro territorio extranjero, no quedando claro si dentro de esa zona franca pensaba instalar la Casa de Gobierno».

«Ricardo Zerbino, sucesor de Vegh Villegas, completaría, luego, la idea de convertir al Uruguay en un Hong Kong latinoamericano».

EN LAS ZONAS FRANCAS NO RIGEN LAS LEYES URUGUAYAS.

«Se quiere transformar a todo el territorio nacional en extranjero y no ya de una parte del mismo llamado zona franca. El Ministro de Industrias y Comercio de la época de Sanguinetti llegó a decir que «en el tema de las zonas francas tenemos que preveer un problema de competencias o de jurisdicción de la justicia uruguaya o admitir algún tipo de prórroga en esa jurisdicción o un concepto de operaciones dentro de la zona franca».

«De hecho, se plantea que dentro de las zonas francas no tenga competencia la justicia uruguaya».

«En este sentido el que las zonas francas sean privadas o públicas no cambia para nada la situación».

En opinión de Guzmán las zonas francas del Uruguay se caracterizan por ser excepcionales a nivel mundial en cuanto pueden ser consideradas como las más entreguistas desde el punto de vista de la identidad nacional.

«Al declararse de interés nacional a las zonas francas en el artículo primero de la Ley de Zonas Francas del año 1987 se dice que: se declara de interés nacional la promoción y desarrollo de la zona franca con los objetivos de promover inversiones, expandir exportaciones, incrementar la utilización de mano de obra nacional e incentivar la integración económica internacional».

ZONAS FRANCAS: FAVORECEN LA INTEGRACION ECONOMICA DE LAS TRANSNACIONALES

«Las zonas franca que hemos creado como novedad, tienen una característica que no tenía la primitiva Ley de Zona Francas en la que se preveía que se industrializara la materia prima del país en ellas, pero en la nueva ley este punto no se toma en cuenta cuando dice que: «aún cuando dentro del país exista la materia prima necesaria para las industrias, la empresa instalada en Zona Franca tiene la libertad de traerla del lugar que se le antoje».

«Cuando se dice que las exportaciones 'son más libres' no se toma en cuenta que las ventas realizadas por las empresas instaladas en una zona franca no suponen el más mínimo beneficio para el país porque sus exportaciones ni siquiera figura en la balanza comercial

al poder, los explotadores de zonas franca, disponer libremente de las divisas».

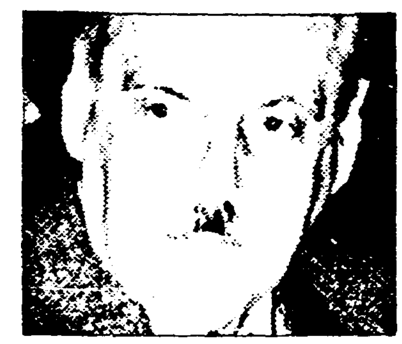
LAS ZONAS FRANCAS NO INCREMENTAN LOS PUESTOS DE TRABAJO.

«Cuando se habla de que las zonas francas son de interés fundamental para el país porque incrementan la utilización de mano de obra nacional, se miente, afirma Guzmán, porque «el surgimiento de las zonas franca producen en la región la desaparición de empresas similares instaladas fuera de la zona franca creando desocupación en el territorio nacional».

«Cuando hablamos del incremento de mano de obra se tiene que hacer el balance determinando cuántos puestos de trabajo se crean por la aparición de las empresas instaladas en zona franca y cuantos se pierden en el resto del territorio nacional».

«La Ley prevee que un 75 por ciento de los empleados debe ser de mano de obra nacional, pudiéndo el 25 por ciento restante ser extranjero, pero en otro artículo se dice que 'en el caso que un usuario pretenda utilizar personal extranjero en un porcentaje superior al 25 por ciento del total de sus dependientes, deberá solicitar por escrito a la Dirección de Zonas Francas expresando las razones por las que funda su solicitud y la Dirección de Zonas Francas, elevará un informe al Ministerio de Economía y Finanzas para su resolución».

Dice la Ley en este sentido; 'los usuarios de Zonas Francas emplearán en las actividades que desarrollan en las mismas un mínimo de 75 por ciento de personal constituído por ciudadanos uruguayos naturales o legales, a fin de poder mantener las exoneraciones tributarias, franquicias, beneficios y derechos' que esta ley les acuerda, pero por otro lado sostiene que en casos excepcionales, este porcentaje podrá ser reducido previa autorización del Poder Ejecutivo, atendiendo las características especiales de la actividad a desarrollar y razones de interés general, es decir que: entendiendo razones de interés general en lugar del 75 por ciento puede haber una cantidad inferior de trabajadores uruguayos, cantidad que no se determina, pudiéndo ser cero».



Guzmán Díaz

Al ser consultado sobre cuales pueden ser las razones de interés general que puedan existir en el país para prescindir del trabajo de sus nacionales y optar por mano de obra extranjera, Guzmán Díaz recuerda que «la administración Sanguinetti afirmaba que uno de los grandes problemas que teníamos frente a los inversores extranjeros es la conflictividad sindical, la que puede considerarse como razón de interés general.

Por ejemplo; en caso de conflicto sindical dentro de una zona franca; lo cual puede considerarse que atenta contra el interés general, podría prescindirse de todos los trabajadores y poner en su lugar trabajadores extranjeros».

ENTRADO
CRUZADO

9406897

9406898

Hoja 01 de 02
Copia 01 de 01
m.s.

Montevideo, 28 de junio de 1994.-

MEMORANDUM Nro. 940187 /S.O.E.

I. ASUNTO 2da. MESA CUADRADA CONVOCADA POR EL SEMANARIO DIGNIDAD

II.- REFERENCIA Responde E.E.I. Nro. Orden 9406764

III. TEXTO

- Siendo la hora 2045 aproximadamente dió comienzo el acto en el salón contiguo a la Sede del C.A. Progreso, encontrándose este con las ventanas cerradas y sólo una puerta abierta. Se encontraban presentes al inicio de la reunión 23 personas, sumándose luego 2 más lo que totalizó 25 a lo largo de todo el acto. Las edades oscilaban entre 2[illegible] y 5[illegible] años.

- Usaron de la palabra por su orden :

1.- Pincus ANDERSON, hizó referencia en primera instancia al difícil momento por el cual estaba atravesando el semanario, agregando que el último número había salido con atraso y que estaba peligrando la aparicion del próximo. Resaltó el esfuerzo que realizaban los "compañeros en ese sentido" y agradeció la presencia de los presentes, agregando que si bien eran pocos, ya habían comenzado a crecer.

2.- Mario ROSSI, hizo uso de la palabra por 15 o 20 minutos aproximadamente, donde se refirió al problema actual de descreimiento dentro de todos los partidos políticos, donde se usaba a los simpatizantes sin darles mayores esperanzas. Se refirió luego a la Unificación de Masas. Luego refiriéndose también a la Política actual, se refirió a la falta de líderes que existe en este momento y que la juventud ya no estaba dispuesta a seguir por la senda del Radicalismo.

3.- Rafael FERNANDEZ, refiriéndose a la problemática de la creación del nuevo frente político, resaltó que no sabía porqué llamarle FIT, que perfectamente se le podría llamar FT y que así fuera / el nombre que fuera siempre iban a apoyarlos. También hizo referencia al próximo plebiscito a realizarse el día 28AGO94 y que sería necesario formar una Comisión a los efectos de incitar a la gente a votar el NO, marcando que no era mucho el tiempo que se disponía y que había que aprovecharlo bien.

MINISTERIO ... 30 JUN. 1994 ... 898

001/002

9406898

4.- **Rúben SASSANO**, refiriéndose también a la problemática que se vive hoy en día con respecto a la política, enfatizó en lo / que respecta a los líderes y al descreímiento existente entre la gente en cuanto a los candidatos para los próximos comicios, ya que hasta el propio Tabaré VAZQUEZ los había defraudado y / el Frente que ellos habían formado en el pasado hoy lo estaban destruyendo. Hizo referencia luego a épocas del proceso y se refirió a los compañeros caídos en esa lucha, a los desaparecidos e incluso a los que como él estuvieron presos, subiendo // aquí su tono de voz y pidiéndoles perdón a los compañeros presentes si acaso los había ofendido ??

Luego al finalizar hizo uso de la palabra un NNM, 30 años, 1.80 estatura, cutis blanco, pelo castaño claro con barba tipo fidel, el cual se definió como revolucionario de corazón y que si las elecciones fueran el domingo próximo no sabría a ciencia cierta a quien votaría.

- Entre los presentes fueron identificados :

Rúben SASSANO (MLN-T), Rafael FERNANDEZ (PT), Rogelio RODRIGUEZ (PT), Pincus anderson (Sem. Dignidad), Mario ROSSI (MRO), Rurty GALLY (redactor responsable Sem. Dignidad).

- Se detectaron las siguientes matrículas :

444.382 (moto), 807.225, 805.763, AD 20899, 826.767, 728.442.

- Siendo las 2300 horas aproximadamente se dió por finalizado el acto retirándose los presentes en forma pacífica, realizando comentarios propios de la reunión.

IV.- <u>DISTRIBUCION</u> : Original - Sub-Director (Int.) - Jefe Departamento III
Copia 1 - Jefe del Departamento I

20406898

Nº DOCUMENTO 94 06899
TITULO Puesta al día sobre narcóticos para América Latina
PROCEDENCIA CIA (20448)
Abril 1994

DOCUMENTOS DE FS. 02 AL 17 ESTÁN ILEGIBLES

01 - 17 9406899

DOC. POCO LEGIBLE

02. 9406899

11176
65092
65592
11375
11226
11341
11354
11224
11421
66960
11235
67390
65890
11214
11676
11233
11227
504623
658036

DOC. ILLEGIBLE

9406899

C3

11176
65092
11227
11235
65592
11510
11663
65690
11351
11226
11756
11005
10027
65549
10190
66718
66960
11349
65641
66153
66603

FS.C

DOC. ILLEGIBLE

9406899

C4

11176
65092
66153
66603
11005
11349
11224
11019
11345
11226
66900
504402
66817
65592
66723
507592
501889
11511
11227
11510
11228
~~66960~~
11688
11360
DOC. ILLEG 500889

9406899

05

11176
65092
66960
11421
11349
11233
11369
11351
11352
11354
11680
~~11421~~
11515
13065
11226
65409
11214
11229
11422
67226

DOC. ILLEGIBLE

9406899

06

11176
65092
66153
66603
11005
11349
11224
11019
11345
11226
66900
504082
66817
65592
66723
507592
501889
11511
11227
11510
11228

~~66960~~
11688
11360
DOC ILLEG 500889

9406899

05

11176
65092
66960
11421
11349
11233
11369
11351
11352
11354
11680
~~11421~~
11515
13065
11226
65409
11214
11229
11422
67226

DOC ILLEGIBLE

06

9406899

11176
65092
507466
11227
507480
11214
11229
11422
11226
11354
11514
500477
11433
507488

9406899

07.

507480
11176
65092
507482
11214
11229
11422
11514
11113
11351
11358
11225
11354
11343
11224
11019
11888

9406899

11176
507482
11019
11234
11888
11214
11229
11422
11226
11354
11341
507470
507626
507677
65592
11234
11670
11233

9406899

09

11176
65092
65592
11224
11670
11238
11214
11229
11422
11226
11510
11354
11225
507479
11671
11351
11352
11343
11649
65038

9406899

1C

11176
65092
11671
11226
11354
10020 UL
10184
11214
11229
11422
11113
66603
11351
11224

507592
11888
11512

66723
507480 UL
66817

9406899 UL

11

11176
65092
66817
11224
11343
11351 UL
11352
11224
67390
65592
11349
11225
11663
11354 UL
507623
65549
11514

UL

9406099

11176
65092
65549
507623
11888
11351
11227
11352
11354
11675
65890
11226
65592
10190
67390
65644
10184
11670
507513
507604
65963
66151
65280
500145
11843

9406899

13

11176
65092
11354
11225
66097
65549
11170
11512
66603
11019
11663
11233
66718
11349
65592
11351
~~11225~~
kp

9406899

14

11176
65092
11225
11354
66718
65549
11214
11229
11422
11226
65890
~~11354~~
11514
11351
11352
11349
11675
10190
11374

9406899

10190
11176
65092
11374
11349
50463
65890
11354
11214
11229
11422
11514
11671
~~11354~~
11226
66123

9406899

11176
65092
66123
11351
11352
11354
11675
11226
65880!

17-17 9406899

Nº DOCUMENTO 9406900

TITULO PERU: SUSPENSION DEL ACUERDO DE COOPERACIÓN EN LA LUCHA CONTRA EL NARCO-TRAFICO.

PROCEDENCIA SIDE

FECHA 29.6.94

VINCULACIONES 1176 1349 65890 11356 65592 11219 66817 11229 65838 11422 11005 11374 11233 01.05

ENTRADO
CRUZADO

9406900

SIDE

[illegible] que los países sudamericanos [illegible] violarían leyes [illegible]
PERU [illegible] llegaran a [illegible] consistente en derribar aviones sospechados de transportar [illegible] permitió que WASHINGTON justificara la [illegible] cooperación [illegible] combate al narcotráfico, mientras [illegible]

Suspensión del Acuerdo de Cooperación en la lucha contra [illegible]

En 1991 los gobiernos de PERU, COLOMBIA, ECUADOR y ESTADOS UNIDOS firmaron un Acuerdo de Cooperación contra el narcotráfico. Dicho acuerdo, que establecía los procedimientos a seguir sobre la transferencia de información de radar obtenida por parte de los aviones AWACS E3 y ORION norteamericanos, fue suspendido a partir del 01MAY, dejando de operar el radar instalado en YURIMAGUAS y evacuado el personal técnico que lo manejaba. (ANEXO I).

En estos tres años de vigencia del acuerdo la Fuerza Aérea Peruana (FAP) derribó, en la zona del HUALLAGA, treinta avionetas que prestaban servicios a narcotraficantes, bajo las normas dictadas por la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI) en lo que respecta al procedimiento para interceptar aviones sospechosos. (ANEXO II).

En esta materia, el gobierno peruano promulgó, recientemente, el Anteproyecto del Plan Nacional de Prevención y Control de Drogas 1994-2000, que enmarca la lucha antinarcóticos. Estas actividades estarán centralizadas en una sola institución que dirigirá en forma integral y coordinada las acciones policiales, políticas, sociales y económicas para enfrentar el tráfico de drogas y propondrá soluciones para el campesinado alcanzado por este problema.

Coincidentemente con esta situación se produjo la renuncia del Comandante General de la Fuerza Aérea Peruana (FAP), Teniente General José NADAL PAIVA.

Apreciación

A partir de la suspensión del Acuerdo de Cooperación por parte de los ESTADOS UNIDOS , los escuadrones de aviones TUCANO T-27 de la FAP prácticamente han suspendido los patrullajes aéreos "ciegos" en razón de su poca eficacia y los altos costos operativos - sólo se estarían efectuando algunos patrullajes con el objetivo de destruir aeronaves en tierra o pistas de aterrizaje clandestinas -. Esta limitación en las acciones de represión y control del narcotráfico habrían facilitado el incremento de los vuelos de avionetas colombianas clandestinas.

Al respecto, cabe destacar que las restricciones de la cooperación norteamericana en la lucha contra el narcotráfico ya habían comenzado hace un año aproximadamente, cuando se recortó parte del presupuesto asignado al PERU para apoyar las acciones de la Policía Antidrogas en el HUALLAGA.

En esta oportunidad, la decisión estadounidense habría respondido no sólo al hecho de que la política del gobierno demócrata - respecto de los programas de combate al narcotráfico - tiene por objetivo central luchar contra los consumidores dentro de los ESTADOS UNIDOS, en lugar de hacerlo contra los productores, si también a la existencia de eventuales fricciones entre el Pentágono y el Departamento de Estado. Los desacuerdos entre militares y políticos habrían tenido como punto de partida los temores que un consejo de expertos en temas legales habría infundido al Poder Ejecutivo, al alertarlo sobre la posibilidad de que el gobierno estadounidense fuese demandado si aviones de guerra andinos derribaban una aeronave inocente, en base a una información norteamericana incorrecta.

DOC. CON PARTES OSCURAS.

En síntesis; el peligro de que los países [illegible] violando leyes internacionales, desplegaran una política consistente en [illegible] de transportar drogas, permitió que WASHINGTON justificara la [illegible] de su cooperación en el combate al narcotráfico, mientras los organismos [illegible] estadounidenses encuentran el marco legal adecuado que posibilite la continuidad de esta ayuda.

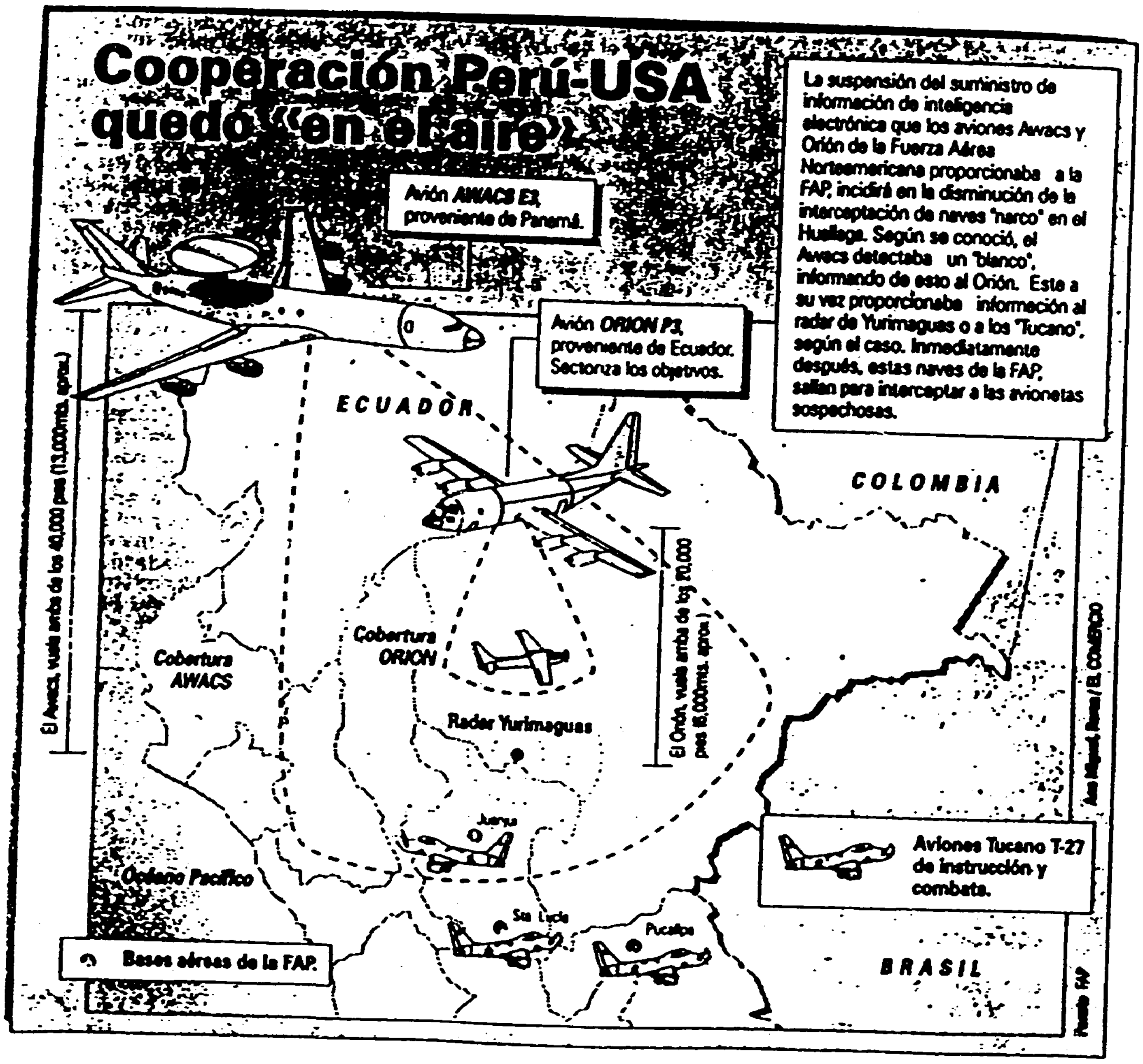
Se estima que la firma de nuevos acuerdos estará sujeta a la adecuación del sistema jurídico de los países beneficiados dentro del respeto a la ley y a los derechos humanos. En este sentido, PERU avanzó en el tema al priorizar en el Anteproyecto del Plan Nacional de Prevención y Control de Drogas 1994-2000 que, "la represión de la producción y del tráfico ilícito se hará dentro del marco del respeto a la ley y a los derechos humanos, con la finalidad de proteger el bienestar y la dignidad de las personas, contribuyendo solidariamente a la lucha internacional contra este mal".

Por último, vale mencionar que si bien han surgido especulaciones en torno de una eventual relación causal entre la suspensión del apoyo estadounidense al PERU en la lucha contra el narcotráfico y la renuncia del Comandante General de la FAP, hasta el momento no existen suficientes evidencias como para hacer afirmaciones categóricas al respecto.

DOCUMENTO CON PARTES OSCURAS-

9406900

Anexo II



04 9406900

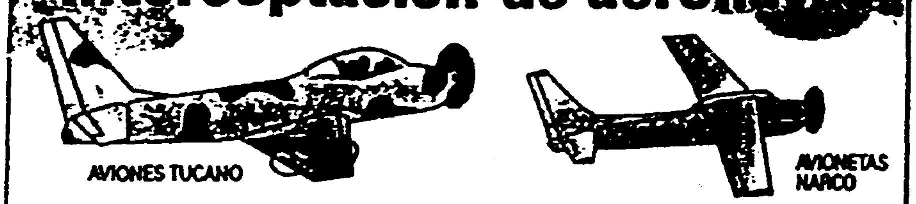
Anexo II

...en la lucha contra el ...

...ADOR y ESTADOS UNIDOS

... acuerdo, que estab...

Procedimientos para interceptación de aeronaves



MENSAJES RADIALES en frecuencia internacional 121.5 MHZ

INTERCEPTORA: "Aeronave sin identificación, está siendo interceptada por un avión FAP. No está autorizada para sobrevolar espacio aéreo. Aterrice (o sígame) para verificar su vuelo".

INTERCEPTADA: "Si tengo plan de vuelo. No tengo plan de vuelo. Estoy en emergencia. Ya recibí sus indicaciones. Voy aterrizar".

La OACI ha establecido que cuando hay incompatibilidad en el idioma, las tripulaciones deben comunicarse con las siguientes frases:

INTERCEPTORA:

Follow "Sígame"
Descend "Descienda para aterrizar"
You Land "Aterrice en este aeródromo"
Proced "Puede seguir"

INTERCEPTADA:

Wilco "Cumpliré instrucciones"
Can Not "Imposible cumplir"
Repeat "Repita instrucciones"
I' am Lost "Posición desconocida".
Mayday "Me encuentro en peligro"
Hi Hack "He sido objeto de apoderamiento ilícito"
Land "Permiso para aterrizar"
Descend "Permiso para descender"

MENSAJES A TRAVES DE SEÑALES

INTERCEPTORA: Alabear las alas desde el frente y normalmente a la izq. de la aeronave interceptada. De noche encender y apagar las luces de navegación. ***Significa:*** Ha sido usted interceptado. Sígame.

INTERCEPTADA: Balancear las alas y seguir a la nave interceptora. De noche encender y apagar las luces de navegación. ***Significa:*** Comprendido, lo cumpliré.

INTERCEPTORA: Alejarse bruscamente de la nave interceptada, haciendo un viraje ascendente de 90° o más, sin cruzar la línea de vuelo. ***Significa:*** Prosiga.

INTERCEPTADA: Balancear las alas. ***Significa:*** Comprendido, lo cumpliré.

INTERCEPTORA: Volar en circuito alrededor del aeródromo, desplegar el tren de aterrizaje y sobrevolar la pista en la dirección de aterrizaje. ***Significa:*** Aterrice en este aeródromo.

INTERCEPTADA: Desplegar el tren de aterrizaje. Seguir a la nave interceptora y proceder al aterrizaje. ***Significa:*** Comprendido, lo cumpliré.

Fuente: El Comercio — Ana Miguel / EL COMERCIO

05-05 9406900

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1381

(ET)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 21 de noviembre de 1994.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1994.-

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: DOC. Nro. 9406900

REF.A: PERU: Suspensión de acuerdo de cooperación en la lucha contra el Narcotrafico Fs. 1/5.

OPERARIO/S: Sdo.1ra Sonia Mello. Sdo. 1ra. Gissel Pose

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

Sgto. Agustín Barboza.-

El Jefe del AGII de la D.G.I.D.

Cnel. Walter A. Mesa.

FIN

ROLLO

1381

ANEXO AL ROLLO 1381

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ACTA DE APERTURA

ANEXO AL ROLLO N° 1381(ET)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 1/DIC/94.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE VUELVE A MICROFILMAR: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1994. (R.E. 9405651, 9406620, 9406877, 9406878, 9406879, 9406880)

IDENTIFICACION DE PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: DOC. Nro. R.E. 9405651 REF: REVISTA GAUROCHE (Publicación del Sindicato y Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas) (Fs 1/67)

OPERARIO/S: Sdo. 1ra. Sonia Mello. Sdo.1ra. Gissel Pose.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: ////////////////////////

PREPARACION DOCUMENTAL: /////////////////

CONTROL: Personal del A.G.I.I.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del Acta, se procede a la iniciación de la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación
Sgto. Agustín Barboza.

El Jefe del AGII de la D.G.I.D.
Cnel. Walter A. Mesa.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL — DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA — A.G.I.I.

Documentos D.G.I.D

Año 1994

767

R.E.Nº ....

ASUNTO: GAVROCHE (Publicación del Sindicato y Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas)

PROCEDENCIA: DGID

EVALUACION: —

OBSERVACIONES: Distribución BIOGRAFICO

FIRMA: CAP. NORBERTO [illegible] 001/67

FECHA: 04 JUN. 1994

-9405651

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección de [illegible] Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 06 JUN. 1994
Biográfico
Nº de Orden 9405651

GAVROCHE

SINDICATO VENDEDORES DE DIARIOS Y REVISTAS



FECHA 29/6/94

OBSERVACIONES

002

=9405651

1869-1994-2... PASADO, PRESENTE, FUTURO

empresa punto

A quienes llevan a la gente la
última declaración de Clinton, el estado
del tiempo, la opinión de Maradona o las
decisiones del Parlamento,
nuestro saludo.



A todos los Canillas
de la gente de
EL PAIS
Primero siempre

-9405651

GAVROCHE

MONTEVIDEO 1994
COORDINACION Y DIAGRAMACION:
RUBEN BARCOS
ISRAEL PRESA

NUESTRA TAPA

Dibujo de "hormiga" Sánchez, utilizado como símbolo del cincuentenario conmemorado por la Unión de Canillitas Sanduceros.

Por su alto valor simbólico y artístico, lo hemos hecho nuestro felicitando a su autor y a los colegas de Paysandú.



SINDICATO Y CAJA DE AUXILIO DE VENDEDORES DE DIARIOS Y REVISTAS
YI 1771 / 75
TEL: 94 14 49 / 62
QUINTA GAVROCHE ADRIAN TROITIÑO Y TABOBA - TEL: 69 03 66





PASADO, PRESENTE Y FUTURO

"GAVROCHE" fue pensado editarlo cuando estábamos seguros, sería la inauguración de nuestro Sanatorio Propio.

Imprevistos lo impidieron.

La fecha de inauguración forzosamente hubo de ser postergada. La construcción e instalaciones están prontas. Las salas de consulta médica ya están en funciones.

Como Centro de Internación, hace falta cubrir trámites burocráticos para que el Ministerio de Salud Pública lo autorice oficialmente. Será a la brevedad. Nos inquieta. Lo deseamos y necesitamos.

Ahora, hoy, Gavroche será extraordinario.

A través de relatos, notas, reportajes, ilustraciones gráficas, procuramos reflejar los acontecimientos, los logros, las realizaciones trascendentes y, lo que será. Esto dependerá de futuras generaciones que habrán de sucedernos.

La historia indica y exige. La trayectoria de nuestro gremio, impulsado por la organización gremial que creó y orientó el Viejo Maestro Adrián Troitiño, invariablemente ha ido en sentido progresivo, ascendente.

Las pruebas están a la vista. Todo lo que durante años se ha venido disfrutando; lo que actualmente disfrutamos, y lo que habrá de disfrutarse en el futuro.

Se trata nada más que mantener con vida un doble valor: el Sindicato que defiende el trabajo del canilla y la Caja de Auxilios que vela por su salud.

-9405651

SINDICATO DE VENDEDORES DE DIARIOS Y REVISTAS

1º DE MAYO

DIA DE LOS TRABAJADORES

(1978)

1º DE MAYO. — DIA DE LOS TRABAJADORES

1º de mayo. Día símbolo. Día histórico. El país y casi el mundo entero paralizan su actividad. Los trabajadores bajan sus brazos la tierra deja de ararse, las cosechas de recogerse; las fábricas, los talleres de movilizarse, las máquinas de producir, los centro docentes de ofrecer su enseñanza; los grandes laboratorios y estudios científicos que sirven al proceso del descubrimiento y la inventiva del hombre suspenden su accionar dinámico. Prácticamente casi todo lo que tiene que ver con el trabajo en el mundo, por 24 horas, hace un alto en su desenvolvimiento. Ello permite que pueda echarse una mirada retrospectiva. Y balancear. Acerca de lo logrado frente a lo deseado

El 1º de mayo no debe limitarse a significar una expresión de protesta contra lo injusto, ni a un homenaje al trabajo productivo del hombre. El 1º de mayo debe ser y es una manifestación colectiva de deseos, de esperanzas de los trabajadores y del mundo: de justicia, de paz, de libertad. De una sociedad mejor, más equitativa, más racional, más de acuerdo con los principios repetidos por todos los hombres y por todos los países sin excepción proclamándoles como ideales para servir a la felicidad humana.

Los vendedores de diarios y revistas, en torno al Sindicato y la Caja de Auxilios que nos legara el "gran viejo" Adrián Troitiño, adherimos a la conmemoración de la gran fecha.

Y aprovechamos para hacer nuestro balance. Del 1º de mayo del '77 al de este año. Y es con satisfacción que comprobamos que, en el haber, registramos rubros verdaderamente importantes y positivos.

Las viejas conquistas, las condiciones de trabajo convenidas, han sido reafirmadas. Los bienes patrimoniales, que no son pocos, debidamente conservados: Sede Social, quinta Gavroche, casas sucursal. Con el agregado de haber podido "dejar a nueva" dos de ellas: Larrañaga y Cordón. Por otra parte, el año pasado, se inauguró el monumento a El Canillita. Los servicios asistenciales de Caja de Auxilios, no sólo se han mantenido, sino que se han ampliado. Ahora también los hijos de los afiliados hasta la edad de 12 años tienen derechos totales a los mismos. De 100 chicos que el año pasado asistieron a los cursos de natación, gimnasia, manualidades, idiomas, etc. que nuestra organización brinda, hemos llegado a 200 el presente año.

Otros objetivos y otras metas a alcanzar tenemos a la vista. Confiamos que el presente alto de este 1º de mayo, sirva para tonificar nuestras energías y nuestros afanes de superación de manera que nos permita proseguir la marcha dinámica y ascendente de nuestro gremio.

A los trabajadores del país y del mundo entero, ¡Salud!

p. Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas,
Secretario General.

1º DE MAYO

DIA DE LOS TRABAJADORES

(1983)

Que nunca. Que nunca más luchadores sociales por defender sus ideales justicieros puedan ser muertos infamemente como lo fueron los Mártires de Chicago.

Que nunca más haya locales sindicales clausurados, organizaciones obreras prohibidas.

Que nunca más haya trabajadores presos, torturados y muertos.

Que nunca más los militantes sindicales puedan ser despedidos, perseguidos.

Que nunca más, el miedo, el terror gane el espíritu de los trabajadores.

Que nunca más la abyecta censura limite las posibilidades de información.

Que nunca más haya diarios, radios o publicaciones clausurados.

Que nunca más tengamos que vivir el cercenamiento de ninguna clase de libertades y derechos humanos.

Eso sí, por siempre: Por un movimiento obrero fuerte, lúcido, independiente, soberano, capaz de señalar rumbos hacia el establecimiento de una sociedad mejor, más justa, más libre, sin explotados ni explotadores, sin dominados ni dominadores.

Por un mundo nuevo que responda mejor a nuestra condición de seres civilizados. Sin niños, ni mujeres ni hombres que padezcan y mueran de hambre.

Esos son nuestros deseos. Esos fueron los ideales que animaron la vida y el pensamiento de nuestro preclaro maestro Adrián Troitiño. Son los que alentaron y tienen que continuar alentando a los trabajadores sindicalmente organizados.

A los hombres de bien.

A los que consciente o emocionalmente se sienten hermanos, iguales a sus semejantes.

A los que como nosotros, trabajadores de la calle, aspiramos a vivir en paz, en justicia y en libertad.

En este nuevo 1º de Mayo, distinto al de años atrás, con muchos problemas aún por superar, ya salariales, ya gremiales, pero habiendo recuperado el movimiento obrero, derechos y libertades que nadie nunca tuvo que usurpar, los vendedores de diarios, "mensajeros sin pausa de noticias" queremos hacer llegar nuestro más emocionado saludo proletario.

Por Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas,
Secretario General.

005

-940565 1

PASADO 1869 - 1988







006

-940565 1

1869-1941. ADRIAN TROITIÑO



Fechas símbolos: 3 de enero de 1869; 26 mayo de 1941; nace y muere Adrián Troitiño, maestro y guía de los vendedores de diarios.

Nace en Pontevedra, provincia de Galicia, España.

Muere en Montevideo, Uruguay. Setenta y dos gloriosos años al servicio de sus hermanos los trabajadores, por la libertad y la justicia.

Adolescente se rebeló contra la España obscurantista, monárquica y clerical. Vivió, sintió profundamente la otra, la protestaria, la de los hombres lúcidos, la de los artistas, poetas, escritores, la de los trabajadores que soñaron, lucharon y luchan por una sociedad más racional y justa.

En España debió haber cumplido con el Servicio Militar. No lo hizo. Chocaba contra sus convicciones libertarias. Prefirió abandonar su patria. Noticias de América lo seducían. Era un mundo nuevo en marcha. Un proletariado naciente enfrentaba a un capitalismo también naciente, tan rapaz como histórico. Se luchaba por la justicia, contra la avaricia explotadora y, en ese medio Troitiño se desenvolvería como pez en el agua. Rumbo a América se embarcó. Bajó en Buenos Aires. Trabajó de obrero panadero que era su oficio. No demoró en destacarse en las luchas gremiales y sociales del medio. Maduró experiencias, sufrió persecuciones, herido conoció las camas de hospital; también los calabozos bonaerenses y, finalmente el destierro. La oligarquía porteña no admitía extranjeros rebeldes.

Junto a Francisco Corney, Carlos Balsán y otros compañeros de ideales, fueron embarcados rumbo a España. Pero no llegarían. A su paso por Montevideo, informado de las circunstancias, José Batlle y Ordóñez, a la sazón Presidente de la República lo evitó. Gestiones mediantes, en gesto enaltecedor autorizó el desembarco de los desterrados afirmando: "en el Uruguay habrá siempre lugar para los luchadores sociales".

Carlos Balsán, al que supimos apasionado partidario de Peñarol, fue piedra angular para la construcción del Palacio Gastón Güelfi. Francisco Corney, dejó hijos que habrían de destacarse en el medio: Francisqué, en el periodismo deportivo; Liberto como gran campeón y mejor profesor de boxeo.

Troitiño cruzó la bahía y recaló en el Cerro. Vivió en una vieja casona, aún en pie, Grecia casi Centro América.

En el Cerro encontró terreno fértil para destacar su recia personalidad. Supo brindar su espíritu solidario y capacidad gremialista. Pronto fue secretario del Sindicato de Obreros Varaleros. (Trabajo hoy inexistente. Se trataba de tender cueros vacunos sobre armazones de hormigón llamados varales que, como los corrales, se extendían en los alrededores de los frigoríficos). Luego fue Secretario General del Sindicato de Oficios Varios, organización que nucleaba albañiles, pintores, carpinteros, mecánicos y tantos otros oficios de la zona.

"Como en la Argentina, conoció las listas negras patronales. Tuvo que ganarse la vida y la de su familia, vendiendo publicaciones ideológicas provenientes de la Argentina, España, Italia especialmente. Se le recuerda verlo con bufandas o pañuelos rojos y negro al cuello, ofreciendo sus periódicos por las cantinas de la ciudad. Diarios nacionales, comenzó a venderlos siguiendo los pasos de su hijo Palmiro. Así conoció las condiciones penosas en que los vendedores de diarios, adolescentes y niños, desempeñaban su trabajo. Y se dio a organizarlos gremialmente. Para bien de "los gorriones de una sola ala", lo logró.

En Asamblea General histórica, el 20 de febrero de 1920, nace a la vida sindical del país, el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

Todo lo que hizo en vida nuestro querido Viejo, fue fiel reflejo de su grandeza: su resistencia al Servicio Militar; su venida a América; su militancia obrera en la Argentina; en el Cerro: su hogar, su compañera, sus hijos, su conducta, todo, pero, para nosotros, seguramente pecando de egoístas, su más grande realización, fue organizar a los canillas en el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas y, por añadidura la Caja de Auxilios.

Su muerte, el 26 de mayo de 1941 no sólo conmovió a los canillitas. Lo sintió la clase trabajadora, el país entero. Así fue reconocido; en su homenaje, una calle y una plazuela en Malvín llevan su nombre.

R.B.

007

EL PERIODISMO RINDE HOMENAJE

Al Gran Luchador

EL DEBATE (27 mayo 1941).

Ha fallecido el líder de los pájaros de un ala, Adrián Troitiño. Paladín del simpático gremio de canillitas, Troitiño, elevó el espíritu del vendedor, contribuyó en todo momento para que la unión fuera efectiva y hechó las bases que ahora son estables y cada vez más fructíferas, de una institución que honra a sus componentes.

EL PLATA. — Ha muerto Adrián Troitiño. Hombre de índole afectuosa y generoso corazón, fue el luchador perseverante por el mejoramiento del gremio que le tenía por consejero e inspirador, debiéndole éste en gran parte su organización, su mejoramiento y las instituciones que lo encaminaron por las sendas de un perceptible progreso.

MONTEVIDEO. (26 de mayo de 1941). — Desaparece así, el viejo luchador, después de haber consagrado toda su existencia al supremo ideal de traer un poco más de bienestar a millares de obreros, de esos obreros de la calle, los cuales cada madrugada abre un interrogante, tanto cruja el temporal o la aurora prometa la belleza de un día maravilloso.

EL DIARIO (27 de mayo de 1941). — Ellos mismos, los canillitas, tuvieron que hacer correr la noticia en la ciudad. Ellos mismos, los canillitas, sus amigos, por los que él lo dio todo, tuvieron que anunciar su muerte, ayer, al vocear el diario en la calle.

"El Viejo Troitiño" sabía ese dolor del canilla. Porque él lo había sido. Y seguía siéndolo, ya que retirado de la venta callejera, vivió entre ellos, trabajó por ellos, vivió para ellos.

CRITICA (Buenos Aires, 26 de mayo 1941). — "Con la muerte de Troitiño, desaparece una de las figuras más populares del gremialismo obrero uruguayo. Representando a las organizaciones gremiales del país, concurrió al Congreso obrero que tuvo lugar en México.

"A esa reunión continental, Troitiño llevó un plan tendiente a organizar en toda América a los difundidores de la prensa.

La guerra civil española puso en tensión las energías de Troitiño. Se destacó en la ayuda a los leales, lamentando que la edad no le permitiese tomar un fusil para ir a luchar contra el franquismo y la invasión fascista.

EL PAIS (27 de mayo 1941). — Es que las virtudes personales de este varón generoso infatigable en la brega por el bien, le vincularon con todos los ambientes, de nuestro país, como antes lo estuviera en su tierra, España y con los de la Argentina, de donde fue desterrado por su participación en la dirección de organismos sindicales en ocasión de duras luchas. A Troitiño le habrán combatido por sus ideas y sus sueños. Pero no le podía desconocer ni aún por los tiranos que lo condenaban, su hombría de bien y su bondad. Principalmente, su lealtad para con los principios esenciales de la dignidad humana.

LA TRIBUNA POPULAR (26 de mayo de 1941). — Conciliador y comprensivo, todos los conflictos hallaron en él, soluciones justas y viables. Fue el alma de la organización y el centro de sus orientaciones.

LA MAÑANA. (27 de mayo 1941). — El gremio de canillitas, nuestros compañeros en el esfuerzo de la diaria difusión pública que cumplen los órganos de la prensa, está de duelo por la pérdida de uno de sus hombres que con mayor empeño, eficiencia y acierto, supieron orientarlo por el camino de la conquista de sus legítimas aspiraciones de mejoramiento: Adrián Troitiño fallecido ayer en esta capital quien por espacio de más de 20 años desempeñó cargos dirigentes en el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

EL DIA (26 de mayo 1941). — Una grande y significativa demostración de pesar constituyó el sepelio de los restos de Adrián Troitiño efectuado ayer. Una multitud heterogénea, pero cuyos componentes se identificaban en el mismo sentimiento de pesar que, hermanaba a jóvenes y ancianos venerables, a obreros, intelectuales e industriales, llevando a pulso el féretro hasta su última morada con los despojos mortales de un hombre modesto, pero altivo y digno, que a base de esfuerzos y de luchas por el bienestar social conquistó la estimación y el respeto de sus semejantes.

MARCHA. — Adrián Troitiño, enfermo desde hace mucho tiempo, acaba de morir. Era una figura singular en el medio que le tocó desenvolverse.

La historia del incipiente movimiento obrero nacional, la organización de los canillitas, tendrá siempre un puesto de preferencia. Es tal vez única del mundo. Es, por lo menos, única en el país. Y vinculada a ella, queda, de modo indestructible, el nombre de Adrián Troitiño.

Saludamos con emoción al viejo luchador que se va y que no abandonó nunca el puesto de combate donde la vida lo había colocado.

1941 - 26 de Mayo - 1978

Conmemorando el DIA DEL CANILLITA, nuestra organización emitió el comunicado que transcribimos

Todos los 26 de mayo, conmemoramos el Día del Canillita.

Se rinde así homenaje a la memoria de Adrián Troitiño, en el día aniversario de su desaparición física.

El homenaje no es sólo nuestro. Es de todo el diarismo del país. Salas de redacción, máquinas de escribir; talleres, linotipos, piezas tipográficas, rotativas; mostrador, sucursales, en fin, todo lo que tiene que ver con la prensa diaria, recuerdan y reverencian el fecundo paso por la vida de Adrián Troitiño y paralizan, por 24 horas, su dinámica actividad.

Es el reconocimiento general de trabajadores, gráficos, periodistas y empresarios editores, hacia la figura de un hombre extraordinario que supo querer intensamente la vida. La vida bien vivida. En justicia y en libertad. De un hombre que, identificándose con el sufrimiento de los explotados vendedores de diarios de principio de siglo, ligó su vida a la de ellos para luchar, denodada e inteligentemente, en favor de sus derechos como trabajadores y ciudadanos.

De sus definidos propósitos y de sus firmes convicciones, surgieron el Sindicato y la Caja de Auxilios de los Vendedores de Diarios y Revistas.

Organizaciones ideales para la defensa de las condiciones de trabajo y la salud física y moral del gremio.

UN SINDICATO del que, prácticamente son sus afiliados la totalidad de los que han hecho de la venta de diarios su medio de vida. Organización respetada tanto por el gremio como por las patronales. Un sindicato creado, desarrollado y mantenido según las enseñanzas y consejos de su fundador, Adrián Troitiño.

UNA CAJA DE AUXILIOS capaz de cubrir las necesidades sociales y asistenciales de sus afiliados y sus familiares, comprendidos; esposas, compañeras e hijos.

Un SINDICATO y CAJA DE AUXILIOS que se asientan sobre sabios principios de apoyo mutuo. Cada cual aporta "según sus posibilidades y recoge según sus necesidades". Aportan más, los que ganan más y menos los que ganan menos. Ello no obsta para que los derechos sean idénticos para todos. Concretándose de este modo, diaria y prácticamente, principios esenciales de solidaridad y compañerismo, ideales que signaron la vida de Adrián Troitiño.

Los vendedores de diarios, recordando cariñosa y fielmente al "gran Viejo", viviremos intensamente el Día del Canillita.

SINDICATO Y CAJA DE AUXILIOS DE VENDEDORES *DE DIARIOS Y REVISTAS*

ADRIAN TROITIÑO

1941 - 26 de Mayo - 1978



DIA DEL CANILLITA

008

-9405651

-9405651

1869-1941. ADRIAN TROITIÑO



Fechas símbolos: 3 de enero de 1869 26 mayo de 1941; nace y muere Adrián Troitiño, maestro y guía de los vendedores de diarios.

Nace en Pontevedra, provincia de Galicia, España.

Muere en Montevideo, Uruguay. Setenta y dos gloriosos años al servicio de sus hermanos los trabajadores, por la libertad y la justicia.

Adolescente se rebeló contra la España obscurantista, monárquica y clerical. Vivió, sintió profundamente la otra, la protestaria, la de los hombres lúcidos, la de los artistas, poetas, escritores, la de los trabajadores que soñaron, lucharon y luchan por una sociedad más racional y justa.

En España debió haber cumplido con el Servicio Militar. No lo hizo. Chocaba contra sus convicciones libertarias. Prefirió abandonar su patria. Noticias de América lo seducían. Era un mundo nuevo en marcha. Un proletariado naciente enfrentaba a un capitalismo también naciente, tan rapaz como histórico. Se luchaba por la justicia, contra la avaricia explotadora y, en ese medio Troitiño se desenvolvería como pez en el agua. Rumbo a América se embarcó. Bajó en Buenos Aires. Trabajó de obrero panadero que era su oficio. No demoró en destacarse en las luchas gremiales y sociales del medio. Maduró experiencias, sufrió persecuciones, herido conoció las camas de hospital; también los calabozos bonaerenses y, finalmente el destierro. La oligarquía porteña no admitía extranjeros rebeldes.

Junto a Francisco Corney, Carlos Balsán y otros compañeros de ideales, fueron embarcados rumbo a España. Pero no llegarían. A su paso por Montevideo, informado de las circunstancias, José Batlle y Ordóñez, a la sazón Presidente de la República lo evitó. Gestiones mediantes, en gesto enaltecedor autorizó el desembarco de los desterrados afirmando: "en el Uruguay habrá siempre lugar para los luchadores sociales".

Carlos Balsán, al que supimos apasionado partidario de Peñarol, fue piedra angular para la construcción del Palacio Gastón Güelfi. Francisco Corney, dejó hijos que habrían de destacarse en el medio: Francisqué, en el periodismo deportivo; Liberto como gran campeón y mejor profesor de boxeo.

Troitiño cruzó la bahía y recaló en el Cerro. Vivió en una vieja casona, aún en pie, Grecia casi Centro América.

En el Cerro encontró terreno fértil para destacar su recia personalidad. Supo brindar su espíritu solidario y capacidad gremialista. Pronto fue secretario del Sindicato de Obreros Varaleros. (Trabajo hoy inexistente. Se trataba de tender cueros vacunos sobre armazones de hormigón llamados varales que, como los corrales, se extendían en los alrededores de los frigoríficos). Luego fue Secretario General del Sindicato de Oficios Varios, organización que nucleaba albañiles, pintores, carpinteros, mecánicos y tantos otros oficios de la zona.

"Como en la Argentina, conoció las listas negras patronales. Tuvo que ganarse la vida y la de su familia, vendiendo publicaciones ideológicas provenientes de la Argentina, España, Italia especialmente. Se le recuerda verlo con bufandas o pañuelos rojos y negro al cuello, ofreciendo sus periódicos por las cantinas de la ciudad. Diarios nacionales, comenzó a venderlos siguiendo los pasos de su hijo Palmiro. Así conoció las condiciones penosas en que los vendedores de diarios, adolescentes y niños, desempeñaban su trabajo. Y se dio a organizarlos gremialmente. Para bien de "los gorriones de una sola ala", lo logró.

En Asamblea General histórica, el 20 de febrero de 1920, nace a la vida sindical del país, el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

— — —

Todo lo que hizo en vida nuestro querido Viejo, fue fiel reflejo de su grandeza: su resistencia al Servicio Militar; su venida a América; su militancia obrera en la Argentina; en el Cerro; su hogar, su compañera, sus hijos, su conducta, todo, pero, para nosotros, seguramente pecando de egoístas, su más grande realización, fue organizar a los canillas en el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas y, por añadidura la Caja de Auxilios.

— — —

Su muerte, el 26 de mayo de 1941 no sólo conmovió a los canillitas. Lo sintió la clase trabajadora, el país entero. Así fue reconocido; en su homenaje, una calle y una plazuela en Malvín llevan su nombre.

R.B.

EL DEBATE (27 mayo 1941).

Ha fallecido el líder de los pájaros de un ala, Adrián Troitiño. Paladín del simpático gremio de canillitas, Troitiño, elevó el espíritu del vendedor, contribuyó en todo momento para que la unión fuera efectiva y hechó las bases que ahora son estables y cada vez más fructíferas, de una institución que honra a sus componentes.

— — —

EL PLATA. — Ha muerto Adrián Troitiño. Hombre de índole afectuosa y generoso corazón, fue el luchador perseverante por el mejoramiento del gremio que le tenía por consejero e inspirador, debiéndole éste en gran parte su organización, su mejoramiento y las instituciones que lo encaminaron por las sendas de un perceptible progreso.

— — —

MONTEVIDEO. (26 de mayo de 1941). — Desaparece así, el viejo luchador, después de haber consagrado toda su existencia al supremo ideal de traer un poco más de bienestar a millares de obreros, de esos obreros de la calle, los cuales cada madrugada abre un interrogante, tanto cruja el temporal o la aurora prometa la belleza de un día maravilloso.

— — —

EL DIARIO (27 de mayo de 1941). — Ellos mismos, los canillitas, tuvieron que hacer correr la noticia en la ciudad. Ellos mismos, los canillitas, sus amigos, por los que él lo dio todo, tuvieron que anunciar su muerte, ayer, al vocear el diario en la calle.

"El Viejo Troitiño" sabía ese dolor del canilla. Porque él lo había sido. Y seguía siéndolo, ya que retirado de la venta callejera, vivió entre ellos, trabajó por ellos, vivió para ellos.

— — —

CRITICA (Buenos Aires, 26 de mayo 1941). — "Con la muerte de Troitiño, desaparece una de las figuras más populares del gremialismo obrero uruguayo. Representando a las organizaciones gremiales del país, concurrió al Congreso obrero que tuvo lugar en México.

A esa reunión continental, Troitiño llevó un plan tendiente a organizar en toda América a los difundidores de la prensa.

La guerra civil española puso en tensión las energías de Troitiño. Se destacó en la ayuda a los leales, lamentando que la edad no le permitiese tomar un fusil para ir a luchar contra el franquismo y la invasión fascista.

— — —

EL PAIS (27 de mayo 1941). — Es que las virtudes personales de este varón generoso infatigable en la brega por el bien le vincularon con todos los ambientes, de nuestro país, como antes lo estuvieran en su tierra, España y con los de la Argentina, de donde fue desterrado por su participación en la dirección de organismos sindicales en ocasión de duras luchas. A Troitiño le habrán combatido por sus ideas y sus sueños. Pero no le podía desconocer ni aún por los tiranos que lo condenaban, su hombría de bien y su bondad. Principalmente, su lealtad para con los principios esenciales de la dignidad humana.

— — —

LA TRIBUNA POPULAR (26 de mayo de 1941). — Conciliador y comprensivo, todos los conflictos hallaron en él, soluciones justas y viables. Fue el alma de la organización y el centro de sus orientaciones.

— — —

LA MAÑANA. (27 de mayo 1941). — El gremio de canillitas, nuestros compañeros en el esfuerzo de la diaria difusión pública que cumplen los órganos de la prensa, está de duelo por la pérdida de uno de sus hombres que con mayor empeño, eficiencia y acierto, supieron orientarlo por el camino de la conquista de sus legítimas aspiraciones de mejoramiento: Adrián Troitiño fallecido ayer en esta capital quien por espacio de más de 20 años desempeñó cargos dirigentes en el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

— — —

EL DIA (28 de mayo 1941). — Una grande y significativa demostración de pesar constituyó el sepelio de los restos de Adrián Troitiño efectuado ayer. Una multitud heterogénea, pero cuyos componentes se identificaban en el mismo sentimiento de pesar que, hermanaba a jóvenes y ancianos venerables, a obreros, intelectuales e industriales, llevando a pulso el féretro hasta su última morada con los despojos mortales de un hombre modesto, pero altivo y digno, que a base de esfuerzos y de luchas por el bienestar social conquistó la estimación y el respeto de sus semejantes.

— — —

MARCHA. — Adrián Troitiño, enfermo desde hace mucho tiempo, acaba de morir. Era una figura singular en el medio que le tocó desenvolverse.

La historia del incipiente movimiento obrero nacional, la organización de los canillitas, tendrá siempre un puesto de preferencia. Es tal vez única del mundo. Es, por lo menos, única en el país. Y vinculada a ella, queda, de modo indestructible, el nombre de Adrián Troitiño.

Saludemos con emoción al viejo luchador que se va y que no abandonó nunca el puesto de combate donde la vida lo había colocado.

EL PERIODISMO RINDE HOMENAJE

Al Gran Luchador

<u>1941 - 26 de Mayo - 1978</u>

Conmemorando el DIA DEL CANILLITA, nuestra organización emitió el comunicado que transcribimos

Todos los 26 de mayo, conmemoramos el Día del Canillita.

Se rinde así homenaje a la memoria de Adrián Troitiño, en el día aniversario de su desaparición física.

El homenaje no es sólo nuestro. Es de todo el diarismo del país. Salas de redacción, máquinas de escribir, talleres, linotipos, piezas tipográficas, rotativas; mostrador, sucursales, en fin, todo lo que tiene que ver con la prensa diaria, recuerdan y reverencian el fecundo paso por la vida de Adrián Troitiño y paralizan, por 24 horas, su dinámica actividad.

Es el reconocimiento general de trabajadores, gráficos, periodistas y empresarios editores, hacia la figura de un hombre extraordinario que supo quemar intensamente la vida. La vida bien vivida. En justicia y en libertad. De un hombre que, identificándose con el sufrimiento de los explotados vendedores de diarios de principio de siglo, ligó su vida a la de ellos para luchar, denodada e inteligentemente, en favor de sus derechos como trabajadores y ciudadanos.

De sus definidos propósitos y de sus firmes convicciones, surgieron el Sindicato y la Caja de Auxilios de los Vendedores de Diarios y Revistas.

Organizaciones ideales para la defensa de las condiciones de trabajo y la salud física y moral del gremio.

UN SINDICATO del que, prácticamente son sus afiliados la totalidad de los que han hecho de la venta de diarios su medio de vida. Organización respetada tanto por el gremio como por las patronales. Un sindicato creado, desarrollado y mantenido según las enseñanzas y consejos de su fundador, Adrián Troitiño.

UNA CAJA DE AUXILIOS capaz de cubrir las necesidades sociales y asistenciales de sus afiliados y sus familiares, comprendidos, esposas, compañeras e hijos.

Un SINDICATO y CAJA DE AUXILIOS que se asientan sobre sabios principios de apoyo mutuo. Cada cual aporta "según sus posibilidades y recoge según sus necesidades". Aportan más, los que ganan más y menos los que ganan menos. Ello no obsta para que los derechos sean idénticos para todos. Concretándose de este modo, diaria y prácticamente, principios esenciales de solidaridad y compañerismo, ideales que signaron la vida de Adrián Troitiño.

Los vendedores de diarios, recordando cariñosa y fielmente al "gran Viejo", viviremos intensamente el Día del Canillita.

SINDICATO Y CAJA DE AUXILIOS DE VENDEDORES *DE DIARIOS Y REVISTAS*

ADRIAN TROITIÑO

1941 - 26 de Mayo - 1978



DIA DEL CANILLITA

1920: SINDICATO Y CAJA DE AUXILIOS DE VENDEDORES DE DIARIOS Y REVISTAS/MONTEVIDEO

El presente trabajo, no pretende ser la historia de la organización gremial de los vendedores de diarios. A lo sumo, un relato de hechos relevantes ocurridos a lo largo de sus 74 años de existencia.

Este relato, lo hemos dividido en cuatro grandes etapas: de 1920 a 1941; de 1943 a 1963; de 1964 a 1987 y, de 1988 hasta el presente.

Pretendemos sea valioso documento de consulta. Ha sido y es la vida del Sindicato y la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas, tendidos a mejor servir el trabajo, la salud y el bienestar de la familia diariera, sin omitir el sentido de solidaridad para con la clase obrera y el pueblo.

1920-1941

a) DECLARACION DE PRINCIPIOS
b) PRIMERAS LUCHAS
c) ELIMINACION DE LOS PICOTEROS
d) DURO Y LARGO CONFLICTO EN 1934
e) CONSOLIDACION ORGANIZACION GREMIAL
f) FALLECIMIENTO DE ADRIAN TROITIÑO

Al cabo de várias reuniones preparatorias, el 20 de FEBRERO DE 1920, Asamblea General Extraordinaria, da por constituido el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas aprobando Declaración de Principios y Estatutos. Declaración de Principios dice:

DECLARACION DE PRINCIPIOS

1º. Que la estructura de la sociedad actual basada en el principio de autoridad, y en la propiedad privada constituye la causa generatriz de la desigualdad económica y social y que por consiguiente divide a la humanidad en dos clases: una que todo lo produce y carece de lo más necesario para la vida, y otra improductiva, explotadora y parasitaria.

2º. Que la clase trabajadora, sindicalmente organizada constituye una fuerza capaz de oponerse al avance de la burguesía explotadora y a la prepotencia del capitalismo y fundamenta a la vez, la base de una sociedad justa e igualitaria, donde la tierra pertenecerá al campesino que la cultive, y las fábricas y talleres a los obreros que las hacen funcionar.



3º Para que estas bases puedan ser una realidad, mediante la acción conjunta y revolucionaria de los trabajadores conscientemente organizados, queda constituido el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas de Montevideo.

Según principios del anarcosindicalismo con el que Adrián Troitiño comulgaba, la Comisión Administrativa del Sindicato era nombrada directamente por Asamblea, al igual que el cargo de Secretario General, el de mayor representatividad y responsabilidad. Como no podía ser de otro modo, fue nombrado Adrián Troitiño. Tenía entonces 52 años de edad. Experiencia y madurez organizativa avalada por largos años de militancia en la Argentina, robustecida en sus actividades cerrenses.

Desde 1900, Troitiño vendió periódicos y revistas ideológicas. Recién en 1911 comenzó a hacerlo con diarios nacionales. Llegó a conformar, según él mismo, un reparto cuyo centro eran las oficinas de la Usina del Estado. En 1923, ya constituido el Sindicato, "a pedido de varias asambleas generales y caracterizados amigos, pasó a ser rentado como Secretario General y cobrador en las Sucursales". Le fue asignado un sueldo de 40 pesos y, aparte 4 para locomoción. En 1930, le fueron aumentadas las remuneraciones a 50 pesos y 5 en carácter de viáticos.

Los trabajos de Secretaría sin dudas que serían intensos pero, los más difíciles seguramente eran los de cobrar la estampilla sindical, vendedor por vendedor en sucursal por sucursal.

El problema de la salud del vendedor, fue una preocupación constante de Troitiño, de ahí se perfilarán de inmediato los inicios de la Caja de Auxilios. Se contaba con la atención solidaria de médicos amigos. Los problemas de internación correspondían al Hospital Maciel.

Laboral y comercialmente, de entrada hubo un duro enfrentamiento con los llamados "picoteros", inescrupulosos intermediarios que, con consentimiento de las empresas, explotaban a los canillitas vendiéndoles los diarios según tres o cuatro categorías, de acuerdo con problemas de horarios y cantidades; los primeros, a 18 centésimos cada diez diarios; los segundos a 16 centésimos; más tarde 20 diarios por 30 centésimos. El precio de venta al público, era de 2 centésimos el ejemplar.

Esta despiadada explotación, no fue exclusiva de los "picoteros". Hubo administraciones de diarios que también lo hicieron.

Para enfrentarla, el Sindicato, mediante la sagacidad de Troitiño, previo fortalecimiento de la organización gremial, logró cambiar las formas de distribución de los diarios. Surgieron entonces, los Jefes de Venta y los Sucursaleros. Ambos, tenían que ser afiliados al Sindicato. Fue una forma exitosa de ir desplazando a los "picoteros" hasta que, desaparecieron definitivamente.

La integración de todos los que participan en la comercialización de los diarios, desde la distribución hasta la venta en la calle, naturalmente dio potencialidad a la organización diariera. Las exigencias de porcentajes de ganancia y mejores condiciones de trabajo tuvieron entonces un fuerte respaldo.

Otra de las reclamaciones iniciales, fue el descanso dominical. Se explica: la venta en la época demandaba más de 12 horas en la calle entre la mañana y la noche. Además los volúmenes de venta en días y cantidades eran totalmente distintas a las actuales.

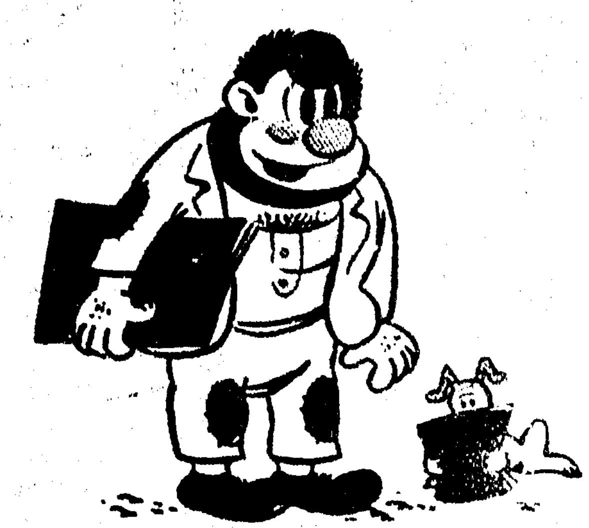
El reconocimiento del Sindicato por parte de las empresas tuvo sus dificultades. No olvidemos que para muchos, el vendedor de diarios que compraba y revendía la mercadería era un comerciante y no un trabajador.

De cualquier modo, al márgen de la buena o mala voluntad de las empresas, el reconocimiento a la organización se fue pautatinamente imponiendo por su sola presencia, ayudada por la seriedad y sapiencia que se orientaba. Ello no hizo más que tonificar el espíritu solidario y de lucha de los canillitas.

No fue sorpresa entonces, en 1934, luego de largas gestiones e intermediaciones, los vendedores de diarios, reunidos en asamblea general resuelven solidarizarse con los obreros gráficos, en huelga con el diario "El Día". En contrapartida, las restantes empresas, se aliaron con el diario en conflicto, para juntas, proponerse desconocer ambos sindicatos obreros.



El gran Viejo aún jóven



Se vivía bajo la dictadura de Terra que, en 1931, operando desde el cuartel de bomberos, procedió a disolver las cámaras parlamentarias.

La dictadura colaboró con las empresas pero, no al grado de que estas le reclamaron. Las fuerzas represivas del gobierno, inicialmente se limitaron a proteger a krumiros que vendían hojas periodísticas también impresas por krumiros. Impuso también lo que se llamó la "ley mordaza" que, impedía auténticos canillitas vocearan los diarios argentinos y el "Bien Público" local, que no estaba en conflicto. Estas disposiciones dieron lugar a la detención de varios compañeros canillitas, entre ellos el propio Adrián. Las empresas, reclamaron la clausura de los Sindicatos en huelga y la expulsión del país de los dirigentes sindicales extranjeros. Troitiño era uno de ellos.

Reclamos obreros y de las fuerzas sociales lo impidieron. Finalmente, al cabo de 120 días de lucha, en acuerdo de partes, se dio por concluido el conflicto.

El gremio, liderado por el Gran Viejo Adrian, no hizo más que cumplir con la premonición de Florencio Sánchez: "El canillita exhibirá por las calles su desnudez y su hambre, pero jamás traicionará a sus hermanos de clase porque la solidaridad es su patrimonio moral".

En vida, el Viejo tuvo dos preocupaciones: el trabajo y la salud de sus hermanos los vendedores de diarios. Sus últimos años los vivió planificando el lograr una casa para la organización gremial y, otra de recuperación y esparcimiento para los canillas.

La concreción de ambas cosas, estaban en marcha cuando lamentablemente, el 26 de mayo de 1941 su muerte le impidió ver realizados esos, sus sueños. El gremio, fiel a sus enseñanzas, poco demoraría en hacerlas realidad.

R.B.



1943-1963

a) INAUGURACION QUINTA GAVROCHE
b) DE LA SEDE SINDICAL
c) PROMULGACION DE LA LEY JUBILATORIA
d) ESTATUTOS Y PERSONERIA JURIDICA DE CAJA DE AUXILIOS
e) COMITE COORDINADOR DE LA INDUSTRIA PERIODISTICA
f) CASAS SUCURSAL ENRIQUECEN PATRIMONIALMENTE AL GREMIO
g) DIA DE DESCANSO MENSUAL

Tras la desaparición física del Viejo Maestro, ocupó por un breve lapso la Secretaría, el compañero, hoy también desaparecido Amelio González. En 1943, la Asamblea General del gremio procedió a designar para el cargo a Delio Troitiño, hijo de Adrián. Lo haría durante 20 años hasta 1963 en que se acogió a sus derechos jubilatorios.

No se demoró en inaugurar la reconstrucción de la Sede Sindical, Y/1771-73 e inaugurar la Quinta de Recuperación y Esparcimiento, Gavroche. La calle que pasa a su frente, y la plazuela de su costado, como reconocimiento de la ciudadanía a *sus méritos*, lucen el nombre de Adrián Troitiño. Su inauguración fue todo un acontecimiento, con una asistencia que colmó todos los espacios posibles.

En la época, cada vez que las empresas aumentaban el precio de venta de los diarios, daba lugar a discusiones sobre cómo se distribuían los valores del aumento. De estas discusiones surgieron los primeros beneficios porcentuales para Caja de Auxilios. Tanto correspondía a las empresas, tanto al vendedor y, un pico pendiente, a Caja de Auxilios.

Ello fue trascendente. Hasta el momento, las únicas *entradas* que contaba Caja de Auxilios provenían de contribuciones de los despachantes de revistas, y el 50% de las ganancias que arrojaba la comercialización de las revistas de la editorial Atlántida.

Otros logros fundamentales: la ley de jubilaciones para el vendedor de diarios y, la otorgación de la Personería Jurídica a Caja de Auxilios por parte del Ministerio de Educación y Cultura. La jubilación para el vendedor de diarios era un derecho inalienable. La Personería Jurídica de la Caja de Auxilios, una exigencia imperiosa dado su propia evolución.

Para su concreción, conjugaron por un lado, las reclamaciones del gremio, su movilización, y el dinamismo y capacidad de Delio con la colaboración invalorable de Líber Troitiño, ambos hijos de Adrián. Líber era abogado y diputado nacional en la emergencia.

Una sabia y oportuna resolución: la constitución del Comité Coordinador de la Industria Periodística que reunía al Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas, al Sindicato de Artes Gráficas y a la Asociación de la Prensa del Uruguay.

En la historia de la organización diariera fue un hito la compra en 1959 de la Casa Sucursal del Cerro. Un hecho tremendamente positivo que corrió como reguero de pólvora. Antes de dos años, el gremio de canillitas era propietario de tantos inmuebles como Sucursales distribuidoras de diarios existen en Montevideo.

Importante fue también lograr, *en acuerdo* con las empresas periodísticas, el establecimiento del día de descanso mensual del vendedor.

A mediados de 1963, tras veinte años de positiva gestión acorde con las líneas y orientaciones generales *de su padre*, Delio Troitiño, acogiéndose a los derechos jubilatorios deja su cargo en el que se desempeñó brillantemente.

R.B.



011

-9405651

1963-1988

a) CUATRO MESES DE LUCHA EN 1967
b) FORTALECIMIENTO ORGANIZACION GREMIAL
c) MEJORAS ASISTENCIALES DE CAJA DE AUXILIOS
d) SOBREVIVENCIA ANTE EL MALON MILITAR ANTISINDICAL
e) CAMBIOS ORGANICOS SUSTANCIALES



Al jubilarse en 1963 el compañero Delio, su cargo en la Secretaría General del Sindicato fue ocupado interinamente por el compañero Orlozabala que, en el mismo año, también se jubila. La Asamblea General del gremio entonces, designa para el cargo a Rubens Barcos. Designación reiterada de acuerdo con las normas estatutarias vigentes. En 1985, modificados los estatutos, la designación es consecuencia de un acto electoral en el que estuvieron en puja dos listas. Triunfó la encabezada por Miguel A. Manera como Presidente y, la reafirmación en el cargo de la Secretaría General de Rubens Barcos. Los cambios estatutarios fueron trascendentes. Por primera vez, el Sindicato tendría presidente. El acto electoral fue supervisado por la Corte Electoral. El número de votantes fue extraordinario, un récord, el 94% de los habilitados.

De 1963 a 1988, período que corresponde a los 73 años de existencia de la organización diariera, como en los anteriores en que hemos dividido este relato histórico, ocurrieron hechos, episodios de singular importancia.

Se reafirmó la vigencia del Comité Coordinador de la Industria Periodística.

En 1967, canillitas, gráficos y periodistas, unidos por el Comité, tuvieron que enfrentar un lockaut de la patronal gráfica; Asociación de Diarios del Uruguay, que se prolongó, casualmente como el conflicto de 1934, más 120 días.

Las empresas habían usufructuado hasta entonces, un régimen de privilegio que, las exhoneraba del pago de tributos aduaneros sobre los materiales de importación: papel, tintas, cartones, etc. Tales ventajas les habían facilitado, por un lado, ofrecer los diarios a un precio bajo —un diario costaba entonces lo que un boleto de ómnibus o un pocillo de café— por el otro, acordar con canillas, gráficos y periodistas convenios que, enfrentados a una nueva realidad, los consideraron demasiados generosos. Denunciaron los tres convenios. Ante la lógica resistencia obrera, optaron por bajar las cortinas. En verdad se equivocaron. No pensaron que chocarían con las tres organizaciones obreras sólidamente unidas.

La patronal, usando indiscriminadamente los medios de comunicación disponibles, radio y televisión, se encargaron de descargar andanadas de pretendidos argumentos contra los trabajadores. De nosotros, los vendedores de diarios, llegaron a decir que éramos poco menos que parásitos, que lo único que hacíamos era poner diarios encima de un cajón o una mesa y que, ellos se vendían solos. Públicamente anunciaron también que, organizarían la venta según sus propios criterios prescindiendo de la intervención del Sindicato. Otra vez se equivocaron y feo.

Nuestros recursos, aparte la acción militante que fue intensa, fueron la salida de los diarios "Extra" y "El Popular" que no adhirieron al lockaut. A ellos agregamos el diario "Verdad", hecho único en la historia gremial del país, editado, dirigido, administrado y vendido por las tres organizaciones obreras en conflicto.

En la emergencia, nuestro gremio, como siempre estuvo a la altura de las circunstancias, en primera línea: manifestaciones, gestiones, conferencias, etc. Muchos fueron los compañeros que se sumaron a los trabajos de las comisiones. La Asamblea General del gremio, designó a los compañeros Miguel Angel Manera y Hebert Berriel para que junto con el Secretario General, Rubens Barcos, representaran a la organización en todas las circunstancias.

Cuatro meses se prolongó la lucha. *Finalmente* en el despacho del ministro de Trabajo, Manuel Flores Mora, las tres organizaciones firmamos el acuerdo con la patronal dando por finalizado el conflicto. Se impuso la razón y la justicia. Los tres gremios hermanos, cumplimos con lo que nos habíamos juramentado: "volvemos al trabajo juntos, o no volvemos ninguno".

Nuestra organización salió fortalecida, cualitativa y cuantitativamente. Al comienzo del conflicto serían 500 los afiliados al Sindicato. Inmediatamente de su terminación llegamos a 1500. Prácticamente todos los que han hecho de la venta de diarios y revistas, su medio de vida. Se eligieron delegados por Sucursal. Se conformó oficialmente el Cuerpo de Delegados de importancia fundamental para la tonificación de la actividad gremial.

La firma del convenio, determinó de por siempre, el 40% de ganancia para el vendedor, de manera inamovible sobre el precio de venta de los diarios.

Asambleas Generales, resolvieron aportar para la

Pasa a pág. 10

012

-9405651

Viene de pág. 9

Caja de Auxilios, el 3% de la ganancia los días hábiles y, el 5% los días domingos. Ello determinó modificar sustancialmente las posibilidades económicas y financieras de la Caja. Como lo decimos en otra parte de este relato, hasta entonces, Caja de Auxilios contaba como únicos medios de entrada, contribuciones de los despachantes de revistas, el 50% de los beneficios obtenidos por la comercialización de las revistas de la editorial Atlántida y, un mínimo porcentaje que contabilizaban y entregaban las empresas periodísticas.

Los aportes por diarios vendidos de los vendedores, multiplicaron varias veces las entradas regulares de la Caja. Y, naturalmente, del mismo modo se multiplicaron las formas de atención médica. Los derechos asistenciales fueron extendidos a las esposas o compañeras de los afiliados; más tarde hasta la edad de 18 años de sus hijos. De igual manera fue ampliada la asistencia a los compañeros jubilados.

Los aportes son recogidos diariamente por los Sucursaleros que, los entregan al Jefe de Ventas quienes centralizan las recaudaciones y las vierten a Caja de Auxilios.

Permite ello que, el Sindicato y Caja de Auxilios ponga en práctica un sabio principio de solidaridad. Cada cual aporta según lo que gana y todos tienen iguales derechos. Tal vez sirva ésto para explicar lo que podemos llamar "el milagro diariero" que, en circunstancias difíciles, puede prestar un servicio social y asistencial a la altura de los mejores centros de atención médica colectiva del país.

SERVICIOS SOCIALES

a) A principios de la década del '70 se comenzó a distribuir entre los hijos de los vendedores, calzado, túnicas y útiles escolares al comenzar el año lectivo. A ello se ha agregado más recientemente, un reparto de juguetes para el Día de los Niños (Reyes).

b) Durante años se brindó un positivo servicio infantil: paseos, clases gimnásticas y de natación en las piletas de la Asociación Cristiana de Jóvenes.

c) Se creó un comedor diario, funcionando en la Sucursal Médanos, para atender dificultades que tenían que enfrentar varios viejos compañeros.

d) También nuestra organización puso en práctica un Hogar de Ancianos, donde son atendidos viejos y queridos compañeros que, por circunstancias de la vida se han encontrado en soledad. Ahora, han encontrado compañía en el calor fraternal de los compañeros del gremio.



Fines de la década del '60. Como todo el movimiento obrero, como todo el país, comenzamos a vivir los embates de un gobierno oligárquico y autoritario que, culminaría con la toma del poder por parte de las fuerzas armadas. Fue el comienzo de una larga y penosa noche uruguaya que duró 12 años. Muy pocas fueron las organizaciones que se salvaron del malón antisindical desatado sin piedad. Podemos señalar tres: las nuestras, Sindicato y Caja de Auxilios, la Federación Autónoma de la Carne y la Asociación de Bancarios del Uruguay. Una, seguramente como la Federación de la Carne, por no estar afiliada a la CNT. Los bancarios y nosotros, tal vez, por el importante servicio social que prestábamos.

En tanto duró la dictadura, nunca disimulamos nuestra presencia. Al contrario, cada circunstancia que considerábamos propicia, hacíamos pública nuestra total independencia e identificación con principios de libertad y justicia.

Hasta intencionalmente, destacábamos los servicios sociales y asistenciales de nuestra Caja de Auxilios. Creemos, significó ello un freno para que el totalitarismo imperante, no echara mano sobre nuestras organizaciones.

En su oportunidad, entendemos que inteligentemente, supimos dar un paso al costado. No con la dictadura, sino ante planteamientos de las empresas periodísticas. Ellas también habían resultado víctimas del "quiebre de la tablita". Según nos fundamentaron, consecuencia del referido quebranto se encontraban enfrentadas a una situación financiera insostenible. Solicitaron de nuestra parte, aceptáramos temporariamente, una merma mínima de nuestras ganancias porcentuales, hasta tanto mejorara la situación. Aceptamos. Ese fue el paso al costado. Pero, cuando entendimos las dificultades habían sido superadas, reclamamos Vuelto el país a la normalización constitucional, aparte medidas de rutina, nuestra organización sindical se dio a la tarea de estudiar sus estructuras orgánicas aprobadas en 1920 y aplicadas durante más de 60 años.

Parte de los estatutos fueron modificados, no así la declaración de principios. Se acordó establecer un régimen de dirección presidencial y, la elección de autoridades dejaría de ser por las asambleas, para serlo a través de actos electorales y con voto secreto.

Aplicados los cambios, la experiencia ha resultado positiva. La Comisión Directiva a partir de 1985 pasó a ser integrada de acuerdo con resultados eleccionarios.

En 1988, luego de haber cumplido más de 30 años como integrante de las Comisiones del Sindicato y Caja de Auxilios y, 25 en ejercicio de la Secretaría General de la organización diariera, el autor de estas notas, acogiéndose a los derechos jubilatorios, pasa a engrosar las filas de los compañeros jubilados, en esa condición, a la organización madre; el Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas.

Ruben Barcos

013

-9405651

CARLOS SILVA Secretario General



P. ¿Cómo ves este año '93 en relación a aquel '89 donde también te hacíamos una nota en GAVROCHE?

C. Indudable que del año '89 al '93 han habido cambios a nivel gral. del país.

La organización fundamentalmente por el lado de su Caja de Auxilios tiene los inconvenientes del caso.

El ingenio y el esfuerzo de los directivos ha sacado cosas adelante y fundamentalmente supimos mantener la escencia de lo que es el Sindicato y la Caja de Auxilios. En el área sindical te diré que no escapa a nadie que el último año hemos tenido situaciones lamentables que hemos sabido sacar adelante.

P. ¿El gremio ha salido fortalecido de todas esas situaciones?

C. Yo lo que veo en este tema es algo que va por encima de todo; es que uno ya en los casi 7 años o 8 años que está en esta lucha elegido por el gremio, suplantando a un gran compañero como fue Ruben Barcos, ve con gran satisfacción que las últimas asambleas que hemos hecho y también fundamentalmente, los últimos actos recordatorios de nuestros queridos viejos compañeros es que llego a la conclusión de que el gremio va adquiriendo madurez y credibilidad gremial. Las comisiones convocan a asamblea y vemos que el gremio responde. No hay dudas que en ese sentido han habido avances. El tema de kioskos, el del Sanatorio propio, el de los aportes de los compañeros jefes de venta; el ensanchamiento de la función sindical y social hacia Canelones son hechos positivos que hay que valorar. Creo que es el resultado del trabajo conjunto de las dos comisiones, la del Sindicato y la de la Caja de Auxilios.

Por último, le pediría al gremio sigamos iluminados por las enseñanzas y los ideales del querido "viejo" Adrián. Será garantía de que el trabajo y formas de vida del vendedor de diarios seguirán siendo todo lo digno que corresponde.

WALTER MEDINA: UN CANILLA

Fue el 8 de julio de 1973. En Piedras Blancas. Timoteo Rinaldi casi Campamento. Walter Medina cayó muerto. Baleado por la espalda. A un representante de las fuerzas armadas le había caído mal lo que Walter estaba escribiendo en un muro: "Consulta Popular". Era una consigna, un reclamo contra el autoritarismo reaccionario que ya se había enseñoreado en el país.

Fue un crimen alevoso. Conmovió al país. A Walter se lo recuerda con admiración y cariño. Por sus inquietudes ideales. Por su personalidad, por todo lo que representaban como promesa sus magníficos y generosos 16 años de edad.

Trabajador y estudiante. Vendedor de diarios. Identificado con su misión y tarea. Walter era todo un luchador social. Quería tanto para sus semejantes como para él, lo mejor. No admitía otra cosa que no fuera la libertad y la justicia social. Ideas y sentimientos que, poco antes de morir, los expresara a través de las siguientes líneas:

"Levantaré bien alto el puño
me alzaré con mis hermanos
y buscaré la libertad.
No quiero ser esclavo
no quiero que lo sean mis iguales.
Que no manchen mi tierra gentes extrañas
que sea nuestra, al igual que las
riquezas de nuestro continente".

El gremio canillita, con orgullo y solidario con su hermano martir, supo rendirle homenaje. En el hall de nuestro Sindicato, luce una placa. Además una calle de Montevideo se distingue por su nombre.

Walter Medina, más que la merecía. Vivió y murió tempranamente defendiendo libertades y derechos humanos. Lo proclamaba su consigna: "Consulta Popular".

H. M.

014

-9405651



Un kiosco de la Plaza Independencia con su gran pizarrón de anuncio y muchos ejemplares de nuestro número extra a la vista.



Otro kiosco que vendió a troche y moche nuestra revista. Está situado en 18 de Julio y Magallanes.



En este puesto de venta de Boulevard España y Libertad, nuestro semanario alcanzó una gran difusión.



8 de Octubre y Garibaldi también fué una esquina feliz para CINE RADIO ACTUALIDAD y sus dos vendedores de la foto.

En Sarandí y Juncal "El Porteño" hizo oír su pregón anunciando la novedad del número extra.



"El Nato" voceando en pleno centro montevideano nuestra edición extraordinaria!



más abajo su socio Jorge impone al público CINE RADIO ACTUALIDAD.





Un salón que también se destaca en eso de lucirse con nuestra revista: el de General Flores y Garibaldi.

-9405651



En Treinta y Tres entre Rincón y 25 de Mayo, el salón de la foto despachó a sus clientes y transeuntes, infinidad de ejemplares de nuestro número anterior.



En el desquite Almacenes en simétrico orden, los ejemplares de CINE RADIO ACTUALIDAD forman un cerco profuso en el kiosco de 21 de Setiembre y Ellauri.



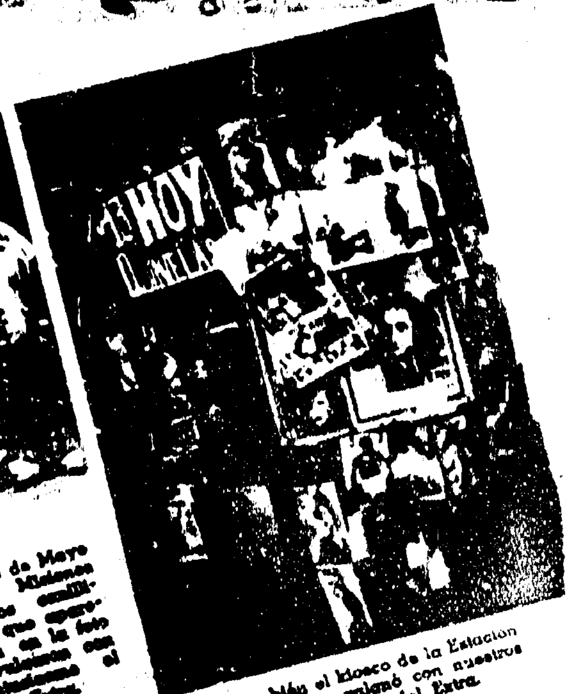
En este kiosco de la Estación Reducto la carátula de nuestra revista engalanó varios metros cuadrados de pared.



Frente al Café "La Opera" un grupo de elementos que despacharon a los canillitas nuestra revista. Entre el núcleo destacan su figura Don Ernesto, Antoñito, Alejandrito, Esclavo, Martínez y otros.







En 25 de Mayo casi Misiones varios canillitas que aparecen en la foto divulgaron con entusiasmo el Extra.

También el kiosco de la Estación Goes se engalanó con nuestros ejemplares del Extra.

CON el mejor de los éxitos fué acogido en el ambiente nuestro número extraordinario de la semana pasada.

Canillitas y vendedores tasta-lodos con kioscos, salones y otros puestos de venta en las distintas zonas de la ciudad, contribuyeron con su esfuerzo, entusiasmo e impulso dinámico, a darle una difusión por demás halagadora a CINE RADIO ACTUALIDAD, desparramándola como nunca en todos los rincones de la metrópoli.

Como un agradecimiento a nuestra revista, por el homenaje periodístico que le tributamos a los canillitas al editar nuestra edición especial, cada vocero y cada vendedor de diarios y revistas desplegó lo mejor de su actividad para corresponder con su labor callejera a nuestro gesto amigo, que halló un eco simpático en las barras bullangueras de los canillitas montevideanos.

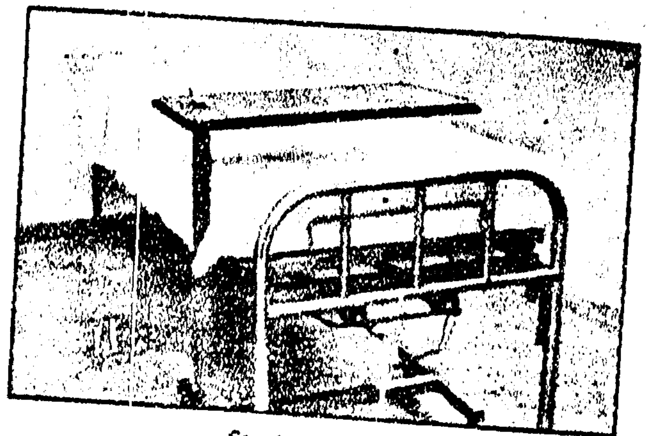
A todos, nuestro abrazo de amigos y nuestra palabra agradecida.

-9405651

PRESENTE: 1988 - 1994



Mejoras asistenciales.



Sanatorio propio.



Fiestas infantiles.



Reparto de juguetes.



Calzado, túnicas, útiles escolares.

017

-9405651

UNA ESCUELA DE TRABAJO

Legada de aquel extraordinario visionario Don Adrián Troitiño: decenas de compañeros siguieron sus pasos, y hoy tenemos lo que se llama unidad en torno al Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

Aprendimos a cultivar el diálogo en positivo, analizando también con espíritu constructivo las cosas negativas que nos da la vida.

Unidad fundamental para mantener las grandes conquistas, como es el actual sistema de distribución y ventas, única garantía de nuestro trabajo y salario.

Muchos se plantean cómo hemos logrado los altos niveles de militancia gremial, la respuesta para nosotros es muy simple, el trabajo constructivo permite respirar estos aires de confianza mutua.

Al tener claro los objetivos gremiales, económicos, sociales, culturales, etc. las discrepancias internas y externas, se hacen mucho más fácil superarlas.

Hemos sorteado escollos complicados, pero al superarlos, nos hemos mirado a la cara y un gesto de alegría siempre surgió; el Sindicato y la Caja de Auxilios salieron más firmes que nunca.

Respiramos las ansias de decenas de jóvenes compañeros deseosos de integrarse al trabajo gremial, adelante con ese esfuerzo que la responsabilidad por el futuro de la organización es de Uds.

I.P.



Inauguración del monumento al Canillita.

018

-9405651

ACTIVIDAD REGULAR Y CONSTANTE UN DIA DE SESION

A los... del mes de ... del año ... siendo las 14 y 20, se reúne la Comisión Directiva de la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas, bajo la presidencia del cpro. Eddie Espert, actuando en secretaría el cpro. Juan Carlos Massa, asisten además los cpros. Lenín Pérez, José Luis Riverón, Emilio Martínez, Washington Albes, Rodolfo Benelli, el cpro. Secretario General Juan Carlos Silva, el cpro. fiscal, Luis Fonseca, el cpro. jubilado Juan Carlos Reobasco, el cpro. Coordinador Israel Presa los cpros. integrantes de la Comisión sindical: Miguel Angel Manera (presidente), Juan Carlos Sanabria (vice), Sabino Pérez, Generoso Palermo, Jorge Viana, José San Martín, Alberto Camacho, Julio Valerio; los técnicos de la Institución: Dr. Hugo Musacchio, Contador Mario Gallino y la Dra. Cecilia Tellería.

1) Se da lectura al acta anterior.

2) El Director Técnico de la Institución, Dr. Hugo Musacchio brinda un detallado informe sobre el servicio médico.

3) El Contador Mario Gallino conjuntamente con el cpro. tesorero Lenín Pérez, brindan informes sobre la situación económico-financiera.

4) La encargada del Dpto. Jurídico, Dra. Cecilia Tellería, orienta técnicamente en distintas situaciones originadas.

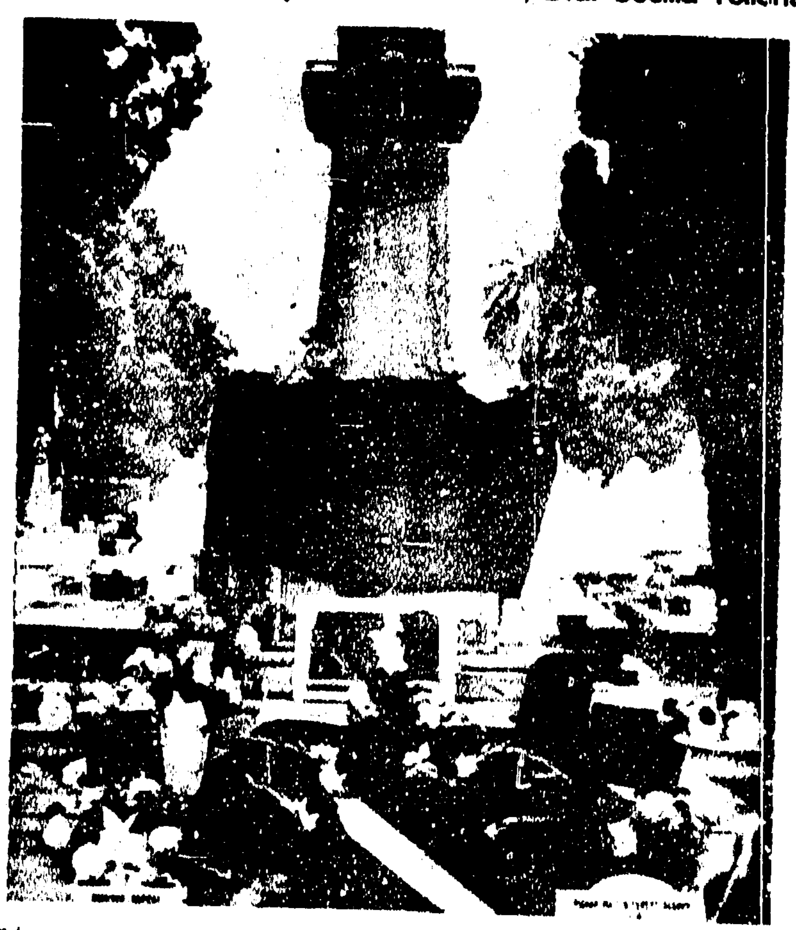
5) Posteriormente se escuchan distintos informes de la sub comisiones de trabajo: Sanatorio, Quioscos, Hogar de Ancianos, Comedor, Gestiones ante organismos gubernamentales y/o departamentales, Casas sucursal, Relación con Empresas Editoras, zonas de trabajo, conflictos familiares, situación social de afiliados, cultura, distribución y ventas, mejoramiento patrimonial, y decenas de grupos de trabajo que se forman en torno a situaciones no previstas.

Todos los temas son analizados, discutidos y aprobados, con intervención de todos los cpros. integrantes de la mesa. Los temas se agotan cuando se logra la unanimidad de los presentes.

1993. Se realizaron 96 sesiones conjuntas de las Comisiones de Caja de Auxilios y Sindicato, presididas indistintamente por los cpros. Espert, Manera o Sanabria.

Se presentan promedialmente de 8 a 10 cpros. en cada sesión a plantear problemas laborales, sociales, culturales, lo que totaliza más de 1.000 (mil) situaciones personales que los cpros. afiliados confían en solucionar conjuntamente con sus compañeros canillitas, elegidos democráticamente para integrar las Comisiones.

Esto se repite todos los días martes, miércoles, jueves y viernes a partir de las 14 hs. en nuestro local central de Yi 1771-75.



019

-9405651

REPORTAJES DE ENTRECASA

MIGUEL ANGEL MANERA

PRESIDENTE SINDICATOS VENDEDORES DIARIOS Y REVISTAS

C/A 188133

P: ¿Cómo ve la situación gremial actual?

M: Bueno depende de muchos aspectos, ya no tenemos la ciudad de hace tiempo atrás.

Antes era un pequeño centro rodeado de numerosos barrios, donde ya existían los extensos repartos.

La cantidad de venta era mucho mayor, ya que cada núcleo familiar compraba 2 o 3 diarios por día.

Actualmente la situación económica lleva a prescindir de las cosas no elementales, esto debería ser visto por las autoridades, porque significa un atraso cultural.



Manera: hablando en acto homenaje a Troitiño

P: ¿Qué significa el Sindicato en su vida?

M: Para mí es todo, si no hubiera existido no sería lo que soy. Mi conformación social se la debo al Sindicato.

P: ¿Y la Caja de Auxilio?

M: Un elemento valiosísimo para todo el gremio, fijate el alcance que tiene para toda la familia.

P: Podemos comparar el vendedor actual con el de 50 años atrás.

M: Bueno el vendedor se ha superado, en su nivel económico, cultural, social. Tiene una familia, más estable. Yo cuando empecé a vender diarios lo hice descalzo.

P: ¿Cómo son las actuales relaciones con las empresas periodísticas?

M: El gran trabajo del Sindicato fue, es, y seguirá siendo mantener en un nivel digno al gremio. La realidad así lo indica y es muy claro, si no existiera el Sindicato, otra sería la realidad, gremial y comercial.

P: Existe preocupación por la anulación de la ley jubilatoria 10805 que ampara al vendedor de diarios ¿cómo ve el problema?

M: La veo bastante difícil.

Tiene que definirlo directamente el Parlamento.

La ley 10805 de octubre de 1946, es una ley especial, fue la primera en su materia en el Instituto jubilatorio totalmente financiada con los aportes patronales de acuerdo con porcentajes derivados de las toneladas de papel importados y un razonable aporte del canillita.

P: Por último ¿cómo ve el actual sistema de distribución de diarios y revistas?

M: Siempre ha sido eficaz, tiene los problemas propios de toda función de trabajo. Como lo dije anteriormente, si no existiera el Sindicato las condiciones de trabajo serían otras.

El actual sistema garantiza una correcta venta.



Miguel A. Manera y Eddie Espert presidentes del Sindicato y Caja de auxilios respectivamente, rindiendo homenaje al prócer José G. Artigas.

020

-9405651

LENIN PEREZ: "El Zar Económico"

P: Estamos con el compañero Lenin Pérez que ocupa actualmente la Tesorería de la Caja de Auxilio o un viejo vendedor de la Sucursal Aguada.

Lenin ¿cómo logramos insertar la parte económica de Caja de Auxilio en esta nueva realidad de la salud en el Uruguay donde día a día se requiere mayor cantidad de dinero para cubrir la alta tecnología moderna?

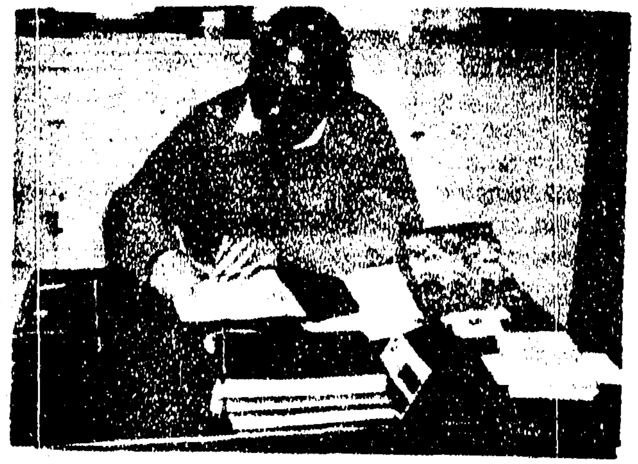
L: Bueno, en primer lugar nosotros como Caja de Auxilio en el tema económico podemos decir que, mediante los ingresos de costumbre, cubrimos gran parte de la atención de todos los afiliados decimos gran parte porque venimos desde hace unos años atrás con una franja de ingresos bastante estable, eso significa de que si bien la cantidad de diarios de la venta en total ha presentado una merma, con el aumento del precio de tapa equivale a que mantenemos los ingresos; mientras los egresos en la salud, actualmente por toda la tecnología que cada día va avanzando, tenemos una gráfica saliente, esto va a significar que con el tiempo tengamos algún contratiempo, más claro, un déficit.

Como queremos seguir prestando una asistencia de primera, con las exigencias tecnológicas del momento, seguramente vamos a entrar en una corriente ascendente de egresos, tanto que si no surgieren nuevas ideas que generen ingresos proporcionados a aquellos, tendríamos que llegar a parar. Pero confiamos en la capacidad de reacción de nuestro medio y sus activistas. Y como sabemos que siempre habrá prioridad en la preocupación por la salud de nuestros afiliados, haremos todos los sacrificios para mantener y mejorar los niveles alcanzados hasta ahora.

P: Lenin, no hay dudas que cuando llega el afiliado a Caja de Auxilio, nota la diferencia de atención que se brinda en relación a otros centros de asistencia colectiva. Como sabemos que hay preocupación porque los gastos de internación alcanzan a un 40% del presupuesto de la Caja, nos explicamos los estudios que se vienen realizando para abatir esos porcentajes, sin afectar la calidad de asistencia. ¿Cómo ves la marcha de esos estudios?

L: Los gastos comprendidos en ese 40% derivan de las camas que tenemos contratadas en el Sanatorio Español. Cuando las internaciones sobrepasan el número de esas camas, nos vemos obligados a contratar en otros Sanatorios. Y las internaciones correspondientes al CTI, son verdaderamente onerosas. Siempre tratamos que las internaciones se ajusten estrictamente a lo necesario, por cualquier número de días además, significan gastos muy costosos. Sin embargo hay veces que los médicos y nosotros nos vemos obligados a prolongar las estadías del enfermo. Ello debido a la situación socioeconómica del afiliado. Si es deficitaria, hay que prolongar su estadía porque si se le manda a la casa, sabemos que al tercer o cuarto día tiene que volver al Sanatorio. A veces tenemos que instalar al compañero en una Casa de Salud. También demanda gastos extraordinarios pero,





estamos tranquilos que cuando abandona esa internación está en buenas condiciones. Cuando consideramos estos problemas, no sólo tenemos en cuenta su situación económica y de vivienda, sino también su entorno familiar. Si el entorno familiar es adecuado, damos el alta; si no lo es, Caja de Auxilios se hace cargo del enfermo por todos los días que sean necesarios. Estos estudios y consideraciones, es un trabajo de equipo que integramos con los Dres. Hugo Musacchio y Luis Larrosa; el contador Mario Gallino con participación de técnicos correspondientes a cada área.

P: Lenin, ¿cómo se coordinan los servicios sociales que presta Caja de Auxilios concretamente, el comedor en la sucursal Cordón y la vivienda en la Quinta Gavroche?

L: El compañero Palermo, se encarga de ello ayudado por el compañero Sanabria que, entre otras cosas se encargan de recoger y distribuir alimentos secos que solidariamente aporta INDA. En Sucursal Cordón hay establecido un régimen de almuerzo de lunes a sábado al cual van, no sólo los afiliados activos en condiciones precarias, sino los compañeros jubilados que perciben una jubilación verdaderamente exigua. Aparte de sus almuerzos, muchos de ellos llevan sus viandas para la noche. Aproximadamente 30 compañeros hacen uso de ese servicio. En la Casa Quinta, es diferente el servicio prestado. Los compañeros necesitados que vienen allí, se les asiste de manera total; desayuno, almuerzo, merienda y cena. Además atención médica.

P: Por último Lenín, en esta función tuya que es, tesorería y atención de servicios, en coordinación y acuerdo con los compañeros de las Comisiones de Caja de Auxilios y el Sindicato; ¿cómo sientes esta etapa de 1993 donde se están manejando un montón de proyectos en marcha y otros en vía de concretarlos?

L: Tenemos una gran satisfacción este año de poder alcanzar un sueño que hace mucho que está en la cabeza de muchos afiliados, que va a ser el funcionamiento de este Sanatorio que tenemos instalado en la sede central.

Indudablemente que va a ser un trabajo lindo ya que la parte de tesorería, los números van a cantar fríamente la cruda realidad de lo que estamos viviendo. Pensamos que con este proyecto del Sanatorio, si bien no habrá una gran economía porque aumentos de costos en la salud todos los días hay, vamos a tener la gran tranquilidad de que el afiliado acá va a estar bien atendido y por nosotros. Aparte del tema del Sanatorio, se están manejando ideas de seguir con la obra en la sede central. Instalar un CTI o unidad cardiorrespiratoria en la cual ciframos esperanzas no sólo por el funcionamiento en sí, sino por la tranquilidad de la Caja de Auxilios.

Acerte continuemos o no ocupando los cargos actuales, nos animan ideas de nuevas realizaciones sociales y desde cualquier lugar nos encontraremos, continuaremos trabajando por sus realizaciones.

021

-9405651

ARAMIS ROJAS - MIGUEL ARDUINO

CONTINUIDAD, EXPERIENCIA

P: Estamos con dos compañeros que nos vienen acompañando de varias décadas atrás y han vivido distintas etapas de la organización en puestos que entendemos claves como lo es la parte numérica. ¿Cómo ven actualmente a nuestro gremio?

R: Es un gremio muy cambiado, ha ingresado mucha gente joven y nueva. No tienen las características del viejo vendedor, y esto sin tratar de desmerecer a nadie. Son nuevos compañeros, tienen una conducta sociocultural distinta.

M: El vendedor no es tan bohemio como antes. Se preocupa más de sus cosas, como la salud, su casa.

P: En las notas que realizamos, algunos viejos compañeros tienen un cierto dejo de nostalgia de un gremio que aparentemente se nos fue. ¿Ustedes también sienten esa nostalgia?

R: Por supuesto que sí, han desaparecido compañeros que uno los trató toda la vida. Viene gente nueva que aún no las hemos conocido cabalmente. Por eso se hace más difícil.

Son compañeros, más exigentes, porque vienen de otras sociedades donde el trato es distinto y estaban acostumbrados a exigir para lograr una buena atención y hasta que no conozcan el nuevo





sistema de Caja de Auxilio, se suponen que van aflojando.

M: Los nuevos compañeros tienen otra cultura, buscan superarse, no desean quedarse estancados. Quieren progresar y es lo lindo de la nueva situación.

P: ¿Cómo surge esa consideración y respeto al Sindicato·

R: El hecho que deban tramitar aquí su incorporación les permite ver la obra de la organización lo que genera el respeto a la misma.

P: ¿Cómo repercutió en ustedes el cobro de ticket y órdenes?

M: No fue difícil. La gente comprendió y aceptó el cambio. Se nota que el consumo de medicamentos disminuyó.

R: La gente cuida más los medicamentos. Se debería atender la situación muy especial de algunos compañeros jubilados.

P: ¿La nueva realidad locativa, significa un enfriamiento de las relaciones humanas aquí dentro?

M: Fundamentalmente con el cuerpo médico por un problema de distancias. El afiliado necesariamente debe pasar por aquí, lo mismo ocurre con especialistas, dirigentes, etc.

P: ¿Esto repercute en el nivel asistencial?

M: No, en absoluto, ya que el plantel médico se mantiene, es más, pienso que ha mejorado por la experiencia adquirida.

P: Observamos la presencia de una computadora, qué significa para ustedes.

R: Indudablemente un gran adelanto y más con los nuevos carné y nuevas disposiciones.

M: Cuando se instale la parte sanatorial, va a ser una enorme ventaja.

P: ¿Qué opinan del nuevo sanatorio?

M: Debemos buscar su financiamiento que puede pasar por un block quirúrgico, o arrendar espacio para ubicar una unidad cardiorrespiratoria.

P: De acuerdo con lo conversado con el Dr. Vartan, la instalación de una sala quirúrgica no es muy costosa.

P: Bueno muchachos, por hoy la dejamos acá.



022

-9405651

JUAN C. REOBASCO "El bolsa"



P: Un viejo y querido compañero muy conocido en el gremio fundamentalmente en la zona del Centro, el compañero, Juan Carlos Reobasco conocido en el gremio por el "Bolsa". Está dando una mano enorme en esta nueva etapa que vive la organización y uno a veces envidia esa capacidad de trabajo que tiene Juan. Está todos los días acá junto a nosotros y es un poco el hacedor de todo esto nuevo que hay en la organización.

¿Juan cómo vivís esta etapa de 1994 aquí en el Sindicato?

R: Bueno te podría decir conociendo lo anterior creo que en el momento actual fue lo más grande que se hizo, porque antiguamente había más posibilidades de hacer cosas y no se hicieron.

P: Juan, tu tenés una vida en el gremio y has contribuido con un gran apoyo a etapas que se fueron dando, supongamos después del conflicto del "117", cuando solamente atendíamos al afiliado, vos contribuiste a ir generando nuevos espacios, nuevas formas de atención en el servicio médico social.

De ese pasado ¿cuál fue la experiencia más rica que tuviste como trabajo?

R: De ese pasado fue lo que hemos logrado ahora, porque se ha mejorado muchísimo en cuanto a médicos, especialidades, la asistencia en el momento.

Uno viene a pedir número para cualquier especialidad y al otro día lo tiene, cosa que hablando con otras personas, en otros lados no es así, se demoran 15 días, 20 y hasta 1 mes.

P: Como experiencias de trabajo Juan, tú integraste las comisiones del Sindicato, fuiste tesorero del Sindicato, posteriormente integraste la sociedad de jubilados y ahora estás integrando este grupo de trabajo, evidentemente fueron momentos distintos.

¿Cómo ves este grupo de trabajo que hay actualmente en la organización?

R: Yo por lo que veo estamos excedidos, es una continuidad de trabajo, de denuncias de los vendedores y de quejas, son cosas que antes era mucho más tranquilo, no sé si se debe a que hay menos poder adquisitivo, que se venden menos los diarios o no sé lo que sucede.

Hay gente demasiado ambiciosa que antes no existía; lo que nosotros llamamos los "Lobos" al acecho que pelean un cliente en cualquier lado, recorren 20 cuadras para hacer un cliente invadiendo zonas de todo el mundo y nosotros sindicalmente tenemos que estar protegiendo al vendedor.

P: Yo considero Juan que el actual trabajo tuyo es fundamental para la marcha de la organización y hasta me parece, ya que hace años que nos conocemos que te sentís más cómodo en este trabajo que realizas con compañeros en defensa de la fuente de trabajo.

Porque te estás reencontrando con un montón de gente, con muchos viejos queridos compañeros en la calle, que te lleva a revivir épocas pasadas.

R: Bueno yo no tuve nunca problemas con respecto a la venta, yo creo que estoy colaborando con el vendedor, procurando que el trabajo se realice como debe. Porque si todo el mundo va a hacer lo que quiere, sería un caos.

P: Otra cosa: estás dando una mano muy grande con los quioscos.

Cómo ves este nuevo sistema de venta, que 15 años o 20 atrás era un sueño de poder tener un quiosco de chapa, ahora es una realidad. 200 colocados en la calle, que opinás, ¿el gremio ha cambiado, es el mismo, ha incidido en algo en la venta la presencia de los quioscos?

R: Sí, prácticamente cambió en algo, pero a mi modo de ver no cambió como tendría que haber cambiado.

Porque hay muchas personas, que le pusieron el quiosco y "misión cumplida" no se preocupan de vender más, ni de vender menos, se sienten demasiado cómodos. Tendrían que preocuparse de atender mejor la parada o el quiosco en sí.

Es un bienestar, esa es la prevención que buscamos en Caja de Auxilio, porque no es lo mismo estar 8 a 10 horas en la intemperie, que estar dentro de un quiosco.

P: Por último, ¿qué mensaje le darías a esos nuevos compañeros que se están integrando a la venta?

R: Tienen que tener un reconocimiento por el Sindicato, si no fuera por el Sindicato muchas de las cosas habrían desaparecido; los porcentajes, el respeto por el trabajo.

CARLOS MONZILLO "Miramar"

Una de las grandes figuras "Miramar"

Carlos Monzillo "Miramar" 81 años de edad

P: ¿Dónde empezaste a vender?

M: Alrededor de 1920 en Defensa, Rivera, allí conocí a un dirigente del Sindicato, el cual me dio un cachetazo porque como me timbié la plata de los diarios, le dije que no pagaba la cuota del Sindicato. Luego nos explicó lo que significa el Sindicato para el canillita y su familia.

"Pucha" no me acuerdo de su nombre, resultó un compañero sensacional.

P: ¿Conociste al viejo Adrián?

M: La primera vez que lo vi fue en 8 de Octubre y Patria, allí sacábamos los diarios, había un café atendido por Doña Guillermina, que nos hacía un café con leche por 6 centésimos, el diario valía 3 centésimos.

El viejo nos decía, ustedes no quieren pagar el aporte al Sindicato. No saben lo que va a ser esto en el futuro.

Mi hermano se calentaba con él y nos decía "este siempre viene a mangar". El ayudante del sucursulero de EL PAIS nos aconsejaba que pagáramos.

Ahora si viviera el viejo, qué nos diría.

Recuerdo las asambleas en el Cordón, todos lo escuchaban con sumo respeto. Siempre tenía una solución para todos los problemas; "qué tiempos aquellos".

P: Bueno no te me pongas flojo.

M: Qué querés, uno mira esta obra y lo que era esto solamente un campo baldío. El Sindicato estaba ahí enfrente. Un día el viejo me dio bruto rezongo, ya que recibía $ 9 por estar enfermo, pero el inspector del Sindicato me pescó jugando en la calle.

Allí nos reuníamos para parar a los carneros.

P: ¿Qué otros recuerdos lindos tenés Carlitos?

M: Las grandes reuniones, las comidas en los aniversarios.

Teníamos un conjunto de carnaval. "Cantores sin cartel", cantábamos gratis, algunos versos decían:

Todos los hombres tienen
escrito su destino,
pero los canillitas son
carne de cañón.
Desde su tierna infancia
es malo su camino,
pero siempre encuentran apoyo
para su salvación.
La sociedad altanera
los desprecia, los mataría el
[hambre],
porque su lucha es noble,
surge desde la rosa
con voluntad de hierro
y un sano corazón

P: Un abrazo Carlitos.

023

-9405651

JUAN C. SANABRIA

Trabajador Incansable

P: Estamos con el compañero Sanabria, vicepresidente del Sindicato, en los últimos tiempos ha actuado, por distintas razones, como presidente del mismo, además es presidente de la comisión de quioscos. Juan, has vivido como presidente o vicepresidente instancias bastante difíciles en la marcha de la organización. ¿Cómo ves la organización en esta nueva etapa de trabajo en el año 1994?

S: Bueno Pocho, yo al Sindicato lo veo muy fuerte igual que a la Caja de Auxilio; cada día progresando más, cada día cubriendo todas las áreas, quioscos, salud, en fin, todo. Es un poquito emocionante, cuando empezás a hablar, uno que vivió acá prácticamente desde niño y ver todo lo que tenemos hecho con una comisión, todos tirando parejo, esto es un sueño, un sueño que hicimos realidad empujando todos con nuestras virtudes y nuestros defectos, pero cada vez vamos a más. Cada vez le damos más al gremio de lo que nosotros soñamos darle.



P: Juan, dentro del profundo conocimiento que tienes del gremio, muchos ven en ti al estilo de los viejos cpros. desaparecidos, es decir, ven la persona dura en cuanto a que cuando es no, es no, no por capricho sino por una forma razonada, con esto no quiero decir que seas el malo de la película, simplemente tomando lo anteriormente expuesto, es la persona quizá de la comisión que actúa con mayor crudeza, con mayor realismo en cuanto a esos pedidos que a veces los afiliados hacen a su Sindicato y que lamentablemente no pueden ser correspondidos. Esa sinceridad de tu planteamiento, ¿te hace sentir incómodo o ves que detrás de ello tú estás defendiendo lo que es de todos?

S: Bueno, yo tuve la suerte o la virtud de trabajar con muchos viejos cpros. como tú has hablado. No te voy a dar nombres porque caería en un error muy grande de olvidarme de alguna personal. Pero todos maestros, todos te enseñaron que esto hay que defenderlo; es mentira eso que yo no lo tomo así, hay veces que uno tiene que tomar la resolución por el bien del gremio, de la Caja de Auxilio, del Sindicato, del vendedor, pero a veces queda apenado uno, se va amargado para la casa pensando que lesionaste a un cpro. de trabajo porque en definitiva somos una familia, hay veces que ponés la cabeza en la almohada y decís "pensar que le tuve que decir esto a este cpro., por bien de toda la organización, cosas que te apenan y te alegran porque la prueba está a la vista, cada vez esto va más arriba. Pensamos que mientras uno tenga la dicha, ya que no me rebotaron debo seguir, acá vamos a hacer lo mismo y si no, lo cuidaremos de afuera.

P: El otro gran tema Juan; hubo una asamblea allá por el año 91 la cual te denominó a ti y a 2 cpros. más como responsables de seguir la obra de instalación de los quioscos. Desde que tú asumiste la presidencia de la comisión de quioscos, hasta ahora se han colocado casi 150 y en estos días, se colocan casi 20 o 25 más, eso lleva a un promedio de casi 6 quioscos por mes. ¿Cómo vis ese trabajo que has realizado junto con otros compañeros?



S: Bueno, primero que nada te puedo decir: solo Sanabria no es, hay un equipo trabajando, el cual lo integras tú, Riverón, tenemos como secretaria a Marta, tenemos un montón de muchachos que están trabajando igual que uno. Lo que vemos es que lo llevamos adelante, la prueba está, se está dando a la vista. Alguna dificultad que hay, tratamos de sortearla de cualquier manera, llegamos y creemos que vamos a cumplir. En nombre mío y de mis cpros. tenemos una fe enorme que nosotros vamos a cumplir, siempre se traba por una cosa o por otra, pero paulatinamente te rompe los ojos que los quioscos van apareciendo en toda la ciudad de Montevideo.

El anhelo personal y de todos los cpros., sería que ya estuvieran los 800 quioscos puestos. Lamentablemente por razones que no vienen al caso por nosotros, se nos complica, o IMM, o fábrica, o propaganda, pero nosotros seguimos y creo que dentro de muy poco le diremos al gremio: tenemos tantos quioscos más para colocar.

P: Por último Juan, la situación actual de nuestra Caja de Aux., de nuestro Sindicato o la organización proyectada a un futuro llámese quioscos, Sanatorio propio, Colonia de vacaciones, llámese compra de terreno contiguo a la sede central. ¿Cómo ves el futuro de la organización, no te sentís comprometido a mayor trabajo, o es que ese compromiso es para las nuevas generaciones que se integran a la organización?

S: Justamente uno sin querer está viejo, aunque esa es una palabra que a uno mismo no le gusta que se la digan, ya tiene sus años en el gremio y tiene que venir una sabia nueva, tenemos que crearla, que tengan lo mismo que tienen muchos muchachos, como nosotros que, hablando de esto te voy a decir, tuve una discusión con una persona y le dije: mirá que a mí no me corre sangre, "me corre tinta, Caja de Aux. y Sindicato" y es lo que tenemos que defender. Tenemos que agarrar una muchachada que venga, que se arrime, que vea que esto no es Sanabria, no es Espert, no son apellidos, esto es una familia que tiene que seguir luchando, mañana serán otros Espert, otros Sanabria si hay, si no hay serán otros que quieran esto, que lo sientan, que lo lleven adentro, que se den cuenta que esto es de ellos, de todo el gremio y todo el gremio lo tiene que defender. Yo creo que si bien es una responsabilidad grande que vamos a dejar, si lo quieren no es tan grande, tienen que seguir adelante y creo firmemente que la generación que viene va a querer tanto o más que nosotros esta casa.

024

-9405651

RIVERON: "El puma"



P: Estamos con un viejo luchador que ocupa distintos frentes de trabajo dentro del Sindicato y Caja de Auxilio.

Uno de los pioneros de la Comisión de Quioscos, dirigente de Caja de Auxilio. Director de la audición oficial del gremio que se irradia los lunes y miércoles a partir de las 8.35 por CX 40 Radio Fénix.

¿Cómo estás viviendo esta nueva etapa 1994 en el Sindicato y Caja de Auxilio?

R: Son momentos dificilísimos, porque no podemos separar los servicios que brinda Caja de Auxilio de la situación económica por la que atraviesa el país.

Es un momento duro donde se templa la unidad del gremio y pienso que estamos más firmes que nunca. Me siento orgulloso de integrar esta familia y ayudamos a impulsar todas estas obras sociales. Todavía queda mucho por hacer, necesitamos más cosas en lo social.

P: ¿Por dónde pasa la solución?

R: Primero por la unidad y la honestidad de cada uno. En lo económico el gremio no ha tomado real conciencia, lo que significa para el futuro de la Caja de Auxilios la publicidad ubicada en los escaparates de ventas de diarios y revistas. Fijate que actualmente tenemos casi docientos instalados y en menos de un año llegaremos a 300. Hoy más que nunca debemos decir: párate a analizar, analicemos en profundidad. Es mucho lo que hemos logrado: mayor comodidad para trabajar y el derecho de piso. Para muchos esto era una utopía. Hoy es una realidad. Hemos logrado establecer una relación fluida con la Intendencia Municipal, con su Junta Departamental.

Estoy seguro, que el actual sistema de contrato de publicidad, nos posibilitará la formación de la Cooperativa de Consumo del gremio. Tengamos en cuenta que parte de la publicidad se paga en efectivo y gran parte en canje de productos a comercializar.

P: Esto nos hace volver al 86, o al 87 cuando la palabra escaparate sonaba a sueño. ¿La Cooperativa de Consumo, no será más que un sueño en 1994?

R: Un sueño sí, pero realizable. La comercialización de la publicidad, con sus características actuales, las hacen posible. La moneda ha ido siendo sustituida por electrodomésticos, hasta automóviles, prendas de vestir, comestibles, etc.

Por otra parte, juegan a favor, la comprensión de los compañeros que nos ha permitido superar dificultades con la IMM.

Ahí hubieron instancias muy tensas, casi conflictivas que hoy, a través del diálogo hemos sabido superar. En ese sentido, nos permitimos pedir a los compañeros, tolerancia y comprensión en las relaciones con los funcionarios municipales. Hemos logrado ya, algo histórico. Nuestro derecho de piso. Ya no dependemos más de los caprichos de algunos propietarios, ni de arbitrarios inspectores. Al Sindicato se le reconoce. Se ha prestigiado. Ello nos satisface y enorgullece.

AUDICION DEL CANILLITA

CX40 - 8.35

LUNES - MIERCOLES

025

-9405651

LOS REPORTAJES QUE FALTARON

Falta de tiempo, espacio... o simplemente, luego de mucho insistirles prefirieron sumarse y apoyar las expresiones vertidas por otros compañeros.

—Eddie Espert: cpro. clave en todas las realizaciones logradas, con gran capacidad supo superar difíciles instancias internas vividas en la década del 80 y proyectó al gremio en una sólida unidad gremial.

Casi 500 cpros. se reunieron una noche en el Palacio Sud América, para compartir con él y su familia una cena-show en su homenaje y simbolizar lo que desea todo el gremio del viejo Adrián y del inolvidable "Loco Pamento" y tantos queridos compañeros suyos.



Juan Carlos Massa: uno de los cpros. directivos más jóvenes a través de su cargo de Secretario de Caja de Auxilios, participa obligatoriamente de todas las actividades gremiales. Es el compañero que en las "bravas" nos hace colocar la pelota contra el piso.

Washington Albes "Marito" y toda una vida en el gremio con su padre "El Toto", le permiten interpretar los cambios profundos que se operan en la familia canilla. Es el que a través suyo y de su padre, muchas veces nos dan la pausa justa, para proyectarnos a más.

Rodolfo Benelli "Pinocho": su bohemia, forjada en la "vieja" escuela nos permite muchas veces enojarnos, pero finalmente reconocemos que tiene razón. Es el compañero insustituible.

Luis Fonseca: cpro. fiscal de toda la actividad gremial, su exceso de responsabilidad, lo lleva muchas veces a adoptar actitudes impulsivas, que son necesarias para el digno cargo que ocupa.

Jorge Viana: integrante de la sub comisión de trabajo del Sanatorio Propio, tiene una virtud altamente positiva, prever los pro y contra de los problemas que se nos plantean. Da la pausa justa en situaciones complejas.

José San Martín: un profundo conocedor de la vida gremial, a través de su trabajo en la Sub Comisión de afiliados. Esta particularidad muchas veces nos permite acelerar soluciones a problemas que se plantean.

Alberto Camacho: su trabajo se considera fundamental, por el amplio conocimiento de una zona de venta altamente competitiva y día a día en aumento como lo es la este de nuestro Montevideo.

Julio Valerio y Generoso Palermo: Cuando escuchamos sus informes muchas veces nos planteamos la interrogante, de donde sacan horas para atender el trabajo, la familia y todavía, lo que ellos llaman su segunda familia; los queridos viejitos del Hogar de ancianos, o los que van al comedor, o los que están en pensiones, casas de salud, etc.

Walter Rivas "Rabito": arrastra un serio problema cardíaco, le pedimos una pausa en su esfuerzo, pero es de esos compañeros que quieren cumplir. Echó sobre sus hombros nada más y nada menos que impulsar la Colonia de Vacaciones.

Seríamos tremendamente injustos de dar nombres de decenas de compañeros que apoyan a la directiva, desde las distintas sucursales o simplemente desde sus esquinas y o repartos.

Cuantas veces cuando no vemos la luz a distintos problemas que se plantean, los buscamos, nos sentamos en un café, o en su quiosco, o en la propia casa, para discutir el tema, que nos tranca. Cuantas veces nos llaman para decirnos, muchachos me parece que esto hay que "rumbearlo" así o de otra forma.

Cuantas mateadas con decenas de jubilados, de los cuales queremos seguir respirando ese gremio, que muchos dicen se nos fue.

Cuántas conversaciones con jóvenes compañeros que se reúnen para organizar un campeonato de fútbol o una excursión o para mejorar su casa sucursal.

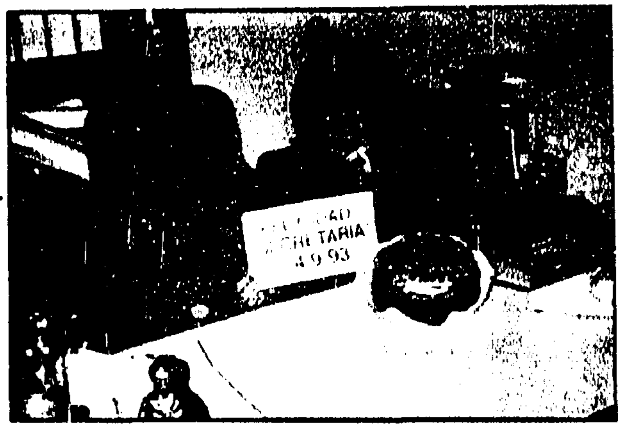
Cuanta frescura que da la mujer COMPAÑERA VENDEDORA, que se reúne para hacer obra social para su gremio canilla.

Somos de la Escuela del viejo Adrián, acompañado por compañeros como el "Loco Pamento", "Peñarol", "Tobías", "Huesca" y tantos otros.

026

-9405651

GABRIELA: Una Gurisa Formidable



Gabriela Montes de Oca se ha incorporado a la tarea gremial, a partir de ese censo histórico que hizo el Sindicato y Caja de Auxilios tiempo atrás. Histórico porque no se había realizado algo similar anteriormente. Se hicieron varios, pero no con la profundidad y amplitud de éste.

Allí se integró al trabajo administrativo, Gabriela. Al cual tomó con una responsabilidad y dedicación que nos permite decir hoy, que tenemos una compañera más.

Su aporte es fundamental para el trabajo gremial. Es esa muchacha que le ha dado los toques finales a la fiesta de reyes y este año a la tradicional entrega de útiles escolares.

GAVROCHE: ¿Gabriela cómo vives esta etapa de trabajo con el gremio de vendedores de diarios y revistas?

GABRIELA: Es una etapa muy productiva, voy adquiriendo mucha experiencia a nivel no sólo laboral sino que también el contacto con la gente me permite conocer la problemática laboral y social del canillita.

Además se me ha permitido desarrollar otras áreas aparte de la específica para la que fui contratada, organizar el archivo, confeccionar los carné de C. de A., trabajar adjunta a las Comisiones Directivas, etc. También me encargo de los reyes y este año me tocó los útiles escolares. Es muy productiva y muy linda, la gente que trabaja conmigo y los mismos canillitas que vienen aquí me aceptan y me hacen sentir muy cómoda. Estoy aprendiendo a conocer y querer el mundo del canillita.

G: "GABI" estás logrando cambiar el criterio, un poco machista de nuestra organización, que siempre fue un poco reacia al trabajo administrativo hecho por la mujer.

G ¿Les he ganado la partida entonces?

G: ¿Cómo comenzó su trabajo con los reyes?

G: Un día se habla de la posibilidad de hacer la fiesta de reyes, la idea a mi me gustó muchísimo, me encantan los niños, pensé que era una experiencia que había que tomarla de alguna forma y realmente me parecía un paso muy importante. Reconozco que no es una carga me encanta el hecho de buscar juguetes, ver cuáles corresponden a cada edad, qué está de moda; me siento niña nuevamente, al entrar a las jugueterías y reencontrarme con ese mundo fantástico. Así fue que cuando nació la idea por parte de las comisiones, fui la primera en ofrecerme para la tarea, dijo —yo—, y bueno aquí estoy con mucha alegría.

G: ¿Cómo ves tu relación actual con el gremio?

G: Creo que me han aceptado, me lo demuestran las atenciones por parte de vendedores a los cuales les he realizado trabajos que en realidad son parte de mis funciones pero que de igual manera se sienten agradecidos. Aparte yo trato de que cuando vienen a esta oficina puedan volver con una respuesta a sus problemas hablo con ellos, si escapan a mis posibilidades para resolverlos los derivo a las comisiones directivas, les explico que existen comisiones que son las que determinan y siempre están abiertas al diálogo, cuando viene algún compañero que no entiende alguna cosa, trato de explicarle o ver si puedo darle alguna solución.

G: ¿Cómo haces para mantener el censo al día y qué datos se disponen?

G: Disponemos de todo o casi todo, que lo aporta el propio vendedor, desde lo más elemental: nombre, apellidos, direcciones, lugar de trabajo, etc. a lo más complejo como puede ser la integración familiar, su situación social, posibles proyecciones de las mismas.

Todo esto permite nutrir el trabajo diario de las comisiones.

Por ejemplo se precisó bases de estudio para otorgar derechos a los hijos mayores de 18 años y recurrimos no sólo al total de personas que ocupan esa franja sino a la proyección demográfica de la familia canilla.

Faltan aún muchas cosas, el vendedor a veces se olvida de pasar por aquí y esto es fundamental para él y su familia, tenemos algunos casos con datos incompletos.

G: Este medio es entonces una buena vía para recordarles a aquellos vendedores que aún no se han censado que están a tiempo de hacerlo. ¿Lo comprendes al gremio?

G: Sí totalmente, he descubierto que son muy bohemios. Ya es costumbre, siempre alguno llega tarde.

No tarde sin oportunidad porque las puertas siempre están abiertas, y el espíritu es de solucionar y de entender.

G: Que esa frescura y ganas de hacer las cosas, "Gaby" te duren por muchos años y por qué no toda la vida.

G: Espero que sí.



027

-9405651

FIESTA: Juguetes, Alegría, Niños, Padres, Abuelos.











028

-9405651

LAS PIEDRAS: Plaza de los Canillitas: DOMINGO ESPERT



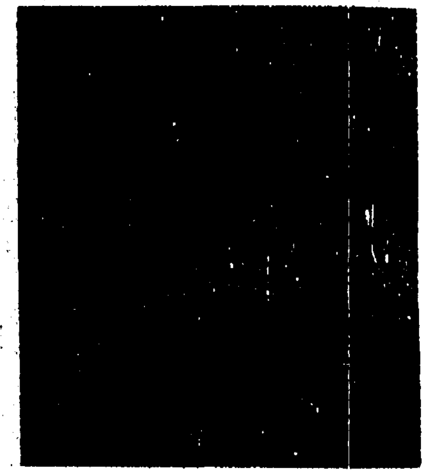
Pueblo y autoridades de Las Piedras. entendieron de justicia homenajear al "mensajero sin pausas de noticias", el diariero y, eligieron como símbolo a Domingo Espert. Para nosotros el querido "Loco Pamento". Nada más acertada la elección. Domingo Espert adolescente fue un típico muchacho de la calle. Tuvo la fortuna, con diarios bajo el brazo, conocer y establecer regulares relaciones con el Gran Viejo cuando éste luchaba a brazo partido para organizar el gremio. Había derechos del canillita a defender, dignificar su vida socialmente subestimada.

"Pamento" ligó. Pudo disfrutar de una doble enseñanza: la de los consejos e ideas del maestro Adrián y, la inefable de la calle, esa universidad tan enseñadora que tiene la virtud de saber aprovechar las condiciones nobles que puedan tener sus alumnos.

Domingo fue eso. Un aventajado alumno que, junto a otros muchachos como él, respaldaron y ayudaron a Troitiño en su titánica lucha por organizar sindicalmente a los que Frugoni llamó "gorriones de una sola ala".

Nuestra organización, el gremio todo, no dejará de expresar su reconocimiento al homenaje de la ciudad de Las Piedras al canillita y, del acierto en la elección de la figura símbolo, Domingo Espert que "lo fue y lo será por siempre.

R.B.



NOMBRES Y HOMBRES

EN LA VIDA DEL CANILLITA:

Adrián, Florencio, Pelo, Jacinto, Daniel, Domingo, Adolfo, Manuel, Huesca, Cachela, Pepino y tantos más, son nombres de hombres que, de un modo u otro, incidieron en la forma de ser y vivir del canillita.

Adrián, el Gran Viejo, fue el padre. Volcó toda su generosidad y su inteligencia en favor del bienestar y superación social del canillita.

Florencio, hermano y padrino del muchacho diariero. Amigo íntimo de un chiquillo que voceaba diarios exhibiendo sus piernas flacas y desnudas, lo llamó "canillita". Bautismo que se hizo extensivo a todos los que, en el Río de la Plata, hicieron de la venta de diarios su trabajo. Florencio Sánchez, murió en Italia. Cuando sus restos fueron repatriados, centenares de canillitas los esperaron y los trasladaron hasta el Panteón Nacional.

Jacinto, Obdulio, el Negro Jefe, el Gardel en el recuerdo y cariño popular. Fue un colega que nos enorgullece a todos. Ganador en la calle, en el fútbol, en la casa, en la vida; seguros estamos guarda un especial cariño por los que fueron sus compañeros en la sucursal y en la calle gritando los diarios.

Pelo, Julio E. Suárez, dibujante y humorista inimitable. Amigo del vendedor de diarios. Sus "muñecos" más queridos y famosos: "Peloduro", "El Pulga", "El Pulguita", "El Pileta", los hizo diarieros. "Pelo", seguramente vio en el canillita la expresión fiel del hombre pobre, solidario y bueno, como solidarios y buenos fueron sus personajes: "Peloduro", habilidoso en el fútbol, audaz, desfachatado y vivo. "El Pulga", bueno, fraterno, simple. Simpáticos, queribles, "El Pulguita", "El Pileta", "La Choronga" pareja de "Pelo", "La Porota" madre de el "Pulguita" e inefable esposa de "El Pulga".

Cachela, Pepino, Planito, el Huesca y muchos más, símbolos indiscutidos de la ligazón del canillita con el carnaval montevideano.

Andrés Miguez, el "Príncipe de los rings"; Manuel Sinoris, "El Intocable"; Cartelle, "El torito de las Bóvedas" y tantos otros, figuras boxísticas de primer plano que, antes que nada fueron vendedores de "papeles con letras" al decir de Peloduro.

El loco Pamento, Domingo Espert; "Peñarol", Daniel Tambasco; "El Perro", Adolfo Domínguez; Manuel "Cabeza" Martínez; Tobías de Matteis, Infante, Careaga, "Saquito"; el Negro Bello, entre tantos más, verdaderos muchachos de la calle que, al lado del Gran Viejo, no sólo se hicieron hombres sino que, fieles intérpretes de sus ideales fueron puntales en la consolidación del Sindicato y la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas. A ellos, nuestro homenaje.

R. BARCOS

029

-9405651



1991 - 1994
CANILLA - PUEBLO - CARNAVAL

(Ruben Madera - Enrique Espert), a festejar el cumpleaños de la organización. 1920-1994. "Lázaro" igual estuviste con tu gente. Una programación casi perfecta, rodeada de todos los detalles necesarios, permitió reunir, invitación mediante, a casi 5.000 personas, en el espectáculo más grande que realizó el Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas, en sus 74 años de vida. La foto lo certifica.

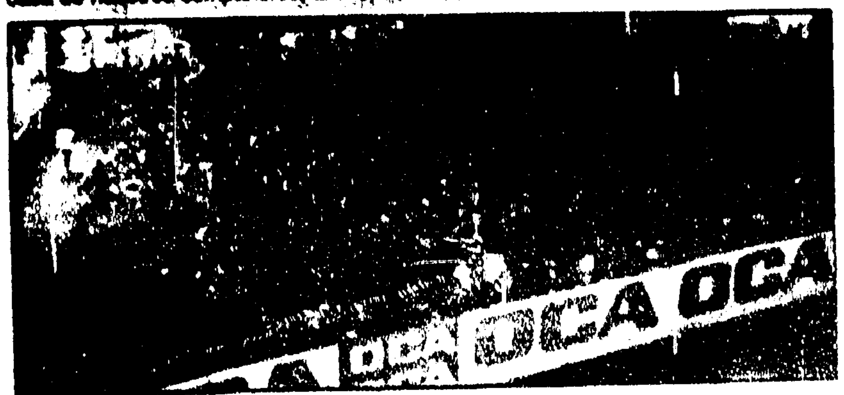
Fue una noche de sonrisas, donde por unas horas el tema diarios y revistas, quedó de lado.

Nos conocimos más, esposas, compañeras, novias, hijos, nietos y hasta bisnietos.

Centenares de niños correteaban libremente, en un ambiente netamente familiar.

La alegría llevaba a plantear planes de futuro de los más increíbles y porqué no, realizables. En la participación de cada uno está su concreción.

La familia diariera y sus amigos se reunieron por cuarto año consecutivo, en la casa de nuestros compañeros: EXPO 94





¡SALUTE! GORRIONES DE CARA PINTADA

por Roberto Blanco

El Carnaval también hace su obra social —de cayetano, claro— y si no que te lo diga el Ruben Barcos, el entrañable "Piquete", sindicalista de la Escuela del "Viejo" Troitiño y periodista de raza.

La cosa fue así. Era una tarde de un frío que partía el alma. Los diarieros del Cerro veníamos carburando desde hacía tiempo el caro sueño de levantar la casa propia de los canillas. No teníamos un mango partido al medio pero rostro para todo. Y formamos la Comisión Pro-Casa del Canillita del Cerro. Salimos a manguear abierto por toda la villa. No se salvó nadie del sablazo, bandadas de gorriones de una sola ala llamando casa por casa. Bolicheros, carniceros, zapateros, tenderos, farmacéuticos, hasta a los "rusos" que vendían acolchados puerta por puerta le caímos. Instituciones deportivas, Cerro, Rampla, Holanda y otras, les mangueamos partidos amistosos, veladas boxísticas, bailes a beneficio... ¡todo!... ni el padre Martín, rey de los "mangueros", se salvó de que le vendiéramos números de rifa. Todos pusieron el hombro y guita también, porque la consigna era "Los canillitas y el pueblo del Cerro levantarán su casa propia". Cuando ya no quedó nadie para manguear en la "República del Cerro" hubo que pedir ayuda al exterior. Cruzamos el "paralelo 38" y arrancamos para el Centro. Pedimos colaboración a los artistas —que nos dieron flor de mano. Con las mejores figuras del espectáculo nacional organizamos terribles festivales en los cines cerrenses, Cosmópolis y Teatro Apolo.

La Comisión Pro-Casa seguía trabajando fuerte; por ahí, al "Loco Mechoso" se le encendió la lamparita... "¿y si hacemos Carnaval? ¡¡Bárbaro!!, dijo el Rubens Barcos, que era el delegado de los canillitas y un poco el enlace entre el Sindicato y nosotros. Se le encargó pedirle a los del Sindicato que nos pusieran en contacto con los directivos de DAECPU. Don Domingo Espert, el "Loco" Pamento fue el intermediario entre la gente del Carnaval y nosotros. Se enteraron los carnavaleros de que la consigna era "Entre todos levantaremos la casa del canillita del Cerro" y se engancharon con todo en la quijotesca aventura. ¡Nos dieron la tal mano! Y aquel Carnaval de 1962 se hizo en el Club de Básquetbol Verdirrojo, que también nos cedió gratuitamente sus instalaciones para que levantáramos el tablado. ¡Hicimos guita a paladas!... y todo a pulmón. Para los que no sabíamos lo que era una obra social o comisión directiva fue una experiencia formidable y para los que no sabían ni leer ni escribir y también pusieron el hombro; a éstos —justamente— fue a quienes los carnavaleros le acreditaron su mística de fe y solidaridad, su música, su candombe, su plumaje de gorrión de cara pintada.

El grito del canilla volverá a redoblar en la noche carnavalera cerrense como un canto de gratitud.

Barcos, en una de sus tantas visitas a "La Heroica", junto a compañeros canillitas sanduceros. Fue en 1970.

Miguel A. Manera y Eddie Espert, presidentes del Sindicato y Caja de Auxilios respectivamente, en nombre del gremio diariero, rinden homenaje al prócer José Artigas.



030

-9405651

El "Grito del Canilla" se Hizo Coro Murguero Para "la Heroica"

escribe Guruyense

"Quiero escuchar...
el grito del canilla
quiero sentir
el hondo renacer
de su pregón..."

Y así fue, claro está, porque la voz murguera, latido de barrio y esquina rumorosa, del "Canario" Luna, asomó vibrante en la vieja y querida "Quinta del Gavroche", en Malvín, donde los jilgueros montevideanos rindieron tributo a sus compañeros de "la Heroica" Paysandú, al celebrarse el próximo 21 de setiembre el medio siglo de la creación de la Unión de Canillitas sanduceros.

Tenida de hermanos, de compañeros de oficio y vocación por encima de distancias —y de manera clave, también, de cofrades de las pasiones populares: del Carnaval y el tango, del fútbol y el box, del canto nativo, que surge de las entrañas mismas de lo telúrico, y de todo lo que tenga auténtica connotación de calle, esa universidad de aulas siempre abiertas donde la única matrícula que se cobra es la de caminar derecho.

Rubens Barcos, símbolo de la gremial capitalina y baluarte del Cerro, fue el hombre de la convocatoria y allí estaban, como un solo hombre, los amigos de Paysandú, con el pionero Justo "Chino" Sánchez a la cabeza, junto a varios de los trabajadores que llevan adelante el sindicato de Paysandú, presidido en estos momentos por Oscar Viera.

Encuentro de camaradas, de viejos amigos, donde no faltaron, en torno al mantel largo de los largos chamuyos compartidos, las violas bien templaditas, el canto murguero y la mano tendida fraternalmente para el saludo del reencuentro.

Grato momento que vivió EL PAIS junto a las anécdotas de Barcos y de "Pocho" Presa, a las salidas chispeantes de Ramón Anchorena —"El Diminuto", que es todo un afiche del canilla de Paysandú— a Dalton Rosas Riolfo y Carlitos Soto, al presidente de DAECPU, la gremial de los directores de Carnaval, Hugo Arturaola, a las vivencias y espontánea cordialidad de Donato Racciatti y a las narraciones cordiales de la vieja bohemia "canillera" de "Marquitos" Hernández, de Ricardo Quiroga y de Roberto Blanco, con sus versos vibrantes de lunfardía y lirismo.

Brindis estirados con la muchachada de Paysandú, mientras "El Chino" Sánchez evocaba nombres y más nombres de pioneros del sindicato de "La Heroica", como aquel Adolfo Calderón, que fue tan vibrante pregonero de "los papeles con letras" al decir de "Peloduro", como guitarrista de los buenos, con el tango y la milonga en el alma.

El mediodía se hizo tardecita en torno al encuentro de hermanos y mientras algunos intentaban ponerse de acuerdo, sin lograrlo, sobre cuál fue la mejor murga de todos los tiempos, unos versos inolvidables de Carlitos Soto, de lo primero que escribió en su vida para Carnaval el fraterno "Doble Filo", convertirían a la "Quinta del Gavroche" en un émulo del "Ramón Collazo", del Parque Rodó:

"Clarín triunfal
cascada de armonías
que hoy resuena
Canción de amor
que cálida
se esparce en la ciudad..."

GURUYENSE



En la vieja, legendaria "Quinta del Gavroche", el tributo fue para el medio siglo de la Unión de Canillitas de Paysandú. El coro murguero no podía faltar a la cita, claro...

031

-9405651

UNA ORGANIZACION EJEMPLAR

UNION CANILLITAS SANDUCEROS

Unión de Canillitas Sanduceros, al igual que el Sindicato de Montevideo son ejemplos que deben cundir. Cada ciudad del interior debe tener su propia organización. Sabemos es difícil, pero no imposible.

En esta edición de Gavroche damos cuenta de lo realizado y por realizar en Montevideo.



Lo de Paysandú guarda estrecha relación con ello. En 1943 se organizaron; adquirieron un terreno céntrico; construyeron su amplia y cómoda Sede Social; organizaron la asistencia médica para el vendedor; para el chiquilo diariero crearon la escuela, primero de emergencia, luego oficializada con el Nº 86 por el Consejo de Enseñanza; más tarde la Academia que, bajo la dirección del Prof. Hernani Robella se dieron a centenares de jóvenes cursos de las más diversas disciplinas; finalmente adquirieron un predio de aproximadamente 6 hectáreas recostado al arroyo Sacra donde se ha instalado un Parque de Vacaciones, bautizado justicieramente Justo Sánchez.

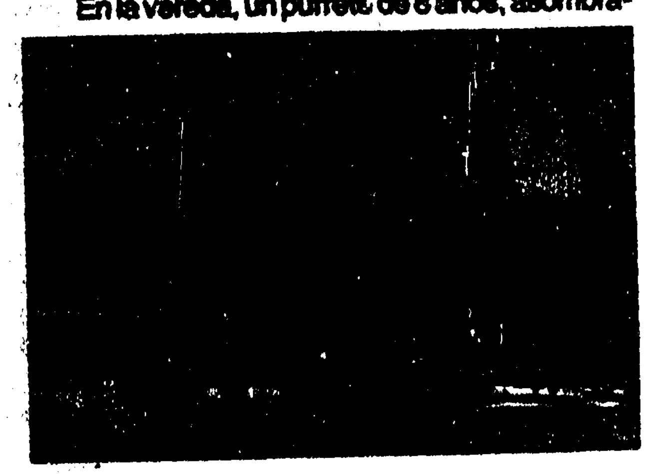
Y no para ahí la cosa. Ahora se piensa en la adquisición de más tierras con planes de futuras forestaciones. En suma; una organización no estancada, por el contrario, pensada y dirigida a mayores realizaciones. Tal como debe ser toda organización diariera.

Que estas líneas sirvan de aliento a compañeros del interior que sabemos preocupados en ello.

EL "Chino" DIARIERO

Junio de 1928. El país entero festejaba la consagración, allá por los campos de Amsterdam, de la casaca celeste. Era la segunda. La primera había sido en 1924 en Colombes. Paysandú hacía lo propio. La gente cubría las calles, cantaba, bailaba y... compraba diarios. Ese día para certificar lo que parecía un sueño.

En la vereda, un purrete de 8 años, asombrado miraba participando de la algarabía. Era Justo Sánchez. El clima, el ambiente contagioso, seguramente que la necesidad también lo empujaron a pedir diarios por primera vez, para la venta.



Histórica decisión. De ahí en más, Sánchez ligaría su vida a la venta de diarios. El "Chino" como se le llamaba y se le llama, con diarios bajo el brazo, culminaría sus años escolares y maduraría su adolescencia.

Correteando calles de "la Heroica", al igual que las de Casa Blanca, los vecinos lo habrán oído canturrear estrofas del tango "Pajarito" que inmortalizara Gardel: "Canillita chocarrero, refranero / poeta desde el callejero corazón / mientras tu mamita vela, canta y vuela, / sólo la asiste y consuela tu canción".

(Extractado de la revista conmemorativa del cincuentenario de la Unión de Canillitas Sanduceros).

032

-9405651

JUSTO SANCHEZ - OSCAR VIERA



Pasado, presente y futuro.

Sánchez, pilar básico de la fundación de la Unión de Canillitas Sanduceros, de su consolidación y el mejoramiento de las condiciones de vida y trabajo del canillita sanducero.

Viera, en 1962 se integró al gremio de los "mensajeros sin pausas de noticias". No demoró en sumar su dinamismo y juventud a la sabiduría, experiencia y generosidad del "Chino".

Contando con la colaboración de viejos y nuevos compañeros ambos han sido capaces de conformar la vigorosa realidad de su querida Unión de Canillitas.

De a uno, el "Chino" junto a los veteranos, es el pasado: Vierita al lado de la juventud diariera, es el futuro: los dos, uno al lado del otro, simbolizan olímpicamente el magnífico presente de la Unión de Canillitas Sanduceros.

CONDUCTA, UN CURSO OBLIGADO PARA SABER SER BUEN AMIGO

Escribe: CARLOS SOTO



Aún cuando la razón no las busca, son muchas las razones que fundamentan la amistad...

No es la comunión de ideas o pensamientos, es la conjunción de almas y sentimientos quienes acercan las manos, quienes promueven el abrazo, quienes forjan la unidad más allá de la presencia o las distancias...

Ser amigo es ser espejo para que el otro se mire... y el otro debe ser eco fiel de las palabras del otro...

Como el "Chino" Sánchez y Rubens Barcos, como los integrantes de la gran troupe que los dos arrastran, como el Sindicato de la "Heroica" y la "Casa del Canillita" en el Cerro... en el éxodo que se viene de Paysandú a la gran altura de la capital y en la devolución de visita que hacen éstos... en el gran encuentro de cada año en cualquiera de las dos "Quintas", en los canillas con sus familias que vienen o salen en esa excursión que no necesita programarse porque ya es culto casi religioso y por eso ineludible...

LA BANDERA DEL...

...viejo Troitiño a todos los vientos de la obra, su conducta, sus horizontes, sus profundidades en medio del descreimiento, su lucha, sus ganas, sus logros...

Y en medio del solaz, del divertimento, de la convivencia, la guitarra o la batería murguera, el cantor de tangos o el coro de los cuplé, la indisoluble sociedad entre el canilla y el carnaval, entre aquellos voceros y estos quiosqueros, entre los pioneros y los continuadores...

Del Cerro a Paysandú... de Paysandú al Cerro... sin aspamentos, sin protocolos, sin discursos y sin medallas; tan solo el diploma máximo de las almas, de la amistad bien apretada, de los lagrimones tontos de la dicha, bajo la atenta mirada de los jóvenes que comienzan a aprender y pasar luego de alumnos a maestros prolongados y sosteniendo la misa de la amistad que los hombres tienen olvidada...

Barcos o el "Chino"... el "Chino" o Barcos... líderes sin haberlo querido, elegidos por el reconocimiento de los más por la franqueza y pulcritud de sus actitudes y una única manera de ser y como tal mostrarse...

Y la conducta es un curso obligado para saber ser amigo...

033

-9405651

RESOLUCION PARLAMENTARIA TRASCENDENTE

Artículo . — Otórgase por única vez una partida de U$S 100.000 (cien mil dólares americanos) a la Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas, destinados a la compra de un montacargas con su estructura especial y equipamiento de su Sanatorio propio.

La referida institución, deberá recabar del Ministerio de Salud Pública la aprobación preliminar de las compras a efectuar y posteriormente, presentará los recaudos necesarios en el Ministerio de Economía y Finanzas.

FUNDAMENTACION

La Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas, fundada el 1º de marzo de 1920, cuenta con Personería Jurídica desde el 4 de octubre de 1940.

Esta institución tiene como objeto la atención médico-social de todos sus afiliados.

Esta atención comprende: policlínicas, enfermería, farmacia y guardería médica las 24 horas.

Cuenta además contrato con el Sanatorio Español, están afiliados al IMAE, sus afiliados tienen servicio fúnebre y una Casa de Salud para afiliados de condición precaria y una casa quinta que funciona como lugar de reposo y esparcimiento para los socios que no poseen casa ni familia.

Estas obras sociales de esta Caja de Auxilio cuentan además con: dos comedores (que reciben ayuda del INDA), al comenzar las clases reparten útiles, túnicas y zapatos y el 6 de enero reparten juguetes.

Todas estas acciones culminan con el deseo del sanatorio propio, el cual desde el punto de vista edilicio está terminado, sin haber recibido para ello ningún tipo de ayuda que no fuera el aporte de sus afiliados.

El sanatorio que va a funcionar para internaciones médicas, contará con cinco salas de internación, sala de pequeña cirugía, enfermería, cocina, etc.

Les falta para poder poner en rápido funcionamiento esta obra, una ayuda económica para la compra de un ascensor y amoblamiento.

Pensamos que el Estado se beneficia al no tener que atender ni asistir a esta población ya que lo hace su Caja de Auxilio.

Esta ayuda, por única vez, vendría a colaborar con la puesta en funcionamiento de esta importante obra social de la comunidad.

Propuesta por el señor Representante Oscar Amorín Supparo

EL DIARIO FRENTEAMPLISTA Y POPULAR
LA JUVENTUD

034

-9405651









EL SANTORIO PROPIO

Cuesta creerlo pero es verdad. El Sanatorio propio. Un largo sueño que dejó de serlo. Está ahí, al alcance de la mano, pronto a servir las necesidades asistenciales del canillita enfermo.

ES la satisfacción enorme de todo un gremio, de sus militantes, de sus directivos que lo concibieron y pudieron realizar.

ES el pibe que despierta contento. Soñó haber convertido sobre la hora el gol del triunfo de su cuadro querido.

ES la emoción de los padres cuando llega el primer hijo, de los abuelos cuando su primer nieto.

ES históricamente, rememorar el triunfo de Artigas en Las Piedras; el desembarco de los Treinta y Tres en la Agraciada; la declaración de la Independencia en 1825.

ES la presencia en la cultura nacional de un José Pedro Varela, de un José Enrique Rodó, de Florencio Sánchez, Paco Espínola, Morosoli, Serafín J. García, Onetti, Galeano, Benedetti y tantos otros.

ES saber que en el periodismo vernáculo hemos tenido figuras de la talla de un Quijano, de un Frugoni, de un Real de Azúa; populares humoristas como Pupo "El Hachero", Wimpi, Julio E. Suárez "Peloduro", Roberto Barri.

ES vivir futbolísticamente los triunfos de Colombes, Amsterdam, Montevideo, Maracaná.

ES la alegría del murguista, del carnavalero cuando su conjunto se clasifica primero en el concurso oficial.

ES el delirio de la multitud burrera cuando en un Ramírez cruza el disco triunfante su pingo favorito.

ES también el orgullo del gremio cuando en el 34, vuelve al trabajo después de haber derrotado la intolerancia patronal ayudada por la dictadura terrista.

ES la satisfacción gremial cuando se inauguran la Casa Quinta de Malvín y la Sede Sindical de Yí 1771-73.

ES festejo cuando se logró que el parlamento consagrara el derecho jubilatorio del canillita; la de sabernos en determinado momento propietarios de tantos inmuebles como tantas sucursales distribuidoras de diarios existen en Montevideo.

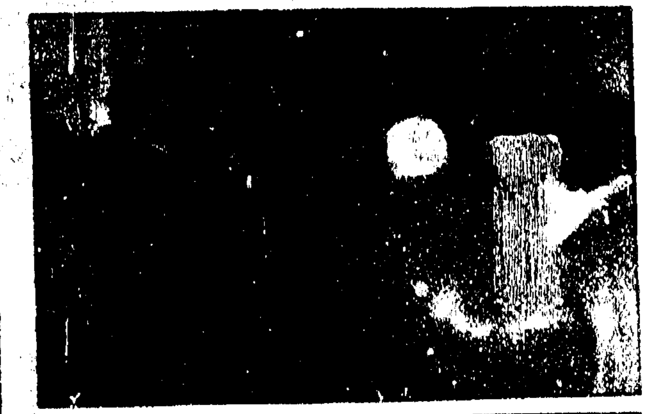
ES el triunfo en 1967. Canillitas, Gráficos y Periodistas como lo habíamos juramentado —volvemos juntos o no volvemos ninguno— cuando vencimos los designios de la patronal gráfica que pretendió desconocer convenios y cada una de nuestras organizaciones gremiales.

ES la gloria de haber salvado invictos, sin claudicaciones ni humillaciones de ninguna especie, reafirmando invariable y tozudamente principios de independencia, libertad y justicia, nuestras organizaciones, Sindicato y Caja de Auxilios, del malón antisindical desatado por la dictadura militar.

ES esto, nada más y nada menos, que la realización e inauguración del Sanatorio Propio. Un mojón más, tal vez el más luminoso de todos los que demarcan la senda gloriosa que, con amor, pero en términos de exigencia nos legara el gran viejo: Adrián Troitiño.

R.B.

La presentación de las obras de nue[...] Sanatorio Propio permitieron reunir a personalidades del mundo político, socia[...]remial, técnico, etc. que se sumaron a la Famili[...]anilla.









035

-9405651

036

Impreso en "El Polo S.A." Depósito Legal Nº [illegible]

-9405651

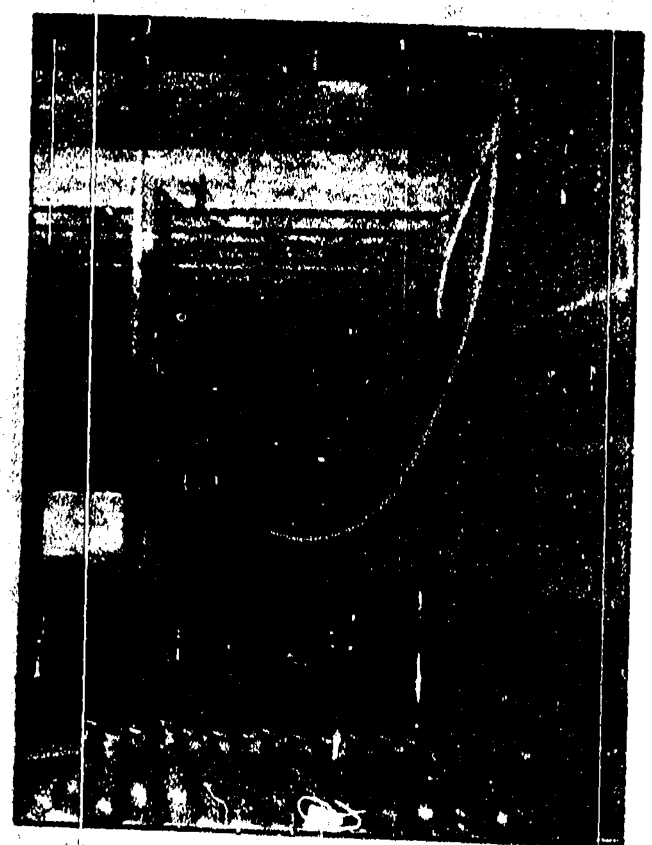
UN SUEÑO QUE ES REALIDAD

CUANDO SE DERRUMBO LO VIEJO PARA DAR PASO A LO NUEVO









037

-9405651

FUTURO 1994-2...

El futuro de las organizaciones y el gremio diariero será venturoso como lo fue su propio desenvolvimiento-histórico. Desde 1920 en que, lo característico era un chiquilín diariero de "pantalón cortito, de un solo tirador", de pata en el suelo, explotado por los intermediarios y subestimado por la sociedad, al canillita de hoy que, sin perder su clásica bohemia, es respetado y considerado, han pasado 74 años. Casi tres cuartos de siglo.

Diversos factores coadyuvaron: la tenacidad, inteligencia, generosidad del querido Adrián Troitiño; la idiosincrasia callejera del vendedor de diarios; las características muy especiales de nuestras formas de trabajo; la honradez con que se manejan; las posibilidades diversas para la obtención de recursos imprescindibles para la realización de cualquier obra que se acometa.

Espíritu de solidaridad, compañerismo, generosidad siempre sobraron. Todos han aportado y aportan. Desde el canilla callejero, al sucursalero, el jefe de ventas, el distribuidor e importador de revistas, publicidad en los kioscos, los compañeros jubilados, todos de acuerdo con sus ganancias y posibilidades para luego, disfrutar igualitariamente de los bienes y servicios que prestan nuestro Sindicato y Caja de Auxilios.

Ello explica lo que puede llamarse como el milagro diariero: Condiciones de trabajo dignas; cómoda Sede Social; Casas Sucursal en casi todos los barrios montevideanos; Casa Quinta de recuperación y esparcimiento; atención médica total a toda la familia diariera, ahora, hasta con Sanatorio propio. Son logros y disfrutes que se han logrado del año 20 hasta el presente.

Para el futuro inmediato están previstas: la Colonia de Vacaciones (ya se dispone del predio correspondiente en el balneario Guazuvirá); la Cooperativa de Consumos; la de construcción de viviendas; la instalación de kioscos pendientes. Otras iniciativas, otras necesidades habrán de presentarse. También surgirán otros obstáculos pero, como se supo superar aquéllos, también habrán de superarse éstos. La historia lo impone. Es obligación indoblegable de los futuros vendedores de diarios que habrán de sucedernos. La rebeldía innata, el espíritu generoso, solidario, realizador del gremio no será desmentido. En suma: sin falsas modestias, si hoy somos mucho y nos enorgullece, en el futuro tenemos la obligación de ser más. Y lo seremos.

La semilla sembrada al voleo por el Viejo Maestro, recogida y vuelta a sembrar por los muchachos que hace más de 70 años lo acompañaron continuará germinando y brindando flores que recogerá, la familia diariera.

R.B.

038

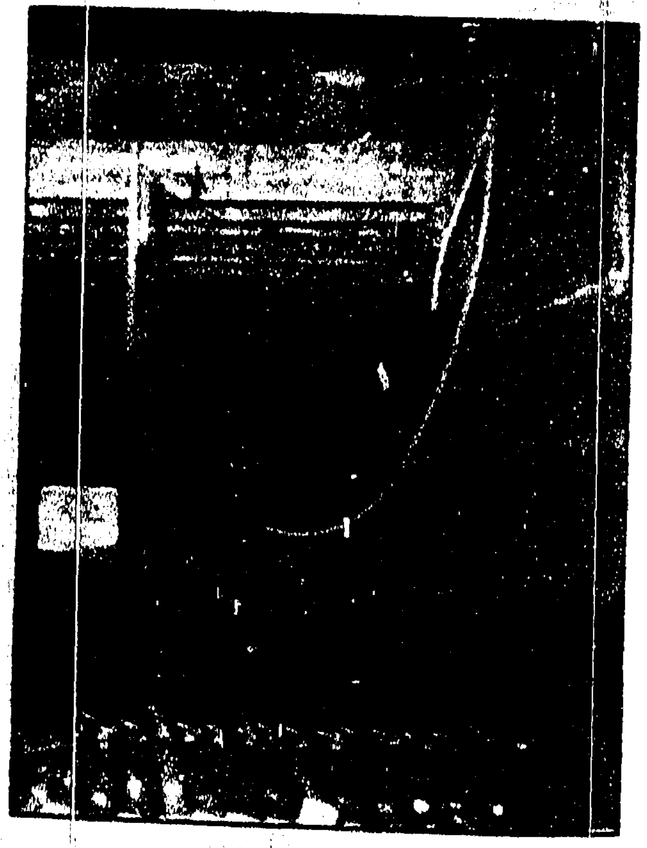
-9405651

UN SUEÑO QUE ES REALIDAD

CUANDO SE DERRUMBO LO VIEJO PARA DAR PASO A LO NUEVO









037

-9405651

FUTURO 1994-2...

El futuro de las organizaciones y el gremio diariero será venturoso como lo fue su propio desenvolvimiento histórico. Desde 1920 en que, lo característico era un chiquilín diariero de "pantalón cortito, de un solo tirador", de pata en el suelo, explotado por los intermediarios y subestimado por la sociedad, al canillita de hoy que, sin perder su clásica bohemia, es respetado y considerado, han pasado 74 años. Casi tres cuartos de siglo.

Diversos factores coadyuvaron: la tenacidad, inteligencia, generosidad del querido Adrián Troitiño; la idiosincrasia callejera del vendedor de diarios; las características muy especiales de nuestras formas de trabajo; la honradez con que se manejan; las posibilidades diversas para la obtención de recursos imprescindibles para la realización de cualquier obra que se acometa.

Espíritu de solidaridad, compañerismo, generosidad siempre sobraron. Todos han aportado y aportan. Desde el canilla callejero, al sucursalero, el jefe de ventas, el distribuidor e importador de revistas, publicidad en los kioscos, los compañeros jubilados, todos de acuerdo con sus ganancias y posibilidades para luego, disfrutar igualitariamente de los bienes y servicios que prestan nuestro Sindicato y Caja de Auxilios.

Ello explica lo que puede llamarse como el milagro diariero: Condiciones de trabajo dignas; cómoda Sede Social; Casas Sucursal en casi todos los barrios montevideanos; Casa Quinta de recuperación y esparcimiento; atención médica total a toda la familia diariera, ahora, hasta con Sanatorio propio. Son logros y disfrutes que se han logrado del año 20 hasta el presente.

Para el futuro inmediato están previstas: la Colonia de Vacaciones (ya se dispone del predio correspondiente en el balneario Guazuvirá); la Cooperativa de Consumos; la de construcción de viviendas; la instalación de kioscos pendientes. Otras iniciativas, otras necesidades habrán de presentarse. También surgirán otros obstáculos pero, como se supo superar aquéllos, también habrán de superarse éstos. La historia lo impone. Es obligación indoblegable de los futuros vendedores de diarios que habrán de sucedernos. La rebeldía innata, el espíritu generoso, solidario, realizador del gremio no será desmentido. En suma: sin falsas modestias, si hoy somos mucho y nos enorgullece, en el futuro tenemos la obligación de ser más. Y lo seremos.

La semilla sembrada al voleo por el Viejo Maestro, recogida y vuelta a sembrar por los muchachos que hace más de 70 años lo acompañaron continuará germinando y brindando flores que recogerá, la familia diariera.

R.B.

038

-9405651

CAMINO HACIA COLONIA DE VACACIONES GUAZUVIRA










039

-9405651

UN SUEÑO A CONCRETAR: LA VIVIENDA PROPIA

El 26 de mayo de 1993, luego de los homenajes que tradicionalmente realizamos en el Cementerio del Buceo, lanzaremos un nuevo proyecto del gremio: LA VIVIENDA PROPIA.

Distintos comunicados y nuestra audición radial (lunes, miércoles 8.35 CX 40), han informado que la Intendencia Municipal de Montevideo a través de sus delegados en la Comisión Bipartita, formada a instancias de la Junta Departamental, Comisión que trata todo lo relativo a vendedores de diarios y revistas; ofreció espacios de su cartera de tierras, para que los interesados se organicen, dentro de la órbita del Sindicato, e inicien el trabajo para lograr la vivienda propia, con el apoyo del B.H.U.

La idea está en marcha, PERO ES OBRA DE LOS PROPIOS INTERESADOS, los cuales recibirán TODO EL APOYO, necesario y posible, de su Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

A trabajar compañeros, que el techo propio puede ser una realidad.

LA COOPERATIVA DE CONSUMOS DIARIERA

Aquel hermoso sueño de decenas de compañeros, que un día se reunieron con el fin de instalar quioscos reglamentados en las distintas esquinas de Montevideo, ya es una realidad.

La falta de experiencia nos llevó a marchas, contramarchas y porqué no desavenencias entre nosotros mismos.

Lo importante es la realidad de casi 200 escaparates instalados. Aproximadamente 180 fueron instalados GRATUITAMENTE, los otros 20 aprox. fueron adquiridos por los cpros., a raíz de urgencias personales y laborales. TODOS LOS QUIOSCOS SON PROPIEDAD DEL SINDICATO.

En su momento se le devolverá a cada compañero el dinero que pusieron para comprarlo.

La publicidad instalada en varios de ellos genera nuevos fondos, que permiten adquirir nuevos escaparates e instalarlos gratuitamente.

Lograr que la publicidad se abone en efectivo se hace cada vez más difícil. Parte de ella se abona en canje; vehículos, electrométicos, etc. Estos tuvieron que ser vendidos y/o rifados.

Las posibilidades de lograr publicidad abonándola con canje son mayores. Pero cabe una pregunta —¿hasta cuándo seguir con rifas?

¿Podremos rifar yerba, fideos, ropa, etc., si una marca de esos productos desea colocar publicidad en nuestros quioscos? Evidentemente, no.

Entonces formaremos la Cooperativa de Consumo, vendiendo esos productos a precios menores.

¿VERDAD QUE ES POSIBLE?



Una de las tantas visitas de los compañeros [illegible], gozando frente a la Casa del Canillita del Cerro.

040

-9405651

CAMINO HACIA COLONIA DE VACACIONES GUAZUVIRA

















039

-9405651

UN SUEÑO A CONCRETAR: LA VIVIENDA PROPIA

El 26 de mayo de 1993, luego de los homenajes que tradicionalmente realizamos en el Cementerio del Buceo, lanzaremos un nuevo proyecto del gremio: LA VIVIENDA PROPIA.

Distintos comunicados y nuestra audición radial (lunes, miércoles 8.35 CX 40), han informado que la Intendencia Municipal de Montevideo a través de sus delegados en la Comisión Bipartita, formada a instancias de la Junta Departamental, Comisión que trata todo lo relativo a vendedores de diarios y revistas; ofreció espacios de su cartera de tierras, para que los interesados se organicen, dentro de la órbita del Sindicato, e inicien el trabajo para lograr la vivienda propia, con el apoyo del B.H.U.

La idea está en marcha, PERO ES OBRA DE LOS PROPIOS INTERESADOS, los cuales recibirán TODO EL APOYO, necesario y posible, de su Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

A trabajar compañeros, que el techo propio puede ser una realidad.

LA COOPERATIVA DE CONSUMOS DIARIERA

Aquel hermoso sueño de decenas de compañeros, que un día se reunieron con el fin de instalar quioscos reglamentados en las distintas esquinas de Montevideo, ya es una realidad.

La falta de experiencia nos llevó a marchas, contramarchas y porqué no desavenencias entre nosotros mismos.

Lo importante es la realidad de casi 200 escaparates instalados. Aproximadamente 180 fueron instalados GRATUITAMENTE, los otros 20 aprox. fueron adquiridos por los cpros., a raíz de urgencias personales y laborales. TODOS LOS QUIOSCOS SON PROPIEDAD DEL SINDICATO.

En su momento se le devolverá a cada compañero el dinero que pusieron para comprarlo.

La publicidad instalada en varios de ellos genera nuevos fondos, que permiten adquirir nuevos escaparates e instalarlos gratuitamente.

Lograr que la publicidad se abone en efectivo se hace cada vez más difícil. Parte de ella se abona en canje; vehículos, electrométicos, etc. Estos tuvieron que ser vendidos y/o rifados.

Las posibilidades de lograr publicidad abonándola con canje son mayores. Pero cabe una pregunta —¿hasta cuándo seguir con rifas?

¿Podremos rifar yerba, fideos, ropa, etc., si una marca de esos productos desea colocar publicidad en nuestros quioscos? Evidentemente, no.

Entonces formaremos la Cooperativa de Consumo, vendiendo esos productos a precios menores.

¿VERDAD QUE ES POSIBLE?



Una de las tantas visitas de los compañeros sanduceros, gozando frente a la Casa del Canillita del Cerro.

040

-9405651



ASAMBLEA GENERAL: 8-12-93

Informe Gremial Brindado por el Compañero Israel "Pocho Presa"

Fecha que quedará grabada en la mejor historia sindical; ya es costumbre reunir al gremio y rendirle cuentas de todo lo realizado.

8 de diciembre de 1994, ante un Palacio Sudamérica desbordado de vendedores de diarios y revistas, con un silencio que muchas veces resultó aplastante; se escuchó durante casi dos horas distintos informes. Solamente el estruendo de los aplausos y el coro final viva el Sindicato y Caja de Auxilios, señalaron con contundencia que la unidad gremial está sellada.

INFORMES BRINDADOS

Hoy 8 de diciembre de 1993, va a quedar marcado como una fecha histórica en la vida del gremio canilla.

Una organización de trabajadores llamada SVDYR y su CAVDYR llama a sus afiliados para *rendir un balance de todo lo actuado.*

Podríamos haber elegido *otra* fecha, quizás la de junio de 1994, fecha en que expira el mandato de estas comisiones, según resolución de otra Asamblea General soberana realizada, en este mismo lugar, un año y medio atrás.

Pero los dirigentes elegidos libremente a través del voto secreto no son demagogos.

Aunque tuvieron el respaldo de casi el 100% de afiliados, porcentaje éste que nunca podemos olvidarlo, porque más allá de los números y personas, se dio un hecho que en la historia sindical del país es único.

Como respaldo masivo de un gremio a sus dirigentes.

Nos sentimos trabajadores que cultivan los ideales de un visionario llamado Adrián Troitiño. Organización creada por él, en la cual nos sentimos todos iguales porque desarrollamos la solidaridad permanentemente a través de obras como: el servicio médico-social, **el hogar de reposo y esparcimiento, las pensiones, casas de salud, servicios de comedores y viandas**, la entrega de **útiles escolares, regalos de reyes**, entrega de 8 a 10 quioscos **gratuitos por mes**, proyecto de levantar **nuestra Colonia de Vacaciones**, proyectar una gran obra **junto a nuestra sede social**, proyecto de un plan de **vivienda**, crear **una cooperativa de consumos** y decenas de cosas más que se proponen.



Portalón de la Quinta Gavroche, frente que dá a la calle Adrián Troitiñó.

Estas obras y proyectos nos dan la unidad necesaria para tener tranquilidad y seguridad en nuestros trabajos y garantía en los jornales que percibimos.

Cultivamos el diálogo para *adentro* y *para afuera*, pero con la fuerza y la razón que *nos* dan Uds.

Hemos sido tremendamente pacientes ante situaciones extremas y difíciles que se nos han planteado y ante la duda, ejercemos la democracia sindical consultando al gremio.

No somos de metemos en callejones sin salidas, ni tampoco nos dejamos arriar a ponchazos.

La vida, esta asamblea, las obras y los nuevos proyectos nos dan la *razón*.

El gremio ha permitido esta unidad y tranquilidad que hoy respiramos.

Vientos frescos recorren por cada reparto, esquina, quiosco.

Vientos renovadores donde nos demostramos y demostramos al resto del movimiento sindical que la unidad pasa por obras sociales.

041

-9405651

Nos duele ver gremios desarmados o peleándose por lugares a ocupar en una mesa.

En nuestro Sindicato, ese Sindicato de canillas muchas veces criticado, existen decenas de sillas ocupadas y decenas que desean ser ocupadas por compañeros que vengan a trabajar conjugando un solo verbo; unidad, unidad y solo eso.

Hemos llegado a un punto óptimo de relaciones con las empresas periodísticas, ellas con sus deseos, nosotros con los nuestros. Pero entendiendo que la armonía en el trabajo empieza por un diálogo claro y sincero entre patronales y trabajadores.

Quedan cosas a corregir, por supuesto que sí, a veces los tirajes, otras las devoluciones, pero hemos avanzado y esto costó más de 70 años de lucha.

Nos hemos enojado sí, muchas veces, pero supimos salir de esas confrontaciones sin heridas y sin ánimo de revanchas.

Las nuevas realidades de ventas, nos llevaron a grandes desafíos, como lo son los socios suscriptores, club de lectores.

Nos demostramos allí que todo lo que signifiquen mejores ventas, adelante, pero que todo pase por debajo de nuestros brazos de canillas, respetando el actual sistema de distribución y ventas.

No podemos negar que la realidad económica de nuestro gremio es otra, porque hemos sabido organizar nuestro trabajo a través de nuestras compañeras, hijos, etc.

A través de los más de 200 quioscos desparramados por la ciudad.

Adoptamos actitudes muy firmes y hasta a veces tensas por el derecho irrenunciable a nuestros lugares de trabajo, a esas baldosas que ocupamos.

Peleamos duramente contra las injusticias constatadas, donde bolicheros se creían dueños de las veredas y exigían cobro de alquileres por las mismas.



Viejos compañeros que con alegría disfrutan de las comodidades de la Quinta.

Supimos ser tremendamente pacientes ante la injusticia de la anulación de la ley jubilatoria de vendedores de diarios y revistas de 1946.

Muchas veces la bronca nos ahogaba la garganta y otros querían aprovecharla para que nos enfrentáramos a las empresas periodísticas.

Hicimos centenares de entrevistas, directores del BPS, secretarios, asesores, diputados, senadores, líderes políticos.

A todos respetuosamente le dijimos nuestra verdad de que no veíamos al canillita que recorre la cuidad con sus diarios bajo el brazo, como a un empresario.

Logramos que se nos escuchara y estamos confiados que hoy la Comisión de Seguridad social de la Cámara de Diputados, apruebe un nuevo proyecto de ley donde se considere al canillita un trabajador.

Repica aún en nuestros oídos las palabras del querido "Loco Parrento": "muchachos siempre firmes con los oídos muy abiertos, la cabeza muy *fría* y el corazón caliente".

Hemos sido hasta demasiado tolerantes con la crítica deshonesta de unos pocos compañeros, que no dan la cara o se escudan en tácticas de división, que el gremio las rechazan.

No hemos llamado a una Asamblea del gremio, para tratar estos temas poque esperamos que reaccionen a tiempo.

Las puertas del Sindicato están abiertas, los esperamos a construir compañeros.

Nuestro gremio canilla no quiere conflictos, no quiere división, no quiere volver a épocas de guerras, no quiere compañeros insultándose, no quiere banderas político-partidarias.

Quiere que flamee una sola bandera roja y negra, que ondea tomada por los puños cerrados de cientos de compañeros que se la jugaron por lo que hoy disfrutamos.

Seguridad y respeto por el trabajo y los jornales que recibimos.

Queda mucho por corregir.

Queda mucho por hacer.

Pero son Uds. que deben opinar, para llevar sus inquietudes personalmente o por escrito.

Organizarse en las sucursales.

Compañeros, ante los errores unidad y crítica constructiva.

Ante el trabajo mayores propuestas.

Estamos cultivando un gremio distinto, más fuerte que nunca.

Adelante que la tarea es de todos, nadie nos regalaра nada.

Viva el Sindicato

Viva la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas

042

-9405651



ASAMBLEA GENERAL: 8-12-93

Informe Gremial Brindado por el Compañero Israel "Pocho Presa"

Fecha que quedará grabada en la mejor historia sindical; ya es costumbre reunir al gremio y rendirle cuentas de todo lo realizado.

8 de diciembre de 1994, ante un Palacio Sudamérica desbordado de vendedores de diarios y revistas, con un silencio que muchas veces resultó aplastante; se escuchó durante casi dos horas distintos informes. Solamente el estruendo de los aplausos y el coro final viva el Sindicato y Caja de Auxilios, señalaron con contundencia que la unidad gremial está sellada.

INFORMES BRINDADOS

Hoy 8 de diciembre de 1993, va a quedar marcado como una fecha histórica en la vida del gremio canilla.

Una organización de trabajadores llamada SVDYR y su CAVDYR llama a sus afiliados para rendir un balance de todo lo actuado.

Podríamos haber elegido otra fecha, quizás la de junio de 1994, fecha en que expira el mandato de estas comisiones, según resolución de otra Asamblea General soberana realizada, en este mismo lugar, un año y medio atrás.

Pero los dirigentes elegidos libremente a través del voto secreto no son demagogos.

Aunque tuvieron el respaldo de casi el 100% de afiliados, porcentaje éste que nunca podemos olvidarlo, porque más allá de los números y personas, se dio un hecho que en la historia sindical del país es único.

Como respaldo masivo de un gremio a sus dirigentes.

Nos sentimos trabajadores que cultivan los ideales de un visionario llamado Adrián Troitiño. Organización creada por él, en la cual nos sentimos todos iguales porque desarrollamos la solidaridad permanentemente a través de obras como: el servicio médico-social, **el hogar de reposo y esparcimiento, las pensiones, casas de salud, servicios de comedores y viandas**, la entrega de **útiles escolares, regalos de reyes**, entrega de **8 a 10 quioscos gratuitos por mes**, proyecto de levantar nuestra **Colonia de Vacaciones**, proyectar una **gran obra junto a nuestra sede social**, proyecto de un **plan de vivienda**, crear una **cooperativa de consumos** y decenas de cosas más que se proponen.

Estas obras y proyectos nos dan la unidad necesaria para tener tranquilidad y seguridad en nuestros trabajos y garantía en los jornales que percibimos.

Cultivamos el diálogo para adentro y para afuera, pero con la fuerza y la razón que nos dan Uds.

Hemos sido tremendamente pacientes ante situaciones extremas y difíciles que se nos han planteado y ante la duda, ejercemos la democracia sindical consultando al gremio.

No somos de meternos en callejones sin salidas, ni tampoco nos dejamos arriar a ponchazos.

La vida, esta asamblea, las obras y los nuevos proyectos nos dan la razón.

El gremio ha permitido esta unidad y tranquilidad que hoy respiramos.

Vientos frescos recorren por cada reparto, esquina, quiosco.

Vientos renovadores donde nos demostramos y demostramos al resto del movimiento sindical que la unidad pasa por obrar sociales.



Portalón de la Quinta Gavroche, frente que dá a la calle Adrián Troitiño.

Nos duele ver gremios desarmados o peleándose por lugares a ocupar en una mesa.

En nuestro Sindicato, ese Sindicato de canillas muchas veces criticado, existen decenas de sillas ocupadas y decenas que desean ser ocupadas por compañeros que vengan a trabajar conjugando un solo verbo; unidad, unidad y solo eso.

Hemos llegado a un punto óptimo de relaciones con las empresas periodísticas, ellas con sus deseos, nosotros con los nuestros. Pero entendiendo que la armonía en el trabajo empieza por un diálogo claro y sincero entre patronales y trabajadores.

Quedan cosas a corregir, por supuesto que sí, a veces los tirajes, otras las devoluciones, pero hemos avanzado y esto costó más de 70 años de lucha.

Nos hemos enojado sí, muchas veces, pero supimos salir de esas confrontaciones sin heridas y sin ánimo de revanchas.

Las nuevas realidades de ventas, nos llevaron a grandes desafíos, como lo son los socios suscriptores, club de lectores.

Nos demostramos allí que todo lo que signifiquen mejores ventas, adelante, pero que todo pase por debajo de nuestros brazos de canillas, respetando el actual sistema de distribución y ventas.

No podemos negar que la realidad económica de nuestro gremio es otra, porque hemos sabido organizar nuestro trabajo a través de nuestras compañeras, hijos, etc.

A través de los más de 200 quioscos desparramados por la ciudad.

Adoptamos actitudes muy firmes y hasta a veces tensas por el derecho irrenunciable a nuestros lugares de trabajo, a esas baldosas que ocupamos.

Peleamos duramente contra las injusticias constatadas, donde bolicheros se creían dueños de las veredas y exigían cobro de alquileres por las mismas.



Viejos compañeros que con alegría disfrutan de las comodidades de la Quinta.

Supimos ser tremendamente pacientes ante la injusticia de la anulación de la ley jubilatoria de vendedores de diarios y revistas de 1946.

Muchas veces la bronca nos ahogaba la garganta y otros querían aprovecharla para que nos enfrentáramos a las empresas periodísticas.

Hicimos centenares de entrevistas, directores del BPS, secretarios, asesores, diputados, senadores, líderes políticos.

A todos respetuosamente le dijimos nuestra verdad de que no veíamos al canillita que recorre la cuidad con sus diarios bajo el brazo, como a un empresario.

Logramos que se nos escuchara y estamos confiados que hoy la Comisión de Seguridad social de la Cámara de Diputados, apruebe un nuevo proyecto de ley donde se considere al canillita un trabajador.

Repica aún en nuestros oídos las palabras del querido "Loco Pamento": "muchachos siempre firmes con los oídos muy abiertos, la cabeza muy fría y el corazón caliente".

Hemos sido hasta demasiado tolerantes con la crítica deshonesta de unos pocos compañeros, que no dan la cara o se escudan en tácticas de división, que el gremio las rechazan.

No hemos llamado a una Asamblea del gremio, para tratar estos temas poque esperamos que reaccionen a tiempo.

Las puertas del Sindicato están abiertas, los esperamos a construir compañeros.

Nuestro gremio canilla no quiere conflictos, no quiere división, no quiere volver a épocas de guerras, no quiere compañeros insultándose, no quiere banderas político-partidarias.

Quiere que flamee una sola bandera roja y negra, que ondea tomada por los puños cerrados de cientos de compañeros que se la jugaron por lo que hoy disfrutamos.

Seguridad y respeto por el trabajo y los jornales que recibimos.

Queda mucho por corregir.

Queda mucho por hacer.

Pero son Uds. que deben opinar, para llevar sus inquietudes personalmente o por escrito.

Organizarse en las sucursales.

Compañeros, ante los errores unidad y crítica constructiva.

Ante el trabajo mayores propuestas.

Estamos cultivando un gremio distinto, más fuerte que nunca.

Adelante que la tarea es de todos, nadie nos regalara nada.

Viva el Sindicato

Viva la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas

041 -9405651 042 -9405651

CAJA DE AUXILIO

Iinforme Médico Técnico del Dr. Hugo Musacchio: Director Técnico

1) INTRODUCCION

Es una organización asistencial que brinda atención a sus afiliados y núcleo de familias incluyendo los hijos hasta los 18 años y los jubilados del gremio con una población beneficiaria aproximada a las 2.500 personas.

Contamos con personal Universitario Egresado de la Facultad de Medicina, Química, Odontología, Ciencias Económicas y Abogacía.

En Medicina presta atención en todas las especialidades de postgraduados dictadas por la Facultad de Medicina y autorizadas en su ejercicio por el MSP.

Contamos con personal egresado de la Escuela de Tecnología Médica de la Universidad de la República, como dietistas, laboratoristas, técnicos radiólogos, etc.

Colaboran con nosotros personal egresado de la Escuela de Tecnología Médica de la Universidad de la República, como psicólogos, psicoterapeutas, etc.

Tenemos personal egresado del MSP y escuelas afines debidamente autorizado por el MSP en el sector de enfermería.

Contamos con practicantes de Medicina.

Representa esto un staff técnico de 146 personas de excelente formación trabajando en forma centralizada en nuestro local de la calle Yi, 46 técnicos y estando a nuestra orden en forma descentralizada en sus respectivos consultorios y servicios más 100 Universitarios y Egresados de Escuelas en el área de atención de salud.

Este es un capital que no se forma de un día para el otro, que no tiene cotización en el activo o pasivo de un estado de cuentas al cierre de un ejercicio pero, sin el cual es imposible hacer prestación en Salud, función primordial de la Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas.

A este personal con el cual podemos coincidir o no en algún aspecto, que en general salvo algunas excepciones trabaja comprometido con la institución es en conjunto nuestra seguridad y nuestro patrimonio salud.

2) CARACTERISTICAS DE LA POBLACION A LA CUAL SE DIRIGE LA ATENCION

Terminado el Censo tenemos recién editado por el Servicio de Informática algunos datos que nunca se habían manejado, correspondiente a un grupo de beneficiarios total de 2.340 personas y su distribución dentro del padrón por edades.

CUANTITATIVO

El núcleo total de afiliados es escaso modernamente para el montaje de una institución de Asistencia Médica redituable o, factible aún sin fines de lucro en su gestión.

Esto hace dificilísimo el mantenimiento, el perfeccionamiento y la incorporación de nuevos Servicios de Salud.

Administrar este grupo pequeño y por sobre todo las características especiales de una Caja de Auxilio, aseguro es un desafío diario.

CUALITATIVO

Deseo hacer un análisis de la distribución etaria de los beneficiarios, es decir, la distribución por edades la cual considero muy importante.

Total 2.370	0 - 40 a	874
36%		
Afiliado	45 - 90 a	1.496
63%		
	60 a 930	39%

Se dice en todas las Escuelas de Administración en Salud nacionales e internacionales que un grupo beneficiario cualquiera que tenga más de 30% de sus afiliados con edades por encima de los 60 años es difícil o imposible de administrar.



Nosotros tenemos el 39% por encima de 60 años.

Considero este ítem un **problema grave** que, por un lado significa un excelente nivel de atención pero por otro trasmite la característica de una población envejecida que tiene una clara tendencia al consumo en todos los Servicios de Salud y ocasiona enormes gastos de asistencia.

Esta tendencia se encuentra agravada por la asistencia frecuente de problemas sociales (mala vivienda, insuficiencia domiciliaria, etc.) que no nos son ajenos y que los atendemos.

A esto se debe sumar la incidencia que tiene el tabaquismo y el alcoholismo en nuestro gremio, conocida por todos que, acrecienta la morbimortalidad pero por **sobre todo los tiempos de recuperación** lo cual es frecuente y **se refleja en la enorme y prolongada utilización de servicios** de policlínicas y sanatoriales.

Se dan cuenta ustedes que si atendemos a un grupo envejecido con riesgo frecuente de enfermedad y, con incidencia alta de hábi-

043

-9405651

s contrarios a la Salud, el costo e inversión en salud es altísi-o.

Esto no es frecuente que se dé n las otras organizaciones sistenciales, constituyendo una de s características salientes de nueso grupo que la debemos conocer y ue nos exige quizá para mantener, un esfuerzo en nuestros aportes.

3) DATOS ESTADISTICOS

Yo podría darles una enorme cantdad de datos estadísticos sobre la nstitución que fueron comenzados elaborarse en el año 1989 por esta Dirección Técnica con serias dificul-ades porque no contábamos con el poyo de una computadora ni de un rograma diseñado para tal fin hasta l momento.

Con la puesta en funciones de la omputadora trabajaremos con más nformación estadística.

En el momento actual se está evando un programa de farmacias on stock de medicamentos, orienación de compra y salida de medi-amentos por afiliado y por médico. Todos estos datos están a disposiión de todos ustedes en estas pla-illas pero haríamos a la comunicaión un monólogo técnico de datos y orcentajes que sólo sirven a nivel écnico para la toma de decisiones.

Sólo adelanto algunos datos que ueden ser y a veces son desconoidos como por ejemplo, el volumen e la demanda de servicios de los suarios de Caja de Auxilios.

a) Pacientes vistos en el mes por médico de radio, 45.

b) Pacientes vistos en el Servicio de Emergencia, es decir en el Servicio de Puerta de nuestro local central 366 por mes.

c) Total de pacientes vistos en policlínicas, es decir en los consultorios 934 por mes. Es importante destacar que nuestra población es de 2.400 beneficiarios lo cual marca un altísimo índice de consultas de policlínica.

d) Pacientes vistos por la urgencia en domicilio da un promedio de 146 por mes.

e) Algunos datos de internaciones en sanatorio. Se estima que en las sociedades de Atención Médica de-



ben tener una cama a disposición cada 1.000 afiliados. Bajemos este índice a la mitad y tenemos 1 cama cada 500 afiliados. Nos alcanzaría el tener 2.400 usuarios con sólo 5 camas sanatoriales. La realidad es que tenemos 9 camas y no nos alcanzan.

Nº total de días de internación:

Año 89 -	1900
Año 90 -	2128
Año 93 -	2876

Nº total de internados:

Año 90:	341
Año 91:	385
Año 93	440

Promedio anual 140 días (12 pacientes por año)

Internación CTI

Internaciones	Días Internación
Año 90 - 17	Año 89 - 5.01 días
Año 91 - 26	Año 90 - 2.8 días
Año 92 - 7	Año 91 - 2.26 días
Año 93 - 30	Año 92 - 1.25 días
	Año 93 - 3 días

Internados fuera sector - 27 pacientes al año.

Año 93: 23 en un mes.

Días internación fuera sector

Año 90 - 74 días
Año 91 - 103 días
Año 93 - 300 días

4) CARACTERISTICAS DE LA INSTITUCION

Nuestra institución como todas tiene aspectos que la diferencian claramente de las otras dándole perfil propio como Caja de Auxilio.

Quiero destacar de estas características

1) La comunicación y fácil relación que existe entre dirigentes técnicos y afiliados.

2) La enorme cantidad de servicios asistenciales que se brinda al usuario.

Nosotros no lo hemos abandonado nunca aún conociendo los costos asistenciales que esto significa y el tiempo de nuestra tarea que debemos dedicarle a los problemas sociales de nuestros afiliados que en otros servicios de Asistencia Médica son ignorados.

Cuando en el mundo entero se está tratando de volver al médico de familia nosotros no lo hemos abandonado nunca.

Por respecto a la enorme cantidad de servicios asistenciales y sociales que se brinda al usuario quizá nos lleve a no cumplir con la norma estricta de administración en salud, en especial con respecto a los indicadores de salud. Ejem. camas de internación, días de internación, consultas de policlínicas, etc. porque siempre estamos pensando qué pasará con este paciente cuando llegue a su casa, cuando no pueda hacer reposo porque debe trabajar, etc.

Pero les aseguro que nos seguirá interesando el propio individuo por sobre todas las cosas.

Deseo destacar de algunos servicios que nosotros brindemos y que nos diferencian de casi todas las instituciones de asistencia médica.

—Atención odontológica.
—Atención óptica.
—Atención psicológica.
—Atención ortopédica.
—Atención psiquiátrica en las formas crónicas.
—Internación en CTI para el caso que sea necesario.
—Consulta con cualquier especialista forme parte o no de la lista de técnicos.

044

-9405651

—Atención podológica (aeteriopatías diabéticos).

—IMAE Por nosotros como medicina altamente especializada.

Como función social pues financiamos a un grupo de personas que les sería imposible hacerlo a través del Fondo Nacional de Recursos.

—Contratación de servicios de enfermería privado cuando el paciente lo requiere.

—Cuidadoras en sanatorio cuando el paciente no tiene familiares.

En el sector social sólo deseo destacar la obra de la casaquinta y la enorme cantidad de afiliados que tenemos actualmente viviendo en casas de salud por problemas sociales o de insuficiencia domiciliaria.

Frente a la generosa oferta de servicios, debemos ser prudentes en los requerimientos pero, por sobre todo ser honestos en su usufructo, no sacar provecho sino utilizarlo razonablemente.

5) PROBLEMAS CON LA ASISTENCIA MEDICA CONTEMPORANEA O ACTUAL

Existen múltiples problemas en estudio. De este sector me gustaría referirme brevemente a dos:

TECNOLOGIA NUEVA

Somos invadidos los médicos y pacientes por los medios de información científica y comerciales de la nueva tecnología. El propio paciente lo exige en la consulta. Pero frente a ello debería hacer 2 preguntas.

—¿ES NECESARIA SU UTILIZACION?

—¿LO PODEMOS PAGAR?

—¿CONCEPTO DE QUE ES UN PROBLEMA INTERNACIONAL?

JUICIO DE MALA PRAXIS MEDICA

—Se dan hechos algo cotidianos.

—Pueden ser una demanda con derecho por parte del paciente.

—Puede ser algo sugerido por abogados especialistas.

—Redunda en una elevación del costo de asistencia.

Ambos problemas, tecnología actual y juicios de mala PRAXIS MEDICA son los ítem que más inciden mundialmente, la sobreutilización de los recursos de salud y en la elevación de los costos que significan crisis para las instituciones que brindan atención médica.

6) CAMBIO EN NUESTRA GESTION DE DIRECCION

La Dirección debe irse adecuando a la institución la cual varía constantemente, de acuerdo con las condiciones de mercado y, por sobre todo a las exigencias del consumidor de Salud que va cambiando y exige cada vez más tecnología.

En las empresas pequeñas como la nuestra el director suele ser o es al inicio un médico clínico por el cual sienten respeto los colegas y pacientes *por su autoridad o capacidad* científica y moral.

Es muy auspicioso que este sea el inicio de la Dirección pero, progresivamente esta cualidad sola no alcanza y el director debe ser alguien además con conocimiento y experiencia de administración, pues la estructura progresivamente va exigiendo al director el inicio de su gestión gerencial al igual que la de sus colaboradores más cercanos.

Debe el Director lidiar con las dos caras del mismo problema:

—Por un lado supervisar la función de *sus médicos y técnicos* quizá siendo esta la función más importante para los beneficiarios.

—Por otro, supervisar el funcionamiento de la institución no comprometiendo la calidad de atención y los costos, ya sea por falta de recursos o por superextensión de la cobertura asistencial siendo ésta la función más importante para la Empresa.

En una institución como la nuestra que continuamente plantea por sus inquietudes nuevos logros para los beneficiarios (la policlínica —el sanatorio— la emergencia, etc.) hace que la función del DT vaya cambiando aceleradamente.

Considero para este año que terminamos y el que se inicia, la prioridad en el desarrollo del área gerencial lo cual me ha llevado recientemente a elevar un plan de trabajo apoyado por la Comisión Directiva donde vería mucho las funciones de mis colaboradores inmediatos: Dr. Larrosa en el sector médico y enfermera Martha Presa en el sector de enfermería destinándolos a ambos hacia la coordinación y control en los servicios.

Esta etapa se puede cumplir pues luego de un trabajo arduo de relevamiento de información, tenemos la que necesitamos para la toma de nuestras decisiones y la fiscalización del servicio.

7) NUESTRO FUTURO

Por delante tenemos un enorme compromiso. El mantenimiento con mejoramiento de los servicios prestados. Quizá en la búsqueda debamos dejar algunos e incorporar otros para lograr un punto equilibrado.

Este año se puso en funciones el nuevo Servicio de Emergencia; las nuevas policlínicas de asistencia; el local de Farmacia y el Sector Administración y, pondremos en función el Sanatorio Social para el cual ya están en marcha las gestiones de habilitación.

Tenemos el plan luego, la instalación del Ascensor en el 2º piso de un Sector de Tecnología de 1er. nivel por convenio con el sector privado de la cual no descontamos puede ser un sector de CTI de niños y adultos para lo cual tenemos ofertas en estudio u otro tipo de tecnología.

A los afiliados les tocará el apoyo con los aportes, pero por sobre todo el apoyo espiritual a la gestión y concreción de un logro muy importante para el gremio.

Exigir lo que cada uno de nosotros podemos y recibir lo que cada uno es capaz de dar.

Todos estamos metidos en esto. Yo tengo el honor de llevar 24 años en la institución y además, conozco por dentro varias instituciones médicas colectivizadas y me desempeño en sector público de salud como asesor ministerial. Sé claramente que nos espera un camino conjunto de sacrificios. Pero tenemos fe en los logros.

¡Caminemos juntos, apoyándonos unos con otros para poder lograrlos!

045

-940565 1

Asamblea General 8/12/93.

INFORME DEL Dr. CARLOS GUARIGLIA

(Asesor Laboral, tema jubilatorio).

Un saludo a todos y, mi agradecimiento a quienes han tenido la amabilidad de solicitarmi asesoramiento sobre un tema que, desde un primer momento advertí, era de gran importancia y muy caro para todo el gremio que los agrupa.

Básicamente se trata de dos temas fundamentales en los cuales desde hace algún tiempo estamos trabajando. El primero está referido a obtener la exclusión de los vendedores de diarios y revistas del régimen de la ley 16.190, ley que como todos Ud. saben, a partir de su vigencia calificó a todos los trabajadores que realizan estas actividades, como trabajadores independientes; a la vez exponerá un doble sistema de aportación tanto patronal como personal. En ese sentido hemos estado trabajando con todos los compañeros del Sindicato intentando encontrar soluciones que permitieran fundamentalmente encontrar una salida. En un primer momento, se pensó que podría ser administrativa a través del propio BPS, pero poco a poço se fue descartando porque la posición del BPS resultaba bastante radical y que, posteriormente derivó en diferentes planteos que se fueron realizando ante diversos organismos hasta culminar en Palacio Legislativo.

Esta gestión que se realizó ante el Parlamento, yo diría que tuvo tres etapas; la primera que se gestó con la propia Comisión de Seguridad Social de la Cámara de Diputados; una segunda orientada a tener una mayor rapidez y obtener un resultado positivo en el breve plazo que se intentó realizar el 1º de enero de 1994 y, la que hoy se está realizando que, ha significado volver a la Comisión de Seguridad Social habida cuenta que no se obtuvo la voluntad política de obtener a su vez, la incorporación de un artículo en la Rendición de Cuentas. Esa voluntad política era meramente de oportunidad por lo cual yo les quiero señalar que, no significa el hecho de que la Rendición de Cuentas no contemple esta situación y que el tema haya quedado al margen.

En la última reunión que tuvimos la semana anterior con la Comisión de Seguridad Social y varios compañeros que asistieron a la misma, entiendo que dimos un paso importante en todas estas gestiones. Se obtuvo por parte de la Comisión el compromiso de elevar al plenario de la Cámara de Diputados un proyecto de ley que hoy, de acuerdo con la información, en el día de ayer la propia Comisión lo hizo suyo y lo está elevando a la consideración de la Cámara de Diputados. Vale decir que, en esa Comisión en que están representados todos los partidos políticos, salvo alguna excepción, se obtuvo casi la unanimidad de conformidad al proyecto y a la situación de injusticia que la ley 16.190 sometió a todo el gremio de vendedores de diarios y revistas. Para conocimiento de Uds. entonces, voy a proceder a dar lectura a los artículos que conforman ese anteproyecto de ley que, si todo marcha bien esperamos sea finalmente sancionado en el curso del año que viene. El 15 ya comienza el receso parlamentario extendiéndose hasta el mes de marzo y, prácticamente hay que tomar en cuenta también se trata de un año electoral en el que será fundamental y necesario hacer mucha fuerza para que esto tenga un final feliz.

El texto del proyecto de ley que hemos conversado con los distintos diputados y que ha tenido su conformidad dice lo siguiente:

Art. 1º— Declárase que los vendedores de diarios y revistas que trabajen por cuenta propia y sin dependientes, no están alcanzados por las disposiciones del Art. 1º liberal b) de la ley 16.190 del 20 de junio de 1991. Tratándose de vendedores que cumplan tareas conjuntamente con su conyuge o hijos menores de edad mediando pruebas fehacientes de la Asignación Familiar no le será aplicable lo previsto por el Art. 1 literal a) de la ley 16.190 del 20 de junio de 1991.

Básicamente estos dos artículos significarían en primer lugar que, todos aquellos vendedores de diarios y revistas que trabajen solos y sin dependientes hoy son considerados patronos, quedan excluidos del régimen de ley. Pero también se trata de proteger en particular a la familia del canilla y a ello responde el inciso 2º de ese artículo cuando dice que, tratándose de vendedores que cumplan tareas con su cónyuge o hijos menores que lo que significa, obviamente el hecho de que trabajen cónyuges e hijos no los vuelven patronos por tener de alguna forma familiares que trabajen dentro del grupo canillita.

El segundo artículo está referido al aporte. El aporte personal de los vendedores de diarios y revistas al BPS que realizará de conformidad con las categorías de sueldos fictos previstos por el Art. 1º del decreto 290 del 18 de agosto de 1972 y decreto 197/90 del 30 de abril. Esto significa que los aportes se van a realizar sobre la base de los salarios mínimos nacionales. En definitiva, el monto que arroje este cálculo es un ficto que a nosotros nos parece más conveniente.

El famoso tema del aporte patronal que, había sido uno de los problemas que generó la propia ley, o el régimen anterior que regulaba el aporte patronal a través de una carga impositiva a las empresas periodísticas queda redactado de la siguiente forma: Créase una tasa única sobre el valor CIF del papel de diario importado por las empresas periodísticas y otras que se dediquen a ese tipo de importación, en carácter de complemento al aporte personal a cargo de los vendedores de diarios y revistas a que hace referencia el artículo anterior. Al hablar de complemento, estamos diciendo implícitamente que este aporte o esta tasa en sí, significa un aporte patronal.

Deliberadamente, no se ha fijado una tasa, y se ha dejado a que posteriormente con el Poder Ejecutivo en negociaciones que se puedan realizar, el monto de esa tasa se establezca por reglamentación. Y por eso se dice en el inciso 2º del Art. 3º; facúltase al PE fijar la cuantía de esa tasa la que deberá ser vertida por las empresas al BPS de acuerdo con lo que establezca la reglamentación de esta ley.

Con este tema, prácticamente, yo diría que queda solucionada toda la problemática de la inclusión de la ley 16.180 la posibilidad de que vuelvan a ser considerados en la categoría a que Uds. estaban afiliados anteriormente. No son patronos y, a su vez también se regula; se define el sistema de aportación el BPS que era lo que más preocupaba a la Comisión de Seguridad Social. Y el últi-

046

-940565 1

mo artículo, está orientado a dar una solución definitiva a la situación de la Caja de Auxilio que, como Uds. saben, en más de una oportunidad ha habido, en el propio grupo de trabajo que se integró en el Banco de Previsión Social, algún tipo de sugerencias, directas o indirectas a través de las cuales se manifestaba que, la Caja de Auxilios estaba en una situación jurídica irregular en la medida en que, tampoco se efectuaban los aportes legales al sistema de Seguridad Social.

El último artículo es el 4º que establece que la Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas verterá al BPS el equivalente al 1/2 por ciento del total de la recaudación que perciba con arreglo con lo establecido en el Art. 44 del decreto ley 14.407 del 22 de julio de 1975.

De esta forma, nosotros pensamos que queda solucionado el tema de relacionamiento de la Caja de Auxilios que tienen plena autonomía e independencia y, no debe estar incluida dentro del régimen de seguros convencionales o Cajas de Auxilios que regula la ley 14.407, es decir el que se aplica a todos los trabajadores de la actividad privada. Obviamente que con este aporte del 0,5% al BPS quedamos exonerados del aporte personal, es decir que no va a haber que aportar más allá del montepío limpio con lo cual se reduce considerablemente la tasa de aportación que hoy está fijada en un 29.5%.

Esto era todo lo que quería decirles. Estamos trabajando tratando de encausar todo este problema y encontrar soluciones para lo cual se necesita la colaboración de todos; y lo único que hago es afilar el lápiz y tratar de ayudar de la mejor manera. Pero se necesita del esfuerzo de todos para que esto en definitiva culmine con el éxito al cual todos esperamos poder lograr. Desde ya, muchas gracias y a la orden. (Aplausos).

ASAMBLEA GENERAL 8-12-93

INFORME DEL CR. MARIO GALLINO

Dificultades de grabación, nos han impedido brindar el informe del Cr. Gallino (Administrador de Instituciones Médicas y Caja de Auxilios) de modo completo. La síntesis que publicamos, entendemos, sin ser lo mismo, vale como ilustración del importante problema tratado.

"Al acceder al cargo en 1989 existía un déficit del 30%, 1991 se logra una consolidación económica, lo que permite tener un fondo de reserva y asumir las obras del Sanatorio Propio".

"El 85% de los ingresos provienen del aporte que realiza el vendedor.

Somos cautivos de la venta".

"Hubo que recurrir a otros ingresos; Reestructurar la distribución de las Revistas de la Editorial Atlántida.

Lograr mayores ingresos por publicidad en quioscos.

Recurrir a un aporte especial, que realizan los compañeros jefes de ventas de revistas".

—"El Sanatorio Propio, nos permitirá liberarnos parcialmente del contrato de camas con otras Instituciones".

—"El aporte extra, que realizó el gremio hasta el 10/11/93 (diez centésimos por diario), se encuentra depositado en su totalidad, como fondo de reserva".

—"Existe un proyecto a elaborar, sobre el terreno a fondos de nuestra sede central, el cual no se concretó por dificultades de sucesión de los propietarios del mismo. Ya se acordó precio".

—"Tenemos un patrimonio incrementado; Sanatorio Propio.
Terreno Colonia Vacaciones.
Casi 200 quioscos de fibra de vidrio.
Nuevo local Sucursal Unión".

—"Económica y patrimonialmente nos encontramos bien. Financieramente tenemos algunas dificultades".

Al igual que los anteriores otro cerrado aplauso aprobó el informe.

La República
EL DIARIO PLURAL
"La verdad es el resultado que surge de la oposición de ideas"

047
-9405651

TRABAJO INTENSO: REPARAR UNA INJUSTICIA

El 18-11-92, el Directorio del Banco de Previsión, interpreta que el vendedor de diarios y revistas es una empresa. Un vendedor que tiene que levantarse a las 4 de la mañana, que deberá acomodar sus diarios que vienen en 2, 3, 4 y hasta 8 partes para luego venderlo como ejemplares, no importa el tiempo que haga, sujeto a las exigencias de sus clientes que suelen reclamar recibir los diarios a las 6, las 7, o por lo menos antes de las 8 de la mañana, bajo la amenaza de no comprar más diarios.

Lejos de ser un empresario, es apenas un doble dependiente: de los clientes que tienen derecho a exigir puntualidad y de las patronales de diarios que son las que fijan los precios de venta.

Las observaciones del Directorio del B.P.S., comienzan cuando un escaparate de ventas, particularmente de 18 de Julio, se mantiene abierto las 24 horas del día, naturalmente que lo tienen que atender más de una persona, 2 ó 3. Decíamos a la Comisión de Seguridad que ese tipo de situación no alcanza al 1% del gremio, por lo que nos resultaba arbitrario se generalizaran esa condiciones a la totalidad del gremio.

Respondiendo a ello, la Comisión Directiva de nuestro Sindicato, propone una comisión de trabajo que integran: Rubens Barcos, Hebert Berriel, Jorge Vila, Rafael Salido, "Pocho" Presa y Sabino Pérez. Esta Comisión conversa por separado con los miembros del Directorio, Sres. Da Prá, Jaurena, Romero; Murro representante de los trabajadores y Collotuzzo de los jubilados.

Por las razones expuestas, planteamos que de ninguna manera nos podemos sentir empresarios y sí, auténticos trabajadores que, a lo sumo un 10% del gremio, recurre a la ayuda de uno o dos ayudantes que, generalmente son familiares directos del vendedor.

De la consideración de estos problemas, deriva la creación de una Comisión bipartita integrada por jerarcas del Directorio: Collotuzzo y Murro por parte del B.P.S., la Sub Comisión integrada del Sindicato a la que se le suman los compañeros Manera, Espert, Silva y Viana.

En distintas reuniones, se analiza la ley de 1946, la posterior al conflicto de 1967 y varios artículos o agregados a la ley madre 10.805.

La de 1967, reconoce a gráficos, periodistas y canillitas como parte de los gremios de la prensa, habiéndose establecido porcentajes de aportes como financiación a la misma. Finalmente, la Comisión bipartita llega a la conclusión de que es necesario la sanción de una ley interpretativa.

El Sindicato entonces entrevista a los líderes políticos, Julio Mª Sanguinetti, Jorge Batlle, Líber Seregni y a los coordinadores de los Partidos Blanco, Colorado, Nuevo Espacio y Frente Amplio.

Por último se encomienda, a los Dres. Pérez Vázquez por Comisión de Seguridad Social del Parlamento y Carlos Guariglia por el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas, redactar un anteproyecto de ley sobre las bases de lo considerado en las reuniones.

El proyecto ya fue elaborado. En el informe que el Dr. Guariglia brindó a la Asamblea General del gremio, el 8/12/93, lo expone y analiza sustancialmente. En síntesis, la ley reconocerá al vendedor de diarios como trabajador a aquél que trabaje en una esquina o reparto ayudado hasta por un familiar directo y como micro empresa aquellos casos que tienen como ayudantes no familiares directos. Finalmente será una Asamblea General del gremio que resolverá si el anteproyecto sirve o no.

Conclusiones: Muchos compañeros, muchas reuniones detrás de una reparación a medidas injustas que, afectan a la mayoría del gremio que hoy sufre despojo de derechos legítimamente ganados, a un descanso después de años de dura labor.

Nombrar a todos los compañeros que colaboraron en esta instancia, sería difícil nombrarlos a todos. Dolorosamente, uno de ellos quedó por el camino, el Cro. Heber Berriel que, muchas veces con su físico disminuido, sacaba fuerzas no se sabe de dónde y habiendo estudiado a fondo el problema, presentó trabajos serios y documentados a la mesa de discusión.

Seguramente, descansa tranquilo que, como decía el poeta, el hombre nace dos veces, una al salir del vientre de la madre y otra cuando su corazón deja de latir pero renace a través de las obras realizadas. Heber, el gremio lo recordará siempre como un esforzado y leal luchador.

Otra, para el compañero Barcos; le decíamos que para el auténtico militante sindical no hay jubilación que valga. La prueba está que, cuando el gremio lo precisa, sabe responder con su presencia. Su blanca cabellera lo denunciará.

Y al gremio diariero: siempre unidos y firmes será la garantía de la defensa de nuestras conquistas. Como lo decía nuestro gran Florencio, el Canillita constantemente será ejemplo de solidaridad porque es su patrimonio moral.

SABINO "BOCHA" PEREZ



"Bocha" Pérez, ante el monumento "Canillita".

048
-9405651

CUERPO MEDICO Y SANITARIO AL SERVICIO DE LA SALUD DE LA FAMILIA DIARIERA

Director Técnico: Dr. Hugo Musacchio
Adjunto Dr. Luis A. Larrosa

Director Técnico
Dr. Hugo Musacchio
Dr. Luis A. Larrosa (adjunto)

Medicina General
Dr. Hugo Musacchio
Dr. Julio Spiess
Dr. Luis A. Larrosa
Dr. Gustavo Guadalupe
Dr. José G. Zurmendi
Dra. Mª del C. Lozano
(Servicio de urgencia)
Dr. Gonzalo Amoroso
Dr. Andrés Barreiro
Dr. Mario Maresca
Dr. Joel Pereyra
Dra. Shirley Asambuya
Dra. Victoria Pinelli
Dra. Lilián Coito

Practicantes
Sr. Fernando García
Srta. Ana Canale
Srta. Alejandra Salaberdyborda
Srta. Karina Real
Srta. Ingrid Helsbing

Otorrinos
Dr. Mauricio Mimer
Dr. Hamlet Suárez
Dr. Luis E. Buzó

Traumatólogos
Dr. Carlos Maquieira
Dr. Gonzalo Maquieira
Dr. Nery Rodríguez Peyret

Cardiólogos
Dr. Hugo Senra (consultante)
Dr. Miguel A. Otero
Dr. Juan C. Castillos
Dra. Giannina Galleno

Dermatólogos
Dra. Carmen Riveiro
Dra. Lilián Coito

Reumatólogos
Dr. Hugo Musacchio
Dra. Elena Lorenzo

Urólogos
Dr. Ruben Sierra
Dr. Gabriel Curi

Neumólogos
Dra. Beatriz Costa de Mello

Neurólogos
Dr. Mario Medici
Dr. Fernando Dalmas
Dra. Antonia Castañola
Dr. Juan C. Alcántara

Psiquiatras
Dra. Mª del C. Lozano
Dra. Virginia Bonelli
Dra. Giannella Francá

Fisioterapeutas
Sr. Carlos Nicolás
Sra. Mª del Rosario Moreira

Cirujanos
Dr. Vartan Tcheckmedyián
Dr. Ricardo Collstro
Dr. Roberto Delbene
Dr. Luis Ruso
Dr. Carmelo Alvarez
Dr. Daniel Varela

Neurocirujano
Dr. Atilio García Guelfi
Dr. Pablo García Podestá

Oftalmólogos
Dr. Diego Camacho
Dr. Jaime Benaderet
Dra. Carmen Campos

Prof. Raúl Rodríguez Barrios (consultante)

Odontólogos
Dr. León Myszne
Dr. Luis Murias
Dr. Jorge Friesel
Dr. Héctor Migliaro
Dr. Walter Ferro
Dr. Jorge Arcieri

Endocrinólogo
Dra. Ana Mª Jorge de Núñez
Dr. Gabriel Ulfe

Gastroenterólogos
Dr. Elbio Zeballos
Dr. Walter Mescia
Dr. Carlos Mescia
Dra. Judith Ferraz

Internistas
Dr. José G. Zurmendi
Dr. Julio Spiess

Intensivista
Dr. Julio Rappa

Nurse:
Susana Puyol

Auxiliares de enfermería:
Sra. Anabella Pereyra, Marta Kemayd, Cristina Taborda.

Coordinadora:
Sra. Martha Presa

Personal de servicio:
Sras. Marta Rodríguez, Esther Da Silva, Graciela Ibáñez y Cristina Llanes.

Chofer Ambulancia:
Sr. Ulises Reyno.

El Diario
su amigo fiel

049

-9405651

HEBERT BERRIEL

1930-1994.— Falleció el 2 de enero del 94. Este espacio, tendría que haber sido suyo. Le pedimos para "Gavroche" una nota. Acordamos en ella se reflejaría su juicio, su opinión respecto al Sindicato y Caja de Auxilios. Nos la prometió. Y nos pidió fecha de entrega.

Cuando disponíamos hacerlo, nos sacudió la infausta noticia de su fallecimiento.

Berriel tenía capacidad y autoridad para hacerlo. A él le constaba claro lo que significaron el Sindicato y la Caja de Auxilios para la vida del canillita y para el periodismo nacional.

De adolescente vendió diarios en la calle. De ahí pasó a ser ayudante en la distribución para la venta de las más diversas publicaciones. Por capacidad e inteligencia llegó a ser un importante distribuidor de diarios, semanarios y revistas, reconocido por empresas editoras nacionales e internacionales.

Paralelamente fue un grande más en la evolución histórica de nuestra organización gremial. Tuvo actuación destacada cuando junto a Miguel Manera y el secretario general, asumieron por resolución de Asamblea General, la representación del gremio en todas las gestiones relativas al largo y trascendente conflicto del año 1967.

Lúcido, distinguido, amable, supo hacerse querer y respetar en el medio que nos desenvolvemos, tanto por editores como por los canillitas que tuvieron oportunidad de conocerlo y tratarlo.

Lamentamos doblemente que, Hebert no pudo leer este "Gavroche" en el que se relatan hechos y realizaciones de una organización que él supo querer y, en el que en muchos de ellos fue importante protagonista.

R.B.



Hechos y Comentarios Varios

HEBERT BERRIEL: Ecos de la Prensa

DE CLARIN (Buenos Aires). 4/1/94. Falleció Hebert Berriel, Primer distribuidor de Clarín en el Uruguay, casado con Carmen Bello, dos hijos, Hebert y Alicia.

Berriel se había formado al lado de Manuel Martínez, prestigioso distribuidor de diarios y revistas.

Hace poco, Berriel recordaba: "Mucha agua corrió bajo los puentes desde aquel día histórico de agosto del 45 en que distribuimos entre los kioscos de 18 de Julio, los primeros 100 ejemplares de Clarín. Manuel Martínez se había jubilado y sugirió mi nombre a las editoriales que representaba; todos aceptaron, incluido Clarín; y me acompañaban en la tarea Nery Martínez y mi hermana Sonia. "Y agregaba: "Soy un hombre que sólo terminó la escuela primaria, tuve que trabajar a los 12 años para ayudar a mi madre". Su sencillez no se perdió con los cambios que trae el tiempo. Por eso insistió siempre en mantener "una relación fraternal rica, a través de esa charla constante con los vendedores, puentes tendidos por donde pasan y se escuchaban las invalorables voces de los lectores".

DE MATE AMARGO. 27/1/94 Adiós al amigo. Berriel, hombre de capacidad, de experiencia conquistada en la forma de su difícil "metier", cuyos secretos y misterios (que ciertamente de ambas cosas tiene eso de vender lo que "Peloduro" llamara "papeles con letras"), fue distribuidor de Mate Amargo en Montevideo desde su primer número, como antes y ahora lo hacía con los medios de alternativa aparecidos en este país. Pero mas, mucho más que eso —que de por sí marca un carácter y una integridad que seguramente le causó más de un disgusto en épocas oscuras—, significaba para Mate Amargo su amistad, su aliento, su crítica habitualmente atinada, su apoyo en momentos ocasionales de penuria y por encima de todo su inquebrantable honestidad, su cordialidad y don de gentes. A pocos como a él le ha calzado tan bien el verso machadiano: Don Hebert Berriel era por sobre todo "en el buen sentido de la palabra, bueno".

Esa su herencia, éste el dolor de sus familiares y de todos los que le conocieron, que Mate Amargo comparte en esta hora.

Pasa a pág. 48

OJO! 050 Cbo 8084.-

-9405651

Viene de la pág. 47

LA REPUBLICA

FALLECIO HEBER BERRIEL

Ayer a las 4.15 Hebert Berriel Spotuzzi, distribuidor de diarios y revistas, falleció.

Berriel fue también activo militante del Partido Socialista y una persona querida por el conjunto de los gremios vinculados al periodismo. Vaya a sus familiares un apretado abrazo de la dirección y del conjunto de los trabajadores de LA REPUBLICA.

"BRECHA"

Hebert Berriel, fallecido el pasado 2 de enero, era la imagen de la probidad. Lo conocimos bien. Fue el último distribuidor de Marcha y por serlo tuvo su lote de sinsabores en los tiempos difíciles. Tiempos difíciles también para el propio semanario, y entonces "el Hebert" siempre estaba allí para dar una mano.

Cuando BRECHA salió, podíamos no estar claras algunas designaciones pero el distribuidor no podía ser otro como él. A veces me llamaba los viernes: "Muy bien el número de hoy, ¿eh? Parece mentira que en la radio no lo hayan comentado". O si no: "Vas a perdonarme, pero creo que se están olvidando de tal o cual tema". Vigilante de lo que también era suyo; crítico y ayudador, generoso y limpio de alma.

El acto de la sepultura de sus restos nos dio la medida de otra dimensión suya, que viene a ser la misma: el tono humanista de su militancia gremial, su activismo sin pausa en el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas, patentizados en el dolor de sus compañeros. Hebert Berriel se iba como había vivido: querido por todos.

H.A.

GUAMBIA

EL AÑO COMENZO CON TRISTEZA

Una mala noticia nos amargó el primer fin de semana estival: don Hebert Berriel, uno de nuestros distribuidores —pero además de eso un amigo, un militante, y un tipo de primera— nos dejó para siempre. Cuando llamemos a la Distribuidora para ver cómo van las ventas, vamos a extrañar su voz cariñosa y su consejo casi paternal. No era para menos: desde que iniciamos nuestra aventura editorial, él no sólo nos alentó y respaldó en la locura. A Hebercito, al Pocho, a Sonia, a su familia, y a toda la barra, nuestro abrazo más cálido. Y a seguir vendiendo Guambias, que desde algún lado él nos va a seguir acompañando.

TUPAMAROS

BERRIEL

El pasado 2 de enero falleció Hebert Berriel, distribuidor de Tupamaros así como punto de referencia obligado de toda publicación de alternativa, incluso en los años duros, cuando la distribución de la letra y las ideas era un ejercicio de coraje. Hombre derecho formado en un oficio áspero, siempre fue garantía en la palabra y en los hechos. Tal vez con él se nos vaya algo de otro tiempo, otras formas, otros modos, otra certeza en la palabra empeñada. Gracias por todo, don Hebert, y hasta siempre.

JUVENTUD:

MURIO UN SEÑOR CANILLITA

En la mañana de ayer fueron sepultados los restos de quien fuera uno de los progenitores del Sindicato de Canillitas, Hebert Berriel.

Su figura, de luchador incansable desde sus años jóvenes, militante socialista, padre de familia, fue recordada ayer al ser sepultado.

"Los canillitas nos inclinamos ante la memoria de este soñador, de este luchador", dijo ayer Rubens Barcos, compañero de luchas de Berriel, al despedir a su amigo en el Cementerio del Norte. Recordó asimismo las luchas del Sindicato en las que participaron juntos, recordó la larga huelga de 4 meses en el 67 contra las empresas editoras en la que Berriel ocupó un lugar destacado en la búsqueda de soluciones representando al Sindicato.

En lo personal lo conocimos ya tarde, pero fue suficiente para saber que estábamos frente a un gran hombre escondido en una figura pequeña, aparentemente frágil, pero que demostraba una gran energía y vitalidad.

Cuando el diario La Juventud era un proyecto, casi disparatado, Berriel creyó en nosotros y esa muestra de confianza no se nos olvida.

Seguramente porque él sabía de arrancar desde abajo, él sabía de proyectos y de trabajo para convertirlos en realidad.

Ayer vimos a una familia dolida, a sus compañeros llorando su desaparición, sabemos que en esos momentos es difícil el consuelo, pero seguramente no hay mejor homenaje que continuar su trayectoria, que emular sus anhelos para concretarlos.

En nombre de La Juventud hacemos llegar a la familia Berriel, a su compañero Nery Martínez, a los trabajadores de la distribuidora y al Sindicato de Canillitas nuestro pésame y nuestra más sentida solidaridad.

Raúl Sendic (h)



Berriel y Espert

051 -940565 1

PING PONG

MANO A MANO CON BARCOS PREGUNTAS Y RESPUESTAS: ADELANTE!!

Mano a Mano con Barcos
Preguntas y respuestas rápidas y cortas-
Adelante!!

—¿Nombre?

—Rubens Barcos

—¿Sobrenombre?

—Varios, según el barrio que en el Cerro viví.

—¿Naciste?

—En la Maternidad, pero mi madre vivía en el Cerro.

—¿Escuela?

—Tres. La Mixta, la de Varones y la del Nacional.

—¿Maestros?

—Varios. Paulina Miranda en la Mixta, López, Areosa y Marrero en la de Varones y María Gloria Forcade y Elena Nuñez Roca en el Nacional.

—La Escuela Pública.

—Algo que todos tenemos que quererla y defenderla.

—Una anécdota escolar.

—Ahí va una. La maestra Areosa, a José M. Otero "La Raposa", Aparicio Olmedo y a mí, nos invitó a su casa y con té y galletitas mediante, llorando nos pidió que nos portáramos mejor porque éramos buenos alumnos.

—¿Un juego de niños?

—El arrequebeñe que exigía mucha agilidad y la chinchirebela. Ya no se juegan más.

—Tu primer trabajo.

—Vendedor de diarios, luego aprendiz en el Varadero del Cerro, repartidor en una carnicería y en la Cajonería del Frigorífico Swift.

—Un cuento literario.

—"Qué lástima", de Paco Espínola.

—Un deporte.

—Practiqué dos. El fútbol y el boxeo.

—¿Lograste algún título con ellos?

—Ninguno. Al fútbol fui reservista del cuadro de barrio y en el boxeo llegué a disputar una final con Celestino Santana. El que ganaba representaba al Uruguay en el Luna Park. El sueño de todo pibe de barrio pobre. Conocer Buenos Aires. Creo tuve suerte y perdí.

—Oficio.

—Ninguno. Hubiera querido ser tipógrafo. Las exigencias de la vida me impidieron trabajar como aprendiz. Pese a ello, algo aprendí. A los ponchazos y por vocación aprendí el armado de periódicos y revistas.

—¿Sindicato?

—Hice mis primeras armas en la Industria de la Carne. Fuimos fundadores del Sindicato Swift.

—¿Tu primera huelga?

—La de 1942. Histórica, de ella nació la Federación Autónoma de la Carne. Otra huelga para mí inolvidable, fue en 1945, la de toneleros del Swift.

—¿Integraste listas negras?

—Sí, precisamente la del Swift, a raíz de la referida huelga de toneleros. Al Swift entré y salí una sola vez. Una vez que me desvinculé de la industria, al Swift no pude entrar más.

—¿Emigraste?

—Sí, en procura de trabajo me fui a la Argentina. Allí viví 7 años y aprendí un oficio del que no me acordaba: pulidor de metales. Amigos y compañeros me ayudaron mucho. Gran parte de lo que sé y luego me sirvió para desenvolverme en el Sindicato, lo aprendí allá.

—¿Cómo te hiciste canillita?

—Lo fui desde mis inicios. Luego definitivamente en 1952, a mi regreso de la Argentina.

—¿Un sindicalista de la época?

—Varios; Adrián Troitiño a quien conocía de referencia; Galarza, Kikich y Facal de Construcciones Navales y Luis Casco de plomeros.

—¿Cuándo ingresaste al Sindicato de Vendedores de Diarios?

—Enseguida que empecé a vender diarios, por las calles del Cerro en 1952.

—¿Una figura de aquella época en el gremio?

—Muchos. Aparte Dalio que era Secretario General; Tobías de Matela, Infante, Domingo Espert, Daniel Tambasco, Angel Genaro Huesca, Miguel A. Manera, Hebert Berriel, Miguel Maresca y otros.

—¿Adrián Troitiño?

—Supe mucho de él a través de los compañeros referidos.



Presa, Barcos y Germán uno de los mandamás de la casa.

Pasa a pág. 50.

052 -940565 1

Viene de la pág. 47

LA REPUBLICA

FALLECIO HEBER BERRIEL

Ayer a las 4.15 Hebert Berriel Spotuzzi, distribuidor de diarios y revistas, falleció.

Berriel fue también activo militante del Partido Socialista y una persona querida por el conjunto de los gremios vinculados al periodismo. Vaya a sus familiares un apretado abrazo de la dirección y del conjunto de los trabajadores de LA REPUBLICA.

"BRECHA"

Hebert Berriel, fallecido el pasado 2 de enero, era la imagen de la probidad. Lo conocimos bien. Fue el último distribuidor de Marcha y por serlo tuvo su lote de sinsabores en los tiempos difíciles. Tiempos difíciles también para el propio semanario, y entonces "el Hebert" siempre estaba allí para dar una mano.

Cuando BRECHA salió, podíamos no estar claras algunas designaciones pero el distribuidor no podía ser otro como él. A veces me llamaba los viernes: "Muy bien el número de hoy, ¿eh? Parece mentira que en la radio no lo hayan comentado". O al no: "Vas a perdonarme, pero creo que se están olvidando de tal o cual tema". Vigilante de lo que también era suyo; crítico y ayudador, generoso y limpio de alma.

El acto de la sepultura de sus restos nos dio la medida de otra dimensión suya, que viene a ser la misma: el tono humanista de su militancia gremial, su activismo sin pausa en el Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas, patentizados en el dolor de sus compañeros. Hebert Berriel se iba como había vivido: querido por todos.

H.A.

GUAMBIA

EL AÑO COMENZO CON TRISTEZA

Una mala noticia nos amargó el primer fin de semana estival: don Hebert Berriel, uno de nuestros distribuidores —pero además de eso un amigo, un militante, y un tipo de primera— nos dejó para siempre. Cuando llamemos a la Distribuidora para ver cómo van las ventas, vamos a extrañar su voz cariñosa y su consejo casi paternal. No era para menos: desde que iniciamos nuestra aventura editorial, él no sólo nos alentó y respaldó en la locura. A Heberolito, al Pocho, a Sonia, a su familia, y a toda la barra, nuestro abrazo más cálido. Y a seguir vendiendo Guambias, que desde algún lado él nos va a seguir acompañando.

TUPAMAROS

BERRIEL

El pasado 2 de enero falleció Hebert Berriel, distribuidor de Tupamaros así como punto de referencia obligado de toda publicación de alternativa, incluso en los años duros, cuando la distribución de la letra y las ideas era un ejercicio de coraje. Hombre derecho formado en un oficio áspero, siempre fue garantía en la palabra y en los hechos. Tal vez con él se nos vaya algo de otro tiempo, otras formas, otros modos, otra certeza en la palabra empeñada. Gracias por todo, don Hebert, y hasta siempre.

JUVENTUD:

MURIO UN SEÑOR CANILLITA

En la mañana de ayer fueron sepultados los restos de quien fuera uno de los progenitores del Sindicato de Canillitas, Hebert Berriel.

Su figura, de luchador incansable desde sus años jóvenes, militante socialista, padre de familia, fue recordada ayer al ser sepultado.

"Los canillitas nos inclinamos ante la memoria de este soñador, de este luchador", dijo ayer Rubens Barcos, compañero de luchas de Berriel, al despedir a su amigo en el Cementerio del Norte. Recordó asimismo las luchas del Sindicato en las que participaron juntos, recordó la larga huelga de 4 meses en el 67 contra las empresas editoras en la que Berriel ocupó un lugar destacado en la búsqueda de soluciones representando al Sindicato.

En lo personal lo conocimos ya tarde, pero fue suficiente para saber que estábamos frente a un gran hombre escondido en una figura pequeña, aparentemente frágil, pero que demostraba una gran energía y vitalidad.

Cuando el diario La Juventud era un proyecto, casi disparatado, Berriel creyó en nosotros y esa muestra de confianza no se nos olvida.

Seguramente porque él sabía de arrancar desde abajo, él sabía de proyectos y de trabajo para convertirlos en realidad.

Ayer vimos a una familia dolida, a sus compañeros llorando su desaparición, sabemos que en esos momentos es difícil el consuelo, pero seguramente no hay mejor homenaje que continuar su trayectoria, que emular sus anhelos para concretarlos.

En nombre de La Juventud hacemos llegar a la familia Berriel, a su compañera Nery Martínez, a los trabajadores de la distribuidora y al Sindicato de Canillitas nuestro pésame y nuestra más sentida solidaridad.

Raúl Sendic (h)



Berriel y Espert

051

-9405651

PING PONG

MANO A MANO CON BARCOS
PREGUNTAS Y RESPUESTAS: ADELANTE!!

Mano a Mano con Barcos
Preguntas y respuestas rápidas y cortas-
Adelante!!

—¿Nombre?

—Rubens Barcos

—¿Sobrenombre?

—Varios, según el barrio que en el [...]rro viví.

—¿Naciste?

—En la Maternidad, pero mi madre [...]vía en el Cerro.

—¿Escuela?

—Tres. La Mixta, la de Varones y la [...] Nacional.

—¿Maestros?

—Varios. Paulina Miranda en la Mixta, López, Areosa y Marrero en la de Varones y María Gloria Forcade y Elena Nuñez Roca en el Nacional.

—La Escuela Pública.

—Algo que todos tenemos que quererla y defenderla.

—Una anécdota escolar.

—Ahí va una. La maestra Areosa, a José M. Otero "La Raposa", Aparicio Olmedo y a mí, nos invitó a su casa y con té y galletitas mediante, llorando nos pidió que nos portáramos mejor porque éramos buenos alumnos.

—¿Un juego de niños?

—El arrequebeñe que exigía mucha agilidad y la chinchirebela. Ya no se juegan más.

—Tu primer trabajo.

—Vendedor de diarios, luego aprendiz en el Varadero del Cerro, repartidor en una carnicería y en la Cajonería del Frigorífico Swift.

—Un cuento literario.

—"Qué lástima", de Paco Espínola.

—Un deporte.

—Practiqué dos. El fútbol y el boxeo.

—¿Lograste algún título con ellos?

—Ninguno. Al fútbol fui reservista del cuadro de barrio y en el boxeo llegué a disputar una final con Celestino Santana. El que ganaba representaba al Uruguay en el Luna Park. El sueño de todo pibe de barrio pobre. Conocer Buenos Aires. Creo tuve suerte y perdí.

—Oficio.

—Ninguno. Hubiera querido ser tipógrafo. Las exigencias de la vida me impidieron trabajar como aprendiz. Pese a ello, algo aprendí. A los ponchazos y por vocación aprendí el armado de periódicos y revistas.

—¿Sindicato?

—Hice mis primeras armas en la Industria de la Carne. Fuimos fundadores del Sindicato Swift.

—¿Tu primera huelga?

—La de 1942. Histórica, de ella nació la Federación Autónoma de la Carne. Otra huelga para mí inolvidable, fue en 1945, la de toneleros del Swift.

—¿Integraste listas negras?

—Sí, precisamente la del Swift, a raíz de la referida huelga de toneleros. Al Swift entré y salí una sola vez. Una vez que me desvinculé de la industria, al Swift no pude entrar más.

—¿Emigraste?

—Sí, en procura de trabajo me fui a la Argentina. Allí viví 7 años y aprendí un oficio del que no me acordaba: pulidor de metales. Amigos y compañeros me ayudaron mucho. Gran parte de lo que sé y luego me sirvió para desenvolverme en el Sindicato, lo aprendí allá.

—¿Cómo te hiciste canillita?

—Lo fui desde mis inicios. Luego definitivamente en 1952, a mi regreso de la Argentina.

—¿Un sindicalista de la época?

—Varios; Adrián Troitiño a quien conocía de referencia; Galarza, Kikich y Facal de Construcciones Navales y Luis Casco de plomeros.

—¿Cuándo ingresaste al Sindicato de Vendedores de Diarios?

—Enseguida que empecé a vender diarios, por las calles del Cerro en 1952.

—¿Una figura de aquella época en el gremio?

—Muchos. Aparte Delio que era Secretario General; Tobías de Mateis, Infante, Domingo Espert, Daniel Tambasco, Angel Genaro Huesca, Miguel A. Manera, Hebert Berriel, Miguel Maresca y otros.

—¿Adrián Troitiño?

—Supe mucho de él a través de los compañeros referidos.



Presa, Barcos y Germán uno de los mandamás de la casa.

Pasa a pág. 50.

052

-9405651

Viene de la pág. 49.

—¿Tu ingreso a la dirigencia gremial diariera?

—Enseguida de mi afiliación. Luego de la segunda o tercera asamblea general en que participé, la misma me designó para integrar la Comisión y participar en las discusiones que por entonces se mantenían con la Patronal. Allí estuve hasta el año 1988, en que me jubilé.

—Una anécdota.

—Muchas. Elijo una. Huesca, el inefable Huesca, era amigo del Mincho. Este había delinquido y la policía lo perseguía tenazmente. Cuando fue ubicado lo rociaron despiadadamente a balazos. El Huesca fue al entierro y dijo un discurso lapidario contra el encarnecimiento que hicieron gala sus captores. Cuando Huesca se retiraba, dos tiras lo abordaron y lo invitaron a subir a un auto. Huesca contestó: Gracias yo vine en aquél. No, le dijeron, ahora vas en este. Y lo llevaron derecho a Jefatura.

—¿Una satisfacción experimentada en el gremio?

—Elijo tres: cuando la comrpa e inauguración en el Cerro de la primera Casa Sucursal; cuando terminamos triunfantes en 1967, los tres Sindicatos de la Industria Periodística, contra los designios patronales y ahora, la comprobación que el gremio, lejos de haber disminuido su capacidad de realización, enarbolando la bandera que un día supieron hacer flamear los viejos compañeros fundadores, prosigue su marcha triunfal con muchos y nuevos logros.

—¿1967?

—Vivimos la lucha del 67. El gremio supo dar una muestra de garra y madurez sindical.

—¿En 1968?

—A raíz del referido conflicto, el gremio salió fortalecido. El establecimiento de un porcentaje de ganancia inamovible; la masiva afiliación de todos los diarieros al Sindicato; el nombramiento del Cuerpo de Delegados por Sucursal; la aprobación por Asamblea de contribuir a Caja de Auxilios con un 3% de las ganancias de los días hábiles y el 5% de los domingos. Ello representó un aumento sustancial en las entradas de Caja de Auxilios; tanto como sustanciales fueron las mejoras asistenciales que Caja de Auxilios en adelante brindó al gremio.

—¿Año 1970?

—Digna conmemoración de los 50 años de existencia de la organización diariera. Edición extraordinaria de Gavroche y almuerzo que compartimos casi 1500 comensales.

—¿Año 1975?

—Repetición de actos conmemorativos. Edición nuevamente de Gavroche y almuerzo multitudinario en la Cervecería Yatay.

—¿Año 1985?

—Cambios sustanciales en las estructuras orgánicas de la organización y emotivo recuerdo de los 65 años cumplidos por el Sindicato y Caja de Auxilios.

—¿Año 1990?

—Alegría al sabernos con 70 años de vida organizada y almuerzo multitudinario, con participación de toda la familia diariera en CAMBADU.

—¿Año 1995?

—Preparativos para conmemorar dignamente los 75 años de edad del Sindicato, de Caja de Auxilios y los míos.

—¿Adrián Troitiño, del Cerro a la Secretaría General. Rubens Barcos, del Cerro a la Secretaría General?

—Un orgullo y una gran responsabilidad a la que, durante los 35 años que estuve en los cargos dirigentes del Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas, procuré y creo haber respondido.

—Por último: ¿El Sindicato?

—Hay una sentencia que lo define: defiende el trabajo del vendedor de diarios.

—¿La Caja de Auxilios?

—Vela por la salud de la familia diariera.



Barcos en Paysandú.

FLORENCIO: HERMANO Y PADRINO DEL CANILLITA

En esta revista evocativa, no podíamos dejar de recordar a quien fuera nuestro padrino, el gran Florencio Sánchez, gloria del teatro rioplatense y responsable del apelativo canillita que orgullosamente lucimos todos los vendedores de diarios de ambas márgenes del Plata.



Florencio, eterno bohemio como el más bohemio de los vendedores de diario, fue por encima de su grandeza intelectual, un hombre de pueblo, de barrio. Supo como nadie interpretar el mundo, la sociedad que lo rodeaba, con su grandeza, con sus injusticias, sus hipocrecías y traducirlo a formidables trabajos periodísticos y a geniales obras teatrales.

Nació en la Aguada en 1875. Murió en Italia en 1910. Como Jesús, como Rafael Barret, como José Pedro Varela y tantos otros grandes de la historia, dejó de existir cuando apenas había sobrepasado los treinta años de edad.

Injusta su muerte, dado su gran amor a la vida. Lo certifica en su testamento cuando dice: "Si yo muero, cosa difícil dado mi gran amor a la vida, muero porque he resuelto morir". Del mismo modo quiso a lo grande y lo trascendente, al igual que lo doméstico y lo cotidiano; quiso a sus obras como quiso los canastos que elaboraba con sus largas manos. Quiso a los niños, más a los que tenían que ganarse la vida en las calles. Tal vez que de ahí, se haya inspirado para bautizar al niño diariero "canillita".

Su muerte fue una traición del destino. El no fue a Italia a buscar la muerte, sino a ampliar sus conocimientos, los valores del arte. No se sabe los límites que hubiera logrado Florencio si la muerte no lo hubiera alcanzado tan prematuramente.

No obstante, fue capaz de dejar enseñanzas humanísticas como las de su famoso escrito, "Cartas de un flojo". En sus grandes obras teatrales, aparte de "Canillita", como "Mi hijo el doctor", "La pobre gente", "La gringa", "En familia", "Los muertos", "Los curdas", "El conventillo", "Nuestros hijos", "Moneda falsa", "Los derechos de la salud", "Barranca abajo" y tantas otras, imposible de memorizar.

Nos duele reconocerlo. Florencio, que tanto quiso a la vida, para nada supo cuidarla. Sus noches de bohemia, sus interminables estadas en las imprentas nocturnas, sus largas discusiones de café, ayudaron al desarrollo de su cruel enfermedad. Su muerte, terriblemente injusta, para nada fue capaz de ensombrecer todo lo que Florencio significó: el mayor dramaturgo del Río de la Plata, el gran hombre, el querido hermano y padrino del canillita.

R. B.

Estediario

HOMENAJE A UN GRAN COMPAÑERO: MARTIN MASSA

Lamentablemente, hace ya varios años que el compañero Martín Massa falleció. Identificado totalmente con el Sindicato y la Caja de Auxilios diariera, dejó como testamento infinidad de apuntes, recogidos de la prensa de la época, en que hurga todo lo que tiene que ver con el diarismo montevideano y los comienzos de la organización que nos legara el "Gran Viejo" Adrián Troitiño.

En homenaje a su memoria, transcribimos algunos de sus apuntes, valiosísimos documentos que sirven al conocimiento histórico.

VENDEDORES DE DIARIOS, FESTEJAN EL "1º DE MAYO" de "EL SIGLO", mayo 4, 1915

"En 9 carros, colmados de refrescos y comestibles trasladáronse ayer a Belvedere, gran número de "VENDEDORES DE DIARIOS". Travesía feliz y bullanguera, atrajo la atención de los transeúntes, por su ruidosa algarabía. Inquietos como son los "canillitas" por naturaleza y costumbre, hacían más movimiento en los carros que si a la carrera hubieran ido, llevados por sus propios pies".

Ya en el lugar de los festejos —a guisa de abrirse el apetito— jugaron a cuanto juego de fuerza y destreza imaginarse pueda, hasta que los humeantes costilleres llamó a sosiego sus incansables piernas, reconcentrándose toda su actividad.

En el batir de las mandíbulas, el "buen diente" de la muchachada liquidó por fin el gran "menú" y cuando la digestión impuso el toque de "¡silencio!" improvisados oradores con ardientes discursos dieron la fiesta "TONO DE BANQUETE", encuadrado dentro de un digno marco de corrección, jolgorio y alegría. Terminada la fiesta, los muchachos volvieron al centro satisfechos de aquel día de júbilo y fraternidad, pasado en "Belvedere".

Ya el espíritu solidario del gremio se manifestaba en torno de "un ideal", al agruparse en una "gran familia", propiciando el nacer del "SINDICATO".

Debió presidir aquella fiesta, "en cuerpo y en espíritu", el que después sería —en el rotar perenne de los años— nuestro "querido viejo".

Adrián Troitiño...

HISTORIA PURA
Martín Massa
(1º vez que apareció en los diarios, la denominación de "CANILLITAS")

MAYO = 1920 APOGEO SINDICAL

En aquel venturoso 1920 el sindicalismo, en el Uruguay, alcanzaba el máximo nivel y al llegar el 1º de mayo todos los gremios se aprestaron a conmemorarlo. Entre la cantidad de sindicatos, centros, sociedades y federaciones obreras, figuraban los **SINDICATOS DE "VENDEDORES DE DIARIOS"**, de choferes, confiteros y afines, usinas del Estado, joyeros, carboneros, vidrieros, ferrocarrileros, madereros, electricistas, albañiles, yeseros, galponistas, molineros y fideleros, tranviarios, sombrereros, zapat. y zuequeros, aguas corrientes, peones de barraca, mimbreros, Unión Cosmop. de Mozos, caldereros, pintores, ladrilleros, obrer. del portland, cerveceros, repart. de leche, peones tamberos, herreros, bauleros y valijeros, gorreros, artes gráficas, mosaístas, mecánicos autos, bronceros, carpinteros, carniceros, aserradores, tapiceros, electricistas obras, biseladores, cerv. "Uruguaya", unión calafates, picapedreros, obr. Rambla Wilson y tantos otros.

CARNAVAL 1921

Próximo a iniciarse las carnestolendas aquéllas, los diarios de Montevideo, anunciaron a grandes titulares:

EL BAILE DE LOS "CANILLITAS"

"En la dirección del Teatro «Urquiza» se reunieron ayer, por el Sindicato de «Canillitas», Adrián Troitiño, Manuel Martínez, José Abelenda y Enrique García y por parte de la empresa del Teatro, los periodistas, S. Dallegri, C. Baleán y Riffau, organizadores del baile de los «Canillitas», a efectuarse el próx. viernes 11".

Se tomaron las siguientes resoluciones: solicitar el concurso de varios famosos artistas, para que actúen durante el baile y efectuar una gran tómbola con grandes premios a la concurrencia, donación del comercio capitalino.

La entrada "general" ha sido fijada en $ 1.50. El "Paraíso" será ocupado por los compañeros "Canillitas" y la "Cazuela" por sus respectivas familias.

Esta hermosa iniciativa ha encontrado simpático eco en el bullanguero gremio de "Canillitas", que se apresta a conmover a "todo Montevideo" para que concurran a este festival, a beneficio puro y exclusivo de "LA CAJA DE AUXILIOS".

CONMEMORACION "DOBLE", DEL 1º DE MAYO - 1920

Luego de concentrarse en Sierra y Agraciada (Plazoleta Palacio Legislativo) la columna central de la F.O.R.U. partió encabezando el gran desfile, a la hora 15, tomando las calles Agraciada, Valparaíso, Rondeau, Plaza Libertad y 18 de Julio hasta la Plaza Independencia, desde donde hicieron uso de la palabra oradores obreros, delegados por la Federación.

EL "MITING" NOCTURNO honrando también al 1º de mayo —1920— tuvo proporciones apoteósicas: ni la severa represión de entonces, ni la interrupción momentánea del servicio tranviario impidiendo la afluencia de muchos compañeros fueron óbice, al triunfo de la clase obrera. A las 9 PM, era imponente el número de congregados en "18" y Médanos, punto inicial del gran "miting". Antes de iniciarse la marcha y escuchados varios compañeros, llegaron las otras columnas parciales aportando entusiastas contingentes, siendo recibidos con grandes aplausos.

055

-9405651

"Peñarol" "El Hueca"



Daniel Tambasco, "Peñarol"; Angel Genaro Huesca, "Gordo Hueca", dos figuras, si no únicas, trascendentes en la vida del Sindicato y Caja de Auxilios. No los podíamos olvidar.

Un gran amigo del gremio y de ambos, Dalton Rosas Riolfo, por un impedimento físico que, seguramente será pasajero, no pudo alcanzarnos una semblanza de los compañeros que oportunamente le solicitamos.

Forzados, intentaremos, de algún modo, recordarles.

"PEÑAROL" fue de los primeros muchachos que ligaron sus vidas, vendiendo diarios, a la titánica tarea del Viejo Troitiño de organizar sindicalmente a los canillitas. "Peñarol" ayudó y aprendió. Pocos de los viejos compañeros, eran capaces de trasmitir tan profundamente, lo esencial del espíritu y el pensamiento de Troitiño. Con las limitaciones propias del muchacho de la calle, supo ser fiel a los ideales del gran Viejo.

Apasionado del fútbol, gracias a su empeño y tenacidad dio vida al Club Canillitas del Uruguay que, luciendo los colores rojo y negro de nuestro Sindicato, se cansó de ganar campeonatos nocturnos que se organizaban en el Barrio Olímpico. Ya en las divisiones mayores, Canillitas defendiendo dignamente su nombre y los colores de sus enseñas, supo dar al fútbol uruguayo jugadores de renombre como General Viana; la "gata" Vera; el negro Olivera, Cano, Caetano, el Lito Silva y tantos otros.

Lamentablemente los años no pasan en vano. Ellos fueron mellando energías a "Peñarol" y con ellas, lenta pero dignamente fue desapareciendo el Club de sus amores.

El "GORDO HUECA", prototipo de Canilla callejero, fue impenitentemente fiel a los ideales sindicales.

Entrañablemente amigos, el Gallego Mayo, sumando al Hueca, decía que eran "hijos del Estado" porque, juntos se habían criado en los albergues de menores.

Ambos, generosos y solidarios hasta límites increíbles. Ningún necesitado, ya para pagar la pensión o comer ese día, se vería defraudado, así se quedaron ellos sin dinero.

Hueca fue un apasionado propulsor de la organización de los necesitados, particularmente de los canillas del interior. Acompañó todas las delegaciones del Sindicato que con esa finalidad visitaron Paysandú, Salto, Mercedes, Durazno y otros centros de venta.

Y como no podía ser de otro modo, de la calle y diariero, también fue un carnavalero de alma. Creó y mantuvo la recordada Embajada del Buen Humor, primero murga y finalmente humoristas. Organizador de garra, fue el primer Presidente de Daecpu, entidad rectora del desenvolvimiento de todos los conjuntos carnavalescos.

Su vida fue un culto a la solidaridad con todos los perseguidos, ya políticos, gremiales o sociales. Sabía aconsejar: "Por cualquier causa que te detenga la policía, siempre por la negativa". Premisa a la que fue constantemente fiel.

Fueron muchos los que como Peñarol y el Hueca, ayudaron a escribir la mejor historia del Sindicato y Caja de Auxilios de Vendedores de Diarios y Revistas. Los recordamos a todos.

R.B.



Huecas, a quien acompaña el compañero Espert haciendo uso de la palabra al pie del monumento de Florencio Sánchez en Buenos Aires.

056

-9405651

UN DESAFIO PERMANENTE

Atender la preferencia de nuestro amplio espectro de lectores, ofreciendo cada día de la semana un suplemento con perfil particular... ... es UN DESAFIO, que asumimos con buen gusto!.

LUNES
REVISTA DEPORTIVA
Con Carlos Muñóz y todo el equipo de Deporte Total,para informar más y mejor sobre todos los deportes.

NUMEROS EN SINTESIS
Todo lo què debe saber sobre economía.

MARTES
EL LICEAL
La revista imprescindible para los liceales, con todo el programa actúal.

MIERCOLES
REVISTA SINTESIS
La más completa información de economía y empresas, en la mejor revista, con el mejor equipo de profesionales.

JUEVES
EL COLEGIAL
Acompañando el programa de primaria, a todo color!!

SABADO
PLATEA
La revista con mayor información sobre todo el mundo del espectáculo.

TV COLOR
Todo lo que Ud. desea saber sobre la programación semanal de TV.

DOMINGO
FEMENINO-MASCULINO
La mejor revista sobre moda, cocina, con las notas de mayor actulidad, para toda la familia.

TODOS LOS DIAS
DIARIO DEL INTERIOR
Con la información actual de nuestro interior hecha por por gente del interior.

La Mañana
Para los que saben elegir

057

-9405651

RECUERDOS HISTORICOS



Adrián Troitiño, presidiendo un ágape conmemorativo del Sindicato y Caja de Auxilio de Vendedores de Diarios y Revistas.



El Gran Viejo también presidiendo un acto de homenaje de nuestra organización a uruguayos campeones de boxeo sudamericano, entre los que se encontraban vendedores de diarios, como los hermanos Juan y Pedro Umpiérrez, Arquímedes Castillos, Fidel Trioánico entre otros. Fue a comienzos de la década del '40.



Un acto de homenaje a Domingo Espert. Hace uso de la palabra, el compañero "Pocho" Press.

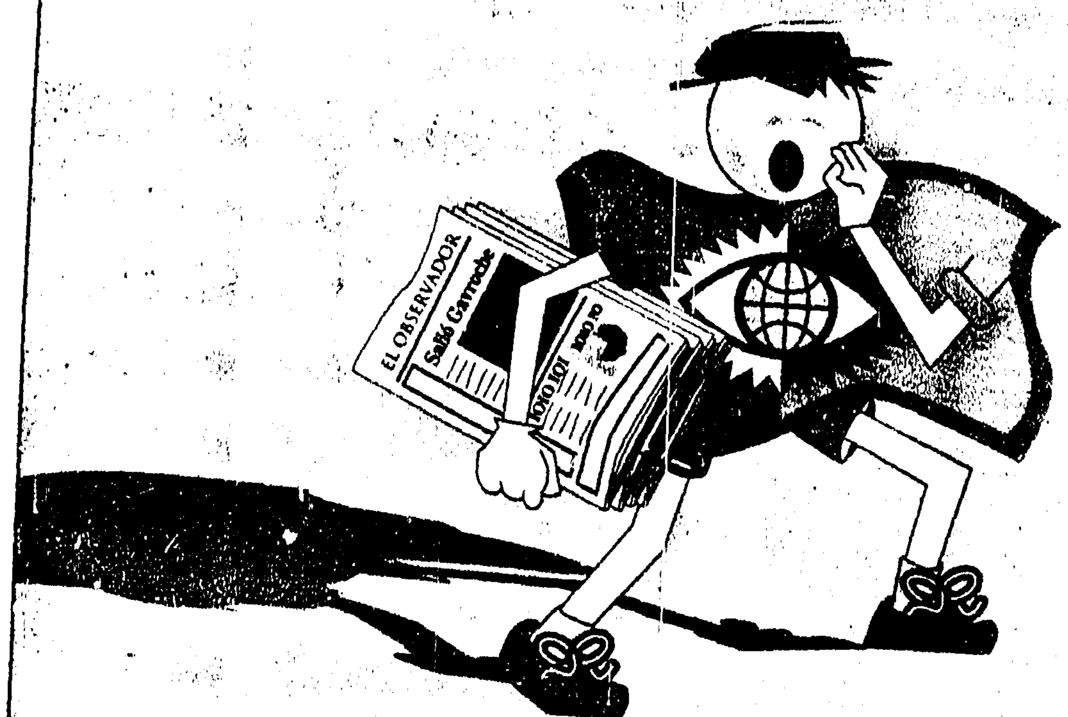


Piñeiro, Domínguez, Berriel, Reobasco, Porcal, observan la emoción de una niña que recibe de nuestro Sindicato su primera túnica escolar.

058

-9405651

Gracias



Juntos hemos compartido lo más importante durante 600 ediciones: el lector.
Gracias por acompañarnos en esta tarea.

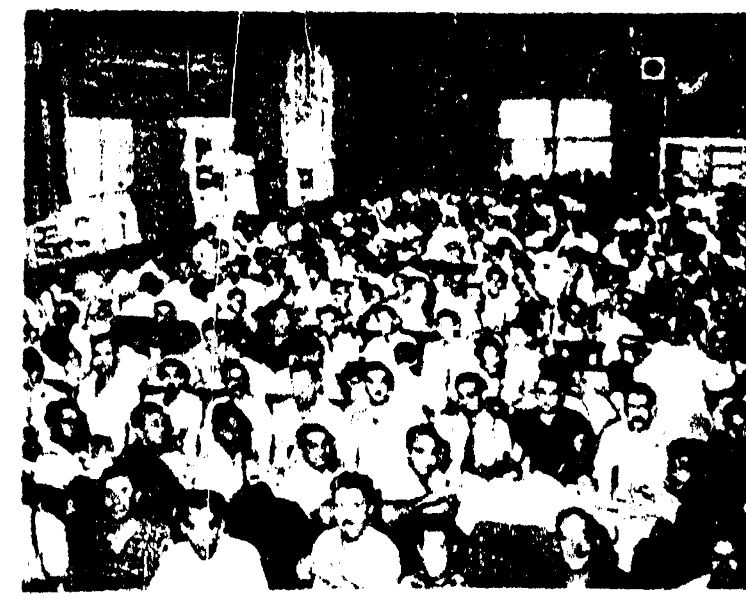


1920 - 1960 CUARENTA AÑOS DE LUCHA Y VIDA CONSTRUCTIVA

Las muestras gráficas de esta página registra la cabecera y aspecto parcial de la concurrencia del almuerzo con que el gremio conmemoró brillantemente los 40 años de vida del Sindicato de Vendedores de Diarios y Revistas.

Engalanaron el amplio local donde tuvo lugar el ágape banderas nacionales y de nuestro Sindicato, así como la fotografía de Adrián Troitiño presidió el acto.

Después, los compañeros Rubens Barcos, Delio Troitiño, Daniel Tambasco, Angel Hacer que, hicieron uso de la palabra destacando la alta significación del acontecimiento.











JULIO SOSA: El "Canillita - Cantor"



"Mis sueños de cantor me los inspiró CARLOS GARDEL y por él llegué a ser lo que fuí. "El varón del tango".
Julio Sosa

El 2 de febrero de 1926 nacía en una modesta casita de la calle 20 de Febrero, allá en Las Piedras a 20 kilómetros de Montevideo, el que años después habría de ser ídolo del arrabal porteño: JULIO SOSA.

Al igual que "el mago" Carlos, supo Julio en su infancia del paquete con letras bajo el brazo, pregonando la venta en las puertas del Hipódromo de aquella localidad. Creció y se hizo hombre recorriendo la "yeca", primero vendiendo diarios _antes lustrando zapatos_, trabajando como repartidor de pan, ayudante de cocina, guarda de ómnibus _en la línea de Las Piedras y Canelón Chico_, podador de árboles, cargando piedras en una cantera y empleado del Ferrocarril Central del Uruguay donde oficiaba como peón de una cuadrilla que limpiaba los coches y otras tareas anexas.

EL SUEÑO DEL PIBE

Era un gorrión y ya pensaba en ser cantor, pero de tangos. Cuantos le conocieron y trataron en sus pagos, lo veían canturriando siempre.

Y créase o nó, contaba apenas 13 años cuando hizo suyo un concurso qúe, para aficionados, se llevó a cabo en un recreo muy popular de Las Piedras, cantando "gota de lluvia" y "Cuesta Abajo".

Ese habría de ser el eslabón de una cadena de éxitos que lejos estaban todavía; pero que en sus sueños, el pibe acariciaba noche a noche, día a día, paso a paso, mientras iba formando su personalidad de hombre, de artista, de ídolo.

En propias declaraciones de "EL ZORZALITO" _mote con el que se le conocía_, explicaba porqué se hizo cantor de tangos. Y apareció allí la figura inmensa del inolvidable "mago" CARLOS, cuando en 1939 realizó aquella notable película "Luces de Buenos Aires" que Julio Sosa viera en la pantalla del viejo Cine artigas de su ciudad natal, con sus ojitos fijos, para no perder un solo gesto del mejor cantor de todos los tiempos.

Sus deseos entonces eran de crecer de un día para el otro, que las hojas de los almanaques volaran rápidamente; pero... apenas tenía 13 años y todavía le quedaba un trecho largo para recorrer.

Después de su ingreso a la marina nacional _contaba ya con 18 años_ y aburrido también de ese como de otros trabajos, retornó a Las Piedras para entrar a debutar como vocalista de un conjunto típico que sentaba sus reales en La Paz.

EN NUESTRO CAFE ATENEO

Poco tiempo actuó en aquella orquesta y se vino para Montevideo. No olvidaremos jamás sus actuaciones en el palco del Café Ateneo de la Plaza de Cagancha (Libertad), cuyo propietario era aquel bueno de Don Manuel Gil..

Había actuado primero con Epifanio Chain y subió al palco para vocalizar con la orquesta del siempre recordado Luis Caruso "Carusito", con quien grabara el tango "Sur" de Troilo y Manzi; luego con la orquesta de aquel destacado pianista Hugo Di Carlo. Con ellos talló de firme y su voz adquirió madurez. Ya "El Zorzalito" se abría paso hacia el camino de la fama, pues su pensamiento, su mira, era llegar a ser figura de primerísimo plano en la otra orilla.

Y... CONQUISTA BUENOS AIRES

Sus amigos de Las Piedras, que los tuvo de verdad, entre ellos Maggiolo "El Cacho", no sólo lo incentivaron para que viajara a Buenos Aires, sino que lo "palanquearon" para que allá la cosa fuera más llevadera.

Y el 15 de junio de 1949, JULIO marchó con la esperanza de que no sólo habría de sr figura de destaque de las primeras de cambio, sino un valor relevante del cancionero popular. Y a fé que lo consiguió. Actuó como solista en el Café "Los Andes" de Chacarita teniendo como "violas" a Cortesse y Fontana. ¡Que nenes!

Tuvo un pasaje fugaz en la orquesta de Joaquín Do Reyes, para luego tallar firme con Francil-Pontier, con quienes debutó en la boite "Pucadilly" de la calle Corrientes. ¡¡Paró los relojes!!

Fue figura de "primo cartello" en Radio "El Mundo". Grabó para el sello Victor "El hijo triste", un vals que hizo a duo con Alberto Podestá. Hizo radio, televisión y con el tiempo, participó en aquel filme musical "BUENAS NOCHES, BUENOS AIRES" que todos habrán de recordar.

Se hizo estrella. Aquel gorrión que había hecho la promesa de que cuando fuera mayor se haría cantor, fué el varón mimado de los tangueros de la "Reina del Plata".

Entre sus éxitos destacados recordamos "Ivette", "Que me quiten lo bailao", "Margot", "Araca Corazón". Los mejores aciertos interpretativos los alcanzó, sin duda alguna, con los tangos románticos "Nada", "Si no me engaña el corazón", "Yo soy aquel muchacho", "La casita de mis viejos", "En esta tarde gris" y "Madame Ivonne".

Y también, fue autor de un libro de poemas que intituló "Dos horas antes del alba".

SUS OJOS SE CERRARON...

El 26 de noviembre de 1964 dejó de existir a raíz de un accidente automovilístico. Son conocidos los detalles de su trágica desaparición física que habría de enlutar a toda la familia tanguera de ambas márgenes del Plata. Cuando el cable la anunció, se vivió en todo el Uruguay una gran conmoción, la misma que vivían también nuestros hermanos argentinos.

Y... como en aquella otra tragedia de junio de 1935 cuando CARLOS GARDEL cegara su vida en Medellín, JULIO SOSA "El Zorzalito" de Las Piedras, años más tarde "El varón del tango", 29 años después cerrando sus ojos para siempre, iba a hacerle compañía en una tumba cercana a la suya en el cementerio de La Chacarita, a quien desde chico viera en él al ídolo, al hombre que le inspiró sus deseos de cantor, al padre de sus viejos sueños de gorrión: CARLOS GARDEL.

ROMEO JOSE CURTO

061

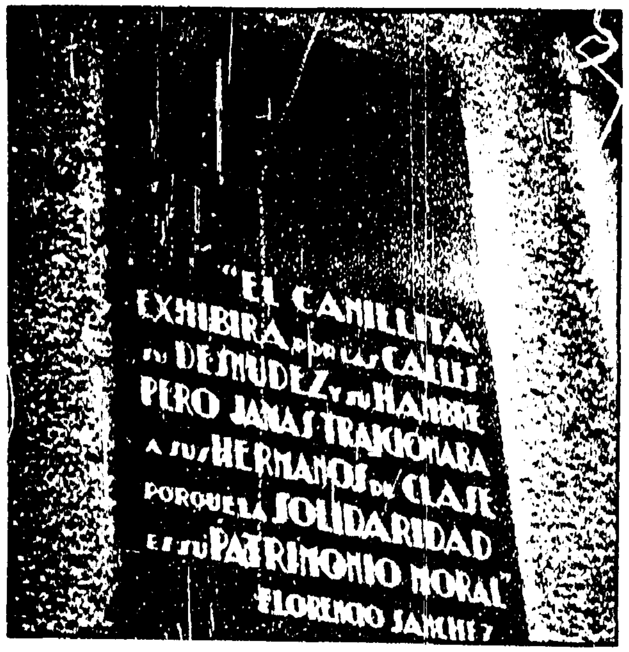
-9405651

200 KIOSCOS: REALIDAD PRESENTE
Futuro Promisorio

Escaparates instalados:
Arocena y Cambara
Arocena y M. Roses
Av. Agraciada y Asencio
A. Grande y Uruguay
Av. Agraciada y Entre Ríos
Amézaga y Requena
Br. Artigas y Miguelete
Av. Brasil y Pimienta
Buenos Aires y Alzáibar
Br. Artigas y Canelones
Cerrito y Zabala
Castro y Millán
C. M. Ramírez y M. H. y Obes
Colonia y Yaguarón
Cerrito y P. Castellanos
Colonia y Convenció
Colonia y C. Roxlo
Colonia y A. Grande
Av. C. M. Ramírez y [illegible]
Colonia y F. Cresp
Constituyente y B
Av. 18 de Julio 851 y Andes
Av. 18 de Julio 852 y Andes
Av. 18 de Julio 894 y Convención
Av. 18 de Julio 89? y Convención
Av. 18 de Julio 907 y Convención
Av. 18 de Julio 945 y Río Branco
Av. 18 de Julio 953 y Río Branco
Av. 18 de Julio 948 y Río Branco
Av. 18 de Julio 952 y Río Branco
Av. 18 de Julio 996 y J. H. y Obes
Av. 18 de Julio 1006 y J. H. y Obes
Av. 18 de Julio 1044 y Río Negro
Av. 18 de Julio 1056 y Río Negro
Av. 18 de Julio 1057 y Río Negro
Av. 18 de Julio 1114 y Paraguay
Av. 18 de Julio 1090 y Paraguay
Frente a ONDA
Pza. Cagancha
Av. 18 de Julio 1195 y Cuareim
Av. 18 de Julio 1196 y Z. Michelini
Av. 18 de Julio 1245 y C. Quijano
Av. 18 de Julio 1244 y C. Quijano
Av. 18 de Julio 1257 y Yi
Av. 18 de Julio y Yi
Av. 18 de Julio 1299 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1300 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1301 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1302 y Yaguarón
Av. 18 de Julio 1345 y Ejido
Av. 18 de Julio 1350 y Ejido
Av. 18 de Julio 1357 y Ejido
Av. 18 de Julio 1445 y B. Amorín
Av. 18 de Julio 1458 y B. Amorín
Av. 18 de Julio 1503 y Vázquez
Av. 18 de Julio 1550 y Tacuarembó
Av. 18 de Julio 1553 y Tacuarembó
Av. 18 de Julio 1593 y C. Roxlo
Av. 18 de Julio 1596 y C. Roxlo
Av. Av. 18 de Julio 1605 y C. Roxlo
Av. 18 de Julio 1707 y Magallanes
Av. 18 de Julio 1708 y Magallanes
Av. 18 de Julio 1745 y Gaboto
Av. 18 de Julio 1748 y Gaboto
Av. 18 de Julio 1797 y T. Narvaja
Av. 18 de Julio 1848 y E. Acevedo
Av. 18 de Julio 1847 y E. Acevedo
Av. 18 de Julio 2000 y P. de María
Av. 18 de Julio 2002 y P. de María
Av. 18 de Julio 2003 y P. de María
Av. 18 de Julio y M. C. Martínez
Av. 18 de Julio 2143 y J. Paullier
Av. 18 de Julio 2247 y A. Díaz
Av. 18 de Julio y D. Terra
Av. 18 de Julio 842 y Andes
Av. 18 de Julio s/n B.H.U.
Ejido y Colonia
Ejido y Soriano
Ejido y Mercedes
Av. Fernández Crespo y Uruguay
Av. Gral. Flores y Guadalupe
Av. Gral. Flores y Amézaga
Av. Gral. Flores y Garibaldi
Av. Gral. Flores y Luis A. de Herrera
Av. Gral. Flores y Salari
Av. Gral. Flores y Quesada
Grecia y Rpca. Argentina
Av. Garzón y Lezica
Grecia y Prusia
Av. Garzón y Gral. Hornos
Galicia y Yaguarón
H. Yrigoyen y E. López
Av. Italia y Cooper
Av. Italia y Foresti
Av. Italia y Hospital Clínicas
Av. Italia y Sta. Mónica
Av. Italia Km. 22.500
Juncal y Sarandí
J. E. Rodó y Gaboto
Justicia y Miguelete
Av. J. B. y Ordóñez y Burgues
Justicia y Pagola
J. B. Blanco y Barreiro
Av. Libertador y Venezuela
Larravide y 8 de Octubre
Av. L. A. de Herrera y Cádiz
Av. L. B. Berres y Tomkinson
Av. Libertador y Galicia
Fco. Solano López y Nancy
Misiones y Cerrito
Mercedes y Río Branco
Av. Millán y Raffo
Maldonado y Michelini
Mercedes y Yaguarón
Av. Millán y Vilardebó
Av. Millán y L. A. de Herrera
Mercedes y Convención
Mercedes y Andes
Av. 8 de Octubre y J. Cibils
Av. 8 de Octubre y C. Miró
Av. 8 de Octubre y Larravide
Av. 8 de Octubre y Pirineos
Av. 8 de Octubre y Centenario
Av. 8 de Octubre y Garibaldi
Av. 8 de Octubre y Piccioli
Av. 8 de Octubre y Sanguinetti
Av. 8 de Octubre y H. Militar
Av. 8 de Octubre y Villagrán
Av. 8 de Octubre y Abreu
Av. 8 de Octubre y F. Laborde
Paraguay y Rambla
Paysandú y Ejido
Paraguay y Aguilar
Piedras y Colón
Av. Rondeau y Colonia
Av. Rivera y S. Bolívar
Av. Rivera y M. Cervantes
Av. Rondeau y Paysandú
Av. Rivera y Colombes
Av. Rivera y Requena
Av. Rivera y A. Díaz
Soriano y Andes
Av. San Martín y L. A. de Herrera
Av. Suárez y Asencio
Soriano y Yaguarón
San José y Paraguay
San José y G. Ruiz
San José y Zelmar Michelini
Sarandí y Zabala
Soriano y C. Quijano
San José y Ejido
San José y Yaguarón
Av. Uruguay y Minas
Av. Uruguay y A. Grande
Av. Uruguay y Paraguay
Av. Uruguay y Yi
21 de Setiembre y Libertad
Viejo Pancho y Libertad
Jackson y Constituyente
Gral. Flores y Dgo. Aramburú (Biblioteca)
Gral. Flores y Dgo. Aramburu (Vaccaro)
Avda. Brasil y Libertad
Gonzalo Ramírez y Salto
Bulevar Artigas (Hosp. Italiano)
Colonia y Tacuarembó
Avda. Italia y Morales
Agraciada y San Martín
26 de Marzo y Luis A. de Herrera
Andes y San José
Avda. Brasil y Ellauri
Mercedes y Paraguay
Ejido y Uruguay
Bulevar España y Berro
Avda. Brasil y S. Bolivar
Ejido y Maldonado
Requena y Hocquart
Benito Blanco y Avda. Brasil
Avda. Italia y Veracierto
Rivera y Brandzen
Bvar. España y Obligado
Garibaldi y Monte Caseros
Rivera y Pablo de María
Constituyente y Gaboto
Carlos Mª Ramírez y Bogotá
Fernández Crespo y Cerro Largo
San José y Yaguarón
Agraciada y Fco. Gómez
Anador y Propios
18 y Minas
18 y G. Barbato
Durazno y Barrios Amorín
Garibaldi y Tuyutí
Avda. Italia y Miranda
Av. Libertador y Colonia
8 de Octubre y Forteza
8 de Octubre y Comercio
Soriano y Gutiérrez Ruiz
Soriano y Ciudadela
Uruguay y Fernández Crespo.

062

-9405651





ZONAS Y PRECIOS DE DERECHOS DE PISO PARA ESCAPARATES

1) 18 de Julio desde Pza. Independencia a Barrios Amorín
U.R. 3,5

Dentro de la zona comprendida por la Rambla Portuaria, Ciudadela, Paysandú, Fernández Crespo, Av. Rivera, Jackson, José E. Rodó, Magallanes, Soriano, Ciudadela, Río de la Plata.

2) U.R. 3

Dentro de la zona comprendida por Bahía de Montevideo, Br. Artigas, José Pedro Varela, Br. Batlle y Ordóñez, Avda. 8 de Octubre, 20 de Febrero, Camino Carrasco, Veracierto, Avda. Italia, Aº Carrasco, Río de la Plata. EXCLUIDAS LAS ZONAS ANTERIORMENTE DESCRIPTAS.

3) Sobre Plazas, Ramblas, Bulevares, Caminos o Avenidas hasta 50 metros de cruces con calles por la que circulan por lo menos 3 líneas de ómnibus.
U.R. 2,5

4) En el resto de la zona:
U.R. 2

Fuera de la zona señalada:

5) Sobre Plazas, Ramblas, Bulevares, Caminos o Avenidas hasta 50 metros de cruces con calles por la que circulan por lo menos 3 líneas de ómnibus.
U.R. 2

6) Sobre Plazas, Ramblas, Bulevares, Caminos o Avenidas.
U.R. 1,5

7) Los demás escaparates:
U.R. 1

8) Mesas o exhibidores dentro de la zona demarcada: U.R. 1.

9) Mesas o exhibidores fuera de la zona demarcada: U.R. 0,50.

063

-9405651

"JACINTO" PARA NOSOTROS, PARA EL PAIS, "EL GRAN CAPITAN" PARA LOS BRASILEÑOS "OBDULIO"



Obdulio, en bicicleta, tras los diarios y la gloria



Jacinto, con Cata, su formidable compañera, simbolizando su vida indiscutiblemente triunfal.

Para el mundo, el héroe de Maracaná. La gloriosa celeste, el no menos glorioso Uruguay, de la mano de Obdulio Varela, como antes lo había sido de la de José Nazazzi en Colombes, Amsterdam y Montevideo, por cuarta vez se consagraba ¡Campeón Mundial!

Jacinto, peón de albañil, diariero, futbolista, fué campeón mundial como lo fueron también diarieros y campeones mundiales Juan Piriz en Amsterdam y Santos Iriarte en Montevideo.

Luego, toda su grandeza, traducida en sencillés, humildad, en su culto a la amistad verdadera lo transformaría en mito inmortal para la consideración popular.

Para nosotros, el colega que nos enorgullece, como Troitiño, como Florencio, como nuestro Sindicato y Caja de Auxilios, será eternamente grande.

GAVROCHE



Como no podía faltar, nuestro gremio, nuestro sindicato rindió homenaje al más grande cantor popular.



Compañeros jubilados, ligados como siempre a nuestra organización conmemoran uno de sus aniversarios.

064

-9405651

A quienes llevan a la gente la última declaración de Clinton, el estado del tiempo, la opinión de Maradona o las decisiones del Parlamento, nuestro saludo.



A todos los Canillas de la gente de

EL PAIS

Primero siempre

DESCUBRA POR QUE SUS MEJORES CLIENTES PERTENECEN AL MISMO CLUB

Cuando un lector habitual de El País comienza a pertenecer a Club El País, recibe su tarjeta del Club. Y -con ella- comienza a disfrutar de importantes descuentos y beneficios en más de 800 Establecimientos Adheridos, en 80 rubros en todo el país. Además participa de Avant Premiers exclusivas, sorteos especiales, y recibe entradas gratuitas o con descuentos para espectáculos de primer nivel. **¿Por qué son sus mejores clientes?** Porque, para asociarse al Club, deben adquirir todos los días el diario El País y pagarlo mensualmente por adelantado. Y, de esta manera, usted anticipa un mes su ganancia. Y como si todo esto fuera poco, usted también recibe su tarjeta de Socio, participa de sorteos especiales y disfruta de todos los beneficios que ofrece el Club. Por eso le invitamos a hacer crecer a Club El País. Porque también crece usted.

Club EL PAIS

EL PAIS

Primero siempre

Hay un público que espera su mensaje...

- Suplemento deportivo
- Rock de Primera
- Salsa Noticias
- Economía & Finanzas
- TV Noticias
- Casas & Autos
- Espectáculos
- Suplementos especiales
- Su Horóscopo Mensual

ultimas noticias

El vespertino de más venta en el Uruguay

Comprobarlo es muy fácil, pregúntele al canillita más próximo.

067/67

9405651

Nº. DOCUMENTO 9406620

TITULO EEUU plantearon espectro de un ataque nuclear de Corea del N. en guerra coreana.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE P. 11/6/94

VINCULACIONES 65880.

11164

11388

Corea del N. 507487

Espectro de Ataque Nuclear de Corea Roja

LOS EE.UU. SE PREPARAN "PARA LO PEOR"

11/6 E.P.

WASHINGTON, 10 (Fuentes Associated Press y Reuter).— Los Estados Unidos plantearon hoy el espectro de un ataque nuclear de Corea del Norte en cualquier nueva guerra coreana y dijeron que Washington y Seúl estaban buscando "escenarios" de cualquier plan de ese tipo por parte de Pyongyang.

"Estamos incrementando significativamente nuestros recursos de inteligencia en la región y estamos analizando escenarios que dan importancia al uso de armas de destrucción masiva por parte de la RPDC (República Popular Democrática de Corea) en un posible conflicto armado", dijo el secretario de Defensa asistente Ashton Carter.

[illegible] advirtió en un discurso que los Estados Unidos enviarían rápidamente [illegible] aviones, barcos de guerra y tropas a la [illegible] de península en caso de [illegible] y dijo que las fuerzas norteamericanas y sudcoreanas derrotarían seguramente a Pyongyang en cualquier nuevo conflicto.

Los Estados Unidos han dicho que Corea del Norte, que se ha rehusado a permitir la inspección internacional de su programa nuclear, ya podría tener uno o dos artefactos nucleares y está activamente involucrada en un programa de bombas atómicas.

El presidente Bill Clinton se reunió el [illegible] con sus máximos asesores de [illegible] y política externa en la Casa Blanca, mientras Washington continuaba [illegible] para que las Naciones Unidas aprobaran sanciones internacionales contra Corea del Norte.

El ex presidente Jimmy Carter viajará a Corea del Norte y del Sur la próxima semana para una visita privada y asistentes de la Casa Blanca dijeron que importantes funcionarios estudiaban si debía llevar un mensaje de Clinton a Pyongyang.

En un discurso en una conferencia sobre proliferación nuclear, Ashton Carter no dijo si los organismos de espionaje estadounidense habían determinado que Corea del Norte estaba preparando el uso de armas nucleares.

Washington ha subrayado en el pasado, que Corea del Sur está protegida por el "paraguas nuclear" de largo alcance de los Estados Unidos, aunque no ha amenazado abiertamente con usarlo contra Corea del Norte.

La portavoz de la Casa Blanca, Dee Dee Myers, dijo a periodistas que Clinton habló por teléfono el jueves de noche por casi una hora con el presidente sudcoreano, Kim Young-Sam.

"Ellos hablaron acerca de Corea del Norte, acerca de su mutuo compromiso de tomar medidas adicionales y de tomarlas con el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas", explicó.

Funcionarios japoneses y estadounidenses han insistido en negar informes de prensa norteamericanos de que existen diferencias entre Washington y Tokio sobre las sanciones contra Corea del Norte.

Los informes dijeron que Tokio está renuente a cortar rápidamente el flujo de divisas fuertes de los coreanos que viven en Japón hacia Corea del Norte.

En su discurso, Carter dijo a una reunión auspiciada por la Asociación Estadounidense de Abogados sobre el control internacional de armas nucleares, químicas y biológicas que Pyongyang ya tenía misiles balísticos y "ellos podrían tener otras cosas también".

No agregó detalles sobre si Corea del Norte podría buscar lanzar una bomba nuclear o usar un artefacto terrorista en el fuertemente poblado norte del Corea del Sur.

El sorpresivo anuncio de que China —aliado de Corea del Norte— realizó un ensayo nuclear pese a la creciente tensión internacional [illegible] en todas las capitales involucradas en la crisis ante las sospechas de que Pyongyang también esté fabricando su propia bomba atómica.

La magnitud del ensayo no fue determinada, pero Estados Unidos y Rusia expresaron su profundo malestar por su realización.

En Viena, Corea del Norte y el organismo de salvaguardas nucleares de la ONU dispusieron sus primeras medidas hostiles tras 16 meses de pacientes gestiones para conseguir el acceso a las instalaciones nucleares de Pyongyang.

El Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA) aprobó la suspensión de la ayuda técnica a Corea del Norte como castigo por su negativa a permitir el acceso de los inspectores del organismo que buscan evidencia sobre la secreta fabricación de una bomba nuclear.

Corea del Norte replicó afirmando que ya no garantizará la continuidad de las salvaguardas nucleares y solicitará que abandonen el país los dos únicos inspectores de la ONU que permanecen en Corea del Norte.

"Es claro que hemos llegado a una divisoria de aguas en nuestras relaciones con Corea del Norte", manifestó en conferencia de prensa el director general del OIEA Hans Blix.

En Washington, un importante funcionario del gobierno de Clinton invocó el fantasma de un ataque nuclear norcoreano en caso de una nueva guerra de Corea, y afirmó que Washington y Seúl analizan las "perspectivas" de este tipo de planes encarados por Pyongyang.

"Estamos aumentando nuestra posesión de inteligencia en la región y estamos analizando las perspectivas que conceden importancia a las armas de destrucción masivas usadas por la RDFK (Corea del Norte) en un posible conflicto armado", afirmó el secretario adjunto de defensa, Ashtun Carter.

01-01

9406620

Nº. DOCUMENTO 9406877
TITULO THELMAN BORGES sorprendido x resoluc del Senado sobre ZF de Colonia.
PROCEDENCIA 150483
FECHA DE P 10/4/94
VINCULACI 515934
515935
507466

El sentimiento del diputado frenteampiista es ampliamente compartido por pobladores de Colonia y Nueva Palmira

Thelman Borges se manifestó dolorido y sorprendido por la resolución del Senado sobre "zonas francas"

Ricardo Aranda

El diputado frenteamplista por el departamento de Colonia Thelman Borges manifestó en el día de ayer a LA REPUBLICA sentirse "profundamente dolorido y sorprendido por la decisión tomada en el Senado por los representantes del Partido Nacional, Partido Colorado y Nuevo Espacio, de devolver a la comisión respectiva el proyecto —presentado el año anterior— para que no fueran privatizadas las Zonas Francas de Colonia y Nueva Palmira.

Semanas atrás el grupo Continental —quien ganó la licitación para administrar la Zona Franca de Colonia— tomó posesión de la misma y la Zona Franca de Nueva Palmira aún pertenece a la órbita estatal.

Durante 1993 la ciudadanía del departamento se vio sacudida por la arremetida del gobierno nacional para pasar a manos privadas la administración de las Zonas Francas (ZF) de Colonia y Nueva Palmira.

A esta posibilidad se opusieron las fuerzas vivas de ambas ciudades, los propios usuarios, la Junta Departamental y el intendente nacionalista doctor Mario Gayol.

En el plano legislativo sólo el diputado Thelman Borges quedó con esta iniciativa mientras por la privatización se manifestaron los diputados herreristas Carlos Garat, Edison Sedarri y Jorge Conde del Batllismo Radical. A mitad del año pasado Borges inició contactos con otras fuerzas políticas y fue así que se redactó un proyecto de ley para que ambas zonas permanecieran en el ámbito estatal. El proyecto fue firmado por los diputados Guillermo Stirling (Foro Batllista), Baltasar Prieto (Nuevo Espacio), Antonio Guerra (Cruzada 94), y Thelman Borges (Frente Amplio). Al tratar el tema la Cámara de Diputados en diciembre del 93, este cuerpo lo aprobó en mayoría.

En los últimos días de la semana anterior el Senado al tratarlos decidió —con el voto contrario de los senadores frenteamplistas— volver el tema a comisión.

Borges opinó que esto significa darle un entierro de lujo al tema.

"El Senado desconoce de esta forma la opinión de la mayoría de los colonienses, de las fuerzas vivas, de los usuarios de zona franca y del gobierno departamental.

Creo que ha sido un profundo error del Senado y me sorprende la actitud del senador Carlos Julio Pereyra y del resto de las fuerzas políticas que incluso habían firmado la iniciativa.

¿De qué vale la soberanía del departamento y la opinión de sus máximos representantes?", preguntó el legislador. Por último Borges declaró a LA REPUBLICA que no dejará por el camino tanto esfuerzo y propondrá que se discuta el tema. "Hasta ahora sólo los legisladores del Frente hemos defendido el proyecto".

NUEVA INICIATIVA

El diputado por Colonia anunció que el próximo lunes presentará en el Parlamento un nuevo proyecto para que la Zona Franca de Nueva Palmira sea administrada por la Intendencia Municipal de Colonia para que este organismo departamental recoja las voluminosas ganancias que deja la administración de zonas francas.

9406877.

01-01

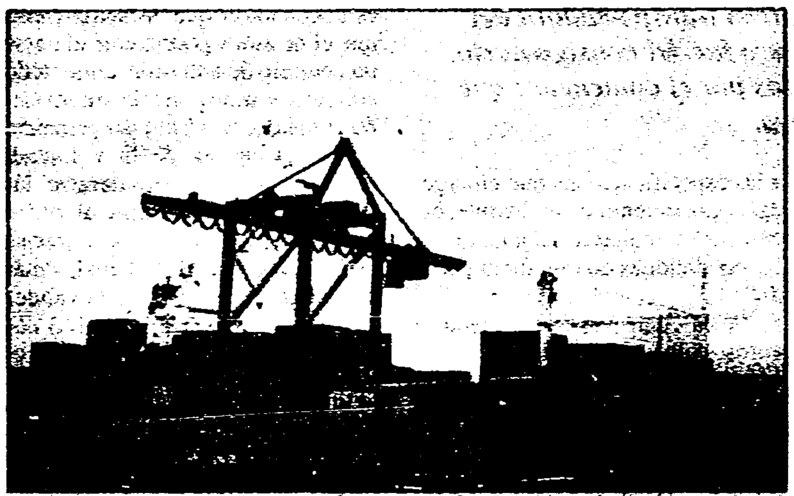
Nº. DOCUMENTO 9406878
TITULO Grupo Continental busca impulsar Z F de Colonia
PROCEDENCIA 150483
FECHA DE PROCEDENCIA 12/4/94
VINCULACIONES 515934
507466

El proyecto incluye una amplia gama de servicios

OBS 12/4/94

Grupo Continental busca impulsar Zona Franca de Colonia iniciando nueva etapa

En el año 1992 el Poder Ejecutivo resolvió el llamado a Licitación Pública Nacional e Internacional, para la adjudicación de la administración de la Zona Franca de Colonia. La misma incluía la construcción y conservación de la infraestructura e instalaciones, la provisión del equipamiento necesario, la prestación de servicios y la promoción de las actividades de la zona franca en el exterior.



Zona Franca Colonia
Comienza nuevo fase con explotación y administración privada

Entre las diversas propuestas presentadas, resultó adjudicataria la de Grupo Continental Zona Franca S.A., que suscribió el correspondiente contrato con el Estado, el 24 de enero de 1994 y tomó posesión de la zona el 24 de marzo pasado.

Lo que sigue es una síntesis de una entrevista realizada al principal de la firma, Manuel Miyar.

—¿Qué significa para Grupo Continental la etapa emprendida como explotador de la Zona Franca de Colonia?

—En primer lugar un gran honor y una mayor responsabilidad por haber sido seleccionada nuestra propuesta, lo que significa además un compromiso con la comunidad, al servicio de la cual se ha puesto una organización profesional seria, competitiva y experiente, con el objetivo de aumentar la eficiencia y funcionamiento de la más importante zona franca del país.

Este compromiso implica la obligación de prestar al Estado, propietario de la zona y de su infraestructura y a los usuarios particulares, una amplia gama de servicios, así como la construcción de la infraestructura necesaria, con la finalidad de colocar a este polo de desarrollo industrial, comercial y de servicios en la avanzada de lo que son hoy modelos de zonas francas en el mundo.

—¿Cuáles son las etapas previstas a desarrollar?

—A partir de la firma del contrato de adjudicación, en este año, la empresa ha implementado una serie de medidas, tendientes a cumplir con distintas obligaciones: contratación de acreditados técnicos nacionales y extranjeros como asesores en áreas de informática, legal, contable, económico financiera, auditoría y otras afines. Dicho equipo ha preparado la totalidad del cronograma de funcionamiento de la empresa y de la administración de la zona, con un criterio moderno y profesional, el que se ha comenzado a aplicar desde el mismo momento de la toma de posesión, el 24 de marzo pasado.

Simultáneamente se encuentran en ejecución las propuestas de prestaciones de servicios, en las áreas de seguridad, iluminación, conservación y limpieza, control documentario y de stocks, balanza, sistemas informáticos, comunicaciones, seguros, warrants, etc.

Para las distintas etapas se ha implementado la contratación de las obras de infraestructura y construcción de edificios, de acuerdo con los términos y cronograma presentado en la oferta, lo que representa una inversión del orden de los US$ 1.500.000. Esta inversión prevista entre el corto y el mediano plazo, se prevé adelantar las obras incluso respecto a los plazos acordados.

—¿Qué ventajas implicará la nueva administración, para los usuarios e interesados en los servicios que presta dicha zona franca?

—Entendemos que cumpliendo con el objetivo de la concesión, esto es permitir a la empresa privada las actividades en el campo de la creatividad, competencia y eficiencia, manteniendo el Estado el control total de la actividad y el cumplimiento de sus funciones esenciales, habrá de dotarse a Zona Franca de Colonia de las enormes posibilidades de expansión de su actividad, radicando nuevas inversiones productivas para el país.

En la medida que la zona franca muestre el marco adecuado en infraestructura y servicios, trabajos a los que se encuentra abocado Grupo Continental junto al marco legal vigente y a la excelente localización de la misma, nuevos inversores se radicarán en la misma a corto plazo.

Grupo Continental Zona Franca S.A., cuenta con una vasta Red de Agentes ya contratados que se encuentran actualmente realizando la promoción de la Zona Franca de Colonia en los principales centros comerciales, no sólo del área, sino también en Europa, Asia y Estados Unidos.

Con esto demostramos que la labor de la empresa no sólo se desarrollará en lo referido a la administración e implementación de la zona, sino también en la promoción comercial de la misma, lo que sin dudas habrá de beneficiar no sólo a los usuarios y al departamento de Colonia, sino también al país todo, colaborando así para su crecimiento productivo y comercial.

Queremos también agradecer a las autoridades uruguayas y a los particulares por la confianza depositada en nuestra empresa y a todos los que de alguna manera han colaborado para hacer que este emprendimiento sea modelo entre las zonas francas más avanzadas del mundo.■

ENTRADO
CRUZ

9406878.

01-02

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 150007
FECHA 16/4/94
VINCULADO 515934

Grupo Continental Impulsa una Zona Franca Modelo en Colonia/

Grupo Continental Zona Franca S.A. se hizo cargo de la administración de la Zona Franca de Colonia (ZFC) tras la suscripción del correspondiente contrato con el Estado, en el marco del llamado público que realizó el Poder Ejecutivo en 1992.

La empresa adjudicataria está obligada a la construcción y conservación de la infraestructura e instalaciones de la ZFC, además de la provisión del equipamiento necesario, la prestación de servicios y la promoción de las actividades de la Zona Franca en el exterior.

Los directivos del Grupo Continental Zona Franca S.A., Manuel Mayar y Amir Abou Salem, manifestaron que han creado "una organización profesional, seria, competitiva y experiente, con el objetivo de aumentar la eficiencia y funcionamiento de la Zona Franca más importante del país".

DESAFIO

Grupo Continental asumió el desafío que implica la obligación de prestar al Estado, propietario de la Zona y de su infraestructura, y a los usuarios una amplia y eficiente gama de servicios, con el objetivo de "colocar a este polo de desarrollo industrial, comercial y de servicios en la avanzada de lo que son hoy modelos de Zonas Francas en el mundo".

A partir de la firma del contrato de adjudicación, en enero pasado, la empresa implementó un conjunto de medidas tendientes a cumplir con distintas obligaciones tales como: contratación de acreditados técnicos nacionales y extranjeros como asesores en áreas de informática, legal, contable, económico financiera, auditoría y otras áreas.

Paralelamente, actualmente se encuentran en ejecución los completos programas de prestaciones de servicios en materia de seguridad, iluminación, conservación y limpieza, control documentario y de stock, balanza, sistemas informáticos, comunicacionales, seguros, warrants, etc.

MILLONARIA INVERSION

Consultados por los montos que serán invertidos en la construcción de edificios y obras de infraestructura, los directivos señalaron que se destinará una suma del orden de los U$S 1.500.000. Esta inversión prevista, entre el corto y mediano plazo, determinará un significativo avance de obra, inclusive respecto a los plazos acordados.

Grupo Continental permitirá a las empresas privadas las actividades en el campo de la creatividad, competencia y eficiencia, bajo el absoluto control estatal, agregaron.

Asimismo, subrayaron que la Zona Franca de Colonia cuenta con "enormes posibilidades de expansión de su actividad, radicando nuevas inversiones productivas para el país".

"En la medida que la Zona Franca muestre el marco adecuado en infraestructura y servicios, trabajos a los que se encuentra abocado Grupo Continental, junto al marco legal vigente y a la excelente localización de la misma, nuevos inversores se instalarán en la misma en corto plazo", dijeron.

Grupo Continental Zona Franca S.A. cuenta con una amplia red de agentes ya contratados que se encuentran actualmente realizando la promoción de la Zona Franca de Colonia en los principales centros comerciales, no sólo de la región, sino también en Europa, Asia y Estados Unidos.

"Con esto —apuntaron— demostramos que la labor de la empresa no sólo se desarrolló en lo referido a la administración e implementación de la Zona, sino también en la promoción comercial de la misma, lo que sin dudas habrá de beneficiar a los usuarios, al departamento de Colonia y, sobre todo, al país".

Finalmente, manifestaron su agradecimiento hacia las autoridades nacionales y a los particulares que depositaron su confianza en Grupo Continental.

ENTRADO
CRUZADO

02-02

9406878.

Nº. DOCUMENTO 9406071
TITULO Actividades de Z.F. dominicana creció durante 1993.
PROCEDENCIA 150483
FECHA DE P... 12/4/94
VINCULACI... 118561
507634
30044

Actividad de las zonas francas dominicanas creció durante 1993

Un informe del Banco Central de la República Dominicana sostiene que la actividad en las zonas francas del país creció un 7 por ciento durante el pasado año.

Mario Read Vittini, gobernador del Banco Central dominicano, explicó que en 1993 se registró un déficit en la balanza comercial, aunque sostuvo que la brecha entre importaciones y exportaciones puede cambiar cuando la institución culmine la elaboración de las cifras correspondiente al comercio en las zonas francas.

No obstante indicó que la actividad en los exclaves fiscales y aduaneros de ese país aumentaron un 7 por ciento, mientras que el turismo creció un 20,5 por ciento.

El sector minero bajó un 37 por ciento y eso explica el desbalance comercial, dijo el gobernador del Banco Central dominicano. ■

ENTRADA

9406879.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9406880
TITULO Nueva etapa de Plan Cavallo afectará Z.F. uruguayas
PROCEDENCIA 150483
FECHA DE 12/4/94
VINCULACION 11856
66960
5074661

La nueva etapa del Plan Cavallo puede afectar a las zonas francas uruguayas

por Linng Cardozo
especial para El Observador
desde Buenos Aires

EL GOBIERNO ARGENTINO que aún está haciendo el balance de los resultados de la elección del domingo último, tiene que tomar rápidas decisiones, como consecuencia del aumento de las tasas de interés en Estados Unidos. Este dato se convierte en un importante obstáculo para ese enorme flujo de capitales que estaban invirtiendo en Argentina.

En el nuevo cuadro internacional Domingo Cavallo ya anunció que se buscará desacelerar la economía restringiendo el consumo interno para disminuir el déficit comercial que en 1993 se ubicó en los casi US$ 3,5 mil millones.

En los últimos tres años el consumo creció un 30%. El retorno del crédito en 1991 disparó el consumo a partir de ese año. Así crecieron los viajes, la venta de autos, de electrodomésticos, equipos de audio y otros elementos. La decisión de comprimir el consumo —para disminuir las importaciones y favorecer el ahorro— afectará a las zonas francas uruguayas.

¿Por qué? Porque muchos elementos que consumen los argentinos provienen de las zonas francas del Uruguay. La vertiente comercial de las mismas creció enormemente en los últimos años, como consecuencia precisamente del aumento del consumo en Argentina.

Si Cavallo lleva adelante su plan sin afectar la estabilidad, cosa que el domingo último el presidente Menem lo afirmó claramente que no se va a rectificar el rumbo, se van a gravar los bienes durables como los automóviles, electrodomésticos y equipos de audio, por lo que es posible que decaiga la actividad en las zonas francas uruguayas.

ENT
CRU

01-01

9406880.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.
DIV.MICROFILMACION

A C T A D E C I E R R E

ANEXO AL ROLLO: 1381 (ET)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 1/DIC/94.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE MICROFILMO: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D CORRESPONDIENTES AL AÑO 1994.

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: Doc.Nro. R.E.9406880 Ref; a: Nueva etapa del plan Cavallo afectaría zonas francas uruguayas. (Fs.1/1)

OPERARIO/S: Sdo. 1ra. Sonia Mello, Sdo.1ra.Gissel Pose.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el Cierre del Acta, se da por finalizada la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación
Sgto.
Agustín Barboza.-

El Jefe del A.G.I.I. de la D.G.I.D.
Coronel
Walter A. Mesa.

FIN ANEXO AL ROLLO 1381